PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

TJPA - DIÁRIO DA JUSTIÇA - Edição nº 6689/2019 - Segunda-feira, 1 de Julho de 2019

PRESIDENTE
Des. LEONARDO DE NORONHA TAVARES
VICE-PRESIDENTE
Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
CORREGEDORA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
Desª. MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES
CORREGEDORA DO INTERIOR
Desª. DIRACY NUNES ALVES

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Des. LEONARDO DE NORONHA TAVARES
Desª. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
Desª. MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES
Desª. DIRACY NUNES ALVES
Desª. MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS
Des. MAIRTON MARQUES CARNEIRO
Des. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR
Desª. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

DESEMBARGADORES

MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE
RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES
LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO
VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA
RAIMUNDO HOLANDA REIS
VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA
CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO
MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS
RICARDO FERREIRA NUNES
LEONARDO DE NORONHA TAVARES
CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO
MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES
LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR
DIRACY NUNES ALVES
RONALDO MARQUES VALLE
GLEIDE PEREIRA DE MOURA
JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO
MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO
MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
ROBERTO GONÇALVES DE MOURA
MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE
EDINÉA OLIVEIRA TAVARES
LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO
MAIRTON MARQUES CARNEIRO
EZILDA PASTANA MUTRAN
MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA
ROSILEIDE MARIA DA COSTA CUNHA
NADJA NARA COBRA MEDA
JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR
ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO
Plenário da Seção de Direito Público
Sessões às terças-feiras
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargadora Diracy Nunes Alves
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira
Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha
Desembargadora Nadja Nara Cobra Meda

SEÇÃO DE DIREITO PRIVADO
Plenário da Seção de Direito Privado
Sessões às quintas-feiras
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarãe
Desembargadora Gleide Pereira de Moura
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque
Desembargadora Edinéa Oliveira Tavares
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO
Plenário de Direito Privado
Sessões às segundas-feiras
Desembargador Constantino Augusto Guerreiro
Desembargador Leonardo de Noronha Tavares
Desembargadora Maria do Ceo Maciel Coutinho
Desembargadora Maria Filomena de Almeida Buarque (Presidente)
Desembargador José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior

2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO
Plenário de Direito Privado
Sessões às terças-feiras
Desembargador Ricardo Ferreira Nunes
Desembargadora Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Desembargadora Gleide Pereira de Moura (Presidente)
Desembargador José Maria Teixeira do Rosário
Desembargadora Edinéa Oliveira Tavares

1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO
Plenário de Direito Público
Sessões às segundas-feiras
Desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro
Desembargador Roberto Gonçalves de Moura
Desembargadora Ezilda Pastana Mutran
Desembargadora Maria Elvina Gemaque Taveira (Presidente)
Desembargadora Rosileide Maria da Costa

2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO
Plenário de Direito Público
Sessões às segundas-feiras
Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento
Desembargadora Diracy Nunes Alves
Desembargador Luiz Gonzaga da Costa Neto
Desembargadora Nadja Nara Cobra Meda (Presidente)

SEÇÃO DE DIREITO PENAL
Plenário da Seção de Direito Penal
Sessões às segundas-feiras
Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Desembargador Raimundo Holanda Reis
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador Ronaldo Marques Vale
Desembargador Maria Edwiges de Miranda Lobato
Desembargador Mairton Marques Carneiro
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias

1ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às terças-feiras
Desembargadora Vânia Lúcia Carvalho da Silveira
Desembargadora Maria Edwiges de Miranda Lobato (Presidente)
Desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias

2ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às terças-feiras
Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre
Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes (Presidente)
Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Desembargador Ronaldo Marques Vale

3ª TURMA DE DIREITO PENAL
Plenário de Direito Penal
Sessões às quintas-feiras
Desembargador Raimundo Holanda Reis
Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Desembargador Leonam Gondim da Cruz Júnior
Desembargador Mairton Marques Carneiro (Presidente)

SUMÁRIO

PRESIDÊNCIA ---- 9
CORREGEDORIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM ---- 71
CORREGEDORIA DO INTERIOR ---- 72
COORDENADORIA DOS PRECATÓRIOS ---- 76
SECRETARIA JUDICIÁRIA ---- 111
TRIBUNAL PLENO ---- 120
SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO ---- 123
SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO ---- 124
UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO- UPJ 128
SEÇÃO DE DIREITO PENAL ---- 254
TURMAS DE DIREITO PENAL
- 1ª TURMA DE DIREITO PENAL ---- 322
- 2ª TURMA DE DIREITO PENAL ---- 323
- 3ª TURMA DE DIREITO PENAL ---- 324
- TURMAS RECURSAIS ---- 328

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS
- SECRETARIA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ACIDENTE DE TRÂNSITO ---- 329
- SECRETARIA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE ---- 337
- SECRETARIA DA 12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ---- 343
- SECRETARIA DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ---- 347
- SECRETARIA DA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ---- 352
- SECRETARIA DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ---- 366
- SECRETARIA DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ---- 374
- SECRETARIA DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ---- 382
- SECRETARIA DA 6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ---- 383
- SECRETARIA DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ---- 392
- SECRETARIA DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ---- 395
- SECRETARIA DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ---- 402
- SECRETARIA DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL ---- 404
- SECRETARIA DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL ---- 414
- SECRETARIA DA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL ---- 421
- SECRETARIA DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL ---- 436
- SECRETARIA DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL ---- 444
- SECRETARIA DA VARA DO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA ---- 452
- SECRETARIA DA VARA DO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA ---- 458
- SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARITUBA ---- 460

DIVISÃO DE REGISTRO DE ACÓRDÃOS E JURISPRUDÊNCIA ---- 461
FÓRUM CÍVEL
- SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 483
- SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 486
- SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 488
- SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 498
- SECRETARIA DA 5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 643
- SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 683
- SECRETARIA DA 7ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 725
- SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 727
- SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 799
- SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 803
- SECRETARIA DA 11ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 814
- SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 815

SECRETARIA DA VARA DE CARTA PRECATÓRIA CÍVEL DA CAPITAL ---- 819
SECRETARIA DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CAPITAL ---- 824
SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL ---- 839
SECRETARIA DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL ---- 867
SECRETARIA DA 5ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL ---- 876
SECRETARIA DA 6ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL ---- 893
SECRETARIA DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL ---- 894
SECRETARIA DA 8ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL ---- 911
SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA CAPITAL ---- 915
SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA CAPITAL ---- 943
SECRETARIA DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA CAPITAL ---- 1010
SECRETARIA DA 14ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL ---- 1182
SECRETARIA DA 4ª VARA DA FAZENDA DA CAPITAL ---- 1192
UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 1ª VARA DA FAZENDA ---- 1194
UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 2ª VARA DA FAZENDA ---- 1244
UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 3ª VARA DA FAZENDA ---- 1248
UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 4ª VARA DA FAZENDA ---- 1251
UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 5ª VARA DA FAZENDA ---- 1254
FÓRUM CRIMINAL
DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL ---- 1260
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 1264
SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 1266
SECRETARIA DA 5ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 1313
SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 1321
SECRETARIA DA 8ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 1333
SECRETARIA DA 10ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 1350
SECRETARIA DA 11ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 1356
SECRETARIA DA 12ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL ---- 1366
SECRETARIA DA 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI ---- 1390
SECRETARIA DA 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM ---- 1401
SECRETARIA DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER ---- 1402
SECRETARIA DA 3ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER ---- 1409
SECRETARIA DA 1ª VARA PENAL DOS INQUÉRITOS POLICIAIS ---- 1420
SECRETARIA DA VARA DE CARTA PRECATORIA CRIMINAL ---- 1423
SECRETARIA DA 1ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ---- 1429
SECRETARIA DA 2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES ---- 1432
FÓRUM DE ICOARACI
SECRETARIA DA VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI ---- 1438
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ---- 1439
SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI ---- 1451
SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ---- 1455
FÓRUM DE MOSQUEIRO
SECRETARIA DA VARA CIVEL E CRIMINAL DISTRITAL DE MOSQUEIRO ---- 1457
FÓRUM DE ANANINDEUA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA ---- 1459
SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA ---- 1465
SECRETARIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ANANINDEUA ---- 1482
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 1498
SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 1500
SECRETARIA DA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE ANANINDEUA ---- 1505
SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA ---- 1506

SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA ---- 1582
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA ---- 1585
FÓRUM DE BENEVIDES
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES ---- 1602
FÓRUM DE MARITUBA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA ---- 1603
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA ---- 1617
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA ---- 1618
EDITAIS
COMARCA DA CAPITAL - EDITAIS ---- 1625
SECRETARIA DA 13ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL - EDITAIS ---- 1627
COMARCA DE ABAETETUBA
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA ---- 1648
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA ---- 1650
COMARCA DE MARABÁ
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ ---- 1721
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ ---- 1723
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ ---- 1724
SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE MARABÁ ---- 1746
SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ ---- 1748
SECRETARIA DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ ---- 1750
COMARCA DE SANTARÉM
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM ---- 1751
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM ---- 1760
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM ---- 1762
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM ---- 1770
SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM ---- 1772
SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM ---- 1785
SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM ---- 1788
SECRETARIA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE SANTARÉM ---- 1792
SECRETARIA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SANTARÉM ---- 1802
VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SANTARÉM ---- 1810
SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE SANTARÉM ---- 1825
COMARCA DE ALTAMIRA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA ---- 1828
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA ---- 1838
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA ---- 1849
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA ---- 1850
SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE ALTAMIRA ---- 1886
SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA ---- 1887
COMARCA DE TUCURUÍ
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE TUCURUÍ ---- 1893
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ ---- 1911
COMARCA DE CASTANHAL
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL ---- 1912
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL ---- 1914
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL ---- 1915
SETOR DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL E CRIMINAL DE CASTANHAL ---- 1917
COMARCA DE BARCARENA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA ---- 1919
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA ---- 1924

COMARCA DE SANTA MARIA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ ---- 1928
COMARCA DE PARAUAPEBAS
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS ---- 1930
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS ---- 1933
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS ---- 1949
SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PARAUAPEBAS ---- 1982
SECRETARIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÃO FISCAL DE PARAUAPEBAS - 1985
COMARCA DE ITAITUBA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA ---- 1986
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA ---- 1987
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA ---- 1992
SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ITAITUBA ---- 1994
COMARCA DE RURÓPOLIS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE RURÓPOLIS ---- 1996
COMARCA DE URUARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE URUARÁ ---- 2005
COMARCA DE JACUNDÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JACUNDÁ ---- 2006
COMARCA DE REDENÇÃO
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO ---- 2014
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO ---- 2019
SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE REDENÇÃO ---- 2020
SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE REDENÇÃO ---- 2029
COMARCA DE PARAGOMINAS
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS ---- 2033
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS ---- 2053
SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS ---- 2054
SECRETARIA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PARAGOMINAS ---- 2060
COMARCA DE DOM ELISEU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE DOM ELISEU ---- 2069
UNIDADE DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA DE DOM ELISEU - UNAJ ---- 2120
COMARCA DE PACAJÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PACAJÁ ---- 2132
COMARCA DE RONDON DO PARÁ
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DE RONDON DO PARÁ ---- 2191
SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE RONDON DO PARÁ ---- 2209
COMARCA DE OURÉM
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE OURÉM ---- 2210
COMARCA DE MONTE ALEGRE
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MONTE ALEGRE ---- 2221
COMARCA DE ORIXIMINA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINA ---- 2408
COMARCA DE OBIDOS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE OBIDOS ---- 2410
COMARCA DE ALENQUER
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ALENQUER ---- 2413
COMARCA DE TERRA SANTA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE TERRA SANTA ---- 2416
COMARCA DE CAPANEMA
SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA ---- 2424

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA ---- 2426
COMARCA DE CURRALINHO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURRALINHO ---- 2429
COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ ---- 2438
COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ ---- 2440
COMARCA DE INHANGAPÍ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE INHANGAPÍ ---- 2441
COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS ---- 2442
COMARCA DE SALINÓPOLIS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALINÓPOLIS ---- 2495
COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ
SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ ---- 2540
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ ---- 2551
COMARCA DE MOJÚ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MOJÚ ---- 2552
COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA 1ª VARA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA ---- 2553
SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - 2555
COMARCA DE GURUPÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GURUPÁ ---- 2556
COMARCA DE CACHOEIRA DO ARARI
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CACHOEIRA DO ARARI ---- 2561
COMARCA DE XINGUARA
SECRETARIA DA 2ª VARA DE XINGUARA ---- 2596
SECRETARIA DA 1ª VARA DE XINGUARA ---- 2600
COMARCA DE CAPITÃO POÇO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CAPITÃO POÇO ---- 2602
COMARCA DE BAIÃO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BAIÃO ---- 2611
COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GARRAFÃO DO NORTE ---- 2612
COMARCA DE MELGAÇO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MELGAÇO ---- 2627
COMARCA DE TUCUMÃ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE TUCUMÃ ---- 2629
COMARCA DE AFUÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AFUÁ ---- 2632
COMARCA DE SANTANA DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTANA DO ARAGUAIA ---- 2637
COMARCA DE BRAGANÇA
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA ---- 2653
SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA ---- 2654
COMARCA DE AURORA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AURORA DO PARÁ ---- 2655
COMARCA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA ---- 2662
COMARCA DE CHAVES
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CHAVES ---- 2675

COMARCA DE CONCÓRDIA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CONCÓRDIA DO PARÁ ---- 2682
COMARCA DE OURILÂNDIA DO NORTE
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE OURILÂNDIA DO NORTE ---- 2683
COMARCA DE RIO MARIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE RIO MARIA ---- 2684
COMARCA DE MOCAJUBA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MOCAJUBA ---- 2691
COMARCA DE BONITO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BONITO ---- 2723
COMARCA DE MEDICILÂNDIA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MEDICILÂNDIA ---- 2724
COMARCA DE PRIMAVERA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRIMAVERA ---- 2725
COMARCA DE CAMETÁ
SECRETARIA DA 2ª VARA DE CAMETÁ ---- 2737
COMARCA DE SANTA LUZIA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA LUZIA DO PARÁ ---- 2739
COMARCA DE BREU BRANCO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BREU BRANCO ---- 2741
COMARCA DE BRASIL NOVO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BRASIL NOVO ---- 2744
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA ---- 2745
COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS
SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS ---- 2748
COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM ---- 2797
COMARCA DE ALMERIM
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ALMERIM ---- 2799
COMARCA DE ANAJAS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ANAJAS ---- 2825
COMARCA DE AUGUSTO CORREA
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA ---- 2834
COMARCA DE BREVES
SECRETARIA DA 1ª VARA DE BREVES ---- 2838
SECRETARIA DA 2ª VARA DE BREVES ---- 2881
COMARCA DE CURUÇÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURUÇÁ ---- 2884
COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-AÇU ---- 2889
SECRETARIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES BARATA ---- 2898
COMARCA DE MÃE DO RIO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO ---- 2900
COMARCA DE MARAPANIM
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MARAPANIM ---- 2913
COMARCA DE NOVO PROGRESSO
SECRETARIA DA VARA CÍVEL DE NOVO PROGRESSO ---- 2922
COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO ---- 2925
COMARCA DE PORTEL

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PORTEL ---- 2939
COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ ---- 2944
COMARCA DE ULIANÓPOLIS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS ---- 2947
COMARCA DE CAMETA
SECRETARIA DA 1º VARA DE CAMETA ---- 2948
COMARCA DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
SECRETARIA VARA ÚNICA DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA ---- 3014
COMARCA DE MARACANÃ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MARACANÃ ---- 3017
COMARCA DE IPIXUNA DO PARÁ
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ ---- 3019
COMARCA DE ELDORADO DOS CARAJÁS
SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ELDORADO DOS CARAJÁS ---- 3043
COMARCA DE ELDORADO DOS CARAJÁS ---- 3050

PRESIDÊNCIA

O Desembargador Leonardo de Noronha Tavares, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, etc. RESOLVE

PORTARIA Nº 1121/2019-GP. Belém, 25 de fevereiro de 2019. *Republicada por retificação.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013; CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/06779; DESIGNAR a Senhora MARIANE JANAINA DA LUZ MACEDO, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Izabel do Pará, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará, retroagindo seus efeitos ao dia 18/02/2019.

PORTARIA Nº 2972/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019. *Republicada por retificação.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/24964; DESIGNAR a servidora PAULA CHRISTINE AMARANTES JUSTINO OLIVEIRA, Analista Judiciário ¿ Medicina, matrícula nº 67741, para responder pela chefia do Serviço Médico deste Egrégio Tribunal de Justiça, durante as férias da titular, Sra. Maria Ivone Freitas de Oliveira, matrícula nº 21130, no período de 10/07/2019 a 24/07/2019.

PORTARIA Nº 2708/2019-GP. Belém, 25 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-OFI-2019/05346-B.

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 29 de agosto de 2017, com efeitos financeiros no mês de publicação, ao servidor FRANCISCO ALVES DE SOUZA JUNIOR, matrícula 40600, ocupante do cargo de Analista Judiciário.

PORTARIA Nº 2709/2019-GP. Belém, 25 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando o parágrafo 3º do Artigo 6º da Resolução supramencionada, conforme Processo nº PA-MEM-2019/25495-A

Conceder progressão horizontal para a referência 14 da classe C, na data de 28 de março de 2018, com efeitos financeiros no mês de publicação, ao servidor ANTONIO HILARIO PEREIRA DA COSTA, matrícula 19011, ocupante do cargo de Analista Judiciário.

PORTARIA Nº 2710/2019-GP. Belém, 25 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/25031-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 13 de junho de 2019, ao servidor VICENTE DE PAULA BARBOSA MARQUES JUNIOR, matrícula 91464, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2712/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando o parágrafo 3º do Artigo 6º da Resolução supramencionada, conforme Processo nº PA-MEM-2019/25535-A

Conceder progressão horizontal para a referência 10 da classe B, na data de 29 de agosto de 2018, com efeitos financeiros no mês de publicação, ao servidor JORGE CONCEIÇÃO AZEVEDO, matrícula 24880, ocupante do cargo de Atendente Judiciário.

PORTARIA Nº 2713/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/25038-A.

Conceder progressão vertical para a referência 11 da classe C, na data de 06 de fevereiro de 2019, com efeitos financeiros no mês de publicação, à servidora MARINALVA SOUZA SANTA ROSA, matrícula 21113, ocupante do cargo de Atendente Judiciário.

PORTARIA Nº 2714/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-RLT-2019/00292-A.

Conceder progressão vertical para a referência 06 da classe B, na data de 28 de novembro de 2018, com efeitos financeiros no mês de publicação, ao servidor ADILSON ALVES MENDES, matrícula 45100, ocupante do cargo de Analista Judiciário.

PORTARIA Nº 2715/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-EXT-2019/04494-A.

Conceder progressão vertical para a referência 06 da classe B, na data de 29 de agosto de 2018, com efeitos financeiros no mês de publicação, ao servidor MARIO DE JESUS SOARES ROSA, matrícula 1287, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº 2717/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/24971-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 15 de abril de 2019, com efeitos financeiros no mês de publicação, à servidora ANA PAULA TUPIASSU DE MEDEIROS, matrícula 67571, ocupante do cargo de Atendente Judiciário -Área Administrativa.

PORTARIA Nº 2718/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando o parágrafo 3º do Artigo 6º da Resolução supramencionada, conforme Processo nº PA-MEM-2019/25714-A

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 01 de junho de 2019, ao servidor JOSE NASARENO DE MACEDO SILVA, matrícula 62430, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário -Área Administrativa.

PORTARIA Nº 2719/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando o parágrafo 3º do Artigo 6º da Resolução supramencionada, conforme Processo nº PA-MEM-2019/25571-A

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 21 de maio de 2019, com efeitos financeiros no mês de publicação, ao servidor ANTONIO DE SOUZA VIANA, matrícula 38430, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº 2720/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando o parágrafo 3º do Artigo 6º da Resolução supramencionada, conforme Processo nº PA-MEM-2019/25621-A

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 08 de maio de 2019, com efeitos financeiros no mês de publicação, ao servidor SAULO ALEXANDRE PICANCO SISNANDO, matrícula 54704, ocupante do cargo de Analista Judiciário.

PORTARIA Nº 2721/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/20236-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 03 da classe A, na data de 02 de julho de 2018, com efeitos financeiros no mês de publicação, ao servidor FABRICIO JOSE UCHOA CORREA, matrícula 104621, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Análise de Sistemas -Suporte.

PORTARIA Nº 2723/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/20322-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, à servidora THAIS BORDALO GOMES, matrícula 143766, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2724/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA -REQ-2019/07939-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, ao servidor RODRIGO CALDEIRA SILVA, matrícula 143588, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2826/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/24422-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, à servidora SIMONE PANTOJA BREEMAN, matrícula 144126, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2835/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/18840-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, à servidora JULIANA DA SILVA LACERDA, matrícula 143944, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº 2836/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas,

conforme Processo nº PA-MEM-2019/14766-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 1º de julho de 2019, à servidora ROSANGELA DO SOCORRO DOS SANTOS SILVA, matrícula 92002, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº 2837/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-REQ-2019/07575-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, ao servidor DIOGO DA SILVA OLIVEIRA, matrícula 144053, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº 2838/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-REQ-2019/07665-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, à servidora HEMELE BATISTA FURTADO, matrícula 144258, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2839/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/20697-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, à servidora LUANA KAROLINE BRASIL SOUZA, matrícula 144096, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2840/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos

Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/20739-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, à servidora ISABELA DE ALMEIDA MARQUES DA SILVA, matrícula 143995, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2841/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/20762-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, à servidora ROSY ELLEM RODRIGUES DO NASCIMENTO, matrícula 143545, ocupante do cargo de Auxiliar Judiciário.

PORTARIA Nº 2842/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/20645-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, à servidora DEBORA BEMERGUY ALVES, matrícula 144037, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2843/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-REQ-2019/07732-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, à servidora LHOANA BARBOSA PEREIRA DE MIRANDA, matrícula 144061, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº 2844/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/20989-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, ao servidor JESIEL FERNANDES VALE, matrícula 144631, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2845/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/21340-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, à servidora RAQUEL MOURA RIBEIRO, matrícula 144134, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2846/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/21934-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, à servidora DANIELLE COUCEIRO DE MIRANDA FERREIRA, matrícula 144363, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2847/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/21976-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, ao servidor JOSE RODRIGO KEMPNER, matrícula 143952, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Pedagogia.

PORTARIA Nº 2848/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/22240-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 1º de julho de 2019, ao servidor PEDRO DA SILVA ELOI, matrícula 22586, ocupante do cargo de Agente de Segurança.

PORTARIA Nº 2849/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/22249-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, ao servidor MAURICIO LEAO DE ALMEIDA, matrícula 144291, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2850/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/22238-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 31 de julho de 2019, ao servidor DOMINGOS DE ALMEIDA SILVA, matrícula 23256, ocupante do cargo de Agente de Segurança.

PORTARIA Nº 2852/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/22479-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, à servidora MAYARA RAISSA MENEZES BESSA, matrícula 144045, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2853/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-ANE-2019/00734-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 25 de julho de 2019, à servidora TASSIA MURARO AIRES, matrícula 93025, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2855/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-REQ-2019/09151-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, à servidora RAIZA KEMPFER PANTOJA, matrícula 144371, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2858/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/22787-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, ao servidor CHRISTIANO DE ASSIS SILVA, matrícula 144151, ocupante do cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2859/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/23680-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, à servidora MARIA DO SOCORRO DE SOUZA BRASIL, matrícula 143197, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2860/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/23853-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 25 de julho de 2019, ao servidor ALDHEMAR DOS SANTOS FERREIRA NETO, matrícula 93033, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº 2861/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/24108-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 12 de julho de 2019, ao servidor NEREU COELHO MARTINS, matrícula 13366, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº 2863/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/21266-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 26 de julho de 2019, ao servidor JOAO AROLDO RIBEIRO NETO, matrícula 93009, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Área Judiciária.

PORTARIA Nº 2864/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/21604-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 02 da classe A, na data de 06 de julho de 2019, ao servidor ANDRE ARAUJO ROCHA, matrícula 144240, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº 2865/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/24795-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 05 da classe A, na data de 26 de julho de 2019, ao servidor ANTONIO DA COSTA QUARESMA, matrícula 19038, ocupante do cargo de Oficial de Justiça Avaliador.

PORTARIA Nº 2866/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os artigos do Capítulo VI da Lei 6.969/07 que tratam do desenvolvimento na carreira dos Servidores Públicos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando a Resolução 003/2010-GP, que dispõe acerca da instituição da sistemática de Avaliação Periódica de Desempenho dos servidores efetivos do Poder Judiciário do Estado do Pará;

Considerando as homologações da Avaliação de Desempenho pela Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme Processo nº PA-MEM-2019/24931-A.

Conceder progressão horizontal para a referência 04 da classe A, na data de 26 de julho de 2019, à servidora LUANA DE BARROS AQUINO ALCANTARA, matrícula 93068, ocupante do cargo de Analista Judiciário -Área Judiciária.

PORTARIA N° 3004/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019. *Republicada por retificação

Considerando o gozo de licença médica da Juíza de Direito Betânia de Figueiredo Pessoa Batista, protocolizado sob o Nº PA-DEC-2019/00084.

DESIGNAR o Juiz de Direito Edilson Furtado Vieira, titular da 2ª Vara Criminal de Ananindeua, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara Criminal de Ananindeua nos dias 25 e 26 de junho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3018/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de continuidade da prestação jurisdicional, atividade típica do Poder Judiciário e fundamento de caráter constitucional (art.93, inciso XII), que traduz a prevalência do interesse público;

CONSIDERANDO os termos do expediente PA-MEM-2019/20820;

CONSIDERANDO, por fim, o disposto no art. 6º, §5°, da Lei Ordinária Estadual n°. 7.588/11,

SUSPENDER no período de 28 de maio a 11 de junho de 2019, por necessidade de serviço, as férias da Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha, programadas para o período de 13 de maio a 11 de junho de 2019.

PORTARIA Nº 3019/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/25362; DISPENSAR o Senhor JULIO CEZAR DE LIMA CASTRO, da função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Santa Izabel do Pará, retroagindo seus efeitos ao dia 13/06/2019.

PORTARIA Nº 3020/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-REQ-2019/10099; EXONERAR, a pedido, o bacharel EMMANUEL MARTINS DA ROCHA NETO, matrícula nº 149934, do Cargo em Comissão de Assessor de Juiz, REF-CJS-2, junto ao Gabinete do Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, retroagindo seus efeitos ao dia 24/06/2019.

PORTARIA Nº 3021/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/25179; CESSAR os efeitos da Portaria nº 6127/2018-GP, de 30/11/2018, publicada no DJe nº 6556, de 03/12/2019, que DESIGNOU a servidora GRAZIELI DA SILVA NEVES, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 157783, para responder, em caráter excepcional, pelo Cargo em Comissão de Diretor de Secretaria, REF-CJS-3, junto à Secretaria da Vara Única da Comarca de Santana do Araguaia.

PORTARIA Nº 3022/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-OFI-2019/05601; EXONERAR a bacharela RAYVELLY FERNANDES LANHELLAS, matrícula nº 110680, do Cargo em Comissão de Assessor de Juiz, REF-CJS-2, junto ao Gabinete do Juízo da Vara de Família Distrital de Icoaraci, Comarca da Capital, a contar de 27/06/2019.

PORTARIA Nº 3023/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/25179; NOMEAR o servidor JOÃO MURILLO BARROSO DE BRITO, Analista Judiciário -Área Judiciária, matrícula nº 170496, para exercer o Cargo em Comissão de Diretor de Secretaria, REF-CJS-3, junto à Secretaria da Vara Única da Comarca de Santana do Araguaia.

PORTARIA Nº 3024/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-OFI-2019/05601; NOMEAR a servidora LYVIA CHRISTINE MACIEL RODRIGUES SASTRE, Analista Judiciário -Área Judiciária, matrícula nº 59609, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Juiz, REF-CJS-2, junto ao Gabinete do Juízo da Vara de Família Distrital de Icoaraci, Comarca da Capital, a contar de 27/06/2019.

PORTARIA Nº 3025/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-OFI-2019/05605; NOMEAR a bacharela RAYVELLY FERNANDES LANHELLAS, para exercer o Cargo em Comissão de Assessor de Juiz, REF-CJS-2, junto ao Gabinete do Juízo da 2ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes da Comarca de Belém, a contar de 27/06/2019.

PORTARIA Nº 3026/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013; CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/23977; DESIGNAR a Senhora INAIE DEL CASTILLO ANDRADE NEVES, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à 12ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará, retroagindo seus efeitos ao dia 04/02/2019.

PORTARIA Nº 3027/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013; CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-OFI-2019/05298; DESIGNAR a Senhora ANTÔNIA ERIELLE DE OLIVEIRA PEREIRA, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Castanhal, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará, retroagindo seus efeitos ao dia 05/02/2019.

PORTARIA Nº 3028/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013; CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/23454; DESIGNAR a Senhora CAMILA MARINHO DE LACERDA, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo de Santarém, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará, retroagindo seus efeitos ao dia 26/03/2019.

PORTARIA Nº 3029/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013; CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-OFI-2019/05222; DESIGNAR a Senhora VANESSA MORAES FERREIRA, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da Comarca de Castanhal, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará, retroagindo seus efeitos ao dia 01/04/2019.

PORTARIA Nº 3030/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013; CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/23429; DESIGNAR o Senhor ARLAN PEREIRA COELHO, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial das Relações de Consumo de Santarém, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará, retroagindo seus efeitos ao dia 22/05/2019.

PORTARIA Nº 3031/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/14235; DESIGNAR o servidor RANDAL WILLAMS FERREIRA DE CASTRO, matrícula nº 152099, para responder pela chefia da Divisão de Arquivo deste Egrégio Tribunal de Justiça, durante as férias da titular, Sra. Leiliane Sodré Rabelo, matrícula nº 65978, no período de 28/06/2019 a 12/07/2019.

PORTARIA Nº 3032/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/25654; COLOCAR a servidora ISADORA TATIANE LEITE DA SILVA, Analista Judiciário -Área Judiciária, matrícula nº 160504, lotada no Fórum da Comarca de Pacajá, À DISPOSIÇÃO da Comarca de Tucuruí, até ulterior deliberação.

PORTARIA Nº 3033/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-REQ-2019/06974; Art.1º COLOCAR a servidora MARIA SHIRLANE DUARTE GAMA, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 126934, lotada no Fórum da Comarca de Uruará, À DISPOSIÇÃO do Fórum da Comarca de Vitória do Xingu, até 22/04/2022. Art.2º DETERMINAR que a servidora MARIA SHIRLANE DUARTE GAMA, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 126934, exerça suas atribuições na Comarca de Altamira, em caráter excepcional, até a instalação da Comarca de Vitória do Xingu.

PORTARIA Nº 3034/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-REQ-2019/06974; COLOCAR a servidora ALEXSANDRA SOUSA FERREIRA, Auxiliar Judiciário, matrícula nº 176656, lotada no Fórum da Comarca de Vitória do Xingu, À DISPOSIÇÃO do Fórum da Comarca de Uruará, até 22/04/2022

PORTARIA N° 3035/2019-GP. Belém, 26 de junho de 2019. *Republicada por retificação

Considerando o gozo de folga, por compensação de plantão, do Juiz de Direito Aidison Campos Sousa.

Art.1º DESIGNAR a Juíza de Direito Substituta Alessandra Rocha da Silva Souza para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 1ª e 4ª Vara Cível e Empresarial de Marabá no período de 26 a 28 de junho do ano de 2019.

Art.2º DESIGNAR a Juíza de Direito Substituta Alessandra Rocha da Silva Souza para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela Comarca de Itupiranga no período de 26 a 28 de junho do ano de 2019.

PORTARIA N.º 3095/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.* Republicada por retificação

Art.1º EXONERAR o TEN CEL QOPM LUCIVAL CARDOSO DE MONTALVÃO GUEDES do cargo em comissão de Assessor Militar, Ref. CJS-1, junto à Coordenadoria Militar deste Egrégio Tribunal de Justiça.

Art.2º NOMEAR o TEN CEL QOPM LUCIVAL CARDOSO DE MONTALVÃO GUEDES para exercer o cargo em comissão de Subcoordenador, Ref. CJS-2, junto à Coordenadoria Militar deste Egrégio Tribunal de Justiça.

PORTARIA Nº 3096/2019-GP. Belém, 28 de junho de 2019.

Considerando a aposentadoria por invalidez com proventos proporcionais ao tempo de contribuição da servidora ROSIANE CUNHA DE OLIVEIRA, concedida por meio da Portaria nº2986/2018-GP, de 04/07/2018, publicada no DJe em 05/07/2018, no cargo de Analista Judiciário ¿ Serviço Social, classe/padrão A01CTAJ, lotada na Comarca de Benevides, com fulcro no artigo 40, § 1°, inciso I da CF/88 (redação dada pela EC nº 20/1998), c/c o artigo 6-A, parágrafo único da EC nº 41/2003 (incluído pela EC nº 70/2012); na LC Estadual nº 39/2002, artigo 16 a 18 e alterações posteriores; nos artigos 131, §1º, inciso IV e 140, inciso III da Lei Estadual nº5.810/1994, no artigo 28, inciso I, alínea ¿a¿, da Lei Estadual nº6.969/07 c/c a Súmula nº 13 do TCE/PA, contando com o tempo de contribuição de 14 (catorze) anos, 07 (sete) meses e 26 (vinte e seis) dias até 02/07/2018;

Considerando a Portaria nº2065/2019-GP, publicada no DJe em 02/05/2019, que alterou a Portaria nº2986/2018-GP, de 04/07/2018, publicada no DJe em 05/07/2018, que aposentou por invalidez com proventos proporcionais a servidora no cargo de Analista Judiciário: Serviço Social, classe/padrão A01CTAJ, passando a ter a seguinte redação: com fulcro no artigo 40, § 1°, inciso I da CF/88 (redação dada pela EC nº 20/1998), c/c o artigo 6-A, § único da EC nº41/2003 (incluído pela EC nº 70/2012); na LC Estadual nº 39/2002, nos artigos 16 a 18 e alterações posteriores; nos artigos 131, §1º, inciso V e 140, inciso III da Lei Estadual nº5.810/1994, no artigo 28, inciso I, alínea ¿a¿, da Lei Estadual nº6.969/07 c/c a Súmula nº 13 do TCE/PA, contando com o tempo de contribuição de 17 (dezessete) anos, 06 (seis) meses e 09 (nove) dias até 04/07/2018;

Considerando o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/19158;

ALTERAR a Portaria nº2065/2019-GP, publicada no DJe em 02/05/2019, que aposentou por invalidez com proventos proporcionais, a servidora ROSIANE CUNHA DE OLIVEIRA, matrícula nº130389, passando a ter a seguinte redação: manter a fundamentação legal e alterar a classe/padrão do cargo de Analista Judiciário ¿ Serviço Social para A02CTAJ.

PORTARIA N° 3108/2019-GP. Belém, 27 de junho de 2019.

Considerando os termos do Expediente PA-MEM-2019/21010.

DESIGNAR a Juíza de Direito Valdeíse Maria Reis Bastos, Auxiliar de 3ª Entrância, para atuar como membro suplente da Turma Recursal Provisória dos Juizados Especiais no dia 18 de junho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3109/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a estrita necessidade de serviço, diante da cumulação de designações pelo Juiz de Direito Jackson José Sodré Ferraz.

Considerando, ainda, a imperiosa continuidade da prestação jurisdicional, atividade típica do Poder Judiciário e fundamento de caráter constitucional (art.93, inciso XII), que traduz a prevalência do interesse público.

Considerando, ainda, o disposto no art. 6º, §5°, da Lei Ordinária Estadual n°. 7.588/11.

Considerando, ainda, os termos do expediente PA-REQ-2019/10317.

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Juiz de Direito Jackson José Sodré Ferraz programadas para o mês de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3110/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a estrita necessidade de serviço, ante a ausência de Magistrados para implemento da substituição durante o período de fruição de férias do Juiz de Direito Antônio Carlos de Souza Moita Koury.

Considerando, ainda, a imperiosa continuidade da prestação jurisdicional, atividade típica do Poder Judiciário e fundamento de caráter constitucional (art.93, inciso XII), que traduz a prevalência do interesse público.

Considerando, ainda, o disposto no art. 6º, §5°, da Lei Ordinária Estadual n°. 7.588/11.

Considerando, ainda, os termos do expediente PA-MEM-2019/24092.

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Juiz de Direito Antônio Carlos de Souza Moita Koury programadas para o mês de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3111/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a estrita necessidade de serviço, ante a ausência de Magistrados para implemento da substituição durante o período de fruição de férias do Juiz de Direito Max Ney do Rosário Cabral.

Considerando, ainda, a imperiosa continuidade da prestação jurisdicional, atividade típica do Poder Judiciário e fundamento de caráter constitucional (art.93, inciso XII), que traduz a prevalência do interesse público.

Considerando, ainda, o disposto no art. 6º, §5°, da Lei Ordinária Estadual n°. 7.588/11.

Considerando, ainda, os termos do expediente PA-REQ-2019/10001.

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Juiz de Direito Max Ney do Rosário Cabral programadas para o mês de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3112/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a estrita necessidade de serviço, ante a ausência de Magistrados para implemento da substituição durante o período de fruição de férias do Juiz de Direito Rafael da Silva Maia.

Considerando, ainda, a imperiosa continuidade da prestação jurisdicional, atividade típica do Poder Judiciário e fundamento de caráter constitucional (art.93, inciso XII), que traduz a prevalência do interesse público.

Considerando, ainda, o disposto no art. 6º, §5°, da Lei Ordinária Estadual n°. 7.588/11.

Considerando, ainda, os termos do expediente PA-MEM-2019/20944.

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Juiz de Direito Rafael da Silva Maia programadas para o mês de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3113/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a designação do Magistrado Leonardo de Farias Duarte para o exercício da função de Juíza Auxiliar da Vice-Presidência.

Considerando, ainda, a imperiosa continuidade da prestação jurisdicional, atividade típica do Poder Judiciário e fundamento de caráter constitucional (art.93, inciso XII), que traduz a prevalência do interesse

público.

Considerando, ainda, o disposto no art. 6º, §5°, da Lei Ordinária Estadual n°. 7.588/11.

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Juiz de Direito Leonardo de Farias Duarte programadas para o mês de junho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3114/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a promoção da Juíza de Direito Cláudia Regina Moreira Favacho.

CESSAR OS EFEITOS da Portaria 1472/2019-GP, que designou o Juiz de Direito Substituto José Dias de Almeida Junior para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 3ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci a contar de 01 de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3115/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria 3114/2019-GP.

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria 1032/2019-GP, que designou o Juiz de Direito Substituto Ithiel Victor Araújo Portela para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 3ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua a contar de 01 de julho do ano de 2019.

Art. 2º DESIGNAR o Juiz de Direito Substituto Ithiel Victor Araújo Portela para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 5ª Vara Criminal de Ananindeua a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3116/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a promoção da Juíza de Direito Josineide Gadelha Pamplona Medeiros.

Art. 1º DESIGNAR a Juíza de Direito Josineide Gadelha Pamplona Medeiros, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela 5ª Vara de Família a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

Art. 2º CESSAR OS EFEITOS da Portaria 2511/2016-GP, que designou a Juíza de Direito Josineide Gadelha Pamplona Medeiros para responder pelo CEJUSC de Santarém a contar de 01 de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3117/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria 3116/2019-GP.

DESIGNAR o Juiz de Direito Cosme Ferreira Neto, titular da 4ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 5ª Vara Cível e Empresarial de Santarém e CEJUSC de Santarém a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3118/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria 3114/2019-GP.

CESSAR OS EFEITOS da Portaria 553/2015-GP, que designou a Juíza de Direito Rosana Lúcia de Canelas Bastos, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 5ª Vara de Família a contar de 01 de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3119/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a promoção da Juíza de Direito Betânia de Figueiredo Pessoa Batista.

DESIGNAR a Juíza de Direito Betânia de Figueiredo Pessoa Batista, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela 6ª Vara do Juizado Especial Cível a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3120/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria 3119/2019-GP.

CESSAR OS EFEITOS da Portaria 1143/2019-GP, que designou a Juíza de Direito Blenda Nery Rigon, titular da 2ª Vara Criminal, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara Criminal a contar de 01 de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3121/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria 3119/2019-GP.

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria 598/2019-GP, que designou a Juíza de Direito Substituta Adriana Grigolin Leite para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher a contar de 01 de julho do ano de 2019.

Art. 2º DESIGNAR a Juíza de Direito Substituta Adriana Grigolin Leite para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 1ª Vara Criminal de Ananindeua a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3122/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a promoção do Juiz de Direito Eduardo Antônio Martins Teixeira.

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria 5876/2018-GP, que designou a Juíza de Direito Substituta Haila Haase de Miranda para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 2ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes a contar de 01 de julho do ano de 2019.

Art. 2º DESIGNAR a Juíza de Direito Substituta Haila Haase de Miranda para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 4ª Vara Criminal de Ananindeua a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3123/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a promoção da Juíza de Direito Edna Maria De Moura Palha.

Art. 1º DESIGNAR a Juíza de Direito Edna Maria De Moura Palha, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela Vara de Família do Distrito de Icoaraci a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

Art. 2º DESIGNAR a Juíza de Direito Edna Maria De Moura Palha, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3124/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria 3123/2019-GP.

DESIGNAR o Juiz de Direito Carlos Magno Gomes de Oliveira, titular da 3ª Vara Criminal de Ananindeua, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA Nº 3125/2019-GP. Belém, 28 de junho de 2019.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013; CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/25131; DESIGNAR a Senhora ANDRESSA ALMEIDA NOGUEIRA, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Itaituba, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 3126/2019-GP. Belém, 28 de junho de 2019.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013; CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/25131; DESIGNAR o Senhor CONSTANCIO WELDER DA SILVA OLIVEIRA, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Itaituba, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 3127 /2019-GP. Belém, 28 de junho de 2019.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013; CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/25131; DESIGNAR a Senhora EMELLY RITA ALVES DA SILVA, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Itaituba, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 3128/2019-GP. Belém, 28 de junho de 2019.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013; CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/25131; DESIGNAR a Senhora IVONEIDE GOMES FERREIRA, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Itaituba, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 3129/2019-GP. Belém, 28 de junho de 2019.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013; CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/25131; DESIGNAR o Senhor MARCOS VENICIOS PAIVA DA SILVA, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Itaituba, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 3130/2019-GP. Belém, 28 de junho de 2019.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013; CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/25131; DESIGNAR a Senhora MARIA DA CRUZ BARROS, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Itaituba, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 3131/2019-GP. Belém, 28 de junho de 2019.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013; CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/25131; DESIGNAR a Senhora NATALIE SILVA OLIVEIRA, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Itaituba, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 3132/2019-GP. Belém, 28 de junho de 2019.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 140/2013-CJE, publicada no DJe nº 5287 de 19/06/2013; CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/25131; DESIGNAR a Senhora RANYELLEN DA SILVA E SILVA, para desenvolver a função de Conciliador Voluntário, junto à Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Itaituba, sem ônus para o Poder Judiciário do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 3133/2019-GP. Belém, 28 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/25970; DESIGNAR a servidora TAIANA MARINA SOUZA LADEIRA, matrícula nº 151823, para responder pela chefia do Serviço de Controle de Bens Patrimoniais deste Egrégio Tribunal de Justiça, durante as férias da titular, Sra. Kelle Katiúscia da Silva Auzier Marques, matrícula nº 67300, no período de 01/07/2019 a 15/07/2019.

PORTARIA Nº 3134/2019-GP. Belém, 28 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/26047; DESIGNAR a servidora MILENE LAÍSE SILVA CORRÊA, matrícula nº 117889, para responder pela Chefia da Divisão de Auditoria, REF-CJS-3, junto à Secretaria de Controle Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça, durante as férias do titular, Sr. Carlos Augusto Sousa Jatene, matrícula nº 105481, no período de 01/07/2019 a 15/07/2019.

PORTARIA Nº 3135/2019-GP. Belém, 28 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/25939; DESIGNAR o servidor IGOR ANDRADE NAIA, matrícula nº 117005, para responder pela chefia do Serviço de Protocolo Administrativo deste Egrégio Tribunal de Justiça, durante as férias da titular, Sra. Lúcia de Fátima Lobo da Silva, matrícula nº 9482, no período de 08/07/2019 a 06/08/2019.

PORTARIA Nº 3136/2019-GP. Belém, 28 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-MEM-2019/26047; DESIGNAR a servidora SHEILA ALVES DE LIMA MACIEL, matrícula nº 92771, para responder pela Chefia da Divisão de Auditoria, REF-CJS-3, junto à Secretaria de Controle Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça, durante as férias do titular, Sr. Carlos Augusto Sousa Jatene, matrícula nº 105481, no período de 16/07/2019 a 30/07/2019.

PORTARIA Nº 3137/2019-GP. Belém, 28 de junho de 2019.

CONSIDERANDO o expediente protocolizado neste Tribunal sob o nº PA-OFI-2019/05703; DESIGNAR o servidor ANTÔNIO CÉSAR BATISTA DA CUNHA, matrícula nº 21415, para exercer a Função de Oficial de Justiça, junto ao Juizado Especial Cível e Criminal de Bragança, durante as férias do servidor Luiz Maria de Oliveira, matrícula 7234, no período de 22/07/2019 a 20/08/2019.

PORTARIA N° 3140/2019-GP, DE 28 DE JUNHO DE 2019.

CONSIDERANDO o Plano de Gestão deste Poder Judiciário Estadual para o biênio 2019/2021, do qual são integrantes as ações de Aperfeiçoar o Guia de Ferramentas do Magistrado para Utilização dos

Sistemas Eletrônicos de Acesso a Informação de Dados e Elaboração do Guia Prático de Execução Cível e Cumprimento de Sentença;

CONSIDERANDO os termos do expediente PA-OFI-2019/05761, subscrito pela Magistrada Sherida Keila Pacheco Teixeira Bauer,

Art.1º Instituir Grupo de Trabalho visando aperfeiçoar o Guia de Ferramentas do Magistrado para utilização dos sistemas eletrônicos de acesso a informação de dados e elaboração do Guia Prático de Execução Cível e Cumprimento de Sentença, composto pelos seguintes integrantes:

I-Sherida Keila Pacheco Teixeira Bauer, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santa Izabel;

II-Priscila Mamede Mousinho, Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas;

III-Lauro Fontes Júnior, Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda Pública e Execução Fiscal de Parauapebas;

Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 3141/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a promoção do Juiz de Direito Fábio Penezi Póvoa.

DESIGNAR a Juíza de Direito Rosa Maria Moreira da Fonseca, titular da 1ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 2ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3142/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria 3115/2019-GP.

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria 808/2015-GP, que designou a Juíza de Direito Substituta Emília de Nazareth Parente e Silva de Medeiros para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 5ª Vara do Juizado Especial Cível a contar de 01 de julho do ano de 2019.

Art. 2º CESSAR OS EFEITOS da Portaria 5841/2018-GP, que designou a Juíza de Direito Substituta Emília de Nazareth Parente e Silva de Medeiros para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 6ª Vara do Juizado Especial Cível a contar de 01 de julho do ano de 2019.

Art. 3º DESIGNAR a Juíza de Direito Substituta Emília de Nazareth Parente e Silva de Medeiros para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 3ª Vara do Juizado Especial Cível de Ananindeua a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3143/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria 3142/2019-GP.

CESSAR OS EFEITOS da Portaria 652/2017-GP, que designou a Juíza de Direito Tânia Batistello, titular da 5ª Vara do Juizado Especial Cível, para atuar, com prejuízo de sua jurisdição, como membro titular da Turma Recursal Permanente Exclusiva dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais contar de 01 de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3144/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a promoção da Juíza de Direito Shérida Keila Pacheco Teixeira Bauer.

DESIGNAR a Juíza de Direito Shérida Keila Pacheco Teixeira Bauer, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela 4ª Vara do Juizado Especial Cível a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3145/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria 3144/2019-GP.

DESIGNAR o Juiz de Direito Paulo Pereira da Silva Evangelista, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Santa Izabel do Pará, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Santa Izabel do Pará a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3146/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria 3144/2019-GP.

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria 264/2019-GP, que designou o Juiz de Direito Substituto Iran Ferreira Sampaio para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 4ª Vara do Juizado Especial Cível a contar de 01 de julho do ano de 2019.

Art. 2º DESIGNAR o Juiz de Direito Substituto Iran Ferreira Sampaio para responder, sem prejuízo de suas designações anteriores, pela Vara Criminal de Marituba a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3147/2019-GP, DE 28 DE JUNHO DE 2019.

CONSIDERANDO os termos da Portaria nº 2897/2019-GP, de 13 de junho de 2019, que institui o Projeto Experimental de Teletrabalho, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará e dispõe sobre sua regulamentação e funcionamento;

CONSIDERANDO as disposições do art. 22 do referenciado normativo;

CONSIDERANDO indicação formalizada através do expediente PA-EXT-2019/04614,

RESOLVE:

Art. 1.º Instituir a Comissão de Gestão do Teletrabalho do Poder Judiciário do Estado do Pará, composta pelos seguintes integrantes:

I ¿ Juiz de Direito Caio Marco Berardo, Titular da Vara de Execução Penal de Marabá;

II ¿ Maria de Lourdes Carneiro Lobato, Secretária de Gestão de Pessoas;

III¿ Diego Baptista Leitão, Secretário de Informática;

IV ¿ Sueli Lima Ramos Azevedo, Secretária de Planejamento, Coordenação e Finanças;

V ¿ Juíza de Direito Márcia Cristina Leão Murrieta, Titular da 9ª Vara do Juizado Especial Cível;

VI ¿ Manoel de Christo Alves Neto, Coordenador da Coordenadoria de Saúde;

VII ¿ Danyelle Rodrigues Martins, representante do Sindicato dos Funcionários do Judiciário do Estado do Pará ¿ SINDJU-PA.

Parágrafo único. Quando o titular não puder justificadamente comparecer à reunião da Comissão, poderá indicar eventualmente outro servidor para substituí-lo, nos termos do parágrafo único da Portaria nº 2897/2019-GP.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA N° 3148/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria 3144/2019-GP.

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria 2743/2019-GP, que designou o Juiz de Direito Daniel Bezerra Montenegro Girão, titular da Comarca de Mocajuba, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Criminal de Marituba a contar de 01 de julho do ano de 2019.

Art. 2º DESIGNAR o Juiz de Direito Daniel Bezerra Montenegro Girão, titular da Comarca de Mocajuba, para responder, com prejuízo de sua jurisdição e sem prejuízo de suas designações anteriores, pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Marituba a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3149/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a estrita necessidade de serviço, diante da cumulação de designações pelo Juiz de Direito Amarildo José Mazutti e, ainda, a ausência de magistrados para implemento de substituição funcional;

Considerando, ainda, a imperiosa continuidade da prestação jurisdicional, atividade típica do Poder Judiciário e fundamento de caráter constitucional (art.93, inciso XII), que traduz a prevalência do interesse público.

Considerando, ainda, o disposto no art. 6º, §5°, da Lei Ordinária Estadual n°. 7.588/11.

Considerando, ainda, os termos do expediente PA-MEM-2019/25125.

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Juiz de Direito Amarildo José Mazutti, programadas para o mês de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3150/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a estrita necessidade de serviço, diante da cumulação de designações pelo Juiz de Direito César Leandro Pinto Machado e, ainda, a ausência de magistrados para implemento de substituição funcional;

Considerando, ainda, a imperiosa continuidade da prestação jurisdicional, atividade típica do Poder Judiciário e fundamento de caráter constitucional (art.93, inciso XII), que traduz a prevalência do interesse público.

Considerando, ainda, o disposto no art. 6º, §5°, da Lei Ordinária Estadual n°. 7.588/11.

Considerando, ainda, os termos do expediente PA-REQ-2019/10412.

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Juiz de Direito César Leandro Pinto Machado, programadas para o mês de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3151/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria 3144/2019-GP.

Art. 1º CESSAR OS EFEITOS da Portaria 2745/2019-GP, que designou o Juiz de Direito Augusto Carlos Correa Cunha, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Marituba, para responder, sem prejuízo de sua jurisdição, pela Vara Criminal de Marituba a contar de 01 de julho do ano de 2019.

Art. 2º Designar o Juiz de Direito Augusto Carlos Correa Cunha, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Marituba, para exercer, sem prejuízo de sua jurisdição, a Função de Diretor do Fórum da Comarca de Marituba a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3152/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a estrita necessidade de serviço, diante da cumulação de designações pelo Juiz de Direito Carlos Magno Gomes de Oliveira e, ainda, a ausência de magistrados para implemento de substituição funcional;

Considerando, ainda, a imperiosa continuidade da prestação jurisdicional, atividade típica do Poder Judiciário e fundamento de caráter constitucional (art.93, inciso XII), que traduz a prevalência do interesse público.

Considerando, ainda, o disposto no art. 6º, §5°, da Lei Ordinária Estadual n°. 7.588/11.

Considerando, ainda, os termos do expediente PA-MEM-2019/19982,

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Juiz de Direito Carlos Magno Gomes de Oliveira, programadas para o mês de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3153/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a estrita necessidade de serviço, diante da cumulação de designações pelo Juiz de Direito Lucas Quintanilha Furlan e, ainda, a ausência de magistrados para implemento de substituição funcional;

Considerando, ainda, a imperiosa continuidade da prestação jurisdicional, atividade típica do Poder Judiciário e fundamento de caráter constitucional (art.93, inciso XII), que traduz a prevalência do interesse público.

Considerando, ainda, o disposto no art. 6º, §5°, da Lei Ordinária Estadual n°. 7.588/11.

Considerando, ainda, os termos do expediente PA-REQ-2019/09138,

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do Juiz de Direito Lucas Quintanilha Furlan, programadas para o mês de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3154/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a estrita necessidade de serviço, diante da cumulação de designações pela Juíza de Direito Aldineia Maria Martins Barros e, ainda, a ausência de magistrados para implemento de substituição funcional;

Considerando, ainda, a imperiosa continuidade da prestação jurisdicional, atividade típica do Poder Judiciário e fundamento de caráter constitucional (art.93, inciso XII), que traduz a prevalência do interesse público.

Considerando, ainda, o disposto no art. 6º, §5°, da Lei Ordinária Estadual n°. 7.588/11.

Considerando, ainda, os termos do expediente PA-REQ-2019/10026,

SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias da Juíza de Direito Aldineia Maria Martins Barros, programadas para o mês de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3155/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a promoção do Juiz de Direito Gabriel Costa Ribeiro,

DESIGNAR o Juiz de Direito Gabriel Costa Ribeiro, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela Vara de Carta Precatória Cível da Capital, a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3156/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria nº 3155/2019-GP;

CESSAR OS EFEITOS, a partir de 1º de julho de 2019, da Portaria 2158/2019-GP, que designou o Juiz de Direito Sílvio César dos Santos Maria para responder pela Vara de Carta Precatória Cível da Capital.

PORTARIA N° 3157/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria nº 3143/2019-GP;

DESIGNAR o Juiz de Direito Max Ney do Rosário Cabral, titular da Vara do Juizado Especial Cível de Acidentes de Trânsito, para atuar, sem prejuízo de sua jurisdição, como membro titular da Turma Recursal Permanente Exclusiva dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, a partir de 1º de julho de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3158/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria nº 3157/2019-GP;

CESSAR OS EFEITOS, a partir de 1º de julho de 2019, da Portaria nº 2322/2019-GP, que designou o Juiz de Direito Max Ney do Rosário Cabral para compor a Turma Recursal Provisória dos Juizados Especiais.

PORTARIA N° 3159/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria nº 3158/2019-GP;

DESIGNAR o Juiz de Direito Sílvio César dos Santos Maria, titular da 3ª Vara Cível e Empresarial, para compor, sem prejuízo de sua jurisdição, a Turma Recursal Provisória dos Juizados Especiais, a partir de 1º de julho de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3160/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria nº 3155/2019-GP,

DESIGNAR o Juiz de Direito José Maria Pereira Campos e Silva, Titular da Comarca de Curuçá, para responder pela Vara única da Comarca de Marapanim, a partir de 01 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3161/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a promoção do Juiz de Direito Murilo Lemos Simão,

DESIGNAR o Juiz de Direito Murilo Lemos Simão, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela 1ª Vara Criminal da Capital, a partir de 1º de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3162/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria nº 3161/2019-GP,

DESIGNAR o Juiz de Direito Fábio Araújo Marçal, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Benevides, para responder pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Benevides, a partir de 3 de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3163/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria nº 3161/2019-GP,

DESIGNAR a Juíza de Direito Viviane Monteiro Fernandes Augusto da Luz, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Benevides, para responder pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Benevides, nos dias 1º e 2 de julho do ano de 2019.

PORTARIA N° 3164/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a promoção da Juíza de Direito Danielle Karen da Silveira Araújo Leite,

DESIGNAR a Juíza de Direito Danielle Karen da Silveira Araújo Leite, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela 8ª Vara de Família da Capital, a partir de 1º de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3165/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria nº 3164/2019-GP;

CESSAR OS EFEITOS, a partir de 1º de julho de 2019, da Portaria nº 1099/2019-GP, que designou a Juíza de Direito Margui Gaspar Bittencourt para responder pela 8ª Vara de Família da Capital.

PORTARIA N° 3166/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria nº 3164/2019-GP;

DESIGNAR a Juíza de Direito Adelina Luiza Moreira Silva e Silva, titular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Castanhal, para responder pela 1ª Vara Cível e Empresarial de Castanhal, a partir de 1º de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3167/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a promoção da Juíza de Direito Luciana Maciel Ramos,

DESIGNAR a Juíza de Direito Luciana Maciel Ramos, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher, a partir de 1º de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3168/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando a promoção do Juiz de Direito Luiz Otávio Oliveira Moreira,

DESIGNAR o Juiz de Direito Luiz Otávio Oliveira Moreira, Auxiliar de 3ª Entrância, para responder pela 4ª Vara da Fazenda da Capital, a partir de 1º de julho do ano de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3169/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria nº 3168/2019-GP;

CESSAR OS EFEITOS, a partir de 1º de julho de 2019, da Portaria nº 1376/2019-GP, que designou o Juiz de Direito Raimundo Rodrigues Santana para responder pela 4ª Vara da Fazenda da Capital.

PORTARIA N° 3170/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os termos da Portaria nº 3168/2019-GP;

DESIGNAR a Juíza de Direito Marinez Catarina Von Lohrmann Cruz Arraes para responder pela Vara de Fazenda Pública de Ananindeua, a partir de 1º de julho de 2019, até ulterior deliberação.

PORTARIA N° 3172/2019-GP. DE 28 DE JUNHO DE 2019

Considerando os afastamentos programados para o mês de julho do ano de 2019.

TORNAR PÚBLICO o quadro de substituições decorrentes dos afastamentos de magistrados, abaixo listados, decorrentes de férias, compensação de plantão e licenças programadas para o mês de julho do ano de 2019.

Titular/Respondendo	Unidade Judiciária	Motivo do Afastamento	Período de Afastamento	Magistrado (a) que irá responder
Pedro Pinheiro Sotero	3ª Vara de Família	Férias	01 a 30/07/2019	Eliane dos Santos Figueiredo
Rosana Lúcia de Canelas Bastos	1ª Vara Cível e Empresarial	Férias	01 a 30/07/2019	João Lourenço Maia da Silva
Alessandro Ozanan	6ª Vara Cível e Empresarial	Férias	01 a 30/07/2019	Homero Lamarão Neto
Lailce Ana Marron da Silva Cardoso	9ª Vara Cível e Empresarial	Férias	01 a 30/07/2019	Homero Lamarão Neto
Vanderley de Oliveira Silva	3ª Vara da Infância e Juventude	Férias	01 a 30/07/2019	Guisela Haase de Miranda Moreira
Cláudio Hernandes Silva Lima	Vara de Juizado Especial da Fazenda Pública	Férias	03/07 a 01/08/2019	Márcio Teixeira Bittencourt

Murilo Lemos Simão	2ª Vara Criminal	Férias	01 a 30/07/2019	Jackson José Sodré Ferraz
Blenda Nery Rigon	2ª Vara Criminal	Férias	01 a 30/07/2019	Betânia de Figueiredo Pessoa Batista
Flávio Sanchez Leão	7ª Vara Criminal	Férias	01 a 30/07/2019	Jorge Luiz Lisboa Sanches
Alda Gessyane Monteiro de Souza Tuma	11ª Vara Criminal	Férias	01 a 30/07/2019	Sérgio Augusto Andrade de Lima
Ana Angélica Abdulmassih Olegário	Vara de Carta Precatória Criminal	Férias	01 a 15/07/2019	Jackson José Sodré Ferraz
Raimundo Moisés Alves Flexa	2ª Vara do Tribunal do Júri e Direção do Fórum Criminal	Férias	01 a 30/07/2019	Ângela Alice Alves Tuma
Maurício Ponte Ferreira de Souza	2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher	Férias	01 a 05/07/2019	Otávio dos Santos Albuquerque
Deomar Alexandre de Pinho Barroso	Vara de Execuções Penal da Região Metropolitana de Belém	Férias	01 a 30/07/2019	Daniel Ribeiro Dacier Lobato
Mônica Maciel Soares Fonseca	1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes	Férias	01 a 30/07/2019	Luciana Maciel Ramos
Lucas do Carmo de Jesus	Auditoria Militar	Férias	01 a 30/07/2019	Heyder Tavares da Silva Ferreira
Ana Patrícia Nunes Alves Fernandes	1ª Vara do Juizado Especial Cível e 3º CEJUSC da Capital	Férias	01 a 30/07/2019	Shérida Keila Pacheco Teixeira Bauer
Andréa Cristine Corrêa Ribeiro	3ª Vara do Juizado Especial Cível	Férias	01 a 05/07/2019	Carmen Oliveira de Castro Carvalho
Prócion Barreto da Rocha Klautau Filho	2ª Vara do Juizado Especial Criminal	Férias	01 a 30/07/2019	Lauro Alexandrino Santos
Silvana Maria de	5ª Vara do Juizado	Férias	01 a 30/07/2019	Lauro Alexandrino

Lima e Silva	Especial Criminal			Santos
Ellen Christiane Bemerguy Peixoto	Vara do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente	Férias	01 a 30/07/2019	Gildes Maria Silveira Lima
Antônio Cláudio Von Lohrmann Cruz	1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci	Férias	01 e 02/07/2019	Giovana de Cássia Santos de Oliveira
Antônio Cláudio Von Lohrmann Cruz	Vara da Infância e Juventude Distrital de Icoaraci	Férias	01 e 02/07/2019	Giovana de Cássia Santos de Oliveira
Antônio Cláudio Von Lohrmann Cruz	Vara da Infância e Juventude Distrital de Icoaraci	Férias	03 a 30/07/2019	Sérgio Ricardo Lima da Costa
Eric Aguiar Peixoto	Vara do Juizado Especial Criminal de Icoaraci	Férias	01 a 30/07/2019	Heloísa Helena da Silva Gato
Antônio Jairo de Oliveira Cordeiro	1ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua	Férias	01 a 30/07/2019	Haila Haase de Miranda
Luis Augusto da Encarnação Menna Barreto	3ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua	Férias	01 a 30/07/2019	Adriana Grigolin Leite
Ithiel Victor Araújo Portela	5ª Vara Criminal de Ananindeua	Férias	01 a 30/07/2019	Cristina Sandoval Collyer
Daniel Bezerra Montenegro Girão	1ª Vara Cível e Empresarial de Marituba	Férias	03 a 22/07/2019	Augusto Carlos Correa Cunha
Geraldo Cunha da Luz	Juizado Especial Cível e Criminal de Marituba	Férias	01 a 30/07/2019	Iran Ferreira Sampaio
Elano Demétrio Ximenes	Vara Criminal de Santa Izabel do Pará e Direção de Fórum	Férias	01 a 30/07/2019	Everaldo Pantoja e Silva
João Ronaldo Corrêa Mártires	2ª Vara Cível e Empresarial de Abaetetuba e Direção do Fórum	Férias	01 a 30/07/2019	Carla Sodré da Mota Dessimone
Gisele Mendes Camarço Leite	2ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena e Direção do Fórum	Férias	01 a 30/07/2019	Bárbara Oliveira Moreira

Charbel Abdon Haber Jeha	Igarapé-Miri	Férias	01 a 15/07/2019	Arielson Ribeiro Lima
Waltencir Alves Gonçalves	Mojú	Férias	01 a 15/07/2019	Arielson Ribeiro Lima
Waltencir Alves Gonçalves	Mojú	Férias	16 a 30/07/2019	Charbel Abdon Haber Jeha
Aline Cristina Breia Martins	2ª Vara de Tailândia e Direção do Fórum	Compensação de Plantão	01 a 05/07/2019	Arielson Ribeiro Lima
Aline Cristina Breia Martins	2ª Vara de Tailândia e Direção do Fórum	Compensação de Plantão	08 a 14/07/2019	Arielson Ribeiro Lima
Aline Cristina Breia Martins	2ª Vara de Tailândia e Direção do Fórum	Compensação de Plantão	15/07 a 13/08/2019	Arielson Ribeiro Lima
André Luiz Filo-Creão Garcia da Fonseca	Vara Agrária de Castanhal e Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente	Férias	01 a 30/07/2019	Ivan Delaquis Perez
Sérgio Cardoso Bastos	Inhangapí	Férias	01 a 30/07/2019	Vanessa Ramos Couto
Horácio de Miranda Lobato Neto	São Miguel do Guamá e Juizado Especial Cível e Criminal de São Miguel do Guamá	Férias	01 a 30/07/2019	Luiz Gustavo Viola Cardoso
Newton Carneiro Primo	Irituia	Férias	01 a 30/07/2019	Ana Louise Ramos dos Santos
Cynthia Beatriz Zanlochi Vieira	Bonito	Férias	01 a 30/07/2019	Omar José de Miranda Cherpinsk
Cornélio José Holanda	Garrafão do Norte	Férias	01 e 02/07/2019	Omar José de Miranda Cherpinsk
Cornélio José Holanda	Garrafão do Norte	Férias	03 a 30/07/2019	Caroline Slongo Assad
Cornélio José Holanda	Capitão Poço	Férias	01 e 02/07/2019	Omar José de Miranda Cherpinsk
Anúzia Dias da	Peixe-boi	Férias	01 a 30/07/2019	Antônio Francisco

Costa				Gil Barbosa
Roberta Guterres Caracas	Santarém Novo	Férias	01 a 30/07/2019	Antônio Carlos de Souza Moita Koury
Fernanda Azevedo Lucena	1ª Vara Cível e Empresarial de Paragominas	Férias	01 a 30/07/2019	Rogério Tibúrcio de Moraes Cavalcanti
Rachel Rocha Mesquita da Costa	2ª Vara Cível e Empresarial de Paragominas	Férias	01 a 30/07/2019	David Guilherme de Paiva Albano
Jonas da Conceição Silva	Ponta de Pedras	Férias	01 a 30/07/2019	Luiz Trindade Júnior
Sara Augusta Pereira de Oliveira Medeiros	Melgaço	Férias	01 a 30/07/2019	Lucas Quintanilha Furlan
José Matias Santana Dias	2ª Vara de Cametá e Direção do Fórum	Férias	01 a 30/07/2019	Jacob Arnaldo Campos Farache
Rafael da Silva Maia	2ª Vara Cível e Empresarial de Tucuruí e Direção do Fórum	Férias	01 a 30/07/2019	Thiago Cendes Escórcio
Andrey Magalhães Barbosa	Breu Branco	Compensação de Plantão	01 a 12/07/2019	José Jocelino Rocha
Aidison Campos Sousa	1ª Vara Cível e Empresarial de Marabá	Férias	01 a 30/07/2019	Alessandra Rocha da Silva Souza
Aidison Campos Sousa	1ª Vara Cível e Empresarial de Marabá	Férias	01 a 08/07/2019	Alessandra Rocha da Silva Souza
Alexandre Hiroshi Arakaki	3ª Vara Criminal de Marabá	Férias	01 a 30/07/2019	Amarildo José Mazutti
Caio Marco Berardo	Vara de Execução Penal de Marabá	Férias	01 a 30/07/2019	Renata Guerreiro Milhomem de Souza
Adriana Divina da Costa Tristão	1ª Vara de Juizado Especial Cível e Criminal de Marabá	Férias	01 a 30/07/2019	Augusto Bruno de Moraes Favacho
José Jonas Lacerda de Souza	1ª Vara Cível de Rondon do Pará e	Férias	01 a 30/07/2019	João Valério de Moura Junior

	Direção do Fórum			
Pamela Carneiro Lameira	São Domingos do Araguaia	Férias	01 a 30/07/2019	Luciano Mendes Scaliza
Rafaela de Jesus Mendes Morais	3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas	Férias	02 a 31/07/2019	Lauro Fontes Júnior
Celso Quim Filho	1ª Vara Criminal de Parauapebas	Férias	08/07 a 06/08/2019	Ramiro Almeida Gomes
Celso Quim Filho	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Parauapebas e Direção do Fórum	Férias	08/07 a 06/08/2019	Ramiro Almeida Gomes
Edivaldo Saldanha Sousa	Rio Maria	Férias	01 a 30/07/2019	César Leandro Pinto Machado
Haroldo Silva da Fonseca	Vara Agrária de Redenção e Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente	Férias	01 a 30/07/2019	Nilda Mara Miranda Freitas Jacome
Marcos Paulo Sousa Campelo	2ª Vara de Conceição do Araguaia	Férias	01 a 10/07/2019	Sílvia Clemente Silva Ataíde
Marcos Paulo Sousa Campelo	2ª Vara de Conceição do Araguaia	Férias	11 a 30/07/2019	Márcio Daniel Coelho Caruncho
Márcio Daniel Coelho Caruncho	Vara do Juizado Especial Cível e Criminal de Conceição do Araguaia e Direção do Fórum	Compensação de Plantão	01 a 10/07/2019	Sílvia Clemente Silva Ataíde
José Leonardo Pessoa Valença	1ª Vara Cível e Empresarial de Altamira e	Férias	01 a 30/07/2019	Luanna Karissa Araújo Lopes

	Juizado Especial Cível de Altamira			
André Monteiro Gomes	Medicilândia	Férias	01 a 30/07/2019	Antônio Fernando de Carvalho Vilar
Kátia Tatiana Amorim de Souza	Senador José Porfírio	Férias	01 a 30/07/2019	Antônio Fernando de Carvalho Vilar
Rafael Grehs	2ª Vara Cível e Empresarial de Santarém e Juizado Especial Criminal de Santarém	Compensação de Plantão	01 a 05/07/2019	Cosme Ferreira Neto
Claytoney Passos Ferreira	6ª Vara Cível e Empresarial de Santarém	Férias	01 a 30/07/2019	Gerson Marra Gomes
Carolina Cerqueira de Miranda Maia	Vara do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Santarém	Férias	01 e 02/07/2019	Vinícius de Amorim Pedrassoli
Carolina Cerqueira de Miranda Maia	Vara do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Santarém	Férias	03 a 30/07/2019	Manuel Carlos de Jesus Maria
Francisco Daniel Brandão Alcântara	Alenquer	Férias	01 a 30/07/2019	Thiago Tapajós Gonçalves
Karla Cristiane Sampaio Nunes Galvão	Jacareacanga	Férias	01 e 02/07/2019	André Souza dos Anjo
Karla Cristiane Sampaio Nunes Galvão	Jacareacanga	Férias	03 a 30/07/2019	Caroline Bartolomeu Silva

PORTARIA Nº 3015/2019-GP, DE 25 DE JUNHO DE 2019

Dispõe sobre regras e diretrizes da etapa de planejamento das contratações de bens e serviços no âmbito da Administração deste Tribunal de Justiça.

O Desembargador Leonardo de Noronha Tavares, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Para¿ - TJPA, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO o princípio da eficiência constante do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o poder regulamentar garantido pela autonomia, prevista no art. 99 da Constituição Federal e no art. 148 da Constituição do Estado do Pará;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 6º, inciso IX da Lei nº 8.666/1993;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação das contratações de maneira que haja previsibilidade com relação ao planejamento, à execução e à gestão dos contratos firmados pelo TJPA;

CONSIDERANDO as determinações do Conselho Nacional de Justiça, consignadas no Relatório da Inspeção nº 0003015-11.2017.2.00.0000, realizada no TJPA;

CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoar os processos administrativos para contratação de bens e serviços.

RESOLVE:

Art. 1º Os processos de contratação de bens e serviços, inclusive os de engenharia, deverão observar as regras e diretrizes relativas à fase de Planejamento da Contratação previstas nesta Portaria.

§ 1º As contratações de obras deverão observar as diretrizes contidas na Resolução do Conselho Nacional de Justiça de nº 114, de 20 de abril de 2010.

§ 2º As contratações de Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação deverão observar as diretrizes contidas na Resolução do Conselho Nacional de Justiça de nº 182, de 17 de outubro de 2013.

Art. 2º O Planejamento da Contratação consistirá nas seguintes etapas:

I- Estudos Preliminares;

II- Gerenciamento de Riscos; e

III- Termo de Referência ou Projeto Básico.

§ 1º As situações que ensejarem a dispensa ou a inexigibilidade da licitação exigirão o cumprimento das etapas do Planejamento da Contratação.

§ 2º Salvo o Gerenciamento de Riscos relacionado à fase de Gestão do Contrato, as etapas I e II do caput ficarão dispensadas quando se tratar de:

a) contratações de bens e serviços cujos valores se enquadram nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993, inclusive quando se tratar de inexigibilidade de licitação; ou

b) contratações previstas nos incisos IV e XI do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993.

§ 3º As contratações passíveis de prorrogações, de que trata o art. 57 da Lei nº 8.666/1993, nas hipóteses de renovação da vigência, ficarão dispensadas da etapa III relacionada no caput deste artigo.

§ 4º Para as contratações de bens e serviços de mesma natureza, semelhança ou afinidade poderá ser elaborado Estudo Preliminar e Gerenciamento de Riscos, único, comum a todos.

Art. 3º O procedimento inicial do Planejamento da Contratação envolve as seguintes etapas:

I- elaboração do Documento de Oficialização da Demanda pelo setor demandante, conforme modelo

constante do Anexo I, que contemple:

a) a justificativa da necessidade da aquisição/contratação, considerando o Planejamento Estratégico e/ou Plano de Contratações;

b) a quantidade de bens ou serviços a serem contratados;

c) a previsão de data em que deverá ser iniciado o fornecimento dos bens ou a prestação dos serviços;

d) a indicação de integrante demandante, para compor a equipe de planejamento da contratação, a qual é responsável pela elaboração dos Estudos Preliminares, do Gerenciamento de Risco e do Termo de Referência ou Projeto Básico;

e) a indicação de servidores para compor a equipe de apoio à contratação;

f) a indicação do gestor e do fiscal demandante, para compor a equipe de gestão e fiscalização da contratação.

II- envio do documento de que trata o inciso I deste artigo ao setor técnico, para indicação de servidores para compor as equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação, quando for o caso;

III- envio do Documento de Oficialização da Demanda à Secretaria de Administração; e

IV- designação formal da equipe de planejamento da contratação pelo Secretário de Administração.

Art. 4º Ao receber o Documento de Oficialização da Demanda de que trata o inciso I do art. 3º, a Secretaria de Administração deverá:

I- autuar processo administrativo de contratação;

II- verificar se a demanda está incluída no rol de contratações previstas e aprovadas no Plano de Contratações, e caso não conste do referido plano, solicitar autorização à Presidência deste Tribunal para a respectiva inclusão;

III- indicar servidores que atuem na Secretaria de Administração para compor as equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação;

IV- instituir as equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação, notificando seus integrantes via e-mail funcional ou memorando;

V- encaminhar o processo para o integrante demandante, a quem competirá coordenar as demais etapas do Planejamento da Contratação.

Art. 5º A equipe de planejamento da contratação será composta por servidores que reúnam as competências necessárias à completa execução das etapas de Planejamento da Contratação, inclusive conhecimentos sobre aspectos técnicos e de uso do objeto, licitações e contratos, dentre outros.

Parágrafo único. Deverão constar dos autos do processo os comprovantes de notificação dos servidores designados para compor cada uma das equipes.

Art. 6º A equipe de planejamento da contratação deverá realizar os Estudos Preliminares com base no Documento de Oficialização da Demanda e conforme modelo e diretrizes constantes do Anexo II.

§ 1º O documento que materializa os Estudos Preliminares deverá conter, quando couber, o seguinte conteúdo:

I- a necessidade da contratação;

II- a referência aos instrumentos de planejamento do órgão;

III- a análise de viabilidade da contratação, composta pelos seguintes elementos:

a) definição e especificação dos requisitos;

b)estimativa de quantidades;

c) identificação das soluções e/ou opções disponíveis no mercado;

d) levantamento de contratações similares realizadas por outros órgãos ou entidades da Administração Pública;

e) análise e comparação entre os custos totais das soluções e/ou opções identificadas, levando-se em conta os valores de aquisição dos produtos, insumos, garantia e serviços complementares, quando necessários à contratação;

f) apresentação do orçamento estimado;

g) informação sobre contratações correlatas e/ou interdependentes;

h) escolha e justificativa da solução/opção, que contemple, no mínimo:

1) a descrição sucinta, precisa, clara e suficiente do objeto, indicando os bens e/ou serviços que o compõem;

2) os objetivos pretendidos com a contratação;

3) a identificação dos benefícios a serem alcançados com a solução escolhida em termos de eficácia, eficiência, economicidade e padronização;

4) a relação entre a demanda prevista e a quantidade de bens e/ou serviços a serem contratados.

i) avaliação das necessidades de adequação do ambiente do órgão;

j) levantamento do histórico de contratações anteriores;

IV- a análise de sustentação do contrato, composta pelos seguintes elementos:

a) os recursos materiais e humanos necessários à continuidade do objeto contratado;

b) a continuidade do fornecimento e/ou serviço em eventual interrupção contratual;

c) as atividades de transição contratual e de encerramento do contrato, quando for o caso;

V- a definição da estratégia da contratação, composta pelos seguintes elementos:

a) a natureza do objeto com a indicação dos elementos necessários para caracterizar o bem e/ou serviço a ser contratado;

b) o parcelamento do objeto com a demonstração da viabilidade ou não da divisão;

c) a adjudicação do objeto com a indicação e justificativa da forma escolhida, demonstrando se o objeto pode ser adjudicado a uma ou a várias empresas, se por itens ou por grupo de itens;

d) a modalidade e o tipo de licitação com a indicação e a justificativa para as escolhas;

e) a classificação orçamentária com a indicação da fonte de recurso do orçamento do órgão previsto para atender a necessidade da contratação;

f) informação sobre prazos de vigência do contrato, de entrega e/ou execução e de garantia dos bens e/ou dos serviços contratados;

g) relação dos integrantes designados para compor a equipe de apoio à contratação;

h) relação dos integrantes designados para compor a equipe de gestão e fiscalização da contratação; e

VI- declaração da viabilidade ou não da contratação.

§ 2º O órgão ou entidade deverá apresentar justificativa no próprio documento que materializa os Estudos Preliminares quando não contemplar quaisquer dos incisos de que trata o § 1º deste artigo.

§ 3º Nas contratações que utilizarem especificações padronizadas, a equipe de planejamento da contratação produzirá somente os conteúdos dispostos nos incisos do § 1º deste artigo que não forem estabelecidos como padrão, devendo juntar aos autos o respectivo estudo de padronização.

Art. 7º O Gerenciamento de Riscos consistirá nas seguintes etapas:

I- Identificação dos principais riscos que possam comprometer a efetividade do Planejamento da Contratação, da Seleção do Fornecedor e da Gestão Contratual ou que impeçam o alcance dos resultados previstos para a contração;

II- Avaliação dos riscos identificados, mediante a mensuração da probabilidade de ocorrência e do impacto de cada risco;

III- Tratamento dos riscos considerados inaceitáveis por meio da definição de ações para reduzir a probabilidade de ocorrência dos eventos ou suas consequências;

IV- Definição de ações de correção para os riscos que persistirem inaceitáveis após o tratamento, bem como de ações de contingência, caso haja a concretização dos eventos correspondentes aos riscos;

V- Definição de responsáveis para as ações de tratamento dos riscos e das ações de contingência.

Parágrafo único. A etapa de Gerenciamento de Riscos será de competência da equipe de planejamento da contratação, devendo abranger as fases de Planejamento da Contratação, de Seleção do Fornecedor e de Gestão do Contrato.

Art. 8º O Gerenciamento de Riscos materializa-se no documento Mapa de Riscos, que deverá ser elaborado ao final dos Estudos Preliminares.

§ 1º O Mapa de Riscos poderá ser atualizado e juntado aos autos do processo de contratação:

I- ao final da elaboração do Termo de Referência ou Projeto Básico;

II- após a fase de Seleção do Fornecedor;

III- após eventos relevantes, durante a gestão do contrato pelos servidores responsáveis pela fiscalização.

§ 2º Para elaboração do Mapa de Riscos deverá ser observado o modelo constante do Anexo III.

Art. 9º Concluídas as etapas relativas ao Estudos Preliminares e ao Gerenciamento de Riscos, a equipe de planejamento da contratação encaminhará os documentos à autoridade do setor demandante para aprovação e estabelecimento de prazo máximo para elaboração e envio do Projeto Básico ou Termo de Referência, conforme art. 3º, inciso I, alínea ¿c¿.

Art. 10. O Projeto Básico ou Termo de Referência deverá ser elaborado a partir dos Estudos Preliminares, do Gerenciamento de Risco e conforme as diretrizes constantes do Anexo IV, devendo ser encaminhado à Secretaria de Administração, de acordo com o prazo previsto no art. 9º

§1º O Projeto Básico ou Termo de Referência deverá conter os elementos necessários, suficientes e com detalhamento e precisão adequados para caracterizar o objeto, vedadas as especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação.

§2º O Projeto Básico ou Termo de Referência deverá conter os seguintes elementos mínimos:

I- a definição do objeto com a descrição sucinta, precisa, clara e suficiente do que se pretende contratar;

II- a fundamentação da contratação dispondo, entre outros elementos pertinentes, sobre:

a) a motivação da contratação;

b) os objetivos a serem alcançados por meio da contratação;

c) os benefícios diretos e indiretos resultantes da contratação;

d) o alinhamento entre a contratação e os instrumentos de planejamento do TJPA (Planejamento Estratégico, Plano de Gestão, Plano de Contratação, dentre outros);

e) a referência aos Estudos Preliminares realizados, apontando para o documento ou processo administrativo que contém os referidos estudos;

e) a análise de mercado com o levantamento das soluções disponíveis e/ou contratadas por órgãos ou entidades da Administração Pública, seus respectivos valores, bem como a definição e a justificativa da escolha da solução;

g) a natureza do objeto com a indicação dos elementos necessários para caracterizar o bem e/ou serviço a ser contratado;

h) o parcelamento ou não dos itens que compõem o objeto, desde que se mostre técnica e economicamente viável, com vistas a ampliar a competitividade sem perda de economia de escala, bem como a forma de adjudicação da contratação;

i) a forma e o critério de seleção do fornecedor com a indicação da modalidade e o tipo de licitação escolhidos, bem como os critérios de habilitação obrigatórios, os quais deverão ser estabelecidos, no mínimo, de acordo com os princípios da legalidade, razoabilidade e competitividade;

j) as informações acerca do impacto ambiental decorrente da contratação;

k) a conformidade técnica e legal do objeto com a indicação das normas técnicas e legais, caso existam9, as quais o objeto deverá estar aderente;

l) as obrigações contratuais que o órgão e a empresa contratada deverão observar.

III- a especificação técnica detalhada do objeto, necessária para gerar os resultados pretendidos com a contratação, contendo os seguintes elementos mínimos:

a) o modelo de execução e de gestão do contrato, contendo a forma como será executado e gerido desde o início até o seu encerramento, propondo a descrição:

1) dos papéis a serem desempenhados pelos principais atores do órgão e da empresa envolvidos na contratação;

2) da dinâmica de execução com a definição de etapas, logística, cronogramas, prazos, entre outros pertinentes;

3) dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento dos bens e/ou de prestação de serviços;

4) da forma de acompanhamento do atendimento aos prazos de garantia ou aos níveis mínimos de serviços exigidos;

5) da forma de comunicação e acompanhamento da execução do contrato entre o órgão e a empresa contratada;

6) da forma de recebimento provisório e definitivo, bem como de avaliação da qualidade dos bens e/ou serviços entregues;

7) da forma de pagamento dos bens e/ou serviços recebidos definitivamente;

8) da transferência de conhecimento, de modo a minimizar a dependência técnica com a empresa contratada, incluindo os casos de interrupção, transição e encerramento do contrato;

9) dos direitos de propriedade intelectual e autorais dos produtos gerados por ocasião da execução do contrato, quando aplicáveis;

10) da qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução do contrato; e

11) das situações que possam caracterizar descumprimento das obrigações contratuais estabelecidas, para fins de definição dos percentuais das multas a serem aplicadas, observados os princípios da legalidade, razoabilidade e proporcionalidade.

IV- os requisitos técnicos específicos a serem atendidos pelos bens e/ou serviços a serem entregues; e

V- a proposta de modelos a serem utilizados na contratação.

§3º Os documentos que compõem a fase de Planejamento da Contratação deverão ser assinados pelos

integrantes da equipe e serão parte integrante do processo administrativo da contratação.

Art. 11. É vedada a contratação do mesmo prestador para realizar serviços de execução, de subsídios ou assistência à fiscalização ou supervisão relativos ao mesmo objeto, assegurando a necessária segregação das funções.

Art. 12. Para contratação dos serviços de vigilância e de limpeza e conservação, além do disciplinado nesta Portaria, serão observadas as regras previstas no Anexo VI da Instrução Normativa do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de nº 05, de 26 de maio de 2017, no que couber.

Art. 13. Concluídas as etapas relativas ao Planejamento da Contratação, o Secretário de Administração deverá aprovar o Termo de Referência ou o Projeto Básico.

Art. 14. A unidade de Governança elaborará modelos e minutas padronizadas que deverão ser adotados por todas as unidades administrativas deste Tribunal, bem como poderá desenvolver, propor e implementar mecanismos de controles para assegurar o cumprimento desta Portaria.

Parágrafo único. Quando a unidade não utilizar os modelos de que trata o caput, ou utilizá-los com alterações, deverá apresentar as devidas justificativas, anexando-as aos autos.

Art. 15. A Secretaria de Administração e a unidade de Governança serão responsáveis pela orientação das demais unidades administrativas acerca dos procedimentos adequados ao cumprimento do disposto nesta Portaria.

Art. 16. Deverão ser observadas, quando couber, de forma subsidiária, as definições, diretrizes e as boas práticas previstas na Instrução Normativa do Ministério de Planejamento, Desenvolvimento e Gestão de nº 05, de 26 de maio de 2017 para as contratações de serviços sob o regime de execução indireta.

Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação para as contratações de serviços sob regime de execução indireta.

§1º Para as aquisições de bens e contratações de serviços de engenharia, entra em vigor em 90 (noventa) dias após a sua publicação.

§2º Os processos administrativos autuados ou registrados até a entrada em vigor desta Portaria poderão ser dispensados de atender suas regras e diretrizes quando identificado risco de solução de continuidade de serviços essenciais ao TJPA, desde que devidamente justificadas nos autos pelas unidades demandantes.

3- ANEXO I ¿ MODELO DE DOD ¿ V 2.1.

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

(SETOR RESPONSÁVEL PELA DEMANDA)

Documento de Oficialização da Demanda

(Descrição sucinta da demanda)

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
SETOR DEMANDANTE:

RESPONSAVEL PELA DEMANDA:	
MATRICULA:	**TELEFONE:**
E-MAIL:	
Justificativa da necessidade da contratação, considerando o Planejamento Estratégico.	
Quantidade de bem / serviço a ser contratada	
Previsão da data em que deve ser iniciado o fornecimento dos bens / a prestação dos serviços	
Indicação dos integrantes das equipes de planejamento, de apoio e de gestão e fiscalização da contratação	

Equipe de planejamento da contratação

Integrante Demandante

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Integrante Técnico

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Equipe de apoio da contratação

Integrante Demandante

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Integrante Técnico

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

4.3. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

Gestor do Contrato

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Fiscal Demandante

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Fiscal Técnico

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Belém, (dia) de (mês) de (ano).

Responsável pela Formalização da Demanda

3 ¿ ANEXO II ¿ MODELO DE ESTUDOS PRELIMINARES ¿ V 2.4

Estudos Preliminares

(Descrição sucinta do objeto)

NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

REFERÊNCIA AOS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO TJPA

VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Para definição e especificação dos requisitos da demanda foram feitos os seguintes levantamentos:

Requisitos do objeto

Estimativa das quantidades

Soluções/opções disponíveis no mercado

Contratações públicas similares

Análise e comparação entre os custos totais das opções identificadas e a apresentação do orçamento estimado

Contratações correlatas e/ou interdependentes

Escolha e justificativa da solução

Descrição do objeto

Objetivos com a contratação

Benefícios a serem alcançados com o objeto a ser contratado

Relação entre a demanda prevista e a quantidade de bens/serviços a serem contratados

Item	Descrição	Demanda Prevista	Quantidade de Bens/Serviços	Critérios de Aferição da Quantidade	Documentos e outros Meios Probatórios

Necessidade de adequação do ambiente do órgão

Histórico de contratações anteriores no TJPA

SUSTENTAÇÃO DO CONTRATO

Recursos materiais e humanos

Descontinuidade do fornecimento

ESTRATÉGIA DA CONTRATAÇÃO

Natureza do objeto

Parcelamento do objeto

Adjudicação do objeto

Modalidade e tipo de licitação

Classificação e indicação orçamentária

Dos prazos

Prazos de entrega dos bens/execução dos serviços

Prazo de vigência do contrato

Prazo de garantia dos bens e/ou serviços

Informação sobre transferência de conhecimento/capacitação

Relação dos membros da equipe de apoio à contratação

Integrante Demandante

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Integrante Técnico

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Integrante Administrativo

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Relação dos membros da equipe de gestão e fiscalização da contratação

Gestor do Contrato

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Fiscal Demandante

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Fiscal Técnico

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Fiscal Administrativo

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

DECLARAÇÃO ACERCA DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Belém, (dia) de (mês) de (ano).

(ASSINATURA DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO)

3 ¿ ANEXO III -MODELO DE MAPA DE RISCOS ¿ V 2.1.

MAPA DE RISCOS

FASE DE ANALISE
( ) Planejamento da Contratação ( )Seleção do Fornecedor ( ) Gestão do Contrato

RISCO 01		
Probabilidade	( ) Muito Baixa ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( ) Muito Alta	
Impacto	( ) Muito Baixo ( ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( ) Muito Alto	
Id	Dano	
1.		
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.		
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.		
RISCO 02		
Probabilidade	( ) Muito Baixa ( ) Baixa ( ) Média ( ) Alta ( ) Muito Alta	
Impacto	( ) Muito Baixo ( ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( ) Muito Alto	
Id	Dano	
1.		
Id	Ação Preventiva	Responsável
1.		
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.		

RESPONSAVEL / RESPONSAVEIS
NOME: MATRÍCULA: NOME: MATRÍCULA: NOME: MATRÍCULA:

(ASSINATURA DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO)

3 ¿ ANEXO IV ¿ MODELO DE TERMO DE REFER~ENCIA ¿ V 2.1.

Termo de Referência

(Descrição sucinta da demanda)

PREGÃO ELETRÔNICO / PRESENCIAL Nº _____/20__

PROCESSO ADMINISTRATIVO PA-PRO-20__/_____

DO OBJETO

Aquisição de ....., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

(ou)

Registro de preço para aquisição de ....., conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

(ou)

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de ....., quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

(ou)

Registro de preço para contratação de serviço de .....,

quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇAO/ ESPECIFICAÇÃO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT[1] / CATMAT[2]	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR DE REFERÊNCIA	MARGEM DE PREFERÊNCIA
1						
2						
3						
4						
...						

[1]CATMAT ¿ Catálogo de Material do Comprasnet, se possível.

DA FUNDAMENTAÇÃO

Da motivação

Dos objetivos a serem alcançados por meio da contratação

Dos benefícios resultantes da contratação

Do alinhamento entre a contratação e os instrumentos de planejamento do TJPA

Da referência aos Estudos Preliminares

Da análise de mercado

Da natureza do objeto

Do parcelamento do objeto

Da seleção do fornecedor

Da forma e do critério de seleção

Da modalidade e do tipo de licitação

Dos critérios de habilitação obrigatórios

Do impacto ambiental

Da conformidade técnica e legal

Das obrigações

Das obrigações do contratante

Das obrigações da contratada

DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

Do modelo de execução e de gestão do contrato

Dos papéis a serem desempenhados

PAPEL	ENTIDADE	RESPONSABILIDADE

Equipe de apoio à contratação

Integrante demandante

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Integrante técnico

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Integrante administrativo

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Equipe de gestão e fiscalização da contratação

Gestor do Contrato

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Fiscal Demandante

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Fiscal Técnico

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Fiscal Administrativo

Nome:

Matrícula:

Telefone:

E-mail:

Da dinâmica de execução do contrato

Dos instrumentos formais de solicitação

Garantia e Nível de Serviço

Da forma de comunicação

Do recebimento

Do recebimento provisório

Do recebimento definitivo

Da forma de pagamento

Da transferência de conhecimento

Dos direitos de propriedade intelectual e autoral

Da qualificação técnica

Das sanções

Das situações que possam caracterizar descumprimento de obrigações contratuais estabelecidas

Das multas

Das demais penalidades

Dos requisitos técnicos específicos

Dos modelos de propostas

Belém, (dia) de (mês) de (ano).

(ASSINATURA DOS MEMBROS DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO)

EDITAL Nº 001/2019-CRS/TJPA

CONCURSO DE REMOÇÃO DE SERVIDORES

A Ilma. Sra. **MARIA DE LOURDES CARNEIRO LOBATO**, Secretária de Gestão de Pessoas e

responsável pelo Concurso de Remoção de Servidores do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que dispõem o art. 49 da Lei Estadual nº 5.810/94, o inciso I do art. 42 da Lei Estadual nº 6.969/2007 e na Resolução nº 005/2019-GP;

RESOLVE tornar público o presente **EDITAL DE ABERTURA** do Concurso de Remoção de Servidores Efetivos do Poder Judiciário Estadual.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Ficam abertas as inscrições para o Concurso de Remoção objetivando o preenchimento das vagas constantes do Anexo I, as remanescentes das remoções realizadas neste certame e as que vierem a ser destinadas ao cadastro de reserva, consoante as Comarcas/Termos/Distritos constantes do Anexo II.

1.2. A realização do Concurso de Remoção ficará sob a gestão da Secretaria de Gestão de Pessoas, conforme previsto no §1º do art. 13 da Resolução nº 005/2019-GP.

1.3. O presente concurso de remoção terá validade de 01 (um) ano, contado a partir da data de publicação do edital de homologação do resultado final do concurso público de servidores.

1.3.1. É possível a realização de novo concurso de remoção quando não houver mais servidores no cadastro de reserva, independente da periodicidade constante no item anterior.

2. DOS REQUISITOS MÍNIMOS PARA PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO

2.1. Poderão participar do Concurso de Remoção todos os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo em exercício na data de publicação do presente Edital de Convocação.

2.1.1. O servidor efetivo ainda não estável poderá se inscrever, sendo a efetivação da remoção condicionada a aquisição da estabilidade, sob pena de perda da vaga.

2.2. O candidato poderá concorrer às vagas relativas ao mesmo cargo que ocupa, permanecendo em cadastro de reserva caso não classificado no número de vagas ofertadas, até a realização de novo processo seletivo.

2.2.1. As vagas supervenientes à realização do concurso de remoção serão preenchidas, prioritariamente, por candidatos do cadastro de reserva do concurso de remoção.

2.2.2. Apenas serão ofertadas para o cadastro de reserva do concurso público as vagas não providas nos termos do item anterior.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão feitas exclusivamente via internet, no endereço eletrônico http://portalinterno/PortalInterno/index.xhtml, a partir das 08:00 horas do dia 2 de julho de 2019 até as 18:00 horas do dia 09 de julho de 2019.

3.2. Em caso de problemas de comunicação, por razões de ordem técnica, a inscrição poderá ser feita mediante o preenchimento manual do formulário constante do Anexo III deste Edital que deverá ser enviado exclusivamente por meio eletrônico para o endereço remocao.servidor@tjpa.jus.br até às 18:00 horas do último dia destinado à inscrição.

3.3. A inscrição no Concurso de Remoção far-se-á mediante preenchimento de formulário próprio, com indicação, por ordem de preferência, das Comarcas/Termos/Distritos pretendidas, constantes do Anexos I e II, limitadas a **5 (cinco) opções**, ainda que não haja vaga disponível no momento da abertura do

certame.

3.4. Dentro do período de inscrição, o candidato poderá alterar, inserir ou excluir, livremente, a opção de Comarcas/Termos/Distritos e a ordem de preferência, sendo considerada apenas a última alteração salva até a data final das inscrições.

3.5. As informações constantes do formulário de inscrição serão prestadas sob inteira responsabilidade do candidato e eventual inveracidade acarretará as cominações legais pertinentes, além da nulidade do ato de remoção, se já efetivado, sem qualquer ônus para a Administração.

3.6. O Poder Judiciário não se responsabilizará por inscrição não recebida no período estipulado no presente Edital.

3.7. O candidato inscrito no Concurso de Remoção poderá desistir do pedido até a divulgação do resultado preliminar, exclusivamente, via internet no endereço eletrônico http://portalinterno/PortalInterno/index.xhtml.

3.7.1. A desistência é irretratável e implicará em imediata exclusão do candidato do certame.

3.8. Em caso de problemas de comunicação, por razões de ordem técnica, a desistência poderá ser feita mediante o preenchimento do formulário constante do Anexo III deste Edital que deverá ser enviado exclusivamente por meio eletrônico para o endereço remocao.servidor@tjpa.jus.br.

4. DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

4.1. A classificação dos candidatos inscritos será em ordem decrescente, de acordo com o tempo de efetivo exercício em cargo efetivo no Poder Judiciário do Estado do Pará.

4.1.1. Havendo empate entre os candidatos interessados a uma mesma vaga, dar-se-á preferência, sucessivamente, ao servidor que tiver maior:

a) tempo de efetivo exercício na unidade em que estiver lotado;

b) tempo de serviço no Poder Judiciário do Estado do Pará;

c) tempo de serviço público averbado até a data da publicação do edital;

d) tempo de curso de atualização promovido pela Escola Judicial, e;

e) idade.

4.2. O tempo de serviço especificado no item 4.1 será apurado em dias e somente será contado até a data de publicação deste Edital.

4.3. A Secretaria de Gestão de Pessoas publicará no Diário de Justiça Eletrônico e no portal interno do Poder Judiciário do Estado do Pará, o resultado preliminar do certame.

4.4. As vagas oferecidas no concurso de remoção serão preenchidas conforme a ordem decrescente de classificação dos candidatos, observada a preferência das Comarcas, Termos e Distritos indicados no ato de inscrição.

5. DOS RECURSOS, DA HOMOLOGAÇÃO E DA REMOÇÃO

5.1. Os interessados terão o prazo de **02 (dois) dias**, contados da publicação do resultado preliminar, para apresentar, **por meio de Siga-Doc**, recurso dirigido à Presidência do Poder Judiciário, o qual será decidido em igual prazo.

5.2. Os recursos deverão ser instruídos com a indicação dos itens impugnados, motivação objetiva da impugnação e documentação comprobatória das alegações.

5.3. As decisões sobre os recursos serão publicadas no Diário de Justiça Eletrônico e no portal interno do Poder Judiciário do Estado do Pará.

5.4. Superadas as fases decisória e recursal, o resultado final do concurso será homologado pelo Tribunal Pleno e publicado no Diário da Justiça Eletrônico e no portal interno do Poder Judiciário do Estado do Pará.

5.4.1. A remoção será formalizada por Ato da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

5.5. No Edital do resultado final constará, também, relação dos servidores inscritos e não removidos, com suas respectivas opções e preferências de lotação, que passarão a compor o cadastro de reserva, que ficará sob gerenciamento da Secretaria de Gestão de Pessoas.

5.6. A liberação do servidor removido ocorrerá, preferencialmente, decorridos 15 (quinze) dias da chegada do seu substituto.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

6.1. As despesas decorrentes da mudança para a nova Comarca correrão por conta do servidor.

6.2. O servidor que estiver respondendo a sindicância ou a processo administrativo disciplinar não será removido até a conclusão do processo, consoante os termos do art. 23 da Resolução nº 005/2019-GP.

6.3. Todos os editais referentes ao Concurso de Remoção serão publicados no Diário de Justiça Eletrônico e no portal interno do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

6.4. As dúvidas suscitadas serão respondidas pela Secretaria de Gestão de Pessoas através do endereço eletrônico remocao.servidor@tjpa.jus.br.

6.5. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Poder Judiciário do Estado do Pará.

Belém-Pará, 28 de junho de 2019.

MARIA DE LOURDES CARNEIRO LOBATO

Secretária de Gestão de Pessoas

Responsável pelo Concurso de Remoção de Servidores

Anexo I - QUADRO DE VAGAS

BELÉM	
CARGOS	**Vagas**
ANALISTA JUDICIARIO ¿	

ÁREA/ESPECIALIDADE	
Ciências Contábeis	2
Judiciária	7
Auxiliar Judiciário	7
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR	2
Total de Vagas	**18**
INTERIOR	
CARGOS/COMARCAS	**Vagas**
ANALISTA JUDICIARIO ¿ ÁREA /ESPECIALIDADE	
JUDICIARIA	**13**
Augusto Correa	1
Breu Branco	1
Concórdia do Pará	1
Itaituba	1
Jacareacanga	1
Juruti	1
Portel	1
Oriximiná	1
Redenção	1
São Caetano de Odivelas	1
Tucuruí	1
Vitoria do Xingu	2
Subtotal	**13**
AUXILIAR JUDICIARIO	**07**

Breu Branco	1
Breves	1
Castanhal	1
Goianésia	1
Jacareacanga	1
Marabá	1
Pacajá	1
Subtotal	**7**
OFICIAL DE JUSTIÇA AVALIADOR	**04**
Castanhal	1
Juruti	1
Marabá	1
Vitória do Xingu	1
Subtotal	**4**
AGENTE DE SEGURANÇA	**01**
Ananindeua	1
Subtotal	**1**
Total de Vagas	**25**

ANEXO II ¿ CADASTRO DE RESERVA

COMARCAS / TERMOS / DISTRITOS
ABAETETUBA
ACARA
AFUA
ALENQUER
ALMEIRIM
ALTAMIRA
ANAJAS

ANANINDEUA
ANAPU
AUGUSTO CORREA
AURORA DO PARA
BAIAO
BARCARENA
BELEM
BENEVIDES
BONITO
BRAGANCA
BRASIL NOVO
BREU BRANCO
BREVES
BUJARU
CACHOEIRA DO ARARI
CAMETA
CANAA DOS CARAJAS
CAPANEMA
CAPITAO POCO
CASTANHAL
CHAVES
CONCEICAO DO ARAGUAIA
CONCORDIA DO PARA
CURIONOPOLIS
CURRALINHO
CURUCA

DOM ELISEU
ELDORADO DOS CARAJAS
FARO
GARRAFAO DO NORTE
GOIANESIA DO PARA
GURUPA
IGARAPE ACU
IGARAPE MIRI
INHANGAPI
IPIXUNA DO PARA
IRITUIA
ITAITUBA
ITUPIRANGA
JACAREACANGA
JACUNDA
JURUTI
LIMOEIRO DO AJURU
MAE DO RIO
MARABA
MARACANA
MARAPANIM
MARITUBA
MEDICILANDIA
MELGACO
MOCAJUBA
MOJU
MONTE ALEGRE

MUANA
NOVA TIMBOTEUA
NOVO PROGRESSO
NOVO REPARTIMENTO
OBIDOS
OEIRAS DO PARA
ORIXIMINA
OUREM
OURILANDIA DO NORTE
PACAJA
PARAGOMINAS
PARAUAPEBAS
PEIXE BOI
PONTA DE PEDRAS
PORTEL
PORTO DE MOZ
PRAINHA
PRIMAVERA
REDENCAO
RIO MARIA
RONDON DO PARA
RUROPOLIS
SALINOPOLIS
SALVATERRA
SANTA IZABEL DO PARA
SANTA LUZIA DO PARA

SANTA MARIA DO PARA
SANTANA DO ARAGUAIA
SANTAREM
SANTAREM NOVO
SANTO ANTONIO TAUA
SAO CAETANO DE ODIVELAS
SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA
SAO DOMINGOS DO CAPIM
SAO FELIX DO XINGU
SAO FRANCISCO DO PARA
SAO GERALDO DO ARAGUAIA
SAO JOAO DO ARAGUAIA
SAO MIGUEL DO GUAMA
SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA
SENADOR JOSE PORFIRIO
SOURE
TAILANDIA
TERRA SANTA
TOME ACU
TUCUMA
TUCURUI
ULIANOPOLIS
URUARA
VIGIA
VISEU
VITORIA DO XINGU
XINGUARA

TERMOS JUDICIARIOS
AVEIRO - ITAITUBA
BAGRE - BREVES
COLARES - VIGIA
MAGALHAES BARATA ¿ IGARAPE-AÇU
VARAS DISTRITAIS
MOSQUEIRO - BELEM
ICOARACI - BELEM
MONTE DOURADO - ALMEIRIM

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA INSCRIÇÃO NO CONCURSO DE REMOÇÃO	
Nome do Servidor (a):	
Matrícula:	**CPF:**
Cargo/Área/Especialidade:	
Unidade de Lotação:	

REQUERIMENTO

O (A) servidor(a) acima identificado, vem requerer a sua inscrição no Concurso de Remoção, conforme Edital nº 001/2019-CRS/TJPA, manifestando sua(s) opção(ões) de lotação, conforme a seguir:

OPÇÃO	**UNIDADE DE LOTAÇÃO PRETENDIDA**
1ª OPÇÃO	
2ª OPÇÃO	
3ª OPÇÃO	
4ª OPÇÃO	
5ª OPÇÃO	

Observação: O servidor que omitir dados ou prestar informações falsas terá sua inscrição cancelada e declarado nulo todo o ato dela decorrente, em qualquer fase do concurso de remoção ou após a sua realização, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis, apuradas mediante processo administrativo específico.

NEXO IV

TERMO DE DESISTÊNCIA DE INSCRIÇÃO NO CONCURSO DE REMOÇÃO
Nome do Servidor (a):
Matrícula: **CPF:**
Cargo/Área/Especialidade:
Unidade de Lotação:
REQUERIMENTO
O(A) servidor(a) acima identificado, de forma irretratável, **DESISTE** de sua inscrição efetuada no Processo Seletivo Interno de Remoção, conforme Edital nº 001/2019-CRS/TJPA.

CORREGEDORIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

EDITAL DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA Nº 11/2019 - ALTERAÇÃO

A Excelentíssima Senhora Desembargadora **Maria de Nazaré Saavedra Guimarães**, Corregedora Geral de Justiça da Região Metropolitana de Belém, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

FAZ SABER, para adoção das providências cabíveis que, objetivando ajustar a agenda de correições e, considerando ainda, a suspensão da correição que seria realizada nos dias **01 a 02/7**, a serventia extrajudicial abaixo elencada terá seu período de Correição alterado para a seguinte data:

SERVENTIA EXTRAJUDICIAL	**DATA**
Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis de Belém	**02 a 03/9/2019**

E para que seja levado ao conhecimento de todos, expede o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça e afixado na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Belém, 24 de junho de 2019.

Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES**

Corregedora Geral de Justiça da Região Metropolitana de Belém

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

P O R T A R I A Nº 087/2019-CJCI

O DESEMBARGADOR **MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE**, CORREGEDOR DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR, EM EXERCÍCIO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E,

CONSIDERANDO o Pedido de Prorrogação de Prazo (protocolo nº 2019.7.004645-1), formulado pelo Dr. **JOÃO RONALDO CORRÊA MÁRTIRES,** Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Abaetetuba e Presidente da Comissão Processante, para a conclusão do Processo Administrativo Disciplinar (processo nº 2017.7.002590-2), instaurado em desfavor da Senhora **JOANA MARIA COUTINHO DE MELO**, Oficial Titular do Cartório Extrajudicial do 2º Ofício de Abaetetuba.

R E S O L V E:

RECONDUZIR o Presidente e demais Membros da Comissão Processante, constituídos pela Portaria nº 014/2019-CJCI, de 29/01/2019, objetivando restabelecer a competência e ultimar os trabalhos para os quais foram designados, prosseguindo na apuração, concedendo o prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias, para a finalização dos trabalhos.

Publique-se. Registre-se. Dê-se Ciência e Cumpra-se.

Belém, 28 de junho de 2019.

Desembargador **MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE**

Corregedor de Justiça das Comarcas do Interior, em exercício.

Resenha n.º 066/2019-CJCI

28 de junho de 2019

01 - Processo n° 2019.7.003533-9

Requerente: Paulo Roberto Sampaio Anchieta Santiago, Procurado da República no Município de Paragominas.

Decisão: Tratam os presentes autos de Ofício nº 95/2019 ¿ GAB/PRM/PGN/PA (Ref.: IC 1.23.006.000052/2012-18) remetido pela Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão, por meio do Exmo. Sr. Dr. Paulo Roberto Sampaio Anchieta Santiago, a respeito da Recomendação nº 02/2019. A referida recomendação orienta que o Cartório do Único Ofício ¿Jacarequara¿, situado no Município de Santa Luzia do Pará-PA, adote as providências necessárias para sanar as omissões no envio ao Instituto

Nacional do Seguro Social (INSS) dos óbitos ocorridos no município. Desse modo, diante da solicitação do Procurador Regional dos Direitos do Cidadão, informo ciência da referida recomendação encaminhada a esta Corregedoria e determino o arquivamento deste expediente. À Secretaria, para os devidos fins. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE, Corregedor de Justiça das Comarcas do Interior, em exercício.

02 - Processo n° 2019.7.003532-1

Requerente: Paulo Roberto Sampaio Anchieta Santiago, Procurado da República no Município de Paragominas.

Decisão: Tratam os presentes autos de Ofício nº 92/2019 ¿ GAB/PRM/PGN/PA (Ref.: IC 1.23.006.000054/2012-15) remetido pela Procuradoria da República no município de Paragominas-PA, por meio do Exmo. Sr. Dr. Paulo Roberto Sampaio Anchieta Santiago, a respeito da Recomendação nº 001/2019. A referida recomendação orienta que o Cartório Extrajudicial do Único Ofício da Comarca de Ulianópolis-PA adote todas providências necessárias para sanar as omissões no envio ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) dos óbitos ocorridos no município. Desse modo, diante da solicitação do Procurador da República, informo ciência da referida recomendação encaminhada a esta Corregedoria e determino o arquivamento deste expediente. À Secretaria, para os devidos fins. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE, Corregedor de Justiça das Comarcas do Interior, em exercício.

03 - Processo n° 2019.7.002673-4

Requerente: Alberto Antonio de Albuquerque Campos, Presidente da OAB/PA e Outro.

Requerida: Juliana Fernandes Neves, Juíza de Direito.

Decisão: Analisando a questão de forma detida, observo que a intenção dos requerentes era imputar infração administrativa à magistrada por suposta ofensa dirigida à Dra. Glória Freitas em audiência realizada em 26/03/2019. Entretanto, as alegações realizadas não encontram demonstração probatória suficiente para dar robustez às alegações. A OAB aduz que recebe várias reclamações, mas não expõe em seu expediente a relação das mesmas, nem o nome dos advogados insatisfeitos e o porquê disto ter ocorrido. A suposta ofensa também não possui prova, razão em que não havendo comprovação de fatos que importem em infrações cometidas pelo magistrado, impõe-se o arquivamento do feito, vejamos a jurisprudência do CNJ a respeito: REVISÃO DISCIPLINAR. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO. DESEMBARGADOR. SUPOSTA VIOLAÇÃO DO ARTIGO 35, IV E VIII, DA LOMAN. FALTA DE URBANIDADE. NECESSIDADE DE INVESTIGAÇÃO E ABERTURA DE PAD. AUSÊNCIA DE INFRAÇÃO DISCIPLINAR OU ILÍCITO PENAL. ARQUIVAMENTO DE PLANO. AGRAVO AO PLENÁRIO. PROVA CONTRÁRIA À EVIDÊNCIA DOS AUTOS. MANUTENÇÃO DA DECISÃO RECORRIDA. PEDIDO REVISIONAL AO CNJ. NÍTIDO VIÉS RECURSAL. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1. Pedido de revisão disciplinar em face de Acórdão do Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região que manteve a decisão do Presidente da Corte de determinar o arquivamento de pedido de providências instaurado para apurar possível falta funcional cometida por desembargador. 2. O julgamento proferido pelo TRT24 analisou detidamente a suposta prática de ato injurioso à honra objetiva e subjetiva do requente e à honra objetiva do Ministério Público, bem como a violação do artigo 35, incisos IV e VIII, da LOMAN, concluindo pela inexistência de infração disciplinar ou ilícito penal a ensejar a investigação do magistrado requerido. 3. Reexaminando-se a conduta do desembargador, o contexto fático-probatório e a medida adotada pelo TRT24, não se verifica imprecisão ou desacerto no Acórdão prolatado. O fato de se ter para si que a conduta do magistrado se revela descortês ou que há indícios de igual tratamento dispensado a outros juízes, servidores e terceiros não significa que, de fato, o é, e enseja a abertura de PAD. 4. Processo em que não se verifica o preenchimento de nenhuma das hipóteses previstas no artigo 83 do RICNJ, pois a decisão prolatada está amparada em circunstâncias contidas nos autos e não milita em sentido contrário a qualquer elemento apurado. 5. Pedido de revisão disciplinar julgado improcedente. (CNJ - REVDIS - Processo de Revisão Disciplinar - Conselheiro - 0004605-57.2016.2.00.0000 - Rel. MARIA TEREZA UILLE GOMES - 38ª Sessão Virtualª Sessão - j. 31/10/2018). Diante do exposto, considerando a ausência de

provas que comprovem as alegações apresentadas pelos representantes, DETERMINO o ARQUIVAMENTO da presente reclamatória, com fulcro no art. 91 do Regimento Interno desta Corte de Justiça e no disposto no art. 9º, §2º da Resolução n. 135, de 13 de julho de 2011 do CNJ. Dê-se ciência às partes e ao Conselho Nacional de Justiça. Utilize-se cópia do presente como ofício. Em relação a documentação proveniente do PA-EXT-2019/04079, determino que seja desentranhado destes autos e seja formado um novo procedimento a ser autuado e registrado na forma usual. Após, conclusos. À Secretaria para os devidos fins. Belém, 24 de Junho de 2019. Desembargadora DIRACY NUNES ALVES, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior.

04 - Processo n° 2018.7.005156-8

Sindicado: Alacy Pena de Sousa, Diretor de Secretaria da Comarca de Santa Luzia do Pará.

Decisão: Analisando detidamente os depoimentos gravados em áudio e vídeo nos autos, verifica-se que ficou incontroverso o fato das servidoras do Ministério Público terem ficado presas no prédio do fórum de Santa Luzia do Pará no dia 27/09/2018. a questão principal a ser dirimida é a existência ou não de dolo por parte do sindicado sobre o caso. Dos depoimentos das testemunhas Paloma Maria Pinheiro de Oliveira e Herika Lohara da Cunha Ramos, servidoras ministeriais que ficaram presas no fórum, foram bem claras ao afirmar que não tinha ocorrido nenhuma situação igual antes, ou seja, foi um evento isolado. Em outro momento, também afirmaram que receberam o recado através do servidor ministerial Luciano de que o sindicado já estava de saída, ou seja, iria trancar o prédio. Foi informado, ainda, que os servidores do Ministério Público devem sair na hora em que o último servidor do judiciário sai. Em relação às ligações efetuadas para o telefone do Sr. Alacy, não ficou demonstrada a intenção de não atender, até porque todos concordam que provavelmente ele estaria na estrada com destino a Capanema. Feito o contato, o Sr. Alacy alegou que não entregaria as chaves do fórum a uma pessoa estranha, bem como não poderia retornar ao fórum porque iria acompanhar a filha ao médico. Sobre a questão o servidor ministerial Luciano, em acareação, reconheceu que ao conversar com o Sr. Alacy foi-lhe dito que as chaves não seriam entregues a pessoa estranha, e não ocorreu uma afirmação de que as chaves não seriam entregues. Que ele orientou a quebrar o cadeado. De fato, verificando a situação como um todo, verifica-se que não se comprovou que o sindicado agiu de forma dolosa, deliberada, no sentido de trancar as servidoras do Ministério Público no prédio do fórum. Não se tratou de um ato reiterado, mas sim de um fato isolado e não foi demonstrada na instrução a ocorrência de antagonismo entre os servidores do judiciário e do parquet. O fato do sindicado não entregar as chaves ao noivo da sra. Paloma é compreensível, na medida em que na qualidade de responsável pelo prédio, é justo compreender a recusa a entrega-las a um desconhecido. A jurisprudência do CNJ não há como haver condenação quando inexiste prova de dolo ou grave desídia,vejamos: RECURSO ADMINISTRATIVO. RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR. DISCUSSÃO DE MATÉRIA JURISDICIONAL, QUE REFOGE AO ÂMBITO DE ATUAÇÃO DA CORREGEDORIA. AUSÊNCIA DE PROVAS DE DOLO OU GRAVE DESÍDIA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Reclamação Disciplinar distribuída ao Gabinete da Corregedoria Nacional de Justiça em 02.12.2014. 2. Cinge-se a controvérsia a apurar o teor de decisão judicial que estabeleceu percentual de honorários advocatícios. 3. Alegação de irregularidades processuais que causaram grave prejuízo a recorrente. Matéria de cunho jurisdicional. Inteligência do §4º do art. 103-B da Constituição Federal. 4. Ausência de comprovação de conduta dolosa ou gravemente desidiosa do recorrido. 5. Recurso administrativo desprovido. CNJ. Reclamação Disciplinar n. 0005128-40.2014.2.00.0000, Relator: João Otávio de Noronha. Julgado na 31ª Sessão Extraordinária, em 18/10/2016. Portanto, forte na compreensível que os atos empreendidos pelo sindicado não podem ser considerados ilícitos ou deliberamente prejudiciais ao serviço e às servidoras ministeriais envolvidas, determino o ARQUIVAMENTO presente feito. Recomenda-se ao servidor ALACY PENA DE SOUSA, que estabeleça rotina antes de fechar o prédio do fórum, a fim de verificar a presença de servidores no prédio, visando evitar novas ocorrências como a que foi apurada nestes autos. Intime-se. Após, arquive-se. À Secretaria para providências. Belém, 24 de junho de 2019. Desembargadora DIRACY NUNES ALVES, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior.

05 - Processo n° 2018.7.000501-0

Requerente: Ministério Público do Estado do Pará.

Requerido: Luiz Trindade Júnior, Juiz de Direito da Comarca de Muaná.

Decisão: Analisando detidamente as duas representações e os motivos que a instruem, verifico que não há comprovação clara de que o magistrado, de forma costumeira, deixa de enviar os processos cuja intervenção é obrigatória, ao órgão ministerial. Todos os processos citados foram devidamente enviados, conforme consulta ao sistema LIBRA, não havendo demonstração de prejuízo. Quanto aos questionamentos em relação ao processo eleitoral, verifico que nada há de errado na remarcação de audiência designada previamente, quando devidamente justificado, o que ocorreu no caso. Finalmente, quanto ao mandado de segurança 0002783-69.2018.8.14.0033, verificou-se que nada de irregular foi constatado, até porque não há obrigatoriedade do magistrado ao receber a inicial de mandamus se reservar a analisar o pleito liminar após as informações da autoridade tida por coatora e à manifestação do parquet. Atualmente, o parquet já obteve vistas dos autos em 26/06/2018, conforme consulta ao sistema LIBRA. Neste sentido, de forma bem recente, o CNJ compreende que devem ser arquivadas as representações com a prática do ato, a normalização do andamento ou a solução do processo. Sendo justificadas as condutas imputadas ao magistrado, não há justa causa para instauração de processo administrativo disciplinar, vejamos: RECURSO ADMINISTRATIVO EM REPRESENTAÇÃO POR EXCESSO DE PRAZO. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. NÃO DEMONSTRADO ELEMENTO SUBJETIVO DA CONDUTA. ART. 26, § 1º, DO REGULAMENTO GERAL DA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA. 1. Os andamentos processuais registrados nos autos, embora não tenham ocorrido com a celeridade desejada pela parte, demonstram regularidade na tramitação da demanda. 2. Em âmbito administrativo disciplinar, é necessário que se leve em conta o caso concreto, a situação logística do juízo e o elemento subjetivo da conduta do magistrado para demonstração de excesso de prazo injustificado. 3. O art. 26, § 1º, do Regulamento Geral da Corregedoria Nacional de Justiça exige o arquivamento das representações com a prática do ato, a normalização do andamento ou a solução do processo. 4. Não há justa causa ou razoabilidade para instauração de procedimento administrativo disciplinar. 5. Ausência de infringência aos deveres funcionais ou inércia do magistrado. Recurso administrativo não provido. (CNJ - RA ¿ Recurso Administrativo em REP - Representação por Excesso de Prazo - 0002805-23.2018.2.00.0000 - Rel. HUMBERTO MARTINS - 47ª Sessão Virtualª Sessão - j. 31/05/2019). ANTE O EXPOSTO, determino o ARQUIVAMENTO do feito, nos termos da fundamentação. À Secretaria para os devidos fins. Belém, 24 de junho de 2019. Desembargadora DIRACY NUNES ALVES, Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior.

COORDENADORIA DOS PRECATÓRIOS

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 032/2019 (Ref. Proc. 0005119-40.2012.814.0006)

CREDOR(A): ARNALDO DO SOCORRO DE LEAO MORAES

ADVOGADO(A): DR(A) FABIO MONTEIRO GOMES ¿ OAB/PA Nº 6141

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADOR(A): DR SEBASTIAO PIANI GODINHO ¿ OAB Nº 6046

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (fls. **27/28**).

O Ente devedor segue regime ordinário de pagamento de precatórios, nos termos do art.100 (e seus parágrafos) da Constituição Federal - 1988. Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.329 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a inclusão, em orçamento, de verba necessária ao pagamento do débito informado neste Precatório, nos estritos termos que constam no Of. 489/2017-CJSLP, firmado pelo Juízo de Execução ¿ cumprindo-se o que dispõe o §5º do art.100 do Texto Constitucional.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 033/2019 (Ref. Proc. 0005119-40.2012.814.0006)

CREDOR(A): ELCIO JOSÉ PIMENTEL DA CONCEICAO

ADVOGADO(A): DR(A) FABIO MONTEIRO GOMES ¿ OAB/PA Nº 6141

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADOR(A): DR SEBASTIAO PIANI GODINHO ¿ OAB Nº 6046

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (fls. **24/25**).

O Ente devedor segue regime ordinário de pagamento de precatórios, nos termos do art.100 (e seus parágrafos) da Constituição Federal - 1988. Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.329 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a inclusão, em orçamento, de verba necessária ao pagamento do débito informado neste Precatório, nos estritos termos que constam no Of. 489/2017-CJSLP, firmado pelo Juízo de Execução ¿ cumprindo-se o que dispõe o §5º do art.100 do Texto Constitucional.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 031/2019 (Ref. Proc. 0005119-40.2012+814.0006)

CREDOR(A): EDIVANE DA COSTA MACEDO

ADVOGADO(A): DR(A) FABIO MONTEIRO GOMES ¿ OAB/PA Nº 6141

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADOR(A): DR SEBASTIAO PIANI GODINHO ¿ OAB Nº 6046

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (fls. **24/25**).

O Ente devedor segue regime ordinário de pagamento de precatórios, nos termos do art.100 (e seus parágrafos) da Constituição Federal - 1988. Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.329 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a inclusão, em orçamento, de verba necessária ao pagamento do débito informado neste Precatório, nos estritos termos que constam no Of. 489/2017-CJSLP, firmado pelo Juízo de Execução ¿ cumprindo-se o que dispõe o §5º do art.100 do Texto Constitucional.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 030/2019 (Ref. Proc. 0000067-04.2010.814.0016)

CREDOR(A): RAIMUNDA DO SOCORRO LEITE FERREIRA

ADVOGADO(A): DRA. ADRIANI AUGUSTO DIAS ALVES ¿ OAB/AP N

º1538

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE CHAVES

PROCURADORIA: DR(A) WAGNER MELO FERREIRA ¿ OAB/PA Nº 22484

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (fls. **19/20**).

O Ente devedor segue regime ordinário de pagamento de precatórios, nos termos do art.100 (e seus parágrafos) da Constituição Federal - 1988. Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.329 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a inclusão, em orçamento, de verba necessária ao pagamento do débito informado neste Precatório, nos estritos termos que constam no Of. 489/2017-CJSLP, firmado pelo Juízo de Execução ¿ cumprindo-se o que dispõe o §5º do art.100 do Texto Constitucional.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 029/2019 (Ref. Proc. 0001592-87.2009.814.0045)

CREDOR(A): ALEX CRISTIANO GOMES

ADVOGADO(A): DR(A) ALEX CRISTIANO GOMES ¿ OAB/PA Nº 12871-B

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE REDENÇÃO

PROCURADOR(A): DR(A) RICARDO SERGIO SARMANHO DE LIMA ¿ OAB/PA Nº 9025

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (fls. **16/17**).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que constam no Protocolo n° **2019.02314889-58**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO: 122/2013

PROCESSO DE ORIGEM: nº. 0010617-08.2013.814.0301

CREDOR(A): DELMA NAHYARA DE MELO MOURA

ADVOGADO(A): DR. JORDANE DA SILVA MIRANDA ¿ OAB/PA Nº 8252

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

DESPACHO:

Em atenção ao requerimento firmado em nome da parte credora ¿ fls. 69/72 (Protocolo nº. 2019.02423014-51), fica intimada a Procuradoria Geral do Estado do Pará ¿ PGE para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, e, após, não havendo impugnação do Estado, encaminhe-se os autos para o Serviço de análise de processos para operacionalizar o pagamento.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR - RPV nº. 109/2013

PROCESSO DE ORIGEM: nº. 0026864-64.2012.814.0301

CREDOR(A): MARCELO KOPTI TRAJAN ME

ADVOGADO(A): DR(A) RENATA T. ATHAYDE ¿ OAB/SP Nº 230.560

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADORIA: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

DESPACHO:

Em atenção aos termos do requerimento firmado em nome da parte credora ¿ fls. 69/78 (Protocolo nº. 2019.02418692-19), ao Serviço de análise de processos para operacionalizar o pagamento.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 074/2019 (Ref. Proc. 0003523-58.2016.814.0013)

CREDOR(A): ANTÔNIO FERREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO(A): DR(A) JORGE OTAVIO PESSOA DO NASCIMENTO ¿ OAB/PA Nº 6842

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ c/c art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que

constam no Protocolo n° **2019.02315187-37**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 27 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 075/2019 (Ref. Proc. 0005336-31.2000.814.0301)

CREDOR(A): JOSÉ CLAUDIO BRANDÃO SOUZA

ADVOGADO(A): DR(A) ADRIANE FARIAS SIMÃO ¿ OAB/PA Nº 8514

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ c/c art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que constam no Protocolo n° **2019.02395576-12**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 27 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 038/2019 (Ref. Proc. 0005119402012.814.0006)

CREDOR(A): HEDWIGES ALVES PIMENTEL

ADVOGADO(A): DR(A) FABIO MONTEIRO GOMES ¿ OAB/PA Nº 6141

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADOR(A): DR SEBASTIAO PIANI GODINHO ¿ OAB Nº 6046

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime ordinário de pagamento de precatórios, nos termos do art.100 (e seus parágrafos) da Constituição Federal - 1988. Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.329 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a inclusão, em orçamento, de verba necessária ao pagamento do débito informado neste Precatório, nos estritos termos que constam no Of. 489/2017-CJSLP, firmado pelo Juízo de Execução ¿ cumprindo-se o que dispõe o §5º do art.100 do Texto Constitucional.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 077/2019 (Ref. Proc. 0010611-27.2004.814.0301)

CREDOR(A): HILDA AIRES LOBO

ADVOGADO(A): DR(A) ANA CLAUDIA CORDEIRO DE ABDORAL LOPES ¿ OAB/PA Nº 7901

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ c/c art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que constam no Protocolo n° **2019.02395669-24**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 27 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 036/2019 (Ref. Proc. 0005119402012.814.0006)

CREDOR(A): CLAUBER BARROS BANDEIRA

ADVOGADO(A): DR(A) FABIO MONTEIRO GOMES ¿ OAB/PA Nº 6141

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADOR(A): DR SEBASTIAO PIANI GODINHO ¿ OAB Nº 6046

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime ordinário de pagamento de precatórios, nos termos do art.100 (e seus parágrafos) da Constituição Federal - 1988. Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.329 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a inclusão, em orçamento, de verba necessária ao pagamento do débito informado neste Precatório, nos estritos termos que constam no Of. 489/2017-CJSLP, firmado pelo Juízo de Execução ¿ cumprindo-se o que dispõe o §5º do art.100 do Texto Constitucional.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 037/2019 (Ref. Proc. 0005119402012.814.0006)

CREDOR(A): CLOVIS BARROS VASCONCELOS

ADVOGADO(A): DR(A) FABIO MONTEIRO GOMES ¿ OAB/PA Nº 6141

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADOR(A): DR SEBASTIAO PIANI GODINHO ¿ OAB Nº 6046

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime ordinário de pagamento de precatórios, nos termos do art.100 (e seus parágrafos) da Constituição Federal - 1988. Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.329 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a inclusão, em orçamento, de verba necessária ao pagamento do débito informado neste Precatório, nos estritos termos que constam no Of. 489/2017-CJSLP, firmado pelo Juízo de Execução ¿ cumprindo-se o que dispõe o §5º do art.100 do Texto Constitucional.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 035/2019 (Ref. Proc. 000511940.2018.814.0006)

CREDOR(A): GERSON CAVALCANTE DO NASCIMENTO

ADVOGADO(A): DR(A) FABIO MONTEIRO GOMES ¿ OAB/PA Nº 6141

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADOR(A): DR SEBASTIAO PIANI GODINHO ¿ OAB Nº 6046

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime ordinário de pagamento de precatórios, nos termos do art.100 (e seus parágrafos) da Constituição Federal - 1988. Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.329 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a inclusão, em orçamento, de verba necessária ao pagamento do débito informado neste Precatório, nos estritos termos que constam no Of. 489/2017-CJSLP, firmado pelo Juízo de Execução ¿ cumprindo-se o que dispõe o §5º do art.100 do Texto Constitucional.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 076/2019 (Ref. Proc. 0026294-22.2001.814.0301)

CREDOR(A): SIMONE NEVES DA SILVA

ADVOGADO(A): DR(A) MARCO ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS ¿ OAB/PA Nº 18478

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ c/c art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que constam no Protocolo n° **2019.02395667-30**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 27 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 034/2019 (Ref. Proc. 0005119402012.814.0006)

CREDOR(A): BENEDITO MARQUES LUCAS

ADVOGADO(A): DR(A) FABIO MONTEIRO GOMES ¿ OAB/PA Nº 6141

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADOR(A): DR SEBASTIAO PIANI GODINHO ¿ OAB Nº 6046

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade

documenta/informativo).

O Ente devedor segue regime ordinário de pagamento de precatórios, nos termos do art.100 (e seus parágrafos) da Constituição Federal - 1988. Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.329 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a inclusão, em orçamento, de verba necessária ao pagamento do débito informado neste Precatório, nos estritos termos que constam no Of. 489/2017-CJSLP, firmado pelo Juízo de Execução ¿ cumprindo-se o que dispõe o §5º do art.100 do Texto Constitucional.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 040/2019 (Ref. Proc. 0005119402012.814.0006)

CREDOR(A): FABIANA REGINA RIBEIRO DA SILVA

ADVOGADO(A): DR(A) FABIO MONTEIRO GOMES ¿ OAB/PA Nº 6141

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADOR(A): DR SEBASTIAO PIANI GODINHO ¿ OAB Nº 6046

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime ordinário de pagamento de precatórios, nos termos do art.100 (e seus parágrafos) da Constituição Federal - 1988. Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.329 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a inclusão, em orçamento, de verba necessária ao pagamento do débito informado neste Precatório, nos estritos termos que constam no Of. 489/2017-CJSLP, firmado pelo Juízo de Execução ¿ cumprindo-se o que dispõe o §5º do art.100 do Texto Constitucional.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 039/2019 (Ref. Proc. 0005119402012.814.0006)

CREDOR(A): EDIVALDO CORDEIRO FARIAS

ADVOGADO(A): DR(A) FABIO MONTEIRO GOMES ¿ OAB/PA Nº 6141

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADOR(A): DR SEBASTIAO PIANI GODINHO ¿ OAB Nº 6046

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime ordinário de pagamento de precatórios, nos termos do art.100 (e seus parágrafos) da Constituição Federal - 1988. Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.329 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a inclusão, em orçamento, de verba necessária ao pagamento do débito informado neste Precatório, nos estritos termos que constam no Of. 489/2017-CJSLP, firmado pelo Juízo de Execução ¿ cumprindo-se o que dispõe o §5º do art.100 do Texto Constitucional.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 041/2019 (Ref. Proc. 0000014-10.2001.814.0090)

CREDOR(A): SILVEIRA, ATHIAS, DORIANO DE MELLO, GUIMARAES, PINHEIRO E SCAFF

ADVOGADO(A): SILVEIRA, ATHIAS, DORIANO DE MELLO, GUIMARAES, PINHEIRO E SCAFF

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE PRAINHA

PROCURADOR(A): DR(A) SOYLA AZEVEDO GOMES ¿ OAB/PA nº 14499

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime ordinário de pagamento de precatórios, nos termos do art.100 (e seus parágrafos) da Constituição Federal - 1988. Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.329 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a inclusão, em orçamento, de verba necessária ao pagamento do débito informado neste Precatório, nos estritos termos que constam no Of. 489/2017-CJSLP, firmado pelo Juízo de Execução ¿ cumprindo-se o que dispõe o §5º do art.100 do Texto Constitucional.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 26 de Junho de 2019

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 042/2019 (Ref. Proc. 00084002820048140006)

CREDOR(A): HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE ANANINDEUA LTDA

ADVOGADO(A): DR(A) VERENA VON LOHRMANN CRUZ ARRAES ¿ OAB/PA Nº 16783

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADOR(A): DR SEBASTIAO PIANI GODINHO ¿ OAB Nº 6046

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime ordinário de pagamento de precatórios, nos termos do art.100 (e seus parágrafos) da Constituição Federal - 1988. Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.329 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a inclusão, em orçamento, de verba necessária ao pagamento do débito informado neste Precatório, nos estritos termos que constam no Of. 489/2017-CJSLP, firmado pelo Juízo de Execução ¿ cumprindo-se o que dispõe o §5º do art.100 do Texto Constitucional.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 27 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 043/2019 (Ref. Proc. 00084002820048140006)

CREDOR(A): U.D.I (UNIDADE DE DIAGNOSTICO POR IMAGEM LTDA

ADVOGADO(A): DR(A) VERENA VON LOHRMANN CRUZ ARRAES ¿ OAB/PA Nº 16783

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE ANANINDEUA

PROCURADOR(A): DR SEBASTIAO PIANI GODINHO ¿ OAB Nº 6046

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ e art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime ordinário de pagamento de precatórios, nos termos do art.100 (e seus parágrafos) da Constituição Federal - 1988. Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.329 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a inclusão, em orçamento, de verba necessária ao pagamento do débito informado neste Precatório, nos estritos termos que constam no Of. 489/2017-CJSLP, firmado pelo Juízo de Execução ¿ cumprindo-se o que dispõe o §5º do art.100 do Texto Constitucional.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 27 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 005/2019 (Ref. Proc. 0010642-16.2015.814.0301)

CREDOR(A): MARIA JOSÉ MORAES MIRANDA

ADVOGADO(A): DR(A) SOLANGE MARIA ALVES MOTA SANTOS ¿ OAB/PA Nº 12764

ENTE DEVEDOR: MUNICÍPIO DE BELÉM

PROCURADOR(A): DR(A) DANIEL COUTINHO DA SILVEIRA ¿ OAB/PA Nº 11.595

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ c/c art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que constam no Protocolo n° **2019.02395680-88**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 27 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 078/2019 (Ref. Proc. 0002863-70.1998.814.0000)

CREDOR(A): CLÁUDIO JOSÉ DE CAMPOS MACHADO

ADVOGADO(A): DR(A) JADER NILSON DA LUZ DIAS ¿ OAB/PA Nº 5273

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ c/c art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que constam no Protocolo n° **2019.02397485-08**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 28 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 079/2019 (Ref. Proc. 0002863-70.1997.814.0000)

CREDOR(A): CARLOS ALBERTO CIDADE DO NASCIMENTO

ADVOGADO(A): DR(A) JADER NILSON DA LUZ DIAS ¿ OAB/PA Nº 5273

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ c/c art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que constam no Protocolo n° **2019.02397573-35**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 28 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 080/2019 (Ref. Proc. 0002513-27.2012.814.0301)

CREDOR(A): MARIA DO CARMO DOS ANJOS SANTOS

ADVOGADO(A): DR(A) JADER NILSON DA LUZ DIAS ¿ OAB/PA Nº 5273

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ c/c art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-

ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que constam no Protocolo n° **2019.02410439-43**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 27 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 081/2019 (Ref. Proc. 0002513-2012.814.0301)

CREDOR(A): ORLANDINA ALONSO DE QUADROS

ADVOGADO(A): DR(A) JADER NILSON DA LUZ DIAS

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ c/c art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que constam no Protocolo n° **2019.02410485-02**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor

para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 27 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 082/2019 (Ref. Proc. 0027388-89.2006.814.0301)

CREDOR(A): WALCY PEREIRA DOS SANTOS

ADVOGADO(A): DR(A) SEBASTIANA APARECIDA SERPA SOUZA SAMPAIO ¿ OAB/PA Nº 7035

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ c/c art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que constam no Protocolo n° **2019.02410557-77**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 27 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 083/2019 (Ref. Proc. 0027388-89.2006.814.0301)

CREDOR(A): JAIR SANTANA DE OLIVEIRA

ADVOGADO(A): DR(A) SEBASTIANA APARECIDA SERPA SOUZA SAMPAIO ¿ OAB/PA Nº 7035

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ c/c art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que constam no Protocolo n° **2019.02410530-61**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 27 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 084/2019 (Ref. Proc. 0027388-89.2006.814.0301)

CREDOR(A): ANTÔNIO SERGIO LUZ DA SILVA

ADVOGADO(A): DR(A) SEBASTIANA APARECIDA SERPA SOUZA SAMPAIO ¿ OAB/PA Nº 7035

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ c/c art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que constam no Protocolo n° **2019.02410615-97**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 27 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 085/2019 (Ref. Proc. 0027388-89.2006.814.0301)

CREDOR(A): GILMAR MELO NUNES

ADVOGADO(A): DR(A) SEBASTIANA APARECIDA SERPA SOUZA SAMPAIO ¿ OAB/PA Nº 7035

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ c/c art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que constam no Protocolo n° **2019.02410625-67**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 27 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO REQUISITÓRIO: nº 086/2019 (Ref. Proc. 0048797-88.2015.814.0301)

CREDOR(A): ALBERTO DE MORAES PAPALEO PAES

ADVOGADO(A): DR(A) ALBERTO DE MORAES PAPALEO PAES ¿ OAB/PA Nº 14858

ENTE DEVEDOR: ESTADO DO PARÁ

PROCURADOR: RICARDO NASSER SEFER ¿ OAB/PA nº.14800 (PGE-PA)

ATO DECISÓRIO

O Precatório apresenta-se regularmente constituído, em conformidade com o que dispõe o art.5º - Resolução nº.115/2010-CNJ c/c art.329 ¿ Regimento Interno TJPA (checklist de conformidade documental/informativa).

O Ente devedor segue regime especial de pagamento de precatórios, no que consta previsto no art.101-ADCT, consubstanciado pela Emenda Constitucional nº 94/2016.

Nesse sentido, diante da regularidade formal do Precatório e em atenção ao que dispõe o art.333 do Regimento Interno ¿ TJPA c/c §3º do art.2º da Portaria nº. 2239/2011-GP, nos estritos moldes que constam no Protocolo n° **2019.02410668-35**, firmado pelo Juízo de Execução, oficie-se o Ente Devedor para que providencie a composição do débito informado neste Precatório no acervo da dívida inscrita, a fim de incluir no orçamento do Ente Federado.

Nos termos do art. 335 do Regimento Interno do TJPA, oficie-se ao Juízo Requisitante a propósito de dar conhecimento sobre a expedição de ofício requisitório ao Ente Federado, para constar dos autos de onde se originou o precatório.

Providencie-se o registro e inclusão em Lista de ordem cronológica de apresentação.

Publique-se.

Belém, 27 de Junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PPP N.º: 35/2019

ENTE DEVEDOR: Município de Tucuruí/PA

PROCURADOR: Juliana Borges Nunes ¿ OAB/PA nº. 26.447

ATO DECISÓRIO:

Considerando informação fornecida pelo TRF-1ª Região (PA-EXT-2019/04367)-fl.87, no sentido de que o único precatório inscrito em desfavor do Município de Tucuruí foi cancelado por determinação do juízo requisitante, determino que o repasse da amortização mensal correspondente ao mês de maio/2019 seja efetuado apenas ao TRT-8ª Região, de acordo com o percentual que consta no informativo do Serviço de Análise de Processos ¿ fl.66.

Publique-se.

Belém, 27 de junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO nº.: 017/2011

PROCESSO DE ORIGEM: nº.2001.1.031187-4

CREDOR(A): Hilda de Moraes Bittencourt Almeida

ADVOGADO(A): Wiloana de Nazaré Chaves Wariss ¿ OAB/PA nº. 2673

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADORIA GERAL: Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA nº.14800

ATO DECISÓRIO:

Em alinhamento com a Decisão ¿ fls.101 (DJ 15/03/2019) e diante do requerimento ¿ fls.108 (Protocolo nº.2019.02531453-72), a propósito de pagamento de crédito da parte/falecida a herdeiros, **faculto**

manifestação ao Ente Federado e à parte requerente/interessada, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias úteis, sobre o parecer técnico de cálculos ¿ fls.114, assim como sobre a documentação que instrui a pretensão formulada (Escritura Pública/Inventário e demais ¿ fls.110/113).

Transcorrido o prazo, **não havendo impugnação** formulada, junte-se e/ou certifique-se e, na sequência, **ao Serviço de Análise de Processos/Gestão Contábil para operacionalizar pagamento** e recolhimento/devolução de retenções legais, em estrita conformidade com a instrução técnica formalizada (cálculos), **mediante comprovação do recolhimento de custas pela(s) parte(s) interessada(s)**, ou expressa anuência para dedução do crédito líquido, para expedição de Alvará Eletrônico (Sistema SDJ), assim como **informação de dados documentais** (RG/CPF ou CNPJ) **e bancários** (Banco/Agência/Conta bancária e Dígito Verificador) **da(s) parte(s) interessada(s) e/ou beneficiária(s)**.

Efetuadas as operações financeiras, e ante a liquidação do crédito inscrito, arquive-se os autos, com os necessários registros e baixas no Sistema de Dados, exclusão da lista cronológica e formal ciência ao Juízo de Execução.

Comunique-se à Receita Federal, conforme Termo de Cooperação Técnica nº.01/2017.

Na **hipótese de impugnação** aos cálculos, **conclusos** os autos.

Publique-se. Oficie-se.

Belém-PA, 26 de junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência TJPA

Coordenadoria de Precatórios CPREC

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO nº.: 019/2013

PROCESSO DE ORIGEM nº.: 0000975-27.2010.814.0301

CREDOR(A): Neusa Maria Neves

BENEFICIÁRIO(A): Fábio Pereira Flores ¿ OAB-PA nº 13.274

Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro e Scaff Advogados Associados.

ADVOGADO(A): Silveira, Athias Soriano de Mello Guimarães, Pinheiro e Scaff Advogados Associados

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADOR(A): Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA 14800

ATO DECISÓRIO:

Trata-se de requerimento formulado pela credora de honorários de sucumbência às fls.100/101 (protocolo 2019.02400869-41), solicitando, em síntese, alteração da parte beneficiária para constar o escritório de advocacia Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro e Scaff ¿ sob a argumentação de que é apenas advogado associado do escritório em referência, sem nada a receber na presente espécie requisitória.

Nesse sentido, analisando os autos, verifica-se que instrumento de procuração acostado à fl. 19, assim como as petições protocolizadas durante o curso do processo, apresentam na parte superior o nome da banca do escritório de advocacia **Silveira, Athias, Soriano de Mello Guimarães, Pinheiro e Scaff Advogados Associados.**

Ademais, a propósito do tema, consta precedente firmado pela Presidência/TJE-PA no Precatório 054/2007 (Decisão ¿ DJ 14.01.2017), assentando a alteração da parte credora/beneficiária em função da atuação de escritório de advocacia no curso do processo de execução.

Assim, **defiro** o pleito do requerente e determino a alteração para constar o escritório de advocacia **Silveira, Athias, Soriano de Mello Guimarães, Pinheiro e Scaff Advogados Associados** como beneficiário de honorários de sucumbência no precatório requisitório nº 019/2013.

Providencie-se a alteração no registro de lista cronológica com os necessários registros no sistema de dados. Após, ao serviço de cálculo para nova instrução técnica.

Em retorno, **faculto manifestação ao Ente Federado/Devedor e à(s) parte(s) credora(s) e/ou beneficiária(s), no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias úteis**, sobre a **instrução técnica processada.**

Por fim, transcorrido o prazo, **não havendo impugnação** formulada, junte-se e/ou certifique-se e, na sequência, cumpra-se a parte final do decisório de fls. 183 (DJ 13.05.2019).

Na hipótese de impugnação aos cálculos, conclusos os autos.

Publique-se

Belém-PA, 29 de maio de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência TJPA

Coordenadoria de Precatórios CPREC

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO nº.: 028/2019

PROCESSO DE ORIGEM nº.: 0010246-39.2015.814.0301

CREDOR(A): Clarinda Queiroz Costa

ADVOGADO(S): Oswaldo Pojucan Tavares Jr. ¿ OAB-Pa nº 1392

Paola Tavares ¿ OAB-PA nº 10234

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADOR(A): Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA 14800

ATO DECISÓRIO:

Trata-se de requerimento para pagamento preferencial por implemento de idade igual/superior a 60 (sessenta) anos ¿ fls. 83/86 (Protocolo nº. 2019.02375455-41), nos termos do art.100, §2º, da Constituição da República/1988 (redação - EC nº.94/2016 e EC nº.99/2017).

Em sede de instrução ¿ conformidade documental - verificou-se a natureza alimentar da espécie requisitória, bem como que o credor preenche o requisito etário para pagamento na modalidade preferencial (documento fl. 86), tudo em cumprimento ao previsto no art.100, §2º, da Constituição República/1988 (redação ¿ EC nº.94/2016 e EC nº.99/2017), assim como com o que dispõe o art.12 da

Resolução nº.115/2010-CNJ e art.5º, §1º, inciso II, da Portaria nº.2239/2011-GP.

Consta, igualmente, parecer técnico firmado pelo Serviço de Cálculos ¿ fls. 87/89 - assentando a inexistência de pagamento anterior sob a mesma espécie, a disponibilidade de recursos pelo Ente devedor, valor líquido devido e retenções/recolhimentos legais incidentes, não havendo liquidação do precatório em referência.

Nesse sentido, e na forma da instrução formalizada, faculto manifestação ao Ente Federado/devedor, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sobre a pretensão formulada, assim como sobre o parecer técnico do Serviço de Cálculos ¿ fls.87/89, outrossim, por igual prazo e de forma sucessiva, à parte credora, a propósito dos cálculos elaborados.

Transcorrido o prazo, **não havendo impugnação** formulada, condicionante ou qualquer ocorrência superveniente que repercuta no pleito formulado, junte-se e/ou certifique-se, e diante da conformidade com o que dispõe art. art.100, §2º, da Constituição da República/1988 (redação - EC nº.94/2016 e nº.99/2017), art.12 da Resolução nº.115/2010-CNJ e art.5º, §1º, inciso II, da Portaria nº.2239/2011-GP/TJPA, **defiro o pedido** de pagamento preferencial por implemento de idade (igual/superior a 60 anos) à parte credora/requerente **CLARINDA QUEIROZ COSTA**, na forma prevista no art.102-ADCT/CF-1988 e estritamente como consta no parecer técnico do Serviço de Cálculos.

Comprovado o recolhimento de custas (para emissão de Alvará) ou anuência expressa de dedução automática na ocasião do pagamento, apresentados os dados informativos da parte credora, referentes a documentação pessoal (CPF) e bancária (banco, conta corrente/poupança e dígito verificador), ao Serviço de Análise de Processos para que providencie a transferência eletrônica (Alvará/Sistema SDJ) da quantia correspondente.

Não havendo liquidação do crédito inscrito neste Precatório, o valor remanescente prosseguirá para pagamento em estrita conformidade com a lista cronológica de apresentação.

Comunique-se à Receita Federal, nos Termos de Cooperação Técnica nº.01/2017.

Na **hipótese de impugnação** aos cálculos, **conclusos** os autos.

Publique-se.

Belém, 27 de junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios ¿ CPREC

Portaria nº. 583/2019-GP

PRECATÓRIO nº.: 077/2017

PROCESSO DE ORIGEM nº.: 0048797-80.2015.814.0301

CREDOR(A): João Sabino da Silva Neto

ADVOGADO(A): Luciano da Silva Fontes - OAB/PA nº. 11537

Cristiane de Oliveira ¿ OAB-PA nº 13558

Alberto de Moraes Papaleo Paes ¿ OAB-PA nº 14858

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADOR(A): Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA 14800

ATO DECISÓRIO:

Trata-se de requerimento para prioridade de pagamento por idade igual/superior a 60 (sessenta) anos ¿ fls. 75/76 (Protocolo nº.2019.02552271-86).

Analisando os autos, verifica-se que a parte credora instruiu o pedido sem o cumprimento dos requisitos do art. 5º da Portaria 2.239/11-GP, qual seja: ausência de cópia de identidade autenticada, bem como de comprovante de endereço.

Ademais, verifica-se que o documento de identidade anexado ao pedido (fl.76) encontra-se ilegível.

Sendo assim, intime-se a parte credora/requerente para regularizar a instrução do pedido formulado, **via protocolo**, nos termos do art.100, §2º, da Constituição República/1988 (redação ¿ EC nº.94/2016 e EC nº.99/2017), bem como art.5º, §1º, inciso II, da Portaria nº.2239/2011-GP e art.12 da Resolução nº.115/2010-CNJ.

Após, conclusos.

Publique-se.

Belém, 27 de junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios

Portaria n.º 583/2019-GP

PRECATÓRIO nº.: 160/2013

PROCESSO DE ORIGEM: nº.0016183-74.1998.814.0301

CREDOR(A): Anna Moussalem Pantoja Pimentel

ADVOGADO(A): Pojucan Tavares Advocacia S/S

Fábio Tavares de Jesus ¿ OAB/PA nº. 9777

ENTE DEVEDOR: Estado do Pará

PROCURADORIA GERAL: Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA nº.14800

ATO DECISÓRIO:

Em cumprimento ao que dispõe o art.100 da Constituição da República ¿ 1988 quanto ao regime de pagamento de precatórios sob estrita ordem cronológica de apresentação, na forma das Emendas Constitucionais ¿ EC nº.94/2016 e nº.99/2017 e diante da hipótese de pagamento de crédito da parte/falecida a herdeiros, **faculto manifestação ao Ente Federado e à(s) parte(s) requerente(s)/interessada(s), no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias úteis, sobre o parecer técnico de cálculos ¿ fls.244/251**, assim como sobre a documentação veiculada (Escritura Pública/Inventário e demais.

Transcorrido o prazo, **não havendo impugnação** formulada, junte-se e/ou certifique-se e, na sequência, **ao Serviço de Análise de Processos/Gestão Contábil para operacionalizar pagamento** e recolhimento/devolução de retenções legais, em estrita conformidade com a instrução técnica formalizada (cálculos), **mediante comprovação do recolhimento de custas pela(s) parte(s) interessada(s)**, ou expressa anuência para dedução do crédito líquido, para expedição de Alvará Eletrônico (Sistema SDJ), assim como **informação de dados documentais** (RG/CPF ou CNPJ) **e bancários** (Banco/Agência/Conta bancária e Dígito Verificador) **da(s) parte(s) interessada(s)**.

Efetuadas as operações financeiras, e ante a liquidação do crédito inscrito, arquive-se os autos, com os necessários registros e baixas no Sistema de Dados, exclusão da lista cronológica e formal ciência ao Juízo de Execução.

Comunique-se à Receita Federal, conforme Termo de Cooperação Técnica nº.01/2017.

Na **hipótese de impugnação** aos cálculos, **conclusos** os autos.

Publique-se. Oficie-se.

Belém-PA, 27 de junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência TJPA

Coordenadoria de Precatórios CPREC

Portaria nº. 583/2019-GP

PROTOCOLO nº.: 2019.02336874-63

REQUERENTE: Município de Santarém-PA: Procuradoria-Geral

ADVOGADO(A): Arilson Miranda Batista ¿ OAB/PA nº.10112

REFERÊNCIA: Manifestação Juízo ¿ Resposta Ofício nº.555/2019-CPREC

Decisão Judicial ¿ Deferimento de Tutela de Urgência

Processo ¿ PJE nº.0804200-33.2019.814.0051

2ª Vara Cível/Empresarial de Santarém-PA

Depósitos/Pagamento ¿ Precatórios nº.020 e nº021/2014: Sustação

Partes Credoras: Jaime Melo Sabat e Terezinha Araújo Sabat

Advogado: Ronaldo Dias Campos ¿ OAB/PA nº.3234

DESPACHO:

Em alinhamento com Despacho (DJ 13/06/2019), anteriormente firmado no requerimento da Procuradoria Municipal e, sobremaneira, em atenção à manifestação firmada pelo Juízo da 2ª Vara Cível/Empresarial de Santarém no Processo ¿ PJE nº.0804200-33.2019.814.0051 em resposta ao Ofício nº.555/2019-CPREC, conforme consta em SigaDOC nºPAOFI-2019/06676 (Protocolo nº.201902605617-98), **determino:**

1. Sobrestamento dos recursos disponibilizados pelo Município de Santarém, na forma do regime especial de pagamento de precatórios e conforme plano de pagamento ¿ PPP nº.024/2019 em depósitos mensais, **até o limite para liquidação do crédito atualizado inscrito no Precatório nº.021/2014 ¿ parte credora Terezinha Araújo Sabat**.

2. A quantia será **sobrestada em subconta específica para esta finalidade** e contemplará o **valor atualmente disponível em saldo** do Ente Federado em regime especial, assim como os **depósitos sequenciais mês a mês**, conforme sistemática aplicável, **até o limite para liquidação da espécie requisitória** ¿ Precatório nº.021/2014.

3. Juntada do requerimento e demais documentações e atos, nos **autos do Precatório nº.021/2014** ¿ parte credora Terezinha Araújo Sabat, **para gestão informativa e financeira**, assim como no requisitório nº.020/2014 ¿ parte credora: Jaime Melo Sabat, neste caso, apenas para efeito instrutório, ante a liquidação do crédito correspondente.

4. Informativo nos autos do Precatório nº.021/2014 quanto ao **sobrestamento suficiente dos recursos** disponibilizados pelo Ente Federado **à liquidação do crédito inscrito e atualizado**, em valor remanescente, ante o levantamento parcial de valores já efetuados anteriormente ao provimento judicial ¿ tutela de urgência ¿ **com retorno dos autos, em conclusão**.

5. Oficie-se, em resposta, **ao Juízo da 2ª Vara Cível/Empresarial de Santarém-PA**, veiculando cópia

deste ato, para efeito informativo nos autos do processo de origem.

Publique-se. Oficie-se.

Belém-PA, 27 de junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência TJPA

Coordenadoria de Precatórios CPREC

Portaria nº. 583/2019-GP

REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR ¿ RPV: nº.056/2010

PROCESSO DE ORIGEM: nº.2005.1.000239-4

CREDOR(A): Nagildo Monteiro Farias

ADVOGADO(A): Luiz Roberto dos Reis ¿ OAB/PA nº 2172

ENTE DEVEDOR: Município de Mojú

PROCURADOR(A): André Bassalo ¿ OAB-PA nº 7930

ATO DECISÓRIO:

Diante da instrução formalizada ¿ Informativo de fls.285, que consigna o bloqueio de valores e transferência para subconta específica aberta em nome do credor, com retenções legais incidentes (conforme o caso) e valor líquido devido à(s) parte(s) credora(s) e/ou beneficiária(s), ao Serviço de Análise de Processos/Gestão Contábil para providências de pagamento via Alvará Eletrônico/Transferência (Sistema SDJ), condicionando-se à apresentação de Documentação Pessoal (CPF) e Bancária (Conta Corrente/Poupança e Dígito Verificador) do(s) titular(es) do(s) crédito(s) ¿ assim como o recolhimento de custas ou anuência expressa de dedução automática na ocasião do pagamento.

Publique-se. Efetuado o pagamento, informe-se ao Juízo de Execução e, finalmente, arquive-se.

Belém-PA, 27 de junho de 2019.

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Auxiliar da Presidência - TJPA

Coordenadoria de Precatórios - CPREC

Portaria nº. 583/2018-GP

SECRETARIA JUDICIÁRIA

PORTARIA Nº 48/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Antiguidade**, a Magistrada **CLÁUDIA REGINA MOREIRA FAVACHO**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, para a **3ª Vara Criminal do Distrito de Icoaraci**, Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 49/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Merecimento**, a Magistrada **JOSINEIDE GADELHA PAMPLONA MEDEIROS**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da 5ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santarém, para o **9º (nono) dos 22 (vinte e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 50/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Antiguidade**, a Magistrada **BETÂNIA DE FIGUEIREDO PESSOA BATISTA**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, para o **10º (décimo) dos 22 (vinte e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 51/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Merecimento**, o Magistrado **EDUARDO ANTÔNIO MARTINS TEIXEIRA**, Juiz de Direito de 2ª Entrância, titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, para o **11º (décimo primeiro) dos 22 (vinte e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 52/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **EONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc.

CONSIDERANDO a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Antiguidade**, a Magistrada **EDNA MARIA DE MOURA PALHA**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Ananindeua, para o **12º (décimo segundo) dos 22 (vinte e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 53/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Merecimento**, o Magistrado **FÁBIO PENEZI PÓVOA**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da 2ª Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Ananindeua, para o **13º (décimo terceiro) dos 22 (vinte e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da Capital. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 54/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **EONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Antiguidade**, o Magistrado **LUIZ OTÁVIO OLIVEIRA MOREIRA**, Juiz de Direito de 2ª Entrância, titular da Vara da Fazenda Pública da Comarca de Ananindeua, para o **14º (décimo quarto) dos 22 (vinte e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 55/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Merecimento**, a Magistrada **SHÉRIDA KEILA PACHECO TEIXEIRA BAUER**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santa Izabel do Pará, para o **15º (décimo quinto) dos 22 (vinte e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 56/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Antiguidade**, o Magistrado

GABRIEL COSTA RIBEIRO, Juiz de Direito de 2ª Entrância, titular da Vara Única da Comarca de Marapanim, para o **16º (décimo sexto) dos 22 (vinte e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 57/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Merecimento**, o Magistrado **HOMERO LAMARÃO NETO**, Juiz de Direito de 2ª Entrância, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marituba, para o **17º (décimo sétimo) dos 22 (vinte e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 58/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Antiguidade**, o Magistrado **MURILO LEMOS SIMÃO**, Juiz de Direito de 2ª Entrância, titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Benevides, para o **18º (décimo oitavo) dos 22 (vinte e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 59/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Merecimento**, a Magistrada **DANIELLE KAREN DA SILVEIRA ARAÚJO LEITE**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Castanhal, para o **19º (décimo nono) dos 22 (vinte e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 60/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Antiguidade**, a Magistrada **LUCIANA MACIEL RAMOS**, Juíza de Direito de 2ª Entrância, titular da Vara Criminal da Comarca de Benevides, para o **20º (vigésimo) dos 22 (vinte e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 61/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Merecimento**, o Magistrado **JOSÉ GOUDINHO SOARES**, Juiz de Direito de 2ª Entrância, titular da Vara Única da Comarca de Soure, para o **21º (vigésimo primeiro) dos 22 (vinte e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 62/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Antiguidade**, o Magistrado **LAURO ALEXANDRINO SANTOS**, Juiz de Direito de 2ª Entrância, titular da Vara Única da Comarca de Igarapé-Miri, para o **22º (vigésimo segundo) dos 22 (vinte e dois) Cargos de Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância** da Comarca da **Capital**. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 63/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Remover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Antiguidade**, o Magistrado **LUCAS DO CARMO DE JESUS**, 7º Juiz de Direito Auxiliar de 3ª Entrância, 7º (sétimo) dos 22 (vinte e dois) Cargos, Comarca da Capital, para a **Vara da Justiça Militar do Estado do Pará** da Comarca da **Capital**, 3ª Entrância. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 64/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Promover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Antiguidade**, o Magistrado **MAGNO GUEDES CHAGAS**, Juiz de Direito de 2ª Entrância, titular da Vara Única da Comarca de Vigia, para a 1ª Vara da Fazenda Pública da Comarca da Capital. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 65/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Remover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Antiguidade**, o Magistrado **JACKSON JOSÉ SODRÉ FERRAZ**, Juiz de Direito de 3ª Entrância, titular da 2ª Vara Criminal do Distrito

de Icoaraci da Comarca da Capital, para a **5ª Vara Criminal** da Comarca da **Capital**, 3ª Entrância. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PORTARIA Nº 66/2019- SJ. O Excelentíssimo Senhor Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por eleição de seus pares, etc. **CONSIDERANDO** a decisão proferida na 23ª Sessão Ordinária do Egrégio Tribunal Pleno, realizada no dia 26/6/2019. **RESOLVE: Remover**, em face da deliberação do Pleno do Egrégio Tribunal do Estado Pará, nos termos da conjugação do art. 93, inciso II, da Constituição Federal de 1988 com o art. 160, inciso IV, da Constituição Estadual do Estado do Pará, combinado com o art. 188, inciso I e o art. 190, da Lei nº 5.008/81 (Código Judiciário do Estado do Pará), pelo critério de **Antiguidade**, a Magistrada **SUAYDEN FERNANDES DA SILVA SAMPAIO**, Juíza de Direito de 3ª Entrância, titular da Vara de Família do Distrito de Icoaraci da Comarca da Capital, para a **2ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes** da Comarca da **Capital**, 3ª Entrância. Cumpra-se. Registre-se. Publique-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador **LEONARDO DE NORONHA TAVARES**, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

RESENHA: 01/07/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA JUDICIÁRIA - VARA: TRIBUNAL PLENO DE DIREITO PÚBLICO

P R O C E S S O : 0 0 0 9 1 5 5 7 0 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO GONCALVES DE MOURA Ação: Mandado de Segurança Cível em: 01/07/2019---IMPETRANTE:JULIA GUSMAO DE OLIVEIRA IMPETRANTE:CARLOS JOSE GUSMAO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 1428 - SOTER OLIVEIRA SARQUIS (ADVOGADO) OAB 5951 - MOACIR SOARES DE AZEVEDO (ADVOGADO) IMPETRADO:ESTADO DO PARA IMPETRADO:SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO - SEAD/PA IMPETRADO:IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9456 - ALEXANDRE FERREIRA AZEVEDO (PROCURADOR(A)) LITISCONSORTE PASSIVO NECESSARIO:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (PROCURADOR(A)) . DECISÃO MONOCRÁTICA

Trata-se de Mandado de Segurança Preventivo com Pedido de Liminar ajuizado por Júlia Gusmão de Oliveira, através de seu representante legal Luiz Carlos Gusmão de Oliveira, e por Carlos José Gusmão de Oliveira contra suposto ato comissivo dos Exmo. Srs. Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - Igeprev, Secretaria de Administração do Estado do Pará e Governador do Estado do Pará. Em suas razões iniciais (fls. 04/11.v.), historiam os impetrantes que são viúva e filho inválido, ambos pensionistas dos ex-segurado João Pereira de Oliveira, recebendo, cada um, a proporção de 50% da pensão deixada pelo extinto. Explicam que, em 19-04-2017, receberam correspondência endereçada pela autarquia estadual, Igeprev, n.º 037/2017-GECOB, datada de 31-07-2017, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para que apresentassem defesa sobre a exclusão de rubrica e devolução ao erário estadual, supostamente recebidos a maior, conforme protocolo 2002/49795, processo administrativo n.º 2017/111.111. Citam, em resumo, que no teor do documento epigrafado consta que foram constatados pagamentos a maior desde janeiro de 2015, em virtude da adoção de rubrica errônea no pagamento dos proventos dos impetrantes. Mencionam que, conforme entendimento sufragado no MS 34243/DF, não há falar em devolução dos valores quando o recebimento se deu de boa-fé. Colacionam jurisprudências correlatas. Descrevem o estado de saúde em que se encontram, ela é portadora de diabetes, hipertensão arterial, hipercolesterolemia, sequelas de acidente vascular cerebral e artrose no joelho, enquanto que ele é paraplégico há 34 anos, possui osteomielite (CID M86), úlcera de pressão e se encontra em acompanhamento domiciliar.

Requerem a concessão da gratuidade judicial e a concessão de medida liminar a fim de obstar qualquer desconto em seus proventos e, no mérito, a concessão de segurança. Com a inicial foram colacionados documentos (fls. 12/69). Os autos foram distribuídos, inicialmente, ao Des.

Constantino Augusto Guerreiro, sendo depois, devido sua transferência a 1ª Turma de Direito Privado, redistribuídos à minha Relatoria (fls. 70-73), oportunidade em que deferi o pedido de gratuidade judicial e o efeito suspensivo para obstar qualquer comportamento comissivo que visasse desconto de valores nos proventos dos impetrantes, sob a justificativa de pagamento a maior ocorridos desde janeiro de 2015, sob pena de multa diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais). O Igeprev e o Estado do Pará prestaram as informações devidas (fls. 85/92), tendo o segundo ente interposto agravo interno questionando a decisão concessiva da medida liminar (fls. 109/116). Contrarrazões foram apresentadas pelos impetrantes, ora agravados, requerendo o improvimento do recurso (fls. 122/156).

A Procuradoria de Justiça opinou pelo encaminhamento dos autos ao juízo de primeiro grau, alegando que não há resquícios de atuação do Chefe do Poder Executivo e da Secretaria Estadual de Administração na situação reportada e, sim, apenas do Igeprev (fls. 161/162,v.). É o relatório. Passo a decisão. De fato, avaliando o cenário fático e processual, percebo que as razões da impetração circundam a seara de atuação única e exclusiva do Igeprev, ao externar, através da correspondência n.º 037/2017-GECOB, datada de 31.07.2017, sua intenção em reaver recursos pagos, por equívoco, a maior, tendo os impetrantes, pensionistas do ex-segurado, Sr. João Pereira de Oliveira, se insurgido contra esse ato. Assim, de acordo com os arts. 60 e 60-A da lei Complementar Estadual n.º 039/2002, o Igeprev é dotado de personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprios, gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizadas, sendo, também, responsável pelos pagamentos de pensões, conforme se vê a seguir, ¿verbis¿: ¿Art. 60. Fica criado o Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará - IGEPREV, autarquia estadual, com sede e foro na Capital do Estado do Pará, vinculada à Secretaria Especial de Estado de Gestão, dotada de personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprios, gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizadas.¿ (NR LC44/2003) ¿Art. 60-A. Cabe ao IGEPREV a gestão dos benefícios previdenciários de que trata a presente Lei Complementar, sob a orientação superior do Conselho Estadual de Previdência, tendo por incumbência:(NR LC49/2005) I - executar, coordenar e supervisionar os procedimentos operacionais de concessão dos benefícios do Regime Básico de Previdência. (NR LC49/2005) II - executar as ações referentes à inscrição e ao cadastro de segurados e beneficiários; (NR LC44/2003) III - processar a concessão e o pagamento dos benefícios previdenciários de que trata o art. 3º desta Lei;(NR LC44/2003) IV - acompanhar e controlar o Plano de Custeio Previdenciário. (NR LC44/2003) § 1º Manter-se-ão as competências dos órgãos do Estado e do IPASEP, definidas na legislação em vigor, quanto à inscrição, cadastro, recolhimento de contribuições, concessão e pagamento de benefícios, até que se realize a estruturação do IGEPREV, no prazo máximo de 12 (doze) meses, a partir da data de publicação desta Lei. (NR LC44/2003) § 2º A partir do prazo mencionado no § 1º deste artigo, fica a cargo do IGEPREV efetuar os atos necessários ao processo de concessão e de pagamento das aposentadorias e pensões a que faz jus o segurado ou seus dependentes.¿ (NR LC49/2005)

Sendo assim, não sobejando, na hipótese, atuação atribuível ao Chefe do Poder Executivo e a Secretária Estadual de Administração, hábeis a atrair a competência desta Corte (art. 161, I, ¿c¿, da Constituição Estadual) e, especificamente, a do Tribunal Pleno (art. 24, XIII, ¿b¿, do RITJE), excluo-os do polo passivo e, por consequência, determino a remessa dos autos ao juízo de primeiro grau, que poderá reavaliar o teor da liminar concedida neste grau. Julgo prejudicado o agravo interno interposto pelo Estado do Pará (fls. 109/116). Intimem-se e cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA, Relator

ANÚNCIO DE JULGAMENTO

ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA 25ª SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL PLENO do ano de 2019: Faço público a quem interessar possa que, para a 25ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno, a realizar-se no dia 10 de julho de 2019, às 9h, no Edifício-Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, situado à Av. Almirante Barroso, nº 3089, nesta cidade, foram pautados, pela Secretaria Judiciária, o julgamento dos feitos abaixo discriminados, podendo vir a ser apreciados aqueles que, eventualmente, forem adiados ou

suspensos na 24ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno do ano de 2019.

PROCESSOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS PAUTADOS (PJe)

1 ¿ Mandado de Segurança ¿ Comarca de BELÉM (Processo Judicial Eletrônico nº 0809454-77.2018.814.0000)

Impetrante: Raimundo Sávio Barros Batista (Adv. Kharen Karollinny Sozinho da Costa ¿ OAB/PA 19588)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrado: Instituto de Gestão Previdenciária do Estado do Pará ¿ IGEPREV (Procuradora Autárquica Simone Ferreira Lobão Moreira ¿ OAB/PA 11300)

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procuradora do Estado Maria Tereza Rocha ¿ OAB/PA 9233)

Procurador-Geral de Justiça: Gilberto Valente Martins

RELATORA: DESA. NADJA NARA COBRA MEDA

2 - Mandado de Segurança ¿ Comarca de BELÉM (Processo Judicial Eletrônico nº 0800661-18.2019.814.0000)

Impetrante: Raika Moira de Oliveira Sarubbi (Adv. Milena de Souza Sarubbi ¿ OAB/PA 12848)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrado: Secretário Estadual de Educação

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado Rafael Felgueiras Rolo ¿ OAB/PA 14990)

Procurador de Justiça Cível: Nelson Pereira Medrado

RELATORA: DESA. NADJA NARA COBRA MEDA

3 ¿ Embargos de Declaração em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas ¿ Comarca de BELÉM (Processo Judicial Eletrônico nº 0800701-34.2018.814.0000)

Embargante: Município de Belém (Procurador Municipal Daniel Coutinho da Silveira ¿ OAB/PA 11595, Bruno Cezar Nazaré de Freitas ¿ OAB/PA 11290)

Embargado: Acórdão Id nº 950065

Requerente: Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital

Requerido: Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Interessado: Estado do Pará (Procurador do Estado Rodrigo Baia Nogueira ¿ OAB/PA 16433)

Interessado: Sindicato dos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores do Pará ¿ SINDOJUS-PA (Adv. Bernardo José Mendes de Lima ¿ OAB/PA 18913, Eugen Barbosa Erichsen ¿ OAB/PA 18938, Manuel Albino Ribeiro de Azevedo Júnior ¿ OAB/PA 23221)

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício: Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento

RELATORA: DESA. NADJA NARA COBRA MEDA

ANÚNCIO DE JULGAMENTO

ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA 13ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA do ano de 2019: Faço público a quem interessar possa que, para a 13ª Sessão Ordinária do Conselho da Magistratura do ano de 2019, a realizar-se no dia 10 de julho de 2019, às 9h, no Edifício-Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, situado à Av. Almirante Barroso, nº 3089, nesta cidade, foram pautados, pela Secretaria Judiciária, o julgamento dos feitos abaixo discriminados, podendo vir a ser apreciados aqueles que, eventualmente, forem adiados ou suspensos na 12ª Sessão Ordinária do Conselho da Magistratura do ano de 2019.

JULGAMENTOS PAUTADOS

1 - Recurso Administrativo - Comarca de BELÉM (0001504-16.2019.8.14.0000)

Recorrente: Andrea Lopes Miralha (Advs. Ricardo Nasser Sefer ¿ OAB/PA 14800, Rodrigo Costa Lobato ¿ OAB/PA 20167, Felipe Jales Rodrigues ¿ OAB/PA 23230, Brenda Luana Viana Ribeiro ¿ OAB/PA 20739, Raissa Pontes Guimarães ¿ OAB/PA 26576)

Recorrida: Corregedora de Justiça da Região Metropolitana de Belém

RELATOR: DES. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR

2 - Recurso em Processo Administrativo Disciplinar em face de Servidor - Comarca de BELÉM (0000241-46.2019.8.14.0000)
Recorrente: Max George Maciel Diniz (Adv. Luciana do Socorro de Menezes Pinheiro ¿ OAB/PA 12478)
Recorrido: Juiz Diretor do Fórum Criminal da Comarca de Belém
RELATORA: DESA. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

3 - Recurso em Processo Administrativo Disciplinar em face Servidor - Comarca de BELÉM (0000844-22.2019.8.14.0000)
Recorrente: Walter Costa
Recorrida: Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém
RELATORA: DESA. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

4 - Recurso Administrativo - Comarca de BELÉM (0005103-94.2018.8.14.0000)
Recorrente: David Guilherme de Paiva Albano
Recorrida: Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém

RELATORA: DESA. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

5 - Recurso Administrativo - Comarca de BELÉM (0004719-39.2015.8.14.0000)
Recorrentes: Rejane Moura de Sá Bastos e Silva, Raul da Silva Moreira Neto (Advs. Rejane Moura de Sá Bastos e Silva ¿ OAB/PA 15285, Raul da Silva Moreira Neto ¿ OAB/PA 11532)
Recorrida: Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém

Procuradora-Geral de Justiça, em exercício: Leila Maria Marques de Moraes
RELATORA: DESA. ROSI MARIA GOMES DE FARIAS

ANÚNCIO DE JULGAMENTO

ANÚNCIO DE JULGAMENTO DA 14ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL DO TRIBUNAL PLENO do ano de 2019: Faço público a quem interessar possa que, para a 14ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do Tribunal Pleno, a realizar-se através da ferramenta Plenário Virtual, com início às 14h do dia 10 de julho de 2019, e término às 14h do dia 17 de julho de 2019, foi pautado, pela Secretaria Judiciária, o julgamento do feito abaixo discriminado, podendo vir a ser apreciados aqueles que, eventualmente, forem adiados ou suspensos na 13ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual do Tribunal Pleno do ano de 2019.

PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO PAUTADO (PJe)

1 - Mandado de Segurança Cível - Comarca de BELÉM (0801540-59.2018.814.0000)

Impetrante: Vandoedson Huilly de Albuquerque Laranjeira (Adv. Renato Freire da Silva da Luiza ¿ OAB/PA 17310)

Impetrado: Governador do Estado do Pará

Impetrado: Secretário de Estado de Administração

Impetrado: Superintendente do Sistema Penitenciário do Estado do Pará

Litisconsorte Passivo Necessário: Estado do Pará (Procurador do Estado José Rubens Barreiros de Leão ¿ OAB/PA 5962)

Procuradora-Geral de Justiça, com delegação: Cândida de Jesus Ribeiro do Nascimento
RELATORA: DESA. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO

TRIBUNAL PLENO

Número do processo: 0805016-71.2019.8.14.0000 Participação: RECORRENTE Nome: artur de jesus brito Participação: PROCURADOR Nome: EDILEUZA PAIXAO MEIRELESOAB: 6147/PA Participação: PROCURADOR Nome: ALDO CESAR SILVA DIASOAB: 11396/PA Participação: ADVOGADO Nome: MARINETHE DE FREITAS CORREAOAB: 219 Participação: RECORRIDO Nome: CAMARA MUNICIPAL DE TUCURUIDECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de Ação Direta de Inconstitucionalidade, com pedido de medida cautelar, ajuizada pelo Prefeito de Tucuruí, em face do art. 21, inciso II, alínea ?a? e incisos V,XIV e XV, da Lei Orgânica do Município de Tucuruí. Defendeu a inconstitucionalidade da previsão legal destes dispositivos pelos quais criou-se gratificação de nível superior de 40% (quarenta por cento) sobre o salário base, por proposição de vereador, em violação ao poder de iniciativa do Chefe do Executivo municipal, previsto no artigo 61 da Constituição Federal, dispositivo de reprodução obrigatória na Constituição EstadualPleiteia a concessão da medida cautelar a fim de que sejam suspensos os efeitos do art. 21, inciso II, alínea ?a? e incisos V, XIV e XV, da Lei Orgânica do Município de Tucuruí, até o julgamento final da presente ação. E no julgamento do mérito, requer que a presente Ação Direta de Inconstitucionalidade seja julgada totalmente procedente para declarar a Inconstitucionalidade dos referidos dispositivos legais, com efeito retroativo ? ex tunc.É o relatório do essencial.DECIDO.Passo à análise da medida cautelar requerida.Em caso de relevante fundamento e de perigo iminente de dano irreparável ou da ineficácia da decisão, se for concedida no julgamento do mérito, caberá a concessão, de plano, da medida cautelar, para suspender, provisoriamente, a eficácia da norma impugnada, com o que, posteriormente, devendo referida decisão ser submetida a ratificação pelo Órgão Especial.Em casos excepcionais, admite-se a concessão monocrática de medida cautelar ad referendum em Ação Declaratória de Inconstitucionalidade, como podemos observar nas ADI?s 4.917/RJ e 4.598 do Supremo Tribunal Federal. Pois bem.Versa a declaratória de inconstitucionalidade sobre do art. 21, inciso II, alínea ?a? e incisos V, XIV e XV, da Lei Orgânica do Município de Tucuruí, os quais tratam sobre gratificações e vantagens salariais aos servidores públicos municipais.Verifica-se que estão presentes os pressupostos autorizadores da concessão da medida liminar requerida, sendo certo que a concessão de tutela urgente, ainda em sede de cognição sumária e singular, exige a demonstração concomitante do fumus boni iuris e do periculum in mora e, no caso concreto, estes se evidenciam, desprovido de dúvidas, a plausibilidade do direito vindicado, o que autoriza esta Relatora a suspender a vigência e eficácia dos dispositivos legais questionados. Entendo que no presente caso há a urgência do provimento jurisdicional em caráter excepcional, em invocação ao Poder Geral de Cautela do Judiciário, na medida em que se denota a existência do perecimento constante do erário público municipal a partir da perpetuação da vigência dos dispositivos da legislação municipal impugnados pela autora, em analogia à previsão do § 3º do artigo 10 da Lei Federal nº 9.868/99, razão pela qual a presente decisão será posta em sessão para referendo do Plenário da Corte.Os dispositivos legais impugnados têm o seguinte teor: Art. 21 ? O Município assegura aos Servidores Públicos, além de outros de visarem a melhoria de sua condição social, os seguintes direitos:(...)II ? o subsídio e os vencimentos dos ocupantes de cargos e empregos públicos são irredutíveis, ressalvado o disposto nos artigos 37, XI, XIV; 39, § 4o; 150, II; 153, III; e 153, § 2o, I, da Constituição Federal;Redação do Inciso II, dada pela Emenda 002 / 2002, de 03/07/02.a) O Pagamento dos vencimentos e proventos dos servidores ocupantes de cargos e empregos públicos do Município será efetuado,impreterivelmente ate o 5º (quinto) dia util do mes subsequente ao vencido.Redação da Alínea ?a?, dada pela Emenda 001 / 2008, de 23/01/08.(...)V ? adicional por tempo de serviço,na base de dois por cento ao ano, no máximo em cinquenta por cento;(...)XIV ?gratificação, por nível superior, na base de quarenta por cento, ao servidor que esteja em pleno exercício da função, na forma da Lei;Redação do inciso XIV, dada pela Emenda 002 / 2002, de 03/07/02.(...)XV ?gratificação especial progressivapara o exercício efetivo do magistério para os servidores professores; Analisando a referida Lei Orgânica verifico que esta foi de iniciativa de vereadores, de modo, que os dispositivos questionados atentam às disposições constitucionais vigentes no âmbito Federal e Estadual, restando presentes os pressupostos autorizadores da medida cautelar suspensiva que ora se busca.Neste sentido, em sede de cognição sumária, parece existir uma provável possibilidade de inconstitucionalidade formal da norma, que, em razão de decorrer de projeto de origem parlamentar, a lei que implica em aumento da remuneração dos servidores, possui vício de iniciativa, uma vez que a Matéria atinente à remuneração de servidores públicos é de iniciativa privada do chefe do Poder Executivo, sendo manifestamente inconstitucional o aumento de despesas decorrente de lei emanada pelo Poder Legislativo Municipal.Assim, a priori, me parece que a supracitada lei proposta pela Câmara de Vereadores invadiu a competência privativa do

prefeito ao dispor sobre aumento e reajuste do salário do funcionalismo público.Deste modo, em razão da possível violação da competência institucional da iniciativa privativa do prefeito, em aparente ofensa aos princípios da legalidade e separação dos poderes, entendo que é concreta a possibilidade de graves prejuízos do orçamento municipal, pois, a legislação apontada como inconstitucional, obriga o desembolso de valores de considerável monta.De outra banda, no que tange a alínea ?a? do inciso II do art. 21, não vislumbro, pelo menos em sede de cognição sumaria, nenhuma inconstitucionalidade, uma vez que a referida norma não cria despesa, mas apenas e tão somente, regulamenta um prazo excedente para que a Administração Pública faça o pagamento do funcionalismo público Municipal.Outrossim, já advirto o arguinte que, ainda que procedente a presente demanda, considerando o caráter alimentar das referidas verbas salariais, os valores já pagos aos servidores públicos municipais, não devem serem restituídos, uma vez que recebidos de boa-fé.Ante o exposto e face a urgência qualificada e os riscos demonstrados,DEFIRO PARCIALMENTEo pedido de medida liminar para suspender a eficácia do artigo 21, incisos V, XIV e XV, da Lei Orgânica do Município de Tucuruí/PA, com efeito ex nunc, conforme o § 6º do art. 179, do Regimento Interno deste Tribunal, a ser confirmada ad referendum pelo Pleno deste Egrégio Tribunal, nos termos do art. 179 do Regimento Interno deste Tribunal de Justiça.Ressalto que os valores desembolsados pela Prefeitura de Tucuruí/PA aos servidores públicos até a presente data, em virtude do cumprimento da legislação ora questionada, não poderão ser alvo de ressarcimento ou restituição, ante o caráter alimentar e a presumida boa fé no recebimento.Notifique-se a CÂMARA MUNICIPAL DE TUCURUI para que se manifeste no prazo de 05 (cinco) dias.Cumprida a diligência determinada, encaminhem-se os autos à Procuradoria de Justiça para manifestação.Servirá a presente decisão como mandado/ofício, nos termos da Portaria nº 3731/2015-GP.À Secretaria para as providências necessárias.P.R.I.C.Belém, 26 de junho de 2019. DESA. NADJA NARA COBRA MEDA RELATORA

Número do processo: 0805230-62.2019.8.14.0000 Participação: EXEQUENTE Nome: ANTONIO EUSTAQUIO DO NASCIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: SAVIO BARRETO LACERDA LIMAOAB: 11003/PA Participação: ADVOGADO Nome: RONALDO SERGIO ABREU DA COSTAOAB: 95000A Participação: EXECUTADO Nome: IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ PROCESSO Nº 08052306220198140000CLASSE: PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇAEXEQUENTE: ANTÔNIO EUSTÁQUIO DO NASCIMENTO (ADVOGADO: SÁVIO BARRETO LACERDA LIMA ? OAB/PA Nº 11003 E OUTROS)EXECUTADO: IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ DECISÃOTrata-se dePEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇAformulado porANTÔNIO EUSTÁQUIO DO NASCIMENTOem face doIGEPREV ? INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ,objetivando a execução do acordo homologado nos autos Mandado de Segurança nº 00043969720168140000 de Relatoria da Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento.Desse modo, conforme indica o exequente em sua peça de ingresso, verifica-se a competência da Desa. Relatora do feito em que foi proferido o v. Acórdão do Tribunal Pleno que pretende executar. Diante desse quadro, com fundamento no artigo 116 do RITJPA e nos artigos 286, I e 516, I, do CPC/2015, entendo que os autos devem ser remetidos à relatoria da Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento, ante o reconhecimento de sua prevenção.Assim, remetam-se os autos à Vice-Presidência, para os devidos fins.Belém, 28 de junho de 2019. DES.LUIZGONZAGA DA COSTANETO RELATOR

Número do processo: 0805252-23.2019.8.14.0000 Participação: EXEQUENTE Nome: MARILENA DINELLY RIBEIRO Participação: ADVOGADO Nome: SAVIO BARRETO LACERDA LIMAOAB: 11003/PA Participação: ADVOGADO Nome: RONALDO SERGIO ABREU DA COSTAOAB: 95000A Participação: EXECUTADO Nome: ESTADO DO PARA CUMPRIMENTO DE SENTENÇAPROCESSO Nº 0805252-23.2019.814.0000ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO DESPACHO R.H.Considerando que a parte exequente, aponta a prevenção da Exma. Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, para relatoria do presente feito, determino sejam os presentes autos encaminhados ao Gabinete da Referida Desembargadora. Cumpra-se.Belém, 28 de junho de 2019 Desa. NADJA NARA COBRA MEDA Relatora

Número do processo: 0805222-85.2019.8.14.0000 Participação: EXEQUENTE Nome: MAURY MASCOTTE MARQUES Participação: ADVOGADO Nome: SAVIO BARRETO LACERDA LIMAOAB:

11003/PA Participação: ADVOGADO Nome: RONALDO SERGIO ABREU DA COSTAOAB: 95000A Participação: EXECUTADO Nome: ESTADO DO PARACUMPRIMENTO DE SENTENÇAPROCESSO Nº 0805222-85.2019.814.0000ÓRGÃO JULGADOR: TRIBUNAL PLENO DESPACHO R.H.Considerando que a parte exequente, aponta a prevenção da Exma. Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, para relatoria do presente feito, determino sejam os presentes autos encaminhados ao Gabinete da Referida Desembargadora. Cumpra-se.Belém, 28 de junho de 2019 Desa. NADJA NARA COBRA MEDA Relatora

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

Número do processo: 0017585-18.2018.8.14.0051 Participação: EXCIPIENTE Nome: ARMINDO DOCITEU DENARDIN Participação: ADVOGADO Nome: IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRAOAB: 3609/PA Participação: MENOR INFRATOR Nome: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE SANTAREM RAFAEL GREHSEXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO NA PENDÊNCIA DE ANÁLISE DE EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 313, III DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS E DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. AUSÊNCIA DE EFETIVO PREJUÍZO. INEXISTÊNCIA DE CONDUTAS QUE SE ENQUADREM NAS HIPÓTESES DO ART. 145 DO CPC. EXCEÇÃO CONHECIDA E NÃO ACOLHIDA.ACÓRDÃOVistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores Componentes da Seção de Direito Privado deste Egrégio Tribunal de Justiça do Pará, à unanimidade, em CONHECER E NÃO ACOLHER DA EXCEÇÃO, nos termos do voto do Relator.Julgamento presidido pelo Exm Sr Des CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO.Belém (PA), 27 de junho de 2019. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIORDesembargador Relator

Número do processo: 0804286-60.2019.8.14.0000 Participação: SUSCITANTE Nome: JUIZO DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELEM Participação: SUSCITADO Nome: JUIZO DA 1ª VARA DA FAZENDA PUBLICA DE BELEMProcesso nº0804286-60.2019.8.14.0000Recurso: Conflito de CompetênciaÓrgão Julgador: Tribunal PlenoComarca: BelémSuscitante:Juízo da 3ª Vara de Fazenda Pública de BelémSuscitado:Juízo da 1ª Vara de Fazenda Pública de BelémRelator: Des. Roberto Gonçalves de Moura DESPACHO Trata-se de CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA tendo como suscitante oJuízo da 3ª Vara de Fazenda Pública e suscitado o Juízo da 1ª Vara de Fazenda Pública, ambos da Comarca da Capital. Ocorre que, nos termos do Regimento Interno, art. 29, I, ?g?[1], compete a Seção de Direito Público processar e julgar os conflitos de jurisdição e competência entre Juízos ou Turmas de Direito Público. Assim, encaminhem-se os autos à Vice-presidência para os devidos fins. À secretaria para as providências.Belém, 05 de junho de 2019. Desembargador ROBERTO GONÇALVES DE MOURA,Relator[1]RITJEArt. 29.A Seção de Direito Público é composta pela totalidade dos Desembargadores das Turmas de Direito Público e será presidida pelo Desembargador mais antigo integrante desta seção, em rodízio anual, e a duração do mandato coincidirá com o ano judiciário, competindo-lhes: (Redação dada pela E.R. n.º 05 de 16/12/2016)I - processar e julgar:(...)g) os conflitos de jurisdição e competência entre Juízos ou Turmas de Direito Público; (Redação dada pela E.R. n.º 05 de 16/12/2016)

SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS PJE - DA SECRETARIA DA SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO DO ANO DE 2019:

Faço público a quem interessar possa que, para **a Sessão Ordinária da Seção de Direito Público**, a realizar-se no dia **09 de julho de 2019**, às **11h30**, no respectivo Plenário de Julgamento do Edifício-Sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, situado à Av. Almirante Barroso, nº 3089, bairro do Souza, nesta cidade, foi pautado pela Exma. Sra. Desa. EZILDA PASTANA MUTRAN, Presidente da Seção, os julgamentos dos seguintes feitos:

1 - Processo: **0801901-13.2017.8.14.0000** **Classe Judicial** : **MANDADO DE SEGURANÇA - CÍVEL** **Órgão julgador** : Desembargadora DIRACY NUNES ALVES **Requerente** : ALDENIZE COLARES CALDAS MACIEL **Advogado** : RENATO JOAO BRITO SANTA BRIGIDA **Requerido** : SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DO PARÁ - SEAD **Terceiros** : MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA 2 Processo 0801879-52.2017.8.14.0000 Classe judicial MANDADO DE SEGURANÇA - CÍVEL Assunto principal Abuso de Poder Ativo RAFAEL CLEMENTINO AREAS DOS SANTOS Passivo Juízo de Direito da 12ª Vara Cível e Empresarial de Belém e outros (1)		Sessã

Órgão julgador colegiado Seção de Direito Público

Órgão Julgador - Relator Desembargadora DIRACY NUNES ALVES

3 Processo 0801511-43.2017.8.14.0000 Classe judicial MANDADO DE SEGURANÇA - CÍVEL

Assunto principal Fornecimento de Medicamentos

Impetrante: MARCEL CRISTIANO RODRIGUES

FERNANDES (Adv. Vanja Irene Cristiano Rodrigues ¿ OAB/PA 3467.)

Impetrado: Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Pará

e outros (1)

Órgão Julgador - Relator Desembargadora DIRACY NUNES ALVES

4 Processo 0800040-89.2017.8.14.0000

Classe judicial MANDADO DE SEGURANÇA - CÍVEL

Assunto principal Classificação e/ou Preterição

Ativo RAISSA LEITE DE OLIVEIRA AGUIAR (Adv. Jakelyne Alves Costa, - OAB/PA 27-A

Passivo

SECRETARIA DE ESTADO DE

ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ e

outros (1)

Órgão Julgador - Relator Desembargadora DIRACY NUNES ALVES

5 Processo 0809647-92.2018.8.14.0000

Classe judicial MANDADO DE SEGURANÇA - CÍVEL

Assunto principal Gratificações Estaduais Específicas

Ativo ALTAIR BEKIMAM BARATA (Adv. Rui Guilherme Carvalho de Aquino ¿ OAB 3321-A)

Passivo Nilo Emanoel Rendeiro de Noronha e outros

Órgão Julgador - Relator

Desembargadora MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA

6 Processo 0800133-18.2018.8.14.0000

Classe judicial CONFLITO DE COMPETÊNCIA

Assunto principal Indenização por Dano Moral

Ativo JUÍZO DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA (Suscitante)

Passivo JUÍZO DA 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM (Suscitado)

Órgão Julgador - Relator

Desembargadora DIRACY NUNES ALVES

7 Processo 0801426-57.2017.8.14.0000

Classe judicial MANDADO DE SEGURANÇA - CÍVEL

Assunto principal Busca e Apreensão

Ativo SALOMÃO BASÍLIO DA SILVA (Adv. Daniel Antônio Simões Gualberto ¿ OAB 296-A)

Passivo SECRETARIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DO PARÁ

LITISCONSORTE NECESSÁRIO: ESTADO DO PARÁ

Órgão Julgador - Relator

Desembargadora NADJA NARA COBRA MEDA

UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO- UPJ

RESENHA: 01/07/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA ÚNICA DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO - VARA: 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO PROCESSO: 00001317719938140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:MMMC - COMERCIO, IND. E ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 8156-B - SEBASTIAO BANDEIRA (ADVOGADO) APELADO:VALE S/A (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE) Representante(s): OAB 17905 - ALEXANDRA DA COSTA NEVES (ADVOGADO) PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GABINETE DESEMBARGADOR CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO. APELAÇÃO CÍVEL Nº 0000131-77.1993.8.14.0040. COMARCA: PARAUAPEBAS / PA. APELANTE(S): MMMC - COMÉRCIO, INDUSTRIA E ENGENHARIA LTDA ADVOGADO(S): SEBASTIÃO PANTOJA (OAB/PA 8.156-B) MELQUISEDEQUE QUINTANILHA (OAB/PA 8.388-B) APELADO(S): VALE S/A ADVOGADO: ALEXANDRA DA COSTA NEVES (OAB/PA 17.905) e OUTROS RELATOR: Des. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Tratam os presentes autos de recurso de APELAÇÃO CÍVEL interposto por MMMC - COMÉRCIO, INDUSTRIA E ENGENHARIA LTDA, contra sentença proferida pelo MM. Juízo da 2ª Vara Civil e Empresarial de Parauapebas/PA que, nos autos de AÇÃO ORDINÁRIA, ajuizada contra si por VALE S/A (COMPANHIA VALE DO RIO DOCE) julgou procedente a pretensão exordial. Ocorre que, após consulta aos autos, verifiquei os presentes foram redistribuídos equivocadamente a minha relatoria. Constato que a relatoria originária foi atribuída, por prevenção, à Exma. Desa. Maria de Nazaré Saavedra, que, por entender ser o processo de competência de uma das Turmas de Direito Público, determinou a redistribuição, conforme decisão de fls. 764/764-v. Redistribuídos, a Exma. Desa. Luiza Nadja Guimarães entendeu que a matéria dos autos seria de competência das Turmas de Direito Privado, proferindo o despacho de redistribuição (fl. 767). Após a decisão de Sua Excelência, os autos foram irregularmente redistribuídos a minha relatoria. Não me cabe a relatoria do feito, pois não inexiste prevenção que a justifique e, tampouco, me cabe designar o relator competente, porquanto ainda não foi devidamente instaurado conflito de competência ou dúvida não manifestada sob a forma de conflito. Assim, entendo ser a hipótese de atuação da Vice-Presidência, na forma prevista no art. 37 c/c art. 107, do Regimento Interno. ASSIM, remetam-se os autos à Vice-Presidência, para os devidos fins. Belém/PA, 27 de junho de 2019. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO Desembargador - Relator PROCESSO: 00004351720178140000 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Ação: Agravo de Instrumento em: 01/07/2019 AGRAVANTE:T M DE O LEAL MARTINS RESTAURANTE ME Representante(s): OAB 3210 - PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) OAB 18988 - RENAN AZEVEDO SANTOS (ADVOGADO) AGRAVADO:ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARA 2000 Representante(s): OAB 9232 - ARLEN PINTO MOREIRA (ADVOGADO) . 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO ORIGEM: JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0000435-17.2017.8.14.0000 AGRAVANTE: T M DE O LEAL MARTINS RESTAURANTE - M.E. AGRAVADO: ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000 RELATORA: DESA. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. CONTRATO DE LOCAÇÃO. DEVER DE MANUTENÇÃO DO ESPAÇO COMUM PELO LOCADOR. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DOS DEVERES CONTRATUAIS. DEMANDA INSTRUÍDA COM FOTOS E NOTÍCIAS. TUTELA DE URGÊNCIA INDEFERIDA. AUSÊNCIA DE PROVA INEQUÍVOCA E DO RISCO DE DANO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, interposto por T M DE O LEAL MARTINS RESTAURANTE - M.E. em face da decisão prolatada pelo douto Juízo de Direito da 13ª Vara Cível e Empresarial de Belém, nos autos da Ação de Obrigação de Fazer ajuizada em face de ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000, a qual negou o pedido liminar, vejamos: "1. Pedido de tutela de urgência. Nos termos do art. 300 do NCPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. O objetivo da requerente in casu é a obtenção de comando judicial para autorizar o depósito dos alugueis e encargos em conta judicial vinculada ao processo, bem como, determinar que a requerida promova o conserto dos aparelhos de ar condicionado do galpão onde se encontra instalado o seu estabelecimento comercial e regularize os serviços de limpeza da área coletiva da Estação das Docas. Isso porque as partes firmaram Instrumento Particular de Contrato de Locação de Espaço de Uso Comercial e, segundo o pacto, à

requerida incumbe a manutenção de serviços de limpeza, conservação e segurança das partes comuns da Estação das Docas, além de zelar pelo funcionamento dos equipamentos de iluminação, hidráulicos e ar condicionados. De fato, os fatos noticiados pela requerente são relevantes, principalmente, quando ocorrem em ambientes de uso público cujo prestígio alcança o topo das melhores avaliações especializadas. O complexo Estação das Docas é visitado pelo povo paraense e também pelos turistas nacionais e internacionais que passam pela cidade de Belém, portanto, é evidente que os fatos noticiados pela requerida, se confirmados, configuram indicativos negativos e que afetam sobremaneira, não só a viabilidade econômica do seu empreendimento, mas principalmente, a credibilidade de um dos locais mais prestigiados para o entretenimento em Belém. No entanto, a concessão de antecipação da tutela me parece um tanto quanto precipitada haja vista que não se pode afirmar que os fatos noticiados configuram a rotina do cotidiano, mesmo considerando as notícias veiculadas na imprensa local, e que a requerente indica na exordial. Ora, a limpeza dos banheiros é uma atividade diária, aliás, que deve acontecer várias vezes por dia, assim como a manutenção dos aparelhos de ar condicionado, tanto preventiva quanto de conserto, de modo que, se houve o descuido ontem, não implica necessariamente que está havendo agora. Evidente que a requerente aponta para uma suposta queda no padrão de qualidade da manutenção do complexo Estação das Docas (me parece ser esse o ponto), entretanto, não vislumbro o apontamento ou a individualização de descumprimentos pontuais das obrigações atribuídas ao locador. Enfim, a requerente requer providências a título de antecipação da tutela um tanto quanto genéricas e que configuram verdadeiramente o mérito da relação locatícia existente, por isso, entendo imprescindível a triangulação processual. Quanto ao funcionamento do estacionamento, entendo tratar-se de relação jurídica distinta, cuja influência na existente entre as partes será também verificada após a triangulação processual. Assim sendo, hei por bem de INDEFERIR, por enquanto, o pedido de tutela de urgência. (...)" A Autora/Agravante ajuizou a Ação de Obrigação de Fazer narrando que firmou contrato de locação de espaço de uso comercial, tendo como objeto o ponto na estação das docas, onde a Autora mantém o restaurante "Lá em Casa". Aduz que sempre cumpre suas obrigações contratuais, pagando taxa de 10% sobre o valor do aluguel para custeio de despesas comuns de manutenção e conservação, além de taxas de águas e ar condicionado. Alega que a Requerida/Agravada vem descumprindo suas obrigações contratuais devido a má gestão da mesma, posto que o ar condicionado do ambiente não possui funcionamento adequado, falta limpeza nas áreas comuns como banheiros, reduzindo o conforto dos usuários, além da falta de segurança no local e o aumento abusivo na tarifa de estacionamento, com constantes reclamações. Requer na inicial a concessão da tutela de urgência para autorizar o depósito dos aluguéis e demais encargos em conta judicial, até que se providencie o cumprimento adequado do contrato pela Requerida; requer ainda que seja determinada que a Ré providencie o conserto dos aparelhos de ar condicionado do galpão onde localiza o restaurante da Autora, bem como a regularização dos serviços de limpeza. O pedido liminar foi indeferido pelo Juízo a quo. Inconformada, a Agravante/Autora interpôs o presente Agravo de Instrumento, defendendo a reforma de decisão combatida demonstrando seu inconformismo, sob o argumento de que tendo em vista o descumprimento pela parte Agravada de suas obrigações contratuais, é lícito à Recorrente a dispensa do pagamento do aluguel referente ao contrato, até que haja a regularização das situações apresentadas. Sustenta que há risco de lesão grave, de difícil ou impossível reparação, caso não seja deferida a liminar, pugnando pela concessão do efeito suspensivo ativo e no mérito, o conhecimento e provimento do recurso. Juntou documentos. Às fls. 169 a Desa. Gleide Pereira de Moura oportunizou a Agravada para apresentar contrarrazões. Às fls. 187 a referida Desembargadora se julgou suspeita. Indeferi o pedido de efeito suspensivo, fls. 190/191. Não foram apresentadas contrarrazões consoante a certidão de fls. 193. É O RELATÓRIO. DECIDO. Com efeito, de acordo com o artigo 932, inciso IV e V alíneas "a", do NCPC, o relator do processo está autorizado em demandas repetitivas apreciar o mérito recursal, em decisão monocrática, referida previsão está disciplinada no art. 133, do Regimento Interno desta Corte, que visa dar cumprimento ao comando legal imposto no art. 926, §1º, do NCPC. Vejamos: Art. 926. Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente. § 1o Na forma estabelecida e segundo os pressupostos fixados no regimento interno, os tribunais editarão enunciados de súmula correspondentes a sua jurisprudência dominante. Gize-se, ainda, que tais decisões têm por finalidade desafogar os Órgãos Colegiados, buscando dar mais efetividade ao princípio da celeridade e economia processual, sem deixar de observar, por óbvio, as garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Assim, plenamente cabível o julgamento do recurso por meio de decisão monocrática, porque há autorização para tanto no sistema processual civil vigente. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. A insurgência recursal se restringe sobre o descumprimento do contrato de locação por parte da Ré/Agravada e o preenchimento dos requisitos para a concessão da tutela de urgência. Nos termos do art. 300, caput do NCPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que

evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Do exame do contrato juntado às fls. 47/78, constata-se que a ORGANIZAÇÃO SOCIAL PARÁ 2000 é responsável pela manutenção em perfeita ordem de serviços de limpeza, conservação e segurança das partes comuns da Estação das Docas; zelar pelo funcionamento dos aparelhos de iluminação, hidráulicos e demais equipamentos das partes comuns do prédio (Cláusula 14, fls. 66). A autora/agravante alega que os deveres contratuais não estão sendo cumpridos, porque os aparelhos de ar condicionados não estão funcionando, falta a limpeza das áreas comuns, falta segurança e a tarifa dos estacionamentos tem sofrido aumento e os caixas estão sendo encerrados em horários de pico de movimento. As provas apresentadas em juízo são as fotos de fls. 105/111 e 115/132 e as notícias de jornal de fls. 112/114 e 133/134. Como sabemos, para a antecipação dos efeitos da tutela de manutenção de posse exige que o requerente apresente prova inequívoca, apta a atestar a verossimilhança dos fatos alegados, assim como a presença de risco de dano irreparável ou de difícil reparação, conforme dispõe o artigo 300, caput, do NCPC. A prova inequívoca é aquela em que não mais se admite qualquer discussão. É a formalmente perfeita, cujo tempo para produção não é incompatível com a imediatidade em que a tutela deve ser concedida. No caso, tenho que não serem verossímeis as alegações da Autora/Agravante, porque os documentos trazidos aos autos, por si sós, isolados, não correspondem à prova inequívoca de que o agravado os aparelhos de ar condicionado não estão funcionando e que o espaço comum da estação das docas está com falhas no serviço de limpeza e segurança. O autor se limitou a trazer aos autos notícias jornalísticas e fotografias do local, entretanto, esses documentos não servem para comprovar a suposta infração dos deveres contratuais, uma vez que produzidos de forma unilateral pelo recorrente. Somente a prova documental, como a colacionada, não se presta para gerar um juízo suficientemente seguro para concessão de medida de tutela antecipada gerando dúvida a respeito da má administração da Agravada, o que poderá ser comprovada na instrução processual. Sobre o instituto do ônus da prova a doutrina comumente divide-se em duas partes: O Ônus Subjetivo se refere a quem deverá produzir a prova, ou seja, quem é o sujeito responsável pela produção probatória no processo enquanto que o Ônus Objetivo se trata de uma regra de julgamento a ser aplicada pelo juiz no momento de julgamento no caso da prova se mostrar inexistente ou insuficiente. No Ônus Objetivo, o juiz avalia quem era o responsável pela produção e, sendo obrigado a julgar, avalia a regra do ônus da prova para determinar quem deixou de produzir a prova necessária para garantia do seu suposto direito. Dessa forma, acaba decidindo de forma contrária aquele que teria de produzir a prova, mas não a produziu. A regra de distribuição do ônus da prova está consagrada no art. 373, do NCPC, o qual estabelece que o ônus da prova incumbe: ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (fato novo). No caso, as provas apresentadas pela parte autora são insuficientes a comprovar o descumprimento contratual, por serem documentos unilaterais e inservíveis, o que revele não ter sido cumprido, neste momento processual, com o comando do art. 373, inciso I, do NCPC, vejamos: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Sobre o tema cito precedentes: Ementa: AGRAVO INTERNO. AÇÃO POSSESSÓRIA COM PERDAS E DANOS. TUTELA ANTECIPADA DE MANUTENÇÃO DE POSSE. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA. Para a concessão de manutenção de posse, na forma de antecipação de tutela, o requerente deve demonstrar a verossimilhança do direito e o risco de dano irreparável ou de difícil reparação (art. 273, inciso I, do CPC). Ausente a verossimilhança, pois inexistente prova inequívoca de que a lavoura de soja do autor esteja sendo invadida por animais pertencentes ao réu. Prova documental, formada pelo registro de ocorrência policial e por fotografias, isolada, que não serve para formar um juízo seguro para a concessão da medida liminar, pois produzida de forma unilateral. Necessidade de dilação probatória, para melhor averiguar a veracidade dos fatos. Incabível o prequestionamento. Mantida a decisão que indeferiu o pedido de tutela antecipada de manutenção de posse, pois não configurado o requisito da verossimilhança. DECISÃO QUE SE MANTÉM POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, TENDO EM VISTA A AUSÊNCIA DE ELEMENTOS CAPAZES DE ALTERAR A CONVICÇÃO ANTES FIRMADA. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO. UNÂNIME. (Agravo Nº 70056545114, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nelson José Gonzaga, Julgado em 24/10/2013) EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA DE URGÊNCIA. PLANO DE SAÚDE. DESNECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA INTERNAÇÃO DO AGRAVANTE. AUSENTES OS REQUISITOS LEGAIS PARA CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA. RECURSO DESPROVIDO. 1. O agravante não conseguiu desconstituir os fundamentos norteadores da decisão interlocutória fustigada 2. A concessão da antecipação de tutela pressupõe prova inequívoca da verossimilhança das alegações expendidas. 3. A unanimidade de votos, a confirmação da decisão combatida é medida que se impõe, para NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO e

manter a integralidade da decisão recorrida, que decidiu promover o fim da internação do autor, ante a possibilidade de tratamento domiciliar. (2019.00092897-97, 199.795, Rel. LEONARDO DE NORONHA TAVARES, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2018-12-17, Publicado em 2019-01-15) EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. ART. 273 DO CPC/73. PRESSUPOSTOS PRESENTES NA ORIGEM. RECURSO DESPROVIDO. 1. A antecipação da tutela de urgência pressupõe a demonstração dos pressupostos insculpidos no art. 273 do CPC/1973. Situação dos autos em que referidos pressupostos mostram-se presentes na origem, porquanto correta a decisão agravada que antecipou os efeitos da tutela jurisdicional pleiteada pela agravante, eis que foi determinado que o devedor deposite o valor referente à parte incontroversa das parcelas vencidas e vincendas, descaracterizando a mora. 2. Recurso Desprovido. (2018.03402755-74, 194.562, Rel. LEONARDO DE NORONHA TAVARES, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2018-08-20, Publicado em 2018-08-23) Portanto, resta ausente a probabilidade de direito. Também não vislumbro o risco de dano grave e de difícil reparação que na continuidade do pagamento dos aluguéis possa vir a causar ao Recorrente, porque na hipótese de constatação da violação dos deveres contratuais e se apurar danos materiais a Ré/Agravada responderá com o seu patrimônio. Ante o exposto, CONHEÇO E NEGO PROVIMENTO AO RECURSO, nos termos da fundamentação. À Secretaria para as devidas providências. Belém, 26 de junho de 2019. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Desembargadora Relatora PROCESSO: 00004430919958140045 PROCESSO ANTIGO: 201330312038 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. Representante(s): PEDRO CARNEIRO DE SOUSA FILHO (ADVOGADO) APELANTE:INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS XINXIM LTDA Representante(s): LEONIDAS GONCALVES DE ALCANTARA E OUTROS (ADVOGADO) . RELATÓRIO Trata-se de Apelação Cível interposta perante este Egrégio Tribunal de Justiça por INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS XINXIN LTDA., nos autos da Ação de Prestação de Contas c/c Repetição de Indébito e Anulação de Cláusulas Contratuais pelo Procedimento Ordinário (processo nº 0000443-09.1995.8.14.0045), proposta em desfavor de BANCO VOLVO (BRASIL) S/A (denominação atual de TRANSBANCO BANCO DE INVESTIMENTOS S/A, em razão da decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Redenção - PA, que julgou procedente a ação, condenado o réu a prestar contas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, com fulcro no art. 915, §2º do CPC/73, vigente à época. Em petição à fl. 131, o réu apresentou as contas devidas, requerendo ao juízo de 1º grau que declarasse o saldo credor em seu favor. Embargos de Declaração às fls. 137/142, que foram conhecidos e rejeitados às fls. 156/160. Em suas razões recursais, às fls. 163/168, o apelante alega que a sentença recorrida não apreciou a totalidade dos pedidos elencados na inicial, restando ainda a prestação jurisdicional pertinente à repetição de indébito pleiteada. Requer a reforma da decisão guerreada. Em decisão de fl. 170, o recurso foi recebido em ambos os efeitos. Contrarrazões às fls. 171/174. Requer a mantença da decisão guerreada. Coube-me o feito por redistribuição, conforme papeleta de processo à fl. 183. É o relatório. Decidirei monocraticamente. DECISÃO MONOCRÁTICA Inicialmente, esclareço que se aplicam ao caso os termos do Enunciado Administrativo nº 2 do STJ: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Em sede deste E. Tribunal, vejamos o Enunciado nº 01: Nos recursos interpostos com fundamento no CPC de 1973 (impugnando decisões publicadas até 17/03/2016) serão aferidos, pelos juízos de 1º grau, os requisitos de admissibilidade na forma prevista neste código, com as interpretações consolidadas até então pela jurisprudência dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Sobre as razões recursais, chamo a atenção para o disposto no art. 932, III do CPC: Art. 932. Incumbe ao relator: (...) III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida. (grifei) O apelante propôs Ação de Prestação de Contas em face do apelado. Referida ação seguiu o rito dos procedimentos especiais de jurisdição contenciosa previsto no Livro IV, Título I, capítulo IV, artigos 914 a 919 do CPC/73, vigente à época. No caso em tela, o juízo a quo, ao sentenciar o feito, julgou procedente a ação, condenando o réu/apelado a prestar contas em prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de não lhe ser lícito impugnar as que o autor/apelante apresentasse, nos termo do art. 915, §2º do CPC/73. O autor/apelante interpôs o presente recurso, todavia, não impugnou especificamente os fundamentos da decisão recorrida, que, julgando procedente a presente ação, condenou o réu a prestar as contas requeridas. Com efeito, observo que o decisum se refere ao comando insculpido no art. 915, §2º do CPC/73, que se referia somente ao ato inicial de prestar contas. Entretanto, o apelante explanou sobre o cálculo supostamente utilizado pelo réu/apelado, questionando a aplicação de encargos legais e válidos, reputando-os abusivos,

porém, sem discorrer pontualmente sobre o teor da sentença de mérito, que decidiu tão somente a primeira fase da ação, que é a relativa a prestar, ou não, as contas exigidas. Constata-se que, sobre as contas apresentadas às fls. 131/134, não se manifestou o autor/apelante, na forma do que dispunha o CPC/73, então vigente, em seu art. 915, §3º. Tal não ocorreu porque apelou da sentença que deu provimento ao seu pedido de prestação de contas, sobre os quais sequer houve pronunciamento definitivo. Ora, a prestação de contas se divide em duas fases, sendo que neste primeiro momento apenas se aprecia a obrigação de prestar contas, ou seja, a sentença recorrida apenas reconheceu o dever do réu em prestar contas ao autor; nada falou acerca de eventual nulidade de cláusula contratual, conforme pleiteou o autor, até porque a prestação de contas não é o meio processual adequado para a revisão de contrato bancário, conforme já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do recurso especial repetitivo n. 1.497.831, cuja ementa trago aos autos: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. SEGUNDA FASE. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA CORRENTE. JUROS REMUNERATÓRIOS E CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO DOS ENCARGOS CONTRATUAIS, QUE DEVEM SER MANTIDOS NOS TERMOS EM QUE PRATICADOS NO CONTRATO BANCÁRIO SEM PREJUÍZO DA POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO REVISIONAL. 1. Tese para os efeitos do art. 543-C do Código de Processo Civil de 1973: - Impossibilidade de revisão de cláusulas contratuais em ação de prestação de contas. 2. O titular da conta corrente bancária tem interesse processual para propor ação de prestação de contas, a fim de exigir do banco que esclareça qual o destino do dinheiro que depositou, a natureza e o valor dos créditos e débitos efetivamente ocorridos em sua conta, apurando-se, ao final, o saldo credor ou devedor. Exegese da Súmula 259. 3. O rito especial da ação de prestação de contas não comporta a pretensão de alterar ou revisar cláusula contratual, em razão das limitações ao contraditório e à ampla defesa. 4. Essa impossibilidade de se proceder à revisão de cláusulas contratuais diz respeito a todo o procedimento da prestação de contas, ou seja, não pode o autor da ação deduzir pretensões revisionais na petição inicial (primeira fase), conforme a reiterada jurisprudência do STJ, tampouco é admissível tal formulação em impugnação às contas prestadas pelo réu (segunda fase). 5. O contrato de conta corrente com abertura de limite de crédito automático (cheque especial) é negócio jurídico complexo. Se o cliente não utiliza o limite de crédito, não há dúvida de que o banco está empregando o dinheiro do correntista na compensação dos cheques, ordens de pagamento e transferências por ele autorizadas. Havendo utilização do limite do cheque especial, concretiza-se contrato de empréstimo, cuja possibilidade era apenas prevista no contrato de abertura da conta. 6. A taxa de juros do empréstimo tomado ao banco não diz respeito à administração dos recursos depositados pelo autor da ação. Ela compreende a remuneração do capital emprestado e flutua, conforme as circunstâncias do mercado e as vicissitudes particulares, em cada momento, da instituição financeira e do cliente. A taxa de juros em tal tipo de empréstimo é informada por meios diversos, como extratos, internet e atendimento telefônico. 7. Não se sendo a ação de prestação de contas instrumento processual adequado à revisão de contrato de mútuo (REsp. 1.293.558/PR, julgado sob o rito do art. 543-C do CPC/1973, relator Ministro Luís Felipe Salomão), da mesma forma não se presta esse rito especial para a revisão de taxas de juros e demais encargos de empréstimos obtidos por meio de abertura de limite de crédito em conta corrente. 8. O contrato bancário que deve nortear a prestação de contas e o respectivo julgamento - sem que caiba a sua revisão no rito especial - não é o simples formulário assinado no início do relacionamento, mas todo o conjunto de documentos e práticas que alicerçaram a relação das partes ao longo dos anos. Esse feixe de obrigações e direitos não cabe alterar no exame da ação de prestação de contas. 9. Caso concreto: incidência do óbice da Súmula n. 283 do STF, no tocante à alegação de decadência quanto ao direito de impugnar as contas. No mérito, o Tribunal de origem, ao decidir substituir a taxa de juros remuneratórios aplicada ao longo da relação contratual e excluir a capitalização dos juros, ao fundamento de que não houve comprovação da pactuação de tais encargos, efetuou, na realidade, revisão do contrato de abertura de crédito em conta corrente, o que não é compatível com o rito da prestação de contas. 10. Recurso especial a que se dá parcial provimento para manter os juros remuneratórios e a capitalização nos termos em que praticados no contrato em exame, sem prejuízo da possibilidade de ajuizamento de ação revisional. (REsp 1497831/PR, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/09/2016, DJe 07/11/2016) (grifei) Posto isto, conforme o art. 932, III do CPC, NÃO CONHEÇO DO PRESENTE RECURSO, por ser inadmissível face a ausência de interesse recursal, devendo os autos retornarem ao 1º grau, para regular tramitação, inaugurando-se a 2ª fase da ação de prestação de contas, sob a égide do art. 550, §2º do CPC, por se tratar da melhor medida de Direito ao caso concreto. É a decisão. Belém, 25 de junho de 2019. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior Desembargador - Relator PROCESSO: 00014000920118140031 PROCESSO ANTIGO: 201430169123 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA

BEZERRA JUNIOR Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:FRANCISCO XAVIER MARTINS DE SOUZA Representante(s): THIAGO VASCONCELOS MOURA - DEF. PUBLICO (DEFENSOR) THIAGO VASCONCELOS MOURA - DEF. PUBLICO (DEFENSOR) APELANTE:RICARDO DO CARMO CORREIA APELANTE:VITORIA MAIA BARATA Representante(s): LIANE BENCHIMOL DE MATOS - DEF. PUBLICA (DEFENSOR) LIANE BENCHIMOL DE MATOS - DEF. PUBLICA (DEFENSOR) . DECISÃO Analisando os autos, verifico que consta Acórdão proferido às fls. 57/58, conhecendo e dando provimento ao Recurso de Apelação, na data de 11/02/2019. Posteriormente, a secretaria determinou ao Oficial de Justiça a intimação das partes Apelante e Apeladas para que tomassem ciência da decisão através do Coordenador da Entrância Especial da Defensoria Pública do Estado do Pará, visto que ambas são assistidas pelo órgão. Em petição protocolada à fl. 61, requerem as partes Apelantes, através da Defensora Pública que os assiste, nova remessa dos autos à Defensoria Pública do Estado do Pará com a devolução do prazo para manifestação à decisão proferida por este Relator. Nessa hipótese, válido ressaltar o entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, registrado no Tema 959 do sistema de repetitivos, acerca da contagem de prazo para o Ministério Público, o qual também aplica-se à Defensoria Pública, em face das semelhanças institucionais e legais: O termo inicial da contagem do prazo para impugnar decisão judicial é, para o Ministério Público, a data da entrega dos autos na repartição administrativa do órgão, sendo irrelevante que a intimação pessoal tenha se dado em audiência, cartório ou por mandato. Conforme consta na certidão do Oficial de Justiça à fl. 60, as partes foram devidamente intimadas através do Coordenador da Entrância Especial da Defensoria Pública do Estado do Pará, repartição administrativa competente para recebimento dos autos, conforme determina o entendimento adotado pelo STJ. Nesses termos, não entendo haver qualquer justificativa para que seja deferido o requerimento das Apelantes Certifique a Secretaria o trânsito em julgado do Acórdão proferido às fls. 57/58, e providencie a baixa e remessa dos autos ao juízo a quo. Belém, 25 de junho de 2018 JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR DESEMBARGADOR RELATOR PROCESSO: 00014367120168140000 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO Ação: Agravo de Instrumento em: 01/07/2019 AGRAVANTE:VALE SA Representante(s): OAB 5526 - MARIO AUGUSTO VIEIRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 9665 - BRUNO BRASIL DE CARVALHO (ADVOGADO) AGRAVADO:BERNARDO DE OLIVEIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GABINETE DA DESEMBARGADORA MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO SECRETARIA ÚNICA DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO - 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0001436-71.2016.8.14.0000 AGRAVANTE: VALE S/A ADVOGADO(A): BRUNO BRASIL DE CARVALHO - OAB/PA 9.665 AGRAVADO(A): BERNARDO DE OLIVEIRA RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO DESPACHO Compulsando os autos, verifica-se que a parte agravada, que não tem advogado constituído aos autos, não foi intimada pessoalmente do teor da decisão monocrática de fls. 79/80. Sendo assim, intime-se o recorrido, pessoalmente, acerca do teor da decisão de fls. 79/80, bem como para, querendo, no prazo legal, responder aos termos do recurso de Agravo de Instrumento. Após, retornem-me os autos conclusos. Belém, 26 de junho de 2019. DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO Relatora PROCESSO: 00019307320048140301 PROCESSO ANTIGO: 201330102885 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:BANCO RURAL SA Representante(s): OAB 1076 - CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO E SILVA (ADVOGADO) APELADO:JORGE MARIA PORTUGAL DOS SANTOS APELADO:ELVIRA MARIA FONSECA DOS SANTOS Representante(s): OAB 5612 - HELIO DE BARROS FAVACHO ALVES (ADVOGADO) OAB 5612 - HELIO DE BARROS FAVACHO ALVES (ADVOGADO) . RELATÓRIO Trata-se de Apelação Cível interposta perante este Egrégio Tribunal de Justiça por BANCO RURAL S/A (substituído processualmente por FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MULTISSEGMENTOS NPL IPANEMA II), nos presentes Embargos de Terceiro (processo nº 0001930-73.2004.8.14.0301), opostos por JORGE MARIA PORTUGAL DOS SANTOS e outro, em razão da sentença proferida pelo juízo da 11ª Vara Cível da Comarca da Capital, às fls. 81/83, que julgou procedente o pedido constante nos presentes Embargos, reconhecendo a posse e propriedade do bem penhorado objeto da presente ação, tornando insubsistente a penhora do mesmo. A apelante restou ainda condenada ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 2,5% (dois e meio por cento) do valor da petição inicial. Em suas razões recursais, às fls. 88/90, o apelante sustenta a ocorrência de "fraude à execução", tese que não se confunde com "fraude à credores", fundamento utilizado pelo juízo singular para a fundamentação da sentença recorrida. Argumenta que o registro da compra e venda do imóvel foi lavrado no cartório competente somente no dia 19/12/2003, quando o auto de penhora teria sido lavrado em 10/10/2003, motivo pelo qual resta caracterizada a fraude à execução alegada. Requer a reforma da decisão

guerreada, para a reforma da decisão. O recurso foi recebido em ambos os efeitos, tendo o juízo singular determinando a intimação do apelado para a apresentação de contrarrazões recursais, às fls. 108. Em certidão de fl. 109, a Secretaria da UPJ informa que, embora devidamente intimado, os apelados não ofereceram contrarrazões. Coube-me o feito por redistribuição, conforme papeleta de processo à fl. 126. É o relatório. Decidirei monocraticamente. DECISÃO MONOCRÁTICA Inicialmente, esclareço que se aplicam ao caso os termos do Enunciado Administrativo nº 2 do STJ: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Em sede deste E. Tribunal, vejamos o Enunciado nº 01: Nos recursos interpostos com fundamento no CPC de 1973 (impugnando decisões publicadas até 17/03/2016) serão aferidos, pelos juízos de 1º grau, os requisitos de admissibilidade na forma prevista neste código, com as interpretações consolidadas até então pela jurisprudência dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. O recurso comporta julgamento imediato, com fulcro na interpretação do art. 932, IV, "a" do CPC. Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, conheço do recurso e passo à sua análise. O caso concreto versa sobre execução ajuizada pelo embargado/apelante BANCO RURAL S/A, contra os Senhores BENEDITO NEVES LOUREIRO E GENIR MIRANDA LOUREIRO, além da empresa SUPERMERCADO KI-PREÇO, cujo Auto de Penhora acostado aos autos às fls. 11/12, engloba, dentre outros imóveis, "(...). 01 (um) terreno edificado, sob o nº 2331, sito à Rv(sic) 14 de abril, no período compreendido entre as ruas Conceição e Caripunas, medindo 9ms20cm de frente por 41ms50cm de fundos, totalizando a área de 372,46ms, (...) de propriedade de BENEDITO NEVES LOUREIRO E GENI MIRANDA LOUREIRO". Dentre a documentação carreada aos autos, destaco os seguintes documentos, listados em ordem cronológica: (i) Auto de Penhora e Depósito, lavrado em 10/10/2003, constando o imóvel objeto da presente lide, às fls. 11/12; (ii) Escritura Pública de Venda e Compra, datada de 09/07/2003, lavrada no cartório do 6º ofício de notas e registrada perante o cartório de Registro de Imóveis do 2º ofício em 19/12/2003, na qual consta o negócio jurídico envolvendo o imóvel objeto da presente lide, fls. 13/14; (iii) Guia de pagamento do ITBI, constando o embargante/apelado como adquirente, datada de 18/12/2003, à fl. 15; (iv) Resgate da Enfiteuse junto à CODEM - Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém, às fls. 16/17; (v) Certidão do Cartório de Registro de Imóveis, contendo a cadeia de transmissão de direitos até o negócio jurídico celebrado entre o embargante/apelado e o Sr. Benedito, não constando nenhuma averbação da penhora, às fls. 19/19v.; (vi) Certidão negativa expedida pelo TJ-PA, datada de 16/12/2003, à fl. 20; (vii) Certidão negativa do Depósito Público Judicial, datada de 16/12/2003, à fl. 21; e (viii) Certidões negativas em nome dos embargados, expedida pelo Cartório de Registro Civil do 1º ofício, às fls. 22/23, datadas de 16/12/2003. Pois bem. A alienação de bens imóveis em fraude de execução é tema antigo, presente em inúmeros processos, envolvendo não apenas o interesse particular dos credores, mas também o interesse público, notadamente por representar afronta à efetividade da tutela jurisdicional, à dignidade e ao respeito à justiça. Entretanto, a definição dos requisitos necessários à caracterização dessa modalidade de fraude ainda é tormentosa, há tempos desafiando doutrina e jurisprudência, sendo até hoje fonte de divergências. Inobstante, a questão se amolda perfeitamente ao disposto no art. 543 do CPC/73, vigente à época, in verbis: Art. 593. Considera-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens: I - quando sobre eles pender ação fundada em direito real; II - quando, ao tempo da alienação ou oneração, corria contra o devedor demanda capaz de reduzi-lo à insolvência; III - nos demais casos expressos em lei. O conjunto probatório carreado demonstra que o embargante/apelado adquiriu o imóvel de boa-fé junto ao executado/apelado, sem que tenha o embargado/apelante se desincumbido de seu ônus em comprovar a fraude alegada, inclusive no que é pertinente a retroatividade do registro no cartório de Registro de Imóveis do 2º ofício em 19/12/2003, posto que a Escritura Pública de Compra e Venda de fls. 13/14, foi lavrada em 09/07/2003, haja vista que à época da realização do referido registro o Embargante se municiou da documentação necessária a comprovar a inexistência de ônus sobre o referido imóvel, como acima relatado. Ademais, não há como sequer cogitar a aplicação do inciso III do art. 592 do CPC/73, vigente à época, eis que embora corresse demanda contra o devedor, o crédito do apelante restou garantido pelo simples fato de que a penhora recaiu sobre outros 02 (dois) imóveis de propriedade dos executados/embargados, não restando demonstrado ser o valor desses 02 (dois) imóveis insuficiente para satisfazer a obrigação. Neste sentido, urge observar o teor da Súmula nº 375 do STJ: Súmula nº 375. O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente. Nesta linha, corroborando o texto sumular, trago decisão do C. STF, em sede de Recurso Repetitivo, além de julgados de outros tribunais pátrios: PROCESSO CIVIL. RECURSO REPETITIVO. ART. 543-C DO CPC. FRAUDE DE EXECUÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO. SÚMULA N. 375/STJ. CITAÇÃO VÁLIDA. NECESSIDADE. CIÊNCIA DE DEMANDA CAPAZ DE LEVAR O

ALIENANTE À INSOLVÊNCIA. PROVA. ÔNUS DO CREDOR. REGISTRO DA PENHORA. ART. 659, § 4º, DO CPC. PRESUNÇÃO DE FRAUDE. ART. 615-A, § 3º, DO CPC. 1. Para fins do art. 543-c do CPC, firma-se a seguinte orientação: 1.1. É indispensável citação válida para configuração da fraude de execução, ressalvada a hipótese prevista no § 3º do art. 615-A do CPC. 1.2. O reconhecimento da fraude de execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente (Súmula n. 375/STJ). 1.3. A presunção de boa-fé é princípio geral de direito universalmente aceito, sendo milenar a parêmia: a boa-fé se presume; a má-fé se prova. 1.4. Inexistindo registro da penhora na matrícula do imóvel, é do credor o ônus da prova de que o terceiro adquirente tinha conhecimento de demanda capaz de levar o alienante à insolvência, sob pena de tornar-se letra morta o disposto no art. 659, § 4º, do CPC. 1.5. Conforme previsto no § 3º do art. 615-A do CPC, presume-se em fraude de execução a alienação ou oneração de bens realizada após a averbação referida no dispositivo. 2. Para a solução do caso concreto: 2.1. Aplicação da tese firmada. 2.2. Recurso especial provido para se anular o acórdão recorrido e a sentença e, consequentemente, determinar o prosseguimento do processo para a realização da instrução processual na forma requerida pelos recorrentes. (STJ - REsp: 956943 PR 2007/0124251-8, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 20/08/2014, CE - CORTE ESPECIAL, Data de Publicação: DJe 01/12/2014) (grifei) EMENTA: PROCESSO CIVIL - EMBARGOS DE TERCEIRO - BEM IMÓVEL - FRAUDE À EXECUÇÃO - PRESSUPOSTOS - AUSÊNCIA. Em autos de embargos de terceiro não há falar-se em fraude à execução quando, ausente registro da penhora litigiosa, o credor embargado não prova a má-fé do embargante. O fato de a alienação do imóvel ter ocorrido após a citação de alguns dos alienantes em demanda executiva, por si só, não caracteriza a fraude à execução. (TJ-MG - AC: 10720150048349001 MG, Relator: Octávio de Almeida Neves (JD Convocado), Data de Julgamento: 07/11/2018, Data de Publicação: 19/11/2018) (grifei) APELAÇÃO - EMBARGOS DE TERCEIROS - FRAUDE À EXECUÇÃO - INOCORRÊNCIA. O reconhecimento da fraude à execução depende do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente. - EXEGESE DA SÚMULA 375 do STJ. Diante da ausência dos requisitos, de rigor, a reforma da sentença para que sejam acolhidos os presentes embargos de terceiros. No presente caso, restou incontroverso nos autos que sobre o imóvel em questão não havia o registro de penhora quando da sua aquisição pelos Apelantes. Ademais, em matéria de fraude à execução, cabe ao credor o ônus de comprovar a má-fé do terceiro em adquirir o bem, o que não ocorreu no caso vertente. - INCIDÊNCIA DO RESP 956943/PR JULGADO PELO STJ SOB O RITO DO ART. 543-C, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973. - SENTENÇA REFORMADA - RECURSO PROVIDO. (TJ-SP 10000262920188260073 SP 1000026-29.2018.8.26.0073, Relator: Eduardo Siqueira, Data de Julgamento: 03/08/2018, 38ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 03/08/2018) Posto isto, diante da ausência de provas de má-fé por parte do adquirente/apelado ou da existência do registro de penhora do bem alienado, o desprovimento do apelo é medida que se impõe. Ante o exposto, CONHEÇO E NEGO PROVIMENTO ao recurso do apelante, mantendo a sentença recorrida em seus termos integrais, na esteira da fundamentação exposta, por se tratar da melhor medida de direito ao caso em comento, nos termos do art. 932, IV, "a" do CPC. É a decisão. Belém - PA, 26 de junho de 2019. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior Desembargador - Relator PROCESSO: 00023315820118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:J. C. C. Representante(s): OAB 16374 - JULIANA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) APELANTE:P. H. C. C. APELADO:F. J. C. L. Representante(s): OAB 16455 - THAIS MILENE SALOMAO FRANCO (ADVOGADO) OAB 18729 - FLAVIO ELOI SEPEDA RIBEIRO (ADVOGADO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:NELSON PEREIRA MEDRADO. DESPACHO Trata-se de Apelação Cível interposta Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL (fls. 140/146) interposta por P.H.C.D.C., representado por J.C.D.C., na qual se constata a existência de irregularidade na representação processual do patrono do Apelante. A identificação idônea da autoria das peças físicas, neste Tribunal, dá-se apenas mediante assinatura original ou por certificação digital. Compulsando os autos, vê-se que as razões recursais apresentadas às fls. 141/146 encontram-se apócrifas, merecendo providências, no intuito de sanar o referido vício. Outrossim, considerando que o C. Superior Tribunal de Justiça vem se posicionando, reiteradamente, no sentido de que o vício de representação é sanável nas instâncias ordinárias, determino a intimação da Apelante para regularizar a representação processual, devendo a patrona dos recorrentes proceder a devida assinatura das razões recursais (fls.141/146), no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do art. 76 do CPC, sob pena de não conhecimento do recurso, conforme §2º do referido dispositivo legal. À UPJ para as providências cabíveis. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR Desembargador Relator PROCESSO: 00026099620178140000 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação:

Agravo de Instrumento em: 01/07/2019 AGRAVADO:PIRAMIDE INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA Representante(s): OAB 16279 - RANYELLY MARISE DOS SANTOS PAES (ADVOGADO) AGRAVANTE:GALVAO PROPAGANDA LTDA Representante(s): OAB 6803 - ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) OAB 6801 - JEAN CARLOS DIAS (ADVOGADO) . Conforme dispõe o Provimento nº0006/2006 - CJRMB, fica a parte agravada por este ato intimada, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação sobre o documento apresentado pela parte agravante. O referido é verdade e dou fé. 11:27 PROCESSO: 00027283220128140065 PROCESSO ANTIGO: 201430234819 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:BAANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) APELANTE:JAQUELINE LIMA DO ESPIRITO SANTO Representante(s): OAB 16338 - KETTY LEE CARVALHO LIMA (ADVOGADO) OAB 32726 - RAPHAEL VAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 16338 - KETTY LEE CARVALHO LIMA (ADVOGADO) OAB 32726 - RAPHAEL VAZ DA SILVA (ADVOGADO) . 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO. RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO CÍVEL Nº 0002728-32.2012.8.14.0065 RECORRENTE: JAQUELINE LIMA DO ESPÍRITO SANTO RECORRIDO: BANCO BRADESCO FINANCEIRAMENTOS S/A DESPACHO Considerando o despacho de fls. 213, determino a remessa dos autos a Secretaria da 1ª turma de direito privado, para que encaminhe o mesmo à Vice-presidência, por se tratar de Recurso Especial. Belém - PA, 25 de junho de 2019. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO Relatora PROCESSO: 00032463720148140005 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) OAB 16379 - ANA KARENINA DE OLIVEIRA MORAES (ADVOGADO) APELADO:JACKSON DE BRITO SILVA Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) . 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO CÍVEL Nº 0003246-37.2014.8.14.0005 APELANTE: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A APELADO: JACKSON DE BRITO SILVA RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO Despacho Analisando detidamente os autos, verifica-se que o nome da advogada que subscreve as razões do recurso de apelação (fls. 104/114), Drª. Renata Oliveira Pires (OAB- PA nº 13568-B), não consta em nenhum instrumento procuratório ou substabelecimento presente nos autos. Ante tal fato, nos termos do artigo 76, do Código de Processo Civil de 2015, determino a intimação da parte apelante para que sane, no prazo de 05 (cinco) dias, a irregularidade processual apontada. Belém-PA, 24 de junho de 2019. Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO Relatora PROCESSO: 00034035020148140024 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:IVAN RIBEIRO MACHADO Representante(s): OAB 5288-A - JOSE ANTUNES (ADVOGADO) OAB 10003 - ELIEZER SOARES PEREIRA SOBRINHO (ADVOGADO) APELANTE:CLAUDEONOR RIBEIRO Representante(s): OAB 5395-B - HELIO ANTONIO MACHADO (ADVOGADO) . 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO ORIGEM: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DE ITAITUBA/PA APELAÇÃO Nº 0003403-50.2014.8.14.0024 APELANTE: CLAUDEONOR RIBEIRO APELADO: IVAN RIBEIRO MACHADO RELATORA: DESA. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, NOS MOLDES DO ART. 267, VI, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL interposta por CLAUDEONOR RIBEIRO em face da sentença de fls. 556, que julgou extinto o feito sem resolução de mérito, na forma do art. 267, VI (modalidade adequação), do CPC. Alega o recorrente que a sentença recorrida padece de injustiças, já que houve desprezo à legislação possessória e mineral aplicável à espécie, bem como ao Estatuto do Garimpeiro. Argui que a sua posse sobre a área e a invasão da mesma restou claramente demonstrada nos autos, não havendo motivos para que o processo fosse extinto sem resolução de mérito. Aduz que o processo não deveria ter sido extinto preliminarmente, pois, no mínimo, caberia ao magistrado a quo declinar de sua competência, mas nunca negar, como negou, o direito do autor, com negativa de vigência de todo o ordenamento jurídico. Requereu, assim, a total reforma da sentença recorrida. A apelação foi recebida em seu duplo efeito, conforme decisão de fls. 614 dos autos. Às fls. 621/629 o apelado apresentou contrarrazões à apelação, oportunidade em que requereu a manutenção da sentença de primeiro grau tal como lançada nos autos. É o relatório. DECIDO. Conheço do recurso, uma vez que presentes os pressupostos legais de sua admissibilidade. Cinge-se a controvérsia a aferir se deve ser mantida a extinção do feito sem resolução do mérito, em razão da inadequação da via eleita. Inicialmente, observa-se ter a parte Autora ajuizado a presente ação possessória aduzindo, em síntese, que o terreno

por ele ocupado está sofrendo turbação pelo requerido, que, sem permissão, adentrou na propriedade cujo autor tem posse e lá passou a garimpar clandestinamente. Diz que os atos de turbação da posse praticados pelos requeridos com atividades de exploração e extração ilegal de ouro e madeira teve início em um período recente (menos de um ano e um dia), razão pela qual requereu que cesse a turbação perpetrada em suas terras. O douto Juízo de 1.º grau, reconhecendo a falta de interesse de agir, por inadequação da via eleita, julgou o processo extinto, sem resolução de mérito, nos termos do art. 267, inciso VI, do Código de Processo Civil/73. Pois bem. O interesse processual, na lição LIEBMAN ("Manuale di Diritto Processuale Civile", Milano, Giuffrè, 1984, vol. I, p. 138), é o que se revela na "relação de utilidade corrente entre a lesão de um direito, que é afirmada, e a providência de tutela jurisdicional que vem demandada". No magistério de Alfredo Buzaid ("Estudos de Direito", Editora Saraiva, 1972, ps. 41/42), ele "consiste na necessidade de recorrer ao Poder Judiciário a fim de não sofrer um dano injusto". Tendo em vista a dinamicidade do direito e para melhor solução dos diversos tipos de conflito apresentados ao estado-juiz, acrescentou-se, a esse binômio da necessidade-utilidade, um terceiro requisito necessário para se configurar a condição da ação, supramencionada, referente ao interesse processual, qual seja, a adequação do procedimento escolhido. O interesse de agir, então, atualmente consiste na necessidade de acionamento do Judiciário para o reconhecimento e exercício do direito em questão; na utilidade, quando o processo viabilizar, ainda que hipoteticamente, um provimento jurisdicional favorável à parte, e na adequação da via eleita, pelo autor, para a defesa de seu pretenso direito. Confira-se a lição Misael Montenegro Filho: "A evolução doutrinária fez com que o binômio necessidade-utilidade fosse transformado no trinômio necessidade-utilidade -adequação. No que se refere ao último dos elementos do trinômio, observamos que o autor deve utilizar o instrumento jurídico adequado para a solução do conflito, usando o modelo processual preestabelecido pelo ordenamento. (...) O uso do instrumento jurídico inadequado impõe a extinção do processo sem a resolução do mérito, produzindo coisa julgada formal (efeito endoprocessual), sem impedir o ingresso de nova ação assentada nos mesmos elemento (partes, causa de pedir e pedido)." ("Código de Processo Civil Comentado e Interpretado", Editora Atlas, 2010). Não vejo, contudo, como não dar provimento ao Apelo, merecendo reforma a sentença hostilizada. Percebe-se que não falta interesse de agir ao apelante quando da propositura da presente demanda, nem mesmo houve a inadequação da via eleita, já que se está discutindo a posse de um terreno rural, o qual está sofrendo turbação para a extração ilegal de ouro e madeira. Especificamente, o interdito proibitório é uma ação de natureza possessória, podendo ser proposta por possuidor que tenha justo receio de ser molestado em sua posse, requerendo ao magistrado que o proteja da turbação ou esbulho iminente através de mandado proibitório, sob pena pecuniária, nos termos do artigo 567, do CPC: Art. 567. O possuidor direto ou indireto que tenha justo receio de ser molestado na posse poderá requerer ao juiz que o segure da turbação ou esbulho iminente, mediante mandado proibitório em que se comine ao réu determinada pena pecuniária caso transgrida o preceito. Sobre o tema, Caio Mário da Silva Pereira ensina que: "Interdito proibitório é a defesa preventiva da posse, ante a ameaça de turbação ou esbulho. Consiste em armar o possuidor de mandado judicial, que a resguarde da moléstia iminente. Não é necessário que aguarde a turbação ou o esbulho. Pode antecipar-se ao cometimento da violência, e obter um julgado que o assegure contra a hipótese de vir a acontecer, sob pena de pagar o réu multa pecuniária, em favor do próprio autor ou de terceiro (...). Mas é preciso, ao revés, que o autor tenha fundado receio de que a violência virá, cumprindo-lhe, pois, provar os requisitos: posse, ameaça de moléstia, probabilidade de que venha a verificar-se." (in "Instituições de Direito Civil", 7ª ed., Rio de Janeiro, Forense, 1989, v. IV, p. 55). Dessa forma, tal instituto visa impedir a concretização de uma ameaça à posse, sendo indispensável que a parte interessada demonstre a posse anterior, bem como a ameaça de turbação, esbulho e o justo receio de que seja efetivada tal ameaça. Vê-se, portanto, que não há inadequação da via eleita no presente caso, já que os fatos narrados e o pedido do autor se amoldam perfeitamente a espécie de possessória descrita na exordial. Válido lembrar também que o Direito brasileiro consagra a fungibilidade entre as tutelas possessória, conforme se infere na redação do art. 554 do CPC: "A propositura de uma ação possessória em vez de outra não obstará a que o juiz conheça do pedido e outorgue a proteção legal correspondente àquela cujos pressupostos estejam provados." Destarte, independentemente do ajuizamento de uma ação que pleiteia tutela possessória de reintegração, manutenção ou interdito proibitório, cumpre ao magistrado, diante dos elementos probatórios do caso, conceder a tutela possessória adequada à situação. Neste sentido, é o entendimento dos Tribunais pátrios: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE - LITISPENDÊNCIA - AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO AJUIZADA ANTERIORMENTE - FUNGIBILIDADE DOS PLEITOS POSSESSÓRIOS - MANUTENÇÃO DA EXTINÇÃO DO FEITO. O direito processual civil pátrio consagra a regra da fungibilidade entre as tutelas possessórias, o que significa dizer que o juiz, independentemente da espécie de ação proposta, pode, com base no que restar comprovado

nos autos, conceder a tutela possessória adequada. Considerando, pois, a regra da fungibilidade entre as tutelas possessórias, no caso em que a ameaça à posse venha a ser convertida em agressão à posse propriamente dita, é cabível a conversão do interdito proibitório em medida de manutenção da posse, não se tornando necessário o ajuizamento de outra ação, como fez a parte requerente no presente caso. Assim, deve ser mantida a sentença que extinguiu o feito sem resolução do mérito. (TJMG - Apelação Cível 1.0452.15.003743-3/001, Relator(a): Des.(a) Luciano Pinto, 17ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 07/07/2016, publicação da súmula em 19/07/2016). EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO. FUNGIBILIDADE. MANUTENÇÃO DE POSSE. LIMINAR. - À luz do art. 920 do CPC, pleiteada uma espécie de proteção possessória, a outra pode ser outorgada desde que estejam comprovados os requisitos. Ou seja, se a parte ao ajuizar a ação rotula-a como interdito proibitório, mas os fatos narrados caracterizam manutenção de posse, este pode ser conhecido como se fosse aquela em razão do princípio da fungibilidade entre as ações possessórias. - Ausentes os requisitos, o indeferimento do pleito liminar é medida de rigor. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0024.13.248077-3/001, Relator(a): Des.(a) Cláudia Maia, 13ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 05/12/2013, publicação da súmula em 13/12/2013) EMENTA: PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO - CONFLITO AGRÁRIO - POSSE E AMEAÇA DE ESBULHO/TURBAÇÃO - COMPROVAÇÃO - REQUISITOS ESSENCIAIS PARA PROCEDÊNCIA DA AÇÃO PRESENTES - PROVA DA FUNÇAO SOCIAL DA TERRA - DESNECESSIDADE - - INSPEÇÃO JUDICIAL, AUDIÊNCIA PRÉVIA E INTIMAÇÃO PRÉVIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA CONCESSÃO DA LIMINAR POSSESSÓRIA - PROCEDIMENTOS NÃO OBRIGATÓRIOS - QUESTÕES DECIDIDAS EM RECURSO ANTERIOR - CONVERSÃO DO MANDADO DE INTERDITO PROIBITÓRIO EM REINTEGRAÇÃO OU MANUTENÇÃO DE POSSE - CABIMENTO SE CONCRETIZADA A AGRESSÃO À POSSE - RECURSO NÃO PROVIDO. - Comprovada a posse anterior do bem e o justo receio de ser molestado na posse, cabe o deferimento do interdito proibitório. - O cumprimento da função social da propriedade não está inserido no rol dos requisitos necessários ao deferimento da reintegração de posse, nos termos do art. 927 do CPC. - A concessão da liminar de proteção à posse não está vinculada à prévia realização de vistoria no imóvel ou de audiência de justificação, quando estes procedimentos forem considerados desnecessários, nem à prévia oitiva do Ministério Público, sendo que ao Juiz é reservado apreciar e decidir sobre a pertinência da medida, independentemente de providências prévias não obrigatórias ou necessárias. - A conversão do interdito proibitório em medida reintegratória ou de manutenção no caso de em que a ameaça a posse venha a ser convertida em agressão à posse propriamente dita é cabível tendo em vista que os conflitos possessórios são extremamente voláteis e face fungibilidade das ações possessórias. - Recurso não provido. (TJMG - Apelação Cível 1.0024.10.175959-5/002, Relator(a): Des.(a) Márcia De Paoli Balbino, 17ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 28/11/2013, publicação da súmula em 10/12/2013). Desta forma, deve ser reformada a sentença recorrida, pois inexiste inadequação da via eleita ou mesmo falta de interesse de agir. Caso o magistrado entendesse que não era competente para a demanda, deveria ter encaminhado os autos para o juízo competente, e não extinto o processo sem resolução de mérito. Ante o exposto, DOU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO a fim de anular a sentença recorrida e determinar o regular processamento do feito pelo juízo a quo. P. R. I. C. Belém/PA, 26 de junho de 2019. MARIA FILOMENA DE ALMIEDA BUARQUE Desembargadora Relatora PROCESSO: 00045064520138140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 APELANTE:ILDO VALENTIN BORSATTI APELANTE:RODRIGO BORSATTI Representante(s): OAB 19250 - AMADEU MATIAS FILHO (ADVOGADO) OAB 9592 - BENONES AGOSTINHO DO AMARAL (ADVOGADO) APELADO:AMANDA CASTRO DO NASCIMENTO APELADO:ALCINETE CASTRO DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 10565 - EDMARA MARINHO HOYOS RODRIGUES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VICE-PRESIDÊNCIA PROCESSO N. 0004506-45.2013.814.0051 RECURSO EXTRAORDINÁRIO EM APELAÇÃO RECORRENTES: ILDO VALENTIN BORSATTI E RODRIGO BORSATTI RECORRIDOS: AMANDA CASTRO DO NASCIMENTO E ALCINETE CASTRO DO NASCIMENTO DECISÃO ILDO VALENTIN BORSATTI E RODRIGO BORSATTI, com fundamento no inciso III do art. 105 da Constituição Federal, interpuseram recurso extraordinário (fls. 281-285) contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, cuja ementa tem o seguinte teor: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRELIMINAR DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO DE APELAÇÃO. PREJUDICADA. PRELIMINAR DE JULGAMENTO DOS AGRAVOS RETIDOS INTERPOSTOS ÀS FLS. 120 E 121. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA NO TOCANTE A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA POR TRATAR DE DECISÃO EXTRA PETITA. REJEITADA. MÉRITO. COMPROVADO

POR PROVA TESTEMUNHAL COLHIDA EM JUÍZO, A CONDUTA CULPOSA DO AGENTE, O DANO CAUSADO (MORTE DA VÍTIMA ? LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO) E O NEXO DE CAUSALIDADE. CONFIGURADA A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ART. 927 DO CC. DEVER DE INDENIZAR EXISTENTE. PEDIDO DE REDUÇÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. NÃO ACOLHIDO. SENTENÇA MANTIDA. Recurso conhecido e desprovido". (2018.04621562-68, 197.989, Rel. MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2018-11-12, Publicado em Não Informado(a)). Sustentaram os recorrentes, em síntese, que o acórdão impugnado teria violado o art. 5º, inciso LIV, da Constituição Federal. Sem contrarrazões (Fl. 307). É o relatório. Decido. O recurso está em desconformidade com os enunciados 279 e 284 das súmulas do STF ("Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário" e "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"), haja vista que os recorrentes se limitaram a alegar genericamente que as provas não foram avaliadas adequadamente, sem delinear especificamente de que forma o art. 5, inciso LIV, da CF estaria violado Sendo assim, nego seguimento ao recurso extraordinário. Publique-se. Intimem-se. Belém/PA, 19 de junho de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará Av. Almirante Barroso, n.º 3.089, bairro Souza, CEP: 66613-710, Belém - PA. Telefone: (91) 3205-3044 PRI.2019.118 8 PROCESSO: 00045064520138140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 APELANTE:ILDO VALENTIN BORSATTI APELANTE:RODRIGO BORSATTI Representante(s): OAB 19250 - AMADEU MATIAS FILHO (ADVOGADO) OAB 9592 - BENONES AGOSTINHO DO AMARAL (ADVOGADO) APELADO:AMANDA CASTRO DO NASCIMENTO APELADO:ALCINETE CASTRO DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 10565 - EDMARA MARINHO HOYOS RODRIGUES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VICE-PRESIDÊNCIA PROCESSO Nº 0004506-45.2013.814.0051 RECURSO ESPECIAL EM APELAÇÃO RECORRENTES: ILDO VALENTIN BORSATTI E RODRIGO BORSATTI RECORRIDOS: AMANDA CASTRO DO NASCIMENTO E ALCINETE CASTRO DO NASCIMENTO DECISÃO ILDO VALENTIN BORSATTI E RODRIGO BORSATTI, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, interpuseram recurso especial (Fls. 256-260), insurgindo-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, cuja ementa tem o seguinte teor: "EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. PRELIMINAR DE ATRIBUIÇÃO DE EFEITO SUSPENSIVO AO RECURSO DE APELAÇÃO. PREJUDICADA. PRELIMINAR DE JULGAMENTO DOS AGRAVOS RETIDOS INTERPOSTOS ÀS FLS. 120 E 121. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA NO TOCANTE A CONDENAÇÃO AO PAGAMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA POR TRATAR DE DECISÃO EXTRA PETITA. REJEITADA. MÉRITO. COMPROVADO POR PROVA TESTEMUNHAL COLHIDA EM JUÍZO, A CONDUTA CULPOSA DO AGENTE, O DANO CAUSADO (MORTE DA VÍTIMA ? LAUDO DE EXAME DE CORPO DE DELITO) E O NEXO DE CAUSALIDADE. CONFIGURADA A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ART. 927 DO CC. DEVER DE INDENIZAR EXISTENTE. PEDIDO DE REDUÇÃO DO VALOR DA CONDENAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. NÃO ACOLHIDO. SENTENÇA MANTIDA. Recurso conhecido e desprovido". (2018.04621562-68, 197.989, Rel. MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2018-11-12, Publicado em Não Informado(a)). Sustentaram os recorrentes, em síntese, que o acórdão recorrido violou o disposto no art. 186 do Código Civil, uma vez que "Não haveria de se falar, com a devida vênia a eventual entendimento contrário, que o Segundo Recorrente (Rodrigo Borsatti), foi imprudente, negligente ou imperito no lamentável acidente que ceifou a vida do Sr. Antônio gomes do Nascimento Filho, senão que tal infortúnio decorreu do comportamento daquele em atravessar subitamente na frente do veículo que conduzia, conforme bem demonstrado nos autos, o que ensejaria o provimento da pretensão recursal, no sentido de excluir a responsabilidade civil destes Recorrentes, pelos danos decorrentes de tal infortúnio"(Fl. 260). Também sustentaram a que o acórdão impugnado contrariou o art. 492 do Código de Processo Civil, ao argumento de que "na peça de ingresso, apresentada por aquelas, não houve pedido de pensionamento, pelo que a decisão em tal sentido inegavelmente foi extra-petita, o que haveria de significar, em não havendo a exclusão total da responsabilidade civil destes Recorrentes, seja excluída tal obrigação que constou na R. Decisão de I Grau, mantida pelo e. Tribunal de Justiça do Estado do Pará" (Fl. 260). Sem contrarrazões (Fl. 307). É o relato do necessário. Decido. O recurso está em desconformidade com o enunciado 7 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), haja vista que a sua análise demanda a reapreciação do material fático-probatório. Sendo assim, nego seguimento ao recurso especial. Publique-se. Intimem-se. Belém/PA, 19 de junho de 2019.

Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará Av. Almirante Barroso, n.º 3.089, bairro Souza, CEP: 66613-710, Belém - PA. Telefone: (91) 3205-3044 PRI.2019.117 8 PROCESSO: 00065532520138140040 PROCESSO ANTIGO: 201330267994 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR Ação: Agravo de Instrumento em: 01/07/2019 AGRAVANTE:ALCIDIANO DE OLIVEIRA DE JESUS Representante(s): CARLOS VIANA BRAGA (ADVOGADO) BRUNO FERNANDES DE AZEVEDO (ADVOGADO) AGRAVADO:VALE S.A. Representante(s): PEDRO BENTES PINHEIRO NETO (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando despacho proferido por Sua Excelência, o Sr. Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, quanto à prevenção deste Desembargador para atuar na relatoria do presente feito (fl. 199), acolho o entendimento esposado. Encaminhem-se os presentes autos à Vice-Presidência deste C. Tribunal de Justiça para os procedimentos pertinentes. Belém-PA, 25 de junho de 2019. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior Desembargador Relator PROCESSO: 00092353420178140000 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Ação: Agravo de Instrumento em: 01/07/2019 AGRAVANTE:SINTESE ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 11138 - EVANDRO ANTUNES COSTA (ADVOGADO) OAB 13152 - LEONARDO NASCIMENTO RODRIGUES (ADVOGADO) AGRAVADO:BANCO DO BRASIL S/A Representante(s): OAB 24494-B - SAYMON FRANKLLIN MAZZARO (ADVOGADO) . Vistos, etc. Considerando que litigo contra a instituição financeira agravada, julgo-me impedida para atuar no presente feito, nos termos do art. 144, IX do CPC/15. À Secretaria, para as providências necessárias. Belém, 10 de junho de 2019. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Desembargadora Relatora PROCESSO: 00095481920098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:SAFRA LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): OAB 8525 - IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18912 - FABRICIA CARNEIRO OLIVEIRA (ADVOGADO) APELADO:R SILVA COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. RELATÓRIO Trata-se de Apelação Cível interposta perante este Egrégio Tribunal de Justiça por SAFRA LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL, nos autos da Ação de Reintegração de Posse (processo nº 0009548-19.2009.8.14.0006) ajuizada em desfavor de R. SILVA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., em razão de sentença proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua - PA, que julgou procedente a ação, reintegrando definitivamente o bem na posse do apelante, porém determinando a restituição ou a compensação ao réu/apelado do valor pago a título de VRG (Valor Residual Garantido), devidamente corrigido. Em suas razões recursais, às fls. 56/63, o banco apelante discorre sobre a impossibilidade de devolução ou compensação do VRG pago antecipadamente, alegando que a devolução pura e simples do VRG correspondente ao preço do bem ensejaria enriquecimento sem causa do arrendatário, em flagrante prejuízo do empresa arrendadora. Ressalta que há precedentes no sentido de que o VRG não deve ser devolvido, pois integra o preço do bem. Requer a reforma da decisão guerreada, no sentido de ser afastada a obrigação de devolução do VRG pago pelo réu/apelado. Em razão da revelia verificada nos autos, o juízo de 1º grau dispensou a intimação da parte apelada para apresentar contrarrazões ao recurso. Coube-me o feito, por redistribuição, conforme papeleta de processo à fl. 78 É o relatório. Decidirei monocraticamente. DECISÃO MONOCRÁTICA O presente recurso comporta julgamento imediato com fulcro na interpretação do art. 932, IV, "b" do CPC. Preenchidos os requisitos de admissibilidade, conheço do recurso e passo à sua análise. Em suas razões recursais, o autor/apelante, em razão da procedência de seu pedido, discorre tão somente sobre a impossibilidade da devolução do VRG - Valor Residual Garantido, diante da procedência verificada em seu pedido de reintegração de posse do bem móvel descrito no contrato de arrendamento mercantil nº 75.135.073-7, firmado com o réu/apelado em 11/05/2007 e cujo valor referente ao VRG era de R$ 3.346,97 (três mil, trezentos e quarenta e seis reais e noventa e sete centavos), conforme fl. 11. Analisando os autos, verifico que a citação pessoal do réu ocorreu nos termos da certidão de fl. 41 dos autos, não tendo apresentado defesa em tempo hábil, conforme certidão à fl. 42. Desta forma, correta a revelia aplicada pelo juízo de 1º grau, com fulcro no art. 319 do CPC/73, eis que o réu, embora ciente da demanda contra si ajuizada, não compareceu aos autos, motivo pelo qual o juízo de 1º grau dispensou a intimação para a apresentação de contrarrazões, amparado no disposto no art. 346 do CPC. É sabido que a revelia é um termo jurídico que expressa o estado ou qualidade de revel, ou seja, de alguém que não comparece em juízo (ou comparece e não apresenta defesa), após citação. Pode ser absoluta, se o réu não comparece em juízo, ou seja, se não pratica qualquer ato no processo, ou relativa, se o réu não contesta, mas comparece em juízo de qualquer outro modo, nomeando um procurador. A doutrina tem defendido que a presunção de veracidade é relativa, já que pode ser ilidida pelo conjunto probatório apresentado, desde que reste demonstrada a inexistência do fato que o autor afirma na inicial. Assim, nem

sempre a não impugnação do fato determinará a procedência do pedido. Ocorre que, no presente caso, o réu/apelado sequer apresentou defesa, não havendo como combater o conjunto probatório demonstrado. Mesmo assim, quanto as alegações recursais do apelante, a razão não lhe assiste. O arrendamento mercantil está assim definido no parágrafo único do artigo 1º da Lei 6.099/74: Art. 1º. O tratamento tributário das operações de arrendamento mercantil reger-se-á pelas disposições desta Lei. Parágrafo único. Considera-se arrendamento mercantil, para os efeitos desta Lei, o negócio jurídico realizado entre pessoa jurídica, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, e que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo especificações da arrendatária e para uso próprio desta. Ou seja, arrendamento mercantil é a cessão do uso de um bem, por um determinado prazo, mediante contrato, pelo qual, via de regra, a instituição financeira (arrendante) adquire um bem escolhido pelo cliente (arrendatário) e, em seguida, o aluga a este último. Ao término do contrato o arrendatário pode optar por renová-lo por mais um período, por devolver o bem arrendado à arrendadora ou dela adquirir o bem, pelo valor de mercado ou por um valor residual garantido previamente definido no contrato. Nada impede, todavia, que esse Valor Residual Garantido (VRG) seja pago antecipadamente, diluído nas parcelas referente à locação do bem. Dessa forma, ao final do contrato, optando o arrendatário em adquirir a coisa, não terá que desembolsar qualquer valor, pois ele já o fez durante o arrendamento. No ponto, destaca-se, por oportuno, que o C.STJ já sumulou a tese de que "A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil." (Súmula 263/STJ). Ocorre que, em caso de inadimplência do arrendatário, poderá o arrendante, na qualidade de proprietário do bem locado, ajuizar ação de reintegração de posse, retomando a posse direta do bem arrendado e resolvendo o leasing. Nesse caso, o Valor Residual Garantido - VRG pago antecipadamente deve ser devolvido ao arrendatário. O Superior Tribunal de Justiça, instado a se manifestar acerca do tema, prolatou entendimento no sentido de que: "retomada a posse direita do bem pela arrendante, por meio da ação de reintegração de posse, extingue-se a possibilidade de o arrendatário adquirir o bem. Por conseguinte, deve ser devolvido o valor residual pago antecipadamente." (REsp 373.674/PR, Rel. Min. Castro Filho, Terceira Turma, DJ 16/11/2004). Do exposto, trago julgado, em sede de recurso repetitivo, do C. STJ: RECURSO ESPECIAL. REPETITIVO. RITO DO ARTIGO 543-C DO CPC. ARRENDAMENTO MERCANTIL. LEASING. INADIMPLEMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. VALOR RESIDUAL GARANTIDOR (VRG). FORMA DE DEVOLUÇÃO. 1. Para os efeitos do artigo 543-C do CPC: "Nas ações de reintegração de posse motivadas por inadimplemento de arrendamento mercantil financeiro, quando o produto da soma do VRG quitado com o valor da venda do bem for maior que o total pactuado como VRG na contratação, será direito do arrendatário receber a diferença, cabendo, porém, se estipulado no contrato, o prévio desconto de outras despesas ou encargos contratuais". 2. Aplicação ao caso concreto: recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1099212/RJ, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, Rel. p/ Acórdão Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 27/02/2013, DJe 04/04/2013) Enfim, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está pacificada no sentido de que retomada a posse direita do bem pela arrendante, por meio da ação de reintegração de posse, extingue-se a possibilidade de o arrendatário adquirir o bem, devendo ser-lhe devolvido o valor residual que tiver pago antecipadamente a ser apurado em liquidação de sentença. Negar-se essa possibilidade ao arrendatário acarretaria, inclusive, enriquecimento ilícito da arrendante. Ante ao exposto, com fulcro no art. 932, IV, "b" do CPC, CONHEÇO E NEGO PROVIMENTO ao recurso, mantendo a sentença recorrida em seus termos integrais, na esteira da fundamentação exposta, por se tratar da melhor medida de Direito ao caso em comento. É a decisão. Belém - PA, 26 de junho de 2019. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior Desembargador - Relator PROCESSO: 00133356620168140000 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO Ação: Agravo de Instrumento em: 01/07/2019 AGRAVADO:FRANCISCO EVALDO TAVARES PINTO Representante(s): OAB 7198-A - JOSE WILSON DE FIGUEIREDO VIEIRA (ADVOGADO) AGRAVANTE:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9896 - RILDO AUGUSTO VALOIS LAURENTINO (PROCURADOR(A)) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GABINETE DA DESEMBARGADORA MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO SECRETARIA ÚNICA DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO - 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0013335-66.2016.8.14.0000 AGRAVANTE: DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN/PA PROCURADOR AUTÁRQUICO: DR. RILDO AUGUSTO VALOIS LAURENTINO - OAB/PA 9.896 AGRAVADO(A): FRANCISCO EVALDO TAVARES PINTO ADVOGADO(A): JOSÉ WILSON DE FIGUEIREDO VIEIRA - OAB/PA 7.198 ADVOGADO(A): FELISMINO DE SOUSA CASTRO - OAB/PA 10.237 RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de recurso de Agravo de Instrumento interposto por DEPARTAMENTO DE

TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN/PA, em face da decisão interlocutória proferida nos autos da Ação de Obrigação de Fazer (Processo n.º 0012406-74.2016.8.14.0051), ajuizada por FRANCISCO EVALDO TAVARES PINTO. Ocorre que, conforme previsão do art. 31, § 1º, II e XIII, do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, compete às Turmas de Direito Público processar e julgar recursos oriundos de decisões proferidas em ações relativas a controle e cumprimento de atos administrativos, bem como sobre direito público em geral, situação em que se enquadra o presente feito, já que versa sobre Direito Administrativo. Por oportuno, ressalta-se que a matéria discutida no presente recurso é objeto do IRDR admitido pelo Tribunal Pleno deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos autos do Processo n.º 0009932-55.2017.8.14.0000, sob a relatoria da Desembargadora Elvina Gemaque Taveira. Desta forma, devolvam-se dos presentes autos ao Desembargador Roberto Gonçalves de Moura, já que compete às Turmas Direito Público processar e julgar a matéria envolvida no presente feito. P.R.I.C. Belém, 24 de junho de 2019. DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO Relatora PROCESSO: 00142873220138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO/APELANTE:MARIA IVANILDA GOES DE SOUSA APELADO/APELANTE:RAIMUNDO ELIAS GOMES DE SOUZA Representante(s): OAB 7779 - JOSE RAIMUNDO COSTA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 15939 - CAIO GUSTAVO SILVA FERREIRA (ADVOGADO) OAB 18467 - IRAN RODRIGO GONCALVES MORAES (ADVOGADO) OAB 19720 - JOAO BOSCO DO NASCIMENTO JUNIOR (ADVOGADO) APELANTE/APELADO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 211.648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) . Conforme dispõe o Provimento nº 0006/2006 - CJRMB, fica por este ato intimado, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação ao Agravo Interno, interposto nestes autos, no prazo legal. Belém, 28/06/2019 PROCESSO: 00146657520168140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:FRANCISCO XAVIER DA LUZ APELANTE:HERMINIA DE ALMEIDA SILVA DA LUZ Representante(s): OAB 11430 - RICARDO VIANA BRAGA (ADVOGADO) OAB 11489 - CARLOS VIANA BRAGA (ADVOGADO) OAB 20534 - DENISE BARBOSA CARDOSO (ADVOGADO) APELADO:NOVA CARAJAS CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL interposta por HERMÍNIA DE ALMEIDA SILVA DA LUZ E FRANCISCO XAVIER DA LUZ, contra sentença proferida pelo MM. Juízo da 2ª Vara Cível Da Comarca de Parauapebas - PA que, nos autos da Ação de Rescisão Contratual c/c Indenização por Danos Morais e Materiais com Pedido de Tutela Antecipada (Processo nº 0014665-75.2016.8.14.0040) proposta em desfavor de NOVA CARAJÁS E INCORPORAÇÕES LTDA, que extinguiu o feito sem resolução de mérito, nos termo do art. 485, IV e VI do CPC (fl. 347), uma vez que, indeferido o benefício da justiça gratuita, deixaram de recolher as custas devidas (fl. 362). Em suas razões recursais, às fls. 364/371, os Apelantes alegam ausência de condições financeiras para arcar com as custas processuais, as quais foram impelidos a pagar, ressaltando que estão desempregados, vivendo de "bicos". Discorrem acerca da presunção de insuficiência deduzida por pessoa natural, conforme art. 99, 3§ do CPC, para requerem, ao final, o conhecimento, e no mérito, o provimento do apelo, com a produção de todos os meios de provas admitidos. Não houve contrarrazões, dada a ausência de triangularização processual. Coube-me a relatoria por redistribuição - fl. 374. É o relatório. Decidirei monocraticamente. Recebo o presente recurso e ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade, conheço o recurso de apelação. O presente recurso comporta julgamento imediato, com fulcro no art. 932, V, "a" do CPC. A decisão vergastada determinou a extinção dos autos principais (Processo nº 0014665-75.2016.8.14.0040), nos termos do art. 485, VI do CPC, por terem os apelantes deixado de recolher as custas processuais, culminando na interposição da presente Apelação. Vejamos. Determinado aos apelantes que comprovassem a hipossuficiência econômica afirmada na inicial, juntaram aos autos declaração de imposto de renda do apelante Francisco Xavier da Luz, referente ao exercício do ano de 2016, onde se vê que seus rendimentos tributáveis anual foi de R$ 40.345,04 (quarenta mil, trezentos e quarenta e cinco Reais, quatro centavos), o que importa em uma renda mensal modesta, em torno de R$ 3.363,00 (três mil, trezentos e sessenta e três Reais). Aliado a isso, verifica-se que foram acostadas juntamente com a inicial, cópias das carteiras de trabalho e previdência dos apelantes, (fls. 39/44). Nesses documentos, vê-se que a apelante Hermínia da Luz, ao tempo da propositura da ação (novembro/2016), estava há considerável tempo sem vínculo empregatício (desde o ano de 2002), e que o apelante Francisco Xavier da Luz, havia sido desligado recentemente da empresa com a qual possuía vinculo (fevereiro/2016). A percepção do Juízo de 1º grau, de que seja possível um trabalhador autônomo do Município de Parauapebas aferir renda maior que a de um trabalhador formal ou do serviço público (fl. 351), não se mostra razoável para o indeferimento da justiça gratuita. Deve o magistrado levar em consideração os documentos trazidos aos autos, concedendo assim ao requerente do benefício da justiça

gratuita a possibilidade de demonstrar, por amplos meios, a incapacidade financeira alegada. Nesse sentido, o E. TJPA já firmou entendimento de que o magistrado, analisando as provas indicadas nos autos, pode, de ofício, deliberar acerca da hipossuficiência configurada nos autos, in verbis: Súmula n° 06: A alegação de hipossuficiência econômica configura presunção meramente relativa de que a pessoa natural goza do direito ao deferimento da gratuidade de justiça prevista no artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil (2015), podendo ser desconstituída de ofício pelo próprio magistrado caso haja prova nos autos que indiquem a capacidade econômica do requerente. Dispõe o CPC, em seu art. 98, que toda pessoa natural ou jurídica com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito a gratuidade da justiça na forma da lei, sendo que o juiz só poderá indeferir o pedido de gratuidade se houver nos autos elementos que evidenciam a falta de pressupostos legais para a sua concessão, conforme art. 99, § 2°: Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. (...) Art. 99, § 2o O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos. Desta forma, dado que se extrai nestes autos elementos que justificam sua concessão, defiro a gratuidade processual pleiteada. Ante o exposto, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO à Apelação Cível, para reformar a sentença proferida pelo juízo `a quo" nos autos nº 0014665-75.2016.8.14.0040 , deferindo a justiça gratuita aos Apelantes, com fulcro no art. 932, V, "a" do CPC, em face do enunciado da súmula n° 06 deste E. Tribunal e, consequentemente, determinar a retomada do prosseguimento do feito, nos termos da fundamentação supra. Transitada em julgado, certifique-se e devolva-se ao Juízo `a quo" com as cautelas legais, para o prosseguimento do feito. P.R.I. Belém (PA), 26 de junho de 2019. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR DESEMBARGADOR- RELATOR PROCESSO: 00147636020168140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:SUZAMAR VIEIRA FIGUEIREDO NASCIMENTO CAIADO Representante(s): OAB 20534 - DENISE BARBOSA CARDOSO (ADVOGADO) APELADO:NOVA CARAJAS CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL interposta por SUZAMAR VIEIRA FIGUEIREDO NASCIMENTO CAIADO, contra sentença proferida pelo MM. Juízo da 2ª Vara Cível Da Comarca de Parauapebas - PA que, nos autos da Ação de Rescisão Contratual c/c Indenização por Danos Morais e Materiais com Pedido de Tutela Antecipada (Processo nº 0014763-60.2016.8.14.0040) proposta em desfavor do NOVA CARAJÁS E INCORPORAÇÕES LTDA, que extinguiu o feito sem resolução de mérito, nos termo do art. 485, IV e VI do CPC (fl. 347), uma vez que não comprovou a apelante a impossibilidade de custear as despesas processuais por meios idôneos. Em suas razões recursais, às fls. 355/365, a Apelante alega ausência de condições financeiras para arcar com as custas processuais, as quais foi impelida a pagar, ressaltando ter comprovado a referida hipossuficiência através de cópia de carteira do trabalho e previdência social, juntando na oportunidade a cópia das certidões de nascimento de seus dois filhos menores de idade, cuja subsistência depende da apelante. Destaca que o lote comprado da ré, no valor de R$ 128.916,00 (cento e vinte e oito mil, novecentos e dezesseis Reais) não implica em comprovação de sua capacidade econômica, vez que o referido valor foi parcelado em 180 (cento e oitenta parcelas), o que equivale a 15 (quinze) anos de pagamento/parcelamento. Requer, ao final, a concessão do efeito suspensivo, e no mérito, o provimento do apelo, com a produção de todos os meios de provas admitidos. Não houve contrarrazões, dada a ausência de triangularização processual. Coube-me a relatoria por redistribuição - fl. 62. É o relatório. Decidirei monocraticamente. Recebo o presente recurso e ante o preenchimento dos requisitos de admissibilidade, conheço o recurso de apelação. O presente recurso comporta julgamento imediato, com fulcro no art. 932, V, "a" do CPC. A decisão vergastada determinou a extinção dos autos principais (Processo nº 0014763-60.2016.8.14.0040), nos termos do art. 485, IV e VI do CPC, por ter entendido o Juízo "a quo" que a apelante não logrou êxito em comprovar a hipossuficiência econômica afirmada na inicial, culminando na interposição da presente Apelação. Vejamos. O fato de a recorrente não ter comprovado sua incapacidade financeira, nos termos determinados pelo Juízo, ou seja, através da declaração de imposto de renda anual, não afasta de per si a configuração de sua hipossuficiência econômica, devendo ser analisados os documentos trazidos aos autos. Assim, constata-se pelo documento à fl. 39, que a apelante possuía um vínculo empregatício anterior com módica remuneração, e que ao tempo da propositura da ação originária, não estava empregada. A percepção do Juízo de 1º grau, de que seja possível um trabalhador autônomo do Município de Parauapebas aferir renda maior que a de um trabalhador formal ou do serviço público, não se mostra razoável para o indeferimento da justiça gratuita. Deve o magistrado levar em consideração os documentos trazidos aos autos, concedendo assim

ao requerente do benefício da justiça gratuita a possibilidade de demonstrar, por amplos meios, a incapacidade financeira alegada. Nesse sentido, o E. TJPA já firmou entendimento de que o magistrado, analisando as provas indicadas nos autos, pode, de ofício, deliberar acerca da hipossuficiência configurada nos autos, in verbis: Súmula n° 06: A alegação de hipossuficiência econômica configura presunção meramente relativa de que a pessoa natural goza do direito ao deferimento da gratuidade de justiça prevista no artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil (2015), podendo ser desconstituída de ofício pelo próprio magistrado caso haja prova nos autos que indiquem a capacidade econômica do requerente. Dispõe o CPC, em seu art. 98, que toda pessoa natural ou jurídica com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito a gratuidade da justiça na forma da lei, sendo que o juiz só poderá indeferir o pedido de gratuidade se houver nos autos elementos que evidenciam a falta de pressupostos legais para a sua concessão, conforme art. 99, § 2°: Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. (...) Art. 99, § 2o O juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos. Desta forma, dado que se extrai nestes autos elementos que justificam sua concessão, defiro a gratuidade processual pleiteada. Ante o exposto, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO à Apelação Cível, para reformar a sentença proferida pelo juízo `a quo" nos autos nº 0014763-60.2016.8.14.0040, deferindo a justiça gratuita à Apelante, com fulcro no art. 932, V, "a" do CPC, em face do enunciado da súmula n° 06 deste E. Tribunal e, consequentemente, determinar a retomada do prosseguimento do feito, nos termos da fundamentação supra. Transitada em julgado, certifique-se e devolva-se ao Juízo `a quo" com as cautelas legais, para o prosseguimento do feito. P.R.I. Belém (PA), 26 de junho de 2019. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR DESEMBARGADOR- RELATOR PROCESSO: 00155375420148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:MARIA TEREZA MAROJA BRAGA APELADO:JOSE FERNANDO FERRAZ BRAGA Representante(s): OAB 10474 - FABIO MAROJA BRAGA (ADVOGADO) APELANTE:RITA DE CASSIA DA SILVA APELANTE:JOÃO APARECIDO DE SOUZA Representante(s): OAB 7994 - JOAO APARECIDO DE SOUZA (ADVOGADO) APELANTE:MARIA JOSE ANDRADE FIEL Representante(s): OAB 13284 - PATRICIA LIMA BAHIA (ADVOGADO) . Vistos etc. I - Julgo-me suspeita por motivo de foro íntimo, com fundamento no artigo 145, § 1ª do NCPC, para atuar no presente feito. II - Remetam-se os presentes autos à Vice-Presidência, para fins de redistribuição. INT. Belém/PA, 26 de junho de 2019. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Desembargadora Relatora PROCESSO: 00235350920048140301 PROCESSO ANTIGO: 201330061198 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES SA EMBRATEL Representante(s): OAB 16538-A - RAFAEL GONCALVES ROCHA (ADVOGADO) APELANTE:ROSOMIRO CLODOALDO ARRAIS BATISTA TORRES DE CASTRO Representante(s): OAB 7760 - FABIO LUIS FERREIRA MOURAO (ADVOGADO) . Conforme dispõe o Provimento nº0006/2006 - CJRMB, fica por este ato intimado, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação ao Recurso Especial interposto nestes autos, no prazo legal. Belém, 28 de junho de 2019 PROCESSO: 00277994120118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:ALBERTO ANTONY DANTAS DE VEIGA CABRAL Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 8232 - JOSE MARIO DA COSTA SILVA (ADVOGADO) APELADO:CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA Representante(s): OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) OAB 21052 - DANIELLE BARBOSA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) . 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO ORIGEM: JUÍZO DE DIREITO DA 08ª VARA CÍVEL DE BELÉM AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 002799-41.2011.814.0301 AGRAVANTE: CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA. AGRAVADO: ALBERTO ANTONY DE VEIGA CABRAL RELATORA: DESA. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. DESISTÊNCIA RECURSAL. ANUÊNCIA DO RECORRIDO DISPENSÁVEL. INTELIGÊNCIA DO ART. 998 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DESISTÊNCIA HOMOLOGADA. - Petição assinada pelo representante da parte recorrente requerendo a desistência do recurso. - Pedido que amparado no art. 998 do NCPC deve ser homologado, julgando-se prejudicada a análise do mérito recursal. - Desistência recursal homologada. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL

interposta por CONSTRUTORA LEAL MOREIRA em face da decisão monocrática de fls. 567/570 que deu provimento ao recurso de apelação do autor para condenar a construtora ao pagamento de R$ 10.000,00 a título de danos morais e R$ 3.453,00 mensais a título de lucros cessantes. Inconformado, o apelado interpôs agravo interno às fls. 571/588 requerendo a reforma da decisão monocrática. Às fls. 590 o ora agravante, peticionou requerendo a desistência recursal. É o relatório. Decido. Vindo aos autos petição assinada pelo representante da parte recorrente requerendo a desistência do recurso, impõe-se o recebimento e a homologação da desistência, nos termos do art. 998, NCPC, julgando-se prejudicada a análise do mérito recursal. O Novo Código de Processo Civil em seu artigo 998 preceitua: Art. 998. O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. No plano doutrinário, tem-se o magistério de José Carlos Barbosa Moreira, Humberto Theodoro Júnior, Moacyr Amaral Santos e Flavio Cheim Jorge lecionando sobre a desistência recursal: "A desistência pode ocorrer `a qualquer tempo", ou seja, desde a interposição do recurso até o instante imediatamente anterior ao julgamento. É indiferente, pois, que aquele já tenha sido ou não recebido, que se encontre ainda pendente no juízo a quo ou que já tenha subido ao tribunal superior." "A desistência, que é exercitável a qualquer tempo, não depende de anuência do recorrido ou dos litisconsortes (art. 501)." "Interposto o recurso, poderá a desistência dar-se a qualquer tempo, no juízo a quo ou no juízo ad quem, até o momento do início do ato de julgamento." Nesse sentido a jurisprudência pátria: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. DESISTÊNCIA. HOMOLOGAÇÃO. Desistindo o agravante do recurso, é de ser homologado o pedido. Inteligência do art. 501 do CPC. Homologaram a desistência do Agravo. Unânime. (Agravo de Instrumento Nº 70025213455, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schreiner Pestana, Julgado em 19/03/2009). AGRAVO INTERNO. RESPONSABILIDADE CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. DESISTÊNCIA DO RECURSO. Formulado pleito de desistência do recurso, o qual prescinde de concordância da parte adversa, é de ser homologado, restando prejudicado o exame do agravo interno. Inteligência do art. 501 do CPC. Precedentes jurisprudenciais. DESISTÊNCIA HOMOLOGADA. (Agravo Nº 70028469179, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 19/03/2009). Desse modo, encontrando-se plenamente formalizado, HOMOLOGO o pedido de DESISTÊNCIA DO RECURSO da apelação e julgo-o prejudicado, nos termos do art. 998 do CPC. Transitada em julgado, remetam-se os autos à origem para os fins de direito. Publique-se. Belém (PA), 26 de junho de 2019. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Desembargadora Relatora PROCESSO: 00351018220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:I. S. L. P. APELANTE:Y. S. L. P. REPRESENTANTE:S. L. M. L. Representante(s): OAB 3279 - ROSINEI RODRIGUES DA SILVA CASTRO (DEFENSOR) APELADO:A. C. S. P. PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL interposta por I.S.L.P. e Y.S.L.P., representadas por sua genitora S.L.M.L. (fls. 60/66) em face da sentença (fls. 59/59v) prolatada pelo Juízo de Direito da 5ª Vara de Família de Belém, nos autos da AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA ajuizada em desfavor de A.C.D.S.P., que julgou improcedente o pedido, com extinção do processo com apreciação do mérito nos termos do art. 487, inc. I do CPC. As apelantes, em suas razões (fls. 60/66) informam que ajuizaram a ação originária no intuito de ver majorado o valor da prestação alimentar, de 30% (trinta por cento) do salário mínimo para 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, e que durante a instrução restou comprovado que o réu tem condições de arcar com pensão alimentícia de maior valor. Todavia, entendem que a sentença premiou o apelado, com a possibilidade de arcar com o mínimo possível na manutenção de suas filhas. Aduzem que possuem o mínimo para sobreviver porque seus avós maternos e a genitora do atual companheiro de sua representante legal não as abandonaram. Destacam que são menores e possuem necessidades presumidas. Ao final, requerem a reforma total da sentença. Intimado o apelado, não apresentou contrarrazões - fl. 67v. Coube-me a relatoria do feito por distribuição - fl. 69. Instado, manifestou-se o Órgão Ministerial em segunda instância, pelo conhecimento e improvimento do recurso. É o que cumpre relatar. Decidirei monocraticamente. Presentes os requisitos de admissibilidade, CONHEÇO da Apelação. O recurso comporta julgamento imediato, com fulcro na interpretação do art. 932, III do CPC. As apelantes, sustentando melhoria na situação econômica do apelado, propuseram a ação originária, no intuito de ver majorado o valor da obrigação alimentar ao patamar de 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo. O Juízo de piso indeferiu a antecipação da tutela requerida (fl. 17), e ao final da instrução processual decidiu por manter os alimentos, no valor anteriormente arbitrado entre as partes, decisão da qual se insurgem as apelantes. O Código Civil, em seu artigo 1.694, § 1º, dispõe que os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada, o que significa dizer, por outras palavras, que a verba alimentar deve ser fixada observando-se o binômio

necessidade-possibilidade. O artigo 1.699, também da lei civil, dispõe que "se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo". Dos referidos dispositivos legais, extrai-se que o dever de prestar alimentos, embora independa da situação econômica do alimentante, deve se concretizar dentro das suas possibilidades. A majoração tem lugar quando restar evidente que o alimentante sofreu alteração na sua situação financeira e tem condições de suportar o acréscimo no valor anteriormente estipulado. A redução, por sua vez, pressupõe a existência de prova inequívoca, a cargo do alimentante, da desnecessidade do alimentando ou da impossibilidade de cumprimento da obrigação nos moldes inicialmente fixados. No caso concreto, necessário pontuar que em anterior ação de homologação de transação extrajudicial (processo n.º 0027732-08.2013.8.14.0301), as partes obtiveram acordo, homologado pelo juízo da 4ª Vara de Família da Comarca da Capital em 04/07/2013 (fl. 13/13v), por meio do qual o apelado obrigou-se à pagar ao pagamento de alimentos mensais em favor das apelantes, no valor equivalente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente. Compulsando os autos, percebe-se, das provas dos autos, que as apelantes não lograram êxito em comprovar, mesmo de forma mínima, a melhora no padrão financeiro do alimentante, o que passo a analisar. A inicial do pedido de majoração no valor dos alimentos foi pautada na afirmativa de que o apelado seria proprietário de uma empresa de pré-moldados e de vários veículos. Ao final da audiência de instrução e julgamento (fl. 21), o representante ao Ministério Público requereu ao Juízo que fosse oficiado à Junta Comercial do Estado do Pará (JUCEPA) a fim de que fosse informada a existência de registro de ato constitutivo em nome do apelado. Requereu, ainda, que fosse consultado o Sistema Renajud acerca da propriedade dos veículos informados na réplica das autoras, ora apelantes. Deferidas as diligências pelo Juízo de piso, os documentos acostados aos autos às fls. 39/44 e 47 demonstram inconsistentes as afirmações que embasaram o pedido inicial da ação revisional. Acertado, assim, entendimento do Juízo "a quo", ao julgar improcedente o pedido de majoração, mantendo os alimentos conforme previamente estabelecido pelas partes. Sobre o assunto, destaco a jurisprudência desta E. Corte: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DE FAMÍLIA. ALIMENTOS. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE PROVAS. OBSERVÂNCIA DO BINÔMIO NECESSIDADE E POSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. I- Não há quaisquer dúvidas quanto a necessidade dos apelantes em obter um valor a título de pensão alimentícia condizente com sua realidade, todavia, é imprescindível que seja demonstrado de forma cabal que o alimentante possui condições financeiras de prestar os alimentos no valor pretendido sem comprometer seu próprio sustento, o que não fora feito pelos apelantes, que para tanto, se limitaram em fazer meras argumentações, sem de qualquer forma prová-las. II- Não se pode presumir que o apelado perceba valores a maior, capazes de majorar os alimentos, pelo simples fato de realizar "bicos" como barman. Além do mais, o genitor vive sob as condições financeiras provida por sua mãe, de modo que não se pode exigir dele valores com os quais não poderá arcar, antes sua impossibilidade. III- O fato de o apelado ter realizado tão rapidamente o depósito do valor de R$ 2.364,00(dois mil, trezentos e sessenta e quatro reais) em conta bancária da genitora após tomar conhecimento da decretação de sua prisão na Ação de Execução de Alimentos não induz esta magistrada a entender que ele possui condições financeiras para realizar o pagamento de pensão alimentícia como requer neste recurso, tendo em vista que em situações como essa, a própria mãe do apelado juntamente com seus familiares podem ter se mobilizado para realizar referido depósito ou mesmo fazer empréstimos. IV- Não há provas nos autos de que o recorrido encontra-se empregado, para realizar o pagamento da pensão alimentícia nos termos requeridos; outrossim, não há provas cabais de que a família do requerido ostente uma vida confortável como querem fazer crer os apelantes. V- CONHEÇO DO RECURSO E NEGO-LHE PROVIMENTO, para que seja mantida in totum os termos da sentença prolatada pelo Juízo Singular. (2018.01471960-07, 188.420, Rel. GLEIDE PEREIRA DE MOURA, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2018-04-03, Publicado em 2018-04-16) - grifamos. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE ALIMENTOS. SENTENÇA FIXOU ALIMENTOS EM R$430,00 (QUATROCENTOS E TRINTA REAIS), PRETENDENDO A APELANTE QUE ESTE VALOR SEJA MAJORADO PARA 50 % (CINQUENTA POR CENTO) DO SALÁRIO DO APELADO, QUE SERIA NO VALOR DE R$2.500,00 (DOIS MIL E QUINHENTOS REAIS). A PRETENSÃO DE UMA PENSÃO EM 50% (CINQUENTA POR CENTO) DO SALÁRIO DO ALIMENTANTE É INVIÁVEL, PORQUE CERTAMENTE DESFALCARIA A SUA PRÓPRIA SUBSISTÊNCIA, FERINDO O BINÔMIO NECESSIDADE X POSSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ART. 1.695 DO CÓDIGO CIVIL. DIANTE DA PROVA DA IMPOSSIBILIDADE DO APELADO DE PRESTAR ALIMENTOS NO PERCENTUAL PRETENDIDO, É QUE DEVE SER MANTIDA A SENTENÇA, PORQUE PROFERIDA EM OBSERVÂNCIA À RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE, INDISPENSÁVEIS NO TOCANTE À FIXAÇÃO DE ALIMENTOS. NÃO SE PODE PERDER DE VISTA QUE O SUSTENTO DOS FILHOS É OBRIGAÇÃO DE AMBOS OS PAIS,

PORTANTO, É IMPERIOSO QUE A APELANTE BUSQUE TAMBÉM UM MEIO DE SUSTENTO PARA SÍ E PARA SUA PROLE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (2017.01447688-25, 173.202, Rel. GLEIDE PEREIRA DE MOURA, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-04-03, Publicado em 2017-04-12) - grifamos APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS. MAJORAÇÃO. DESCABIMENTO. Descabe majorar alimentos sem prova de alteração na condição financeira alimentante. Não comprovado à mudança superveniente das necessidades do alimentado. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO À UNANIMIDADE. (2015.02707523-29, 149.051, Rel. MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2015-07-27, Publicado em 2015-07-30) - grifamos. APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS - SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA - APLICAÇÃO DO ART. 14 DO CPC - APRECIAÇÃO DO RECURSO DE APELAÇÃO E RECURSO ADESIVO CONJUNTAMENTE - ASSOCIAÇÃO ENTRE AS MATÉRIAS VENTILADAS - PRETENSÃO DE MAJORAÇÃO DO QUANTUM PELA REQUERIDA E REDUÇÃO PELO AUTOR - DESCABIMENTO DE AMBOS OS PEDIDOS - PARÂMETROS LEGAIS DEVIDAMENTE OBSERVADOS PELO MAGISTRADO - VALOR FIXADO EM CONFORMIDADE COM A CONDIÇÃO FINANCEIRA DO AUTOR - QUANTUM FIXADO QUE ATENDE AS NECESSIDADES DA REQUERIDA - DEVER DE SUSTENTO DE AMBOS OS GENITORES - RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. À UNANIMIDADE. (2019.01139876-20, Não Informado, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2019-03-26) - grifamos. Portanto, evidenciada que o binômio necessidade- possibilidade no caso concreto, restou inalterado, CONHEÇO DO RECURSO, PORÉM, NEGO-LHE PROVIMENTO, com fulcro no art. 932, VIII e 133, XI, "d" do RITJPA, para manter integralmente a sentença guerreada, por seus próprios fundamentos e pelos lançados acima. Belém (PA), 26 de junho de 2019. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR Desembargador Relator PROCESSO: 00468465620098140301 PROCESSO ANTIGO: 201330218773 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:SUL AMERICA CIA NACIONAL DE SEGUROS Representante(s): RENATO TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) REPRESENTANTE:LUIZ FIRMIANO DE QUEIROZ Representante(s): JOAO VELOSO DE CARVALHO (ADVOGADO) APELANTE:JOSE GUERREIRO AUGUSTO FILHO. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de Recurso de Apelação (Processo nº 0046846-56.2009.8.14.0301), interposto perante este Egrégio Tribunal de Justiça por JOSÉ GUERREIRO AUGUSTO FILHO, contra sentença proferida pelo r. Juízo da 11ª Vara Cível da Comarca da Capital, nos autos da Ação de Cobrança de Seguro por Danos Causados em Acidente de Veículo, proposta em desfavor de Sul América Cia. Nacional de Seguros, ora apelado, na qual o juízo reconheceu a improcedência do pedido inicial, nos termos do art. 269, I do CPC/73, vigente à época, em razão da perda do seguro por descumprimento contratual do autor. Em suas razões recursais, às fls. 188/190, o apelante alega que faz jus ao recebimento do prêmio do seguro do veículo, dado o conjunto probatório produzido nos autos,. Requer o conhecimento e provimento do recurso, para a reforma integral da decisão guerreada. Petição avulsa do apelante, requerendo a juntada do comprovante de preparo às fls. 191/193. Em decisão à fl. 199, o juízo de 1º grau recebeu o recurso em seu duplo efeito. Contrarrazões recursais às fls. 200/204, nas quais o apelado requer o desprovimento do recurso, mantida a sentença recorrida. Em despacho à fl. 205, o juízo de 1º grau determinou a remessa ao TJ - PA. Coube-me o feito por redistribuição, conforme papeleta de redistribuição à fl. 212. É o sucinto relatório. Decidirei monocraticamente. DECIDO. Inicialmente, esclareço que se aplicam ao caso os termos do Enunciado Administrativo nº 2 do STJ: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Em sede deste E. Tribunal, vejamos o Enunciado nº 01: Nos recursos interpostos com fundamento no CPC de 1973 (impugnando decisões publicadas até 17/03/2016) serão aferidos, pelos juízos de 1º grau, os requisitos de admissibilidade na forma prevista neste código, com as interpretações consolidadas até então pela jurisprudência dos Tribunais Superiores e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. O recurso não preenche os pressupostos de admissibilidade, importando em seu não conhecimento. O caso concreto versa sobre acidente de trânsito envolvendo o veículo tipo caminhão Volkswagen Euro 3 Worker, placa JVH-2405, chassi nº 9BW378ZTX8r848799, RENAVAM nº 97925831-3, ocorrido no dia 25/09/2009, na Rua Principal do município de Marituba - PA, registrado no nome do apelante, Sr. JOSÉ GUERREIRO AUGUSTO FILHO, porém conduzido pelo Sr. LÁZARO URBANO DA SILVA JÚNIOR, relator do sinistro através do Boletim de Ocorrência Policial acostado aos autos às fls. 15. Segundo a petição inicial, o acidente mencionado causou danos diversos ao veículo, que na ocasião se encontrava segurado por força da apólice nº 466759-0, firmada junto à Seguradora Sul América Auto, conforme cópia acostada às fls. 16/16v. Embora tenha acionado a

seguradora com vistas ao pagamento do seguro, esta teria se recusado a efetuar os reparos necessários, sob alegação de que o basculante do caminhão não se achava coberto pela apólice firmada e, por conta da situação verificada, teve que arcar com o valor de R$ 43.032,32 (quarenta e três mil, trinta e dois reais e trinta e dois centavos) Dentre os documentos carreados pelo autor, destaco: (i) procuração pública, às fls. 09/09v., datada de 06/10/2009, conferida pelo apelante ao Sr. Luís Firmiano de Queiroz, conferindo poderes a este para proceder com os atos necessários para a transferência, venda, licenciamento e legalização do veículo objeto da lide; (ii) contrato particular de cessão, gozo e transferência de responsabilidade de veículo automotor, com alienação fiduciária, celebrado no dia 05/10/2009, entre o apelante e o Sr. Luís Firmiano de Queiroz, às fls. 13/13v., a respeito do veículo objeto da lide; (iii) Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, exercício 2009, expedido em 15/07/2009, onde consta como proprietário do veículo a instituição financeira DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL (com arrendamento mercantil ao autor/apelante, Sr. José Guerreiro Filho), à fl. 14; (iv) Boletim de Ocorrência Policial, à fl. 15; (v) apólice de seguro nº 466759-0, firmada entre o autor/apelante José Guerreiro Filho e a ré/apelada Sul América Cia. Nacional de Seguros, com vigência de 13/08/2009 a 13/08/2010, às fls. 16; (vi) notas fiscais de peças e serviços (reboque do veículo e serviço de recuperação do mesmo), no valor de R$ 15.400,00 (quinze mil e quatrocentos reais), tendo como destinatário dos serviços o Sr. Luiz Firmiano de Queiroz , às fls. 17 e 20; (vii) orçamento enviado por empresa especializada informando o valor de R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais) para a realização dos serviços de reparos em decorrência do acidente, às fls. 21/22. Resta incontroversa a existência do contrato de seguro de veículo de carga celebrado entre as partes, bem como a ocorrência do sinistro que implicou em avarias no veículo segurado, sem vítimas ou danos a terceiros. Ressalto que, na data do acidente, 25/09/2009, o veículo permanecia com arrendamento mercantil em nome do autor/apelante, cuja apólice contratada permanecia vigente, inclusive, tal fato não foi negado pela Seguradora por ocasião da apresentação de sua contestação, na qual se limitou a pugnar pela observância do pagamento dos danos verificados com observância do valor da franquia contratada, no valor de R$ 9.400,95 (nove mil, quatrocentos reais e noventa e cinco centavos), além de carrear cópia da Apólice nº 466759-0, às fls. 46/48, da documentação referente ao sinistro, às fls. 49/60 e cópia do "Kit SulAmérica Auto" (destinado ao segurado), às fls. 61/142. Prosseguindo, o contrato de seguro em tela foi avençado entre as partes com o objetivo de garantir o pagamento de indenização para a hipótese de ocorrer evento danoso previsto contratualmente, mediante o pagamento do prêmio, decorrendo o pacto da livre manifestação de vontade. Sobre o assunto, colaciono os ensinamentos de Sérgio Cavalieri Filho: "Três são os elementos essenciais do seguro - o risco, a mutualidade e a boa-fé - , elementos, estes, que formam o tripé do seguro, uma verdadeira, "trilogia", uma espécie de santíssima trindade. Risco é perigo, é possibilidade de dano decorrente de acontecimentos futuros e possíveis, mas que não depende da vontade das partes. Por ser o elemento material do seguro, a sua base fática, é possível afirmar que onde não houver risco não haverá seguro. As pessoas fazem seguro, em qualquer das suas modalidades - seguro de vida, seguro de saúde, seguro de automóveis etc. -, porque estão expostas a risco. (...) Em apertada síntese, seguro é contrato pelo qual o segurador, mediante o recebimento de um prêmio, assume perante o segurado a obrigação de pagar-lhe uma determina indenização, prevista no contrato, caso o risco a que está sujeito se materialize em um sinistro. Segurador e segurado negociam as conseqüências econômicas do risco, mediante a obrigação do segurador de repará-las." (CAVALIERI FILHO, Sérgio, Programa de Responsabilidade Civil, 7ª ed., rev. e amp. SP: Editora Atlas, 2007, p. 404/405). A transferência de propriedade, por si só, não se constitui em motivo que gere a quebra da boa-fé objetiva que deve imperar no contrato firmado. A jurisprudência do STJ, é pacífica nesse sentido: CIVIL. SEGURO FACULTATIVO. TRANSFERÊNCIA DE AUTOMÓVEL. COMUNICAÇÃO À SEGURADORA. DESNECESSIDADE. AGRAVAMENTO DE RISCO. INEXISTÊNCIA NA HIPÓTESE. I. A jurisprudência desta Corte sedimentou-se no sentido de que a simples ausência de comunicação de venda do veículo à seguradora não exclui o dever da seguradora perante o novo proprietário, desde que não haja agravamento do risco. Precedentes. II. Recurso especial conhecido em parte e provido. (STJ - RECURSO ESPECIAL Nº 771.375 - SP (2005/0073405-9) - MINISTRO ALDIR PASSARINHO JUNIOR - 22.06.2010). (grifei) Aliás, a matéria já está devidamente sumulada no STJ, por meio da súmula nº 465, que dispõe: Súmula nº 465. Ressalvada a hipótese de efetivo agravamento do risco, a seguradora não se exime do dever de indenizar em razão da transferência do veículo sem a sua prévia comunicação. Todavia, ao analisar de forma detalhada a procuração pública (fls. 09/09v, datada de 06/10/2009) conferida pelo autor/apelante ao Sr. Luís Firmiano de Queiroz, inclusive conferindo poderes a este para "...atuar ainda perante a SUL AMÉRICA CIA. NACIONAL DE SEGUROS - SULAMÉRICA AUTO, tratando, resolvendo e assinando todos os documentos e assuntos relativos ao seguro do veículo acima descrito e em tudo o que se referir à respectiva Apólice nº 466759-0 e Contrato nº 163595887..." bem como o contrato particular de cessão, gozo e transferência de responsabilidade de veículo automotor, com

alienação fiduciária (fls. 13/13v) celebrado no dia 05/10/2009, com teor "...transmitindo ao Outorgado-Cessionário toda a posse, gozo e responsabilidade, domínio, direito e ação que sobre referido veículo exercia (...) e contrato de seguro...", tenho que o autor/apelante não é parte legítima para figurar no polo ativo da presente demanda, pois ao ajuizá-la, em 14/10/2009, o autor/apelante já havia cedido os seus direitos sobre o veículo para o Sr. Luiz Firmiano de Queiroz, inclusive no que se referia a questões envolvendo o seguro contratado, não tendo sido este último diligente no sentido de comparecer junto à financeira arrendante, para regularizar a nova relação jurídica verificada. Aliás, os serviços de guincho e reparos referidos nas fls. 17 e 20 foram, conforme suas respectivas análises, pagos pelo Sr. Firmiano, que, por conclusão lógica, seria quem poderia vir a juízo pleitear eventual direito sobre a questão. Trata-se, aqui, da legitimidade ad causam, mencionada especificamente no art. 18 do CPC, que assim estabelece: Art. 18. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico. O dispositivo citado diz que, em regra, as pessoas só podem ir a juízo, na condição de partes, para postular e defender direitos que alegam ser próprios, e não alheios. Destarte, considerando ser a legitimidade ad causam matéria de ordem pública, pode ser examinada de ofício pelo juiz, pois não se justifica que o processo prossiga quando se verifica que não poderá atingir o resultado almejado. Então, verificando a ausência de legitimidade para vir à juízo, o juiz extinguirá, a qualquer momento, o processo, sem resolução de mérito, o que pode ocorrer em qualquer grau de jurisdição, nos termos do que dispõe o art. 485, VI, §3º do CPC. Por todo o exposto, tendo sido a presente ação ajuizada pelo Sr. José Guerreiro Augusto Filho, que à época já tinha cedido seus direitos sobre o veículo em questão, inclusive quanto ao seguro, ao Sr. Luiz Firmiano de Queiroz, razão pela qual o não conhecimento do recurso é medida que se impõe. Desta forma, com fulcro na interpretação do art. 485, §3º e 932, III do CPC, NÃO CONHEÇO do recurso do autor/apelante José Guerreiro Augusto Filho, extinguindo de ofício o feito, sem resolução de mérito, em razão da ilegitimidade ativa verificada nos autos, nos termos da fundamentação legal acima exposta, por se tratar da melhor medida de Direito ao caso em comento. É a decisão. Belém - PA, 26 de junho de 2019. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior Desembargador - Relator PROCESSO: 00474745320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:BANCO SAFRA S/A Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) APELADO:JOAO ALBERTO ARANHA MARQUES Representante(s): OAB 19479 - SUELEN KARINE CABECA BAKER (ADVOGADO) . Vistos, etc., Analisando os autos, verifico que já consta Decisão Monocrática, fls. 200/201, conhecendo e dando parcial provimento ao recurso de apelação na data de 18/10/2018, após a qual, foi protocolizada petição (fl. 202) encaminhando cópia de outra petição endereçada ao juízo a quo, informando sobre a realização de acordo entre as partes. Assim, entendo que as partes renunciam ao direito de recorrer. Desse modo, certifique a Secretaria o trânsito em julgado e providencie a baixa e remessa dos autos ao juízo a quo. Belém, 25 de junho de 2018 JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR DESEMBARGADOR RELATOR PROCESSO: 00600219120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:M. P. S. Representante(s): OAB 5382 - PAULO OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 15942 - LILIANE MIRANDA DOS SANTOS (ADVOGADO) APELANTE:L. S. N. S. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIA DA CONCEICAO GOMES DE SOUZA. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL interposta por L.S.N.D.S. em face da sentença (fls. 102/107v) prolatada pelo Juízo de Direito da 1ª Vara de Família da Comarca de Belém que, nos autos da AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA (Processo nº 0060021-91.2013.8.14.0301), ajuizada por M.P.D.S., que julgou procedente o pedido para exonerar o requerente de prestar alimentos em favor de sua ex-esposa, resolvendo o mérito do presente processo nos termos do art. 269, inc. I do CPC/73. A apelante, em suas razões recursais (fls. 109/114), após síntese dos fatos, afirmou que a decisão guerreada foi proferida em desacordo com as provas carreadas aos autos, vez que desprezou documentos acostados e depoimento prestado pela recorrente ao Juízo, nos quais restou clarividente a necessidade da apelante quanto ao recebimento dos alimentos. Pugnou, ao final, pelo conhecimento e provimento do recurso, e no mérito, seja julgado procedente, com a reforma da sentença de fls. 102/107. Recurso recebido no efeito devolutivo. Contrarrazões não apresentadas pelo apelado - fl. 115v. Coube-me a relatoria do recurso por distribuição - fl. 117. Instado a manifestar-se, o Órgão Ministerial de 2ª Instância deixou de opinar em razão da ausência de interesse público (fls. Os autos vieram à minha relatoria em razão de redistribuições (fls. 90 e 92). É o relatório. Decidirei monocraticamente. Presentes os requisitos de admissibilidade, CONHEÇO da Apelação. O recurso comporta julgamento imediato, com fulcro na interpretação do art. 932, III do CPC. A obrigação alimentar

entre cônjuges/companheiros está lastreada no dever de mútua assistência, persistindo após a separação quando restar demonstrada a dependência econômica de uma parte em relação a outra, observando-se, sempre, o binômio necessidade-possibilidade. O Código Civil, em seu artigo 1.694, § 1º, dispõe que os alimentos devem ser fixados na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada, o que significa dizer, por outras palavras, que a obrigação alimentar deve ser fixada considerando sempre o binômio necessidade-possibilidade, nos termos do art. 1.695 do Código Civil. Em síntese, o dever de prestar alimentos, embora independa da situação econômica do alimentante, deve se concretizar dentro das suas possibilidades. O art. 1.699 do Código Civil dispõe que "se, fixados os alimentos, sobrevier mudança na situação financeira de quem os supre, ou na de quem os recebe, poderá o interessado reclamar ao juiz, conforme as circunstâncias, exoneração, redução ou majoração do encargo". Em resumo, dos referidos dispositivos legais extrai-se a conclusão de que a revisão do valor da obrigação só tem lugar quando demonstrada alteração do binômio possibilidade-necessidade. Outrossim, cuidando-se de pedido de exoneração de alimentos, é do alimentante o ônus da prova da alteração de sua situação econômica - impossibilidade de manter o pensionamento - ou da modificação das necessidades do alimentando - desnecessidade de continuar a perceber a verba alimentar. Cumpre destacar, também, que não há falar em alimentos na forma "vitalícia", tendo em vista que a obrigação alimentar não comporta, como regra, prazo final pré-estabelecido, tendo em vista que vigora enquanto perdurar a situação de necessidade do alimentando, configurada esta dependência econômica, de acordo com as possibilidades do alimentante. Feitas tais considerações, passo ao exame do caso concreto. Os alimentos objeto da presente ação de exoneração foram fixados nos autos da Ação de Alimentos nº 20051081126-6, na audiência realizada em 05/10/2009, em acordo livremente pactuado entre as parte, devidamente homologado pelo Juízo da 4ª Vara de Família de Belém, no qual foi avençada a fixação do pensionamento alimentar definitivo devido pelo recorrido à sua ex-esposa, ora recorrente, o correspondente a 10% (dez por cento) dos seus rendimentos brutos, excluídos os descontos legais e obrigatórios (fls. 24/25) Sustenta o autor, ora apelado, boa situação financeira da apelante, afirmando que a mesma é comerciante, realiza viagens interestaduais, com rendimento suficiente para o sustento próprio, alterando o binômio possibilidade do alimentante/necessidade da alimentada, o que configura assim novo panorama, que desautoriza a obrigação alimentar anteriormente fixada. Por sua vez, a alimentanda, ora apelante, aduz a sua necessidade na percepção dos alimentos, em razão de acidente de carro ocorrido no ano de 2011, que acarretou-lhe dificuldade permanente de locomoção. Em relação a atividade comercial registrada em seu nome, afirma que era de propriedade de seu filho e que atualmente consta apenas dívidas em seu nome. Quanto a viagem ao Estado do Rio de Janeiro, alega que foi financiada por um genro. Com efeito, em que pesem as alegações da recorrente, tenho que não se desincumbiu do ônus que lhe é imposto pelo 373 do CPC, de provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, conforme a distribuição das provas estabelecida pelo Direito processual civil pátrio. Nesse contexto, a ré, ora apelante, não logrou êxito em demonstrar as inverdades das alegações de fato feitas pelo autor. Da leitura dos autos, extrai-se que a fixação de alimentos em favor da apelante adveio de acordo entre as partes, homologado nos autos da ação de divórcio durante a audiência realizada no ano de 2009. Porém, comprovou o apelado através de documentos, que a apelante tem registro de estabelecimento empresarial em seu nome (fls.13), não tendo a apelante comprovado que a empresa se encontra inativa. Aliado a isso, declarou a recorrente ao Juízo de piso, durante a audiência de instrução que "procurou o INSS, porém não conseguiu receber o benefício porque o INSS diz que pode trabalhar" - fl. 84. Portanto, totalmente descabida a permanência dos alimentos pretendida pela apelante, pelo que deve ser mantida a sentença a quo, por seus próprios fundamentos. Sobre o assunto colaciono jurisprudência deste E. Tribunal: APELAÇÃO CÍVEL. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. EX-ESPOSA QUE TRABALHA, POSSUI RENDA PRÓPRIA, TENDO INCLUSIVE CONSTITUÍDO NOVO RELACIONAMENTO. PENSÃO ALIMENTÍCIA POSSUE CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. - Na hipótese dos autos, a pensão a ex-companheira vem sendo pago há mais de 5 anos (cinco) anos, desde a separação casal, contudo, durante a instrução processual verificou-se que a Apelante trabalha, possui renda própria, tendo inclusive construído novo relacionamento, havendo portando, como manter seu próprio sustento. - Com efeito, na atual realidade sociocultural brasileira, a finalidade e os limites da pensão devida pelo ex-cônjuge têm recebido novos contornos e interpretações por parte dos Tribunais pátrios, passando a ser compreendida como exceção, e não como regra. -Nessa perspectiva, não se pode permitir o prolongamento eterno da obrigação, quando não se verifica a existência de qualquer circunstância a justificar a alegada persistência da dependência financeira pela Apelante, como, por exemplo, a incapacidade permanente ao labor ou a impossibilidade prática de inserção no mercado de trabalho. - Recurso conhecido e improvido (2018.00732508-70, 186.212, Rel. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2018-02-26,

Publicado em 2018-02-28) APELAÇÃO CÍVEL. EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. COMPROVADA A ALTERAÇÃO NO BINÔMIO NECESSIDADE/POSSIBILIDADE. EX-ESPOSA QUE TRABALHA E POSSUI RENDA PRÓPRIA. APELANTE COMPROVA QUE HOUVE DIMINUIÇÃO NA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA. NECESSÁRIA SE FAZ A EXONERAÇÃO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA QUE NESSES CASOS POSSUEM CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (2017.01835342-93, 174.526, Rel. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-05-08, Publicado em 2017-05-11) APELAÇÃO CÍVEL. NORMAS PROCESSUAIS APLICÁVEIS, NO CASO. ALIMENTOS A EX-ESPOSA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA NECESSIDADE DA DIVORCIANDA, QUE POSSUI CONDIÇÕES FINANCEIRAS DE PROVER SEU PRÓPRIO SUSTENTO. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Ante o disposto no art. 14, do CPC/2015, tem-se que a norma processual não retroagirá, de maneira que devem ser respeitados os atos processuais e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da lei revogada. Desse modo, hão de ser aplicados os comandos insertos no CPC/1973, vigente por ocasião da publicação e da intimação da decisão recorrida. 2. Pode os cônjuges pedir alimentos uns aos outros, restringindo-se àquilo que necessitarem e atentando-se ao binômio possibilidade e necessidade (arts. 1.694, §§1º e 2º, e 1.695, do Código Civil). Se a divorcianda, porém, aufere renda proveniente de aposentadoria por idade, recebe pensão alimentícia do seu filho e é vendedora autônoma, disso resulta que não faz jus aos alimentos, porquanto dispõe de recursos financeiros para fazer face às suas necessidades básicas. 3. Ademais, encontrando-se o casal separado há mais de dez anos, sem que a virago tenha demonstrado necessidade de ajuda financeira para se manter, não se mostra cabível, com o divórcio, que receba a pensão. 4. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Decisão unânime. (2016.03985539-51, 165.390, Rel. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2016-09-12, Publicado em 2016-09-30) Ante o exposto, CONHEÇO DO RECURSO, porém, NEGO-LHE PROVIMENTO, com fulcro no art. 932, VIII e 133, XI, "d" do RITJPA, para manter integralmente a sentença, no sentido de julgar procedente a exoneração dos alimentos fixados a favor da recorrente, nos termos dos fundamentos lançados acima. Belém (PA), 25 de junho de 2019. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR Desembargador Relator PROCESSO: 00736134620158140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:GUTEMBERG SANTOS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 21352 - RAFAEL AUGUSTO LAGOS KOURY (ADVOGADO) INTERESSADO:BAR E RESTAURANTE CLUBE DO ESPETO APELADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR(A):MARGARETH PUGA CARDOSO. Trata-se de APELAÇÃO CÍVEL interposto por GUTEMBERGUE SANTOS DE OLIVEIRA, contra decisão da lavra do JUÍZO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DISTRITAL DE ICOARACI (processo nº0073613-46.2015.8.14.0201) proferida nos autos de INFRAÇÃO ADMINISTRATIVA, que aplicou ao recorrente multa correspondente a 05 (cinco) salários mínimos, por infração ao art. 258 do ECA c/c ARTIGO 2º da Portaria Conjunta nº 005/2008. Compulsando os autos verifico que, embora tenha a Desembargadora Relatora originária determinado a redistribuição dos autos à Turma de Direito Privado (fl. 119), o presente recurso trata de matéria de direito público, conforme prescreve o art.31, V, do Regimento Interno. Art. 31. As duas Turmas de Direito Público são compostas, cada uma, por 3 (três) Desembargadores, no mínimo, serão presididas por um dos seus membros escolhido anualmente e funcionarão nos recursos de sua competência, a saber: ... V - os recursos de procedimentos afetos à Justiça da Infância e da Juventude referidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 198). Assim, encaminho os autos à central de distribuição para fins de regularizar a redistribuição destes autos. À Secretaria, para os devidos fins. Belém, 24 de junho de 2019. JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JÚNIOR Desembargador Relator PROCESSO: 00839526220158140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:ITAU UNIBANCO VEICULOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 209.551 - PEDRO ROBERTO ROMAO (ADVOGADO) OAB 18214 - LIVIA MARIANE CARMO BASTOS (ADVOGADO) OAB 20479 - FELIPE MONTEIRO GUERRA (ADVOGADO) APELADO:FRANCISCO CLEMILSON SILVA. 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO N.º 0083952-62.2015.8.14.0040 APELANTE: ITAU UNIBANCO VEICULOS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Advogado: Dr. Pedro Roberto Romão, OAB/SP nº 209.551. APELADO: FRANCISCO CLEMILSON SILVA RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DESPACHO Compulsando os autos, verifica-se que o apelante, quando da interposição do recurso de Apelação, acostou o boleto referente ao preparo e o seu comprovante, entretanto, não juntou o relatório de contas do processo, emitido pela Unidade de Arrecadação Judiciária - UNAJ. Como cediço, este Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por meio da UNAJ, com

fundamento no que determina o Provimento n.º 5/2002, de 11 de setembro de 2002, da Corregedoria Geral de Justiça deste Tribunal, em seus artigos 4º, inciso I, 5º e 6º, coloca à disposição dos interessados, um demonstrativo referente ao pagamento do recurso, identificando, de maneira clara, o número do processo e o nome do recurso. Assim, o demonstrativo acima referenciado é documento essencial para fins de comprovação do preparo, tendo em vista que além de identificar os valores a serem pagos, informa o número do processo e do boleto bancário que se vinculam ao cálculo realizado, devendo ser obrigatoriamente juntado aos autos. É pacífico entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará no sentido de que a ausência do mencionado relatório de contas importa na deserção do recurso, conforme é possível citar, exemplificativamente, o julgamento do Agravo Interno nº 0006886-94.2008.8.14.0028, cuja ementa transcreve-se abaixo: EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL CONVERTIDO EM AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ANTE A AUSÊNCIA DE PREPARO. COMPROVANTE DO PREPARO RECURSAL DESACOMPANHADO DA CONTA DE PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA POSTERIOR. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Deve o recorrente, no momento da interposição do recurso, comprovar o preparo recursal, sob pena de deserção, consoante inteligência do art. 511 CPC/73 c/c artigos 4º a 6º do Provimento nº 005/2002 da C.G.J./TJPA 2. O regular recolhimento do preparo somente se prova mediante a integralidade da documentação, o que inclui o relatório da conta do processo, emitido pela Unidade de Arrecadação Judicial - UNAJ, sem o qual não há como aferir se os valores informados e pagos mantêm relação com a apelação interposta. 3. O relatório da conta do processo é documento indispensável para demonstrar os valores das custas judiciais a serem pagas, além de identificar o número do processo e o boleto bancário gerado. 4. Agravo interno conhecido e improvido. 5. À unanimidade. (2016.05141272-20, 169.758, Rel. MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, Órgão Julgador 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA, Julgado em 2016-12-19, Publicado em 2017-01-10) Ocorre que, o Código de Processo Civil de 2015, que é aplicável ao caso em tela, já que a sentença atacada foi publicada após sua entrada em vigor, trouxe inovação processual, possibilitando a intimação do advogado para suprir a falta referente a comprovação do recolhimento do preparo, nos termos do artigo 1.007, §§ 2º e 4º do diploma processual vigente. Outrossim, considerando que o apelante não realizou a devida comprovação do preparo no ato de interposição do recurso, torna-se imprescindível o recolhimento em dobro, conforme determina o artigo 1.007, § 2º do Código de Processo Civil. Assim, em obediência ao §4º do art. 1.007 do CPC, DETERMINO a intimação do apelante, na pessoa de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, acoste o relatório de contas capaz de completar a documentação necessária para comprovar o preparo do recurso, bem como comprove o recolhimento do referido preparo em dobro, sob pena de deserção. À UPJ para os devidos fins de direito. Belém, de junho de 2019. Desa. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO Relatora PROCESSO: 01007900620158140000 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Ação: Agravo de Instrumento em: 01/07/2019 AGRAVADO:GOIAS SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA Representante(s): OAB 5712-A - EVERSON GOMES CAVALCANTI (ADVOGADO) OAB 11818 - GEORGE AUGUSTO VIANA SILVA (ADVOGADO) AGRAVANTE:BANCO VOLKSWAGEN SA Representante(s): OAB 15504 - JULIANA FRANCO ARRUDA (ADVOGADO) . 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0100790-06.2015.8.14.0000 AGRAVANTE: BANCO VOLKSWAGEN S/A AGRAVADO: GOIÁS SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA. RELATORA: DESª. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. CONTRATO GARANTIDO POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. LIMINAR DEFERIDA. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO AFASTADA. INICIO DO PRAZO RECURSAL QUE SE INICIAL COM A JUNTADA DO AVISO DE RECEBIMENTO. MÉRITO. INAPLICABILIDADE DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO. LIMINAR CASSADA. D E C I S Ã O M O N O C R Á T I C A Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto por BANCO VOLKSWAGEN S/A, nos autos da Ação de Obrigação de Não Fazer, ajuizada por GOIÁS SERVIÇOS DE CONCRETAGEM LTDA., ora agravada, contra a decisão liminar proferida pelo juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá. Narra o demandante que celebrou contratos com o demandado, para financiamento de diversos caminhões: 1. CONTRATO Nº 243085: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 9533B82U3BR111450; 2. CONTRATO Nº 243210: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 9533B82U7BR118983; 3. CONTRATO Nº 243239: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 9533B82U4BR121307; 4. CONTRATO Nº 243250: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 9533B82U1BR121085; 5. CONTRATO Nº 243253: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 9533B82UXBR118024; 6. CONTRATO Nº 245623: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - PLACA: NTA-9626; 7. CONTRATO Nº 245651: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - PLACA: NTB-5686; 8. CONTRATO Nº 245675: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR -

PLACA: NTA-6306; 9. CONTRATO Nº 245681: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - PLACA: NTA-6366; 10. CONTRATO Nº 245683: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - PLACA: NTA-6336; 11. CONTRATO Nº 251738: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 9533B82U3BR131147; 12. CONTRATO Nº 251742: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 9533B82U7BR131619; 13. CONTRATO Nº 251746: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 9533B82UXBR131615; 14. CONTRATO Nº 255586: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 9533B82UXBR133560; 15. CONTRATO Nº 255639: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 9533B82U9BR133226; 16. CONTRATO Nº 255642: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 9533B82U9BR132836; 17. CONTRATO Nº 255651: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 9533BU5BR132882; 18. CONTRATO Nº 255652: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 9533B82U3BR134226; 19. CONTRATO Nº 255660: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 9533B82U4BR133456; 20. CONTRATO Nº 255663: VW 26.260 E - BETONEIRA LIEBHERR - CHASSI: 3B82U1BR132622 NSS5754; 21. CONTRATO Nº 256056: BETONEIRA HIDRAULICA HTM 804 - CHASSI: 9533B82U4BR121050; 22. CONTRATO Nº 256060: BETONEIRA HIDRAULICA HTM 804 - CHASSI: 9533B82U5BR121302; 23. CONTRATO Nº 256064: BETONEIRA HIDRAULICA HTM 804 - CHASSI: 9533B82U1BR121314; 24. CONTRATO Nº 256070: BETONEIRA HIDRAULICA HTM 804 - CHASSI: 9533B2U6BR122054; 25. CONTRATO Nº 256084: BETONEIRA HIDRAULICA HTM 804 - CHASSI: 9533B82UXBR122056; 26. CONTRATO Nº 265938: 2º EIXO CAMINHÃO BETONEIRA - CHASSI: 24802711; e 27. CONTRATO Nº 265938: 2º EIXO CAMINHÃO BETONEIRA - CHASSI: 15502011; O demandante afirmou que está tendo dificuldade em adimplir regularmente suas obrigaç"es face à excessiva carga remuneratória cobrada pelo banco e diante da crise econômica vivenciada em todo país. Disse o demandante que apesar dos contratos estarem quase integralmente quitados, foi notificado pelo demandado em 12/08/2015 para realizar o pagamento do contrato nº 255660, com a alegação de que a não realização importaria em busca e apreensão. O demandante expôs que o ajuizamento de ação de busca e apreensão pelo banco resultará na paralisação das suas atividades, pois os veículos são essenciais para o seu desenvolvimento de sua atividade empresarial, já que atua no ramo da concretagem. Alegando a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e o adimplemento substancial dos contratos, o demandante pleiteia a concessão de medida liminar para determinar ao demandado que não realize qualquer ato tendente à apreensão dos veículos e de não embaraçar a utilização dos equipamentos, bem como, na hipótese de já haver sido realizada qualquer apreensão, a imediata restituição, sob pena de multa diária de R$ 10.000,00 (dez mil reais), juntando para tanto procuração; contratos; comprovantes de pagamento; notificação; dentre outros documentos. A decisão agravada foi lavrada nos seguintes termos: "Como determina o art. 273, caput, I e II, § 2º, do CPC, é lícito ao juiz, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança das alegaç"es e haja fundado receio de dano irreparável, ou de difícil reparação, ou fique caracterizado o manifesto propósito protelatório do réu, bem como, que não haja risco de irreversibilidade do provimento. Por outro lado, na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, deve ser concedida a tutela específica da obrigação, determinando-se as providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento, como a fixação de multa pelo descumprimento (art. 461, caput, §§ 4º e 5º, do CPC). No Juízo antecipatório, a prova inequívoca é entendida como a prova suficiente para levar o Juiz a acreditar que a parte é titular do direito material reclamado, tratando-se de juízo provisório. Não se exige certeza incontestável, mas elementos que possam embasar a probabilidade de verdade das alegaç"es. Pretende o demandante, liminarmente, que seja determinado ao demandado que não realize qualquer ato tendente à apreensão dos veículos e de não embaraçar a utilização dos equipamentos, bem como, na hipótese de já haver sido realizada qualquer apreensão, a imediata restituição dos bens. Nos termos do artigo 3º, do Decreto Lei nº 911, de 01 de outubro de 1969, que trata da alienação fiduciária e dá outras providências, com as alteraç"es da Lei nº 10.931/04: "[...] o proprietário fiduciário ou credor, poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada a mora ou o inadimplemento do devedor [...]". Observo dos autos que o demandado celebrou os contratos nº 243085, 243210, 243239, 243250, 243253, 245623, 245651, 245675, 245681, 245683, 251738, 251742, 251746, 255586, 255639, 255642, 255651, 255652, 255660, 255663, que estabeleceram 56 (cinquenta e seis) parcelas mensais e sucessivas, em que já foram pagos mais de 80% (oitenta por cento) do valor total da avença, situação que aponta para a aplicação da teoria do adimplemento substancial do contrato que visa a proteção do devedor em face de possível pedido de resolução por parte do credor. (...) Portanto, pelos documentos juntados, noto que há discussão relevante quanto ao pagamento substancial do contrato a ser considerado e justo receio de dano irreparável ou de difícil reparação com a possibilidade de apreensão dos veículos essenciais para o desenvolvimento da atividade empresarial do demandante. Destaco que a tutela pretendida nesse

momento processual é provimento de cognição sumária e não definitivo, o qual poderá ser revogado a qualquer momento. ANTE O EXPOSTO, defiro o pedido de medida liminar em favor do demandante, para que o demandado não realize qualquer ato tendente à apreensão dos veículos citados na inicial e de não embaraçar a utilização dos mesmos, bem como, na hipótese de já haver sido realizada qualquer apreensão, que imediatamente restitua os bens, sob pena de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). " Em suas razões, de fls. 02/20, argui o agravante: a) do cerceamento do direito de defesa do agravante e do devido processo legal; b) processamento via instrumento (e não retido) e o pedido de concessão de efeito suspensivo ativo; c) necessidade de revogação da multa aplicada em caso de descumprimento da decisão agravada. Requer a concessão de efeito suspensivo e, no mérito, PROVIMENTO ao presente recurso, para a cassação definitiva da decisão recorrida. Indeferido o pedido de efeito suspensivo, fls. 1159/1160. O autor apresentou contrarrazões às fls. 1161/1179, arguindo a intempestividade do recurso, porque o AR foi entregue ao destinatário em 30/09/2015 e o recurso interposto em 23 de novembro de 2015. Afirma que a empresa está enfrentando dificuldade de adimplir regulamente com suas obrigações e que o valor total do negócio jurídico existente entre as partes é de R$ 5.800.000,00 e que resta apenas R$ 1.385.000,00 a ser pago, ou seja, um percentual de 15%. Assim, seus equipamentos não estão sujeitos a busca e apreensão. Diz mais que a propositura da demanda se deu em decorrência do receio dos bens serem apreendidos e no risco de deixar de cumprir a sua função social, porque a Recorrente emprega mais de 40 empregados. Requer o desprovimento recursal. É o relatório. DECIDO. De plano, rejeito a preliminar de intempestividade do recurso, porque o inicio do prazo de recursal não se inicia com a ciência do Réu, mas sim da juntada do Aviso de Recebimento da carta de citação, na forma do art. 241, inciso I, do CPC/73, ocorrido em 12.11.2015, consoante a certidão de fls. 30. Deste modo, protocolado o recurso em 23.11.2015 mostra-se tempestiva a insurgência recursal. Assim, rejeito a prejudicial. Com efeito, de acordo com o artigo 932, inciso IV e V alíneas "a", do NCPC, o relator do processo está autorizado em demandas repetitivas apreciar o mérito recursal, em decisão monocrática, referida previsão está disciplinada no art. 133, do Regimento Interno desta Corte, que visa dar cumprimento ao comando legal imposto no art. 926, §1º, do NCPC. Vejamos: Art. 926. Os tribunais devem uniformizar sua jurisprudência e mantê-la estável, íntegra e coerente. § 1o Na forma estabelecida e segundo os pressupostos fixados no regimento interno, os tribunais editarão enunciados de súmula correspondentes a sua jurisprudência dominante. Gize-se, ainda, que tais decisões têm por finalidade desafogar os Órgãos Colegiados, buscando dar mais efetividade ao princípio da celeridade e economia processual, sem deixar de observar, por óbvio, as garantias constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Assim, plenamente cabível o julgamento do recurso por meio de decisão monocrática, porque há autorização para tanto no sistema processual civil vigente. Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. Compulsando os autos, verifico que as partes celebraram contrato de cédula de crédito bancário (fls. 63/352). Com efeito, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça decidiu que, para ser deferida a antecipação de tutela, no sentido de vedar a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito, é necessária a presença concomitante de três requisitos: a) que haja ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça; c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do Magistrado (REsp 1.061.530/RS). No caso, percebe-se que não demonstração do ajuizamento de ação revisional, nem que houve a concessão de liminar suspendendo a mora contratual, porque a simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor (Súmula 380, do STJ). No que se refere a teoria do adimplemento substancial também não assiste razão ao Autor/Agravante, explico: Como cediço, a teoria do adimplemento substancial possui a finalidade de impedir o uso desequilibrado do direito de busca e apreensão por parte do credor, quando houver o cumprimento expressivo e significativo das obrigações assumidas pelo devedor. Isto é, o desfazimento do contrato, caracterizado através da perda do bem, poderá impor um sacrifício demasiadamente excessivo a uma das partes, quando se verificar que o débito remanescente perfaz apenas uma pequena parcela contratual. Entretanto, o Superior Tribunal de Justiça no julgamento do REsp 1622555 / MG, firmou o entendimento de que não se aplica a teoria do adimplemento substancial aos contratos de alienação fiduciária em garantia regidos pelo Decreto-Lei 911/69. Senão vejamos: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO, COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA REGIDO PELO DECRETO-LEI 911/69. INCONTROVERSO INADIMPLEMENTO DAS QUATRO ÚLTIMAS PARCELAS (DE UM TOTAL DE 48). EXTINÇÃO DA AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO (OU DETERMINAÇÃO PARA ADITAMENTO DA INICIAL, PARA TRANSMUDÁ-LA EM AÇÃO EXECUTIVA OU DE COBRANÇA), A PRETEXTO DA APLICAÇÃO DA

TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL. DESCABIMENTO. 1. ABSOLUTA INCOMPATIBILIDADE DA CITADA TEORIA COM OS TERMOS DA LEI ESPECIAL DE REGÊNCIA. RECONHECIMENTO. 2. REMANCIPAÇÃO DO BEM AO DEVEDOR CONDICIONADA AO PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA, ASSIM COMPREENDIDA COMO OS DÉBITOS VENCIDOS, VINCENDOS E ENCARGOS APRESENTADOS PELO CREDOR, CONFORME ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DA SEGUNDA SEÇÃO, SOB O RITO DOS RECURSOS ESPECIAIS REPETITIVOS (REsp n. 1.418.593/MS). 3. INTERESSE DE AGIR EVIDENCIADO, COM A UTILIZAÇÃO DA VIA JUDICIAL ELEITA PELA LEI DE REGÊNCIA COMO SENDO A MAIS IDÔNEA E EFICAZ PARA O PROPÓSITO DE COMPELIR O DEVEDOR A CUMPRIR COM A SUA OBRIGAÇÃO (AGORA, POR ELE REPUTADA ÍNFIMA), SOB PENA DE CONSOLIDAÇÃO DA PROPRIEDADE NAS MÃOS DO CREDOR FIDUCIÁRIO. 4. DESVIRTUAMENTO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL, CONSIDERADA A SUA FINALIDADE E A BOA-FÉ DOS CONTRATANTES, A ENSEJAR O ENFRAQUECIMENTO DO INSTITUTO DA GARANTIA FIDUCIÁRIA. VERIFICAÇÃO. 5. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. A incidência subsidiária do Código Civil, notadamente as normas gerais, em relação à propriedade/titularidade fiduciária sobre bens que não sejam móveis infugíveis, regulada por leis especiais, é excepcional, somente se afigurando possível no caso em que o regramento específico apresentar lacunas e a solução ofertada pela "lei geral" não se contrapuser às especificidades do instituto regulado pela lei especial (ut Art. 1.368-A, introduzido pela Lei n. 10931/2004). 1.1 Além de o Decreto-Lei n. 911/1969 não tecer qualquer restrição à utilização da ação de busca e apreensão em razão da extensão da mora ou da proporção do inadimplemento, é expresso em exigir a quitação integral do débito como condição imprescindível para que o bem alienado fiduciariamente seja remancipado. Em seus termos, para que o bem possa ser restituído ao devedor, livre de ônus, não basta que ele quite quase toda a dívida; é insuficiente que pague substancialmente o débito; é necessário, para esse efeito, que quite integralmente a dívida pendente. 2. Afigura-se, pois, de todo incongruente inviabilizar a utilização da ação de busca e apreensão na hipótese em que o inadimplemento revela-se incontroverso _ desimportando sua extensão, se de pouca monta ou se de expressão considerável _, quando a lei especial de regência expressamente condiciona a possibilidade de o bem ficar com o devedor fiduciário ao pagamento da integralidade da dívida pendente. Compreensão diversa desborda, a um só tempo, do diploma legal exclusivamente aplicável à questão em análise (Decreto-Lei n. 911/1969), e, por via transversa, da própria orientação firmada pela Segunda Seção, por ocasião do julgamento do citado Resp n. 1.418.593/MS, representativo da controvérsia, segundo a qual a restituição do bem ao devedor fiduciante é condicionada ao pagamento, no prazo de cinco dias contados da execução da liminar de busca e apreensão, da integralidade da dívida pendente, assim compreendida como as parcelas vencidas e não pagas, as parcelas vincendas e os encargos, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial. 3. Impor-se ao credor a preterição da ação de busca e apreensão (prevista em lei, segundo a garantia fiduciária a ele conferida) por outra via judicial, evidentemente menos eficaz, denota absoluto descompasso com o sistema processual. Inadequado, pois, extinguir ou obstar a medida de busca e apreensão corretamente ajuizada, para que o credor, sem poder se valer de garantia fiduciária dada (a qual, diante do inadimplemento, conferia-lhe, na verdade, a condição de proprietário do bem), intente ação executiva ou de cobrança, para só então adentrar no patrimônio do devedor, por meio de constrição judicial que poderá, quem sabe (respeitada o ordem legal), recair sobre esse mesmo bem (naturalmente, se o devedor, até lá, não tiver dele se desfeito). 4. A teoria do adimplemento substancial tem por objetivo precípuo impedir que o credor resolva a relação contratual em razão de inadimplemento de ínfima parcela da obrigação. A via judicial para esse fim é a ação de resolução contratual. Diversamente, o credor fiduciário, quando promove ação de busca e apreensão, de modo algum pretende extinguir a relação contratual. Vale-se da ação de busca e apreensão com o propósito imediato de dar cumprimento aos termos do contrato, na medida em que se utiliza da garantia fiduciária ajustada para compelir o devedor fiduciante a dar cumprimento às obrigações faltantes, assumidas contratualmente (e agora, por ele, reputadas ínfimas). A consolidação da propriedade fiduciária nas mãos do credor apresenta-se como consequência da renitência do devedor fiduciante de honrar seu dever contratual, e não como objetivo imediato da ação. E, note-se que, mesmo nesse caso, a extinção do contrato dá-se pelo cumprimento da obrigação, ainda que de modo compulsório, por meio da garantia fiduciária ajustada. 4.1 É questionável, se não inadequado, supor que a boa-fé contratual estaria ao lado de devedor fiduciante que deixa de pagar uma ou até algumas parcelas por ele reputadas ínfimas _ mas certamente de expressão considerável, na ótica do credor, que já cumpriu integralmente a sua obrigação _, e, instado extra e judicialmente para honrar o seu dever contratual, deixa de fazê-lo, a despeito de ter a mais absoluta ciência dos gravosos consectários legais advindos da propriedade fiduciária. A aplicação da teoria do adimplemento substancial, para obstar a utilização da ação de busca e apreensão, nesse contexto, é um

incentivo ao inadimplemento das últimas parcelas contratuais, com o nítido propósito de desestimular o credor - numa avaliação de custo-benefício - de satisfazer seu crédito por outras vias judiciais, menos eficazes, o que, a toda evidência, aparta-se da boa-fé contratual propugnada. 4.2. A propriedade fiduciária, concebida pelo legislador justamente para conferir segurança jurídica às concessões de crédito, essencial ao desenvolvimento da economia nacional, resta comprometida pela aplicação deturpada da teoria do adimplemento substancial. 5. Recurso Especial provido. (STJ - REsp: 1622555 MG 2015/0279732-8, Relator: Ministro MARCO BUZZI, Data de Julgamento: 22/02/2017, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 16/03/2017) A jurisprudência dos Tribunais pátrios também não destoa do acima exposto: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO - COMPROVAÇÃO DA MORA - NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL VÁLIDA - TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL - INAPLICABILIDADE - PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS PARA A CONCESSÃO DA LIMINAR. 1. Nos contratos de alienação fiduciária em garantia regidos pelo Decreto-Lei 911/69, restando comprovada a mora por meio de notificação extrajudicial remetida para o endereço constante do contrato celebrado entre as partes, estão caracterizados os requisitos legais para o deferimento da liminar de busca e apreensão. 2. Conforme posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, não se aplica a teoria do adimplemento substancial paos regidos pelo Decreto-Lei 911/69. 3. Recurso provido. (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0000.17.035420-3/001, Relator(a): Des.(a) José Américo Martins da Costa , 15ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 05/04/0018, publicação da súmula em 11/04/2018) Finalmente, considerando ser incabível na espécie a Teoria do Adimplemento Substancial e a pretensão recursal está de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Incide, portanto, a regra do art. 926, §1º e 932, inciso VIII, do NCPC e o art. 133, inciso XI e XII, alínea d, do nosso Regimento Interno. Vejamos: CAPÍTULO III DO RELATOR Art. 133. Compete ao relator: (...) XI - negar provimento ao recurso contrário: a) à súmula do STF, STJ ou do próprio Tribunal; b) ao acórdão proferido pelo STF ou STJ no julgamento de recursos repetitivos; c) ao entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; d) à JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA E. CORTE OU DE CORTES SUPERIORES; (Redação dada pela Emenda Regimental nº 03 de 21/07/2016). XII - dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária: a) à súmula do STF, STJ ou do próprio Tribunal; b) a acórdão proferido pelo STF ou STJ em julgamento de recursos repetitivos; c) a entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; d) à JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA E. CORTE OU DE CORTES SUPERIORES; (Redação dada pela Emenda Regimental nº 03 de 21/07/2016). DISPOSITIVO. Ante o exposto, CONHEÇO e DOU PROVIMENTO ao recurso, para desconstituir a decisão liminar, nos termos da fundamentação. PRI. À Secretaria para as devidas providências. Belém, 26 de junho de 2019. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Desembargadora Relatora

RESENHA: 01/07/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA ÚNICA DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO - VARA: 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO PROCESSO: 00049895720138140057 PROCESSO ANTIGO: 201430311097 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Ação: Procedimento ordinário em: 01/07/2019 AGRAVADO:MANOEL GOMES SODRE Representante(s): JOAO MARIA FREIRE DE VASCONCELLOS CHAVES (ADVOGADO) AGRAVADO:GINO GOMES SODRE AGRAVANTE:MARIA DA PENHA FRIGERIO ULIANA AGRAVADO:JUSCELINO GOMES SODRE Representante(s): JOAO MARIA FREIRE DE VASCONCELLOS CHAVES (ADVOGADO) AGRAVANTE:ADILSON SANDRE ULIANA Representante(s): EVALDO PINTO (ADVOGADO) ETTORE BATTU FILHO (ADVOGADO) . 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO AGRAVO DE INSTRUMENTO N. 0004989-57.2013.814.0057 AGRAVANTE: ADILSON SANDRE ULIANA e MARIA DA PENHA FRIGERIO ULIANA AGRAVADOS: GINO GOMES SODRE, JUSCELINO GOMES SODRE e MANOEL GOMES SODRE RELATORA: DESª. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQU AGRAVO DE INSTRUMENTO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. LIMINAR DEFERIDA. ARGUIÇÃO DE NULIDADE DA CITAÇÃO EDITALÍCIA. RETRATAÇÃO DO JUÍZO DE PISO. PRELIMINAR PREJUDICIADA. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. EXISTÊNCIA DE DEMANDA POSSESSÓRIA ANTERIOR QUE JULGOU IMPROCEDNETE A PRETENSÃO DOS RÉUS. CARÁTER DÚBLICE DA PROTEÇÃO POSSESSÓRIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 556 DO NCPC. INADEQUAÇÃO DA VIA. PRETENSÃO AUTORAL QUE DEVE OBSERVAR O REGRAMENTO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SENTENÇA PARCIAL. LIMINAR REVOGADA. PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE EXTINTO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, COM BASE NO EFEITO TRANSLATIVO DOS RECURSOS. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS A SEREM SUPORTADOS PELOS

AUTORES/AGRAVADOS, NESTE TÓPICO, COM BASE NO ART. 85, §§1º E 2º, DO NCPC. D E C I S Ã O M O N O C R Á T I C A Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO interposto por ADILSON SANDRE ULIANA e MARIA DA PENHA FRIGERIO ULIANA contra decisão interlocutória do Juízo de Direito da Comarca de Santa Maria/PA, proferida nos autos da Ação de Reintegração de Posse n. 0004989-57.2013.814.0057 ajuizada por GINO GOMES SODRE, JUSCELINO GOMES SODRE e MANOEL GOMES SODRE. Narram os autos de origem que em 04.06.2004 os Réus ajuizaram a Ação de Manutenção de Posse n. 0000059-69.2004.814.0057 contra os Autores (Agravados), tendo por objeto a posse do Terreno registrado no Título definitivo n. 100 localizado na cidade de Santa Maria/PA (fls. 73/84). Referida demanda foi julgada improcedente, consoante consta da sentença juntada às fls. 85/94 e já transitou em julgado (fls. 98). Às fls. 115/123, emendou a petição inicial requerendo a concessão de liminar para obrigar que os Réus restituam a posse do imóvel em litigio, inclusive, com o auxílio de força policial, no caso de descumprimento. No mérito, a reintegração de posse e a condenação dos Réus ao pagamento de perdas e danos em danos morais. Às fls. 124/126, o Juízo a quo concedeu a liminar pleiteada, nos seguintes termos: Cuida-se de pedido de antecipação dos efeitos da tutela formula pelos requerente GINO GOMES SODRÉ, JUSCELINO GOMES SODRÉ e MANOEL GOMES SODRÉ, devidamente qualificados nos autos da AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, que move em desfavor de MARIA DA PENHA FRIGÉRIO ULIANA e ADILSON SANDRE ULIANA, a fim obter a devolução da posse de porção do lote rural das terras esbulhadas pelos Requeridos, consoante limites definidos pelos pontos geodésicos e azimutes geográficos demonstrados nos mapas de fl.36-verso, 37 e documentos da posse acostados na fl.38/48, cuja área invadida importa em 69,2204 há. Fatos estes tratados na Ação de Manutenção de Posse ajuizada por MARIA DA PENHA FRIGÉRIO ULIANA e ADILSON SANDRE ULIANA contra os Requerentes, que culminou com sentença de improcedência acostada na fl.46/55. As pretensões autorais têm cumulativamente, pedido de multa diária, no caso de descumprimento da tutela antecipatória pleiteada. O pedido da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional tem com suporte a sentença de fl.46/55, que transitou em julgado, conforme atesta a cópia da certidão acostada na fl.58. O art.273 e incisos do Código de Processo Civil alberga o pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, desde que exista prova inequívoca capaz de conduzir o magistrado à convicção da verossimilhança do alegado, aliado ao fato de que, em continuando aquela situação fática, ocorra o fundado receio de dano irreparável ou mesmo de difícil reparação. Portanto, a sentença de fl.46/55, transitado em julgado se constitui em prova inequívoca da verossimilhança das alegações. Ocorre que somente não foi possível declarar a posse positiva em favor dos Requerentes, na Ação de Reintegração de Posse ajuizada pelos Requeridos, nos autos do processo n° 0000059-69.2004.814.0057, em decorrência de não ter sido formulado nenhum pedido contraposto. Assim, os limites da decisão judicial estão acondicionados à declaração de que os Requeridos, naquele processo, não têm direito à posse, sobre a área em litígio. Ademais, é plenamente possível ocorrer dano irreparável, ou de difícil reparação, pois os autores terão prejuízos acumulados, dia após dia, pela impossibilidade de explorar econômica de considerável extensão do lote rural na forma de trapezoide delimitado pelo M-249, M-250, M-251 e M-252, conforme demonstrado no mapa de fl. 36-verso e 37. Ademais, o perigo de irreversibilidade não existe, pois a presente decisão pode ser revista, a qualquer momento, e como a invasão data de diversos anos, período no qual tramitou o processo sob referência, os econômica da porção considerável do lote rural dos autores, que certamente serviria para compensação entre lucros/prejuízos. Diante do exposto, com fulcro no art.273, inciso I, do Código de Processo Civil, CONCEDO A ANTECIPAÇÃO dos efeitos da tutela para determinar a reintegração de posse dos autores na porção do lote rural invadida, discriminada nos mapas de fl.36-verso e 37. Deixo claro que a reintegração se dará na sua plenitude quando o gado apascentado for retirado da área esbulhada e a cercas que estão delimitando a área invadida for removida para o limite e confrontação da área que está devidamente escriturada como propriedade dos réus num dimensão de 274,7392 hectares, consoante discorrido no relatório técnico de fl.38/38-verso. Determino o prazo de 20(vinte) dias para o cumprimento desta decisão. Estabeleço a multa diária de 1.000,00(um mil reais), por cada dia de atraso no cumprimento desta decisão liminar, a contar da data da juntada aos autos da intimação. Defiro os pedidos de aditamento formulados nas petições de fl. 17/19 e fl.77/85. Defiro a requisição de força policial para auxiliar na reintegração de posse. Expeçam-se mandados necessários. Prossiga o feito em seus ulteriores termos. Citem-se as partes rés, para querendo, contestar a presente ação, no prazo de 15(quinze) dias, sob pena dos efeitos do art.319 do Código de Processo Civil. Cumpra-se. Intime-se. Santa Maria do Pará (PA), 18 de dezembro de 2013. Augusto Bruno de Moraes Favacho Juiz de Direito Titular Inconformados os Réus ADILSON SANDRE ULIANA e MARIA DA PENHA FRIGERIO ULIANA interpuseram o presente recurso, arguindo: 1. A nulidade da citação por edital; 2. O cerceamento do direito de defesa, por não ter sido realizado audiência de justificação; 3. Não estar presentes os requisitos para a

concessão de liminar. 4. Finalmente, a existência de coisa julgada sobre a matéria da titularidade do domínio, em decorrência da matéria já ter sido enfrentada no processo n. 039/98 (fls. 40/44). Juntou os documentos de fls. 30/184. Distribuídos os autos a Desembargadora Maria do Céo Maciel Coutinho, fls. 185, foi indeferido o pedido de efeito suspensivo (12 de janeiro de 2015, fls. 187). Os Agravantes peticionaram arguindo a minha prevenção (fls. 188/189). Às fls. 192/207, os Recorrentes requereram a reconsideração do indeferimento do efeito suspensivo. Os Autores/Agravados apresentaram contrarrazões às fls. 208/184 reafirmando os termos da inicial e afirmando que a questão possessória está coberta sob o manto da coisa julgada, por isso, o recurso deve ser desprovido. Às fls. 231, a Relatora originária reconheceu a minha prevenção. Instado a se manifestar o Ministério Público opinou pelo conhecimento e parcial provimento, apenas, para reconhecer a nulidade da citação editalícia dos Réus/Agravantes. É O RELATÓRIO. DECIDO. De plano, verifico que o recurso merece ser em parte conhecido, em decorrência do Juízo a quo ter se retratado da questão da nulidade citação editalícia, vejamos: (...) Na contestação oferecida nos autos, os requeridos alegam a preliminar de nulidade de citação, impugnando a citação editalícia ante o não esgotamento dos meios possíveis para a citação pessoal. Com razão os requeridos. Como é cediço, a citação editalícia, por se tratar de modalidade ficta de citação, possui caráter excepcional, admitida somente quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu, sob pena de violação aos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. Do exame dos autos verifico que não restou comprovado nos autos o exaurimento dos meios existentes para a localização da parte contrária, uma vez que a autora não demonstrou a realização de qualquer diligência no sentido de tentar encontrar o novo endereço do segundo requerido, motivo pelo qual, ACOLHO A PRELIMINAR suscitada pelos requeridos para DETERMINAR A RENOVAÇÃO DO ATO CITATÓRIO no endereço indicado pelos réus na contestação, qual seja: Rodovia BR-316, Km06, Condomínio Lago Azul, nº59, bairro Levilândia, Ananindeua/PA. Preservo os efeitos da decisão liminar de fls.86/88, mormente porque o preposto dos requeridos tomou ciência da ordem judicial no ato de cumprimento da reintegração(fl.145) e, mesmo assim, vem descumprindo a decisão. Nestes termos, considerando a petição do requerente e boletins de ocorrência que noticiam o descumprimento da ordem judicial pelos requeridos, aplico-lhes multa diária arbitrada em R$1.000,00 na decisão de fls.86/88, a ser cobrada a partir da data de sua intimação, a qual deverá formalizada na oportunidade do ato citatório. Determino a renovação do ato de reintegração. Oficie-se a autoridade policial para acompanhar o cumprimento da diligência, promovendo a retirada de cercas e outras benfeitorias que tenham sido implantadas pelos requeridos no novo ato de turbação, bem como as interferências que se fizerem necessárias ao cumprimento desta decisão. Requisite-se apoio da polícia militar para o cumprimento da diligência. Encaminhe-se a presente decisão como peça informativa em resposta ao ofício de fls.190. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Santa Maria do Pará (PA), 23 de julho de 2015. Acerca da perda do objeto, Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, na obra "Código de Processo Civil Comentado", 8ª ed., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004, p. 1041, anotam: "Recurso prejudicado. É aquele que perdeu seu objeto. Ocorrendo a perda do objeto, há falta superveniente de interesse recursal, impondo-se o não conhecimento do recurso. Assim, ao relator cabe julgar inadmissível o recurso por falta de interesse, ou seja, julgá-lo prejudicado." A jurisprudência assim decidiu: "AGRAVO. PERDA DO OBJETO. Face à perda do objeto do agravo de instrumento é imperativa a sua rejeição por decisão liminar, conforme determina o art. 557 do CPC. Agravo rejeitado." (TJRS, 7ª Câm. Cível, AI 70005870639, rel. Desª. Maria Berenice Dias, j. 19.02.2003). Sobre a superveniência de fato novo, assim leciona Costa Machado in Código de Processo Civil Interpretado e Anotado, Barueri, SP: Manole, 2006, p. 844: "(...) Observe-se que a ratio da presente disposição está ligada à idéia de que nem sempre o contexto fático da causa permanece como era quando da propositura da ação - o que, evidentemente, seria o ideal -, de sorte que ao juiz cabe apropriar-se da realidade presente ao tempo da sentença para decidir com justiça o litígio. A regra se aplica também ao acórdão." Corroborando com o tema, a jurisprudência assim se posiciona: "AGRAVO INTERNO. PROLAÇÃO DE SENTENÇA. PERDA DE OBJETO. 1. Deve ser reconhecida a perda de objeto do agravo de instrumento em razão da prolação de sentença nos autos do processo principal. Possibilidade de ser negado seguimento ao agravo com fundamento no artigo 557 do CPC. 2. Agravo interno a que se nega provimento" (TRF2 - AGRAVO DE INSTRUMENTO: AG 201002010061084 RJ 2010.02.01.006108-4; julgado em: 19/04/2011; Rel. Desa. Salete Maccaloz) Diante do exposto, deixo de conhecer do recurso, neste tópico, julgando-o prejudicado com base no permissivo do art. 932, inciso III, do CPC vigente. DA COISA JULGADA Em regra este Tribunal deve ficar adstrito ao pedido, em face dos artigos 141 e 492 do Código de Processo Civil. Entretanto em determinadas situações é possível extrapolar as razões, sem que com isso incorra em julgamento ultra petita ou extra petita. Corporifica-se, na lição de Nelson Nery Jr (.Nery Jr., Nelson. Princípios fundamentais Teoria Geral dos Recursos. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 1997, p. 409) , de questões de ordem pública, que o Juiz

conhece de ofício e sem preclusão. A translação dessas questões ao Juízo ad quem está autorizada nos art. 1013, §§ 1º e 2º do CPC, além de o próprio sistema o autorizar, com base em não serem alcançadas pela preclusão (art. 485, § 3º e 337, § 1º do CPC). O poder de exame, aqui, dá-se por conta do princípio inquisitório e não do dispositivo, de que é corolário o efeito devolutivo dos recursos. Em síntese, as matérias de ordem pública, entre elas as condições da ação, como no caso presente, podem ser examinadas a qualquer tempo e grau de jurisdição, operando-se "o efeito translativo nos recursos ordinários (apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração e recurso ordinário constitucional) [...](op. cit., pág. 414.). Neste diapasão, colaciono julgado do Tribunal da Cidadania: "PROCESSO CIVIL - AGRAVO INTERPOSTO CONTRA DECISÃO QUE CONCEDEU LIMINAR EM AUTOS DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA - ALEGADA VIOLAÇÃO AO ART. 512 DO CPC - AFASTADA - EFEITO TRANSLATIVO DOS RECURSOS ORDINÁRIOS - APLICAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DA ECONOMIA PROCESSUAL E DO PROCESSO DE RESULTADOS - APONTADA OFENSA AOS ARTIGOS 458, II, E 535, II, DO CPC - NÃO OCORRÊNCIA - PEDIDO DE SUSPENSÃO DE EXIGÊNCIA DA COTA DE PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA INSTITUÍDA PELA LEI N. 3.504/97 DE BIRIGÜI - MINISTÉRIO PÚBLICO - ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM - PRECEDENTES - DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL SUPERADA. Em respeito ao efeito translativo dos recursos ordinários, pode o Tribunal Estadual, ao julgar agravo interposto contra decisão concessiva de liminar, extinguir o processo sem julgamento do mérito, conhecendo de ofício da ilegitimidade da parte, por se tratar de matéria de ordem pública, suscetível de ser apreciada nas instâncias ordinárias. Tal regra privilegia, também, os princípios da economia processual e do processo de resultados. [...] Recurso especial não conhecido." (REsp 302.626/SP, Rel. Ministro Franciulli Netto, Segunda Turma, julgado em 15.04.2003, DJ 04.08.2003, p. 255). O Doutor pela PUC-SP Cassio Scarpinella Bueno ensina acerca das condições da ação: "As condições da ação, entendidas neste contexto do 'modelo constitucional do processo civil', têm como finalidade precípua a de evitar desperdício de tempo e de atividade jurisdicional, racionalizando sua prestação com vistas à concessão da tutela jurisdicional. A opção política feita pelo Código de Processo Civil brasileiro ao disciplinar as 'condições da ação' encontra fundamento suficiente no art. 5 º LXXVIII,e ,mais amplamente, antes dele no princípio do devido processo legal do inciso LIV do mesmo art. 5 º, ambos da Constituição Federal (v ns. 15 e 4 do Capítulo I da Parte II, respectivamente): as condições da ação são técnicas para implementar maior celeridade processual e, mais amplamente, para a racionalização do exercício da própria atividade judicial, permitindo uma escorreita atuação jurisdicional." (BUENO, Cassio Scarpinella. Curso Sistematizado de Direito Processual Civil. Vol. 1 Ed. Saraiva 2007.) No presente caso, é clara ausência de condição da ação, pois a Impetrante não evidencia o direito líquido e certo violado, evidenciado ser esta carecedora do direito de ação. Preceitua o art. 485, inciso VI, § 3º do NCPC: "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; V - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada; VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; (...) § 3º O juiz conhecerá de ofício da matéria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado." No caso verifico que a questão controvertida nos autos é a posse da Fazenda Santa Rosa (fls. 73/77), localizada no Município de Santa Maria do Pará, a qual foi objeto da Ação de Manutenção de Posse n. 0000059-69.2004.814.0057 movida por ADILSON SANDRE ULIANA e MARIA DA PENHA FRIGERIO ULIANA, ora Agravantes, em face de GINO GOMES SODRE, JUSCELINO GOMES SODRE e MANOEL GOMES SODRE, ora Agravados. Referida demanda foi julgada improcedente nos seguintes termos: Vistos, etc... ADILSON SANDRÉ ULIANA e MARIA DA PENHA FRIGÉRIO ULIANA, devidamente qualificados, através de advogado constituído (fl.07/08), ajuizaram AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE, em desfavor de DANIEL SODRÉ, MANOEL SODRÉ e GINO SODRÉ, com fulcro no art. 921 e seguintes do Código de Processo Civil. Aduzem os Requerentes que são possuidores, por justo título da propriedade rural no município de Santa Maria do Pará, com 274 ha, 73a e 92 ca, de perímetro 7.399,72 metros, na forma de polígono irregular, de 06 (seis) lados, destinada à atividade agropecuária, adquirido através de legitimação de posse, título definitivo nº 100, cadastrado sob o nº 006057, com os seguintes limites: do marco MP-48 ao MP-00, limitando-se com a M/E do Rio Maracanã, por uma linha quebrada com 2.090,00, de coordenadas geográficas nos marcos MP-48 e MP-00, respectivamente, de 01º 13´ 16,17" da lat. X 47º 27" 14,3" de long. e 01º 13" 40" de lat. X 47º 28", 10"" de log., BANDA MERIDIONAL: Do marco MP-08 ao MP-15 e do MP-21 ao MP-30, limitando-se com terra de José Vitor, por uma linha reta de 850,07m, no azimute de 238º 43" 29" e com 1.214,56 m, no azimute de 238º 43" 30", de coordenadas geográficas nos marcos MP-08, MP-15, MP-21 e MP-30, respectivamente, de 01º 14" 09,6" de lat. X 47º 27" 56,4" de long.; 01º 13" 55,3" de lat. X 47º 27" 32,9" de long.; 01º 14" 15,9" de lat. X 47º 27" 23,4" de long. e 01º 13" 44,3" de lat. X 47º 26" 49" de long. BANDA ORIENTAL: Do marco MP-30 ao MP-48, limitando-se com a M/E do Ig. Taciateua,

com distância 1.615,64 m, com coordenadas geográficas nos marcos MP-30 e MP-48m, respectivamente, de 01º 13" 55" 3" de lat. X 47º 25" 49,9" de log. e 01º 13" 16,7" de lat. X 47º 27" 14,3" de long. BANDA OCIDENTAL: Do marco MP-00 ao MP-08 e MP-15 ao MP-21, limitando-se com José Rodrigues de Lemos e Jose Vitor, por uma reta de 854,50m no azimute de 335º 13" 53" e 698,94m no azimute de 335º 13" 49", de coordenadas geográficas nos março MP-00, MP-08, MP-15 e MP-21, respectivamente, de 01º 13" 40" de lat. X 47º 28" 10" de long.; 01º 14" 09,6" de lat. X 47º 27" 56,4" de long. 01º 13" 55,3" de lat. X 47º 27" 32,9" de long. Todos os azimutes referem-se aos meridiano verdadeiro, sendo a declinação magnética de 16º 23" 40" W, em 10/85 e em cada vértice foi colocado um marco onde se lê gravado o nº do processo, isto é, ITERPA-nº 2.566/84 (Anexo Título Definitivo e Planta Descritiva), posse esta que teria sido adquirida de José Furlan Júnior. Noticiam os Requerentes que nos dias 07 e 08 de fevereiro de 2004 teriam destruído cerca e uma barragem construída pelos autores. Assim, presumiram os autores que novas invasões iriam acontecer. Lembram ainda que quando a área de terra pertencia a Fernando Lemos de Oliveira, este também havia ajuizado Ação de Manutenção de Posse contra Daniel Sodré e Manoel Sodré, por causa de invasões perpetradas contra o anterior possuidor da área rural, processo que tramitou sob o nº 039/98, que julgou procedente o pedido, com determinação de reintegração de posse e condenação dos requeridos ao pagamento de indenizações por perdas e danos e ônus de sucumbência. Em conclusão os requerentes a procedência dos pedidos de manutenção de posse, condenações dos requeridos em perdas e danos e honorários de sucumbência. Pediram também a imposição de multa diária, no caso de renovar as ações de turbação ou esbulho possessório. Atribui-se o valor da causa em R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais). A petição inicial veio instruída com os documentos de fl.09/38. Inclusa cópia do Título Definitivo e respectivo memorial descritivo (fl.09/11); cópia de Escritura Pública de transmissão da propriedade rural com área de 274 ha 73 a 92 ca, como vendedor José Furlan Júnior e comprador Fernando Antônio Lemos de Oliveira (fl.12/15); cópias de DARF dos ITRs de 1997, 1998, 1999 referente a área de 274 ha; cópia da Escritura Pública de transmissão de propriedade rural com área de 274 há 73 a 92 ca, como vendedor Fernando Antônio Lemos de Oliveira e compradora Thaíza Stockler Ravaschieri Martinolli (fl.18/19); cópia de requerimento e comprovante de pagamento do imposto de transmissão de propriedade de área de 274 hectares 73 ares e 92 centiares (fl.20/21), cópia de procuração com poderes de venda e transmissão (fl.22); cópia de Escritura Pública de transmissão de propriedade rural com 274 ha. 73 a. e 92 ca. como vendedor Thaíza Stockler Ravashieri Martinolli e comprador Adilson Sandré Uliana (fl.23/25); Certidão de Regularidade Fiscal (fl.25), cópias de Declaração de ITR (fl.26/27), cópia de requerimento e comprovante de pagamento do imposto sobre transmissão de propriedade de área de 274 hectares 73 ares e 92 centiares (fl.30/31); cópias de documentos referente a ação de reintegração de posse (Proc. nº 039/98) ajuizada por Fernando Antônio Lemos de Oliveira contra Daniel Teixeira Goulart e Manoel Gomes Sodré, inclusa cópia da sentença de procedência de fl.34/38. Em despacho de fl.40 foi designada audiência de justificação para o dia 24.08.2004, com determinação de citação dos réus. Atesta a Certidão de fl.49-verso que foram citados os réus Manoel Gomes Sodré e Gino Gomes Sodré, porém deixou de ser citado Daniel Teixeira Goulart por ter falecido (fl.45). Em petição de fl.48 os autores desistiram do feito, em relação ao réu Daniel Teixeira Goulart, em face da notícia do falecimento e prosseguimento, em relação aos demais. Na mesma oportunidade providenciou a juntada de requerimento junto ao ITERPA de aviventação da demarcação do Título Definivo nº100, ao tomar conhecimento que havia tramitando requerimento de Gino Gomes Sodré de Regularização de Terra através do Processo 2002/182715, de 17.07.2002. Pediu a sustação da tramitação deste procedimento. Providenciou a juntada dos documentos de fl.51/76 que comprova a atividade agropecuária na propriedade. Na audiência de justificação que ocorreu no dia 27/10/2004, as partes requereram a suspensão do ato até que fosse providenciada pelos litigantes junto ao ITERPA a demarcação da área em litígio, com a permissão dos réus adentrarem no imóvel para fazer uso de água potável do igarapé existente, aguardando em cartório a realização da demarcação (fl.77/78). Na fl.79 foi acostada instrumento de procuração dos requeridos. Através da petição de fl.81 foi habilitado novo patrono (fl.82). Em despacho de fl.84-verso determinei o prosseguimento do feito, que se encontrava paralisado desde 27.10.2004, com a providência da juntada do Laudo Técnico elaborado pelo ITERPA em 27.10.2005. Cópia do Relatório Técnico acostado na fl.85/89, resultado do pedido de Avivamento do Título Definitivo de nº 100, elaborado pelo Engenheiro Agrimensor Jurandir José de Souza, por força da Portaria nºv30662, de 13.05.2005, do ITERPA. A contestação foi juntada na fl.95/100, com a juntada dos documentos de fl.101/103, resistindo à pretensão autoral alegando que a área supostamente turbada não foi especificada, sendo que os autores tentaram junto ao ITERPA aviventação, acostando relatório de consultoria. Reporta-se a contestação o termo da audiência de justificação prévia, com determinação de suspensão do ato (fl.77), bem como a certidão de fl. 83 que atesta que o advogado dos autores reteve os autos durante seis meses. Os Requeridos fazem menção ao Relatório Técnico de fl.85/86, onde constam os pontos geodésicos que

delimitam a área poligonal que constam no Título nº 100, objeto desta lide, sendo que concluiu que: "Pelo levantamento ATUAL chegamos a uma área de 342,9596 hectares, CONTRA 274,7392 hectares do título, COM UMA DIFERENÇA A MAIS DE 69,2204 HECTARES. Assim sendo CONCLUIMOS este relatório para o parecer desta Comissão Técnica". Chegando assim à conclusão que os autores tentam sobrepor o excesso de 69,2204 hectares, que não estão devidamente escriturados, sobre a área dos requeridos, conforme os marcos oficiais do ITERPA M-249, M-250, M-251 e M-252, dando a entender que os autores tentaram subtrair a área que consta a maior de 69,2204 hectares. Reportam-se também aos autos ao processo de Atentado (Processo nº0000257-15.2007.814.0057 " antigo 2007.1.000.060-1), onde outra vez foram acostados os documentos técnicos de aviventação produzidos pelo ITERPA que atesta que a área escriturada não atinge 342,9596 hectares, mas tão-somente 274,7392 hectares. Assim, pediram a improcedência da ação de manutenção de posse e condenação os autores nas custas e honorários de sucumbência. Em despacho de fl.104-verso designei audiência preliminar prevista no art. 331 do Código de Processo Civil. Em 14.08.2012 ocorreu a audiência preliminar, oportunidade em que o processo foi saneado, com designação da audiência de instrução e julgamento (fl.107). para o 29.09.2012. Na audiência de instrução e julgamento houve a oitiva da requerente Maria da Penha Frigério Uliana (fl.113/114), Manoel Gomes Sodré (fl.114) e Gino Gomes Sodré (fl.114). Memoriais finais acostados pelos autores (fl.116/126). Memoriais finais acostados pelos requeridos (fl.129/141). Em sede de memoriais finais, os autores sustentaram a exceção de coisa julgada (art.467 do CPC) sob a alegação de que tramitou o processo nº 039/98, nesta Comarca, referente a ação de reintegração de posse ajuizada por Fernando Antônio Lemos de Oliveira em desfavor de Daniel Sodré e Manoel Sodré, cuja sentença acostada na fl.34/38 fez coisa julgada. Entretanto, a sentença a que se referem os autores consta a declaração do autor Fernando Antônio Lemos de Oliveira que adquiriu a área num total de 274 ha. 73a 92 ca, Assim, tenho pois, que na presente demanda a área em disputa está fora dos limites da área declarada. O Titulo Definitivo nº 100 (fl.09) é expresso em delimitar a propriedade rural dos autores em 274 ha. 73a 92 ca Esta área está bem discriminada no memorial de fl.10/11. As Escrituras Públicas de transmissão de propriedade de fl.12/13;18/19; 23/24 também fazem referência as mesmas dimensões. Os documentos cadastrais e fiscais acostados pelos autores do imóvel rural (fl.25/31) também fazem referência a mesma dimensão de 274 ha. 73a 92 ca. Ocorre que a autora Maria da Penha Frigério Uliana objetivando resolver o presente conflito requereu junto ao ITERPA uma aviventação da área, sendo que o levantamento chegou a uma área de 343,9596 hectares, contra 274,7392 hectares escriturados, tendo o técnico atestado uma diferença a mais de exatos 69,2204 hectares não escriturados, sendo que está porção faz parte da área rural requerida por Gino Gomes Sodré, consoante demonstra o mapa descritivo de fl.87. Portanto, com a área sob conflito não se encontra dentro dos limites do território rural da Fazenda Santo Antônio, não há que se falar em coisa julgada, se a área sob disputa está fora dos limites da propriedade escritura da Fazenda Santo Antônio. Assim, não há como prosperar a preliminar de coisa julgada. Com relação ao mérito é de se ressaltado, que a presente ação possessória teve com suporte a prova da propriedade rural com descrição dos pontos geodésicos que constam no Título Definitivo nº 100, com área de 274 ha 73 a 92 ca. 274 ha. 73a 92 ca. A autora Maria da Penha Frigério Uliana declarou que: " quando adquiriu o imóvel denominado "Fazenda Santo Antônio" este imóvel não possuía cercas no lado que faz fronteira com o terreno dos requeridos; que na ocasião a compra do imóvel a requerente não foi visitar a área, ficou apenas na casa, que visitou a área com o vendedor foi o esposo da requerente; que o vendedor só indicou a área; que não estava presente na negociação de compra e venda da terra por esse motivo desconhece quantos hectares foi adquirido pelo cônjuge da requerente; que assim que foi efetuada compra e passou a escritura foi construída a casa e a cerca; que o conflito com os requeridos é antigo, já advém do proprietário anterior Sr. Fernando Antônio Lemos de Oliveira....que a compra foi efetivada com base nas informações contidas no documento oferecido pelo proprietário; que o litígio começou no momento em que foi cercar a terra...que contratou um agrimensor o qual encontrou medições diferentes daquelas efetuadas pelo ITERPA, que essas medições realizadas pelo técnico contratado pela requerente foram feitas com aparelhos de tecnologia mais avançado; que essa diferença na medição corresponde a um hectares de terra". (fl.113/114) Assim, ficou evidente que os requerentes adquiriram o imóvel rural com suporte exclusivamente no Título Definitivo nº 100, e como o mesmo não estava delimitado fisicamente com cerca, ao providenciar a construção da divisória física da área confinante com os requeridos, iniciou-se o conflito agrário, pelo inconformismo dos requeridos ao verem a porção de suas posses serem cercadas, pois até então não havia sido erguido qualquer limite físico entre as duas áreas contíguas de terras rurais. Ressalto que os depoimentos dos requeridos Manoel Gomes Sodré e Gino Gomes demonstram que seus ascendentes eram possuidores da área contígua à propriedade rural dos autores, todavia, até então, nenhuma cerca delimitativa dos limites existia entre essas áreas rurais em conflito, o que foi causa de discórdia. O relato de Daniel Teixeira Goulart nos autos do processo nº 039/98 historia as

transmissões possessórias da área objeto da disputa: " O réu Daniel Teixeira Goulart, por sua vez, declarou em Juízo, que e dono de toda a área denominada Santa Rosa, localizada na Travessa São Germano, neste Município, a qual foi adquirida nas Obra Públicas por seu pai Manoel Sodré Afilhado, que não o reconheceu como filho; que posteriormente, os netos de Manoel Sodré venderam as terras para Hoster Araújo e este doou uma parte da área para o Réu, medindo quinhentos metros quadrados, onde reside com a família e na qual mantém suas atividades agrícolas; que Hoster vendeu a área denominada Santa Rosa para José Valdemir Apolinário e este entregou verbalmente ao Réu, deixando-o responsável pelas terras até que retornasse para ocupá-las...." (fl.37). Assim, está claro que uma porção remanescente da área ficou sob a posse dos requeridos e família. Também, não encontra ressonância na prova documental acostada pelos autores a alegação de que contratou outro agrimensor que teria detectado divergência de coordenadas, sob a alegação de que na época da emissão do título as coordenadas eram arbitradas por falta de trabalho no campo. Desde muito, o processo de escrituração de terras públicas exige trabalho de campo, com levantamento topográfico dos pontos geodésicos, que conquanto fossem efetuados com equipamentos com menos recursos tecnológicos, eram suficientemente eficientes para determinar as dimensões bem próximas das reais dos marços das propriedades rurais. Vejo que essa alegação sequer encontra respaldo no depoimento da própria autora, ao declarar que a diferença encontrada teria sido de aproximadamente um hectare, enquanto a área não escriturada, logo não pertencente aos autores chegou a 69,2204 hectares. Por fim, a vexata questão foi aclarada e resolvida com o trabalho de Aviventação (Protocolo nº 2004.26622 " ITERPA) do Título Definitivo de nº 100 de produção do Engenheiro Agrimensor Jurandir José de Souza CREA nºv4933/D/BA, nomeado através da Portaria nº 30662, de 13.05.2005, consoante documentos de fl.84/89, ocasião em que ficou esclarecido que 69,2204 hectares não estão escriturados em nome dos autores, nem fazem parte da área do Título Definitivo nº 100, ao revés, é porção que faz parte do pedido de regularização da área formulado por Gino Gomes Sodré, ex vi croqui de fl.87. Há vários critérios para definição da posse, neste caso, é primordial conhecer se a posse dos réus é justa ou injusta. Nos ditames do art.489 do Código Civil a posse justa é aquela que não é violenta, clandestina ou precária, ou na melhor definição será viciosa a posse de obtida de forma ilícita, sem autorização e por força própria. Os autores efetuaram a postulação com suporte na prova do domínio, ou seja, sobre o Título Definitivo nº 100, que a fim e ao cabo, ficou comprovado que a dimensão do imóvel rural não alcança a área de 69,2204 hectares, que é justamente parte expressiva da área dos requeridos, que de longa data exercem a atividade agrícola na região, inclusive seus ascendentes estabeleceram direitos possessórios. É importe destacar que a autora Maria da Penha Frigério Uliana deixou evidente que quando adquiriu a área não havia nenhuma delimitação física na divisa entre as áreas, e somente quando foi providenciar a cerca foi que o conflito foi instaurado. Por outro lado, de longa data, a família dos requeridos se instalaram na região, sendo que os direitos possessórios passaram para as gerações posteriores. De notar ainda que o domínio provado pelos autores também foram originários de direitos possessórios dos ascendentes dos requeridos, os quais foram transmitidos de forma onerosa aos vendedores dos autores, porém ainda remanesceu para da área sob a posse dos familiares dos requeridos. Homologo o pedido dos autores de desistência da ação em relação ao requerido DANIEL TEIXERA GOULART (DANIEL SODRÉ), falecido, conforme certidão de fl.45. DO EXPOSTO, julgo improcedente os pedidos formulados pelo fato da área, sob litígio, não fazer parte na propriedade dos autores. Condeno os autores nas custas processuais e honorários de sucumbência no percentual de 20 % (vinte por cento) sobre o valor atribuído à causa, devidamente corrigido pelo índice oficial do Governo Federal, juros de mora e legais, desde a data do ajuizamento, até o efetivo pagamento. Julgo extinto o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Santa Maria do Pará (PA), 02 de maio de 2013. Augusto Bruno de Moraes Favacho Juiz de Direito Titular Como sabemos o artigo 556 do Código de Processo Civil dispõe que as ações possessórias possuem caráter dúplice: Art. 556. É lícito ao réu, na contestação, alegando que foi o ofendido em sua posse, demandar a proteção possessória e a indenização pelos prejuízos resultantes da turbação ou do esbulho cometido pelo autor. Neste sentido, segundo posicionamento da doutrina majoritária, o papel de autor e réu podem se alternar, de modo que a tutela jurisdicional é prestada a ambas as partes, independentemente do pólo que estiverem. Deste modo, Luiz Rodrigues Wambier aponta que o caráter dúplice, a princípio, afasta a necessidade e, até mesmo, impede a reconvenção. E ressalta: Nessa hipótese, a sentença pode outorgar a tutela possessória ao autor como ao réu, o que é diferente de apenas julgar improcedente o pedido do autor. Como, em regra, o réu não está autorizado a formular pedido em seu favor, a sentença de improcedência nada concede ao réu, mas apenas deixa de conceder ao autor. Dado o caráter "dúplice" das ações possessórias, formulado o pedido pelo réu, pode a sentença conceder-lhe a proteção possessória.1 A questão da posse da área está albergada pela coisa julgada, nos termos do art. 502 e 508 do NCPC, motivo porque o pedido de reintegração da área formulada nos autos da Ação de Reintegração

de Posse n. 0004989-57.2013.814.0057 é inadequado nesta via, devendo os Autores/Agravados buscarem seu intento, via cumprimento de sentença, na forma do art. 475-N, inciso I, 513, 556 e 566 do NCPC. Encerro, desconstituindo a liminar combatida, em decorrência da mesma estar vinculada ao mérito do pedido de reintegração de posse, ora extinto, quedando-se prejudicado o recurso, em relação ao exame dos requisitos para a concessão da medida liminar. DISPOSITIVO. Ante o exposto, CONHEÇO em parte do recurso e reconheço a inadequação do pedido de reintegração da área formulada nos autos da Ação de Reintegração de Posse n. 0004989-57.2013.814.0057, por conseguinte, revogo a liminar combatida e EXTINGO o processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, inciso V, do NCPC, prosseguindo-se a demanda sobre a questão das perdas e danos e dos danos morais, nos termos da fundamentação. Em razão da sucumbência, ficam os Autores/Agravados condenados ao pagamento ressarcimento das despesas processuais dos réus e dos honorários advocatícios em 10% sobre o valor atribuído a causa (fls. 52), na forma do art. 85, §§1º e 2º, do NCPC. PRI. À Secretaria para as devidas providências. Belém, 29 de junho de 2019. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Desembargadora Relatora 1 WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. Curso Avançado de Processo Civil: Procedimento Cautelar e Procedimentos Especiais. 11. Ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 272.

RESENHA: 01/07/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA ÚNICA DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO - VARA: 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO PROCESSO: 00001197020118140000 PROCESSO ANTIGO: 201130030111 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:FRANCISCO PEREIRA DOS SANTOS APELANTE:EVERALDINO BISPO DA SILVA Representante(s): MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) APELADO:MARIA DA CONCEICAO SANTOS Representante(s): WANDERLEI MARTINS LADISLAU E OUTROS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 2011.3.003011-1 Apelante: Everaldino Bispo da Silva Apelados: Francisco Pereira dos Santos e Maria da Conceição Santos Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 14 dias do mês de junho de 2019, às 13:30h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o não comparecimento das partes, tornando-se infrutífera a audiência de conciliação. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 14 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora PROCESSO: 00006328720118140037 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:JAKSON JUNIOR MASS Representante(s): OAB 53756 - CICERO AUGUSTUS CHEMIN (ADVOGADO) OAB 20663-A - ALTAIR RUHOFF (ADVOGADO) OAB 62307 - EDUARDO ACAUAN PIZZATO (ADVOGADO) APELADO:CONSTRUTORA ANDRADE GUTIERREZ SA APELANTE:KI GELO DOMINGOS SAVIO OLIVEIRA ALMEIDA Representante(s): OAB 9474 - JOAO BOSCO OLIVEIRA DE ALMEIDA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 0000632-87.2011.8.14.0037 Apelante: Ki Gelo Domingos Sávio Oliveira Apelado: Jackson Junior Mass Advogado: Eduardo Acauan Pizzato, OAB/RS 62.307 Apelado: Construtora Andrade Gutierrez S/A Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 11 dias do mês de junho de 2019, às 15:45h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o comparecimento apenas do Apelado, através do advogado Eduardo Acauan Pizzato, OAB/RS 62.307 O Apelado juntou substabelecimento. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 11 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora ADVOGADO:_____ PROCESSO: 00010391120068140301 PROCESSO ANTIGO: 20133012127 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:MARIA RAIMUNDA RODRIGUES RIBEIRO Representante(s): PAULO OLIVEIRA (ADVOGADO) ROSEMIRO COELHO MOREIRA (ADVOGADO) APELADO:DENILSON DIELSON DIOGO DA COSTA Representante(s): LUCAS MARTINS FILHO (ADVOGADO) APELANTE:ANTONIO CARLOS DE BRITO AZEVEDO Representante(s): ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA E OUTROS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO

ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 0001039-11.2006.8.14.0301 Apelante: Maria Raimunda Rodrigues Ribeiro Apelante: Antônio Carlos de Brito Azevedo, RG 12674 PM/PA Advogado: Antônio Eduardo Cardoso da Costa, OAB/PA 9.083 Apelado: Denilson Dielson Diogo da Costa Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 12 dias do mês de junho de 2019, às 13:30h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o comparecimento apenas do Apelante, Antônio Carlos de Brito Azevedo, RG 12674 PM/PA, com o seu advogado Antônio Eduardo Cardoso da Costa, OAB/PA 9.083. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 12 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora APELANTE:_____ ADVOGADO:_____ PROCESSO: 00013341220078140301 PROCESSO ANTIGO: 20143001968 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 APELADO:M. G. O. Representante(s): WILSON JOSE DE SOUZA E OUTROS (ADVOGADO) APELANTE:L. S. Representante(s): VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR E OUTRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 2014.3.001968-3 Apelante: L. de S. Apelada: M. G. de O. Advogado: Antônio Carlos Aido Maciel, OAB/PA 7.009 Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 11 dias do mês de junho de 2019, às 16:00h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o comparecimento apenas da Apelada, através do advogado Antônio Carlos Aido Maciel, OAB/PA 7.009. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 11 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora ADVOGADO:_____ PROCESSO: 00023633620108140045 PROCESSO ANTIGO: 20143016747 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 APELADO:EMPRESA TELEMAR NORTE LESTE S/A, Representante(s): OAB 14665 - PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO FILHO (ADVOGADO) OAB 12436 - ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIRO (ADVOGADO) APELANTE:TARP TAXI AEREO LTDA EPP Representante(s): OAB 13035 - IVAN FRANCISCO FRANKIW (ADVOGADO) OAB 13040 - ANDREIA CRISTINA PEREIRA DE ARVELOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 2014.3.016747-4 Apelante: Tarp Taxi Aéreo Ltda. EPP Apelada: Telemar Norte Leste S/A Preposto: Frank Wilton de Souza Batalha, RG 1969252 PC/PA Advogado: Heitor Victor Ricardo dos Anjos, OAB/PA 22.297 Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 13 dias do mês de junho de 2019, às 16:30h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o comparecimento apenas da Apelada, Telemar Norte Leste S/A, através do preposto Frank Wilton de Souza Batalha, RG 1969252 PC/PA e do advogado Heitor Victor Ricardo dos Anjos, OAB/PA 22.297. A Apelada juntou carta de preposição. Diante da ausência do Apelante, restou infrutífera a audiência de conciliação. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 13 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora PREPOSTO:_____ ADVOGADO:_____ PROCESSO: 00027689220128140039 PROCESSO ANTIGO: 20143021281 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 APELADO:SIMON BOLIVAR DA SILVEIRA BUENO Representante(s): FERNANDO DE ARAGAO (ADVOGADO) APELANTE:LUIZ CARLOS SALANI Representante(s): EDMAR DE OLIVEIRA NABARRO E OUTROS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 2014.3.021281-5 Apelante: Luiz Carlos Salani Advogada: Renata de Andrade Ramos Lourenço, OAB/PA 28.431 Apelado: Simon Bolivar da Silveira Bueno Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 11 dias do mês de junho de 2019, às 15:30h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o comparecimento apenas do Apelante, através da advogada Renata de Andrade Ramos Lourenço, OAB/PA 28.431. O Apelante juntou substabelecimento. Nestes

termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 11 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora ADVOGADA:_____ PROCESSO: 00034037920108140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA CELPA Representante(s): OAB 18623-A - IGOR EDUARDO PERES RODOVALHO (ADVOGADO) APELADO:JOAO BATISTA DO NASCIMENTO FERREIRA Representante(s): OAB 11499 - CRISTIANE SAMPAIO BARBOSA SILVA (ADVOGADO) OAB 10801 - ROMULO OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 0003403-79.2010.8.14.0040 Apelante: Centrais Elétricas do Pará - CELPA Advogado: Matheus Tofolo Carneiro, OAB/PA 22.714 Apelada: João Batista do Nascimento Ferreira Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 12 dias do mês de junho de 2019, às 13:00h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o não comparecimento das partes, tornando-se infrutífera a audiência de conciliação. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 12 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora PROCESSO: 00039126520128140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:CLIVAMIR FRASSETO Representante(s): OAB 16214 - ALESANDRA DYANA BRANCHES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 16211 - JULIANA ALMEIDA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 16947 - FELIPE MARTINIANO DE ALMEIDA (ADVOGADO) APELADO:CERAMICA CABRAL LTDA APELADO:CERAMICA MARQUES LTDA-ME APELADO:E A R COIMBRA COMERCIO - EPP APELADO:E. OLANDA DE OLIVEIRA -ME APELADO:SANTOS ARTEFATOS DE CERAMICA LTDA ME APELADO:AINA M. C. A. CUNHA - ME APELADO:VAGNER OLIVEIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 11913 - HAROLDO QUARESMA CASTRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 003912-65.2012.8.14.0051 Apelante: Clivamir Frasseto Advogada: Alessandra Dyana Branches da Silva, OAB/PA 16.214. Apelados: Cerâmica Cabral Ltda., Cerâmica Marques Ltda. - ME e Outros. Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 11 dias do mês de junho de 2019, às 13:30h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o comparecimento apenas do Apelante, através de sua advogada Alessandra Dyana Branches da Silva, OAB/PA 16.214. O Apelante, através de sua advogada, apresentou como proposta de acordo restituir os valores pagos pelos Apelados descontando da quantia os meses em que o contrato esteve vigente entre as partes. Além disso, realizar o pagamento dos honorários advocatícios da parte Apelada, no importe de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 11 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora ADVOGADA:_____ PROCESSO: 00041958720088140201 PROCESSO ANTIGO: 20143019139O MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:FRANCISCO JOSE MELLO DE MOURA APELANTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) CELSO MARCON (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 2014.3.019139-0 Apelantes: Banco Itaucard S/A Apelado: Francisco José Mello de Moura Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 13 dias do mês de junho de 2019, às 16:45h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o não comparecimento das partes, tornando-se infrutífera a audiência de conciliação. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 13 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora PROCESSO: 00047997520088140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:JOAO RUBEM LIMA DA SILVA Representante(s): OAB 8556 - NILSON RICARDO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 12449 - GISELE FERREIRA TORRES MARAMALDO (ADVOGADO) APELADO:EME - SERVICOS GERAIS LTDA Representante(s): OAB 12902-B - ANDRE LUYZ DA SILVEIRA MARQUES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO

ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 0004799-75.2008.8.1.0006 Apelantes: João Rubem Lima da Silva Apelado: EME - Serviços Gerais Ltda. Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 14 dias do mês de junho de 2019, às 13:15h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o não comparecimento das partes, tornando-se infrutífera a audiência de conciliação. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 14 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora PROCESSO: 00070116920088140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:LIDIA ALEXANDRE COUTINHO Representante(s): OAB 7821 - LENO ALMEIDA GONCALVES (ADVOGADO) APELADO:CARTORIO DO 4° OFICIO DE NOTAS CORREA DE MIRANDA Representante(s): OAB 13542 - DIOGO SEIXAS CONDURU (ADVOGADO) APELADO:REGINALDO PINHEIRO DA CUNHA Representante(s): OAB 13542 - DIOGO SEIXAS CONDURU (ADVOGADO) . Conforme dispõe o Provimento nº0006/2006 - CJRMB, fica por este ato intimado, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação ao Recurso Especial interposto nestes autos, no prazo legal. Belém, 28 de junho de 2019 PROCESSO: 00086307120138140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:MANOEL DE JESUS FERNANDES PEREIRA FILHO Representante(s): OAB 10845 - JOSE PAES DE CASTRO (ADVOGADO) APELADO:WALDEMIR BERNARDINO DA COSTA Representante(s): OAB 14514 - FRANCISCO GLEIDISSON CUNHA XAVIER (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 0008630-71.2013.8.14.0051 Apelante: Manoel de Jesus Fernandes Pereira Filho Apelado: Waldemir Bernardino da Costa Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 12 dias do mês de junho de 2019, às 14:15h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o não comparecimento das partes, tornando-se infrutífera a audiência de conciliação. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 12 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora PROCESSO: 00117720820078140301 PROCESSO ANTIGO: 201330320685 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 APELADO:A H T DOS SANTOS - ME Representante(s): CARLOS THADEU MATOS AUAD JUNIOR E OUTRO (ADVOGADO) APELANTE:TURIM VEICULOS LTDA Representante(s): SAVIO BARRETO LACERDA LIMA E OUTROS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 2013.3.032068-5 Apelante: Turim Veículos Ltda. Advogada: Laura Caroline Bastos de Lima, OAB/PA 17.442 Apelada: A. H. T. dos Santos - ME Representante: Avelino Henrique Teixeira dos Santos, RG 4088641 SSP/PA Advogado: Carlos Thadeu Matos Auad Júnior, OAB/PA 8.030 Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 12 dias do mês de junho de 2019, às 14:45h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o comparecimento das partes: a Apelante Turim Veículos Ltda., através da advogada: Laura Caroline Bastos de Lima, OAB/PA 17.442; e da Apelada A. H. T. dos Santos - ME, através de seu representante Avelino Henrique Teixeira dos Santos, RG 4088641 SSP/PA, e de seu advogado Carlos Thadeu Matos Auad Júnior, OAB/PA 8.030. A Apelada manifestou que aceita receber o valor da condenação em parcela única, sem correção. A proposta será avaliada pela Apelante. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 12 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora ADVOGADA: _____ APELADO:_____ ADVOGADO: _____ PROCESSO: 00131298920068140301 PROCESSO ANTIGO: 201130073640 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:AFONSO CASIMIRO DE BARROS QUEIROZ Representante(s): OAB 14993 - MORANE DE OLIVEIRA TAVORA (ADVOGADO) OAB 9504 - CAMILLA RUBIN MATOS (ADVOGADO) APELANTE:CARLOS ANTONIO BITENCOURT SAMPAIO Representante(s): CARLOS MAIA DE MELLO PORTO E OUTROS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 0013129-89.2006.8.14.0301 Apelante: Carlos Antônio Bittencourt

Sampaio Advogado: Carlos Maia de Mello Pinto, OAB/PA 8.910 Apelado: Afonso Casimiro de Barros Queiro Advogada: Caroline Laura da Costa Ferreira Matos, OAB/PA 18.112 Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 12 dias do mês de junho de 2019, às 13:15h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o comparecimento das partes: o Apelante, através de seu advogado Carlos Maia de Mello Pinto, OAB/PA 8.910 e o Apelado, através de sua advogada Caroline Laura da Costa Ferreira Matos, OAB/PA 18.112. O Apelado juntou substabelecimento. Não houve proposta de acordo. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 12 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora ADVOGADO: _____ ADVOGADA: _____ PROCESSO: 00165519320088140301 PROCESSO ANTIGO: 201230156825 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 APELADO:ANTONIO CARLOS MONTEIRO LEMOS Representante(s): ELIAS EDMILSON DA SILVA COSTA (ADVOGADO) APELADO:CLINICA RADIOLOGICA DR. DIREITO ALVARES Representante(s): JOSE LUIS DA SILVA E OUTRO (ADVOGADO) APELANTE:RUBILAR FREITAS DOS SANTOS Representante(s): GLACE ARAGAO ALBUQUERQUE E OUTROS (ADVOGADO) APELADO:CLINICA SAO FELIPE S/S LTDA Representante(s): PEDRO PAULO SILVA MELO (ADVOGADO) APELADO:JOSE MARIA ESTRELA ALVARES. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 2012.3.015682-5 Apelante: Rubilar Freitas dos Santos Apelados: José Maria Estrela Alvares, RG 375669 e Clinica Radiológica Dr. Direito Alvares Advogado: José Luís da Silva, OAB/PA 7.072 Apelado: Antônio Carlos Monteiro Lemos Advogado: Elias Edmilson da Silva Costa, OAB/PA 4.747 Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 12 dias do mês de junho de 2019, às 14:00h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o comparecimento apenas dos Apelados: José Maria Estrela Alvares, juntamente com seu advogado José Luís da Silva, OAB/PA 7.072, e Antônio Carlos Monteiro Lemos, com seu advogado Elias Edmilson da Silva Costa, OAB/PA 4.747. Diante disso, restou infrutífera a audiência de conciliação. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 12 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora APELADO: _____ ADVOGADO: _____ APELADO: _____ ADVOGADO: _____ PROCESSO: 00177657120058140301 PROCESSO ANTIGO: 201230083490 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 APELANTE:PORTO SEGURO CIA. DE SEGUROS GERAIS Representante(s): THIAGO COLLARES PALMEIRA E OUTROS (ADVOGADO) APELADO:CONDOMINIO GREENVILLE RESIDENCE Representante(s): MARCELO ARAUJO SANTOS E OUTROS (ADVOGADO) APELADO:MARCOS STEFANELLI BRUZADIN APELADO:RITA DE CASSIA ZINI BRUZADIN Representante(s): JOSE RONALDO VIEIRA E OUTROS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 2012.3.008349-0 Apelante: Porto Seguro Cia de Seguros Gerais Apeados: Rita de Cássia Zini Bruzadin, Marcos Stefanelli Bruzadin, Condomínio Greenville Residence Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 12 dias do mês de junho de 2019, às 15:00h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o não comparecimento das partes, tornando-se infrutífera a audiência de conciliação. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 12 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora PROCESSO: 00177886120108140301 PROCESSO ANTIGO: 201230207066 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 APELANTE/APELADO:EXITO ENGENHARIA LTDA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD E OUTROS (ADVOGADO) APELADO/APELANTE:JACIRENE MAIA DOS SANTOS NUNES SHAND Representante(s): KARINE MOURA PINHEIRO E OUTROS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 2012.3.020706-6 Apelante/Apelado: Jacirene Maia dos Santos Nunes Shand Apelante/Apelado: Êxito

Engenharia Ltda. Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 12 dias do mês de junho de 2019, às 15:00h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o não comparecimento das partes, tornando-se infrutífera a audiência de conciliação. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 12 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora PROCESSO: 00330240820128140301 PROCESSO ANTIGO: 20143016346 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 APELADO:MARCOS RODRIGO FERREIRA DOS SANTOS APELADO:DIRLENE LARISSA BRITO VEIGA Representante(s): SIMONE SABINO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) APELANTE:ASSOCIACAO OBJETIVO DE ENSINO SUPERIOR - ASSOBES APELANTE:ASSOCIACAO UNIFICADA PAULISTA DE ENSINO RENOVADO OBJETIVO ASSUPERO Representante(s): NELSON BRUNO VALENCA E OUTROS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 2014.3.016346-4 Apelantes: Faculdade Pan Amazônica e FAPEN Faculdade Paraense de Ensino Preposta: Lucilene do Socorro Pereira Queiroz, RG 2540507 PC/PA Preposta: Maria Luiza Barra Pinheiro, RG 5525651 PC/PA Advogado: Dyego Bento Almeida Ribeiro, OAB/PA 21.657 Apelado: Marcos Rodrigo Ferreira dos Santos e Dirlene Larissa Brito Veiga Advogada: Simone Sabino de Oliveira Bechara, OAB/PA 15.667 Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 12 dias do mês de junho de 2019, às 14:30, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o comparecimento das partes: as Apelantes Faculdade Pan Amazônica e FAPEN Faculdade Paraense de Ensino, através das prepostas Lucilene do Socorro Pereira Queiroz, RG 2540507 PC/PA e Maria Luiza Barra Pinheiro, RG 5525651 PC/PA, bem como do advogado Dyego Bento Almeida Ribeiro, OAB/PA 21.657; e dos Apelados, através da advogada Simone Sabino de Oliveira Bechara, OAB/PA 15.667. O Advogado das Apelantes requereu prazo para juntada de preposição, sendo deferido o prazo de 5 (cinco) dias úteis. Não houve proposta de acordo. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 12 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora _____ JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO Desembargador Relator PREPOSTA:_____ PREPOSTA:_____ ADVOGADO: _____ ADVOGADA: _____ PROCESSO: 00381669020128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:MARCELO LIMA LAVAREDA DA GRAÇA Representante(s): OAB 16806 - ALEXANDRE LIMA DA GRACA (ADVOGADO) APELANTE:GAFISA SPE-71 - EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA Representante(s): OAB 11847 - ALESSANDRO PUGET OLIVA (ADVOGADO) OAB 17352 - ALESSANDRA APARECIDA SALES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 19260 - ELISANGELA MOREIRA PINTO (ADVOGADO) OAB 117.334 - TONY MARCELO GONZALEZ RIVERA (ADVOGADO) OAB 299.124-A - ALEXANDRE GHAZI (ADVOGADO) . Conforme dispõe o Provimento nº0006/2006 - CJRMB, fica por este ato intimado, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação ao Recurso Especial interposto nestes autos, no prazo legal. Belém, 28 de junho de 2019 PROCESSO: 00001758520128140073 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Apelação Cível em: APELANTE: C. C. E. P. S. Representante(s): OAB 8049 - LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIRO (ADVOGADO) APELADO: V. R. P.

RESENHA: 01/07/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA ÚNICA DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO - VARA: 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO PROCESSO: 00000344920118140090 PROCESSO ANTIGO: 201330142138 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Ação: Remessa Necessária Cível em: 01/07/2019 SENTENCIANTE:JUIZO DA COMARCA DE PRAINHA SENTENCIADO:MESA EXECUTIVA DA CAMARA MUNICIPAL DE PRAINHA Representante(s): OAB 14747 - FRANCISCA DAS CHAGAS OLIVEIRA DIAS (ADVOGADO) SENTENCIADO:EX PREFEITO SERGIO DA GRACA AMARAL PINGARILHO Representante(s): OAB 14499 - SOYLA AZEVEDO GOMES (ADVOGADO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIZA MACHADO

DA SILVA LIMA. PROCESSO Nº 0000034-49.2011.814.0090 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO REEXAME DE SENTENÇA COMARCA DE PRAINHA SENTENCIANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRAINHA SENTENCIADO: SÉRGIO DA GRAÇA AMARAL PINGARILHO Advogado (a): Dra. Soyla Azevedo Gomes - OAB/PA nº 14.499 e outros SENTENCIADO: MESA EXECUTIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PRAINHA Advogado (a): Dra. Francisca Dias - OAB/PA nº 14.747 Procurador (a) de Justiça: Dra. Mariza Machado da Silva Lima RELATORA: DESA. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Considerando a certidão (fl. 504), determino a expedição de carta de ordem no prazo de 60 (sessenta) dias, para intimação do MUNICÍPIO DE PRAINHA, ora sentenciado, por meio de oficial de justiça, acerca do acórdão (fls. 494-499). Concluída a diligência, retornem-me conclusos. Certifique-se. Belém/PA, 25 de junho de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Relatora VIII PROCESSO: 00000787920108140130 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:CELPA REDE CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 146.997 - ANTONIO CARLOS GUIDONI FILHO (ADVOGADO) OAB 299951 - MARIANA ARAVECHIA PALMITESTA (ADVOGADO) OAB 310995 - BARBARA BERTAZO (ADVOGADO) APELADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:ARTHUR DINIZ FERREIRA DE MELO. PROCESSO Nº 0000078-79.2010.814.0130 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO RECURSO: APELAÇÃO COMARCA DE ULIANÓPOLIS APELANTE: CELPA- CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S.A Advogado (a): Pedro Bentes Filho OAB/PA 3210 APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ Promotor: Arthur Diniz de Melo Procuradora: Rosa Maria Carvalho RELATORA: CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Na origem trata-se de Ação Civil Pública com pedido de liminar , ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Pará, visando obter tutela jurisdicional que determine à Centrais Elétricas do Pará - CELPA apresente eficiente medida a evitar oscilações de tensão e interrupções de fornecimento de energia elétrica no Município de Ulianopolis e de maneira eficiente, regular e contínua, sob pena de multa diária em caso de descumprimento. Pugnou, ainda, pela condenação da Empresa Requerida em Condenação genérica aos consumidores lesados. O feito foi sentenciado em 27/05/2014, resultando na condenação da ré ao cumprimento de fazer, consistente na implantação e comprovação das providências técnicas e investimentos para a melhoria da qualidade do serviço público de energia na cidade. Fixou multa no importe de R$ 50.000,00 para cada mês que a média de indicadores de medição de desempenho permanecerem abaixo da média paraense, e condenou, genericamente, a empresa requerida a ressarcir os consumidores prejudicados com as oscilações (fls. 186/191). A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL peticionou manifestando seu interesse na lide, tendo em vista que a presente Ação Civil Pública trata da qualidade dos seus serviços prestados pela concessionária de serviço público Centrais Elétricas do Pará - CELPA, o que diz respeito as atribuições da ANEEL. Ao final, requereu a remessa dos autos à Justiça Federal (fls. 255/256). Apelação, na qual a CELPA pugnou pela reforma da sentença, alegando que a empresa se encontra em situação financeira desfavorável, portanto, não tem condição de cumprir a decisão (fls. 192/215); O recurso foi contrarrazoado pelo Ministério Público Estadual (fls. 263/269). Coube a relatoria à Exma. Desa. Gleide Pereira de Moura (fl. 278). Os autos vieram redistribuídos à minha relatoria, por força da Emenda Regimental nº 05/2016, deste Egrégio Tribunal de Justiça (fls. 279). Assim, exsurge a necessidade de expressa manifestação acerca do interesse da ANEEL na lide, a partir do que restará configurada a competência para julgamento da causa. É que o inciso I, do art. 109, da CF/88 fixa a competência dos juízes federais para processar e julgar as causas de interesse da Autarquia Federal em integrar à lide. Transcrevo: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; O STJ já firmou entendimento acerca do deslocamento de competência, caso identificado o interesse jurídico da União, suas autarquias ou empresas públicas na lide, o que deve ser apreciado pela Justiça Federal. É o conteúdo da Súmula 150/STJ. In verbis: Súmula 150 Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas. Posto isto, reputo que, uma vez identificado o possível interesse da ANEEL no resultado da lide, cumpre à Justiça Federal, para que esta, no uso de sua competência, decida acerca do interesse que justifique a presença da ANEEL na lide. Tão somente a partir de então restará fixada a competência para julgamento do feito, pelo que determino a remessa dos autos à Justiça Federal para os fins reportados. À Secretaria para as providências cabíveis. Publique-se e intimem-se. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Relatora VIII PROCESSO: 00005135320108140063 PROCESSO ANTIGO: 201330035846 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Ação: Remessa Necessária Criminal em: 01/07/2019 SENTENCIADO:EDENY COSTA

VILHENA Representante(s): OAB 7473 - LILIANE ALMEIDA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 7473 - LILIANE ALMEIDA DE SOUZA (ADVOGADO) SENTENCIADO:PREFEITO MUNICIPAL DO MUNICIPIO DE VIGIA DE NAZARE Representante(s): ADRIANA BARROS NORAT (ADVOGADO) SENTENCIANTE:JUIZO DA VARA UNICA DA COMARCA DE VIGIA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:RAIMUNDO DE MENDONCA RIBEIRO ALVES. PROCESSO Nº: 0000513.53.2010.8.14.0063 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO COMARCA DE VIGIA DE NAZARÉ REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA SENTENCIANTE:JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE VIGIA SENTENCIADO:EDENY COSTA VILHENA Procurador (a) de Justiça: Dr. Raimundo de Mendonça Ribeiro Alves RELATORA: DESA. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Considerando a certidão (fl. 72), determino a expedição de carta de ordem no prazo de 60 (sessenta) dias, para intimação do MUNICÍPIO DE VIGIA DE NAZARÉ, ora sentenciado, por meio de oficial de justiça, acerca do acórdão (fls.68-70). Concluída a diligência, retornem-me conclusos. Certifique-se. Belém/PA, 26 de junho de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Relatora VIII PROCESSO: 00011605320158140007 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:ZULENIL DE LEAO PAULA Representante(s): OAB 17258 - CARLA DANIELEN PRESTES GOMES (ADVOGADO) OAB 18863 - ALINE MOURA FERREIRA VEIGA (ADVOGADO) APELADO:PREFEITO MUNICIPAL DE BAIAO NILTON LOPES DE FARIAS Representante(s): OAB 11846 - CLEIDENILSON LEMOS PANTOJA (ADVOGADO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIA DO SOCORRO PAMPLONA LOBATO. PROCESSO Nº 0001160-53.2015.8.14.0007 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO APELAÇÃO CÍVEL COMARCA DE BELÉM APELANTE: Zulenil de Leão Paula Advogado (a): Dra. Thais de Cássia de Souza Donza APELADO: Prefeito do Município de Baião Advogado: Dr. Cleidenilson Lemos Pantoja RELATORA: DESA. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO DESPACHO Determino a baixa dos autos ao Juízo de origem, para que o respectivo diretor de secretaria se manifeste acerca da publicação da sentença de fls. 136-141. Cumprida a diligência, retornem os autos para os fins devidos. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Relatora VIII PROCESSO: 00023387020138140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 8499 - ARTEMIO MARCOS DAMASCENO FERREIRA (PROCURADOR(A)) OAB 11590 - SIMONE SANTANA FERNANDEZ DE BASTOS (PROCURADOR(A)) PROCURADOR(A) DO ESTADO:WENDEL NOBRE PINTO BARRETO APELADO:ALDO SOUSA DE LIMA Representante(s): OAB 8038 - JOSE WILSON DA SILVA CRUZ (ADVOGADO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA. Conforme dispõe o Provimento nº0006/2006 - CJRMB, fica por este ato intimado, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação ao Recurso Especial interposto nestes autos, no prazo legal. Belém, 28 de junho de 2019 PROCESSO: 00027016420078140301 PROCESSO ANTIGO: 20133008841 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:ESTADO DO PARA Representante(s): FLAVIO RABELO MANSOS NETO- PROC. DO ESTADO (ADVOGADO) APELANTE:SIDNEY PROFETA DA SILVA Representante(s): OAB 8514 - ADRIANE FARIAS SIMOES (ADVOGADO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VICE-PRESIDÊNCIA PROCESSO Nº 0002701-64.2007.814.0301 AGRAVO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO AGRAVANTE: SIDNEY PROFETA DA SILVA AGRAVADO(A): ESTADO DO PARÁ DESPACHO SIDNEY PROFETA DA SILVA, com fundamento art. 1.042 do Código de Processo Civil, interpôs agravo em recurso extraordinário (fl. 218/233) contra a decisão que negou seguimento a recurso extraordinário (fl. 217/218). Foram apresentadas as contrarrazões (fl.235/238). As razões recursais não ensejam a retratação da decisão agravada, que a mantenho, por seus próprios fundamentos (art. 1.042, § 2º, do CPC). Remeta-se o feito ao Supremo Tribunal Federal, salvo se também houver sido interposto agravo em recurso especial, caso em que os autos devem ser remetidos ao Superior Tribunal de Justiça (art. 1.042, §§ 4º e 7º, do CPC). Publique-se. Intimem-se. À Secretaria, para cumprimento. Belém/PA, ____ de _____ de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará Av. Almirante Barroso, nº 3.089, bairro Souza, CEP: 66613-710, Belém-PA. Telefone: (091) 3205-3044 PUB.2019.278 Página de 1 7 PROCESSO: 00051295419988140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Remessa Necessária Cível em: 01/07/2019 SENTENCIADO:RAIMUNDA HADADE VASCONCELOS E OUTROS Representante(s): OAB 12904 - MARIA IZABEL DE OLIVEIRA BENONE (ADVOGADO) OAB 5505 - DAVID CRUZ ARAUJO (ADVOGADO) SENTENCIADO:ESTADO DO PARA SEAD Representante(s): FRANCISCO EDSON

LOPES DA ROCHA JUNIOR-PROCURADOR (PROCURADOR(A)) SENTENCIANTE:JUIZO DA TERCEIRA VARA DE FAZENDA DE BELEM. Conforme dispõe o Provimento nº 0006/2006 - CJRMB, fica por este ato intimado o embargado, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação aos Embargos de Declaração opostos nestes autos, no prazo legal. 28/06/2019 PROCESSO: 00055763220118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE/APELADO:LAURA HELENA MARQUES AMORIM APELANTE/APELADO:ROBERTO SEGUIN DIAS CRUZ APELANTE/APELADO:MARIO ANTONIO TUJI FONTINELLE Representante(s): OAB 12976 - DEBORA CRISTINA DA SILVA SALGADO (ADVOGADO) APELADO/APELANTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO CARLOS BERNARDES FILHO (PROCURADOR(A)) APELANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:OIRAMA BRABO PROCURADOR(A) DE JUSTICA:TEREZA CRISTINA BARATA DE LIMA. Conforme dispõe o Provimento nº 0006/2006 - CJRMB, fica por este ato intimado o embargado, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação aos Embargos de Declaração opostos nestes autos, no prazo legal. 28/06/2019 PROCESSO: 00058357520148140110 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:MUNICIPIO DE GOIANESIA DO PARA Representante(s): OAB 22191-B - PATRICIA VALERIA BUY ANOFF PEDRAGOZA (ADVOGADO) APELADO:MARIA DALVA DA SILVA OLIVEIRA Representante(s): OAB 18305 - MARIA D AJUDA GOMES FRAGAS PAULUCIO (ADVOGADO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:TEREZA CRISTINA BARATA DE LIMA. PROCESSO Nº 0005835-75.2014.8.14.0110 ÓRGÃO JULGADOR: 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO APELAÇÃO CÍVEL COMARCA DE GOIANÉSIA DO PARÁ SENTENCIANTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE GOIANÉSIA DO PARÁ APELANTE: MUNICÍPIO DE GOIANÉSIA Advogado: Dr. Absolon Mateus de Sousa Santos - OAB/PA nº 11.408 e Dra. Patrícia Valéria Buy Anoff - OAB/PA nº 22.191-B e outros APELADO: MARIA DALVA DA SILVA OLIVEIRA Advogados: Dra. Maria D"Ajuda Paulucio - OAB/PA nº 18.305 e outros Procurador de Justiça: Dra. Tereza Cristina de Lima RELATORA: DESA. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO DESPACHO Tendo em vista o Agravo Interno em Recurso Especial (fls. 93-102), remetam-se os autos ao setor competente para o devido processamento. Belém/PA, 18 de junho de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Relatora VIII PROCESSO: 00074626920108140028 PROCESSO ANTIGO: 20143016516 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 APELANTE:ESTADO DO PARA Representante(s): JOAO OLEGARIO PALACIOS - PROC. ESTADO (ADVOGADO) APELADO:LUIZ CARLOS POSSINO APELADO:MARIA DAS GRACAS LIMA SEREJA APELADO:BENEDITA MARIA FREITAS CALDAS APELADO:NAILTON ESTUMANO DA PAIXAO APELADO:TAYUAMA DA CRUZ FARIAS APELADO:DAVID GUTEMBERG DE LEAO LOBATO Representante(s): ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI E OUTROS (ADVOGADO) APELADO:MARIA CELINA MENEZES MOURA APELADO:DANIEL DE AMARAL SIQUEIRA Representante(s): THAYANE TEREZA GUEDES TUMA (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0007462-69.2010.8.14.0028 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO APELAÇÃO COMARCA DE MARABÁ APELANTE: ESTADO DO PARÁ Procurador: João Olegário Palácios APELADOS: DANIEL DE AMARAL SIQUEIRA E BENEDITA MARIA FREITAS CALDAS Advogada: Dra. Thayane Tereza Guedes Tuma - OAB 13.556 APELADOS: MARIA CELINA MENEZES MOURA; NAILTON ESTUMANO DA PAIXÃO; TAYUMA DA CRUZ FARIAS; MARIA DAS GRAÇAS LIMA SEREJA Advogada: Dra. Rosane Baglioli Dammski - OAB 7.985 E OUTROS APELADO: LUIZ CARLOS POSSINO RELATORA: DESA. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Considerando a certidão (fls. 213-214), determino a expedição de carta de ordem para intimação do apelante, Luiz Carlos Possino, no prazo de 60 (sessenta) dias para constituir novo patrono para representa-lo nos autos, por meio de oficial de justiça. Concluída a diligência, retornem-me conclusos. Certifique-se. Belém/PA, 25 de junho de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Relatora VIII PROCESSO: 00112551620148140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA CELPA Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 17277 - ANTONIO LOBATO PAES NETO (ADVOGADO) OAB 17346 - PAOLA DE FATIMA DO SOCORRO BEZERRA LOPES (ADVOGADO) OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 19470 - EUGENIO COUTINHO DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) APELADO:MUNICIPIO DE MARABA Representante(s): OAB 8298 - HAROLDO JUNIOR CUNHA E SILVA (PROCURADOR(A)) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIA DA CONCEICAO DE MATTOS SOUZA. PROCESSO Nº 0011255-16.2014.8.14.0028 1ª TURMA DE DIREITO

PÚBLICO APELAÇÃO COMARCA DE MARABÁ APELANTE: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S/A-CELPA Advogados: Dr. Antonio Lobato Paes Neto - OAB/PA nº 17.277, Dr. André Luiz Monteiro - OAB/PA nº 17.515, Dr. Eugênio Coutinho de Oliveira Junior - OAB/PA nº 19.470, Dra. Roberta Menes Coelho de Souza - OAB/PA nº 11.307-A e Dr. Bruno Menezes Coelho de Souza - OAB/PA nº 8.770 APELADO: MUNICIPIO DE MARABA Advogado: Dr. Haroldo Junior Cunha e Silva - OAB/PA nº 8.298 RELATORA: DESA. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO PROCESSUAL CIVIL - APELAÇÃO - PEDIDO DE DESISTÊNCIA -ARTIGO 998 DO CPC/2015. 1- O Código de Processo Civil faculta ao recorrente, a qualquer tempo, sem anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. 2- Desistência homologada. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de recurso de Apelação (fls. 163-180) interposto pela CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S/A- CELPA contra sentença (fls. 161-162), prolatada pelo Juízo de Direito da 3ª Vara Civel e Empresarial da Comarca de Marabá, que nos autos da ação anulatória de penalidade administrativa com pedido de tutela antecipada proposta contra o Município de Marabá - Processo nº 0011255-16.2014.8.14.0028, rejeitou os embargos declaratórios, nos termos do artigo 1.022 e seguintes do CPC e manteve a sentença (fls. 121-123), por seus próprios fundamentos. RELATADO. DECIDO. A recorrente requer a desistência do recurso e o arquivamento dos autos (fls. 225-229), em virtude da requerente ter assinado o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, tendo como compromissários o Município de Marabá e o Procon Municipal de Marabá. Dispõe o art. 998 do CPC/2015: Art. 998 - O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso. Sobre os efeitos da desistência a doutrina assim se posiciona: Desistência do recurso. É causa de não conhecimento do recurso, pois um dos requisitos de admissibilidade do recurso é a inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer. (Nelson Nery Junior e Rosa M. de Andrade Nery. Código de Processo Civil Comentado, 9ª ed. p. 721) Assim, em consectário juízo de admissibilidade do recurso, constato falecer ao apelante interesse recursal, em face do pedido de desistência. E, considerando o pedido final na petição (fls. 225-229), encaminhe-se o feito à secretaria para que realize as alterações devidas, inclusive na capa dos autos, de modo a assegurar a correta intimação dos advogados habilitados. Pelo exposto, homologo a desistência do presente recurso, para que produza os seus devidos efeitos. Servirá a presente decisão como mandado/ofício, nos termos da Portaria nº 3731/2015-GP. Belém, 25 de junho de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Relatora VIII PROCESSO: 00147213420168140000 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Ação: Agravo de Instrumento em: 01/07/2019 AGRAVANTE:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 5555 - FERNANDO AUGUSTO BRAGA DE OLIVEIRA (PROCURADOR(A)) AGRAVADO:NORTE SHOPPING BELEM LTDA Representante(s): OAB 12898 - ANDRE SHERRING (ADVOGADO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MANOEL SANTINO NASCIMENTO JUNIOR. DESPACHO Considerando pedido da parte, retiro este processo da Pauta Virtual. Inclua-se este Agravo de Instrumento na pauta de julgamento. Belém-PA, 28 de junho de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Relatora PROCESSO: 00283611920088140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:INOCENCIO JOSE RIBEIRO Representante(s): OAB 3321 - RUI GUILHERME CARVALHO AQUINO (ADVOGADO) OAB 7707 - ADRIANA AQUINO DE MIRANDA POMBO (ADVOGADO) OAB 8453 - CASSIO SOUZA DE BRITO (ADVOGADO) OAB 16412 - MONIQUE SILVA SABBA (ADVOGADO) OAB 18448 - LUANA NELY PINHEIRO E SILVA (ADVOGADO) APELADO:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 14990 - RAFAEL FELGUEIRAS ROLO (PROCURADOR(A)) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIA TERCIA AVILA BASTOS DOS SANTOS. Conforme dispõe o Provimento nº0006/2006 - CJRMB, fica por este ato intimado, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação ao Recurso Especial interposto nestes autos, no prazo legal. Belém, 28 de junho de 2019 PROCESSO: 00367057820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): OAB 21390-A - CARLA TRAVASSOS REBELO HESSE (PROCURADOR(A)) APELADO:REGIANE RIBEIRO TEOFOLO APELADO:MARCIO DIAS DE SENA APELADO:IVANELMA BRITO DOS SANTOS APELADO:MARIA DE NAZARE DA SILVA LOBATO APELADO:ANDREA DE OLIVEIRA MORAES Representante(s): OAB 8903 - RENATA DINIZ MONTEIRO CAMARGOS (ADVOGADO) OAB 17207 - MARCELO CARMONA BRYTO (ADVOGADO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIO NONATO FALANGOLA. Conforme dispõe o Provimento nº 0006/2006 - CJRMB, fica por este ato intimado o embargado, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação aos Embargos de Declaração opostos nestes autos, no prazo legal. 28/06/2019

RESENHA: 01/07/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA ÚNICA DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO - VARA: 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO PROCESSO: 00002968720108140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:MUNICIPIO DE RIO MARIA - PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 7039 - ORLANDO BARATA MILEO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 10457 - ILAIR GOMES REMOR (ADVOGADO) APELADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR(A):ADRIANA MARIA PRIMO DE CARVALHO PROCURADOR(A) DE JUSTICA:LEILA MARIA MARQUES DE MORAES. Conforme dispõe o Provimento nº 0006/2006 - CJRMB, fica por este ato intimado o embargado, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação aos Embargos de Declaração opostos nestes autos, no prazo legal. 28/06/2019 PROCESSO: 00086462120078140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): NADJA NARA COBRA MEDA Ação: Apelação / Remessa Necessária em: 01/07/2019 SENTENCIANTE:JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DA FAZENDA DE BELEM SENTENCIADO / APELANTE:INSTITUTO DE TERRAS DO PARA ITERPA Representante(s): MARIA DE FATIMA MARTINS CAVADA MONTEIRO (PROCURADOR(A)) RENATO NUNES VALLE (PROCURADOR(A)) RAIMUNDO NONATO RODRIGUES BARROS (PROCURADOR(A)) APELANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:OIRAMA BRABO SENTENCIADO / APELADO:RAYMUNDO AYRTON DA SILVA JUNIOR Representante(s): OAB 9166 - BRUNO MOTA VASCONCELOS (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0008646-21.2007.814.0301 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CÍVEL e REEXAME NECESSÁRIO EMBARGANTE/APELANTE/SENTENCIADO: INSTITUTO DE TERRAS DO PARÁ - ITERPA PROCURADOR: TIAGO DE LIMA FERREIRA OAB/PA 12329 EMBARGADA/APELADA/SENTENCIADA: RAYMUNDO AYRTON DA SILVA JUNIOR ADVOGADO: BRUNO MOTA VASCONCELOS - OAB/PA 9166 APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ PROMOTORA: OIRAMA BRABO SENTENCIANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM RELATORA: DESA. NADJA NARA COBRA MEDA DESPACHO: Tendo-se em vista a interposição de Embargos de Declaração em face do Acórdão de nº 167.845, intime-se a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo legal, em conformidade ao artigo 1.023, do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos. À Secretaria para os devidos fins. Belém-Pa, 25 de junho de 2019. Desa. NADJA NARA COBRA MEDA. Relatora PROCESSO: 00134840920088140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:M. P. E. P. PROMOTOR(A):I. S. S. N. APELANTE:C. O. C. Representante(s): OAB 11714 - JOSE ASSUNCAO MARINHO DOS SANTOS FILHO (ADVOGADO) OAB 18346 - ALEXANDRE RAY BORGES PEREIRA (ADVOGADO) APELANTE:V. M. C. C. Representante(s): OAB 14930 - SELMA COSTA BANNA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 8283 - ARTHEMIO MEDEIROS LINS LEAL (ADVOGADO) APELANTE:L. A. F. F. Representante(s): OAB 9867 - HARLEY LEOPOLDO PEREIRA SOBRINHO (ADVOGADO) APELANTE:M. R. S. L. Representante(s): OAB 19592 - JOSUE SAMIR CORDEIRO PINHEIRO (ADVOGADO) APELANTE:G. T. G. Representante(s): OAB 9113 - MAURO GOMES DE BARROS (ADVOGADO) INTERESSADO:M. A. Representante(s): OAB 13995 - PAULO CESAR CAMPOS DAS NEVES (PROCURADOR(A)) OAB 6829 - ARIEL FROES DE COUTO (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO Conforme dispõe o Provimento nº 0006/2006 " CJRMB, ficam por este ato intimados os embargados, por meio de seus patronos, para apresentarem manifestação aos Embargos de Declaração, opostos nestes autos, por M.R.S.L e C.O.C., no prazo legal. Belém, 28/6/2019 PROCESSO: 00149039220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:CARLOS ROBERTO LOPES DA SILVA APELANTE:MARIA DO CARMO SILVA APELANTE:NILTON SANTOS DE LIMA APELANTE:MARIA DO SOCORRO AMORIM ARAUJO APELANTE:MARIA JOSE DOS SANTOS BARROS APELANTE:LEIDINALDO CORDOVIL DOS SANTOS APELANTE:MARILDA DAS GRACAS ALENCAR DE LIMA APELANTE:FRANCISCA FELIPE CARNEIRO E OUTROS Representante(s): OAB 6286 - MARIO DAVID PRADO SA (ADVOGADO) APELADO:INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA IGEPREV Representante(s): OAB 10161 - MARTA NASSAR CRUZ (PROCURADOR(A)) OAB 7884 - MARLON JOSE FERREIRA DE BRITO (PROCURADOR(A)) APELADO:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 8230 - SERGIO OLIVA REIS (PROCURADOR(A)) OAB 11590 - SIMONE SANTANA FERNANDEZ DE BASTOS (PROCURADOR(A)) . Conforme dispõe o Provimento nº0006/2006 - CJRMB, fica por este ato intimado, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação ao Recurso Especial interposto nestes autos, no prazo legal. Belém, 28 de junho de 2019

RESENHA: 01/07/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA - VARA: 1ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA PROCESSO: 00110737420108140301 PROCESSO ANTIGO: 201130198612 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL Ação: Execução Fiscal em: 01/07/2019 AGRAVANTE:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): MARCIA DOS SANTOS ANTUNES - PROC. MUNIC. (ADVOGADO) AGRAVADO:JOSE MARIA DELGADO SABINO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VICE-PRESIDÊNCIA PROCESSO Nº 0011073-74.2010.814.0301 RECURSO ESPECIAL RECORRENTE: MUNICÍPIO DE BELÉM RECORRIDO: JOSÉ MARIA DELGADO SABINO DECISÃO O Município de Belém, com fundamento na alínea "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, interpôs recurso especial (protocolo n. 2011.3.036915-6, fls. 35/41), insurgindo-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, cuja ementa tem o seguinte teor: "PROCESSO CIVIL EXECUÇÃO FISCAL AGRAVO DE INSTRUMENTO PAGAMENTO DIFERIDO PREVISTO NO ART. 36 DO DECRETO 36.098/1999 PARCELAMENTO ART. 151, VI DO CTN PRESCRIÇÃO CARACTERIZADA. I O pagamento diferido previsto no Decreto 36.098/1999 não caracteriza parcelamento previsto no art. 151, VI do CTN. Vez que neste ocorre a inadimplência do contribuinte que procura o Fisco que lhe concede o parcelamento conforme previsto em Lei.(art. 155-A do CTN). Enquanto o primeiro é mera política de administração tributária municipal, que prevê a opção de pagamento de forma diferida em até 10 parcelas. II Não havendo suspensão ou interrupção do prazo prescricional previsto no art. 174 do CTN, acertada a decisão que de ofício reconheceu a prescrição com fundamento no art. 219, § 5º do CPC. III Agravo improvido, nos termos do voto do Relator." Sustentou o recorrente, em síntese, que o acórdão impugnado teria violado o disposto nos arts. 151, VI, 155-A, 171, 173, todos do Código Tributário Nacional, uma vez que a possibilidade de pagamento do imposto predial territorial urbano - IPTU, de forma parcelada, implica a suspensão da exigibilidade do tributo e, consequentemente, a suspensão do prazo prescricional. Não foram apresentadas contrarrazões, conforme certidão de fl. 48. O processo estava suspenso no Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - Nugep, aguardando o julgamento do recurso especial repetitivo pelo Superior Tribunal de Justiça. Considerando o julgamento do recurso que ensejou a suspensão do feito, passo à análise do caso, levando em conta as teses fixadas no acórdão paradigma. É o relatório. Decido. O caso se enquadra no disposto no art. 1.030, I, "b", do Código de Processo Civil, haja vista que o acórdão recorrido está em conformidade com entendimento do Superior Tribunal de Justiça exarado no julgamento do recurso especial repetitivo nº 1.658.517-PA - Tema 980 do STJ, no qual foram fixadas as seguintes teses: · (i) O termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU inicia-se no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação; · (ii) O parcelamento de ofício da dívida tributária não configura causa interruptiva da contagem da prescrição, uma vez que o contribuinte não anuiu. Sendo assim, não admito o recurso especial (art. 1.030, I, do CPC). Publique-se. Intimem-se. Belém/PA, _____de _____de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará Av. Almirante Barroso, n.º 3.089, bairro Souza, CEP: 66613-710, Belém - PA. Telefone: (91) 3205-3044 PUB..2019. RESp. 38 5

RESENHA: 01/07/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA 2ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA - VARA: 2ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA PROCESSO: 00008375920128140005 PROCESSO ANTIGO: 201330204227 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Ação: Apelação / Remessa Necessária em: 01/07/2019 SENTENCIADO / APELANTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ROBERTA HELENA BEZERRA DOREA - PROC. EST. (ADVOGADO) SENTENCIANTE:JUIZO DA 4ª VARA CIVEL DA COMARCA DE ALTAMIRA SENTENCIADO / APELADO:VALDEMIR MARQUES CARDOSO Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0000837-59.2012.8.14.0005 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO REEXAME E APELAÇÃO RELATORA: DESA. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO DESPACHO Trata-se de reexame de sentença e apelação cível interposta nos autos da ação ordinária de pagamento de adicional de interiorização c/c pedido de valores retroativos e incorporação definitiva ao soldo, julgada em 04/04/2016 (fls. 135/139), devolvido pela Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais para adequação às teses firmadas pelas Cortes Superiores nos Temas 810/STF e 905/STJ, conforme despacho de fls. 230/231v. Não obstante, entendo adequada a permanência do presente feito em sobrestamento. Isto porque, em 03/10/2017, o presidente deste E. Tribunal de Justiça, em análise de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, determinou a suspensão, em todo o território estadual, dos feitos relativos ao adicional de interiorização,

tendo selecionado os processos 0006532-61.2011.814.0051 e 0016454-52.2011.814.0051 como recursos representativos de controvérsia, conforme excerto a seguir: Ante o exposto, com base no art. 1.030, IV e V, b, c/c 1.036, §1º, do CPC, dou seguimento ao recurso extraordinário, como representativo de controvérsia, que discute a inconstitucionalidade por vício de inciativa do art. 48, IV, da Constituição do Estado do Pará e da Lei 5.256/91 por arrastamento, por suposta violação ao disposto no art. 61, §1º, II, a, c e f da CF/88. (...) Determino a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado, que guardem relação com a presente controvérsia, de acordo com o art. 1.036, §1º, in fine, do CPC. Deste modo, determino o encaminhamento dos autos ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP-Público, até decisão definitiva dos tribunais superiores. Belém-PA, 17 de junho de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Relatora VIII PROCESSO: 00013305820138140051 PROCESSO ANTIGO: 201330277406 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Ação: Apelação / Remessa Necessária em: 01/07/2019 SENTENCIADO / APELANTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ROBERTA HELENA BEZERRA DOREA - PROC. EST. (ADVOGADO) SENTENCIANTE:JUIZO DE DIREITO DA 8ª VARA CIVEL DA COMARCA DE SANTAREM SENTENCIADO / APELADO:WELTON LINO LOPES SILVA Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0001330-58.2013.8.14.0051 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO REEXAME E APELAÇÃO RELATORA: DESA. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO DESPACHO Trata-se de reexame de sentença e apelação cível interposta nos autos da ação ordinária de pagamento de adicional de interiorização c/c pedido de valores retroativos, julgada em 27/06/2016 (fls. 115/119), devolvido pela Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais para adequação às teses firmadas pelas Cortes Superiores nos Temas 810/STF e 905/STJ, conforme despacho de fls. 199/200v. Não obstante, entendo adequada a permanência do presente feito em sobrestamento. Isto porque, em 03/10/2017, o presidente deste E. Tribunal de Justiça, em análise de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, determinou a suspensão, em todo o território estadual, dos feitos relativos ao adicional de interiorização, tendo selecionado os processos 0006532-61.2011.814.0051 e 0016454-52.2011.814.0051 como recursos representativos de controvérsia, conforme excerto a seguir: Ante o exposto, com base no art. 1.030, IV e V, b, c/c 1.036, §1º, do CPC, dou seguimento ao recurso extraordinário, como representativo de controvérsia, que discute a inconstitucionalidade por vício de inciativa do art. 48, IV, da Constituição do Estado do Pará e da Lei 5.256/91 por arrastamento, por suposta violação ao disposto no art. 61, §1º, II, a, c e f da CF/88. (...) Determino a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado, que guardem relação com a presente controvérsia, de acordo com o art. 1.036, §1º, in fine, do CPC. Deste modo, determino o encaminhamento dos autos ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP-Público, até decisão definitiva dos tribunais superiores. Belém-PA, 18 de junho de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Relatora VIII PROCESSO: 00064835620138140024 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Ação: Apelação / Remessa Necessária em: 01/07/2019 SENTENCIADO / APELADO:CARLOS ARAUJO DA SILVA ALMEIDA Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) SENTENCIADO / APELANTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ROBERTA HELENA BEZERRA DOREA (PROCURADOR(A)) SENTENCIANTE:JUIZO DA PRIMEIRA VARA CIVEL E EMP DA COMARCA DE ITAITUBA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:MARIZA MACHADO DA SILVA LIMA. PROCESSO Nº 0006483-53.2013.8.14.0024 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO APELAÇÃO RELATORA: DESA. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO DESPACHO Trata-se de apelação cível interposta nos autos da ação ordinária de pagamento de adicional de interiorização c/c pedido de valores retroativos, julgada em 25/05/2016 (fls. 159/163v), devolvido pela Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais para adequação às teses firmadas pelas Cortes Superiores nos Temas 810/STF e 905/STJ, conforme despacho de fls. 259/260. Não obstante, entendo adequada a permanência do presente feito em sobrestamento. Isto porque, em 03/10/2017, o presidente deste E. Tribunal de Justiça, em análise de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, determinou a suspensão, em todo o território estadual, dos feitos relativos ao adicional de interiorização, tendo selecionado os processos 0006532-61.2011.814.0051 e 0016454-52.2011.814.0051 como recursos representativos de controvérsia, conforme excerto a seguir: Ante o exposto, com base no art. 1.030, IV e V, b, c/c 1.036, §1º, do CPC, dou seguimento ao recurso extraordinário, como representativo de controvérsia, que discute a inconstitucionalidade por vício de inciativa do art. 48, IV, da Constituição do Estado do Pará e da Lei 5.256/91 por arrastamento, por suposta violação ao disposto no art. 61, §1º, II, a, c e f da CF/88. (...) Determino a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado, que guardem relação com a presente controvérsia, de acordo com o art. 1.036, §1º, in

fine, do CPC. Deste modo, determino o encaminhamento dos autos ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP-Público, até decisão definitiva dos tribunais superiores. Belém-PA, 18 de junho de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Relatora VIII PROCESSO: 00126443420138140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Ação: Apelação / Remessa Necessária em: 01/07/2019 SENTENCIADO / APELANTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARLON AURELIO TAPAJOS ARAUJO (PROCURADOR(A)) SENTENCIADO / APELADO:OSTERNO CALIXTO MOURAO FILHO Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) SENTENCIANTE:JUIZO DA TERCEIRA VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS. PROCESSO Nº 0012644-34.2013.8.14.0040 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO REEXAME E APELAÇÃO RELATORA: DESA. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO DESPACHO Trata-se de reexame de sentença e apelação cível interposta nos autos da ação ordinária de pagamento de adicional de interiorização c/c pedido de valores retroativos, julgada em 29/06/2016 (fls. 92/95), devolvido pela Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais para adequação às teses firmadas pelas Cortes Superiores nos Temas 810/STF e 905/STJ, conforme despacho de fls. 224/225v. Não obstante, entendo adequada a permanência do presente feito em sobrestamento. Isto porque, em 03/10/2017, o presidente deste E. Tribunal de Justiça, em análise de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, determinou a suspensão, em todo o território estadual, dos feitos relativos ao adicional de interiorização, tendo selecionado os processos 0006532-61.2011.814.0051 e 0016454-52.2011.814.0051 como recursos representativos de controvérsia, conforme excerto a seguir: Ante o exposto, com base no art. 1.030, IV e V, b, c/c 1.036, §1º, do CPC, dou seguimento ao recurso extraordinário, como representativo de controvérsia, que discute a inconstitucionalidade por vício de inciativa do art. 48, IV, da Constituição do Estado do Pará e da Lei 5.256/91 por arrastamento, por suposta violação ao disposto no art. 61, §1º, II, a, c e f da CF/88. (...) Determino a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado, que guardem relação com a presente controvérsia, de acordo com o art. 1.036, §1º, in fine, do CPC. Deste modo, determino o encaminhamento dos autos ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP-Público, até decisão definitiva dos tribunais superiores. Belém-PA, 18 de junho de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Relatora VIII PROCESSO: 00210649520118140301 PROCESSO ANTIGO: 20133020611 6 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Ação: Apelação / Remessa Necessária em: 01/07/2019 SENTENCIADO / APELANTE:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 10261 - GUSTAVO DA SILVA LYNCH (PROCURADOR(A)) SENTENCIADO / APELADO:ROZIVALDA CEZARIO VALLES Representante(s): OAB 15920 - GABRIELA RODRIGUES ELLERES (ADVOGADO) GABRIELA RODRIGUES ELLERES (ADVOGADO) OAB 15920 - GABRIELA RODRIGUES ELLERES (ADVOGADO) GABRIELA RODRIGUES ELLERES (ADVOGADO) SENTENCIANTE:JUIZO DA TERCEIRA VARA DA FAZENDA DE BELEM. PROCESSO Nº 0021064-95.2011.8.14.0301 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO REEXAME E APELAÇÃO RELATORA: DESA. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO DESPACHO Trata-se de reexame de sentença e apelação cível interposta nos autos da ação ordinária de pagamento de adicional de interiorização c/c pedido de retroativo, julgada em 27/06/2016 (fls. 66/71), devolvido pela Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais para adequação às teses firmadas pelas Cortes Superiores nos Temas 810/STF e 905/STJ, conforme despacho de fls. 119/120v. Não obstante, entendo adequada a permanência do presente feito em sobrestamento. Isto porque, em 03/10/2017, o presidente deste E. Tribunal de Justiça, em análise de admissibilidade de recursos especiais e extraordinários, determinou a suspensão, em todo o território estadual, dos feitos relativos ao adicional de interiorização, tendo selecionado os processos 0006532-61.2011.814.0051 e 0016454-52.2011.814.0051 como recursos representativos de controvérsia, conforme excerto a seguir: Ante o exposto, com base no art. 1.030, IV e V, b, c/c 1.036, §1º, do CPC, dou seguimento ao recurso extraordinário, como representativo de controvérsia, que discute a inconstitucionalidade por vício de inciativa do art. 48, IV, da Constituição do Estado do Pará e da Lei 5.256/91 por arrastamento, por suposta violação ao disposto no art. 61, §1º, II, a, c e f da CF/88. (...) Determino a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitem no Estado, que guardem relação com a presente controvérsia, de acordo com o art. 1.036, §1º, in fine, do CPC. Deste modo, determino o encaminhamento dos autos ao Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP-Público, até decisão definitiva dos tribunais superiores. Belém-PA, 17 de junho de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Relatora VIII PROCESSO: 00350951720118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Apelação / Remessa Necessária em: 01/07/2019 SENTENCIADO / APELADO:JERSON NUNES DE SOUZA Representante(s): OAB 8570 - JOSE

AUGUSTO DIAS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 7429 - AGENOR DINELLY RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 12512 - WALDINEY FIGUEIREDO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 17492 - WILZA MENDES DA SILVA (ADVOGADO) SENTENCIADO / APELANTE:INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE BELEM IPAMB Representante(s): OAB 11271 - GUSTAVO AZEVEDO ROLA (PROCURADOR(A)) SENTENCIANTE:JUIZO DA SEGUNDA VARA DE FAZENDA DE BELEM PROCURADOR(A) DE JUSTICA:TEREZA CRISTINA DE LIMA. ATO ORDINATÓRIO Conforme dispõe o Provimento nº0006/2006 " CJRMB, fica por este ato intimado, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação ao Recurso Extraordinário, interposto nestes autos, no prazo legal. Belém, 28/6/2019

RESENHA: 01/07/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA 3ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA - VARA: 3ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA PROCESSO: 00012099220158140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 APELANTE:ERIKA JULIO FERNANDES APELANTE:MARCIO ALVES DE LIMA Representante(s): OAB 14774-B - NICOLAU MURAD PRADO (ADVOGADO) APELADO:LMSE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 10652-A - ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (ADVOGADO) OAB 13016 - JEANNY LUCE DA SILVA FREITAS FRATESCHI (ADVOGADO) . Conforme dispõe o Provimento nº 0006/2006 - CJRMB, fica por este ato intimado, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação ao Agravo Interno, interposto nestes autos, no prazo legal. Belém, 28/06/2019 PROCESSO: 00082789520088140051 PROCESSO ANTIGO: 201430206008 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 APELADO:DANUBIA A. A. MACHADO-ME (UNI-VENDAS) Representante(s): DAMIAO JOSE B. DO NASCIMENTO (ADVOGADO) APELANTE:DISTRIBUIDORA E EMPACOTADORA CUARUAI LTDA Representante(s): REGINALDO CASTRO GUIMARAES E OUTROS (ADVOGADO) . 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO APELAÇÃO CÍVEL N. 0008278-95.2008.814.0051 APELANTE: DISTRIBUIDORA E EMPACOTADORA CUARUAI LTDA APELADA: DANUBIA A. A. MACHADO-ME (UNI-VENDAS) RELATORA: DESª. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULOS DE CRÉDITO C/C CANCELAMENTO DE PROTESTO. CHEQUE SUSTADO. TÍTULO DE CRÉDITO NÃO CAUSAL QUE CONSTITUI ORDEM DE PAGAMENTO À VISTA E, UMA VEZ QUE POSTO EM CIRCULAÇÃO, EMANA PROTEÇÃO AO PORTADOR DE BOA-FÉ QUE TERÁ SEU DIREITO PROTEGIDO, INDEPENDENTEMENTE DE EVENTUAL VÍCIO NA RELAÇÃO JURÍDICA SUBJACENTE. RELAÇÃO NEGOCIAL COMPROVADA. EMISSÃO DO TÍTULO RECONHECIDA. PROVA DOCUMENTAL E TESTEMUNHAL QUE CONFIRMAM A ENTREGA DA MERCADORIA. PARTE RÉ QUE DESIMCUMBIU-SE COM O ÔNUS DE PROVAR A EXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO, MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO DIREITO DO AUTOR. PROTESTO DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1.Comprovada a existência de débito da autora, decorrente de contrato de compra e venda de mercadorias celebrado com a Ré. 2. Prova testemunhal demonstrar ter ocorrido a entrega da mercadoria pela Ré. 3. Mostra-se, portanto, legítimo o protesto do cheque emitido e sustado pela autora, uma vez que comprovado o inadimplemento. 4. Sentença recorrida que está em consonância com a jurisprudência dominante do STJ e do TJPA. Possibilidade de julgamento monocrático, na forma do art. 133, inciso XI, do Regimento Interno. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. DECISÃO MONOCRÁTICA DISTRIBUIDORA E EMPACOTADORA CUARUAI LTDA interpôs recurso de apelação contra sentença que, na ação declaratória de nulidade de títulos de crédito c/c cancelamento de protesto n. 0008278-95.2008.814.0051 que move contra DANUBIA A. A. MACHADO-ME (UNI-VENDAS), que julgou improcedentes os pedidos e condenou a autora ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, arbitrados em 20% sobre o valor da causa, com base no artigo 20, § 4º, do CPC. Afirma a Autora/Apelante que trabalha no ramo de beneficiamento de arroz e no início de 2007, a pedido de uma cliente que trabalha com costuras, efetivou transações comerciais para esta. Diz que no início de 2008 fez novo pedido de tecidos para a requerida no valor de R$ 14.381,90 (quatorze mil, trezentos e oitenta e um reais e noventa centavos), tendo a Ré/Apelada exigido como garantia para esse pedido cheques pré-datados, combinando que a compensação dos mesmos se faria mediante a entrega das mercadorias. Aduz que a mercadoria deveria ser entregue até o mês de março de 2008. Entretanto, isso não ocorreu. A autora fez contatos telefônicos para saber o ocorrido, recebendo resposta de que no prazo de 15 (quinze) dias a mercadoria seria entregue. Alega que a mercadoria não foi entregue no prazo informado pela requerida e percebendo que esta não cumpriria com sua promessa, sustou os cheques junto ao Banco da Amazônia por quebra de contrato e avisou a ré que o negócio não mais interessava, requerendo a

devolução dos cheques. Após isto, no dia 13 de outubro de 2008 recebeu notificação do Cartório de Protesto, que informou a apresentação do cheque 972451 no valor de R$ 5.440,95. Informa que ficou surpresa, uma vez que havia notificado a requerida. Diante disto, ingressou com a demanda requerendo em sede liminar o cancelamento provisório do protesto existente em nome da requerida e a intimação do Cartório de Protesto para que não efetivasse nenhum registro em nome da autora referente ao negócio com a requerida. Ao final requereu a procedência do pedido, com a declaração de nulidade dos três cheques emitidos pela requerente, bem como o cancelamento definitivo dos protestos oriundos do mesmo. Às fls. 15/16, o Juízo a quo concedeu liminar para determinar o cancelamento dos protestos dos cheques relacionados nos autos A autora prestou caução (fls. 22). A requerida agravou da decisão, juntando cópia nos autos (fls. 26/34). A Ré ofereceu contestação às fls. 56/72, alegando a ausência de requisitos para a concessão da antecipação de tutela. No mérito, alega que o cheque é ordem de pagamento à vista e que sustação do mesmo depende de contra-ordem dada por aviso epistolar ou via judicial ou extrajudicial, com as razões motivadoras do ato. Afirma que não consta dos autos qualquer documento de que a sustação fora comunicada à requerida. Insiste que a sustação de cheque sem razões de fato ou de direito caracteriza ilícito penal. Quanto ao protesto informa que somente o fez porque a autora se nega a negociar o débito. Bate pela litigância de má-fé. Juntou documentos. A autora apresentou impugnação às fls. 77/78. Realizada audiência de conciliação às fls. 86/87, foram fixados os pontos controvertidos, intimadas as partes para especificarem as provas que pretendiam produzir e designada data para a realização de audiência de instrução. Às fls. 88, a Autora indicou a testemunha a ser arrolada requerendo a sua intimação. Enquanto que o Réu, ratificou a produção de prova testemunhal e o depoimento pessoal da Autora, oferecendo desde logo o rol de suas testemunhas (fls. 90/91). Às fls. 104 foram tomados os depoimentos pessoais das partes e às fls. 113 colheram o depoimento da testemunha da Autora. A autora apresentou memoriais às fls. 116/117 e a Ré às fls. 119/122. Sobreveio a sentença lavrada nos seguintes termos: (...) Isso posto, com fundamento no artigo 269, I c/c artigo 333, inciso I, ambos do Código de Processo Civil, julgo improcedente o pedido, extinguindo o processo com resolução de mérito. Condeno a parte autora em custas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% do valor dado à causa. Casso a liminar anteriormente concedida e determino o restabelecimento do protesto do cheque emitido pela autora em favor da ré. Oficie-se o Cartório de Protestos competente. Cancelo a caução prestada pela autora. Lavre-se o termo de cancelamento. PRIC. Santarém, 29 de abril de 2.013. Valdeir Salviano da Costa Juiz de Direito Inconformado a Autora recorre pleiteando a desconstituição da sentença com o consequente julgamento de mérito da demanda, porque a Ré ficou simplesmente nas alegações de que as mercadorias foram entregues, mesmo consignando que havia um protocolo de entrega. Defende que a Ré não se desincumbiu do ônus da prova, inserto no art. 333, inciso II, CPC. Afirma também que os depoimentos colhidos nos autos demonstram que a Autora sempre cumpriu com os seus compromissos e que não pode admitir o pagamento de um cheque por algo que não recebeu. Finalmente, requereu o provimento recursal para reconhecer a nulidade dos títulos de crédito, a sustação do protesto e a inversão do ônus sucumbencial. Apelo recebido em ambos os efeitos, fls. 152. Em contrarrazões o Apelado rebate as arguições da Apelante afirmando que a sustação do cheque é ilegítima, por não ter dado ciência ao Recorrido e não ter preenchido as hipóteses do art. 35 e 36 da Lei n. 7347/85. Defende que a exordial é natimorta, por ser desprovida de provas que demonstrem suas alegações e a única testemunha arrolada em juízo demonstra o negócio jurídico e que a mercadoria foi entregue. Requereu o desprovimento do recurso. É o relatório. DECIDO. Sabe-se que o cheque constitui documento autônomo representativo do crédito, estando abstraído do negócio subjacente causal, sendo a higidez do débito corolário lógico da cártula em si. O cheque, como título de crédito não causal que é, constitui ordem de pagamento à vista e, uma vez que posto em circulação, emana proteção ao portador de boa-fé que terá seu direito protegido, independentemente de eventual vício na relação jurídica subjacente. Entretanto, ainda que o cheque seja título de crédito que representa ordem de pagamento à vista, sendo dotado de autonomia e abstração, admite-se a discussão da causa debendi quando o título ainda não circulou, sendo que somente a prova robusta e inequívoca teria o condão de macular o direito de crédito constante no título. No caso, a parte autora insurge-se contra a dívida consubstanciada no cheque levado a protesto (fls. 09, no valor de R$ 5.440,95), alegando o não-recebimento de mercadorias atinentes à compra de tecidos. Na inicial, a Ré demonstra a emissão dos cheques pela Apelante (fls. 68), a certidão de protesto envolvendo o título n. 972451/6, na importância de R$ 5440,95 e as declarações das vendedoras, as quais afirmam que a mercadoria foi entregue. Referidas declarações também estão em consonância com o depoimento da testemunha colhida às fls. 113, vejamos: "Que o contato com a requerida ocorria apenas com o envio das mercadorias adquiridas para o município de Monte Alegre. Que a depoente apenas enviava a mercadoria, sendo que sua irmã é que recebia a mesma no município de Monte Alegre. QUE CONFIRMA QUE SUA IRMÃ RECEBEU TODAS AS MERCADORIAS ENVIADAS PELA DEPOENTE. QUE UTILIZAVA OS

CHEQUES DA AUTORA PRA EFETUAR PAGAMENTOS DAS MERCADORIAS. QUE CONFIRMA O RECEBIMENTO NO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE DA MERCADORIA CORRESPONDENTE À COMPRA NO VALOR DE R$ 14.381,90 (QUATORZE MIL, TREZENTOS E OITENTA E UM REAIS E NOVENTA CENTAVOS). Que a mercadoria adquirida foi toda para Monte Alegre, não tendo sido comercializada em Santarém. Que não teve conhecimento da sustação dos cheques por parte da autora (fls. 112). Deste modo, o conjunto probatório demonstra a existência da dívida e a ausência de pagamento, cumprindo com o disposto no art. 333, inciso II, do CPC/73, vejamos: Art. 333. O ônus da prova incumbe: (...) II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. Portanto, a Autora desincumbiu do ônus de comprovar o fato constitutivo do seu direito, elencado no art. 333, inciso I, do CPC/73 que exige a demonstração do fato constitutivo do seu direito, vejamos: Art. 333. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; Concluo que, a sentença recorrida está em constância com a jurisprudência do STJ e dos Tribunais Pátrios, conforme procedentes que seguem: STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 889713 RS 2006/0206958-1 (STJ) Data de publicação: 17/11/2014 Ementa: RECURSO ESPECIAL. COMERCIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO COM PEDIDO DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. ENDOSSO DO CHEQUE. CIRCULAÇÃO. PRINCÍPIOS DA AUTONOMIA E DA ABSTRAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO (CC/2002 , ARTS. 915 E 916 ; LEI 7.357 /85 - LEI DO CHEQUE -, ART. 25). VERIFICAÇÃO DA CAUSA SUBJACENTE DO NEGÓCIO JURÍDICO. OPOSIÇÃO DE EXCEÇÕES PESSOAIS AO PORTADOR DO TÍTULO ENDOSSADO. HIPÓTESE DE COMPROVAÇÃO DE MÁ-FÉ. NÃO OCORRÊNCIA NO CASO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. 1. De acordo com o que dispõem o Código Civil de 2002 , em seus arts. 915 e 916 , e a Lei do Cheque , em seu art. 25, o devedor somente pode opor ao portador as exceções fundadas em relação pessoal com este ou em relação ao título, em aspectos formais e materiais. Nada pode opor ao atual portador relativamente a relações pessoais com os portadores precedentes ou mesmo com o emitente do título. 2. A única ressalva legal, que viabiliza as exceções mencionadas, tem cabimento quando o portador estiver agindo de má-fé, circunstância que não se verifica na espécie. 3. Recurso especial conhecido e provido para julgar improcedente a ação declaratória de nulidade de títulos e de sustação de protesto. TJ-DF - Apelação Cível do Juizado Especial ACJ 20140310293223 (TJ-DF) Data de publicação: 05/10/2015 Ementa: CONTRATADO JUNTO A TERCEIRO. APRESENTAÇÃO DO TÍTULO PELO ENDOSSATÁRIO. RECUSA DO PAGAMENTO PELO SACADO. PROTESTO.OPOSIÇÃO DAS EXCEÇÕES PESSOAIS FACE AO PORTADOR DA CÁRTULA.EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO. IMPOSSIBLIIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. São atributos dos títulos de crédito a cartularidade, autonomia e abstração. Deles decorre o reconhecimento da autonomia da relação jurídica cambial da relação material subjacente, como também a impossibilidade de oposição das exceções pessoais vinculadas à imperfeição no cumprimento da obrigação jurídica fundamental frente ao endossatário e terceiro de boa-fé. 2. A partir da petição inicial, restou incontroverso que o cheque foi emitido em favor de terceiro, contratado para a confecção e montagem de armários. Contudo, o cheque foi endossado para a ré, que embora tenha apresentado ao sacado, não houve o pagamento, porque o emitente havia apresentado oposição (sustação). Em razão do não pagamento, foi procedido o respectivo protesto. 3. Considerando que os motivos alegados para buscar a anulação do protesto foi a inexistência de relação jurídica material com o portador do título (endossatário), que não foi cumprida a obrigação pelo tomador originário (endossante), reformar-se a sentença, cujo teor contraria doutrina e jurisprudência vigentes. 4. Recurso CONHECIDO E PROVIDO, para reformar a sentença e julgar improcedente o pedido inicial. 5. Sem custas e honorários. 6. Julgamento conforme o art. 46 da Lei no. 9.099/95. TJ-MG - Apelação Cível AC 10073100022687001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 01/08/2014 Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ORDINÁRIA - AGRAVO RETIDO - PROVA TESTEMUNHAL - DESNECESSIDADE - CHEQUE SUSTADO -CIRCULAÇÃO DO TÍTULO - IMPOSSIBILIDADE DE OPOSIÇÃO DE EXCEÇÕES PESSOAIS. Tratando-se de ação visando à desconstituição de título de crédito, incumbe ao autor a prova dos fatos constitutivos de seu direito, sendo desnecessária a produção de prova testemunhal por parte do réu a fim de demonstrar que recebeu de boa-fé a cártula. Para opor exceções pessoais ao beneficiário do título que já circulou, necessária a comprovação de que o portador da cártula a adquiriu de má-fé, com o intuito de prejudicar o emitente. Do mesmo modo, é o entendimento deste Tribunal que passo a transcrever: APELAÇÃO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM PEDIDO DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO. ENDOSSO DO CHEQUE. CIRCULAÇÃO. PRINCÍPIOS DA AUTONOMIA E DA ABSTRAÇÃO DOS TÍTULOS DE CRÉDITO (CC/2002 , ARTS. 915 E 916 ; LEI 7.357 /85 - LEI DO CHEQUE -, ART. 25). VERIFICAÇÃO DA CAUSA SUBJACENTE DO NEGÓCIO JURÍDICO. OPOSIÇÃO DE EXCEÇÕES PESSOAIS AO PORTADOR DO TÍTULO ENDOSSADO. NÃO COMPROVAÇÃO DE MÁ FÉ. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. De acordo com o que dispõem o Código Civil de 2002 , em seus arts. 915 e 916 , e a Lei do Cheque , em seu

art. 25, o devedor somente pode opor ao portador as exceções fundadas em relação pessoal com este ou em relação ao título, em aspectos formais e materiais. Nada pode opor ao atual portador relativamente a relações pessoais com os portadores precedentes. 2. A única ressalva legal, que viabiliza as exceções mencionadas, tem cabimento quando o portador estiver agindo de má-fé, circunstância que não se verifica na espécie. 3. Recurso conhecido e desprovido. (2016.04358722-76, 166.826, Rel. JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR - JUIZ CONVOCADO, Órgão Julgador 5ª CAMARA CIVEL ISOLADA, Julgado em 2016-10-27, Publicado em 2016-10-31) Desta forma, incide a regra do art. 926, §1º e 932, inciso VIII, do NCPC e o art. 133, inciso XI e XII, alínea d, do nosso Regimento Interno que autoriza o julgamento monocrático. Vejamos: CAPÍTULO III DO RELATOR Art. 133. Compete ao relator: (...) XI - negar provimento ao recurso contrário: a) à súmula do STF, STJ ou do próprio Tribunal; b) ao acórdão proferido pelo STF ou STJ no julgamento de recursos repetitivos; c) ao entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; d) à JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA E. CORTE OU DE CORTES SUPERIORES; (Redação dada pela Emenda Regimental nº 03 de 21/07/2016). XII - dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária: a) à súmula do STF, STJ ou do próprio Tribunal; b) a acórdão proferido pelo STF ou STJ em julgamento de recursos repetitivos; c) a entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; d) à JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DESTA E. CORTE OU DE CORTES SUPERIORES; (Redação dada pela Emenda Regimental nº 03 de 21/07/2016). DISPOSITIVO. Ante o exposto, CONHEÇO e NEGO PROVIMENTO ao recurso, nos termos da fundamentação. PRI. À Secretaria para as devidas providências. Belém, 26 de junho de 2019. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE Desembargadora Relatora PROCESSO: 00266446020038140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANE VITÓRIA AMADOR QUARESMA Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELADO:WILSON MUNIER CORREA Representante(s): OAB 16766 - RODINILSON DOS SANTOS NOGUEIRA FILHO (ADVOGADO) OAB 18872 - RAIMUNDO JOSE PINHEIRO DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) APELANTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15161 - NATASHA FRAZAO MONTORIL PAMPOLHA (ADVOGADO) OAB 16637-A - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) . Conforme dispõe o Provimento nº0006/2006 - CJRMB, fica por este ato intimado, por meio de seu patrono, para apresentar manifestação ao Recurso Especial interposto nestes autos, no prazo legal. Belém, 28 de junho de 2019

RESENHA: 01/07/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA - VARA: 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA PROCESSO: 00101644420008140301 PROCESSO ANTIGO: 201430105383 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:ESTADO DO PARA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA - PROC. ESTADO (ADVOGADO) APELADO:INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS CACULA LTDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VICE-PRESIDÊNCIA PROCESSO Nº 0010164-44.2000.814.0301 RECURSO ESPECIAL RECORRENTE: ESTADO DO PARÁ RECORRIDA: INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS CAÇULA LTDA. DESPACHO O Estado do Pará, com fundamento nas alíneas "a" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, interpôs recurso especial (fls. 64-69), insurgindo-se contra acórdão (fls. 61-63) proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, cuja ementa tem o seguinte teor: "TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. EXECUÇÃO FISCAL. ICMS. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. OCORRÊNCIA. AJUIZAMENTO ANTERIOR A VIGÊNCIA DA LEI N.° 11.051/04, QUE INTRODUZIU O §4º AO ART. 40 DA LEI N.° 6.830/80. NORMA PROCESSUAL. APLICAÇÃO IMEDIATA. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO FORMULADO PELO ENTE FAZENDÁRIO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO ACERCA DA SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO POR ELE MESMO REQUERIDA, BEM COMO DO ARQUIVAMENTO AUTOMÁTICO DO FEITO. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL QUE PASSOU A FLUIR DEPOIS DE 1 (UM) ANO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO. TERMO INICIAL EM AGOSTO DE 2000, SENTENÇA EXTINTIVA PUBLICADA EM SETEMBRO DE 2013. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.° 314/STJ. PRECEDENTES STJ. RECURSO DE AGRAVO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. À UNANIMIDADE". Sustentou, em síntese, a parte recorrente: 1) impossibilidade de decretação da prescrição sem prévia oitiva da fazenda pública; e, 2) negativa de vigência ao disposto no §4º do art. 40 da Lei 6.830/80. Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 70). O processo estava suspenso no Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - Nugep, aguardando o julgamento do recurso especial nº 1.340.553/RS (Relator Ministro Mauro Campbell Marques) pelo Superior Tribunal de Justiça. Considerando o julgamento do recurso que ensejou a suspensão do feito, passo à

análise do caso, levando em conta as teses fixadas no acórdão paradigma. É o relatório. Salvo melhor juízo, o acórdão recorrido diverge de entendimento do Superior Tribunal de Justiça exarado em julgamento de recurso repetitivo, tendo como paradigma acórdão proferido no recurso especial 1.340.553/RS (1ª Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, publicado em 16.10.2018), no qual foram fixadas diversas teses acerca da prescrição intercorrente em execução fiscal, notadamente em relação ao prescrito no art. 40 da Lei 6.830/1980. A ementa do REsp. 1.340.553 tem o seguinte teor: "RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: `Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: `[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá

demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). Opuseram-se embargos de declaração a esse acórdão proferido no REsp. 1.340.553/RS, os quais foram parcialmente acolhidos, nos seguintes termos: "RECURSO INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO CPC/2015. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3. PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. ART. 40, DA LEI DE EXECUÇÕES FISCAIS (LEI N. 6.830/80). AUSÊNCIA DE OMISSÃO E CONTRADIÇÃO. PRESENÇA DE OBSCURIDADE. EMBARGOS PARCIALMENTE ACOLHIDOS SEM EFEITOS INFRINGENTES. 1. A expressão `pelo oficial de justiça" utilizada no item `3" da ementa do acórdão repetitivo embargado é de caráter meramente exemplificativo e não limitador das teses vinculantes dispostas no item `4" da mesma ementa e seus subitens. Contudo pode causar ruído interpretativo a condicionar os efeitos da `não localização" de bens ou do devedor a um ato do Oficial de Justiça. Assim, muito embora o julgado já tenha sido suficientemente claro a respeito do tema, convém alterar o item `3" da ementa para afastar esse perigo interpretativo se retirando dali a expressão `pelo oficial de justiça", restando assim a escrita: `3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: `[...] o juiz suspenderá [...]). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege." 2. De elucidar que a `não localização do devedor" e a `não localização dos bens" poderão ser constatadas por quaisquer dos meios válidos admitidos pela lei processual (v.g. art. 8º, da LEF). A Lei de Execuções Fiscais não faz qualquer discriminação a respeito do meio pelo qual as hipóteses de `não localização" são constatadas, nem o repetitivo julgado. 3. Ausentes as demais obscuridades, omissões e contradições apontadas. 4. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos infringentes" (STJ - 1ª Seção, ED no REsp. 1.340.553, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, publicado em 13.03.2019). Sendo assim, encaminhe-se o processo ao órgão julgador para, se assim o entender, realizar juízo de retratação, conforme previsto no art. 1.030, II, e no art. 1.040, II, do Código de Processo Civil. Após a manifestação do órgão julgador, voltem-me os autos conclusos para exame dos requisitos de admissibilidade do(s) recurso(s) interposto(s) e demais disposições contidas nos arts. 1.030, V, "c", e 1.041 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Belém/PA, ____ de _____ de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará Av. Almirante Barroso, n.º 3.089, bairro Souza, CEP: 66613-710, Belém - PA. Telefone: (91) 3205-3044 COORD.2019.45 1 PROCESSO: 00254518720028140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO Ação: Apelação Cível em: 01/07/2019 APELANTE:ALVARO AUGUSTO BORDALO FILHO Representante(s): OAB 2721 - JOSE ALFREDO DA SILVA SANTANA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador José Maria Teixeira do Rosário Apelação Cível nº 0025451-87.2002.8.14.0301 Apelante: Álvaro Augusto Bordalo Filho Advogada: Amanda Cristina Silva Marialva, OAB/PA 28.823 Desembargador relator: José Maria Teixeira do Rosário AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 11 dias do mês de junho de 2019, às 16:30h, no gabinete do Exmo. Desembargador José Maria Teixeira do Rosário, na presença desta conciliadora, efetuado o pregão, registro o comparecimento apenas do Apelante, através do advogada Amanda Cristina Silva Marialva, OAB/PA 28.823. Nestes termos, encaminho os autos ao Excelentíssimo Desembargador Relator para as providências cabíveis. Belém, 11 de junho de 2019. _____ LIGIA OHASHI TORRES Conciliadora ADVOGADO:_____ PROCESSO: 00608573520098140301 PROCESSO ANTIGO: 20143002892 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL Ação:

Execução Fiscal em: 01/07/2019 APELANTE:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): BRENDA QUEIROZ JATENE - PROC. MUNICIPAL (ADVOGADO) APELADO:MARIA EUNICE F R DO CARMO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VICE-PRESIDÊNCIA PROCESSO Nº 0060857-35.2009.814.0301 RECURSO ESPECIAL RECORRENTE: MUNICÍPIO DE BELÉM RECORRIDA: MARIA EUNICE F. R. DO CARMO DECISÃO O Município de Belém, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da Constituição Federal, interpôs recurso especial (fls. 42-47), insurgindo-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, cuja ementa tem o seguinte teor: "AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE SOBRE OS EXERCÍCIOS DE 2005 A 2007. EXTINÇÃO DO FEITO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NA FORMA DO ART. 269, IV DO CPC. MONOCRATICAMENTE, FOI NEGADO SEGUIMENTO AO RECURSO NO TOCANTE AO IPTU DO EXERCÍCIO DE 2005 POR TER INCIDIDO PRESCRIÇÃO ORIGINÁRIA, TODAVIA CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO APELO AFASTANDO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE DOS EXERCÍCIOS DE 2006 E 2007. INTELIGÊNCIA DO ART. 557, § 1o-A DO CPC. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO, À UNANIMIDADE". (2014.04578938-96, 136.202, Rel. PRESIDENCIA P/ JUIZO DE ADMISSIBILIDADE, Órgão Julgador 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA, Julgado em 2014-07-21, Publicado em 2014-07-24) Sustentou a parte recorrente, em síntese, a não ocorrência de prescrição intercorrente em relação ao exercício de 2005, uma vez que o Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do recurso especial repetitivo nº 1.120.295/SP, assentou que o marco interruptivo da prescrição atinente ao despacho do juiz que ordena a citação (após a alteração do art. 174 do CTN pela Lei Complementar 118/2005) retroage à data do ajuizamento da execução. Não foram apresentadas contrarrazões (fl. 51). O processo estava suspenso no Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - Nugep, aguardando o julgamento do recurso especial nº 1.340.553/RS (Relator Ministro Mauro Campbell Marques) pelo Superior Tribunal de Justiça. Considerando o julgamento do recurso que ensejou a suspensão do feito, passo à análise do caso, levando em conta as teses fixadas no acórdão paradigma. É o relatório. Decido. Embora o processo, como exposto, estivesse suspenso aguardando o Superior Tribunal de Justiça decidir o REsp. 1.340.553/RS (1ª Seção, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, publicado em 16.10.2018), o caso, na verdade, não se resolve pelas teses fixadas no acórdão paradigma proferido naquele recurso especial repetitivo. Por outro lado, considerando que o recorrente atacou parte do acórdão que reconheceu a prescrição intercorrente em relação ao exercício de 2005, dada a inércia do exequente em promover o regular andamento do feito, mesmo que ajuizada a ação dentro do prazo legal (fl. 36), salvo melhor juízo, o acórdão recorrido diverge de entendimento do Superior Tribunal de Justiça exarado no julgamento do recurso repetitivo nº 1.120.295/SP, no qual, dentre outras teses, assentou-se que, nos termos do §1º do art. 219 do CPC, o marco interruptivo da prescrição atinente ao despacho do juiz que ordena a citação (após a alteração do art. 174 do CTN pela Lei Complementar 118/2005) retroage à data do ajuizamento da execução, cuja ementa tem o seguinte teor: "PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE O FISCO COBRAR JUDICIALMENTE O CRÉDITO TRIBUTÁRIO. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. CRÉDITO TRIBUTÁRIO CONSTITUÍDO POR ATO DE FORMALIZAÇÃO PRATICADO PELO CONTRIBUINTE (IN CASU, DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS). PAGAMENTO DO TRIBUTO DECLARADO. INOCORRÊNCIA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA DECLARADA. PECULIARIDADE: DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS QUE NÃO PREVÊ DATA POSTERIOR DE VENCIMENTO DA OBRIGAÇÃO PRINCIPAL, UMA VEZ JÁ DECORRIDO O PRAZO PARA PAGAMENTO. CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL A PARTIR DA DATA DA ENTREGA DA DECLARAÇÃO. (...) 14. O Codex Processual, no § 1º, do artigo 219, estabelece que a interrupção da prescrição, pela citação, retroage à data da propositura da ação, o que, na seara tributária, após as alterações promovidas pela Lei Complementar 118/2005, conduz ao entendimento de que o marco interruptivo atinente à prolação do despacho que ordena a citação do executado retroage à data do ajuizamento do feito executivo, a qual deve ser empreendida no prazo prescricional. (...) (REsp 1120295/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/05/2010, DJe 21/05/2010) Sendo assim, encaminhe-se o processo ao órgão julgador para, se assim o entender, realizar juízo de retratação, conforme previsto no art. 1.030, II, e no art. 1.040, II, do Código de Processo Civil. Após a manifestação do órgão julgador, voltem-me os autos conclusos para exame dos requisitos de admissibilidade do(s) recurso(s) interposto(s) e demais disposições contidas nos arts. 1.030, V, "c", e 1.041 do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Belém/PA, ____ de _____de 2019. Desembargadora CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO Vice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará Av. Almirante Barroso, nº 3089, bairro Souza, CEP: 66613-710, Belém-PA. Telefone (91) 3205-3044 ncoord.42.2019 1 Página de 3

Número do processo: 0803002-85.2017.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: VALDECI DA SILVA ARAUJO Participação: ADVOGADO Nome: SAMIA CRISTINA LOPES CORREAOAB: 21904/PA Participação: AGRAVADO Nome: MILTON CESAR LOBATO DE SOUZA Participação: AGRAVADO Nome: CLINICA CIRURGICA ORTOPEDICA LTDA Participação: AGRAVADO Nome: MUNICIPIO DE BELEMTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - 0803002-85.2017.8.14.0000AGRAVANTE: VALDECI DA SILVA ARAUJOAGRAVADO: MILTON CESAR LOBATO DE SOUZA, CLINICA CIRURGICA ORTOPEDICA LTDA, MUNICIPIO DE BELEMRELATOR(A):Desembargadora NADJA NARA COBRA MEDA EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PACIENTE COM NECESSIDADE DE TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO.DIREITO À SAÚDE. DIREITO DE TODOS. TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO ? TFD, TRATA-SE DE UM INSTRUMENTO LEGAL QUE VISA O TRATAMENTO MÉDICO PARA PACIENTES QUE JÁ ESGOTARAM TODAS AS VIAS DE TRATAMENTO NO MUNICÍPIO DE ORIGEM. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E PROVIDO A FIM DE ALTERAR A CIDADE DE DESTINO DO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) ONDE SE REALIZARÁ O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO. 1. O direito à saúde não se enquadra apenas no rol de direitos fundamentais, com previsão expressa no art. 196 da Carta Magna, mas a sua proteção e garantia está indissociavelmente ligada ao direito à vida de todo e qualquer ser humano. Direito este, que é pressuposto necessário para o exercício de qualquer outro e que se algum ato, seja de um ente público ou de um particular, o ameaça de lesão ou o lesiona, toda a ordem jurídico-social entra em risco iminente.2. No caso em tela, restou demonstrado elementos suficientes para concessão de Tratamento Fora de Domicilio ? TFD, para realização da cirurgia de urgência de ARTROPATIA DEGENERATIVA BILATERAL DE OMBROS (CID 10 ? M75) devido à existência de Artrose do Ombro Direito (M-19), bem como a cirurgia eletiva para correção do membro superior esquerdo decorrente do rompimento do tendão do bíceps (CID 10 ? S46), a ser realizada na cidade deTeresina-PI,abrangendo na decisão as despesas para passagens, hospedagem, alimentação e deslocamento naquela cidade para o Agravante e seu acompanhante;3. Posto isto, na esteira do parecer ministerial, conheço do Recurso de Agravo de Instrumento e dou-lhe provimento a fim de que seja reformada a decisão interlocutória a fim de alterar a cidade de destino do Tratamento Fora do Domicílio (TFD) onde se realizará o procedimento cirúrgico.ACÓRDÃOAcordam os Exmos. Srs. Desembargadores, que integram a Turma Julgadora da 2ª Turma de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade, em conhecer e dar provimento ao recurso, conforme o voto da Relatora.Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aos 17 dias do mês de junho de 2019.Julgamento presidido pela Exma. Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento. RELATÓRIO Tratam os presentes autos deAGRAVO DE INSTRUMENTO,COM PEDIDO EFEITO SUSPENSIVO,interposto peloVALDECI DA SILVA ARAUJOcontra decisão interlocutória proferida pelo MM. Juízo da 4ª Vara da Fazenda da Comarca de Belém, nos autos da AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER (CONCRETIZAÇÃO DE DIREITO FUNDAMENTAL) C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS (Processo nº 0819454-43.2017.8.14.0301), ajuizada em face deMUNICIPIO DE BELÉM, CLINICA DOS ACIDENTADOS E DR. MILTON CESAR LOATO DE SOUZA, que deferiu a liminar para a realização de cirurgia no município de Recife.O agravante aduz, em ID: 324251 - Pág. 1/6, que iniciou batalha judicial em 07/08/2017, contra os agravados, para obter provimento à cirurgia de urgência de Artropatia Degenerativa Bilateral de Ombros (CID 10-M75) a ser realizada em Recife-PE.Aduz que, devido à redistribuição do processo, a liminar pleiteada na ocasião não foi apreciada a tempo de realizar a cirurgia na cidade de Recife. Posteriormente, instruiu o processo com novos documentos, a fim de que fosse deferida a tutela de urgência para a realização da cirurgia na cidade de Teresina-PI.Assim, requer que seja concedida nova liminar, mais apropriada ao momento, para realizar cirurgia na cidade de Teresina, onde há médico especializado.A decisão monocrática se deu nos seguintes termos (ID. 324900 - Pág. 1/3):Ante o exposto, defiro o pedido de antecipação de tutela postulado, pelos motivos aduzidos.Oficie-se ao Juízo da 4ª Vara de Fazenda da Comarca da Capital, comunicando-o acerca da presente decisão e para que preste as informações que julgar necessárias, no prazo de 15 (quinze) dias, consoante o disposto no art.1.019, I e art. 67 do CPC.Remetam-se os autos à Secretaria Plantonista, para os devidos fins e remessa a distribuição normal, por força do § 6º do Art. 1º da Resolução 016/2016 deste Tribunal.Belém, 23 de dezembro de 2017.Desa. EZILDA PASTANA MUTRANRelatora Plantonista Diante da referida decisão, o agravante interpôs embargos de declaração (ID. 325647 - Pág. 1/4), suscitando a ausência de citação dos réus indicados no agravo, requerendo que o embargo de declaração seja conhecido e acolhido, a fim de que à Corte de plantão se manifeste sobre este ponto, sanando as omissões apontadas a fim de dar efetividade à decisão prolatada.A decisão dos

referidos embargos a declaração se deus nos seguintes termos: de ID. 325706 - Pág. 1/2 (...). Neste sentido assiste razão ao embargante, uma vez que a Desembargadora Plantonista, em sua decisão, deferiu a antecipação da tutela pleiteada, porém, não determinou a intimação dos agravados, pelo Plantão Judicial, para cumprimento da sua decisão.Em razão da apontada omissão, o processo foi remetido ao plantão do fórum cível; a secretaria plantonista recebeu o ofício em 24/12/2017, mas, certificou que o cumprimento será efetivado após o recesso forense (Número 325208 - páginas 1 e 2).Desta feita, acolho os embargos para determinar a intimação dos agravados pelo Plantão Judicial.À Secretaria de origem, em regime de plantão, para os devidos fins.Belém, 27 de dezembro de 2017.Desa. Elvina Gemaque TaveiraRelatora Plantonista. Os agravados não apresentaram contrarrazões (ID.1640432 - Pág. 1)Encaminhados os autos ao Ministério Público de 2º grau, manifestou-se pelo conhecimento e provimento do presente recurso.É o relatório. VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, conheço do recurso, pelo que passo a apreciá-lo. O cerne da questão cinge-se em verificar se o Agravante possui o direito de obter a realização de Tratamento Fora do Domicílio ? TFD, mais especificamente na cidade de Terezina ? PI.Pois bem, verifico que as razões do Agravante merecem prosperar.O direito à saúde não se enquadra apenas no rol de direitos fundamentais, com previsão expressa no art. 196 da Carta Magna, mas a sua proteção e garantia está indissociavelmente ligada ao direito à vida de todo e qualquer ser humano. Direito este, que é pressuposto necessário para o exercício de qualquer outro e que se algum ato, seja de um ente público ou de um particular, o ameaça de lesão ou o lesiona, toda a ordem jurídico-social entra em risco iminente.No caso em tela, o agravante requer o custeio de cirurgia urgente de ARTROPATIA DEGENERATIVA BILATERAL DE OMBROS (CID 10-M75),na cidade de Terezina - PI, através do Tratamento Fora do Domicílio, ofertado pelo SUS, uma vez que após diversas consultas e inclusive cirurgia realizada no Hospital das Clínicas de Belém(ID 1131454), seu problema não fora solucionado, estando o agravado com fortes dores, que só são amenizadas com o uso de medicamentos, enfrentando inclusive crises depressivas em virtude da situação a que está submetendo-se.O Tratamento Fora do Domicílio ? TFD, trata-se de um instrumento legal que visa o tratamento médico para pacientes que já esgotaram todas as vias de tratamento no município de origem e está regulado, pela Portaria da Secretaria de Assistência à Saúde ? SAS nº 005/99, que assim dispõe em seu artigo 1º, §1º:Art. 1°- Estabelecer que as despesas relativas ao deslocamento de usuários do Sistema Único de Saúde - SUS para tratamento fora do município de residência possam ser cobradas por intermédio do Sistema de Informações Ambulatoriais - SIA/SUS, observado o teto financeiro definido para cada município/estado.§ 1°· O pagamento das despesas relativas ao deslocamento em TFD só será permitido quando esgotados todos os meios de tratamento no próprio município. Verifica-se no caso em comento que todos os meios de tratamento no Município de Belém foram esgotados, mediante os laudos ora anexados pelo agravante, deste modo, implora o Agravante, para que seja concedida uma nova liminar de maneira mais apropriada à situação fática concernente à apreciação do novo laudo de ID 3185389, para realização de procedimento cirúrgico na cidade de Teresina, no Piauí, cidade onde há médico especializado na enfermidade do Agravante.O Tratamento Fora de Domicílio ? TFD, foi instituído pela Portaria nº 55 da Secretaria de Assistência à Saúde (Ministério da Saúde), é um instrumento legal que visa garantir, através do SUS, tratamento médico a pacientes portadores de doenças não tratáveis no município de origem por falta de condições técnicas.Assim, o TFD consiste em uma ajuda de custo ao paciente, e em alguns casos, também ao acompanhante, encaminhados por ordem médica à unidades de saúde de outro município ou Estado da Federação, quando esgotados todos os meios de tratamento na localidade de residência do mesmo, desde que haja possibilidade de cura total ou parcial, limitado no período estritamente necessário a este tratamento e aos recursos orçamentários existentes.Destina-se a pacientes que necessitem de assistência médico-hospitalar cujo procedimento seja considerado de alta e média complexidade eletiva.O SUS assegura a inserção no TFD aos pacientes carentes de recursos financeiros, cujo tratamento inexiste ou resta esgotado no Município de seu domicílio. Suas condições constam dos arts. 4º e 7º, da portaria/SAS nº 55/99, que assim dispõem:Art. 4º. As despesas permitidas pelo TFD são aquelas relativas ao transporte aéreo, terrestre e fluvial; diárias para alimentação e pernoite para paciente e acompanhante orçamentária do município/estado. Art. 7º. Será permitido o pagamento para deslocamento de acompanhante nos casos em que houver indicação médica, esclarecendo o porquê da impossibilidade de o paciente se deslocar desacompanhado. Sendo este o caso dos autos, em que o agravante necessita deslocar-se de Belém para Terezina/PI, onde realiza as consultas e tratamento cirúrgico especializado,verifico a probabilidade do direito, atendendo ao primeiro requisito para a antecipação da tutela pretendida.Quanto aoperigo de dano e risco ao resultado útil do processo, também o identifico na espécie, de modo suficiente a justificar a medida pretendida, já que a agravante possui quadro de saúde frágil, de modo que essa condição reclama cuidados especiais.Nesse contexto, em que o dano experimentado pelo recorrido, face à decisão agravada, seja superior àquele ocasionado ao recorrente, na

mesma situação. Trata-se da ponderação de prejuízos, devendo ser beneficiário da medida jurisdicional aquele potencialmente mais vulnerável aos efeitos da tutela antecipada.A questão não demanda alongamento para caracterizar o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Não restam dúvidas de que a gravidade do prejuízo opera contra o recorrido, pois será contra ele a incidência do ?mal maior?, caso indeferida a pretensão recursal.Assim, do cotejo dos possíveis prejuízos em conflito, emerge que a manutenção da vida do agravante é o mais precioso, portanto, em face das circunstâncias delineadas e do direito subjetivo público à saúde, que deve ser concretizado a luz da recomendação médica, de vez que o procedimento prescrito certamente proporcionará a melhora do paciente.Assim, conforme verificado nos autos, não há prova em sentido contrário a contrapor a presunção de direito do agravante, em razão dos diversos comprovantes médicos, os quais na forma do art. 300 do CPC/2015 impuseram os requisitos de verossimilhança para a concessão legal da tutela.Assim, é necessário dar provimento ao recurso do agravante, haja vista que, demonstrou elementos suficientes para concessão de Tratamento Fora de Domicilio ? TFD, para realização da cirurgia de urgência de ARTROPATIA DEGENERATIVA BILATERAL DE OMBROS (CID 10 ? M75) devido à existência de Artrose do Ombro Direito (M-19), bem como a cirurgia eletiva para correção do membro superior esquerdo decorrente do rompimento do tendão do bíceps (CID 10 ? S46), a ser realizada na cidade deTeresina-PI,abrangendo na decisão as despesas para passagens, hospedagem, alimentação e deslocamento naquela cidade para o Agravante e seu acompanhante;Posto isto, na esteira do parecer ministerial, conheço do Recurso de Agravo de Instrumento e dou-lhe provimento a fim de que seja reformada a decisão interlocutória a fim de alterar a cidade de destino do Tratamento Fora do Domicílio (TFD) onde se realizará o procedimento cirúrgico.É como voto.Belém, 17 de junho de 2019. DESEMBARGADORA NADJA NARA COBRA MEDARELATORA Belém, 27/06/2019

Número do processo: 0808892-68.2018.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: MUNICIPIO DE CASTANHAL Participação: ADVOGADO Nome: ALYNE AZEVEDO MARCHIORIOAB: 21478/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANO CAVALCANTE DE SOUZA FERREIRAOAB: 580 Participação: AGRAVADO Nome: BANCO BMG SA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL BARRETO BORNHAUSENOAB: 11328/SCTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - 0808892-68.2018.8.14.0000AGRAVANTE: MUNICIPIO DE CASTANHALAGRAVADO: BANCO BMG SARELATOR(A):Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO EMENTA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO.INOCORRÊNCIA. MERA IRRESIGNAÇÃO DA PARTE.AUSÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CPC.MERA INSATISFAÇÃO EM RELAÇÃO AO CONTEÚDO DECISÓRIO.REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. PREQUESTIONAMENTO.IMPOSSIBILIDADE.1. Os embargos de declaração só se prestam a sanar obscuridade, omissão, contradição ou erro material porventura existentes no acórdão, não servindo à rediscussão da matéria já julgada no recurso.2. Acontradiçãoqueautorizaocabimentodeembargos dedeclaraçãoé aquela existente entre a fundamentação e a conclusão do acórdão. Estando o fundamento do acórdão em perfeita harmonia com a sua conclusão, não há se falar na existência de vício que enseja a interposição deembargosdedeclaraçãopara saná-lo.3.É anômalo o uso de embargos declaratórios com a finalidade de provocar rejulgamento da causa com vistas a alinhar o novo pronunciamento aos interesses da parte embargante.4.RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. UNÂNIME. ACÓRDÃO Vistos, relatados e aprovados em Plenário Virtual os autos acima identificados, ACÓRDAM os Excelentíssimos Desembargadores que integram a 2ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade, conhecer e negar provimento aos embargos de declaração, na conformidade do Relatório e Voto, que passam a integrar o presente Acórdão. Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Nadja Nara Cobra Meda (Presidente), Luzia Nadja Guimarães Nascimento (Relatora) e Luiz Gonzaga da Costa Neto. Belém, 28de junho de 2019. DESA. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTORelatora RELATÓRIO Vistos etc. Trata-se de recurso de Embargos de Declaração c/ Efeitos Infringentes, opostos pelo MUNICÍPIO DE BELÉM, objetivando reformar o acórdão de nº. 175.604, que conheceu e negou provimento ao recurso de Agravo de Instrumento interposto pelo mesmo para reformar, a decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara da Fazenda de Belém, que determinou a nomeação do Embargado WILISI EDIMAR DOS SANTOS ALVES, para o cargo de auxiliar de pavimentação, vinculado ao Edital 01/2012-SESAN.Em suas razões (fls.182/187), o embargante alega a existência omissão noreferido Acórdão, no momento em que deixou de enfrentar fato novo que influencia no julgamento da lide, e impede a nomeação do Embargado: a edição da Lei Municipal nº.9.203/2016, que

extinguiu o cargo de agente de vias públicas para a administração direta e indireta.Esclarece, ainda, que o concurso público a qual o impetrante, ora embargado foi submetido, foi realizado sem que, efetivamente, houvessem sido criadas as vagas p os cargos ofertados; que na realidade o que houve foi a criação apenas da nomenclatura do cargo, e que dessa feita, veio a Lei e extinguiu a nomenclatura, com o fito de finalizar a dualidade prejudicial para a municipalidade e administrados.Afirma que em a razão do fato posterior imprevisível e inevitável, externo a vontade das partes, qual seja, a crise econômica,provocou um enorme desequilíbrio, tornando as contratações onerosas.Finaliza pugnando pelo processamento e provimento dos presentes Embargos Declaratórios nos termos do art. 1.022 e seguintes do NCPC, devendo ser sanadas as omissões apontadas, e apreciados os fatos novos apresentados, inclusive para efeito de prequestionamento, modificando a r. decisão. Não foram oferecidas contrarrazões, conforme Certidão exarada à fl. 216 dos presentes autos. É o relatório. VOTO Atendidos os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso e passo à sua análise de mérito.Trata-se de Embargos de Declaração opostos contra o v. Acórdão nº.175.604, que conheceu e negou provimento ao recurso de Agravo de Instrumento objetivando desconstituir a decisão de primeiro grau que DEFERIU A LIMINAR e determinou a nomeação do Embargado para o cargo de auxiliar de pavimentação vinculado ao Edital nº 01/2012-SESAN,Contra essa decisão foi interposto recurso de Agravo de Instrumento, para que fosse suspensa a r. Decisão, sob a assertiva de que o Mandado de Segurança fora interposto intempestivamente, que o autor não demonstrou direito líquido e certo e por fim a ilegitimidade da autoridade apontada como coatora.Submetido a julgamento, o recurso de agravo foi conhecido e desprovido, reconhecendo o direito do Embargado à nomeação, nos termos da Decisão de Primeiro Grau.Sobre a matéria, vale ressaltar, que o Supremo Tribunal federal julgou, em agosto de 2011, o Recurso Extraordinário nº. 598.099, onde ficou consolidada a tese de direito à nomeação em favor do candidato aprovado dentro das vagas previstas no edital do concurso público, sendo reconhecida a Repercussão Geral.O Acórdão recorrido está assim ementado: EMENTA:AGRAVO DE INSTRUMENTO.CONCURSO PÚBLICO.OMISSÃO DA ADMINISTRAÇÃO EM NOMEAR CANDIDATO DENTRO DA VALIDADE DO CERTAME.PRAZO DECADENCIAL PARA IMPETRAÇÃO DO MANDADO DE SEGURANÇA.DATA DA EXPIRAÇÃO DA VALIDADE DO CERTAME.DIREITO À NOMEAÇÃO.CANDIDATOS APROVADOS DENTRO D NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL.I ? Consoante entendimento do C. STJ o prazo decadencial para se impetrar Mandado de segurança contra omissão da administração pública em nomear candidato aprovado em concurso público é a data da expiração da validade do certame. Precedente do STJ.II - Dentro do prazo de validade do concurso, a Administração poderá escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, a qual de acordo com o edital, passa a constituir um direito do concursado aprovado e, dessa forma, um dever imposto ao Poder Público. Precedente do STF.III ? Recurso Conhecido e Provido. Como demonstrado, as questões citadas alhures, foram exaustivamente examinadas por ocasião do julgamento do recurso de Agravo de Instrumento, por conseguinte, fica evidenciado que o embargante pretende rediscutir matéria já transitada em julgado. Todavia, os embargos de declaração - que estão disciplinados a partir do art. 1.022 e ss. do NCPC, reza que caberão os aclaratórios para sanar omissão, contradição ou obscuridade ? além de corrigir erro material (art. 1.022, III).Com efeito, há obscuridade quando a redação da decisão não é suficientemente clara, dificultando sua compreensão ou interpretação; ocorre contradição se o julgado apresenta proposições inconciliáveis, tornando incerto o provimento jurisdicional; e, por fim, há omissão nos casos em que determinada questão ou ponto controvertido deveria ser apreciado pelo órgão julgador, mas não o foi. Por sua vez, há ?erro material? quando existe, p. ex., mero equívoco em cálculo aritmético, número de artigo ou súmula para fins de citação, erro de digitação, troca ou omissão de nomes ou palavras, sem que a interpretação, pelo contexto geral, reste prejudicada.Mesmo na hipótese de prequestionamento, não se afasta a exigência de tais pressupostos. Vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AUDITOR FISCAL DA RECEITA ESTADUAL. CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA AUDITIVA UNILATERAL. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. VEDAÇÃO.I - Ausente omissão acerca do art. 7º, III, § 3º da Lei nº 12.016/2009, bem como dos requisitos para pretensão liminar, em especial diante da regra constante Decreto Estadual nº 44.300/2006, em face da alegada prova da deficiência anunciada, legitimadora da exceção constitucional e legal.II - As hipóteses de cabimento dos embargos de declaração previstas no artigo 535 do Código de Processo Civil, não autorizam a via para fins de rediscussão da matéria e prequestionamento das disposições normativas alegadamente violadas. Embargos de declaração desacolhidos.(Embargos de Declaração Nº 70062303847, Segundo Grupo de Câmaras Cíveis, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Delgado, Julgado em 14/11/2014) [grifei] O recurso não se presta, assim, para inovação ou instar a reapreciação de matéria com enfrentamento destacado de dispositivos legais ou de argumentos que não sejam capazes de infirmar a conclusão, se o julgamento for

claro, integral e congruente ao resolver a lide ou o incidente suscitado. Ademais, não é próprio ao prévio questionamento com vista a recurso aos órgãos superiores. O seu oferecimento com o propósito de impedir a preclusão do questionamento somente se justifica quando evidenciada omissão do acórdão - o que se afasta quando os argumentos recursais se esvaem subsumidos nos fundamentos do julgado.Sem omissão, obscuridade contradição ou erro material (hipótese jurisprudencial que veio acolhida no NCPC) não se justifica a interposição de embargos declaratórios.A suposta contradição no julgado colegiado, não merece agasalho, uma vez que evidenteque o embargante pretende novo julgamento para a causa, tentando adequar o entendimento desta corte ao exposto neste recurso, o que não é possível em sede de embargos de declaração, cujos requisitos são específicos.Na realidade, o recorrente mistura as hipóteses de cabimento, buscando destacar supostos vícios na decisão embargada. Nesse sentido: ?EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CONTRADIÇÃO.INEXISTÊNCIA.CONTRADIÇÃO QUE AUTORIZA O CABIMENTO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO É A INTERNA, ENTRE A FUNDAMENTAÇÃO E O DISPOSITIVO - MERA IRRESIGNAÇÃO DA PARTE - INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC - EMBARGOS REJEITADOS. (TJ-PR - EXSUSP: 824071701 PR 824071-7/01 (Acórdão), Relator: Denise Kruger Pereira, Data de Julgamento: 16/07/2013, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1173).? Assim, não verifico a existência de referido vício, tendo a matéria sido debatida nos autos na medida em que a decisão recorrida evidencia que houve manifestação expressa sobre os fundamentos pelos quais se formou o convencimento e solucionou-se a lide sem omissão, obscuridade, contradição ou erro material.Portanto, sob qualquer aspecto que se analise, não há motivação ao acolhimento dos embargos declaratórios.Assim, ao fim e ao cabo, prestigia-se um dos pilares sobre os quais foi erigido o CPC/15, qual seja, o princípio da primazia da decisão de mérito, cujo postulado não foi ?inventado? pelo CPC de 2015, mas é resultado de uma evolução histórica que já permite afirmar a existência de uma história institucional do princípio (CPC, art. 282, § 2º, art. 317, art. 321, art. 488, art. 932, p. único).Ante o exposto,CONHEÇO DO RECURSO, masNEGO-LHE PROVIMENTOpor não restarem caracterizados os vícios suscitados. É como voto. Belém,28de junho de 2019. DESA. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTORelatora Belém, 27/06/2019

Número do processo: 0834826-95.2018.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: REINALDO PESSOA CHAVES Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANO CAVALCANTE DE SOUZA FERREIRAOAB: 580 Participação: ADVOGADO Nome: THAINA VEIGA MARGALHOOAB: 2670600A/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUCAS PINHEIRO DE ARAUJOOAB: 26546/PA Participação: APELADO Nome: PRESIDENTE DO IGEPREV Participação: APELADO Nome: INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARAPROCESSO ELETRÔNICO Nº 0834826-95.2018.814.0301 RECURSO EXTRAORDINÁRIO RECORRENTE: REINALDO PESSOA CHAVES RECORRIDO: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ - IGEPREV DECISÃO REINALDO PESSOA CHAVES, com fundamento na alínea ?a? do inciso III do art. 102 da Constituição Federal, interpôsrecurso extraordinário (Id 1430670), insurgindo-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, cuja ementa tem o seguinte teor:?EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. REDUTOR CONSTITUCIONAL. DECISÃO DE ACORDO COM O JULGAMENTO DOS TEMAS 257 (RE 606358) E 480 (RE 609381) PELO C. STF, SOB A SISTEMÁTICA DA REPERCUSSÃO GERAL.1. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, firmou-se no sentido de que após a Emenda Constitucional nº 41/03, as vantagens pessoais, de qualquer espécie, devem ser incluídas no redutor do teto remuneratório previsto no inc. XI do art. 37 da Constituição da República.2. Computam-se para efeito de observância do teto remuneratório do art. 37, XI, da Constituição da República, também os valores percebidos anteriormente à vigência da Emenda Constitucional nº 41/2003 a título de vantagens pessoais pelo servidor público, inexistente, portanto, direito adquirido à percepção de vencimentos ou proventos acima do teto constitucional, tampouco ofensa à garantia de irredutibilidade de vencimentos, ainda que o recorrente tenha se aposentado pelo regime legal anterior e valores a serem restituídos.Entendimento consolidado pelo julgamento dos Recursos Extraordinários pela sistemática da Repercussão Geral (RE606358 e RE 609381).? Sustentou o recorrente, em síntese, que o acórdão impugnado teria violado o disposto nos artigos 5º, XXXVI, da Constituição Federal, uma vez que teve o direito adquirido de não ter aplicado o redutor constitucional sobre as vantagens pessoais percebidas a título de aposentadoria, mediante decisão judicial transitada em julgado.Apresentaram-se contrarrazões (Id 1649470).É o relatório. Decido.O caso se enquadra no disposto no art. 1.030, I, ?a?, do Código de Processo Civil, haja vista que o Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 748.371/MT - tema 660 - decidiu pela inexistência de repercussão geral quando a suposta violação aos princípios do contraditório, da ampla defesa, dos limites

da coisa julgada e do devido processo legal, depender de prévia análise de normas infraconstitucionais.Sendo assim,nego seguimento ao recurso extraordináriocom fundamento no art. 1.030, I, do CPC.Publique-se. Intimem-se.Belém/PA, 12 de junho de 2019. DesembargadoraCÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIROVice-Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Número do processo: 0000322-37.2016.8.14.0020 Participação: APELANTE Nome: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO PEREIRA DE LIMAOAB: 10219/PA Participação: APELADO Nome: MANOEL GAMA DOS SANTOSVistos e etc. Considerando a certidão de ID 1530761 - pág. 11,intime-se pessoalmente o Apelantepara que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente endereço atualizado do Recorrido, sob pena de não conhecimento do recurso. À Secretaria para as devidas providências. Int. Belém, 18 de junho de 2019. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUEDesembargadora Relatora

Número do processo: 0803287-10.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: VALE S.A. Participação: ADVOGADO Nome: PEDRO BENTES PINHEIRO NETOOAB: 816 Participação: ADVOGADO Nome: PEDRO BENTES PINHEIRO FILHOOAB: 3210/PA Participação: ADVOGADO Nome: DANIELLE SERRUYA SORIANO DE MELLOOAB: 7830 Participação: AGRAVADO Nome: GILBERTO VASCONCELOS DA CRUZ Participação: ADVOGADO Nome: LARISSA GABRIELE DA COSTA TAVARESOAB: 22142/PA Participação: AGRAVADO Nome: VALMIR OLIVEIRA PEREIRA Participação: ADVOGADO Nome: LARISSA GABRIELE DA COSTA TAVARESOAB: 22142/PA1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAGRAVO INSTRUMENTO Nº 0803287-10.2019.8.14.0000AGRAVANTE: VALE S.A.AGRAVADO: OCUPANTES DO SÍTIO SERRA DOURADARELATORA: DESª MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE.EFEITO SUSPENSIVO. PROBABILIDADE DE PROVIMENTO DO RECURSO E DO RISCO DE DANO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. REQUISITOS CUMULATIVOS DEMONSTRADOS. COMPETÊNCIA DA VARA COMUM. ÁREA DESTINADA A MINERAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO CONCEDIDO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO, com pedido de efeito suspensivo, interposto porVALE S/A, contra decisão interlocutória que declinou da competência para a Vara Agrária da Comarca de Marabá, prolatada pelo Juízo da Vara Única da Comarca de Canaã dos Carajás-Pa,(NUM. 1691967), nos autos da Ação de Reintegração de Posse com pedido liminar, ajuizada pela Agravantecontra os ocupantesDO SÍTIO SERRA DOURADA. Em suas razões ponderou ser legítima possuidora da referida fazenda localizada na área destinada ao Projeto Níquel Vermelho, e que os agravados invadiram de forma violenta e clandestina o imóvel, imóvel este, como dito, vinculado as atividades de mineração. A situação é absurda e prejudica a atividade empresarial da empresa, considerada de interesse nacional e utilidade pública causando notórios prejuízos para a empresa. Alega que a Vara Agrária de Marabá é totalmente incompetente para apreciar e julgar as ações de reintegração de posse de imóvel não rural, já que vinculado à atividade de mineração de níquel (Níquel do Vermelho ? Vale S.A.), pelo que o não processamento da causa perante a Vara Cível viola o devido processo legal, o direito de defesa e o princípio do juiz competente. Sustenta que diante da possibilidade de a decisão agravada acarretar grave lesão ou prejuízo de difícil reparação à Agravante, imprescindível o conhecimento do recurso, bem como que lhe seja concedido efeito suspensivo para suspender todos os efeitos da decisão agravada, reestabelecendo a decisão liminar de reintegração de posse. Ao final pugnou pelo provimento do recurso para confirmar a competência da Vara Cível de Canaã dos Carajás, pela ausência de conflito agrário. É o breve relato síntese do necessário. DECIDO. Em obediência ao disposto no art. art. 6º, caput, da LICC,tempus regict actum.Deste modo, os pressupostos de admissibilidade recursal devem ser examinados à luz do art. 1015 e seguintes do NCPC. O recurso é cabível, por força o disposto no art. 1015, inciso I, do NCPC. Pois bem. O recurso é tempestivo e foi instruído com as peças obrigatórios, pelo que entendo preenchidos os pressupostos de admissibilidade. Consabido, incumbe ao relator apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal, de acordo com o artigo art. 932, II do NCPC. Entendo estarem presentes os requisitos necessários à concessão do efeito suspensivo pleiteado, consoante dispõe o parágrafo único do artigo 995 do NCPC. Senão vejamos. Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso. Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator,se dá imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de

difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso. Sendo assim, faz-se necessário a presença simultânea da fumaça do bom direito, ou seja, que o agravante consiga demonstrar através das alegações aduzidas, em conjunto com as documentações acostadas, a possibilidade de que o direito pleiteado exista no caso concreto, e o reconhecimento de que a demora na definição do direito poderá causar dano grave e de difícil reparação ao demandante com presumível direito violado ou ameaçado de lesão. Em que pese o posicionamento anterior desta desembargadora acerca da competência da vara agrária para dirimir o conflito envolvendo área objeto da lide, revejo meu posicionamento a fim de coadunar com o entendimento firmado pela 1ª Turma de Direito Privada deste E. Tribunal de Justiça em 08.04.2019, sendo voto vencido no processo nº 00015630920168140000. Vejamos: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. COMPETÊNCIA DA VARA AGRÁRIA. DESCABIMENTO. EXPLORAÇÃO MINERAL NA ÁREA. ATIVIDADE QUE NÃO SE CONFUNDE COM EXPLORAÇÃO AGRÁRIA. ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO PARÁ, LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 14/1993, RESOLUÇÃO Nº 018/2005-GP. ESTATUTO DA TERRA E LEI Nº 8.629/1993. AUSÊNCIA DO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONSTATAÇÃO DA COMPETÊNCIA DA VARA AGRÁRIA. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE IMÓVEL RURAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (2019.01389088-60, 202.606, Rel. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2019-04-08, Publicado em Não Informado(a). Deste modo, verifico estar presente os pressupostos para a concessão da tutela de urgência. De fato, a Constituição do Estado do Pará, promulgada em 05/10/1989, em seu art. 167, §1º, alínea ?b?, assim preconizava: Art. 167. O Tribunal de Justiça designará juízes de entrância especial com exclusiva competência para questões agrárias e minerárias§ 1°. A lei de organização judiciária definirá a competência dos juízes referidos neste artigo que, ressalvada a competência privativa da Justiça Federal, poderá abranger os processos relativos:b) ao meio ambiente eà políticaagrícola, agrária, fundiária eminerária, nos termos previstos pelas Constituições Federal e Estadual; (grifei) Por sua vez, a Lei Complementar Estadual nº 14/1993, em seu art. 3º, alínea ?b?, assim dispõe: Art. 3º - Aos juízes agrários, minerários e ambientais, além da competência geral, para os juízes de Direito, ressalvada a privativa da Justiça Federal, compete processar e julgar as causas relativas:b) ao meio ambiente eà políticaagrícola, agrária, fundiária,minerárias e ambiental; (grifei). Todavia, nos termos da Emenda Constitucional nº 30, de 20/04/2005, ocaputdo art. 167 e a alínea ?b? de seu parágrafo primeiro, ambos da Constituição Estadual, tiveram a sua redação modificada, passando a dispor da seguinte maneira: Art. 167. Para dirimir conflitos fundiários, o Tribunal de Justiça proporá a criação de varas especializadas, com competência exclusiva paraquestões agrárias.§ 1º.Omissis.b) à política agrícola, agrária e fundiária, nos termos previstos pelas Constituições Federal e Estadual; Assim, a referida emenda constitucional extirpou dos referidos dispositivos qualquer menção ao termo minerário. Todavia, ainda permanece inalterada as disposições da Lei Complementar Estadual nº 14/1993. Sobre isto, confira-se o seguinte julgado da antiga Câmara Cíveis Reunidas deste E. Tribunal, onde restou assentada a ocorrência de derrogação da referida lei: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA ENTRE VARA AGRÁRIA E VARA DE CÍVEL. PEDIDO DE ALVARÁ DE AUTORIZAÇO DE PESQUISA.DIREITO MINERÁRIO. EMENDA CONSTITUCIONAL nº 30/2005. EXCLUSO DAS CAUSAS RELATIVAS AO CÓDIGO DE MINERAÇO DA COMPETÊNCIA DAS VARAS AGRÁRIAS.DERROGAÇO DA LEI COMPLEMENTAR nº 14/1993.COMPETÊNCIA DAS VARAS AGRÁRIAS ESTABELECIDA NA RESOLUÇO nº 018/2005-GP. AÇÔES QUE ENVOLVAM LITÍGIOS COLETIVOS PELA POSSE E PROPRIEDADE DA TERRA EM ÁREA RURAL. MATÉRIA TRATADA NOS AUTOS REFOGE À COMPETÊNCIA DA VARA AGRÁRIA. COMPETÊNCIA REMANESCENTE DA VARA CÍVEL COMUM DO LOCAL ONDE SE ENCONTRA A ÁREA QUE SE PRETENDE EXPLORAR PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. DECISO UNÂNIME.(TJPA - Acórdo nº 169076, Relatora Desª MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO, publicado no DJe em 14/12/2016) Com efeito, a referida Lei Complementar Estadual, atualmente, não se presta para fins de atribuir às Varas Agrárias a competência para julgar questões atinentes a política minerária. Ademais, o art. 1º,capute parágrafo único da Resolução nº 018/2005-GP, assim dispõem: Art. 1º - As questões agrárias sujeitas à competência das Varas Agrárias são as ações que envolvam litígios coletivos pela possee propriedade da terra em área rural.Parágrafo único. Em outras açõesem área rural, inclusive nas individuais, poderá ser estabelecida a competência das Varas Agrárias, desde que haja interesse público evidenciado pela natureza da lide ou qualidade da parte, a ser definido por ato do Presidente do tribunal, em cada caso concreto e em qualquer fase do processo, de ofício, por requerimento das partes, do Juiz, do Ministério Público ou de órgão fundiário da União ou do Estado dirigido diretamente à Presidência do Tribunal, processando sem efeito suspensivo. Ante o exposto, defiro o pedido de efeito suspensivo, para suspender a decisão que declinou a competência e determinou a remessa dos autos à Vara Agrária de Marabá.Oficie-se ao Juízo de primeira instância comunicando-lhe o teor desta decisão.

Intimem-se os agravados na forma da lei. Após encaminhe-se ao Ministério Público para manifestação. À Secretaria para as devidas providências. Belém, 18 de junho de 2019. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUEDesembargadora Relatora

Número do processo: 0802801-25.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: ANTONIO BORGES PEIXOTO Participação: ADVOGADO Nome: RUBENS ANTONANGELO JUNIOROAB: 54875B/MG Participação: ADVOGADO Nome: FREDERICO DIAMANTINO BONFIM E SILVAOAB: 142868/SP Participação: AGRAVANTE Nome: PERICLES PIMENTA PEIXOTO Participação: ADVOGADO Nome: RUBENS ANTONANGELO JUNIOROAB: 54875B/MG Participação: ADVOGADO Nome: FREDERICO DIAMANTINO BONFIM E SILVAOAB: 142868/SP Participação: AGRAVADO Nome: ERASMO ALVES THEOFILO Participação: AGRAVADO Nome: Lauri Silva Oliveira Participação: AGRAVADO Nome: Agenário Oliveira da Silva Participação: AGRAVADO Nome: Luiz Ferreira da Silva Filho Participação: AGRAVADO Nome: Alcides Rodrigues da Silva Participação: AGRAVADO Nome: Edmilson Participação: AGRAVADO Nome: Gago Participação: AGRAVADO Nome: CebolaVistos etc. I - Considerando que a decisão de ID 1844099 ? pág. 01/03 não pertence ao presente processo, torno-a nula e defiro o pedido de ID 1871889 - pág. 02 para desentranhar a mesma dos autos. II ? Intime-se o Agravante para que no prazo de 05 (cinco) dias junte aos autos a certidão de intimação das decisões agravadas ou outro documento oficial que demonstre a tempestividade do recurso, sob pena de não conhecimento. Publique-se. Intime-se. Belém, 27 de junho de 2019. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUEDesembargadora Relatora

Número do processo: 0804395-74.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: NORDESTINA INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS PARA REFRIGERACAO LTDA Participação: ADVOGADO Nome: JAMILSON DE MORAIS VERASOAB: 16926/CE Participação: AGRAVADO Nome: IMUNE-MEDICINA E IMUNIZACAO LTDA - MEPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁGABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIORAGRAVO DE INSTRUMENTO (202):0804395-74.2019.8.14.0000AGRAVANTE: NORDESTINA INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS PARA REFRIGERACAO LTDANome: NORDESTINA INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS DE EQUIPAMENTOS PARA REFRIGERACAO LTDAEndereço: Avenida Parque Sul, 2252, Distrito Industrial I, MARACANAú - CE - CEP: 61939-000Advogado: JAMILSON DE MORAIS VERAS OAB: CE16926 Endereço: desconhecidoAGRAVADO: IMUNE-MEDICINA E IMUNIZACAO LTDA - MENome: IMUNE-MEDICINA E IMUNIZACAO LTDA - MEEndereço: rua B, 328, lote 06, cidade nova, PARAUAPEBAS - PA - CEP: 68515-000 DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de Agravo de Instrumento (Num. 1797997-Pág.1/20) interposto porNORDESTINA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE SERVIÇOS DE EQUIPAMENTOS PARA REFRIGERAÇÃO LTDA. contra decisão proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas-PA, nos autos daAÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS(processo nº 0002192-86.2018.814.0040),ajuizada pela Agravada,IMUNE ? MEDICINA E IMUNIZAÇÃO LTDA. -ME., que majorou o valor das astreintes a fim de compelir a Agravante ao cumprimento da obrigação imposta em sede de decisão judicial e determinou o bloqueio de valores nas contas da Agravante.Determinei a intimação da Agravante através do despacho de Num. 1815317-Pág.1/3 para que realizasse o pagamento em dobro do preparo recursal, tendo em vista que não instruiu o presente Recurso com o documento denominado relatório de contas do processo, bem como que procedesse com a juntada dos documentos ao sistema PJe com a correta descrição do teor de cada documento e de forma legível.Os autos voltaram conclusos com certidão emitida pela UPJ (Num.1886935-Pág.1), o Agravante deixou transcorrer o prazo concedido sem se manifestar.É o breve relatório. Decido. Da análise dos autos, verifico que determinei a intimação do Agravante para que realizasse o recolhimento do preparo recursal em dobro, conforme determina o art. 1.007, §4º do CPC, em razão da não apresentação do documento denominado ?Relatório de Contas do Processo?, necessário para a comprovação do pagamento do preparo recursal, nos termos do art. 9ª, § 1ª e art. 10ª da lei estadual nº 8.328/2015, bem como para que procedesse com a juntada dos documentos no sistema PJE com a correta descrição e de forma legível, conforme determina o art. 17 da Resolução nº 185/2013 do CNJ e o art. 6º, § 8º, III, VIII e IX da Portaria Conjunta nº 001/2018-GP/VP deste E. Tribunal de Justiça. Todavia, conforme certidão de Num. 1886935-Pág.1, o Agravante deixou transcorrer o prazo sem se manifestar.Dessa maneira, impõe-se, portanto, o comando do art. 932, III c/c o art. 1.007, §4º, ambos do CPC:Art. 932. Incumbe ao relator:(?)III - não conhecer de recurso inadmissível,

prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida; Art. 1.007. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.(...)§ 4o O recorrente que não comprovar, no ato de interposição do recurso, o recolhimento do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, será intimado, na pessoa de seu advogado, para realizar o recolhimento em dobro,sob pena de deserção.(grifo nosso) Cite-se o entendimento jurisprudencial deste E. Tribunal:PROCESSO CIVIL. PREPARO RECURSAL. COMPROVAÇÃO. DEVER DO RECORRENTE. AUSÊNCIA DE JUNTADA DO RELATÓRIO DE CONTA DO PROCESSO. INDISPENSABILIDADE. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. A teor do art. 1.007 do CPC é dever da parte recorrente comprovar o preparo recursal, e tal comprovação se dá pela acumulação dos seguintes documentos no processo: boleto bancário das custas, comprovante de pagamento deste e relatório de conta do processo, conforme disciplina o art. 9º, §1º, da Lei Estadual nº. 8.328 - Regimento de Custas do TJ/PA. 2. A falta de cópia do relatório do processo, por ocasião da interposição do recurso, implica na deserção do recurso, porquanto não comprovado o preparo, culminando na inadmissibilidade do recurso. 3. Agravo interno conhecido e desprovido. (TJ-PA, Acórdão 199.880, Rel. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO, 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 21/01/2019) Ante o exposto,NÃO CONHEÇO do Agravo de Instrumentopor ser inadmissível, nos termos do art. 932, III, do CPC, em razão de sua deserção, nos termos da fundamentação acima lançada.Comunique-se ao Juízoa quoa presente decisão.Após o trânsito em julgado desta decisão, dê-se baixa na distribuição e arquive-se.Belém-PA, 27 de junho de 2019. JOSÉ ROBERTOPINHEIRO MAIABEZERRAJÚNIORDesembargador - Relator

Número do processo: 0801241-48.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: C. D. P. Participação: ADVOGADO Nome: LUANA MIRANDA HAGEOAB: 14143/PA Participação: AGRAVADO Nome: K. D. N. C. F. Participação: ADVOGADO Nome: RODRIGO DE FIGUEIREDO BRANDAOOAB: 18275/PA Participação: ADVOGADO Nome: JAMILLY GLAUCY CARVALHO SOUZAOAB: 24924/PA Participação: PROCURADOR Nome: ROSANE BAGLIOLI DAMMSKIOAB: 85 Participação: PROCURADOR Nome: LUCIANO SILVA MONTEIROOAB: 467 Participação: PROCURADOR Nome: JESSICA NICOLETTI MARQUESOAB: 916TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - 0801241-48.2019.8.14.0000AGRAVANTE: CILENO DUTRA PEREIRAAGRAVADO: KEILA DE NAZARE COSTA FIGUEIRAPROCURADOR: JESSICA NICOLETTI MARQUES, LUCIANO SILVA MONTEIRO, ROSANE BAGLIOLI DAMMSKIRELATOR(A):Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PARTILHA DE BENS E GUARDA DE MENOR. INDEFERIMENTO DE PEDIDO LIMINAR, QUE VISAVA CONDENAR A RECORRIDA AO PAGAMENTO DE R$500,00, EM RAZÃO DE ALUGUEL DO IMÓVEL DO CASAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO À UNANIMIDADE.Não obstante, de regra, aquele que fica no uso de imóvel comum, enquanto não finalizados os atos de extinção da copropriedade, deva ressarcir o outro que foi privado da fruição do bem, mediante o pagamento mensal de uma verba indenizatória ("aluguel").Todavia, no caso não cabe acolher tal pretensão. Há notícias nos autos de outros bens e dívidas partilhadas pelas partes, constituídas na união, que se encontram sob a responsabilidade de cada cônjuge, acarretando ônus e bônus no decorrer da instrução processual.Ausência de requisitos autorizadores da concessão da liminar, até mesmo observando que a Recorrida reside no bem desde 2013 (o que claramente demostra ausência depericulum in mora).O imóvel não está no uso exclusivo da Agravada, sendo também residência do filho menor do casal, cujo direito à moradia é assegurado constitucionalmente, e não se cogita, assim, de impor à genitora, que detém a guarda, o ônus de pagar ao pai pela moradia.O interesse do menor se sobrepõe sobre o interesse patrimonial de ressarcimento.Recurso conhecido e desprovido, à unanimidade. RELATÓRIO SECRETARIA ÚNICA DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO ? 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAGRAVO DE INSTRUMENTO NºAI 0801241-48.2019.8.14.0000 AGRAVANTE: CILENO DUTRA PEREIRAADVOGADO: Dra. Luana Miranda Hage (OAB/PA Nº 14.143)AGRAVADO: KEILA DE NAZARÉ COSTA FIGUEIRAADVOGADO: Dr. Rodrigo de Figueiredo Brandão (OAB/PA Nº 18.275)RELATOR: DES. RICARDO FERREIRA NUNES RELATÓRIO O presente agravo de instrumento se insurge contra a decisão do Juízo Monocrático na Ação Declaratória de Reconhecimento e Dissolução de União Estável c/c Partilha de Bens e Guarda de Menor pelo agravante contra a agravada, feito tramitando na 2ª Vara da Família de Ananindeua. O Juízo de Piso, ao analisar pedido formulado pelo recorrente (ID 1415841) buscando tutela, a fim de que a recorrida pagasse liminarmente R$500,00, em razão de aluguel do imóvel

do casal, negou pedido sob o argumento de que há vários bens e dívidas, constituídas na união, que se encontram sob a responsabilidade de cada parte, acarretando ônus e bônus no decorrer da instrução processual (ID 1415849), originando a interposição do presente Agravo de Instrumento, buscando a concessão de efeito suspensivo, para determinar que a Agravada pague ao Agravante mensalmente o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) pelos 50% que cabe a ele do imóvel ocupado exclusivamente por ela desde novembro de 2013.O efeito suspensivo pleiteado, foi negado em decisão contida no ID nº 1442612).Em contrarrazões, a Recorrida defende residir no imóvel com o filho menor do casal, arcando sozinha com despesas e dívidas do imóvel, que seriam também de responsabilidade do Agravante. (ID nº 1524415).A Doutra Procuradoria do Ministério Público, surpreendentemente, entendeu não estarem envolvidos interesses que justifiquem sua intervenção. (ID nº 1786304). É o relatório.Remetam-se os autos à Secretaria Única de Direito Público e de Direito Privado, nos termos do art.931 e seguintes do CPC.Belém, 10.06.2019.Ricardo Ferreira NunesDesembargador Relator VOTO SECRETARIA ÚNICA DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO ? 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAGRAVO DE INSTRUMENTO NºAI 0801241-48.2019.8.14.0000 AGRAVANTE: CILENO DUTRA PEREIRAADVOGADO: Dra. Luana Miranda Hage (OAB/PA Nº 14.143)AGRAVADO: KEILA DE NAZARÉ COSTA FIGUEIRAADVOGADO: Dr. Rodrigo de Figueiredo Brandão (OAB/PA Nº 18.275)RELATOR: DES. RICARDO FERREIRA NUNES Presentes os pressupostos de admissibilidade extrínsecos e intrínsecos conheço dorecurso e passo a sua análise.Observa-se que a discussão travada no presente Agravo de Instrumento gira em torno da decisão do Juízo Monocrático que indeferiu pedido de liminar, que visava condenar a Recorrida ao pagamento de R$500,00, em razão de aluguel do imóvel do casal, sob o argumento de que há vários bens e dívidas, constituídas na união, que se encontram sob a responsabilidade de cada parte, acarretando ônus e bônus no decorrer da instrução processual (ID 1415849).Acredito que tal pedido não merece guarida, tendo em vista que a Recorrida notícias nos autos da existência de outros bens e débitos do então casal, que evidentemente, se encontram sob a responsabilidade de cada parte, que deverá arcar com os ônus e bônus no decorrer da instrução processual.Além do mais, necessário ressaltar que a Agravada reside no bem desde 2013, fato que por si só afasta necessidade de concessão da liminar.Nesse sentido, assim se posiciona a jurisprudência pátria: ?TUTELA ANTECIPADA. Arbitramento de aluguéis. Imóvel comum, utilizado com exclusividade pelo ex-companheiro. Ausência dos requisitos necessários. Agravado permanece no bem por força de acordo firmado entre as partes, cuja invalidade de suas cláusulas depende de decisão judicial. Além disso, ambos são advogados, detendo, portanto, conhecimento da lei; eencontra-se ausente o periculum in mora, pois a situação já perdura há 19 meses. Indeferimento da liminar mantido. RECURSO DESPROVIDO.?(TJSP; Agravo de Instrumento 2150151-51.2017.8.26.0000; Relator (a): Paulo Alcides; Órgão Julgador: 6ª Câmara de Direito Privado; Foro Central Cível - 9ª Vara da Família e Sucessões; Data do Julgamento: 14/11/2017; Data de Registro: 14/11/2017) (grifei). Além do mais um fato merece ser observado, reside com a mãe, ora Recorrida, o filho do casal, menor com 15 anos de idade. Assim, necessário observar:?Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL. PARTILHA. IMÓVEL QUE SERVIU DE MORADIA PARA O CASAL. FIXAÇÃO DE INDENIZAÇÃO PELO USO EXCLUSIVO DO BEM PELA EX-COMPANHEIRA. INDEFERIMENTO. Embora não se ignore a possibilidade de pagamento de verba indenizatória (impropriamente denominada aluguel) ao cônjuge/companheiro que não usufrui do bem comum ao casal, a título de compensação, quando definida pelos litigantes a parte que toca a cada um, conforme precedentes do STJ,no caso, é de ser indeferido o pedido do agravante. É que a filha comum do casal, de 13 anos de idade, reside no imóvel com a mãe, sobrepondo-se o interesse da menor sobre o interesse patrimonial de ressarcimento.Decisão agravada mantida. NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME.?(Agravo de Instrumento Nº 70078925518, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 18/10/2018) (grifei.) ?Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. UNIÃO ESTÁVEL. IMÓVEL COMUM. PRETENSÃO DE ARBITRAMENTO DE INDENIZAÇÃO PELO USO EXCLUSIVO DO IMÓVEL FAMILIAR. RESIDÊNCIA TAMBÉM DA FILHA MENOR. IMPOSSIBILIDADE. PEDIDO DE MAJORAÇÃO DE ALIMENTOS. PARTILHA DE DÍVIDAS. 1. CONDENAÇÃO DA MULHER A INDENIZAR USO QUE FAZ DO IMÓVEL COMUM.Não obstante, de regra, aquele que fica no uso de imóvel comum, enquanto não finalizados os atos de extinção da copropriedade (pouco importa se qualificado como estado de mancomunhão ou de condomínio em face de já se ter operado a partilha ou não), deva ressarcir o outro que foi privado da fruição do bem, mediante o pagamento mensal de uma verba indenizatória ("aluguel"), no caso não cabe acolher tal pretensão. Acontece que o imóvel não está no uso exclusivo da mulher. É também residência da filha menor do casal, cujo direito à moradia é assegurado constitucionalmente. Não se cogita, assim, de impor à genitora, que detém a guarda, o ônus de pagar ao pai pela moradia...?(Apelação Cível Nº 70040755134, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado

em 07/04/2011) (Grifei). Não obstante, de regra, aquele que fica no uso de imóvel comum, enquanto não finalizados os atos de extinção da copropriedade, deva ressarcir o outro que foi privado da fruição do bem, mediante o pagamento mensal de uma verba indenizatória ("aluguel"), no caso não cabe acolher tal pretensão, primeiro pela notícia de outros bens e dívidas partilhadas pelas partes, como também pelo ausência de requisitos autorizadores da concessão da liminar, até mesmo observando que a recorrida reside no bem desde 2013 (o que claramente demostra ausência depericulum in mora), somado ao fato do imóvel não está no uso exclusivo da Agravada, sendo também residência do filho menor do casal, cujo direito à moradia é assegurado constitucionalmente, e não se cogita, assim, de impor à genitora, que detém a guarda, o ônus de pagar ao pai pela moradia.Assim, constatando que o bem também serve de moradia para o menor, há de se respeitar o interesse da prole, que sesobrepõeao interesse patrimonial de ressarcimento pelo uso do imóvel. Na linha da jurisprudência pátria, o filho não pode ser onerado, ainda que indiretamente, por encargos a serem suportados pela genitora quanto à fruição da residência familiar.Nesse contexto, então, estou em manter a decisão ora agravada, que indeferiu aluguel em favor do agravante.Pelo exposto, mais o que dos autos consta, conheço do recurso, mas nego-lhe provimento, mantendo a decisão atacada em todos os seus termosÉ o voto.Belém, 25/06/2019 Ricardo Ferreira NunesDesembargador Relator Belém, 25/06/2019

Número do processo: 0800320-89.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: LORENA COMERCIO DE PRODUTOS DE PETROLEO LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOSOAB: 6803000A/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAMELA FALCAO CONCEICAOOAB: 237 Participação: ADVOGADO Nome: JEAN CARLOS DIASOAB: 00000A Participação: AGRAVANTE Nome: TAUARI COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOSOAB: 6803000A/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAMELA FALCAO CONCEICAOOAB: 237 Participação: ADVOGADO Nome: JEAN CARLOS DIASOAB: 00000A Participação: AGRAVANTE Nome: FLUMINENSE TRANSPORTADOR, REVENDEDOR, RETALHISTA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOSOAB: 6803000A/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAMELA FALCAO CONCEICAOOAB: 237 Participação: ADVOGADO Nome: JEAN CARLOS DIASOAB: 00000A Participação: AGRAVANTE Nome: ILMA ASSUNCAO SOUSA Participação: ADVOGADO Nome: ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOSOAB: 6803000A/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAMELA FALCAO CONCEICAOOAB: 237 Participação: ADVOGADO Nome: JEAN CARLOS DIASOAB: 00000A Participação: AGRAVANTE Nome: SYNARA DE NAZARE ALMEIDA SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOSOAB: 6803000A/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAMELA FALCAO CONCEICAOOAB: 237 Participação: ADVOGADO Nome: JEAN CARLOS DIASOAB: 00000A Participação: AGRAVANTE Nome: ANDRE DOURADO DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOSOAB: 6803000A/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAMELA FALCAO CONCEICAOOAB: 237 Participação: ADVOGADO Nome: JEAN CARLOS DIASOAB: 00000A Participação: AGRAVANTE Nome: HUGO SERGIO MENASSEH NAHON Participação: ADVOGADO Nome: ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOSOAB: 6803000A/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAMELA FALCAO CONCEICAOOAB: 237 Participação: ADVOGADO Nome: JEAN CARLOS DIASOAB: 00000A Participação: AGRAVANTE Nome: LORENA CORAL DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOSOAB: 6803000A/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAMELA FALCAO CONCEICAOOAB: 237 Participação: ADVOGADO Nome: JEAN CARLOS DIASOAB: 00000A Participação: AGRAVADO Nome: DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETROLEO LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE ALY PARAGUASSU CHARONEOAB: 11918/PA Participação: ADVOGADO Nome: MANUELA MATTOSOAB: 29509/PE Participação: AGRAVADO Nome: PETROCARD ADMINISTRADORA DE CREDITO LTDA. Participação: ADVOGADO Nome: MANUELA MATTOSOAB: 29509/PE1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOORIGEM: JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉMAGRAVO DE INSTRUMENTO. Nº 0800320-89.2019.8.14.0000AGRAVANTE: LORENA COMERCIO DE PRODUTOS DE PETROLEO LTDAAGRAVANTE: TAUARI COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS LTDAAGRAVANTE: FLUMINENSE TRANSPORTADORA REVENDEDORA RETALHISTA LTDA.AGRAVANTE: ILMA ASSUNÇÃO DE SOUZAAGRAVANTE: SYNARA DE NAZARÉ ALMEIDA SANTOSAGRAVANTE: ANDRÉ DOURADO DOS SANTOSAGRAVANTE: HUGO SERGIO MENASSEH NAHONAGRAVANTE: LORENA CORAL DOS SANTOSADVOGADO: ELÍSIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS OAB/PA 6.803ADVOGADO: JEAN CARLOS DIAS OAB/PA 6.801AGRAVADO: DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE

PETROLEO LTDAAGRAVADO: PETROCARD ADMINISTRADORA DE CREDITO LTDARELATORA: DESA. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. EFEITO SUSPENSIVO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE PROBABILIDADE DE PROVIMENTO DO RECURSO E RISCO DE DANO GRAVE, DIFÍCIL OU IMPOSSÍVEL REPARAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO INDEFERIDO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Trata-se deAGRAVO DE INSTRUMENTOinterposto porLORENA COMERCIO DE PRODUTOS DE PETROLEO LTDA E OUTROS, contra decisão proferida peloJUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM, que após analisar o pedido da autora formulado na inicial deAÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, que indeferiu a tutela antecipada nos seguintes termos: Vistos etc.LORENA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA E OUTROS, qualificados nos autos, ajuizaram AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E OUTROS, COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, em desfavor de DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA e PETROCARD ADMINISTRADORA DE CRÉDITO LTDA, também qualificados nos autos.Relatam, em síntese, que os três primeiros autores mantinham negócios de compra e venda de combustível com a primeira requerida.Discorrem que em face da crise econômica nacional não conseguiram quitar várias transações com a primeira requerida, ao tempo que esta passou a recusar o fornecimento de combustível para os autores.Que em decorrência dessa inadimplência foram pressionados a assinar instrumento de confissão de dívida no importe de R$ 1.278.800,00 (um milhão, duzentos e setenta e oito mil e oitocentos reais).Informam que em decorrência de tal Instrumento de Confissão de Dívida, fora, ainda, firmada Escritura Pública com Garantia Hipotecária.Deduzem que, apesar da assinatura do instrumento de confissão de dívida, a primeira requerida ajuizou ação executiva cujo objeto é o dito instrumento de confissão de dívida.Discorrem que a dívida já está paga em função da aceitação do cartão PETROCARD (operado pela segunda requerida) que pertence ao mesmo grupo econômico da primeira requerida.Ao final, após citação da legislação, doutrina e jurisprudências pátrias, requereram a concessão de tutela de urgência para fins de que seja determinado as requeridas a SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE do instrumento de confissão de dívida com Garantia Fidejussória e outros pactos, firmado entre as Autoras e a primeira requerida DISTRIBUIDORA EQUADOR.Juntaram documentos para embasar seus pedidos.Distribuídos os autos para a 10ª Vara Cível e Empresarial, aquele juízo alegou conexão em face dos autos de execução em tramitação na 12ª Vara Cível e em seguida remeteu para aquele juízo. É o sucinto relatório. DECIDO. Pleiteia a parte autora em sede de tutela de urgência inaudita alter pars para finsde determinar às requeridas a SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE do instrumento de confissão de dívida com Garantia Fidejussória e Outros Pactos firmado entre as Autoras e a Primeira Requerida DISTRIBUIDORA EQUADOR, até o trânsito em julgado da presente demanda.Com efeito, a respeito do pedido de tutela de urgência, dispõem os arts. 300 e 497, do NCPC: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. ... §2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. Art. 497. Na ação que tenha por objeto a prestação de fazer ou de não fazer, o juiz, se procedente o pedido, concederá a tutela específica ou determinará providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prática equivalente. Registre-se que o art. 300, do NCPC unificou os requisitos tanto para fins de concessão de antecipação dos efeitos da tutela, quanto para fins de concessão de medida cautelar.Destarte, e à luz do NCPC, para a concessão da tutela específica, seriam necessárias a presença dos seguintes elementos que evidenciem:a) a Probabilidade do direito; e,b) o fundado receio de dano ou de ineficácia do provimento final. Conforme se demonstrará a seguir, entendo que o pleito de tutela de urgência não deve ser deferido.A existência de elementos que evidenciam a probabilidade do Direito alegado não resta demonstrada pela observação de que, pelos documentos apresentados, não vislumbro como cabalmente comprovado a retenção de créditos a serem recebidos pelos autores, os quais foram supostamente retidos pela segunda requerida, pois os documentos de fls. 185 (Id nº 4262394) a fls. 325 (Id nº 4262477), numa análise perfunctória, não se prestam para comprovar de plano a retenção alegada. Assim, em uma cognição não exauriente, verifico que inexistem indícios concretos do alegado no tocante a retenção dos créditos pela segunda requerida. Quanto ao requisito de fundado receio de dano ou de ineficácia do provimento final, este não se encontra evidenciado no fato de que o cerne da questão gravita em torno do instrumento de confissão de dívida com Garantia Fidejussória e Outros Pactos juntado aos autos (fls. 77/97 ? Id nº 4262098, 4262109 e 4262128), sendo que este instrumento é o mesmo que lastreia o processo de execução nº 0135631-94.2015.814.0301 noticiado nos autos, inclusive, estando em curso os atos de expropriação nesse.Assim, caso seja deferida a medida pleiteada, vislumbro violação ao §3º, do art. 300, do NCPC, vez que afetará diretamente a tramitação da demanda executiva citada, onde a exigibilidade do instrumento de confissão

de dívida em comento já foi superada.Diante do exposto, e considerando o que mais consta dos autos, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIACite-se os réus para comparecerem à audiência de conciliação designada para odia 23/04/2019, às 09:30 horas, devendo a citação ocorrer com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência da referida data, nos termos do art. 334, do NCPC, sendo que, em caso de ausência de autocomposição, a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze (15) dias, a contar da presente audiência (NCPC, art. 335, I).Intime-se os autores.Advirtam-se as partes que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, a ser revertida em favor da União ou do Estado (NCPC, art. 334, §8º.).Havendo manifestação de ambas as partes pela não realização da audiência de conciliação, deverá a secretaria retirar o feito da pauta e aguardar o prazo para apresentação de Defesa pelo requerido, nos termos do art. 335, II, do NCPC.Neste caso, deverá fazer os autos conclusos, se não for o caso de ouvir a parte autora, nos termos dos arts. 338 e 339, do mesmo diploma, quando a secretaria deverá abrir vista dos autos, independentemente de novo despacho do juízo. CUMPRA-SE. Belém/PA, 23 de novembro de 2018. CÉSAR AUGUSTO PUTY PAIVA RODRIGUESJuiz de Direito da 11ª Vara Cível e Empresarial de Belém,Respondendo pela 12ª Vara Cível e Empresarial de Belém. Em suasRAZÕES RECURSAISos autores/Agravantes sustentam que a decisão agravada merece ser reformada, pois em que pese haver confissão de dívida no importe de R$ 1.278.800,00 (um milhão, duzentos e setenta e oito mil e oitocentos reais), existe também em favor dos requerentes crédito oriundo da aceitação do cartão PETROCAR referente a venda de combustível, de propriedade da PETROCARD ADMINISTRADORA DE CRÉDITO LTDA., que pertence e é administrada pela segunda agravada DISTRIBUIDORA EQUADOR, cujo montante é de R$1.313.719,19 (um milhão, trezentos e treze reais, setecentos e dezenove reais e dezenove centavos). Sustentam que ficou acordado com as agravadas que o crédito oriundo da aceitação do cartão PETROCAR seria compensado da referida confissão de dívida, estando devidamente comprovado que a divida foi adimplida em virtude da compensação ocorrida entre as obrigações. Aduz que o perigo de dano está no fato de que a DISTRIBUIDORA EQUADOR, ora Agravada, ajuizou ação executiva pleiteando exatamente o montante que já se encontra quitado, incorrendo em bis in idem. Dessa maneira, a suspensão da exigibilidade do crédito é medida que se requer em caráter urgente, tendo em vista os graves danos prováveis da ausência de concessão da tutela recursal no presente caso. Diante de todo o exposto, as Agravantes requerem: 1) Seja recebido e autuado o presente Agravo de Instrumento;2) Seja concedida a TUTELA DE URGÊNCIA antecipatória requerida em sede recursal, nos termos do art. 932, II do CPC para suspender a exigibilidade do ?Instrumento Particular de Confissão de Dívida com Garantia Fidejussória e Outros Pactos? firmado entre as partes. Em virtude de tal decisão, reque se que seja comunicada ao juízo da 12ª Vara Cível desta Capital, de modo a suspender a Ação Executiva sob o nº 0135631-94.2015.814.0301.3) Seja conhecido e provido o presente recurso em sua integralidade a reforma da decisão a quo, reconhecendo a necessidade de concessão da tutela de urgência pleiteada É o relatório. DECIDO. Em obediência ao disposto no art. art. 6º, caput, da LICC, tempus regict actum. Deste modo, os pressupostos de admissibilidade recursal devem ser examinados à luz do art. 1015 e seguintes do NCPC. O recurso é cabível, por força o disposto no art. 1015, inciso I, do NCPC. Pois bem.Orecurso é tempestivo e foi instruído com as peças obrigatórios, pelo que entendo preenchidos os pressupostos de admissibilidade. Consabido, incumbe ao relator apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal, de acordo com o artigo art. 932, II do NCPC. Entendo NÃO estarem presentes os requisitos necessários à concessão do efeito pleiteado, consoante dispõe o parágrafo único do artigo 995 do NCPC. Senão vejamos. ?Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator,se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação,Eficardemonstrada a probabilidade de provimento do recurso.? Pretende as agravantes a reforma da decisão do juiz de piso que indeferiu pedido de antecipação da tutela formulado na inicial no sentido de determinar às agravadas a SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE do instrumento de CONFISSÃO DE DÍVIDA no valor de R$ 1.278.800,00 (um milhão, duzentos e setenta e oito mil e oitocentos reais). Portanto, cinge-se a controvérsia em aferir se presentes os requisitos autorizados para concessão da tutela antecipada. Em que pese o esforço argumentativo dos agravantes, tenho que NÃO lhes assistem razão, visto que não apresentaram qualquer argumento capaz de desconstituir a decisão interlocutória proferida pelo juiz de piso. Digo isso pois não verifico nos autos a existência de acordo entre as partes prevendo que haveria a compensação entre o valor constante da CONFISSÃO DE DÍVIDA com o crédito oriundo da aceitação docartão PETROCAR pelas agravantes na venda de combustível. Outrossim, os argumentos utilizados pelas agravantes já foram analisados nos embargos a execução nº 0284293-63.2016.8.14.0301 conexo a presente ação. Vejamos: Analisando

inicialmente a preliminar de ilegitimidade suscitada pela Embargante, cumpre-nos mencionar que o Instrumento Particular de Confissão de Dívidas nem sempre concretiza a novação.Anovaçãoobjetiva ou real, segundo dispõe o inciso I do art. 999 do CC, ocorre " Quando o devedor contrai com o credor nova dívida, para extinguir e substituir a antiga."Assim, considerando que de acordo o art.1.000 do CC a lei não permite a presunção, vale dizer que deve estar expresso no contrato oanimus novandi.Consta na cláusula terceira (fls.29 da Ação Executiva) do Instrumento particular de Confissão de dívida que o referido instrumento não implica novação, não podendo, portanto ser desprezada a avença firmada na Escritura Pública de Promessa de Compra e Venda de Combustíveis com Instituição de Garantia Hipotecária, na qual a ora Embargante figurou como fiadora, cuja fiança persistiria até mesmo em caso de novação, conforme cláusula sétima daquele Pacto (fls.53 da Ação Executiva), sendo, portanto, irrelevante o fato de já haver se retirado da Empresa LORENA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE PETRÓLEO LTDA., quando da celebração do Instrumento de Confissão de Dívida, até mesmo porque, vale lembrar, que na conformidade do parágrafo único do artigo 1.003 do CC ?Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio."Dessa maneira cumpre-nos reconhecer a legitimidade da ora Embargante para figurar no polo passivo da Ação de Execução ora embargada.Ultrapassada a questão preliminar, passemos a analisar a matéria de mérito suscitada, quanto a nulidade do título executivo, que também não merece prosperar, tendo em vista que o Instrumento Particular de Confissão de Dívida com Garantia Fidejussória exequendo constitui título executivo, na forma do art. 784, III do NCPC, preenchendo os requisitos legais, na forma do art.783 do NCPC, havendo a referida confissão de dívida sido firmada sobre a Escritura Pública de Promessa de Compra e Venda de Combustíveis com Instituição de Garantia Hipotecária, tanto assim é verdade que mencionado foi naquele Instrumento que a confissão do débito não se tratava de novação, como já acima disposto, entanto, portanto, evidenciada a origem do débito. Além, do mais, não podemos desprezar as notas promissórias colecionadas nos autos da Ação executiva.No que tange à articulação de coação quando da pactuação da Promessa de Compra e Venda de Combustíveis com Instituição de Garantia Hipotecária também não merece prosperar tal argumento, uma vez que nenhuma prova foi colecionada aos autos nesse sentido, além do que o referido contrato vinha sendo executado de forma regular desde sua pactuação, não possuindo, portanto, tal argumento, a força de aniquilar o título executivo.Quanto à necessidade de reconhecimento de tratar-se de grupo econômico as Empresas Distribuidora Equador de produtos de petróleo Ltda., Petrocard Administradora de Crédito Ltda., Dislub Combustíveis Ltda. E Petro Energia Indústria e Comércio Ltda., observa-se que a intenção de tal reconhecimento é a compensação do valor ora exequendo com os valores pagos à Empresa Petrocard, derivado de outro negócio jurídico, o que também não pode prosperar, uma vez que mesmo que se venha a reconhecer a existência de grupo econômico, as Empresas conglomeradas ainda conservam sua independência e autonomia próprias.Ante o exposto, respaldado no que preceitua o art. 487, I do CPC, julgo improcedente os Embargos à Execução interpostos. Deixo de acolher o pedido de condenação da Embargante ao pagamento de multa por litigância de má-fé, uma vez não vislumbrar qualquer das hipóteses de incidência dispostos no art.80 do NCPC. Em face da sucumbência condeno a Executada-Embargante ao pagamento das custas e honorários advocatícios que arbitro em 10% do valor atribuído à causa, devidamente atualizado, na forma do art.85, §2º, do CPC. Não recolhidas as custas processuais, no prazo de 30 (trinta) dias, extraia-se certidão do valor do débito encaminhando-se à Coordenação da Dívida Ativa da Secretaria da Fazenda Estadual para inclusão em dívida ativa.P.R.I.C Belém, 8 de novembro de 2017. ÁLVARO JOSÉ NORAT DE VASCONCELOSJuiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Capital Assim, entendo não haver nos autos elementos aptos a desconstituir a decisão agravada que indeferiu o pedido de efeito suspensivo. Ante o exposto,indefiro o pedido de efeito suspensivo, nos termos da fundamentação apresentada. Intime-se a parte Agravada, para apresentar contraminuta ao presente recurso, facultando-lhe juntar cópias das peças que entender necessárias. Publique-se. Intimem-se. Comunique-se ao Juízo de origem. Belém, 19 de junho de 2019. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUEDesembargadora Relatora

Número do processo: 0802001-94.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ISAAC COSTA LAZARO FILHOOAB: 18663/CE Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PA Participação: AGRAVADO Nome: FERNANDA TROPICO E SILVA Participação: ADVOGADO Nome: WENDELL DOS REMEDIOS SOUZAOAB: 19185 Participação: ADVOGADO Nome: CYNTHIA BRAZ REISOAB: 1918300A/PA----------SECRETARIA ÚNICA DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO ? 2° TURMA

DEITO PRIVADO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº0802001-94.2019.8.14.0000AGRAVANTE: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA.ADVOGADO:ALINE CARVALHO BORJA E OUTROAGRAVADO: FERNANDA TRÓPICO E SILVAADVOGADO: CYNTHIA BRAZ REISRELATORA: DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURARELATÓRIO Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto porHAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDAem face da decisão proferida nos autos de Ação de Obrigação de Fazer proposta porFERNANDA TRÓPICO E SILVA.Insurge-se a agravante contra a decisão que deferiu tutela de urgência determinando que a Agravante autorizasse o procedimento cirúrgico necessário à agravada, com o cirurgião especialista que não é conveniado junto ao seu plano em razão de não haver qualquer especialista em ATM junto à ora Agravante.Aduziu a Agravante que não poderia ser obrigada a custear tratamento particular, visto que o procedimento pretendido estaria autorizado pelo plano para a realização junto aos seus prestadores credenciados, o que macularia o requisito da probabilidade do direito da Agravada.Argumentou que, ante a irreversibilidade da medida deferida liminarmente, deveria ser prestada caução suficiente para cobrir todos os gastos com a cirurgia, além de que seria injusto não se observar o contrato estipulado entre as partes, com o devido equilíbrio econômico processual.Pleiteou a concessão de efeito suspensivo ao recurso ou alternativamente que fosse determinada a realização de perícia ou remessa ao NAT do Tribunal de Justiça do Ceará, permanecendo suspensos os efeitos da medida ao menos até parecer técnico por lá expedido e posteriormente seja reformada a decisão.Caso não atendido o pedido, requereu a prestação de caução em valor suficiente a assegurar a irreversibilidade da medida.Acostou documentos.É o breve relato.Decido. Autoriza o art. 1.019, I do CPC/2015 que o relator, ao receber o agravo de instrumento no Tribunal, ?poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso, ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao Juiz sua decisão?.Para a concessão do efeito suspensivo é necessário o preenchimento de dois requisitos, quais sejam a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.Analisando o presente feito, de forma sumária e, portanto, não exauriente, não vislumbro a possibilidade legal de concessão de efeito suspensivo ao recurso, senão vejamos.Quanto ao perigo na demora, este não se faz presente, tendo em vista que deferir efeito suspensivo a favor da agravante geraria perigo iminente à saúde da agravada que necessita ser submetido ao procedimento cirúrgico, conforme laudo médico acostado. Logo, resta configurado, na verdade, opericulum in mora inverso.Ressalto que exigir caução neste momento, poderia resultar na manutenção da situação de saúde atual da Agravada, sem o procedimento necessário, o que não pode ser mantido no presente momento.Ademais, caso ao final da demanda fique configurado que, de fato, a agravada recusou o tratamento devidamente ofertado por medico conveniado à Hapvida, é assegurado ao plano de saúde ajuizar ação própria para requerer o ressarcimento dos valores gastos no tratamento.Assim, ao menos no presente momento prévio, entendo que a decisão deve permanecer em seus efeitos até o julgamento final do presente recurso.Ante o exposto, INDEFIRO o pretendido efeito suspensivo.Intime-se a parte agravada para que no prazo de 15 dias ofereça resposta, conforme o art. 1.019, II do CPC/2015 para o oferecimento da resposta, sendo-lhe facultado juntar cópias das peças que reputar convenientes. Belém, 28 de Maio de 2019. DESA.GLEIDE PEREIRA DE MOURA Relatora

Número do processo: 0802001-94.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ISAAC COSTA LAZARO FILHOOAB: 18663/CE Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PA Participação: AGRAVADO Nome: FERNANDA TROPICO E SILVA Participação: ADVOGADO Nome: WENDELL DOS REMEDIOS SOUZAOAB: 19185 Participação: ADVOGADO Nome: CYNTHIA BRAZ REISOAB: 1918300A/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁSECRETARIA ÚNICA DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO ATO ORDINATÓRIO Proc. nº 0802001-94.2019.8.14.0000A Unidade de Processamento Judicial das Turmas de Direito Público e Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Pará intima a parte interessada para que, querendo, apresente contrarrazões aos Embargos de Declaração opostos nos autos.28 de junho de 2019

Número do processo: 0007004-11.2017.8.14.0040 Participação: APELANTE Nome: FRANCINEIDE SANTOS CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: CLEILSON MENEZES GUIMARAESOAB: 12 Participação: APELADO Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁGABINETE

DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIORAPELAÇÃO (198):0007004-11.2017.8.14.0040APELANTE: FRANCINEIDE SANTOS CARVALHONome: FRANCINEIDE SANTOS CARVALHOEndereço: AV SAO JOAO, Nº 78,, RIO VERDE, PARAUAPEBAS - PA - CEP: 68515-000Advogado: CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB: 12-S Endereço: MANOEL COSTA GRANJA, 280, APTO 401 EDF CORA, JD DAS AMERICAS, CUIABá - MT - CEP: 78060-634APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Endereço: desconhecidoDECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de Apelação Cível interposta por FRANCINEIDE SANTOS CARVALHO contra sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas ? PA, nos autos da Ação de Cobrança (Processo nº 0007004-11.2017.8.14.0040), ajuizada em desfavor da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, ora apelada, que extinguiu o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC, em razão da autora, apesar de devidamente intimada, não ter efetuado o pagamento das custas e despesas processuais.Em suas razões recursais, sob o Num. 279701 ? pág. 1/19, alega: a) da existência de agravo de instrumento pendente de julgamento; b) princípio da proporcionalidade nas indenizações de seguro DPVAT ? necessidade de perícia ? incompetência dos juizados especiais e; c) da gratuidade da justiça. Assim, requer o conhecimento e provimento do Recurso para lhe ser deferido os benefícios da justiça gratuita e, ainda, para anular a sentença recorrida, determinando o retorno dos autos à Vara de origem.Não há contrarrazões nos autos, em razão não triangulação processual, conforme certidão sob o Num. 279702 ? pág. 1.É o relatório. Decido. Presentes os requisitos de admissibilidade,CONHEÇOdo recurso, o qual comporta julgamento nos termos do art. 932, V, ?a?, do CPC, tomando por base a Súmula nº 06, deste E. Tribunal de Justiça, cujo enunciado ora se transcreve ?in verbis?: ?A alegação de hipossuficiência econômica configura presunção meramente relativa de que a pessoa natural goza do direito ao deferimento da gratuidade de justiça prevista no artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil (2015), podendo ser desconstituída de ofício pelo próprio magistrado caso haja prova nos autos que indiquem a capacidade econômica do requerente.? Sabe-se que tem direito aos benefícios da gratuidade de justiça a pessoa natural com insuficiência de recursos para pagar as custas processuais, emolumentos e honorários advocatícios, nos termos do art. 98, do CPC, tudo em consonância com o princípio e com a garantia constitucionais do acesso à justiça e da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita aos necessitados (art. 5º, XXXV e LXXIV do CF/88, respectivamente), revestindo-se, assim, sua declaração de hipossuficiência de presunção relativa de veracidade (?iuris tantum?), nos termos do art. 99, § 3º, do CPC.Nesse passo, apenas quando houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão desse benefício, deve o Magistrado, antes de indeferir o pedido de gratuidade, determinar ao requerente que comprove preencher os requisitos para a concessão da gratuidade da justiça, tudo em observância ao comando do art. 99, § 2º, do CPC.Todavia, assim não procedeu a Magistrada, não oportunizando à parte que comprovasse preencher os pressupostos para fazer jus ao benefício, incorrendo em erro de procedimento ao extinguir o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC, em razão da recorrente não ter efetuado o pagamento das custas iniciais.De relevo consignar, ainda, que os documentos que instruem o feito, entre estes a CTPS onde se constata que recebe remuneração pouco superior a um salário mínimo, corroborado pela declaração de hipossuficiência da apelante (Num. 279695 ? pág. 3), demonstram não haver elementos nos autos que evidenciem possuir a recorrente condições financeiras de arcar com as custas processuais da demanda, presumindo-se, portanto, verdadeira sua alegação de hipossuficiência financeira para arcar com as custas e despesas processuais, em observância à norma do art. 98 c/c art. 99, § 3º, ambos, do CPC, fazendo jus, assim, a apelante ao benefício da assistência judiciária gratuita.Precedentes do E. Superior Tribunal de Justiça nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DEFERIMENTO. CAPACIDADE ECONÔMICA DA PARTE BENEFICIÁRIA. REVISÃO. SÚMULA 7 DO STJ. (...) 2. De acordo com a jurisprudência desta Corte, a presunção de hipossuficiência declarada pelo beneficiário ou postulante à assistência judiciária gratuita é relativa, podendo ser ilidida pela parte adversa ou, ainda, exigida a sua comprovação pelo magistrado, sob pena de indeferimento ou revogação. (...) (AgInt no AREsp 897.665/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 17/05/2018) PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. IMPOSTO DE RENDA. FAIXAS DE RENDIMENTOS. CRITÉRIO ABSTRATO. INADMISSIBILIDADE. 1. É assente na jurisprudência do STJ que a simples declaração de hipossuficiência da pessoa natural, ainda que dotada de presunção iuris tantum, é suficiente ao deferimento do pedido de gratuidade de justiça quando não ilidida por outros elementos dos autos. (...) (AgInt no REsp 1372128/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 26/02/2018) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO PELO MAGISTRADO.

APRECIAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 535 DO CPC. (...) 2. O STJ vem entendendo que, para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, basta que o postulante afirme não possuir condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo ao sustento próprio e de sua família, ressalvado ao juiz indeferir a pretensão, se tiver fundadas razões para tanto, conforme reza o art. 5° da Lei 1.060/1950. 3. O magistrado pode indeferir ou revogar o benefício, havendo fundadas razões acerca da condição econômico-financeira da parte ou, ainda, determinar que esta comprove tal condição, haja vista a declaração de hipossuficiência de rendas deter presunção relativa de veracidade, admitindo prova em sentido contrário. (...) (AgRg no AREsp 363.687/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 01/07/2015) Ademais, além do juízo singular não ter oportunizado a apelante a possibilidade de comprovar que preenche os pressupostos para fazer jus à gratuidade da justiça, nos termos da clara redação do art. 99, § 2º, parte final, do CPC, proferiu a sentença combatida, tomando por base que a recorrente poderia ter optado em litigar na sistemática dos Juizados Especiais Cíveis.Todavia, o ajuizamento da demanda perante a Justiça Comum ou perante os Juizados Especiais é faculdade que cabe a autora, não podendo se valer o juízoa quodessa opção da parte para lhe conceder ou não os benefícios da gratuidade da justiça pleiteada, tudo em conformidade com o que dispõe a norma do art. 3º, § 3º, da Lei nº 9.099/95, e com a jurisprudência deste E. Tribunal: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO EM RAZÃO DO NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA RECURSAL. JUSTIÇA GRATUITA CONCEDIDA. IMPOSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DO FEITO PELO NÃO RECOLHIMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL. FACULTATIVIDADE. AUTOR QUE NÃO DISPÕE DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA NÃO É OBRIGADO A AJUIZAR AÇÃO NO JUIZADO ESPECIAL. PRECEDENTES DO STJ. 1 - Efeito suspensivo anteriormente concedido ao agravo de instrumento nº 0004769-94.2017.814.0000, no bojo do qual foi concedida tutela antecipada recursal para deferir a justiça gratuita ao autor. 2 - Apesar disso, o Juízo de 1º Grau extinguiu o feito, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, IV e VI do CPC, em razão do não cumprimento da decisão que indeferiu o pedido de justiça gratuita e determinou a intimação do autor para pagamento das custas processuais. 3 - O Juízo de origem afirma que se o autor que não dispuser de recursos para recolhimento das custas processuais deve ajuizar ação no Juizado Especial. Providência indevida. Instituto da Justiça Gratuita. Ajuizamento de ação no Juizado Especial é faculdade do autor. Precedentes do STJ. 4 - Recurso provido. (2018.02872006-66, Não Informado, Rel. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2018-07-19, publicado em 2018-07-19) EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INDEFERIMENTO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. ESTADO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. CONFIGURADO. INEXISTENCIA DE EVIDENCIAS EM SENTIDO CONTRÁRIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O Benefício da gratuidade de justiça deve ser concedido à parte que não dispõe de recursos para pagar as despesas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. 2. Na hipótese dos autos a apelante declara não possuir condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo de seu sustento próprio e de sua família, inexistindo nos autos indícios de que a requerente não possua a condição de hipossuficiência declarada. 3. A teor do que dispõe a Súmula 06 deste E. Tribunal, a presunção de hipossuficiência econômica é relativa, contudo, somente pode ser indeferida de ofício pelo magistrado quando houver prova nos autos em sentido contrário, o que não se verifica na hipótese dos autos. 4. O fato de o juizado especial desobrigar a parte de recolher as custas iniciais, não impede o ajuizamento da ação perante a justiça comum pelo rito sumário, competindo ao demandante optar pelo rito processual que entende adequado à sua pretensão. 5. Recurso Conhecido e Provido. (2018.02908712-43, Não Informado, Rel. EDINEA OLIVEIRA TAVARES, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2018-07-27, publicado em 2018-07-27) Pelo exposto, nos termos do art. 932, V, ?a?, do CPC,CONHEÇOeDOU PROVIMENTOao recurso, para anular a sentença guerreada e conceder a apelante os benefícios da gratuidade da justiça pleiteada, devendo este processo retornar ao juízoa quopara regular processamento e julgamento, nos termos da fundamentação acima lançada, por se tratar da melhor medida de Direito ao caso concreto.Belém ? PA, 19 de junho de 2019. José RobertoPinheiro MaiaBezerraJúniorDesembargador ? Relator

Número do processo: 0804496-14.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: ANTONIO MONTEIRO MAIA RUSSO Participação: ADVOGADO Nome: BERNARDINO LOBATO GRECOOAB: 71 Participação: AGRAVADO Nome: MUNICIPIO DE BELEMPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁSECRETARIA ÚNICA DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADOATO

ORDINATÓRIOA Unidade de Processamento Judicial das Turmas de Direito Público e Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Pará intima a parte interessada para providenciar o recolhimento de custas referentes ao processamento do recurso de Agravo Interno, em atendimento à determinação contida no art. 33, § 10 da Lei Ordinária Estadual nº 8.583/17. 28 de junho de 2019

Número do processo: 0013570-73.2017.8.14.0040 Participação: APELANTE Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS DE BRITO NUNES Participação: ADVOGADO Nome: CLEILSON MENEZES GUIMARAESOAB: 12 Participação: ADVOGADO Nome: IRENILDE SOARES BARATAOAB: 5707 Participação: APELADO Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZAOAB: 11307/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁGABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIORAPELAÇÃO (198):0013570-73.2017.8.14.0040APELANTE: FRANCISCO DAS CHAGAS DE BRITO NUNESNome: FRANCISCO DAS CHAGAS DE BRITO NUNESEndereço: TRAVE ACAI, Nº 18,, LIBERDADE I, PARAUAPEBAS - PA - CEP: 68515-000Advogado: CLEILSON MENEZES GUIMARAES OAB: 12-S Endereço: MANOEL COSTA GRANJA, 280, APTO 401 EDF CORA, JD DAS AMERICAS, CUIABá - MT - CEP: 78060-634 Advogado: IRENILDE SOARES BARATA OAB: 5707-A Endereço: RUA B, 423 423, CIDADE NOVA, PARAUAPEBAS - PA - CEP: 68515-000APELADO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Endereço: desconhecidoDECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de Apelação Cível interposta por FRANCISCO DAS CHAGAS DE BRITO NUNES contra sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas ? PA, nos autos da Ação de Cobrança (Processo nº 0013570-73.2017.8.14.0040), ajuizada em desfavor da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, ora apelada, que extinguiu o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC, em razão do autor, apesar de devidamente intimado, não ter efetuado o pagamento das custas e despesas processuais.Em suas razões recursais, sob o Num. 519127 ? pág. 1/19, alega: a) da existência de agravo de instrumento pendente de julgamento; b) princípio da proporcionalidade nas indenizações de seguro DPVAT ? necessidade de perícia ? incompetência dos juizados especiais e; c) da gratuidade da justiça. Assim, requer o conhecimento e provimento do Recurso para lhe ser deferido os benefícios da justiça gratuita e, ainda, para anular a sentença recorrida, determinando o retorno dos autos à Vara de origem.Em comparecimento espontâneo, a ré/apelada apresentou suas contrarrazões recursais, sob o Num. 615737 ? pág. 1/5, requerendo seja mantida a sentença recorrida.É o relatório. Decido. Presentes os requisitos de admissibilidade,CONHEÇOdo recurso, o qual comporta julgamento nos termos do art. 932, V, ?a?, do CPC, tomando por base a Súmula nº 06, deste E. Tribunal de Justiça, cujo enunciado ora se transcreve ?in verbis?: ?A alegação de hipossuficiência econômica configura presunção meramente relativa de que a pessoa natural goza do direito ao deferimento da gratuidade de justiça prevista no artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil (2015), podendo ser desconstituída de ofício pelo próprio magistrado caso haja prova nos autos que indiquem a capacidade econômica do requerente.? Sabe-se que tem direito aos benefícios da gratuidade de justiça a pessoa natural com insuficiência de recursos para pagar as custas processuais, emolumentos e honorários advocatícios, nos termos do art. 98, do CPC, tudo em consonância com o princípio e com a garantia constitucionais do acesso à justiça e da concessão do benefício da assistência judiciária gratuita aos necessitados (art. 5º, XXXV e LXXIV do CF/88, respectivamente), revestindo-se, assim, sua declaração de hipossuficiência de presunção relativa de veracidade (?iuris tantum?), nos termos do art. 99, § 3º, do CPC.Nesse passo, apenas quando houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão desse benefício, deve o Magistrado, antes de indeferir o pedido de gratuidade, determinar ao requerente que comprove preencher os requisitos para a concessão da gratuidade da justiça, tudo em observância ao comando do art. 99, § 2º, do CPC.Todavia, assim não procedeu a Magistrada, não oportunizando à parte que comprovasse preencher os pressupostos para fazer jus ao benefício, incorrendo em erro de procedimento ao extinguir o feito sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC, em razão do recorrente não ter efetuado o pagamento das custas iniciais.De relevo consignar, ainda, que os documentos que instruem o feito, dentre os quais a CTPS onde consta que recebe remuneração inferior a dois salários mínimos, corroborado pela declaração de hipossuficiência do apelante (Num. 519124 ? pág. 17), demonstram não haver elementos nos autos que evidenciem possuir o recorrente condições financeiras de arcar com as custas processuais da demanda, presumindo-se, portanto, verdadeira sua alegação de hipossuficiência financeira para arcar com as custas e despesas processuais, em observância à norma do art. 98 c/c art. 99, § 3º, ambos, do CPC, fazendo jus,

assim, o apelante ao benefício da assistência judiciária gratuita.Precedentes do E. Superior Tribunal de Justiça nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DEFERIMENTO. CAPACIDADE ECONÔMICA DA PARTE BENEFICIÁRIA. REVISÃO. SÚMULA 7 DO STJ. (...) 2. De acordo com a jurisprudência desta Corte, a presunção de hipossuficiência declarada pelo beneficiário ou postulante à assistência judiciária gratuita é relativa, podendo ser ilidida pela parte adversa ou, ainda, exigida a sua comprovação pelo magistrado, sob pena de indeferimento ou revogação. (...) (AgInt no AREsp 897.665/RJ, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/04/2018, DJe 17/05/2018) PROCESSUAL CIVIL. JUSTIÇA GRATUITA. IMPOSTO DE RENDA. FAIXAS DE RENDIMENTOS. CRITÉRIO ABSTRATO. INADMISSIBILIDADE. 1. É assente na jurisprudência do STJ que a simples declaração de hipossuficiência da pessoa natural, ainda que dotada de presunção iuris tantum, é suficiente ao deferimento do pedido de gratuidade de justiça quando não ilidida por outros elementos dos autos. (...) (AgInt no REsp 1372128/SC, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 26/02/2018) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. BENEFÍCIO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO PELO MAGISTRADO. APRECIAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS FÁTICAS. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 535 DO CPC. (...) 2. O STJ vem entendendo que, para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, basta que o postulante afirme não possuir condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo ao sustento próprio e de sua família, ressalvado ao juiz indeferir a pretensão, se tiver fundadas razões para tanto, conforme reza o art. 5° da Lei 1.060/1950. 3. O magistrado pode indeferir ou revogar o benefício, havendo fundadas razões acerca da condição econômico-financeira da parte ou, ainda, determinar que esta comprove tal condição, haja vista a declaração de hipossuficiência de rendas deter presunção relativa de veracidade, admitindo prova em sentido contrário. (...) (AgRg no AREsp 363.687/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/04/2015, DJe 01/07/2015) Ademais, além do juízo singular não ter oportunizado ao apelante a possibilidade de comprovar que preenche os pressupostos para fazer jus à gratuidade da justiça, nos termos da clara redação do art. 99, § 2º, parte final, do CPC, proferiu a sentença combatida, tomando por base que o recorrente poderia ter optado em litigar na sistemática dos Juizados Especiais Cíveis.Todavia, o ajuizamento da demanda perante a Justiça Comum ou perante os Juizados Especiais é faculdade que cabe ao autor, não podendo se valer o juízoa quodessa opção da parte para lhe conceder ou não os benefícios da gratuidade da justiça pleiteada, tudo em conformidade com o que dispõe a norma do art. 3º, § 3º, da Lei nº 9.099/95, e com a jurisprudência deste E. Tribunal: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO EM RAZÃO DO NÃO PAGAMENTO DAS CUSTAS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA RECURSAL. JUSTIÇA GRATUITA CONCEDIDA. IMPOSSIBILIDADE DE EXTINÇÃO DO FEITO PELO NÃO RECOLHIMENTO DE CUSTAS PROCESSUAIS. COMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL. FACULTATIVIDADE. AUTOR QUE NÃO DISPÕE DE RECURSOS PARA PAGAMENTO DE JUSTIÇA GRATUITA NÃO É OBRIGADO A AJUIZAR AÇÃO NO JUIZADO ESPECIAL. PRECEDENTES DO STJ. 1 - Efeito suspensivo anteriormente concedido ao agravo de instrumento nº 0004769-94.2017.814.0000, no bojo do qual foi concedida tutela antecipada recursal para deferir a justiça gratuita ao autor. 2 - Apesar disso, o Juízo de 1º Grau extinguiu o feito, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, IV e VI do CPC, em razão do não cumprimento da decisão que indeferiu o pedido de justiça gratuita e determinou a intimação do autor para pagamento das custas processuais. 3 - O Juízo de origem afirma que se o autor que não dispuser de recursos para recolhimento das custas processuais deve ajuizar ação no Juizado Especial. Providência indevida. Instituto da Justiça Gratuita. Ajuizamento de ação no Juizado Especial é faculdade do autor. Precedentes do STJ. 4 - Recurso provido. (2018.02872006-66, Não Informado, Rel. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2018-07-19, publicado em 2018-07-19) EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. INDEFERIMENTO DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA. ESTADO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. CONFIGURADO. INEXISTENCIA DE EVIDENCIAS EM SENTIDO CONTRÁRIO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. O Benefício da gratuidade de justiça deve ser concedido à parte que não dispõe de recursos para pagar as despesas do processo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. 2. Na hipótese dos autos a apelante declara não possuir condições de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo de seu sustento próprio e de sua família, inexistindo nos autos indícios de que a requerente não possua a condição de hipossuficiência declarada. 3. A teor do que dispõe a Súmula 06 deste E. Tribunal, a presunção de hipossuficiência econômica é relativa, contudo, somente pode ser indeferida de ofício pelo magistrado quando houver prova nos autos em sentido contrário, o que não se verifica na hipótese dos autos. 4. O fato de o juizado especial desobrigar a parte de recolher as custas iniciais, não impede o ajuizamento da ação perante a justiça comum pelo rito sumário, competindo ao demandante optar pelo rito processual que entende adequado à sua pretensão. 5. Recurso Conhecido

e Provido. (2018.02908712-43, Não Informado, Rel. EDINEA OLIVEIRA TAVARES, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2018-07-27, publicado em 2018-07-27) Pelo exposto, nos termos do art. 932, V, ?a?, do CPC,CONHEÇOeDOU PROVIMENTOao recurso, para anular a sentença guerreada e conceder ao apelante os benefícios da gratuidade da justiça pleiteada, devendo este processo retornar ao juízoa quopara regular processamento e julgamento, nos termos da fundamentação acima lançada, por se tratar da melhor medida de Direito ao caso concreto.Belém ? PA, 19 de junho de 2019. José RobertoPinheiro MaiaBezerraJúnior Desembargador ? Relator

Número do processo: 0804832-18.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS NORTE MATO-GROSSENSE - SICREDI NORTE MT Participação: ADVOGADO Nome: EDUARDO ALVES MARCALOAB: 311 Participação: ADVOGADO Nome: HUGO ROGER DE SOUZA ALMEIDAOAB: 16285/O/MT Participação: AGRAVADO Nome: ARGENTINO GONCALVES DA SILVA JUNIOR Participação: ADVOGADO Nome: FABRICIO AGUIAR DA SILVAOAB: 20788/PA Participação: ADVOGADO Nome: BENICE ROCHA DOS SANTOSOAB: 23271/PAÓRGÃO JULGADOR:1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAUTOS Nº:0804832-18.2019.814.0000CLASSE:RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTOJUÍZO DE ORIGEM:VARA ÚNICA DA COMARCA DE BRASIL NOVOAUTOS DE ORIGEM Nº:0002503-47.2019.814.0071AGRAVANTE:COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS NORTE MATO-GROSSENSE ? SICREDI NORTE MTAGRAVADO (A):ARGENTINO GONCALVES DA SILVA JUNIORRELATORA:DESA. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DECISÃO INTERLOCUTÓRIAVistos os autos.COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS NORTE MATO-GROSSENSE ? SICREDI NORTE MTinterpôsRECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVOcontra a decisão interlocutória de Id. 1839688-págs. 09/12, proferida pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Brasil Novo, que deferiu a tutela de urgência pleiteada nos autos da Ação de Indenização por Danos Morais c/c Tutela de Urgência (processo nº 0002503-47.2019.814.0071) ajuizada porARGENTINO GONCALVES DA SILVA JUNIOR, no sentido de que restituísse à conta bancária o valor de R$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) referente ao cheque nº 000027, de origem Cacau Turismo LTDA.-ME., o qual havia sido estornado, sob pena de multa diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$3.000,00 (três mil reais). Sustenta, em suas razões recursais,que o valor estornado da conta da parte agravada, foi restituído à sua conta e que o motivo do estorno se deu porque a cártula estava prescrita, ou seja, havia perdido a validade, considerando-se que o último dia para apresentação do título expirou em 24/10/2018, a prescrição veio a operar em 24/04/2019, porém o cheque só foi apresentado em 10/05/2019, ou seja, fora do prazo prescricional. Pontua que a parteagravada já recebeu da emitente (Cacau Turismo Ltda ME) mais da metade do valor do cheque, o que, inclusive, se comprovado, lhe colocará na posição de litigante de má-fé. Aduz que, prova disso, são os dois comprovantes de transferência apresentados à agravante pela própria emitente do cheque (Cacau Turismo), demonstrando que no mesmo dia que ocorreu o estorno (10/05/2019) transferiu R$ 10.000,00 (dez mil reais), e logo depois, no dia 13/05/2019, transferiu mais 10.000,00 (dez mil reais) para a conta corrente 30988-2, de titularidade da parte ora agravada, o que também pode ser constatado no incluso extrato da conta corrente do mesmo. Assevera que prova de que os referidos comprovantes de transferência dizem respeito ao pagamento parcial do cheque encontra-se reforçada na declaração anexa, devidamente firmada pelo sócio administrador da empresa Cacau Turismo (Contrato Social anexo), o senhor Sergio Portugal Mendes.Em sede de tutela de urgência, defende a presença do risco de lesão grave e de difícil reparação, consistente na irreversibilidade do pronunciamento jurisdicional alvejado, caso a sentença seja desfavorável à parta agravada, pois não há garantia de que tenha suporte financeiro para restituir os R$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).Igualmente, a probabilidade de provimento do recurso, residiria no fato de a decisão agravada contrariar disposição legal insculpida no § 3º do art. 300 do CPC, segundo o qual: ?a tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.? Por derradeiro, requereu a concessão de efeito suspensivo a fim de que sejam obstados os reflexos da decisão agravada e, no mérito, a sua reforma.Brevemente Relatados.Decido.Quanto ao Juízo de admissibilidade,vejo que o recurso é tempestivo, adequado à espécie e conta com preparo regular (Id. 1839683, Id. 1839684 e Id. 1839685).Demais disso, está instruído com os documentos necessários, nos termos do art. 1.017 do Código de Processo Civil de 2015. Portanto, preenchidos os pressupostosextrínsecos(tempestividade, regularidade formal, inexistência de fato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer e preparo) eintrínsecos(cabimento, legitimidade e interesse para recorrer); SOU PELO SEU

CONHECIMENTO.Relativamente à tutela provisória de urgência, cuja espécieefeito suspensivoora é pleiteada pela parte agravante, não se pode olvidar que para o seu deferimento, mister encontrarem-se presentes,de forma cumulativa, os respectivos requisitos autorizadores, insculpidos no parágrafo único do art. 995[1]do CPC/2015, quais sejam, orisco de dano grave, de difícil ou impossível reparaçãoe ademonstração da probabilidade de provimento do recurso.Pois bem, partindo-se dessas premissas e, por um juízo de cognição sumária, próprio das tutelas de urgência, não é possível vislumbrar, neste momento processual,a probabilidade do direitoinvocado pela parte agravante, notadamente porquanto não se desincumbiu, até aqui, de demonstrar que restituiu integralmente o valor estornado, isto é, R$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), Isto porque conforme a própria aduziu, somente teria transferido R$20.000,00 (vinte mil reais), o que é sugerido pelos documentos de Id. 1839769. Ademais, ao revés do que reportado pela parte agravante, a declaração de Id. 1839770 não tem o condão de demonstrar a natureza da referida transferência, isto é, se seria ela referente à restituição do estorno, notadamente porque é documento que não possui qualquer forçaprobandi, pois produzido unilateralmente pelo próprio emissor do cheque.À vista do exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO formalizado pela parte agravante e, via de consequência, mantenho, por ora, a decisão agravada, nos termos da fundamentação, sem prejuízo da sua reversibilidade.Dê-se ciência da presente decisão ao Juízo de Origem e intime-se a parte agravada para exercer o contraditório nos moldes do art. 1.019, II, CPC/2015[2],podendo servir a presente decisão, como mandado.Belém/PA, 24 de junho de 2019. Desa.MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora[1]Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso. Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator, se da imediata produção de seus efeitos houverrisco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso.(Destaquei)[2]Art. 1.019. Recebido o agravo de instrumento no tribunal e distribuído imediatamente, se não for o caso de aplicação doart. 932, incisos III e IV, o relator, no prazo de 5 (cinco) dias: (...) II - ordenará a intimação do agravado pessoalmente, por carta com aviso de recebimento, quando não tiver procurador constituído, ou pelo Diário da Justiça ou por carta com aviso de recebimento dirigida ao seu advogado, para que responda no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso.

Número do processo: 0801588-81.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: BANCO BRADESCO SA Participação: ADVOGADO Nome: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUESOAB: 19792/PA Participação: AGRAVADO Nome: ANTONIO FERREIRA RIBEIRO Participação: ADVOGADO Nome: NEWTON LEOPOLDO DA CAMARA NETOOAB: 36635/PR Participação: AGRAVADO Nome: FREDERICO COELHO DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE DE ARIMATEIA CHAVES SOUSAOAB: 00000A Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE PEREIRA BONNAOAB: 18939/PA Participação: AGRAVADO Nome: BENEDITO ALMEIDA DE MORAES Participação: ADVOGADO Nome: NEWTON LEOPOLDO DA CAMARA NETOOAB: 36635/PR Participação: AGRAVADO Nome: LUZIA SONIA CHAVES DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: NEWTON LEOPOLDO DA CAMARA NETOOAB: 36635/PR1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOORIGEM: JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉMAGRAVO DE INSTRUMENTO N° 0801588-81.2019.8.14.0000 AGRAVANTE: BANCO BRADESCO SAAGRAVADOS: ANTONIO FERREIRA RIBEIRO, FREDERICO COELHO DE SOUZA, BENEDITO ALMEIDA DE MORAES E LUZIA SONIA CHAVES DE OLIVEIRA RELATORA: DESA. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EFEITO SUSPENSIVO. PRESENÇA DA PROBABILIDADE DE PROVIMENTO DO RECURSO E RISCO DE DANO GRAVE, DE DIFICIL OU IMPOSSÍVEL REPARAÇÃO. EFEITO SUSPENSIVO ATIVO DEFERIDO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Trata-se deAGRAVO DE INSTRUMENTOinterposto porBANCO BRADESCO SA, em face da decisão prolatada pelo douto Juízo de Direito da 9ª Vara Cível e Empresarial de Belém nos autos doCumprimento de Sentença na açãoordinária ajuizada porANTONIO FERREIRA RIBEIRO, FREDERICO COELHO DE SOUZA, BENEDITO ALMEIDA DE MORAES E LUZIA SONIA CHAVES DE OLIVEIRA. A decisão agravada foi lavrada nos seguintes termos: ?Vistos, etc.Certifique-se sobre o trânsito em julgado da decisão de fls. 245.Indefiro os pedidos de fls. 275/280verso, visto que o executado busca rediscutir matéria atinente a impugnação, a qual já fora rejeitada intempestivamente, conforme decisão e fls. 245.Verifico o depósito da condenação pelo executado em 05/06/2018, data término dos juros e correção.Quanto ao pedido de fls. 296/297 de abandamento de honorários contratuais, embora cabível legalmente a sua execução nos próprios autos, verifico que nos contratos de fls. 298/301, o contratante não é advogado, mas sim, pessoa jurídica

OFFICERPAR RECUPERAÇÃO DE ATIVOS LTDA. Assim, indefiro o abandamento, devendo a empresa ingressar com a ação própria. Deixo de determinar o desentranhamento da referida petição ante o pedido de levantamento de honorários sucumbenciais.Pelos mesmos fundamentos acima indefiro o pedido de fls.302/303 do espolio de FREDERICO COELHO DE SOUZA, quanto a execução de honorários contratuais.Verifico que o exequente FREDERICO COELHO DE SOUZA, faleceu em 24/03/2012 (certidão de óbito às 184), constando às fls. 173/184 a habilitação do espólio com a devida documentação e procuração, o qual defiro, devendo ser excluído das petições do representante dos demais exequentes.Concedo aos exequentes ANTONIO FERREIRA RIBEIRO. BENEDITO ALMEIDA DE MORAES E LUIZA CHAVES DE OLIVEIRA a regularização da representação com clausula expressa autorizando o advogado habilitado a receber os valores da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, visto que constam substabelecimentos com e sem reserva de poderes no decorrer do processo sem mencionar todos os exequentes.Cumpra-se e após, venham conclusos.? Inconformado, o Agravante interpôs o presente Agravo de Instrumento narrando em suas razões recursais que deve ser atribuído efeito suspensivo ao recurso uma vez que há excesso na execução e afronta a coisa julgada, haja vista que os Agravados inserem em seus cálculos juros e índices que não foram estabelecidos em sentença. Por fim, pugna pelo deferimento do efeito suspensivo e ao final pugna pelo provimento do recurso. Juntou documentos. É o relatório. DECIDO. Em obediência ao disposto no art. art. 6º, caput, da LICC, tempus regict actum. Deste modo, os pressupostos de admissibilidade recursal devem ser examinados à luz do art. 1015 e seguintes do NCPC. O recurso é cabível, por força o disposto no art. 1015, inciso I, do NCPC. Pois bem.Orecurso é tempestivo e foi instruído com as peças obrigatórios, pelo que entendo preenchidos os pressupostos de admissibilidade. Consabido, incumbe ao relator apreciar o pedido de tutela provisória nos recursos e nos processos de competência originária do tribunal, de acordo com o artigo art. 932, II do NCPC. Entendo estarem presentes os requisitos necessários à concessão do efeito suspensivo pleiteado, consoante dispõe o parágrafo único do artigo 995 do NCPC. Senão vejamos. Art. 995. Os recursos não impedem a eficácia da decisão, salvo disposição legal ou decisão judicial em sentido diverso.Parágrafo único. A eficácia da decisão recorrida poderá ser suspensa por decisão do relator,se da imediata produção de seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação,Eficardemonstrada a probabilidade de provimento do recurso. Analisando o caso concreto, constata-se que a matéria discutida versa sobre o direito a revisão da correção monetária dos valores depositados na conta poupança do autor, em vista as alterações introduzidas pelos Planos Econômicos Verão e Collor. Ocorre que a questãosub judicefoi admitida pelo Supremo Tribunal Federal como matéria de Repercussão Geral, nos termos da decisão do RE 591.797-RG/SP, Rel. Min. Dias Toffoli, DJe 30.04.2010, sob a seguinte deliberação: ?DIREITO CONSTITUCIONAL. PRINCÍPIOS DO DIREITO ADQUIRIDO E ATO JURÍDICO PERFEITO. POUPANÇA. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. PLANO ECONÔMICO COLLOR I. VALORES NÃO BLOQUEADOS. EXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL.? (RE 591.797-RG/SP, Rel. Min. DIAS TOFFOLI).? Também nos autos do referido apelo extremo, o Relator, Min. Dias Toffoli, proferiu decisão determinando ?a incidência do artigo 328, RISTF, aos processos que tenham por objeto da lide a discussão sobre os expurgos inflacionários advindos, em tese, do Plano Collor I, especificamente em relação aos critérios de correção monetária introduzidos pelas legislações que editaram o Plano Collor I, de março de 1990 a fevereiro de 1991, aplicando-se a legislação vigente no momento do fim do trintídio (concernente aos valores não bloqueados), em trâmite em todo o País, em grau de recurso, até julgamento final da controvérsia pelo STF. ? (DJe 01.9.2010) Frise-se que o Supremo Tribunal Federal tem concedido medidas liminares, em casos análogos aos de que tratam estes autos, tendo em vista a plausibilidade jurídica da pretensão formulada, cujo escopo é a manutenção das decisões proferidas no RE 591.797-RG/SP. Nesse sentido: Rcl 11.430-MC/RS, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, DJe 02.5.2011; Rcl 11.431-MC/RS, Rel.Min. Ayres Britto, DJe 16.5.2011; Rcl 13.753-MC/DF, rel. Min. Rosa Weber, DJe 31.5.2012, inter plures.Vale, também, transcrever a decisão proferida pela Min. Ellen Gracie no julgamento da Rcl 10.796/SP: ?Vislumbro, neste juízo prévio, o confronto entre o ato emanado pelo Primeiro Colégio Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado de São Paulo e o que expressamente determinado por esta Corte nos RE 591.797/SP e RE 626.307/SP, de relatoria do Ministro Dias Toffoli.É que esta Corte determinou o sobrestamento de todos os processos que tratem da cobrança de expurgos inflacionários relativos aos Planos Collor I, conforme se observa das decisões acima mencionadas, das quais extraio o seguinte:?Ante o exposto, determino incidência do artigo 328, RISTF, aos processos que tenham por objeto da lide a discussão sobre os expurgos inflacionários advindos, em tese, do Plano Collor I, especificamente em relação aos critérios de correção monetária introduzidos pelas legislações que editaram o Plano Collor I, de março de 1990 a fevereiro de 1991, aplicando-se a legislação vigente no momento do fim do trintídio (concernente aos valores não bloqueados), em trâmite em todo o País, em grau de recurso, até julgamento final da controvérsia pelo STF.? (DJe 24.5.2011) Por oportuno, destaco

trecho do que decidido no AI 754.745/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, DJe 16.9.2011: ?(...) Registro que, independentemente da instância, é possível a suspensão dos processos em tramitação que tratam da mesma matéria para a qual foi reconhecida repercussão geral por esta Corte, mas o mérito do processo- -paradigma ainda está pendente de julgamento, com a finalidade de evitar decisões divergentes. Nesse sentido, cito como precedente o RE-QO 576.155, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, DJe 12.9.2008.Consigno, ainda, que, em casos semelhantes, o Min. Dias Toffoli determinou o sobrestamento de todos os recursos que se refiram ao direito adquirido e ao ato jurídico perfeito em face dos expurgos inflacionários supostamente ocorridos no Plano Econômico Collor I, no que se refere aos valores não bloqueados, e nos Planos Bresser e Verão, excluindo-se as ações em sede executiva (decorrente de sentença transitada em julgado) e as que se encontrem em fase instrutória. Refiro-me às decisões proferidas no RE 591.797 e no AI 626.307.Desse modo, defiro parcialmente o pedido formulado na petição para determinar a suspensão de qualquer julgamento de mérito nos processos que se refiram à correção monetária de cadernetas de poupança em decorrência do Plano Collor II, excluindo-se desta determinação as ações em sede de execução?.5. Ante o exposto, defiro o pedido de medida liminar, apenas e tão-somente, para determinar o sobrestamento do agravo de instrumento 989.10.008534-2 e do processo 100.09.618829-3, até o final pronunciamento desta Corte, no RE 591.797/SP e RE 626.307/SP.? Finalmente, ainda sobre o tema, assevero o decidido na Rcl 13.596- MC/SP, Rel. Min. Rosa Weber, DJe 11.9.2012: ?(...) Conforme indicado pelo Min. Dias Toffoli na decisão proferida no RE 626.307 ED/SP, DJe de 30.03.2011, tanto a possibilidade de suspensão dos processos (e não somente dos recursos extraordinários) que versem sobre matéria com repercussão geral admitida, quanto a autorização para que tal suspensão seja determinada monocraticamente pelo Relator decorrem do entendimento firmado na Questão de Ordem no RE 576.166/DF, Pleno, Min. Ricardo Lewandowski, DJe de 12.09.08. Por sua vez, no RE 591.797/SP, o Min. Dias Toffoli determinou a suspensão de todos os recursos, em todas as instâncias, referentes a expurgos sobre poupança do Plano Collor I (critérios de correção monetária de março de 1990 a fevereiro de 1991), de acordo com a literalidade do art. 543-B, § 1º, do CPC. (...)? Considerando o exposto acima, entendo presente a probabilidade de provimento do recurso e o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, de modo que há necessidade de atribuição de efeito suspensivo ativo ao recurso. Sendo assim em nome dos princípios da eficiência, da economia processual, da isonomia e, principalmente, da segurança jurídica das decisões, a fim de evitar julgamentos conflitantes, determino o sobrestamento do processo de cumprimento de sentença. Ante ao exposto,defiro o pedido de efeito suspensivo ativo, nos termos da fundamentação. Intime-se a parte Agravada, para apresentar contraminuta ao presente recurso, facultando-lhe juntar cópias das peças que entender necessárias. Publique-se. Intimem-se. Comunique-se ao Juízo de origem. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO/OFÍCIO, nos termos da Portaria nº 3731/2015-GP. Belém, 19 de junho de 2019. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUEDesembargadora Relatora

Número do processo: 0804793-21.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: BANCO BMG Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETOOAB: 23255/PE Participação: AGRAVADO Nome: MARIA LUCIA BARROS DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: FABIO CARVALHO SILVAOAB: 22135/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁGABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIORAGRAVO DE INSTRUMENTO (202):0804793-21.2019.8.14.0000AGRAVANTE: BANCO BMGNome: BANCO BMGEndereço: Avenida Álvares Cabral, 1.707, - de 791/792 ao fim, Santo Agostinho, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30170-001Advogado: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO OAB: PE23255-A Endereço: desconhecidoAGRAVADO: MARIA LUCIA BARROS DA SILVANome: MARIA LUCIA BARROS DA SILVAEndereço: Rua das Olarias, 42, Área Rural de Marabá, MARABá - PA - CEP: 68513-899DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de Agravo de Instrumento, com pedido de efeito suspensivo (Num. 1835405 ? Pág. 1/21) interposto porBANCO BMG S/A,ora Agravante, contra decisão proferida pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA, nos autos daAÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTENCIA DE DÉBITO C/C RESTITUIÇÃO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS(Processo nº 0803062-03.2019.8.14.0028), proposta pela ora AgravadaMARIA LUCIA BARROS DA SILVA, que deferiu o pleito da autora e determinou a inversão do ônus da prova, bem como a tutela de urgência para determinar a suspensão dos descontos realizados no benefício previdenciário da autora, a titulo de reserva de margem para cartão de credito. No mais, arbitrou multa diária no valor de R$100,00 (cem reais) para cada desconto indevido em seu benefício previdenciário.O Agravante alega exagero e irrazoabilidade no arbitramento da multa, em razão da periodicidade e do valor arbitrado de R$ 100,00 (cem reais).Aduz que

é desnecessário o arbitramento da multa quando não estiver nos autos qualquer comprovação de descumprimento da medida liminar e porque o Agravante não ofereceu qualquer resistência ao seu cumprimento.Requer a concessão do efeito suspensivo para suspender o cumprimento da decisão interlocutória, no que tange à imposição da alta multa por desconto efetivado.Ainda, no mérito, pugna que seja reformada a decisão agravada por estar em dissonância com o entendimento jurisprudencial dominante, para que se afaste a imposição da multa, ate o deslinde final da lide.É o necessário.DECIDO.Recebo o recurso, eis que preenchido os requisitos legais de admissibilidade.Requer o Agravante o recebimento do recurso para a concessão do efeito suspensivo, no sentido de suspender o cumprimento da decisão interlocutória, no que tange à imposição da alta multa por cada desconto efetivado.Sobre o assunto, dispõe o art. 537 do CPC que a multa deve ser aplicada em valor suficiente e compatível com a obrigação e mediante a determinação de prazo razoável para cumprimento do preceito,in verbis:Art. 537. A multa independe de requerimento da parte e poderá ser aplicada na fase de conhecimento, em tutela provisória ou na sentença, ou na fase de execução, desde que seja suficiente e compatível com a obrigação e que se determine prazo razoável para cumprimento do preceito.Cito entendimento jurisprudencial:AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. NECESSIDADE DE FIXAÇÃO DO PRAZO PARA CUMPRIMENTO PARA INCIDÊNCIA DA MULTA COMINATÓRIA. NULIDADE DA DECISÃO QUE ESTIPULA AS ASTREINTES SEM A ESTIPULAÇÃO DE PRAZO RAZOÁVEL PARA O CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO.RECURSO NÃO PROVIDO. 1. O arbitramento da multa coercitiva e a definição de sua exigibilidade, bem como eventuais alterações do seu valor e/ou periodicidade, exige do magistrado, sempre dependendo das circunstâncias do caso concreto, ter como norte alguns parâmetros: i) valor da obrigação e importância do bem jurídico tutelado; ii) tempo para cumprimento (prazo razoável e periodicidade); iii) capacidade econômica e de resistência do devedor; iv) possibilidade de adoção de outros meios pelo magistrado e dever do credor de mitigar o próprio prejuízo (duty to mitigate de loss) (AgInt no AgRg no AREsp 738.682/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Rel. p/ Acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/11/2016, DJe 14/12/2016).2. Não fixado prazo para o cumprimento da obrigação de fazer, não cabe a incidência da multa cominatória uma vez que ausente o seu requisito intrínseco temporal.3. Agravo interno não provido.(AgInt no REsp 1361544/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 05/10/2017)Diante disso, analisando a decisão guerreada, verifico que aMagistrada de Pisodeterminou a inversão do ônus da prova e deferiu a tutela de urgência, arbitrando multa diária no valor de R$ 100,00 (cem reais) para cada desconto indevido no benefício da Agravada.Desse modo, em sede de cognição sumaria, entendo suficientemente demonstrado que o valor arbitrado de R$100,00 (cem reais), por dia, para cada desconto indevido, referente à reserva de margem para cartão de credito, evidencia ser exorbitante, em face do valor dos descontos efetuados. O mesmo não se dá, se aplicado por evento (cada desconto indevido).Isto posto, em sede de cognição sumária, vislumbro a presença dos requisitos previstos no parágrafo único do artigo 995 do CPC/2015, eis que demonstrada a probabilidade de provimento do recurso e o risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, razão pela qualdefiro parcialmente o pedido de efeito suspensivo pleiteado até decisão final do presente Recurso, para limitar as astreintes ao valor de R$ 100,00 (cem reais) por cada desconto indevido no benefício previdenciário da Agravada.Intime-se a Agravada, na forma prescrita no inciso II do art. 1.019 do CPC para que, em querendo, responda no prazo de 15 (quinze) dias, sendo-lhe facultado juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do Recurso.Servirá a cópia da presente decisão como mandado/ofício.Belém, 24 de junho de 2019. JOSÉ ROBERTOPINHEIRO MAIABEZERRAJÚNIOR DESEMBARGADOR- RELATOR

Número do processo: 0058066-20.2016.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE BELEM Participação: APELADO Nome: EDIENE MARTINS PAMPLONA Participação: ADVOGADO Nome: BRENO VINICIOS DIAS WANDERLEYOAB: 546TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ APELAÇÃO (198) - 0058066-20.2016.8.14.0301APELANTE: INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE BELEMREPRESENTANTE: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM JUDICIALAPELADO: EDIENE MARTINS PAMPLONARELATOR(A):Desembargadora NADJA NARA COBRA MEDA EMENTA APELAÇÃO CÍVEL: MANDADO DE SEGURANÇA. REEXAME NECESSÁRIO. PRELIMINAR DE INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. REJEITADA. OBJETO DA AÇÃO MANDAMENTAL É QUANTO AO DIREITO DA IMPETRANTE PROVENIENTE DA COBRANÇA COMPULSÓRIA DE PLANO DE SAÚDE. PREJUDICIAL DE MÉRITO. DECADÊNCIA. REJEITADA. NO MÉRITO. PLANO DE SAÚDE DE

ASSISTÊNCIA BÁSICA À SAÚDE E SOCIAL-PABSS - VEDAÇÃO AOS ENTES MUNICIPAIS E ESTADUAIS DE INSTITUIR CONTRIBUIÇÃO COMPULSÓRIA PARA ASSISTÊNCIA À SAÚDE. PRECEDENTES DO STF.IMPOSSIBILIDADEREDUÇÃO DAS ASTREINTES FIXADAS. LIMITAÇÃODE ACORDO COM OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE.RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. EM REEXAME NECESSÁRIO. SENTENÇA MANTIDA.1. A preliminar de inadequação da via eleita deve ser rejeitada, eis que o objeto da ação mandamentalé quanto o direito da impetrante proveniente de cobrança compulsória de plano de saúde, com base na Lei nº 7.984/99, sendo a causa de pedir a suspensão dessas cobranças, e não a validade de lei.2. Com relação a sustentada decadência, trata-se na presente hipótese de prestação de trato sucessivo, renovando-se mês a mês, não havendo que se falar em decadência domandamus. Súmula 85 do STJ Preliminar rejeitada.3. A União possui competência exclusiva para instituir contribuições sociais, de interesse das categorias profissionais, sendo delegada a competência tributária sobre previdência e assistência social. Inteligência do §1º e caput do art. 149, CF/88;4. A lei municipal nº 7.984/99, que institui a cobrança compulsória de contribuição para custeio dos serviços de saúde dos servidores públicos, por aferir obrigação no pagamento, guarda feição tributária e por isso sofre aplicação do art. 149, da CF/88. Precedentes do STF;5. A contribuição compulsória estabelecida pela lei municipal nº 7.984/99 visa a custear assistência à saúde, tal como disposto expressamente em seu art. 46, o que a torna inconstitucional na parte que obriga o servidor a referido pagamento, vez que não é dado aos Municípios instituir tributos de ordem da saúde;6. Astreintes fixadas em caso de descumprimento, dentro dos parâmetros de razoabilidade, proporcionalidade, e com limitação temporal, evitando-se o enriquecimento sem causa.7. Recurso de Apelação conhecido e desprovido. E em sede de reexame necessário, sentença mantida nos termos do voto. Vistos, relatados, discutidos estes autos de Reexame Necessário e Apelação Cível. Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores, integrantes da 2ª Turma de Direito Público do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade de votos, emconhecer do recurso de apelação cível e negar-lhe provimento, e em sede de Reexame Necessário manter a sentença, nos termos do voto da relatora.Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aos 17 dias do mês de junho de 2019.Esta Sessão foi presidida pela DesembargadoraLuzia Nadja Guimarães Nascimento. RELATÓRIO Trata-se de REEXAME NECESSÁRIOe APELAÇÃOCÍVEL,interposta peloINSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DO MUNICÍPIO DE BELÉM - IPAMBcontrasentença prolatada pelo Juízo da 2ª Vara da Fazenda Pública da Capital, nos autos do Mandado de Segurança, com pedido liminar, impetrado porEDIENE MARTINS PAMPLONA, que concedeu a segurança do pleito contido na inicial, condenando o impetrado para queabstenha de descontar na folha de pagamento da impetrante a contribuição para a assistência à saúde ao Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém-IPAMB.?O Apelante, em suas razões de ID 1610189, sustenta, preliminarmente, a nulidade processual, em razão da inadequação da via eleita. Em seguida aduz que a impetrantedecaiu do seu direito, visto que o prazo decadencial de 120 dias deve ser contado a partir da ciência do suposto ato lesivo, ou seja, da publicação da lei que instituiu a contribuição.Ainda, defendeu a constitucionalidade da Lei nº 7.984/99, aduzindo que sua criação foi fruto de um acordo realizado em assembleia geral com os servidores municipais, sendo, portanto, a contribuição para o PABSS legítima e indispensável à manutenção de um plano de saúde que beneficia milhares de servidores públicos e seus dependentes, que não tem condições de arcar com um plano de saúde particular.Requereu a concessão de efeito suspensivo ao recurso, e a redução da astreinte. Ao final, o provimento do Apelo, com a consequente reforma da sentença.A Apelada não apresentou contrarrazões (ID Num.1610190 ? Pág. 7)O Ministério Público de 2º Grau, através do parecer da Douta Procuradora de Justiça TEREZA CRISTINA DE LIMA de ID. 1782628, manifesta-se pelo conhecimento e desprovimento do presente recurso.É o relatório. VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade,CONHEÇO DA APELAÇÃO CÍVELe passo a julgá-la.DAS PRELIMINARES-INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITAAlega o apelante o não cabimento do Mandado de Segurança, vez que este teria por objeto tão somente a discussão acerca da Lei n. 7.984/99.Nesse particular, também não assiste razão ao apelante, vez que a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça admite o julgamento de inconstitucionalidade como causa de pedir do Mandado de Segurança, assim como no presente caso, em que o impetrante requereu na petição inicial do writ, a cessação do desconto referente à contribuição compulsória para o custeio do plano de assistência básica à saúde.É sabido que o Mandado de Segurança não é o instrumento processual adequado para questionar lei em tese, consoante prevê a Súmula 266 do STF, porém no presente caso, observa-se que não se trata de impugnação de lei em tese, eis que o objeto da ação mandamental é quanto o direito da impetrante proveniente de cobrança compulsória de plano de saúde, com base na Lei nº 7.984/99, sendo a causa de pedir a suspensão dessas cobranças, e não a validade de lei.Dessa feita,rejeito a segunda preliminar.PREJUDICIAL DE MÉRITO ? DECADÊNCIAQuanto a sustentada preliminar de decadência arguida, esta, da mesma forma, não merece

acolhida, uma vez que, a teor da Súmula n° 85 do STJ, quando, não havendo negativa (administrativa ou extrajudicial) do direito vindicado, nas relações de trato sucessivo, do ato (ilícito) atribuído à Administração se renovam os efeitos, iniciando-se ciclicamente os prazos peremptórios, vejamos:Súmula nº 85 STJ:?Nas relações jurídicas de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação?.Dessa forma, por se tratar a hipótese dos autos de prestação de trato sucessivo,rejeito igualmente a prejudicial de mérito de decadência.MÉRITOA questão recursal cinge-se ao cabimento ou não da contribuição compulsória dos servidores públicos municipais, para custeio do Plano de Assistência Básica à Saúde do Servidor-PABSS, e à devolução dos valores efetivamente contribuídos.A obrigatoriedade da contribuição em foco tem amparo no art. 46, da Lei Municipal nº 7.984/99, que ora transcrevo: Art. 46 - A contribuição para o custeio da assistência à saúde terá caráter obrigatório para os servidores indicados no art. 25 desta Lei, sendo cobrada no percentual de quatro por cento da remuneração, excluída a gratificação natalina. O art. 149, §1º da Constituição Federal/88, prevê que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão legislar sobre o regime previdenciário de seus respectivos servidores: Art.149.§1ºOs Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão contribuição, cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes,do regime previdenciário de que trata o art. 40, cuja alíquota não será inferior à da contribuição dos servidores titulares de cargos efetivos da União. Ainda, sobre a previdência social, a Carta Magna de 1988, dispõe no art. 201, a obrigatoriedade de filiação. Senão vejamos: Art. 201. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei, a:(...) Das disposições transcritas, nota-se que a contribuição compulsória do servidor, segundo permissivo constitucional, restringe-se apenas àprevidência social, não ocorrendo a mesma sujeição em se tratando de assistência à saúde, como a prestada pelo IPAMB.Nesse prisma, caso o servidor deseje usufruir de assistência à saúde, pode ser cobrado relativo custeio. Contudo, é vedada contribuição autônoma, específica e compulsória, como ocorre no caso dos autos.Aliás, a matéria em exame já foi objeto de pronunciamento do STF, cuja manifestação é no sentido de que a contribuição, que tenha por finalidade o custeio do regime de previdência de servidores públicos, não abrange a prestação de serviços médicos, hospitalares, odontológicos e farmacêuticos, de tal modo que essa contribuição não pode vir contemplada de forma obrigatória, pois tais serviços somente serão custeados mediante o pagamento de contribuição facultativa àqueles que se dispuserem a dele usufruir.Senão vejamos: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. EFEITOS INFRINGENTES.CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL. CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO DA SAÚDE. INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA COMPULSÓRIA. PRECEDENTE. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO.(RE 799625 ED, Relator (a): Min. CÁRMEN LÚCIA, Segunda Turma, julgado em 03/06/2014, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-114 DIVULG 12-06-2014 PUBLIC 13-06-2014) destaquei AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. LEI ESTADUAL 7.672/82. ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR PRESTADA AOSSERVIDORES. CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DOS BENEFÍCIOS PRESTADOS. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA COBRANÇA COMPULSÓRIA. ART. 149, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO. PRESUNÇÃO DE EXIGIBILIDADE DOS VALORES INDEVIDAMENTE PAGOS.PRECEDENTES: ADI 3.106 E RE 573.540. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 632035 AgR, Relator (a): Min. JOAQUIM BARBOSA, Segunda Turma, julgado em 08/02/2011, DJe-061 DIVULG 30-03-2011 PUBLIC 31-03-2011) destaquei EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO COMPULSÓRIA AO FUNDO MÉDICO HOSPITALAR. INCOMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO. AGRAVO IMPROVIDO. I- O Plenário desta Corte, ao apreciar o RE 573.540/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes, decidiu que falece aos Estados-membros e Municípios competência para criar contribuição compulsória destinada ao custeio de serviços médicos, hospitalares, farmacêuticos e odontológicos prestados aos seus servidores. II - Embargos de declaração recebidos como agravo regimental a que se nega provimento. (AI 772702 ED, Relator (a): Min. RICARDO LEWANDOWSKI, Primeira Turma, julgado em 01/02/2011, DJe-036 DIVULG 22-02-2011 PUBLIC 23-02-2011) destaquei No mesmo sentido, colaciono julgado do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ART. 105, III, A, DA CF/1988. TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DE SERVIÇOS DE SAÚDE. INCONSTITUCIONALIDADE. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. UTILIZAÇÃO DOS SERVIÇOS. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INOCORRÊNCIA.1. O recolhimento indevido de tributo enseja a sua restituição ao contribuinte, à luz do disposto no artigo 165, do Código Tributário Nacional.2.O Supremo Tribunal Federal, na ADI 3.106/MG, de relatoria do Min. Eros Grau, julgado em 14.04.2010 e no RE 573.540/MG, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, julgado em 14.04.2010

(DJe 11/06/2010), concluiu pela natureza tributária da contribuição para o custeio da assistência à saúde de Minas Gerais instituída pelo artigo 85 da Lei Complementar Estadual nº 64/2002, declarando, ademais, a sua inconstitucionalidade.3. "O fato de os contribuintes terem ou não usufruído do serviço de saúde prestado pelo Estado de Minas Gerais é irrelevante, pois tal circunstância não retira a natureza indevida da exação cobrada, segundo consignado no aresto recorrido. Nos termos do artigo 165 do CTN, o único pressuposto para a repetição do indébito é a cobrança indevida de tributo ". (REsp 1.167.786/MG, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 15/06/2010, DJe 28/06/2010)4. Precedentes: AgRg no REsp 1.186.727/MG, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, Primeira Turma, julgado em 22/06/2010, DJe 03/08/2010; REsp 1.059.771/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 02/06/2009, DJe 19/06/2009.5. Inexiste ofensa do art. 535, I e II, CPC, quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, cujo decisum revela-se devidamente fundamentado. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão.6. Recurso especial parcialmente conhecido e provido. (Rel. Min. Luiz Fux. REsp 1194981/MG. D.J. 24/08/2010). Esta Corte segue os julgados das Cortes Superiores. APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME DE SENTENÇA. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. DESCONTO COMPULSÓRIO NO CONTRACHEQUE DO SERVIDOR PARA CUSTEIO DE PLANO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. BITRIBUTAÇÃO. VIOLAÇÃO DO DIREITO DE LIVRE ASSOCIAÇÃO. APELO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA EM SEDE DE REEXAME.1. Os impetrantes são servidores públicos municipais de Belém e vinham sofrendo descontos compulsórios na folha de contribuição para o custeio de plano de assistência básica à saúde do servidor.2. O recorrente arguiu preliminares: 1) Da nulidade processual: da não intimação da procuradoria do município de Belém; 2) Do não cabimento de mandado de segurança contra lei em tese; e 3) decadência. Preliminares rejeitadas.3. No mérito: A Carta Constitucional confere competência ao Município para instituir contribuição para o custeio do sistema de previdência e não à saúde que já é garantido dentro dos limites do Sistema Único e Saúde.4. Os servidores vinham sendo obrigados a aderir ao plano de assistência à saúde, em cristalina violação ao princípio da liberdade de escolha ou mesmo ao da livre associação.5. Apelo conhecido e não provido.6. Sentença confirmada. (Proc. nº. 0037622-68.2013.8.14.0301, Rel. Desa. DIRACY NUNES ALVES, DJ: 28/07/2016). PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR. ALEGAÇÃO. CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANO DE ASSISTÊNCIA BÁSICA À SAÚDE DO SERVIDOR. PABSS DO IPAMB. OBRIGATÓRIA PARA TODOS OS SERVIDORES MUNICIPAIS. NECESSÁRIO À MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA À SAÚDE. OBRIGAÇÃO DECORREU DE AJUSTE COM SERVIDORES. SUPREMACIA DO INTERESSE COLETIVO SOBRE O INDIVIDUAL. MUNCÍPIO É COMPETENTE PARA LEGISLAR SOBRE MATÉRIA PERTINENTE AO SISTEMA DE SAÚDE DE SEUS SERVIDORES. CONTRIBUIÇÃO SOCIAL. COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DA UNIÃO. MUNICÍPIO SÓ PODE CRIAR CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. INVASÃO DE COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. PABSS ASSEMELHA-SE AOS SERVIÇOS PRESTADOS POR QUALQUER OUTRA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. ADESÃO A QUALQUER PLANO DE SAÚDE NÃO PODE TER CARÁTER OBRIGATÓRIO. INGRESSO E PERMANÊNCIA DEVE SER LIVREMENTE MANIFESTADO. DIREITO À LIVRE ASSOCIAÇÃO. NÃO EXISTE PREVISÃO IMPLÍCITA PARA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA. VEDADO INSTITUIR TRIBUTO COM A MESMA BASE DE CÁLCULO. BIS IN IDEM. PRECEDENTES. RECURSO CONHECIDO. NEGADO PROVIMENTO (Proc. nº. 0003390-30.2013.8.14.0301, Rel. Des. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO, DJ: 30/06/2016). Assim, a adesão a plano de saúde, em sede municipal, não pode ter caráter impositivo, uma vez que o ingresso e a permanência do servidor devem ser livremente manifestados.Ademais, há um limite do plano da competência legislativa, que reclama melhor exame:O art. 194, da CF/88, define a seguridade social, elencando as três frentes de políticas públicas de que se ocupa, quais sejam a saúde, a previdência e a assistência social. Vide: Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: De acordo com o artigo 149, ?caput? da CF/88, é de competência exclusiva da União criar tributo destinado à saúde. O parágrafo único, do mesmo dispositivo, prevê o compartilhamento dessa competência, com os demais entes federativos, somente no que toca à previdência e assistência social. Transcrevo: Art. 149. Compete exclusivamente à União instituir contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas, observado o disposto nos arts. 146, III, e 150, I e III, e sem prejuízo do previsto no art. 195, §6º, relativamente às contribuições a que alude o dispositivo.Parágrafo único. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuição,

cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistema de previdência e assistência social. Do exposto, depreende-se que a instituição de contribuição social, pelos Estados-membros, Distrito Federal e Municípios, para custeio da saúde, não encontra previsão no texto constitucional, já que somente a previdência e a assistência social foram contempladas no parágrafo único do art. 149.Destarte, não há qualquer ofensa ao princípio federativo já que compete exclusivamente à União criar contribuição compulsória destinada ao custeio de serviços médicos, hospitalares, farmacêuticos e odontológicos.Resulta, nesse contexto, que, ao instituir contribuição compulsória de custeio de serviço de saúde - PABSS, que guarda feição tributária porque obrigatória, o ente municipal invadiu a competência legislativa tributária da União. Portanto, a contribuição compulsória em relevo é inconstitucional.Quanto a valor da multa cominatória fixada, ressalta-se que é lícito ao magistrado, conforme autorizado pelo § 1º do artigo 357 do CPC, a requerimento da parte ou de ofício, modificar o seu valor ou a sua periodicidade, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.De fato, o magistrado, quando da sua fixação, deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo que a imposição de valor exorbitante, justamente por se revelar manifestamente ilícito, e, muitas vezes, inexequível, não tem o condão de persuadir o litigante a cumprir a determinação judicial exarada. Não se trata, portanto, de um fim em si mesma, de modo que seu valor não pode tornar-se mais interessante do que o próprio cumprimento da obrigação principal.Assim, o valor das astreintes deve ser elevado o bastante a inibir o devedor que intenciona descumprir a obrigação e sensibilizá-lo de que é financeiramente mais vantajoso seu integral cumprimento. De outro lado, é consenso que seu valor não pode implicar enriquecimento injusto do devedor.Diante desse quadro, entendo que o valor fixado pelo juízo de piso, encontra-se dentro dos parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, assim como sua limitação temporal razoável, em caso de descumprimento, patamar que se revela adequado para punir a insistência dos entes políticos em descumprir a ordem emanada do Poder Judiciário.Desta feita, acompanhando o parecer ministerial,conheço do recurso e nego-lhe provimento,e, em sede de Reexame Necessário, mantenho a sentença de primeiro grau em todos os seus termos.É o voto.Belém (PA), 17 de junho de 2019. DESA. NADJA NARA COBRA MEDARELATORA Belém, 27/06/2019

Número do processo: 0809557-84.2018.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: LEDA APARECIDA CAMARA Participação: ADVOGADO Nome: ITALO ANDERSON PESSOA DE ANDRADE SOBREIRAOAB: 59282/DF Participação: AGRAVADO Nome: IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ Participação: AGRAVADO Nome: SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC/PA Participação: AGRAVADO Nome: GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ Participação: AGRAVADO Nome: INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - 0809557-84.2018.8.14.0000AGRAVANTE: LEDA APARECIDA CAMARAAGRAVADO: IGEPREV - INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ, SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO - SEDUC/PA, GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ, INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARARELATOR(A):Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO EMENTA AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO.AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM PREVIDENCIÁRIO COM PEDIDO LIMINARINAUDITA ALTERA PARTESEM TUTELA DE URGÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DA SÚMULA 729 DO STF. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.NÃO PREENCHIDOS OS REQUISITOS DA TUTELA ANTECIPADA A SER CONCEDIDAINEXISTÊNCIA DE ARGUMENTOS CAPAZES DE ALTERAR O ENTENDIMENTO FIRMADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO,À UNANIMIDADE. ACÓRDÃO Vistos, relatados e aprovados em Plenário Virtual os autos acima identificados, ACÓRDAM os Excelentíssimos Desembargadores que integram a 2ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo interno, na conformidade do Relatório e Voto, que passam a integrar o presente Acórdão. Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Nadja Nara Cobra Meda (Presidente), Luzia Nadja Guimarães Nascimento (Relatora) e Luiz Gonzaga da Costa Neto. Belém, 28 de junho de 2019. DESA. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTORelatora RELATÓRIO Trata-se de recurso de Agravo Interno interposto porLEDA APARECIDA CAMARA, nos autos do Agravo de Instrumento nº0809557-84.2018.8.14.0000, em face de decisão monocrática de minha lavra (fls. 1/3 do ID 1241696), perante o qual conheci do recurso de Agravo de Instrumento, e neguei a tutela recursal requerida. A matéria em análise é sobre Ação Previdenciária que indeferiu tutela provisória de urgência.Irresignada,LEDA APARECIDA CAMARAinterpôs recurso de Agravo Interno (fls. 1/21 do ID 1257216), alegando que não foialisada as provas documentais juntadas aos

autos. Afirma que seu pleito está de acordo com a súmula 729 do STF, devendo a aposentadoria ser concedida. Sustenta que a sua convicção está fortemente baseada no princípio da legitimidade dos atos administrativos, além do princípio da proteção à confiança legítima, estando assim preenchidos os requisitos previstos no art. 300 do CPC, para que a tutela seja deferida de forma liminar.Diante do exposto, requer a reconsideração da r. decisão agravada,com integral provimento, para o fim de conceder-se o efeito suspensivo e a tutela antecipada requerida do benefício previdenciário no valor de R$ 5.674,59 (cinco mil seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos). As partes agravadas não ofertaram contrarrazões ao recurso de agravo de interno conforme conta no ID1523523. É o relatório, síntese do necessário. VOTO 1. Análise de admissibilidade:Conheço do Agravo Interno, eis que tempestivo, cabível na espécie, bem como em virtude da dispensa do preparo, em razão da concessão do benefício da justiça gratuita em favor da agravante. 2. Razões RecursaisCompulsando os autos, observo que não se mostrou evidenciada qualquer ilegalidade ou abusividade na decisão recorrida.Em suas razões recursais, a agravante alega que não foialisada as provas documentais juntadas aos autos. Afirma que seu pleito está de acordo com a súmula 729 do STF, devendo a aposentadoria ser concedida. Sustenta que a sua convicção está fortemente baseada no princípio da legitimidade dos atos administrativos, além do princípio da proteção à confiança legítima, estando assim preenchidos os requisitos previstos no art. 300 do CPC, para que a tutela seja deferida de forma liminar.Diante do exposto, requer a reconsideração da r. decisão agravada,com integral provimento, para o fim de conceder-se o efeito suspensivo e a tutela antecipada requerida do benefício previdenciário no valor de R$ 5.674,59 (cinco mil seiscentos e setenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos). Primeiramente, é de suma importância destacar que este momento processual se presta, apenas e tão somente, para analisar o acerto ou desacerto da decisão guerreada. As questões ainda não submetidas à apreciação do Juízo da causa não são passíveis de análise sob pena de supressão de instância e violação ao duplo grau de jurisdição, diante a vedação pelo nosso ordenamento jurídico. Nesse sentido, para a concessão da tutela, o magistrado teve que observar o preenchimento dos requisitos, de modo que passo a analisar o acerto ou desacerto da decisão.A Tutela antecipadaé o ato do magistrado por meio de decisão que adianta ao postulante, total ou parcialmente, os efeitos do julgamento de mérito, quer em primeira instância quer em sede de recurso e, para a concessão da medida de urgência faz-se imprescindível a presença de requisitos previsto em lei, quais sejam, a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Necessário, ainda, que não haja perigo de irreversibilidade da medida, consoante previsão do art. 300 do Código de Processo Civil, requisitos estes, que não são vislumbrados no caso em análise. De plano, em um juízo de cognição sumária, como bem entendeu a decisão combatida, o caso em análise não se enquadra no requisito previstoda Súmula 729 do STF, que assim estabelece: Súmula 729.A decisão na Ação Direta de Constitucionalidade não se aplica à antecipação de tutela em causa de natureza previdenciária. (grifo nosso). A agravante nunca chegou a ser aposentada, desse modo, a ação ajuizada não possui natureza previdenciária, pois a relação com a autarquia dos servidores públicos ainda não se iniciou. Percebe-se no autos, que o pedido inicial está atrelado ao reestabelecimento dos pagamentos suspensos. Com isso, entendo pela impossibilidade da aplicação da súmula 729 do STF. Ademais, o caso éde natureza administrativa, já que se trata de vínculo de serviço público, devendo obedecer aos princípios que regem o Direito Administrativo.O ato administrativo goza de presunção de legitimidade. Pela ?presunção de legitimidade?, atributo de todo ato administrativo, o ato administrativo é válido, até que se prove o contrário, e, sendo ele válido, obriga os administrados por ele atingidos, ou produz os efeitos que lhe são próprios, desde o momento de sua edição. Assim, prelecionam Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo: ?Ainda que o ato administrativo venha a ter suspensa a produção de seus efeitos em face de determinados recursos, a presunção de legitimidade (e essa é outra importante conseqüência desse atributo) faz com que a obrigação de provar a existência de vício no ato seja de quem aponta esse vício. Não é obrigação da Administração que editou o ato provar sua validade, pois já existe presunção nesse sentido. Aquele que afirma existir defeito no ato é quem possui o encargo de prová-lo.?Não provaram os apelantes que o ato é inválido, prevalecendo, portanto, a sua presunção de validade. Nesse sentido, precedente do Superior Tribunal de Justiça: ?PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. EXONERAÇÃO. ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE LEGITIMIDADE. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. REVOLVIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. CERCEAMENTO DE DEFESA. REVOLVIMENTO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. ÓBICE DA SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS NOVOS CAPAZES DE INFIRMAR A DECISÃO AGRAVADA.? (1180288 MG 2010/0029217-3, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 16/04/2013, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 26/04/2013) Portanto, por esses motivos e em razão da presunção de legitimidade dos atos administrativos, imperiosa a manutenção da decisão recorrida, eis que não preenchidos os requisitos da

tutela antecipada a ser concedida, quais sejam:a) a probabilidade do direito e b) o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (artigo 300, do CPC/15). Por fim, as provas documentais juntadas nos autos serão objetos de análise no julgamento do mérito do recurso de agravo de instrumento. 3. ConclusãoAssim, ante os motivos expendidos alhures,CONHEÇOo recurso, todavia,NEGO-LHE PROVIMENTO,mantendo integralmente a decisão monocrática de fls. 1/3 do ID 1241696.É o voto.Belém, 28de junho de 2019. DESA. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTORelatora Belém, 27/06/2019

Número do processo: 0801566-23.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: CLUBE DO REMO Participação: ADVOGADO Nome: RODRIGO COSTA LOBATOOAB: 20167/PA Participação: AGRAVADO Nome: PRO-TEGER FOMENTO COMERCIAL LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: WILSON LINDBERGH SILVAOAB: 99UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO.1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 0801566-23.2019.814.0000.COMARCA DE BELÉM (09ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL).AGRAVANTE: CLUBE DO REMO.ADVOGADO:ANDRÉ LUIZ SERRÃO PINHEIROE OUTROS.AGRAVADO: PRO-TEGER FOMENTO COMERCIAL LTDA.ADVOGADO:WILSON LINDBERGH SILVA(OAB/PA N. 11.099).RELATORA: Desª. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Trata-se deAgravo de Instrumentocom pedido efeito suspensivo interposto porCLUBE DO REMO, em face da decisão proferida nos autos deAção de Execução de Título Executivo Extrajudicial(Proc. n° 0005009-33.2010.814.0301), em trâmite perante o MM. Juízo da 09ª Vara Cível da Comarca de Belém, proposta pela ora agravadaPRO-TEGER FOMENTO COMERCIAL LTDA., que deferiu os pedidos formulados pelo exequente/agravado para determinar a penhora, no prazo de 24 horas, de 10% da renda líquida obtida no jogo de futebol entre Remo vs. Tapajós, determinando ainda a penhora no mesmo percentual dos valores obtidos com a renda dos jogos subsequentes, nos quais o ora agravante figure como mandante, até o limite do valor devido, cominando multa de 20% sobre o total da dívida, em caso de descumprimento, por ato atentatório à dignidade da justiça.Em suas razões (ID n.º 1451577), pugna o agravante pela reforma da decisão agravada porerror in judicando.Afirma que a partida de futebol alvo da decisão agravada ocorreu antes da prolação dodecisum, de maneira que a ordem de penhora não poderia ter efeitos pretéritos. Nesse contexto, aduz que o jogo ocorreu em 03/02/2019, ao passo que a decisão foi proferida em 21/02/2019.Defende ser impossível o cumprimento da decisão agravada, tendo em vista que toda a renda obtida na mencionada partida já foi despendida com o pagamento de salários e demais contas do clube, não havendo mais recursos decorrentes do mencionado jogo que possam ser objeto de penhora.Pontua que a eventual aplicação de multa por descumprimento da decisão acarretaria perigo de dano irreparável ou de difícil reparação.Preliminarmente, ressalta a situação de dificuldade financeira enfrentada pelo clube, pugnando pela observância dos princípios da função social e da preservação da empresa, diante da relevância social e regional do clube.Repisa a impossibilidade de cumprimento da decisão com efeitos retroativos, ressaltando que inexistia determinação para que o clube agravante reservasse determinada porcentagem daquela partida específica para fins de penhora posterior.Aduz que a multa cominada para o caso de descumprimento da decisão judicial no montante de 20% sobre o valor da dívida é excessiva, merecendo ser afastada ou, alternativamente, reduzida, com fulcro no art. 413 do CC.Reitera a tese de excesso de execução (CPC, art. 917, III) suscitada nos recursos anteriores, à luz do princípio da menor onerosidade ao devedor (CPC, art. 805), apontando desproporcionalidade no percentual penhorado de 10% da renda líquida.Alega que o clube depende da renda dos jogos para dar continuidade em suas atividades fins, inclusive o pagamento de salários, os quais encontram-se parcialmente atrasados, ponderando que os gastos do clube atingem aproximadamente 40% da renda líquida de cada partida, motivo pelo qual requer a redução de 10% para 5% da renda líquida em favor do clube.Ratifica os argumentos constantes dos agravos anteriores, no que se refere à impenhorabilidade dos valores bloqueados (CPC, art. 833).Aponta que o cálculo realizado e acolhido pelo juízo singular teria desconsiderado os termos do contrato, segundo o qual prevê percentual de atualização da dívida no importe de 1% (um por cento) ao ano a título de juros de mora, e não ao mês como foi calculado pelo autor (cláusula quinta).Informa que sobre a renda dos jogos cuja penhora foi determinada, há ordem de arresto oriundo da Justiça do Trabalho, cujos créditos alimentares possuem preferência legal, no montante de 30% (trinta) por cento sobre a renda líquida, ou seja, excluídas as elevadas despesas para realização de jogos dessa natureza.Giza que inexiste risco de irreversibilidade da medida.Defende a impenhorabilidade dos valores bloqueados, por força do art. 833 do CPC, aplicável por analogia à sociedade desportiva, bem como a desobediência à ordem de preferência da penhora prevista no art. 835, X do CPC (percentual do faturamento de empresa devedora). Nesse sentido, acresce que não foi oportunizada a possibilidade de

indicação de outros valores para bloqueio, restando patente a ilegalidade da penhora.Pugna pela concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento, para sustar a ordem de penhora de 10% da renda da partida entre Remo vs. Tapajós, pelo Campeonato Paraense, diante da impossibilidade de cumprimento da decisão, afastando-se a aplicação da multa de 20% por descumprimento ou, alternativamente, que tal multa seja reduzida. Ademais, requer a atribuição de efeito suspensivo para reconhecer-se a impenhorabilidade dos valores percebidos com os jogos em que for mandante, eis que se constituem na sua principal fonte de renda e, alternativamente, requer a limitação da incidência de juros de mora em 1% ao ano, bem como que a penhora seja limitada a 5% da renda líquida em favor do clube. Ao final, requer o conhecimento e provimento do recurso.O recurso foi instruído pelos documentos de fls. 23/264 (pdf.).Em petição de ID n.º 1509462, o agravado informou que o juízo singular exerceu o juízo de retratação quanto à imediata aplicação de multa por ato atentatório à dignidade da justiça, suspendendo a ordem pelo prazo de 15 dias, para o efetivo depósito do percentual penhorado. Desse modo, requereu a extinção do recurso, diante da perda superveniente do objeto recursal.Os autos eletrônicos foram inicialmente distribuídos por sorteio à Exma. Desa. GLEIDE PEREIRA DE MOURA, a qual identificou a prevenção desta magistrada.Após redistribuição por prevenção ao AI n.º 0801419-31.2018.8.14.0000, vieram os autos conclusos.É o relatório.DECIDO.Preliminarmente, entendo por bem deferir o pedido de justiça gratuita tão-somente para fins de recurso, na mesma linha dos recursos anteriores, vez que os fatos que emanam dos autos denotam a hipossuficiência do agravante, bem como demais fatos públicos que envolvem o clube executado.Ademais, importante consignar que, havendo a modificação da situação financeira do agravante, é possível a revogação de tal benefício, portanto, não existindo perigo de irreversibilidade desta medida.Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, recebo o presente recurso, que comporta análise de efeito suspensivo.O clube agravante almeja o deferimento de efeito suspensivo ao recurso, uma vez que a decisão recorrida teria incorrido emerror in judicando.À concessão do efeito suspensivo ao agravo de instrumento, deve ser observado ?se da imediata produção dos seus efeitos houver risco de dano grave, de difícil ou impossível reparação, e ficar demonstrada a probabilidade de provimento do recurso?, conforme previsão do art. 995, parágrafo único, do CPC/15.Cuidam-se de requisitos cumulativos.Pois bem.Impossível desvencilhar a análise da presente insurgência dos agravos de instrumento anteriores que atraíram a prevenção desta Relatora (Proc. n.º 0801419-31.2018.8.14.0000 e 0806844-39.2018.8.14.0000), ambos pendentes de julgamento de mérito.Nesse contexto, as matérias comuns aos recursos supra permanecem, no mínimo, condicionadas ao quanto decidido nas insurgências anteriores, de molde a se observar o comando insculpido no art. 926 do CPC.Assim, sem ignorar o panorama no qual as decisões do juízoa quose inserem, limitar-me-ei apenas ao que se tratar de assunto novo ainda não enfrentado anteriormente e devolvido a esta instância por força do presente agravo de instrumento.No caso concreto, em juízo de cognição sumária, entendo ser possível a concessão apenas parcial de efeito suspensivo, pois vislumbro o alegado risco de dano irreparável ou de difícil reparação ao ora agravante com a manutenção da ordem depenhora de 10% da renda líquida obtida no jogo de futebol entre Clube do Remo vs. Tapajós, ocorrido em 03/02/2019, cominando-se multa de 20% sobre o total da dívida, em caso de descumprimento, por ato atentatório à dignidade da justiça.Afinal, pelas circunstâncias do caso em análise, verifica-se, de fato, a impossibilidade de cumprimento da decisão com efeitos retroativos, uma vez que odecisumsó foi proferido em 21/02/2019, portanto, em data posterior à realização do jogo, o que confere verossimilhança às alegações do agravante de que não dispunha mais dos valores arrecadados na partida em testilha.Ademais, não obstante tenha sido indeferido o pedido de efeito suspensivo postulado pelo clube ora agravante no Agravo de Instrumento n.º0806844-39.2018.8.14.0000, trata-se de decisão precária, cujo mérito ainda não fora enfrentado pelo colegiado, de maneira que não havia determinação no sentido de que o clube provisionasse percentual da renda auferida na partida do dia 03/02/2019 para fins de penhora nos autos originários.Diante dessa conjuntura, tanto a determinação judicial no que concerne especificamente à partida entre ?Clube do Remo vs. Tapajós?, quanto a multa cominada para o caso de descumprimento, a meu sentir, se mostraram desarrazoadas, sendo que esta última fora fixada de plano no teto legalmente previsto de 20% (CPC, art. 77, § 2º).Em todo caso, diante da informação nos autos de que o juízoa quoexerceu o juízo de retratação quanto à imediata aplicação da multa por descumprimento, entendo que a princípio restaria prejudicado o presente recurso no ponto, para fins de análise do efeito suspensivo. Contudo, considerando que o juízo singular efetuou retratação condicional, apenas suspendendo a ordem pelo prazo de 15 dias, para o efetivo depósito do percentual penhorado, evidentemente, não há falar em perda do objeto recursal como um todo.Destarte, diante do perigo de dano, entendo ser o caso de concessão do efeito suspensivo parcial para afastar a multa por ato atentatório à dignidade da justiça fixada em 20% sobre o total da dívida, inclusive por não ter havido justificação de correlação entre a multa e a gravidade da conduta.Quanto aos demais temas, como a impenhorabilidade da renda dos jogos e o pedido alternativo de redução do percentual de 10% para 5%,

prevalece o que fora decidido nos recursos anteriores, por versarem sobre questões idênticas já anteriormente enfrentadas, ainda que em caráter precário, sem alteração fática comprovada nos autos. Cumpre ressaltar, por oportuno, que já foi assentada a possibilidade de penhora sobre a receita líquida dos jogos ? embora sem enfrentamento de mérito quanto à tese de ofensa à ordem de preferência da penhora (CPC, art. 835, X) ?, bem como foi acolhido o pedido alternativo veiculado anteriormente, de fixação do patamar de 10% não sobre a renda bruta, mas sobre a renda líquida dos jogos.Assim, vislumbrando presentes os requisitos autorizadores previstos em lei (CPC, art. 995, p. único), é caso de deferimento parcial do pedido de efeito suspensivo.Por fim, reafirmo que,in casu, reputo relevantes os argumentos erguidos pelo agravante, especialmente a tese de inobservância da ordem de preferência da penhora prevista no art. 835 do CPC, com a possibilidade de se oportunizar o oferecimento de outros bens à penhora, à luz do princípio da menor onerosidade (CPC, art. 805). Todavia, tal matéria deverá ser tratada no mérito recursal, a partir de juízo de cognição exauriente.Ante o exposto, em juízo de cognição sumária, vislumbro presentes os requisitos autorizadores, razão pela qualdefiro em parteo pedido de efeito suspensivo pleiteado, na forma do art. 1.019, I do NCPC,apenas parasustar os efeitos da decisão agravada, quanto à partida ocorrida no dia 03/02/2019, bem como à multa por ato atentatório à dignidade da justiça, até o pronunciamento definitivo da turma.Dê-se ciência ao juízo prolator da decisão agravada.Dispenso as informações.Intime-se o agravado para o contraditório (NCPC, art. 1.019, II).Retornem conclusos para julgamento.Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, como MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇO/NOTIFICAÇO, nos termos do artigo 4º, parágrafo único, c/c artigo 6º, da Portaria nº 3731/2015-GP.P.R.I.C.Belém, 24 de junho de 2019. Desa.MARIA DO CÉOMACIELCOUTINHORelatora

Número do processo: 0802606-11.2017.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: ORLANDO ANTONIO MACHADO FONSECA Participação: ADVOGADO Nome: ORLANDO ANTONIO MACHADO FONSECAOAB: 1342/PA Participação: AGRAVADO Nome: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - 0802606-11.2017.8.14.0000AGRAVANTE: ORLANDO ANTONIO MACHADO FONSECAAGRAVADO: PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO PARÁRELATOR(A):Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO EMENTA AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. SENTENÇA. RECURSO CABÍVEL APELAÇÃO. RECURSOCONHECIDO E DESPROVIDO,À UNANIMIDADE. 1- Como é cediço, os embargos à execução envolvendo a Fazenda Pública constituem ação própria, e não incidente processual, de modo que são julgados por meio de sentença, e não decisão interlocutória.2- Consoante dispõe expressamente o art. 1009 do CPC/2015, o recursa cabível contra sentença é a Apelação, e não o Agravo de Instrumento. Inaplicabilidade do princípio da fungibilidade, por se tratar de erro grosseiro.3- Recurso conhecido e não provido,à unanimidade. ACÓRDÃO Vistos, relatados e aprovados em Plenário Virtual os autos acima identificados, ACÓRDAM os Excelentíssimos Desembargadores que integram a 2ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo, na conformidade do Relatório e Voto, que passam a integrar o presente Acórdão. Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Nadja Nara Cobra Meda (Presidente), Luzia Nadja Guimarães Nascimento (Relatora) e Luiz Gonzaga da Costa Neto. Belém, 28de junho de 2019. DESA. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTORelatora RELATÓRIO Trata-se de recurso de AGRAVO INTERNO interposto porOrlando Antonio Machado Fonsecanos autos doAgravo de Instrumento em face da decisão monocrática (Num. 304047) de minha lavra, que não conheceu do recurso de Agravo de Instrumento manejado pelo agravante, por ser inadmissível. Em suas razões recursais (N. 357500) o agravante sustenta que a impugnação em questão diz respeito à decisão interlocutória que rejeitou os Embargos de Declaração, em que o Agravo de Instrumento seria cabível nos moldes do parágrafo único do artigo 1015 do CPC/2015, razão pela qual postula o conhecimento do referido recurso.Contrarrazões apresentadas (Num. 485850) em que o Estado do Pará postula pela manutenção da decisão monocrática que não conheceu do Agravo de Instrumento.É o relatório. VOTO 1. Análise de Admissibilidade Conheçodo recurso eis que presentes os pressupostos de admissibilidade. 2. Razões Recursais Em razões recursais (N. 357500) o agravante pleiteia, em suma, pelo cabimento do Agravo de Instrumento pois a decisão agravada seria a que rejeitou os embargos de declaração opostos, e não a sentença que pôs fim aos Embargos à Execução. Desta forma, sustenta estar de acordo com o que prevê o parágrafo único do artigo 1015 do CPC/2015, já que impugnou uma decisão interlocutória em fase de liquidação de sentença.Como é cediço, os embargos à execução envolvendo a Fazenda Pública constituem ação própria, e não incidente processual, de modo

que são julgados por meio de sentença, e não decisão interlocutória.Assim, da simples leitura do art. 1.009 do Código de Processo Civil, verifica-se que o recurso cabível é a apelação e não o agravo de instrumento. Logo, na espécie, reputo inaplicável o princípio da fungibilidade recursal, porquanto ausente dúvida objetiva razoável quanto ao recurso cabível para atacar a decisão terminativa precitada, sendo hipótese de erro evidente a interposição de agravo de instrumento.O erro grosseiro na interposição de um recurso por outro ?se configura pela interposição de recurso impertinente em lugar daquele expressamente previsto na norma jurídica própria? (AI 133262 AgR, Relator(a): Min. Celso de Mello, Primeira Turma, julgado em 22/05/1990, DJ 03-08-1990 PP-07238 EMENT VOL-01588-03 PP-00577 RTJ VOL-00132-03 PP-01374).Nesse sentido:DECISÃO MONOCRÁTICA. AGRAVO DE INSTRUMENTO.SENTENÇA PROLATADA EM EMBARGOS À EXECUÇÃO. RECURSO CABÍVEL. APELAÇÃO. ERRO GROSSEIRO. 1. A sentença prolatada nos autos dos embargos à execução desafia o recurso de apelação, de acordo com a regra inserta no art. 1.009 do Código de Processo Civil. 3. Em tendo a parte embargada interposto recurso de agravo de instrumento, inviável o seu recebimento e processamento, por inobservância ao pressuposto da adequação recursal. 4. Evidenciada a ocorrência de erro grosseiro, não há se falar em aplicação do princípio da fungibilidade. AGRAVO DE INSTRUMENTO NÃO CONHECIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70079908737, Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Antônio Vinícius Amaro da Silveira, Julgado em 26/11/2018. Publicado em 27/11/2018) Dessa forma, verifico que não se sustenta a alegação do agravante de estar impugnando outra decisão que não a sentença que pôs fim aos Embargos à Execução, pelo que reitero a decisão agravada no sentido de manter o não conhecimento do Agravo de Instrumento erroneamente interposto, uma vez que manifestamente inadmissível. ConclusãoAssim, ante os motivos expendidos alhures,CONHEÇOo recurso, todavia,NEGO-LHE PROVIMENTO,mantendo integralmente a decisão monocrática deNum. 304047.É como voto.Belém,28de junho de 2019. DESA. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTORelatora Belém, 27/06/2019

Número do processo: 0009564-28.2014.8.14.0040 Participação: SENTENCIANTE Nome: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS Participação: SENTENCIADO Nome: ADILTON RIBEIRO ARAUJO Participação: SENTENCIADO Nome: FRANCISCO CANDIDO ARAUJO Participação: SENTENCIADO Nome: MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS Participação: SENTENCIADO Nome: ESTADO DO PARATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ REMESSA NECESSÁRIA (199) - 0009564-28.2014.8.14.0040SENTENCIANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBASSENTENCIADO: ADILTON RIBEIRO ARAUJO, FRANCISCO CANDIDO ARAUJO, MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS, ESTADO DO PARAREPRESENTANTE: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARARELATOR(A):Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO EMENTA AGRAVO INTERNO EM REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA. DIREITO À SAÚDE. NULIDADE DE ALGIBEIRA. IMPOSSIBILIDADE. A INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA CONFIGURA-SE COMO MELHOR TRATAMENTO PARA O PACIENTE. RECURSOCONHECIDO E DESPROVIDO,À UNANIMIDADE. ACÓRDÃO Vistos, relatados e aprovados em Plenário Virtual os autos acima identificados, ACÓRDAM os Excelentíssimos Desembargadores que integram a 2ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo interno, na conformidade do Relatório e Voto, que passam a integrar o presente Acórdão. Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Nadja Nara Cobra Meda (Presidente), Luzia Nadja Guimarães Nascimento (Relatora) e Luiz Gonzaga da Costa Neto. Belém, 28 de junho de 2019. DESA. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTORelatora RELATÓRIO Trata-se de Agravo Interno em REEXAME NECESSÁRIO interposto por MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS em face da decisão monocrática de minha lavra (ID 527159), nos autos da AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA, a qual manteve a decisão do juízo de primeiro grau em sua integralidade. Em suas razões recursais (ID 698925), a parte agravante alega, em síntese, nulidade do processo decorrente da ausência de nomeação de curador especial e argumenta a ineficiência da internação compulsória, sendo o tratamento ambulatorial medida mais adequada. Sem contrarrazões, conforme consta certidão de ID 9266950.Regularmente distribuído, coube-me a relatoria do feito.É o relatório. VOTO 1. Análise de admissibilidade:Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso. 2. Razões Recursais: Em razões recursais (ID 698925), o agravante pleiteia, em suma, a nulidade absoluta do processo decorrente da ausência de nomeação de curador especial, além de argumentar a ineficácia da internação compulsória, devendo-se adotar o tratamento ambulatorial.

Compulsando os autos, verifico que ao recorrente não assiste razão. Não sendo o caso, portanto, de retratação deste juízo. Nota-se que, ao longo de toda marcha processual, houveram inúmeras oportunidades para que o Município arguisse a nulidade decorrente da ausência da nomeação do curador especial do paciente. Entretanto, apenas em sede de Agravo Interno, ou seja, após toda a fase de conhecimento, e sem a interposição de apelo, a parte agravante traz à baila essa nulidade que, supostamente, fere o contraditório. Essa situação enquadra-se na chamada nulidade de algibeira ou de bolso, em que o sujeito processual se reserva ao lançamento de uma nulidade que o beneficiará devido ao alongamento da demanda- sendo vedada em nosso ordenamento jurídico. Vejamos jurisprudência dos tribunais superiores sobre o tema:AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE. ALEGAÇÃO DE DOENÇA DO ÚNICO PATRONO. NULIDADE DE ALGIBEIRA. INADMISSIBILIDADE. NÃO PROVIMENTO. 1. É intempestivo o recurso especial interposto além da quinzena legal. 2. A jurisprudência do STJ, atenta à efetividade e à razoabilidade, tem repudiado o uso do processo como instrumento difusor de estratégias, vedando, assim, a utilização da chamada "nulidade de algibeira ou de bolso" (EDcl no REsp 1424304/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/8/2014, DJe 26/8/2014). 3. Agravo interno a que se nega provimento.(STJ - AgInt no AREsp: 1307748 DF 2018/0140052-3, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 13/05/2019, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 16/05/2019)AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. NULIDADE DE ALGIBEIRA. CONDUTA PROTELATÓRIA. MÁ-FÉ PROCESSUAL. 1. O recorrente, autor de ação de exoneração parcial de alimentos, alega nulidade decorrente de vício de representação processual pelo implemento da maioridade civil de sua filha, ocorrida após já publicado o acórdão de apelação, contra o qual apenas ele, autor, se voltou com impugnações das quais saiu vencido. 2. Não há nulidade sem efetivo prejuízo, devendo-se acrescentar que o recorrente tinha plenas condições de apontar o fato a que imputa causar nulidade desde seu implemento, valendo-se agora da alegação na tentativa de protelar a solução definitiva da demanda da qual saiu vencido. 3. Agravo interno a que se nega provimento, com aplicação de multa do art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil.(STJ - AgInt nos EDcl no AREsp: 506013 SC 2014/0092808-1, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 06/02/2018, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 09/02/2018) Nesse sentido, torna-se evidente a tentativa de alongamento da demanda ante a insatisfação do Município com deslinde da demanda. Isso porque o presente recurso busca a nulidade de todos os atos praticados até o momento, ou seja, procura, por meio de uma nulidade de bolso, o retorno da marcha processual, para que a responsabilidade municipal de fornecer o tratamento médico seja adiada, configurando-se uma clara ofensa ao direito fundamental à saúde do paciente. Em se tratando de nulidades, conforme o exposto, é de sapiência que essa deva ser arguida na primeira oportunidade possível, sob pena de preclusão. Superada a nulidade arguida, passo a análise do argumento subsidiário utilizado pelo agravante: a ineficácia da internação compulsória e necessidade do tratamento ambulatorial. Nesse ponto, argumenta o Município que a interdição compulsória não seria o tratamento adequado para o caso em questão, mas sim o tratamento ambulatorial denominado de CAPS. Entretanto, hei de concordar com o parecer exarado pelo Ministério Público (ID 510815) de que a interdição compulsória se figura sim como melhor método de tratamento para o paciente.Tal juízo decorre dos documentos médicos acostados, que indicam esse como opção mais indicada para o paciente. Cito trecho do parecer ministerial: "Está comprovado nos autos que o Autoré Dependente químico e usuário de diversas drogas ilícitas como maconha, cola, água sanitária, desde os 14 (quatorze) anos de idade, conforme o laudo médico de outubro de 2014 (pág.57, Id. n° 471065), com o relatório situacional elaborado pela equipe de enfermagem do Centro de Atenção Psicossocial [CAPS] de Parauapebas (pág.58, Id. n°471065) e a cópia do e-mail (pág. 59, Id. n°471065) enviado pela Diretora do Centro de Cuidados a Dependentes Químicos?C.C.D.Q - à 3ª Vara Cível de Parauapebas, informando o agendamento para atendimento do paciente, cujos documentos comprovam a necessidade da internação compulsória do Requerido, demonstrando a importância desta internação e do tratamento para garantir a sua saúde e a sua dignidade." Em que pese a alegação do recorrente, o próprio CAPS indica a internação compulsória como deslinde mais indicado para o caso. Portanto, deslinde diferente ao indicado seria prejudicial ao paciente, sendo o tratamento indicado pelos órgãos médicos medida que se impõe.Sendo assim, a manutenção da decisão combatida é medida necessária para assegurar o direito fundamental à saúde do paciente. 3. Conclusão Assim, ante os motivos expendidos alhures,CONHEÇOdo Agravo Interno, masNEGO-LHE PROVIMENTO.É como voto.Belém,28de junho de 2019. DESA. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTORelatora Belém, 27/06/2019

Número do processo: 0004067-06.2014.8.14.0049 Participação: APELANTE Nome: MUNICIPIO DE SANTA ISABEL DO PARA Participação: APELADO Nome: ADRIANO MARTINS DOS REIS Participação: ADVOGADO Nome: FRANCE FERREIRA MORAESOAB: 11168/PA Participação: ADVOGADO Nome: ABELARDO DA SILVA CARDOSOOAB: 3237/PATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ APELAÇÃO (198) - 0004067-06.2014.8.14.0049APELANTE: MUNICIPIO DE SANTA ISABEL DO PARAREPRESENTANTE: MUNICIPIO DE SANTA ISABEL DO PARAAPELADO: ADRIANO MARTINS DOS REISRELATOR(A):Desembargadora NADJA NARA COBRA MEDA EMENTA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. CONTRATO DE TRABALHO QUE DUROU POUCO MAIS DE 01 ANO. CONTRATO VÁLIDO E LEGAL. FGTS. NÃO CABIMENTO. RECURSO DE APELAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.1- O senhor ADRIANO MARTINS DOS REIS foi contratado pelo MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL para atuar como Auxiliar de Serviços Gerais em 01.11.2011, tendo seu contrato rescindido em 30.11.2012. Ressalta-se que o contrato temporário do Autor, perdurou apenas pouco mais de 01 ano. 2- Dessa forma o contrato de trabalho realizado entre o autor e o apelante não é nulo, mas sim plenamente legal e válido, devendo ser afastada a condenação ao pagamento de FGTS ao recorrido.3- Os efeitos jurídicos decorrentes da contratação, são apenas aqueles referentes às verbas rescisórias, não compreendendo o FGTS como determinou o juízo primário, visto que, o contrato em questão não está eivado de nulidade, por ter sido estabelecido dentro do prazo legal. Nessa senda, deve ser reformada a sentença no que diz respeito à condenação em FGTS.4- No que tange os honorários advocatícios fixados, fixo no percentual mínimo previsto no art. 85, §3º, I, do CPC.5- RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.ACORDÃOAcordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da 2ª Turma de Direito Público, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e dar provimento, tudo nos termos do voto da Desembargadora Relatora.Plenário 2ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, dezessete dias do mês de junho do ano de 2019.Este julgamento foi presidido pela Exma. Sra. Desembargadora Diracy Nunes Alves. RELATÓRIO Cuida-se dos autos deAPELAÇÃO CÍVEL, interposto porMUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ, contra a sentença proferida pelo MM. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santa Izabel do Pará, que nos autos daAÇÃO DE COBRANÇA,ajuizada por ADRIANO MARTINS DOS REIS, julgou PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para, declarar a nulidade do contrato de trabalho temporário firmado e condenar o Réu a pagar ao Autor o valor de R$-2.610,97 (dois mil, seiscentos e dez reais e noventa e sete centavos), referente ao 13ª salário proporcional do ano de 2012, férias + 1/3 referente ao período 2011/2012 e FGTS, em decorrência do contrato temporário como auxiliar de serviços gerais, de 01.11.2011 a 30.11.2012. O Município de Santa Izabel do Pará, interpôs Recurso de Apelação, Id-Num. 1547876, informando que, com a transição do governo anterior para o atual, o ex-gestor não repassou as informações necessárias sobre os servidores, o que prejudicou a colaboração do Município com o feito.Aduz que o apelado, era servidor temporário, sendo regido por um regime especial de contratação temporária, tendo trabalhado por apenas um ano nesta condição. Assim, não faz jus ao pagamento do FGTS, assim como dos saldos de salário, visto que recebeu integralmente todas as verbas rescisórias.Ao final, requer seja julgado totalmente procedente o recurso, para reformar integralmente a sentença recorrida.Não foram apresentadas contrarrazões, conforme certidão de Id-Num.1547879.O Ministério Público de 2º grau, opinou pelo conhecimento e parcial provimento do recurso de apelação interposto, (Id-Num. 1785804).É o essencial a relatar. VOTO Conheço do recurso, eis que presentes os seus pressupostos de admissibilidade.No que tange ao servidor temporário, é pacífico que a admissão de servidor sem concurso público é nula, com exceção dos cargos em comissão e dos serviços temporários. A contratação de servidor temporário é permitida pela Constituição Federal (art. 7º, inciso IX) quando houver necessidade temporária de interesse público excepcional, devidamente comprovado.A partir do momento em que a Administração Pública prorroga sucessivamente o vínculo com o servidor temporário, presume-se que a excepcionalidade e a temporariedade da necessidade que gerou a contratação findaram-se.No entanto, no presente caso, o senhorADRIANO MARTINS DOS REISfoi contratado peloMUNICÍPIO DE SANTA IZABELpara atuar como Auxiliar de Serviços Gerais em 01.11.2011, tendo seu contrato rescindido em 30.11.2012. Ressalta-se que o contrato temporário do Autor, perdurou apenas pouco mais de 01 ano.Dessa forma o contrato de trabalho realizado entre o autor e o apelante não é nulo, mas sim plenamente legal e válido, devendo ser afastada a condenação ao pagamento de FGTS ao recorrido.Segundo o § 3º do art. 39 da CF: "aplica-se aos servidores ocupantes de cargo público o disposto no art. 7º, IV, VII, VIII, IX, XII, XIII, XV, XVI, XVII, XVIII, XIX, XX, XXII e XXX, podendo a lei estabelecer requisitos diferenciados de admissão quando a natureza do cargo o exigir". O art. 7º, por sua vez, estabelece, especialmente em seus incisos VIII e XVII, o seguinte:Art. 7ºSão direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:(...)VIII - décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;(...)XVII -gozo de

férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; (...). Assim, os efeitos jurídicos decorrentes da contratação, são apenas aqueles referentes às verbas rescisórias, não compreendendo o FGTS como determinou o juízo primário, visto que, o contrato em questão não está eivado de nulidade, por ter sido estabelecido dentro do prazo legal. Nessa senda, deve ser reformada a sentença no que diz respeito à condenação em FGTS.De outra banda, no que tangeos honorários advocatíciosfixados, fixo no percentual mínimo previsto no art. 85, §3º, I, do CPC.Ante o exposto, conheço do recurso edou provimento,para a reformar a sentença, apenas para que seja afastada a condenação ao pagamento de FGTS ao Apelado, tendo em vista que o contrato temporário não é nulo. E, fixar os honorários advocatíciosno percentual mínimo previsto no art. 85, §3º, I, do CPC.É como voto. Belém, 17 de junho de 2019. DESA. NADJA NARA COBRA MEDARELATORA Belém, 27/06/2019

Número do processo: 0804759-80.2018.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: MUNICÍPIO DE MARITUBA Participação: ADVOGADO Nome: ARIEL FROES DE COUTOOAB: 6829 Participação: AGRAVADO Nome: FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA Participação: REPRESENTANTE Nome: PEDRO BENTES PINHEIRO FILHOOAB: 3210/PATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - 0804759-80.2018.8.14.0000AGRAVANTE: MUNICÍPIO DE MARITUBAAGRAVADO: FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISAREPRESENTANTE: PEDRO BENTES PINHEIRO FILHORELATOR(A):Desembargadora NADJA NARA COBRA MEDA EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO. CONCORRÊNCIA PÚBLICA. CAPACIDADE TÉCNICA AFERIDA. AUSÊNCIA DA VEROSSIMILHANÇA PARA DEFERIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA PELO JUÍZO DE PISO PARA SUSPENDER A EXECUÇÃO DO CONTRATO. TUTELA REVOGADA. RECURSO PROVIDO.1. O agravo de instrumento, por ser recurso secundum eventum litis, limita-se ao exame do acerto da decisão combatida, sendo defeso ao juízo ad quem examinar matéria estranha ao que restou decidido na lide originária, sob pena de supressão de instância.2. Não há verossimilhança nas alegações da demandante, ora agravada. O edital é vinculante para a licitação (cf. art. 41 da Lei 8.666/93). A vinculação da Administração ao edital decorre do princípio constitucional da isonomia, um dos pilares do procedimento licitatório (cf. art. 3º da Lei 8.666/93). 3. O edital previu que a capacidade técnica seria aferida pelo número de inscrição realizadas.4. Assim, a empresa INAZ do Pará Serviço de Concurso Público LTDA-EPP, cumpriu com a exigência editalícia, de demonstração de experiência no processo licitatório.5. Recurso Conhecido e Provido, na esteira do parecer Ministerial. ACÓRDÃO.Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo de Instrumento da Comarca de Belém, ACORDAMos Exmos. Desembargadores que integram a egrégia 2ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, à unanimidade de votos,conhecer e darprovimento aorecurso interposto, nos termos do voto da relatora.Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aos vinte e quatro dias do mês de junho de 2019.Este julgamento foi presidido pelo Exma. Sra. Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento. RELATÓRIO Trata-se de AGRAVO DE INSTRUMENTO com pedido de efeito suspensivo, interposto pelo MUNICIPIO DE MARITUBA, contra decisão proferida pelo MM. Juízo de Direito da 1ª Vara Cível de Marituba, que nos autos da Ação Anulatória com Pedido de Antecipação de Tutela, proposta por FADESP ? FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA (Processo nº 08005843220188140133), determinou a imediata suspensão do contrato 01/010318/CP/PMM/SEMAD.Consta das razões recursais que, nos Autos da Ação Civil Pública nº 0000185-32.2017.5.08.0119, que tramitou perante o Juízo da 4ª Vara do Trabalho de Ananindeua, houve acordo entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO e o MUNICÍPIO DE MARITUBA para promoção de concurso público para provimentos de cargos nas várias secretarias municipais; sendo que o MPT exigiu que o certame fosse na modalidade Concorrência Pública.Aduz que realizou diversos estudos e procurou zelar para que este processo licitatório atendesse todos os princípios que regem a licitação: isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos e TAMBÉM os princípios da Carta Magna ?da livre iniciativa? (art. 1º, IV, da CF/88), da ordem econômica que privilegia a função social da propriedade, a livre concorrência, a propriedade privada, e o exercício de atividades comerciais sem obstáculos.Alega que o aviso de licitação foi publicado na impressa Oficial do Estado, Jornal da Amazônia (Grande Circulação), Imprensa Nacional da União, Disponível na íntegra no Portal dos Jurisdicionados (TCM) e Portal da Transparência do Município de Marituba/PA. Houve pedido de esclarecimento e impugnações, mas referente aos questionamentos da FADESP nada no particular.Afirma que foi dado ciência de todas as fases do procedimento licitatório, ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO

TRABALHO e à 4ª Vara do Trabalho de Ananindeua, o que, causa espanto as razões elencadas pela FADESP para pedir a nulidade do certame.Assevera que a FADESP, ora AGRAVADA, externou inconformismo quanto a pontuação atribuída à empresa vencedora que apresentou atestados de capacidade técnica (experiência) onde constam o número de inscrições realizadas de concurso públicos que organizou.Ressalta que as regras editalícias estabeleciam que a capacidade técnica seria aferida pelo número de inscrição realizadas e não pelas inscrições homologadas, como quer fazer crer a agravada.Por fim, defende a necessidade de concessão do efeito suspensivo para que seja suspenso os efeitos da decisão agravada e, no mérito requer seja reformada a decisão agravada.Em decisão monocrática de id nº 1281112, foi indeferido o pedido de efeito suspensivo, até ulterior deliberação desta Turma.O agravado deixou de ofertar as contrarrazões recursais, conforme certidão de id nº 1636248.Em manifestação de id nº 1716633, o Parquet de 2º Grau manifestou-se pelo provimento do recurso interposto.Após regular distribuição, coube-me a relatoria do feitoÉ o relatório. VOTO Conheço do recurso, porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade.De início, vale lembrar que na sede deste recurso, não é possível adentrar no efetivo mérito da ação proposta, cabendo, unicamente, averiguar se estão presentes os requisitos ensejadores da tutela pretendida.Com efeito, cinge-se a demanda acerca do reconhecimento ou não da existência de ilegalidade quanto a capacidade técnica da empresa vencedora, no certame público promovido pelo Município de Marituba (Concorrência Pública nº 1/20172808-01-CP/PMM/SEMAD).A determinação dos requisitos de qualificação técnica será feita caso a caso, em face das circunstâncias e peculiaridades das necessidades que o Estado deve realizar. Cabe à Administração, na fase interna antecedente à própria elaboração do ato convocatório, avaliar os requisitos necessários, determinando o estritamente indispensável a assegurar um mínimo de segurança quanto á idoneidade dos licitantes.Compulsando os autos, não vislumbro, ao menos em juízo de cognição sumária, qualquer exigência incompatível com o objeto da execução, harmonizando-se com o ordenamento positivo que regula a licitação.No caso em tela, diante das provas constantes nos autos, verifico que há probabilidade do direito do Município demandado, ora Agravante, em razão de a empresa INAZ do Pará Serviço de Concurso Público LTDA-EPP, ter supostamente cumprido com as exigências de demonstração de experiência (aptidão técnica) no processo licitatório. Tais exigências, por isso, não podem ser modificadas (seja para ampliar ou para restringir requisitos) no transcorrer do procedimento, em desacordo com o edital.Ressalto que, a homologação das inscrições dos concursos anteriormente realizados pela empresa, não é exigência contida expressamente em Edital.De igual modo, verifico que a empresa demandante, ora agravada, não impugnou as regras editalicias no momento oportuno, mas tão somente após a divulgação do resultado final do certame.Neste sentido, vejamos o disposto no item 3, do Edital que rege o certame:3. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL:3.1 Até 05 (cinco) dias úteis antes da data fixada para abertura do envelope de Habilitação, qualquer pessoa poder impugnar o ato convocatório da Concorrência Pública, devendo fazê-lo por escrito, por meio de carta, protocolando o pedido na Coordenação de Licitações e Contratos, no horário de 08h00minh às 14h00minh de segunda a sexta-feira, e deverá entregar em mídia assinado digitalmente o documento acima em CD;(...) Verifico ainda que a Presidente da Comissão de Licitação, procedeu com as diligências necessárias para averiguação das suspeitas de fraude levantadas pela parte autora, ora Agravada (ID Num. 700881 - Pág. 3), tendo sido confirmado a veracidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, pelas Prefeituras de Terra Alta/Pará, Curralinho, Itaúna/MG e Câmara de Santarém/PA, comprovando-se assim, que a empresa licitante vencedora, prestou, ou vem prestando serviços compatíveis com o ora licitado.Ademais, constato ainda que o próprio Magistrado de Primeiro Grau, reconheceu na decisão agravada, quanto a necessidade de dilação probatória para comprovação dos argumentos da empresa autora, ora agravada, referente a aptidão de membros da equipe técnica e apresentação de termos de compromisso, o que também inviabilizaria o deferimento da tutela de cognição sumária (ID nº 700887 - Pág.2).Assim, no que tange ao perigo do dano, verifico estar presente em desfavor do Município Agravante, dado que a suspensão do contrato em razão de exigência não constante em Edital obsta, de maneira desarrazoada, o prosseguimento do concurso público, o que acarreta grave lesão à ordem pública.Vejamos os seguintes julgados:E M E N T A - AGRAVO DE INSTRUMENTO ? AÇÃO ANULATÓRIA DE ATO ADMINISTRATIVO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA ? SUSPENSÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATO ? PREGÃO ELETRÔNICO ? EMPRESA QUE NÃO PREENCHE OS REQUISITOS DO EDITAL ? VEROSSIMILHANÇA DAS ALEGAÇÕES NÃO COMPROVADA ? TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ? AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS (ARTIGO 300 CPC) ? DECISÃO PRIMÁRIA MANTIDA ? RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. Ausentes os requisitos legais autorizadores da concessão da tutela de urgência: probabilidade do direito e demonstração do perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (artigo 300 do CPC). Impõe-se, dessa forma, a manutenção da decisão objurgada. (TJ-MS - AI: 14135374420188120000 MS 1413537-44.2018.8.12.0000, Relator: Des. Júlio Roberto Siqueira Cardoso,

Data de Julgamento: 30/01/2019, 5ª Câmara Cível, Data de Publicação: 03/02/2019) AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CHAMAMENTO PÚBLICO. SELEÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA GESTÃO COMPARTILHADA DE CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DE SEMILIBERDADE PARA A REGIONAL DE URUGUAIANA. AÇÃO ANULATÓRIA CUMULADA COM DECLARAÇÃO DE INAPTIDÃO DA VENCEDORA. TUTELA ANTECIPADA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS. INOCORRÊNCIA DE ILEGALIDADE NA INABILITAÇÃO DA AGRAVANTE. ALEGAÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DO EDITAL EM RELAÇÃO À VENCEDORA. ELEMENTOS DOS AUTOS QUE NÃO CONFORTAM A TESE DA AGRAVANTE. AGRAVO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70080782782, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 13/06/2019). AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA PARA SUSPENDER O ATO QUE DECLAROU VENCEDORA DO CERTAME OUTRA EMPRESA E, CONSEQUENTEMENTE, A SUA HABILITAÇÃO E ADJUDICAÇÃO. INDEFERIMENTO DA TUTELA. ATO ADMINISTRATIVO. PRESUNÇÃO DE ILEGALIDADE E LEGITIMIDADE. OS FATOS ALEGADOS PELO AGRAVANTE DEPENDEM, PARA SUA COMPROVAÇÃO, DE UMA MELHOR APURAÇÃO E, SUMARIAMENTE, NÃO SE PODE INFIRMAR A ILEGALIDADE DE PLANO DO ATO ADMINISTRATIVO ATACADO. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, NA FORMA DO ARTIGO 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (TJ-RJ. AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 00177794-78.2013.8.19.0000. RELATOR DESEMBARGADOR ROBERTO TÁVORA. JULGADO EM 05/06/2013). AGRAVO DE INSTRUMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. INOBSERVÂNCIA DO ART. 43, III, DA LEI 8.666/93. ABERTURA DOS ENVELOPES CONTENDO AS PROPOSTAS ANTES DO TRANSCURSO DO PRAZO RECURSAL. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. - O deferimento de medida liminar em mandado de segurança exige a presença dos requisitos do inciso III do art. 7º da Lei nº 12.016/2009, com as ressalvas do § 2º - Caso em que a impetrante, ora agravante, aponta vício formal no procedimento licitatório, em razão de inobservância do art. 43, III, da Lei 8.666/93, que condiciona a abertura dos envelopes contendo as propostas ao transcurso do prazo recursal, à desistência expressa ou, ainda, ao julgamento dos recursos interpostos em face da habilitação, ordem que, segundo se extrai dos autos, efetivamente não fora observada - Ocorre que o formalismo procedimental tem sido relativizado nas hipóteses de ausência de prejuízo e vantagem para o licitante, como esclarece a doutrina ao alinhar que a licitação é um procedimento instrumental que tem por objetivo uma finalidade específica: celebração do contrato com o licitante que apresentou a melhor proposta. Por esta razão, a legislação tem flexibilizado algumas exigências formais, que não colocam em risco a... isonomia, com o intuito de garantir maior competitividade - Com efeito, se o objetivo da norma do art. 43, III, da Lei 8.666/93 é evitar que a administração contamine o seu julgamento a respeito dos eventuais vícios de habilitação do licitante que fizera a melhor proposta, não há como deixar de examinar se essa contaminação de fato ocorreu, tendo em vista as consequências inegáveis da invalidação do certame para a administração , o que, portanto, perpassa pela análise do mérito do recurso administrativo interposto pela ora agravante em face da habilitação da licitante vencedora (CONCISA), isto é, as alegações de não demonstração de capacidade técnica, o que, na espécie, não restou comprovado, uma vez que a empresa declarada habilitada, de fato, preenche os requisitos para tanto, e como tal foi declarada pelo administrador. Manutenção da decisão agravada. RECURSO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70080875776, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marilene Bonzanini, Julgado em 13/06/2019). Na realidade, o que pretende a Requerente, ora agravada, é discutir a forma eleita pelo Administrador Público para selecionar as empresas mais capacitadas para a execução dos serviços. Trata-se, portanto, de pretensão de exame judicial de ato administrativo discricionário, o que só pode ocorrer em caso de ilegalidade de ou de falta de proporcionalidade.Deveras, a apreciação do mérito do ato administrativo pelo Poder Judiciário só é legitimo quando restrito ao controle da proporcionalidade, decorrente do due process of law em seu aspecto substantivo, princípio este reitor da conduta da Administração Pública, impondo que os atos administrativos devem ser adequados aos fins a que se destinam.Deste modo, inexistindo prova contundente da ilegalidade do ato administrativo, deve-se prestigiar, portanto, a atuação do poder público, uma vez que não se verifica de plano que o ato administrativo praticado pelo Município de Marituba seja manifestamente ilegal.Em suma, os documentos carreados aos autos não evidenciam, ao menos por ora, a probabilidade do direito alegado pela parte autora, ora agravada.Logo, a princípio, não existem elementos nos autos suficientes para formar o convencimento do julgador, a fim de viabilizar a aferição de eventual ilicitude no que tange à contratação realizada pelo Município Agravante. A plausibilidade das alegações da parte autora é questionável e, de maneira oposta às razões recursais, entrevê-se a probabilidade de dano inverso, ante a possibilidade de lesão ao erário e ao interesse público, em clara

ofensa à Constituição Federal, caso haja suspensão repentina e temerária dos efeitos do contrato firmado.Dessa forma, diante do não atendimento dos requisitos imprescindíveis à concessão da medida antecipatória, é impositiva a revogação da decisão proferida pelo magistrado de primeiro grau, uma vez que ausente, pelo menos neste momento processual, a verossimilhança das alegações.Ante o exposto,CONHEÇO do recurso e DOU-LHE PROVIMENTO,para cassar a decisão agravada, nos termos da fundamentação.É como voto.Belém, 24 de junho de 2019. DESA. NADJA NARA COBRA MEDARelatora Belém, 24/06/2019

Número do processo: 0098572-51.2015.8.14.0017 Participação: APELANTE Nome: ESTADO DO PARA Participação: APELADO Nome: ANA MARIA LIMA NERYS Participação: ADVOGADO Nome: ANA MARIA LIMA NERYSOAB: 70TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ APELAÇÃO (198) - 0098572-51.2015.8.14.0017APELANTE: ESTADO DO PARAREPRESENTANTE: INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARAAPELADO: ANA MARIA LIMA NERYSRELATOR(A):Desembargadora NADJA NARA COBRA MEDA EMENTA EMENTA: APELAÇÃO - IMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO- HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AO DEFENSOR DATIVO ? PRAZO DE PAGAMENTO DA RPV É DE 2 MESES ? INTELIGÊNCIA DO ART. 535, § 3º, INCISO II DO CPC/2015. recurso conhecido e desprovido.1 - As chamadas requisições de pequeno valor (RPVs) são regulamentadas pelo novo Código de Processo Civil (CPC), que determina que o pagamento seja feito no prazo máximo de 2 (dois) meses contados desde a entrega da requisição.2 ? Demais disso, essa Egrégia Corte de Justiça editou a Resolução n.º 29 de 11/11/2016, que disciplina o processamento de Requisição de Pequeno Valor no âmbito do 1º e 2º graus de jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Pará, onde prevê no Capítulo II, art. 5º, que o Juiz da execução intimará o ente ou entidade pública, mediante ofício, a efetuar o pagamento, no prazo de 2 (dois) meses, da quantia necessária à satisfação do crédito.3 - Recurso conhecido e não provido. Decisão unânime ACÓRDÃO.Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação da Comarca de Conceição do Araguaia, ACORDAMos Exmos. Desembargadores que integram a egrégia 2ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, à unanimidade de votos,conhecere negar provimento a apelação interposta, nos termos do voto da relatora.Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aos 24 dias do mês de junho de 2019.Este julgamento foi presidido pela da Exma. Sra. Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento. RELATÓRIO Tratam os autos deRECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL,interposto peloESTADO DO PARÁem face da decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Conceição do Araguaia, nos autos deIMPUGNAÇÃO À EXECUÇÃO,a qual julgou parcialmente procedente a impugnação à execução.Vejamos trecho da decisão guerreada (Id nº 1436893):?Por todo o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente impugnação à execução, para determinar que a impugnada/exequente apresente - no prazo de 10 (dez) dias - planilha de cálculo nos moldes acima definidos.(...)? Da análise dos autos, constata-se que a Autora ajuizou inicialmente Ação de Execução em face do Estado do Pará, relatando que laborou como advogada dativa no processo n° 0008552-14.2015.814.0017, que tramitou na comarca de Conceição do Araguaia - PA, tendo sido arbitrados honorários advocatícios no montante de R$ 1.100,00 (mil e cem reais).O Estado do Pará opôs Embargos à Execução, aduzindo em síntese, a nulidade da citação, eis que a precatória enviada não foi acompanhada dos documentos necessários para impugnação. Bem como não foi apresentada planilha de cálculo e a comprovação de que a impugnada tenha praticado o ato que originou o título. (ID nº 1436890).O juízo de piso julgou parcialmente procedente a impugnação à execução, para determinar que a Impugnada/Exequente apresente - no prazo de 10 (dez) dias - planilha de cálculo nos moldes acima definidos.Irresignado, oESTADO DO PARÁinterpôs recurso deApelação(ID nº 1436895), informando inicialmente que ingressou com ADIN nº 5534, questionando o prazo de 60 dias previstos no art. 535, II do CPC/2015.Sustenta ainda, que visando regulamentar o texto constitucional, editou a Lei Estadual nº 6.624/2004, a qual define o valor das obrigações de pequeno valor previstas no art. 100, §3º, da CF e dá outras providências.Afirma que a Lei Estadual também fez previsão expressa do prazo necessário para seu adimplemento, de modo que no prazo fixado de 120 (cento e vinte) dias possa o erário adotar medidas administrativas necessárias ao fiel cumprimento da requisição judicial.Ademais, o CPC/2015, em seu art. 535, §3º, estabeleceu o prazo de apenas 60 (sessenta) dias para que os entes da Federação paguem suas obrigações de pequeno valor, entretanto, a permanência de tal dispositivo, gera graves danos à execução orçamentária dos entes Federativos, os quais instituíram lei específica para o pagamento de RPVS, com prazos fixados de acordo com suas realidades econômicas, orçamentárias. Por fim, requereu o conhecimento e o provimento do recurso de Apelação, para que seja mantido o prazo de 120 (cento e

vinte) dias para pagar suas obrigações de pequeno valor.A parte Apeladanão apresentou contrarrazões ao recurso,conforme certidão de ID nº 1436897 - Pág. 12.Em manifestação de id nº 1824081, a douta Procuradoria de Justiça opinou peloconhecimentoedesprovimentodo recurso de Apelação interposto peloESTADO DO PARÁ, para manter a decisão guerreada.É o relatório. VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso de Apelação Cível.O cerne da questão cinge-se em analisar a decisão proferida na r. sentença, no que tange ao prazo para adimplemento de obrigações de pequeno valor, em que o apelante requer que o mesmo seja determinado de 120 dias de acordo com a Lei Estadual nº 6.624/2004, ao invés do prazo de 60 dias, como estabeleceu o art. 535, §3º, II, do CPC/2015, fixado na decisãoao quo.Deixo desde já claro que não assiste razão ao apelante. Vejamos.Inicialmente, cumpre destacar queo art. 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias determina os valores para que as obrigações consignadas ou débitos sejam considerados como de pequeno valor, limitando-o à publicação de leis definidoras pelos entes federativos,senão vejamos:Art. 87. Para efeito do que dispõem o § 3º do art. 100 da Constituição Federale oart. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitóriasserão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no § 4º do art. 100 da Constituição Federal,os débitos ou obrigações consignadas em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior a:I - quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal;II - trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios.Pois bem, quanto a insurgência a fim de que o valor devido seja pago no prazo de 120 dias de acordo com a Lei Estadual n.º 6.624/2004, em desacordo ao novo CPC que fixa o prazo de apenas 2 meses nos termos do art. 535, §3º, inciso II, não razão assiste ao apelante, uma vez que o Novo Código de Processo Civil estabelece o prazo de 2 (dois) meses para o pagamento.Nesse sentido, assim esclareceu o Conselho Nacional de Justiça, vejamos:?De acordo com a Constituição Federal, a quitação dos precatórios deve obedecer a ordem cronológica, devendo ser quitados, primeiramente, os de natureza alimentar e depois, os não alimentares. Já o pagamento de dívidas judiciais de menor valor, as chamadas requisições de pequeno valor (RPVs), é regulamentado pelo novo Código de Processo Civil (CPC), que determina que o pagamento seja feito no prazo máximo de dois meses contados desde a entrega da requisição. No caso das RPVs, o pagamento é ordenado pelo juiz de 1º grau. O teto máximo para pagamento por meio de RPVs é definido por lei própria de cada ente federativo, levando em conta as diferentes capacidades econômicas. No caso do DF, por exemplo, condenações de até 10 salários mínimos são pagas por meio de RPVs. O restante é pago com precatórios.? (http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/84837-cnj-servico-o-que-sao-e-como-devem-ser-pagos-os-precatorios) Ademais, esta Egrégia Corte de Justiça editou a Resolução n.º 29 de 11/11/2016, que disciplina o processamento de Requisição de Pequeno Valor no âmbito do 1º e 2º graus de jurisdição do Poder Judiciário do Estado do Pará e no Capítulo II, art. 5º prevê que o Juiz da execução intimará o ente ou entidade pública, mediante ofício, a efetuar o pagamento, no prazo de 2 (dois) meses, da quantia necessária à satisfação do crédito.Ante o exposto, conheço do recurso e nego-lhe provimento mantendo a decisão vergastada na íntegra, nos termos da fundamentação lançada.É como voto. Belém,24dejunhode 2019. Desa. NADJA NARA COBRA MEDA Relatora Belém, 24/06/2019

Número do processo: 0808614-67.2018.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: MUNICIPIO DE ALTAMIRA Participação: AGRAVADO Nome: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - 0808614-67.2018.8.14.0000AGRAVANTE: MUNICIPIO DE ALTAMIRAAGRAVADO: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARARELATOR(A):Desembargadora NADJA NARA COBRA MEDA EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO.DIREITO À SAÚDE. DIREITO DE TODOS. TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO ? TFD, TRATA-SE DE UM INSTRUMENTO LEGAL QUE VISA O TRATAMENTO MÉDICO PARA PACIENTES QUE JÁ ESGOTARAM TODAS AS VIAS DE TRATAMENTO NO MUNICÍPIO DE ORIGEM.AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E DESPROVIDO.1. A obrigação constitucional de prestar assistência à Saúde funda-se no princípio da cogestão, que significa dizer, uma participação simultânea dos entes estatais dos três níveis (Federal, Estadual e Municipal), existindo, em decorrência, responsabilidade solidária entre si. Assim, resta acertada a competência desta Justiça Estadual para dirimir o conflito. Preliminar rejeitada. 2. O direito à saúde não se enquadra apenas no rol de direitos fundamentais, com previsão expressa no art. 196 da Carta Magna, mas a sua proteção e garantia está indissociavelmente ligada ao direito à vida de todo e qualquer ser humano. Direito este, que é pressuposto necessário para o exercício de qualquer outro e que se algum ato, seja de um ente público ou de um particular, o ameaça de lesão ou o lesiona, toda a ordem jurídico-social entra em risco iminente.3. No caso

em tela, restou comprovada nos autos a necessidade do paciente no Tratamento Fora do Domicílio ? TFD, mais especificamente na cidade de Lucas de Rio Verde ? MT, onde encontra-se recebendo tratamento intensivo.4. Diante desse quadro, entendo que o valor fixado pelo juízo de piso, e ainda o prazo para o cumprimento da determinação, encontram-se dentro do razoável, no entanto, para evitar a apenação desmensurada do agravante, limito o teto da multa em R$ 100.000,00 (cem mil reais), em caso de descumprimento, patamar que se revela adequado para punir a insistência dos entes políticos em descumprir a ordem emanada do Poder Judiciário, bem como, apto a possibilitar o custeamento do tratamento necessário ao paciente. Devendo a multa recair tão somente em face fazenda pública.5. Ante todo o exposto, na esteira do parecer ministerial, conheço do recurso e nego-lhe provimento. ACÓRDÃOAcordam os Exmos. Srs. Desembargadores, que integram a Turma Julgadora da 2ª Turma de Direito Público, do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade, em conhecer e negar provimento ao recurso, conforme o voto da Relatora.Sala das sessões do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aos 17 dias do mês de junho de 2019.Julgamento presidido pela Exma. Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento. RELATÓRIO Tratam os presentes autos de AGRAVO DE INSTRUMENTO, COM PEDIDO EFEITO SUSPENSIVO, interposto pelo MUNICÍPIO DE ALTAMIRA contra decisão interlocutória proferida pelo MM. Juízo da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, nos autos daAção Civil Pública consistente em Obrigação de Fazer Cumulada com Pedido de Antecipação de Tutela (Processo nº 0010334-48.2018.814.0115, ajuizada peloMINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁem favor dePIETRO GABRIEL OLIVEIRA NEVES, que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela para determinar ao requerido, ora agravante, seja compelido a fornecer transporte, diárias e alimentação para o menor PIETRO GABRIEL OLIVEIRA NEVES e suas acompanhantes (genitora e sua representante legal), necessárias ao Tratamento Fora de Domicílio realizado por este, no prazo de 72 Horas, onde o não cumprimento desta determinação implicará o pagamento de multa no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por dia de descumprimento limitando ao valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais).Em suas razões recursais (ID nº 1122055), o agravante alega a ilegitimidade do Município de Altamira em figurar no polo passivo da demanda, devendo compor a lide o Estado do Pará, aduz sobre a inobservância da Lei Federal nº 8.437/92, da inexistência de previsão legal e orçamentária prévia para a execução da determinação judicial,da inaplicabilidade da solidariedade passiva irrestrita dos entes públicos ao sistema único de saúde, da suscetibilidade de lesão grave e de difícil reparação.Ante esses argumentos, requer a concessão do efeito suspensivo, e, ao final, o provimento do agravo para reformar em definitivo a decisão, por ser medida de direito e justiça.Através do ID 1244677, indeferi o efeito suspensivo requerido.A parte agravada não apresentou contrarrazões ao Recurso de Agravo de Instrumento, conforme certidão (Id. 1639975 - Pág. 1).Encaminhados os autos ao Ministério Público de 2º grau, manifestou-se através do ID. 1712752, pelo conhecimento e desprovimento do presente recurso. É o relatório. VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade recursal, conheço do recurso, pelo que passo a apreciá-lo.A análise deste recurso se limitará ao acerto ou desacerto da decisão do juízo de piso, mediante verificação da presença dos pressupostos para o deferimento da medida, quais sejam a prova inequívoca da verossimilhança da alegação e o risco de lesão grave ou de difícil reparação, nos moldes do artigo 300 do Código de Processo Civil.Nesse aspecto, a prova inequívoca é aquela que, no momento de sua análise, permite, por si só, presumirem-se certos e verdadeiros os fatos alegados e ofumus boni iurisrefere-se ao fato de que as alegações examinadas com base nas provas carreadas aos autos, possam ser tidas como fatos certos.No caso em apreço, entendo estarem presentes os requisitos para a concessão da tutela antecipada em primeiro grau, eis que são claras a prova inequívoca e a verossimilhança das alegações do Agravado, considerando ser incontroverso o fato do paciente necessitar do Tratamento Fora do Domicílio ? TFD, mais especificamente na cidade de Lucas de Rio Verde ? MT, onde encontra-se recebendo tratamento intensivo.Portanto, em face das circunstâncias delineadas e do direito subjetivo público à saúde, que deve ser concretizado a luz da recomendação médica, resta infrutífero o pleito de reforma da medida judicial combatida, de vez que o procedimento prescrito certamente proporcionará a melhora do paciente.Pois bem, é cediço que oatendimento de saúde é de responsabilidade solidária dos entes federados, para garantir o direito insculpido no art. 196, da CF/88. A Constituição da República atribui à União, aos Estados e aos Municípios, competência para ações de Saúde pública, devendo cooperar, técnica e financeiramente entre si, mediante descentralização de suas atividades, com direção única em cada esfera de governo (Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990, art. 7º, IX e XI) executando os serviços e prestando atendimento direto eimediato aos cidadãos (art. 30, VII da Constituição da República).Nesse passo, tem-se que a obrigação constitucional de prestar assistência à Saúde funda-se no princípio da cogestão, que significa dizer, uma participação simultânea dos entes estatais dos três níveis (Federal, Estadual e Municipal), existindo, em decorrência, responsabilidade solidária entre si. Nesse sentido colaciono o julgado do STJ:AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.

MANDADO DE SEGURANÇA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SÚMULA 7/STJ. DIREITO À SAÚDE. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E INDISPONÍVEIS. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRECEDENTES. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. 1. No caso, aferir a adequação da via eleita, bem como a comprovação de direito líquido e certo e a necessidade de dilação probatória demandam a incursão no conjunto fático-probatória dos autos, providência vedada pela Súmula 7/STJ. 2. Conforme entendimento predominante no Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público detém legitimidade ativa para propor ação objetivando a proteção do direito à saúde de pessoa hipossuficiente, porquanto se trata de direito fundamental e indisponível, cuja relevância interessa a toda a sociedade. 3.O Superior Tribunal de Justiça, em reiterados precedentes, tem decidido que o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS é de responsabilidade solidária dos entes federados, de forma que qualquer deles possui legitimidade para figurar no polo passivo de demanda que objetive o acesso a meios e medicamentos para tratamento de saúde. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 201.746/CE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, Julgado Em 16/12/2014, Dje 19/12/2014). Grifei. Esse é entendimento desta Corte:AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO REGULAR E GRATUITAMENTE DE FRALDAS GERIÁTRICAS PELO ENTE MUNICIPAL. NÃO CONFIGURAÇÃO DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DO PODERES. DIREITO DO IDOSO. MULTA DIÁRIA. POSSIBILIDADE DE COMINAÇÃO. REDUÇÃO DO QUANTUM FIXADO. PROPORCIONALIDADE. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. 1.Há legitimidade passiva do Município de Belém para o cumprimento da medida judicial, uma vez que o Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária dos entes federados, podendo qualquer um deles figurar no polo passivo da demanda. 2. O direito à saúde, à vida é um direito garantindo constitucionalmente, sendo viável, por meio dos entes federativos o fornecimento de insumos capazes de garantir a dignidade e o envelhecimento saudável de pessoa idosa. 3. É possível a aplicação de astreintes em face da Fazenda Pública, contudo, de forma proporcional, pelo que merece redução do quantum fixado, mantendo-se os demais termos da decisão agravada. 4. Julga-se a perda do objeto do agravo interno, em razão da coincidência de argumentos dispostos no agravo de instrumento. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE À UNANIMIDADE. (2017.02472544-66, 176.560, Rel. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2017-06-08, Publicado em 2017-06-14) DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. PRELIMINAR DE ILEGIMITIDADE PASSIVA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. PRECEDENTES STF E STJ. REJEITADA. MÉRITO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO PREVISTOS NA TABELA DO SUS. POSSIBILIDADE. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEIOS INDISPENSÁVEIS AO TRATAMENTO E À PRESERVAÇÃO DA SAÚDE DE PESSOAS COM HIPOSSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO. ART. 196 DA CF/88. PRECEDENTES STF. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE ASTREINTES CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. 1. Preliminar de ilegitimidade passiva.O funcionamento do Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária da União, dos Estados e dos Municípios, assim, qualquer um desses entes tem legitimidade ad causam para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso a medicamentos para tratamento de problema de saúde.Preliminar rejeitada. 2. Mérito. O Supremo Tribunal Federal entende ser possível ao Judiciário a determinação de fornecimento de medicamento não incluído na lista padronizada fornecida pelo SUS, situação que não viola o princípio da separação dos poderes ou a reserva do possível, pois não pretende o Poder Judiciário interferir na esfera de atuação da Administração Público, objetivando definir as prioridades de atendimento. 3. Comprovação nos autos da imprescindibilidade da medicação e, que o apelado não possui recursos financeiros para custear o tratamento médico. 4. Segundo o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, é possível a fixação de multa contra a Fazenda Pública para assegurar o cumprimento de obrigação de fazer. 5. Apelação conhecida e não provida. 6. À unanimidade. (2017.02505303-50, 177.093, Rel. MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2016-04-27, Publicado em 2017-06-26) A saúde, direito público subjetivo do cidadão, fonte primeira de todos os bens jurídicos, foi alçada pelo Texto Magno à categoria de direito fundamental, embora situado fora do catálogo do art. 5º.Constitui inarredável obrigação do Poder Público assegurá-la a todos, por se tratar de prerrogativa jurídica indisponível, imprescindível a uma vida com dignidade.Isso implica, portanto, ser dever do Poder Público disponibilizar os recursos necessários ao tratamento de moléstias que acometam os cidadãos, incluindo internações, cirurgias e o fornecimento de medicamentos e alimentação especial.Dever esse que incumbe solidariamente a todos os entes federativos, e ao qual nenhum destes se pode furtar.No que tange à limitação consubstanciada noprincípio

da reserva do possível, como bem assentou o Supremo Tribunal Federal: "(...) entre proteger a inviolabilidade do direito à vida e à saúde - que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado a todos pela própria Constituição da República (art. 5º, caput e art. 196) - ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, entendo, uma vez configurado esse dilema, que razões de ordem ético-jurídica impõem, ao julgador, uma só e possível opção: aquela que privilegia o respeito indeclinável à vida e à saúde humana." (STF, Tribunal Pleno, AgR na STA 175/CE e AgR na SL 47/PE, Rel. Ministro Gilmar Mendes, voto do Ministro Celso de Mello, Dje 30.04.2010.) O Superior Tribunal de Justiça também já teve oportunidade de se manifestar sobre o tema, ponderando que:?Embora venha o STF adotando a 'Teoria da Reserva do Possível' em algumas hipóteses, em matéria de preservação dos direitos à vida e à saúde, aquela Corte não aplica tal entendimento, por considerar que ambos são bens máximos e impossíveis de ter sua proteção postergada. ? (STJ, REsp 835687 / RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, j. 04/12/2007). Inafastável, assim, a superioridade da saúde e da vida frente a princípios e normas regedores das relações administrativas.Areserva do possívelnão imuniza o administrador de cumprir os direitos fundamentais prestacionais, não podendo estar dissociada da ideia do mínimo existencial ou do núcleo da dignidade da pessoa humana, mormente quando é notória a destinação de vultosos recursos públicos para áreas de relevância bem inferior aos valores básicos de uma sociedade democrática de direito.Embora se reconheça a dificuldade da Administração Pública de manter em seus respectivos orçamentos créditos suficientes para o atendimento das ações e serviços do SUS, em estrita obediência ao art. 195, § 5º, da Carta da República, defeso lhe é esquivar-se de seu dever constitucional para com o cidadão, sob o argumento de que não dispõe de verbas.Nem mesmo a alegada necessidade de inclusão da despesa no orçamento exime o Poder Público de seu mister constitucional. Não obstante o destacado papel que as normas orçamentárias detêm, estas não se podem constituir em entrave para a efetivação de direito constitucional reputado prioritário.Outrossim, a atuação do Judiciário de ordenar o cumprimento do art. 196 não invade a esfera de competência dos outros Poderes.A própria Constituição Federal estabeleceu um sistema dechecks and balances(freios e contrapesos), a fim de permitir o controle de um Poder sobre o outro, como meio de evitar e conter eventuais abusos. Consistindo a saúde num direito que também é dever, e sendo vedado excluir a apreciação de lesão ou ameaça a direito do Poder Judiciário, o que o magistrado faz não é formular políticas públicas, atribuição que cabe ao Executivo e Legislativo, mas tão somente possibilitar a implementação daquelas eleitas pela Carta Maior, na defesa da ordem constitucional. (vide TJ/MG, MS nº 1.0000.10.015785-8/000, 4º Grupo de Câmaras Cíveis, Rel. Des. Wander Marotta, DJ 22/10/2010)O que há, portanto, é uma decisão sobre violação do direito constitucional à saúde, por inobservância dos entes federados em assegurarem o seu exercício.Com efeito, ?as políticas públicas não podem constituir óbice à eficácia do direito à saúde e, diante da recusa pelo Estado, é perfeitamente justificável a intervenção do Poder Judiciário de modo a viabilizar o fornecimento de medicamentos indispensáveis a quem deles necessitar.? (TJ/CE, MS nº 37446-49.2010.8.06.0000/1 AgR, Pleno, j. 09/12/2010).Nesse mesmo sentido segue o entendimento de nossos Tribunais: REEXAME NECESSÁRIO- OBRIGAÇÃO DE FAZER - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS PELO SUS - SAÚDE - DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA- CLÁUSULA DA RESERVA DO POSSIVEL - INAPLICABILIDADE - OFENSA À INDEPENDÊNCIA DOS PODERES - INOCORRÊNCIA. - O Poder Público não pode se eximir da sua obrigação de assistência aos necessitados pelo simples fundamento de que alguns dos fármacos requeridos não são os padronizados pelo SUS, vez que tais normas administrativas que delimitam a prestação a determinadas espécies de medicamento, restringem o atendimento, tornando-o parcial, violando, assim, os preceitos constitucionais da garantia do direito à saúde, ao bem-estar físico, psicológico e mental, e à dignidade da pessoa humana. - Comprovada a imprescindibilidade de utilização de determinado medicamento por pessoa necessitada, este deve ser fornecido de forma irrestrita, sendo que a negativa do ente público nesse sentido, implica ofensa a uma garantia constitucional. - Incabível a aplicação da Cláusula da Reserva do Possível quando não comprovada a incapacidade econômico-financeira do Estado, afigurando-se, lado outro, razoável a pretensão de fornecimento de medicamento a pessoa carente, estando, assim, em harmonia com o devido processo legal substancial. V.V. REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. ALGUNS FÁRMACOS NÃO INCLUÍDOS NA LISTA DO SUS. RESERVA DO POSSÍVEL. RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO. Seja pela observância das cláusulas da reserva do possível e da reserva em matéria orçamentária, seja pelos princípios da isonomia, da seletividade e da distributividade, não se pode impor ao ente público o ônus financeiro para a realização do tratamento da saúde de um único cidadão, mediante aquisição de medicamentos não padronizados pelo Poder Público, especialmente quando não demonstrado que se submeteu, sem êxito, às opções terapêuticas disponibilizadas pelo SUS. É de responsabilidade do Município o fornecimento de medicamentos incluídos na farmácia básica. (TJ-MG - REEX: 10518081407182003 MG, Relator: Albergaria Costa, Data de

Julgamento: 18/04/2013, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/05/2013). MANDADO DE SEGURANÇA, COM PEDIDO DE LIMINAR. GARANTIA CONSTITUCIONAL À SAÚDE.FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. DIABETES MELLITUS TIPO I, HIPOTIREOIDISMO, OBESIDADE. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. MEDICAMENTOS NÃO PREVISTOS NAS LISTAS DO SUS.SUBSTITUIÇÃO POR GENÉRICOS, OU SIMILARES. POSSIBILIDADE. 1. Constitui direito líquido e certo da Substituída o fornecimento dos medicamentos e insumos necessários para o tratamento de sua saúde, sendo obrigação do Estado assegurar tal direito, nos termos da Constituição Federal. 2. As prescrições médicas, solicitando o fornecimento de medicamentos e insumos, elaboradas por médicos habilitados, são provas que, produzidas de plano, na impetração do mandamus, justificam a concessão da segurança pleiteada. 3.É possível ao Judiciário a determinação de fornecimento de medicamento não incluído na lista padronizada fornecida pelo SUS,desde que reste comprovação de que não há nela opção de tratamento eficaz para a enfermidade. Precedente do STF. 4. O Estado poderá optar pelo fornecimento de medicamento genérico, em substituição àqueles de marca específica, conforme a Lei nº 9.787/99, todavia, a Substituída poderá, a qualquer tempo, fazer prova de que aquele prescrito por seu médico é mais eficiente, exigindo-lhe o seu custeio. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA.(TJ-GO - MS: 243507020168090000, Relator: DES. FRANCISCO VILDON JOSE VALENTE, Data de Julgamento: 25/08/2016, 5A CAMARA CIVEL, Data de Publicação: DJ 2104 de 05/09/2016) Do mesmo modo se posiciona o E. TJPA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADA. DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE - SOLIDARIEDADE ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO. INTERFERÊNCIA NA RESERVA DO POSSÍVEL. POSSIBILIDADE. 1 A obrigação constitucional de prestar assistência à Saúde funda-se no princípio da cogestão, que significa dizer uma participação simultânea dos entes estatais nos três níveis (Federal, Estadual e Municipal), existindo, em decorrência, responsabilidade solidária; 2. O direito constitucional à saúde, que se concretiza com o oferecimento de tratamento médico pelo Estado, não pode e nem deve ser condicionado a políticas sociais e econômicas; 3. Não cabem obstáculos à garantia plena dos direitos fundamentais da saúde e, corolariamente, da vida, com fulcro no princípio da reserva do possível; 4. O acesso igualitário à saúde não resta desrespeitado, considerando a urgência do caso; 5. Apelação conhecida e desprovida. (2017.04141917-57, 181.969, Rel. CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2017- 09-18, Publicado em 2017-10-19) GRIFADO Quanto a valor da multa cominatória fixada, ressalta-se que é lícito ao magistrado, conforme autorizado pelo § 1º do artigo 357 do CPC, a requerimento da parte ou de ofício, modificar o seu valor ou a sua periodicidade, caso verifique que se tornou insuficiente ou excessiva.De fato, o magistrado, quando da sua fixação, deve observar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo que a imposição de valor exorbitante, justamente por se revelar manifestamente ilícito, e, muitas vezes, inexequível, não tem o condão de persuadir o litigante a cumprir a determinação judicial exarada. Não se trata, portanto, de um fim em si mesma, de modo que seu valor não pode tornar-se mais interessante do que o próprio cumprimento da obrigação principal.Assim, o valor das astreintes deve ser elevado o bastante a inibir o devedor que intenciona descumprir a obrigação e sensibilizá-lo de que é financeiramente mais vantajoso seu integral cumprimento. De outro lado, é consenso que seu valor não pode implicar enriquecimento injusto do devedor.Nesse sentido, colaciono julgados do Superior Tribunal de Justiça:AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO HIPOTECÁRIA - OBRIGAÇÃO DE FAZER CONSISTENTE NA SUSPENSÃO DE ATOS EXECUTÓRIOS - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DA CASA BANCÁRIA PARA REDUZIR O VALOR DA MULTA DIÁRIA, VISTO QUE FIXADA EM QUANTIA TERATOLÓGICA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.INSURGÊNCIA DO MUTUÁRIO.1. Esta Corte já decidiu que o artigo 461, § 6º, do Código de Processo Civil permite ao magistrado alterar o valor da multa quando este se tornar insuficiente ou excessivo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença. Precedentes.2. É possível a redução das astreintes fixadas fora dos parâmetros de razoabilidade e proporcionalidade, determinada a sua limitação ao valor do bem da obrigação principal, evitando-se o enriquecimento sem causa. Precedentes.3. Agravo regimental desprovido.(AgRg nos EDcl no REsp 1099928/PR, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 11/11/2014, DJe 17/11/2014) AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. MULTA DIÁRIA. DESCUMPRIMENTO DE ORDEM JUDICIAL. VALOR. TERMO INICIAL. HONORÁRIOS DE ADVOGADO.1. É possível a redução do valor da multa por descumprimento de decisão judicial (art. 461 do CPC) quando se verificar que foi estabelecida fora dos parâmetros da razoabilidade ou quando se tornar exorbitante, o que ocorre no caso dos autos.2. Questão do termo inicial da multa não debatida pela instância de origem (Súmula 282/STF).3. A revisão dos critérios de equidade utilizados pelas instâncias de origem para a fixação dos honorários advocatícios é vedada no âmbito do recurso especial (Súmula 7/STJ), salvo na hipótese de valores

irrisórios ou exorbitantes, o que não se verifica no caso presente.4. Agravos regimentais a que se nega provimento.(AgRg no REsp 935.103/SE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 27/05/2014, DJe 12/06/2014). Diante desse quadro, entendo que o valor fixado pelo juízo de piso, encontra-se dentro do razoável, no entanto, para evitar a apenação desmensurada do agravante, limito o teto da multa em R$ 100.000,00 (cem mil reais), em caso de descumprimento, patamar que se revela adequado para punir a insistência dos entes políticos em descumprir a ordem emanada do Poder Judiciário, bem como, apto a possibilitar o custeamento do tratamento necessário ao paciente. Devendo a multa recair tão somente em face fazenda pública. Ante todo o exposto, na esteira do parecer ministerial, conheço do recurso e nego-lhe provimento.É como voto.Belém, 17 de junho de 2019 DESEMBARGADORANADJA NARA COBRA MEDARELATORA Belém, 27/06/2019

Número do processo: 0804887-66.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: B. D. B. S. Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANO ANDRADE ROSA DOS SANTOSOAB: 9343/AM Participação: AGRAVADO Nome: P. E. L. Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANO CAVALCANTE DE SOUZA FERREIRAOAB: 580 Participação: ADVOGADO Nome: NESTOR FERREIRA FILHOOAB: 3 Participação: ADVOGADO Nome: JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA ALVESOAB: 9239 PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁDESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOJUÍZO DE ORIGEM: 3ª VARA CÍVEL DE MARABÁ.AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) Nº: 0804887-66.2019.8.14.0000AGRAVANTE: BANCO DO BRASIL SAAdvogado(s) do reclamante: ADRIANO ANDRADE ROSA DOS SANTOSAGRAVADO: PAMPA EXPORTACOES LTDA Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se da análise do pedido de concessão de efeito suspensivo ao recurso deAgravo de Instrumento(ID 1847613), interposto porBANCO DO BRASIL S/A, em face de decisão que concedeu efeito suspensivo aos Embargos à Execução n.º 0046986-93.2015.8.14.0301, opostos porPAMPA EXPORTAÇÕES LTDA., nos seguintes termos:1 ? Chamo o feito a ordem para fins de análise do pedido de efeito suspensivo dos embargos formulado às fls. 03/179. Atribuo efeito suspensivo, por verificar na espécie os requisitos necessários para a concessão da tutela provisória e uma vez que foi oferecida caução suficiente (CPC, artigo 919, § 1º - FLS. 144/178). Cumpre observar que ex vi do disposto no artigo 919, § 5º, do Código de Processo Civil a concessão de efeito suspensivo não impedirá a efetivação dos atos de substituição, de reforço ou de redução da penhora e de avaliação dos bens. Lavre-se o Termo de Caução e anote-se a suspensão nos autos do processo de execução. 2 - Intime-se a parte autora para apresentar replica no prazo de 15 dias. Após, conclusos. A parte agravante pugnou pela concessão de efeito suspensivo ao recurso de Agravo de Instrumento, sob a alegação de que o efeito suspensivo aos embargos à execução havia sido concedido sem qualquer fundamento razoável, bem como que o perigo da demora estaria evidenciado na medida em que a decisão agravada impediria que o Banco Exequente/Agravante realizasse o regular andamento da ação de execução n.º 0056708-88.2014.8.14.0301, para satisfação de seus créditos inadimplidos, fato que vinha lhe onerando em demasia.É o breve relatório.Decido.Conheço do presente recurso de Agravo de Instrumento, eis que presentes os pressupostos processuais intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal, já que tempestivo, adequado e acompanhado da comprovação do recolhimento do preparo recursal.Primeiramente, é importante ressaltar que, com fundamento no artigo 1.019, I, do Código de Processo Civil, pode o relator, em sede de cognição sumária, deferir a antecipação da tutela recursal, quando a parte recorrente conseguir demonstrar os requisitos do artigo 294 e seguintes do Código de Processo Civil, ou conceder efeito suspensivo ao recurso, quando a agravante obtiver êxito em evidenciar a probabilidade de provimento de seu recurso, bem como que a decisão agravada possa causar risco de lesão grave e de difícil reparação, por meio da aplicação analógica do artigo 1.012, § 4º, do Código de Processo Civil.Quanto ao requisito de probabilidade de provimento do recurso, verifico ter restado demonstrado pela parte agravante, na medida em que, analisando a decisão agravada, verifico que o Juízo de 1º Grau não indicou os fundamentos para deferimento do efeito suspensivo aos embargos à execução supramencionados.Conforme previsão do artigo 919, § 1º, do Código de Processo Civil[1], os embargos à execução, em regra, não possuem efeito suspensivo, entretanto, pode o juiz, a requerimento ao embargante, atribuir o referido efeito, quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.No caso em análise, constatei que o Juízoa quo, de forma genérica, apenas indicou que os requisitos para a concessão da tutela provisória estariam presentes, entretanto não fundamentou a referida constatação, o que viola a previsão contida no artigo 11 do Código de Processo Civil.Ademais, entendo também ter

restado evidenciado que a decisão agravada possa causar risco de lesão grave e de difícil reparação, haja vista que, em que pese ter sido informado que a execução estava garantia, a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução obsta ou, pelo menos, atrasa o prosseguimento da ação de execução, impedindo a satisfação do débito inadimplido.Ante as razões expostas,defiro o pedido de concessão de efeito suspensivo ao presente recurso, suspendendo a decisão agravada até o julgamento final do presente recurso.Dê-se ciência ao juízo prolator da decisão agravada.Intime-se a parte agravada para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, responder aos termos do recurso de Agravo de Instrumento, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária ao julgamento do recurso, conforme previsão do artigo 1.019, II, do Código de Processo Civil.Após, retornem-me os autos conclusos.Belém, 24 de junho de 2019. DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora [1]Art. 919. Os embargos à execução não terão efeito suspensivo.§ 1º O juiz poderá, a requerimento do embargante, atribuir efeito suspensivo aos embargos quando verificados os requisitos para a concessão da tutela provisória e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.

Número do processo: 0003564-07.2017.8.14.0040 Participação: SENTENCIANTE Nome: JUIZO DE DIREITO DA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS - PA Participação: SENTENCIADO Nome: MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS Participação: SENTENCIADO Nome: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ REMESSA NECESSÁRIA (199) - 0003564-07.2017.8.14.0040SENTENCIANTE: JUIZO DE DIREITO DA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS - PASENTENCIADO: MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS, MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARAREPRESENTANTE: MUNICIPIO DE PARAUAPEBAS, PARA MINISTERIO PUBLICORELATOR(A):Desembargadora NADJA NARA COBRA MEDA EMENTA EMENTA: REEXAME NECESSÁRIO.DIREITO CONSTITUCIONAL À SAUDE. PRELIMINAR DEIMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO DE LIMINARINAUDITA ALTERA PARSEM SEDE DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA EM FACE DO PODER PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 2º DA LEI Nº 8.437/92.REJEITADA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL. NÃO SE SOBREPÕE AO MÍNIMO EXISTENCIAL. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. DIREITO A SAÚDE E A VIDA SE SOBREPÕE A QUALQUER INTERESSE. INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. VIOLAÇÃO DE PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. INOCORRÊNCIA. PODER JUDICIÁRIO ATUA COM A FINALIDADE DE EVITAR ABUSOS.REEXAME NECESSÁRIO CONHECIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1-O caso em apreço, além de envolver o direito fundamental à saúde, constitucionalmente consagrado, trata de bem jurídico titularizado por uma criança, que goza de prioridade absoluta no ordenamento jurídico brasileiro, no qual vigora adoutrina da proteção integral. Assim, rejeito a preliminar suscitada pelo Município de Parauapebas.2-O direito à saúde não se enquadra apenas no rol de direitos fundamentais, com previsão expressa no art. 196 da Carta Magna, mas a sua proteção e garantia está indissociavelmente ligada ao direito à vida de todo e qualquer ser humano. Direito este, que é pressuposto necessário para o exercício de qualquer outro e que se algum ato, seja de um ente público ou de um particular, o ameaça de lesão ou o lesiona, toda a ordem jurídico-social entra em risco iminente.3-Diante desse quadro, entendo que o valor fixado pelo juízo de piso, no valor de R$ 1.000,00, encontra-se dentro do razoável, no entanto, para evitar a apenação desmensurada do ente público, limito o teto da multa em R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em caso de descumprimento da decisão patamar que se revela adequado para punir a insistência dos entes políticos em descumprir a ordem emanada do Poder Judiciário. Devendo a multa recair tão somente em face fazenda pública.4.Ante o exposto, conheço do Reexame Necessário e altero parcialmente a sentença, apenas para limitar o teto da multa imposta em R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos da fundamentação. ACORDÃOAcordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da 2ª Turma de Direito Público, por unanimidade de votos,ememconhecer do Reexame Necessário e alterar parcialmente a sentença, apenas para limitar o teto da multa imposta, nostermos do voto da relatora.Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aos 17 dias do mês de junho de 2019.Este julgamento foi presidido pela da Exma. Sra. Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento. RELATÓRIO A DESEMBARGADORA NADJA NARA COBRA MEDA (RELATORA)Vistos etc.Trata-se de REEXAME NECESSÁRIO de sentença proferida pelo Juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas nos autos da AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C PRECEITO COMINATÓRIO E PEDIDO LIMINAR proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, para a proteção de direitos da criança e do adolescente afetos à saúde, em face do MUNICÍPIO DE PARAUAPEBAS.Narra a peça exordial (ID nº 1575226), que a menor Ariane Oliveira Nascimento precisava realizar, com urgência, exame de eletroencefalograma,

conforme laudo médico E que, embora em 2016 sua genitora tenha se dirigido à Secretaria Municipal de Saúde ? SEMS de Parauapebas, sua solicitação ainda não havia sido atendida.Sustentou a legitimidade doParquetpara ajuizar Ação Civil Pública a fim de promover a defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos da Constituição da República de 1988, eis que o caso concreto busca tutelar o direito à saúde, direito indisponível.Discorreu sobre o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, bem como acerca da prioridade absoluta no atendimento da criança e do adolescente, em relação aos quais o ordenamento jurídico brasileiro garante proteção integral.Requereu, em sede de tutela antecipada de urgência, que se determinasse ao Município de Parauapebas, sob pena de multa diária, a disponibilização, no prazo de 48h, do exame de eletroencefalograma à menor Ariane Oliveira Nascimento e, caso necessário, seu encaminhamento a atendimento na rede particular, às custas do réu.Pugnou, ao final, pelo julgamento pela procedência do pedido.Em decisão interlocutória (ID nº 1575229), o Juízo de piso deferiu o pedido de antecipação de tutela, determinando ao Município de Parauapebas que disponibilizasse à interessada, no prazo de cinco dias, o exame de eletroencefalograma, sob pena de sequestro nas contas bancárias do requerido, em caso de descumprimento.O Município de Parauapebas apresentou contestação (ID nº 1575230), na qual suscitou, preliminarmente, a impossibilidade jurídica do pedido de liminarinaudita altera parsem sede de Ação Civil Pública em face do Poder Público, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.437/92, motivo pelo qual a decisão interlocutória que concedeu a tutela antecipada padeceria de nulidade.No mérito, afirmou que a Municipalidade adimpliu com sua obrigação, tendo encaminhado a paciente para rede conveniada, a fim de realizar o exame solicitado. Evocou o princípio da reserva do possível como condicionante à efetivação de direitos sociais, cabendo ao Poder Judiciário observar a razoabilidade da pretensão do autor e a disponibilidade financeira do ente estatal.Alegou o não cabimento de multa em ações de obrigação contra o Poder Público, pois referida imposição apenas oneraria a Fazenda Pública, sem possuir a eficácia de coagi-la ao adimplemento da obrigação.Diante disso, pugnou pela improcedência do pedido em face do município de Parauapebas.Sob o ID nº 1575232, fl. 01, o Ministério Público do Estado do Pará informou que a menor realizou o exame de eletroencefalograma no dia 04/04/2017, motivo pelo qual requereu a extinção do feito pela perda superveniente do objeto.Em sentença (ID nº 1575234), o magistrado de primeiro grauconfirmou os efeitos da tutela já deferida e devidamente implementada e julgou procedente o pedido da parte autora com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I do código de processo civil, condenando o município de Parauapebas/Pa à obrigação de fazer descrita na exordial.As partes acerca da R. sentença não apresentaram Recurso Voluntário, conformecertidão de ID nº 1575234, fl. 06,sendo os autos remetidos a Este Egrégio Tribunal de Justiça.Coube-me a relatoria do feito.O Ministério Público através da sua Douta Procuradoria de Justiça manifestou-se pela confirmação da sentença prolatada em sede de reexame, (ID num. 1734420689412 - Pág. 194).É o relatório.PASSO A PROFERIR O VOTO. VOTO Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do Reexame Necessário, pelo que passo à sua análise.DA PRELIMINAR ARGUIDA: Daimpossibilidade jurídica do pedido de liminarinaudita altera parsem sede de Ação Civil Pública em face do Poder Público, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.437/92.Em sede preliminar, em sua peça contestatória, oMunicípio de Parauapebasalegou aimpossibilidade jurídica do pedido de liminarinaudita altera parsem sede de Ação Civil Pública em face do Poder Público, nos termos do art. 2º da Lei nº 8.437/92,todavia, não prosperam tais alegações, explico:Conforme salientado na sentença em exame, a magnitude do bem jurídico em jogo, qual seja, a saúde ? e, em última análise, a própria vida ? de uma criança justifica que, excepcionalmente, não incida o dispositivo legal invocado pela Municipalidade, consoante se verifica no seguinte julgado: AGRAVO DE INSTRUMENTO.AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMINAR CONCEDIDA INAUDITA ALTERA PARS. EXCEPCIONALIDADE. SEGURANÇA PÚBLICA.GARANTIA ASSEGURADA NO TEXTO CONSTITUCIONAL.OMISSÃO DO ESTADO. PRINCÍPIOS DA SEPARAÇÃO DOS PODERES E RESERVA DO POSSÍVEL. NÃO CABÍMENTO. MULTA DIÁRIA MANTIDA FACE À RELEVÂNCIA DA MATÉRIA. 1.Não é absoluta a regra que exige a realização de prévia audiência com o representante judicial da pessoa jurídica de direito público antes da concessão de liminar em sede de ação civil pública, podendo a liminar ser deferida inaudita altera pars em situações excepcionais, inexistindo nessa hipótese nulidade por afronta ao art. 2º da Lei nº 8437/92.2. A segurança públicaencontra amparo constitucional(art. 144, CF) definida comodever do Estado, bem como na Constituição Estadual do Maranhão (art. 112, CE),tratando-se de prestação de serviço público de naturezaessenciale, portanto,indispensável, ese o Estado não tomou as medidas necessárias à sua execução de forma voluntária, inclusive com as devidas formalidades orçamentárias, cabe ao Judiciário compeli-lo a assim proceder, bem como ao Órgão Ministerial, autor da ação civil pública de origem. 3.Não há que se falar em aplicação dos princípios da separação dos poderes e da reserva do possível quando o Judiciário determina ao Estado a realização de providênciasnecessárias à segurança pública da municipalidade, em respeito aos direitos fundamentais, culposamente esquecidos pelo Poder Público. 4.

Cominação de multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil) limitada a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) mantida face à preponderância do direito que se busca proteger, bem como garantia da execução de todas as determinações contidas na decisão agravada. 5. Agravo conhecido e improvido.(TJ/MA, 0008907-23.2014.8.10.0000, QUINTA CÂMARA CÍVEL, Relator(a): RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE, Acórdão: 1747492015, Data do Julgamento: 23/11/2015) ? destaques do Ministério Público. O caso em apreço, além de envolver o direito fundamental à saúde, constitucionalmente consagrado, trata de bem jurídico titularizado por uma criança, que goza de prioridade absoluta no ordenamento jurídico brasileiro, no qual vigora adoutrina da proteção integral. Assim, rejeito a preliminar suscitada pelo Município de Parauapebas.Pois bem, é cediço que oatendimento de saúde é de responsabilidade solidária dos entes federados, para garantir o direito insculpido no art. 196, da CF/88. A Constituição da República atribui à União, aos Estados e aos Municípios, competência para ações de Saúde pública, devendo cooperar, técnica e financeiramente entre si, mediante descentralização de suas atividades, com direção única em cada esfera de governo (Lei Federal nº 8.080 de 19/09/1990, art. 7º, IX e XI) executando os serviços e prestando atendimento direto eimediato aos cidadãos (art. 30, VII da Constituição da República).Nesse passo, tem-se que a obrigação constitucional de prestar assistência à Saúde funda-se no princípio da cogestão, que significa dizer, uma participação simultânea dos entes estatais dos três níveis (Federal, Estadual e Municipal), existindo, em decorrência, responsabilidade solidária entre si. Nesse sentido colaciono o julgado do STJ:AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SÚMULA 7/STJ. DIREITO À SAÚDE. DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. PROTEÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E INDISPONÍVEIS. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRECEDENTES. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. 1. No caso, aferir a adequação da via eleita, bem como a comprovação de direito líquido e certo e a necessidade de dilação probatória demandam a incursão no conjunto fático-probatória dos autos, providência vedada pela Súmula 7/STJ. 2. Conforme entendimento predominante no Superior Tribunal de Justiça, o Ministério Público detém legitimidade ativa para propor ação objetivando a proteção do direito à saúde de pessoa hipossuficiente, porquanto se trata de direito fundamental e indisponível, cuja relevância interessa a toda a sociedade. 3.O Superior Tribunal de Justiça, em reiterados precedentes, tem decidido que o funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS é de responsabilidade solidária dos entes federados, de forma que qualquer deles possui legitimidade para figurar no polo passivo de demanda que objetive o acesso a meios e medicamentos para tratamento de saúde. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 201.746/CE, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, Julgado Em 16/12/2014, Dje 19/12/2014). Grifei. Esse é entendimento desta Corte:AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. FORNECIMENTO REGULAR E GRATUITAMENTE DE FRALDAS GERIÁTRICAS PELO ENTE MUNICIPAL. NÃO CONFIGURAÇÃO DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DO PODERES. DIREITO DO IDOSO. MULTA DIÁRIA. POSSIBILIDADE DE COMINAÇÃO. REDUÇÃO DO QUANTUM FIXADO. PROPORCIONALIDADE. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. 1.Há legitimidade passiva do Município de Belém para o cumprimento da medida judicial, uma vez que o Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária dos entes federados, podendo qualquer um deles figurar no polo passivo da demanda. 2. O direito à saúde, à vida é um direito garantindo constitucionalmente, sendo viável, por meio dos entes federativos o fornecimento de insumos capazes de garantir a dignidade e o envelhecimento saudável de pessoa idosa. 3. É possível a aplicação de astreintes em face da Fazenda Pública, contudo, de forma proporcional, pelo que merece redução do quantum fixado, mantendo-se os demais termos da decisão agravada. 4. Julga-se a perda do objeto do agravo interno, em razão da coincidência de argumentos dispostos no agravo de instrumento. 5. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE À UNANIMIDADE. (2017.02472544-66, 176.560, Rel. LUIZ GONZAGA DA COSTA NETO, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2017-06-08, Publicado em 2017-06-14) DIREITO CONSTITUCIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO À VIDA E À SAÚDE. PRELIMINAR DE ILEGIMITIDADE PASSIVA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. PRECEDENTES STF E STJ. REJEITADA. MÉRITO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO PREVISTOS NA TABELA DO SUS. POSSIBILIDADE. FORNECIMENTO GRATUITO DE MEIOS INDISPENSÁVEIS AO TRATAMENTO E À PRESERVAÇÃO DA SAÚDE DE PESSOAS COM HIPOSSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. DEVER CONSTITUCIONAL DO ESTADO. ART. 196 DA CF/88. PRECEDENTES STF. POSSIBILIDADE DE FIXAÇÃO DE ASTREINTES CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. 1. Preliminar de ilegitimidade passiva.O funcionamento do Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária da União, dos Estados e dos Municípios, assim, qualquer um desses entes tem

legitimidade ad causam para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso a medicamentos para tratamento de problema de saúde.Preliminar rejeitada. 2. Mérito. O Supremo Tribunal Federal entende ser possível ao Judiciário a determinação de fornecimento de medicamento não incluído na lista padronizada fornecida pelo SUS, situação que não viola o princípio da separação dos poderes ou a reserva do possível, pois não pretende o Poder Judiciário interferir na esfera de atuação da Administração Público, objetivando definir as prioridades de atendimento. 3. Comprovação nos autos da imprescindibilidade da medicação e, que o apelado não possui recursos financeiros para custear o tratamento médico. 4. Segundo o entendimento pacífico do Superior Tribunal de Justiça, é possível a fixação de multa contra a Fazenda Pública para assegurar o cumprimento de obrigação de fazer. 5. Apelação conhecida e não provida. 6. À unanimidade. (2017.02505303-50, 177.093, Rel. MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2016-04-27, Publicado em 2017-06-26) A saúde, direito público subjetivo do cidadão, fonte primeira de todos os bens jurídicos, foi alçada pelo Texto Magno à categoria de direito fundamental, embora situado fora do catálogo do art. 5º.Constitui inarredável obrigação do Poder Público assegurá-la a todos, por se tratar de prerrogativa jurídica indisponível, imprescindível a uma vida com dignidade.Isso implica, portanto, ser dever do Poder Público disponibilizar os recursos necessários ao tratamento de moléstias que acometam os cidadãos, incluindo internações, cirurgias e o fornecimento de medicamentos e alimentação especial.Dever esse que incumbe solidariamente a todos os entes federativos, e ao qual nenhum destes se pode furtar.No que tange à limitação consubstanciada noprincípio da reserva do possível, como bem assentou o Supremo Tribunal Federal:"(...) entre proteger a inviolabilidade do direito à vida e à saúde - que se qualifica como direito subjetivo inalienável assegurado a todos pela própria Constituição da República (art. 5º, caput e art. 196) - ou fazer prevalecer, contra essa prerrogativa fundamental, um interesse financeiro e secundário do Estado, entendo, uma vez configurado esse dilema, que razões de ordem ético-jurídica impõem, ao julgador, uma só e possível opção: aquela que privilegia o respeito indeclinável à vida e à saúde humana." (STF, Tribunal Pleno, AgR na STA 175/CE e AgR na SL 47/PE, Rel. Ministro Gilmar Mendes, voto do Ministro Celso de Mello, Dje 30.04.2010.)O Superior Tribunal de Justiça também já teve oportunidade de se manifestar sobre o tema, ponderando que:?Embora venha o STF adotando a 'Teoria da Reserva do Possível' em algumas hipóteses, em matéria de preservação dos direitos à vida e à saúde, aquela Corte não aplica tal entendimento, por considerar que ambos são bens máximos e impossíveis de ter sua proteção postergada. ? (STJ, REsp 835687 / RS, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, j. 04/12/2007).Inafastável, assim, a superioridade da saúde e da vida frente a princípios e normas regedores das relações administrativas.Areserva do possívelnão imuniza o administrador de cumprir os direitos fundamentais prestacionais, não podendo estar dissociada da ideia do mínimo existencial ou do núcleo da dignidade da pessoa humana, mormente quando é notória a destinação de vultosos recursos públicos para áreas de relevância bem inferior aos valores básicos de uma sociedade democrática de direito.Embora se reconheça a dificuldade da Administração Pública de manter em seus respectivos orçamentos créditos suficientes para o atendimento das ações e serviços do SUS, em estrita obediência ao art. 195, § 5º, da Carta da República, defeso lhe é esquivar-se de seu dever constitucional para com o cidadão, sob o argumento de que não dispõe de verbas.Nem mesmo a alegada necessidade de inclusão da despesa no orçamento exime o Poder Público de seu mister constitucional. Não obstante o destacado papel que as normas orçamentárias detêm, estas não se podem constituir em entrave para a efetivação de direito constitucional reputado prioritário.Outrossim, a atuação do Judiciário de ordenar o cumprimento do art. 196 não invade a esfera de competência dos outros Poderes.A própria Constituição Federal estabeleceu um sistema dechecks and balances(freios e contrapesos), a fim de permitir o controle de um Poder sobre o outro, como meio de evitar e conter eventuais abusos. Consistindo a saúde num direito que também é dever, e sendo vedado excluir a apreciação de lesão ou ameaça a direito do Poder Judiciário, o que o magistrado faz não é formular políticas públicas, atribuição que cabe ao Executivo e Legislativo, mas tão somente possibilitar a implementação daquelas eleitas pela Carta Maior, na defesa da ordem constitucional. (vide TJ/MG, MS nº 1.0000.10.015785-8/000, 4º Grupo de Câmaras Cíveis, Rel. Des. Wander Marotta, DJ 22/10/2010)O que há, portanto, é uma decisão sobre violação do direito constitucional à saúde, por inobservância dos entes federados em assegurarem o seu exercício.Com efeito, ?as políticas públicas não podem constituir óbice à eficácia do direito à saúde e, diante da recusa pelo Estado, é perfeitamente justificável a intervenção do Poder Judiciário de modo a viabilizar o fornecimento de medicamentos indispensáveis a quem deles necessitar.? (TJ/CE, MS nº 37446-49.2010.8.06.0000/1 AgR, Pleno, j. 09/12/2010).Nesse mesmo sentido segue o entendimento de nossos Tribunais: REEXAME NECESSÁRIO- OBRIGAÇÃO DE FAZER - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS NÃO PADRONIZADOS PELO SUS - SAÚDE - DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA- CLÁUSULA DA RESERVA DO POSSIVEL - INAPLICABILIDADE - OFENSA À INDEPENDÊNCIA DOS PODERES -

INOCORRÊNCIA. - O Poder Público não pode se eximir da sua obrigação de assistência aos necessitados pelo simples fundamento de que alguns dos fármacos requeridos não são os padronizados pelo SUS, vez que tais normas administrativas que delimitam a prestação a determinadas espécies de medicamento, restringem o atendimento, tornando-o parcial, violando, assim, os preceitos constitucionais da garantia do direito à saúde, ao bem-estar físico, psicológico e mental, e à dignidade da pessoa humana. - Comprovada a imprescindibilidade de utilização de determinado medicamento por pessoa necessitada, este deve ser fornecido de forma irrestrita, sendo que a negativa do ente público nesse sentido, implica ofensa a uma garantia constitucional. - Incabível a aplicação da Cláusula da Reserva do Possível quando não comprovada a incapacidade econômico-financeira do Estado, afigurando-se, lado outro, razoável a pretensão de fornecimento de medicamento a pessoa carente, estando, assim, em harmonia com o devido processo legal substancial. V.V. REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. ALGUNS FÁRMACOS NÃO INCLUÍDOS NA LISTA DO SUS. RESERVA DO POSSÍVEL. RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO. Seja pela observância das cláusulas da reserva do possível e da reserva em matéria orçamentária, seja pelos princípios da isonomia, da seletividade e da distributividade, não se pode impor ao ente público o ônus financeiro para a realização do tratamento da saúde de um único cidadão, mediante aquisição de medicamentos não padronizados pelo Poder Público, especialmente quando não demonstrado que se submeteu, sem êxito, às opções terapêuticas disponibilizadas pelo SUS. É de responsabilidade do Município o fornecimento de medicamentos incluídos na farmácia básica. (TJ-MG - REEX: 10518081407182003 MG, Relator: Albergaria Costa, Data de Julgamento: 18/04/2013, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 02/05/2013). MANDADO DE SEGURANÇA, COM PEDIDO DE LIMINAR. GARANTIA CONSTITUCIONAL À SAÚDE.FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO. DIABETES MELLITUS TIPO I, HIPOTIREOIDISMO, OBESIDADE. PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. MEDICAMENTOS NÃO PREVISTOS NAS LISTAS DO SUS.SUBSTITUIÇÃO POR GENÉRICOS, OU SIMILARES. POSSIBILIDADE. 1. Constitui direito líquido e certo da Substituída o fornecimento dos medicamentos e insumos necessários para o tratamento de sua saúde, sendo obrigação do Estado assegurar tal direito, nos termos da Constituição Federal. 2. As prescrições médicas, solicitando o fornecimento de medicamentos e insumos, elaboradas por médicos habilitados, são provas que, produzidas de plano, na impetração do mandamus, justificam a concessão da segurança pleiteada. 3.É possível ao Judiciário a determinação de fornecimento de medicamento não incluído na lista padronizada fornecida pelo SUS,desde que reste comprovação de que não há nela opção de tratamento eficaz para a enfermidade. Precedente do STF. 4. O Estado poderá optar pelo fornecimento de medicamento genérico, em substituição àqueles de marca específica, conforme a Lei nº 9.787/99, todavia, a Substituída poderá, a qualquer tempo, fazer prova de que aquele prescrito por seu médico é mais eficiente, exigindo-lhe o seu custeio. SEGURANÇA PARCIALMENTE CONCEDIDA.(TJ-GO - MS: 243507020168090000, Relator: DES. FRANCISCO VILDON JOSE VALENTE, Data de Julgamento: 25/08/2016, 5A CAMARA CIVEL, Data de Publicação: DJ 2104 de 05/09/2016) Do mesmo modo se posiciona o E. TJPA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA. REJEITADA. DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE - SOLIDARIEDADE ENTRE OS ENTES DA FEDERAÇÃO. INTERFERÊNCIA NA RESERVA DO POSSÍVEL. POSSIBILIDADE. 1 A obrigação constitucional de prestar assistência à Saúde funda-se no princípio da cogestão, que significa dizer uma participação simultânea dos entes estatais nos três níveis (Federal, Estadual e Municipal), existindo, em decorrência, responsabilidade solidária; 2. O direito constitucional à saúde, que se concretiza com o oferecimento de tratamento médico pelo Estado, não pode e nem deve ser condicionado a políticas sociais e econômicas; 3. Não cabem obstáculos à garantia plena dos direitos fundamentais da saúde e, corolariamente, da vida, com fulcro no princípio da reserva do possível; 4. O acesso igualitário à saúde não resta desrespeitado, considerando a urgência do caso; 5. Apelação conhecida e desprovida. (2017.04141917-57, 181.969, Rel. CELIA REGINA DE LIMA PINHEIRO, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2017- 09-18, Publicado em 2017-10-19) GRIFADO Acerca da aplicação da multa em caso de descumprimento, é de alvitre relembrar que o art. 536, §1º do CPC possibilita ao juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas assecuratórias como a "imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de auxílio de força policial". Cumpre esclarecer que as hipóteses previstas no art. 536, §1º não são taxativas e sim exemplificativas, pelo que a decisão atacada, que confirmou a decisão liminar que determinou a aplicação de multa diária deR$ 1.000,00 (um mil reais),em caso de descumprimento da decisão é razoável e válida diante da situação concreta dos autos, qual seja, a saúde e a vida de um indivíduo. Nesses termos já se pronunciou o STJ:PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. MEDIDA

EXECUTIVA. POSSIBILIDADE, IN CASU. PEQUENO VALOR. ART. 461, § 5.º, DO CPC. ROL EXEMPLIFICATIVO DE MEDIDAS. PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL À SAÚDE, À VIDA E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. PRIMAZIA SOBRE PRINCÍPIOS DE DIREITO FINANCEIRO E ADMINISTRATIVO. NOVEL ENTENDIMENTO DA E. PRIMEIRA TURMA.1. O art. 461, §5.º do CPC, faz pressupor que o legislador, ao possibilitar ao juiz, de ofício ou a requerimento, determinar as medidas assecuratórias como a "imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas e coisas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial", não o fez de forma taxativa, mas sim exemplificativa, pelo que, in casu, o sequestro ou bloqueio da verba necessária ao fornecimento de medicamento, objeto da tutela deferida, providência excepcional adotada em face da urgência e imprescindibilidade da prestação dos mesmos, revelasse medida legítima, válida e razoável.2. Recurso especial que encerra questão referente à possibilidade de o julgador determinar, em ação que tenha por objeto o fornecimento do medicamento RI-TUXIMAB (MABTHERA) na dose de 700 mg por dose, no total de 04 (quatro) doses, medidas executivas assecuratórias ao cumprimento de decisão judicial antecipatória dos efeitos da tutela proferida em desfavor da recorrente, que resultem no bloqueio ou sequestro de verbas do ora recorrido, depositadas em conta corrente.3. Deveras, é lícito ao julgador, à vista das circunstâncias do caso concreto, aferir o modo mais adequado para tornar efetiva a tutela, tendo em vista o fim da norma e a impossibilidade de previsão legal de todas ashipóteses fáticas. Máxime diante de situação fática, na qual a desídia do ente estatal, frente ao comandojudicial emitido, pode resultar em grave lesão à saúde ou mesmo por em risco a vida do demandante.4. Os direitos fundamentais à vida e à saúde são direitos subjetivos inalienáveis, constitucionalmente consagrados, cujo primado, em um Estado Democrático de Direito como o nosso, que reserva especial proteção à dignidade da pessoa humana, há de superar quaisquer espécies de restrições legais. Não obstante o fundamento constitucional, in casu, merece destaque a Lei Estadual n.º 9.908/93, do Estado do Rio Grande do Sul, que assim dispõe em seu art. 1.º: "Art. 1.º. O Estado deve fornecer, de forma gratuita, medicamentos excepcionais para pessoas que não puderem prover as despesas com os referidos medicamentos, sem privarem-se dos recursos indispensáveis ao próprio sustento e de sua família.Parágrafo único. Consideram-se medicamentos excepcionais aqueles que devem ser usados com frequência e de forma permanente, sendo indispensáveis à vida do paciente." 5. A Constituição não é ornamental, não se resume a um museu de princípios, não é meramente um ideário; reclama efetividade real de suas normas.Destarte, na aplicação das normas constitucionais, a exegese deve partir dos princípios fundamentais, para os princípios setoriais. E, sob esse ângulo, merece destaque o princípio fundante da República que destina especial proteção a dignidade da pessoa humana.6. Outrossim, a tutela jurisdicional para ser efetiva deve dar ao lesado resultado prático equivalente ao que obteria se a prestação fosse cumprida voluntariamente. O meio de coerção tem validade quando capaz de subjugar a recalcitrância do devedor. O Poder Judiciário não deve compactuar com o proceder do Estado, que condenado pela urgência da situação a entregar medicamentos imprescindíveis proteção da saúde e da vida de cidadão necessitado, revela-se indiferente à tutela judicial deferida e aos valores fundamentais por ele eclipsados.7. In casu, a decisão ora hostilizada importa concessão do bloqueio de verba pública diante da recusa do ora recorrido em fornecer o medicamento necessário à recorrente.8. Por fim, sob o ângulo analógico, as quantias de pequeno valor podem ser pagas independentemente de precatório e a fortiori serem, também, entregues, por ato de império do Poder Judiciário.9. Agravo Regimental desprovido. (AgRg no REsp 1002335/RS, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/08/2008, DJe 22/09/2008) GRIFEI Ajurisprudência nos nossos tribunais pátrios segue a mesma linha de entendimento. Vejamos:PROCESSO CIVIL - FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS OU INSUMOS PELO ESTADO - DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS - PEQUENO VALOR - POSSIBILIDADE - ART. 461, § 5.º, DO CPC ? ROL APENAS EXEMPLIFICATIVO - PREVALÊNCIA DE MEDIDAS DE PROTEÇÃO À SAÚDE, À VIDA E À DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA. - O bloqueio da verba pública necessária ao fornecimento de medicamento ou insumo se justifica excepcionalmente em face da omissão do órgão público em atender à ordem judicial de fornecimento, mormente quando se trata de quantia de pequeno valor e a urgência se encontra comprovada nos autos. - O art. 461 do CPC estabelece que na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou, se procedente o pedido, determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao do adimplemento. O seu § 5.º, ao enumerar algumas medidas assecuratórias, o faz de modo apenas exemplificativo. (TJ-MG - Agravo de Instrumento Cv 1.0109.10.000294-7/002, Relator(a): Des.(a) Vanessa Verdolim Hudson Andrade , 1ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 26/04/2011, publicação da súmula em 20/05/2011). Logo, caso seja identificado nos autos que houve o descumprimento da decisão judicial, nada obsta que o juiz determine a imposição da multa, visando assegurar o cumprimento de liminar contra o Poder Público em

casos envolvendo risco à saúde e à vida, bens juridicamente tutelados na própria Constituição da República, pelo que o valor aplicado está de acordo com a importância do bem tutelado.Diante desse quadro, entendo que o valor fixado pelo juízo de piso, no valor de R$ 1.000,00, encontra-se dentro do razoável, no entanto, para evitar a apenação desmensurada do ente público, limito o teto da multa em R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), em caso de descumprimento, patamar que se revela adequado para punir a insistência dos entes políticos em descumprir a ordem emanada do Poder Judiciário, bem como, apto a possibilitar o custeamento do tratamento necessário a paciente. Devendo a multa recair tão somente em face fazenda pública.Ante o exposto,conheço do Reexame Necessário e altero parcialmente a sentença, apenas para limitar o teto da multa imposta em R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos da fundamentação.É como voto.Belém-PA, 17 de junho de 2019. NADJA NARA COBRA MEDADESª. RELATORA Belém, 27/06/2019

Número do processo: 0800212-31.2017.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: ESTADO DO PARÁ Participação: AGRAVADO Nome: MARA CARDOSO DOS PASSOS Participação: ADVOGADO Nome: LARISSA DE AZEVEDO MOOREOAB: 22707/PATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ AGRAVO DE INSTRUMENTO (202) - 0800212-31.2017.8.14.0000AGRAVANTE: ESTADO DO PARÁPROCURADOR: THALES EDUARDO RODRIGUES PEREIRAAGRAVADO: MARA CARDOSO DOS PASSOSRELATOR(A):Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO EMENTA AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NÃO CONCEDEU EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. NECESSIDADE DE MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DA PROBABILIDADE DE PROVIMENTO DO RECURSO. INEXISTÊNCIA DE RISCO DE DANO GRAVE E DE DIFÍCIL REPARAÇÃO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO,À UNANIMIDADE.1. Cabe ao o relator, com fundamento no artigo 1.019, I, do Código de Processo Civil, deferir, em sede de cognição sumária, a antecipação da tutela recursal ou conceder efeito suspensivo ao recurso, quando a parte agravante conseguir demonstrar a probabilidade de provimento de seu recurso, bem como que a decisão agravada possa causar risco de lesão grave e de difícil reparação;2. No caso em análise, a probabilidade de provimento do recurso não foi demonstrada, na medida que os argumentos utilizados no recurso administrativo foram os mesmos empregados na entrevista devolutiva, aquela responsável por dar justificar os motivos que ensejaram à inaptidão psicológica da candidata. Além do mais, restou configurada a afronta ao direito à ampla defesa da candidata pelo fluxo do prazo recursal em simultaneidade ao do requerimento de entrevista devolutiva. 3. Quanto aopericulum in mora, não foi possível vislumbra-lo por não ser crível que, até o presente momento, suposto perigo circunde a controvérsia ora submetida a julgamento. Destaca-se que o processo seletivo em comento foi realizado em 2016 - ou seja, há três anos -, e a medida liminar, admitindo o reingresso e participação da Agravada nas outras etapas do certame, foi deferida em 2017, não havendo alteração dessa situação fática posterior, já que indeferida a pretensão de efeito suspensivo requerida pelo Agravante. 4. Desse modo, por não restar demonstrado o requisito da probabilidade de provimento do recurso, tampouco o da urgência, entendo não existir razão para a reforma da decisão monocrática agravada, nesse momento processual.5. Agravo Interno conhecido e desprovido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e aprovados em Plenário Virtual os autos acima identificados, ACÓRDAM os Excelentíssimos Desembargadores que integram a 2ª Turma de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao agravo interno, na conformidade do Relatório e Voto, que passam a integrar o presente Acórdão. Participaram do julgamento os Excelentíssimos Desembargadores Nadja Nara Cobra Meda (Presidente), Luzia Nadja Guimarães Nascimento (Relatora) e Luiz Gonzaga da Costa Neto. Belém, 28de junho de 2019. DESA. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTORelatora RELATÓRIO Trata-se de Agravo Interno, interposto peloESTADO DO PARÁ, em face de decisão monocrática (ID 155737), de minha lavra, que negou efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento manejado nos autos do Mandado de Segurança nº 0813458-64.2017.814.0301, em trâmite perante a 1ª Vara da Fazenda da Capital, impetrado pela Agravada sob o fundamento de lhe ter sido tolhido o direito à ampla defesa no concurso público de admissão de praças da corporação militar estadual, previsto no edital nº 001//CFP/PMPA, de 19/05/2016, ao ser considerada psicologicamente inapta sem justificativa clara dos motivos. Em suas razões recursais, o Agravante alegou ser imprescindível a concessão de efeito suspensivo face o evidente dano à ordem pública, vez que a medida judicial permite o reingresso da Agravada em outras etapas do concurso, alterando a ordem de classificação dos candidatos, o que causaria tumulto na conclusão do processo seletivo.Com base nisso, defendeu a existência depericulum in mora inverso, em favor do Estado do Pará.Outrossim, asseverou que

a lei nº 12.016/2009 não admite a antecipação de tutela contra a Fazenda Pública em casos de reclassificação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores públicos.No mais, sustentou a denegação da segurança, por inexistir direito que ampare a pretensão da Agravada, visto que o edital em comento possui normas expressas e objetivas quanto à realização do exame psicológico e dos prazos recursais, não havendo que se falar em violação à ampla defesa.À vista disso, requereu a reconsideração da decisão monocrática ou, caso assim não se entenda, pelo conhecimento e provimento do recurso. Instado a se manifestar, a parte Agravada não apresentou contrarrazões ao Agravo Interno, conforme atesta a certidão ID 481579.É o relatório. Passo ao voto. VOTO 1. Análise de admissibilidade:Conheço do Agravo Interno, eis que tempestivo e presentes os demais requisitos de admissibilidade recursal. 2. Razões RecursaisInsurge-se o agravante em face de decisão monocrática (ID 155737) que indeferiu o pedido de efeito suspensivo ao recurso de Agravo de Instrumento.Em síntese, asseverou o agravante que o reingresso da agravada no certame causará tumulto ao processo seletivo, dificultando sua conclusão. Além disso, a lei nº 12.016/2009 não admite a antecipação de tutela contra a Fazenda Pública em casos de reclassificação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores públicos. Por fim, concluiu que a denegação da segurança seria medida a ser imposta haja vista às regras editalícias serem claras e objetivas quanto à realização e avaliação do exame psicológico e dos prazos recursais interpostos contra as decisões administrativas, não havendo que se falar em violação à ampla defesa.Urge esclarecer, inicialmente, que, com fundamento no artigo 1.019, I, do Código de Processo Civil, pode o relator, em sede de cognição sumária, deferir a antecipação da tutela recursal ou conceder efeito suspensivo ao recurso, quando a parte agravante conseguir demonstrar a probabilidade de provimento de seu recurso, bem como o risco de lesão grave e de difícil reparação causado pela decisão agravada.No presente caso, não vislumbrei a existência de nenhum desses requisitos necessários à concessão da medida pleiteada, razão pela qual indeferi o efeito suspensivo pleiteado pelo ora agravante.Quanto ao requisito da probabilidade de provimento do recurso, em uma análise perfunctória dos autos, verifico que os argumentos aduzidos pelo agravante não são capazes de infirmar a decisão atacada, uma vez que há evidências de a ampla defesa não ter sido observada, em toda sua extensão, no referido certame.Do mesmo modo que o juízo singular identificou o descumprimento de tal direito, quando do fornecimento do resultado da entrevista devolutiva, por ter sido apresentada a mesma cópia do resultado do recurso administrativo, restou demonstrado ainda o fluxo simultâneo do prazo de requerimento da referida entrevista e do recurso administrativo, algo que jamais poderia ter ocorrido, até pelo próprio intento da entrevista, que teria o condão de dar conhecimento sobre os motivos que ensejaram a inaptidão psicológica do candidato no certame. No tocante à antecipação de tutela contra a Fazenda Pública, sabe-se muito bem que as circunstâncias discriminadas na mencionada lei de mandado de segurança não se aplicam ao vertente caso, não sendo o certame público objeto normativo. Afora isso, como se não bastasse, resta sedimentado, tanto na doutrina quanto na jurisprudência, que só é vedada a antecipação de tutela contra o Poder Público nos casos previstos na Lei nº 9.494/97. De outro modo, é plenamente possível o deferimento da tutela de urgência em face da Fazenda Pública (STJ - AgRg no REsp 1245885 / PI), como ocorreu, na espécie, com o deferimento da liminar em mandado de segurança.Sobre o outro elemento processual para a concessão de efeito suspensivo ao recurso, qual seja, opericulum in mora, não vislumbro qualquer possibilidade de, até agora, suposto perigo circundar a controvérsia ora submetida a julgamento. Isso porque o processo seletivo em comento foi realizado em 2016 - ou seja, há três anos -, tendo a medida liminar, admitindo o reingresso e participação da Agravada nas outras etapas do certame, sido deferida em 2017, não havendo alteração dessa situação fática até o momento, já que indeferida a pretensão de efeito suspensivo requerida pelo Agravante. Desse modo, por não restar demonstrado o requisito da probabilidade de provimento do recurso, tampouco o da urgência, entendo não existir razão para a reforma da decisão monocrática agravada, nesse momento processual. 3. ConclusãoAssim, ante os motivos expendidos alhures,CONHEÇOo recurso, todaviaNEGO-LHE PROVIMENTO,mantendo integralmente a decisão monocrática ID 155737.É o voto. Belém,28de junho de 2019. DESA. LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTORelatora Belém, 27/06/2019

Número do processo: 0800207-38.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: RODOLFO MEIRA ROESSING Participação: ADVOGADO Nome: RODOLFO MEIRA ROESSINGOAB: 2719 Participação: AGRAVADO Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Participação: ADVOGADO Nome: JOSE QUAGLIOTTI SALAMONEOAB: 103587/SPI PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁGABINETE DA DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA----------SECRETARIA ÚNICA DIREITO PÚBLICO E PRIVADO ? 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAGRAVO DE INSTRUMENTO

NO0800207-38.2019.8.14.0000AGRAVANTE: RODOLFO MEIRA ROESSINGADVOGADO: RODOLFO MEIRA ROESSINGAGRAVADO: BANCO SANTANDER S/AADVOGADO: JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONERELATORA: DESEMBARGADORA GLEIDE PEREIRA DE MOURA RELATÓRIOTrata-se de Agravo de Instrumento com pedido de Efeito Suspensivo, interposto porRODOLFO MEIRA ROESSINGem face da decisão proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua, nos autos de Ação de Rescisão de Negócio Jurídico c/c Indenização por Perdas e Danos com Tutela de Urgência, proposta em face deBANCO SANTANDER S/A.A decisão agravada foi a que: Considerandoque foi determinado o depósito dos valores despendidos pela parte acionante a título de tutela provisória de urgência, com o propósito de atenuar eventuais prejuízos apontados na inicial;considerando a natureza precária da medida de urgência concedida; considerandoque os fatos subjacentes à presente demanda também estão vinculados ao julgamento do Proc.0801795-96.2018.8.14.0006, ajuizado pelos mutuários e ocupantes da unidade residencial adquirida pela parte acionante;considerandoque o julgamento improcedente desta demanda e daquela também proposta pelos mutuários implicará a manutenção dostatus quoda relação contratual até então havida entre as partes, o que se estende, inclusive, para a manutenção dos pagamentos efetuados pela própria parte acionante em decorrência da aquisição efetuada no leilão extrajudicial,indefiro o pedido de levantamentoformulado pela parte acionante por entender que é a medida que melhor acautela os interesses em conflito.2. Por não vislumbrar a necessidade e urgência da medida,indefiroo pedido formulado pela parte AUTORA, às fls. 403, para bloqueio do valor de R$60.000,00 nas contas da parte RÉ, sob a alegação do arbitramento de multa em face do suposto descumprimento da medida liminar deferida às fls. 296/298. Inconformado com a decisão, o agravante interpôs o presente recurso alegando que a decisão agravada merece ser reformada, pois conforme com o que se observa nos autos do processo nº 0801795-96.2018.8.14.0006, foi reconhecida a purgação da mora, mesmo que tenha sido em caráter de tutela de urgência, o que demonstra impossibilidade jurídica da alienação em leilão e a consequente arrematação feita pelo recorrente.Afirma, que possui nos autos documentos em que demonstram que a própria leiloeira que realizou o leilão em que o recorrente arrematou o bem imóvel que se encontra sob litigio, informou oficialmente através de e-mail que tornou sem efeito o leilão realizado, logo todos os atos realizados nele não possuem mais validade.Alega, que todos os elementos autorizadores da concessão da tutela antecipada recursal estão exaustivamente comprovados, bem como a presença da probabilidade do direito está comprovada na medida em que o leilão foi realizado contrariando a decisão judicial proferida nos autos do processo nº 0801795-96.2018.8.14.0006, ordenando a suspensão de todo e qualquer leilão do imóvel arrematado.Aduz ainda, que houve quebra de boa-fé pela parte ora agravada, uma vez que foi devidamente intimada da decisão que determinou a suspensão do leilão, dias antes da realização indevida do leilão, permitindo que o agravante efetuasse o pagamento da arrematação do imóvel em confronto com a decisão judicial.Por fim, finaliza afirmando que resta comprovado o periculum in mora, pois o recorrente esta privado desde março de 2018 de suas economias, logo não pode o recorrente ficar sem os seus recursos, sem imóvel e ainda ter quer aguardar a finalização de uma longa tramitação processual. É o breve relato.Autoriza o art. 1.019, I, que o relator, ao receber o agravo de instrumento no Tribunal, ?poderá atribuir efeito suspensivo ao recurso, ou deferir, em antecipação de tutela, total ou parcialmente, a pretensão recursal, comunicando ao Juiz sua decisão?.Para a concessão da tutela antecipada do agravo, como requer o agravante, obrigatório se faz o preenchimento dos requisitos estatuídos no art. 300, do CPC, a saber:Art. 300 do CPC: ?A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco de resultado útil do processo.?Analisando o dispositivo, Daniel Amorim Assumpção Neves[1]nos ensina a respeito da probabilidade do direito que: ?(...) É natural que o convencimento do juiz para a concessão da tutela de urgência passa pela parte fática da demanda, já que o Juiz só aplicará o direito ao caso concreto em favor da parte se estiver convencido, ainda quem em um juízo de probabilidade, da veracidade das alegações de fato da parte (...). (...) É natural que, nesse caso, as alegações de fato sejam verossímeis, ou seja, que sejam aparentemente verdadeiras em razão das regras de Experiência?.No que se refere ao segundo requisito, qual seja o perigo de dano ou o risco de resultado útil do processo, a doutrina dispõe que (Amorim apud Dinamarca) ? (...) Caberá à parte convencer o juiz de que, não sendo protegida imediatamente , de nada adiantará uma proteção futura, em razão do perecimento de seu direito. Analisando detidamente os autos, verifico ausentes os requisitos necessários para a concessão da tutela pleiteada, pois, entendo inexistir ainda nos autos cópia da ata que deu por cancelado o leilão de arrematação do bem imóvel arrematado pelo recorrente, o que se tem apenas no presente recurso, é a cópia do diálogo que o requerente teve com a Srª Jaqueline Barros, responsável pela organização do leilão, afirmando que:?já foi feito a Ata de leilão prejudicado referente a sua arrematação, e encaminhada para o banco?. Desta forma, mostra-se neste momento que a apresentação desta Ata mencionada pela Srª Jaqueline Barros é indispensável para a comprovação da probabilidade do direito do recorrente.

Outrossim, o perigo de dano ou o risco de resultado útil do processo não se revelam presentes, pois os valores investidos pelo recorrente na arrematação do leilão já estão devidamente depositados em juízo, afastando o perigo de lesão do agravante de não reaver esses valores no julgamento final da ação principal. Sendo assim, antes os fatos expostos e a ausência dos requisitos necessários para o deferimento do presente recurso, indefiro o pedido de efeito suspensivo, mantendo a decisão agravada em todos os seus termos, até o julgamento final de mérito deste recurso. Intime-se a parte agravada para que no prazo de 15 dias ofereça resposta, conforme o art. 1.019, II, sendo-lhe facultado juntar cópias das peças que reputar convenientes. Belém, 29 de maio de 2019. DESA.GLEIDE PEREIRA DE MOURARelatora[1]MANUAL DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL. VOLUME ÚNICO. 8ª edição. Editora JusPodivm. P. 430/431.

Número do processo: 0004845-85.2018.8.14.1875 Participação: APELANTE Nome: PEDRO SILVA DA FONSECA Participação: ADVOGADO Nome: DIORGEO DIOVANNY STIVAL MENDES DA ROCHA LOPES DA SILVAOAB: 12614/PA Participação: APELADO Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO.APELAÇÃO CÍVEL N. º 0004845-85.2018.8.14.1875JUÍZO DE ORIGEM: VARA ÚNICA DE SÃO JOÃO DE PIRABAS.APELANTE: PEDRO SILVA DA FONSECAAdvogado: Dr. Diorgeo Diovanny Stival Mendes da Rocha Lopes da Silva, OAB/PA N. 12.614.APELADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.RELATORA: Desª. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO. DECISÃO MONOCRÁTICA 1- O CPC/15 instituiu o juízo de admissibilidade recursal único da apelação (art. 1.010, § 3º), razão pela qual não poderia o juízoa quousurpar a competência do Relator (juízoad quem) para tal análise (ID 1887673, fl. 48), hipótese que autorizaria inclusive a interposição de Reclamação para preservar a competência do Tribunal, nos termos do art. 988, inciso I, do CPC/15;2- Em todo caso, não tendo sido interposta nenhuma medida pelas partes, hei por bem realizar o juízo positivo de admissibilidade, eis que vislumbro presentes os pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos;1- Recebo o recurso de apelação manejado porPEDRO SILVA DA FONSECA(ID 1887672, fls. 36-45) em seu efeito devolutivo e suspensivo (CPC, art. 1.012,caput).2- Extrai-se da análise dos autos que a parte ré/ora apelada sequer foi citada, razão pela qual deixo de determinar sua intimação para apresentar contrarrazões;3- Transcorrido o prazo para interposição de eventual recurso, retornem os autos conclusos. Belém, 28 de junho de 2019. Desa. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora

Número do processo: 0001640-71.2005.8.14.0028 Participação: APELANTE Nome: ODETE SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MIKAIL MATOS FERREIRAOAB: 27794/PA Participação: APELADO Nome: MARIA EDILEUZA MACIEL SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: ALLAN AUGUSTO LEMOS DIASOAB: 89 Participação: APELADO Nome: FELIX PEREIRA DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: ALLAN AUGUSTO LEMOS DIASOAB: 89ÓRGÃO JULGADOR:1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAUTOS Nº:0001640-71.2005.814.0028 CLASSE:RECURSO DE APELAÇÃOJUÍZO DE ORIGEM:2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁAPELANTE:ODETE SILVAAPELADA:MARIA EDIELEUZA MACIEL SOUZAAPELADO:FELIX PEREIRA DE SOUZARELATORA:DESA. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos os autos 1 - Em sede de juízo de admissibilidade recursal único (art. 1.010, § 3º do CPC), verifico,a priori, a presença dos pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos, razão porque RECEBO o presente apelo nos efeitosdevolutivoesuspensivo(art. 1.012,caputCPC[1]);2 - Transcorrido o prazo para interposição de eventual recurso, retornem os autos conclusos, uma vez que já houve apresentação de contrarrazões nos autos;3 - Intimem-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. Desa.MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora [1]Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.§ 1oAlém de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que:I - homologa divisão ou demarcação de terras;II - condena a pagar alimentos;III - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado;IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem;V- confirma, concede ou revoga tutela provisória;VI - decreta a interdição. (Destaquei)

Número do processo: 0052431-29.2014.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL Participação: ADVOGADO Nome: DAVID SOMBRA PEIXOTOOAB:

24346/PA Participação: APELADO Nome: ESPOLIO DE LUIZ PAULO LEAL DA GAMA MALCHER Participação: ADVOGADO Nome: CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHOOAB: 3312/PAÓRGÃO JULGADOR:1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAUTOS Nº:0052431-29.2014.814.0301CLASSE:RECURSO DEAPELAÇÃOJUÍZO DE ORIGEM:11ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉMAPELANTE:COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASILAPELADO:ESPÓLIO DE LUIZ PAULO LEAL DA GAMA MALCHERRELATORA:DESA. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DESPACHOVistos os autos.Compulsando os autos, verifica-se que a parte recorrente, quando da interposição do presente recurso, acostou o boleto referente ao preparo(Id. 1879083, págs. 23/24), entretanto, não juntou o relatório de contas do processo, emitido pela Unidade de Arrecadação Judiciária ? UNAJ.Como cediço, este Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por meio da UNAJ, com fundamento no que determina o Provimento n.º 5/2002, de 11 de setembro de 2002, da Corregedoria Geral de Justiça deste Tribunal, em seus artigos 4º, inciso I, 5º e 6º, coloca à disposição dos interessados um demonstrativo referente ao pagamento do recurso, identificando, de maneira clara, o número do processo e a classe.Destarte, o demonstrativo acima referenciado é documento essencial para fins de comprovação do preparo, tendo em vista que além de identificar os valores a serem pagos, informa o número do processo e do boleto bancário que se vinculam ao cálculo realizado, devendo ser obrigatoriamente juntado aos autos. É pacífico entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará no sentido de que a ausência do mencionado relatório de contas importa na deserção do recurso, conforme é possível citar, exemplificativamente, o aresto abaixo:EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL CONVERTIDO EM AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ANTE A AUSÊNCIA DE PREPARO. COMPROVANTE DO PREPARO RECURSAL DESACOMPANHADO DA CONTA DE PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA POSTERIOR. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Deve o recorrente, no momento da interposição do recurso, comprovar o preparo recursal, sob pena de deserção, consoante inteligência do art. 511 CPC/73 c/c artigos 4º a 6º do Provimento nº 005/2002 da C.G.J./TJPA 2. O regular recolhimento do preparo somente se prova mediante a integralidade da documentação, o que inclui o relatório da conta do processo, emitido pela Unidade de Arrecadação Judicial - UNAJ, sem o qual não há como aferir se os valores informados e pagos mantêm relação com a apelação interposta. 3. O relatório da conta do processo é documento indispensável para demonstrar os valores das custas judiciais a serem pagas, além de identificar o número do processo e o boleto bancário gerado. 4. Agravo interno conhecido e improvido. 5. À unanimidade. (2016.05141272-20, 169.758, Rel. MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, Órgão Julgador 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA, Julgado em 2016-12-19, Publicado em 2017-01-10) (Destaquei) Sucede que o Código de Processo Civil de 2015, aplicável na espécie, já que a decisão agravada foi publicada após sua entrada em vigor, trouxe inovação processual, possibilitando a intimação do advogado para suprir a falta referente a comprovação do recolhimento do preparo, nos termos do artigo 1.007, §§ 2º e 4º do diploma processual vigente.Outrossim, considerando que a parte recorrente não realizou a devida comprovação do preparo no ato de interposição do recurso, torna-se imprescindível o recolhimento em dobro, conforme determina o artigo 1.007, § 2º do Código de Processo Civil[1].Desse modo,intime-se a parte Recorrente, a fim de, no prazo legal, acostar o relatório de contas capaz de completar a documentação necessária para comprovar o preparo do recurso, bem como comprovar o recolhimento do referido preparo em dobro, sob pena de deserção.Após, retornem-me os autos conclusos.Belém/PA, 28 de junho de 2019. Desa.MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora[1]Art. 1.007. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção. (...)§ 2º A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias.(Destaquei)

Número do processo: 0000887-83.2017.8.14.0046 Participação: APELANTE Nome: BANCO SEMEAR S.A. Participação: ADVOGADO Nome: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHOOAB: 96864 Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANA MARTINS PINTOOAB: 21599/PA Participação: APELADO Nome: ANTONIETA FERREIRA DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: PATRICIA LOPES SEVEROOAB: 10403/PA PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁDESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOJUÍZO DE ORIGEM: 3ª VARA CÍVEL DE MARABÁ.APELAÇÃO (198) Nº: 0000887-83.2017.8.14.0046APELANTE: BANCO SEMEAR S.A.Advogado(s) do reclamante: LUCIANA MARTINS

PINTO, FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHOAPELADO: ANTONIETA FERREIRA DE OLIVEIRAAdvogado(s) do reclamado: PATRICIA LOPES SEVERODesembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DECISÃO MONOCRÁTICATrata-se da análise de admissibilidade do recurso deApelação(ID 1660064) interposto porBANCO SEMEAR S/A, em face de sentença (ID 1605867) proferida nos autos da Ação ajuizada porANTONIETA FERREIRA DE OLIVEIRA.Conheço da Apelação, eis que presentes os pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade do recurso, já que tempestiva, adequada e acompanhada do comprovante do recolhimento do preparo recursal.Quanto ao capítulo da sentença que concedeu liminar em favor da autora, ora apelada, recebo o recuso de Apelação em seu efeito devolutivo, nos termos do artigo 1.012, § 1º, V, do Código de Processo Civil.Quanto aos demais capítulos da sentença, recebo o recurso de Apelação em seu duplo efeito, nos termos do artigo 1.012,caput, do Código de Processo Civil.Considerando que a parte apelada já apresentou Contrarrazões ao recurso de Apelação,intimem-se as partes acerca do teor da presente decisão.Transcorrido o prazo para interposição de eventual recurso, retornem os autos conclusos.Belém, 28 de junho de 2019. DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora

Número do processo: 0804322-39.2018.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: RAEL VERAS CORREA Participação: ADVOGADO Nome: ARY FREITAS VELOSOOAB: 6635/PA Participação: ADVOGADO Nome: TYCIA BICALHO DOS SANTOSOAB: 14972/PA Participação: AGRAVADO Nome: EDNALDO COLARES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: PRISCILLA MARTINS DE PAULAOAB: 20706/PAPROCESSO Nº 0804322-39.2018.814.00001ª TURMA DE DIREITO PÚBLICOAGRAVO DE INSTRUMENTOCOMARCA DE PARAGOMINASAGRAVANTE: SUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS, RAEL VERAS CORREAAdvogado (a): Dr. Ary Freitas Veloso ? OAB/PA nº 6835AGRAVADO: EDNALDO COLARES DA SILVAAdvogado (a): Dra. Priscilla Martins de Paula ? OAB/PA nº 20.706RELATORA: DESA. CÉLIA REGINA DE LIMA PINHEIRO AGRAVO DE INSTRUMENTO.AÇÃO MANDAMENTAL. PROLAÇÃO DE SENTENÇA.PERDA DE OBJETO.DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. ART. 932, III, do CPC/2015.1 - O decreto jurisdicional que julga o feito, abrangendo o inconformismo recursal interlocutório, implica na falta de motivação que baseava o interesse de reforma da tutela provisória.2 - Em sendo assim, prolatada a sentença, o Agravo de Instrumento, que tem por objeto a reforma da decisão proferida em primeiro grau, perde o seu objeto, ficando assim prejudicado o recurso.3 - Agravo de Instrumento prejudicado. Não conhecimento, nos termos do art. 932, III, do CPC/2015. DECISÃO MONOCRÁTICATrata-se deAgravo de Instrumento compedido de efeito suspensivo(Id 669128, pg. 1-19)interposto peloSUPERINTENDENTE DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS, Sr. Rael Veras Correa, contra decisão proferida pelo Juízo de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Paragominas, nos autos do Mandado de Segurança impetrado porEdnaldo Colares da Silva- Processo nº 0005973-22.2018.814.0039, que deferiu a liminar pleiteada para suspender o Ato Administrativo nº 003/2018 e determinar à autoridade coatora que proceda ao pagamento da remuneração do impetrante tal qual vinha sendo realizado antes do ato administrativo, sob pena de multa pessoal contra a autoridade coatora equivalente ao dobro do valor descontado para cada vencimento sem o pagamento da parcela referente à gratificação por classe especial.Indeferido o efeito suspensivo (Id. 718482 - Págs. 1-3).Contrarrazões (Id.772671 - Págs. 1-10).Manifestação do Ministério Público (Id.811641 - Págs. 1-4).RELATADO DECIDO.O agravo de instrumento fora interposto contra decisão do Juízo ?a quo? que deferiu liminar nos autos da ação mandamental (proc. nº.0005973-22.2018.814.0039), determinando a suspensão do Ato Administrativo nº 003/2018 e ainda que a autoridade coatora proceda ao pagamento da remuneração do impetrante tal qual vinha sendo realizado antes do ato administrativo, sob pena de multa pessoal contra a autoridade coatora equivalente ao dobro do valor descontado para cada vencimento sem o pagamento da parcela referente à gratificação por classe especial.Em pesquisa no sistema Libra, verifico que em 05/04/2019, foi prolatada sentença de mérito no feito originário, o que acarreta a perda superveniente de interesse recursal quanto a eventual falta de análise da liminar requerida. Por oportuno, transcrevo o dispositivo da sentença:Desta forma, concedo, parcialmente, a ordem de segurança, para que o Impetrante continue a receber a remuneração básica mais vantagens pessoais, enquanto exercer o mandato classista.Confirmo a liminar concedida e determino que a Administração Pública se abstenha de descontar dos proventos, do Impetrante, os valores, efetivamente, já pagos ao servidor (incluindo o valor de R$70.151,76 -setenta mil, cento e cinquenta e um reais e setenta e seis centavos).Sem custas. Portanto, evidenciado a perda do interesse recursal, uma vez que, o agravante tem por desiderato com o

presente recurso a reforma da decisão agravada que deferiu a liminar nos autos do processo original.Destarte, ante o desaparecimento do interesse do agravante no prosseguimento do recurso, dada a ausência superveniente do seu objeto, o julgamento do mérito do agravo está prejudicado conforme dispõe o artigo 932, III do CPC/2015:Art. 932. Incumbe ao relator:(...)III - não conhecer de recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida.Nessa trilha:AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREJUDICIALIDADE. Tendo o juízo a quo proferido sentença nos autos do processo de origem, é caso de perda do objeto recursal. AGRAVO DE INSTRUMENTO PREJUDICADO. (Agravo de Instrumento Nº 71007030083, Segunda Turma Recursal da Fazenda Pública, Turmas Recursais, Relator: Rosane Ramos de Oliveira Michels, Julgado em 10/07/2018)Ante o exposto, nos termos do art. 932, III do CPC/2015, não conheço do Agravo de Instrumento, por estar prejudicado face a perda superveniente do interesse recursal, tendo em vista a prolação de sentença pelo Juízoa quo.Servirá a presente decisão como mandado/ofício, nos termos da Portaria nº 3731/2015-GP.Publique-se. Intime-seBelém-PA, 25 de JUNHO de 2019. DesembargadoraCÉLIAREGINA DE LIMAPINHEIRORelatora

Número do processo: 0801622-56.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: P. C. F. P. D. S. T. Participação: ADVOGADO Nome: BERNARDO DE SOUZA MENDESOAB: 14815/PA Participação: AGRAVADO Nome: T. G. C. D. M. Participação: ADVOGADO Nome: LANNA PATRICIA JENNINGS PEREIRA E SILVAOAB: 010857/PAÓRGÃO JULGADOR:1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAUTOS Nº:0801622-56.2019.814.0000CLASSE:RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTOAUTOS ORIGINÁRIOS Nº:0841060-30.2017.814.0301AGRAVANTE:P. C. F. P. S. T.AGRAVADO:T. G. C. M.RELATORA:DESA. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DECISÃO MONOCRÁTICAVistos os autos.Trata-se deAGRAVO DE INSTRUMENTOCOM PEDIDO DE EFEITO SUSPENSIVO,interposto porPAULO CEZAR FIGUEIREDO PINTO DA SILVA TORRES,nos autos de Ação de Alimentos proposta porM. C. M. T., representada processualmente por sua genitoraTHAIS GUIMARÃES CAVALEIRO DE MACÊDO,diante do inconformismo com decisão interlocutória proferida pelo Juízo de Direito da 2ª Vara de Família de Belém/PA,que indeferiu pedido incidental do agravante objetivando a não inclusão da parcela relativa ao Programa de Participação no Resultado (P.P.R) sobre a base de cálculo da prestação alimentícia (Id. 14.61392).Através do petitório de Id. 1884425, a parte recorrente formalizou pedido de extinção do presente recurso, pelo julgamento da ação originária.Brevemente Relatados.Decido.Pois bem, vislumbra-se,prima facie, que durante o trâmite do presente recurso sobreveio a sentença do juízo de origem (Id. 1884431), fato que esvazia o objeto do presente feito.Nessa toada, a manifesta prejudicialidade do recurso, tal como na espécie, permite decisão monocrática, de modo que deve ser aplicada ao caso concreto a hipótese do art. 932 III, do Código de Processo Civil:Art. 932. Incumbe ao relator:(...)III ? não conhecer de recurso inadmissível,prejudicadoou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida (Destaquei)À vista do exposto, DEIXO DE CONHECER DO PRESENTE RECURSO, porquanto manifestamente prejudicado, nos termos da fundamentação, devendo, de tudo, serem cientificados as partes e o Juízo de Origem,podendo servir a presente decisão como mandado/ofício, nos termos da Portaria nº 3.731/2015 - GP.Belém/PA,28de junho de 2019. Desa.MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora

Número do processo: 0800241-13.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRAOAB: 17515/PA Participação: AGRAVADO Nome: XINGUARA INDUSTRIA E COMERCIO S/A - EM RECUPERACAO JUDICIALSECRETARIA ÚNICA DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO ? 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO AGRAVO DE INSTRUMENTO N.º 0800241-13.2019.8.14.0000AGRAVANTE: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. ? CELPAADVOGADO(A): ANDRÉ LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA ? OAB/PA 17.515AGRAVADO: XINGUARA INDUSTRIA E COMERCIO S/AADVOGADO(A): FABIANA KARLA CAVALCANTI FARES, INSCRITA ? OAB/PE 20.586RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DECISÃO MONOCRÁTICA 1. RelatórioTrata-se de Agravo de Instrumento interposto por CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. ? CELPA, em face de decisão interlocutória, proferida nos autos da Medida Cautelar de Natureza Antecedente (Processo n.º 0800712-62.2018.8.14.0065) ajuizada por XINGUARA INDUSTRIA E COMERCIO S/A, que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela pretendidos pela autora, ora agravada,

nos seguintes termos:Pelo exposto, com fulcro nos artigos 301 e 303, ambos do Código de Processo Civil, 'inaudita altera pars', antecipo parcialmente os efeitos da tutela final, isto em caráter antecedente, para determinar que as Centrais Elétricas do Pará, no prazo de 24h, proceda o restabelecimento do fornecimento de energia elétrica referente à conta contrato n. 50155960, de titularidade da Xinguara Indústria e Comércio, não podendo promover nova interrupção do serviço, em decorrência do consumo e demais débito lançados na fatura de 08-2018, até a data de 11-12-2018. Coube-me o feito por distribuição.Por meio da decisão monocrática de ID 1756505, indeferi os pedidos de efeito suspensivo ao presente recurso e de concessão de tutela de evidência.Ademais, determinei a intimação da parte agravante para se manifestar acerca da perda superveniente do objeto do presente recurso, em razão de a decisão agravada versar exclusivamente sobre a obrigatoriedade de restabelecimento e impossibilidade de interrupção do fornecimento do serviço de energia elétrica em razão dos débitos constantes na fatura de 08/2018, a qual já havia sido adimplida pela agravada, com pagamento reconhecido pela agravante nos autos do processo originário.A parte agravante, em petitório de ID 1803815, reconheceu a ocorrência da perda do objeto recursal e requereu que o presente recurso de Agravo de Instrumento fosse julgado prejudicado.É o breve relatório.Decido.No presente caso, constatei que a decisão interlocutória agravada possuía como determinação o restabelecimento no fornecimento de energia elétrica à recorrida, bem como o impedimento de promover nova interrupção do serviço apenas em razão dos débitos lançados na fatura de 08/2018.Ocorre que, analisando os autos eletrônicos do processo originário, verifiquei que a supracitada fatura de 08/2018 já havia sido paga pela agravada, inclusive tendo a recorrente admitido que teria dado baixa em seu sistema do débito em comento, restando, portanto, exaurido o objeto do presente Agravo de Instrumento.Do mesmo modo, verifiquei que o Juízo de 1º Grau não limitou o direito da recorrente em realizar novas suspensões do fornecimento de energia elétrica em razão de outros débitos que não corresponderiam àquele constante na fatura de 08/2018.Outrossim, a própria agravante reconheceu a ocorrência de perda do objeto do presente recurso, por meio da mencionada petição de ID 1803815.Assim, pelos motivos supracitados,NÃO CONHEÇO do recurso de Agravo de Instrumento, nos termos do artigo 932, III, do Código de Processo Civil, por ter restado prejudicado, ante a perda superveniente do objeto recursal.Dê-se ciência ao juízo prolator da decisão agravada.P.R.I.C.Belém, 28 de junho de 2019. DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora

Número do processo: 0808815-59.2018.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: M. CHIARA MOREIRA DE MELO CRUZ - EPP Participação: ADVOGADO Nome: PAMELA FALCAO CONCEICAOOAB: 237 Participação: ADVOGADO Nome: JEAN CARLOS DIASOAB: 00000A Participação: ADVOGADO Nome: ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOSOAB: 6803000A/PA Participação: AGRAVANTE Nome: A G ARMAZENAGEM DE PRODUTOS EIRELI - ME Participação: ADVOGADO Nome: JEAN CARLOS DIASOAB: 00000A Participação: ADVOGADO Nome: ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOSOAB: 6803000A/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAMELA FALCAO CONCEICAOOAB: 237 Participação: AGRAVANTE Nome: GASMEDIN - REPRESENTACAO COMERCIAL LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: PAMELA FALCAO CONCEICAOOAB: 237 Participação: ADVOGADO Nome: JEAN CARLOS DIASOAB: 00000A Participação: ADVOGADO Nome: ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOSOAB: 6803000A/PA Participação: AGRAVADO Nome: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA. Participação: ADVOGADO Nome: CAMILA SANTOS DE MESQUITAOAB: 179313/RJ Participação: ADVOGADO Nome: DIEGO OLIVEIRA BARBATIOAB: 145873/RJ Participação: ADVOGADO Nome: CASSIO CHAVES CUNHAOAB: 12268/PAPODER JUDICÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁSECRETARIA ÚNICA DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADOATO ORDINATÓRIONo uso de suas atribuições legais, a UPJ das Turmas de Direito Público e Privado intima o interessado a, querendo, oferecer contrarrazões ao Agravo Interno interposto nos presentes autos no prazo de 15 (quinze) dias,a teor do que estabelece o § 2º do art. 1.021 do Código de Processo Civil de 2015.Belém, 28 de junho de 2019

Número do processo: 0803300-09.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: NORAUTO RENT A CAR LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ROLF EUGEN ERICHSENOAB: 013922/PA Participação: AGRAVADO Nome: VALE S.A. Participação: ADVOGADO Nome: FABIO BRITO GUIMARAESOAB: 15232/PA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO BRASIL DE CARVALHOOAB: 9665/PA Participação: ADVOGADO Nome: KAUE OSORIO AROUCKOAB: 12766/PA1ª TURMA DE DIREITO

PRIVADO.AGRAVO INTERNO NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 0803300-09.2019.8.14.0000.COMARCA DE BELÉM - PA (11ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL).AGRAVANTE: NORAUTO RENT A CAR LTDA.ADVOGADO:ROLF EUGEN ERICHSEN.AGRAVADO: VALE S.A.ADVOGADO:BRUNO BRASIL DE CARVALHORELATORA: Desª. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO. D E S P A C H O Vistos etc. À Secretaria da UPJ para que certifique o recolhimento do preparo, consoante a Lei Estadual nº 8.583/2017, que no § 10 do seu art. 33 implementou a cobrança de custas para a interposição de Agravo Interno. Não tendo sido recolhido, determino a intimação do agravante, na pessoa de seu advogado, para que recolha o preparo recursal em dobro, sob pena de deserção, nos termos do art. 1.007, § 4º do CPC/15. Cumpra-se. Belém - PA, 28 de junho de 2019. Desa.MARIA DO CÉOMACIELCOUTINHORelatora

Número do processo: 0804593-14.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: MARCOS PAULO MORAIS DE LIRA Participação: ADVOGADO Nome: SAMUEL LIMA SALES JUNIOROAB: 20749/PA Participação: AGRAVADO Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOJUÍZO DE ORIGEM: 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRAAGRAVO DE INSTRUMENTO Nº: 0804593-14.2019.8.14.0000AGRAVANTE: MARCOS PAULO MORAIS DE LIRAAdvogados: Dr. Samuel Lima Sales Junior, OAB/PA 20.749.AGRAVADO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.Advogado: Dr. Antônio Braz da Silva, OAB/PA 20.638-A.RELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DESPACHONão obstante, o ora agravante ter se mantido inerte (vide Certidão no ID 1888358, fl. 27) diante do despacho do ID 1824286, fl. 25, datado de 7/6/2019, que determinou a apresentação de documentação capaz de demonstrar a tempestividade do presente recurso, tendo em vista haver dúvida quanto a efetiva data de sua citação nos autos de primeiro grau, tenho que a certidão emitida nos autos de primeiro grau (Processo PJE nº 0800462-78.2019.8.14.0005) - ID 10978452, fl. 131, datada de 12/6/2019, portanto, posterior àquele despacho, sana qualquer dúvida quanto a tempestividade deste recurso, já que atesta ter sido ?o requerido foi citado da decisão de ID 8764040, conforme devolução de mandado ID 10378470, pelo Oficial de Justiça em 16/05/2019?,o que ensejaria o termo final para interposição do recurso para o dia 6/6/2019, logo, patente sua tempestividade, vez que manejado em 5/6/2019.Ultrapassada, essa preliminar, ainda, resta analisar a questão do preparo.Examinando os presentes autos eletrônicos, verifica-se que o recorrente não requereu expressamente a concessão do benefício da justiça gratuita nem comprovou o recolhimento do preparono ato de interposição do recurso.Assim, em obediência ao§4º do art. 1.007 do CPC,DETERMINOa intimação do agravante, na pessoa de seu advogado, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, realize o recolhimentoem dobro,sob pena de deserção.À UPJ para os devidos fins de direito.Belém, 28 de junho de 2019. Desa. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO Relatora

Número do processo: 0016587-78.2002.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: MARCOS COELHO PANTOJA Participação: ADVOGADO Nome: CRISTOVINA PINHEIRO DE MACEDOOAB: 5949 Participação: APELADO Nome: JOSE DE LIMA NUNES Participação: ADVOGADO Nome: MARIA DE NAZARE RAMOS NUNES DOS SANTOSOAB: 10383/PA1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO.APELAÇÃO CÍVEL N. º 0016587-78.2002.8.14.0301JUÍZO DE ORIGEM: 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉMAPELANTE: MARCOS COELHO PANTOJAAdvogada: Dra. Cristovina Pinheiro de Macedo, OAB/PA nº 5949.APELADO: JOSE DE LIMA NUNESAdvogada: Dra. Maria de Nazaré Ramos Nunes dos Santos, OAB/PA nº 10.383.RELATORA: Desª. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO. DECISÃO MONOCRÁTICA 1- Em juízo de admissibilidade recursal único (CPC, art. 1.010, § 3º), verifico a priori a presença dos pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos no recurso de apelação interposto porMARCOS COELHO PANTOJA(ID 1842106, fls. 326- 335) devidamente contrarrazoadas no ID 1842107, fls. 342-351.2- Recebo o recurso de apelação manejado em seus efeitos devolutivo e suspensivo (CPC, art. 1.012,caput).3- Transcorrido o prazo para interposição de eventual recurso, retornem os autos conclusos. Publique-se e intimem-se.Belém, 28 de junho de 2019. Desa. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora

Número do processo: 0036500-88.2011.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: MARIA CRISTINA DA

SILVA MAGALHAES BARBOSA Participação: APELADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIROOAB: 12436/PAÓRGÃO JULGADOR:1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAUTOS Nº:0036500-88.2011.814.0301CLASSE:RECURSO DE APELAÇÃOJUÍZO DE ORIGEM:5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉMAPELANTE:MARIA CRISTINA DA SILVA MAGALHÃESAPELADA:CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A. ? CELPARELATORA:DESA. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos os autos. 1. Em sede de juízo de admissibilidade recursal único (art. 1.010, § 3º do CPC), verifico,a priori, a presença dos pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos;2. Recebo o presente recurso noefeito devolutivoapenas em relação ao capítulo da sentença (Id. 1707318) atinente à impossibilidade de suspensão do fornecimento de energia elétrica, eis que confirmou a liminar deferida nesse mesmo sentido (Id. 1707259);3. Quanto ao mais, recebo o presente recurso noefeito suspensivo;4. Transcorrido o prazo para interposição de eventual recurso, retornem os autos conclusos para julgamento, uma vez que já houve apresentação de contrarrazões, (Id. 1707326);5. Intimem-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. Desa.MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora

Número do processo: 0071029-68.2015.8.14.0051 Participação: APELANTE Nome: BANCO RURAL S.A - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PA Participação: APELADO Nome: MARCELO AUGUSTO FARIAS FERREIRA Participação: ADVOGADO Nome: RAIMUNDO HELIO SERRA SOUSAOAB: 9483/PA PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁDESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAPELAÇÃO Nº: 0071029-68.2015.8.14.0051APELANTE: BANCO RURAL S.A - EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIALAdvogado: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESAPELADO: MARCELO AUGUSTO FARIAS FERREIRAAdvogado: RAIMUNDO HELIO SERRA SOUSADesembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHODECISÃO 1- Em juízo de admissibilidade recursal único (CPC, art. 1.010, § 3º), verificoa prioria presença dos pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos, já existindo contrarrazões tempestivas nos autos;2- Recebo os apelos apenas em seu efeito devolutivo no capítulo da sentença que confirmou a tutela provisória (CPC/15, art. 1.012, § 1º, V), e no duplo efeito em relação aos demais (CPC/15, art. 1.012,caput);3- Transcorrido o prazo para interposição de eventual recurso, retornem os autos conclusos. Publique-se e intimem-se.Belém, 28 de junho de 2019. Desa.MARIA DOCÉO MACIELCOUTINHORelatora

Número do processo: 0026792-14.2011.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: RAFAEL TOMEDI Participação: ADVOGADO Nome: ALEX LOBATO POTIGUAROAB: 3570 Participação: APELADO Nome: FABIOLA COELHO DE ARAUJO Participação: ADVOGADO Nome: HAROLDO GUILHERME PINHEIRO DA SILVAOAB: 95 Participação: ADVOGADO Nome: DJARIAN FREDSON COSTA CARNEIROOAB: 8494/PA PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁDESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAPELAÇÃO (198) Nº: 0026792-14.2011.8.14.0301APELANTE: RAFAEL TOMEDIAdvogado: ALEX LOBATO POTIGUARAPELADO: FABIOLA COELHO DE ARAUJOAdvogado: ITA CAVALEIRO DE MACEDO MENDONÇA E OUTROS.Desembargadora MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DECISÃO 1- Em juízo de admissibilidade recursal único (CPC, art. 1.010, § 3º), verificoa prioria presença dos pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos, já existindo contrarrazões tempestivas nos autos;2- Recebo o apelo em seu duplo efeito (CPC, art. 1.012,caput);3- Transcorrido o prazo para interposição de eventual recurso, retornem os autos conclusos. Publique-se e intimem-se.Belém, 28 de junho de 2019. Desa.MARIA DOCÉO MACIELCOUTINHORelatora

Número do processo: 0005653-56.2014.8.14.0024 Participação: APELANTE Nome: ABBRAAO ANDRADE MARTINS Participação: ADVOGADO Nome: JERYKA SANTOS DE ALMEIDAOAB: 21210/PA Participação: APELADO Nome: MARIA DALVA BARROSO CONCEICAO Participação: ADVOGADO Nome: DHEBORA ARAUJO MELLOOAB: 20000A1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAPELAÇÃO CÍVEL

N. 0005653-56.2014.8.14.0024.COMARCA: ITAITUBA/PA.APELANTE:ABRAÃO ANDRADE MARTINS.ADVOGADO(A)(S): JERYKA SANTOS DE ALMEIDA - OAB/PA N. 21.210.APELADO: MARIA DALVA BARROSO CONCEIÇÃO.ADVOGADA:DHEBORA ARAUJO MELLO - OAB/PA N. 13.420.RELATOR: DES. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO. D E C I S Ã O:I. Recebo o recurso de apelação apenas no efeito devolutivo, considerando que a hipótese dos autos se enquadra ao inciso II, do §1º, do art. 1.012, do CPC, e que inexiste qualquer demonstração de motivação excepcional relacionada à probabilidade do direito e ao risco de dano grave que justifique a concessão de efeito suspensivo.II. P.R.I. Oficie-se no que couber.III. Após, conclusos. Belém/PA, 28 de junho de 2019. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO Desembargador ? Relator

Número do processo: 0000402-46.2013.8.14.0039 Participação: APELANTE Nome: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT Participação: ADVOGADO Nome: JOAO BESERRA OLIVEIRA DO NASCIMENTO JUNIOROAB: 0125740A/PA Participação: ADVOGADO Nome: LIANE CARLA MARCIAO E SILVAOAB: 8057000A/PA Participação: ADVOGADO Nome: MONIQUE CASTRO RABELO DE MATTOSOAB: 1331400A/PA Participação: APELADO Nome: JANIRAS LOPES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL MENEGON GONCALVESOAB: 18777/PA1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAPELAÇÃO CÍVEL N. 0000402-46.2013.8.14.0039.COMARCA: PARAGOMINAS/PA.APELANTE(S): EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS - ECT.ADVOGADO(A)(S): JOÃO BESERRA O. DO NASCIMENTO JÚNIOR ? OAB/PA N.12.574. MONIQUE DE CASTRO RABELO ? OAB/PA N. 13.314. LIANE CARLA MARCIÃO E SILVA OAB/PA N. 8.057-BAPELADO(A)(S): JANIRAS LOPES DA SILVA.ADVOGADO(S): RAFAEL MENEGON GONÇALVES ? OAB/PA N. 18.777.RELATOR: DES. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO. D E C I S Ã O:I. Recebo o recurso de apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo, pois não verificada situação prevista no §1º, do art. 1.012, do CPC.II. P.R.I. Oficie-se no que couber.III. Após, conclusos. Belém/PA, 28 de junho de 2019. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO Desembargador ? Relator

Número do processo: 0006742-35.2007.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS AMERICA MULTICARTEIRA Participação: ADVOGADO Nome: CELSO MARCONOAB: 13536/PA Participação: APELADO Nome: EVELY MARIA BENTES LIMA Participação: ADVOGADO Nome: CAROLINE SILVA VARGASOAB: 015943/PA1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAPELAÇÃO CÍVEL N. 0006742-35.2007.8.14.0301.COMARCA: BELÉM/PA.APELANTE: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS AMÉRICA MULTICARTEIRA.ADVOGADO:CELSO MARCON - OAB/MA N. 13.536-A.APELADO: EVELY MARIA BENTES LIMA.ADVOGADO:CAROLINE SILVA VARGAS ? OAB/PA N. 15.943.RELATOR: DES. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO. D E C I S Ã O:I. Recebo o recurso de apelação apenas no efeito devolutivo, considerando que a hipótese dos autos se enquadra no §5º, do art. 3º, do decreto lei 911/69, e que inexiste qualquer demonstração de motivação excepcional relacionada à probabilidade do direito e ao risco de dano grave que justifique a concessão de efeito suspensivo.II. P.R.I. Oficie-se no que couber.III. Após, conclusos. Belém/PA, 28 de junho de 2019. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO Desembargador ? Relator

Número do processo: 0804944-84.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: EVALDO CHAVES PEREIRA Participação: REPRESENTANTE Nome: EBERVALDO CHAVES PEREIRAOAB: null Participação: ADVOGADO Nome: MARCO ANTONIO DE AZEVEDO ALVES MACHADO FILHOOAB: 20000A Participação: ADVOGADO Nome: EMANUEL DE FRANCA JUNIOROAB: 21409/PA Participação: AGRAVADO Nome: TANIA CRISTINA DIASPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁGABINETE DESEMBARGADOR JOSÉ ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIORAGRAVO DE INSTRUMENTO (202): 0804944-84.2019.8.14.0000AGRAVANTE: EVALDO CHAVES PEREIRAREPRESENTANTE: EBERVALDO CHAVES PEREIRANome: EVALDO CHAVES PEREIRAEndereço: Rua W-Dezessete, Promissão, PARAGOMINAS - PA - CEP: 68626-558Nome: EBERVALDO CHAVES PEREIRAEndereço: Rua W-Dezessete, Promissão, PARAGOMINAS - PA - CEP: 68626-558Advogado: EMANUEL DE FRANCA JUNIOR OAB: PA21409-A Endereço: desconhecido

Advogado: MARCO ANTONIO DE AZEVEDO ALVES MACHADO FILHO OAB: 20000A Endereço: Rua Belo Horizonte, 179 B, França & Machado Advocacia, Centro, PARAGOMINAS - PA - CEP: 68626-140AGRAVADO: TANIA CRISTINA DIASNome: TANIA CRISTINA DIASEndereço: Pedro Lorenski, 233, centro, DESCANSO - SC - CEP: 89910-000DESPACHOTrata-se de Agravo de Instrumento com efeito suspensivo (Num.1854156 ? Pág. 1/11) interposto porE.C.P.,representado pelo seu curadorE.C.P.,contra decisão proferida pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Paragominas/PA, nos autos daAÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PEDIDO DE ALIMENTOS COMPESATÓRIOS C/C CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DE BENS C/C TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA(Processo nº 0002287-85.2019.8.14.0039), ajuizada porT.C.D.,ora Agravada,que deferiu pedido liminar que arbitrou alimentos em favor da Agravada, no importe de R$ 7.000,00 (sete mil reais) a ser pago em até 10 (dez) dias após a intimação e, após, a cada 30 (trinta) dias.Alega preliminarmente, o Agravante, que não possui condições de arcar com as custas judiciais, requerendo a concessão da gratuidade recursal.Sobre o assunto, o TJPA atualizou o Enunciado da Súmula nº 6 nos seguintes termos:A alegação de hipossuficiência econômica configura presunção meramente relativa de que a pessoa natural goza de direito ao deferimento da gratuidade de justiça prevista no artigo 98 eseguintes do Código de Processo Civil (2015), podendo ser desconstituída de ofício pelo próprio magistrado caso haja prova nos autos que indiquem a capacidade econômica do requerente. Todavia, não se pode esquecer que cabe ao magistrado verificar a presença dos pressupostos configuradores para a concessão do benefício, podendo fazer isso até de ofício, consoante já firmou o Superior Tribunal de Justiça, por ocasião do julgamento do REsp 323.279/SP: "... ao magistrado é lícito examinar as condições concretas para deferir o pedido de assistência judiciária que só deve beneficiar aos que efetivamente não tenham condições para custear as despesas processuais." O Agravante não juntou em seu recurso, comprovante de pagamento das custas, pois requereu a gratuidade da justiça para o presente recurso, nos termos do art. 99, § 7º do CPC.Alega ainda, que se encontra em situação de dificuldade, uma vez que sua empresa está em situação crítica.Aduz ainda que, além de suas obrigações, como pai, e diante de grandes dificuldades financeiras, não teria ele as condições de efetuar o pagamento das custas do presente recurso, sem prejuízo de seu próprio sustento, por isso, o pedido de deferimento da gratuidade de justiça.No caso, infere-se através da qualificação do presente Agravo que o Agravante é empresário, sendo proprietário da empresa T & J Plano Familiar Eireli ME, e Policial Militar Reformado (Núm. 1854215. Pág. 3-5).Observo nos autos que em Termo de Conciliação realizado em 12/06/2019 no CEJUSC/2ª Vara Cível Da Comarca de Paragominas/PA, o agravante ofertou à Agravada uma pensão mensal no valor de R$ 1.500 (hum mil e quinhentos reais), transferência de imóvel avaliado em R$ 100.000,00 (cem mil reais), e, ainda, R$ 15.000,00 (quinze mil reais), sendo R$ 10.000,00 (dez mil reais) em dinheiro e dois cheques no valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), cada um no prazo de 30 e 60 dias respectivamente (Núm. 1854261 ? Pág. 31).Diante disso, há documentos nos autos que evidenciam a ausência dos requisitos que caracterizam o estado de hipossuficiência do Agravante, fazendo necessário a aplicação do disposto no §2º do art. 99 do CPC, devendo o Agravante trazer aos autos comprovantes de que preenche os pressupostos legais para a concessão do benefício requerido.Outrossim, não restou comprovado aos autos a tempestividade do recurso, uma vez ausente a certidão de intimação do Agravante, ou outro documento oficial que o comprove, conforme regra do art. 1.017, I, do CPC.Diante disso, INTIME-SE o Agravante para que, no prazo de 5 (cinco) dias apresente, documentos que comprovem sua hipossuficiência, ou, se assim quiser, faça o pagamento das custas recursais, nos termos do art. 99, §§2º c/c art. 932, Parágrafo único do CPC, sob pena de indeferimento da gratuidade recursal pleiteada, bem como a certidão de sua intimação, ou outro documento oficial que comprove a tempestividade do recurso.Após retornem os autos conclusos. Belém/PA, 28 de junho de 2019. JOSÉ ROBERTOPINHEIRO MAIABEZERRAJÚNIORDESEMBARGADOR- RELATOR

Número do processo: 0012659-59.2014.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: FRANCISCO JOSE ARAUJO SILVA Participação: ADVOGADO Nome: NILSON PAIXAO GOMESOAB: 7683/PA Participação: APELANTE Nome: ANGELO DA GAMA ASSUNCAO Participação: ADVOGADO Nome: VICTOR TADEU DE SOUZA DIASOAB: 8045/PA Participação: APELADO Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL SGANZERLA DURANDOAB: 16637/PAAPELAÇÃO (198) Nº: 0012659-59.2014.8.14.0301APELANTE: FRANCISCO JOSE ARAUJO SILVA, ANGELO DA GAMA ASSUNCAOAdvogado(s): VICTOR TADEU DE SOUZA DIASAPELADO: BANCO DO BRASIL SAAdvogado(s): RAFAEL SGANZERLA DURANDRELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHODECISÃO MONOCRÁTICA Em juízo de admissibilidade recursal único (CPC, art.

1.010, § 3º), verificoa prioria presença dos pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos no recurso de apelação manejado porANGELO DA GAMA ASSUNÇÃO(ID Nº 1.868.543). Recebo o recurso de apelação interposto em seu duplo efeito legal (CPC, art. 1.012,caput).Houve contrarrazões (ID Nº 1.868.544).Transcorrido o prazo para interposição de eventual recurso, retornem os autos conclusos. Publique-se e intimem-se. Belém, 28 de junho de 2019. Des(a).MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora

Número do processo: 0805241-91.2019.8.14.0000 Participação: AGRAVANTE Nome: ORGBRISTOL ORGANIZACOES BRISTOL LTDA Participação: ADVOGADO Nome: FRANCISCO AUGUSTO DE CARVALHOOAB: 56345/MG Participação: AGRAVADO Nome: ANTONIELL PESSONI MARTINS Participação: AGRAVADO Nome: TIANA MARQUES DE ALMEIDA PESSONIÓRGÃO JULGADOR:1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAUTOS Nº:0805241-91.2019.814.0000CLASSE:RECURSO DEAGRAVO DE INSTRUMENTOJUÍZO DE ORIGEM:2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBASAUTOS DE ORIGEM Nº:0805682-83.2018.814.0040AGRAVANTE:ORGBRISTOL ORGANIZAÇÕES BRISTOL LTDA.AGRAVADO:ANTONIEL PESSONI MARTINSAGRAVADA:TIANA MARQUES DE ALMEIDA PESSONIRELATORA:DESA. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DESPACHOVistos os autos.Compulsando os autos, verifica-se que a parte recorrente, quando da interposição do presente recurso, acostou o boleto referente ao preparo(Id. 1889434), entretanto, não juntou o relatório de contas do processo, emitido pela Unidade de Arrecadação Judiciária ? UNAJ.Como cediço, este Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por meio da UNAJ, com fundamento no que determina o Provimento n.º 5/2002, de 11 de setembro de 2002, da Corregedoria Geral de Justiça deste Tribunal, em seus artigos 4º, inciso I, 5º e 6º, coloca à disposição dos interessados um demonstrativo referente ao pagamento do recurso, identificando, de maneira clara, o número do processo e a classe.Destarte, o demonstrativo acima referenciado é documento essencial para fins de comprovação do preparo, tendo em vista que além de identificar os valores a serem pagos, informa o número do processo e do boleto bancário que se vinculam ao cálculo realizado, devendo ser obrigatoriamente juntado aos autos. É pacífico entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará no sentido de que a ausência do mencionado relatório de contas importa na deserção do recurso, conforme é possível citar, exemplificativamente, o aresto abaixo:EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL CONVERTIDO EM AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO QUE NEGOU SEGUIMENTO AO RECURSO ANTE A AUSÊNCIA DE PREPARO. COMPROVANTE DO PREPARO RECURSAL DESACOMPANHADO DA CONTA DE PROCESSO. IMPOSSIBILIDADE DE JUNTADA POSTERIOR. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Deve o recorrente, no momento da interposição do recurso, comprovar o preparo recursal, sob pena de deserção, consoante inteligência do art. 511 CPC/73 c/c artigos 4º a 6º do Provimento nº 005/2002 da C.G.J./TJPA 2. O regular recolhimento do preparo somente se prova mediante a integralidade da documentação, o que inclui o relatório da conta do processo, emitido pela Unidade de Arrecadação Judicial - UNAJ, sem o qual não há como aferir se os valores informados e pagos mantêm relação com a apelação interposta. 3. O relatório da conta do processo é documento indispensável para demonstrar os valores das custas judiciais a serem pagas, além de identificar o número do processo e o boleto bancário gerado. 4. Agravo interno conhecido e improvido. 5. À unanimidade. (2016.05141272-20, 169.758, Rel. MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA, Órgão Julgador 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA, Julgado em 2016-12-19, Publicado em 2017-01-10) (Destaquei) Sucede que o Código de Processo Civil de 2015, aplicável na espécie, já que a decisão agravada foi publicada após sua entrada em vigor, trouxe inovação processual, possibilitando a intimação do advogado para suprir a falta referente a comprovação do recolhimento do preparo, nos termos do artigo 1.007, §§ 2º e 4º do diploma processual vigente.Outrossim, considerando que a parte recorrente não realizou a devida comprovação do preparo no ato de interposição do recurso, torna-se imprescindível o recolhimento em dobro, conforme determina o artigo 1.007, § 2º do Código de Processo Civil[1].Desse modo,intime-se a parte Recorrente, a fim de, no prazo legal, acostar o relatório de contas capaz de completar a documentação necessária para comprovar o preparo do recurso, bem como comprovar o recolhimento do referido preparo em dobro, sob pena de deserção.Após, retornem-me os autos conclusos.Belém/PA, 28 de junho de 2019. Desa.MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora[1]Art. 1.007. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção. (...)§ 2º A insuficiência no valor do preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, implicará deserção se o recorrente, intimado na pessoa de seu advogado, não vier a supri-lo no prazo de 5 (cinco) dias.(Destaquei)

Número do processo: 0013786-34.2017.8.14.0040 Participação: APELANTE Nome: JONAS ARAUJO DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: ELVIRA ELIAS DE ALMEIDAOAB: 240 Participação: APELADO Nome: CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS Participação: APELADO Nome: SERASA SAAPELAÇÃO (198) Nº: 0013786-34.2017.8.14.0040APELANTE: JONAS ARAUJO DE OLIVEIRAAdvogado(s): ELVIRA ELIAS DE ALMEIDAAPELADO: CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS, SERASA SARELATORA: DESEMBARGADORA MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHODECISÃO MONOCRÁTICA Em juízo de admissibilidade recursal único (CPC, art. 1.010, § 3º), verificoa prioria presença dos pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos no recurso de apelação manejado porJONAS ARAÚJO DE OLIVEIRA(ID Nº 710.855). Recebo o recurso de apelação interposto em seu duplo efeito legal (CPC, art. 1.012,caput).Transcorrido o prazo para interposição de eventual recurso, retornem os autos conclusos.Publique-se e intimem-se.Belém, 28 de junho de 2019. Des(a).MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora

Número do processo: 0018158-24.2014.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: ALEXANDRA BARBOSA DA SILVA Participação: APELADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVESOAB: 12358/PAÓRGÃO JULGADOR:1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAUTOS Nº:0018158-24.2014.814.0301 CLASSE:RECURSO DE APELAÇÃOJUÍZO DE ORIGEM:10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉMAPELANTE:ALEXANDRA BARBOSA DA SILVAAPELADO (A):CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A.RELATORA:DESA. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos os autos 1 - Em sede de juízo de admissibilidade recursal único (art. 1.010, § 3º do CPC), verifico,a priori, a presença dos pressupostos recursais intrínsecos e extrínsecos, razão porque RECEBO o presente apelo nos efeitosdevolutivoesuspensivo(art. 1.012,caputCPC[1]);2 - Transcorrido o prazo para interposição de eventual recurso, retornem os autos conclusos, uma vez que não houve a apresentação de contrarrazões pela parte apelada (Id. 1701765, pág. 06);3 - Intimem-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. Desa.MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora [1]Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.§ 1oAlém de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que:I - homologa divisão ou demarcação de terras;II - condena a pagar alimentos;III - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado;IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem;V- confirma, concede ou revoga tutela provisória;VI - decreta a interdição. (Destaquei)

Número do processo: 0812313-82.2017.8.14.0006 Participação: APELANTE Nome: T. R. D. F. C. Participação: ADVOGADO Nome: GABRIELA VICTORIA ARAUJO DA SILVAOAB: 26701/PA Participação: APELANTE Nome: T. R. D. F. C. Participação: ADVOGADO Nome: GABRIELA VICTORIA ARAUJO DA SILVAOAB: 26701/PA Participação: APELADO Nome: RUAN DOS SANTOS COSTA Participação: APELADO Nome: RUAN VICTOR REIS DOS SANTOS COSTA Participação: ADVOGADO Nome: ELIELSON DOUGLAS REIS SILVAOAB: 25734/PAÓRGÃO JULGADOR:1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAUTOS Nº:0812313-82.2017.814.0006 CLASSE:RECURSO DE APELAÇÃOJUÍZO DE ORIGEM:2ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUAAPELANTES:T. R. D. F. C. e T. R. D. F. C.APELADO:RUAN VICTIR REUS DIS SANTOS COSTARELATORA:DESA. MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHO DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos os autos 1. Defiro a gratuidade processual requerida pela parte apelante, com arrimo no §3º do art. 99 do Código de Processo Civil de 2015[1], por não vislumbrarelementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a sua concessão, conforme dispõe o §2º do mesmo dispositivo legal;2. Considerando que a sentença alvejada (Id. 1719134) confirmou a medida liminar de Id. 1719125, bem como condenou a parte ré ao pagamento de alimentos, recebo o recurso apenas em seuefeito devolutivo(art. 1.012, §1º, II e V do CPC[2]);3. Considerando ainda que a dialética instaurada nos autos envolve interesse de incapaz, submetam-se os autos à apreciação do Ministério Público, nos moldes do art. 1.019, III[3]c/c 178[4]do CPC/2015; 4. Após, conclusos para julgamento, eis que a parte apelada já apresentou contrarrazões (Id. 1719150);5. Intimem-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. Desa.MARIA DO CÉO MACIEL COUTINHORelatora [1]Art. 99. O pedido de gratuidade da justiça pode ser formulado na petição inicial, na contestação, na petição para ingresso de

terceiro no processo ou em recurso.(...)§ 2oO juiz somente poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.§ 3oPresume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural. (Destaquei)[2]Art. 1.012. A apelação terá efeito suspensivo.§ 1oAlém de outras hipóteses previstas em lei, começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que:I - homologa divisão ou demarcação de terras;II - condena a pagar alimentos;III - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado;IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem;V -confirma, concede ou revoga tutela provisória;VI - decreta a interdição. (Destaquei)[3]III - determinará a intimação do Ministério Público, preferencialmente por meio eletrônico, quando for o caso de sua intervenção, para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias.[4]Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou naConstituição Federale nos processos que envolvam:(...)II - interesse de incapaz(Destaquei)

Número do processo: 0016571-30.2015.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: MARIA LUCILIA GOMESOAB: 9803/PA Participação: APELADO Nome: WALDIR DA SILVA FERREIRAPODER JUDICÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁSECRETARIA ÚNICA DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADOATO ORDINATÓRIONo uso de suas atribuições legais, a UPJ das Turmas de Direito Público e Privado intima o Apelante a recolher as custas no prazo de 5 (cinco) dias,para expedição de carta de intimação no Processo n° 0016571-30.2015.8.14.0301a teor da conjugação do art. 281, § 3º com art. 23 da Lei de Custas do Estado do Pará (Lei Estadual n° 8.328/2015).Belém, 28 de junho de 2019

Número do processo: 0003709-98.2015.8.14.0051 Participação: APELANTE Nome: LUCIA CLEIA MONTEIRO DE SOUSA Participação: ADVOGADO Nome: JOAO PAULO OLIVEIRA DOS SANTOSOAB: 8186 Participação: APELADO Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ROSANGELA DA ROSA CORREAOAB: 8201ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAPELAÇÃO CÍVEL Nº 0003709-98.2015.8.14.0051.COMARCA: SANTARÉM/PAAPELANTE: LUCIA CLEIA MONTEIRO DE SOUSA.ADVOGADO: JOÃO PAULO OLIVEIRA DOS SANTOS ? OAB/PA 8.186.APELADO: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A.ADVOGADO: ROSANGELA DA ROSA CORREA ? OAB/PA 18.629-A.RELATOR:DES. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO DESPACHOConsoante o disposto no §1º, do art. 9º, da Lei Estadual nº 8328/2015, intime-se a parte apelante para, noprazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o competente relatório de conta do processo, com a finalidade de comprovação do pagamento do preparo, sob pena de deserção.Após, conclusos.Belém/PA, 28 de junho de 2019. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO Desembargador-Relator

Número do processo: 0057618-86.2012.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: IRAN DOS ANJOS PENCO Participação: ADVOGADO Nome: KENIA SOARES DA COSTAOAB: 15650/PA Participação: APELADO Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAPELAÇÃO CÍVEL N. 0057618-86.2012.8.14.0301.COMARCA: BELÉM/PA.APELANTE(S): IRAN DOS ANJOS PENCO.ADVOGADO(A)(S): KENIA SOARES DA COSTA ? OAB/PA N.15.650. HAROLDO SOARES DA COSTA ? OAB/PA N. 18.004.APELADO(A)(S): BANCO BRADESCO S/A.ADVOGADO(S): NÃO CONSTA.RELATOR: DES. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO. D E C I S Ã O:I. Recebo o recurso de apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo, pois não verificada situação prevista no §1º, do art. 1.012, do CPC.II. P.R.I. Oficie-se no que couber.III. Após, conclusos. Belém/PA, 28 de junho de 2019. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO Desembargador ? Relator

Número do processo: 0000707-70.2010.8.14.0046 Participação: APELANTE Nome: LEUDIVAN LENSI Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO RODRIGUES ALMEIDAOAB: 9881/PA Participação: APELADO Nome: ADILSON LENSI Participação: APELADO Nome: INDIRA ALMEIDA LENSI Participação: APELADO Nome: LEUDIVAN LENSI INDUSTRIA ME Participação: APELADO Nome: ELZA DE ANDRADE LENSI Participação: APELADO Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL SGANZERLA DURANDOAB: 16637/PA Participação: ADVOGADO Nome: SANDRO PISSINI ESPINDOLAOAB: 6817/MS1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAPELAÇÃO CÍVEL N. 0000707-70.2010.8.14.0046.COMARCA: RONDON DO PARÁ/PA.APELANTE/APELADO:LEUDIVAN LENSI.ADVOGADO(A)(S): MARCIO RODRIGUES ALMEIDA ? OAB/PA N. 9.881.INTERESSADOS: ADILSON LENSI INDIRA ALMEIDA LENSI LEUDIVAN LENSI INDUSTRIA MEAPELADO/APELANTE:BANCO DO BRASIL S/A.ADVOGADO(S): RAFAEL SGANZERLA DURAND ? OAB/PA N. 16.637-A.RELATOR: DES. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO. D E C I S Ã O:I. Recebo o recurso de apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo, pois não verificada situação prevista no §1º, do art. 1.012, do CPC.II. P.R.I. Oficie-se no que couber.III. Após, conclusos.Belém/PA, 28 de junho de 2019.CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO Desembargador ? Relator

Número do processo: 0030890-71.2013.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE BELEM Participação: APELADO Nome: FRANCISCA GOMES VIEGAS Participação: ADVOGADO Nome: RENILDE DA SILVA OLIVEIRA OLIVEIRA COSTAOAB: 10062/PA Participação: ADVOGADO Nome: BARBARA CALANDRINI AZEVEDO PONCE DE LEAOOAB: 23000APODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁUNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS TURMAS DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO 0030890-71.2013.8.14.0301No uso de suas atribuições legais, o Coordenador (a) do Núcleo de Movimentação da UPJ das Turmas de Direito Público e Privado intima a parte interessada de que foi opostos Recurso de Embargos de Declaração, estando facultada a apresentação de contrarrazões, nos termos do artigo 1.023, §2º, do CPC/2015. Belém, 28 de junho de 2019.

Número do processo: 0042400-81.2013.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: RENATA SOARES VASCONCELOS PEREIRA Participação: ADVOGADO Nome: NAPOLEAO NICOLAU DA COSTA NETOOAB: 14360/PA Participação: APELADO Nome: ESPOLIO DE JOSE FRANCISCO DE MORAES REGO E SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MIGUEL BAIA BRITOOAB: 7601/PA1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO.AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 0801238-64.2017.8.14.0000COMARCA: BELÉM / PA.APELANTE(S): RENATA SOARES VASCONCELOS PEREIRA ADVOGADO(A)(S): NAPOLEÃO NICOLAU DA COSTA NETO (OAB/PA nº. 14.360)APELADO(A)(S): ESPÓLIO DE JOSÉ FRANCISCO MORAES REGO E SILVAADVOGADO(A)(S): MIGUEL BAÍA BRITO (OAB/PA nº. 7.601)RELATOR: Des. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO. D E S P A C H O: Em virtude do requerimento expresso de designação de audiência de conciliação realizado pela Apelante (Id. 1713862) e considerando a norma do art. 11, inciso I, da Resolução nº. 24/2018-TJ/PA, DETERMINO o encaminhamento do processo ao CEJUSC competente, para realização de audiência de conciliação entre as partes. P.R.I. Expeça-se o necessário.Após, conclusos.Belém/PA, 28 de junho de 2019. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO Desembargador ? Relator

Número do processo: 0013735-23.2017.8.14.0040 Participação: APELANTE Nome: JOSELITO DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: ROBSON CUNHA DO NASCIMENTOOAB: 5 Participação: APELANTE Nome: MARIA APARECIDA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: ROBSON CUNHA DO NASCIMENTOOAB: 5 Participação: APELADO Nome: L.M.S.E. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL COELHO SARTORIOOAB: 643 Participação: ADVOGADO Nome: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHOOAB: 10652/PA1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO.AEPLAÇÃO Nº. 0013735-23.2017.8.14.0040.COMARCA: PARAUAPEBAS/PA.APELANTE:JOSELITO DE SOUZA. MARIA APARECIDA DA SILVAADVOGADO:ROBSON CUNHA DO NASCIMENTO ? OAB/PA N. 5.005.APELADO:L.M.S.E. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.ADVOGADO:RAFAEL COELHO SARTÓRIO ? OAB/PA

23.643. ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO - OAB/PA N.10.652-A. IVONILDES GOMES PATRIOTA ? OAB/GO N. 28.899RELATOR: Des. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO.D E C I S Ã O M O N O C R Á T I C ADes. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO.EMENTA:PROCESSO CIVIL E DIREITO CIVI. APELAÇÃO CÍVEL TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. VALIDADE E EFICÁCIA. HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO. EXTINÇÃO DO PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Trata-se deAPELAÇÃO CÍVELproposta porJOSELITO DE SOUZA e MARIA APARECIDA DA SILVAnos autos daAÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO LIMINAR C/C INDENIZAÇÃO POR PEDRDAS E DANOSprotocolizada em desfavor deL.M.S.E. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDAdiante de seu inconformismo com a sentença proferida peloJUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE PARAUAPEBASque julgou procedente o pedido(ID 1654403).Em suasrazões,ID 1654404.Sem contrarrazões.É o sucinto relatório. Decido monocraticamente.A validade e eficácia endoprocessual da transação extrajudicial realizada depende unicamente da constatação dos requisitos indispensáveis aos negócios jurídicos em geral, previstos no art. 104, do Código Civil, vale dizer, agente capaz, objeto lícito, possível e determinável, e forma prescrita ou não defesa em lei.A respeito da validade e eficácia da transação, transcrevo ementa de julgado que simboliza a pacífica jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, da lavra do Ministro Luis Felipe Salomão: RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/1973. UNIÃO ESTÁVEL. NÃO CONFIGURAÇÃO. TRANSAÇÃO DE DIREITOS DISPONÍVEIS. DESNECESSIDADE DE HOMOLOGAÇÃO PELO JUÍZO. PRODUÇÃO DE EFEITOS A PARTIR DE SUA CONCLUSÃO. ATO JURÍDICO PERFEITO E ACABADO. ARREPENDIMENTO UNILATERAL. IMPOSSIBILIDADE.1. Não há falar-se em ofensa ao art. 535 do CPC/1973, pois a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente. 2. As relações afetivas são inquestionavelmente complexas e, da mesma forma, o respectivo enquadramento no ordenamento, principalmente, no que respeita à definição dos efeitos jurídicos que delas irradiam. 3. A união estável, por se tratar de estado de fato, demanda, para sua conformação e verificação, a reiteração do comportamento do casal, que revele, a um só tempo e de parte a parte, a comunhão integral e irrestrita de vidas e esforços, de modo público e por lapso significativo. 4. Não é qualquer relação amorosa que caracteriza a união estável. Mesmo que pública e duradoura e celebrada em contrato escrito, com relações sexuais, com prole, e, até mesmo, com certo compartilhamento de teto, pode não estar presente o elemento subjetivo fundamental consistente no desejo de constituir família. 5. Nesse passo, afastada a configuração da formação de união estável, no caso concreto, reconhece-se como transação particular de direitos disponíveis o acordo firmado entre as partes e apresentado a Juízo para homologação. 6. Transação é o negócio jurídico bilateral, em que duas ou mais pessoas acordam em concessões recíprocas, com o propósito de pôr termo à controvérsia sobre determinada relação jurídica, seu conteúdo, extensão, validade ou eficácia. 7. Uma vez concluída a transação, impossível é a qualquer das partes o arrependimento unilateral, mesmo que ainda não tenha sido homologado o acordo em Juízo. Ultimado o ajuste de vontade, por instrumento particular ou público, inclusive por termo nos autos, as suas cláusulas ou condições obrigam definitivamente os contraentes, de sorte que sua rescisão só se torna possível 'por dolo, coação, ou erro essencial quanto à pessoa ou coisa controversa' (Código Civil de 2002, art. 849; CC de 1916, art. 1.030). 8. Se, após a transação, uma parte se arrepender ou se julgar lesada, nova lide pode surgir em torno da eficácia do negócio transacional, mas a lide primitiva já estará extinta. Só em outro processo, portanto, será possível rescindir-se a transação por vício de consentimento. 9. A jurisprudência desta Corte é pacífica e não vacila, no sentido de que a transação, com observância das exigências legais, sem demonstração de algum vício, é ato jurídico perfeito e acabado, não podendo o simples arrependimento unilateral de uma das partes dar ensejo à anulação do pacto. 10. Recurso especial não provido.(REsp 1558015/PR, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 12/09/2017, DJe 23/10/2017) Portanto, na hipótese dos autos, verifico que as partes são capazes, o objeto da transação é inteiramente lícito, possível e determinado, e a forma obedece aos ditames legais, inexistindo,a priori,vícios que maculem o negócio jurídico formalizado, sendo hígido o acordo, conforme art. 840, do CC. ASSIM, com fundamento no art. 932, inciso I, do CPC,HOMOLOGOos termos da transação extrajudicial (ID 1885449),de modo a tornar concretos os efeitos práticos e legais correspondentes, constituindo-se em título executivo judicial, na forma do art. 515, II, do CPC.Ante a homologação do acordo, julgoextinto o processo com resolução do mérito, consoante dispõe o art. 487, III, ?b?, do CPC.Conforme estabelecido no acordo, as custas processuais remanescentes serão quitadas pela Apelada.P.R.I. Oficie-se no que couber.Após o trânsito em julgado, arquive-se.Belém/PA, 28 de junho de 2019. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRODesembargador ? Relator

Número do processo: 0530671-93.2016.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: EDVAN RUI PINTO COUTEIRO Participação: ADVOGADO Nome: JOAO VELOSO DE CARVALHOOAB: 13661/PA Participação: APELADO Nome: ALCIREMA MAGALHAES BARBOSA Participação: ADVOGADO Nome: ARTHUR HOUAT NERY DE SOUZAOAB: 20782/PA1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAPELAÇÃO CÍVEL N. 0530671-93.2016.8.14.0301.COMARCA: BELÉM/PA.APELANTE(S): EDVAN RUI PINTO COUTEIRO.ADVOGADO(A)(S): JOÃO VELOSO DE CARVALHO ? OAB/PA N. 13.661.APELADO(A)(S): ALCIREMA MAGALHÃES BARBOSA.ADVOGADO(S): ARTHUR HOUAT NERY DE SOUZA ? OAB/PA N. 20.782.RELATOR: DES. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO. D E C I S Ã O:I. Recebo o recurso de apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo, pois não verificada situação prevista no §1º, do art. 1.012, do CPC.II. P.R.I. Oficie-se no que couber.III. Após, conclusos. Belém/PA, 28 de junho de 2019. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO Desembargador ? Relator

Número do processo: 0028561-52.2014.8.14.0301 Participação: APELANTE Nome: CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA Participação: APELANTE Nome: HARMONICA INCORPORADORA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASILOAB: 13179/PA Participação: ADVOGADO Nome: DANIELLE BARBOSA SILVA PEREIRAOAB: 21052/PA Participação: ADVOGADO Nome: GUSTAVO FREIRE DA FONSECAOAB: 12724/PA Participação: APELADO Nome: ROSANGELA LEAO OLIVEIRA Participação: APELADO Nome: ANTONIO DE OLIVEIRA NETO Participação: ADVOGADO Nome: DANIEL KONSTADINIDISOAB: 91671ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAPELAÇÃO CÍVEL N. 0028561-52.2014.8.14.0301.COMARCA: BELÉM/PA.APELANTE(S): CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA. HARMONICA INCORPORADORA LTDA.ADVOGADO(A)(S): EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL ? OAB/PA N. 13.179. DANIELLE BARBOSA SILVA PEREIRA. ? OAB/PA N. 21.052 GUSTAVO FREIRE DA FONSECA ? OAB/PA N. 12.724.APELADO(A)(S): ROSANGELA LEÃO OLIVEIRA. ANTONIO DE OLIVEIRA NETO.ADVOGADO(S): DANIEL KONSTADINIDIS ? OAB/PA N. 9.167.RELATOR: DES. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO. D E C I S Ã O:I. Recebo o recurso de apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo, pois não verificada situação prevista no §1º, do art. 1.012, do CPC.II. P.R.I. Oficie-se no que couber.III. Após, conclusos. Belém/PA, 28 de junho de 2019. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO Desembargador ? Relator

Número do processo: 0002342-31.2017.8.14.0128 Participação: APELANTE Nome: BANCO BRADESCO SA Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PA Participação: APELADO Nome: LEONAN CUNHA PESSOA Participação: ADVOGADO Nome: ISAEL DE JESUS GONCALVES AZEVEDOOAB: 3051/AM1ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAPELAÇÃO CÍVEL Nº 0002342-31.2017.8.14.0128COMARCA: TERRA SANTA/PAAPELANTE: BANCO BRADESCO S/A.ADVOGADO: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES ? OAB/PA 15.201-A.APELADO: LEONAN CUNHA PESSOA.ADVOGADO: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO ? OAB/PA 21.225-A.RELATOR:DES. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO DESPACHOConsoante o disposto no §1º, do art. 9º, da Lei Estadual nº 8328/2015, intime-se a parte apelante para, noprazo de 05 (cinco) dias, juntar aos autos o competente relatório de conta do processo, com a finalidade de comprovação do pagamento do preparo, sob pena de deserção.Após, conclusos.Belém/PA, 28 de junho de 2019. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO Desembargador-Relator

Número do processo: 0009340-32.2013.8.14.0006 Participação: APELANTE Nome: PLANO HOSPITALAR GARANTIA DE SAUDE Participação: ADVOGADO Nome: RAIMUNDA DE NAZARE GAMA GARCEZOAB: 81000A Participação: APELADO Nome: ELDER OLIVEIRA PEREIRA Participação: ADVOGADO Nome: JOEL DA COSTA EVANGELISTAOAB: 8241ª TURMA DE DIREITO PRIVADOAPELAÇÃO CÍVEL N. 0009340-32.2013.8.14.0006.COMARCA: ANANINDEUA/PA.APELANTE(S): PLANO HOSPITALAR GARANTIA DE SAÚDE.ADVOGADO(A)(S): RAIMUNDA DE NAZARE GAMA GARCEZ ? OAB/PA N.7.781.APELADO(A)(S): ELDER OLIVEIRA PEREIRA.ADVOGADO(S): JOEL DA COSTA EVANGELISTA ? OAB/PA N. 22.824.RELATOR: DES. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO. D E C I S Ã O:I. Recebo o recurso de apelação nos efeitos devolutivo e suspensivo, pois não verificada situação prevista no §1º, do art. 1.012, do CPC.II. P.R.I. Oficie-se no que couber.III. Após, conclusos. Belém/PA, 28

de junho de 2019. CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO Desembargador ? Relator

SEÇÃO DE DIREITO PENAL

ANÚNCIO DA PAUTA DE JULGAMENTO DA 16ª SESSÃO ORDINÁRIA ¿ PLENÁRIO VIRTUAL - PJE

Faço público a quem interessar possa que, para a 16ª SESSÃO ORDINÁRIA - PLENÁRIO VIRTUAL (PJE) da Egrégia Seção de Direito Penal, a realizar-se no dia 2 de Julho de 2019, às 14:00h, foi pautado o julgamento dos seguintes feitos:

· 1 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0803436-06.2019.8.14.0000

RELATOR	VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA
AUTORIDADE COATORA	JUÍZO DA 1ª VARA DE INQUÉRITOS POLICIAIS DE BELÉM
AUTORIDADE COATORA	JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉM
PACIENTE	MAURO SOUSA NAZARE
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 2 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0803180-63.2019.8.14.0000

RELATOR	VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA
AUTORIDADE COATORA	JUIZ DA VARA ÚNICA DE PORTEL/PA
PACIENTE	EDIVALDO CORREA LOPES
REPRESENTANTE	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 3 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804753-39.2019.8.14.0000

RELATOR	ROMULO JOSE FERREIRA NUNES
AUTORIDADE COATORA	3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ
PACIENTE	ANTONIO JUNIOR GOMES DOS SANTOS
REPRESENTANTE	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 4 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804848-69.2019.8.14.0000

RELATOR	ROMULO JOSE FERREIRA NUNES

AUTORIDADE COATORA	JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ
PACIENTE	RIDONRLEY GOMES DE SOUSA
REPRESENTANTE	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 5 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804804-50.2019.8.14.0000

RELATOR	ROMULO JOSE FERREIRA NUNES
AUTORIDADE COATORA	JUIZ DE AUGUSTO CORRÊA
PACIENTE	RAFAEL DA SILVA GOMES
PACIENTE	ALESSANDRO RAMOS CORREA
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 6 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804140-19.2019.8.14.0000

RELATOR	ROMULO JOSE FERREIRA NUNES
AUTORIDADE COATORA	JUIZO DA 3ª VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA
PACIENTE	EDSON SILVA DE SOUSA
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 7 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804253-70.2019.8.14.0000

RELATOR	ROMULO JOSE FERREIRA NUNES
AUTORIDADE COATORA	JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ARAGUAIA - PA
PACIENTE	FABIANO REIS DUARTE
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 8 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804317-80.2019.8.14.0000

RELATOR	ROMULO JOSE FERREIRA NUNES
AUTORIDADE COATORA	JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ALENQUER
PACIENTE	ROFANG SILVA FERREIRA

FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 9 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804145-41.2019.8.14.0000

RELATOR	ROMULO JOSE FERREIRA NUNES
AUTORIDADE COATORA	JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS
PACIENTE	ROQUE DOS SANTOS
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 10 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804324-72.2019.8.14.0000

RELATOR	RAIMUNDO HOLANDA REIS
AUTORIDADE COATORA	JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SOURE
PACIENTE	RUAN LUIZ DOS SANTOS RODRIGUES
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 11 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804192-15.2019.8.14.0000

RELATOR	RAIMUNDO HOLANDA REIS
AUTORIDADE COATORA	JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉM
PACIENTE	JEFFERSON FREITAS DA CRUZ
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 12 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804686-74.2019.8.14.0000

RELATOR	RAIMUNDO HOLANDA REIS
AUTORIDADE COATORA	JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SANTANA DO ARAGUAIA
PACIENTE	WANDERSON BENJAMIM DE OLIVEIRA AMORIM
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 13 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804754-24.2019.8.14.0000

RELATOR	RAIMUNDO HOLANDA REIS

AUTORIDADE COATORA	JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM
PACIENTE	JOSÉ EDMAR DA COSTA
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 14 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0803581-62.2019.8.14.0000

RELATOR	RAIMUNDO HOLANDA REIS
AUTORIDADE COATORA	JUIZO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA
PACIENTE	JOSEMAR PEREIRA
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 15 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804149-78.2019.8.14.0000

RELATOR	RAIMUNDO HOLANDA REIS
AUTORIDADE COATORA	JUIZO DA VARA UNICA DE CONCORDIA DO PARÁ
PACIENTE	SILAS FELIX PAIVA
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 16 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804770-75.2019.8.14.0000

RELATOR	: MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS

· · 17 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0803597-16.2019.8.14.0000

RELATOR	MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS
AUTORIDADE COATORA	JUIZ DA VARA CRIMINAL DE ORIXIMINA
PACIENTE	ARILSON BARBOSA BARRETO
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 18 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804530-86.2019.8.14.0000

RELATOR	LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR
AUTORIDADE COATORA	JUIZO DA 3ª VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA
PACIENTE	VALDENORA DA CONCEICAO CASTRO

FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 19 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804524-79.2019.8.14.0000

RELATOR	LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR

· 20 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804265-84.2019.8.14.0000

RELATOR	LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR
AUTORIDADE COATORA	JUIZ DA VARA UNICA DE CHAVES
PACIENTE	SADRAQUE LACERDA DA SILVA
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 21 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804047-56.2019.8.14.0000

RELATOR	LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR
AUTORIDADE COATORA	JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DE GARRAFÃO DO NORTE/PA
PACIENTE	LEANDRO BESERRA MAGALHAES
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 22 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804376-68.2019.8.14.0000

RELATOR	MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO
AUTORIDADE COATORA	3ª VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ
PACIENTE	LUIZ CARLOS SOARES DOS SANTOS
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 23 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804854-76.2019.8.14.0000

RELATOR	MAIRTON MARQUES CARNEIRO
AUTORIDADE COATORA	JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA
PACIENTE	THIAGO CEZAR TRINDADE NASCIMENTO RAMOS
REPRESENTANTE	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 24 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804658-09.2019.8.14.0000

RELATOR	MAIRTON MARQUES CARNEIRO
AUTORIDADE COATORA	EXCELENTISSIMA SENHORA JUIZA DE DIREITO DA VARA PENAL DA COMARCA DE ABETETUBA - PA
PACIENTE	JOCIEL AZEVEDO DA COSTA
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 25 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804742-10.2019.8.14.0000

RELATOR	MAIRTON MARQUES CARNEIRO
AUTORIDADE COATORA	10ª VARA CRIMINAL DE BELÉM
PACIENTE	JEFFERSON YURI MELO PEREIRA
PACIENTE	WELLINGTON LOBATO MENEZES
REPRESENTANTE	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA
IMPETRANTE	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ
TERCEIRO INTERESSADO	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ

· 26 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804647-77.2019.8.14.0000

RELATOR	MAIRTON MARQUES CARNEIRO
AUTORIDADE COATORA	10ª VARA CRIMINAL DE BELÉM
PACIENTE	DEIVID COSTA DA SILVA
PACIENTE	RAFAEL CARDOSO DA SILVA
PACIENTE	DEBORA LUANA DE LIMA BORGES
REPRESENTANTE	DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 27 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804431-19.2019.8.14.0000

RELATOR	MAIRTON MARQUES CARNEIRO
AUTORIDADE COATORA	JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE PONTA DE PEDRAS

PACIENTE	JESUINO DA COSTA MARTINS
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 28 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0804585-37.2019.8.14.0000

RELATOR	MAIRTON MARQUES CARNEIRO
AUTORIDADE COATORA	JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL DE BELÉM
PACIENTE	RAIMUNDO FIRMO OLIVEIRA DA SILVA
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

· 29 - Processo: HABEAS CORPUS CRIMINAL - 0800798-97.2019.8.14.0000

RELATOR	MAIRTON MARQUES CARNEIRO
AUTORIDADE COATORA	JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE CAMETÁ
PACIENTE	MARLIANE CRISTINA VIEIRA DE ASSUNCAO
FISCAL DA LEI	PARA MINISTERIO PUBLICO
REPRESENTANTE	MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA
Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.	

Número do processo: 0805180-36.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: WILSON GONCALVES LOPES Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS EDUARDO GODOY PERESOAB: 11780/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ARAGUAIA - PATribunal de Justiça do Pará - 2º GrauHABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINARÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO DE DIREITO PENALPROCESSO N°:0805180-36.2019.8.14.0000PACIENTE: WILSON GONCALVES LOPESIMPETRANTE: CARLOS EDUARDO GODOY PERESAUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ARAGUAIA - PATrata-se da ordem de habeas corpus liberatório com pedido de liminar impetrado por advogado particular, em favor de WILSON GONCALVES LOPES, com fulcro nos art. 5º, inciso LXVIII da CF e art. 647 e 648, I do CPP, contra decisão de lavra do JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ARAGUAIA - PA.O impetrante informa que o paciente encontra-se custodiado há mais de 01 (um) ano e 05 (cinco) meses pela suposta prática de condutas que se amoldam ao tipo penal descritivo do art. 33 da Lei 11.343/06, contudo, alega, em síntese, que (i) a prisão do paciente não preenche os requisitos necessários para a decretação da medida constritiva e, (ii) encontra-se com evidente excesso de prazo para a instrução processual, visto que diversos procedimentos processuais de instrução restaram

frustrados - audiências dos dias 23/10/2018 e 19/06/2019, sem que a defesa ou o paciente tenham dado causa para tanto.Por tais motivos, pediu a concessão liminar da ordem e sua posterior confirmação, para que o paciente seja posto em liberdade, com aplicação das medidas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.Da análise do que consta dos autos, não constato, de pronto, os requisitos do periculum in mora e do fumus boni iuris, a demonstrar evidência de ilegalidade ou de abuso de poder, razão pela qual indefiro a medida liminar pleiteada.Conforme dispõe a Portaria n.º 0368/2009-GP, solicite-se, de ordem e através de e-mail, informações à autoridade apontada coatora, acerca das razões suscitadas pelo impetrante, as quais devem ser prestadas nos termos do provimento conjunto n° 008/2017-CJRMB/CJCI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.Prestadas as informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público.Caso contrário, determino que a Secretaria reitere o pleito de informações, advertindo aos magistrados quanto as sanções do paragrafo único do art. 1° do provimento conjunto n° 008/2017-CJRMB/CJCI, após, retornem-me para as providências cabíveis.27 de junho de 2019 Des. RONALDOMARQUESVALLERelator

Número do processo: 0803818-96.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: REGINALDO GEMAQUE DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: MARCELO BRASIL CAMPOSOAB: 50000A Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUÍZO DA VARA ÚNICA DO TERMO DE SANTA CRUZ DO ARARITRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0803818-96.2019.8.14.0000PACIENTE: REGINALDO GEMAQUE DOS SANTOSAUTORIDADE COATORA: JUÍZO DA VARA ÚNICA DO TERMO DE SANTA CRUZ DO ARARIRELATOR(A):Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE EMENTA ACÓRDÃO:PROCESSO Nº0803818-96.2019.8.14.0000 ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO DE DIREITO PENAL AÇÃO:HABEAS CORPUSLIBERATÓRIO, COM PEDIDO LIMINAR COMARCA: CACHOEIRA DO ARARI/PAIMPETRANTE: MARCELO BRASIL CAMPOS (OAB/PA Nº22245)PACIENTE: REGINALDO GEMAQUE DOS SANTOSIMPETRADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE CACHOEIRA DO ARARI/PA (TERMO DE SANTA CRUZ DO ARARI)PROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBASRELATOR: DES. MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE EMENTA:HABEAS CORPUSLIBERATÓRIO. ART. 121, §2º, I C/C ART. 14, II, POR CINCO VEZES, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. NÃO CONHECIMENTO. EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. IMPROCEDÊNCIA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E, NESTA PARTE, DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.1.Owritnão merece ser conhecido no ponto em que discute a ausência dos requisitos autorizadores da segregação preventiva, porquanto, ao lado de se tratar de reiteração de pedido, não foram apresentados fatos novos.2.Afigura-se incabível o acolhimento da alegação de excesso de prazo para conclusão da instrução criminal,quando o juízoa quovem tomando as devidas providências para o regular andamento do feito.3.Ordem parcialmente conhecida e, nesta parte, denegada, à unanimidade. Vistos etc.Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da Seção de Direito Penal deste Tribunal, à unanimidade de votos, em conhecer parcialmente, e, nesta parte, denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator.Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Pará, aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2019.Julgamento presidido pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha. Belém, 25 de junho de 2019. Des.orMILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator RELATÓRIO RELATÓRIOCuida-se da ordem dehabeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado Marcelo Brasil Campos, em favor deReginaldo Gemaque dos Santos, que responde à ação penal no Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Cachoeira do Arari/PA (Termo de Santa Cruz do Arari), pela prática do crime tipificado nos art. 121, §2º, I c/c art. 14, II, por cinco vezes, ambos do Código Penal. Esclarece o impetrante que, inobstante o paciente ter tido sua prisão preventiva decretada em 18/12/2014, o decreto constritivo não foi cumprido,somente vindo a ser custodiado, efetivamente, na data de 27/10/2017,pela prática de outro delito, ressaltando, todavia, que em tal feito o coacto já se encontra em liberdade por arbitramento de fiança.Sustenta, em síntese, que o paciente vem sofrendo constrangimento ilegal por excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal, argumentando que o acusado se encontra preso desde outubro de 2017, sem que sequer tenha ocorrido uma audiência inaugural.Assevera que, mesmo após a denegação da ordem de remédio constitucional similar, impetrado em outubro do ano de 2018 (HC nº.0807814-39.2018.8.14.0000), o processo não sofreu nenhuma movimentação processual.Salienta, ainda, a inexistência de culpa exclusiva do coacto pela morosidade processual, porquanto o mesmo permanece segregado desde o ano de 2017 à disposição do Poder Judiciário, sem que tenha ocorrido qualquer ato

judicial dando sequência a instrução processual.Defende, por fim, que não estão presentes os requisitos autorizadores da custódia preventiva decretada, mormente quando consideradas as condições pessoais favoráveis do paciente.Por esses motivos, requer a concessão liminar para restituir a liberdade do coacto, ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, e, no mérito, a ratificação da ordem.Juntou documentos.Os autos foram inicialmente distribuídos à Exma. Desembargadora Vânia Lucia Silveira, que determinou a redistribuição domandamuspor prevenção à minha relatoria, ocasião em que me reservei para apreciar a medida de urgência após as informações da autoridade inquinada coatora.As informações de estilo foram prestadas, todavia, constatei que se referiam ao processo criminal de nº0001742-25.2013.8.14.1979, feito estranho ao que o impetrante se insurge nestewrit(nº 0001841-58.2014.8.14.1979), motivo pelo qual determinei, novamente, que a autoridade inquinada coatora prestasse os esclarecimentos necessários, o que foi devidamente cumprido.Em sequência,indeferi o pedido liminar e determinei que os autos fossem encaminhados ao Ministério Público de 2º grau para emissão de parecer.O Procurador de Justiça Luiz Cesar Tavares Bibas, opina pelo não conhecimento domandamus, em relação ao pedido de ausência dos requisitos da prisão e presença de condições pessoais favoráveis, e pelo conhecimento e denegação, no tocante ao pleito de excesso de prazo.É o relatório. VOTO Em um primeiro momento, averbo que, com relação àalegação de ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar,trata-se de reiteração, tendo em vista que no julgamento dohabeas corpusnº 080714-39.2018.8.14.0000, impetrado em favor do mesmo paciente, esta Seção de Direito Penal enfrentou a matéria, concluindo que a prisão preventiva decretada está idoneamente fundamentada.Confira-se:?[...] Ao contrário do que foi sustentado no mandamus, as diretivas atacadas demonstraram, de maneira clara e induvidosa, a necessidade da segregação preventiva do paciente, já que encontram fundamento na necessidade de se assegurar a garantia da ordem pública, mormente considerando a gravidade concreta do delito, revelada pelo modus operandi do ilícito perpetrado, bem como da conveniência da instrução criminal e da aplicação da lei penal, tendo em vista que o tempo que o coacto ficou foragido da justiça (dezembro/2014 à outubro/2017).Importante acrescentar ainda, os registros criminais anteriores do paciente elencados nas informações do juízo a quo (ID nº1029553 ? pág 04) que evidenciam a reiteração delitiva.Nessa linha, reproduzo trecho da decisão que decretou a prisão preventiva do paciente, no ponto de interesse: ?De início, acerca da GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, verifico que os documentos e depoimentos prestados no âmbito policial revelam que os autuados são possivelmente dotados de elevado grau de periculosidade e contumazes na prática delitiva.Nesse sentido, as informações prestadas revelam que os autuados teriam agido de forma audaciosa, destemida, impiedosa e alheia às consequências de seus autos ao efetuar vários disparos e arma de fogo, seja perante a vítima (dada a extensão da ação), seja frente às autoridades constituídas (haja vista a crença na impunidade), seja perante a comunidade local (dado a indiferença quanto à reprovação popular).Frise-se a gravidade em concreto do delito, haja vista as circunstâncias e consequências do fato, o seu modus operandi e o desdém das ações noticiadas, por si sós, demonstram que os autuados em liberdade oferecem risco à coletividade e à paz social, sendo, pois, imperiosa uma atuação mais enérgica neste momento a fim de evitar um mal maior.No caso concreto, destaque-se queos fatos apurados ainda no âmbito policial revelam que os representados são conhecidos da polícia, portam armas e são perigosos, reforçando, assim, a necessidade de seu recolhimento cautelar a fim de garantir a devida instrução processual.Quantoà necessidade de assegurar a APLICAÇÃO DA ELI PENAL, verifico que os representados evadiram-se após a apontada prática dos fatos delituosos, revelando que esperam uma oportunidade para fugir do distrito da culpa, sendo imperioso, neste momento, assegurar também a aplicação da lei penal.?A meu ver, a decisão reproduzida demonstra a necessidade da segregação cautelar do paciente e, sua análise, já é suficiente para elidir a alegação do impetrante de que a decretação da segregação cautelar não apresenta a devida motivação, uma vez que está respaldada em elementos concretos do processo.....Ademais, conforme destacado pelo magistrado singular, o réu possui outros registros criminais e, neste caso, a prisão também se justifica para evitar a reiteração na prática delitiva, algo que vem assombrando a sociedade nos dias de hoje, pois, são públicas e notórias as notícias de que, cada vez mais, indivíduos estão adotando a criminalidade como meio de vida e crimes como o ora imputado ao paciente são recorrentes em nosso EstadoO artigo 312 do Código de Processo Penal dispõe que, quando existentes as circunstâncias excepcionais autorizadoras da medida, ou uma delas, aliada à prova de materialidade e indícios suficientes de autoria, a preventiva poderá ser decretada. É o caso dos autos, em que a custódia cautelar do paciente para garantia da ordem pública se torna indispensável.....Acerca dascondições pessoais favoráveisalegadas pelo impetrante, acrescento que estas ainda quando existentes, não são

suficientes à concessão de liberdade provisória e nem a custódia cautelar afronta o princípio do estado de inocência em casos, como o destes autos, demonstrada a imperiosidade de ser mantida a medida preventiva, conforme enunciado da Súmula nº 08/TJPA.? (grifei).Destarte, como bem salientado pelocustos legis,?para uma nova intepretação seria indispensável à apresentação de fatos novos ou novos fatos jurídicos, inexistentes ao tempo da primeira impetração?,o que não ocorreu no caso.Assim,não conheço dohabeas corpus, neste particular.Doutra banda, no que diz respeito ao argumentode excesso de prazo, melhor sorte não socorre ao impetrante, uma vez que ojuízoa quovem tomando as devidas providências para o regular andamento do feito, valendo destacar, por oportuno, os seus esclarecimentos quanto ao andamento processual: ?A denúncia foi ofertada em 20/10/2015 e recebida em 27/10/2015 e determinada a citação do paciente, porém a mesma restou frustrada, poiso Sr. Reginaldo encontrava-se em local incerto e não sabido, desta feita, realizou-se a citação por edital em 03/03/2016, decorrido o prazo, o paciente não compareceu aos autos, nem designou advogado para representá-lo,razão pela qual este juízo determinou a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional em 03/30/2016. Tão somente em 27/09/2018 este Juízo tomou conhecimento de que o paciente achava-se custodiado, momento em que determinou-se a baixa na suspensão processual e do prazo prescricional,voltando o processo a sua marcha regular.? Acrescenta-se, ainda, que, mais recentemente, na data de 06.06.2019, o magistrado de 1º grau, após dar baixa na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, em relação ao paciente, nomeou,diante da inexistência de defensor público na comarca, advogado dativo,a fim de exercer a defesa do coacto,determinando, ainda, a intimação do causídico para que apresente, no prazo de 10 dias, resposta à acusação.Diante o exposto,conheço parcialmente da ordem e, na parte conhecida, denego-a. É o voto. Belém, 25 de junho de 2019.Des.orMILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator Belém, 28/06/2019

Número do processo: 0804194-82.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: WASHINGTON MAIA Participação: ADVOGADO Nome: ARNALDO RAMOS DE BARROS JUNIOROAB: 017199/PA Participação: ADVOGADO Nome: GILBSON ENDE DOS SANTOS SANTISOAB: 27433-A/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZ DA VARA UNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0804194-82.2019.8.14.0000PACIENTE: WASHINGTON MAIAAUTORIDADE COATORA: JUIZ DA VARA UNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIORELATOR(A):Desembargador RONALDO MARQUES VALLE EMENTA HABEAS CORPUS. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. INSUBSISTÊNCIA. DECRETO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADO. ACUSADO FORAGIDO. INDICIOS DE AUTORIA. MANUTENÇÃO DA MEDIDA. AUSÊNCIA DE PROVA DA PARTICIPAÇÃO DO PACIENTE NA AÇÃO DELITIVA. APRECIAÇÃO. INADMISSIBILIDADE.1. Não há que se falar em ausência de fundamentação da decisão que decretou a custódia preventiva do paciente se demonstrado de forma clara e incontroversa que o juízoa quoo alicerçou nos requisitos balizadores do art. 312 do CPP.2.In casu, o paciente foi indiciado por conta de suposta participação em uma milícia fortemente armada e como tal teria participado do crime de tentativa de homicídio motivado pela disputa de terras existentes naquela região.3.Lado outro, a participação ou não do paciente no crime, necessita de exame complexo e aprofundado da matéria fático probatória, o que induvidosamente não pode ser aferido na via exígua da ação mandamental, mas no curso instrução sob as expensas do contraditório e da ampla defesa.4.ORDEM DENAGADA. DECISÃO UNÂNIME.ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos,acordam, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores, componentesdas Egrégia Seção de Direito Penal, por unanimidade,EM CONHECER DA ORDEM E DENEGÁ-LA,nostermos do voto do Relator. Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Pará, os vinte e quatro dias do mês junho de 2019. Julgamento presidido pelo Excelentíssimo Senhor DesembargadorMilton Augusto de Brito Nobre. RELATÓRIO Versa o feito acerca dehabeas corpuspreventivo, com pedido de liminar impetrado em favor deWASHINGTON MAIA, visando à revogação da prisão preventiva decretada pelo Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, sob a acusação de ter incidido na conduta descrita no art. 121, §2º, I e IV e art. 288-A, do Código Penal. Relatam os impetrantes que o pacienteestá sendo investigado por ter, supostamente se associado com outros indivíduos, os quais se dirigiram para a localidade de Assurini, zona rural de Senador José Porfírio e, lá chegando teriam disparado diversas vezes contra a residência das vítimas. Refere que no decorrer das investigações, a autoridade policial colheu depoimentos de duas testemunhas que trabalham no restaurante ?Rola Papo?, as quais relataram que o paciente supostamente esteve naquele estabelecimento na companhia dos outros indiciados. Diante desses fatos, a autoridade policial

representou pela prisão preventiva do paciente, sendo o pleito acolhido pelo juízo impetrado, cuja decisão foi pautada na garantia da ordem pública, conveniência da instrução, criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, diante dos indícios de autoria. A defesa combate à referida decisão, aduzindo os fundamentos utilizados pela magistrada singular para impor a medida de exceção, são inidôneos, porquanto não restou comprovada a necessidade da prisão, por qualquer dos motivos elencados por ela. Pontua em abono a essa assertiva, que não há nos autos elementos que façam supor que o paciente pretenda obstaculizar o decurso da instrução processual, à ordem pública, tampouco a aplicação da lei penal, ausentes, portanto, os requisitos para decretação da prisão preventiva. Assevera que, não há sequer indícios da autoria delitiva, uma vez que as pessoas integrantes do grupo estavam todas encapuzadas (não havendo auto de reconhecimento, interceptação de telefônica ou qualquer outra instrumento de prova apto a ligar o paciente ao caso concreto). Diante do exposto aduzem ser incontestável o constrangimento ilegal suportado pelo paciente, razão pela qual, postulam pela concessão da medida liminar para revogar a decisão que decretou a custódia preventiva, com a expedição do salvo conduto em seu favor. Em 29/05/2019, os autos foram distribuídos a minha relatoria, oportunidade em que indeferi a liminar pleiteada, determinei que fossem colhidas às informações do juízo impetrado e depois de instruído o pedido com estas que fosse encaminhado ao exame e parecer docustos legis. Em resposta, a Juíza Kátia Tatiana Amorim de Sousa, esclareceu que:a) A autoridade policial representou pela prisão preventiva contraALEX CÉSAR SILVA, BALBINO JOSÉ DA CONCEIÇÃO e WASHINGTON MAIA, fundamentando-a na garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, em decorrência dos crimes de tentativa de homicídio qualificado contra as vítimas Kauan Silva Cruz, Almerinda Antunes de Araújo, Valdeci Kappel, Adeilson Araújo da Silva, Naiara Gomes da Conceição e Daniele Araújo Moraes.Foi requerida também a busca e apreensão de armas de fogo nos domicílios de WASHINGTON e BALBINO. De acordo com a decisão que decretou a custódia cautelar (em anexo), instaurou-se o Inquérito Policial n° 00562/2019.100004- 7 ("Operação Tormenta"), cujo objetivo é investigar os crimes de tentativa de homicídio, associação criminosa, porte e posse de arma de fogo de uso restrito ocorridos no dia 03.04.2019, por volta das 06h, na localidade do ?Assurini?, em Senador José Porfírio-PA.Foi apurado que um grupo (com aproximadamente 06 pessoas encapuzadas e fortemente armadas) chegou à propriedade rural na qual residiam as vítimas. Os integrantes do grupo se posicionaram em frente ao barraco de madeira, onde estavam algumas das vítimas, e dispararam diversos tiros contra a moradia, ordenando que as pessoas que lá estavam saíssem, pois iam matar a todos. Do lado de fora da casa estavam às vítimas Valdecir e Kauan.Em dado momento, foi mandado que Valdeci (?Brancão?) levantasse as mãos. Quando assim o fez, foi alvejado por um disparo de arma de fogo, vindo a fingir-se de morto. Em seguida, ordenou-se que Kauan ficasse de joelhos, sendo alvejado com um tiro de arma de fogo na cabeça, caindo ao chão muito ensanguentado.Dentro do barraco estavam Naiara, Almerinda, Daniele e Adelson, o qual pegou uma espingarda e, por uma brecha entre as madeiras da casa, atirou contra o grupo, atingindo um de seus integrantes e fazendo com que o restante se dispersas. Ao recuarem, ainda efetuaram disparos de arma de fogo em direção às vítimas, vindo a atingir Adeilson (no braço) e Almerinda (nas costas).Em determinado momento, ouviu-se um grito de alguém. A vítima Naiara perguntou quem era que estava gritando, e a pessoa respondeu: ?Sou eu, o 'Caubói.? Neste instante, o indivíduo que se identificara levantou e disparou contra Adeilson, este, por sua vez, revidou o disparo, mas não se sabe se ?Caubói? foi atingido.Ao diligenciar acerca dos fatos, a Polícia Civil conseguiu identificar dois integrantes do grupo armado que foram mortos na troca de tiros: Sargento Valdenilson Rodrigues da Silva, que pertencia ao efetivo do 4° Batalhão da PM, em Marabá, e Antonio Vanderley Moraes Freitas (Vando), vindo de Marabá para morar com a família na zona rural em Altamira.O Ministério Público se manifestou favorável à decretação das prisões preventivas deALEX CÉSAR SILVA, BALBINO JOSÉ DA CONCEIÇÃO e WASHINGTON MAIA, bem como pela busca e apreensão requerida (fls. 115/117), que na realização da busca e apreensão deferida, foram encontradas armas e munições.b) A prisão preventiva contra do paciente WASHINGTON MAIA foi decretada em razão da prova da materialidade e dos indícios suficientes de autoria, pois, de acordo com o que consta dos autos, WASHINGTON foi reconhecido pelas testemunhas Laiane e Maria Iracilma quando estava no restaurante, portando ostensivamente arma e na companhia do grupo de homens, no dia anterior ao fato, consoante descrito em detalhes na decisão que segue em anexo.c) A decretação da prisão preventiva de WASHINGTON MAIA teve como fundamento dopericulum libertatis, a garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, conforme cópia da decisão que segue em anexo e, até o presente momento, não se conseguiu a captura do paciente, posto estar foragido.d) O paciente é tecnicamente primário, não havendo nos autos elementos que informem sobre sua conduta social e personalidade.e) O processo, atualmente, encontra-se aguardando conclusão do inquérito. O Procurador de Justiça,Hamilton Nogueira Salamese manifestou pela denegação da ordem. É o relatório. VOTO A tese sustentada na inicial com vista a concessão do presentewrit, a toda

evidência se mostra insubsistente ao fim pretendido,conforme adiante explanarei. Com efeito, colhe-se das informações do juízo impetrado e demais documentos que a instruem que fora decretada a prisão preventiva do paciente atendendo representação formulada pela autoridade policial, tendo o Ministério Público se posicionado favorável imposição da medida de exceção, sendo esta determinada pelo juízoa quo, e ao proceder-se o exame da referida decisão, constata-se, o acerto da medida, pois atende aos imperativos estabelecidos na norma processual vigente, de vez que a autoridade impetrada, demonstrou circunstâncias concretas a necessidade da imposição da segregação provisória do paciente, conforme se infere da decisão acostada (ID. 1782893 ? Págs. 1/5). Com efeito, a prolatora da decisão destacou a existência de prova do crime e indícios suficientes de autoria, extraídos dos depoimentos das vítimas e testemunhas inquiridas durante as investigações realizadas pela Delegacia Especializada em Conflitos Agrários de Altamira ? DECA ? dando ênfase no fato de que o ora paciente foi reconhecido pelas testemunhas Laiane Karoline Silva do Nascimento e Maria Iracilma de Lima da Silva Santos quando estava no restaurante, portando ostensivamente arma e na companhia do grupo de homens, no dia anterior ao crime. Assim, concluiu estar configuradoo fumus commissi delictina hipótese em tela. De outra banda o juízo pontuou que a decretação da prisão preventiva dos suspeitos, dentre eles o paciente, é necessária para garantir a ordem pública, por conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, pois as investigações apontam que o paciente e demais indiciados fazem parte de uma milícia fortemente armada que atua naquela região do Estado do Pará, participando de crimes envolvendo áreas rurais. Pontuou, ainda, que há indícios de que os crimes foram praticados com extrema crueldade, mormente em relação às vítimas Kauan e Valdecir. Ainda no aludidodecisum,a magistrada singular discorreu sobre a conveniência da instrução criminal, oportunidade em que destacou que a medida extrema se faz necessária para acautelar o meio social, visando um julgamento justo sem interferências externas. Neste aspecto, aduziu que, no caso em tela, por se tratar de indivíduos cuja periculosidade é alta, muitos dos que presenciaram alguma circunstância que pudesse elucidar melhor os fatos preferiram não contribuir com as investigações em razão de temerem por suas vidas, sendo que as testemunhas que, de alguma forma, prestaram seus depoimentos, sofrem riscos iminentes, pois vivem em uma pequena comunidade, sendo facilmente identificáveis pelos investigados. É inegável, desse modo que os crimes pelos quais o paciente está sendo investigado, isto é, tentativa de homicídio qualificado e associação criminosa revelam, de forma incontroversa a real gravidade da conduta em especial por se tratar de delito envolvendo conflitos pela posse da terra que gera, nas comunidades rurais, um verdadeiro sentimento de medo e impunidade, restando, assim, configurado um quadro de temeridade social a recomendar a imposição da medida de exceção visando coibir a prática de novos delitos. Mesmo, porque até a presente data, não há notícia, nos autos, do cumprimento dos mandados de prisão expedido em desfavor do paciente. Por se coadunar com a situação em análise trago a colação posicionamento do Superior Tribunal de Justiça:PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RÉU FORAGIDO. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.I - A prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. II - No caso, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam a imperiosidade da prisão para garantia da ordem pública, notadamente a forma pela qual o delito foi em tese praticado, consistente em homicídio qualificado, mediante recurso que dificultou a defesa da vítima, sendo que o recorrente teria sido um dos responsáveis por encomendar a execução do crime a dois adolescentes, em virtude de desavenças referentes ao tráfico de drogas, circunstâncias que demonstram a periculosidade concreta do recorrente e a necessidade da segregação cautelar imposta. III - Ademais, consta do presente feito que o ora recorrente encontra-se foragido, não tendo o mandado de prisão preventiva sido cumprido, o que também justifica a constrição cautelar em seu desfavor para a garantia da aplicação da lei penal (precedentes). IV - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Recurso ordinário não provido. (RHC/MG Re. Min. FELIX FISCHER, 5T., J. 21/09/2018, DJe 11/10/2018). Nesse viés, não resta dúvida que o decreto de prisão preventiva está devidamente fundamentado, nos indícios de autoria, bem como sobre a necessidade de se garantir a ordem pública e a conveniência da instrução criminal, evidenciando, assim, a necessidade da constrição cautelar do paciente na hipótese em tela, conforme

determina o art. 312 do CPP. No que concerne o questionamento de que a decretação da prisão não se justifica, em virtude de inexistirem provas da participação do paciente no delito. Todavia, o enfrentamento dessa questão é inadmissível ante a necessária e imprescindível incursão na matéria probatória, tecnicamente não adequada ao âmbito dowritem exame, mas sim pertinente ao juízo de 1º grau, no curso da instrução processual sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. Diante do exposto, e estando a prisão preventiva devidamente fundamentada nos requisitos do artigo 312 do CPP, inexiste o constrangimento ilegal aduzido na inicial, razão pela qual, em consonância com a manifestação do ilustre procurador de Justiça, sou pela denegação da ordem. É o meu voto.Belém, 24 de junho de 2019. Des.orRONALDO MARQUES VALLERelator Belém, 26/06/2019

Número do processo: 0803922-88.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: JOSE MARIA DE SENA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: 1ª Vara de Crimes Contra a Criança e Adolescente da Comarca de BelémTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0803922-88.2019.8.14.0000PACIENTE: JOSE MARIA DE SENAAUTORIDADE COATORA: 1ª VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE DA COMARCA DE BELÉMRELATOR(A):Desembargadora VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA EMENTA ACÓRDÃO N.ºPROCESSO Nº 0803922-88.2019.8.14.0000.ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO DE DIREITO PENAL.RECURSO: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR.COMARCA DE ORIGEM: BELÉM/PA.PACIENTE: JOSÉ MARIA DE SENA.IMPETRANTE: DEFENSOR PÚBLICO ALAN FERREIRA DAMASCENO.IMPETRADO: JUÍZO DA 1ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE DA COMARCA DA CAPITAL/PA.RELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA. EMENTA: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. CRIME DE ESTUPRO DE VULNERÁVEL. ART. 217-A DO CPB. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA E APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. SÚMULA 08 DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. EXCESSO DE PRAZO. ARGUMENTO SUPERADO. AÇÃO PENAL SENTENCIADA. ORDEM DENEGADA.1. Ao contrário do que afirma o impetrante, não vislumbro nos autos em análise, ausência dos requisitos da prisão preventiva, uma vez que restaram satisfatoriamente demonstrados na decisão objurgada os pressupostos e motivos autorizadores da medida, segundo dispõe o art. 312 do CPP, com a devida indicação dos fatos concretos justificadores de sua imposição, nos termos do art. 93, inciso IX, da Carta Magna.2. Odecisumcombatido evidencia a imprescindibilidade de manutenção da segregação cautelar do paciente, tendo em vista a gravidade concreta do delito praticado pelo mesmo, considerando a condição de vulnerabilidade da vítima, menor, à época, e ainda a periculosidade demonstrado pelomodus operandiempregado pelo sentenciado, que residia juntamente com a ofendida, eis que vivia maritalmente com a avó da mesma e se aproveitava da ausência de sua companheira para praticar atos libidinosos com a vítima, sempre a ameaçando de morte, caso contasse o ocorrido, tentando, inclusive, agredi-la com um terçado, ao descobrir que havia relatado o fato a seus familiares, segundo declarações constantes dos autos de I.P., ratificadas em juízo, circunstâncias que, a meu ver, justificam a imposição da medida extrema em desfavor do recorrente, especialmente para evitar a reiteração da conduta delituosa e proteger a adolescente de eventual investida do sentenciado.3.As circunstâncias pessoais favoráveis ao paciente, citadas na inicial, não se mostram como impediente para a manutenção da prisão, quando presentes os elementos ensejadores da custódia preventiva, nos termos do Enunciado da Súmula 08 deste Egrégio Tribunal de Justiça.4.ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. Unânime, nos termos do voto da Desa. Relatora. Acórdão Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da Seção de Direito Penal, à unanimidade, emconhecer e denegar a ordem, nos termos do voto da Desembargadora Relatora.Sessão do Plenário Virtual do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, iniciada às 14:00 horas do dia 18 de junho de 2019 e encerrada às 14:00 horas do dia 20 do mês de junho de 2019.Julgamento presidido pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Vânia Fortes Bitar. Belém/PA, 18 de Junho de 2019. Desa. VÂNIA LÚCIA SILVEIRARelatora RELATÓRIO PROCESSO Nº 0803922-88.2019.8.14.0000ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO DE DIREITO PENALRECURSO: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINARCOMARCA DE ORIGEM: BELÉM/PAPACIENTE: JOSÉ MARIA DE SENAIMPETRANTE: DEFENSOR PÚBLICO ALAN FERREIRA DAMASCENOIMPETRADO: JUÍZO DA 1ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTEDA COMARCA DA CAPITAL/PARELATORA: DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA RELATÓRIO Trata-se dehabeas corpusliberatório, com pedido de medida liminar, impetrado em favor do sentenciado,José Maria de Sena, em face de ato do Juízo da 1ª Vara de Crimes Contra Criança e

Adolescente da Comarca da Capital/PA, nos autos do Processo n.º 0019445-71.2018.8.14.0401.Consta da impetração que o paciente se encontra custodiado desde 13/08/2018, acusado da suposta prática do crime insculpido noart. 217-A, c/c art. 71, ambos do CPB, tendo sido condenado à pena de16 (dezesseis) anos e 08 (oito) meses de reclusão, na data de 15.03.2019, sendo negado ao mesmo o direito de recorrer em liberdade.Sustenta o impetrante aausência dos requisitos ensejadores da medida extrema, ressaltando que a gravidade do delito, por si só, não constitui fundamento à segregação cautelar.Assevera que o réu ostenta condições pessoais favoráveis para responder ao processo em liberdade, pois exerce atividade lícita de marítimo, possui residência fixa, além de ser primário e portador de bons antecedentes.Argumenta, ainda, constrangimento ilegal decorrente doexcesso de prazo na formação da culpa do paciente.Pugna pela concessão liminar da ordem. Ao final, a concessão definitiva dowrit.O feito fora a mim redistribuído por prevenção.É o relatório. VOTO VOTO Presentes os respectivos requisitos, admito o processamento dowrit.Trata-se dehabeas corpusliberatório, com pedido de liminar, impetrado em favor do sentenciado,José Maria de Sena, em face de ato do Juízo da 1ª Vara de Crimes Contra Criança e Adolescente da Comarca da Capital/PA, nos autos da ação penal n.º 0019445-71.2018.8.14.0401.Do direito de apelar em liberdade.Objetiva o impetrante a revogação da prisão cautelar imposta ao paciente na sentença proferida em 15.03.2019, sob o fundamento de ausência dos requisitos autorizadores da medida extrema.Sobre a matéria, cabe observar, inicialmente, que a análise da revogação da prisão preventiva se acha condicionada à verificação da hipótese fática especificamente trazida a exame, não constituindo direito subjetivo absoluto e incondicional do requerente, cabendo ao julgador, igualmente, verificar a presença de quaisquer dos requisitos da medida cautelar.No caso em apreço, verifiquei que o Magistrada de 1º Grau, atendendo representação da autoridade policial, decretou a prisão preventiva do acusado, na data de 30.07.2018, para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, sob os seguintes fundamentos:?No presente caso, como bem ratifica o parecer ministerial, verifico a necessidade de decretar a custódia do representado em razão de estarem presentes os pressupostos da prisão cautelar: fumus comissi delicti e o periculum libertatis, tendo em vista a confirmação do delito através de depoimentos das testemunhas, da vítima, relatório de acolhimento social do ProPaz e laudo psicológico da menor. Trata-se de crime hediondo (art. 1º, VI, da Lei n.º 8.072/90), de natureza gravíssima, perpetrado contra criança, que à época do inicio dos fatos contava com apenas 6(seis) anos de idade, perpetrando-se os abusos até os 9(nove) anos, ocorrendo dentro da residência que a vítima residia com a avó, aproveitando-se da inocência da vítima, e de relação familiar, que à época era companheiro da avó da vítima, praticando reiteradamente abusos sexuais contra a criança enquanto ficava só na residência com a vítima, o que demonstra de maneira cristalina a periculosidade do individuo à ordem social. O depoimento da menor é contendente e aponta o representado como autor da violência sexual sofrida pela vítima, e condiz com o depoimento das demais testemunhas, e com o relatório social elaborado pelo PROPAZ. Do mesmo modo, a decretação da prisão preventiva encontra-se devidamente fundamentada pela conveniência da instrução criminal e pela garantia da ordem pública, requisitos que são identificados pelo fato do representado conhecer toda a rotina da vítima e testemunhas, podendo atrapalhar o prosseguimento das investigações, uma vez que pode cooptar e assediar testemunhas e o próprio menor, ou fugir da investigação, o que igualmente justifica a decretação da prisão. (...). Em que pese não constar registro de antecedentes criminais contra o representado, é certo que conforme decidiu o Egrégio Superior Tribunal de Justiça, a condição de primário e de ostentar bons antecedentes, por si só, não garante ao réu, que revelou periculosidade, em condenável assalto à mão armada, o privilégio da liberdade provisória (RT 694/386). Corrobora tal posicionamento a Súmula 8 do tribunal de Justiça do Estado do Pará que preceitua: As qualidades pessoais são irrelevantes para a concessão da ordem de Habeas Corpus,mormente quando estiverem presentes os requisitos da prisão preventiva. (grifo nosso). ?Ex positis?, e considerando que estão presentes os pressupostos da custódia cautelar DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA, com arrimo nos artigos 311 e 312 do Código de Processo Penal a JOSÉ MARIA DE SENA, (...), pela conveniência da instrução criminal e pela garantia da ordem pública, devendo ser expedido Mandado de Prisão contra o mesmo.? Na data de 15.03.2019, ao proferir a sentença condenatória, a MM.ª Julgadora manteve a segregação do paciente para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, assim discorrendo em sua decisão:?Considerando que o réu permaneceu preso durante toda a instrução criminal, não se afigura plausível, ao contrário, revela-se um contrassenso jurídico, sobrevindo sua condenação, colocá-lo em liberdade para aguardar o julgamento de eventual recurso (STF - HC: 118551 PA). O réu está atualmente preso por força de prisão preventiva e a presente sentença o condenou a uma pena significativa. Deste modo, em razão da presença dos pressupostos da prisão preventiva, em especial a necessidade da garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, mantenho a prisão preventiva, já decretada, pelos seus próprios fundamentos. Infere-se, ademais, que o réu demonstra ter periculosidade acentuada (satisfazendo sua lascívia com criança de 6 anos de idade), fazendo-se, portanto, necessária a

segregação de caráter preventivo, sob pena de ser abalada ainda mais a ordem pública, ainda mais por se tratar de crime sexual contra criança de tenra idade, o que provoca grande repulsa social.?(id. 1759029). Com efeito, apesar dos argumentos sustentados pelo impetrante, acerca da suposta ausência de fundamentação da decisão acima transcrita, entendo que razão não lhe assiste.Odecisumcombatido evidencia a imprescindibilidade de manutenção da segregação cautelar do paciente, tendo em vista agravidade concreta do delitopraticado pelo mesmo, considerando a condição de vulnerabilidade da vítima, menor, à época, e ainda apericulosidadedemonstrado pelomodus operandiempregado pelo sentenciado, que residia juntamente com a ofendida, eis que vivia maritalmente com a avó da mesma e se aproveitava da ausência de sua companheira para praticar atos libidinosos com a vítima, sempre a ameaçando de morte, caso contasse o ocorrido, tentando, inclusive, agredi-la com um terçado, ao descobrir que havia relatado o fato a seus familiares, segundo declarações constantes dos autos de I.P., ratificadas em juízo, circunstâncias que, a meu ver, justificam a imposição da medida extrema em desfavor do recorrente, especialmente para evitar a reiteração da conduta delituosa e proteger a adolescente de eventual investida do sentenciado. Nesse sentido, trago à colação precedentes do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. GARANTIA DA APLICAÇÃO DA LEI PENAL. TENTATIVA DE FUGA. TRANSFERÊNCIA DE ALA NO PRESÍDIO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, a justificativa da prisão cautelar que lhe foi imposta, em razão da necessidade de acautelamento da ordem pública, mormente se considerado que os delitos contra a dignidade sexual supostamente praticados teriam ocorrido de maneira contumaz, mediante grave ameaça, cometidos contra sua enteada, de apenas nove anos de idade, na frente do próprio filho de 3 anos, cujas cenas dos crimes foram filmadas e armazenadas no celular, o que revela a periculosidade e a gravidade em concreto das condutas supostamente perpetradas, tendo em vista o modus operandi empregado, tornando necessária a imposição da medida extrema em desfavor do paciente.Precedentes.IV ?(...);V ?(...);VI - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.Habeas corpus não conhecido.(HC 474.209/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 10/12/2018). ?Tendo o agente permanecido preso durante toda a instrução processual, não deve ser permitido recorrer em liberdade, especialmente porque, inalteradas as circunstâncias que justificaram a custódia, não se mostra adequada a soltura dele depois da condenação em Juízo de primeiro grau, às penas de 17 anos e 5 dias de reclusão, em regime inicial fechado. [...].? (HC 418.479/GO, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 02/10/2018, DJe 15/10/2018). PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. NÃO CABIMENTO. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. NOVO TÍTULO JUDICIAL QUE MANTÉM OS MESMOS FUNDAMENTOS. PRISÃO PREVENTIVA. RÉU QUE RESPONDEU AO PROCESSO SOLTO. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE. MODUS OPERANDI. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.I ? (...);II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do art. 312 do Código de Processo Penal.III - Superveniência de sentença condenatória. Novo título judicial que, por si só, não tem o condão de prejudicar o writ se mantidos os fundamentos da segregação cautelar.IV- In casu, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados extraídos dos autos, notadamente pela periculosidade do paciente, caracterizada pelo modus operandi da conduta em tese praticada, consubstanciada em estupro de vulnerável uma vez que, "o paciente praticou o então delito de atentado violento ao pudor e

estupro de vulnerável, consistentes em diversos atos libidinosos cometidos contra suas 3 netas, uma bisneta e uma quinta criança, todas menores de 14 anos de idade."V - O direito do réu de apelar em liberdade, assegurado pelo art. 594 do CPP, pode lhe ser denegado, ainda que ele haja permanecido solto durante a instrução criminal, nas hipóteses em que se evidencia, no momento da prolação do édito condenatório, a existência de qualquer das hipóteses previstas no art. 312 do CPP.VI - Condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não têm o condão de, por si sós, garantirem ao paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, o que ocorre na hipótese.Habeas corpus não conhecido.(HC 429.654/SC, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 22/03/2018, DJe 27/03/2018). Por conseguinte, restando devidamente correlacionada a fundamentação do decreto prisional e os aspectos do caso concreto, não se evidencia qualquer constrangimento ilegal na segregação do paciente. Ademais, não logrou o impetrante demonstrar, na inicial, argumentação hábil capaz de desconstituir a decisão ora combatida, razão pela qual a mesma deve permanecer inalterada.Assim, ao contrário do que afirma o impetrante, não vislumbro nos autos em análise, ausência dos requisitos autorizadores da prisão, uma vez que restaram satisfatoriamente demonstrados na decisão objurgada os pressupostos e motivos autorizadores da medida, segundo dispõe o art. 312 do CPP, com a devida indicação dos fatos concretos justificadores de sua imposição, nos termos do art. 93, inciso IX, da Carta Magna. Das condições pessoais favoráveis.Acrescento, ainda, a essas razões, que as circunstâncias pessoais favoráveis ao paciente, citadas na inicial, não se mostram como impedientes para a manutenção da prisão, quando presentes os elementos ensejadores da custódia preventiva, nos termos doEnunciado da Súmula 08 deste Egrégio Tribunal de Justiça. Do alegado excesso de prazo.Por fim, sustenta o impetrante constrangimento ilegal decorrente doexcesso de prazona formação da culpa do paciente.Todavia, conforme asseverou o douto Procurador de Justiça,?Quanto ao alegado excesso de prazo, não mais subsiste tal alegação, pois o paciente foi sentenciado à pena de 16 (dezesseis) anos e 08 (oito) meses de reclusão, tendo sido interposto recurso de apelação, em trâmite neste E. Tribunal de Justiça, de modo que está superado qualquer excesso de prazo que tenha porventura ocorrido no decorrer da instrução criminal.? Diante do acima exposto e acompanhando parecer do Órgão Ministerialdenego a ordem impetrada. É o voto. Belém/PA, 18 de Junho de 2019. Desa. VÂNIA LÚCIA SILVEIRARelatora Belém, 25/06/2019

Número do processo: 0803841-42.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: RAIMUNDO ARAUJO DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: JULIO CESAR PEREIRA FURTADOOAB: 49274/DF Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE MAE DO RIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0803841-42.2019.8.14.0000PACIENTE: RAIMUNDO ARAUJO DE SOUZAAUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE MAE DO RIORELATOR(A):Desembargadora VÂNIA LÚCIA CARVALHO DA SILVEIRA EMENTA ACÓRDÃO N°:PROCESSO Nº 0803841-42.2019.8.14.0000ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO DE DIREITO PENALRECURSO: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINARCOMARCA DE ORIGEM: MÃE DO RIO/PAPACIENTE:RAIMUNDO ARAÚJO DE SOUZAIMPETRANTE: ADV. JÚLIO CÉSAR PEREIRA FURTADOIMPETRADO: JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MÃE DO RIO/PAPROCURADOR DE JUSTIÇA: DR. HAMILTON NOGUEIRA SALAMERELATOR (A):DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA EMENTA: HABEAS CORPUS. ART. 121 C/C O ART. 14, INCISO II, DO CPB. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA DO DECRETO CAUTELAR. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS LEGAIS AUTORIZADORES DA CUSTÓDIA CAUTELAR. IMPROCEDÊNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. RÉU QUE PERMANECEU FORAGIDO POR MAIS DE DEZ ANOS. INSUFICIÊNCIA DA APLICAÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.1. Incabível a assertiva de ausência fundamentação idônea do decreto cautelar, ante a inexistência de requisitos legais autorizadores da custódia cautelar, quando é possível verificar que ela está calcada não só na prova de existência do crime e nos indícios de autoria, como também na garantia da ordem pública, pois presentes a gravidade concreta do delito e a real periculosidade do agente, revelada pela natureza e pelomodus operandiempregado no crime em tela, e para aplicação da lei penal, ante a notícia de que o réu permaneceu mais de dez anos foragido.2. Pouco importa se o paciente é possuidor de condições subjetivas favoráveis, tais como ocupação lícita e residência fixa, pois tais fatos não autorizam, por si sós, a almejada concessão da liberdade, por existirem,

nos autos, outros elementos aptos a ensejar a prisão preventiva, não sendo suficiente a aplicação de outras medidas cautelares.3. ORDEM DENEGADA à unanimidade, nos termos do voto da Desembargadora Relatora. Acórdão Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Seção de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade,DENEGARa ordem impetrada, nos termos do voto da Desembargadora Relatora.Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aos dezoito dias do mês de junho de 2019.Julgamento presidido pela Excelentíssima Desembargadora Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha.Belém/PA, 18 de junho de 2019. Desa.VÂNIA LÚCIA SILVEIRARelatora RELATÓRIO Trata-se de Habeas Corpus Liberatório com pedido de liminar, em favor de RAIMUNDO ARAÚJO DE SOUZA,em face de ato do Juízo de Direito da Vara Única de Mãe do Rio/PA.Consta da impetração que, o paciente teve suaprisão preventiva decretada em 11.04.2008, após ser indiciado e denunciado pela suposta prática dos crimes previstos noart. 121 c/c o art. 14, inciso II, todos do Código Penal, fato ocorrido no dia 21.03.2008, contra a vítima Valdemir Pereira dos Santos, encontrando-se recolhido no Complexo Penitenciário de Brasília ? Papuda, desde novembro de 2018.Aduz o impetrante queestão ausentes os requisitos da prisão preventiva previstos no art. 312 do CPPe que a decretação da prisão preventiva do paciente não encontra qualquer respaldo no ordenamento jurídico, motivo de sua ilegalidade. Para a defesa, não há nos autos nenhum indício de que o requerente integra alguma organização ou grupo criminoso, coagiu testemunha, destruiu provas ou oferece risco às investigações,não havendo que se falar em garantia da ordem pública pelo simples fato de o crime ter sido grave, estando o decreto prisional desprovido de qualquer fundamentação inidônea à manutenção de sua prisão.Além disso, afirma que o paciente possuicondições pessoais favoráveis, pois é réu primário, sem nenhum histórico de antecedentes criminais, tem boa conduta social, uma vez que se trata de pessoa com ótimo comportamento em seu meio social e em suas atividades concernentes ao trabalho.Requer a concessão liminar do writ, para que sejarevogada a prisão preventiva do paciente e expedido o alvará de solturaem seu nome, ou, que seja revogada a prisão preventiva, impondo-se ao paciente asmedidas constantes nos incisos I, IV e V do art. 319 do CPP, quais sejam, comparecimento periódico em juízo, proibição de ausentar-se da comarca e recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga.No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem em favor do mesmo, a fim de que seja cassado o ato da autoridade coatora que decretou a prisão preventiva do paciente.A liminar requerida foi indeferida ante a ausência de seus requisitos legais.Solicitadas asinformações à autoridade coatora, esta esclarece que o paciente teve a prisão preventiva decretada em 11.04.2008, porque no dia 22.03.2008 teria cometido tentativa de homicídio contra Valdemir Pereira dos Santos.Informa que, em 27.04.2018, foi promovida a inserção do mandado de prisão preventiva no Banco Nacional de Mandados de Prisão. Em novembro de 2018, o paciente foi preso em Brasília/DF, tendo a Vara de Execuções Penais da Comarca determinado que se promovesse o recambiamento do preso.Assevera que a denúncia foi oferecida em 12.11.2018 e recebida em 05.12.2018, sendo enviada Carta Precatória para Comarca de Brasília/DF, e efetivamente cumprida em 19.02.2019.Prossegue informando que, em 14.02.2019, o advogado constituído pelo Réu, ora impetrante, se habilitou nos autos e requereu a revogação da prisão, mas não ofereceu a defesa preliminar, tendo este Juízo determinado sua intimação via DJE para que o fizesse, todavia, ainda assim, o causídico permaneceu silente.Salienta que foi determinada a intimação do réu para informar se o advogado constituído ainda o representava, caso contrário, seria designado defensor público ou dativo, contudo, referida intimação não foi realizada porque o advogado protocolou pedido de revogação da prisão preventiva, o qual foi indeferido por aquele Juízo.Por fim, refere que o feito aguarda o oferecimento da defesa preliminar, vez que o advogado constituído insiste na revogação da prisão preventiva, agora por intermédio do presente Habeas Corpus, mas se abstém de cumprir com o dever processual de apresentar a defesa preliminar ou, no mínimo, declarar que não o fará, a fim de que sejam adotadas as medidas necessárias para que a ação penal possa se desenvolver.NestaInstância Superior, o Procurador de Justiça Hamilton Nogueira Salame manifesta-se peladenegaçãoda ordem. VOTO Da análise acurada dos presentes autos, bem como, com base nas informações do Juízo Processante, constata-se que as alegações esposadas pelo ilustre impetrante não têm procedência.Cinge-se owritàalegação de ausência dos requisitos da prisão preventiva previstos no art. 312 do CPPe que a decretação da prisão preventiva do paciente não encontra qualquer respaldo no ordenamento jurídico, motivo de sua ilegalidade. Para a defesa, não há nos autos nenhum indício de que o requerente integra alguma organização ou grupo criminoso, coagiu testemunha, destruiu provas ou oferece risco às investigações,não havendo que se falar em garantia da ordem pública pelo simples fato de o crime ter sido grave, estando o decreto prisional desprovido de qualquer fundamentação inidônea à manutenção de sua prisão.Das informações e documentos constantes dos autos, verifica-se que a referida custódia se encontra devidamente motivada não só pelos indícios suficientes de autoria e materialidade do delito, como também pela garantia da ordem pública e aplicação da lei penal.Isto porque,

das informações judiciais, bem como, da cópia do decreto de prisão preventiva, vê-se que o paciente estava agredindo sua companheira, a qual, para fugir das agressões, adentrou a residência do ofendido Valdemir Pereira dos Santos, que se dirigiu ao portão para trancá-lo, visando salvaguardar a vida/integridade física da mulher, ocasião em que o paciente lhe desferiu uma facada no abdômen.Transcrevo, por oportuno, trecho do supracitado decreto preventivo: ?(...) Passo a Decidir.Consta dos autos que o representado cometeu a prática delituosa, face os relatos das testemunhas, da Sra. Sandra, companheira do indiciado, que inconformado com a separação e quando aquela se socorrida na casa de um vizinho, deferiu um golpe na vítima, que pelos relatos perante a autoridade policial, indicando a autoria do crime ao representado, que com tal prática delituosa, principalmente nas circunstâncias onde e da forma que ocorreu, não há como não considerar ser elemento de alta periculosidade para o convívio em sociedade e que em liberdade significará indubitavelmente perigo para a ordem pública, colocando em risco a população e se solto criará empecilho para a produção da prova. Se evadindo do distrito de culpa, embaraçando o cumprimento da pena, se condenado. Faz-se mister uma prestação jurisdicional rígida, severa para coibir tais fatos delituosos, aplicando a necessária medida construtiva contra esse tipo de delinquente.Se não bastasse a fuga do mesmo, tão logo soube das acusações contra si, conforme decidiu o STF, que diz: ?A simples fuga do acusado do distrito da culpa, tão logo descoberto o crime praticado, já justifica o decreto de prisão preventiva (TT 497/403).? Assim, Decreto a Prisão Preventiva do nacional RAIMUNDO ARAÚJO DE SOUZA, Vulgo GALEGO, qualificado acima, atendendo à solicitação da autoridade policial, com fundamento nos arts. 311 e 312, do CPP, em garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e segurança da futura aplicação da lei penal.Expeça-se Mandado de Prisão Preventiva. (...)? Resta cristalino o abalo à ordem pública, e tem-se como incabível a assertiva de que não há requisitos legais a sustentar a custódia cautelar do acusado, sendo latente a necessidade da mesma, não só em face da prova de existência do crime e de indícios suficientes de autoria, como também para a garantia da ordem pública, pois presentes a gravidade concreta do delito e a periculosidade do réu.Imperioso ressaltar que não se trata de periculosidade presumida do agente, tão somente a partir da gravidade abstrata do delito ou de meras conjecturas a respeito dos fatos, mas sim do real e concreto perigo que ele representa para a sociedade. Deste modo, sua soltura pode, efetivamente, ensejar grave intranquilidade ao meio social. Assim: HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. GRAVIDADE CONCRETA. ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO APÓS A PRONÚNCIA. INOCORRÊNCIA. TRAMITAÇÃO REGULAR. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. ORDEM DENEGADA. 1. Não é ilegal o encarceramento provisório que se funda em dados concretos a indicar a necessidade da medida cautelar, especialmente em elemento extraído da conduta perpetrada pelo acusado, qual seja, o modus operandi do crime de homicídio qualificado, demonstrando a necessidade da prisão para a garantia da ordem pública. 2. A questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstâncias detalhadas de cada caso concreto. 3. O trâmite processual foi compatível com as particularidades da causa, não se tributando, pois, aos órgãos estatais indevida letargia, em especial porque a sessão de julgamento já está aprazada para data próxima (3.5.2017). 4. Ordem denegada. (STJ - HC 381.152/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/03/2017, DJe 17/03/2017) De outra banda, o magistradoa quonoticia queo paciente evadiu-se logo após o crime, e permaneceu por mais de 10 anos na condição de foragido, prejudicando a instrução criminal, sendo certo que sua prisão somente ocorreu porque as inovações tecnológicas atualmente permitem o compartilhamento dos mandados de prisão em todo o território nacional.Logo, também se faz necessária sua prisão paraa correta aplicação da lei penal, de vez que, em liberdade, pode tentar evadir-se do distrito da culpa mais uma vez.Por conseguinte, pouco importa, neste caso, se o paciente é possuidor de condições subjetivas favoráveis, tais como, primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa, pois tais fatos não autorizam, por si sós, a almejada concessão da liberdade, por existirem, nos autos, outros elementos aptos a ensejar a prisão preventiva,não sendo suficiente a aplicação de outras medidas cautelares.Deste modo, verifica-se que a custódia preventiva do paciente está em consonância com os ditames legais do art. 312 do CPP, assim como inexiste o aventado excesso de prazo para a conclusão da instrução criminal.Ante o exposto, DENEGO a ordem impetrada.É o voto.Belém/PA, 18 de junho de 2019. Desa. VÂNIA LUCIA SILVEIRARelatora Belém, 25/06/2019

Número do processo: 0804599-21.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: ANTONIO

WELLINGTON FURTADO DE CASTRO Participação: ADVOGADO Nome: MARCUS NASCIMENTO DO COUTOOAB: 14069/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0804599-21.2019.8.14.0000PACIENTE: ANTONIO WELLINGTON FURTADO DE CASTROAUTORIDADE COATORA: JUIZO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADORELATOR(A):Desembargador RONALDO MARQUES VALLE EMENTA HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO DE DIREITO PENALPROCESSO Nº 0804599-21.2019.8.14.0000IMPETRANTE: MARCUS NASCIMENTO DO COUTO (Advogado)PACIENTE: ANTONIO WELLINGTON FURTADO DE CASTROIMPETRADO: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉMPROCURADOR DE JUSTIÇA: SÉRGIO TIBÚRCIO DOS SANTOS SILVARELATOR: DES. RONALDO MARQUES VALLEPREVENÇÃO AO HC: 081563-68.2019.8.14.0000 HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. 1) INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO. UTILIZAÇÃO DOMANDAMUSCOMO SUCEDÂNEO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. MATÉRIAS DE NULIDADE QUE DEVEM SER DISCUTIDAS NO BOJO DE RECURSO PRÓPRIO. 2) AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. REITERAÇÃO DEWRIT. AUSÊNCIA DE MODIFICAÇÃO NA SITUAÇÃO FÁTICO PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO. 3) EXCESSO DE PRAZO PARA FINALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. CONSTRAGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO JUÍZO. DILAÇÃO DE PRAZO AINDA NOS LIMITES DA RAZOABILIDADE1) O impetrante utiliza-se domandamusobjetivando o reconhecimento de nulidades oriundas da suposta incompetência do Juízo. Ohabeas corpusnão é, e não pode ser usado como sucedâneo de recurso. Conhecer dewritcomo substitutivo de recurso é violar perigosamente todo o esquema recursal previsto nas diversas leis processuais penais em vigor, especialmente porque existe procedimento próprio previsto no Código do Processo Penal para tal fim.2) Considerando o que fora decidido nos autos dos HC?s nº0809555-17.2018.814.0000, 0801563-68.2019.8.14.0000, 0803421-37.2019.814.0000, tenho por prejudicado a presente impetração, face à duplicidade acima descrita., tendo em vista que o decreto preventivo já restou analisado no âmbito desata Corte de Justiça, vez que não foi arguido qualquer novo fato, hábil a alterar o entendimento deste Colegiado, mantendo-se, assim, inalterado o contexto fático, devendo o réu, desse modo, permanecer custodiado.3) O constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto.In casu, o paciente foi preso em 26/09/2018 e trata-se de feito complexo, com pluralidade de réus, a saber, cinco denunciados, tendo sido protocolizado pela Defesa exceção de incompetência, litispendência e coisa julgada, c/c pedido de ausência de justa causa para deflagração da ação penal, culminando no declínio de competência pelo Juízo da Vara de Capanema e consequente encaminhamento dos autos ao Juízo da Vara de Combate ao Crime Organizado, o que sabidamente contribui para uma maior delonga na tramitação do processo. Em 06/05/2019, a autoridade inquinada coatora se julgou competente para atuar no feito, indeferindo os pedidos de revogação de preventiva, designando audiência para os próximos dias 24 e 28 de junho de 2019 e, ainda, determinando que fosse oficiado ao Procurador Geral de Justiça, a fim de que se designe outro Promotor de Justiça para atuar no feito, dando curso a marcha processual. Não há registro de qualquer evento relevante atribuído ao Poder Judiciário que possa caracterizar constrangimento ilegal e justificar o relaxamento da prisão, ao contrário, a dilação do prazo ainda se encontra dentro dos limites da razoabilidade que devem nortear esta decisão. 4) HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E DENEGADO ACÓRDÃOVistos etc.Acordam, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores, componentes da Egrégia Seção de Direito Penal, à unanimidade, em CONHECER PARCIALMENTE E DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do Desembargador Relator.Decisão proferida na 15ª Sessão Ordinária do Plenário Virtual, na Egrégia Seção de Direito Penal, no ambiente do PJE, concluída entre os vinte e cinco dias e vinte sete dias do mês de junho de 2019Julgamento presidido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Raimundo Holanda Reis. RELATÓRIO R E L A T Ó R I O Trata-se da ordem de habeas corpus liberatório, com pedido liminar, impetrado em favor de Antônio Wellington Furtado de Castro, que responde ação penal nº 0010279-15.2018.814.0013, no Juízo de Direito da Vara de Combate ao Crime Organizado, pela prática dos crimes tipificados nos art. 33 e 35 da Lei de Drogas.O impetrante esclarece que a ação Penal acima mencionada tramitava originalmente perante a Vara Criminal de Capanema, tendo este Juízo decretado a preventiva do paciente, que restou cumprida em 26/09/2018.Afirma que, após apresentação de denúncia em desfavor do coacto, este ofereceu defesa preliminar e opôs exceção de incompetência, além de pedido de substituição da prisão por medida cautelar diversa. Alega, todavia, que o juízo de 1º grau se limitou a receber a denúncia, omitindo-se quanto aos demais pleitos, o que motivou a impetração deHabeas Corpusnº 0801563-68.2019.8.14.0000.Aduz que, após a impetração dowritacima, o juízo da comarca de

Capanema/PA, sem consultar o Ministério Público local, como determina o §1º do art. 108 do CPP, declinou da competência para atuar no feito, remetendo os autos a Vara de Combate ao Crime Organizado.Assevera que, embora este fato novo tenha sido comunicado a esta Corte, o Exmo. Desembargador Relator Ronaldo Valle, após instrução do writ, denegou a ordem.Destaca que, ao chegar na Vara de Combate ao Crime Organizado, o feito foi enviado ao Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado do Ministério Público (GAECO), que emitiu parecer suscitando conflito negativo de competência. Salienta, entretanto, que o magistradoa quo, em 06.05.2019, entendeu ser competente para o julgamento do feito, indeferiu os pedidos de revogação da segregação, designou audiência de instrução e julgamento para os dias 24 e 28 de junho de 2019 e, ainda, determinou que fosse oficiado ao Procurador Geral de Justiça, a fim de que designasse outro Promotor de Justiça para atuar no feito.Diante desse contexto, sustenta o impetrante que, suscitado o conflito de competência pelo órgão do Ministério Público, não pode o magistrado, ainda que entenda ter competência para atuar no feito, dar andamento ao processo, até que seja dirimido o conflito suscitado, sob pena de ocasionar uma nulidade absoluta.Alega que não estão presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, sobretudo considerando os predicativos pessoais favoráveis do paciente, sendo, dessa maneira, cabível sua substituição por medidas cautelares diversas.Afirma, ademais, que o coacto sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo na sua prisão, uma vez que ainda não foi concluída a instrução processual.Por esses motivos, pede, liminarmente, que o paciente seja colocado em liberdade, bem como a suspensão de todos os atos do processo nº 0010279-15.2018.8.14.0013, na medida em que há dúvidas quanto a competência do Juízo da Vara de Combate ao Crime Organizado para atuar no feito.No mérito, postula, além da concessão ao coacto do benefício de aguardar em liberdade o desenrolar de seu processo, mediante termo de comparecimento de todos os atos, a anulação da decisão da autoridade inquinada coatora, que se julga competente para julgamento do processo nº 0010279-15.2018.8.14.0013.Acostou documentos.O feito foi distribuído inicialmente a relatoria do Des. Milton Augusto de Brito Nobre que, em razão de meu afastamento, indeferiu a medida liminar, determinou a requisição de informações a autoridade inquinada coatora e, após, determinou a remessa dos autos ao exame e parecer docustos legis.O Juízo da Vara de Combate ao Crime Organizado, informou, em suma, que o processo se encontrava com vistas ao Ministério Público (GAECO), estando o magistrado, naquela oportunidade, impossibilitado de prestar melhores informações a respeito do feito. Todavia, em consulta ao sistema LIBRA, informou que restou decidido pela competência da Vara especializada, bem como o feito encontra-se com audiência designada para os dias 24 e 28 de junho do mês corrente, sendo indeferido o pedido de revogação da preventiva.O Procurador de Justiça Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva se manifesta pelo conhecimento parcial dowrite denegação, vindo-me os autos redistribuídos em 19/06/2019.É o relatório. VOTO Ab initio,depreende-se da leitura acima que a irresignação do impetrante repousa sobre três aspectos: 1) incompetência da autoridade coatora; 2) ausência dos requisitos da preventiva e 3) excesso de prazo.Sem maiores delongas, observo que owritcomporta conhecimento da ordem apenas no que concerne a terceira tese. Isto porque, a via estreita domandamusnão é o meio adequado para se perquirir a incompetência de magistrado, pois análise de tal questão demandaria o revolvimento de provas, devendo o pleito ser dirimido em exceção de incompetência, na esteira da manifestação ministerial, conforme entendimento uniformizado perante o STJ, senão vejamos: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. CORRUPÇÃO PASSIVA. LAVAGEM DE DINHEIRO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA PELA SENTENÇA CONDENATÓRIA. AUSÊNCIA DE TÍTULO NOVO. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DAS CONDUTAS. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO PROCESSUAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1. (...). 14.A teor da jurisprudência consolidada deste Superior Tribunal de Justiça, o habeas corpus não é o meio adequado para se perquirir a incompetência de magistrado, caso esta não reste manifestamente evidenciada nos autos, pois a análise de tal questão demandaria o revolvimento de provas, o que é vedado na via estreita do writ, devendo a matéria ser objeto de exceção, notadamente quando se tratar de incompetência territorial, ou seja, relativa (Precedente).15. (...). 16. Habeas corpus não conhecido. (HC 330.283/PR, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 03/12/2015, DJe 10/12/2015). HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO SUBSTITUTIVA DE RECURSO ESPECIAL. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. ART. 296, § 1º, III, DO CÓDIGO PENAL. CONDENAÇÃO. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. INVIABILIDADE NO CASO CONCRETO. EXAME DE PROVAS. SÚMULA Nº 444/STJ. CONDENAÇÃO COM TRÂNSITO EM JULGADO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE PATENTE. NÃO CONHECIMENTO.1. É imperiosa a necessidade de racionalização do emprego do habeas corpus, em prestígio ao âmbito de cognição da garantia constitucional, e, em louvor à lógica do sistema recursal. In casu, foi impetrada indevidamente a ordem como substitutiva de recurso especial.2. Hipótese em que não é possível enfrentar a tese de

incompetência do juízo. Isso porque a verificação de eventual interesse da União, no caso concreto, dependeria da análise profunda das provas produzidas. E a matéria sequer foi submetida a exame das instâncias originárias.3. Não há falar em violação da Súmula 444 desta Corte, com o consequente reconhecimento da prescrição, se a pena-base foi fixada acima do mínimo legal em decorrência de condenação com trânsito em julgado.4. Writ não conhecido.(STJ, HC 272.549/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 04/12/2014, DJe 17/12/2014) Diante da recusa da parte acerca da competência, o procedimento adequado deve ser oposto por intermédio de petição para tal com fim, a apresentação de razões e, caso o Julgador não aceite, dará sua resposta em 03 dias e, após a instrução o feito é remetido ao TJPA com todas as provas e documentos para análise da questão posta pelo impetrante.Desta forma, o impetrante utilizou-se domandamuscomo ?super recurso?, manejando-o para além de seu objeto. "O habeas corpus é garantia fundamental que não pode ser vulgarizada, sob pena de sua descaracterização como remédio heróico, e seu emprego não pode servir a escamotear o instituto recursal previsto no texto da Constituição" (STF, HC 104.045/RJ). Ademais, tanto os Tribunais Superiores quanto as demais Cortes de Justiça brasileiras têm reconhecido a banalização do uso do habeas corpus na jurisdição nacional, pois o remédio constitucional está sendo usado em desacordo com sua inspiração originária, virando verdadeira panaceia para toda e qualquer questão que se queira discutir no processo penal.De outra banda, a segregação preventiva do coacto se encontra devidamente justificada em dados concretos extraídos do caso, inexistindo alteração fática-processual desde o julgamento do HC Nº 0809555-17.2018.8.14.0000, cuja matéria já restou devidamente abarcada:Confira-se:?Feito esse esclarecimento, passo a análise da prisão decretada pelo juízo impetrado, em relação aos demais pacientes o qual, ao contrário da alegação da defesa é sim competente para proferi-la, bem como a decisão encontra-se devidamente fundamentada, para assegurar a ordem pública, a instrução criminal e a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.Destarte, conforme relatado os contra os pacientes pesa a acusação de fazerem parte de uma organização criminosa voltada para o tráfico ilícito de entorpecentes na cidade de Capanema, sendo os principais distribuidores e fomentadores do consumo de drogas naquela cidade e municípios vizinhos, representando, assim grande risco à ordem pública, tendo em vista o potencial difusor de violência social que o tráfico de drogas representa.A custódia cautelar dos denunciados se faz necessária não só para prevenir a prática de novos crimes, mas também como meio de acautelar a própria credibilidade da justiça, em razão da gravidade dos delitos praticados (tráfico de drogas e associação para o tráfico), de forma sistêmica, pela associação criminosa e sua repercussão social.Na espécie, destacou o magistrado a existência de considerável número de componentes da organização criminosa, o nível de estruturação do grupo, a capacidade econômica dos pacientes, a possibilidade de evasão do distrito da culpa bem como a função de cada um dentro do grupo, situação bastante aevidenciar a gravidade concreta da conduta e a probabilidade de continuidade no cometimento de delitos.Não se pode olvidar, ademais, que o col. Supremo Tribunal Federal possui entendimento firmado no sentido deque ?A necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa,enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficientepara a prisão preventiva? (HC n. 95.024SP, Primeira Turma, Relª. Ministra Cármen Lúcia, DJe de 2022009),entendimento seguido por esta Corte, e aplicável à presente hipótese. Assim, não conheço da ordem nas teses acima expostas e passo a análise do excesso de prazo:Inicialmente, saliento que o princípio da celeridade processual, insculpido no artigo 5º, inciso LXXVIII da Constituição Federal/88, determina que os processos devem se desenvolver em tempo razoável, de modo a garantir a utilidade do resultado alcançado ao final da demanda. Objetivando imprimir tal princípio constitucional, os Tribunais Superiores passaram a admitir a técnica da motivaçãoper relationem, sem que tal procedimento configure negativa de prestação jurisdicional ou inexistência de motivação a decisão que adota.Com aplicação do princípio acima elencado, transcrevo os fundamentos da liminar para denegar a ordem,in verbis: Noutro giro, com relação ao alegado excesso de prazo, melhor sorte não socorre ao paciente, uma vez que o juízo a quo tem tomado as devidas providências para o regular andamento do feito, valendo destacar que a questão também já foi apreciada por este Tribunal (HC nº0010279-15.2018.814.0013 ? Rel. Des. Ronaldo Valle), sendo oportuno reproduzir trecho do decisum, no ponto de interesse:?Passo ao exame da alegação referente ao excesso de prazo da prisão, e aqui mais uma vez melhor sorte não socorre ao paciente.A Constituição Federal preconiza em seu artigo 5º, inciso LXXVIII, que todos que respondem judicialmente têm assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, refletidos nos princípios da celeridade processual e da razoável duração do processo.No entanto, consoante firme entendimento de nossas cortes superiores a análise da razoabilidade para julgamento dos processos criminais não depende exclusivamente da soma aritmética dos prazos processuais, uma vez que servem apenas como parâmetro geral, devendo ser consideradas as

peculiaridades concretas do feito e os fatores que ocasionaram a desaceleração da marcha processual são de responsabilidade da acusação ou do Poder Judiciário, não sendo esta a situação do caso.Conforme consta dos autos, a prisão preventiva do paciente foi cumprida em 26/09/2018, a denúncia foi ofertada em 08/11/2018 e, após a apresentação da defesa preliminar dos acusados foi recebida em 04/12/2018, sendo designada a audiência de instrução e julgamento para o dia 13/02/2019.Todavia, após o recebimento da denúncia a defesa do paciente e demais acusados protocolizaram no dia 13/12/2018, exceção de incompetência, litispendência e coisa julgada, c/c pedido de ausência de justa causa para deflagração da ação penal, bem como diversos pedidos de revogação da custódia preventiva, cuja análise demanda tempo.No caso em análise a demora na conclusão do sumário da culpa, é plenamente justificável e não pode ser debitada ao juízo impetrado, pois conforme se infere de suas informações e, de outras colhidas no sistema LIBRA, trata-se de causa complexa, com cinco denunciados contra os quais pesa acusação de integrarem uma organização criminosa voltada ao tráfico de entorpecentes, constituindo-se nos principais distribuidores e fomentadores do consumo de drogas ilícitas da cidade de Capanema/PA e municípios vizinhos, e segundo a denúncia o paciente seria o chefe da associação criminosa. Ademais conforme se infere das informações colhidas no sitio deste Tribunal foram arroladas 11 (onze) testemunhas de defesa 11 (onze) de acusação, ou seja, um total de 22 (vinte e duas) testemunhas, valendo ressaltar, que por ocasião da audiência designada para o dia 13/02/2019, algumas testemunhas não compareceram, tendo o RMP insistido em suas oitivas, tendo o magistrado singular determinado a expedição de carta precatória à comarca diversa para oitiva de algumas testemunhas, tendo ainda determinado a citação editalícia do acusado Nailton Márcio da Silva Melo, bem como o desmembramento do feito em relação a este.Desse modo, tanto a colheita das provas testemunhas, assim como as diligências demandam tempo para serem efetivadas, o que justifica a eventual dilação que na hipótese, não extrapola os limites da razoabilidade.Lado outro, conforme ao norte referido o magistrado singular, no dia 03/04/2019, declinou da competência para o julgamento do feito, sendo os autos remetidos para a Comarca de Belém no dia 09 do corrente mês e distribuído a Vara de Combate ao Crime Organizado de Belém, sendo recebido no dia 17 do corrente mês e ano.Dessa forma, muito embora a ação penal não venha se desenvolvendo com a celeridade desejada, entendo não restar evidenciado constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo, uma vez que a demora na conclusão da instrução processual foi justificada, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, pela natureza e complexidade da causa, pela quantidade de testemunhas, pela pluralidade de acusados e, principalmente, ante a necessidade de expedições de precatórias as comarcas diversas da qual tramitou inicialmente a ação penal. (...)?(grifei).Impede acrescentar, por relevante, que, conforme relatado, após a redistribuição Impende ao Juízo da Vara de Combate ao Crime Organizado, o magistrado a quo entendeu, no dia 06.05.2019, ser competente para o julgamento do feito, indeferindo os pedidos de revogação da segregação, designando audiência para os próximos dias 24 e 28 de junho de 2019 e ainda determinando que fosse oficiado ao Procurador Geral de Justiça, a fim de que se designe outro Promotor de Justiça para atuar no feito.Por fim, não encontro suficiente razão jurídica para suspender o processo nº 0010279-15.2018.8.14.0013, porquanto, ao lado de não constatar, prima facie, qualquer equívoco flagrante no procedimento adotado pelo juízo de 1º grau, a continuidade dos atos processuais é benéfica ao paciente, uma vez que contribui ao andamento do feito e evita o excesso desarrazoado na sua prisão. Esclareço, apenas, que é uníssono que o prazo para a formação da culpa deve ser contado de forma global, considerando as peculiaridades do caso concreto, com a aplicação do princípio da razoabilidade sob o prisma da proporcionalidade, porquanto não é a simples ultrapassagem dos prazos que caracteriza o constrangimento ilegal.Na hipótese, dada as peculiaridades do caso concreto, inexistente o constrangimento alegado. Nesse sentido, cito trecho do Colendo Superior Tribunal de Justiça: ?(...)III- O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais. (Precedentes do STF e do STJ).IV - Na hipótese, malgrado eventual atraso na instrução criminal, ele se justificaria, tendo em vista a complexidade do feito e a expedição de cartas precatórias.Habeas corpus não conhecido.(HC 318.978/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 19/05/2015, DJe 27/05/2015). Compulsando-se os autos, inexiste qualquer evento que possa ser atribuído ao Poder Judiciário idôneo a caracterizar o retardamento do feito, meio apto para caracterizar o constrangimento ilegal e justificar a concessão da ordem para o relaxamento da prisão, razão pela qual entendo que a dilação do prazo ainda se encontra dentro dos limites da razoabilidade que devem nortear esta decisão. Ante o exposto, conheço parcialmente da ordem e, nela,denego-a.Belém, 27 de junho de 2019. Des. RONALDO MARQUES VALLERelator Belém, 28/06/2019

Número do processo: 0804734-33.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: JEFERSON DOUGLAS DA SILVA FREITAS Participação: ADVOGADO Nome: JULIO DE OLIVEIRA BASTOSOAB: 10 Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MÃE DO RIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0804734-33.2019.8.14.0000PACIENTE: JEFERSON DOUGLAS DA SILVA FREITASAUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MÃE DO RIORELATOR(A):Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE EMENTA EMENTA:HABEAS CORPUSLIBERATÓRIO. TRÁFICO DE DROGAS. EXCESSO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL. IMPROCEDÊNCIA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.1.Não configura constrangimento ilegal por excesso de prazo para formação da culpa se a tramitação processual se desenvolvenormalmente, nos parâmetros da razoabilidade, inexistindo desídia do juízo processante,especialmente considerando quealém de ter havido o oferecimento e o recebimento da exordial acusatória,já houve audiência de instrução e julgamento, com a produção de parte das provas e designação de audiência de instrução e julgamento para oitiva das testemunhas e interrogatório do réu para o próximo dia 26/06/2019. 2.Ordem denegada, por unanimidade. Vistos etc.Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da Seção de Direito Penal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator.Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Pará, aos vinte e cinco do mês de junho de 2019.Julgamento presidido pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Vânia Valente do Couto Forte Bitar Cunha.Belém, 25 de junho de 2019. Des.orMILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator RELATÓRIO Trata-se da ordem dehabeas corpusliberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Júlio de Oliveira Bastos, em favor deJeferson Douglas da Silva Freitas, que responde a ação penal perante o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Mãe do Rio/PA, pela prática, em tese, do delito tipificado no artigo 33 da Lei nº 11.343/2006.A defesa sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo para formação da culpa, alegando que o mesmo está segregado cautelarmente há mais de 170 dias e teve sua audiência de instrução e julgamento remarcada duas vezes pela autoridade inquinada coatora. Por esses motivos, requer a concessão liminar da ordem para restituir a liberdade do coacto ou, subsidiariamente, aplicação de medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP e, no mérito, a ratificação da medida.Juntou documentos.Owritfoi distribuído inicialmente no plantão judicial, ocasião em que nos termos da Resolução nº016/2016-GP, foi determinada sua regular distribuição por não se enquadra o feito em nenhuma das hipóteses elencadas, na dita resolução. Os autos vieram-me redistribuídos,oportunidade na qual indeferi o pedido liminar, requisitei informações à autoridade coatora e, após, determinei que fossem encaminhados ao Ministério Público de 2º grau para emissão de parecer.As informações de estilo foram devidamente prestadas (ID nº.1845346).A Procuradora de Justiça Ana Tereza do Socorro da Silva Abucater, manifestando-se na condição decustos legis,opina pelo conhecimento e denegação da ordem.É o relatório. VOTO Em que pese os argumentos apresentados pelo impetrante, tenho como certo que não merece prosperar a pretensão deduzida no presentewrit, como passo a demonstrar.É cediço que o prazo legalmente estabelecido para a formação da culpa não é absoluto, ou seja, não resulta de simples operação matemática, servindo apenas como parâmetro geral para os magistrados, devendo ser analisado sob o prisma do princípio da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo necessária, em certas circunstâncias, a sua maior dilação em virtude das peculiaridades do caso concreto(v.g. HC 347.136/RN, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 23/03/2017).No caso, com base nos esclarecimentos do magistradoa quo,constato quea instrução criminal está tramitando normalmente, nos parâmetros da razoabilidade, inexistindo desídia do juízo processante, sobretudo considerandoque foi oferecida denúncia em 29/01/2019; aexordial acusatóriafoi recebida na data 05/02/2019;defesa preliminar foi apresentada em 21/02/2019;em 05/06/2019, durante audiência foi ouvida a testemunhaAdriano da Paixão Souto, bem como o Ministério Público insistiu na oitiva de outras testemunhas, momento em foidesignadaaudiênciade instrução e julgamento para o próximo dia26/06/2019.Ressalta-se, ainda, que, em sede de audiência, a defesa do paciente formulou pedido de revogação da segregação cautelar, o que foi indeferido pelo magistrado singular, por entender que a prisão preventiva do coacto se revela necessária para garantia da ordem pública, diante do conjunto probatório colacionado aos autos. Destarte, não merece prosperar o alegado excesso de prazo, porquanto, reforço, não vislumbro nenhuma desídia ou inércia na condução do processo pelo magistrado de 1º grau, ao revés, o mesmo tem envidado todos os esforços possíveis e necessários para impulsionar feito.Nesse sentido, é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:?RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO EM

FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. INEXISTÊNCIA. CUSTÓDIA CAUTELAR.GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA.CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO DESPROVIDO.1. A aferição do excesso de prazo reclama a observância da garantia da duração razoável do processo, prevista no art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal. Tal verificação, contudo, não se realiza de forma puramente matemática. Reclama, ao contrário, um juízo de razoabilidade, no qual devem ser sopesados não só o tempo da prisão provisória mas também as peculiaridades da causa, sua complexidade, bem como quaisquer fatores que possam influir na tramitação da ação penal.2. Na espécie, tem-se que o constrangimento ilegal não está configurado, já que a prisão é datada de 15/1/2019, o feito tramita regularmente, sendo devidamente impulsionado pelo Juízo de primeiro grau, com audiência de instrução e julgamento designada, de modo que não há falar em desídia ou morosidade estatal. Logo, inexiste a alegada ilegalidade por excesso de prazo na formação da culpa.3. Sabe-se que o ordenamento jurídico vigente traz a liberdade do indivíduo como regra. Desse modo, antes da confirmação da condenação pelo Tribunal de Justiça, a prisão revela-se cabível tão somente quando estiver concretamente comprovada a existência do periculum libertatis, sendo impossível o recolhimento de alguém ao cárcere caso se mostrem inexistentes os pressupostos autorizadores da medida extrema, previstos na legislação processual penal.4. Na espécie, a segregação provisória encontra-se devidamente motivada, pois destacou o Magistrado de piso a gravidade concreta da conduta, evidenciada pela quantidade de entorpecentes apreendidos, a saber, mais de 18kg (dezoito quilos) de maconha, 188g (cento e oitenta e oito gramas) de crack e 75g (setenta e cinco gramas) de cocaína. Portanto, a custódia preventiva está justificada na necessidade de garantia da ordem pública.5. Recurso desprovido.(RHC 111.734/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 04/06/2019, DJe 14/06/2019)?.Diante o exposto, acompanhando o parecer ministerial,conheço da ordem impetrada e a denego.É o voto. Belém, 25 de junho de 2019.Des.orMILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator Belém, 28/06/2019

Número do processo: 0803804-15.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: IVISON DA CUNHA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: SAMUEL BORGES CRUZOAB: 89 Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: juízo da comarca de viseuTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0803804-15.2019.8.14.0000PACIENTE: IVISON DA CUNHA COSTAAUTORIDADE COATORA: JUÍZO DA COMARCA DE VISEURELATOR(A):Desembargadora MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO EMENTA HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR.ART. 217-A, DO CÓDIGO PENAL.1.FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA.A decisão foi devidamente motivada na garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, posto restarem provas da existência de materialidade e indícios da autoria delitiva, diante dos depoimentos da vítima e testemunhas aliados ao relatório psicológico do CREAS apontando concretamente para a violência na conduta dos representados, noticiando a pratica de abuso sexual e espancamento sofridos pela menor, bem como suas características intrínsecas, como gravidade da infração e periculosidade do agente, inerente ao crime sexual, reforçam a necessidade de preservação da ordem pública e da tranquilidade social.2. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA UMA VEZ QUE AINDA NÃO FOI REALIZADO O INTERROGATÓRIO DOS PACIENTE.INSUBSISTÊNCIA.Consta das informações da autoridade impetrada que esta tem adotado as providências necessárias para a conclusão célere do procedimento, determinando, inclusive, a expedição de Carta Precatória à Comarca de Ananindeua, onde o paciente está custodiado, para a oitiva do réu, diante da dificuldade de acesso à Comarca de Viseu, tendo sido declarada situação de emergência no município. Ademais,o processo segue uma cronologia regular, com data próxima parao interrogatório do paciente designado para o dia 22/06/2019, bem como a dilação dos prazos processuais até então verificada, está inserida dentro do princípio da razoabilidade, por se tratar de processo complexo.3. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO NÃO SE MOSTRAM SUFICIENTES PARA O CASO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. PRINCIPIO DO JUIZ MAIS PRÓXIMO DA CAUSA. MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR. ORDEM DENEGADA. RELATÓRIO Trata-se deHABEAS CORPUSLIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINAR,impetrado pelo AdvogadoSAMUEL BORGES CRUZ, em favor deIVISON DA CUNHA COSTA, apontando como autoridade coatora oJUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE VISEU.Narra a impetração que o paciente se encontra custodiado desde o dia 18/09/2018, pela suposta prática do crime previsto no art. 217-A, do Código Penal, por ter estuprado, junto com um amigo, a jovem

K. S. C. A., menor de idade, no dia 03/09/2018, por volta das 04h30min, delito ocorrido no município de Viseu.Alega que a denúncia foi oferecida em 28/09/2018, a defesa preliminar do paciente foi apresentada em 17/10/2018 e a audiência de instrução foi marcada para o dia 27/10/2018, todavia, não foi possível a colheita dos interrogatórios dos réus, em razão da SUSIPE não ter conduzido os acusados até o município de Viseu, sob a alegação de não existir veículo disponível para transportá-los.Aduz que, diante disso, a autoridade coatora determinou a expedição de Carta Precatória para que os réus sejam ouvidos na Comarca de Ananindeua, onde estão custodiados.Relata que o Juízo da Comarca de Ananindeua designou o dia 02/04/2019 para o interrogatório do paciente e do outro acusado, que, entretanto, não ocorreu, sendo agendada a audiência por mais duas vezes, sem que se tenha realizado o ato.Sustenta que, após a não realização da última audiência agendada, a defesa do paciente requereu a revogação da sua prisão preventiva, o que foi indeferido pela autoridade coatora. Diante disso, foi pleiteado o relaxamento da prisão por duas vezes, sendo ambos negados pela autoridade impetrada.Ressalta que o paciente nunca foi ouvido em juízo, mesmo já tendo sido colhidos os depoimentos da vítima e de testemunhas, assim como, já foi juntado aos autos o laudo pericial que não atestou a ocorrência de conjunção carnal recente e laudo psicossocial, o qual declara que o suposto crime não trouxe traumas psicológicos à vítima.Afirma que, após os depoimentos em juízo da vítima e de sua mãe, ambas assinaram declaração declinando que o crime não ocorreu, porém, a pedido do RMP, o documento foi desentranhado dos autos.Destaca que, diante desse contexto em que se encontra o processo, e principalmente do entrave pela falta de interrogatório do acusado, fica evidente que não existem motivos para a manutenção da prisão, pois o acusado é primário, tem ocupação definida, tem bons antecedentes, residência fixa e possui um filho menor, e mais, não oferece ameaça à instrução processual, pois este ato já foi realizado, portanto, não existem motivos para a manutenção de sua prisão preventiva.Entende que, pelo fato do paciente estar preso há mais de 254 (duzentos e cinquenta e quatro) dias sem a formação da culpa ou previsão para prolação da sentença, é evidente o constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção em razão do excesso de prazo.Dessa forma, requer o deferimento de medida liminar para que seja relaxada a prisão preventiva do paciente, com a expedição de alvará de soltura em seu favor. Ao final, a confirmação da ordem em definitivo. Juntou aos autos os documentos de Ids. 1747321 a 1747351.Distribuídos os autos, coube a minha Relatoria, pelo que determinou a solicitação de informações à autoridade coatora, reservando-se para apreciar o pedido de liminar posteriormente (Id. 1749665).Em petição protocolada pelo impetrante que informa a nova data para a realização da audiência para qualificação e interrogatório dos réus, marcada para o dia 27/06/2019 (Ids. 1759566 e 1759567).A autoridade coatora prestou as devidas informações, aduzindo os motivos da prisão e informando a fase em que o processo se encontra (Id.1784013).Em seguida foram os autos encaminhados ao Ministério Público de 2º grau que apresentou manifestação de lavra da eminente Procuradora de Justiça Ubiragilda Silva Pimentelpronunciou-se pela denegação da ordem deHabeas Corpus.É o relatório. VOTO Inicialmente reconheço presentes os requisitos de admissibilidade da presente ação mandamental, consequentemente, passo a apreciação do pedido.Ohabeas corpusimpetrado, incorre em síntese, que o paciente está sofrendo constrangimento ilegal diante da ausência de justa causa para a manutenção de sua prisão preventiva, excesso de prazo para a formação da culpa e a substituição da aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319, do Código de Processo Penal.No que tange a ilegalidade da prisão por falta de fundamentação para a manutenção da prisão preventiva, esta não deve prosperar, pois verifica-se que a decisão foi devidamente motivada na garantia da ordem pública e por conveniência da instrução criminal, posto restarem provas da existência de materialidade e indícios da autoria delitiva, diante dos depoimentos da vítima e testemunhas aliados ao relatório psicológico do CREAS apontando concretamente para a violência na conduta dos representados, noticiando a pratica de abuso sexual e espancamento sofridos pela menor.Diante disso, entendo que asoltura do paciente neste momento poderá comprometer a tramitação do feito e, suas características intrínsecas, como gravidade da infração e periculosidade do agente, inerente ao crime sexual, reforçam a necessidade de preservação da ordem pública e da tranquilidade social, pelo que não vejo qualquer ilegalidade na manutenção da segregação do Paciente, pelo contrário, é extremamente necessário mantê-lo custodiado.Nessa linha transcrevo julgado desta E. Seção de Direito Penal,in verbis:EMENTA: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. DIREITO À LIBERDADE PROVISÓRIA. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. PREDICADOS INSUFICIENTES. 1. Em face da configuração dos requisitos da prisão preventiva, recomendada está a manutenção em cárcere do Paciente, tornando irrelevantes condições pessoais favoráveis. 2. Ordem denegada. Decisão unânime. (2017.02799831-39, 177.663, Rel. RAIMUNDO HOLANDA REIS, Órgão Julgador SEÇÃO DE DIREITO PENAL, Julgado em 2017-07-03, Publicado em 2017-07-05).Ressalte-se, ainda, a dogmática do princípio da confiança no juiz da causa, o qual estabelece que o juiz condutor do

feito está em melhor condição de avaliar se a segregação social do paciente se revela necessária.Apesar da irresignação da parte impetrante deexcesso de prazo na formação da culpa, uma vez que ainda não foi realizado o seu interrogatório pois já transcorreram mais de 15 (quinze) meses desde o decreto prisional, sem que fosse realizado o interrogatório dos pacientes,entendo que tal pedido não merece guarida, poisconsta das informações da autoridade impetrada que esta tem adotado as providências necessárias para a conclusão célere do procedimento, determinando, inclusive, a expedição de Carta Precatória à Comarca de Ananindeua, onde o paciente está custodiado, para a oitiva do réu, diante da dificuldade de acesso à Comarca de Viseu, em razão da precariedade da estrada, da distância e do período excessivo de chuvas, vez que para se deslocarem à sede da Comarca de Viseu deverão trafegar, aproximadamente, por 313 km dos quais 110 km são de rodovia sem pavimentação (buracos, poeira e/ou lama), tendo sido declarada situação de emergência no município de Viseu por meio do Decreto Municipal 030/2019, de 05 de Abril de 2019, em razão do desabastecimento, existência de várias famílias desabrigadas e o grave prejuízo à locomoção de pessoas e bens, com impedimento de acesso aoAdemais,não há que se falar em constrangimento ilegal no presente caso,poiso processo segue uma cronologia regular, com data próxima parao interrogatório do paciente designado para o dia 22/06/2019, bem como a dilação dos prazos processuais até então verificada, está inserida dentro do princípio da razoabilidade, por se tratar de processo complexo.Nessa linha transcrevo julgado desta E. Seção de Direito Penal: HABEAS CORPUS. ART. 33, CAPUT, DA LEI 11.343/2006. ALEGADO CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO NA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE. TESE NÃO CONHECIDA. INSTRUÇÃO PROCESSUAL QUE JÁ ENCONTRA-SE FINDA, INCLUSIVE COM RECURSO MANEJADO A SUPERIOR INSTÂNCIA. PRECEDENTE: SÚMULA Nº 52 DO STJ. ALEGADA QUANTIDADE ÍNFIMA DE DROGA APREENDIDA COM O PACIENTE, BEM COMO SUA SITUAÇÃO DE USUÁRIO CONTUMAZ DE SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES. NÃO CONHECIDO, POR SER MATÉRIA QUE SE CONFUNDE COM O MÉRITO DO PROCESSO PRINCIPAL, E QUE DEMANDARIA ANÁLISE DE VASTO MATERIAL PROBATÓRIO, O QUE É INCABÍVEL EM SEDE DE HABEAS CORPUS. ALEGADA FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO NA MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR DO PACIENTE. NÃO CONHECIDO. POR TER SIDO A DECISÃO DO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU SUBSTITUÍDA PELA DECISÃO DESTA CORTE, QUANDO JULGOU O APELO MANEJADO PELO PACIENTE NOS AUTOS PRINCIPAIS. PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES DOS PACIENTES. ARGUMENTAÇÃO REJEITADA, REQUISITOS QUE NÃO GARANTEM POR SI SÓS OS BENEFÍCIOS REQUERIDOS (SÚMULA Nº 08 DO TJPA). APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. TESE REJEITADA. WRIT DENEGADO. DECISÃO UNÂNIME.(490660, Não Informado, Rel. RAIMUNDO HOLANDA REIS, Órgão Julgador Seção de Direito Penal, Julgado em 2018-03-19, Publicado em 2018-03-21). No que tange ao pleito de possibilidade de aplicação das medidas cautelares diversas da prisão, esta não devem prosperar, pois ao contrário do alegado na impetração o Magistradoa quofundamentou a decisão preventiva do paciente e a substituição da constrição cautelar por outras medidas previstas no artigo 319, CPP não se revelam adequadas e suficientes para este caso, face à presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva previstos no artigo 312 do CPP.Diante do exposto, em consonância com o parecer ministerial,denego a ordem de habeas corpus impetrada.É voto. Desa. Maria Edwiges de Miranda LobatoRelatora Belém, 28/06/2019

Número do processo: 0804677-15.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: JOSÉ MARIA NOGUEIRA DOS REIS Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRESOAB: 1240100A/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉMTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0804677-15.2019.8.14.0000PACIENTE: JOSÉ MARIA NOGUEIRA DOS REISAUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉMRELATOR(A):Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE EMENTA EMENTA:HABEAS CORPUSLIBERATÓRIO. ROUBO MAJORADO E ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA.EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. INOCORRÊNCIA. AÇÃO PENAL COM TRAMITAÇÃO REGULAR.AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. IMPROCEDÊNCIAORDEM DENEGADA.1.Não há que se falar em excesso de prazo para formação da culpa, quando a instrução processual segue seu trâmite de forma regular, de acordo com o tempo demandado por suas peculiaridades,notadamente pela complexidade do feito, com pluralidade de réus,em número aproximado de onze, com advogados distintos, bem como diversos tipos penais.2.É inviável arevogação da prisão preventiva,quando o magistradoa quo, além de demonstrar a existência de

provas de materialidade e de autoria do fato delituoso, aponta a especial necessidade de se garantir ordem pública, diante da periculosidade concreta do agente, revelada pelo seu modo de agir na prática criminosa, pois o réu em concurso de agentes - número provável de 10 -,assaltou uma agência do Banpará, durante à luz do dia, com emprego de armas de calibre grosso, uso de automóveis e de reféns,efetuando vários disparos de arma durante a empreitada delitiva.3.Ordem denegada, à unanimidade. Vistos etc.Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da Seção de Direito Penal deste e. Tribunal, à unanimidade de votos, em denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator.Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Pará, aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2019.Julgamento presidido pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Vânia Valente do Couto Forte Bitar Cunha. Belém, 25 de junho de 2019.Des.orMILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator RELATÓRIO Trata-se da ordem dehabeas corpusliberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Alexandre Augusto de Pinho Pires, em favor deJosé Maria Nogueira Reis, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara de Combate ao Crime Organizado da Comarca de Belém.Esclarece o impetrante, inicialmente, que o paciente está custodiado cautelarmente desde 14/01/2019, em razão da suposta prática dos crimes tipificados nos artigos 157, §2º, I e II c/c artigo 288, ambos do Código Penal.O impetrante alega, em síntese, que o paciente sofre constrangimento ilegal por excesso de prazo, tendo em vista que se encontra preso cautelarmente há mais de 05 meses sem que tenha encerrado a instrução processual.Ressalta, em complemento, que o coacto já apresentou defesa preliminar, todavia até o momento a autoridade inquinada coatora sequer marcou audiência de instrução e julgamento.Acrescenta, ainda, que?não há motivos legais que justifiquem e autorizem a injusta segregação cautelar do paciente, visto que tais circunstâncias fictícias apresentadas, data vênia, não autorizam qualquer presunção de que solto possa criar intranquilidade à ordem pública, e muito menos de que possa prejudicar as investigações e a instrução processual (...)?. Por esses motivos, requer a concessão liminar da ordem para restituir a liberdade do coacto, com a consequente expedição do alvará de soltura e, no mérito, a ratificação da medida.Os autos vieram-me distribuídos, ocasião em que indeferi o pedido liminar, requisitei informações à autoridade inquinada coatora e, após, determinei que fossem encaminhados ao Ministério Público de 2º grau para emissão de parecer.Em cumprimento àquela determinação, o juízoimpetrado prestou esclarecimentos (ID. Nº1833007).O Procurador de Justiça Adélio Mendes dos Santos, manifestando-se na condição decustos legis,opina pelo conhecimento dowrit,porém, no mérito, pela sua denegação, por não haver qualquer argumento que evidencie o alegado excesso de prazo para formação da culpa (ID. Nº1842565). É o relatório. VOTO Não constato qualquer constrangimento ilegal passível de ser sanado pela via desteHabeas Corpus.Quanto ao suposto excesso de prazo, cumpre ressaltar que, como tem orientado a doutrina e decidido as Cortes Superiores, os prazos indicados na legislação pátria para finalização dos atos processuais servem apenas como parâmetro geral, não se podendo deduzir o excesso tão somente pela soma aritmética dos mesmos.Em homenagem ao princípio da razoabilidade, admite-se certa variação, de acordo com as peculiaridades de cada processo, devendo o constrangimento ser reconhecido como ilegalsomente quando o retardo ou a delonga sejam injustificados e possam ser atribuídos ao Judiciário.Com efeito, segundo consta dos autos e das informações prestadas pelo Magistradoa quo, após representação da autoridade policial, o juízo coator decretou a prisão preventiva do paciente, na data de 14/01/2019, em decorrência das práticas delitivas tipificadas nos artigos 157, §2º, II e §2º-A, I, c/c artigo 288, ambos do Código Penal.Além disso, verifica-se que a instrução criminal está tramitando normalmente, nos parâmetros da razoabilidade, inexistindo desídia do juízo processante, uma vez que já houve oferecimento e recebimento da denúncia em 27/02/2019, foi expedido mandado de citação dos réus, a defesa do paciente apresentou resposta à acusação na data de 01/04/2019, no dia 25/03/2019, o Juízo da Comarca de Viseu declinou da competência enviando o feito para ser processado e julgado na Vara de Combate ao Crime Organizado de Belém, ato seguinte, a autoridade inquinada coatora suscitou conflito negativo de competência em 28/05/2019, estando os autos aguardando o julgamento do referido conflito.Por último, anoto que o processo possui particularidades que justificam o elastério do prazo processual, por se tratar de feito complexo, com pluralidade de réus, em número aproximado de 10, com advogados distintos, bem como diversos tipos penais, circunstâncias que por ora afasta, a ocorrência de constrangimento ilegal alegado, mostrando-se inviável a soltura do paciente, com base nesse fundamento. Nesse contexto, não há se falar em excesso de prazo no trâmite processual, mostrando-se inviável a soltura do paciente sob este fundamento.Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou, conforme demonstra, o seguinte julgado:?PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA POR PRISÃO DOMICILIAR NÃO LEVADO À APRECIAÇÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. FEITO QUE TEM TIDO

TRAMITAÇÃO REGULAR. NECESSIDADE DE OBSERVAR-SE O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO. I -Omissis. II -Os prazos processuais não têm as características de fatalidade e improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (precedentes). III -Na hipótese, verifica-se que os trâmites processuais ocorrem dentro da normalidade, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário, razão pela qual, por ora, não se reconhece o constrangimento ilegal suscitado. IV - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal. V -Omissis. VI - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Recurso ordinário não provido. (RHC 88.588/MS, Rel. Ministro Felix Fischer, quinta turma, julgado em 14/11/2017, DJe 22/11/2017)?. Em relação àausência de fundamentação idônea, anoto que a decretação ou a manutenção da prisão preventiva depende da configuração objetiva de um ou mais dos requisitos do artigo 312 do CPC, devendo o juízo consignar, expressamente, elementos reais e concretos indicadores de que o acusado, solto, colocará em risco a ordem pública ou econômica, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal.Para elidir qualquer dúvida a esse respeito, reproduzo trechos da decisão que decretou a prisão preventiva, bem como da decisão que indeferiu o pedido de revogação da custodia cautelar do paciente, respectivamente, no ponto de interesse, já que este é o título que atualmente dá suporte à segregação reclamada:?(...)Compulsando os autos, verifico que é hipótese de deferimento do pleito. Explico.Acerca da prisão preventiva, o Código de Processo Penal prevê:?Art. 311. Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial?.Art. 312. A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova de existência do crime e indício suficiente de autoria.?De fato, interpretando-se a norma jurídica que emana dos preceitos legais em comento, pode-se construir a exegese de que é possível ao aplicador da lei, decretar a prisão preventiva, de ofício, se no curso da ação penal, ou mediante requerimento de quem dotado de legitimidade para tanto, em qualquer fase da investigação policial ou da ação penal, desde que existente prova do delito e indícios da autoria e se possa perquirir a necessidade de garantia da ordem pública, da ordem econômica, a conveniência da instrução processual ou assegurar a futura aplicação da lei penal.Adequando a norma jurídica acima reportada à hipótese fática em comento, pode-se constatar a viabilidade do manejo pelo representante, autoridade policial, com atribuições suficientes do pedido de custódia cautelar do suspeito em epígrafe, porquanto representação formulada por parte legítima que alega comprovada a materialidade de tipo criminoso e em vistas de individualização, pelo menos indiciariamente, a autor Com relação àmaterialidade do delito e aos indícios de autoria (fumus comissi delicti), verifica-se que estão presentes os elementos de sua conformação, notadamente em razão das declarações prestadas porJosé Maria Nogueira dos Reise Gilvan Vieira Lobato e auto de reconhecimento de pessoa por fotografia, os quais apontam a existência de prova da materialidade e indícios fortes de autoria dos autuados pela prática do delito de roubo circunstanciado e associação criminosa, elementos estes que apontam indícios suficientes de autoria do crime aos representados.Superado, assim, tal questionamento, resta averiguar se estão presentes as condições da prisão preventiva (periculum libertatis).Quanto ao status libertatis dos representados,acolho as razões expendidas pelo representante do Ministério Público e pela autoridade policial,de modo a vislumbrar presentes os requisitos da prisão preventiva, que apontam, concretamente, para a necessidade da segregação cautelar dos representados em garantia da ordem pública, levando-se em conta a periculosidade concreta da conduta dos investigados, vez que se trata de assalto praticado, com divisão de tarefas, em desfavor da agência do Banpará desta cidade, realizado durante à luz do dia com emprego de armas de grosso calibre, uso deautomóveis e de reféns, praticado em concurso de agentes em número provável de 10, que alastraram terror pela cidade, efetuando vários disparos de arma durante a empreitada criminosa, o que substancia a gravidade do delito e a necessidade da segregação cautelar dos representadosDesta feita, presentes condição de admissibilidade, pressupostos e fundamentos ou requisitos da prisão preventiva, nada mais resta a ser feito que não proferir decisão decretando a custódia cautelar do autuado.Por fim, é importante frisar que o crime, em tese, cometido pelo representado, está

inserido nos requisitos exigidos pelo artigo 313, inciso I do Código de Processo Penal, ou seja, a pena máxima é superior a 4 anos. Presentes, portanto, os requisitos legais da custódia cautelar, mostrando-se apto e necessário para o devido acautelamento dos suspeitos da referida trama delituosa.DecidoPosto isso,decreto a priso preventivaGILVAN VIEIRA LOBATO, JOSÉ MARIA NOGUEIRA DOS REIS, HUMBERTO HERBET DE OLIVEIRA RODRIGUESeENILSON JOSÉ DA SILVA MACHADO,assim o fazendo com base nos artigos 311, 312 e 313, I todos do CPP. (...)? ..... ?(...) Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva e/ou aplicação de medida cautelar diversa da prisão formulado em favor deJosé Maria Nogueira dos Reisno bojo do qual requer a revogação de sua prisão preventiva e/ou a aplicaço de medida cautelar diversa da prisão, sob o argumento de que não estão presentes os indícios suficientes para justificar o decreto de prisão preventiva em garantia da ordem pública fundamentada na gravidade do delito; não há risco do acusado impedir a aplicaço da lei penal; o réu é primário; possui residência fixa e profissão definida.O Ministério Público manifestou-se contrário ao pedido formulado pelo requerente.Vieram os autos conclusos.Era o que cabia relatar.Passo à fundamentação.(...) Com relação àmaterialidade do delito e aos indícios de autoria(fumus comissi delicti), verifica-se que estão presentes os elementos de sua conformação, notadamente em razão dos elementos informativos acostados aos autos, como as declarações prestadas pelas testemunhas inquiridas na fase de investigação.Superado, assim, tal questionamento, resta averiguar se estão presentes as condições da prisão preventiva (periculum libertatis).Da narrativa dos fatos, persisteainda o periculum libertatis ante a necessidade de se resguardar a ordem pública da pública e a tranquilidade social.,nos termos do artigo 312 do CPP, eis que evidenciada na gravidade dainfração, na repercussão social do crime (visto que o crime gerou grande abalo a sociedade local) e na periculosidade do agente.Além do exposto, sabe-se que a garantia da ordem pública não se presta somente a acautelar o meio social abalado pelo crime grave e audacioso em tese cometido pelo requerente, mas também deve ser interpretada como meio de se permitir que a sociedade continue a acreditar na existência da Justiça.Segundo entendimento firmado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça em caso análogo, ?tem-se por fundamentada a negativa do benefício daliberdade provisória,com expressa menção à situação concreta, em razão, essencialmente, do modus operandi empregado pelo agente na prática da conduta criminosa, representando periculosidade ao meio social? (RHC 23934/RJ, Rel. Ministra Laurita Vaz, j. 15/09/2009, DJe 05/10/2009).Tais fatos apontam,neste momento, para a subsistência da necessidade da manutenção de sua segregação cautelar para garantia da ordem pública e evidenciando, assim, a inadequação das medidas cautelares diversas da prisão, ao menos nesta fase processual.A argumentação apresentada pelo requerente e os documentos por ele trazido aos autos não tem o condão de infirmar as razões que ensejaram a decretação da prisão preventiva do requerente. Quanto às alegadas condições pessoais favoráveis do requerente, estas não são suficientes para afastar a necessidade da custódia cautelar,mantendo-se, assim, afastada a aplicaço do art.321 do Código de Processo Penal.DecidoPosto isso,INDEFIROo pedido de revogação de prisão preventiva e/ou substituição da custódia cautelar formulado porJosé Maria Nogueira dos Reis,pelas razões supramencionadas, assim o fazendo com base nos artigos 311, 312 e 313, I todos do CPP. (...)?. Como se vê, no caso, a prisão preventiva encontra-se suficientemente fundamentada, tendo em vista a necessidade de se garantir a ordem pública, em razão da periculosidade do agente revelada pelomodus operandida prática delitiva, pois o réu, em concurso de agentes, número provável de 10, assaltou uma agência do Banpará, com divisão de tarefas, durante à luz do dia, com emprego de armas de calibre grosso, uso de automóveis e de reféns, efetuando vários disparos de arma durante a empreitada delitiva.Cumpre destacar, por último, que o paciente ainda responde a outro processo por crime de porte de arma (nº 0013146-90.2018.8.14.0009), em trâmite na Vara Criminal de Bragança, o que evidencia ainda mais sua periculosidade.Diante do exposto, acompanhando o parecer docustos legis,denego a ordem impetrada.É o voto.Belém, 25 de junho de 2019.Des.orMILTONAUGUSTO DE BRITONOBRE Relator Belém, 28/06/2019

Número do processo: 0804540-33.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: SILVIO GONCALVES DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: SAMUEL BORGES CRUZOAB: 89 Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉM Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: juizo de direito da vara única da comarca de viseuTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0804540-33.2019.8.14.0000PACIENTE: SILVIO GONCALVES DOS SANTOSAUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉM, JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE VISEURELATOR(A):Desembargador MILTON

AUGUSTO DE BRITO NOBRE EMENTA EMENTA:HABEAS CORPUSLIBERATÓRIO. ART. 157, §2º I e II C/C ART. 288 DO CÓDIGO PENAL. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA A MANUTENÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. IMPROCEDÊNCIA. CONSTRIÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. EXCESSO DE PRAZO PARA A INSTRUÇÃO PROCESSUAL. NÃO CONFIGURADO. FEITO COMPLEXO. RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO. QUALIDADES PESSOAIS. IRRELEVÂNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 08 DO TJPA.ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.1. Não há que se falar em ausência de fundamentação idônea da manutenção da prisão preventiva se os autos demonstram a materialidade e os indícios de autoria, bem como apontam a periculosidade do agente e a necessidade de se resguardar a ordem pública, já que os autos dão conta queo paciente integrava grande grupo de indivíduos que praticaram assalto numa agência bancária no interior do estado.2. O aferimento de eventual excesso de prazo para a instrução processual não pode ser analisado à luz de cálculos matemáticos que, por serem objetivos, não são capazes de alcançar as particularidades de cada caso.2.1 ? No caso, o feito transcorre em prazo razoável para atender às suas peculiaridades, pois trata de caso complexo, conexo com outro processo em que existe pluralidade de agentes, além de haver a necessidade de solução da controvérsia a respeito da competência, suscitada em conflito.3. Eventuais condições pessoais de cunho subjetivo, por si sós, não têm o condão de conferir ao coacto o direito de responder em liberdade (Súmula nº 08/TJPA).4. Ordem denegada, por unanimidade. Vistos etc.Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da Seção de Direito Penal, à unanimidade de votos, em denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator.Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Pará, aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2019.Julgamento presidido pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha.Belém, 25 de junho de 2019.Des.MILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator RELATÓRIO Trata-se da ordem dehabeas corpusliberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Samuel Borges Cruz, em favor deSilvio Gonçalves dos Santos,preso em 08.11.2018, que responde a ação penal de nº 0007853-71.2018.8.14.0064 junto ao Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Viseu, pela suposta prática dos crimes capitulados nos arts. 157, §2º, I e II e 288, parágrafo único, ambos do Código Penal.O impetrante alega que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para o início da instrução processual pois os autos sofrem atraso excessivo para seu deslinde em razão de conflito negativo de competência suscitado entre a Vara de Combate ao Crime Organizado de Belém e a Vara Única da Comarca de Viseu.Menciona a ausência de requisitos idôneos para a decretação da medida cautelar.Por fim, assevera que o coacto possui condições pessoais favoráveis, pois é tecnicamente primário, tem residência fixa e ocupação definida.Diante dos motivos expostos, requer a concessão liminar da ordem para que o paciente seja posto em liberdade e, ao final, pede a ratificação da medida.Juntou documentos.Os autos foram distribuídos à minha relatoria, ocasião em que indeferi o pedido liminar (Id. 1760778 ? págs. 1-2), requisitei informações à autoridade coatora e, em seguida, determinei que fossem encaminhados ao Ministério Público de 2º grau para emissão de parecer.Em cumprimento àquela determinação, o juízoimpetrado prestou informações (Id. 1824303).O Procurador de Justiça Marcos Antônio Ferreira das Neves, manifestando-se na condição decustos legis,opinou pelo conhecimento dowrit,porém, no mérito, pela sua denegação, face a inexistência de constrangimento ilegal (Id. 1847565).É o breverelatório. VOTO Compulsados os autos, não verifiquei qualquer mácula na decisão que decretou a prisão preventiva, fundamentada na prova da materialidade e nos indícios de autoria, além da necessidade de se garantir a ordem pública, destacando que opaciente é contumaz na prática de ilícitos, daí a necessidade de se ?resguardar o meio social da reiteração de cometimento de tão grave delito?.Para melhor ilustrar a questão, transcrevo o excerto da decisão constritiva, na parte de interesse:?No que tange aosfundamentosautorizadores da prisão cautelar, entendo haver a necessidadegarantia da ordem pública, ante apericulosidade do flagranteado, demonstrada na prática do delito, vez que se trata de roubo agência do Banpará desta cidade, delito praticado durante à luz do dia com emprego de armas de grosso calibre, uso de automóveis e de reféns, praticado em concurso de agentes em número provável de 10, que alastraram terror pela cidade, efetuando vários disparos de arma durante a empreitada criminosa, o que substancia a gravidade do delito e a necessidade da segregação cautelar do flagranteado.? (grifos próprios e meus) A despeito dos esforços engendrados pela defesa em demonstrar a carência de fundamentos idôneos para a decretação da prisão cautelar. O pequeno excerto citado é muito elucidativo quanto à necessidade de manutenção da constrição cautelar do coacto que, como visto, integrava grande grupo de criminosos voltado à prática de crimes, em especial, roubo a agências bancárias no interior do estado do Pará, modalidade criminosa que, diga-se, tem sido cada vez mais comum naquelas pequenas localidades, alastrando temor e instabilidade na população local.Sobre a participação o réu no delito, narra a denúncia que:?no dia 08.10.2018, o acusado SILVIO GONÇALVES DOS SANTOS, foi preso nas proximidades do Ramal do Pimenta, zona rural deste município, por roubo

qualificado e associação criminosa.A investigação evidenciou que, o acusado participou do assalto ao Banpará de Viseu, ocorrido no dia 06.11.2018, tendo como função o planejamento prévio do delito, e posteriormente carregar mantimentos e servir como ?mateiro? aos criminosos, ajudando na fuga.De acordo com as investigações, após o delito, os criminosos iriam se encontrar com o acusado no Ramal de Pedrinhas, de onde partiriam em fuga por dentro da mata até a Vila de Limondeua, local em que iriam se abrigar até as guarnições policiais saírem do município.? Assim, a meu sentir, é acertada a decisão constritiva, uma vez que, ainda que não tenha atuado diretamente na execução do roubo,o coacto integrava a estrutura constituída para garantir o sucesso do crime, razão pela qual, não há como negar que a sua liberdade ameaça à ordem pública.Quanto ao pedido de reconhecimento de excesso de prazo para o início da instrução processual, por meio do qual o impetrante destaca, em especial, o retardamento do deslinde da ação em razão da pendência de conflito de jurisdição suscitado entre o juízo da Vara de Combate ao Crime Organizado da Comarca de Belém e o juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Viseu, é necessário pontuar que a avaliação do tempo necessário para o deslinde de uma ação penal não pode ser regida por critérios exclusivamente matemáticos que não respeitam as particularidades decorrentes do próprio feito ou, ainda, da Justiça.No caso, é de se observar que, a despeito das argumentações do impetrante, o feito encontra-se tramitando dentro da normalidade, de acordo com suas peculiaridades - pois trata de fato complexo, conexo com o processo nº 0001185-50.2019.8.14.0064, que envolve uma pluralidade de agentes -, já tendo sido a recebida a denúncia e está, no momento, aguardando o julgamento do conflito de jurisdição distribuído à relatoria da Desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos, sob o nº 0007853-71.2018.8.14.0064.Por óbvio que não se pode admitir atrasos injustificados no andamento processual, pois é preciso primar, nesse sentido, especialmente pela razoabilidade, para que se dê uma prestação jurisdicional eficiente e satisfatória aos fins a que se destina.Este entendimento é amplamente difundido pelos tribunais de todo o país, inclusive pelas Cortes Superiores, como demonstra, v.g., o excerto do seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:?PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL.SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. MODUS OPERANDI. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DA CULPA. NÃO CONFIGURADO. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.I - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.II - Na hipótese, o r. decisum que determinou a prisão preventiva da ora recorrente encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que denotam sua periculosidade concreta, notadamente se considerado o modus operandi pelo qual o delito foi, em tese, praticado, consistente em homicídio "cometido contra familiar, por motivos de herança e ainda, mediante recompensa, o que demostra a periculosidade dos representados". Tais circunstâncias indicam, ao meu ver, a indispensabilidade da imposição da medida extrema, em razão da necessidade de acautelamento da ordem pública.III - O prazo para a conclusão da instrução criminal não tem as características de fatalidade e de improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com o juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (Precedentes do STF e do STJ).IV - Na hipótese, verifica-se que a tramitação processual ocorre dentro da razoabilidade de tempo esperada, uma vez que o eventual atraso na conclusão do feito decorre das peculiaridades do caso concreto, qual seja, sua complexidade, diversidade de testemunhas, além da necessidade de emissão de carta precatória e análise de conflito de jurisdição suscitado, assim como pelo fato de "que uma das audiências de instrução teve que ser redesignada em razão do não comparecimento do patrono da paciente ao ato", razão pela qual não se vislumbra, por ora, o alegado constrangimento ilegal suscetível de provimento do presente recurso Recurso ordinário não provido.(RHC 84.013/PR, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 12/09/2017, DJe 22/09/2017)? (grifei) Por fim, não é demasiado lembrar que ascondições subjetivas favoráveisdo paciente - réu primário que possui residência fixa e ocupação lícita ? não são capazes de elidir, por si sós, a possibilidade de segregação provisória, como é cediço, quando em risco evidente a sociedade ordeira. Inteligência da Súmula nº08 do TJPA (455925, HC, Rel. Raimundo Holanda Reis, Órgão Julgador Seção de Direito Penal, Julgado em 2018-03-05, Publicado em 2018-03-05).Diante o exposto, acompanhando o parecer ministerial,denegoa ordem impetrada.É o voto. Belém, 25 de junho de 2019.Des.MILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator Belém, 28/06/2019

Número do processo: 0804368-91.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: Gabriel dos Prazeres Melo Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: Juiz da Vara Criminal de Santa Izabel do ParáTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0804368-91.2019.8.14.0000PACIENTE: GABRIEL DOS PRAZERES MELOAUTORIDADE COATORA: JUIZ DA VARA CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁRELATOR(A):Desembargador RAIMUNDO HOLANDA REIS EMENTA EMENTA:Criminal. Habeas Corpus ?Tráfico de Drogas ? Objetivo: Revogação da prisão preventiva ? Decisão ? Fundamento Idôneo ? Tese de Negativa de Autoria, paciente usuário de droga - Apreciação inviável em sede dewrit? Audiência de Custódia ? Não realização ? Mera irregularidade (Precedentes). Ordem denegada. Decisão Unânime. Acórdão Vistos, relatados e discutidos estes autosde HABEAS CORPUS,ACORDAMosExcelentíssimosDesembargadores que integram aSeção de Direito Penaldo Tribunal de Justiça do Estado do Pará,àUNANIMIDADEde votos,DENEGARa ordemimpetrada. RELATÓRIO Cuida-se deHABEAS CORPUSliberatório com pedido de liminar, impetrado em favor deGABRIEL DOS PRAZERES MELO,indicando como coator oJuízo de Direito da Comarca de Santa Izabel,aduzindo o impetrante, em resumo, que o paciente foi preso em flagrante delito no dia 23.03.2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 33, da Lei nº 11.343/06, e sofre constrangimento ilegal, uma vez que o flagrante convertido em prisão preventiva, sem audiência de custódia realizada, a decisão é destituída de fundamentação, qual seja, ausentes os requisitos da prisão preventiva, alémdele, paciente, ser usuário e não traficante.Pede ao final, a concessão da ordem, com a expedição de Alvará de Soltura; subsidiariamente, a substituição da preventiva por medidas diversas da prisão. Prestadas as informações de estilo (fls. 145/146-PJe), indeferi a liminar (fl. 158), com a Procuradoria de Justiça opinando peladenegaçãoda ordem. VOTO Insurge-sea Defensoria Públicacontraa decisão que, homologando o flagrante, converteu-o em prisão preventiva, por entender o impetrante, que carece de fundamentação, bem como alega que GABRIEL é usuário de droga, e não traficante.Quanto as teses relacionadas ao próprio mérito da ação criminal, de que o paciente é apenas viciado, e não traficante, dentre outros questionamentos relacionados à autoria,são alegações que não podem ser apreciadas em sede dewritpor requerer dilação probatória, medida processual incompatível com o rito sumaríssimo que caracteriza esta ação constitucional,daí porque não conheço de tais argumentos, conforme também entende o douto Procurador de Justiça que oficia no presente.No tocante a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente (fls. 109/112), flagrado com cerca de 400g de maconha, constante às fls. 11/13-PJe, o flagrante foi homologado e convertido corretamente em prisão preventiva, com fundamentação idônea,para garantia da ordem públicaeda instrução processual, ressaltando o Juízo, que resta evidenciada a periculosidade, uma vez que GABRIEL encontrava-se em liberdade provisória em outro processo (0005702-80.2018.8.14.0049), e, em tese, voltou a delinquir, sendo encontrado em seu poder18 (dezoito) porções pesando 12,515 g da erva prensada vulgarmente conhecida como maconha e 10,636 g da substância vulgarmente conhecida como cocaína, acondicionada em 22 petecas de plástico transparente (fl. 103), não restando dúvidas quanto aofumus comissi delicti(prova da materiliadade),além de observadas todas as garantias constitucionais do flagranteado, daí inexistir qualquer violação à princípio da Carta Magna.Restando, portanto, justificada a necessidade de custodia cautelar do acusado, vez que o delito praticado por ele, em tese, demonstra clara afronta a ordem pública e para a conveniência da instrução criminal. A prisão preventiva que ora se decreta se legitima, porque satisfeitos por completo os pressupostos cautelares FUMUS DELICTI (prova de existência do crime e indício suficiente de sua autoria) e PERICULUM LIBERTATIS (garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal ou assegurar a aplicação da lei penal) presentes no caput do art. 312 do CPP, e ante a inexistência de fatos novos, o Juízo, às fls. 46/47, corretamente indeferiu pedido de revogação da prisão preventiva, vez que persistem os motivos que a ensejaram. Insta consignar que a prisão preventiva com fundamento na garantia da ordem pública não se destina à proteção do processo penal exclusivamente, mas, ao revés, destina-se ao resguardo da própria sociedade.Por fim, a não realização da audiência de custódia, conforme entendimento já pacificado, inclusive do STJ, além de constituir mera irregularidade (Precedentes), não é suficiente, por si só,para ensejar a nulidade da prisão preventiva, quando evidenciada a observância das garantias processuais e constitucionais.(AgRg no HC 353.887/SP, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, julgado em 19/05/2016, DJe07/06/2016), sem contar que a constrição do paciente agora é derivada de ordem de preventiva, ou seja, está embasada em novo título judicial, de modo que eventual ilegalidade no ato que antecedeu o decreto constritivo se encontraria, de qualquer forma, superada, sendo descabida ainda, a substituição da preventiva por medidas cautelares, vez presentes os requisitos da constrição cautelar. POSTO ISTO, NA ESTEIRA DO PARECER DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA,DENEGA-SEA ORDEM IMPETRADA.JULGAMENTO PRESIDIDO PELO EXMO. SR. DESEMBARGADOR MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE.Belém-PA,27dejunhode 2019. DesembargadorRAIMUNDO HOLANDA REIS, Relator Belém, 27/06/2019

Número do processo: 0805023-63.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: MANOEL RAMSON SANTOS FERREIRA Participação: ADVOGADO Nome: YURI FERREIRA MACIELOAB: 25777/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: Juiz de Direito da Comarca de Breu Branco - PASEÇÃO DE DIREITO PENALHabeas Corpus nº08050236320198140000 Vistos...1.Aceito a prevenção a mim conferida.2.Não vislumbro, ainda, os requisitos ensejadores da concessão da liminar pleiteada, razão pela qual reservo-me a examiná-la após o oferecimento das informações por parte do MM Juízo demandado.3.Conforme dispõe a Portaria n.º 0368/2009-GP, solicitem-se, de ordem e através de e-mail, as informações ao Juízo coator acerca das razões suscitadas pelo impetrante, cujas informações devem ser prestadas nos termos da Resolução n.º 04/2003-GP, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.4.Caso não sejam prestadas no prazo legal as referidas informações, retornem-me os autos conclusos para as providências determinadas na Portaria n.º 0368/2009-GP e outra que julgar adequada.Oficie-se.Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019. Desª. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATORelatora

Número do processo: 0804105-59.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: FABRICIO BARBOSA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: WELLINGTON TEIXEIRA DE LIMAOAB: 95000A Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: juiz da 1ª vara civel e empresarial da comarca de marituba TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0804105-59.2019.8.14.0000PACIENTE: FABRICIO BARBOSA DA SILVAAUTORIDADE COATORA: JUIZ DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE MARITUBARELATOR(A):Desembargadora MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS EMENTA HABEAS CORPUS PREVENTIVO ? PRISÃO CIVIL ? PENSÃO ALIMENTÍCIA ?INADIMPLEMENTO DAS PRESTAÇÕES VENCIDAS NO CURSO DO PROCESSO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO ? ORDEM DENEGADAA prisão civil em decorrência de inadimplemento de alimentos é legal, constituindo meio coercitivo para compelir o devedor a cumprir sua obrigação, e como se aufere dos autos o paciente resta inadimplente com suas obrigações, bem como não justificou a impossibilidade de pagamento, sendo legal a medida decretada.CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO DEMONSTRADO ? ORDEM DENEGADA ? DECISÃO UNÂNIME. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores, que integram as Câmaras Criminais Reunidas, deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, à unanimidade de votos,em denegar oWrit, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Desembargadora - Relatora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos. Esta Sessão foi presidida pelo Exmo. Des. Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha. RELATÓRIO FABRÍCIO BARBOSA DA SILVA,por meio de advogado, impetrou a presente ordem dehabeas corpusliberatório com pedido de liminar,com fulcro no art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal c/c os arts. 647 e ss., do Código de Processo Penal, apontando como autoridade coatora oJuízo de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marituba. O impetrante afirma que firmou termo de acordo de alimentos junto à Defensoria Pública do Estado em benefício do menor A. S. da S., nascido em 08/08/2005, representado por sua mãe Adriana Santos da Silva, o qual fora homologado por sentença, nos autos do processo nº 0033981-79-2011-814-0133 em 28/06/2012, em que restou estabelecida a obrigação de pagar 20% do salário mínimo (valor de R$ 109,00). Contudo, em 17/08/2012, fora ajuizada ação de execução nº 0033981-79-2011-814-0133 pelo menor, em que visava a receber os valores relativos aos meses de maio, junho e julho de 2012, adotando-se o rito previsto no art. 733, da Lei Adjetiva Civil/73 (atual art. 528, §3º, do CPC/15) e, quanto aos demais débitos, o rito do art. 732 do CPC/73 (atual art. 528, §8º, do CPC/15). Informa que, citado, o paciente pagou a importância estabelecida na ação executória, conforme certidão do Sr. oficial de justiça juntada à fl. 35 dos autos da execução (proc. nº 0033981-79-2011-814-0133), certidão esta que goza da presunção de veracidade, tendo a representante do exequente apresentado cópia do recibo ao defensor, à época, para extinguir o presente processo. Acentua que a demanda perdura desde 2011, ficando inerte desde 2013, ou seja, (06) seis anos, a demonstrar que o exequente contribuiu para a demora do feito, sendo que o paciente ficou aguardando a extinção do processo com julgamento do mérito. Declina que a defesa deveria ter ajuizada nova execução e, não por desídia profissional do defensor público, deixar o processo ao tempo e espaço sem ter conhecimento efetivo tanto o exequente como o executado paciente quais os débitos a serem cobrados de forma processualmente irregular. Assim, fora deferida pela autoridade coatora o pedido deprisão civil do paciente, o qual se encontra recolhido no cárcere a demonstrar oconstrangimento ilegal experimentado, eis que a dívida alimentar se encontrava quitada, conforme certidão exarada pelo Sr. oficial de justiça,não sendo possível

ao exequente afirmar que se encontra em débito o paciente de maio/2012 a março/2019,destacando que não havia pagamento de pensão de forma voluntária e inescusável, pois o paciente não tem condições, pois se encontra desempregado. Argumenta que o paciente já propôs ação revisional c/c exoneração de alimentos, com pedido de tutela da evidência (processo nº 0800943-45.2019.8.14.0133) perante a 2ª Vara Cível e Empresarial de Marituba, pretendo entabular novo acordo com o exequente. Por tais razões, requereuliminarpara que seja revogado o decreto de prisão civil em desfavor do paciente. Nomérito, pugnou pela confirmação da liminar em definitivo. Distribuídos os autos em plantão, o desembargador plantonista Ronaldo Marques Valle determinou sua distribuição pela via ordinária, por não se tratar de matéria a ser veiculada via plantão. Coube-me, assim, a relatoria do feito (fls. 35-36 ID nº 1775940). Reservei-mepara apreciar o pedido de liminar após as informações da autoridade coatora (fls. 38-40 ID nº 1786293), as quais foram efetivamente prestadas (fls. 48-49 ID nº 1810581): ?Em atendimento à vossa solicitação, e com base nos documentos constantes nos autos do processo nº. 0003981-79.2011.8.14.0133, informo o seguinte:1. A execução promovida contra o paciente decorre de descumprimento de acordo sobre o pagamento de alimentos devidos ao seu filho, Adrian Santos da Silva. O referido acordo foi celebrado em 15.12.2011 e homologado em 24.07.2012. 2. Em 17.08.2012, o exequente, por meio da Defensoria Pública, apresentou pedido de execução, asseverando que o executado havia adimplido apenas o mês de dezembro de 2011 e estava, naquela época, com 07 (sete) meses de inadimplência. O exequente havia postulado o pagamento das 03 (três) parcelas anteriores ao requerimento, sob pena de prisão. 3. Em despacho de fl. 25, este juízo determinou a citação do requerido para pagamento ou justificação de impossibilidade no prazo de 03 (três) dias, sob pena de prisão, na forma do art. 732 do antigo CPC. 4. O executado foi devidamente citado e, transcorrido o referido prazo, não efetuou o pagamento, nem justificou a impossibilidade de fazê-lo, conforme certidões de fls. 28/29. 5. Em decisão de fl. 30, datada de 21.01.2013, este juízo decretou a prisão do executado.6. O Oficial de Justiça responsável pela diligência, no momento de cumprir o mandado, deixou de efetuar a prisão alegando que o devedor teria comprovado o pagamento mediante recibo, conforme consta na certidão de fl. 35. Destaca-se que o Oficial de Justiça não juntou cópia do suposto recibo aos autos.7. Diante da referida certidão, este juízo, despacho de fl. 36, determinou a intimação da parte exequente para que, dentro de 05 (cinco) dias, informasse se ainda possuía interesse no prosseguimento do feito.8. A representante legal do exequente compareceu à Secretaria deste juízo e informou que tinha interesse na continuidade do feito, conforme consta na certidão de fl. 39.9. Em despacho de fl. 42, este juízo determinou a intimação da parte exequente para apresentação de planilha de débito atualizada.10. Em petição de fl. 44, o exequente, por meio da Defensoria Pública, considerou um absurdo a não realização da prisão, uma vez que a inadimplência permanecia integral, frisando que o executado não havia apresentado qualquer recibo nos autos. Naquele mesmo ato, o exequente ratificou os termos do pedido de execução, apresentou planilha de débito atualizada e pediu o urgente prosseguimento do processo, com a efetiva prisão do executado.11. Em despacho de fl. 51, este juízo determinou o cumprimento da decisão de fl. 30, pela qual havia sido decretada a prisão do executado, destacando que não cabia ao Oficial de Justiça deixar de efetuar a prisão determinada, uma vez que a prova do pagamento deve ser feita nos autos e a verificação da regularidade do adimplemento é atribuição exclusiva do magistrado.12. Em 17.05.2019 foi efetuada a prisão do executado, conforme certidão de fl. 59.13. Após a prisão, em 24.05.2019, o executado peticionou pedindo a realização de audiência de conciliação com a finalidade de entabular acordo para pagamento do débito.14. Antes que o pedido de audiência fosse apreciado, o paciente impetrou Habeas Corpus e o respectivo pedido de informações chegou ao gabinete na sexta-feira (31.05.2019), às 10:20 h. Destaca-se que este magistrado retornou de suas férias na data de hoje, 03.06.2019.15. Diante da inércia do executado desde sua citação, que ocorreu em 26.10.2012, verifica-se que sua inadimplência é voluntária e inescusável, sobretudo porque jamais pediu audiência de conciliação antes da prisão, tampouco justificou a impossibilidade de pagamento. Outrossim, a planilha de débito foi atualizada até março de 2019, destacando-se que, pela aplicação do art. 528, § 7º, do CPC, norma processual de aplicação imediata, o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 03 (três) prestações anteriores ao ajuizamento e as que se vencerem no curso do processo.? Posteriormente indeferi a liminar pleiteada, por não vislumbrar presentes os requisitos necessários à sua concessão, solicitando informações e determinando o encaminhamento dos autos à Procuradoria de Justiça.À Procuradoria de Justiça, manifestou-se peloCONHECIMENTOeDENEGAÇÃOdo writ, por não haver qualquer ilegalidade na segregação cautelar do paciente.É o relatório. VOTO Satisfeitos os requisitos legais, passo a proferir o voto:O presente Habeas Corpus consubstancia-se no constrangimento ilegal, tendo em vista que os motivos que decretaram a sua prisão são inidôneos, visto que se encontra preso em razão de débito que há muito perdeu o caráter alimentar emergencial autorizador da decretação da prisão civil. Alega a insuficiência econômica do paciente para arcar com o

valor dos alimentos, dificuldade essa que teria provocado desequilíbrio no binômio ?possibilidade-necessidade?.Sabe-se que é legitima a prisão civil do devedor de alimentos, quando fundamentada na falta de pagamento de prestações vencidas nos três meses anteriores à propositura da execução, ou daquelas vencidas no decorrer do referido processo, a teor da Súmula 309/STJ:"O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo." Portanto, a prisão civil em decorrência de inadimplemento de alimentos é legal, constituindo meio coercitivo para compelir o devedor a cumprir sua obrigação. Analisando detidamente os autos, e levando em consideração as informações constantes (ID nº 1810581), foi expedido Mandado de Prisão contra o paciente, em virtude de, apesar de intimado, não ter procedido ao pagamento do débito exequendo, assim como não ter apresentado qualquer justificativa que comprovasse a impossibilidade de fazê- lo.Vislumbro não haver qualquer ilegalidade na decisão que determinou o pagamento da obrigação alimentícia pelo paciente, sob pena de prisão civil, pois a prisão oriunda do débito alimentar segue a sistemática do § 3º , do art. 528, do CPC, no que, não havendo justificativa adequada da impossibilidade de saldar a dívida, deverá ser decretada a prisão civil do executado.No caso em análise, o paciente não apresentou qualquer justificativa, apesar de devidamente intimado, deixando de efetuar o pagamento do débito alimentar, motivos pelos quais mostra-se cabível a decretação de sua prisão civil, diante da inadimplência por parte do paciente.Transcrevo jurisprudência nesse sentido:HABEAS CORPUS PREVENTIVOPRISÃO CIVIL ALIMENTOS FALTA DE JUSTIFICATIVA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. É legítima a prisão civil do devedor de alimentos, quando fundamentada na falta de pagamento de prestações vencidas nos três meses anteriores à propositura da execução, ou vencidas no decorrer do referido processo, a teor da Súmula 309/STJ: "O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo".No caso de descumprimento da avença firmada entre o alimentante e o alimentado, nos autos da ação de alimentos, a dívida negociada constitui débito em atraso, e não pretérita, pelo que a inobservância do pactuado acarreta a prisão civil do devedor. Determinado que o Juízo Coator proceda a abertura de conta pra depósito do valor devido de alimentos. Ordem conhecida e denegada. Unanimidade.(TJPA. 2014.04631925-21, 139.207, Rel. NADJA NARA COBRA MEDA - JUIZA CONVOCADA, Órgão Julgador CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Julgado em 20.102014, Publicado em 22.10.2014) HABEAS CORPUS. DÍVIDA DE ALIMENTOS. INADIMPLEMENTO INCONTROVERSO.O descumprimento de título alimentar enseja prisão civil do devedor-executado, não havendo, no caso sub judice, ilicitude a ser reparada na decisão que determinou a prisão, pois o pagamento parcial não elide o débito.ORDEM DENEGADA. (Habeas Corpus Nº 70062922463, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alzir Felippe Schmitz, Julgado em 10/12/2014).(TJ-RS - HC: 70062922463 RS, Relator: Alzir Felippe Schmitz, Data de Julgamento: 10/12/2014, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 12/12/2014) Portanto, a prisão civil em decorrência de inadimplemento de alimentos é legal, constituindo meio coercitivo para compelir o devedor a cumprir sua obrigação, e como se aufere dos autos o paciente resta inadimplente com suas obrigações, bem como não justificou a impossibilidade de pagamento, sendo legal a medida decretada.A ação deHabeas Corpusé um remédio constitucional que serve para afastar o decreto prisional eivado de ilegalidade, o que não é o caso, não servindo para discussões ou rediscussões em torno do binômio necessidade-possibilidade.Sendo assim, tratando-se de execução de alimentos na modalidade do art. 733 do CPC, ausente o pagamento da dívida ou da justificativa acerca da impossibilidade de efetuá-la, não se verifica qualquer ilegalidade ou abuso de poder por parte da autoridade coatora, uma vez que a lei prevê a prisão civil para o caso de inadimplemento da obrigação alimentar, sendo de lembrar que eventuais pagamentos parciais não impedem a sua decretação.Ante o exposto, em consonância com a Procuradoria de Justiça e inexistindo constrangimento ilegal,DENEGOa ordem. É como voto. DesembargadoraMARIA DENAZARÉSILVAGOUVEIADOS SANTOSRelatora Belém, 27/06/2019

Número do processo: 0804529-04.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: WESLEY SANTOS PINHEIRO Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: 1ª VARA CRIMINAL DE BELMTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0804529-04.2019.8.14.0000PACIENTE: WESLEY SANTOS PINHEIROAUTORIDADE COATORA: 1ª VARA CRIMINAL DE BELMRELATOR(A):Desembargador RAIMUNDO HOLANDA REIS EMENTA EMENTA:Criminal. Habeas Corpus ?Tráfico de Drogas ? Argumento de que o paciente é usuário e não traficante ? Via inadequada ? Necessidade de dilação probatória ? Flagrante convertido em Prisão Preventiva e Indeferimento de Pedido de Revogação - Decisões - Fundamentos Idôneos ? Medidas

Cautelares Diversas da Prisão ? Não cabimento. Ordem denegada. Decisão Unânime.AcórdãoVistos, relatados e discutidos estes autosde HABEAS CORPUS,ACORDAMosExcelentíssimos SenhoresDesembargadores que integram aSeção de Direito Penaldo Tribunal de Justiça do Estado do Pará,àUNANIMIDADEde votos,DENEGARa ordemimpetrada. RELATÓRIO Cuida-se deHABEAS CORPUSliberatório com pedido de liminar, impetrado em favor deWESLEY SANTOS PINHEIROindicando como coator oJuízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Belém,aduzindo a nobre Defensora Pública, em resumo, que o paciente se encontra preso desde o dia 22.03.2019 (Proc. Nº0006326-09.2019.8.14.0401), sob a acusação de porte de maconha, e, ante a ínfima quantidade da erva (25g de baseado), e, apesar de registrar antecedentes, faz-se necessária a revogação da preventiva, o que descaracteriza o tráfico, impondo a imediata soltura, vez que ausentes os requisitos da medida extremada. Pede ao final, a concessão da ordem, e/ou o trancamento da ação penal.Prestadas as informações de estilo (fls. 29/30-PJe), indeferi a liminar (fl. 49), com a Procuradoria de Justiça opinando peladenegaçãoda ordem. VOTO Inicialmente, quanto à alegação de que o pacientede quantidade ínfima de droga apreendido, sugerindo que o pacienteé usuário e não traficante, cabe esclarecer que talquestionamentonão pode ser apreciadona via estreita do habeas corpus, por demandar dilação probatória, sendoque a referida matéria deve ser tratada na ação penal respectiva, onde será realizada a instrução processual e averiguadas as alegações da defesa e acusação, senão vejamos: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE SER O PACIENTE USUÁRIO E NÃO TRAFICANTE. MATÉRIAQUE REFOGE Á VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. EXCESSO DE PRAZO. PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. AUSÊNCIADE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA.1. A alegação de ser o paciente usuário e não traficante de drogas, nãocomporta na estreitíssima via do remédio heróico do hábeas corpus, por ser questão meritória a ser apreciada quando da sentença final. 2 .[...]. 3.[...]. 4. Habeas Corpus conhecido e denegado. (TJ-MA - HC: 6942008 MA , Rel.: JAIME FERREIRA DE ARAÚJO, J.: 28/02/2018). No tocante a ausência de requisitos para a constrição, percebe-se claramente que o flagrante foi homologado, vez que preenchidos os requisitos dos arts. 304 e 306 do CPP, e convertido corretamente em prisão preventiva, em23.03.2019(fls. 33/35),paragarantia da ordem públicaedaaplicação da lei penal (art. 312 do CPP), ressaltando o Juízo que, ?[...]que houve a apreensão de 28 (vinte e oito) embalagens de maconha prensada [...]?; e que o flagranteado registra outros antecedentes criminais, e a reiteração delitiva demonstra a recalcitrância do em manter o compromisso de não voltar a delinquir, e, segundo o STF em entendimento sedimentado no sentido de que a prisão preventiva para a garantia da ordem pública pode ser decretada para, entre outras coisas, evitar a reiteração delitiva, assim, resguardando a sociedade de maiores danos.Então, a primeira razão para a prisão preventiva é a existência do crime e indícios suficientes de autoria.In casu,dúvida alguma resta da existência deste pressuposto, pois está clara a prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria pelo acusado-paciente, uma vez que foi preso em flagrante, e, com a sua conversão em prisão preventiva, face a presença de seus requisitos, rsta evidenciada a impossibilidade da substituição por medidas cautelares.No dia09.05.2019, foi mantida a prisão preventiva, sob a ótica de não haver nos autos elementos novos aptos a alterar a situação fática na qual foi convertido o flagrante em preventiva, no caso, subsistem os requisitos ensejadores da medida cautelar excepcional (fls. 40/45).No que se refere ao pedido de revogação da preventiva(indeferido pelo Juízo), é de se salientar que a prisão preventiva tem como característica a revogabilidade quando da alteração das circunstâncias fáticas que autorizaram o seu decreto, nos termos do art.316, doCPP.In casu,como visto, a magistrada não vislumbrou elementos novos a alterar a situação fática do acusado, ou seja, em seu pedido não trouxe qualquer elemento capaz de ilidir os motivos da prisão preventiva, permanecendo a situação processual inalterada, daí correta manutenção da constrição. Desta forma, a segregação cautelar do paciente deve ser mantida, pois realizada em harmonia com a legislação processual penal e sem ofensa às garantias constitucionais previstas. POSTO ISTO, NA ESTEIRA DO PARECER DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA,DENEGA-SEA ORDEM IMPETRADA.JULGAMENTO PRESIDIDO PELO EXMO. SR. DESEMBARGADOR MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE. Belém-PA,27dejunhode 2019. DesembargadorRAIMUNDO HOLANDA REIS, Relator Belém, 27/06/2019

Número do processo: 0804696-21.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: GENILSON SILVA E SILVA Participação: ADVOGADO Nome: CRISTIANE BENTES DAS CHAGASOAB: 25102/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZO DA VARA UNICA DE CONCORDIA DO PARÁTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0804696-21.2019.8.14.0000PACIENTE: GENILSON SILVA E SILVAAUTORIDADE COATORA: JUIZO DA VARA

UNICA DE CONCORDIA DO PARÁRELATOR(A):Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE EMENTA EMENTA:HABEAS CORPUSLIBERATÓRIO. ARTS. 33 E 35 DA LEI 11.343/2006. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. INCOMPATIBILIDADE COM A VIA ELEITA. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. IMPROCEDÊNCIA. DECRETO PREVENTIVO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO.QUALIDADES PESSOAIS. IRRELEVÂNCIA. APLICAÇÃO DA SÚMULA Nº 08 DO TJPA.ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.1. A tese de insuficiência de indícios de envolvimento com organização criminosa para o tráfico, consiste em alegação de inocência, a qual não encontra espaço de análise na estreita via dohabeas corpus, por demandar exame aprofundado do contexto fático-probatório.2. Provados a materialidade e os indícios de autoria, bem como encontrando-se a decisão que decretou a custódia cautelar consubstanciada, fundamentadamente, no resguardo da ordem pública e na conveniência da instrução criminal, resta plenamente justificada a manutenção da medida cautelar, inexistindo, assim, coação a ser reparada nesta via.2.1.A prisão questionada teve origem em uma ampla investigação policial que é desenvolvida desde maio do último ano, instaurada após indícios deumagrande organização voltada para o tráfico de entorpecentes, o que, em um município relativamente pequeno como Concórdia do Pará (aproximadamente 32 mil habitantes), produz efeitos avassaladores na sociedade.3. Eventuais condições pessoais de cunho subjetivo, por si sós, não têm o condão de conferir ao coacto o direito de responder em liberdade (Súmula nº 08/TJPA).4. Ordem denegada, por unanimidade. Vistos etc.Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes das Egrégias Câmaras Criminais Reunidas, à unanimidade de votos, em denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator.Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Pará, aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e dezenove.Julgamento presidido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes.Belém, 25 de junho de 2019. Des.MILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator RELATÓRIO Trata-se da ordem dehabeas corpusliberatório, com pedido de liminar, impetrado pela advogada Cristiane Bentes das Chagas, em favor deGenilson Silva e Silva, que responde pela prática, em tese, dos delitos tipificados nos arts. 33 e 35 da Lei nº 11.343/06, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara Única da Comarca de Concórdia do Pará.Após a impetrante descrever os fatos e afirmar a inocência do coacto, aduz que o paciente sofre constrangimento ilegal pois, além da medida constritiva ser desproporcional, a decisão que indeferiu o pedido de revogação ou substituição da prisão por medidas cautelares carece de fundamentação idônea.Afirma, ainda, que o paciente possui condições pessoais favoráveis para ter a prisão substituída por medidas cautelares diversas, porquanto é primário, possui ocupação lícita e reside no distrito da culpa.Por esses motivos, requer a concessão liminar da ordem para restituir a liberdade do paciente e, ao final, a ratificação da medida.Juntou documentos (IDs nº 1823779, 1823780, 1823781, 1823782, 1823783, 1823784, 1824097 e 1828191).Juntam documentos.Os autos foram distribuídos à minha relatoria, ocasião em que indeferi o pedido liminar (Id. nº 1.829.724), requisitei informações à autoridade coatora e, após, determinei que fossem encaminhados ao Ministério Público de 2º grau para emissão de parecer.Em cumprimento àquela determinação, o juízoimpetrado prestou informações (Id. nº 1.836.602).O Procurador de Justiça Marcos Antônio Ferreira das Neves, manifestando-se na condição decustos legis,opinou pelo conhecimento dowrit,porém, no mérito, pela sua denegação, face a inexistência de constrangimento ilegal (Id. nº 1.860.882).É o relatório. VOTO A despeito dos esforços engendrados pela defesa em demonstrar a carência de fundamentos idôneos para a decretação da prisão cautelar do paciente, tenho como certo que não merece prosperar a pretensão deduzida nowrit.Como deixei consignado no relatório, alega a defesa, inicialmente, não haver prova da associação do paciente para a traficância, tais argumentos consistem, na verdade, emalegação de inocência, a qual não encontra espaço de análise na estreita via dohabeas corpus, por demandar exame aprofundado do contexto fático-probatório. Nesse sentido: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. INCOMPATIBILIDADE. PRISÃO PREVENTIVA. GRUPO CRIMINOSO ORGANIZADO E COM DIVISÃO DE TAREFAS. VINCULAÇÃO COM FACÇÃO CRIMINOSA "COMANDO VERMELHO". NECESSIDADE DE INTERROMPER ATIVIDADES. RISCO DE REITERAÇÃO. RÉU COM REGISTRO ANTERIOR. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS INADEQUAÇÃO. RECURSO DESPROVIDO.1. A tese de inocência do recorrente não encontra espaço de análise na estreita via do habeas corpus ou do recurso ordinário, por demandar exame do contexto fático-probatório.2. (...). 8. Recurso desprovido. (RHC 111.364/CE, Rel. Ministro Reynaldo Soares Da Fonseca, Quinta Turma, julgado em 14/05/2019, DJe 23/05/2019). Grifei.Sendo assim, passo à análise dos requisitos da prisão preventiva.E neste ponto, afirmo que as diretivas atacadas nomandamusdemonstraram, de maneira clara e induvidosa, a necessidade da segregação preventiva do paciente, já que ressaltam a existência de provas da materialidade e de indícios de autoria, bem como encontram fundamento na garantia da ordem

pública e em razão da conveniência da instrução criminal.Nessa linha, reproduzo trechos da decisão que decretou a prisão preventiva do coacto, nos pontos de interesse: ?Observa-se, no entanto, no caso sub exame, que amaterialidade do crime se encontra devidamente comprovada através dos dados e conversas interceptadas, bem como dos dados extraídos dos celulares apreendidos com autorização judicial, além de diversos depoimentos de pessoas envolvidas.Os indícios de autoria estão fartamente presentes no inquérito policial, onde é, a priori, demonstrado a ligação entre os indiciados e a correspondente divisão das funções de cada um na prática delituosa do tráfico de drogas.No que se refere aos pressupostos específicos para a decretação da prisão preventiva, verifica-se que se encontra presente o daGARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, visto que a princípio existe a prática reiterada dos crimes de tráfico de drogas e de associação para o tráfico, além do crime de corrupção de menores, cometidos pelos INDICIADOS REPRESENTADOS, os quais sãoresponsáveis por grande parte do tráfico na região. Especialmente nesta Comarca, sendo por si só causa suficiente para sua decretação, como tem decidido a jurisprudência majoritária.Nosso Superior Tribunal de Justiça assim tem decidido acerca da matéria,in verbis:A prisão preventiva. Prova bastante da existência do crime e suficientes indícios de autoria, para efeito da tal prisão. Não se pode exigir, para esta, a mesma certeza que se exige para a condenação. Princípio da confiança nos juízes próximos das provas em causa, dos fatos e das provas, assim, como meios de convicção mais seguros do que os juízes distantes. Oin dubio pro reovale ao ter o juiz que absolver ou condenar, não, porém ao decidir se decreta ou não a custódia preventiva (RTJ 64/77).No caso sub examen, trata-se de crime que tem um alto grau de lesão para a sociedade, visto quese associam para cometerem, reiteradamente, o crime de tráfico de drogas, e os demais crimes periféricos que o tráfico ilegal de drogas causa, como furtos, receptação e homicídios, aterrorizando a população da região, não tendo condições legais para permanecerem durante o inquérito e a instrução processual em liberdade.Outrossim, grande parte dos INDICIADOS/REPRESENTADOS já registram antecedentes criminais, e outros respondem a outras ações penais por diversos crimes, inclusive tráfico de drogas.Observa-se ainda a presença do requisito daconveniência da INSTRUÇÃO CRIMINAL, já que se faz necessário que se obste o contato dos acusados entre si, para que não criem e ajustem versões mentirosas compatíveis, bem como é necessário para se evitar a destruição de outras provas necessárias ao processo. (grifei) A decisão impugnada nesta via constitucional evidencia que a prisão do paciente é necessária ? pelo que não pode ser substituída por medidas diversas ? e está suficiente e adequadamente fundamentada com base nas circunstâncias concretas do caso. Em complemento, a autoridade inquinada coatora prestou informações afirmando:?o paciente foi preso cautelarmente em razão de prisão preventiva decretada por este Juízo contra ele e mais 18 (dezoito) pessoas, em face de representação do Delegado de Polícia Civil de Concórdia do Pará, após uma longa e criteriosa investigação contra o paciente e outros indiciados, onde houve, como já dito, autorização de interceptações telefônicas, quebras de sigilo telefônico, bancário, além de busca e apreensão nas residências dos envolvidos e outras provas testemunhais e documentais.As investigações apontaram três chefes do tráfico de drogas em Concórdia do Pará, cada um dominando uma especialidade de droga, sem embargo de eventualmente traficar em menor quantidade outros tipos de drogas dos outros chefes. Assim, a investigação aponta que o paciente compõe uma associação para o tráfico de drogas na região, a qual é endêmica nesse tipo de crime, sendo conhecida como o ?polígono da maconha do Pará?.A data da decretação da prisão preventiva foi em12/12/2018, porém a prisão do paciente se deu apenas em15.02.2019. Entretanto, a demora no cumprimento dos mandados se deu em razão da necessidade de um grande número de policiais para o cumprimento das prisões ao mesmo tempo, evitando a fuga dos demais caso fosse cumprido um de cada vez.Os autos estavam em sigilo, porém parte do sigilo foi retirado após a prisão dos envolvidos, restando ainda, parte sigilosa em razão das medidas não terem sido totalmente efetivadas, o que o levantamento do sigilo prejudicaria as medidas deferidas. O inquérito policial foi relatado e enviado ao Ministério Público, o qual optou por dividir os investigados em núcleos separados e apresentou quatro Denúncias contra os acusados, sendo que na ação o réu foi incluído junto com mais seis acusados, o qual foi denunciado pelos crimes do art. 33, caput, e art. 35, caput, da Lei 11.343/06.?(grifos próprios) Como se vê, a prisão se originou de ampla investigação policial que é desenvolvida desde maio do último ano e tem como objetivo desvendar as práticas dos crimes capitulados nos arts. 33 e 35 da lei 11.343/2006; art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente e art. 1º, §4º, da lei 9.613/1998.Além do exposto, é relevante ressaltar que foi descoberta uma grande organização voltada para o tráfico de entorpecentes, o que, em um município relativamente pequeno como Concórdia do Pará (aproximadamente 32 mil habitantes), produz efeitos avassaladores na sociedade.Para finalizar, destaco que ascondições subjetivas favoráveisdo paciente - réu primário que possui residência fixa ? não são capazes de elidir, por si sós, a possibilidade de segregação provisória, como é cediço, quando em risco evidente a sociedade ordeira. Inteligência da Súmula nº08 do TJPA (455925, HC, Rel. Raimundo Holanda Reis, Órgão Julgador Seção de Direito Penal,

Julgado em 2018-03-05, Publicado em 2018-03-05).Diante o exposto, acompanhando o parecer ministerial,denegoa ordem impetrada.É o voto. Belém, 25 de junho de 2019.Des.MILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator Belém, 28/06/2019

Número do processo: 0804816-64.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: JOSE ANDRE MOREIRA GEMAQUE Participação: ADVOGADO Nome: JOSE RAIMUNDO BORGES DA SILVAOAB: 4877/PA Participação: ADVOGADO Nome: SIMONE DO SOCORRO FIGUEIREDO GOMESOAB: 007570/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUÍZO DA VARA ÚNICA DO TERMO DE SANTA CRUZ DO ARARITRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0804816-64.2019.8.14.0000PACIENTE: JOSE ANDRE MOREIRA GEMAQUEAUTORIDADE COATORA: JUÍZO DA VARA ÚNICA DO TERMO DE SANTA CRUZ DO ARARIRELATOR(A):Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE EMENTA EMENTA:HABEAS CORPUSLIBERATÓRIO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. ROUBO QUALIFICADO E FURTO QUALIFICADO PELA SUBTRAÇÃO DE SEMOVENTES. FUNDAMENTOS DA CUSTÓDIA CAUTELAR. ELEMENTOS CONCRETOS A JUSTIFICAR A MEDIDA. EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. AÇÃO PENAL COM TRAMITAÇÃO REGULAR. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.1. Deve ser mantida a custódia cautelar quando está demonstrada, adequadamente - além da prova da materialidade e indícios suficientes de autoria -, a especial necessidade da garantia da ordem pública, evidenciada na gravidade em concreto da conduta e no risco de reiteração delitiva, haja vista a notícia de que o paciente faz parte de associação criminosa especializada na prática de furtos de gado na região do Marajó.2. Não está configurado o constrangimento ilegal por excesso de prazo para formação da culpa se o trâmite processual se desenvolve dentro dos parâmetros da razoabilidade, considerando as peculiaridades do caso, em que a ação penal apura diversos fatos delituosos, complexos, com pluralidade de réus.3. Ordem denegada, por unanimidade. ACÓRDÃOVistos etc.Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da Seção de Direito Penal deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator.Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Pará, aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e dezenove.Julgamento presidido pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Vânia do Couto Fortes Bitar Cunha.Belém, 25 de junho de 2019. Des.orMILTONAUGUSTODE BRITONOBRERelator RELATÓRIO Trata-se da ordem dehabeas corpusliberatório, com pedido de liminar, impetrado pelos advogados José Raimundo Borges da Silva e Simone do Socorro Figueiredo Gomes, em favor deJosé André Moreira Gemaque, que responde a ação penal perante o Juízo da Vara Única da Comarca de Cachoeira do Arari/PA, pela prática, em tese, dos delitos tipificados nos arts. 157, §2º, inciso II e §2º-A, inciso I c/c art. 14, inciso II e 155, §6º (furto de semovente domesticável de produção), c/c art. 288 (associação criminosa), todos do Código Penal.Após os impetrantes aduzirem a ausência de qualquer indício da participação do coacto nos crimes, consignam que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão da falta de fundamentação idônea e de proporcionalidade da decisão que decretou sua prisão preventiva.Alegam, ainda, a ocorrência de excesso de prazo, uma vez que o paciente encontra-se preso há mais de 6 meses e ainda não foi ouvido pela autoridade indicada como coatora.Por esses motivos, requerem a concessão liminar para restituir a liberdade ao paciente e, no mérito, pugnam pela ratificação da ordem.Juntaram documentos.Os autos foram inicialmente distribuídos ao Exmo. Des. Mairton Marques Carneiro, que, de forma diligente, indicou minha prevenção.Vieram-me os autos redistribuídos, oportunidade na qual indeferi o pedido liminar, requisitei informações à autoridade tida como coatora e, após, determinei que fossem encaminhados ao Ministério Público de 2º grau para emissão de parecer.Em cumprimento, a autoridade apontada como coatora prestou informações (ID nº 1.847.241).Por fim, o Procurador de Justiça Marcos Antônio Ferreira das Neves, manifestando-se na condição decustos legis,opina pelo conhecimento e denegação da ordem.É o relatório. VOTO Em que pese a aguerrida impetração, os argumentos apresentados não merecem prosperar, devendo ser mantida a cautelar preventiva decretada em desfavor do coacto José André Moreira Gemaque, pelas razões que passo a expor.Inicialmente, cumpre assinalar que asalegações que envolvem direta ou indiretamente a inocência do pacientedevem se restringir à ação penal originária, que tramita perante o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Cacheira do Arari/PA ? responsável pelo termo de Santa Cruz do Arari ?, e recursos cabíveis, porquanto é sabido que omandamusnão tem como finalidade discutir qualquer matéria que envolva dilação probatória aprofundada, eis que possui procedimento mais célere e simplificado.Noutro giro, no tocante àtese de ausência dos requisitos para manutenção da segregação preventiva,é fundamental que se verifique, objetivamente, se o juízo inquinado coator justificou corretamente a

necessidade da custódia cautelar do paciente, tudo com base em elementos concretos dos autos, que denotem a presença inequívoca dos requisitos da prisão preventiva.Explico.Como de sabença geral, a privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal.Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste e. Tribunal, em consonância com o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.Na hipótese, a prisão preventiva foi decreta pelos seguintes fundamentos:?Extrai-se dos documentos juntados com a representação que a conduta dos representados se amolda ao tipo delituoso de furto de furto de semovente domesticável de produção previsto no art. 155, §6º do Código Penal, com pena máxima superior a quatro anos.Para se decretar a prisão preventiva que se encontram presentes os requisitos legais do fumus boni iuris e do periculum in mora ou seja, fique comprovada a existência do crime e tenha indícios de autoria, bem como as circunstancias exijam para garantia da ordem pública, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal (arts. 311 e 312 do CPP). Também para sua admissão se faz necessário que estejam presentes uma das hipóteses do art. 313 do CPP.Com efeito, vislumbra-se no presente caso, através da analise dos elementos trazidos nos autos, que existem, de forma clara e evidente os pressupostos e requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva dos Representados.Em condições tais que a paz e a tranquilidade social estão ameaçadas pois o comportamento dos Representados estão divorciados do modus vivendi da sociedade e em caso de liberdade poderão voltar a praticar o delito.A prova do crime e os indícios suficientes de autoria estão claramente evidenciados através dos termos da declaração das testemunhas, que afirmam que os Representados se associaram para subtrair os animais de espécie bubalina que se encontravam na Fazenda Santa Fé.Está clara a conduta delituosa dos acusados, que utilizam-se de vulnerabilidade local para o cometimento dos delitos.Santa Cruz do Arari, um pequeno Município, tem sido surpreendido com a violência disseminada no Município trazendo insegurança a população, os jovens sendo assediados pela ?vida fácil? e ?alfabetizados? pelo mundo do crime que apregoa a inversão de valores em que trabalhar licitamente é desnecessário já que se pode obter lucro vultoso e se sustentar o próprio vicio com atividades ilícitas que faz como vítimas a sociedade.Sendo assim, não há outra medida eficaz que não seja a prisão preventiva dos representados a fim de garantir a ordem pública, a conveniência da instrução criminal e também os meios assecuratórios da aplicação da lei penal, haja vista que além dos representados terem demonstrado que ficando em liberdade é um perigo concreto a sociedade, diante das personalidades perversas apresentadas, também representam ameaça à segurança das testemunhas. Somado a esses fatos, não pode ser construído um clima de impunidade, o que depõe negativamente a imagem do poder Judiciário junto a sociedade.Por sua vez, satisfeito os pressupostos necessários, conforme já demonstrado acima, a legislação processual penal admite a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 04 (quatro) anos (art. 313, I, do CPP).Posto isso, com base nos dispositivos consubstanciados nos arts. 311, 312, 313 do CPP. Defiro o pedido feito na representação do Delegado de Polícia e Decreto a Prisão Preventiva e a busca e apreensão domiciliar em desfavor de JOSE ADRIANO DOS SANTOS TRINDADE, vulgo ?Bide ou bede?, JOSENILDO DOS SANTOS TRINDADE, vulgo ?nicão?, JOSÉ ANDRÉ MOREIRA GEMAQUE, conhecido por ?Andre? e JOSÉ SEBASTIÃO DOS SANTOS TRINDADE, vulgo ?careca? pelo cometimento dos crimes de Roubo Qualificado com emprego de arma de fogo (art. 157, §2º, I do CP), Furto Qualificado mediante concurso de pessoas (art. 155, §4º, IV do CP) e Associação Criminosa (art. 288 do CP), com a integral observância dos arts. 311, 312, 313, I e 245 do CPP?.Por sua vez, a decisão que indeferiu o pedido de revogação da medida constritiva foi assim vazado:Trata-se de pedidos de revogação de prisão preventiva dos réus JOSÉ ANDRÉ MOREIRA GEMAQUE, JOSÉ SEBASTIÃO DOS SANTOS TRINDADE e JOSENILDO DOS SANTOS TRINDADE, à fl. 104.Não foram juntados documentos.A Representante do Ministério Público opinou pelo indeferimento dos pedidos, fls. 107/109.É o relato do necessário. DECIDO.Consta dos autos que os denunciados se encontram presos preventivamente sob a acusação de suposta prática do delito descrito no artigo 155, §6º c/c art. 288, ambos do Código Penal.Como se sabe, para a decretação da prisão preventiva, faz-se necessária a presença de dois requisitos comuns a todas as medidas cautelares, quais sejam, o fumus boni iuris, representado pela prova da existência do crime e indício suficiente de autoria, e o periculum in mora, consubstanciado na ocorrência de alguma das hipóteses previstas no art. 312 do Código de Processo Penal, dentre as quais, a garantia da ordem pública.A respeito do pressuposto da ?garantia da ordem pública?, assim assevera PAULO RANGEL:?Por

ordem pública, deve-se entender a paz e a tranquilidade social, que deve existir no seio da comunidade, com todas as pessoas vivendo em perfeita harmonia, sem que haja qualquer comportamento divorciado do modus vivendi em sociedade...?.Tendo por base esses ensinamentos, não pairam dúvidas de que a segregação cautelar dos postulantes é necessária, uma vez que o delito supostamente praticado por ele são um mal que tem afrontado a tranquilidade e a paz social desta comunidade.O crescente aumento da criminalidade no município de Cachoeira do Arari, e nos circunvizinhos, principalmente pelo furto de semoventes, tem deixado a comunidade local apreensiva e insegura, fato que por si só justifica a prisão cautelar dos requerentes como medida protetiva de ordem pública.Assim, não há qualquer ilegalidade na prisão dos denunciados, visto que se fundou, primordialmente, na necessidade de preservar a ordem pública, em razão da periculosidade dos denunciados.Tais elementos revelam um crime de gravidade em concreto, fazendo-se necessário resguardar a ordem pública, bem como se faz indispensável assegurar a aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal, que podem vir a ser maculadas caso os denunciados sejam postos em liberdade, eis que há indícios suficientes de que foram os requerentes que cometeram o crime, vulnerando totalmente a atuação da Administração Pública no tocante a gestão e ao controle das atividades potencialmente lesivas à segurança pública.Ademais, os indícios de autoria e a materialidade do delito estão demonstrados nos autos através das provas testemunhais, assim como restou fartamente demonstrada a necessidade da prisão preventiva, principalmente como garantia da ordem pública, sendo que o interesse público deve sempre se sobrepor ao direito individual do réu.Em que pese os réus se encontrarem custodiados, não há que se falar em excesso de prazo, tendo em vista que o processo segue sua marcha dentro de padrões absolutamente razoáveis de duração e que, ainda, não apresenta qualquer vício ou nulidade que pudesse vir a justificar um eventual reconhecimento de prejuízo processual.Com essas considerações, INDEFIRO OS PEDIDOS DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA DE JOSÉ ANDRÉ MOREIRA GEMAQUE, JOSÉ SEBASTIÃO DOS SANTOS TRINDADE e JOSENILDO DOS SANTOS TRINDADE, com fulcro nos arts. 311, 312 e 313, do CPP, com redação dada pela Lei nº 12.403/2011.Como se vê, a prisão preventiva está adequadamente motivada com base em elementos concretos extraídos dos autos, diante domodus operandida suposta conduta criminosa, indicando a periculosidade do paciente que, aproveitando-se da precária vigilância policial na zona rural de um pequeno Município do arquipélago do Marajó, praticou os delitos contra si imputados.Constato que estão presentes elementos concretos que justificam a prisão, pois, do que se extrai dos autos, o paciente é acusado de integrar grupo especializado no roubo de gado na região do Marajó, fazendo, para isso, uso de arma de fogo.Neste ponto, destaco o esforço da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Ministério Público, do Poder Judiciário e da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Pará (FAEPA), em coibir o aumento do roubo de gado na Região do Marajó, que por ser uma região com rios, furos e ilhas facilita a fuga de associações criminosas especializadas nesses crimes.De fato, relata o magistrado Leonel Figueiredo Cavalcanti, nas informações prestadas (ID nº 1.847.241), que, de acordo com testemunhas ouvidas no inquérito?não foi a primeira vez que isso aconteceu, que essa mesma associação criminosa, já foi diversas vezes até a fazenda em que trabalha para furtar animais. Tem conhecimento também que não é só da fazenda que ele trabalha que a associação realiza furto, mas também nas fazendas: Fazenda do Liberato, Fazenda de Edvaldo, Fazenda do Artur Prantera, Fazenda Matiná, entre outros. Ressaltou ainda que tem conhecimento que osmesmos suspeitos têm gado furtado no retiro deles, que fica situado próximo ao município de Santa Cruz do Arari, mas não sabe informar o nome e local.?.O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento de que é cabível a decretação de prisão preventiva em casos de grupo criminoso voltado para a prática de crime específico, como forma de interromper suas atividades. Ademais, os indícios constantes dos autos denotam se tratar de atividade reiterada.A propósito, trago à colação o seguinte aresto:?HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. FURTO MAJORADO QUALIFICADO. REPOUSO NOTURNO. ABIGEATO. PRISÃO PREVENTIVA. SEGREGAÇÃO FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. FUNDADO RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA. CONSTRIÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. WRIT NÃO CONHECIDO. 1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi aqui adotado, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício. 2. Não há constrangimento quando a manutenção da custódia preventiva está fundada nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, notadamente na necessidade de se acautelar a ordem pública, diante dos modus operandi empregado e do fundado risco de reiteração delitiva.3. No caso, as circunstâncias em que se deu o crime - furto majorado pelo repouso noturno, com circunstância judicial de

abigeato (24 cabeças de gado, no valor de R$ 43.200,00) -, somadas ao fundado receio de reiteração delitiva, haja vista a notícia de que o paciente teria se associado para a prática de outros furtos de gado na região, inclusive respondendo a outro processo na mesma comarca, pelo mesmo crime, bem evidenciam a sua ousadia e maior periculosidade, mostrando que a prisão cautelar é mesmo devida para o fim de acautelar-se o meio social.4. Além disso, o paciente integraria associação criminosa organizada e com divisão de tarefas, com outros 3 (agentes) agentes, sendo responsável diretamente pela execução e pela logística dos ilícitos, revelando a probabilidade concreta de continuidade delitiva, pelo que evidente a imprescindibilidade da mantença da medida de exceção, pois, segundo já decidiu o Supremo Tribunal Federal, "a necessidade de se interromper ou diminuir a atuação de integrantes de organização criminosa enquadra-se no conceito de garantia da ordem pública, constituindo fundamentação cautelar idônea e suficiente para a prisão preventiva"(HC n. 95.024/SP, Primeira Turma, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, DJe de 20/2/2009). 5. Condições pessoais favoráveis não têm o condão de revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a sua necessidade. 6. Demonstrada a imprescindibilidade da segregação preventiva, está clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, uma vez que, além de haver motivação apta a justificar o sequestro corporal a bem da ordem pública, a sua aplicação não se mostraria adequada e suficiente para reprimir a atividade ilícita desenvolvida pelo paciente, diante da presença do periculum libertatis, bem demonstrado na espécie. 7. Habeas corpus não conhecido?. (HC 464.850/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 20/09/2018, DJe 28/09/2018). Grifei.Desse modo, revelam-se presentes, portanto, fundamentos concretos para a prisão.Em relação ao suposto constrangimento suportado pelo coacto por excesso de prazo, constatoquea instrução criminal está tramitando dentro de um prazo razoável, sobretudo porque, como amplamente decidido pelos nossos tribunais, os prazos processuais não são absolutos, na medida em que cada caso traz suas peculiaridades e demanda uma certa quantidade de tempo para que se tenha uma solução justa.Na hipótese, não se verificam eventuais omissões por parte do magistrado ou da acusação, pois a instrução criminal se desenvolve de forma regular, considerando que, das informações prestadas pelo juiz de primeiro grau, consta que os denunciados foram notificados para apresentar suas defesas prévias, já tendo sido, inclusive, recebida a denúncia e expedidos os cumprimentos necessários para a realização da audiência de instrução e julgamento designada para o dia 12/09/2019.Sobre o tema, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou, conforme demonstra, verbi gratia, o seguinte precedente:?PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PLEITO DE SUBSTITUIÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA POR PRISÃO DOMICILIAR NÃO LEVADO À APRECIAÇÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA.ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA. FEITO QUE TEM TIDO TRAMITAÇÃO REGULAR. NECESSIDADE DE OBSERVAR-SE O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRANDE QUANTIDADE DE DROGAS. RECURSO ORDINÁRIO NÃO PROVIDO.I - A questão relativa ao pleito de substituição da custódia preventiva pela prisão domiciliar prevista no art. 318 do CPPB, não foi objeto de apreciação pelo eg. Tribunal a quo, razão pela qual fica impedida esta eg. Corte de proceder a tal análise, sob pena de indevida supressão de instância (precedentes).II -Os prazos processuais não têm as características de fatalidade e improrrogabilidade, fazendo-se imprescindível raciocinar com juízo de razoabilidade para definir o excesso de prazo, não se ponderando a mera soma aritmética dos prazos para os atos processuais (precedentes).III -Na hipótese, verifica-se que os trâmites processuais ocorrem dentro da normalidade, não se tendo qualquer notícia de fato que evidencie atraso injustificado ou desídia atribuível ao Poder Judiciário, razão pela qual, por ora, não se reconhece o constrangimento ilegal suscitado.(...).VI - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese. Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Recurso ordinário não provido. (RHC 88.588/MS, Rel. Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, julgado em 14/11/2017, DJe 22/11/2017)?.Diante o exposto, em consonância com o parecer ministerialdenego a ordem impetrada.É o voto.Belém, 25 de junho de 2019.Des.MILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator Belém, 28/06/2019

Número do processo: 0804574-08.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: NATANIEL COUTINHO LOPES Participação: ADVOGADO Nome: RANIELE XAVIER DE JESUS SILVAOAB: 26739/PA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE WILSON ALVES DE LIMA SILVAOAB: 26738/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE

PARAGOMINASTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0804574-08.2019.8.14.0000PACIENTE: NATANIEL COUTINHO LOPESAUTORIDADE COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE PARAGOMINASRELATOR(A):Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE EMENTA EMENTA:HABEAS CORPUSLIBERATÓRIO. ROUBO MAJORADO. CONCURSO DE PESSOAS E USO DE ARMA. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO IDÔNEA PARA A MANUTENÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR. IMPROCEDÊNCIA. DECRETO PREVENTIVO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO. PERICULOSIDADE DO AGENTE CONFIGURADA PELO MODO DE AGIR. PREDICATIVOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. (SÚMULA Nº 08 DO TJPA).ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.1.Provados a materialidade e os indícios de autoria, bem como encontrando-se a decisão que manteve a custódia cautelar consubstanciada, fundamentadamente, no resguardo da ordem pública ? diante da gravidade do crime e da periculosidade do agente revelada pelo seu modo de agir, uma vez que o paciente na companhia do corréu subtraiu mediante violência e uso de arma de fogo, os pertences da vítima, em plena via pública e, na sequência subiu na garupa da motocicleta e evadiu-se do local do crime ? prática que por reiteração intensa rem gerado grande inquietação e sensação generalizada de insegurança na Comarca de Paragominas.2.Mostra-se inadequada a utilização de outra forma de cautela diversa da prisão, diante da demonstração concreta da necessidade de se resguardar a ordem pública, mediante a segregação provisória do coacto. 3.Condições pessoais favoráveis não têm o condão de, por si sós, garantirem ao paciente a revogação da prisãopreventivase há nos autos elementos hábeis a recomendar a manutenção de sua custódia cautelar. (Súmula nº08 do TJPA).4.Ordem denegada, por unanimidade. ACÓRDÃOVistos, etc.Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da Seção de Direito Penal do Tribunal de Justiça do Estado, à unanimidade, em denegar a ordem dehabeas corpus, nos termos do voto do Desembargador Relator.Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2019.Julgamento presidido pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha.Belém, 25 de junho de 2019.Des.orMILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator RELATÓRIO Trata-se da ordem dehabeas corpusliberatório, com pedido de liminar, impetrado pelos advogados Raniele Xavier de Jesus Silva e José Wilson Alves de Lima Silva, em favor deNataniel Coutinho Lopes, que responde a ação penal perante o Juízo de Direito da Vara Criminal da Comarca de Paragominas/PA, em razão da suposta prática do delito tipificado no artigo 157, §2º, inciso I e §2-A, inciso I, do Código Penal.Os impetrantes alegam que o paciente sofre constrangimento ilegal no seu direito de ir e vir, diante da falta de justa causa - por inexistir provas apontando o coacto como autor do delito -, bem como em razão da ausência de fundamentação idônea na decisão que indeferiu o pedido de revogação da custódia cautelar, tendo em vista que indicou de forma genérica os requisitos do artigo 312 do Código de Processo Penal.Em complemento, aduzem que o paciente reúne condições pessoais favoráveis para responder ao processo em liberdade, revelando-se, nesse caso, adequadas e suficientes a aplicação das medidas cautelares diversas da prisão.Por esses motivos, pedem a concessão liminar da ordem para restituir a liberdade do paciente, com aplicação de medida cautelar diversa da prisão e, no mérito, a ratificação da ordem.Juntou documentos aos autos.Vieram-me os autos distribuídos, oportunidade na qual indeferi o pedido liminar, requisitei informações à autoridade tida coatora e, após, determinei que fossem encaminhados ao Ministério Público de 2º grau para emissão de parecer.Em cumprimento àquela determinação, a autoridade apontada como coatora prestou informações ID nº1832010.Por fim, o Procurador de Justiça Marcos Antônio Ferreira das Neves, manifestando-se na condição decustos legis,opina pelo conhecimento e concessão da ordem, determinando a soltura do paciente, se por outro motivo não estiver preso, sob imposição das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP.É o breve relatório. VOTO Como destacado no relatório, a impetração cinge-se ao possível constrangimento ilegal decorrente daausência de motivação idônea para a decretação e manutenção de sua custódia cautelar.Com efeito, em pese o parecer ministerial e ao contrário do que se sustenta na impetração, as diretivas combatidas demonstram, sem sombra de dúvidas, a necessidade da segregação preventiva do coacto, já que possui fundamentos concretos na garantia da ordem pública.Para afastar qualquer dúvida a esse respeito, reproduzo trechos da decisão que decretou a prisão preventiva, bem como da decisão que indeferiu o pedido de revogação da custodia cautelar do paciente, respectivamente, no ponto de interesse,? já que a segunda faz referência direta aos termos da primeira: ?(...)A norma constitucional preceitua que (artigo 5º, LVII, CRFB/1988): ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória, (Princípio do Estado de Inocência ou da não Culpabilidade), resta claro que a regra é de que todas as espécies de prisões provisórias são de NATUREZA CAUTELAR e EXCEPCIONAL.Portanto, a segregação cautelar se verifica na necessidade (periculum libertatis) e tem como pressuposto a proporcionalidade e razoabilidade de sua decretação (fumus comissi delicti).Tais pressupostos estão positivados no artigo 312 do Código de Processo Penal, o qual aduz que a prisão

cautelarmente decretada (princípio da presunção de inocência e respeito ao estado de não culpado do réu) só é possível quando sua finalidade for: a) garantir ordem pública, b) a ordem econômica, c) por conveniência da instrução criminal ou d) para garantir a aplicação da lei penal.No caso versado, depreende-se dos autos que há indícios de autoria e materialidade do crime, posto que para a decretação da medida cautelar não se exige prova plena, bastando meros indícios.O depoimento das testemunhas e vítima, no auto de flagrante, são suficientes para a comprovação de indícios de autoria e materialidade do crime em tela. Ademais, há nos autos Auto de Exibição e Apreensão de Objeto (fl. 17) e interrogatório do réu (fl. 13), que comprovam indícios de autoria e materialidade do crime.Sabe-se que para a aplicação da medida cautelar devem estar presentes os pressupostos para tal, quais sejam o fumus comissi delicti e periculum libertatis. Da existência do crime, conforme dito acima, a priori, resta evidenciado. Lado outro, o periculum libertatis, quer dizer, a necessidade de segregação cautelar do representado, também está presente e se fundamenta na necessidade de garantir a ordem pública, conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal.É inegável o abalo à ordem pública nos casos de crime dessa natureza, sobretudo, considerando que o réu praticou uma conduta que ameaça à paz e a segurança. Portanto, a medida cautelar se faz necessária para a manutenção da ordem pública e para a conveniência da instrução criminal devido à periculosidade do acusado.Visa a medida cautelar proteger a ordem pública, para a conveniência dainstrução processual e assegurar a aplicação da lei, posto que, em tese, o réu, praticou, roubo com emprego de arma de fogo e em concurso de agentes, conduta perigosa e desproporcional, causando ameaça à paz social, geradora de nefasta consequência, o que deixa a sociedade temerosa e apreensiva quanto ao aumento de tais crimes, considerando que crimes desta natureza levam a outros crimes que maculam a sociedade.Conforme a doutrina de Fernando da Costa Tourinho Filho, entende-se por ordem pública a situação e o estado de legalidade normal em que as autoridades exercem suas precípuas atribuições e os cidadãos as respeitam eacatam, sem constrangimento ou protesto (...). Ordem pública é a paz, a tranquilidade no meio social (in Código de Processo Penal Comentado. Vol. 1. 6 Ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2001, p. 312).A ordem pública restou comprometida.Ademais, confira-se o seguinte precedente do Superior Tribunal de Justiça quanto àdecretação da prisão preventiva, em caso análogo, fundamentada na garantia da ordem pública.(...)Diante do exposto, por restarem presentes os requisitos do artigo 312 do CPP, INDEFIRO o pedido de revogação da Prisão Preventiva do réu NATANIEL COUTINHO LOPES. Intimem-se.Ciência ao Ministério Público e à Defesa do réu, por meio do Diário de Justiça.Certifique-se a publicação desta decisão. (...)?. Dodecisumimpugnado, nesta via constitucional, constato que o juízoa quose utilizou, além da prova da materialidade e dos indícios de autoria (extraídos dos depoimentos das testemunhas e do auto de exibição e apreensão de objeto), da necessidade de resguardar a ordem pública, diante da especial gravidade do delito e da periculosidade do coacto, esta revelada pelo seu modo de agir na conduta delitiva, uma vez que o agente na companhia do corréu subtraiu mediante violência e uso de arma de fogo, os pertences da vítima, em plena via pública e, na sequência subiu na garupa da motocicleta e evadiu-se do local do crime ? prática que por reiteração intensa tem gerado grande inquietação e sensação generalizada de insegurança na Comarca de Paragominas.De outra banda, consta dos esclarecimentos feitos pela autoridade coatora, que a ofendida estava em frente sua residência quando o paciente juntamente com o nacional Kaio Luciano se aproximaram em uma motocicleta Honda Biz vermelha, anunciaram o roubo e ordenaram que a vítima entregasse os bens, sendo que o acusado estava na garupa da motocicleta portando simulacro, momento em que a vítima entregou a res furtiva e os mesmo evadiram-se. Ato seguinte, uma guarnição da polícia militar abordou o acusado e seu comparsa realizando a prisão em flagrante, o qual estava na posse de um revólver calibre 32, marca Taurus, e do bem roubado.De mais a mais, a decisão que manteve a medida excepcional, não só demonstra que não procede a afirmação feita no bojo da impetração, como deixa induvidosamente claro que o magistrado contextualizou a conduta imputada ao coacto, o que torna verossímil o risco à ordem social, caso lhe seja concedido o direito de responder ao processo em liberdade.Impõe-se, portanto, a manutenção da custódia do paciente.Nesse sentido, colaciono precedente do Superior Tribunal de Justiça: ?HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. PRISÃO PREVENTIVA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. INDICAÇÃO NECESSÁRIA. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA E SUFICIENTE. RECURSO NÃO PROVIDO.1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar o réu, antes de transitada em julgado a condenação, deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (periculum libertatis), à luz do disposto no art. 312 do CPP.2. O Juiz de primeiro grau, ao converter a prisão em flagrante do recorrente em preventiva, destacou que o crime de roubo foi perpetrado com emprego de arma de fogo e em concurso com adolescente, elementos que evidenciam a gravidade concreta do delito em tese cometido, a ensejar, por conseguinte, a necessidade de manutenção da custódia preventiva para a

garantia da ordem pública.3. Recurso em habeas corpus não provido, com a cassação da liminar anteriormente deferida.? (STJ, RHC 49.550/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 14/04/2015, DJe 01/06/2015) (grifo nosso).Por outro lado, depreende-se a inadequação de outras medidas cautelares, em face da especial gravidade do delito e da periculosidade concreta, capaz de evidenciar a necessidade da segregação extrema.Assim, estando presentes as razões que justificaram a custódia preventiva do paciente não seria cabível medida diversa, uma vez que, nas circunstâncias concretas da custódia do coacto, isso resulta lógica e notoriamente impossível, ante as circunstâncias do fato.Outrossim, convém esclarecer que, demonstrados os pressupostos de materialidade e indícios de autoria do fato criminoso, é inadmissível o enfrentamento, na via estreita dohabeas corpus, da alegação de ausência de justa causa - por inexistir provas apontado o paciente como autor do delito,tendo em vista a necessária incursão probatória, devendo tal análise ser realizada pelo juízo competente para o julgamento da causa.Por fim, quanto à alegação de que o paciente é merecedor de responder ao processo em liberdade, por ser possuidor de condições pessoais favoráveis, ressalto que as referidas circunstâncias concorrem, mas não são necessariamente suficientes para ensejar a liberdade provisória, quando preenchidos os requisitos da prisão preventiva, como na hipótese dos autos. (Súmula nº 08 do TJPA).Diante de tais circunstâncias, não vislumbro a ocorrência de coação ilegal que mereça reparação por este remédio constitucional.Ante o exposto,denego a ordem.É o voto.Belém, 25 de junho de 2019. Des.orMILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator Belém, 28/06/2019

Número do processo: 0804554-17.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: MARIA DA CONCEICAO FERREIRA PEGADO Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: Juiz da Vara Criminal de Santa Izabel do ParáTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0804554-17.2019.8.14.0000PACIENTE: MARIA DA CONCEICAO FERREIRA PEGADOAUTORIDADE COATORA: JUIZ DA VARA CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁRELATOR(A):Desembargador RONALDO MARQUES VALLE EMENTA HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS DA PRISÃO CAUTELAR E DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. IMPROCEDÊNCIA. FIXAÇÃO DE REGIME DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. EXCESSO DE PRAZO. INEXISTÊNCIA.1. O juízo analisou a necessidade da clausura, proferindo decisão firme e coesa, fulcrada em elementos dos autos, especialmente na gravidade do delito, referindo a necessidade de garantir a ordem pública, salientando a quantidade, natureza da droga apreendida e as circunstâncias fáticas de apreensão do material.2. Não há que se falar em ausência de fundamentação idônea ou dos requisitos do art. 312 do CPP, quando a decisão objurgada se encontra satisfatoriamente fundamentada, ancorada em elementos concretos dos autos.3. Inviável que se cogite de fixação da prisão domiciliar em favor da paciente quando a situação fático processual por ela ostentada não alberga-se em quaisquer dos mandamentos legais autorizadores da medida pretendida.4. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME. ACÓRDÃOVistos etc.Acordam, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores, componentes da Egrégia Seção de Direito Penal, por unanimidade, emCONHECER E DENEGAR A ORDEM, nos termos do voto do Desembargador Relator.Julgamentopresidido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Raimundo Holanda Reis.Belém, 28 de junho de 2019. Des.orRONALDOMARQUESVALLERelator RELATÓRIO HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO, COM PEDIDO DE LIMINARPROCESSO Nº 0804554-17.2019.8.14.0000ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO DE DIREITO PENALIMPETRANTE: JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO ? Def. Púb.PACIENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA PEGADOIMPETRADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA IZABELPROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBASRELATOR: DES. RONALDO MARQUES VALLE R E L A T Ó R I OTrata-se da ordem de habeas corpus liberatório com pedido de liminar impetrado pela Defensoria Pública em favor de MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA PEGADO, com fulcro nos art. 5º, inciso LXVIII da CF e art. 647 e 648, I do CPP, contra decisão de lavra do MM. JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA IZABEL.O impetrante informa, em síntese: 1) Que a paciente foi presa em27 de março de 2019, pelo cometimento em tese do delito de tráfico de drogas; 2) Que, em sede policial, negou toda a propriedade da droga, tendo a sua corré - e nora - assumido a integralidade do material apreendido; 3) Que a paciente é mãe de duas adolescentes, com 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos, tendo a mais nova a enfermidade "Lúpus Severo", cujo tratamento encontra-se interrompido desde a segregação de sua mãe; 4) Que o Ministério Público manifestou-se favoravelmente ao pleito de que a paciente responda em liberdade ao delito imputado.Por tais motivos, pediu a concessão liminar da ordem e sua posterior confirmação, para que a paciente seja posta em liberdade.Em 05 de junho de 2019, os autos me vieram distribuídos, oportunidade em que

indeferi a liminar pretendida, determinando que o juízo apontado coator prestasse as informações cabíveis e, após, fossem os autos remetidos a Procuradoria de Justiça para exame e parecer.O Juízo prestou as informações de praxe.O Procurador de Justiça Luiz Cesar Tavares Bibas se manifesta pelo conhecimento e denegação da ordem, vindo-me os autos conclusos.É o relatório.Belém, 28 de junho de 2019. Des.orRONALDOMARQUESVALLERelator VOTO HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO, COM PEDIDO DE LIMINARPROCESSO Nº 0804554-17.2019.8.14.0000ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO DE DIREITO PENALIMPETRANTE: JOÃO PAULO CARNEIRO GONÇALVES LEDO ? Def. Púb.PACIENTE: MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA PEGADOIMPETRADO: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA IZABELPROCURADOR DE JUSTIÇA: LUIZ CESAR TAVARES BIBASRELATOR: DES. RONALDO MARQUES VALLE V O T ODe saída, consigno que o escopo do presente remédio constitucional é, preponderantemente que a paciente seja posta em liberdade ou, se muito, em segregação domiciliar, cabendo ressaltar os fatos aqui contidos e a legislação que informa a matéria.Nesse sentido, observo que dois são os elementos a serem considerados quando da decretação da prisão preventiva: (i) O Fumus Commissi Delicti, que é satisfeito pela existência de indícios de autoria, sobejamente demonstrados na decisão que decretou a segregação da paciente, conquanto a paciente tenha sido presa em flagrante manuseando substância entorpecente e; (ii) O periculum libertatis, que representa o risco de liberdade inerente a um dado denunciado, demonstrado através dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, tendo o Juízo, ao decretar a prisão preventiva da paciente, argumentado que:(...)Compulsando os autos, verifica-se que a ordem pública se encontra demasiadamente fragilizada diante a gravidade dos fatos,pois parece que as indiciadas estão envolvidas em considerável esquema de tráfico de drogas, conforme quantidade e qualidade dos entorpecente encontrados, além dos materiais e valores apreendidos e informações das testemunhas, o que, indubitavelmente, aflige a estabilidade social da comunidade, já tão acabrunhada, e a credibilidade dos órgãos encarregados da persecução penal, tantas vezes agredida. Nesse pálio, observo que a fundamentação para decretação da prisão preventiva das pacientes foi suficientemente escorada na legalidade, sendo indubitável que não se trata de argumentação genérica, e sim de cotejo entre os fatos encartados na denúncia e a realidade local, impondo-se a segregação da paciente calcada na ordem pública, entendimento que de forma alguma se pode tomar como impreciso, na medida em que, a denuncia encartada aos autos imputada a paciente a conduta de ter, em sua residência:- 04 (quatro) porções de ?oxi? - droga derivada da cocaína de uso altamente viciante. trataria-se de uma mistura de base livre de cocaína oxidada, cerca de 80% da composição da droga, e combustível, entre eles, os de uso principal, o querosene, gasolina e diesel com cal ou permanganato de potássio;- 02 (duas) porções de maconha;- 01 (uma) porção de cocaína;- 06 (seis) petecas de oxi;- 01 (uma) balança de precisão;- 02 (dois) pacotes contendo pó branco. Assim, é latente que a paciente integrava, ao menos em tese, esquema considerável de tráfico de drogas, sendo imperiosa a manutenção de sua segregação cautelar pelos fundamentos sustentados pelo juízo de origem. Quanto a possibilidade de fixação do regime domiciliar em favor da paciente, o juízo apontado inquinado coator consignou que:(...)No mais, o fato da acusada MARIA DA CONCEIÇÃO FERREIRA possuir duas filhas não enseja a concessão da prisão domiciliar, pois sua prole está acima da faixa etária estabelecida no HC 143641/SP. Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 20/02/2018, tampouco foi demonstrado a essencialidade da referida acusada para a continuação do tratamento médico que a menor C.P.V. é submetida. É latente que, a mera leitura dos fundamentos que denegaram a fixação do regime domiciliar em favor da paciente encontra-se alinhada a legalidade, vez que o Código de Processo Penal delimita que:Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for: I - maior de 80 (oitenta) anos;II - extremamente debilitado por motivo de doença grave;III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;IV - gestante;V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos. Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa; II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente. Assim, não tendo a paciente demonstrado enquadrar-se dentro de quaisquer dos requisitos legais, é de rigor a sua segregação preventiva no estabelecimento penal adequado para tanto. Por fim, quanto a alegação de excesso de prazo, anoto que trata-se de argumentação genérica, não tendo o impetrante consignado elementos processuais que demonstrem a precisão do sustentado, sobretudo quando consideradas as informações do juízo de que o feito encontra-se com audiência de instrução e julgamento marcada para a data de 08 de agosto de 2019, inexistindo excesso de prazo a ser reconhecido.Por todo o exposto, alinho-me ao parecer ministerial e denego a ordem. É o voto.Belém, 28 de junho de 2019. Des.orRONALDOMARQUESVALLERelator Belém, 28/06/2019

Número do processo: 0804552-47.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: ALAIR FREITAS BARBOSA Participação: ADVOGADO Nome: KARINA LIMA PINHEIROOAB: 58 Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: Juíz(a) de direito da primeira vara criminal de Parauapebas/ParáTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0804552-47.2019.8.14.0000PACIENTE: ALAIR FREITAS BARBOSAAUTORIDADE COATORA: JUÍZ(A) DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS/PARÁRELATOR(A):Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE EMENTA EMENTA:HABEAS CORPUSPREVENTIVO. RECEPTAÇÃO E PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO.NEGATIVA DO PACIENTE DE RECORRER EM LIBERDADE. DECISÃO FUNDAMENTADA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. CONDENAÇÃO NO REGIME SEMIABERTO. NECESSIDADE DE COMPATIBILIZAÇÃO. PROCEDIMENTO ADOTADO NA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.1.Aprisãopreventivapode serdecretadamesmo em sede desentença,não caracterizando afronta ao princípio constitucional da inocência, desde que odecretoesteja devidamente motivado.1.1. A reiteração de condutas criminosas, o que denota a personalidade voltada para a prática delitiva do réu, obsta a revogação da medida constritiva decretada para garantia da ordem pública.2. Nos termos da orientação jurisprudencial do e. Superior Tribunal de Justiça, uma vez condenado em regime mais brando e negado o direito de apelar em liberdade, deve-se assegurar ao réu o direito de aguardar o trânsito em julgado de sua condenação no regime prisional estabelecido na sentença.2.1..Na espécie, apesar da negativa do direito de recorrer em liberdade, o Juízo processante determinou a expedição da guia de execução provisória, compatibilizando a segregação cautelar e o regime menos gravoso estabelecidos na sentença.3. Ordem denegada, decisão unânime. Vistos etc.Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da Seção de Direito Penal deste Egrégio Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator.Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Pará, aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e dezenove.Julgamento presidido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Vânia do Couto Valente Fortes Bitar.Belém, 25 de junho de 2019. Des.orMILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator RELATÓRIO Trata-se da ordem dehabeas corpuspreventivo, com pedido de liminar, impetrado pela advogada Karina Lima Pinheiro, em favor deAlair Freitas Barbosa, que foi condenado pelo Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Parauapebas, em razão da prática, em tese, dos delitos tipificados nos arts. 12 da Lei nº 10.826/03 c/c art. 180,caput, e art. 311 ambos do CPB.Após a impetrante descrever todo o tramite da Ação Penal nº 0081916-47.2015.8.14.0040, aduz que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão da falta de fundamentação da decisão que decretou ? na sentença ? a prisão preventiva.Aduz, ainda, que o paciente?respondeu solto a instrução criminal, embora tenha sido acusado de cometer outro delito durante os 04 anos de tramitação do presente feito, foi condenado, em primeiro grau de jurisdição, às penas de 04 (quatro) anos de reclusão, 01 (um) ano de detenção e 30 (trinta) dias-multa, em regime semiaberto, como incurso nos crimes do art. 12 da Lei nº 10.826/03 c/c art. 180, caput, e art. 311 do Código Penal?.Por esses motivos, requer a concessão liminar da ordem para restituir a liberdade do paciente e, ao final, a ratificação da medida.Juntou documentos (IDs. nº 1.812.996, 1.812.993, 1.812.992, 1.812.991).Os autos foram distribuídos à minha relatoria, oportunidade em que indeferi o pedido de liminar, solicitei informações e determinei o encaminhamento dos autos aocustos legis. O juízoimpetrado prestou informações (ID. nº 1.833.168).O Procurador de Justiça, Marcos Antônio Ferreira das Neves, manifestando-se na condição decustos legis,opina pelo conhecimento dowrit,posiciona-se, no mérito, por sua denegação, face à inexistência de constrangimento ilegal (ID. nº 1.851.608).É o relatório. VOTO Em que pese a aguerrida impetração, os argumentos apresentados não merecem prosperar, devendo ser mantida a cautelar preventiva decretada em desfavor do coacto Alair Freitas Barbosa, pelas razões que passo a expor.Inicialmente, cumpre assinalarqueno tocante àtese de ausência dos requisitos para decretação da segregação preventiva,é fundamental que se verifique objetivamente se o juízo inquinado coator justificou corretamente a necessidade da custódia cautelar do paciente, tudo com base elementos concretos dos autos, que denotem a presença inequívoca dos requisitos da prisão preventiva.Pois bem.A meu sentir, ao contrário do que foi sustentado pela impetrante, a decisão que decretou a custódia cautelar ? na sentença ? apresenta fundamentação escorreita e se encontra bem arrimada nos autos.A propósito, confira-se trecho da sentença,in verbis:?Analisando, de ofício, a situação processual do sentenciado, notadamenteao que se refere à necessidade de sua constrição cautelar, verifico ser necessária a decretação da prisão processual do apenado, haja vista que acusado responde a outros processos, sendo que um deles teria sido praticado após o cometimento deste delito e foi condenado ao cumprimento de pena de 04 (quatro) anos de reclusão e 01 (um) ano de

detenção em regime inicialmente semiaberto.Desta feita, tenho que a decretação da prisão é necessária para evitar a reiteração delitiva, sendo, portanto, necessária para a garantia da ordem pública, razão pela qualDECRETO A PRISÃO PREVENTIVAdo sentenciado, o qual deverá, se entender conveniente, recorrer segregado nos moldes atuais, em observância ao art. 312, caput, do CPP.Ante a decretação da prisão preventiva, expeça-se mandado de prisão preventiva em desfavor do réu com a devida inclusão no BNMP 2.0. Uma vez cumprida a prisão do sentenciado, expeça-se a guia de recolhimento definitivo devidamente instruída com a sua remessa ao Juízo da Execução Penal responsável, no caso de já ter ocorrido o trânsito em julgado ou, pendente de recurso, expeça-se guia de recolhimento provisória?.(grifei)Destarte, verifica-se que a decisão impugnada encontra-se em conformidade com a orientação desta e. Corte e dos tribunais superiores. Como se vê, a proibição de recorrer em liberdade está motivada em elementos concretos extraídos dos autos, para garantia da ordem pública, em virtude do risco da reiteração delitiva, tendo em vista que o recorrente, apesar de ter permanecido solto durante a instrução processual, praticou novos delitos contra o patrimônio.A propósito, confira-se orientação do Superior Tribunal de Justiça:?PENAL. PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.2. A proibição de recorrer em liberdade está motivada em elementos concretos extraídos dos autos, para garantia da ordem pública, em virtude do risco da reiteração delitiva, tendo em vista que o recorrente, apesar de ter permanecido solto durante a instrução processual, praticou novos delitos contra o patrimônio3. Recurso ordinário em habeas corpus não provido?.(STJ - RHC: 106217 CE 2018/0325874-9, Relator: Ministro Ribeiro Dantas, Data de Julgamento: 05/02/2019, T5 - Quinta Turma, Data de Publicação: DJe 13/02/2019). Grifei.....?AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. CRIME DE RESPONSABILIDADE DE PREFEITO. NEGATIVA DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE. PRISÃO PREVENTIVA DECRETADA NA SENTENÇA. EXISTÊNCIA DE OUTROS REGISTROS CRIMINAIS. ENCARCERAMENTO FUNDADO NO ART. 312 DO CPP. RISCO DE REITERAÇÃO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1.Apesar de ter respondido ao processo em liberdade durante toda a instrução, o réu possui outros registros criminais, o que demonstra o efetivo risco de incorrer em reiteração delitiva, fundamento apto a embasar o decreto da prisão preventiva, nos termos do art. 312, do Código de Processo Penal. Precedentes. 2. Agravo regimental improvido?. (STJ - AgRg no RHC: 93335 SP 2017/0331396-7, Relator: Ministro Jorge Mussi, Data de Julgamento: 13/12/2018, T5 - Quinta Turma, Data de Publicação: DJe 04/02/2019).Grifo nosso.É importante destacar, ainda, que nos termos da orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, uma vez condenado em regime mais brando e negado o direito de apelar em liberdade,deve-se assegurar ao réu o direito de aguardar o trânsito em julgado de sua condenação no regime prisional estabelecido na sentença.Explico.Para que o paciente não permaneça em situação mais rigorosa do que aquela estabelecida na sentença, devem ser assegurados a ele os direitos inerentes à modalidade do regime nela estabelecido. Isso porque o cumprimento da prisão cautelar em modalidade prisional mais gravosa resultaria na imposição de regime mais severo unicamente devido à opção de recorrer.No casosob exame, contudo, apesar da negativa do direito de recorrer em liberdade,o juízo processante determinou a expedição da guia de execução, compatibilizando a segregação cautelar e o regime menos gravoso estabelecido na sentença(ID nº 1.812.991). Assim, não há que se falar em desproporcionalidade entre a fixação do regime semiaberto e a negativa do apelo em liberdade.Nesse sentido:?HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO PREVENTIVA. NEGATIVA DE APELAR EM LIBERDADE. PERICULUM LIBERTATIS. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA. LIMINAR CASSADA, POIS A CUSTÓDIA ESTÁ COMPATIBILIZADA COM O REGIME SEMIABERTO. 1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312, ambos do Código de Processo Penal. 2. O Juiz sentenciante, nos termos do art. 387, § 2°, do CPP, manteve a prisão preventiva para garantir a ordem pública, ante a periculosidade do paciente, evidenciada por seu comportamento, pois o réu cometeu novo crime de tráfico de entorpecentes no curso de medida cautelar do art. 319 do CPP fixada em outro processo, no qual

responde por idêntica conduta, o que justifica o receio de reiteração delitiva.3. A prisão preventiva está compatibilizada com o regime inicial semiaberto de cumprimento da pena e não se verifica, em análise superficial, grande chance de êxito da apelação criminal em processamento.4. Ordem denegada. Liminar cassada, pois a custódia já está compatibilizada com o regime inicial semiaberto. (HC 458.899/SP, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, julgado em 18/09/2018, DJe 01/10/2018). Grifo nosso.Ante o exposto, ausente qualquer ilegalidade, acompanho o parecer do Ministério Público edenego a ordem.É como voto.Belém, 25 de junho de 2019. Des.MILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator Belém, 28/06/2019

Número do processo: 0803949-71.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: SAMUEL DA CONCEICAO FERNANDES Participação: ADVOGADO Nome: FRANCIONE COSTA DE FRANCAOAB: 9736/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE IRITUIATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ HABEAS CORPUS CRIMINAL (307) - 0803949-71.2019.8.14.0000PACIENTE: SAMUEL DA CONCEICAO FERNANDESAUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE IRITUIARELATOR(A):Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE EMENTA EMENTA: HABEAS CORPUSLIBERATÓRIO COM PEDIDO LIMINAR. ART. 157, §2º E §2º-ADO CÓDIGO PENAL. EXCESSO DE PRAZO PARA A MARCAÇÃO DA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA PRISÃO. DECRETO PREVENTIVO DEVIDAMENTE JUSTIFICADO EM ELEMENTOS CONCRETOS DOS AUTOS. ORDEM DENEGADA.1 - Não há que se falar em constrangimento ilegal por excesso de prazo se o feito transcorre em prazo razoável, de acordo com as suas peculiaridades, em especial, a duplicidade de agentes.2 ? Não é carecedora de fundamentação a decisão que manteve a custódia cautelar quando, provada a materialidade e presentes indícios de autoria, encontrar-se consubstanciada, fundamentadamente, no resguardo da ordem pública ? diante da gravidade do crime e da periculosidade revelada pelo modo de agir do réu que, com uso de arma de fogo e em concurso de agentes, praticou roubos em sequência em cidade do interior do estado.3 - Ordem denegada, por unanimidade. Vistos etc.Acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes da Seção de Direito Penal, à unanimidade de votos, em denegar a ordem impetrada, nos termos do voto do Desembargador Relator.Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Pará, aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2019.Julgamento presidido pela Excelentíssima Senhora Desembargadora Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha.Belém, 25 de junho de 2019. Des.MILTONAUGUSTO DE BRITONOBRERelator RELATÓRIO Trata-se da ordem dehabeas corpusliberatório, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Francione Costa de França, em favor deSamuel da Conceição Fernandes,que responde a ação penal de nº 0000641-88.2019.8.14.0023 junto ao Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Irituia, pela suposta prática do crime capitulado nos arts. 157, §2º, II e §2º-A, I e 180, ambos do Código Penal.O impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal em razão do excesso de prazo para a marcação da audiência de instrução e julgamento. Para tanto, aduz que o coacto, preso em flagrante em 25.01.2019, está sendo prejudicado em razão da demora da defesa do corréu (Leonardo Augusto Oliveira Costa) em apresentar a defesa preliminar, já que foram intimados em 03.04.2019.Alega, ainda, que a decisão constritiva carece de fundamentação idônea para o fim almejado, uma vez que a gravidade do delito é insuficiente para amparar a construção cautelar do acusado.Por fim, assevera que o coacto possui condições pessoais favoráveis, pois é tecnicamente primário e tem residência fixa.Diante dos motivos expostos, requer a concessão liminar da ordem para que o paciente seja posto em liberdade e, ao final, pede a ratificação da medida.Os autos foram distribuídos à minha relatoria, ocasião em que indeferi o pedido liminar, requisitei informações à autoridade coatora e, após, determinei que fossem encaminhados ao Ministério Público de 2º grau para emissão de parecer.Em cumprimento àquela determinação, o juízoimpetrado prestou informações (Id. 1783997).O Procurador de Justiça Cláudio Bezerra de Melo, manifestando-se na condição decustos legis,opina pelo conhecimento dowrite, no mérito, por sua denegação.É o relatório. VOTO Sobre a alegação de excesso de prazo para a marcação da audiência de instrução, tenho a dizer que não resta configurado tal constrangimento pois, como amplamente decidido pelos tribunais de todo o país, destacando-se as Cortes Superiores, os prazos processuais não são absolutos, na medida em que cada caso traz suas peculiaridades e demanda uma certa quantidade de tempo para que tenha uma solução justa.Assim, a elasticidade dos prazos processuais, com a devida observância da razoabilidade, faz-se necessária para que o processo cumpra adequadamente sua função.Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:?RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA

SENTENÇA DE PRONÚNCIA. EXCESSO DE PRAZO PARA A FORMAÇÃO DA CULPA. REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA. IMPOSSIBILIDADE. PACIENTE QUE EMPREENDEU FUGA POR TRÊS VEZES. COMPLEXIDADE DA CAUSA. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO MAGISTRADO CONDUTOR. MORA CAUSADA PELA DEFESA. ENUNCIADO N. 64 DA SÚMULA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECURSO DESPROVIDO.1. Constitui entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça que somente configura constrangimento ilegal por excesso de prazo na formação da culpa, apto a ensejar o relaxamento da prisão cautelar, a mora que decorra de ofensa ao princípio da razoabilidade, consubstanciada em desídia do Poder Judiciário ou da acusação, jamais sendo aferível apenas a partir da mera soma aritmética dos prazos processuais.2. Na hipótese, não resta caracterizada a mora no andamento do processo. Eventual prazo maior para conclusão do feito não pode ser atribuído ao Juízo de piso, mas às peculiaridades do caso, considerando a pluralidade de reús (três) e a complexidade do feito, uma vez que, ante as informações colacionadas pelas instâncias ordinárias, constata-se a necessidade de expedição de cartas precatórias e requisição dos presos atualmente custodiados em outra comarca, além da frequente nomeação de defensor dativo para continuidade da instrução.3. Após citação regular, não foi apresentada defesa prévia do paciente, havendo necessidade de nomeação de defensor dativo ainda em 2013. O Juízo de primeiro grau prosseguiu com a instrução penal e a defesa, causando novo embaraço à marcha processual, deixou de apresentar alegações finais em 2014.4. O paciente empreendeu fuga em três oportunidades (31/12/2015, 25/2/2016 e 29/8/2016) e a sentença de pronúncia foi prolatada em 1º/06/2016, tendo a defesa interposto recurso em sentido estrito, julgado pelo Tribunal estadual em 20/7/2017. 5. Seguindo com o julgamento da ação penal, foi certificado que o advogado do paciente recusou a intimação do oficial de justiça por não mais patrocinar a causa, sem, contudo, noticiar tal fato nos autos, obstando o início da fase do art. 422 do Código de Processo Penal - CPP. Novamente foi necessária a intimação de defensor dativo.6. Quando o excesso de prazo é provocado pela defesa não se verifica a existência de constrangimento ilegal, conforme dispõe o enunciado n. 64 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça.7. Recurso ordinário desprovido.(RHC 95.121/BA, Rel. Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, julgado em 26/03/2019, DJe 08/04/2019)? (grifei) De acordo com as informações prestadas pela autoridade apontada como coatora, não há nada que deponha contra o bom andamento do feito, uma vez que a prisão em flagrante foiconvertida em preventiva em 26.01.2019, a denúncia recebida em 12.02.2019e, ainda que a defesa do corréu Leonardo Augusto de Oliveira Costa tenha obstaculizado o fluxo processual com a não apresentação da defesa prévia, tal fato vem sendo contornado pelo juízo, que nomeou para o encargo o Dr. Paulo Boução e noticiou que, tão logo seja apresentada a resposta, será designada a audiência de instrução e julgamento.Assim, a meu sentir, eventual atraso no deslinde processual se deve às peculiaridades do caso (dois réus) e não ultrapassam os limites da razoabilidade esperados, além do que, como visto, o juízo vem engendrando os esforços necessários para a instrução do feito.No que tange à alegação de ausência dos requisitos autorizadores da manutenção da prisão, afianço que, da mesma forma, não tem como prosperar.A autoridade apontada como coatora, ao decretar a prisão preventiva do coacto, fundamentou adequadamente a constrição nas provas dos autos e em dados concretos do processo, que apontam a necessidade da garantia da ordem pública, esclarecendo:?Como cediço, a custódia preventiva, dado seu caráter acautelatório, apenas deve ser executada quando preenchidos os pressupostos (indícios de autoria do crime e prova de sua materialidade) e fundamentos (garantia da ordem pública, da econômica, da instrução criminal e salvaguardar a aplicação da lei penal) exigidos no art. 312 do Código de Processo Penal, haja vista que estes caracterizam opericulum in morae aqueles revelam ofumus boni iurisda medida excepcional.Na espécie, tais exigências se encontram devidamente cumpridas, eis que como relata o procedimento policial,os flagranteados foram presos logo após o cometimento dos crimes, vindo a ser reconhecido pela vítima, sendo que, ademais, a materialidade resta devidamente consubstanciada a partir dos depoimentos que integram o procedimento, além dos termos de exibição e apreensão dos objetos roubados e registro de furto do veículo utilizado na prática do crime.Quanto aopericulum libertatis(periculum in mora),resta evidenciado pelo fato dos flagranteados já terem sido denunciados pelos crimes de roubo e tráfico, sendo o flagranteado Leonardo, inclusive, condenado por roubo nos autos de n. 0001307-48.2016.8.14.0006.Desse modo, forçoso concluir que a prisão preventiva é medida que se impõe como garantia da ordem pública.?No mesmo sentido, foi a decisão que manteve a constrição cautelar do paciente, na qual o magistrado de primeiro grau ressaltou:?Com efeito, ainda agora persistem o fumus comissii delicti e o periculum libertatis, pela forma como ocorreu a prática delituosa, a indicar que, solto, incorrerá no cometimento de novos delitos, em prejuízo à ordem pública.Cabe observar que já houve o recebimento da denúncia. O réu já apresentou resposta à acusação faltando apenas a resposta à acusação do acusado Leonardo Augusto de Oliveira Costa, ocasião em que, após a apresentação da defesa preliminar do segundo acusado, este juízo

designará audiência de instrução e julgamento, nada obstando que, nesta oportunidade, possa este juízo reanalisar o pleito defensivo no que toca à revogação da prisão preventiva.Neste momento, entretanto, inexistindo ilegalidade a ser repelida através do relaxamento da prisão, de acordo com os fundamentosao norte expostos, e subsistindo os motivos ensejadores da custódia cautelar, MANTENHO O DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA de SAMUEL DA CONCEIÇÃO FERNANDES, em garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do CPP, devendo o acusado permanecer custodiado até ulterior deliberação.?A meu ver, os excertos reproduzidos demonstram a necessidade da segregação cautelar do paciente e, sua simples leitura, já é suficiente para elidir a alegação do impetrante de que a decretação da segregação cautelar não apresenta a devida motivação, uma vez que está respaldada em elementos concretos do processo.Extrai-se dos autos que, no dia 25.01.2019, coacto, fazendo uso de arma de fogo e, juntamente com Leonardo Augusto de Oliveira Costa, roubou o aparelho de telefone celular da vítima Elizeu Fonseca da Silveira.Consta, ainda, que os acusados foram formalmente reconhecidos pela vítima e que teriam praticado o mesmo delito, instantes antes, contra Thays Rodrigues Marinho.Assim, a repetição da prática delitiva, em sequência, é suficiente para demonstrar a periculosidade do coacto que, em concurso com outro indivíduo, armou-se para praticar assaltos na zona rural da Irituia, contribuindo para a insegurança e, consequentemente, a instabilidade social na localidade, um município pequeno no interior do estado do Pará.Ante os argumentos apresentados, a custódia cautelar para garantir a ordem pública se torna indispensável.Nesse sentido, colaciono julgado do Superior Tribunal de Justiça, no qual se enfatizou a relevância do histórico criminal do agente como elemento de justificação para manter sua custódia cautelar:?HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. SUPERVENIÊNCIA DE CONDENAÇÃO. NEGATIVA DO APELO EM LIBERDADE. MESMOS FUNDAMENTOS DO DECRETO PREVENTIVO. AUSÊNCIA 0DE PREJUDICIALIDADE. CUSTÓDIA FUNDADA NO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE DA SUBSTÂNCIA TÓXICA APREENDIDA. GRAVIDADE CONCRETA. HISTÓRICO CRIMINAL DO AGENTE. RISCO EFETIVO DE REITERAÇÃO. PERICULOSIDADE SOCIAL. SEGREGAÇÃO JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. ALEGADA DESPROPORCIONALIDADE DA CONSTRIÇÃO. VIA INADEQUADA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA E NÃO COMPROVAÇÃO. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. COAÇÃO ILEGAL NÃO DEMONSTRADA. WRIT NÃO CONHECIDO.1. O Supremo Tribunal Federal não mais admite o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, por malferimento ao sistema recursal, entendimento que foi adotado pelo Superior Tribunal de Justiça, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.2. O advento de sentença condenatória não enseja a prejudicialidade do reclamo no ponto relacionado à fundamentação da prisão preventiva quando os motivos que levaram à manutenção da custódia foram os mesmos apontados por ocasião da decisão primeva.3. Não há ilegalidade na manutenção da prisão preventiva quando demonstrada, com base em fatores concretos, a sua imprescindibilidade para garantir a ordem pública, dada a gravidade da conduta incriminada e o histórico criminal do agente.4. Na hipótese dos autos, constata-se que a quantidade do material tóxico apreendido e o local de grande circulação escolhido para o comércio proscrito, o metrô, revelam maior gravidade pela potencialidade lesiva aumentada e um envolvimento habitual do paciente com a narcotraficância, o que justifica a manutenção de sua prisão preventiva.5. O fato de o agente possuir anotações pela prática de atos infracionais e ação penal em curso por crime patrimonial é circunstância que indica a periculosidade social e a inclinação à prática de crimes, o que justifica sua segregação provisória.6. Condições pessoais favoráveis, sequer demonstradas no caso em exame, não têm o condão de revogar a prisão cautelar, se há nos autos elementos suficientes a demonstrar a sua necessidade.7. Concluindo-se pela imprescindibilidade da preventiva, está clara a insuficiência das medidas cautelares diversas da prisão, cuja aplicação não se mostraria adequada para o restabelecimento da ordem pública.8. Habeas corpus não conhecido.(HC 447.764/DF, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 12/02/2019, DJe 20/02/2019)?Diante o exposto, acompanhando o parecer ministerial,denegoa ordem impetrada.É o voto. Belém, 25 de junho de 2019.Des.MILTONAUGUSTO DE BRITONOBRE Relator Belém, 28/06/2019

Número do processo: 0805229-77.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: MARLETE GUIMARAES Participação: ADVOGADO Nome: LYGIA BARRETO DO AMARAL CYPRIANOOAB: 10318/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZO DA VARA UNICA DE BREU BRANCOPROCESSO Nº 0805229-77.2019.8.14.0000ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO DE DIREITO

PENALRECURSO: HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINARCOMARCA DE ORIGEM: BREU BRANCO/PAPACIENTE:MARLETE GUIMARÃES.IMPETRANTE: ADVOGADA LYGIA BARRETO DO AMARAL CYPRIANO.IMPETRADO: JUÍZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE BREU BRANCO/PARELATOR (A):DESEMBARGADORA VÂNIA LÚCIA SILVEIRA Vistos, etc., Trata-se dehabeas corpusliberatóriocom pedido de liminar impetrado em favor deMARLETE GUIMARÃES, em face de ato do Juízo da Vara Única da Comarca de Breu Branco/PA, nos autos da Ação Penal de n.º 0000905-56.2019.8.14.0104.Consta da impetração que, na data de 28.01.2019, a paciente fora presa em flagrante delito, sob a acusação da suposta prática do crime descrito noartigo 33, da Lei de Drogas, sendo o flagrante, posteriormente, convertido em custódia preventiva pelo Juízo inquinado coator.Informa a impetrante que a paciente possui dois filhos menores de 12 anos, os quais dependem do cuidado da mesma, razão pela qual pugnou pela conversão da prisão preventiva em domiciliar, sendo que tal pleito fora indeferido pelo MM. Julgador, apesar da manifestação favorável do Órgão Ministerial.Destaca que a Lei nº 13.769/2018, que alterou o CPP, adicionou o art. 318-A, concedendo o direito a prisão domiciliar para mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência.Ressalta, também, que prevalece no STF o entendimento de que a mulher, acusada da prática do crime de tráfico de drogas e presa em sua residência, poderá ter em seu favor a concessão de prisão domiciliar.Diante do acima exposto,?REQUER a impetrante seja concedida a ordem no presente habeas corpus, a MARLETE GUIMARAES, inicialmente sob a forma de LIMINAR independente do pedido de informações, confirmando-a ao final para garantir à paciente a PRISÃO DOMICILIAR na forma do art. 318, V e art.318-A, do Código de Processo Penal, expedindo-se o competente ALVARÁ DE SOLTURA. SE FOR ENTENDIMENTO DIVERSO, que seja concedida a LIBERDADE PROVISÓRIA, com aplicação de cautelares diversas, da prisão, como por exemplo a de monitoração eletrônica (CPP, art. 319, IX), determinando-se a imediata expedição de ALVARÁ DE SOLTURA.?(id. 1887018).Juntou documentos.É o relatório. DecidoExaminando atentamente os autos, não vislumbro presentes os requisitos indispensáveis à concessão da liminar requerida, quais sejam, ofumus boni jurise opericulum in mora, razão pela qual, a indefiro.Requisitem-se as informações detalhadas à autoridade apontada como coatora, com o envio de documentos que entender necessários para efeito de melhores esclarecimentos deste habeas corpus, nos termos da Resolução n.º 004/2003 ? GP.Em seguida, encaminhem-se os autos ao Órgão Ministerial, para fins de parecer.Após, retornem os autos conclusos.Cumpra-se.Belém/PA, 28 de junho de 2019. Desa. VÂNIA LÚCIA SILVEIRARelatora

Número do processo: 0804376-68.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: LUIZ CARLOS SOARES DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: ANA SUENY LEITE SILVAOAB: 16187/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: 3ª VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804324-72.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: RUAN LUIZ DOS SANTOS RODRIGUES Participação: ADVOGADO Nome: JOAO NELSON CAMPOS SAMPAIOOAB: 02000A Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: juiz de direito da comarca de soure Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804192-15.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: JEFFERSON FREITAS DA CRUZ Participação: ADVOGADO Nome: TULIO DIEGO DE ALMEIDA MONTEIROOAB: 28438/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉM Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual

(PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0803180-63.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: edivaldo correa lopes Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZ DA VARA ÚNICA DE PORTEL/PA Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0803436-06.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: MAURO SOUSA NAZARE Participação: ADVOGADO Nome: HEITOR DE CASTRO CUNHA NETOOAB: 9671 Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE LUIS MARQUES FERRAZOAB: 20.185/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUÍZO DA 1ª VARA DE INQUÉRITOS POLICIAIS DE BELÉM Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉM Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804658-09.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: JOCIEL AZEVEDO DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: NEY GONCALVES DE MENDONCA JUNIOROAB: 7829/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: EXCELENTISSIMA SENHORA JUIZA DE DIREITO DA VARA PENAL DA COMARCA DE ABETETUBA - PA Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804742-10.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: JEFFERSON YURI MELO PEREIRA Participação: PACIENTE Nome: WELLINGTON LOBATO MENEZES Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: 10ª VARA CRIMINAL DE BELÉM Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804647-77.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: DEIVID COSTA DA SILVA Participação: PACIENTE Nome: RAFAEL CARDOSO DA SILVA Participação: PACIENTE Nome: DEBORA LUANA DE LIMA BORGES Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: 10ª VARA CRIMINAL DE BELÉM Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804854-76.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: THIAGO CEZAR TRINDADE NASCIMENTO RAMOS Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUÍZO DA 1ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804524-79.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: J. P. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: BRUCE ADAMS DOS SANTOS BARROSOAB: 24528/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: J. D. 1. V. C. D. C. D. A. Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804265-84.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: SADRAQUE LACERDA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: NAIANE ALFAIA SOARESOAB: 3322/AP Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZ DA VARA UNICA DE CHAVES Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0800798-97.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: MARLIANE CRISTINA VIEIRA DE ASSUNCAO Participação: ADVOGADO Nome: VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOROAB: 11505/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CRIMINAL DE CAMETÁ Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804848-69.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: RIDONRLEY GOMES DE SOUSA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804804-50.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: RAFAEL DA SILVA GOMES Participação: ADVOGADO Nome: MARIA IVANILZA TOBIAS DE SOUSAOAB: 19109/PA Participação: PACIENTE Nome: ALESSANDRO RAMOS CORREA Participação: ADVOGADO Nome: MARIA IVANILZA TOBIAS DE SOUSAOAB: 19109/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: Juiz de Augusto Corrêa Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804585-37.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: RAIMUNDO FIRMO OLIVEIRA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: BEIDSON RODRIGUES COUTOOAB: 24024/PA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE RUBENILDO CORREAOAB: 0095790A/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CRIMINAL DE BELÉM Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804047-56.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: LEANDRO BESERRA MAGALHAES Participação: ADVOGADO Nome: FABRICIO QUARESMA DE SOUSAOAB: 23237/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DE GARRAFÃO DO NORTE/PA Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804431-19.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: JESUINO DA COSTA MARTINS Participação: ADVOGADO Nome: CLEBER LUIZ MORAES DA SILVAOAB: 345 Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE PONTA DE PEDRAS Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0805243-61.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: LUCAS ROCHA DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: GUSTAVO PERES RIBEIROOAB: 606 Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZ DE DIREITO DA 2ª VARA DE XINGUARAPROCESSO N°0805243-61.2019.8.14.0000 AÇÃO:HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINARÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO DE DIREITO PENALCOMARCA DE ORIGEM:XINGUARAIMPETRANTE: GUSTAVO PERES RIBEIRO ? OAB/PA 16.606-BIMPETRADO:JUÍZO DA 2ª VARA DA COMARCA DE XINGUARA.PACIENTE:LUCAS ROCHA DOS SANTOS.RELATORA:DESA.VÂNIA LÚCIA SILVEIRA Vistos, etc. Trata-se dehabeas corpusliberatório com pedido de liminar impetrado em favor deLucas Rocha dos Santos, em face de ato doJuízo da 2ª Vara da Comarca de Xinguara-Pa.Consta da impetração, em suma, que o paciente está preso preventivamente, pela suposta prática do delito de estupro de vulnerável, tipificado noart. 217-A do CPB.Informa o impetrante que configura nítida ilegalidade a decisão que decretou a medida cautelar, eis que se resume a indicar a necessidade de preservação da ordem pública, sem apontar elementos a demonstrar o risco da manutenção do agente em liberdade.Alega que, a decisão que determinou a prisão preventiva limitou-se em destacar a gravidade em abstrato do delito, mediante a repetição dos dispositivos legais e a utilização de fórmulas retóricas que, em tese, serviriam para qualquer situação.Aduz que afirmações genéricas e abstratas não são suficientes para justificar a custódia preventiva, especialmente diante das condições pessoais favoráveis do paciente e da baixa gravidade concreta da conduta.Destaca que o requerente é empresário há décadas, tratando-se de pessoa íntegra, de bons antecedentes, e que jamais respondeu a qualquer processo criminal, possuindo endereço certo à Rua Rio Tapajós, n.º 401, Centro, Xinguara, onde reside com sua família.Pugna, ao final, pela concessão liminar da ordem dehabeas corpusem favor do paciente, para que seja revogada a prisão preventiva decretada contra o mesmo, com a posterior confirmação da ordem. Subsidiariamente, pleiteia pela aplicação de Medidas Cautelares em substituição a prisão preventiva decretada pela autoridade judicial.É o relatório. DecidoExaminando atentamente os autos, não vislumbro presentes os requisitos indispensáveis à concessão da liminar requerida, quais

sejam, ofumusboni juris e o periculum in mora, razão pela qual,a indefiro.Requisitem-se as informações detalhadas à autoridade apontada como coatora, com o envio de documentos que entender necessários para efeito de melhores esclarecimentos destehabeas corpus,nos termos da Resolução n.º 004/2003 ? GP.Em seguida, encaminhem-se os autos ao Órgão Ministerial, para fins de parecer.Após, retornem os autos conclusos.Cumpra-se.Belém/PA, 28 de Junho de 2019. Desa.VÂNIA LÚCIA SILVEIRARelatora

Número do processo: 0803597-16.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: ARILSON BARBOSA BARRETO Participação: ADVOGADO Nome: LUIZ ALBERTO CAVALCANTE PICANCOOAB: 28871/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZ DA VARA CRIMINAL DE ORIXIMINA Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804530-86.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: VALDENORA DA CONCEICAO CASTRO Participação: ADVOGADO Nome: ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUESOAB: 6908000A/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZO DA 3ª VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804317-80.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: ROFANG SILVA FERREIRA Participação: ADVOGADO Nome: LUIZ ANIBAL DE SIQUEIRA ARRAISOAB: 19978/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ALENQUER Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804770-75.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: W. B. T. Participação: ADVOGADO Nome: MAYSA CELIA DE SOUZA MAGALHAESOAB: 28245/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: J. D. V. D. C. D. M. Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804686-74.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: WANDERSON BENJAMIM DE OLIVEIRA AMORIM Participação: ADVOGADO Nome: LEONARDO BRAGA DUARTEOAB: 8161/TO Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE SANTANA DO ARAGUAIA Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0803581-62.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: JOSEMAR PEREIRA Participação: ADVOGADO Nome: ODILON VIEIRA NETOOAB: 3878 Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804149-78.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: SILAS FELIX PAIVA Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDO ALBUQUERQUE POMPEUOAB: 996 Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZO DA VARA UNICA DE CONCORDIA DO PARÁ Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0805282-58.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: MARCELO PANTOJA RABELO Participação: ADVOGADO Nome: DANIEL AUGUSTO BEZERRA DE CASTILHOOAB: 13378/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: 2 VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CASTANHALTribunal de Justiça do Pará - 2º GrauHABEAS CORPUS LIBERATÓRIO COM PEDIDO DE LIMINARÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO DE DIREITO PENALPROCESSO N°:0805282-58.2019.8.14.0000PACIENTE: MARCELO PANTOJA RABELOIMPETRANTE: DANIEL AUGUSTO BEZERRA DE CASTILHOAUTORIDADE COATORA: 2 VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CASTANHALTrata-se da ordem de habeas corpus sem pedido de liminar impetrado por advogado particular, em favor de MARCELO PANTOJA RABELO, assim, conforme dispõe a Portaria n.º 0368/2009-GP, solicite-se, de ordem e através de e-mail, informações à autoridade apontada coatora, acerca das razões suscitadas pelo impetrante, as quais devem ser prestadas nos termos do provimento conjunto n° 008/2017-CJRMB/CJCI, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.Prestadas as informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público.Caso contrário, determino que a Secretaria reitere o pleito de informações, advertindo aos magistrados quanto as sanções do paragrafo único do art. 1° do provimento conjunto n° 008/2017-CJRMB/CJCI, após, retornem-me para as providências cabíveis.Em tempo, acolho a prevenção.28 de junho de 2019 Des. RONALDOMARQUESVALLERelator

Número do processo: 0804140-19.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: EDSON SILVA DE SOUSA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO PIRES RODRIGUESOAB: 476 Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANA DOLORES ARAUJO MIRANDAOAB: 23422/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZO DA 3ª VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804754-24.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: JOSÉ EDMAR DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: EDUARDO AUGUSTO FERREIRA SOARESOAB: 00000A Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804253-70.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: FABIANO REIS DUARTE Participação: ADVOGADO Nome: PAULA OHANA MARTINS CARDOSOOAB: 24100/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SANTANA DO ARAGUAIA - PA Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804753-39.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: ANTONIO JUNIOR GOMES DOS SANTOS Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: 3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

Número do processo: 0804145-41.2019.8.14.0000 Participação: PACIENTE Nome: ROQUE DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: ARACELY DOS SANTOS EVANGELISTAOAB: 013325/PA Participação: AUTORIDADE COATORA Nome: JUIZ DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS Pelo presente fica V.Exa./V.Sa. intimado que o presente feito foi incluído na Pauta de Julgamentos da 16ª Sessão Ordinária da Seção de Direito Penal - Plenário Virtual (PJE), iniciando em 2 de julho de 2019 às 14 h, com encerramento às 14 h do dia 4 de julho de 2019 às 14h. Belém, 28 de junho de 2019. Maria de Nazaré C. Franco. Secretária da Seção de Direito Penal.

A Secretária da Seção de Direito Penal, Maria de Nazaré Carvalho Franco, faz públicas as decisões exaradas nos seguintes termos:

P R O C E S S O : 0 0 0 3 3 2 3 1 3 2 0 1 7 8 1 4 0 9 5 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE Ação: Conflito de Jurisdição em: 28/06/2019---SUSCITANTE:JUIZO DE DIREITO DA QUARTA VARA PENAL DA COMARCA DE ANANINDEUA SUSCITADO:JUIZO DE DIREITO DA VARA DE JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ANANINDEUA INTERESSADO:E. G. F. F. Representante(s): OAB 15952 - PAULO ANTONIO PEREIRA SOARES (ADVOGADO) INTERESSADO:A. A. B. F. INTERESSADO:M. P. B. F. REPRESENTANTE:A. P. B. P. INTERESSADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:CLAUDIO BEZERRA DE MELO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PROCESSO Nº 0003323-13.2017.8.14.0952 ÓRGÃO JULGADOR: SEÇÃO DE DIREITO PENAL AUTOS DE CONFLITO DE COMPETÊNCIA SUSCITANTE: JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ANANINDEUA SUSCITADO: JUÍZO DE DIREITO DO JUÍZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE ANANINDEUA INTERESSADO: EBER GERALDO FERNANDES FERREIRA PROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA: CLAUDIO BEZERRA DE MELO RELATOR: Des.or MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA 4ª VARA DE CRIMINAL E JUIZADO ESPECIAL DA COMARCA DA ANANINDEUA. CRIME DE MAUS TRATOS. COMPLEXIDADE DA CAUSA. OCORRÊNCIA. ESTUDO SOCIAL. INCOMPATIBILIDADE COM RITO SUMARÍSSIMO. DECLARAÇ¿O DE COMPETÊNCIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA. 1. Embora a pena base em abstrato culminada ao delito de maus tratos seja inferior a dois anos de reclusão, sua apuração, no caso concreto, exige análise aprofundada incompatível com o procedimento simplificado do Juizado especial, uma vez que as vítimas são crianças e que o suposto delito ocorreu em seu ambiente familiar, restando evidente e necessário, para melhor apuração dos fatos, a intervenção de equipe multidisciplinar, o que, como dito, foge aos limites da competência do juizado especial, que tem contornos balizados na Lei nº 9.099/95. 2. Conflito dirimido

para declarar a competência do juízo de direito da 4ª Vara Penal de Ananindeua. DECISÃO MONOCRÁTICA Trata-se de conflito negativo de competência, suscitado pelo Juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua, que determinou a remessa dos presentes autos a esta Superior Instância, por entender que cabe ao Juízo da Vara de Juizado Especial Criminal da Comarca de Ananindeua o processamento e julgamento do feito que se originará do Termo Circunstanciado de Ocorrência de nº 00004/2017.100318-1 que trata de possível cometimento do crime de maus tratos (art. 136 do CP) por parte do interessado contra suas filhas menores. Os autos foram primeiramente distribuídos ao juízo suscitado (Vara do Juizado especial Criminal de Ananindeua), onde à fl. 74, o Ministério Público, em audiência preliminar, requereu o deslocamento da competência para o juízo comum, com fundamento no art. 77, §2º, da Lei nº 9.099/95, nos seguintes termos: ¿MM. juíza, considerando a complexidade dos fatos, resta evidenciada a necessidade de intervenção de equipe multidisciplinar para verificar a situação das vítimas, posto que às fls. 05 consta que `... apesar de estarem em acompanhamento permanente de apoio psicológico, ainda demonstram sequelas dos maus tratos sofridos...¿. Por conseguinte requeremos o deslocamento da competência e a remessa dos autos ao juízo Comum.¿ A magistrada do Juízo suscitado acatou as ponderações feitas pelo Ministério Público determinando o encaminhamento dos autos a uma das Varas Criminais da Comarca de Ananindeua (fl. 74/74-v). Os autos foram distribuídos à 5ª Vara Criminal de Ananindeua que declinou de sua competência (fl. 76), pois existe ¿Vara Especializada nesta Comarca, com competência para processar e julgar o feito atinente à narrativa fática em tela, pelo que, levando-se em consideração o princípio da especialidade e, visando evitar nulidade processual, declino a competência ao MM. Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal de Ananindeua, competente para processar e julgar o feito em razão da matéria.
Recebidos os autos, o Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal de Ananindeua suscitou o presente conflito negativo de competência, remetendo os autos à esta Instância para dirimir o conflito (fl. 105/106). O feito foi distribuído a minha relatoria, oportunidade em que determinei que fosse remetido ao exame e parecer do Ministério Público (fl. 111). O Procurador de Justiça Claudio Bezerra de Melo opinou pelo conhecimento do presente conflito negativo e, no mérito, pela sua procedência, para que ¿seja dirimido o presente Conflito Negativo de Competência, determinando-se a competência do Juízo suscitado, in casu, do juízo de Direito da Vara do Juizado Especial Criminal de Ananindeua, para processamento e julgamento do feito¿. É o relatório. Decido. Como deixei consignado no relatório, a controvérsia cinge-se em definir a quem compete o processamento e julgamento de feito em que se apura a prática de crime de maus tratos contra A.A.B.F. de 10 (dez) anos de idade e M.P.B.F. de 07 (sete) anos de idade. Em análise aos autos, em que pese o suposto delito tenha pena máxima em abstrato culminada inferior a 02 (dois) anos de reclusão, tenho que a competência para processar e julgar o feito é do juízo da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua. Digo isso, pois, trata-se de caso onde resta imprescindível a produção probatória aprofundada, uma vez que as vítimas são crianças e que o suposto delito ocorreu na casa de seu genitor, necessitando, portanto, para melhor apuração e deslinde dos fatos, de intervenção de uma equipe multidisciplinar, o que foge aos limites da competência do juizado especial criminal, que tem contornos balizados na Lei nº 9.099/95. Sobre o tema, cito, por todos, decisão desta e. Seção de Direito Penal: EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE JURISDIÇÃO. VIOLÊNCIA FÍSICA E PSICOLÓGICA NO AMBITO FAMILIAR. COMPLEXIDADE DA CAUSA INCOMPATIVEL COM O RITO SUMARÍSSIMO DA LEI Nº 9.099/95. DECLARAÇÃO DE COMPETÊNCIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA. 1.Em que pese a pena máxima aplicada ao caso, sua apuração exige análise completa que somente pode ser feita por juízo compatível com sua complexidade. 2. Mostra-se incompatível a tramitação do feito sob o rito sumaríssimo da Lei 9.099/95, diante da complexidade da causa reconhecida nas instâncias ordinárias, razão pela qual inexiste flagrante ilegalidade do retorno dos autos ao Juízo Comum, conforme disposto no art. 77, § 2º c/c art. 66, parágrafo único, ambos da Lei 9.099/95. (Processo AgRg no HC 370162/PE AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS 2016/0235036-7 Relator(a) Ministro NEFI CORDEIRO - SEXTA TURMA Data da Publicação/Fonte DJe 13/12/2016. (2018.00838098-05, 186.444, Rel. Leonam Gondim da Cruz Junior, Órgão Julgador Seção de Direito Penal, Julgado em 05-03-2018). Grifei. Assim, entendo que a questão autoriza a resolução monocrática do conflito, por questões de celeridade processual, em especial porque estamos diante de conflito negativo de competência sobre fato ainda não denunciado, demandando solução urgente. À vista do exposto e, em que pese o judicioso parecer do custos legis, mas cumprindo com o dever de manter a jurisprudência desta e. Corte estável, integra e coerente (art. 926 do CPC), dirimo o presente conflito negativo de competência para declarar competente o Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua para processar e julgar o feito, de acordo com o art. 77, § 2º, da Lei nº 9.099/95. Belém, 28 de junho de 2019. Des.or MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE Relator

Belém, 28 de junho de 2019, Maria de Nazaré Carvalho Franco, Secretária da Seção de Direito Penal.

15ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PLENÁRIO VIRTUAL (PJE) DA SEÇÃO DE DIREITO PENAL, iniciada em 25 de junho de 2019, às 14h, sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador Raimundo Holanda Reis, com a participação dos Excelentíssimos Desembargadores Milton Augusto de Brito Nobre, Rômulo José Ferreira Nunes, Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos, Leonam Gondim da Cruz Júnior, Ronaldo Marques Valle, Maria Edwiges de Miranda Lobato, Mairton Marques Carneiro e Rosi Maria Gomes de Farias, e do Excelentíssimo Senhor Procurador de Justiça

Dr. Sérgio Tibúrcio dos Santos Silva.

PROCESSOS JULGADOS

Ordem: 001

Processo: 0804552-47.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

PACIENTE(S): ALAIR FREITAS BARBOSA

IMPETRANTE(S): KARINA LIMA PINHEIRO

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DE PARAUAPEBAS

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 002

Processo: 0804696-21.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

PACIENTE(S): GENILSON SILVA E SILVA

IMPETRANTE(S): CRISTIANE BENTES DAS CHAGAS

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DE CONCORDIA DO PARÁ

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 003

Processo: 0804734-33.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

PACIENTE(S): JEFERSON DOUGLAS DA SILVA FREITAS

IMPETRANTE(S): JULIO DE OLIVEIRA BASTOS

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MÃE DO RIO

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 004

Processo: 0804816-64.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

PACIENTE(S): JOSE ANDRE MOREIRA GEMAQUE

IMPETRANTE(S): SIMONE DO SOCORRO FIGUEIREDO GOMES e outros

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DO TERMO DE SANTA CRUZ DO ARARI

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 005

Processo: 0804677-15.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

PACIENTE(S): JOSÉ MARIA NOGUEIRA DOS REIS

IMPETRANTE(S): ALEXANDRE AUGUSTO DE PINHO PIRES

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉM

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 006

Processo: 0804574-08.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

PACIENTE(S): NATANIEL COUTINHO LOPES

IMPETRANTE(S): JOSE WILSON ALVES DE LIMA SILVA e outros

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE PARAGOMINAS

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 007

Processo: 0803818-96.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

PACIENTE(S): REGINALDO GEMAQUE DOS SANTOS

IMPETRANTE(S): MARCELO BRASIL CAMPOS

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DO TERMO DE SANTA CRUZ DO ARARI

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 008

Processo: 0803949-71.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

PACIENTE(S): SAMUEL DA CONCEICAO FERNANDES

IMPETRANTE(S): FRANCIONE COSTA DE FRANCA

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE IRITUIA

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 009

Processo: 0804540-33.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

PACIENTE(S): SILVIO GONCALVES DOS SANTOS

IMPETRANTE(S): SAMUEL BORGES CRUZ

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO DE BELÉM e outros (1)

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 010

Processo: 0804292-67.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

PACIENTE(S): AILTON BARROS DOS SANTOS

IMPETRANTE(S): KLEHYDYFF ALVES DE MIRANDA

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargador RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 011

Processo: 0803180-63.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargadora VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA

PACIENTE(S): EDIVALDO CORREA LOPES

IMPETRANTE(S): GRAZIELA PARO CAPONI

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE PORTEL

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Adiado

Ordem: 012

Processo: 0803436-06.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargadora VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA

PACIENTE(S): MAURO SOUSA NAZARE

IMPETRANTE(S): ANDRE LUIS MARQUES FERRAZ e outros

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE INQUÉRITOS POLICIAIS DE BELÉM e outros (1)

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Adiado

Ordem: 013

Processo: 0804368-91.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador RAIMUNDO HOLANDA REIS

PACIENTE(S): GABRIEL DOS PRAZERES MELO

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargador RAIMUNDO HOLANDA REIS

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 014

Processo: 0804529-04.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador RAIMUNDO HOLANDA REIS

PACIENTE(S): WESLEY SANTOS PINHEIRO

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA1ª VARA CRIMINAL DE BELEM

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargador RAIMUNDO HOLANDA REIS

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 015

Processo: 0804105-59.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargadora MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS

PACIENTE(S): FABRICIO BARBOSA DA SILVA

IMPETRANTE(S): WELLINGTON TEIXEIRA DE LIMA

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE MARITUBA

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargadora MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 016

Processo: 0804554-17.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador RONALDO MARQUES VALLE

PACIENTE(S): MARIA DA CONCEICAO FERREIRA PEGADO

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargador RONALDO MARQUES VALLE

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 017

Processo: 0804599-21.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador RONALDO MARQUES VALLE

PACIENTE(S): ANTONIO WELLINGTON FURTADO DE CASTRO

IMPETRANTE(S): MARCUS NASCIMENTO DO COUTO

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA VARA DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargador RONALDO MARQUES VALLE

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 018

Processo: 0803804-15.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargadora MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

PACIENTE(S): IVISON DA CUNHA COSTA

IMPETRANTE(S): SAMUEL BORGES CRUZ

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE VISEU

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Vencedor: Desembargadora MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

Decisão: À unanimidade, a Egrégia Seção de Direito Penal denegou a ordem.

Ordem: 019

Processo: 0804068-32.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargadora MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO

PACIENTE(S): IGOR SANTOS DA COSTA

IMPETRANTE(S): MICHELE ANDREA TAVARES BELEM

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DE BARCARENA

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Retirado de Pauta de Plenário Virtual

Ordem: 020

Processo: 0804431-19.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

PACIENTE(S): JESUINO DA COSTA MARTINS

IMPETRANTE(S): CLEBER LUIZ MORAES DA SILVA

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE PONTA DE PEDRAS

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Retirado de Pauta de Plenário Virtual

Ordem: 021

Processo: 0804742-10.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

PACIENTE(S): JEFFERSON YURI MELO PEREIRA e outros (1)

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL DE BELÉM

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO e outros

Retirado de Pauta de Plenário Virtual

Ordem: 022

Processo: 0804647-77.2019.8.14.0000

Classe Judicial: HABEAS CORPUS

Órgão julgador: Desembargador MAIRTON MARQUES CARNEIRO

PACIENTE(S): DEIVID COSTA DA SILVA e outros (2)

AUTORIDADE COATORA: JUIZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL DE BELÉM

Terceiros: PARA MINISTERIO PUBLICO

Retirado de Pauta de Plenário Virtual

E nada mais havendo, a Sessão foi encerrada às 14horas do dia 27 de junho de 2019. Eu, Maria de Nazaré Carvalho Franco, Secretária da Seção de Direito Penal, lavrei a presente ata.

Raimundo Holanda Reis

Presidente da Seção de Direito Penal, em exercício.

TURMAS DE DIREITO PENAL

1ª TURMA DE DIREITO PENAL

ATO ORDINATÓRIO

SECRETARIA DA 1ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA

APELAÇÃO PENAL Nº. **00009239320188140401** - APELANTE(S): **ANDREI SOUZA OLIVEIRA** (ADVOGADO DR. MARCELO LIENDRO DA SILVA AMARAL OAB/PA 20.474) ¿ APELADA(O)(S): A JUSTIÇA PÚBLICA**,** - RELATORA: **DESA. MARIA EDWIGES DE MIRANDA LOBATO**. O SECRETÁRIO DA 1ª TURMA DE DIREITO PENAL DO TJE/PA, FAZ PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DE QUEM INTERESSAR POSSA, QUE OS AUTOS ACIMA MENCIONADOS SE ENCONTRAM NESTA SECRETARIA COM VISTA AO(S)(À), **ADVOGADO DR. MARCELO LIENDRO DA SILVA AMARAL OAB/PA 20.474,** A FIM DE QUE APRESENTE(M) AS RAZÕES RECURSAIS DO(S) APELANTE(S), NO PRAZO LEGAL.

2ª TURMA DE DIREITO PENAL

EDITAL

Secretaria: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL

Autos nº 0021546-02.2006.8.14.0401 DESEMBARGADOR RELATOR: **RONALDO MARQUES VALLE**

Apelação originária da Comarca de Belém/Pa (13ª Vara Criminal de Belém)

APELANTE: Silvio Ricardo Xavier dos Santos: (Advs.: Sávio Barreto Lacerda Lima, OAB/PA nº 11.003 e Outros) Apelada / A Justiça Pública.

A Bela. Tânia Maria da Costa Martins, Secretária da 2ª Turma de Direito Penal faz público, para quem interessar possa, e em especial ao Exmo. Advogado do Apelante supracitado que os autos se encontram em Secretaria, observando-se petição protocolada sob nº 2019.02588843-77, subscrita pelo mencionado Advogado e nos autos supracitados à fl. 357, o Exmo. Sr. Des. Relator exarou despacho a manuscrito, cujo teor integral se transcreve a seguir:

¿ I- Junte-se aos autos;

II- Defiro o pedido, pelo prazo, improrrogável, de 05(cinco) dias, face ser o processo relacionado em correição pelo CNJ.

Belém, 28/06/2019.¿

Sendo o que competia publicar acerca da petição/processo em comento, consoante despacho em comento. Secretaria da 2ª Turma de Direito Penal do TJ/PA.

3ª TURMA DE DIREITO PENAL

RESENHA: 01/07/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA DA 3ª TURMA DE DIREITO PENAL - VARA: 3ª TURMA DE DIREITO PENAL

PROCESSO: 00000264820188140051 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAIRTON MARQUES CARNEIRO Ação: Apelação Criminal em: 01/07/2019---APELANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA APELADO:FRANCISCO RODRIGUES VERAS Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . APELAÇÃO CRIMINAL N. 0000026-48.2018.8.14.0051 APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ APELADO: FRANCISCO RODRIGUES VERAS RELATOR: DESEMBARGADOR MAIRTON MARQUES CARNEIRO EXPEDIENTE: 3.ª TURMA DE DIREITO PENAL DESPACHO: À douta Procuradoria de justiça para emissão de parecer. Belém/PA, 27 de junho de 2019. _____ DES. MAIRTON MARQUES CARNEIRO Relator

PROCESSO: 00003829420178140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAIRTON MARQUES CARNEIRO Ação: Apelação Criminal em: 01/07/2019---APELANTE:ANTONIO PAIXAO SALES Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA. APELAÇÃO CRIMINAL N. 0000382-94.2017.8.14.0401 APELANTE: ANTONIO PAIXAO SALES APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA RELATOR: DESEMBARGADOR MAIRTON MARQUES CARNEIRO EXPEDIENTE: SECRETARIA DA 3.ª TURMA DE DIREITO PENAL DESPACHO: À douta Procuradoria de justiça para emissão de parecer. Belém/PA, 27 de junho de 2019. _____ DES. MAIRTON MARQUES CARNEIRO Relator

PROCESSO: 00004690320198140006 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES Ação: Apelação Criminal em: 01/07/2019---APELANTE:ERIVELTON FERREIRA MORAIS Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PUBLICA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador Rômulo Nunes Apelação Penal Nº: 0000469-03.2019.8.14.0006. Apelante: Erivelton Ferreira Morais. Apelado: Justiça Pública. Relator: Desembargador Rômulo Nunes. Acolho a prevenção. Ao Ministério Público. Por fim, conclusos. Belém. (PA), 28 de junho de 2019. Des. Rômulo Nunes Relator

PROCESSO: 00010335220158140028 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAIRTON MARQUES CARNEIRO Ação: Apelação Criminal em: 01/07/2019---APELANTE:RUBENILSON VIEIRA LIMA Representante(s): ELOIZIO CORDEIRO TAVARES DE SOUZA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:CANDIDA DE JESUS RIBEIRO DO NASCIMENTO. APELAÇÃO CRIMINAL N. 0001033-52.2015.8.14.0028 APELANTE: RUBENILSON VIEIRA LIMA APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA RELATOR: DESEMBARGADOR MAIRTON MARQUES CARNEIRO EXPEDIENTE: 3.ª TURMA DE DIREITO PENAL DESPACHO: À douta Procuradoria de justiça para emissão de parecer. Belém/PA, 27 de junho de 2019. _____ DES. MAIRTON MARQUES CARNEIRO Relator

PROCESSO: 00019442920198140059 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR Ação: Apelação Criminal em: 01/07/2019---APELANTE:ALAN FIGUEIREDO SANTOS Representante(s): OAB 21479 - JOSELENE SILVA ELERES (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA. PODER

JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gab. Des. Leonam Gondim da Cruz Júnior PROCESSO Nº 0001944-29.2019.8.14.0059 APELAÇÃO PENAL COMARCA DE ORIGEM: SOURE-PA APELANTE: ALAN FIGUEIREDO SANTOS REPRESENTANTE: JOSELENE SILVA ELERES, OAB/PA Nº 21479 APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR DE JUSTIÇA: HAMILTON NOGUEIRA SALAME RELATOR: DES. LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR DESPACHO Defiro o requerido pelo Ministério Público nesta instância, à fl. 66, e determino que seja oficiado ao Centro de Perícias Científicas ¿Renato Chaves¿, no sentido de providenciar o Exame Toxicológico Definitivo, apresentando o respectivo Laudo Pericial, conforme solicitado anteriormente pela Autoridade Policial à fl.34 do Inquérito Policial em apenso. Cumprida a diligência, retornem-se os autos à d. Procuradoria de Justiça, para emissão de parecer conclusivo. À Secretaria para cumprir as formalidades legais. Belém, 28 de junho de 2019. Des. LEONAM GONDIM DA CRUZ JÚNIOR Relator XVI

PROCESSO: 00021007020108140065 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAIRTON MARQUES CARNEIRO Ação: Apelação Criminal em: 01/07/2019---APELANTE:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL APELADO:ISAIAS DE MOURA Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . APELAÇÃO CRIMINAL N. 0002100-70.2010.8.14.0065 APELANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ APELADO: ISAIAS DE MOURA RELATOR: DESEMBARGADOR MAIRTON MARQUES CARNEIRO EXPEDIENTE: 3.ª TURMA DE DIREITO PENAL DESPACHO: À douta Procuradoria de justiça para emissão de parecer. Belém/PA, 27 de junho de 2019. _____ DES. MAIRTON MARQUES CARNEIRO Relator

PROCESSO: 00032612120068140045 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAIRTON MARQUES CARNEIRO Ação: Apelação Criminal em: 01/07/2019---APELANTE:RAIFRAN PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA. APELAÇÃO CRIMINAL N. 0003261-21.2006.8.14.0045 APELANTE: RAIFRAN PEREIRA DA SILVA APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA RELATOR: DESEMBARGADOR MAIRTON MARQUES CARNEIRO EXPEDIENTE: 3.ª TURMA DE DIREITO PENAL DESPACHO: À douta Procuradoria de justiça para emissão de parecer. Belém/PA, 27 de junho de 2019. _____ DES. MAIRTON MARQUES CARNEIRO Relator

PROCESSO: 00055667020138140401 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS Ação: Apelação Criminal em: 01/07/2019---APELANTE:JOSE AILTON SILVA DA SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará Gabinete da Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos Apelação nº: 0005566-70.2013.8.14.0401 Intime-se o apelante, para apresentar as razões recursais no prazo legal. Após, ao Ministério Público para contrarrazões. Cumpridas as diligências, à Procuradoria de Justiça para emissão de parecer. Após, conclusos. Belém, 27 de junho de 2019. Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS Relatora

PROCESSO: 00098196720148140401 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAIRTON MARQUES CARNEIRO Ação: Apelação Criminal em: 01/07/2019---APELANTE:BRUNO MAICON WILLIAN RODRIGUES Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA. APELAÇÃO CRIMINAL N. 0009819-67.2014.8.14.0401 APELANTE: BRUNO MAICON WILLIAN RODRIGUES APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA RELATOR: DESEMBARGADOR MAIRTON MARQUES CARNEIRO EXPEDIENTE: 3.ª TURMA DE DIREITO PENAL DESPACHO: À douta Procuradoria de justiça para emissão de parecer. Belém/PA, 27 de junho de 2019. _____ DES. MAIRTON MARQUES CARNEIRO Relator

PROCESSO: 00104244120158140057 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAIRTON MARQUES CARNEIRO Ação: Apelação Criminal em: 01/07/2019---APELANTE:ELIELTON MONTEIRO PEREIRA Representante(s): OAB 17838 - JOAO BOSCO PEREIRA DE ARAUJO JUNIOR (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA. APELAÇÃO CRIMINAL N. 0010424-41.2015.8.14.0057 APELANTE: ELIELTON MONTEIRO PEREIRA APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA RELATOR: DESEMBARGADOR MAIRTON MARQUES CARNEIRO EXPEDIENTE: SECRETARIA DA 3.ª TURMA DE DIREITO PENAL DESPACHO: I - Intime-se a defesa do apelante para que apresente as razões recursais; II - Em seguida, intime-se o apelado para que ofereça as contrarrazões; III - Após, à douta Procuradoria de Justiça para emissão de parecer. IV - Cumpridas as diligências, retornem-se os autos conclusos. Belém/PA, 27 de junho de 2019. DES. MAIRTON MARQUES CARNEIRO Relator

PROCESSO: 00172115320178140401 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS Ação: Apelação Criminal em: 01/07/2019---APELANTE:ANDREO MYCHEL SILVA SOUZA Representante(s): OAB 18898 - NELSON MAURICIO DE ARAUJO JASSE (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará Gabinete da Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos Apelação nº: 0017211-53.2017.8.14.0401 Intime-se o apelante, para apresentar as razões recursais no prazo legal. Após, ao Ministério Público para contrarrazões. Cumpridas as diligências, à Procuradoria de Justiça para emissão de parecer. Após, conclusos. Belém, 27 de junho de 2019. Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS Relatora

PROCESSO: 00242259320148140401 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAIRTON MARQUES CARNEIRO Ação: Apelação Criminal em: 01/07/2019---APELANTE:CRISTIAN MAFRA REIS Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA. APELAÇÃO CRIMINAL N. 0024225-93.2014.8.14.0401 APELANTE: CRISTIAN MAFRA REIS APELADO: JUSTIÇA PÚBLICA RELATOR: DESEMBARGADOR MAIRTON MARQUES CARNEIRO EXPEDIENTE: SECRETARIA DA 3.ª TURMA DE DIREITO PENAL DESPACHO: I - Intime-se a defesa do apelante para que apresente as razões recursais; II - Em seguida, intime-se o apelado para que ofereça as contrarrazões; III - Após, à douta Procuradoria de Justiça para emissão de parecer. IV - Cumpridas as diligências, retornem-se os autos conclusos. Belém/PA, 27 de junho de 2019. DES. MAIRTON MARQUES CARNEIRO Relator

PROCESSO: 00315387120158140401 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS Ação: Recurso em Sentido Estrito em: 01/07/2019---RECORRENTE:SHEYLA PINHEIRO DE LEAO Representante(s): OAB 18974 - HILDEBERG RUBENSON DE LIMA BARBOSA JUNIOR (ADVOGADO) RECORRIDO:JUSTIÇA PÚBLICA. Tribunal de Justiça do Estado do Pará Gabinete da Desembargadora Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos À Procuradoria de Justiça para emissão de parecer. Belém, 27 de junho de 2019. Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS Relatora

PROCESSO: 00368096220158140045 PROCESSO ANTIGO: ---
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LEONAM GONDIM DA CRUZ JUNIOR Ação: Apelação Criminal em: 01/07/2019---APELANTE:DIEGO DOS SANTOS SABINO Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO PARA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA. ATO ORDINATORIO De ordem do Desembargador Relator, ao Ministério Público para exame e parecer, na forma do Art. 93, Inciso 14 da Constituição da República. 28 / 06 / 2019. Gabinete do Des. Leonam Gondim da Cruz Júnior. Hernani Lameira da Silva Filho Coordenador

PROCESSO: 01974720920158140037 PROCESSO ANTIGO: ---

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES Ação: Apelação Criminal em: 01/07/2019---APELANTE:WALFREDO SILVA DE ALBUQUERQUE Representante(s): OAB 19567 - IGOR CELIO DE MELO DOLZANIS (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Gabinete do Desembargador Rômulo Nunes Apelação Penal Nº: 019472-09.2015.8.14.0037. Apelante: Walfredo Silva de Albuquerque. Apelado: Justiça Pública. Relator: Desembargador Rômulo Nunes. Acolho a prevenção. Ao Ministério Público. Por fim, conclusos. Belém. (PA), 28 de junho de 2019. Des. Rômulo Nunes R e l a t o r

EDITAL - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO

Processo nº: 0064129-17.2015.8.14.0133 - RECURSO DE APELAÇÃO PENAL. Relator: MAIRTON MARQUES CARNEIRO. Apelante: FELIPE ALVES ELIAS (Representante: OAB/PA n. 18712 ¿ Michel Santos Batista). Apelada: JUSTIÇA PÚBLICA. A Secretária da 3ª Turma de Direito Penal, faz público para conhecimento de quem interessar possa, que os autos acima mencionados, encontram-se em Secretaria, a fim de que o advogado **OAB/PA N. 18712 ¿ MICHEL SANTOS BATISTA** apresente as razões recursais em favor do apelante, no prazo legal, nos termos do despacho do Exmo. Desembargador Relator. Belém, 28 de junho de 2019.

Processo nº: 0010424-41.2015.8.14.0057 - RECURSO DE APELAÇÃO PENAL. Relator: MAIRTON MARQUES CARNEIRO. Apelante: ELIELTON MONTEIRO PEREIRA (Representante: OAB/PA n. 17838 ¿ João Bosco Pereira de Araújo Junior). Apelada: JUSTIÇA PÚBLICA. A Secretária da 3ª Turma de Direito Penal, faz público para conhecimento de quem interessar possa, que os autos acima mencionados, encontram-se em Secretaria, a fim de que o advogado **OAB/PA N. 17838 ¿ JOÃO BOSCO PEREIRA DE ARAÚJO JUNIOR** apresente as razões recursais em favor do apelante, no prazo legal, nos termos do despacho do Exmo. Desembargador Relator. Belém, 28 de junho de 2019.

Processo nº: 0017211-53.2017.8.14.0401 - RECURSO DE APELAÇÃO PENAL. Relatora: MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS. Apelante: ANDREO MYCHEL SILVA SOUZA (Representante: OAB/PA n. 18898 ¿ Nelson Mauricio de Araújo Jasse). Apelada: JUSTIÇA PÚBLICA. A Secretária da 3ª Turma de Direito Penal, faz público para conhecimento de quem interessar possa, que os autos acima mencionados, encontram-se em Secretaria, a fim de que o advogado **OAB/PA N. 18898 ¿ NELSON MAURICIO DE ARAÚJO JASSE** apresente as razões recursais em favor do apelante, no prazo legal, nos termos do despacho do Exmo. Desembargador Relator. Belém, 28 de junho de 2019.

Processo nº: 0012420-46.2014.8.14.0401 - RECURSO DE APELAÇÃO PENAL. Relator: MAIRTON MARQUES CARNEIRO. Apelante: DIEGO FERREIRA RODRIGUES, Apelada: JUSTIÇA PÚBLICA e ASSISTENTES DE ACUSAÇÃO: LUANA TIELE MIRANDA DA CUNHA E AILTON CHAGAS DA CUNHA (Representante: OAB/PA Nº 14494 - Lidiane Dias da Cunha). A Secretária da 3ª Turma de Direito Penal, faz público para conhecimento de quem interessar possa, que os autos acima mencionados, encontram-se em Secretaria, a fim de que a advogada **OAB/PA Nº 14494 - LIDIANE DIAS DA CUNHA apresente as Contrarrazões do recurso em favor dos assistentes de acusação.** Belém, 28 de junho de 2019.

*** REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**

TURMAS RECURSAIS

Número do processo: 0832924-44.2017.8.14.0301 Participação: RECORRENTE Nome: CONDOMINIO EDIFICIO VILLAGE TOP CLASS Participação: ADVOGADO Nome: JORGE BATISTA JUNIOROAB: 685 Participação: RECORRIDO Nome: PASTORA DO SOCORRO TEIXEIRA LEAL Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE PEREIRA BONNAOAB: 18939/PA Participação: RECORRIDO Nome: MARCIO ANTONIO DE ARAUJO BRAGA Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE PEREIRA BONNAOAB: 18939/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁTURMA RECURSAL DO ESTADO DO PARÁAv. Conselheiro Furtado, N°. 2949, São Brás, Belém-PA.CEP: 66.063-060. Fone: (91) 3259-6777.INTIMAÇÃO Através desta correspondência, ficaINTIMADO para ciência da Decisão, conforme §1º, art. 5º da Lei 11.419/06OBSERVAÇÃO:Este processo tramita através do sistema PJe, cujo endereço na web éhttp://pje.tjpa.jus.br/pje-2g/login.seam.Belém/PA,28 de junho de 2019. _____GERSON FIGUEIREDO MARTINS JUNIORSecretário das Turmas Recursais(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

Número do processo: 0845735-02.2018.8.14.0301 Participação: RECORRENTE Nome: ESTADO DO PARA Participação: RECORRIDO Nome: ROMULO SOUZA DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: JULIETH PINHEIRO NEGRAOOAB: 21034/PA Participação: ADVOGADO Nome: EWERTON PEREIRA SANTOSOAB: 745 TERMO DE INTIMAÇÃO A Secretaria Geral das Turmas Recursais INTIMA V.Sª a apresentar, no prazo legal, CONTRARRAZÕES aos RECURSO EXTRAORDINÁRIO interposto peloROMULO SOUZA DOS SANTOS. Belém, 28/06/2019.Marden Leda Noronha MacedoAnalista Judiciário (Mat. 121398)

Número do processo: 0801454-54.2018.8.14.9000 Participação: REQUERENTE Nome: OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHOOAB: 96864 Participação: REQUERIDO Nome: PEDRO DE MELO COLARES Participação: ADVOGADO Nome: LENILSON SOUSA DE ASSISOAB: 8489TERMO DE INTIMAÇÃO A Secretaria Geral das Turmas Recursais INTIMA V.Sª a apresentar, no prazo legal, CONTRARRAZÕES aos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos porOMNI S/A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. Belém, 28/06/2019.Marden Leda Noronha MacedoAnalista Judiciário (Mat. 121398)

Número do processo: 0005141-52.2013.8.14.0010 Participação: RECLAMANTE Nome: GISELE BARBOSA ALVES Participação: RECLAMADO Nome: SONY DO BRASIL LTDA Participação: ADVOGADO Nome: MARCELO MIGUEL ALVIM COELHOOAB: 47000APODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁTURMA RECURSAL DO ESTADO DO PARÁAv. Conselheiro Furtado, N°. 2949, São Brás, Belém-PA.CEP: 66.063-060. Fone: (91) 3250-8310.INTIMAÇÃO Através desta correspondência, ficaINTIMADO para ciência do Acórdão/Decisão (Id nº), conforme §1º, art. 5º da Lei 11.419/06OBSERVAÇÃO:Este processo tramita através do sistema PJe, cujo endereço na web éhttp://pje.tjpa.jus.br/pje-2g/login.seam.Belém/PA,28 de junho de 2019. _____MARDEN LEDA NORONHA MACEDOAnalista Judiciário das Turmas Recursais(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

SECRETARIA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ACIDENTE DE TRÂNSITO

Número do processo: 0840234-04.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ROMULO SANTA ROSA FLORES Participação: ADVOGADO Nome: ARLINDO DE JESUS SILVA COSTAOAB: 13998/PA Participação: RECLAMADO Nome: ANTÔNIO ROBERTO DIAS DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: DANIELLE DOS SANTOS SANTANA MAIAOAB: 292PA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE FLAVIO RIBEIRO MAUESOAB: 10848/PAPODER JUDICIÁRIOTribunal de Justiça do ParáVara do Juizado Especial Cível de Acidentes de TrânsitoAvenida Rômulo Maiorana, 1366, Altos, Marco, BELéM - PA - CEP: 66093-673 - Fone:(91) 32460545CERTIDÃOCERTIFICO que houve, no prazo legal, Impugnação ao cumprimento da sentença,assim procedo à intimação da parte embargada, por meio de seu advogado habilitado nos autos, para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Dou fé.

Número do processo: 0826714-74.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: BRUNO RAFAEL LIMA DA CONCEICAO Participação: ADVOGADO Nome: LUIZ AUGUSTO PINHEIRO CARDOSO JUNIOROAB: 2118 Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL AUGUSTO FARIAS RABELOOAB: 24880/PA Participação: RECLAMADO Nome: WILSON PEREIRA DE CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: ELENICE DOS PRAZERES SILVAOAB: 16753/PAPROCESSO Nº: 0826714-74.2017.8.14.0301 DESPACHO Diante do requerimento de execução do acordo celebrado entre as partes, formulado pelo Exequente, determino a intimação do Executado para que comprove, em 10 (dez) dias, o pagamento das parcelas ajustas no acordo, com a juntada dos respectivos comprovantes, ressaltando que seu silêncio será interpretado como prova do inadimplemento.Transcorrido o prazo e inexistindo provas da quitação, proceda-se o bloqueio de valores através do sistema BACENJUD. Em caso de bloqueio parcial ou infrutífero, expeça-se o competente mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para a satisfação do crédito, com as advertências legais.Intimem-se e cumpra-se.Belém, 27 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito

Número do processo: 0819416-60.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JOEL SOARES NEGRAO Participação: ADVOGADO Nome: FELIX SILVEIRA GAZELOAB: 87 Participação: RECLAMADO Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZAOAB: 11307/PAProcesso n°0819416-60.2019.814.0301 DECISÃO Tendo em vista a inconsistência do laudo pericial, onde se verifica que a eventual graduação se trata de mera transcrição de laudo particular e o entendimento do Colendo STJ tem que haver essa graduação para enquadramento na Tabela anexada à lei do seguro DPVAT (Súmula 474) e, considerando a possibilidade de realização de perícia informal (Art. 35,caput eparágrafo único da Lei nº 9.099/95), neste caso com o fim de complementar aquele Laudo e possibilitar o julgamento da lide de acordo com os ditames da lei e decisões dos Tribunais e das Turmas Recursais, determino a realização de perícia informal em dia e hora a ser agendada pela Secretaria deste Juizado, com o fim de informar o grau de invalidez da debilidade apresentada no laudo do IML.Advirto o (a) Autor (a) que sua ausência a referida perícia informal, acarretará na extinção do feito por ausência de interesse de agir.Intimem-se as partes e cientifique-se a perita que nomeio, Drª. Camila Yonezava Nagaishi CRM-PA 11137.Sendo realizado a perícia, intime-se a Reclamada para efetuar o pagamento dos honorários periciais, que arbitro em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), de acordo com os termos do acordo de cooperação técnica nº 021/2016. Belém, 27 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0819416-60.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JOEL SOARES NEGRAO Participação: ADVOGADO Nome: FELIX SILVEIRA GAZELOAB: 87 Participação: RECLAMADO Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. Participação: ADVOGADO

Nome: ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZAOAB: 11307/PAProcesso n°0819416-60.2019.814.0301 DECISÃO Tendo em vista a inconsistência do laudo pericial, onde se verifica que a eventual graduação se trata de mera transcrição de laudo particular e o entendimento do Colendo STJ tem que haver essa graduação para enquadramento na Tabela anexada à lei do seguro DPVAT (Súmula 474) e, considerando a possibilidade de realização de perícia informal (Art. 35,caput eparágrafo único da Lei nº 9.099/95), neste caso com o fim de complementar aquele Laudo e possibilitar o julgamento da lide de acordo com os ditames da lei e decisões dos Tribunais e das Turmas Recursais, determino a realização de perícia informal em dia e hora a ser agendada pela Secretaria deste Juizado, com o fim de informar o grau de invalidez da debilidade apresentada no laudo do IML.Advirto o (a) Autor (a) que sua ausência a referida perícia informal, acarretará na extinção do feito por ausência de interesse de agir.Intimem-se as partes e cientifique-se a perita que nomeio, Drª. Camila Yonezava Nagaishi CRM-PA 11137.Sendo realizado a perícia, intime-se a Reclamada para efetuar o pagamento dos honorários periciais, que arbitro em R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), de acordo com os termos do acordo de cooperação técnica nº 021/2016. Belém, 27 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0803223-67.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: STEFANO RIBEIRO DE SOUSA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: MAX PINHEIRO MARTINS JUNIOROAB: 18711/PA Participação: ADVOGADO Nome: STEFANO RIBEIRO DE SOUSA COSTAOAB: 18717/PA Participação: RECLAMADO Nome: ALLIANZ SEGUROS S/A Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO COLLARES PALMEIRAOAB: 730 Participação: RECLAMADO Nome: SANDIM & OLIVEIRA LTDA - EPP Participação: RECLAMADO Nome: CHRISTU'S CORRETORA DE SEGUROS LTDA - EPP Participação: RECLAMADO Nome: ORLIUDA DA COSTA BEZERRA Participação: RECLAMADO Nome: CARLOS AUGUSTO BEZERRA BATISTAProcesso nº 0803223-67.2019.814.0301 SENTENÇAVistos, etc ... Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/1995.Trata-se de processo em fase de conhecimento, no qual as partes celebraram acordo para a composição da lide. Aconciliação é objetivo a ser perseguido pelo Poder judiciário, competindo ao Juiz, nos termos do inciso V do artigo 139 do CPC, proporcionar às partes litigantes a possibilidade de conciliarem a qualquer tempo.Não é outro senão este o principal instrumento de concretude do princípio do livre acesso à tutela jurisdicional, que deve ser não apenas justa, mas também adequada, efetiva e célere (artigo 5º, XXXV, da CRFB/88).Não se pode olvidar, ademais, que cumpre aos jurisdicionados, na posição de cidadãos em exercício, comportarem-se proativamente como cocriadores da paz social que buscam perante o Estado Democrático de Direito.Como, no caso em comento, o acordo foi celebrado por partes capazes e devidamente representadas por seus advogados, detentores de poderes especiais, conforme instrumentos de mandato juntados aos autos; o reconhecimento de seu direito de disposição com a consequente homologação judicial é medida que se impõe como de lídima justiça.Posto isto,HOMOLOGO O ACORDOcelebrado pelas partes, com fulcro no artigo 22, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95, para que surta seus regulares efeitos de título executivo judicial. Em consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, na forma prevista na alínea ?b?, do inciso III do artigo 487 do CPC.P.R.I.C.Belém, 27 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito

Número do processo: 0803223-67.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: STEFANO RIBEIRO DE SOUSA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: MAX PINHEIRO MARTINS JUNIOROAB: 18711/PA Participação: ADVOGADO Nome: STEFANO RIBEIRO DE SOUSA COSTAOAB: 18717/PA Participação: RECLAMADO Nome: ALLIANZ SEGUROS S/A Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO COLLARES PALMEIRAOAB: 730 Participação: RECLAMADO Nome: SANDIM & OLIVEIRA LTDA - EPP Participação: RECLAMADO Nome: CHRISTU'S CORRETORA DE SEGUROS LTDA - EPP Participação: RECLAMADO Nome: ORLIUDA DA COSTA BEZERRA Participação: RECLAMADO Nome: CARLOS AUGUSTO BEZERRA BATISTAProcesso nº 0803223-67.2019.814.0301 SENTENÇAVistos, etc ... Dispensado o Relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/1995.Trata-se de processo em fase de conhecimento, no qual as partes celebraram acordo para a composição da lide. Aconciliação é objetivo a ser perseguido pelo Poder judiciário, competindo ao Juiz, nos termos do inciso V do artigo 139 do CPC, proporcionar às partes litigantes a possibilidade de conciliarem a qualquer tempo.Não é outro senão este o principal instrumento de concretude do princípio do livre acesso à tutela jurisdicional, que deve ser não apenas justa, mas também adequada, efetiva e célere (artigo 5º, XXXV, da CRFB/88).Não se pode olvidar,

ademais, que cumpre aos jurisdicionados, na posição de cidadãos em exercício, comportarem-se proativamente como cocriadores da paz social que buscam perante o Estado Democrático de Direito.Como, no caso em comento, o acordo foi celebrado por partes capazes e devidamente representadas por seus advogados, detentores de poderes especiais, conforme instrumentos de mandato juntados aos autos; o reconhecimento de seu direito de disposição com a consequente homologação judicial é medida que se impõe como de lídima justiça.Posto isto,HOMOLOGO O ACORDOcelebrado pelas partes, com fulcro no artigo 22, parágrafo único, da Lei n. 9.099/95, para que surta seus regulares efeitos de título executivo judicial. Em consequência, julgo extinto o processo com resolução do mérito, na forma prevista na alínea ?b?, do inciso III do artigo 487 do CPC.P.R.I.C.Belém, 27 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito

Número do processo: 0829597-57.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARYEIDCE SANTOS DE LIMA Participação: ADVOGADO Nome: MARCUS VINICIUS SAAVEDRA GUIMARAES DE SOUZAOAB: 55 Participação: ADVOGADO Nome: JOSE ARNALDO DE SOUSA GAMAOAB: 4400PA Participação: RECLAMADO Nome: DENILSON DE SOUZA FARIAS Participação: ADVOGADO Nome: JEAN BRUNO SANTOS SERRAO DE CASTROOAB: 20491/PAProcesso n°0829597-57.2018.814.0301 DECISÃO Compulsando os autos, observo que a Autora interpôs Recurso Inominado sem a devida comprovação do recolhimento do preparo recursal e sem requerer os benefícios da justiça gratuita no corpo do referido recurso, constando tal pedido apenas no momento do ajuizamento da ação com a peça inicial do processo.Todavia, cumpre destacar que o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita formulado em sede de petição inicial padece de utilidade e interesse, haja vista que o acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas, por força do disposto no art. 54 da Lei nº 9.099/1995, como se observa:Art. 54. O acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.Sendo assim, o pedido de concessão de tal benefício deveria ter sido formulado em sede de recurso, momento em que as custas, taxas ou despesas são exigíveis. No caso dos autos a parte Recorrente, restou silente com relação a tal pedido, bem como deixou de juntar aos autos comprovação do recolhimento do preparo recursal. Posto isto,nego seguimento ao recurso interposto pela Reclamante, pela falta de um dos requisitos de admissibilidade (preparo).Intimem-se as partes e certifique-se o trânsito em julgado desta decisão e da sentença de mérito.Cumpra-se.Belém, 27 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito

Número do processo: 0829597-57.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARYEIDCE SANTOS DE LIMA Participação: ADVOGADO Nome: MARCUS VINICIUS SAAVEDRA GUIMARAES DE SOUZAOAB: 55 Participação: ADVOGADO Nome: JOSE ARNALDO DE SOUSA GAMAOAB: 4400PA Participação: RECLAMADO Nome: DENILSON DE SOUZA FARIAS Participação: ADVOGADO Nome: JEAN BRUNO SANTOS SERRAO DE CASTROOAB: 20491/PAProcesso n°0829597-57.2018.814.0301 DECISÃO Compulsando os autos, observo que a Autora interpôs Recurso Inominado sem a devida comprovação do recolhimento do preparo recursal e sem requerer os benefícios da justiça gratuita no corpo do referido recurso, constando tal pedido apenas no momento do ajuizamento da ação com a peça inicial do processo.Todavia, cumpre destacar que o pedido de concessão dos benefícios da justiça gratuita formulado em sede de petição inicial padece de utilidade e interesse, haja vista que o acesso ao Juizado Especial independe, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas, por força do disposto no art. 54 da Lei nº 9.099/1995, como se observa:Art. 54. O acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas.Sendo assim, o pedido de concessão de tal benefício deveria ter sido formulado em sede de recurso, momento em que as custas, taxas ou despesas são exigíveis. No caso dos autos a parte Recorrente, restou silente com relação a tal pedido, bem como deixou de juntar aos autos comprovação do recolhimento do preparo recursal. Posto isto,nego seguimento ao recurso interposto pela Reclamante, pela falta de um dos requisitos de admissibilidade (preparo).Intimem-se as partes e certifique-se o trânsito em julgado desta decisão e da sentença de mérito.Cumpra-se.Belém, 27 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito

Número do processo: 0806530-97.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: EWERTON IVERSON ROSA FERREIRA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNA KEDMA ROSA FERREIRAOAB: 22438/PA Participação: RECLAMADO Nome: JEFERSON AUGUSTO DE MELO QUEIROZ Participação: ADVOGADO Nome: LORENA ALICE CEZAR DA CRUZ OLIVEIRAOAB: 6006PACERTIDÃOCERTIFICO que procedo à intimação da(s) parte(s) reclamada(s) por seu(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos, dos cálculos, ID 11265834, e da guia de depósito, em anexo, para pagamento espontâneo, no prazo de 15 (quinze) dias. Dou fé.

Número do processo: 0822737-06.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: AYRTON ROBERTO GUIMARAES BARBOSA Participação: ADVOGADO Nome: ADELVAN OLIVERIO SILVAOAB: 5584 Participação: RECLAMADO Nome: PAULO DA SILVA CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: VICTOR TADEU DE SOUZA DIASOAB: 8045/PATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁJUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ACIDENTES DE TRÂNSITO DE BELÉM PROCESSO Nº: 0822737-06.2019.8.14.0301 DECISÃO Com relação aos requerimentos formulados em audiência, determino a manutenção da retirada do sigilo da contestação e documentos, uma vez que é assegurado a ambas as partes, tanto Reclamante quanto Reclamada, a salvaguarda dos princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, devendo ser oportunizada a todos o direito de apreciação das peças, provas e movimentações dos autos. Ademais, manter a contestação em sigilo soaria tão absurdo quanto manter a petição inicial e seus documentos em sigilo e retirá-los segundos antes da audiência de instrução, o que, de certo, prejudicaria a defesa do Reclamado, o que geraria desequilíbrio na relação processual.Com relação a apresentação de novas provas e testemunhas, o rito da Lei nº 9.099/95, especificamente no art. 28, informa que toda e qualquer prova pode ser juntada até a data da audiência de instrução que, no presente caso, ainda ocorrerá. Portanto, as partes podem juntar novas provas e arrolar testemunhas e informantes até a data do referido ato processual, conforme a previsão legal anteriormente citada, cabendo as mesmas, em regra, trazerem suas testemunhas por meios próprios.Deste modo, aguarde-se a realização da audiência UNA já designada nos autos.Intimem-se e cumpra-se.Belém, 27 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0822737-06.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: AYRTON ROBERTO GUIMARAES BARBOSA Participação: ADVOGADO Nome: ADELVAN OLIVERIO SILVAOAB: 5584 Participação: RECLAMADO Nome: PAULO DA SILVA CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: VICTOR TADEU DE SOUZA DIASOAB: 8045/PATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁJUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ACIDENTES DE TRÂNSITO DE BELÉM PROCESSO Nº: 0822737-06.2019.8.14.0301 DECISÃO Com relação aos requerimentos formulados em audiência, determino a manutenção da retirada do sigilo da contestação e documentos, uma vez que é assegurado a ambas as partes, tanto Reclamante quanto Reclamada, a salvaguarda dos princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos no inciso LV do art. 5º da Constituição Federal de 1988, devendo ser oportunizada a todos o direito de apreciação das peças, provas e movimentações dos autos. Ademais, manter a contestação em sigilo soaria tão absurdo quanto manter a petição inicial e seus documentos em sigilo e retirá-los segundos antes da audiência de instrução, o que, de certo, prejudicaria a defesa do Reclamado, o que geraria desequilíbrio na relação processual.Com relação a apresentação de novas provas e testemunhas, o rito da Lei nº 9.099/95, especificamente no art. 28, informa que toda e qualquer prova pode ser juntada até a data da audiência de instrução que, no presente caso, ainda ocorrerá. Portanto, as partes podem juntar novas provas e arrolar testemunhas e informantes até a data do referido ato processual, conforme a previsão legal anteriormente citada, cabendo as mesmas, em regra, trazerem suas testemunhas por meios próprios.Deste modo, aguarde-se a realização da audiência UNA já designada nos autos.Intimem-se e cumpra-se.Belém, 27 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0805579-06.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: GERSON DE JESUS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDA ALICE RAMOS MARQUESOAB: 19345/PA Participação: ADVOGADO Nome: ELENICE DOS PRAZERES SILVAOAB: 16753/PA Participação: RECLAMADO Nome: CARMEN MANUELA LOPES GONCALVES Participação: ADVOGADO Nome: LILIANE DOS SANTOS REBELO DE BARROSOAB: 22294TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁJUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ACIDENTES DE TRÂNSITO DE BELÉM PROCESSO Nº: 0805579-06.2017.8.14.0301 DECISÃO Defiro os benefícios da justiça gratuita requeridos pela Recorrente e recebo o Recurso Inominado em seus efeitos devolutivo e suspensivo, a teor do disposto no art. 43 da Lei nº 9.099/1995. Intime-se a parte contrária para oferecer contrarrazões nos termos do § 2º do art. 42 da Lei nº 9.099/1995. Certifique-se sobre a tempestividade das contrarrazões, caso sejam apresentadas. Remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens. Belém, 24 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0805579-06.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: GERSON DE JESUS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDA ALICE RAMOS MARQUESOAB: 19345/PA Participação: ADVOGADO Nome: ELENICE DOS PRAZERES SILVAOAB: 16753/PA Participação: RECLAMADO Nome: CARMEN MANUELA LOPES GONCALVES Participação: ADVOGADO Nome: LILIANE DOS SANTOS REBELO DE BARROSOAB: 22294TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁJUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ACIDENTES DE TRÂNSITO DE BELÉM PROCESSO Nº: 0805579-06.2017.8.14.0301 DECISÃO Defiro os benefícios da justiça gratuita requeridos pela Recorrente e recebo o Recurso Inominado em seus efeitos devolutivo e suspensivo, a teor do disposto no art. 43 da Lei nº 9.099/1995. Intime-se a parte contrária para oferecer contrarrazões nos termos do § 2º do art. 42 da Lei nº 9.099/1995. Certifique-se sobre a tempestividade das contrarrazões, caso sejam apresentadas. Remetam-se os autos à Turma Recursal com nossas homenagens. Belém, 24 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0832574-85.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ADRIANA CARDOSO DA SILVA ANDRADE Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO DE OLIVEIRA DOS SANTOSOAB: 28138/PA Participação: RECLAMADO Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Processo n°0832574-85.2019.814.0301 DECISÃO Após análise prévia dos autos, observo que não foi juntado laudo pericial conclusivo emitido pelo CPC (Centro de Perícias Científicas), sendo tal documento essencial para o julgamento do mérito da ação, conforme determina o Enunciado nº 03 da Turma Recursal Permanente dos Juizados Especiais do Tribunal de Justiça do Pará: ENUNCIADO 3. Nos Municípios onde não exista IML é válido laudo conclusivo emitido por hospital municipal para embasar pedido de indenização de Seguro DPVAT.De igual modo, não consta nos autos comprovante de requerimento administrativo para pagamento de indenização do seguro DPVAT, porém, conforme entendimento do STF (RE Nº 631.240, RE 824.709 MA, RE 839.314/MA), o requerimento administrativo prévio é necessário, sob pena de reconhecimento da inexistência de interesse de agir.Por se tratarem de documentos e informações indispensáveis para o julgamento do mérito da ação, determino a emenda da inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, para que a Reclamante junte aos autos laudo pericialCONCLUSIVO,emitido pelo CPC e o comprovante de requerimento administrativo, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos dos arts. 320 e 321 do CPC e parágrafo único do art. 321 do CPC com a extinção do feito sem julgamento de mérito nos termos do inciso I do art. 485 do CPC, como visto: Art. 320. A petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação.Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dosarts. 319 e 320ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:I - indeferir a petição inicial; Certifique a secretaria acerca do cumprimento do anteriormente determinado. Sendo juntado laudo conclusivo do CPC e o comprovante de requerimento administrativo, cite-se a Reclamada. Caso não sejam atendidas as determinações, retornem os autos conclusos.Intimem-se e cumpra-se.Belém, 24 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0000353-02.2010.8.14.0947 Participação: RECLAMANTE Nome: TIAGO DE SENA PIMENTEL Participação: ADVOGADO Nome: LEANDRO MORAIS SAMPAIO PEIXOTOOAB: 15240-A/PA Participação: ADVOGADO Nome: DULCIDIO OLIVEIRA COSTA NETOOAB: 003533/PA Participação: RECLAMADO Nome: BRADESCO SEGUROS S/A Participação: ADVOGADO Nome: MARILIA DIAS ANDRADEOAB: 14351/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUANA SILVA SANTOSOAB: 16292/PA CERTIDÃO ? INTIMAÇÃO DE PAUTACERTIFICO que procedo a intimação/citação da parte reclamada, por seu(ua) advogado(a) habilitado(a), em causa própria nos autos, da audiência Una de Conciliação e Instrução e Julgamento designada para o dia26/08/2019 às 10:30horas, na Vara do Juizado Especial Cível de Trânsito.

Número do processo: 0000353-02.2010.8.14.0947 Participação: RECLAMANTE Nome: TIAGO DE SENA PIMENTEL Participação: ADVOGADO Nome: LEANDRO MORAIS SAMPAIO PEIXOTOOAB: 15240-A/PA Participação: ADVOGADO Nome: DULCIDIO OLIVEIRA COSTA NETOOAB: 003533/PA Participação: RECLAMADO Nome: BRADESCO SEGUROS S/A Participação: ADVOGADO Nome: MARILIA DIAS ANDRADEOAB: 14351/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUANA SILVA SANTOSOAB: 16292/PA CERTIDÃO ? INTIMAÇÃO DE PAUTACERTIFICO que procedo a intimação da parte reclamante TIAGO DE SENA PIMENTEL, por seu(ua) advogado(a) habilitado(a), em causa própria nos autos, da audiência Una de Conciliação e Instrução e Julgamento designada para o dia26/08/2019 às 10:30horas, na Vara do Juizado Especial Cível de Trânsito.

Número do processo: 0824116-79.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARCIO CESAR MONTEIRO MATTOS Participação: ADVOGADO Nome: HERNA SOCORRO PEDROSO DE AZEVEDOOAB: 28409/PA Participação: RECLAMADO Nome: BELEM RIO TRANSPORTES LTDATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁJUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ACIDENTES DE TRÂNSITO DE BELÉM PROCESSO Nº: 0824116-79.2019.8.14.0301 DECISÃO Diante dos fatos e fundamentos que embasaram a decisão anterior relativa a apreciação do pedido de concessão de tutela de urgências e os novos documentos apresentados pelo Reclamante, verifico que o recibo juntado aos autos padece de formalidade, ainda sendo discutível a sua veracidade e compatibilidade com os danos no veículo e os valores praticados no mercado, o que só será sanado através da instrução processual.Ademais, não há novas provas quanto a existência dos lucros cessantes, razão pela qual mantenho a decisão anterior com relação a concessão de tutela de urgência. Aguarde-se a realização da audiência UNA já designada nos autos.Intimem-se e cumpra-se.Belém, 26 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0802678-96.2016.8.14.0302 Participação: RECLAMANTE Nome: ANDREY FABRIZIO VIEIRA CARNEIRO Participação: ADVOGADO Nome: CAMILLA TAYNA DAMASCENO DE SOUZAOAB: 17520/PA Participação: RECLAMADO Nome: JARUMA RODOFLUVIAL LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: DARIO FACANHA NETOOAB: 012434/PACERTIDÃOCERTIFICO que procedo à intimação da(s) parte(s) reclamada(s) por seu(s) advogado(s) habilitado(s) nos autos, dos cálculos, ID 11267251, e da guia de depósito, em anexo, para pagamento espontâneo, no prazo de 15 (quinze) dias. Dou fé.

Número do processo: 0839268-07.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JOAO BATISTA RIBEIRO PANTOJA Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA FERREIRA RODRIGUESOAB: 22551/PA Participação: RECLAMADO Nome: Léo Rodrigues Participação: ADVOGADO Nome: SWAMI ASSIS DE ABREU ALVESOAB: 947 Participação: RECLAMADO Nome: ROSANA NAZARE MONTEIRO RODRIGUES Participação: ADVOGADO Nome: SWAMI ASSIS DE ABREU ALVESOAB: 947Processo n°0839268-07.2018.814.0301 DECISÃO O artigo 42 da Lei n° 9.099/95, enuncia que: Art. 42. O recurso

será interpostono prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.Compulsando os autos, observa-se que o recurso foi interposto após o trânsito em julgado da sentença de mérito, portanto, claramenteINTEMPESTIVO.Incumbe aojuízo monocrático a apreciação dos requisitos de admissibilidade do Recurso Inominado e, diante da manifesta intempestividade, nego seguimento ao mesmo.Proceda-se o bloqueio de valores via BACENJUD e de veículos via RENAJUD. Em caso de bloqueio parcial ou infrutífero, expeça-se o competente mandado de penhora e avaliação de bens.Intimem-se e cumpra-se.Belém, 27 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito

Número do processo: 0839268-07.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JOAO BATISTA RIBEIRO PANTOJA Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA FERREIRA RODRIGUESOAB: 22551/PA Participação: RECLAMADO Nome: Léo Rodrigues Participação: ADVOGADO Nome: SWAMI ASSIS DE ABREU ALVESOAB: 947 Participação: RECLAMADO Nome: ROSANA NAZARE MONTEIRO RODRIGUES Participação: ADVOGADO Nome: SWAMI ASSIS DE ABREU ALVESOAB: 947Processo n°0839268-07.2018.814.0301 DECISÃO O artigo 42 da Lei n° 9.099/95, enuncia que: Art. 42. O recurso será interpostono prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.Compulsando os autos, observa-se que o recurso foi interposto após o trânsito em julgado da sentença de mérito, portanto, claramenteINTEMPESTIVO.Incumbe aojuízo monocrático a apreciação dos requisitos de admissibilidade do Recurso Inominado e, diante da manifesta intempestividade, nego seguimento ao mesmo.Proceda-se o bloqueio de valores via BACENJUD e de veículos via RENAJUD. Em caso de bloqueio parcial ou infrutífero, expeça-se o competente mandado de penhora e avaliação de bens.Intimem-se e cumpra-se.Belém, 27 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito

Número do processo: 0839268-07.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JOAO BATISTA RIBEIRO PANTOJA Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA FERREIRA RODRIGUESOAB: 22551/PA Participação: RECLAMADO Nome: Léo Rodrigues Participação: ADVOGADO Nome: SWAMI ASSIS DE ABREU ALVESOAB: 947 Participação: RECLAMADO Nome: ROSANA NAZARE MONTEIRO RODRIGUES Participação: ADVOGADO Nome: SWAMI ASSIS DE ABREU ALVESOAB: 947Processo n°0839268-07.2018.814.0301 DECISÃO O artigo 42 da Lei n° 9.099/95, enuncia que: Art. 42. O recurso será interpostono prazo de dez dias, contados da ciência da sentença, por petição escrita, da qual constarão as razões e o pedido do recorrente.Compulsando os autos, observa-se que o recurso foi interposto após o trânsito em julgado da sentença de mérito, portanto, claramenteINTEMPESTIVO.Incumbe aojuízo monocrático a apreciação dos requisitos de admissibilidade do Recurso Inominado e, diante da manifesta intempestividade, nego seguimento ao mesmo.Proceda-se o bloqueio de valores via BACENJUD e de veículos via RENAJUD. Em caso de bloqueio parcial ou infrutífero, expeça-se o competente mandado de penhora e avaliação de bens.Intimem-se e cumpra-se.Belém, 27 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito

Número do processo: 0800061-66.2016.8.14.0302 Participação: RECLAMANTE Nome: PAULO SERGIO DE BRITO COSTA Participação: ADVOGADO Nome: KEZIA CAVALCANTE GONCALVES FARIASOAB: 4371PA Participação: RECLAMADO Nome: DANIEL RABELO SILVA Participação: ADVOGADO Nome: HESI ROSARIO SILVAOAB: 20688/PA Participação: RECLAMADO Nome: REGIANE DA SILVA E SILVA Participação: ADVOGADO Nome: HESI ROSARIO SILVAOAB: 20688/PAPROCESSO Nº: 0800061-66.2016.8.14.0302 DESPACHO Diante do requerimento do Exequente relativo a execução do acordo celebrado entre as partes, informando o pagamento 06 (seis) parcelas, do total de 25 (vinte e cinco), determino a intimação do Executado para que comprove, em 10 (dez) dias, o pagamento das parcelas ajustas no acordo, com a juntada dos respectivos comprovantes, ressaltando que seu silêncio será interpretado como prova do inadimplemento.Transcorrido o prazo e inexistindo provas da quitação, proceda-se o bloqueio de valores através do sistema BACENJUD. Em caso de bloqueio parcial ou infrutífero, expeça-se o competente mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para a satisfação do crédito, com as advertências legais.Intimem-se e cumpra-se.Belém, 27 de Junho de 2019.

MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito

Número do processo: 0800061-66.2016.8.14.0302 Participação: RECLAMANTE Nome: PAULO SERGIO DE BRITO COSTA Participação: ADVOGADO Nome: KEZIA CAVALCANTE GONCALVES FARIASOAB: 4371PA Participação: RECLAMADO Nome: DANIEL RABELO SILVA Participação: ADVOGADO Nome: HESI ROSARIO SILVAOAB: 20688/PA Participação: RECLAMADO Nome: REGIANE DA SILVA E SILVA Participação: ADVOGADO Nome: HESI ROSARIO SILVAOAB: 20688/PAPROCESSO Nº: 0800061-66.2016.8.14.0302 DESPACHO Diante do requerimento do Exequente relativo a execução do acordo celebrado entre as partes, informando o pagamento 06 (seis) parcelas, do total de 25 (vinte e cinco), determino a intimação do Executado para que comprove, em 10 (dez) dias, o pagamento das parcelas ajustas no acordo, com a juntada dos respectivos comprovantes, ressaltando que seu silêncio será interpretado como prova do inadimplemento.Transcorrido o prazo e inexistindo provas da quitação, proceda-se o bloqueio de valores através do sistema BACENJUD. Em caso de bloqueio parcial ou infrutífero, expeça-se o competente mandado de penhora e avaliação de tantos bens quantos bastem para a satisfação do crédito, com as advertências legais.Intimem-se e cumpra-se.Belém, 27 de Junho de 2019. MAX NEY DO ROSÁRIO CABRALJuiz de Direito

SECRETARIA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DO MEIO AMBIENTE

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DO JUIZADO CRIMINAL MEIO AMBIENTE DE BELEM - VARA: JUIZADO CRIMINAL MEIO AMBIENTE DE BELEM PROCESSO: 00005656720198140701 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019 AUTOR DO FATO:ALCINO BELEM DA SILVA VITIMA:O. E. . Autos nº.: 0000565-67.2019.8.14.0701 Autor do Fato: ALCINO BELÉM DA SILVA Vítima: A COLETIVIDADE Capitulação Penal: art. 54, § 1º da Lei nº 9.605/98. DECISÃO Trata-se de pedido de arquivamento de TCO, formalizado pela Exma. Sra. JACIREMA FERREIRA DA SILVA E CUNHA, 4ª Promotora de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo da Capital, em face dos fundamentos sustentados às fls. 18/19. A questão em análise envolve discussão acerca da possibilidade de aplicação dos limites permitidos de emissão de sons estabelecidos pela legislação municipal (Lei 7.999/2000), como norma reguladora do art. 54 da Lei Federal nº 9.605/98, em detrimento das disposições sobre a matéria, estabelecida pela Resolução nº 01/1990 do CONAMA. No caso dos autos, verifica-se que a VISTORIA DE CONSTATAÇÃO nº 455/2019 (fl. 08), registra que o aparelho de som amplificado que deu origem ao referido TCO possuía intensidade de 70.9 dBa, estando, portanto, em desacordo com o que estabelece a Resolução nº 01/1990 do CONAMA, que considera prejudiciais à saúde, a segurança e ao sossego público, sons que sejam superiores a 55 decibéis, durante o dia, e 50 decibéis, durante a noite em área residencial. Sobre a mencionada questão, filio-me às razões especificadas na decisão abaixo transcrita da lavra da Exma. Sra. MARIA VITÓRIA TORRES DO CARMO, Juíza de Direito aposentada, que tem servido de base para decisões prolatadas neste Juizado Ambiental sobre a referida matéria: Entendo incabível o acatamento do pedido de arquivamento formulado pela digna representante do MP, pelas razões abaixo explicitadas: Antes de tudo pela estrutura mesma do delito de poluição sonora, tipificado no artigo 54, § 1º, da lei nº 9.606/98, prática atribuída ao autor do fato, na intensidade sonora de 76,4 decibéis, no dia 12/07/2014, às 15h00min, no imóvel comercial denominado "Bar da Socorro", localizado na Rua do Acampamento, Bairro Telegrafo, consoante vistoria de constatação nº 0424/2014, às fls. 11. Dispõe o artigo 54 da lei dos crimes ambientais: Art. 54 - Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora. § 1º. Se o crime é culposo Detenção de seis meses a um ano e multa. A conduta criminosa descrita nessa norma é a de causar poluição de qualquer natureza. E, de acordo com a lei nº 6.938/81, que estatuiu a Política Nacional do Meio Ambiente, a natureza jurídica do ruído é de poluente. Ademais, o dispositivo em debate reclama ainda, por ser da natureza dos crimes ambientais, que o bem jurídico tutelado, no caso, a qualidade ambiental, tenha caráter difuso, por interessar a toda coletividade a manutenção de sua sanidade. E, conforme se depreende do texto, exige ainda a norma ali inscrita que a conduta incriminada, no caso a poluição sonora, tenha tão somente a potencialidade de causar danos à saúde humana, caracterizando-se, assim, como delito de simples perigo, não se exigindo a comprovação do resultado danoso, sendo necessária à sua configuração apenas a constatação de risco de danos à saúde humana. Trata-se de um tipo penal aberto, como o qualifica Celso Antonio Pacheco Fiorillo, aquele não composto somente de elementos descritivos, mas também normativos, que exigem do magistrado um juízo de valor acerca da interpretação de termos jurídicos ou extrajurídicos que o complementam, enfim, o preenchimento do tipo penal através dos substratos trazidos por outras leis ou normas. A Resolução n. 1/90, do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente traz o substrato necessário à perfeita interpretação da norma inscrita no artigo 54, da lei ambiental, como se constata. Diz a supra mencionada Resolução: O Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 10, da Lei 7.804, de 18 de julho de 1989 e Considerando que os problemas dos níveis excessivos de ruído estão incluídos entre os sujeitos ao Controle da Poluição de Meio Ambiente; Considerando que a deterioração da qualidade de vida, causada pela poluição, está sendo continuamente agravada nos grandes centros urbanos; Considerando que os critérios e padrões deverão ser abrangentes e de forma a permitir fácil aplicação em todo o território nacional, resolve: I - A emissão de ruídos, em decorrência de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais e recreativas, inclusive as de propaganda política, obedecerá, no interesse da saúde, do sossego público, aos padrões, critérios e diretrizes estabelecidos nesta Resolução. II - São prejudiciais à saúde e ao sossego público, para os fins do item anterior aos ruídos com níveis superiores aos considerados aceitáveis pela norma NBR 10.152 - Avaliação do Ruído em Áreas Habitadas visando o conforto da comunidade, da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT. Assim, entre os padrões estabelecidos por essa Resolução 001/90 CONAMA, de 08/03/90 e a

N.B.R 10.151 10.152 (ABNT), consta como "prejudiciais à saúde, à segurança e ao sossego público, sons que atinjam no ambiente exterior do recinto em que tem origem, mais de 55 decibéis - dB, durante o dia e 50 decibéis - dB, durante a noite". Nessa esteira, evidencia-se que o CONAMA, órgão federal, determinou o critério e padrões para a emissão de ruídos, por meio da resolução 01 e da N.B.R. 10.151 e 10.152, estabelecendo as normas gerais relativas à poluição sonora. A lei municipal 7.990/00, ao ampliar os índices de decibéis previstos nas normas supramencionadas, extrapolou sua competência legislativa, já que, em matéria ambiental, a competência para legislar do município é suplementar à legislação Federal e Estadual, devendo sempre observar as normas gerais editadas pela União e pelo Estado. Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DE VIZINHANÇA. POLUIÇ"O SONORA. LEI MUNICIPAL. LIMITES. RESOLUÇ"O DO CONAMA. PROVA. REDUÇ"O DE RUÍDO. AR-CONDICIONADO. DECIS"O INTERLOCUTÓRIA. MULTA DIÁRIA ASTREINTES. TÍTULO JUDICIAL. LUCROS CESSANTES INDEVIDOS. 1. A norma municipal fixa limites máximos que, na realidade, são superiores aos limites máximos fixados na resolução pelo órgão ambiental federal competente (Resolução nº 01/90 do Conama e NBR 10.152), devendo a última se sobrepor à norma local. 2. A perícia judicial comprovou que, no período da noite, a emissão de ruído decorrente do acionamento do aparelho de ar-condicionado do réu, ultrapassa o nível permitido para o período noturno. Assim, devem ser tomadas medidas para evitar tal efeito, por dizer respeito ao princípio da precaução, vigente no direito ambiental. 3. Havendo decisão interlocutória que, em antecipação de tutela, impôs obrigação de fazer mediante astreintes, essa pena pecuniária deverá ser determinada no título judicial, em relação à unidade temporal dessa multa (dia, semana ou mês) e a data a partir de quando devida, devendo ser fixada na decisão que julga definitivamente a demanda, caso haja elementos para assim o fazer. 4. Conforme o §6º, do art. 461 do CPC, o juiz pode revisar a periodicidade das astreintes de ofício, quando se mostrar desproporcional. 5. Não há lucros cessantes quando não há comprovação cabal de que o faturamento do autor restou consideravelmente diminuído por causa do ruído causado pelo ar-condicionado do réu. Deram parcial provimento ao primeiro apelo e, quanto ao segundo, desacolheram a preliminar e negaram provimento. Unânime. (Apelação Cível Nº 70016488884, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Mario Rocha Lopes Filho, Julgado em 16/11/2006) O Município somente tem competência para legislar sobre matéria ambiental quando se trata de interesse local e dentro dos parâmetros legais estabelecidos pela Constituição Federal. Evidente que, a poluição sonora, tratando-se de matéria penal, é de competência exclusiva da União, cabendo ao Município apenas exercer o poder de polícia de fiscalização e regulação das suas atividades e, quando for o caso, da aplicação de multas administrativas. Vale ressaltar que o artigo 8º da lei municipal 7.990/00, que determina índices sonoros superiores aos determinados pela legislação federal, está sendo objeto de ação direta de inconstitucionalidade face à Constituição do Estado do Pará, processo nº 201030153203, em trâmite neste E. Tribunal de Justiça, ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Pará, o que torna incoerente a argumentação em favor da referida legislação municipal pela representante do órgão ministerial nestes autos. Cumpre destacar, ainda, que o tipo penal em tela, ao fazer menção à poluição de qualquer natureza, permite o enquadramento de qualquer conduta considerada poluidora, inclusive a que ocasiona poluição sonora, o que afasta qualquer tipo de alegação no intuito de retirar desse diploma legal a criminalização da poluição sonora, especialmente pelo fato do tipo penal em comento tutelar bem jurídico diverso do tutelado pela contravenção penal do art. 42. O bem jurídico tutelado pelo tipo penal previsto no artigo 54 da Lei de Crimes Ambientais se direciona à defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, da saúde e tranquilidade pública, assim como da preservação da fauna e da flora, bens de natureza difusa: PROCESSUAL CIVIL. AÇ"O CIVIL PÚBLICA. MEIO AMBIENTE. DIREITO AO SILÊNCIO. POLUIÇ"O SONORA. ART. 3º, III, ALÍNEA E, DA LEI 6.938/1981. INTERESSE DIFUSO. LEGITIMIDADE AD CAUSAM DO MINISTÉRIO PÚBLICO. 1. Hipótese de Ação Civil Pública ajuizada com o fito de cessar poluição sonora causada por estabelecimento comercial. 2. Embora tenha reconhecido a existência de poluição sonora, o Tribunal de origem asseverou que os interesses envolvidos são individuais, porquanto afetos a apenas uma parcela da população municipal. 3. A poluição sonora, mesmo em área urbana, mostra-se tão nefasta aos seres humanos e ao meio ambiente como outras atividades que atingem a "sadia qualidade de vida", referida no art. 225, caput, da Constituição Federal. 4. O direito ao silêncio é uma das manifestações jurídicas mais atuais da pós-modernidade e da vida em sociedade, inclusive nos grandes centros urbanos. 5. O fato de as cidades, em todo o mundo, serem associadas à ubiqüidade de ruídos de toda ordem e de vivermos no país do carnaval e de inumeráveis manifestações musicais não retira de cada brasileiro o direito de descansar e dormir, duas das expressões do direito ao silêncio, que encontram justificativa não apenas ética, mas sobretudo fisiológica. 6. Nos termos da Lei 6.938/81 (Lei da Política Nacional do Meio Ambiente), também é poluição a atividade que lance, no meio ambiente, "energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos" (art. 3º, III, alínea e, grifei), exatamente

a hipótese do som e ruídos. Por isso mesmo, inafastável a aplicação do art. 14, § 1º, da mesma Lei, que confere legitimação para agir ao Ministério Público. 7. Tratando-se de poluição sonora, e não de simples incômodo restrito aos lindeiros de parede, a atuação do Ministério Público não se dirige à tutela de direitos individuais de vizinhança, na acepção civilística tradicional, e, sim, à defesa do meio ambiente, da saúde e da tranqüilidade pública, bens de natureza difusa. 8. O Ministério Público possui legitimidade para propor Ação Civil Pública com o fito de prevenir ou cessar qualquer tipo de poluição, inclusive sonora, bem como buscar a reparação pelos danos dela decorrentes. 9. A indeterminação dos sujeitos, considerada ao se fixar a legitimação para agir na Ação Civil Pública, não é incompatível com a existência de vítimas individualizadas ou individualizáveis, bastando que os bens jurídicos afetados sejam, no atacado, associados a valores maiores da sociedade, compartilhados por todos, e a todos igualmente garantidos, pela norma constitucional ou legal, como é o caso do meio ambiente ecologicamente equilibrado e da saúde. 10. Recurso Especial provido. (STJ - REsp: 1051306 MG 2008/0087087-3, Relator: Ministro CASTRO MEIRA, Data de Julgamento: 16/10/2008, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 10/09/2010) A saúde dos seres humanos é comprovadamente afetada pelos ruídos sonoros que ultrapassam os 50dB, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS),1 podendo ocasionar perda de audição, de concentração, atenção e memória, agressividade, cefaléias, insônia, aumento da pressão arterial, gastrite, úlcera, cansaço, estresse e depressão. Nessa senda, o tipo penal referente à poluição sonora pretende preservar o bem estar das pessoas que estão sujeitas aos ruídos excessivos, bem como a qualidade e o equilíbrio do meio ambiente. MEIO AMBIENTE - POLUIÇ"O SONORA - QUEST"O DE DIREITO COLETIVO - PREJUÍZO À SAÚDE DA POPULAÇ"O CIRCUNVIZINHA - MINISTÉRIO PÚBLICO - LEGITIMIDADE ATIVA - AÇ"O CIVIL PÚBLICA - RELEVÂNCIA SOCIAL DA TUTELA COLETIVA DOS INTERESSES OU DIREITOS SOCIAIS DISPONÍVEIS. A poluição sonora é uma questão de direito coletivo, por afetar a saúde de toda a população circunvizinha. É evidente o prejuízo que causa à saúde, pois, segundo a Medicina, o excesso de ruídos (barulho) provoca distúrbios cerebrais e cardíacos e ataca o sistema nervoso, o que, por si só, impõe ao poluidor sonoro não apenas a obrigação de implantar sistema de isolamento acústico, mas também - e principalmente - o dever de sua manutenção (dele, sistema implantado). (...) (TJ-MG 100270000123620011 MG 1.0027.00.001236-2/001(1), Relator: HYPARCO IMMESI, Data de Julgamento: 23/06/2005, Data de Publicação: 19/08/2005) Por outro lado, a contravenção do artigo 42 não possui caráter de poluição sonora, pois sempre identificará uma vítima determinada. Nesse diapasão, Fiorillo leciona que os objetos jurídicos tutelados pelos artigos 42 da Lei das Contravenções Penais e 54 da Lei de Crimes Ambientais são distintos. A contravenção penal em comento objetiva assegurar a tranquilidade de alguém, não necessariamente preservar a saúde humana. Pretende salvaguardar o trabalho e o sossego alheios, que podem vir a ser perturbados seja por excesso de ruídos ou por outros fatores. A norma penal prevista na Lei de Contravenções Penais não reclama que a ofensa possua um caráter difuso, ao contrário do delito de poluição sonora que possui caráter de difusibilidade, já que consiste em crime ambiental. Dessa forma, resta evidente que os bens tutelados pela contravenção penal do artigo 42 e pelo tipo penal do artigo 54 da Lei 9605/98 são totalmente diversos, isso porque enquanto o primeiro pretende proteger o trabalho e o sossego de uma pessoa identificada, o objeto jurídico tutelado pela poluição sonora consiste na preservação do meio ambiente ecologicamente equilibrado, a fim de proporcionar sempre boas condições de desenvolvimento da vida e da saúde humana, assim como da subsistência da fauna e da flora. No que tange à determinação do nível de critério de avaliação - NCA, o qual averigua o limite para produção sonora em determinado horário, estabelece a NBR 10151:2000: 6.2 Determinação do nível de critério de avaliação - NCA 6.2.1 O nível de critério de avaliação NCA para ambientes externos está indicado na tabela 1. 6.2.2 Os limites de horário para o período diurno e noturno da tabela 1 podem ser definidos pelas autoridades de acordo com os hábitos da população. Porém, o período noturno não deve começar depois das 22 h e não deve terminar antes das 7 h do dia seguinte. Se o dia seguinte for domingo ou feriado o término do período noturno não deve ser antes das 9 h. 6.2.3 O nível de critério de avaliação NCA para ambientes internos é o nível indicado na tabela 1 com a correção de - 10 dB(A) para janela aberta e - 15 dB(A) para janela fechada. 6.2.4 Se o nível de ruído ambiente Lra, for superior ao valor da tabela 1 para a área e o horário em questão, o NCA assume o valor do Lra. Tabela 1 - Nível de critério de avaliação NCA para ambientes externos, em dB(A) Tipos de áreas Diurno Noturno Áreas de sítios e fazendas 40 35 Área estritamente residencial urbana ou de hospitais ou de escolas 50 45 Área mista, predominantemente residencial 55 50 Área mista, com vocação comercial e administrativa 60 55 Área mista, com vocação recreacional 65 55 Área predominantemente industrial 70 60 Com efeito, na hipótese de ser constatado ruído ambiente (Lra) superior ao valor estabelecido pela tabela 1, o NCA assume o valor do ruído ambiente. O NCA referido consistirá no limite máximo de pressão sonora estipulado pela NBR 10151:2000, e não na intensidade constatada como resultado da fonte sonora vistoriada. N"o é o caso dos autos. Tendo sido o ruído de

fundo obtido inferior ao nível critério de avaliação da tabela, mantém-se o último para avaliação. Tendo o nível de emissão sonora in casu alcançado até 76,8 decibéis, conforme a vistoria de constatação nº 0424/2014, constante às fls. 11, portanto muito acima dos 55 dB estabelecidos pela Resolução 001/90 CONAMA e a N.B.R 10.151 (ABNT) como não prejudiciais à saúde humana, inquestionável que potencialmente prejudicial à saúde, à segurança e ao sossego público, pois todas as pessoas expostas ao ruído excessivo estariam correndo perigo real de sofrerem sérios prejuízos físicos e emocionais já descritos nos compêndios médicos, como surdez, cefaléias, impotência, irritação constante e outros sintomas característicos do estresse. Essas consequências maléficas das emissões sonoras em excesso nos integrantes da comunidade onde está localizada a fonte poluente são muitas vezes irreversíveis, afetando sua vida familiar e social, daí o caráter difuso do bem tutelado. Analisemos, agora, o princípio da insignificância, necessariamente em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal, examinada na perspectiva de seu caráter material. Esse princípio, em seu processo de formulação teórica baseou-se no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do poder público, considerando-se a relevante circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade. Assim, como acentuou o Ministro Celso de Mello no HC 84.412-0/SP, publicado no DJU de 19.11.2004 e na RT 834/477: O Direito Penal não deve se ocupar de condutas que produzam resultado, cujo desvalor - por não importar em lesão significativa, a bens jurídicos relevantes, não represente, por isso, mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social. O conceito de delito de bagatela, diz Maurício Antonio Ribeiro Lopes, não está na dogmática jurídica. Nenhum instrumento legislativo ordinário ou constitucional o define ou o acata formalmente, apenas podendo ser inferido na exata proporção em que se aceitam limites para a interpretação constitucional e das leis em geral. É de criação exclusivamente doutrinária e pretoriana, o que se faz justificar estas como autênticas fontes de Direito. Por outro lado, mercê da tônica conservadorista do Direito, afeta seu grau de recepcionalidade no mundo jurídico. Na objetiva visão de Luiz Flávio Gomes, bagatela significa ninharia, algo de pouca ou nenhuma importância ou significância, tendo o princípio bases eminentemente objetivas, não se coadunando com nenhum tipo de subjetivação, o que significa que corresponde ao reconhecimento de uma infração bagatelar própria, que tem como fundamento o desvalor do resultado e/ou da conduta. Tal princípio seria causa da exclusão da tipicidade material do fato, ou porque a conduta não é juridicamente desaprovada ou porque há o desvalor do resultado jurídico. Nessa esteira, pode-se inferir que para a aplicação do princípio da insignificância, doutrina e jurisprudência consideram necessária na aferição do relevo material da tipicidade penal a presença dos seguintes vetores: a) a mínima ofensividade da conduta do agente; b) a nenhuma periculosidade social da ação; c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento; d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada. Abstraindo-se o importante detalhe de que inúmeros doutrinadores rejeitam de forma veemente a possibilidade da aplicação do princípio da insignificância em matéria ambiental, em razão da relevância do meio ambiente como bem jurídico fundamental, que ostenta titularidade difusa e que se reconhece como patrimônio de toda a humanidade a ser preservado para as presentes e futuras gerações, como atestam inúmeras decisões jurisprudenciais, ("Não é insignificante o crime contra o meio ambiente, pois ele produz efeitos a longo prazo e que são, muitas vezes, irreversíveis" -TRF 4ª Região, ApCrim 97.04.72902-2/RS, 1ª T, rel. Des. Vladimir Passos de Freitas, DJ de 22-7-1998), este juízo admite sua aplicação cautelosa, sempre que evidenciada de forma objetiva, a insignificância material da conduta imputada ao agente, bem como o desvalor do resultado, pressupostos não observados, porém, no presente caso. Também não merece prosperar a argumentação ministerial favorável à aplicação do princípio da adequação social para afastar a configuração do delito de poluição sonora no presente caso, pois a produção de poluição sonora não pode ser considerada conduta socialmente aceita. Para a aplicação do princípio da adequação social busca-se aferir a aceitação social da conduta, que deve ser considerada comum, normal, tolerável, isto é, não contestada ou discutida na polícia ou em juízo, cujo resultado também não provoque lesão jurídica desvaliosa. Luís Flávio Gomes define o princípio da adequação social como causa supralegal de exclusão da tipicidade material, que tem como fundamento dois juízos distintos: a) o juízo de valoração (desaprovação) da conduta; b) juízo de valoração (desaprovação) do resultado. Em casos de conduta socialmente aceita (manutenção de motéis, por exemplo), ficaria afastada sua desaprovação, pois esta criaria risco tolerado, aceito. Nos casos em que o resultado seria socialmente adequado (perfuração da orelha da criança, por exemplo), ficaria afastado o requisito da ofensa intolerável. Em seu processo de formulação teórica esse princípio também se baseou

no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do poder público, considerando-se a relevante circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade. Na objetiva visão daquele autor, entretanto, para a incidência do princípio da adequação social a presença de um certo consenso na sociedade a respeito da conduta considerada é um requisito absolutamente indispensável (necessário), porém, não suficiente. A adequação social não está regida pela lógica da democracia formal, ou seja, democracia da maioria. Também a adequação social está subordinada à democracia material, ou seja, sua incidência tem que respeitar os direitos e garantias fundamentais das pessoas... Aquilo que está vedado taxativamente não pode ser revogado pela maioria sob argumento de sua adequação social. Em outras palavras: a aplicação do princípio da adequação social depende de uma intercambialidade com a teoria dos direitos e garantias fundamentais. Depende também da necessária presença do princípio da proporcionalidade. Para aplicação desse princípio, doutrina e jurisprudência consideram necessária na aferição do relevo material da tipicidade penal que na análise do caso concreto, se trate de conduta amplamente aceita, considerada comum, normal, tolerável, isto é, não contestada ou discutida na polícia ou em juízo, cujo resultado não provoque lesão jurídica desvaliosa. Analisemos então à luz desses vetores, se ao evento delituoso que deu origem aos presentes autos é possível aplicar-se o princípio da insignificância e da adequação social como requer a digna representante do Ministério Público. A conduta de produzir poluição sonora às 15h00min, com intensidade de 76,8 decibéis, logo muito acima dos 55 dB estabelecidos pela Resolução 001/90 CONAMA e a N.B.R 10.151 (ABNT) como não prejudiciais à saúde humana, pode ser considerada como de ofensividade mínima ao bem jurídico tutelado pela norma, no caso, a manutenção da sadia qualidade de vida das pessoas que residem na vizinhança da fonte poluidora? No entendimento deste juízo a resposta a essa questão necessariamente será negativa, em razão do elevado índice de emissão sonora constatado. A conduta acima descrita pode ser caracterizada como não portadora de periculosidade social? A resposta a essa questão evidentemente será, da mesma forma, negativa, uma vez que o índice de emissão sonora acima do recomendado pelo CONAMA é potencialmente prejudicial à saúde, à segurança e ao sossego público, pois todas as pessoas expostas ao ruído excessivo emitido pelo equipamento sonoro, correm perigo real de sofrerem sérios prejuízos físicos e emocionais já descritos nos compêndios médicos, como surdez, insônia, cefaléias, impotência, irritação constante e outros sintomas característicos do stress. Pode a conduta acima descrita ser considerada como de reduzido grau de reprovabilidade? Entendemos também quanto a essa questão, que a única resposta possível deverá necessariamente ser negativa, pois se assim não fosse não se constataria em toda a comarca de Belém (considerada a capital do barulho segundo pesquisa nacional), um tão grande número de reclamações, protestos e denúncias contra a prática de poluição sonora, ao ponto de nos finais de semana a Divisão Especializada de Meio Ambiente da Polícia Civil- DEMA, receber mais de 300 denúncias no serviço Disque Silêncio, além das representações comuns durante a semana contra estabelecimentos comerciais, atividades noturnas e diurnas em geral, pessoas físicas, enfim, eventos sonoros poluidores capazes de produzir danos à saúde da população. E quanto ao resultado, podem ser consideradas inexpressivas as consequências da conduta atribuída à autora do fato? A resposta a essa última questão inevitavelmente também deverá ser negativa, considerando-se que, sendo a poluição sonora delito classificado como de simples perigo, suficiente será para sua configuração a perturbação manifestada pela vizinhança ao pedir a intervenção da DEMA para interromper a continuidade delitiva, demonstrando a expressividade do incômodo que está sofrendo e a potencialidade da conduta para produzir o resultado danoso, caracterizado pelos distúrbios à saúde humana, descritos nos compêndios médicos como surdez, insônia e todos os demais sintomas do stress, como neurastenia, distúrbios de atenção e concentração, cardíacos etc. Não merece prosperar, ainda, a alegação de que pode ter havido influência de outras fontes sonoras no momento da medição da intensidade sonora, pois a vistoria de constatação é realizada em obediência aos ditames procedimentais previstos na norma técnica, qual seja a N.B.R. 10.151, adotada pela Resolução 001/90 do CONAMA, que sempre considera o ruído de fundo no procedimento de aferição. Demais disso, há que se considerar ainda que a tutela penal do meio ambiente tem caráter eminentemente preventivo e sua aplicação visa exatamente evitar a continuidade ou nova ocorrência da atividade delitiva, tanto que na grande maioria dos crimes ambientais não são aplicáveis penas privativas de liberdade, apenas medidas de recomposição do dano de natureza cível visando a adequação física dos estabelecimentos ou atividades e educativas para adequação de condutas às normas ambientais, bem como medidas alternativas a título de transação penal.2 Cabe ressaltar que os fundamentos acima transcritos têm sido, reiteradamente, acolhidos pela Procuradoria Geral de Justiça, ao

rejeitar os pedidos de arquivamento em face da discussão em questão. Pelo exposto, INDEFIRO o pedido de arquivamento do presente TCO e, com base no art. 28 do Código de Processo Penal, determino a remessa dos autos ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça para os devidos fins. Belém (PA), 28 de junho de 2019. ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO Juíza de Direito do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente 1Poluição Sonora: sintomas vão da dor de cabeça à perda da audição e pressão alta. Jornal do Senado. Disponível em: . Acesso em: 05 ago. 2014. 2 Decisão interlocutória da lavra da Exma. Sra. MARIA VITÓRIA TORRES DO CARMO, Juíza de Direito, prolatada no Processo nº 0004711-30.2014.8.14.0701, fls. 22/26, deste Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente da Capital PROCESSO: 00036076120188140701 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019 AUTOR DO FATO:ANA TEREZA VIANA DE VILHENA Representante(s): OAB 23109 - CATUZA DO VALE LIMA (ADVOGADO) AUTOR DO FATO:DANIEL SOEIRO DE CASTRO VITIMA:A. C. . Autos nº.: 0003607-61.2018.8.14.0701 Autores do Fato: ANA TEREZA VIANA DE VILHENA DANIEL SOEIRO DE CASTRO Vítima: A COLETIVIDADE Capitulação Penal: art. 54, § 1º da Lei nº 9.605/98. DESPACHO Diante do oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, designo audiência de suspensão condicional do processo, nos termos do art. 78 e seguintes da Lei nº 9.099/95, para o dia 1º de outubro de 2019 às 11:45 horas. Citem-se os autores do fato, entregando-se, inclusive, cópia da referida denúncia, cientificando-os de que deverão arrolar sua(s) testemunha(s), independentemente de intimação, e que deverão comparecer acompanhado de advogado, advertindo-os, ainda, de que, na falta deste, ser-lhe-ão nomeado Defensor Público (art. 68 da Lei nº 9.099/95). Cientifique-se o Ministério Público. A secretaria deverá providenciar cópia da denúncia a fim de instruir os mandados de citações. Belém (PA), 28 de junho de 2019. ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO Juíza de Direito do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente PROCESSO: 01834837820158140701 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019 AUTOR:L RODRIGUES COMERCIO OPTICO EIRELI EPP Representante(s): OAB 12012 - ALEXANDRE RUFINO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:CHRISTIANE DO SOCORRO COELHO FONSECA Representante(s): OAB 12012 - ALEXANDRE RUFINO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) . Autos nº.: 0183483-78.2015.8.14.0701 Autores do Fato: L RODRIGUES COMÉRCIO OPTICO EIRELI EPP CHRISTIANE DO SOCORRO COELHO FONSECA Vítima: A COLETIVIDADE Capitulação Penal: art. 54, § 1º da Lei nº 9.605/98. SENTENÇA Dispensado o relatório, nos termos do art. 81, § 3º da Lei nº 9.099/95. 1 - Passo a decidir acerca do eventual decurso do prazo de prescrição: Compulsando os autos, verifico que se trata de Termo Circunstanciado de Ocorrência que atribui aos autores do fato a prática do crime previsto no artigo 54, § 1º da Lei nº 9.605/98. Conforme o artigo 109, do CPB, a prescrição antes de transitada em julgado a sentença final, ocorre em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ou sendo superior, não excede dois anos (inciso V). No caso em questão, o fato ocorreu no dia 26 de junho de 2015, já tendo transcorrido o período prescricional. Assim, determino o arquivamento dos presentes autos, por conta da extinção da punibilidade pela prescrição (artigo 107, inciso IV, do CP). 2 - Considerando a existência de bem apreendido vinculado a este processo, pendente de destinação, conforme termo de recebimento de fl. 22, bem como considerando a presente sentença, proceda a Secretaria a intimação dos autores do fato para que informem a este Juizado, no prazo de 10 (dez) dias, se ainda possuem interesse no bem apreendido referido à fl. 22. Em caso positivo, deverão os autores do fato apresentar documento que comprove a titularidade do mencionado bem. Após, encaminhem-se os autos à manifestação do Ministério Público, inclusive visando o arquivamento definitivo dos autos. Após o trânsito em julgado, efetuem-se as necessárias anotações e comunicações. Sem custas. Belém (PA), 28 de junho de 2019. ELLEN CHRISTIANE BEMERGUY PEIXOTO Juíza de Direito do Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente

SECRETARIA DA 12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Número do processo: 0804583-08.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JOAO TAVARES PINHO Participação: ADVOGADO Nome: JOAO SAOAB: 7183/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BRADESCO CARTOES S.A. Participação: ADVOGADO Nome: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELIOAB: 5546/ROATO ORDINATÓRIO Em face das atribuições que me são conferidas pelo provimento n.º 006/2006-CJRMB, e considerando a interposição de Recurso Inominado,intimo a parteRECORRIDApara que, querendo, apresente contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias. Belém,28 de junho de 2019 NATASHA MESCOUTODiretora de Secretaria da 12VJECível

Número do processo: 0801098-86.2016.8.14.0801 Participação: RECLAMANTE Nome: FLAVIO JOSE CEPEDA PAIVA Participação: ADVOGADO Nome: MARIA ROSANGELA DA SILVA COELHO DE SOUZAOAB: 1648 Participação: ADVOGADO Nome: VITOR CAVALCANTI DE MELOOAB: 7375 Participação: ADVOGADO Nome: PATRICIA GLYM SILVA COELHO DE SOUZAOAB: 6478PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BMG SA Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETOOAB: 23255/PETRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE BELÉM 12ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM - PJE AV. PERIMETRAL UFPA, s/n, GUAMÁ ? BELÉM PROCESSO Nº:0801098-86.2016.8.14.0801 RECLAMANTE: FLÁVIO JOSÉ CEPEDA PAIVA RECLAMADO: BANCO BMG S.A DECISÃO Trata-se de EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE na qual, em síntese, o excipiente alega nulidade da citação/intimação, nulidade de intimação da sentença, prescrição quinquenal, complexidade da causa e que a condenação excede o teto dos Juizados. A jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça restringe a exceção de pré - executividade às matérias reconhecíveis de ofício e aos casos aferíveis de plano, sem necessidade de contraditório e dilação probatória (STJ, ADRESP n. º 363419, Relator Ministro Francisco Falcão, DJ 02.12.02; STJ, RESP 392308, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ 07.10.02; STJ, RESP 388389, Relator Ministro José Delgado, DJ 09.09.02; STJ, RESP 232076, Relator Ministro Milton Luiz Pereira, DJ 25.03.02). Na hipótese dos autos, quanto a alegada nulidade de citação, entendo que não merece prosperar, senão vejamos: Argumenta o excipiente que o mandado de citação e intimação foram destinados para endereço distinto daquele observado no contrato e nositeda receita federal, a saber,AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, Nº 1830, ANDAR 10 11 13 E 14 BLOCO 01 E 02 PARTE SALA 101 102 112 131 141, VILA CONCEIÇÃO, SÃO PAULO/SP ? CEP: 04.543-000. Sustenta que o erro foi provocado pela informação da parte demandante, que forneceu, em sua petição inicial, o endereço Av. Governador José Malcher, nº 168, Bairro Nazaré, CEP.: 66040-281, Belém/PA e que, se não bastasse tal situação, o oficial de justiça foi enviado para endereço totalmente divergente, onde foi recebido por pessoa desconhecida, que não é seu mandatário, administrador, preposto ou gerente. Primeiramente, admite a jurisprudência que a citação seja aperfeiçoada na filial/agência da instituição financeira, não sendo razoável em tal circunstância, que o ato citatório seja deslocado para a sede da empresa em outro Estado. E, muito embora o senhor Oficial de Justiça tenha diligenciado em endereço diferente no constante na inicial, em pesquisa realizada através da internet, facilmente se constata que no endereço onde foi realizada a diligência, a saber, Avenida Presidente Vargas, nº 363, loja 351, Edifício Palácio do Rádio, encontra-se localizada filial do banco requerido nesta cidade. Inclusive, em pesquisa ao sistema PJE, esta magistrada encontrou processos em trâmite nesta vara de juizado,nos quais a requerida foi citada no endereço Avenida Presidente Vargas, nº 363, loja 351, Edifício Palácio do Rádioe atendeu ao chamamento sem arguir qualquer defeito na citação, como por exemplo, é o caso do processo nº0814296-07.2017.8.14.0301,tendo o banco, inclusive, sido citado na mesma pessoa que nestes autos diz desconhecer, a saber, o funcionário Jeimeson Nei Ferreira dos Santos. Há também processos em trâmite nesta vara, nos quais o requerido foi citado no endereçoAv. Governador José Malcher, nº 168, Bairro Nazaré, CEP.: 66040-281, Belém/PA, como é o caso, por exemplo, do processo nº0820784-75.2017.8.14.0301, onde, igualmente, o banco réu não arguiu a nulidade do ato citatório. Quanto ao argumento de que a pessoa que recebeu a citação não era mandatário, administrador, preposto ou gerente, não merece prosperar, igualmente, pois é pacífico na jurisprudência do STJ, queé válida a citação realizada na pessoa que se identifica como funcionário da empresa e que a recebe sem ressalvas. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CITAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VIA POSTAL. RECEBIMENTO DA CARTA POR FUNCIONÁRIO DO

ESTABELECIMENTO. VALIDADE. APLICAÇÃO DA TEORIA DA APARÊNCIA. PRECEDENTES.1. "Esta Corte possui entendimento no sentido de que é válida a citação realizada na pessoa que se identifica como funcionário da empresa e que a recebe sem qualquer ressalva a respeito da falta de poderes para tanto" (AgRg no AREsp 180.504/SP, Relator o Ministro SIDNEI BENETI, DJe de 29/6/2012).2. Agravo regimental a que se nega provimento. Deste modo, rejeito a arguida nulidade de citação/intimação e, por consequência, rejeito também a arguição de nulidade de intimação da sentença. Quanto à prescrição, reputo que no presente caso, a mesma corre pelas regras do Código de Defesa do Consumidor, a qual prevê o prazo de 05 anos, conforme art. 27 do CDC. Deste modo, como a causa foi proposta em 28/06/2016, somente é cabível a pretensão quanto aos descontos efetuados a partir do dia 29/06/2011, motivo pelo acolho a exceção neste ponto e reconheço a prescrição da pretensão referente aos descontos anteriores a 29/06/2011. Quanto à incompetência absoluta dos Juizados para processar o feito, entendo, igualmente, que não merece prosperar. Com efeito, a lei estabelece que oJuizadoEspecialé competente para as causas de menorcomplexidade(art. 3º, caput,daLei 9.099/95), entre outras, e são assim consideradas as causas cujo valor não exceda 40 salários mínimos (inc. I). Se é verdade que o valor atribuído àcausadeve ser inferior a tal limite, este não é, por certo, o único critério para a definiçãodacomplexidadedas causas - tanto assim que ritos especiais não são admitidos. Ainda, o simples fato de ser possível a realização de exame pericial não torna o Juízo incompetente, pois, para isto, a perícia deve ser complexa. O que não é o caso dos autos. No presente feito, a análise técnica relativa à suposta fraude é possível de ser solucionada, pela simples aplicação das regras ordinárias (arts. 373 e 374 do CPC 2015) e específicas, para a apreciação dos fundamentos fático-jurídicos (arts. 5º e 6ºdaLei 9.099/95 e, eventualmente, ainda que por extensão analógica, também o art. 6º, inc. VIII, do CDC). Por fim, não é cabível exceção de pré-executividade para discutir eventual excesso de execução, tema também trazido pelo excipiente. A exceção de pré-executividade é incidente utilizado para tratar sobre matérias de ordem pública, sendo o excesso de execução matéria de defesa e questão reservada à impugnação, motivo pelo qual, incabível a exceção para tal fim. Este é o entendimento da segunda turma do STJ, vejamos: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. PETIÇÃO SUPERVENIENTE. EXCESSO DE EXECUÇÃO. MATÉRIA DE DEFESA. ÔNUS DA PROVA DO EXECUTADO. PRECLUSÃO. OCORRÊNCIA. 1. Na origem, cuida-se de embargos à execução de sentença opostos pela União, nos quais se alega, em síntese: (a) a necessidade de liquidação do julgado considerando que abrange obrigação de fazer e obrigação de dar quantia certa; (b) não ter havido aplicação do redutor de 25% das alíquotas da Resolução CIEX 02/79; (c) falta de comprovação do alegado creditamento a menor por parte da União; (d) o excesso de execução pela aplicação incorreta de expurgos inflacionários, da Taxa SELIC e da errônea conversão da OTN para BTN. 2. Em resumo, a Corte de Regional entendeu que a petição de fls. 601/634 constitui questão de ordem pública, uma vez que não apurou detalhadamente: I) a forma de aproveitamento do incentivo; II) a aplicabilidade do redutor de alíquota do Decreto-Lei n. 1.658/79; III) a falta de comprovação do feito a menor; IV) quais os índices de expurgo inflacionário foram aplicados pela exequente; V) em que período se aplicou a correção pela SELIC; VI) qual fator de conversão da OTN para BTN foi de fato utilizado. Por essa razão, concluiu que: "pode ocorrer, no presente caso, excesso de execução". 3. A petição apresentada após os embargos à execução não pode ser conhecida, porquanto o suposto excesso de execução é típica matéria de defesa, e não de ordem pública, a qual deve ser alegada pelo executado a quem aproveita. Precedentes: AgRg no REsp 1.067.871/SE, Rel. Ministro Março Aurélio Bellizze, Quinta Turma, DJe 16.4.2013; EDcl no Ag 1.429.591/PE, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe 12.9.2012; REsp 1.270.531/PE, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 28.11.2011; REsp 1.196.342/PE, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, DJe 10.12.2010. 4. É ônus do executado provar, com a oposição dos embargos, que a execução incorre em excesso, sob pena de preclusão, que é o caso dos autos. Agravo regimental provido. (STJ - AgRg no AREsp: 150035 DF 2012/0059472-2, Relator: Ministro HUMBERTO MARTINS, Data de Julgamento: 28/05/2013, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 05/06/2013) Forte nessas razões,ACOLHO PARCIALMENTE A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADEapresentadasomentepara reconhecer a prescrição da pretensão referente aos descontos anteriores a 29/06/2011,REJEITANDO-A QUANTO AOS DEMAIS TEMAS, pelos motivos já expendidos. Tendo em vista que já consta dos autos pedido de execução, determino que a Secretaria deste Juízo refaça os cálculos, para considerar os descontos realizados somente a partir de 29/06/2011. Após retornem conclusos. Intimem-se. Belém/PA, 07 de junho de 2019. ANA SELMA DA SILVA TIMÓTEOJuíza de Direito

Número do processo: 0001383-49.2015.8.14.0801 Participação: EXEQUENTE Nome: PLACIDIA RODRIGUES DA ROSA Participação: ADVOGADO Nome: LEILA CATIA NOGUEIRA PANTOJAOAB: 244 Participação: EXECUTADO Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL SGANZERLA DURANDOAB: 16637/PAATO ORDINATÓRIO Em face das atribuições que me são conferidas pelo provimento n.º 006/2006-CJRMB,em cumprimento ao despacho de id nº 10845105 e considerando o cálculo juntado nos autos,intimo a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário da quantia de R$ 38.526,48 (trinta e oito mil, quinhentos e vinte e seis reais, quarenta e oito centavos),no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10%, conforme prevê o art. 523, § 1º, do CPC, bem como de penhora. Transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Belém,28 de junho de 2019 NATASHA MESCOUTODiretora de Secretaria da 12VJECível

Número do processo: 0001317-74.2012.8.14.0801 Participação: EXEQUENTE Nome: MARIA MERCEDES CERQUEIRA CONTE Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS FRANCISCO DE SOUSA MAIAOAB: 16953/PA Participação: EXECUTADO Nome: PAME - PLANOS DE ASSISTENCIA MEDICA Participação: ADVOGADO Nome: LUIZ FELIPE CONDEOAB: 087690/RJ ATO ORDINATÓRIO Em face das atribuições que me são conferidas pelo provimento n.º 006/2006-CJRMB, e em cumprimento ao despacho de ID 10744048 ,INTIMOa parte requeridaPAME - PLANOS DE ASSISTENCIA MEDICA para efetuar o pagamento voluntário da quantia deR$2.642,53(doismil, seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta e três centavos), no prazo de 15 (quinze) dias, conforme certidão e cálculos disponibilizados em ID 11256330, sob pena de multa de 10%, conforme prevê o art. 523, § 1º, do CPC, bem como de penhora. Transcorrido o prazo acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Belém, 27 de junho de 2019. .NATASHA MESCOUTODiretora de Secretaria da 12VJECível

Número do processo: 0001383-49.2015.8.14.0801 Participação: EXEQUENTE Nome: PLACIDIA RODRIGUES DA ROSA Participação: ADVOGADO Nome: LEILA CATIA NOGUEIRA PANTOJAOAB: 244 Participação: EXECUTADO Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL SGANZERLA DURANDOAB: 16637/PAPROCESSO Nº:0001383-49.2015.814.0801 RECLAMANTE:PLACIDIA RODRIGUES DA ROSARECLAMADO:BANCO DO BRASIL S.A D E S P A C H O Considerando o pedido de cumprimento de sentença formulado pela autora em ID-9874423, DETERMINO: Ao cálculo para atualização do valor do débito exequendo à titulo de dano material e dano moral a que fora condenado o Banco réu; Após, intime-se a parte requerida para efetuar o pagamento voluntário da quantia exequenda, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10%, conforme prevê o art. 523, § 1º, do CPC, bem como de penhora; Transcorrido o prazo mencionado acima sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação; Efetuado pagamento total, expeça-se o que for necessário para o levantamento do valor depositado, seguido de arquivamento dos autos. No caso de pagamento parcial, fica autorizada, desde já, a expedição de alvará(s) para levantamento da parte incontroversa, privilegiando-se o crédito da parte autora sempre que também houver condenação em honorários. Não havendo pagamento ou ocorrendo pagamento parcial e transcorrido o prazo para impugnação, voltem os autos conclusos. Belém, 05 de Junho de 2019. MIGUEL LIMA DOS REIS JUNIORJuiz de Direito, respondendo pela 12ª Vara do JEC

Número do processo: 0823646-19.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: HELENA GARCIA BATISTA Participação: ADVOGADO Nome: ISABELA DANGLARS DE ALMEIDA LIMAOAB: 21263/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVESOAB: 012358/PAATO ORDINATÓRIO Em face das atribuições que me são conferidas pelo provimento n.º 006/2006-CJRMB, e considerando a interposição de Recurso Inominado,intimo a parteRECORRIDApara que, querendo, apresente contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias. Belém,28 de junho de 2019 NATASHA

MESCOUTODiretora de Secretaria da 12VJECível

Número do processo: 0812321-13.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JOANA DE MEDEIROS PINTO Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE MESQUITA DE MEDEIROS BRANCOOAB: 005944/PA Participação: ADVOGADO Nome: ADMIR SOARES DA SILVAOAB: 10276/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO DAYCOVAL S/A Participação: ADVOGADO Nome: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSAOAB: 24532A/PAATO ORDINATÓRIO Em face das atribuições que me são conferidas pelo provimento n.º 006/2006-CJRMB, e considerando a interposição de Recurso Inominado,intimo a parteRECORRIDApara que, querendo, apresente contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias. Belém,28 de junho de 2019 NATASHA MESCOUTODiretora de Secretaria da 12VJECível

Número do processo: 0801778-82.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: GALDINO RAMOS DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: GEMERSON ALENCAR DE SOUSAOAB: 18355/PA Participação: RECLAMADO Nome: DESCONHECIDOS -INVASORESPROCESSO Nº:0801778-82.2017.8.14.0301 DESPACHO Considerando a certidão lavrada pelo Sr. Oficial de Justiça, em ID 7928095, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, fornecer elementos de identificação da casa e/ou dos invasores, sob pena de extinção do feito.Transcorrido o prazo, com ou se manifestação, o que deverá ser certificado, voltem-me conclusos.Cumpra-se.Belém, 25 de junho 2019. ANA SELMA DA SILVA TIMÓTEOJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0823593-38.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: PAULO MENDES BARROSO REBELLO Participação: ADVOGADO Nome: JOAO JORGE DE OLIVEIRA SILVAOAB: 16662/PA Participação: RECLAMADO Nome: BB SEGUROS PARTICIPACOES SA Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO PESSOA ROCHAOAB: 29650/PEPROCESSO Nº:0823593-38.2017.8.14.0301 DESPACHO Considerando a petição apresentada pela parte requerida em ID 7543708, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 dias, informar se o acordo foi cumprido.Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos.Cumpra-se. Belém, 25 de junho de 2019. ANA SELMA DA SILVA TIMÓTEOJUÍZA DE DIREITO

SECRETARIA DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Número do processo: 0834448-76.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL DOM FRANCISCO - BLOCO II Participação: ADVOGADO Nome: SIGLIA BETANIA DE OLIVEIRAOAB: 17470/PA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL PIEDADE DE LIMAOAB: 20443/PA Participação: EXECUTADO Nome: MARIA CELESTE GADELHA DA COSTADiante da ausência de manifestação do exequente, verifico que não houve emenda da inicial, conforme estabelecido em decisão anterior, indefiro a Petição Inicial, nos termos do art.321 parágrafo único do Código de Processo Civil e, por consequência, Julgo Extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do art.485, I do Código de Processo Civil.Belém, 11 de junho de 2019.ANA PATRÍCIA NUNES ALVES FERNANDES Juíza de Direito

Número do processo: 0856730-74.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: R. M. M. CAVALEIRO DE MACEDO - EIRELI - ME Participação: ADVOGADO Nome: CLAUDIO FERNANDO DE SOUZA SANTOS JUNIOROAB: 16306/PA Participação: EXECUTADO Nome: MARTA GORETT PAIVADeterminado ao reclamante que comprovasse o enquadramento fiscal como EPP, verifico que o reclamante não juntou comprovante do enquadramento fiscal, que o legitimaria para propor ação perante o Juizado Especial.Pelo exposto, considerando que a empresa reclamada não é legitimada para figurar no polo ativo da demanda perante os Juizados Especiais, conforme dispõe o Enunciado nº 135 do FONAJE e art. 4º, § 1º, da Lei nº 9.099/95., julgo extinto o presente processo sem resolução de mérito nos termos nos termos do art. 51, inciso II, da Lei nº 9.099/95.Sem custas. Sem honorários. Belém, 11 de junho de 2019. ANA PATRÍCIA NUNES ALVES FERNANDESJuíza de Direito

Número do processo: 0828304-52.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ROSEMIRO SALGADO CANTO FILHO Participação: ADVOGADO Nome: EGIDIO MACHADO SALES FILHOOAB: 16PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANO PALERMO COELHOOAB: 12077/PAProc. n.: 0828304-52.2018.814.0301Reclamante: ROSEMIRO SALGADO CANTO FILHOReclamada: CENTRAIS ELETRICAS DO PARÁ S.A - CELPA SENTENÇA Dispensado o relatório conforme art. 38 da Lei 9.099/95.Verifico que se trata de alegação de cobraça indevida de faturas nos valores de R$ 667,36 (03/2017), R$47,93 (04/2017), R$237,72 (07/2017), R$505,43 (08/2017), R$197,81 (09/2017), R$191,65 (10/2017), R$607,51 (11/2017), R$1.119,33 (12/2017), R$814,23 (01/2018) e 1.063,21 (02/2018). As faturas de maio e junho de 2017 estão com cobrança zerada. Aduz que pagou indevidamente o valor de R$3.569,93 o qual requer restituição dobrada e justifica que o imóvel em questão fica em Salinópolis, pelo que usado esporadicamente, como local de veraneio.Analisados, verifico que a está patente a afirmação do autor de que não reside habitualmente no local, conforme comprovante de residência e a observação do funcionário da reclamada em uma das inspeções realizadas. Desta forma, não se encontra justificativa para o elevado valor de algumas das faturas apresentadas pela ré. Por outro lado, sendo o imóvel de uso esporádico e irregular, difícil estabelecer um critério para reforma das faturas. Conforme alegado pelo reclamante, houve reforma das faturas dos meses de dezembro de 2017, para o valor de R$671,23, da de janeiro de 2018 para R$443,29 e de fevereiro de 2018 para R$532,00.Nota-se que nas faturas apresentadas neste processo, referente ao ano de 2017, o medidor demonstrado nos documentos é o de n. 1085883 e marcava em março de 2017, a quantia de 18.124 kWh. As faturas seguintes estão crescentes, mas sempre com este mesmo medidor. Ocorre que durante verificação in loco, o funcionário da demandada notou que o medidor que se encontrava era na verdade o de numeração O584644-9, o qual foi substituído pelo n. 21020747169 em 22.02.2018. Ademais, no momento em que foi substituído, o medidor O584644-9 marcava 10.218 kWh. A primeira vez que este medidor consta nas faturas é na de janeiro de 2018, onde se vê como sua última leitura a quantia de 9.632 kWh, lida em 19.12.2017. Por isso, diante desta grande confusão apresentada, conclui-se que o medidor anterior (1085883) ou não era o do autor, ou já havia deixado de ser há tempos, e as leituras realizadas no período contestado de 2017, não eram leituras do consumo do reclamante, ou eram leituras estimadas, e não reais, feitas no local. Isto porque, ainda que houvesse a substituição do medidor 1085883 para o O584644-9 em janeiro de 2018,

não começaria com o valor de 9.632, mas sim zerado. Ou seja, já há algum tempo ocorrera a substituição do medidor.Desta forma, o medidor do reclamante que era O584644-9 registrou o 9.632 kWh na leitura de 19.12.2017 e no dia de sua substituição (22.02.2018), registrou 10.218kWh. Temos então que neste período houve consumo de 586kWh em 62 dias, o que representa 9,45kWh/dia e 283 kWh em 30 dias.Por isso, tenho por bem reduzir todas as faturas com cobrança superior a este patamar para a média de 9,45kWh/dia. São elas as de março de 2017 (29 dias)- 274kWh; maio de 2017 (30 dias)- 283 kWh; julho 2017 (30 dias) 283kWh, agosto 2017 (31 dias)- 293 kWh; novembro 2017 (32 dias)-302 kWh; dezembro 2017 (29 dias)- 274 kWh, janeiro 2018 e fevereiro de 2018 (30 dias, cada)- 283 kWh cada mês.Conforme se verifica, já houve a devolução no que se refere à fatura de março de 2017 (696kWh), uma vez que não houve cobrança nas de maio e junho de 2017.Quanto às demais, a partir de julho de 2017 até janeiro de 2018, houve cobrança de 3.639 kWh, quando deveria ter sido de 1.806 kWh. Por isso, houve cobrança a maior de 1.833 kWh, que representa, em média, R$1.579,25 utilizando como critério o valor do quilowatt em agosto de 2017. Considerando a atualização e a devolução em dobro, a qual é devida, na forma do art. 42, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor (CDC) e art. 113, § 2º da Resolução 414/2010 da Aneel, tenho que a restituição já realizada pela requerida nos meses seguintes ao período contestado no total de R$3.660,29 é suficiente a recompor o patrimônio jurídico afetado. Ressalte-se que o pedido do autor de restituição dobrada de tudo que pagou é inadequado, na medida em que importaria em consumo zero durante todo o período. Assim, a devolução se refere apenas ao dobro do excesso.Resta agora a definição quanto à fatura de fevereiro de 2017, ainda não paga pelo autor e que cobrou inicialmente o valor de R$1.063,21, sendo posteriormente reformada para R$532,00. Tendo em vista que nesta decisão já foi arbitrado o consumo de 283kWh para esta fatura, deverá ser reformada para este patamar, observando-se quanto às demais taxas e tarifas incidentes, proporcionais a este consumo.No que se refere aos danos morais, observo que em regra, a cobrança indevida quando não acompanhada de outros elementos como inscrição indevida, suspensão no fornecimento de energia não é deferida, uma vez que se trata de dissabor incompatível com o pedido. O requerente não teve o nome lançado em cadastros de inadimplentes, nem teve o fornecimento de energia suspenso em razão das faturas questionada, pelo que não observo nos autos qualquer conduta capaz de gerar violação aos atributos de personalidade.Por fim, quanto à alegação de descumprimento da tutela de urgência, tenho que está demonstrado o descumprimento, na medida em que a decisão suspendeu a cobrança sobre a fatura no valor de R$532,00, contudo, o requerente recebeu a carta de cobrança mesmo após a citação e prazo de cumprimento pela ré expirado, sendo devida a multa de R$2.000,00 prevista.Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido do autor para, confirmando a tutela de urgência deferida:1)Declarar indevida parte da dívida cobrada, referente às faturas de consumo dos meses de março de 2017 a janeiro de 2018 da conta contrato n. 96892640;2)Em consequência, confirmar a restituição em dobro do indevidamente cobrado, conforme já efetuado pela reclamada;3)Determinar a reforma da fatura 02/2018 para o consumo de 283 kWh, observando-se o valor do quilowatt à época, bem como os impostos e demais tarifas e taxas incidentes, no prazo de até 30 dias após o trânsito, conferindo-se prazo mínimo de 30 dias para pagamento;4)Condenar a reclamada a pagar o valor de R$2.000,00 pelo descumprimento da tutela, valor que deverá ser corrigido pelo INPC desde o arbitramento (11.04.2018) e acrescido de juros de 1% ao mês a partir do descumprimento (07.05.2019).Fica mantida a tutela de urgência deferida, enquanto não for reformada e vencida a fatura acima descrita. Indefiro o pedido de indenização por danos morais, na forma da fundamentação.Sem custas nem honorários.Após a intimação para cumprimento voluntário a parte vencida terá o prazo de 15 dias para o cumprimento da obrigação de pagar, sob pena de incidir o acréscimo tratado no art. 523 do CPC.Belém, 10 de junho de 2019. ANA PATRÍCIA NUNES ALVES FERNANDESJuíza de Direito

Número do processo: 0800054-77.2016.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: ALMEIDA E BRAZAO LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: WADIH BRAZAO E SILVAOAB: 19913/PA Participação: EXECUTADO Nome: PARA PAPEL COMERCIO E SERVICOS EIRELI - MECuida-se de ação na qual já foram envidadas diversas tentativas de citação do reclamado, todas infrutíferas. Fato que obstar o prosseguimento do feito pelo Sistema de Juizado, uma vez que a citação pessoal da parte reclamada é condição de procedibilidade. Desta forma estando a parte em local incerto e não sabido, cumpri ao reclamante buscar outros meios procedimentais para o ajuizamento de sua demanda.Diante do exposto, com fulcro no art. 51 da Lei 9099/95, determino a extinção do processo sem resolução do mérito.Sem custas e sem honorários.Arquive-se.Belém, 11 de junho de 2019

Número do processo: 0836769-50.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ANTONIO RUY FERREIRA ALVES Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANO PALERMO COELHOOAB: 12077/PAConsiderando certidão e que conforme o art. 19 §2º da Lei 9.099/1999, cabe à parte manter atualizado o endereço para notificações e intimações, julgo valida a intimação realizada no endereço do reclamante e considerando que o reclamante não compareceu audiência , julgo extinto o processo sem resolução de mérito por ausência do reclamante à audiência. Isento de custas.Belém, 11 de junho de 2019

Número do processo: 0801067-86.2017.8.14.0201 Participação: EXEQUENTE Nome: SHYRLENE DOS SANTOS DE JESUS DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: LIZETE DE JESUS DA SILVAOAB: 118 Participação: EXEQUENTE Nome: ALDAIR MARTINS DA SILVA JUNIOR Participação: ADVOGADO Nome: LIZETE DE JESUS DA SILVAOAB: 118 Participação: EXECUTADO Nome: NEO - CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA. - EPPCuida-se de ação em que a parte reclamante foi intimada para promover diligências determinadas pelo Juízo, deixando escoar o prazo sem adotar as diligencias necessárias para regularização do processo, conforme certidão, razão pela qual, com lastro no art. 485, III do CPC, extingo o processo sem julgamento do mérito. Sem custas. Arquivem-se. Belém, 11 de junho de 2019 Ana Patrícia Nunes Alves FernandesJuíza de Direito

Número do processo: 0000502-21.2009.8.14.0304 Participação: RECLAMANTE Nome: LUCIANA CUNHA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: CIBELE DE NAZARE MONTEIRO SARMENTOOAB: 15011/PA Participação: ADVOGADO Nome: MARCELO DE OLIVEIRA CASTRO RODRIGUES VIDINHAOAB: 10491/PA Participação: RECLAMADO Nome: OI MOVEL S/A Participação: ADVOGADO Nome: ELADIO MIRANDA LIMAOAB: 86235/RJSENTENÇA Dispensado o relatório.Analisados, observo que se trata de cumprimento de sentença transitada em julgado contra a recuperanda Oi Móvel S/A.Fato notório no país a tramitação do processo de Recuperação Judicial da demandada, que culminou com a Aprovação da Assembleia Geral de Credores. Recebidos os ofícios n. 243/2018 e 289/2018/OF da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, restou claro que os créditos concursais, ou seja, os constituídos antes de 20.06.2016, deverão ser pagos na forma do plano aprovado, que é o caso dos presentes autos.Não há valores depositados nos autos, dos quais o ofício 243/2018 já tinha autorizado liberação, não há que se falar em prosseguimento da demanda nesta vara especializada, cabendo ao reclamante intentar pela via legal.Em razão disso, autorizo a expedição da certidão do crédito atualizado e determino a extinção do presente feito, na forma do art. 51, II da Lei 9.099/95.Intime-se o reclamante para solicitar a certidão, em até 15 dias, findos os quais fica autorizado o arquivamento dos autos, podendo ser requerida a supracitada certidão, enquanto não estiver prescrita a execução.Sem custas nem honorários.Belém, 11 de junho de 2019. ANA PATRÍCIA NUNES ALVES FERNANDESJuíza de Direito

Número do processo: 0000244-11.2009.8.14.0304 Participação: RECLAMANTE Nome: FABRICIO MOREIRA MENDONCA Participação: ADVOGADO Nome: MARIA DE NAZARE ALVES DE LIMAOAB: 10538/PA Participação: RECLAMADO Nome: AMAZONIA CELULAR S/A Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIROOAB: 12436/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PASENTENÇA Dispensado o relatório.Analisados, observo que se trata de cumprimento de sentença transitada em julgado contra a recuperanda Oi Móvel S/A.Fato notório no país a tramitação do processo de Recuperação Judicial da demandada, que culminou com a Aprovação da Assembleia Geral de Credores. Recebidos os ofícios n. 243/2018 e 289/2018/OF da 7ª Vara Empresarial da Comarca do Rio de Janeiro, restou claro que os créditos concursais, ou seja, os constituídos antes de 20.06.2016, deverão ser pagos na forma do plano aprovado, que é o caso dos presentes autos.Não há valores depositados nos autos, dos quais o ofício 243/2018 já tinha autorizado liberação, não há que se falar em prosseguimento da demanda nesta vara especializada, cabendo ao reclamante intentar pela via legal.Em razão disso, autorizo a expedição da certidão do crédito atualizado e determino a extinção do presente feito, na forma do art. 51, II da Lei 9.099/95.Intime-se o reclamante para

solicitar a certidão, em até 15 dias, findos os quais fica autorizado o arquivamento dos autos, podendo ser requerida a supracitada certidão, enquanto não estiver prescrita a execução.Sem custas nem honorários.Belém, 11 de junho de 2019. ANA PATRÍCIA NUNES ALVES FERNANDESJuíza de Direito

Número do processo: 0834908-63.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL DOM FRANCISCO - BLOCO II Participação: ADVOGADO Nome: SIGLIA BETANIA DE OLIVEIRAOAB: 17470/PA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL PIEDADE DE LIMAOAB: 20443/PA Participação: EXECUTADO Nome: MARIA ANTONIETA PASSOS COSTADiante da certidão emitida pela secretaria da Vara que informa que não houve emenda da inicial, conforme estabelecido em decisão anterior, indefiro a Petição Inicial, nos termos do art.321 parágrafo único do Código de Processo Civil e, por consequência, Julgo Extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do art.485, I do Código de Processo Civil.Belém, 11 de junho de 2019.ANA PATRÍCIA NUNES ALVES FERNANDES Juíza de Direito

Número do processo: 0834521-48.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO PARQUE RESIDENCIAL DOM FRANCISCO - BLOCO II Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL PIEDADE DE LIMAOAB: 20443/PA Participação: ADVOGADO Nome: SIGLIA BETANIA DE OLIVEIRAOAB: 17470/PA Participação: EXECUTADO Nome: MARIO ANTONIO MACHADODiante da ausência de manifestação do exequente, verifico que não houve emenda da inicial, conforme estabelecido em decisão anterior, indefiro a Petição Inicial, nos termos do art.321 parágrafo único do Código de Processo Civil e, por consequência, Julgo Extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do art.485, I do Código de Processo Civil.Belém, 11 de junho de 2019.ANA PATRÍCIA NUNES ALVES FERNANDES Juíza de Direito

Número do processo: 0837815-74.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: HERCULANO MONTEIRO JUNIOR Participação: ADVOGADO Nome: BRENNO MORAIS MIRANDAOAB: 7445 Participação: RECLAMADO Nome: MOVIDA LOCACAO DE VEICULOS S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE NORIO HIRATSUKAOAB: 231205/SPProc. n. 0837815-74.2018.814.0301 SENTENÇA Dispensado o relatório.No que se refere à impugnação do pedido de justiça gratuita, deixo de analisar neste momento, tendo em vista que não há cobrança de custas e honorários nos juizados especiais, em primeiro grau de jurisdição. Afasto a preliminar de inépcia da inicial, tendo em vista que a análise probatória é matéria de mérito. Os documentos essenciais à propositura da ação foram apresentados com a inicial, não havendo que se falar em inépcia por sua ausência.Analisados, observo que está demonstrado que o reclamante não estava na cidade em que ocorreu a suposta infração, uma vez que, conforme apresentou a reclamada, a viagem era de cerca de 29 horas, o que seria incompatível com o serviço do autor como motorista de aplicativo nesta cidade. Ademais, conforme contrato juntado pela própria ré, o reclamante esteve na loja e apresentou o veículo com 20.553 quilômetros rodados, em 07.12.2017. Em 07.11.2017, a quilometragem era de 16.237. Assim, de 07.11.2017 a 08.12.2017, houve o uso de 4.316 km. Seria impossível ir e voltar ao local onde ocorreu a infração, pois conforme se verifica, a distância média entre o município de Catalão e o de Belém é de cerca de 2.200km. Ida e volta já atingiria a quilometragem rodada isso contando que o autor não desviasse o caminho momento nenhum, apenas ir e voltar. Além disso, a infração ocorreu apenas uma semana após a retirada do veículo. Significaria que o reclamante estaria as três semanas seguintes com o carro parado, embora estivesse pagando a diária.Observo, ainda, que na notificação de infração, não há dados precisos acerca da autuação. Se ocorreu através de equipamento no local ou por agente de trânsito. Se por equipamento, não há foto. Se por agente, também não foi apresentado nenhum dado neste sentido.Desta forma, caberia à requerida, enquanto proprietária, informar ao requerente acerca da notificação, eis que esta era passível de recurso e havia prazo para impugnação. Todavia, quedou-se inerte, vindo apenas a cobrar do autor o valor supostamente pago pela multa, uma vez que também não há essa comprovação nos autos.Por isso, procedente o pedido de declaração de inexistência de débito.Por fim, na análise do pedido de indenização por danos morais, assevero que se trata de cobrança indevida. Contudo, não restou demonstrada a efetiva inscrição em órgãos de proteção ao crédito, prova esta que estava dentro da possibilidade do autor.

Assim, a simples cobrança indevida, quando desacompanhada de outros elementos como cobrança vexatória, inscrição indevida não é suficiente a causar abalo ou violação aos atributos de personalidade, pacificando-se a situação apenas com a declaração de inexistência de débito.Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para confirmando o provimento liminar anteriormente concedido, tornando-o definitivo, declarar a inexistência do débito cobrado pela requerida referente a infração apresentada.Sem custas nem honorários nesta fase e nesta instância.Indefiro o pedido de indenização por danos morais, na forma da fundamentação.Após o trânsito em julgado, arquive-se.Belém, 10 de junho de 2019. ANA PATRÍCIA NUNES ALVES FERNANDESJuíza de Direito Titular da 1ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém

Número do processo: 0873295-16.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: VICTORIA DE NAZARE GEMAQUE CARDOSO Participação: ADVOGADO Nome: ELIZABETH COSTA COUTINHOOAB: 6747PA Participação: RECLAMADO Nome: NATURA COSMETICOS S/ACuida-se de ação proposta por reclamante que declarou residir na Comarca de Rondon do Pará- Pa em face da reclamada Natura Cosméticos S.A. com domicilio em São Paulo - SP.Analisados, verifico primeiramente que cuida-se de relação de consumo, razão pela qual a regra de competência prevista no art. 101, I do CDC deve ser observada como critério determinativo de competência, nos termos do entendimento do STJ e demais tribunais pátrios:AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL.COMPETÊNCIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ.1. A Corte de origem decidiu de acordo com jurisprudência do STJ, no sentido de que, em se tratando de matéria de consumo, a competência é o domicílio do consumidor. Incidência da Súmula 83/STJ.2. Agravo regimental não provido.(AgRg no REsp 1319067/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 27/11/2012)Disponível emhttp://www.stj.jus.br. Acesso em 16.04.2013 Pelo exposto, estabelecida a relação de consumo e sendo ajuizada ação fora do domicilio do consumidor deve-se reconhecer a incompetência deste Juizado Especial Cível e determinar a extinção do processo sem resolução de mérito nos termos do art. 51 III da Lei 9099/95.Intime-se.Transitada em julgado. Arquive-se.Belém, 11 de junho de 2019 Ana Patrícia Nunes Alves FernandesJuíza de Direito

SECRETARIA DA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Número do processo: 0821220-63.2019.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO EDIFICIO RESIDENCIAL PLAZA ALEXANDRIA Participação: ADVOGADO Nome: ALMIR CONCEICAO CHAVES DE LEMOSOAB: 014902/PA Participação: EXECUTADO Nome: MARINETE COSTA MACHADOR. hoje, Considerando que a obrigação foi cumprida, extingo o processo por pagamento integral da dívida, na forma do art, 924, inciso II, do NCPC.Arquive-se.Belém, 19 de junho de 2019. Dra. ANA LYNCH

Número do processo: 0840808-90.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ISAAC NUNES TROVAO Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA INEZ ELUAN DA SILVAOAB: 17907/PA Participação: RECLAMADO Nome: RAMON REIS DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: REBECA GARCIA MARTINS REIS DOS SANTOSOAB: 49228/PRProcesso: 0840808-90.2018.8.14.0301RECLAMANTE: ISAAC NUNES TROVAORECLAMADO: RAMON REIS DOS SANTOS DESPACHO R. Hoje, Considerando a impossibilidade em realizar a intimação das partes em tempo hábil para comparecimento em audiência de instrução no dia 25/06/2019, bem como a impossibilidade de inclusão na pauta de audiência deste dia, uma vez esta já está fechada,indefiro o pedido de redesignção de audiência, permanecendo a data anteriormente marcada em juízo (id. 9780990). Cumpra-se. Intime-se. Belém, 4 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0000262-50.2014.8.14.0306 Participação: RECLAMANTE Nome: RICARDO RODRIGUES ABADESSA GONCALVES Participação: ADVOGADO Nome: MARCIA REGINA GARCIA DE MIRANDAOAB: 20836/PA Participação: RECLAMADO Nome: MULTIPLA COMERCIO DE EQUIPAMENTO LTDA EPP Participação: ADVOGADO Nome: ALINE DOS SANTOS NUNESOAB: 942Processo: 0000262-50.2014.8.14.0306RECLAMANTE: RICARDO RODRIGUES ABADESSA GONCALVESRECLAMADO: MULTIPLA COMERCIO DE EQUIPAMENTO LTDA EPP DESPACHO R. Hoje, Considerando o retorno autos da instância superior, intimem-se as partes para requererem o que couber. Cumpra-se. Intime-se. Belém, 5 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0830101-63.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO SOL DOURADO Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO KAIO RIBEIRO ARAGAOOAB: 22443/PA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE CLAUDIO CARNEIRO ALVESOAB: 005819/PA Participação: EXECUTADO Nome: OCUPANTE DO IMÓVEL Participação: EXECUTADO Nome: LUIZ CARLOS MARTINS PADILHAProcesso: 0830101-63.2018.8.14.0301EXEQUENTE: CONDOMINIO SOL DOURADOEXECUTADO: OCUPANTE DO IMÓVEL, LUIZ CARLOS MARTINS PADILHA Despacho R. Hoje,1. Considerando o teor da certidão retro (ID 10129471), intime-se a parte reclamante para se manifestar e apresentar endereço novo do proprietário do imóvel, no prazo de quinze dias.Cumpra-se. Intime-se.Belém, 12 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direito gm

Número do processo: 0815034-58.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: HUASCAR LEMOS DE SOUZA JUNIOR Participação: ADVOGADO Nome: MANUELA FREITAS SANTOSOAB: 6400PA Participação: EXECUTADO Nome: FABIO ERNESTO DE JESUS DIAS Participação: ADVOGADO Nome: JOSE FLAVIO RIBEIRO MAUESOAB: 10848/PAProcesso: 0815034-58.2018.8.14.0301EXEQUENTE: HUASCAR LEMOS DE SOUZA JUNIOREXECUTADO: FABIO ERNESTO DE JESUS DIAS DESPACHO R. Hoje, Considerando a existência de valores depositados em juízo, bem como o pedido do autor, determino que expeça-se alvará em favor de pessoa habilitada para recebê-lo.Após, retornem conclusos para tentativa de bloqueio do valor remanescente. Cumpra-se. Intime-se. Belém, 13 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0025420-73.2015.8.14.0306 Participação: EXEQUENTE Nome: SOCRED S/A SOCIEDADE DE CREDITO AO MICROEMPREENDEDOR Participação: ADVOGADO Nome: FRANCISCO ANTONIO DOS SANTOS MOYAOAB: 56 Participação: EXECUTADO Nome: ANTONIA ROSILDA FURTADO SOUSA Participação: ADVOGADO Nome: GABRIEL SILVA MALHEIROS DO NASCIMENTOOAB: 720 Participação: ADVOGADO Nome: MAYCON VALENTE PANTOJAOAB: 17309/PA Participação: EXECUTADO Nome: R V W SERVICOS DE TRANSPORTES LTDA-EPP Participação: ADVOGADO Nome: GABRIEL SILVA MALHEIROS DO NASCIMENTOOAB: 720 Participação: ADVOGADO Nome: MAYCON VALENTE PANTOJAOAB: 17309/PAR. hoje,Atualize-se o valor da penhora.Em, 13 de junho de 2019.Dra. ANA LYNCH

Número do processo: 0811356-69.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JOSE RODRIGO SANTANA PINHO Participação: ADVOGADO Nome: IRANI DE FATIMA TEIXEIRA CONTENTEOAB: 005108/PA Participação: RECLAMANTE Nome: CRISTIANE TEIXEIRA CONTENTE PINHO Participação: ADVOGADO Nome: IRANI DE FATIMA TEIXEIRA CONTENTEOAB: 005108/PA Participação: RECLAMADO Nome: PDG CONSTRUTORA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: FABIO RIVELLIOAB: 21074/PACertifico e dou fé, que deixo de dar cumprimento ao encaminhamento a Turma Recursal, tendo constatado que não houve intimação válida a reclamada para contrarrazoar;Assim sendo, passo a expedir através deste ato, a intimação a reclamada, referente aos termos da certidão de ID8268447 - Certidão,para querendo apresentar suas contrarrazões, no prazo legal.Belém, 28/06/2019Bela. Isabel Rodrigues - Secretaria 2VJEC

Número do processo: 0803164-50.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: LUIZ FELLIPE CURVELO CIRAULO SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO VAZ FERREIRAOAB: 21193/PA Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO KISIOLAR VAZ FERREIRAOAB: 22221-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: ALINE CRIZEL VAZ FERREIRAOAB: 22220-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: MARIA DANTAS VAZ FERREIRAOAB: 21150/PA Participação: RECLAMANTE Nome: RAISSA RACHID LIMA AMIN Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO VAZ FERREIRAOAB: 21193/PA Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO KISIOLAR VAZ FERREIRAOAB: 22221-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: ALINE CRIZEL VAZ FERREIRAOAB: 22220-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: MARIA DANTAS VAZ FERREIRAOAB: 21150/PA Participação: RECLAMADO Nome: GUSTAVO HENRIQUE DA SILVA TAVARES Participação: ADVOGADO Nome: IGOR GONCALVES BARROSOAB: 7269PA Participação: RECLAMADO Nome: FLAVIA VALERIA AGUIAR VIEIRA TAVARES Participação: ADVOGADO Nome: IGOR GONCALVES BARROSOAB: 7269PA Participação: RECLAMADO Nome: ESTEVES ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS S/S LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO GONCALVES BARROSOAB: 15061/PAR. Hoje,Promovo nesta data a retirada do sigilo dos documentos anexados pela parte reclamada.Considerando a existência de pedido contraposto, determino a intimação dos reclamantes para, se quiserem, manifestarem no prazo de 15 dias.Após, retornem os autos conclusos para sentença.Belém, 19 de JUNHO de 2019ANA LUCIA BENTES LYNCHJuíza de Direito

Número do processo: 0855942-60.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: TILES WOOD COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI - EPP Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE ARAUJO FERREIRAOAB: 7847PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIROOAB: 12436/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PAVistos, etc.Tratam-se de embargos declaratórios propostos em face de sentença de extinção do feito sem julgamento do mérito proferida nos autos da presente ação.O art. 48 da Lei nº 9.099/95 estabelece que caberão embargos de declaração no âmbito dos Juizados Especiais quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida.Aduz a embargante que a sentença seria omissa por não ter apreciado a revogação da antecipação de tutela.Considerando que a tutela antecipada se

configura como acessório no processo e, não tendo sido resolvido o mérito, com a consequente extinção do feito, por certo, ocorre a revogação da tutela, não havendo que se falar em imprescindibilidade de tal informação no corpo da sentença.Contudo, diante do pedido, recebo os Embargos, julgando-os procedentes para incluir no dispositivo da sentença a revogação dos termos da tutela antecipada, devendo permanecer inalterados todos os outros termos da sentença. Intime-se.Belém, 25 de JUNHO de 2019. Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de DireitoR.G.

Número do processo: 0803480-63.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: IVALDO PESSOA COSTA JUNIOR Participação: EXECUTADO Nome: TIM CELULAR S.A. Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTROOAB: 410-APA Participação: ADVOGADO Nome: CASSIO CHAVES CUNHAOAB: 12268/PAProcesso: 0803480-63.2017.8.14.0301EXEQUENTE: IVALDO PESSOA COSTA JUNIOREXECUTADO: TIM CELULAR S.A.DespachoR. Hoje,Intime-se o executado para manifestar-se sobre o cumprimento de sentença.Havendo manifestação positiva sobre o cumprimento, defiro, desde já a expedição de alvará judicial, com as cautelas legais.Cumpra-se. Intime-se.Belém, 26 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direito gm

Número do processo: 0812156-63.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: NACIARA SILVA DOS REIS Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PAProcesso: 0812156-63.2018.8.14.0301RECLAMANTE: NACIARA SILVA DOS REISRECLAMADO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA SENTENÇA Vistos, etc... A inércia das partes diante dos deveres processuais, levando à paralisação do processo, faz prever a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Análogo ao desaparecimento superveniente do interesse de agir, que representa uma das condições de ação, ou seja, um requisito fundamental a ser preenchido para o correto exercício da garantia constitucional do Direito de Ação. Compulsando os autos, verifico que desde setembro de 2018 a reclamante está silente, deixando de impulsionar o processo, conforme a certidão retro. Ante o exposto, arquivem-se os autos. Cumpra-se.Belém, 25 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de DireitoR.G.

Número do processo: 0800318-89.2019.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: RUFINO & CIA LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: KELLY MARIA DA CRUZ TEIXEIRAOAB: 19457/PA Participação: EXECUTADO Nome: LEONARDO DE NAZARE DA SILVA PINTOProcesso: 0800318-89.2019.8.14.0301EXEQUENTE: RUFINO & CIA LTDA - MEEXECUTADO: LEONARDO DE NAZARE DA SILVA PINTO DESPACHO R. Hoje, Ao exequente, para informar o CPF do executado no prazo de 30 dias, a fim de que se dê continuidade na execução, sob pena de extinção. Cumpra-se. Intime-se. Belém, 10 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0816789-20.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: INGRID DE NAZARE DAS NEVES RAMOS Participação: ADVOGADO Nome: INGRID DE NAZARE DAS NEVES RAMOSOAB: 016928/PA Participação: EXECUTADO Nome: Claro S.A.Processo: 0816789-20.2018.8.14.0301RECLAMANTE: INGRID DE NAZARE DAS NEVES RAMOSRECLAMADO: CLARO S.A. DESPACHO R. Hoje, 1.Considerando a existência de valores depositados em juízo, bem como o pedido do autor, determino que expeça-se alvará em favor de pessoa habilitada para recebê-lo.2.Nada mais havendo, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Intime-se. Belém, 11 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0825521-87.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: SORAIA CARMO

DANTAS 22921303272 Participação: RECLAMADO Nome: NEBRASKA DO BRASIL COMUNICACOES EIRELI Participação: ADVOGADO Nome: JUSSARA DA COSTA CAMPOSOAB: 293275/SPProcesso: 0825521-87.2018.8.14.0301RECLAMANTE: SORAIA CARMO DANTAS 22921303272RECLAMADO: NEBRASKA DO BRASIL COMUNICACOES EIRELI DESPACHO R.hoje, Considerando o entendimento do STJ consolidado no Resp n.1.134.186/RS (Relator Min. Luis Felipe Salomão, DJe 21.10.2011) nos moldes do recurso repetitivo do art. 1.036, doCPC, bem como entendimento majoritário das duas Turmas Recursais deste estado, determino a intimação do reclamado para cumprimento voluntário da sentença no prazo de 15 dias, conforme o art. 523, §1º doCódigo de Processo Civil, entendimento este que esta magistrada passa a adotar, a fim de se adequar suas decisões às turmas e tribunal superior supra descrito. Havendo pedido, determino desde a expedição de guia para pagamento, sendo que o vencimento será no prazo de 15 dias da intimação deste despacho, ou seja, dentro do prazo para o cumprimento voluntário da obrigação, condicionada à apresentação da planilha de débito atualizada. Havendo pagamento voluntário, autorizo desde já sua liberação ao autor por alvará, ou ao seu advogado (caso haja pedido e este tenha poderes expressos para receber e dar quitação). Havendo pedido de execução, devidamente instruído com a planilha de débito atualizada, na forma do art. 798, inciso I, alínea ?b? do CPC e não havendo pagamento voluntário em 15 (quinze) dias, prossiga-se na execução do feito e remetendo conclusos para providências junto ao BACENJUD Não havendo pedido de execução no prazo de 30 dias do trânsito em julgado e nada mais havendo, determino o arquivamento do feito, com base no art. 485, inciso III doCPC.Cumprida a obrigação, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de Direito

Número do processo: 0818730-05.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: MARCIA HELENA ARAUJO DE SOUZA Participação: EXECUTADO Nome: COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVAOAB: 10176/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUIZ RONALDO ALVES CUNHAOAB: 12202/PA0818730-05.2018.8.14.0301Intime-se a executada para proceder o pagamento do valor pretendido no prazo de 15 (quinze) dias.Não havendo pagamento ou manifestação, voltem conclusos para penhora.Belém, 13 de junho de 2019Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de Direitoms

Número do processo: 0800159-73.2015.8.14.0306 Participação: EXEQUENTE Nome: PAULO EDUARDO CORREA CECIM Participação: EXECUTADO Nome: TIM CELULAR S.A. Participação: ADVOGADO Nome: CASSIO CHAVES CUNHAOAB: 12268/PAProcesso: 0800159-73.2015.8.14.0306RECLAMANTE: PAULO EDUARDO CORREA CECIMRECLAMADO: TIM CELULAR S.A. DESPACHO R.hoje, Considerando o entendimento do STJ consolidado no Resp n.1.134.186/RS (Relator Min. Luis Felipe Salomão, DJe 21.10.2011) nos moldes do recurso repetitivo do art. 1.036, doCPC, bem como entendimento majoritário das duas Turmas Recursais deste estado, determino a intimação do reclamado para cumprimento voluntário da sentença no prazo de 15 dias, conforme o art. 523, §1º doCódigo de Processo Civil, entendimento este que esta magistrada passa a adotar, a fim de se adequar suas decisões às turmas e tribunal superior supra descrito. Havendo pedido, determino desde a expedição de guia para pagamento, sendo que o vencimento será no prazo de 15 dias da intimação deste despacho, ou seja, dentro do prazo para o cumprimento voluntário da obrigação, condicionada à apresentação da planilha de débito atualizada. Havendo pagamento voluntário, autorizo desde já sua liberação ao autor por alvará, ou ao seu advogado (caso haja pedido e este tenha poderes expressos para receber e dar quitação). Havendo pedido de execução, devidamente instruído com a planilha de débito atualizada, na forma do art. 798, inciso I, alínea ?b? do CPC e não havendo pagamento voluntário em 15 (quinze) dias, prossiga-se na execução do feito e remetendo conclusos para providências junto ao BACENJUD Cumprida a obrigação, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de Direito

Número do processo: 0837384-74.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: QUINTINO MANOEL FERREIRA AGUIAR Participação: ADVOGADO Nome: MILLENA CARDOSO MIRANDAOAB: 8075 Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANA CARDOSO AGUIAROAB: 237 Participação: RECLAMANTE Nome: SANDRA DO SOCORRO CARDOSO AGUIAR Participação: ADVOGADO Nome:

MILLENA CARDOSO MIRANDAOAB: 8075 Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANA CARDOSO AGUIAROAB: 237 Participação: RECLAMADO Nome: MANOEL SOUZA DE MENDONCA Participação: ADVOGADO Nome: SOLANGE LOPES FERREIRAOAB: 26291/PA Participação: ADVOGADO Nome: ZULENE CASTRO LOPES DA COSTAOAB: 14594-B/PA Participação: RECLAMADO Nome: IRAMAIA DA COSTA VIANNA DE MENDONCA Participação: ADVOGADO Nome: SOLANGE LOPES FERREIRAOAB: 26291/PA Participação: ADVOGADO Nome: ZULENE CASTRO LOPES DA COSTAOAB: 14594-B/PA0837384-74.2017.8.14.0301Vistos os autos.Considerando a impossibilidade de comparecimento do reclamado à audiência, assim como o pedido de dispensa de novas audiências formulado pela reclamante:1) Intime-se os reclamados para que informem se têm interesse na realização de nova audiência;2) Caso não tenha interesse, o que deverá ser declarado por expresso no prazo de 15 (quinze) dias, fica concedido prazo de 30 (trinta) dias, após a declaração, para apresentação de contestação por escrito nos autos;3) Caso tenha interesse, ou caso não haja manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, deverá a Secretaria designar audiência na modalidade Instrução e Julgamento, intimando as partes.Belém, 13 de junho de 2019Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de Direitoms

Número do processo: 0800025-12.2016.8.14.0306 Participação: RECLAMANTE Nome: PAULO SERGIO DOS SANTOS Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIROOAB: 12436/PAProcesso: 0800025-12.2016.8.14.0306RECLAMANTE: PAULO SERGIO DOS SANTOSRECLAMADO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA DespachoR. hoje,Considerando o trânsito em julgado da sentença e o decurso do prazo recursal sem interposição de recurso pelas partes, arquivem-se os autos.Cumpra-se. Belém, 18 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de Direitofv

Número do processo: 0832461-34.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: PATRICIA RAIMUNDA DE SOUZA SANTIAGO Participação: ADVOGADO Nome: ROSELI DA SILVA MIRANDA CRUZOAB: 26314/PA Participação: RECLAMADO Nome: LOJAS AMERICANAS S.A.Processo: 0832461-34.2019.8.14.0301RECLAMANTE: PATRICIA RAIMUNDA DE SOUZA SANTIAGORECLAMADO: LOJAS AMERICANAS S.A.DespachoR. Hoje, Como a petição inicial apresenta defeitos capazes de dificultar a ampla defesa e o julgamento do mérito, determino que a autora emende a inicial no prazo de 15 dias (art. 321 CPC), corrigindo erros que dificultam a compreensão geral do texto, erros no arquivo, como no ID 11037731, onde se encontra uma parte de outro processo e também no pedido de tutela, em atenção ao parágrafo VI do art. 319 do CPC. Cumpra-se. Intime-se.Belém, 17 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direito gm

Número do processo: 0822990-62.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: RODRIGO PINHEIRO FONSECA Participação: ADVOGADO Nome: SYLVIO FONSECA DE NOVOAOAB: 11609/PA Participação: EXECUTADO Nome: SKY BRASIL SERVICOS LTDA Participação: ADVOGADO Nome: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSAOAB: 24532A/PAProcesso: 0822990-62.2017.8.14.0301RECLAMANTE: RODRIGO PINHEIRO FONSECARECLAMADO: SKY BRASIL SERVICOS LTDA DESPACHO R.hoje, Considerando o entendimento do STJ consolidado no Resp n.1.134.186/RS (Relator Min. Luis Felipe Salomão, DJe 21.10.2011) nos moldes do recurso repetitivo do art. 1.036, doCPC, bem como entendimento majoritário das duas Turmas Recursais deste estado, determino a intimação do reclamado para cumprimento voluntário da sentença no prazo de 15 dias, conforme o art. 523, §1º doCódigo de Processo Civil, entendimento este que esta magistrada passa a adotar, a fim de se adequar suas decisões às turmas e tribunal superior supra descrito. Havendo pedido, determino desde a expedição de guia para pagamento, sendo que o vencimento será no prazo de 15 dias da intimação deste despacho, ou seja, dentro do prazo para o cumprimento voluntário da obrigação, condicionada à apresentação da planilha de débito atualizada. Havendo pagamento voluntário, autorizo desde já sua liberação ao autor por alvará, ou ao seu advogado (caso haja pedido e este tenha poderes expressos para receber e dar quitação). Havendo pedido de execução, devidamente instruído com a planilha de débito atualizada, na forma do art. 798, inciso I, alínea ?b? do CPC e não havendo pagamento

voluntário em 15 (quinze) dias, prossiga-se na execução do feito e remetendo conclusos para providências junto ao BACENJUD Não havendo pedido de execução no prazo de 30 dias do trânsito em julgado e nada mais havendo, determino o arquivamento do feito, com base no art. 485, inciso III doCPC.Cumprida a obrigação, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Belém, 19 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de Direitofv

Número do processo: 0808960-22.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: FABIO DA SILVA CAVALCANTE Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJAOAB: 19782/PA Participação: ADVOGADO Nome: ALLAN FURTADO MENEZESOAB: 925PA Participação: RECLAMADO Nome: E.T.R. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: RAQUEL DOS SANTOS PORTOOAB: 7929Processo: 0808960-22.2017.8.14.0301RECLAMANTE: FABIO DA SILVA CAVALCANTERECLAMADO: E.T.R. CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA DespachoR. hoje,Considerando que a sentença transitou em julgado sem interposição de recurso, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Belém, 14 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de Direitofv

Número do processo: 0819911-07.2019.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO EDIFICIO VILLAGE EMPRESARIAL Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO KAIO RIBEIRO ARAGAOOAB: 22443/PA Participação: EXECUTADO Nome: HELENA TERESA DE FREITAS ZAMPOLOPROCESSO :0819911-07.2019.8.14.0301EXEQUENTE: CONDOMINIO EDIFICIO VILLAGE EMPRESARIALEXECUTADO: HELENA TERESA DE FREITAS ZAMPOLOSENTENÇAVistos,Homologo o pedido de desistência formulado pelo(a) autor(a), e declaro a extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC/2015.Isento de custas, como prevê o art. 55 da lei 9099/95.Arquivem-se os autos independentemente de intimação (art. 51, § 1º, lei 9099/95) Belém, 24 de junho de 2019Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de Direito

Número do processo: 0820500-33.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: VALERIO LIBDY MAGALHAES Participação: ADVOGADO Nome: KEILA RENATA DE SOUZA FLOROAB: 23038/PA Participação: RECLAMADO Nome: TAHIANA SILVA VASCONCELOSPROCESSO :0820500-33.2018.8.14.0301RECLAMANTE: VALERIO LIBDY MAGALHAESRECLAMADO: TAHIANA SILVA VASCONCELOSSENTENÇAVistos,Homologo o pedido de desistência formulado pelo(a) autor(a), e declaro a extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, VIII, do CPC/2015.Isento de custas, como prevê o art. 55 da lei 9099/95.Arquivem-se os autos independentemente de intimação (art. 51, § 1º, lei 9099/95) Belém, 24 de junho de 2019Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de Direito

Número do processo: 0000588-10.2014.8.14.0306 Participação: EXEQUENTE Nome: EMANUEL VITOR LIARTE DE MATOS Participação: ADVOGADO Nome: WILSON ALCANTARA DE OLIVEIRA NETOOAB: 2019 Participação: EXECUTADO Nome: TIM CELULAR S/A Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTROOAB: 410-APA Participação: ADVOGADO Nome: CASSIO CHAVES CUNHAOAB: 12268/PAR. hoje,Intime-se o executado para apresentar impugnação no prazo de lei. Belém, 10 de junho de 2019. Dra. ANA LYNCH

Número do processo: 0826639-64.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: CONDOMNIO RESIDENCIAL COSTA FORTUNA Participação: ADVOGADO Nome: MARIO LUCIO JAQUES JUNIOROAB: 6635 Participação: ADVOGADO Nome: DIRNEY DA SILVA CUNHAOAB: 28241/PA Participação: RECLAMANTE Nome: KATIA REGINA MARAVILHA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MARIO LUCIO JAQUES JUNIOROAB: 6635 Participação: ADVOGADO Nome: DIRNEY DA SILVA

CUNHAOAB: 28241/PA Participação: RECLAMADO Nome: CELIA PINHEIRO DOS SANTOSR. Hoje,Considerando que não faz parte do presente processo a Sra. GLEICIANY BAENA DE ALMEIDA, bem como esta não exarou sua assinatura no acordo juntado, deixo de proceder a homologação.Intime-se a parte reclamante para que manifeste interesse no prosseguimento do feito, no prazo máximo de 30 dias. Sem manifestação, retornem os autos conclusos para decisão.Belém, 06 de JUNHO de 2019ANA LUCIA BENTES LYNCHJuíza de DireitoR.G.

Número do processo: 0850943-64.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: RUY COLLYER PONTES Participação: ADVOGADO Nome: LEYLA SOARES ROSAOAB: 15117 Participação: EXECUTADO Nome: SISTECON-SERVICOS EM SISTEMAS ELETRICOS, TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - ME Participação: EXECUTADO Nome: ZAQUEU GOMES COSTAProcesso: 0850943-64.2018.8.14.0301EXEQUENTE: RUY COLLYER PONTESEXECUTADO: SISTECON-SERVICOS EM SISTEMAS ELETRICOS, TECNOLOGIA E CONSULTORIA LTDA - ME, ZAQUEU GOMES COSTA DESPACHO R. Hoje, Considerando que já houve diligência no endereço do sócio/fiador da executada informado pela exequente, tendo restado esta infrutífera, conforme certidão do Oficial de Justiça (id. 8968387), indefiro o pedido de desconsideração por edital.O exequente requer, ainda, a citação por edital em sede de rito sumaríssimo, procedimento incompatível, nos termos do art. 18, § 2º da Lei n. 9.099/95. Indefiro.Requer o exequente, por fim, a penhora online via BACENJUD, o que indefiro, uma vez não realizada a citação da executada, nem mesmo de seu sócio. Informe o autor no prazo de 15 dias novo endereço, sob pena de extinção do feito (art. 485, III, CPC.) Cumpra-se. Intime-se. Belém, 11 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0812615-02.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JORGE MAGALHAES MELLO JUNIOR Participação: ADVOGADO Nome: VANESSA HOLANDA DE ARAUJOOAB: 17860/PA Participação: RECLAMADO Nome: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDAProcesso: 0812615-02.2017.8.14.0301RECLAMANTE: JORGE MAGALHAES MELLO JUNIORRECLAMADO: FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA DESPACHO R. Hoje, Certificado o trânsito em julgado da sentença de extinção sem julgamento do mérito, não tendo havido recurso, mesmo que devidamente intimado autor, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Intime-se. Belém, 14 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0841857-06.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA DE NAZARE CARVALHO Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIROOAB: 12436/PA Participação: ADVOGADO Nome: PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO FILHOOAB: 14665R. Hoje, Baixo o processo em diligência para, mais um vez, tentar solucionar o presente feito de maneira amigável, considerando a situação em que se encontra a parte reclamante.Assim, inclua-se na pauta de audiência UNA, momento no qual a parte reclamada deverá apresentar os débitos em aberto da UC da reclamante, bem como trazer proposta de acordo.Intimem-se.Belém, 17 de JUNHO de 2019ANA LUCIA BENTES LYNCHJuíza de DireitoR.G.

Número do processo: 0803966-82.2016.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO ALTOS DO UMARIZAL Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE ALY PARAGUASSU CHARONEOAB: 11918/PA Participação: EXECUTADO Nome: PROJETO IMOBILIARIO ALTOS DO UMARIZAL SPE 64 LTDA. Participação: ADVOGADO Nome: JORGE LUIZ FREITAS MARECO JUNIOROAB: 8726 Participação: EXECUTADO Nome: VIVER INCORPORADORA E CONSTRUTORA S.A. Participação: ADVOGADO Nome: JORGE LUIZ FREITAS MARECO JUNIOROAB: 8726Processo: 0803966-82.2016.8.14.0301EXEQUENTE: CONDOMINIO ALTOS DO UMARIZALEXECUTADO: PROJETO IMOBILIARIO ALTOS DO UMARIZAL SPE 64 LTDA., VIVER INCORPORADORA E

CONSTRUTORA S.A.DespachoR. Hoje,Visto que há dois polos passivos como possíveis donos do imóvel em questão, determino que o exequente junte no autos o registro do imóvel sob o qual pretende continuar a execução. Cumpra-se. Intime-se.Belém, 12 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direito gm

Número do processo: 0001082-69.2014.8.14.0306 Participação: RECLAMANTE Nome: ANDERSON JUNIOR PARAENSE DA SILVA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO DO BRASIL S.A. Participação: ADVOGADO Nome: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRAOAB: 21078/PA Participação: ADVOGADO Nome: SERVIO TULIO DE BARCELOSOAB: 21148/PADESPACHO R. Hoje, Arquivem-se os autos.Cumpra-se. Belém, 17 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitogm

Número do processo: 0800127-68.2015.8.14.0306 Participação: RECLAMANTE Nome: OSMARINA QUEIROZ DE MIRANDA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANA VELOSO NEVESOAB: 7298 Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIROOAB: 12436/PAProcesso: 0800127-68.2015.8.14.0306RECLAMANTE: OSMARINA QUEIROZ DE MIRANDARECLAMADO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA DESPACHO R. Hoje, Considerando a existência de valores depositados em juízo, sendo o primeiro relacionado ao cumprimento de sentença e o segundo em pagamento em duplicidade feito de forma errônea pela reclamada, expeça-se alvarás tomando as seguintes cautelas:1- Alvará em nome da autora ou a quem ela indicar, correspondente ao depósito judicial realizado em 25/09/20182- Alvará referente ao depósito em duplicidade feito pela reclamada CELPA.3- Cumpra-se com as cautelas de estilo. Cumpra-se. Intime-se. Belém, 18 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitogm

Número do processo: 0827235-19.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: LENISE NAZARE ZAIDAN COELHO Participação: ADVOGADO Nome: MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTAOAB: 015069/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BMG SA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLAOAB: 109730/MGProcesso: 0827235-19.2017.8.14.0301RECLAMANTE: LENISE NAZARE ZAIDAN COELHORECLAMADO: BANCO BMG SA DESPACHO R. Hoje, Intime-se a reclamada a se manifestar. Cumpra-se. Intime-se. Belém, 19 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0801711-49.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: RESIDENCIAL CARLA MARQUES Participação: ADVOGADO Nome: RUTH HELENA ARBAGE DE MELLOOAB: 18110 Participação: REQUERIDO Nome: POLO ENGENHARIA LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO FILHOOAB: 14665 Participação: ADVOGADO Nome: THEMIS ELOANA BARRIO ALVES GURSEN DE MIRANDAOAB: 660/RR Participação: REQUERIDO Nome: Atual OcupanteProcesso: 0801711-49.2019.8.14.0301REQUERENTE: RESIDENCIAL CARLA MARQUESREQUERIDO: POLO ENGENHARIA LTDA - ME, ATUAL OCUPANTE Despacho R. Hoje,Diga ao exequente para se manifestar sobre o embargo a execução no prazo de 5 dias.Cumpra-se. Intime-se.Belém, 14 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direito gm

Número do processo: 0800764-82.2016.8.14.0306 Participação: RECLAMANTE Nome: GILVALDO DA CUNHA OLIVEIRA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PAProcesso: 0800764-82.2016.8.14.0306RECLAMANTE: GILVALDO DA CUNHA OLIVEIRARECLAMADO: CENTRAIS

ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Despacho R. hoje, Cientifiquem-se as partes sobre o retorno dos autos da Turma Recursal para que se manifestem no prazo de 15 dias.Cumpra-se. Intime-se. Belém, 18 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de Direitofv

Número do processo: 0856753-20.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO DO EDIFICIO REAL SEASONS Participação: ADVOGADO Nome: DENIS MACHADO MELOOAB: 10307/PA Participação: EXECUTADO Nome: ALIPIO DO SOCORRO VIEIRA ROMAProcesso: 0856753-20.2018.8.14.0301EXEQUENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO REAL SEASONSEXECUTADO: ALIPIO DO SOCORRO VIEIRA ROMA SENTENÇA Vistos, etc... A inércia das partes diante dos deveres processuais, levando à paralisação do processo, faz prever a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Análogo ao desaparecimento superveniente do interesse de agir, que representa uma das condições de ação, ou seja, um requisito fundamental a ser preenchido para o correto exercício da garantia constitucional do Direito de Ação. Compulsando os autos, verifico que o exequente deixou de impulsionar o processo, conforme a certidão retro. Ante o exposto, arquivem-se os autos. Cumpra-se.Belém, 24 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de Direito

Número do processo: 0807186-54.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: LUIZ FERNANDO LOPES DAS NEVES Participação: ADVOGADO Nome: LEONARDO JOSE GUALBERTO ALMEIDAOAB: 25717/PA Participação: EXECUTADO Nome: CARMEN LUCILA SILVA BARBOSA Participação: EXECUTADO Nome: EDGAR AUGUSTO SILVA BARBOSAR. hoje,Considerando a necessidade de consulta no SIEL,intime-se o exequente para informar os dados exigidos para a consulta.Diante de impossibilidade de buscar as informações, manifeste-se o exequente no interesse em prosseguimento do feito. Poder JudiciárioTribunal Regional Eleitoral do ParáSistema de Informações Eleitorais - SIEL Parte superior do formulário Dados do Eleitor: Nome Nome da Mãe Data de NascimentoFormato: DD/MM/AAAAou Número do TítuloFormato: 999999999999 Dados da Solicitação: Número do Processo ou Inquérito(obrigatório) Parte inferior do formulário Belém, 04/06/2018. Dra. ANA LYNCH

Número do processo: 0832077-08.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO DO CONJUNTO RESIDENCIAL JARDIM DAS ACACIAS Participação: ADVOGADO Nome: DENNIS HENRIQUE REIS CHAVESOAB: 24351/PA Participação: ADVOGADO Nome: GEORGE ELIAS ALVES REISOAB: 14136/PA Participação: EXECUTADO Nome: LUIZ EDUARDO DE SOUZA ROCHAR. hoje,Restou infrutífero a consulta no iNFOJUD.Esclareço o equívoco no nome do arquivo de comprovação ,mas o CPF pertence ao executado.Indefiro o pedido de inclusão no SERASA por certidão do Juízo porque não ocorreu a penhora de bens e o direito de defesa.Belém, 04/06/2019. Dra.a ANA LYNCH

Número do processo: 0138417-96.2015.8.14.0306 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA DA CONCEICAO SILVA BARLETE Participação: ADVOGADO Nome: ABNER SERIQUE DO NASCIMENTOOAB: 006122/PA Participação: RECLAMADO Nome: UNIMED BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Participação: ADVOGADO Nome: SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAOOAB: 5627/PAProcesso: 0138417-96.2015.8.14.0306RECLAMANTE: MARIA DA CONCEICAO SILVA BARLETERECLAMADO: UNIMED BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DESPACHO R. Hoje, Considerando o retorno autos da instância superior, intimem-se as partes para requererem o que couber. Cumpra-se. Intime-se. Belém, 5 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0108423-23.2015.8.14.0306 Participação: RECLAMANTE Nome: SANDRA MARIA DE JESUS DE LIMA E SILVA Participação: ADVOGADO Nome: THIEGO FERREIRA DA SILVAOAB: 6908 Participação: ADVOGADO Nome: TAINAH PERES BARBOSAOAB: 707 Participação: ADVOGADO

Nome: SILENE CASTELO BRANCO DA FONSECAOAB: 6819 Participação: RECLAMADO Nome: VIAGGIO TOUR E SERVICOS - MJA. GONNCALVES - EPP Participação: RECLAMADO Nome: ANDREIA MASCARENHAS Participação: RECLAMADO Nome: TIAGO MASCARENHAS AGUIAR Participação: RECLAMADO Nome: GIOVANNA DE CASSIA MASCARENHAS DE AGUIARR. hoje,Mantenho a decisão de arresto e citação por edital por entender incompatível com o rito dos Juizados e os Enunciados do FONAJE não possuem o caráter vinculante.Belém, 12 de junho de 2019. Dra. ANA LYNCH

Número do processo: 0829178-37.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: PATRICIA DA SILVA PEREIRA Participação: EXECUTADO Nome: PHILCO ELETRONICOS SA Participação: ADVOGADO Nome: CLAUDIA ANTUNES LOPES TRANCOZOOAB: 21386/PR Participação: EXECUTADO Nome: LOJAS AMERICANAS S.A. Participação: ADVOGADO Nome: THADEU DE JESUS E SILVAOAB: 1410/PA Participação: ADVOGADO Nome: PATRICIA GLYM SILVA COELHO DE SOUZAOAB: 6478PAProcesso: 0829178-37.2018.8.14.0301RECLAMANTE: PATRICIA DA SILVA PEREIRARECLAMADO: PHILCO ELETRONICOS SA, LOJAS AMERICANAS S.A. DESPACHO R. Hoje, 1.Considerando a existência de valores depositados em juízo, bem como o pedido do autor, determino que expeça-se alvará em favor de pessoa habilitada para recebê-lo.2.Nada mais havendo, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Intime-se. Belém, 13 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0803491-92.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JOANA D ARC ANDRADE ALVES Participação: RECLAMADO Nome: AVON COSMETICOS LTDA. Participação: ADVOGADO Nome: HORACIO PERDIZ PINHEIRO NETOOAB: 157407/SPProcesso: 0803491-92.2017.8.14.0301RECLAMANTE: JOANA D ARC ANDRADE ALVESRECLAMADO: AVON COSMETICOS LTDA. DespachoR. hoje,Considerando que a obrigação foi satisfeita, arquivem-se os autos.Cumpra-se. Belém, 14 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de Direitofv

Número do processo: 0804312-96.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARCIO GEMAQUE MACIEL Participação: ADVOGADO Nome: YANNICK MIRANDA SANZOAB: 10272/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIROOAB: 12436/PAProcesso: 0804312-96.2017.8.14.0301RECLAMANTE: MARCIO GEMAQUE MACIELRECLAMADO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA DespachoR. hoje,Considerando o trânsito em julgado da sentença e que as partes, efetivamente intimadas da decisão que julgou os Embargos Declaratórios, não apresentaram recurso, arquivem-se os autos.Cumpra-se. Belém, 18 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de Direitofv

Número do processo: 0001339-60.2015.8.14.0306 Participação: EXEQUENTE Nome: ARTUR CALANDRINI DA SILVA NETO Participação: ADVOGADO Nome: ARTUR CALANDRINI DA SILVA NETOOAB: 374 Participação: EXEQUENTE Nome: IONE SILVA DE ASSIS DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: ARTUR CALANDRINI DA SILVA NETOOAB: 374 Participação: EXECUTADO Nome: SKY SERVICOS DE BANDA LARGA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSAOAB: 24532A/PA Participação: ADVOGADO Nome: WILSON BELCHIOROAB: 20601/PA Participação: ADVOGADO Nome: GUSTAVO FREIRE DA FONSECAOAB: 12724/PAProcesso: 0001339-60.2015.8.14.0306EXEQUENTE: ARTUR CALANDRINI DA SILVA NETO, IONE SILVA DE ASSIS DA SILVAEXECUTADO: SKY SERVICOS DE BANDA LARGA LTDA DESPACHO R. Hoje, Considerando a existência de valores depositados em juízo referentes ao valor pago em excesso pelo executado, bem como o pedido de devolução do mesmo, determino que a secretaria deste juízo proceda a devolução do com as devidas cautelas em favor de pessoa habilitada para recebê-lo.2.Nada

mais havendo, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Intime-se. Belém, 19 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitogm

Número do processo: 0823159-49.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: TICIANE LIMA DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: WALBER PALHETA DE MATTOSOAB: 13320/PA Participação: RECLAMADO Nome: ELDILENE DA SILVA BARBOSA Participação: ADVOGADO Nome: MILSON ABRONHERO DE BARROSOAB: 20463/PAR. hoje,1. Defiro o pedido de remarcação de audiência una.2. Indefiro o pedido de providencias solicitadas, podendo ser solicitadas administrativamente.Belém, 19 de junho de 2019.Dra. ANA LYNCH

Número do processo: 0815643-07.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARCIO HENRIQUE VILHENA LOPES Participação: ADVOGADO Nome: DIOGO CORDEIRO FERREIRAOAB: 23084/PA Participação: RECLAMADO Nome: MARCIO ANDRE FERREIRA DA SILVAProcesso: 0815643-07.2019.8.14.0301RECLAMANTE: MARCIO HENRIQUE VILHENA LOPESRECLAMADO: MARCIO ANDRE FERREIRA DA SILVA DESPACHO R. Hoje, Considerando o endereço constante do INFOJUD, entendo que o Juízo não competente para o prosseguimento do feito.Diga o exequente. Cumpra-se. Belém, 4 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0005707-83.2013.8.14.0306 Participação: RECLAMANTE Nome: SUZANA MARIA PEREIRA GOMES Participação: ADVOGADO Nome: CIBELLE RIBEIRO NAZARE DOS SANTOS PUREZAOAB: 332 Participação: RECLAMADO Nome: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ISAAC COSTA LAZARO FILHOOAB: 18663/CEProcesso: 0005707-83.2013.8.14.0306RECLAMANTE: SUZANA MARIA PEREIRA GOMESRECLAMADO: HAPVIDA ASSISTÊNCIA MÉDICA LTDA DESPACHO R. Hoje, Considerando o retorno autos da instância superior, intimem-se as partes para requererem o que couber. Cumpra-se. Intime-se. Belém, 5 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0137423-68.2015.8.14.0306 Participação: EXEQUENTE Nome: SAMIR TADEU MORAES DAHAS JORGE Participação: ADVOGADO Nome: DANIEL KONSTADINIDISOAB: 9167 Participação: EXECUTADO Nome: AUGUSTO EMILIANO CASTELO BRANCO BARATA Participação: EXECUTADO Nome: ENDURANCE GROUP BRASIL HOSPEDAGEM DE SITES LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ARTUR MAGNO BRABOOAB: 246Processo: 0137423-68.2015.8.14.0306EXEQUENTE: SAMIR TADEU MORAES DAHAS JORGEEXECUTADO: AUGUSTO EMILIANO CASTELO BRANCO BARATA, ENDURANCE GROUP BRASIL HOSPEDAGEM DE SITES LTDA DESPACHO Vistos, etc. Considerando que o pedido de pesquisa em cartórios de registro de imóveis implica em custas cartorárias, as quais não podem ser desconsideradas na presente ação;Considerando que a pesquisa sobre a existência de imóveis em nome do executado pode ser requerida pelo exequente nos cartórios desta cidade;Considerando, ainda, que incumbe ao autor indicar os bens suscetíveis de penhora sempre que possível, considerando o art. 798, II, c), do CPC;Indefiro o pedido de ofício aos cartórios de imóveis, facultando-se ao exequente trazer ao autos informações sobre a existência de imóveis penhoráveis em nome do executado para prosseguimento da ação.Intime-se. Belém, 7 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0816130-74.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: HILTON CELSON BENIGNO DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: RAISSA SOARES QUARESMAOAB: 25201 Participação: ADVOGADO Nome: MARCELLY RABELO DE OLIVEIRAOAB: 757PA Participação: ADVOGADO Nome: ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTAOAB: 013372/PA Participação:

ADVOGADO Nome: FABIO BASTOS MAGNOOAB: 21190/PA Participação: RECLAMADO Nome: OMAR ADAMIL COSTA SARE Participação: ADVOGADO Nome: RUI GUILHERME DE ALMEIDA DE SOUSA JUNIOROAB: 27641/PAProcesso: 0816130-74.2019.8.14.0301RECLAMANTE: HILTON CELSON BENIGNO DE SOUZARECLAMADO: OMAR ADAMIL COSTA SARE DESPACHO R. Hoje, Considerando que à data da audiência já constava nos autos pedido de redesignação de audiência emrazão de viagem anteriormente marcada (id. 10623303), defiro o pedido de redesignação de audiência.Inclua-se na pauta de audiência de conciliação. Cumpra-se. Intime-se. Belém, 11 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0004951-74.2013.8.14.0306 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO DO EDIFICIO NARCISO BRAGA Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANA MARTINS GOMESOAB: 8901/PA Participação: EXECUTADO Nome: ROBERTO LUIS OLIVEIRA LOURENCOR. hoje,Junte-se certidão atualizada de Registro de Imóveis sobre o imóvel.Belém, 13 de junho de 2019. Dra. ANA LYNCH

Número do processo: 0815262-33.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CEZAR LUIZ BARBOSA VIEIRA Participação: ADVOGADO Nome: RANIER WILLIAM OVERALOAB: 13942/PA Participação: EXECUTADO Nome: REINALDO ALVES DE SA FERREIRA Participação: EXECUTADO Nome: RS IMÓVEISProcesso: 0815262-33.2018.8.14.0301EXEQUENTE: CEZAR LUIZ BARBOSA VIEIRAEXECUTADO: REINALDO ALVES DE SA FERREIRA, RS IMÓVEIS DESPACHO R. Hoje, Ao exequente para informar o CNPJ do 2º executado, a fim de que se realize a tentativa de bloqueio on line.Cumpra-se. Intime-se. Belém, 14 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0835642-14.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: PAULA APARECIDA PINHEIRO LISBOA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PA RECLAMANTE: PAULA APARECIDA PINHEIRO LISBOARECLAMADO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA SENTENÇA Vistos etc.Dispensado o relatório conforme permissivo legal.Sem mais preliminares a serem superadas, reputo-me ao mérito da presente ação.A presente ação deve ser apreciada à luz do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que a relação existente nos autos se trata de relação de consumo, conforme dispõe o artigo 3º, §2º do CDC: Art. 3° Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.§ 1° Produto é qualquer bem, móvel ou imóvel, material ou imaterial.§ 2° Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista. Como cediço, em se tratando de típica relação de consumo, o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços (art. 14 do CDC), salvo se ficar configurada uma de suas excludentes: que não colocou o produto no mercado/serviço; ou que embora haja colocado o produto/serviço no mercado, não existe defeito no produto/serviço; ou que houve culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro; ou que restar configurado que não há dano moral indenizável.Pois bem.Compulsando os autos e analisando tudo que nele consta, observa-se que o melhor direito não está com a reclamante.O histórico de consumo comprova que as faturas contestadas na inicial estão dentro da média de consumo regular da reclamante. Além do mais, houve perícia no medidor pelo IMETRO, não sendo identificada qualquer irregularidade que pudesse justificar o alegado aumento de consumo.Assim, a empresa reclamada, cumprindo com o que determina o art. 373, II do CPC, apresentou documentos capazes de atestar ausência de ato ilícito quanto à cobrança dos valores indicados na inicial, não tendo, por consequência, o que se falar em readequação das faturas e dever de indenizar.A empresa reclamada, por sua vez, apresenta pedido contraposto com o objetivo que a reclamante seja compelida a adimplir o total de R$10.896,97 (dez mil oitocentos e noventa e seis reais e noventa e sete centavos), referente as faturas objeto da presente ação.Além do pacífico entendimento jurisprudencial acerca da possibilidade de a reclamada, mesmo sendo pessoa jurídica, apresentar pedido contraposto, tal situação é

tema do Enunciado n.º 31 do FONAJE: ENUNCIADO N.º31: É admissível pedido contraposto no caso de ser a parte ré pessoa jurídica. Assim, faz jus a reclamada ao recebimento do valor total de R$10.896,97 (dez mil oitocentos e noventa e seis reais e noventa e sete centavos).Ante o exposto, julgo improcedentes os pedidos contidos na inicial, nos termos da fundamentação aprazada.Torno sem efeito as tutelas antecipadas concedidas.Julgo procedente o pedido contraposto para condenar a reclamante a pagar à empresa reclamada o valor referente as faturas de 09/2017, 10/2017, 11/2017, 01/2018, 02/2018 e 04/2018 que totaliza R$10.896,97 (dez mil oitocentos e noventa e seis reais e noventa e sete centavos), devidamente atualizada pelo IGP-M e juros de mora de 1% ao mês desde o vencimento.Em consequência, declaro extinto o processo, com apreciação de seu mérito, nos termos do art. 487 I, do CPC.Deixo de condenar em ônus sucumbenciais por não serem devidos nesta fase e nesta instância.P.R.I.C.Belém PA, 25 de JUNHO de 2019 ANA LUCIA BENTES LYNCHJuíza de DireitoR.G

Número do processo: 0824967-21.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: CENTRO EDUCACIONAL TRIUNFO LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: MAYRA LUANA SANTOS ALVESOAB: 21754/PA Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS AUGUSTO CARDOSO ALVESOAB: 8020 Participação: RECLAMADO Nome: ELAINE NATALIA DIAS FERREIRA Participação: RECLAMADO Nome: LUIS ROBERTO LOBATO DOS SANTOSR. hoje,Indefiro o pedido por citação por hora certa porque incompatível com os Juizados Especiais.Renovem-se as diligencias por oficial de justiça.Em, 12 de junho de c=2019. Dra. ANA LYNCH

Número do processo: 0832644-39.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: OTAVIO PEREIRA ROCHA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO LEANDRO VALENTE DA SILVAOAB: 622 Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PAProcesso: 0832644-39.2018.8.14.0301RECLAMANTE: OTAVIO PEREIRA ROCHARECLAMADO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA DESPACHO R. Hoje, Chamo o processo a ordem para tornar sem efeito a segunda parte do despacho de id. 10142487, qual seja: "Após manifestação, inclua-se na pauta de instrução e julgamento", uma vez que decretada revelia em audiência.Dessa forma, não tendo a reclamada se manifestado quanto aos documentos juntados, encaminho os autos conclusos para sentença. Cumpra-se. Intime-se. Belém, 13 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes Lynch Juíza de Direitofv

Número do processo: 0816317-53.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Participação: ADVOGADO Nome: RODRIGO COSTA LOBATOOAB: 20167/PA Participação: RECLAMADO Nome: RAILENE BEZERRA CARDIM Participação: ADVOGADO Nome: MARIA DO CARMO DA CRUZ PEREIRA DO NASCIMENTOOAB: 692PAR. Hoje,Considerando que houve a apresentação de petições em sigilo, promovo a retirada da restrição na presente data e determino a intimação da parte reclamante para, se quiser, manifestar-se sobre os documentos de ID N.ºs 8784483, 8790042, 8993593.Indefiro o pedido de ofício à 4ª Vara Criminal do TJPA requerido pelo reclamante, considerando que tal diligência poder ser realizada pelo mesmo através das vias necessárias.Diante da tramitação de processo junto à 4ª Vara Criminal do TJPA para apuração de denunciação caluniosa, envolvendo as mesmas partes, determino que seja oficiado à referida Vara para que informe a fase processual em que se encontra o feito.Oficie-se, ainda, à Corregedoria para que informe sobre o andamento da diligência requerida pelo CNJ em dezembro de 2018, devido a reclamação disciplinar n.º 000917955.2018.2.00.0000.Aguarde-se em Secretaria as diligências acima requeridas, sendo, desde já, autorizada a reiteração dos atos caso não haja resposta. Após, retornem os autos conclusos para sentença.Belém, 17 de JUNHO de 2019ANA LUCIA BENTES LYNCHJuíza de DireitoR.G.

Número do processo: 0803666-86.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: VIP - ALARMES MONITORADOS 24 HORAS LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: ISADORA MOURAO

GOMESOAB: 26771/PA Participação: RECLAMADO Nome: PUFF'S E CIA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - MEProcesso: 0803666-86.2017.8.14.0301RECLAMANTE: VIP - ALARMES MONITORADOS 24 HORAS LTDA - EPPRECLAMADO: PUFF'S E CIA COMERCIO DE MOVEIS LTDA - ME Sentença Relatório dispensado por lei.Compulsando os autos, verifico que a parte promovente não informou o endereço do executado. Assim, como tem-se constatada a ausência de interesse processual, declaro extinta a ação sem apreciação do mérito na forma do art. 485, III, do CPC. Arquivem-se os autos.Belém, 26 de junho de 2019 Ana Lúcia Bentes LynchJuíza de Direitofv

Número do processo: 0878471-73.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO TORRES CENARIO Participação: ADVOGADO Nome: LUIS FERNANDO ALVES FRANCAOAB: 23941/PA Participação: ADVOGADO Nome: PEDRO TEIXEIRA DALLAGNOLOAB: 11259/PA Participação: EXECUTADO Nome: FLAVIO ABDON FERREIRA RIBEIRO Participação: EXECUTADO Nome: SCORPIUS INCORPORADORA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: FABIO RIVELLIOAB: 21074/PAR. hoje,Considerando a documentação apresentada pela executada scorpius, determino que o exequente providencie a certidão de Registro de IMÓVEIS para o prosseguimento do feito.Belém, 19 de junho de 2019. Dra. ANA LYNCH

SECRETARIA DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Número do processo: 0003453-18.2014.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO DO EDIFICIO GODOY II Participação: ADVOGADO Nome: MARIA DE SANTANNA FILIZZOLA GOMIDEOAB: 42PA Participação: EXECUTADO Nome: VALDIR DE JESUS DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: CAIO GUSTAVO SILVA FERREIRAOAB: 15939/PAPROCESSO n° 0003453-18.2014.8.14.0302Expeça-se mandado de penhora do bem indicado pelo autor, com observância das cautelas de lei.Belém, 19de junho de 2019ANDRÉA CRISTINE CORRÊA RIBEIROJuíza de Direito

Número do processo: 0800961-49.2016.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: ANTONIO CARLOS MONTEIRO LEMOS Participação: ADVOGADO Nome: WELLINGTON LUIZ DAMASCENO MARTINEZOAB: 670 Participação: EXECUTADO Nome: META EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO BANDEIRA FERREIRAOAB: 19999/PA Participação: EXECUTADO Nome: CKON ENGENHARIA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO BANDEIRA FERREIRAOAB: 19999/PA Participação: EXECUTADO Nome: NELSON TAURO KATAOKA OYAMA Participação: ADVOGADO Nome: RICARDO NASSER SEFEROAB: 14800/PA Participação: EXECUTADO Nome: ROBERTO KATAOKA OYAMA Participação: ADVOGADO Nome: RICARDO NASSER SEFEROAB: 14800/PAProcesso nº: 0800961-49.2016.814.0302 DESPACHO Considerando que houve bloqueio parcial do débito, intime-se o autor para que se manifeste sobre os documentos de ID 10546117 no prazo de 05 dias.Reservo-me para analisar os pedidos formulados pelo autor no ID 11052811 após o cumprimento da diligência supra. Após, retornem os autos conclusos. P.R.I.C. Belém, 28 de junho de 2019. Andréa Cristine Corrêa RibeiroJuíza de Direito

Número do processo: 0003168-54.2016.8.14.0302 Participação: RECLAMANTE Nome: CONDOMINIO RESIDENCIAL ALTER DO CHAO- Participação: ADVOGADO Nome: NELIZA APARECIDA BARBOSA DE CASTRO SOUZAOAB: 15118/PA Participação: RECLAMADO Nome: IZAN FARIAS MENDESProcesso n.0003168-54.2016.8.14.0302. DESPACHO Compulsando os autos, observo que o requerido apresentou proposta de parcelamento do débito, o que foi aceito pelo condomínio autor, no entanto, entendo pela necessidade de detalhamento dos termos da transação.Intimem-se as partes para que, no prazo de 10 dias, apresentem termo de acordo devidamente assinado pelas partes ou representantes legais que contenha o valor total do débito negociado, o valor de cada parcela, a data de vencimento de cada prestação, a forma de pagamento e demais detalhamentos que entenderem necessário.Após conclusos para homologação.Cumpra-se.Belém, 19 de junho de 2019. Andréa Cristine Corrêa RibeiroJuíza de Direito

Número do processo: 0002165-69.2013.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: SAULO ISRAEL MARTINS BARROSO Participação: ADVOGADO Nome: WELLINGTON VASCONCELOS ARAUJO JUNIOROAB: 6422 Participação: EXECUTADO Nome: POINT INFORMATICA BELEM Participação: ADVOGADO Nome: JOSE PAULO DA CONCEICAO LOBATOOAB: 011804/PA Participação: EXECUTADO Nome: QBEX COMPUTADORES LTDA Participação: EXECUTADO Nome: ANDREIA AZEVEDO DE CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: SEVERO ALVES DO CARMOOAB: 12233/PA Participação: EXECUTADO Nome: SERGIO AGUIAR DE CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: ALIPIO RODRIGUES SERRAOAB: 8927/PAProcesso nº: 0002165-69.2013.8.14.0302 DESPACHO Considerando a petição do evento 10750820, expeça-se alvará dos valores depositados, conforme certidão de ID 11208322, em favor da parte autora,conforme decisão de ID 10173776.Por oportuno, entendo que por cautela a cada depósito deverá haver conclusão dos autos para autorizar a expedição de alvará em favor do autor.Por oportuno, determino à secretaria que a cada conclusão certifique o saldo remanescente, bem como quantas parcelas restam. P.R.I.C. Belém, 28 de junho de 2019. Andréa Cristine Corrêa RibeiroJuíza de Direito

Número do processo: 0002165-69.2013.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: SAULO ISRAEL MARTINS BARROSO Participação: ADVOGADO Nome: WELLINGTON VASCONCELOS ARAUJO JUNIOROAB: 6422 Participação: EXECUTADO Nome: POINT INFORMATICA BELEM Participação: ADVOGADO Nome: JOSE PAULO DA CONCEICAO LOBATOOAB: 011804/PA Participação: EXECUTADO Nome: QBEX COMPUTADORES LTDA Participação: EXECUTADO Nome: ANDREIA AZEVEDO DE CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: SEVERO ALVES DO CARMOOAB: 12233/PA Participação: EXECUTADO Nome: SERGIO AGUIAR DE CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: ALIPIO RODRIGUES SERRAOAB: 8927/PAProcesso nº: 0002165-69.2013.8.14.0302 DESPACHO Considerando a petição do evento 10750820, expeça-se alvará dos valores depositados, conforme certidão de ID 11208322, em favor da parte autora,conforme decisão de ID 10173776.Por oportuno, entendo que por cautela a cada depósito deverá haver conclusão dos autos para autorizar a expedição de alvará em favor do autor.Por oportuno, determino à secretaria que a cada conclusão certifique o saldo remanescente, bem como quantas parcelas restam. P.R.I.C. Belém, 28 de junho de 2019. Andréa Cristine Corrêa RibeiroJuíza de Direito

Número do processo: 0002165-69.2013.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: SAULO ISRAEL MARTINS BARROSO Participação: ADVOGADO Nome: WELLINGTON VASCONCELOS ARAUJO JUNIOROAB: 6422 Participação: EXECUTADO Nome: POINT INFORMATICA BELEM Participação: ADVOGADO Nome: JOSE PAULO DA CONCEICAO LOBATOOAB: 011804/PA Participação: EXECUTADO Nome: QBEX COMPUTADORES LTDA Participação: EXECUTADO Nome: ANDREIA AZEVEDO DE CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: SEVERO ALVES DO CARMOOAB: 12233/PA Participação: EXECUTADO Nome: SERGIO AGUIAR DE CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: ALIPIO RODRIGUES SERRAOAB: 8927/PAProcesso nº: 0002165-69.2013.8.14.0302 DESPACHO Considerando a petição do evento 10750820, expeça-se alvará dos valores depositados, conforme certidão de ID 11208322, em favor da parte autora,conforme decisão de ID 10173776.Por oportuno, entendo que por cautela a cada depósito deverá haver conclusão dos autos para autorizar a expedição de alvará em favor do autor.Por oportuno, determino à secretaria que a cada conclusão certifique o saldo remanescente, bem como quantas parcelas restam. P.R.I.C. Belém, 28 de junho de 2019. Andréa Cristine Corrêa RibeiroJuíza de Direito

Número do processo: 0002165-69.2013.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: SAULO ISRAEL MARTINS BARROSO Participação: ADVOGADO Nome: WELLINGTON VASCONCELOS ARAUJO JUNIOROAB: 6422 Participação: EXECUTADO Nome: POINT INFORMATICA BELEM Participação: ADVOGADO Nome: JOSE PAULO DA CONCEICAO LOBATOOAB: 011804/PA Participação: EXECUTADO Nome: QBEX COMPUTADORES LTDA Participação: EXECUTADO Nome: ANDREIA AZEVEDO DE CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: SEVERO ALVES DO CARMOOAB: 12233/PA Participação: EXECUTADO Nome: SERGIO AGUIAR DE CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: ALIPIO RODRIGUES SERRAOAB: 8927/PAProcesso nº: 0002165-69.2013.8.14.0302 DESPACHO Considerando a petição do evento 10750820, expeça-se alvará dos valores depositados, conforme certidão de ID 11208322, em favor da parte autora,conforme decisão de ID 10173776.Por oportuno, entendo que por cautela a cada depósito deverá haver conclusão dos autos para autorizar a expedição de alvará em favor do autor.Por oportuno, determino à secretaria que a cada conclusão certifique o saldo remanescente, bem como quantas parcelas restam. P.R.I.C. Belém, 28 de junho de 2019. Andréa Cristine Corrêa RibeiroJuíza de Direito

Número do processo: 0836837-34.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: HAROLDO SOARES DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: KENIA SOARES DA COSTAOAB: 15650/PA Participação: EXECUTADO Nome: PEDRA FERNANDA DA SILVA PEREIRA Participação: ADVOGADO Nome: MARCO ANTONIO DE AZEVEDO ALVES MACHADO FILHOOAB: 602PA Participação: ADVOGADO Nome: EMANUEL DE FRANCA JUNIOROAB: 21409/PAProcesso nº.: 0836837-

34.2017.814.0302 DESPACHO Considerando a deliberação proferida nos autos do processo 0839609-33.2018.8.14.0301, à secretaria para que cumpra a decisão, após conclusos para análise.Cumpra-se Belém, 03 de junho de 2019. Andréa Cristine Corrêa RibeiroJuíza de Direito

Número do processo: 0836837-34.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: HAROLDO SOARES DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: KENIA SOARES DA COSTAOAB: 15650/PA Participação: EXECUTADO Nome: PEDRA FERNANDA DA SILVA PEREIRA Participação: ADVOGADO Nome: MARCO ANTONIO DE AZEVEDO ALVES MACHADO FILHOOAB: 602PA Participação: ADVOGADO Nome: EMANUEL DE FRANCA JUNIOROAB: 21409/PAProcesso nº.: 0836837-34.2017.814.0302 DESPACHO Considerando a deliberação proferida nos autos do processo 0839609-33.2018.8.14.0301, à secretaria para que cumpra a decisão, após conclusos para análise.Cumpra-se Belém, 03 de junho de 2019. Andréa Cristine Corrêa RibeiroJuíza de Direito

Número do processo: 0800900-91.2016.8.14.0302 Participação: RECLAMANTE Nome: JOYCE DE NAZARE MATOS TAVARES Participação: ADVOGADO Nome: ERIKA SOFIA CONTE LIMAOAB: 021867/PA Participação: RECLAMADO Nome: UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: LARISSA DAS GRACAS FREITAS SALESOAB: 3645Processo n° 0800900-91.2016.8.14.0302 Intimem-se as partes do retorno dos autos da Turma Recursal, para que se manifestem, requerendo, o que entenderem de direito.Após, acautelem-se os autos em secretaria por seis meses, aguardando qualquer manifestação das partes, a teor do disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n° 9.099/95.Findo o prazo sem manifestação, dê-se baixa e arquivem-se, sem prejuízo do desarquivamento em caso de solicitação do requerente. Belém,18de junho de 201ANDRÉA CRISTINE CORRÊA RIBEIROJuíza de Direito

Número do processo: 0846657-43.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO JARDIM GUANABARA Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE ARAUJO FERREIRAOAB: 7847PA Participação: EXECUTADO Nome: CHARLYSTON WYTTING CARDOSO DE SOUSAProcesso nº: 0846657-43.2018.8.14.0301 DESPACHO Considerando a certidão de ID 11220650 intime-se o autor que se manifeste.Por oportuno, considerando tratar-se de parcelamento do débito, determino à secretaria que a cada conclusão certifique o saldo remanescente, bem como quantas parcelas restam. Após, retornem os autos conclusos. P.R.I.C. Belém, 28 de junho de 2019. Andréa Cristine Corrêa RibeiroJuíza de Direito

Número do processo: 0802450-27.2016.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: RODRIGO DOS SANTOS COSTA Participação: EXECUTADO Nome: ODILENE SILVA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: ALTEMAR ALCANTARA PEREIRAOAB: 22253Processo n°: 0802450-27.2016.8.14.0301 DECISÃO Considerando o pedido de execução da dívida, solicitei bloqueio via bacenjud do valor da dívida (cálculo atualizado da dívida, conforme planilha constante dos autos).Verificadas as ordens de bloqueio no bacenjud, só foi efetuado o bloqueio de parte da dívida.Entretanto, antes de ser intimada, a parte ré apresentou petição, alegando, em síntese, que o valor de R$ 1.445,19, bloqueados em sua conta, são verbas de seu salário, para tanto, junta, como prova de suas alegações, contracheque e extrato de conta bancária.Analisando o pedido, verifico que a ré requer, em sede liminar, o desbloqueio imediato de sua conta, tendo em vista a utilização de referidos valores para a sua manutenção familiar.Pelos contracheques anexados ao ID 1148718, verifico que os mesmos são atuais e a autora possui 02 vínculos empregatícios, SESMA e IASB, perfazendo uma renda mensal líquida de R$ 3.169,26.Assim, em que pese a comprovação de que os valores bloqueados são provenientes de seu salário, entendo que merece prosperar parcialmente o pedido da embargante, para se manter bloqueado 30% de seu salário total líquido.Isto porque, entendo que se trata de processo em fase de cumprimento de sentença, que, até a presente data, não foi adimplida.Assim, entendo, neste momento processual, justo e legal a manutenção de 30% dos vencimentos líquidos da requerida para satisfazer o crédito do autor, sendo possível, ainda,

que este juízo, mensalmente, bloqueie 30% do salário do embargante, até a satisfação integral da condenação.Neste sentido, é o entendimento jurisprudencial:AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXECUÇÃO - PENHORA - BLOQUEIO JUDICIAL - LIMITE DE 30% DO SALÁRIO LÍQUIDO - POSSIBILIDADE - NEGAR PROVIMENTO - Em interpretação análoga do art. 1º, I, da Lei 10.820/2003, considerando os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e buscando evitar a inadimplência da parte devedora, a penhora em 30% do salário líquido revela-se legítima. - Essa limitação refere-se ao salário líquido, que, por sua vez, equivale ao salário bruto decotado dos descontos obrigatórios, como Imposto de Renda e INSS, ou seja, desconsiderados os descontos advindos de outros empréstimos. (TJ-MG - AI: 10024961182417001 MG, Relator: Rogério Coutinho, Data de Julgamento: 30/10/2013, Câmaras Cíveis / 11ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 11/11/2013) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. BLOQUEIO JUDICIAL DE CONTA-CORRENTE. CONHECIDA COMO PENHORA ON-LINE. INCIDENTE SOBRE CONTA-SALÁRIO. LIMITE DE 30%. LEGALIDADE. 1. À VISTA DA RELEVÂNCIA SOCIAL DA TUTELA JURISDICIONAL, DEVEM SER MITIGADAS AS IMPENHORABILIDADES LEGAIS, ADEQUANDO-AS AO FIM DESEJADO PELO LEGISLADOR ORDINÁRIO, CONSISTENTE NA TUTELA DO MÍNIMO INDISPENSÁVEL À SOBREVIVÊNCIA DIGNA, EM HARMONIA ÀS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS À ESPÉCIE. 2. A PENHORA DE 20% DE NUMERÁRIO ORIUNDO DE CONTA-SALÁRIO É LEGAL E NÃO OFENDE AO ART. 649, IV DO CPC. CERTO QUE A HÁ MUITO SE FIRMOU ENTENDIMENTO NOS TRIBUNAIS SUPERIORES QUE A POPULARMENTE CHAMADA PENHORA ON-LINE, DESDE QUE LIMITADA EM ATÉ 30% DO VALOR DEPOSITADO NA CONTA-SALÁRIO, NÃO IMPLICA EM ONEROSIDADE EXCESSIVA. 3. ENTENDIMENTO DIVERSO ENSEJARIA UM ESTÍMULO À INADIMPLÊNCIA, SOBRETUDO EM UMA UNIDADE FEDERATIVA COMO O DISTRITO FEDERAL EM QUE GRANDE PARCELA DE SUA POPULAÇÃO PERCEBE SUA REMUNERAÇÃO DOS COFRES PÚBLICOS, PERMANECENDO IMUNE, PORTANTO, AOS INSTRUMENTOS CONSTRITIVOS PREVISTOS, COMO MEIO DE EFETIVA DISTRIBUIÇÃO DE JUSTIÇA, PELO PRÓPRIO ORDENAMENTO JURÍDICO, EM MANIFESTA E INCONSTITUCIONAL SITUAÇÃO DE VANTAGEM AOS DEVEDORES COMUNS. 4. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJ-DF - AG: 4055520098070000 DF 0000405-55.2009.807.0000, Relator: ROMULO DE ARAUJO MENDES, Data de Julgamento: 11/03/2009, 2ª Turma Cível, Data de Publicação: 01/06/2009, DJ-e Pág. 84) Por estas razões, mantenho, por ora, a penhora de 30% do salário líquido da embargante, que perfaz o valor de R$ 950,78, devendo os valores excedentes serem restituídos à requerida, assim, defiro o pedido liminar eAUTORIZO a expedição de alvará para levantamento dosvalores bloqueados na conta do réu, pela parte ré ou ao seu patrono (caso haja pedido expresso e também procuração com poderes expressos para receber e dar quitação), nos percentuais e limites indicados nesta decisão.Com relação aos embargos à execução, reservo-me para julgá-los após manifestação da parte requerente.Assim, decorrido o prazo. certifique-se e retornem os autos conclusos para decisão.Publique-se, registre-se e intimem-se. Belém, 28 de junho de 2019. Andréa Cristine Corrêa RibeiroJuíza de Direito

Número do processo: 0806915-79.2016.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO RESIDENCIAL DENISE XAVIER Participação: ADVOGADO Nome: ALBYNO FRANCISCO ARRAIS CRUZOAB: 12600/PA Participação: EXECUTADO Nome: ALESSANDRA LIMA LOPESPROCESSO n° 0806915-79.2016.8.14.0301Analisando os autos, verifico que a pesquisa no sistema Renajud foi realizada anteriormente, sendo infrutífera, conforme se depreende no ID 10553890.À Secretaria para atualizar o débito e, em seguida, expeça-se o mandado de penhora, devendo o Oficial de Justiça verificar, primeiramente, a existência de bens que bastem para o pagamento e, em caso de inexistência de bens penhoráveis, proceda-se à penhora do bem imóvel indicado pelo exequente, com as cautelas de lei.Belém, 19 de junho de 2019.ANDRÉA CRISTINE CORRÊA RIBEIROJuíza de Direito

Número do processo: 0839609-33.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: PEDRA FERNANDA DA SILVA PEREIRA Participação: ADVOGADO Nome: MARCO ANTONIO DE AZEVEDO ALVES MACHADO FILHOOAB: 602PA Participação: ADVOGADO Nome: EMANUEL DE FRANCA JUNIOROAB: 21409/PA Participação: REQUERIDO Nome: HAROLDO SOARES DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: KENIA SOARES DA COSTAOAB: 15650/PAProcesso nº 0839609-33.2018.8.14.0301SENTENÇADispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9.099.Analisando os

autos, verifico, que a presente demanda não deveria ter sido distribuída como ação autônoma, mas deveria ter sido interposta nos autos de execução, nos termos do artigo 52, IX da Lei 9.099/95.À Secretaria para que proceda o traslado de todas peças dos presentes autos para os autos de Execução.Assim, considerando a inadequação da via eleita, extingo o feito sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, devendo ser arquivado os presentes autos.Intime-se a causídica do embargado para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente a certidão de óbito do exequente, bem como proceda à regularização do espólio nos autos.Belém, 28 de maio de 2019ANDRÉA CRISTINE CORRÊA RIBEIROJuíza de Direito

Número do processo: 0834655-07.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIO DIAI PIMENTEL ALBUQUERQUE Participação: ADVOGADO Nome: FELIPE ANDRE AZEVEDO ROSAOAB: 622 Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPAProcesso nº.0834655-07.2019.8.14.0301. DECISÃO Analisando as alegações e documentos apresentados e em consulta ao sistema PJE, verifico a ocorrência do instituto da prevenção, tendo em vista que o autor ingressou com ação anterior, com identidade de partes e causa de pedir, tendo sido o processo anterior registrado sob o nº.0827571.23.2017.814.0301 e distribuído para a 8ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital e, posteriormente, extinto sem resolução de mérito em razão da ausência da autora em audiência.O artigo 59 do CPC prevê que ?O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo?.Ante o exposto, reconheço prevenção e com fundamento no art. 59 do CPC, determino que os autos sejam remetidos à 8ª Vara do Juizado Especial Cível.Intimem-se. Cumpra-se.Belém, 28 de junho de 2019.Andréa Cristine Corrêa RibeiroJuíza de Direito.

Número do processo: 0802724-85.2016.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO ALAMEDA TATIANA Participação: ADVOGADO Nome: ALBYNO FRANCISCO ARRAIS CRUZOAB: 12600/PA Participação: EXECUTADO Nome: IVANILDO SANTOS GOMES Participação: ADVOGADO Nome: PEDRO HENRIQUE GOMES DE FREITASOAB: 18710/PAProcesso nº.: 0802724-85.2016.814.0302 DECISÃO Considerando o bloqueio parcial do débito (eventos 10537896), do qual intimada, a parte ré deixou transcorrer in albis o prazo para embargos, conforme certidão de ID 11247489, determino a expedição de alvará para levantamento do valor pela parte autora ou ao seu patrono (caso haja pedido expresso e também procuração com poderes expressos para receber e dar quitação). Ato contínuo, certifique-se o seu recebimento,devendo a secretaria atualizar o cálculo do débito, abatendo-se deste os valores já levantados pelo Exequente.Após, expeça-se mandado de penhora, avaliação, depósito e intimação no endereço, indicado pelo Exequente, em sua exordial.Feita a penhora e avaliados os bens penhorados, intime-se a parte executada, a fim de que, desejando, apresente embargos à execução no prazo de 15 dias, conforme disposto no art. 52, IX da Lei 9.099/95 c/cart. 525, § 11º, do NCPC.Sendo penhorado bem que possua cadastro em órgão público ou de caráter público, informe-se, através de ofício, à repartição competente. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019.Andréa Cristine Corrêa RibeiroJuíza de Direito

Número do processo: 0802724-85.2016.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO ALAMEDA TATIANA Participação: ADVOGADO Nome: ALBYNO FRANCISCO ARRAIS CRUZOAB: 12600/PA Participação: EXECUTADO Nome: IVANILDO SANTOS GOMES Participação: ADVOGADO Nome: PEDRO HENRIQUE GOMES DE FREITASOAB: 18710/PAProcesso nº.: 0802724-85.2016.814.0302 DECISÃO Considerando o bloqueio parcial do débito (eventos 10537896), do qual intimada, a parte ré deixou transcorrer in albis o prazo para embargos, conforme certidão de ID 11247489, determino a expedição de alvará para levantamento do valor pela parte autora ou ao seu patrono (caso haja pedido expresso e também procuração com poderes expressos para receber e dar quitação). Ato contínuo, certifique-se o seu recebimento,devendo a secretaria atualizar o cálculo do débito, abatendo-se deste os valores já levantados pelo Exequente.Após, expeça-se mandado de penhora, avaliação, depósito e intimação no endereço, indicado pelo Exequente, em sua exordial.Feita a penhora e avaliados os bens penhorados, intime-se a parte executada, a fim de que, desejando, apresente embargos à execução no prazo de 15 dias, conforme disposto no art. 52, IX da Lei 9.099/95 c/cart. 525, § 11º, do NCPC.Sendo

penhorado bem que possua cadastro em órgão público ou de caráter público, informe-se, através de ofício, à repartição competente. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019.Andréa Cristine Corrêa RibeiroJuíza de Direito

Número do processo: 0836837-34.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: HAROLDO SOARES DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: KENIA SOARES DA COSTAOAB: 15650/PA Participação: EXECUTADO Nome: PEDRA FERNANDA DA SILVA PEREIRA Participação: ADVOGADO Nome: MARCO ANTONIO DE AZEVEDO ALVES MACHADO FILHOOAB: 602PA Participação: ADVOGADO Nome: EMANUEL DE FRANCA JUNIOROAB: 21409/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMAv. Rômulo Maiorana, 1366, antiga 25 de Setembro, Marco, BELéM - PA - CEP: 66093-005Tel.: (91) 3211-0400 - 3jecivelbelem@tjpa.jus.br INTIMAÇÃO PARA O(A) EXEQUENTEProcesso Nº:0836837-34.2017.8.14.0301Exequente: HAROLDO SOARES DA COSTAPelo presente, fica o exequenteINTIMADO(A)para que se manifeste, no prazo de 10 dias, acerca do teor daSENTENÇA(Id 10665703)proferida pela MM. Juíza de Direito da3ª Vara do Juizado Especial Cível, nos autos do processo 0839609-33.2018.8.14.0301, conforme a seguir transcrito:SENTENÇA Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9.099.Analisando os autos, verifico, que a presente demanda não deveria ter sido distribuída como ação autônoma, mas deveria ter sido interposta nos autos de execução, nos termos do artigo 52, IX da Lei 9.099/95.À Secretaria para que proceda o traslado de todas peças dos presentes autos para os autos de Execução.Assim, considerando a inadequação da via eleita, extingo o feito sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, devendo ser arquivado os presentes autos.Intime-se a causídica do embargado para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente a certidão de óbito do exequente, bem como proceda à regularização do espólio nos autos.Belém, 28 de maio de 2019ANDRÉA CRISTINE CORRÊA RIBEIROJuíza de DireitoDado e passado na cidade de Belém, Estado do Pará, Eu, _____, Isolene Costa Corrêa, Diretora de Secretaria, em exercício, da3ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém, o subscrevi. Belém,28 de junho de 2019.

Número do processo: 0836837-34.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: HAROLDO SOARES DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: KENIA SOARES DA COSTAOAB: 15650/PA Participação: EXECUTADO Nome: PEDRA FERNANDA DA SILVA PEREIRA Participação: ADVOGADO Nome: MARCO ANTONIO DE AZEVEDO ALVES MACHADO FILHOOAB: 602PA Participação: ADVOGADO Nome: EMANUEL DE FRANCA JUNIOROAB: 21409/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMAv. Rômulo Maiorana, 1366, antiga 25 de Setembro, Marco, BELéM - PA - CEP: 66093-005Tel.: (91) 3211-0400 - 3jecivelbelem@tjpa.jus.br INTIMAÇÃO PARA O(A) EXECUTADOProcesso Nº:0836837-34.2017.8.14.0301Executado: PEDRA FERNANDA DA SILVA PEREIRAPelo presente, fica oexecutado INTIMADO(A)acerca do teor daSENTENÇA(Id 10665703)proferida pela MM. Juíza de Direito da3ª Vara do Juizado Especial Cível, nos autos do processo 0839609-33.2018.8.14.0301, conforme a seguir transcrito:SENTENÇADispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9.099.Analisando os autos, verifico, que a presente demanda não deveria ter sido distribuída como ação autônoma, mas deveria ter sido interposta nos autos de execução, nos termos do artigo 52, IX da Lei 9.099/95.À Secretaria para que proceda o traslado de todas peças dos presentes autos para os autos de Execução.Assim, considerando a inadequação da via eleita, extingo o feito sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC, devendo ser arquivado os presentes autos.Intime-se a causídica do embargado para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente a certidão de óbito do exequente, bem como proceda à regularização do espólio nos autos.Belém, 28 de maio de 2019ANDRÉA CRISTINE CORRÊA RIBEIROJuíza de DireitoDado e passado na cidade de Belém, Estado do Pará, Eu, _____, Isolene Costa Corrêa, Diretora de Secretaria, em exercício, da3ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém, o subscrevi. Belém,28 de junho de 2019.

Número do processo: 0862048-38.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: ELIENE GARCA BARBOSA Participação: ADVOGADO Nome: ALFREDO DE JESUS SOUZA DO COUTOOAB: 26644/PA

Participação: REQUERIDO Nome: JAIRO A. SILVA EIRELI - ME Participação: ADVOGADO Nome: LIVIA DONZA BARROSOOAB: 15302 Participação: ADVOGADO Nome: PAULO DE TARSO ANUNCIACAO DE MELOOAB: 4315PA Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE MIRANDA FERREIRAOAB: 014897/PA PROCESSO Nº0862048-38.2018.8.14.0301ATO ORDINATÓRIOCom base no disposto no art. 1º, §2º, I, do Provimento n.º 006/2006 - CJRMB, procedo à intimação da parte autora, para que se manifeste, noprazo de 05 (cinco) dias, acerca da petição acostada aos autos sob o ID 11187301, informando cumprimento de sentença.Belém, 28/06/2019Mayer Levy ObadiaAnalista Judiciário da 3ª VJEC

Número do processo: 0862048-38.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: ELIENE GARCA BARBOSA Participação: ADVOGADO Nome: ALFREDO DE JESUS SOUZA DO COUTOOAB: 26644/PA Participação: REQUERIDO Nome: JAIRO A. SILVA EIRELI - ME Participação: ADVOGADO Nome: LIVIA DONZA BARROSOOAB: 15302 Participação: ADVOGADO Nome: PAULO DE TARSO ANUNCIACAO DE MELOOAB: 4315PA Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE MIRANDA FERREIRAOAB: 014897/PAProcesso nº0862048-38.2018.8.14.0301CERTIDÃOCertifico que a sentença prolatada no dia 07/06/2019 transitou livremente em julgado em 28/06/2019.Certifico, ainda, que procedo, neste ato, àintimação da parte promovente para realizar o cumprimento voluntário da sentença noprazo de 15 dias,sob pena de incidência da multa de10% (dez por cento) prevista no art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil. O referido é verdade e dou fé. Belém, 28 de junho de 2019.Mayer Levy ObadiaAnalista Judiciário da 3ªVJEC

Número do processo: 0800900-91.2016.8.14.0302 Participação: RECLAMANTE Nome: JOYCE DE NAZARE MATOS TAVARES Participação: ADVOGADO Nome: ERIKA SOFIA CONTE LIMAOAB: 021867/PA Participação: RECLAMADO Nome: UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: LARISSA DAS GRACAS FREITAS SALESOAB: 3645 INTIMAÇÃO PARA CUMPRIMENTO VOLUNTÁRIO DE SENTENÇA/ACÓRDÃO - RECLAMADO Nº do Processo: 0800900-91.2016.8.14.0302Reclamante: JOYCE DE NAZARE MATOS TAVARESReclamado: UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARAPelo presente fica V.Sa.INTIMADO(A)para cumprir voluntariamente, no prazo de15 (quinze) dias úteis, a sentença condenatória (Id3165679) e acórdão (Id11042032), sob pena de incidência da multa de10% (dez por cento) prevista no art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil.Dado e passado na cidade de Belém, Estado do Pará, Eu, _____, Isolene Costa Corrêa, Diretora de Secretaria, em exercício, da3ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém, o subscrevi.Belém, 28 de junho de 2019.

Número do processo: 0856602-54.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ROSANA CAVALCANTE PEREIRA Participação: ADVOGADO Nome: ALFREDO DE JESUS SOUZA DO COUTOOAB: 26644/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Participação: ADVOGADO Nome: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCIOAB: 15674/PAProcesso nº.: 0856602-54.2018.8.14.0301SENTENÇA Dispensado o relatório, conforme possibilita o art. 38 da Lei n. 9099/95. Passo a decidir.Considerando o acordo entabulado entre as partes, bem como o pagamento pelo réu conforme petição do evento 111229741, AUTORIZO a expedição de alvará para levantamento dosvalores depositados pelo réu, pela parte autora ou ao seu patrono (caso haja pedido expresso e também procuração com poderes expressos para receber e dar quitação).Após, certifique-se se o alvará foi devidamente levantado pela parte beneficiária.Nada mais havendo, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fulcro no art. 924, II, c/c 925 CPC. Cumpridas as diligências, dê-se baixa e arquive-se. P.R.I.C. Belém, 28 de junho de 2019. Andréa Cristine Corrêa RibeiroJuíza de Direito

Número do processo: 0802141-03.2016.8.14.0302 Participação: RECLAMANTE Nome: ADASON DUARTE FIGUEIRO FILHO Participação: ADVOGADO Nome: RUAN SANTIAGO FERREIRAOAB: 761PA

Participação: ADVOGADO Nome: HUGO PINTO BARROSOOAB: 2727PA Participação: RECLAMADO Nome: OI MOVEL S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ELADIO MIRANDA LIMAOAB: 86235/RJCERTIDÃO Certificoque, em cumprimento à sentença de ID 11088771, a Secretaria expediu certidão de crédito, conforme consta do ID 11276068.Certifico, ainda,que procedo, neste ato, à intimação da parte reclamante para comparecer nesta Secretaria a fim de receber a certidão supramencionada (em original).O referido é verdade e dou fé.Belém (PA),28 de junho de 2019.Mayara Costa AyresAuxiliar Judiciário - 3ª VJEC

Número do processo: 0000071-80.2015.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO CIDADE JARDIM Participação: ADVOGADO Nome: WELLINGTON FARIAS MACHADOOAB: 6945/PA Participação: EXECUTADO Nome: MARCIO ROBERTO EVANGELISTA AMIMPROCESSO n°0000071-80.2015.8.14.0302Expeça-se mandado de penhorado bem indicado pelo autor, com observância das cautelas de lei.Belém, 18de junho de 2019ANDRÉA CRISTINE CORRÊA RIBEIROJuíza de Direito

SECRETARIA DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Número do processo: 0856453-58.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: EMBALAMIX COMERCIO DE PRODUTOS DE SEGURANCA E DESCARTAVEIS LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: KARLA MARIA VASQUES SANCHESOAB: 143361/RJ Participação: RECLAMADO Nome: TECNOBETON SERVICOS TECNICOS LTDA - EPPPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVELRua Roberto Camelier, n. 570 ? JurunasATO ORDINATÓRIO PROCESSO Nº: 0856453-58.2018.8.14.0301 (PJe)RECLAMANTE: EMBALAMIX COMERCIO DE PRODUTOS DE SEGURANCA E DESCARTAVEIS LTDA - EPPRECLAMADO: TECNOBETON SERVICOS TECNICOS LTDA - EPPEu,DANILO BARROS PEREIRA DE FARIAS, Diretor de Secretaria da 4ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, no uso de minhas atribuições legais, com fundamento no artigo 93, XIV, da Constituição Federal e no artigo 162, §4º, do Código de Processo Civil, considerando que o presente caso se amolda ás hipóteses de atos de administração e/ou de mero expediente, sem caráter decisório, que admitem delegação pelo magistrado, nos termos do disposto no artigo 1º, §2º, inciso XV, do Provimento nº 06/2006, da Corregedoria da Região Metropolitana de Belém,realizo a intimação da parte reclamante para que efetue o pagamento das custas judiciais, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como junte a comprovação do pagamento ao processo, sob pena de inscrição na dívida ativa.Belém, 28 de junho de 2019.DANILO BARROS PEREIRA DE FARIASDiretor de Secretaria

Número do processo: 0813368-56.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: SAMUEL JOSEPH ISRAEL Participação: ADVOGADO Nome: PAMELA CAROLINE MACHADOOAB: 360404/SP Participação: EXECUTADO Nome: ALITALIA COMPAGNIA AEREA ITALIANA S.P.A. Participação: ADVOGADO Nome: ALFREDO ZUCCA NETOOAB: 154694/SPPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMRua Roberto Camelier, 570 ? Jurunas.Telefone: (91) 3272-1101Email:4jecivelbelem@tjpa.jus.br Processo nº 0813368-56.2017.8.14.0301EXEQUENTE: SAMUEL JOSEPH ISRAELEXECUTADO: ALITALIA COMPAGNIA AEREA ITALIANA S.P.A. DESPACHO/MANDADOVistos,etc. Expeça-se o alvará, intime-se para recebimento e arquivem-se os autos com baixa. Serve o presente despacho como mandado, nos termos do disposto no artigo 1º do Provimento nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA.Intime-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.Belém, 27 de junho de 2019. IRAN FERREIRA SAMPAIOJuiz de Direito

Número do processo: 0002012-80.2011.8.14.0601 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO DO ED FRANCISCO CHAMIE Participação: ADVOGADO Nome: VERA LUCIA CARNEIRO SOARESOAB: 5501/PA Participação: ADVOGADO Nome: WALDEMIR CARVALHO DOS REISOAB: 16147/PA Participação: EXECUTADO Nome: ANTONIO MIGUEL BARBOSA DA SILVAPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMRua Roberto Camelier, 570 ? Jurunas.Telefone: (91) 3272-1101Email:4jecivelbelem@tjpa.jus.br Processo nº 0002012-80.2011.8.14.0601EXEQUENTE: CONDOMINIO DO ED FRANCISCO CHAMIEEXECUTADO: ANTONIO MIGUEL BARBOSA DA SILVA DESPACHO/MANDADOVistos,etc.Acolho o pedido e concedo prazo de quinze dias para apresentação da documentação competente, para fins de prosseguimento do feito. Serve o presente despacho como mandado, nos termos do disposto no artigo 1º do Provimento nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA.Intime-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.Belém, 27 de junho de 2019. IRAN FERREIRA SAMPAIOJuiz de Direito

Número do processo: 0841876-12.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: CLAUDENILSON PINHEIRO SOUZA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVESOAB: 012358/PAPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMRua Roberto Camelier, 570 ? Jurunas.Telefone: (91) 3272-1101. Email:4jecivelbelem@tjpa.jus.br

PROCESSO Nº0841876-12.2017.8.14.0301AÇÃO:PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)RECLAMANTE: CLAUDENILSON PINHEIRO SOUZARECLAMADO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA DECISÃO/MANDADOVistos, etc.Compulsando os autos observa-se que o cerne da demanda gira em torno da regularidade de cobrança de fatura de consumo não registrado ? CNR.Tal matéria é objeto de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR 12085) registrado sob o nº 0801251-63.2017.8.14.0000, senão vejamos:INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS. QUESTÃO DEORDEM. SUSCITAÇÃO. PROCESSO ORIGINÁRIO DO JUIZADO ESPECIAL.LEGITIMIDADE DO JUÍZO DE DIREITO ATUANTE NO ÂMBITO DOS JUIZADOS ESPECIAIS.MATÉRIA: INSPEÇÃO DE CONSUMO DE ENERGIA NÃO REGISTRADO. COBRANÇA DE DÉBITO DECORRENTE DA APURAÇÃO DE IRREGULARIDADE. DEFINIÇÃO DOS ELEMENTOS DE DEMONSTRAÇÃO DA VALIDADE DA INSPEÇÃO E ATUAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA PARA DETERMINAÇÃO DA COBRANÇA DEVIDA.1. O incidente de resolução de demandas repetitivas constitui instrumento de criação de precedentes que vinculam horizontal e verticalmente os demais órgãos judiciais, e tem natureza jurídica de?procedimento modelo?.Por isso mesmo, é possível a admissão do IRDR em ação originária dos Juizados Especiais, sendo que, nessa hipótese, o julgamento do incidente se limitará à definição da tese, afastando a obrigatoriedade do art. 978, parágrafo único do CPC;2. Mostra-se presente os requisitos para admissão do IRDR, considerando a multiplicidade efetiva de processos sobre a validade da atuação da concessionária de energia no que toca à constituição de débito decorrente de consumo não registrado (CNR), bem como a existência de consideráveis provimentos judiciais dissonantes sobre a questão, a resultar em grave ofensa à isonomia e à segurança jurídica tanto dos consumidores quanto da própria concessionária do serviço público;3. Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas admitido, com suspensão de todos os processos de conhecimento cuja causa de pedir seja diretamente relacionada à matéria deste incidente. (Grifou-se) Na decisão proferida nos autos do IRDR acima mencionado restou consignada a suspensão de todos os processos em trâmite que tratam acerca da temática discutida, sendo a questão cadastrada como Tema 04/TJPA.Desse modo, com fulcro no artigo 982, I, do Código de Processo Civil determino aSUSPENSÃOdo presente feito até o pronunciamento em definitivo do Tribunal Pleno. Serve a presente decisão como mandado, nos termos do disposto no artigo 1º do Provimento nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA. Intime-se. Cumpra-se, sob as penas e na forma da lei.Belém/PA, 27 de junho de 2019.IRAN FERREIRA SAMPAIOJuiz de Direito

Número do processo: 0000985-23.2015.8.14.0601 Participação: EXEQUENTE Nome: LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO VIEIRA Participação: ADVOGADO Nome: FLUVIA MORAES PACHECOOAB: 21887/PA Participação: ADVOGADO Nome: DAMARIS PRISCILA LOBATO DE SOUSAOAB: 22014/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANA SERRAO PANTOJAOAB: 24366 Participação: EXECUTADO Nome: JOAO BERCHMANS DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE LUIZ MESSIAS SALESOAB: 6150-A/PAPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMRua Roberto Camelier, 570 ? Jurunas.Telefone: (91) 3272-1101Email:4jecivelbelem@tjpa.jus.br Processo nº 0000985-23.2015.8.14.0601EXEQUENTE: LUIZ FERNANDO FIGUEIREDO VIEIRAEXECUTADO: JOAO BERCHMANS DE OLIVEIRA DECISÃO/MANDADO Vistos, etc. Uma relutância tomou conta deste Juízo ao analisar o deferimento ou não da intimação do exequente para que se manifeste sobre a nova contraproposta do executado, porque no rito do Juizado não há espaço para que o processo fique de um lado para outro, saculejado por propostas diversas de ambas as partes; há princípios que regem o Juizado, em especial a celeridade, que precisa ser observador por todos os envolvidos no processo e ainda, com máximo respeito, as partes podem sentar, tomando um café, e tratar do assunto pessoalmente ainda que o processo esteja em andamento e, caso cheguem a um acordo, apresentarem-no a este humilde signatário para uma simples homologação.Todavia, superada a relutância e tendo em vista a solução amigável do conflito e a necessidade de ajustar o cumprimento da sentença de forma viável e adequada ao executado, mas sem perder de vistas os interesses do exequente, que foram reconhecidos na sentença, determino mais uma vez a intimação do autor para que, em cinco dias, manifeste-se sobre a nova proposta do executado, rogando que dessa vez faça uma análise com o coração mais amolecido à situação financeira do proponente, porque é melhor um acordo ruim, que uma boa e às vezes infrutífera lide. Serve a presente decisão como mandado, nos termos do disposto no artigo 1º do Provimento nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA. Intime-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.Belém, 27 de junho de 2019. IRAN FERREIRA SAMPAIOJuiz de Direito

Número do processo: 0800361-04.2016.8.14.0601 Participação: RECLAMANTE Nome: FELIPE TRINDADE TORRES Participação: ADVOGADO Nome: JULIANA SOUZA DA COSTAOAB: 019906/PA Participação: ADVOGADO Nome: LARS DANIEL SILVA ANDERSEN TRINDADEOAB: 501 Participação: RECLAMADO Nome: APPLE COMPUTER BRASIL LTDA Participação: ADVOGADO Nome: GUSTAVO FREIRE DA FONSECAOAB: 12724/PAProcesso nº 0800361-04.2016.8.14.0601RECLAMANTE: FELIPE TRINDADE TORRESRECLAMADO: APPLE COMPUTER BRASIL LTDA SENTENÇA Vistos, etc. Cuida-se de Cumprimento de Sentença formulado pela parte exequente em face da executada, sendo que a parte exequente concordou com o valor depositado e requereu expedição de alvará.Dispõem os artigos 924, inciso II, e 925, ambos do Código de Processo Civil: Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; (...). Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. Diante do pagamento do débito excutido, mostra-se satisfeita pela parte executada a obrigação, não mais subsistindo razão para o prosseguimento do cumprimento de sentença, impondo-se, desta forma, a extinção do processo, nos termos dos dispositivos ao norte citados. Isto posto, julgo extinto o cumprimento de sentençanos termos do art. 924, II, do Código de Processo Civil, uma vez que, conforme consta dos autos, a obrigação foi satisfeita. Assim, expeça-se alvará para levantamento de valores em favor do exequente, intimando-o para recebimento.Sem condenação em custas ou honorários, consoante arts. 54 e 55, da lei 9.099/95.Transitada em julgado, arquivem-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém,28 de junho de 2019. IRAN FERREIRA SAMPAIO Juiz de Direito

Número do processo: 0821510-78.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA DO SOCORRO GOMES MAGALHAES Participação: ADVOGADO Nome: RODRIGO MAGALHAES SILVA AMORIMOAB: 27369/PA Participação: RECLAMADO Nome: Claro S.A.PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMRua Roberto Camelier, 570 ? Jurunas.Telefone: (91) 3272-1101Email:4jecivelbelem@tjpa.jus.br Processo nº 0821510-78.2019.8.14.0301RECLAMANTE: MARIA DO SOCORRO GOMES MAGALHAESRECLAMADO: CLARO S.A. DESPACHO/MANDADOVistos,etc.Intime-se a ré para, em apreço ao contraditório manifestar-se a respeito da petição da parte autora no prazo de três dias.Após, com ou sem manifestação da parte, conclusos. Serve o presente despacho como mandado, nos termos do disposto no artigo 1º do Provimento nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA.Intime-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.Belém, 27 de junho de 2019. IRAN FERREIRA SAMPAIOJuiz de Direito

Número do processo: 0800402-68.2016.8.14.0601 Participação: EXEQUENTE Nome: MARLENE PRISTES DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: HELLEM PATRICIA SOUSA VERASOAB: 28320/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDREA NAZARE LIMA MOTTAOAB: 7115/PA Participação: EXECUTADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVESOAB: 012358/PAPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMRua Roberto Camelier, 570 ? Jurunas.Telefone: (91) 3272-1101Email:4jecivelbelem@tjpa.jus.br Processo nº 0800402-68.2016.8.14.0601EXEQUENTE: MARLENE PRISTES DA COSTAEXECUTADO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA DECISÃO/MANDADO Vistos, etc. Compulsando os autos observo que assiste parcial razão à ambas as partes. De fato, a ré deveria realizar o cumprimento da obrigação até 16:36h do dia 20/02/2019, contudo, conforme comprovado nos autos a obrigação de fazer foi cumprida apenas no dia 28/02/2019. Assim, importante realizar duas ponderações a respeito da aplicação das astreintes: 1- De fato, o descumprimento começou a se operar a partir das 16:17h do dia 20/02/2019, vez que o prazo concedido foi de 24h contadas a partir do recebimento da intimação, de modo que a multa diária torna-se devida a partir desse dia. 2- Contudo, a despeito do protocolo da petição informando o cumprimento da obrigação ter sido feito no dia 01/03/2019, deve ser observada a data em que de fato ocorreu o adimplemento da obrigação de fazer objeto da decisão, para fins de fixação da multa, eis que eventual aplicação de multa diária em data posterior à do adimplemento da obrigação implicaria em enriquecimento ilícito da parte beneficiada. Assim, considerando que a obrigação foi cumprida no dia 28/02/2019, o termo final da multa diária arbitrada deu-se no dia 27/02/2019, eis que não há razão lógica para aplicação da astreinte pelo dia 28/02/2019 ou em qualquer data posterior, pois neste dia a obrigação foi cumprida pela

parte, conforme comprovação acostada aos autos.Diante disso, retifico o valor total devido à título de astreintes para R$-17.000,00 (Dezessete mil reais), ficando autorizado desde já o levantamento desta quantia pela parte exequente e, verificado pagamento de valor excedente à esta quantia, proceda-se à devolução do montante à executada mediante expedição de alvará a ser agendado na secretaria deste juizado. Serve a presente decisão como mandado, nos termos do disposto no artigo 1º do Provimento nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA.Intime-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.Belém, 28 de junho de 2019. IRAN FERREIRA SAMPAIOJuiz de Direito

Número do processo: 0003402-46.2015.8.14.0601 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO CIDADE DO PORTO Participação: ADVOGADO Nome: ALMIR CONCEICAO CHAVES DE LEMOSOAB: 014902/PA Participação: EXECUTADO Nome: META EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDAProcesso nº 0003402-46.2015.8.14.0601EXEQUENTE: CONDOMINIO CIDADE DO PORTOEXECUTADO: META EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA SENTENÇA Vistos, etc. Cuida-se de Cumprimento de Sentença formulado pela parte exequente em face da executada, sendo que aparte exequente recebeu o valor do débito relativo às unidades habitacionais 1601, 1902, 2202 e 2402 e apenas requereu o prosseguimento da demanda para quitação dos débitos relativos às unidades habitacionais 1702 e 2102.Dispõem os artigos 924, inciso II, e 925, ambos do Código de Processo Civil: Art. 924. Extingue-se a execução quando: (...) II - a obrigação for satisfeita; (...). Art. 925. A extinção só produz efeito quando declarada por sentença. Diantedo pagamento do débito relativo às unidades acima mencionadas, mostra-se satisfeita a obrigação, não mais subsistindo razão para o prosseguimento do cumprimento de sentença, impondo-se, desta forma, a extinção do processo, nos termos dos dispositivos ao norte citados. Isto posto, julgo extinto o cumprimento de sentença, apenas no que se refere aos débitos das unidades habitacionais nº 1601, 1902, 2202 e 2402, nos termos do art. 924, II, do Códigode Processo Civil, uma vez que, conforme consta dos autos, a obrigação foi satisfeita.No mais, acolho o pedido do exequente de dilação de prazo, e concedo prazo de quinze dias para apresentação da documentação necessária ao prosseguimento da execução.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém,27 de junho de 2019. IRAN FERREIRA SAMPAIO Juiz de Direito

Número do processo: 0834849-07.2019.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CENTRO DE ESTUDOS E PLANEJANEMENTOS S/S LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: ISABELA RIBEIRO CARVALHOOAB: 21585/PA Participação: EXECUTADO Nome: LUANA CIBELE GALVÃO MORAESPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMRua Roberto Camelier, 570 ? Jurunas.Telefone: (91) 3272-1101Email:4jecivelbelem@tjpa.jus.br Processo nº 0834849-07.2019.8.14.0301EXEQUENTE: CENTRO DE ESTUDOS E PLANEJANEMENTOS S/S LTDA - MEEXECUTADO: LUANA CIBELE GALVÃO MORAES DECISÃO/MANDADO Vistos, etc. Emende-se a inicial par juntar ao processo documentos que comprovem a frequencia da filha da executada à sala de aula, tais como declarações de professores, mapa de frequencia e chamada e etc.Vindo a emenda, concluso. Serve a presente decisão como mandado, nos termos do disposto no artigo 1º do Provimento nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA.Intime-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.Belém, 28 de junho de 2019. IRAN FERREIRA SAMPAIOJuiz de Direito

Número do processo: 0818021-67.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARCOS GABRIEL DA SILVA SANTA BRIGIDA EIRELI - EPP Participação: ADVOGADO Nome: GUSTAVO DE CARVALHO AMAZONAS COTTAOAB: 21313/PA Participação: RECLAMADO Nome: ARTE & ENGENHARIA INDUSTRIA E SERVICOS LTDA - EPPPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVELRua Roberto Camelier, n. 570 ? JurunasATO ORDINATÓRIO PROCESSO Nº: 0818021-67.2018.8.14.0301 (PJe)RECLAMANTE: MARCOS GABRIEL DA SILVA SANTA BRIGIDA EIRELI - EPPRECLAMADO: ARTE & ENGENHARIA INDUSTRIA E SERVICOS LTDA - EPPEu,DANILO BARROS PEREIRA DE FARIAS, Diretor de Secretaria da 4ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, no uso de minhas atribuições legais, com fundamento no artigo 93, XIV, da Constituição Federal e no artigo 162, §4º, do Código de Processo Civil, considerando que o presente caso se amolda ás hipóteses de atos de administração e/ou de mero expediente, sem caráter decisório,

que admitem delegação pelo magistrado, nos termos do disposto no artigo 1º, §2º, inciso XV, do Provimento nº 06/2006, da Corregedoria da Região Metropolitana de Belém,realizo a intimação da parte reclamante para que efetue o pagamento das custas judiciais, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como junte a comprovação do pagamento ao processo, sob pena de inscrição na dívida ativa.Belém, 28 de junho de 2019.DANILO BARROS PEREIRA DE FARIASDiretor de Secretaria

Número do processo: 0800641-72.2016.8.14.0601 Participação: EXEQUENTE Nome: SELLMO NAZARENO DOS SANTOS SARQUIS Participação: ADVOGADO Nome: SOTER OLIVEIRA SARQUISOAB: 2814/PA Participação: EXECUTADO Nome: ELIEGE BATISTA DE MELO AZEDOPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMRua Roberto Camelier, 570 ? Jurunas.Telefone: (91) 3272-1101Email:4jecivelbelem@tjpa.jus.br Processo nº 0800641-72.2016.8.14.0601EXEQUENTE: SELLMO NAZARENO DOS SANTOS SARQUISEXECUTADO: ELIEGE BATISTA DE MELO AZEDO DESPACHO/MANDADOVistos,etc.Intime-se o exequente para que, no prazo de cinco dias, indique exatamente o que pretende, se houve descumprimento do acordo entabulado entre as partes, informando, ainda, como requer seja dado prosseguimento ao feito. Serve o presente despacho como mandado, nos termos do disposto no artigo 1º do Provimento nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA.Intime-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.Belém, 27 de junho de 2019. IRAN FERREIRA SAMPAIOJuiz de Direito

Número do processo: 0800099-54.2016.8.14.0601 Participação: EXEQUENTE Nome: GILVANEI DA COSTA GONCALVES Participação: ADVOGADO Nome: JAMILE SOUZA MAUESOAB: 24354/PA Participação: EXECUTADO Nome: R. O. MONTEIRO SERVICO E COMERCIO EIRELI - ME Participação: EXECUTADO Nome: R. O. MONTEIRO SERVICO E COMERCIO EIRELI - MEPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMRua Roberto Camelier, 570 ? Jurunas.Telefone: (91) 3272-1101Email:4jecivelbelem@tjpa.jus.br Processo nº 0800099-54.2016.8.14.0601EXEQUENTE: GILVANEI DA COSTA GONCALVESEXECUTADO: R. O. MONTEIRO SERVICO E COMERCIO EIRELI - ME DECISÃO/MANDADO Vistos, etc. Intime-se a parte autora para que apresente planilha atualizada para o bloqueio. Serve a presente decisão como mandado, nos termos do disposto no artigo 1º do Provimento nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA. Intime-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.Belém, 27 de junho de 2019. IRAN FERREIRA SAMPAIOJuiz de Direito

Número do processo: 0803510-64.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: CAROLAINE PORTAL DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: HILDEBERG RUBENSON DE LIMA BARBOSA JUNIOROAB: 18974/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BRADESCO SA Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO BRAZ DA SILVAOAB: 20638/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVELRua Roberto Camelier, n. 570 ? JurunasATO ORDINATÓRIO PROCESSO Nº: 0803510-64.2018.8.14.0301 (PJe)RECLAMANTE: CAROLAINE PORTAL DE SOUZARECLAMADO: BANCO BRADESCO SAEu,DANILO BARROS PEREIRA DE FARIAS, Diretor de Secretaria da 4ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital, no uso de minhas atribuições legais, com fundamento no artigo 93, XIV, da Constituição Federal e no artigo 162, §4º, do Código de Processo Civil, considerando que o presente caso se amolda ás hipóteses de atos de administração e/ou de mero expediente, sem caráter decisório, que admitem delegação pelo magistrado, nos termos do disposto no artigo 1º, §2º, inciso XV, do Provimento nº 06/2006, da Corregedoria da Região Metropolitana de Belém,realizo a intimação da parte reclamante para que efetue o pagamento das custas judiciais, no prazo de 15 (quinze) dias, bem como junte a comprovação do pagamento ao processo, sob pena de inscrição na dívida ativa.Belém, 28 de junho de 2019.DANILO BARROS PEREIRA DE FARIASDiretor de Secretaria

Número do processo: 0002735-94.2014.8.14.0601 Participação: EXEQUENTE Nome: MARCIA TEREZA

PEREIRA GOES Participação: EXECUTADO Nome: PEPE HUBERT PRICKEN LARRAT Participação: ADVOGADO Nome: DANIEL ANTONIO SIMOES GUALBERTOOAB: 296PA Participação: ADVOGADO Nome: BETANIA BENJAMIN DIAS DA PAZOAB: 10892/PA Participação: ADVOGADO Nome: HAMILTON RIBAMAR GUALBERTOOAB: 1340PA INTIMAÇÃOPROCESSO Nº: 0002735-94.2014.8.14.0601 (PJe).EXEQUENTE: MARCIA TEREZA PEREIRA GOESEXECUTADO: PEPE HUBERT PRICKEN LARRAT O Dr.IRAN FERREIRA SAMPAIO, Juiz de Direito da 4ª Vara do Juizado Especial Cível, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, DETERMINA: INTIMAÇÃO DO(A)(S) EXEQUENTE E DO(A)(S) EXECUTADO(A)(S) POR MEIO DE ADVOGADO(A)(S)FINALIDADES:Para comparecer(em) àAUDIÊNCIA DECONCILIAÇÃOEM EXECUÇÃOdesignada para odia03/07/2019 09:30 horas,a se realizarna4ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém, sito naRua Roberto Camelier, nº 570 ? Jurunas (entre Pariquis e Caripunas), Belém/Pa.Advertências:Não comparecendo o(a)(s)exequente(s),o processo será extinto, conforme determina o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95.O(A)(s)executado(a)(s)poderá(ão)oferecerembargos na audiência. Não comparecendo o(a)(s)executado(a)(s), restará precluso o seu direito a oferecimento de embargos..O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório.Em se tratando de pessoa jurídica, o preposto deverá apresentar no ato da audiência respectiva a carta de preposição, sob pena de revelia. (FONAJE - Enunciado 20).O(A)(s) executado(a)(s) deverá(ão) comunicar qualquer mudança de endereço ocorrida no curso do processo, reputando-se eficazes as intimações enviadas ao local anteriormente indicado na ausência da comunicação.Observação:Nas causas de valor superior a 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão se fazer acompanhar por advogado (artigo 9º da lei 9099/95).Este processo tramita através do sistema PJe, cujo endereço na web éhttp://pje.i.tj.pa.gov.br:8080/pje/login.seam.

Número do processo: 0839498-49.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: CONDOMINIO VILLE LAGUNA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO EMMANOEL RAIOL MONTEIROOAB: 16941/PA Participação: RECLAMADO Nome: JORGE FRANCA DA SILVA MEDEIROS Participação: RECLAMADO Nome: PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES Participação: ADVOGADO Nome: FABIO RIVELLIOAB: 21074/PAPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMRua Roberto Camelier, 570 ? Jurunas.Telefone: (91) 3272-1101Email:4jecivelbelem@tjpa.jus.br Processo nº 0839498-49.2018.8.14.0301RECLAMANTE: CONDOMINIO VILLE LAGUNARECLAMADO: JORGE FRANCA DA SILVA MEDEIROS, PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES DECISÃO/MANDADO Vistos, etc. Defiro o pedido, parcele-se as custas em seis boletos.Os boletos podem expedidos pela parte requerente diretamente no site do TJPA ou retirados em secretaria deste Juizado, que é o melhor Juizado do Estado por conta do trabalho árduo e diligente dos servidores Serve a presente decisão como mandado, nos termos do disposto no artigo 1º do Provimento nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA. Intime-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.Belém, 27 de junho de 2019. IRAN FERREIRA SAMPAIOJuiz de Direito

Número do processo: 0827153-17.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: LUDOVINA TAVARES DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: BERNARDO JOSE MENDES DE LIMAOAB: 18913/PA Participação: RECLAMANTE Nome: JOSE PEIXOTO DA COSTA NETO Participação: ADVOGADO Nome: BERNARDO JOSE MENDES DE LIMAOAB: 18913/PA Participação: RECLAMANTE Nome: RENATA TAVARES PEIXOTO DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: BERNARDO JOSE MENDES DE LIMAOAB: 18913/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO SAFRA S A Participação: ADVOGADO Nome: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELIOAB: 5546/ROPROCESSO Nº: 0827153-17.2019.8.14.0301 RECLAMANTE: LUDOVINA TAVARES DA COSTA, JOSE PEIXOTO DA COSTA NETO, RENATA TAVARES PEIXOTO DA COSTARECLAMADO: BANCO SAFRA S A SENTENÇA Dispenso o relatório, com espeque no art. 38 da Lei 9.099/95.Trata-se de Ação de Indenização por Dano Moral, em virtude de demora de baixa de gravame sobre bem imóvel.Breve relato. Decido. -DO DANO MORAL Os reclamantes alegam que fizeram acordo judicial com o banco reclamado, aonde após o pagamento do acordo o réu iria em 30 dias proceder com a baixa de gravame sobre o imóvel.Aduzem também que o banco somente realizou a baixa no gravame 90 dias depois da quitação do acordo, causando prejuízos matérias e morais, pois os autores pretendiam vender o referido imóvel para quitarem dívida perante seus familiares, e também por que agravou o problema de depressão da reclamante, LUDOVINA TAVARES DA COSTA.O reclamado apresentou contestação escrita alegando que

os autores não comprovaram nos autos a prática de ato ilícito.O artigo 333, I e II do Código de Processo Civil, preceitua quecompete ao autor a prova dos fatos constitutivos do seu direito, ao passo, que ao réu cabe a prova dos fatos extintivos, modificativos ou impeditivos do direito do autor.Conforme o entendimento do professor Alexandre Câmara: ?denomina-se prova a todo elemento que contribui para a formação da convicção do juiz a respeito da existência de determinado fato. Quer isto significar que tudo aquilo que for levado aos autos com o fim de convencer o magistrado de que determinado fato ocorreu será chamado de prova?. Compulsando os autos, observa-se que os autores não comprovaram o dano moral alegado, pois não houve ofensa aos direitos de personalidade e nem ato ilícito praticado pela reclamada.O instituto da Responsabilidade Civil pode ser entendido como a obrigação que nasce para o indivíduo em reparar o dano causado a terceiro por ato ilícito próprio, ou por fato de pessoas ou coisas que dele dependam.Busca-se preferencialmente a restauração do statusquo ante, e, sendo impossível este, que a reparação pecuniária possibilite ao ofendido sentimentos positivos em proporção equivalente ao dano sofrido.Para configuração do dever de indenizar, devem restar presentes os elementos relativos à conduta, nexo de causalidade, e o dano (dispensada a verificação da culpa, por se tratar de relação consumerista, pautada pela responsabilidade objetiva).O dano moral ocorre quando uma pessoa é intimamente afetada e ofendida em sua honra, sua dignidade, sua imagem, e em todo qualquer valor pessoal não material. Situações cotidianas ou aborrecimentos, contudo, não dão azo ao pleito indenizatório.Em que pese adotar-se o julgamento mediante a técnica da inversão do ônus da prova, por se enquadrar a causa vertente em uma relação de consumo, entendo que, diante das provas produzidas, não restou demonstrada a prática de ato ilícito por parte do requerido, nem mesmo dano moral indenizável.Não houve a exposição do consumidor ao ridículo, ou a tratamento humilhante, vexatório ou constrangedor. Nenhum dos seus direitos, de personalidade, restaram flagrantemente abalados, diante da análise dos fatos declinados pelos reclamantes.A doutrina e a jurisprudência inclinam-se no sentido de que não são meros dissabores do cotidiano que geram o direito à indenização por danos morais, senão vejamos: ?(...) Nota-se nos pretórios uma avalanche de demandas que pugnam pela indenização de dano moral, sem que exista aquele substrato necessário para ensejar o ressarcimento. Está-se vivendo uma experiência em que todo e qualquer abespinhamento dá ensanchas a pedidos de indenização.Não é assim, porém. Conquanto existam pessoas cuja suscetibilidade afore na epiderme, não se pode considerar que qualquer mal-estar seja apto para afetar o âmago, causando dor espiritual. Quando alguém diz ter sofrido prejuízo espiritual, mas este é conseqüência de uma sensibilidade exagerada ou de uma suscetibilidade extrema, não existe reparação. Para que exista dano moral é necessário que a ofensa tenha alguma grandeza e esteja revestida de certa importância e gravidade.(...)Como asseveram Gabriel Stiglitz e Carlos Echevesti (Responsabilidade Civil, p. 243), 'diferente do que ocorre com o dano material, a alteração desvaliosa do bem-estar psicofísico do indivíduo deve apresentar certa magnitude para ser reconhecida como prejuízo moral. Um mal-estar trivial, de escassa importância, próprio do risco cotidiano da convivência ou da atividade que o indivíduo desenvolva, nunca o configurarão'.O que se quer afirmar é que existe um mínimo de incômodos, inconvenientes ou desgostos que, pelo dever de convivência social, sobretudo nas grandes cidades, em que os problemas fazem com que todos estejam mal-humorados, há um dever geral de suportá-los.O mero incômodo, o desconforto, o enfado decorrentes de alguma circunstância, como exemplificados aqui, e que o homem médio tem de suportar em razão mesmo do viver em sociedade, não servem para que sejam concedidas indenizações.(...)As sensações desagradáveis, por si sós, que não trazem em seu bojo lesividade a algum direito personalíssimo, não merecerão ser indenizadas. Existe um piso de inconvenientes que o ser humano tem de tolerar, sem que exista o autêntico dano moral.?(in,Dano Moral Indenizável, de Antônio Jeová Santos, Ed. Revista dos Tribunais, 4ª edição, pág. 111/113). RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. INEXISTÊNCIA. Segundo a doutrina não será toda e qualquer situação de sofrimento, tristeza, transtorno ou aborrecimento que ensejará a reparação, mas apenas aquelas situações graves o suficiente para afetar a dignidade humana em seus diversos substratos materiais, já identificados, quais seja, a igualdade, integridade psicofísica, a liberdade e a solidariedade familiar ou social, no plano extrapatrimonial em sentido estrito. (...).Apelação Cível nº 70012889770, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Alberto Schereiner Pestana, Julgado em 27/10/2005. Vale ressaltar também que os reclamantes não juntaram aos autos nenhuma comprovação dos fatos narrados na inicial, para comprovar o agravamento da depressão e nem a possibilidade de realização de venda do imóvel gravado, seja documental ou testemunhal.Assim, os transtornos experimentados em virtude da demora na baixa do gravame pela ré, caracteriza dissabores do cotidiano, que não geram indenização por danos morais.Diante do exposto, verifica-se que os autores não se desincumbiram satisfatoriamente do ônus de comprovar os fatos constitutivos de sua pretensão, o que lhe cabia em conformidade com o artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil.Assim, entendo que não resultaram demonstrados nos autos a alegada existência de dano moral, motivo pelo qual não há

como acolher os pleitos indenizatórios dos reclamantes. ? DISPOSITIVO Por todo o exposto,julgo improcedente o pedido de indenização por danos morais,restando extinto o processo com resolução do mérito, com esteio no art. 487, inciso i, do código de processo civil, em relação a estes pedidos.Sem condenação em custas ou honorários advocatícios.Transitada em julgado, arquivem-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 28/06/2019. Juiz de direito

PROCESSO nº: 0000145.25.2007.8140914

Reclamante: VERA LUCIA JACOB CHAVES

ADVOGADO: ANA KELLY JANSEN DE AMORIM OAB/PA - 6.535.

Reclamado: MARIA LUCIA OHANA

ADVOGADOS: ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS - OAB/PA - 541

O Dr. IRAN FERREIRA SAMPAIO, Juiz de Direito da 4ª Vara do Juizado Especial Cível, Comarca de Belém, Estado do Pará, e conforme o que preceituam os art. 270 e 274, ambos do Código de Processo Civil, DETERMINA:

INTIMAÇÃO DAS PARTES

FINALIDADE: Para comparecer à **AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO EM EXECUÇÃO** designada para o **dia 22 de Agosto de 2019 às 10:30h,** a se realizar neste Juizado Especial, sito à **rua Roberto Camelier, nº 570 ¿ Jurunas (entre Pariquis e Caripunas), Belém/Pa**.

ADVERTÊNCIAS: Não comparecendo o **EXEQUENTE**, o processo será extinto, conforme determina o art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95. O **EXECUTADO** poderá oferecer embargos na audiência. Não comparecendo o executado, restará precluso o seu direito a oferecimento de embargos.

SECRETARIA DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Número do processo: 0877334-56.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: PAULO SERGIO HAGE HERMES Participação: ADVOGADO Nome: PAULO SERGIO HAGE HERMESOAB: 2995/PA Participação: EXECUTADO Nome: CVC VIAGENS Participação: ADVOGADO Nome: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRESOAB: 24359-A/PA Participação: EXECUTADO Nome: ALAMO RENTA A CAR Participação: EXECUTADO Nome: ENTERPRISE HOLDINGS SUPORTE DE VENDAS LTDA. Participação: ADVOGADO Nome: DANILO ANDRADE MAIAOAB: 22554A/PAPROCESSO Nº0877334-56.2018.8.14.0301 EXEQUENTE: PAULO SERGIO HAGE HERMESEXECUTADO: CVC VIAGENS, ENTERPRISE HOLDINGS SUPORTE DE VENDAS LTDA. DESPACHO Ante o pedido de cumprimento de sentença do ID 10268591 e o respectivo demonstrativo de débito, intime-se a parte requerida para cumprimento voluntário da sentença, no prazo de 15 dias, sob pena de incidência da multa de 10%, nos termos do art. 523, § 1º do NCPC.Não havendo pagamento após decorrido o prazo constante no art. 523 do NCPC e, em caso de inexistência de impugnação em 15 dias, independente de penhora ou nova intimação (art. 525 do NCPC), certifique-se e intime-se a parte requerente para atualizar o débito, com incidência de multa de 10% e voltem os autos conclusos para bloqueioon-line. Intimem-se. Cumpra-se. Belém-PA, 26 de junho de 2019.EMÍLIA PARENTE S. DE MEDEIROSJuíza de Direito

Número do processo: 0877334-56.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: PAULO SERGIO HAGE HERMES Participação: ADVOGADO Nome: PAULO SERGIO HAGE HERMESOAB: 2995/PA Participação: EXECUTADO Nome: CVC VIAGENS Participação: ADVOGADO Nome: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRESOAB: 24359-A/PA Participação: EXECUTADO Nome: ALAMO RENTA A CAR Participação: EXECUTADO Nome: ENTERPRISE HOLDINGS SUPORTE DE VENDAS LTDA. Participação: ADVOGADO Nome: DANILO ANDRADE MAIAOAB: 22554A/PAPROCESSO Nº0877334-56.2018.8.14.0301 EXEQUENTE: PAULO SERGIO HAGE HERMESEXECUTADO: CVC VIAGENS, ENTERPRISE HOLDINGS SUPORTE DE VENDAS LTDA. DESPACHO Ante o pedido de cumprimento de sentença do ID 10268591 e o respectivo demonstrativo de débito, intime-se a parte requerida para cumprimento voluntário da sentença, no prazo de 15 dias, sob pena de incidência da multa de 10%, nos termos do art. 523, § 1º do NCPC.Não havendo pagamento após decorrido o prazo constante no art. 523 do NCPC e, em caso de inexistência de impugnação em 15 dias, independente de penhora ou nova intimação (art. 525 do NCPC), certifique-se e intime-se a parte requerente para atualizar o débito, com incidência de multa de 10% e voltem os autos conclusos para bloqueioon-line. Intimem-se. Cumpra-se. Belém-PA, 26 de junho de 2019.EMÍLIA PARENTE S. DE MEDEIROSJuíza de Direito

SECRETARIA DA 6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Número do processo: 0825058-48.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JOAO BOSCO DA CRUZ MARTINS Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTA MACIEL DA COSTAOAB: 25869/PA Participação: ADVOGADO Nome: RONDINELLY MAIA ABRANCHES GOMESOAB: 23364/PA Participação: RECLAMADO Nome: J. M. DE ARAUJO - ME Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTO AFONSO DA SILVA CARVALHOOAB: 36PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Processo nº 0825058-48.2018.8.14.0301SENTENÇA Dispensado o Relatório, na forma do art. 38 da Lei n. 9099/95. HOMOLOGO O ACORDOcelebrado entre as partes para que surta os seus regulares efeitos, nos termos do que dispõe o parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95 c/c artigo 200, caput, do CPC.Em consequência,JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no art. 487, inciso III,alínea "b", do CPC. Havendo valores a serem pagos através de depósito judicial, defiro desde já a expedição do respectivo alvará judicial, bem como a expedição de ofício para transferência de valores caso necessário, comprometendo-se a parte responsável pelo pagamento a imediatamente solicitar expedição de boleto na secretaria deste Juizado. depositados em Juízo, desde já autorizo o seu levantamento mediante alvará.Sem custas, na forma do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Arquive-se, advertindo-se às partes de que, em caso de descumprimento do acordo, o fato poderá ser informado ao juízo para fins de execução do presente título judicial. Belém, 26 de junho de 2019 Juiz(a) de Direito assinando digitalmente

Número do processo: 0829331-70.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: EDINA PAIVA RABELO Participação: EXECUTADO Nome: B2W COMPANHIA DIGITAL Participação: ADVOGADO Nome: JOAO THOMAZ PRAZERES GONDIMOAB: 062192/RJProcesso n.º: 0829331-70.2018.814.0301 SENTENÇA A executada apresentou manifestação comprovando o depósito do valor da condenação.Diante do pagamento voluntário da condenação, expeça-sealvará judicial, em favor da exequente, ou de seu patrono, desde que devidamente habilitado aos autos com poderes específicos para receber e dar quitação.Saliente-se que os honorários contratuais somente poderão ser objeto de alvará apartado em nome do advogado mediante a apresentação de contrato de honorários acompanhada de expressa autorização do cliente, nos termos do artigo 22, §4º, do EOAB.Considerando que a obrigação foi satisfeita, conforme o art. 924, inc. II, CPC, julgo extinta a presente execução.Sem custas. Arquive-se.P.R.IBelém, 27 de junho de 2019 Juíza de Direito assinando digitalmenteJT

Número do processo: 0806590-07.2016.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: SANDRA SUELY RODRIGUES CORIOLANO DE AGUIAR Participação: EXECUTADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO LUIZ LUCAS MOREIRAOAB: 11085/PAProcesso n.º 0806590-07.2016.814.0301 SENTENÇA A executada intimada do bloqueio realizado, deixou de apresentar impugnação.Desta feita, autorizo a expedição alvará judicial em nome da Exequente ou de sua patrona, desde que devidamente habilitada nos autos com poderes específicos para receber e dar quitação.Saliente-se que os honorários contratuais somente poderão ser objeto de alvará apartado em nome do advogado mediante a apresentação de contrato de honorários acompanhada de expressa autorização do cliente, nos termos do artigo 22, §4º, do EOAB.Considerando que a obrigação foi satisfeita, conforme o art. 924, inc. II, CPC, julgo extinta a presente execução.Sem custas. Arquive-se.P.R.IBelém, 26 de junho de 2019 Juíza de Direito assinando digitalmenteJT

Número do processo: 0830826-52.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ERICK VASCONCELOS AMORIM Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO NAZARENO LIMA DOS SANTOSOAB: 6941PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LUCIMARY GALVAO LEONARDOOAB: 20103/PAProcesso n.º:0830826-52.2018.814.0301 SENTENÇADispensado o relatório, nos termos do artigo 38, caput da Lei nº 9.099/95, e proferida segundo os princípios próprios e diferenciados dos juizados especiais.Sem

preliminares arguidas, reporto-me ao mérito.A reclamada apresentou manifestação comprovando que o objeto da ação foi alvo de acordo firmado nos autos do processo n.º0834125-37.2018.814.0301.Considerando que já houve acordo referente ao objeto da ação e não há outro pedido, houve a perda do objeto da ação, não havendo mais nada a se decidir, restando patente a ausência de interesse processual.Diante do exposto,julgo extinto o presente feito, sem resolução do mérito, nos termos do disposto no art.485, VI do CPC.Sem custas ou honorários nesta instância (arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95).Transitada em julgado, arquive-se.P.R.I. Cumpra-se.Belém, 26 de junho de 2019 Juíza de Direito assinando digitalmenteJT

Número do processo: 0815869-80.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA ZULEIDE CARNEIRO JUCA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE DE ARIMATEIA MEDEIROS DA ROCHAOAB: 2305/PA Participação: RECLAMADO Nome: A. CARDEQUE M. DE SOUSA - MEPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMCERTIDÃO Certifico, que considerando o retorno dos autos do SDJ com os cálculos das custas, a parte autora será intimadaprovidenciar com o pagamento, conforme determinado em sentença, sob pena da inscrição do nome na dívida ativa. Dou fé.Belém, 12 de junho de 2018Secretaria da 6ª Vara do Juizado Especial Cível

Número do processo: 0816752-90.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: DENIZE ALMEIDA VILHENA Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE QUEIROZ MERGULHAOOAB: 017235/PA Participação: ADVOGADO Nome: SAMILLE DA SILVA DE ANDRADEOAB: 20058/PA Participação: RECLAMADO Nome: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS NPL IPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMC E R T I D Ã O De ordem, venho por meio do presente intimar a parte autora, para que informe o atual endereço do réu, no prazo de 15 dias,nos autos do processo em epígrafe, nos termos daPortaria Conjunta 001/2018-GP/VP, art. 26, §1º, edo artigo 19 da Resolução 185/2013 do CNJ c/c artigo 5º da Lei 11.419/2006.Belém, 28 de junho de 2019Secretaria da 6ª Vara do Juizado Especial Cível

Número do processo: 0000150-55.2012.8.14.0305 Participação: EXEQUENTE Nome: SILVIO CEZAR PIANI NORONHA Participação: ADVOGADO Nome: PAULO DE SOUSA BASTOS SEGUNDOOAB: 3288 Participação: ADVOGADO Nome: GUILHERME ROBERTO FERREIRA VIANA FILHOOAB: 7741 Participação: ADVOGADO Nome: LEANDRO MORAES DO ESPIRITO SANTOOAB: 17480/PA Participação: EXECUTADO Nome: BANCO DO ESTADO DO PARÁ - BANPARÁProcesso n.º 0000150-55.2012.814.0305 DESPACHO Considerando a certidão constante no id 11222584, bem como o disposto no §2º, do art. 2º da lei estadual 6750/05, determino o sobrestamento do processo pelo período legal e, ultrapassado tal prazo, determino o envio do saldo existente no SDJ para o Fundo de Reaparelhamento do TJE devendo a secretaria certificar o valor e a data do envio.Após, arquivem-se os autos.Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019 Juíza de Direito assinando digitalmenteJT

Número do processo: 0823002-08.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JOAO COSTA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: KAMILLA QUADROS CARVALHOOAB: 20240/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LUCIMARY GALVAO LEONARDOOAB: 20103/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Processo nº 0823002-08.2019.8.14.0301SENTENÇA Dispensado o Relatório, na forma do art. 38 da Lei n. 9099/95. HOMOLOGO O ACORDOcelebrado entre as partes para que surta os seus regulares efeitos, nos termos do que dispõe o parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95 c/c artigo 200, caput, do CPC.Em consequência,JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no art. 487,

inciso III,alínea "b", do CPC. Havendo valores a serem pagos através de depósito judicial, defiro desde já a expedição do respectivo alvará judicial, bem como a expedição de ofício para transferência de valores caso necessário, comprometendo-se a parte responsável pelo pagamento a imediatamente solicitar expedição de boleto na secretaria deste Juizado. depositados em Juízo, desde já autorizo o seu levantamento mediante alvará.Sem custas, na forma do art. 55 da Lei n. 9.099/95. Arquive-se, advertindo-se às partes de que, em caso de descumprimento do acordo, o fato poderá ser informado ao juízo para fins de execução do presente título judicial. Belém, 26 de junho de 2019 Juiz(a) de Direito assinando digitalmente

Número do processo: 0860020-97.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: BRUNO NOBREGA MAFRA Participação: ADVOGADO Nome: RENAN REIS LIRAOAB: 23179/PA Participação: RECLAMADO Nome: LATAM AIRLINES GROUP S/A Participação: ADVOGADO Nome: FABIO RIVELLIOAB: 21074/PASENTENÇA Homologo por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo constante no id 7466846, extinguindo o processo, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, ?b? do CPC.Caso haja informação do autor acerca de descumprimento do acordo e requerer a execução na forma da lei, o feito poderá ser desarquivado.P. R. I e cumpra-se. Após o transito em julgado ARQUIVE-SE.Cancele-se a audiência designada.Sem Custas.Belém, 27 de junho de 2019 Juíza de Direito assinando digitalmenteJT

Número do processo: 0833947-54.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA BETANIA TOSCANO SIMOES DE CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: FRANCISCO DE ASSIS SA MEIRELES NETOOAB: 25310/PA Participação: RECLAMADO Nome: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Processo nº 0833947-54.2019.8.14.0301SENTENÇATrata-se de ação visando ao cancelamento ou reforma do reajuste das mensalidades do plano de saúde em razão de mudança de faixa etária.Sem relatório por força do art. 38 da LJEC.É sabido que STJ já firmou tese em I.R.D.R. pela possibilidade de reajuste da mensalidade por faixa etária dentro de determinados parâmetros, e, dentre outras determinações, estabelece que ?não sejam aplicadospercentuais desarrazoados oualeatóriosque, concretamente esem base atuarial idônea, onerem excessivamente o consumidor ou discriminem o idoso? (v.g. Tema 952 STJ).Desta forma, uma vez que se demanda "base atuarial idônea" para o reajuste das mensalidades, considero que o feito demanda meio de prova considerado complexo, quer seja, o cálculo atuarial, cuja acuidade só pode ser atestada mediante perícia contábil. Tal fato afasta a competência deste Juizado para processar e julgar a lide, nos termos do art. 3º, caput, da Lei nº 9.099/95, c/c Enunciado FONAJE nº 54.Desta feita, em razão da complexidade, a proposição do feito na Justiça Comum é medida que se impõe, eis que naquela seara a lei permite perícia técnica judicial através de um profissional habilitado e registrado junto ao Judiciário, procedimento este totalmente diferente daquele previsto no art. 35 da LJEC.Isto posto, ante a complexidade da causa, reconheço a incompetência deste Juízo, constituindo-se em motivo idôneo para o deslocamento da competência, conforme preconiza o art. 3º da Lei 9.099/95, o Enunciado nº 54 do FONAJE e os princípios que regem os Juizados Especiais os quais devem orientar-se pelos critérios da oralidade, informalidade, economia processual e celeridade, a fim de assegurar a efetiva prestação jurisdicional (art. 62 da mesma lei). Desta forma, JULGO-O EXTINTO SEM ANÁLISE DO MÉRITO.Sem custas nem honorários por força do art. 55 da LJEC.Decorrido o prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se.Belém, 25 de junho de 2019Juiz(a) de Direito assinando digitalmente

Número do processo: 0804792-11.2016.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CLAUDIA CAMILA DO NASCIMENTO DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: JOHNYELSON DA SILVA SANTOSOAB: 8085PA Participação: EXECUTADO Nome: TELEMAR NORTE LESTE S/A Participação: ADVOGADO Nome: ELADIO MIRANDA LIMAOAB: 86235/RJProcesso n.º: 0804792-11.2016.814.0301 SENTENÇA A executada apresentou manifestação comprovando o depósito do valor da condenação.Diante do pagamento voluntário da condenação, expeça-sealvará judicial, em favor da exequente, ou de seu

patrono, desde que devidamente habilitado aos autos com poderes específicos para receber e dar quitação.Saliente-se que os honorários contratuais somente poderão ser objeto de alvará apartado em nome do advogado mediante a apresentação de contrato de honorários acompanhada de expressa autorização do cliente, nos termos do artigo 22, §4º, do EOAB.Considerando que a obrigação foi satisfeita, conforme o art. 924, inc. II, CPC, julgo extinta a presente execução.Sem custas. Arquive-se.P.R.IBelém, 25 de junho de 2019 Juíza de Direito assinando digitalmenteJT

Número do processo: 0830943-09.2019.8.14.0301 Participação: EMBARGANTE Nome: DANIEL GOES CUNHA LIMA Participação: ADVOGADO Nome: MATHEUS BRAZ DA SILVA AZEVEDOOAB: 23679/PA Participação: ADVOGADO Nome: JULIANA COELHO DOS SANTOSOAB: 23201 Participação: EMBARGADO Nome: KENIA SOARES DA COSTAPROCESSO Nº. 0830943-09.2019.8.14.0301 SENTENÇA Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei n 9.099/95.Trata-se de embargos à execução em autos apartados conforme previsão do art. 914 e seguintes do CPC.Inicialmente verifica-se que os embargos à execução foram interpostos com base nos preceitos do CPC. Entretanto, no âmbito dos Juizados Especiais, a legislação aplicável é aquela constante na lei 9.099/95 sendo lei específica.A lei 9.099/95 prevê em seu art. 53, §1º, que poderá ser interposto embargos à execução após a penhora, quando intimado o executado para audiência de conciliação. O art. 53, §1º ainda faz menção ao art. 52, IX que indica que os embargos à execução serão oferecidos nos próprios autos da execução.Assim, deixo de receber os presentes embargos por não atender aos requisitos prévios e mínimos para recebe-lo, extinguindo o processo sem a resolução do mérito com base no art. 51, II da lei 9.099/95.P.R.I. Cumpra-se.Cancele-se a audiência designada nos presentes autos.Após o trânsito em julgado, arquive-se.Belém, 25 de junho de 2019 JUIZ ASSINANDO DIGITALMENTE

Número do processo: 0000697-95.2012.8.14.0305 Participação: EXEQUENTE Nome: JOAO CARLOS VIANNA BENEVIDES Participação: ADVOGADO Nome: EMMELY FERNANDES LEANDROOAB: 17547 Participação: EXECUTADO Nome: ROBERTO VASCONCELOS RODRIGUES Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO CARLOS DE SOUZA MONTEIROOAB: 17429/PAProcesso n.º 0000697-95.2012.814.0315 Sentença O exequente intimado a apresentar manifestação quanto a certidão do oficial de justiça, manteve-se inerte, deixando de indicar bem de propriedade do executado à penhora.Verifica-se que diversas foram as tentativas de contrição de bens do executado, sendo todas infrutíferas.Dispõe o Enunciado 75, que: ?A hipótese do § 4º, do 53, da Lei 9.099/1995, também se aplica às execuções de título judicial, entregando-se ao exeqüente, no caso, certidão do seu crédito, como título para futura execução, sem prejuízo da manutenção do nome do executado no Cartório Distribuidor (nova redação ? XXI Encontro ? Vitória/ES)?.Desta feita, com fulcro no §4º do art.53 da Lei 9.099/95 c/c Enunciado 75, julgo extinta a presente execução, expedindo certidão de crédito a requerimento do exequente.Arquivem-se os autos.Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019 Juíza de Direito assinando digitalmenteJT

Número do processo: 0804221-06.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: THIAGO RAILSON ARAUJO BAIA Participação: EXECUTADO Nome: ANTUERPIA PROMOTORA E ADMINISTRADORA DE NEGOCIOS DE VENDA E CREDITO S.A. Participação: ADVOGADO Nome: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEUOAB: 117417/SPProcesso n.º 0804221-06.2017.814.0301 Sentença O exequente intimado a apresentar manifestação quanto a certidão do oficial de justiça, manteve-se inerte, deixando de indicar bem de propriedade da executada à penhora.Verifica-se que diversas foram as tentativas de contrição de bens do executado, sendo todas infrutíferas.Dispõe o Enunciado 75, que: ?A hipótese do § 4º, do 53, da Lei 9.099/1995, também se aplica às execuções de título judicial, entregando-se ao exeqüente, no caso, certidão do seu crédito, como título para futura execução, sem prejuízo da manutenção do nome do executado no Cartório Distribuidor (nova redação ? XXI Encontro ? Vitória/ES)?.Desta feita, com fulcro no §4º do art.53 da Lei 9.099/95 c/c Enunciado 75, julgo extinta a presente execução, expedindo certidão de crédito a requerimento do exequente.Arquivem-se os autos.Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019 Juíza de Direito assinando digitalmenteJT

Número do processo: 0838390-82.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: RONALDO CRUZ CARDOSO Participação: RECLAMADO Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL SGANZERLA DURANDOAB: 16637/PA Participação: RECLAMADO Nome: MASTERCARD BRASIL LTDA Participação: ADVOGADO Nome: DECIO FLAVIO GONCALVES TORRES FREIREOAB: 2255/RJPROCESSO: 0838390-82.2018.814.0301 SENTENÇA Dispensado o relatório e proferida segundo os princípios próprios e diferenciados da Lei n. 9.099/95.As preliminares foram decididas em audiência, sendo acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva da reclamada Mastercard Brasil Soluções de Pagamento Ltda, julgando extinta a presente ação em relação apenas a esta reclamada.Quanto a preliminar arguida pela reclamada Banco do Brasil, esta restou afastada.Sem mais preliminares arguidas, reporto-me ao mérito.Resta incontroverso nos autos a existência de um contrato válido entre as partes.Analisando os documentos juntados aos autos verifico que o reclamante rotineiramente efetuava o pagamento das faturas do seu cartão de crédito em atraso.A fatura vencida em 12/11/17 no valor de R$202,18 somente foi paga em 02/12/17, ou seja, com 20 dias de atraso e após o fechamento da fatura com vencimento em 12/12/17.Ora, claro está que o reclamante, quando do fechamento da fatura com vencimento em 12/12/17, não havia efetuado o pagamento da fatura vencida em 12/11/17, motivo pelo qual o valor devido na fatura de 12/12/17 constava acrescido do valor da fatura com vencimento em 12/11/17.Saliente-se que diante do não pagamento da fatura de novembro de 2017 na data do seu vencimento é cabível a cobrança de multa, encargos e juros por atraso, que neste caso são de 20 dias.Assim sendo, os valores referentes a juros, encargos e multa pelo atraso no pagamento constantes na fatura de dezembro de 2017 são devidos.Novamente o reclamante efetuou o pagamento da fatura de dezembro/17 com atraso, já que efetuou o pagamento somente em 29/12/17, com 17 dias de atraso.O parcelamento foi efetivado devido o não cumprimento da obrigação de pagar por parte do reclamante, porém foi devidamente cancelado após a regularização do pagamento, tanto que nas faturas subsequentes ocorreram créditos.Ressalte-se que inexiste prova de que o reclamante tenha efetuado qualquer pagamento indevido, já que juros, multa e encargos são devidos, bem como créditos foram lançados em suas faturas.Por fim, constato que o reclamante, apesar de possuir compras parcelas no seu cartão, deixou de efetivar o pagamento das faturas desde junho de 2018.No plano do direito material, cumpre esclarecer que o pagamento é a principal contraprestação do consumidor e decorre do próprio fornecimento em si. Nesse ponto, merece transcrição a lição de Sílvio de Salvo Venosa, ao discorrer sobre as obrigações das partes em tal modalidade contratual:"Ao fornecido cabe inicialmente pagar o preço e receber as coisas na quantidade e qualidade contratadas."(VENOSA, Sílvio de Salvo. Direito Civil: Contratos em Espécie, 3.ª ed. - São Paulo: Atlas, 2003, p. 506)Consciente da dívida, não pode o consumidor esquivar-se do pagamento se efetivamente houve fornecimento. A boa-fé objetiva impõe-lhe procurar uma das formas de obtenção da quitação do débito. Se assim não procede, dando causa a eventuais interrupções do serviço, protesto e/ou apontamento de seus nomes em cadastros restritivos ao crédito, os danos daí decorrentes devem ser imputados à própria vítima, na medida em que sua conduta negligente configura a causa adequada do resultado danoso.Conclui-se, portanto, que não se pode responsabilizar o fornecedor que interrompe o serviço, apresenta o título para protesto e/ou insere o nome do consumidor nos cadastros restritivos ao crédito pelo não pagamento da dívida, não só por ter o primeiro agido em exercício regular de direito, amparado pelo artigo 188, I do Código Civil, como por ter havido culpa exclusiva do segundo, nos termos do artigo 14, § 3º, II do CDC.Esse vem sendo o entendimento mais sensato dos Tribunais, conforme se observa nos acórdãos cujas ementas seguem abaixo:"Ação pelo rito sumário. Telefonia fixa. Alegação de não recebimento de faturas para pagamento. Posterior remessa para pagamento em data única.Apelante que sabia da obrigação de pagamento e permaneceu inerte, mesmo diante da ausência de solução administrativa do problema. Possibilidade de obtenção de segunda via por outros meios em cumprimento ao princípio da boa-fé objetiva. Ausência de ato ilícito praticado pela apelada. Inexistência de litigância de má-fé. Recurso parcialmente provido". (TJ/RJ ? 15.ª Câmara Cível ? Apelação Cível 09/22552, rel. Des. Helda Lima Meireles, j. 19/5/09.)- Grifei."RESPONSABILIDADE CIVIL. CARTÃO DE CRÉDITO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. Alegação de inscrição indevida em cadastro de inadimplentes. Elementos de prova constantes dos autos que apontam se encontrar o autor em mora em relação a débito de cartão de crédito.A alegação de não recebimento da fatura de cartão de crédito pelo consumidor não o exime da responsabilidade de efetuar o pagamento do débito no vencimento, sendo possível fazê-lo, ordinariamente, através de pagamento avulso. Ato ilícito não configurado. Pedidos improcedentes.Sentença reformada, em parte e tão-somente para determinar que a execução da verba honorária fique suspensa nos termos do artigo 12 da lei 1.060/50. Provimento parcial do recurso". (TJ/RJ ? 17.ª Câmara Cível ? Apelação Cível 08/36562, rel. Des. Maria Inês da Penha Gaspar, j.

17/7/08).Grifei."ENERGIA ELÉTRICA - CONTAS DE CONSUMO - ALEGAÇÃO DE NÃO RECEBIMENTO DAS FATURAS - DANO MORAL - NÃO RECONHECIMENTO - RECURSO PROVIDO.Não é aceitável que os consumidores deixem de pagar as contas mensais mediante a singela alegação de que não receberam as respectivas faturas.Tal raciocínio não se admite, sob pena de se colocar em risco a sobrevivência da concessionária". "Só caracteriza dano moral, passível de ressarcimento, a prática de ato que acarrete sofrimento intenso e profundo. Simples aborrecimento decorrente de fatos normais na vida diária, como os conflitos rotineiros, não comportam reparação." (TJ/SP ? 26.ª Câmara de Direito Privado ? Apelação 980063000, rel. Des. Renato Sartorelli, j. 3/3/09). Grifei. "INDENIZATÓRIA. PARCELAMENTO DO DÉBITO JUNTO A EMPRESA DE TELEFONIA. PAGAMENTO DA PARCELA COM ATRASO. INADIMPLEMENTO DO PARCELAMENTO. SUSPENSÃO DO SERVIÇO PRESTADO. ALEGAÇÃO DE RECEBIMENTO DA FATURA EM ATRASO, DECORRENTE DA GREVE DOS CORREIOS. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. 1. A greve dos correios não justifica o pagamento feito em atraso, diante das diversas formas de pagamento na atualidade. Inclusive, a própria autora, posteriormente, o fez mediante solicitação de boleto avulso. 2. A suspensão do serviço está suficientemente justificada em face da ausência de pagamento do débito no vencimento. 3. Não se vislumbra, diante dos elementos constantes nos autos, situação que tenha gerado abalo moral à autora. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. RECURSO NÃO PROVIDO".(TR/RS ? 1.ª Turma Recursal Cível ? Recurso Cível 71001826593, rel. Luís Francisco Franco, j. 2/7/09.) "RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ENERGIA ELÉTRICA. SUSPENSÃO NO FORNECIMENTO. ALEGAÇÃO DE NÃO RECEBIMENTO DA FATURA, EM DECORRÊNCIA DA GREVE DOS CORREIOS. LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO DA EMPRESA. DANOS MORAIS NÃO CONFIGURADOS. O consumidor que alega expressamente não ter recebido a fatura referente ao consumo de energia elétrica e que não procurou a empresa demandada para o adimplemento da dívida, não pode levantar a responsabilidade objetiva da ré por supostos danos pelo corte no fornecimento de energia elétrica, ao qual ele mesmo deu causa. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO".(TJ/RS ? 1.ª Turma Recursal Cível ? Recurso Cível 71001967132, rel. Vivian Cristina Angonese Spengler, j. 25/6/09.)"Ação de indenização. Dano moral. Contrato de prestação de serviços. Empresa de telefonia celular. Alegação de que os bloquetos para pagamento somente teriam sido recebidos após a data de vencimento, por equívoco da ré. Bloqueio do telefone celular que decorreu da situação de inadimplência. Ausência de dano moral passível de indenização. Autora que jamais demonstrou qualquer erro na postagem das correspondências que evidenciasse o propalado recebimento dos bloquetos para pagamento após a data de vencimento.Diante do não recebimento da fatura na data do vencimento, certamente a autora poderia ter entrado em contato com a ré e solicitado outro doc. para realizar o pagamento, inclusive via internet. Certo apenas a existência do não-pagamento e do bloqueio da linha subseqüente. o bloqueio do telefone celular, por si só, não é capaz de gerar presunção de dano moral passível de indenização. Hipótese dos autos em que, visivelmente, a parte autora tenta potencializar os fatos. Ação improcedente. Precedentes da corte. Apelo desprovido".(TJ/RS ? 6.ª Câmara Cível ? Apelação Cível 70019354224, rel. Des. José Aquino Flores de Camargo, j. 10/7/08.)"APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AUSÊNCIA DE ENVIO DE FATURA TELEFÔNICA. MERO DISSABOR QUE PODERIA TER SIDO EVITADO COM A MÍNIMA DILIGÊNCIA. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. APELO IMPROVIDO. 1. A autora, consumidora, tem interesse em receber sua conta telefônica, a fim de cotejar as ligações efetuadas com débito que está lhe sendo cobrado. Ademais, tal interesse poderia ensejar, ainda, a propositura de uma ação de exibição de documentos, razão pela qual, em princípio, de falta de interesse não padece o feito, pelo menos não a ponto de ensejar sua extinção por esse motivo. Assim, afastado o motivo que levou a extinção do feito, entendo possível adentrar no mérito da demanda, aplicando-se o disposto no art. 515, § 3º, do CPC, com a nova redação que lhe deu a lei 10.352, de 26/12/2001, pois se trata de questão predominantemente de direito, desnecessária a produção de outras provas. 2. Entretanto, o não recebimento da fatura telefônica, no máximo, acarreta um aborrecimento, enquadrável tão-somente como mero dissabor, que não é suficiente para a configuração de dano moral e a consequente concessão de reparação sob este título. APELO PROVIDO PARCIALMENTE. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE".(TJ/RS ? 10.ª Câmara Cível ? Apelação Cível 70021398136, rel. Des. Luiz Ary Vessini de Lima, j. 26/6/08.) Diante do exposto, revogo a tutela antecipada e julgo IMPROCEDENTE o pedido da promovente extinguindo o processo com o julgamento do mérito em consonância com o artigo487, I do CPC.Sem custas ou honorários nesta instância (arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95)Transitada em julgado, arquive-se.Belém, 25 de junho de 2019 Juíza de Direito assinando digitalmenteJT

Número do processo: 0832061-88.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: LUIS ROBERTO DE SOUZA SA Participação: RECLAMADO Nome: FERNANDES COMUNICACOES LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: KARLA DOMINIQUE DE ARAUJO MESQUITAOAB: 9764/MAPROCESSO Nº 0832061-88.2017.814.0301 SENTENÇA Dispensado o relatório e proferida segundo os princípios próprios e diferenciados da Lei n. 9.099/95.Claro está nos autos que a relação estabelecida entre as partes é uma relação jurídica de consumo, regida pela Lei 8.078 de 11/09/1990, conhecida como Código de Defesa do Consumidor, que veio disciplinar a defesa do consumidor, obedecendo aos preceitos constitucionais, notadamente estabelecido no capítulo da ordem econômica.Tal sistema tem princípios normativos, dentre os quais se invoca o princípio da transparência, da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo, do dever do fornecedor de informar clara e precisamente os produtos e serviços oferecidos e a proteção do consumidor contra a potencial e efetiva produção dos danos causados a partir do estabelecimento desta relação de consumo, sendo objetiva e solidária a tipologia dessa responsabilidade civil.Observa-se que a pretensão deste caso concreto é indenizatória fundada no vício do produto, tratado no artigo 18 do Código consumerista, pelo qual respondem todos os participantes da cadeia de produção e de colocação do bem no mercado, desde o fabricante até o comerciante, que podem ser acionados, aplicando-se o princípio da solidariedade.Registre-se que vício do produto difere do defeito tratado nos artigos 12 e seguintes do Código de Defesa do Consumidor, que trata do acidente de consumo e que ultrapassa o mero vício do produto para atingir o patrimônio jurídico material ou moral da pessoa do consumidor.Portanto, aqui se cuida vício predicado pelo defeito a ensejar o dever de indenizar. É o que passo a examinar.Acolho a preliminar de ilegitimidade passiva da reclamada FERNANDES COMUNICAÇÕES LTDA-ME, assistência técnica do objeto da lide.Com relação ao tema, entende-se que empresa de assistência técnica age, a princípio, em nome do fabricante, prestando-lhe serviços para saneamento do vício, não participando, diretamente, do processo produtivo para aquisição de bens e serviços, pelo que, diante dos fundamentos desta lide, é parte manifestamente ilegítima para figurar no polo passivo. Por conseguinte, o processo com atinência a tal demandada deve ser extinto por falta de uma das condições da ação.Nesse sentido, o Tribunal do Rio de Janeiro decidiu:?APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO DO CONSUMIDOR. HOME THEATER. VÍCIO DO PRODUTO. GARANTIA ESTENDIDA. NEGATIVA DE DEVOLUÇÃO DA QUANTIA PAGA, SUBSTITUIÇÃO E CONSERTO DO PRODUTO. CONDUTA ABUSIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. PERDA DO TEMPO ÚTIL DO CONSUMIDOR. QUEBRA DA CONFIANÇA. Legitimidade passiva do fabricante e do fornecedor do produto positivada, respondendo eles objetivamente pelos danos que causarem ao consumidor em decorrência da imperfeição de seus produtos e serviços, nos termos do art. 18 do CDC. Ilegitimidade da empresa de assistência técnica trazida ao polo passivo da demanda, já que sua atividade restringe-se à realização de reparos que não foram autorizados pela seguradora. A responsabilidade civil do fornecedor de produto defeituoso independe da comprovação de culpa de qualquer um dos componentes da cadeia de consumo, porquanto objetiva e elidida apenas se comprovada a excludente do nexo causal. Por se tratar de responsabilidade solidária entre todos os fornecedores, inclusive o comerciante, o consumidor pode, à sua escolha, exercitar a pretensão contra todos ou contra aquele que lhe for mais conveniente. Vício do produto e falha na prestação do serviço incontroverso. Causa dano moral a resistência injustificada do fornecedor de bem de consumo durável, em substituir o produto ou devolver o valor do preço pago, em desrespeito aos direitos do consumidor hipossuficiente, compelido a recorrer ao Poder Judiciário para ter resguardado direito expressamente previsto em lei. Hipótese que não se amolda ao mero inadimplemento contratual. Conhecimento dos recursos, parcial provimento do 1º e negativa de seguimento ao 2º.? (TJ-RJ - APL: 03427294320128190001 RJ 0342729-43.2012.8.19.0001, Relator: DES. ROGERIO DE OLIVEIRA SOUZA, Data de Julgamento: 06/09/2013, VIGÉSIMA SEGUNDA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 26/03/2014 10:49) Assim sendo, acolho a preliminar arguida, extinguindo-se o processo em relação a esta reclamada e prosseguindo-se o feito em relação apenas a reclamada SEMP TCL MOBILIDADE LTDA ? ALCATEL, fabricante do aparelho celular.Sem mais preliminares arguidas, reporto-me ao mérito.Avaliando o mérito da lide, entendo que o pedido não deve prosperar.Tendo em vista o art. 12, §3º, inciso III, e o art. 14, §3º, inciso III, do CDC, tanto o produtor quanto o prestador de serviço não poderão ser responsabilizados por danos causados quandoprovar que a culpa é exclusiva do consumidor.Consta nos autos laudo do aparelho celular feito pela assistência técnica no qual foi constatado indícios de danos físicos, juntando ao laudo fotos do aparelho com tela trincada.Verifico, ainda, que além do laudo realizado pela assistência técnica consta o laudo pericial realizado no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, no qual, igualmente, se vê que o aparelho possui danos materiais causados por ação de força mecânica.Inexiste nos autos qualquer prova de que o vício alegado pelo reclamante é vício de fabricação, pelo contrário, os dois laudos existentes nos autos comprovam que os danos apresentados pelo aparelho celular são decorrentes de força mecânica,

ou seja, mau uso do objeto. A reclamada desincumbiu do seu ônus de provar que não possui responsabilidade sobre os danos existentes no produto, já que há prova suficiente para demonstrar que o defeito adveio do uso inadequado por parte do reclamante.Isto posto,JULGOIMPROCEDENTESos pedidos iniciais, pelas razões expostas na fundamentação, ao mesmo tempo em que extingo o processo com resolução do mérito,com fulcro no artigo 487, I do CPC.Sem custas ou honorários nesta instância (arts. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95)Transitada em julgado, arquive-se.P.R.I. Cumpra-se.Belém, 25 de junho de 2018 Juíza de Direito assinando digitalmenteJT

Número do processo: 0808625-03.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: A.C.X. ABDON - EPP Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE ARAUJO FERREIRAOAB: 7847PA Participação: EXECUTADO Nome: STEMAC SA GRUPOS GERADORES Participação: ADVOGADO Nome: FABIO KORENBLUMOAB: 130697/RJ Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTROOAB: 410-APAProcesso n.º: 0808625-03.2017.814.0301 Considerando a decisão de prorrogação do prazo de suspensão prolatada no processo nº 5177058-79.2018.8.09.0087 em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás na comarca de Itumbiara, determino a suspensão dos presentes autos até o fim do prazo legal de 180 dias úteis.Transcorrido o prazo, certifique-se e retornem os autos conclusos.Belém, 14 de janeiro de 2019 Juíza de Direito assinando digitalmenteJT

Número do processo: 0857457-33.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: NARCIZA GOMES DA SILVA OLIVEIRA Participação: EXECUTADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO LUIZ LUCAS MOREIRAOAB: 11085/PA PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVELProcesso nº 0857457-33.2018.8.14.0301 DECISÃOTrata-se de descumprimento de sentença.A decisão de mérito determinou o refazimento da cobrança retroativa nº 201806000892994 ref. período de 27/07/16 a 09/03/18,sob pena de perda do crédito. Tal sentença transitou em julgado em 15/02/2019 (ID 9202474). Neste ínterim, a ré apresentou, nos autos e parcialmente, a fatura refeita para o valor de R$ 147,61, a serem parcelados em quatro vezes de R$ 36,90.Entretanto, até o momento a demandada não disponibilizou as faturas para pagamento à autora, e,mesmo instada a se manifestar sobre o fato, manteve-se inerte. Considero tal fato, corroborado pela atitude da ré, prova inequívoca de descumprimento da sentença.Com efeito, APLICO A SANÇÃO DE PERDA DO CRÉDITO determinada na sentença.Por consequência, nem o débito original e tampouco o débito refeito poderão ser mais cobrados, e também não poderão constar de bancos de dados ou de qualquer registro, qualquer hipótese sendo causa de aplicação de multa de equivalente a 20% (vinte por cento) do valor original do débito cancelado.Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 26 de junho de 2019Juiz(a) de Direito assinando digitalmente

Número do processo: 0803077-26.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA DO CARMO SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: JONAS DA SILVA PACHECOOAB: 25329/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LUCIMARY GALVAO LEONARDOOAB: 20103/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE BELÉM Processo nº0803077-26.2019.8.14.0301DESPACHOEm virtude do procedimento de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR instaurado nos autos do processo nº 0801251-63.2017.814.0301, determino, até a resolução da questão, a SUSPENSÃO do feito. Após, certifique-se e façam-se os autos conclusos para sentença. Cumpra-se. Juiz(a) de Direito assinando digitalmente

Número do processo: 0812536-86.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CLAUDIA MORAES GUEIROS DIAS Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE ALY PARAGUASSU CHARONEOAB: 11918/PA Participação: EXECUTADO Nome: ERB FERREIRA LINS Participação: ADVOGADO Nome: ROMULO ALVES COSTAOAB: 14427/MA Participação: EXECUTADO Nome: JOÃO FRANCISCO

RIBEIRO NEGRÃO Participação: ADVOGADO Nome: ROMULO ALVES COSTAOAB: 14427/MAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE BELÉM Processo nº0812536-86.2018.8.14.0301DESPACHOConsoante apresentação de planilha de cálculo retificada por parte da exequente, é imprescindível a manifestação da parte executada, conquanto que a revelia não impede que o revel aceda aos autos na fase processual em que se encontra. Desta feita, manifeste-se a parte Ré no prazo de 5 (cinco) dias sobre a petição de ID 11142318; após, certifique-se e façam-se os autos conclusos, inclusive para que se delibere acerca da liberação de alvará.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Juiz(a) de Direito assinando digitalmente

SECRETARIA DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Número do processo: 0835653-09.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: ALDA CELIA SARAIVA BARBOZA Participação: ADVOGADO Nome: EDGAR LIMA FLORENTINOOAB: 8546 Participação: EXEQUENTE Nome: JONATHAS REIS SARAIVA BARBOZA Participação: ADVOGADO Nome: EDGAR LIMA FLORENTINOOAB: 8546 Participação: EXECUTADO Nome: LUIZ TIAGO MENDONCA DA SILVAPROCESSO Nº: 0835653-09.2018.8.14.0301EXEQUENTE: ALDA CELIA SARAIVA BARBOZA E OUTROEXECUTADO: LUIZ TIAGO MENDONÇA DA SILVAAÇÃO: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIALR.H.INDEFIRO o pedido de tentativa de penhora de veículo (Renajud), pois sequer houve a citação do Executado, conforme certidão do Oficial de Justiça contida no ID. 7806274.INTIMEM-SE os Exequentes para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, informem o atual e completo endereço do Executado, para fins de citação e penhora de bens, sob pena de extinção da execução (art. 53, §4º, da LJE).Cumpra-se.Belém (PA), 27 de junho de 2019. JOSÉ CORIOLANO DA SILVEIRA Juiz de Direito

Número do processo: 0811833-24.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: INSPETORIA SALESIANA MISSIONARIA DA AMAZONIA Participação: ADVOGADO Nome: MILTON JOSE DE ANDRADE LOBOOAB: 6263 Participação: RECLAMADO Nome: DIONE REGO GOMES PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL PROCESSO: 0811833-24.2019.8.14.0301RECLAMANTE: INSPETORIA SALESIANA MISSIONARIA DA AMAZONIARECLAMADO: DIONE REGO GOMES CERTIDÃO Considerando o AR ANEXO, onde consta a informação "MUDOU-SE", de ordem deste juízo a parte autora será intimada a, no prazo de dez dias, prestar as informações necessárias ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 26 de junho de 2019.SECRETARIA7ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém

Número do processo: 0874744-09.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: CONDOMINIO VILLE LAGUNA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO EMMANOEL RAIOL MONTEIROOAB: 16941/PA Participação: RECLAMADO Nome: PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL PROCESSO: 0874744-09.2018.8.14.0301RECLAMANTE: CONDOMINIO VILLE LAGUNARECLAMADO: PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES CERTIDÃO Considerando o AR ANEXO, onde consta a informação "MUDOU-SE", de ordem deste juízo a parte autora será intimada a, no prazo de dez dias, prestar as informações necessárias ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 19 de junho de 2019.SECRETARIA7ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém

Número do processo: 0800647-03.2016.8.14.0303 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO DO EDIFICIO ENGENHEIRO JOAO DE LIMA PAES Participação: ADVOGADO Nome: LINDINEA FURTADO VIDINHAOAB: 11941/PA Participação: EXECUTADO Nome: SOLON COUTO RODRIGUES FILHO Participação: ADVOGADO Nome: JESSICA ANNE SARAIVA BRISOLLAOAB: 22020/PAPROCESSO Nº: 0800647-03.2016.8.14.0303 EXEQUENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO ENGENHEIRO JOAO DE LIMA PAES EXECUTADO: SOLON COUTO RODRIGUES FILHOAÇÃO: [Adimplemento e Extinção] R.H.Intime-se o Executado a se manifestar,em 05 (cinco) dias úteis, sobre o acordo juntado aos autos (ID. 7632395), sem assinaturas, bem como sobre a informação de seu descumprimento, sob pena de prosseguimento da execução.Cumpra-se.Belém (PA), 27 de junho de 2019. JOSÉ CORIOLANO DA SILVEIRA Juiz de Direito

Número do processo: 0831358-89.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: LETICIA

NICOLETTI MARQUES Participação: ADVOGADO Nome: LETICIA NICOLETTI MARQUESOAB: 721 Participação: RECLAMADO Nome: REMAZA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL PROCESSO: 0831358-89.2019.8.14.0301RECLAMANTE: LETICIA NICOLETTI MARQUESRECLAMADO: REMAZA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA CERTIDÃO Considerando o AR ANEXO, onde consta a informação "MUDOU-SE", de ordem deste juízo a parte autora será intimada a, no prazo de dez dias, prestar as informações necessárias ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 26 de junho de 2019.SECRETARIA7ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém

Número do processo: 0874733-77.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: CONDOMINIO VILLE LAGUNA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO EMMANOEL RAIOL MONTEIROOAB: 16941/PA Participação: RECLAMADO Nome: ELIANE COSTA OLIVEIRA Participação: RECLAMADO Nome: PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL PROCESSO: 0874733-77.2018.8.14.0301RECLAMANTE: CONDOMINIO VILLE LAGUNARECLAMADO: ELIANE COSTA OLIVEIRA, PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES CERTIDÃO Considerando o AR ANEXO, onde consta a informação "MUDOU-SE", de ordem deste juízo a parte autora será intimada a, no prazo de dez dias, prestar as informações necessárias ao prosseguimento do feito. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 19 de junho de 2019.SECRETARIA7ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém

Número do processo: 0827076-42.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ROSEMERE CHAVES CASTRO Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: PEDRO THAUMATURGO SORIANO DE MELLO FILHOOAB: 14665 Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIROOAB: 12436/PA PROCESSO: 0827076-42.2018.8.14.0301RECLAMANTE: ROSEMERE CHAVES CASTRORECLAMADO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPADA SUSPENSÃO DO PROCESSO: Em admissão do incidente de resolução de demandas repetitivas-IRDR nº 04, processo eletrônico nº 0801251-63.2017.8.14.0000, submetida a julgamento a questão dedefinição das balizas de inspeção para apuração de consumo de energia não faturado e, consequentemente, a validade das cobranças de débito realizadas a partir dessas inspeções, o Tribunal de Justiça do Pará resolveu determinar ?a suspensão de todos os processos cuja causa de pedir esteja diretamente relacionada à matéria.?Assim, sendo essa a questão discutida nestes autos, cancelamento de fatura de consumo não registrado-CNR, fica SUSPENSO o trâmite deste processo até que o TJPA resolva o incidente, com publicação de tese a ser adotada a respeito. Cumpra-se.Belém (PA), 24 de junho de 2019 JOSÉ CORIOLANO DA SILVEIRA Juiz de Direito

Número do processo: 0820614-06.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: RICARDO NAZARENO DE SOUZA ALVES Participação: ADVOGADO Nome: ALESSANDRO SERRA DOS SANTOS COSTAOAB: 13370/PA Participação: RECLAMANTE Nome: ANA PAULA DE SOUZA ALVES Participação: ADVOGADO Nome: ALESSANDRO SERRA DOS SANTOS COSTAOAB: 13370/PA Participação: RECLAMADO Nome: PST ELETRONICA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTO TRIGUEIRO FONTESOAB: 11RN PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL PROCESSO: 0820614-06.2017.8.14.0301RECLAMANTE: RICARDO NAZARENO DE SOUZA ALVES, ANA PAULA DE SOUZA ALVESRECLAMADO: PST ELETRONICA LTDA CERTIDÃO CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, que promovo a intimação do Reclamado/Recorrido para, querendo, apresentar contrarrazões ao recurso inominado impetrado no ID 7690842, no prazo legal.O referido é verdade e dou fé.Belém-PA, 28 de junho de 2019.SECRETARIA7ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém

Número do processo: 0853440-51.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO VERANO RESIDENCIAL CLUB Participação: ADVOGADO Nome: ANA LAURA FIGUEIREDO COSTAOAB: 22255/PA Participação: EXECUTADO Nome: MARCELO PINHEIRO DA SILVA PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL PROCESSO: 0853440-51.2018.8.14.0301EXEQUENTE: CONDOMINIO VERANO RESIDENCIAL CLUBEXECUTADO: MARCELO PINHEIRO DA SILVA CERTIDÃO CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, que promovo a intimação do Exequente para que se manifeste acerca da certidão do oficial de justiça do ID 10580568, no prazo de 10 (dez) dias.O referido é verdade e dou fé.Belém-PA, 28 de junho de 2019.SECRETARIA7ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém

Número do processo: 0834627-39.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: GRACINETE DE LIMA Participação: RECLAMADO Nome: DOMINGOS DUARTE MEDEIROS PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉMAv. Alcindo Cacela, 287, UNAMA, Bloco: "E", 1° andar, Umarizal, Belém/PA, CEP: 66060-902PROCESSO: 0834627-39.2019.8.14.0301RECLAMANTE: GRACINETE DE LIMARECLAMADO: DOMINGOS DUARTE MEDEIROS CERTIDÃO Certifico, para os devidos fins de direito, que redesignei aAudiência de Conciliaçãopara o dia13/08/2019 10:10 horas, da qual as partes estãoNOTIFICADASpor aviso de recebimento.Certifico, ainda, que a razão para referida alteração é a prioridade processual a que tem direito a parte autora.Certifico, ainda, do novo endereço deste Juizado:Av. Alcindo Cacela, 287, UNAMA, Bloco: "E", 1° andar, Umarizal, Belém/PA, CEP: 66060-902. O referido é verdade e dou fé.Advertências:- O não comparecimento da parte autora à Audiência de Conciliação e/ou Instrução e Julgamento, ensejará a extinção do processo sem julgamento do mérito, assim como, se não justificar a ausência, será condenado em custas judiciais. - O não comparecimento à Audiência de Conciliação e/ou Instrução e Julgamento ensejará à parte reclamada a aplicação da revelia, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor. (Art. 20 da Lei 9.099/95).- Na Audiência de Instrução e Julgamento poderá a parte compor acordo ou, caso contrário, na mesma ocasião, apresentar defesa escrita ou oral e produzir as provas admitidas em direito que entender necessárias, inclusive testemunhas, no máximo de 03 (três), as quais poderá apresentar no dia da audiência ou requerer a este Juízo a sua intimação, no prazo de até 05 (cinco) dias da realização da audiência. Se o valor da causa for superior a 20 (vinte) salários mínimos, deverá comparecer acompanhado de advogado, sendo que neste caso, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implicará em revelia (Enunciado nº 11 - FONAJE (RJ).- O comparecimento pessoal da parte à audiência é obrigatório. A parte ré, tratando-se de pessoa jurídica, deverá exibir na referida audiência os Atos Constitutivos da Empresa em cópia autenticada e fazendo-se representar por preposto, com a devida carta de preposição em original, sob pena de revelia. Ciente, ainda, da necessidade de apresentação da contestação na Audiência de Instrução e Julgamento.- Nas causas que tratam de relação de consumo, há a possibilidade de inversão do ônus da prova (ENUNCIADO 53 ? FONAJE).Belém/PA, 28 de junho de 2019.SECRETARIA7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE BELÉM

Número do processo: 0865066-67.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA JOSE AMORIM FRANCA Participação: ADVOGADO Nome: AMIRALDO NUNES PARDAUILOAB: 58 Participação: RECLAMADO Nome: PROGRESSO INCORPORADORA LTDA PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL PROCESSO: 0865066-67.2018.8.14.0301RECLAMANTE: MARIA JOSE AMORIM FRANCARECLAMADO: PROGRESSO INCORPORADORA LTDA CERTIDÃO Considerando o AR ANEXO, onde consta a informação "MUDOU-SE", de ordem deste juízo a parte autora será intimada a, no prazo de dez dias, prestar as informações necessárias ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 19 de junho de 2019.SECRETARIA7ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém

SECRETARIA DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Número do processo: 0833521-42.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDA ALICE RAMOS MARQUESOAB: 19345/PA Participação: ADVOGADO Nome: JAMILE SOUZA MAUESOAB: 24354/PA Participação: ADVOGADO Nome: JULIANA ABEN ATHAR BENIGNO DE SOUZAOAB: 28898/PA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE RICARDO DE ABREU SARQUISOAB: 6173/PA Participação: ADVOGADO Nome: ELENICE DOS PRAZERES SILVAOAB: 16753/PA Participação: RECLAMADO Nome: BEL MICRO COMPUTADORES LTDADECISÃO-MANDADOProcesso nº 0833521-42.2019.8.14.0301Autos de AÇÃO [Enriquecimento sem Causa, Indenização por Dano Moral, Obrigação de Fazer / Não Fazer]Nome: ROSANE BAGLIOLI DAMMSKIEndereço: Avenida Senador Lemos, 695, - até 1172/1173, Umarizal, BELéM - PA - CEP: 66050-000Nome: BEL MICRO COMPUTADORES LTDAEndereço: Rua Adelino Teste, 251, Olhos D'Água, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30390-070 Alega a autora que, em 08/01/2018, adquiriu, junto à ré, onze computadores no total de R$ 14.068,99 (quatorze mil sessenta e oito reais e noventa e nove centavos). Relata que, após seis meses, quatro aparelhos começaram a apresentar problemas, sendo encaminhados à assistência técnica. Todavia, em dois deles, permaneceu o problema. Requer a concessão da tutela provisória de urgência de natureza antecipada de modo a compelir a reclamada a efetuar a substituição do produto ou a restituir a quantia paga.DECIDO. As circunstâncias fáticas narradas na exordial, embora evidenciem a relação jurídica entre as partes, não permitem aferir, em sede de cognição sumária, a probabilidade do direito alegado.Declara a autora que, mesmo tendo encaminhado os computadores nº 1460754 e nº. 1460757 à assistência técnica, o problema persiste. Destaca-se que não há, nos autos, laudo técnico.Em que pese a existência de relação consumerista e a aplicação das normas que lhes são peculiares, nota-se temerária a concessão da tutela pretendida, dada a natureza satisfativa da medida. No caso, destaca-se que a reclamante pleiteia a substituição do produto por outro da mesma espécie ou a restituição da quantia paga pelos dois computadores, no valor de R$ 2.798,00 (dois mil setecentos e noventa e oito reais). Logo, o contraditório, no caso em apreço, verifica-se essencial para elucidar as circunstâncias fáticas e consubstanciar o direito alegado. Ademais, verifico a possibilidade de ser irreversível a medida pleiteada, o que seu acolhimento, conforme dispõe o §3º, do art. 300, do Código de Processo Civil.Por derradeiro, oportuno ressaltar que, para a concessão da tutela provisória de urgência, deve existir o binômio: probabilidade do direito alegado e perigo de dano. Se ausente qualquer deles, mostra-se causa suficiente para o não acolhimento da medida pretendida.Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de concessão da tutela provisória de urgência. DO PEDIDO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA Considerando a inexistência de elementos que permitam aferir a miserabilidade aventada, concedo à autora o prazo de 05 (cinco) dias para comprovar a condição de hipossuficiência econômica alegada, destacando-se que a mesma pode ser demonstrada de diversas formas (declaração de IR, contracheque, declaração de dependentes, contrato de trabalho, demonstrativo de rendimentos, etc), sob pena de indeferimento.Cite-se. Intimem-se as partes. Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, como mandado, na forma do Provimento nº 003/2009/CJRMB, de 22 de janeiro de 2009. Belém, 26 de junho de 2019VALDEÍSE MARIA REIS BASTOSJuíza de Direito respondendo pela 8ª Vara do Juizado Especial CívelDC

Número do processo: 0811376-60.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: ASSOCIACAO DE ADQUIRENTES E MORADORES ALPHAVILLE BELEM Participação: ADVOGADO Nome: TARCILA KELLY SANCHES PEREIRA MILHOMENSOAB: 8761 Participação: EXECUTADO Nome: JOSÉ MIRATAN DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: EDUARDO MARCHIORI LAVAGNOLLIOAB: 267012/SPProcesso nº 0811376-60.2017.8.14.0301Reclamante(s): ASSOCIACAO DE ADQUIRENTES E MORADORES ALPHAVILLE BELEMReclamado(a)(s): JOSÉ MIRATAN DE OLIVEIRA SENTENÇA Vistos, etc.Dispenso o relatório, na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.Homologo, por sentença, o acordo procedido, para que produza seus efeitos legais e jurídicos, nos termos do art. 22, Parágrafo Único da Lei nº 9.099/95. Fica extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC.Aguarde pelo prazo convencionado entre as partes, o cumprimento do acordo.Isento as partes de custas, taxas ou despesas processuais, em virtude da gratuidade prevista para o primeiro grau de jurisdição dos Juizados Especiais (art. 54 e 55, da Lei nº 9.099/95).Expeçam-se, se necessário, os alvarás necessários para recebimento dos valores depositados.Desmarque-se eventual audiência

designada.Arquive-se com as cautelas legais. Em caso de inadimplemento, por provocação da parte interessada, fica autorizado o desarquivamento dos autos, com imediata atualização do débito e conclusão para tentativa de bloqueio on-line. Indefiro, portanto, o pedido de suspensão do feito, pois este não poderá o processo ficar paralisado ao longo de doze meses por expressa disposição legal, do §4º, do art. 313, do CPC.Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Belém, 25 de junho de 2019VALDEÍSE MARIA REIS BASTOSJuíza de Direito respondendo pela 8ª Vara do Juizado Especial CívelDC

Número do processo: 0833661-76.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: CRISTINA SOUZA RODRIGUES Participação: ADVOGADO Nome: EVANDRO BORGES MARTINS BISNETOOAB: 018122/PA Participação: ADVOGADO Nome: RAISSA MARIA FERNANDEZ NASCIMENTO AGUILERAOAB: 24992/PA Participação: RECLAMADO Nome: OI MOVEL S.A.DECISÃO-MANDADOProcesso nº 0833661-76.2019.8.14.0301Autos de AÇÃO [Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material]Nome: CRISTINA SOUZA RODRIGUESEndereço: Passagem Iracema, 225, Marambaia, BELéM - PA - CEP: 66623-140Nome: OI MOVEL S.A.Endereço: Travessa Doutor Moraes, 121, Nazaré, BELéM - PA - CEP: 66035-080 Noticia a autora que a ré lhe imputa cobrança abusiva, referente a serviço não contratado. Relata, ainda, que teve seu contrato alterado unilateralmente pela reclamada, não consentindo com tal conduta uma vez que há cobrança de serviço de internet, o qual jamais utilizou. Apesar da tentativa de solução do problema administrativamente, não obteve êxito. Requer a concessão de medida liminar para cessar a cobrança do débito questionado.Decido. Da coletânea probatória, é possível vislumbrar a probabilidade do direito alegado pela parte autora. Verifica-se a relação jurídica existente entre as partes. Notável, ainda, que a autora tentou inúmeras vezes solucionar o problema, tanto administrativamente perante a reclamada (protocolo ? 20191017789958),quanto por meio da agência reguladora ANATEL. Contudo, o problema foi parcialmente solucionado pela ré, embora tenham sido restabelecidas as condições do contrato anterior, estando a autora a utilizar o plano de telefonia na forma avençada, aplicou-lhe a reclamada,a priori,arbitrariamente multa, no valor de R$ 405,19 (quatrocentos e nove reais e dezenove centavos), em decorrência de tal alteração contratual. Fato este que, em cognição sumária, se mostra abusivo haja vista a inexistência de declaração de vontade da reclamante em relação às modificações feitas em seu plano de telefonia móvel. Configurada está, portanto, a probabilidade do direito alegado. O perigo de dano mostra-se latente, pois à autora se impõe a cobrança de débitos oriundos de serviços a ela não prestados; sendo iminente a restrição ao crédito. Circunstância que coloca em risco a situação econômica da autora. Verifico ser a medida reversível, pois a reclamada poderá efetuar a cobrança da dívida, caso se verifique, ao final, que a parte autora não faz jus ao direito invocado. Assim, resta evidenciada a vulnerabilidade fática do consumidor por se tratar de parte mais frágil dessa demanda, não dispondo de meios, perante a reclamada, para fazer prevalecer seus direitos. Desta feita,inverto o ônus da provapor entender que restam preenchidos os requisitos do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90. DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA Outorgo o prazo de 05 (cinco) dias para a parte reclamanteapresentar documentos hábeis a comprovar a miserabilidade alegada, tais como:(declaração de IR, contracheque, declaração de dependentes, contrato de trabalho, demonstrativo de rendimentos, etc). DISPOSITIVO Ante o exposto, estando presentes os requisitos necessários, concedo a tutela provisória de urgência, de forma antecipada, determinando à ré, OI MÓVEL S.A., que: I) Abstenha-se de cobrar, até o deslinde da causa, o débito questionado, no valor deR$ 405,19 (quatrocentos e nove reais e dezenove centavos); II) Abstenha-se, ainda, de incluiro nome da reclamante nos cadastros de inadimplentes em virtude do que se discute; sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais),até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), valor que será revertido em favor da parte autora, em caso de atraso ou descumprimento desta decisão. Cite-se, intime-se e aguarde-se a audiência designada. Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, como mandado, na forma do Provimento nº 003/2009/CJRMB, de 22 de janeiro de 2009. Belém, 26 de junho de 2019VALDEÍSE MARIA REIS BASTOSJuíza de Direito respondendo pela 8ª Vara do Juizado Especial CívelDC

Número do processo: 0833187-08.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARCOS MAGNO DA SILVA MONTEIRO Participação: ADVOGADO Nome: GABRIEL TERENCIO MARTINS SANTANAOAB: 28882/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BRADESCO S/ADECISÃO-MANDADOProcesso nº 0833187-08.2019.8.14.0301Autos de AÇÃO [Inclusão Indevida em Cadastro de

Inadimplentes]Nome: MARCOS MAGNO DA SILVA MONTEIROEndereço: rua D, 33, RESIDENCIAL NOVA CANAA,, Parque Verde, BELéM - PA - CEP: 66635-000Nome: BANCO BRADESCO S/AEndereço: Banco Bradesco S.A., Cidade de Deus, s/n, - Prédio Prata, - 4 andar, Vila Yara, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 Noticia a parte autora que o reclamado lhe imputa cobrança indevida uma vez que, entre as partes, não há qualquer vínculo jurídico. Ressaltou que, ao tentar obter crédito, teve negado seu pedido, em razão de ter sido seu nome inserido indevidamente no rol de inadimplentes pelo banco, ora réu. Requer, em sede liminar, a exclusão da referida negativação. Decido. Da coletânea probatória, é possível vislumbrar a probabilidade do direito alegado pela parte autora. A parte reclamante vincula aos autos documentos que comprova estar seu nome inscrito no rol de inadimplentes, em razão de débito a ela imputada pela parte reclamada (ID 11107133). O perigo de dano mostra-se latente, pois a parte autora já sofre restrição ao crédito, em consequência da cobrança supostamente ilegítima, uma vez que inexiste relação jurídica entre as partes, podendo os dados pessoais do autor estarem sendo utilizados indevidamente pelo réu. Ademais, verifico ser a medida reversível, pois o reclamado poderá efetuar a cobrança dos débitos, caso se verifique, ao final, que a parte autora não faz jus ao direito invocado. DO PEDIDO DE GRATUIDADE JUDICIÁRIA Considerando a inexistência de elementos que permitam aferir a miserabilidade aventada, concedo à autora o prazo de 05 (cinco) dias para comprovar a condição de hipossuficiência econômica alegada, destacando-se que a mesma pode ser demonstrada de diversas formas (declaração de IR, contracheque, declaração de dependentes, contrato de trabalho, demonstrativo de rendimentos, etc). DISPOSITIVO Ante o exposto, estando presentes os requisitos necessários, concedo a tutela provisória de urgência, de forma antecipada, determinando ao réuBANCO BRADESCO S/Aque proceda, no prazo de 05 (cinco) dias, à exclusão do nome da parte autora do rol de inadimplentes em razão da dívida ora questionada; sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais),até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), valor que será revertido em favor da parte autora, em caso de atraso ou descumprimento desta decisão. Cite-se. Intimem-se as partes.Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, como mandado, na forma do Provimento nº 003/2009/CJRMB, de 22 de janeiro de 2009. Belém, 26 de junho de 2019VALDEÍSE MARIA REIS BASTOSJuíza de Direito respondendo pela 8ª Vara do Juizado Especial CívelDC

Número do processo: 0833746-62.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: NIVIA DELMA LOBATO CABRAL Participação: ADVOGADO Nome: ERICA BRAGA CUNHA DA SILVAOAB: 9517 Participação: RECLAMADO Nome: C&A MODAS LTDA. Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BRADESCO S/ADECISÃO-MANDADOProcesso nº 0833746-62.2019.8.14.0301Autos de AÇÃO [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]Nome: NIVIA DELMA LOBATO CABRALEndereço: Rua dos Mundurucus, 75, FUNDOS, Jurunas, BELéM - PA - CEP: 66025-660Nome: C&A MODAS LTDA.Endereço: Travessa Padre Eutíquio, 1078, LOJA TERREA PATIO BELEM, Batista Campos, BELéM - PA - CEP: 66023-710Nome: BANCO BRADESCO S/AEndereço: Travessa Padre Eutíquio, 1078, shopping patio Belém- Agencia 5589, Batista Campos, BELéM - PA - CEP: 66023-710 Aduz a parte autora que os réus lhe imputam cobrança indevida, referente a cartões de crédito por eles administrados, porém não colocados à disposição da reclamante. Relata, ainda, que seu nome, em razão dos débitos questionados, fora incluso no rol de inadimplentes, o que lhe trouxe restrição ao crédito. Requer a suspensão da cobrança questionada, bem como a exclusão da referida negativação. Decido. Da coletânea probatória, é possível vislumbrar a probabilidade do direito alegado pela parte autora. A narrativa apresentada pela reclamante associada aos documentos constantes nos autosindicam,a priori,a ocorrência de fraude, sendo os dados pessoais da autora, empregados indevidamente na confecção de cartões de crédito de números: 4282.6737.9804.8000 e 4282.6737.9804.8018, os quais não foram solicitados. Impende destacar ter a autora tentado solucionar administrativamente o problema junto à primeira reclamada (protocolo 280320181449 e 28062018766), mas não obteve êxito. Mantendo?se inertes os reclamados até o presente momento. O perigo de dano mostra-se latente, pois a parte autora já sofre restrição ao crédito; o que coloca em xeque a vida financeira da reclamante por ser autônoma e necessitar de financiamentos. Ademais, verifico ser a medida reversível, pois os reclamados poderão efetuar a cobrança dos débitos questionados, caso se verifique, ao final, que a parte autora não faz jus ao direito invocado. Assim, resta evidenciada a vulnerabilidade fática do consumidor por se tratar de parte mais frágil dessa demanda, não dispondo de meios, perante a reclamada, para fazer prevalecer seus direitos. Desta feita,inverto o ônus da provapor entender que restam preenchidos os requisitos do art. 6º, VIII, da Lei 8.078/90. DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA Outorgo o prazo de 05 (cinco) dias para a parte reclamanteapresentar documentos hábeis a comprovar a miserabilidade alegada, tais como:(declaração de IR, contracheque,

declaração de dependentes, contrato de trabalho, demonstrativo de rendimentos, etc). DISPOSITIVO Ante o exposto, estando presentes os requisitos necessários, concedo a tutela provisória de urgência, liminarmente, determinando aos reclamados,C&A MODAS LTDA eBANCO BRADESCO S/A, que: I) Abstenham-se de cobrar, até o deslinde da causa, o débito questionado referente aos cartões de nº 4282.6737.9804.8000 e 4282.6737.9804.8018; II) Proceda à exclusão, no prazo de 05 (cinco) dias, do nome da autora do rol de inadimplentes, se lá permanece em razão do que se discute;sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais),até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), valor que será revertido em favor da parte reclamante, em caso de atraso ou descumprimento desta decisão. Cite-se. Intimem-se as partes e aguarde-se a audiência designada. Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, como mandado, na forma do Provimento nº 003/2009/CJRMB, de 22 de janeiro de 2009. Belém, 26 de junho de 2019VALDEÍSE MARIA REIS BASTOSJuíza de Direito respondendo pela 8ª Vara do Juizado Especial CívelDC

Número do processo: 0800873-08.2016.8.14.0303 Participação: RECLAMANTE Nome: Fabio de Oliveira das Merces Participação: ADVOGADO Nome: TAYNA SANTOS DA COSTAOAB: 680 Participação: RECLAMANTE Nome: VERENA TEIXEIRA DAS MERCES Participação: ADVOGADO Nome: TAYNA SANTOS DA COSTAOAB: 680 Participação: RECLAMADO Nome: AMANHA INCORPORADORA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: FABIO RIVELLIOAB: 21074/PA Participação: RECLAMADO Nome: PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES Participação: ADVOGADO Nome: FABIO RIVELLIOAB: 21074/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVELRua Aristides Lobo, 928, Centro de Aperfeiçoamento Jurídico Pedagógico - CAJP da FABEL, Reduto, BELéM - PA - CEP: 66053-020 CERTIDÃO Processo nº: 0800873-08.2016.8.14.0303 CERTIFICOpara os devidos fins de direito, que não houve, no prazo legal, RECURSO contra a sentença proferida nos autos, tendo a mesma transitado livremente em julgado. FicaINTIMADAa parte autora,a partir do momento da leitura da presente Certidão, para informar se deseja executar a sentença, apresentando planilha atualizada e descritiva do valor da condenação, para que seja iniciada a fase de cumprimento da Sentença.O referido é verdade e dou fé.Belém(Pa.), 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente)Diretor de Secretaria da8ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém.

Número do processo: 0831638-31.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JOSE CLAUDIO DA GAMA RODRIGUES Participação: ADVOGADO Nome: PATRICIA DO SOCORRO GOMES BATISTA DOS SANTOSOAB: 3112 Participação: RECLAMADO Nome: NET SERVICOS DE COMUNICACAO S/APODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVELRua Aristides Lobo, 928, Centro de Aperfeiçoamento Jurídico Pedagógico - CAJP da FABEL, Reduto, BELéM - PA - CEP: 66053-020 CERTIDÃO Processo nº: 0831638-31.2017.8.14.0301 CERTIFICOpara os devidos fins de direito, que não houve, no prazo legal, RECURSO contra a sentença proferida nos autos, tendo a mesma transitado livremente em julgado. FicaINTIMADAa parte autora,a partir do momento da leitura da presente Certidão, para informar se deseja executar a sentença, apresentando planilha atualizada e descritiva do valor da condenação, para que seja iniciada a fase de cumprimento da Sentença.O referido é verdade e dou fé.Belém(Pa.), 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente)Diretor de Secretaria da8ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém.

Número do processo: 0804428-39.2016.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ROGERIO AMANAJAS MONTEIRO Participação: ADVOGADO Nome: LEANDRO BARBALHO CONDEOAB: 12455/PA Participação: ADVOGADO Nome: THIEGO JOSE BARBOSA MALHEIROSOAB: 24895/PA Participação: RECLAMADO Nome: SELMA DO NASCIMENTO FERREIRAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVELRua Aristides Lobo, 928, Centro de Aperfeiçoamento Jurídico Pedagógico - CAJP da FABEL, Reduto, BELéM - PA - CEP: 66053-020 CERTIDÃO Processo nº: 0804428-39.2016.8.14.0301 CERTIFICOpara os devidos fins de direito, que não houve, no prazo legal, RECURSO contra a sentença proferida nos autos, tendo a mesma transitado livremente em julgado. FicaINTIMADAa parte autora,a partir do momento da leitura da presente Certidão, para informar se deseja executar a sentença,

apresentando planilha atualizada e descritiva do valor da condenação, para que seja iniciada a fase de cumprimento da Sentença.O referido é verdade e dou fé.Belém(Pa.), 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente)Diretor de Secretaria da8ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém.

Número do processo: 0810080-03.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ADERCIA ALVES CARVALHO FARIA Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO JOSE MARTINS PEREIRAOAB: 74-BPA Participação: RECLAMADO Nome: ANHANGUERA EDUCACIONAL LTDA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLAOAB: 109730/MG Participação: ADVOGADO Nome: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIAOAB: 3524RJ Participação: ADVOGADO Nome: ANA CAROLINA REMIGIO DE OLIVEIRAOAB: 86844 /MGPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVELRua Aristides Lobo, 928, Centro de Aperfeiçoamento Jurídico Pedagógico - CAJP da FABEL, Reduto, BELéM - PA - CEP: 66053-020 CERTIDÃO Processo nº: 0810080-03.2017.8.14.0301 CERTIFICOpara os devidos fins de direito, que não houve, no prazo legal, RECURSO contra a sentença proferida nos autos, tendo a mesma transitado livremente em julgado. FicaINTIMADAa parte autora,a partir do momento da leitura da presente Certidão, para informar se deseja executar a sentença, apresentando planilha atualizada e descritiva do valor da condenação, para que seja iniciada a fase de cumprimento da Sentença.O referido é verdade e dou fé.Belém(Pa.), 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente)Diretor de Secretaria da8ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém.

Número do processo: 0811886-05.2019.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO DO EDIFICIO PAES DE CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIA DE FATIMA DA CRUZ MELOOAB: 5398/PA Participação: EXECUTADO Nome: JOSE ALFREDO DA SILVA SANTANA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE ALFREDO DA SILVA SANTANAOAB: 2721/PAProcesso nº 0811886-05.2019.8.14.0301Reclamante(s): CONDOMINIO DO EDIFICIO PAES DE CARVALHOReclamado(a)(s): JOSE ALFREDO DA SILVA SANTANA SENTENÇA Vistos, etc.Dispenso o relatório, na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.Homologo, por sentença, o acordo procedido(IDs 10748954 e 11126265), para que produza seus efeitos legais e jurídicos, nos termos do art. 22, Parágrafo Único da Lei nº 9.099/95. Fica extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC.Aguarde pelo prazo convencionado entre as partes, o cumprimento do acordo.Isento as partes de custas, taxas ou despesas processuais, em virtude da gratuidade prevista para o primeiro grau de jurisdição dos Juizados Especiais (art. 54 e 55, da Lei nº 9.099/95).Expeçam-se, se necessário, os alvarás necessários para recebimento dos valores depositados.Desmarque-se eventual audiência designada.Arquive-se com as cautelas legais. Em caso de inadimplemento, por provocação da parte interessada, fica autorizado o desarquivamento dos autos, com imediata atualização do débito e conclusão para tentativa de bloqueio on-line.Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Belém, 25 de junho de 2019VALDEÍSE MARIA REIS BASTOSJuíza de Direito respondendo pela 8ª Vara do Juizado Especial CívelDC

Número do processo: 0863888-83.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: FERNANDO DA LUZ CARVALHO Participação: ADVOGADO Nome: ALDANERYS MATOS AMARALOAB: 10129/PA Participação: RECLAMADO Nome: MAGAZINE LUIZA S/A Participação: ADVOGADO Nome: WILSON BELCHIOROAB: 20601/PA Participação: RECLAMADO Nome: CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S/APODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVELRua Aristides Lobo, 928, Centro de Aperfeiçoamento Jurídico Pedagógico - CAJP da FABEL, Reduto, BELéM - PA - CEP: 66053-020 CERTIDÃO Processo nº: 0863888-83.2018.8.14.0301 CERTIFICOpara os devidos fins de direito, que não houve, no prazo legal, RECURSO contra a sentença proferida nos autos, tendo a mesma transitado livremente em julgado. FicaINTIMADAa parte autora,a partir do momento da leitura da presente Certidão, para informar se deseja executar a sentença, apresentando planilha atualizada e descritiva do valor da condenação, para que seja iniciada a fase de cumprimento da Sentença.O referido é verdade e dou fé.Belém(Pa.), 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente)Diretor de Secretaria da8ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém.

Número do processo: 0817598-44.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JOAO SALATIEL NASCIMENTO PEREIRA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO WESLEY CRUZ DE CARVALHOOAB: 22954/PA Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDA FARIAS DE CASTRO GODINHOOAB: 651 Participação: ADVOGADO Nome: ALESSANDRO OSMAR ARAUJO ALCANTARAOAB: 21468 Participação: RECLAMADO Nome: TELEMAR NORTE LESTE S/A Participação: ADVOGADO Nome: ELADIO MIRANDA LIMAOAB: 86235/RJPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVELRua Aristides Lobo, 928, Centro de Aperfeiçoamento Jurídico Pedagógico - CAJP da FABEL, Reduto, BELéM - PA - CEP: 66053-020 CERTIDÃO Processo nº: 0817598-44.2017.8.14.0301 CERTIFICOpara os devidos fins de direito, que não houve, no prazo legal, RECURSO contra a sentença proferida nos autos, tendo a mesma transitado livremente em julgado. FicaINTIMADAa parte autora,a partir do momento da leitura da presente Certidão, para informar se deseja executar a sentença, apresentando planilha atualizada e descritiva do valor da condenação, para que seja iniciada a fase de cumprimento da Sentença.O referido é verdade e dou fé.Belém(Pa.), 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente)Diretor de Secretaria da8ª Vara do Juizado Especial Cível de Belém.

Número do processo: 0809372-50.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: DAVI ENEIAS PONTES DE VASCONCELOS Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSAOAB: 739 Participação: ADVOGADO Nome: RANYELLY MARISE DOS SANTOS PAESOAB: 16279/PA Participação: RECLAMANTE Nome: MANOEL PONTES VASCONCELOS Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSAOAB: 739 Participação: ADVOGADO Nome: RANYELLY MARISE DOS SANTOS PAESOAB: 16279/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIROOAB: 12436/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PAProcesso nº 0809372-50.2017.8.14.0301Reclamante(s): DAVI ENEIAS PONTES DE VASCONCELOS e outrosReclamado(a)(s): CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA SENTENÇA Vistos, etc.Dispenso o relatório, na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.DO CONSENTIMENTO DO SEGUNDO RECLAMANTE MANOEL PONTES VASCONCELOSEmbora inexista a assinatura do segundo reclamado no termo de acordo, há de se destacar que a procuração, vinculada ao ID 1619352, legitima os advogados dos reclamantes a transigir e dar quitação ao que se discute na presente demanda. Desse modo, inexiste óbice à homologação da avença nos termos requeridos.Ante o exposto, homologo, por sentença, o acordo procedido, para que produza seus efeitos legais e jurídicos, nos termos do art. 22, Parágrafo Único da Lei nº 9.099/95. Fica extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC.Aguarde pelo prazo convencionado entre as partes, o cumprimento do acordo.Isento as partes de custas, taxas ou despesas processuais, em virtude da gratuidade prevista para o primeiro grau de jurisdição dos Juizados Especiais (art. 54 e 55, da Lei nº 9.099/95).Expeçam-se, se necessário, os alvarás necessários para recebimento dos valores depositados.Desmarque-se eventual audiência designada.Arquive-se com as cautelas legais. Em caso de inadimplemento, por provocação da parte interessada, fica autorizado o desarquivamento dos autos, com imediata atualização do débito e conclusão para tentativa de bloqueio on-line.Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Belém, 11 de junho de 2019VALDEÍSE MARIA REIS BASTOSJuíza de Direito respondendo pela 8ª Vara do Juizado Especial CívelDC

Número do processo: 0841860-24.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA DE NAZARE SOUZA CARDOSO Participação: ADVOGADO Nome: ERICA NASCIMENTO DA SILVAOAB: 21307/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO CETELEM S.A. Participação: ADVOGADO Nome: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSAOAB: 24532A/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PAProcesso nº 0841860-24.2018.8.14.0301Reclamante(s): MARIA DE NAZARE SOUZA CARDOSOReclamado(a)(s): BANCO CETELEM S.A. e outros SENTENÇA Vistos, etc.Dispenso o relatório, na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.Homologo, por sentença, o acordo procedido (ID 11132036), para que produza seus efeitos legais e jurídicos, nos termos do art. 22, Parágrafo Único da

Lei nº 9.099/95. Fica extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC.Aguarde pelo prazo convencionado entre as partes, o cumprimento do acordo.Isento as partes de custas, taxas ou despesas processuais, em virtude da gratuidade prevista para o primeiro grau de jurisdição dos Juizados Especiais (art. 54 e 55, da Lei nº 9.099/95).Expeçam-se, se necessário, os alvarás necessários para recebimento dos valores depositados.PROSSEGUIRÁ O FEITO EM RELAÇÃO AO PRIMEIRO RECLAMADO BANCO CETELEM S.A.Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Belém, 25 de junho de 2019VALDEÍSE MARIA REIS BASTOSJuíza de Direito respondendo pela 8ª Vara do Juizado Especial CívelDC

Número do processo: 0801534-85.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: REINALDO BENTES DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: IAN PIMENTEL GAMEIROOAB: 9603PA Participação: ADVOGADO Nome: PAULO SERGIO DE SOUZA BORGES FILHOOAB: 19691 Participação: ADVOGADO Nome: LEONY RIBEIRO DA SILVAOAB: 20740/PA Participação: RÉU Nome: BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEIOAB: 21678/PEProcesso nº 0801534-85.2019.8.14.0301Reclamante(s): REINALDO BENTES DOS SANTOSReclamado(a)(s): BRASILVEICULOS COMPANHIA DE SEGUROS SENTENÇA Vistos, etc.Dispenso o relatório, na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.Homologo, por sentença, o acordo procedido (ID 11039833), para que produza seus efeitos legais e jurídicos, nos termos do art. 22, Parágrafo Único da Lei nº 9.099/95. Fica extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC.Aguarde pelo prazo convencionado entre as partes, o cumprimento do acordo.Isento as partes de custas, taxas ou despesas processuais, em virtude da gratuidade prevista para o primeiro grau de jurisdição dos Juizados Especiais (art. 54 e 55, da Lei nº 9.099/95).Expeçam-se, se necessário, os alvarás necessários para recebimento dos valores depositados.Desmarque-se eventual audiência designada.Arquive-se com as cautelas legais. Em caso de inadimplemento, por provocação da parte interessada, fica autorizado o desarquivamento dos autos, com imediata atualização do débito e conclusão para tentativa de bloqueio on-line.Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Belém, 25 de junho de 2019VALDEÍSE MARIA REIS BASTOSJuíza de Direito respondendo pela 8ª Vara do Juizado Especial CívelDC

Número do processo: 0826455-11.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ANTONIO CARLOS CAMPOS VELOSO Participação: ADVOGADO Nome: MAILSON SILVA DA SILVAOAB: 1266PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO LOSANGO S.A. - BANCO MULTIPLO Participação: ADVOGADO Nome: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCIOAB: 15674/PAProcesso nº 0826455-11.2019.8.14.0301Reclamante(s): ANTONIO CARLOS CAMPOS VELOSOReclamado(a)(s): BANCO LOSANGO S.A. - BANCO MULTIPLO SENTENÇA Vistos, etc.Dispenso o relatório, na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.Homologo, por sentença, o acordo procedido (ID 11167650), para que produza seus efeitos legais e jurídicos, nos termos do art. 22, Parágrafo Único da Lei nº 9.099/95. Fica extinto o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, III, b, do CPC.Aguarde pelo prazo convencionado entre as partes, o cumprimento do acordo.Isento as partes de custas, taxas ou despesas processuais, em virtude da gratuidade prevista para o primeiro grau de jurisdição dos Juizados Especiais (art. 54 e 55, da Lei nº 9.099/95).Expeçam-se, se necessário, os alvarás necessários para recebimento dos valores depositados.Desmarque-se eventual audiência designada.Arquive-se com as cautelas legais. Em caso de inadimplemento, por provocação da parte interessada, fica autorizado o desarquivamento dos autos, com imediata atualização do débito e conclusão para tentativa de bloqueio on-line.Publique-se. Registre-se e Intimem-se. Belém, 25 de junho de 2019VALDEÍSE MARIA REIS BASTOSJuíza de Direito respondendo pela 8ª Vara do Juizado Especial CívelDC

SECRETARIA DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Número do processo: 0819635-73.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: CAMILA DE PAULA FERREIRA DE SOUZA Participação: RECLAMANTE Nome: RAYSSA FERREIRA DE SOUZA Participação: RECLAMADO Nome: LARHYSSA RAYANNE DE SOUZA SANTOSPROCESSO NÚMERO:0819635-73.2019.8.14.0301 RECLAMANTE:RAYSSA FERREIRA DE SOUZA, RECLAMADA:LARHYSSA RAYANNE DE SOUZA SANTOS DECISÃOVistos e etc.Trata-se de ação de indenização por danos morais e pedido de tutela de urgência, movida por Rayssa Ferreira de Souza em face de Larhyssa Rayane de Souza Santos, requerendo liminarmente que a promovida seja impedida de permanecer em grupo do aplicativo Whatswapp ou realizar qualquer manifestação sobre a autora.É o sucinto relatório. Decido.Os requisitos para a concessão da tutela provisória de urgência estão previstos no artigo 300, do NCPC e são: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.Sobre o tema, comentam Luiz Guilherme Marinoni, Sérgio Cruz Arenhart e Daniel Mitidiero[1]:A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica ? que é aquela que surge da confrontação das obrigações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder tutela provisória.No presente caso, observo que a reclamante preenche em parte os requisitos autorizadores da concessão da medida de urgência pretendida como cautelar.Isto porque consta dos autos elementos probatórios que evidenciam as alegações autorais de que as publicações e expressões proferidas pela requerida em um grupo social no aplicativo de mensagens instantâneasWhatsapputiliza artifícios depreciativos e tendenciosos à imagem da reclamante, que ultrapassam o limite do razoável.Ademais, a pretensão liminar encontra guarida no fato deque o conteúdo da publicação veiculada pela parte reclamada não detém, unicamente, caráter informativo, já que faz insinuações a respeito da conduta e da honra da demandante, além de vincular a imagem da autora a termos pejorativos e proferir palavras de baixo calão direcionadas à requerente.Não obstante, acredito que a liberdade de expressão de pensamento não se justifica ante ao ultraje à reputação da reclamante nas relações sociais, pois tecer insinuações de cunho tendencioso que denigrem e ferem a honra subjetiva, bem como divulgar conotações sarcásticas e expressões de baixo calão alcançam acentuadas proporções em razão das circunstâncias de publicidade em que as postagens ocorreram, situações estas em que o Poder Judiciário deve intervir para elidir condutas que impliquem abalo à reputação e ao bom conceito moral das pessoas, sem embargo de acreditar que o ideal seria a civilidade e respeito ao próximo, a fim de não ocupar o Poder Judiciário com esse tipo de situação.Assim, se a reclamada sentiu-se lesada ou enganada pela requerente e seu ex companheiro, deveria buscar o direito que entender ser devido por meio de ação judicial e não veicular notícias e informações desabonadoras na internet no intuito de atingir à imagem da promovente.No caso concreto, verifico como ponto conflitante, a análise do direito à liberdade de informação, ante o direito de inviolabilidade da imagem, princípios expressamente consagrados em nossa Constituição.Por conseguinte, há que se destacar o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, já quecaso não seja deferida a tutela provisória, a requerente continuará com sua imagem desprestigiada frente à sociedade, mormente considerando que nem se sabe ao certo os motivos que levaram a ré a desferir ataques e ofensas à demandante, de maneira que se revela evidente o abalo emocional a ser suportado com a manutenção das informações de cunho depreciativo e ultrajante veiculadas nas redes sociais, aliado ao fato de que não se mostra razoável aguardar o julgamento da demanda para conceder tutela de urgência a fim de inibir conduta desarrazoada.Entretanto, cabe ressaltar que a requerida não pode ser obrigada a se retirar de qualquer grupo das Redes Sociais (WhatsApp) visto que tal medida atingiria seu direito de liberdade de expressão, de acesso à informação bem como o acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania conforme lei nº 12.965/2014.Ante o exposto, com fulcro no artigo 300, do novo Código de Processo Civil,DEFIRO PARCIALMENTEo pedido de tutela provisória de urgência, determinando à requeridaLARHYSSA RAYANE DE SOUZA SANTOS, no prazo máximo de 24 horas, contados da intimação da presente decisão,que RETIRE e SE ABSTENHA de veicular e compartilhar nos grupos de Whatsapp dos quais participa ou em qualquer outra rede social, publicação de sua autoria contendo expressões ofensivas, acompanhada de xingamentos, fotos, vídeos, conotações de cunho pessoal, difamatório ou depreciativo em relação à imagem ou conduta da autoraRAYSSA FERREIRA DE SOUZA, em semelhança aos atos apresentados pela autora na ação em questão.ODESCUMPRIMENTO DA PRESENTE DECISÃOensejará:a) multa no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) pela não retirada das postagens eb) de R$500,00 (quinhentos reais) por cada nova publicação em dissonância com decisão

proferida, a ser revertida em prol da demandante.Intimem-se ambas as partes desta decisão, por oficial de justiça.Designe a Secretaria data para realização de audiência de conciliação, instrução e julgamento entre os litigantes.Proceda a Secretaria com aretificação do polo Ativo da Demandaconsoante informações juntadas no Id nº11222952, excluindo da lide CAMILA DE PAULLA FERREIRA DE SOUZA.Cite-se a reclamada no endereço atualizado informado no Id nº11222952, com as advertências de praxe e intime-se para comparecer à audiência.Citem-se. Intimem-se. Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019. MÁRCIA CRISTINA LEÃO MURRIETAJuíza de Direito da 9ª Vara do Juizado Especial Cível [1]MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. Novo código de processo civil comentado. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016. Pág. 382.

Número do processo: 0805328-85.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ANA MARIA CORDEIRO DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: JOAO VITOR PENNA E SILVAOAB: 23935/PA Participação: ADVOGADO Nome: HUGO LEONARDO PADUA MERCESOAB: 17835/PA Participação: ADVOGADO Nome: VICTOR RUSSO FROES RODRIGUESOAB: 23863/PA Participação: ADVOGADO Nome: BIANCA RIBEIRO LOBATOOAB: 701PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANO PALERMO COELHOOAB: 12077/PAProcesso0805328-85.2017.8.14.0301RECLAMANTE: ANA MARIA CORDEIRO DA SILVARECLAMADO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPACom base no art. 203, §4º, do CPC, intime-se as partes do trânsito em julgado das sentenças de ID1 e ID2, advertindo-as que, conforme orientação da Magistrada, os autos aguardarão 30 dias em Secretaria pedido de cumprimento de sentença e que, inexistindo qualquer manifestação nesse prazo, serão arquivados. É o que me cabia certificar. O referido é verdade e dou fé.ID15595547 - SentençaJuntado por MARCIA CRISTINA LEAO MURRIETA - MAGISTRADO em 09/07/2018 20:36:36ID27198479 - SentençaJuntado por MARCIA CRISTINA LEAO MURRIETA - MAGISTRADO em 05/11/2018 15:19:38Belém,28 de junho de 2019 .Márcia Cristina Batista do NascimentoDiretora de Secretaria

Número do processo: 0802245-61.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JACIREMA BRANDAO PAIVA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANO PALERMO COELHOOAB: 12077/PAProcesso0802245-61.2017.8.14.0301RECLAMANTE: JACIREMA BRANDAO PAIVARECLAMADO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPACom base no art. 203, §4º, do CPC, intime-se as partes do trânsito em julgado da sentença de ID1, advertindo-as que, conforme orientação da Magistrada, os autos aguardarão 30 dias em Secretaria pedido de cumprimento de sentença e que, inexistindo qualquer manifestação nesse prazo, serão arquivados. É o que me cabia certificar. O referido é verdade e dou fé.ID17265182 - SentençaJuntado por MARCIA CRISTINA LEAO MURRIETA - MAGISTRADO em 13/11/2018 09:58:39Belém,28 de junho de 2019 .Márcia Cristina Batista do NascimentoDiretora de Secretaria

SECRETARIA DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Número do processo: 0002738-39.2015.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: ESCOLA DE EDUCACAO BASICA SIGMA Participação: ADVOGADO Nome: HUGO PINTO BARROSOOAB: 2727PA Participação: ADVOGADO Nome: CAMILA SILVA DE SOUZAOAB: 523 Participação: EXECUTADO Nome: CARLOS ALBERTO MARINHO PEREIRA JUNIORProcesso nº: 0002738-39.2015.8.14.0302 DESPACHOConsiderando a certidão do ID9284342, intime-se a exequente para que informe, no prazo de 30 (trinta) dias, o endereço atualizado da parte executada, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 53, §4º, da Lei Federal nº. 9.099/1995.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 ? GP/VP.Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémE

Número do processo: 0811117-65.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO DO ED SAN MARTIN Participação: ADVOGADO Nome: ROSA MARIA SOARES COUTOOAB: 6481PA Participação: ADVOGADO Nome: NATHALIA PANTOJA GOMESOAB: 23087/PA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE CLAUDIO CARNEIRO ALVESOAB: 005819/PA Participação: EXECUTADO Nome: HONORATO GASPAR NEVESProcesso nº: 0811117-65.2017.8.14.0301Polo Ativo: Nome: CONDOMINIO DO ED SAN MARTINEndereço: Avenida Governador José Malcher, 543, Nazaré, BELéM - PA - CEP: 66035-065Polo Passivo: Nome: HONORATO GASPAR NEVESEndereço: Avenida Governador José Malcher, 543, apartamento 1501, Nazaré, BELéM - PA - CEP: 66035-065DESPACHO/MANDADO Vieram os autos conclusos para análise da petição do autor postada no ID 6181075, na qual informa que houve descumprimento da avença homologada judicialmente (IDs 3989825 e 3991297). Desse modo, proceda a Secretaria a alteração da fase processual no sistema, bem como realize o cálculo do valor devido pela parte demandada, conforme disposto no termo de audiência postado no ID 3989825 e na planilha de débitos juntada no ID 6181184, atentando-se para a aplicação da multa de 10% sobre o saldo devedor, além de juros de e correção monetária pelo índice INPC/IBGE.Após a realização dos cálculos, intime-se a parte executada para adimplir o valor, no prazo de15 (quinze) dias, comprovando-se o cumprimento nos autos.Havendo cumprimento voluntário e integral, fica desde logo deferida a expedição de alvará para saque ou transferência do valor do título judicial em nome do autor ou de seu advogado, desde que haja poderes para tal ato.Caso decorra o prazo legal sem comprovação do adimplemento, retornem os autos conclusos para a realização da pesquisa através do sistema BACENJUD.Servirá o presente despacho como mandado, nos termos dos Provimentos nº 03/2009-CJRMB e nº 11/2009-CJRMB.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 ? GP/VP.Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019. CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémA

Número do processo: 0802824-09.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: HERNANE CESAR MARTINS DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: JEANNE NORONHA DOS SANTOSOAB: 18042 Participação: EXECUTADO Nome: TIM CELULAR S.A. Participação: ADVOGADO Nome: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHAOAB: 20335/PEProcesso nº: 0802824-09.2017.8.14.0301 DESPACHOIntime-se o reclamante para informar ao Juízo o cumprimento integral do acordo firmado entre as partes.Caso não haja manifestação, aguarde-se o prazo de cumprimento estipulado no acordo postado no ID9953185.Após, retornem os autos conclusos para fins de sentença de extinção. Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 ? GP/VP.Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémE

Número do processo: 0803871-52.2016.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO DO EDIFICIO CLAUDE MONET Participação: ADVOGADO Nome: GYSELLE SOARES BASTOSOAB: 017911/PA Participação: EXECUTADO Nome: PAULO SERGIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: THAISE MELUL VIEIRAOAB: 886PAProcesso nº: 0803871-52.2016.8.14.0301

DECISÃO Vieram os autos conclusos em virtude do pedido formulado em audiência pela parte exequente, no sentido de reconhecer a conexão existente entre o presente feito e outros três processos, todos em trâmite perante o Juízo da 10ª VJEC, quais sejam:a)0801227-36.2016.8.14.0302;b)0801239-50.2016.8.14.0302; ec)0801235-13.2016.8.14.0302. Analisando de forma individualizada cada um dos processos em questão, constatei que todos consistem em execuções de títulos executivos extrajudiciais movidas pelo condomínio exequente, cobrando débitos condominiais relativos à unidade imobiliária do ora executado, restando patente aconexãoentre eles, por possuírem as mesmas partes e a mesma causa de pedir, nos termos do art. 55 do CPC.A diferença entre os feitos reside basicamente nos períodos de débitos cobrados em cada um. A título de exemplo, a presente demanda versa sobre taxas condominiais devidas de maio/16 a setembro/2016, enquanto o processo nº 0801239-50.2016.8.14.0302 trata de verbas devidas pelo executado no período compreendido entre janeiro/2016 e abril/2016.Ressalte-se que em todos os processos, incluindo-se o presente, foi penhorado o imóvel ensejador das taxas condominiais executadas (ante o insucesso das pesquisas via BACENJUD), restando apenas a conclusão quanto à forma de disposição do bem para a satisfação do crédito exequendo.Dentre os processos, porém, o de nº0801235-13.2016.8.14.0302encontra-se emestágio mais avançado da execução, já tendo transitado em julgado a sentença que julgou improcedentes os embargos do devedor, estando atualmente em curso prazo para que o condomínio junte certidão pública do imóvel (que, como já dito, também foi penhorado no presente feito), a fim de proceder à realização dahasta pública.Dessa forma,reconheço a conexão existenteedetermino a reunião, via sistema, dos processos de nº 0803871-52.2016.8.14.0301; 0801227-36.2016.8.14.0302; 0801239-50.2016.8.14.0302; e 0801235-13.2016.8.14.0302, para que sejam julgados conjuntamente, a fim de evitar a prolação de decisões conflitantes, nos termos dos §§1º e 3º do art. 55 do CPCComo o processo de nº 0801235-13.2016.8.14.0302 encontra-se em estágio mais avançado, conforme já explicado, aguarde-se o cumprimento das diligências determinadas pelo Juízo naqueles autos e, na hipótese de realização da venda do imóvel do executado por hasta pública, deverá ser incluído no cálculo o débito cobrado na presente demanda.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 do GP/VP, servindo a presente decisão como mandado. Cumpra-se.Belém, 25 de junho de 2019.CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémA

Número do processo: 0804313-81.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ALDANERYS MATOS AMARAL Participação: ADVOGADO Nome: ALDANERYS MATOS AMARALOAB: 10129/PA Participação: RECLAMADO Nome: WALDYR LIMA RIBEIRO NETO Participação: ADVOGADO Nome: WALDYR LIMA RIBEIRO NETOOAB: 20406/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAULO VICTOR SANTOS ROCHAOAB: 21056/PA Participação: RECLAMADO Nome: SANDRO RODOLFO CORREIA ROCHA Participação: ADVOGADO Nome: WALDYR LIMA RIBEIRO NETOOAB: 20406/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAULO VICTOR SANTOS ROCHAOAB: 21056/PA Participação: RECLAMADO Nome: PAULO VICTOR SANTOS ROCHA Participação: ADVOGADO Nome: WALDYR LIMA RIBEIRO NETOOAB: 20406/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAULO VICTOR SANTOS ROCHAOAB: 21056/PAProcesso nº: 0804313-81.2017.8.14.0301 DECISÃO Vistos, etc.Após a homologação do acordo firmado entre as partes em audiência (IDs 5427636 e 5428377), a parte autora peticionou aos autos informando que os réus não teriam depositado os valores avençados, requerendo o início da fase de cumprimento de sentença (ID 5909027). A autora ainda apresentou petições nos IDs 6945988 e 8328255, reiterando a tese de descumprimento e requerendo a execução do acordo.Por sua vez, os réus se manifestaram no ID 8966737, informando terem adimplido normalmente com os valores do acordo, depositando mensalmente as quantias avençadas, conforme comprovantes de pagamento acostados no ID 8966863. Informaram os réus, ainda, que não foi possível depositar os valores nos meses de fevereiro e março de 2019 pelo fato de a conta bancária informada pela autora ter sido encerrada a pedido do titular, conforme comprovantes juntados no ID 8966863 - Págs. 8-10 e no ID 8966865.Assim, os réus requereram, ao final, a indicação de nova conta bancária para depósito dos valores do acordo, bem como a condenação da autora em litigância de má-fé. Por fim, a autora apresentou manifestação no ID 9568986, informando duas novas contas para depósito das mensalidades a partir de fevereiro e março de 2019, requerendo que fossem depositadas sem a incidência dos juros e correção monetária.Alegou a parte requerente, ainda, que precisou encerrar a conta bancária informada na ocasião do acordo porque precisou abrir outra, negando a tese de que os réus tentaram manter contato com ela e, ao fim, refutando a ocorrência da litigância de má-fé.Após análise das razões apresentadas pelas partes verifico que os réus realmente adimpliram as parcelas do acordo homologado judicialmente até o mês de fevereiro de 2019, tendo incorrido em atraso de um dia no pagamento somente nos meses de agosto e novembro de

2018.Em fevereiro e março de 2019 apenas não depositaram os valores correspondentes porque, conforme foi confirmado pela própria autora, a conta bancária inicialmente informada (e na qual foram realizados todos os depósitos anteriores) foi encerrada, sem que houvesse comunicação aos réus ou mesmo ao Juízo.Desse modo, tendo por base os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, não identifico o descumprimento do acordo por parte dos réus e, igualmente, não identifico a litigância de má-fé da autora, posto que não decorreu qualquer prejuízo de sua conduta, bem como tendo em vista o fato de que, em dois meses, a parte ré realmente atrasou no pagamento, ainda que por um dia.Por outro lado, visando conferir segurança jurídica aos réus, no que concerne ao pagamento das parcelas do acordo, assim como no intuito de evitar nova discussão acerca do cumprimento ou não da obrigação de pagar, entendo que os valores do acordo devem ser pagos mediantedepósito judicial, com vistas a afastar um novo tumulto processual.Ante o exposto,determino que o valor das parcelas do acordo firmado em audiência, no ID 5427636, passe a ser depositado pela parte ré na subconta vinculada a este processo judicial, em todo dia 15 de cada mês, a começar do dia 15.07.2019. O valor em questão poderá ser levantado pela autora mediante alvará de saque ou transferência.Proceda a Secretaria à emissão das guias das parcelas respectivas do acordo, considerando os valores já pagos pelos réus, com a primeira para pagamento em 15.07.2019.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 ? GP/VP.Cumpra-se.Belém, 26 de junho de 2019. CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémA

Número do processo: 0813722-81.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO MIRAGE BAY Participação: ADVOGADO Nome: LORENA RAFAELLE FARIAS LUCASOAB: 14626 Participação: EXECUTADO Nome: CYRELA MOINHO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDAProcesso nº: 0813722-81.2017.8.14.0301 DESPACHOConsiderando a petição do promovente postado no ID9932978, renove-se a diligência do despacho proferido no ID7239203, expedindo carta precatória a Comarca de Ananindeua/PA.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 ? GP/VP.Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémE

Número do processo: 0808430-18.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: FRANCISCO DE SOUZA LIMA Participação: ADVOGADO Nome: HIGOR THIAGO MONTEIRO SANTOSOAB: 960 Participação: ADVOGADO Nome: EDIVALDO DE AMORIM SANTOSOAB: 22810/PA Participação: EXECUTADO Nome: P SOARES CARDOSO ANDRADE - EPPProcesso nº: 0808430-18.2017.8.14.0301 DESPACHOConsiderando a certidão do ID10955512, intime-se a exequente para que informe, no prazo de 30 (trinta) dias, o endereço atualizado da parte executada, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 53, §4º, da Lei Federal nº. 9.099/1995.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 ? GP/VP.Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémE

Número do processo: 0808639-84.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: RENATO CRUZ DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO LEANDRO VALENTE DA SILVAOAB: 622 Participação: RECLAMADO Nome: ANCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: CINTHIA DANTAS VALENTEOAB: 095PAProcesso nº: 0808639-84.2017.8.14.0301 DESPACHOConsiderando que até o presente momento não houve solicitação de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 do GP/VP.Cumpra-se.Belém, 26 de junho de 2019CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémE

Número do processo: 0813473-62.2019.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ANDREY DIAS OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: WAGNER LEAO SERRAOOAB: 7314PA Participação:

ADVOGADO Nome: JOSE RUBENS BARREIROS DE LEAOOAB: 5962/PA Participação: ADVOGADO Nome: RUBENS FERNANDES LEAOOAB: 26683/PA Participação: RECLAMADO Nome: BOULEVARD SHOPPING BELEM S.A Participação: ADVOGADO Nome: TADEU ALVES SENA GOMESOAB: 15188/PAProcesso nº: 0813473-62.2019.8.14.0301 SENTENÇA Vistos, etc.Relatório dispensado com fulcro no art. 38, da Lei Federal nº. 9.099/1995.Analisando os autos, verifica-se que na realização da sessão conciliatória não compareceu a parte promovente, mas somente seu advogado, conforme consta no termo de audiência postado no ID 10701409. Tem-se que a reclamante estava devidamente intimada e ciente do dia e horário da realização da audiência conciliação por seu procurador legalmente constituído.Contudo, não se fez presente à sessão e apresentou como justificativa o fato de residir em Portugal, afirmando, por seu advogado, que a procuração outorgada pelo autor conferia todos os poderes para suprir sua ausência à audiência.A Lei Federal nº. 9.099/1995 é clara ao dizer em seu art. 51, inciso I, que o processo será extinto sem resolução do mérito quando o autor deixar de comparecer a qualquer audiência do processo.A despeito da alegação da parte autora de que a procuração conferia poderes para seu advogado representa-lo em audiência, os Enunciados FONAJE nº 20 e 28 são claros quanto à necessidade de o autor comparecer pessoalmente às audiências, não podendo ser representado por seu procurador:ENUNCIADO 20 ? O comparecimentopessoalda parte às audiências éobrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.ENUNCIADO 98 (Substitui o Enunciado 17) ?É vedada a acumulação SIMULTÂNEA das condições de preposto e advogado na mesma pessoa(art. 35, I e 36, II da Lei 8906/1994 combinado com o art. 23 do Código de Ética e Disciplina da OAB)Desse modo, residindo a parte autora em outro país, deveria ter informado ao Juízo com antecedência uma data em que estivesse no país para que, observada a disponibilidade de pauta da unidade judiciária, pudesse ser marcada uma audiência no período informado. Não tendo assim procedido, deu causa a extinção do feito sem resolução do mérito.Ante o exposto, com fundamento no art. 51, inciso I, da Lei Federal nº. 9.099/95,EXTINGO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO.Condeno a parte autora em custas processuais, nos termos do Enunciado FONAJE nº 28, pois a parte demandante não é beneficiária da gratuidade de justiça, nem há pedido nesse sentido em suas manifestações nos autos.Transitada em julgado a presente sentença, determino que a Secretaria providencie junto à UNAJ - Unidade de Arrecadação Judiciária o valor das custas a que fora condenada a parte autora. Após, intime-se para pagamento das referidas custas em 30 (trinta) dias.Decorrido o prazo sem a comprovação do pagamento, determino que a Secretaria desta Vara emita certidão do valor das custas processuais devidas nestes autos, com as informações elencadas no art. 3º e incisos do Decreto Estadual nº. 5.204/2002, que regulamenta a Lei 6.182/1998.Após, oficie-se à Secretaria De Planejamento Coordenação e Finanças/Coordenadoria Geral de Arrecadação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para fins de inscrição do devedor na dívida ativa do Estado, nos termos do Decreto Estadual nº. 5.204/2002 e do Ofício Circular nº 009/2016 do Gabinete da Presidência do TJ/PA, encaminhando-se com o ofício a certidão com as informações da dívida.Cumpridas as determinações, arquivem-se os autos.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 do GP/VP. Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019 CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémA

Número do processo: 0801112-15.2016.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO DO EDIFICIO BANNA Participação: ADVOGADO Nome: EUGEN BARBOSA ERICHSENOAB: 8938 Participação: EXECUTADO Nome: FERNANDO ALVES SOARESProcesso nº: 0801112-15.2016.8.14.0302 DESPACHO/MANDADO Considerando o resultado positivo da pesquisa realizada viaBACENJUD, expeça-se mandado de avaliação e penhora nos endereços encontrados (listados noprintabaixo), nos termos do que fora determinado no despacho de ID 2449337.Após cumprida a diligência acima, retornem os autos conclusos para análise do pedido de medidas executivas alternativas, pleiteadas pelo exequente no ID 4040440. Servirá o presente despacho como mandado, nos termos dos Provimentos nº 03/2009-CJRMB e nº 11/2009-CJRMB.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 ? GP/VP.Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019. CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémA

Número do processo: 0001291-79.2016.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: EDILEIDE DE OLIVEIRA SOARES Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL RODRIGUES CAETANOOAB: 21301/PA Participação: EXECUTADO Nome: BANCO BRADESCARD S/A Participação: ADVOGADO Nome: FELIPE

GAZOLA VIEIRA MARQUESOAB: 19792/PAProcesso nº: 0001291-79.2016.8.14.0302 SENTENÇARelatório dispensado com fulcro no art. 38, da Lei Federal nº. 9.099/1995.Analisando os autos, verifico o adimplemento integral do valor do presente cumprimento de sentença, conforme planilha de cálculo do ID10518741 e o extrato de subconta judicial no ID11239106, comprovando o depósito da quantia complementar exequenda.O Código de Processo Civil é utilizado subsidiariamente à Lei Federal nº. 9.099/1995 na jurisdição dos Juizados Especiais e estabelece em seu art. 924, inciso II, que o magistrado extinguirá a execução quando a obrigação for satisfeita.Ante o exposto, com fulcro nos arts. 924, inciso II, e 925,caput, do Código de Processo Civil,EXTINGO O PROCESSO EM SUA FASE EXECUTIVA COM JULGAMENTO DO MÉRITO.Autorizo desde já a expedição de alvará para liberação do valor depositado na conta judicial ao exequente ou a seu advogado (neste caso desde que haja pedido expresso e procuração com poderes expressos para receber e dar quitação), devendo ser comprovado o seu recebimento no processo.Sem custas ou honorários advocatícios de sucumbência (arts. 54,caput, e 55, parágrafo único, da Lei Federal nº. 9.099/1995.Transitada em julgado, arquivem-se os autos.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 ? GP/VP.Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019 CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémE

Número do processo: 0802063-75.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: ronaldo miranda campelo Participação: EXECUTADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO LUIZ LUCAS MOREIRAOAB: 11085/PAProcesso nº: 0802063-75.2017.8.14.0301 DESPACHO Vieram os autos em conclusão após certidão da Secretaria desta Serventia postada noID 8063176, noticiando que parte reclamada não comprovou nos autos o pagamento do valor da multa aplicada na decisão doID 6871526por descumprimento do acordo homologado no presente processo.Contudo, analisando os autos, verifico que ainda que conste a aplicação da multa na decisão deID 6871526, a promovida não foi intimada para o cumprimento voluntário desta determinação.Desse modo, proceda a Secretariaa modificação no respectivo sistema de processo eletrônico para que ação conste na fase de cumprimento. Após, intime-se a parte executada para adimplir amulta cominadadecisão deID 6871526,no valor deR$2.054,77(dois mil e cinquenta e quatro reais e setenta e sete centavos),referente ao descumprimento do acordo deID 1523794,no prazo de15 (quinze) dias, comprovando-se o adimplemento nos presentes autos.Havendo cumprimento voluntário e integral, fica desde logo deferida a expedição de alvará para saque ou transferência do valor do título judicial em nome do autor ou de seu advogado, desde que haja poderes para tal ato.Caso decorra o prazo legal sem comprovação do adimplemento, retornem os autos conclusos para a realização da pesquisa através do sistema BACENJUD.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 ? GP/VP.Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019 CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de Beléms

Número do processo: 0844990-56.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: JAS CANELAS DMINISTRAÇÃO DE IMOVEIS Participação: ADVOGADO Nome: YONA HERLA VASCONCELOS ROCHAOAB: 27293/PA Participação: ADVOGADO Nome: TALITA VASCONCELOS PONTESOAB: 27655/PA Participação: ADVOGADO Nome: IGOR ROBERTO SANTOS BOTELHOOAB: 27669/PA Participação: ADVOGADO Nome: JAIME LUCAS DA SILVA NERYOAB: 26636/PA Participação: EXECUTADO Nome: GISELLE DE NAZARE FARIAS DOS SANTOS Participação: EXECUTADO Nome: EDNO BOLSANELO Participação: EXECUTADO Nome: CILENE SCANDIAN BOLSANELOProcesso nº: 0844990-56.2017.8.14.0301 DESPACHOConsiderando as certidões dos IDs 10626835 e 10626836, intime-se a exequente para que informe, no prazo de 30 (trinta) dias, os endereços atualizados da parte executada, sob pena de extinção do processo, sem julgamento do mérito, nos termos do art. 53, §4º, da Lei Federal nº. 9.099/1995.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 ? GP/VP.Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémE

Número do processo: 0826858-14.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: IVETE LOPES Participação: RECLAMADO Nome: NATURA COSMETICOS S/A Participação: RECLAMADO Nome:

PAGCLIC SOLUCOES DE PAGAMENTOS EIRELI Participação: RECLAMADO Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL SGANZERLA DURANDOAB: 16637/PAProcesso nº: 0826858-14.2018.8.14.0301Polo Ativo: Nome: IVETE LOPESEndereço: Rua Tiradentes, 391-FUNDOS, ENTRE RUI BARBOSA E BENJAMIM, Reduto, BELéM - PA - CEP: 66053-330Polo Passivo:NATURA COSMETICOS S/A; PAGCLIC SOLUCOES DE PAGAMENTOS EIRELI e BANCO DO BRASIL SA.DECISÃO/MANDADOVistos, etc.Analisando os autos, verifico que a reclamadaPAGCLIC SOLUÇÕES DE PAGAMENTOS EIRELI, apesar de citada dos termos da ação e intimada do dia e horário de realização da audiência (ID5888865) não se fez presente à sessão, razão pela qual se impõe a decretação de sua revelia, nos termos do art. 20 da Lei Federal nº. 9.099/95, com aplicação de seus efeitos sobre a matéria fática.Convém apontar, entretanto, que a decretação da revelia não implica em procedência automática da demanda, uma vez que seus efeitos podem ser elididos quando presentes elementos suficientes para formar o convencimento do magistrado em sentido contrário. Além disso, os efeitos da revelia incidem apenas sobre a matéria fática, cabendo ao magistrado aplicar o direito ao caso concreto.Ante o exposto, decreto a revelia da empresaPAGCLIC SOLUÇÕES DE PAGAMENTOS EIRELIe determino a citação da empresa NATURA COSMÉTICOSS/Ano novo endereço apresentado pela reclamante no id7680149 e sua intimação para comparecer à audiência de conciliação, instrução e julgamento designada 22/08/2019, às 11:00 horas. Belém, 27 de junho de 2019CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de Belém

Número do processo: 0052739-28.2015.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: MANIA DE PAPEL Participação: ADVOGADO Nome: PAULO SERGIO DE SOUZA BORGES FILHOOAB: 19691 Participação: EXECUTADO Nome: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO Participação: ADVOGADO Nome: ACACIO FERNANDES ROBOREDOOAB: 13904/PAProcesso nº: 0052739-28.2015.8.14.0302 SENTENÇARelatório dispensado com fulcro no art. 38, da Lei Federal nº. 9.099/1995.Analisando os autos, verifico que a reclamada juntou comprovante de depósito judicial (ID9298050) para fins de cumprimento do r. acórdão constante nos autos e a parte promovente na petição do ID9298056 informou que o valor depositado satisfaz o pagamento integral do seu crédito, requerendo a expedição de alvará de transferência para a conta bancária de seu patrono.O Código de Processo Civil é utilizado subsidiariamente à Lei Federal nº. 9.099/1995 na jurisdição dos Juizados Especiais e estabelece em seu art. 924, inciso II, que o magistrado extinguirá a execução quando a obrigação for satisfeita.Ante o exposto, com fulcro nos arts. 924, inciso II, e 925,caput, do Código de Processo Civil,EXTINGO O PROCESSO EM SUA FASE EXECUTIVA COM JULGAMENTO DO MÉRITO.Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 do GP/VP.Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019 CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémE

Número do processo: 0003359-70.2014.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: HERBERT WERNER FERREIRA HAASE Participação: ADVOGADO Nome: JUSCELINO DA SILVA NASCIMENTO JUNIOROAB: 7548 Participação: EXECUTADO Nome: ANDRE THADEU MIRANDA DUARTE DE SOUZA Participação: EXECUTADO Nome: DENIS SOL PAIVA CALANDRINI Participação: EXECUTADO Nome: LUIZ CARLOS ALVES DE MENEZES FILHOProcesso nº: 0003359-70.2014.8.14.0302Polo Ativo: Nome: HERBERT WERNER FERREIRA HAASEEndereço: DOUTOR MORAES, NAZARE, BELéM - PA - CEP: 66035-080Polo Passivo: Nome: ANDRE THADEU MIRANDA DUARTE DE SOUZAEndereço: desconhecidoNome: DENIS SOL PAIVA CALANDRINIEndereço: BOAVENTURA DA SILVA, UMARIZAL, BELéM - PA - CEP: 66060-060Nome: LUIZ CARLOS ALVES DE MENEZES FILHOEndereço: MARQUES DE HERVAL, PASSAGEM D'OUTEL, PEDREIRA, BELéM - PA - CEP: 66080-210DESPACHO/MANDADO Analisando os autos, verifico que, de fato, houve descumprimento da avença homologada judicialmente, conforme informado pelo exequente, o que se extrai a partir do extrato bancário juntado com a petição de ID 9287528. Desse modo, proceda a Secretaria a alteração da fase processual no sistema, bem como realize o cálculo do valor devido pela parte demandada, com o abatimento do valor pago pela parte demandada, atentando-se, ainda, para a cláusula 9ª do acordo firmado entre as partes (ID 9287523), a qual estipula a mudança do valor total do acordo em caso de descumprimento, além de multa de 10%.Após a realização dos cálculos, intime-se a parte executada para adimplir o valor, no prazo de15 (quinze) dias, comprovando-se o cumprimento nos autos.Havendo cumprimento voluntário e integral, fica

desde logo deferida a expedição de alvará para saque ou transferência do valor do título judicial em nome do autor ou de seu advogado, desde que haja poderes para tal ato.Caso decorra o prazo legal sem comprovação do adimplemento, retornem os autos conclusos para a realização da pesquisa através do sistema BACENJUD.Servirá o presente despacho como mandado, nos termos dos Provimentos nº 03/2009-CJRMB e nº 11/2009-CJRMB.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 ? GP/VP.Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019. CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémA

Número do processo: 0804752-29.2016.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO DO EDIFICIO CONSELHEIRO FURTADO Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL PIEDADE DE LIMAOAB: 20443/PA Participação: ADVOGADO Nome: SIGLIA BETANIA DE OLIVEIRAOAB: 17470/PA Participação: EXECUTADO Nome: VALCIR BISPO SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: PATRICIA DE NAZARE PEREIRA DA COSTA LEAOOAB: 299PAProcesso nº: 0804752-29.2016.8.14.0301 DESPACHO Considerando a manifestação do executado, por meio de requerimento formulado noID 7605013, INTIME-SE o exequente para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e retornem conclusos.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 do GP/VP.Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019 CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de Beléms

Número do processo: 0801911-58.2016.8.14.0302 Participação: RECLAMANTE Nome: IVAN FURTADO JUNIOR Participação: ADVOGADO Nome: CHIDY HENRY SANCHES OTOBOOAB: 599PA Participação: RECLAMADO Nome: R. O. MONTEIRO SERVICO E COMERCIO EIRELI - ME Participação: ADVOGADO Nome: AMETISTA NOGUEIRA TURAN BARROSOAB: 20851/PAProcesso nº: 0801911-58.2016.8.14.0302 DESPACHO Considerando a petição do autor postada no ID 10588830, requerendo a desconsideração dos termos de sua petição anterior (ID 6300960) e informando possuir interesse na adjudicação do bem penhorado no ID 6154658, como quitação total do crédito exequendo,defiro o pedido,com fulcro nos arts. 876 e seguintes, do Código de Processo Civil. Intime-se o devedor, nos termos do art. 876, §1º, I, do CPC. Decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, lavre-se o auto de adjudicação, e expeça-se a ordem de entrega dos bens móveis ao adjudicatário. Após, cumpridas as formalidades legais, retornem os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 27 de abril de 2017. CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHO Juíza de Direito da 10ª Vara do JECível de Belém A

Número do processo: 0801523-27.2017.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: JACQUELINE KELLY SAGICA FERNANDES Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA DE OLIVEIRA SILVA CASTROOAB: 0153PA Participação: RECLAMANTE Nome: ANTONIO LUCIANO SEABRA MOREIRA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA DE OLIVEIRA SILVA CASTROOAB: 0153PA Participação: RECLAMADO Nome: OI MOVEL S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ELADIO MIRANDA LIMAOAB: 86235/RJ Participação: ADVOGADO Nome: VERA LUCIA LIMA LARANJEIRAOAB: 17196/PAProcesso nº: 0801523-27.2017.8.14.0301 DESPACHO/MANDADO Intime-se a parte autora para que se manifeste, no prazo de30 (trinta) dias, acerca dos documentos juntados pela ré nos IDs 10186322, 5973640 e 1838388, os quais visam comprovar que não houve descumprimento do acordo homologado em audiência. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos. Servirá o presente despacho como mandado, nos termos dos Provimentos nº 03/2009-CJRMB e nº 11/2009-CJRMB.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 ? GP/VP.Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019. CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémA

Número do processo: 0801227-36.2016.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO DO EDIFICIO CLAUDE MONET Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA

RODRIGUESOAB: 4670/PA Participação: EXECUTADO Nome: PAULO SERGIO TEIXEIRA DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: THAISE MELUL VIEIRAOAB: 886PAProcesso nº: 0801227-36.2016.8.14.0302 DECISÃO Vieram os autos conclusos em virtude da petição apresentada pela parte exequente no ID 1321828, na qual informa não ter interesse na proposta de acordo apresentada pelo executado, bem como requerendo a realização de pesquisas via BACENJUD e, em caso de insucesso, a penhora do imóvel que desencadeou a cobrança das taxas condominiais ora executadas.Verifico que o imóvel do executado foi penhorado no ano de 2017, conforme auto de penhora juntado no ID 1723494, já tendo decorrido o prazo legal para apresentação de embargos do devedor, nos termos da certidão postada no ID 1723493.Ocorre que, em audiência realizada nos autos do processo nº 0803871-52.2016.8.14.0301, o ora exequente requereu pronunciamento judicial no sentido de reconhecer a conexão existente entre o presente feito e outros três processos, todos em trâmite perante o Juízo da 10ª VJEC, quais sejam:a)0803871-52.2016.8.14.0301;b)0801239-50.2016.8.14.0302; ec)0801235-13.2016.8.14.0302. Analisando de forma individualizada cada um dos processos em questão, constatei que todos consistem em execuções de títulos executivos extrajudiciais movidas pelo condomínio exequente, cobrando débitos condominiais relativos à unidade imobiliária do ora executado, restando patente aconexãoentre eles, por possuírem as mesmas partes e a mesma causa de pedir, nos termos do art. 55 do CPC.A diferença entre os feitos reside basicamente nos períodos de débitos cobrados em cada um. A título de exemplo, a presente demanda versa sobre taxas condominiais devidas de julho/13 a dezembro/2013, enquanto o processo nº 0801239-50.2016.8.14.0302 trata de verbas devidas pelo executado no período compreendido entre janeiro/2016 e abril/2016.Ressalte-se que em todos os processos, incluindo-se o presente, foi penhorado o imóvel ensejador das taxas condominiais executadas (ante o insucesso das pesquisas via BACENJUD), restando apenas a conclusão quanto à forma de disposição do bem para a satisfação do crédito exequendo.Dentre os processos, porém, o de nº0801235-13.2016.8.14.0302encontra-se emestágio mais avançado da execução, já tendo transitado em julgado a sentença que julgou improcedentes os embargos do devedor, estando atualmente em curso prazo para que o condomínio junte certidão pública do imóvel (que, como já dito, também foi penhorado no presente feito), a fim de proceder à realização dahasta pública.Dessa forma,reconheço a conexão existentee determino a reunião, via sistema, dos processos de nº 0803871-52.2016.8.14.0301; 0801227-36.2016.8.14.0302; 0801239-50.2016.8.14.0302; e 0801235-13.2016.8.14.0302, para que sejam julgados conjuntamente, a fim de evitar a prolação de decisões conflitantes, nos termos dos §§1º e 3º do art. 55 do CPCComo o processo de nº 0801235-13.2016.8.14.0302 encontra-se em estágio mais avançado, conforme já explicado, aguarde-se o cumprimento das diligências determinadas pelo Juízo e, na hipótese de realização da venda do imóvel do executado por hasta pública, deverá ser incluído o débito cobrado na presente demanda.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 do GP/VP, servindo a presente decisão como mandado. Cumpra-se.Belém, 25 de junho de 2019.CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémA

Número do processo: 0800602-34.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA ELIZABETE PEREIRA DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: SERGIO RENATO FREITAS DE OLIVEIRA JUNIOROAB: 015837/PA Participação: ADVOGADO Nome: MIRNA MARIA RODRIGUES FREITAS DE OLIVEIRAOAB: 21953/PA Participação: RECLAMADO Nome: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Participação: ADVOGADO Nome: SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAOOAB: 5627/PAProcesso nº: 0800602-34.2018.8.14.0301 DESPACHOConsiderando a certidão de trânsito em julgado postada no ID 10869582, intimem-se as partes acerca do retorno dos autos da Turma Recursal, para requererem o que entenderem de direito, conforme art. 523 e 526, do Código de Processo Civil. Aguarde-se pedido de cumprimento de sentença pelo prazo de 30 dias do trânsito em julgado. Não havendo tal requerimento, arquivem-se, nos termos do art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Caso seja requisitada pela parte autora o início da fase executiva, deverá, a Secretaria, registrar a mudança da fase processual e, nos termos do art. 523, do Código de Processo Civil, proceder o cálculo do valor exequendo, intimando-se a parte executada para o pagamento. Não havendo a comprovação do pagamento, os autos deverão retornar em conclusão para as pesquisas oficiais e demais procedimentos executivos. Caso, ainda, não haja comprovação nos autos de adimplemento do valor das custas processuais em que fora condenada a parte sucumbente, encaminhe-se os autos para UNAJ para que seja efetuado o cálculo e expedido o respectivo boleto bancário, intimando-se posteriormente a referida parte para pagamento na forma da Lei.Inadimplido o pagamento das custas processuais, oficie-se à Secretaria De Planejamento Coordenação e Finanças/Coordenadoria

Geral de Arrecadação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para fins de inscrição do devedor na dívida ativa do Estado, nos termos do Decreto Estadual nº. 5.204/2002 e do Ofício Circular nº 009/2016 do Gabinete da Presidência do TJ/PA, encaminhando-se com o ofício a certidão com as informações da dívidaIntime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 ? GP/VP.Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de Beléms

Número do processo: 0802244-10.2016.8.14.0302 Participação: RECLAMANTE Nome: VICTOR CORREA FARAON Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANO CAVALCANTE DE SOUZA FERREIRAOAB: 580-B Participação: RECLAMANTE Nome: ROSANA MARIA FREITAS DE LEMOS Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANO CAVALCANTE DE SOUZA FERREIRAOAB: 580-B Participação: RECLAMADO Nome: COMPANIA PANAMENA DE AVIACION S/A Participação: ADVOGADO Nome: MANOLO PORTUGAL FAIAD FREITASOAB: 017617/PAProcesso nº: 0802244-10.2016.8.14.0302 DESPACHOConsiderando que até o presente momento não houve solicitação de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 do GP/VP.Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémE

Número do processo: 0800285-04.2016.8.14.0302 Participação: RECLAMANTE Nome: DANIEL DI GIROLAMO Participação: ADVOGADO Nome: TAMARA EVELYN CABRAL DO VALEOAB: 21809/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO LUIZ LUCAS MOREIRAOAB: 11085/PAProcesso nº: 0800285-04.2016.8.14.0302 DESPACHOConsiderando que até o presente momento não houve solicitação de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 do GP/VP.Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémE

Número do processo: 0802148-92.2016.8.14.0302 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO EDIFICIO MAISON UNIQUE Participação: ADVOGADO Nome: GUSTAVO BOTELHO DE MATOSOAB: 1872 Participação: EXECUTADO Nome: ELIANE ALVES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE SALES SANTOSOAB: 9752 Participação: ADVOGADO Nome: MAYARA SILVA DO CARMOOAB: 018367/PA Participação: ADVOGADO Nome: VITOR LUIZ DA SILVA BOARETTOOAB: 26579/PAProcesso nº: 0802148-92.2016.8.14.0302 DECISÃO Vieram os autos conclusos para análise da petição do autor postada no ID 6840787, na qual este requer o chamamento do feito à ordem para que não seja obrigado a pagar as custas processuais. Conforme se verifica na sentença proferida no ID 4479988, o processo foi extinto sem resolução do mérito com fundamento no art. 51, inciso I, da Lei Federal nº. 9.099/95, em virtude da ausência do autor a uma das audiências.Ainda naquele pronunciamento judicial, foi condenada a parte autora a arcar com as custas processuais, com base no art. 51, caput e §2º do mesmo diploma legal. Entendeu o Juízo que o autor não comprovou nos autos que sua ausência à audiência decorreu de força maior, impedindo o deferimento de isenção do pagamento das custas.Ressalte-se que a parte autora foi intimada via sistema da sentença em30.04.2018(expediente de intimação nº 425591), não apresentando nenhum dos meios de impugnação dos quais dispunha, vindo a apresentar a presente petição que visa chamar o feito à ordem somente em08.10.2018,ou seja, cerca deseis meses depois de intimada.Entendo que já não é passível de discussão a situação consolidada nos autos, concernente à condenação da demandante em custas processuais.Cumpre ressaltar, apenas, que o Enunciado FONAJE nº 28 dispõe expressamente que:?Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995,é necessária a condenação em custas?.Desse modo, o parágrafo único do art. 55 da Lei nº 9.099/1995, mencionado pelo autor em sua petição, dispõe que no curso do processo de execução não serão cobradas as custas (o que aconteceu, visto que o autor não pagou qualquer custa processual até a prolação da sentença), mas não é extensível à hipótese em que o processo é extinto sem resolução do mérito por ausência da parte demandante à audiência. Nesse caso, as custas são devidas.Ante o exposto, não merece ser acolhido o pedido de chamamento à ordem

formulado pelo autor, devendo este recolher as custas no prazo de 30 (trinta) dias.Decorrido o prazo para recolhimento das custas processuais, cumpra-se o disposto na parte final da sentença proferida no ID 4479988, inclusive na parte que trata do arquivamento dos autos.Intime-se nos termos do art. 26, da Portaria Conjunta nº 01/2018 do GP/VP. Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019 CARMEN OLIVEIRA DE CASTRO CARVALHOJuíza de Direito da 10ª Vara do JECível de BelémA

SECRETARIA DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

RESENHA: 26/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL - VARA: 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL
P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 9 7 2 7 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019---AUTOR DO FATO:JAILSON CAIRES RODRIGUES VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. Nº. 0002697-27.2019.8.14.0401, ART. 331 DO CPB E ART. 21 DA LCP AUTOR DO FATO: JAILSON CAIRES RODRIGUES, RG PC/PA, CPF VÍTIMA: O ESTADO REPRESENTANTE DA VÍTIMA: SGT DALCIR BARBOSA MACIEL, RG 24385 PM/PA TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR Às onze horas e 40 minutos do dia 26 de junho de 2019, nesta cidade de Belém, na sala de audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Criminal, onde se encontravam presentes a Exma. Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, Juíza de Direito Titular, a ilustre Representante do Ministério Público, na pessoa da Dra. ROSANA PAES PINTO, comigo Carlos Vale, analista judiciário. Aí, no horário aprazado para a audiência e após o pregão de praxe, deixou de comparecer o autor do fato, embora devidamente intimado, conforme certidão do oficial de justiça (fl. 20). Presente o representante do estado, conforme qualificação acima. A RMP requereu vistas dos autos para o prosseguimento do feito. Deliberação: Defiro o requerido. Vistas dos autos ao MP para os ulteriores de direito. Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo, às 12h20min, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Carlos Vale, analista judiciário, digitei e assino. Juíza de Direito _____ Promotora de Justiça _____ Representante da vítima _____
P R O C E S S O : 0 0 0 8 9 6 7 6 7 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 26/06/2019---QUERELANTE:DANIELA LIMA BARBALHO Representante(s): OAB 17330 - ANTONIO REIS GRAIM NETO (ADVOGADO) QUERELADO:WLADIMIR AFONSO DA COSTA RABELO ENVOLVIDO:PROCEDIMENTO ORIGINARIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. R.H. Com fundamento no art. 145, § 1º, do Código de Processo Civil do Brasil, aplicado, por analogia, em conformidade com o disposto no artigo 3º do CPP, declaro suspeição para processar e julgar o presente feito, por motivo de foro íntimo. Cumpra-se com as disposições contidas nas Portarias 4638/2013-GP, 320/2017-GP e 1022/2017-GP, relativamente ao procedimento da suspeição ora declarada. Int. Cumpra-se. Belém/PA, 26 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular 2ª Vara do Juizado Especial Criminal Atuando no feito em conformidade com a Portaria 1.022/2017 - GP
P R O C E S S O : 0 0 1 1 5 9 4 4 4 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 26/06/2019---QUERELANTE:PAULO SERGIO VALLE NOGUEIRA Representante(s): OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) QUERELADO:NAYARA CARNEIRO. Processo nº 0011594-44.2019.8.14.0401 QUERELANTE: PAULO SERGIO VALLE NOGUEIRA (Adv. Camila do Socorro Rodrigues Alves OAB/PA 14.055) QUERELADA: NAYARA CARNEIRO Capitulação Penal: Art. 138, 139, 140 do CP DESPACHO I - Reservo-me para apreciar o pedido de justiça gratuita, após a audiência preliminar; II - Designo o dia 5/12/2019, às 10horas, para a realização de audiência preliminar. Cientifique-se a Representante do Ministério Público; III - Intimem-se as partes, através de Oficial de Justiça, nos termos dos arts. 67 e 68 da Lei nº 9.099/1995. Belém, 26 de junho de 2019. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Juíza de Direito Titular da 1ª Vara do JECrim de Belém
P R O C E S S O : 0 0 1 1 8 8 0 2 2 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 26/06/2019---QUERELANTE:ROSALIA DO SOCORRO DE LIMA SOUZA Representante(s): OAB 20146 - FABIO FALCÃO CHAVES (ADVOGADO) QUERELADO:EMANOEL LUCIO AVELAR DE LIMA. Processo nº 0011880-22.2019.8.14.0401 QUERELANTE: ROSALIA DO SOCORRO DE LIMA SOUZA (Adv. Fábio Falcão Chaves OAB/PA 20.146) QUERELADA: EMANOEL LUCIO AVELAR DE LIMA Capitulação Penal: Art. 139 c/c 141, III do CP DESPACHO I - Reservo-me para apreciar o pedido de justiça gratuita, após a audiência preliminar; II - Designo o dia 5/12/2019, às 10h40min, para a realização de audiência preliminar. Cientifique-se a Representante do Ministério Público; III - Intimem-se as partes, através de Oficial de Justiça, nos

termos dos arts. 67 e 68 da Lei nº 9.099/1995. Belém, 26 de junho de 2019. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Juíza de Direito Titular da 1ª Vara do JECrim de Belém

P R O C E S S O : 0 0 1 2 1 0 1 0 5 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 26/06/2019---QUERELANTE:RITA MARIA SILVA MALATO Representante(s): OAB 19221 - HERBERT SOUSA DUARTE (ADVOGADO) QUERELADO:PAULO TARSO ARAUJO DE SOUZA. Processo nº 0012101-05.2019.8.14.0401 QUERELANTE: RITA MARIA SILVA MALATO (Adv. Herbert Sousa Duarte OAB/PA 19.221) QUERELADO: PAULO TARSO ARAÚJO DE SOUZA Capitulação Penal: Art. 139, 140 c/c 141, III do CP DESPACHO I - Reservo-me para apreciar o pedido de justiça gratuita, após a audiência preliminar; II - Designo o dia 5/12/2019, às 10h20min, para a realização de audiência preliminar. Cientifique-se a Representante do Ministério Público; III - Intimem-se as partes, através de Oficial de Justiça, nos termos dos arts. 67 e 68 da Lei nº 9.099/1995. Belém, 26 de junho de 2019. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Juíza de Direito Titular da 1ª Vara do JECrim de Belém

P R O C E S S O : 0 0 1 6 0 2 2 0 6 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019---AUTOR DO FATO:MILTON ALVES LIMA FILHO VITIMA:M. P. B. S. . PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. Nº. 0016022-06.2018.8.14.0401, ART. 303, § 1º, DA LEI 9.503/1997 AUTOR DO FATO: MILTON ALVES LIMA FILHO VÍTIMA: MARIA PRISCILLA BESERRA SOARES, RG 7128236 SDSPE/PE, CPF 014.079.914-18 TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR Às onze horas e 20 minutos do dia 26 de junho de 2019, nesta cidade de Belém, na sala de audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Criminal, onde se encontravam presentes a Exma. Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, Juíza de Direito Titular, a ilustre Representante do Ministério Público, na pessoa da Dra. ROSANA PAES PINTO, comigo Carlos Vale, analista judiciário. Aí, no horário aprazado para a audiência e após o pregão de praxe, compareceu a vítima, desacompanhada de advogado, conforme qualificação acima. Ausente o autor do fato em virtude de não ter sido intimado, conforme certidão do sr. Oficial de Justiça (fl. 48). O Ministério público opina no sentido de que a vítima apresente o rol de testemunhas. Deliberação: Aguarde-se em secretaria a apresentação do rol de testemunhas pela vítima no prazo de 15 dias. Após, certifique-se o ocorrido e dê-se Vistas ao MP para as providências de direito. Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo, às 11h04min, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Carlos Vale, analista judiciário, digitei e assino. Juíza de Direito _____ Promotora de Justiça _____ Vítima _____

P R O C E S S O : 0 0 2 8 3 1 4 2 3 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019---AUTOR DO FATO:RAYSSA DE CASSIA ALVES RODRIGUES VITIMA:D. F. S. S. . PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. Nº. 0028314-23.2018.8.14.0401, ART. 21 DA LCP AUTORA DO FATO: RAYSSA DE CASSIA ALVES RODRIGUES VÍTIMA: DANIEL FURTADO SEABRA SILVA TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR Às dez horas e 40 minutos do dia 26 de junho de 2019, nesta cidade de Belém, na sala de audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Criminal, onde se encontravam presentes a Exma. Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, Juíza de Direito Titular, a ilustre Representante do Ministério Público, na pessoa da Dra. ROSANA PAES PINTO, comigo Carlos Vale, analista judiciário. Aí, no horário aprazado para a audiência e após o pregão de praxe, deixaram de comparecer as partes. Consta nos autos Termo de renúncia da Vítima. Dada a palavra ao Ministério Público, este assim se manifestou: ¿MMa. Juíza, a contravenção que se apura neste procedimento, art. 21 da LCP, depende de representação pela parte ofendida. No caso em questão, a vítima manifestou interesse pelo arquivamento, conforme Termo de Renúncia de fl. 46, fato que retira do MP condição de procedibilidade. Diante disso e considerando que os fatos ocorreram no dia 08.07.2018, conforme TCO de fls. 05, este Órgão Ministerial requer que o Juízo declare extinta a punibilidade da autora do fato pela decadência do direito de representação nos termos dos arts. 107, IV do CPB e 38 e 61 do CPP¿. Diante disso, a MMa. Juíza assim sentenciou: ¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrência lavrado pela prática da contravenção do art. 21 da LCP, que enseja ação penal pública condicionada à representação. O art. 38 do CPP dispõe que a vítima deverá oferecer representação no prazo máximo de 06 meses contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime. No caso dos autos, a vítima renunciou expressamente à representação ofertada nos termos do enunciado 113 do FONAJE, retirando do MP, por conseguinte, condição de procedibilidade. Assim sendo, considerando que, segundo TCO de fls. 05, os fatos ocorreram no dia 08.07.2018, verifica-se que o prazo do art. 38 do CPP, encontra-se ultrapassado. Isto posto, em face do Enunciado 113 do FONAJE, outra alternativa não há que não seja o

reconhecimento da renúncia expressa à representação anteriormente ofertada, para assim declarar extinta a punibilidade da autora do fato RAYSSA DE CASSIA ALVES RODRIGUES em virtude de ter ocorrido a decadência do direito de representar por parte da vítima, tudo com fundamento nos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/95, Enunciado 113 do FONAJE, e ainda com o art. 107, IV do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-se. Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo, às 11:30 horas que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Carlos Vale, analista judiciário, digitei e assino. Juíza de Direito _____ Promotora de Justiça _____

PROCESSO: 00289352020188140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019---AUTOR DO FATO:LUCIANA DOS SANTOS TABOSA DA SILVA VITIMA:E. W. C. V. . PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. Nº. 0028935-20.2018.8.14.0401, ART. 147 DO CPB AUTORA DO FATO: LUCIANA DOS SANTOS TABOSA DA SILVA, RG 7560651 PC/PA, CPF 034.470.862-46 VÍTIMA: ELEM WALESKA COSTA VASCONCELOS, RG 8371519 PC/PA ADVOGADO DA VÍTIMA ELEM: MAURO MARQUES GUILHON, OAB/PA 9.805 TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR Às dez horas do dia 26 de junho de 2019, nesta cidade de Belém, na sala de audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Criminal, onde se encontravam presentes a Exma. Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, Juíza de Direito Titular, a ilustre Representante do Ministério Público, na pessoa da Dra. ROSANA PAES PINTO, comigo Carlos Vale, analista judiciário. Aí, no horário aprazado para a audiência e após o pregão de praxe, compareceram as partes, conforme qualificação acima. Deliberação em audiência: Registro o gozo de férias pelo Defensor Público vinculado a 1ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém e a nomeação da causídica TERESINHA MARTINS CARDOSO SILVA, OAB/PA 18.906, como advogada dativa para a audiência preliminar, sendo tal providência corolário do devido processo legal constitucionalmente imposto. Assim, tendo em conta a nomeação, em face da ausência do Defensor Público vinculado a esta Vara, há que ser fixado honorário em favor da advogada dativa, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Assim, nos termos do art. 22, §1º, da Lei nº 8.906/94 arbitro honorários advocatícios em favor da referida causídica no valor de R$ -710,40 (Setecentos e dez reais e quarenta centavos), conforme item XXIX 1.1 da Tabela de Honorários Advocatícios instituída pela Resolução OAB/PA n º 9, de 27 de fevereiro de 2018, aplicada analogicamente ao caso concreto. As partes foram esclarecidas pelas autoridades da possibilidade e vantagens da conciliação, para o arquivamento do feito. As partes desejam assumir perante este Juízo o compromisso de convivência pacífica, firmando o seguinte pacto de mútuo respeito: ¿Que assumem perante as autoridades o compromisso de respeito recíproco, sem agressões físicas ou morais, com tratamento urbano e cordial, buscando sempre a solução pacífica das divergências que entre as partes se apresentarem¿. Declaram as partes, neste ato, que não estão sofrendo qualquer tipo de coação ou ameaça para manifestação de vontade acima expressa. A vítima manifestou não ter mais interesse no prosseguimento do feito, retratando-se da representação informalmente feita perante este Juízo. Dada a palavra ao Ministério Público, este manifestou-se favorável ao referido acordo, requerendo a homologação do acordo e consequentemente o arquivamento dos autos. Em seguida, foi proferida a seguinte Decisão: ¿Vistos etc., A vítima afirmou não ter mais interesse no prosseguimento do feito contra a autora do fato, retratando-se da representação formulada, retratação essa autorizada pelos arts. 102 do CP e 25 do CPP, aqui aplicados subsidiariamente, nos termos do art. 92 da Lei nº 9.099/95. Na oportunidade, as partes firmam compromisso de convivência pacífica. Isto posto, homologo o acordo efetivado pelas partes e com fulcro no art. 107, IV, do CP e no art. 74, parágrafo único, da Lei 9.099/95, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de LUCIANA DOS SANTOS TABOSA DA SILVA, já qualificada nos autos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo, às 10:40 horas que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Carlos Vale, analista judiciário, digitei e assino. Juíza de Direito _____ Promotora de Justiça _____ Advogada dativa da autora do fato _____ Autora do fato _____ Advogado da vítima _____ Vítima _____

PROCESSO: 00292980720188140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019---AUTOR DO FATO:FERNANDO LUIZ BORGES VERAS AUTOR DO FATO:MARCIO JUNIOR MIRANDA DINIZ VITIMA:A. M. . PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. Nº. 0029298-07.2018.8.14.0401, ART. 147 DO CPB AUTOR/VITIMA: FERNANDO LUIZ BORGES VERAS, RG 5588613 PC/PA AUTOR/VITIMA: MARCIO JUNIOR MIRANDA DINIZ, RG 49357 CTPS/PA, CPF 710.621.652-68 TERMO DE AUDIÊNCIA

PRELIMINAR Às dez horas e 20 minutos do dia 26 de junho de 2019, nesta cidade de Belém, na sala de audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Criminal, onde se encontravam presentes a Exma. Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, Juíza de Direito Titular, a ilustre Representante do Ministério Público, na pessoa da Dra. ROSANA PAES PINTO, comigo Carlos Vale, analista judiciário. Aí, no horário aprazado para a audiência e após o pregão de praxe, compareceram as partes, desacompanhadas de advogado, conforme qualificação acima. Deliberação em audiência: Registro o gozo de férias pelo Defensor Público vinculado a 1ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém e a nomeação dos causídicos ALANA ANTUNES SOARES, OAB/PA 25.822, como advogada dativa para a audiência preliminar para o autor FERNANDO LUIZ BORGES VERAS e do causídico PAULO VICTOR AZEVEDO CARVALHO, OAB/PA 25.056 como advogado dativo para a audiência preliminar para o autor MARCIO JUNIOR MIRANDA DINIZ, sendo tal providência corolário do devido processo legal constitucionalmente imposto. Assim, tendo em conta as nomeações, em face da ausência do Defensor Público vinculado a esta Vara, há que ser fixado honorário em favor dos advogados dativos, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Assim, nos termos do art. 22, §1º, da Lei nº 8.906/94 arbitro honorários advocatícios em favor de cada um dos referidos causídicos no valor de R$ -710,40 (Setecentos e dez reais e quarenta centavos), conforme item XXIX 1.1 da Tabela de Honorários Advocatícios instituída pela Resolução OAB/PA n º 9, de 27 de fevereiro de 2018, aplicada analogicamente ao caso concreto. As partes foram esclarecidas pelas autoridades da possibilidade e vantagens da conciliação para o arquivamento do feito. As partes desejam assumir perante este Juízo o compromisso de convivência pacífica, firmando o seguinte pacto de mútuo respeito: ¿Que assumem perante as autoridades o compromisso de respeito recíproco, sem agressões físicas ou morais, com tratamento urbano e cordial, buscando sempre a solução pacífica das divergências que entre as partes se apresentarem¿. Declaram as partes, neste ato, que não estão sofrendo qualquer tipo de coação ou ameaça para manifestação de vontade acima expressa. As vítimas manifestaram não ter mais interesse no prosseguimento do feito, retratando-se da representação informalmente feita perante este Juízo. Dada a palavra ao Ministério Público, este manifestou-se favorável ao referido acordo, requerendo a homologação do acordo e consequentemente o arquivamento dos autos. Em seguida, foi proferida a seguinte Decisão: ¿Vistos etc., As vítimas afirmaram não ter mais interesse no prosseguimento do feito contra os autores do fato, retratando-se da representação formulada, retratação essa autorizada pelos arts. 102 do CP e 25 do CPP, aqui aplicados subsidiariamente, nos termos do art. 92 da Lei nº 9.099/95. Na oportunidade, as partes firmam compromisso de convivência pacífica. Isto posto, homologo o acordo efetivado pelas partes e com fulcro no art. 107, IV, do CP e no art. 74, parágrafo único, da Lei 9.099/95, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de FERNANDO LUIZ BORGES VERAS e MARCIO JUNIOR MIRANDA DINIZ, já qualificados nos autos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo, às 11:05 horas que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Carlos Vale, analista judiciário, digitei e assino. Juíza de Direito _____ Promotora de Justiça _____ Autor/Vítima FERNANDO _____ Advogada dativa do autor FERNANDO _____ Autor/Vítima MARCIO JUNIOR _____ Advogado dativo do autor MARCIO _____

P R O C E S S O : 0 0 2 9 3 1 3 7 3 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019---AUTOR DO FATO:ELEM WALESKA COSTA VASCONCELOS Representante(s): OAB 26330 - RINALDO RIBEIRO MORAES (ADVOGADO) VITIMA:L. S. T. S. . PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. Nº. 0029313-73.2018.8.14.0401, ART. 129 DO CPB AUTORA DO FATO: ELEM WALESKA COSTA VASCONCELOS, RG 8371519 PC/PA ADVOGADO DA AUTORA: MAURO MARQUES GUILHON, OAB/PA 9.805 VÍTIMA: LUANA DOS SANTOS TABOSA DA SILVA, RG 7886174 PC/PA TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR Às dez horas e 10 minutos do dia 26 de junho de 2019, nesta cidade de Belém, na sala de audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Criminal, onde se encontravam presentes a Exma. Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, Juíza de Direito Titular, a ilustre Representante do Ministério Público, na pessoa da Dra. ROSANA PAES PINTO, comigo Carlos Vale, analista judiciário. Aí, no horário aprazado para a audiência e após o pregão de praxe, compareceram as partes, conforme qualificação acima. As partes foram esclarecidas pelas autoridades da possibilidade e vantagens da conciliação, para o arquivamento do feito. As partes desejam assumir perante este Juízo o compromisso de convivência pacífica, firmando o seguinte pacto de mútuo respeito: ¿Que assumem perante as autoridades o compromisso de respeito recíproco, sem agressões físicas ou morais, com tratamento urbano e cordial, buscando sempre a solução pacífica das divergências que entre as partes se apresentarem¿. Declaram as partes, neste ato, que não estão sofrendo qualquer tipo de coação ou ameaça para manifestação de vontade acima expressa. A

vítima manifestou não ter mais interesse no prosseguimento do feito, retratando-se da representação informalmente feita perante este Juízo. Dada a palavra ao Ministério Público, este manifestou-se favorável ao referido acordo, requerendo a homologação do acordo e consequentemente o arquivamento dos autos. Em seguida, foi proferida a seguinte Decisão: ¿Vistos etc., A vítima afirmou não ter mais interesse no prosseguimento do feito contra a autora do fato, retratando-se da representação formulada, retratação essa autorizada pelos arts. 102 do CP e 25 do CPP, aqui aplicados subsidiariamente, nos termos do art. 92 da Lei nº 9.099/95. Na oportunidade, as partes firmam compromisso de convivência pacífica. Isto posto, homologo o acordo efetivado pelas partes e com fulcro no art. 107, IV, do CP e no art. 74, parágrafo único, da Lei 9.099/95, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de ELEM WALESKA COSTA VASCONCELOS, já qualificada nos autos. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo, às 10:40 horas que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Carlos Vale, analista judiciário, digitei e assino. Juíza de Direito _____ Promotora de Justiça _____ Autora do fato _____ Advogado da Autora _____ Vítima _____

PROCESSO: 00294314920188140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019---AUTOR DO FATO:REGINALDO RODRIGUES NOVAES VITIMA:C. N. S. D. . PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. Nº. 0029431-49.2018.8.14.0401, ART.129 E 163 AMOBOS DO CPB AUTOR DO FATO: REGINALDO RODRIGUES NOVAES, RG 3055526 PC/PA, CPF 778.618.172-53 VÍTIMA: CARLOS NONATO SILVA DELGADO, RG 1573270 SSP/PA, CPF 064.433.622-68 TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR Às onze horas do dia 26 de junho de 2019, nesta cidade de Belém, na sala de audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Criminal, onde se encontravam presentes a Exma. Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, Juíza de Direito Titular, a ilustre Representante do Ministério Público, na pessoa da Dra. ROSANA PAES PINTO, comigo Carlos Vale, analista judiciário. Aí, no horário aprazado para a audiência e após o pregão de praxe, compareceram as partes, desacompanhadas de advogados, conforme qualificação acima. Deliberação em audiência: Registro o gozo de férias pelo Defensor Público vinculado a 1ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém e a nomeação da causídica TERESINHA MARTINS CARDOSO SILVA, OAB/PA 18.906, como advogada dativa para a audiência preliminar, sendo tal providência corolário do devido processo legal constitucionalmente imposto. Assim, tendo em conta a nomeação, em face da ausência do Defensor Público vinculado a esta Vara, há que ser fixado honorário em favor da advogada dativa, conforme jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Assim, nos termos do art. 22, §1º, da Lei nº 8.906/94 arbitro honorários advocatícios em favor da referida causídica no valor de R$ -710,40 (Setecentos e dez reais e quarenta centavos), conforme item XXIX 1.1 da Tabela de Honorários Advocatícios instituída pela Resolução OAB/PA n º 9, de 27 de fevereiro de 2018, aplicada analogicamente ao caso concreto. As partes foram esclarecidas pelas autoridades da possibilidade e vantagens da conciliação, para o arquivamento do feito. Houve a composição dos danos civis consistente no seguinte acordo: O Autor do Fato pagará à Vítima como forma de composição civil dos danos, a quantia total de R$ 600,00 (seiscentos reais), em parcela única, a ser depositada em conta poupança da CAIXA, Agência 1389, Conta Poupança operação 013, Conta 00011370-1; de titularidade de CARLOS NONATO SILVA DELGADO, CPF 064.433.622-68, a vencer no dia 26/07/2019. Acordaram, ainda, que a falta ou a insuficiência do pagamento importará em multa de 10% sobre o valor total a ser adimplido. Acordam, ainda, que a Vítima não ingressará com ação cível sobre o fato em comento. Declaram as partes, neste ato, que não estão sofrendo qualquer tipo de coação ou ameaça para manifestação de vontade acima expressa. Ouvido o MP, este concordou com os termos da Composição Civil efetuada, requerendo a homologação do acordo e consequentemente o arquivamento do presente feito, com base no parágrafo único do art. 74 da Lei 9.099/95. Tendo em vista a composição civil celebrada pelas partes, a MMa. Juíza prolatou a seguinte decisão: SENTENÇA: ¿Homologo por sentença, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo celebrado entre Autor do Fato e Vítima, acima qualificadas, em consequência, com fulcro no parágrafo único do artigo 74, da Lei nº 9.099/95, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de REGINALDO RODRIGUES NOVAES. Cientes os presentes. As partes renunciam ao prazo recursal. Sem custas. Certificado o trânsito em julgado e observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo, às 11h53m, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Carlos Vale, analista judiciário, digitei e assino. Juíza de Direito _____ Promotora de Justiça _____ Advogada dativa do autor do fato _____ Autor do fato _____ Vítima

PROCESSO: 00012417620188140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:MARIA DOMINGAS PUREZA DOS SANTOS VITIMA:R. M. R. Representante(s): OAB 21129 - ALEX LOBO ALVES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. N. 0001241-76.2018.814.0401, art. 129 do CPB AUTORA DO FATO: MARIA DOMINGAS PUREZA DOS SANTOS VÍTIMA: ROZELEIDE MAFRA REIS TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Às doze horas e vinte minutos do dia vinte e sete de junho de 2019, nesta cidade de Belém, na sala de audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Criminal, onde se encontravam presentes a Exma. Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, Juíza de Direito, da Ilustre Representante do Ministério Público, na pessoa da Dra. ROSANA PAES PINTO, comigo Luciano Barroso Miranda, Analista Judiciário. Aí, no horário aprazado para a audiência, compareceu a vítima desacompanhada do advogado, que ficou impossibilitado de comparecer, conforme declarou a vítima. Ausente a autora do fato, que não foi devidamente citada para o presente ato, conforme teor da certidão de fl. 54. Dada a palavra ao Órgão do Ministério Público este se manifestou nos seguintes termos: ¿MM. Juíza, após a análise dos autos, o MP requer com base no art. 66 da lei 9.099/95, sejam os autos encaminhados à Justiça Comum para realização de citação por edital, haja vista que a denunciada não foi localizada no endereço constante do mandado, conforme teor da certidão de fl. 54. Assim sendo, o MP requer que sejam os autos encaminhados à Justiça Comum para os fins de direito. Pede deferimento. DECISÃO: Acolho a manifestação do Órgão do Ministério Público, corroborando do mesmo entendimento de que, no âmbito dos juizados Especiais, não há citação editalícia. Assim, com fundamento no art. 66, parágrafo único da Lei 9.099/95, determino a remessa dos autos à Justiça Comum, para os fins de direito. Cumpra-se com as cautelas de estilo. Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo, às 10h22min, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, ..., Luciano Barroso Miranda, analista judiciário, digitei e assino. Juíza de Direito _____ Promotora de Justiça _____ Vítima _____

PROCESSO: 00034242020188140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GILDES MARIA SILVEIRA LIMA Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:ANGELA CRISTINA RIBEIRO GUIMARAES Representante(s): OAB 1590 - AMERICO LINS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 26671 - MATHEUS CALANDRINI SILVA GRAIM (ADVOGADO) VITIMA:J. N. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROC. Nº. 0003424-20.2018.814.0401, art. 147 do CPB e art. 21 da LCP DENUNCIADA: ANGELA CRISTINA RIBEIRO GUIMARÃES ADVOGADO DA DENUNCIADA: SAMIO GUSTAVO SARRAFF ALMEIDA - OAB/PA 24.782 VÍTIMA: JAITANIA NASCIMENTO SILVA ADVOGADO DA VÍTIMA: JOÃO VELOSO DE CARVALHO - OAB/PA 13.661 TERMO DE AUDIÊNCIA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Às onze horas do dia vinte e sete do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade de Belém, na sala de audiências da 1ª Vara do Juizado Especial Criminal, onde se encontravam presentes a Exma. Sra. GILDES MARIA SILVEIRA LIMA, Juíza de Direito Titular, a Ilustre Representante do Ministério Público, na pessoa da Dra. ROSANA PAES PINTO, comigo Luciano Barroso Miranda, analista judiciário. Aí, no horário aprazado para a audiência, compareceram as partes acompanhadas de seus advogados supra citados. As partes foram esclarecidas pelas autoridades da possibilidade e vantagens da conciliação, para o arquivamento do feito, contudo, NÃO realizaram acordo. Dada a palavra ao Órgão do Ministério Público, este ofertou transação penal, consistente na prestação de serviços à comunidade, durante 30 (trinta) dias, 06 (seis) horas semanais, em local indicado pela Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas desta Capital, com execução através da respectiva Vara, para prestação dos serviços nos prazos que aquela Vara estabelecer. A proposta NÃO foi aceita pela denunciada e seu advogado. Foi dada a palavra ao advogado da denunciada para fazer sua defesa, o qual se manifestou nos seguintes termos: ¿Excelência, a senhora Angela Cristina está sendo denunciada pelos supostos delitos de ameaça e vias de fato. Acontece que a denunciada não praticou tais delitos, os quais serão comprovados por meio de prova testemunhal e documental. Em relação à denúncia, a mesma carece de justa causa para o seu regular prosseguimento, posto que só o que existe são declarações da suposta vítima, que não fez nenhum exame de corpo de delito, não apresentou filmagens do local ou qualquer outro meio de prova admitida. Diante disso, está caracterizado a ausência de justo motivo para que a presente denúncia tenha prosseguimento. Requer-se, então, o seu arquivamento e, caso contrário, sejam ouvidas as testemunhas de defesa, sr. Adriano Ribeiro, Raylan Cristiano e Fernando Augusto. Que então a MM. Juíza passou a prolatar a seguinte decisão: ¿Recebo a denúncia, vez que revestida das formalidades legais, previstas da Lei Processual

Penal, havendo justa causa para o prosseguimento do feito¿. Foi dada a palavra ao Ministério Público, que na oportunidade se manifestou acerca da suspensão condicional do processo nos seguintes termos: ¿MM. Juíza, em cumprimento ao art. 89 da Lei n° 9.099/95, o MP propõe à denunciada a suspensão condicional do processo pelo período de dois anos, submetido à condição: 1 - Comparecimento a cada dois meses para informar e justificar suas atividades (art. 89, §1°, IV); 2 - Proibição de ausentar-se da comarca onde reside, sem comunicar ao Juiz; 3 - Proibição de frequentar determinados lugares, como boates. Pede deferimento¿. Em seguida, foram ouvidos denunciada e seu advogado, os quais não aceitaram a suspensão do processo nos termos propostos pelo Ministério Público. Ao Ministério Público, o advogado da vítima requereu habilitar-se como assistente de acusação, o que foi deferido pela representante do MP. A seguir, iniciou-se a oitiva da vítima JAITANIA NASCIMENTO DA SILVA (vide gravação); A seguir, passou-se à oitiva das testemunhas de acusação (vide gravação); A seguir, passou-se a ouvir as testemunhas de defesa (vide gravação). DELIBERAÇÃO: Pela ordem, antes do interrogário da denunciada, DECLARO-ME suspeita por motivo de foro íntimo, para atuar no presente feito, nos termos do artigo 145, §1º do CPC. Devendo estes autos serem encaminhados ao meu substituto legal, conforme tabela de substituição nº 320/2017-GP. Proceda a secretaria às comunicações necessárias. Nada mais havendo, encerrou-se o presente termo, às 13h35min, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luciano Barroso Miranda, analista judiciário, digitei e assino. Juíza de Direito _____ Promotora de Justiça _____ Advogado da denunciada _____ Denunciada _____ Assistente de acusação _____ Vítima _____ Testemunha da acusação _____ Testemunha de acusação _____ Testemunha de defesa _____ Testemunha de defesa _____ Informante _____

SECRETARIA DA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

RESENHA: 26/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM - VARA: 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM

P R O C E S S O : 0 0 0 4 3 9 5 6 8 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019---AUTOR DO FATO:SERGIO GOMES DA SILVA VITIMA:O. E. . PROCESSO: 00043956820198140401 Autor(a): SERGIO GOMES DA SILVA Vítima: O ESTADO Capitulação: Art. 309 do CTB TERMO DE AUDIÊNCIA Aos vinte e seis (26) dia(s) do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade e Comarca de Belém, Estado do Pará, na sala das audiências da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém, situado na Av. Pedro Miranda, n. 1593, esquina com a Travessa Angustura, Bairro da Pedreira, presente o(a) Dr(a). PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, MM. Juiz(a) de Direito desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiência. Feito o pregão no horário aprazado, certificou-se estarem presentes o autor do fato, Sergio Gomes da Silva, RG 7088987 SSP/PA, e o(a) representante do Ministério Público, Dr(a). LUIZ CLAUDIO PINHO. Aberta a audiência, em face de não haver no prédio deste Juizado no dia de hoje e do autor do fato ter comparecido desacompanhado de advogado particular, foi designado, para o ato, o advogado, Dr. Endel Elson Correa Coelho, OAB/PA 15984, para proceder a sua defesa. Prejudicada a tentativa de composição civil, face à natureza do crime objeto de apuração nos presentes autos ser de ação penal pública incondicionada. Dada a palavra ao representante do Ministério Público, o qual, não vislumbrando a possibilidade de arquivamento do presente termo circunstanciado, propôs a aplicação imediata de pena restritiva de direito ao autor do fato, que a aceitou, consistente em prestação de serviços à comunidade, na forma abaixo especificada: O autor do fato se compromete a prestar serviços à comunidade pelo período de 02 (dois) meses, sete horas semanais, em entidade a ser indicada pela Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas. Aceita a proposta de Transação Penal pelo autor do fato e por seu defensor, o MM. Magistrado proferiu SENTENÇA nos seguintes termos: `Vistos etc. Adoto como relatório o que dos autos consta, com base no permissivo legal do art. 81, § 3º, da Lei 9099/95. Homologo por sentença a transação penal celebrada nestes autos, ficando o(a) autor(a) do fato advertido(a) de que em caso de descumprimento o procedimento penal prosseguirá, nos termos da Súmula Vinculante do STF nº 35. Esta sanção não importará reincidência e nem constará de certidão de antecedentes criminais, devendo ser registrada apenas para impedir que ao(s) autor(es) do fato venha a ser novamente concedido o mesmo benefício no prazo de 05 (cinco) anos, tudo de conformidade com o art. 76 e parágrafos da Lei 9099/95. Sem custas. Dou a presente por publicada em audiência. Partes intimadas.¿ Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiência. Eu, _____, secretário de audiência, digitei e subscrevi. Magistrado: _____ Promotor(a) de Justiça: _____ Advogado ad hoc: _____ Sergio Gomes da Silva: _____

P R O C E S S O : 0 0 0 4 4 0 1 7 5 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019---AUTOR DO FATO:DOUGLAS SANTIAGO CORDEIRO VITIMA:O. E. . PROCESSO: 00044017520198140401 Autor(a): DOUGLAS SANTIAGO CORDEIRO Vítima: O ESTADO Capitulação: Art. 28 da Lei 11.343/06 TERMO DE AUDIÊNCIA Aos vinte e seis (26) dia(s) do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade e Comarca de Belém, Estado do Pará, na sala das audiências da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém, situado na Av. Pedro Miranda, n. 1593, esquina com a Travessa Angustura, Bairro da Pedreira, presente o(a) Dr(a). PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, MM. Juiz(a) de Direito desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiência. Feito o pregão no horário aprazado, certificou-se estarem presentes apenas o(a) representante do Ministério Público, Dr(a). LUIZ CLAUDIO PINHO. Aberta a audiência, dada a palavra à representante do

Ministério Público: `MM Magistrado, foi lavrado o TCO, já qualificado no procedimento pela suposta prática do crime de uso de entorpecente, tipificado no art. 28 da Lei 11.343/2006. Examinando os autos, verifica-se que a conduta do autor não causa lesão à bem jurídico alheio uma vez que o prejuízo do uso de drogas é diretamente relacionado com os danos à saúde do próprio usuário. Ante o exposto, diante do Princípio da Lesividade ou da Ofensibilidade, não sendo punível no Ordenamento Jurídico Brasileiro, a prática da autolesão, bem como diante do Princípio da Insignificância, o MP requer o arquivamento do presente procedimento, observado o disposto no art. 28 do CPP. Pede deferimento. Diante disso, o mm Juiz assim decidiu: `Vistos, etc...Dispensado o relatório nos termos do artigo 81, § 3º, da lei 9.099/95. Manuseando os autos, observa-se que assiste razão ao Ministério Público em requerer a aplicação do princípio da insignificância ou bagatela ao caso dos autos, posto que referido instituto visa excluir do âmbito penal aquelas condutas que, embora formalmente se amoldem ao tipo penal, não chegam a afetar materialmente o bem jurídico tutelado, não merecendo a insurgência punitiva. A invocação do princípio da insignificância nos delitos materialmente atípicos, traduz-se em respeito ao princípio da dignidade humana, pois não permite que fatos desprovidos de responsabilidade se transformem em estigmas de criminalidade para seus autores. Ademais, contribui para minimizar o excesso humano nos órgãos encarregados da persecução penal, permitindo ao Estado a concentração de esforços nos delitos que precisam ser punidos, face a sua ofensividade, o que não é o caso dos autos. Ante o exposto, acolho o requerido pelo MP e determino o Arquivamento dos autos pelos motivos acima expostos, com base no art. 28 do CPP. Arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I¿. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiência. Eu, _____, secretário de audiência, digitei e subscrevi. Magistrado: _____ Promotor(a) de Justiça: _____

PROCESSO: 00044216620198140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019---AUTOR DO FATO:JULIANA STEFANY SILVA JACOB VITIMA:C. M. S. P. . PROCESSO: 00044216620198140401 Autor(a): JULIANA STEFANY SILVA JACOB Vítima: CASSIA MANUELA DA SILVA PAIVA Capitulação: Art. 140 e 147 do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA Aos vinte e seis (26) dia(s) do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade e Comarca de Belém, Estado do Pará, na sala das audiências da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém, situado na Av. Pedro Miranda, n. 1593, esquina com a Travessa Angustura, Bairro da Pedreira, presente o(a) Dr(a). PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, MM. Juiz(a) de Direito desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiência. Feito o pregão no horário aprazado, certificou-se estarem presentes a vítima, Cassia Manuela da Silva Paiva, RG 7765327 CTPS/PA, e o(a) representante do Ministério Público, Dr(a). LUIZ CLAUDIO PINHO. Aberta a audiência, prejudicada a tentativa de conciliação, disposta nos artigos 72 e 74 da Lei 9099/95, face à ausência da autora do fato, apesar de regularmente intimada nos termos do art. 67 da Lei 9.099/95, conforme certidão de fls. 28. A vítima, de acordo com o que lhe faculta a lei, manifestou o desejo de não prosseguir contra a autora do fato, renunciando expressamente ao direito de queixa e retratando-se da representação feita perante a autoridade policial, uma vez que considera os fatos como resolvidos. Dada a palavra ao representante do Ministério Público, assim se manifestou: "MM. Juiz: Noticia o presente termo circunstanciado eventual infringência ao disposto nos arts. 147 e 140 do CPB, crime de ação penal pública condicionada à representação e de ação penal privada, respectivamente. Assim sendo, em relação ao crime do art. 140 do CPB, diante da renúncia expressa ao direito de queixa manifestado pela vítima, outro caminho não resta ao Ministério Público senão requerer o arquivamento do presente feito, com fundamento no art. 107, V do CPB. Em relação ao crime do art. 147 do CPB, diante da retratação da representação manifestado pela vítima, outro caminho não resta ao Ministério Público senão requerer o arquivamento dos autos, por ausência de condição de procedibilidade¿. Diante disso, o MM. Juiz assim sentenciou: ¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrência lavrado pela prática dos crimes previstos nos arts. 147 e 140 do CPB, crime de ação penal pública condicionada à representação e de ação penal privada, respectivamente. Assim sendo, no que tange ao crime de ação penal privada, diante da manifestação da vítima de que não deseja exercitar o direito de queixa, ao qual inclusive renunciou expressamente, declaro extinta a punibilidade da autora do fato, fazendo-o com moldura no art. 107, inciso V, do Código Penal e art. 104 do CPB, determinando, em consequência, o arquivamento do presente procedimento, isentando as partes do pagamento de custas e despesas processuais. No que tange ao crime de ação penal pública condicionada à representação, diante da retratação ao direito de representação manifestado pela vítima e em face do

Enunciado 113 do FONAJE permitir à vítima renunciar ao direito de representação até a prolação da sentença, acolho o parecer ministerial, para determinar o arquivamento do presente procedimento, por falta de condição de procedibilidade para o seu prosseguimento, ressalvada a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal Brasileiro, e da Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal, desde que dentro do prazo decadencial. Sentença publicada em audiência, saindo intimados os presentes. Registre-se, fazendo-se as anotações e comunicações de praxe. Publique-se. Registre-se e arquive-se¿. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiência. Eu, _____, secretário de audiência, digitei e subscrevi. Magistrado: _____ Promotor(a) de Justiça: _____ Cassia Manuela da Silva Paiva: _____

PROCESSO: 00044727720198140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019---AUTOR DO FATO:HELENA PINTO PANTOJA AUTOR DO FATO:LEILIANE DE NAZARE CABRAL DA COSTA AUTOR DO FATO:RUTH DO SOCORRO CABRAL DA COSTA VITIMA:A. M. . PROCESSO: 00044727720198140401 Autor(a): HELENA PINTO PANTOJA, LEILIANE DE NAZARE CABRAL DA COSTA E RUTH DO SOCORRO CABRAL DA COSTA Vítima: AS MESMAS Capitulação: Art. 21 da LCP TERMO DE AUDIÊNCIA Aos vinte e seis (26) dia(s) do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade e Comarca de Belém, Estado do Pará, na sala das audiências da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém, situado na Av. Pedro Miranda, n. 1593, esquina com a Travessa Angustura, Bairro da Pedreira, presente o(a) Dr(a). PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, MM. Juiz(a) de Direito desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiência. Feito o pregão no horário aprazado, certificou-se estarem presentes a autora do fato/vítima, Helena Pinto Pantoja, RG 3716692 SSP/PA, as autoras do fato/vítimas, Leiliane de Nazare Cabral da Costa, RG 4866712 SSP/PA, e Ruth do Socorro Cabral da Costa, RG 2924096 SPS/PA, acompanhadas pelos advogados, Dr. Haroldo Trazibulo Matos Guerra Neto, OAB/PA 26305, e Dr. Jonatas Augusto Pereira Kuribayashi, OAB/PA 29241, e o(a) representante do Ministério Público, Dr(a). LUIZ CLAUDIO PINHO. Aberta a audiência, o MM. Juiz de Direito esclareceu às partes o disposto nos artigos 72 e 74 da Lei 9099/95, oportunizando a composição, sem reconhecimento da culpabilidade, informando que havendo conciliação entre os envolvidos, o processo não terá prosseguimento, uma vez que a reparação de danos atende o objetivo da pacificação social visado pela lei que rege o Juizado especial, faltando assim justa causa para dar seguimento à persecução penal. Em seguida, foi dada a palavra às partes, que resolveram assumir perante as autoridades o compromisso de respeito recíproco, sem agressões físicas ou morais, com tratamento urbano e cordial, buscando sempre a solução pacífica das divergências que entre elas se apresentarem. Em face desse compromisso e tratando-se de ação penal pública condicionada à representação, as vítimas, de acordo com o que lhes faculta a lei, manifestaram o desejo de não prosseguir com o presente feito, pelo que se retratam da representação feita contra as autoras do fato. Dada a palavra ao Ministério Público: `MM. Juiz, o delito que se apura nesse procedimento depende de representação, face se enquadrar no art. 21 da LCP, nos termos do Enunciado 76 do FONAJE, o que deveria ter sido feito no interstício legal de 06 meses após a data da ocorrência dos fatos ou na ocasião em que a vítima tomou conhecimento de quem seria o autor. No caso em questão, diante da declaração da vítima, de que não tem interesse no prosseguimento do feito, motivo pelo qual se retratou da representação anteriormente oferecida e que os fatos ocorreram no dia 13.10.2018, conforme TCO de fls. 16, verifica-se que o prazo decadencial transcorrera in albis. Assim sendo, requer este Órgão Ministerial que o Juízo declare extinta a punibilidade das autoras do fato pela decadência do direito de representação nos termos dos arts. 107, IV do CPB e 38 e 61 do CPP¿. Diante disso, o MM. Juiz assim sentenciou: `Vistos e etc. Trata-se de TCO lavrado para apuração do delito previsto no art. 21 da LCP, contravenção penal de ação penal pública condicionada à representação, nos termos do Enunciado 76 do FONAJE. O art. 38 do CPP dispõe que a vítima deverá oferecer representação no prazo máximo de 06 meses contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime. No caso dos autos, as vítimas declararam não ter interesse no prosseguimento do feito, razão pela qual se retrataram da representação feita. Assim sendo e considerando que os fatos ocorreram no dia 13.10.2018 (fls. 16), verifica-se que o prazo decadencial foi transposto in albis. Isto posto, face o Enunciado 113 do FONAJE permitir à vítima renunciar expressamente ao direito de representação até a prolação da sentença, declaro extinta a punibilidade da autora do fato, em virtude de ter ocorrido a decadência do direito de representar por parte da vítima, tudo com fundamento nos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/95 e ainda com o art. 107, IV, combinado com o art. 103, todos do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-se¿. Nada mais

havendo, foi encerrada a presente audiência. Eu, _____, secretário de audiência, digitei e subscrevi. Magistrado: _____ Promotor(a) de Justiça: _____ Helena Pinto Pantoja: _____ Leiliane de Nazare Cabral da Costa: _____ Ruth do Socorro Cabral da Costa: _____ Advogado: _____

PROCESSO: 00044822420198140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019---AUTOR DO FATO:DELSON FERREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 19600 - ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO) AUTOR DO FATO:IVAN DOS SANTOS NASCIMENTO JUNIOR VITIMA:M. . PROCESSO: 00044822420198140401 Autor(a): DELSON FERREIRA DOS SANTOS E IVAN SANTOS NASCIMENTO JUNIOR Vítima: OS MESMOS Capitulação: Art. 139, 140 e 147 do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA Aos vinte e seis (26) dia(s) do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade e Comarca de Belém, Estado do Pará, na sala das audiências da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém, situado na Av. Pedro Miranda, n. 1593, esquina com a Travessa Angustura, Bairro da Pedreira, presente o(a) Dr(a). PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, MM. Juiz(a) de Direito desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiência. Feito o pregão no horário aprazado, certificou-se estarem presentes o autor do fato/vítima, Ivan dos Santos Nascimento Junior, RG 6199618 SSP/PA, o autor do fato/vítima, Delson Ferreira dos Santos, RG 3389469 PC/PA, acompanhada pelo advogado, Dr. Arthur Kallin Oliveira MAia, OAB/PA 19600, e o(a) representante do Ministério Público, Dr(a). LUIZ CLAUDIO PINHO. Aberta a audiência, tentada a conciliação entre as partes, a mesma resultou positiva nas seguintes bases: O senhor, DELSON FERREIRA DOS SANTOS, aceita botar fim a demanda com a condição do senhor IVAN DOS SANTOS NASCIMENTO JUNIOR, publicar uma nota de retratação no condomínio residencial em que os fatos ocorreram, com o seguintes dizeres: ¿Eu, IVAN DOS SANTOS NASCIMENTO JUNIOR, venho por meio desta, retratar-me acerca dos fatos ocorridos no dia 06.02.2019, por volta das 14:00 horas, no condomínio do Edifico Mônaco, esclarecendo que nada tenho contra a pessoa do senhor DELSON FERREIRA DOS SANTOS, como também, aproveito a oportunidade, para me desculpar acerca de qualquer palavra que tenha desagradado a sua pessoa. Esclarecendo que dou o fato por encerrado a fim de que possamos viver de forma pacifica e harmônica a partir de então¿. A presente retratação deverá ser publicada por no máximo 30 (trinta) dias. O senhor IVAN DOS SANTOS NASCIMENTO entrega no presente momento um termo de retratação já assinado para o senhor DELSON FERREIRA DOS SANTOS, providenciar a publicação no seu condomínio. Pelo que ambos dão como satisfeita a obrigação. O senhor IVAN DOS SANTOS NASCIMENTO JUNIOR informa que nada tem a opor quanto a publicação da referida nota no condomínio do Edifício Mônaco, como também que deseja por fim ao presente processo, conciliando com o senhor DELSON FERREIRA DOS SANTOS. As partes informam que não tem interesse em oferecer queixa-crime, bem como se retratam da representação ofertada perante a autoridade policial. Dada a palavra ao representante do Ministério Público, assim se manifestou: "MM. Juiz: Noticia o presente termo circunstanciado eventual infringência ao disposto no art. 147 do CPB, crime de ação penal pública condicionada à representação; e ao que dispõe os arts. 139 e 140 do CPB, crimes de ação penal privada. Assim sendo, em relação ao crime do art. 139 e 140 do CPB, diante da renúncia expressa ao direito de queixa manifestado pelas vítimas, outro caminho não resta ao Ministério Público senão requerer o arquivamento do presente feito, com fundamento no art. 107, V do CPB. Em relação ao crime do art. 147 do CPB, diante da retratação da representação manifestado pela vítima, outro caminho não resta ao Ministério Público senão requerer o arquivamento dos autos, por ausência de condição de procedibilidade¿. Diante disso, o MM. Juiz assim sentenciou: ¿Trata-se de termo circunstanciado de ocorrência lavrado pela prática do crime previsto no art. 147 do CPB, crime de ação penal pública condicionada à representação; e dos crimes previstos nos arts. 139 e 140 do CPB, crimes de ação penal privada. Assim sendo, no que tange ao crime de ação penal privada, diante da manifestações das vítimas de que não desejam exercitar o direito de queixa, ao qual inclusive renunciaram expressamente, declaro extinta a punibilidade dos autores do fato, fazendo-o com moldura no art. 107, inciso V, do Código Penal e art. 104 do CPB, determinando, em consequência, o arquivamento do presente procedimento, isentando as partes do pagamento de custas e despesas processuais. No que tange ao crime de ação penal pública condicionada à representação, diante da retratação ao direito de representação manifestado pelas vítimas e em face do Enunciado 113 do FONAJE permitir à vítima renunciar ao direito de representação até a prolação da sentença, acolho o parecer ministerial, para

determinar o arquivamento do presente procedimento, por falta de condição de procedibilidade para o seu prosseguimento, ressalvada a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal Brasileiro, e da Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal, desde que dentro do prazo decadencial. Sentença publicada em audiência, saindo intimados os presentes. Registre-se, fazendo-se as anotações e comunicações de praxe. Publique-se. Registre-se e arquive-se¿. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiência. Eu, _____, secretário de audiência, digitei e subscrevi. Magistrado: _____ Promotor(a) de Justiça: _____ Ivan dos Santos Nascimento Junior: _____ Delson Ferreira dos Santos: _____ Advogado: _____

PROCESSO: 00203533120188140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA DANIELA RIBEIRO TEIXEIRA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 26/06/2019---QUERELANTE:WILLIAMS ALAN PINHEIRO SOUZA Representante(s): OAB 12744 - RAPHAEL LIMA PINHEIRO (ADVOGADO) QUERELADO:MARIA CELIA FILOCREAO GONCALVES Representante(s): OAB 15283 - KEYLLA SOLANGE FILOCREAO GONCALVES (ADVOGADO) QUERELADO:ANTONIO SERRAO GONCALVES Representante(s): OAB 15283 - KEYLLA SOLANGE FILOCREAO GONCALVES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Com base no Provimento nº006/2006 da Corregedoria Geral do T.J.E., fica designada Audiência Preliminar para o dia 28 / 11 / 2019 às 11:00h. Belém, 26 de junho de 2019. ANA DANIELA TEIXEIRA Diretora de Secretaria 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém

PROCESSO: 00262922620178140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 26/06/2019---QUERELANTE:ALTAIR DE LIMA BRANDÃO Representante(s): OAB 19351 - ANA CARLA MONTEIRO DE PINHO (ADVOGADO) QUERELADO:RAIMUNDO NONATO DA SILVA PEREIRA Representante(s): OAB 15984 - ENDEL ELSON CORREA COELHO (ADVOGADO) . PROCESSO: 00262922620178140401 Autor(a): RAIMUNDO NONATO DA SILVA PEREIRA Vítima: ALTAIR DE LIMA BRANDAO Capitulação: Art. 139 e 140 do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA Aos vinte e seis (26) dia(s) do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade e Comarca de Belém, Estado do Pará, na sala das audiências da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém, situado na Av. Pedro Miranda, n. 1593, esquina com a Travessa Angustura, Bairro da Pedreira, presente o(a) Dr(a). PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, MM. Juiz(a) de Direito desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiência. Feito o pregão no horário aprazado, certificou-se estarem presentes o autor do fato, Raimundo Nonato da Silva Pereira, RG 1494614 PC/PA, CPF 148.201.022-49, residente na Travessa nove de janeiro, 2383, apto 1103, bloco B, bairro da Cremação, Belém/PA, acompanhado pelo advogado, Dr. Endel Elson Correa Coelho, OAB/PA 15984, a vítima, Altair de Lima Brandao, RG 1658317 SEGUP/PA, acompanhado pela advogada, Dra. Luciete dos Santos Tavares, OAB/PA 27449, e o(a) representante do Ministério Público, Dr(a). LUIZ CLAUDIO PINHO. Aberta a audiência, tentada a conciliação entre as partes, a mesma resultou positiva nas seguintes bases: O autor do fato aceita apresentar uma retratação no seu programa de rádio Mix Atualidades, por um único dia, até o dia 31.07.2019, por até 10 (dez) minutos, entre as 06:00 horas da manhã e 08:00 horas da manhã; a vítima aceita a proposta oferecida pelo autor do fato para botar um fim a demanda, bem como requer um prazo para apresentar a redação dos termos que deverão ser divulgados pelo autor do fato, de até dez dias. A nota para a divulgação deverá ser entregue diretamente ao autor do fato ou ao seu advogado, mediante recibo, a fim de que fique demonstrado o cumprimento da obrigação. O querelante requer a homologação do presente acordo pelo que requer a extinção e o arquivamento dos autos. Fica desde já estabelecida uma pena de multa no valor de R$-1.000,00 (um mil reais), para o caso de inadimplemento da presente obrigação de fazer. O Ministério Público opina favoravelmente a homologação do presente, para que surta seus efeitos legais, bem como requer a extinção da punibilidade do autor do fato, com base no art. 74 da Lei 9.099/95 e art. 107, IV, do CPB. Em seguida pelo MM. Magistrado proferiu a seguinte sentença: `Vistos, etc... Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a composição de danos feita entre as partes nestes autos, emprestando à presente decisão, eficácia de título judicial, podendo ser executado no juízo cível competente, se necessário (art. 74, Lei 9099/95). E nos termos do Parágrafo Único do art. 74 da Lei 9.099/95, combinado com o art. 107, IV, do CPB, face a renúncia ao direito de queixa, declaro extinta a punibilidade do autor do fato na forma da Lei, pela decadência do direito de queixa por parte da vítima, posto que, segundo queixa-crime de fls. 07, os fatos ocorreram no dia 06.09.2017, restando ultrapassado, portanto, o prazo do art. 38 do CPP. Sem

custas. Dou a presente por publicada em audiência. Partes intimadas. Ciente o MP. Registre-se. Procedam-se as anotações e comunicações necessárias¿. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiência. Eu, _____, secretário de audiência, digitei e subscrevi. Magistrado: _____ Promotor(a) de Justiça: _____ Raimundo Nonato da Silva Pereira: _____ Advogado: _____ Altair de Lima Brandao: _____ Advogada: _____

PROCESSO: 00026976120188140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---INDICIADO:FERNANDO ALEX DOS SANTOS SILVA VITIMA:A. V. N. S. VITIMA:A. A. N. S. . R.H. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público. Após, conclusos. Int. Cumpra-se. Belém/PA, 27 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial

PROCESSO: 00028306920198140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) em: 27/06/2019---QUERELADO:RONILDO SANTOS DA SILVEIRA QUERELADO:KEILA FERREIRA DA SILVA QUERELANTE:OSEIAS DOS SANTOS FERREIRA Representante(s): OAB 17963 - FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA FILHO (ADVOGADO) . PROCESSO: 00028306920198140401 Autor(a): RONILDO SANTOS DA SILVEIRA E KEILA FERREIRA DA SILVA Vítima: OSEIAS DOS SANTOS FERREIRA Capitulação: Art. 139 do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA Aos vinte e sete (27) dia(s) do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade e Comarca de Belém, Estado do Pará, na sala das audiências da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém, situado na Av. Pedro Miranda, n. 1593, esquina com a Travessa Angustura, Bairro da Pedreira, presente o(a) Dr(a). PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, MM. Juiz(a) de Direito desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiência. Feito o pregão no horário aprazado, certificou-se estarem presentes os autores do fato, Keila Ferreira da Silva, RG 29978 CTPS/PA, e Ronildo Santos da Silveira, RG 5341199 SSP/PA, o advogado da vítima, Dr. Heldimar Nunes Guimaraes, OAB/PA 24740, e o(a) representante do Ministério Público, Dr(a). LUIZ CLAUDIO PINHO. Aberta a audiência, prejudicada a tentativa de conciliação entre as partes, disposta nos artigos 72 e 74 da Lei 9099/95, face à ausência da vítima, apesar de regularmente intimada nos termos do art. 67 da Lei 9.099/95, conforme certidão de fls. 40.

Dada a palavra à(o) representante do Ministério Púlico: ¿MM. Juiz, o crime que se apura nesse procedimento depende de queixa-crime a ser oferecida pela parte ofendida, face se enquadrar no caput do art. 139 do CPB. No caso dos autos, considerando que os fatos ocorreram no dia 27.11.2017, conforme queixa-crime de fls. 10, e que a queixa-crime foi oferecida apenas no dia 08.06.2018, conforme fls. 08, verifica-se que o prazo decadencial de seis meses, insculpido no art. 38 do CPP, foi ultrapassado in albis. Diante disso, este Órgão Ministerial requer que o Juízo declare extinta a punibilidade dos autores do fato pela decadência do direito de queixa nos termos dos arts. 107, IV do CPB e 38 e 61 do CPP. Em relação aos delitos dos arts. 150 e 147 do CPB, o MP requer o arquivamento do presente feito por falta de justa causa, posto que o querelante é parte ilegítima para intentar a presente ação penal, no que tange aos delitos em pauta, posto que são de ação penal pública, onde o titular é o Ministério Público. É o parecer¿.

Diante disso, o MM. Juiz assim sentenciou: ¿Trata-se de queixa-crime oferecida para apurar a suposta prática do crime previsto no art. 139, caput, do CPB, crime de ação penal privada; e dos crimes capitulados nos arts. 147 e 150 do CPB. O art. 38 do CPP dispõe que a vítima deverá oferecer queixa-crime no prazo máximo de 06 meses contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime. No caso dos autos, em relação ao delito do art. 139 do CPB, verifica-se que os fatos, segundo queixa-crime de fls. 10, ocorreram no dia 27.11.2017, enquanto que a queixa-crime somente foi oferecida no dia 08.06.2018 (fls. 08), encontrando-se ultrapassado, portanto, o prazo decadencial de seis meses insculpido no art. 38 do CPP. Isto posto, outra alternativa não há que não seja o reconhecimento da decadência do direito de queixa por parte da vítima, pelo que declaro extinta a punibilidade dos autores do fato, tudo com fundamento no art. 38 do CPP, e ainda com o art. 107, IV do CPB. Em relação aos delitos previstos nos arts. 150 e 147 do CPB, acolho o parecer ministerial, o qual torno parte integrante desta breve decisão, para não cometer tautologia. Assim sendo, determino o arquivamento do presente procedimento, por falta de justa causa para o seu prosseguimento, ressalvada a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal Brasileiro, e da Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal, desde que dentro do prazo decadencial. Sentença publicada em audiência, saindo intimados os presentes.

Registre-se, fazendo-se as anotações e comunicações de praxe. Publique-se. Registre-se e arquive-se¿. Deliberação em audiência: Determino a Sra. Diretora de Secretaria que proceda a retificação da autuação e registro dos presentes autos, para que conste também dos presentes a capitulação referente aos crimes capitulados nos arts. 147 e 150 do CPB. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiência. Eu, _____, secretário de audiência, digitei e subscrevi. Magistrado: _____ Promotor(a) de Justiça: _____ Keila Ferreira da Silva: _____ Ronildo Santos da Silveira: _____ Advogado: _____

PROCESSO: 00033026620198140952 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:EDUARDO RODRIGUES DO NASCIMENTO JUNIOR VITIMA:A. S. B. R. . R.H. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público. Após, conclusos. Int. Cumpra-se. Belém/PA, 27 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial

PROCESSO: 00036456620198140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 27/06/2019---QUERELANTE:THAIS ANDRESSA DA SILVA GALDINO Representante(s): OAB 12370 - FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE CASTRO (ADVOGADO) QUERELADO:NATANAEL SILVA OLIVEIRA. R. H... Indefiro o requerimento de fls. 28/29 dos autos, formulado pela querelante, posto que o feito já encontra-se sentenciado. À senhora diretora da secretaria para certificar o trânsito em julgado da sentença de fl. 24, e, após, arquive-se os autos, feitas as necessárias anotações e comunicações. Int. Cumpra-se. Belém/PA, 27 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00044268820198140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 27/06/2019---QUERELANTE:THAIS ANDRESSA DA SILVA GALDINO Representante(s): OAB 12370 - FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE CASTRO (ADVOGADO) QUERELADO:NATANAEL SILVA OLIVEIRA. R.H. Em atenção ao requerimento de extinção do feito formulado pelo querelado as fl. 31 em virtude destes autos supostamente tratar dos mesos fatos narrados nos autos de número 0023043-33.2018.814.0401, este juízo, as fl. 22, já deliberou a respeito, determinando que o presente feito e o processo mencionado pelo querelado tramitem em separado, pelo que resta o referido requerimento de fl. 31 indeferido. No que diz respeito ao pedido de extinção da punibilidade em decorrência do suposto vício do instrumento de procuração outorgado pela querelante ao seu patrono judicial, também formulado pelo querelado no requerimento de fl. 31, este juízo, em face da manifestação ministerial de fl. 23, reserva-se para apreciar o mesmo por ocasião da realização da audiência preliminar designada as fl. 25 dos autos. Aguarde-se a realização da audiência preliminar designada as fl. 25 dos autos (03/07/2019). Int. Cumpra-se. Belém/PA, 27 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00045567820198140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:CELIO ANTONIO MARQUES DAVID JUNIOR VITIMA:A. J. L. M. . PROCESSO: 00045567820198140401 Autor(a): CELIO ANTONIO MARQUES DAVID JUNIOR Vítima: ANDSON JOSE LIMA MARQUES Capitulação: Art. 147 do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA Aos vinte e sete (27) dia(s) do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade e Comarca de Belém, Estado do Pará, na sala das audiências da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém, situado na Av. Pedro Miranda, n. 1593, esquina com a Travessa Angustura, Bairro da Pedreira, presente o(a) Dr(a). PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, MM. Juiz(a) de Direito desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiência. Feito o pregão no horário aprazado, certificou-se estarem presentes o autor do fato, Celio Antonio Marques David Junior, RG 3277034 SSP/PA, acompanhado pelo advogado, Dr. Alexandre Andre Brito Reis, OAB/PA 21174, e o(a) representante do Ministério Público, Dr(a). LUIZ CLAUDIO PINHO. Aberta a audiência, prejudicada da tentativa de conciliação, face à ausência da vítima, regularmente intimada, nos termos do art. 67 da Lei 9.099/95, conforme certidão de fls. 21. Dada a palavra ao representante do Ministério Público, assim se manifestou: MM. Juiz: trata-se de infração penal cuja persecução se dá através de ação pública condicionada à representação. Entende

o Ministério Público que a ausência da vítima intimada regularmente, demonstra explícito desinteresse no prosseguimento deste termo circunstanciado, pois, nos termos do Enunciado 117 do FONAJE, há renúncia tácita à representação, retirando do MP, a condição de procedibilidade. Assim, havendo falta de condição de procedibilidade para a persecução penal, o Ministério Público requer o arquivamento dos autos. Diante disso, o MM. Juiz assim sentenciou: ¿Vistos, etc... Conforme se constata dos autos, verifica-se que assiste razão ao MP, pois a vítima, apesar de regularmente intimada, deixou de comparecer injustificadamente ao presente ato, demonstrando desinteresse pelo andamento deste procedimento, o que nos termos no Enunciado 117 do FONAJE, implica em renúncia tácita à representação, retirando do MP, condição de procedibilidade. Isto posto, acolho o parecer ministerial, para determinar o arquivamento do presente procedimento, por falta de condição de procedibilidade para o seu prosseguimento, ressalvada a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18, do Código de Processo Penal Brasileiro, e da Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal, desde que dentro do prazo decadencial. Sentença publicada em audiência, saindo intimados os presentes. Registre-se, fazendo-se as anotações e comunicações de praxe. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiência. Eu, _____, secretário de audiência, digitei e subscrevi. Magistrado: _____ Promotor(a) de Justiça: _____ Celio Antonio Marques David Junior: _____ Advogado: _____

PROCESSO: 00045783920198140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:ALDILENE NASCIMENTO DE OLIVEIRA VITIMA:A. N. M. M. . PROCESSO: 00045783920198140401 Autor(a): ALDILENE NASCIMENTO DE OLIVEIRA Vítima: ALISON NAMUTT MELO MACHADO Capitulação: Art. 129 do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA Aos vinte e sete (27) dia(s) do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade e Comarca de Belém, Estado do Pará, na sala das audiências da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém, situado na Av. Pedro Miranda, n. 1593, esquina com a Travessa Angustura, Bairro da Pedreira, presente o(a) Dr(a). PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, MM. Juiz(a) de Direito desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiência. Feito o pregão no horário aprazado, certificou-se estarem presentes a autora do fato, Aldilene Nascimento de Oliveira, RG 6434444 SSP/PA, acompanhado pelo advogado, Dr. Deley Barbosa Evangelista, OAB/PA 24957, a vítima, Alison Namutt Melo Machado, RG 6093920 SSP/PA, e o(a) representante do Ministério Público, Dr(a). LUIZ CLAUDIO PINHO. Aberta a audiência, e tratando-se de ação penal condicionada à representação, o MM. Juiz de Direito esclareceu às partes o disposto nos artigos 72 e 74 da Lei 9099/95, oportunizando a composição, sem reconhecimento da culpabilidade, informando que havendo conciliação entre os envolvidos, o processo não terá prosseguimento, uma vez que a reparação de danos atende o objetivo da pacificação social visado pela lei que rege o Juizado especial, faltando assim justa causa para dar seguimento à persecução penal. Em seguida, foi dada a palavra às partes, que resolveram assumir perante as autoridades o compromisso de respeito recíproco, sem agressões físicas ou morais, com tratamento urbano e cordial, buscando sempre a solução pacífica das divergências que entre elas se apresentarem. Em face desse compromisso e tratando-se de ação penal pública condicionada à representação, a vítima, de acordo com o que lhe faculta a lei, manifestou o desejo de não prosseguir com o presente feito, pelo que se retrata da representação feita contra a autora do fato. Dada a palavra ao Ministério Público: `MM. Juiz, o crime que se apura nesse procedimento depende de representação, face se enquadrar no art. 129 do CPB, o que deveria ter sido feito no interstício legal de 06 meses após a data da ocorrência dos fatos ou na ocasião em que a vítima tomou conhecimento de quem seria o autor. No caso em questão, diante da declaração da vítima, de que não tem interesse no prosseguimento do feito, motivo pelo qual se retratou da representação anteriormente oferecida e que os fatos ocorreram no dia 12.12.2018, conforme TCO de fls. 06, verifica-se que o prazo decadencial transcorrera in albis. Assim sendo, requer este Órgão Ministerial que o Juízo declare extinta a punibilidade da autora do fato pela decadência do direito de representação nos termos dos arts. 107, IV do CPB e 38 e 61 do CPP¿. Diante disso, o MM. Juiz assim sentenciou: `Vistos e etc. Trata-se de TCO lavrado para apuração do crime previsto no art. 129 do CPB, crime de ação penal pública condicionada à representação. O art. 38 do CPP dispõe que a vítima deverá oferecer representação no prazo máximo de 06 meses contados do dia em que vier a saber quem é o autor do crime. No caso dos autos, a vítima declarou não ter interesse no prosseguimento do feito, razão pela qual se retratou da representação feita. Assim sendo e considerando que os fatos ocorreram no dia 12.12.2018 (fls. 06), verifica-se que o prazo decadencial foi transposto in albis. Isto posto, face o

Enunciado 113 do FONAJE permitir à vítima renunciar expressamente ao direito de representação até a prolação da sentença, declaro extinta a punibilidade da autora do fato, em virtude de ter ocorrido a decadência do direito de representar por parte da vítima, tudo com fundamento nos arts. 88 e 92 da Lei 9.099/95 e ainda com o art. 107, IV, combinado com o art. 103, todos do CPB. Publique-se. Registre-se e arquive-se¿. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiência. Eu, _____, secretário de audiência, digitei e subscrevi. Magistrado: _____ Promotor(a) de Justiça: _____ Aldilene Nascimento de Oliveira: _____ Advogado: _____ Alison Namutt Melo Machado: _____

PROCESSO: 00046251320198140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:JOSE RAMON MATA VITIMA:A. M. M. . PROCESSO: 00046251320198140401 Autor(a): JOSE RAMON MATA Vítima: ANTONIO MATA MATA Capitulação: Art. 129 do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA Aos vinte e sete (27) dia(s) do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade e Comarca de Belém, Estado do Pará, na sala das audiências da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém, situado na Av. Pedro Miranda, n. 1593, esquina com a Travessa Angustura, Bairro da Pedreira, presente o(a) Dr(a). PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, MM. Juiz(a) de Direito desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiência. Feito o pregão no horário aprazado, certificou-se estarem presentes apenas o(a) representante do Ministério Público, Dr(a). LUIZ CLAUDIO PINHO. Aberta a audiência, prejudicada da tentativa de conciliação, face à ausência das partes. Dada a palavra ao representante do Ministério Público, assim se manifestou: MM. Juiz: diante da ausência das partes, as quais não fora regularmente intimadas do presente ato, o MP requer a remarcação da presente audiência, a fim de que sejam renovadas as diligências no sentido de intimá-las. Este Juízo defere. Deliberação em audiência: Renovem-se as diligências para o próximo DIA 13 DE NOVEMBRO DE 2019, ÀS 10:15 HORAS. Cientes os presentes. Intime-se as partes no endereço informado às fls. 20 dos autos. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiência. Eu, _____, secretário de audiência, digitei e subscrevi. Magistrado: _____ Promotor(a) de Justiça: _____

PROCESSO: 00046278020198140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:ROSINEIDE ANTONIA DOS SANTOS CRUZ VITIMA:J. J. L. C. VITIMA:V. R. A. S. . PROCESSO: 00046278020198140401 Autor(a): ROSINEIDE ANTONIA DOS SANTOS CRUZ Vítima: JOSE JESSE LEITE DE CASTRO E VALDINEI ROBERTO DO AMARAL SANTOS Capitulação: Art. 147 e 163, § único, I, do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA Aos vinte e sete (27) dia(s) do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, nesta cidade e Comarca de Belém, Estado do Pará, na sala das audiências da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém, situado na Av. Pedro Miranda, n. 1593, esquina com a Travessa Angustura, Bairro da Pedreira, presente o(a) Dr(a). PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO, MM. Juiz(a) de Direito desta Vara, comigo escrevente judicial abaixo assinado, foi declarada instalada a audiência. Feito o pregão no horário aprazado, certificou-se estarem presentes a autora do fato, Rosineide Antonia dos Santos Cruz, RG 1598884 SSP/PA, acompanhado pelo advogado, Dr. Heitor de Castro Cunha Neto, OAB/PA 19671, as vítimas, Valdinei Roberto do Amaral Santos, RG 3966314 SSP/SP, e Jose Jesse Leite de Castro, RG 5390505 SSP/PA, acompanhado pelo advogado, Dr. Antonio Carlos do Nascimento, OAB/PA 8346, e o(a) representante do Ministério Público, Dr(a). LUIZ CLAUDIO PINHO. Aberta a audiência, o advogado da autora do fato pediu a juntada de procuração. Este Juízo deferiu. Tentada a conciliação entre as partes, a mesma restou infrutífera, uma vez que as partes preferiram prosseguir no feito. Diante disso, as vítimas ratificam a representação feita perante a autoridade policial, no que tange ao crime de ameaça. O advogado das vítimas pede a juntada de um documento, em uma única lauda. Este Juízo defere. Requerimento do MP: MM. Juiz, considerando que não há nos presentes autos, laudo referente ao dano, o MP requer que seja requisitado o referido documento e após vistas dos autos, para que possa verificar quais delitos realmente ocorreram nos presentes autos, a fim de analisar a competência do Juízo, bem como a titularidade para oferecimento da peça inicial da ação penal. Este Juízo defere. Deliberação em audiência: Oficie-se ao Instituto de Pericias Cientificas ¿Renato Chaves¿ requisitando-se o envio do laudo referente ao dano, no

prazo de 10 (dez) dias. Após, dê-se vistas ao MP, para o de direito. Nada mais havendo, foi encerrada a presente audiência. Eu, _____, secretário de audiência, digitei e subscrevi. Magistrado: _____ Promotor(a) de Justiça: _____ Rosineide Antonia dos Santos Cruz: _____ Advogado: _____ Valdinei Roberto do Amaral Santos: _____ Advogado: _____

PROCESSO: 00082159520198140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 27/06/2019---QUERELANTE:ANDRESSA MONTENEGRO DE SA ROSSY Representante(s): OAB 9138 - ANDREY MONTENEGRO DE SA (ADVOGADO) QUERELANTE:RODRIGO DA COSTA ROSSY Representante(s): OAB 9138 - ANDREY MONTENEGRO DE SA (ADVOGADO) QUERELADO:BARBARA LOU DA COSTA VELOSO DIAS Representante(s): OAB 8513 - YUDICE RANDOL ANDRADE NASCIMENTO (ADVOGADO) . R. H. Vistos etc. Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pelos querelantes em face da sentença proferida às fls. 76/80 dos autos. Os autos vieram-me conclusos. Conheço dos presentes embargos declaratórios, eis que opostos tempestivamente, nos termos do artigo 83, § 1º, da lei nº. 9.099/95. Em que pese o esforço demonstrado no bojo das razões dos Embargos opostos, tem-se que os fatos alegados pelos embargantes não se constituem aptos a ensejar os presentes embargos. A bem da verdade, nota-se claramente nos Embargos de Declaração de fls. 81/84 que a intenção dos embargantes é a reapreciação da matéria, sendo certo, contudo, que não cabem Embargos de Declaração para rediscutir os fundamentos adotados na decisão recorrida, pois referidos embargos não se prestam a tal finalidade, devendo os embargantes demonstrarem o seu inconformismo quanto ao que restou decidido através do recurso próprio. Em situações como a do presente caso, a nossa jurisprudência nos mostra que a rejeição dos embargos é medida que se impõe, conforme se infere dos julgados abaixo transcritos: EMBARGOS DECLARATÓRIOS EM APELAÇÃO CRIMINAL. PROPÓSITO DE PREQUESTIONAR A MATÉRIA. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. INCONFORMISMO DA PARTE. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. REJEIÇÃO DOS EMBARGOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. Não há qualquer omissão a ser sanada, mas, apenas a intenção da parte Embargante em rediscutir o mérito da demanda, uma vez que os fundamentos para a condenação do representado restaram claramente demonstrado na análise das provas no inteiro teor do julgamento de fls. 129/133v. 2. É cediço, portanto, que os Embargos de Declaração não são o recurso cabível para manifestar eventual irresignação da defesa quanto ao resultado do julgamento, uma vez que seu objetivo é apenas suprir omissões, contradições ou obscuridades, elementos inexistentes no julgamento do presente recurso de Apelação. 3. Embargos rejeitados. Decisão unânime. (TJ-PE - ED: 4169973 PE, Relator: Évio Marques da Silva, Data de Julgamento: 16/08/2018, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 2ª Turma, Data de Publicação: 10/09/2018) EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS - INCONFORMISMO COM A DECISÃO COLEGIADA - OMISSÃO E CONTRADIÇÃO - INEXISTÊNCIA - MESMA MATÉRIA ARGUÍDA DURANTE O RECURSO DE APELAÇÃO, COM ESPEQUE E ENFOQUE DE NOVO ARGUMENTATIVO - NÍTIDA REDISCUSSÃO DE MÉRITO - INOVAÇÃO RECURSAL - IMPOSSIBILIDADE - REJEIÇÃO. Os Embargos de Declaração, ao fundamento de omissão e contradição que enfoca a mesma matéria já exaurida no acórdão objurgado, sob o enfoque de novos argumentos, denota inquestionável rediscussão de mérito, não se prestando para modificação do mérito do recurso de apelação, demonstrando, o Embargante, na verdade, simples inconformismo com o resultado do julgado. (TJ-MG - ED: 10000180924714002 MG, Relator: Newton Teixeira Carvalho, Data de Julgamento: 31/01/2019, Data de Publicação: 01/02/2019) Ante o exposto, REJEITO os Embargos de Declaração de fls. 81/84, opostos pelos querelantes. Transitado em julgado a sentença de fls. 76/80, arquive-se os autos, com as cautelas legais. Int. Cumpra-se Belém/PA, 27 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00082557720198140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:C. A. S. O. . Vistos etc... Trata-se de Inquérito Policial cuja autoria encontra-se em apuração, no bojo do qual se apura a suposta prática do crime previsto no artigo 139 do Código Penal do Brasil. Denota-se dos autos que o suposto fato delituoso ocorrera em data de 17/02/14. Às fl. 37 dos autos o Ministério Público requereu a extinção da punibilidade em decorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal. É o necessário a relatar, nos termos do § 3º do artigo 81 da lei nº 9.099/95, pelo que passo a decidir. Manuseando os autos,

verifica-se que da data do fato delituoso até a presente data já transcorreram mais de 05 (cinco) anos, sem que tenha ocorrido, durante a regular marcha processual, nenhuma causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. Constata-se então, no presente caso, a ocorrência da prescrição, pois em conformidade com o disposto no artigo 109, V, do Código Penal Brasileiro, a prescrição ocorre em 04 (quatro) anos se o máximo da pena é igual a 01 (um) ano, sendo esta a situação em apreço, pois a pena máxima prevista para o crime capitulado no artigo 139 do CPB é de detenção de 01 (um) ano. Ante o exposto, declaro a prescrição punitiva do Estado relativamente ao caso tratado nestes autos, com base nos artigos 109, V, e artigo 107, IV, todos do Código Penal Brasileiro, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, sejam os autos arquivados. P.R.I. Belém/PA, 27 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

P R O C E S S O : 0 0 1 0 0 7 8 8 6 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:EDSON LUZ DOS SANTOS VITIMA:J. V. C. R. J. . R.H. Face o contido na certidão de fl. 15 dos autos, no bojo da qual consta consignada a impossibilidade de se expedir mandado de intimação para o autor do fato em virtude do endereço do mesmo estar incompleto, dê-se vista dos autos ao Ministério Público. Após, conclusos. Int. Cumpra-se. Belém/PA, 27 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

P R O C E S S O : 0 0 1 2 7 8 0 0 5 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA DANIELA RIBEIRO TEIXEIRA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:LAIZE GOMES GONCALVES VITIMA:M. R. M. S. . ATO ORDINATÓRIO Com base no Provimento nº006/2006 da Corregedoria Geral do T.J.E., fica designada Audiência Preliminar para o dia 07 / 11 / 2019 às 09:30h. Belém, 27 de junho de 2019. ANA DANIELA TEIXEIRA Diretora de Secretaria 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém

P R O C E S S O : 0 0 1 2 7 9 7 4 1 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA DANIELA RIBEIRO TEIXEIRA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:ALAN MILLER SILVA DE OLIVEIRA VITIMA:C. W. G. . ATO ORDINATÓRIO Com base no Provimento nº006/2006 da Corregedoria Geral do T.J.E., fica designada Audiência Preliminar para o dia 13 / 11 / 2019 às 09:15h. Belém, 27 de junho de 2019. ANA DANIELA TEIXEIRA Diretora de Secretaria 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém

P R O C E S S O : 0 0 1 2 8 0 8 7 0 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA DANIELA RIBEIRO TEIXEIRA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:HELTON LUIS FERREIRA DA SILVA VITIMA:P. L. T. VITIMA:C. E. S. S. . ATO ORDINATÓRIO Com base no Provimento nº006/2006 da Corregedoria Geral do T.J.E., fica designada Audiência Preliminar para o dia 13 / 11 / 2019 às 09:45h. Belém, 27 de junho de 2019. ANA DANIELA TEIXEIRA Diretora de Secretaria 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém

P R O C E S S O : 0 0 1 2 8 1 0 4 0 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:DYLLE GRAN ARAUJO KENEMBENK VITIMA:D. A. K. . R.H. Dê-se vista dos autos ao Ministério Público. Após, conclusos. Int. Cumpra-se. Belém/PA, 27 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial

P R O C E S S O : 0 0 1 2 8 1 2 1 0 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA DANIELA RIBEIRO TEIXEIRA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:JEFFERSON THIAGO LIMA DE MORAES VITIMA:M. S. C. . ATO ORDINATÓRIO Com base no Provimento nº006/2006 da Corregedoria Geral do T.J.E., fica designada Audiência Preliminar para o dia 13 / 11 / 2019 às 09:30h. Belém, 27 de junho de 2019. ANA DANIELA TEIXEIRA Diretora de Secretaria 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém

P R O C E S S O : 0 0 1 2 8 4 0 7 5 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA DANIELA RIBEIRO TEIXEIRA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:MIGUEL PEREIRA LISBOA VITIMA:L. A. F. P. . ATO ORDINATÓRIO Com base no Provimento nº006/2006 da Corregedoria Geral do T.J.E., fica designada Audiência Preliminar para o dia 13 / 11 / 2019 às 10:00h. Belém, 27 de junho de 2019. ANA DANIELA TEIXEIRA Diretora de Secretaria 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém

P R O C E S S O : 0 0 2 2 7 5 0 6 3 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:NEIL DUARTE DE SOUZA VITIMA:A. C. . Vistos etc... Versam os presentes autos sobre a suposta prática do

crime capitulado inicialmente no artigo 340 do Código Penal Brasileiro, em que figura como autor do fato o nacional NEIL DUARTE DE SOUZA. Denota-se dos autos que o suposto fato delituoso ocorrera em data de 05/10/2015. Em manifestações de fls. 160/161 dos autos, o Ministério Público, entendendo que o fato delituoso tratado nos presentes autos vem a ser àquele previsto no artigos 4º, ¿a¿, da lei nº 4.898/1965, requereu a declaração da prescrição da pretensão punitiva do Estado. É o necessário a relatar, nos termos do § 3º do artigo 81 da lei nº 9.099/95, pelo que passo a decidir. Manuseando os autos, verifica-se que da data do fato delituoso até a presente data já transcorreram mais de 03 (três) anos, sem que tenha ocorrido, durante a regular marcha processual, nenhuma causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. Constata-se então, no presente caso, a ocorrência da prescrição, pois em conformidade com o disposto no artigo 109, VI, do Código Penal Brasileiro, a prescrição ocorre em 03 (três) anos se o máximo da pena é inferior a 01 (um) ano, sendo esta a situação em apreço, pois a pena máxima prevista para o crime capitulado no artigo 4º da lei nº 4.898/65, é de detenção de 10 (dez) dias a 06 (seis) meses, em conformidade com o disposto na alínea ¿b¿, do § 3º, do artigo 6º desse mesmo diploma legal. Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade do autor do fato, o nacional NEIL DUARTE DE SOUZA, em razão da prescrição da pretensão punitiva do Estado, com base nos artigos 109, VI, e artigo 107, IV, todos do Código Penal Brasileiro, determinando que após o trânsito em julgado desta decisão, sejam os autos arquivados. P.R.I. Belém/PA, 27 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

P R O C E S S O : 0 0 2 9 6 1 9 4 2 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:ENZO PINTO AQUINO VITIMA:S. S. L. . R. H. Proceda a secretaria vinculada a retificação do registro e autuação dos presentes autos, fazendo constar o nome correto da vítima, conforme denúncia de fl. 03 dos autos. À secretaria vinculada para designação de data para realização da audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 78, da lei nº 9.099/95. Cite-se o autor do fato para o ato, devendo fazer constar no mandado a advertência de que o mesmo deverá comparecer à referida audiência acompanhado de advogado(a), e que, na falta deste(a), ser-lhe-á nomeado defensor público. Remeta-se também ao acusado, cópia da denúncia oferecida pelo Ministério Público. Conste do mandado que o autor do fato deverá trazer à audiência as suas testemunhas, ou apresentar requerimento para intimação até 05 (cinco) dias antes da audiência, nos termos do artigo 78, parágrafo 1º, da lei 9.099/95. Conste também, que, aberta a audiência, será dada a palavra ao defensor para responder à acusação, após o que o juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa (artigo 81, lei 9.099/95). Na resposta, o autor do fato poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações. Int. Cumpra-se. Belém/PA, 27 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 5 1 6 5 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:DANIEL PENA DAMASCENO VITIMA:I. A. C. . R.H. Em face da manifestação ministerial de fls. 24/25 dos autos, proceda a secretaria vinculada a retificação do registro e autuação dos presentes autos, fazendo constar o tipo penal declinado na referida manifestação do representante do parquet. Defiro o requerimento de fl. 25 dos autos, formulado pelo Ministério Público, pelo que determino que se proceda a intimação da vítima para, querendo, apresentar a competente queixa-crime para desencadear a ação penal. Outrossim, considerando que o prazo decadencial para apresentação da queixa-crime se encerra na data próxima de 03 de julho do corrente ano (03/07/2019), determino que se proceda a intimação da vítima via contato telefônico, cujo número consta as fl. 05 dos autos, certificando-se o ocorrido. Após, conclusos. Int. Cumpra-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 1 3 1 9 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 28/06/2019---QUERELANTE:THAIS ANDRESSA DA SILVA GALDINO Representante(s): OAB 12370 - FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE CASTRO (ADVOGADO) QUERELADO:NATANAEL SILVA OLIVEIRA. R. H.. Aguarde-se em secretaria o decurso do prazo recursal. Ocorrendo o trânsito em julgado da sentença de fls. 25/30, o que deverá ser certificado pela senhora diretora da secretaria vinculada, arquive-se os autos, feitas as necessárias anotações e comunicações. Não ocorrendo o trânsito em julgado da sentença, voltem os autos conclusos. Int. Cumpra-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

P R O C E S S O : 0 0 0 2 7 7 0 9 6 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:JOAO CORREA RODRIGUES VITIMA:L. M. P. . R. H. À secretaria vinculada para designação de data para realização da audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 78, da lei nº 9.099/95. Cite-se o autor do fato para o ato, devendo fazer constar no mandado a advertência de que o mesmo deverá comparecer à referida audiência acompanhado de advogado(a), e que, na falta deste(a), ser-lhe-á nomeado defensor público. Remeta-se também ao acusado, cópia da denúncia oferecida pelo Ministério Público. Conste do mandado que o autor do fato deverá trazer à audiência as suas testemunhas, ou apresentar requerimento para intimação até 05 (cinco) dias antes da audiência, nos termos do artigo 78, parágrafo 1º, da lei 9.099/95. Conste também, que, aberta a audiência, será dada a palavra ao(s) defensor(es) para responder(em) à acusação, após o que o juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa (artigo 81, lei 9.099/95). Na resposta, o autor do fato poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua defesa, oferecer documentos e justificações. Int. Cumpra-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

P R O C E S S O : 0 0 0 3 1 1 9 0 2 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:ALEXANDRE MARTINS DE OLIVEIRA VITIMA:N. S. S. M. . R. H. À secretaria vinculada para designação de data para realização da audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 78, da lei nº 9.099/95. Cite-se o autor do fato para o ato, devendo fazer constar no mandado a advertência de que o mesmo deverá comparecer à referida audiência acompanhado de advogado(a), e que, na falta deste(a), ser-lhe-á nomeado defensor público. Remeta-se também ao acusado, cópia da denúncia oferecida pelo Ministério Público. Conste do mandado que o autor do fato deverá trazer à audiência as suas testemunhas, ou apresentar requerimento para intimação até 05 (cinco) dias antes da audiência, nos termos do artigo 78, parágrafo 1º, da lei 9.099/95. Conste também, que, aberta a audiência, será dada a palavra ao(s) defensor(es) para responder(em) à acusação, após o que o juiz receberá, ou não, a denúncia ou queixa (artigo 81, lei 9.099/95). Na resposta, o autor do fato poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua defesa, oferecer documentos e justificações. Int. Cumpra-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

P R O C E S S O : 0 0 0 4 4 2 6 8 8 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 28/06/2019---QUERELANTE:THAIS ANDRESSA DA SILVA GALDINO Representante(s): OAB 12370 - FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE CASTRO (ADVOGADO) QUERELADO:NATANAEL SILVA OLIVEIRA. R.H. Aguarde-se a realização da audiência preliminar designada as fl. 25 dos autos (03/07/2019). Int. Cumpra-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

P R O C E S S O : 0 0 1 1 4 3 7 7 1 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:LUCIANA DE ALMEIDA ELERES AUTOR DO FATO:SILVANA SALES DOS SANTOS VITIMA:O. E. . VISTOS ETC... Trata-se de termo circunstanciado de ocorrência que atribui às autoras do fato, as nacionais LUCIANA DE ALMEIDA ELERES e SILVANA SALES DOS SANTOS, a suposta prática do crime previsto no artigo 161, § 1º, II, do Código Penal do Brasil. No presente caso, a ação penal relativa ao crime em comento é de natureza pública, sendo, portanto, o Ministério Público, o seu titular, a quem compete promover a persecutio criminis in judicio. Em manifestação de fls. 30/31 dos autos, o Ministério público requereu o arquivamento do presente TCO, e para não cometer tautologia, torno parte integrante desta breve decisão a manifestação do representante do parquet. Dessarte, uma vez entendendo, o titular da ação penal, ser caso de arquivamento dos autos, não pode o Magistrado imiscuir-se em seu juízo valorativo, sob pena de infringir o sistema acusatório constitucionalmente configurado, de modo que imperioso é o acatamento do pleito. Pelo exposto, acolho a manifestação do Ministério Público relativamente a este TCO e lhe determino o arquivamento, ressalvada a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18 do Código de Processo Penal Brasileiro, e da Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal. Feitas as necessárias anotações e comunicações, arquive-se os autos, com as cautelas legais. Intime-se. Cumpra-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

P R O C E S S O : 0 0 1 3 0 6 1 5 8 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA DANIELA RIBEIRO TEIXEIRA Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:HELIANA MARIA BRASIL MACHADO DE SOUZA VITIMA:L. C. T. E. S. V. . ATO ORDINATÓRIO Com base no Provimento nº006/2006 da Corregedoria Geral do T.J.E., fica designada Audiência Preliminar para o dia 07/ 11 / 2019 às 09:45h. Belém, 28 de junho de 2019. ANA DANIELA TEIXEIRA Diretora de Secretaria da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém

P R O C E S S O : 0 0 1 3 0 9 5 3 3 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA DANIELA RIBEIRO TEIXEIRA Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:NALDO LOBATO VITIMA:A. J. N. M. . ATO ORDINATÓRIO Com base no Provimento nº006/2006 da Corregedoria Geral do T.J.E., fica designada Audiência Preliminar para o dia 13/ 11 / 2019 às 10:30h. Belém, 28 de junho de 2019. ANA DANIELA TEIXEIRA Diretora de Secretaria da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém

P R O C E S S O : 0 0 1 7 0 0 5 0 5 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:KARLA MORAES DE ALMEIDA VITIMA:O. E. . VISTOS ETC... Trata-se de termo circunstanciado de ocorrência que atribui à autora do fato, a nacional KARLA MORAES DE ALMEIDA, a suposta prática dos crimes previstos no artigo 309 da lei nº 9.503/97, e no artigo 331 do Código Penal do Brasil. Ressalta-se de imediato que em relação ao crime tipificado no artigo 309 da lei nº 9.503/97, este juízo já proferiu sentença de arquivamento, conforme se constata as fl. 33 dos autos, restando em apuração tão somente o crime capitulado no artigo 331 do CPB. No presente caso, a ação penal relativa ao crime capitulado no artigo 331 do CPB é de natureza pública, sendo, portanto, o Ministério Público, o seu titular, a quem compete promover a persecutio criminis in judicio. Em manifestação de fls. 41/42 dos autos, o Ministério público requereu o arquivamento do presente TCO, e para não cometer tautologia, torno parte integrante desta breve decisão a manifestação do representante do parquet. Dessarte, uma vez entendendo, o titular da ação penal, ser caso de arquivamento dos autos, não pode o Magistrado imiscuir-se em seu juízo valorativo, sob pena de infringir o sistema acusatório constitucionalmente configurado, de modo que imperioso é o acatamento do pleito. Pelo exposto, acolho a manifestação do Ministério Público relativamente a este TCO e lhe determino o arquivamento, ressalvada a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18 do Código de Processo Penal Brasileiro, e da Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal. Feitas as necessárias anotações e comunicações, arquive-se os autos, com as cautelas legais. Intime-se. Cumpra-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

P R O C E S S O : 0 0 1 9 4 8 5 5 3 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019---INDICIADO:DANIEL VILHENA PENHA VITIMA:A. L. S. P. . VISTOS ETC... Trata-se de termo circunstanciado de ocorrência que atribui ao autor do fato, o nacional DANIEL VILHENA PENHA, a suposta prática do crime previsto no artigo 136 do Código Penal do Brasil. No presente caso, a ação penal relativa ao crime em comento é de natureza pública, sendo, portanto, o Ministério Público, o seu titular, a quem compete promover a persecutio criminis in judicio. Em manifestação de fls. 57/59 dos autos, o Ministério público requereu o arquivamento do presente TCO, e para não cometer tautologia, torno parte integrante desta breve decisão a manifestação do representante do parquet. Dessarte, uma vez entendendo, o titular da ação penal, ser caso de arquivamento dos autos, não pode o Magistrado imiscuir-se em seu juízo valorativo, sob pena de infringir o sistema acusatório constitucionalmente configurado, de modo que imperioso é o acatamento do pleito. Pelo exposto, acolho a manifestação do Ministério Público relativamente a este TCO e lhe determino o arquivamento, ressalvada a possibilidade de desarquivamento, nos termos do artigo 18 do Código de Processo Penal Brasileiro, e da Súmula 524 do Supremo Tribunal Federal. Feitas as necessárias anotações e comunicações, arquive-se os autos, com as cautelas legais. Intime-se. Cumpra-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

P R O C E S S O : 0 0 2 9 1 1 3 6 6 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PROCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 28/06/2019---QUERELANTE:CARLOS ALBERTO DE SOUZA CAMPOS Representante(s): OAB 8935 - ANTONIO DA COSTA NETO (ADVOGADO) QUERELADO:REGINA CELIA VIEIRA MOTA. R. H. Uma vez já certificado, as fl. 69, o trânsito em julgado da sentença de fls. 44/51, arquive-se os autos, procedendo-se as baixas devidas. Int. Cumpra-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. PRÓCION BARRETO DA ROCHA KLAUTAU FILHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara do Juizado Especial Criminal

SECRETARIA DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

RESENHA: 27/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM - VARA: 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM. PROCESSO: 00076451220198140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019. AUTOR DO FATO: PAULO SERGIO MORAES GOMES (NÃO APRESENTADO) VÍTIMA: O ESTADO INFRAÇÕES PENAIS: ART. 28, DA LEI 11.343/2006. TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR Aos vinte e sete (27) dias, do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019), às 09h40min, nesta cidade de Belém, na sala de audiências da 4ª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presentes se achavam o Dr. RICARDO SALAME GUIMARÃES, Juiz de Direito, Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal, de Belém, a Promotora de Justiça, Dra. SUMAYA SAADY MORHY PEREIRA, e a analista judiciário Walquiria Nascimento. Feito o pregão de praxe, constatou-se a presença do autor do fato. ABERTA A AUDIÊNCIA: Este juiz adotou as medidas previstas no art. 65, § 3º, da Lei 9099/95. Em seguida, foi dada a palavra à Nobre Representante do Ministério Público, que passou a se manifestar nos seguintes termos: MM. Juiz, após compulsar devidamente os autos observa-se que o presente caso, em relação ao crime tipificado no Art. 28, da Lei 11.343/2006, imputado ao autor do fato, deve ser analisado com base no PRINCÍPIO DA LESIVIDADE ou da OFENSIVIDADE, a partir do qual a intervenção penal somente se justifica quando a conduta humana causa ofensa ou lesão de considerável gravidade a um bem jurídico alheio. No caso do uso de substância entorpecente, o que se verifica é um dano a própria pessoa que faz uso da droga e não dano a interesse alheio, por tal motivo, entende-se que a conduta do autor do fato não justifica a intervenção penal com base no princípio da ofensividade, consequentemente não sendo possível a aplicação do art. 28 da Lei 11.343/2006, requerendo o Ministério Público o arquivamento do feito bem como, a incineração do material entorpecente apreendido nos termos do laudo à fl. 20, caso não seja meio de prova em outro processo. Pede deferimento. Em seguida, o MM Juiz passou a proferir SENTENÇA: ACOLHO A MANIFESTAÇÃO DO ILUSTRE REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO, UMA VEZ QUE, PELO CONJUNTO INDICIÁRIO, NÃO SE VISLUMBRA A POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DA AÇÃO PENAL OU OUTRA PROVIDÊNCIA DE CUNHO PROCESSUAL. DESTA FORMA, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS PRESENTES AUTOS, UMA VEZ QUE NÃO EXISTE JUSTA CAUSA PARA QUE SE DÊ PROSSEGUIMENTO AO RITO PROCESSUAL, TUDO COM FULCRO NO ART. 28 DO C.P.P. DEVENDO SER OFICIADO AUTORIDADE POLICIAL PARA QUE INCINERE O MATERIAL ENTORPECENTE DESCRITO NO LAUDO DE FL. 20, CASO NÃO SEJA MEIO DE PROVA PARA OUTRO (S) PROCESSO (S). ARQUIVE-SE. DOU POR PUBLICADA EM AUDIÊNCIA. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. CIENTE O MP. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo.

PROCESSO: 00077421220198140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019. AUTOR DO FATO: RAYLSON SILVA DOS SANTOS (RG Nº 737999- PC/PA) VÍTIMA: ANTONINO DA SILVA FIGUEIREDO (RG Nº 1497940-2ªV-SSP/PA) INFRAÇÕES PENAIS: ART. 140, CAPUT, CPB, ART. 42, INCISO I, DA LCP. TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR. Aos vinte e sete (27) dias, do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019), às 10horas, nesta cidade de Belém, na sala de audiências da 4ª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presentes se achavam o Dr. RICARDO SALAME GUIMARÃES, Juiz de Direito, Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal de Belém, a Promotora de Justiça, Dra. SUMAYA SAADY MORHY PEREIRA, e a analista judiciário Walquiria Nascimento. Feito pregão constatou-se a presença de ambas as partes. ABERTA A AUDIÊNCIA: Este juiz adotou as medidas previstas no art. 65, § 3º, da Lei 9099/95. Em seguida, o MM Juiz propôs conciliação entre as partes, tendo restada frutífera que então foi feita nos seguintes termos: O AUTOR DO FATO NESTE ATO, PEDE DESCULPAS À VÍTIMA. COMPROMETE-SE AINDA, A RESPEITAR A INTEGRIDADE FÍSICA, MORAL E PSICOLÓGICA DA VÍTIMA, BEM COMO DE NÃO MAIS UTILIZAR SOM ACIMA DO LIMITE AUTORIZADO EM LEI VIGENTE. A vítima aqui presente declara não mais ter interesse em prosseguir no feito, portanto RENUNCIA ao direito de Queixa, em relação ao crime de Injúria, bem como não tem interesse em produzir provas contra o autor do fato, em relação à Contravenção do Art. 42, inciso I. Em seguida foi dada a palavra à Ilustre Promotora, que se manifestou nos seguintes termos: MM Juiz, considerando a renúncia ao direito de queixa feita pela vítima, em relação ao crime de Injúria, nesta audiência, o M.P. requer a extinção da punibilidade do autor do fato. Em relação à Contravenção do Art. 42, I, LCP, considerando a

livre manifestação de vontade das partes em conciliar, o MP opina pela homologação do acordo. Outrossim, embora se trate de infração penal que se processa mediante ação pública incondicionada, entende esta representante do MP que, a falta de produção de provas inviabiliza a ação penal entendendo ainda, que deva ser aplicado ao caso o Enunciado 99 do FONAJE, segundo o qual, a conciliação das partes em infrações penais, com vítima determinada devem implicar em extinção da punibilidade. Ante o exposto o MP opina pelo arquivamento do presente TCO, por falta de justa causa para a ação penal. Pede deferimento. Em seguida, passou o MM Juiz a proferir SENTENÇA: VISTOS, ETC. ADOTO COMO RELATÓRIO O QUE DOS AUTOS CONSTA, HOMOLOGO O SUPRACITADO ACORDO, PARA QUE SURTAM SEU EFEITOS JURÍDICOS E LEGAIS. EM RELAÇÃO AO CRIME DE INJÚRIA (ART. 140, CP), CONSIDERANDO A RENÚNCIA EXPRESSA, AO DIREITO DE QUEIXA, FEITA PELA VÍTIMA, NESTA AUDIÊNCIA, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, DECRETO A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE DO AUTOR DO FATO RAYLSON SILVA DOS SANTOS, COM FULCRO NO ART. 107, V, DO C.P.B. ARQUIVEM-SE OS AUTOS. EM RELAÇÃO À CONTRAVENÇÃO DO ART. 42, INCISO I, DA LCP, CONSIDERANDO A MANIFESTAÇÃO DE VONTADE DA VÍTIMA EM NÃO PROSSEGUIR NO FEITO, ACOLHO A MANIFESTAÇÃO DA ILUSTRE REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO, PELO CONJUNTO INDICIÁRIO, NÃO SE VISLUMBRA A POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DA AÇÃO PENAL OU OUTRA PROVIDÊNCIA DE CUNHO PROCESSUAL, DESTA FORMA, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS PRESENTES AUTOS, UMA VEZ QUE NÃO EXISTE JUSTA CAUSA PARA QUE SE DÊ PROSSEGUIMENTO AO RITO PROCESSUAL, TUDO COM FULCRO NO ART. 28 DO C.P.P. ARQUIVEM-SE OS AUTOS. DOU POR PUBLICADA EM AUDIÊNCIA. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE. SAEM OS PRESENTES CIENTES. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo.

PROCESSO: 00077750220198140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019. AUTOR DO FATO: CORNÉLIO LOPES DA SILVA (RG Nº 4069309- 2ªV-PC/PA) VÍTIMA: RAIMUNDO DA COSTA ARNAUD NETO (RG Nº -PC/PA) INFRAÇÃO PENAL: ART. 180, §3º, DO CPB. TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR. Aos vinte e sete (27) dias, do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019), às 09h50min, nesta cidade de Belém, na sala de audiências da 4ª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presentes se achavam o Dr. RICARDO SALAME GUIMARÃES, Juiz de Direito, Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal de Belém, a Promotora de Justiça, Dra. SUMAYA SAADY MORHY PEREIRA, e a analista judiciário Walquiria Nascimento. Feito pregão constatou-se a presença do autor do fato, e a ausência do relator, o policial militar Sr. Marcos Cavalcante da Silva, intimado nos termos do e mail à fl. 22. ABERTA A AUDIÊNCIA: Este juiz adotou as medidas previstas no art. 65, § 3º, da Lei 9099/95. Em seguida, foi dada a palavra ao Ministério Público, que passou a se manifestar nos seguintes termos: ¿MM. Juiz, em virtude de ausência de lesão a bem jurídico tutelado, já que o objeto encontrado com o autor do fato Cornelio Lopes da Silva, foi devolvido à vítima, conforme auto de entrega à fl. 18, entende o MP que tal devolução do bem desautoriza a adoção de quaisquer medidas repressivas. Assim, por ausência de tipicidade material (lesão grave a bem jurídico), o M.P. requer o arquivamento com base no princípio da lesividade ou da ofensividade. Pede deferimento. Em seguida passou o MM. Juiz a proferir SENTENÇA: ¿VISTOS E ETC. DISPENSO O RELATÓRIO NA FORMA DA LEI Nº. 9.099/95. ACOLHO A MANIFESTAÇÃO DO ILUSTRE REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO FEITO POR ATIPICIDADE MATERIAL EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DE LESÃO PATRIMONIAL. ARQUIVE-SE. CIENTES OS PRESENTES. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo.

PROCESSO: 00232079520188140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTORA DO FATO: HELIANA MARIA BRASIL MACHADO DE SOUZA (CNH Nº 0100476440- DETRAN/PA) VÍTIMA: LEINA CECÍLIA TEIXEIRA E SOUSA VALENTE (CI Nº 2672-PC/PA) ADVOGADO: HEITOR RAJEH DA CRUZ - OAB/PA Nº 26.966 INFRAÇÕES PENAIS: ARTS. 129, 147, e 163, TODOS, CAPUT DO CPB. TERMO DE AUDIÊNCIA PRELIMINAR. Aos vinte e sete (27) dias, do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019), às 09h30min, nesta cidade de Belém, na sala de audiências da 4ª Vara do Juizado Especial Criminal, onde presentes se achavam o Dr. RICARDO SALAME GUIMARÃES, Juiz de Direito, Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal de Belém, a Promotora de Justiça, Dra. SUMAYA SAADY MORHY PEREIRA, e a analista judiciário Walquiria Nascimento. Feito pregão constatou-se a presença de ambas as partes, estando acompanhadas de advogados, a autora do fato, do advogado identificado no cabeçalho desta ata, devidamente habilitado às fls. 36/37, a vítima dos Dres. Jânio Souza Nascimento - OAB/PA Nº 5157, e Dra. Samara Portal Gomes - OAB/PA Nº 27.688, que declarou serem os referidos advogados seus

representantes. ABERTA A AUDIÊNCIA: Este juiz adotou as medidas previstas no art. 65, § 3º, da Lei 9099/95. Em seguida o MM Juiz propôs, novamente, a conciliação entre as partes, tendo restada infrutífera. A vítima reitera a representação feita à fl. 35, pelos crimes de Lesão e Ameaça. A vítima declara ainda, que não propôs Queixa Crime em relação ao crime de Dano (Art. 163, CP). Em seguida os patronos da vítima, neste ato, apresentaram documento referente à atestado médico, em 01 lauda, requerendo a mudança da capitulação penal, do crime de lesão leve, para lesão grave, em função do teor do atestado, que informa o afastamento da vítima de suas atividades habituais por um período de sessenta dias. Em seguida, foi dada a palavra ao Ministério Público, que passou a se manifestar nos seguintes termos: MM. Juiz, considerando que o atestado médico apresentado pela vítima nesta audiência, apresenta informações que não são compatíveis com o laudo de exame de corpo de delito juntado à fl. 27, o MP requer seja deferida a juntada do referido documento, bem como seja encaminhada a vítima para o CPC - RENATO CHAVES, a fim de que seja realizado exame complementar, devendo ser alertada a vítima, de que deverá apresentar-se munida dos exames, relatórios, e atestados médicos, por ventura existente, para subsidiar a perícia complementar. Ressalte-se, que tal diligência é indispensável para o posicionamento do MP para capitulação penal. Pede deferimento. DELIBERAÇÃO: DEFIRO OS PEDIDOS DA ILUSTRE PROMOTORA DE JUSTIÇA, DETERMINO SEJA JUNTADO AOS AUTOS, O DOCUMENTO APRESENTADO PELA VÍTIMA NESTA AUDIÊNCIA. ENCAMINHE-SE A VÍTIMA, ATRAVÉS DE OFÍCIO, AO CPC - RENATO CHAVES, PARA REALIZAÇÃO DE EXAME COMPLEMENTAR, DEVENDO SER CONCLUÍDO, COM ENVIO A ESTE JUÍZO NO PRAZO DE 30 (TRINTA DIAS). REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. CIENTES TODOS OS PRESENTES. Nada mais havendo foi encerrado o presente termo.

PROCESSO: 00253878420188140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): WALQUIRIA DE MENEZES NASCIMENTO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019. DENUNCIADO: AMILTON DE ANDRADE TAVARES VITIMA: V. B. M. O. Representante(s): OAB 5146 - ADEMAR GALVAO DE LIMA NETO (ADVOGADO). PODER JUDICIARIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL ATO ORDINATÓRIO Em conformidade com o Art. 1º, § 1º, Inciso IX, do Provimento 006/2006. Intimo o patrono da vítima, habilitado à fl. 32, acerca da audiência de Instrução e Julgamento, designada nos autos do processo de Denúncia, registro nº 0025387-84.2018.8.14.0401, para data de 07/08/2019, às 09h40min, conforme termos da certidão à fl. 41verso. Belém/PA, 27 de junho de 2019. Walquiria Nascimento Diretora de Secretaria.

PROCESSO: 00005269720198140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019. AUTOR DO FATO: DIEGO MORAES VIEIRA VITIMA: D. C. S. C. A. Proc. 0000526-97.2019.814.0401. R.H. Compulsando os autos verifica-se que o Ministério Público ofereceu denúncia contra DIEGO MORAES VIEIRA pela prática do crime tipificado no art. 129, caput, do CPB. À Secretaria para designar data da audiência de instrução e julgamento, nos termos do art. 78 e seguintes da Lei nº 9.099/95. Cite-se e intime-se o(a)(s) autor(a)(es) do fato cientificando-o(a)(s) de que poderá(ão) comparecer à audiência acompanhado(a)(s) de testemunhas, independentemente de intimação, e de advogado, advertindo-o(a)(s), ainda, de que, na falta deste, será nomeado Defensor Público, devendo ser entregue ao(a)(s) mesmo(a)(s) cópia da denúncia. Intimem-se a(s) vítima(s) e a(s) testemunha(s) arrolada(s) na denúncia. Cientifique-se o Ministério Público. Belém, 27 de junho de 2019. RICARDO SALAME GUIMARÃES. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00031380820198140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019. AUTOR DO FATO: ROMARIO ARAUJO BARROS VITIMA: A. G. F. Proc. 0003138-08.2019.814.0401. R.H. Compulsando os autos verifica-se que o Ministério Público ofereceu denúncia contra ROMÁRIO ARAÚJO BARROS pela prática do crime tipificado no art. 303 do CTB. À Secretaria para designar data da audiência de instrução e julgamento, nos termos do art. 78 e seguintes da Lei nº 9.099/95. Cite-se e intime-se o(a)(s) autor(a)(es) do fato cientificando-o(a)(s) de que poderá(ão) comparecer à audiência acompanhado(a)(s) de testemunhas, independentemente de intimação, e de advogado, advertindo-o(a)(s), ainda, de que, na falta deste, será nomeado Defensor Público, devendo ser entregue ao(a)(s) mesmo(a)(s) cópia da denúncia. Intimem-se a(s) vítima(s) e a(s) testemunha(s) arrolada(s) na denúncia. Cientifique-se o Ministério Público. Belém, 27 de junho de 2019. RICARDO SALAME GUIMARÃES. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00046563320198140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019. AUTOR DO FATO: RAMMILY KALINNY RODRIGUES PAMPLONA VITIMA: R. D. S. G. Proc.0004656-33.2019.814.0401. R.H. Compulsando os autos verifica-se que o Ministério Público ofereceu denúncia contra RAMMILY KALINNY RODRIGUES PAMPLONA pela prática do crime tipificado no art. 147 do CPB. À Secretaria para designar data da audiência de instrução e julgamento, nos termos do art. 78 e seguintes da Lei nº 9.099/95. Cite-se e intime-se o(a)(s) autor(a)(es) do fato cientificando-o(a)(s) de que poderá(ão) comparecer à audiência acompanhado(a)(s) de testemunhas, independentemente de intimação, e de advogado, advertindo-o(a)(s), ainda, de que, na falta deste, será nomeado Defensor Público, devendo ser entregue ao(a)(s) mesmo(a)(s) cópia da denúncia. Intimem-se a(s) vítima(s) e a(s) testemunha(s) arrolada(s) na denúncia. Cientifique-se o Ministério Público. Quanto ao crime tipificado no art. 140 do CPB, certifique-se acerca do ajuizamento da queixa-crime. Belém, 27 de junho de 2019. RICARDO SALAME GUIMARÃES. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00114836020198140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 28/06/2019. QUERELANTE: RAYSSA FERREIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 26622 - MARIO CELIO MARVAO NETO (ADVOGADO). QUERELADO: LARHYSSA RAYANNE DE SOUZA SANTOS. Proc. 0011483-60.2019.814.0401. R.H. Tratam-se os autos de queixa-crime ajuizada por R.F.D.S contra LARHYSSA RAYANNE DE SOUZA SANTOS pela prática, em tese, de crime de difamação, tipificado no art. 139 do CPB. Considerando que a querelante alegou que não se encontra em condições financeiras para arcar com as custas e despesas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo do próprio sustento e de sua família, defiro o pedido da gratuidade da justiça (fl.02-v), podendo ser desconstituída, de ofício, nos termos da Súmula nº 06 do TJPA, alterada na 27ª Sessão Ordinária do Pleno, realizada em 27/7/2016, descrita abaixo, ou nos termos do §2º do art. 99 do CPC. A alegação de hipossuficiência econômica configura presunção meramente relativa de que a pessoa natural goza do direito ao deferimento da gratuidade de justiça prevista no artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil (2015), podendo ser desconstituída de ofício pelo próprio magistrado caso haja prova nos autos que indiquem a capacidade econômica do requerente. À Secretaria para designar dia e hora para realização da audiência preliminar. Intimem-se o(s) querelado(a)(s), informando-o(a)(s) que deverá(ão) comparecer, necessariamente acompanhado(a)(s) de advogado, advertindo-o(a)(s) de que, na sua falta, poderá ser nomeado Defensor Público. Intime-se o(a)(s) querelante(s), para que compareça ao ato processual designado. Expeça-se o necessário. Cientifique-se o Ministério Público. Int. Belém, 26 de junho de 2019. RICARDO SALAME GUIMARÃES. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00133450320188140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019. AUTOR DO FATO: CANDIDO LOPES RIBEIRO JUNIOR AUTOR DO FATO: REGINALDO NASCIMENTO RIBEIRO VITIMA: M. Proc. 0013345-03.2018.814.0401 SENTENÇA: Vistos etc. Adoto como relatório o que consta dos autos em observância ao artigo 81, §3º da Lei 9.099/95. Passo a decidir: Tratam-se os autos de representação instaurada contra CANDIDO LOPES RIBEIRO e REGINALDO NASCIMENTO RIBEIRO para apurar a prática, em tese, de crime contra honra, tipificado no art. 140 do CPB, supostamente ocorrido no dia 05.05.2018. Conforme certidão à fl. 22, o prazo decadencial expirou e os autores/vítimas não ajuizaram a respectiva ação penal (queixa-crime). O Ministério Público instado a se manifestar requereu a extinção da punibilidade dos agentes, em razão da decadência no exercício do direito de queixa das vítimas. (fls. 24). Nos termos do artigo 103 do Código Penal e do art. 38 do Código de Processo Penal, salvo disposição em contrário, o ofendido ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de 6(seis) meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime. Em que pese à previsão legal em ambos os Códigos (art. 103 do CPB e art. 38 do CPP), na contagem de prazos para os institutos de direito material penal (como prescrição, decadência, sursis e etc...) não se aplica o art. 798, §1º do CPP, reservados aos prazos processuais penais (como nos casos do prazo para a conclusão do inquérito policial, oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, interposição de recursos, etc...), cujo cômputo exclui o dia do começo. Tratando-se de prazo de ordem decadencial, aplica-se a regra do art. 10 do Código Penal Brasileiro, que preceitua o começo da contagem do prazo o mesmo dia em que os fatos ocorreram, ou seja, conta-se o dia do começo e exclui-se o dia do vencimento, sendo o prazo fatal e improrrogável, não se interrompe, nem se suspende. Sobre o assunto as jurisprudências dos nossos Tribunais Superiores: (...)Como regra, o prazo da decadência é de 6 (seis) meses e em se tratando

de causa de extinção da punibilidade o prazo tem natureza penal, devendo ser contado nos termos do art. 10 do Código Penal e não de acordo com o art. 798, §1º do Código Processual Penal, quer dizer, inclui-se no cômputo do prazo o dies a quo (...) (STJ. APn 562/MS. Rel. Fernando Gonçalves. CE. Dje 24.06.2010) (...) O prazo para ajuizar a ação penal a partir da data do fato, ou de seu conhecimento por aquele que se sente ofendido, é de seis meses - art. 103 do CP -. A partir desse prazo ocorre a decadência. O prazo decadencial é improrrogável, não se suspende, nem se interrompe. O pedido de explicações em juízo não tem a propriedade de sustar ou interromper o lapso temporal da decadência. Precedente: Min. Celso de Mello, INQO-774- DJ 17-12-93. Nego seguimento (RISTF, art. 21, § 1º). Brasília, 18 de junho de 2001.Ministro NELSON JOBIM Relator 3. (STF - Pet: 2236 MG , Relator: Min. NELSON JOBIM, Data de Julgamento: 18/06/2001, Data de Publicação: DJ 25/06/2001 P - 00007). O suposto fato teria ocorrido no dia 05.05.2018, portanto contando-se o prazo decadencial de 06 (seis) meses para o exercício do direito de queixa (art. 38 do CPP), o último dia para o ajuizamento da queixa-crime era o dia 04.11.2018. ISSO POSTO, pelos fundamentos acima, DECRETO a EXTINÇÃO da PUNIBILIDADE de CANDIDO LOPES RIBEIRO JÚNIOR e REGINALDO NASCIMENTO RIBEIRO, pela imputação do crime de injúria (art. 140 do CPB), tendo em vista a decadência do direito de queixa da vítima, nos termos do art. 107, inciso IV, do Código Penal. Notifique-se o Ministério Público. Após as anotações e baixas de praxe, arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. RICARDO SALAME GUIMARÃES. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00140206320188140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019. AUTOR DO FATO: MARIA DA PIEDADE SOUSA NUNES VITIMA: P. F. G. Proc. 0014020-63.2018.814.0401 SENTENÇA: Vistos etc. Adoto como relatório o que consta dos autos em observância ao artigo 81, §3º da Lei 9.099/95. Passo a decidir: Tratam-se os autos de representação instaurada contra MARIA DA PIEDADE SOUSA NUNES para apurar a prática, em tese, de crime contra honra, tipificado no art. 138 do CPB, supostamente ocorrido no dia 23.05.2018. Conforme certidão à fl. 19, o prazo decadencial expirou e a vítima não ajuizou a respectiva ação penal (queixa-crime). O Ministério Público instado a se manifestar requereu a extinção da punibilidade da agente, em razão da decadência no exercício do direito de queixa da vítima. (fls. 21). Nos termos do artigo 103 do Código Penal e do art. 38 do Código de Processo Penal, salvo disposição em contrário, o ofendido ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de 6(seis) meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime. Em que pese à previsão legal em ambos os Códigos (art. 103 do CPB e art. 38 do CPP), na contagem de prazos para os institutos de direito material penal (como prescrição, decadência, sursis e etc...) não se aplica o art. 798, §1º do CPP, reservados aos prazos processuais penais (como nos casos do prazo para a conclusão do inquérito policial, oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, interposição de recursos, etc...), cujo cômputo exclui o dia do começo. Tratando-se de prazo de ordem decadencial, aplica-se a regra do art. 10 do Código Penal Brasileiro, que preceitua o começo da contagem do prazo o mesmo dia em que os fatos ocorreram, ou seja, conta-se o dia do começo e exclui-se o dia do vencimento, sendo o prazo fatal e improrrogável, não se interrompe, nem se suspende. Sobre o assunto as jurisprudências dos nossos Tribunais Superiores: (...)Como regra, o prazo da decadência é de 6 (seis) meses e em se tratando de causa de extinção da punibilidade o prazo tem natureza penal, devendo ser contado nos termos do art. 10 do Código Penal e não de acordo com o art. 798, §1º do Código Processual Penal, quer dizer, inclui-se no cômputo do prazo o dies a quo (...) (STJ. APn 562/MS. Rel. Fernando Gonçalves. CE. Dje 24.06.2010) (...) O prazo para ajuizar a ação penal a partir da data do fato, ou de seu conhecimento por aquele que se sente ofendido, é de seis meses - art. 103 do CP -.A partir desse prazo ocorre a decadência. O prazo decadencial é improrrogável, não se suspende, nem se interrompe. O pedido de explicações em juízo não tem a propriedade de sustar ou interromper o lapso temporal da decadência. Precedente: Min. Celso de Mello, INQO-774- DJ 17-12-93. Nego seguimento (RISTF, art. 21, § 1º). Brasília, 18 de junho de 2001.Ministro NELSON JOBIM Relator 3. (STF - Pet: 2236 MG , Relator: Min. NELSON JOBIM, Data de Julgamento: 18/06/2001, Data de Publicação: DJ 25/06/2001 P - 00007). O suposto fato teria ocorrido no dia 23.05.2018, portanto contando-se o prazo decadencial de 06 (seis) meses para o exercício do direito de queixa (art. 38 do CPP), o último dia para o ajuizamento da queixa-crime era o dia 22.11.2018. ISSO POSTO, pelos fundamentos acima, DECRETO a EXTINÇÃO da PUNIBILIDADE de MARIA DA PIEDADE SOUSA NUNES, pela imputação do crime de calúnia (art. 138 do CPB), tendo em vista a decadência do direito de queixa da vítima, nos termos do art. 107, inciso IV, do Código Penal. Notifique-se o Ministério Público. Após as anotações e baixas de praxe, arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. RICARDO SALAME GUIMARÃES. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00144493020188140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019. AUTOR DO FATO: PAULO SERGIO ALVES DOS SANTOS E SILVA JUNIOR VITIMA: E. P. M. VITIMA: G. S. M. M. Proc. 0014449-30.2018.814.0401 SENTENÇA: Vistos etc. Adoto como relatório o que consta dos autos em observância ao artigo 81, §3º da Lei 9.099/95. Passo a decidir: Tratam-se os autos de representação instaurada contra PAULO SÉRGIO ALVES DOS SANTOS E SILVA JÚNIOR para apurar a prática, em tese, de crimes de ameaça e injúria, tipificados nos arts. 147 e 140 do CPB, supostamente ocorrido no dia 30.05.2018. Conforme certidão à fl. 24, o prazo decadencial expirou e as vítimas não ofereceram representação (art. 147 do CPB) e nem queixa-crime (art. 140 do CPB). O Ministério Público instado a se manifestar requereu a extinção da punibilidade do agente, nos termos do art. 107, IV, do CPB (fls. 26). Nos termos do artigo 103 do Código Penal e do art. 38 do Código de Processo Penal, salvo disposição em contrário, o ofendido ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de 6(seis) meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime. Em que pese à previsão legal em ambos os Códigos (art. 103 do CPB e art. 38 do CPP), na contagem de prazos para os institutos de direito material penal (como prescrição, decadência, sursis e etc...) não se aplica o art. 798, §1º do CPP, reservados aos prazos processuais penais (como nos casos do prazo para a conclusão do inquérito policial, oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, interposição de recursos, etc...), cujo cômputo exclui o dia do começo. Tratando-se de prazo de ordem decadencial, aplica-se a regra do art. 10 do Código Penal Brasileiro, que preceitua o começo da contagem do prazo o mesmo dia em que os fatos ocorreram, ou seja, conta-se o dia do começo e exclui-se o dia do vencimento, sendo o prazo fatal e improrrogável, não se interrompe, nem se suspende. Sobre o assunto as jurisprudências dos nossos Tribunais Superiores: (...)Como regra, o prazo da decadência é de 6 (seis) meses e em se tratando de causa de extinção da punibilidade o prazo tem natureza penal, devendo ser contado nos termos do art. 10 do Código Penal e não de acordo com o art. 798, §1º do Código Processual Penal, quer dizer, inclui-se no cômputo do prazo o dies a quo (...) (STJ. APn 562/MS. Rel. Fernando Gonçalves. CE. Dje 24.06.2010) (...) O prazo para ajuizar a ação penal a partir da data do fato, ou de seu conhecimento por aquele que se sente ofendido, é de seis meses - art. 103 do CP -. A partir desse prazo ocorre a decadência. O prazo decadencial é improrrogável, não se suspende, nem se interrompe. O pedido de explicações em juízo não tem a propriedade de sustar ou interromper o lapso temporal da decadência. Precedente: Min. Celso de Mello, INQO-774- DJ 17-12-93. Nego seguimento (RISTF, art. 21, § 1º). Brasília, 18 de junho de 2001. Ministro NELSON JOBIM Relator 3. (STF - Pet: 2236 MG, Relator: Min. NELSON JOBIM, Data de Julgamento: 18/06/2001, Data de Publicação: DJ 25/06/2001 P - 00007). O suposto fato teria ocorrido no dia 30.05.2018, portanto contando-se o prazo decadencial de 06 (seis) meses para o exercício do direito de representação e queixa (art. 38 do CPP), o último dia para oferecer representação (art. 147 do CPB) e ajuizar a respectiva ação penal privada (art. 140 do CPB) era o dia 29.11.2018. ISSO POSTO, pelos fundamentos acima, acolho a manifestação do Ministério Público às fls. 26, para, em consequência, DECRETAR a EXTINÇÃO da PUNIBILIDADE de PAULO SÉRGIO ALVES DOS SANTOS E SILVA JÚNIOR, pela imputação dos crimes de ameaça (art. 147 do CPB) e injúria (art. 140 do CPB), tendo em vista a decadência do direito de representação e queixa da vítima, nos termos do art. 107, inciso IV, do Código Penal. Notifique-se o Ministério Público. Após as anotações e baixas de praxe, arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. RICARDO SALAME GUIMARÃES. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00153985420188140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019. AUTOR DO FATO: SAAMY REIS GONCALVES VITIMA: L. C. S. O. Proc. 0015398-54.2018.814.0401 SENTENÇA Vistos etc. Adoto como relatório o que consta dos autos em observância ao artigo 81, §3º da Lei 9.099/95. Passo a decidir: Trata-se de termo circunstanciado de ocorrência instaurado contra SAAMY REIS GONÇALVES para apurar a prática, em tese, de crime tipificado no art. 147 do CPB. Em audiência preliminar, após consignarem em ata a ausência da vítima e a presença da autora do fato, em acolhimento a manifestação do Ministério Público, determinou este juiz que os autos aguardassem em secretaria o decurso do prazo decadencial (fl.20). Conforme certidão fl. 20-verso, o prazo decadencial expirou e a vítima não ofereceu representação contra o autor do fato. O Ministério Público instado a se manifestar requereu a extinção da punibilidade do agente, nos termos do art. 107, inciso IV, do CPB (fls. 22). Nos termos do artigo 38 do Código de Processo Penal, salvo disposição em contrário, o ofendido ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de 6(seis) meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime. In casu, o prazo decadencial para oferecer representação decorreu sem qualquer manifestação da vítima, motivo pelo qual a extinção da punibilidade do suposto agente medida

que se impõe. ISTO POSTO, pelos fundamentos acima, acolho o parecer do Ministério Público às fls. 22, para, em conseqüência, decretar a extinção da punibilidade de SAAMY REIS GONÇALVES, nos termos do art. 107, inciso IV do CPB, em razão da decadência do exercício do direito de representação. Após as devidas anotações e baixas, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 27 de junho de 2019. RICARDO SALAME GUIMARÃES. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00160212120188140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019. AUTOR DO FATO: ANA LUCIA RAMOS ROSA VITIMA: M. S. T. Proc. 0016021-21.2018.814.0401 SENTENÇA Vistos etc. Adoto como relatório o que consta dos autos em observância ao artigo 81, §3º da Lei 9.099/95. Passo a decidir: Trata-se de termo circunstanciado de ocorrência instaurado contra ANA LÚCIA RAMOS ROSA, para apurar a prática, em tese, de crime tipificado no art. 129 do Código Penal. Conforme certidão à fl. 34, o prazo decadencial decorreu e a vítima não ofereceu representação. O Ministério Público instado a se manifestar conclusivamente nos autos, requereu a extinção da punibilidade do agente, nos termos do art. 107, inciso IV, do CPB (fls.36). Nos termos do artigo 38 do Código de Processo Penal, salvo disposição em contrário, o ofendido ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de 6(seis) meses, contado do dia em que vier a saber quem o autor do crime. In casu, o prazo decadencial decorreu sem qualquer manifestação da vítima (fls. 34), sendo a extinção da punibilidade do suposto agente medida que se impõe. ISTO POSTO, pelos fundamentos acima, acolho o parecer do Ministério Público às fls. 36, para, em conseqüência, decretar a extinção da punibilidade de ANA LÚCIA RAMOS ROSA, nos termos do art. 107, inciso IV do CPB, em razão da decadência do exercício do direito de representação. Notifique-se o Ministério Público. Arquivem-se os autos, após as comunicações e anotações de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 27 de junho de 2019. RICARDO SALAME GUIMARÃES. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00203030520188140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019. AUTOR DO FATO: ALESSANDRA CARVALHO PIANI VITIMA: P. X. C. Proc. 0020303-25.2018.814.0401 SENTENÇA: Vistos etc. Adoto como relatório o que consta dos autos em observância ao artigo 81, §3º da Lei 9.099/95. Passo a decidir: Tratam-se os autos de representação instaurada contra ALESSANDRA CARVALHO PIANI para apurar a prática, em tese, de crimes contra honra, tipificados nos arts. 138 e 139 do CPB, supostamente ocorrido no dia 01.06.2018. Conforme certidão à fl. 38, o prazo decadencial expirou e a vítima não ajuizou a respectiva ação penal (queixa-crime). O Ministério Público instado a se manifestar requereu a extinção da punibilidade da agente, em razão da decadência no exercício do direito de queixa da vítima. (fls. 40). Nos termos do artigo 103 do Código Penal e do art. 38 do Código de Processo Penal, salvo disposição em contrário, o ofendido ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de 6(seis) meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime. Em que pese à previsão legal em ambos os Códigos (art. 103 do CPB e art. 38 do CPP), na contagem de prazos para os institutos de direito material penal (como prescrição, decadência, sursis e etc...) não se aplica o art. 798, §1º do CPP, reservados aos prazos processuais penais (como nos casos do prazo para a conclusão do inquérito policial, oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, interposição de recursos, etc...), cujo cômputo exclui o dia do começo. Tratando-se de prazo de ordem decadencial, aplica-se a regra do art. 10 do Código Penal Brasileiro, que preceitua o começo da contagem do prazo o mesmo dia em que os fatos ocorreram, ou seja, conta-se o dia do começo e exclui-se o dia do vencimento, sendo o prazo fatal e improrrogável, não se interrompe, nem se suspende. Sobre o assunto as jurisprudências dos nossos Tribunais Superiores: (...)Como regra, o prazo da decadência é de 6 (seis) meses e em se tratando de causa de extinção da punibilidade o prazo tem natureza penal, devendo ser contado nos termos do art. 10 do Código Penal e não de acordo com o art. 798, §1º do Código Processual Penal, quer dizer, inclui-se no cômputo do prazo o dies a quo (...) (STJ. APn 562/MS. Rel. Fernando Gonçalves. CE. Dje 24.06.2010) (...) O prazo para ajuizar a ação penal a partir da data do fato, ou de seu conhecimento por aquele que se sente ofendido, é de seis meses - art. 103 do CP -. A partir desse prazo ocorre a decadência. O prazo decadencial é improrrogável, não se suspende, nem se interrompe. O pedido de explicações em juízo não tem a propriedade de sustar ou interromper o lapso temporal da decadência. Precedente: Min. Celso de Mello, INQO-774- DJ 17-12-93. Nego seguimento (RISTF, art. 21, § 1º). Brasília, 18 de junho de 2001.Ministro NELSON JOBIM Relator 3. (STF - Pet: 2236 MG, Relator: Min. NELSON JOBIM, Data de Julgamento: 18/06/2001, Data de Publicação: DJ 25/06/2001 P - 00007). O suposto fato teria ocorrido no dia 01.06.2018, portanto contando-se o prazo decadencial de 06 (seis) meses para o exercício do direito

de queixa (art. 38 do CPP), o último dia para o ajuizamento da queixa-crime era o dia 30.11.2018. ISSO POSTO, pelos fundamentos acima, DECRETO a EXTINÇÃO da PUNIBILIDADE de ALESSANDRA CARVALHO PIANI, pela imputação dos crimes de calúnia (art. 138 do CPB) e difamação (art. 139 do CPB), tendo em vista a decadência do direito de queixa da vítima, nos termos do art. 107, inciso IV, do Código Penal. Notifique-se o Ministério Público. Após as anotações e baixas de praxe, arquive-se. Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. RICARDO SALAME GUIMARÃES. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00249954720188140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019. AUTOR DO FATO: CAMILA RAFAELA ARAUJO ROCHA AUTOR DO FATO: CARLOS JOSE SOUSA DA SILVA VITIMA: A. M. Proc. 0024995-47.2018.814.0401 R.h I. Defiro o pedido do Ministério Público à fl. 29. II. Designe-se data para realização de audiência preliminar. III. Intime-se a(s) vítima(s) para comparecer ao ato processual designado. IV. Intime-se o(a)(s) autor(a)(es) do fato, cientificando-o(a)(s) que poderá(ão) comparecer acompanhado(a)(s) de advogado, advertindo-o(a)(s) de que, na sua falta, será nomeado Defensor Público ou dativo. V. Cientifique-se o Ministério Público. Int. Belém, 27 de junho de 2019. RICARDO SALAME GUIMARÃES. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal

PROCESSO: 00272316920188140401. MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RICARDO SALAME GUIMARAES Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019. AUTOR DO FATO: SAMARA SORAYA ANDRADE MUNIZ Representante(s): OAB 11495 - WALDER PATRICIO CARVALHO FLORENZANO (ADVOGADO) OAB 18546 - EDGAR LIMA FLORENTINO (ADVOGADO) VITIMA: C. E. W. C. C. Proc. 0027231-69.2018.814.0401. R.H. Compulsando os autos verifica-se que o Ministério Público ofereceu denúncia contra SAMARA SORAYA ANDRADE MUNIZ pela prática da contravenção penal do art. 65 da LCP. À Secretaria para designar data da audiência de instrução e julgamento, nos termos do art. 78 e seguintes da Lei nº 9.099/95. Cite-se e intime-se o(a)(s) autor(a)(es) do fato cientificando-o(a)(s) de que poderá(ão) comparecer à audiência acompanhado(a)(s) de testemunhas, independentemente de intimação, e de advogado, advertindo-o(a)(s), ainda, de que, na falta deste, será nomeado Defensor Público, devendo ser entregue ao(a)(s) mesmo(a)(s) cópia da denúncia. Intimem-se a(s) vítima(s) e a(s) testemunha(s) arrolada(s) na denúncia. Cientifique-se o Ministério Público. Belém, 27 de junho de 2019. RICARDO SALAME GUIMARÃES. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara de Juizado Especial Criminal

SECRETARIA DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM - VARA: 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00008620420178140941 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 27/06/2019 DENUNCIADO:PEDRO ALVES RODRIGUES FILHO VITIMA:A. N. D. Representante(s): OAB 6700 - NICHOLAS ALEXANDRE CAMPOLUNGO (ADVOGADO) . Gabinete da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém Processo nº 0000862-04.2017.8.14.0941 Denunciado: Pedro Alves Rodrigues Filho Capitulação Penal: Art. 147, do CPB. Sentença: Consta da denúncia que em 25/10/2016, o denunciado se dirigiu até a casa da vítima portando uma barra de ferro e proferindo as seguintes ameaças: "a qualquer momento eu vou fazer uma besteira, vou incendiar a tua casa com tua família dentro, se passar de amanhã eu vou voltar". Em audiência de instrução e julgamento, foi decretada a revelia do réu, em virtude de sua ausência injustificada. Por sua vez, a vítima ratificou os termos da denúncia. A testemunha arrolada pelo Ministério Público, Paulo Ricardo Rodrigues de Sousa, declarou que, à época dos fatos, morava em frente à casa da vítima e que, no dia especificado na exordial, ao chegar em sua residência, viu o denunciado portando uma espécie de barra de ferro ou terçado gritando em direção à casa da vítima, porém não sabe identificar o teor dessa fala, lembrando apenas de ter escutado a palavra "carro". Além disso, a testemunha afirmou que o denunciado aparentava estar descontrolado e que por conta disso sentiu medo, e logo entrou na residência. O interrogatório não foi realizado em virtude da ausência do denunciado. O depoimento da vítima e da testemunha encontram-se em consonância, confirmando, portanto, a autoria do crime de ameaça. É o sucinto relatório em face ao disposto no art. 81, §3º, da Lei nº 9.099/95. O art. 147, do CPB, dispõe que o crime de ameaça consiste em: "Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa". Verifica-se, portanto, que a atitude do réu se adequa ao tipo descrito na norma penal, uma vez que sua conduta de bater no portão da casa da vítima, portando uma barra de ferro, fazendo gestos amedrontadores, e, ainda, proferindo palavras com promessas de mal injusto e grave, foi capaz de intimidar a vítima. Com efeito, a ameaça proferida verbalmente e gestualmente, foi idônea, séria e concreta, restando corporificado o especial fim do crime em apreço, qual seja, intimidar. Porém, embora o crime de ameaça seja classificado como crime formal, isto é, dispensando a criação de temor na vítima para sua concretização, a testemunha relatou ter sentido medo ao presenciar a conduta do acusado, ratificando a potencialidade intimidatória da conduta analisada. Sendo assim, da análise do conjunto probatório contido nos autos, ficou provada, através do depoimento da vítima e da testemunha, a prática do crime de ameaça por parte do denunciado, impondo-se a sua condenação. A esse respeito, o TJ/SC decidiu no seguintes termos: APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME DE AMEAÇA (ART. 147, CAPUT, DO CP) NO ÂMBITO DOMÉSTICO - SENTENÇA CONDENATÓRIA - RECURSO DA DEFESA. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO - INVIABILIDADE - AUTORIA E MATERIALIDADE BEM DEMONSTRADAS - AMEAÇAS PROFERIDAS VERBALMENTE - PALAVRAS DA VÍTIMA E TESTEMUNHA FIRMES E COERENTES NOS DEPOIMENTOS COLHIDOS - CRIME QUE SE CONSUMA COM A SIMPLES INTIMIDAÇÃO CAPAZ DE INCUTIR MEDO NA VÍTIMA - TIPICIDADE COMPROVADA - CONDENAÇÃO IRRETOCÁVEL. I - Proferidas palavras capazes de causar grande temor na vítima, consuma-se o delito de ameaça, principalmente quando o contexto indica a possibilidade do acontecimento real dos fatos, sendo a conduta punível pela lei penal. II - O crime de ameaça é delito formal e instantâneo, de modo que, para a sua consumação, não se faz necessário a ocorrência do resultado prometido, bastando somente que a ameaça chegue ao conhecimento da vítima e seja capaz de lhe incutir medo. RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Criminal n. 0001345-48.2016.8.24.0017, de Dionísio Cerqueira, rel. Des. Luiz Antônio Zanini Fornerolli, Quarta Câmara Criminal, j. 28-02-2019). O denunciado é penalmente imputável e os elementos contidos nos autos levam a depreender que tem discernimento para conhecer o caráter ilícito de sua conduta, e não há qualquer causa que exclua sua culpabilidade ou o isente de pena nem causas de exclusão da ilicitude (art. 23 do CPB). Dessa maneira, rejeito a tese de absolvição apresentada pela defesa em favor do denunciado (fls. 74/76), uma vez que com a instrução processual restou comprovado que o réu concorreu para a infração penal, constando nos autos conjunto probatório suficiente para fundamentar um decreto condenatório. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal, para CONDENAR o denunciado PEDRO ALVES RODRIGUES FILHO como incurso nas penas do art. 147, do CPB. Passo a dosar a pena de Pedro Alves Rodrigues Filho, de acordo com as circunstâncias judiciais, nos termos do artigo 59 do CPB: A conduta do denunciado não ultrapassou os limites indicados

pelo tipo descrito no art. 147, do CPB. O réu é primário, e não possui antecedentes criminais, conforme certidão à fl. 77 dos autos. Não há informações acerca de sua conduta social assim como não há elementos que indiquem como é sua personalidade, razão pela qual deixo de avaliá-la. As consequências do crime foram as próprias do tipo. Em observância aos parâmetros delineados pelo art. 59, do CPB, considerando os fundamentos acima expostos, fixo a pena base em 01 (um) mês de detenção, em virtude da ausência de qualquer circunstância judicial que autorize o seu aumento, eis que a conduta delituosa não extrapolou os elementos essenciais constitutivos do tipo penal, tornando-a definitiva, em razão de não haver circunstâncias agravantes ou atenuantes bem como de causa de aumento e de diminuição de pena. O regime do cumprimento da pena deverá ser o regime aberto, nos termos do art. 33, § 2º, "c", do Código Penal. Nos termos do art. 44, §2º, do CPB, substituo a supracitada pena por prestação de serviços à comunidade (art. 43, IV, do CPB), pelo mesmo período da condenação, qual seja 01 (um) mês, na razão de 1(uma) hora de tarefa por dia de condenação. Deixo de tomar as providências relacionadas ao pagamento de custas processuais previsto na Lei Estadual n. 8328/2015, em virtude do condenado ser representado pela Defensoria Pública, nos termos do art. 40, VI, da supracitada norma. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se as peças necessárias à Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas. Procedam-se as anotações e comunicações necessárias. P.R.I.C. Belém, 26 de junho de 2019. SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do JECrim da Capital PROCESSO: 00032816520178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 DENUNCIADO:DANILO CARVALHO RODRIGUES AMORAS Representante(s): OAB 4644-A - ARISTARCHO EXPEDITO DOS SANTOS FILHO (ADVOGADO) VITIMA:L. Y. Y. L. Representante(s): OAB 5949 - CRISTOVINA PINHEIRO DE MACEDO (ADVOGADO) TESTEMUNHA:BENEDITA DE FATIMA SANTANA CAMARA. Gabinete da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém Processo nº 0003281-65.2017.8.14.0401 Denunciado: Danilo Carvalho Rodrigues Amoras Capitulação Penal: Art. 147, do CPB. Sentença: Consta da denúncia que o acusado Danilo era inquilino da avó da vítima Leonardo Yuji, em razão de contrato de aluguel de uma residência. Em virtude da inadimplência do réu, no dia 30/09/2016, a vítima se dirigiu até a casa com o objetivo de retomar a posse desta, porém foi agredida com socos, após o início de uma discussão entre ambos. Em seguida, o denunciado correu em direção à cozinha e voltou portando uma faca e proferiu a seguinte ameaça: "vou te matar", no entanto foi impedido por seus familiares. A vítima ratificou os termos da denúncia durante a audiência de instrução e julgamento. A testemunha arrolada pelo Ministério Público, BENEDITA DE FÁTIMA SANTANA CÂMARA, afirmou que trabalha como empregada doméstica na casa da família da vítima e que estava presente no dia dos fatos quando viu o denunciado ameaçar Leonardo de morte portando uma faca. Por sua vez, a testemunha arrolada pela defesa, ROSEMARY FERREIRA BARROS, declarou que é autônoma e que foi contratada pela família de Danilo (denunciado) para prestar serviço na festa de aniversário que ocorreu no dia do fato. A depoente declarou que a vítima chegou ao evento dizendo que era o dono da casa, determinando o encerramento da festa e, em seguida, quebrou a mesa de vidro em que estava o bolo e outras comidas, provocando alvoroço no ambiente. Por fim, a testemunha disse que não presenciou a ameaça. No interrogatório, o acusado negou a autoria do delito, tendo declarado que conheceu a testemunha Rosemary no dia do fato, ao contratar uma empresa de prestação de serviço para o aniversário, em que ela fazia parte do grupo de colaboradores. Além disso, relatou que foi agredido por Leonardo, pela irmã deste e mais um rapaz que não sabe identificar. É o sucinto relatório em face ao disposto no art. 81, §3º, da Lei nº 9.099/95. O depoimento da vítima e das testemunhas estão em desacordo, gerando dúvidas acerca da ocorrência dos fatos descritos na denúncia, que, com efeito, não restaram provados. Em consequência disso, é inviável a condenação do denunciado, em virtude da falta de provas de que este teria cometido o crime de ameaça, uma vez que a testemunha arrolada pelo Ministério Público, Sra. Benedita, que afirmou ter presenciado a ação delituosa, possui vínculo empregatício com a família da vítima, havendo uma relação de proximidade e confiança, propiciada pelo contato diário com a dinâmica familiar. Outrossim, a testemunha arrolada pela defesa, Sra. Rosemary, compunha o grupo de funcionários elencados pela empresa contratada para prestar serviços no dia do aniversário do filho do denunciado. O art. 386, do CPP estabelece que: O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: VII - não existir prova suficiente para a condenação. No caso em apreço, o relato da vítima e das testemunhas encontram-se dissonantes. Portanto, não há provas suficientes para fundamentar a condenação do denunciado, nos termos do art. 386, VII, do CPP. A contradição entre os depoimentos e a ausência de outros meios de prova, fazem emergir dúvidas, impondo-se a aplicação do princípio "in dubio pro reo". Ademais, em sede de alegações finais, o Ministério Público requereu a absolvição do denunciado, alegando que os termos da denúncia não restaram provados, em razão da contradição entre os depoimentos auferidos na audiência de instrução e

julgamento. Com efeito, em virtude do sistema processual penal acusatório acolhido pelo ordenamento jurídico na Constituição de 1988, como um dos pilares do sistema de garantias individuais, o juiz não pode condenar sem acusação. Pelo exposto, e tudo o mais que dos autos consta, julgo improcedente os fatos alegados na denúncia e, em consequência, ABSOLVO o denunciado DANILO CARVALHO RODRIGUES AMORAS da imputação que lhe é feita de ter incorrido na conduta delituosa do crime previsto no art. 147, do CPB, em razão de não existir prova suficiente para condenação, nos termos do art. 386, inciso VII, do CPP. Realizem-se as necessárias anotações e comunicações. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos. Sem custas. P.R.I.C. Belém, 26 de junho de 2019. SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do JECrim da Capital PROCESSO: 00037521320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:THAYSA THANYS ARAUJO SILVA SANTOS VITIMA:L. C. R. S. . Gabinete da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém Processo n. 00037521320198140401 Decisão: Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, §3º, da Lei nº 9.099/95. Tratam os autos de termo circunstanciado de ocorrência instaurado para apurar a suposta prática dos crimes dos arts. 147 e 163, do CPB em que figura como autora do fato THAISA THANYS ARAÚJO SILVA SANTOS e como vítima LEONARDO DE CASSIO RAMOS SANTOS. O direito de oferecer queixa (ação penal privada) ou representação (ação penal pública condicionada) deverá ser exercido no prazo de seis meses, a contar da data do conhecimento da autoria da infração penal, consoante preceitua o art. 38 do CPP. Compulsando os autos, verifica-se a incidência do instituto da decadência, tanto do direito de representar como do direito de queixa da vítima, uma vez que esta não ofereceu representação nem queixa-crime no prazo legal (fls. 45/49). Ademais, o órgão ministerial manifestou-se pela extinção da punibilidade do autor do fato em virtude da ocorrência da decadência do direito de queixa e de representação. Pelo exposto, com fulcro no art. 38 do Código de Processo Penal, combinado com o art. 107, IV, do Código Penal, julgo extinta a punibilidade do crime em relação à autora do fato THAISA THANYS ARAÚJO SILVA SANTOS, a qual foram imputados os delitos do art. 147 e 163, do CPB, pela ocorrência da decadência do direito de representação e de oferecer queixa-crime. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as anotações e comunicações necessárias. P.R.I.C. Sem custas. Belém, 27 de junho de 2019. SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do JECrim da Capital PROCESSO: 00045689220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:CAROLINA MARIA VEGA SERPA VITIMA:A. M. R. . Gabinete da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém Processo nº 00045689220198140401 Despacho: Dê-se vista dos autos dos autos ao Ministério Público para manifestação. Belém, 27 de junho de 2019. SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do JECrim da Capital PROCESSO: 00059026420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Ação: Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) em: 27/06/2019 REQUERENTE:ASSOCIACAO PARAENSE DE OFTALMOLOGIA APO REQUERIDO:MARIA MARGARETE MOTA DOS SANTOS REQUERIDO:RISA OLIVEIRA. Gabinete da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal da Capital Processo nº 00059026420198140401 Despacho: Considerando a manifestação do Ministério Público às fls. 39/48, intimem-se as pessoas indicadas pelo órgão ministerial, Sra. Maria Margarete Mota dos Santos e Risa Maria Manito de Oliveira, através de Carta Precatória, (fls. 43/46), consignando-se no documento que ambas deverão comparecer devidamente acompanhadas de seus respectivos advogados, pelo que, na ausência destes, ser-lhes-ão designado assistência de um (a) defensor (a) público (a), nos termos do art. 68 da Lei 9.099/95. Acautelem-se os autos em secretaria aguardando-se audiência preliminar designada para o dia 07/08/2019. Belém, 27 de junho de 2019. SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do JECrim PROCESSO: 00074052320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:MANOEL DE JESUS RODRIGUES DE LIMA AUTOR DO FATO:ROSANGELA RODRIGUES DE LIMA VITIMA:A. C. . Gabinete da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém Processo nº 00074052320198140401 Decisão: Versam os presentes autos sobre Termo Circunstanciado de Ocorrência, em que o Ministério Público requereu seu arquivamento por falta de justa causa para o exercício de ação penal, por entender que a conduta narrada no termo policial e tipificada no art. 50 da LCP seja materialmente atípica, assim como a declaração de inconstitucionalidade do referido dispositivo legal, com base nos princípios da ofensividade (ou lesividade) e da adequação social. Compulsando os autos, verifica-se que foram apreendidos: 10 (dez) monitores, 10 (dez) máquinas caça-níqueis, 10 (dez) cofres vazios, 02 (dois) no-breaks, 11 (onze) cadeiras plásticas (devolvidas, conforme auto de entrega à fl. 11) e 01 (uma) máquina moderninha PRO (fl. 10). A materialidade das

máquinas caça-níqueis resta comprovada por meio de laudo às fls. 31/33. O delito tipificado no art. 50 da LCP não foi recepcionado pela Constituição Federal de 1988, haja vista atentar contra os princípios constitucionais penais implícitos da intervenção mínima (subsidiariedade) e da fragmentariedade, bem como aos princípios da lesividade (ofensividade) e o da adequação social. Desse modo, concordando com as razões oferecidas pela representante do Ministério Público na manifestação às fls. 27/30, declaro incidentalmente a inconstitucionalidade do art. 50 da LCP, e, por entender igualmente que não há justa causa para o exercício da ação penal, determino o arquivamento do presente TCO, nos termos do art. 18 e 395, III, do CPP. Considerando que não houve manifestação sobre os bens apreendidos à fl. 10, dê-se vista dos autos ao Ministério Público. Após, encaminhe-se cópia dos autos à Justiça Federal, uma vez que o TCO traz elementos da prática de crime de contrabando/descaminho. P.R.I.C. Belém, 26 de junho de 2019. SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do JECrim da Capital P R O C E S S O : 0 0 0 7 9 2 2 2 8 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:L. J. F. S. . Gabinete da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém Processo nº 00079222820198140401 Despacho: Dê-se vista dos autos dos autos ao Ministério Público para manifestação. Belém, 27 de junho de 2019. SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do JECrim da Capital PROCESSO: 00081050420168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 DENUNCIADO:NELSON ANTONIO NAVARRO DE SOUSA Representante(s): OAB 19600 - ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO) VITIMA:M. P. C. TESTEMUNHA:EMANUEL DOS SANTOS SOUZA TESTEMUNHA:ALBA LUCIA FERNANDES FERREIRA. Gabinete da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém Processo nº 00081050420168140401 Capitulação Penal: Art. 21, da LCP. Sentença: Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, §3º, da Lei nº 9.099/95. O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, por intermédio de sua representante legal, no uso de suas atribuições, ofereceu denúncia contra NELSON ANTÔNIO NAVARRO DE SOUSA, qualificado nos autos, dando-o como incurso nas sanções previstas no art. 21, da LCP, pela suposta prática delituosa abaixo descrita. Consta da denúncia que em 26/03/2016, a vítima exercia à época a função de vice síndica do Condomínio Morada do Sol Privê Sol Poente e que, ao dirigir-se à sede da administração deste, portando a chave do estabelecimento, o denunciado desferiu um tapa em seu braço, provocando a queda da chave, praticando a contravenção penal vias de fato. Em audiência de instrução e julgamento, a vítima ratificou os termos da denúncia. A testemunha arrolada pelo Ministério Público, Alba Lúcia Fernandes Ferreira, afirmou que é moradora do condomínio referido e que no dia do evento delituoso presenciou o momento em que a vítima tentou abrir a sede da administração do residencial, e o instante em que o denunciado tentou impedi-la batendo no braço desta e recolhendo a chave do chão. Por sua vez, a testemunha Emanuel dos Santos Souza, também arrolada pelo órgão ministerial, aduziu que presenciou a discussão entre o Sr. Navarro e a Sra. Milene, e que nesse momento havia uma disputa entre ambos, e enquanto a vítima tentava abrir a porta, o acusado tentava impedi-la, ocasião em que este tocou no braço dela, e a chave caiu. Em sede de interrogatório, o denunciado negou a autoria do fato, e declarou que a chave caiu no chão quando ambos colocaram as mãos na maçaneta da porta da sede da administração do condomínio. Desse modo, o depoimento da vítima e das testemunhas arroladas pela acusação encontram-se em consonância, confirmando, portanto, a autoria da contravenção penal vias de fato. O art. 21, da LCP dispõe: "Praticar vias de fato contra alguém: Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses". Verifica-se, portanto, que a atitude do réu se adequa ao tipo descrito na norma penal, uma vez que a materialidade e autoria da contravenção penal em questão foram devidamente comprovadas nos autos, com o depoimento da vítima e das testemunhas, que presenciaram o momento em que o acusado a agrediu. Embora a testemunha Emanuel tenha dito que em sua perspectiva não houve dolo do agente, ele afirma que a atitude do acusado decorreu da tentativa de impedir que a vítima abrisse a sede da administração, e que o toque do acusado no braço da vítima provocou a queda da chave, o que revela a intenção do agente de imprimir força em seu movimento com as mãos, e, consequentemente, o dolo em sua conduta. Sendo assim, da análise do conjunto probatório contido nos autos, ficou provada, em especial pela palavra da vítima e pelo relato de duas testemunhas presenciais, a prática da contravenção penal vias de fato por parte do denunciado, impondo-se a sua condenação. Cumpre ressaltar que é dispensável a realização de exame de corpo de delito, uma vez que, como regra geral, a contravenção penal vias de fato não deixa vestígios. Ademais, a defesa não arrolou testemunhas (fl. 59) e não apresentou em juízo elementos probatórios capazes de ilidir a coerência entre o depoimento da vítima e das testemunhas, que certificaram os termos da denúncia. As imagens contidas nas mídias juntadas aos autos não demonstram o momento exato da contravenção penal em julgamento, sendo irrelevantes a constatação da sua autenticidade, já que a materialidade e autoria da infração penal

restaram comprovadas com as provas testemunhais. A esse respeito, o TJ/RS decidiu nos seguintes termos: Ementa: APELAÇÃO CRIMINAL. VIAS DE FATO. ART. 21 DO DECRETO-LEI N.º 3.688/41. VIOLÊNCIA DOMESTICA. LEI N.º 11.340/06. MATERIALIDADE E AUTORIACOMPROVADAS. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. BIS IN IDEM NÃO CONFIGURADO. PENA-BASE REDUZIDA. MANTIDAS ASDEMAIS DISPOSIÇÕES SENTENCIAIS. 1. A materialidade e a autoria da contravenção penal restaram devidamente comprovadas nos autos, em especial pela palavra da vítima e pelo relato de uma testemunha presencial. Além disso, a ausência de vestígios não é capaz de afastar a tipicidade do fato em questão. 2. Inviável o reconhecimento do princípio da intervenção mínima, tendo em vista que o delito envolve violência contra a pessoa. Além disso, a integridade física é preceito caracterizador da dignidade da pessoa humana, jamais podendo ser considerado como insignificante. Súmula 589 do STJ. 3. Basilar reduzida para o mínimo legal (15 dias). Na segunda fase, pela incidência da agravante prevista no art. 61, inc. II, f , do Código Penal, confirmado o aumento da pena em 06 dias (não há falar em bis in idem, visto que a relação doméstica não é elementar da contravenção de vias de fato). Pena definitiva redimensionada para 21 dias de prisão simples. Regime aberto confirmado. Preservada a suspensão condicional da pena pelo período mínimo de dois anos. Inviável a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos (Súmula 588 do STJ). RECURSO DEFENSIVO PARCIALMENTE PROVIDO. (Apelação Crime Nº 70081600272, Quinta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lizete Andreis Sebben, Julgado em 19/06/2019) O denunciado é penalmente imputável e os elementos contidos nos autos levam a depreender que tem discernimento para conhecer o caráter ilícito de sua conduta, e não há qualquer causa que exclua sua culpabilidade ou o isente de pena nem causas de exclusão da ilicitude (art. 23 do CPB). Dessa maneira, rejeito a tese de absolvição apresentada pela defesa em favor do denunciado (fls. 90/94), uma vez que com a instrução processual restou comprovado que o réu concorreu para a infração penal, constando nos autos conjunto probatório suficiente para fundamentar um decreto condenatório. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal, para CONDENAR o denunciado NELSON ANTÔNIO NAVARRO DE SOUSA como incurso nas penas do art. 21, da LCP. Passo a dosar a pena de Nelson Antônio Navarro de Sousa, de acordo com as circunstâncias judiciais, nos termos do artigo 59 do CPB: A conduta do denunciado não ultrapassou os limites indicados pelo tipo descrito no art. 21, da LCP. O réu é primário, porém possui alguns antecedentes criminais, conforme certidão à fl. 96 dos autos. Não há informações acerca de sua conduta social assim como não há elementos que indiquem como é sua personalidade, razão pela qual deixo de avaliá-la. As consequências do crime foram as próprias do tipo. Em observância aos parâmetros delineados pelo art. 59, do CPB, considerando os fundamentos acima expostos, fixo a pena base em 15 (quinze) dias de detenção, em virtude da ausência de qualquer circunstância judicial que autorize o seu aumento, eis que a conduta delituosa não extrapolou os elementos essenciais constitutivos do tipo penal, tornando-a definitiva, em razão de não haver circunstâncias agravantes ou atenuantes bem como de causa de aumento e de diminuição de pena. O regime do cumprimento da pena deverá ser o regime aberto, nos termos do art. 33, § 2º, "c", do Código Penal. Nos termos do art. 44, §2º, do CPB, substituo a supracitada pena por prestação de serviços à comunidade (art. 43, IV, do CPB), pelo mesmo período da condenação, qual seja, 15 (quinze) dias, na razão de 1(uma) hora de tarefa por dia de condenação. Condeno o denunciado ao pagamento de custas processuais, nos termos do art. 34 e art. 37, II, da Lei Estadual n. 8328/2015. Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos à Unidade Central de Arrecadação para cálculo das custas processuais finais. Encaminhem-se as peças necessárias à Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas. Procedam-se as anotações e comunicações necessárias. P.R.I.C. Belém, 26 de junho de 2019. SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do JECrim da Capital PROCESSO: 00099047720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:JEFFERSON FERREIRA DE ARAUJO VITIMA:U. T. M. . Gabinete da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém Processo nº 00099047720198140401 Decisão Interlocutória: Trata-se de TCO instaurado para apurar a suposta prática das condutas delituosas previstas nos arts. 329 e 331, do CPB, em que figura como autor do fato JEFFERSON FERREIRA DE ARAÚJO e como vítima O ESTADO. O Ministério Público requereu a declaração de incompetência deste juízo, alegando que a somatória das penas máximas dos crimes em questão supera o teto de dois anos, extrapolando a competência dos Juizados Especiais Criminais (fls. 19/20). Desse modo, verifica-se que são imputadas ao autor do fato infrações cuja soma da pena máxima abstrata ultrapassa o limite de 02 (dois) anos, consoante determina o art. 61, da Lei 9099/95, conforme se verifica abaixo: Art. 329 - Opor-se à execução de ato legal, mediante violência ou ameaça a funcionário competente para executá-lo ou a quem lhe esteja prestando auxílio: Pena - detenção, de dois meses a dois anos. Art. 331 - Desacatar funcionário público no exercício da

função ou em razão dela: Pena - detenção, de seis meses a dois anos, ou multa. A esse respeito, segue decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Pará: EMENTA: CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - ARTIGOS 147 e 331 DO CPB - CRIMES DE AMEAÇA E DESACATO - COMPETÊNCIA DEFINIDA PELA SOMA DAS PENAS MÁXIMAS COMINADAS AOS DELITOS - SUPERIORES A 02 (DOIS) ANOS - COMPETÊNCIA DO JUÍZO COMUM. A competência para processar e julgar o feito é do Juízo Comum, em decorrência deste ter sido instaurado para apurar a prática dos crimes de desacato e ameaça, em concurso, cujas penas máximas cominadas, em abstrato, somadas ultrapassam 02 (dois) anos, fugindo, com isso, da competência material dos Juizados Especiais Criminais, conforme o artigo 61 da Lei 9.099/95. - COMPETÊNCIA DECLARADA AO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA. (2015.00707262-04, 143.567, Rel. MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS, Órgão Julgador VARA CRIMINAL DE MARITUBA, Julgado em 2015-03-04, Publicado em 2015-03-05) Com efeito, o TJ/PA editou SÚMULA Nº 26 que enuncia: "Compete ao Juízo Criminal Comum processar e julgar ação na qual se imputam ao réu infrações cuja soma ou exasperação da pena máxima abstrata ultrapasse o limite de 2 (dois) anos previsto no art. 61 da Lei nº 9.099/1995". (PA-MEM-2017/23477). Pelo exposto, DECLARO A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DESTE JUIZADO para processar e julgar o presente feito, razão pela qual determino a remessa dos respectivos autos à distribuição, para que sejam encaminhados à Vara Competente, a quem couber por distribuição. Cientifique-se o Ministério Público. P.R.I.C.. Belém, 26 de junho de 2019. SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do JECrim da Capital PROCESSO: 00120811420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:ARNALDO CORREA DE MIRANDA VITIMA:O. E. . Gabinete da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém Processo nº 00120811420198140401 Despacho: Dê-se vista dos autos dos autos ao Ministério Público para manifestação. Belém, 27 de junho de 2019. SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do JECrim da Capital PROCESSO: 00128298020188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 INDICIADO:JEFFERSON FERREIRA LIMA VITIMA:P. V. G. M. VITIMA:V. M. I. . Gabinete da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém Processo n. 00128298020188140401 Decisão: Relatório dispensado com base no permissivo legal do art. 81, §3º, da Lei nº 9.099/95. Tratam os autos de termo circunstanciado de ocorrência instaurado para apurar a suposta prática dos crimes dos arts. 140 e 147, do CPB em que figura como autor do fato JEFFERSON FERREIRA LIMA e como vítima PABLO VINÍCIUS GARCIA MORAIS. O direito de oferecer queixa (ação penal privada) ou representação (ação penal pública condicionada) deverá ser exercido no prazo de seis meses, a contar da data do conhecimento da autoria da infração penal, consoante preceitua o art. 38 do CPP. Compulsando os autos, verifica-se a incidência do instituto da decadência, tanto do direito de representar como do direito de queixa da vítima, uma vez que esta não ofereceu representação nem queixa-crime no prazo legal (fls. 79/83). Ademais, o órgão ministerial manifestou-se pela extinção da punibilidade do autor do fato em virtude da ocorrência da decadência do direito de queixa e de representação. Pelo exposto, com fulcro no art. 38 do Código de Processo Penal, combinado com o art. 107, IV, do Código Penal, julgo extinta a punibilidade do crime em relação ao autor do fato JEFFERSON FERREIRA LIMA , ao qual foram imputados os delitos do art. 140 e 147, do CPB, pela ocorrência da decadência do direito de representação e de oferecer queixa-crime. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as anotações e comunicações necessárias. P.R.I.C. Sem custas. Belém, 27 de junho de 2019. SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do JECrim da Capital PROCESSO: 00195383420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:D. S. M. A. . Gabinete da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém Processo nº 00195383420188140401 Despacho: Considerando a decisão proferida pelo TJ/PA, nos autos n. 0001975-27.2018.814.0401, que julgou improcedente conflito de jurisdição entre o Juízo da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém e o Juízo da Vara Criminal de Crimes contra crianças e adolescentes de Belém, declarando a competência absoluta dos Juizados Especiais Criminais para processar e julgar os crimes de menor potencial ofensivo, ainda que haja menor de idade figurando como parte no processo, determino o prosseguimento do feito. Encaminhem-se os autos ao Ministério Público para manifestação. Cumpra-se. Belém, 26 de junho de 2019. SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do JECrim da Capital PROCESSO: 00256571120188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Ação: Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:RISONEIDA DE OLIVEIRA NASCIMENTO AUTOR DO FATO:MARCELO FERNANDES DO NASCIMENTO VITIMA:M. P.

S. . Gabinete da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal de Belém Processo nº 00256571120188140401 Decisão Interlocutória: Tratam os autos de notícia de fato encaminhada pelo Ministério Público, instaurada para apurar a suposta ocorrência do crime de lesão corporal (art. 129, do CPB) em que figura como autores do fato RISONEIDA DE OLIVEIRA NASCIMENTO e MARCELO FERNANDES NASCIMENTO e como vítima MAURO PUREZA DA SILVA. O Ministério Público requereu a declaração de incompetência deste juízo, alegando que os fatos descritos nos autos caracterizam o tipo objetivo do crime de tortura e que a sua pena máxima supera o teto de dois anos, extrapolando a competência dos Juizados Especiais Criminais (fls. 455/457). Dessa maneira, de acordo com o art. 1º, §1º, da Lei 9.455/97, consiste em crime de tortura submeter pessoa presa ou sujeita a medida de segurança, a sofrimento físico e mental, com o uso de meios não previstos em lei. Art. 1º Constitui crime de tortura: I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa; b) para provocar ação ou omissão de natureza criminosa; c) em razão de discriminação racial ou religiosa; II - submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo. Pena - reclusão, de dois a oito anos. § 1º Na mesma pena incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal. Compulsando os autos, verifica-se que no dia 21/01/2012 a vítima foi presa na ocasião em que uma equipe de fiscais da SECON realizava atividade fiscalizatória em frente ao Shopping Castanheira. Conforme se depreende das informações contidas neste procedimento, a vítima expressou sua insatisfação diante da apreensão das mercadorias que possuía, momento em que teria sido agarrado pelo pescoço e algemado por um GM identificado como Nascimento. Em seguida, a vítima teria sido atingida por uma tonfa pela GM Risoneida, provocando as lesões descritas no laudo à fl. 98. Ressalte-se que a vítima informou aos agentes públicos que é portador de deficiência física e que isso não os impediu de praticar as agressões, conforme relato à fl. 09. Outrossim, declarou que a GM Risoneida se aproximou dele e teria dito "tu é muito rebarbado" e, ato contínuo, desferiu o golpe de tonfa em seu rosto próximo ao olho esquerdo. Nesse momento, a vítima estava algemada e imobilizada com uma gravata pelo GM Nascimento, e o evento ocorreu nas proximidades do elevador que dá acesso à passarela do Pórtico Metrópole (fls. 09 e 172). Ademais, o GM Marcus Vinícius, informou em seu depoimento perante a Primeira Comissão de Processo Administrativo, que os guardas municipais Nascimento e Risoneida realizaram a condução da vítima do local em que foi imobilizado até o outro lado da BR 316 para aguardar a viatura de apoio que havia sido solicitada, e que neste momento esta não apresentava lesão. Porém, quando presenciou a entrada da vítima na VTR viu o ferimento no seu rosto (fls. 283/284). No âmbito da Administração Pública houve o reconhecimento da quebra de dever funcional, razão pela qual foi aplicada aos guardas municipais Risoneida e Nascimento a pena de suspensão (fls. 440/441). Portanto, verifica-se que os fatos descritos nos autos se amoldam ao tipo penal descrito no art. 1º, §1º, da Lei 9.455/97, configurando, em tese, o crime de tortura, uma vez que a vítima foi submetida a sofrimento físico e psíquico durante o momento que ficou detida com os guardas municipais. Com efeito, laudo de exame de corpo de delito atesta a materialidade do crime em apreço (fl. 98) e comprova que houve excesso no uso da força por parte dos guardas municipais, extrapolando a margem conferida aos agentes públicos pelo poder de polícia. Pelo exposto, DECLARO A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DESTE JUIZADO para processar e julgar o presente feito, razão pela qual determino a remessa dos respectivos autos à Vara competente, a quem couber por distribuição. Cientifique-se o Ministério Público. P.R.I.C.. Belém, 10 de junho de 2019. SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do JECrim da Capital PROCESSO: 00635365720158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 DENUNCIADO:ROZANGELA MENDES VITIMA:W. J. C. Representante(s): OAB 20677 - JOSE DA COSTA TOURINHO NETO (ADVOGADO) TESTEMUNHA:ELIDALVA ASSUNCAO TESTEMUNHA:ANDREIA ASSUNCAO. Gabinete da 5ª Vara do Juizado Especial Criminal da Capital Processo nº 00635365720158140401 Despacho: 1 - Considerando o requerimento do Ministério Público à fl. 62, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 08/08/2019, às 10h. 2 - Cite-se e intime-se a denunciada, através de Oficial de Justiça, consignando-se no mandado que deve comparecer devidamente acompanhada por seu advogado, e trazer suas testemunhas, ou apresentar requerimento para intimação destas, nos termos do art. 78, § 1º, da Lei nº 9.099/95. 3 - Intimem-se a vítima e as testemunhas arroladas pelo MP para comparecer à audiência. 4 - Cumpra-se. Belém, 26 de junho de 2019. SILVANA MARIA DE LIMA E SILVA Juíza de Direito Titular da 5ª Vara do JECrim da Capital

SECRETARIA DA VARA DO 1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA

Número do processo: 0800873-89.2017.8.14.0006 Participação: EXEQUENTE Nome: COLEGIO SISTEMA S/S LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: MARCUS VINICIUS BOTELHO BRITOOAB: 21028/PA Participação: EXECUTADO Nome: HERIKA FABIOLA DE OLIVEIRAVistos e etc. Relatório dispensado na forma da legislação correlata.Fundamento e decido.Conforme emana de certidão retro, verifico que mesmo devidamente intimadaa parte exequente parafins de manifestação quanto a localização do executado, esta restou silente, sem atender a determinação judicial.Desta forma,considerando que a execução, essencialmente processa-se pelo interesse do exequente, têm-se que tal desídia no atendimento ao comando judicial, além de evidenciar a ausência de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional que vindicou inicialmente, inviabilizao prosseguimento da execução, no momento.Prescreve a legislação:?Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei.§ 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor?Isso posto, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, na forma do art. 53, § 4º, da Lei dos Juizados Especiais, sem prejuízo de posterior reajuizamento da ação de execução, quando da localização do devedor e seus bens pelo credor.Sem custas judiciais. Na hipótese de trânsito em julgado, arquivem-se.P. R. I. C. Ananindeua-Pa., 11 de junho de 2019. ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECAJuíza de Direito Titular da 1ª VJEC de Ananindeua.

Número do processo: 0811782-59.2018.8.14.0006 Participação: EXEQUENTE Nome: SISTEMA DE ENSINO LOGOS LTDA. - ME Participação: ADVOGADO Nome: ANA PAULA CAVALCANTE NICOLAU DA COSTAOAB: 14886/PA Participação: EXECUTADO Nome: DANIEL DA CRUZ RAIOLATO ORDINATÓRIO0811782-59.2018.8.14.0006 (PJe). Com fundamento nos incisos II e VI do art. 152 do Código de Processo Civil e no Provimento nº 006/2006-CJRMB, bem como, zelando pelos princípios da celeridade e informalidade que regem o processo nos Juizados Especiais (art. 2º da Lei 9.099/95),INTIMOa parteEXEQUENTE: SISTEMA DE ENSINO LOGOS LTDA. - ME, através de seus patronos, para no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça ? ID nº 11220807, no que tange a informação de realização de acordo/pagamento, requerendo o que entender pertinente, sob pena de extinção da ação.Ananindeua-PA,28 de junho de 2019. ALAN BRABO DE OLIVEIRADiretor de Secretaria da 1ªVJECível de Ananindeua

Número do processo: 0807420-77.2019.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: FRANCISCO IVAN DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: JULIANA SALAME DE LIMA TORRESOAB: 23582/PA Participação: ADVOGADO Nome: OSVALDO JESUS SERRAO DE AQUINOOAB: 1705PA Participação: ADVOGADO Nome: EDIEL GAMA LOPESOAB: 906PASENTENÇA Relatório dispensado na forma da Legislação Correlata. Falece competência, em razão da matéria, a este Juizado Especial.Prescreve o ENUNCIADO 8 do FONAJE ?As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais. Consoante se vislumbra, todas as causas de procedimentos especiais não excepcionadas no art. 3º da lei de regência devem ser processadas e julgadas perante a jurisdição comum.É a hipótese dos autos. O rito do pedido de alvará judicial, quer o regulado pela Lei nº 6.858/80, quer o procedimento especial de jurisdição voluntária, não se encontra entre aqueles mencionados pelo legislador como de competência dos Juizados Especiais.Nesses ínterim, prescreve o art. 51, II, da Lei dos Juizados Especiais:?Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: II - quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação; (...)?. Isso posto, declaro a incompetência deste juízo para processar e julgar a presente ação e julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, na forma do art. 51 da Lei 9.099/95, devendo o feito ser proposto junto ao Juízo competente.Sem custas. Na hipótese de trânsito em julgado, arquivem-se. P. R. I. C. Ananindeua-PA, 27 de junho de 2019. ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECAJuíza de Direito Titular ad 1ª VJEC de Ananindeua.

Número do processo: 0800349-35.2015.8.14.0953 Participação: EXEQUENTE Nome: TRANSPORTE RAPIDO ITAQUA EIRELI - EPP Participação: ADVOGADO Nome: CAIO GUSTAVO SILVA FERREIRAOAB: 15939/PA Participação: ADVOGADO Nome: MICHEL SANTOS BATISTAOAB: 18712/PA Participação: EXECUTADO Nome: LUCIO FLAVIO GUIMARAES VIEIRAVistos e etc. Relatório dispensado na forma da legislação correlata.Fundamento e decido.Considerando que as diligências determinadas no despacho retro já constam cumpridas pela secretaria, torno sem efeito o aludido despacho.Nesse ínterim, em análise aos presentes autos verifico que intimado o autor para suprir a falta existente nos presentes autos, quanto a localização da parte demandada, este deixou de promover a diligência que lhe incumbia, conforme depreende-se do certificado em ID.10317950.É cediço que o desatendimento imotivado aos comandos judiciais para dar andamento ao feito, notadamente quanto ao cumprimento de diligências que dependem de providências por parte do requerente, com vistas ao bom andamento da ação, esvazia o conteúdo de eventual provimento judicial quanto ao mérito, uma vez que impossibilita seu alcance.Consequentemente, tal desídia evidencia a ausência de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional que vindicou inicialmente, fato esse que enseja a extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI do NCPC/2015.Pelo exposto, configurada a falta de interesse processual superveniente, consubstanciado, pela ausência de cumprimento à diligencia essencial ao processamento do feito, com fundamento no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil de 2015, declaro extinto o processo sem resolução do mérito.Sem custas judiciais. Na hipótese de trânsito em julgado, arquivem-se.P. R. I. C. Ananindeua-Pa., 12 de junho de 2019. ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECAJuíza de Direito Titular da 1ª VJEC de Ananindeua.

Número do processo: 0806160-62.2019.8.14.0006 Participação: RECLAMANTE Nome: RONALDO DE OLIVEIRA NASCIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: KELLY MARIA DA CRUZ TEIXEIRAOAB: 19457/PA Participação: ADVOGADO Nome: ELINA SOZINHO CARDOSOOAB: 21522/PA Participação: RECLAMADO Nome: PATRICIA TEIXEIRA BECKMANVistos e etc. Relatório dispensado na forma da legislação correlata.Fundamento e decido.Em análise aos presentes autos verifico que intimado o autor para suprir a falta existente nos presentes autos, quanto a localização da parte demandada, este deixou de promover a diligência que lhe incumbia, conforme depreende-se do certificado retro.É cediço que o desatendimento imotivado aos comandos judiciais para dar andamento ao feito, notadamente quanto ao cumprimento de diligências que dependem de providências por parte do requerente, com vistas ao bom andamento da ação, esvazia o conteúdo de eventual provimento judicial quanto ao mérito, uma vez que impossibilita seu alcance.Consequentemente, tal desídia evidencia a ausência de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional que vindicou inicialmente, fato esse que enseja a extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI do NCPC/2015.Pelo exposto, configurada a falta de interesse processual superveniente, consubstanciado, pela ausência de cumprimento à diligencia essencial ao processamento do feito, com fundamento no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil de 2015, declaro extinto o processo sem resolução do mérito.Sem custas judiciais. Na hipótese de trânsito em julgado, arquivem-se.P. R. I. C. Ananindeua-Pa., 12 de junho de 2019. ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECAJuíza de Direito Titular da 1ª VJEC de Ananindeua.

Número do processo: 0803177-90.2019.8.14.0006 Participação: RECLAMANTE Nome: SONIA MARIA DE SOUSA RODRIGUES Participação: RECLAMADO Nome: LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA. Participação: ADVOGADO Nome: MAX PINHEIRO MARTINS JUNIOROAB: 18711/PAATO ORDINATÓRIOCom fundamento no inciso II do art. 152 do Código de Processo Civil, e no Provimento nº 006/2006-CJRMBo qual delega poderes a este Diretor de Secretaria,para praticar atos de administração e expediente, sem caráter decisório, bem como, zelando pelo princípio da celeridade processual (art. 2º da Lei 9.099/95), e considerando a informação contida no ID nº 1125642.INTIMO a parte demandada acerca da nova data designada para a audiência de instrução e julgamento, qual seja:21/08/2019, às 11:30hs.Ananindeua/PA., 27 de junho de 2019. ALAN BRABO DE OLIVEIRA Diretor de Secretaria da 1ªVJECível de Ananindeua

Número do processo: 0801270-51.2017.8.14.0006 Participação: EXEQUENTE Nome: ANDERSON MAURICIO ARAUJO OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS MAURICIO DA COSTA OLIVEIRAOAB: 8300 Participação: EXECUTADO Nome: ROBERTO RODRIGUES BESSAVistos e etc. Relatório dispensado na forma da legislação correlata.Fundamento e decido.Conforme emana de certidão retro, verifico que mesmo devidamente intimadaa parte exequente parafins de manifestação quanto a localização do executado, esta restou silente, sem atender a determinação judicial.Desta forma,considerando que a execução, essencialmente processa-se pelo interesse do exequente, têm-se que tal desídia no atendimento ao comando judicial, além de evidenciar a ausência de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional que vindicou inicialmente, inviabilizao prosseguimento da execução, no momento.Prescreve a legislação:?Art. 53. A execução de título executivo extrajudicial, no valor de até quarenta salários mínimos, obedecerá ao disposto no Código de Processo Civil, com as modificações introduzidas por esta Lei.§ 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor?A corroborar:?ENUNCIADO 75 (Substitui o Enunciado 45) ? A hipótese do § 4º, do 53, da Lei 9.099/1995, também se aplica às execuções de título judicial, entregando-se ao exeqüente, no caso, certidão do seu crédito, como título para futura execução, sem prejuízo da manutenção do nome do executado no Cartório Distribuidor (nova redação ? XXI Encontro ? Vitória/ES)?.Isso posto, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, na forma do art. 53, § 4º, da Lei dos Juizados Especiais, sem prejuízo de posterior reajuizamento da ação de execução, quando da localização do devedor e seus bens pelo credor.Sem custas judiciais. Na hipótese de trânsito em julgado, arquivem-se.P. R. I. C. Ananindeua-Pa., 30 de maio de 2019.

Número do processo: 0807298-64.2019.8.14.0006 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA DE FATIMA MENEZES Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE SANTOS FERNANDESOAB: 28279/PA Participação: ADVOGADO Nome: HUGO ALVARES PIRESOAB: 27950/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPAVistos e etc.Relatório dispensado na forma da Legislação correlata.Fundamento e Decido.Analisando os presentes autos verifico que busca a parte autora através da presente ação ver declarado inexistente o débito de R$45.170,18, referente ao Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento junto a reclamada, bem como, o ressarcimento dos alegados indébitos no montante de R$13.551,44, mais o ressarcimento dos danos materiais atinentes aos aduzidos prejuízos com aparelhos eletrônicos danificados, cuja somatória é de R$6.161,72, e, ainda, indenização pelos danos morais sofridos no montante de R$20.000,00, conforme se depreende dos documentos anexados à inicial.Assim, o valor da causa, como forma de balizamento da competência dos Juizados Especiais deve corresponder ao benefício econômico almejado, que no caso corresponde a somatória destes valores, totalizando R$84.883,34, sobre o qual ainda serão devidas as atualizações monetárias, os quais totalizam montante que ultrapassa a alçada de 40 (quarenta) salários mínimos vigentes no país, em evidente contrariedade ao artigo 3º, I da Lei 9.099/95, pelo que inadmissível seu processamento, sob o rito sumaríssimo estabelecido aos Juizados Especiais Cíveis.Prescreve o art. 51, II, da Lei dos Juizados Especiais:?Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: II - quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei (...)?Isso posto, julgo extinto o processo, sem julgamento de mérito, em face da incompetência dos Juizados Especiais,na forma do art. 51 da Lei 9.099/95, devendo o feito ser proposto junto ao Juízo competente, com apoio no art. 3º, I, da Lei nº 9.099/95,do Código de Processo Civil.Sem custas judiciais.Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.P. R. I. C. Ananindeua-Pa., 27 de junho de 2019. ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECAJuíza de Direito Titular da 1ª VJEC de Ananindeua.

Número do processo: 0801385-04.2019.8.14.0006 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO VIA ROMA RESIDENCIAL Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL PIEDADE DE LIMAOAB: 20443/PA Participação: ADVOGADO Nome: SIGLIA BETANIA DE OLIVEIRAOAB: 17470/PA Participação: EXECUTADO Nome: ELISIA BERNADETT MELO ABDONPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUAINTIMAÇÃOELETRONICAPROC. 0801385-04.2019.8.14.0006EXEQUENTE: CONDOMINIO VIA ROMA RESIDENCIALEXECUTADO: ELISIA BERNADETT MELO ABDONDe ordem daExmª. Sra. ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECA, Juíza de Direito, na forma dos arts. 19 e 18, III, da Lei nº 9.099/95,está, Vossa Senhoria, pela presente,INTIMADAa fornecer,noprazo decincodias,oendereço

atualizado do reclamado para prosseguimento do feito sob pena de extinção do processo.EXEQUENTE: CONDOMINIO VIA ROMA RESIDENCIALAnanindeua, Pa28 de junho de 2019Marcos José Gomes RodriguesAnalista Judiciário da 1ª Vara do Juizado Especial Cível de AnanindeuaDocumento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06

Número do processo: 0801530-94.2018.8.14.0006 Participação: RECLAMANTE Nome: PAULA FERNANDA MAGALHAES CARDOSO Participação: ADVOGADO Nome: IAGO DA CUNHA CARDOSO SILVAOAB: 23325/PA Participação: ADVOGADO Nome: DANIEL ANTONIO SIMOES GUALBERTOOAB: 296PA Participação: ADVOGADO Nome: RUAN SANTIAGO FERREIRAOAB: 761PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: JIMMY SOUZA DO CARMOOAB: 18329/PA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANO PALERMO COELHOOAB: 12077/PAVistos e etc. Relatório dispensado na forma da legislação correlata.Fundamento e decido.Em análise aos presentes autos verifico que intimado o reclamado, ora exequente (ID.102999376) para apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do cálculo atinente a condenação (deferido pedido contraposto), nos termos do art. 523 e 524 do CPC, possibilitando o início da fase de cumprimento de sentença este restou silente, conforme se depreende do retro certificado, permanecendo o feito paralisado.O desatendimento imotivado aos comandos judiciais para dar andamento ao feito, com vistas ao bom andamento da ação, evidencia a ausência de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional que vindicou inicialmente, fato esse que enseja a extinção do feito.Isto posto e considerando que a execução, essencialmente processa-se pelo interesse do exequente, resta inviabilizado o seu prosseguimento, no momento.Pelo exposto, configurada a falta de interesse processual superveniente, consubstanciado, pelo abandono processual, com fundamento no art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil de 2015, declaro extinto o processo sem resolução do mérito.Sem custas judiciais. Na hipótese de trânsito em julgado, arquivem-se.P. R. I. C. Ananindeua-Pa., 11 de junho de 2019. ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECAJuíza de Direito Titular da 1ª VJEC de Ananindeua.

Número do processo: 0802549-78.2016.8.14.0953 Participação: RECLAMANTE Nome: M & F COM. DE PNEUS E PECAS LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: SILVANA SAMPAIO LIMAOAB: 21943/PA Participação: RECLAMADO Nome: VAZLOG DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA - EPP Participação: RECLAMADO Nome: GONTIJO REPRESENTACOES LTDA - MEVistos etc., Dispenso o relatório, conforme autoriza o art. 38, da Lei nº 9.099/95.Trata-se de ação de obrigação de fazer consistente na sustação de protestos c/c indenização por danos morais, decorrentes de descumprimento contratual das demandas, que não respeitaram as datas avençadas para vencimento da dívida.Emana dos autos que, tendo o juízo, à época, se reservado para apreciação da tutela pleiteada após a audiência designada, o autor atravessou Embargos de Declaração contra o referido despacho, os quais deixo de conhecer a uma, por ausência de previsão legal para tanto, a duas, por tratar-se a peça em roga de mera insatisfação com a posição adotada,objetivo este que não corresponde ao que se pretende com a oposição de embargos declaratórios, que devem atender às hipóteses de cabimento contidas no artigo 48 da Lei 9.099/95 e, subsidiariamente, ao art. 1022 do NCPC. Da revelia.Em sede de audiências judiciais a primeira demandada, VAZLOG DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA - EPP, regularmente citada e intimada, não compareceu ou justificou sua ausência.De outro modo, verifico que a segunda demandada, GONTIJO REPRESENTAÇÕES LTDA - ME, não restou citada, por isso ausente.Assim tendo ocorrido, o autor desistiu do feito em relação a GONTIJO REPRESENTAÇÕES LTDA - ME, pugnando pela decretação da revelia do primeiro reclamado VAZLOG DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA ? EPP, bem como pelo julgamento antecipado da lide.Assim, tal ausência implica na decretação de sua revelia e confissão quanto à matéria de fato, consoante estabelece o art. 20, caput, da Lei 9.099/95,in verbis: ?Art. 20.Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz?.Fundamento e Decido.A ação indenizatória tem como causa de pedir a alegada responsabilidade objetiva da reclamada por defeito na prestação dos serviços contratados.Os serviços prestados por sociedades empresárias estão submetidos às disposições do Código de Defesa do Consumidor, enquanto relação de consumo, nos termos do artigo 3º, § 2º, por isso, a responsabilidade em roga é de ordem objetiva, a qual independe de culpa, como estabelece o artigo 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor,in verbis:?Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de

culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos...?Entretanto, se ficar provado que o dano se deu por culpa exclusiva do consumidor, o prestador de serviços não será responsabilizado, nos termos do §3.º, do artigo 14, supracitado, o qual transcrevemos abaixo:?...§ 3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro...?Assim, analisando o conjunto probatório colecionado ao feito há de ser reconhecida não apenas a relação negocial entre as partes mas, também, a narrativa dos fatos que ensejaram a propositura da ação, segundo a versão deduzida pela parte autora.Imperioso registrar que a parte demandante trouxe aos autos documentos que comprovam o negócio jurídico, os valores devidos e, em que pese a existência de dois documentos divergindo quanto as datas definidas para os vencimentos das parcelas, resta evidenciado pelas trocas de mensagens entre a empresa ré e o autor que os protestos ocorridos se deram em razão de equívocos lamentados expressamente pela primeira reclamada, conjunto probatório esse que, somado a ausência de comprovação pela ré de qualquer fatoimpeditivo, modificativo ou extintivo do direito alegado pelo autor, corrobora com a narrativa inferida pelo reclamante.Ressalte-se que emana dos autos que o autor ainda tentou resolver administrativamente o imbróglio, e não sendo solucionada a questão através da sustação dos protestos, procedeu ao cancelamento da compra dos produtos em questão.Vislumbra-se, assim, ato ilícito da demandada em sua atividade que, por ausência de cautela, antecipou o vencimento de dívida, protestando os valores correspondentes, o que, por inexorável nexo de causalidade, liga-se à pessoa e economia do demandante, tornando plausível a aplicação da responsabilidade civil objetiva em relação à demandada.Nesse sentido o artigo 186 do Código Civil, dispõe que ?aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imperícia, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito?.Pelo que declaro indevidos os protestos objeto da lide, nos valores de R$1.562,30 ? vencido em 17/04/2016 (duplicata nº 03119391) e R$1.214,78 ? vencido em 07/05/2016 (duplicata nº 0319392), bem como, declaro indevida a inserção do nome da parte autora em cadastros de proteção ao crédito em razão de tais parcelas, devendo a reclamada proceder a sustação dos referidos protestos e a retirada da inscrição se ainda existenteNo que se refere ao dano moral, é certo que a falha da demandada culmina com o lançamento de restrição de crédito claramente irregular, surgindo o dever de reparação dos danos advindos de sua conduta, pelo que, o dano moral é claro diante da mácula à honra objetiva da empresa.O lançamento do nome da empresa autora em cadastros restritivos de crédito impõe inegável mácula à sua imagem e bom nome perante clientes, fornecedores e instituições financeiras, chegando até mesmo a por em dúvida sua saúde financeira e a capacidade de arcar com compromissos assumidos, o qual é suficiente para comprovar o dano moral à parte, autorizando a indenização por tal ato. Não é outra a jurisprudência pátria,in verbis:Apelação cível. Ação indenizatória. Negativação indevida do nome da pessoa jurídica. Violação à honra objetiva. Dano moral configurado. 1. In casu, verifica-se que, malgrado a extinção do contrato, a ré insistiu na cobrança de débito indevido (assim considerado através de decisão judicial) e promoveu a negativação do nome da sociedade autora. 2. Deste modo, observa-se que a negativação indevida causou inegável dano moral à honra objetiva da pessoa jurídica, pois tornou pública uma situação de inadimplência, que sequer era verdadeira. Nesta parte, diante das circunstâncias do caso concreto, especialmente considerando que a parte autora ficou impedida de obter empréstimos perante instituições financeiras diversas, entendo que o valor de R$ 15.000,00 revela-se justo e adequado. 3. Provimento ao apelo. (TJRJ - 0176270-51.2012.8.19.0001 ? APELAÇÃO - Des(a). MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES - Julgamento: 25/02/2014 - VIGÉSIMA SÉTIMA CÂMARA CÍVEL ? Publicação 13/03/2014)Na fixação do valor devido a título de indenização por dano moral, prevalecerá o prudente arbítrio do julgador, levando-se em conta as circunstâncias do caso, a situação das partes e evitando que a verba indenizatória se traduza em captação de vantagem indevida para a parte requerente, pelo que fixo o valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), a título de indenização por danos morais, por entender que este atende aos requisitos supracitados.DispositivoDiante das razões expostas, homologo o pedido de desistência da ação relativo a CONSTRUTORA TENDA S/A, julgando extinto o presente feito, sem apreciar o mérito, na forma do art. 485, VIII, CPC.Enquanto em relação a VAZLOG DISTRIBUIDORA E LOGISTICA LTDA - EPP julgo procedentes os pedidos e o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, I do NCPC, para o fim de:a) DECLARAR indevidos os protestos objeto da lide, nos valores de R$1.562,30 ? vencido em 17/04/2016 (duplicata nº 03119391) e R$1.214,78 ? vencido em 07/05/2016 (duplicata nº 0319392), bem como, indevida a inserção do nome da parte autora em cadastros de proteção ao crédito em razão de tais parcelas.b) Consequentemente, CONDENO a reclamada a obrigação de fazer consistente em PROCEDER a sustação dos referidos protestos e a retirada da inscrição se ainda existentec) E, ainda, CONDENO a reclamada a PAGAR a requerente, a título de indenização por danos morais, na quantia de R$7.000,00 (sete mil reais), acrescidos de correção

monetária pelo INPC a partir do arbitramento (súmula 362 STJ) e juros moratórios simples de 1% ao mês, contados a partir da citação, até o seu efetivo pagamento.Isento as partes de custas, despesas processuais e honorários de sucumbência, em virtude da gratuidade do primeiro grau de jurisdição nos Juizados Especiais (arts. 54 e 55, da Lei n.º 9099/95).PRI. Transitada em julgado, certifique-se e arquive-se. Ananindeua, 27 de junho de 2019. ROSA MARIA MOREIRA DA FONSECAJuíza de Direito, Titular da 1ª VJEC.

SECRETARIA DA VARA DO 2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE ANANINDEUA

Número do processo: 0001875-42.2011.8.14.0943 Participação: EXEQUENTE Nome: JOAO BERNARDES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO DE SIQUEIRA ARRAISOAB: 2325 Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO BATISTA GERHARDTOAB: 7028 Participação: EXEQUENTE Nome: NEUSA SOLAINE ALVES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO DE SIQUEIRA ARRAISOAB: 2325 Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO BATISTA GERHARDTOAB: 7028 Participação: EXECUTADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: JIMMY SOUZA DO CARMOOAB: 18329/PAVistos etc, Dispensado o relatório, forte no artigo 38, da LJE. Decido.Verifico que a penhora eletrônica, via BACENJUD restou frutífera: Assim, considerando que a parte executada se manifestou favorável ao bloqueio, pleiteando a consequente extinção do feito, EXPEÇA-SE ALVARÁ, do valor devido da execução em favor da parte promovente ou de seu patrono com poderes para tanto.Isto posto, JULGO EXTINTO o presente processo, com resolução de mérito, na forma do artigo 924, inc. II, do NCPC. Após as formalidades de costume, arquivem-se os autos.Sem custas, nos termos do artigo 54 da LJE.Ananindeua, 06 de junho de 2019.

Número do processo: 0001875-42.2011.8.14.0943 Participação: EXEQUENTE Nome: JOAO BERNARDES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO DE SIQUEIRA ARRAISOAB: 2325 Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO BATISTA GERHARDTOAB: 7028 Participação: EXEQUENTE Nome: NEUSA SOLAINE ALVES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO DE SIQUEIRA ARRAISOAB: 2325 Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO BATISTA GERHARDTOAB: 7028 Participação: EXECUTADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: JIMMY SOUZA DO CARMOOAB: 18329/PAVistos etc, Dispensado o relatório, forte no artigo 38, da LJE. Decido.Verifico que a penhora eletrônica, via BACENJUD restou frutífera: Assim, considerando que a parte executada se manifestou favorável ao bloqueio, pleiteando a consequente extinção do feito, EXPEÇA-SE ALVARÁ, do valor devido da execução em favor da parte promovente ou de seu patrono com poderes para tanto.Isto posto, JULGO EXTINTO o presente processo, com resolução de mérito, na forma do artigo 924, inc. II, do NCPC. Após as formalidades de costume, arquivem-se os autos.Sem custas, nos termos do artigo 54 da LJE.Ananindeua, 06 de junho de 2019.

Número do processo: 0000188-59.2013.8.14.0943 Participação: EXEQUENTE Nome: MARIA ZENEIDE DOS SANTOS BITTENCOURT Participação: ADVOGADO Nome: ANA CLAUDIA GODINHO RODRIGUESOAB: 5467 Participação: EXECUTADO Nome: BRADESCO S/A Participação: ADVOGADO Nome: ACACIO FERNANDES ROBOREDOOAB: 13904/PAVistos etc, Dispensado o relatório, forte no artigo 38, da LJE. Decido.Considerando que a parte executada se manifestou favorável ao bloqueio, pleiteando a consequente extinção do feito, EXPEÇA-SE ALVARÁ, do valor devido da execução em favor da parte promovente, bem como o de eventual valor remanescente, em favor do banco executado.Isto posto, JULGO EXTINTO o presente processo, com resolução de mérito, na forma do artigo 924, inc. II, do NCPC. Após as formalidades de costume, arquivem-se os autos. Sem custas, nos termos do artigo 54 da LJE.Ananindeua, 06 de junho de 2019.

Número do processo: 0800455-54.2017.8.14.0006 Participação: EXEQUENTE Nome: WELLINTON BARBOSA MADEIRA Participação: ADVOGADO Nome: DEYSE HELLEM DA SILVA LIMAOAB: 200587/PA Participação: ADVOGADO Nome: FRANCISCO HOSANAN DE OLIVEIRAOAB: 3138/PA Participação: EXECUTADO Nome: TIM CELULAR S.A. Participação: ADVOGADO Nome: CASSIO CHAVES CUNHAOAB: 12268/PA Vistos etc., Diante da inexistência de bens a serem penhorados, impõe-se a extinção da presente execução, nos termos do artigo 53, § 4.º da LJE.Isso posto, JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO DE EXECUÇÃO, com fulcro no § 4.º, do artigo 53, da Lei 9.099/95, pelo que, transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos.Caso requerido pela parte exequente, autorizo desde logo a expedição de certidão para os fins de inserção no cadastro de inadimplentes,

consoante enunciado 76 do FONAJE. Ananindeua, 25 de junho de 2019.

Número do processo: 0002747-23.2012.8.14.0943 Participação: EXEQUENTE Nome: ROSELI DA SILVA PINTO Participação: ADVOGADO Nome: ERIVANE FERNANDES BARROSOOAB: 887 Participação: EXECUTADO Nome: MAXIMA ASSISTENCIA BELEM Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO DA SILVA DIASOAB: 15262 Participação: ADVOGADO Nome: OSVALDO NASCIMENTO GENUOAB: 1825 Participação: ADVOGADO Nome: JANIO SOUZA NASCIMENTOOAB: 5157/PA Vistos etc., Diante da inexistência de bens a serem penhorados, impõe-se a extinção da presente execução, nos termos do artigo 53, § 4.º da LJE.Isso posto, JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO DE EXECUÇÃO, com fulcro no § 4.º, do artigo 53, da Lei 9.099/95, pelo que, transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos.Caso requerido pela parte exequente, autorizo desde logo a expedição de certidão para os fins de inserção no cadastro de inadimplentes, consoante enunciado 76 do FONAJE. Ananindeua, 25 de junho de 2019.

SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARITUBA

Número do processo: 0800758-41.2018.8.14.0133 Participação: RECLAMANTE Nome: SUELY MARIA PINHEIRO DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: RODRIGO SARAIVA KRATKAOAB: 45009/GO Participação: RECLAMADO Nome: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO-PADRONIZADOS NPL I Participação: ADVOGADO Nome: ALAN DE OLIVEIRA SILVAOAB: 8322SP Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANO DA SILVA BURATTOOAB: 9235 PROCESSO 0800758-41.2018.8.14.0133 DESPACHO R.H. Defiro o pedido de execução. Pague o executado no prazo de 03 dias o débito apontado pelo exequente, cf. memorial de cálculo juntado, sob pena de penhora. Na forma do Enunciado Cível Fonaje 117, cuja transcrição abaixo colaciono, garantido o juízo, fica o executado intimado para, querendo, opor embargos no prazo de 15 dias, na forma do art. 915 e seguintes do CPC/15. ENUNCIADO 117 ? É obrigatória a segurança do Juízo pela penhora para apresentação de embargos à execução de título judicial ou extrajudicial perante o Juizado Especial (XXI Encontro ? Vitória/ES). A guia de depósito judicial pode ser emitida através do linkhttps://apps.tjpa.jus.br/DepositosJudiciaisOnline/EmitirGuiaDepositoJudicialOnline.aspx Cumpra-se.Marituba, 24 de junho de 2019. GERALDO CUNHA DA LUZJUIZ DE DIREITO

Número do processo: 0006773-35.2013.8.14.0133 Participação: RECLAMANTE Nome: ANA MARIA DA SILVA LIMA Participação: ADVOGADO Nome: RAYANE MAYARA CASTRO RABELOOAB: 017252/PA Participação: ADVOGADO Nome: MARILIA BENTES PAES PACHECOOAB: 23054/PA Participação: ADVOGADO Nome: THAIANE DE MATOS LIMAOAB: 016925/PA Participação: RECLAMADO Nome: TELEMAR NORTE LESTE S/A Participação: ADVOGADO Nome: ELADIO MIRANDA LIMAOAB: 86235/RJPROCESSO 0006773-35.2013.8.14.0133 DECISÃO R.h. A despeito da petição de ID 9227610 - Petição (4947233: C:\fakepath\ANA MARIA DA SILVA LIMA Petição levantamento depósito integral), cumpre esclarecer: Os autos desceram turma recursal em01/08/2016; Em 03/08/2016 o magistrado despachou e expediu intimação comunicando as partes acerca da devolução dos autos e para que o réu quitar as obrigações pendentes (multa + honorários + custas) e o autor, caso desejasse, apresentasse conta corrente para recebimento do valor penhorado e ratificado como devido a requerente pela turma revisora, sendo o réu intimado em 04/082016 por meio de seu patrono, Dr. ELADIO MIRANDA LIMA. Em 03/08/2016 a autora informou conta bancária e solicitou o levantamento da penhora; Em 05/082016 foi determinada a expedição de alvará na forma requerida pela autora, sendo cumprida a ordem de levantamento em 09/08/2016, cf. extrato de subconta (anexo); Somente na data de 16/08/2016 foi que o réu informou ao juízo acerca do pedido de recuperação judicial, ou seja, após a expedição do alvará. Pelo todo o exposto, não há que se falar em levantamento de valores em favor do réu em razão da homologação da recuperação judicial, uma vez que levantado pelo autor, antes de qualquer comunicação do fato suspensivo, o valor decidido como devido pela turma recursal. Aguarde-se os autos em Secretaria até a solução da recuperação judicial ou termo da suspensão determinada pelo juízo falimentar, para fins de continuidade da execução. Intimem-se. Marituba, 27 de junho de 2019. GERALDO CUNHA DA LUZJuiz de Direito

ACÓRDÃO: 205816 COMARCA: BARCARENA DATA DE JULGAMENTO: 14/05/2019 00:00 PROCESSO: 00088495320128140008 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO CÂMARA: 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA Ação: Apelação Cível em: APELANTE:MARIA FRANCINETE MAGNO DE JESUS Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) OAB 12722 - FRANCISCO OTAVIO DOS SANTOS PALHETA JR (ADVOGADO) APELADO:ALUNORTE ALUMINIO DO NORTE DO BRASIL SA Representante(s): OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) EMENTA: . DIREITO AMBIENTAL. AGRAVO INTERNO. REPARAÇÃO CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUSÊNCIA DE PROVAS. RECURSO ESPECIAL 1.114.398/PR ? REPETITIVO DE CONTROVÉRSIA. QUESTÃO PACIFICADA NA COLENDA CORTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Trata-se de agravo interno contra decisão monocrática deste Relator que negou seguimento à apelação interposta pelo recorrente em face de ALUNORTE ? Alumina do Norte do Brasil S/A. 2. Cediço que a regra processual civil, tanto a pretérita como a vigente, impõe que a inicial deve vir acostada de documentos que comprovem o direito do demandante (art. 396 do CPC/1973 e art. 434 do CPC/2015), e que o ônus probatório, salvo exceções legais, é de encargo do demandante (art. 333, I, do CPC/1973 e art. 373, I, do CPC/2015). 3. Dessa maneira, no caso em comento, não constam nos autos quaisquer imagens, áudios, receitas médicas, prescrições de medicamentos, prontuários hospitalares, laudos técnicos, reportagens dos danos sofridos publicadas nos meios de comunicação, comprovantes de gastos em razão da poluição comprovariam que o agravante sofreu psicologicamente, ou que teve prejuízos de ordem financeira, ou mesmo deixou de auferir lucro em razão das consequências físico-químicas do acidente em Barcarena. 4. Ademais, o Colendo STJ enfrentou questão semelhante quando julgou, em sede de recurso repetitivo de controvérsia, o acidente ambiental decorrente do choque do Navio NORMA T no Porto de Paranaguá (PR), que deixou vazar nafta nas águas da região (REsp Nº 1.114.398/PR). Destarte, na esteira deste julgado repetitivo de controvérsia, entendo que o dano moral e material em questão só se configuraria caso o postulante provasse ser pescador inscrito, à data do evento danoso, no departamento competente do Ministério da Pesca, Agricultura e Abastecimento e que demonstrasse, ainda que minimamente, os prejuízos sofridos em decorrência do desastre ambiental. 5. O recorrente também reclama que o julgamento antecipado da lide o privou do contraditório e ampla defesa. O STJ e o STF têm posicionamento pacífico que não há ofensa àquele princípio constitucional se o magistrado antecipa o julgamento da lide quando está convencido de que os elementos nos autos são suficientes para embasar o seu convencimento. 6. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: 205817 COMARCA: BARCARENA DATA DE JULGAMENTO: 14/05/2019 00:00 PROCESSO: 00085637520128140008 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO CÂMARA: 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA Ação: Apelação Cível em: APELANTE:MARIA JOSE DA SILVA CORREA Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) OAB 17975 - PEDRO ERNESTO MEIRELES SOARES (ADVOGADO) APELADO:ALUNORTE ALUMINIO DO NORTE DO BRASIL SA Representante(s): OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) OAB 15955 - LUCIANA DA MODA BOTELHO (ADVOGADO) EMENTA: . DIREITO AMBIENTAL. AGRAVO INTERNO. REPARAÇÃO CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUSÊNCIA DE PROVAS. RECURSO ESPECIAL 1.114.398/PR ? REPETITIVO DE CONTROVÉRSIA. QUESTÃO PACIFICADA NA COLENDA CORTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Trata-se de agravo interno contra decisão monocrática deste Relator que negou seguimento à apelação interposta pelo recorrente em face de ALUNORTE ? Alumina do Norte do Brasil S/A. 2. Cediço que a regra processual civil, tanto a pretérita como a vigente, impõe que a inicial deve vir acostada de documentos que comprovem o direito do demandante (art. 396 do CPC/1973 e art. 434 do CPC/2015), e que o ônus probatório, salvo exceções legais, é de encargo do demandante (art. 333, I, do CPC/1973 e art. 373, I, do CPC/2015). 3. Dessa maneira, no caso em comento, não constam nos autos quaisquer imagens, áudios, receitas médicas, prescrições de medicamentos, prontuários hospitalares, laudos técnicos, reportagens dos danos sofridos publicadas nos meios de comunicação, comprovantes de gastos em razão da poluição comprovariam que o agravante sofreu psicologicamente, ou que teve prejuízos de ordem financeira, ou mesmo deixou de auferir lucro em razão das consequências físico-químicas do acidente em Barcarena. 4. Ademais, o Colendo STJ enfrentou questão semelhante quando julgou, em sede de recurso repetitivo de controvérsia, o acidente ambiental

decorrente do choque do Navio NORMA T no Porto de Paranaguá (PR), que deixou vazar nafta nas águas da região (REsp Nº 1.114.398/PR). Destarte, na esteira deste julgado repetitivo de controvérsia, entendo que o dano moral e material em questão só se configuraria caso o postulante provasse ser pescador inscrito, à data do evento danoso, no departamento competente do Ministério da Pesca, Agricultura e Abastecimento e que demonstrasse, ainda que minimamente, os prejuízos sofridos em decorrência do desastre ambiental. 5. O recorrente também reclama que o julgamento antecipado da lide o privou do contraditório e ampla defesa. O STJ e o STF têm posicionamento pacífico que não há ofensa àquele princípio constitucional se o magistrado antecipa o julgamento da lide quando está convencido de que os elementos nos autos são suficientes para embasar o seu convencimento. 6. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: 205818 COMARCA: BARCARENA DATA DE JULGAMENTO: 14/05/2019 00:00 PROCESSO: 00079098820128140008 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO CÂMARA: 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA Ação: Apelação Cível em: APELANTE:MÁRCIO SILVA PEREIRA Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) APELADO:ALUNORTE ALUMINIO DO NORTE DO BRASIL SA Representante(s): OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) OAB 15955 - LUCIANA DA MODA BOTELHO (ADVOGADO) EMENTA: . DIREITO AMBIENTAL. AGRAVO INTERNO. REPARAÇÃO CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUSÊNCIA DE PROVAS. RECURSO ESPECIAL 1.114.398/PR ? REPETITIVO DE CONTROVÉRSIA. QUESTÃO PACIFICADA NA COLENDA CORTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Trata-se de agravo interno contra decisão monocrática deste Relator que negou seguimento à apelação interposta pelo recorrente em face de ALUNORTE ? Alumina do Norte do Brasil S/A. 2. Cediço que a regra processual civil, tanto a pretérita como a vigente, impõe que a inicial deve vir acostada de documentos que comprovem o direito do demandante (art. 396 do CPC/1973 e art. 434 do CPC/2015), e que o ônus probatório, salvo exceções legais, é de encargo do demandante (art. 333, I, do CPC/1973 e art. 373, I, do CPC/2015). 3. Dessa maneira, no caso em comento, não constam nos autos quaisquer imagens, áudios, receitas médicas, prescrições de medicamentos, prontuários hospitalares, laudos técnicos, reportagens dos danos sofridos publicadas nos meios de comunicação, comprovantes de gastos em razão da poluição comprovariam que o agravante sofreu psicologicamente, ou que teve prejuízos de ordem financeira, ou mesmo deixou de auferir lucro em razão das consequências físico-químicas do acidente em Barcarena. 4. Ademais, o Colendo STJ enfrentou questão semelhante quando julgou, em sede de recurso repetitivo de controvérsia, o acidente ambiental decorrente do choque do Navio NORMA T no Porto de Paranaguá (PR), que deixou vazar nafta nas águas da região (REsp Nº 1.114.398/PR). Destarte, na esteira deste julgado repetitivo de controvérsia, entendo que o dano moral e material em questão só se configuraria caso o postulante provasse ser pescador inscrito, à data do evento danoso, no departamento competente do Ministério da Pesca, Agricultura e Abastecimento e que demonstrasse, ainda que minimamente, os prejuízos sofridos em decorrência do desastre ambiental. 5. O recorrente também reclama que o julgamento antecipado da lide o privou do contraditório e ampla defesa. O STJ e o STF têm posicionamento pacífico que não há ofensa àquele princípio constitucional se o magistrado antecipa o julgamento da lide quando está convencido de que os elementos nos autos são suficientes para embasar o seu convencimento. 6. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: 205819 COMARCA: BARCARENA DATA DE JULGAMENTO: 14/05/2019 00:00 PROCESSO: 00074309520128140008 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO CÂMARA: 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA Ação: Apelação Cível em: APELANTE:ROSANGELA DE CASTRO REIS Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) OAB 12722 - FRANCISCO OTAVIO DOS SANTOS PALHETA JR (ADVOGADO) OAB 18470 - RHUBENS NELSON GONCALVES LAREDO (ADVOGADO) APELADO:ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15955 - LUCIANA DA MODA BOTELHO (ADVOGADO) EMENTA: . DIREITO AMBIENTAL. AGRAVO INTERNO. REPARAÇÃO CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUSÊNCIA DE PROVAS. RECURSO ESPECIAL 1.114.398/PR ? REPETITIVO DE CONTROVÉRSIA. QUESTÃO PACIFICADA NA COLENDA CORTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Trata-se de agravo interno contra decisão monocrática deste Relator que negou seguimento à apelação interposta pelo recorrente em face de ALUNORTE ? Alumina do Norte do Brasil S/A. 2. Cediço que a regra processual civil, tanto a pretérita como a vigente, impõe que a inicial deve vir acostada de documentos que comprovem o direito do demandante (art. 396 do CPC/1973 e art. 434 do CPC/2015), e que o ônus

probatório, salvo exceções legais, é de encargo do demandante (art. 333, I, do CPC/1973 e art. 373, I, do CPC/2015). 3. Dessa maneira, no caso em comento, não constam nos autos quaisquer imagens, áudios, receitas médicas, prescrições de medicamentos, prontuários hospitalares, laudos técnicos, reportagens dos danos sofridos publicadas nos meios de comunicação, comprovantes de gastos em razão da poluição comprovariam que o agravante sofreu psicologicamente, ou que teve prejuízos de ordem financeira, ou mesmo deixou de auferir lucro em razão das consequências físico-químicas do acidente em Barcarena. 4. Ademais, o Colendo STJ enfrentou questão semelhante quando julgou, em sede de recurso repetitivo de controvérsia, o acidente ambiental decorrente do choque do Navio NORMA T no Porto de Paranaguá (PR), que deixou vazar nafta nas águas da região (REsp Nº 1.114.398/PR). Destarte, na esteira deste julgado repetitivo de controvérsia, entendo que o dano moral e material em questão só se configuraria caso o postulante provasse ser pescador inscrito, à data do evento danoso, no departamento competente do Ministério da Pesca, Agricultura e Abastecimento e que demonstrasse, ainda que minimamente, os prejuízos sofridos em decorrência do desastre ambiental. 5. O recorrente também reclama que o julgamento antecipado da lide o privou do contraditório e ampla defesa. O STJ e o STF têm posicionamento pacífico que não há ofensa àquele princípio constitucional se o magistrado antecipa o julgamento da lide quando está convencido de que os elementos nos autos são suficientes para embasar o seu convencimento. 6. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: 205820 COMARCA: BARCARENA DATA DE JULGAMENTO: 14/05/2019 00:00 PROCESSO: 00043944520128140008 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO CÂMARA: 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA Ação: Apelação Cível em: APELANTE:JONNATHAN PATRICK CARDOSO DE PAIVA Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) APELADO:ALUNORTE ALUMINIO DO NORTE DO BRASIL SA Representante(s): OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) OAB 15955 - LUCIANA DA MODA BOTELHO (ADVOGADO) EMENTA: . DIREITO AMBIENTAL. AGRAVO INTERNO. REPARAÇÃO CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUSÊNCIA DE PROVAS. RECURSO ESPECIAL 1.114.398/PR ? REPETITIVO DE CONTROVÉRSIA. QUESTÃO PACIFICADA NA COLENDA CORTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Trata-se de agravo interno contra decisão monocrática deste Relator que negou seguimento à apelação interposta pelo recorrente em face de ALUNORTE ? Alumina do Norte do Brasil S/A. 2. Cediço que a regra processual civil, tanto a pretérita como a vigente, impõe que a inicial deve vir acostada de documentos que comprovem o direito do demandante (art. 396 do CPC/1973 e art. 434 do CPC/2015), e que o ônus probatório, salvo exceções legais, é de encargo do demandante (art. 333, I, do CPC/1973 e art. 373, I, do CPC/2015). 3. Dessa maneira, no caso em comento, não constam nos autos quaisquer imagens, áudios, receitas médicas, prescrições de medicamentos, prontuários hospitalares, laudos técnicos, reportagens dos danos sofridos publicadas nos meios de comunicação, comprovantes de gastos em razão da poluição comprovariam que o agravante sofreu psicologicamente, ou que teve prejuízos de ordem financeira, ou mesmo deixou de auferir lucro em razão das consequências físico-químicas do acidente em Barcarena. 4. Ademais, o Colendo STJ enfrentou questão semelhante quando julgou, em sede de recurso repetitivo de controvérsia, o acidente ambiental decorrente do choque do Navio NORMA T no Porto de Paranaguá (PR), que deixou vazar nafta nas águas da região (REsp Nº 1.114.398/PR). Destarte, na esteira deste julgado repetitivo de controvérsia, entendo que o dano moral e material em questão só se configuraria caso o postulante provasse ser pescador inscrito, à data do evento danoso, no departamento competente do Ministério da Pesca, Agricultura e Abastecimento e que demonstrasse, ainda que minimamente, os prejuízos sofridos em decorrência do desastre ambiental. 5. O recorrente também reclama que o julgamento antecipado da lide o privou do contraditório e ampla defesa. O STJ e o STF têm posicionamento pacífico que não há ofensa àquele princípio constitucional se o magistrado antecipa o julgamento da lide quando está convencido de que os elementos nos autos são suficientes para embasar o seu convencimento. 6. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: 205821 COMARCA: BARCARENA DATA DE JULGAMENTO: 14/05/2019 00:00 PROCESSO: 00093353820128140008 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO CÂMARA: 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA Ação: Apelação Cível em: APELANTE:MARIA RITA SILVA PINTO LIMA Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) APELADO:ALUNORTE ALUMINIO DO NORTE DO BRASIL SA Representante(s): OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) OAB 15955 - LUCIANA DA MODA BOTELHO (ADVOGADO) EMENTA: . DIREITO AMBIENTAL. AGRAVO INTERNO. REPARAÇÃO CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUSÊNCIA DE

PROVAS. RECURSO ESPECIAL 1.114.398/PR ? REPETITIVO DE CONTROVÉRSIA. QUESTÃO PACIFICADA NA COLENDA CORTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Trata-se de agravo interno contra decisão monocrática deste Relator que negou seguimento à apelação interposta pelo recorrente em face de ALUNORTE ? Alumina do Norte do Brasil S/A. 2. Cediço que a regra processual civil, tanto a pretérita como a vigente, impõe que a inicial deve vir acostada de documentos que comprovem o direito do demandante (art. 396 do CPC/1973 e art. 434 do CPC/2015), e que o ônus probatório, salvo exceções legais, é de encargo do demandante (art. 333, I, do CPC/1973 e art. 373, I, do CPC/2015). 3. Dessa maneira, no caso em comento, não constam nos autos quaisquer imagens, áudios, receitas médicas, prescrições de medicamentos, prontuários hospitalares, laudos técnicos, reportagens dos danos sofridos publicadas nos meios de comunicação, comprovantes de gastos em razão da poluição comprovariam que o agravante sofreu psicologicamente, ou que teve prejuízos de ordem financeira, ou mesmo deixou de auferir lucro em razão das consequências físico-químicas do acidente em Barcarena. 4. Ademais, o Colendo STJ enfrentou questão semelhante quando julgou, em sede de recurso repetitivo de controvérsia, o acidente ambiental decorrente do choque do Navio NORMA T no Porto de Paranaguá (PR), que deixou vazar nafta nas águas da região (REsp Nº 1.114.398/PR). Destarte, na esteira deste julgado repetitivo de controvérsia, entendo que o dano moral e material em questão só se configuraria caso o postulante provasse ser pescador inscrito, à data do evento danoso, no departamento competente do Ministério da Pesca, Agricultura e Abastecimento e que demonstrasse, ainda que minimamente, os prejuízos sofridos em decorrência do desastre ambiental. 5. O recorrente também reclama que o julgamento antecipado da lide o privou do contraditório e ampla defesa. O STJ e o STF têm posicionamento pacífico que não há ofensa àquele princípio constitucional se o magistrado antecipa o julgamento da lide quando está convencido de que os elementos nos autos são suficientes para embasar o seu convencimento. 6. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: 205822 COMARCA: BARCARENA DATA DE JULGAMENTO: 14/05/2019 00:00 PROCESSO: 00059317620128140008 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO CÂMARA: 4ª CAMARA CIVEL ISOLADA Ação: Apelação Cível em: APELANTE:MARIA LUCIA VINAGRE PUREZA Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) APELADO:ALUNORTE ALUMINA DO NORTE DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15955 - LUCIANA DA MODA BOTELHO (ADVOGADO) EMENTA: . DIREITO AMBIENTAL. AGRAVO INTERNO. REPARAÇÃO CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUSÊNCIA DE PROVAS. RECURSO ESPECIAL 1.114.398/PR ? REPETITIVO DE CONTROVÉRSIA. QUESTÃO PACIFICADA NA COLENDA CORTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Trata-se de agravo interno contra decisão monocrática deste Relator que negou seguimento à apelação interposta pelo recorrente em face de ALUNORTE ? Alumina do Norte do Brasil S/A. 2. Cediço que a regra processual civil, tanto a pretérita como a vigente, impõe que a inicial deve vir acostada de documentos que comprovem o direito do demandante (art. 396 do CPC/1973 e art. 434 do CPC/2015), e que o ônus probatório, salvo exceções legais, é de encargo do demandante (art. 333, I, do CPC/1973 e art. 373, I, do CPC/2015). 3. Dessa maneira, no caso em comento, não constam nos autos quaisquer imagens, áudios, receitas médicas, prescrições de medicamentos, prontuários hospitalares, laudos técnicos, reportagens dos danos sofridos publicadas nos meios de comunicação, comprovantes de gastos em razão da poluição comprovariam que o agravante sofreu psicologicamente, ou que teve prejuízos de ordem financeira, ou mesmo deixou de auferir lucro em razão das consequências físico-químicas do acidente em Barcarena. 4. Ademais, o Colendo STJ enfrentou questão semelhante quando julgou, em sede de recurso repetitivo de controvérsia, o acidente ambiental decorrente do choque do Navio NORMA T no Porto de Paranaguá (PR), que deixou vazar nafta nas águas da região (REsp Nº 1.114.398/PR). Destarte, na esteira deste julgado repetitivo de controvérsia, entendo que o dano moral e material em questão só se configuraria caso o postulante provasse ser pescador inscrito, à data do evento danoso, no departamento competente do Ministério da Pesca, Agricultura e Abastecimento e que demonstrasse, ainda que minimamente, os prejuízos sofridos em decorrência do desastre ambiental. 5. O recorrente também reclama que o julgamento antecipado da lide o privou do contraditório e ampla defesa. O STJ e o STF têm posicionamento pacífico que não há ofensa àquele princípio constitucional se o magistrado antecipa o julgamento da lide quando está convencido de que os elementos nos autos são suficientes para embasar o seu convencimento. 6. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: 205823 COMARCA: BARCARENA DATA DE JULGAMENTO: 14/05/2019 00:00 PROCESSO: 00050543920128140008 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MARIA TEIXEIRA DO ROSARIO CÂMARA:

4ª CAMARA CIVEL ISOLADA Ação: Apelação Cível em: APELANTE:LETICIA REIS DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) APELADO:ALUNORTE ALUMINIO DO NORTE DO BRASIL SA Representante(s): OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) OAB 15955 - LUCIANA DA MODA BOTELHO (ADVOGADO) EMENTA: . DIREITO AMBIENTAL. AGRAVO INTERNO. REPARAÇÃO CIVIL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUSÊNCIA DE PROVAS. RECURSO ESPECIAL 1.114.398/PR ? REPETITIVO DE CONTROVÉRSIA. QUESTÃO PACIFICADA NA COLENDA CORTE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Trata-se de agravo interno contra decisão monocrática deste Relator que negou seguimento à apelação interposta pelo recorrente em face de ALUNORTE ? Alumina do Norte do Brasil S/A. 2. Cediço que a regra processual civil, tanto a pretérita como a vigente, impõe que a inicial deve vir acostada de documentos que comprovem o direito do demandante (art. 396 do CPC/1973 e art. 434 do CPC/2015), e que o ônus probatório, salvo exceções legais, é de encargo do demandante (art. 333, I, do CPC/1973 e art. 373, I, do CPC/2015). 3. Dessa maneira, no caso em comento, não constam nos autos quaisquer imagens, áudios, receitas médicas, prescrições de medicamentos, prontuários hospitalares, laudos técnicos, reportagens dos danos sofridos publicadas nos meios de comunicação, comprovantes de gastos em razão da poluição comprovariam que o agravante sofreu psicologicamente, ou que teve prejuízos de ordem financeira, ou mesmo deixou de auferir lucro em razão das consequências físico-químicas do acidente em Barcarena. 4. Ademais, o Colendo STJ enfrentou questão semelhante quando julgou, em sede de recurso repetitivo de controvérsia, o acidente ambiental decorrente do choque do Navio NORMA T no Porto de Paranaguá (PR), que deixou vazar nafta nas águas da região (REsp Nº 1.114.398/PR). Destarte, na esteira deste julgado repetitivo de controvérsia, entendo que o dano moral e material em questão só se configuraria caso o postulante provasse ser pescador inscrito, à data do evento danoso, no departamento competente do Ministério da Pesca, Agricultura e Abastecimento e que demonstrasse, ainda que minimamente, os prejuízos sofridos em decorrência do desastre ambiental. 5. O recorrente também reclama que o julgamento antecipado da lide o privou do contraditório e ampla defesa. O STJ e o STF têm posicionamento pacífico que não há ofensa àquele princípio constitucional se o magistrado antecipa o julgamento da lide quando está convencido de que os elementos nos autos são suficientes para embasar o seu convencimento. 6. Recurso conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: 205824 COMARCA: null DATA DE JULGAMENTO: 26/06/2019 00:00 PROCESSO: 00005016020188140000 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS CÂMARA: CONSELHO DA MAGISTRATURA Ação: Recurso Administrativo em: RECORRENTE:CIMELIA GRACE FERNANDES SALGADO RECORRIDO:PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARA EMENTA: . EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. PEDIDO DE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA. IMPOSSIBILIDADE. INOCORRÊNCIA DE DESVINCULAÇÃO FUNCIONAL. ENRRIQUECIMENTO ILÍCITO DA ADMINISTRAÇÃO NÃO CARACTERIZADO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. PRECEDENTES DOS TRIBUNAIS SUPERIORES E TJE/PA. 1- De fato, a legislação estadual pertinente (Lei 5.810/94 ? RJU) não contempla o direito à conversão de licenças prêmio não gozadas em pecúnia em razão de outras formas de desvinculação, diversas da aposentadoria ou falecimento, omissão que foi, de maneira consolidada, suprida pela Jurisprudência pátria em respeito à vedação ao enriquecimento ilício, ou sem causa, da Administração. 2- A jurisprudência deste Tribunal de Justiça, assim como dos Tribunais Superiores, é no sentido de haver caracterização de enriquecimento ilícito da Administração no momento em que ela se nega a indenizar o servidor pelas licenças adquiridas e que não serão mais usufruídas, pela impossibilidade advinda pelo desligamento permanente e inalterável. 3- Consoante os julgados colacionados do STJ e deste Conselho da Magistratura, é cabível a conversão em pecúnia da licença prêmio não gozada, desde que não seja mais factível a concessão dos dias de afastamento adquiridos, caso contrário restará configurado o enriquecimento sem causa pela Administração. 4- Por conseguinte, compulsando os autos, verifica-se que ao contrário do alegado pela recorrente, não ocorreu sua desvinculação do Poder Judiciário Estadual, permanecendo inalterada a possibilidade de usufruto das licenças adquiridas antes de sua nomeação para o cargo de Provimento efetivo, o que descaracteriza o alegado enriquecimento ilícito da Administração do Poder Judiciário. 5- RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO

ACÓRDÃO: 205825 COMARCA: null DATA DE JULGAMENTO: 26/06/2019 00:00 PROCESSO: 00006061320138140000 PROCESSO ANTIGO: 20133019547 6 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS

SANTOS CÂMARA: CONSELHO DA MAGISTRATURA Ação: Recurso Administrativo em: RECORRENTE:ANA ARCELINA GUIMARAES DE AZEVEDO RECORRIDO:DECISAO DA PRESIDENCIA DO TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DO PARA EMENTA: . EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. SERVIDORA QUE RECEBE GRATIFICAÇÃO INCORPORADA. PEDIDO DE REVISÃO DA GRATIFICAÇÃO PARA QUE INTEGRE A BASE DE CÁLCULO DA GRATIFICAÇÃO DA PARCELA REMUNERATÓRIA REFERENTE AO NÍVEL SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE. SERVIDORA NÃO TEM GRADUAÇÃO SUPERIOR PARA FAZER JUS A PERCEPÇÃO DE QUALQUER VANTAGEM A TÍTULO DE ESCOLARIDADE SUPERIOR. 1) A recorrente exerceu no período de 10.02.1993 a 16.11.1999 o cargo comissionado de Chefe do Serviço de Expediente da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Pará, pelo qual era remunerada com os vencimentos da Função Gratificada (FG) 45. Posteriormente requereu e obteve a incorporação de 60% do valor da remuneração do cargo. Após mudança na estrutura organo-funcional do TJPA, a remuneração do cargo foi transformada de FG 45 para DAS 05 e, atualmente, CJS 03. 2) Desde o deferimento da incorporação, nunca recebeu a Gratificação com a parcela referente ao Nível Superior, tampouco a decisão que concedeu a incorporação previu a inclusão da parcela do Nível Superior na base de cálculo da Gratificação Incorporada. 3) Não se comprova nos autos que a remuneração referente à FG 45 era para cargos privativos de graduados em nível superior, ou que seu pagamento estivesse atrelado à parcela monetária referente à escolaridade. 4) A concessão de qualquer vantagem pecuniária referente à escolaridade superior para quem não detém a graduação correspondente, como o caso da recorrente, afronta o Princípio da Legalidade, ao qual se submete o administrador público em sua atuação gerencial. 5) Recurso Conhecido e Improvido.

ACÓRDÃO: 205826 COMARCA: null DATA DE JULGAMENTO: 26/06/2019 00:00 PROCESSO: 00040637720188140000 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS CÂMARA: CONSELHO DA MAGISTRATURA Ação: Recurso Administrativo em: RECORRENTE:BRUNO ROSA DE MELO RECORRIDO:PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARA EMENTA: . EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. AUXÍLIO TRANSPORTE. POSSIBILIDADE DE SUPRESSÃO. EXISTÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA ESPECÍFICA. INTELIGÊNCIA DA PORTARIA Nº 0636/2007-GP. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Recorrente que é analista judiciário e obteve progressão para a classe B06, irresigna-se especificamente, contra a restrição implementada pelo art. 4º, §2º da Portaria nº 0636-GP que limitou o pagamento do auxílio transporte aos Analistas Judiciários Classe A, que é inicial nesta carreira. 2.É assegurado constitucionalmente aos trabalhadores urbanos e rurais o direito à remuneração capaz de atender ao transporte, dente outras necessidades básicas. 3.No âmbito do regime administrativo, o auxílio transporte possui natureza indenizatória, sendo devido aos servidores públicos, com a finalidade de custear as despesas realizadas com transporte, para os deslocamentos entre a residência e o local de trabalho e vice-versa, independentemente da utilização de veículo próprio ou coletivo. 4.Previsão de norma regulamentadora na Lei federal nº 8112/90, arts. 51 e 52, e no âmbito Estadual, art. 160 da Lei 5.810/94. 5.Inteligência da Portaria nº 0636/2007-GP, arts. 2º e 4º, §2º. 6. A Administração, com respaldo no Princípio da Legalidade e na Garantia de Autonomia Administrativa e Financeira consagrado no art. 99 da CF/88, entende que ao beneficiar o servidor com a progressão, advindo daí acréscimo no vencimento do mesmo, não há que se falar em ofensa ao princípio da isonomia, pois não há irredutibilidade de vencimentos, vez que ele progrediu na carreira e auferiu acréscimo pecuniário. 7.Precedente deste Egrégio Conselho. 8.Recurso conhecido e improvido, mantendo a decisão a quo em todos os seus fundamentos.

ACÓRDÃO: 205827 COMARCA: null DATA DE JULGAMENTO: 26/06/2019 00:00 PROCESSO: 00016843220198140000 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAIRTON MARQUES CARNEIRO CÂMARA: CONSELHO DA MAGISTRATURA Ação: Recurso Administrativo em: RECORRENTE:BARBARA FILAKOSKI ANDRADE RECORRIDO:PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARA EMENTA: . EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. INTEMPESTIVIDADE. O PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA DECISÃO DA PRESIDÊNCIA DESTE EGRÉGIO TRIBUNAL É DE 5 DIAS, CONFORME ESTABELECE O ART. 28, INCISO ?b? DO REGIMENTO INTERNO DESTA CORTE. INTERPOSIÇÃO DE RECURSO FORA DO PRAZO. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Dos autos constata-se que a recorrente tomou ciência da decisão em 20/02/2019 e só interpôs recurso em 14/03/2019, como devidamente registrado na manifestação da Secretaria de

Gestão às fls. 12, ou seja, fora do prazo legal que é de 5 dias, encontrando-se, portanto, intempestivo. 2. Recurso não conhecido, por intempestividade. Vistos, etc. Acordam, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes do Conselho da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade, em não conhecer do recurso por intempestividade. Este julgamento tem como Relator o Excelentíssimo Senhor Desembargador Mairton Marques Carneiro sob a presidência do Excelentíssimo Desembargador Leonardo de Noronha Tavares.

ACÓRDÃO: 205828 COMARCA: null DATA DE JULGAMENTO: 26/06/2019 00:00 PROCESSO: 00021242820198140000 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAIRTON MARQUES CARNEIRO CÂMARA: CONSELHO DA MAGISTRATURA Ação: Recurso Administrativo em: RECORRENTE:EMPRESA CLARO SA RECORRIDO:PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARA EMENTA: . ACÓRDÃO N.º RECURSO ADMINISTRATIVO Nº 0002124-28.2019.8.14.0000 RECORRENTE: EMPRESA CLARO SA RECORRIDO: PRESIDÊNCIA DO TJE/PA RELATOR: DES. MAIRTON MARQUES CARNEIRO EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. INADIMPLEMENTO INJUSTIFICADO POR PARTE DA EMPRESA CONTRATADA. PENALIDADE DE MULTA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO ADMINISTRATIVA E NO CONTRATO CELEBRADO. OBSERVÂNCIA DOS PRINCÍPIOS DO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. PRECEDENTES DO CONSELHO DA MAGISTRATURA RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Compulsando os autos, observa-se que a empresa Claro S/A, apesar das diversas oportunidades concedidas pela Administração do TJE/PA, não cumpriu a obrigação assumida e consignada em contrato administrativo, que é regido pelo direito público, sendo inerentes a ele as prerrogativas e limitações de Estado. 2. Não procede a alegação de que houve descumprimento do contrato em razão de fatores alheios à vontade da empresa contratada, uma vez que não se trata de empresa de pequeno porte e as obrigações assumidas no contrato, com a administração pública, não obrigaram terceiros, mas, tão somente, a contratada. 3. Com relação ao valor da multa estabelecida de R$ 25.825,27 (vinte e cinco mil, oitocentos e vinte e cinco Reais e vinte e sete centavos), verifico que o cálculo foi apurado com a observância às previsões contratuais e aos Princípios da Razoabilidade e Proporcionalidade, sendo discriminados a quantidade de Unidades Judiciárias não atendidas, a mora e a base de cálculo, conforme a Nota Técnica nº 158/2019 expedida pela Coordenadoria de Contratos e Convênios (fls. 25-v/26). 4. Deste modo, diante do injustificado inadimplemento contratual por parte da empresa Claro S/A, que causou transtornos a prestação jurisdicional e, por via de consequência, aos jurisdicionados, bem como a observância da razoabilidade e proporcionalidade da penalidade de multa prevista e aplicada, entendo que a decisão guerreada deve ser mantida por este Conselho da Magistratura em todos os seus termos. 5. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Vistos, etc. Acordam, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores componentes do Conselho da Magistratura do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, por unanimidade, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto da Desembargador Relator. Julgamento presidido pelo Exmo. Sr. Desembargador Leonardo de Noronha Tavares.

ACÓRDÃO: 205829 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: 25/06/2019 00:00 PROCESSO: 00007994720178140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA APELADO:MARCO ANTONIO FERREIRA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) EMENTA: . APELAÇÃO PENAL. CRIME DO ART. 157, §2º, INCS. I, II E V DO CP. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DECLARAÇÕES DA VÍTIMA, COLHIDAS NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL E QUE CORROBORAM AS PROVAS OBTIDAS NO INQUÉRITO POLICIAL, NO SENTIDO DE QUE RECONHECEU O APELADO COMO UMA DAS PESSOAS QUE ROUBOU BENS DA SUA RESIDÊNCIA, AMEAÇANDO-LHE COM UM REVÓLVER E A TRANCANDO, JUNTO COM SEUS FILHOS, EM UM QUARTO. APELADO QUE FOI PRESO DOIS DIAS DEPOIS DO CRIME NA POSSE DE UM DOS TELEFONES CELULARES SUBTRAÍDOS DA OFENDIDA. PROCEDÊNCIA. FATOS DEMONSTRADOS PELAS PROVAS COLHIDAS NO PROCESSO. CONDENAÇÃO QUE SE IMPÕE. PENA BASE APLICADA EM 06 (SEIS) ANOS E 15 (QUINZE) DIAS MULTA. CIRCUNSTÂNCIAS E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME QUE MILITAM EM DESFAVOR DO APELADO. SANÇÕES DEFINITIVAS IMPOSTAS EM 08 (OITO) ANOS DE RECLUSÃO EM 20 (VINTE) DIAS MULTA, EM FACE DO RECONHECIMENTO DE MAJORANTES. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. As declarações da

vítima, embora seja a única pessoa ouvida em juízo, não se encontra isolada nos autos, uma vez que descreveu com detalhes a empreitada criminosa e ratificou, sob o manto do contraditório, as informações colhidas no inquérito policial que apontam o envolvimento do apelante no crime, motivo pelo qual merece ser provido o recurso e o apelado condenado nas penas do art. 157, §2º, incs. I, II e V, do CP. 2. PENA APLICADA. Considerando que não há nos autos elementos que indiquem maior reprovação da culpabilidade da já prevista para o tipo penal, considero este vetor neutro; não há dados sobre a personalidade e conduta social; o apelado não possui maus antecedentes, pois as condenações registradas na certidão de fls. 90, referem-se a fatos posteriores ao que está sendo apurado nesses autos (Precedente do STJ); que os motivos do crime são inerentes ao tipo penal; que as circunstâncias militam em desfavor do apelado, pois cometeu o delito durante o repouso noturno e, segundo declarações da vítima, escalou uma parede e ingressou na residência por uma janela, o que revela maior ousadia na execução do delito; as consequências militam em desfavor do acusado, pois nem todos os bens subtraídos foram recuperados e que a vítima não contribuiu para a prática do delito, fixa-se a pena base em 06 (seis) anos de reclusão e 15 (quinze) dias multa. Não há atenuantes nem agravantes. Inexistem causas de diminuição de pena. Presentes as majorantes do emprego de arma, concurso de pessoas e restrição de liberdade das vítimas (CP, art. 157, §2º, incs. I, II e V), aumentam-se as reprimendas em 1/3 (um terço), equivalentes a 02 (dois) anos de reclusão e 05 (cinco) dias multa, totalizando o quantum definitivo de 08 (oito) anos de reclusão, a ser cumprida em regime semiaberto, mais 20 (vinte) dias multa, calculados à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato. 3. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205830 COMARCA: XINGUARA DATA DE JULGAMENTO: 25/06/2019 00:00 PROCESSO: 00014216720178140065 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE/APELADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA APELADO/APELANTE:ELIAS GUEDES DA SILVA Representante(s): OAB 24233 - LINCON MAGALHAES MACHADO (ADVOGADO) EMENTA: . APELAÇÃO PENAL. CRIME DO ART. 158, §1º DO CP. APELO DE ELIAS GUEDES DA SILVA. DIREITO DE AGUARDAR O JULGAMENTO DO APELO EM LIBERDADE. REJEIÇÃO. INCOMPETÊNCIA DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO PARA APRECIAR O PEDIDO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INDEFERIMENTO DOS PEDIDOS DE REABERTURA DA INSTRUÇÃO PROCESSUAL E NOVO INTERROGATÓRIO. DESCABIMENTO. DESNECESSIDADE DE NOVAS DILIGÊNCIAS. CAUSA QUE ESTAVA MADURA PARA O JULGAMENTO. DEFESA DO APELANTE QUE NÃO REQUEREU AS REFERIDAS DILIGÊNCIAS NA FASE DO ART. 402 DO CPP. PRECLUSÃO. PRELIMINAR REJEITADA. MÉRITO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE EXERCÍCIO ARBITRÁRIO DAS PRÓPRIAS RAZÕES. IMPROCEDÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE PROVAS QUE APONTEM A LEGITIMIDADE DO MOTIVO DO CRIME. EXCLUSÃO DA MAJORANTE DO CONCURSO DE PESSOAS. IMPOSSIBILIDADE. PROVA TESTEMUNHAL NO SENTIDO DE QUE O CRIME FOI COMETIDO PELO APELANTE COM O AUXÍLIO DE OUTRAS 04 (QUATRO) PESSOAS NÃO IDENTIFICADAS. RECONHECIMENTO DA ATENUANTE DO RELEVANTE VALOR SOCIAL. IMPROCEDÊNCIA. ACUSADO QUE NÃO REVELOU A RAZÃO DA CONDUTA. AGRAVANTE DO CRIME COMETIDO CONTRA IRMÃO. INCIDÊNCIA EM METADE DEVIDAMENTE JUSTIFICADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE PELO FATO DAS RAZÕES DO RECURSO TEREM SIDO OFERTADAS FORA DO PRAZO LEGAL. PRELIMINAR REJEITADA. MERA IRREGULARIDADE. PRELIMINAR REJEITADA. PLEITO DE CONDENAÇÃO PELO CRIME DO ART. 159 DO CP. DESCABIMENTO. DENÚNCIA QUE EM NENHUM MOMENTO MENCIONA QUE OS OFENDIDOS FORAM SEQUESTRADOS E FOI EXIGIDO PREÇO DE RESGATE. RECONHECIMENTO DA QUALIFICADORA DA RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DOS OFENDIDOS. IMPROCEDÊNCIA. AUSÊNCIA DE PROVAS QUE ESSA CIRCUNSTÂNCIA FOI ESSENCIAL PARA O COMETIMENTO DO CRIME. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. PENAS QUE DEVEM SER CUMPRIDAS IMEDIATAMANETE APÓS O ESGOTAMENTO DOS RECURSOS ORDINÁRIOS. DECISÃO UNÂNIME. APELAÇÃO DE ELIAS GUEDES DA SILVA 1. DIREITO DE AGUARDAR O JULGAMENTO EM LIBERDADE. Este Órgão Fracionário não dispõe de competência para apreciar o pedido, uma vez que o constrangimento ao direito de liberdade foi praticado por juiz de direito, ex vi do art. 30, inc. I, do Regimento Interno desta Corte. Pedido rejeitado. 2. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA. O apelante suscitou a preliminar de nulidade por cerceamento de defesa, tendo em vista que o magistrado sentenciante indeferiu o pedido de reabertura da instrução processual e de realização de novo interrogatório, impedindo que reunisse elementos de prova para sustentar suas alegações. Ocorre que o

magistrado sentenciante entendeu que a causa estava madura para julgamento, não havendo motivos para se utilizar da faculdade prevista no art. 156 do CPP, Ademais, se a defesa fosse diligente, teria requerido a reabertura da instrução processual na fase do art. 402 do CPP, todavia, manteve-se silente (fls. 29). Logo o seu direito foi fulminado pela preclusão, motivo pelo qual desacolho a preliminar. Preliminar rejeitada. 3. MÉRITO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DO ART. 345 DO CP. Analisando as provas produzidas durante a instrução processual, especialmente as declarações das vítimas, não há qualquer menção ao motivo do crime e, quando interrogado em juízo, o apelante se manteve em silêncio. Portanto, não há como se constatar se a pretensão do apelante era legítima, sendo inviável o pedido de desclassificação para o crime do art. 345 do CP. 4. DA REDUÇÃO DA PENA. AFASTAMENTO DA MAJORANTE DO CONCURSO DE PESSOAS. Os depoimentos prestados pelas vítimas em juízo não deixam dúvidas que o recorrente cometeu o crime na companhia de mais 04 (quatro) indivíduos não identificados, sendo inviável a exclusão da respectiva majorante. 5. Não ficou provado que o apelante agiu impelido por relevante valor social pois, ao ser interrogado em juízo, permaneceu calado, não havendo motivos para se reconhecer a atenuante do art. 65, inc. III, alínea ?a?, do CP. 6. A aplicação da agravante do art. 61, inc. II, do CP, em metade da pena base está adequadamente motivada. 7. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime. APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO 1. PRELIMINAR DE INTEMPESTIVIDADE SUSCITADA PELO RECORRIDO. Os autos foram recebidos na Secretaria do Ministério Público para o oferecimento das razões do apelo no dia 22/09/2017 e a referida peça processual foi protocolada em 28/09/2017, obedecendo, portanto, o prazo legal de 08 (oito) dias. Ademais, ainda que não tivessem sido oferecidas nesse lapso temporal, referida circunstância não implicaria na intempestividade do recurso. Preliminar rejeitada. 2. PLEITO DE CONDENAÇÃO PELO CRIME DO ART. 159 DO CP. Em nenhum momento, a denúncia mencionou que as vítimas foram sequestradas e que foi exigida vantagem econômica como preço de resgate. Portanto, condenar o apelante pelo crime de extorsão mediante sequestro seria julgar a ação extra petita, devendo o pedido ser rejeitado. 3. PEDIDO DE INCIDÊNCIA DA QUALIFICADORA DA RESTRIÇÃO DA LIBERDADE DA VÍTIMA. Embora provada a restrição da liberdade das vítimas, não se demonstrou que essa circunstância foi imprescindível para o cometimento do crime, motivo pelo qual não pode ser acolhido o pleito de reconhecimento da qualificadora do §3º do art. 158 do CP. 4. Recurso conhecido e improvido. Penas que devem ser cumpridas após o esgotamento dos recursos ordinários. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205831 COMARCA: XINGUARA DATA DE JULGAMENTO: 25/06/2019 00:00 PROCESSO: 00012897220118140065 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:BENJAMIM RESPLANDE DA SILVA Representante(s): OAB 11638 - RONE MESSIAS DA SILVA (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA EMENTA: . APELAÇÃO PENAL. CRIME DO ART. 14 DA LEI Nº 10.826/2003. PRESCRIÇÃO RETROATIVA CONFIGURADA. PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE FIXADA NO QUANTUM 02 (DOIS) ANOS DE RECLUSÃO. TRANSCURSO DE MAIS DE 05 (CINCO) ANOS E 03 (TRÊS) MESES ENTRE A PROLAÇÃO DA SENTENÇA E O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA. RECURSO CONHECIDO E EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE DECLARADA DE OFÍCIO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Verifica-se que a denúncia, imputando ao apelante a prática do crime do art. 14 da Lei nº 10.826/2003, foi recebida no dia 14/07/2011 e a sentença, condenando-lhe às penas de 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa, foi proferida em 20/10/2016. Portanto, entre esses dois marcos temporais, transcorreram mais de 05 (cinco) anos e 03 (três) meses de reclusão, o que impõe o reconhecimento, ex officio, da prescrição retroativa, estando extinta a punibilidade do recorrente, ex vi do art. 109, inc. V c/c 110, §1º, ambos do CP. 2. Recurso conhecido. Extinção da punibilidade reconhecida de ofício. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205832 COMARCA: MARABÁ DATA DE JULGAMENTO: 27/06/2019 00:00 PROCESSO: 00033441620158140028 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONALDO MARQUES VALLE CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Recurso em Sentido Estrito em: RECORRENTE:ANTONIO WEMERSON ALMEIDA SANTOS Representante(s): OAB 12054 - DEUSIMAR PEREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 20522 - MATHEUS FARIA LINO (ADVOGADO) RECORRIDO:JUSTIÇA PÚBLICA EMENTA: . RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIO TENTADO. PRONÚNCIA. EXISTÊNCIA DE PROVA DA MATERIALIDADE E INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA. IMPRONÚNCIA. LEGÍTIMA DEFESA. INVIÁVEL ACOLHIMENTO. DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA. INAPLICABILIDADE. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO DE LESÃO CORPORAL. IMPOSSIBILIDADE. PRESENÇA DE ANIMUS NECANDI. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1 - A decisão de pronúncia comporta juízo

de admissibilidade da acusação, para o qual devem concorrer a prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria ou participação do acusado (art. 413/14, CPP). Provada a existência do crime e havendo indícios suficientes de autoria, mantém-se a decisão de pronúncia. 2 - Não havendo prova segura da alegada legítima defesa, a excludente deve ser examinada pelo Tribunal do Júri. 3 - É cediço que para que se possa proceder à desclassificação da conduta imputada ao acusado de tentativa de homicídio para o delito de lesão corporal, ou mesmo para que seja impronunciado, ou ainda que seja reconhecida a desistência voluntaria, é indispensável que esteja cabalmente comprovado que o réu não agiu com animus necandi, e, uma vez não estando evidenciada a ausência da intenção de matar, não se pode subtrair do Tribunal do Júri o exame do caso, como juiz natural que é dos crimes dolosos contra a vida. 4 Havendo dúvidas quanto à ausência de animus necandi do agente, deve prevalecer o brocardo in dubio pro societate, relegando-se a decisão para o Tribunal do Júri. 5 RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. ACÓRDÃO Vistos etc. Acordam, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores, componentes da Egrégia 2ª Turma de Direito Penal, por unanimidade de votos, em CONHECER DO RECURSO E LHE NEGAR PROVIMENTO, nos termos do voto do Desembargador Relator. Sala das Sessões do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, aos vinte e sete dias do mês de junho de 2019. Julgamento presidido pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes. Belém, 27 de junho de 2019.

ACÓRDÃO: 205833 COMARCA: SANTARÉM DATA DE JULGAMENTO: 25/06/2019 00:00 PROCESSO: 00022228820188140051 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL APELADO:IVAN LUCAS MENEZES PEREIRA Representante(s): OAB 8444 - FRANCISCO LEANDRO TAVARES LEAL (ADVOGADO) EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO PENAL. CRIME DO ART. 157, §2º, INCS. I E II C/C 69 DO CP. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. PEDIDO DE CONDENAÇÃO PELA PRÁTICA DO CRIME DE ROUBO CONTRA DUAS VÍTIMAS EM CONCURSO MATERIAL. PARCIAL PROCEDÊNCIA. EXISTÊNCIA DE PROVAS SEGURAS DE AUTORIA TÃO SOMENTE QUANTO A UM ÚNICO CRIME. PENAS DE 05 (CINCO) ANOS E 04 (QUATRO) MESES DE RECLUSÃO, A SER CUMPRIDA EM REGIME SEMIABERTO, MAIS 13 (TREZE) DIAS MULTA, CALCULADOS À RAZÃO DE 1/30 (UM TRINTA AVOS) DO SALÁRIO MÍNIMO VIGENTE À ÉPOCA DO FATO, CONSIDERANDO A EXISTÊNCIA DE UMA ÚNICA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL, A ATENUANTE DA MENORIDADE E AS MAJORANTES DO CONCURSO DE PESSOAS E EMPREGO DE ARMA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO ACOMPANHANDO O PARECER MINISTERIAL. DECISÃO UNÂNIME. 1. O apelado foi denunciado pela prática do crime de roubo majorado (CP, art.157, §2º, incs. I e II) contra as vítimas Paula Viana de Sousa, Gabriela da Silva Serejo e Silvandra Rego da Silva, sendo absolvido de todas as acusações. Porém, o Ministério Público só recorreu para lhe imputar a prática dos crimes cometidos contra Paula Viana de Sousa e Gabriela da Silva Serejo. 2. Ocorre que há dúvidas sobre a autoria do crime contra a vítima Paula Viana de Sousa, pelos seguintes motivos: a) a vítima não poderia reconhecer o rosto do apelado, pois este se encontrava de capacete; b) na hora do crime, às 18:30, o apelado acabara de chegar na sua residência. Portanto, pode até ser que o acusado tenha cometido o delito, mas as provas colhidas nos autos não fornecem a certeza necessária quanto à autoria, motivo pelo qual, nesse capítulo, a sentença deve ser mantida. 3. Por outro lado, no que se refere à vítima Gabriela da Silva Serejo, esta, tanto no inquérito policial como em juízo, não teve dúvidas em apontar o recorrido como a pessoa que, mediante ameaça exercida com um revólver, subtraiu seu telefone celular, mesmo porque, no momento da abordagem, o apelado estava sem capacete. Ademais, a materialidade do crime não fica descaracterizada sem que haja a apreensão da arma nem do produto do crime, motivos pelos quais deve ser condenado tão somente por esse fato, nas penas do art. 157, §2º, incs. I e II, do CP. 4. PENA APLICADA. Considerando que não há nos autos qualquer elemento que revele uma reprovabilidade de conduta maior que a já prevista para o tipo penal, a culpabilidade é considerada neutra; que a personalidade e conduta social presumem-se boas; que não há dados que apontem motivos e circunstâncias que não sejam à inerentes ao tipo penal; que as consequências do delito são graves, uma vez que a vítima não recuperou à res furtiva e que a ofendida não contribuiu para a prática delituosa, fixa-se a pena base em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 12 (doze) dias multa.Não há agravantes. Presente a atenuante da menoridade, pois, no dia do crime - 18/02/2018 ? o acusado possuía 19 (dezenove) anos de idade, pois nasceu em 15/07/1998, conforme cópia da sua carteira de identidade (fls. 52 do inquérito policial em apenso), motivo pelo qual as penas ficam reduzidas de 06 (seis) meses de reclusão e 02 (dois) dias multa, totalizando 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa. Não há causa de diminuição de pena.

Presentes as majorantes do emprego de arma e concurso de pessoas (CP, art. 157, §2º, incs. I e II), exasperam-se as reprimendas em 1/3 (um terço), equivalentes a 01(um) ano e 04 (quatro) meses de reclusão e 3 (três) dias multa, totalizando as penas definitivas em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime semiaberto, mais 13 (treze) dias multa, calculados à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato. 5. Recurso conhecido e parcialmente provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205834 COMARCA: MARABÁ DATA DE JULGAMENTO: 25/06/2019 00:00 PROCESSO: 00041013920178140028 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:MINISTERIO PÚBLICO ESTADUAL APELADO:MARCIO ZACARIAS DA SILVA PIRES Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO PENAL. CRIMES DOS ART. 121, §2º, III E IV E 121, §4º E 211, C/C 69 TODOS DO CP. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA A SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. DECISÃO CONTRÁRIA ÀS PROVAS DOS AUTOS. PROCEDÊNCIA. NEGATIVA DE AUTORIA QUE NÃO ENCONTRA AMPARO EM NENHUM ELEMENTO DE COGNIÇÃO PRODUZIDO NA INSTRUÇÃO PROCESSUAL. ANULAÇÃO DO JULGAMENTO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO ACOMPANHANDO O PARECER MINISTERIAL. DECISÃO UNÂNIME. 1. Todas as provas colhidas durante a instrução processual demonstram o envolvimento do apelado na prática dos crimes pelos quais foi pronunciado, motivo pelo qual deve ser anulada a decisão que o absolveu, ao acolher a tese de negativa de autoria. 2. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205835 COMARCA: ANANINDEUA DATA DE JULGAMENTO: 25/06/2019 00:00 PROCESSO: 00147061320178140006 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:JOAO FELIPE DA SILVA RODRIGUES OLIVEIRA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO PENAL. CRIME DO ART. 157, §2º, INC. I E II, DO CP. EXCLUSÃO DAS MAJORANTES DO CONCURSO DE PESSOAS E DO USO DE ARMA DE FOGO POR AUSÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. PROVA TESTEMUNHAL QUE DEMONSTRA QUE O OFENDIDO FOI ABORDADO PELO RECORRENTE E PELA CORRÉ E AMBOS SE UTILIZARAM DE ARMA DE FOGO PARA AMEAÇÁ-LO E SUBTRAIR SUA MOTOCICLETA. EQUÍVOCO NA VALORAÇÃO DA CONDUTA SOCIAL. PROCEDÊNCIA. PROCESSOS CRIMINAIS AINDA EM CURSO QUE NÃO PODEM SERVIR DE JUSTIFICATIVA PARA A VALORAÇÃO NEGATIVA DESSE VETOR. IMPOSIÇÃO DA PENA BASE NO MÍNIMO LEGAL POR NÃO EXISTIREM OUTRAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS AO APELANTE. CONFISSÃO ESPONTÂNEA QUE NÃO PODE REDUZIR A PENA BASE PARA PATAMAR INFERIOR AO MÍNIMO LEGAL. REDUÇÃO DA PENA DE 05 (CINCO) ANOS E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO E 40 (QUARENTA) DIAS MULTA PARA 05 (CINCO) ANOS E 04 (QUATRO) MESES DE RECLUSÃO E 40 (QUARENTA) DIAS MULTA. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A única circunstância que militou em desfavor do apelante foi a conduta social e na valoração deste vetor, a magistrada sentenciante utilizou como parâmetro o fato do recorrente responder a processo que sequer foi sentenciado. Dessa forma, o juízo a quo, ao se utilizar como referência processo ainda não transitado em julgado para chegar a referida conclusão, desrespeitou o princípio da presunção de inocência. 2. Fixada a pena base no mínimo legal, a atenuante da confissão espontânea não pode incidir na dosimetria da pena, conforme orienta a Súmula nº 231 do Colendo STJ, entendimento este sufragado pelo STF em sede de repercussão geral. 3. PENA APLICADA. Considerando que nenhuma circunstância judicial milita em desfavor do apelante, fixa-se as penas em 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa. Não há agravantes. A confissão espontânea (CP, art. 65, inc. III, ?d?) não pode ser aplicada uma vez que a pena base está fixada no mínimo legal. Inexistem causas de diminuição. Presentes as majorantes do emprego de arma de fogo e do concurso de pessoas, aumentam-se as penas em 1/3 (um terço), equivalentes a 01 (um) ano e 04 (quatro) meses de reclusão mais 03 (três) dias multa, totalizando a pena definitiva em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão, a ser cumprida em regime semiaberto, mais 13 (treze) dias multa, calculados à razão de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época do fato. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205836 COMARCA: MARABÁ DATA DE JULGAMENTO: 25/06/2019 00:00 PROCESSO:

00114907520178140028 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELADO:JOSE MORAIS DA SILVA FILHO Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) APELADO:GIMICLEI SILVA SOUZA Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) APELADO:JOSIMAR DA COSTA COSTA Representante(s): OAB 16267-A - ANTONIO LOPES FILHO (ADVOGADO) APELADO:CLEIDIANE CORDEIRO DA SILVA Representante(s): OAB 18799 - CANDIDA HELENA DA ROCHA VASCONCELOS (ADVOGADO) APELANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO PENAL. CRIMES DOS ARTS. 14 DA LEI Nº 10.826/2003 E 307 DO CP, ESTE ÚLTIMO PRATICADO APENAS PELO APELADO GIMICLEI SILVA SOUZA. RECURSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA O CAPÍTULO DA SENTENÇA QUE ABSOLVEU OS APELADOS DO CRIME DO ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CP. PROCEDÊNCIA. ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA DO GRUPO DEMONSTRADA PELA PROVA TESTEMUNHAL E DOCUMENTAL. REFORMA QUE SE IMPÕE. PENA APLICADA DE 02 (DOIS) ANOS E 03 (TRES) MESES DE RECLUSÃO QUE, SOMADA ÀS CONDENAÇÕES IMPOSTAS NA SENTENÇA RESULTAM NO QUANTUM DE 04 (QUATRO) ANOS E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO, MAIS 15 (QUINZE) DIAS-MULTA PARA OS APELADOS JOSÉ MORAIS DA SILVA FILHO, JOSIMAR DA COSTA COSTA E CLEIDIANE CORDEIRO DA SILVA, BEM COMO NAS SANÇÕES DE 04 (QUATRO) ANOS E 06 (SEIS) MESES DE RECLUSÃO MAIS 15 (QUINZE) DIAS-MULTA E 03 (TRES) MESES DE DETENÇÃO PARA O APELADO GIMICLEI SILVA SOUZA, DETERMINANDO O SEU CUMPRIMENTO NO REGIME SEMIABERTO, NÃO HAVENDO A POSSIBILIDADE DA SUA SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A prova documental e testemunhal colhida em juízo não deixam dúvidas que os apelados mantinham associação estável e permanente para praticarem crimes, uma vez que o mesmo grupo se organizou para cometer um latrocínio e estava planejando extorquir um gerente bancário, mediante privação de liberdade dos seus familiares ? ação conhecida como crime do sapatinho ? conduta esta que teve a execução frustrada porque os agentes da Polícia Civil conseguiram interceptar, com autorização judicial, mensagens trocadas entre os membros da associação que, inclusive, foi presa na posse de 02 (dois) revólveres e 01 (uma) pistola. Dessa forma os apelados cometeram o crime do art. 288, parágrafo único do CP. 2. PENA INFLIGIDA À APELADA CLEIDIANE CORDEIRO DA SILVA. Considerando que os autos não revelaram grau de culpabilidade maior do que o já previsto para o tipo penal, este vetor deve ser considerado neutro; inexistem elementos para se valorar a personalidade e a conduta social; que não há registro de antecedentes criminais; que os autos demonstraram especial motivo da associação criminosa ? extorsão da vítima, mediante privação da liberdade dos seus familiares que só não ocorreu porque a polícia obteve êxito em prender os membros do bando antes de executarem esse delito, o que justifica a sua valoração em desfavor da apelante; que as circunstâncias e consequências são inerentes ao tipo penal e que as vítimas não contribuíram para a prática do delito, motivos pelos quais fixa-se a pena base em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão. Não há atenuantes nem agravantes. Inexistem causas de diminuição da pena. Presente a causa de aumento do parágrafo único do art. 288, exasperam-se às reprimendas em metade, equivalente a 01 (um) ano) e 01 (um) mês de reclusão, perfazendo a reprimenda definitiva em 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão, que somadas as penas aplicadas na sentença, totaliza o quantum de 04(quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, mais 15 (quinze) dias multa. 3. PENA APLICADA AO APELADO JOSIMAR DA COSTA COSTA. Considerando que os autos não revelaram grau de culpabilidade maior do que o já previsto para o tipo penal, este vetor deve ser considerado neutro; inexistem elementos para se valorar a personalidade e a conduta social; que não há registro de antecedentes criminais; que os autos demonstraram especial motivo da associação criminosa ? extorsão da vítima, mediante privação da liberdade dos seus familiares que só não ocorreu porque a polícia obteve êxito em prender os membros do bando antes de executarem esse delito, o que justifica a sua valoração em desfavor da apelante; que as circunstâncias e consequências são inerentes ao tipo penal e que as vítimas não contribuíram para a prática do delito, motivos pelos quais fixa-se a pena base em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão. Não há atenuantes nem agravantes. Inexistem causas de diminuição da pena. Presente a causa de aumento do parágrafo único do art. 288, exasperam-se às reprimendas em metade, equivalente a 01 (um) ano) e 01 (um) mês de reclusão, perfazendo a reprimenda definitiva em 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão, que somadas as penas aplicadas na sentença, totaliza o quantum de 04(quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, mais 15 (quinze) dias multa. 4. PENA IMPOSTA AO APELADO JOSÉ MORAIS DA SILVA FILHO. Considerando que os autos não revelaram grau de culpabilidade maior do que o já previsto para o tipo penal, este vetor deve ser considerado neutro; inexistem elementos para se valorar a

personalidade e a conduta social; que não há registro de antecedentes criminais; que os autos demonstraram especial motivo da associação criminosa ? extorsão da vítima, mediante privação da liberdade dos seus familiares que só não ocorreu porque a polícia obteve êxito em prender os membros do bando antes de executarem esse delito, o que justifica a sua valoração em desfavor da apelante; que as circunstâncias e consequências são inerentes ao tipo penal e que as vítimas não contribuíram para a prática do delito, motivos pelos quais fixa-se a pena base em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão. Não há atenuantes nem agravantes. Inexistem causas de diminuição da pena. Presente a causa de aumento do parágrafo único do art. 288, exasperam-se às reprimendas em metade, equivalente a 01 (um) ano) e 01 (um) mês de reclusão, perfazendo a reprimenda definitiva em 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão, que somadas as penas aplicadas na sentença, totaliza o quantum de 04(quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, mais 15 (quinze) dias multa.. 5. PENA APLICADA AO APELADO GIMICLEI SILVA SOUZA. Considerando que os autos não revelaram grau de culpabilidade maior do que o já previsto para o tipo penal, este vetor deve ser considerado neutro; inexistem elementos para se valorar a personalidade e a conduta social; que não há registro de antecedentes criminais; que os autos demonstraram especial motivo da associação criminosa ? extorsão da vítima, mediante privação da liberdade dos seus familiares que só não ocorreu porque a polícia obteve êxito em prender os membros do bando antes de executarem esse delito, o que justifica a sua valoração em desfavor da apelante; que as circunstâncias e consequências são inerentes ao tipo penal e que as vítimas não contribuíram para a prática do delito, motivos pelos quais fixa-se a pena base em 01 (um) ano e 02 (dois) meses de reclusão. Não há atenuantes nem agravantes. Inexistem causas de diminuição da pena. Presente a causa de aumento do parágrafo único do art. 288, exasperam-se às reprimendas em metade, equivalente a 01 (um) ano) e 01 (um) mês de reclusão, perfazendo a reprimenda definitiva em 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão que somadas as penas aplicadas na sentença, totaliza o quantum de 04(quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão, mais 15 (quinze) dias multa e 03 (três) meses de detenção. 6. IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DAS PENAS POR MEDIDAS RESTRITIVAS DE DIREITOS E IMPOSIÇÃO DO REGIME SEMIABERTO. Deixa-se de substituir as reprimendas por medidas restritivas de direitos, uma vez que, neste processo, os apelados foram condenados às penas de 02 (dois) anos, 03 (três) meses e 15 (quinze) dias de reclusão, pela prática do crime do art. 14 da Lei nº 10.826/2003, que, somadas, importam em quantum superior a 04 (quatro) anos o que determina, de igual forma, o seu cumprimento em regime semiaberto. 7. Recurso conhecido e provido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205837 COMARCA: SANTARÉM DATA DE JULGAMENTO: 10/06/2019 00:00 PROCESSO: 00003566620058140051 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Recurso em Sentido Estrito em: RECORRENTE:JOSE FRANCINEI LIMA SILVA Representante(s): OAB 7517 - NOEMI COELHO ATHIAS RODRIGUES (ADVOGADO) RECORRIDO:JUSTIÇA PÚBLICA EMENTA: . RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIME DO ART. 121, §2º, INC. III C/C §4º, DO CP. PEDIDOS DE ABSOLVIÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE HOMICÍDIO CULPOSO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS DE AUTORIA E DO ANIMUS NECANDI. IMPROCEDÊNCIA. MATERIALIDADE DO DELITO DEVIDAMENTE DEMONSTRADA E PROVA TESTEMUNHAL COLHIDA EM JUÍZO QUE REVELA INDÍCIOS DE QUE O RECORRENTE COMETEU O CRIME AO AGREDIR A VÍTIMA, UMA CRIANÇA DE 01 (UM) ANO E 05 (CINCO) MESES, CAUSANDO RUPTURA DE SUAS VÍSCERAS ABDOMINAIS, AGINDO COM INTENÇÃO DE MATÁ-LA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A materialidade do delito está provada pela certidão de óbito e pelos esclarecimentos constantes do ofício subscrito pela perita que realizou a necropsia no ofendido, assim como a prova testemunhal, colhida em juízo, revela indícios de que o recorrente foi o autor do crime e agiu com animus necandi, pois este agredia constantemente a vítima e lhe ameaçou de morte antes da prática do delito apurado nesses autos, motivo pelo qual não podem ser acolhidos os pedidos de absolvição e desclassificação para o crime de homicídio culposo. 2. Recurso conhecido e improvido. decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205838 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: 10/06/2019 00:00 PROCESSO: 00064907620168140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:LUCAS FERREIRA MONTAO Representante(s): OAB 17330 - ANTONIO REIS GRAIM NETO (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA EMENTA: . APELAÇÃO PENAL. CRIMES DOS ARTS. 157, §2º, INCS. I E II DO CP E ART. 303, PARÁGRAFO ÚNICO, C/C 302, §1º, INC. II, AMBOS DO CTB. ABSOLVIÇÃO PELA DIRIMENTE DA

COAÇÃO MORAL IRRESISTÍVEL. IMPROCEDÊNCIA. DEFESA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE DEMONSTRAR AS PROVAS DA CONFIGURAÇÃO DA EXCLUDENTE DE CULPABILIDADE. MINISTÉRIO PÚBLICO QUE NÃO REQUEREU NAS ALEGAÇÕES FINAIS A CONDENAÇÃO DO APELANTE PELO CRIME DO ART. 303, PARÁGRAFO ÚNICO, C/C 302, §1º, INC. II, AMBOS DO CTB. POSICIONAMENTO QUE NÃO VINCULA O JUIZ. INTELIGÊNCIA DO ART. 385 DO CPP. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Os depoimentos colhidos na instrução processual, especialmente o depoimento da vítima, em nenhum momento, demonstram que o apelante teria sido coagido a praticar o crime. Desse modo, como a prova das dirimentes e descriminantes cabe à defesa e essa não se desincumbiu do seu ônus, o pedido de absolvição não pode ser acolhido. 2. A circunstância do Ministério Público não ter requerido a condenação do apelante nas penas do crime do art. 303, parágrafo único, c/c 302, §1º, inc. II, ambos do CTB, não obriga o magistrado a absolvê-lo, caso entenda que o delito esteja provado, ex vi do art. 385 do CPP. 3. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205839 COMARCA: BRAGANÇA DATA DE JULGAMENTO: 17/06/2019 00:00 PROCESSO: 00900081020158140009 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:ARISON DA GRACA SANTOS FERREIRA APELANTE:SILAS RIBEIRO BORGES APELANTE:MANOEL DO NASCIMENTO COSTA DE SOUSA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO PENAL. CRIMES DOS ARTS. 157, §2º, INCS. I E II C/C 70 E 157, §3º, IN FINE, C/C 69, TODOS DO CP. RECORRENTES QUE SE UTILIZARAM DOS MESMOS ARGUMENTOS PARA IMPUGNAR A SENTENÇA CONDENATÓRIA. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. APELANTES QUE FORAM RECONHECIDOS POR TESTEMUNHAS OUVIDAS EM JUÍZO. REDUÇÃO DA PENA BASE. DESCABIMENTO. PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS MILITANDO CONTRA OS APELANTES CUJA APRECIAÇÃO ESTÁ CORRETAMENTE FUNDAMENTADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Durante a instrução processual, 05 (cinco) testemunhas reconheceram os apelantes como os autores dos delitos de roubo majorado e latrocínio, assim como um dos recorrentes confessou seu envolvimento no crime. Por esse motivo não pode ser acolhido o pedido de absolvição por insuficiência de provas. 2. Quando da fixação da pena base dos recorrentes, foram valorados em seu desfavor, com a devida fundamentação, os seguintes vetores previstos no art. 59 do CP, a saber: a) para o crime de roubo majorado: culpabilidade, conduta social, circunstâncias e consequências do delito; b) para o crime de latrocínio: culpabilidade, conduta social e circunstâncias do crime. Portanto, há justificativa para se fixar as penas iniciais no quantum de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 15 (quinze) dias multa para o crime do art. 157, §2º, incs. I e II e 23 (vinte e três) anos de reclusão e 15 (quinze) dias multa para o delito do art. 157, §3º, in fine, do CP. 3. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205840 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: 17/06/2019 00:00 PROCESSO: 00082327320158140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:GUSTAVO MONTEIRO NASCIMENTO Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO PENAL. CRIMES DOS ARTS. 157, §2º, INC. II DO CP E 244-B DO ECA C/C 70 DO CP. ABSOLVIÇÃO DO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES. AUSÊNCIA DE PROVA DA EFETIVA CORRUPÇÃO E DA IDADE DA VÍTIMA. IMPROCEDÊNCIA. CRIME DE NATUREZA FORMAL E MENORIDADE DA VÍTIMA DEMONSTRADA PELA CÓPIA DA SUA CARTEIRA DE IDENTIDADE CUJA VERACIDADE NÃO SE ENCONTRA QUESTIONADA POR QUALQUER OUTRO ELEMENTO DE COGNIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O delito do art. 244-B do ECA se consuma quando o adolescente comete crimes na companhia de um adulto, sendo a corrupção mero exaurimento da conduta. Súmula nº 500 do Colendo STJ. 2. A defesa do apelante não produziu qualquer elemento que possa comprometer a veracidade do documento de identidade do menor, juntado às fls. 20 do inquérito policial em apenso, que prova que nasceu no dia 26/04/1999, possuindo 16 (dezesseis) anos na época em que cometeu o crime, na data de 03/05/2015. 3. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205841 COMARCA: ANANINDEUA DATA DE JULGAMENTO: 17/06/2019 00:00 PROCESSO: 00015822620188140006 PROCESSO ANTIGO: null

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:ALAN RODRIGUES NASCIMENTO Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO PENAL. CRIMES DOS ARTS. 157, §2º, INC. II C/C 71 E 244-B DO ECA C/C 70 DO CP. PENAS APLICADAS EM DEMASIA. IMPROCEDÊNCIA. INEXISTÊNCIA DE EQUÍVOCOS NA FIXAÇÃO DAS REPRIMENDAS QUE ESTÃO ADEQUADAMENTE MOTIVADAS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Analisando a aplicação da pena do crime de roubo (fls. 106/107), constata-se que não houve qualquer equívoco, tendo em vista que a circunstância judicial da culpabilidade foi adequadamente motivada, assim como houve o reconhecimento da atenuante da confissão espontânea (CP, art. 65, inc. III, alínea ?d?) e os aumentos da pena decorrentes do reconhecimento das majorantes do concurso de pessoas, crime continuado e concurso formal estão corretamente fundamentados, bem como não há qualquer equívoco na aplicação da pena do crime do art. 244-B do ECA. Desse modo, as penas devem ser mantidas. 2. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205842 COMARCA: NOVA TIMBOTEUA DATA DE JULGAMENTO: 17/06/2019 00:00 PROCESSO: 00016034920178140034 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:LUIZ CARLOS PEREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 16900 - CARLOS AUGUSTO NOGUEIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 23022 - ANDERSON NOGUEIRA SOUZA DA SILVA (ADVOGADO) APELADO:JUSTIÇA PUBLICA EMENTA: . APELAÇÃO PENAL. CRIME DO ART. 33 DA LEI Nº 11.343/2006. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. TESTEMUNHO DE POLICIAIS, CUJO VALOR PROBATÓRIO NÃO FOI ELIDIDO POR NENHUM OUTRO ELEMENTO DE COGNIÇÃO, QUE CONFIRMA QUE O REQUERENTE ESTAVA NA POSSE DE 19 (DEZENOVE) PEDRAS DE ÓXI E A SUA RESIDÊNCIA ERA PONTO DE VENDA DE DROGAS, BEM COMO FORAM APREENDIDOS MATERIAIS PARA EMBALAR SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES. REDUÇÃO DA PENA AO MÍNIMO LEGAL. DESCABIMENTO. PRESENÇA DE CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS DESFAVORÁVEIS, CUJA APRECIAÇÃO ESTÁ DEVIDAMENTE MOTIVADA, QUE JUSTIFICA O QUANTUM APLICADO ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. RECONHECIMENTO DA CAUSA DE DIMINUIÇÃO DO §4º DO ART. 33 DA LEI Nº 11.343/2006. IMPOSSIBILIDADE. APELANTE QUE SE DEDICA AO COMÉRCIO ILÍCITO DE DROGAS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Constata-se pelos depoimentos dos Policiais Militares Francisco Carlos Souza Ferreira e Eder Oliveira de Souza, colhidos em juízo e gravados na mídia de fls. 23, que a droga foi encontrada no bolso do apelante e na sua residência foram localizados petrechos para embalar substâncias entorpecentes como 02 (duas) tesouras, 10 (dez) sacos plásticos pequenos e carretéis de linha de costura (auto de apreensão de fls. 15 do inquérito policial em apenso), o que demonstra que o recorrente trazia consigo drogas para vende-las. 2. Os testemunhos dos policiais militares que prenderam o apelante, cujo valor probatório não se encontra abalada por qualquer outro meio de cognição, demonstraram a autoria e a materialidade do delito, pois foram apreendidas 19 (dezenove) pedras de óxi, bem como indicaram que a sua residência era ponto de venda drogas, o que restou corroborado pela apreensão, no seu interior, de petrechos utilizados para embalar a substância para a venda, tais como tesouras, sacos plásticos pequenos e carretéis de linha de costura, motivos pelos quais a condenação deve ser mantida. 3. Verifica-se que, na imposição da pena base militaram em desfavor do apelante, e com apreciação devidamente fundamentada, os vetores da culpabilidade, da personalidade e consequências do crime, o que justifica o quantum de 06 (seis) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 600 (seiscentos) dias multa. 4. A causa de diminuição de pena do §4º do art. 33 da Lei nº 11.343/2006 não pode ser reconhecida, uma vez que ficou provado que o apelante se dedica as atividades criminosas. 5. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205843 COMARCA: SANTARÉM DATA DE JULGAMENTO: 17/06/2019 00:00 PROCESSO: 00073306920168140051 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:ANTONIO SILVA DE CASTRO FILHO Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO PENAL. CRIME DO ART. 129, §1º, INC. I C/C §9º DO CP. ABSOLVIÇÃO PELA LEGÍTIMA DEFESA. IMPOSSIBILIDADE. ACUSADO QUE INICIOU A DISCUSSÃO E DESFERIU UMA FACADA QUE CAUSOU RISCO DE MORTE E IMPOSSIBILIDADE PARA AS OCUPAÇÕES HABITUAIS DA VÍTIMA POR MAIS DE 30 (TRINTA) DIAS.

DESPROPORCIONALIDADE NO USO DO MEIO PARA REPELIR OS DOIS TAPAS QUE RECEBEU DA OFENDIDA. DESCRIMINANTE AFASTADA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A descriminante da legítima defesa restou afastada pelas seguintes circunstâncias: o acusado foi quem iniciou a discussão e a desproporcionalidade no uso do meio necessário para repelir os dois tapas que recebeu da vítima tendo em vista que, por causa do ferimento, esta correu risco de morte e ficou impossibilitada de exercer suas ocupações habituais por mais de 30 (trinta) dias, conforme o exame de corpo de delito. 2. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205844 COMARCA: ANANINDEUA DATA DE JULGAMENTO: 17/06/2019 00:00 PROCESSO: 00006085720168140006 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:GLEIDSON CADETE CHAGAS APELANTE:ANDERSON SILVA APELANTE:PAULO RENATO FERREIRA PAULO APELANTE:TALISSON FERREIRA MOREIRA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO PENAL. CRIME DO ART. 33 DA LEI Nº 11.343/2006. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. PROVA TESTEMUNHAL QUE DEMONSTROU QUE OS APELANTES, NO MOMENTO DA PRISÃO, ESTAVAM EMBALANDO SUBSTÂNCIA ENTORPECENTE PARA SER REVENDIDA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A prova testemunhal colhida em juízo demonstrou que os apelantes, no momento da prisão, estavam embalando a droga que seria revendida, assim como havia vários pedaços de plásticos cortados na residência, que já era conhecida por ser ponto de venda de drogas. Dessa forma, há elementos suficientes para sustentar o édito condenatório. 2. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205845 COMARCA: SANTA IZABEL DO PARÁ DATA DE JULGAMENTO: 17/06/2019 00:00 PROCESSO: 00010920620118140049 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:ROSANILCE MACHADO PEREIRA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA EMENTA: . APELAÇÃO PENAL. CRIME DO ART. 33 DA LEI Nº 11.343/2006. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO. PROVA TESTEMUNHAL E PERICIAL QUE NÃO DEIXA DÚVIDAS SOBRE A AUTORIA E MATERIALIDADE DO DELITO. INEXISTÊNCIA DE ELEMENTOS DE COGNIÇÃO QUE POSSAM RETIRAR A CREDIBILIDADE DO DEPOIMENTO DA AGENTE PRISIONAL QUE SUBMETEU À RECORRENTE À REVISTA ÍNTIMA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. A prova produzida em juízo, especialmente o depoimento da agente prisional que participou da revista à apelante, afirmou que esta foi quem retirou, de dentro dos seus órgãos genitais, uma embalagem contendo a substância entorpecente. Registre-se que não há qualquer elemento de cognição que possa abalar a idoneidade dessas declarações. Provadas, então, a autoria e a materialidade do delito, a rejeição do argumento se impõe. 2. Recurso conhecido e improvido. decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205846 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: 17/06/2019 00:00 PROCESSO: 00017232420188140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO JOSE FERREIRA NUNES CÂMARA: 2ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:KILSON MARLON DA SILVA DE ARAUJO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA EMENTA: . EMENTA APELAÇÃO PENAL. CRIME DO ART. 157, §§2º, INC. II E 2º-A DO CP. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IMPROCEDÊNCIA. CONTRADIÇÃO IRRELEVANTE QUE NÃO É CAPAZ DE ABALAR O VALOR PROBATÓRIO DAS DECLARAÇÕES DA OFENDIDA. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Em que pese a denúncia ter descrito que foi o comparsa não identificado que teria imobilizado a ofendida, e esta, quando prestou declarações na instrução processual, ter dito que foi o apelante quem teve essa conduta, a referida contradição não tem a capacidade de abalar o valor das suas declarações colhidas em juízo, uma vez que não teve dúvidas em apontar o envolvimento do recorrente no crime. Ademais, o policial militar Milton César da Silva, quando ouvido na instrução processual, declarou que o telefone celular da vítima estava com o acusado. Desse modo não restam dúvidas que o recorrente praticou o crime e a materialidade deste foi provada. 2. Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO: 205847 COMARCA: BARCARENA DATA DE JULGAMENTO: 27/06/2019 00:00 PROCESSO: 00024978220108140008 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS CÂMARA: 3ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Recurso em Sentido Estrito em: RECORRENTE:M. P. E. Representante(s): CRISTINA MARIA DE QUEIROZ COLARES (PROMOTOR(A)) RECORRIDO:ANTONIO CARLOS ALCANTARA GONCALVES Representante(s): WALBERT PANTOJA DE BRITO (DEFENSOR) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:HAMILTON NOGUEIRA SALAME EMENTA: . EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO ? ARTIGOS 213 C/C O 14, INCISO II E 155, TODOS DO CPB - DENÚNCIA NÃO RECEBIDA - IRRESIGNAÇÃO DO DOMINUS LITIS ? SUSCITA O RECORRENTE PRELIMINARMENTE A NULIDADE DA DECISÃO DO JUÍZO A QUO. Entende esta relatora que a decisão combatida possibilitou a plena ciência desta e de seus fundamentos, inclusive a interposição do presente recurso, atacando todos os pontos constantes na decisão. Assim, entendo que a referida preliminar deve ser ultrapassada para que seja enfrentado o mérito. Rejeito a referida preliminar. NO MÉRITO REQUER A REFORMA DA DECISÃO DO JUÍZO SINGULAR QUE REJEITOU A DENÚNCIA, SOB A ALEGAÇÃO DE NÃO PREENCHER A PEÇA ACUSATÓRIA OS REQUISITOS LEGAIS NECESSÁRIOS DO ARTIGO 41 DO CPP - RECURSO PROVIDO. A peça acusatória preenche todos os requisitos para o seu recebimento, descrevendo a conduta típica atribuída, a autoria, não existindo, portanto, vício a ensejar a sua rejeição. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. UNANIMIDADE

ACÓRDÃO: 205848 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: 27/06/2019 00:00 PROCESSO: 00122807520158140401 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS CÂMARA: 3ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELADO/APELANTE:ERIC EDUARDO DE ALCANTARA BRITO Representante(s): AUGUSTO SEIKI KOZU (DEFENSOR) APELANTE/APELADO:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL PROCURADOR(A) DE JUSTICA:ALMERINDO JOSE CARDOSO LEITAO EMENTA: . EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM APELAÇÃO CRIMINAL COM EFEITO MODIFICATIVO ? PRETENDE O EMBARGANTE A MODIFICAÇÃO DO QUANTUM APLICADO NA TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA PENA PARA O MÍNIMO LEGAL. Não se evidencia qualquer omissão, contradição ou obscuridade no julgado, na verdade pretende o embargante a sua modificação, para que seja fixado o patamar das qualificadoras do concurso de pessoas e emprego da arma de fogo no mínimo legal ? em 1/3 (um terço), e não na ½ (metade) como constante no Acórdão embargado, o qual foi devidamente fundamentado conforme constante no voto. Assim não havendo quaisquer das hipóteses previstas no art. 619 do CPP, conforme precedentes dos nossos Tribunais Superiores e jurisprudência desta Câmara, ora transcritas, mesmo para fins de prequestionamento devem-se observar os lindes traçados no referido dispositivo legal que admitem os embargos, se a matéria arguida foi plenamente enfrentada na decisão impugnada, não há que se falar em prequestionamento. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NÃO ACOLHIDOS. UNANIMIDADE.

ACÓRDÃO: 205849 COMARCA: XINGUARA DATA DE JULGAMENTO: 27/06/2019 00:00 PROCESSO: 00002947120058140065 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS CÂMARA: 3ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Recurso em Sentido Estrito em: RECORRIDO:ADILSON BRITO FERNANDES Representante(s): OAB 25380 - JANE KELLY THULER MARIANO FERNANDES (ADVOGADO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:ANA TEREZA DO SOCORRO DA SILVA ABUCATER RECORRENTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL Representante(s): DIEGO LIBARDI RODRIGUES (PROMOTOR(A)) EMENTA: . EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO ? ARTIGO 14 DA LEI Nº 10.826/2003 ? INSURGE-SE O MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA A DECISAO DO JUÍZO A QUO QUE EXTINGUIU A PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO. Da análise dos autos, a pena máxima atribuída ao tipo penal é 04 (quatro) anos, a qual prescreve em 08 (oito) anos, sendo o recorrido menor de 21 anos na data do crime (doc. fls. 16), reduz-se pela metade, ou seja, para 04 (quatro) anos. Embora o processo tenha ficado suspenso, nos termos da Súmula nº 415 do STJ: período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada. Assim, tendo a denúncia sido recebida em 09.05.2005, e permanecido o processo suspenso de 11.08.2010 a 11.08.2014, voltando a transcorrer normalmente o prazo a partir de então. Considerando os referidos interstícios temporais, mesmo descontando o período em que o processo permaneceu suspenso com base no artigo 366 do CPP, ainda assim, operou-se mais de 04 (quatro) anos entre o recebimento da denúncia até a presente data, operando-se de fato a prescrição da pretensão punitiva pela prescrição. RECURSO CONHECIDO E

IMPROVIDO. UNANIMIDADE.

ACÓRDÃO: 205850 COMARCA: ITAITUBA DATA DE JULGAMENTO: 27/06/2019 00:00 PROCESSO: 00068123420148140024 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS CÂMARA: 3ª TURMA DE DIREITO PENAL Ação: Apelação Criminal em: APELANTE:NATAN LIMA SILVA Representante(s): OAB 18302 - IVO TIAGO BARBOSA CAMARA (DEFENSOR) APELADO:JUSTIÇA PÚBLICA PROCURADOR(A) DE JUSTICA:ALMERINDO JOSE CARDOSO LEITAO EMENTA: . EMENTA: APELAÇÃO ? ART. 157, § 2º, INCISOS I E II DO CPB ?ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS E APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO ? IMPROCEDÊNCIA. Elementos probatórios que comprovam a materialidade e autoria do crime - REDUÇÃO DA PENA-BASE PARA O MÍNIMO LEGAL. NÃO LHE ASSISTE RAZÃO. Existem circunstancias negativas em seu desfavor, mostrando-se a pena fixada adequada ao caso concreto ? INSURGE-SE COM RELAÇÃO AS CERTIDÕES DE ANTECEDENTES JUNTADAS APÓS AS ALEGAÇÕES FINAIS UTILIZADAS PARA COMPENSAR A ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTANEA COM A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA ? NÃO MERECE PROSPERAR - Certidões juntadas por ocasião da audiência de instrução, onde estavam presentes o recorrente e o seu defensor, os quais dela tiveram acesso e conhecimento, sendo ainda certidões atualizadas de informações já existentes nos autos. Devidamente comprovada e justificada a referida agravante na sentença e procedido a compensação pelo Juízo singular nos termos do entendimento do STJ em recurso repetitivo REsp 1341370MT. IMPROVIMENTO DAS RAZÕES RECURSAIS. De oficio verifico que além do concurso de pessoas o crime foi qualificado pelo uso de faca. Com o advento da Lei n. 13.654/2018, excluiu-se das qualificadoras o emprego de arma branca, não alterando o quantum da pena, vez que ainda subsiste a majorante do concurso de pessoas reconhecida pelo juízo singular e tendo este aplicado o patamar no mínimo legal, não comporta nenhuma redução. 4. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO NAS RAZÕES RECURSAIS. EXCLUÍDO DE OFICIO A QUALIFICADO DO INCISO I, DO § 2º DO ARTIGO 157 DO CPB, SEM ALTERAR O QUANTUM DA PENA. UNANIMIDADE

ACÓRDÃO: 205851 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: 17/06/2019 00:00 PROCESSO: 00180249420148140301 PROCESSO ANTIGO: 20143015845 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR CÂMARA: 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO Ação: Agravo de Instrumento em: AGRAVANTE:UNIMED BELEM - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Representante(s): OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) AGRAVADO:LUIZ OTAVIO RAMOS TAVARES Representante(s): OAB 20249 - MICHEL NOBRE MAKLOUF CARVALHO (ADVOGADO) EMENTA: . EMENTA: AGRAVO INTERNO DE DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO. IRRESIGNAÇÃO DA OPERADORA DE PLANO DE SAÚDE. IMPROCEDÊNCIA. PREVISÃO DE COBERTURA PARA A PATOLOGIA. IMPOSSIBILIDADE DE SER ESTABELECIDA A FORMA DE TRATAMENTO PELO PLANO DE SAÚDE. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1.Deve ser mantida a decisão agravada que negou provimento ao Agravo de Instrumento, por ter sido prolatada em consonância com o que asseverou o magistrado singular em sede da decisão que concedeu da tutela antecipada, uma vez que o que deve prevalecer é a existência de previsão de cobertura para a patologia em questão, e não a forma de tratamento a ser empregada. 2. Ainda que admitida a possibilidade de previsão de cláusulas limitativas dos direitos do consumidor (desde que escritas com destaque, permitindo imediata e fácil compreensão), revela-se abusivo o preceito do contrato de plano de saúde excludente do custeio dos meios e materiais necessários ao melhor desempenho do tratamento clínico. 3. O Superior Tribunal de Justiça entende ser abusiva a cláusula contratual que exclui tratamento prescrito para garantir a saúde ou a vida do beneficiário, porque o plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de terapêutica, indicada por profissional habilitado, na busca da cura (AgInt no AREsp 1181718/SP, Rel. Min. Moura Ribeiro, DJe 02/05/2018). 4. Não trazendo a parte agravante qualquer argumento novo capaz de modificar o entendimento adotado na decisão agravada, apenas reeditando a tese anterior, improcede o recurso interposto. 5. Agravo Interno conhecido e desprovido. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: 205852 COMARCA: URUARÁ DATA DE JULGAMENTO: 17/06/2019 00:00 PROCESSO: 00033151720138140066 PROCESSO ANTIGO: 20143004443 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA

JUNIOR CÂMARA: 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO Ação: Agravo de Instrumento em: AGRAVANTE:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA Representante(s): OAB 14164 - ANDRESSA HELENA MELO FRAIHA (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) AGRAVADO:MARCIELLY LIMA DA SILVA Representante(s): OAB 14884 - JOSE VINICIUS FREIRE LIMA DA CUNHA (ADVOGADO) EMENTA: . EMENTA: AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO AGRAVO. AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL. PEDIDO DE PERÍCIA REQUERIDO PELA AGRAVANTE, QUE NÃO É BENEFICIÁRIA DA JUSTIÇA GRATUITA. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO DO PERITO NOMEADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO, À UNANIMIDADE. 1.Necessária a manutenção da decisão monocrática que assentou o entendimento na ausência de interesse recursal, uma vez que a perícia fora requerida pela agravante que não é beneficiária da justiça gratuita, devendo, por conseguinte, arcar com os honorários periciais fixados. 2. Agravo Interno conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO: 205853 COMARCA: BELÉM DATA DE JULGAMENTO: 17/06/2019 00:00 PROCESSO: 00305246620128140301 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE ROBERTO PINHEIRO MAIA BEZERRA JUNIOR CÂMARA: 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO Ação: Apelação Cível em: APELADO:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 14305 - CARLOS GONDIM NEVES BRAGA (ADVOGADO) APELANTE:MANOEL DO SOCORRO BARBOSA SILVA Representante(s): OAB 15837 - SERGIO RENATO FREITAS DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) EMENTA: . EMENTA: AGRAVO INTERNO EM APELAÇÃO CÍVEL. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO RECURSO DE APELAÇÃO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPEFÍCICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 1.021, § 1º, DO CPC. RECURSO NÃO CONHECIDO, À UNANIMIDADE. 1. O artigo 1.021, § 1º, do Código de Processo Civil determina que, na petição do Agravo Interno, deverá o recorrente impugnar especificamente os fundamentos da decisão agravada; 2. Não tendo o agravante impugnado especificamente os fundamentos da decisão monocrática que conheceu e deu provimento ao recurso de apelação, tal situação impede o conhecimento do recurso de Agravo Interno, uma vez que este tem sua admissibilidade condicionada à referida impugnação; 3. Agravo Interno não conhecido.

ACÓRDÃO: 205854 COMARCA: BARCARENA DATA DE JULGAMENTO: 17/06/2019 00:00 PROCESSO: 00021179720088140008 PROCESSO ANTIGO: 20103011945 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA ELVINA GEMAQUE TAVEIRA CÂMARA: 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO Ação: Apelação Cível em: APELADO:ESTADO DO PARA Representante(s): ARY LIMA CALVALCANTE - PROC. ESTADO (ADVOGADO) FABIOLA DE MELO SIEMS - PROC DO ESTADO (ADVOGADO) APELANTE:J. F. DE OLIVEIRA NAVEGACAO LTDA Representante(s): OAB 3312 - CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO (ADVOGADO) PROCURADOR(A) DE JUSTICA:TEREZA CRISTINA DE LIMA EMENTA: . EMENTA: DIREITO AMBIENTAL. APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO CAUTELAR. PRELIMINAR DE NULIDADE DA SENTENÇA POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. PRELIMINAR REJEITADA. PRELIMINAR DE PERDA DO OBJETO. PRELIMINAR REJEITADA. MÉRITO. DANO AMBIENTAL. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. TEORIA DO RISCO INTEGRAL. EMPRESA QUE EXERCE ATIVIDADE POTENCIALMENTE POLUIDORA E, PORTANTO, DEVE SUPORTAR OS RISCOS DOS PREJUÍZOS CAUSADOS PELA ATIVIDADE, INDEPENDENTEMENTE DA CULPA QUANTO AOS DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DO DERRAMAMENTO DE ÓLEO DE REBOCADOR. DESCABIDA A INVOCAÇÃO DE EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE PARA AFASTAR SUA OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR. PRECEDENTES FIRMADOS EM SEDE DE REPETITIVOS (TEMAS 438 E 681-STJ). DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE DEFERIU LIMINAR PARA BLOQUEIO DE VALORES. PRESENÇA DOS REQUISITOS AUTORIZADORES PARA CONCESSÃO DA LIMINAR (ART. 798 DO CPC/73). SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA. À UNANIMIDADE. 1-Preliminar de nulidade da sentença por negativa de prestação jurisdicional. Observa-se que as teses imputadas pelo Apelante em seus Embargos foram devidamente apreciadas, inexistindo qualquer vício que ensejasse o manejo de Embargos de Declaração, verificando-se que em realidade, a pretensão da Empresa, consistia na rediscussão da matéria já decidida pelo juízo, mostrando-se inviável pelo procedimento eleito. A jurisprudência nacional afasta o acolhimento dos embargos no caso de ausência de omissão na decisão ou, ainda, como tentativa de rediscussão do mérito da lide. Outrossim, observa-se da sentença de Embargos de Declaração, que a mesma possui o relatório e fundamentação, não havendo qualquer vício que importe em negativa de

prestação jurisdicional. Preliminar rejeitada. 2-Preliminar de Perda do Objeto. No que concerne à preliminar de perda do objeto da ação cautelar suscitada, observa-se que não há como prosperar, uma vez que o Estado Apelado pretende o ressarcimento dos recursos despendidos por ocasião do acidente ambiental cuja responsabilidade é atribuída à Apelante, de forma que a presente ação cautelar tem por escopo apenas resguardar patrimônio suficiente da Apelação para, em caso de procedência do pedido principal, restar garantido o recebimento do que foi efetivamente gasto pelo Apelado. Assim, não cabe, sob qualquer aspecto, falar em perda do objeto. Preliminar rejeitada. 3- Mérito. A questão em análise consiste em verificar se a responsabilidade civil por dano ambiental da Apelante seria excluída, diante da alegação de que o acidente decorrera de forças da natureza. 4-A matéria veiculada nos presentes autos trata de direito ambiental, traduzindo um bem jurídico maior, cujo direito pertence a todos e não a grupos específicos a teor do expresso no art. 225 da Constituição Federal no capítulo que trata do meio ambiente, evidenciando a importância do bem juridicamente protegido, bem como, que há imposição ao poder público e à coletividade, em preservá-lo como um todo. 5-É cediço que o sistema brasileiro ambiental, adota a teoria do risco integral, segundo a qual, quem exerce uma atividade potencialmente poluidora, deve suportar os riscos dos prejuízos causados pela atividade, independentemente da culpa, tendo como consequência a irrelevância da licitude da atividade poluidora/degradante e a desnecessidade de demonstração da culpa, para assegurar o ressarcimento dos prejuízos causados ao meio ambiente, revelando a responsabilidade civil objetiva do agente poluidor, fixada no art. 14, § 1º da Lei nº. 6.938/81. 6-Não se sustenta a alegação da Apelante de excludente de responsabilidade, sob a argumentação de que o acidente teria decorrido de forças da natureza, uma vez que a responsabilidade civil por dano ambiental fundamenta-se na teoria do risco integral, convindo destacar a tese firmada por meio do julgamento do REsp 1.114398-PR, em sede de recursos repetitivos, no tema 438, que assentou que ?o degradador, em decorrência do princípio do poluidor-pagador, é obrigado, independentemente da existência de culpa, a reparar - por óbvio que às suas expensas - todos os danos que cause ao meio ambiente e a terceiros afetados por sua atividade, sendo prescindível perquirir acerca do elemento subjetivo, o que, consequentemente, torna irrelevante eventual boa ou má-fé para fins de acertamento da natureza, conteúdo e extensão dos deveres de restauração do status quo ante ecológico e de indenização.? 7-Sendo a responsabilidade civil por dano ambiental objetiva e, pautando-se na teoria do risco integral, não cabe a invocação de excludentes de responsabilidade civil para afastar sua obrigação de indenizar, consoante entendimento firmado pelo STJ, em sede de recursos repetitivos (tema 681). 8-O deferimento da cautelar pautou-se pelo preenchimento dos requisitos do perigo da demora e do fumus boni iuris, ficando evidenciado nos autos que os pedidos têm a natureza preventiva e preparatória, visando salvaguardar os prejuízos ambientais decorrentes do derramamento de óleo. Assim, demonstrada a configuração do dano ambiental no presente caso, ante o inconteste derramamento de óleo e, restando configurado o nexo causal entre o desempenho da atividade empresarial, constata-se escorreita a sentença do Juízo a quo que julgou parcialmente procedente a presente cautelar. 9-O bloqueio de valores realizados em sede de liminar fundamenta-se no risco ao resultado útil do processo, a teor do art. 798 do CPC/73, não consistindo em ilegalidade. Ademais, deve-se atentar que, em sentença, o juízo a quo, compreendendo que já não persistiam os motivos para manter o bloqueio, revogou parcialmente a decisão de bloqueio do valor total de R$1.000.000,00 (um milhão de reis), mantendo apenas quanto à importância de R$199.199,14 (cento e noventa mil, cento e noventa e nove reais e quatorze centavos), valor que foi efetivamente bloqueado, determinando a apresentação de caução idônea. 10-Em relação à suposta ausência de motivo justificado para a recusa pelo Apelado do bem imóvel ofertado como garantia, observa-se que fora negado ante o fato de constituir-se em imóvel situado em terreno de marinha, o que acarreta restrições para eventual liquidez, além de não obedecer a gradação legal do art. 655 do CPC/73. Aliado a isto, deve ser observado que a certidão de registro de imóveis data do ano de 2003 (fls. 223), quando a presente cautelar fora ajuizada em 2008, pelo que referida certidão não encontra apta para a devida análise sobre a existência de ônus. 11-Apelação conhecida e não provida. À unanimidade.

ACÓRDÃO: 205855 COMARCA: ACARÁ DATA DE JULGAMENTO: 11/06/2019 00:00 PROCESSO: 00010628420178140076 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO GONCALVES DE MOURA CÂMARA: SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO Ação: Exceção de Suspeição em: EXCIPIENTE:JOSE MARIA DE OLIVEIRA MOTA JUNIOR Representante(s): OAB 9295 - MANOEL GOMES MACHADO JUNIOR (ADVOGADO) EXCEPTO:JUIZ DE DIREITO WILSON CORREA DE SOUZA INTERESSADO:ASSOCIACAO DOS MAGISTRADO DO ESTADO ESTADO DO PARAAMEPA Representante(s): OAB 14800 - RICARDO NASSER SEFER (ADVOGADO) EMENTA: . EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO DE MAGISTRADO. PRELIMINARES DE AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL,

INEXISTÊNCIA DE PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS E INÉPCIA DA INICIAL REJEITADAS. MÉRITO - EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO DE MAGISTRADO POR INIMIZADE. NÃO DEMONSTRAÇÃO DAS HIPÓTESES LEGAIS, TAMPOUCO DE INTERESSE DO JULGADOR NO RESULTADO DO FEITO ORIGINÁRIO. INCIDENTE JULGADO TOTALMENTE IMPROCEDENTE. DECISÃO UNÂNIME. 1. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE CONSTITUIÇÃO E DESENVOLVIMENTO VÁLIDO E REGULAR DO PROCESSO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. 1.1. A lei processual prevê como causa de suspensão do processo a arguição de impedimento ou de suspeição, sendo que mera arguição do incidente em face do Magistrado ocasiona a sustação do processo principal, ocasionando a chamada suspensão imprópria. Inteligência do artigo 313, III do CPC. 1.2. No caso, tendo em vista a instauração do presente incidente no bojo da Ação Cautelar que importou na suspensão provisória do prosseguimento do feito, a parte autora da ação se encontrava impossibilitada de ajuizar a ação principal no prazo previsto pela lei processual, de tal sorte que não merece acolhimento a prefacial sustentada. 2. DA PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROCURAÇÃO COM PODERES ESPECÍFICOS. 2.1. Inexiste na lei processual civil exigência para que a instauração de exceção de suspeição de Magistrado seja precedida de procuração com poderes especiais, uma vez que tal hipótese não se encontra elencada no artigo 105 do CPC. 3. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. 3.1. Constatando-se que a exceção de suspeição se encontra aparelhada com documentos, rol de testemunhas e exposição dos motivos da recusa, em consonância ao disposto no art. 146 do CPC/2015, descabe falar em inépcia da inicial. 4. MÉRITO. 4.1. Revela-se inviável o acolhimento da exceção de suspeição por inimizade do excipiente com o Magistrado pelo fato de manifestações deste em processos disciplinares, uma vez que não demonstram a parcialidade do julgador na condução da causa. 5. Exceção julgada improcedente. À unanimidade.

ACÓRDÃO: 205856 COMARCA: null DATA DE JULGAMENTO: 11/06/2019 00:00 PROCESSO: 00003339720148140000 PROCESSO ANTIGO: 20143010190 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO GONCALVES DE MOURA CÂMARA: SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO Ação: Ação Rescisória em: AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): ANA CLAUDIA SANTANA DOS SANTOS ABDULMASSIH - PROC. ESTADO (ADVOGADO) REU:ESPOLIO DE ARNALDO MORAES NETO REPRESENTANTE:MONICA ABINADER MORAES Representante(s): OAB 1817 - PAULO SERGIO RODRIGUES DE MORAES (ADVOGADO) EMENTA: . EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AÇÃO RESCISÓRIA. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO/OBSCURIDADE. DESCABIMENTO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER VÍCIOS DO ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DECIDIDAS NO ACÓRDAO IMPUGNADO. REITERAÇÃO DE ARGUMENTOS. MERO INCONFORMISMO. AUSÊNCIA DE VÍCIO A SER SANADO. EMBARGOS CONHECIDOS E IMPROVIDOS. DECISÃO UNÂNIME. 1. De acordo com o que preceitua o artigo 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração constituem instrumento processual com o escopo de eliminar do julgamento obscuridade, contradição ou omissão sobre tema cujo pronunciamento se impunha pelo acórdão ou, ainda corrigir evidente erro material, servindo como mecanismo de aperfeiçoamento do julgado. 2. A mera reiteração de argumentos anteriormente levantados e, sendo certo que as questões apontadas foram clara e fundamentadamente examinadas no acórdão objurgado, são manifestamente descabidos os presentes aclaratórios. 3. In casu, tem-se que o julgado embargado afasta expressamente a necessidade de citação pessoal para o procedimento executório da sentença concessiva do writ. 4. A execução para o cumprimento de obrigação de fazer, ainda quando movida contra a Fazenda Pública, não está sujeita ao rito do art. 730 do CPC, limitado às execuções por quantia certa. 5. O pagamento dos vencimentos é mera consequência do ato de incorporação de parcelas remuneratórias, determinado na sentença concessiva da segurança, não possuindo o efeito de transmudar a execução de obrigação de fazer em execução por quantia certa. 6. Embargos declaratórios conhecidos e desprovidos. À unanimidade.

ACÓRDÃO: 205857 COMARCA: null DATA DE JULGAMENTO: 11/06/2019 00:00 PROCESSO: 00005017920108140000 PROCESSO ANTIGO: 20103011723 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO GONCALVES DE MOURA CÂMARA: SEÇÃO DE DIREITO PÚBLICO Ação: Ação Rescisória em: REU:ERIKA MARIA RIEBISCH DE FIGUEIREDO Representante(s): OAB 16003-B - GERSON RIEBISCH FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 2083 - GERSON REIBISCH DE FIGUEIREDO (ADVOGADO) AUTOR:ESTADO DO PARA - SEAD / SETRAN Representante(s): ALEXANDRE AUGUSTO LOBATO BELLO (ADVOGADO) ANA CLAUDIA SANTANA DOS SANTOS ABULDMASSIH - PROC DO ESTADO (ADVOGADO) GRACO IVO ALVES ROCHA COELHO (ADVOGADO) EMENTA: . embargos de declaração em AÇÃO REsCISÓRIA.

REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. COISA JULGADA EM SENTIDO MATERIAL. IMPOSSIBILIDADE DE REDISCUSSÃO DE CONTROVÉRSIA JÁ APRECIADA EM DECISÃO TRANSITADA EM JULGADO, AINDA QUE PROFERIDA EM CONFRONTO COM A JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE superveniente NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. recurso conhecido e desprovido. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO: 205858 COMARCA: null DATA DE JULGAMENTO: 12/06/2019 00:00 PROCESSO: 01007684520158140000 PROCESSO ANTIGO: null MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO GONCALVES DE MOURA CÂMARA: TRIBUNAL PLENO DE DIREITO PÚBLICO Ação: Mandado de Segurança Cível em: IMPETRANTE:FROOTY COMERCIO E INDUSTRIA DE ALIMENTOS SA Representante(s): OAB 16286 - ELIELTON JOSE ROCHA SOUSA (ADVOGADO) OAB 46512 - STANLEY MARTINS FRASAO (ADVOGADO) OAB 8008 - GEORGES CHEDID ABDULMASSIH JUNIOR (ADVOGADO) MARCOS VINICIUS ALVES SILVA (ADVOGADO) OAB 90482 - GUSTAVO PIRES MAIA DA SILVA (ADVOGADO) IMPETRADO:GOVERNADOR DO ESTADO DO PARA LITISCONSORTE PASSIVO NECESSARIO:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 8843 - GUSTAVO VAZ SALGADO (PROCURADOR(A)) OAB 5555 - FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (PROCURADOR(A)) EMENTA: . MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUTÁRIO. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA ARGUIDA PELO MP DO 2º GRAU, REJEITADA, PORQUANTO A ALEGAÇÃO DE QUE NÃO TERIA SIDO ACOSTADA A DOCUMENTAÇÃO REFERIDA (CONVÊNIO) NÃO PROSPERA, CONSIDERANDO-SE QUE TAL PEÇA SE ENCONTRA DEVIDAMENTE JUNTADA AO PROCESSADO. MÉRITO. ICMS. REVOGAÇ?O DE BENEFÍCIOS FISCAIS. DECRETO nº 1.391/2015. (REVOGAÇÃO TÁCITA DA ISENÇÃO DADA SOBRE O ICMS NAS OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM POLPAS DE CUPUAÇU E AÇAÍ). LEGALIDADE DO DECRETO RECONHECIDA EM MANIFESTAÇ?O ANTERIOR DO PLENO DESTE TRIBUNAL. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

FÓRUM CÍVEL

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

EDITAL DE INTERDIÇÃO DE RENATA ASSUNÇÃO FURTADO

A Dra. ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS, Juíza de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Belém. Faz a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos nº 08157849420178140301, da Ação de CURATELA requerida por **LEA MARIA RIBEIRO DE ASSUNÇÃO**, brasileira, divorciada, do lar , a interdição de **RENATA ASSUNÇÃO FURTADO**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 5973551 2ª via SSP/PA e CPF/MF-001.998.012-40, nascida em 22/05/1997, portador do CID G80.8, filha de Vanderlei Maria Furtado e Lea Maria de Assunção Pantoja que a impossibilita de praticar qualquer ato da vida civil, tendo sido prolatada ao final da sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Ante o exposto, com base no art. 755 do CPC c/c art. 1.772 do CC e arts. 84 e 85 da Lei 13.146/2015 ¿ Estatuto da Pessoa com Deficiência, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para: a) RECONHECER a incapacidade relativa do(a) interditando(a) **RENATA ASSUNÇÃO FURTADO** e, por conseguinte, DECRETAR a sua interdição, com base nos arts. 4º, III, e art. 1.767 do CC, ficando impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros (atos de natureza patrimonial e negocial), para si, seus herdeiros e dependentes; b) Permanecem inalterados os direitos considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, ressaltando-se o direito ao corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto (art. 85, §1º, da Lei 13.146/2015); a) NOMEIO CURADOR(A) o(a) senhor(a) **LEA MARIA RIBEIRO DE ASSUNÇÃO**, o(a) qual deverá representar o(a) interditando(a) nos termos acima, com poderes limitados à gestão e administração de negócios e bens e que não importem em transferência ou renúncia de direito, inclusive para fins de recebimento de aposentadoria e benefício previdenciário; Ressalto que, com base no art. 1.774 do CC (aplicação à curatela das disposições concernentes à tutela. .....LAVRE-SE TERMO DE CURATELA DEFINITIVA, intimando o(a) curador(a) ora nomeado(a) para, no prazo de 05 dias (art. 759 CPC), comparecer à secretaria deste juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo; d) Fica o(a) curador(a) intimado de que deverá, anualmente, a contar da publicação da presente sentença, prestar contas de sua administração, apresentando o balanço do respectivo ano (art. 84, §4º, do Estatuto da Pessoa com Deficiência), por petição simples, que será juntada em autos em apenso aos presentes (art. 553 do CPC). Somente não será obrigado a prestar contas, salvo determinação judicial, o curador que for o(a) cônjuge e o regime de bens do casamento for de comunhão universal (art. 1.783 do CC). e) Expeça-se Mandado de Averbação para fazer constar no registro de nascimento ou casamento do(a) interditado(a) a decretação da sua interdição e a nomeação de seu(sua) curador(a), dando-se cumprimento ao disposto no art. 93 da Lei 6.015/73; f) Além da publicação no Diário de Justiça e da averbação no registro de pessoas naturais, a presente sentença de interdição deverá ser publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça ¿ onde permanecerá por 6 (seis) meses -, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias (art. 755 do CPC). Custas processuais pela requerente. Contudo, a sua exigibilidade ficará suspensa, em decorrência do deferimento da assistência judiciária gratuita, pelos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão ou antes, se demonstrado que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações da beneficiária (art. 98, §3º, CPC). Após o trânsito em julgado e cumpridas as determinações acima, arquivem-se os autos, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes, a Defensoria Pública e o Ministério Público. Expeça-se as certidões e os ofícios necessários. Belém, 08 de janeiro de 2019. ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Capital. Dado e passado nesta cidade de Belém, Pará, aos 26 dias do mês de junho do ano de 2019.

Dra. ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS

Juíza de Direito

Número do processo: 0877962-45.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: M L UNGER COMERCIO DO VESTUARIO LTDA. - ME Participação: ADVOGADO Nome: MARIO FERNANDO VALENTE COLOMBOOAB: 89949/RJ Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL DE SOUSA BRITOOAB: 14089/PA Participação: REQUERIDO Nome: CALCADOS PINA LTDA Participação: REQUERIDO Nome: MUNDO COMFORT INDUSTRIA & COMERCIO DE CALCADOS EIRELI - ME Participação: REQUERIDO Nome: G.FIN SANTANA DE PARNAIBA FOMENTO MERCANTIL EIRELIAto ordinatório Com base no PROVIMENTO Nº 006/2006, em seu art. 1º, § 2º, I, intimo a parte autora, a se manifestar sobre o AR DEVOLVIDO SEM CUMPRIMENTO de ID nº 11278657 no prazo de 15 (quinze) dias (art. 350 NCPC). Outrossim, caso seja informado novo endereço, com base no mesmo provimento, em seu art. 1º, § 2º, XI,fica a parte autora desde já intimada a efetuar o pagamento das custas necessárias à expedição da nova citação/intimaçãoe serviços postais.Belém, 28 de junho de 2019. Fernanda NascimentoAuxiliar Judiciário

Número do processo: 0873587-98.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PA Participação: REQUERIDO Nome: HELIANA BAIA EVELIN SORIA Participação: REQUERIDO Nome: JUSTO BAIA EVELIN SORIA Participação: REQUERIDO Nome: ALEGRIA BAIA EVELIN SORIAATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no Art. 1º, §2º, inciso XVII, do Provimento nº 006/2006, da CGJRMB, INTIMO A PARTE AUTORA a se manifestar acerca dos ARs devolvidos de ID Nº 11279694, no prazo de 5 (cinco) dias. No caso de ser informado novo endereço, com base no mesmo provimento, em seu art. 1º, § 2º, XI, fica a parte autora desde já intimada a efetuar o pagamento das custas necessárias à expedição das novas citações ..Belém, 28/06/2019.Fernanda NascimentoAux. Judiciário

Número do processo: 0877818-71.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: MARIA DE NAZARE REIS DE CARVALHO Participação: REQUERIDO Nome: JOSE HENRIQUE DA SILVA CARVALHOPROCESSO Nº 0877818-71.2018.8.14.0301AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELARequerente: MARIA DE NAZARE REIS DE CARVALHO - AUSENTEInterditando (a): JOSE HENRIQUE DA SILVA CARVALHO - AUSENTEDefensor (a): ANA PAULA PEREIRA MARQUES VIEIRA ? MAT. 8084536-1RMP: DR. ERNESTINO ROOSEVELT SILVA PANTOJAJUIZA: DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOSDATA: 10/06/2019HORA: 10h.TERMO DE AUDIÊNCIAAo décimo dia do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (2019), às 10 horas, nesta cidade de Belém-Pará, na sala de audiência, na presença da DRA. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS e do ilustre representante do Ministério Público, DR. ERNESTINO ROOSEVELT SILVA PANTOJA. Efetuado o pregão, constatou-se a ausência das partes estando presente apenas a Defensoria Pública. Aberta a audiência, pela ausência das partes a audiência tornou-se infrutífera. DELIBERAÇÃO: 1) Remetam-se os autos à Defensoria Pública para que se manifeste acerca do prosseguimento do feito, requerendo o que entender cabível à regular tramitação do processo. Nada mais havendo, encerro o presente termo que vai por todos assinado. Eu, Onival Bacha Figueiredo, estagiário de direito, digitei e subscrevi.JUIZ: RPM:DEFENSOR (A):

Número do processo: 0832284-07.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: RITA CECILIA VIANA DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: NEILA MOREIRA COSTAOAB: 12669/PA Participação: AUTOR Nome: ANA ANGELICA DE SOUZA CORREA Participação: ADVOGADO Nome: NEILA MOREIRA COSTAOAB: 12669/PA Participação: AUTOR Nome: A. G. S. F. Participação: ADVOGADO Nome: NEILA MOREIRA COSTAOAB: 12669/PA Participação: RÉU Nome: VERONICA LUCIA ALONSO DA SILVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELIOAB: 5546/RO

Participação: RÉU Nome: BOOKING.COM BRASIL SERVICOS DE RESERVA DE HOTEIS LTDA.Ato ordinatório Processo nº 0832284-07.2018.8.14.0301 Com base no PROVIMENTO Nº 006/2006, em seu art. 1º, § 2º, II, intimo a parte autora a se manifestar sobre a contestação de ID 11136031, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 350 CPC),conforme determinado do TERMO DE AUDIÊNCIA de ID de Nº10565193.Belém, 28 de junho de 2019 Fernanda NascimentoAuxiliar Judiciário

Número do processo: 0861768-67.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BRENDA KAROLINE VALE VASCONCELOS SANTOS Participação: AUTOR Nome: A. V. V. S. Participação: RÉU Nome: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Participação: ADVOGADO Nome: DIOGO DE AZEVEDO TRINDADEOAB: 011270/PAAto ordinatório Processo nº 0861768-67.2018.8.14.0301 Com base no PROVIMENTO Nº 006/2006, em seu art. 1º, § 2º, II, intimo a parte autora a se manifestar sobre a contestação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 350 CPC).Belém, 28 de junho de 2019 José Wilson Coelho de SouzaDiretor de Secretaria

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM

03523027720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/ RELATOR(A)/ SERVENTUÁRIO(A): JOAO LOURENCO MAIA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ARGEMEX COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE ARTIGOS DE ARMARINHO Representante(s): OAB 15887 - THIAGO TUMA ANTUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL Representante(s): OAB 14084 - ELINALDO LUZ SANTANA(ADVOGADO) OAB 17808-B - GABRIELA DE CARVALHO FUNES (ADVOGADO) ATO ORDINATÓRIO Intimo a advogada, Dra. GABRIELA DE CARVALHO FUNES, OAB/PA: 17808-B, a comparecer na Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Belém, para tratar de assunto relacionado aos presentes autos. Belém, __ de junho de 2019 Milana Quaresma Diretora de Secretaria

Número do processo: 0831168-29.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: LENA SUELY FIGUEIREDO DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: MARIA ALEXANDRINA DA SILVA GONCALVESOAB: 6864PA Participação: REQUERIDO Nome: VICENTE MOREIRA DOS SANTOSTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DA CAPITAL PROCESSO: 0831168-29.2019.8.14.0301[Capacidade]INTERDIÇÃO (58)REQUERENTE: LENA SUELY FIGUEIREDO DOS SANTOSNome: LENA SUELY FIGUEIREDO DOS SANTOSEndereço: Avenida Dezesseis de Novembro, 791, Apartamento 301 Ed. Aguas Marinhas, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66023-220REQUERIDO: VICENTE MOREIRA DOS SANTOSNome: VICENTE MOREIRA DOS SANTOSEndereço: Avenida Dezesseis de Novembro, 791, Apartamento 301 Ed. Aguas Marinhas, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66023-220R.H.Processo Cível Nº:0831168-29.2019.8.14.0301-Despacho -Defiro os benefícios da justiça gratuita.Vista ao RMP para manifestação acerca do pedido de curatela provisória.No caso de não terem sido juntados, determino ao Sr. Advogado do requerente que junte aos autos, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, os seguintes documentos:Interditando (a):cópia da Carteira de Identidade; cópia do C.P.F.; cópia do Título de Eleitor, se tiver; Se solteiro: cópia da Certidão de Nascimento; Se Casado: cópia da Certidão de Casamento.Requerente:cópia da Carteira de Identidade; cópia do C.P.F.; cópia de documento que comprove a relação de parentesco com o (a) interditando (a); original de atestado de saúde física e mental; original de atestado de idoneidade moral. Tratando-se de medida urgente, junte-se desde logo, laudo médico circunstanciado, conclusivo e legível a respeito do estado de saúde física e mental do (a) interditando (a), sendo que, na parte conclusiva o médico deve dizer se o (a) interditando (a) tem ou não tem condições de reger a sua pessoa e administrar negócios e bens, se os tiver. Sendo necessária a realização da audiência na residência, o endereço deve ser informado de forma detalhada e com juntada de mapa, se difícil a localização, dentro do prazo de 05 (cinco) dias. Designo audiência de interrogatório, para o dia 24/08/2020,às 09:45horas, no FÓRUM local. Cite-se o (a) interditando (a) e intime-se o (a) requerente para comparecerem ao ato. Serviráo presente por cópia digitada como mandado, na forma do Provimento n°003/2009 da Corregedoria da Região Metropolitana de Belém.Intimem-se. Cumpra-se.Belém, 14 de junho de 2019. JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVAJuiz de Direito Titular da2ªVara Cível e Empresarial da Comarca da Capital

Número do processo: 0800644-49.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BMW FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. Participação: ADVOGADO Nome: CELSO MARCONOAB: 13536/PA Participação: RÉU Nome: MARIA DARCY BANDEIRA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MARCELLY RABELO DE OLIVEIRAOAB: 757PA Participação: ADVOGADO Nome: RAISSA SOARES QUARESMAOAB: 25201 Participação: ADVOGADO Nome: FABIO BASTOS MAGNOOAB: 21190/PAProcesso nº.0800644-49.2019.8.14.0301. - Despacho - À Secretaria,Certifique o

trânsito em julgado da sentença(ID n° 9186945).Com o trânsito em julgado da sentença, verifique se o veículo, objeto da presente ação, se encontra gravado com restrição judicial, por ato destino juízo.Se positivo, que seja realizada a baixa da referida restrição, nos termos do acordo, certificando-se tudo a respeito. Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 4 de junho de 2019. JOÃO LOURENÇO MAIA DA SILVAJuiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca da Capital

P R O C E S S O : 0 0 4 3 0 6 1 5 5 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIA Ação: Procedimento Comum em: 28/05/2019---REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15763-A - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:AMAZONIA HOLIDAYS LTDA REQUERIDO:MARIA BEATRIZ IIDA IMBIRIBA REQUERIDO:PAULO CESAR ALBUQUERQUE CARVALHO DA SILVA REQUERIDO:LUCENA IIDA IMBIRIBA.

ATO ORDINATÓRIO

De acordo com o que dispõe o art. 1º, § 2º, inciso IV, do Provimento 006/2006-CJRMB, intimo o patrono da parte autora para que pague as custas do mandado e diligência do oficial de justiça. Belém, 27/06/2019. Bárbara leite Costa. Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial de Belém. Matricula 87572

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

Processo n.º 0837992-72.2017.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Doutor SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA, Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém, na forma da lei.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos n.º 0837992-72.2017.8.14.0301, da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA requerida por CARINA SANTOS MEDEIROS BARBOSA CPF: 683.379.812-53, portador(a) da CI 3173727-MM/PA, a interdição de MARIA DO SOCORRO SANTOS MEDEIROS CPF: 620.267.632-91, portador(a) do RG 3173735-PC/PA 2VIA, nascido(a) em 27/12/1976, filho(a) de FRANCISCO ARAUJO MEDEIROS e MARIA OLGARINA DOS SANTOS , tendo sido prolatada ao final a sentença:Trata-se de procedimento de interdição e curatela, ajuizado por CARINA SANTOS MEDEIROS BARBOSA em que pleiteia a interdição de sua irmã MARIA DO SOCORRO SANTOS MEDEIROS, qualificada(a)(s) nos autos. O(a) requerente informa que o(a) interditando(a) é portador(a) de enfermidade que o(a) torna incapaz para a prática dos atos da vida civil.Informação(ões) médica(s) consta(m) ID 2980703, indicando a existência de enfermidade no(a) interditando (a), que o(a) torna incapaz para a prática de atos da vida civil. O feito encontra-se instruído com os documentos necessários.O (a)(s) requerente(s) e o(a) interditando(a) foram ouvidos por este juízo (ID 5515310). A Defensoria Pública apresentou impugnação genérica ao pedido (ID 5515357). O Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do pedido. É a síntese do necessário. DECIDO.Em 7 de janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, alterando e revogando diversos dispositivos do Código Civil (artigos. 114 a 116), trazendo grandes mudanças estruturais e funcionais na antiga teoria das incapacidades, repercutindo em vários institutos do Direito de Família, como o casamento, a interdição e a curatela.O artigo 3º, do Código Civil, antes do advento da Lei 13.146/2015, tinha a seguinte redação:¿São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I ¿ os menores de dezesseis anos; II ¿ os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; III ¿ os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade¿. (grifo nosso).Todos os incisos do artigo 3º, do Código Civil, foi revogado pela Lei 13.146/2015, sendo que o seu caput passou a prever apenas os menores de 16 (dezesseis) anos como absolutamente incapazes.Assim, não existe mais, após o advento da Lei 13.146/2015, no sistema de direito privado brasileiro, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade, conforme dispõe o seu artigo 6º, in verbis:¿Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: I - casar-se e constituir união estável; II - exercer direitos sexuais e reprodutivos; III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas¿. (grifo nosso). Como consequência, não há que se falar mais em interdição por incapacidade absoluta no nosso sistema civil brasileiro.Todas as pessoas com deficiência, das quais tratava o comando anterior, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil. As pessoas naturais, maiores de 18 (dezoito) anos, portadoras de enfermidade mentais, conforme o caso, podem ser consideradas relativamente incapazes, conforme dispõe o artigo 4º, III, do Código Civil, in verbis: ¿Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: (...)III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;¿ A estas pessoas de que trata o inciso III, do artigo 4º, do Código Civil, estão sujeitas a curatela, conforme passou a dispor o artigo 1.767, do mesmo Código, om a redação dada pela Lei 13.146/2015, assim dispõe: ¿Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela: I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;¿ Assim, face às alterações introduzidas no Código Civil pela Lei 13.146/2015, reconhecida a enfermidade mental, a depender do grau de comprometimento da sua capacidade intelectiva, deve ser a mesma considerada relativamente incapaz e ser decretada a sua interdição, sujeitando-a à curatela, devendo o juiz estabelecer, na sentença, os atos da vida civil que a mesma pode ou não praticar pessoalmente e aqueles em que deve ser assistida pelo curador. O escopo da interdição é proteger a pessoa interditada e conferir segurança jurídica aos atos jurídicos em que haja sua intervenção, por si ou com a assistência.Observo que o cancelamento do alistamento eleitoral da pessoa portadora de enfermidade mental, mostra-se incompatível com as disposições contidas na Lei 13.146/2015, podendo o mesmo exercer pessoalmente o direito ao voto, sem

assistência do curador, o que também deve ser aplicado ao casamento, ao reconhecimento da paternidade e outros atos considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico.No caso, dadas as informações médicas, penso que o(a) interditando(a) deve ser impedido de praticar, por si, os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-lo com a assistência do(a) curador(a), salvo aqueles considerados personalíssimos, como o exercício do direito ao voto e outros.ISTO POSTO, decido o seguinte:Reconheço a incapacidade relativa do(a) interditando(a) MARIA DO SOCORRO SANTOS MEDEIROS, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador(a) o(a) senhor(a) CARINA SANTOS MEDEIROS BARBOSA, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o(a) interditado(a) impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador(a); O(a) curador(a), ora nomeado(a), deverá comparecer na secretaria o juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo;Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do(a) interditado(a) que foi decretada a interdição e nomeado curador(a) a(o) mesmo(a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a). Sem custas. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Belém-PA, 26 de setembro de 2018. Silvio César dos Santos Maria Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 12 de junho de 2019. Eu, DANIELE DA SILVA MACEDO, Diretor/Analista/Auxiliar Judiciário, digitei. SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém

Processo n.º 0817698-62.2018.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Doutor SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA, Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém, na forma da lei.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos n.º 0817698-62.2018.8.14.0301, da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA requerida por HANNA TEIXEIRA DE SOUZA CPF: 004.757.402-03, portador(a) da CI 5855041-PC/PA 4VIA , a interdição de ANTONIO DO ROSARIO MACEDO CPF: 228.376.202-20, portador(a) do RG 3271865-PC/PA 2VIA, nascido(a) em 23/12/1936, filho(a) de THEOFANOS PINHEIRO DE MACEDO e CARMENCITA DO ROSARIO MACEDO , tendo sido prolatada ao final a sentença:Trata-se de procedimento de interdição e curatela, ajuizado por HANNA TEIXEIRA DE SOUZA em que pleiteia a interdição de seu avô ANTONIO DO ROSÁRIO MACEDO , qualificada(a)(s) nos autos. O(a) requerente informa que o(a) interditando(a) é portador(a) de enfermidade que o(a) torna incapaz para a prática dos atos da vida civil.Informação(ões) médica(s) consta(m) ID 5886074 , indicando a existência de enfermidade no(a) interditando (a), que o(a) torna incapaz para a prática de atos da vida civil. O feito encontra-se instruído com os documentos necessários.O (a)(s) requerente(s) e o(a) interditando(a) foram ouvidos por este juízo (ID 6077963). A Defensoria Pública apresentou impugnação genérica ao pedido (ID 6358687). O Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do pedido.É a síntese do necessário. DECIDO.Em 7 de janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, alterando e revogando diversos dispositivos do Código Civil (artigos. 114 a 116), trazendo grandes mudanças estruturais e funcionais na antiga teoria das incapacidades, repercutindo em vários institutos do Direito de Família, como o casamento, a interdição e a curatela. O artigo 3º, do Código Civil, antes do advento da Lei 13.146/2015, tinha a seguinte redação:¿São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I ¿ os menores de dezesseis anos; II ¿ os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; III ¿ os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade¿. (grifo nosso). Todos os incisos do artigo 3º, do Código Civil, foi revogado pela Lei 13.146/2015, sendo que o seu caput passou a prever apenas os menores de 16 (dezesseis) anos como absolutamente incapazes.Assim, não existe mais, após o advento da Lei 13.146/2015, no sistema de direito privado brasileiro, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade, conforme dispõe o seu artigo 6º, in verbis:¿Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: I - casar-se e constituir união

estável; II - exercer direitos sexuais e reprodutivos; III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas¿. (grifo nosso). Como consequência, não há que se falar mais em interdição por incapacidade absoluta no nosso sistema civil brasileiro.Todas as pessoas com deficiência, das quais tratava o comando anterior, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil.As pessoas naturais, maiores de 18 (dezoito) anos, portadoras de enfermidade mentais, conforme o caso, podem ser consideradas relativamente incapazes, conforme dispõe o artigo 4º, III, do Código Civil, in verbis: ¿Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: (...) III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;¿ A estas pessoas de que trata o inciso III, do artigo 4º, do Código Civil, estão sujeitas a curatela, conforme passou a dispor o artigo 1.767, do mesmo Código, om a redação dada pela Lei 13.146/2015, assim dispõe: ¿Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela: I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;¿Assim, face às alterações introduzidas no Código Civil pela Lei 13.146/2015, reconhecida a enfermidade mental, a depender do grau de comprometimento da sua capacidade intelectiva, deve ser a mesma considerada relativamente incapaz e ser decretada a sua interdição, sujeitando-a à curatela, devendo o juiz estabelecer, na sentença, os atos da vida civil que a mesma pode ou não praticar pessoalmente e aqueles em que deve ser assistida pelo curador. O escopo da interdição é proteger a pessoa interditada e conferir segurança jurídica aos atos jurídicos em que haja sua intervenção, por si ou com a assistência.Observo que o cancelamento do alistamento eleitoral da pessoa portadora de enfermidade mental, mostra-se incompatível com as disposições contidas na Lei 13.146/2015, podendo o mesmo exercer pessoalmente o direito ao voto, sem assistência do curador, o que também deve ser aplicado ao casamento, ao reconhecimento da paternidade e outros atos considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico.No caso, dadas as informações médicas, penso que o(a) interditando(a) deve ser impedido de praticar, por si, os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-lo com a assistência do(a) curador(a), salvo aqueles considerados personalíssimos, como o exercício do direito ao voto e outros. ISTO POSTO, decido o seguinte: Reconheço a incapacidade relativa do(a) interditando(a) ANTONIO DO ROSÁRIO MACEDO, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador(a) o(a) senhor(a) HANNA TEIXEIRA DE SOUZA , conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o(a) interditado(a) impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador(a); O(a) curador(a), ora nomeado(a), deverá comparecer na secretaria o juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo;Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do(a) interditado(a) que foi decretada a interdição e nomeado curador(a) a(o) mesmo(a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a). Sem custas. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Belém-PA, 20 de março de 2019. Silvio César dos Santos Maria Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 12 de junho de 2019. Eu, DANIELE DA SILVA MACEDO, Diretor/Analista/Auxiliar Judiciário, digitei. SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém

Processo n.º 0819820-48.2018.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Doutor SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA, Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém, na forma da lei. FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos n.º 0819820-48.2018.8.14.0301, da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA requerida por MARIA DO SOCORRO COSTA COELHO CPF: 264.160.422-15, portador(a) da CI 1769679-PC/PA 2VIA, a interdição de MARLY DA COSTA COELHO CPF: 607.984.672-15, portador(a) do RG 2816089-PC/PA 2VIA, nascido(a) em 26/06/1958, filho(a) de

RAIMUNDO MACIEL COELHO e OLDEMARINA GARCIA DA COSTA , tendo sido prolatada ao final a sentença:Trata-se de procedimento de interdição e curatela, ajuizado por MARIA DO SOCORRO COSTA COELHO em que pleiteia a interdição de sua irmã MARLY DA COSTA COELHO, qualificada(a)(s) nos autos. O(a) requerente informa que o(a) interditando(a) é portador(a) de enfermidade que o(a) torna incapaz para a prática dos atos da vida civil.Informação(ões) médica(s) consta(m) ID 4092458 indicando a existência de enfermidade no(a) interditando (a), que o(a) torna incapaz para a prática de atos da vida civil. O feito encontra-se instruído com os documentos necessários.O (a)(s) requerente(s) e o(a) interditando(a) foram ouvidos por este juízo ID 5891374. A Defensoria Pública apresentou impugnação genérica ao pedido (ID 6214477). O Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do pedido. É a síntese do necessário. DECIDO. Em 7 de janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, alterando e revogando diversos dispositivos do Código Civil (artigos. 114 a 116), trazendo grandes mudanças estruturais e funcionais na antiga teoria das incapacidades, repercutindo em vários institutos do Direito de Família, como o casamento, a interdição e a curatela. O artigo 3º, do Código Civil, antes do advento da Lei 13.146/2015, tinha a seguinte redação:¿São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I ¿ os menores de dezesseis anos; II ¿ os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; III ¿ os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade¿. (grifo nosso). Todos os incisos do artigo 3º, do Código Civil, foi revogado pela Lei 13.146/2015, sendo que o seu caput passou a prever apenas os menores de 16 (dezesseis) anos como absolutamente incapazes.Assim, não existe mais, após o advento da Lei 13.146/2015, no sistema de direito privado brasileiro, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade, conforme dispõe o seu artigo 6º, in verbis: ¿Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: I - casar-se e constituir união estável; II - exercer direitos sexuais e reprodutivos; III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas¿. (grifo nosso). Como consequência, não há que se falar mais em interdição por incapacidade absoluta no nosso sistema civil brasileiro.Todas as pessoas com deficiência, das quais tratava o comando anterior, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil. As pessoas naturais, maiores de 18 (dezoito) anos, portadoras de enfermidade mentais, conforme o caso, podem ser consideradas relativamente incapazes, conforme dispõe o artigo 4º, III, do Código Civil, in verbis: ¿Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: (...) III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;¿ A estas pessoas de que trata o inciso III, do artigo 4º, do Código Civil, estão sujeitas a curatela, conforme passou a dispor o artigo 1.767, do mesmo Código, om a redação dada pela Lei 13.146/2015, assim dispõe: ¿Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela: I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;¿ Assim, face às alterações introduzidas no Código Civil pela Lei 13.146/2015, reconhecida a enfermidade mental, a depender do grau de comprometimento da sua capacidade intelectiva, deve ser a mesma considerada relativamente incapaz e ser decretada a sua interdição, sujeitando-a à curatela, devendo o juiz estabelecer, na sentença, os atos da vida civil que a mesma pode ou não praticar pessoalmente e aqueles em que deve ser assistida pelo curador. O escopo da interdição é proteger a pessoa interditada e conferir segurança jurídica aos atos jurídicos em que haja sua intervenção, por si ou com a assistência.Observo que o cancelamento do alistamento eleitoral da pessoa portadora de enfermidade mental, mostra-se incompatível com as disposições contidas na Lei 13.146/2015, podendo o mesmo exercer pessoalmente o direito ao voto, sem assistência do curador, o que também deve ser aplicado ao casamento, ao reconhecimento da paternidade e outros atos considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico.No caso, dadas as informações médicas, penso que o(a) interditando(a) deve ser impedido de praticar, por si, os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-lo com a assistência do(a) curador(a), salvo aqueles considerados personalíssimos, como o exercício do direito ao voto e outros. ISTO POSTO, decido o seguinte: Reconheço a incapacidade relativa do(a) interditando(a) MARLY DA COSTA COELHO, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador(a) o(a) senhor(a) MARIA DO SOCORRO COSTA COELHO , conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o(a) interditado(a) impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador(a); O(a) curador(a), ora nomeado(a), deverá comparecer na secretaria o juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente

exercer o encargo, firmando o competente termo;Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do(a) interditado(a) que foi decretada a interdição e nomeado curador(a) a(o) mesmo(a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a). Sem custas. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Belém-PA, 13 de dezembro de 2018. Silvio César dos Santos Maria Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 12 de junho de 2019. Eu, DANIELE DA SILVA MACEDO, Diretor/Analista/Auxiliar Judiciário, digitei.

SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém

Processo n.º 0812169-62.2018.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Doutor SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA, Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém, na forma da lei.

FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos n.º 0812169-62.2018.8.14.0301, da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA requerida por MARINEZ SANTOS DA COSTA CPF: 477.240.722-72, portador(a) da CI 2434627-PC/PA 2VIA , a interdição de MARIA FRANCELINA VALENTE DOS SANTOS CPF: 535.504.802-10, portador(a) do RG 5369591-PC/PA 2VIA, nascido(a) em 06/06/1961, filho(a) de MARIA DE LOURDES VALENTE DOS SANTOS , tendo sido prolatada ao final a sentença: Trata-se de procedimento de interdição e curatela, ajuizado por MARINEZ SANTOS DA COSTA em que pleiteia a interdição de sua irmã MARIA FRANCELINA VALENTE DOS SANTOS, qualificada(a)(s) nos autos. O(a) requerente informa que o(a) interditando(a) é portador(a) de enfermidade que o(a) torna incapaz para a prática dos atos da vida civil.Informação(ões) médica(s) consta(m) ID 3652274 indicando a existência de enfermidade no(a) interditando (a), que o(a) torna incapaz para a prática de atos da vida civil. O feito encontra-se instruído com os documentos necessários.O (a)(s) requerente(s) e o(a) interditando(a) foram ouvidos por este juízo ID 5725953. A Defensoria Pública apresentou impugnação genérica ao pedido (ID 5824148). O Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do pedido. É a síntese do necessário. DECIDO.Em 7 de janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, alterando e revogando diversos dispositivos do Código Civil (artigos. 114 a 116), trazendo grandes mudanças estruturais e funcionais na antiga teoria das incapacidades, repercutindo em vários institutos do Direito de Família, como o casamento, a interdição e a curatela. O artigo 3º, do Código Civil, antes do advento da Lei 13.146/2015, tinha a seguinte redação:¿São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I ¿ os menores de dezesseis anos; II ¿ os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; III ¿ os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade¿. (grifo nosso). Todos os incisos do artigo 3º, do Código Civil, foi revogado pela Lei 13.146/2015, sendo que o seu caput passou a prever apenas os menores de 16 (dezesseis) anos como absolutamente incapazes.Assim, não existe mais, após o advento da Lei 13.146/2015, no sistema de direito privado brasileiro, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade, conforme dispõe o seu artigo 6º, in verbis: ¿Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: I - casar-se e constituir união estável; II - exercer direitos sexuais e reprodutivos; III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas¿. (grifo nosso). Como consequência, não há que se falar mais em interdição por incapacidade absoluta no nosso sistema civil brasileiro.Todas as pessoas com deficiência, das quais tratava o comando anterior, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil. As pessoas naturais, maiores de 18 (dezoito) anos, portadoras de enfermidade mentais, conforme o caso, podem ser consideradas relativamente incapazes, conforme dispõe o artigo 4º, III, do Código Civil, in verbis: ¿Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: (...) III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;¿ A estas pessoas de que trata o inciso III, do artigo 4º, do Código Civil, estão sujeitas a curatela, conforme passou a dispor o artigo 1.767, do mesmo Código, om a redação dada pela Lei 13.146/2015, assim dispõe: ¿Art. 1.767. Estão

sujeitos a curatela: I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;¿ Assim, face às alterações introduzidas no Código Civil pela Lei 13.146/2015, reconhecida a enfermidade mental, a depender do grau de comprometimento da sua capacidade intelectiva, deve ser a mesma considerada relativamente incapaz e ser decretada a sua interdição, sujeitando-a à curatela, devendo o juiz estabelecer, na sentença, os atos da vida civil que a mesma pode ou não praticar pessoalmente e aqueles em que deve ser assistida pelo curador. O escopo da interdição é proteger a pessoa interditada e conferir segurança jurídica aos atos jurídicos em que haja sua intervenção, por si ou com a assistência.Observo que o cancelamento do alistamento eleitoral da pessoa portadora de enfermidade mental, mostra-se incompatível com as disposições contidas na Lei 13.146/2015, podendo o mesmo exercer pessoalmente o direito ao voto, sem assistência do curador, o que também deve ser aplicado ao casamento, ao reconhecimento da paternidade e outros atos considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico.No caso, dadas as informações médicas, penso que o(a) interditando(a) deve ser impedido de praticar, por si, os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-lo com a assistência do(a) curador(a), salvo aqueles considerados personalíssimos, como o exercício do direito ao voto e outros. ISTO POSTO, decido o seguinte: Reconheço a incapacidade relativa do(a) interditando(a) MARIA FRANCELINA VALENTE DOS SANTOS, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador(a) o(a) senhor(a) MARINEZ SANTOS DA COSTA , conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o(a) interditado(a) impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador(a); O(a) curador(a), ora nomeado(a), deverá comparecer na secretaria o juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo;Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do(a) interditado(a) que foi decretada a interdição e nomeado curador(a) a(o) mesmo(a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a). Sem custas. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Belém-PA, 13 de dezembro de 2018. Silvio César dos Santos Maria Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 12 de junho de 2019. Eu, DANIELE DA SILVA MACEDO, Diretor/Analista/Auxiliar Judiciário, digitei.

SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA

Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém

Processo n.º 0814856-12.2018.8.14.0301

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Doutor SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA, Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém, na forma da lei.FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos n.º 0814856-12.2018.8.14.0301, da Ação de INTERDIÇÃO/CURATELA requerida por MARIA DE NAZARE DOS SANTOS CPF: 913.814.282-15, portador(a) da CI 5464259-PC/PA 4VIA , a interdição de GEOVANI DOS SANTOS VIANA CPF: 883.354.022-72, portador(a) do RG 5372253-PC/PA 3VIA, nascido(a) em 21/09/1993, filho(a) de MARCIANO VIANA e MARIA ELZA DOS SANTOS , tendo sido prolatada ao final a sentença:Trata-se de procedimento de interdição e curatela, ajuizado por MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS em que pleiteia a interdição de seu irmão GEOVANI DOS SANTOS VIANA , qualificada(a)(s) nos autos. O(a) requerente informa que o(a) interditando(a) é portador(a) de enfermidade que o(a) torna incapaz para a prática dos atos da vida civil.Informação(ões) médica(s) consta(m) ID 3753835, indicando a existência de enfermidade no(a) interditando (a), que o(a) torna incapaz para a prática de atos da vida civil. O feito encontra-se instruído com os documentos necessários.O (a)(s) requerente(s) e o(a) interditando(a) foram ouvidos por este juízo (ID 6590636). A Defensoria Pública apresentou impugnação genérica ao pedido (ID 7314899). O Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do pedido. É a síntese do necessário. DECIDO. Em 7 de janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, alterando e revogando diversos dispositivos do Código Civil (artigos. 114 a 116), trazendo grandes mudanças estruturais e funcionais na antiga teoria das incapacidades, repercutindo em vários institutos do Direito de Família, como o casamento, a interdição e a curatela. O artigo 3º, do Código Civil, antes do

advento da Lei 13.146/2015, tinha a seguinte redação:¿São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil: I ¿ os menores de dezesseis anos; II ¿ os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; III ¿ os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade¿. (grifo nosso). Todos os incisos do artigo 3º, do Código Civil, foi revogado pela Lei 13.146/2015, sendo que o seu caput passou a prever apenas os menores de 16 (dezesseis) anos como absolutamente incapazes.Assim, não existe mais, após o advento da Lei 13.146/2015, no sistema de direito privado brasileiro, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade, conforme dispõe o seu artigo 6º, in verbis: ¿Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para: I - casar-se e constituir união estável; II - exercer direitos sexuais e reprodutivos; III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária; e VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas¿. (grifo nosso). Como consequência, não há que se falar mais em interdição por incapacidade absoluta no nosso sistema civil brasileiro.Todas as pessoas com deficiência, das quais tratava o comando anterior, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil. As pessoas naturais, maiores de 18 (dezoito) anos, portadoras de enfermidade mentais, conforme o caso, podem ser consideradas relativamente incapazes, conforme dispõe o artigo 4º, III, do Código Civil, in verbis: ¿Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: (...) III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;¿ A estas pessoas de que trata o inciso III, do artigo 4º, do Código Civil, estão sujeitas a curatela, conforme passou a dispor o artigo 1.767, do mesmo Código, om a redação dada pela Lei 13.146/2015, assim dispõe: ¿Art. 1.767. Estão sujeitos a curatela: I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;¿ Assim, face às alterações introduzidas no Código Civil pela Lei 13.146/2015, reconhecida a enfermidade mental, a depender do grau de comprometimento da sua capacidade intelectiva, deve ser a mesma considerada relativamente incapaz e ser decretada a sua interdição, sujeitando-a à curatela, devendo o juiz estabelecer, na sentença, os atos da vida civil que a mesma pode ou não praticar pessoalmente e aqueles em que deve ser assistida pelo curador. O escopo da interdição é proteger a pessoa interditada e conferir segurança jurídica aos atos jurídicos em que haja sua intervenção, por si ou com a assistência. Observo que o cancelamento do alistamento eleitoral da pessoa portadora de enfermidade mental, mostra-se incompatível com as disposições contidas na Lei 13.146/2015, podendo o mesmo exercer pessoalmente o direito ao voto, sem assistência do curador, o que também deve ser aplicado ao casamento, ao reconhecimento da paternidade e outros atos considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico. No caso, dadas as informações médicas, penso que o(a) interditando(a) deve ser impedido de praticar, por si, os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-lo com a assistência do(a) curador(a), salvo aqueles considerados personalíssimos, como o exercício do direito ao voto e outros. ISTO POSTO, decido o seguinte: Reconheço a incapacidade relativa do(a) interditando(a) GEOVANI DOS SANTOS VIANA, e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador(a) o(a) senhor(a) MARIA DE NAZARÉ DOS SANTOS , conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o(a) interditado(a) impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador(a); O(a) curador(a), ora nomeado(a), deverá comparecer na secretaria o juízo a fim de prestar o compromisso de bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo;Expeça-se Mandado de Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; Expeça-se mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do(a) interditado(a) que foi decretada a interdição e nomeado curador(a) a(o) mesmo(a); e Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a). Sem custas. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Belém-PA, 20 de março de 2019. Silvio César dos Santos Maria Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 12 de junho de 2019. Eu, DANIELE DA SILVA MACEDO, Diretor/Analista/Auxiliar Judiciário, digitei.

SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém

EDITAL DE INTERDIÇÃO

O Doutor SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA, Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cívele Empresarial de Belém. FAZ SABER a todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que através deste Juízo e Secretaria processaram-se os autos n.º : 0061006-26.2014.8.14.0301,

da Ação de CURATELA requerida por SYDNEY CRISOSTOMO FILHO, brasileiro,odontólogo, portador(a) do CI nº 2211 CRO/PA, inscrito no CPF sob o nº 178.331.242-49, a

interdição de MARY DOS REMEDIOS RIBEIRO CRISOSTOMO, brasileira, aposentada, portador (a) da cédula de identidade RG nº 2855761-SSP/PA, inscrito no CPF sob o nº

032.335.882-91, tendo sido prolatada ao final a sentença: Trata-se de procedimento de interdição e curatela, ajuizado por SYDNEY CRISOSTOMO FILHO em que pleiteia a

interdição de MARY DOS REMÉDIOS RIBEIRO CRISOSTOMO, qualificado(a)(s) nos autos. O(a) requerente informa que o(a) interditando(a) é portador(a) de enfermidade que

o(a) torna incapaz para a prática dos atos da vida civil. Informação(ões) médica(s) consta(m)

às fls. 69/70 indicando a existência de enfermidade no(a) interditando (a), que o(a) torna

incapaz para a prática de atos da vida civil. O feito encontra-se instruído com os documentos

necessários. O (a)(s) requerente(s) e o(a) interditando(a) foram ouvidos por este juízo (fl.72). O Ministério Público manifestou-se pelo deferimento do pedido (fl. 208). É a síntese

do necessário. DECIDO. Em 7 de janeiro de 2016 entrou em vigor a Lei /2015, que institui o

Estatuto da Pessoa com Deficiência, alterando e revogando diversos dispositivos do (artigos.

114 a 116), trazendo grandes mudanças estruturais e funcionais na antiga teoria das incapacidades, repercutindo em vários institutos do Direito de Família, como o casamento, a

interdição e a curatela. O artigo 3º, do Código Civil, antes do advento da Lei 13.146/2015,

tinha a seguinte redação: São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da

vida civil: I ¿ os menores de dezesseis anos; II ¿ os que, por enfermidade ou deficiência

mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos; III ¿ os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade. (grifo nosso). Todos os

incisos do artigo 3º, do Código Civil, foi revogado pela Lei 13.146/2015, sendo que o seu

caput passou a prever apenas os menores de 16 (dezesseis) anos como absolutamente incapazes. Assim, não existe mais, após o advento da Lei 13.146/2015, no sistema de direito

privado brasileiro, pessoa absolutamente incapaz que seja maior de idade, conforme dispõe

o seu artigo 6º, in verbis: Art. 6º A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa,

inclusive para: I - casar-se e constituir união estável; II - exercer direitos sexuais e

reprodutivos; III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e de ter acesso a

informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar; IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória; V - exercer o direito à família e à

convivência familiar e comunitária; e VI - exercer o direito à guarda, à tutela, à curatela e à

adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

(grifo nosso). Como consequência, não há que se falar mais em interdição por incapacidade

absoluta no nosso sistema civil brasileiro. Todas as pessoas com deficiência, das quais tratava o comando anterior, passam a ser, em regra, plenamente capazes para o Direito Civil. As pessoas naturas, maiores de 18 (dezoito) anos, portadoras de enfermidade mentais, conforme o caso, podem ser consideradas relativamente incapazes, conforme dispõe o artigo 4º, III, do Código Civil, in verbis: Art. 4º São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer: (...) III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade; A estas pessoas de que trata o inciso III, do artigo 4º, do Código Civil, estão sujeitas a curatela, conforme passou a dispor o

artigo 1.767, do mesmo Código, om a redação dada pela Lei 13.146/2015, assim dispõe: Art.

1.767. Estão sujeitos a curatela: I - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não

puderem exprimir sua vontade; Assim, face às alterações introduzidas no Código Civil pela

Lei 13.146/2015, reconhecida a enfermidade mental, a depender do grau de comprometimento da sua capacidade intelectiva, deve ser a mesma considerada relativamente incapaz e ser decretada a sua interdição, sujeitando-a à curatela, devendo o juiz estabelecer, na sentença, os atos da vida civil que a mesma pode ou não praticarpessoalmente e aqueles em que deve ser assistida pelo curador. O escopo da

interdição é proteger a pessoa interditada e conferir segurança jurídica aos atos jurídicos em que haja sua intervenção, por si ou com a assistência. Observo que o cancelamento do alistamento eleitoral da pessoa portadora de enfermidade mental, mostra-se incompatível com as

disposições contidas na Lei 13.146/2015, podendo o mesmo exercer pessoalmente o direito ao voto, sem assistência do curador, o que também deve ser aplicado ao casamento, ao reconhecimento da paternidade e outros atos considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico. No caso, dadas as informações médicas, penso que o(a) interditando(a) deve ser impedido de praticar, por si, todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação para si, seus herdeiros e dependentes, podendo fazê-lo com a assistência do(a) curador(a), salvo aqueles considerados personalíssimos, como o exercício do direito ao voto e outros. ISTO POSTO, decido o seguinte: 1. Reconheço a

incapacidade relativa do(a) interditando(a) MARY DOS REMÉDIOS RIBEIRO CRISOSTOMO e, com fundamento no artigo 4º, III, do Código Civil, decreto-lhe a interdição, nomeando-lhe curador(a) o(a) senhor(a) SYDNEY CRISOSTOMO FILHO, conforme artigo 1.767 e seguintes, do mesmo Código; 2. Salvo os considerados personalíssimos pelo ordenamento jurídico, fica o(a) interditado(a) impedido(a) de praticar pessoalmente, sem assistência do(a) curador(a), todos os atos da vida civil que importem na assunção de obrigação perante terceiros, para si, seus herdeiros e dependentes, podendo

fazê-los somente se devidamente assistido pelo curador(a); 3. O(a) curador(a), ora

nomeado(a), deverá comparecer na secretaria o juízo a fim de prestar o compromisso de

bem e fielmente exercer o encargo, firmando o competente termo; 4. Expeça-se Mandado de

Registro da presente Interdição e Curatela, a fim de que o Senhor Oficial do Cartório de

Registro Civil Comarca promova o cumprimento ao artigo 92, Lei 6.015/73; 5. Expeça-se

mandado de averbação para constar no registro de nascimento ou casamento do(a) interditado(a) que foi decretada a interdição e nomeado curador(a) a(o) mesmo(a); e 6. Oficie-se a Receita Federal informando sobre a interdição e curatela, do(a) interditado(a). 7. Proceda-se à devolução do título eleitoral do(a) interditado(a) à(ao) curador(a), mediante certidão nos autos. 8. Custas pelo autor, suspensa, entretanto, a exigibilidade nos termos do art.98, §3º, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, cumprida a decisão, arquive-se em definitivo, observando-se as cautelas de estilo. Publique-se em conformidade com o art.755, §3º, do CPC. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao Ministério Público. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Belém-PA, 26 de março de

2019.SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Capital. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos doze

(12) dias do mês de junho de dois mil e dezenove (2019). Eu, Daniele da Silva Macedo, Auxiliar Judiciário, digitei. SILVIO CÉSAR DOS SANTOS MARIA Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Belém

SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

Número do processo: 0830795-32.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: JOAO NASCIMENTO DE MIRANDA Participação: ADVOGADO Nome: CHRISTINE DE SOUZAOAB: 9944 Participação: REQUERIDO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALConsiderando o Provimento 006/2006, Art. 1º,§2º, II, datado de 05.10.2006, o qual delega poderespara praticar atos de administração e expediente, sem caráter decisório, ficam intimadas as partes a tomarem conhecimento da remarcação da perícia para o dia 23/08/2019,às 11h00, mantendo-se as demais determinações contidas nos autos. Belém, 28/06/2019. Eu,_____(Ellene Barbosa), Analista Judiciária lotada na Secretaria da 4ªVara Cível, o digitei e subscrevi.

Número do processo: 0835954-87.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: ITAU UNIBANCO S.A. Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEIOAB: 21678/PE Participação: EXECUTADO Nome: META EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Participação: ADVOGADO Nome: RAISSA PONTES GUIMARAESOAB: 26576/PA Participação: ADVOGADO Nome: RICARDO NASSER SEFEROAB: 14800/PA Participação: EXECUTADO Nome: ROBERTO KATAOKA OYAMA FILHO Participação: ADVOGADO Nome: RAISSA PONTES GUIMARAESOAB: 26576/PA Participação: ADVOGADO Nome: RICARDO NASSER SEFEROAB: 14800/PA Participação: EXECUTADO Nome: NELSON KATAOKA OYAMA FILHO Participação: ADVOGADO Nome: RAISSA PONTES GUIMARAESOAB: 26576/PA Participação: ADVOGADO Nome: RICARDO NASSER SEFEROAB: 14800/PAConsiderando o Provimento 006/2006, Art. 1º, § 2º, II, datado de 05.10.2006, o qual delega poderes aoAnalista Judiciário para praticar atos de administração e expediente, sem caráter decisório, e em conformidade com o Novo Código de Processo Civil, fica a parte AUTORA intimada para que se manifeste, no prazo de 15 (quinze) dias, acerca da petição ID.5478630. Belém, 28/06/2019. Eu,_____(Éderson Gomes Almeida), Analista Judiciário da 4ª Vara Cível, o digitei e subscrevi.

Número do processo: 0823291-38.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: ROBERTO PINTO DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: ALINE DANIELLI AGUIAR PINTOOAB: 23794/PA Participação: ADVOGADO Nome: DANIELLE DE LEMOS BALEIXOOAB: 872 Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALConsiderando o Provimento 006/2006, Art. 1º,§2º, II, datado de 05.10.2006, o qual delega poderespara praticar atos de administração e expediente, sem caráter decisório, ficam intimadas as partes a tomarem conhecimento da remarcação da perícia para o dia 22/08/2019,às 11h00, mantendo-se as demais determinações contidas nos autos. Belém, 27/06/2019. Eu,_____(Ellene Barbosa), Analista Judiciária lotada na Secretaria da 4ªVara Cível, o digitei e subscrevi.

Número do processo: 0867121-88.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: MANOEL DE JESUS E SILVA Participação: ADVOGADO Nome: RICARDO ALEX PIRES FRANCO DA SILVAOAB: 22968/PA Participação: REQUERENTE Nome: MARIA MAMEDIA BRITO SILVA Participação: ADVOGADO Nome: RICARDO ALEX PIRES FRANCO DA SILVAOAB: 22968/PA Participação: REQUERIDO Nome: UNIMED-RIO COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO LTDAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITALATO ORDINATÓRIO Processo nº0867121-88.2018.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XI, doProvimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado peloProvimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014,fica a parteAUTORA,intimada a providenciaro PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS já calculadas pela UNAJ, sob pena do crédito delas decorrente ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa (Lei estadual nº 8.328/2015).Belém-PA, 28 de junho de 2019.Éderson Gomes AlmeidaAnalista Judiciário lotada na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital

Número do processo: 0841299-97.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ASSUNCAO DA COSTA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL DA ROCHA BASTOS SANTOS DE OLIVEIRAOAB: 21658/PA Participação: RECLAMADO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO PARÁ4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITALATO ORDINATÓRIO Processo nº 0841299-97.2018.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso II, doProvimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado peloProvimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, respeitando-se os artigos 350 e 351, ambos do NCPC (Lei federal nº 13.105/2015), tendo o(a) Requerido(a) apresentadoContestação , fica a parteAUTORAintimada para que, em 15 (quinze) dias, querendo, manifeste-se em Réplica.Belém-PA, 28 de junho de 2019.Ellene BarbosaAnalista Judiciário lotada na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital

RESENHA: 24/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - VARA: 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00006125420088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810018710 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Cumprimento de sentença em: 24/06/2019 REU:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL Representante(s): ALADIO COSTA FERREIRA (ADVOGADO) AUTOR:ANTONIA ELIZETE DE SOUZA Representante(s): EDILENE SANDRA LUZ DE LIMA (ADVOGADO) . CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei que a parte requerida, INSS, apresentou cálculos as fls. 206/209, como determinado a fl. 205 dos autos. Certifico ainda que a parte requerente nada opôs aos cálculos apresentados pela requerida a fl. 211, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas, pelo que faço conclusos. O referido é verdade e dou fé. Belém, 24/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00128778720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 24/06/2019 AUTOR:JOAO FRANCISCO FERREIRA GUIMARAES Representante(s): OAB 17670 - MAYARA LUCIA DE SOUZA NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 22231 - WANDERSON SIQUEIRA RIBEIRO (ADVOGADO) REU:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Autos nº: 0012877-87.2014.814.0301 Requerente: João Francisco Ferreira Guimarães Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS SENTENÇA Trate-se de Ação Previdenciária em fase de cumprimento de sentença promovida por João Francisco Ferreira Guimarães em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social, autarquia previdenciária de âmbito federal, que goza, nos termos do artigo 8º, da Lei n. 8.620/93, das mesmas prerrogativas e privilégios assegurados à Fazenda Pública. O(A) requerente apresentou planilha/memória de cálculo e requereu a execução do julgado, apontando como montante condenatório a importância de R$11.267,79 (onze mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos). Dando início a fase de cumprimento de sentença, determinou-se a intimação do Requerido INSS, a fim de que, no prazo de 30 (trinta) dias, querendo, opusesse Impugnação. Porém, o Requerido INSS, mesmo devidamente intimado, mediante vista dos autos a um de seus ilustres Procuradores (art. 17, da Lei n. 10.910/2004), não ofereceu a resposta que lhe facultava a lei (certidão de fls. 54). Fizeram-me conclusos. É o Relatório. Fundamento e Decido. NÃO tendo o Requerido INSS apresentado Impugnação à Execução, HOMOLOGO, pois, como quantum debeatur, a somatória de R$11.267,79 (onze mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos) e procedo, por conseguinte, à regra prevista no artigo 535, § 3º, inciso II, do Código de Processo Civil: Ressaltando-se o caráter alimentar do crédito exequendo, já que decorrente de benefício previdenciário, DETERMINO a expedição de REQUISIÇ"O PARA PAGAMENTO DE PEQUENO VALOR, no montante de R$11.267,79 (onze mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta e nove centavos) ao requerente. A expedição de REQUISIÇ"O PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇ"O DE PEQUENO VALOR (RPV) deverá ser feita ao Representante Legal do INSS, nos termos do art. 75 do CPC/2015, devendo o pagamento ser realizado no prazo de 02 (dois) meses, contados da entrega da requisição, com correção monetária até a data do efetivo depósito, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima do domicílio do exequente, na forma do art. 535, § 3º, II do NCPC. Havendo a comunicação/confirmação do pagamento da quantia indicada, declaro, desde já, EXTINTA A EXECUÇÃO, na forma dos artigos 924, inciso II e 925, do CPC/2015; Após, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição e observando-se as demais cautelas da Lei. P. R. I. C. Belém/PA, 24/06/2019. Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital 101 PROCESSO: 00135548320158140301 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 AUTOR:FERNANDO DA SILVA GONÇALVES Representante(s): OAB 1283 - FERNANDO DA SILVA GONCALVES (ADVOGADO) REU:BANCO VOLKSWAGEN SA. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que a parte Autora emendou intempestivamente a inicial as fls. 17/18 dos autos, pelo que torno conclusos. O referido é verdade e dou fé. Belém, 24/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00195725720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 24/06/2019 AUTOR:ANGELA MARIA GAMA SARAIVA Representante(s): OAB 17549 - PAULO HENRIQUE RAIOL NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 14689 - IZABELLA CARVALHO DE MENEZES (ADVOGADO) REU:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Autos nº: 0019572-57.2014.814.0301 Requerente: Angela Maria Gama Saraiva Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS Vistos etc. Consta dos autos sentença às fls. 104/106, a qual transitou em julgado conforme certidão de fls. 159, bem como apresentação dos cálculos pelo requerido em petição de fls 136/169. Após, o (a) requerente (a), por sua vez, instado (a) a manifestar-se acerca da quantia aferida, não opôs qualquer objeção, expressando total concordância em relação àquela - fls. 171. Diante da anuência do requerente, HOMOLOGO, pois, como quantum debeatur, a somatória de R$30.445,27 (trinta mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e vinte e sete centavos). Outrossim, cuidando-se de Execução contra a Fazenda Pública, relativa à obrigação de pagar quantia certa, a atrair a observância, portanto, do procedimento previsto no artigo 535, do Novo Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), INTIME-SE o Requerido INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS), pessoalmente, abrindo-se vista a um de seus ilustres Procuradores federais (art. 183, § 1º e art. 269, § 3º, do CPC c.c. art. 17, da Lei n. 10.910/2004), para que, no prazo de 30 (trinta) dias (art. 183, § 2º, do CPC), querendo, ofereça Impugnação nos próprios autos, tal como facultado pelo ordenamento jurídico. Esgotado o suprarreferido trintídio, com ou sem manifestação, neste último caso desde que devidamente certificado, voltem-me conclusos. P. R. I. C. Belém /PA, 24/06/2019. Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital 101 PROCESSO: 00260562220098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091056505 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 24/06/2019 AUTOR:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): PAULO HENRIQUE FERREIRA (ADVOGADO) OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) REU:MIGUEL FRANCISCO SILVA RODRIGUES TERCEIRO:BRL TRANSPORTE E SERVICOS EIRELI Representante(s): OAB 18639 - FERNANDA NOURA ARAUJO (ADVOGADO) . CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que fora retirada a restrição do veículo objeto da lide conforme despacho de fls. 62 e comprovante de fls. 63. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 24/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00445843920158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 24/06/2019 AUTOR:BANCO PSA FINANCE BRASIL SA Representante(s): OAB 21277 - CAMILLA MOURA ULIANA (ADVOGADO) OAB 23524-A - SERGIO SCHULZE (ADVOGADO) REU:EVANILCE LOPES NOGUEIRA Representante(s): OAB 7960 - HILDEMAN ANTONIO ROMERO COLMENARES JR. (ADVOGADO) . Autos: 0044584-39.2015.814.0301 Ação de Busca e Apreensão Requerente(s): Banco PSA Finance Brasil SA Requerido(s): Evanilce Lopes Nogueira SENTENÇA RELATÓRIO O Banco PSA Finance Brasil SA ajuizou a presente Ação de Busca e Apreensão, com fulcro no Decreto-lei nº 911/69, em face de Evanilce Lopes Nogueira, ambos devidamente qualificados nos autos. Alega a ocorrência de financiamento com alienação fiduciária e falta de pagamento de parcelas discriminadas à inicial, aduzindo que houve notificação extrajudicial, constituindo a parte requerida em mora, requerendo, no mérito, em suma, a procedência do pedido, para outorgar ao requerente a propriedade e a posse definitiva do bem, condenando o requerido ao ônus da sucumbência. Com a exordial, juntou documentos pertinentes. Concedida a liminar, a requerida foi devidamente citada e o bem alienado apreendido. Retornaram os autos conclusos, verificando-se que a parte requerida apresentou contestação intempestiva (certidão de fls 111). FUNDAMENTAÇÃO A parte requerida ofereceu contestação fora do prazo legal, pelo que lhe é imposta a revelia operante nos termos do art. 344 do CPC. Todavia, no caso dos autos, a teor do art. 345, IV, a decretação da revelia não tem o condão de gerar a presunção de veracidade de todas as alegações de fato formuladas pelo requerente, pois estas encontram-se em contradição com prova constante nos autos conforme se demonstrará adiante. Em que pese o requerente afirme que mora do requerido está devidamente comprovada nos autos, verifica-se pelos próprios documentos que instruíram a inicial que a notificação extrajudicial não foi efetivamente entregue no endereço do destinatário, constando na certidão

do oficial do serviço notarial e registral que a correspondência não foi entregue sob a justificativa de "Ausente". Nesse contexto, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que o não recebimento da notificação no endereço do devedor com a justificativa de "Ausente" não é suficiente a constituí-lo em mora. Nesse sentido, transcrevo os seguintes julgado: RECURSO ESPECIAL Nº 1.809.302 - RJ (2019/0105599-5) RELATOR : MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA RECORRENTE : BANCO SANTANDER BRASIL S/A ADVOGADO : FÁBIO FRASATO CAIRES E OUTRO(S) - RJ176090 RECORRIDO : FLAVIO DE OLIVEIRA SILVA ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M DECISÃO Trata-se de recurso especial interposto por BANCO SANTANDER BRASIL S.A. com fundamento no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro assim ementado: "APELAÇÃO CÍVEL. BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, EM RAZÃO DA AUSÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DA MORA DO DEVEDOR. APELAÇÃO DA PARTE AUTORA. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL ENCAMINHADA PARA O ENDEREÇO DO DEVEDOR INDICADO NO CONTRATO, MAS DEVOLVIDA COM A INFORMAÇÃO DE 'AUSENTE'. PARA EFEITOS DE CONSTITUIÇÃO DO DEVEDOR EM MORA É EXIGÍVEL A COMPROVAÇÃO DE QUE HOUVE RECEBIMENTO DA NOTIFICAÇÃO EM SEU DOMICÍLIO, O QUE NÃO OCORREU NO CASO EM QUESTÃO. PROTESTO EXTRAJUDICIAL QUE NÃO MAIS PODE SER UTILIZADO PARA FINS DE CONSTITUIÇÃO EM MORA, CONSOANTE ALTERAÇÃO DO ART. 2º, §2º, DO DECRETO- LEI 911/69 PELA LEI 13.043/2014. MORA NÃO COMPROVADA. SENTENÇA QUE NÃO MERECE REPARO. DESPROVIMENTO DO RECURSO" (fls. 120 e-STJ). O recorrente alega, além de divergência jurisprudencial, violação do artigo 2º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/1969 sob o argumento de que a mora se opera ex re, bastando, para efeito de sua comprovação, que o credor encaminhe a notificação extrajudicial para o endereço do devedor constante do contrato, ficando assim preenchido o requisito para processamento da ação de busca e apreensão e concessão de medida liminar. Defendendo ser dispensável o recebimento pessoal da referida notificação pelo devedor _ inexistindo qualquer exigência de assinatura de próprio punho do alienante ou de terceira pessoa no termo de recebimento da carta notificatória, aduz que "No caso dos autos a notificação foi enviada para o endereço constante no contrato, sendo que consta certificado na Notificação Extrajudicial que o recibo de entrega certificou a ausência do recorrido, de forma que o recorrido ficou ciente da mora e da ação que poderia sofrer caso não adimplisse seu débito" (fl. 139 e-STJ). É o relatório. DECIDO. O recurso não merece prosperar. Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ). Observa-se que o acórdão recorrido encontra-se em sintonia com a jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça. Esta Corte possui o entendimento de que, ainda que seja dispensável a assinatura do próprio devedor no termo de recebimento da notificação extrajudicial, a ação de busca e apreensão depende da comprovação da mora, caracterizada pela efetiva entrega da notificação em comento no endereço do devedor. (...) Nesse contexto, considerando que a própria recorrente não nega que, no caso concreto, a notificação foi devolvida com a notícia de "ausente", de certo que não houve a efetiva entrega no domicílio do devedor, não se podendo dar por comprovada a mora. Ante o exposto, nego provimento ao recurso especial. Deixo de tratar dos honorários recursais (artigo 85, § 11, do CPC/2015), haja vista que não houve condenação em honorários sucumbenciais na origem. Publique-se. Intimem-se. Brasília (DF), 21 de maio de 2019. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA Relator (Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, 29/05/2019) (grifei) Sendo assim, conclui-se que a falta de notificação válida do devedor revela a ausência de pressuposto processual de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, hipótese a ser reconhecida de ofício pelo juiz a qualquer tempo e grau de jurisdição, a teor do art. 485, §3º, do CPC, não havendo outro caminho senão a extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV, do CPC. Cumpre ressaltar, por derradeiro, que a extinção da ação de busca e apreensão sem resolução do mérito, tem como consectário lógico e inarredável o a revogação da liminar e retorno do status quo ante, com a restituição do bem ao requerente. DISPOSITIVO Ante o exposto, com fundamento no Decreto-lei nº 911/69, alterado pela Lei nº 10.931/2014, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 485, IV, do Código de Processo Civil/2015 e REVOGO a LIMINAR deferida às fls. 37/38. Condeno o requerente ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que ora fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil/2015. Anoto a retirada da restrição judicial do veículo no sistema RENAJUD, conforme comprovante em anexo. Nos termos da fundamentação, após o trânsito em julgado, determino que o requerente proceda à restituição do bem ao requerido. Nos termos do artigo 46, caput, da Lei estadual n. 8.328, de 29/12/2015, fica advertida a parte responsável de que, na hipótese de, havendo custas, não efetuar o pagamento delas no prazo legal, o respectivo crédito, além de encaminhado para

inscrição em Dívida Ativa, sofrerá atualização monetária e incidência de outros encargos legais. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Certificado o trânsito em julgado, havendo custas pendentes, intime-se o responsável para o recolhimento, sob pena de inscrição na dívida ativa. Inerte, inscreva-se. Após, cumpridas as cautelas legais, arquivar os presentes autos e dar baixa na distribuição. P.R.I.C. Belém/PA, 17/06/2019. Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital 101 PROCESSO: 00499716920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 24/06/2019 REQUERENTE:CLAUDIO HUGO GONCALVES DA COSTA Representante(s): OAB 17670 - MAYARA LUCIA DE SOUZA NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 5206 - JARBAS VASCONCELOS DO CARMO (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL. Autos nº: 0049971-69.2014.814.0301 Vistos etc. Quanto à pretensão de percepção dos honorários contratuais, a jurisprudência do Superior Tribunal Justiça consagra entendimento segundo o qual, conforme previsão do art. 22, § 4º, do EOAB, Lei nº 8.906/94, a reserva dos honorários contratuais em favor dos patronos é permitida mediante a juntada do contrato de prestação de serviços profissionais, antes da expedição do mandado de levantamento ou precatório, desde que não haja litígio entre o outorgante e o advogado. (AgInt no AREsp 873.920/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 12/06/2018). Desse modo, antes de decidir acerca do pedido de reserva de honorários contratuais da quantia a ser recebida pelo requerente, cabe oportunizar a manifestação da parte. Destarte, INTIME-SE, pessoalmente, a parte requerente para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, acerca do pedido de reserva de honorários contratuais, ficando desde já advertida de que a ausência de manifestação será considerada como anuência ao pedido. Intimem-se. Cumpra-se Belém/PA, 24/06/2019. Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital 101 PROCESSO: 01037985820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 24/06/2019 AUTOR:CLAUDETE FANTINI DOS SANTOS AUTOR:IVAN JOSE DOS SANTOS Representante(s): OAB 8742 - ANA RAQUEL RIBERA FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 11960 - ANDRE LUIZ SERRAO PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 18608 - EMERSON ALMEIDA LIMA JUNIOR (ADVOGADO) REU:CYRELA EXTREMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 17352 - ALESSANDRA APARECIDA SALES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 18747 - VINICIUS NEIMAR MELO MENDES (ADVOGADO) OAB 21353 - GABRIEL ARAUJO ANDRADE (ADVOGADO) . Vistos etc. Considerando que a parte autora informou o cumprimento integral do acordo homologado nos autos, fls. 200 e verso, bem como o depósito da multa comprovado pela parte requerida às fls. 207/209, AUTORIZO o requerente a levantar os valores depositados nos autos. Proceda-se a transferência para conta bancária informada na petição de fls. 212/213 em nome do advogado Dr. André Luiz Serrão Pinheiro, OAB/PA 11960, CPF nº673.509.502-25, consoante poderes outorgados em procuração de fl. 26, SOMENTE após escoado o prazo recursal, desde que não haja recurso com efeito suspensivo, o que deverá ser devidamente certificado pela secretaria de acordo com as normas pertinentes. Após o prazo, arquivem-se os autos com as cautelas legais. SE NECESSÁRIO, SERVIRÁ CÓPIA DESTE(A) DESPACHO/DECISÃO COMO MANDADO conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJ/CI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3º e 4º. BELÉM/PA, 19 de junho de 2019. Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital 109 PROCESSO: 03292903420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Cumprimento de sentença em: 24/06/2019 REQUERENTE:ITAMAR FERREIRA DIAS Representante(s): OAB 14250 - EDVAN RUI PINTO COUTEIRO (ADVOGADO) OAB 13661 - JOAO VELOSO DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:HOTEL LUNA Representante(s): OAB 13326 - BRUNO DE LIMA GEMAQUE (ADVOGADO) OAB 8875 - JOAO FREDERICK MARCAL E MACIEL (ADVOGADO) . CERTIFICO que, decorreu o prazo para o pagamento voluntário, bem como para oposição de impugnação sem a manifestação da parte executada. Certifico ainda que a parte exequente, as fls. 36/37, requereu providencias, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 24/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário da 4ª Vara Cível PROCESSO: 03883287420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 AUTOR:ADAURY TIBURCIO MOREIRA DE SOUSA Representante(s): OAB 23714 - CAROLINE FERREIRA DA ROSA (ADVOGADO) REU:BANCO MATONE SA REU:BANCO BANRISUL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES

(ADVOGADO) REU:BANCO ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 9244 - MURILO RICARDO SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 19177-A - REINALDO LUIS TADEU RONDINA MANDALITI (ADVOGADO) REU:CCB BRASIL Representante(s): OAB 305088 - SERGIO ROBERTO RIBEIRO FILHO (ADVOGADO) REU:ESTEVES E CALDAS LTDA ME. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso I, do Provimento n. 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte Autora, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, DIGA acerca do AR (Aviso de Recebimento) juntado à(s) folha(s) 527, haja vista a não-localização do(a) Requerido(a) pelos Correios; sendo-nos devolvida a pertinente carta postal com a seguinte justificativa: "[x] Mudou-se", bem como se manifeste acerca de petição de fls. 528/529 e requeira o que entender de direito. Eu, _____, Éderson Gomes Almeida, Mat. 14618-8, Analista Judiciário, lotado na 4ª Vara Cível de Belém, Estado do Pará, autorizado pelo artigo 1º, caput, do Provimento n. 008/2014-CJRMB, digitei e subscrevo-o, aos 24 dias do mês de junho do ano de 2019. Página de 1 Fórum de: BELÉM Email: Endereço: Rua Cel. Fontoura S/N - (Praça Felipe Patroni S/N) - Prédio Anexo 2, 2º Andar, Salas 256/258 CEP: 66.015-260 Bairro: Cidade Velha Fone: PROCESSO: 04526622020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 24/06/2019 REQUERENTE:CONDOMINIO DO EDIFICIO RIO MENDOZA Representante(s): OAB 13943 - LUCIANO NASCIMENTO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 18301-A - JULIANA DA GAMA RIBEIRO BRAGANCA (ADVOGADO) OAB 21035 - BARBARA GILMARA DA SILVA FEIO (ADVOGADO) OAB 21529 - FABIELE MONTENEGRO MENDES FACIOLA (ADVOGADO) OAB 22543 - MARTA TAIANA DE OLIVEIRA MOREIRA (ADVOGADO) OAB 23945 - REGIANNE CRYSTINA MARTINS LOPES TAVARES (ADVOGADO) REQUERIDO:SAMANTHA RODRIGUES FREITAS FERREIRA REQUERIDO:RIO MENDOZA EMPREENDIMENTOS SPE LTDA. CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que a parte AUTORA peticionou informando Acordo as fls. 81/82, pelo que torno os autos conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 24/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário da 4ª Vara Cível de Belém PROCESSO: 00000139720068140301 PROCESSO ANTIGO: 20061000022 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 EXEQUENTE:A. E. S. F. Representante(s): MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS (ADVOGADO) EXECUTADO:F. C. F. F. J. Representante(s): JORGE BORBA (ADVOGADO) . ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00000419620088140301 PROCESSO ANTIGO: 20081000136 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 REU:BERNARDINA CONCEICAO SILVA BARBOSA AUTOR:BANCO ITAU SA Representante(s): OAB 1490 - YOLENE DE AZEVEDO BARROS (ADVOGADO) CARLOS FERRO (ADVOGADO) OAB 4505 - MARIA INACIA LOBATO FERREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0000041-96.2008.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XI, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, fica a parte AUTORA, na(s) pessoa(s) de seu(s) patrono(s) no feito, intimada a providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS JUNTO À UNAJ (vide relatório de conta anexado precedentemente aos autos), sob pena do crédito delas decorrente ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa (art. 46, §§ 1º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei estadual nº 8.328/2015). Belém-PA, 25/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na

Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00010062420088140301 PROCESSO ANTIGO: 20081003109 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Depósito em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO FINASA S/A Representante(s): OAB 18335 - ISANA SILVA GUEDES (ADVOGADO) REU:JOSE MARIA VELOSO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00011039420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 AUTOR:PAULO CEZAR DA SILVA MUNIZ REU:INSS- INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de

desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00013618420038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310028467 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 AUTOR:OCRIM S A PRODUTOS ALIMENTÍCIOS Representante(s): NEWTON ALBUQUERQUE (ADVOGADO) REU:MARIA JOSE RAMOS NUNES. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00013732120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:SAVIO RUI BRABO DE ARAUJO REU:ASSOCIACAO DE REPRESENTANTES DE ENTIDADES COMUNITARIAS DO CONJUNTO RESIDENCIAL PARAISO DOS PASSAROS. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que parte AUTORA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ se manifestou do despacho de fl. 21 dos autos, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 25 de junho de 2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00017135720078140301 PROCESSO ANTIGO: 20071005094 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Depósito em: 25/06/2019 REU:MARIA DO CARMO SANTA ROSA AUTOR:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 16836-A - ERIKA HIKISHIMA FRAGA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior

interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00018935120088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810059194 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO HONDA SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 20867-A - ELIETE SANTANA MATOS (ADVOGADO) HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) REU:WALLACE DOS SANTOS PAULA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00020179520128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 18629-A - ROSANGELA DA ROSA CORREA

(ADVOGADO) OAB 19964-A - MARIANE CARDOSO MACAREVICH (ADVOGADO) REU:OBADIAS DE OLIVEIRA COSTA Representante(s): OAB 13320 - WALBER PALHETA DE MATTOS (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00020744020098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910049079 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): LEONARDO COIMBRA NUNES (ADVOGADO) REU:ANTONINO NUNES DOS SANTOS. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto

Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00023588820058140301 PROCESSO ANTIGO: 20051007899 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXEQUENTE:SAMAUMA VEICULOS LTDA Representante(s): LIENILDA CAMARA (ADVOGADO) EXECUTADO:LOCARE RENT A CAR LTDA Representante(s): OAB 8441 - ROBSON PONTES QUADROS CORTES (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00025493520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:RODIER BARATA ATAIDE REU:ASSOCIACAO DE MORADORES GABRIEL PIMENTA. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que a parte Autora, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, manifestou-se pela extinção do processo sem julgamento de mérito, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 25/06/2019 Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00025767320108140301 PROCESSO ANTIGO: 20101003976 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL PROMOTOR:SAVIO RUI BRABO DE ARAUJO REU:ASSOCIACAO DOS MORADORES DA PASSAGEM SANTA RITA E JOANA DARC Representante(s): JANICE COSTA DA SILVA - DEFENSORA PUBLICA (ADVOGADO) . CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que a parte Autora, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, manifestou-se pela extinção do processo sem julgamento de mérito, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é

verdade e dou fé. Belém, 25/06/2019 Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00032126520048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410110221 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 REU:JAMILSON BARBOSA SIQUEIRA AUTOR:LUCIA HELENA GOMS MOURA Representante(s): LUIS CLAUDIO BATISTA COUTO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00033357920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REU:AGREMIACAO CARNAVALESCA ACADEMIA DE SAMBA JURUNENSE PROMOTOR:RODIER BARATA ATAIDE. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que a parte Autora, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, manifestou-se pela extinção do processo sem julgamento de mérito, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 25/06/2019 Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00036371619928140301 PROCESSO ANTIGO: 199210047728 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 AUTOR:CHARLOTE DOCES E SALGADOS LTDA. ADVOGADO:SIRAIA SOUZA SILAU REU:TECNITEC - TELECOMUNICACOES E INFORM.. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o

prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00038848920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 AUTOR:JOSE MARIA PEREIRA BORGES Representante(s): OAB 10357 - REJANE DE FATIMA SANTIAGO TEIXEIRA (ADVOGADO) REU:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00041550620048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410141862 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Despejo por Falta de Pagamento em: 25/06/2019 AUTOR:FATIMA HANNA HABER Representante(s): CORINA DE MARIA CARVALHO FRADE (ADVOGADO) REU:MARIA DA CONCEICAO TUMA RIBEIRO Representante(s): CONCEICAO AIDA P BARBOSA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a

decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00042515819978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710065149 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXECUTADO:SILVA LIMA LTDA Representante(s): OAB 1049 - ANTONIO VILLAR PANTOJA (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE CARLOS TOMAZ DA SILVA EXECUTADO:JANE MARIA DA SILVA EXEQUENTE:MOINHO CRUZEIRO DO SUL SA INCORP DA PENA BRANCA DO PARA SA Representante(s): OAB 21296 - DANIEL ANTONIO SIMOES GUALBERTO (ADVOGADO) OAB 22738 - HAMILTON GABRIEL SIMOES GUALBERTO (ADVOGADO) OAB 1340 - HAMILTON RIBAMAR GUALBERTO (ADVOGADO) . CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que a parte AUTORA se manifestou as fls. 67/68 dos autos, juntando planilha com cálculo de atualização e requerendo outras providências, como determinado no despacho de fls. 54, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 25/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00043305119978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710066488 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO MERIDIONAL DO BRASIL S/A REU:PRIMAC PECAS LTDA REU:AZAMOR CORREA BRITO ADVOGADO:ELIANA VALDEREZ A. MONTEIRO REU:MARIA DAS GRACAS CARDOSO BRITO. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00043656520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610145060 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 AUTOR:UNIBANCO UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS SA Representante(s): MAURA POLIANA RIBEIRO (ADVOGADO) ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA (ADVOGADO) REU:NILO SERGIO SANTOS CASTRO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a

intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00051062920128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 43621 - ALEXANDRE DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 13940-B - DEBORA KALINE DE LUNA TEIXEIRA (ADVOGADO) REU:CARLOS ROBERTO MENDONCA DA ROCHA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser

decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00058383519958140301 PROCESSO ANTIGO: 199510081105 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO ABN AMRO BANK REAL SA GRUPO SANTANDER Representante(s): CARLOS FERRO (ADVOGADO) REU:FRANCISCO CARLOS DA SILVA SOUZA Representante(s): ALVARO AUGUSTO DE PAULA VILHENA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00063851120048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410217639 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 AUTOR:NILDA YOLANDA ESPINOZA DE

OLIVEIRA REU:DORACI ALMEIDA BELEM ADVOGADO:WILSON DAHAS JORGE OAB-PA 2.270. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00064039420038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310095036 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Produção Antecipada da Prova em: 25/06/2019 REU:CONDOMINIO DO EDIFICIO GUANABARA Representante(s): OAB 2594 - JOSE NAZARENO NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) AUTOR:MAPE ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 6778 - MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS (ADVOGADO) . ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto

Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00064321920158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 REQUERENTE:AYMORE CFI AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 21801 - ALAN FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 18694-A - VERIDIANA PRUDENCIO RAFAEL (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE MARIA PEREIRA DOS SANTOS. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00064596320018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110081533 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 AUTOR:PALMETTO VEICULOS LTDA Representante(s): OAB 6450 - LIENILDA MARIA CAMARA DE SOUZA (ADVOGADO) REU:CERES CONCEICAO PAMPOLHA NUNES. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o

processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00072952020048140301 PROCESSO ANTIGO: 20041024857 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 REQUERIDO:JOSE ATANAZIO BARBOSA REQUERIDO:J. ATANAZIO IND. E COM. LTDA REQUERENTE:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): PAULO ANDRE RIBEIRO NOGUEIRA (ADVOGADO) RONDINELI FERREIRA PINTO (ADVOGADO) PAULO CELSO POMPEU (ADVOGADO) . ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00079380620048140301 PROCESSO ANTIGO: 20041026843 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 REQUERIDO:C G BARRETO COMERCIO REPRESENTACAO E TRANSPORTE Representante(s): POSSIDONIO DA COSTA NETO (ADVOGADO) REQUERENTE:FENIX CAMINHOES E MAQUINAS LTDA Representante(s): LEONIDAS BARBOSA BARROS (ADVOGADO) WILSON SOUZA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito.

Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00080460820148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 25/06/2019 REQUERIDO:ONEIZA DO SOCORRO MELO LEAL REQUERENTE:BFB LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00082864820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Embargos à Execução em: 25/06/2019 EMBARGADO:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) EMBARGANTE:PAHULO ANDREY FACUNDO RAMOS Representante(s): OAB 15037 - CARLOS DE ALMEIDA ZOGHBI FILHO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite

normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00086258420058140301 PROCESSO ANTIGO: 20051026795 6 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXEQUENTE:IMPERADOR DAS MAQUINAS LTDA Representante(s): OAB 11785-A - ALEXANDRE SANTOS DO COUTO (ADVOGADO) EXECUTADO:CLAUDIONOR DANTAS MUNHOZ. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00092925219968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610151154

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 AUTOR:CLINICA DE CIRURGIA INTEGRADA SC Representante(s): OAB 3609 - IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:CARMEM SILVA CAMELO GEMAQUE. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00099770420098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091022584 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Despejo em: 25/06/2019 AUTOR:ELZA MARIA BRITO FORO Representante(s): OAB 8339 - SONIA BENCHIMOL PEREIRA (ADVOGADO) REU:ANTONIO DE OLIVEIRA PINHO. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00106431420118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Exibição em: 25/06/2019 AUTOR:SCE MEDICOS S/S LTDA Representante(s): OAB 6803 - ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) OAB 12392 - ANA TEREZA WALDEMAR DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:MARIA DO PERPETUO SOCORRO SABBA GUIMARAES REU:RAULAND BELEM SOM LTDA Representante(s): OAB 12480 - FILIPE CHARONE TAVARES LOPES (ADVOGADO) REU:JEFFERSON ELY VALE DE LIMA Representante(s): OAB 3442 - SERGIO GUIMARAES MARTINS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO De ordem do MMo. Juiz de Direito Titular desta 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, respeitando-se os artigos 229 e 1.010, §§ 1º e 3º, do Novo CPC (Lei federal nº 13.105/2015), fica(m) intimado(s) o(s) parte Apelada, para que, em 15 (quinze) dias, ofereça(m) Contrarrazões ao Recurso de Apelação apresentado. Belém-PA, 25/06/2019. Eu, _____, Éderson Gomes Almeida, Analista Judiciário, lotado(a) na Secretaria do Juízo, digitei e subscrevo-o. Página de 1 Fórum de: BELÉM Email: Endereço: Rua Cel. Fontoura S/N - (Praça Felipe Patroni S/N) - Prédio Anexo 2, 2º Andar, Salas 256/258 CEP: 66.015-260 Bairro: Cidade Velha Fone: PROCESSO: 00109064619928140301 PROCESSO ANTIGO: 199110028953 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 AUTOR:CHAFI ARAUJO TAVARES Representante(s): OAB 1572 - PAULO RUBENS XAVIER DE SA (ADVOGADO) REU:CONSTRUTORA FLAVIO ESPIRITO SANTO LTDA. ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0010906-46.1992.8.14.0301 Em

cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XI, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, fica a parte AUTORA, na(s) pessoa(s) de seu(s) patrono(s) no feito, intimada a providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS JUNTO À UNAJ (vide relatório de conta anexado precedentemente aos autos), sob pena do crédito delas decorrente ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa (art. 46, §§ 1º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei estadual nº 8.328/2015). Belém-PA, 25/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00109278320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810328341 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Depósito em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO FINASA S/A Representante(s): OAB 18335 - ISANA SILVA GUEDES (ADVOGADO) REU:ALBANO SOUZA LISBOA. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00113601020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610805325 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Exceção de Incompetência em: 25/06/2019 EXCIPIENTE:MONT CAR AUTOMOVOEIS LTDA Representante(s): NELSON SOUZA (ADVOGADO) MARCIA SERIQUE (ADVOGADO) EXCEPTO:EDMILSON ALVES DE CARVALHO JUNIOR Representante(s): ADEMAR BASTOS GONCALVES (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não

é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00113764519938140301 PROCESSO ANTIGO: 198310000680 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 2716 - ONEIDE KATAOKA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 14835 - MANOEL AGAPITO MAIA FILHO (ADVOGADO) REU:LINCOLN TOMIO KAMADA E OUTROS. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00119221320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610396952 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Despejo por Falta de Pagamento em: 25/06/2019 REU:RAIMUNDO RUY PEREIRA BAHIA REU:MARIA DE NAZARE DA SILVA CARDOSO AUTOR:PAULO RUBIO DE SOUZA MEIRA Representante(s): CLAUDIO AUGUSTO AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) . ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00130471420068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610435304 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 REU:SIVIA BARBOSA SANTOS AUTOR:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 12174 - DIRCILENE DOS SANTOS CARDOSO (ADVOGADO) LENILTON CORDOVIL DA SILVA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo

seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00139257019968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610220383 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento Provisório de Sentença em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO SUDAMERIS BRASIL S/A Representante(s): OAB 5192 - ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) REU:EXPORTADORA PHOENIX LTDA Representante(s): OAB 3153 - NELSON PINTO (ADVOGADO) . ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00140227320108140301 PROCESSO ANTIGO:

201010212433 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXECUTADO:ROSARIO QUEIROZ COSTA PINHO LTDA ME SUCESSORA FERNANDES QUEIROZ COSTA PIN EXEQUENTE:ALTENBURG INDUSTRIA TEXTIL LTDA Representante(s): THIAGO SOUZA DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00148825420068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610491124 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REU:MUNDURUCUS VEICULOS - MOT CAR AUTOMOVEIS LTDA Representante(s): NELSON SOUZA (ADVOGADO) MARCIA SERIQUE (ADVOGADO) AUTOR:EDMILSON ALVES DE CARVALHO JUNIOR Representante(s): ADEMAR BASTOS GONCALVES (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o

autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00148939620068140301 PROCESSO ANTIGO: 20061049129 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento de Liquidação em: 25/06/2019 IMPUGNANTE:MONT CAR AUTOMOVEIS LTDA Representante(s): NELSON SOUZA (ADVOGADO) IMPUGNADO:EDMILSON ALVES DE CARVALHO JUNIOR Representante(s): ADEMAR BASTOS GONCALVES (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a

abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00151305919968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610238534 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 REU:CLEIDE ANA CARDOSO LOPES AUTOR:GENICLEIDE DA SILVA MOURA Representante(s): OAB 2429 - INOCENCIO PAMPLONA BELTRAO FILHO (DEFENSOR) . ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00156443520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO FINASA BMC SA Representante(s): OAB 18335 - ISANA SILVA GUEDES (ADVOGADO) REU:AFONSO DA COSTA CARDOSO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente,

ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00157746119978140301 PROCESSO ANTIGO: 19971029758 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXECUTADO:ANTONIO ALIPIO MONTES PIMENTA EXEQUENTE:UNIAO DOS ENSINOS SUPERIORES DO PARA Representante(s): OAB 7108 - LEILA MASOLLER WENDT (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00160483620018140301 PROCESSO ANTIGO: 20011019439 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 ADVOGADO:HILDEMAN ROMERO COLMENARES ADVOGADO:ELMANO MARTINS FERREIRA AUTOR:BANCO GENERAL MOTORS GMAC SA Representante(s): OAB 10153 - ADRIANA DE OLIVEIRA SILVA CASTRO (ADVOGADO) REU:MARCIA SOARES DE FIGUEREDO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento

da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00164660420028140301 PROCESSO ANTIGO: 20021019330 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 AUTOR:JURUA TRANSPORTES LTDA Representante(s): ANA CRISTINA FERRO MARTINS (ADVOGADO) BENEDITO MARQUES DA ROCHA (ADVOGADO) REU:MASTER ENGENHARIA LTDA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais

de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00164707620118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 AUTOR:MARIA RAIMUNDA FREITAS PEREIRA Representante(s): OAB 14622 - BRUNO LEANDRO VALENTE DA SILVA (ADVOGADO) OAB 8981 - AFONSO BRAGA ELIAS CHRISTO (ADVOGADO) OAB 16695 - AUGUSTO RIBEIRO DE ALENCAR (ADVOGADO) OAB 5104 - CANDIDO DE OLIVEIRA FARIAS (ADVOGADO) REU:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 76696 - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (ADVOGADO) OAB 12202 - LUIZ RONALDO ALVES CUNHA (ADVOGADO) OAB 20364 - ELOISA QUEIROZ ARAUJO (ADVOGADO) OAB 109730 - FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATTELA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO De ordem do MMo. Juiz de Direito Titular desta 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, respeitando-se os artigos 229 e 1.010, §§ 1º e 3º, do Novo CPC (Lei federal nº 13.105/2015), fica(m) intimado(s) o(s) parte Apelada, para que, em 15 (quinze) dias, ofereça(m) Contrarrazões ao Recurso de Apelação apresentado. Belém-PA, 25/06/2019. Eu, _____, Éderson Gomes Almeida, Analista Judiciário, lotado(a) na Secretaria do Juízo, digitei e subscrevo-o. Página de 1 Fórum de: BELÉM Email: Endereço: Rua Cel. Fontoura S/N - (Praça Felipe Patroni S/N) - Prédio Anexo 2, 2º Andar, Salas 256/258 CEP: 66.015-260 Bairro: Cidade Velha Fone: PROCESSO: 00185366220088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810573855 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Petição Cível em: 25/06/2019 REU:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL - INSS Representante(s): ALADIO COSTA FERREIRA (ADVOGADO) AUTOR:GENIVALDO DA SILVA MARTINS Representante(s): JOSE DA SILVA SALDANHA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a

decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00186066620118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) REU:JOSÉ NICOLAU NUNES WARISS Representante(s): OAB 16156 - NICOLAU DOSTOIEVSKI ALBUQUERQUE WARIS (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00202259020058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510647637 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO

ANDRES ITZCOVICH Ação: Monitória em: 25/06/2019 REQUERENTE:JOSE EUTON A. DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 11487 - ADAILSON JOSE DE SANTANA (ADVOGADO) REQUERIDO:R & R ALIMENTOS LTDA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00217547920158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cautelar Inominada em: 25/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCO TAVEIRA ROCHA Representante(s): OAB 1049 - ANTONIO VILLAR PANTOJA (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de

2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00218452020048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410741357 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Monitória em: 25/06/2019 AUTOR:GUATAPARA MOTORES E VEICULOS LTDA Representante(s): LIENILDA CAMARA (ADVOGADO) REU:MADECENTRO DE MACAE MADEIRAS LTDA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório

certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00219631920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:CLUBE DE MAES DA MARAMBAIA PROMOTOR:SAVIO RUI BRABO DE ARAUJO. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que a parte Autora, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, manifestou-se pela extinção do processo sem julgamento de mérito, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 25/06/2019 Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00221295120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Consignação em Pagamento em: 25/06/2019 AUTOR:VANDERLEI PAULO ANZOLIN Representante(s): OAB 15166 - ANTONIO HAROLDO GUERRA LOBO (ADVOGADO) REU:BANCO FIBRA SA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00222296920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Consignação em Pagamento em: 25/06/2019 AUTOR:LB COMERCIO LTDA-ME Representante(s): OAB 14400 - PATRICK LIMA DE MATTOS (ADVOGADO) REU:PLACIDO RAMOS DIOGO REU:ESPOLIO DE CUSTODIO RODRIGUES DIOGO Representante(s): OAB 14045 - JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no

prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00235156720028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210278482 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO BRADESCO SA Representante(s): GIOVANNI DOS ANJOS PICKERELL (ADVOGADO) REU:SEBASTIAO LEMES PEREIRA. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00236978020098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910511151 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO FINASA SA Representante(s): ANA CLAUDIA GRAIM MENDONCA SANTOS (ADVOGADO) REU:RAFAEL ADRIANO DA SILVA ALVES. ã

SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00236981220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610686684 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXEQUENTE:CENTER ASSESSORIA ADMINISTRATIVA SC LTDA Representante(s): OAB 6197 - ARACI FEIO SOBRINHA (ADVOGADO) EXECUTADO:AREF SAID EXECUTADO:COMERCIAL ABC IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA EXECUTADO:WALID TOUFIC SAID. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em

meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00237151120108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010358732 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REU:BANCO REAL LEASING S/A - ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 8525 - IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 16661-A - ADAM MIRANDA SA STEHLING (ADVOGADO) OAB 6171 - MARCOS ANDRE HONDA FLORES (ADVOGADO) OAB 16982 - PAOLA KASSIA FERREIRA SALES (ADVOGADO) AUTOR:SANDRA SUELY ZUMERO FERNANDES Representante(s): MARCOS MARQUES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0023715-11.2010.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XI, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, fica a parte REQUERIDA, na(s) pessoa(s) de seu(s) patrono(s) no feito, intimada a providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS JUNTO À UNAJ (vide relatório de conta anexado precedentemente aos autos), sob pena do crédito delas decorrente ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa (art. 46, §§ 1º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei estadual nº 8.328/2015). Belém-PA, 25/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00238523920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710741677 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Despejo por Falta de Pagamento em: 25/06/2019 REU:FRANCISCO DOS SANTOS CARNEIRO REU:NAME COMUNICACAO LTDA ME REU:ELIANA MELEM CARNEIRO AUTOR:MARIA ELIZABETE GOUVEA LAGO PORTO Representante(s): OAB 14977 - MARCEL AUGUSTO SOARES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do

contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00243142820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:RUTH NASCIMENTO MELO DE SOUSA Representante(s): OAB 7070 - OLAVO BILAC BRASIL (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA LUIZA RIBEIRO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto

Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00244133220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:SAVIO RUI BRABO DE ARAUJO REU:ASSOCIACAO DE MORADORES GABRIEL PIMENTA. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que a parte Autora, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, manifestou-se pela extinção do processo sem julgamento de mérito, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 25/06/2019 Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00245170420028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210288471 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 AUTOR:TAKEDA COMERCIO LTDA Representante(s): ARMANDO GRELLO CABRAL (ADVOGADO) INTERESSADO:SANDRA MARINA ROSA MARTINS Representante(s): OAB 8008 - GEORGES CHEDID ABDULMASSIH JUNIOR (ADVOGADO) REU:I.D.R. IMPORT. & DISTR.REFRIO LTDA Representante(s): PAULO ROBERTO FREITAS DE OLIVEIRA (ADVOGADO) TERCEIRO:PAULO CESAR RODRIGUES GURJAO FILHO Representante(s): OAB 6429 - RAIMUNDO EDSON DE MORAES PIMENTEL (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00251074020018140301 PROCESSO ANTIGO: 20011030076 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO SUDAMERIS DO BRASIL S/A ADVOGADO:ADELMIRA MAIA REU:JOSE AUGUSTO NUNES FERNANDES REU:CENTRO EDUCACIONAL ACESSO S/A LTDA REU:RAIMUNDO GILSON DA SILVA BARBOSA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há

mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00255077220108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010388341 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXECUTADO:EDNA PINTO DE OLIVEIRA EXECUTADO:IGOR OLIVEIRA COTTA EXEQUENTE:CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS FUNCIONARIOS DO BANPARA - CAFBEP Representante(s): OAB 12501 - CARLOS ANDRE DA FONSECA GOMES (ADVOGADO) OAB 12986 - MAURICIO DE JESUS NUNES DA SILVA (ADVOGADO) . CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram concedidas por lei, que a parte AUTORA se manifestou as fls. 41/44 dos autos, requerendo bloqueio via BACENJUD/RENAJUD e outras providencias, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 25/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00255541020098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091055412 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXEQUENTE:BANCO ABN AMRO REAL S.A Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) EXECUTADO:CELIA MARIA FIGUEIREDO CUNHA ME EXECUTADO:CELIA MARIA FIGUEIREDO CUNHA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria

fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00258460320158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 REQUERENTE:ADM DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 231747 - EDEMILSON KOJI MOTODA (ADVOGADO) OAB 16354 - DRIELLE CASTRO PEREIRA (ADVOGADO) OAB 10422 - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO:HUGO DA SILVA MORAES. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito.

Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00260100320118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 AUTOR:HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 12599 - VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) REU:CARLOS ALBERTO PASSOS COSTA. ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0026010-03.2011.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XI, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, fica a parte REQUERIDA, na(s) pessoa(s) de seu(s) patrono(s) no feito, intimada a providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS JUNTO À UNAJ (vide relatório de conta anexado precedentemente aos autos), sob pena do crédito delas decorrente ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa (art. 46, §§ 1º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei estadual nº 8.328/2015). Belém-PA, 25/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00267428420098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910580263 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO VOLKSWAGEN SA Representante(s): OAB 232751 - ARIOSMAR NERIS (ADVOGADO) OAB 168016 - DANIEL NUNES ROMERO (ADVOGADO) REU:ABILENE DA SILVA MURCHIO LANDO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito.

DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00273649120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510889205 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXECUTADO:REGINA CELIA DINIZ DA ROCHA EXEQUENTE:RICARDO GOMES BRAS DA SILVA Representante(s): PAULO EDUARDO S. PEREIRA (ADVOGADO) ROSANA TRINDADE TOCANTINS SILVA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00274280920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Ação de Exigir Contas em: 25/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:SAVIO RUI BRABO DE ARAUJO REU:ASSOCIACAO MURURE Representante(s): OAB 14025 - ANA LUIZA OLIVEIRA MORAES (ADVOGADO) . Certifique acerca do cumprimento da carta de citação e intime-se o Ministério Público, pessoalmente, na pessoa de seu promotor de justiça, para requerer o que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se. Belém do Pará, 13 de junho de 2019. ROBERTO ANDRÉS ITZCOVICH Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital 105 PROCESSO: 00281515720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXEQUENTE:CG NEVES STUDIO FOTOGRAFICO LTDA

Representante(s): OAB 21288 - THIAGO DI LYOON PEDROSA VILLALBA (ADVOGADO) EXECUTADO:REGIANE BARBOSA LEAO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00305437020088140301 PROCESSO ANTIGO: 20081088443 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 REU:JONY CHRISTIANO DA SILVA LIMA AUTOR:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 13664 - MARCIA ARAUJO TEIXEIRA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando

abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00314098020128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXEQUENTE:CAIXA DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA AOS FUNCIONARIOS DO BANPARA S/A Representante(s): OAB 12501 - CARLOS ANDRE DA FONSECA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:ANTONIO PAULO DOS SANTOS. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram concedidas por lei, que a parte AUTORA se manifestou as fls. 42/44 dos autos, requerendo bloqueio via BACENJUD/RENAJUD e outras providencias, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 25/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00317093920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710989615 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Ação de Exigir Contas em: 25/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL PROMOTOR:ROSANGELA DE NAZARE REU:FUNDACAO CABOCLA DE CULTURA AMAZONICA DE COMUNICACAO. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições, que parte AUTORA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ se manifestou do despacho de fl. 28 dos autos, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 25 de junho de 2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00322813220118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Embargos de Terceiro em: 25/06/2019 EMBARGANTE:GRAÇA MARIA QUEIROZ DE BRITO Representante(s): OAB 11142 - ELIZEU LIMA SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) EMBARGADO:ROGERIO CAMPOS CORREA Representante(s): OAB 921 - ADEMAR KATO (ADVOGADO) . ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO:

00326615320088140301 PROCESSO ANTIGO: 20081093155 8 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXECUTADO:CLARA CHIZUKA TSURUZAKI DOS SANTOS EXEQUENTE:BANCO ABN AMRO REAL S.A Representante(s): OAB 7961 - MICHEL FERRO E SILVA (ADVOGADO) . ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00332216620088140301 PROCESSO ANTIGO: 20081094243 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 AUTOR:BANCO FINASA SA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 18335 - ISANA SILVA GUEDES (ADVOGADO) OAB 16733 - RENAN LOUCHARD DA CUNHA CASTRO (ADVOGADO) REU:ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA REQUERIDO:ANTONIA MIRANDA DA COSTA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem

resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00340232420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REU:BANCO ITAUCARD SA AUTOR:MANOEL CRISTOVAO VARELA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00346875520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Consignação em Pagamento em: 25/06/2019 AUTOR:MARIA ENILDE AVELAR RIBEIRO Representante(s): OAB 15166 - ANTONIO HAROLDO GUERRA LOBO (ADVOGADO) REU:BANCO BV FINANCEIRA S A. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei

oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00347120420098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910758092 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Petição Cível em: 25/06/2019 REU:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL INSS Representante(s): RODRIGO FERREIRA SANTOS-PROC. FEDERAL (PROCURADOR(A)) AUTOR:JOSE DOMINGOS DA SILVA Representante(s): DENISE PINHEIRO SANTOS (ADVOGADO) OAB 14354 - MARCIO AUGUSTO LISBOA DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) . ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00348397420118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Embargos à Execução em: 25/06/2019 EMBARGADO:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) EMBARGANTE:JOSÉ NICOLAU NUNES WARISS Representante(s): OAB 5899 - YVANA TATTIANA LOPES LIMA (ADVOGADO) OAB 16156 - NICOLAU DOSTOIEVSKI ALBUQUERQUE WARIS (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada

visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00348485820078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711075471 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXECUTADO:EDILSON PINTO SOARES EXEQUENTE:BANCO SUDAMERIS DO BRASIL S.A Representante(s): CARLOS FERRO (ADVOGADO) EXECUTADO:ALBANO IND E COM LTDA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por

meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00360905920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 AUTOR:ESTHER DE JESUS SILVA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REU:BANCO ITAUCARD SA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00361352520078140301 PROCESSO ANTIGO:

200711115805 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Sumário em: 25/06/2019 REU:SANDRA MARIA DEMAGALHAES MOTA AUTOR:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Representante(s): OAB 6601 - DILERMANDO OLIVEIRA FILHO (ADVOGADO) ALEXANDRE GOMES PAIVA (ADVOGADO) . ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00377569520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 14974 - CARLA RENATA DE OLIVEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:MANOEL DOS SANTOS PINTO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015,

devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00379033320088140301 PROCESSO ANTIGO: 20081104908 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXECUTADO:COMERCIO DE FRUTAS ITAMARATY LTDA - EPP EXEQUENTE:RODOBENS CAMINHOES CIRASA SA Representante(s): RUDSON ATAYDES FREITAS (ADVOGADO) . ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00384754820118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 AUTOR:MARIA DAS GRACAS DA SILVA ALMEIDA Representante(s): OAB 12538 - BRUNO FERREIRA MONTENEGRO DUARTE (ADVOGADO) REU:LUDIMIRA NETO OLIVEIRA. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00385854720118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REU:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 76696 - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) AUTOR:MARIA RAIMUNDA FREITAS PEREIRA Representante(s): OAB 5104 - CANDIDO DE OLIVEIRA FARIAS (ADVOGADO) OAB 14622 - BRUNO LEANDRO VALENTE DA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO De ordem do MMo. Juiz de Direito Titular desta 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, respeitando-se os artigos 229 e 1.010, §§ 1º e 3º, do Novo CPC (Lei federal nº 13.105/2015), fica(m) intimado(s) o(s) parte Apelada, para que, em 15 (quinze) dias, ofereça(m) Contrarrazões ao Recurso de Apelação apresentado. Belém-PA, 25/06/2019. Eu, _____, Éderson Gomes Almeida, Analista Judiciário, lotado(a) na Secretaria do Juízo, digitei e subscrevo-o. Página de 1 Fórum de: BELÉM Email: Endereço: Rua Cel. Fontoura S/N - (Praça Felipe Patroni S/N) - Prédio Anexo 2, 2º Andar, Salas 256/258 CEP: 66.015-260 Bairro: Cidade Velha Fone: PROCESSO: 00388308720138140301 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Mandado de Segurança Criminal em: 25/06/2019 REU:MISSIATO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 9504 - CAMILLA RUBIN MATOS (ADVOGADO) OAB 9175 - HELIANA MARIA ROCHA MARTINS (ADVOGADO) AUTOR:VANDERLEY MENDES FERREIRA Representante(s): OAB 8585 - DIONE ROSIANE SENA LIMA DA CONCEICAO (ADVOGADO) AUTOR:ALDA MIRIAM PREARO FERREIRA Representante(s): OAB 8141 - SIDENEU OLIVEIRA DA CONCEICAO FILHO (ADVOGADO) OAB 8585 - DIONE ROSIANE SENA LIMA DA CONCEICAO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO De ordem do MMo. Juiz de Direito Titular desta 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, respeitando-se os artigos 229 e 1.010, §§ 1º e 3º, do Novo CPC (Lei federal nº 13.105/2015), fica(m) intimado(s) o(s) parte Apelada, para que, em 15 (quinze) dias, ofereça(m) Contrarrazões ao Recurso de Apelação apresentado. Belém-PA, 25/06/2019. Eu, _____, Éderson Gomes Almeida, Analista Judiciário, lotado(a) na Secretaria do Juízo, digitei e subscrevo-o. Página de 1 Fórum de: BELÉM Email: Endereço: Rua Cel. Fontoura S/N - (Praça Felipe Patroni S/N) - Prédio Anexo 2, 2º Andar, Salas 256/258 CEP: 66.015-260 Bairro: Cidade Velha Fone: PROCESSO: 00405515320028140301 PROCESSO ANTIGO: 199110108456 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 AUTOR:DADIVA LTDA REU:FARMACIA E DIST AUREA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00423120920148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 AUTOR:DEUSDEDIT OTAVIANO SILVA Representante(s): OAB 18307 - CARLOS FELIPE ALVES GUIMARAES (ADVOGADO) REU:AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia

nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00429637120098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091097484 6 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 AUTOR:B. V. FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): FLAVIA DE ALBUQUERQUE LIRA (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REU:ARLINDO FERREIRA COUTINHO NETO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do

contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00432851320098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091098357 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 AUTOR:DJALMA CAVALCANTE LOPES Representante(s): OAB 14007 - JOSE MARIA MARQUES MAUES FILHO (ADVOGADO) REU:RAIMUNDO OLIVEIRA NOVAES JUNIOR Representante(s): OAB 10380 - LOISE LUZ FERREIRA (ADVOGADO) REU:RJS COMERCIO DE VIDROS LTDA ME Representante(s): OAB 10380 - LOISE LUZ FERREIRA (ADVOGADO) REU:RAQUEL DE OLIVEIRA DOS REIS Representante(s): OAB 10380 - LOISE LUZ FERREIRA (ADVOGADO) AUTOR:LOJA DO LOJISTA LTDA Representante(s): OAB 3847 - ELIETE DE SOUZA COLARES (ADVOGADO) . ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00455466720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Exceção de Incompetência em: 25/06/2019 EXCIPIENTE:OBADIAS DE OLIVEIRA COSTA Representante(s): OAB 13320 - WALBER PALHETA DE MATTOS (ADVOGADO) EXCEPTO:BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 13544 - BRUNO RAFAEL DE JESUS LOPES (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única

justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00469474120008140301 PROCESSO ANTIGO: 20001021486 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 AUTOR:CONDOMINIO DO EDIFICIO EDYR PROENCA Representante(s): JOSE NAZARENO NOGUEIRA DE LIMA (ADVOGADO) REU:MARIO SEIFFER Representante(s): ANTONIO VILLAR PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e

sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00470654320138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Prestação de Contas em: 25/06/2019 REQUERENTE:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL REQUERIDO:CENTRO EDUCACIONAL BATISTA DA AMAZONIA PROMOTOR:JOAO GUALBERTO DOS SANTOS SILVA. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que a parte Autora, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, manifestou-se pela extinção do processo sem julgamento de mérito, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 25/06/2019 Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00483139320098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091111466 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXECUTADO:RAFAEL SOARES CRUZ EXEQUENTE:COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS EMPREGADOS DA ELETRONORTE LTDA Representante(s): ANGELO BRAZIL DA SILVA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas

as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00492857720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 AUTOR:ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJA Representante(s): OAB 17885 - ALTEMAR DA SILVA PAES JUNIOR (ADVOGADO) AUTOR:ALTEMAR DA SILVA PAES JUNIOR Representante(s): OAB 19782 - ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJA (ADVOGADO) REU:ELIANE ANDRE DA SILVA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00524685620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 9117-A - FLAVIO GERALDO FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:D H RODRIGUES COMERCIO EPP. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A

interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00527612620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 REQUERENTE:UILIMES DE MORAES LEMOS Representante(s): OAB 4571 - OSVALDO BENEDITO TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 7165 - JOAO BATISTA FERREIRA MASCARENHAS (ADVOGADO) OAB 20453 - MARIANA RODRIGUES PANTOJA (ADVOGADO) REQUERIDO:IGREJA PENTECOSTAL DEUS E AMOR Representante(s): OAB 21957-B - CAIO RODRIGO TEIXEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 154.191 - ALEXANDRE LESSMANN BUTTAZZI (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0052761-26.2014.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XXII, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, tendo em vista o retorno dos autos de Instância Superior, ficam as partes intimadas para que, em 15 (quinze) dias, procedam, querendo, aos requerimentos pertinentes. Belém-PA, 25/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00528453920008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010284691 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 ADVOGADO:CARLOS FERRO AUTOR:BANCO BANDEIRANTES SA Representante(s): OAB 1076 - CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO E SILVA (ADVOGADO) REU:TOP TEC COM E REPRES LTDA REU:ADALBERTO FREITAS DA ROCHA REU:ALBERICO SOARES CORREIA. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em

julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00537122520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 25/06/2019 AUTOR:CONGREGAÇÃO DAS FILHAS DA IMACULADA CONCEIÇÃO Representante(s): OAB 7760 - FABIO LUIS FERREIRA MOURAO (ADVOGADO) OAB 15234 - SIMONE HATHERLY ARRAIS DE CASTRO FERREIRA (ADVOGADO) REU:ORBI - ORGANIZAÇÃO BILINGUE DO PARÁ. ãSENTENÇA Trata-se de ação paralisada há mais de 30 dias, por não ter o(a) requerente promovido atos/diligências que lhes competiam. Diante disso, determinou-se a sua intimação pessoal para dar andamento ao processo, no prazo legal, sob pena de extinção. Contudo, em que pese devidamente intimado(a), o(a) requerente manteve-se inerte. É o relatório. Decido. O requerente foi regularmente intimado a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente e que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse, sem providência, o prazo fixado. É imperioso frisar que foi oportunizado à parte requerente providenciar o seguimento do feito, mas esta não desincumbiu da sua obrigação, demonstrando, assim, o seu desinteresse com a sorte deste processo. Destarte, o feito encontra-se paralisado por culpa exclusiva da autora, abandonando a causa por mais de trinta dias. Tal fato é causa bastante para a sua extinção, sobretudo, depois de cumprida a formalidade prescrita pelo §1º, do art. 485, do Código de Processo Civil/2015. Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com lastro no art. 485, III, do CPC/2015. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 23/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00547787420008140301 PROCESSO ANTIGO: 20001030658 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 ADVOGADO:ADELMIRA CARNEIRO MAIA REU:MARIA CARLA FERREIRA SANTOS AUTOR:AMERICA DO SUL LEASING S/A-ARRE.MERC.. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do

feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00556874820128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:SAVIO RUI BRABO DE ARAUJO REU:CENTRO COMUNITARIO DA PASSAGEM CRUZEIRO UNIDOS COM O PANTANAL. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que a parte Autora, MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, manifestou-se pela extinção do processo sem julgamento de mérito, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 25/06/2019 Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00571095320158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXEQUENTE:MOINHOS CRUZEIROS DO SUL SA Representante(s): OAB 12815 - RAPHAEL AUGUSTO CORREA (ADVOGADO) OAB 21296 - DANIEL ANTONIO SIMOES GUALBERTO (ADVOGADO) OAB 22738 - HAMILTON GABRIEL SIMOES GUALBERTO (ADVOGADO) OAB 1340 - HAMILTON RIBAMAR GUALBERTO (ADVOGADO) EXECUTADO:LEONARDO GASPERIN - DISTRIBUIDORA SAO MIGUEL. CERTIFICO CERTIFICO que, decorreu o prazo para o pagamento voluntário, bem como para oposição de embargos sem a manifestação da parte requerida. CERTIFICO ainda que a parte AUTORA se manifestou as fls. 72 dos autos, requerendo que o executado seja intimado para que forneça bem passível de penhora, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 25/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00578572720118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 AUTOR:ANDRE SENA MARQUES Representante(s): OAB 5546 - ANTONIO CARVALHO LOBO (ADVOGADO) REU:TIM CELULAR SA AUTOR:ANTONIO CARLOS DA SILVA FERREIRA Representante(s): OAB 5546 - ANTONIO CARVALHO LOBO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na

direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00590654120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 AUTOR:WALDECI CAMPOS DO CARMO Representante(s): OAB 19787-A - FABIO GOMIDES BORGES (ADVOGADO) REU:BANCO VOLKSWAGEM S/A. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00594841320098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911344254 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REU:GRANDE BELEM - TOP NORTE COMERCIO DE VEICULOS LTDA Representante(s): OAB 8734 - LILIAN CRISTINA CAMPOS NEVES DOS SANTOS (ADVOGADO) AUTOR:MARIA DO PERPETUO SOCORRO DOS SANTOS JESUS Representante(s): CARLOS ALBERTO DOS SANTOS COSTA (ADVOGADO) OAB 4898-E - ERALDO BARROS DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se

observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00662547020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Monitória em: 25/06/2019 REQUERENTE:COMPAR COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANTES Representante(s): OAB 25730 - THEREZINHA J. C. WINKLER (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCO DIMITRI PESSOA DA SILVA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a

este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00679411920138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Ação de Exigir Contas em: 25/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:SAVIO RUI BRABO DE ARAUJO REU:FUNDAÇÃO AGOSTINHO MONTEIRO ACORDA PARÁ - FAMAP. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições, que parte AUTORA MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ se manifestou do despacho de fl. 28 dos autos, pelo que torno conclusos. CERTIFICO ainda que, citada, conforme AR de fls. 24, a parte requerida FUNDAÇÃO AGOSTINNHO MONTEIRO ACORDA PARÁ - FAMAP, e decorrido o prazo, não houve apresentação de contestação. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 25 de junho de 2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00837611020158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 REQUERENTE:ADAMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 231747 - EDEMILSON KOJI MOTODA (ADVOGADO) REQUERIDO:EVANDRO PEREIRA TEIXEIRA. SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENÇÃO FIDUCIÁRIA proposta por CONSÓRCIO NACIONAL HONDA LTDA, qualificado, em desfavor de EVANDRO PEREIRA TEIXEIRA, qualificada. Durante o regular trâmite processual parte autora informa que não tem mais interesse no prosseguimento do feito, conforme se verifica às fls. 46 É a síntese do necessário. Decido. Dispõem os art"s. 200, parágrafo único, e 485, VIII, do Código de Processo Civil, in verbis: "Art. 200. Os atos das partes, consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade, produzem imediatamente a constituição, a modificação ou a extinção de direitos processuais. Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeito após homologação judicial." "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VIII- quando homologar a desistência da ação; (...)" ANTE O EXPOSTO, JULGO EXTINTA a presente Ação SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do CPC. Fica autorizado, desde já, o desentranhamento das peças que constam no presente feito e sua devolução à parte interessada, caso assim requeira. Custas se houver, pela autora, na forma do caput do art. 90 do CPC, devendo ser intimado para pagamento no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. Caso não efetue o pagamento, expeça-se certidão para a inscrição em dívida ativa. Após o trânsito em julgado, em seguida arquive-se os autos. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 17 de junho de 2019. CELIO PETRONIO D ANUNCIAÇ"O Juiz de Direito titular da 5ª Vara cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00864448820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 AUTOR:AIRTON SOUZA E SILVA Representante(s): OAB 7242 - GELMORYS SANTOS DA SILVA (ADVOGADO) REU:BANCO VOLKSWAGEN S.A Representante(s): OAB 15504 - JULIANA FRANCO ARRUDA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da

lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 01040866920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:EDSON DE LIMA DE ABREU Representante(s): OAB 53400 - ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJCHSZAK (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao

andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 05137107720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:JOSE CARDOSO LEMOS REQUERIDO:INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 07047375220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 AUTOR:V. G. C. AUTOR:V. G. C. AUTOR:V. G. C. AUTOR:V. G. C. Representante(s): OAB 13664 - MARCIA ARAUJO TEIXEIRA (ADVOGADO) REU:C. M. C. . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado

para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00002426120088140301 PROCESSO ANTIGO: 20081000733 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXECUTADO:ANTONIO MARCIO CARDOSO REPRESENTANTE:MARIA ASTRIDE DOS SANTOS BARBOSA Representante(s): LUCIANA SANTOS E SILVA (ADVOGADO) EXEQUENTE:BARBOSA E SILVA COMERCIO DE MOVEIS LTDA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência

é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00006207419978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710009049 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 AUTOR:ADELAIDE DE ALMEIDA Representante(s): OAB 1232 - CESAR ZACHARIAS MARTYRES (ADVOGADO) REU:LUIZ GONZAGA CUNHA CUIMAR REU:IVANIL DOS SANTOS CHAVES REU:LUIZ CHAVES. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da

4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00009788820098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910022033 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Despejo por Falta de Pagamento em: 26/06/2019 AUTOR:RITA MARIA RIBAMAR SOUZA Representante(s): FRANCISCO HELDER FERREIRA DE SOUSA (ADVOGADO) REU:WALDOMIRO ELISEU DE SOUZA OLIVEIRA JUNIOR. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00012768720068140301 PROCESSO ANTIGO: 20061004323 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXEQUENTE:WPP COMERCIO DE MOTOS LTDA Representante(s): OAB 4559 - JOSE DE ARIMATEIA CHAVES SOUSA (ADVOGADO) OAB 12766 - KAUE OSORIO AROUCK (ADVOGADO) EXECUTADO:CAP ARAUJO FILHO ME. Considerando o Provimento 006/2006, Art. 1º, § 2º, II, datado de 05.10.2006, o qual delega poderes a Analista Judiciário para praticar atos de administração e expediente, sem caráter decisório, e em conformidade com o Novo Código de Processo Civil, fica a parte AUTORA intimada para que se manifeste sobre a CONTESTAÇÃO, no prazo de 15 (QUINZE) dias. Belém, 26/06/2019. Eu,_____(Éderson Gomes Almeida), Analista Judiciário da 4ª Vara Cível, o digitei e subscrevi. PROCESSO: 00018532320118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Alvará Judicial em: 26/06/2019 AUTOR:FRANCISCO BEZERRA NOGUEIRA Representante(s): OAB 15955 - LUCIANA DA MODA BOTELHO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no

feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00020087120048140301 PROCESSO ANTIGO: 20041007046 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 AUTOR:DANIEL DE LIMA E SILVA Representante(s): OAB 9549-B - GABRIELLA DE MIRANDA PINHEIRO (ADVOGADO) BRUNO BRASIL DE CARVALHO (ADVOGADO) ALBANO HENRIQUES MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) REU:ANTONIO MAXIMIANO DE SOUZA MARTINS JUNIOR Representante(s): PABLO MORGADO MENDONCA (ADVOGADO) REU:C. R. M. LTDA. Representante(s): ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO/OUTROS (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja

displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00037591719988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810053768 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 REU:MARIA SEBASTIANA COSTA MESQUITA AUTOR:RICARDO HIDEO DOHARA Representante(s): ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13503 - DIOGO DINIZ FERREIRA DE CARVALHO (ADVOGADO) OAB 13926 - THIAGO DE SOUZA PAMPLONA (ADVOGADO) REU:ABILIO DE CARVALHO MESQUITA Representante(s): OAB 6339 - MARCUS VINICIUS COSTA SOLINO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de

desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00039149720118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 AUTOR:AYMORE CREDITO FINANCEIRO E INVESTIMENTO S/A Representante(s): OAB 24521 - FLAVIA DE ALBUQUERQUE LIRA (ADVOGADO) OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) REU:MAURIZIO LEANDRO DE SOUZA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00045977720118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXEQUENTE:BANCO SAFRA S/A Representante(s): OAB 22463 - ANTONIO ROQUE ALBUQUERQUE JUNIOR (ADVOGADO) OAB 22390 - GERARDO XIMENES DE SOUZA NETO (ADVOGADO) EXECUTADO:FAGNER AUGUSTO PRIMO DA COSTA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas

deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00047299319978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710072506 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 10176 - ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) OAB 5176 - MARIA DEUSA ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) ERNANI AUGUSTO A BERBARY (ADVOGADO) ANA MARIA F. TOSCANO (ADVOGADO) REU:HELDIMAR NUNES GUIMARAES. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do

Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00056733720028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210065005 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 ADVOGADO:WILSON VELASCO AUTOR:EDITH MARIA GARCIA OLIVEIRA MEIRA REU:CONDOMINIO DO ED.SOLAR DAS ESMERALDAS REU:PEDRO PAULO MACEDO DE AMORIM AUTOR:CLERIO OLIVEIRA MEIRA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00060245720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810192829 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 REPRESENTANTE:ARMILDO ULLIAN Representante(s): OAB 14375 - MARIA AMELIA PEREIRA FONSECA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) MARCOS DE SOUZA (ADVOGADO) EXEQUENTE:ULLIAN ESQUADRIAS METALICAS LTDA Representante(s): OAB 193.887 - ANDRE LUIS DE FREITAS SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:SANTOS CONST IND E COM LTDA ME. ã SENTENÇA RELATÓRIO O

processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00070608120118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 AUTOR:BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 55.893 - SABRINA CAMARGO DE OLIVEIRA MARTIN (ADVOGADO) REU:SOUSA E FONTES TRANSP. LTDA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do

contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00076164320038140301 PROCESSO ANTIGO: 20031010865 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REU:CIA DE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RENAULT DO BRASIL Representante(s): SIGISFREDO HOEPERS (ADVOGADO) REU:NICE AUTOVENDAS LTDA. Representante(s): ARIEL FROES DO COUTO (ADVOGADO) LUIS GUILHERME C. BRASIL CUNHA (ADVOGADO) AUTOR:ALEXANDRE AZEVEDO CUNHA Representante(s): PATRICIA MILENA TORRES RAIOL (ADVOGADO) DANIELE RIBEIRO DE CARVALHO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento

de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00081152019968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610131363 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 REU:SAINT CLAIR GONCALVES DIAS Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) OAB 6538 - ANTONIO MARIA BEZERRA (ADVOGADO) AUTOR:MARITA DE CARVALHO FRADE Representante(s): DARLYN K F MIRALHA DE MATOS (ADVOGADO) RAIMUNDO JORGE DOS SANTOS MATOS (ADVOGADO) OAB 15264 - RENATA SILVA BILBY (ADVOGADO) AUTOR:AMELIA FRADE SAID Representante(s): OAB 6643 - RAIMUNDO JORGE SANTOS DE MATOS (ADVOGADO) REU:NAIR FERREIRA DE OLIVEIRA Representante(s): ANTONIO M. BEZERRA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00083470620098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910185766 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 26/06/2019 AUTOR:BANCO FINASA SA Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REU:ANA CLAUDIA LOBATO DE CASTRO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante

disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00084164320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 26/06/2019 AUTOR:ANA MARGARIDA MARIA LIMA LEITE AUTOR:FATIMA NAZARE LIMA LEITE AUTOR:MARIA CRISTINA LEITE Representante(s): OAB 15580 - LUCAS MARTINS SALES (ADVOGADO) AUTOR:ANA MARIA LIMA LEITE REU:GERSON AIRES PESSOA CUNHA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a

este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00085644920158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 REQUERENTE:AYMORE CFI AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 21801 - ALAN FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANDRE LUIS DE MORAES BARBOSA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00087812520078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710269661 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH

Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REU:OLAVO GUIMARAES ARAUJO Representante(s): CONCEICAO AIDA BARBOSA (ADVOGADO) AUTOR:RAIMUNDO BARBOSA DE ARAUJO Representante(s): OAB 12231 - MARTA INES ANTUNES LIMA (ADVOGADO) FELIX SILVEIRA GAZEL (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00092366520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Monitória em: 26/06/2019 AUTOR:HSBC BANK BRASIL SA Representante(s): OAB 12599 - VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) REU:DISTRIBUIDORA BRASIL LTDA REU:SERGIO CHAMIE CHADY REU:CYNTHIA SOARES CHADY. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias.

Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00097131320028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210113953 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Monitória em: 26/06/2019 AUTOR:BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA BRASIL Representante(s): OAB 683 - JOSE RIBAMAR MONTEIRO FILHO (ADVOGADO) OAB 1075 - ANTONIO FERNANDO MELO CORREA DA ROCHA (ADVOGADO) OAB 9784 - MICHEL CORREA WAN- MEYL (ADVOGADO) REU:SAM FRIOS LTDA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485,

inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00103947420108140301 PROCESSO ANTIGO: 20101015813 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REU:EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA AUTOR:EDSON SOUZA AMARAL Representante(s): MARIA DE FATIMA CARVALHO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00109275420028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210128796 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 AUTOR:PARA VEICULOS E IMPLEMENTOS LTDA Representante(s): OAB 6158 - RAIMUNDO KULKAMP (ADVOGADO) REU:SANTA MARIA DE BELEM TRANSPORTES LTDA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o

andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00112054320038140301 PROCESSO ANTIGO: 20031014975 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:M M LOBATO COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Representante(s): ADRIELLE LOBATO (ADVOGADO) EDMIR DE SOUZA LIMA (ADVOGADO) REU:EXPRESSO ACAILANDIA LTDA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito.

Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00113184720078140301 PROCESSO ANTIGO: 20071034962 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXECUTADO:JALON ALEXANDRE DA SILVA EXEQUENTE:FRANCISCO JOSE MARTINS SANTOS FONSECA Representante(s): SERGIO PAULO NASCIMENTO DA SILVA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00122970719988140301 PROCESSO ANTIGO: 19981020025 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 ADVOGADO:PATRICIA MILENA TORRES RAIOL AUTOR:BANCO FORD S.A. REU:HERMES ALVES DA SILVA FILHO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que

não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00127169620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510396309 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 AUTOR:ARMANDO PINTO DA CRUZ Representante(s): ARACI FEIO (ADVOGADO) REU:MARILENE GAIA MODESTO Representante(s): DANIEL KONSTADINIDIS (ADVOGADO) REU:ANTONIO JORGE GAIA MODESTO Representante(s): OAB 9381 - ANGELO DEMETRIUS DE A. CARRASCOSA (ADVOGADO) REU:A J G MODESTOME. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30",

implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00129899419968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610207022 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 AUTOR:BANCO ECONOMICO S/A Representante(s): WALMIR S. BANDEIRA (ADVOGADO) REU:JOAQUIM JORGE SENA QUEIROS REU:JORGE SOUZA DA CUNHA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em

julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00135010920038140301 PROCESSO ANTIGO: 20031017694 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 AUTOR:UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA Representante(s): LEILA WENDT (ADVOGADO) REU:MARIA LILIA ALMEIDA DO NASCIMENTO REU:DARCI ALMEIDA E CUNHA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00140189320108140301 PROCESSO ANTIGO: 20101021392 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 AUTOR:PEDRO JOAQUIM DE ALMEIDA Representante(s): CLIMERIO MACHADO DE MENDONA NETO (DEFENSOR) REU:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei que a parte requerida, INSS, apresentou cálculos as fls. 100/105, como determinado a fl. 98 dos autos. Certifico ainda que a parte requerente nada opôs aos cálculos apresentados pela requerida a fl. 110, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas, pelo que faço conclusos. O referido é verdade e dou fé. Belém, 26/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00148993220098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091032675 8 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Sumário em: 26/06/2019 AUTOR:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Representante(s): DIRCILENE DOS SANTOS CARDOSO (ADVOGADO) REU:JOANA DO CARMO LOPES ARNALDO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da

parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00152085719968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610240067 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REU:PEDRO GOMES DA SILVA Representante(s): ANTONINO MAIA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 1926 - HAROLDO SOUZA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:CAPAF CAIXA PREV FUN DO BASA SA Representante(s): OAB 6778 - MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 16101 - SAMUEL CUNHA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 12719 - RODOLFO MEIRA ROESSING (ADVOGADO) OAB 16956 - LUCAS NUNES CHAMA (ADVOGADO) OAB 16786 - MARCEL DE SANTA BRIGIDA BITTENCOURT (ADVOGADO) . CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que a parte REQUERIDA, CITADA as fls. 84, não apresentou CONTESTAÇÃO. Certifico ainda que a parte autora se manifestou as fls.124/125, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 26/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00173614820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:ROGIS COUTINHO DE ARAUJO Representante(s): OAB 18736 - CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR (ADVOGADO) REU:FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE SAO FELIX DO XINGU Representante(s): OAB 16982 - PAOLA KASSIA FERREIRA SALES (ADVOGADO) OAB 19846 - JOAO BATISTA CABRAL COELHO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se

constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00173920420108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010260341 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 REU:CRISTIANE DE SOUZA CORREA AUTOR:B. V. FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior

interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00175734020128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:FABIO RICARDO CORREA SAVEDRA Representante(s): OAB 12591 - REYNALDO JORGE CALICE AUAD (ADVOGADO) REU:BANCO BMC S/A REU:UNIBANCO - UNIAO DE BANCOS BRASILEIROS S.A REU:BANCO DO BRASIL SA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00182564320138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:NAIR DE SARGES GONÇALVES Representante(s): OAB 6964 - REGIS DO SOCORRO TRINDADE LOBATO (ADVOGADO) REU:BANCO

VOLKSWAGEN SA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00183128120118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXEQUENTE:MARIA DAS NEVES ALVES E SILVA Representante(s): OAB 3451 - JOSE RAIMUNDO FARIAS CANTO (ADVOGADO) OAB 16033 - ARTHUR CABRAL PICANCO (ADVOGADO) OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) OAB 13726 - CINTHIA MERLO TAKEMURA (ADVOGADO) OAB 11477 - MARILIA PIANCO YAMADA (ADVOGADO) OAB 10389 - RONDINELI FERREIRA PINTO (ADVOGADO) EXECUTADO:AMAZONIA CHEMICAL LTDA Representante(s): OAB 8212 - FATIMA MARIA HOLANDA CAMARA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais

de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00187778420118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 AUTOR:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REU:MAKSON FERNANDES DA SILVA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem

resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00192274920018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110229679 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 REU:CARLYLE OLIVEIRA MARTINS AUTOR:ASSOC CULT EDUCACIONAL PARAACEPA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00197595820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810613669 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 AUTOR:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 16836-A - ERIKA HIKISHIMA FRAGA (ADVOGADO) REU:VICENTE PAULO DA SILVA NETO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da

lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00200999620038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310678824 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Embargos à Execução em: 26/06/2019 EMBARGANTE:MARIA SEBASTIANA COSTA MESQUITA Representante(s): OAB 6339 - MARCUS VINICIUS COSTA SOLINO (ADVOGADO) EMBARGADO:RICARDO HIDEO DOHARA Representante(s): ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR (ADVOGADO) EMBARGANTE:ABILIO DE CARVALHO MESQUITA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao

andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00219905020038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310456543 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) REU:ANTONIO CARLOS DANTAS LEMOS REU:A. C. DANTAS LEMOS - ME REU:RAIMUNDA ZENAIDE DAS NEVES PONTES. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei que a parte autora apresentou PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO as fls. 146/147 e 148/149, em face da decisão de fl. 144/145 dos autos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas, pelo que faço conclusos. O referido é verdade e dou fé. Belém, 26/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00220638120088140301 PROCESSO ANTIGO: 20081069067 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXECUTADO:SHALLON MINERACAO LTDA EXEQUENTE:VINICIUS PINHEIRO CARVALHO Representante(s): VIVIANE COSTA COELHO (ADVOGADO) OAB 9310 - MAURO CHAVES PASSARINHO PINTO DE SOUZA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento

de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00225882020108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010338825 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 AUTOR:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 16836-A - ERIKA HIKISHIMA FRAGA (ADVOGADO) REU:THELMA MARINA BARRA MORAES Representante(s): OAB 13252 - ALESSANDRA SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00228033320118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 26/06/2019 AUTOR:MARIO FERNANDO RODRIGUES JUNIOR Representante(s): OAB 4360 - JOSE MARIA CASTRO CASTILHO (ADVOGADO) OAB 7414 - EDSON ANTONIO SIROTHEAU SERIQUE (ADVOGADO) REU:TAYNA YASMINI CARDOSO BRITO Representante(s): OAB 8941-B - ELSON JOSE SOARES COELHO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em

perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00228042020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610661496 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXEQUENTE:DERMIWIL INDUSTRIA PLASTICA LTDA Representante(s): MANOEL PIEDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:R DA S SANTA ROSA Representante(s): OAB 728 - ARY JANSEN BRANCO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por

mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00235578020088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810739423 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 AUTOR:BANCO ABN AMRO REAL S.A Representante(s): OAB 7961 - MICHEL FERRO E SILVA (ADVOGADO) OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 43621 - ALEXANDRE DE ALMEIDA (ADVOGADO) REU:LIDIA MARIA BARBOSA CALADO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00260729420078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710815076 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019

REU:KELVENSON MENDONCA DO NASCIMENTO AUTOR:BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 84206 - MARIA LUCILIA GOMES (ADVOGADO) OAB 13664 - MARCIA ARAUJO TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 11518 - BRENO CEZAR CASSEB PRADO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00276435320118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cautelar Inominada em: 26/06/2019 AUTOR:AMAZONIA CHEMICAL LTDA Representante(s): OAB 8212 - PEDRO ODIVAL GOMES DA SILVA (ADVOGADO) REU:MARIA DAS NEVES ALVES E SILVA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando

abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00292982620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:RAIMUNDO LIMA DE CARVALHO Representante(s): OAB 11606 - MAISA PINHEIRO CORREA VON GRAPP (ADVOGADO) REU:IFACETE INSTITUTO DE FORMACAO E AMPARO A CIENCIA E TECNOLOGIA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por

quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00305634620078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710954634 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXECUTADO:WILSON LUIZ RAMOS EXECUTADO:CLODUALDO MIGUEL DA SILVA EXEQUENTE:SULPARA CAMINHOES E MAQUINAS LTDA Representante(s): WILSON JOSE DE SOUZA (ADVOGADO) EXECUTADO:GERALDINA ALVES DA SILVA MIGUEL. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00308470320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:TANIA MARA SOUZA DE MORAES Representante(s): OAB 4896 - NILZA MARIA PAES DA CRUZ (DEFENSOR) REU:BANCO BMG SA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei

oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00324981620098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910738804 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Embargos à Execução em: 26/06/2019 EMBARGADO:DERMIWIL INDUSTRIA PLASTICA LTDA Representante(s): MANOEL PIEDADE (ADVOGADO) EMBARGANTE:R DA S SANTA ROSA Representante(s): ARY JANSEN BRANCO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e

sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00326988320098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910705423 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REU:HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 14950 - FLAVIO SANTOS DE CASTRO (ADVOGADO) AUTOR:TATIANA SOUSA FIGUEIRA Representante(s): OAB 6258 - JOSE CELIO SANTOS LIMA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00331272220028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210393179 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Monitória em: 26/06/2019 REU:JEFFERSON FEITOSA CAMELO AUTOR:UNAMA UNESPA UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA Representante(s): OAB 7108 - LEILA MASOLLER WENDT (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar

acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00334753320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Sumário em: 26/06/2019 AUTOR:LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 16307 - ABEL PEREIRA KAHWAGE (ADVOGADO) REU:JOSE RAIMUNDO MORAES DOS SANTOS. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ JUIZO DA 4ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL TERMO DE AUDIÊNCIA- PROC. 0033475-33.2012.8.14.0301 Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e dezenove (25/06/2019), nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às 11:00 horas, na sala de audiências do Juízo de Direito da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, onde estava presente o conciliador nomeado YGO RODRIGUES TEIXEIRA MOTA, matrícula nº 173487, para Audiência de Conciliação nos autos cíveis da ação em epígrafe. Feito o pregão de praxe, foi constatada a presença da parte requerente por seu preposto, GUSTAVO DE LIMA MOY, RG: 6716720 PC/PA, bem como a sua advogada, Dra. Paula Amanda Ribeiro Teixeira Vasconcelos, OAB/PA 22.540. Dada a palavra a parte requerente: ?Diante da certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, a autora requer prazo de 10 dias para apresentar novo endereço e requer também a redesignação da audiência?. E nada mais dito nem perguntado deu-se por encerrado este termo, onde eu _____, Ygo Mota, Analista Judiciário desta 4ª vara Cível e Empresarial, digitei. DECISÃO: Defiro o prazo de 05 (cinco) dias para a requerente indicar novo endereço da parte requerida. DR. ROBERTO ANDRÉS ITZCOVICH, JUIZ DE DIREITO: _ PARTE AUTORA: _____ ADVOGADA DA PARTE AUTORA: _____ PROCESSO: 00343086320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810968163 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 REU:NILMA MARIA CAMPOS DOS SANTOS AUTOR:FIAT ADM. DE CONSÓRCIOS LTDA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) JOAO BRASIL BATISTA DE CASTRO (ADVOGADO) ANA PAULA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite

normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00346396720118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Monitória em: 26/06/2019 REU:MOACYR FRANCISCO NEVES BRAGA AUTOR:LOURIVAL ALVES DE OLIVEIRA JUNIOR Representante(s): OAB 7303 - FRANCISCO SAVIO FERNANDEZ MILEO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais

de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00360711420178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Exibição em: 26/06/2019 REQUERENTE:A C F ALVES Representante(s): OAB 14702 - JULIANA RIOS VAZ MAESTRI (ADVOGADO) OAB 23589-B - CELSO DE OLIVEIRA CASTRO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em

julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00374175920098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091083018 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 REU:TATIANA SOUSA FIGUEIRA Representante(s): JOSE CELIO SANTOS LIMA (ADVOGADO) AUTOR:BANCO HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 122.535 - LEONARDO COIMBRA NUNES (ADVOGADO) OAB 28837 - SAMUEL DE PAULA SANTANA (ADVOGADO) OAB 154060 - ALEXANDRE BAHIA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00375949420028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210446906 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REU:ROBERTO DA SILVA RODRIGUES Representante(s): DR. LEONAM CRUZ (ADVOGADO) AUTOR:MAURO EMILIO COSTA SILVA Representante(s): OAB 6933 - MARIA REGINA ARRUDA BARRETO (ADVOGADO) REU:CLAUDIA LUCIA RODRIGUES DE LEMOS REU:AUGUSTO CHAVES DE LEMOS Representante(s): MARIA REGINA DA SILVA ARRUDA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o

andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00377557320078140301 PROCESSO ANTIGO: 20071117012 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXEQUENTE:REPRESENTACOES PIMENTEL LTDA Representante(s): WILSON VELASCO (ADVOGADO) EXECUTADO:F.R. TUNING COMERCIO E SERVICOS LTDA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a

necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00381333720118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 26/06/2019 REU:JOSE RENATO DA COSTA OLIVEIRA AUTOR:MARIA LUIZA REIS DA COSTA MOREIRA Representante(s): OAB 6976 - CARLOS JOSE DE AMORIM PINTO (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00382659420118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 AUTOR:BANCO HONDA SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REU:VALTERLINA CAMELO XAVIER Representante(s): OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano

que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00392485920128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 AUTOR:BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 19789-A - FRANCISCO DUQUE DABUS (ADVOGADO) REU:MARIA HOLANDA SOUZA DA PURIFICAÇÃO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não

quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00405360520108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 REU:EDSON CARLOS DAS DORES GOMES AUTOR:B. V. FINANCEIRA S.A C.F.I. Representante(s): OAB 15855 - ROMULO BOTELHO DOS SANTOS (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da

4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00413557620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:ADRIANO DO AMARAL BOTEGA Representante(s): OAB 7821 - LENO ALMEIDA GONCALVES (ADVOGADO) REU:BANCO FINASA BMC S.A. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00421896120098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910954822 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Despejo por Falta de Pagamento em: 26/06/2019 REU:FRANCISCO ADRIANO CASTRO DE OLIVEIRA RAMOS Representante(s): ANDREA CARLA DA SILVA MARQUES (ADVOGADO) REU:DAYSE AVELINO NEVES CASTRO REU:LOURENCO SAMPAIO DOS SANTOS REP LEGAL:VILMA DA SILVA FERREIRA Representante(s): MARCOS JOSE NAHON (ADVOGADO) AUTOR:ESPOLIO DE CARLOS DIAS FERREIRA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que

seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00450864620138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 REQUERENTE:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL REQUERIDO:OBRAS DAS FILHAS DO AMOR DE JESUS CRISTO Representante(s): OAB 5909 - ARMANDO FERREIRA RODRIGUES FILHO (ADVOGADO) OAB 11626 - CARLOS UBIRACY PEREIRA CORREA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 11950 - CARLOS AUGUSTO PINHEIRO LOBATO DOS SANTOS (ADVOGADO) PROMOTOR:JOAO GUALBERTO DOS SANTOS SILVA. ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0045086-46.2013.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XI, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, fica a parte REQUERIDA, na(s) pessoa(s) de seu(s) patrono(s) no feito, intimada a providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS JUNTO À UNAJ (vide relatório de conta anexado precedentemente aos autos), sob pena do crédito delas decorrente ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa (art. 46, §§ 1º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei estadual nº 8.328/2015). Belém-PA, 26/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00460599320168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXEQUENTE:VICENTE DE SOUZA PINTO Representante(s): OAB 17444 - CRISTIANO COELHO DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:REGINALDO FERNANDES DA SILVA INTERESSADO:MARIA DE LOURDES MENDES PINTO Representante(s): OAB 17444 - CRISTIANO COELHO DE MORAES (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor

intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00473640920108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:FRANCISCO CORDEIRO DE ARAUJO FILHO Representante(s): OAB 9047 - MARCELO PEREIRA E SILVA (ADVOGADO) OAB 10163 - RODRIGO DE AZEVEDO LEITE (ADVOGADO) REU:LUJAN E ALVES TURISMO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo

extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00490707220128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:SILVANA AMELIA VASCONCELOS DA SILVA Representante(s): OAB 12325 - MARCIO DE SIQUEIRA ARRAIS (ADVOGADO) REQUERIDO:ANCORA CONSTRUTORA E INCOPARADORA LTDA Representante(s): OAB 12079-B - ALEXANDRE ROCHA MARTINS (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00491975920108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 26/06/2019 AUTOR:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 13106 - STENIO RAYOL ELOY (ADVOGADO) OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) REU:ELIMILSON DE OLIVEIRA BARBOSA. ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0049197-59.2010.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XI, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, fica a parte AUTORA, na(s) pessoa(s) de seu(s) patrono(s) no feito, intimada a providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS JUNTO À UNAJ (vide relatório de conta anexado precedentemente aos autos), sob pena do crédito delas decorrente ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa (art. 46, §§ 1º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei estadual nº 8.328/2015). Belém-PA, 26/06/2019. Eu,

_____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00493819220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:VERA LUCIA DIAS VIEIRA Representante(s): OAB 25335 - JOSE WAGNER CAVALCANTE MUNIZ (ADVOGADO) REU:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 19357 - CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO (ADVOGADO) OAB 17917 - FABIANA PORTELA ARAUJO (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO que a sentença prolatada às fls. 142/146, TRANSITOU LIVREMENTE em julgado para as partes, não tendo sido interposto qualquer recurso em relação ao provimento prolatado. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 26 de junho de 2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário. PROCESSO: 00497955520098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911152681 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 26/06/2019 AUTOR:CIA ITAULEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) JOAO BRASIL DE CASTRO (ADVOGADO) REU:NATALIA MARIA FERNANDES GONCALVES. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00512713720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:SELMA MARIA NORONHA RISUENHO Representante(s): OAB 4896 - NILZA MARIA PAES DA CRUZ (DEFENSOR) REU:CELPA REDE ENERGIA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO

Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00534092720098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091122922 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXEQUENTE:ALUPARA COMERCIO DE ALUMINIO LTDA Representante(s): JOSE CLAUDIO DA SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:JESUS DAS GRACAS RODRIGUES. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o

feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00534368620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 AUTOR:DORINETE OLIVEIRA PANTOJA Representante(s): OAB 10671 - ODUVALDO SERGIO DE SOUZA SEABRA (DEFENSOR) OAB 18939 - ALEXANDRE PEREIRA BONNA (ADVOGADO) REU:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei que a parte requerida, INSS, apresentou cálculos as fls. 94/95 dos autos. Certifico ainda que a parte requerente nada opôs aos cálculos apresentados pela requerida a fl. 96, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas, pelo que faço conclusos. O referido é verdade e dou fé. Belém, 26/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00535047020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXEQUENTE:RECON ADMINISTRATIVA DE CONSÓRCIOS LTDA Representante(s): OAB 86.925 - ALYSSON TOSIN (ADVOGADO) EXECUTADO:SEBASTIAO PEREIRA DO NASCIMENTO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a

abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00571545720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:GILSON SALES REIS Representante(s): OAB 14245-A - THAISA CRISTINA CANTONI MANHAS (ADVOGADO) OAB 53400 - ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJCHSZAK (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT SA Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00593599320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:CRISTALFARMA COMERCIO REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP Representante(s): OAB 14051 - JOSE GOMES VIDAL JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:TELECOMUNICACOES DE SAO PAULO TELESP Representante(s): OAB 18508 - JACKELAYDY DE OLIVEIRA FREIRE (ADVOGADO) OAB 84740 - HENRIQUE DE DAVID (ADVOGADO) OAB 335279 - EDUARDO MATZENBACHER ZARPELON (ADVOGADO) REQUERIDO:VIVO S A Representante(s): OAB 84740 - HENRIQUE DE DAVID (ADVOGADO) OAB 335279 - EDUARDO MATZENBACHER ZARPELON (ADVOGADO) . ã SENTENÇA

RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00596145120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:WANDERLENE GUIMARAES DA SILVA Representante(s): OAB 15903 - JULLY CLEIA FERREIRA OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:BANCO ITAUCARD S/A. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses.

Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00601006520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Monitória em: 26/06/2019 AUTOR:MARIA DE FATIMA NOGUEIRA DO ROSARIO Representante(s): OAB 19411-B - MARCELO ISAKSON NOGUEIRA (ADVOGADO) REU:LUIS CARLOS MAIA PINHEIRO JUNIOR. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz

de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00614566620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:CLEO DUARTE BARBOSA Representante(s): OAB 15903 - JULLY CLEIA FERREIRA OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00644142520148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:MARIA NAZARE BENTES DE MACEDO Representante(s): OAB 8366 - LUIZ AUGUSTO PINHEIRO CARDOSO (ADVOGADO) REU:BANCO ITAULEASING. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias

(trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 22/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00655849520158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:FELIX CARLOS LOPES DOS SANTOS Representante(s): OAB 20990 - VALDEMAR DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:JACKSON JOSE DOS SANTOS Representante(s): OAB 7051 - ROSE MEIRE CRUZ DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 6859 - SIMONE PAMPLONA DE ARAUJO COSTA (ADVOGADO) OAB 6605 - MARIA SUELY SPINDOLA TILLMAN (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao

magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00767814720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:MERCADAO BR COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME Representante(s): OAB 1643 - HERMENEGILDO ANTONIO CRISPINO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO SANTADER BRASIL SA Representante(s): OAB 20364 - ELOISA QUEIROZ ARAUJO (ADVOGADO) OAB 62192 - JOAO THOMAZ P GONDIM (ADVOGADO) . ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00830800620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Consignação em Pagamento em: 26/06/2019 AUTOR:RUBENVAL CORREA PARAENSE Representante(s): OAB 15903 - JULLY CLEIA FERREIRA OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:BANCO PANAMERICANO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é

patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00893582820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXEQUENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 14797 - SERGIO LUIZ DE ANDRADE (ADVOGADO) EXECUTADO:J LUIZ DE SOUZA EXECUTADO:JOAO LUIZ DE SOUZA EXECUTADO:NILMA VASCONCELOS DE OLIVEIRA DE SOUZA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o

feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 01060798420158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) REQUERIDO:COQUEIRAL PARA COMERCIO E SERVICOS LTDA REQUERIDO:PAULO CEZAR NICOLAS ESTEVES REQUERIDO:CELIO DA COSTA LIMA. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 01321439720168140301

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXEQUENTE:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 17578 - ALBERTO ALVES DE MORAES (ADVOGADO) EXECUTADO:RH ALMEIDA DE CARVALHO ME EXECUTADO:ROBERTA HELENA ALMEIDA DE CARVALHO. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 01421106920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Monitória em: 26/06/2019 REQUERENTE:S K IND E COM DE PRODUTOS DO TRIGO LTDA ME Representante(s): OAB 21468 - ALESSANDRO OSMAR ARAUJO ALCANTARA (ADVOGADO) REQUERIDO:MERCADAO BR COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA ME. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que

seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 01501019620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 EXEQUENTE:OCRIM SA PRODUTOS ALIMENTICIOS Representante(s): OAB 8349 - NEWTON CELIO PACHECO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) EXECUTADO:SONIA DOS SANTOS CAVALCANTE. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485,

inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 01753392020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:LORENA FERREIRA GOUVEA Representante(s): OAB 20050-B - SERGIO RICARDO RAMOS FIGUEIREDO (ADVOGADO) REQUERIDO:LIVING PANAMA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 18939 - ALEXANDRE PEREIRA BONNA (ADVOGADO) OAB 21353 - GABRIEL ARAUJO ANDRADE (ADVOGADO) OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0175339-20.2016.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XI, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, fica a parte REQUERIDA, na(s) pessoa(s) de seu(s) patrono(s) no feito, intimada a providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS JUNTO À UNAJ (vide relatório de conta anexado precedentemente aos autos), sob pena do crédito delas decorrente ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa (art. 46, §§ 1º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei estadual nº 8.328/2015). Belém-PA, 26/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 03833055020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:FLAVIO CEZAR CORREA FORO Representante(s): OAB 18604 - PAULO VICTOR NASCIMENTO BARROS (ADVOGADO) OAB 20502 - LARISSA SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) REU:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei que a parte autora se manifestou as fls. 42 dos autos, promovendo Cumprimento de Sentença, pelo que torno conclusos. Certifico ainda que a parte requerida INSS, intimada, com vistas dos autos, não se manifestou. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 26/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 04026864420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:JOÃO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO Representante(s): OAB 14045 - JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) REQUERIDO:CAPITAL ROSSI EMPREENDIMENTO SA Representante(s): OAB 5192 - ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) REQUERIDO:SANGARIO EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 14057 - ERIC BITTENCOURT DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 5963 - CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (ADVOGADO) OAB 18390 - PRISCILA ROCHA CANAVIEIRA (ADVOGADO) OAB 3467 - KEYTH YARA PONTES PINA (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:INCORPORADORA PACARANA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 14057 - ERIC BITTENCOURT DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 5963 - CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (ADVOGADO) OAB 18390 - PRISCILA ROCHA CANAVIEIRA (ADVOGADO) OAB 3467 - KEYTH YARA PONTES PINA (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA CAPITAL SA Representante(s): OAB 25276-A - GLÁUCIO BENTES GONÇALVES NETO (ADVOGADO) . CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que as partes apresentaram Termo de Acordo de fls. 238/240, pelo que torno os autos conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 26/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário da 4ª Vara Cível de Belém PROCESSO: 06266403820168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 REQUERENTE:ELITE SERVICOS DE SISTEMAS ELETRONICOS INTEGRADOS LTDA Representante(s): OAB 10746 - CRISTIANO REBELO ROLIM (ADVOGADO) REQUERIDO:CONDOMINIO ALIANZA PAK GRANDE BELEM. ã SENTENÇA RELATÓRIO O processo seguiu seu trâmite normal até que, por negligência das partes, estagnou. Há mais de 1 ano que não se tem notícia nos autos de requerimento da parte interessada visando o seu andamento, mesmo após intimada por seu advogado para se manifestar acerca de seu interesse no prosseguimento do feito. FUNDAMENTAÇÃO Como se observa dos autos, é patente a negligência das partes e, por conseguinte, o desinteresse no feito. Diante disso, em que pese os termos da lei, não vejo necessária, in casu, a intimação das partes para dar continuidade ao processo, fato que se constituiria em perda de tempo, aliás, em face da intenção implícita no sentido da extinção do feito. Exigir, num caso como este, a intimação da parte para que promova o

andamento de feito, de seu privativo interesse, seria fazer uma interpretação da lei desprovida de teleologia e finalidade. Sabido é que a lei oferta multifárias intelecções possíveis, inexistindo uma única justa, correta ou verdadeira. Dentre elas deve o juiz acolher a mais tolerável, aceitável, lógica. A interpretação teleológica é, neste caso, a única tolerável, aceitável, lógica, é a de que a lei, ao dizer que seja o autor intimado pessoalmente para suprir a falta, em 5 (cinco) dias. (CPC, art. 485, § 1º), "quando o autor abandonar a causa por mais de 30 dias (trinta) dias.", quer dizer exatamente isso: que seja o autor intimado, quando abandonar a causa por mais de dias (30), por exemplo, por 35 ou 40 dias. Se quisesse a lei que o autor fosse intimado quando abandona a causa por meses, diria: que seja intimado quando abandona por mais de um mês; por mais de 2 meses, ou, até, por mais de 60 dias (que é, em meses, mais de um, isto é, um mês ou mais). Ao dizer a lei "mais de 30", implicitamente põe o limite de 60. Do contrário, se quisesse significar meses, diria meses. Se quisesse falar em até 3 meses, poderia dizer mais de 60 dias. A lei não quer a intimação do autor, cuja displicência é tal que abandona a causa por meses ou anos, como é o caso de autos. O deslinde da causa é exclusivo interesse dos envolvidos e, se por alguma razão, esses não colaboram para impulsionar o feito, refoge a este Juízo prosseguir até a decisão meritória. No caso, frise-se que não há questão pendente a ser decidida pelo Juízo. A situação depende do querer da parte. Conclui-se assim que o maior interessado deixou processo paralisado por mais de um ano sem que procurasse o Juízo ou promovesse os atos e diligências necessárias ao andamento do feito. Muito embora a lei processual preveja a necessidade de intimar a parte a dar andamento ao feito antes da extinção, diante do perfil atual do Processo Civil isso não é mais obrigatório e sim facultativo. Atualmente, ao Juiz é atribuída a tarefa de impulsionar o processo e não assumi-lo, imiscuindo-se cada vez menos, de modo a não influenciar na direção do processo. Não cabe ao magistrado perquirir em nome delas o direito almejado ou procurar de ofício as razões que as levaram a abandonar a causa. Ante a negligência da parte, não há outro caminho senão a extinção do feito. DISPOSITIVO Isto posto, com lastro no art. 485, inciso II, do CPC/2015 julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Custas na forma da lei. Fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Decorrido o prazo legal e certificado o trânsito em julgado, arquivar autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Belém/PA, 21/06/2019 Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 07666953920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 22540 - PAULA AMANDA RIBEIRO TEIXEIRA VASCONCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:GEZIEL GOES DO NASCIMENTO. CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei que a parte autora se manifestou as fls. 54/59 dos autos, promovendo Cumprimento de Sentença (Execução de Acordo), pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 26/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00012755820098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910029451 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 AUTOR:BANCO ITAUCARD Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) JOAO BRASIL DE CASTRO (ADVOGADO) REU:MAGNO DA PAIXAO DOS S SEABRA. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00012944220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:LUIZ DA COSTA ALVES Representante(s): OAB 17125 - LUCAS EVANGELISTA DE SOUSA NETO (ADVOGADO) REU:BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00025666020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710080447 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REU:ADALBERTO CARLOS DE ASSIS DIAS AUTOR:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 16836-A - ERIKA HIKISHIMA FRAGA (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a

mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00029785020038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310055486 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REU:SERASA CENTRALIZACAO DE SERVICOS BANCARIOS SA Representante(s): OAB 3668-A - LUIZ GONZAGA DE MELO VALENCA (ADVOGADO) REU:EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES - EMBRATEL Representante(s): OAB 16538-A - RAFAEL GONCALVES ROCHA (ADVOGADO) JOSE NAZARENO NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) AUTOR:ESCRITORIO CARLOS FERRO S/C Representante(s): OAB 1076 - CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO E SILVA (ADVOGADO) OAB 1490 - YOLENE DE AZEVEDO BARROS (ADVOGADO) MICHEL FERRO E SILVA (ADVOGADO) YOLENE AZEVEDO BARROS (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00031048620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:CECILIAN RIBEIRO GOUVEA Representante(s): OAB 8551 - PAULO ANDRE RIBEIRO NOGUEIRA (ADVOGADO) AUTOR:FRANCISCO DE ASSIS ORGUEN GOUVEA Representante(s): OAB 9504 - CAMILLA RUBIN MATOS (ADVOGADO) OAB 14993 - MORANE DE OLIVEIRA TAVORA (ADVOGADO) REU:CKOM ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 14373 - JULIANA SANTA BRIGIDA BITTENCOURT (ADVOGADO) OAB 13730 - DANIEL PANTOJA RAMALHO (ADVOGADO) REU:META EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 15041 - MARIANA FONSECA SOUZA (ADVOGADO) OAB 16423 - FILIPE LEONARDO PANTOJA MOREIRA (ADVOGADO) . R.H. Ante a petição de fls. 238, à secretaria para certificar acerca do alegado erro material na realização do expediente determinado na decisão de fls. 233. Em caso de constatação do referido erro, proceda-se ao expediente correto. Após, retornem-me conclusos para apreciação da petição de fls. 240. Cumpra-se. BELÉM/PA, 26 de junho de 2019. Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ªVara Cível e Empresarial da Capital 107 PROCESSO: 00035071120078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710108611 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Judicial em: 27/06/2019 AUTOR:CELPA Representante(s): DIRCILENE DOS SANTOS CARDOSO (ADVOGADO) REU:NOEMIA DA COSTA NASCIMENTO. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00037214620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:IDALVA DA SILVA JAIME Representante(s): OAB 2703 - ELCIVALDO JORGE DA SILVA JAIME (ADVOGADO) OAB 17080 - CAIO KARLAGE CORREA JAIME (ADVOGADO) REU:UNIMED BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00045214519968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610049720 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REU:DELTA PUBLICIDADE SA JORNAL O LIBERAL Representante(s): OAB 17241 - AUGUSTO CEZAR LINS BENTES MENDONCA DE VASCONCELOS (ADVOGADO) AUTOR:SIN. DOS PROF. NO ESTADO DO PARA/SINPRO Representante(s): MARCELO SILVA DE FREITAS (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00046674420038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310074600 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:PIRAMIDE INCORPORACAO E CONSTRUCAO LTDA Representante(s): OAB 5456-B - ALUIZIO GOUVEIA (ADVOGADO) ALUIZIO GOUVEIA (ADVOGADO) REU:ESPOLIO DE MANOEL GOMES DA SILVA Representante(s): MARIA SOARES PALHETA SANTOS (ADVOGADO) VALTER SILVA SANTOS (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da

presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00053758519988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810077984 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 AUTOR:UNAMA UNESPA UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA Representante(s): OAB 7108 - LEILA MASOLLER WENDT (ADVOGADO) REU:ARLINDO DA SILVA PINHEIRO JUNIOR. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00072255820038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310104663 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 REU:JOELSON DIAS MALCHER AUTOR:UNAMA UNESPA UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA Representante(s): CLAUDIA DOCE COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) REU:DAVISON JORGE C PALHETA. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00083783120128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXECUTADO:MARIA YOLANDA MENDES ARGOLLO AUTOR:ATLANTICO FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS Representante(s): OAB 8927 - GUSTAVO R GOES NICOLADELLI (ADVOGADO) OAB 20951-A - GUSTAVO RODRIGO GOES NICOLADELLI (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00106813619988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810176582 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REU:GUARACY BATISTA DA SILVEIRA REU:EUSETE DINIZ DA SILVEIRA REU:BATISTA DINIZ LTDA Representante(s): OAB 939 - PEDRO BATISTA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 6269 - EDMUNDO DE SOUZA PINHEIRO JUNIOR (ADVOGADO) AUTOR:BANCO BAMERINDUS DO BRASIL S.A Representante(s): OAB 6845 - MARCIO MARQUES GUILHON (ADVOGADO) OAB 9805 - MAURO MARQUES GUILHON (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0010681-36.1998.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XXII, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, tendo em vista o retorno dos autos de Instância Superior, ficam as partes intimadas para que, em 15 (quinze) dias, procedam, querendo, aos requerimentos pertinentes. Belém-PA, 27/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00114933220118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019 AUTOR:IZABEL DA COSTA BARBOZA Representante(s): OAB 161.040 - ANA PAULA BARBOSA PAIVA (ADVOGADO) OAB 127515 - PRISCILA ANDRADE DOS SANTOS (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO SEGUROS. ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0011493-32.2011.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XXII, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, tendo em vista o retorno dos autos de Instância Superior, ficam as partes intimadas para que, em 15 (quinze) dias, procedam, querendo, aos requerimentos pertinentes. Belém-PA, 27/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00118224920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710365419 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Petição Cível em: 27/06/2019 AUTOR:ANTONIO JOSE LAMARAO CORREA Representante(s): OAB 10508 - FABIO LOPES DE SOUZA NETO (ADVOGADO) OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) REU:BANCO ITAU SA Representante(s): OAB 15733-A - JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00118852920148140301

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:EDSON DA SILVA RIBEIRO Representante(s): OAB 15166 - ANTONIO HAROLDO GUERRA LOBO (ADVOGADO) REU:BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 20636-A - PATRICIA PONTAROLI JANSEN (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00122591620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Monitória em: 27/06/2019 AUTOR:EMBRASIL ¿ EMPRESA BRASILEIRA DISTRIBUIDORA LTDA Representante(s): OAB 71250 - ALEXANDRE MAGNO LOPES DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 90733 - LETICIA MAROTA FERREIRA (ADVOGADO) REU:NIXON DO SOCORRO JORDÃO ALVES COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO-ME. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00160136320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 27/06/2019 AUTOR:BV LEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REU:MARIA BETANIA DE SOUZA DE BARROS. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00170274820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:TACILENO OLIVEIRA DE MORAES Representante(s): OAB 17963 - FRANCISCO RODRIGUES DA SILVA FILHO (ADVOGADO) REU:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 6171 - FERNANDO AUGUSTO MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00171391320018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110206827 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Processo Cautelar em: 27/06/2019 AUTOR:CONTATO VISUAL PUBLICIDADE AR LIVRE LTDA Representante(s): BETANIA BENJAMIN DIAS DA PAZ (ADVOGADO) OAB 7971 - LUIS GALENO ARAUJO BRASIL (ADVOGADO) REU:FONTENELE COSTA LTDA. ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0017139-13.2001.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XI, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, fica a parte AUTORA, na(s) pessoa(s) de seu(s) patrono(s) no feito, intimada a providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS JUNTO À UNAJ (vide relatório de conta anexado precedentemente aos autos), sob pena do crédito delas decorrente ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa (art. 46, §§ 1º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei estadual nº 8.328/2015). Belém-PA, 27/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00178940220178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERENTE:AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A Representante(s): OAB 21573 - SYDNEY SOUSA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:RICELLEN NATASHA RODRIGUES FARIAS. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00183085120048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410618910 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Despejo em: 27/06/2019 AUTOR:MARIA DE NAZARE LOBATO PORTELA Representante(s): OAB 5100 - MARIO JORGE SILVA PINTO (ADVOGADO) OAB 6544 - RAIMUNDO GERALDO MARAMALDO DE ANDRADE (ADVOGADO) RAIMUNDO GERALDO MARAMALDO DE ANDRADE (ADVOGADO) REU:EVANY RODRIGUES DA SILVA Representante(s): JOAO BOSCO OLIVEIRA DE ALMEIDA

(ADVOGADO) FRANCISCO RODRIGUES DE FREITAS (ADVOGADO) ARINO NORONHA DO NASCIMENTO (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00199070219998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910295041 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 AUTOR:TROPICAL COMPANHIA CREDITO IMOBILIARIO Representante(s): OAB 8910 - CARLOS MAIA DE MELLO PORTO (ADVOGADO) OAB 2122 - PAULO DE TARSO CAMPOS DE MELO (ADVOGADO) REU:SOCORRO DE FATIMA DE ALMEIDA SIQUEIRA Representante(s): OAB 4347 - ROSA ESTER DA SILVA (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00200930220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:ELIZIANE DE NAZARE DE BRITO SAPUCAIA Representante(s): OAB 17303 - LUDMILLA VIANA SOARES (ADVOGADO) REU:GENERAL MOTORS DO BRASIL LTDA REU:BANCO GMAC S A. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00205245020058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510659012 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Monitória em: 27/06/2019 REU:REINALDO SILVA DO NASCIMENTO AUTOR:CONGREGACAO DAS FILHAS DA IMACULADA CONCEICAO Representante(s): ROSOMIRO ARRAIS (ADVOGADO) OAB 15234 - SIMONE HATHERLY ARRAIS DE CASTRO FERREIRA (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00206545820048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410697922 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERIDO:ANTONIO TUMA MONTEIRO Representante(s): JOAO VICENTE PINHEIRO CALANDRINI DE AZEVEDO (ADVOGADO) REQUERENTE:LA SEINE AUTOMOVEIS LTDA Representante(s): OAB 11734 - ROMUALDO BACCARO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 11238 - WILSON JOSE DE SOUZA (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00214691020118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 16033 - ARTHUR CABRAL PICANCO (ADVOGADO) OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) EXECUTADO:MARCIO JOSE DO PRADO. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00214691020118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 16033 - ARTHUR CABRAL PICANCO (ADVOGADO) OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) EXECUTADO:MARCIO JOSE DO PRADO. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00227290720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610659467 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 AUTOR:BANCO FINASA SA Representante(s): OAB 11336 - CESAR DE BARROS COELHO SARMENTO (ADVOGADO) OAB 11859 -

ANA CLAUDIA GRAIM MENDONCA SANTOS (ADVOGADO) OAB 12335 - DOMINGOS PADILHA DA SILVA (ADVOGADO) MARCELO VITOR S RODRIGUES (ADVOGADO) VALTER FERRER JUNIOR (ADVOGADO) REU:JOSE HUMBERTO DANTAS NUNES. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00227955720018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110272381 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:CONTATO VISUAL PUBLICIDADE AR LIVRE LTDA Representante(s): BETANIA BENJAMIN DIAS DA PAZ (ADVOGADO) OAB 7971 - LUIS GALENO ARAUJO BRASIL (ADVOGADO) REU:FONTENELE COSTA LTDA. ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0022795-57.2001.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XI, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, fica a parte AUTORA, na(s) pessoa(s) de seu(s) patrono(s) no feito, intimada a providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS JUNTO À UNAJ (vide relatório de conta anexado precedentemente aos autos), sob pena do crédito delas decorrente ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa (art. 46, §§ 1º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei estadual nº 8.328/2015). Belém-PA, 27/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00235046720048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410801119 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXECUTADO:NORT SERVICOS DE SEGURANCA EMPRESARIAL LTDA EXEQUENTE:UNAMA UNESPA UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA Representante(s): OAB 7108 - LEILA MASOLLER WENDT (ADVOGADO) CLAUDIA DOCE C. DE SOUZA (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00245740520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 AUTOR:BANCO ITAUCARD S/A Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 15458 - THIAGO NONATO SILVA VARGAS (ADVOGADO) OAB 15938 - RAFAELA DE NAZARE SILVA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 18691-A - JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (ADVOGADO) REU:CANDIDA ODAISA SANTOS FONSECA. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00248115220058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510802091 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: MONITÓRIA em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 11529 - GIOVANNI DOS ANJOS PICKERELL (ADVOGADO) OAB 15763-A - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) OAB 211.648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) REQUERIDO:PRO VIDA SERVICOS MEDICOS LTDA. REQUERIDO:PAULO ROBERTO ALVES DE AMORIM FILHO Representante(s): OAB 8008 - GEORGES CHEDID ABDULMASSIH JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA DE FATIMA CORDEIRO DE AMORIM Representante(s): OAB 8008 - GEORGES CHEDID ABDULMASSIH JUNIOR (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00253243820118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 AUTOR:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 14305 - CARLOS GONDIM NEVES BRAGA (ADVOGADO) OAB 7.248/MA - ALLAN RODRIGUES FERREIRA (ADVOGADO) REU:NARCISO JOSE PEREIRA CARMO. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00285358820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação:

Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:FRANCISCO DE ASSIS GOMES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 5922 - TONY NAKAUCHI DE SOUZA (ADVOGADO) REU:INSS INSTITUTO NACIONAL DE PREVIDENCIA SOCIAL. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00290598520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:ALBEAN JOSE MORAES DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 16168 - JACKLINE ROCHA DA ROCHA (ADVOGADO) OAB 16880 - KENIA CRISTINA COELHO RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 17433 - JOAO PAULO BACELAR MAIA (ADVOGADO) REU:EMBRATEL EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES SA Representante(s): OAB 19792-A - FELIPE GAZOLA VIERA MARQUES (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00308575220088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810891273 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:BLOOM INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES LTDA Representante(s): MARCIA DA SILVA ALMEIDA (ADVOGADO) EXECUTADO:R.L. RODRIGUES PEREIRA - ME EXECUTADO:NATIELLY SALES PINTO Representante(s): PATRICIA LIMA BAHIA (ADVOGADO) CARIMI HABER CEZARINO (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00316533320178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO GMAC S A Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANA CLEA RIBEIRO DOS SANTOS. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00318249220148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019 AUTOR:TREND FAIRS E CONGRESSES OPERADORA DE VIAGENS PROFISSIONAIS LTDA Representante(s): OAB 55985 - MARIA INEZ DA SILVA INACIO (ADVOGADO) REU:A F ROCHA TURISMO LTDA-ME. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00321159320008140301 PROCESSO ANTIGO: 20001011748 8 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REU:JOSE DE RIBAMAR DARWICH Representante(s): OAB 570 - JOSE DE RIBAMAR DARWICH (ADVOGADO) AUTOR:CONDOMINIO DO EDPORTO ARTHUR Representante(s): OAB 9447 - ARLENE MARA DE SOUSA DIAS (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00324763420008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010122427 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 REU:SOERGA ENGENHARIA LTDA ADVOGADO:ALDEBARO C. DE MACEDO KLAUTAU NETO AUTOR:JOSE DO SOCORRO BENASSULY. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00340102520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO)

REQUERIDO:NEVES B GONCALVES REQUERIDO:MARCELA IRIS SILVA GONCALVES. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00340102520138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) REQUERIDO:NEVES B GONCALVES REQUERIDO:MARCELA IRIS SILVA GONCALVES. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00343485720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810969640 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Consignação em Pagamento em: 27/06/2019 REU:HELIO FERRO Representante(s): ANA CRISTINA FERRO MARTINS (ADVOGADO) GERSON ROGERIO REIS DE SOUSA (ADVOGADO) BENEDITO MARQUES DA ROCHA (ADVOGADO) AUTOR:NEOMIZIO LOBO NOBRE Representante(s): NEOMIZIO LOBO NOBRE (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00344981420128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 18335 - ISANA SILVA GUEDES (ADVOGADO) OAB 18335-A - CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA DE FATIMA MOTA. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00345164020018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110413568 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Monitória em: 27/06/2019 AUTOR:UNAMA UNESPA UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA Representante(s): OAB 7108 - LEILA MASOLLER WENDT (ADVOGADO) REU:CESAR SANTOSPENICHE. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00347318220088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810979300 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Despejo em: 27/06/2019 REU:ROSA DE FATIMA RAIOL DOS SANTOS Representante(s): OAB 11883-A - SERGIO BAHIA BAPTISTA (ADVOGADO) AUTOR:NELSON SOARES BORDALO REPRESENTANTE:NELSON JOSE MOURA BORDALO Representante(s): OAB 2915 - CORINA DE MARIA CARVALHO FRADE (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00350893820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810986363 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REU:COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO UNIMED DE BELEM Representante(s): RICARDO AUGUSTO DIAS DA SILVA (ADVOGADO) REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) THIAGO ANDERSON R. FERREIRA (ADVOGADO) OAB 1069 - ALMERINDO AUGUSTO DE VTRINDADE (ADVOGADO) OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 24609 - RAPHAEL NOGUEIRA VON PAUMGARTTEN (ADVOGADO) AUTOR:JOAO MARTINS TEIXEIRA JUNIOR Representante(s): IRINA MARTINS CARNEIRO (ADVOGADO) IRINA MARTINS CARNEIRO (ADVOGADO) . Ação Ordinária (Cumprimento de Sentença) Autos nº: 0035089-38.2008.814.0301 Exequente: João Martins Teixeira Júnior Executado: Cooperativa de Trabalho Médico Unimed de Belém SENTENÇA Cuida-se de Ação Ordinária de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais, ajuizada por João Martins Teixeira Júnior em face da Cooperativa de Trabalho Médico Unimed de Belém, em fase de cumprimento de sentença. A sentença de fls. 82/89 julgou parcialmente procedente a ação nos seguintes termos: "Ante o exposto, julgo procedente, em parte, a presente ação.

Defiro o pedido de tutela antecipada a fim de obrigar a requerida a autorizar a realização da cirurgia de gastroplastia redutora e de todo e qualquer procedimento necessário ao restabelecimento da saúde do requerente, sob pena de pagar a multa diária, pelo descumprimento total ou parcial da presente ordem judicial, no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), em favor do requerente, além da sanção penal respectiva pelo crime de desobediência, com arrimo no art. 461, § 4º, do Código de Processo Civil. Condeno a requerida, Unimed - Belém, a pagar ao requerente, João Martins Teixeira Júnior, a título de indenização por dano moral, o valor compensatório de R$ 10.000,00 (dez mil reais), porque tal valor se encontra dentro dos limites da razoabilidade, atualizado monetariamente pelo índice NPC/IBGE a contar deste arbitramento e juros de mora na ordem de 1% ao mês a contar do evento danoso, nos termos da Súmula 54 do STJ. Por ter o requerente decaído em parte mínima do pedido, condeno a requerida a pagar as custas processuais e os honorários advocatícios que estabeleço em 20% (vinte porcento) sobre o valor da condenação, devidamente corrigido até o efetivo pagamento, nos termos do art. 2, § 3º, do Código de Processo Civil. Julgo extinto o processo com resolução de mérito, a teor do art. 269, I, do Código de Processo Civil." A parte requerida interpôs recurso de apelação às fls. 91/115. O juízo a quo recebeu o recurso apenas no efeito devolutivo, fl. 121. O requerente apresentou contra-razões à apelação, fls. 125/131. A parte requerida interpôs Agravo de Instrumento, fls. 132/150, pugnando pela concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação. Em 24/02/2012, às fls. 160/161, a parte requerida peticionou nos autos informando acerca do não provimento do agravo de instrumento, solicitando intimação da parte autora para comparecer à sede da Unimed munido da guia de requisição médica para fins de autorização para realização da cirurgia determinada em tutela antecipatória concedida em sentença, para assim dar cumprimento à medida. Decisão de fls. 163/172 negou provimento ao recurso de apelação. A requerida interpôs embargos de declaração, fls. 180/190. A parte requerente não apresentou contra-razões, certidão de fl. 194 de 11/07/2012. Decisão de fls. 196/198 rejeitou os embargos. Em 17/09/2012 a parte requerida interpôs recurso extraordinário, fls. 201/220 e Recurso Especial às fls. 221/243. A parte autora não apresentou contra-razões, certidão fl. 251 de 22/10/2012. Ambos os recursos da requerida não foram providos, fls. . Em 09/05/2013 a parte requerida interpôs Agravo em Recurso Extraordinário, fls. 260/272 e em 26/08/2013 Agravo em Recurso Especial, fls. 282/296. Apesar de intimada a parte autora novamente não apresentou contra-razões, certidão de fl. 300 de 30/09/2013. Negou-se provimento ao agravo em Recurso Especial, fls. 311/312 e negou-se seguimento ao agravo em Recurso Extraordinária, fl. 321. Após o transito em julgado, os autos foram remetidos de volta a este juízo em maio de 2016, fl. 324. As partes foram intimadas para prosseguimento do feito, fl. 325. O Autor requereu o cumprimento da sentença, fls. 330/331, para reconhecimento da obrigação da executada em pagar quantia certa de R$ 411.629,29 (quatrocentos e onze mil seiscentos e vinte e nove reais e vinte e nove centavos) referente a indenização por danos morais e multa por descumprimento de liminar. Ao dar início à fase de cumprimento, o juízo determinou o pagamento do valor atualizado, em 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor da dívida, e fixou honorários advocatícios em 10% sobre o valor da execução (fl. 344). Devidamente intimada para pagamento, a parte executada efetuou depósito da quantia de R$ 40.051,53 (quarenta mil, cinquenta e um reais e cinquenta e três centavos) referente à indenização por danos morais, dentro do prazo para pagamento voluntário, porém, apresentou impugnação ao cumprimento de sentença alegando excesso de execução (fls. 456/471) referente ao valor da multa por descumprimento da tutela concedida em sentença, argumentando, em suma, que não cumpriu a tutela concedida em sentença porque o autor não compareceu à sede da reclamada para iniciar o procedimento de autorização da cirurgia. O exequente manifestou-se acerca da impugnação (fls. 474/475), restringindo-se a alegar a inércia da parte executada no cumprimento da medida liminar, requerendo tão somente o levantamento do valor depositado por ser incontroverso, referente a indenização por danos morais, bem como prosseguimento do feito com a execução da multa. Eis o relatório. Fundamento e Decido Compulsando detidamente os autos, verifico que não há informação de que o autor tenha procurado a requerida e que tenha sido recusada a autorização para a realização da cirurgia determinada em sentença. Observa-se que a parte requerida alegou na peça impugnatória que o requerente não compareceu ao hospital para que se desse início ao tratamento médico, e, tendo o autor se manifestado acerca da impugnação, não refutou tal alegação, afirmando apenas que a requerida poderia tê-lo localizado por e-mail ou por meio de seus advogados. Frise-se que a parte exequente não informa se a cirurgia foi realizada ou se ainda pretende que a executada seja compelida a realizar o procedimento, limitando-se a requerer a execução de quantia referente ao descumprimento da medida antecipatória, pelo que se conclui não haver mais interesse na obrigação de fazer. Verifica-se, ainda, que a parte executada peticionou ao juízo solicitando o comparecimento do exequente na unidade hospitalar para a devida autorização a realização da cirurgia em fevereiro de 2012, fl. 160/161, após o não provimento do agravo de instrumento, cujo objeto era a concessão de efeito suspensivo ao recurso de apelação. Diante do exposto, constata-se que o autor deixou de se manifestar

em diversas oportunidades sobre o não cumprimento da tutela, não havendo qualquer informação nos autos acerca da tentativa de autorizar a cirurgia com negativa pelo plano de saúde. Sendo assim, pela própria natureza da medida, o comparecimento do autor à sede da Unimed era indispensável para que se desse início ao encaminhamento para a cirurgia, e assim houvesse o cumprimento da sentença pela executada quanto à obrigação de fazer. No decorrer da lide desde a prolação da sentença não se tem notícia nos autos de que o requerente tenha apresentado à parte executada qualquer requerimento/solicitação médica para autorização da cirurgia em comento, tampouco que aquela lhe tenha sido negada. Ocorre que, tal providência por parte do requerente era indispensável para o cumprimento da obrigação pela impugnante. Dito de outra forma, o executado dependia da apresentação pelo exequente da requisição médica para que pudesse autorizar a realização do procedimento cirúrgico objeto da tutela concedida, portanto, uma vez que não consta nos autos qualquer informação do autor de que tenha comparecido à sede da reclamada para autorizar a realização da cirurgia, concluo não restar caracterizado o descumprimento da tutela antecipada concedida à fl. 82/89, consequentemente, deixo de aplicar a multa pelo não cumprimento da tutela concedia em sentença. Como é cediço, a teor do art. 925, do CPC/2015, a extinção da execução só produz efeito quando declarada por sentença. Considerando que o valor depositado à fl. 452/454 satisfaz integralmente o débito referente a indenização por danos morais, cujo valor a parte a autora requer levantamento em petição de fl. 474/475, não contestando a referida quantia, deve ser extinta a execução, uma vez que a obrigação se encontra satisfeita. Ante o exposto, com espeque no 924, inciso II, do Código de Processo Civil/2015, dou por satisfeita a obrigação e JULGO EXTINTO o presente cumprimento de sentença. Autorizo o levantamento pelo exequente da importância de R$ 40.051,53 (quarenta mil, cinquenta e um reais e cinquenta e três centavos), e seus consectários legais, depositada em subconta vinculada ao processo às fls. 454 dos autos. Após o trânsito em julgado, expeça-se alvará em nome da advogada Dra. Irina Martins Carneiro, com poderes para receber e dar quitação, consoante procuração de fl. 14 dos autos. Custas e despesas processuais desta fase do processo pelo executado. Nos termos do artigo 46, caput, da Lei estadual n. 8.328, de 29/12/2015, fica advertida a parte responsável de que, na hipótese de, havendo custas, não efetuar o pagamento delas no prazo legal, o respectivo crédito, além de encaminhado para inscrição em Dívida Ativa, sofrerá atualização monetária e incidência de outros encargos legais. Certificado o trânsito em julgado, havendo custas pendentes, intime-se o responsável para o recolhimento, sob pena de inscrição na dívida ativa. Inerte, inscreva-se. Após cumpridas as cautelas legais, arquivar os presentes autos e dar baixa na distribuição. P.R.I.C. Belém /PA, 25/06/2019. Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital 109 PROCESSO: 00362258120088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811012935 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 AUTOR:BANCO BRADESCO SA Representante(s): PAULO CELSO POMPEU (ADVOGADO) REU:F DOS S M DE ALMEIDA ME REU:FLAVIA DO SOCORRO M DE ALMEIDA REU:ARNAUD DANTAS HENRIQUES. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00394301120138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Recuperação Judicial em: 27/06/2019 REPRESENTANTE:CARLYLE VICTOR SANTANA PEIXOTO Representante(s): OAB 14913 - CARLYLE VICTOR SANTANA PEIXOTO (ADVOGADO) REQUERIDO:COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO UNIMED BELEM Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 17618 - STELLA FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00421097320098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910952818 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:RAIMUNDO ALBERTO DOS SANTOS Representante(s): JOSE ANIJAR FRAGOSO REI (DEFENSOR) REU:INSTITUTO NAC. DE SEGURIDADE SOCIAL-INSS Representante(s): ARYPSON SILVA LEITE-PROC FEDERAL (PROCURADOR(A)) . CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que a parte REQUERIDA INSS, devidamente intimada com vista dos autos, como comprovado as fls. 192v, não se manifestou acerca da decisão de fls. 192 dos autos, pelo que torno conclusos. Certifico ainda que a parte autora, RAIMUNDO ALBERTO DOS SANTOS, compareceu na Secretaria deste juízo informando que se dirigiu a Agência do Banco Brasil responsável e foi informado que não havia nem um

depósito constante em seu nome/cpf. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00442924320108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:LUDMILLA CAMPOS BERARDO Representante(s): OAB 11173 - MARCIA CRISTINA VERDEROSA MONTEIRO (ADVOGADO) REU:TIM CELULAR S.A Representante(s): OAB 15410-A - CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO (ADVOGADO) OAB 12268 - CASSIO CHAVES CUNHA (ADVOGADO) OAB 14119 - MARIA GRACIEMA FALCAO DE ALMEIDA E SILVA (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00448894920008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010188518 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:MARIA EMIDIA REBELO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 2641 - MARIA EMIDIA REBELO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 16147 - WALDEMIR CARVALHO DOS REIS (ADVOGADO) OAB 3912 - JOSE PAULO DE ALMEIDA (ADVOGADO) REU:MARIA DE LOURDES MOUTA PINHEIRO Representante(s): ADEMAR KATO (REP LEGAL) OAB 3826 - ALBINA DE FATIMA BARBOSA DE SOUZA (ADVOGADO) . CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram conferidas por lei, que a parte Autora se manifestou as fls. 74/75 dos autos, requerendo o parcelamento das custas finais, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 00470995220128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:NILSON DO VALE TAVARES Representante(s): OAB 13262-B - GERMANA SERRA DE FREITAS BARROS (DEFENSOR) REU:FACULDADE PARAENSE DE ENSINO FAPEN Representante(s): OAB 13778 - GERALDO GOMES DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00476339320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REU:BANCO ITAU LEASING SA AUTOR:CARLOS ALBERTO OZORIO DA SILVA Representante(s): OAB 13320 - WALBER PALHETA DE MATTOS (ADVOGADO) . Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00573190720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Processo Cautelar em: 27/06/2019 AUTOR:L M ZEMERO COMERCIO DE CELULARES EPP Representante(s): OAB 7449 - EDUARDO JOSE DE FREITAS MOREIRA (ADVOGADO) REU:MN COMERCIO VAREJISTA DE EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0057319-07.2015.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XI, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, fica a parte AUTORA, na(s) pessoa(s) de seu(s) patrono(s) no feito, intimada a providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS JUNTO À UNAJ (vide relatório de conta anexado precedentemente aos autos), sob pena do crédito delas decorrente ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa (art. 46, §§ 1º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei estadual nº 8.328/2015). Belém-PA, 27/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00573280820118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Imissão na Posse em: 27/06/2019 AUTOR:MILTON SOUZA FIGUEIREDO Representante(s): OAB 11320 - FREDERICO GUTERRES FIGUEIREDO (ADVOGADO) REU:FRANCISCO DAS CHAGAS GOMES. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00610216320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:HSBC BANK BRASIL - BANCO MULTIPLO

Representante(s): OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) EXECUTADO:RIACHUELO SOUD CENTRO AUTOMOTIVO LTDA EXECUTADO:ANTONIO FYLLIPE PINHEIRO MAIA EXECUTADO:MARIA DE LOURDES LOBATO MAIA. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00706358720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:PRAZERES PRESTADORA DE SERVIOS LTDA REQUERIDO:SELMA DOS PRAZERES NUNES DA FONSECA. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00758383020158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERENTE:ITAU SEGUROS SA Representante(s): OAB 19771 - RITA DE CASSIA SILVA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 19639-A - JOAO ALVES BARBOSA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:KELLY CRISTINA SILVA DA SILVA. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00798652720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:M F RODRIGUES JUNIOR Representante(s): OAB 4360 - JOSE MARIA CASTRO CASTILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:MARCOS BEZERRA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00838928220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 AUTOR:COMERCIO DE COMBUSTIVEIS DO PARA LTDA Representante(s): OAB 921 - ADEMAR KATO (ADVOGADO) REQUERIDO:EIT CONSTRUÇOES S/A. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 01103252620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO ANDRES ITZCOVICH Ação: Execução de Título Judicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA LUCIA PINTO DE VASCONCELOS Representante(s): OAB 15028 - JOSE FLAVIO FERREIRA DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) OAB 16412 - MONIQUE SILVA SABBA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Autos nº 0110325-26.2015.814.0301 Requerente(s): Maria Lucia Pinto de Vasconcelos Requerido(s): Instituto Nacional do Seguro Social SENTENÇA Trate-se de Ação Previdenciária em fase de cumprimento de sentença promovida por Maria Lucia Pinto de Vasconcelos em desfavor do Instituto Nacional do Seguro Social, autarquia previdenciária de âmbito federal, que goza, nos termos do artigo 8º, da Lei n. 8.620/93, das mesmas prerrogativas e privilégios assegurados à Fazenda Pública. O requerido INSS apresentou planilha/memória de cálculo, apontando como montante condenatório a importância de R$10.281,62 (dez mil, duzentos e oitenta e um reais e sessenta e dois centavos). Após, o(a) requerente(a), por sua vez, instado(a) a manifestar-se acerca da quantia aferida, não opôs qualquer objeção, expressando total concordância para com aquela (fl. 67). Então, posteriormente, à(s) folha(s) 68, este Juízo procedeu à homologação do montante -- quantum debeatur -- outrora apurado pelo Requerido INSS, que chegara à soma de R$10.281,62 (dez mil, duzentos e oitenta e um reais e sessenta e dois centavos), determinando, por conseguinte, em respeito às normas que regem a matéria (art. 1º-B, da Lei n. 9.494/97, art. 130, da Lei n. 8.213/91, art. 535, do CPC e art. 17, da Lei n. 10.910/2004), a competente remessa dos autos ao Requerido INSS, para fins de intimação, abrindo-se vista a um de seus ilustres Procuradores, a fim de que, sendo o caso, no prazo de 30 (trinta) dias, querendo, opusesse Impugnação. Por último, à(s) folha(s) 69, o Requerido INSS informou que nada tem a

opor ao valor que já se encontra devidamente homologado por este Juízo. Fizeram-me conclusos. É o Relatório. Fundamento e Decido. Dessa feita, NÃO tendo o Requerido INSS apresentado Impugnação à Execução, procedo, por conseguinte, à regra prevista no artigo 535, § 3º, inciso II, do Código de Processo Civil: Ressaltando-se o caráter alimentar do crédito exequendo, já que decorrente de benefício previdenciário, DETERMINO a expedição de REQUISIÇ"O PARA PAGAMENTO DE PEQUENO VALOR, no montante de R$10.281,62 (dez mil, duzentos e oitenta e um reais e sessenta e dois centavos) ao requerente. A expedição de REQUISIÇ"O PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇ"O DE PEQUENO VALOR (RPV) deverá ser feita ao Representante Legal do INSS, nos termos do art. 75 do CPC/2015, devendo o pagamento ser realizado no prazo de 02 (dois) meses, contados da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima do domicílio do exequente, na forma do art. 535, § 3º, II do NCPC. Havendo a comunicação/confirmação do pagamento da quantia indicada, declaro, desde já, EXTINTA A EXECUÇÃO, na forma dos artigos 924, inciso II e 925, do CPC/2015; Após, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição e observando-se as demais cautelas da Lei. P. R. I. C. Belém/PA, 25/06/2019. Roberto Andrés Itzcovich Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital 101 PROCESSO: 01521570520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:JOSE ARAUJO DA COSTA Representante(s): OAB 5964 - MARIA DO SOCORRO GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL SA. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 02312311120168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO HONDA S A Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:IRALICE SOUSA LACERDA. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 03543276320168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIELLE RIBEIRO RUSSO ARAÚJO Ação: Monitória em: 27/06/2019 AUTOR:EDUARDO PIMENTEL DOS PRAZERES Representante(s): OAB 19406-B - IOLANDA FREITAS SOUSA (ADVOGADO) REU:SUPORTE SUCESSO SERVICO DE APOIO ADMINISTRATIVO. Í CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são atribuídas por lei, que intimada a parte Autora para manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção da presente Ação, a mesma não se manifestou no prazo legal. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27/06/2019. Danielle Araújo Diretora de Secretaria PROCESSO: 00036374020158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELLENE DA SILVA BARBOSA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCA PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 13724 - ALBA CRISTINA BRAGA CARDOSO NORAT (ADVOGADO) OAB 25589 - ELVIRA APARECIDA BUENO ROSA DE SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Considerando o Provimento 006/2006, Art. 1º, § 2º, II, datado de 05.10.2006, o qual delega poderes para praticar atos de administração e expediente, sem caráter decisório, ficam intimadas as partes a tomarem conhecimento da remarcação da perícia para o dia 23/08/2019, às 10h00, mantendo-se as demais determinações contidas nos autos. Belém, 28/06/2019. Eu,_____(Ellene Barbosa), Analista Judiciária lotada na Secretaria da 4ª Vara Cível, o digitei e subscrevi. PROCESSO: 00069066720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610227272 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REU:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Representante(s): ALADIO COSTA FERREIRA (ADVOGADO) AUTOR:ROSALIA LIRA DA CONCEICAO Representante(s): MERCES DE JESUS MAUES CARDOSO (ADVOGADO) OAB 13310 - LUCIANA LIRA DA CONCEICAO (REP LEGAL) . ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0006906-67.2006.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XXII, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, tendo em vista o retorno dos autos de Instância Superior, ficam as partes intimadas para que, em 15 (quinze) dias, procedam, querendo, aos requerimentos pertinentes. Belém-PA, 28/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00072801120128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELLENE DA SILVA BARBOSA Ação: Procedimento

Comum em: 28/06/2019 AUTOR:AUGUSTO SERGIO ROCHA DA COSTA REU:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL. Considerando o Provimento 006/2006, Art. 1º, § 2º, II, datado de 05.10.2006, o qual delega poderes para praticar atos de administração e expediente, sem caráter decisório, ficam intimadas as partes a tomarem conhecimento da remarcação da perícia para o dia 22/08/2019, às 12h00, mantendo-se as demais determinações contidas nos autos. Belém, 28/06/2019. Eu,_____(Ellene Barbosa), Analista Judiciária lotada na Secretaria da 4ª Vara Cível, o digitei e subscrevi. PROCESSO: 00093800820018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110115890 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REU:ELOISA DA SILVA FAVACHO BARBOZA Representante(s): HENRIQUE DE MELO RODRIGUES FILHO (ADVOGADO) AUTOR:ANTONIO DE JESUS CABRAL Representante(s): OAB 4869 - ARMANDO GRELO CABRAL (ADVOGADO) REU:MARIA DA SILVA FAVACHO DA ROCHA REU:MARIANA DA SILVA FAVACHO. ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0009380-08.2001.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XI, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, fica a parte AUTORA, na(s) pessoa(s) de seu(s) patrono(s) no feito, intimada a providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS JUNTO À UNAJ (vide relatório de conta anexado precedentemente aos autos), sob pena do crédito delas decorrente ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa (art. 46, §§ 1º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei estadual nº 8.328/2015). Belém-PA, 28/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00155571120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 AUTOR:ADELINA DO AMARAL DIAS Representante(s): OAB 19079 - CAMILA SEABRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 21289 - RAISSA MARJORIE NERY BOZZA (ADVOGADO) REU:RR PNEUS COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Representante(s): OAB 20249 - MICHEL NOBRE MAKLOUF CARVALHO (ADVOGADO) REU:COMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL SA Representante(s): OAB 16477 - DAVID SOMBRA PEIXOTO (ADVOGADO) . CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei, que a Contestação de fls. 74/95 é TEMPESTIVA e que a parte autora se manifestou em Réplica tempestiva as fls. 123/125 dos autos, pelo que faço conclusos. Certifico ainda que a parte requerida RR PNEUS COMERCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, citada, AR. de fls. 68, não se manifestou. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 28/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário da 4ª Vara Cível de Belém PROCESSO: 00177804319988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810280307 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REU:RITA DE CASSIA AREAS DOS SANTOS Representante(s): OAB 6242 - EDUARDO CORREA PINTO KLAUTAU (ADVOGADO) OAB 7781 - RAIMUNDA DE NAZARE GAMA GARCEZ (ADVOGADO) OAB 8734 - LILIAN CRISTINA CAMPOS NEVES DOS SANTOS (ADVOGADO) ALDEBARO CAVALEIRO DE MACEDO KLAUTAU NETO (ADVOGADO) AUTOR:DFT SERVICOS IMOB E ENGENHARIA LTDA Representante(s): ELY FATIMA OLIVEIRA DE SOUZA (ADVOGADO) FRANCEDULCE ESTEVES COELHO PASSARO (ADVOGADO) OAB 8748 - RICARDO ALEXANDRE ALMEIDA ALVES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0017780-43.1998.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XXII, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, tendo em vista o retorno dos autos de Instância Superior, ficam as partes intimadas para que, em 15 (quinze) dias, procedam, querendo, aos requerimentos pertinentes. Belém-PA, 28/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00266353720098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910578218 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EVERTON MEIRELES COSTA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REU:CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA CESUPA Representante(s): OAB 5875 - KELMA SOUSA DE OLIVEIRA REUTER COUTINHO (ADVOGADO) BRENDA MELO DA SILVA (ADVOGADO) AMANDA CARNEIRO RAYMUNDO (ADVOGADO) OAB 3934 - ISAAC RAMIRO BENTES (ADVOGADO) AUTOR:BRENO CARVALHO DA SILVA LEITE Representante(s): DEISEANE DE SOUZA LOPES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Processo nº 0026635-37.2009.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no artigo 1º, § 2º, inciso XI, do Provimento nº 006/2006-CJRMB, de 05/10/2006, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, de 05/12/2014, fica a parte AUTORA, na(s) pessoa(s) de seu(s) patrono(s) no feito, intimada a providenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, o PAGAMENTO DAS CUSTAS FINAIS JUNTO À UNAJ (vide relatório de conta anexado precedentemente aos autos), sob pena do crédito delas decorrente ser encaminhado para inscrição em Dívida Ativa (art. 46, §§ 1º, 4º, 6º, 7º e 8º da Lei estadual nº 8.328/2015). Belém-PA,

28/06/2019. Eu, _____, Everton Meireles Costa, analista judiciário, mat. 6773-3, lotado(a) na Secretaria da 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e subscrevo-o. PROCESSO: 00312567620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 AUTOR:RAIMUNDA RAQUEL MIRANDA FONTELES DE LIMA Representante(s): OAB 8349 - NEWTON CELIO PACHECO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) OAB 8346 - ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REU:STATUS CONSTRUÇOES LTDA Representante(s): OAB 5192 - ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) OAB 16420 - TIAGO NASSER SEFER (ADVOGADO) OAB 16428 - ALINE KABUKI (ADVOGADO) REU:STATUS SPE - PROJETO IMOBILIÁRIO CHÁCARAS JATOBÁ LTDA (STATUS CONSTRUÇÕES) Representante(s): OAB 5082 - MARTA MARIA VINAGRE BEMBOM (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO De ordem do MMo. Juiz de Direito Titular desta 4ª Vara Cível e Empresarial da Capital, respeitando-se os artigos 229 e 1.010, §§ 1º e 3º, do Novo CPC (Lei federal nº 13.105/2015), fica(m) intimado(s) o(s) parte Apelada, para que, em 15 (quinze) dias, ofereça(m) Contrarrazões ao Recurso de Apelação apresentado. Belém-PA, 28/06/2019. Eu, _____, Éderson Gomes Almeida, Analista Judiciário, lotado(a) na Secretaria do Juízo, digitei e subscrevo-o. Página de 1 Fórum de: BELÉM Email: Endereço: Rua Cel. Fontoura S/N - (Praça Felipe Patroni S/N) - Prédio Anexo 2, 2º Andar, Salas 256/258 CEP: 66.015-260 Bairro: Cidade Velha Fone: PROCESSO: 00428707220108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDERSON GOMES ALMEIDA Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 AUTOR:MARIA DAS GRACAS CORREA CUNHA Representante(s): OAB 16022 - ANNA PAULA ANDRADE ROLO (ADVOGADO) OAB 9167 - DANIEL KONSTADINIDIS (ADVOGADO) REU:WALBER WOLGRAND MENEZES MARQUES Representante(s): OAB 7313 - JUVENAL VIEIRA MARQUES (ADVOGADO) REU:GOOGLE BRASIL INTERNET LTDA Representante(s): OAB 13127 - EGLE MARIA VALENTE DO COUTO (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) . CERTIFICO CERTIFICO, no uso das atribuições que me foram atribuídas por lei que a parte autora se manifestou as fls. 340 dos autos, promovendo Cumprimento de Sentença, pelo que torno conclusos. Todas as petições protocoladas encontram-se juntadas. O referido é verdade e dou fé. Belém, 28/06/2019. Éderson Gomes Almeida Analista Judiciário PROCESSO: 02752483520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELLENE DA SILVA BARBOSA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:SILVANA LISBOA SILVA REQUERIDO:INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Considerando o Provimento 006/2006, Art. 1º, § 2º, II, datado de 05.10.2006, o qual delega poderes para praticar atos de administração e expediente, sem caráter decisório, ficam intimadas as partes a tomarem conhecimento da remarcação da perícia para o dia 23/08/2019, às 09h00, mantendo-se as demais determinações contidas nos autos. Belém, 28/06/2019. Eu,_____(Ellene Barbosa), Analista Judiciária lotada na Secretaria da 4ª Vara Cível, o digitei e subscrevi.

SECRETARIA DA 5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - VARA: 5ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00008187020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710026152 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERIDO:JORGE DA ROCHA SOUZA REQUERENTE:BANCO ITAU Representante(s): OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas por lei, que a SENTENÇA proferida às fls. ____, destes autos, publicada no Diário da Justiça, transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu,_____, LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR, Analista Judiciário da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém, digitei e subscrevi. PROCESSO: 00008187020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710026152 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERIDO:JORGE DA ROCHA SOUZA REQUERENTE:BANCO ITAU Representante(s): OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas por lei, que a SENTENÇA proferida às fls. ____, destes autos, publicada no Diário da Justiça, transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu,_____, LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR, Analista Judiciário da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém, digitei e subscrevi. PROCESSO: 00018279519998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910029383 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Despejo por Falta de Pagamento em: 27/06/2019 EXEQUENTE:MARIA DE LOURDES GOMES FAVACHO Representante(s): OAB 222899 - JEAN PAOLO SIMEI E SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA ELISA BESSA DE CASTRO Representante(s): MARIA ELISA BESSA DE CASTRO (ADVOGADO) EXECUTADO:LIBIA BESSA DE CASTRO Representante(s): OAB 5326 - MARIA ELISA BESSA DE CASTRO (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, proposta por MARIA DE LOURDES GOMES FAVACHO, qualificada, em desfavor de LIBIA BESSA DE CASTRO E MARIA ELISA BESSA DE CASTRO. Com o tramite regular do processo, a parte autora foi intimada para o cumprimento de diligências, porém quedou-se inerte consoante certidão constante dos autos. É a síntese do necessário. Decido. Considerando a necessidade da presteza jurisdicional face o consabido congestionamento do Poder Judiciário e que o impulso processual é condição sine qua non para o atendimento do princípio da razoável duração do processo, o qual foi elevado ao plano constitucional, o não atendimento dos prazos com a consequente extinção do feito é medida que se impõe. Com efeito, dispõe o art. 485, III, do Código de Processo Civil, que o juiz não resolverá o mérito quando, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, in verbis. "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; (...)" Assim, JULGO EXTINTA a presente ação SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, III do CPC. Fica autorizado, desde já, o desentranhamento das peças que constam no presente feito e sua devolução à parte interessada, caso assim requeira. Custas, se houver, pela parte autora. P. R. I.C. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00021841720118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA ACEPA Representante(s): OAB 13339 - SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:ALCIONE MONTEIRO RODRIGUES. Processo: 0002184-17.2011.814.0301 DECISÃO Considerando que a resposta foi positiva no sistema BacenJud, conforme relatório de bloqueio juntado, desde logo determino: A conversão do bloqueio em penhora, e transferência à subconta do TJ/PA, bem como desbloqueio do excesso; Em seguida, intime-se a parte executada, na pessoa de seu advogado ou, não o tendo, pessoalmente, para, no prazo de 05 (cinco) dias, querendo, manifestar-se, nos termos do § 3º, do art. 854, do CPC/2015, bem como, querendo, oponha embargos no prazo de 15 (quinze) dias. Oferecidos os embargos, dê-se vista ao credor para manifestação em face da impugnação apresentada, também no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido os prazos acima, com ou sem manifestação, de tudo certificado, retornem os autos conclusos. Atente a secretaria se a parte executada possui advogado devidamente habilitado nos autos. Caso contrário, certifique-se, e proceda a intimação, pessoal, por oficial de justiça. Expeça-se o que mais for necessário. Cumpra-se. Belém-PA, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de

Direito PROCESSO: 00064456520078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710196989 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento de Conhecimento em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA DE NAZARE SILVA DE SOUZA REQUERENTE:INACIO MODESTO DE SOUZA Representante(s): OAB 24799 - GISLAINE SALES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 25751 - RAFAEL AIRES DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA BENEDITA MAIA REIS. PROCESSO Nº 0006445-65.2007.8.14.0301 R.H I - Diante da notícia de morte da parte autora, informado pelo Oficial de Justiça à fl. 55, suspendo o curso da demanda, nos termos do artigo 313, inciso I, combinado com o § 1º, do Código de Processo Civil, para que se proceda à habilitação, ex vi do disposto no artigo 689 também do Código de Processo Civil, pelo prazo de 15 (quinze dias). II - Determino a citação do(s) herdeiro(s) necessário(s) da requerente, no endereço apontado na exordial (fl. 02). III - Publique-se. Registre-se. Intime-se. Em tudo certifique IV - Após, conclusos. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D"ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00083921020158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 AUTOR:BANCO SAFRA SA Representante(s): OAB 8525 - IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JUNIOR (ADVOGADO) REU:ALUCAR LOCADORA DE VEICULOS LTDA EPP. SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, proposta por BANCO SAFRA S/A, qualificada, em desfavor de ALUCAR LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA EPP. Com o tramite regular do processo, a parte autora foi intimada para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, porém quedou-se inerte consoante certidão constante dos autos. É a síntese do necessário. Decido. Considerando a necessidade da presteza jurisdicional face o consabido congestionamento do Poder Judiciário e que o impulso processual é condição sine qua non para o atendimento do princípio da razoável duração do processo, o qual foi elevado ao plano constitucional, o não atendimento dos prazos com a consequente extinção do feito é medida que se impõe. Com efeito, dispõe o art. 485, III, do Código de Processo Civil, que o juiz não resolverá o mérito quando, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, in verbis. "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; (...)" Assim, JULGO EXTINTA a presente ação SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, III do CPC. Fica autorizado, desde já, o desentranhamento das peças que constam no presente feito e sua devolução à parte interessada, caso assim requeira. Custas, se houver, pela parte autora. P. R. I.C. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00107265120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDO SIDNEY DA SILVA ARAUJO Representante(s): OAB 17570 - ARIADNE OLIVEIRA MOTA DURANS (ADVOGADO) REQUERIDO:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA. Processo: 0010726-51.2014.814.0301 Despacho A justiça gratuita fora deferida, conforme se observa à fl. 43 dos autos. Desta forma, comunique-se à UNAJ para que proceda ao devido cancelamento do boleto de custas. Após, observadas todas as formalidades legais e observando o trânsito em julgado da sentença, arquive-se os autos com as cautelas de estilo. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00109196620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Consignação em Pagamento em: 27/06/2019 AUTOR:CATARINA SATO DIAS Representante(s): OAB 12291 - CAMILA CORREA TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 18782 - RITA IEDA ELISIARIO MARTINS DOS SANTOS (ADVOGADO) REU:CONDOMINIO DO EDIFICIO PEDRO TEIXEIRA. Processo nº 0010919-66.2014.8.14.0301 Sentença Trata-se de AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO, proposta por CATARINA SATO DIAS, em face de CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO PEDRO TEIXEIRA, todos qualificados. A parte autora, às fls. 54, reconhece a falta de interesse de agir, em razão do pagamento integral dos valores devidos, pelo que requer a desistência da vertente ação de consignação. Dispõe o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, que o processo será extinto sem julgamento do mérito, quando o autor desistir da ação. Já o art. 200, parágrafo único, alerta que tal desistência somente produzirá efeito após homologação judicial. ANTE O EXPOSTO, e nos termos do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO de imediato, já que o condomínio requerido sequer foi citado, julgando, em consequência, extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código Processual. Condeno a autora ao pagamento de custas processuais, no entanto, suspendo a exigibilidade em razão da gratuidade concedida. Após o trânsito em julgado, libere-se os valores consignados em favor da autora, dê-se baixa e arquivem-se, com as cautelas legais. Publique-se, registre-se e intimem-se. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D

ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00109464320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610365056 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO SANTOS SILVA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXECUTADO:ELITA DO SOCORRO DA SILVA BAIA EXEQUENTE:UNAMA UNESPA UNIAO DE ENSINO SUPERIOR DO PARA Representante(s): OAB 8975 - CLAUDIA DOCE SILVA COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 7108 - LEILA MASOLLER WENDT (ADVOGADO) INTERESSADO:ANA CAROLINA BAIA SILVA. ATO ORDINATÓRIO De ordem, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, nos termos do art. 1º, § 2º, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a autora para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a certidão do Oficial de Justiça de fls. 72. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu, SÉRGIO AUGUSTO SANTOS DA SILVA, Analista Judiciário da 5ª Vara Cível, o digitei e subscrevi PROCESSO: 00111948320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) EXECUTADO:CARLA C. C. BARRA EXECUTADO:CARLA CRISTINA CORREA BARRA. Despacho Considerando a petição de fl. 53-54, defiro o requerimento de vistas dos autos pelo prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 107, II, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Belém/PA, 27 de junho de 2019. CPELIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00115846220118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSILENE FREIRE MONTEIRO Ação: Usucapião em: 27/06/2019 AUTOR:AIMERY OLIVEIRA FILHO COMÉRCIO Representante(s): OAB 14622 - BRUNO LEANDRO VALENTE DA SILVA (ADVOGADO) REU:ESPÓLIO DE CELESTE COUTINHO LOPES INTERESSADO:CRISTINA DE FATIMA AQUINO HENRIQUE Representante(s): OAB 17254 - FERNANDA MAUES NETO (ADVOGADO) INTERESSADO:ROSA MARIA HENRIQUES REZENDE DE CASTRO Representante(s): OAB 20082 - HELLEN CAROLINA DOS SANTOS VIEIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso XXIV, do Provimento 006/2006-CJRMB, haja vista a não-devolução dos presentes autos no prazo legal, ficam intimados(as) o(a) Sra. CRISTINA DE FATIMA AQUINO HENRIQUE e/ou seu advogado(a) Dr(a). FERNANDA MAUES NETO OAB/PA 17.254 a restituir o processo, no prazo de 03 (três) dias, sendo que, no caso de não-atendimento, tal conduta será levada ao conhecimento do MMº. Juiz. Belém-PA, 14 de setembro de 2018. Rosilene Freire Monteiro, Auxiliar Judiciário da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00117070820108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010178445 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:RUTHE MONTEIRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 6625 - NILZA RODRIGUES BESSA (ADVOGADO) REU:B B LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): OAB 18335-A - CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) . Vistos etc.... RUTHE MONTEIRO DOS SANTOS, qualificada nos autos em epígrafe, por meio de procurador devidamente habilitada, ajuizou a presente AÇ"O ORDINÁRIA REVISIONAL DE CONTRATO DE JUROS REMUNERATORIOS E MORATORIOS COM RESTITUIÇÃO DE INDEBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAL E MATERIAL, em desfavor de BB LEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A, já identificado. Alega, em síntese, que celebrou um contrato de arrendamento mercantil para aquisição de veículo e que verificou uma abusividade nas cláusulas contratuais, além de anatocismo e juros exorbitantes. Ao final, requer a procedência da presente ação, modificação em caráter permanente as cláusulas abusivas de vencimento antecipado da dívida e cobrança extorsiva de juros e encargos, determinando que o réu cobre apenas multa moratória de 2% e juros de mora de 1%, sobre eventual parcela em atraso, bem como condene ao pagamento em dobro o que foi pago indevidamente e danos morais e materiais, pelo constrangimento. Instruiu a inicial com o documento de fls. 14 usque 32. Regularmente citada, o réu apresentou contestação às fls. 36/61, sem preliminares. Juntou documentos de fls. 62/87. Replica às fls. 89/99. As fls. 109 foi juntado o contrato de financiamento Em seguida, vieram os autos conclusos. Decido. A quaestio iuris posta em discussão nos presentes autos cinge-se em supostas cobranças abusivas de juros, não havendo necessidade de realização de perícia ou de outras provas, uma vez que a matéria é exclusivamente de direito e as supostas ilegalidades são apuradas confrontando-se as leis aplicáveis ao caso com as cláusulas contratuais impugnadas, motivo pela qual procedo ao julgamento antecipado da lide nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. APLICAÇÃO DO CDC AO CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL E POSSIBILIDADE DE REVISÃO CONTRATUAL Tal espécie de contrato tem sua regulamentação na Lei nº 6.099 de 12/09/1974, modificada pela Lei nº 7.132 de 26/10/89, bem como na Resolução nº 2.309 de 28/08/96 do Banco Central do Brasil, que foi alterada pelas Resoluções 2.465 de 19/02/98, 2.659 de 28/10/99 e outras. Na visão de Arnaldo Rizzardo e outros ilustres

doutrinadores, o contrato de arrendamento mercantil também é considerado de adesão devido a existência de cláusulas unilateralmente impostas pelo arrendante que as apresenta previamente impressas no instrumento contratual, não dando margem a eventuais modificações por parte do arrendatário quando de sua contratação. Desse modo, não há dúvida da aplicabilidade do CDC a esses contratos, uma vez que traduzem uma relação de consumo, em que pese a natureza híbrida que lhes dá forma estrutural e que os diferencia dos demais contratos civis e comerciais. A jurisprudência é absolutamente uníssona no sentido de também rejeitar essa distinção, englobando os contratos de financiamento, mútuo e arrendamento mercantil dentro do conceito largo de prestação de serviço/fornecimento de produto, sujeito ao regime do CDC. O entendimento explicitado acima foi referendado pelo Superior Tribunal de Justiça por meio da Súmula 297 de 14 de maio de 2004, cujo enunciado ora transcrevo: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras. " A possibilidade de revisão judicial do contrato de arrendamento mercantil, assim como as demais espécies de contrato comercial e civil tem seu permissivo legal na Magna Carta, que estabelece no artigo 5º, inciso XXV, que "a lei não excluirá da apreciação pelo Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Sobre tal mandamento constitucional Alexandre de Moraes cita em sua obra (Constituição do Brasil Interpretada e legislação constitucional, 2ª edição, Editora Atlas, São Paulo, 2003, pg. 292) os ensinamentos de José Alfredo de Oliveira Baracho, "O direito à tutela jurisdicional é o direito que toda pessoa tem de exigir que se faça justiça, quando pretende algo de outra, sendo que a pretensão deve ser atendida por um órgão judicial, através de processo onde são reconhecidas as garantias mínimas. O acesso dos cidadãos aos tribunais de justiça, à procura de uma resposta jurídica fundamentada a uma pretensão ou interesse determinado, realiza-se pela interposição perante órgãos jurisdicionais, cuja missão exclusiva é conhecer e decidir as pretensões, que são submetidas ao conhecimento do órgão judicante, tendo em vista os direitos fundamentais da pessoa". Nessa perspectiva, entendo possível o exame judicial do contrato de leasing. CONTRATO DE ARRENDAMENTO MERCANTIL. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA ANTECIPADA DO VRG. NÃO-DESCARACTERIZAÇÃO DO LEASING. A respeito de tal matéria resta firmado o entendimento de que o pagamento do valor residual garantido, VRG, seja na modalidade à vista, seja na forma diluída no prazo do contrato, não retira a sua característica de arrendamento mercantil. Por primeiro, temos que considerar que o valor residual garantido não se confunde com o valor residual de opção de compra, como dispõe a Lei nº 6.099/74, em seu artigo 5º, letra d - "preço para a sua fixação, quando for estipulada esta cláusula". Enquanto este tem seu fundamento originário na lei que especificamente regulamente todos os aspectos desse instituto, aquele foi instituído de forma anômala, mediante Portaria do Ministério da Fazenda e, após, absorvido pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional, que regulamentam essa modalidade negocial, tudo com vistas a garantir ao arrendador o recebimento de um determinado valor para a hipótese de o arrendatário não optar pela compra do bem. Isto significa que o arrendatário terá como obrigação não só a de fazer o pagamento das contraprestações definidas durante o prazo do contrato e as demais obrigações acessórias previstas em lei, mas também a de efetuar o pagamento do valor residual em qualquer hipótese, a de optar pela compra da coisa, de não querer comprar a coisa e, ainda, de não renovar o contrato de arrendamento mercantil. Rodolfo de Camargo Mancuso, citando Jorge R. G. Cardoso a respeito desse novo encargo imposto ao arrendatário esclarece "(...) Afinal, é característica do `leasing financeiro", denominado entre nós de "arrendamento mercantil" a recuperação pelo arrendador da totalidade do capital empregado na aquisição do bem arrendado, ocorrendo tal recuperação pelo recebimento, não só das contraprestações, como também pelo recebimento, quer do preço da opção, quer do valor da venda a terceiros que, se for o caso, será complementado pelo arrendatário para atingir o mínimo estipulado contratualmente" (in Leasing, 3ª edição, Revista do Tribunais, pg. 193). A Súmula nº 263 do Superior Tribunal de Justiça foi cancelada, firmando-se, desta forma, o entendimento de que o pagamento antecipado do VRG não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil para a compra e venda parcelada. Neste sentido a jurisprudência. CIVIL. ARRENDAMENTO MERCANTILÇ. VRG. ANTECIPAÇÃO. DESCARACTERIZAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. I - A jurisprudência iterativa desta Corte, cristalizada no verbete sumular nº 293, orienta-se no sentido de que a cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil. II - Recurso conhecido e provido para que seja julgado o pedido de rescisão do contrato no primeiro grau de jurisdição. (Recurso Especial 630870 (2004/0021415-0), 4ª Turma do STJ, Rel. Min. Fernando Gonçalves, j. 17/06/2004) Ainda, a Súmula 293 do STJ, cujo enunciado diz que "A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil" referendou a matéria. Sendo assim, no contrato de arrendamento mercantil, deve-se manter a forma de cobrança do Valor Residual Garantido, haja vista que se trata de mecanismo contratual que não afronta à legislação consumeristas. ARRENDAMENTO MERCANTIL. CONTRATO HÍBRIDO, COMBINAÇÃO DE ELEMENTOS DISTINTOS, COMO LOCAÇÃO, COMPRA E VENDA E FINANCIAMENTO. Inicialmente, ressalta-se que a análise da

existência ou não de juros nos contratos de arrendamento mercantil, exige reflexão sobre a natureza jurídica de tal contrato. O contrato de arrendamento mercantil é um contrato complexo, resultante de uma combinação de elementos de diferentes contratos, como locação, compra e venda e financiamento. Contudo, não se pode, com base tão somente nesse fato, afirmar-se que não há a incidência de juros no cálculo inicial da prestação do contrato. Para o cálculo das contraprestações no arrendamento mercantil, as instituições financeiras afirmam que há a incidência de vários elementos, dentre os quais, despesas administrativas, impostos, custo de captação dos recursos para aquisição do bem, sua depreciação, parcela referente ao uso do bem, capital investido, riscos do contrato e também os juros. A doutrina também admite essa idéia. Vejamos a lição de Arnaldo Rizzardo: "Nas prestações vêm incluídos os encargos, como custos de produção ou despesas. (...) Na verdade, os valores correspondentes à depreciação, aos juros, impostos, lucros da arrendadora e à correção monetária constam imbutidos na prestação." (Leasing: Arrendamento Mercantil no Direito Brasileiro. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais. p. 134/135). Entretanto, embora não exista restrição quanto à possibilidade de se cobrar tais encargos nas contraprestações, o consumidor deve ter a clara noção destes elementos, o que não vem ocorrendo. As instituições financeiras não especificam como chegaram ao valor da contraprestação apresentado. Simplesmente apontam o seu valor sem nem sequer mencionar nos contratos quais são as verbas que o compõem. Isso gera uma séria dificuldade ao consumidor que não tem como precisar o que lhe está sendo cobrado: o que é juros, o que é imposto, o que é depreciação e assim por diante. Esse é o ensinamento de Custódio da Piedade Ubaldino Miranda: "(...) a maioria dos contratos-padrão formulados pelas empresas de leasing terão de sofrer profunda reformulação para atenderem às exigências do que se convencionou chamar o Código de Defesa do Consumidor, pois é comum conterem estes contratos cláusulas que: (...) c) não possibilitam ao arrendatário uma visão clara e antecipada do valor das contraprestações, com a discriminação sistemática dos diversos encargos que as integram" (O leasing, in RT 645/55) . Deve-se lembrar que o art. 52 do CDC foi criado para a proteção do consumidor, no intuito de que ele tenha ciência exata daquilo que está adquirindo e de tudo o que está sendo cobrado pelo produto ou serviço. Logo, as parcelas que compõem o preço devem estar claramente descritas no contrato. No caso em análise, discute-se um contrato de arrendamento mercantil que, como dito acima, é um contrato híbrido, resultante de uma combinação de elementos de diferentes contratos, como locação, compra e venda e financiamento. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS Nesse sentido, cabe ressaltar que não merece guarida a pretensão do autor. Isso porque já há entendimento consolidado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça no REsp. 1.061.530-RS, julgado segundo o rito dos recursos repetitivos (art. 1036 do CPC), vinculando, portanto, todos os juízes a observar o referido precedente, que assim orienta: 1.JUROS REMUNERATÓRIOS a). As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33, Súmula 596 do STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d). É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. Cumpre observar que aludido precedente, mesmo reconhecendo que a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade, manifestou-se pela possibilidade de revisão das suas taxas quando, diante das peculiaridades do caso concreto, restar cabalmente demonstrada situação de desvantagem exagerada ao consumidor. Assim, na hipótese de constatação de abusividade, a jurisprudência já evoluiu no sentido de privilegiar a parte mais fraca na relação de consumo, de forma a combater a cobrança de juros remuneratórios acima do mercado, taxas onerosas em demasia, reajustando-se o débito pelo índice mais benigno ao consumidor. A propósito disso, tanto o Supremo Tribunal Federal como o Superior Tribunal de Justiça já se manifestaram no sentido de se aplicar, no reajuste da dívida, a taxa média de mercado nas operações bancárias divulgadas pelo Banco Central, como se extrai dos seguintes julgados: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - MATÉRIA LEGAL E AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. (...) RECURSO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CARTÃO DE CRÉDITO. LIMITAÇÃO DE JUROS. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DE FIXAÇÃO PELO COPOM - COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA. PREVALÊNCIA DA LIVRE PACTUAÇÃO. INAPLICABILIDADE DA LEI DE USURA, DECRETO Nº 22.626/33. [...] X - In casu, é de se reconhecer que o usuário do cartão de crédito não é um desavisado das taxas de juros aplicadas, nesta modalidade creditícia, tanto que estão ao seu alcance, nos próprios extratos bancários, sendo, pois, ciente do seu custo, mas, por outro lado, considerando sua onerosidade, já que são taxas bastante díspares das demais operações financeiras do mercado, devem, então, os juros remuneratórios, no contrato em questão, ser reduzidos à taxa média do Banco Central do Brasil, reajustando-se o débito pelo índice mais benigno, juros de mora de 1% ao mês e

multa de 2%, expurgando-se a comissão de permanência, conquanto não pode ser cumulada com outros encargos. Apelação Cível nº 0006865-11.2008.819.0210.4[...] A decisão recorrida está calcada em interpretação conferida ao Código de Defesa do Consumidor. A taxa de juros objeto do contrato foi afastada ante constatação de abusividade da cláusula. Em momento algum, a Corte de origem adotou entendimento contrário ao teor do inciso II do artigo 5º da Constituição Federal. O que se percebe é que a articulação em torno das garantias constitucionais parte da interpretação conferida às normas estritamente legais. Consoante dispõe a alínea a do inciso III do artigo 102 da Carta da Republica, o cabimento do extraordinário pressupõe conclusão conflitante com a lei básica, o que não ocorreu no caso destes autos (STF, AI 759682/GO, Relator Ministro Marco Aurélio, decisao em 06/08/2009). BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Invertido, pelo Tribunal, o ônus da prova quanto à regular cobrança da taxa de juros e consignada, no acórdão recorrido, a sua abusividade, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento.- Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP nº 1.963-17/00 (reeditada sob o nº 2.170-36/01), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos (STJ, REsp 1112880/PR (em sede de recurso repetitivo), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/05/2010, DJe 19/05/2010). No caso dos autos, constou no contrato juros mensais de 1,53 ao mês e de 19,98% ao ano, enquanto a taxa média de mercado, na mesma data do contrato, em agosto/2008 foi de 2,43% ao mês e 33,34% ao ano. Portanto, os juros cobrados são inferiores à taxa média de mercado, conforme se extrai do site do Banco central. DA POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS Quanto à discussão acerca da capitalização de juros, tem-se que, a partir de 31 de março de 2000, a capitalização mensal de juros, nos contratos celebrados com instituições financeiras, de um modo geral, é possível e deve ser chancelada pelo Poder Judiciário, desde que expressamente convencionada, tendo em vista que autorizada pela Medida Provisória nº 1.963-17, de 31 de março de 2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001 e que teve eficácia garantida pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 32. Esse entendimento já foi pacificado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 973.827-RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC: É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados até 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada. Nesse mesmo julgamento foi fixada a seguinte tese: "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". No caso dos autos, verifica-se que há previsão expressa da cobrança de juros capitalizados no contrato firmado entre as partes, sendo estipulada a taxa 2,43% ao mês e 33,34%, cumprindo notar que a taxa de juros anual supera a soma de 12 vezes da taxa de juros mensal, isso que já é o bastante para configurar expressa previsão da cobrança de juros na forma capitalizada, segundo o citado entendimento pacificado pelo STJ no julgamento do REsp 973.827-RS. Destarte, vai mantido o contrato conforme contratado. DAS EXCLUSAO DE OUTRAS CLAUSULAS QUE POSSAM SER CONSIDERADAS ABUSIVAS A análise da inicial revela que o autor não apontou qualquer ilegalidade ou abusividade das cláusulas constantes do contrato celebrado entre as partes, além daquelas especificamente analisadas. Contudo, fez pedido genérico de análise de outras clausulas que possam ser consideradas abusivas, sem elucidar quais seriam estas. A mera alegação genérica de abusividade de encargos não é suficiente. Ora, nos contratos bancários é vedado ao juiz conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas (Súmula 381 do STJ), razão pela qual deve constar da inicial da ação revisional a indicação precisa dos encargos tidos como ilegais ou abusivos, com substrato, obrigatoriamente, no respectivo instrumento contratual. DOS DANOS MORAIS Para que se afigure possível a responsabilização do réu, necessária a presença dos elementos: ato ilícito, dano e nexo de causalidade. As alegações de dano sofrido pela parte autora constituem meros transtornos e dissabores. Não se desincumbindo de comprovar a efetiva violação ao direito de personalidade, ausente um pressuposto

necessário ao cabimento da indenização por danos morais. É oportuno trazer à reflexão as ponderações de CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA: "para a determinação da existência do dano, como elemento objetivo da responsabilidade civil, é indispensável que haja ofensa a um bem jurídico". Da análise dos autos não se vislumbra qualquer conduta ilícita da parte ré e tampouco qualquer dano ao autor, visto que a revisão de encargos financeiros contratados não enseja violação a direito da personalidade, sendo descabida a proposição de pagamento de indenização por dano moral. O fato não passa de mero dissabor, um simples incômodo do cotidiano em que vivemos. Nosso meio social nos projeta alguns incômodos, estamos todos fadados a estes. Não é qualquer importunação que deve ensejar uma reparação. Nesse sentido já é consolidada a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o qual reconhece que os meros dissabores e aborrecimentos da vida não são hábeis a caracterizar, por si só, o dano moral e a possibilidade de sua reparação, como se observa no Recurso Especial nº 1234549/SP, de relatoria do Ministro Massami Uyeda. RECURSO ESPECIAL - RESPONSABILIDADE CIVIL - INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - IMÓVEL - DEFEITO DE CONSTRUÇÃO - INFILTRAÇÕES EM APARTAMENTO - POSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO - CONSTATAÇÃO, PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS - LAMENTÁVEL DISSABOR - DANO MORAL - NÃO CARACTERIZADO - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO. I - As recentes orientações desta Corte Superior, a qual alinha-se esta Relatoria, caminham no sentido de se afastar indenizações por danos morais nas hipóteses em que há, na realidade, aborrecimento, a que todos estão sujeitos. II - Na verdade, a vida em sociedade traduz, infelizmente, em certas ocasiões, dissabores que, embora lamentáveis, não podem justificar a reparação civil, por dano moral. Assim, não é possível se considerar meros incômodos como ensejadores de danos morais, sendo certo que só se deve reputar como dano moral a dor, o vexame, o sofrimento ou mesmo a humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, chegando a causar-lhe aflição, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. III - No caso, a infiltração ocorrida no apartamento dos ora recorrentes, embora tenha causado, é certo, frustração em sua utilização, não justifica, por si só, indenização por danos morais. Isso porque, embora os defeitos na construção do bem imóvel tenham sido constatados pelas Instâncias ordinárias, tais circunstâncias, não tornaram o imóvel impróprio para o uso. IV - Recurso especial improvido. DANOS MATERIAIS Não fora verificado nenhum clausula abusiva que propiciasse a existência de danos materiais a autora. DA CLAUSULA QUE PREVÊ VENCIMENTO ANTECIPADO DA DIVIDA Nos termos do art. 1.425, III, do Código Civil, o atraso no pagamento das prestações importa o vencimento antecipado da dívida quando assim pactuado pelas partes. A despeito de se tratar de relação de consumo, é cediço que a estipulação do vencimento antecipado da dívida em caso de inadimplemento do devedor não é abusiva, notadamente porque tal imposição constitui pressuposto do cumprimento de uma obrigação contratual anterior por parte da instituição financeira, que disponibilizara o valor a ser financiado. Nesse sentido, o seguinte julgado: CONTRATO. FINANCIAMENTO. TARIFAS ADMINISTRATIVAS BANCÁRIAS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. CLÁUSULA DE VENCIMENTO ANTECIPADO DA DÍVIDA. 1. A capitalização de juros em contrato bancário firmado após edição da MP 1.963-17/2000 (reeditada sob nº 2.170-36/2001), desde que prevista expressamente, é válida. Nova orientação, baseada no julgamento do REsp 973.827/RS (2007/0179072-3), processado nos termos do art. 543-C do CPC.(...) 5. Não é abusiva a cláusula que prevê vencimento antecipado da dívida em caso de inadimplemento de alguma parcela da avença. 6. Recurso da ré não conhecido e recurso do autor parcialmente provido. (TJSP, APL 00708048320128260224 , 14ª Câmara de Direito Privado, Relator Des. Melo Colombi, Dj de 07/02/2014) (negrito nosso) Ademais a cobrança de juros moratórios de 1% e multa de 2% encontra respaldo na legislação pátria, inclusive no CDC. DISPOSITIVO FACE O EXPOSTO, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos, em consequência, JULGO EXTINTO o PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MERITO, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Diante da sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios no percentual de 10% do valor da causa. Fica suspensa a exigibilidade da referida verba, em relação ao autor, nos termos do disposto no artigo 12 da lei 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 27 de junho de 2019. CELIO PETRONIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito titular da 5ª Vara cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00118373620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) EXECUTADO:DEBORA CECILIA RODRIGUES AMORAS EXECUTADO:ROSE MARY CARVALHO DE MELO RODRIGUES. Despacho Considerando a petição de fl. 53, defiro o requerimento de vistas dos autos pelo prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 107, II, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Belém/PA, 27 de junho de 2019. CPELIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00120418020158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D

ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:KEILA RAQUEL NUNES ARAUJO AUTOR:ADEMARIO ARAUJO DOS SANTOS Representante(s): OAB 16139 - ANA MARIA DIAS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 18948 - FABIO ANTONIO BORGES CHIMOKA (ADVOGADO) REU:PLAMAX INDUSTRIA COMERCIO SERVICOS CONSTRUCOES E COLETA DE RESIDUOS LTDA ME Representante(s): OAB 14608 - ANTONIO CARLOS CRUZ GAIA (ADVOGADO) OAB 13312 - MARCUS LIVIO QUINTAIROS GALVAO (ADVOGADO) OAB 17304 - TAMARA FAGURY VIDEIRA SECCO (ADVOGADO) OAB 12480 - FILIPE CHARONE TAVARES LOPES (ADVOGADO) REU:OSVALDO DA CONCEICAO NUNES Representante(s): OAB 18555 - DIEGO QUEIROZ GOMES (ADVOGADO) REU:CONDOMÍNIO JARDIM ESPANHA Representante(s): OAB 5432 - SAMIR ABFADILL TOUTENGE JUNIOR (ADVOGADO) OAB 12721 - LARA CASTANHEIRA IGLEZIAS DIAS (ADVOGADO) OAB 17484 - ARETUZA SERRAO PINTO (ADVOGADO) . Processo: 0012041-80.2015.814.0301 Despacho Deixo para manifestar sobre o pedido de aplicação de multa (fl. 177), no momento de prolação de sentença. Intime-se as partes para que, no prazo comum de 05 (cinco) dias, digam se pretendem produzir provas ou se concordam com o julgamento antecipado da lide. Com as manifestações, voltem os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Belém/PA, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIÇÃO Juiz de Direito. PROCESSO: 00127980620118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:RAIMUNDO ALCIMAR DA COSTA Representante(s): OAB 2580 - MARIA DINAIR SOARES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 6850 - MARIA LUCIA SOUSA PEREIRA PONTES (ADVOGADO) REU:CAIXA DE PREVIDENCIA DOS FUNCIONARIOS DO BANCO DO BRASIL PREVI Representante(s): OAB 14371 - MIZZI GOMES GEDEON (ADVOGADO) . Processo nº 0012798-06.2011.8.14.0301 DESPACHO Considerando a petição de fl. 263, defiro o pedido de habilitação do patrono nos autos, devendo a secretaria proceder à alteração junto ao sistema Libra, bem como na capa dos autos. Defiro, ainda, o requerimento de vistas dos autos pelo prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 107, II, do Código de Processo Civil. Após, retornem os autos conclusos a este gabinete para o mesmo local de sua conclusão anterior. Intime-se. Cumpra-se. Belém-PA, 27 de junho de 2019. CPELIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito titular da 5ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00131852919988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810214692 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) EXECUTADO:PAULO HAROLDO BENTES PICANCO EXECUTADO:FERNANDO ANTONIO SANTOS SOUZA EXECUTADO:PAUXIS AGROINDUSTRIAL LTDA. Processo nº 0013185-29.1998.814.0301 SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA, proposta em 30/09/1998, pelo BANCO DA AMAZÔNIA S/A, em desfavor de PAUXIS AGROINDUSTRIAL LTDA, PAULO HAROLDO BENTES PICANÇO e FERNANDO ANTÔNIO SANTOS DE SOUZA, todos qualificados. Determinada a citação, às fls. 16, não se conseguiu obter a citação dos Executados, conforme certidão de fl. 18. Em 03/02/1999, este Juízo deferiu o pedido de expedição de carta precatória. Em 04/04/2006, o Exequente recolheu custas para a expedição de Carta Precatória. Em 03/04/2008 os autos foram recebidos neste Juízo, sem informação acerca do cumprimento da carta precatória. Em 14/11/2014, o Exequente apresentou novo endereço dos Executados. Em 10/07/2017, o Exequente informou o recolhimento das custas para a expedição de novo mandado. Às fls. 137/138, a Secretaria anexou despacho proferido pelo Juízo da Comarca de Igarapé-Açu, onde a consta a informação de devolução sem cumprimento da carta precatória expedida às fls. 73. É a síntese do necessário. Decido. Conforme regra inserta no art. 206, §5º, I, prescreve em cinco anos a pretensão para haver pagamento oriundo de instrumento público ou particular, vejamos. Art. 206. Prescreve: (...) § 5o Em cinco anos: (...) I - a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular; No caso em análise, a questão central consiste em definir se houve ou não interrupção do prazo prescricional, pois até o momento não houve a citação válida dos devedores. O artigo 240, § 1,°e seguintes do Código de Processo Civil dispõem acerca das causas interruptivas da prescrição, verbais: Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil). § 1o A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação. § 2o Incumbe ao autor adotar, no prazo de 10 (dez) dias, as providências necessárias para viabilizar a citaç"o, sob pena de n"o se aplicar o disposto no § 1o. § 3o A parte n"o será prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário. Em que pese a parte autora ter ingressado em juízo quando ainda possuía pretensão executiva, é dever do credor movimentar a competente ação de execução no prazo específico, que conforme explicitado, possui cinco

anos para obtenção. Vale ressaltar que, somente após a citação válida do devedor, irá se operar a interrupção do prazo prescricional. Nesta esteira: APELAÇÃO CÍVEL. MONITÓRIA. CHEQUE PRESCRITO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO. NÃO INTERRUPÇÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRESCRIÇÃO OPERADA. SENTENÇA MANTIDA.1. O prazo de prescrição da pretensão de cobrança de dívida líquida representada em cheque prescrito, pela via monitória, é de cinco anos (art. 206, § 5º, I, do CC).2. Nos termos da Súmula 503 do STJ, o prazo para ajuizamento de ação monitória em face do emitente de cheque sem força executiva é quinquenal, a contar do dia seguinte à data de emissão do título. 2. A interrupção da prescrição opera se a citação ocorrer dentro dos prazos do art. 240, §§ 1º e 2º, do CPC de 1973. 3. Tendo o juízo de origem diligenciado em todos os endereços indicados pelo autor, não se pode imputar a demora na citação ao Poder Judiciário. 4. Apelação conhecida, mas não provida. Unânime. Processo 0043518-80.2014.8.07.0001 TJDF 0043518-80.2014.8.07.0001. Órgão Julgador: 3ª TURMA CÍVEL. Publicado no DJE : 08/06/2017 . Pág.: 277/286. Julgamento. 31 de Maio de 2017. Relator FÁTIMA RAFAEL. No presente feito, foi tentada a citação dos Executados, contudo não se logrou êxito, conforme certidões de fl. 18 e 137/138. Outrossim, verifico nos autos que o pedido de expedição de carta precatória para tentativa de citação dos executados foi deferido em 03 de fevereiro de 1999 (fls. 20). No entanto, o Autor se manifestou nos autos somente em 07/06/2004, após mais de 05 (cinco) anos, para requerer nova expedição de carta precatória (fls. 67), a qual foi devolvida sem cumprimento, conforme se observa pelo despacho de fls. 138. Em 14/11/2014, o Autor apresentou manifestação nos autos informando novo endereço dos Executados. Em 10/07/2017, informou o recolhimento das custas intermediárias. Portanto, verifico que o Autor não se desincumbiu do ônus que lhe cabia de movimentar a presente ação para que fosse efetuada a citação dos Executados, não se podendo inclusive argumentar demora imputável aos serviços judiciários, na medida em que se manifestou nos autos somente após cinco anos da expedição da carta precatória, conforme relatado nos autos. Com efeito, no caso em análise a prescrição não foi interrompida, uma vez que não houve citação válida, transcorrendo lapso temporal superior a cinco anos. Pelo exposto, estando patente a ocorrência do instituto da prescrição, JULGO IMPROCEDENTE o pedido do Autor e com base no art. 487, II do Código de Processo Civil, e EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇ"O DO MÉRITO. Custas remanescentes, se houver, pela parte autora, devendo ser intimada para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa. Recolhidas as custas, arquivem-se os autos. Em caso de inadimplência, decorrido o prazo para pagamento, certifiquem-se e extraiam-se as cópias necessárias à cobrança judicial das custas devidas, expedindo a certidão para inscrição em dívida ativa, ARQUIVANDO-SE os presentes autos após o trânsito em julgado, com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D"ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00137714620128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIANE DA COSTA FERREIRA Ação: Conflito de competência em: 27/06/2019 REQUERENTE:CREDIFIBRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 15703 - ALEXANDRE ARAUJO MAUES (ADVOGADO) OAB 14089 - RAFAEL DE SOUSA BRITO (ADVOGADO) OAB 17051 - SERGIO SILVA LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA LUCIA DOS REIS FURTADO Representante(s): OAB 13661 - JOAO VELOSO DE CARVALHO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, ante a Decisão de fls. 78/79 e considerando que o endereço da Requerida está situado em outra Comarca do Estado, fica intimada a parte Requerente, por meio de seus advogados, a promover o pagamento de custas para a expedição e distribuição de Carta Precatória para a Comarca de Ananindeua/PA, para fins de cumprimento das diligências de citação e busca e apreensão de veículo, no prazo de 15 (quinze) dias. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Diane da Costa Ferreira, Diretora de Secretaria da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00139725019978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710270935 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR Ação: Processo de Execução em: 27/06/2019 REQUERIDO:BPJ COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA REQUERENTE:UBIRAJARA PINHEIRO DE OLIVERA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas por lei, que a SENTENÇA proferida às fls. ____, destes autos, publicada no Diário da Justiça, transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu,_____, LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR, Analista Judiciário da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém, digitei e subscrevi. PROCESSO: 00139725019978140301 PROCESSO ANTIGO: 199710270935 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR Ação: Processo de Execução em: 27/06/2019 REQUERIDO:BPJ COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA REQUERENTE:UBIRAJARA PINHEIRO DE OLIVERA Representante(s):

OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas por lei, que a SENTENÇA proferida às fls. ____, destes autos, publicada no Diário da Justiça, transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu,_____, LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR, Analista Judiciário da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém, digitei e subscrevi. PROCESSO: 00143347820068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610477611 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXECUTADO:HIPER ATACADO PONTO CERTO LTDA Representante(s): OAB 10928-B - JULIANO MARTINS (ADVOGADO) EXEQUENTE:PARMALAT BRASIL S/A INDUSTRIA DE ALIMENTOS Representante(s): OAB 182424 - FERNANDO DENIS MARTINS (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, proposta por JULIANO MARTINS, qualificada, em desfavor de PADMA INDUSTRIA DE ALIMENTOS S/A e PARMALAT DO BRASIL INDÚSTRIA DE ALIMENTOS S/A. Com o tramite regular do processo, a parte autora foi intimada para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, porém quedou-se inerte consoante certidão constante dos autos. É a síntese do necessário. Decido. Considerando a necessidade da presteza jurisdicional face o consabido congestionamento do Poder Judiciário e que o impulso processual é condição sine qua non para o atendimento do princípio da razoável duração do processo, o qual foi elevado ao plano constitucional, o não atendimento dos prazos com a consequente extinção do feito é medida que se impõe. Com efeito, dispõe o art. 485, III, do Código de Processo Civil, que o juiz não resolverá o mérito quando, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, in verbis. "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; (...)" Assim, JULGO EXTINTA a presente ação SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, III do CPC. Fica autorizado, desde já, o desentranhamento das peças que constam no presente feito e sua devolução à parte interessada, caso assim requeira. Custas, se houver, pela parte autora. P. R. I.C. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00144019720098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910313474 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:NILSON VANDE TEIXEIRA CHAGAS Representante(s): SAVIO LEONARDO DE MELO RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO FINASA SA. SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO REVISIONAL, proposta por NILSON VANDE TEIXEIRA CHAGAS, em face de BANCO FINASA S/A, todos qualificados. Distribuída a ação, fora determinado o recolhimento das custas finais fls. 33. As fls. 33-v, foi certificado que a parte autora não efetuou o pagamento das referidas custas. É o relatório. Passo a decidir. A ausência de recolhimento das custas judiciais iniciais, após a determinação deste Juízo, configura o desinteresse por parte do Requerente, não podendo prosseguir o processo sem o pagamento das despesas exigidas por lei. Verifico, portanto, que a inércia da parte Autora enseja a extinção da presente Ação, sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, III do CPC. Diante do exposto, JULGO EXTINTA a presente Ação SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil, determinando o cancelamento da distribuição da presente Ação, com fulcro no artigo 290 do mesmo Diploma Legal. Custas pela parte autora, devendo ser intimada para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa. Recolhidas as custas, arquivem-se os autos. Em caso de inadimplência, decorrido o prazo para pagamento, certifiquem-se e extraiam-se as cópias necessárias à cobrança judicial das custas devidas, expedindo a certidão para inscrição em dívida ativa, ARQUIVANDO-SE os presentes autos após o trânsito em julgado, com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRONIO D" ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Capital PROCESSO: 00148172420138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Impugnação ao Valor da Causa em: 27/06/2019 IMPUGNADO:MARIA LUCIA DOS SANTOS SILVA Representante(s): OAB 1849 - JOAO MARIA FREIRE DE VASCONCELLOS CHAVES (ADVOGADO) IMPUGNANTE:A PONTUAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 16986 - NELSON ROCHA KAHWAGE (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0014817-24.2013.8.14.0301 SENTENÇA Vistos etc.... A PONTUAL INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA, devidamente representado, ingressou com a presente IMPGNAÇAO AO VALOR DA CAUSA. Observa-se, porém, que a Aç"o principal - Declaratória de Nulidade c/c indenizaç"o por perdas/danos e danos morais (proc nº 0026359-73.2012.8.14.0301), foi extinta sem exame do mérito, em decorrência da inercia da parte autora em promover a emenda a inicial, pelo que encontra-se devidamente julgada. Em suma, o relato. DECIDO. A presente impugnaç"o ao valor da causa é de natureza incidental, dessa forma em raz"o do lapso temporal, bem como, considerando que

o processo principal foi sentenciado, falece, também, por consequência lógica, o objeto da presenta impugnaç"o ao valor da causa. Com efeito, diante da situaç"o relatada, resta prejudica a vertente impugnaç"o por perda superveniente do objeto da aç"o e, consequentemente, por falta de interesse de agir, impondo-se a extinç"o do processo sem julgamento do mérito. Pelo exposto, em raz"o da perda superveniente do objeto, visto que a aç"o principal foi julgada extinta, e, em consequência, extingo a presente impugnaç"o ao valor causa, sem resoluç"o do mérito, com fulcro no art. 485, VI, do CPC. Custas se houver, pela lei. Transitada em julgado, feitas as anotaç"es e comunicaç"es de praxe, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. CELIO PETRONIO D ANUNCIAÇ"O Juiz de Direito titular da 5ª vara cível da Capital PROCESSO: 00171379420098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910375507 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 AUTOR:BANCO BRADESCO S/A Representante(s): OAB 18335 - CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (ADVOGADO) REU:ANTONIO CLAUDEMIR MAXIMO DO REGO. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso I, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte Autora, BANCO BRADESCO S/A, a se manifestar sobre a certidão do Oficial de Justiça de fls. 61, no prazo de 05 (cinco) dias. Belém-PA, 27 de junho de 2019. LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR Analista Judiciário da secretaria da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém. PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00175841420108140301 PROCESSO ANTIGO: 20101026283 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:ADENOR RAMOS CORREA Representante(s): OAB 12374 - DAVI COSTA LIMA (ADVOGADO) OAB 18392 - MARCO ANTONIO DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO B V FINANCEIRA Representante(s): OAB 5546 - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (ADVOGADO) . Vistos etc.... ADENOR RAMOS CORREA, qualificada nos autos em epígrafe, por meio de procurador devidamente habilitada, ajuizou a presente AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, em desfavor de BV FINANCEIRA S/A, já identificado. Alega, em síntese, que celebrou um contrato de financiamento para aquisição de veículo e que verificou uma abusividade na cobrança de juros superior a 12% ao ano, capitalização de juros (anatocismo), comissão de permanência acima do patamar legal, taxa de abertura de credito, cobrança de juros diários e multa diária por atraso. Ao final, requer a tutela antecipada para que a ré se abstenha de adotar medidas punitivas em desfavor do autor, que a posse do veículo permaneça com o autor, sob pena de aplicação de multa diária. No mérito, que seja julgada procedente a presente ação para estabelecer o teto da taxa de juros de 12% ao ano, declarar a abusividade da comissão de permanência, devendo ser substituída pelo IGPM OU INPC, determinar que a capitalização dos juros seja aplicada na forma anula; a nulidade da cobrança da taxa de emissão de boletos ou abertura de credito e extinta a obrigação com os depósitos efetuados e a liberação do veiculo junto ao Detran/Pa; autorizar a expedição de guia de deposito no valor de R$ 1040,35 e determinar o afastamento da mora. Instruiu a inicial com o documento de fls. 36/37 Liminar deferida as fls. 23/24. O réu apresentou contestação as fls. 55/69 Juntou documentos de fls. 70/94 Replica as fls. 98/107. Em seguida, vieram os autos conclusos. Decido. A quaestio iuris posta em discussão nos presentes autos cinge-se em supostas cobranças abusivas de juros e encargos contratuais, não havendo necessidade de realização de perícia ou de outras provas, uma vez que a matéria é exclusivamente de direito e as supostas ilegalidades são apuradas confrontando-se as leis aplicáveis ao caso com as cláusulas contratuais impugnadas, motivo pela qual procedo ao julgamento antecipado da lide nos termos do art. 355, inciso I, do CPC, mormente considerando a existência de recurso repetitivo incidente sobre a matéria posta em julgamento No que se refere ao indeferimento da petição inicial nos termos do art. 285-b, verifico que a exordial preencheu os requisitos insculpidos nos artigos 282 e 283 do CPC. Além disso, a parte autora indicou o contrato e as cláusulas que pretende revisar, bem como indicou o valor incontroverso. Assim, cumprido adequadamente o disposto no art. 285-B do CPC. DA APLICAÇÃO DO CODIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR De entrada, ressalto que inexiste dúvida acerca da aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, nos termos da Súmula n. 297, do STJ, e da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2591, que, por maioria de seus membros, julgou improcedente o pedido formulado pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras. O crédito tomado para ser utilizado, como o foi no presente caso, é bem jurídico, porque produto das instituições financeiras, que o repassam ao destinatário final, consumidor. O presente contrato é de adesão, caracterizado como um negócio jurídico no qual a participação de um dos sujeitos sucede pela aceitação, em bloco, de uma série de cláusulas formuladas antecipadamente, de modo geral e abstrato, pela outra parte, para constituir o conteúdo normativo e obrigacional de futuras relações concretas. Ressalta-se que uma das finalidades do Código de Defesa do Consumidor é assegurar o

equilíbrio entre as partes, invocando o princípio da boa-fé e da equidade, ou seja, da função social do contrato. Ele prevê um regime protetivo no qual a administração pública e a privada, através de mecanismos jurídicos próprios, equilibram as relações de consumo, em especial, com a proscrição de cláusulas abusivas em contratos de adesão. Assim, possível do ponto de vista da equidade, a revisão dos presentes contratos adesivos, não havendo que prevalecer a tese do pacta sunt servanda. Os consumidores ficam, dessa forma, protegidos de qualquer abuso que queira o fornecedor praticar. A finalidade principal é harmonizar os interesses contrapostos em jogo, preservando as atividades produtivas e protegendo os consumidores de abusos. Dessarte, sob esse prisma deve ser analisada as controvérsias dos autos. DA LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS Iniciando a análise da controvérsia pela discussão a respeito da limitação dos juros remuneratórios, tenho que não merece guarida a alegação do autor. Isso porque já há entendimento consolidado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça no REsp. 1.061.530-RS, julgado segundo o rito dos recursos repetitivos (art. 1036 do CPC), vinculando, portanto, todos os juízes a observar o referido precedente, que assim orienta: 1.JUROS REMUNERATÓRIOS a). As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33, Súmula 596 do STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d). É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. Cumpre observar que aludido precedente, mesmo reconhecendo que a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade, manifestou-se pela possibilidade de revisão das suas taxas quando, diante das peculiaridades do caso concreto, restar cabalmente demonstrada situação de desvantagem exagerada ao consumidor. Assim, na hipótese de constatação de abusividade, a jurisprudência já evoluiu no sentido de privilegiar a parte mais fraca na relação de consumo, de forma a combater a cobrança de juros remuneratórios acima do mercado, taxas onerosas em demasia, reajustando-se o débito pelo índice mais benigno ao consumidor. A propósito disso, tanto o Supremo Tribunal Federal como o Superior Tribunal de Justiça já se manifestaram no sentido de se verificar na análise de possível abusividade dos juros a partir da análise da taxa média de mercado nas operações bancárias divulgadas pelo Banco Central, como se extrai dos seguintes julgados: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - MATÉRIA LEGAL E AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. (...) RECURSO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CARTÃO DE CRÉDITO. LIMITAÇÃO DE JUROS. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DE FIXAÇÃO PELO COPOM - COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA. PREVALÊNCIA DA LIVRE PACTUAÇÃO. INAPLICABILIDADE DA LEI DE USURA, DECRETO Nº 22.626/33. [...] X - In casu, é de se reconhecer que o usuário do cartão de crédito não é um desavisado das taxas de juros aplicadas, nesta modalidade creditícia, tanto que estão ao seu alcance, nos próprios extratos bancários, sendo, pois, ciente do seu custo, mas, por outro lado, considerando sua onerosidade, já que são taxas bastante díspares das demais operações financeiras do mercado, devem, então, os juros remuneratórios, no contrato em questão, ser reduzidos à taxa média do Banco Central do Brasil, reajustando-se o débito pelo índice mais benigno, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2%, expurgando-se a comissão de permanência, conquanto não pode ser cumulada com outros encargos. Apelação Cível nº 0006865-11.2008.819.0210.4[...] A decisão recorrida está calcada em interpretação conferida ao Código de Defesa do Consumidor. A taxa de juros objeto do contrato foi afastada ante constatação de abusividade da cláusula. Em momento algum, a Corte de origem adotou entendimento contrário ao teor do inciso II do artigo 5º da Constituição Federal. O que se percebe é que a articulação em torno das garantias constitucionais parte da interpretação conferida às normas estritamente legais. Consoante dispõe a alínea a do inciso III do artigo 102 da Carta da Republica, o cabimento do extraordinário pressupõe conclusão conflitante com a lei básica, o que não ocorreu no caso destes autos (STF, AI 759682/GO, Relator Ministro Marco Aurélio, decisao em 06/08/2009). BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Invertido, pelo Tribunal, o ônus da prova quanto

à regular cobrança da taxa de juros e consignada, no acórdão recorrido, a sua abusividade, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento.- Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP nº 1.963-17/00 (reeditada sob o nº 2.170-36/01), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos (STJ, REsp 1112880/PR (em sede de recurso repetitivo), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/05/2010, DJe 19/05/2010). Contudo, cabe ressaltar que o fato dos juros estabelecidos em contrato ficarem um pouco acima na média do mercado não significa necessariamente abusividade destes, tanto o é que a 2ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1061530/RS, para os efeitos do § 7º, do art. 543-C do CPC, pelo voto da Eminente Relatora NANCY ANDRIGHI, advertiu que "não se pode exigir que todos os empréstimos sejam feitos segundo essa taxa", tal porque, "se isto ocorresse a taxa média deixaria de ser o que é para ser um valor fixo". Em razão do que, há "que se admitir uma taxa razoável para a variação dos juros". No mesmo sentido, transcrevo os seguintes julgados: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. SÚMULAS 126/STJ E 283/STF. INAPLICABILIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA COBRANÇA ABUSIVA. AGRAVO NÃO PROVIDO. 3. A circunstância de a taxa de juros remuneratórios praticada pela instituição financeira exceder a taxa média do mercado não induz, por si só, a conclusão de cobrança abusiva, consistindo a referida taxa em um referencial a ser considerado, e não em um limite que deva ser necessariamente observado pelas instituições financeiras. 4. O eg. Tribunal de origem, ao considerar abusivos os juros remuneratórios pactuados tão somente em razão de excederem a taxa média do mercado, destoou do entendimento desta eg. Corte, de forma que, ante a ausência de comprovação cabal da cobrança abusiva, deve ser mantida, in casu, a taxa de juros remuneratórios acordada. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 556.761/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 31/03/2015) AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE NÃO CONSTATADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 1. A Segunda Seção deste STJ, ao julgar o REsp 1.061.530/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 10.3.2009), submetido ao rito do art. 543-C do CPC, consolidou o entendimento de que "é admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto".2. No presente caso, o Tribunal de origem afirmou expressamente que os juros remuneratórios não são abusivos, uma vez que o percentual pactuado não está muito acima da taxa média de mercado praticada à época da contratação, de modo que rever tal posicionamento somente se faz possível com o reexame das cláusulas do contrato e dos elementos fáticos da demanda, o que encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 548.764/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 26/11/2014) Verifica-se, no caso dos autos, que a taxa de juros mensal e anual pactuadas são, respectivamente, de 2,46% ao mês e 33,86% a.a. (folhas 81) - enquanto a taxa média de mercado praticada em operações da mesma natureza na época da celebração do contrato em abril de 2008 foi de 2,20% e 29,81%- consoante tabela divulgada no sítio eletrônico do Banco Central (www.bcb.gov.br). Assim, no caso sub judice, com o devido respeito, não há, no caso em tela, qualquer abusividade nas taxas de juros cobradas, eis que, os juros não são sequer uma vez maior que os juros de mercado. DA POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS Quanto à discussão acerca da capitalização de juros, observa-se que a relação jurídica estabelecida entre as partes é constituída por uma operação de crédito representada pela Cédula de Crédito Bancário cuja cópia encontra-se acostada a folhas 125/128. E cumpre lembrar que a cédula de crédito bancário é regulada pela Lei nº 10.931/04, que permite a capitalização de juros, apenas exigindo, para tanto, a previsão expressa de tal forma de cobrança e a sua periodicidade, conforme disposto no § 1º do seu artigo 28: Art. 28. A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaborados conforme previsto no § 2º. § 1º Na Cédula de Crédito Bancário poderão ser pactuados: I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação. Ademais, tem-se que, a partir de 31 de março de 2000, a capitalização mensal de juros, nos contratos celebrados com instituições financeiras, de um modo geral, é possível e deve ser chancelada pelo Poder Judiciário, desde que expressamente convencionada, tendo em vista que autorizada pela Medida Provisória nº 1.963-17, de 31 de março de 2000, reeditada sob o nº

2.170-36/2001 e que teve eficácia garantida pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 32. Esse entendimento já foi pacificado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 973.827-RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC: É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados até 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada. Nesse mesmo julgamento foi fixada a seguinte tese: "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". No mesmo sentido o AgRg no AREsp. 87747/RS: "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. TAXAS MENSAL E ANUAL EXPRESSAMENTE CONTRATADAS. LEGALIDADE. 1. No julgamento do Recurso Especial 973.827, julgado segundo o rito dos recursos repetitivos, foram firmadas, pela 2ª Seção, as seguintes teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: -"É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."-"A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". 2. Hipótese em que foram expressamente pactuadas as taxas de juros mensal e anual, cuja observância, não havendo prova de abusividade, é de rigor. 3. Agravo regimental provido. (AgRg no AREsp 87747/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 22/08/2012) No caso dos autos, verifica-se que há previsão expressa da cobrança de juros capitalizados no contrato firmado entre as partes, sendo estipulada a taxa de 2,46% ao mês e 33,86% a.a cumprindo notar que a taxa de juros anual supera a soma de 12 vezes da taxa de juros mensal, isso que já é o bastante para configurar expressa previsão da cobrança de juros na forma capitalizada, segundo o citado entendimento pacificado pelo STJ no julgamento do REsp 973.827-RS. Dessa forma, não é possível afastar a cobrança de juros capitalizados. COMISSAO DE PERMANENCIA A propósito da discussão sobre Encargos Moratórios, observa-se que o contrato celebrado entre as partes no caso de inadimplência prevê na cláusula 17, a cobrança da comissão de permanência e multa de 2%, o que se revela abusivo e ilegal. A comissão de permanência tem natureza jurídica tríplice, destinando-se a remunerar o capital emprestado, a atualizar monetariamente o saldo devedor e a sancionar o devedor pelo descumprimento do contrato. As súmulas 30, 294, 296 e 472 do Superior Tribunal de Justiça expressam a legalidade da comissão de permanência, desde que aplicada isoladamente: "Súmula 472. A cobrança de comissão de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual." "Súmula 294. Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato. Desse modo, a solução correta da questão é determinar que, no período de inadimplência, seja cobrada tão somente a comissão de permanência, excluída a multa. REPETIÇÃO DO INDÉBITO Tendo em vista a vedação do enriquecimento sem causa, qualquer valor relativo a encargo contratual ilegal, deve ser restituído à parte lesada. Sobre o tema, determina o enunciado do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor: "Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável." Para ocorrer a restituição em dobro dos valores decotados, deve estar demonstrado que a cobrança em excesso se deu em virtude de ato praticado com má-fé, o que no caso não se verifica, pois estas se deram em decorrência de cláusulas contratuais previamente anuídas pelas partes. Dessa forma, as quantias declaradas ilegais e indevidas deverão ser compensadas com o saldo devedor em aberto, ou restituído, de forma simples, caso não haja possibilidade de compensação, não sendo o caso de recálculo da dívida. TAXA DE CADASTRO O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial nº 1.251.331/RS, em sede de recurso repetitivo, que deve ser observado por todos e juízes e tribunais a quo, assentou o entendimento segundo o qual é legítima a cobrança da tarifa abertura de credito desde que haja previsão no contrato o qual data de 24 de abril de 2008. Nesse sentido, a jurisprudência: AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REVISÃO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. COBRANÇA DA TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO (TAC) E DA TARIFA DE EMISSÃO DE CARNÊ (TEC). 1. "Nos contratos bancários celebrados até 30.4.2008 (fim da vigência da Resolução CMN 2.303/96) era válida a pactuação das tarifas de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador,

ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto" (REsp 1251331/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 28/08/2013, DJe 24/10/2013). 2. Conforme consta na petição inicial, o contrato sub judice foi firmado em 30/1/2008, quando ainda estava vigente a Resolução CMN 2.303/96, que permitia a cobrança da Tarifa de Abertura de crédito (TAC) e da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC). 3. No que se refere à TAC, não restou devidamente comprovado no acórdão o abuso na cobrança da referida Taxa, por meio da invocação de parâmetros objetivos de mercado e circunstâncias do caso concreto, à luz do entendimento jurisprudencial consolidado, motivo pelo qual foi determinada a reforma do acórdão nesse ponto, a fim de permitir a sua cobrança. 4. Por outro lado, não se mostra devida a cobrança da TEC na espécie, haja vista que o acórdão consigna expressamente que a referida tarifa não foi prevista contratualmente. Para desconstituir a convicção formada pelas instâncias ordinárias a esse respeito, far-se-ia necessário incursionar no substrato fático-probatório dos autos, bem como na interpretação de cláusula contratual, o que é defeso a este Tribunal nesta instância especial, conforme se depreende do teor dos Enunciados sumulares n. 5 e 7 do STJ. 5. A revisão do quantitativo em que autor e réu decaíram do pedido para fins de aferição de sucumbência recíproca ou mínima implica o reexame de matéria fático-probatório, incidindo a Súmula nº 7/STJ. 6. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no REsp: 1479743 SC 2014/0228566-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 24/10/2017, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/11/2017) Assim, a cobrança do valor de taxa cadastro constante do item 6.4 do contrato é possível e permitida. DAS EXCLUSAO DE OUTRAS CLAUSULAS QUE POSSAM SER CONSIDERADAS ABUSIVAS A análise da inicial revela que o autor não apontou qualquer ilegalidade ou abusividade das cláusulas constantes do contrato celebrado entre as partes, além daquelas especificamente analisadas. Contudo, fez pedido genérico de análise de outras clausulas que possam ser consideradas abusivas, sem elucidar quais seriam estas. A mera alegação genérica de abusividade de encargos não é suficiente. Ora, nos contratos bancários é vedado ao juiz conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas (Súmula 381 do STJ), razão pela qual deve constar da inicial da ação revisional a indicação precisa dos encargos tidos como ilegais ou abusivos, com substrato, obrigatoriamente, no respectivo instrumento contratual. DISPOSITIVO FACE O EXPOSTO, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE OS PEDIDOS, apenas para determinar que cobrança dos encargos moratórios (clausula17 do contrato) seja limitada apenas a comissão de permanência. Em consequência, JULGO EXTINTO o PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MERITO, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Diante da sucumbência reciproca, considerando que o autor decaiu de quase toda a totalidade de seus pedidos, condeno o autor ao pagamento no percentual de 95% e o réu dos 5% das custas e honorários advocatícios que fixo em R$ 1000,00 (mil reais). Fica suspensa a exigibilidade da referida verba, em relação ao autor, nos termos do disposto no artigo 12 da lei 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 27 de junho de 2019. CELIO PETRONIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito titular da 5ª Vara cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00179061620178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:FRANCIMAR NEVES DOS ANJOS Representante(s): OAB 15903 - JULLY CLEIA FERREIRA OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO HONDA S/A Representante(s): OAB 7069 - SILVIA VALERIA PINTO SCAPIN (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas por lei, que a SENTENÇA proferida às fls. ____, destes autos, publicada no Diário da Justiça, transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu,_____, LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR, Analista Judiciário da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém, digitei e subscrevi. PROCESSO: 00184856620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Imissão na Posse em: 27/06/2019 REQUERENTE:ANDREY MARCOS RODRIGUES MONTEIRO FERREIRA REQUERENTE:MARILIA SILVA OLIVEIRA Representante(s): OAB 6340 - SOLON COUTO RODRIGUES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:OCUPANTE DO IMOVEL. SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO DE IMISSÃO DE POSSE C/C PERDAS E DANOS, proposta por ANDREY MARCOS RODRIGUES MONTEIRO FERREIRA E MARILIA SILVA OLIVEIRA, qualificados, em desfavor de SOLON COUTO RODRIGUES FILHO, também qualificado. Com o tramite regular do processo, a parte autora foi intimada para providenciar emenda inicial, porém quedou-se inerte consoante certidão constante dos autos. É a síntese do necessário. Decido. Considerando a necessidade da presteza jurisdicional face o consabido congestionamento do Poder Judiciário e que o impulso processual é condição sine qua non para o atendimento do princípio da razoável duração do processo, o qual foi elevado ao plano constitucional, o não atendimento dos prazos com a consequente extinção do feito é medida que se impõe. Com efeito, dispõe o art. 485, III, do Código de Processo Civil, que o juiz não resolverá o mérito quando, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias,

in verbis. "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; (...)" Assim, JULGO EXTINTA a presente ação SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, III do CPC. Fica autorizado, desde já, o desentranhamento das peças que constam no presente feito e sua devolução à parte interessada, caso assim requeira. Custas, se houver, pela parte autora. P. R. I.C. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00196049620138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:WALTER NOGUEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO HSBC BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 89774 - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos. WALTER NOGUEIRA DA SILVA, qualificado nos autos em epígrafe, por meio de procurador devidamente habilitado, ajuizou a presente AÇ"O REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO C/C REPETIÇ"O DE INDÉBITO CUMULADO COM TUTELA ANTECIPADA, em desfavor de BANCO HSBC BENK BRASIL S/A, já qualificado. Alega, em síntese, que celebrou um contrato de financiamento com o Requerido para aquisição de automóvel ford fiesta sedan 1.6, modelo 2007, tendo financiado o valor de R$ 43.908,00 (quarenta e três mil, novecentos e oito reais) em 60 (sessenta) parcelas mensais de R$ 1.322,86 (um mil, trezentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos). Prossegue aduzindo que, mesmo percebendo as irregularidades presentes na avença, procedeu a quitação do contrato, porém pretende corrigir as ilegalidades cometidas pela ré. Desse modo, requer a procedência da ação, revisando integralmente o contrato de financiamento e declarando a abusividade das cláusulas contratuais. Pugna ainda pela condenação do banco réu a devolução em dobro do que foi pago indevidamente. Instruiu a inicial com documentos de fls.18/32. O Requerido, às fls. 55/83, apresentou contestação sustentando, o reconhecimento da legalidade do contrato avençado entre as partes, bem com a inexistência de qualquer vício de consentimento. Aduz que a capitalização mensal dos juros é pratica permitida às instituições financeiras. Argumenta que não há abusividade na cobrança de comissão de permanência e dos demais encargos cobrados (IOF, TARIFA DE CADASTRO, TARIFA DE INCLUSÃO DE GRAVAME, TARIFA DE AVALIAÇÃO DO BEM). Assevera o não cabimento da restituição de valores em dobro, pois entende que não houve pagamento indevido no caso sub judice, pelo que conclui pela total improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 84/90 Réplica às fls. 92/97. Determinada a juntada do contrato que se visa revisar (fls.99), a requerida quedou-se inerte. Em seguida, vieram os autos conclusos. Decido. A quaestio iuris posta em discussão nos presentes autos cinge-se em supostas cobranças abusivas de juros e encargos contratuais, não havendo necessidade de realização de perícia ou de outras provas, uma vez que a matéria é exclusivamente de direito e as supostas ilegalidades são apuradas confrontando-se as leis aplicáveis ao caso com as cláusulas contratuais impugnadas, motivo pela qual procedo ao julgamento antecipado da lide nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. DO DESCUMPRIMENTO DE ORDEM DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. Tendo em vista o teor da Certidão às fls. 101 e a petição de fls. 103/104, e considerando a inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII do CDC) admito como verdadeiros os fatos que, por meio do contrato de financiamento, o autor pretendia provar (art. 400, I do CPC). RELAÇÃO CONSUMERISTA A relação controvertida é típica relação de consumo, posto que presentes todos os seus elementos constitutivos, quais sejam: consumidor, fornecedor e bem de consumo (produto/serviço), artigos 2º e 3º, do CDC, sendo por isso inafastável a aplicação do Código Consumerista. Ressalta-se que as instituições financeiras se submetem ao CDC, na medida em que prestam serviços aos seus clientes, destinatários finais, conforme Súmula 297 do Superior Tribunal de Justiça: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras". DAS REGRAS ESTABELECIDAS NO CDC. Antes de ingressar no meritum causae, é necessária a delimitação, de forma sintética, de regras aplicadas na seara consumerista. Primeiramente, o art. 6º do CDC prevê a proteção do consumidor contra cláusulas contratuais que se mostrem abusivas, por sua vez, o art. 51, §1º, III do mesmo códex considera nula de pleno direito a cláusula contratual que se mostre excessivamente onerosa para o consumidor. A desigualdade entre as partes contratantes permite a intervenção do Judiciário com o fito de promover a satisfação do interesse das mesmas, mediante análise do caso concreto. In casu, não resta dúvidas de que se trata de contrato de adesão, no qual, as cláusulas são previamente elaboradas, de forma unilateral, sem que se dê ao consumidor oportunidade de discuti-las, restando ao mesmo, tão somente aceita-las. Tratando-se de contrato de adesão, é possível a análise e alteração de eventuais cláusulas abusivas, sem que com isto, se desrespeite o princípio da força obrigatória dos contratos. Assim, passo à apreciação das cláusulas consideradas abusivas, que ensejaram a propositura da presente ação. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA No que diz respeito a inversão do ônus da prova, é entendimento pacificado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, que na hipótese de responsabilidade pelo fato do

serviço (art. 14 do CDC), a inversão do ônus da prova decorre da própria lei, conforme se depreende do §3, inciso I do citado artigo: Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. (...) § 3° O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. Nesse sentido: RECURSO ESPECIAL. CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE POR VÍCIO NO PRODUTO (ART. 18 DO CDC). ÔNUS DA PROVA. INVERSÃO `OPE JUDICIS" (ART. 6º, VIII, DO CDC). MOMENTO DA INVERSÃO. PREFERENCIALMENTE NA FASE DE SANEAMENTO DO PROCESSO. A inversão do ônus da prova pode decorrer da lei ("ope legis"), como na responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço (arts. 12 e 14 do CDC), ou por determinação judicial ("ope judicis"), como no caso dos autos, versando acerca da responsabilidade por vício no produto (art. 18 do CDC). Inteligência das regras dos arts. 12, § 3º, II, e 14, § 3º, I, e. 6º, VIII, do CDC. A distribuição do ônus da prova, além de constituir regra de julgamento dirigida ao juiz (aspecto objetivo), apresenta- se também como norma de conduta para as partes, pautando, conforme o ônus atribuído a cada uma delas, o seu comportamento processual (aspecto subjetivo). Doutrina. Se o modo como distribuído o ônus da prova influi no comportamento processual das partes (aspecto subjetivo), não pode a inversão `ope judicis" ocorrer quando do julgamento da causa pelo juiz (sentença) ou pelo tribunal (acórdão). Previsão nesse sentido do art. 262, §1º, do Projeto de Código de Processo Civil. A inversão `ope judicis" do ônus probatório deve ocorrer preferencialmente na fase de saneamento do processo ou, pelo menos, assegurando-se à parte a quem não incumbia inicialmente o encargo, a reabertura de oportunidade para apresentação de provas. Divergência jurisprudencial entre a Terceira e a Quarta Turma desta Corte. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. (REsp 802.832/MG, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 21/09/2011). (grifos nossos) Desta forma, entendo que a inversão do ônus da prova, neste caso, decorre da própria lei, cabendo ao réu demonstrar que inexiste falha no serviço prestado ou a existência de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiros. DA ABUSIVIDADE DOS JUROS REMUNERATÓRIOS PACTUADOS Primeiramente, é importante frisar que apesar da ocorrência da penalidade do art. 400 do CPC em favor do requerente, como também a inversão do ônus probatório, consta dos autos que autor tinha conhecimento a respeito dos juros pactuados. Tanto assim o é que foi apresentado pelo autor, às fls. 23/24, cálculos informando os juros remuneratórios que foram cobrados por ocasião do contrato bem como aqueles que entendia devidos, além de demonstrar que houve capitalização de juros. Portanto, ainda que não tenha havido a juntada do contrato por parte da instituição financeira, ficou incontroverso quais foram os juros aplicados bem como a ocorrência de capitalização dos juros. Urge declinar que somente se pode restringir o percentual de juros remuneratórios à taxa média de mercado quando se tem conhecimento de qual foi a taxa utilizada, o que, repita-se, não é o caso dos autos, sendo que o mesmo se podendo dizer a respeito da capitalização de juros. Estabelecida esta premissa, analisando a controvérsia pela discussão a respeito da limitação dos juros remuneratórios, tenho que não merece guarida a alegação do autor. Isso porque já há entendimento consolidado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça no REsp. 1.061.530-RS, julgado segundo o rito dos recursos repetitivos (art. 1036 do CPC), vinculando, portanto, todos os juízes a observar o referido precedente, que assim orienta: 1.JUROS REMUNERATÓRIOS a). As instituiç"es financeiras n"o se sujeitam à limitaç"o dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33, Súmula 596 do STF; b) A estipulaç"o de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, n"o indica abusividade; c) S"o inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposiç"es do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d). É admitida a revis"o das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relaç"o consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. Cumpre observar que aludido precedente, mesmo reconhecendo que a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade, manifestou-se pela possibilidade de revisão das suas taxas quando, diante das peculiaridades do caso concreto, restar cabalmente demonstrada situação de desvantagem exagerada ao consumidor. Assim, na hipótese de constatação de abusividade, a jurisprudência já evoluiu no sentido de privilegiar a parte mais fraca na relação de consumo, de forma a combater a cobrança de juros remuneratórios acima do mercado, taxas onerosas em demasia, reajustando-se o débito pelo índice mais benigno ao consumidor. A propósito disso, tanto o Supremo Tribunal Federal como o Superior Tribunal de Justiça já se manifestaram no sentido de se verificar na análise de possível abusividade dos juros a partir da análise da taxa média de mercado nas operações bancárias divulgadas pelo Banco Central, como se extrai dos seguintes julgados: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - MATÉRIA LEGAL E AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. (...) RECURSO CÍVEL. AÇ"O REVISIONAL. CART"O DE CRÉDITO. LIMITAÇ"O DE JUROS. INADMISSIBILIDADE.

COMPETÊNCIA DE FIXAÇ"O PELO COPOM - COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA. PREVALÊNCIA DA LIVRE PACTUAÇ"O. INAPLICABILIDADE DA LEI DE USURA, DECRETO Nº 22.626/33. [...] X - In casu, é de se reconhecer que o usuário do cart"o de crédito n"o é um desavisado das taxas de juros aplicadas, nesta modalidade creditícia, tanto que est"o ao seu alcance, nos próprios extratos bancários, sendo, pois, ciente do seu custo, mas, por outro lado, considerando sua onerosidade, já que s"o taxas bastante díspares das demais operaç"es financeiras do mercado, devem, ent"o, os juros remuneratórios, no contrato em quest"o, ser reduzidos à taxa média do Banco Central do Brasil, reajustando-se o débito pelo índice mais benigno, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2%, expurgando-se a comiss"o de permanência, conquanto n"o pode ser cumulada com outros encargos. Apelaç"o Cível nº 0006865-11.2008.819.0210.4[...] A decis"o recorrida está calcada em interpretaç"o conferida ao Código de Defesa do Consumidor. A taxa de juros objeto do contrato foi afastada ante constataç"o de abusividade da cláusula. Em momento algum, a Corte de origem adotou entendimento contrário ao teor do inciso II do artigo 5º da Constituiç"o Federal. O que se percebe é que a articulaç"o em torno das garantias constitucionais parte da interpretaç"o conferida às normas estritamente legais. Consoante disp"e a alínea a do inciso III do artigo 102 da Carta da Republica, o cabimento do extraordinário pressup"e conclus"o conflitante com a lei básica, o que n"o ocorreu no caso destes autos (STF, AI 759682/GO, Relator Ministro Marco Aurélio, decis"o em 06/08/2009). BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇ"O REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE N"O PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUEST"ES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇ"O - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilizaç"o do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixaç"o da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operaç"es da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correç"o para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Invertido, pelo Tribunal, o ônus da prova quanto à regular cobrança da taxa de juros e consignada, no acórd"o recorrido, a sua abusividade, imp"e-se a adoç"o da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento.- Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a ediç"o da MP nº 1.963-17/00 (reeditada sob o nº 2.170-36/01), admite-se a capitalizaç"o mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos (STJ, REsp 1112880/PR (em sede de recurso repetitivo), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇ"O, julgado em 12/05/2010, DJe 19/05/2010). Contudo, cabe ressaltar que o fato dos juros estabelecidos em contrato ficarem um pouco acima na média do mercado n"o significa necessariamente abusividade destes, tanto o é que a 2ª Seç"o do Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1061530/RS, para os efeitos do § 7º, do art. 543-C do CPC, pelo voto da Eminente Relatora NANCY ANDRIGHI, advertiu que "n"o se pode exigir que todos os empréstimos sejam feitos segundo essa taxa", tal porque, "se isto ocorresse a taxa média deixaria de ser o que é para ser um valor fixo". Em raz"o do que, há "que se admitir uma taxa razoável para a variaç"o dos juros". No mesmo sentido, transcrevo os seguintes julgados: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. AÇ"O REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. SÚMULAS 126/STJ E 283/STF. INAPLICABILIDADE. JUROS REMUNERATÓRIOS. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇ"O DA COBRANÇA ABUSIVA. AGRAVO N"O PROVIDO. 3. A circunstância de a taxa de juros remuneratórios praticada pela instituiç"o financeira exceder a taxa média do mercado n"o induz, por si só, a conclus"o de cobrança abusiva, consistindo a referida taxa em um referencial a ser considerado, e n"o em um limite que deva ser necessariamente observado pelas instituiç"es financeiras. 4. O eg. Tribunal de origem, ao considerar abusivos os juros remuneratórios pactuados t"o somente em raz"o de excederem a taxa média do mercado, destoou do entendimento desta eg. Corte, de forma que, ante a ausência de comprovaç"o cabal da cobrança abusiva, deve ser mantida, in casu, a taxa de juros remuneratórios acordada. 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 556.761/MS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 05/03/2015, DJe 31/03/2015). AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇ"O REVISIONAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. ABUSIVIDADE N"O CONSTATADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 1. A Segunda Seç"o deste STJ, ao julgar o REsp 1.061.530/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe de 10.3.2009), submetido ao rito do art. 543-C do CPC, consolidou o entendimento de que "é admitida a revis"o das taxas de juros remuneratórios em situaç"es excepcionais, desde que caracterizada a relaç"o de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento

em concreto".2. No presente caso, o Tribunal de origem afirmou expressamente que os juros remuneratórios n"o s"o abusivos, uma vez que o percentual pactuado n"o está muito acima da taxa média de mercado praticada à época da contrataç"o, de modo que rever tal posicionamento somente se faz possível com o reexame das cláusulas do contrato e dos elementos fáticos da demanda, o que encontra óbice nas Súmulas 5 e 7 do STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no AREsp 548.764/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 18/11/2014, DJe 26/11/2014) Verifica-se no caso dos autos, que a taxa de juros mensal e anual pactuadas são, respectivamente, de 2,19% ao mês e 29,73% a.a. (doc. fl. 23/24) - enquanto a taxa média de mercado praticada em operações da mesma natureza na época da celebraç"o do contrato (aquisiç"o de veículos Pessoa Física), s"o de 2,12 % a.m e de 28,66% a.a, em julho de 2007 - consoante tabela divulgada no sítio eletrônico do Banco Central (www.bcb.gov.br). Cabe ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça estabeleceu, em acórd"o paradigma, que, havendo abusividade da instituiç"o financeira ao estipular os juros remuneratórios de seus contratos, é possível a revis"o da cláusula, desde que haja discrepância substancial da taxa média aferida pelo Banco Central do Brasil - BACEN (REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇ"O, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009). A princípio, a Nobre e Culta Ministra Nancy Andrighi, visando adotar parâmetros em que consistiriam os aludidos juros abusivos, sugeriu que fossem considerados os precedentes que fixaram o entendimento acerca da discrepância substancial, o estabelecimento de juros duas ou três vezes superior ao percentual médio obtido pelo Banco Central, expondo em seus arrazoados que: "A jurisprudência, conforme registrado anteriormente, tem considerado abusivas taxas superiores a uma vez e meia (voto proferido pelo Min. Ari Pargendler no REsp 271.214/RS, Rel. p. Acórd"o Min. Menezes Direito, DJ de 04.08.2003), ao dobro (Resp 1.036.818, Terceira Turma, minha relatoria, DJe de 20.06.2008) ou ao triplo (REsp 971.853/RS, Quarta Turma, Min. Pádua Ribeiro, DJ de 24.09.2007) da média ". "A abusividade dos juros só se reconhece quando há discrepância substancial entre a taxa praticada e o dobro da média de mercado para operaç"es simulares, apurada (STJ - RESP 1.061.530 - RS (2008/0119992-4), 2ª Seç"o, Rel. Minª. NANCY ANDRIGHI. j.22.10.2008) No caso sub judice, conforme se verificou, n"o há qualquer abusividade nas taxas de juros cobradas, eis que, n"o é maior que o dobro ou o triplo da média cobrada pelo Banco Central do Brasil, posto que os juros mensais se encontram 0,07% acima da média e os anuais 1,07% acima da média. DA POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇ"O DE JUROS Quanto à discussão acerca da capitalização de juros, observa-se que a relação jurídica estabelecida entre as partes é constituída por uma operação de crédito representada pela Cédula de Crédito Bancário. E cumpre lembrar que a cédula de crédito bancário é regulada pela Lei nº 10.931/04, que permite a capitalização de juros, apenas exigindo, para tanto, a previsão expressa de tal forma de cobrança e a sua periodicidade, conforme disposto no § 1º do seu artigo 28: Art. 28. A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaborados conforme previsto no § 2º. § 1º Na Cédula de Crédito Bancário poder"o ser pactuados: I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou n"o, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalizaç"o, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigaç"o. Ademais, tem-se que, a partir de 31 de março de 2000, a capitalização mensal de juros, nos contratos celebrados com instituições financeiras, de um modo geral, é possível e deve ser chancelada pelo Poder Judiciário, desde que expressamente convencionada, tendo em vista que autorizada pela Medida Provisória nº 1.963-17, de 31 de março de 2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001 e que teve eficácia garantida pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 32. Esse entendimento já foi pacificado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 973.827-RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC: É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados até 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada. Nesse mesmo julgamento foi fixada a seguinte tese: "A capitalizaç"o dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previs"o no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". No caso dos autos, verifica-se que há previsão expressa da cobrança de juros capitalizados no contrato firmado entre as partes, sendo estipulada a taxa anual de 29,73% a.a e a mensal de 2,12%, cumprindo notar que a taxa de juros anual supera a soma de 12 vezes da taxa de juros mensal, isso que já é o bastante para configurar expressa previsão da cobrança de juros na forma capitalizada, segundo o citado entendimento pacificado pelo STJ no julgamento do REsp 973.827-RS. Dessa forma, não é possível afastar a cobrança de juros capitalizados. DOS ENCARGOS MORATÓRIOS a) DA COMISSAO DE PERMANENCIA Em que pese o STJ já ter firmando o entendimento quanto a legalidade da taxa de comissão de permanência (súmulas 30, 294, 472 e 296), a mesma deve vir expressamente pactuada para que surte seus efeitos. Desse modo,

ante a ausência do contrato firmado, a impossibilidade da cobrança da referida taxa é medida que se impõe. Nesta esteira: APELAÇÃO CÍVEL - JUÍZO DE RETRATAÇÃO -AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - REVISIONAL DE CONTRATO -COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - AUSÊNCIA DE CONTRATO -ACÓRDÃO MANTIDO. Deve ser afastada a cobrança da comissão de permanência, quando não restar comprovada a sua contratação, mormente quando inexistir nos autos a cópia do contrato. (TJMS Relator (a): Des. Rubens Bergonzi Bossay; Comarca: Campo Grande; Órgão julgador: 3ª Câmara Cível; Data do julgamento: 23/07/2013; Data de registro: 31/07/2013) APELAÇÃO CÍVEL - RECURSO DO AUTOR - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO - AUSÊNCIA DE CONTRATO - COMISSÃO DE PERMANÊNCIA - AFASTADA - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA. Mesmo que legal a cobrança da comissão de permanência, in casu, não pode ser aplicada, uma vez que, por ausência do contrato revisado, não há como averiguar se houve expressa pactuação ou a se a mesma se deu nos moldes das aludidas súmulas . Dessa forma, afastada a incidência da comissão de permanência, adota-se para correção e atualização do débito, o IGPM/FGV. Recurso conhecido e provido. (TJMS Relator (a): Juiz José Ale Ahmad Netto; Comarca: Campo Grande; Órgão julgador: 2ª Câmara Cível; Data do julgamento: 24/11/2015; Data de registro: 25/11/2015) b) TAC, TEC e IOF Tem-se que, conforme restou decidido através dos Recursos Especiais nº 1.251.331/RS e 1.255.573, a cobrança de tarifas pelas instituições financeiras, tais como TAC e TEC, ficou autorizada, desde que o contrato tivesse sido pactuado até a data de 30 de abril de 2008, sendo que a partir dessa data não se mostra válida a pactuação da cobrança das referidas tarifas. Entretanto, permaneceu sendo legítima a cobrança da" Tarifa de Cadastro ", no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira. Nestes termos: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COMPENSAÇÃO/REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO. RECURSOS REPETITIVOS. TARIFAS BANCÁRIAS. TAC E TEC. EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. FINANCIAMENTO DO IOF. POSSIBILIDADE. 1. A comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios (enunciados Súmulas 30, 294 e 472 do STJ). 2. Tratando-se de relação de consumo ou de contrato de adesão, a compensação/repetição simples do indébito independe da prova do erro (Enunciado 322 da Súmula do STJ). 3. Nos termos dos arts. 4º e 9º da Lei 4.595/1964, recebida pela Constituição como lei complementar, compete ao Conselho Monetário Nacional dispor sobre taxa de juros e sobre a remuneração dos serviços bancários, e ao Banco Central do Brasil fazer cumprir as normas expedidas pelo CMN. 4. Ao tempo da Resolução CMN 2.303/1996, a orientação estatal quanto à cobrança de tarifas pelas instituições financeiras era essencialmente não intervencionista, vale dizer, "a regulamentação facultava às instituições financeiras a cobrança pela prestação de quaisquer tipos de serviços, com exceção daqueles que a norma definia como básicos, desde que fossem efetivamente contratados e prestados ao cliente, assim como respeitassem os procedimentos voltados a assegurar a transparência da política de preços adotada pela instituição." 5. Com o início da vigência da Resolução CMN 3.518/2007, em 30.4.2008, a cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora expedida pelo Banco Central do Brasil. 6. A Tarifa de Abertura de Crédito (TAC) e a Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) não foram previstas na Tabela anexa à Circular BACEN 3.371/2007 e atos normativos que a sucederam, de forma que não mais é válida sua pactuação em contratos posteriores a 30.4.2008. 7. A cobrança de tais tarifas (TAC e TEC) é permitida, portanto, se baseada em contratos celebrados até 30.4.2008, ressalvado abuso devidamente comprovado caso a caso , por meio da invocação de parâmetros objetivos de mercado e circunstâncias do caso concreto, não bastando a mera remissão a conceitos jurídicos abstratos ou à convicção subjetiva do magistrado. 8. Permanece legítima a estipulação da Tarifa de Cadastro, a qual remunera o serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao inicio de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente" (Tabela anexa à vigente Resolução CMN 3.919/2010, com a redação dada pela Resolução 4.021/2011). 9. É lícito aos contratantes convencionar o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras e de Crédito (IOF) por meio financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos contratuais. 10. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - 1ª Tese: Nos contratos bancários celebrados até 30.4.2008 (fim da vigência da Resolução CMN 2.303/96) era válida a pactuação das tarifas de abertura de crédito (TAC) e de emissão de carnê (TEC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto. - 2ª Tese: Com a vigência da Resolução CMN 3.518/2007, em 30.4.2008, a cobrança por serviços bancários prioritários para pessoas físicas ficou limitada às hipóteses taxativamente previstas em norma padronizadora expedida pela autoridade monetária. Desde

então, não mais tem respaldo legal a contratação da Tarifa de Emissão de Carnê (TEC) e da Tarifa de Abertura de Crédito (TAC), ou outra denominação para o mesmo fato gerador. Permanece válida a Tarifa de Cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira. - 3ª Tese: Podem as partes convencionar o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras e de Crédito (IOF) por meio de financiamento acessório ao mútuo principal, sujeitando-o aos mesmos encargos contratuais. 11. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. (STJ, REsp. 1.255.573/RS, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Julgamento: 28/08/2013, S2 - SEGUNDA SEÇÃO) No caso em comento, o autor informa que celebrou a avença em 10/07/2007, portanto dentro o período no qual era possível a cobrança dessas tarifas, pelo que mantenho a referida cobrança. Quanto ao IOF, necessário observar que o lançamento de valores a título de IOF decorre de previsão legal expressa (artigo 63 do Código Tributário Nacional), incumbindo ao estabelecimento bancário o oportuno encaminhamento aos cofres públicos. Saliente-se que as instituições financeiras são responsáveis apenas pela cobrança e o recolhimento do IOF ao Tesouro Nacional (artigo 5º,"caput", do Decreto n. 4.494/02), não podendo arcar com os valores devidos pelo sujeito passivo direto (tomador do empréstimo), pelo que não prospera o pleito do requerente. DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO Em consequência do pedido de declaração da abusividade das cláusulas contratuais, requer a parte autora, a restituição em dobro dos valores pagos de forma indevida. De fato, a declaração de nulidade das cláusulas contratuais abusivas e ilegais através de decisão judicial, autoriza a devolução das prestações pagas indevidamente, independente de prova do erro, sob pena de enriquecimento ilícito de uma das partes, e em homenagem aos princípios da boa-fé e da equidade, os quais devem nortear os contratos. Não se cogita na hipótese, entretanto, a restituição em dobro, já que a aplicação desta sanção está atrelada a demonstração da má-fé da instituição financeira, o que não se verifica no caso. Apesar da constatada abusividade na cobrança de juros, a mesma ocorreu com base em cláusula contratual pactuada, inexistindo prova cabal da má-fé da instituição financeira. Nessa linha de entendimento: "AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. COBRANÇA ABUSIVA NÃO DEMONSTRADA. REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO. CONSTATAÇÃO DA MÁ-FÉ. 1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanar eventual existência de obscuridade, contradição ou omissão no julgado (CPC, art. 535), sendo inadmissível a sua interposição para rediscutir questões tratadas e devidamente fundamentadas na decisão embargada, já que não são cabíveis para provocar novo julgamento da lide 2. Conforme jurisprudência pacífica do STJ, as instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica cobrança abusiva; são inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591, c/c o art. 406 do CC/2002; é admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a cobrança abusiva (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante as peculiaridades do julgamento em concreto. 3. A Segunda Seção desta Corte firmou o entendimento de que a devolução em dobro dos valores pagos pelo consumidor somente é possível quando demonstrada a má-fé do credor. 4. Agravo regimental a que se nega provimento" - Agravo Regimental no Agravo em Recurso Especial nº 284.875/RJ, 4ª Turma do E. Superior Tribunal de Justiça, v.u., relator Ministro Raul Araújo, j. 07.03.2013. (grifos nossos) Desta forma, entendo que o banco reclamado deve responder pela restituição dos valores indevidamente cobrados, na linha do decidido acima, que deverão ser apurados em fase de liquidação, porém, de forma simples, sem aplicação da sanção de dobra. DISPOSITIVO Em face ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para: a) DECLARAR nula as disposições do contrato que estipularam comissão de permanência e, consequentemente, CONDENAR o requerido a restituição do que foi pago a título de comissão de permanência, a ser apurado em sede de liquidação de sentença, corrigidos monetariamente pelo INPC contar da data da sentença e juros de mora, a contar da citação (art. 406 do CC) b) Ante a sucumbência mínima do requerido, condeno somente o requerente em custas e honorários (art. 86, parágrafo único), os quais arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais) na forma do art. 85, §º8, segunda parte. Porém, ante a gratuidade judicial, suspendo a cobrança na forma do art. 98, §3º, do CPC Por conseguinte, extingo o processo com resolução de mérito (artigo 487, I, do NCPC). Transitada em julgado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 27 de junho de 2019. CELIO PETRONIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito titular da 5ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00200378920118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:LUIZ HENRIQUE DA SILVA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REU:BANCO

SANTANDER SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 20599-A - MARCO ANDRE HONDA FLORES (ADVOGADO) . Despacho A parte autora requereu em sua inicial justiça gratuita. Ocorre que ao longo do processo, não houve manifestação sobre esse pedido. A concessão da justiça gratuita é cabível em qualquer tempo ou grau de jurisdição, bastando que a parte firme declaração informando não dispor de recursos que lhe permitam custear a demanda. Assim, defiro a Assistência Judiciária, conforme requerido na inicial. Dito isto, fica revogado o edital de fls. 151. Comunique-se à UNAJ para que proceda ao devido cancelamento do boleto de custas. Após, observadas todas as formalidades legais e observando o trânsito em julgado da sentença, arquive-se os autos com as cautelas de estilo. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito P R O C E S S O : 0 0 2 0 6 7 6 2 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Protesto em: 27/06/2019 REQUERENTE:CONDOMÍNIO DO EDIFÍCIO VILLAGE VIP Representante(s): OAB 5432 - SAMIR ABFADILL TOUTENGE JUNIOR (ADVOGADO) OAB 12721 - LARA CASTANHEIRA IGLEZIAS DIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTAÇÃO ROSSIO COM. LTDA - NAVETA. R. h. Forçoso reconhecer a nulidade da citação por edital, eis que a publicação do edital no diário de justiça e em jornal local devem ocorrer dentro do prazo de 15 dias, o que não foi o caso dos autos. Assim, determino a expedição de novo edital de citação, com prazo de 20 dias, e diante do disposto no art. 257 do CPC/2015, dispenso a publicação do edital em jornal local. Decorrido o prazo, certifique a secretaria se houve ou não manifestação do requerido. Após, cls. Cumpra-se. Int. Belém, 27 de junho de 2019. CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Juíza de Direito titular da 5ª Vara Cível PROCESSO: 00218529820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSILENE FREIRE MONTEIRO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:HUMBERTO BITTENCOURT SILVA NETO AUTOR:IZANETTO COMERCIAL CONSTRUÇOES E SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO LTDA - EPP Representante(s): OAB 2995 - PAULO SERGIO HAGE HERMES (ADVOGADO) REU:BANCO DO BRASIL S.A Representante(s): OAB 15763-A - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) PERITO:MARIA DO SOCORRO COSTA DOS REIS. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso VI, do Provimento 006/2006-CJRMB, ante a juntada do laudo Pericial, às fls. 126/144, ficam intimadas as partes, através de seus advogados, a apresentarem manifestação sobre o mesmo, no prazo comum de 15 (cinco) dias, conforme despacho de fls. 108 dos autos. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Rosilene Freire Monteiro Auxiliar Judiciário da secretaria da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 0 0 2 2 2 4 2 5 9 2 0 0 8 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 0 8 1 0 6 9 6 5 4 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Consignação em Pagamento em: 27/06/2019 REU:BANCO DO HSBC BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 19035 - RAFAEL VELLOSO FONTENELLE CAMELO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) AUTOR:ELIETE LOUREIRO PORTAL Representante(s): REGINALDO DERZE FERREIRA (ADVOGADO) JULIO DE MASI AGUIAR (ADVOGADO) . TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ JUIZO DA 5ª VARA CIVEL, COMÉRCIO E REGISTRO PÚBLICO TERMO DE AUDIÊNCIA- PROC. Nº 0022242-59.2008.8.14.0301 Aos 27.06.2019, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará às 08:30 horas, na sala de audiências, onde estavam presentes o Dr. Célio Petrônio D Anunciação, Juiz de direito da 5ª Vara Cível, juntamente comigo, assessora, adiante nomeada, para audiência de conciliação. Feito o pregão, ausente a parte autora. Presente o defensor público Dr. Rodrigo Ayan. Presente a parte requerida, neste ato representada pela Sra. Luanny da Silva Libdy - RG 6396152 - SSP/PA, acompanhada da advogada Dra. Laysa Agenor leite - OAB/PA 15530, que juntou carta de preposto, procuração e substabelecimento. Aberta audiência: não houve proposta de acordo. Pela ordem, a advogada do demandado requer o levantamento dos valores depositados/consignados em juízo, a ser transferidos para conta do Banco Bradesco (incorporador do Banco HSBC), a ser apresentada no prazo de 15 (quinze) dias. DELIBERAÇÃO: tendo em vista que já fora apresentada contestação, abra-se vistas para réplica, devendo os autos serem encaminhados a defensoria pública. Após, retornem conclusos. Cientes os presentes. Nada mais havendo, encerra-se o presente termo. JUIZ DE DIREITO: DEFENSOR PÚBLICO: REQUERIDO: ADVOGADA: PROCESSO: 00229900320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:BIANCA TOCANTINS RAMOS Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:EDER SANTOS DA COSTA. PROCESSO Nº 0022990-03.2014.8.14.0301 SENTENÇA Vistos etc. BIANCA TOCANTINS RAMOS, qualificada nos autos, por meio de advogado devidamente habilitado, ajuizou a presente AÇÃO

DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL E contra EDER SANTOS DA COSTA, qualificados. A requerente alega, em síntese, que manteve relacionamento amoroso com o requerido pelo período de 05 (cinco) anos, no entanto, decidiu romper a relação em virtude de constantes conflitos. Assevera que, recentemente, foi informada por sua cunhada que estava circulando em grupos de conversas de whatsapp um vídeo intimo da autora com o requerido, e que segundo informações, foi o réu quem divulgou a filmagem, como forma de vingança pelo término da relação. Sustenta que não há dúvidas quanto à ocorrência dos danos morais sofridos pela suplicante, ante a flagrante violação dos direitos da personalidade protegidos constitucionalmente. Ao final, requer a procedência da ação com a condenação dos réus ao pagamento de indenização por danos morais não inferior a R$ 10.000,00 (Dez mil reais). Instruiu a inicial com documentos de fls. 07-28. Regularmente citado, o Réu não apresentou contestação, conforme Certidão de fl. 94. É o relatório. Decido. Ab initio, decreto a revelia do demandado, em razão da ausência de impugnação dos fatos articulados na exordial. Entendo cabível no presente caso o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC, em razão de se tratar de matéria de direito e a prova constante dos autos ser suficiente ao deslinde da questão, conforme ensina o Prof. J. J. CALMON DE PASSOS: "a) se a questão for unicamente de direito; b) se a questão, sendo de fato e de direito, prescindir de prova em audiência, por não ser pertinente ou sendo pertinente, for irrelevante para a decisão; c) se a questão, embora de fato e de direito, prescindir de outras, por já se ter produzido, com a inicial e a contestação, prova documental suficiente para formar a convicção do magistrado" (Comentários ao Código de Processo Civil, volume III/423, Forense). No mesmo sentido, manifesta-se a jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE INDENIZAÇ"O - PROVA PERICIAL - PRESCINDIBILIDADE. Não constitui cerceamento de defesa o julgamento antecipado do feito, sem a produção de provas consideradas impertinentes e inúteis, isto porque, ao juiz, destinatário da prova, incumbe o poder-dever de velar pela rápida solução do litígio (art. 125, II, CPC), bem como indeferir as diligências inúteis (artigo 130, CPC). (TJMG - Agravo de Instrumento-Cv 1.0024.07.684540-3/004, Relator (a): Des.(a) Domingos Coelho, 12ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 09/09/0015, publicação da sumula em 11-09-2015). Objetiva a autora com a presente ação indenizatória ver-se ressarcida pelos danos morais sofridos ao ter um vídeo com suas imagens íntimas divulgado pela ré através da ferramenta whatsapp. Nosso direito positivo tutela de maneira incisiva o direito à imagem. Em primeiro lugar, a Constituição, em seu art. 5º, inc. X, considera "inviolável" o direito à imagem. Trata-se da chamada tutela forte e não condicionada, a não ser pelo confronto com eventual outro direito fundamental - o que não é o caso presente. No nível da legislação ordinária, o art. 20 do Código Civil de 2002, tutelou o direito à imagem da seguinte forma: "Art. 20 Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais". Assim, comprovado o nexo causal entre a conduta ilícita do réu e o dano causado à autora, conforme provas constantes dos autos (Boletim de Ocorrência, Laudo Pericial emitido pelo Instituto Renato Chaves - fl. 11-27, bem como pelas imagens colhidas à fl. 28), corroborado pela revelia do requerido, não se pode negar a dor e os transtornos suportados pela demandante, dada à situação vexatória vivenciada pela exposição de momentos íntimos que dizem respeito somente ao casal de ex-namorados. Nessa linha de entendimento, tendo em vista a rapidez com que as informações se propagam nos dias de hoje em razão da intensa revolução tecnológica trazida pela internet é necessário muito cuidado com a divulgação de imagens a terceiros, sem a respectiva anuência do interessado, notadamente quando estas possuem conteúdo íntimo, como ocorre na hipótese. Por óbvio que a situação vivenciada pela requerente, que viu suas imagens íntimas serem expostas para diversas pessoas, ocasionou uma lesão efetiva a um bem jurídico ligado à sua esfera íntima, à sua autoestima, caracterizando aí o dano moral in re ipsa. Nesse sentido: APELAÇÃO - INDENIZAÇÃO - DIVULGAÇÃO DE VÍDEO ÍNTIMO - VIOLAÇÃO À HONRA E À IMAGEM - OCORRÊNCIA - DANO MORAL CONFIGURADO. 1. Para que se caracterize o dever de indenizar, necessária é a ocorrência do ato ilícito, do dano e do nexo de causalidade. 2. A divulgação de vídeo com cenas de sexo causa, incontestavelmente, dano à honra subjetiva e objetiva, imagem e dignidade da parte envolvida.(TJ-MG - AC: 10476140003874001 MG, Relator: Maurílio Gabriel, Data de Julgamento: 30/03/2017, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 07/04/2017) Pois bem. Em relação ao valor da indenização por danos morais, este não pode se mostrar demasiadamente elevado a ponto de caracterizar enriquecimento sem causa, tampouco ínfimo a afastar a compensação pelos danos experimentados. A fixação do valor de indenização deve atender aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, mostrando-se adequado ao evento danoso e suas consequências, prestando-se, ademais, como forma profilática a evitar reiteração de conduta indevida. Na hipótese ora analisada, entendo que o montante de R$ 10.000,00 (dez mil reais) se revela adequado e moderado as

circunstancias do caso concreto, além de atender a função pedagógica da reparação moral, considerando as agressões sofridas pelos autores e a condição econômica dos requeridos. DISPOSITIVO Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, para condenar os requeridos, solidariamente, ao pagamento de R$ 10.000,00 (Dez mil reais), a título de danos morais, que deverá ser corrigido monetariamente a contar da data do seu arbitramento (Súmula 362/STJ), bem como, juros moratórios a partir da data do evento danoso (Súmula 54/STJ). Condeno os requeridos ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como ao pagamento de honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Em consequência JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MERITO, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 27 de junho de 2019. CELIO PETRONIO D ANUNCIAÇ"O Juiz de Direito titular da 5ª Vara Cível da Capital PROCESSO: 00263597320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento ordinário em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA LUCIA DOS SANTOS SILVA Representante(s): OAB 1849 - JOAO MARIA FREIRE DE VASCONCELLOS CHAVES (ADVOGADO) REQUERIDO:A PONTUAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 16986 - NELSON ROCHA KAHWAGE (ADVOGADO) . Processo nº 00263359-73.2012.8.14.0301 SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Aç"o declaratória de nulidade c/c indenizaç"o por perdas/danos e danos morais, proposta por MARIA LÚCIA DOS SANTOS SILVA, qualificado, em face de PONTUAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. Distribuída a aç"o, este Juízo determinou a emenda da petiç"o inicial para que a autora informasse de forma clara, direta e quantificada todos os seus pedidos, bem como, que identificasse corretamente o polo passivo da demanda. À fl. 64, foi certificado que a requerente n"o procedeu a emenda conforme ordenado no despacho suprareferido. É o relatório. Passo a decidir. A ausência de emenda da petiç"o inicial, após a determinaç"o deste Juízo, configura a contumácia por parte da Requerente, n"o podendo prosseguir o processo, nos termos do art. 321, § único do Código de Processo Civil. Verifico, portanto, que a inércia da parte Autora enseja a extinç"o da presente Aç"o, sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, I do CPC. Diante do exposto, JULGO EXTINTA a presente Aç"o SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Transitada em julgado esta decis"o, promova-se o arquivamento do processo. Custas, se houver, pela parte autora, devendo ser intimada para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscriç"o na dívida ativa. Recolhidas as custas, arquivem-se os autos. Em caso de inadimplência, decorrido o prazo para pagamento, certifiquem-se e extraiam-se as cópias necessárias à cobrança judicial das custas devidas, expedindo a certid"o para inscriç"o em dívida ativa, ARQUIVANDO-SE os presentes autos após o trânsito em julgado, com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D" ANUNCIAÇ"O Juiz de Direito PROCESSO: 00263677420078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710824663 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REU:FREDERICO JOSE CARVALHO MIRANDA AUTOR:LIDER - SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA Representante(s): ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) . Processo: 0026367-74.2007.814.0301 DESPACHO Tendo em vista a juntada do comprovante de requisição à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio eletrônico, e considerando que a resposta foi no valor parcial da execução, bem como o resultado positivo do sistema Renajud em nome de FREDERICO JOSE CARVALHO MIRANDA, conforme fls. retro, determino: a) a conversão do bloqueio em penhora, e transferência à subconta do TJ/PA e intime-se a parte executada para oferecer embargos no prazo legal; b) intimação da parte Exequente, inclusive podendo indicar outros bens a serem penhorados com observação da ordem estabelecida no artigo 835 do NCPC. c) intimação parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apontar quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores, advertindo-a, por oportuno que, acaso intimada, se mantenha inerte sem justificativa, este Juízo poderá considerar sua omissão, ato atentatório à dignidade da Justiça (artigo 772, II E 774, V, NCPC), com a consequente aplicação da multa. Considerando o resultado positivo do bloqueio de veículos no sistema RENAJUD, intime-se a parte requerida FREDERICO JOSE CARVALHO MIRANDA, para, querendo, apresentar embargos no prazo legal. Intime-se a parte Exequente para manifestação, requerendo o que entender devido. Atente a secretaria se o requerido possui advogado devidamente habilitado nos autos. Caso contrário, certifique-se, e proceda a intimação, pessoal, por oficial de justiça. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00272654620078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710853274 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 AUTOR:BANCO FINASA S.A Representante(s): ANA CLAUDIA GRAIM MENDONCA SANTOS (ADVOGADO) MILTON GUILHERME SCLAUSER BERTOCHE (ADVOGADO) ISANA SILVA GUEDES (ADVOGADO) CARLA

SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) REU:SAMUEL TEIXEIRA DO NASCIMENTO. Processo nº 0027265-46.2007.8.14.0301 AUTOR: BANCO FINASA S.A. RÉU: SAMUEL TEIXEIRA DO NASCIMENTO SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, proposta por BANCO FINASA S.A., em face de SAMUEL TEIXEIRA DO NASCIMENTO, já qualificado. Foi deferido o pedido de busca e apreensão (fls. 23-24). À fl. 32, foi certificado, pelo Oficial de Justiça, que deixou de proceder à apreensão do veículo, em razão de não tê-lo localizado, tendo a parte autora requerido a conversão da ação de busca e apreensão em depósito, a qual foi deferida, às fls. 38-39. Após a conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito, foi expedido, novamente, outro mandado de citação, o qual não foi cumprido, em virtude da não localização do requerido. À fl. 72, a parte autora foi instada a manifestar se ainda possuía interesse no prosseguimento do feito, bem como requerer o que entendesse devido, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Todavia, deixou de apresentar manifestação, conforme certificado à fl. 72-verso. É o relatório. Decido. A inércia das partes diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional, equivalendo ao desaparecimento superveniente do interesse de agir, condição para o regular exercício do direito de ação. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; (...) §3º O juiz conhecerá de ofício da matéria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado. ANTE O EXPOSTO, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, inciso VI e §3º, do Código de Processo Civil. Fica autorizado, desde já, o desentranhamento das peças que constam no presente feito e sua devolução à parte interessada, caso assim requeira. Custas, se houver, pela parte Requerente, sendo que em caso de inadimplência, decorrido o prazo para pagamento, certifiquem-se e extraiam-se as cópias necessárias à cobrança judicial das custas devidas, expedindo a certidão para inscrição em dívida ativa. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se, com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Belém-PA, 27 de junho de 2019. CELIO PETRONIO D ANUNCIAÇ"O Juiz de Direito titular da 5ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00298277920118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:B&M CONSTRUTORA LTDA Representante(s): OAB 15317 - WALMIR HUGO PONTES DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23444 - WALMIR HUGO PONTES DOS SANTOS NETO (ADVOGADO) REU:TIM CELULAR SA Representante(s): OAB 12791 - RENATA MARIA FONSECA BATISTA (ADVOGADO) OAB 34672 - HISASHI KATAOKA (ADVOGADO) . TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ JUIZO DA 5ª VARA CIVEL, COMÉRCIO E REGISTRO PÚBLICO TERMO DE AUDIÊNCIA-PROC. Nº 0029827-79.2011.8.14.0301 Aos 27.06.2019, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às 10:00 horas, na sala de audiências do Juízo de Direito da 5ª Vara Cível, onde estavam presentes o Dr. CÉLIO PETRÔNIO D´ANUNCIAÇÃO, Juiz de Direito titular da 5ª Vara Cível da Capital, juntamente comigo, assessora, adiante nomeada, para Audiência de Instrução. Feito o pregão, presente a parte autora, neste ato representada pelo Sr. Murilo Soares Santos - RG 3483913 - PC/PA, acompanhado do advogado Dr. Walmir Hugo Pontes dos Santos Neto - OAB/PA 23444. Presente a requerida, neste ato representada pela Sra. Camila Melo dos Santos - RG 8044250 - SSP/PA, acompanhada do advogado Dr. Artur Azevedo Leão - OAB/PA 20074, que juntou atos constitutivos, carta de preposto e substabelecimento. Aberta a audiência: sem proposta de acordo. O advogado da parte autora, neste momento, desiste da produção das provas especificadas, depoimento do representante da empresa ré e de testemunhas, requerendo o julgamento antecipado da lide. DELIBERAÇÃO: dou por encerrada a instrução processual. Prazo sucessivo de 15 (quinze) dias para apresentar memoriais finais, sendo primeiro a parte autora e em seguida a reclamada. Em seguida, remetam os autos à UNAJ para cálculo de custas e intime-se as partes para o recolhimento de custas finais pendentes, em 15 (quinze) dias, SE HOUVER. Após, retornem-me conclusos para sentença. Cumpra-se. Cientes os presentes. Nada mais havendo, encerra-se o presente termo. JUIZ DE DIREITO: REQUERENTE: ADVOGADO: REQUERIDA: ADVOGADO: PROCESSO: 00308436720108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:LEILA DO SOCORRO ROTTERDAN OLETO Representante(s): OAB 20283 - MARIANA CHAVES CARVALHO (ADVOGADO) OAB 10883 - JOAO FLAVIO MEIRELES DE FREITAS (ADVOGADO) REU:BANCO FIAT S-A Representante(s): OAB 18691-A - JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO, proposta por LEILA DO SOCORRO ROTTERDAN OLETO, qualificada, em desfavor de BANCO FIAT S/A. Com o tramite regular do processo, a parte autora foi intimada para o cumprimento de diligências, porém quedou-se inerte consoante certidão constante dos autos. É a síntese do necessário. Decido. Considerando a necessidade da presteza jurisdicional face o consabido

congestionamento do Poder Judiciário e que o impulso processual é condição sine qua non para o atendimento do princípio da razoável duração do processo, o qual foi elevado ao plano constitucional, o não atendimento dos prazos com a consequente extinção do feito é medida que se impõe. Com efeito, dispõe o art. 485, III, do Código de Processo Civil, que o juiz não resolverá o mérito quando, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, in verbis. "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; (...)" Assim, JULGO EXTINTA a presente ação SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, III do CPC. Fica autorizado, desde já, o desentranhamento das peças que constam no presente feito e sua devolução à parte interessada, caso assim requeira. Custas, se houver, pela parte autora. P. R. I.C. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00318159120078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710993236 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 27/06/2019 REQUERENTE:SUDAMERIS ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): MICHEL FERRO (ADVOGADO) OAB 1076 - CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO E SILVA (ADVOGADO) MICHEL FERRO (ADVOGADO) OAB 1076 - CARLOS ALBERTO GUEDES FERRO E SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BUREAU IMAGEM COM E SERV LTDA ME REQUERIDO:CLAUDIO DOS SANTOS SOUSA REQUERIDO:MAURO AIRTON MOURA DE LIMA PONTES. SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE, proposta por SUDAMERIS ARRENDAMENTO MERCANTIL, qualificada, em desfavor de BUREAU IMAGEM COM. E SERV. LTDA ME, CLAUDIO DOS SANTOS SOUSA e MAURO AIRTON MOURA LIMA PONTES. Com o tramite regular do processo, a parte autora foi intimada para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, porém quedou-se inerte consoante certidão constante dos autos. É a síntese do necessário. Decido. Considerando a necessidade da presteza jurisdicional face o consabido congestionamento do Poder Judiciário e que o impulso processual é condição sine qua non para o atendimento do princípio da razoável duração do processo, o qual foi elevado ao plano constitucional, o não atendimento dos prazos com a consequente extinção do feito é medida que se impõe. Com efeito, dispõe o art. 485, III, do Código de Processo Civil, que o juiz não resolverá o mérito quando, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, in verbis. "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; (...)" Assim, JULGO EXTINTA a presente ação SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, III do CPC. Fica autorizado, desde já, o desentranhamento das peças que constam no presente feito e sua devolução à parte interessada, caso assim requeira. Custas, se houver, pela parte autora. P. R. I.C. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00333217220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910720702 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO MARIA GUEDES LEAL Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REU:FLASHBEL COMERCIAL COSMETICOS LTDA Representante(s): OAB 149408 - FLAVIO ALEXANDRE SISCONETO (ADVOGADO) REQUERENTE:REDENTOR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA Representante(s): OAB 14815 - BERNARDO DE SOUZA MENDES (ADVOGADO) ALCINO DIAS TEIXEIRA NETO (REP LEGAL) OAB 20208 - HELIO DE XEREZ E OLIVEIRA GOES JUNIOR (ADVOGADO) OAB 11454-B - MICHEL RODRIGUES VIANA (ADVOGADO) REU:BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A. ATO ORDINATÓRIO Tendo em vista a tempestividade dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO de fls.145/151, interposto pela parte Requerente. manifestem-se os EMBARGADOS no prazo legal. Belém-PA, 27 de Junho de 2019. Eu, _____, Antônio Maria Guedes Leal, Auxiliar Judiciário da Secretaria da 5ª Vara Cível, o digitei e subscrevi. PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00349306720118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:EDILSON DIAS BOTELHO Representante(s): OAB 15279 - MANOEL ALMIR CARDOSO DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:HÉLIO JOÃO MARTINS E SILVA Representante(s): OAB 11334 - PRISCILLA GOMES ARAUJO MIRANDA (ADVOGADO) OAB 9593 - CLAUDIO FERNANDO MENDES DE SOUZA (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA, proposta por EDILSON DIAS BOTELHO, qualificada, em desfavor de HELIO JOÃO MARTINS E SILVA. Com o tramite regular do processo, a parte autora foi intimada para apresentar documento necessário ao julgamento da causa, porém quedou-se inerte consoante certidão constante dos autos. É a síntese do necessário. Decido. Considerando a necessidade da presteza jurisdicional face o consabido congestionamento do Poder Judiciário e que o impulso processual é condição sine qua non para o atendimento do princípio da razoável duração do processo, o qual foi elevado ao plano constitucional, o não atendimento dos prazos

com a consequente extinção do feito é medida que se impõe. Com efeito, dispõe o art. 485, III, do Código de Processo Civil, que o juiz não resolverá o mérito quando, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, in verbis. "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; (...)" Assim, JULGO EXTINTA a presente ação SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, III do CPC. Fica autorizado, desde já, o desentranhamento das peças que constam no presente feito e sua devolução à parte interessada, caso assim requeira. Custas, se houver, pela parte autora. P. R. I.C. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00351426420088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810987535 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 27/06/2019 REQUERENTE:HARUKE SANTOS MOROTOMI Representante(s): OAB 11103 - FRANCISCA DI PAULA CHAGAS DE LIMA (ADVOGADO) OAB 11103 - FRANCISCA DI PAULA CHAGAS DE LIMA (ADVOGADO) . R. h. Vistas ao MP, eis que o acento consta na data 1985, em que pese o requerente ter nascido em 1987. Int. Belém, 27 de junho de 2019. CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Juíza de Direito titular da 5ª Vara Cível PROCESSO: 00352945920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711089224 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:COMERCIAL PIRANGY LTDA ME Representante(s): OAB 1168 - RAIMUNDO DUMIENSE RAIOL (ADVOGADO) REQUERIDO:BRASIGASS INDUSTRIA METALURGICA LTDA. SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE CANCELAMENTO DE PROTESTO C/C ANULAÇÃO DE DUPLICATA, proposta por COMECIAL PIRANGY, em face de BRASIGASS INDUSTRIA METALÚRGICA LTDA, todos qualificados. Distribuída a ação, fora determinado o recolhimento das custas complementares fls.34. As fls. 34-v, fora certificado que a parte autora não efetuou o pagamento das referidas custas. É o relatório. Passo a decidir. A ausência de recolhimento das custas judiciais iniciais, após a determinação deste Juízo, configura o desinteresse por parte do Requerente, não podendo prosseguir o processo sem o pagamento das despesas exigidas por lei. Verifico, portanto, que a inércia da parte Autora enseja a extinção da presente Ação, sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485, III do CPC. Diante do exposto, JULGO EXTINTA a presente Ação SEM JULGAMENTO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil, determinando o cancelamento da distribuição da presente Ação, com fulcro no artigo 290 do mesmo Diploma Legal. Custas pela parte autora, devendo ser intimada para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa. Recolhidas as custas, arquivem-se os autos. Em caso de inadimplência, decorrido o prazo para pagamento, certifiquem-se e extraiam-se as cópias necessárias à cobrança judicial das custas devidas, expedindo a certidão para inscrição em dívida ativa, ARQUIVANDO-SE os presentes autos após o trânsito em julgado, com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRONIO D" ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito da 5ª Vara Cível da Capital PROCESSO: 00354482320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Agravo de Instrumento em: 27/06/2019 REQUERENTE:HELOISA MARIA DE QUEIROZ FERNANDES Representante(s): OAB 13622 - MAURO PINHO DA SILVA (DEFENSOR) OAB 13661 - JOAO VELOSO DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:B V FINANCEIRA SA Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) . Vistos etc.... HELOISA MARIA DE QUEIROZ FERNANDES, qualificada nos autos em epígrafe, por meio de procurador devidamente habilitada, ajuizou a presente AÇÃO ORDINÁRIA CONSIGNATÓRIA C/C REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO DE VEICULO, em desfavor de BV FINANCEIRA S/A, já identificado. Alega, em síntese, que celebrou um contrato de credito pessoal para aquisição de veículo e que verificou uma abusividade na cobrança de juros, capitalização de juros. Ao final, requer a expedição de guia de deposito no valor de R$ 399,32 para fins de consignação das parcelas. No mérito, que seja julgada procedente a presente ação para determinar a revisão do contrato celebrado estabelecendo a taxa de juros convencionais e moratórios em 1% ao mês, excluindo os valores de capitalização mensal e comissão de permanência. Instruiu a inicial com o documento de fls. 17 usque 22 Liminar deferida as fls. 23/24. O réu apresentou contestação as fls. 29/54. Juntou documentos de fls. 55/65, tendo em seguida apresentado embargos de declaração de fls. 66/68 questionando a liminar deferida, bem como interpôs agravo de instrumento da decisão liminar. Em seguida, vieram os autos conclusos. Decido. A quaestio iuris posta em discussão nos presentes autos cinge-se em supostas cobranças abusivas de juros e encargos contratuais, não havendo necessidade de realização de perícia ou de outras provas, uma vez que a matéria é exclusivamente de direito e as supostas ilegalidades são apuradas confrontando-se as leis aplicáveis ao caso com as cláusulas contratuais impugnadas, motivo pela qual procedo ao julgamento antecipado da lide nos termos do art.

355, inciso I, do CPC, mormente considerando a existência de recurso repetitivo incidente sobre a matéria posta em julgamento No que se refere ao indeferimento da petição inicial nos termos do art. 285-b, verifico que a exordial preencheu os requisitos insculpidos nos artigos 282 e 283 do CPC. Além disso, a parte autora indicou o contrato e as cláusulas que pretende revisar, bem como indicou o valor incontroverso. Assim, cumprido adequadamente o disposto no art. 285-B do CPC. DA APLICAÇÃO DO CODIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR De entrada, ressalto que inexiste dúvida acerca da aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, nos termos da Súmula n. 297, do STJ, e da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2591, que, por maioria de seus membros, julgou improcedente o pedido formulado pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras. O crédito tomado para ser utilizado, como o foi no presente caso, é bem jurídico, porque produto das instituições financeiras, que o repassam ao destinatário final, consumidor. O presente contrato é de adesão, caracterizado como um negócio jurídico no qual a participação de um dos sujeitos sucede pela aceitação, em bloco, de uma série de cláusulas formuladas antecipadamente, de modo geral e abstrato, pela outra parte, para constituir o conteúdo normativo e obrigacional de futuras relações concretas. Ressalta-se que uma das finalidades do Código de Defesa do Consumidor é assegurar o equilíbrio entre as partes, invocando o princípio da boa-fé e da equidade, ou seja, da função social do contrato. Ele prevê um regime protetivo no qual a administração pública e a privada, através de mecanismos jurídicos próprios, equilibram as relações de consumo, em especial, com a proscrição de cláusulas abusivas em contratos de adesão. Assim, possível do ponto de vista da equidade, a revisão dos presentes contratos adesivos, não havendo que prevalecer a tese do pacta sunt servanda. Os consumidores ficam, dessa forma, protegidos de qualquer abuso que queira o fornecedor praticar. A finalidade principal é harmonizar os interesses contrapostos em jogo, preservando as atividades produtivas e protegendo os consumidores de abusos. Dessarte, sob esse prisma deve ser analisada as controvérsias dos autos. DA LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS Iniciando a análise da controvérsia pela discussão a respeito da limitação dos juros remuneratórios, tenho que não merece guarida a alegação do autor. Isso porque já há entendimento consolidado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça no REsp. 1.061.530-RS, julgado segundo o rito dos recursos repetitivos (art. 1036 do CPC), vinculando, portanto, todos os juízes a observar o referido precedente, que assim orienta: 1.JUROS REMUNERATÓRIOS a). As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33, Súmula 596 do STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d). É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. Cumpre observar que aludido precedente, mesmo reconhecendo que a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade, manifestou-se pela possibilidade de revisão das suas taxas quando, diante das peculiaridades do caso concreto, restar cabalmente demonstrada situação de desvantagem exagerada ao consumidor. Assim, na hipótese de constatação de abusividade, a jurisprudência já evoluiu no sentido de privilegiar a parte mais fraca na relação de consumo, de forma a combater a cobrança de juros remuneratórios acima do mercado, taxas onerosas em demasia, reajustando-se o débito pelo índice mais benigno ao consumidor. A propósito disso, tanto o Supremo Tribunal Federal como o Superior Tribunal de Justiça já se manifestaram no sentido de se verificar na análise de possível abusividade dos juros a partir da análise da taxa média de mercado nas operações bancárias divulgadas pelo Banco Central, como se extrai dos seguintes julgados: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - MATÉRIA LEGAL E AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. (...) RECURSO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CARTÃO DE CRÉDITO. LIMITAÇÃO DE JUROS. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DE FIXAÇÃO PELO COPOM - COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA. PREVALÊNCIA DA LIVRE PACTUAÇÃO. INAPLICABILIDADE DA LEI DE USURA, DECRETO Nº 22.626/33. [...] X - In casu, é de se reconhecer que o usuário do cartão de crédito não é um desavisado das taxas de juros aplicadas, nesta modalidade creditícia, tanto que estão ao seu alcance, nos próprios extratos bancários, sendo, pois, ciente do seu custo, mas, por outro lado, considerando sua onerosidade, já que são taxas bastante díspares das demais operações financeiras do mercado, devem, então, os juros remuneratórios, no contrato em questão, ser reduzidos à taxa média do Banco Central do Brasil, reajustando-se o débito pelo índice mais benigno, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2%, expurgando-se a comissão de permanência, conquanto não pode ser cumulada com outros encargos. Apelação Cível nº 0006865-11.2008.819.0210.4[...] A decisão recorrida está calcada em interpretação conferida ao Código de Defesa do Consumidor. A taxa de juros objeto do contrato foi afastada ante constatação de abusividade da

cláusula. Em momento algum, a Corte de origem adotou entendimento contrário ao teor do inciso II do artigo 5º da Constituição Federal. O que se percebe é que a articulação em torno das garantias constitucionais parte da interpretação conferida às normas estritamente legais. Consoante dispõe a alínea a do inciso III do artigo 102 da Carta da Republica, o cabimento do extraordinário pressupõe conclusão conflitante com a lei básica, o que não ocorreu no caso destes autos (STF, AI 759682/GO, Relator Ministro Marco Aurélio, decisao em 06/08/2009). BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Invertido, pelo Tribunal, o ônus da prova quanto à regular cobrança da taxa de juros e consignada, no acórdão recorrido, a sua abusividade, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento.- Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP nº 1.963-17/00 (reeditada sob o nº 2.170-36/01), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos (STJ, REsp 1112880/PR (em sede de recurso repetitivo), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/05/2010, DJe 19/05/2010). Verifica-se, no caso dos autos, que a taxa de juros mensal e anual pactuadas são, respectivamente, de 1,38% ao mês e 24,09% a.a. (folhas 55) - enquanto a taxa média de mercado praticada em operações da mesma natureza na época da celebração do contrato em junho de 2010 foi de 1.81% e 23,96%- consoante tabela divulgada no sítio eletrônico do Banco Central (www.bcb.gov.br). Assim, no caso sub judice, com o devido respeito, não há, no caso em tela, qualquer abusividade nas taxas de juros cobradas, eis que, os juros não são sequer uma vez maior que os juros de mercado. DA POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS Quanto à discussão acerca da capitalização de juros, observa-se que a relação jurídica estabelecida entre as partes é constituída por uma operação de crédito representada pela Cédula de Crédito Bancário cuja cópia encontra-se acostada a folhas 125/128. E cumpre lembrar que a cédula de crédito bancário é regulada pela Lei nº 10.931/04, que permite a capitalização de juros, apenas exigindo, para tanto, a previsão expressa de tal forma de cobrança e a sua periodicidade, conforme disposto no § 1º do seu artigo 28: Art. 28. A Cédula de Crédito Bancário é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo, ou nos extratos da conta corrente, elaborados conforme previsto no § 2º. § 1º Na Cédula de Crédito Bancário poderão ser pactuados: I - os juros sobre a dívida, capitalizados ou não, os critérios de sua incidência e, se for o caso, a periodicidade de sua capitalização, bem como as despesas e os demais encargos decorrentes da obrigação. Ademais, tem-se que, a partir de 31 de março de 2000, a capitalização mensal de juros, nos contratos celebrados com instituições financeiras, de um modo geral, é possível e deve ser chancelada pelo Poder Judiciário, desde que expressamente convencionada, tendo em vista que autorizada pela Medida Provisória nº 1.963-17, de 31 de março de 2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001 e que teve eficácia garantida pelo art. 2º da Emenda Constitucional nº 32. Esse entendimento já foi pacificado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 973.827-RS, submetido ao rito do art. 543-C do CPC: É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados até 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada. Nesse mesmo julgamento foi fixada a seguinte tese: "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". No mesmo sentido o AgRg no AREsp. 87747/RS: "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. TAXAS MENSAL E ANUAL EXPRESSAMENTE CONTRATADAS. LEGALIDADE. 1. No julgamento do Recurso Especial 973.827, julgado segundo o rito dos recursos repetitivos, foram firmadas, pela 2ª Seção, as seguintes teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: -"É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."-"A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A

previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". 2. Hipótese em que foram expressamente pactuadas as taxas de juros mensal e anual, cuja observância, não havendo prova de abusividade, é de rigor. 3. Agravo regimental provido. (AgRg no AREsp 87747/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 22/08/2012) No caso dos autos, verifica-se que há previsão expressa da cobrança de juros capitalizados no contrato firmado entre as partes, sendo estipulada a taxa de 1,38% ao mês e 24,09% a.a cumprindo notar que a taxa de juros anual supera a soma de 12 vezes da taxa de juros mensal, isso que já é o bastante para configurar expressa previsão da cobrança de juros na forma capitalizada, segundo o citado entendimento pacificado pelo STJ no julgamento do REsp 973.827-RS. Dessa forma, não é possível afastar a cobrança de juros capitalizados. COMISSAO DE PERMANENCIA A propósito da discussão sobre Encargos Moratórios, observa-se que o contrato celebrado entre as partes no caso de inadimplência prevê na cláusula 16, a cobrança da comissão de permanência e multa de 2%, o que se revela abusivo e ilegal. A comissão de permanência tem natureza jurídica tríplice, destinando-se a remunerar o capital emprestado, a atualizar monetariamente o saldo devedor e a sancionar o devedor pelo descumprimento do contrato. As súmulas 30, 294, 296 e 472 do Superior Tribunal de Justiça expressam a legalidade da comissão de permanência, desde que aplicada isoladamente: "Súmula 472. A cobrança de comissão de permanência - cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato - exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual." "Súmula 294. Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato. Desse modo, a solução correta da questão é determinar que, no período de inadimplência, seja cobrada tão somente a comissão de permanência, excluída a multa. REPETIÇÃO DO INDÉBITO Tendo em vista a vedação do enriquecimento sem causa, qualquer valor relativo a encargo contratual ilegal, deve ser restituído à parte lesada. Sobre o tema, determina o enunciado do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor: "Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável." Para ocorrer a restituição em dobro dos valores decotados, deve estar demonstrado que a cobrança em excesso se deu em virtude de ato praticado com má-fé, o que no caso não se verifica, pois estas se deram em decorrência de cláusulas contratuais previamente anuídas pelas partes. Dessa forma, as quantias declaradas ilegais e indevidas deverão ser compensadas com o saldo devedor em aberto, ou restituído, de forma simples, caso não haja possibilidade de compensação, não sendo o caso de recálculo da dívida. DAS EXCLUSAO DE OUTRAS CLAUSULAS QUE POSSAM SER CONSIDERADAS ABUSIVAS A análise da inicial revela que o autor não apontou qualquer ilegalidade ou abusividade das cláusulas constantes do contrato celebrado entre as partes, além daquelas especificamente analisadas. Contudo, fez pedido genérico de análise de outras clausulas que possam ser consideradas abusivas, sem elucidar quais seriam estas. A mera alegação genérica de abusividade de encargos não é suficiente. Ora, nos contratos bancários é vedado ao juiz conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas (Súmula 381 do STJ), razão pela qual deve constar da inicial da ação revisional a indicação precisa dos encargos tidos como ilegais ou abusivos, com substrato, obrigatoriamente, no respectivo instrumento contratual. DISPOSITIVO FACE O EXPOSTO, REVOGO A LIMINAR e JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO, apenas para determinar que cobrança dos encargos moratórios seja limitada apenas a comissão de permanência. Em consequência, JULGO EXTINTO o PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MERITO, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Diante da sucumbência reciproca, considerando que o autor decaiu de quase toda a totalidade de seus pedidos, condeno o autor ao pagamento no percentual de 95% e o réu dos 5% das custas e honorários advocatícios que fixo em R$ 1000,00 (mil reais). Fica suspensa a exigibilidade da referida verba, em relação ao autor, nos termos do disposto no artigo 12 da lei 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 27 de junho de 2019. CELIO PETRONIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito titular da 5ª Vara cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00354711320108140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 87296 - NICOLAS MEDINA ALONSO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE ANTONIO DA SILVA. Processo: 0035471-13.2010.814.0301 Sentença (extinção) Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, proposta por BANCO ITAUCARD, em face de JOSE ANTONIO DA SILVA, todos qualificados. Recebo a petição de fl. 75, como desistência da Ação. Dispõe o art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, que o processo será extinto sem julgamento do mérito, quando o autor

desistir da ação. Já o art. 200, parágrafo único, alerta que tal desistência somente produzirá efeito após homologação judicial. ANTE O EXPOSTO, e nos termos do art. 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO, julgando, em consequência, extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, VIII, do Código Processual. Custas, se houver, pela parte autora, devendo ser intimada para pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa. Caso não efetue o pagamento, expeça-se certidão para a inscrição em dívida ativa. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se, com as cautelas legais. Publique-se, registre-se e intimem-se. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00365453320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811019907 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR Ação: Processo Cautelar em: 27/06/2019 REU:MECANTEC USINAGEM E SERVICOS TECNICOS LTDA AUTOR:GRAFICA NASCIMENTO LTDA Representante(s): MARCUS MILLER MACHADO SASSIM (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas por lei, que a SENTENÇA proferida às fls. ____, destes autos, publicada no Diário da Justiça, transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu,_____, LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR, Analista Judiciário da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém, digitei e subscrevi. PROCESSO: 00365453320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811019907 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR Ação: Processo Cautelar em: 27/06/2019 REU:MECANTEC USINAGEM E SERVICOS TECNICOS LTDA AUTOR:GRAFICA NASCIMENTO LTDA Representante(s): MARCUS MILLER MACHADO SASSIM (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas por lei, que a SENTENÇA proferida às fls. ____, destes autos, publicada no Diário da Justiça, transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu,_____, LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR, Analista Judiciário da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém, digitei e subscrevi. PROCESSO: 00374533120078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711159986 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERIDO:BANCO DO BRASIL S/A Representante(s): MARIA DEUSA ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) OAB 10176 - ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE:EDSON DO CARMO OLAIA GARCIA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . Vistos etc.... EDSON DO CARMO OLAIA GARCIA, qualificada nos autos em epígrafe, por meio de procurador devidamente habilitada, ajuizou a presente AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO, em desfavor de BANCO DO BRASIL S/A, já identificado. Alega, em síntese, que celebrou dois contratos de credito pessoal e que verificou uma abusividade na cobrança de juros e encargos. Ao final, requer a título de tutela antecipada que a ré se abstenha de levar a protesto quaisquer títulos oriundos do contrato sub judice, bem como cancelar o lançamento do nome do autor na restrição creditícia e, no mérito, que seja julgada procedente a presente ação para fixar os critérios de correção pelo IGMP, condenando a ré a restituir as parcelas vencidas a importâncias pagas a maior a título de juros capitalizados, correção monetária, comissões de permanência. Declarando ainda a nulidade de cláusulas abusivas e expurgo do anatocismo. Instruiu a inicial com o documento de fls. 14 usque 18. Liminar deferida as fls. 19/23. O réu apresentou contestação as fls. 40/48. Juntou documentos de fls. 50/60. Replica as fls. 62/66 Instado a se manifestarem sobre as provas que pretendiam produzir, o Banco o julgamento antecipado da lide e o autor a realização de audiência de conciliação. Em seguida, vieram os autos conclusos. Decido. A quaestio iuris posta em discussão nos presentes autos cinge-se em supostas cobranças abusivas de juros e encargos contratuais, não havendo necessidade de realização de perícia ou de outras provas, uma vez que a matéria é exclusivamente de direito e as supostas ilegalidades são apuradas confrontando-se as leis aplicáveis ao caso com as cláusulas contratuais impugnadas, motivo pela qual procedo ao julgamento antecipado da lide nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. DA APLICAÇÃO DO CODIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR De entrada, ressalto que inexiste dúvida acerca da aplicabilidade das disposições do Código de Defesa do Consumidor aos contratos bancários, nos termos da Súmula n. 297, do STJ, e da decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 2591, que, por maioria de seus membros, julgou improcedente o pedido formulado pela Confederação Nacional das Instituições Financeiras. O crédito tomado para ser utilizado, como o foi no presente caso, é bem jurídico, porque produto das instituições financeiras, que o repassam ao destinatário final, consumidor. O presente contrato é de adesão, caracterizado como um negócio jurídico no qual a participação de um dos sujeitos sucede pela aceitação, em bloco, de uma série de cláusulas formuladas antecipadamente, de modo geral e abstrato, pela outra parte, para constituir o conteúdo normativo e obrigacional de futuras relações concretas. Ressalta-se que uma das finalidades do Código de Defesa do Consumidor é assegurar o equilíbrio entre as partes,

invocando o princípio da boa-fé e da equidade, ou seja, da função social do contrato. Ele prevê um regime protetivo no qual a administração pública e a privada, através de mecanismos jurídicos próprios, equilibram as relações de consumo, em especial, com a proscrição de cláusulas abusivas em contratos de adesão. Assim, possível do ponto de vista da equidade, a revisão dos presentes contratos adesivos, não havendo que prevalecer a tese do pacta sunt servanda. Os consumidores ficam, dessa forma, protegidos de qualquer abuso que queira o fornecedor praticar. A finalidade principal é harmonizar os interesses contrapostos em jogo, preservando as atividades produtivas e protegendo os consumidores de abusos. Dessarte, sob esse prisma deve ser analisada as controvérsias dos autos. DA LIMITAÇÃO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS Iniciando a análise da controvérsia pela discussão a respeito da limitação dos juros remuneratórios, tenho que não merece guarida a alegação do autor. Isso porque já há entendimento consolidado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça no REsp. 1.061.530-RS, julgado segundo o rito dos recursos repetitivos (art. 1036 do CPC), vinculando, portanto, todos os juízes a observar o referido precedente, que assim orienta: 1.JUROS REMUNERATÓRIOS a). As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33, Súmula 596 do STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d). É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada - art. 51, § 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. Cumpre observar que aludido precedente, mesmo reconhecendo que a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade, manifestou-se pela possibilidade de revisão das suas taxas quando, diante das peculiaridades do caso concreto, restar cabalmente demonstrada situação de desvantagem exagerada ao consumidor. Assim, na hipótese de constatação de abusividade, a jurisprudência já evoluiu no sentido de privilegiar a parte mais fraca na relação de consumo, de forma a combater a cobrança de juros remuneratórios acima do mercado, taxas onerosas em demasia, reajustando-se o débito pelo índice mais benigno ao consumidor. A propósito disso, tanto o Supremo Tribunal Federal como o Superior Tribunal de Justiça já se manifestaram no sentido de se verificar na análise de possível abusividade dos juros a partir da análise da taxa média de mercado nas operações bancárias divulgadas pelo Banco Central, como se extrai dos seguintes julgados: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - MATÉRIA LEGAL E AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. (...) RECURSO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CARTÃO DE CRÉDITO. LIMITAÇÃO DE JUROS. INADMISSIBILIDADE. COMPETÊNCIA DE FIXAÇÃO PELO COPOM - COMITÊ DE POLÍTICA MONETÁRIA. PREVALÊNCIA DA LIVRE PACTUAÇÃO. INAPLICABILIDADE DA LEI DE USURA, DECRETO Nº 22.626/33. [...] X - In casu, é de se reconhecer que o usuário do cartão de crédito não é um desavisado das taxas de juros aplicadas, nesta modalidade creditícia, tanto que estão ao seu alcance, nos próprios extratos bancários, sendo, pois, ciente do seu custo, mas, por outro lado, considerando sua onerosidade, já que são taxas bastante díspares das demais operações financeiras do mercado, devem, então, os juros remuneratórios, no contrato em questão, ser reduzidos à taxa média do Banco Central do Brasil, reajustando-se o débito pelo índice mais benigno, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2%, expurgando-se a comissão de permanência, conquanto não pode ser cumulada com outros encargos. Apelação Cível nº 0006865-11.2008.819.0210.4[...] A decisão recorrida está calcada em interpretação conferida ao Código de Defesa do Consumidor. A taxa de juros objeto do contrato foi afastada ante constatação de abusividade da cláusula. Em momento algum, a Corte de origem adotou entendimento contrário ao teor do inciso II do artigo 5º da Constituição Federal. O que se percebe é que a articulação em torno das garantias constitucionais parte da interpretação conferida às normas estritamente legais. Consoante dispõe a alínea a do inciso III do artigo 102 da Carta da Republica, o cabimento do extraordinário pressupõe conclusão conflitante com a lei básica, o que não ocorreu no caso destes autos (STF, AI 759682/GO, Relator Ministro Marco Aurélio, decisao em 06/08/2009). BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Invertido, pelo Tribunal, o ônus da prova quanto

à regular cobrança da taxa de juros e consignada, no acórdão recorrido, a sua abusividade, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento.- Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP nº 1.963-17/00 (reeditada sob o nº 2.170-36/01), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos (STJ, REsp 1112880/PR (em sede de recurso repetitivo), Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/05/2010, DJe 19/05/2010). Verifica-se, no caso dos autos, que a taxa de juros mensal é de 4,65% ao mês e de 72,53% a.a (folhas 16) no contrato de 09/12/2005 e de 4,50 a.m e 69,58 ao ano em 07/06/2006 (fls. 17)- enquanto a taxa média de mercado praticada em operações da mesma natureza na época da celebração do contrato (credito pessoal com juros prefixados), de 4,38 a. m e 67,28% ao ano e 4,11% ao mês e 62,12% ao ano - consoante tabela divulgada no sítio eletrônico do Banco Central (www.bcb.gov.br). Cabe ressaltar que o Superior Tribunal de Justiça estabeleceu, em acórdão paradigma, que, havendo abusividade da instituição financeira ao estipular os juros remuneratórios de seus contratos, é possível a revisão da cláusula, desde que haja discrepância substancial da taxa média aferida pelo Banco Central do Brasil - BACEN (REsp 1061530/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/10/2008, DJe 10/03/2009). A princípio, a Nobre e Culta Ministra Nancy Andrighi, visando adotar parâmetros em que consistiriam os aludidos juros abusivos, sugeriu que fossem considerados procedentes que fixaram o entendimento acerca da discrepância substancial, o estabelecimento de juros duas ou três vezes superior ao percentual médio obtido pelo Banco Central, expondo em seus arrazoados que: " A jurisprudência, conforme registrado anteriormente, tem considerado abusivas taxas superiores a uma vez e meia (voto proferido pelo Min. Ari Pargendler no REsp 271.214/RS, Rel. p. Acórdão Min. Menezes Direito, DJ de 04.08.2003), ao dobro (Resp 1.036.818, Terceira Turma, minha relatoria, DJe de 20.06.2008) ou ao triplo (REsp 971.853/RS, Quarta Turma, Min. Pádua Ribeiro, DJ de 24.09.2007) da média ". "A abusividade dos juros só se reconhece quando há discrepância substancial entre a taxa praticada e o dobro da média de mercado para operações simulares, apurada (STJ - RESP 1.061.530 - RS (2008/0119992-4), 2ª Seção, Rel. Minª. NANCY ANDRIGHI. j.22.10.2008) Porém, no caso sub judice, com o devido respeito, não há, no caso em tela, qualquer abusividade nas taxas de juros cobradas. DA POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DE JUROS O STJ fixou a seguinte tese: "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". No mesmo sentido o AgRg no AREsp. 87747/RS: "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO BANCÁRIO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. TAXAS MENSAL E ANUAL EXPRESSAMENTE CONTRATADAS. LEGALIDADE. 1. No julgamento do Recurso Especial 973.827, julgado segundo o rito dos recursos repetitivos, foram firmadas, pela 2ª Seção, as seguintes teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: -"É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada."-"A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". 2. Hipótese em que foram expressamente pactuadas as taxas de juros mensal e anual, cuja observância, não havendo prova de abusividade, é de rigor. 3. Agravo regimental provido. (AgRg no AREsp 87747/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 22/08/2012) No caso dos autos, verifica-se que há previsão expressa da cobrança de juros capitalizados no contrato firmado entre as partes, sendo estipulada a taxa de 4,65% ao mês e de 72,53% a.a (folhas 16) no contrato de 09/12/2005 e de 4,50 a.m e 69,58% ao ano, cumprindo notar que a taxa de juros anual supera a soma de 12 vezes da taxa de juros mensal, isso que já é o bastante para configurar expressa previsão da cobrança de juros na forma capitalizada, segundo o citado entendimento pacificado pelo STJ no julgamento do REsp 973.827-RS. Dessa forma, não é possível afastar a cobrança de juros capitalizados. DA COBRANÇA DE ENCARGOS -COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. Não se observou no contrato a existência das tarifas indicadas na exordial. DAS EXCLUSAO DE OUTRAS CLAUSULAS QUE POSSAM SER CONSIDERADAS ABUSIVAS A análise da inicial revela que o autor não apontou qualquer ilegalidade ou abusividade das cláusulas constantes do contrato celebrado entre as partes, além daquelas especificamente analisadas. Contudo, fez pedido genérico de análise de outras clausulas que possam ser consideradas abusivas, sem elucidar quais seriam estas. A mera alegação genérica de abusividade de encargos não é suficiente. Ora, nos contratos bancários é vedado ao juiz conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas (Súmula 381 do STJ), razão pela qual deve constar da inicial da ação revisional a indicação precisa dos encargos tidos como ilegais ou abusivos, com substrato, obrigatoriamente, no

respectivo instrumento contratual. DISPOSITIVO FACE O EXPOSTO, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos, em consequência, JULGO EXTINTO o PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MERITO, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Diante da sucumbência, condeno o autor ao pagamento das custas e honorários advocatícios no percentual de 10% do valor da causa. Fica suspensa a exigibilidade da referida verba, em relação ao autor, nos termos do disposto no artigo 12 da lei 1.060/50. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 28 de junho de 2019. CELIO PETRONIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito titular da 5ª Vara cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00469647420118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:NAZIRA AYAN Representante(s): OAB 1428 - SOTER OLIVEIRA SARQUIS (ADVOGADO) REU:BANCO ITAU SA Representante(s): OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso I, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a parte Autora, NAZIRA AYAN, a se manifestar sobre as petições de fls. 142/145, no prazo de 05 (cinco) dias. Belém-PA, 27 de junho de 2019. LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR Analista Judiciário da secretaria da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém. PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00489312320128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA MARIA MOREIRA ARAÚJO Ação: Processo Cautelar em: 27/06/2019 REQUERENTE:HELDER SIDNEY CABRAL JUNIOR Representante(s): OAB 8881 - JOAO FABIO MADORRA FRANCO (ADVOGADO) OAB 12190 - LENILTON CORDOVIL DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:GAFISA SA Representante(s): OAB 18939 - ALEXANDRE PEREIRA BONNA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e alterações constantes do Provimento 008/2014-CJRMB, que delega poderes aos Servidores, no âmbito de suas atribuições, para praticarem atos de administração e expediente, sem caráter decisório, fica intimada a parte Requerida a promover o pagamento de custas para a expedição de Mandado de Intimação da Requerente e das respectivas diligências do oficial de justiça, nos termos da Lei 8328/2015, art. 4º, VI, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, comprovar o pagamento mediante a juntada do boleto bancário correspondente e do relatório de conta do processo, conforme art. 9º, § 1º da Lei 8328/2015. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Ana Maria Moreira Araújo Analista Judiciário da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00506053620128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO MARIA GUEDES LEAL Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:IVELISE DO CARMOS NEVES REQUERENTE:VERENA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES REQUERENTE:WELSON FREITAS CORDEIRO Representante(s): OAB 3511 - IVELISE DO CARMO NEVES (ADVOGADO) OAB 16178 - WELSON FREITAS CORDEIRO (ADVOGADO) OAB 16783 - VERENA VON LOHRMANN CRUZ ARRAES (ADVOGADO) REQUERIDO:ESPÓLIO DE ZENILDO GOMES DE SOUZA REQUERIDO:EUDIR FAGUNDES DE SOUZA Representante(s): OAB 7739 - ELIANA DIAS FERNANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:DIONE FAGUNDES DE SOUZA REQUERIDO:NEUMA FAGUNDES DE SOUZA REQUERIDO:JORGE ANTÔNIO TORRES POBLETE REQUERIDO:TELMA FAGUNDES DE SOUZA ARAÚJO REQUERIDO:DILMA FAGUNDES DE SOUZA REQUERIDO:PEDRO FAGUNDES DE SOUZA REQUERIDO:RITA DE CÁSSIA FAGUNDES DE SOUZA REQUERIDO:PAULO FAGUNDES DE SOUZA REQUERIDO:ANTÔNIO FAGUNDES DE SOUZA. ATO ORDINATÓRIO Tendo em vista a tempestividade dos EMBARGOS DE DECLARAÇÃO de fls.711/717, interposto pela parte Requerente. manifestem-se os EMBARGADOS no prazo legal. Belém-PA, 27 de Junho de 2019. Eu, _____, Antônio Maria Guedes Leal, Auxiliar Judiciário da Secretaria da 5ª Vara Cível, o digitei e subscrevi. PUBLICADO EM ____/____/____ PROCESSO: 00506977720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:BRUNA LIMA BENDELAK CARNEIRO Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:HSBC - BANK BRASIL S/A - BANCO MULTIPLO. Processo: 0050697-77.2013.814.0301 DESPACHO À Secretaria para certificar a tempestividade do recurso de apelação (ID 2509572). Após, ex vi do disposto no parágrafo 3º do artigo 1.010 do Código de Processo Civil, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça, independentemente do juízo de admissibilidade. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D´ANUNCIAÇÃO JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00509490820098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911178281 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR Ação: Petição Cível em: 27/06/2019 AUTOR:COLEGIO DE ENSINO MEDIO SOPHOS S/S LTDA Representante(s): CADMO BASTOS MELO JUNIOR (ADVOGADO) IEDA CRISTINA ALMEIDA (ADVOGADO) REU:ANA LUCIA DA SILVA ALVES. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas por lei, que a SENTENÇA proferida às fls.

____, destes autos, publicada no Diário da Justiça, transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu,_____, LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR, Analista Judiciário da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém, digitei e subscrevi. PROCESSO: 00509490820098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911178281 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR Ação: Petição Cível em: 27/06/2019 AUTOR:COLEGIO DE ENSINO MEDIO SOPHOS S/S LTDA Representante(s): CADMO BASTOS MELO JUNIOR (ADVOGADO) IEDA CRISTINA ALMEIDA (ADVOGADO) REU:ANA LUCIA DA SILVA ALVES. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas por lei, que a SENTENÇA proferida às fls. ____, destes autos, publicada no Diário da Justiça, transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu,_____, LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR, Analista Judiciário da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém, digitei e subscrevi. PROCESSO: 00566404120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:VANIA CRISTINA DO NASCIMENTO CARVALHO Representante(s): OAB 14245-A - THAISA CRISTINA CANTONI FRANCA (ADVOGADO) OAB 53400 - ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJCHSZAK (ADVOGADO) REQUERIDO:FEDERAL SEGUROS S/A. SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA, proposta por VANIA CRISTINA DO NASCIMENTO CARVALHO, qualificado, em desfavor de FEDERAL SEGUROS S/A. Com o tramite regular do processo, a parte autora foi intimada para o cumprimento de diligências, porém quedou-se inerte consoante certidão constante dos autos. É a síntese do necessário. Decido. Considerando a necessidade da presteza jurisdicional face o consabido congestionamento do Poder Judiciário e que o impulso processual é condição sine qua non para o atendimento do princípio da razoável duração do processo, o qual foi elevado ao plano constitucional, o não atendimento dos prazos com a consequente extinção do feito é medida que se impõe. Com efeito, dispõe o art. 485, III, do Código de Processo Civil, que o juiz não resolverá o mérito quando, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, in verbis. "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; (...)" Assim, JULGO EXTINTA a presente ação SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, III do CPC. Fica autorizado, desde já, o desentranhamento das peças que constam no presente feito e sua devolução à parte interessada, caso assim requeira. Custas, se houver, pela parte autora. P. R. I.C. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00566452920158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:ADAM OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 18555 - DIEGO QUEIROZ GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:AMANHA INCORPORADORA LTDA REQUERIDO:PDG REALTY SA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES. PROCESSO Nº 0056645-29.2015.8.14.0301 DESPACHO Vistos. I - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas processuais complementares relativas à diligencias com Oficial de Justiça - citação, intimação, conforme relatório de contas do processo à fl. 64, sob pena de extinção do feito sem exame do mérito. II - Após o decurso do prazo, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos. III - Publique-se, Registre-se, Intime-se, Cumpra-se. Em tudo certifique. Belém/PA, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D"ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00584591820118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019 REQUERENTE:LUCIANE FRANCO BARRA Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) REQUERIDO:ITAU SEGUROS SA Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT SA Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . Vistos etc. LUCIANE FRANCO BARRA, já qualificado nos autos, ajuizou a presente AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, em decorrência de acidente de trânsito causado por veículo automotivo. Alega, em síntese, que no dia 02/03/2018, por volta das 18h30 minutos, estava de carona em uma motocicleta, quando foi atropelada por uma camionete cor preta, modelo F1000, placa JTM 6873, causando-lhe o acidente invalidez permanente e que, apesar do ingresso com processo administrativo para recebimento do seguro, não obteve êxito. Ao final, requereu o pagamento de 40 salários mínimos devido a invalidez permanente e em face da demora do pagamento da indenização, danos morais no mesmo quantum e litigância de má-fé. Juntou documentos de fls. 12/44. Regularmente citada, a requerida apresentou contestação as fls. 78/95, anexando ainda os documentos. As fls. 99, realizada audiência de

conciliação, a qual restou infrutífera. Replica as fls. 104/107; Às fls. 109, foi determinado que as partes indicassem as provas que pretendiam produzir, a autora requereu o julgamento antecipado da lide, enquanto a ré requereu prova pericial as fls. 111/114. Às fls. 115, foi determinada a realização de perícia, bem como que as partes indicassem assistentes técnicos e apresentasse quesitos. Apresentado quesitos, foi confeccionado o laudo pericial juntado as fls. 119/121. Intimadas as partes a se manifestarem do laudo, a seguradora ré impugnou o laudo as fls. 123/127 e requereu o julgamento antecipado da lide, enquanto o autor concordou com a perícia. É o relatório. Decido. Cabível o julgamento antecipado da lide, não só pela inexistência de provas a produzir pelo autor, mas porque todas as provas necessárias ao deslinde da questão já se encontram nos autos, diante da juntada do laudo pericial anexado. No que se refere a preliminar de exclusão do ITAU SEGUROS do polo passivo da demanda, ao argumento de nele deveria figurar a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, não pode prosperar. Isso porque o pagamento relativo ao seguro DPVAT pode ser requerido a qualquer das seguradoras integrantes do consórcio que opera o referido seguro, podendo a parte interessada escolher a seguradora de sua preferência. No que se refere a preliminar de prescrição, eis que a ação fora interposta apenas em 16/12/2011, ou seja, decorridos mais de três anos do acidente, conforme sumula 405/STJ, verifico que houve requerimento administrativo datado de 23.10.2008 (fls. 19). Com efeito, o pedido administrativo tem o condão de suspender o prazo prescricional citado acima, consoante preleciona a Súmula 229 do STJ (O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão). Nessa senda, cabia a ré comprovar por meio de documento a ciência da autora da decisão administrativa sobre o pedido de pagamento do seguro, mormente diante do fato da autora alegar que até a presente data não houve qualquer manifestação da ré. Assim, resta afastado a preliminar de prescrição. No que se refere a incompetência territorial, eis que o local do acidente e a residência da autora foram no foro do Município de Tomé-Açu, não merece guarida. "Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres - DPVAT, constitui faculdade do autor escolher entre os seguintes foros para ajuizamento da ação: o do local do acidente ou o do seu domicílio (parágrafo único do art. 100 do Código de Processo Civil); bem como, ainda, o do domicílio do réu (art. 94 do mesmo Diploma)." (REsp n. 1.357.813/RJ, rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 11-9-2013). Com efeito, optara a autora pelo foro do domicilio do réu. Arguiu, também, em preliminar, o indeferimento da petição inicial por não se encontra devidamente instruída com os documentos indispensáveis a propositura da demanda. Razão não assiste à seguradora-ré, uma vez que foram juntados aos autos todos os documentos enumerados como ausentes por aquela, como documentos pessoais, ocorrência policial, ficha de atendimento médico hospitalar e laudo pericial do Instituto Renato Chaves, inquérito policial. Ademais, se a documentação trazida é suficiente, ou não, à comprovação do direito do autor, isso diz respeito ao mérito da ação, o que será analisado em momento próprio. Passo ao mérito. O cerne meritório diz respeito ao valor a ser pago diante de possível percentual de invalidez apurado pelo grau da lesão sofrida, em decorrência de acidente de trânsito. O caso ora em análise, considerando que o acidente ocorreu em 02/03/2008, aplicável a Lei 6.194/1974 com as alterações advindas das Leis 11.482/2007 e 11.945/09 em razão do princípio do "tempus regit actum". Acerca da fixação da indenização relativa ao Seguro Obrigatório DPVAT, é imprescindível a análise da Lei 6.194/74, que dispõe sobre o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, que prevê: Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2o desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada. Ademais, nos casos envolvendo o seguro DPVAT, o Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento sumulado, por meio do Enunciado nº 474, de que a indenização sob análise deve ser paga de acordo com o grau da debilidade sofrida. Vejamos: Súmula 474/STJ: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez Dessa feita, no caso em análise, o valor a título de indenização do seguro DPVAT deve ser pago de acordo com o grau da debilidade sofrida e em atenção à Tabela prevista no anexo da Lei nº 11.945/2009. No caso sob exame, verifico que, da lesão sofrida pelo autor, conforme destaca o laudo de perícia médica às fls. 121, resultou em invalidez permanente parcial com repercussão media de 50% do membro inferior esquerdo. Por essa razão, observando-se a Tabela Anexa à Lei nº 6.194/1974, deve ser levado em consideração o percentual , observa-se que o enquadramento na tabela referente a perda anatômica e funcional completa de um dos membros inferiores é de 70% ao valor máximo indenizável (R$ 13.500,00), o que corresponde R$ 9.450,00. Ademais, aplicando-se o grau de lesão aferido pela perita de 50% sobre o valor indenizável (R$ 9450,00), resulta o quantum indenizatória de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais). No que se refere a danos morais, sabe-se que estes advêm da dor psicológica profunda e de graves consequências à vítima, chegando a alterar a

sua vida e o seu bem-estar de forma duradoura e marcante. Uma das principais características de tal dano é justamente a superação do mero contratempo, de um aborrecimento que, apesar de poder trazer à vítima um sofrimento, não é capaz de configurar o abalo moral indenizável. É dizer, a convivência em sociedade, incluindo as relações pessoais, profissionais e mercantis dela inerentes, nos expõem à inúmeras situações irritantes e desgastantes, de modo que cabe ao operador do direito individualizar aquela em que o prejuízo e o sofrimento experimentados extrapolam o limite do razoavelmente suportável e ensejam a conduta reparatória. Segundo Silvio Venosa: Dano moral é o prejuízo que afeta o ânimo psíquico, moral e intelectual da vítima. Sua atuação é dentro dos direitos da personalidade. Nesse campo, o prejuízo transita pelo imponderável, daí porque aumentam as dificuldades de se estabelecer a justa recompensa pelo dano. Em muitas situações, cuida-se de indenizar o inefável. Não é também qualquer dissabor comezinho da vida que pode acarretar a indenização. Aqui, também é importante o critério objetivo do homem médio, o bônus pater família: não se levará em conta o psiquismo do homem excessivamente sensível, que se aborrece com fatos diuturnos da vida, nem o homem de pouca ou nenhuma sensibilidade, capaz de resistir sempre às rudezas do destino. Nesse campo, não há fórmulas seguras para auxiliar o juiz. Cabe ao magistrado sentir em cada caso o pulsar da sociedade que o cerca. O sofrimento como contraposição reflexa da alegria é uma constante do comportamento humano universal. (Responsabilidade Civil, São Paulo: Atlas, 2012, 12ª edição, p. 28). No caso, a meu ver, não existiu demonstração do suposto abalo extraordinário. Analisando a documentação acostadas pela própria parte autora, verifica-se que a segurada exigiu uma série de documentos para dar continuidade a solicitação de cobertura, mas não há qualquer outro indicativo de que tenha a empresa agido de má-fé ou extrapolado os limites de sua conduta empresarial. Ressalte-se que, no âmbito da multiplicidade das demandas envolvendo a cobertura do seguro DPVAT, de forma geral, podem existir condutas abusivas das empresas seguradoras, que, muitas vezes negam a cobertura ou a deferem a menor, justificando a sua revisão e, em último caso, a litigância judicial entre as partes. Todavia, apenas nos casos em que a abusividade tenha um reflexo amplificado na esfera pessoal da parte prejudicada, e isso seja evidente, é que se deve cogitar a ocorrência dos danos morais indenizáveis, o que, obviamente, não é o caso. Nesse sentido, o seguinte julgado: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DPVAT. DANOS MORAIS POR NEGATIVA ADMINISTRATIVA. INEXISTÊNCIA. RECURSO REJEITADO. 1. A exigência de documentação para dar continuidade à solicitação administrativa de cobertura securitária DPVAT, por si só, não se revela uma conduta abusiva da empresa seguradora e, por isso mesmo, não enseja os danos morais. 2. Ademais, ainda que restasse claramente demonstrada a recalcitrância abusiva da seguradora, apenas nos casos em que a sua atuação tenha um reflexo amplificado na esfera pessoal da parte prejudicada, e isso seja evidente, é que se deve cogitar a ocorrência dos danos morais indenizáveis, o que não é o caso. 3. Recurso rejeitado. (TJ-PE - APL: 4650462 PE, Relator: José Viana Ulisses Filho, Data de Julgamento: 30/03/2017, 1ª Câmara Regional de Caruaru - 1ª Turma, Data de Publicação: 20/04/2017) Por fim, no que se refere a pedido de litigância de má-fé, para a incidência das sanções previstas para condenação nesse caso, é necessária a prova inconteste de que a parte praticou alguma das condutas descritas no art. 80 do Código de Processo Civil, o que não ocorreu nos autos, sendo ônus da prova da autora. Em face do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da reclamante, LUCIANE FRANCO BARRA, apenas para condenar a seguradora-reclamada, ITAU SEGUROS S/A, a pagar-lhe a quantia de R$ 4725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), corrigidos monetariamente a partir da data do acidente (02/03/2008) até a data do efetivo pagamento, acrescida ainda de juros moratórios de 0,5% (meio por cento), ao mês, a contar da citação. Diante da sucumbência reciproca, condeno as partes ao pagamento de custas e honorários de forma pro-rata, sendo que este último fixo no quantum de 10% do valor da condenação. Suspendo ainda a exigibilidade em relação a parte autora, por ser beneficiaria da justiça gratuita, nos termos da Lei 1060/50. Publicar. Registrar. Intimar. Belém, 27 de junho de 2019 CELIO PETRONIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito titular da 5ª Vara Cível e Empresarial PROCESSO: 00615002120098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091138897 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERENTE:HSBC - BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO Representante(s): PAULO HENRIQUE FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO EVANGELISTA DE SOUZA FERREIRA. Processo nº 0061500-21.2009.8.14.0301 AUTOR: HSBC - BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO RÉU: JOÃO EVANGELISTA DE SOUZA FERREIRA SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, proposta por HSBC - BANK BRASIL S/A BANCO MULTIPLO, em face de JOÃO EVANGELISTA DE SOUZA FERREIRA, já qualificado. Considerando que a última manifestação da parte autora data de abril de 2010, à fl. 19, a requerente foi instada a manifestar se ainda possuía interesse no prosseguimento do feito, bem como requerer o que entendesse devido, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Todavia, deixou de apresentar manifestação,

conforme certificado à fl. 19-verso. É o relatório. Decido. A inércia das partes diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional, equivalendo ao desaparecimento superveniente do interesse de agir, condição para o regular exercício do direito de ação. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; (...) §3º O juiz conhecerá de ofício da matéria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado. ANTE O EXPOSTO, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, inciso VI e §3º, do Código de Processo Civil. Fica autorizado, desde já, o desentranhamento das peças que constam no presente feito e sua devolução à parte interessada, caso assim requeira. Custas, se houver, pela parte Requerente, sendo que em caso de inadimplência, decorrido o prazo para pagamento, certifiquem-se e extraiam-se as cópias necessárias à cobrança judicial das custas devidas, expedindo a certidão para inscrição em dívida ativa. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se, com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Belém-PA, 27 de junho de 2019. CELIO PETRONIO D ANUNCIAÇ"O Juiz de Direito titular da 5ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00671853920158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Consignação em Pagamento em: 27/06/2019 REQUERENTE:HUGO LAERCIO AZEVEDO DA SILVA-ME(CLÍNICA DE OLHOS HUGO LAÉRCIO) Representante(s): OAB 7440 - NELSON FRANCISCO MARZULLO MAIA (ADVOGADO) REQUERIDO:PROBANCO FOMENTO MERCL LTDA OFT VISION INDUSTRIA E COMERCIO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (CURADOR ESPECIAL) . SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO C/C CANCELAMENTO DE PROTESTO, proposta por HUGO LAERCIO AZEVEDO DA SILVA - ME, qualificada, em desfavor de PROBANCO FOMENTO MERCANTIL LTDA OFTVISION INDUSTRIA E COMERCIO Com o tramite regular do processo, a parte autora foi intimada para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, porém quedou-se inerte consoante certidão constante dos autos. É a síntese do necessário. Decido. Considerando a necessidade da presteza jurisdicional face o consabido congestionamento do Poder Judiciário e que o impulso processual é condição sine qua non para o atendimento do princípio da razoável duração do processo, o qual foi elevado ao plano constitucional, o não atendimento dos prazos com a consequente extinção do feito é medida que se impõe. Com efeito, dispõe o art. 485, III, do Código de Processo Civil, que o juiz não resolverá o mérito quando, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, in verbis. "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; (...)" Assim, JULGO EXTINTA a presente ação SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, III do CPC. Fica autorizado, desde já, o desentranhamento das peças que constam no presente feito e sua devolução à parte interessada, caso assim requeira. Custas, se houver, pela parte autora. P. R. I.C. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 00890724520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:LUIZ BENEDITO VARELA Representante(s): OAB 17288 - ADRIANO GUALTIERO TONETTI (ADVOGADO) OAB 24799 - GISLAINE SALES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 25751 - RAFAEL AIRES DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:UNIMED - BELEM Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 24328 - MARCELO RODRIGUES COSTA (ADVOGADO) . TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ JUIZO DA 5ª VARA CIVEL, COMÉRCIO E REGISTRO PÚBLICO TERMO DE AUDIÊNCIA- PROC. Nº 0089072-45.2016.814.0301 Aos 25.06.2019, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às 10:00 horas, na sala de audiências do Juízo de Direito da 5ª Vara Cível, onde estavam presentes o Dr. CÉLIO PETRÔNIO D´ANUNCIAÇÃO, Juiz de Direito titular da 5ª Vara Cível da Capital, juntamente comigo, assessora, adiante nomeada, para Audiência de Instrução. Feito o pregão, presente a parte autora Luiz Benedito Varela - RG 6712065 - SSP/PA, acompanhado do advogado Dr. Rafael Aires da Silva Costa - OAB/PA 25751. Presente a requerida, neste ato representada pelo Sr. Jorge Augusto Rodrigues da Silva - RG 6196500 - SSP/PA, acompanhado do advogado Dr. Lucas Souza Chaves - OAB/PA 26498. Aberta a audiência: sem proposta de acordo. Neste momento, a parte demandada Unimed desiste das provas requeridas (depoimento do autor e de testemunhas), requerendo o julgamento antecipado da lide. A parte autora se manifesta requerendo o julgamento antecipado da lide. DELIBERAÇÃO: dou por encerrada a instrução processual. Prazo de 15 (quinze) dias para apresentar memoriais finais, sendo primeiro a parte autora e em seguida a reclamada. Após, remetam os autos a UNAJ para cálculo de custas finais e intime-se as partes para o recolhimento de custas finais pendentes, em 15 (quinze) dias, SE HOUVER. Em seguida, retornem conclusos para sentença. Cientes os presentes.

Nada mais havendo, encerra-se o presente termo. JUIZ DE DIREITO: REQUERENTE: ADVOGADO: REQUERIDA (UNIMED): ADVOGADO: PROCESSO: 00971226020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) EXECUTADO:T DE OLIVEIRA LEAO SUPLEMENTOS ME EXECUTADO:TIAGO DE OLIVEIRA LEAO. Processo: 0097122-60.2016.814.0301 DESPACHO Tendo em vista a juntada do comprovante de requisição à autoridade supervisora do sistema bancário, por meio eletrônico, e considerando que a resposta foi no valor parcial da execução, conforme fls. retro, determino: a) a conversão do bloqueio em penhora, e transferência à subconta do TJ/PA e intime-se a parte executada para oferecer embargos no prazo legal; b) intimação da parte Exequente, inclusive podendo indicar outros bens a serem penhorados com observação da ordem estabelecida no artigo 835 do NCPC. c) intimação parte executada para, no prazo de 05 (cinco) dias, apontar quais são e onde se encontram os bens sujeitos à penhora e seus respectivos valores, advertindo-a, por oportuno que, acaso intimada, se mantenha inerte sem justificativa, este Juízo poderá considerar sua omissão, ato atentatório à dignidade da Justiça (artigo 772, II E 774, V, NCPC), com a consequente aplicação da multa. Considerando o resultado negativo do Sistema Renajud, intime-se a parte exequente, de que terá o prazo de 06 (seis) meses para indicar bens em nome da parte Executada. INFORMO que, não existindo bens passíveis de penhora, o processo será SUSPENSO, nos termos do artigo 921, III, do CPC. Atente a secretaria se o requerido possui advogado devidamente habilitado nos autos. Caso contrário, certifique-se, e proceda a intimação, pessoal, por oficial de justiça. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito PROCESSO: 01102083520158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:RAUL YUSSEF CRUZ FRAIHA Representante(s): OAB 17387 - ARTHUR CRUZ NOBRE (ADVOGADO) OAB 19047 - RAUL YUSSEF CRUZ FRAIHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ACROPOLE CONSTRUCOES CIVIS E ARQUITETURA LTDA Representante(s): OAB 13570 - ALEX LOBATO POTIGUAR (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0110208-35.2015.8.14.0301 REQUERENTE: RAUL YUSSEF CRUZ FRAIHA REQUERIDO: ACROPOLE CONSTRUÇÕES CIVIS E ARQUITETURA LTDA SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS CC RESSARCIMENTO DE TAXAS CONDOMINIAIS proposta por RAUL YUSSEF CRUZ FRAHIA, em face de ACRÓPOLE CONSTRUÇÕES CIVIL E ARQUITETURA LTDA, todos qualificados. As partes vieram aos autos, às 261-263, informar a realização de acordo e requerer a devida homologação. É a síntese do necessário. Decido. Ante ao acordo firmado entre as referidas partes, a homologação do ato é medida imperiosa, para que surta os seus efeitos legais. Ademais, a conciliação entre as partes, conforme se verifica no documento juntado e devidamente assinado, enseja a extinção do processo com resolução do mérito, com fundamento no inciso III, alínea "b", do art. 487 do Código de Processo Civil. ISTO POSTO, com fundamento no art. 487, inciso III, alínea "b", do CPC, HOMOLOGO por sentença o acordo firmado entre as partes DETERMINANDO A EXTINÇÃO do processo. Intime-se, por meio de Dje. Sem custas remanescentes, conforme inteligência do § 3º do artigo 90 do CPC/2015. Após certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Belém, 27 de junho de 2019. CELIO PETRONIO D ANUNCIAÇ"O Juiz de Direito titular da 5ª Vara Cível da Capital PROCESSO: 02783272220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO SANTOS SILVA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:KARLA BRITO BORGES Representante(s): OAB 9665 - BRUNO BRASIL DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA META EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 22915 - AMANDA COSTA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 8008 - GEORGES CHEDID ABDULMASSIH JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:BRASILIAN MORTGAGES COMPANHIA HIPOTECARIA Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) OAB 178186 - GUSTAVO CESAR TERRA TEIXEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:JOSE DIAS FACANHA Representante(s): OAB 9665 - BRUNO BRASIL DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERENTE:PEDRO PEREIRA SOUZA Representante(s): OAB 9665 - BRUNO BRASIL DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERENTE:RAYMUNDO CORREA GOMES Representante(s): OAB 9665 - BRUNO BRASIL DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERENTE:NATERCIA DE JESUS COSTA MAGALHAES Representante(s): OAB 9665 - BRUNO BRASIL DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERENTE:ALEXANDRE AMADOR GOMES DA SILVA Representante(s): OAB 9665 - BRUNO BRASIL DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERENTE:COLARES LTDA Representante(s): OAB 9665 - BRUNO BRASIL DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERENTE:TABALMIX CONCRETO LTDA Representante(s): OAB 9665 - BRUNO BRASIL DE CARVALHO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO De

ordem do MM Juiz de Direito da 5.ª Vara Cível em Empresarial de Belém-PA e com fulcro no art. 1.º " § 2º, do Provimento 006/2006-CJRMB, tendo em vista a tempestividade da APELAÇÃO de fls. 228-254, interposta por BRASILIAN MORTGAGES COMPANHIA HIPOTECARIA, fica o(s) advogado(s) do(s) apelado(s), KARLA BRITO BORGES, JOSE DIAS FACANHA, PEDRO PEREIRA SOUZA, RAYMUNDO CORREA GOMES, NATERCIA DE JESUS COSTA MAGALHAES, ALEXANDRE AMADOR GOMES DA SILVA, COLARES LTDA, TABALMIX CONCRETO LTDA, CONSTRUTORA, META EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA, intimado(s) para apresentar contrarrazões no prazo legal. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu, SÉRGIO AUGUSTO SANTOS DA SILVA, Analista Judiciário da 5ª Vara Cível, o digitei e subscrevi. PROCESSO: 02842745720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO SANTOS SILVA Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 27/06/2019 AUTOR:MARIA LEIA DA SILVA SMITH SILVA Representante(s): OAB 15117 - LEYLA SOARES ROSA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO De ordem, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, nos termos do art. 1º, § 2º, do Provimento 006/2006-CJRMB, fica intimada a autora, por meio de sua advogada, a comparecer nesta Secretara para o recebimento de documentos. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu, SÉRGIO AUGUSTO SANTOS DA SILVA, Analista Judiciário da 5ª Vara Cível, o digitei e subscrevi PROCESSO: 03593569420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 27/06/2019 REQUERENTE:LINETE DE MORAIS PEREIRA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas por lei, que a SENTENÇA proferida às fls. ____, destes autos, publicada no Diário da Justiça, transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu,_____, LUIZ CARLOS DE LIMA JUNIOR, Analista Judiciário da 5ª Vara Cível e Empresarial de Belém, digitei e subscrevi. PROCESSO: 04346306420168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CELIO PETRONIO D ANUNCIACAO Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 27/06/2019 AUTOR:MARIA RAIMUNDA AMORAS MONTEIRO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO DE NASCIMENTO, proposta por MARIA RAIMUNDA AMORAS MONTERIO, qualificada. Com o tramite regular do processo, a parte autora foi intimada para o cumprimento de diligências, porém quedou-se inerte consoante certidão constante dos autos. É a síntese do necessário. Decido. Considerando a necessidade da presteza jurisdicional face o consabido congestionamento do Poder Judiciário e que o impulso processual é condição sine qua non para o atendimento do princípio da razoável duração do processo, o qual foi elevado ao plano constitucional, o não atendimento dos prazos com a consequente extinção do feito é medida que se impõe. Com efeito, dispõe o art. 485, III, do Código de Processo Civil, que o juiz não resolverá o mérito quando, por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, in verbis. "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: (...) III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; (...)" Assim, JULGO EXTINTA a presente ação SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, III do CPC. Fica autorizado, desde já, o desentranhamento das peças que constam no presente feito e sua devolução à parte interessada, caso assim requeira. Custas, se houver, pela parte autora. P. R. I.C. Belém, 27 de junho de 2019. CÉLIO PETRÔNIO D ANUNCIAÇÃO Juiz de Direito

SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - VARA: 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00024135419988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810033913 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Petição Cível em: 27/06/2019 ADVOGADO:ANTONIA DE FATIMA C. MELO ENVOLVIDO:CENTRO ESPIRITA YVON COSTA INVENTARIADO:REGINALDO CRUZ DE SOUSA. Processo nº: 0002413-54.1998.8.14.0301 Requerente: CENTRO ESPIRITA YVON COSTA DESPACHO A parte requerente peticionou solicitando a certidão do trânsito em julgado da sentença proferida nos autos, uma vez que foi requerido pelo Cartório de Registro de Imóveis do 2º Ofício de Belém (fl. 44). Analisando-se os autos, verifica-se que a sentença foi proferida em 16/04/1998 (fl.42v.), contudo não consta certidão de trânsito em julgado. Diante disso, certifique a Secretaria se ocorreu o trânsito em julgado da sentença de 42v. Transitada em julgado, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Saliente-se que a referida minuta será cadastrada como sentença, apenas para fins de alimentação do Sistema LIBRA, bem como para que seja possível a baixa na distribuição. Cumpra-se. Belém, 26 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito da 6ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00028048020198140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Regularização de Registro Civil em: 27/06/2019 REQUERENTE:P. M. T. S. REQUERENTE:S. A. S. T. S. JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DA FAMILIA DA COMARCA DE SAO LUIS MA. Processo de nº 0002804-80.2019.814.0301 Autores: PAULO MARCIO TAVARES DA SILVA e SHEYLA ALBUQUERQUE SOARES TAVARES DA SILVA Deprecante: JUIZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DE FAMILIA DA COMARCA DE SÃO LUIS/MA DECISÃO 1. Considerando os documentos apresentados, CUMPRA-SE o Mandado de Averbação do Juízo Deprecante. 2. Encaminhe, o Sr. Oficial de Justiça, certidão ao Juízo Deprecante. 3. Cumprida a determinação do Juízo Deprecante, arquivem-se os autos. 4. Procedo ao cadastro da presente como "Sentença" tão somente para fins de baixa no acervo processual, tendo em vista a distribuição do requerimento como processo autônomo. 5. Cumpra-se. Belém-PA, 27 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito PROCESSO: 00028645320198140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 27/06/2019 REQUERENTE:RAIANE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS JUIZO DEPRECANTE:JUIO DA PRIMEIRA VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA. Processo de nº 0002864-53.2019.814.0301 Autora: RAIANE CRISTINA MARQUES DOS SANTOS Deprecante: JUIZO DA PRIMEIRA VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA DECISÃO 1. Considerando os documentos apresentados, CUMPRA-SE a determinação do Juízo Deprecante. 2. Encaminhe, o Sr. Oficial de Justiça, certidão ao Juízo Deprecante. 3. Cumprida a determinação do Juízo Deprecante, arquivem-se os autos. 4. Procedo ao cadastro da presente como "Sentença" tão somente para fins de baixa no acervo processual, tendo em vista a distribuição do requerimento como processo autônomo. 5. Cumpra-se. Belém-PA, 27 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito PROCESSO: 00028852920198140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 27/06/2019 REQUERENTE:S. K. S. REQUERENTE:M. K. S. JUIZO DEPRECANTE:VARA UNICA DA COMARCA DE SALVATERRA. Processo de nº 0002885-29.2019.814.0301 Autores: SHERLOU KAORO SATO e MARIZA KUBOTA SATO Deprecante: JUIZO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SALVATERRA DECISÃO 1. Considerando os documentos apresentados, CUMPRA-SE o Mandado de Averbação do Juízo Deprecante. 2. Encaminhe, o Sr. Oficial de Justiça, certidão ao Juízo Deprecante. 3. Cumprida a determinação do Juízo Deprecante, arquivem-se os autos. 4. Procedo ao cadastro da presente como "Sentença" tão somente para fins de baixa no acervo processual, tendo em vista a distribuição do requerimento como processo autônomo. 5. Cumpra-se. Belém-PA, 27 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito PROCESSO: 00090827320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERIDO:HELIO DA COSTA RIBEIRO AUTOR:IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRED FINANCEIROS SA Representante(s): OAB 192649 - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 156187 - JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 25727-A - CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (ADVOGADO) . Processo de nº 0009082-73.2014.814.0301 Autor: IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS Requerido: HELIO DA

COSTA RIBEIRO DECISÃO BANCO ITAUCARD S/A, devidamente qualificado nos autos de nº 0009082-73.2014.814.0301, ajuizou AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO contra HELIO DA COSTA RIBEIRO, também devidamente qualificado nos autos. HELIO DA COSTA RIBEIRO apresentou Impugnação ao Pedido Liminar, em fls. 41/52. Decisão interlocutória deferindo a liminar de busca e apreensão, em fl. 59. Decisão deferindo a substituição processual do polo ativo, em fl. 110. IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S/A requereu a Conversão da Ação de Busca e Apreensão em Execução do valor de R$35.406,35 (trinta e cinco mil, quatrocentos e seis reais e trinta e cinco centavos), em fls. 117/121. Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. 1. Inicialmente, verifico que se mostra possível a conversão da Ação de Busca e Apreensão em Execução. A conversão é possível quando `o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor", na forma do art. 4º do Decreto-lei n.º 911/69. Assim, DEFIRO o pedido de fls. 117/121 e, por conseguinte, CONVERTO a presente demanda em Ação de Execução de Título Extrajudicial por quantia certa. Retifique-se a autuação. 2. Considerando que até o momento não foi possível localizar o bem objeto da lide, bem como na forma do que dispõe o art. 835 c/c art. 854 do Código de Processo Civil e, ainda, em obediência aos princípios da economia processual, efetividade da prestação jurisdicional e duração razoável do processo, procedo ao bloqueio online via BACENJUD, em desfavor do executado HELIO DA COSTA RIBEIRO (CPF nº 152.683.812-53) até o limite de R$35.406,35 (trinta e cinco mil, quatrocentos e seis reais e trinta e cinco centavos), conforme informado em fls. 117/121. 3. Considerando a possibilidade de a penhora online não lograr êxito ou seja insuficiente para adimplir o débito, procedo a tentativa de bloqueio por meio do sistema RENAJUD, ficando desde já advertida a parte autora que não sofrerão constrições veículos alienados fiduciariamente ou gravados com créditos preferenciais. 4. Caso as tentativas anteriores restem infrutíferas, aplico os efeitos do art. 921, §2º, do Código de Processo Civil, suspendendo a execução pelo prazo de 1 (um) ano para que a parte exequente indique bens do executado à penhora, sob pena de baixa na distribuição e arquivamento do feito. 5. Recolha, o exequente, custas intermediárias para a prática das diligências determinadas, assim como as eventualmente pendentes, no prazo de 10 (dez) dias. 6. Deverá, o patrono da parte exequente, acompanhar o cumprimento das diligências aqui determinadas, em sua integralidade. 7. Intime-se. 8. Cumpra-se. Belém-PA, 24 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito PROCESSO: 00127902320178140012 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 27/06/2019 REQUERENTE:ANA ROSA PEREIRA COELHO Representante(s): OAB 3537 - RAIMUNDO ELIAS DE SOUZA MENDES (DEFENSOR) ENVOLVIDO:ROSALINA PEREIRA COELHO. Processo: 0012790-23.2017.8.14.0012 Requerente: ANA ROSA PEREIRA COELHO DESPACHO A fim de dar prosseguimento a este feito, remetam-se os autos à 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Cametá, em conformidade com a decisão do Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém-PA, 27 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito da 6ª Vara Cível e Empresarial de Belém PROCESSO: 00128608420118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:VANESA HELENA BOTELHO DE FREITAS Representante(s): OAB 21595 - FERNANDO AUGUSTO MACHADO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 23383 - MARCO ANTONIO CORREA PEREIRA (ADVOGADO) REU:PORTO RICO INCORPORADORA DE IMOVEIS E ADM DE EMP LTDA REU:SANPAR ENGENHARIA LTDA ENVOLVIDO:CUMARU CONSTRUCOES E SERVICOS LTDA Representante(s): OAB 5192 - ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) OAB 16428 - ALINE KABUKI (ADVOGADO) OAB 16818 - LEONARDO MARTINS MAIA (ADVOGADO) . I. Em síntese, conforme peça de aditamento da exordial (fls. 164 e ss.), a parte Requerente pretende a rescisão de contrato firmado com a parte Requerida sob o fundamento de que esta não entregou o imóvel contratado, cuja a entrega estava prevista para junho de 2010, considerando a cláusula de prorrogação. O processo foi ajuizado em 2011 e até a presente data as Requeridas não foram citadas. A sucessora do empreendimento CUMARU CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA. foi excluída da lide ante o reconhecimento de sua ilegitimidade passiva, conforme se depreende da decisão de fls. 150. Além do aditamento, o Requerente maneja pedido de desconsideração da personalidade jurídica das demais Requeridas, quais sejam PORTO RICO INCORPORADORA DE IMÓVEIS E ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS LTDA. e SANPAR ENGENHARIA LTDA. a fim de que os seus sócios respondam pessoalmente pela obrigação exigida na demanda, conforme petição de fls. 215/237, bem como maneja pedido de arresto de dinheiro nas contas destes a fim de que sejam constritos os valores que o Requerente pagou pelo imóvel, qual seja o montante de R$ 53.035,00. Este juízo teve a oportunidade de consultar o site da Receita Federal a respeito da situação cadastral do CNPJ de ambas as Requeridas e veio a verificar que ambas estão em situação ``INAPTA"" por omissão de declarações junto ao fisco (conforme peças que se

junta a seguir), assim, cabível, num juízo de cognição sumária, o processamento do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, tudo com fundamento no art. 28, do Código de Defesa do Consumidor, já que se trata de matéria de índole consumerista: ``Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração. §1°. (Vetado). §2°. As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código. §3°. As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código. §4°. As sociedades coligadas só responderão por culpa. §5°. Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores"" (grifos nossos). TAVARES BORBA ensina quanto a teoria da desconsideração da personalidade jurídica; ``A regra plenamente vigente, que decorre da personalização e a da absoluta separação dos patrimônios, somente se admitindo superá-la (art. 50 do Código Civil) quando haja ruptura manifesta entre a realidade e forma jurídica. Atinge-se o sócio porque a atuação foi dele e não da sociedade - simples anteparo; o ato foi ditado pelo interesse do sócio e não pelo da sociedade, que era distinto. Esse aspecto subjetivo da responsabilidade e a pedra de toque da teoria da desconsideração - atinge-se o administrador, controlador ou sócio que, de alguma maneira, abusou da personalidade jurídica, nela se escudando para cometer atos contrários `às coordenadas axiológicas da ordem jurídica". Os desvios que vêm sendo observados no Brasil, no sentido de estender a desconsideração a situações inteiramente estranhas aos princípios que a informam, nos países onde foi concebida, até mesmo atribuindo-lhe conotações objetivas, não se coadunam com o disposto no Código Civil, que, ao tratar da matéria, emitiu conceituação escorreita, vazada nos princípios que lhe são próprios, e, como tal, capaz de corrigir excessos e impropriedades [...]"". (Direito Societário. José Edwaldo Tavares Borba. 14ª. São Paulo: Atlas, 2015, p. 33 a 35). Por conseguinte, determino a citação dos sócios discriminados às fls. 236 nos autos, quais sejam CARLOS SANCHEZ PARDINA, DEUSA DA ANUNCIAÇÃO BORGES PARDINA e BIANA IERECE DOS SANTOS AGUIAR para responder aos termos do incidente de desconsideração da personalidade jurídica, bem como aos termos da presente demanda, não devendo a Secretaria esquecer de colocar junto com o mandado as cópias da petição de emenda da petição inicial de fls. 164/191 e do incidente de desconsideração da personalidade jurídica de fls. 215/238. II. Determino a busca do endereço da parte Requerida no sistema de informações do Tribunal Regional Eleitoral do Pará. Frutífera a busca, intime-se a parte Requerente, para que, no prazo de 10 (dez) dias promova a citação da parte Requerida, sob pena de não interrupção da prescrição (art. 240, § 2º, do CPC/2015). Infrutífera a busca ou encontrados endereços aos quais não se logrou êxito em citar a parte Requerida, defiro desde já a citação por edital com prazo de 30 dias. Deve o Requerente diligenciar junto a Secretaria do Juízo a fim de expedir o edital. Após o decurso do prazo do edital, encaminhem-se os autos para a Defensoria Pública a fim de que esta atue como curadora de ausentes. III. Relativamente ao pedido de arresto dos bens dos sócios, verifica-se que as diligências de citação das empresas Requeridas foram infrutíferas, não se tendo notícias de seu atual paradeiro, acrescentando-se que ambas estão em falta com o fisco, conforme dito acima. Some-se a isso o fato de que se trata de rescisão contratual em que o Requerente pretende a devolução de quantias pagas por imóvel objeto de contrato de promessa de compra e venda em razão do atraso de sua entrega, tendo o Superior Tribunal de Justiça editado súmula sobre dita questão: ``Súmula 543 do STJ: Na hipótese de resolução de contrato de promessa de compra e venda de imóvel submetido ao Código de Defesa do Consumidor, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador - integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento"". Configurada está a probabilidade do direito em favor do Requerente, bem como o perigo do dano já que as empresas responsáveis pelo cumprimento das obrigações não são encontradas para vir a juízo. Por conseguinte, defiro o arresto de valores no montante de R$ 53.035,00 (cinquenta e três mil e trinta e cinco reais) via sistema BACENJUD. Ressalte-se que não se pode mais exigir do credor prova do exaurimento das vias extrajudiciais na busca de bens a serem penhorados. Resta patente que é ônus do Requerente a indicação de bens à penhora. Quanto ao tema, o c. STJ sufragou: ``PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. RECUSA DE NOMEAÇÃO À PENHORA DE BENS MÓVEIS. POSSIBILIDADE. BLOQUEIO DE ATIVOS FINANCEIROS POR MEIO DO SISTEMA BACENJUD. APLICAÇÃO CONJUGADA DO ART. 185-A, DO CTN, ART. 11, DA LEI N. 6.830/80, ART. 655 E ART. 655-A, DO CPC. MEDIDA CONSTRITIVA REQUERIDA APÓS A VIGÊNCIA DA LEI N. 11.382/2006, QUE DEU NOVA REDAÇÃO AO ART.655 E INSTITUIU O ART. 655-A, AMBOS DO CPC. DESNECESSIDADE DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DE DILIGÊNCIAS PARA LOCALIZAR BENS DO DEVEDOR. ORIENTAÇÃO ADOTADA

EM SEDE DE RECURSOS REPETITIVOS, NA SISTEMÁTICA DO ART. 543-C, DO CPC. (REsp 1269156/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/12/2011, DJe 09/12/2011)"". Nesse sentido, em obediência aos princípios da Economia Processual, Efetividade da Prestação Jurisdicional e Duração Razoável do Processo, defiro o arresto via BACENJUD, até o limite de R$ 53.035,00 (cinquenta e três mil e trinta e cinco reais) em contas bancárias dos sócios das Requeridas: CARLOS SANCHEZ PARDINA, CPF 087.084.818-65; DEUSA DA ANUNCIAÇÃO BORGES PARDINA, CPF 173.760.092-72; BIANA IERECE DOS SANTOS AGUIAR, CPF 517.270.132-04 (CPF correto encontrado às fls. 166). Segue minuta anexa. Informa-se desde logo que os valores porventura arrestados ficarão à disposição do juízo e não poderão ser levantados, até mesmo porque o incidente de desconsideração da personalidade necessita ser definitivamente resolvido. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 25 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito da 6ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00132880720038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310172842 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Despejo por Falta de Pagamento em: 27/06/2019 REU:FRANCISCO ABELARDO S VERAS Representante(s): OAB 5192 - ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) ADVOGADO:MARCELO MEIRA MATTOS AUTOR:ESPOLIO DE MARIA DA GRACA MAROJA MARINHO Representante(s): MARCELO MARINHO MEIRA MATTOS (ADVOGADO) REU:SAMER NAIM ZAHLAN REDWAN REU:RAIMUNDO NONATO DE ARAUJO CORREA Representante(s): OAB 5580 - MARIA DO PERPETUO SOCORRO LOBATO ROSSY (ADVOGADO) JOSE ANTONIO COELHO (ADVOGADO) . 0013288-07.2003.8.14.0301 DECISÃO Cls. I - Trata-se AÇÃO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO, antiga, com quase 16 (dezesseis) anos de tramitação, ajuizada pelo ESPÓLIO DE MARIA DA GRAÇA MAROJA MARINHO, em face de FRANCISCO ABELARDO VERAS, de SAMER NAIM ZAHLAN REDWAN e de RAIMUNDO NONATO DE ARAÚJO CORREA. II - Realizada consulta ao sistema BACENJUD (fls. 240-241) em face dos Réus, inicialmente houve o bloqueio da quantia total de R$-618.975,14 (seiscentos e dezoito mil, novecentos e setenta e cinco reais e catorze centavos), da seguinte forma: - R$-618.916,97 (seiscentos e dezoito mil, novecentos e dezesseis reais e noventa e sete centavos), de RAIMUNDO NONATO; - R$-58,17 (cinquenta e oito reais e dezessete centavos), de FRANCISCO ABELARDO SAMPAIO VERAS FILHO. III - Não foram localizados ativos financeiros do Réu SAMER NAIM ZAHLAN REDWAN. IV - No mesmo ato de constrição via BACENJUD, foram desbloqueados R$-276.993,87 (duzentos e setenta e seis mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos), por configurar excesso executório, dos quais apenas R$-58,17 (cinquenta e oito reais e dezessete centavos) pertencentes ao Réu ABELARDO FRANCISCO e o restante pertencente ao Réu RAIMUNDO NONATO. V - Assim, o único valor que permaneceu bloqueado e, que, consequentemente, foi transferido para a subconta judicial, foi de R$-341.981,27 (trezentos e quarenta e um mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos), todo oriundo do patrimônio de RAIMUNDO NONATO DE ARAÚJO CORREA. VI - Partindo da interpretação das telas do sistema BACENJUD (fls.240-241), acima realizada, verifica-se que os cálculos do contador judicial (fls. 281-285) foram coerentes até a quantificação do valor devido à parte Exequente e ao seu respectivo causídico. Mostraram-se incorretos, entretanto, na sua parte final, especificamente no que tange à quantificação do "valor total do bloqueio" e do "excesso de execução apurado na data do bloqueio judicial". VII - Isso porque, a contadoria interpretou de maneira equivocada as telas do sistema BACENJUD, de modo que desconsiderou que já houve o desbloqueio do montante de R$-276.993,87 (duzentos e setenta e seis mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos). VIII - Portanto, em verdade, o valor total do bloqueio foi de R$-341.981,27 (trezentos e quarenta e um mil, novecentos e oitenta e um reais e vinte e sete centavos), de modo que o valor total do excesso executório, é de R$-22.720,84 (vinte e dois mil, setecentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos), tendo em vista que a contadoria apontou como devida à parte Autora e seu causídico, a quantia total de R$-319.260,43 (trezentos e dezenove mil, duzentos e sessenta reais e quarenta e três centavos). IX - Procedo à análise da composição do polo passivo. X - Compulsando os autos desde a sua origem, verifica-se que a demanda foi ajuizada em face de 03 (três) Réus dos quais apenas 02 (dois) compareceram aos autos, sendo eles o locatário FRANCISCO VERAS (fls. 36-41) e o fiador RAIMUNDO NONATO. XI - Ocorre que o comparecimento espontâneo do locador FRANCISCO VERAS à lide não foi observado, de modo que houve posterior determinação para citação editalícia de ambos locatários - FRANCISCO VERAS e SAMER REDWAN, com certificação de que não apresentaram defesa (fls. 233). XII - Portanto, os atos de citação editalícia só tem validade para o Réu ainda não citado, portanto, SAMER REDWAN. XIII - Considerando que a citação editalícia é ficta, na hipótese de não oferecida defesa, devem os autos serem encaminhados à Defensoria Pública para que exerça a curadoria especial (art. 72, II e parágrafo único, do CPC), conforme determinado às fls. 225. XIV - Ocorre que não houve o encaminhamento dos autos à Defensoria Pública. Entretanto, considerando que a execução se encontra integralmente garantida com o patrimônio do fiador,

RAIMUNDO NONATO, não há prejuízo ou nulidade passível de ser alegada pelos demais, de modo que ao feito deve ser dado regular prosseguimento. XV - Passo à análise das manifestações das partes quanto ao bloqueio BACENJUD. XVI - A parte Exequente - ESPÓLIO DE MARIA DA GRAÇA MAROJA MARINHO, apresentou manifestação às fls. 289-290, onde, em síntese, informa: 1) concordar com o contador judicial no tocante à apuração do montante que lhe é devido, qual seja de R$-292.655,39 (duzentos e noventa e dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos); e 2) concordar com o contador judicial no tocante à apuração do montante à apuração do montante devido ao seu causídico, qual seja de R$-26.605,04 (vinte e seis mil, seiscentos e cinco reais e quatro centavos). Por fim, requer o levantamento de tais quantias. XVII - A parte Executada - RAIMUNDO NONATO DE ARAÚJO CORREA, apresentou manifestação às fls. 292-294, onde, por sua vez, pugna: 1) pelo cumprimento da decisão de fls. 254-255, com relação à expedição de alvará para levantamento de excesso executório; 2) pelo desbloqueio de valores que informa terem sido bloqueados em conta poupança de quantia inferior a 40 (quarenta) salários mínimos, também requerido às fls. 270-277; e 3) pela liberação da quantia de R$-299.656,54 (duzentos e noventa e nove mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), apontada pelo contador judicial como excesso executório. XVIII - Procedo à análise dos pedidos da parte Executada - RAIMUNDO NONATO. XIX - Pelas razões já esclarecidas nos itens de I a VIII, da presente decisão, do total que foi efetivamente bloqueado e posteriormente transferido para a subconta judicial, apenas R$-22.720,84 (vinte e dois mil, setecentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos), configura excesso executório, o qual deve ser devolvido à parte contra quem se efetuou o bloqueio, portanto à parte Executada - RAIMUNDO NONATO. XX - Assim, restam INDEFERIDOS, em parte, os pedidos "1" e "3" formulados pela parte Executada e, por óbvio, torno sem efeito o item "1º" da decisão de fls. 254-255. XXI - INDEFIRO, também, o pedido de liberação do valor de R$-6.935,93 (seis mil, novecentos e trinta e cinco reais e noventa e três centavos), que informa ser oriundo de conta-poupança (fls. 270-277). Isso porque, conforme esclarecido no item IV, já houve o desbloqueio da quantia de R$-276.993,87 (duzentos e setenta e seis mil, novecentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos), de cujo montante, R$-276.935,70 (duzentos e setenta e seis mil, novecentos e trinta e cinco reais e setenta centavos) se deu em benefício somente do Réu RAIMUNDO NONATO. XXII - Portanto, o valor que já foi desbloqueado em favor deste suplanta e muito a quantia que afirma ter sido bloqueada de conta-poupança, de modo que, claramente pode-se afirmar que houve uma compensação de crédito, restando, por óbvio, ausente qualquer prejuízo que se queria alegar. XXIII - Assim, considerando que a parte Autora pleiteia o recebimento dos valores na conformidade dos cálculos do contador judicial, e com base em toda a fundamentação acima exposta, com fulcro no art. 924, II, DECLARO SATISFEITA A OBRIGAÇÃO, para o importe total de R$-319.260,43 (trezentos e dezenove mil, duzentos e sessenta reais e quarenta e três centavos), na conformidade dos cálculos do contador judicial, contra o qual nenhuma das partes se insurgiu. Via de consequência, EXTINGO O FEITO. XXIV - Na hipótese de trânsito em julgado da presente, o que deverá ser certificado pelo Sr. Diretor de Secretaria, AUTORIZO a expedição de 03 (três) alvarás judiciais da seguinte forma: - 01 (um) em benefício de RAIMUNDO NONATO DE ARAÚJO CORREA, para o valor de R$-22.720,84 (vinte e dois mil, setecentos e vinte reais e oitenta e quatro centavos), referente à excesso executório, devidamente acrescido do percentual equivalente dos rendimentos da subconta judicial, qual seja, 6,64% (seis vírgula sessenta e quatro por cento), conforme toda fundamentação acima exposta; - 01 (um) em benefício do ESPÓLIO DE MARIA DA GRAÇA MAROJA MARINHO, para o valor de R$-292.655,39 (duzentos e noventa e dois mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e trinta e nove centavos), referente ao valor devido à parte Autora, na conformidade dos cálculos do contador judicial, devidamente acrescido do percentual equivalente dos rendimentos da subconta judicial, qual seja 85,58% (oitenta e cinco vírgula cinquenta e oito por cento); e - 01 (um) em benefício do causídico da parte Autora, MARCELO MEIRA MATTOS (procuração - fls. 08), para o valor de R$-26.605,04 (vinte e seis mil, seiscentos e cinco reais e quatro centavos), referente aos honorários advocatícios sucumbenciais, na conformidade dos cálculos do contador judicial, devidamente acrescido do percentual equivalente dos rendimentos da subconta judicial, qual seja, 7,78% (sete vírgula setenta e oito por cento). XXV - A expedição do alvará em benefício da parte Autora, INDEPENDENTEMENTE DE NOVA CONCLUSÃO, resta CONDICIONADA à comprovação da pessoa do ATUAL INVENTARIANTE do Espólio Autor, por meio de documento hábil e atualizado, que indique, inclusive, se esta tem poderes para receber valores em nome do espólio. XXVI - AUTORIZO, ainda, que os valores a serem liberados sejam transferidos para conta bancária de titularidade do beneficiário de cada alvará, caso estes assim o requeiram por petição nos autos, devidamente instruída com os dados necessários para a realização da transação. XXVII - Instrua-se os respectivos alvarás com o extrato atualizado da subconta judicial. XXVIII - Cada beneficiário deverá recolher as custas correspondentes. XXIX - Após, nada mais havendo, dê-se baixa na tramitação e arquivem-se os autos. XXX - Intime-se.

XXXI - Cumpra-se. Belém-PA, 25 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito - 6ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00157384620148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:AROLDO ERNESTO LIMA VALDEZ Representante(s): OAB 12580-B - LUCIANO CAVALCANTE DE SOUZA FERREIRA (ADVOGADO) OAB 19239 - JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA ALVES (ADVOGADO) OAB 26706 - THAINÁ VEIGA MARGALHO (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15458 - THIAGO NONATO SILVA VARGAS (ADVOGADO) OAB 18629-A - ROSANGELA DA ROSA CORREA (ADVOGADO) OAB 22970 - DANIELLE FEITOSA COSTA (ADVOGADO) . Processo de nº 0015738-46.2014.814.0301 Autor: AROLDO ERNESTO LIMA VALDEZ Requerido: BANCO BRADESCO S/A SENTENÇA AROLDO ERNESTO LIMA VALDEZ, devidamente qualificado nos autos de nº 0015738-46.2014.814.0301, ajuizou AÇÃO REVISIONAL COM PEDIDO CAUTELAR contra BANCO BRADESCO S/A, também devidamente qualificado nos autos (fls. 2/19). Narra, em síntese, que o autor celebrou com a instituição financeira contrato de financiamento com o objetivo de adquirir uma unidade imobiliária. No entanto, em razão da crise financeira, não foi mais capaz de pagar as prestações, sendo impossibilitada a renegociação. Temeroso de perder o imóvel, o autor buscou consulta jurídica, quando descobriu diversas ilegalidades no contrato pactuado. Considerando o exposto, requer a) em sede de liminar, seja determinado que o requerido se abstenha de alienar o imóvel; b) a anulação da cobrança de juros sobre juros; c) seja anulada a cobrança do seguro, por se tratar de venda casada; c) restituição em dobro dos valores pagos indevidamente; d) indenização a título de danos morais, no valor de R$10.000,00 (dez mil reais). Juntou documentos em fls. 21/84. AROLDO ERNESTO LIMA VALDEZ opôs Embargos de Declaração (fls. 87/90), os quais foram acolhidos parcialmente, em fls. 94/95. Decisão interlocutória deferindo o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, em fl. 101. BANCO BRADESCO S/A apresentou Contestação (fls. 127/150) alegando que em razão da mora houve a consolidação da propriedade, na forma do Decreto-Lei nº 911/69; a possibilidade de fixação de juros acima de 12% (doze por cento) ao ano, bem como de capitalização de juros; sustenta a inexistência de danos morais indenizáveis. Juntou documentos em fls. 151/176. Em 28/06/2018 (fl. 197) foi realizada audiência em que foi apresentada proposta de acordo, sem sucesso. Foi determinada a conclusão dos autos para sentença, caso não houvesse manifestação no prazo. Certidão informando que as partes não se manifestaram, em fl. 209. Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. Compulsando os autos, verifico que houve o encerramento da instrução processual. Trata-se de matéria documental e de direito, encontrando-se devidamente instruído e pronto para análise. O §2º do art. 330 do Código de Processo Civil preleciona que nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigações decorrentes de financiamento, o autor deverá indicar as obrigações que pretende controverter, sendo vedado ao juiz conhecer de ofício da abusividade de cláusulas em contratos bancários (Súmula 381 do STJ). Dessa forma, serão objeto de análise somente as cláusulas expressamente reputadas como abusivas, pelo autor, na exordial. A hipótese é de improcedência dos pedidos contidos na exordial. DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS Quanto aos juros pactuados no contrato, é de se dizer que relativamente à incidência de capitalização de juros, o Superior Tribunal de Justiça já possui entendimento pacificado no sentido da admissibilidade da capitalização de juros nos contratos bancários desde o advento da Medida Provisória n° 2.170-36/2001, desde que observado o dever de informação ao consumidor. Neste sentido, trago à colação julgado exemplificativo do entendimento consolidado: Processo AgRg no REsp 1342243 / RS; AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2012/0187976-0; Relator(a): Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO (1140); Órgão Julgador: T4 - QUARTA TURMA; Data do Julgamento: 09/10/2012; Data da Publicação/Fonte: DJe 16/10/2012. Ementa. CONTRATO BANCÁRIO. REVISIONAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PACTUAÇÃO DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. DIFERENÇA ENTRE TAXAS DE JUROS MENSAL E ANUAL. A PREVISÃO DE TAXA ANUAL DOS JUROS SUPERIOR À TAXA MENSAL, MULTIPLICADA POR DOZE, CONFIGURA A PACTUAÇÃO DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL. 1. A 2ª Seção deste Tribunal Superior já firmou posicionamento pela possibilidade da cobrança da capitalização mensal dos juros, desde que atendidos os requisitos de existência de previsão contratual expressa da capitalização com periodicidade inferior a um ano e que tenha sido o contrato firmado após 31/03/2000, data da primeira edição desta MP, então sob o nº 1963-17. Precedentes. 2. Capitalização mensal dos juros: "A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". (REsp 973827/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012). 3. Recurso especial não provido. (STJ-1055038) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PREVISÃO NO CONTRATO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA E CONTRATUAL. ENUNCIADOS 5 E 7

DA SÚMULA DO STJ. 1. A capitalização mensal de juros é legal em contratos bancários celebrados posteriormente à edição da MP 1.963-17/2000, de 31.03.2000, desde que expressamente pactuada. A previsão no contrato de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada. 2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ). 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 1.156.498/DF (2017/0209039-6), 4ª Turma do STJ, Rel. Maria Isabel Gallotti. DJe 10.08.2018). Sobre a questão da constitucionalidade da Medida Provisória n° 2.170-36/2001, verifico que há pronunciamento do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria, pugnando por sua constitucionalidade. (STF-0113026) JUROS - CAPITALIZAÇÃO - PERIODICIDADE - ARTIGO 5º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.170-36 - CONSTITUCIONALIDADE. É constitucional o artigo 5º da Medida Provisória nº 2.170-36, que autoriza a capitalização dos juros com periodicidade inferior a um ano - ressalva da óptica pessoal. Precedente: recurso extraordinário nº 592.377/RS, julgado sob a sistemática da repercussão geral, redator do acórdão o ministro Teori Zavascki, com publicação no Diário da Justiça de 19 de março de 2015. AGRAVO - MULTA - ARTIGO 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. Se o agravo é manifestamente inadmissível ou improcedente, impõe-se a aplicação da multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do Código de Processo Civil de 2015, arcando a parte com o ônus decorrente da litigância protelatória. (Ag. Reg. nos Emb. Decl. no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1035229/SP, 1ª Turma do STF, Rel. Marco Aurélio. j. 17.10.2017, unânime, DJe 15.12.2017). Ao encontro do entendimento do STF, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) editou a Súmula n° 539, abaixo transcrita: Súmula 539 - É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada. (Súmula 539, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/06/2015, DJe 15/06/2015) No caso concreto, no entanto, não é possível observar a alegada capitalização. Isso porque o contrato celebrado entre as partes prevê, tão somente, a taxa de juros nominal e efetiva, no percentual de 10,03% a. a. e 10,50% a. a. respectivamente, as quais não caracterizam, por si só, a capitalização. De fato, no mesmo REsp. nº 973.827, que entendeu pela legalidade na aplicação da capitalização, o Superior Tribunal de Justiça expressou-se claramente ao afirmar que "a mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1993". Nesse sentido: (TRF4-0657841) EMBARGOS DECLARATÓRIOS. HIPÓTESES. CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. CORREÇÃO. São cabíveis embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material, consoante dispõe o artigo 1.022 do CPC. A modificação do julgado é admitida apenas excepcionalmente e após o devido contraditório (artigo 1.023, § 2º, do CPC). Consoante precedentes do Superior Tribunal de Justiça, os quais deram origem à Súmula 541, a mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933; ademais, a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada. (Embargos de Declaração em Apelação Cível nº 5017854-94.2015.4.04.7000, 3ª Turma do TRF da 4ª Região, Rel. Ricardo Teixeira do Valle Pereira. j. 30.05.2017, unânime). (TJMG-1173849) APELAÇÃO CÍVEL. REVISÃO. CONTRATO BANCÁRIO. LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS. IMPOSSIBILIDADE. JUROS COMPOSTOS. ANATOCISMO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Observada a Súmula Vinculante nº 07 do Supremo Tribunal Federal, que afasta a aplicação da norma do § 3º, do artigo 192 da Constituição Federal, a pretensão de limitação dos juros praticados pelo sistema financeiro, seja com base na Lei de Usura, no Código Civil ou no Código de Defesa do Consumidor, encontra óbice no entendimento consubstanciado na Súmula nº 596 do Supremo Tribunal Federal. Em se tratando de juros compostos, calculados de acordo com as taxas anuais efetivas previstas no contrato, a decomposição feita para cálculo da parcela mensal fixa a ser paga para quitação do principal e dos juros não importa em cobrança de juros sobre juros caracterizadora da prática de anatocismo. "A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933" (RECURSO ESPECIAL Nº 973.827 - RS). (Apelação Cível nº 6012534-28.2015.8.13.0027 (1), 13ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Luiz Carlos Gomes da Mata. j. 29.11.2018, Publ. 29.11.2018). Assim, verificada somente a aplicação de taxas de juros nominal e efetiva ao contrato celebrado entre as partes (fls. 25/36), não é possível observar motivo para a pleiteada nulidade, motivo pelo qual improcedente o pedido nesse sentido. DA VENDA CASADA O autor questiona, também, a previsão de seguro no negócio jurídico pactuado com a instituição financeira, afirmando se

tratar da prática de venda casada, vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro. Em relação aos seguros no âmbito dos financiamentos habitacionais, a Lei nº 11.877/2009 dispõe: Art. 79. Os agentes financeiros do SFH somente poderão conceder financiamentos habitacionais com cobertura securitária que preveja, no mínimo, cobertura aos riscos de morte e invalidez permanente do mutuário e de danos físicos ao imóvel. (Redação dada pela Lei nº 12.424, de 2011) A cobertura securitária, portanto, é requisito legal para fins de concessão de financiamento com finalidade habitacional, não configurando abusividade a sua exigência pelas instituições financeiras. Essa abusividade, entretanto, pode se configurar caso a instituição financeira condicione o financiamento à contratação do seguro de forma conjunta. Trata-se, nesse caso, de venda casas, uma das práticas abusivas, vedadas pelo Código de Defesa do Consumidor, que preleciona: Art. 39. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços, dentre outras práticas abusivas: (Redação dada pela Lei nº 8.884, de 11.6.1994) I - condicionar o fornecimento de produto ou de serviço ao fornecimento de outro produto ou serviço, bem como, sem justa causa, a limites quantitativos; (grifo nosso). Nesse sentido: (TJDFT-0462475) APELAÇÃO CÍVEL. REVISÃO DE CONTRATO BANCÁRIO. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. ADOÇÃO DA TABELA PRICE COMO SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO. LICITUDE. ANATOCISMO NÃO COMPROVADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS PERMITIDA. CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DE VIDA E POR DANOS FÍSICOS AO IMÓVEL. LEGALIDADE. IMPOSIÇÃO DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA A RESPEITO DA SEGURADORA A SER CONTRATADA NÃO DEMONSTRADA. 1. Nos termos das Súmulas 539 e 541 do c. STJ, reputa-se lícita a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31.03.2000 (MP 1.963-17/00, reeditada como MP 2.170-36/01), desde que devidamente ajustada no contrato. 2. A utilização da Tabela Price, por si só, não implica abusividade que justifique a mudança para outro sistema de cálculo, sobretudo se a alegação para tanto é fundamentada na ocorrência de juros capitalizados, os quais são autorizados para os contratos envolvendo instituições financeiras. Precedentes. 3. Muito embora a exigência de contratação de seguro de vida e por danos físicos ao imóvel por parte da instituição financeira responsável pela Cédula de Crédito Imobiliário encontre guarida na Lei nº 10.931/2004, o devedor pode optar por adquirir referido produto em seguradora distinta daquela recomendada pela credora. Na hipótese concreta, no entanto, não constam dos autos qualquer elemento de prova indicativo de que a contratação dos seguros pelos valores ajustados tenha sido uma imposição da financiadora, o que afasta a possibilidade de que seja reconhecida a sua nulidade, por suposta prática de "venda casada". 4. Recurso conhecido e desprovido. (Processo nº 07016386220178070001 (1101054), 6ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Carlos Rodrigues. j. 06.06.2018, DJe 20.06.2018) Ocorre que, no caso concreto, não se verifica a adesão ao seguro fornecido pela instituição financeira como condição ao financiamento. De fato, o contrato celebrado entre as partes expressa claramente - fls. 29v e 30v: 6.2.1. O (A, S) DEVEDOR (A, ES) TEM CIENCIA DE QUE, CASO A APOLICE ESCOLHIDA POR ELE SEJA UMA DAS OFERECIDAS PELO CREDOR, AS CONDICOES APLICAVEIS SERAO AS QUE SEGUEM: (grifo nosso) [...] 6.3.1. CASO O DEVEDOR TENHA OPTADO PELA CONTRATAÇÃO DE APOLICE DE SEGURO INDIVIDUAL OU APOLICE DE SEGURO COLETIVA EM SEGURADORA DIVERSA DAQUELAS OFERECIDAS PELO CREDOR, AS CONDICOES APLICAVEIS AO SEGURO SERAO AQUELAS PREVISTAS NA RESPECTIVA APOLICE, NAO SENDO APLICAVEL NENHUMA DAS CONDICOES CONSTANTES DA CLAUSULA 6.2, ACIMA. (grifo nosso). É evidente, por conseguinte, que foi possibilitada, ao autor, a escolha pela apólice de seguro fornecida pela instituição financeira ou adesão a outra, individual, inclusive com a adoção - no último caso - das condições previstas naquela. Não havendo o condicionamento a quando da pactuação, não é possível verificar a existência de venda casada, como alega o autor, motivo pelo qual improcedente o pleito no tocante à matéria. DA RESTITUIÇÃO Sob o pressuposto de que existem cláusulas abusivas no contrato, a parte autora requereu, em caso de reconhecimento de valores cobrados a maior, a restituição em dobro. CORRÊA TELLES ensina sobre a reclamação d"indebito: Compete á quem por êrro pagou o que não devia, contra quem ignorantemente recebeu o pagamento; pede restituição do que pagou, com seus acessórios. (Doutrina das Acções. Jose Homem Corrêa Telles. Accomodada ao Fôro do Brazil por Augusto Teixeira de Freitas. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1880, p. 234). CAVALIERI FILHO ensina, quanto à cobrança indevida - repetição do indébito, em seu Programa... No parágrafo único do art. 42, o CDC estipulou uma pena civil para o fornecedor que cobrar do consumidor quantia indevida, qual seja, a devolução em dobro da quantia paga em excesso. [...]. O consumidor, todavia, só terá direito à devolução em dobro daquilo que efetivamente tiver pago em excesso, não bastando a simples cobrança, como no regime civil. (Programa de Direito do Consumidor. Sérgio Cavalieri Filho. São Paulo: Atlas, 2008, p. 170). No caso analisado, verifica-se que a abusividade das cláusulas apontadas pela parte autora foram afastadas, de forma que não houve o pagamento indevido. Sendo o pagamento pressuposto fundamental para o indébito, improcedente o pleito exordial nesse sentido. DO DANO MORAL Em relação aos danos morais, mister

elucidar que a indenização requerida somente pode existir se houver algum abalo aos direitos da personalidade. Para o professor YUSSEF SAID CAHALI, dano moral: [...] é a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranqüilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral (honra, reputação, etc.) e dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.), dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.) (Dano Moral. Yussef Said Cahali. Ed. RT. 3ª ed., São Paulo, 2005, p. 22). No caso em comento, não se verifica abalo à personalidade do autor. Diante do inadimplemento - confesso, diante de abalo financeiro -, a instituição financeira tem o direito de aplicar as sanções contratualmente previstas. Dessa forma, improcedente o pleito exordial em relação à indenização por danos morais. Isso posto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos exordiais, por não verificar as abusividades alegadas, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil e por tudo mais o que consta nos autos. Condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios sucumbenciais que fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Havendo apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões, caso queira. Decorrido o prazo legal, independentemente de manifestação ou nova conclusão, certifique-se e encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para os devidos fins. Na hipótese de trânsito em julgado, certifique-se, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P. R. I. C. Belém-PA, 25 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito P R O C E S S O : 0 0 1 6 5 5 2 2 4 2 0 1 5 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:BANCO RURAL S.A. Representante(s): OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 20364 - ELOISA QUEIROZ ARAUJO (ADVOGADO) EXECUTADO:TERRA DO FERRO LTDA Representante(s): OAB 1590 - AMERICO LINS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 18948 - FABIO ANTONIO BORGES CHIMOKA (ADVOGADO) EXECUTADO:RONALDO ANDRES AGUILERA Representante(s): OAB 1821 - SUZANA CHRISTINA DIAS DA SILVA (ADVOGADO) . Processo de nº 0016552-24.2015.814.0301 Exequente: BANCO RURAL S/A Executados: TERRA DO FERRO LTDA e RONALDO ANDRES AGUILERA BANCO RURAL S/A, devidamente qualificado nos autos de nº 0016552-24.2015.814.0301, ajuizou AÇÃO DE EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA contra TERRA DO FERRO LTDA e RONALDO ANDRES AGUILERA, também devidamente qualificados nos autos (fls. 2/5). Juntou documentos em fls. 6/37. TERRA DO FERRO LTDA e RONALDO ANDRES AGUILERA apresentaram Exceção de Pré-Executividade, em fls. 42/51. Sentença julgando improcedente a Exceção de Pré-Executividade, bem como determinando que o exequente, em caso de infrutíferas as tentativas de constrição de bens, apresentasse bens passíveis de penhora no prazo de 1 (um) ano, com base o art. 921, §2º, do Código de Processo Civil, em fls. 105/106. Bloqueio do valor de R$1.981,07 (mil novecentos e oitenta e um reais e sete centavos), em fl. 101. Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. 1. Compulsando os autos, bem como em consulta ao sistema de acompanhamento processual LIBRA, é possível verificar que as partes não se manifestaram quanto ao bloqueio de valores por meio do sistema BACENJUD. Dessa forma, transitada em julgada esta decisão - da qual a parte executada deverá ser intimada pessoalmente, por meio de oficial de justiça -, determino a expedição de Alvará Judicial em favor do exequente BANCO RURAL S/A, no valor de R$1.981,07 (mil novecentos e oitenta e um reais e sete centavos), bem como eventuais rendimentos desde o bloqueio, por transferência bancária. 2. É possível verificar, ainda, que foi determinada a suspensão do processo pelo prazo de 1 (um) ano (fls. 105/106), em consonância com o que dispõe o art. 921, §2º, do Código de Processo Civil, que preleciona: Art. 921. Suspende-se a execução: § 2o Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. Sobre a suspensão por inexistência de bens penhoráveis: O objeto da execução forçada são os bens do executado, dos quais se procura extrair os meios de resgatar a dívida exequenda. Não há, no processo de execução, provas a examinar, nem sentença a proferir. Daí por que a falta de bens penhoráveis do devedor importa suspensão da execução pelo prazo de um ano, período em que se suspenderá, também, a prescrição (NCPC, art. 921, III e §2°). A falta de bens a penhorar - destaque-se - não acarreta a definitiva frustração da execução por quantia certa. Inviabiliza, no entanto, o prosseguimento momentâneo dessa modalidade executiva, cujo objetivo consiste em apreender e expropriar bens patrimoniais do executado para realizar a satisfação do crédito do exequente. Sem que se conte com os bens expropriáveis, não há, obviamente, como dar sequência ao curso do processo. O impasse, porém, é episódico, visto que podem surgir, mais tarde, no patrimônio do executado, bens exequíveis, tornando viável a retomada da marcha da execução. Deve-se lembrar que a responsabilidade patrimonial em que se apoia a execução por quantia certa abrange tanto os bens atuais do executado

como os futuros (art. 789). Por isso, a lei prevê que, não se encontrando bens a penhorar, a execução será suspensa (art. 921, III), e não extinta (THEODORO JUNIOR, HUMBERTO. Curso de direito processual civil. Vol. III. 52 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2019, p. 789) O arquivamento dos autos quando não existem bens a penhorar é, evidentemente, disposição coerente com a realidade do Judiciário brasileiro, o qual, mesmo em análise superficial, não tem condições de prosseguir indefinidamente com execuções inócuas, especialmente após esgotados todos os meios de constrição patrimonial disponíveis. Ratifico que não se trata de medida que implique na extinção do crédito. De fato, o §3º dispõe que "os autos serão desarquivados para prosseguimento da execução se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis". Assim, até a prescrição do crédito, o exequente poderá, sempre que identificar bens penhoráveis, requerer o desarquivamento do feito e prosseguimento da execução. Nesse sentido: (TRF4-0853944) ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. FIES. TÍTULO JUDICIAL. PRESCRIÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. 1. Uma vez suspenso o processo de execução em razão da ausência de bens penhoráveis do executado (art. 921, III, § 1º do novo CPC), o prazo referente à prescrição intercorrente não flui durante o período em que o processo executivo encontrar-se suspenso. Após o término da suspensão, contudo, a contagem do prazo prescricional tem início. Somente se decorridos mais de 5 (cinco anos) de inércia da parte a Exequente em impulsionar efetivamente a execução, mesmo intimada para tanto e sem computar os períodos de suspensão por ausência de localização de bens penhoráveis, se consuma a prescrição intercorrente, causa extintiva da execução. 2. Após o decurso do prazo anual de suspensão da execução sem localização de bens penhoráveis, é cabível o arquivamento dos autos, nos termos do art. 921 § 2º, do novo CPC. (Apelação Cível nº 5063490-40.2016.4.04.7100, 3ª Turma do TRF da 4ª Região, Rel. Rogério Favreto. j. 05.12.2017, unânime). (TRF4-0657918) PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO. À medida que não localizados bens penhoráveis do executado para prosseguimento da execução, tem-se que a medida cabível é, de fato, a suspensão do feito pelo prazo de um ano, restando suspensa, pelo mesmo lapso temporal, a prescrição executiva. Apenas após o decurso do referido prazo anual sem localização de bens penhoráveis, é cabível o arquivamento dos autos, na inteligência do art. 921 § 2º, do novo CPC. (Agravo de Instrumento nº 5007397-80.2017.4.04.0000, 3ª Turma do TRF da 4ª Região, Rel. Ricardo Teixeira do Valle Pereira. j. 30.05.2017, unânime). (TJMG-1094056) AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. SUSPENSÃO DO FEITO. AUSÊNCIA DE BENS PENHORÁVEIS. CITAÇÃO DO EXECUTADO. DESNECESSIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Nos termos do art. 921, inciso III do CPC, suspende-se a execução quando o executado não possuir bens penhoráveis. 2. Nesta hipótese, a suspensão da execução é limitada ao prazo de 01 (um) ano, durante o qual se suspenderá a prescrição (art. 921, § 1º do CPC). 3. Decorrido o prazo sem que o executado seja localizado ou que sejam encontrados bens passíveis de penhora, o Juiz ordenará o arquivamento provisório dos autos (art. 921, § 2º do CPC). 4. A suspensão da execução não está condicionada à citação da parte executada, sendo suficiente o requerimento da parte exequente. (Agravo de Instrumento nº 0961898-59.2017.8.13.0000 (1), 11ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Marcos Lincoln. j. 06.06.2018, Publ. 12.06.2018). (TJDFT-0466602) APELAÇÃO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. HIPÓTESE DE SUSPENSÃO DO PROCESSO. INEXISTÊNCIA DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. EXTINÇÃO. NÃO CABIMENTO. ARQUIVAMENTO. INTELIGÊNCIA DO ART. 921, INCISO III, PARÁGRAFO 2º, DO CPC. RECURSO PROVIDO. 1. A Constituição Federal consagra o princípio da razoável duração do processo, que não pode permanecer paralisado à espera de providências da parte autora. 2. Constata-se que houve todos os esforços possíveis para que o apelante-exequente promovesse, por diversas vezes, os atos e diligências que lhe competiam para a localização de bens dos apelados-executados, razão pela qual a ausência de bens penhoráveis após o prazo de suspensão da marcha processual configura hipótese de arquivamento dos autos, portanto inadequada a extinção da execução por esse fundamento. 3. Recurso conhecido e provido. (Processo nº 20141210030339 (1109193), 6ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Carlos Rodrigues. j. 13.06.2018, DJe 18.07.2018). (TJRS-1107412) AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. PEDIDO DE SUSPENSÃO. AUSÊNCIA DE CITAÇÃO DOS DEVEDORES. POSSIBILIDADE. Não localizados os executados para a citação, sendo todas as tentativas infrutíferas, possível o arquivamento dos autos, conforme artigo 921, § 2º, do CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravo de Instrumento nº 70077063105, 23ª Câmara Cível do TJRS, Rel. Clademir José Ceolin Missaggia. j. 23.10.2018, DJe 07.11.2018). No caso concreto, verifico após a decisão que determinou a suspensão do feito pelo prazo de 1 (um) ano, não se verificou manifestação da parte exequente quanto a bens passíveis de penhora. Dessa forma, cumprido o "Item 1", determino o ARQUIVAMENTO dos autos, com base no art. 921, §2º, do Código de Processo Civil. 3. Cumpra-se. Belém-PA, 25 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito PROCESSO:

00195117920108140301 PROCESSO ANTIGO: 20101029181 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REU:IITAU UNIBANCO S/A Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) OAB 18076 - DANIELLE FERREIRA SANTOS (ADVOGADO) MARCIO ANDRE AFFONSO MIRANDA (ADVOGADO) MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REU:CLASSEG CLASSIFICADOS E NEGOCIOS LTDA Representante(s): OAB 13926 - THIAGO DE SOUZA PAMPLONA (ADVOGADO) GISELE CARVALHO DE ALMEIDA (ADVOGADO) AUTOR:W & E CONSTRUCAO PROJETOS E REPRESENTACAO LTDA Representante(s): OAB 8346 - ANTONIO CARLOS DO NASCIMENTO (ADVOGADO) FABIOLA SONIA RODRIGUES DA CONCEICAO (ADVOGADO) . Processo nº 0019511-79.2010.8.14.0301 DECISÃO A decisão de fls. 339 determinou a intimação do BANCO ITAU S/A para apresentar seus dados bancários e, após informados os referidos dados, que se realizasse a transferência de todo o valor existente, com as devidas correções. I - Considerando a petição de fls. 362/363, onde são informados os requeridos dados bancários, CUMPRA-SE a decisão de fls. 339, com relação à transferência dos valores devidos, após o trânsito em julgado da presente decisão, que deverá ser certificado. II - Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Belém (PA), 26 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito - 6ª Vara Cível e Empresarial de Belém PROCESSO: 00200382220128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Alvará Judicial em: 27/06/2019 AUTOR:I. P. O. AUTOR:I. P. O. AUTOR:I. P. O. REPRESENTANTE:AUDILENE BARBOSA PADILHA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 16109 - RENAN ARAUJO BARROS (ADVOGADO) . Processo n.º: 0020038-22.2012.8.14.0301 Requerente: AUDILENE BARBOSA PADILHA DE OLIVEIRA SENTENÇA I - Relatório Vistos etc. AUDILENE BARBOSA PADILHA DE OLIVEIRA, representando os menores impúberes, ajuizou ação de alvará judicial, pelos motivos indicados na inicial. Narra a inicial que a requerente é casada com o Sr. Claudecir Batista de Oliveira e tiveram 03 (três) filhos desse matrimônio, contudo seu marido faleceu no dia 13/08/2011. Aduz que o de cujus era integrante de contrato de seguro de vida em grupo. Por fim, requer seja determinada a expedição de alvará judicial para que seja autorizado que a requerente receba os valores atinentes ao seguro de vida em grupo Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. II - Fundamentação A ação de alvará judicial é um procedimento de jurisdição voluntária, previsto no art. 725, inciso VII, do CPC, em que não há litígio entre os interessados na obtenção da tutela jurisdicional. Conforme relatado, a parte requerente pleiteia que seja expedido alvará judicial a fim de que receba os valores referentes à indenização de seguro de vida do de cujus. Analisando-se os autos, verifica-se que foi ajuizada a ação de consignação em pagamento (proc. nº 0000577-64.2012.8.14.0301) em apenso, em que a seguradora alegou que há dúvidas acerca de quem é a pessoa legítima a receber o valor da indenização securitária, o que não coaduna com o procedimento da jurisdição voluntária, em que não há lide. É esse o entendimento da jurisprudência pátria acerca do tema: TJMS-0087950) APELAÇÃO CÍVEL - ALVARÁ JUDICIAL - SUPRIMENTO DE OUTORGA PARA TRANSMISSÃO DE PROPRIEDADE IMOBILIÁRIA - RECURSO DESPROVIDO. O procedimento especial de jurisdição voluntária somente é cabível quando não há discussão acerca do objeto do pedido, quer seja pelo valor, forma ou tempo do cumprimento da obrigação. Tendo em vista que não há identidade entre o promitente vendedor do imóvel e o de cujus, a transferência do imóvel deve ser objeto de exame nas vias ordinárias. (Apelação nº 0832449-77.2014.8.12.0001, 1ª Câmara Cível do TJMS, Rel. Marcelo Câmara Rasslan. j. 15.12.2017). (grifos acrescidos) TJPB-0046550) DIREITO PROCESSUAL CIVIL E CIVIL - Apelação Cível - "Ação de Alvará Judicial" - Venda de bem partilhado em ação de inventário - Inadequação da via eleita - Jurisdição voluntária - Existência de litígio - Necessidade de ação judicial contenciosa - Instauração do contraditório - Ausência de interesse de agir - Falta de condição da ação - Extinção do processo sem resolução do mérito - Provimento. O pedido de alvará judicial não se presta a solucionar situações conflituosas, em que há pretensão resistida. (Apelação nº 0000558-33.2016.815.2001, 2ª Câmara Especializada Cível do TJPB, Rel. Abraham Lincoln da Cunha Ramos. DJe 31.07.2017). (grifos acrescidos) Sobre a legitimidade, define o lente ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO: "A legitimidade é a qualidade de um sujeito que o habilite a agir no âmbito de uma situação jurídica considerada. [...]. O facto legitimador por excelência é a titularidade, nas situações activas. O titular de uma posição - particularmente: de um direito subjectivo - tem legitimidade para desencadear os diversos exercícios que ela faculte". (Tratado de Direito Civil. Tomo V da Parte Geral. António Menezes Cordeiro. Coimbra-PT: Almedina, 2011, p. 15-20). O pedido formulado pela parte requerente somente pode ser obtido em processo de jurisdição contenciosa, sob o crivo do contraditório, o que já está ocorrendo nos autos do processo em apenso. Assim, entendo que a via eleita, pela autora, resta inadequada, o que acarreta a extinção do feito, sem mérito, pela falta de interesse de agir, nos termos do art. 17 do CPC ("Art. 17. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.") e art. 485, VI ("Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: VI - verificar ausência de

legitimidade ou de interesse processual;"). III - Dispositivo Diante do exposto, e o que mais dos autos consta, JULGO EXTINTO O FEITO, sem resolução do mérito, nos termos do art. 17 c/c art. 485, inciso VI, ambos do CPC, eis que a via eleita, pela autora, resta inadequada pela falta de interesse de agir. Sem custas e honorários, uma vez que se trata de procedimento de jurisdição voluntária. Após o trânsito em julgado, baixe-se o registro de distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Belém, 26 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito da 6ª Vara Cível e Empresarial de Belém PROCESSO: 00203897520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:MANUEL ANTONIO GODINHO DE MORAES Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REU:BANCO ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 89457 - EGBERTO HERNANDES BLANCO (ADVOGADO) OAB 25727-A - CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (ADVOGADO) OAB 13536 - CELSO MARCON (ADVOGADO) . Processo de nº 0020389-75.2011.814.0301 Autor: MANOEL ANTONIO GODINHO DE MORAES Requerido: BANCO ITAU UNIBANCO S/A SENTENÇA MANOEL ANTONIO GODINHO DE MORAES, devidamente qualificado nos autos de nº 0020389-75.2011.814.0301, ajuizou AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA contra BANCO ITAU UNIBANCO S/A, também devidamente qualificado nos autos (fls. 2/24). Juntou documentos em fls. 25/43. BANCO ITAU UNIBANCO S/A apresentou Contestação, em fls. 77/97. MANOEL ANTONIO GODINHO DE MORAES apresentou Réplica à Contestação, em fls. 107/119. MANOEL ANTONIO GODINHO MORAES e BANCO ITAUCARD S/A apresentaram termos de acordo, pugnando por sua homologação, em fls. 228/230. Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. O presente feito está a reclamar pela extinção com resolução do mérito, tendo em vista a transação realizada pelas partes em fls. 228/230 dos autos, nos termos do art. 487, III, b do Código de Processo Civil: Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz: III - homologar: b) a transação; Sobre a transação, esta consiste em um negócio jurídico pelo qual os sujeitos litigantes resolvem pôr fim ao pleito mediante concessões mútuas (art. 840 do Código Civil). Isto posto, HOMOLOGO o acordo celebrado pelos litigantes para que este produza seus efeitos jurídicos e legais. Em consequência, julgo EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO do mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do Código de Processo Civil. Honorários na forma estabelecida no acordo. Dispensadas as custas processuais remanescentes, se houver, na forma do art. 90, §3º, do Código de Processo Civil. Na hipótese de trânsito em julgado, certifique-se e arquivem-se os autos. P. R. I. C. Belém-PA, 26 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito PROCESSO: 00219768120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDMILTON PINTO SAMPAIO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:REGINALDO FERREIRA PANTOJA Representante(s): OAB 12123 - CLAUDIO DE SOUZA MIRALHA PINGARILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:SÍNTESE ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 11003 - SAVIO BARRETO LACERDA LIMA (ADVOGADO) OAB 13152 - LEONARDO NASCIMENTO RODRIGUES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO - PROC. 0021976-81.2014.814.0301 Através do provimento 006/2006, artigo 1º § 2º, inciso X oriundo da Corregedoria Geral de Justiça da Região Metropolitana de Belém: fica intimada a parte autora REGINALDO FERREIRA PANTOJA para se manifestar sobre a impugnação de fls. 275/278, no prazo legal. BELÉM-PA, 27 DE JUNHO DE 2019. DIRETOR DE SECRETARIA. PROCESSO: 00250772420178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA BETANIA DO NASCIMENTO SILVA REQUERENTE:JOSE JAIME SOUZA SILVA REQUERENTE:MÁRIO RUBENS PINHEIRO DE ASSUNÇÃO REQUERENTE:MARTA CONCEIÇÃO DIAS ASSUNÇÃO REQUERENTE:RONALDO SILVA DO NASCIMENTO REQUERENTE:ELAIDE MARTINS DA CUNHA REQUERENTE:MARIA JOSE DO SOCORRO CAVALCANTE MACEDO REQUERENTE:RINALDO HENRIQUE DIAS ALVES REQUERENTE:WELLINGTON JOSE FIGUEIREDO DE LIMA REQUERENTE:EDILMA BELEM DAS MERCES FIGUEIREDO DE LIMA REQUERENTE:MONICA DE SOUZA RODRIGUES REQUERENTE:ROSILENO PANTOJA DE ARAUJO REQUERENTE:FLAVIA LUCIANA GUIMARAES MARCAL PANTOJA DE ARAUJO REQUERENTE:CATIA H M NASCIMENTO REQUERENTE:AMERICO DE MORAES REQUERENTE:ELISA SPINACE REQUERENTE:NELSON CARREIRA MACHADO REQUERENTE:MARIA DO CARMO FERNANDES MACHADO REQUERENTE:JOAO BOSCO DOS SANTOS BARBOSA REQUERENTE:ANA CLAUDIA RABELO BARBOSA REQUERENTE:JOELSON SOARES FERREIRA REQUERENTE:CINTHIA GABRIELA PINHEIRO NETTO FERREIRA REQUERENTE:MARIO ANTONIO BIGATAO REQUERENTE:FRANCINETE MARQUES CAVALERO REQUERENTE:FRANCISCO TEIXEIRA VIEIRA REQUERENTE:LEILA MARIA NASCIMENTO COSTA REQUERENTE:ALEX LUIS SOUSA DA SILVA

REQUERENTE:DEBORA LISSA TAKAI MOROTOMI REQUERENTE:ALDRIN JOSE GUIOMARINO DE LUCENA REQUERENTE:ANA CLAUDIA CORREA DE LUCENA REQUERENTE:SERGIO CUNHA REQUERENTE:FADUA CAROLINA DE OLIVEIRA PANTOJA CUNHA REQUERENTE:ANA CLAUDIA DUARTE CARDOSO REQUERENTE:DEBORA CASCAES TAVERNARD REQUERENTE:ANDRE RICARDO DO AMARAL TAVERNARD REQUERENTE:PEDRO PEREIRA DA SILVA FILHO REQUERENTE:HILDA MARIA FERNANDES BRITO REQUERENTE:HUMBERTO PINTO BRITO REQUERENTE:ADELMAR ALVES DE AVIZ JUNIOR REQUERENTE:SANDRA MARIA FRANCO PEREIRA REQUERENTE:ALAN KLEISON FERREIRA BATISTA REQUERENTE:CREMILDA MARIA FERREIRA VIANA REQUERENTE:FRANCISCO RAIMUNDO MARTINS DE SOUZA REQUERENTE:NUBIA SORAYA DA SILVA GUEDES REQUERENTE:RUTE MARIA DOS SANTOS ANDRADE REQUERENTE:IVANIZE ASSIS DO NASCIMENTO REQUERENTE:SÍLVIO AUGUSTO FERNANDES DE MENEZES REQUERENTE:TATIANY OLIVEIRA DE ALENCAR MENEZES REQUERENTE:JURUENA DE ANDRADE LOPES REQUERENTE:SILVIA MARIA LEMOS LOPES REQUERENTE:ELOINA MARIA AVILA MONTEIRO REQUERENTE:EULADIO FRASSON BRISTOT REQUERENTE:KARLA MELISSA AMOURY BRISTOT REQUERENTE:GABRIELA NORONHA FORTES REQUERENTE:MARCOS FRAGA FORTES REQUERENTE:REINALDO DOS SANTOS VALINO REQUERENTE:ELISA LUCIA NUNES VALINO REQUERENTE:WILAMI HERNANDES DOS SANTOS REQUERENTE:MARIA FERNANDA RIBEIRO HERNANDES REQUERENTE:DANIEL SOLUM FRANCO MAUES REQUERENTE:JOSIANE MARIA MAUES DA COSTA FRANCO REQUERENTE:FABIANO MANCIOPI CASTRO REQUERENTE:ISMAEL DE JESUS MATOS VIEGAS REQUERENTE:SOCORRO DE FATIMA SOUZA DA SILVA VIEGAS REQUERENTE:EDWALDO ANTUNES DURAN REQUERENTE:KATINA ARAUJO MACEDO ANTUNES REQUERIDO:GUINDEL INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 5082 - MARTA MARIA VINAGRE BEMBOM (ADVOGADO) OAB 17213 - DIEGO FIGUEIREDO BASTOS (ADVOGADO) OAB 21379 - RAFAEL REZENDE DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) REQUERENTE:HERVE LOUIS GHISLAIN ROGEZ E OUTROS Representante(s): OAB 7308 - JOSIANE MARIA MAUES DA COSTA FRANCO (ADVOGADO) OAB 13590-B - DANIEL SOLUM FRANCO MAUES (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTOR A LEAL MOREIRA LTDA Representante(s): OAB 21052 - DANIELLE BARBOSA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO I TAU UNI BANCO Representante(s): OAB 18639 - FERNANDA NOURA ARAUJO (ADVOGADO) OAB 138723 - RICARDO NEGRAO (ADVOGADO) . D E S P A C H O Vistos. Defiro o pedido de fls. 719/720. Expeça-se o que for necessário. Após, não havendo custas processuais pendentes de recolhimento, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 26 de junho de 2019. ROBERTO CÉZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00318188020178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:SINTESE ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 13152 - LEONARDO NASCIMENTO RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL S/A Representante(s): OAB 14194 - CELIO ROBERTO DA SILVA LEAO (ADVOGADO) OAB 21273 - CARLOS AUGUSTO DAMOUS DE QUEIROZ (ADVOGADO) OAB 24494-B - SAYMON FRANKLLIN MAZZARO (ADVOGADO) . Processo de nº 0031818-80.2017.814.0301 Autor: SÍNTESE ENGENHARIA LTDA Requerido: BANCO DO BRASIL S/A DECISÃO EM SEDE DE EMBARGOS SÍNTESE ENGENHARIA LTDA, devidamente qualificada nos autos de nº 0031818-80.2017.814.0301, opôs Embargos de Declaração (fls. 951/954) contra sentença prolatada em fls. 930/949. Aduz a existência de contradição e obscuridade da sentença embargada, tendo em vista que apesar de reconhecer a abusividade da comissão de permanência, não afastou os efeitos da mora. BANCO DO BRASIL S/A, também devidamente qualificado nos autos, opôs Embargos de Declaração (fls. 959/960) contra a sentença de fls. 930/949. Alega a existência de a) omissão em relação à análise da preliminar de ilegitimidade para pleitear baixa na hipoteca com base na Súmula 308 do Superior Tribunal de Justiça e b) omissão, diante da ausência de comprovação de cobrança da comissão de permanência. BANCO DO BRASIL S/A apresentou Contrarrazões aos Embargos de Declaração, em fls. 964/967. SÍNTESE ENGENHARIA LTDA Contrarrazões aos Embargos de Declaração, em fls. 971/972. Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. Sobre os Embargos de Declaração destaca-se que este é uma das espécies de recursos, previsto no art. 994, IV do Código de Processo Civil, que caracteriza um instrumento jurídico utilizado por uma das partes da relação processual, no qual pede ao magistrado para que este elimine a existência de uma possível obscuridade, omissão, contradição ou para corrigir erro material existente em qualquer decisão, isto é, sentença, acordão ou decisão interlocutória. Quanto a esse recurso, segue o art. 1.022 da Lei nº 13.105/2015: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II - suprir omissão de ponto ou

questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III - corrigir erro material. Em relação aos Embargos opostos por SÍNTESE ENGENHARIA LTDA Inicialmente, cumpre salientar que a contradição autorizadora dos Embargos de Declaração é a interna, encontrada dentro da própria decisão, que apresenta termos irreconciliáveis entre si. Na mesma lógica, a obscuridade a que se refere o art. 1.022 do Código de Processo Civil é aquela em que a decisão é ininteligível, apresentando um texto de difícil compreensão. Analisando a sentença embargada, não é possível encontrar a contradição ou obscuridade alegadas, na medida em que há manifestação expressa em relação à mora. De fato, decisão embargada afirma que anulação da cláusula que prevê a cobrança de comissão de permanência não tem o condão, na espécie, de afastar os encargos moratórios, em hipótese de inadimplementos contratual. Nesse contexto, não se observa qualquer contradição ou obscuridade quanto à matéria exposta, mas tão somente o inconformismo com o entendimento prolatado, o qual deve ser veiculado por meio da via recursal adequada. Em relação aos Embargos opostos por BANCO DO BRASIL S/A Quanto ao recurso oposto pela instituição financeira, não se verificam as omissões apontadas. De fato, a sentença embargada enfrentou expressamente a preliminar de ilegitimidade para requisição de baixa na hipoteca com fundamento na Súmula 308 do Superior Tribunal de Justiça, afirmando que não existia o pedido dentre os pleitos exordiais. Referida súmula foi mencionada para fundamentar o dano moral, alegado pelo Autor, e houve manifestação na sentença sobre referida súmula. A exordial, em seu "Item d" - fl. 28, preleciona: [...] bem como reconhecendo e declarando o excesso de garantia exigido no contrato, com a consequente nulidade e determinação para desfazimento das hipotecas incidentes sobre as unidades imobiliárias do empreendimento Sintese Plaza e sobre o Lote n°. 04 (quatro) do empreendimento Cidade Cristal; (grifo nosso). É evidente, portanto, que o pleito para baixa das hipotecas incidentes sobre as unidades autônomas não se baseia na Súmula 308 do STJ - destinada à proteção ao direito dos adquirentes, consumidores -, mas sim no alegado excesso de garantia, devidamente analisado na sentença embargada (fundamentos jurídicos diversos excesso de garantia e não validade, súmula 308, STJ, com relação aos consumidores finais). Dessa forma, não se verifica omissão, pois. Por fim, não é possível observar, na exordial, o pedido para nulidade dos valores cobrados a título de comissão de permanência, mas sim a análise da legalidade do referido encargo e, consequentemente, devolução de eventuais valores cobrados indevidamente. Desse modo, não há omissão em relação à comprovação de cobrança da comissão de permanência, sendo constatada a irregularidade de sua aplicação no caso concreto - em razão da cumulação com outros encargos moratórios -, bem como determinada a restituição em caso de cobrança, cujo valor deverá ser apurado em sede de liquidação de sentença. Não verificadas, por conseguinte, as omissões alegadas. Isso posto, CONHEÇO dos Embargos de Declaração opostos por SÍNTESE ENGENHARIA LTDA e BANCO DO BRASIL S/A e, no mérito, NEGO-LHES PROVIMENTO, por não verificar quaisquer dos vícios alegados, na forma do art. 1.022 do Código de Processo Civil e por tudo mais o que consta nos autos. Dessa forma, mantenho a sentença embargada em todos os seus termos. Belém-PA, 25 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito PROCESSO: 00430287020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:BRIUTE COM.IMP.LTDA Representante(s): OAB 14315 - PAULO DE TARSO ANUNCIACAO DE MELO (ADVOGADO) OAB 19302-A - FLAVIO DE OLIVEIRA RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERENTE:RONALDO LUONGO REQUERIDO:NONATO PEREIRA REQUERIDO:ELSON JOSE SOARES COELHO REQUERIDO:ELIERSON SANTINO Representante(s): OAB 8941-B - ELSON JOSE SOARES COELHO (ADVOGADO) REQUERIDO:EMISSORAS RADIO MARAJOARA LTDA Representante(s): OAB 8941-B - ELSON JOSE SOARES COELHO (ADVOGADO) REQUERIDO:RÁDIO SP - UM LTDA Representante(s): OAB 8941-B - ELSON JOSE SOARES COELHO (ADVOGADO) . Processo nº: 0043028-70.2013.8.14.0301 Autos de REPARAÇÃO DE DANOS MORAIS Autor: RONALDO LUONGO e outro Réu: NONATO PEREIRA e outros SENTENÇA Vistos etc. I. Relatório Cuida-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS proposta por RONALDO LUONGO e BRIUTE COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, já qualificados nos autos, em desfavor de NONATO PEREIRA, ELSON JOSÉ SOARES COELHO, ELIERSON SANTINO, EMISSORA RÁDIO MARAJOARA, e RÁDIO SP - UM LTDA (MIX FM), todos igualmente qualificados. Narra a petição inicial que, no dia 02/08/2013, o autor, proprietário da segunda requerente, tomou conhecimento de que estava sendo "atacado" pelo radialista NONATO PEREIRA e pelos comentaristas ELSON SOARES e ELIERSON SANTINO no programa Mix Atualidades. Aduz que o referido programa acusou a empresa autora de participar de licitações fraudulentas, praticar preços superfaturados, bem como que a Polícia Federal teria realizado busca e apreensão de documentos em que a mesma teria sido envolvida. Salienta que as ofensas transbordam o caráter informativo, atingindo a honra da família do autor. Assevera que o nome do autor foi mencionado por diversas vezes, em ironias, deboches e chacotas, as quais continuaram

por 15 (quinze) dias consecutivos no referido programa. Ao final, requer, em sede de tutela de urgência, que os requeridos se abstivessem de divulgar o nome dos requerentes em qualquer programa de rádio e principalmente pelo radialista Nonato Pereira. No mérito, requer que a parte ré seja condenada ao pagamento do valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) a título de danos morais, bem como que sejam condenados a veicular no programa Mix Atualidades pelo mesmo período em que as ofensas foram proferidas e exatamente nos últimos minutos do programa, a leitura da sentença proferida nos presentes autos, como forma de retratação. A petição inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 37/74. Foi indeferido o pedido de tutela de antecipada (fl. 75). A parte ré apresentou contestação (fls. 158/174 e 202/217), arguindo a preliminar de ilegitimidade de ELSON JOSÉ SOARES COELHO e ELIERCIO FLAVIO AMARO SANTINO, sob o fundamento de que não fizeram comentários suficientes para gerar dano moral; a ilegitimidade passiva da RÁDIO SP - UM LTDA, de modo que apenas pode ser responsabilizada a filiada por quaisquer danos a terceiros e despesas decorrentes dos programas gerados no local; bem como a preliminar de ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo, em virtude dos CDs colacionados aos autos estarem distorcidos e truncados e não foram fornecidos pelo órgão oficial da ANATEL. No mérito, alega que apenas foi divulgado as "noticias criminis", o que também foi divulgado em jornais e internet. Aduz que estão respaldados pela exceção da verdade, bem como não constitui em nenhuma ilicitude ou abuso do poder da liberdade de imprensa, cujos integrantes são livres em expressar suas opiniões, haja vista que estão respaldadas por documentos e publicações da imprensa, com denúncias de propensos atos de improbidade dos autores. A contestação veio acompanhada dos documentos de fls. 175/201. Em sede de reconvenção (fls. 247/264), foi requerido a indenização por danos morais e materiais no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) como forma de ressarcimento pelos danos e transtornos praticados pelos reconvindos. A parte autora apresentou réplica à contestação e contestação à reconvenção (fls. 273/294). As partes foram intimadas para informar se possuem provas a produzir (fl. 334), contudo não apresentaram manifestação. É o resumo do necessário para a decisão que se segue. II. Fundamentação De início, cumpre destacar que em função das questões fáticas estarem suficientemente provadas através de documentos, além de ser improvável a conciliação e totalmente desnecessária a produção de prova em audiência, passo ao julgamento antecipado da lide, tal permite o art. 355, inciso I, do Código de Processo Civil. II.1. Da preliminar de ilegitimidade passiva ad causam de ELSON JOSÉ SOARES COELHO e ELIERCIO FLAVIO AMARO SANTINO A parte ré arguiu a ilegitimidade passiva de ELSON JOSÉ SOARES COELHO e ELIERCIO FLAVIO AMARO SANTINO, sob o fundamento de que não fizeram comentários suficientes para gerar dano moral. Sobre a legitimidade, define o lente ANTÓNIO MENEZES CORDEIRO: "A legitimidade é a qualidade de um sujeito que o habilite a agir no âmbito de uma situação jurídica considerada. [...]. O facto legitimador por excelência é a titularidade, nas situações activas. O titular de uma posição - particularmente: de um direito subjectivo - tem legitimidade para desencadear os diversos exercícios que ela faculte". (Tratado de Direito Civil. Tomo V da Parte Geral. António Menezes Cordeiro. Coimbra-PT: Almedina, 2011, p. 15-20). Não merece prosperar a presente preliminar, uma vez que se trata de matéria de mérito, visto que será necessária a análise das provas carreadas nos autos para verificar se houve ato ilícito de índole moral praticado pelos réus ELSON JOSÉ SOARES COELHO e ELIERCIO FLAVIO AMARO SANTINO. Diante disso, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva. II.2. Da preliminar de ilegitimidade passiva ad causam de RÁDIO SP - UM LTDA Foi arguida a ilegitimidade passiva da empresa RÁDIO SP - UM LTDA, sob o fundamento de que apenas pode ser responsabilizada a filiada por quaisquer danos a terceiros e despesas decorrentes dos programas gerados no local, em virtude do contrato firmado entre elas. Tendo em vista que a causa de pedir envolve a suposta violação de direito da personalidade em programa de rádio exibido por emissora regional, deve ser mantido no polo passivo a emissora nacional, uma vez que é integrante da cadeia de afiliação empresarial, não podendo compor polo passivo apenas a emissora de rádio regional. Isto porque, trata-se de um grupo econômico. É esse o entendimento da jurisprudência pátria acerca do tema: TJPR-0780709) DIANTE DO EXPOSTO, ACO DAM OS JULGADORES GABINETE DE DESEMBARGADOR APELAÇÃO CÍVEL Nº 1.642.003-4 FLS. 18 DE 18 INTEGRANTES DA NONA CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, POR UNANIMIDADE DE VOTOS, EM NÃO CONHECER DO AGRAVO RETIDO E NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, NOS TERMOS DA FUNDAMENTAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS. MATÉRIA JORNALÍSTICA EXIBIDA EM REDE DE TELEVISÃO REGIONAL, AFILIADA A EMISSORA DE ALCANCE NACIONAL. AGRAVO RETIDO. ALEGADA ILEGITIMIDADE PASSIVA DA EMISSORA. EXAME NÃO REQUERIDO EM PRELIMINAR AO JULGAMENTO DO MÉRITO DA APELAÇÃO. NÃO CONHECIMENTO. QUESTÃO QUE, POR ENVOLVER CONDIÇÃO DA AÇÃO, É MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA, ALCANÇADA PELO EFEITO TRANSLATIVO DO RECURSO DE APELAÇÃO. LEGITIMIDADE DA EMISSORA PRINCIPAL POR ATOS DE SUAS AFILIADAS. PRECEDENTES. COLISÃO DE

DIREITOS FUNDAMENTAIS. PONDERAÇÃO DE PRINCÍPIOS. UTILIZAÇÃO DE FOTOGRAFIAS DA APELANTE, RETIRADAS DE REDE SOCIAL, PARA ILUSTRAR A REPORTAGEM. POSSIBILIDADE, INDEPENDENTEMENTE DE AUTORIZAÇÃO. USO DAS IMAGENS PARA FINS JORNALÍSTICOS. PREPONDERÂNCIA, NO CASO CONCRETO, DO DIREITO À INFORMAÇÃO. VEICULAÇÃO DE CONVERSA TELEFÔNICA, ONDE A REPÓRTER BUSCAVA A VERSÃO DA APELANTE SOBRE OS FATOS. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO SIGILO DAS COMUNICAÇÕES. Gabinete de Desembargador Apelação Cível nº 1.642.003-4 fls. 2 de 18INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO. RESPONSABILIDADE INDENIZATÓRIA AFASTADA. 1. "É legitimada passiva a empresa principal e integrante da cadeia de afiliação empresarial para responder pela divulgação de notícias em que se discute a violação ao direito de imagem ou o direto à liberdade de imprensa" (TJRS, AC 245581 - 25.2015.8.21.7000 de Pelotas, Rel: GELSON ROLIM STOCKER, 17ª Câmara Cível, j. 24.09.2015). 2. É da essência do jornalismo profissional apurar a existência dos fatos que lhe vem ao conhecimento, confrontá-los, possibilitando a todos os envolvidos que apresentem a sua versão, e retransmiti-los com o máximo de objetividade. Mas não se pode esperar que a Imprensa se restrinja a publicar somente as informações já consideradas verdades absolutas: a sua missão é exatamente disseminar a notícia de modo responsável, possibilitando aos seus destinatários formar um juízo crítico sobre os acontecimentos. 3. Os conteúdos pessoais publicados em redes sociais possuem, a rigor, proteção jurídica contra utilização desautorizada por terceiros. Porém, no âmbito da liberdade de informação conferido aos órgãos profissionais de imprensa, tais informações são consideradas públicas, uma vez que podem ser acessadas por qualquer pessoa que efetue uma simples busca em mecanismos de pesquisa na internet. 4. Se as imagens não foram utilizadas fora do contexto da reportagem, sem cunho sensacionalista ou vexatório, não foram editadas de modo a expor a Apelante ao ridículo, nem destinadas a aplicação em publicidade com o fito de obter lucro ou vantagem financeira, os Tribunais vêm entendendo que a sua exibição prescinde de autorização da pessoa retratada. 5. É lícita a veiculação de gravação de conversa telefônica feita por um dos interlocutores, quando não existir causa legal de sigilo ou de reserva da conversação. Gabinete de Desembargador Apelação Cível nº 1.642.003-4 fls. 3 de 18HONORÁRIOS RECURSAIS. MAJORAÇÃO DA VERBA FIXADA NA FASE DE CONHECIMENTO (ART. 85, §§ 1º, 2º E 11 DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO. RECURSO DESPROVIDO. (Processo nº 1642003-4, 9ª Câmara Cível do TJPR, Rel. Vilma Régia Ramos de Rezende. unânime, DJ 26.06.2017). (grifos acrescidos) Diante disso, a emissora de rádio nacional é parte legítima para compor o polo passivo da presente ação, não havendo isenção de responsabilidade em virtude do Instrumento Particular de Parceria Comercial, Retransmissão de Programas e Outras Avenças. Assim, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva. II.3. Da preliminar de ausência de pressupostos de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo A parte ré alegou que o processo deve ser extinto, em virtude dos CDs colacionados aos autos estarem distorcidos e "truncados" e não foram fornecidos pelo órgão oficial da ANATEL. Não merece prosperar a referida decisão, uma vez que não há necessidade de que as gravações tenham sido fornecidas por órgão oficial da ANATEL, tal necessidade dificultaria a produção de provas e prejudicaria a celeridade processual. Ademais, os referidos áudios foram objeto de Laudo Pericial, confeccionado pelo Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, nos autos do processo nº 0018964-84.2013.8.14.0401 (queixa-crime), em que foram confirmadas as identidades dos interlocutores. TERCIO SAMPAIO acentua na Introdução, quanto a "Prova Jurídica": "Fazer aprovar significa a produção de uma espécie de simpatia, capaz de sugerir confiança, bem como a possibilidade de garantir, por critérios de relevância, o entendimento dos fatos em sentido favorável (o que envolve questões de justiça, eqüidade, bem comum etc.)". (Introdução ao Estudo do Direito. Técnica, Decisão, Dominação. Tercio Sampaio Ferraz Jr. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2003, p. 319). Desse modo, não há necessidade de extinção do feito, estando os áudios aptos para serem analisados por este juízo. Diante disso, rejeito a presente preliminar. II.4. Do mérito Trata-se de ação de indenização por danos morais em que o autor aduz que sofreu abalo emocional em virtude das palavras proferidas pelos réus no programa "Mix Atualidades" entre os dias 02/08/2013 a 16/08/2013. A presente ação indenizatória encontra respaldo nos arts. 186, 927 e 953 do Código Civil. CLOVIS BEVILAQUA ensina em seu Código Civil... "... ato ilícito é a violação do direito ou o dano causado a outrem por dolo ou culpa. O dolo consiste na intenção de ofender o direito ou prejudicar o patrimônio por ação ou omissão. A culpa é a negligência ou imprudência do agente, que determina violação do direito alheio ou causa prejuízo a outrem. Na culpa há, sempre, a violação de um dever preexistente. Se êsse dever se funda em um contrato, a culpa é contratual; se no princípio geral do direito que manda respeitar a pessoa e os bens alheios, a culpa é extra-contratual, ou aquiliana". (Código Civil Comentado. Tomo I. Clovis Bevilaqua. 11ª ed. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1956, p. 343). Na hipótese de responsabilidade civil apta a ensejar indenização por danos morais, a Constituição Federal de 1988 no seu art. 5º, incisos V e X, admite a reparação do dano moral, tornando-se indiscutível a

indenização por danos dessa natureza. Neste sentido, pode-se dizer que o dano moral se caracteriza quando ocorre a perda de algum bem em decorrência de ato ilícito que viole um interesse legítimo, de natureza imaterial e que acarrete, em sua origem, um profundo sofrimento, constrangimento, dor, aflição, angústia, desânimo, desespero, perda da satisfação de viver, para citar alguns exemplos. Para o professor YUSSEF SAID CAHALI, dano moral: [...] é a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranqüilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral (honra, reputação, etc.) e dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.), dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.). (Dano Moral. Yussef Said Cahali. 3ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005, p. 22). É importante destacar que a jurisprudência pátria tem se consolidado no sentido de que é possível a indenização por dano moral para pessoa jurídica. Assim dispõe a Súmula nº 227 do Superior Tribunal de Justiça (STJ): "A pessoa jurídica pode sofrer dano moral". Ademais, aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade. (art. 52 do CC). Para tanto, é necessário que haja lesão à sua honra objetiva, concernentes à sua reputação no meio social. DIREITO ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. PESSOA JURÍDICA. HONRA OBJETIVA. VIOLAÇÃO. Pessoa jurídica pode sofrer dano moral, mas apenas na hipótese em que haja ferimento à sua honra objetiva, isto é, ao conceito de que goza no meio social. Embora a Súm. n. 227/STJ preceitue que "a pessoa jurídica pode sofrer dano moral", a aplicação desse enunciado é restrita às hipóteses em que há ferimento à honra objetiva da entidade, ou seja, às situações nas quais a pessoa jurídica tenha o seu conceito social abalado pelo ato ilícito, entendendo-se como honra também os valores morais, concernentes à reputação, ao crédito que lhe é atribuído, qualidades essas inteiramente aplicáveis às pessoas jurídicas, além de se tratar de bens que integram o seu patrimônio. Talvez por isso, o art. 52 do CC, segundo o qual se aplica "às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção aos direitos da personalidade", tenha-se valido da expressão "no que couber", para deixar claro que somente se protege a honra objetiva da pessoa jurídica, destituída que é de honra subjetiva. O dano moral para a pessoa jurídica não é, portanto, o mesmo que se pode imputar à pessoa natural, tendo em vista que somente a pessoa natural, obviamente, tem atributos biopsíquicos. O dano moral da pessoa jurídica, assim sendo, está associado a um "desconforto extraordinário" que afeta o nome e a tradição de mercado, com repercussão econômica, à honra objetiva da pessoa jurídica, vale dizer, à sua imagem, conceito e boa fama, não se referindo aos mesmos atributos das pessoas naturais. Precedente citado: REsp 45.889-SP, DJ 15/8/1994. REsp 1.298.689-RS, Rel. Min. Castro Meira, julgado em 23/10/2012. (destaques acrescidos). É consabido que para que haja cabimento da reparação moral também é necessária a existência concomitante de determinados requisitos, quais sejam a conduta indevida, o dano e o liame de causalidade. PIMENTA BUENO define Direito, em seu clássico: "O direito é uma entidade real, porém moral ou abstracta, difficil de ser bem definida; ella se apresenta claramente ao espirito, e o domina, mas este não póde traduzi-la a seu gosto directamente. E´ a faculdade moral de obrar, faculdade que não deve ser impedida sempre que conservar-se em seus limites moraes, é aquillo que é justo, que é recto, que procede da natureza do homem ou da lei, que sua sociabilidade creou; é emfim o poder do homem em suas relações moraes, é a sua legitima competencia pessoal de fazer, não fazer, ou exigir que outrem faça, ou não faça alguma cousa". (Direito Publico Brazileiro e Analyse da Constituição do Imperio. José Antonio Pimenta Bueno. Rio de Janeiro: Typographia Imp. e Const. de J. Villeneuve e C., 1857, p. 389). Analisando-se os áudios presentes nos autos (fls. 71/74), verifica-se que o requerido NONATO PEREIRA, no seu programa "Mix Atualidades" realizado no dia 02/08/2013, fez uma denúncia envolvendo a empresa autora BRIUTE COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, em que a referida empresa estaria fraudando licitações e superfaturando preços. O radialista fez menções de que a empresa autora estaria respondendo a processos de improbidade e por superfaturamento e que queria indicar um Secretário de Saúde em Belém, bem como chama a atenção do Ministério Público de que a empresa autora "continua a atacar de uma forma como se ela se achasse poderosa acima do bem e do mal". Ademais, é enfatizado pelo réu NONATO PEREIRA que o programa "Mix Atualidades" conseguiu a suspensão de um pregão em Paraupebas no valor de R$ 11.000.000,00 (onze milhões de reais) em equipamentos hospitalares, em que participava a autora BRIUTE COMÉRCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA, em virtude das denúncias perpetradas no dia 02/08/2013. Durante mais de uma semana, o requerido NONATO PEREIRA continuou abordando a questão da empresa BRIUTE, sempre mencionando que a mesma está envolvida em esquemas fraudulentos e que apenas não fraudou mais uma licitação graças à denúncia feito no programa. O referido réu sempre menciona o nome do autor RONALDO LUONGO, proprietário da empresa autora, inclusive fazendo comentários no sentido de que o autor não é nem um "santo", visto que está sendo investigado

pelo Ministério Público, sendo, inclusive, "reincidente". Assim como que estaria sendo ameaçado pelo autor, e que o mesmo está falando muita "besteira, muita bobagem". Por sua vez, o requerido ELIERSON SANTINO, proferiu as seguintes palavras no programa Mix Atualidades no dia 09/08/2013: "Mas agora vamos chegar lá na Briute, uma empresa que não tem condição moral de participar de concorrências, uma empresa amoral, uma empresa problemática que tem levado o nome do empresariado todo para a lama, todo para a vala, uma empresa horrenda". Pois bem, verifica-se que os requeridos NONATO PEREIRA e ELIERSON SANTINO extrapolaram os limites inerentes à liberdade de expressão e de imprensa, os quais não são absolutos, de modo que restou configurada a ofensa à honra objetiva dos autores, em virtude do abuso de direito de liberdade de expressão. J. J. GOMES CANOTILHO ensina que: "Ponderar princípios significa sopesar a fim de se decidir qual dos princípios, num caso concreto, tem maior peso ou valor os princípios conflituantes. Harmonizar princípios equivale a uma contemporização ou transacção entre princípios de forma a assegurar, nesse caso concreto, a aplicação coexistente dos princípios em conflito". (Direito Constitucional e Teoria da Constituição. J. J. Gomes Canotilho. 7ª ed. Coimbra-PT: Almedina, 2003, p. 1241). Prescreve o art. 13.3 da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, norma supra constitucional: "Não se pode restringir o direito de expressão por vias ou meios indiretos, tais como o abuso de controles oficiais ou particulares de papel de imprensa, de freqüências radioelétricas ou de equipamentos e aparelhos usados na difusão de informação, nem por quaisquer outros meios destinados a obstar a comunicação e a circulação de idéias e opiniões." Acerca da liberdade expressão, dispõe a Constituição Federal de 1988: "Art. 5º IX - É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura e licença". "X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material e moral decorrente de sua violação;" É cediço que essa liberdade de expressão é garantida às pessoas em geral e, com ainda mais força, aos veículos de comunicação (liberdade de imprensa), diante disso, a Constituição Federal destinou um capítulo apenas para tratar sobre comunicação social e nele reafirma a liberdade de expressão da imprensa: "Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º - Nenhuma lei conterá dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV. § 2º - É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística". Contudo, conforme salientado anteriormente, não se trata de um direito absoluto, devendo respeitar os limites impostos pelos demais dispositivos da Constituição Federal, visto que são invioláveis a honra e a imagem das pessoas. HANS KELSEN adverte sobre a supremacia da Constituição: "[...] devemos conduzir-nos como a Constituição prescreve, quer dizer, de harmonia com o sentido subjectivo do acto de vontade constituinte, de harmonia com as prescrições do autor da Constituição". (Teoria Pura do Direito. Hans Kelsen. 4ª. Tradução João Baptista Machado. Coimbra-PT: Armênio Amado - Editor, 1979, p. 279). No caso em apreço, os réus argumentam que apenas estavam veiculando as denúncias, as quais estavam em todos os jornais e na internet, assim como estão resguardados pela exceção da verdade. Com relação à exceção da verdade, tal instituto possui procedimento próprio, o qual já foi apurado na seara criminal, por ocasião do processo nº 0018964-84.2013.8.14.0401, em que foi julgado improcedente a exceção da verdade, tendo em vista que os réus não comprovaram que a empresa autora e o autor estariam envolvidos em atos de corrupção e fraudes em licitações (conforme cópia da sentença de fls. 308/329). Todo o noticiado, conforme comprovado nos autos desta ação de reparação, foi além da mera notícia informativa, transmudando-se em dano moral. Embora tenham saído em outros veículos de comunicação a referida notícia de supostas fraudes em licitações, em vários momentos do programa "Mix Atualidades", o requerido NONATO PEREIRA é denominado como o "porta voz" das denúncias. Restou provado, pelos áudios acostados aos autos, que o programa "Mix Atualidades" não se limitou apenas em divulgar fatos relacionados aos autores, sendo que por diversas vezes questionavam a idoneidade tanto da empresa quanto do autor, mencionando, inclusive, que não deveriam participar de licitações. É importante destacar que o réu NONATO PEREIRA, ainda fez várias afirmações, em dias diferentes, de que o autor tinha o desejo de indicar um nome para a Secretaria de Saúde do Município de Belém, indevidamente. Diante desses áudios, não restam dúvidas de que houve um abuso da liberdade de expressão, inclusive extrapolando o direito à informação, não podendo ser resguardado nenhum abuso de direito que atinja a honra e a vida privada de terceiros. É esse o entendimento da jurisprudência pátria acerca do tema: TJDFT-0419597) CIVIL. PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO POR MATÉRIA JORNALÍSTICA. APELAÇÃO DO RÉU. PEDIDO DE IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO AUTORAL. LIBERDADE DE EXPRESSÃO E DE IMPRENSA. ART. 5º, INCISOS IV E XIV, E ART. 220 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. NOTÍCIA INVERÍDICA QUE ATINGE DIREITOS DE PERSONALIDADE DO AUTOR. DANO MORAL.

OCORRÊNCIA. DEVER DE INDENIZAR. QUANTUM FIXADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS. OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. 1. Por liberdade de pensamento, de expressão ou de manifestação, entende-se a proteção constitucional conferida a toda mensagem passível de comunicação, assim como toda opinião, convicção, comentário, avaliação ou julgamento sobre qualquer temática, seja relevante ou não aos olhos do interesse público, dotada ou não de valor (FERNANDES, Bernardo Gonçalves. Curso de direito constitucional. 6. ed. Salvador: Juspodivm, 2014, p. 369). Por liberdade de imprensa depreende-se a possibilidade de um indivíduo publicar opiniões e ideologias ou dispor de acesso à informação por meio da utilização dos meios de comunicação, sem interferência do Estado. 1. 1. A Constituição Federal, em seus arts. 5º, IV e XIV, e 220, garante a livre manifestação do pensamento e a liberdade de imprensa, como forma de satisfação do direito coletivo de informação, sendo indispensável ao regime democrático. Afinal, a transmissão de informações enseja a difusão de ideias/debates, possibilitando à sociedade, como destinatária da informação, o exercício do juízo crítico e a formação de opinião. 2. Não se pode olvidar, ainda, que, dentre os direitos e garantias fundamentais, o texto constitucional também se preocupou, nos seus incisos V e X do artigo 5º, em resguardar a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, garantindo, em caso de violação, a correspondente indenização por danos morais e materiais, além do direito de resposta. 2.1. Ainda que a liberdade de imprensa encontre amparo na Constituição Federal, esta não é absoluta e deve ser exercitada com consciência e responsabilidade, em obediência a outros valores também protegidos pelo mesmo texto, como a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas. 3. Diante da colisão de direitos constitucionais, como é o caso do direito de personalidade e da liberdade de informação e imprensa, cabe ao julgador sopesar/ponderar os interesses em conflito e dar prevalência àquele que segundo as circunstâncias jurídicas e fáticas for mais justo, mediante a utilização da proporcionalidade, tendo o c. STJ, estabelecido no REsp 1624388/DF, de relatoria do Exmº Sr. Min. Rel. Marco Aurélio Bellizze, como critérios de ponderação, a verificação: a) do compromisso ético com a informação verossímil; b) da preservação dos chamados direitos da personalidade, entre os quais incluem-se os direitos à honra, à imagem, à privacidade e à intimidade; e c) da vedação de veiculação de crítica jornalística com intuito de difamar, injuriar ou caluniar a pessoa (animus injuriandi vel diffamandi). 3.1. Prevalecendo os direitos de personalidade sobre o de liberdade de informação, para que haja o dever de reparação, à luz dos arts. 12, 186, 187 e 927 do CC, faz-se necessária a presença de certos requisitos da responsabilidade civil subjetiva/aquiliana, a saber: (I) o ato ilícito; (II) a culpa em seu sentido lato sensu (que engloba o ato doloso e o culposo em sentido estrito); (III) o nexo etiológico que une a conduta do agente ao prejuízo experimentado pela parte ofendida; e (IV) o dano, este como elemento preponderante da responsabilidade civil, sem o qual não há o que reparar. 4. Na espécie, o autor que é oficial da Polícia Militar do Distrito Federal, em 20 de março de 2015, na qualidade de subcomandante do 17º BPM, deu voz de prisão a subtenente, por estar incursa nas penas do art. 163 do Código Penal Militar, a qual foi condenada posteriormente pela Justiça Militar em razão dos fatos ocorridos. O requerido, no entanto, publicou notícias em seu portal na internet e na mídia impressa afirmando que o autor teria dado voz de prisão a subtenente por ela ter se negado a dar cinquenta reais para festa de aniversário do comandante o que não condiz com a realidade. 4.2. O fato base divulgado nas notícias é inverídico, eis que a própria subtenente afirmou, em depoimento prestado junto à Auditoria Militar, não saber quem ventilou tal informação. Com efeito, o primeiro critério indicado pelo c. STJ, qual seja, compromisso ético com a informação verossímil, restou violado diante das informações contidas na sentença na qual a subtenente foi condenada, onde, em momento algum, há referência de que a ordem de prisão tenha ocorrido por negativa em participação de rateio para festa particular, tal como veiculado na mídia em desabono à imagem e à conduta do autor. 4.2.1. No caso sob análise, inegável a violação do direito da personalidade do requerente, agente público, ao ser acusado de dar voz de prisão a subordinado por negativa em contribuir para festa particular, fato que além de infringir a finalidade pública, constitui, em tese, crime. Cumpre ressaltar que se trata de oficial militar, o qual possui rígidas regras com a hierarquia, disciplina e garantia da ordem pública, onde a boa reputação se mostra imprescindível para o devido cumprimento do múnus público. 4.2.2. À evidência, todo agente público está sob permanente vigília da cidadania. E quando o agente estatal não prima por todas as aparências de legalidade e legitimidade no seu atuar oficial, atrai contra si fortes suspeitas de um comportamento antijurídico francamente sindicável pelos cidadãos. Nesse contexto, o exercício concreto da liberdade de imprensa assegura ao jornalista o direito de noticiar eventuais irregularidades cometidas pelos agentes públicos ante sua relação de inerência com o interesse público, e que não é aprioristicamente suscetível de censura, mesmo que legislativa ou judicialmente intentada. 4.2.3. O interesse público quando da veiculação da imagem deve estar diretamente vinculado ao conteúdo divulgado, sendo necessária uma avaliação da intenção do agente veiculador de simplesmente noticiar um fato para a sociedade ou de macular a imagem de uma pessoa, de forma a

tornar legitima ou ilegítima a divulgação. 4.2.5. Importante ressaltar que, apesar de o réu ter alegado que a exibição da imagem do autor está relacionada à informação, em contemplação ao direito à liberdade de expressão e de imprensa e, em que pese o autor exercer um múnus público, o que relativizaria o direito à imagem, esse entendimento não pode ser aceito. Isso porque o interesse público quando da veiculação da imagem deve estar diretamente vinculado ao conteúdo divulgado, sendo necessária uma avaliação da intenção do agente veiculador de simplesmente noticiar um fato para a sociedade ou de macular a imagem de uma pessoa, de forma a tornar legitima ou ilegítima a divulgação, o que pressupõe, por certo, a busca da veracidade dos fatos a serem noticiados. 4.4. Presente o nexo de causalidade entre a conduta do réu e o dano causado à honra e imagem do autor, a manutenção da condenação ao pagamento de indenização pelos danos morais por ele suportados, é medida que se impõe. 5. No que concerne ao valor fixado em primeira instância, este deve ser arbitrado segundo o prudente arbítrio do juiz, balizado pelos postulados da proporcionalidade e da razoabilidade, levando-se em conta, além da necessidade de reparação dos danos sofridos, as circunstâncias do caso, a gravidade do prejuízo, a situação da parte autora da lesão, a condição do polo ofendido e a prevenção de comportamentos futuros análogos. Essa indenização não pode ser fonte de enriquecimento sem causa da vítima (CC, art. 884) e nem de empobrecimento do devedor. 5.1. O quantum não visa à restituição integral do prejuízo (restitutio in integrum), pela própria impossibilidade de retorno ao status quo ante, atuando apenas na função compensatória, devendo, portanto, cumprir a normativa que trata da efetiva extensão do dano, por inteligência do art. 944 do Código Civil (A indenização mede-se pela extensão do dano). 5.2. Em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, levando em conta a situação peculiar dos autos e a capacidade financeira das partes envolvidas, o valor consignado na r. sentença atende aos efeitos pedagógico-preventivo-punitivo, impondo-se assim a manutenção do importe fixado pelo d. Juízo a quo, por não ser excessivo a ponto de beirar o enriquecimento ilícito nem ínfimo, que não coíba novas práticas. 6. Apelação do réu conhecida e desprovida. (Processo nº 20160111221200 (1047959), 6ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Alfeu Machado. j. 20.09.2017, DJe 26.09.2017). (grifos acrescidos) TJSE-0111815) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PESSOA JURÍDICA. PUBLICAÇÃO DE COMENTÁRIO DESABONADOR EM PÁGINA DO FACEBOOK DE JORNALISTA. DANO MORAL EVIDENCIADO. DIREITO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO EXTRAPOLADO. SENTENÇA MANTIDA. 1 - A liberdade de informação ou de comunicação (art. 220, CF) e a tutela dos direitos da personalidade (art. 5º, incisos, IV, V, X, XIII e XIV, CF), devem conviver de forma harmônica, sem que haja extrapolamentos, posto que não são absolutas, encontrando entre si e nos demais valores que regem o Estado constitucional e democrático de direito, seus respectivos limites. 2 - No caso em apreço ficou evidente o extrapolamento dos limites da liberdade de expressão a ponto de ofender a imagem e a honra da empresa apelada. Dano moral evidente. 3 - Valor da indenização que se mostra adequado e em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Recurso desprovido. Decisão por maioria. (Apelação Cível nº 201800813137, 2ª Câmara Cível do TJSE, Rel. Alberto Romeu Gouveia Leite. j. 25.10.2018). Portanto, os requeridos NONATO PEREIRA e ELIERSON SANTINO extrapolaram o razoável ao proferirem palavras pejorativas, atingindo a honra objetiva e subjetiva dos autores, restando comprovadas as suas responsabilidades, a partir da oitiva dos áudios. ENNECCERUS, KIPP e WOLFF conceituam dano no clássico Tratado... "Daño es toda desventaja que experimentamos en nuestros bienes jurídicos (patrimonio, cuerpo, vida, salud, honor, crédito, bienestar, capacidad de adquisición, etc)1". (Tratado de Derecho Civil. Derecho de Obligaciones. Tomo II. Vol. I. Ludwig Enneccerus, Theodor Kipp, y Martin Wolff. Traducción de alemán: Blas Pérez Gonzáles y José Alguer. Barcelona: Bosch, 1954, p. 61). Com relação às pessoas jurídicas rés, é cediço que devem responder pelos atos praticados pelos seus empregados, por força do risco da atividade, principalmente por se tratar de veículo de comunicação (rádio), que atinge um número indeterminado de ouvintes. Tal responsabilidade, inclusive, independe de sua culpa, respondendo pelos atos praticados de forma objetiva. Acerca dessa responsabilidade, dispõe o Código Civil: "Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil: (...) III - o empregador ou comitente, por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;" Ademais, o Superior Tribunal de Justiça tem o entendimento sumulado acerca da responsabilidade do proprietário do veículo de divulgação: "Súmula 221 do STJ: São civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano, decorrente de publicação pela imprensa, tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação". ORLANDO GOMES, em seu Obrigações: "Aceitando-se a idéia de culpa presumida, pode-se justificar a aplicação dos preceitos reguladores da responsabilidade extracontratual usando a noção de culpa, mas dispensando sua prova. Admitidas algumas presunções, a ação da vítima para obter a indenização é extremamente facilitada. [...]. Vigoram as presunções para justificar, principalmente, a responsabilidade de alguém pelo fato de outrem, por isso mesmo chamada responsabilidade indireta. Fala-se, então, em culpa in vigilando e culpa in eligendo". (Obrigações. Orlando

Gomes. Atualizador Humberto Theodoro Jr. 11ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997, p. 269). Assim, resta configurada a responsabilidade das empresas EMISSORA RÁDIO MARAJOARA e RÁDIO SP - UM LTDA (MIX FM). Contudo, com relação ao requerido ELSON JOSÉ SOARES COELHO, verifica-se que apenas realizou comentários de cunho jurídico acerca da empresa BRIUTE e do autor, não extrapolando o razoável, nem agindo com abuso do direito de liberdade de expressão. Sendo assim, a conduta praticada pelo referido réu não gerou um dano suficiente para causar sofrimento ou algum dano de índole moral que justifique uma indenização, não podendo ser responsabilizado. Pois bem, caracterizado o dano moral apenas com relação aos atos praticados pelos requeridos NONATO PEREIRA, ELIERSON SANTINO, EMISSORA RÁDIO MARAJOARA e RÁDIO SP - UM LTDA (MIX FM), passo a fazer a quantificação da indenização respectiva. A indenização por danos morais representa uma compensação financeira pelo sofrimento ocasionado pelo dano, não significando um acréscimo patrimonial para a vítima. Atualmente, para ser quantificada a compensação pela ofensa moral, adota-se a teoria do valor do desestímulo, levando-se em conta, para ser fixada a indenização, a extensão do dano, a necessidade de satisfazer a dor da vítima, tomando-se como referência o seu padrão sócio-econômico, inclusive se a mesma contribuiu para o evento, e, em contrapartida, inibir que o ofensor pratique novas condutas lesivas. No entanto, cabe ao Poder Judiciário buscar uma solução justa para que o valor da condenação em face dos Requeridos. Quanto ao grau de culpa e à gravidade da ofensa, insta ressaltar que a parte ré mencionou o nome dos autores durante quase duas semanas, de modo que o abuso do direito à liberdade de imprensa e de expressão foi contínuo e incessante. Quanto à extensão dos danos, resta claro na situação em análise que a conduta dos réus ocasionou no demandante um constrangimento, aflição, angústia, desânimo, haja vista que os réus não se limitaram apenas ao animus narrandi, ao direito de informação, afirmando que os autores não poderiam mais participar de licitações e, inclusive questionando a índole moral dos autores, atingindo, assim, a honra subjetiva e objetiva dos autores. Assim, atentando para os elementos de quantificação, bem como para o princípio da razoabilidade, entendo como suficiente e justa a indenização na quantia solidária de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) em favor de cada um dos autores, considerando: a extensão do dano; a necessidade de satisfazer a dor da vítima; o padrão sócio-econômico das partes; a necessidade de inibir que o ofensor pratique novas condutas lesivas. Com relação ao pedido de retratação pública, tendo em vista que as ofensas foram proferidas no programa "Mix Atualidades", se faz necessária a retratação por parte dos réus, a ser realizada ao final do referido programa, apenas informando o conteúdo da presente sentença, súmula desta, pelo prazo de quinze dias. II.5. Da reconvenção Passa-se à análise do pedido reconvencional. A parte reconvinte pleiteia a indenização por danos morais e materiais no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) como forma de ressarcimento pelos danos e transtornos praticados pelos reconvindos. É cediço que o simples ajuizamento de uma ação, pleiteando determinado direito, não induz, por si só, indenização por danos morais à pessoa que compõe o polo passivo. O acesso à justiça é direito de qualquer cidadão, direito garantido pela Constituição Federal. Existem meios de inibir a propositura de ações com o simples intuito de lesionar outra parte, a exemplo da litigância de má-fé. CUNHA GONÇALVES, lente luso, ensina: "A responsabilidade civil é a obrigação que a lei impõe ao autor de qualquer dano, injustamente causado a outrem, de indemnizar o respectivo valor, quer esse dano resulte da inexecução duma obrigação preexistente, quer de um acto ou duma omissão ilícitos e estranhos a qualquer contrato, constituindo infracção do dever moral e princípio geral do direito expresso na velha máxima não lesar a ninguém". (Princípios de Direito Civil Luso-Brasileiro. Tomo II. Luiz da Cunha Gonçalves. São Paulo: Max Limonad, 1951, p. 566). Todavia, não é esse o caso dos autos, uma vez que restou configurado que houve sim um abuso da liberdade de expressão dos réus/reconvintes, de modo que não é possível a condenação dos autores/reconvindos aos danos morais e materiais ora pleiteados. III. Dispositivo DIANTE DO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos consta, com fulcro no art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE, EM PARTE, a pretensão inicial para condenar os réus NONATO PEREIRA, ELIERSON SANTINO, EMISSORA RÁDIO MARAJOARA e RÁDIO SP - UM LTDA (MIX FM), solidariamente, ao pagamento de indenização por danos morais em favor da parte autora no montante de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), sendo R$ 20.000,00 (vinte mil reais) para cada um dos autores, corrigido monetariamente pelo INPC desde a data da presente sentença (Sumula nº 362 do STJ), e acrescido de juros de mora, na forma simples, de 0,5% (meio por cento) ao mês, estes contados a partir do evento danoso (Súmula nº 54 do STJ). Determino a retratação pessoal por parte dos requeridos NONATO PEREIRA, ELIERSON SANTINO, EMISSORA RÁDIO MARAJOARA e RÁDIO SP - UM LTDA (MIX FM), em virtude das palavras proferidas contra os autores terem sido proferidas em programa de rádio e da repercussão que teve, a ser realizada na parte final do programa "Mix Atualidades", apenas informando o conteúdo, súmula, da presente sentença, uma vez ao dia, por quinze dias. Eventual descumprimento, ensejará a aplicação de multa diária de R$ 2.000,00 (dois mil reais) ao dia, limitada a R$ 200.000,00

(duzentos mil reais), devida solidariamente; sem prejuízo de que a nota de retração seja divulgada na voz de terceiros (que não os requeridos). Julgo improcedentes os pedidos formulados na inicial em relação ao réu ELSON JOSÉ SOARES COELHO. Tendo em vista que a parte autora sucumbiu em parte mínima do pedido, condeno a parte ré, solidariamente, ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência (art. 86, parágrafo único do CPC), estes que fixo em 10% (dez por cento) do valor da condenação, o que faço com fundamento no art. 85, §2º, do CPC. JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado em sede de reconvenção, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Condeno a parte ré/reconvinte ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, estes que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, o que faço com fundamento no art. 85, § 2º, do CPC. Havendo apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões, no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do para Pará, para os devidos fins. Após o trânsito em julgado, cumpridas as diligências necessárias, arquivem-se os autos, dando-se baixa no registro e na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Belém-PA, 26 (vinte e seis) de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito 1 Tradução livre: "Dano é toda a desvantagem que experimentamos em nossos bens jurídicos (patrimônio, corpo, vida, saúde, honra, crédito, bem-estar, capacidade de aquisição)". PROCESSO: 00582565120148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Alvará Judicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:FELÍCIO DE ARAUJO PONTES Representante(s): OAB 24399 - JORGE RIBEIRO DIAS DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE:CLIMENIE BERNADETTE DE ARAUJO PONTES Representante(s): OAB 12231 - MARTA INES ANTUNES LIMA (ADVOGADO) . 0058256-51.2014.8.14.0301 Cls. I - Trata-se de AÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL ajuizada por FELÍCIO DE ARAÚJO PONTES e CLIMENIE BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES, que, em síntese, objetivava autorização judicial para transferência de propriedade de imóvel adquirido em hasta pública realizada pela Justiça Estadual nos autos de ação de execução de dívida condominial, cujos autos foram extraviados, antes que houvesse a transferência da propriedade para o adquirente. II - Deferida, por sentença (fls. 43-44), a pretensão e comunicado o Cartório de Registro de Imóveis competente (fls. 51-52), o feito foi arquivado. Assim, extrai-se dos autos que o objeto da lide foi devidamente cumprido, conforme fl. 60. III - Às fls. 53-54, Haroldo de Araújo Pontes, peticiona, na qualidade de filho dos Autores, informando o falecimento do Sr. Felício de Araújo Pontes e requerendo o desarquivamento do feito para que seja proferida nova decisão determinando o cancelamento de ônus recentemente identificado na matrícula do imóvel objeto da presente, averbado na respectiva matrícula, sob o número AV-1/60814. IV - É o resumo do necessário para a decisão que segue. V - Da análise dos autos, verifica-se, em um primeiro momento, que os limites objetivos da lide se adequaram aos termos da sentença, princípio da congruência. Ouçamos a Enciclopédia Saraiva do Direito, quanto a sentença extra petita: "Diz-se extra petita a sentença definitiva que se pronuncia sobre algo que, por não ter sido pedido, se encontra fora da pretensão deduzida pelo autor, ao ajuizar sua petição inicial. [...]. Assim, o juiz não poderá decidir além do pedido (ultra petita) ou fora do pedido (extra petita), caso em que a sentença será ineficaz, dado o vício que apresenta". (Enciclopédia Saraiva do Direito. Tomo 35. Coordenação: R. Limongi França. Saraiva: São Paulo, 1979, p. 514 e 515). Dessa forma, houve sentença que decidiu sobre os exatos termos da petição inicial. O peticionante de fls. 53-54 aduz requerimento - novo - que não guarda relação imediata com os termos da exordial. VI - Não é possível, pois, concessa venia, extrapolar o liame objetivo da lide posta, a qual cinge-se à autorização de expedição de alvará judicial, cuja análise foi integralmente satisfeita, por meio da prolação de sentença meritória, no ano de 2014, de modo que o pretendido deve ser requerido por meio de nova ação. VII - Retornem os autos ao arquivo, pois que, data venia¸ cabe ao peticionante de fls. 53-54, promover nova ação judicial com vista a discutir a validade, ou não, do débito referido em AV - 1/60814, fl. 60, tendo em vista que este processo, como já dito, já está sentenciado. VIII - Intime-se. IX - Cumpra-se. Belém-PA, 25 de junho de 2019. Alessandro Ozanan Juiz de Direito PROCESSO: 00747242720138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 27/06/2019 AUTOR:EDNA REGINA CORDEIRO OLIVEIRA Representante(s): OAB 12038 - CARIMI HABER CEZARINO (ADVOGADO) OAB 18710 - PEDRO HENRIQUE GOMES DE FREITAS (ADVOGADO) . Processo nº: 0074724-27.2013.8.14.0301 Autor: EDNA REGINA CORDEIRO OLIVEIRA DESPACHO Compulsando os autos, verifico que, em que pese o Dr. Pedro Henrique Gomes de Freitas não mais atuar no presente feito, o Autor ainda possui advogado habilitado nos autos, conforme se verifica às fls. 17 e 26. Assim, intime-se a Autora para que cumpra o despacho de fl. 19, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 26 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito da 6ª Vara Cível e Empresarial de Belém PROCESSO: 01226434120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação:

Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:SEBASTIANA BARROSO CALIL Representante(s): OAB 4875 - ROSSIVAL CARDOSO CALIL (ADVOGADO) REU:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 12358 - FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ DAS NEVES (ADVOGADO) . Processo de nº 0122643-41.2015.814.0301 Autora: SEBASTIANA BARROSO CALIL Requerida: CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ - CELPA SENTENÇA SEBASTIANA BARROSO CALIL, devidamente qualificada nos autos de nº 0122643-41.2015.814.0301, ajuizou AÇÃO DECLARATÓRIA ANULATÓRIA DE DÉBITO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA contra CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ - CELPA, também devidamente qualificada nos autos (fls. 2/14). Narra, em síntese, que é titular da Unidade Consumidora nº 986577, sendo que o prédio em que reside foi alvo de uma "força tarefa" da requerida em Dezembro/2014, culminando com a troca do medidor do apartamento em que reside a autora em Janeiro/2015. Ocorre que após a troca de medidores no prédio, as contas de energia elétrica sofreram aumento significativo, sendo a autora surpreendida, em Novembro/2015, com fatura no valor de R$10.106,89 (dez mil, cento e seis reais e oitenta e nove centavos). Afirma que a requerida fundamentou a cobrança no fato de que o medidor substituído não teria realizado leituras corretas em meses anteriores. No entanto, a autora entende não ser responsável pelo problema, tendo em vista que o medidor substituído foi instalado pela requerida. Considerando o exposto, requer a) em sede de tutela antecipada, a suspensão da fatura questionada; b) seja declarada nula a cobrança indevida no valor de R$10.106,89 (dez mil, cento e seis reais e oitenta e nove centavos); c) indenização a título de danos morais no valor 30 (trinta) salários mínimos. Juntou documentos em fls. 15/24. Decisão interlocutória deferindo a antecipação da tutela pleiteada, em fls. 30/31. CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ - CELPA apresentou Contestação (fls. 36/53) alegando que o valor questionado se refere a consumo efetivo da autora, o qual não foi faturado anteriormente em razão de deficiências no medidor; aduz que a irregularidade foi devidamente comprovada por análise realizada pelo laboratório do INMETRO. Em relação ao mérito, sustenta a legalidade da cobrança, que se traduz em exercício regular do direito; comprovação de que a autora consumiu a energia elétrica; a veracidade do Termo de Ocorrência de Irregularidade (TOI); a inexistência de danos morais indenizáveis. Juntou documentos em fls. 54/97. SEBASTIANA BARROSO CALIL apresentou Réplica à Contestação, em fls. 98/103. Decisão interlocutória encerrando a instrução processual, em fl. 104. Certidão informando que somente a parte requerida se manifestou, em fl. 107. Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. Compulsando os autos, verifico que se trata de matéria de direito e documental, não sendo necessária a produção de outras provas. Oportunizada a manifestação das partes, somente a requerida se manifestou. Dessa forma, passo ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do Código de Processo Civil. Não existem preliminares ao mérito a serem analisadas. A hipótese é de improcedência dos pedidos contidos na exordial. TEIXEIRA DE FREITAS, destacado jurista do Império, destaca que: A prova duvidosa, incerta, e inconcludente, não revela de provár, e tal prova se-deve interpretár contra quem a-produz. (Regras de Direito. Augusto Teixêira de Freitas. 1ª ed. Rio de Janeiro: Garnier, 1882, p. 210). A prova constante nos autos é resoluta, mas em favor da parte promovida. A "Notificação de Reprovação", elaborada pelo IMETROPARÁ, órgão delegado do INMETRO, é claro ao afirmar - fl. 94: Bobina da fase A queimada. A indicação de energia medida não está de acordo com a energia consumida. Medidor não está de acordo com a portaria Nº 285 de 11 de agosto de 2008. (grifo nosso). Do documento é possível extrair, ainda, o número de identificação do aparelho no qual foi realizada a análise, qual seja, 1072115, o qual condiz com o medidor extraído da residência da autora, conforme se depreende dos documentos de fls. 80/92. O documento elaborado por profissional qualificado, integrante do quadro de funcionários de órgão delegado de uma autarquia federal, reveste-se de presunção de veracidade. Nesse sentido: (TJMT-0105106) RECURSO DE APELAÇÃO - DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO - IRREGULARIDADE MEDIDOR - PERÍCIA REALIZADA PELA INMETRO - NOTIFICAÇÃO PRÉVIA PARA ACOMPANHAMENTO DO LAUDO PERICIAL - VALIDADE - PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - OBSERVADOS - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. A prévia notificação para a consumidora acompanhar elaboração de Laudo Pericial em que foi constatada e apurada irregularidade em seu medidor de energia elétrica, prestigia os direitos a ampla defesa e ao contraditório e evidencia a existência do débito, bem como, torna indevida a pretensão de indenização por dano moral. (Apelação nº 0002934-60.2015.8.11.0021, 1ª Câmara Cível do TJMT, Rel. Nilza Maria Pôssas de Carvalho. j. 18.04.2017, DJe 25.04.2017). (TRF4-0888981) ADMINISTRATIVO. ANULATÓRIA. INMETRO. DISTRIBUIDORA. ATO ADMINISTRATIVO. NULIDADE. AUSENTE. Ante a prova produzida nos autos, não restou comprovada a ausência de responsabilidade da parte autora, não havendo prova apta a afastar a presunção de legitimidade e de veracidade do ato administrativo. (Apelação Cível nº 5050367-72.2016.4.04.7100, 4ª Turma do TRF da 4ª Região, Rel. Luís Alberto D'Azevedo Aurvalle. j. 14.03.2018, unânime). Ainda que a parte autora impugne o documento de fl. 97, afirmando que não recebeu a notificação para

comparecimento à perícia do medidor. No entanto, o documento de fl. 96 foi extraído, conforme se observa, do sítio eletrônico dos Correios, e atesta a entrega da correspondência. Ademais, importa ressaltar que tese principal da autora não se fundamenta na existência ou não de irregularidade na medição realizada pelo medidor substituído, mas sim na alegada irresponsabilidade - da autora - pela deficiência apresentada pelo equipamento. De fato, sustenta que não tem responsabilidade pelo que chama de "equipamentos sucateados" e que, portanto, não deve ser prejudicada por defeito na medição. Entretanto, ainda que não aferido adequadamente, houve o consumo de energia elétrica - o qual, salienta-se, a autora não nega. CUNHA GONÇALVES, em seu Princípios... É que o direito de cada um é necessàriamente limitado pelo direito de outrem. (Princípios de Direito Civil Luso-Brasileiro. Tomo I. Luiz da Cunha Gonçalves. São Paulo: Max Limonad, 1951, p. 262 e 263). Dessa forma, verificado consumo não registrado por falha no equipamento de medição, lícita a cobrança pelo mesmo. É necessário equilibrar as partes em seu aspecto econômico, pois que a parte requerida não pode restar prejudicada, vez que houve consumo, sem a necessária contraprestação pecuniária. O desembargador SERPA LOPES ensina: O enriquecimento sem causa pode ser assim descrito: consiste num acréscimento injustificado de um patrimônio como sacrifício da perda do elemento de um outro, sem que para tal deslocamento tenha havido uma causa justificada, produzindo, em conseqüência, um desequilíbrio patrimonial. Em razão dêsse mesmo desequilíbrio, surge o problema de dois patrimônios interligados por esse duplo fenômeno: o de enriquecimento, de um lado; e do empobrecimento de outro. A ordem jurídica não poderia permanecer indiferente ante um deslocamento de riqueza imotivado, causando um desequilíbrio injusto. (Curso de Direito Civil. Tomo V. Miguel Mª de Serpa Lopes. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1961, p. 65). Nesse sentido: (TJMG-1031258) APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO ORIUNDO DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NÃO REGISTRADO - CEMIG - ACERTO DE FATURAMENTO - REGULAR PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO - OBSERVÂNCIA ÀS GARANTIAS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA - LEGITIMIDADE DA COBRANÇA. 1. Constatada a fraude no equipamento medidor instalado na unidade consumidora, possibilitando a utilização de energia elétrica sem o devido faturamento e, consequentemente, sem o respectivo pagamento, afigura-se lícita a cobrança dos valores relativos ao período em que perdurou a anomalia. 2. Presunção relativa de veracidade que recai sobre a inspeção e o Termo de Ocorrência de Irregularidade lavrado, a qual não veio a ser desconstituída nos autos. Ausência de prova a respaldar a alegação autoral de que o imóvel se encontrava desocupado no período de consumo. 3. Recurso não provido. (Apelação Cível nº 0800421-94.2008.8.13.0112 (1), 5ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Áurea Brasil. j. 15.02.2018, Publ. 21.02.2018). (TJRS-0926463) APELAÇÃO CÍVEL. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO DECLARATÓRIA. RECUPERAÇÃO DO CONSUMO. FRAUDE NO MEDIDOR. LIMITAÇÃO DO CUSTO ADMINISTRATIVO. RESOLUÇÃO 414/2010 DA ANEEL. 1. O Termo de Ocorrência de Irregularidade é elemento hábil à constatação de ocorrência de irregularidade em unidade consumidora, visando ao embasamento de débito relativo à recuperação de consumo por energia não faturada. 2. O efetivo consumo da energia sem a devida contraprestação aliado à presunção de legitimidade dos atos administrativos conduz à manutenção do débito apurado pela Concessionária. 3. Recuperação do consumo que obedeceu aos critérios estabelecidos na regra do artigo 130, III, da Resolução 414/2010 da ANEEL, pelo que não há se falar em arbitrariedade. Impossibilidade de alteração do critério. 4. Ausência de demonstrativos discriminados a justificar a existência de custo administrativo na troca de equipamento, a inviabilizar qualquer condenação a este título. Falta de demonstração objetiva acerca do gasto em questão. 5. Norte que rende homenagem ao princípio do não enriquecimento indevido. 6. Em se tratando de débito antigo, inviável a suspensão do fornecimento de energia, na medida em que a cobrança pode ser feita por via diversa, menos gravosa ao consumidor. APELO PARCIALMENTE PROVIDO. (Apelação Cível nº 70076136795, 4ª Câmara Cível do TJRS, Rel. Antônio Vinícius Amaro da Silveira. j. 31.01.2018, DJe 14.02.2018). Dessa forma, havendo o consumo - ainda que não registrado - lícita a sua cobrança. DO DANO MORAL O dano moral, por sua vez, é inexistente, pois este somente existe quando ocorre sofrimento, desonra, humilhação, grande constrangimento, o que não se deflui dos autos. Na espécie, não se percebe um abalo emocional ensejador de indenização. Para o professor Yussef Said Cahali, dano moral [...] é a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranqüilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, em dano que afeta a parte social do patrimônio moral (honra, reputação, etc.) e dano que molesta a parte afetiva do patrimônio moral (dor, tristeza, saudade, etc.), dano moral que provoca direta ou indiretamente dano patrimonial (cicatriz deformante, etc.) e dano moral puro (dor, tristeza, etc.) (Dano Moral. Yussef Said Cahali. Ed. RT. 3ª ed., São Paulo, 2005, p. 22). GUSTAVO TEPEDINO, em seu Código Civil... Os Tribunais brasileiros têm analisado inúmeros casos em que o mero incômodo, desgaste ou frustração são invocados como

fundamento para pedidos de indenização por dano moral. [...]. O Superior Tribunal de Justiça, um pouco mais restritivo, tem admitido indenização por dano moral apenas em casos de `aborrecimento extremamente significativo". (STJ, 3ª T., REsp. 158.535, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes, julg. 04.04.2000, publ. DJ 09.10.2000). (Código Civil Interpretado. Conforme a Constituição da República. Tomo I. Gustavo Tepedino e outros. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 340). Assim, o dissabor experimentado pela promovente, por si só, não gera dano moral, especialmente considerando que em meses - e mesmo anos - anteriores, utilizou-se da energia elétrica. Isso posto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos contidos na exordial, porque débito pretérito é válido e regularmente apurado, razão pela qual torno sem efeito a tutela liminar anteriormente deferida, em conformidade com o art. 487, I, Código de Processo Civil, e por tudo mais o que consta nos autos. Condeno a parte autora ao pagamento de custas e despesas do processo, e em verba de sucumbência, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Havendo Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões, caso queira. Decorrido o prazo legal, independente de manifestação ou nova conclusão, certifique-se e encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para os devidos fins, observada a celeridade processual, cânone constitucional. Na hipótese de trânsito em julgado baixe-se o registro de distribuição e arquivem-se os autos. P. R. I. C. Belém-PA, 26 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito PROCESSO: 01303246220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDMILTON PINTO SAMPAIO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:LUCIANA MONTEIRO GONCALVES Representante(s): OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA (ADVOGADO) OAB 20969 - FERNANDA ACATAUASSU DE ARAUJO (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA VILLA DEL REY LTDA Representante(s): OAB 9117 - ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:ANDRE AUGUSTO MALCHER MEIRA Representante(s): OAB 12356 - ANDRE AUGUSTO MALCHER MEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ADRIANA MIRANDA MEIRA Representante(s): OAB 12356 - ANDRE AUGUSTO MALCHER MEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:GERALDO FERREIRA DA SILVA JUNIOR Representante(s): OAB 12356 - ANDRE AUGUSTO MALCHER MEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:FERNANDA REIS FEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 12356 - ANDRE AUGUSTO MALCHER MEIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO - PROC. 0130324-62.2015.814.0301 Através do provimento 006/2006, artigo 1º § 2º, inciso X oriundo da Corregedoria Geral de Justiça da Região Metropolitana de Belém: fica intimada a parte ANDRE AUGUSTO MALCHER MEIRA, para se manifestar sobre a impugnação de fls. 504/512, no prazo legal. BELÉM-PA, 27 DE JUNHO DE 2019. DIRETOR DE SECRETARIA. PROCESSO: 01481203220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRO OZANAN Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:JESSE ALVES DA SILVA Representante(s): OAB 15519 - PEDRO SARRAFF NUNES DE MORAES (ADVOGADO) REU:BF ENGENHARIA LTDA REU:VILLE CRISTAL EMPREENDIMENTOS SPE LETA Representante(s): OAB 12922 - ADRIANA COELHO DE SOUZA FIGUEIREDO NETO (ADVOGADO) . Processo de nº 0148120-32.2016.814.0301 Autor: JESSE ALVES DA SILVA Requeridas: BF ENGENHARIA LTDA e VILLE CRISTAL EMPREENDIMENTOS SPE LTDA DESPACHO 1. Compulsando os autos, verifica-se que a requerida BF ENGENHARIA LTDA não foi citada (fl. 123); observa-se, ainda, que em consulta à Receita Federal (em anexo), não é possível localizar endereço atualizado. Dessa forma, intime-se o autor para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Decorrido o prazo do "Item 1" sem manifestação, intime-se o autor JESSE ALVES DA SILVA pessoalmente, por meio de carta com aviso de recebimento, para informar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito e, se for o caso, requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. 3. Sem prejuízo em relação às determinações anteriores, intime-se a requerida VILLE CRISTAL EMPREENDIMENTOS SPE LTDA pessoalmente, por meio de carta com aviso de recebimento, para regularizar sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 76, §1º, do Código de Processo Civil. 4. Intime-se. 5. Cumpra-se. Belém-PA, 27 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito

Número do processo: 0818142-95.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BANCO PSA FINANCE BRASIL S/A. Participação: ADVOGADO Nome: DRIELLE CASTRO PEREIRAOAB: 016354/PA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO PEREIRA DE LIMAOAB: 10219/PA Participação: RÉU Nome: JOEL DOS SANTOS MORAESProcesso de nº 0818142-95.2018.814.0301Autor: BANCO PSA FINANCE BRASIL S/ARequerido: JOEL DOS SANTOS MORAES SENTENÇA BANCO PSA FINANCE BRASIL S/A, devidamente qualificado nos autos de nº 0818142-95.2018.814.0301, ajuizou AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO contra JOEL DOS SANTOS MORAES, também devidamente qualificado nos

autos (ID 4017259).Decisão interlocutória deferindo a liminar de busca e apreensão pleiteada, em ID 4035246.Auto de Busca e Apreensão, Citação e Depósito, em ID 4883712.BANCO PSA FINANCE BRASIL S/A requereu o julgamento antecipado da lide, em ID 5198316.Certidão informando que a parte requerida, apesar de devidamente citada, não apresentou contestação, em ID 11083558. Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. Compulsando os autos, observa-se a requerida, apesar de devidamente citado (ID 4883712), não apresentou contestação, conforme certificado em ID 110883558. Dessa forma, impõe-se a aplicação da pena de revelia e confissão ficta quanto à matéria de fato, em conformidade com o que dispõe o art. 344 do Código de Processo Civil: Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Considerando a revelia, passo ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, II, do Código de Processo Civil: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349. Sobre o assunto, assim se manifesta a jurisprudência: A falta de contestação importa o reconhecimento como verdadeiros dos fatos afirmados pelo autor, impondo-se a Procedência da Ação, mormente quando esses fatos encontram consonância em elementos de provas existentes nos autos. A revelia traz consigo, como penalidades, em sentido amplo, a eliminação de o réu produzir prova, provocando o julgamento imediato da causa. (ac. Un. Da 1ª C. do TAPR, de 19.06.84 na Ap. 85/84, rel. Wilson Reback). A hipótese é de procedência do pleito exordial. Trata-se de alienação fiduciária, que é uma modalidade contratual em que o comprador transfere a propriedade do bem como garantia do financiamento, contudo, essa transferência tem apenas caráter fiduciário. Assim, quem está concedendo o financiamento fica apenas com a propriedade fiduciária (domínio resolúvel) e com a posse indireta, permanecendo o devedor com a posse direta da coisa, até completar o pagamento da última prestação, e, somente dessa forma, é que passará a ter a propriedade propriamente dita sobre o bem.Adequando o caso ao Decreto-Lei nº 911/69, seguem as transcrições abaixo, do referido diploma legal: Art. 1º. O art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a ter a seguinte redação:Art. 66. A alienação fiduciária em garantia transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem, tornando-se o alienante ou devedor em possuidor direto e depositário com tôdas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem de acordo com a lei civil e penal. O art. 3º do mesmo Decreto: Art. 3º O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2o do art. 2o, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Concatenando-se com os autos, verifica-se a existência de um contrato de alienação fiduciária entre as partes (ID 4017287), bem como, a mora restou demonstrada com a notificação acostada nos autos (ID 4017297).Assim, ficou claro em meu entendimento a inadimplência da parte requerida e em caso de mora, a lei é bastante elucidativa, haja vista que se trata de um direito do credor, que no caso, é o requerente, a cobrança do total do débito diante da mora, já que é previsão legal e, se assim o é, não há porque indeferir o pleito ou julgar improcedente a ação.A legislação sobre o assunto: Art. 2º No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)§ 2º A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)§ 3º A mora e o inadimplemento de obrigações contratuais garantidas por alienação fiduciária, ou a ocorrência legal ou convencional de algum dos casos de antecipação de vencimento da dívida facultarão ao credor considerar, de pleno direito, vencidas todas as obrigações contratuais, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial. No caso, cristalina é a inexecução da contraprestação por parte do requerido. A falta da parte devedora no pagamento ou satisfação da obrigação lhe obriga a assumir o ônus decorrente do seu inadimplemento,que foiconsentido no contrato realizado entre as partes e se assim o é, não há porque julgar improcedente o feito. ISTO POSTO e mais o que dos autos consta e ainda considerando a revelia decretada da requerida, JULGO PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO de BUSCA E APREENSÃO, nos termos do artigo 344 e 355, II do Código de Processo Civil e artigos 1º, 2º, §3º e 3º do Decreto Lei nº 911/69,eis que restou provado nos autos a realização de contrato de fidúcia entre as partes, bem como a inexecução da contraprestação por parte do devedor requerido, uma vez que, a falta do devedor no pagamento ou satisfação da obrigação lhe obriga a assumir o ônus decorrente do seu inadimplemento e, via de consequência, DECLARO

CONSOLIDADO o domínio e a posse plena e exclusiva em favor da parte autora.Defiro a justiça gratuita ao requerido.Havendo Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões, no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do para Pará, para os devidos fins.Na hipótese detrânsito em julgado, certifique-se, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.P.R.I.C. Belém-PA, 28 de junho 2019. ALESSANDRO OZANANJuiz de Direito

Número do processo: 0860766-62.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: ADELIA DE NAZARE SOARES DE MENEZES Participação: ADVOGADO Nome: PAULO ROGERIO MENDONCA ARRAESOAB: 729PA Participação: RÉU Nome: PAULO DE JESUS FIGUEIREDO CARDOSO Participação: RÉU Nome: MÁRCIA CRISTINA FERREIRA COSTA CARDOSOPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITALProcesso n° 0860766-62.2018.8.14.0301Parte Requerente: AUTOR: ADELIA DE NAZARE SOARES DE MENEZESParte Requerida: Nome: PAULO DE JESUS FIGUEIREDO CARDOSOEndereço: Travessa Apinagés, 500, Batista Campos, BELéM - PA - CEP: 66033-170Nome: MÁRCIA CRISTINA FERREIRA COSTA CARDOSOEndereço: Travessa Apinagés, 500, - de 132/133 a 270/271, Batista Campos, BELéM - PA - CEP: 66033-170R. H.I.I. Indefiro o pedido de justiça gratuita, uma vez que a Requerente não se desincumbiu de comprovar que não pode fazer frente ao pagamento das custas processuais, notadamente quando reside em bairro nobre da cidade de Belém.Para não obstar o acesso à justiça em relação ao Requerente, determino o parcelamento do valor das custas em 04 (quatro) parcelas, caso este não deseje pagar o valor em parcela única, devendo a parte Autora comprovar o pagamento da primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias e as demais de 30 em 30 dias, sob pena de extinção. Pagas as custas em sua integralidade ou a primeira parcela destas, cumpra-se a decisão que se segue.I.II. Com fundamento no art. 300, do CPC/2015, indefiro o pedido de tutela de urgência, uma vez que os fatos narrados na petição inicial necessitam ser esclarecidos durante a instrução processual; não faz presente o requisito da urgência, uma vez que a lesão ao direito narrada data desde os anos de 2000.II- Considerando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e que não é o caso de improcedência liminar do pedido, designo audiência de conciliação para o dia 08 de agosto de 2019, às 12h, devendo a parte Ré ser citada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência e a parte Autora intimada na pessoa de seu advogado (art. 334, caput e § 3º, do CPC).III- Caso a parte Ré não tenha interesse na composição consensual, deverá se manifestar por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência, ciente de que havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §§ 4º, 5º e 6º, do CPC).IV- As partes deverão comparecer acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10º, do CPC).V- Caso as partes não cheguem a um acordo, a parte Ré poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pela Ré, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I, do CPC.VI- Saliento que no caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II, do art. 335, do CPC, será, para cada uma das partes Rés, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência.VII- Dos mandados ou carta de citação deverá constar as advertências dos arts. 336, 341 e 344, do CPC.VIII- Se a parte Ré alegar qualquer das matérias enumeradas no art. 337, do CPC, ouça-se o autor no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC).IX- Intime-se.X- Cumpra-se.SERVIRÁ A PRESENTE, POR CÓPIA DIGITALIZADA, COMO MANDADO, CARTA E OFÍCIO (PROVIMENTO N° 003/2009 - CJRMB).Belém/PA, 15 de maio de 2019ALESSANDRO OZANANJuiz de Direito da 6ª Vara Cível e Empresarial da Capital

Número do processo: 0837975-36.2017.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BANCO PAN S.A Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTOOAB: 24871-A/PA Participação: RÉU Nome: PAULO SERGIO DA SILVA CUNHA Participação: ADVOGADO Nome: HELBERT DE PAULA RODRIGUESOAB: 124343/MGProcesso de nº 0837975-36.2017.814.0301Autor: BANCO PAN S/ARequerido: PAULO SERGIO DA SILVA CUNHA SENTENÇA BANCO PAN S/A, devidamente qualificado nos autos de nº 0837975-36.2017.814.0301, ajuizou AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO contra PAULO SERGIO DA SILVA CUNHA, também devidamente qualificado nos autos (ID 2979798).Decisão interlocutória deferindo a liminar de busca e apreensão pleiteada, em ID 3008293.Auto de Busca,

Apreensão e Depósito, em ID 5010960.Certidão de citação do requerido PAULO SÉRGIO DA SILVA CUNHA, em ID 5010960.Certidão informando que apesar de devidamente citado, o requerido não apresentou contestação, em ID 11083550. Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. Compulsando os autos, observa-se a requerida, apesar de devidamente citado (ID 5010960), não apresentou contestação, conforme certificado em ID 11083550. Dessa forma, impõe-se a aplicação da pena de revelia e confissão ficta quanto à matéria de fato, em conformidade com o que dispõe o art. 344 do Código de Processo Civil: Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Considerando a revelia, passo ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, II, do Código de Processo Civil: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349. Sobre o assunto, assim se manifesta a jurisprudência: A falta de contestação importa o reconhecimento como verdadeiros dos fatos afirmados pelo autor, impondo-se a Procedência da Ação, mormente quando esses fatos encontram consonância em elementos de provas existentes nos autos. A revelia traz consigo, como penalidades, em sentido amplo, a eliminação de o réu produzir prova, provocando o julgamento imediato da causa. (ac. Un. Da 1ª C. do TAPR, de 19.06.84 na Ap. 85/84, rel. Wilson Reback). A hipótese é de procedência do pleito exordial. Trata-se de alienação fiduciária, que é uma modalidade contratual em que o comprador transfere a propriedade do bem como garantia do financiamento, contudo, essa transferência tem apenas caráter fiduciário. Assim, quem está concedendo o financiamento fica apenas com a propriedade fiduciária (domínio resolúvel) e com a posse indireta, permanecendo o devedor com a posse direta da coisa, até completar o pagamento da última prestação, e, somente dessa forma, é que passará a ter a propriedade propriamente dita sobre o bem.Adequando o caso ao Decreto-Lei nº 911/69, seguem as transcrições abaixo, do referido diploma legal: Art. 1º. O art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a ter a seguinte redação:Art. 66. A alienação fiduciária em garantia transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem, tornando-se o alienante ou devedor em possuidor direto e depositário com tôdas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem de acordo com a lei civil e penal. O art. 3º do mesmo Decreto: Art. 3º O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2o do art. 2o, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Concatenando-se com os autos, verifica-se a existência de um contrato de alienação fiduciária entre as partes (ID 2979814), bem como, a mora restou demonstrada com a notificação acostada nos autos (ID 2979870).Assim, ficou claro em meu entendimento a inadimplência da parte requerida e em caso de mora, a lei é bastante elucidativa, haja vista que se trata de um direito do credor, que no caso, é o requerente, a cobrança do total do débito diante da mora, já que é previsão legal e, se assim o é, não há porque indeferir o pleito ou julgar improcedente a ação.A legislação sobre o assunto: Art. 2º No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)§ 2º A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)§ 3º A mora e o inadimplemento de obrigações contratuais garantidas por alienação fiduciária, ou a ocorrência legal ou convencional de algum dos casos de antecipação de vencimento da dívida facultarão ao credor considerar, de pleno direito, vencidas todas as obrigações contratuais, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial. No caso, cristalina é a inexecução da contraprestação por parte do requerido. A falta da parte devedora no pagamento ou satisfação da obrigação lhe obriga a assumir o ônus decorrente do seu inadimplemento,que foiconsentido no contrato realizado entre as partes e se assim o é, não há porque julgar improcedente o feito. ISTO POSTO e mais o que dos autos consta e ainda considerando a revelia decretada da requerida, JULGO PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO de BUSCA E APREENSÃO, nos termos do artigo 344 e 355, II do Código de Processo Civil e artigos 1º, 2º, §3º e 3º do Decreto Lei nº 911/69,eis que restou provado nos autos a realização de contrato de fidúcia entre as partes, bem como a inexecução da contraprestação por parte do devedor requerido, uma vez que, a falta do devedor no pagamento ou satisfação da obrigação lhe obriga a assumir o ônus decorrente do seu inadimplemento e, via de consequência, DECLARO CONSOLIDADO o domínio e a posse plena e exclusiva em favor da parte autora.Defiro a justiça gratuita

ao requerido.Havendo Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões, no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do para Pará, para os devidos fins.Na hipótese detrânsito em julgado, certifique-se, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.P.R.I.C. Belém-PA, 28 de junho 2019. ALESSANDRO OZANANJuiz de Direito

Número do processo: 0811488-92.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Participação: ADVOGADO Nome: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSAOAB: 22991/PA Participação: RÉU Nome: MARIA LUZIA GAIA DE FREITASProcesso de nº 0811488-92.2018.814.0301Autora: AYMORE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/ARequerida: MARIA LUZIA GAIA DE FREITAS SENTENÇA AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, devidamente qualificada nos autos de nº 0811488-92.2018.814.0301, ajuizou AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, COM PEDIDO DE LIMINAR contra MARIA LUZIA GAIA DE FREITAS, também devidamente qualificada nos autos (ID 36355839).Decisão interlocutória deferindo a liminar de busca e apreensão pleiteada, em ID 3669547.Auto de Busca e Apreensão, Depósito e Citação, em ID 5978766.Certidão informando que apesar de devidamente citada a parte requerida não apresentou contestação, em ID 11264005. Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. Compulsando os autos, observa-se a parte requerida, apesar de devidamente citada (ID 5978766), não apresentou contestação, conforme certificado em ID 11264005. Dessa forma, impõe-se a aplicação da pena de revelia e confissão ficta quanto à matéria de fato, em conformidade com o que dispõe o art. 344 do Código de Processo Civil: Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. Considerando a revelia, passo ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, II, do Código de Processo Civil: Art. 355. O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando:II - o réu for revel, ocorrer o efeito previsto no art. 344 e não houver requerimento de prova, na forma do art. 349. Sobre o assunto, assim se manifesta a jurisprudência: A falta de contestação importa o reconhecimento como verdadeiros dos fatos afirmados pelo autor, impondo-se a Procedência da Ação, mormente quando esses fatos encontram consonância em elementos de provas existentes nos autos. A revelia traz consigo, como penalidades, em sentido amplo, a eliminação de o réu produzir prova, provocando o julgamento imediato da causa. (ac. Un. Da 1ª C. do TAPR, de 19.06.84 na Ap. 85/84, rel. Wilson Reback). A hipótese é de procedência do pleito exordial. Trata-se de alienação fiduciária, que é uma modalidade contratual em que o comprador transfere a propriedade do bem como garantia do financiamento, contudo, essa transferência tem apenas caráter fiduciário. Assim, quem está concedendo o financiamento fica apenas com a propriedade fiduciária (domínio resolúvel) e com a posse indireta, permanecendo o devedor com a posse direta da coisa, até completar o pagamento da última prestação, e, somente dessa forma, é que passará a ter a propriedade propriamente dita sobre o bem.Adequando o caso ao Decreto-Lei nº 911/69, seguem as transcrições abaixo, do referido diploma legal: Art. 1º. O art. 66, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, passa a ter a seguinte redação:Art. 66. A alienação fiduciária em garantia transfere ao credor o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada, independentemente da tradição efetiva do bem, tornando-se o alienante ou devedor em possuidor direto e depositário com tôdas as responsabilidades e encargos que lhe incumbem de acordo com a lei civil e penal. O art. 3º do mesmo Decreto: Art. 3º O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2o do art. 2o, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014). Concatenando-se com os autos, verifica-se a existência de um contrato de alienação fiduciária entre as partes (ID 3635846), bem como, a mora restou demonstrada com a notificação acostada nos autos (ID 3635848).Assim, ficou claro em meu entendimento a inadimplência da parte requerida e em caso de mora, a lei é bastante elucidativa, haja vista que se trata de um direito do credor, que no caso, é o requerente, a cobrança do total do débito diante da mora, já que é previsão legal e, se assim o é, não há porque indeferir o pleito ou julgar improcedente a ação.A legislação sobre o assunto: Art. 2º No caso de inadimplemento ou mora nas obrigações contratuais garantidas mediante alienação fiduciária, o proprietário fiduciário ou credor poderá vender a coisa a terceiros, independentemente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, salvo disposição expressa em contrário prevista no contrato, devendo aplicar o preço da venda no pagamento de seu crédito e das despesas decorrentes e entregar ao devedor o saldo apurado, se houver, com a devida prestação de contas. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)§ 2º A mora decorrerá do simples vencimento do prazo para pagamento e poderá ser comprovada por carta registrada

com aviso de recebimento, não se exigindo que a assinatura constante do referido aviso seja a do próprio destinatário. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)§ 3º A mora e o inadimplemento de obrigações contratuais garantidas por alienação fiduciária, ou a ocorrência legal ou convencional de algum dos casos de antecipação de vencimento da dívida facultarão ao credor considerar, de pleno direito, vencidas todas as obrigações contratuais, independentemente de aviso ou notificação judicial ou extrajudicial. No caso, cristalina é a inexecução da contraprestação por parte do requerido. A falta da parte devedora no pagamento ou satisfação da obrigação lhe obriga a assumir o ônus decorrente do seu inadimplemento,que foiconsentido no contrato realizado entre as partes e se assim o é, não há porque julgar improcedente o feito. ISTO POSTO e mais o que dos autos consta e ainda considerando a revelia decretada da requerida, JULGO PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO de BUSCA E APREENSÃO, nos termos do artigo 344 e 355, II do Código de Processo Civil e artigos 1º, 2º, §3º e 3º do Decreto Lei nº 911/69,eis que restou provado nos autos a realização de contrato de fidúcia entre as partes, bem como a inexecução da contraprestação por parte do devedor requerido, uma vez que, a falta do devedor no pagamento ou satisfação da obrigação lhe obriga a assumir o ônus decorrente do seu inadimplemento e, via de consequência, DECLARO CONSOLIDADO o domínio e a posse plena e exclusiva em favor da parte autora.Defiro a justiça gratuita ao requerido.Havendo Apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões, no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do para Pará, para os devidos fins.Na hipótese detrânsito em julgado, certifique-se, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.P.R.I.C. Belém-PA, 28 de junho 2019. ALESSANDRO OZANANJuiz de Direito

Número do processo: 0829890-61.2017.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: ALINE DE JESUS TRINDADE PINHEIRO Participação: ADVOGADO Nome: MILSON ABRONHERO DE BARROSOAB: 20463/PA Participação: REQUERIDO Nome: DOUGLAS ANDERS IMMER Participação: REQUERIDO Nome: ROLAND IMMERPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITALProcesso n.º: 0829890-61.2017.8.14.0301Autor: ALINE DE JESUS TRINDADE PINHEIRORéu: DOUGLAS ANDERS IMMER e outro SENTENÇA I. Relatório Vistos etc.ALINE DE JESUS TRINDADE PINHEIRO, já qualificada nos autos, ajuizou AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS em face de DOUGLAS ANDERS IMMER e ROLAND IMMER, igualmente qualificados.Narra a inicial que os réus resolveram construir um prédio, hoje constituído de 04 (quatro) pavimentos, situado na Passagem São João, que se localiza exatamente atrás do imóvel da autora.Aduz que durante o período de construção do prédio dos réus, o imóvel da autora sofreu diversos abalos em razão dos serviços executados na obra, tendo aparecido diversas rachaduras, comprometendo a segurança do imóvel da autora.Salienta que a autora teve que se mudar, em virtude dos danos causados pela obra executada pelos réus, estando a autora e sua família residindo em imóvel alugado e pelo qual pagam a quantia de R$ 700,00 (setecentos reais), mensalmente, já tendo dispendido até o presente momento a quantia total de R$ 7.000,00 (sete mil reais) correspondentes a 10 (dez) parcelas de locação.Ao final, requer que a parte ré seja condenada ao pagamento de uma indenização por danos morais no valor correspondente a 15 (quinze) salários mínimos; bem como a restaurar o imóvel da autora, devolvendo ao mesmo ostatus quoanterior a construção do prédio que causou as rachaduras.Foi deferido o pedido de justiça gratuita (ID 2789446).Na audiência de conciliação, as partes não chegaram a um acordo (ID 5337327).A parte ré apresentou contestação (ID 5545492), alegando que ocorreu a prescrição trienal da pretensão autoral, visto que somente em julho de 2014, a autora procurou os réus, alegando que seu imóvel havia sofrido danos e que estaria providenciando visita dos bombeiros para averiguar o imóvel.No mérito, aduz que o término da obra se deu no segundo semestre de 2011, sendo que a requerente procurou os requeridos apenas em julho de 2014, após dois anos e oito meses da finalização da obra dos requeridos.Salienta que providenciou a visita técnica do Engenheiro Civil, Sr. Iran P. Barroso, o qual concluiu que não houve qualquer responsabilidade dos requeridos.Afirma que a residência da requerente foi erguida posteriormente à obra dos requeridos, não havendo dano a ser indenizado.A parte ré realizou pedido de reconvenção, sob o fundamento de que a autora/reconvinda com verdadeira intenção de má fé, altera a verdade dos fatos e omite documentos importantes, de modo que não honra com seus deveres mínimos de boa vizinhança, constrangendo e lançando ofensas aos réus e perturbação ao sossego e tranquilidade, bem como a de sua família, o que justifica o pagamento de indenização por danos morais, em valor não inferior a dez salários mínimos vigentes.A parte autora apresentou réplica à contestação e contestação à reconvenção (ID 5817930).Era o que tinha a relatar. Passo a decidir. II. Fundamentação II.1. Da prescrição No caso dos autos, a parte autora pleiteia indenização por danos materiais e morais em virtude de rachaduras no seu imóvel supostamente praticadas pela construção do

imóvel da parte ré.O instituto da prescrição é necessário para que haja tranquilidade na ordem jurídica, pela consolidação de todos os direitos. A prescrição é a perda do direito de ação quando esta não é exercida no(s) prazo(s) fixado(s) pelo Código Civil.J. X. CARVALHO DE MENDONÇA ensina sobre a prescrição em seu Tratado... ??Constituem elementos integrantes do instituto da prescrição a inação do sujeito do direito e o curso do tempo marcado por lei. A inação verifica-se, se o sujeito, podendo de fato exercer o seu direito, não usa durante certo tempo da ação que tem para assegurá-lo (Cód. Civil, art. 75). O tempo, para o fim da prescrição, inicia seu curso quando aquêle sujeito, o titular do direito, pode exercer a ação em juízo, ou conforme se diz na doutrina, fundada nos princípios do Direito Romano, ex momento ubi actio nata est??. (Tratado de Direito Comercial Brasileiro. Tomo VI. J. X. Carvalho de Mendonça. Atualizador Roberto C. de Mendonça. 6ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1961, p. 458). Ensina LACERDA DE ALMEIDA em seu clássico: ??O tempo é a esponja que apaga com a prescripção os direitos mais bem fundados??. (Dos Effeitos das Obrigações. Lacerda de Almeida. Freitas Bastos: Rio de Janeiro, 1934, p. 94). Cumpre destacar que o prazo prescricional para a pretensão de reparação civilé de 03 (três) anos, a contar do vencimento, conforme disposto no art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil,ex vi legis: "Art. 206. Prescreve:(...)§3º Em três anos:(...)V - a pretensão de reparação civil;" Saliente-se que não se aplica o prazo prescricional de 05 (cinco) anos previsto no Código de Defesa do Consumidor, uma vez que não se trata de relação de consumo, tendo o suposto dano material e moral derivado de uma relação jurídica regida pelo Código Civil.Nesse sentido, a jurisprudência pátria firmou entendimento de que é trienal o prazo prescricional para a reparação civil envolvendo dano à imóvel vizinho: TJRS-1104036) APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL.AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONSTRUÇÃO EM TERRENO VIZINHO. DANOS NO IMÓVEL DE PROPRIEDADE DA PARTE AUTORA. PRESCRIÇÃO TRIENAL IMPLEMENTADA. Trata-se de ação através da qual a parte autora pretende ser indenizada pelos danos materiais e morais sofridos em decorrência da obra realizada pela empresa ré em terreno vizinho ao seu, a qual derrubou o muro existente na divisa, comprometeu a estrutura e o telhado da residência, danificou a rede de energia elétrica e cloacal, além de danificar a calçada, julgada extinta na origem em face do reconhecimento da prescrição. O prazo prescricional inicia a sua contagem da data em que a parte autora tomou ciência do dano, em atenção à teoria da actio nata, da qual se pode extrair que a pretensão nasce no momento em que houve o conhecimento do dano pela vítima. No caso telado, não há dúvidas que a parte autora teve ciência dos danos causados ao seu imóvel ainda no ano de 2009, quando a demandada realizava as escavações para construção de um edifício no terreno limítrofe ao de sua propriedade. A documentação juntada com a exordial é datada do ano de 2009 (matéria jornalística e notificação da Prefeitura de Santa Maria fls. 23-24), não havendo qualquer prova nos autos de que os danos tenham ocorrido de forma gradativa durante os anos que se sucederam, tampouco que a demandada tenha postergado explicações e providências em relação aos danos reclamados ensejando o retardamento do ajuizamento da ação. Logo, considerando que a parte autora não logrou êxito em demonstrar que os danos reclamados ocorreram de forma gradativa de forma a deslocar o termo inicial do prazo prescricional (novembro de 2009), ônus que lhe incumbia a teor do artigo 373, inc. I, do CPC, impõe-se a manutenção da sentença que reconheceu o implemento do prazo prescricional trienal, previsto no artigo 206, § 3º, inc. V, do Código Civil, pois a presente ação foi ajuizada apenas em 05.05.2014. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível nº 70079038295, 6ª Câmara Cível do TJRS, Rel. Niwton Carpes da Silva. j. 25.10.2018, DJe 08.11.2018). (grifos acrescidos) DIREITO DE VIZINHANÇA. OBRA VIZINHA. ALEGAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE DIVERSOS DANOS NO IMÓVEL DA REQUERENTE. NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL. ATO QUE NÃO IMPLICA INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. ART. 202, INC. V, CC. COMPROVAÇÃO DE QUE NA DATA DA NOTIFICAÇÃO EXTRAJUDICIAL A DEMANDANTE JÁ TINHA CIÊNCIA DOS SUPOSTOS DANOS OCASIONADOS EM SEU IMÓVEL. TERMO INICIAL PARA CÔMPUTO PRESCRICIONAL.PRAZO TRIENAL. ART. 206, § 3.º, V, CC. AÇÃO AJUIZADA APÓS O DECURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL. PRESCRIÇÃO. OCORRÊNCIA. É causa de interrupção da prescrição qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor (art. 202, inc. V, do CC), não a notificação extrajudicial. Sem comprovação da data exata em que terminou a obra vizinha, deve ser computado o termo inicial prescricional o dia em que houve a notificação extrajudicial por parte da demandante, quando está evidenciado que tinha conhecimento dos supostos danos ocasionados pela construção do demandado.Reconhece-se a prescrição do direito à reparação civil em razão do ajuizamento da ação após mais de três anos do conhecimento dos fatos. Recurso desprovido. (TJSP; Apelação Cível 1005389-74.2016.8.26.0361; Relator (a): Gilberto Leme; Órgão Julgador: 35ª Câmara de Direito Privado; Foro de Mogi das Cruzes - 4ª Vara Cível; Data do Julgamento: 17/07/2017; Data de Registro: 20/07/2017). (grifos acrescidos) STJ-1041476) AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. DECISÃO DE PROVIMENTO DO AGRAVO. POSTERIOR JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. POSSIBILIDADE. DECISÃO MONOCRÁTICA. OFENSA

AO PRINCÍPIO DO COLEGIADO. INEXISTÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO.REPARAÇÃO CIVIL. PRESCRIÇÃO TRIENAL. AGRAVO IMPROVIDO.1. O Relator, ao analisar o recurso especial, não fica vinculado ao juízo de admissibilidade que deu provimento ao agravo em recurso especial, para melhor exame da matéria.2. Segundo a jurisprudência do STJ e seu Regimento Interno (art. 255, § 4º, III), a decisão monocrática proferida pelo relator com fundamento em sua jurisprudência dominante não implica prejuízo ao recorrente nem ofende o Princípio do Colegiado, o qual deverá reexaminar a matéria em caso de interposição de agravo interno.3.O direito à reparação civil está sujeito ao prazo prescricional de três anos, nos termos do art. 206, § 3º, III, do Código Civil.4. Agravo interno improvido. (AgInt no AgInt no Recurso Especial nº 1.420.787/RS (2012/0126188-4), 4ª Turma do STJ, Rel. Lázaro Guimarães. DJe 26.06.2018). (grifos acrescidos) No caso dos autos, verifica-se que a obra do imóvel da parte ré foi concluída em 2011 (ID5545503), e o laudo do Corpo de Bombeiros Militar do Pará foi emitido em 02/11/2013, em que a parte autora tomou conhecimento acerca das rachaduras (ID 5545499).É cediço que, segundo o princípio da actio nata, o curso do prazo prescricional da pretensão inicia-se somente quando o titular do direito subjetivo violado passa ter conhecimento acerca do fato e a extensão de suas consequências.Desse modo, a parte autora teve conhecimento do suposto ilícito em 02/11/2013, todavia, a presente ação foi ajuizada apenas em 16/10/2017, cerca de quase 04 (quatro) anos após o conhecimento dos fatos, ou seja, depois de transcorrido o prazo de 03 (três) anos, sem a ocorrência de nenhuma causa de interrupção ou suspensão.Assim, não restam dúvidas que está prescrita a pretensão autoral, nos termos do art. 206, § 3º, inciso V, do Código Civil. II.2. Da reconvenção Passa-se à análise do pedido reconvencional.A parte reconvinte pleiteia a indenização por danos morais como forma de ressarcimento pelos danos e transtornos praticados pela reconvinda.É cediço que o simples ajuizamento de uma ação, pleiteando determinado direito, não induz, por si só, indenização por danos morais à pessoa que compõe o polo passivo.O acesso à justiça é direito de qualquer cidadão, direito garantido pela Constituição Federal. Existem meios de inibir a propositura de ações com o simples intuito de lesionar outra parte, a exemplo da litigância de má-fé.Todavia, não é esse o caso dos autos, uma vez que a autora buscou pleitear o seu direito, sendo que a pretensão estava prescrita, não restando configurado nenhum abuso desse direito, de modo que não é possível a condenação da autora/reconvinda aos danos morais ora pleiteados. III - Dispositivo Diante do exposto, decreto a extinção do feito com resolução do mérito, diante da ocorrência da prescrição, com fundamento no art. 206, § 3º, inciso V do Código Civil e no art. 487, inciso II, do Código de Processo Civil.Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência (art. 86, parágrafo único do CPC), estes que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, o que faço com fundamento no art. 85, § 2º, do CPC, contudo suspendo a sua exigibilidade, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC.JULGO IMPROCEDENTEo pedido formulado em sede de reconvenção, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC.Indefiro o pedido de justiça gratuita da parte ré, uma vez que não restou demonstrada a hipossuficiência econômica.Condeno a parte ré/reconvinte ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, estes que fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, o que faço com fundamento no art. 85, § 2º, do CPC.Havendo apelação, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões, no prazo legal, caso queira. Decorrido o prazo, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do para Pará, para os devidos fins.Após o trânsito em julgado, cumpridas as diligências necessárias, arquivem-se os autos, dando-se baixa no registro e na distribuição.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Belém, 28 de junho de 2019. Alessandro OzananJuiz de Direito da 6ª Vara Cível e Empresarial de Belém

Número do processo: 0821404-19.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: SANDRA REGINA ALVES DA LUZ JARDIM Participação: ADVOGADO Nome: SILVIA CRISTINA LOBATO REGO SILVAOAB: 014043/PA Participação: AUTOR Nome: CARLOS ANDRE REZENDE JARDIM Participação: ADVOGADO Nome: SILVIA CRISTINA LOBATO REGO SILVAOAB: 014043/PA Participação: RÉU Nome: MULTISUL ENGENHARIA S/S LTDAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITALProcesso n° 0821404-19.2019.8.14.0301Parte Requerente: SANDRA REGINA ALVES DA LUZ JARDIM, CARLOS ANDRE REZENDE JARDIMParte Requerida: MULTISUL ENGENHARIA S/S LTDAEndereço: Avenida Júlio César, 65, Souza, BELéM - PA - CEP: 66613-010R. H.I- Defiro o pedido de justiça gratuita.II- Considerando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e que não é o caso de improcedência liminar do pedido, designo audiência de conciliação para o dia 08 de agosto de 2019, às 10h30, devendo a parte Ré ser citada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência e a parte Autora intimada na pessoa de seu advogado (art. 334, caput e § 3º, do CPC).III- Caso a parte Ré não tenha interesse na composição consensual, deverá se manifestar por

petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência, ciente de que havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §§ 4º, 5º e 6º, do CPC).IV- As partes deverão comparecer acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10º, do CPC).V- Caso as partes não cheguem a um acordo, a parte Ré poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pela Ré, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I, do CPC.VI- Saliento que no caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II, do art. 335, do CPC, será, para cada uma das partes Rés, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência.VII- Dos mandados ou carta de citação deverá constar as advertências dos arts. 336, 341 e 344, do CPC.VIII- Se a parte Ré alegar qualquer das matérias enumeradas no art. 337, do CPC, ouça-se o autor no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC).IX- Intime-se.X- Cumpra-se.SERVIRÁ A PRESENTE, POR CÓPIA DIGITALIZADA, COMO MANDADO, CARTA E OFÍCIO (PROVIMENTO N° 003/2009 - CJRMB).Belém/PA, 24 de abril de 2019ALESSANDRO OZANANJuiz de Direito da 6ª Vara Cível e Empresarial da Capital

Número do processo: 0814651-80.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUESOAB: 20288/PA Participação: ADVOGADO Nome: SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHOOAB: 013339/PA Participação: ADVOGADO Nome: GABRIELA TEIXEIRA DE OLIVEIRAOAB: 26700/PA Participação: EXECUTADO Nome: MAYANNA FERREIRA SANTOSAtravés do ato ordinatório disciplinado no Provimento 006/2006 - CRMB, que delega poderes a este Diretor de Secretaria, para praticar atos de administração e expediente, sem caráter decisório: Fica intimado o autor na pessoa de seu patrono, para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça juntada no ID 6451442, no prazo legal. BELÉM(PA), 28/06/2019. DIRETOR/AUXILIAR DE SECRETARIA.

Número do processo: 0801548-06.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: ROSE MARY CARVALHO DE MELO RODRIGUES Participação: ADVOGADO Nome: TOYA ALEXSANDRO THEOS BAPTISTA DOS SANTOSOAB: 21224/PA Participação: REQUERIDO Nome: BANCO BRADESCO SA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOSOAB: 6187SP Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTOOAB: 24871-A/PA Vistos, etc. ROSE MARY CARVALHO DE MELO RODRIGUES ajuizou a presente AÇÃO CAUTELAR em face de BANCO BRADESCO S/A. Narra a petição inicial que, na data de 14/06/2013, a autora firmou contrato de compra e venda de imóvel, tendo como instituição bancária financiadora o BANCO BRADESCO S/A. Salienta que foram adimplidos os valores de 36 (trinta e seis) parcelas, que totalizaram o valor de R$ 76,694,40 (setenta e seis mil, seiscentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos) e a Autora pagou a título de entrada o valor de R$ 132.494,04 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quatro centavos), que totaliza o valor de R$ 209.188,44 (duzentos e nove mil reais, cento e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), contudo, em virtude das crises econômicas e problemas de saúde, inadimpliu algumas parcelas. Relata a Autora que, em face de sua inadimplência, a parte Ré procedeu a feitura de leilão extrajudicial. Alega a nulidade dos atos de expropriação promovidos pela parte Demandada, uma vez que a Demandante não teria sido cientificada para purgar, nem tampouco da data da realização dos leilões extrajudiciais. Requereu liminar para a sustação do leilão extrajudicial online que foi designado para o dia 10/01/2018 e, no mérito, a confirmação da liminar pleiteada. A ação foi originalmente ajuizada perante o juízo de plantão, o qual concedeu a liminar pleiteada (documento id 3487738). Devidamente citada, a parte Requerida apresentou contestação e documentos, tendo sustentado a improcedência da demanda, uma vez que, diante da inadimplência da Requerente, procedeu à sua notificação para solver o débito, bem como argumentou pela desnecessidade da cientificação da devedora a respeito das datas da realização dos leilões extrajudiciais. Era o que se tinha a relatar. Passo a decidir. Compulsando os autos, verifica-se que se trata de matéria de Direito e documental, não sendo necessária a produção de outras provas. O inadimplemento contratual, pela parte Autora, é de anos, sendo desnecessária a audiência de mediação, já que houve ainda na fase extrajudicial, bastante tempo para que as partes se compusessem, debalde. Dessa forma, passo ao julgamento antecipado da lide, na forma do art. 355, I, do Código de

Processo Civil, observando-se o princípio daduração razoável do processo. Analisando os presentes autos, verifico que a própria Requerente confessa na petição que, quando da realização do leilão extrajudicial questionado, estava inadimplente em relação as parcelas do financiamento imobiliário. Sobre acondição resolutória tácita, leciona ROBERTO DE RUGGIERO: ??Condição resolutória tácita ? Mas um direito de rescisão de modo mais geral é hoje reconhecido em todos os contratos sinalagmáticos por virtude da chamada condição resolutiva tácita. [...]. Esse princípio é o de que, quando ambos os contraentes estão reciprocamente obrigados, possa cada um deles, em face do não cumprimento por parte do outro, escolher livremente dois caminhos: ou obrigar a outra parte a cumprir a prestação, ou pedir a dissolução do vínculo??. (Instituições de Direito Civil. Tomo III. Roberto de Ruggiero. 3ª ed. da tradução da 6ª ed. italiana, por Ary dos Santos e Antônio Chaves. São Paulo: Saraiva, 1973, p. 220). A mora é incontroversa ? o que autorizaria o leilão extrajudicial. No entanto, faz-se necessário observar a normatização legal e jurisprudência sobre a intimação do leilão. No caso dos autos, a condição resolutória, no entanto, era contratualmente expressa.Ensina CARVALHO SANTOS em seu Código... ?No sentido vulgar do vocábulo, mora é atraso, retardamento. Não destoa dêsse significado o sentido técnico da expressão: mora é o injusto retardamento na execução da obrigação, quer por parte do devedor, quanto não satisfaz a tempo a obrigação, quer por parte do credor, quando não quer receber a prestação oferecida no tempo, lugar e forma convencionados, ou por qualquer modo a embaraça ou impede?. (Código Civil Brasileiro Interpretado. Tomo XII. J. M. Carvalho Santos. 10ª ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1977, p. 309). Portanto, é Direito do Banco Credor proceder à alienação do imóvel ? conforme expressa previsão contratual. No entanto, o consumidor tem o Direito à cientificação da designação da hasta pública. Acrescente-se que o juízo, nesta oportunidade, também sentenciou o feito n° 0816171-75.2018.814.0301, Ação Revisional de Contrato, sendo julgada improcedente, dada a ausência das abusividades levantadas pela parte Requerente, pelo que escorreita a cobrança procedida pela instituição bancária Demandada. Consoante anotado, lamenta-se a enfermidade que acomete a parte Autora. Analisando o contrato firmado entre as partes, verifica-se que este foi celebrado sob o regime da alienação fiduciária: uma vez inadimplente o devedor, a propriedade se resolve e se consolida na esfera de direitos exclusiva do credor e, assim sendo, a norma de regência aplicável para o deslinde do presente feito é a Lei n° 9.514/97, que dispõe sobre o Sistema de Financiamento Imobiliário, institui a alienação fiduciária de coisa imóvel e dá outras providências, o que, aliás, é esclarecido no próprio preâmbulo do contrato firmado entre as partes. Prescreve o art. 26, do referido diploma legal: ??Art. 26.Vencida e não paga, no todo ou em parte, a dívida e constituído em mora o fiduciante, consolidar-se-á, nos termos deste artigo, a propriedade do imóvel em nome do fiduciário.§1º. Para os fins do disposto neste artigo, ofiduciante, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído,será intimado, a requerimento do fiduciário, pelo oficial do competente Registro de Imóveis, a satisfazer, no prazo de quinze dias, a prestação vencida e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, além das despesas de cobrança e de intimação.§2º. O contrato definirá o prazo de carência após o qual será expedida a intimação. §3º. Aintimação far-se-á pessoalmenteao fiduciante, ou ao seu representante legal ou ao procurador regularmente constituído, podendo ser promovida, por solicitação do oficial do Registro de Imóveis, por oficial de Registro de Títulos e Documentos da comarca da situação do imóvel ou do domicílio de quem deva recebê-la, ou pelo correio, com aviso de recebimento.§ 3o-A. Quando, por duas vezes, o oficial de registro de imóveis ou de registro de títulos e documentos ou o serventuário por eles credenciado houver procurado o intimando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita motivada de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, retornará ao imóvel, a fim de efetuar a intimação, na hora que designar, aplicando-se subsidiariamente o disposto nos arts. 252, 253 e 254 da Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil). (Incluído pela Lei nº 13.465, de 2017)§ 3o-B. Nos condomínios edilícios ou outras espécies de conjuntos imobiliários com controle de acesso, a intimação de que trata o § 3o-A poderá ser feita ao funcionário da portaria responsável pelo recebimento de correspondência. (Incluído pela Lei nº 13.465, de 2017)§4º.Quando o fiduciante, ou seu cessionário, ou seu representante legal ou procurador encontrar-se em local ignorado, incerto ou inacessível, o fato será certificado pelo serventuário encarregado da diligência e informado ao oficial de Registro de Imóveis, que, à vista da certidão, promoverá a intimação por edital publicado durante 3 (três) dias, pelo menos, em um dos jornais de maior circulação local ou noutro de comarca de fácil acesso, se no local não houver imprensa diária, contado o prazo para purgação da mora da data da última publicação do edital. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)§ 5º Purgada a mora no Registro de Imóveis, convalescerá o contrato de alienação fiduciária.§ 6º O oficial do Registro de Imóveis, nos três dias seguintes à purgação da mora, entregará ao fiduciário as importâncias recebidas, deduzidas as despesas de cobrança e de intimação.§7°.

Decorrido o prazo de que trata o §1° sem a purgação da mora, o oficial do competente Registro de Imóveis, certificando esse fato, promoverá a averbação, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade em nome do fiduciário, à vista da prova do pagamento por este, do imposto de transmissão inter vivos e, se for o caso, do laudêmio. (Redação dada pela Lei nº 10.931, de 2004)§8º. O fiduciante pode, com a anuência do fiduciário, dar seu direito eventual ao imóvel em pagamento da dívida, dispensados os procedimentos previstos no art. 27. (Incluído pela Lei nº 10.931, de 2004)?? (grifos nossos). Em consonância com o dispositivo acima transcrito, o Banco Requerido se desincumbiu de comprovar o ônus que lhe competia (CPC, art. 373, II) e trouxe à colação a comprovação de que, diante da mora da Requerente, procedeu a sua devida notificação para que esta quitasse o débito: o oficial do 2º Ofício de Imóveis tentou por três vezes a cientificação pessoal da Autora, não tendo obtido êxito nas diligências procedidas, seja porque esta estaria viajando segundo informações de seu filho ou mesmo o imóvel estaria fechado; após certificar que a Requerente se encontrava em lugar ignorado, procedeu-se à sua cientificação via edital, tudo conforme o documento id 9960634. Por conseguinte, escorreita e perfeitamente realizada a cientificação da devedora para o pagamento da dívida e, não tendo esta solvido o débito no prazo de carência prevista no contrato, qual seja de 30 dias (cláusula 9.1, do contrato), resolvida está a propriedade fiduciária pela caracterização da mora desta e consolidada na esfera de direitos do banco, podendo este dispor do bem por meio de leilões extrajudiciais. A propriedade, pois, acha-se consolidada em favor do Credor Banco, pois que encaminhada para o endereço residencial do devedor Autor, cumprida a normatização legal. A outra alegação da Requerente é a de que não foi intimada pessoalmente da realização da data do leilão extrajudicial. A Requerida sustenta a desnecessidade de referida intimação pessoal. A jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça se alinha no sentido da necessidade da intimação pessoal do devedor fiduciário da data da realização dos leilões extrajudiciais, conforme os arestos a seguir colacionados: ??STJ-1083134) AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. IMÓVEL. LEILÃO EXTRAJUDICIAL. NECESSÁRIA INTIMAÇÃO PESSOAL. 1. É assente nesta Corte Superior o entendimento de que, nos contratos de alienação fiduciária de coisa imóvel, regidos pela Lei nº 9.514/97, como no presente caso,é necessária a intimação pessoal do devedor acerca da data da realização do leilão extrajudicial. 2. Inviabilidade de alterar as conclusões do tribunal de origem de que não houve notificação pessoal, por exigir incursão na seara fático-probatória, atividade não realizável nesta via especial. Incidência da súmula 7/STJ. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no Recurso Especial nº 1.712.453/SP (2017/0306368-5), 4ª Turma do STJ, Rel. Luis Felipe Salomão. DJe 25.09.2018)?? (grifo nosso). ??STJ-1068251) PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE ANULAÇÃO DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL E REVISÃO DE CLÁUSULAS DE CONTRATO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE IMÓVEL REGIDO PELA LEI Nº 9.514/97. NÃO INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. PEDIDO LIMINAR. VEROSSIMILHANÇA. NECESSIDADE DE NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR DA DATA DA ALIENAÇÃO EXTRAJUDICIAL DO BEM. PRECEDENTES. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. INCIDÊNCIA DA MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO NCPC. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. O presente agravo interno foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. Caso não exista necessidade de reexame de provas, limitando-se a solução da controvérsia à qualificação jurídica dos fatos expressamente delineados no acórdão recorrido, não há falar em incidência da Súmula nº 7 do STJ. 3.Nos contratos de alienação fiduciária regidos pela Lei nº 9.514/97, ainda que realizada a regular notificação do devedor para a purgação da mora, é indispensável a sua renovação por ocasião da alienação em hasta extrajudicial. Precedentes do STJ. 4. O agravante não apresentou argumento novo capaz de modificar a conclusão adotada, que se apoiou em entendimento aqui consolidado para dar provimento ao recurso especial manejado pela consumidora. 5. Em virtude do não provimento do presente recurso, e da anterior advertência quanto a aplicação do NCPC, incide ao caso a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do NCPC, no percentual de 3% sobre o valor atualizado da causa, ficando a interposição de qualquer outro recurso condicionada ao depósito da respectiva quantia, nos termos do § 5º daquele artigo de lei. 6. Agravo interno não provido, com imposição de multa. (AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 1.032.835/SP (2016/0329311-9), 3ª Turma do STJ, Rel. Moura Ribeiro. DJe 29.08.2018)?? (grifo nosso). ??STJ-0926647) AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE ARREMATAÇÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DE COISA IMÓVEL. LEI 9.514/97. LEILÃO EXTRAJUDICIAL. FACULDADE DE PURGAÇÃO DA MORA. NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR

FIDUCIANTE. NECESSIDADE. PRECEDENTES ESPECÍFICOS. 1.Em julgados relativos ao tema, o Superior Tribunal de Justiça asseverou ser necessária a intimação do devedor acerca da data da realização do leilão extrajudicial, prevista no Decreto-Lei 70/66, mesmo nos casos dos contratos regidos pela Lei 9.514/97. 2. Falta de precedente específico desta Quarta Turma. Relevância do tema. Conversão do agravo em recurso especial. 3. Agravo interno provido, determinando-se a conversão em recurso especial. (AgRg no Recurso Especial nº 1.481.211/SP (2013/0032399-9), 4ª Turma do STJ, Rel. Lázaro Guimarães. DJe 08.11.2017)?? (grifo nosso). Por conseguinte, ante a não intimação pessoal da parte Autora da data da realização do leilão extrajudicial, declaro nula de pleno direito a realização do leilão designado para o dia 10/01/2018. A propriedade está consolidada em favor do Requerido. No entanto, o Banco Réu, caso venha realizar novo leilão extrajudicial, referente ao imóvel em litígio, deve intimar o devedor no endereço contratual deste. Isto porque, o consumidor tem o Direito à cientificação pessoal da data do leilão extrajudicial, conforme precedentes do STJ. Ex positis, respaldado no que preceitua o art. 487, I, do CPC/2015, julgo procedente a pretensão esboçada pela parte Requerente na inicial, confirmando a liminar deferida,para suspender o leilão designado para o dia 10/01/2018, ressalvada possibilidade do banco proceder a novo leilão extrajudicial desde cientifique pessoalmente a devedora, conforme a fundamentação acima.Condeno a parte Ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que ora arbitro em 10% sobre o valor da causa, uma vez que o presente feito não demandou conhecimentos jurídicos de maior complexidade técnica para seu deslinde. Havendo recurso de Apelação, intime-se o Apelado para contrarrazões, caso queira. Após, ao E. TJE/PA. Transitada em julgado, proceda-se a baixa junto a Distribuição e arquivem-se os autos. P. R. I. C. Belém-PA, 28 (vinte e oito) de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito da 6ª Vara Cível e Empresarial de Belém

Número do processo: 0031367-66.2010.8.14.0301 Participação: EMBARGANTE Nome: JOELMA DO SOCORRO ARAUJO DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: ANDREY MONTENEGRO DE SAOAB: 9138/PA Participação: EMBARGADO Nome: LADSTAR LOGISTICA DE TRANSPORTE E TERMINAIS EIRELI - ME Participação: ADVOGADO Nome: SUELLEM CASSIANE DOS REMEDIOS ALVESOAB: 15289/PA Participação: ADVOGADO Nome: ROUMIEE HALAN DA SILVA SOUSAOAB: 7147 Participação: ADVOGADO Nome: ALESSANDRA MARIA CARDOSOOAB: 20246/PA Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO COSTA LOPESOAB: 11540/PA 0031367-66.2010.8.14.0301 SENTENÇA Cls. I ? Da análise dos autos, verifica-se que, em cumprimento à decisão ID 10056066, foi juntada aos autos pela então advogada VANESSA DINIZ ALCÂNTARA FONTELES, petição informando nada ter a opor quanto ao levantamento de valores, a título de honorários sucumbenciais, em favor de ANDREY MONTENEGRO DE SÁ, instruído o petitório com o respectivo substabelecimento sem reserva de poderes (Id 10378540). II ? Considerando a manifestação de LADSTAR LOGÍSTICA DE TRANSPORTES E TERMINAIS EIRELEI (ID 9810539), de que nada tem a opor quando ao levantamento do crédito do exequente, a manifestação da advogada VANESSA DINIZ ALCÂNTARA FONTELES (ID 10378540), bem como a quitação do exequente ANDREY MONTENEGRO DE SÁ (ID 9507513) em relação ao valor, impõe-se o deferimento do pleito em relação à expedição de Alvará Judicial.III ? Dessa forma, transitada em julgado a presente decisão, determino a expedição de Alvará Judicial, em favor de ANDREY MONTENEGRO DE SÁ no valor de R$64.739,21 (sessenta e quatro mil, setecentos e trinta e nove reais e vinte e um centavos), bem como eventuais rendimentos, devendo o processo ser instruído com a minuta da subconta judicial.IV ? Isso posto, JULGO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, com fundamento no art. 924, II, do Código de Processo Civil.V ? Cumprido o ?Item III?, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.VI ? Intime-se.VII ? Cumpra-se. Belém-PA, 28 de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito

Número do processo: 0819890-31.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: MIRLENE DA SILVA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: PRISCILLA MARTINS TAVERNARD TAVARES DA SILVAOAB: 578PA Participação: ADVOGADO Nome: CHIDY HENRY SANCHES OTOBOOAB: 599PA Participação: RÉU Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITALProcesso n° 0819890-31.2019.8.14.0301Parte Requerente: AUTOR: MIRLENE DA SILVA COSTAParte Requerida: Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.Endereço: Banco Bradesco S.A., S/N, Rua Benedito Américo de Oliveira, s/n, 4 ANDAR, Vila Yara, OSASCO - SP - CEP: 06029-900R. H. I- Indefiro o pedido

de justiça gratuita, uma vez que a Requerente é autônoma e questiona na presente demanda operações financeiras de valor considerável, o que dista em muito de uma condição de amparo ao necessitado, a quem o benefício se destina. Em que pese tratar-se de hipossuficiência presumida, tal presunção é relativa, de modo que cabe à parte comprovar o que alega documentalmente, consoante entendimento sumular recente deste Tribunal de Justiça. Vejamos: ALTERAÇÃO DA SÚMULA Nº 6 PAOFI-2016/06592 - Proposta de Alteração da Súmula nº 6 - aprovada na 27ª Sessão Ordinária do Pleno, realizada em 27/7/2016: Após aprovação unânime da proposta, o mencionado enunciado sumular passou a ter a seguinte redação: SÚMULA Nº 6: ??A alegação de hipossuficiência econômica configura presunção meramente relativa de que a pessoa natural goza do direito ao deferimento da gratuidade de justiça prevista no artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil (2015), podendo ser desconstituída de ofício pelo próprio magistrado caso haja prova nos autos que indiquem a capacidade econômica do requerente??. Assim, para não obstar o acesso à justiça em relação a parte Requerente, determino o parcelamento do valor das custas em 04 (quatro) parcelas, caso este não deseje pagar o valor em parcela única, devendo a parte Autora comprovar o pagamento da primeira parcela no prazo de 15 (quinze) dias e as demais de 30 em 30 dias, sob pena de extinção. Paga a primeira parcela das custas ou estas integralmente, cumpra-se os demais itens da presente decisão. II- Considerando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e que não é o caso de improcedência liminar do pedido, designo audiência de conciliação para o dia 08 de agosto de 2019, às 10h, devendo a parte Ré ser citada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência e a parte Autora intimada na pessoa de seu advogado (art. 334, caput e § 3º, do CPC).III- Caso a parte Ré não tenha interesse na composição consensual, deverá se manifestar por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência, ciente de que havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §§ 4º, 5º e 6º, do CPC).IV- As partes deverão comparecer acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10º, do CPC).V- Caso as partes não cheguem a um acordo, a parte Ré poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pela Ré, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I, do CPC.VI- Saliento que no caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II, do art. 335, do CPC, será, para cada uma das partes Rés, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência.VII- Dos mandados ou carta de citação deverá constar as advertências dos arts. 336, 341 e 344, do CPC.VIII- Se a parte Ré alegar qualquer das matérias enumeradas no art. 337, do CPC, ouça-se o autor no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC).IX- Intime-se.X- Cumpra-se.SERVIRÁ A PRESENTE, POR CÓPIA DIGITALIZADA, COMO MANDADO, CARTA E OFÍCIO (PROVIMENTO N° 003/2009 - CJRMB).Belém/PA, 10 de abril de 2019ALESSANDRO OZANANJuiz de Direito da 6ª Vara Cível e Empresarial da Capital

Número do processo: 0817010-37.2017.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: MIGUEL DA TRINDADE BELO DA SILVA Participação: RÉU Nome: COMERCIO E INTERMEDIACAO DE VEICULOS LOURY CAR LTDA ME - ME Participação: RÉU Nome: ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDENCIA S.A. Participação: RÉU Nome: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁSECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL e EMPRESARIAL DE BELÉM ATO ORDINATÓRIO PROCESSO Nº 0817010-37.2017.8.14.0301 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) AUTOR: MIGUEL DA TRINDADE BELO DA SILVA RÉU: COMERCIO E INTERMEDIACAO DE VEICULOS LOURY CAR LTDA ME - ME, ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS E PREVIDENCIA S.A. Diga o autor sobre a certidão do Oficial de Justiça Id nº 6875815, no prazo de 15 dias. Belém-PA, 28 de junho de 2019.EDMILTON PINTO SAMPAIO

Número do processo: 0821932-53.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: SERGIO RODOLFO GASPAR NASCIMENTO Participação: RÉU Nome: RECOVERY DO BRASIL CONSULTORIA S.APODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITALProcesso n° 0821932-53.2019.8.14.0301Parte Requerente: AUTOR: SERGIO RODOLFO GASPAR NASCIMENTOParte Requerida: Nome: RECOVERY DO BRASIL CONSULTORIA S.AEndereço:

Avenida Paulista, 1499, Galeria Trianon - Loja 57, Bela Vista, SãO PAULO - SP - CEP: 01311-200R. H.I- Defiro o pedido de justiça gratuita.II- Considerando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e que não é o caso de improcedência liminar do pedido, designo audiência de conciliação para o dia 08 de agosto de 2019, às 11h, devendo a parte Ré ser citada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência e a parte Autora intimada na pessoa de seu advogado (art. 334, caput e § 3º, do CPC).Defiro a inversão do ônus da prova, com base no art. 6°, VIII, do CDC, uma vez que se trata de matéria de índole consumerista, bem como o Demandante é hipossuficiente. Deve a Requerida trazer à colação os documentos que embasam a cobrança quando de sua contestação, sob as penas do art. 400, I, do CPC.III- Caso a parte Ré não tenha interesse na composição consensual, deverá se manifestar por petição, apresentada com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência, ciente de que havendo litisconsórcio, o desinteresse na realização da audiência deve ser manifestado por todos os litisconsortes (art. 334, §§ 4º, 5º e 6º, do CPC).IV- As partes deverão comparecer acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, podendo constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (art. 334, §§ 9º e 10º, do CPC).V- Caso as partes não cheguem a um acordo, a parte Ré poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data da audiência de conciliação ou do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação apresentado pela Ré, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I, do CPC.VI- Saliento que no caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II, do art. 335, do CPC, será, para cada uma das partes Rés, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência.VII- Dos mandados ou carta de citação deverá constar as advertências dos arts. 336, 341 e 344, do CPC.VIII- Se a parte Ré alegar qualquer das matérias enumeradas no art. 337, do CPC, ouça-se o autor no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC).IX- Intime-se.X- Cumpra-se.SERVIRÁ A PRESENTE, POR CÓPIA DIGITALIZADA, COMO MANDADO, CARTA E OFÍCIO (PROVIMENTO N° 003/2009 - CJRMB).Belém/PA, 24 de abril de 2019.ALESSANDRO OZANANJuiz de Direito da 6ª Vara Cível e Empresarial da Capital

Número do processo: 0816171-75.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: ROSE MARY CARVALHO DE MELO RODRIGUES Participação: ADVOGADO Nome: TOYA ALEXSANDRO THEOS BAPTISTA DOS SANTOSOAB: 21224/PA Participação: RÉU Nome: BANCO BRADESCO SA Vistos, etc. ROSE MARY CARVALHO DE MELO RODRIGUES ajuizou a presente AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO em face de BANCO BRADESCO S/A. Narra a petição inicial que, na data de 14/06/2013, a autora firmou contrato de compra e venda de imóvel, tendo como instituição bancária financiadora o BANCO BRADESCO S/A. Salienta que foram adimplidos os valores de 36 (trinta e seis) parcelas, que totalizaram o valor de R$ 76,694,40 (setenta e seis mil, seiscentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos) e a Autora pagou a título de entrada o valor de R$ 132.494,04 (cento e trinta e dois mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quatro centavos), que totaliza o valor de R$ 209.188,44 (duzentos e nove mil reais, cento e oitenta e oito reais e quarenta e quatro centavos), contudo, em virtude das crises econômicas e problemas de saúde, inadimpliu algumas parcelas. Aduz que, na data de 10/01/2018, a Ré iria realizar um leilão do imóvel, o qual foi suspenso, em sede de ação cautelar. Ao final, requer a concessão de tutela de urgência com o fim de proibir descontos acima do valor de R$ 870,17 (oitocentos e setenta reais e dezessete centavos) e a inscrição do nome da Requerente junto à SERASA, SPC, BACEN e órgãos similares, bem como autorizar o depósito incidental das quantias legalmente devidas, referente às parcelas periódicas vencidas, e das demais que se vencerem sucessivamente, no importe de R$ 870,17 (oitocentos e setenta reais e dezessete centavos), conforme planilhas de cálculos anexas. No mérito, requer a confirmação dos pedidos de tutela de urgência, bem como a revisão das cláusulas questionadas com a repetição do débito em dobro e, ainda, a condenação da Requerida ao pagamento de indenização por danos morais. Foi determinado que a parte Autora apresentasse perícia feita de acordo com o quadro resumo, bem como indicasse no contrato de financiamento acostado as cláusulas que pretendia controverter e indicar o valor incontroverso da causa (ID 6816129), tendo a parte apresentado a manifestação id 7714450. Citada, a parte Requerida apresentou contestação (documento id 9735869), oportunidade na qual sustenta a improcedência da presente demanda em razão da inadimplência da Autora relativamente ao contrato questionado. Alega que a inadimplência da Autora é algo confessado e que os procedimentos para a realização do leilão extrajudicial do imóvel foram escorreitos, dentro da legalidade. Era o que se tinha a relatar. Passo a decidir. Passa-se a sentenciar o feito na forma do art. 355, I, do Código de Processo Civil, uma vez que a matéria discutida na presente demanda é unicamente de Direito, necessitando tão somente da análise do contrato firmado entre as

partes, o qual já se encontra acostado aos autos. Trata-se de ação revisional de contrato de financiamento bancário, na qual a parte Requerente sustenta a presença de abusividade de cláusulas e encargos que pretende ver expurgados e revistos pelo Poder Judiciário. A hipótese é de improcedência dos pedidos contidos na exordial. DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS A Demandante alega a abusividade de incidência de capitalização mensal de juros. ROBERTO DE RUGGIERO, acerca dasprestações dos jurospreleciona: Não pertence ao direito explicar o fenômeno econômico pelo qual uma soma de dinheiro pode dar frutos, isto é: criar, mediante o emprego e como correlativo da utilidade que dá, um ulterior valor econômico. O direito reconhece-o e apenas intervém para o regular, quer ditando normas para os casos em que, mesmo sem a vontade das partes, uma prestação deva produzir juros, quer pondo limites à liberdade das partes, para combater as manifestações patológicas desse fenômeno e em primeiro lugar a usura. (Instituições de Direito Civil. Tomo III. Roberto de Ruggiero. 3ª ed. da tradução da 6ª ed. italiana, por Ary dos Santos e Antônio Chaves. São Paulo: Saraiva, 1973, p. 38). Em despacho id 6816129, este juízo verificou que o laudo pericial apresenta dados de encargos de juros mensais e anuais que não se encontram previstos no quadro resumo do contrato de financiamento. Por tais motivos, determinou-se a intimação da parte para apresentação de perícia feita de acordo com o quadro resumo (documento id 3859946 - Pág. 3), bem como para indicação no contrato de financiamento acostado a respeito das cláusulas que pretendia controverter e indicar o valor incontroverso da causa, ônus estes que incumbem a parte Autora nos moldes do art. 330, §2°, do CPC/2015: Art. 330. (...)§2º. Nas ações que tenham por objeto a revisão de obrigação decorrente de empréstimo, de financiamento ou de alienação de bens, o autor terá de, sob pena de inépcia, discriminar na petição inicial, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretende controverter, além de quantificar o valor incontroverso do débito. Em resposta ao despacho, o Autor apresentou manifestação id 7714450, não tendo fixado o valor controvertido da demanda, nem tendo refeito os cálculos do laudo apresentado em desconformidade com o quadro resumo, razão pela qual a parte Demandante não se desincumbiu do ônus que lhe competia. Ademais, a parte Requerente apenas listou as cláusulas que reputa abusivas, mas não fez qualquer discussão especificada a respeito do fundamento da abusividade, razão pela qual este juízo se restringirá a analisar o delineado pela parte Demandante na inicial. Quanto aos juros pactuados no contrato, é de se dizer que relativamente à incidência de capitalização de juros, o Superior Tribunal de Justiça já possui entendimento pacificado no sentido da admissibilidade da capitalização de juros nos contratos bancários desde o advento da Medida Provisória n° 2.170-36/2001, desde que observado o dever de informação ao consumidor. Neste sentido, trago à colação julgado exemplificativo do entendimento consolidado: Processo AgRg no REsp 1342243 / RS; AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2012/0187976-0; Relator(a): Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO (1140); Órgão Julgador: T4 - QUARTA TURMA; Data do Julgamento: 09/10/2012; Data da Publicação/Fonte: DJe 16/10/2012. Ementa. CONTRATO BANCÁRIO. REVISIONAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PACTUAÇÃO DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. DIFERENÇA ENTRE TAXAS DE JUROS MENSAL E ANUAL. A PREVISÃO DE TAXA ANUAL DOS JUROS SUPERIOR À TAXA MENSAL, MULTIPLICADA POR DOZE, CONFIGURA A PACTUAÇÃO DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL. 1. A 2ª Seção deste Tribunal Superior já firmou posicionamento pela possibilidade da cobrança da capitalização mensal dos juros, desde que atendidos os requisitos de existência de previsão contratual expressa da capitalização com periodicidade inferior a um ano e que tenha sido o contrato firmado após 31/03/2000, data da primeira edição desta MP, então sob o nº 1963-17. Precedentes. 2. Capitalização mensal dos juros: "A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". (REsp 973827/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012). 3. Recurso especial não provido. (STJ-1055038) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.AÇÃO REVISIONAL. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. ENTENDIMENTO FIRMADO EM RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. PREVISÃO NO CONTRATO.REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA E CONTRATUAL. ENUNCIADOS 5 E 7 DA SÚMULA DO STJ.1. A capitalização mensal de juros é legal em contratos bancários celebrados posteriormente à edição da MP 1.963-17/2000, de 31.03.2000, desde que expressamente pactuada.A previsão no contrato de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada. 2. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ). 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 1.156.498/DF (2017/0209039-6), 4ª Turma do STJ, Rel. Maria Isabel Gallotti. DJe 10.08.2018). Sobre a questão da constitucionalidade da Medida Provisória n° 2.170-36/2001, verifico que há pronunciamento do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria, pugnando por sua constitucionalidade. (STF-0113026) JUROS - CAPITALIZAÇÃO- PERIODICIDADE -ARTIGO 5º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.170-36 -

CONSTITUCIONALIDADE. É constitucional o artigo 5º da Medida Provisória nº 2.170-36, que autoriza a capitalização dos juros com periodicidade inferior a um ano- ressalva da óptica pessoal. Precedente: recurso extraordinário nº 592.377/RS, julgado sob a sistemática da repercussão geral, redator do acórdão o ministro Teori Zavascki, com publicação no Diário da Justiça de 19 de março de 2015. AGRAVO - MULTA - ARTIGO 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. Se o agravo é manifestamente inadmissível ou improcedente, impõe-se a aplicação da multa prevista no § 4º do artigo 1.021 do Código de Processo Civil de 2015, arcando a parte com o ônus decorrente da litigância protelatória. (Ag. Reg. nos Emb. Decl. no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1035229/SP, 1ª Turma do STF, Rel. Marco Aurélio. j. 17.10.2017, unânime, DJe 15.12.2017). Ao encontro do entendimento do STF, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) editou a Súmula n° 539, abaixo transcrita: Súmula 539 - É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada. (Súmula 539, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/06/2015, DJe 15/06/2015) No caso concreto, no entanto, não é possível observar a alegada capitalização. Isso porque o contrato celebrado entre as partes prevê, tão somente, a taxa de juros nominal e efetiva de juros que ? conforme análise do quadro resumo do contrato celebrado ente as partes ? são aplicáveis no percentual de 10,03% a. a. e 10,50% a. a., respectivamente, de modo que não há qualquer incidência de capitalização mensal de juros. O que há no contrato é tão somente a incidência de juros remuneratórios em periodicidade anual. Ademais, o próprio contrato, em sua cláusula 4.8, assim justifica a diferença entre a taxa nominal de juros e a efetiva: 4.8. Inobstante o efeito da razão do decréscimo mensal sobre o valor dos juros mensais, o encargo mensal poderá ter seu valor nominal aumentado em virtude da atualização monetária. Relativamente a tal atualização monetária, o contrato estabelece que a mesma seja feita pelo índice aplicável para as cadernetas de poupança de pessoa física, conforme cláusula 4.10.2. Dessa forma, a presença tão somente das taxas de juros nominal e efetiva, não caracteriza, por si só, a capitalização. De fato, no REsp. nº 973.827, que entendeu pela legalidade na aplicação da capitalização, o Superior Tribunal de Justiça expressou-se claramente ao afirmar que ?a mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.262/1993?.Nesse sentido: (TRF4-0657841) EMBARGOS DECLARATÓRIOS. HIPÓTESES. CONTRADIÇÃO. OCORRÊNCIA. CORREÇÃO. São cabíveis embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão ou corrigir erro material, consoante dispõe o artigo 1.022 do CPC. A modificação do julgado é admitida apenas excepcionalmente e após o devido contraditório (artigo 1.023, § 2º, do CPC).Consoante precedentes do Superior Tribunal de Justiça, os quais deram origem à Súmula 541, a mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933;ademais, a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada. (Embargos de Declaração em Apelação Cível nº 5017854-94.2015.4.04.7000, 3ª Turma do TRF da 4ª Região, Rel. Ricardo Teixeira do Valle Pereira. j. 30.05.2017, unânime). (TJMG-1173849) APELAÇÃO CÍVEL. REVISÃO. CONTRATO BANCÁRIO. LIMITAÇÃO DA TAXA DE JUROS. IMPOSSIBILIDADE. JUROS COMPOSTOS. ANATOCISMO. INEXISTÊNCIA. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Observada a Súmula Vinculante nº 07 do Supremo Tribunal Federal, que afasta a aplicação da norma do § 3º, do artigo 192 da Constituição Federal, a pretensão de limitação dos juros praticados pelo sistema financeiro, seja com base na Lei de Usura, no Código Civil ou no Código de Defesa do Consumidor, encontra óbice no entendimento consubstanciado na Súmula nº 596 do Supremo Tribunal Federal.Em se tratando de juros compostos, calculados de acordo com as taxas anuais efetivas previstas no contrato, a decomposição feita para cálculo da parcela mensal fixa a ser paga para quitação do principal e dos juros não importa em cobrança de juros sobre juros caracterizadora da prática de anatocismo. "A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933"(RECURSO ESPECIAL Nº 973.827 - RS). (Apelação Cível nº 6012534-28.2015.8.13.0027 (1), 13ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Luiz Carlos Gomes da Mata. j. 29.11.2018, Publ. 29.11.2018). Em razão de tais premissas, entendo pela inexistência de qualquer prática de anatocismo, dado que os juros mensais estão em patamar bem menor do que um 1% ao mês, com suas taxas nominal e efetiva devidamente justificadas pela incidência da correção monetária, não tendo havido a imposição de qualquer obrigação excessivamente onerosa ao consumidor. Assim afirma a parte Requerente na inicial: Sobressai também do contrato, que sobre o valor do principal incidirão apenas os encargos do financiamento, ou

seja, apenas juros remuneratórios, inexistindo indexador de correção monetária. Tal assertiva não se mostra verdadeira, conforme já dito acima, uma vez que o contrato prevê atualização monetária de seus encargos, razão pela qual não merecem prosperar as alegações da parte Demandante neste particular, até mesmo porque a correção monetária não implica em nenhum plus, em nenhum enriquecimento por parte do banco, mas visa tão somente recompor o desgaste da moeda. AGOSTINHO ALVIM ensina em seu clássico: ?O efeito principal da mora é tornar o devedor responsável pelos prejuízos que dela se originarem?. (Da Inexecução das Obrigações e Suas Conseqüências. Agostinho Alvim. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 1955, p. 64). LACERCA DE ALMEIDA ensina em seu clássico: ?A móra é uma especie de delicto cuja reparação tem de ser feita o mais completo que seja possivel?. (Dos Effeitos das Obrigações. Lacerda de Almeida. Freitas Bastos: Rio de Janeiro, 1934, p. 161). O Autor se acha em mora no cumprimento de suas obrigações contratuais. DOS ENCARGOS MORATÓRIOS ? DA COMISSÃO DE PERMANÊNCIA A parte Demandante sustenta a necessidade de declaração de abusividade na cobrança de comissão de permanência e, alternativamente, sua limitação à taxa média de remuneração do mercado à época da contratação. A Ministra Nancy Andrighi, no julgamento do REsp. nº 1.058.114/RS, na aplicação do art. 453-C do Código de Processo Civil/73, que tratou da previsão da comissão de permanência em contratos bancários regidos pelo Código de Defesa do Consumidor, afirmou: Da jurisprudência pacificada é possível afirmar que a natureza da cláusula de comissão de permanência é tríplice: índice de remuneração do capital (juros remuneratórios), atualização da moeda (correção monetária) e compensação pelo inadimplemento (encargos moratórios). Assim, o entendimento que impede a cobrança cumulativa da comissão com os demais encargos tem, como valor primordial, a proibição dobis in idem.[...]Os juros remuneratórios, os juros moratórios, a multa moratória e correção monetária não guardam nenhuma relação de incompatibilidade entre si. Se qualquer deles é ou não cobrado, os outros em nada serão afetados. A comissão de permanência sim, somente convive licitamente se isolada estiver. Associada a qualquer outro encargo, recai sobre ela a ilicitude e somente sobre a ilicitude cabe ao Judiciário intervir. Assim foi firmada a Tese/Repetitivo 52, que versou acerca da ?questão referente à legalidade da cláusula que, em contratos bancários, prevê a cobrança da comissão de permanência na hipótese de inadimplência do consumidor?, com a seguinte redação:TESE FIRMADA ? A cobrança de comissão de permanência ? cujo valor não pode ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato ?exclui a exigibilidade dos juros remuneratórios, moratórios e da multa contratual. (grifo nosso). Nessa lógica, para a jurisprudência pacífica sobre a matéria, válida é a cobrança de comissão de permanência desde expressamente pactuada e desde que não cumulada com correção monetária, juros remuneratórios, moratórios e multa, nos termos da jurisprudência do STJ:AgRg no REsp 1092164/MS; AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2008/0207867-7; Relator(a): Ministra NANCY ANDRIGHI (1118); Órgão Julgador: T3 - TERCEIRA TURMA; Data do Julgamento: 03/05/2012; Data da Publicação/Fonte: DJe 10/05/2012. Ementa. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL CONTRATUAL E REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PROCURAÇÃO, NÃO AUTENTICADA. PREQUESTIONAMENTO. REEXAME DE FATOS. - Consoante orientação sedimentada pela Corte Especial do STJ, a documentação juntada por cópia, mesmo não autenticada, goza de presunção juris tantum de autenticidade, cabendo à parte contrária impugná-la se for o caso. - Face o disposto na Lei 4.595/64, inaplicável a limitação dos juros remuneratórios nos contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, (súmula 596/STF), salvo nas hipóteses previstas em legislação específica. - A comissão de permanência, limitada à taxa média dos juros de mercado, apurada pelo BACEN, e adstrita à taxa contratada para a normalidade, é devida para a inadimplência, desde que não cumulada com correção monetária, juros remuneratórios, moratórios e multa (súmulas 30, 294 e 296 /STJ). - Agravo não provido. (STJ-1058250) DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL.CONTRATO BANCÁRIO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. LEGALIDADE, DESDE QUE NÃO CUMULADA COM OUTROS ENCARGOS.1. Ação revisional de contrato bancário. 2. É admitida a incidência da comissão de permanência desde que pactuada e não cumulada com juros remuneratórios, juros moratórios, correção monetária e/ou multa contratual. 3. Agravo conhecido. Recurso especial provido. (Agravo em Recurso Especial nº 1.328.017/RJ (2018/0177054-7), STJ, Rel. Nancy Andrighi. DJe 15.08.2018). O STJ editou, também, as seguintes súmulas a respeito da matéria:SÚMULA N° 296: Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado.SÚMULA N° 294: Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato.SÚMULA N° 30: A comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis. No caso concreto, no entanto, analisando a cláusula 8.3, que trata dos encargos moratórios, não há a incidência de referido encargo, mas tão somente de juros moratórios e

remuneratórios e multa em caso de inadimplemento, razão pela qual improcedente é a pretensão da Demandante neste particular. DA RESTITUIÇÃO Sob o pressuposto de que existem cláusulas abusivas no contrato, a parte autora requereu, em caso de reconhecimento de valores cobrados a maior, a restituição em dobro.CORRÊA TELLES ensina sobre areclamação d?indebito: Compete á quempor êrropagou o que nãodevia, contra quem ignorantemente recebeu o pagamento; pede restituição do que pagou, com seus acessórios. (Doutrina das Acções. Jose Homem Corrêa Telles. Accomodada ao Fôro do Brazil por Augusto Teixeira de Freitas. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1880, p. 234). CAVALIERI FILHO ensina, quanto àcobrança indevida ? repetição do indébito, em seuPrograma... No parágrafo único do art. 42, o CDC estipulou uma pena civil para o fornecedor que cobrar do consumidor quantia indevida, qual seja, a devolução em dobro da quantia paga em excesso. [...]. O consumidor, todavia, só terá direito à devolução em dobro daquilo que efetivamente tiver pago em excesso, não bastando a simples cobrança, como no regime civil. (Programa de Direito do Consumidor. Sérgio Cavalieri Filho. São Paulo: Atlas, 2008, p. 170). No caso analisado, verifica-se que a abusividade das cláusulas apontadas pela parte autora foram afastadas, de forma que não houve o pagamento indevido. Sendo o pagamento pressuposto fundamental para o indébito, improcedente o pleito exordial nesse sentido. Inexistindo qualquer ilicitude quanto aos encargos cobrados, improcedentes são as pretensões de afastamento da mora, bem como de indenização por danos morais. Lamenta-se a enfermidade sofrida pela parte Autora. Nota-se que as partes, durante esses anos de inadimplemento, não conseguiram se compor, razão da desnecessidade de audiência de mediação. Ex positis, respaldado no que preceitua o art. 487, I, do Código de Processo Civil,JULGO IMPROCEDENTESas pretensões esboçadas pela parte Requerente na inicial. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que ora arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, uma vez que o presente feito não demandou conhecimentos jurídicos de maior complexidade técnica para seu deslinde. No entanto, a contar da data desta sentença, defiro o pedido de justiça gratuita. Havendo recurso de Apelação, intime-se o Apelado para contrarrazões, caso queira. Após, ao E. TJE/PA. Transitada em julgado, proceda-se a baixa junto a Distribuição e arquivem-se os autos. P. R. I. C. Belém-PA, 28 (vinte e oito) de junho de 2019. ALESSANDRO OZANAN Juiz de Direito da 6ª Vara Cível e Empresarial de Belém

Número do processo: 0841360-55.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: COSTA ATLANTICA INCORPORADORA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHOOAB: 10652-A/PA Participação: REQUERIDO Nome: PAULO ROBERTO DANTAS DE OLIVEIRA Participação: REQUERIDO Nome: REGINA COELI CARVALHO DE OLIVEIRAAtravés do provimento 006/2006, artigo 1º § 2º, inciso X oriundo da Corregedoria Geral de Justiça da Região Metropolitana de Belém: fica a parte requerente, intimada para recolhimento das custas processuais referente a citação constantes no ID nº 11278081 e 11278080. BELÉM-PA, 28 DE JUNHO DE 2019. DIRETOR/AUXILIAR DE SECRETARIA.

SECRETARIA DA 7ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

Número do processo: 0841606-51.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: OMNI S/A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: GIULIO ALVARENGA REALEOAB: 65628 /MG Participação: RÉU Nome: ALY RODRIGUES GOESVistos, etc. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão ajuizada por OMNI Crédito Financiamento e Investimento S/A em desfavor de Aly Rodrigues Goes, em que se verifica a existência de Ação Revisional de Contrato nº 0014717-98.2015.814.0301 envolvendo o mesmo objeto da presente ação. Dispõe o Código de Processo Civil: Art. 55. (?)§3º Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles. A respeito da matéria, lecionam Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, in Código de processo civil comentado: ?Para existir conexão, basta que a causa de pedir em apenas uma de suas manifestações seja igual nas duas ou mais ações. Existindo duas ações fundadas no mesmo contrato, onde se alega inadimplemento na primeira e nulidade de cláusula na segunda, há conexão. A causa de pedir remota (contrato) é igual em ambas as ações, embora a causa de pedir próxima (lesão, inadimplemento), seja diferente. Assim sendo, possuindo as ações como fundamento o mesmo contrato de financiamento, sendo-lhes comum o objeto, encaminhem-se os autos ao juízo da 7ª Vara Cível e Empresarial de Belém, dando-se baixa na presente distribuição. Intime-se. Belém, 14 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito

Número do processo: 0803374-33.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: MARIELSON RAMOS DE FREITAS Participação: ADVOGADO Nome: MARIO GOMES DE FREITAS JUNIOROAB: 9757/PA Participação: AUTOR Nome: MARITELMA FREITAS LINS Participação: ADVOGADO Nome: MARIO GOMES DE FREITAS JUNIOROAB: 9757/PA Participação: AUTOR Nome: MARIOLINDA FREITAS DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MARIO GOMES DE FREITAS JUNIOROAB: 9757/PA Participação: AUTOR Nome: EVELLYN ANNE CRUZ DE FREITAS Participação: ADVOGADO Nome: MARIO GOMES DE FREITAS JUNIOROAB: 9757/PA Participação: AUTOR Nome: MARALICE DE FREITAS FERREIRA Participação: ADVOGADO Nome: MARIO GOMES DE FREITAS JUNIOROAB: 9757/PA Participação: AUTOR Nome: MARIO GOMES DE FREITAS JUNIOR Participação: ADVOGADO Nome: MARIO GOMES DE FREITAS JUNIOROAB: 9757/PA Participação: RÉU Nome: BANCO BRADESCO SAPODER JUDICIÁRIO DO PARÁ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 7ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL..PROCESSO nº 0803374-33.2019.8.14.0301AUTOR: MARIELSON RAMOS DE FREITAS, MARITELMA FREITAS LINS, MARIOLINDA FREITAS DA SILVA, EVELLYN ANNE CRUZ DE FREITAS, MARALICE DE FREITAS FERREIRA, MARIO GOMES DE FREITAS JUNIORRÉU: BANCO BRADESCO SASENTENÇA Vistos. Trata-se de Ação de Alvará, requerida porMARIELSON RAMOS DE FREITAS,MARITELMA FREITAS LINS,MARIOLINDA FREITAS DA SILVA, MARALICE FREITAS FERREIRA,MÁRIO GOMES DE FREITAS JUNIOR e EVELLYN ANNE CRUZ DE FREITAS, qualificados nos autos, a fim de levantar valores deixados por falecimento deMÁRIO GOMES DE FREITASjunto aoBanco Bradesco. Juntaram documentos de ID Num. 11243573, Num. 11243573, Num. 11205616, Num. 8226807, Num. 8226804 , Num. 8226793, Num. 8226792, Num. 8226331, Num. 8226323, Num. 8226318, Num. 8226308 e Num. 8226288. Decisão de ID Num. 11250443 convertendo a ação de Alvará em Ação de Inventário por Arrolamento em razão do valor exceder os limites impostos pela Lei nº 6.858/80, com a consequente nomeação deMÁRIO GOMES DE FREITAS JUNIOR como inventariante independentemente de assinatura de termo de compromisso. Juntaram Plano de Partilha amigável assinado pelos herdeiros em ID. Num. 11270229 e Num. 11270661. É o sucinto relatório. Decido. Atendidas que se encontram as exigências legais, HOMOLOGO POR SENTENÇA, nos termos do art. 659 e 660 do CPC, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a partilha de IDNum. 11270661 , dos valores deixados por falecimento deMÁRIO GOMES DE FREITAS, atribuindo aos nela contemplados os respectivos quinhões, salvo erros ou omissões e ressalvados os direitos de terceiros. Expeça-se Alvará Judicial em favor dos herdeiros requerentes para que levantem os valores existentes e disponíveis junto ao? Banco Bradesco, Agência 3109 / CC 100621-5. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Custas remanescentes pelos requerentes. Cumpra-se. Arquive-se. Belém, 28 de junho de 2019. ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIROJuiz de Direito da 7ª Vara Cível e Empresarial da Capital

Número do processo: 0833858-65.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: J. M. C. D. S.PODER JUDICIÁRIO DO PARÁ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 7ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL..PROCESSO nº 0833858-65.2018.8.14.0301REQUERENTE: JHENNYFER MARCELY CHAGAS DA SILVA SENTENÇA Vistos. JHENNYFER MARCELY CHAGAS DA SILVA,representada por sua genitora MARIZETE DAS CHAGAS SILVAatravés da Defensoria Pública, pleiteia a concessão de ALVARÁ JUDICIAL, com objetivo de receber valores deixados por falecimento deJACKSON FÁBIO BARROS DA SILVA. A requerente era filha do Sr.JACKSON FÁBIO BARROS DA SILVA, falecido em 30/01/2016. Que ode cujosnão deixou bens a inventariar , somente valores depositados junto à CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Juntou documentos ao processo. Manifestação favorável do Ministério Público do Estado em ID Num. 9336971. Resultado da pesquisa via BACENJUD em ID Num. 8189591. É o sucinto relatório. DECIDO. A Lei 6858/80 autoriza, fora do inventário, a concessão de Alvará Judicial aos sucessores para recebimento de valores não recebidos em vida por seu titular. Desta forma, restam comprovados os argumentos da Requerente, pelos documentos juntados aos autos, levando este Juízo a determinar a procedência do pedido. Isto Posto, e em conformidade com o art. 1º do Dec. Lei nº 85.845/81, DEFIRO O PEDIDO e determino que se expeça ALVARÁ JUDICIAL para autorizar a RequerenteJHENNYFER MARCELY CHAGAS DA SILVA,representada por sua genitora MARIZETE DAS CHAGAS SILVAa receber os valores existentes e disponíveis de saldo bancário em nome deJACKSON FÁBIO BARROS DA SILVAjunto à CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Transitado em julgado, arquivem-se. Belém, 28 de junho de 2019. ROBERTO CEZAR OLIVEIRA MONTEIRO Juiz de Direito da 7ª Vara Cível e Empresarial de Belém.

SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

Número do processo: 0874173-38.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: BANCO DA AMAZONIA SA [BASA DIRECAO GERAL] Participação: ADVOGADO Nome: ROSIMAR SOCORRO DE SOUZA RAMOSOAB: 8562/PA Participação: EXECUTADO Nome: MARCIO PAYSANO NOBRE Participação: EXECUTADO Nome: LUCIANE NOBRE E NOBRE Participação: EXECUTADO Nome: LUCIANE NOBRE E NOBRE - EPPPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0874173-38.2018.8.14.0301Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)AUTOR: Nome: BANCO DA AMAZONIA SA [BASA DIRECAO GERAL]Endereço: Avenida Presidente Vargas, 800, - de 381/382 ao fim, Campina, BELéM - PA - CEP: 66017-000RÉU: Nome: MARCIO PAYSANO NOBREEndereço: Avenida Senador Lemos, 500, Ed. Torre de Farnese, apto. 1801, Umarizal, BELéM - PA - CEP: 66050-000Nome: LUCIANE NOBRE E NOBREEndereço: Avenida Senador Lemos, 500, Ed. Torre de Farnese, apto. 1801, Umarizal, BELéM - PA - CEP: 66050-000Nome: LUCIANE NOBRE E NOBRE - EPPEndereço: Rodovia dos Trabalhadores, s/n, Shopiing Bosque Grão Pará, loja 1049/1050, Parque Verde, BELéM - PA - CEP: 66635-894 Vistos.Cite-se a parte executada para que efetue, no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, o pagamento da quantia apresentada na inicial e planilha acostada aos autos, conforme art. 829 do CPC.Para a hipótese de não pagamento no referido prazo, nos termos do art. 829, §1º, do CPC, caberá ao oficial de justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, com intimação da parte executada, a qual será feita na pessoa de seu advogado ou à sociedade de advogados (art. 841, §1º, CPC).A executada poderá opor-se à execução por meio de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914, CPC), no prazo de 15 (quinze) dias, ciente de que este será contado, conforme o caso, na forma do art. 231 do CPC(art. 915, CPC).Cientifique-se a executada de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).Fixo os honorários advocatícios em 10 % (dez por cento) sobre o valor do débito. No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. E, caso o endereço do executado pertença à outra comarca, expeça-se precatória.Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0828780-27.2017.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: CONSORCIO CONSTRUIR BELEM Participação: ADVOGADO Nome: CRISTOVINA PINHEIRO DE MACEDOOAB: 5949PA Participação: REQUERIDO Nome: REIS COMERCIO E CONSTRUTORA LTDA - ME Participação: REQUERIDO Nome: MANOEL ALMEIDA DOS REIS Participação: REQUERIDO Nome: FENELON ANTONIO DE ARAUJO CRUZPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0828780-27.2017.8.14.0301Classe: CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO (32)AUTOR: Nome: CONSORCIO CONSTRUIR BELEMEndereço: Rodovia BR-316, 830, KM 1, Castanheira, BELéM - PA - CEP: 66645-003RÉU: Nome: REIS COMERCIO E CONSTRUTORA LTDA - MEEndereço: Quadra Trinta e Sete, 12, SALA 7, Aurá, ANANINDEUA - PA - CEP: 67033-887Nome: MANOEL ALMEIDA DOS REISEndereço: Passagem Arnaldo Maia, 37, Águas Lindas, ANANINDEUA - PA - CEP: 67118-100Nome: FENELON ANTONIO DE ARAUJO CRUZEndereço: Avenida Marquês de Herval, 257, - até 380/381, Pedreira, BELéM - PA - CEP: 66085-309 R.h.A parte autora pediu suspensão do processo em Id. 2948405, muito embora não tenha sido deferido, o pedido foi feito em 20 de novembro de 2017, mesmo já tendo havido despacho inicial nos autos. Portanto, o processo encaminha-se para 02 (dois) anos em estado de inércia.O lapso temporal para sanear a diligência requisitada encontra-se alastrado. Sendo assim:Manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias se possui interesse na causa, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.Ressalte-se que a mera manifestação de que ainda possui interesse, sem que aponte claramente qual o interesse, por meio de provocação do Juízo para a deliberação

pretendida, será considerado falta de interesse.Decorrido o prazo sem manifestação, retorne os autos conclusos para julgamento. Intimar e cumprir. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0827727-40.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIAL Participação: ADVOGADO Nome: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPROOAB: 98628/SP Participação: REQUERIDO Nome: ENIO WANDERLEY DA SILVAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0827727-40.2019.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: BANCO CRUZEIRO DO SUL S/A-EM LIQUIDACAO EXTRAJUDICIALEndereço: Rua Major Quedinho, 111, 25 ANDAR, Centro, SãO PAULO - SP - CEP: 01050-030RÉU: Nome: ENIO WANDERLEY DA SILVAEndereço: Passagem São João, 05, (Da R Ajax de Oliveira), Bengui, BELéM - PA - CEP: 66630-060 Vistos. Em atenção a análise dos autos vislumbro ser o caso, por hora, de deferimento da assistência judiciária, assim sendo, concedo os benefícios da gratuidade da justiça nos termos do art.98 e seguintes do CPC, podendo ser revogada a posteriori se evidenciada a extinção da condição de fragilidade da autora. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandadonos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória.Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0808493-09.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: INGRID BASTOS AMARAL Participação: ADVOGADO Nome: CLEITON RODRIGO NICOLETTIOAB: 7248 Participação: ADVOGADO Nome: DIANE CRISTINA GOMES NICOLETTIOAB: 011858/PA Participação: RÉU Nome: IMPERIAL INCORPORADORA LTDA Participação: RÉU Nome: leal moreira Participação: RÉU Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0808493-09.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: INGRID BASTOS AMARALEndereço: Rua Silva Castro, 305, - até 398/399, Guamá, BELéM - PA - CEP: 66063-540RÉU: Nome: IMPERIAL INCORPORADORA LTDAEndereço: Rua João Balbi, 167, sala 08, Nazaré, BELéM - PA - CEP: 66055-280Nome: leal moreiraEndereço: Rua João Balbi, 167, Nazaré, BELéM - PA - CEP: 66055-280Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.Endereço: Avenida Governador Magalhães Barata, 1190, São Brás, BELéM - PA - CEP: 66060-281 R. H.Tendo em vista o claro intuito de promover a conciliação, bem como em atenção ao pleito da própria autora na exordial, o novo diploma processual em seu art. 334 determinou que o juízo, em despacho inicial, já determinasse a data para audiência de conciliação, sendo está o marco inicial da contagem de prazo para a contestação,designo audiência de conciliação para o dia 08/08/2019, às 09h20.Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhadas de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, § 8º, CPC). As partes, no entanto, podem constituir representantes por meio de

procuração específica, como poderes para negociar e transigir (art. 334, § 10, CPC).Ademais,sabe-se que a audiência de conciliação só não será realizada se ambas as partes manifestarem desinteresse por meio de petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 334, §5º e §6º, do CPC). Desse modo, caso ambas as partes peticionem nesse sentindo venham os autos conclusos com esta devida observação antes da data marcada, para deliberação.Fique a parte ré informada que o prazo para apresentar defesa será contado na forma do art. 335, I, do CPC e, se informar seu desinteresse na realização do ato acima designado, seu prazo para contestar será contado na forma do art. 335, II, do CPC.Cumpra-se, expedindo o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0841777-42.2017.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: REGINA CELIA ARAUJO DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: EDILENA MARIA DA COSTA GANTUSSOAB: 010056/PA Participação: RÉU Nome: WELLINGTON LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0841777-42.2017.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: REGINA CELIA ARAUJO DOS SANTOSEndereço: Avenida Central, 06, (Cj Ariri Bolonha) QUADRA-10, Coqueiro, BELéM - PA - CEP: 66650-520RÉU: Nome: WELLINGTON LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRAEndereço: Rua do Fio, 16, Tapanã (Icoaraci), BELéM - PA - CEP: 66833-065 Primeiramente defiro os benefícios da Justiça Gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC.Cite-se a ré na forma pleiteada na inicial, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Se não contestar, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).Informem as partes desde já se possuem interesse na conciliação no prazo de 05 (cinco) dias, independente da apresentação da contestação por parte do réu. A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Cite-se. Intime-se, expedindo o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0832663-45.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA Participação: ADVOGADO Nome: MIRELLA PARADA NOGUEIRA SANTOSOAB: 4915/MA Participação: RÉU Nome: NARDY LUCIANA SANTOS SOEIROPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0832663-45.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIAEndereço: Avenida Visconde de Souza Franco, 72, Reduto, BELéM - PA - CEP: 66053-000RÉU: Nome: NARDY LUCIANA SANTOS SOEIROEndereço: Estrada Quarenta Horas, 36, casaB, Quarenta Horas (Coqueiro), ANANINDEUA - PA - CEP: 67120-399 Cite-se a ré na forma pleiteada na inicial, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Se não contestar, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).Informem as partes desde já se possuem interesse na conciliação no prazo de 05 (cinco) dias, independente da apresentação da contestação por parte do réu. A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Cite-se. Intime-se, expedindo o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0814212-69.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: TANIA MARA BRASIL SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTA DANTAS DE SOUSAOAB: 11013 Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO JOSINO DA COSTA JUNIOROAB: 12793/PA Participação: ADVOGADO Nome: THAIS MARTINS MERGULHAOOAB: 19775 Participação: RÉU Nome: DINALEIA MOURA LIMA Participação: RÉU Nome: RONALDO SOARES DE LIMAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA

DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0814212-69.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: TANIA MARA BRASIL SANTOSEndereço: Rodovia Augusto Montenegro, 3600, casa 734, Parque Guajará (Icoaraci), BELéM - PA - CEP: 66821-000RÉU: Nome: DINALEIA MOURA LIMAEndereço: Avenida Gentil Bittencourt, 3059, - de 2614/2615 ao fim, São Brás, BELéM - PA - CEP: 66073-220Nome: RONALDO SOARES DE LIMAEndereço: Avenida Gentil Bittencourt, 3059, - de 2614/2615 ao fim, São Brás, BELéM - PA - CEP: 66073-220 Primeiramente defiro os benefícios da Justiça Gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC.Assim sendo:Citem-se os réus na forma pleiteada na inicial, para apresentarem contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Se não contestarem, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).Ademais, informem as partes desde já se possuem interesse na conciliação no prazo de 05 (cinco) dias, independente da apresentação da contestação por parte do réu. A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Cite-se. Intime-se, expedindo o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0851160-10.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: PATRIA AGENCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: LIVIO SANTOS DA FONSECAOAB: 8701 Participação: REQUERIDO Nome: ARITANA AMAZON TUR LTDA - MEPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0851160-10.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: PATRIA AGENCIA DE VIAGEM E TURISMO LTDA - MEEndereço: Rua dos Aimorés, 1816, Loja 01-A, Lourdes, BELO HORIZONTE - MG - CEP: 30140-072RÉU: Nome: ARITANA AMAZON TUR LTDA - MEEndereço: Rua dos Mundurucus, 1529, Sala 02 (edifício Aziza), Jurunas, BELéM - PA - CEP: 66035-360 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0849286-87.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO PEREIRA DE LIMAOAB: 10219/PA Participação: ADVOGADO Nome: DRIELLE CASTRO PEREIRAOAB: 016354/PA Participação: RÉU Nome: JOSIAS SANTOS DA COSTAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0849286-87.2018.8.14.0301Classe: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)AUTOR: Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.Endereço: Banco Bradesco S.A., Cidade de Deus, Prédio Prata 4 andar, Vila Yara, OSASCO - SP - CEP: 06029-900RÉU: Nome: JOSIAS SANTOS DA COSTAEndereço: Rodovia Mário Covas, 29, PSG St Paz, Coqueiro, BELéM - PA - CEP: 66670-000 R.h.O lapso temporal para sanear a diligência requisitada encontra-se alastrado. Sendo assim:Manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias se possui interesse na causa, sob pena de extinção e

arquivamento dos autos.Ressalte-se que a mera manifestação de que ainda possui interesse, sem que aponte claramente qual o interesse, por meio de provocação do Juízo para a deliberação pretendida, será considerado falta de interesse.Decorrido o prazo sem manifestação, retorne os autos conclusos para julgamento. Intimar e cumprir. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0830725-78.2019.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: BANCO BRADESCO S/A Participação: ADVOGADO Nome: ACACIO FERNANDES ROBOREDOOAB: 13904/PA Participação: EXECUTADO Nome: ROMA CONSTRUTORA LTDA. Participação: EXECUTADO Nome: ROMULO MAIORANA JUNIORPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0830725-78.2019.8.14.0301Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)AUTOR: Nome: BANCO BRADESCO S/AEndereço: Banco Bradesco S.A., S/N, núcleo Cidade de Deus, Vila Yara, OSASCO - SP - CEP: 06029-900RÉU: Nome: ROMA CONSTRUTORA LTDA.Endereço: Travessa Alferes Costa, 2936, conjunto 04, Pedreira, BELéM - PA - CEP: 66083-107Nome: ROMULO MAIORANA JUNIOREndereço: Travessa Alferes Costa, 2936, conjunto 04, Pedreira, BELéM - PA - CEP: 66083-107 Vistos.Cite-se a parte executada para que efetue, no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, o pagamento da quantia apresentada na inicial e planilha acostada aos autos, conforme art. 829 do CPC.Para a hipótese de não pagamento no referido prazo, nos termos do art. 829, §1º, do CPC, caberá ao oficial de justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, com intimação da parte executada, a qual será feita na pessoa de seu advogado ou à sociedade de advogados (art. 841, §1º, CPC).A executada poderá opor-se à execução por meio de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914, CPC), no prazo de 15 (quinze) dias, ciente de que este será contado, conforme o caso, na forma do art. 231 do CPC(art. 915, CPC).Cientifique-se a executada de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).Fixo os honorários advocatícios em 10 % (dez por cento) sobre o valor do débito. No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. E, caso o endereço do executado pertença à outra comarca, expeça-se precatória.Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0830909-34.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: R. J. B. Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO BARBOSA BASTOS REZENDEOAB: 21442/PA Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTO TAMER XERFAN JUNIOROAB: 9117 Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO ARAUJO PINHEIRO MENDESOAB: 21029/PA Participação: RÉU Nome: A. B. E. I. L. Participação: RÉU Nome: M. 2. S. E. I. S.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0830909-34.2019.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: RICARDO JACCOUD BITAREndereço: Avenida Governador Magalhães Barata, 1027, apto 902, São Brás, BELéM - PA - CEP: 66060-281RÉU: Nome: ALPHAVILLE BELEM EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA.Endereço: Avenida das Nações Unidas, 8501, 9 andar, Pinheiros, SãO PAULO - SP - CEP: 05425-070Nome: MR 2 SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS S.A.Endereço: AV. BRIGADEIRO FARIA LIMA, 2927, 9 ANDAR, JARDIM PAULISTANO, SãO PAULO - SP - CEP: 01452-000 R. H.Entendo ser necessária a promoção da conciliação em face de pedido expresso por uma das partes emId.10900753, assim sendo,designo audiência de conciliação para o dia 08/08/2019, às 10h00.Ficam as partes cientes de que o comparecimento, acompanhadas de advogados, é obrigatório e que a ausência injustificada caracteriza ato atentatório à dignidade da justiça a ser sancionado com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, § 8º, CPC). As partes, no entanto, podem constituir

representantes por meio de procuração específica, como poderes para negociar e transigir (art. 334, § 10, CPC).Ademais, sabe-se que a audiência de conciliação só não será realizada se ambas as partes manifestarem desinteresse por meio de petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência (art. 334, §5º e §6º, do CPC). Desse modo, caso ambas as partes peticionem nesse sentindo venham os autos conclusos com esta devida observação antes da data marcada, para deliberação. Cumpra-se, expedindo o necessário. Belém, 27 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0824590-84.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: UNIAO NORTE BRASILEIRA DE EDUCACAO E CULTURA Participação: ADVOGADO Nome: CHRISTIANE HELENA LOPES CAMPIAO ROMMINGEROAB: 49598/DF Participação: REQUERIDO Nome: JOAO AUGUSTO PEREIRA NETOPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0824590-84.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: UNIAO NORTE BRASILEIRA DE EDUCACAO E CULTURAEndereço: Rua Jorge Tasso Neto, 318, Apipucos, RECIFE - PE - CEP: 52071-420RÉU: Nome: JOAO AUGUSTO PEREIRA NETOEndereço: desconhecido Vistos.Emende o autor a inicial a fim de que promova o pagamento das custas, ou acoste a devida comprovação, das despesas de ingresso, sob pena de cancelamento da distribuição nos termos do art. 290 do CPC.Decorrido o prazo sem o cumprimento da referida diligência, proceda a Secretaria o respectivo cancelamento e arquive-se o feito. Intimar e cumprir. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0802734-30.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHOOAB: 013339/PA Participação: REQUERIDO Nome: VANHA SILVA PARENTEPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0802734-30.2019.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARAEndereço: TV VIGARIO MOTA, 422, CENTRO, BRAGANçA - PA - CEP: 68600-000RÉU: Nome: VANHA SILVA PARENTEEndereço: TV VIGARIO MOTA, 422, CENTRO, BRAGANçA - PA - CEP: 68600-000 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0817942-25.2017.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: R & A LOCACAO DE VEICULOS LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: NATANIELLY FERREIRA PENELVA

PATRICIOOAB: 23148/PA Participação: REQUERIDO Nome: JUSTINA FARIAS NEGRAO Participação: REQUERIDO Nome: GREGORIO SERGIO PINTO DO NASCIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: RENATA DA COSTA SILVA DA SILVAOAB: 23453PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0817942-25.2017.8.14.0301Classe: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)AUTOR: Nome: R & A LOCACAO DE VEICULOS LTDA - MEEndereço: Estrada do Tapanã, 08, - até km 2,300, Tapanã (Icoaraci), BELéM - PA - CEP: 66833-075RÉU: Nome: JUSTINA FARIAS NEGRAOEndereço: Travessa Bernardino Gomes, 218, São Benedito, QUATIPURU - PA - CEP: 68709-000Nome: GREGORIO SERGIO PINTO DO NASCIMENTOEndereço: Passagem Rosa, 103, Travessa Guerra Passos, Guamá, BELéM - PA - CEP: 66073-470 Defiro os benefícios da Justiça Gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC à parte requerente GREGORIO SERGIO PINTO DO NASCIMENTO.Intime a autora para apresentar manifestação no prazo de 05 (cinco) dias acerca da proposta de acordo formulada em Id. 2642787.Intimar e cumprir. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0853294-10.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: ITAU UNIBANCO S.A. Participação: ADVOGADO Nome: GUSTAVO GERBASI GOMES DIASOAB: 25254/BA Participação: REQUERIDO Nome: ODIN COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - EPP Participação: REQUERIDO Nome: SUZANNE MARA COSTA SILVAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0853294-10.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: ITAU UNIBANCO S.A.Endereço: Centro Empresarial Itaú Conceição, 100, Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Parque Jabaquara, SãO PAULO - SP - CEP: 04344-902RÉU: Nome: ODIN COMERCIO DE PECAS E SERVICOS LTDA - EPPEndereço: Rua dos Mundurucus, 2990, Cremação, BELéM - PA - CEP: 66040-033Nome: SUZANNE MARA COSTA SILVAEndereço: Rua dos Mundurucus, 2990, Cremação, BELéM - PA - CEP: 66040-033 Vistos.Emende o autor a inicial a fim de que promova o pagamento das custas, ou acoste a devida comprovação, das despesas de ingresso, sob pena de cancelamento da distribuição nos termos do art. 290 do CPC.Decorrido o prazo sem o cumprimento da referida diligência, proceda a Secretaria o respectivo cancelamento e arquive-se o feito. Intimar e cumprir. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0819562-38.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA Participação: ADVOGADO Nome: MIRELLA PARADA NOGUEIRA SANTOSOAB: 4915/MA Participação: RÉU Nome: ALCIR LIRA PEREIRA DE OLIVEIRAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0819562-38.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIAEndereço: Avenida Visconde de Souza Franco, 72, Reduto, BELéM - PA - CEP: 66053-000RÉU: Nome: ALCIR LIRA PEREIRA DE OLIVEIRAEndereço: Passagem Dois de Maio, 21, Pedreira, BELéM - PA - CEP: 66085-130 Cite-se a ré na forma pleiteada na inicial, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Se não contestar, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).Informem as partes desde já se possuem interesse na conciliação no prazo de 05 (cinco) dias, independente da apresentação da contestação por parte do réu. A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Cite-se. Intime-se, expedindo o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0815018-07.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA Participação: ADVOGADO Nome: MIRELLA

PARADA NOGUEIRA SANTOSOAB: 4915/MA Participação: RÉU Nome: DIMMY FERREIRA DA SILVAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0815018-07.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIAEndereço: Avenida Visconde de Souza Franco, 72, Reduto, BELéM - PA - CEP: 66053-000RÉU: Nome: DIMMY FERREIRA DA SILVAEndereço: Avenida Nazaré, 444, Nazaré, BELéM - PA - CEP: 66035-135 Cite-se a ré na forma pleiteada na inicial, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Se não contestar, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).Informem as partes desde já se possuem interesse na conciliação no prazo de 05 (cinco) dias, independente da apresentação da contestação por parte do réu. A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Cite-se. Intime-se, expedindo o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0815515-21.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA Participação: ADVOGADO Nome: MIRELLA PARADA NOGUEIRA SANTOSOAB: 4915/MA Participação: RÉU Nome: RAMOM PINHEIRO FURTADO BELÉMPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0815515-21.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIAEndereço: Avenida Visconde de Souza Franco, 72, Reduto, BELéM - PA - CEP: 66053-000RÉU: Nome: RAMOM PINHEIRO FURTADO BELÉMEndereço: Avenida Brasil, 19, (Cj Marex), Val-de-Cães, BELéM - PA - CEP: 66617-300 Cite-se a ré na forma pleiteada na inicial, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Se não contestar, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).Informem as partes desde já se possuem interesse na conciliação no prazo de 05 (cinco) dias, independente da apresentação da contestação por parte do réu. A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Cite-se. Intime-se, expedindo o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0814733-14.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA Participação: ADVOGADO Nome: MIRELLA PARADA NOGUEIRA SANTOSOAB: 4915/MA Participação: RÉU Nome: CARLOS PRATA DE SOUZAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0814733-14.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIAEndereço: Avenida Visconde de Souza Franco, 72, Reduto, BELéM - PA - CEP: 66053-000RÉU: Nome: CARLOS PRATA DE SOUZAEndereço: Passagem Rio Branco I, 251, Guanabara, ANANINDEUA - PA - CEP: 67110-330 Cite-se a ré na forma pleiteada na inicial, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Se não contestar, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).Informem as partes desde já se possuem interesse na conciliação no prazo de 05 (cinco) dias, independente da apresentação da contestação por parte do réu. A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Cite-se. Intime-se, expedindo o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0878159-97.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Participação: ADVOGADO Nome: MARIELLA MOURA DE ASSIS NETOOAB: 013716/PA Participação: ADVOGADO Nome: JUCELIA VILHENA

PORTUGALOAB: 13580 Participação: ADVOGADO Nome: ADONAY JUNIOR CUNHA CARDOSOOAB: 23628/PA Participação: ADVOGADO Nome: WALLACI PANTOJA DE OLIVEIRAOAB: 4410 Participação: REQUERIDO Nome: VIACAO PRINCESA TRANSPORTE E TURISMO LTDAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0878159-97.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICOEndereço: Travessa Curuzu, 2212, - de 2008/2009 ao fim, Marco, BELéM - PA - CEP: 66085-823RÉU: Nome: VIACAO PRINCESA TRANSPORTE E TURISMO LTDAEndereço: Passagem Brasília, 145, Maracacuera (Icoaraci), BELéM - PA - CEP: 66815-190 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0801277-60.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. Participação: ADVOGADO Nome: JOSE AUGUSTO DE REZENDE JUNIOROAB: 1443 Participação: RÉU Nome: REGINALDO MIRANDA DOS SANTOSPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0801277-60.2019.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.Endereço: Banco Bradesco S.A., Rua Benedito Américo de Oliveira, s/n, Vila Yara, OSASCO - SP - CEP: 06029-900RÉU: Nome: REGINALDO MIRANDA DOS SANTOSEndereço: Passagem Brigadeiro Cecche, 9, Marambaia, BELéM - PA - CEP: 66615-026 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0817491-63.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BANCO BRADESCO CARTOES S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE NIETO MOYAOAB: 235738/SP Participação: RÉU Nome: A C DA GAMA COMERCIO LTDA - EPPPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0817491-63.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: BANCO BRADESCO CARTOES S.A.Endereço: Banco Bradesco S.A., Rua Benedito Américo de Oliveira, s/n, Vila Yara, OSASCO - SP - CEP: 06029-900RÉU: Nome: A C DA GAMA COMERCIO LTDA - EPPEndereço: Travessa Doutor Moraes, 121, Nazaré, BELéM - PA - CEP: 66035-080 Cite-se a ré na forma pleiteada na inicial, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Se não contestar, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).Informem as partes desde já se possuem interesse na conciliação no prazo de 05 (cinco) dias, independente da apresentação da contestação por parte do réu. A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Cite-se. Intime-se, expedindo o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0847642-12.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: SILVIO LEONARDO ALVES NORONHA Participação: ADVOGADO Nome: GISLAINE SALES DO NASCIMENTOOAB: 24799 Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL AIRES DA SILVA COSTAOAB: 25751/PA Participação: REQUERIDO Nome: BANCO DO ESTADO DO PARA S APODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0847642-12.2018.8.14.0301Classe: ALVARÁ JUDICIAL (1295)AUTOR: Nome: SILVIO LEONARDO ALVES NORONHAEndereço: Travessa Soares Carneiro, 457, Umarizal, BELéM - PA - CEP: 66050-520RÉU: Nome: BANCO DO ESTADO DO PARA S AEndereço: Avenida Senador Lemos, 1372, - de 1174/1175 a 2557/2558, Telégrafo Sem Fio, BELéM - PA - CEP: 66113-000 R.h.O lapso temporal para sanear a diligência requisitada encontra-se alastrado. Sendo assim:Manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias se possui interesse na causa, sob pena de extinção e arquivamento dos autos.Ressalte-se que a mera manifestação de que ainda possui interesse, sem que aponte claramente qual o interesse, por meio de provocação do Juízo para a deliberação pretendida, será considerado falta de interesse.Decorrido o prazo sem manifestação, retorne os autos conclusos para julgamento. Intimar e cumprir. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0864160-77.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHOOAB: 013339/PA Participação: ADVOGADO Nome: IGOR FONSECA DE MORAESOAB: 26113/PA Participação: REQUERIDO Nome: DEMETRIUS LIMAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0864160-77.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARAEndereço: Avenida Nazaré, 630, Nazaré, BELéM - PA - CEP: 66035-135RÉU: Nome: DEMETRIUS LIMAEndereço: Travessa Angustura, 3458, Marco, BELéM - PA - CEP: 66093-041 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer

que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0865328-17.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHOOAB: 013339/PA Participação: ADVOGADO Nome: IGOR FONSECA DE MORAESOAB: 26113/PA Participação: REQUERIDO Nome: JORDANA DE FIGUEIREDO SANTIAGOPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0865328-17.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARAEndereço: Avenida Nazaré, 630, Nazaré, BELéM - PA - CEP: 66035-135RÉU: Nome: JORDANA DE FIGUEIREDO SANTIAGOEndereço: Travessa Nove de Janeiro, 444, apartamento 1102, Fátima, BELéM - PA - CEP: 66060-080 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0878016-11.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL SGANZERLA DURANDOAB: 16637/PA Participação: REQUERIDO Nome: LUIZ CARLOS VIEIRA DE CARVALHO Participação: REQUERIDO Nome: NARCLEIDE SOCORRO COSTA DE CARVALHOPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0878016-11.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: BANCO DO BRASIL SAEndereço: Quadra SBS Quadra 4, s/n, Edifício Sede III, Asa Sul, BRASíLIA - DF - CEP: 70070-140RÉU: Nome: LUIZ CARLOS VIEIRA DE CARVALHOEndereço: desconhecidoNome: NARCLEIDE SOCORRO COSTA DE CARVALHOEndereço: Avenida Governador Magalhães Barata, 614, São Brás, BELéM - PA - CEP: 66060-281 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no

prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0872737-44.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ACACIO FERNANDES ROBOREDOOAB: 13904/PA Participação: ADVOGADO Nome: JONATHAN MIKE GONCALVESOAB: 410812/SP Participação: REQUERIDO Nome: DYEGO SOUSA BRAGAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0872737-44.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, 2235, Vila Nova Conceição, SãO PAULO - SP - CEP: 04543-011RÉU: Nome: DYEGO SOUSA BRAGAEndereço: Travessa Apinagés, 690, Condor, BELéM - PA - CEP: 66045-110 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0878584-27.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ACACIO FERNANDES ROBOREDOOAB: 13904/PA Participação: ADVOGADO Nome: JONATHAN MIKE GONCALVESOAB: 410812/SP Participação: REQUERIDO Nome: HUMBERTO BARRETO DOS SANTOS FILHOPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0878584-27.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, 2235, Vila Nova Conceição, SãO PAULO - SP - CEP: 04543-011RÉU: Nome: HUMBERTO BARRETO DOS SANTOS FILHOEndereço: Rua Bruno Becacici, 63, de Lourdes, VITóRIA - ES - CEP: 29042-790 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título

executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0824595-09.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: UNIAO NORTE BRASILEIRA DE EDUCACAO E CULTURA Participação: ADVOGADO Nome: CHRISTIANE HELENA LOPES CAMPIAO ROMMINGEROAB: 49598/DF Participação: REQUERIDO Nome: JOAO BATISTA RIOS MOREIRAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0824595-09.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: UNIAO NORTE BRASILEIRA DE EDUCACAO E CULTURAEndereço: Rua Jorge Tasso Neto, 318, Apipucos, RECIFE - PE - CEP: 52071-420RÉU: Nome: JOAO BATISTA RIOS MOREIRAEndereço: desconhecido Vistos.Emende o autor a inicial a fim de que promova o pagamento das custas, ou acoste a devida comprovação, das despesas de ingresso, sob pena de cancelamento da distribuição nos termos do art. 290 do CPC.Decorrido o prazo sem o cumprimento da referida diligência, proceda a Secretaria o respectivo cancelamento e arquive-se o feito. Intimar e cumprir. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0803633-28.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: SERVIO TULIO DE BARCELOSOAB: 21148/PA Participação: REQUERIDO Nome: HELTON DA SILVA BARBOSAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0803633-28.2019.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: BANCO DO BRASIL SAEndereço: Edifício Importadora, 248, Avenida Presidente Vargas 197, Campina, BELéM - PA - CEP: 66010-902RÉU: Nome: HELTON DA SILVA BARBOSAEndereço: Passagem Santa Catarina, 50/2, Sacramenta, BELéM - PA - CEP: 66083-530 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0863816-96.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: BANCO BRADESCO S/A Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS GONDIM NEVES BRAGAOAB: 014305/PA Participação: REQUERIDO Nome: EDILENE FERREIRA OLIVEIRAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0863816-96.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: BANCO BRADESCO S/AEndereço: Banco Bradesco S.A., Prata 4 andar, Rua Benedito Américo de Oliveira, s/n, Vila Yara, OSASCO - SP - CEP: 06029-900RÉU: Nome: EDILENE FERREIRA OLIVEIRAEndereço: Passagem Vinte e Quatro de Dezembro, 264, Terra Firme, BELéM - PA - CEP: 66077-720 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0846818-53.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Participação: ADVOGADO Nome: WALLACI PANTOJA DE OLIVEIRAOAB: 4410 Participação: ADVOGADO Nome: ADONAY JUNIOR CUNHA CARDOSOOAB: 23628/PA Participação: ADVOGADO Nome: JUCELIA VILHENA PORTUGALOAB: 13580 Participação: ADVOGADO Nome: MARIELLA MOURA DE ASSIS NETOOAB: 013716/PA Participação: REQUERIDO Nome: MM ALARMES EIRELI - MEPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0846818-53.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: UNIMED DE BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICOEndereço: Travessa Curuzu, 2212, - de 2008/2009 ao fim, Marco, BELéM - PA - CEP: 66085-823RÉU: Nome: MM ALARMES EIRELI - MEEndereço: Avenida Assis de Vasconcelos, 597, - de 449/450 ao fim, Campina, BELéM - PA - CEP: 66017-070 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0860843-71.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: TRAGSA BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS AGRARIOS LTDA Participação: ADVOGADO Nome: VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMAOAB: 9664/PA Participação: ADVOGADO Nome: ALDA NASCIMENTO COSTAOAB: 2781 Participação: ADVOGADO Nome: JENNIFER MICHELLE DOS SANTOS SOUZAOAB: 24350/PA Participação: EXECUTADO Nome: CARMONA CABRERA CONSTRUTORA DE OBRAS S.A Participação: EXECUTADO Nome: IKOPP CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA Participação: EXECUTADO Nome: CARMONA CABRERA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIALPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0860843-71.2018.8.14.0301Classe: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)AUTOR: Nome: TRAGSA BRASIL DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS AGRARIOS LTDAEndereço: Avenida Serzedelo Corrêa, 805, Ed. Urbe Office, Salas 1502, 1504 e 1506, Batista Campos, BELéM - PA - CEP: 66033-770RÉU: Nome: CARMONA CABRERA CONSTRUTORA DE OBRAS S.AEndereço: Rua Domingos Marreiros, 2031, Sala 205, Umarizal, BELéM - PA - CEP: 66060-160Nome: IKOPP CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDAEndereço: Rua Domingos Marreiros, 2031, Sala 202, Umarizal, BELéM - PA - CEP: 66060-160Nome: CARMONA CABRERA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - EM RECUPERACAO JUDICIALEndereço: Rua Domingos Marreiros, 2031, Sala 201, Umarizal, BELéM - PA - CEP: 66060-160 Vistos.Cite-se a parte executada para que efetue, no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, o pagamento da quantia apresentada na inicial e planilha acostada aos autos, conforme art. 829 do CPC.Para a hipótese de não pagamento no referido prazo, nos termos do art. 829, §1º, do CPC, caberá ao oficial de justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, com intimação da parte executada, a qual será feita na pessoa de seu advogado ou à sociedade de advogados (art. 841, §1º, CPC).A executada poderá opor-se à execução por meio de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914, CPC), no prazo de 15 (quinze) dias, ciente de que este será contado, conforme o caso, na forma do art. 231 do CPC(art. 915, CPC).Cientifique-se a executada de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).Fixo os honorários advocatícios em 10 % (dez por cento) sobre o valor do débito. No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. E, caso o endereço do executado pertença à outra comarca, expeça-se precatória.Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0849786-56.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: SISTEMA EDUCACIONAL ACROPOLE BELEM LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANO SANTOS DE OLIVEIRA GOESOAB: 11902/PA Participação: ADVOGADO Nome: MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHAOAB: 8676/PA Participação: REQUERIDO Nome: JHONNIELCY KOPEGYNSKIPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0849786-56.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: SISTEMA EDUCACIONAL ACROPOLE BELEM LTDA - EPPEndereço: Passagem Samuca Levy, 10, Souza, BELéM - PA - CEP: 66613-365RÉU: Nome: JHONNIELCY KOPEGYNSKIEndereço: Travessa Angustura, 1402, 1404, Pedreira, BELéM - PA - CEP: 66080-180 Vistos.Cite-se a parte executada para que efetue, no prazo de 03 (três) dias, contado da citação, o pagamento da quantia apresentada na inicial e planilha acostada aos autos, conforme art. 829 do CPC.Para a hipótese de não pagamento no referido prazo, nos termos do art. 829, §1º, do CPC, caberá ao oficial de justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, com intimação da parte executada, a qual será feita na pessoa de seu advogado ou à sociedade de advogados (art. 841, §1º, CPC).A executada poderá opor-se à execução por meio de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914, CPC), no prazo de 15 (quinze) dias, ciente de que este será contado, conforme o caso, na forma do art. 231 do CPC(art. 915, CPC).Cientifique-se a

executada de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da exequente e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).Fixo os honorários advocatícios em 10 % (dez por cento) sobre o valor do débito. No caso de integral pagamento no prazo de 3 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, § 1º, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. E, caso o endereço do executado pertença à outra comarca, expeça-se precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0805397-49.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTIL Participação: ADVOGADO Nome: CARLA SIQUEIRA BARBOSAOAB: 6686/PA Participação: REQUERIDO Nome: ESTACON ENGENHARIA SA Participação: REQUERIDO Nome: LUTFALA DE CASTRO BITARPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0805397-49.2019.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: BRADESCO LEASING S.A. - ARRENDAMENTO MERCANTILEndereço: Banco Bradesco S.A., Rua Benedito Américo de Oliveira, s/n, Vila Yara, OSASCO - SP - CEP: 06029-900RÉU: Nome: ESTACON ENGENHARIA SAEndereço: Rodovia Augusto Montenegro, 4400, Parque Verde, BELéM - PA - CEP: 66635-110Nome: LUTFALA DE CASTRO BITAREndereço: Rodovia Augusto Montenegro, 4400, Parque Verde, BELéM - PA - CEP: 66635-110 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0823845-70.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: SERVIO TULIO DE BARCELOSOAB: 21148/PA Participação: REQUERIDO Nome: JOSE FRANCISCO TRAVASSOS OLIVEIRAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0823845-70.2019.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: BANCO DO BRASIL SAEndereço: Avenida Pedro Miranda, 1012, Pedreira, BELéM - PA - CEP: 66085-022RÉU: Nome: JOSE FRANCISCO TRAVASSOS OLIVEIRAEndereço: Avenida Governador José Malcher, 1.403, ap 502, Edifício Thereza Nunes Nazaré, Nazaré, BELéM - PA - CEP: 66060-230 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte

requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandadonos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória.Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0833604-29.2017.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: PEDRO PINHEIRO DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: RAQUEL COUTO TERRAOAB: 018123/PA Participação: RÉU Nome: WALDER PATRICIO CARVALHO FLORENZANOPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0833604-29.2017.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: PEDRO PINHEIRO DA SILVAEndereço: Rua dos Mundurucus, 4999, Casa 10, Guamá, BELéM - PA - CEP: 66073-008RÉU: Nome: WALDER PATRICIO CARVALHO FLORENZANOEndereço: Travessa Dom Romualdo de Seixas, 1560, Ed.Connext, sala 1203, Umarizal, BELéM - PA - CEP: 66055-200 Primeiramente defiro os benefícios da Justiça Gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC.Cite-se a ré na forma pleiteada na inicial, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Se não contestar, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).Informem as partes desde já se possuem interesse na conciliação no prazo de 05 (cinco) dias, independente da apresentação da contestação por parte do réu. A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Cite-se. Intime-se, expedindo o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0832229-90.2017.8.14.0301 Participação: EMBARGANTE Nome: FERNANDO ALIPIO GONCALVES ROLLO Participação: ADVOGADO Nome: RUDA ROCHA DE SOUZAOAB: 694 Participação: EMBARGADO Nome: ANA MARIA SEGTOWICH GOMES CARDOSOPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0832229-90.2017.8.14.0301Classe: EMBARGOS À EXECUÇÃO (172)AUTOR: Nome: FERNANDO ALIPIO GONCALVES ROLLOEndereço: Travessa Curuzu, 2340, - de 2008/2009 ao fim, Marco, BELéM - PA - CEP: 66085-823RÉU: Nome: ANA MARIA SEGTOWICH GOMES CARDOSOEndereço: Rua dos Pariquis, 3023, - de 2776/2777 a 3044/3045, Cremação, BELéM - PA - CEP: 66040-045 Vistos.Inicialmente, ante a declaração de hipossuficiência firmada pela parte autora e por não haver nos autos, até então, elementos que a contrarie, CONCEDO-LHE OS BENEFÍCIOS DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA, conforme artigo 98 e seguintes do CPC, e, desde já, a ADVIRTO da penalidade prevista no parágrafo único do artigo 100 do referido diploma lega.Assim sendo:1. Recebo os embargos, devendo os autos correrem apensados aos de n° 001707213.2017.814.0301.2. Recebo os presentes embargos sem efeito suspensivo.3. Abra-se vista destes autos à parte Embargada para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do disposto no artigo 920, I, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0875532-23.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: ITAU UNIBANCO

S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTOOAB: 24871-A/PA Participação: REQUERIDO Nome: FRANCISCO DE ASSIS AMORIMPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0875532-23.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: ITAU UNIBANCO S.A.Endereço: Centro Empresarial Itaú Conceição, 100, Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha/TORRE OLAVO S, Parque Jabaquara, SãO PAULO - SP - CEP: 04344-902RÉU: Nome: FRANCISCO DE ASSIS AMORIMEndereço: Travessa Mauriti, 481, RuaTV CIDADE NOVA, 6, WE 82/CS/BAirroANANINDEUA, Pedreira, BELéM - PA - CEP: 66080-650 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0878572-13.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ACACIO FERNANDES ROBOREDOOAB: 13904/PA Participação: ADVOGADO Nome: JONATHAN MIKE GONCALVESOAB: 410812/SP Participação: REQUERIDO Nome: DIEGO PALHETA BATISTAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0878572-13.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.Endereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 2041, 2235, Vila Nova Conceição, SãO PAULO - SP - CEP: 04543-011RÉU: Nome: DIEGO PALHETA BATISTAEndereço: Rua Quinze de Agosto, 1295, Ponta Grossa (Icoaraci), BELéM - PA - CEP: 66812-480 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0800259-04.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: FONTANELLA

TRANSPORTES LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ANA CARLA DE PINHO MONTEIROOAB: 16945/PE Participação: REQUERIDO Nome: CONSTRUTORA PROSPECTO LTDA - EPPPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0800259-04.2019.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: FONTANELLA TRANSPORTES LTDAEndereço: Rua Orleans, 148, Centro, LAURO MüLLER - SC - CEP: 88880-000RÉU: Nome: CONSTRUTORA PROSPECTO LTDA - EPPEndereço: Rodovia do Tapanã, s/n, Lote 1, Tapanã (Icoaraci), BELéM - PA - CEP: 66825-522 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0824508-53.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: UNIAO NORTE BRASILEIRA DE EDUCACAO E CULTURA Participação: ADVOGADO Nome: CHRISTIANE HELENA LOPES CAMPIAO ROMMINGEROAB: 49598/DF Participação: REQUERIDO Nome: ALTAMIRA VERGOLINO PINHEIROPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0824508-53.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: UNIAO NORTE BRASILEIRA DE EDUCACAO E CULTURAEndereço: Rua Jorge Tasso Neto, 318, Apipucos, RECIFE - PE - CEP: 52071-420RÉU: Nome: ALTAMIRA VERGOLINO PINHEIROEndereço: desconhecido Vistos.Emende o autor a inicial a fim de que promova o pagamento das custas, ou acoste a devida comprovação, das despesas de ingresso, sob pena de cancelamento da distribuição nos termos do art. 290 do CPC.Decorrido o prazo sem o cumprimento da referida diligência, proceda a Secretaria o respectivo cancelamento e arquive-se o feito. Intimar e cumprir. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0800643-64.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: ATIVA DISTRIBUICAO, COMERCIO, SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E IMPRESSAO LTDA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL JUNIOR MENDES BONANIOAB: 326538/SP Participação: REQUERIDO Nome: TC COMERCIO DE SERVICOS E TECNOLOGIA EIRELI - EPPPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0800643-64.2019.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: ATIVA DISTRIBUICAO, COMERCIO, SERVICOS, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE EQUIPAMENTOS, SUPRIMENTOS DE INFORMATICA E IMPRESSAO LTDAEndereço: Rodovia BR-101 Norte, 7270, sala 16 Área 1 km 264.57, Taquara II, SERRA - ES - CEP: 29167-635RÉU: Nome: TC COMERCIO DE SERVICOS E TECNOLOGIA EIRELI - EPPEndereço: Travessa Angustura, 2813, Marco, BELéM - PA - CEP: 66093-040 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem

como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0800842-86.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL SGANZERLA DURANDOAB: 16637/PA Participação: RÉU Nome: ESPÓLIO DE JOSE DE SOUZA TEIXEIRA Participação: RÉU Nome: DIANE LOPES TEIXEIRAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0800842-86.2019.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: BANCO DO BRASIL SAEndereço: Quadra SBS Quadra 4, s/n, Edifício Sede III, Asa Sul, BRASíLIA - DF - CEP: 70070-140RÉU: Nome: ESPÓLIO DE JOSE DE SOUZA TEIXEIRAEndereço: desconhecidoNome: DIANE LOPES TEIXEIRAEndereço: Avenida Conselheiro Furtado, 988, Batista Campos, BELéM - PA - CEP: 66025-160 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 17 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0873210-30.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: GALVONOPLASTIA POCKEL & PRADO LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: LUANNA ISMAEL PIRILLOOAB: 267691/SP Participação: REQUERIDO Nome: HELENA LUCIA MACEDO BEZERRAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0873210-30.2018.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: GALVONOPLASTIA POCKEL & PRADO LTDA - MEEndereço: Avenida Mirassolândia, 1590, sala 06, Conjunto Habitacional Costa do Sol, SãO JOSé DO RIO PRETO - SP - CEP: 15045-000RÉU: Nome: HELENA LUCIA MACEDO BEZERRAEndereço: Vila dos Cabanos (Barcarena)/PA - Povoado, 485, Vila dos Cabanos, BARCARENA - PA - CEP: 68447-000 Vistos. Defiro a concessão da Justiça Gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido

cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0868112-64.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: HENRIQUE MIGUEL DE SOUZA MONTEIRO Participação: ADVOGADO Nome: MARIA ELIZABETE DA SILVA NASCIMENTOOAB: 23476/PA Participação: RÉU Nome: GILMAR GONCALVES DE BRITOPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0868112-64.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: HENRIQUE MIGUEL DE SOUZA MONTEIROEndereço: Rodovia do Mário Covas, Coqueiro, ANANINDEUA - PA - CEP: 67115-000RÉU: Nome: GILMAR GONCALVES DE BRITOEndereço: desconhecido Vistos. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0820129-06.2017.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: RADIO E TELEVISAO MARAJOARA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO LEONARDO FREITAS DA SILVAOAB: 299379/SP Participação: ADVOGADO Nome: MONIQUE DE PAULA AMORIMOAB: 288030/SP Participação: REQUERIDO Nome: SANCAR COMERCIAL LTDA - MEPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0820129-06.2017.8.14.0301Classe: MONITÓRIA (40)AUTOR: Nome: RADIO E TELEVISAO MARAJOARA LTDAEndereço: Rua dos Tamoios, 1448, - até 548/549, Jurunas, BELéM - PA - CEP: 66025-540RÉU: Nome: SANCAR COMERCIAL LTDA - MEEndereço: Travessa Padre Eutíquio, 1078, - de 674/675 a 1252/1253, Batista Campos, BELéM - PA - CEP: 66023-710 Vistos. A presente ação foi devidamente proposta com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 700 do CPC.Desse modo, defiro a expedição de

mandado de citação e concedo ao réu o prazo de 15 (quinze) dias para o devido cumprimento da obrigação, nos termos pedidos na inicial, bem como para o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa nos termos do art. 701 do CPC, anotando-se nesse mandado que, caso a parte requerida cumpra, ficará isenta de custas processuais (art. 701, § 1º, CPC).Informe-se que no mesmo prazo, o réu poderá opor Embargos nos próprios autos e que caso não haja o oferecimento destes ou, ainda, o não cumprimento da obrigação acima referida, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial (art. 701, § 2º, CPC).Ademais, cientifique-se a parte ré de que, no prazo para embargos, reconhecendo o crédito da parte autora e comprovando o depósito em juízo de 30% (trinta por cento) do valor da obrigação, acrescido de custas e de honorários advocatícios, poderá requerer que lhe seja permitido pagar o saldo remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária (INPC) e de juros de 1% (um por cento) ao mês (art. 701, § 5º c/c art. 916, CPC).A cópia deste despacho servirá como mandadonos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Caso o endereço pertença a outra Comarca, expeça-se carta precatória.Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Belém, 18 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0832926-43.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: FELIPE VERISSIMO ALVES Participação: ADVOGADO Nome: SUAMMY MONTEIRO CARNEIROOAB: 22794/PA Participação: ADVOGADO Nome: DANYEL HOUAT NERY DE SOUZAOAB: 21050/PA Participação: INVENTARIADO Nome: NAIANA CARLA BARBOZA DE SOUZA MAINIERI ALVESPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0832926-43.2019.8.14.0301Classe: INVENTÁRIO (39)AUTOR: Nome: FELIPE VERISSIMO ALVESEndereço: Rua Municipalidade, 1726, Condomínio Acqua Marine, apto 703, Umarizal, BELéM - PA - CEP: 66050-350RÉU: Nome: NAIANA CARLA BARBOZA DE SOUZA MAINIERI ALVESEndereço: Rua Municipalidade, Umarizal, BELéM - PA - CEP: 66050-350 R.hNomeio como inventariante FELIPE VERISSIMO ALVES, que deverá subscrever o termo de compromisso no prazo de 5 (cinco) dias (art. 617, §único, CPC) e as primeiras declarações em 20 dias, contados da assinatura do termo, com observância estrita das determinações contidas no art. 620 do Código de Processo Civil.Deve o inventariante realizar a habilitação dos demais herdeiros para prestarem suas declarações.A seguir, citem-se para os termos do inventário as pessoas, físicas e/ou jurídicas elencadas no art. 626 do Código de Processo Civil, com a ressalva de que o Ministério Público só intervirá se houver herdeiro incapaz ou ausente.Havendo impugnação, retornem os autos conclusos. Não havendo, providencie a inventariante as certidões negativas de débito para com a Receita Federal, Fazenda Nacional, Secretaria de Estado de Fazenda e Secretaria Municipal de Finanças em relação ao falecido bem como certidão de casamento dos herdeiros. Apresente, ainda, declaração de bens, com comprovantes respectivos, tais como escrituras e certidões do Registro Imobiliário.Firmado o compromisso, apresentada as primeiras declarações e cumpridas as citações devidas, retornem os autos conclusos para apreciar os demais pedidos.Ainda,quanto as custas processuais, estão são devidas pelo espólio e não pelos herdeiros, e considerando que o espólio, nesta fase ainda está sem liquidez, as custas processuais devem, portanto, ficarem suspensas até apresentação formal de partilha, momento em que o inventariante deverá tomar as providências para quitação de toda as custas.Intimar e cumprir. Expeça-se o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0827239-22.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: ELEVADORES OTIS LTDA Participação: ADVOGADO Nome: TIAGO LUIZ RODRIGUES NEVESOAB: 10042/MA Participação: RÉU Nome: SUPERMERCADO AMAZONIA LTDAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0827239-22.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: ELEVADORES OTIS LTDAEndereço: Rua Elisha Otis, Cooperativa, SãO BERNARDO DO CAMPO - SP - CEP: 09852-075RÉU: Nome: SUPERMERCADO AMAZONIA LTDAEndereço: Alameda Vovó Hostina, 2860, PARQUE MARCO, Bengui, BELéM - PA - CEP: 66630-505 Cite-se a ré na forma pleiteada na inicial,

para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Se não contestar, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).Informem as partes desde já se possuem interesse na conciliação no prazo de 05 (cinco) dias, independente da apresentação da contestação por parte do réu. A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Cite-se. Intime-se, expedindo o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0826811-40.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: ALESSANDRO LUIZ DA SILVA SAMPAIO Participação: ADVOGADO Nome: EZENILDA BENJO DE FREITASOAB: 8414PA Participação: RÉU Nome: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0826811-40.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: ALESSANDRO LUIZ DA SILVA SAMPAIOEndereço: Travessa Francisco Caldeira Castelo Branco, 48, - até 953/954, Fátima, BELéM - PA - CEP: 66060-220RÉU: Nome: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A.Endereço: Rua Amador Bueno, 474, Bloco C, 1 Andar, Santo Amaro, SãO PAULO - SP - CEP: 04752-005 Citem-se os réus na forma pleiteada na inicial, para apresentarem contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Se não contestarem, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).Ademais, informe a parte ré desde já se possui interesse na conciliação no prazo de 05 (cinco) dias, independente da apresentação da contestação, uma vez que o autor mostrou interesse neste sentido. A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Cite-se. Intime-se, expedindo o necessário. Belém, 24 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0818523-06.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: PARA 2000 Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO NOBREOAB: 009316/PA Participação: RÉU Nome: PARA SEGURANCA LTDAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0818523-06.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: PARA 2000Endereço: Boulevard Castilhos França, - de 348/349 a 1052/1053, Campina, BELéM - PA - CEP: 66010-020RÉU: Nome: PARA SEGURANCA LTDAEndereço: Rua Triunvirato, 571, - de 107/108 a 367/368, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66020-635 Vistos.Tratam-se dos autos da AÇÃO DE EMBARGOS À EXECUÇÃO E PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO movida por PARÁ 2000 em face de PARÁ SEGURANÇA LTDA.Assim sendo:1. Recebo os embargos, devendo os autos correrem apensados aos de n° 0332282-65.2016.814.0301.2. Recebo os presentes embargos sem efeito suspensivo.3. Abra-se vista destes autos à parte Embargada para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do disposto no artigo 920, I, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0815492-75.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA Participação: ADVOGADO Nome: MIRELLA PARADA NOGUEIRA SANTOSOAB: 4915/MA Participação: RÉU Nome: IAN CARLOS GOMES DE LIMAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0815492-75.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIAEndereço: Avenida Visconde de Souza Franco, 72, Reduto, BELéM - PA - CEP: 66053-000RÉU: Nome: IAN CARLOS GOMES DE LIMAEndereço: Passagem União, 204, Marco, BELéM - PA - CEP: 66095-670 Cite-se a ré na forma pleiteada na inicial, para apresentar contestação no prazo de

15 (quinze) dias. Se não contestar, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).Informem as partes desde já se possuem interesse na conciliação no prazo de 05 (cinco) dias, independente da apresentação da contestação por parte do réu. A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Cite-se. Intime-se, expedindo o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0828902-06.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BANCO DA AMAZONIA SA [BASA DIRECAO GERAL] Participação: ADVOGADO Nome: ELAINE AYRES BARROSOAB: 02TO Participação: RÉU Nome: S.A. AGRO PASTORIL GRUPIA EM LIQUIDACAOPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0828902-06.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: Nome: BANCO DA AMAZONIA SA [BASA DIRECAO GERAL]Endereço: Banco da Amazônia, 800, Avenida Presidente Vargas 800, Campina, BELéM - PA - CEP: 66017-901RÉU: Nome: S.A. AGRO PASTORIL GRUPIA EM LIQUIDACAOEndereço: Travessa São Pedro, 566, - até 349/350, Campina, BELéM - PA - CEP: 66023-570 Cite-se a ré na forma pleiteada na inicial, para apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Se não contestar, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC). A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Cite-se. Intime-se, expedindo o necessário. Belém, 19 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

Número do processo: 0826874-65.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: TARCISIO AUGUSTO GONCALVES NERY Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE ARAUJO FERREIRAOAB: 7847PA Participação: RÉU Nome: ORION INCORPORADORA LTDAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DA CAPITALGABINETE DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo: 0826874-65.2018.8.14.0301Classe: PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22)AUTOR: Nome: TARCISIO AUGUSTO GONCALVES NERYEndereço: Avenida Conselheiro Furtado, 2721, Apto. 902, Cremação, BELéM - PA - CEP: 66063-060RÉU: Nome: ORION INCORPORADORA LTDAEndereço: Rua João Balbi, 167, - até 814/815, Nazaré, BELéM - PA - CEP: 66055-280 Primeiramente defiro os benefícios da Justiça Gratuita nos termos do art. 98 e seguintes do CPC.Assim sendo:Citem-se os réus na forma pleiteada na inicial, para apresentarem contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Se não contestarem, presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora (art. 344, CPC).Ademais, informem as partes desde já se possuem interesse na conciliação no prazo de 05 (cinco) dias, independente da apresentação da contestação por parte do réu. A cópia deste despacho servirá como mandado nos termos do art. 1º, do Provimento 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009. Cite-se. Intime-se, expedindo o necessário. Belém, 24 de junho de 2019 MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCOJuiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital Praça Felipe Patroni, S/N, FÓRUM CÍVEL - 2º ANDAR, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66015-260

RESENHA: 01/07/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA DA 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - VARA: 8ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM

PROCESSO: 00048715720158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Alvará Judicial em: 01/07/2019---AUTOR:BENEDITA GOES PATRICIO AUTOR:SAULO DE TARSO GOES PATRICIO AUTOR:GERALDO PATRÍCIO DA SILVA NETO AUTOR:EMANUELA GOES PATRICIO Representante(s): OAB 19605 - KARITA KAROLINE GOMES NUNES DE AGUIAR (ADVOGADO) OAB

19690 - ROMULO PALHA ROSSAS NOVAES (ADVOGADO) . Vistos. Ante a inexistência de valores a serem levantados em nome do falecido, verifica-se a perda de interesse da parte no feito. Diante disso, JULGO EXTINTO estes autos, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Sem custas processuais. Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial mediante termo nos autos. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, procedendo às anotações e baixas devidas. P.R.I.C. Belém, 27 de junho de 2019. Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 00105004220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610350396 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 01/07/2019---EXECUTADO:ALESSANDRA GODINHO PEREIRA EXECUTADO:POLIANA MARIA MARQUES PIRES BORGES Representante(s): REGINA HELENA BATISTA PEREIRA (ADVOGADO) EXEQUENTE:JOSE GODINHO PEREIRA Representante(s): OAB 977 - ROSOMIRO CLODOALDO ARRAIS BTDE CASTRO (ADVOGADO) OAB 15234 - SIMONE HATHERLY ARRAIS DE CASTRO FERREIRA (ADVOGADO) . Embargos de declaração de sentença proferida por este Juízo às fls. 186 que extinguiu o feito, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, II e/ou III do CPC. O Embargante alega, em síntese, que manifestou seu interesse no prosseguimento do feito, requerendo prazo de 5 (cinco) dias para o recolhimento das custas referentes à diligencia do Oficial de Justiça, requeridas pelo Juízo Deprecado. O embargado não apresentou manifestação conforme certificado às fls. 192. Autos conclusos. É o relatório. DECIDO. Nos termos do art. 1.022 do CPC, são cabíveis embargos de declaração somente para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento ou ainda, para corrigir erro material. Sendo assim, em relação aos presentes embargos, tenho que são procedentes as razões do embargante tendo em vista seu requerimento de dilação do prazo para cumprimento. Ante o exposto, conheço dos embargos de declaração e acolho-o para deferir o prazo de 30 (trinta) dias para que o Autor proceda com o recolhimento das custas necessárias ao cumprimento da Carta Precatória, sob pena de extinção do processo por desinteresse, nos termos do art. 485, III do CPC. Belém, 26 de junho de 2019. Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 00110995320128140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---AUTOR:MESON EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA Representante(s): OAB 3740 - IVAN MORAES FURTADO (ADVOGADO) REU:CRED NEW RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E SERVIÇOS LTDA. Vistos etc. Trata-se de Ação de Cobrança proposta por MÉSON EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA em face de CRED NEW RECUPERAÇÃO DE ATIVOS E SERVIÇOS LTDA. Alega que celebrou com a parte ré contrato para locação de 120 (cento e vinte) aparelhos eletrônicos rastreadores para monitoramento de veículo automotor à distância com sinal codificado por meio de telefone celular bem como a manutenção do sistema e dos equipamentos. No entanto, desde setembro de 2011 a requerida deixou de pagar as faturas. Argumenta que, diante da situação de inadimplência, adotou a conduta de contatar a parte ré a fim de pudessem liquidar o débito total de R$ 87.363,13 (oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e três reais e treze centavos) de maneira consensual sem a necessidade de intervenção judicial. Ocorre que, mantida a situação de inadimplemento contratual, em que pese os esforços da demandante, não restou outra alternativa senão submeter a lide ao crivo do Poder Judiciário. Desse modo, diante da inadimplência e mora da parte ré, o autor juntou documentos e requereu a procedência da presente ação com a consequente condenação da parte requerida ao pagamento dos valores respectivos ao descumprimento do contrato. Citado a parte ré, não contestou os termos da inicial (certidão - fls. 57). Autos conclusos. É o relatório. Decido. Observa-se que a parte ré apesar de devidamente citada não apresentou contestação nos termos da certidão de fl. 57. Assim, faz nascer à presunção de veracidade dos fatos alegados pela autora, nos termos 344 do CPC. Por consequência, o feito comporta julgamento antecipado nos termos do art. 355, II, do CPC. Com efeito, há nos autos documentos que corroboram o alegado pela parte autora, em especial o contrato da locação dos equipamentos às fls. 26/31 bem como as notas fiscais de fls. 33/49. Cumpre destacar que a parte ré não se manifestou sobre nenhum dos fundamentos sustentados pelo autor, mesmo sendo devidamente citada conforme certificado às fls. 57 dos autos. Assim, como os documentos juntados aos autos corroboram o alegado pela

parte autora, a procedência do pedido é medida que se impõe. Ante o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido com resolução de mérito na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil para declarar a existência do débito da parte ré em favor da parte autora e, por consequência, condeno a parte requerida ao pagamento do valor de R$ 87.363,13 (oitenta e sete mil, trezentos e sessenta e três reais e treze centavos). Por fim, condeno a parte ré ao pagamento de custas, despesas processuais e honorário advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa. Quitadas as custas e certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.C. Belém, 25 de junho de 2019. Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 00120126920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710370799 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---REPRESENTANTE:MARIA IVETE SALLES MAIA Representante(s): PAULO ANDRE VIEIRA SERRA (ADVOGADO) AUTOR:AGENOR SILVEIRA MAIA Representante(s): CARLOS JOSE DE AMORIM PINTO (ADVOGADO) REU:BANCO BRASILEIRO DE DESCONTO S.A. - BRADESCO Representante(s): OAB 15733-A - JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (ADVOGADO) OAB 15674-A - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (ADVOGADO) . Vistos. Ante o pleito de fls.retro HOMOLOGO o acordo de vontades, firmado em conciliação realizada no CEJUSC, juntado aos autos para que produza seus efeitos. Cumpre ressaltar que o acordo possui caráter satisfativo e promove a resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, b, do Código de Processo Civil. Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial mediante termo nos autos, bem como o levantamento dos valores depositados pelo réu, em conta judicial. Custas processuais e honorários advocatícios na forma da transação. Espeça-se o necessário para cumprimento do acordo. Cumprida os termos do acordo, após informação das partes, arquivem-se os autos. Belém, 28 de junho de 2019 Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

PROCESSO: 00131916720138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---AUTOR:MARIA DE FATIMA RODRIGUES BENTES MIRANDA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA BANCO FINASA BMC SA Representante(s): OAB 9117-A - FLAVIO GERALDO FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) . Vistos. Trata-se de uma Ação Revisional de Contrato Bancário c/com repetição de indébito e pedido de liminar de antecipação de tutela As partes firmaram contrato de financiamento tipo alienação fiduciária, ou seja, empréstimo com veículo dado em garantia. A parte autora em sua inicial, vem alegando inúmeras irregularidades no contrato, de modo que o mesmo deve ser revisado. Este caso não é singular, pelo contrário, há muitos que tramitam neste juízo, que com pequenas singularidades, possuem pedidos específicos, mas que na essência são as mesmas questões a serem enfrentadas como capitalização de juros, comissão de permanência, aplicação da sumula 121 do STF, condenação em devolução do valor pago indevidamente em dobro. Devidamente citada a parte ré contestou os termos da inicial. As partes, garantidos a ampla defesa e o contraditório, manifestaram-se nos autos. A audiência de conciliação restou infrutífera. As partes não querem produção de provas e como as questões envolvem fundamentalmente questões contratuais os autos vieram conclusos para sentença. Muito embora haja uma determinação do diploma processual, com caráter organizacional, para julgamento de processos em ordem cronológica por conclusão, cumpre salientar que este processo se enquadra no que dispõe o art. 12, §2º, II do CPC, ou seja, o juízo já possui entendimento firmando e o mérito se repete em vários outros, mais precisamente em dezenas. Assim, passo a análise das questões de mérito. É o relatório. Decido. Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de financiamento de veículo com a ré, tipo CDC. Contrato no qual o veículo, objeto da compra, fica como garantia do empréstimo cedido pela credora fiduciária. A relação que se estabeleceu entre as partes é uma relação consumerista, sendo o autor o consumidor e o réu o fornecedor. O que se configura pela relação financeira existente entre as partes. O contrato do qual se pretende a revisão é de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciação mais apurada, para que não desnature o contrato, ou seja, não se deve revisar cláusulas contratuais a partir do pressuposto absoluto de que houve vício ou ato que leve o consumidor a ser surpreendido com qualquer condição não avençada previamente, mas restringe-se apenas revisão de condições que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei.

Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercício hermenêutico sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesão.

Tal contrato é a expressão contemporânea do modo de produção e comércio massificado. Modo este que reflete diretamente na construção dos instrumentos contratuais, como a elaboração de cláusula estipuladas unilateralmente, superando o exercício dialético, em uma participação direta dos sujeitos envolvidos, na construção do texto contratual. O pressuposto fundamental do contrato é indubitavelmente o exercício da vontade e esta não está ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restrição na participação direta na elaboração das cláusulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessão do crédito para financiamento, no caso, de veículos. A vontade se manifesta no ato de aderir ou não às condições previamente apresentadas pela instituição concessiva do crédito financeiro. O objeto do contrato é o dinheiro investido na aquisição do respectivo veículo, o qual é dado em segurança, em caso de inadimplemento. Nestes termos manifesta-se a legislação: CPC. Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de Adesão Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo. § 1° A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato. § 2° Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2° do artigo anterior. § 3o Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. (Redação dada pela nº 11.785, de 2008) § 4° As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão. CC Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato. Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé. Art. 423. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio. Art. 425. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código. Art. 426. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva. Pela natureza do contrato de adesão, vê-se que as possibilidades de revisão das cláusulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fé, tendo em vista o que dispõe o CDC. Em acréscimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tão importante quanto a estrutura do contrato é o ato volitivo das partes, que fazem a opção com conhecimento prévio dos termos estabelecidos, sendo que estes só podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fé, e isso, entendo, como engano deliberado, simulação ou mesmo fraude, que de modo inevitável limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, está viciada. Não é desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcançam com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de caráter, porque não afirmar, metafísico, digo com isso: o dinheiro, o crédito não possui corpo, porém, influência de forma substancial nas vidas das pessoas. Qualquer homem de consciência mediana sabe que o lucro é o objetivo das empresas, porém, o lucro não pode ser ofensivo à moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituições estatais, forjadas no liberalismo, uma função precípua de não permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que não possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesão, com suas condições, estão de acordo com as previsões legais e solidificado pelo entendimento do STJ. Pelo que se verifica no contrato, as cláusulas foram previamente apresentadas e as condições estipuladas pela ré para a concessão do crédito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestação volitiva. Quanto aos princípios da boa fé e da função social do contrato, de modo algum, tais princípios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposição da hipossuficiência, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de cláusulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Com isso quero dizer que não se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciário de cumprir com as prestações

contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. A boa-fé é conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressão da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesão, se resume no contratar ou não, como já dito. Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em análise, a parte autora já sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos até o final do contrato. Salvo melhor juízo, não há nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificação das cláusulas ou condições contratuais. Assim, a opção que restou à parte autora foi contratar ou não contratar, e mesmo sabendo das condições que pretende revisar por meio de ação judicial, decidiu por um ato voluntário comprometer-se com as cláusulas contratuais. Confira-se a jurisprudência: APELAÇÃO EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÇÕES: MÉRITO: ALEGAÇÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÁUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÚMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÁTICA DECIDIDA À LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÇÃO? FRUIÇÃO DO BEM? JUROS ATINENTES À TAXA MÉDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÂNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Construída tal premissa, enfrento as questões que este juízo acompanha em entendimento os tribunais superiores. 1 - Juros de 12% a.a.

O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que as instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro podem praticar taxas de juros superiores a 12% (doze por cento) ao ano, senão vejamos: CIVIL E PROCESSUAL. CARTÃO DE CRÉDITO. DÍVIDA. AÇÃO REVISIONAL. JUROS. LIMITAÇÃO. COMISSÕES. I. As administradoras de cartão de crédito inserem-se entre as instituições financeiras regidas pela Lei n. 4.595/1964. II. Não se aplica a limitação de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de cartão de crédito. III. Ausência de prequestionamento impeditiva do exame do recurso especial em toda a pretensão deduzida pela parte. IV. Recurso especial não conhecido (REsp 471752/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 12/09/2006, DJ 13/08/2007, p. 373). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. Eventual abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). A comissão de permanência pode ser contratada para o período de inadimplência, não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros de mora e multa contratual (enunciados ns. 294 e 296 da Súmula do STJ e AgRg no REsp n. 712.801/RS, relatado pelo eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.05). Subsistentes os fundamentos do decisório agravado nega-se provimento ao agravo (AgRg no REsp 748570/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/08/2005, DJ 14/11/2005, p. 341). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. - A abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária do período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). - Subsistente o fundamento do decisório agravado, nego provimento ao agravo (AgRg no REsp 588781/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/03/2004, DJ 02/08/2004, p. 410). Assim, nossos tribunais superiores têm decidido que não se pode falar de abusividade na pactuação dos juros remuneratórios só pelo fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano. Ao contrário, a abusividade destes só pode ser declarada, caso a caso, à vista de taxa comprovadamente discrepe, de modo substancial, da média do mercado na praça do empréstimo. 2- Juros Compostos.

O entendimento do STJ autoriza a aplicação de juros compostos, não havendo irregularidade alguma nessa aplicação Aliás, também, é pacifico o entendimento jurisprudencial que é permitida a capitalização de juros pelas instituições bancárias, in verbis: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE E CONFISSÃO DE DÍVIDA. INTERESSE PROCESSUAL CARACTERIZADO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. REVISÃO DOS ENCARGOS. POSSIBILIDADE. CARÊNCIA DE AÇÃO: Caracteriza-se o interesse processual quando a parte tem a necessidade de vir a juízo para obter a tutela pretendida, conferindo utilidade e eficácia ao pronunciamento judicial. Caso em que a instituição financeira possui interesse processual, em razão do inadimplemento do instrumento particular de confissão de dívida assumido pelo correntista e que não se constitui título executivo extrajudicial. PRESCRIÇÃO: A cobrança de dívida oriunda de contrato de

confissão de dívida, sob a égide do Código Civil de 1916, obedece à prescrição vintenária, nos termos de seu art. 177. Sob a ótica do Código de 2002, ante a incorporação de novas hipóteses de prescrição ao Diploma, a prescrição passa a ser qüinqüenal e regulada pelo inciso I, do §5º, do art. 206. De acordo com a regra de transição prevista no art. 2.028, do CC/02, se não transcorrido metade do prazo prescricional, contado na fórmula do Código derrogado, conta-se a prescrição pelas disposições do novo Digesto Civil, com termo `a quo no início de sua vigência (11/01/2003). Considerando a data de ajuizamento da demanda, inocorreu, no caso, a prescrição. REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS: Muito embora seja viável a revisão de toda a relação contratual, em caso de sucessão negocial, no caso concreto a parte autora trouxe aos autos, apenas, o contrato de abertura de crédito em conta-corrente e confissão de dívida, sendo estes pactos, portanto, objeto de revisão. JUROS REMUNERATÓRIOS: A modificação da cláusula contratual relativa à taxa de juros remuneratórios apenas se justifica se demonstrada, de forma inequívoca, abusividade, o que não se verifica no caso. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. A cobrança da capitalização mensal dos juros é permitida em contratos firmados posteriormente à edição da MP n° 1.963-17, de 30.03.2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2000. Caso em que não se verifica a incidência do encargo sobre o débito reivindicado. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA: Apenas pode ser mantida para o período da inadimplência, afastando-se, contudo, os demais encargos: correção monetária, juros de mora, juros remuneratórios e multa moratória. REPETIÇÃO DO INDÉBITO: Compensação/Repetição do indébito possíveis, decorrentes da revisão do contrato e diante da impossibilidade de enriquecimento indevido. desnecessidade de prova de erro, conforme a súmula 322 do stj. ENCARGOS DA MORA: Evidenciada a inadimplência, incidem os encargos decorrentes da mora (no caso, comissão de permanência). PRELIMINAR REJEITADA. APELO PROVIDO, EM PARTE (Apelação Cível nº 70035925189, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Marco Aurélio dos Santos Caminha, j. 28/07/2011, DJ 01/08/2011). Assim, eventual capitalização e juros, como requerido, seria apreciada e comprovada quando houvesse a cobrança de juros no momento da inadimplência. 3- Juros remuneratórios e Juros moratórios. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido também que não se aplica o art. 591 c/c 406 do Código Civil aos contratos bancários, não estando submetidos à limitação de juros remuneratórios. Apenas os juros moratórios ficam circunscritos ao teto de 1% ao mês para os contratos bancários não regidos por legislação específica. Rememorando, juros remuneratórios são aqueles pactuados entre as partes como uma forma de retribuição pela disponibilidade do numerário, enquanto que juros moratórios são aqueles estipulados como uma forma de punição pelo atraso no cumprimento da obrigação estabelecida. De acordo com a Súmula 596 do STF, as instituições financeiras não se sujeitam também à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), salvo hipóteses específicas. São possíveis que sejam pactuados juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, sem que essa cláusula, por si só, seja inválida. É necessário analisar se os índices aplicáveis desfavoravelmente ao consumidor se encontram flagrantemente exorbitantes para que somente então se possa falar em revisão por parte do judiciário do que fora aventado pelas partes. Além do que, ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou, conforme dispõe o art. 314 do Código Civil Brasileiro. Neste sentido, nossos tribunais têm pacificado o entendimento de que na ação de consignação em pagamento a parte deve depositar exatamente a prestação que se obrigou, pois, o credor não é obrigado a receber coisa diversa da que lhe é devida (art. 313 do CCB), in verbis: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 334 E 335, I DO NOVO CÓDIGO CIVIL; 535 E 890 DO CPC E DISSÍDIO PRETORIANO. PRETENSÃO DE DEPOSITAR DINHEIRO NO LUGAR DE COISA DEVIDA: SACAS DE SOJA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. Não há violação ao artigo 535, II do CPC quando o acórdão examinou as questões controvertidas na lide, expondo os fundamentos que o levaram às conclusões assumidas. 2. A consignação em pagamento visa exonerar o devedor de sua obrigação, mediante o depósito da quantia ou da coisa devida, e só poderá ter força de pagamento se concorrerem "em relação às pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais não é válido o pagamento" (artigo 336 do NCC). 3. Celebrado contrato entre as partes para a entrega de 372 sacas de soja de 60kg, a US$9,00 cada uma, sem estipulação de outra forma alternativa de cumprimento dessa obrigação, não é possível o uso da ação de consignação em pagamento para depósito em dinheiro daquilo que o devedor entende devido. 4. A consignação exige que o depósito judicial compreenda o mesmo objeto que seria preciso prestar, para que o pagamento possa extinguir a obrigação, pois "o credor não é obrigado a receber a prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa" (art. 313 do NCC) 5. Recurso especial não-provido (REsp 1194264/PR, T4, STJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 01/03/2011, DJe 04/03/2011). APELAÇÃO CÍVEL. ENSINO PARTICULAR. AÇÃO DE COBRANÇA. INADIMPLEMENTO DAS MENSALIDADES. PEDIDO DE PARCELAMENTO DO DÉBITO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL.

OBRIGAÇÃO DE DAR VALOR LÍQUIDO. SENTENÇA MANTIDA. Mérito do recurso em exame 1. No processo em que se exerce uma pretensão de eficácia preponderantemente condenatória, tal como na ação de cobrança, analisa-se existência do direito, constituindo-se um título executivo judicial se procedente o pedido formulado, o qual é exigível de pronto. 2. Portanto, reconhecido o crédito na fase de conhecimento e constituído o título executivo judicial, descabe a parte devedora indicar a forma de cumprimento da obrigação existente, quanto mais quando esta resulta de inadimplemento, sem causa jurídica para tanto, de direito preexistente. 3. Desse modo, os créditos consolidados mediante a via judicial não são passíveis de parcelamento, pois a faculdade de receber este de forma diversa da qual foi reconhecida é do credor, inexistindo possibilidade jurídica deste ser coagido a aceitar a oferta de pagamento parcelado pelo devedor, quanto mais em obrigação de dar valor líquido e exigível de pronto. Logo, a obrigação constituída não é alternativa, cuja opção de escolha da prestação a ser dada é do devedor, na forma do art. 252 da atual lei civil, ao contrário, se está diante de estipulação certa a ser cumprida. 4.Ademais, o credor não pode ser obrigado a aceitar o pagamento do débito de forma diversa do avençado e reconhecida como devida. Inteligência do art. 314 do CC. Destarte, inexistindo acordo entre as partes, não há embasamento legal para que se proceda da forma pretendida pela ré. Negado provimento ao apelo (Apelação Cível nº 70035000751, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Jorge Luiz Lopes do Canto, j. 31/03/2010, DJ 07/04/2010). COMINATÓRIA. CARTÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO INTEGRAL E IMEDIATO. PRETENSÃO AO PARCELAMENTO DO DÉBITO. DESCABIMENTO. CREDOR QUE NÃO ESTÁ OBRIGADO A RECEBER A PRESTAÇÃO DE FORMA DIVERSA DA AJUSTADA. EXEGESE DO ART. 314 DO CCB. INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO, ALTERANDO TAL REGRA, DEVE OCORRER APENAS EXCEPCIONALMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPELIR A CREDORA A ACATAR A PROPOSTA DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. RECURSO DESPROVIDO (Recurso Cível nº 71002857431, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais RS, Relator: Eugênio Facchini Neto, Julgado em 14/04/2011, DJ 20/04/2011). O caso, como em muitos outros, vem tratar de matéria já pacificada pelos tribunais superiores e a parte autora vem pretendendo a modificação dos termos contratuais utilizando argumentos que a jurisprudência já entendeu não aplicável para o caso. Muito embora o judiciário não pode ser furtar de apreciar perigo de lesão, o caso não requer apenas a apreciação do que realmente pode ser tido como pertinente para juízo. Neste sentido: Ação revisional de contrato bancário - alegações genéricas que têm por objetivo modificar o que foi livremente pactuado - inexistência de limitação, constitucional ou legal, de cobrança de juros em 12% ao ano - impossibilidade de se limiar os ganhos dos bancos, bem como de se modificar o contrato para se reduzir os juros e encargos - inexistência de abusividade na capitalização dos juros e de excessos a serem reduzidos - possibilidade de cobrar-se comissão de permanência, desde que não se cumule com a correção monetária - Acolhimento parcial tão só do recurso do réu (Apelação com Revisão n.º 1.177.643-7, 11ª Câmara de Direito Privado, Tribunal de Justiça SP, Rel. Des. Claudio Villar, j. 25/03/2011, DJ 07/06/2011) 6. Comissão de permanência Desta forma, o que reiteradamente vem sendo admitida como a única clausula abusiva em contratos desta natureza é a que prevê cumulação de cobrança de comissão de permanência com juros moratórios de 1% (um por cento) ao ano e multa de 2% (dois por cento), conforme decisões reiteradas de nossos tribunais: CONTRATOS BANCÁRIOS. APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXAS ADMINISTRATIVAS. CAPITALIZAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. ENCARGOS MORATÓRIOS (MULTA). COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. - Código de Defesa do Consumidor: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos negócios jurídicos firmados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços (art. 3°, § 2°, CDC). - Inversão do ônus da prova: Na revisão de contratos submetidos à disciplina jurídica do CDC, admite-se a inversão do ônus da prova, em favor do tomador do crédito, quando constatada a hipossuficiência deste ou a verossimilhança das suas alegações. - Inexigibilidade do título executivo: Não obstante a inversão do ônus da prova, indispensável a produção de prova mínima, pelo contratante, acerca dos defeitos atribuídos à contratação. - Juros Remuneratórios: a) Cabível a revisão da taxa de juros remuneratórios estipulada apenas nos casos em que restar comprovado ser o percentual fixado discrepante das taxas de mercado usualmente utilizadas. - Tarifas e Taxas Administrativas: É possível a cobrança das tarifas e taxas administrativas, desde que expressamente pactuadas, porquanto legais e não revestidas de abusividade. - Capitalização de Juros: A capitalização de juros, nas operações bancárias, em prazo inferior a um ano, foi autorizada pela Medida Provisória nº. 1.963, de 30-03-2000, ainda vigente sob o nº. 2.170. - Caracterização da mora: Na ausência de abusividade contratual, resta caracterizada a mora. - Encargos moratórios: Juros moratórios 1% ao mês. Multa 2%. - Comissão de Permanência: É valida a estipulação de cobrança de comissão de permanência. Incidência das Súmulas 294 e 296 do STJ. É, no entanto,

vedada a cumulação com demais encargos moratórios (juros e multa). NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS (Apelação Cível nº 70041421959, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 01/08/2011). CARTÃO DE CRÉDITO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CDC. REVISÃO DE OFÍCIO. JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MULTA. CET. MORA. COMPENSAÇÃO E/OU REPETIÇÃO DO INDÉBITO. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. SUCUMBÊNCIA. 1. Aplicabilidade do CDC: as disposições do Código de Defesa do Consumidor aplicam-se às relações negociais relativas aos cartões de crédito das instituições financeiras. 2. Revisão contratual: é vedado ao julgador o reconhecimento de abusividade ou legalidade de cláusulas, de ofício, em contratos bancários Exegese da Súmula n. 381 do STJ. 3. Juros remuneratórios: inexiste abusividade na cobrança de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, considerando os percentuais usualmente praticados no mercado. Precedentes do STJ. 4. Capitalização mensal: a capitalização dos juros remuneratórios, com periodicidade inferior a um ano, por instituições financeiras, é permitida nos contratos bancários celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da publicação da primitiva edição da atual MP n. 2.170-36/2001 (MP n. 1.963-17/2000). 5. Comissão de permanência, juros de mora e multa: a comissão de permanência é legal e pode ser exigida desde que pactuada e não cumulada com outros encargos moratórios ou remuneratórios previstos para a situação de inadimplência, observado o limite à soma destes. In casu, contratada esta, permite-se a sua cobrança, todavia, não de forma cumulada aos juros remuneratórios, juros de mora, multa moratória e correção monetária, cuja análise fica prejudicada. 6. Mora e Custo Efetivo Total: deixa-se de conhecer do recurso nos pontos, por ausente qualquer manifestação nesse sentido na inicial, configurando-se inovação recursal pelo autor. 7. Repetição do indébito: na forma simples ou pela correspondente compensação é admitida, ainda que ausente prova de erro no pagamento. 8. Inscrição nos órgãos de proteção ao crédito: a inscrição do nome do devedor inadimplente nos cadastros de proteção ao crédito mostra-se lícita nos casos de reconhecida inadimplência. 8. Danos morais: ausentes provas da caracterização do dano moral alegado, é inviável deferir-se a reparação, o que se verifica na hipótese dos autos. 9. Sucumbência: redimensionados os ônus sucumbenciais em face do resultado do julgamento. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE (Apelação Cível nº 70041216722, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 29/07/2011). Por fim, não há prova nos autos de que o réu tenha cobrado valores indevidos, nem o valor porventura pago, pois nos extratos anexos não consta à cobrança de comissão de permanência cumulada com juros de mora e multa. 7. Repetição de indébito.

Quanto o pedido de repetição de indébito, tenho que a determinação do pagamento consignado dos valores, de acordo com a previsão da autora, compromete a argumentação de devolução de valores pagos a maior. Mesmo porque, por todo o argumento acima exposto, não entendo ser necessário a revisão do contrato. Por fim, trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplência das prestações, aplicando-se taxas, juros e capitalização em valores acima do previsto no contrato para esta situação específica, estaríamos diante de motivos para revisar cálculos que estariam eventualmente contrários as regras do contrato. De outra feita, nada há no contrato, salvo a cumulação de comissão de permanência e juros moratórios, uma comum nestes contratos. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido do autor, somente para admitir a cobrança da comissão de permanência como pactuado, no entanto, desde que não haja acumulação com juros moratórios ou remuneratórios e nem com a correção monetária ou a multa e consequentemente, julgo improcedente os demais pedidos, extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art.487, I do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários nos termos do art. 86, parágrafo único do CPC, cuja cobrança ficará suspensa, face o autor, eventualmente for, beneficiário da justiça gratuita, nos termos do art. 98, §3º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 28 de junho de 2019.

Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

P R O C E S S O : 0 0 1 4 5 8 8 6 4 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Cumprimento de sentença em: 01/07/2019---AUTOR:IVALDO ARAUJO SOARES Representante(s): OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO ITAUCARD Representante(s): OAB 18335 - ISANA SILVA GUEDES (ADVOGADO) OAB 20017 - CLARIANE CECILIA BARROSO PANTOJA (ADVOGADO) OAB 18335 - CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (ADVOGADO) . Face o pedido de fls. 199 do RÉU e o transito em julgado da homologação do acordo, expeça-se o Alvará de transferência conforme os dados informados, após arquivem-se os autos. Belém, 28/06/2019. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8a Vara Cível e Empresarial

PROCESSO: 00236538320138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---AUTOR:EVANDRO DE FARIAS MIRANDA Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO BV FINANCEIRA Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) . Vieram os autos conclusos para sentença, porém, verifico que a questão a ser abordada requer análise mais detida, a qual dê conta do parâmetro de cálculos realizado pela instituição financeira aplicada ao contrato, de modo que fique demonstrado a existência, ou não, qualquer ilegalidade no valor alcançado ao final e cobrado do consumidor. Assim, entendo ser necessário, para a resolução da demanda, o esclarecimento prestado por perícia técnica-contábil, a qual auxiliará a interpretação do caso e a formulação de entendimento do juízo. Determino de ofício a realização de perícia contábil para identificar qual a tabela de cálculo utilizado, se gauss ou price, ou qualquer outra a ser identificada pelo perito certificando-se de que as mesmas estão de acordo com o que dispõe a clausulas do contrato a ser revisado, e estas, posteriormente com a legislação e princípios legais. Nomeio a perita Kay Dione Carrilho Bentes D. Romero, CRC/PA nº 634/PA, com escritório à Travessa Padre Prudêncio, nº 706, Bairro Campina, Belém/Pará, com telefones para contato com números 32220920, 32235295 e 99813948, seguindo as determinações abaixo: a) Intime-se o perito, para informar, no prazo de 5 (cinco) dias, se aceita do encargo, ciente das possíveis causas de escusa e de substituição, previstas nos arts. 467 e 468 do Código de Processo Civil, respectivamente, desde que devidamente justificadas, bem como de que este Juízo arbitra os honorários periciais em R$ 1.000,00 (hum mil reais), os quais deverão ser rateados já que a referida prova fora determinada de ofício, nos termos do art. 95, caput, do CPC. No entanto, considerando que a autora, que é obrigado a arcar com metade deste valor é beneficiária da assistência judiciária gratuita, na forma da Lei 1.060/1950, esta cota será paga pelo Tribunal de Justiça nos termos do Art. 3º do Provimento Conjunto nº. 010/2016/CJRMB/CJCI. Já a metade restante, será arcada pelo autor, a qual deverá ser depositada em conta vinculada a este Juízo, no prazo de 10 (dez) dias. b) Deve a Sra. Perita apresentar currículo, com comprovação da especialização e endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, nos termos do art. 465, §2º, do Código de Processo Civil, bem como deverá indicar data, hora e local para a realização da perícia, com prazo suficiente para intimar as partes e seus assistentes técnicos; c) A Sra. Perita deverá realizar o exame pericial atentando-se aos quesitos já especificados pelas partes e cumprir escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso; d) Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para que a Sra. Perita apresente o laudo pericial; e) Os honorários deverão ser pagos apenas ao final, depois de entregue o laudo e prestados todos os esclarecimentos necessários conforme art. 465, §4º, do CPC, devendo para tanto a Sra. Diretora de Secretaria expedir Ofício à Presidência deste E. Tribunal de Justiça para que efetue o referido pagamento; f) Após a apresentação do laudo, intimem-se as partes para, querendo, se manifestarem no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer nos termos do art. 477, §1º do CPC. g) Por fim, determino que a Secretaria formalize imediato expediente à Presidência do Tribunal observando as determinações contidas no Provimento Conjunto nº. 010/2016/CJRMB/CJCI. Intimem-se. Belém, 27 de junho de 2019. Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial

PROCESSO: 00244398820178140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Alvará Judicial em: 01/07/2019---REQUERENTE:ANTONIO DO AMARAL GONCALVES Representante(s): OAB 16968 - ANTONIO FERNANDO CARVALHO DOS SANTOS NETO (ADVOGADO) REQUERENTE:FATIMA NAZARE GONCALVES DE MOURA Representante(s): OAB 16968 - ANTONIO FERNANDO CARVALHO DOS SANTOS NETO (ADVOGADO) . R.h. Intime-se a parte autora, para que cumpra os despachos de fls. 26 e 30, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentando a certidão de inexistência de dependentes junto a previdência social e declaração de inexistência de bens a inventariar, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos moldes do art. 485, III, CPC. Expeça-se o necessário. Intimar e cumprir. Belém, 28 de junho de 2019. MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial

PROCESSO: 00258718420138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO

Ação: Consignação em Pagamento em: 01/07/2019---AUTOR:GLEDSON DAVID NUNES ARAUJO Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REU:BANCO B V FINANCEIRA Representante(s): OAB 23524-A - SERGIO SCHULZE (ADVOGADO) . Vistos. Trata-se de uma Ação Revisional de Contrato Bancário c/com repetição de indébito e pedido de liminar de antecipação de tutela As partes firmaram contrato de financiamento tipo alienação fiduciária, ou seja, empréstimo com veículo dado em garantia. A parte autora em sua inicial, vem alegando inúmeras irregularidades no contrato, de modo que o mesmo deve ser revisado. Este caso não é singular, pelo contrário, há muitos que tramitam neste juízo, que com pequenas singularidades, possuem pedidos específicos, mas que na essência são as mesmas questões a serem enfrentadas como capitalização de juros, comissão de permanência, aplicação da sumula 121 do STF, condenação em devolução do valor pago indevidamente em dobro. Devidamente citada a parte ré contestou os termos da inicial. As partes, garantidos a ampla defesa e o contraditório, manifestaram-se nos autos. A audiência de conciliação restou infrutífera. As partes não querem produção de provas e como as questões envolvem fundamentalmente questões contratuais os autos vieram conclusos para sentença. Muito embora haja uma determinação do diploma processual, com caráter organizacional, para julgamento de processos em ordem cronológica por conclusão, cumpre salientar que este processo se enquadra no que dispõe o art. 12, §2º, II do CPC, ou seja, o juízo já possui entendimento firmando e o mérito se repete em vários outros, mais precisamente em dezenas. Assim, passo a análise das questões de mérito. É o relatório. Decido. Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de financiamento de veículo com a ré, tipo CDC. Contrato no qual o veículo, objeto da compra, fica como garantia do empréstimo cedido pela credora fiduciária. A relação que se estabeleceu entre as partes é uma relação consumerista, sendo o autor o consumidor e o réu o fornecedor. O que se configura pela relação financeira existente entre as partes. O contrato do qual se pretende a revisão é de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciação mais apurada, para que não desnature o contrato, ou seja, não se deve revisar cláusulas contratuais a partir do pressuposto absoluto de que houve vício ou ato que leve o consumidor a ser surpreendido com qualquer condição não avençada previamente, mas restringe-se apenas revisão de condições que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei. Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercício hermenêutico sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesão. Tal contrato é a expressão contemporânea do modo de produção e comércio massificado. Modo este que reflete diretamente na construção dos instrumentos contratuais, como a elaboração de cláusula estipuladas unilateralmente, superando o exercício dialético, em uma participação direta dos sujeitos envolvidos, na construção do texto contratual.

O pressuposto fundamental do contrato é indubitavelmente o exercício da vontade e esta não está ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restrição na participação direta na elaboração das cláusulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessão do crédito para financiamento, no caso, de veículos. A vontade se manifesta no ato de aderir ou não às condições previamente apresentadas pela instituição concessiva do crédito financeiro. O objeto do contrato é o dinheiro investido na aquisição do respectivo veículo, o qual é dado em segurança, em caso de inadimplemento.

Nestes termos manifesta-se a legislação: CPC. Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de Adesão Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo. § 1° A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato. § 2° Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2° do artigo anterior. § 3o Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. (Redação dada pela nº 11.785, de 2008) § 4° As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão. CC Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato. Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé. Art. 423. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou

contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio. Art. 425. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código. Art. 426. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva. Pela natureza do contrato de adesão, vê-se que as possibilidades de revisão das cláusulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fé, tendo em vista o que dispõe o CDC. Em acréscimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tão importante quanto a estrutura do contrato é o ato volitivo das partes, que fazem a opção com conhecimento prévio dos termos estabelecidos, sendo que estes só podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fé, e isso, entendo, como engano deliberado, simulação ou mesmo fraude, que de modo inevitável limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, está viciada. Não é desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcançam com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de caráter, porque não afirmar, metafísico, digo com isso: o dinheiro, o crédito não possui corpo, porém, influência de forma substancial nas vidas das pessoas. Qualquer homem de consciência mediana sabe que o lucro é o objetivo das empresas, porém, o lucro não pode ser ofensivo à moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituições estatais, forjadas no liberalismo, uma função precípua de não permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que não possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesão, com suas condições, estão de acordo com as previsões legais e solidificado pelo entendimento do STJ.

Pelo que se verifica no contrato, as cláusulas foram previamente apresentadas e as condições estipuladas pela ré para a concessão do crédito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestação volitiva. Quanto aos princípios da boa fé e da função social do contrato, de modo algum, tais princípios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposição da hipossuficiência, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de cláusulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Com isso quero dizer que não se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciário de cumprir com as prestações contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. A boa-fé é conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressão da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesão, se resume no contratar ou não, como já dito. Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em análise, a parte autora já sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos até o final do contrato. Salvo melhor juízo, não há nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificação das cláusulas ou condições contratuais. Assim, a opção que restou à parte autora foi contratar ou não contratar, e mesmo sabendo das condições que pretende revisar por meio de ação judicial, decidiu por um ato voluntário comprometer-se com as cláusulas contratuais. Confira-se a jurisprudência: APELAÇÃO EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÇÕES: MÉRITO: ALEGAÇÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÁUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÚMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÁTICA DECIDIDA À LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÇÃO? FRUIÇÃO DO BEM? JUROS ATINENTES À TAXA MÉDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÂNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Construída tal premissa, enfrento as questões que este juízo acompanha em entendimento os tribunais superiores. 1 - Juros de 12% a.a. O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que as instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro podem praticar taxas de juros superiores a 12% (doze por cento) ao ano, senão vejamos: CIVIL E PROCESSUAL. CARTÃO DE CRÉDITO. DÍVIDA. AÇÃO REVISIONAL. JUROS. LIMITAÇÃO. COMISSÕES. I. As administradoras de cartão de crédito inserem-se entre as instituições financeiras regidas pela Lei n. 4.595/1964. II. Não se aplica a limitação de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de cartão de crédito. III. Ausência de prequestionamento impeditiva do exame do recurso especial em toda a pretensão deduzida pela parte. IV. Recurso especial não conhecido (REsp 471752/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 12/09/2006, DJ 13/08/2007, p. 373). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. Eventual abusividade da pactuação dos juros remuneratórios

deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). A comissão de permanência pode ser contratada para o período de inadimplência, não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros de mora e multa contratual (enunciados ns. 294 e 296 da Súmula do STJ e AgRg no REsp n. 712.801/RS, relatado pelo eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.05). Subsistentes os fundamentos do decisório agravado nega-se provimento ao agravo (AgRg no REsp 748570/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/08/2005, DJ 14/11/2005, p. 341). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. - A abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária do período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). - Subsistente o fundamento do decisório agravado, nego provimento ao agravo (AgRg no REsp 588781/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/03/2004, DJ 02/08/2004, p. 410). Assim, nossos tribunais superiores têm decidido que não se pode falar de abusividade na pactuação dos juros remuneratórios só pelo fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano. Ao contrário, a abusividade destes só pode ser declarada, caso a caso, à vista de taxa comprovadamente discrepe, de modo substancial, da média do mercado na praça do empréstimo.

2- Juros Compostos. O entendimento do STJ autoriza a aplicação de juros compostos, não havendo irregularidade alguma nessa aplicação Aliás, também, é pacifico o entendimento jurisprudencial que é permitida a capitalização de juros pelas instituições bancárias, in verbis: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE E CONFISSÃO DE DÍVIDA. INTERESSE PROCESSUAL CARACTERIZADO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. REVISÃO DOS ENCARGOS. POSSIBILIDADE. CARÊNCIA DE AÇÃO: Caracteriza-se o interesse processual quando a parte tem a necessidade de vir a juízo para obter a tutela pretendida, conferindo utilidade e eficácia ao pronunciamento judicial. Caso em que a instituição financeira possui interesse processual, em razão do inadimplemento do instrumento particular de confissão de dívida assumido pelo correntista e que não se constitui título executivo extrajudicial. PRESCRIÇÃO: A cobrança de dívida oriunda de contrato de confissão de dívida, sob a égide do Código Civil de 1916, obedece à prescrição vintenária, nos termos de seu art. 177. Sob a ótica do Código de 2002, ante a incorporação de novas hipóteses de prescrição ao Diploma, a prescrição passa a ser qüinqüenal e regulada pelo inciso I, do §5º, do art. 206. De acordo com a regra de transição prevista no art. 2.028, do CC/02, se não transcorrido metade do prazo prescricional, contado na fórmula do Código derrogado, conta-se a prescrição pelas disposições do novo Digesto Civil, com termo `a quo no início de sua vigência (11/01/2003). Considerando a data de ajuizamento da demanda, inocorreu, no caso, a prescrição. REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS: Muito embora seja viável a revisão de toda a relação contratual, em caso de sucessão negocial, no caso concreto a parte autora trouxe aos autos, apenas, o contrato de abertura de crédito em conta-corrente e confissão de dívida, sendo estes pactos, portanto, objeto de revisão. JUROS REMUNERATÓRIOS: A modificação da cláusula contratual relativa à taxa de juros remuneratórios apenas se justifica se demonstrada, de forma inequívoca, abusividade, o que não se verifica no caso. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. A cobrança da capitalização mensal dos juros é permitida em contratos firmados posteriormente à edição da MP n° 1.963-17, de 30.03.2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2000. Caso em que não se verifica a incidência do encargo sobre o débito reivindicado. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA: Apenas pode ser mantida para o período da inadimplência, afastando-se, contudo, os demais encargos: correção monetária, juros de mora, juros remuneratórios e multa moratória. REPETIÇÃO DO INDÉBITO: Compensação/Repetição do indébito possíveis, decorrentes da revisão do contrato e diante da impossibilidade de enriquecimento indevido. desnecessidade de prova de erro, conforme a súmula 322 do stj. ENCARGOS DA MORA: Evidenciada a inadimplência, incidem os encargos decorrentes da mora (no caso, comissão de permanência). PRELIMINAR REJEITADA. APELO PROVIDO, EM PARTE (Apelação Cível nº 70035925189, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Marco Aurélio dos Santos Caminha, j. 28/07/2011, DJ 01/08/2011). Assim, eventual capitalização e juros, como requerido, seria apreciada e comprovada quando houvesse a cobrança de juros no momento da inadimplência. 3- Juros remuneratórios e Juros moratórios. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido também que não se aplica o art. 591 c/c 406 do Código Civil aos contratos bancários, não estando submetidos à limitação de juros remuneratórios. Apenas os juros moratórios ficam circunscritos ao teto de 1% ao mês para os contratos bancários não regidos por legislação específica. Rememorando, juros remuneratórios são aqueles pactuados entre as partes como uma forma de retribuição pela disponibilidade do numerário, enquanto que juros moratórios são aqueles estipulados como uma forma de punição pelo atraso no cumprimento da obrigação estabelecida.

De acordo com a Súmula 596 do STF, as instituições financeiras não se sujeitam também à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), salvo hipóteses específicas. São possíveis que sejam pactuados juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, sem que essa cláusula, por si só, seja inválida. É necessário analisar se os índices aplicáveis desfavoravelmente ao consumidor se encontram flagrantemente exorbitantes para que somente então se possa falar em revisão por parte do judiciário do que fora aventado pelas partes. Além do que, ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou, conforme dispõe o art. 314 do Código Civil Brasileiro. Neste sentido, nossos tribunais têm pacificado o entendimento de que na ação de consignação em pagamento a parte deve depositar exatamente a prestação que se obrigou, pois, o credor não é obrigado a receber coisa diversa da que lhe é devida (art. 313 do CCB), in verbis: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 334 E 335, I DO NOVO CÓDIGO CIVIL; 535 E 890 DO CPC E DISSÍDIO PRETORIANO. PRETENSÃO DE DEPOSITAR DINHEIRO NO LUGAR DE COISA DEVIDA: SACAS DE SOJA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. Não há violação ao artigo 535, II do CPC quando o acórdão examinou as questões controvertidas na lide, expondo os fundamentos que o levaram às conclusões assumidas. 2. A consignação em pagamento visa exonerar o devedor de sua obrigação, mediante o depósito da quantia ou da coisa devida, e só poderá ter força de pagamento se concorrerem "em relação às pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais não é válido o pagamento" (artigo 336 do NCC). 3. Celebrado contrato entre as partes para a entrega de 372 sacas de soja de 60kg, a US$9,00 cada uma, sem estipulação de outra forma alternativa de cumprimento dessa obrigação, não é possível o uso da ação de consignação em pagamento para depósito em dinheiro daquilo que o devedor entende devido. 4. A consignação exige que o depósito judicial compreenda o mesmo objeto que seria preciso prestar, para que o pagamento possa extinguir a obrigação, pois "o credor não é obrigado a receber a prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa" (art. 313 do NCC) 5. Recurso especial não-provido (REsp 1194264/PR, T4, STJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 01/03/2011, DJe 04/03/2011). APELAÇÃO CÍVEL. ENSINO PARTICULAR. AÇÃO DE COBRANÇA. INADIMPLEMENTO DAS MENSALIDADES. PEDIDO DE PARCELAMENTO DO DÉBITO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBRIGAÇÃO DE DAR VALOR LÍQUIDO. SENTENÇA MANTIDA. Mérito do recurso em exame 1. No processo em que se exerce uma pretensão de eficácia preponderantemente condenatória, tal como na ação de cobrança, analisa-se existência do direito, constituindo-se um título executivo judicial se procedente o pedido formulado, o qual é exigível de pronto. 2. Portanto, reconhecido o crédito na fase de conhecimento e constituído o título executivo judicial, descabe a parte devedora indicar a forma de cumprimento da obrigação existente, quanto mais quando esta resulta de inadimplemento, sem causa jurídica para tanto, de direito preexistente. 3. Desse modo, os créditos consolidados mediante a via judicial não são passíveis de parcelamento, pois a faculdade de receber este de forma diversa da qual foi reconhecida é do credor, inexistindo possibilidade jurídica deste ser coagido a aceitar a oferta de pagamento parcelado pelo devedor, quanto mais em obrigação de dar valor líquido e exigível de pronto. Logo, a obrigação constituída não é alternativa, cuja opção de escolha da prestação a ser dada é do devedor, na forma do art. 252 da atual lei civil, ao contrário, se está diante de estipulação certa a ser cumprida. 4.Ademais, o credor não pode ser obrigado a aceitar o pagamento do débito de forma diversa do avençado e reconhecida como devida. Inteligência do art. 314 do CC. Destarte, inexistindo acordo entre as partes, não há embasamento legal para que se proceda da forma pretendida pela ré. Negado provimento ao apelo (Apelação Cível nº 70035000751, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Jorge Luiz Lopes do Canto, j. 31/03/2010, DJ 07/04/2010). COMINATÓRIA. CARTÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO INTEGRAL E IMEDIATO. PRETENSÃO AO PARCELAMENTO DO DÉBITO. DESCABIMENTO. CREDOR QUE NÃO ESTÁ OBRIGADO A RECEBER A PRESTAÇÃO DE FORMA DIVERSA DA AJUSTADA. EXEGESE DO ART. 314 DO CCB. INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO, ALTERANDO TAL REGRA, DEVE OCORRER APENAS EXCEPCIONALMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPELIR A CREDORA A ACATAR A PROPOSTA DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. RECURSO DESPROVIDO (Recurso Cível nº 71002857431, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais RS, Relator: Eugênio Facchini Neto, Julgado em 14/04/2011, DJ 20/04/2011). O caso, como em muitos outros, vem tratar de matéria já pacificada pelos tribunais superiores e a parte autora vem pretendendo a modificação dos termos contratuais utilizando argumentos que a jurisprudência já entendeu não aplicável para o caso. Muito embora o judiciário não pode ser furtar de apreciar perigo de lesão, o caso não requer apenas a apreciação do que realmente pode ser tido como pertinente para juízo. Neste sentido: Ação revisional de contrato bancário - alegações genéricas que têm por objetivo modificar o que foi livremente pactuado - inexistência de limitação, constitucional ou legal, de cobrança de juros em 12%

ao ano - impossibilidade de se limiar os ganhos dos bancos, bem como de se modificar o contrato para se reduzir os juros e encargos - inexistência de abusividade na capitalização dos juros e de excessos a serem reduzidos - possibilidade de cobrar-se comissão de permanência, desde que não se cumule com a correção monetária - Acolhimento parcial tão só do recurso do réu (Apelação com Revisão n.º 1.177.643-7, 11ª Câmara de Direito Privado, Tribunal de Justiça SP, Rel. Des. Claudio Villar, j. 25/03/2011, DJ 07/06/2011) 6. Comissão de permanência Desta forma, o que reiteradamente vem sendo admitida como a única clausula abusiva em contratos desta natureza é a que prevê cumulação de cobrança de comissão de permanência com juros moratórios de 1% (um por cento) ao ano e multa de 2% (dois por cento), conforme decisões reiteradas de nossos tribunais: CONTRATOS BANCÁRIOS. APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXAS ADMINISTRATIVAS. CAPITALIZAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. ENCARGOS MORATÓRIOS (MULTA). COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. - Código de Defesa do Consumidor: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos negócios jurídicos firmados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços (art. 3°, § 2°, CDC). - Inversão do ônus da prova: Na revisão de contratos submetidos à disciplina jurídica do CDC, admite-se a inversão do ônus da prova, em favor do tomador do crédito, quando constatada a hipossuficiência deste ou a verossimilhança das suas alegações. - Inexigibilidade do título executivo: Não obstante a inversão do ônus da prova, indispensável a produção de prova mínima, pelo contratante, acerca dos defeitos atribuídos à contratação. - Juros Remuneratórios: a) Cabível a revisão da taxa de juros remuneratórios estipulada apenas nos casos em que restar comprovado ser o percentual fixado discrepante das taxas de mercado usualmente utilizadas. - Tarifas e Taxas Administrativas: É possível a cobrança das tarifas e taxas administrativas, desde que expressamente pactuadas, porquanto legais e não revestidas de abusividade. - Capitalização de Juros: A capitalização de juros, nas operações bancárias, em prazo inferior a um ano, foi autorizada pela Medida Provisória nº. 1.963, de 30-03-2000, ainda vigente sob o nº. 2.170. - Caracterização da mora: Na ausência de abusividade contratual, resta caracterizada a mora. - Encargos moratórios: Juros moratórios 1% ao mês. Multa 2%. - Comissão de Permanência: É valida a estipulação de cobrança de comissão de permanência. Incidência das Súmulas 294 e 296 do STJ. É, no entanto, vedada a cumulação com demais encargos moratórios (juros e multa). NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS (Apelação Cível nº 70041421959, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 01/08/2011). CARTÃO DE CRÉDITO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CDC. REVISÃO DE OFÍCIO. JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MULTA. CET. MORA. COMPENSAÇÃO E/OU REPETIÇÃO DO INDÉBITO. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. SUCUMBÊNCIA. 1. Aplicabilidade do CDC: as disposições do Código de Defesa do Consumidor aplicam-se às relações negociais relativas aos cartões de crédito das instituições financeiras. 2. Revisão contratual: é vedado ao julgador o reconhecimento de abusividade ou legalidade de cláusulas, de ofício, em contratos bancários Exegese da Súmula n. 381 do STJ. 3. Juros remuneratórios: inexiste abusividade na cobrança de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, considerando os percentuais usualmente praticados no mercado. Precedentes do STJ. 4. Capitalização mensal: a capitalização dos juros remuneratórios, com periodicidade inferior a um ano, por instituições financeiras, é permitida nos contratos bancários celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da publicação da primitiva edição da atual MP n. 2.170-36/2001 (MP n. 1.963-17/2000). 5. Comissão de permanência, juros de mora e multa: a comissão de permanência é legal e pode ser exigida desde que pactuada e não cumulada com outros encargos moratórios ou remuneratórios previstos para a situação de inadimplência, observado o limite à soma destes. In casu, contratada esta, permite-se a sua cobrança, todavia, não de forma cumulada aos juros remuneratórios, juros de mora, multa moratória e correção monetária, cuja análise fica prejudicada. 6. Mora e Custo Efetivo Total: deixa-se de conhecer do recurso nos pontos, por ausente qualquer manifestação nesse sentido na inicial, configurando-se inovação recursal pelo autor. 7. Repetição do indébito: na forma simples ou pela correspondente compensação é admitida, ainda que ausente prova de erro no pagamento. 8. Inscrição nos órgãos de proteção ao crédito: a inscrição do nome do devedor inadimplente nos cadastros de proteção ao crédito mostra-se lícita nos casos de reconhecida inadimplência. 8. Danos morais: ausentes provas da caracterização do dano moral alegado, é inviável deferir-se a reparação, o que se verifica na hipótese dos autos. 9. Sucumbência: redimensionados os ônus sucumbenciais em face do resultado do julgamento. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE (Apelação Cível nº 70041216722, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 29/07/2011). Por fim, não há prova nos autos de que o réu tenha cobrado valores indevidos, nem o valor porventura pago, pois nos extratos anexos não consta à cobrança

de comissão de permanência cumulada com juros de mora e multa. 7. Repetição de indébito. Quanto o pedido de repetição de indébito, tenho que a determinação do pagamento consignado dos valores, de acordo com a previsão da autora, compromete a argumentação de devolução de valores pagos a maior. Mesmo porque, por todo o argumento acima exposto, não entendo ser necessário a revisão do contrato. Por fim, trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplência das prestações, aplicando-se taxas, juros e capitalização em valores acima do previsto no contrato para esta situação específica, estaríamos diante de motivos para revisar cálculos que estariam eventualmente contrários as regras do contrato. De outra feita, nada há no contrato, salvo a cumulação de comissão de permanência e juros moratórios, uma comum nestes contratos. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido do autor, somente para admitir a cobrança da comissão de permanência como pactuado, no entanto, desde que não haja acumulação com juros moratórios ou remuneratórios e nem com a correção monetária ou a multa e consequentemente, julgo improcedente os demais pedidos, extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art.487, I do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários nos termos do art. 86, parágrafo único do CPC, cuja cobrança ficará suspensa, face o autor, eventualmente for, beneficiário da justiça gratuita, nos termos do art. 98, §3º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 28 de junho de 2019. Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

P R O C E S S O : 0 0 2 8 7 0 2 4 2 2 0 1 2 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---AUTOR:ANTONIA CARLEANA SOARES MOURA Representante(s): OAB 16662 - JOAO JORGE DE OLIVEIRA SILVA (ADVOGADO) REU:PROJETO IMOBILIARIO VIVER ANANINDEUA SPE LTDA Representante(s): OAB 14908 - CARLOS ALBERTO CAMARA DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 14618 - LENON WALLACE IZURU DA CONCEICAO YAMADA (ADVOGADO) OAB 18726 - JORGE LUIZ FREITAS MARECO JUNIOR (ADVOGADO) . Embargos de declaração da decisão proferida por este Juízo que acolheu, em parte, os pedidos formulados pela parte autora, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, I do CPC. O Embargante alega, em síntese, que a sentença é contraditória em relação a declaração de nulidade da cláusula contratual que determina a prorrogação do prazo de entrega da obra além dos 180 dias, bem como em relação à determinação de restituição em dobro de valores pagos a título de comissão de corretagem. Manifestação do embargado às fls. 266/267. Autos conclusos. É o relatório. DECIDO. Nos termos do art. 1.022 do CPC, são cabíveis embargos de declaração somente para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento ou ainda, para corrigir erro material. Ao contrário do que sustenta o Embargante, a decisão foi clara, não havendo contradição, tendo em vista que a norma consumerista é de ordem pública e interesse social, nos termos dos artigos 5º, inciso XXXII e 170, inciso V, ambos da Constituição Federal, e artigo 48 de suas Disposições Transitórias, assim, na prática, podem ser alegadas em qualquer tempo e grau de jurisdição, ou seja, o juiz tem o dever de pronunciá-las de ofício, independentemente de requerimento da parte. Desse modo, verifica-se que o Embargante pretende em sede de Embargos de Declaração rediscutir a matéria uma vez que apenas não concordou com a recorrida decisão. Logo, na realidade, ele pretende o reanálise da causa, para o que não se prestam os declaratórios. A propósito, confira-se o ensinamento de Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero: Os embargos declaratórios não têm por finalidade revisar ou anular as decisões judiciais (STJ, 2ª Turma, ED no REsp 930.515/SP, Relator Ministro Castro Meira, Julgado em 02/10/2007, DJ 18/10/2007). (Código de Processo Civil, comentado artigo por artigo, 5ªed. rev. e atual., São Paulo: Editora Revista dos Tribunais,2013, p. 566). Pelo exposto, conheço dos embargos de declaração e nego-lhe provimento. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Na oportunidade, manifeste-se à Autora sobre o teor da petição de fls. 269/276. Belém, 26 de junho de 2019. Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

P R O C E S S O : 0 0 2 8 8 5 8 6 4 2 0 1 1 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Cumprimento de sentença em: 01/07/2019---AUTOR:ANTONIA MARIA FERREIRA DE CASTRO REPRESENTANTE:SANDRA SUELI FERREIRA DE CASTRO Representante(s): OAB 11077 - RODRIGO CERQUEIRA DE MIRANDA (DEFENSOR) REU:VIACAO PERPETUO SOCORRO LTDA Representante(s): OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . Conforme resultado da consulta realizada no

sistema RENAJUD acerca de bens móveis passíveis de penhora da executada, observa-se que os bens ali encontram-se todos restritos, conforme minuta em anexo. Neste sentido, a diligência restou-se infrutífera. Nestes termos, chega-se à conclusão que, conforme detalhamento da Ordem Judicial de Bloqueio via Sistemas RENAJUD e BACENJUD (anteriormente realizado), não foram encontrados automóveis nem ativos financeiros em nome do devedor. Assim sendo, intime-se o exequente na figura de seu patrono para, no prazo de 15 (quinze) dias, indicar bens em nome do executado passíveis de penhora sob pena de suspensão do processo por 1 (um) ano nos termos do art. 921, III, §1º do CPC. Intimar e cumprir. Belém, 27 de junho de 2019. Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

P R O C E S S O : 0 0 2 8 9 6 5 7 4 2 0 1 2 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA JULIETA BARRA VALENTE Ação: Despejo por Falta de Pagamento em: 01/07/2019---AUTOR:RUI GUILHERME CARVALHO DE AQUINO Representante(s): OAB 7707 - ADRIANA AQUINO DE MIRANDA POMBO (ADVOGADO) OAB 16927 - LORENA CHAGAS DE PONTES (ADVOGADO) REU:KEDIMA LUCIA SALDANHA BENJAMIN REU:CLAUDIO REGO HENRIQUE. ATO ORDINATÓRIO(PROVIMENTO Nº 006/2006-CJRMB) De ordem do MM. Juiz, e face as custas finais apuradas pela UNAJ, intimem-se a PARTE AUTORA, PESSOALMENTE OU POR AR, para recolher as custas FINAIS no prazo de 30(TRINTA) dias, sob pena de inscrição na Divida Ativa, e o devido arquivamento do processo. Belém, 28/06/2019. Maria Julieta Barra Valente Diretora de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 2 9 0 3 0 3 5 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---AUTOR:BRAZ MESSIAS DA CRUZ Representante(s): OAB 5888 - JOSE ALBERTO SOARES VASCONCELOS (ADVOGADO) REU:IVANILDA TELES Representante(s): OAB 3450 - MARIO LUCIO DAMASCENO (ADVOGADO) . Cuida-se de AÇ¿O DE OBRIGAÇÃO DE FAZER interposta por BRAZ MESSIAS DA CRUZ em face de IVANILDA TELES. Afirma o autor que reside no imóvel em questão com sua família desde 2005, o qual em parte faz divisa com a residência da ré. Ocorre que, há aproximadamente 3 (três) anos passou a ter vários problemas com a vizinha visto que a mesma construiu um andar superior em seu imóvel sem tomar qualquer providência para o escoamento das águas pluviais, as quais ficam depositadas na parede da edícula do autor, causando danos ao seu imóvel, tais como infiltrações, tornando-se insalubre conforme as fotos juntadas aos autos. Aduz que ¿Como se não bastasse, a fim de estabilizar a parede frontal do seu imóvel, a ré fixou horizontalmente estacas de madeira na fachada da sua residência, fincando as extremidades na parede lateral do imóvel do autor, causando danos a construção, conforme se evidencia pelas fotos juntadas aos autos. Ressalta-se que tais estacas impedem a livre circulação pelo chagão entre as duas residências, o que impossibilita a construção de um muro divisório que o autor pretendia edificar, arcando inteiramente com as despesas.¿ Argumenta que, nos termos do art. 1.288 do Código Civil, ¿embora o prédio inferior seja obrigado a suportar as águas que escoam naturalmente do prédio superior, o proprietário ou possuidor do prédio inferior não está obrigado a promover obras que facilitem o escoamento, ficando tal obrigação a cargo do proprietário ou possuidor do prédio superior, motivo pelo qual é necessário que a requerida faça obras que facilitem o escoamento das águas pluviais.¿ Ainda, defende que o proprietário pode levantar em seu terreno as construções que lhe aprouver desde que resguarde o direito dos vizinhos e cumpra os regulamentos administrativos em consonância ao art. 1.299 do Código Civil. Logo, requer a procedência da ação com a consequente condenação da ré para que construa uma calha no telhado de sua casa a fim de garantir o escoamento regular das águas bem como à retirada das estacas de madeira que cravou na parede da residência do autor. Contestação às fls. 29/30, argumentando, em suma, que se trata de construção antiga, eu advém desde 2006, quando a requerida adquiriu o imóvel. Ainda, afirma que o autor fez no terreno da ré uma encanação clandestina sem autorização da Cosanpa e da proprietária do imóvel, o que fez com que a requerida realmente fixasse estacas na frente de sua própria residência. A parte autora apresentou réplica às fls. 40/42 refutando o alegado pela ré pois conforme consulta no órgão responsável consta como regular a tubulação do requerente bem como que na realidade as estacas fixadas horizontalmente na fachada da sua residência ficaram com as suas extremidades na parede lateral do autor, gerando danos à sua construção. Audiência às fls. 48, na qual foi antecipada os efeitos da tutela de mérito para determinar que a ré corrija imediatamente a calha de seu imóvel bem como que retire qualquer obstáculo que impeça o autor de utilizar seu imóvel. É o relatório. Decido. Inicialmente é importante esclarecer que em

audiência de fls. 48 realizada em 05/096/2014 foi decidido por este Juízo, in verbis: ¿Não houve conciliação em face da ausência da requerida, não havendo mais provas a serem produzidas. Antes disto, tendo em vista a idade do requerente, bem como, o risco a que está exposto pela atitude da requerida, inclusive riscos físicos e de saúde, não vejo razões para que formalismo jurídico impeça a proteção imediata do autor, que tem proteção especial em legislação específica. Ante o exposto, antecipo os efeitos da tutela de mérito para determinar que a ré corrija imediatamente a calha de seu imóvel a fim de evitar que a água da chuva cause prejuízos diretos ao imóvel do autor. Também que a ré retire qualquer obstáculo que impeça o autor de utilizar seu imóvel, inclusive a parte hidráulica, bem como, que não pratique qualquer ato que viole o sossego e a tranquilidade do autor, sob pena de pagamento de multa no valor de R$ 10.000,00 reais. Além da publicação em diário, intime-se a requeira pessoalmente. Determino que os autos permaneçam no gabinete para prolação da sentença¿. (Grifei). Com relação a ordem acima proferida em audiência, antes deste Juízo julgar o mérito, foi determinado às fls. 58 que o autor se manifestasse acerca do seu cumprimento tendo em vista a possibilidade da perda do interesse processual superveniente com eventual cumprimento da obrigação de fazer, objeto do mérito. Ato contínuo, às fls. 59 foi devidamente certificado pela Sra. Diretora de Secretaria que embora devidamente intimada, a parte autora não se manifestou. Desse modo, tendo o autor permanecido inerte quando foi oportunizado sua manifestação acerca do cumprimento da obrigação de fazer em questão, resta configurado a perda superveniente do interesse processual. Ante o exposto, julgo EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro na ausência de interesse processual superveniente, nos termos do art. 485, VI, §3º do Código de Processo Civil. Condeno, ainda, a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa, mas suspendo sua exigibilidade, nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/1950, em razão de tratar-se de beneficiário da justiça gratuita.

Determino o arquivamento do feito depois de quitadas as custas e o transcurso do prazo recursal, procedendo às anotações e baixas devidas. P.R.I.C. Belém, 26 de junho de 2019.

Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

P R O C E S S O : 0 0 2 9 2 3 8 1 9 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---AUTOR:MARCUS HOFMANN MOTA SOARES Representante(s): OAB 18120 - ERIKA VERUSKA EVANOVICTH DE SOUZA (ADVOGADO) REU:BANCO GMAC S A Representante(s): OAB 23123-A - ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO (ADVOGADO) . Vistos. Trata-se de uma Ação Revisional de Contrato Bancário c/com repetição de indébito e pedido de liminar de antecipação de tutela As partes firmaram contrato de financiamento tipo alienação fiduciária, ou seja, empréstimo com veículo dado em garantia. A parte autora em sua inicial, vem alegando inúmeras irregularidades no contrato, de modo que o mesmo deve ser revisado.

Este caso não é singular, pelo contrário, há muitos que tramitam neste juízo, que com pequenas singularidades, possuem pedidos específicos, mas que na essência são as mesmas questões a serem enfrentadas como capitalização de juros, comissão de permanência, aplicação da sumula 121 do STF, condenação em devolução do valor pago indevidamente em dobro. Devidamente citada a parte ré contestou os termos da inicial. As partes, garantidos a ampla defesa e o contraditório, manifestaram-se nos autos. A audiência de conciliação restou infrutífera. As partes não querem produção de provas e como as questões envolvem fundamentalmente questões contratuais os autos vieram conclusos para sentença. Muito embora haja uma determinação do diploma processual, com caráter organizacional, para julgamento de processos em ordem cronológica por conclusão, cumpre salientar que este processo se enquadra no que dispõe o art. 12, §2º, II do CPC, ou seja, o juízo já possui entendimento firmando e o mérito se repete em vários outros, mais precisamente em dezenas. Assim, passo a análise das questões de mérito. É o relatório. Decido.

Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de financiamento de veículo com a ré, tipo CDC. Contrato no qual o veículo, objeto da compra, fica como garantia do empréstimo cedido pela credora fiduciária. A relação que se estabeleceu entre as partes é uma relação consumerista, sendo o autor o consumidor e o réu o fornecedor. O que se configura pela relação financeira existente entre as partes.

O contrato do qual se pretende a revisão é de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciação mais apurada, para que não desnature o contrato, ou seja, não se deve revisar cláusulas contratuais a partir do pressuposto absoluto de que houve vício ou ato que leve o consumidor a ser surpreendido com qualquer condição não avençada previamente, mas restringe-se apenas revisão de condições que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei. Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercício hermenêutico

sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesão. Tal contrato é a expressão contemporânea do modo de produção e comércio massificado. Modo este que reflete diretamente na construção dos instrumentos contratuais, como a elaboração de cláusula estipuladas unilateralmente, superando o exercício dialético, em uma participação direta dos sujeitos envolvidos, na construção do texto contratual. O pressuposto fundamental do contrato é indubitavelmente o exercício da vontade e esta não está ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restrição na participação direta na elaboração das cláusulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessão do crédito para financiamento, no caso, de veículos. A vontade se manifesta no ato de aderir ou não às condições previamente apresentadas pela instituição concessiva do crédito financeiro. O objeto do contrato é o dinheiro investido na aquisição do respectivo veículo, o qual é dado em segurança, em caso de inadimplemento. Nestes termos manifesta-se a legislação: CPC. Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de Adesão Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo. § 1° A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato. § 2° Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2° do artigo anterior. § 3o Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. (Redação dada pela nº 11.785, de 2008) § 4° As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão. CC Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato. Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé. Art. 423. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio. Art. 425. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código. Art. 426. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva. Pela natureza do contrato de adesão, vê-se que as possibilidades de revisão das cláusulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fé, tendo em vista o que dispõe o CDC. Em acréscimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tão importante quanto a estrutura do contrato é o ato volitivo das partes, que fazem a opção com conhecimento prévio dos termos estabelecidos, sendo que estes só podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fé, e isso, entendo, como engano deliberado, simulação ou mesmo fraude, que de modo inevitável limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, está viciada. Não é desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcançam com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de caráter, porque não afirmar, metafísico, digo com isso: o dinheiro, o crédito não possui corpo, porém, influência de forma substancial nas vidas das pessoas. Qualquer homem de consciência mediana sabe que o lucro é o objetivo das empresas, porém, o lucro não pode ser ofensivo à moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituições estatais, forjadas no liberalismo, uma função precípua de não permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que não possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesão, com suas condições, estão de acordo com as previsões legais e solidificado pelo entendimento do STJ.

Pelo que se verifica no contrato, as cláusulas foram previamente apresentadas e as condições estipuladas pela ré para a concessão do crédito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestação volitiva. Quanto aos princípios da boa fé e da função social do contrato, de modo algum, tais princípios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposição da hipossuficiência, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de cláusulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Com isso quero dizer que não se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciário de cumprir com as prestações contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. A boa-fé é conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve

fica clara na expressão da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesão, se resume no contratar ou não, como já dito. Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em análise, a parte autora já sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos até o final do contrato. Salvo melhor juízo, não há nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificação das cláusulas ou condições contratuais. Assim, a opção que restou à parte autora foi contratar ou não contratar, e mesmo sabendo das condições que pretende revisar por meio de ação judicial, decidiu por um ato voluntário comprometer-se com as cláusulas contratuais. Confira-se a jurisprudência: APELAÇÃO EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÇÕES: MÉRITO: ALEGAÇÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÁUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÚMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÁTICA DECIDIDA À LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÇÃO? FRUIÇÃO DO BEM? JUROS ATINENTES À TAXA MÉDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÂNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Construída tal premissa, enfrento as questões que este juízo acompanha em entendimento os tribunais superiores. 1 - Juros de 12% a.a. O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que as instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro podem praticar taxas de juros superiores a 12% (doze por cento) ao ano, senão vejamos: CIVIL E PROCESSUAL. CARTÃO DE CRÉDITO. DÍVIDA. AÇÃO REVISIONAL. JUROS. LIMITAÇÃO. COMISSÕES. I. As administradoras de cartão de crédito inserem-se entre as instituições financeiras regidas pela Lei n. 4.595/1964. II. Não se aplica a limitação de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de cartão de crédito. III. Ausência de prequestionamento impeditiva do exame do recurso especial em toda a pretensão deduzida pela parte. IV. Recurso especial não conhecido (REsp 471752/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 12/09/2006, DJ 13/08/2007, p. 373). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. Eventual abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). A comissão de permanência pode ser contratada para o período de inadimplência, não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros de mora e multa contratual (enunciados ns. 294 e 296 da Súmula do STJ e AgRg no REsp n. 712.801/RS, relatado pelo eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.05). Subsistentes os fundamentos do decisório agravado nega-se provimento ao agravo (AgRg no REsp 748570/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/08/2005, DJ 14/11/2005, p. 341). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. - A abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária do período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). - Subsistente o fundamento do decisório agravado, nego provimento ao agravo (AgRg no REsp 588781/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/03/2004, DJ 02/08/2004, p. 410). Assim, nossos tribunais superiores têm decidido que não se pode falar de abusividade na pactuação dos juros remuneratórios só pelo fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano. Ao contrário, a abusividade destes só pode ser declarada, caso a caso, à vista de taxa comprovadamente discrepe, de modo substancial, da média do mercado na praça do empréstimo.

2- Juros Compostos. O entendimento do STJ autoriza a aplicação de juros compostos, não havendo irregularidade alguma nessa aplicação Aliás, também, é pacifico o entendimento jurisprudencial que é permitida a capitalização de juros pelas instituições bancárias, in verbis: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE E CONFISSÃO DE DÍVIDA. INTERESSE PROCESSUAL CARACTERIZADO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. REVISÃO DOS ENCARGOS. POSSIBILIDADE. CARÊNCIA DE AÇÃO: Caracteriza-se o interesse processual quando a parte tem a necessidade de vir a juízo para obter a tutela pretendida, conferindo utilidade e eficácia ao pronunciamento judicial. Caso em que a instituição financeira possui interesse processual, em razão do inadimplemento do instrumento particular de confissão de dívida assumido pelo correntista e que não se constitui título executivo extrajudicial. PRESCRIÇÃO: A cobrança de dívida oriunda de contrato de confissão de dívida, sob a égide do Código Civil de 1916, obedece à prescrição vintenária, nos termos de seu art. 177. Sob a ótica do Código de 2002, ante a incorporação de

novas hipóteses de prescrição ao Diploma, a prescrição passa a ser qüinqüenal e regulada pelo inciso I, do §5º, do art. 206. De acordo com a regra de transição prevista no art. 2.028, do CC/02, se não transcorrido metade do prazo prescricional, contado na fórmula do Código derrogado, conta-se a prescrição pelas disposições do novo Digesto Civil, com termo `a quo no início de sua vigência (11/01/2003). Considerando a data de ajuizamento da demanda, inocorreu, no caso, a prescrição. REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS: Muito embora seja viável a revisão de toda a relação contratual, em caso de sucessão negocial, no caso concreto a parte autora trouxe aos autos, apenas, o contrato de abertura de crédito em conta-corrente e confissão de dívida, sendo estes pactos, portanto, objeto de revisão. JUROS REMUNERATÓRIOS: A modificação da cláusula contratual relativa à taxa de juros remuneratórios apenas se justifica se demonstrada, de forma inequívoca, abusividade, o que não se verifica no caso. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. A cobrança da capitalização mensal dos juros é permitida em contratos firmados posteriormente à edição da MP n° 1.963-17, de 30.03.2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2000. Caso em que não se verifica a incidência do encargo sobre o débito reivindicado. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA: Apenas pode ser mantida para o período da inadimplência, afastando-se, contudo, os demais encargos: correção monetária, juros de mora, juros remuneratórios e multa moratória. REPETIÇÃO DO INDÉBITO: Compensação/Repetição do indébito possíveis, decorrentes da revisão do contrato e diante da impossibilidade de enriquecimento indevido. desnecessidade de prova de erro, conforme a súmula 322 do stj. ENCARGOS DA MORA: Evidenciada a inadimplência, incidem os encargos decorrentes da mora (no caso, comissão de permanência). PRELIMINAR REJEITADA. APELO PROVIDO, EM PARTE (Apelação Cível nº 70035925189, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Marco Aurélio dos Santos Caminha, j. 28/07/2011, DJ 01/08/2011). Assim, eventual capitalização e juros, como requerido, seria apreciada e comprovada quando houvesse a cobrança de juros no momento da inadimplência. 3- Juros remuneratórios e Juros moratórios. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido também que não se aplica o art. 591 c/c 406 do Código Civil aos contratos bancários, não estando submetidos à limitação de juros remuneratórios. Apenas os juros moratórios ficam circunscritos ao teto de 1% ao mês para os contratos bancários não regidos por legislação específica. Rememorando, juros remuneratórios são aqueles pactuados entre as partes como uma forma de retribuição pela disponibilidade do numerário, enquanto que juros moratórios são aqueles estipulados como uma forma de punição pelo atraso no cumprimento da obrigação estabelecida.

De acordo com a Súmula 596 do STF, as instituições financeiras não se sujeitam também à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), salvo hipóteses específicas. São possíveis que sejam pactuados juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, sem que essa cláusula, por si só, seja inválida. É necessário analisar se os índices aplicáveis desfavoravelmente ao consumidor se encontram flagrantemente exorbitantes para que somente então se possa falar em revisão por parte do judiciário do que fora aventado pelas partes. Além do que, ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou, conforme dispõe o art. 314 do Código Civil Brasileiro. Neste sentido, nossos tribunais têm pacificado o entendimento de que na ação de consignação em pagamento a parte deve depositar exatamente a prestação que se obrigou, pois, o credor não é obrigado a receber coisa diversa da que lhe é devida (art. 313 do CCB), in verbis: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 334 E 335, I DO NOVO CÓDIGO CIVIL; 535 E 890 DO CPC E DISSÍDIO PRETORIANO. PRETENSÃO DE DEPOSITAR DINHEIRO NO LUGAR DE COISA DEVIDA: SACAS DE SOJA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. Não há violação ao artigo 535, II do CPC quando o acórdão examinou as questões controvertidas na lide, expondo os fundamentos que o levaram às conclusões assumidas. 2. A consignação em pagamento visa exonerar o devedor de sua obrigação, mediante o depósito da quantia ou da coisa devida, e só poderá ter força de pagamento se concorrerem "em relação às pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais não é válido o pagamento" (artigo 336 do NCC). 3. Celebrado contrato entre as partes para a entrega de 372 sacas de soja de 60kg, a US$9,00 cada uma, sem estipulação de outra forma alternativa de cumprimento dessa obrigação, não é possível o uso da ação de consignação em pagamento para depósito em dinheiro daquilo que o devedor entende devido. 4. A consignação exige que o depósito judicial compreenda o mesmo objeto que seria preciso prestar, para que o pagamento possa extinguir a obrigação, pois "o credor não é obrigado a receber a prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa" (art. 313 do NCC) 5. Recurso especial não-provido (REsp 1194264/PR, T4, STJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 01/03/2011, DJe 04/03/2011). APELAÇÃO CÍVEL. ENSINO PARTICULAR. AÇÃO DE COBRANÇA. INADIMPLEMENTO DAS MENSALIDADES. PEDIDO DE PARCELAMENTO DO DÉBITO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBRIGAÇÃO DE DAR VALOR LÍQUIDO. SENTENÇA MANTIDA. Mérito do recurso em exame 1. No processo em que se exerce uma

pretensão de eficácia preponderantemente condenatória, tal como na ação de cobrança, analisa-se existência do direito, constituindo-se um título executivo judicial se procedente o pedido formulado, o qual é exigível de pronto. 2. Portanto, reconhecido o crédito na fase de conhecimento e constituído o título executivo judicial, descabe a parte devedora indicar a forma de cumprimento da obrigação existente, quanto mais quando esta resulta de inadimplemento, sem causa jurídica para tanto, de direito preexistente. 3. Desse modo, os créditos consolidados mediante a via judicial não são passíveis de parcelamento, pois a faculdade de receber este de forma diversa da qual foi reconhecida é do credor, inexistindo possibilidade jurídica deste ser coagido a aceitar a oferta de pagamento parcelado pelo devedor, quanto mais em obrigação de dar valor líquido e exigível de pronto. Logo, a obrigação constituída não é alternativa, cuja opção de escolha da prestação a ser dada é do devedor, na forma do art. 252 da atual lei civil, ao contrário, se está diante de estipulação certa a ser cumprida. 4.Ademais, o credor não pode ser obrigado a aceitar o pagamento do débito de forma diversa do avençado e reconhecida como devida. Inteligência do art. 314 do CC. Destarte, inexistindo acordo entre as partes, não há embasamento legal para que se proceda da forma pretendida pela ré. Negado provimento ao apelo (Apelação Cível nº 70035000751, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Jorge Luiz Lopes do Canto, j. 31/03/2010, DJ 07/04/2010). COMINATÓRIA. CARTÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO INTEGRAL E IMEDIATO. PRETENSÃO AO PARCELAMENTO DO DÉBITO. DESCABIMENTO. CREDOR QUE NÃO ESTÁ OBRIGADO A RECEBER A PRESTAÇÃO DE FORMA DIVERSA DA AJUSTADA. EXEGESE DO ART. 314 DO CCB. INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO, ALTERANDO TAL REGRA, DEVE OCORRER APENAS EXCEPCIONALMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPELIR A CREDORA A ACATAR A PROPOSTA DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. RECURSO DESPROVIDO (Recurso Cível nº 71002857431, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais RS, Relator: Eugênio Facchini Neto, Julgado em 14/04/2011, DJ 20/04/2011). O caso, como em muitos outros, vem tratar de matéria já pacificada pelos tribunais superiores e a parte autora vem pretendendo a modificação dos termos contratuais utilizando argumentos que a jurisprudência já entendeu não aplicável para o caso. Muito embora o judiciário não pode ser furtar de apreciar perigo de lesão, o caso não requer apenas a apreciação do que realmente pode ser tido como pertinente para juízo. Neste sentido: Ação revisional de contrato bancário - alegações genéricas que têm por objetivo modificar o que foi livremente pactuado - inexistência de limitação, constitucional ou legal, de cobrança de juros em 12% ao ano - impossibilidade de se limiar os ganhos dos bancos, bem como de se modificar o contrato para se reduzir os juros e encargos - inexistência de abusividade na capitalização dos juros e de excessos a serem reduzidos - possibilidade de cobrar-se comissão de permanência, desde que não se cumule com a correção monetária - Acolhimento parcial tão só do recurso do réu (Apelação com Revisão n.º 1.177.643-7, 11ª Câmara de Direito Privado, Tribunal de Justiça SP, Rel. Des. Claudio Villar, j. 25/03/2011, DJ 07/06/2011) 6. Comissão de permanência Desta forma, o que reiteradamente vem sendo admitida como a única clausula abusiva em contratos desta natureza é a que prevê cumulação de cobrança de comissão de permanência com juros moratórios de 1% (um por cento) ao ano e multa de 2% (dois por cento), conforme decisões reiteradas de nossos tribunais: CONTRATOS BANCÁRIOS. APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXAS ADMINISTRATIVAS. CAPITALIZAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. ENCARGOS MORATÓRIOS (MULTA). COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. - Código de Defesa do Consumidor: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos negócios jurídicos firmados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços (art. 3°, § 2°, CDC). - Inversão do ônus da prova: Na revisão de contratos submetidos à disciplina jurídica do CDC, admite-se a inversão do ônus da prova, em favor do tomador do crédito, quando constatada a hipossuficiência deste ou a verossimilhança das suas alegações. - Inexigibilidade do título executivo: Não obstante a inversão do ônus da prova, indispensável a produção de prova mínima, pelo contratante, acerca dos defeitos atribuídos à contratação. - Juros Remuneratórios: a) Cabível a revisão da taxa de juros remuneratórios estipulada apenas nos casos em que restar comprovado ser o percentual fixado discrepante das taxas de mercado usualmente utilizadas. - Tarifas e Taxas Administrativas: É possível a cobrança das tarifas e taxas administrativas, desde que expressamente pactuadas, porquanto legais e não revestidas de abusividade. - Capitalização de Juros: A capitalização de juros, nas operações bancárias, em prazo inferior a um ano, foi autorizada pela Medida Provisória nº. 1.963, de 30-03-2000, ainda vigente sob o nº. 2.170. - Caracterização da mora: Na ausência de abusividade contratual, resta caracterizada a mora. - Encargos moratórios: Juros moratórios 1% ao mês. Multa 2%. - Comissão de Permanência: É valida a estipulação de cobrança de comissão de permanência. Incidência das Súmulas 294 e 296 do STJ. É, no entanto, vedada a cumulação com demais encargos moratórios (juros e multa). NEGADO PROVIMENTO AOS

RECURSOS (Apelação Cível nº 70041421959, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 01/08/2011). CARTÃO DE CRÉDITO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CDC. REVISÃO DE OFÍCIO. JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MULTA. CET. MORA. COMPENSAÇÃO E/OU REPETIÇÃO DO INDÉBITO. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. SUCUMBÊNCIA. 1. Aplicabilidade do CDC: as disposições do Código de Defesa do Consumidor aplicam-se às relações negociais relativas aos cartões de crédito das instituições financeiras. 2. Revisão contratual: é vedado ao julgador o reconhecimento de abusividade ou legalidade de cláusulas, de ofício, em contratos bancários Exegese da Súmula n. 381 do STJ. 3. Juros remuneratórios: inexiste abusividade na cobrança de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, considerando os percentuais usualmente praticados no mercado. Precedentes do STJ. 4. Capitalização mensal: a capitalização dos juros remuneratórios, com periodicidade inferior a um ano, por instituições financeiras, é permitida nos contratos bancários celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da publicação da primitiva edição da atual MP n. 2.170-36/2001 (MP n. 1.963-17/2000). 5. Comissão de permanência, juros de mora e multa: a comissão de permanência é legal e pode ser exigida desde que pactuada e não cumulada com outros encargos moratórios ou remuneratórios previstos para a situação de inadimplência, observado o limite à soma destes. In casu, contratada esta, permite-se a sua cobrança, todavia, não de forma cumulada aos juros remuneratórios, juros de mora, multa moratória e correção monetária, cuja análise fica prejudicada. 6. Mora e Custo Efetivo Total: deixa-se de conhecer do recurso nos pontos, por ausente qualquer manifestação nesse sentido na inicial, configurando-se inovação recursal pelo autor. 7. Repetição do indébito: na forma simples ou pela correspondente compensação é admitida, ainda que ausente prova de erro no pagamento. 8. Inscrição nos órgãos de proteção ao crédito: a inscrição do nome do devedor inadimplente nos cadastros de proteção ao crédito mostra-se lícita nos casos de reconhecida inadimplência. 8. Danos morais: ausentes provas da caracterização do dano moral alegado, é inviável deferir-se a reparação, o que se verifica na hipótese dos autos. 9. Sucumbência: redimensionados os ônus sucumbenciais em face do resultado do julgamento. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE (Apelação Cível nº 70041216722, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 29/07/2011). Por fim, não há prova nos autos de que o réu tenha cobrado valores indevidos, nem o valor porventura pago, pois nos extratos anexos não consta à cobrança de comissão de permanência cumulada com juros de mora e multa. 7. Repetição de indébito.

Quanto o pedido de repetição de indébito, tenho que a determinação do pagamento consignado dos valores, de acordo com a previsão da autora, compromete a argumentação de devolução de valores pagos a maior. Mesmo porque, por todo o argumento acima exposto, não entendo ser necessário a revisão do contrato. Por fim, trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplência das prestações, aplicando-se taxas, juros e capitalização em valores acima do previsto no contrato para esta situação específica, estaríamos diante de motivos para revisar cálculos que estariam eventualmente contrários as regras do contrato. De outra feita, nada há no contrato, salvo a cumulação de comissão de permanência e juros moratórios, uma comum nestes contratos. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido do autor, somente para admitir a cobrança da comissão de permanência como pactuado, no entanto, desde que não haja acumulação com juros moratórios ou remuneratórios e nem com a correção monetária ou a multa e consequentemente, julgo improcedente os demais pedidos, extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art.487, I do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários nos termos do art. 86, parágrafo único do CPC, cuja cobrança ficará suspensa, face o autor, eventualmente for, beneficiário da justiça gratuita, nos termos do art. 98, §3º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 28 de junho de 2019.

Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

P R O C E S S O : 0 0 3 0 8 8 0 2 7 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---AUTOR:NILSON SOUZA DOS SANTOS Representante(s): OAB 4896 - NILZA MARIA PAES DA CRUZ (DEFENSOR) OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REU:BANCO PANAMERICANO Representante(s): OAB 11432-A - FERNANDO LUZ PEREIRA (ADVOGADO) OAB 11433-A - MOISES BATISTA DE SOUZA (ADVOGADO) . Vistos. Trata-se de uma Ação Revisional de Contrato Bancário c/com repetição de indébito e pedido de liminar de antecipação de tutela As partes firmaram contrato de financiamento tipo alienação fiduciária, ou seja, empréstimo com veículo dado em garantia. A parte autora em sua inicial, vem alegando inúmeras irregularidades no contrato, de modo que o mesmo deve ser revisado. Este caso não é singular, pelo contrário, há muitos que

tramitam neste juízo, que com pequenas singularidades, possuem pedidos específicos, mas que na essência são as mesmas questões a serem enfrentadas como capitalização de juros, comissão de permanência, aplicação da sumula 121 do STF, condenação em devolução do valor pago indevidamente em dobro. Devidamente citada a parte ré contestou os termos da inicial. As partes, garantidos a ampla defesa e o contraditório, manifestaram-se nos autos. A audiência de conciliação restou infrutífera. As partes não querem produção de provas e como as questões envolvem fundamentalmente questões contratuais os autos vieram conclusos para sentença. Muito embora haja uma determinação do diploma processual, com caráter organizacional, para julgamento de processos em ordem cronológica por conclusão, cumpre salientar que este processo se enquadra no que dispõe o art. 12, §2º, II do CPC, ou seja, o juízo já possui entendimento firmando e o mérito se repete em vários outros, mais precisamente em dezenas. Assim, passo a análise das questões de mérito. É o relatório. Decido. Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de financiamento de veículo com a ré, tipo CDC. Contrato no qual o veículo, objeto da compra, fica como garantia do empréstimo cedido pela credora fiduciária. A relação que se estabeleceu entre as partes é uma relação consumerista, sendo o autor o consumidor e o réu o fornecedor. O que se configura pela relação financeira existente entre as partes. O contrato do qual se pretende a revisão é de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciação mais apurada, para que não desnature o contrato, ou seja, não se deve revisar cláusulas contratuais a partir do pressuposto absoluto de que houve vício ou ato que leve o consumidor a ser surpreendido com qualquer condição não avençada previamente, mas restringe-se apenas revisão de condições que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei.

Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercício hermenêutico sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesão.

Tal contrato é a expressão contemporânea do modo de produção e comércio massificado. Modo este que reflete diretamente na construção dos instrumentos contratuais, como a elaboração de cláusula estipuladas unilateralmente, superando o exercício dialético, em uma participação direta dos sujeitos envolvidos, na construção do texto contratual. O pressuposto fundamental do contrato é indubitavelmente o exercício da vontade e esta não está ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restrição na participação direta na elaboração das cláusulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessão do crédito para financiamento, no caso, de veículos. A vontade se manifesta no ato de aderir ou não às condições previamente apresentadas pela instituição concessiva do crédito financeiro. O objeto do contrato é o dinheiro investido na aquisição do respectivo veículo, o qual é dado em segurança, em caso de inadimplemento. Nestes termos manifesta-se a legislação: CPC. Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de Adesão Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo. § 1° A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato. § 2° Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2° do artigo anterior. § 3o Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. (Redação dada pela nº 11.785, de 2008) § 4° As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão. CC Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato. Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé. Art. 423. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio. Art. 425. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código. Art. 426. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva. Pela natureza do contrato de adesão, vê-se que as possibilidades de revisão das cláusulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fé, tendo em vista o que dispõe o CDC. Em acréscimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tão importante quanto a estrutura do contrato é o ato volitivo das partes, que fazem

a opção com conhecimento prévio dos termos estabelecidos, sendo que estes só podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fé, e isso, entendo, como engano deliberado, simulação ou mesmo fraude, que de modo inevitável limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, está viciada. Não é desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcançam com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de caráter, porque não afirmar, metafísico, digo com isso: o dinheiro, o crédito não possui corpo, porém, influência de forma substancial nas vidas das pessoas. Qualquer homem de consciência mediana sabe que o lucro é o objetivo das empresas, porém, o lucro não pode ser ofensivo à moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituições estatais, forjadas no liberalismo, uma função precípua de não permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que não possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesão, com suas condições, estão de acordo com as previsões legais e solidificado pelo entendimento do STJ. Pelo que se verifica no contrato, as cláusulas foram previamente apresentadas e as condições estipuladas pela ré para a concessão do crédito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestação volitiva. Quanto aos princípios da boa fé e da função social do contrato, de modo algum, tais princípios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposição da hipossuficiência, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de cláusulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Com isso quero dizer que não se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciário de cumprir com as prestações contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. A boa-fé é conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressão da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesão, se resume no contratar ou não, como já dito. Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em análise, a parte autora já sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos até o final do contrato. Salvo melhor juízo, não há nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificação das cláusulas ou condições contratuais. Assim, a opção que restou à parte autora foi contratar ou não contratar, e mesmo sabendo das condições que pretende revisar por meio de ação judicial, decidiu por um ato voluntário comprometer-se com as cláusulas contratuais. Confira-se a jurisprudência: APELAÇÃO EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÇÕES: MÉRITO: ALEGAÇÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÁUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÚMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÁTICA DECIDIDA À LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÇÃO? FRUIÇÃO DO BEM? JUROS ATINENTES À TAXA MÉDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÂNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Construída tal premissa, enfrento as questões que este juízo acompanha em entendimento os tribunais superiores. 1 - Juros de 12% a.a.

O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que as instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro podem praticar taxas de juros superiores a 12% (doze por cento) ao ano, senão vejamos: CIVIL E PROCESSUAL. CARTÃO DE CRÉDITO. DÍVIDA. AÇÃO REVISIONAL. JUROS. LIMITAÇÃO. COMISSÕES. I. As administradoras de cartão de crédito inserem-se entre as instituições financeiras regidas pela Lei n. 4.595/1964. II. Não se aplica a limitação de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de cartão de crédito. III. Ausência de prequestionamento impeditiva do exame do recurso especial em toda a pretensão deduzida pela parte. IV. Recurso especial não conhecido (REsp 471752/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 12/09/2006, DJ 13/08/2007, p. 373). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. Eventual abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). A comissão de permanência pode ser contratada para o período de inadimplência, não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros de mora e multa contratual (enunciados ns. 294 e 296 da Súmula do STJ e AgRg no REsp n. 712.801/RS, relatado pelo eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.05). Subsistentes os fundamentos do decisório agravado nega-se provimento ao agravo (AgRg no REsp 748570/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar

Asfor Rocha, j. 02/08/2005, DJ 14/11/2005, p. 341). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. - A abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária do período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). - Subsistente o fundamento do decisório agravado, nego provimento ao agravo (AgRg no REsp 588781/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/03/2004, DJ 02/08/2004, p. 410). Assim, nossos tribunais superiores têm decidido que não se pode falar de abusividade na pactuação dos juros remuneratórios só pelo fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano. Ao contrário, a abusividade destes só pode ser declarada, caso a caso, à vista de taxa comprovadamente discrepe, de modo substancial, da média do mercado na praça do empréstimo. 2- Juros Compostos.

O entendimento do STJ autoriza a aplicação de juros compostos, não havendo irregularidade alguma nessa aplicação Aliás, também, é pacifico o entendimento jurisprudencial que é permitida a capitalização de juros pelas instituições bancárias, in verbis: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE E CONFISSÃO DE DÍVIDA. INTERESSE PROCESSUAL CARACTERIZADO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. REVISÃO DOS ENCARGOS. POSSIBILIDADE. CARÊNCIA DE AÇÃO: Caracteriza-se o interesse processual quando a parte tem a necessidade de vir a juízo para obter a tutela pretendida, conferindo utilidade e eficácia ao pronunciamento judicial. Caso em que a instituição financeira possui interesse processual, em razão do inadimplemento do instrumento particular de confissão de dívida assumido pelo correntista e que não se constitui título executivo extrajudicial. PRESCRIÇÃO: A cobrança de dívida oriunda de contrato de confissão de dívida, sob a égide do Código Civil de 1916, obedece à prescrição vintenária, nos termos de seu art. 177. Sob a ótica do Código de 2002, ante a incorporação de novas hipóteses de prescrição ao Diploma, a prescrição passa a ser qüinqüenal e regulada pelo inciso I, do §5º, do art. 206. De acordo com a regra de transição prevista no art. 2.028, do CC/02, se não transcorrido metade do prazo prescricional, contado na fórmula do Código derrogado, conta-se a prescrição pelas disposições do novo Digesto Civil, com termo `a quo no início de sua vigência (11/01/2003). Considerando a data de ajuizamento da demanda, inocorreu, no caso, a prescrição. REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS: Muito embora seja viável a revisão de toda a relação contratual, em caso de sucessão negocial, no caso concreto a parte autora trouxe aos autos, apenas, o contrato de abertura de crédito em conta-corrente e confissão de dívida, sendo estes pactos, portanto, objeto de revisão. JUROS REMUNERATÓRIOS: A modificação da cláusula contratual relativa à taxa de juros remuneratórios apenas se justifica se demonstrada, de forma inequívoca, abusividade, o que não se verifica no caso. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. A cobrança da capitalização mensal dos juros é permitida em contratos firmados posteriormente à edição da MP n° 1.963-17, de 30.03.2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2000. Caso em que não se verifica a incidência do encargo sobre o débito reivindicado. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA: Apenas pode ser mantida para o período da inadimplência, afastando-se, contudo, os demais encargos: correção monetária, juros de mora, juros remuneratórios e multa moratória. REPETIÇÃO DO INDÉBITO: Compensação/Repetição do indébito possíveis, decorrentes da revisão do contrato e diante da impossibilidade de enriquecimento indevido. desnecessidade de prova de erro, conforme a súmula 322 do stj. ENCARGOS DA MORA: Evidenciada a inadimplência, incidem os encargos decorrentes da mora (no caso, comissão de permanência). PRELIMINAR REJEITADA. APELO PROVIDO, EM PARTE (Apelação Cível nº 70035925189, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Marco Aurélio dos Santos Caminha, j. 28/07/2011, DJ 01/08/2011). Assim, eventual capitalização e juros, como requerido, seria apreciada e comprovada quando houvesse a cobrança de juros no momento da inadimplência. 3- Juros remuneratórios e Juros moratórios. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido também que não se aplica o art. 591 c/c 406 do Código Civil aos contratos bancários, não estando submetidos à limitação de juros remuneratórios. Apenas os juros moratórios ficam circunscritos ao teto de 1% ao mês para os contratos bancários não regidos por legislação específica. Rememorando, juros remuneratórios são aqueles pactuados entre as partes como uma forma de retribuição pela disponibilidade do numerário, enquanto que juros moratórios são aqueles estipulados como uma forma de punição pelo atraso no cumprimento da obrigação estabelecida. De acordo com a Súmula 596 do STF, as instituições financeiras não se sujeitam também à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), salvo hipóteses específicas. São possíveis que sejam pactuados juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, sem que essa cláusula, por si só, seja inválida. É necessário analisar se os índices aplicáveis desfavoravelmente ao consumidor se encontram flagrantemente exorbitantes para que somente então se possa falar em revisão por parte do judiciário do que fora aventado pelas partes. Além do que, ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou, conforme dispõe o art. 314 do Código Civil

Brasileiro. Neste sentido, nossos tribunais têm pacificado o entendimento de que na ação de consignação em pagamento a parte deve depositar exatamente a prestação que se obrigou, pois, o credor não é obrigado a receber coisa diversa da que lhe é devida (art. 313 do CCB), in verbis: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 334 E 335, I DO NOVO CÓDIGO CIVIL; 535 E 890 DO CPC E DISSÍDIO PRETORIANO. PRETENSÃO DE DEPOSITAR DINHEIRO NO LUGAR DE COISA DEVIDA: SACAS DE SOJA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. Não há violação ao artigo 535, II do CPC quando o acórdão examinou as questões controvertidas na lide, expondo os fundamentos que o levaram às conclusões assumidas. 2. A consignação em pagamento visa exonerar o devedor de sua obrigação, mediante o depósito da quantia ou da coisa devida, e só poderá ter força de pagamento se concorrerem "em relação às pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais não é válido o pagamento" (artigo 336 do NCC). 3. Celebrado contrato entre as partes para a entrega de 372 sacas de soja de 60kg, a US$9,00 cada uma, sem estipulação de outra forma alternativa de cumprimento dessa obrigação, não é possível o uso da ação de consignação em pagamento para depósito em dinheiro daquilo que o devedor entende devido. 4. A consignação exige que o depósito judicial compreenda o mesmo objeto que seria preciso prestar, para que o pagamento possa extinguir a obrigação, pois "o credor não é obrigado a receber a prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa" (art. 313 do NCC) 5. Recurso especial não-provido (REsp 1194264/PR, T4, STJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 01/03/2011, DJe 04/03/2011). APELAÇÃO CÍVEL. ENSINO PARTICULAR. AÇÃO DE COBRANÇA. INADIMPLEMENTO DAS MENSALIDADES. PEDIDO DE PARCELAMENTO DO DÉBITO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBRIGAÇÃO DE DAR VALOR LÍQUIDO. SENTENÇA MANTIDA. Mérito do recurso em exame 1. No processo em que se exerce uma pretensão de eficácia preponderantemente condenatória, tal como na ação de cobrança, analisa-se existência do direito, constituindo-se um título executivo judicial se procedente o pedido formulado, o qual é exigível de pronto. 2. Portanto, reconhecido o crédito na fase de conhecimento e constituído o título executivo judicial, descabe a parte devedora indicar a forma de cumprimento da obrigação existente, quanto mais quando esta resulta de inadimplemento, sem causa jurídica para tanto, de direito preexistente. 3. Desse modo, os créditos consolidados mediante a via judicial não são passíveis de parcelamento, pois a faculdade de receber este de forma diversa da qual foi reconhecida é do credor, inexistindo possibilidade jurídica deste ser coagido a aceitar a oferta de pagamento parcelado pelo devedor, quanto mais em obrigação de dar valor líquido e exigível de pronto. Logo, a obrigação constituída não é alternativa, cuja opção de escolha da prestação a ser dada é do devedor, na forma do art. 252 da atual lei civil, ao contrário, se está diante de estipulação certa a ser cumprida. 4.Ademais, o credor não pode ser obrigado a aceitar o pagamento do débito de forma diversa do avençado e reconhecida como devida. Inteligência do art. 314 do CC. Destarte, inexistindo acordo entre as partes, não há embasamento legal para que se proceda da forma pretendida pela ré. Negado provimento ao apelo (Apelação Cível nº 70035000751, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Jorge Luiz Lopes do Canto, j. 31/03/2010, DJ 07/04/2010). COMINATÓRIA. CARTÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO INTEGRAL E IMEDIATO. PRETENSÃO AO PARCELAMENTO DO DÉBITO. DESCABIMENTO. CREDOR QUE NÃO ESTÁ OBRIGADO A RECEBER A PRESTAÇÃO DE FORMA DIVERSA DA AJUSTADA. EXEGESE DO ART. 314 DO CCB. INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO, ALTERANDO TAL REGRA, DEVE OCORRER APENAS EXCEPCIONALMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPELIR A CREDORA A ACATAR A PROPOSTA DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. RECURSO DESPROVIDO (Recurso Cível nº 71002857431, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais RS, Relator: Eugênio Facchini Neto, Julgado em 14/04/2011, DJ 20/04/2011). O caso, como em muitos outros, vem tratar de matéria já pacificada pelos tribunais superiores e a parte autora vem pretendendo a modificação dos termos contratuais utilizando argumentos que a jurisprudência já entendeu não aplicável para o caso. Muito embora o judiciário não pode ser furtar de apreciar perigo de lesão, o caso não requer apenas a apreciação do que realmente pode ser tido como pertinente para juízo. Neste sentido: Ação revisional de contrato bancário - alegações genéricas que têm por objetivo modificar o que foi livremente pactuado - inexistência de limitação, constitucional ou legal, de cobrança de juros em 12% ao ano - impossibilidade de se limiar os ganhos dos bancos, bem como de se modificar o contrato para se reduzir os juros e encargos - inexistência de abusividade na capitalização dos juros e de excessos a serem reduzidos - possibilidade de cobrar-se comissão de permanência, desde que não se cumule com a correção monetária - Acolhimento parcial tão só do recurso do réu (Apelação com Revisão n.º 1.177.643-7, 11ª Câmara de Direito Privado, Tribunal de Justiça SP, Rel. Des. Claudio Villar, j. 25/03/2011, DJ 07/06/2011) 6. Comissão de permanência Desta forma, o que reiteradamente vem sendo admitida como a única clausula abusiva em contratos desta natureza é a que prevê cumulação de cobrança de comissão de permanência com juros moratórios de 1% (um por cento) ao ano e multa de 2%

(dois por cento), conforme decisões reiteradas de nossos tribunais: CONTRATOS BANCÁRIOS. APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXAS ADMINISTRATIVAS. CAPITALIZAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. ENCARGOS MORATÓRIOS (MULTA). COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. - Código de Defesa do Consumidor: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos negócios jurídicos firmados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços (art. 3°, § 2°, CDC). - Inversão do ônus da prova: Na revisão de contratos submetidos à disciplina jurídica do CDC, admite-se a inversão do ônus da prova, em favor do tomador do crédito, quando constatada a hipossuficiência deste ou a verossimilhança das suas alegações. - Inexigibilidade do título executivo: Não obstante a inversão do ônus da prova, indispensável a produção de prova mínima, pelo contratante, acerca dos defeitos atribuídos à contratação. - Juros Remuneratórios: a) Cabível a revisão da taxa de juros remuneratórios estipulada apenas nos casos em que restar comprovado ser o percentual fixado discrepante das taxas de mercado usualmente utilizadas. - Tarifas e Taxas Administrativas: É possível a cobrança das tarifas e taxas administrativas, desde que expressamente pactuadas, porquanto legais e não revestidas de abusividade. - Capitalização de Juros: A capitalização de juros, nas operações bancárias, em prazo inferior a um ano, foi autorizada pela Medida Provisória nº. 1.963, de 30-03-2000, ainda vigente sob o nº. 2.170. - Caracterização da mora: Na ausência de abusividade contratual, resta caracterizada a mora. - Encargos moratórios: Juros moratórios 1% ao mês. Multa 2%. - Comissão de Permanência: É valida a estipulação de cobrança de comissão de permanência. Incidência das Súmulas 294 e 296 do STJ. É, no entanto, vedada a cumulação com demais encargos moratórios (juros e multa). NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS (Apelação Cível nº 70041421959, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 01/08/2011). CARTÃO DE CRÉDITO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CDC. REVISÃO DE OFÍCIO. JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MULTA. CET. MORA. COMPENSAÇÃO E/OU REPETIÇÃO DO INDÉBITO. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. SUCUMBÊNCIA. 1. Aplicabilidade do CDC: as disposições do Código de Defesa do Consumidor aplicam-se às relações negociais relativas aos cartões de crédito das instituições financeiras. 2. Revisão contratual: é vedado ao julgador o reconhecimento de abusividade ou legalidade de cláusulas, de ofício, em contratos bancários Exegese da Súmula n. 381 do STJ. 3. Juros remuneratórios: inexiste abusividade na cobrança de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, considerando os percentuais usualmente praticados no mercado. Precedentes do STJ. 4. Capitalização mensal: a capitalização dos juros remuneratórios, com periodicidade inferior a um ano, por instituições financeiras, é permitida nos contratos bancários celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da publicação da primitiva edição da atual MP n. 2.170-36/2001 (MP n. 1.963-17/2000). 5. Comissão de permanência, juros de mora e multa: a comissão de permanência é legal e pode ser exigida desde que pactuada e não cumulada com outros encargos moratórios ou remuneratórios previstos para a situação de inadimplência, observado o limite à soma destes. In casu, contratada esta, permite-se a sua cobrança, todavia, não de forma cumulada aos juros remuneratórios, juros de mora, multa moratória e correção monetária, cuja análise fica prejudicada. 6. Mora e Custo Efetivo Total: deixa-se de conhecer do recurso nos pontos, por ausente qualquer manifestação nesse sentido na inicial, configurando-se inovação recursal pelo autor. 7. Repetição do indébito: na forma simples ou pela correspondente compensação é admitida, ainda que ausente prova de erro no pagamento. 8. Inscrição nos órgãos de proteção ao crédito: a inscrição do nome do devedor inadimplente nos cadastros de proteção ao crédito mostra-se lícita nos casos de reconhecida inadimplência. 8. Danos morais: ausentes provas da caracterização do dano moral alegado, é inviável deferir-se a reparação, o que se verifica na hipótese dos autos. 9. Sucumbência: redimensionados os ônus sucumbenciais em face do resultado do julgamento. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE (Apelação Cível nº 70041216722, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 29/07/2011). Por fim, não há prova nos autos de que o réu tenha cobrado valores indevidos, nem o valor porventura pago, pois nos extratos anexos não consta à cobrança de comissão de permanência cumulada com juros de mora e multa. 7. Repetição de indébito.

Quanto o pedido de repetição de indébito, tenho que a determinação do pagamento consignado dos valores, de acordo com a previsão da autora, compromete a argumentação de devolução de valores pagos a maior. Mesmo porque, por todo o argumento acima exposto, não entendo ser necessário a revisão do contrato. Por fim, trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplência das prestações, aplicando-se taxas, juros e capitalização em valores acima do previsto no contrato para esta situação específica, estaríamos diante de motivos para revisar cálculos que estariam eventualmente contrários as regras do contrato. De outra feita, nada há no contrato, salvo a cumulação de comissão de permanência e

juros moratórios, uma comum nestes contratos. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido do autor, somente para admitir a cobrança da comissão de permanência como pactuado, no entanto, desde que não haja acumulação com juros moratórios ou remuneratórios e nem com a correção monetária ou a multa e consequentemente, julgo improcedente os demais pedidos, extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art.487, I do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários nos termos do art. 86, parágrafo único do CPC, cuja cobrança ficará suspensa, face o autor, eventualmente for, beneficiário da justiça gratuita, nos termos do art. 98, §3º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 28 de junho de 2019. Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

P R O C E S S O : 0 0 3 2 9 0 3 4 3 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---AUTOR:LARISSA FERNANDA GOMES PEREIRA ARAUJO Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:B V FINANCEIRA S A CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) . Vieram os autos conclusos para sentença, porém, verifico que a questão a ser abordada requer análise mais detida, a qual dê conta do parâmetro de cálculos realizado pela instituição financeira aplicada ao contrato, de modo que fique demonstrado a existência, ou não, qualquer ilegalidade no valor alcançado ao final e cobrado do consumidor. Assim, entendo ser necessário, para a resolução da demanda, o esclarecimento prestado por perícia técnica-contábil, a qual auxiliará a interpretação do caso e a formulação de entendimento do juízo. Determino de ofício a realização de perícia contábil para identificar qual a tabela de cálculo utilizado, se gauss ou price, ou qualquer outra a ser identificada pelo perito certificando-se de que as mesmas estão de acordo com o que dispõe a clausulas do contrato a ser revisado, e estas, posteriormente com a legislação e princípios legais. Nomeio a perita Kay Dione Carrilho Bentes D. Romero, CRC/PA nº 634/PA, com escritório à Travessa Padre Prudêncio, nº 706, Bairro Campina, Belém/Pará, com telefones para contato com números 32220920, 32235295 e 99813948, seguindo as determinações abaixo: a) Intime-se o perito, para informar, no prazo de 5 (cinco) dias, se aceita do encargo, ciente das possíveis causas de escusa e de substituição, previstas nos arts. 467 e 468 do Código de Processo Civil, respectivamente, desde que devidamente justificadas, bem como de que este Juízo arbitra os honorários periciais em R$ 1.000,00 (hum mil reais), os quais deverão ser rateados já que a referida prova fora determinada de ofício, nos termos do art. 95, caput, do CPC. No entanto, considerando que a autora, que é obrigado a arcar com metade deste valor é beneficiária da assistência judiciária gratuita, na forma da Lei 1.060/1950, esta cota será paga pelo Tribunal de Justiça nos termos do Art. 3º do Provimento Conjunto nº. 010/2016/CJRMB/CJCI. Já a metade restante, será arcada pelo autor, a qual deverá ser depositada em conta vinculada a este Juízo, no prazo de 10 (dez) dias. b) Deve a Sra. Perita apresentar currículo, com comprovação da especialização e endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, nos termos do art. 465, §2º, do Código de Processo Civil, bem como deverá indicar data, hora e local para a realização da perícia, com prazo suficiente para intimar as partes e seus assistentes técnicos; c) A Sra. Perita deverá realizar o exame pericial atentando-se aos quesitos já especificados pelas partes e cumprir escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso; d) Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para que a Sra. Perita apresente o laudo pericial; e) Os honorários deverão ser pagos apenas ao final, depois de entregue o laudo e prestados todos os esclarecimentos necessários conforme art. 465, §4º, do CPC, devendo para tanto a Sra. Diretora de Secretaria expedir Ofício à Presidência deste E. Tribunal de Justiça para que efetue o referido pagamento; f) Após a apresentação do laudo, intimem-se as partes para, querendo, se manifestarem no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer nos termos do art. 477, §1º do CPC. g) Por fim, determino que a Secretaria formalize imediato expediente à Presidência do Tribunal observando as determinações contidas no Provimento Conjunto nº. 010/2016/CJRMB/CJCI. Intimem-se. Belém, 27 de junho de 2019. Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial

P R O C E S S O : 0 0 3 3 1 5 2 9 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---AUTOR:IVETE DA LUZ PEREIRA Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA

(ADVOGADO) REU:BANCO SAFRA SA Representante(s): OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) . Vieram os autos conclusos para sentença, porém, verifico que a questão a ser abordada requer análise mais detida, a qual dê conta do parâmetro de cálculos realizado pela instituição financeira aplicada ao contrato, de modo que fique demonstrado a existência, ou não, qualquer ilegalidade no valor alcançado ao final e cobrado do consumidor. Assim, entendo ser necessário, para a resolução da demanda, o esclarecimento prestado por perícia técnica-contábil, a qual auxiliará a interpretação do caso e a formulação de entendimento do juízo. Determino de ofício a realização de perícia contábil para identificar qual a tabela de cálculo utilizado, se gauss ou price, ou qualquer outra a ser identificada pelo perito certificando-se de que as mesmas estão de acordo com o que dispõe a clausulas do contrato a ser revisado, e estas, posteriormente com a legislação e princípios legais. Nomeio a perita Kay Dione Carrilho Bentes D. Romero, CRC/PA nº 634/PA, com escritório à Travessa Padre Prudêncio, nº 706, Bairro Campina, Belém/Pará, com telefones para contato com números 32220920, 32235295 e 99813948, seguindo as determinações abaixo: a) Intime-se o perito, para informar, no prazo de 5 (cinco) dias, se aceita do encargo, ciente das possíveis causas de escusa e de substituição, previstas nos arts. 467 e 468 do Código de Processo Civil, respectivamente, desde que devidamente justificadas, bem como de que este Juízo arbitra os honorários periciais em R$ 1.000,00 (hum mil reais), os quais deverão ser rateados já que a referida prova fora determinada de ofício, nos termos do art. 95, caput, do CPC. No entanto, considerando que a autora, que é obrigado a arcar com metade deste valor é beneficiária da assistência judiciária gratuita, na forma da Lei 1.060/1950, esta cota será paga pelo Tribunal de Justiça nos termos do Art. 3º do Provimento Conjunto nº. 010/2016/CJRMB/CJCI. Já a metade restante, será arcada pelo autor, a qual deverá ser depositada em conta vinculada a este Juízo, no prazo de 10 (dez) dias. b) Deve a Sra. Perita apresentar currículo, com comprovação da especialização e endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, nos termos do art. 465, §2º, do Código de Processo Civil, bem como deverá indicar data, hora e local para a realização da perícia, com prazo suficiente para intimar as partes e seus assistentes técnicos; c) A Sra. Perita deverá realizar o exame pericial atentando-se aos quesitos já especificados pelas partes e cumprir escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso; d) Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para que a Sra. Perita apresente o laudo pericial; e) Os honorários deverão ser pagos apenas ao final, depois de entregue o laudo e prestados todos os esclarecimentos necessários conforme art. 465, §4º, do CPC, devendo para tanto a Sra. Diretora de Secretaria expedir Ofício à Presidência deste E. Tribunal de Justiça para que efetue o referido pagamento; f) Após a apresentação do laudo, intimem-se as partes para, querendo, se manifestarem no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer nos termos do art. 477, §1º do CPC. g) Por fim, determino que a Secretaria formalize imediato expediente à Presidência do Tribunal observando as determinações contidas no Provimento Conjunto nº. 010/2016/CJRMB/CJCI. Intimem-se. Belém, 27 de junho de 2019. Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial

PROCESSO: 00349505420088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810983757 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---REU:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15733 A - JOSE EDGAR DA CUNHA BUENO FILHO (ADVOGADO) OAB 12008 - MAURA POLIANA SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 15733 A - JOSE EDGAR DA CUNHA BUENO FILHO (ADVOGADO) OAB 12008 - MAURA POLIANA SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) AUTOR:MARIA DE NAZARE BLANCO DE MOTA AUTOR:PEDRO BEZERRA DE OLIVEIRA SANTOS Representante(s): THAISA CRISTINA CANTONI MANHAS (ADVOGADO) AUTOR:WALDEMAR DE CASTRO MIRANDA Representante(s): OAB 24737-A - NEWTON LEOPOLDO DA CAMARA NETO (ADVOGADO) AUTOR:SILVINA TAVERES DA SILVA. Embargos de declaração de sentença proferida por este Juízo às fls. 109 que extinguiu o feito, sem resolução do mérito, na forma do art. 267, VI do CPC. O Embargante alega, em síntese, que há na referida sentença contradição e/ou obscuridade alegando que não houve abandono da causa uma vez que o processo se encontrava sobrestado por decisão do STF. O embargado apresentou manifestação às fls. 121. Autos conclusos. É o relatório. DECIDO. Nos termos do art. 1.022 do CPC, são cabíveis embargos de declaração somente para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento ou ainda, para corrigir erro material. Sendo assim, em relação aos presentes embargos, tenho que são procedentes as razões do embargante uma vez que por força de decisão do STF as ações envolvendo a matéria de planos econômicos, devem ficar sobrestadas até o transito em julgado da controvérsia nos recursos extraordinários afetados em regime de repercussão geral. Ante o exposto, conheço dos

embargos de declaração e acolho-o para determina a suspensão do processo até a decisão de mérito pela Corte Constitucional. Determino que os autos aguardem na Secretaria o deslinde da questão. Na oportunidade, dê-se ciência ao Autor do teor na petição de fls. 127/128. Belém, 26 de junho de 2019. Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

P R O C E S S O : 0 0 3 5 4 9 6 4 5 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---AUTOR:TARCILA DE SOUZA SOUZA Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 17433 - JOAO PAULO BACELAR MAIA (ADVOGADO) OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . Vieram os autos conclusos para sentença, porém, verifico que a questão a ser abordada requer análise mais detida, a qual dê conta do parâmetro de cálculos realizado pela instituição financeira aplicada ao contrato, de modo que fique demonstrado a existência, ou não, qualquer ilegalidade no valor alcançado ao final e cobrado do consumidor. Assim, entendo ser necessário, para a resolução da demanda, o esclarecimento prestado por perícia técnica-contábil, a qual auxiliará a interpretação do caso e a formulação de entendimento do juízo. Determino de ofício a realização de perícia contábil para identificar qual a tabela de cálculo utilizado, se gauss ou price, ou qualquer outra a ser identificada pelo perito certificando-se de que as mesmas estão de acordo com o que dispõe a clausulas do contrato a ser revisado, e estas, posteriormente com a legislação e princípios legais. Nomeio a perita Kay Dione Carrilho Bentes D. Romero, CRC/PA nº 634/PA, com escritório à Travessa Padre Prudêncio, nº 706, Bairro Campina, Belém/Pará, com telefones para contato com números 32220920, 32235295 e 99813948, seguindo as determinações abaixo: a) Intime-se o perito, para informar, no prazo de 5 (cinco) dias, se aceita do encargo, ciente das possíveis causas de escusa e de substituição, previstas nos arts. 467 e 468 do Código de Processo Civil, respectivamente, desde que devidamente justificadas, bem como de que este Juízo arbitra os honorários periciais em R$ 1.000,00 (hum mil reais), os quais deverão ser rateados já que a referida prova fora determinada de ofício, nos termos do art. 95, caput, do CPC. No entanto, considerando que a autora, que é obrigado a arcar com metade deste valor é beneficiária da assistência judiciária gratuita, na forma da Lei 1.060/1950, esta cota será paga pelo Tribunal de Justiça nos termos do Art. 3º do Provimento Conjunto nº. 010/2016/CJRMB/CJCI. Já a metade restante, será arcada pelo autor, a qual deverá ser depositada em conta vinculada a este Juízo, no prazo de 10 (dez) dias. b) Deve a Sra. Perita apresentar currículo, com comprovação da especialização e endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, nos termos do art. 465, §2º, do Código de Processo Civil, bem como deverá indicar data, hora e local para a realização da perícia, com prazo suficiente para intimar as partes e seus assistentes técnicos; c) A Sra. Perita deverá realizar o exame pericial atentando-se aos quesitos já especificados pelas partes e cumprir escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso; d) Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para que a Sra. Perita apresente o laudo pericial; e) Os honorários deverão ser pagos apenas ao final, depois de entregue o laudo e prestados todos os esclarecimentos necessários conforme art. 465, §4º, do CPC, devendo para tanto a Sra. Diretora de Secretaria expedir Ofício à Presidência deste E. Tribunal de Justiça para que efetue o referido pagamento; f) Após a apresentação do laudo, intimem-se as partes para, querendo, se manifestarem no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer nos termos do art. 477, §1º do CPC. g) Por fim, determino que a Secretaria formalize imediato expediente à Presidência do Tribunal observando as determinações contidas no Provimento Conjunto nº. 010/2016/CJRMB/CJCI. Intimem-se. Belém, 27 de junho de 2019. Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial

P R O C E S S O : 0 0 4 2 9 6 4 6 0 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---REQUERENTE:JACQUELINO FONTEL RODRIGUES Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO FIAT SA Representante(s): OAB 137331 - EGBERTO HERNADES BLANCO (ADVOGADO) OAB 25727-A - CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (ADVOGADO) . Vieram os autos conclusos para sentença, porém, verifico que a questão a ser abordada requer análise mais detida, a qual dê conta do parâmetro de cálculos realizado pela instituição financeira aplicada ao contrato, de modo que fique demonstrado a existência, ou não, qualquer ilegalidade no valor

alcançado ao final e cobrado do consumidor. Assim, entendo ser necessário, para a resolução da demanda, o esclarecimento prestado por perícia técnica-contábil, a qual auxiliará a interpretação do caso e a formulação de entendimento do juízo. Determino de ofício a realização de perícia contábil para identificar qual a tabela de cálculo utilizado, se gauss ou price, ou qualquer outra a ser identificada pelo perito certificando-se de que as mesmas estão de acordo com o que dispõe a clausulas do contrato a ser revisado, e estas, posteriormente com a legislação e princípios legais. Nomeio a perita Kay Dione Carrilho Bentes D. Romero, CRC/PA nº 634/PA, com escritório à Travessa Padre Prudêncio, nº 706, Bairro Campina, Belém/Pará, com telefones para contato com números 32220920, 32235295 e 99813948, seguindo as determinações abaixo: a) Intime-se o perito, para informar, no prazo de 5 (cinco) dias, se aceita do encargo, ciente das possíveis causas de escusa e de substituição, previstas nos arts. 467 e 468 do Código de Processo Civil, respectivamente, desde que devidamente justificadas, bem como de que este Juízo arbitra os honorários periciais em R$ 1.000,00 (hum mil reais), os quais deverão ser rateados já que a referida prova fora determinada de ofício, nos termos do art. 95, caput, do CPC. No entanto, considerando que a autora, que é obrigado a arcar com metade deste valor é beneficiária da assistência judiciária gratuita, na forma da Lei 1.060/1950, esta cota será paga pelo Tribunal de Justiça nos termos do Art. 3º do Provimento Conjunto nº. 010/2016/CJRMB/CJCI. Já a metade restante, será arcada pelo autor, a qual deverá ser depositada em conta vinculada a este Juízo, no prazo de 10 (dez) dias. b) Deve a Sra. Perita apresentar currículo, com comprovação da especialização e endereço eletrônico, para onde serão dirigidas as intimações pessoais, nos termos do art. 465, §2º, do Código de Processo Civil, bem como deverá indicar data, hora e local para a realização da perícia, com prazo suficiente para intimar as partes e seus assistentes técnicos; c) A Sra. Perita deverá realizar o exame pericial atentando-se aos quesitos já especificados pelas partes e cumprir escrupulosamente o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso; d) Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para que a Sra. Perita apresente o laudo pericial; e) Os honorários deverão ser pagos apenas ao final, depois de entregue o laudo e prestados todos os esclarecimentos necessários conforme art. 465, §4º, do CPC, devendo para tanto a Sra. Diretora de Secretaria expedir Ofício à Presidência deste E. Tribunal de Justiça para que efetue o referido pagamento; f) Após a apresentação do laudo, intimem-se as partes para, querendo, se manifestarem no prazo comum de 15 (quinze) dias, podendo o assistente técnico de cada uma das partes, em igual prazo, apresentar seu respectivo parecer nos termos do art. 477, §1º do CPC. g) Por fim, determino que a Secretaria formalize imediato expediente à Presidência do Tribunal observando as determinações contidas no Provimento Conjunto nº. 010/2016/CJRMB/CJCI. Intimem-se. Belém, 27 de junho de 2019. Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial

P R O C E S S O : 0 0 4 8 9 5 7 8 4 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---AUTOR:SILVA RODRIGUES E SILVA RODRIGUES LTDA ME Representante(s): OAB 7960 - HILDEMAN ANTONIO ROMERO COLMENARES JR. (ADVOGADO) OAB 23831 - ANNA CAROLINE FERREIRA LISBOA (ADVOGADO) REU:BANCO RODOBENS SA Representante(s): OAB 208972 - THIAGO TAGLIAFERRO LOPES (ADVOGADO) . Vistos. Trata-se de uma Ação Revisional de Contrato Bancário c/com repetição de indébito e pedido de liminar de antecipação de tutela As partes firmaram contrato de financiamento tipo alienação fiduciária, ou seja, empréstimo com veículo dado em garantia. A parte autora em sua inicial, vem alegando inúmeras irregularidades no contrato, de modo que o mesmo deve ser revisado. Este caso não é singular, pelo contrário, há muitos que tramitam neste juízo, que com pequenas singularidades, possuem pedidos específicos, mas que na essência são as mesmas questões a serem enfrentadas como capitalização de juros, comissão de permanência, aplicação da sumula 121 do STF, condenação em devolução do valor pago indevidamente em dobro. Devidamente citada a parte ré contestou os termos da inicial. As partes, garantidos a ampla defesa e o contraditório, manifestaram-se nos autos. A audiência de conciliação restou infrutífera. As partes não querem produção de provas e como as questões envolvem fundamentalmente questões contratuais os autos vieram conclusos para sentença. Muito embora haja uma determinação do diploma processual, com caráter organizacional, para julgamento de processos em ordem cronológica por conclusão, cumpre salientar que este processo se enquadra no que dispõe o art. 12, §2º, II do CPC, ou seja, o juízo já possui entendimento firmando e o mérito se repete em vários outros, mais precisamente em dezenas. Assim, passo a análise das questões de mérito. É o relatório. Decido. Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de financiamento de veículo com a ré, tipo CDC. Contrato no qual o veículo, objeto da compra, fica como garantia do empréstimo cedido pela credora fiduciária. A relação que se

estabeleceu entre as partes é uma relação consumerista, sendo o autor o consumidor e o réu o fornecedor. O que se configura pela relação financeira existente entre as partes. O contrato do qual se pretende a revisão é de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciação mais apurada, para que não desnature o contrato, ou seja, não se deve revisar cláusulas contratuais a partir do pressuposto absoluto de que houve vício ou ato que leve o consumidor a ser surpreendido com qualquer condição não avençada previamente, mas restringe-se apenas revisão de condições que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei. Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercício hermenêutico sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesão. Tal contrato é a expressão contemporânea do modo de produção e comércio massificado. Modo este que reflete diretamente na construção dos instrumentos contratuais, como a elaboração de cláusula estipuladas unilateralmente, superando o exercício dialético, em uma participação direta dos sujeitos envolvidos, na construção do texto contratual.

O pressuposto fundamental do contrato é indubitavelmente o exercício da vontade e esta não está ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restrição na participação direta na elaboração das cláusulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessão do crédito para financiamento, no caso, de veículos. A vontade se manifesta no ato de aderir ou não às condições previamente apresentadas pela instituição concessiva do crédito financeiro. O objeto do contrato é o dinheiro investido na aquisição do respectivo veículo, o qual é dado em segurança, em caso de inadimplemento.

Nestes termos manifesta-se a legislação: CPC. Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de Adesão Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo. § 1° A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato. § 2° Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2° do artigo anterior. § 3o Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. (Redação dada pela nº 11.785, de 2008) § 4° As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão. CC Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato. Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé. Art. 423. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio. Art. 425. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código. Art. 426. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva. Pela natureza do contrato de adesão, vê-se que as possibilidades de revisão das cláusulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fé, tendo em vista o que dispõe o CDC. Em acréscimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tão importante quanto a estrutura do contrato é o ato volitivo das partes, que fazem a opção com conhecimento prévio dos termos estabelecidos, sendo que estes só podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fé, e isso, entendo, como engano deliberado, simulação ou mesmo fraude, que de modo inevitável limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, está viciada. Não é desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcançam com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de caráter, porque não afirmar, metafísico, digo com isso: o dinheiro, o crédito não possui corpo, porém, influência de forma substancial nas vidas das pessoas. Qualquer homem de consciência mediana sabe que o lucro é o objetivo das empresas, porém, o lucro não pode ser ofensivo à moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituições estatais, forjadas no liberalismo, uma função precípua de não permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que não possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesão, com suas condições, estão de acordo com as previsões legais e solidificado pelo entendimento do STJ.

Pelo que se verifica no contrato, as cláusulas foram previamente apresentadas e as condições estipuladas pela ré para a concessão do crédito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como

manifestação volitiva. Quanto aos princípios da boa fé e da função social do contrato, de modo algum, tais princípios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposição da hipossuficiência, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de cláusulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Com isso quero dizer que não se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciário de cumprir com as prestações contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. A boa-fé é conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressão da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesão, se resume no contratar ou não, como já dito. Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em análise, a parte autora já sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos até o final do contrato. Salvo melhor juízo, não há nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificação das cláusulas ou condições contratuais. Assim, a opção que restou à parte autora foi contratar ou não contratar, e mesmo sabendo das condições que pretende revisar por meio de ação judicial, decidiu por um ato voluntário comprometer-se com as cláusulas contratuais. Confira-se a jurisprudência: APELAÇÃO EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÇÕES: MÉRITO: ALEGAÇÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÁUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÚMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÁTICA DECIDIDA À LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÇÃO? FRUIÇÃO DO BEM? JUROS ATINENTES À TAXA MÉDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÂNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Construída tal premissa, enfrento as questões que este juízo acompanha em entendimento os tribunais superiores. 1 - Juros de 12% a.a. O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que as instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro podem praticar taxas de juros superiores a 12% (doze por cento) ao ano, senão vejamos: CIVIL E PROCESSUAL. CARTÃO DE CRÉDITO. DÍVIDA. AÇÃO REVISIONAL. JUROS. LIMITAÇÃO. COMISSÕES. I. As administradoras de cartão de crédito inserem-se entre as instituições financeiras regidas pela Lei n. 4.595/1964. II. Não se aplica a limitação de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de cartão de crédito. III. Ausência de prequestionamento impeditiva do exame do recurso especial em toda a pretensão deduzida pela parte. IV. Recurso especial não conhecido (REsp 471752/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 12/09/2006, DJ 13/08/2007, p. 373). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. Eventual abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). A comissão de permanência pode ser contratada para o período de inadimplência, não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros de mora e multa contratual (enunciados ns. 294 e 296 da Súmula do STJ e AgRg no REsp n. 712.801/RS, relatado pelo eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.05). Subsistentes os fundamentos do decisório agravado nega-se provimento ao agravo (AgRg no REsp 748570/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/08/2005, DJ 14/11/2005, p. 341). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. - A abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária do período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). - Subsistente o fundamento do decisório agravado, nego provimento ao agravo (AgRg no REsp 588781/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/03/2004, DJ 02/08/2004, p. 410). Assim, nossos tribunais superiores têm decidido que não se pode falar de abusividade na pactuação dos juros remuneratórios só pelo fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano. Ao contrário, a abusividade destes só pode ser declarada, caso a caso, à vista de taxa comprovadamente discrepe, de modo substancial, da média do mercado na praça do empréstimo.

2- Juros Compostos. O entendimento do STJ autoriza a aplicação de juros compostos, não havendo irregularidade alguma nessa aplicação Aliás, também, é pacifico o entendimento jurisprudencial que é permitida a capitalização de juros pelas instituições bancárias, in verbis: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE E

CONFISSÃO DE DÍVIDA. INTERESSE PROCESSUAL CARACTERIZADO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. REVISÃO DOS ENCARGOS. POSSIBILIDADE. CARÊNCIA DE AÇÃO: Caracteriza-se o interesse processual quando a parte tem a necessidade de vir a juízo para obter a tutela pretendida, conferindo utilidade e eficácia ao pronunciamento judicial. Caso em que a instituição financeira possui interesse processual, em razão do inadimplemento do instrumento particular de confissão de dívida assumido pelo correntista e que não se constitui título executivo extrajudicial. PRESCRIÇÃO: A cobrança de dívida oriunda de contrato de confissão de dívida, sob a égide do Código Civil de 1916, obedece à prescrição vintenária, nos termos de seu art. 177. Sob a ótica do Código de 2002, ante a incorporação de novas hipóteses de prescrição ao Diploma, a prescrição passa a ser qüinqüenal e regulada pelo inciso I, do §5º, do art. 206. De acordo com a regra de transição prevista no art. 2.028, do CC/02, se não transcorrido metade do prazo prescricional, contado na fórmula do Código derrogado, conta-se a prescrição pelas disposições do novo Digesto Civil, com termo `a quo no início de sua vigência (11/01/2003). Considerando a data de ajuizamento da demanda, inocorreu, no caso, a prescrição. REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS: Muito embora seja viável a revisão de toda a relação contratual, em caso de sucessão negocial, no caso concreto a parte autora trouxe aos autos, apenas, o contrato de abertura de crédito em conta-corrente e confissão de dívida, sendo estes pactos, portanto, objeto de revisão. JUROS REMUNERATÓRIOS: A modificação da cláusula contratual relativa à taxa de juros remuneratórios apenas se justifica se demonstrada, de forma inequívoca, abusividade, o que não se verifica no caso. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. A cobrança da capitalização mensal dos juros é permitida em contratos firmados posteriormente à edição da MP n° 1.963-17, de 30.03.2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2000. Caso em que não se verifica a incidência do encargo sobre o débito reivindicado. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA: Apenas pode ser mantida para o período da inadimplência, afastando-se, contudo, os demais encargos: correção monetária, juros de mora, juros remuneratórios e multa moratória. REPETIÇÃO DO INDÉBITO: Compensação/Repetição do indébito possíveis, decorrentes da revisão do contrato e diante da impossibilidade de enriquecimento indevido. desnecessidade de prova de erro, conforme a súmula 322 do stj. ENCARGOS DA MORA: Evidenciada a inadimplência, incidem os encargos decorrentes da mora (no caso, comissão de permanência). PRELIMINAR REJEITADA. APELO PROVIDO, EM PARTE (Apelação Cível nº 70035925189, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Marco Aurélio dos Santos Caminha, j. 28/07/2011, DJ 01/08/2011). Assim, eventual capitalização e juros, como requerido, seria apreciada e comprovada quando houvesse a cobrança de juros no momento da inadimplência. 3- Juros remuneratórios e Juros moratórios. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido também que não se aplica o art. 591 c/c 406 do Código Civil aos contratos bancários, não estando submetidos à limitação de juros remuneratórios. Apenas os juros moratórios ficam circunscritos ao teto de 1% ao mês para os contratos bancários não regidos por legislação específica. Rememorando, juros remuneratórios são aqueles pactuados entre as partes como uma forma de retribuição pela disponibilidade do numerário, enquanto que juros moratórios são aqueles estipulados como uma forma de punição pelo atraso no cumprimento da obrigação estabelecida.

De acordo com a Súmula 596 do STF, as instituições financeiras não se sujeitam também à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), salvo hipóteses específicas. São possíveis que sejam pactuados juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, sem que essa cláusula, por si só, seja inválida. É necessário analisar se os índices aplicáveis desfavoravelmente ao consumidor se encontram flagrantemente exorbitantes para que somente então se possa falar em revisão por parte do judiciário do que fora aventado pelas partes. Além do que, ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou, conforme dispõe o art. 314 do Código Civil Brasileiro. Neste sentido, nossos tribunais têm pacificado o entendimento de que na ação de consignação em pagamento a parte deve depositar exatamente a prestação que se obrigou, pois, o credor não é obrigado a receber coisa diversa da que lhe é devida (art. 313 do CCB), in verbis: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 334 E 335, I DO NOVO CÓDIGO CIVIL; 535 E 890 DO CPC E DISSÍDIO PRETORIANO. PRETENSÃO DE DEPOSITAR DINHEIRO NO LUGAR DE COISA DEVIDA: SACAS DE SOJA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. Não há violação ao artigo 535, II do CPC quando o acórdão examinou as questões controvertidas na lide, expondo os fundamentos que o levaram às conclusões assumidas. 2. A consignação em pagamento visa exonerar o devedor de sua obrigação, mediante o depósito da quantia ou da coisa devida, e só poderá ter força de pagamento se concorrerem "em relação às pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais não é válido o pagamento" (artigo 336 do NCC). 3. Celebrado contrato entre as partes para a entrega de 372 sacas de soja de 60kg, a US$9,00 cada uma, sem estipulação de outra forma alternativa de cumprimento dessa obrigação, não é possível o uso da ação

de consignação em pagamento para depósito em dinheiro daquilo que o devedor entende devido. 4. A consignação exige que o depósito judicial compreenda o mesmo objeto que seria preciso prestar, para que o pagamento possa extinguir a obrigação, pois "o credor não é obrigado a receber a prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa" (art. 313 do NCC) 5. Recurso especial não-provido (REsp 1194264/PR, T4, STJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 01/03/2011, DJe 04/03/2011). APELAÇÃO CÍVEL. ENSINO PARTICULAR. AÇÃO DE COBRANÇA. INADIMPLEMENTO DAS MENSALIDADES. PEDIDO DE PARCELAMENTO DO DÉBITO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBRIGAÇÃO DE DAR VALOR LÍQUIDO. SENTENÇA MANTIDA. Mérito do recurso em exame 1. No processo em que se exerce uma pretensão de eficácia preponderantemente condenatória, tal como na ação de cobrança, analisa-se existência do direito, constituindo-se um título executivo judicial se procedente o pedido formulado, o qual é exigível de pronto. 2. Portanto, reconhecido o crédito na fase de conhecimento e constituído o título executivo judicial, descabe a parte devedora indicar a forma de cumprimento da obrigação existente, quanto mais quando esta resulta de inadimplemento, sem causa jurídica para tanto, de direito preexistente. 3. Desse modo, os créditos consolidados mediante a via judicial não são passíveis de parcelamento, pois a faculdade de receber este de forma diversa da qual foi reconhecida é do credor, inexistindo possibilidade jurídica deste ser coagido a aceitar a oferta de pagamento parcelado pelo devedor, quanto mais em obrigação de dar valor líquido e exigível de pronto. Logo, a obrigação constituída não é alternativa, cuja opção de escolha da prestação a ser dada é do devedor, na forma do art. 252 da atual lei civil, ao contrário, se está diante de estipulação certa a ser cumprida. 4.Ademais, o credor não pode ser obrigado a aceitar o pagamento do débito de forma diversa do avençado e reconhecida como devida. Inteligência do art. 314 do CC. Destarte, inexistindo acordo entre as partes, não há embasamento legal para que se proceda da forma pretendida pela ré. Negado provimento ao apelo (Apelação Cível nº 70035000751, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Jorge Luiz Lopes do Canto, j. 31/03/2010, DJ 07/04/2010). COMINATÓRIA. CARTÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO INTEGRAL E IMEDIATO. PRETENSÃO AO PARCELAMENTO DO DÉBITO. DESCABIMENTO. CREDOR QUE NÃO ESTÁ OBRIGADO A RECEBER A PRESTAÇÃO DE FORMA DIVERSA DA AJUSTADA. EXEGESE DO ART. 314 DO CCB. INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO, ALTERANDO TAL REGRA, DEVE OCORRER APENAS EXCEPCIONALMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPELIR A CREDORA A ACATAR A PROPOSTA DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. RECURSO DESPROVIDO (Recurso Cível nº 71002857431, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais RS, Relator: Eugênio Facchini Neto, Julgado em 14/04/2011, DJ 20/04/2011). O caso, como em muitos outros, vem tratar de matéria já pacificada pelos tribunais superiores e a parte autora vem pretendendo a modificação dos termos contratuais utilizando argumentos que a jurisprudência já entendeu não aplicável para o caso. Muito embora o judiciário não pode ser furtar de apreciar perigo de lesão, o caso não requer apenas a apreciação do que realmente pode ser tido como pertinente para juízo. Neste sentido: Ação revisional de contrato bancário - alegações genéricas que têm por objetivo modificar o que foi livremente pactuado - inexistência de limitação, constitucional ou legal, de cobrança de juros em 12% ao ano - impossibilidade de se limiar os ganhos dos bancos, bem como de se modificar o contrato para se reduzir os juros e encargos - inexistência de abusividade na capitalização dos juros e de excessos a serem reduzidos - possibilidade de cobrar-se comissão de permanência, desde que não se cumule com a correção monetária - Acolhimento parcial tão só do recurso do réu (Apelação com Revisão n.º 1.177.643-7, 11ª Câmara de Direito Privado, Tribunal de Justiça SP, Rel. Des. Claudio Villar, j. 25/03/2011, DJ 07/06/2011) 6. Comissão de permanência Desta forma, o que reiteradamente vem sendo admitida como a única clausula abusiva em contratos desta natureza é a que prevê cumulação de cobrança de comissão de permanência com juros moratórios de 1% (um por cento) ao ano e multa de 2% (dois por cento), conforme decisões reiteradas de nossos tribunais: CONTRATOS BANCÁRIOS. APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXAS ADMINISTRATIVAS. CAPITALIZAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. ENCARGOS MORATÓRIOS (MULTA). COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. - Código de Defesa do Consumidor: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos negócios jurídicos firmados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços (art. 3°, § 2°, CDC). - Inversão do ônus da prova: Na revisão de contratos submetidos à disciplina jurídica do CDC, admite-se a inversão do ônus da prova, em favor do tomador do crédito, quando constatada a hipossuficiência deste ou a verossimilhança das suas alegações. - Inexigibilidade do título executivo: Não obstante a inversão do ônus da prova, indispensável a produção de prova mínima, pelo contratante, acerca dos defeitos atribuídos à contratação. - Juros Remuneratórios: a) Cabível a revisão da taxa de juros remuneratórios estipulada apenas nos casos em que restar comprovado ser o percentual fixado discrepante das taxas de

mercado usualmente utilizadas. - Tarifas e Taxas Administrativas: É possível a cobrança das tarifas e taxas administrativas, desde que expressamente pactuadas, porquanto legais e não revestidas de abusividade. - Capitalização de Juros: A capitalização de juros, nas operações bancárias, em prazo inferior a um ano, foi autorizada pela Medida Provisória nº. 1.963, de 30-03-2000, ainda vigente sob o nº. 2.170. - Caracterização da mora: Na ausência de abusividade contratual, resta caracterizada a mora. - Encargos moratórios: Juros moratórios 1% ao mês. Multa 2%. - Comissão de Permanência: É valida a estipulação de cobrança de comissão de permanência. Incidência das Súmulas 294 e 296 do STJ. É, no entanto, vedada a cumulação com demais encargos moratórios (juros e multa). NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS (Apelação Cível nº 70041421959, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 01/08/2011). CARTÃO DE CRÉDITO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CDC. REVISÃO DE OFÍCIO. JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MULTA. CET. MORA. COMPENSAÇÃO E/OU REPETIÇÃO DO INDÉBITO. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. SUCUMBÊNCIA. 1. Aplicabilidade do CDC: as disposições do Código de Defesa do Consumidor aplicam-se às relações negociais relativas aos cartões de crédito das instituições financeiras. 2. Revisão contratual: é vedado ao julgador o reconhecimento de abusividade ou legalidade de cláusulas, de ofício, em contratos bancários Exegese da Súmula n. 381 do STJ. 3. Juros remuneratórios: inexiste abusividade na cobrança de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, considerando os percentuais usualmente praticados no mercado. Precedentes do STJ. 4. Capitalização mensal: a capitalização dos juros remuneratórios, com periodicidade inferior a um ano, por instituições financeiras, é permitida nos contratos bancários celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da publicação da primitiva edição da atual MP n. 2.170-36/2001 (MP n. 1.963-17/2000). 5. Comissão de permanência, juros de mora e multa: a comissão de permanência é legal e pode ser exigida desde que pactuada e não cumulada com outros encargos moratórios ou remuneratórios previstos para a situação de inadimplência, observado o limite à soma destes. In casu, contratada esta, permite-se a sua cobrança, todavia, não de forma cumulada aos juros remuneratórios, juros de mora, multa moratória e correção monetária, cuja análise fica prejudicada. 6. Mora e Custo Efetivo Total: deixa-se de conhecer do recurso nos pontos, por ausente qualquer manifestação nesse sentido na inicial, configurando-se inovação recursal pelo autor. 7. Repetição do indébito: na forma simples ou pela correspondente compensação é admitida, ainda que ausente prova de erro no pagamento. 8. Inscrição nos órgãos de proteção ao crédito: a inscrição do nome do devedor inadimplente nos cadastros de proteção ao crédito mostra-se lícita nos casos de reconhecida inadimplência. 8. Danos morais: ausentes provas da caracterização do dano moral alegado, é inviável deferir-se a reparação, o que se verifica na hipótese dos autos. 9. Sucumbência: redimensionados os ônus sucumbenciais em face do resultado do julgamento. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE (Apelação Cível nº 70041216722, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 29/07/2011). Por fim, não há prova nos autos de que o réu tenha cobrado valores indevidos, nem o valor porventura pago, pois nos extratos anexos não consta à cobrança de comissão de permanência cumulada com juros de mora e multa. 7. Repetição de indébito.

Quanto o pedido de repetição de indébito, tenho que a determinação do pagamento consignado dos valores, de acordo com a previsão da autora, compromete a argumentação de devolução de valores pagos a maior. Mesmo porque, por todo o argumento acima exposto, não entendo ser necessário a revisão do contrato. Por fim, trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplência das prestações, aplicando-se taxas, juros e capitalização em valores acima do previsto no contrato para esta situação específica, estaríamos diante de motivos para revisar cálculos que estariam eventualmente contrários as regras do contrato. De outra feita, nada há no contrato, salvo a cumulação de comissão de permanência e juros moratórios, uma comum nestes contratos. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido do autor, somente para admitir a cobrança da comissão de permanência como pactuado, no entanto, desde que não haja acumulação com juros moratórios ou remuneratórios e nem com a correção monetária ou a multa e consequentemente, julgo improcedente os demais pedidos, extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art.487, I do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários nos termos do art. 86, parágrafo único do CPC, cuja cobrança ficará suspensa, face o autor, eventualmente for, beneficiário da justiça gratuita, nos termos do art. 98, §3º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 28 de junho de 2019.

Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

P R O C E S S O : 0 0 4 9 6 9 0 8 4 2 0 1 2 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---AUTOR:FRANCISCA NAZARE PINHEIRO DO ROSARIO

Representante(s): OAB 7963 - KAREN RICHARDSON ROCHA (ADVOGADO) OAB 5636 - EMILIA DE FATIMA DA SILVA FARINHA PEREIRA (ADVOGADO) REU:ODERLON OLIVEIRA. Cuida-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Danos Morais e Pedido de Tutela Antecipada interposta por FRANCISCA NAZARÉ PINHEIRO DO ROSÁRIO em face de ODERLON OLIVEIRA. Afirma a autora que é vizinha do demandado há longas datas no Conjunto Flora Amazônia e que o mesmo possui kitnetes ao lado de sua residência, tendo passado recentemente a construir irregularmente uma área de serviço externa bem como uma caixa d¿água, a qual foi construída ultrapassando os limites da propriedade da autora, ocasionando infiltrações e alagamentos uma vez que transborda com certa constância.

Argumenta que tal construção tirou sua privacidade tendo em vista que a qualquer pessoa consegue visualizar o interior de sua casa através da janela construída nos altos da área de serviço, gerando preocupações relacionadas à sua saúde e ao seu bem estar. Defende a regularização da instalação da caixa d¿água no prazo que o Juiz assinalar uma vez que foi feita além dos limites lindeiros de propriedade em atendimento ao disposto no art. 1.308 do Código Civil e caso esse prazo não venha a ser cumprido, que a autora realize às custas do réu. Ainda, pleiteia também indenização por dano moral uma vez que por conta desse incidente a requerente vem experimentando constrangimentos, angústias, tendo sua moral abalada, não tendo o réu nada feito para tentar amenizar a situação, mostrando o seu total desleixo com a autora. Por fim, requer a procedência da ação com a consequente condenação do réu a cumprir a obrigação de recuar a caixa d¿água respeitando os limites de sua propriedade bem como ao pagamento da indenização por danos morais sofridos pela parte autora.

Tutela antecipada indeferida às fls. 28 uma vez que em que pese a autora ter juntado algumas fotografias da caixa d¿água, não se vislumbrou elementos probatórios suficientes que comprovem danos a sua propriedade. Citada a parte ré, não contestou os termos da inicial (certidão - fls. 33).

Autos conclusos. É o relatório. Decido. Observa-se que a parte ré apesar de devidamente citada, conforme certificado pela Secretaria deste Juízo, não apresentou contestação. Assim, faz nascer à presunção de veracidade dos fatos alegados pela autora, nos termos 344 do CPC em função da revelia do réu. Por consequência, o feito comporta julgamento antecipado nos termos do art. 355, II, do CPC. Entretanto, sabe-se que os efeitos da revelia não são absolutos uma vez que as omissões do réu norteiam o juiz a acatar os fatos deduzidos pelo autor, não significando que tenha ele necessariamente que proferir sentença de procedência do pedido. Isso porque, conforme os ensinamentos de Cândido Dinamarco: ¿ao interpretar o direito, o juiz fará ordinariamente o controle de todos os pressupostos de admissibilidade do julgamento do mérito, extinguindo o processo ex officio quando faltar algum, apesar de o réu estar omisso e, obviamente, nada haver suscitado a respeito; também interpretando o direito, o juiz julgará improcedente a demanda inicial sempre que os fatos constitutivos, ainda que tomados por existentes, não produzam perante o direito material a consequência afirmada pelo autor. Nenhuma presunção incide sobre o direito¿ (Instituições de Direito Processual Civil, 3, 6ª ed., São Paulo, Malheiros, 2009, p. 562. V., em senso análogo, STJ, 4ª T., AgRg no Agravo em REsp 204.908-RJ, rel. min. Raul Araújo, v. u., DJe 3/12/2014: ¿Os efeitos da revelia não abrangem as questões de direito, tampouco implicam renúncia a direito ou a automática procedência do pedido da parte adversa. Acarretam simplesmente a presunção relativa de veracidade dos fatos alegados pelo autor¿). No mesmo sentido é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: ¿A caracterização de revelia não induz a uma presunção absoluta de veracidade dos fatos narrados pelo autor, permitindo ao juiz a análise das alegações formuladas pelas partes em confronto com todas as provas carreadas aos autos para formar o seu convencimento¿. (Agravo Regimental no Recurso Especial 1.194.527-MS) Sendo assim, apesar da posição de inegável vantagem em que se encontra o autor, uma vez que está dispensado de qualquer esforço para provar os fatos afirmados, a revelia do réu, por si só, não determina a procedência da demanda. Neste contexto, na análise do presente feito, verifico nos autos que de fato a caixa d¿água foi instalada ultrapassando o limite do terreno do réu, ou seja, invadiu a propriedade da autora. Apesar de não ter sido comprovado o dano causado, contanto que a tutela antecipada foi indeferida por este Juízo, porém sabe-se que não é lícito encostar à prede divisória qualquer aparelho suscetível de produzir infiltrações ou interferências prejudiciais ao vizinho em consonância ao art. 1.308 do Código Civil, confira-se: Art. 1.308. Não é lícito encostar à parede divisória chaminés, fogões, fornos ou quaisquer aparelhos ou depósitos suscetíveis de produzir infiltrações ou interferências prejudiciais ao vizinho. Desse modo, imperioso a procedência do pedido inicial com relação a regularização da caixa d¿água no prazo razoável que agora determino de 60 (sessenta) dias, devendo a mesma ser reinstalada dentro dos limites da propriedade. Já o pedido de condenação do réu em danos morais tendo em vista a falta de privacidade da autora ocasionada pela instalação de uma janela nos altos da casa do réu não merece prosperar uma vez que a referida janela não chegou nem a ser comprovada pela autora, nem sequer com fotografias como fez a autora em relação a caixa d¿água. Entretanto, em

que pese tais alegações, a autora não se desincumbiu do ônus que lhe cabia, no sentido de comprovar o fato constitutivo do seu direito em relação ao referido pedido, nos termos do art. 373, I, do CPC tendo em vista que necessário seria a parte autora comprovar que a citada janela fora construída a menos de metro e meio do terreno do vizinho nos termos do art. 1.301 do Código Civil, in verbis: Art. 1.301. É defeso abrir janelas, ou fazer eirado, terraço ou varanda, a menos de metro e meio do terreno vizinho. Desse modo, referido pedido deve ser indeferido. Ante o exposto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido com resolução de mérito na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, para determinar que o réu regularize a caixa d¿água no prazo de 60 (sessenta) dias, devendo a mesma ser reinstalada dentro dos limites de sua propriedade, restando improcedente a condenação em danos morais. Por fim, condeno a parte ré ao pagamento de custas, despesas processuais e honorário advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor da causa.

Quitadas as custas e certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.C. Belém, 28 de junho de 2019. Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

P R O C E S S O : 0 0 5 1 5 9 3 5 7 2 0 1 2 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Depósito em: 01/07/2019---AUTOR:CLEUDO OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 17802-A - SHERLANNE RAQUEL COSTA CAMPOS (ADVOGADO) OAB 17125-A - LUCAS EVANGELISTA DE SOUSA NETO (ADVOGADO) REU:BANCO BRADESCO S A Representante(s): OAB 9117-A - FLAVIO GERALDO FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) . Vistos. Trata-se de uma Ação Revisional de Contrato Bancário c/com repetição de indébito e pedido de liminar de antecipação de tutela As partes firmaram contrato de financiamento tipo alienação fiduciária, ou seja, empréstimo com veículo dado em garantia. A parte autora em sua inicial, vem alegando inúmeras irregularidades no contrato, de modo que o mesmo deve ser revisado. Este caso não é singular, pelo contrário, há muitos que tramitam neste juízo, que com pequenas singularidades, possuem pedidos específicos, mas que na essência são as mesmas questões a serem enfrentadas como capitalização de juros, comissão de permanência, aplicação da sumula 121 do STF, condenação em devolução do valor pago indevidamente em dobro. Devidamente citada a parte ré contestou os termos da inicial. As partes, garantidos a ampla defesa e o contraditório, manifestaram-se nos autos. A audiência de conciliação restou infrutífera. As partes não querem produção de provas e como as questões envolvem fundamentalmente questões contratuais os autos vieram conclusos para sentença. Muito embora haja uma determinação do diploma processual, com caráter organizacional, para julgamento de processos em ordem cronológica por conclusão, cumpre salientar que este processo se enquadra no que dispõe o art. 12, §2º, II do CPC, ou seja, o juízo já possui entendimento firmando e o mérito se repete em vários outros, mais precisamente em dezenas. Assim, passo a análise das questões de mérito. É o relatório. Decido. Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de financiamento de veículo com a ré, tipo CDC. Contrato no qual o veículo, objeto da compra, fica como garantia do empréstimo cedido pela credora fiduciária. A relação que se estabeleceu entre as partes é uma relação consumerista, sendo o autor o consumidor e o réu o fornecedor. O que se configura pela relação financeira existente entre as partes. O contrato do qual se pretende a revisão é de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciação mais apurada, para que não desnature o contrato, ou seja, não se deve revisar cláusulas contratuais a partir do pressuposto absoluto de que houve vício ou ato que leve o consumidor a ser surpreendido com qualquer condição não avençada previamente, mas restringe-se apenas revisão de condições que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei.

Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercício hermenêutico sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesão.

Tal contrato é a expressão contemporânea do modo de produção e comércio massificado. Modo este que reflete diretamente na construção dos instrumentos contratuais, como a elaboração de cláusula estipuladas unilateralmente, superando o exercício dialético, em uma participação direta dos sujeitos envolvidos, na construção do texto contratual. O pressuposto fundamental do contrato é indubitavelmente o exercício da vontade e esta não está ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restrição na participação direta na elaboração das cláusulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessão do crédito para financiamento, no caso, de veículos. A vontade se manifesta no ato de aderir ou não às condições previamente apresentadas pela instituição concessiva do crédito financeiro. O objeto do contrato é o dinheiro investido na aquisição do respectivo veículo, o qual é dado em segurança, em caso de inadimplemento. Nestes termos manifesta-se a legislação: CPC. Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente

capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Parágrafo único. De ofício ou a requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de Adesão Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo. § 1° A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato. § 2° Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2° do artigo anterior. § 3o Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. (Redação dada pela nº 11.785, de 2008) § 4° As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão. CC Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato. Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé. Art. 423. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio. Art. 425. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código. Art. 426. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva. Pela natureza do contrato de adesão, vê-se que as possibilidades de revisão das cláusulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fé, tendo em vista o que dispõe o CDC. Em acréscimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tão importante quanto a estrutura do contrato é o ato volitivo das partes, que fazem a opção com conhecimento prévio dos termos estabelecidos, sendo que estes só podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fé, e isso, entendo, como engano deliberado, simulação ou mesmo fraude, que de modo inevitável limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, está viciada. Não é desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcançam com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de caráter, porque não afirmar, metafísico, digo com isso: o dinheiro, o crédito não possui corpo, porém, influência de forma substancial nas vidas das pessoas. Qualquer homem de consciência mediana sabe que o lucro é o objetivo das empresas, porém, o lucro não pode ser ofensivo à moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituições estatais, forjadas no liberalismo, uma função precípua de não permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que não possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesão, com suas condições, estão de acordo com as previsões legais e solidificado pelo entendimento do STJ. Pelo que se verifica no contrato, as cláusulas foram previamente apresentadas e as condições estipuladas pela ré para a concessão do crédito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestação volitiva. Quanto aos princípios da boa fé e da função social do contrato, de modo algum, tais princípios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposição da hipossuficiência, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de cláusulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Com isso quero dizer que não se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciário de cumprir com as prestações contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. A boa-fé é conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressão da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesão, se resume no contratar ou não, como já dito. Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em análise, a parte autora já sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos até o final do contrato. Salvo melhor juízo, não há nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificação das cláusulas ou condições contratuais. Assim, a opção que restou à parte autora foi contratar ou não contratar, e mesmo sabendo das condições que pretende revisar por meio de ação judicial, decidiu por um ato voluntário comprometer-se com as cláusulas contratuais. Confira-se a jurisprudência: APELAÇÃO EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÇÕES: MÉRITO: ALEGAÇÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÁUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÚMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÁTICA DECIDIDA À LUZ DOS RECURSOS

REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÇÃO? FRUIÇÃO DO BEM? JUROS ATINENTES À TAXA MÉDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS PELAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÂNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Construída tal premissa, enfrento as questões que este juízo acompanha em entendimento os tribunais superiores. 1 - Juros de 12% a.a.

O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que as instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro podem praticar taxas de juros superiores a 12% (doze por cento) ao ano, senão vejamos: CIVIL E PROCESSUAL. CARTÃO DE CRÉDITO. DÍVIDA. AÇÃO REVISIONAL. JUROS. LIMITAÇÃO. COMISSÕES. I. As administradoras de cartão de crédito inserem-se entre as instituições financeiras regidas pela Lei n. 4.595/1964. II. Não se aplica a limitação de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de cartão de crédito. III. Ausência de prequestionamento impeditiva do exame do recurso especial em toda a pretensão deduzida pela parte. IV. Recurso especial não conhecido (REsp 471752/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 12/09/2006, DJ 13/08/2007, p. 373). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. Eventual abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). A comissão de permanência pode ser contratada para o período de inadimplência, não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros de mora e multa contratual (enunciados ns. 294 e 296 da Súmula do STJ e AgRg no REsp n. 712.801/RS, relatado pelo eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.05). Subsistentes os fundamentos do decisório agravado nega-se provimento ao agravo (AgRg no REsp 748570/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/08/2005, DJ 14/11/2005, p. 341). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. - A abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária do período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). - Subsistente o fundamento do decisório agravado, nego provimento ao agravo (AgRg no REsp 588781/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/03/2004, DJ 02/08/2004, p. 410). Assim, nossos tribunais superiores têm decidido que não se pode falar de abusividade na pactuação dos juros remuneratórios só pelo fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano. Ao contrário, a abusividade destes só pode ser declarada, caso a caso, à vista de taxa comprovadamente discrepe, de modo substancial, da média do mercado na praça do empréstimo. 2- Juros Compostos.

O entendimento do STJ autoriza a aplicação de juros compostos, não havendo irregularidade alguma nessa aplicação Aliás, também, é pacifico o entendimento jurisprudencial que é permitida a capitalização de juros pelas instituições bancárias, in verbis: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE E CONFISSÃO DE DÍVIDA. INTERESSE PROCESSUAL CARACTERIZADO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. REVISÃO DOS ENCARGOS. POSSIBILIDADE. CARÊNCIA DE AÇÃO: Caracteriza-se o interesse processual quando a parte tem a necessidade de vir a juízo para obter a tutela pretendida, conferindo utilidade e eficácia ao pronunciamento judicial. Caso em que a instituição financeira possui interesse processual, em razão do inadimplemento do instrumento particular de confissão de dívida assumido pelo correntista e que não se constitui título executivo extrajudicial. PRESCRIÇÃO: A cobrança de dívida oriunda de contrato de confissão de dívida, sob a égide do Código Civil de 1916, obedece à prescrição vintenária, nos termos de seu art. 177. Sob a ótica do Código de 2002, ante a incorporação de novas hipóteses de prescrição ao Diploma, a prescrição passa a ser qüinqüenal e regulada pelo inciso I, do §5º, do art. 206. De acordo com a regra de transição prevista no art. 2.028, do CC/02, se não transcorrido metade do prazo prescricional, contado na fórmula do Código derrogado, conta-se a prescrição pelas disposições do novo Digesto Civil, com termo `a quo no início de sua vigência (11/01/2003). Considerando a data de ajuizamento da demanda, inocorreu, no caso, a prescrição. REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS: Muito embora seja viável a revisão de toda a relação contratual, em caso de sucessão negocial, no caso concreto a parte autora trouxe aos autos, apenas, o contrato de abertura de crédito em conta-corrente e confissão de dívida, sendo estes pactos, portanto, objeto de revisão. JUROS REMUNERATÓRIOS: A modificação da cláusula contratual relativa à taxa de juros remuneratórios apenas se justifica se demonstrada, de forma inequívoca, abusividade, o que não se verifica no caso. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. A cobrança da capitalização mensal dos juros é permitida em contratos firmados posteriormente à edição da MP n° 1.963-

17, de 30.03.2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2000. Caso em que não se verifica a incidência do encargo sobre o débito reivindicado. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA: Apenas pode ser mantida para o período da inadimplência, afastando-se, contudo, os demais encargos: correção monetária, juros de mora, juros remuneratórios e multa moratória. REPETIÇÃO DO INDÉBITO: Compensação/Repetição do indébito possíveis, decorrentes da revisão do contrato e diante da impossibilidade de enriquecimento indevido. desnecessidade de prova de erro, conforme a súmula 322 do stj. ENCARGOS DA MORA: Evidenciada a inadimplência, incidem os encargos decorrentes da mora (no caso, comissão de permanência). PRELIMINAR REJEITADA. APELO PROVIDO, EM PARTE (Apelação Cível nº 70035925189, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Marco Aurélio dos Santos Caminha, j. 28/07/2011, DJ 01/08/2011). Assim, eventual capitalização e juros, como requerido, seria apreciada e comprovada quando houvesse a cobrança de juros no momento da inadimplência. 3- Juros remuneratórios e Juros moratórios. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido também que não se aplica o art. 591 c/c 406 do Código Civil aos contratos bancários, não estando submetidos à limitação de juros remuneratórios. Apenas os juros moratórios ficam circunscritos ao teto de 1% ao mês para os contratos bancários não regidos por legislação específica. Rememorando, juros remuneratórios são aqueles pactuados entre as partes como uma forma de retribuição pela disponibilidade do numerário, enquanto que juros moratórios são aqueles estipulados como uma forma de punição pelo atraso no cumprimento da obrigação estabelecida. De acordo com a Súmula 596 do STF, as instituições financeiras não se sujeitam também à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), salvo hipóteses específicas. São possíveis que sejam pactuados juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, sem que essa cláusula, por si só, seja inválida. É necessário analisar se os índices aplicáveis desfavoravelmente ao consumidor se encontram flagrantemente exorbitantes para que somente então se possa falar em revisão por parte do judiciário do que fora aventado pelas partes. Além do que, ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou, conforme dispõe o art. 314 do Código Civil Brasileiro. Neste sentido, nossos tribunais têm pacificado o entendimento de que na ação de consignação em pagamento a parte deve depositar exatamente a prestação que se obrigou, pois, o credor não é obrigado a receber coisa diversa da que lhe é devida (art. 313 do CCB), in verbis: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 334 E 335, I DO NOVO CÓDIGO CIVIL; 535 E 890 DO CPC E DISSÍDIO PRETORIANO. PRETENSÃO DE DEPOSITAR DINHEIRO NO LUGAR DE COISA DEVIDA: SACAS DE SOJA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. Não há violação ao artigo 535, II do CPC quando o acórdão examinou as questões controvertidas na lide, expondo os fundamentos que o levaram às conclusões assumidas. 2. A consignação em pagamento visa exonerar o devedor de sua obrigação, mediante o depósito da quantia ou da coisa devida, e só poderá ter força de pagamento se concorrerem "em relação às pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais não é válido o pagamento" (artigo 336 do NCC). 3. Celebrado contrato entre as partes para a entrega de 372 sacas de soja de 60kg, a US$9,00 cada uma, sem estipulação de outra forma alternativa de cumprimento dessa obrigação, não é possível o uso da ação de consignação em pagamento para depósito em dinheiro daquilo que o devedor entende devido. 4. A consignação exige que o depósito judicial compreenda o mesmo objeto que seria preciso prestar, para que o pagamento possa extinguir a obrigação, pois "o credor não é obrigado a receber a prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa" (art. 313 do NCC) 5. Recurso especial não-provido (REsp 1194264/PR, T4, STJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 01/03/2011, DJe 04/03/2011). APELAÇÃO CÍVEL. ENSINO PARTICULAR. AÇÃO DE COBRANÇA. INADIMPLEMENTO DAS MENSALIDADES. PEDIDO DE PARCELAMENTO DO DÉBITO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBRIGAÇÃO DE DAR VALOR LÍQUIDO. SENTENÇA MANTIDA. Mérito do recurso em exame 1. No processo em que se exerce uma pretensão de eficácia preponderantemente condenatória, tal como na ação de cobrança, analisa-se existência do direito, constituindo-se um título executivo judicial se procedente o pedido formulado, o qual é exigível de pronto. 2. Portanto, reconhecido o crédito na fase de conhecimento e constituído o título executivo judicial, descabe a parte devedora indicar a forma de cumprimento da obrigação existente, quanto mais quando esta resulta de inadimplemento, sem causa jurídica para tanto, de direito preexistente. 3. Desse modo, os créditos consolidados mediante a via judicial não são passíveis de parcelamento, pois a faculdade de receber este de forma diversa da qual foi reconhecida é do credor, inexistindo possibilidade jurídica deste ser coagido a aceitar a oferta de pagamento parcelado pelo devedor, quanto mais em obrigação de dar valor líquido e exigível de pronto. Logo, a obrigação constituída não é alternativa, cuja opção de escolha da prestação a ser dada é do devedor, na forma do art. 252 da atual lei civil, ao contrário, se está diante de estipulação certa a ser cumprida. 4.Ademais, o credor não pode ser obrigado a aceitar o pagamento do débito de forma diversa

do avençado e reconhecida como devida. Inteligência do art. 314 do CC. Destarte, inexistindo acordo entre as partes, não há embasamento legal para que se proceda da forma pretendida pela ré. Negado provimento ao apelo (Apelação Cível nº 70035000751, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Jorge Luiz Lopes do Canto, j. 31/03/2010, DJ 07/04/2010). COMINATÓRIA. CARTÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO INTEGRAL E IMEDIATO. PRETENSÃO AO PARCELAMENTO DO DÉBITO. DESCABIMENTO. CREDOR QUE NÃO ESTÁ OBRIGADO A RECEBER A PRESTAÇÃO DE FORMA DIVERSA DA AJUSTADA. EXEGESE DO ART. 314 DO CCB. INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO, ALTERANDO TAL REGRA, DEVE OCORRER APENAS EXCEPCIONALMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPELIR A CREDORA A ACATAR A PROPOSTA DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. RECURSO DESPROVIDO (Recurso Cível nº 71002857431, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais RS, Relator: Eugênio Facchini Neto, Julgado em 14/04/2011, DJ 20/04/2011). O caso, como em muitos outros, vem tratar de matéria já pacificada pelos tribunais superiores e a parte autora vem pretendendo a modificação dos termos contratuais utilizando argumentos que a jurisprudência já entendeu não aplicável para o caso. Muito embora o judiciário não pode ser furtar de apreciar perigo de lesão, o caso não requer apenas a apreciação do que realmente pode ser tido como pertinente para juízo. Neste sentido: Ação revisional de contrato bancário - alegações genéricas que têm por objetivo modificar o que foi livremente pactuado - inexistência de limitação, constitucional ou legal, de cobrança de juros em 12% ao ano - impossibilidade de se limiar os ganhos dos bancos, bem como de se modificar o contrato para se reduzir os juros e encargos - inexistência de abusividade na capitalização dos juros e de excessos a serem reduzidos - possibilidade de cobrar-se comissão de permanência, desde que não se cumule com a correção monetária - Acolhimento parcial tão só do recurso do réu (Apelação com Revisão n.º 1.177.643-7, 11ª Câmara de Direito Privado, Tribunal de Justiça SP, Rel. Des. Claudio Villar, j. 25/03/2011, DJ 07/06/2011) 6. Comissão de permanência Desta forma, o que reiteradamente vem sendo admitida como a única clausula abusiva em contratos desta natureza é a que prevê cumulação de cobrança de comissão de permanência com juros moratórios de 1% (um por cento) ao ano e multa de 2% (dois por cento), conforme decisões reiteradas de nossos tribunais: CONTRATOS BANCÁRIOS. APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXAS ADMINISTRATIVAS. CAPITALIZAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. ENCARGOS MORATÓRIOS (MULTA). COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. - Código de Defesa do Consumidor: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos negócios jurídicos firmados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços (art. 3°, § 2°, CDC). - Inversão do ônus da prova: Na revisão de contratos submetidos à disciplina jurídica do CDC, admite-se a inversão do ônus da prova, em favor do tomador do crédito, quando constatada a hipossuficiência deste ou a verossimilhança das suas alegações. - Inexigibilidade do título executivo: Não obstante a inversão do ônus da prova, indispensável a produção de prova mínima, pelo contratante, acerca dos defeitos atribuídos à contratação. - Juros Remuneratórios: a) Cabível a revisão da taxa de juros remuneratórios estipulada apenas nos casos em que restar comprovado ser o percentual fixado discrepante das taxas de mercado usualmente utilizadas. - Tarifas e Taxas Administrativas: É possível a cobrança das tarifas e taxas administrativas, desde que expressamente pactuadas, porquanto legais e não revestidas de abusividade. - Capitalização de Juros: A capitalização de juros, nas operações bancárias, em prazo inferior a um ano, foi autorizada pela Medida Provisória nº. 1.963, de 30-03-2000, ainda vigente sob o nº. 2.170. - Caracterização da mora: Na ausência de abusividade contratual, resta caracterizada a mora. - Encargos moratórios: Juros moratórios 1% ao mês. Multa 2%. - Comissão de Permanência: É valida a estipulação de cobrança de comissão de permanência. Incidência das Súmulas 294 e 296 do STJ. É, no entanto, vedada a cumulação com demais encargos moratórios (juros e multa). NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS (Apelação Cível nº 70041421959, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 01/08/2011). CARTÃO DE CRÉDITO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CDC. REVISÃO DE OFÍCIO. JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MULTA. CET. MORA. COMPENSAÇÃO E/OU REPETIÇÃO DO INDÉBITO. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. SUCUMBÊNCIA. 1. Aplicabilidade do CDC: as disposições do Código de Defesa do Consumidor aplicam-se às relações negociais relativas aos cartões de crédito das instituições financeiras. 2. Revisão contratual: é vedado ao julgador o reconhecimento de abusividade ou legalidade de cláusulas, de ofício, em contratos bancários Exegese da Súmula n. 381 do STJ. 3. Juros remuneratórios: inexiste abusividade na cobrança de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, considerando os percentuais usualmente praticados no mercado. Precedentes do STJ. 4. Capitalização mensal: a capitalização dos juros remuneratórios, com periodicidade inferior a um ano, por instituições financeiras, é permitida nos contratos

bancários celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da publicação da primitiva edição da atual MP n. 2.170-36/2001 (MP n. 1.963-17/2000). 5. Comissão de permanência, juros de mora e multa: a comissão de permanência é legal e pode ser exigida desde que pactuada e não cumulada com outros encargos moratórios ou remuneratórios previstos para a situação de inadimplência, observado o limite à soma destes. In casu, contratada esta, permite-se a sua cobrança, todavia, não de forma cumulada aos juros remuneratórios, juros de mora, multa moratória e correção monetária, cuja análise fica prejudicada. 6. Mora e Custo Efetivo Total: deixa-se de conhecer do recurso nos pontos, por ausente qualquer manifestação nesse sentido na inicial, configurando-se inovação recursal pelo autor. 7. Repetição do indébito: na forma simples ou pela correspondente compensação é admitida, ainda que ausente prova de erro no pagamento. 8. Inscrição nos órgãos de proteção ao crédito: a inscrição do nome do devedor inadimplente nos cadastros de proteção ao crédito mostra-se lícita nos casos de reconhecida inadimplência. 8. Danos morais: ausentes provas da caracterização do dano moral alegado, é inviável deferir-se a reparação, o que se verifica na hipótese dos autos. 9. Sucumbência: redimensionados os ônus sucumbenciais em face do resultado do julgamento. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE (Apelação Cível nº 70041216722, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 29/07/2011). Por fim, não há prova nos autos de que o réu tenha cobrado valores indevidos, nem o valor porventura pago, pois nos extratos anexos não consta à cobrança de comissão de permanência cumulada com juros de mora e multa. 7. Repetição de indébito.

Quanto o pedido de repetição de indébito, tenho que a determinação do pagamento consignado dos valores, de acordo com a previsão da autora, compromete a argumentação de devolução de valores pagos a maior. Mesmo porque, por todo o argumento acima exposto, não entendo ser necessário a revisão do contrato. Por fim, trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplência das prestações, aplicando-se taxas, juros e capitalização em valores acima do previsto no contrato para esta situação específica, estaríamos diante de motivos para revisar cálculos que estariam eventualmente contrários as regras do contrato. De outra feita, nada há no contrato, salvo a cumulação de comissão de permanência e juros moratórios, uma comum nestes contratos. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido do autor, somente para admitir a cobrança da comissão de permanência como pactuado, no entanto, desde que não haja acumulação com juros moratórios ou remuneratórios e nem com a correção monetária ou a multa e consequentemente, julgo improcedente os demais pedidos, extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art.487, I do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários nos termos do art. 86, parágrafo único do CPC, cuja cobrança ficará suspensa, face o autor, eventualmente for, beneficiário da justiça gratuita, nos termos do art. 98, §3º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 28 de junho de 2019.

Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

P R O C E S S O : 0 0 5 4 2 7 1 1 1 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019---AUTOR:ORLANDO OSVALDO DE SOUSA SOBRINHO Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO ITAUCARD Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 12450 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) . Embargos de declaração de sentença proferida por este Juízo às fls. 87/93 que consignou in verbis: ¿Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido do autor, somente para admitir a cobrança da comissão de permanência como pactuado, no entanto, desde que não haja acumulação com juros moratórios ou remuneratórios e nem com a correção monetária ou a multa e consequentemente, julgo improcedente os demais pedidos, extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, I do Código de Processo Civil.¿ O Embargante alega, em síntese, que há na referida sentença contradição por não haver cobrança de Comissão de Permanência no contrato questionado. O embargado apresentou manifestação às fls. 116/118. Autos conclusos. É o relatório. DECIDO. Nos termos do art. 1.022 do CPC, são cabíveis embargos de declaração somente para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento ou ainda, para corrigir erro material. Sendo assim, em relação aos presentes embargos, tenho que são procedentes as razões do embargante uma vez que presente o julgamento extra petita tendo em vista que a providência jurisdicional deferida foi diversa da que foi postulada. Ante o exposto, conheço dos embargos de declaração e acolho-o para julgar improcedente o pedido do autor, extinguindo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I do Código de Processo Civil. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, procedendo às anotações e baixas devidas. P.R.I.C. Belém, 26 de junho de 2019. Marco Antonio

Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

P R O C E S S O : 0 0 5 7 9 3 2 6 1 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA JULIETA BARRA VALENTE Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 01/07/2019---AUTOR:BANCO HONDA SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REU:ANIZIO AUSTOR CORREA DE SOUZA. ATO ORDINATÓRIO (PROVIMENTO Nº 006/2006-CJRMB) De ordem do MM. Juiz, e face A APELAÇÃO estar desacompanhada das custas de preparo, junte o Apelante aos autos, pois este não é protegido pela gratuidade, para o devido prosseguimento do feito. Belém, 28/06/2019. Maria Julieta Barra Valente Diretora de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 5 9 6 2 1 7 7 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCO ANTONIO LOBO CASTELO BRANCO Ação: Consignação em Pagamento em: 01/07/2019---REQUERENTE:SILVA RODRIGUES E SILVA RODRIGUES LTDA ME Representante(s): OAB 7960 - HILDEMAN ANTONIO ROMERO COLMENARES JR. (ADVOGADO) OAB 23831 - ANNA CAROLINE FERREIRA LISBOA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOLKSWAGEN S/A Representante(s): OAB 25345-A - JOÃO FRANCISCO ALVES ROSA (ADVOGADO) . Vistos. Trata-se de uma Ação Revisional de Contrato Bancário c/com repetição de indébito e pedido de liminar de antecipação de tutela As partes firmaram contrato de financiamento tipo alienação fiduciária, ou seja, empréstimo com veículo dado em garantia. A parte autora em sua inicial, vem alegando inúmeras irregularidades no contrato, de modo que o mesmo deve ser revisado. Este caso não é singular, pelo contrário, há muitos que tramitam neste juízo, que com pequenas singularidades, possuem pedidos específicos, mas que na essência são as mesmas questões a serem enfrentadas como capitalização de juros, comissão de permanência, aplicação da sumula 121 do STF, condenação em devolução do valor pago indevidamente em dobro. Devidamente citada a parte ré contestou os termos da inicial. As partes, garantidos a ampla defesa e o contraditório, manifestaram-se nos autos. A audiência de conciliação restou infrutífera. As partes não querem produção de provas e como as questões envolvem fundamentalmente questões contratuais os autos vieram conclusos para sentença. Muito embora haja uma determinação do diploma processual, com caráter organizacional, para julgamento de processos em ordem cronológica por conclusão, cumpre salientar que este processo se enquadra no que dispõe o art. 12, §2º, II do CPC, ou seja, o juízo já possui entendimento firmando e o mérito se repete em vários outros, mais precisamente em dezenas. Assim, passo a análise das questões de mérito. É o relatório. Decido.

Verifico nos autos que a parte autora celebrou contrato de financiamento de veículo com a ré, tipo CDC. Contrato no qual o veículo, objeto da compra, fica como garantia do empréstimo cedido pela credora fiduciária. A relação que se estabeleceu entre as partes é uma relação consumerista, sendo o autor o consumidor e o réu o fornecedor. O que se configura pela relação financeira existente entre as partes.

O contrato do qual se pretende a revisão é de natureza adesiva, por isso necessita de uma apreciação mais apurada, para que não desnature o contrato, ou seja, não se deve revisar cláusulas contratuais a partir do pressuposto absoluto de que houve vício ou ato que leve o consumidor a ser surpreendido com qualquer condição não avençada previamente, mas restringe-se apenas revisão de condições que estejam em gritante desconformidade com o que determina a lei. Analisando preliminarmente o contrato com fito estabelecer uma premissa maior para um exercício hermenêutico sobre a norma, verifica-se que o contrato se encaixa no conceito de contrato de adesão. Tal contrato é a expressão contemporânea do modo de produção e comércio massificado. Modo este que reflete diretamente na construção dos instrumentos contratuais, como a elaboração de cláusula estipuladas unilateralmente, superando o exercício dialético, em uma participação direta dos sujeitos envolvidos, na construção do texto contratual. O pressuposto fundamental do contrato é indubitavelmente o exercício da vontade e esta não está ausente no contrato de natureza adesiva, apenas possui a restrição na participação direta na elaboração das cláusulas contratuais, no claro intuito de facilidade na concessão do crédito para financiamento, no caso, de veículos. A vontade se manifesta no ato de aderir ou não às condições previamente apresentadas pela instituição concessiva do crédito financeiro. O objeto do contrato é o dinheiro investido na aquisição do respectivo veículo, o qual é dado em segurança, em caso de inadimplemento. Nestes termos manifesta-se a legislação: CPC. Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Parágrafo único. De ofício ou a

requerimento, o juiz controlará a validade das convenções previstas neste artigo, recusando-lhes aplicação somente nos casos de nulidade ou de inserção abusiva em contrato de adesão ou em que alguma parte se encontre em manifesta situação de vulnerabilidade. CDC Dos Contratos de Adesão Art. 54. Contrato de adesão é aquele cujas cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que o consumidor possa discutir ou modificar substancialmente seu conteúdo. § 1° A inserção de cláusula no formulário não desfigura a natureza de adesão do contrato. § 2° Nos contratos de adesão admite-se cláusula resolutória, desde que a alternativa, cabendo a escolha ao consumidor, ressalvando-se o disposto no § 2° do artigo anterior. § 3o Os contratos de adesão escritos serão redigidos em termos claros e com caracteres ostensivos e legíveis, cujo tamanho da fonte não será inferior ao corpo doze, de modo a facilitar sua compreensão pelo consumidor. (Redação dada pela nº 11.785, de 2008) § 4° As cláusulas que implicarem limitação de direito do consumidor deverão ser redigidas com destaque, permitindo sua imediata e fácil compreensão. CC Art. 421. A liberdade de contratar será exercida em razão e nos limites da função social do contrato. Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé. Art. 423. Quando houver no contrato de adesão cláusulas ambíguas ou contraditórias, dever-se-á adotar a interpretação mais favorável ao aderente. Art. 424. Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio. Art. 425. É lícito às partes estipular contratos atípicos, observadas as normas gerais fixadas neste Código. Art. 426. Não pode ser objeto de contrato a herança de pessoa viva. Pela natureza do contrato de adesão, vê-se que as possibilidades de revisão das cláusulas contratuais restringem-se ao limite estreito das gritantes ofensas ao direito e a boa-fé, tendo em vista o que dispõe o CDC. Em acréscimo, segundo a norma do CC e do CPC verifica-se que tão importante quanto a estrutura do contrato é o ato volitivo das partes, que fazem a opção com conhecimento prévio dos termos estabelecidos, sendo que estes só podem ser alterados quando afrontosamente ofendem a boa-fé, e isso, entendo, como engano deliberado, simulação ou mesmo fraude, que de modo inevitável limita e/ou induz o contratante a fazer uma escolha, que, ao fim e ao cabo, está viciada. Não é desconhecida as vantagens que as empresas financeiras alcançam com sua atividade, porque manuseiam um produto inexistente, abstrato e especulativo, de caráter, porque não afirmar, metafísico, digo com isso: o dinheiro, o crédito não possui corpo, porém, influência de forma substancial nas vidas das pessoas. Qualquer homem de consciência mediana sabe que o lucro é o objetivo das empresas, porém, o lucro não pode ser ofensivo à moralidade de tal modo que suprima ou corrompa a dignidade humana, e neste sentido as instituições estatais, forjadas no liberalismo, uma função precípua de não permitir que tais lucros sejam imorais, de modo que não possam ser reconhecidos como legais. E nestes termos, o contrato de adesão, com suas condições, estão de acordo com as previsões legais e solidificado pelo entendimento do STJ.

Pelo que se verifica no contrato, as cláusulas foram previamente apresentadas e as condições estipuladas pela ré para a concessão do crédito, clausulas que foram aceitas pelo autor, como manifestação volitiva. Quanto aos princípios da boa fé e da função social do contrato, de modo algum, tais princípios devem significar uma permissividade para atos que atentem contra a boa conduta comercial e intersubjetiva, ou seja, nem mesmo a pressuposição da hipossuficiência, em todos os termos, do consumidor e a leitura vantajosa em caso de ambiguidade de cláusulas, deve significar um pressuposto assegurado de legitimidade para atos viciados e presumidos pelos consumidores. Com isso quero dizer que não se pode pressupor uma ilegalidade do contrato partindo da incapacidade ou impossibilidade do devedor fiduciário de cumprir com as prestações contratuais, as quais foram apresentadas no momento da assinatura do contrato. A boa-fé é conduta substancial exigida nos contratos modernos, e deve fica clara na expressão da vontade das partes. O que, no caso de contrato de adesão, se resume no contratar ou não, como já dito. Sem entrar em maiores meandros que envolvem o ato de contratar, no caso em análise, a parte autora já sabia de imediato, no ato da assinatura do contrato, os valores fixos de cada parcela, os quais deveriam ser pagos até o final do contrato. Salvo melhor juízo, não há nos autos nenhum elemento que comprovem que a autora foi surpreendida de qualquer forma por uma modificação das cláusulas ou condições contratuais. Assim, a opção que restou à parte autora foi contratar ou não contratar, e mesmo sabendo das condições que pretende revisar por meio de ação judicial, decidiu por um ato voluntário comprometer-se com as cláusulas contratuais. Confira-se a jurisprudência: APELAÇÃO EM AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE ADESÃO DE FINANCIAMENTO DE VEÍCULO CUMULADA COM PEDIDO DE REAJUSTAMENTO DAS PRESTAÇÕES: MÉRITO: ALEGAÇÃO DE ABUSIVIDADE DE CLÁUSULAS APRECIADA A PARTIR DAS SÚMULAS N. 596, STF E 382 E 379 DO STJ? TEMÁTICA DECIDIDA À LUZ DOS RECURSOS REPETITIVOS? LIVRE PACTUAÇÃO? FRUIÇÃO DO BEM? JUROS ATINENTES À TAXA MÉDIA DO MERCADO, CONFORME ESTABELECIDO PELO BANCO CENTRAL? POSSIBILIDADE DE CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS PELAS

INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS? CUMPRIMENTO DO DEVER DE INFORMAÇÃO? RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO? DECISÃO UNÂNIME. (2017.03605935-34, 179.727, Rel. MARIA DE NAZARE SAAVEDRA GUIMARAES, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2017-08-22, publicado em 2017-08-25) Construída tal premissa, enfrento as questões que este juízo acompanha em entendimento os tribunais superiores. 1 - Juros de 12% a.a. O Superior Tribunal de Justiça já pacificou o entendimento de que as instituições públicas ou privadas que integram o sistema financeiro podem praticar taxas de juros superiores a 12% (doze por cento) ao ano, senão vejamos: CIVIL E PROCESSUAL. CARTÃO DE CRÉDITO. DÍVIDA. AÇÃO REVISIONAL. JUROS. LIMITAÇÃO. COMISSÕES. I. As administradoras de cartão de crédito inserem-se entre as instituições financeiras regidas pela Lei n. 4.595/1964. II. Não se aplica a limitação de juros de 12% ao ano prevista na Lei de Usura aos contratos de cartão de crédito. III. Ausência de prequestionamento impeditiva do exame do recurso especial em toda a pretensão deduzida pela parte. IV. Recurso especial não conhecido (REsp 471752/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 12/09/2006, DJ 13/08/2007, p. 373). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO. Eventual abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária no período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). A comissão de permanência pode ser contratada para o período de inadimplência, não cumulada com juros remuneratórios, correção monetária, juros de mora e multa contratual (enunciados ns. 294 e 296 da Súmula do STJ e AgRg no REsp n. 712.801/RS, relatado pelo eminente Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, DJ 04.05.05). Subsistentes os fundamentos do decisório agravado nega-se provimento ao agravo (AgRg no REsp 748570/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/08/2005, DJ 14/11/2005, p. 341). AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. - A abusividade da pactuação dos juros remuneratórios deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, com a comprovação do desequilíbrio contratual ou de lucros excessivos, sendo insuficiente o só fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano ou de haver estabilidade inflacionária do período (REsp's ns. 271.214/RS, 407.097/RS e 420.111/RS). - Subsistente o fundamento do decisório agravado, nego provimento ao agravo (AgRg no REsp 588781/RS, T4, STJ, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, j. 02/03/2004, DJ 02/08/2004, p. 410). Assim, nossos tribunais superiores têm decidido que não se pode falar de abusividade na pactuação dos juros remuneratórios só pelo fato de a estipulação ultrapassar 12% ao ano. Ao contrário, a abusividade destes só pode ser declarada, caso a caso, à vista de taxa comprovadamente discrepe, de modo substancial, da média do mercado na praça do empréstimo.

2- Juros Compostos. O entendimento do STJ autoriza a aplicação de juros compostos, não havendo irregularidade alguma nessa aplicação Aliás, também, é pacifico o entendimento jurisprudencial que é permitida a capitalização de juros pelas instituições bancárias, in verbis: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO MONITÓRIA. CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE E CONFISSÃO DE DÍVIDA. INTERESSE PROCESSUAL CARACTERIZADO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. REVISÃO DOS ENCARGOS. POSSIBILIDADE. CARÊNCIA DE AÇÃO: Caracteriza-se o interesse processual quando a parte tem a necessidade de vir a juízo para obter a tutela pretendida, conferindo utilidade e eficácia ao pronunciamento judicial. Caso em que a instituição financeira possui interesse processual, em razão do inadimplemento do instrumento particular de confissão de dívida assumido pelo correntista e que não se constitui título executivo extrajudicial. PRESCRIÇÃO: A cobrança de dívida oriunda de contrato de confissão de dívida, sob a égide do Código Civil de 1916, obedece à prescrição vintenária, nos termos de seu art. 177. Sob a ótica do Código de 2002, ante a incorporação de novas hipóteses de prescrição ao Diploma, a prescrição passa a ser qüinqüenal e regulada pelo inciso I, do §5º, do art. 206. De acordo com a regra de transição prevista no art. 2.028, do CC/02, se não transcorrido metade do prazo prescricional, contado na fórmula do Código derrogado, conta-se a prescrição pelas disposições do novo Digesto Civil, com termo `a quo no início de sua vigência (11/01/2003). Considerando a data de ajuizamento da demanda, inocorreu, no caso, a prescrição. REVISÃO DE TODOS OS CONTRATOS: Muito embora seja viável a revisão de toda a relação contratual, em caso de sucessão negocial, no caso concreto a parte autora trouxe aos autos, apenas, o contrato de abertura de crédito em conta-corrente e confissão de dívida, sendo estes pactos, portanto, objeto de revisão. JUROS REMUNERATÓRIOS: A modificação da cláusula contratual relativa à taxa de juros remuneratórios apenas se justifica se demonstrada, de forma inequívoca, abusividade, o que não se verifica no caso. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. A cobrança da capitalização mensal dos juros é permitida em contratos firmados posteriormente à edição da MP n° 1.963-17, de 30.03.2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2000. Caso em que não se verifica a incidência do encargo sobre o débito reivindicado. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA: Apenas pode ser mantida para o período da inadimplência, afastando-

se, contudo, os demais encargos: correção monetária, juros de mora, juros remuneratórios e multa moratória. REPETIÇÃO DO INDÉBITO: Compensação/Repetição do indébito possíveis, decorrentes da revisão do contrato e diante da impossibilidade de enriquecimento indevido. desnecessidade de prova de erro, conforme a súmula 322 do stj. ENCARGOS DA MORA: Evidenciada a inadimplência, incidem os encargos decorrentes da mora (no caso, comissão de permanência). PRELIMINAR REJEITADA. APELO PROVIDO, EM PARTE (Apelação Cível nº 70035925189, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Marco Aurélio dos Santos Caminha, j. 28/07/2011, DJ 01/08/2011). Assim, eventual capitalização e juros, como requerido, seria apreciada e comprovada quando houvesse a cobrança de juros no momento da inadimplência. 3- Juros remuneratórios e Juros moratórios. O Superior Tribunal de Justiça tem entendido também que não se aplica o art. 591 c/c 406 do Código Civil aos contratos bancários, não estando submetidos à limitação de juros remuneratórios. Apenas os juros moratórios ficam circunscritos ao teto de 1% ao mês para os contratos bancários não regidos por legislação específica. Rememorando, juros remuneratórios são aqueles pactuados entre as partes como uma forma de retribuição pela disponibilidade do numerário, enquanto que juros moratórios são aqueles estipulados como uma forma de punição pelo atraso no cumprimento da obrigação estabelecida.

De acordo com a Súmula 596 do STF, as instituições financeiras não se sujeitam também à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), salvo hipóteses específicas. São possíveis que sejam pactuados juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, sem que essa cláusula, por si só, seja inválida. É necessário analisar se os índices aplicáveis desfavoravelmente ao consumidor se encontram flagrantemente exorbitantes para que somente então se possa falar em revisão por parte do judiciário do que fora aventado pelas partes. Além do que, ainda que a obrigação tenha por objeto prestação divisível, não pode o credor ser obrigado a receber, nem o devedor a pagar, por partes, se assim não se ajustou, conforme dispõe o art. 314 do Código Civil Brasileiro. Neste sentido, nossos tribunais têm pacificado o entendimento de que na ação de consignação em pagamento a parte deve depositar exatamente a prestação que se obrigou, pois, o credor não é obrigado a receber coisa diversa da que lhe é devida (art. 313 do CCB), in verbis: RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 334 E 335, I DO NOVO CÓDIGO CIVIL; 535 E 890 DO CPC E DISSÍDIO PRETORIANO. PRETENSÃO DE DEPOSITAR DINHEIRO NO LUGAR DE COISA DEVIDA: SACAS DE SOJA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO. 1. Não há violação ao artigo 535, II do CPC quando o acórdão examinou as questões controvertidas na lide, expondo os fundamentos que o levaram às conclusões assumidas. 2. A consignação em pagamento visa exonerar o devedor de sua obrigação, mediante o depósito da quantia ou da coisa devida, e só poderá ter força de pagamento se concorrerem "em relação às pessoas, ao objeto, modo e tempo, todos os requisitos sem os quais não é válido o pagamento" (artigo 336 do NCC). 3. Celebrado contrato entre as partes para a entrega de 372 sacas de soja de 60kg, a US$9,00 cada uma, sem estipulação de outra forma alternativa de cumprimento dessa obrigação, não é possível o uso da ação de consignação em pagamento para depósito em dinheiro daquilo que o devedor entende devido. 4. A consignação exige que o depósito judicial compreenda o mesmo objeto que seria preciso prestar, para que o pagamento possa extinguir a obrigação, pois "o credor não é obrigado a receber a prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa" (art. 313 do NCC) 5. Recurso especial não-provido (REsp 1194264/PR, T4, STJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, j. 01/03/2011, DJe 04/03/2011). APELAÇÃO CÍVEL. ENSINO PARTICULAR. AÇÃO DE COBRANÇA. INADIMPLEMENTO DAS MENSALIDADES. PEDIDO DE PARCELAMENTO DO DÉBITO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL. OBRIGAÇÃO DE DAR VALOR LÍQUIDO. SENTENÇA MANTIDA. Mérito do recurso em exame 1. No processo em que se exerce uma pretensão de eficácia preponderantemente condenatória, tal como na ação de cobrança, analisa-se existência do direito, constituindo-se um título executivo judicial se procedente o pedido formulado, o qual é exigível de pronto. 2. Portanto, reconhecido o crédito na fase de conhecimento e constituído o título executivo judicial, descabe a parte devedora indicar a forma de cumprimento da obrigação existente, quanto mais quando esta resulta de inadimplemento, sem causa jurídica para tanto, de direito preexistente. 3. Desse modo, os créditos consolidados mediante a via judicial não são passíveis de parcelamento, pois a faculdade de receber este de forma diversa da qual foi reconhecida é do credor, inexistindo possibilidade jurídica deste ser coagido a aceitar a oferta de pagamento parcelado pelo devedor, quanto mais em obrigação de dar valor líquido e exigível de pronto. Logo, a obrigação constituída não é alternativa, cuja opção de escolha da prestação a ser dada é do devedor, na forma do art. 252 da atual lei civil, ao contrário, se está diante de estipulação certa a ser cumprida. 4.Ademais, o credor não pode ser obrigado a aceitar o pagamento do débito de forma diversa do avençado e reconhecida como devida. Inteligência do art. 314 do CC. Destarte, inexistindo acordo entre as partes, não há embasamento legal para que se proceda da forma pretendida pela ré. Negado provimento ao apelo (Apelação Cível nº

70035000751, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Jorge Luiz Lopes do Canto, j. 31/03/2010, DJ 07/04/2010). COMINATÓRIA. CARTÃO DE CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE DE PAGAMENTO INTEGRAL E IMEDIATO. PRETENSÃO AO PARCELAMENTO DO DÉBITO. DESCABIMENTO. CREDOR QUE NÃO ESTÁ OBRIGADO A RECEBER A PRESTAÇÃO DE FORMA DIVERSA DA AJUSTADA. EXEGESE DO ART. 314 DO CCB. INTERVENÇÃO DO JUDICIÁRIO, ALTERANDO TAL REGRA, DEVE OCORRER APENAS EXCEPCIONALMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE COMPELIR A CREDORA A ACATAR A PROPOSTA DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA. RECURSO DESPROVIDO (Recurso Cível nº 71002857431, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais RS, Relator: Eugênio Facchini Neto, Julgado em 14/04/2011, DJ 20/04/2011). O caso, como em muitos outros, vem tratar de matéria já pacificada pelos tribunais superiores e a parte autora vem pretendendo a modificação dos termos contratuais utilizando argumentos que a jurisprudência já entendeu não aplicável para o caso. Muito embora o judiciário não pode ser furtar de apreciar perigo de lesão, o caso não requer apenas a apreciação do que realmente pode ser tido como pertinente para juízo. Neste sentido: Ação revisional de contrato bancário - alegações genéricas que têm por objetivo modificar o que foi livremente pactuado - inexistência de limitação, constitucional ou legal, de cobrança de juros em 12% ao ano - impossibilidade de se limiar os ganhos dos bancos, bem como de se modificar o contrato para se reduzir os juros e encargos - inexistência de abusividade na capitalização dos juros e de excessos a serem reduzidos - possibilidade de cobrar-se comissão de permanência, desde que não se cumule com a correção monetária - Acolhimento parcial tão só do recurso do réu (Apelação com Revisão n.º 1.177.643-7, 11ª Câmara de Direito Privado, Tribunal de Justiça SP, Rel. Des. Claudio Villar, j. 25/03/2011, DJ 07/06/2011) 6. Comissão de permanência Desta forma, o que reiteradamente vem sendo admitida como a única clausula abusiva em contratos desta natureza é a que prevê cumulação de cobrança de comissão de permanência com juros moratórios de 1% (um por cento) ao ano e multa de 2% (dois por cento), conforme decisões reiteradas de nossos tribunais: CONTRATOS BANCÁRIOS. APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXAS ADMINISTRATIVAS. CAPITALIZAÇÃO. CARACTERIZAÇÃO DA MORA. ENCARGOS MORATÓRIOS (MULTA). COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. - Código de Defesa do Consumidor: O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos negócios jurídicos firmados entre as instituições financeiras e os usuários de seus produtos e serviços (art. 3°, § 2°, CDC). - Inversão do ônus da prova: Na revisão de contratos submetidos à disciplina jurídica do CDC, admite-se a inversão do ônus da prova, em favor do tomador do crédito, quando constatada a hipossuficiência deste ou a verossimilhança das suas alegações. - Inexigibilidade do título executivo: Não obstante a inversão do ônus da prova, indispensável a produção de prova mínima, pelo contratante, acerca dos defeitos atribuídos à contratação. - Juros Remuneratórios: a) Cabível a revisão da taxa de juros remuneratórios estipulada apenas nos casos em que restar comprovado ser o percentual fixado discrepante das taxas de mercado usualmente utilizadas. - Tarifas e Taxas Administrativas: É possível a cobrança das tarifas e taxas administrativas, desde que expressamente pactuadas, porquanto legais e não revestidas de abusividade. - Capitalização de Juros: A capitalização de juros, nas operações bancárias, em prazo inferior a um ano, foi autorizada pela Medida Provisória nº. 1.963, de 30-03-2000, ainda vigente sob o nº. 2.170. - Caracterização da mora: Na ausência de abusividade contratual, resta caracterizada a mora. - Encargos moratórios: Juros moratórios 1% ao mês. Multa 2%. - Comissão de Permanência: É valida a estipulação de cobrança de comissão de permanência. Incidência das Súmulas 294 e 296 do STJ. É, no entanto, vedada a cumulação com demais encargos moratórios (juros e multa). NEGADO PROVIMENTO AOS RECURSOS (Apelação Cível nº 70041421959, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 01/08/2011). CARTÃO DE CRÉDITO. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL. CDC. REVISÃO DE OFÍCIO. JUROS REMUNERATÓRIOS E MORATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MULTA. CET. MORA. COMPENSAÇÃO E/OU REPETIÇÃO DO INDÉBITO. INSCRIÇÃO NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. SUCUMBÊNCIA. 1. Aplicabilidade do CDC: as disposições do Código de Defesa do Consumidor aplicam-se às relações negociais relativas aos cartões de crédito das instituições financeiras. 2. Revisão contratual: é vedado ao julgador o reconhecimento de abusividade ou legalidade de cláusulas, de ofício, em contratos bancários Exegese da Súmula n. 381 do STJ. 3. Juros remuneratórios: inexiste abusividade na cobrança de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, considerando os percentuais usualmente praticados no mercado. Precedentes do STJ. 4. Capitalização mensal: a capitalização dos juros remuneratórios, com periodicidade inferior a um ano, por instituições financeiras, é permitida nos contratos bancários celebrados a partir de 31 de março de 2000, data da publicação da primitiva edição da atual MP n. 2.170-36/2001 (MP n. 1.963-17/2000). 5. Comissão de permanência, juros de mora e multa: a comissão

de permanência é legal e pode ser exigida desde que pactuada e não cumulada com outros encargos moratórios ou remuneratórios previstos para a situação de inadimplência, observado o limite à soma destes. In casu, contratada esta, permite-se a sua cobrança, todavia, não de forma cumulada aos juros remuneratórios, juros de mora, multa moratória e correção monetária, cuja análise fica prejudicada. 6. Mora e Custo Efetivo Total: deixa-se de conhecer do recurso nos pontos, por ausente qualquer manifestação nesse sentido na inicial, configurando-se inovação recursal pelo autor. 7. Repetição do indébito: na forma simples ou pela correspondente compensação é admitida, ainda que ausente prova de erro no pagamento. 8. Inscrição nos órgãos de proteção ao crédito: a inscrição do nome do devedor inadimplente nos cadastros de proteção ao crédito mostra-se lícita nos casos de reconhecida inadimplência. 8. Danos morais: ausentes provas da caracterização do dano moral alegado, é inviável deferir-se a reparação, o que se verifica na hipótese dos autos. 9. Sucumbência: redimensionados os ônus sucumbenciais em face do resultado do julgamento. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE (Apelação Cível nº 70041216722, Primeira Câmara Especial Cível, Tribunal de Justiça do RS, Rel. Breno Beutler Junior, j. 26/07/2011, DJ 29/07/2011). Por fim, não há prova nos autos de que o réu tenha cobrado valores indevidos, nem o valor porventura pago, pois nos extratos anexos não consta à cobrança de comissão de permanência cumulada com juros de mora e multa. 7. Repetição de indébito.

Quanto o pedido de repetição de indébito, tenho que a determinação do pagamento consignado dos valores, de acordo com a previsão da autora, compromete a argumentação de devolução de valores pagos a maior. Mesmo porque, por todo o argumento acima exposto, não entendo ser necessário a revisão do contrato. Por fim, trata-se de contrato com parcelas prefixadas, com a inadimplência das prestações, aplicando-se taxas, juros e capitalização em valores acima do previsto no contrato para esta situação específica, estaríamos diante de motivos para revisar cálculos que estariam eventualmente contrários as regras do contrato. De outra feita, nada há no contrato, salvo a cumulação de comissão de permanência e juros moratórios, uma comum nestes contratos. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente o pedido do autor, somente para admitir a cobrança da comissão de permanência como pactuado, no entanto, desde que não haja acumulação com juros moratórios ou remuneratórios e nem com a correção monetária ou a multa e consequentemente, julgo improcedente os demais pedidos, extinguindo o processo com resolução de mérito, na forma do art.487, I do Código de Processo Civil. Condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários nos termos do art. 86, parágrafo único do CPC, cuja cobrança ficará suspensa, face o autor, eventualmente for, beneficiário da justiça gratuita, nos termos do art. 98, §3º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 28 de junho de 2019.

Marco Antonio Lobo Castelo Branco Juiz de Direito da 8ª Vara Cível e Empresarial da Capital

SECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

Número do processo: 0817974-93.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: JOAO CARDOSO LOBATO JUNIOR Participação: ADVOGADO Nome: JOSE LOBATO MAIAOAB: 2965/PA Participação: RÉU Nome: JOVERLAND OTAVIO DA COSTA LOBATO Participação: ADVOGADO Nome: FELIPE DE LIMA RODRIGUES GOMESOAB: 21472 Participação: ADVOGADO Nome: IZABELLE FERNANDES DA COSTA MACIELOAB: 21124Vistos, etc. Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Escritura Pública c/c Danos Morais interposta por JOÃO CARDOSO LOBATO JUNIOR em desfavor de seu irmão JOVRLAND OTÁVIO DA COSTA LOBATO.Requer o autor em sede de tutela antecipada que o requerido se abstenha de impedir a livre navegação das balsas MOCIDADE I e MOCIDADE II, bem como se abstenha de proceder a averbação da Escritura Pública de Compra e Venda elaborada junto ao cartório do 4º Oficio de Notas da Comarca de Manaus envolvendo as referidas balsas.O feito foi originariamente distribuído para Vara competente de Registros Públicos, a qual declinou a competência, sendo redistribuído este Juízo.Devidamente citado, o requerido apresentou contestação, arguindo falsidade documental do contrato juntado no evento 4009878, 4009835, 4009731 e 4009671. Apresente ainda reconvenção, na qual requer liminarmente a liberação das balsas que se encontram apreendidas na Capitania dos Porto da Amazônia Oriental ? CPAOR.Realizadas audiência de conciliação nesta data, este Juízo recebeu ofício juntado no evento de nº 11247401 da Capitania dos Porto da Amazônia Oriental ? CPAOR, onde relata que as balsas foram apreendidas e solicitando a nomeação de fiel depositário diante das dificuldades de manutenção das mesmas sob sua guarda.Decido, após relatório.Sabe-se que apenas com a indicação dos elementos capazes de convencimento do juízo acerca do direito da parte e com a demonstração efetiva do perigo de dano, é possível a concessão da tutela provisória de urgência, nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. Quanto a probabilidade do direito do autor, temos o contrato particular de promessa de venda e compra entre a empresa proprietária das balsas e o autor, onde consta que autor e réu adquiriram as mesmas.O dano alegado resta comprovado pelo desenrolar dos fatos, principalmente os relatados pela Capitania dos Porto da Amazônia Oriental ? CPAOR, culminando com a apreensão das embarcações.Isto posto, presentes os requisitos previstos no art. 300, do CPC, defiro os pedidos do autor para determinar que o requerido se abstenha de impedir a livre navegação das balsas MOCIDADE I e MOCIDADE II, bem como se abstenha de proceder a averbação da Escritura Pública de Compra e Venda elaborada junto ao cartório do 4º Oficio de Notas da Comarca de Manaus envolvendo as referidas balsas ou quaisquer outros pedidos administrativos seja junto as Capitanias dos Porto da Amazônia Oriental e Ocidental, devendo ser oficiado aos referidos Comandos, bem como ao cartório do 4º Oficio de Notas da Comarca de Manaus, encaminhando a presente decisão.Acatando as considerações da Autoridade Marítima subscritora do Ofício de nº 05-09/CPAOR-MB (11247401) nomeio o autor JOÃO CARDOSO LOBATO JUNIOR, como fiel depositário das embarcações MOCIDADE I e MOCIDADE II, devendo ser expedido o termo de compromisso nos termos da legislação vigente, o qual deve ser encaminhado para Capitanias dos Porto da Amazônia Oriental para imediata entrega das balsas.Quanto aos pedidos constantes na contestação e reconvenção, principalmente o incidente de falsidade de documento, entendo que a liminar resta prejudicada, devendo o réu recolher as custas devida.Após, intime-se a o autor para se manifestar sobre a contestação e responder a reconvenção, no prazo de lei, devendo juntar o documento original digitalizado referente as cópias juntadas no evento 4009878, 4009835, 4009731 e 4009671.Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019.

Número do processo: 0831457-30.2017.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: FLYTOUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. Participação: ADVOGADO Nome: DENISE MARINOAB: 1662SP Participação: REQUERIDO Nome: I. C. M. MONTEIRO VIAGENS E TURISMO - ME Participação: REQUERIDO Nome: IZABEL CRISTINA MARTINS MONTEIRO Tribunal de Justiça do Estado do ParáSecretaria da 9ª Vara cível e Empresarial de Belém ATO ORDINATÓRIO Processo: 0831457-30.2017.8.14.0301REQUERENTE: FLYTOUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA.REQUERIDO: I. C. M. MONTEIRO VIAGENS E TURISMO - ME, IZABEL CRISTINA MARTINS MONTEIROIntimo a parteinteressadaa efetuar o pagamento das custas referente a expedição de novo mandado para o réu. (Provimento 006/2006-CJRMB)De ordem, em28 de junho de 2019. _____SERVIDOR 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

Número do processo: 0837729-06.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: GUSTAVO PRATA MENDESOAB: 014188/PA Participação: ADVOGADO Nome: TAMIRES VASCONCELOS TAVARESOAB: 23283 Participação: EXECUTADO Nome: RENATA MALCHER RABELOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DE BELÉMSECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL ATO ORDINATÓRIOPROCESSO: 0837729-06.2018.8.14.0301ASSUNTO: [Espécies de Contratos, Estabelecimentos de Ensino]CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)EXEQUENTE: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARAManifeste-se a parte INTERESSADA no prazo em5 (cinco) dias, sobre a Certidão dos correios de ID.11279380, ficando desde já intimada que, caso tenha interesse na renovação da diligência, atualize endereço e recolha as respectivas custas. (Prov.06/2006 da CJRMB). De ordem, em 28 de junho de 2019 _____SERVIDOR 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

Número do processo: 0835975-63.2017.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS Participação: ADVOGADO Nome: JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOSOAB: 273843/SP Participação: RÉU Nome: MARCIO PRADO MAIATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DE BELÉMSECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL ATO ORDINATÓRIOPROCESSO: 0835975-63.2017.8.14.0301ASSUNTO: [Indenização por Dano Material]CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AUTOR: SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROSManifeste-se a parte INTERESSADA no prazo em5 (cinco) dias, sobre a Certidão do Sr. Oficial de Justiça de ID.5591295, ficando desde já intimada que, caso tenha interesse na renovação da diligência, atualize endereço e recolha as respectivas custas. (Prov.06/2006 da CJRMB). De ordem, em 28 de junho de 2019 _____SERVIDOR 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

Número do processo: 0827807-38.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: ANA CRISTINA DA SILVA AUZIER Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO AUGUSTO OLIVEIRA DE MESQUITAOAB: 106PA Participação: AUTOR Nome: FABRICIO ROSA DE SOUSA Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO AUGUSTO OLIVEIRA DE MESQUITAOAB: 106PA Participação: RÉU Nome: ALESSANDRO DE ALEXANDRIA PEREIRATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DE BELÉMSECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL ATO ORDINATÓRIOPROCESSO: 0827807-38.2018.8.14.0301ASSUNTO: [Despejo por Denúncia Vazia]CLASSE: DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA (94)AUTOR: ANA CRISTINA DA SILVA AUZIER, FABRICIO ROSA DE SOUSAManifeste-se a parte INTERESSADA no prazo em5 (cinco) dias, sobre a Certidão dos correios de ID11272752, ficando desde já intimada que, caso tenha interesse na renovação da diligência, atualize endereço e recolha as respectivas custas. (Prov.06/2006 da CJRMB). De ordem, em 28 de junho de 2019 _____SERVIDOR 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

Número do processo: 0824994-72.2017.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S.A. Participação: ADVOGADO Nome: GUTH ALBUQUERQUE BARBOSAOAB: 22928/PA Participação: RÉU Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PATribunal de Justiça do Estado do ParáFórum Cível de BelémSecretaria da 9ª Vara Cível e Empresarial [Seguro, Seguro]PROCEDIMENTO ORDINÁRIO CÍVEL (7)AUTOR: ZURICH SANTANDER BRASIL SEGUROS S.A.Tendo em vista aCONTESTAÇÃO TEMPESTIVAcom documentos apresentados e juntados aos presentes autos, diga a parte autora em réplica através de seu advogado (a) no prazo de QUINZE dias. (Prov. 006/2006 da CJRMB). De ordem, em 1 de fevereiro de 2018 _____TALES WILHAME GOMES DA SILVASERVIDOR 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

Número do processo: 0831384-87.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: TIAGO FONTES DE AMORIM Participação: ADVOGADO Nome: ROMULO ACACIO DE ARAUJO JATENEOAB: 24221/PA Participação: REQUERIDO Nome: FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA0831384-87.2019.8.14.0301IMPETRANTE: TIAGO FONTES DE AMORIMEndereço: Vila Três de Maio, 1942, APT 402, São Brás, BELéM - PA - CEP: 66063-380IMPETRADO: FUNDACAO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISAEndereço: Rua Augusto Corrêa, S/N, CIDADE UNIVERSITARIA, Guamá, BELéM - PA - CEP: 66075-110OUTRAS MEDIDAS PROVISIONAIS (1289)[Obrigação de Fazer / Não Fazer] DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO/ CARTAMEDIDA DE URGÊNCIA Vistos, etc.Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar impetrado porTIAGO FONTES DE AMORIMem face deROBERTO BARRETO FERRAZ, brasileiro, professor, Presidente e Diretor Executivo daFUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA ? FADESP. Alega o Impetrante que participou do concurso público C-176 do Centro de Perícias Científicas Renato Chaves (CPCRC-PA), organizado pela FUNDAÇÃO DE AMPARO E DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA - FADESP, sendo aprovado na prova objetiva entre os cinco primeiros colocados, conforme resultado publicado no dia 07/05/2019 (anexo).Suscita contudo que na segunda fase, (resultado preliminar publicado no dia 14/05/2019), sua nota na prova discursiva foi abaixo da pontuação prevista no edital do concurso, o que ocasionou sua eliminação do certame (anexo). Dentro do prazo previsto em edital, aduz o Impetrante que recorreu da nota de sua prova discursiva, solicitando a folha definitiva de sua redação. Porém, a FADESP teria disponibilizado apenas o espelho de correção da prova discursiva de nível superior (grade de correção) e não a prova do impetrante, que não estaria disponível em consulta no site da Fundação. Em 23/05/2019 houve publicação do resultado definitivo da prova discursiva, onde o impetrante foi eliminado, sendo que em 31/05/2019 este informa ter protocolado requerimento administrativamente (anexo) pedindo o espelho de sua prova discursiva, o que foi mais uma vez indeferido. Alega o impetrante que encaminhou e-mail para a FADESP, mas até o momento não obteve resposta (anexo). No dia 03/06/2019 foi publicado o resultado dos candidatos aptos para realização da terceira etapa do concurso (exame médico) com data para o dia 29/06/2019 (anexo). Nesse sentido, requereu deferimento da Antecipação Liminar dos Efeitos da Tutela de Urgência para a devida apresentação do espelho da prova de redação do impetrante abrindo-se novo prazo de recurso administrativo ao mesmo, garantindo-se sua participação nas demais fases do concurso. É o breve relatório. Mandado de Segurança é ação constitucional, de natureza cível, prevista no art. 5º, LXIX, da Constituição da República e na Lei 12.016/2009, visando a proteção de direito líquido e certo lesado ou que sofra ameaça de lesão, em decorrência de ato de autoridade, praticado com ilegalidade ou abuso de poder. Entende-se por direito líquido e certo aquele demonstrado de plano, por meio de provas pré-constituídas, tendo em vista que a estreita via do Mandado de Segurança não comporta dilação probatória. São requisitos legais cumulativos para a concessão liminar do Mandado de Segurança, conforme art. 7,III, da lei 12.016/09, fundamento relevante (fumus boni iuris) e possibilidade da ineficácia da medida (periculum in mora).No presente caso vislumbro nos termos do art.7,III, da lei 12.016/09, fundamento relevante (fumus boni iuris), uma vez que o impetrante juntou diversos documentos que comprovam seu vínculo jurídico com a instituição impetrada, por meio dos Ids10924222 e 10924223, respectivamente, EDITAL de aptidão para correção de sua prova discursiva e pedidos administrativos para visualização de sua prova de redação para elaboração de recurso, bem como verifico de demonstração dopericulum in mora - possibilidade da ineficácia da medida, diante da iminência de realização de outras fases do concurso do qual o requerente fora eliminado, em específico fase referente à exames médicos que será realizada nos próximos dias 29/06 a 04/07/2019 (Ids10924231 e 10924221). Ante o exposto, defiro a concessão de liminar referente ao presente Mandado de Segurança, para que a autoridade coatora promova aapresentação do espelho da prova de redação do impetrante abrindo-se novo prazo de recurso administrativo ao mesmo, bem como sua participação nas demais fases do concurso até a definição de sua nota. Notifique-se a autoridade coatora,enviando-lhe a segunda via apresentada com as cópias dos documentos, a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações e dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito, nos termos do art. 7º, I e II da Lei12.016/2009. Decorrido o prazo das informações, intime-se o Ministério Público, nos termos do art. 12 da Lei12.016/2009. Defiro a gratuidade da justiça.Publique-se, registre-se e intimem-se.Esta decisão servirá como mandado, qual deve ser cumprida como MEDIDA DE URGÊNCIA.Belém, 27 de junho de 2019. LAILCE ANA MARRON DA SILVA CARDOSO JUÍZA DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELEM

Número do processo: 0819106-25.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: CONDOMINIO DO EDIFICIO SAO GABRIEL Participação: ADVOGADO Nome: GERSON RIEBISCH DE FIGUEIREDOOAB: 16003-B/PA Participação: EXECUTADO Nome: SILLAS RIBEIRO DE ASSIS JUNIOR Participação: EXECUTADO Nome: ROSELY CHAVES MALAQUIAS DE ASSIS Participação: EXECUTADO Nome: GIORDANA CHAVES MALAQUIAS DE ASSIS Participação: EXECUTADO Nome: LUCAS CHAVES MALAQUIAS DE ASSISTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DE BELÉMSECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL ATO ORDINATÓRIOPROCESSO: 0819106-25.2017.8.14.0301ASSUNTO: [Assembléia]CLASSE: EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159)EXEQUENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO SAO GABRIELManifeste-se a parte INTERESSADA no prazo em5 (cinco) dias, sobre aS Certidões do Sr. Oficial de Justiça, ficando desde já intimada que, caso tenha interesse na renovação da diligência, atualize endereço e recolha as respectivas custas. (Prov.06/2006 da CJRMB). De ordem, em 28 de junho de 2019 _____SERVIDOR 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

Número do processo: 0832185-71.2017.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO PEREIRA DE LIMAOAB: 10219/PA Participação: ADVOGADO Nome: DRIELLE CASTRO PEREIRAOAB: 016354/PA Participação: RÉU Nome: ROSEANE CRISTINA LEITE DE JESUSTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM CÍVEL DE BELÉMSECRETARIA DA 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL ATO ORDINATÓRIOPROCESSO: 0832185-71.2017.8.14.0301ASSUNTO: [Cédula de Crédito Bancário]CLASSE: BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)AUTOR: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDAManifeste-se a parte INTERESSADA no prazo em5 (cinco) dias, sobre a Certidão dos correios de ID11278303, ficando desde já intimada que, caso tenha interesse na renovação da diligência, atualize endereço e recolha as respectivas custas. (Prov.06/2006 da CJRMB). De ordem, em 28 de junho de 2019 _____SERVIDOR 9ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

Número do processo: 0873905-81.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: SABEMI SEGURADORA SA Participação: ADVOGADO Nome: JULIANO MARTINS MANSUROAB: 113786 Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDO CAMPOS VARNIERIOAB: 19902/PA Participação: EXECUTADO Nome: ANTONIO SIMPLICIANO DE SOUSAPROCESSO Nº 0873905-81.2018.814.0301Cite-se o executado ANTÔNIO SIMPLICIANO DE SOUSApor carta registrada com aviso de recebimento, para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, na forma do art. 829 do NCPC, advertindo-o do disposto no parágrafo primeiro do artigo em epígrafe, ou seja, que se não efetuado o pagamento, será determinada a penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e intimando-se na mesma oportunidade. Fixo desde já os honorários advocatícios no valor equivalente a 10% (dez por cento) do débito atualizado, nos termos do art. 827 do NCPC, ressaltando que no caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade, conforme impõe o parágrafo primeiro do referido dispositivo legal. Anote-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, o executado poderá se opor a execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias contados da juntada aos autos do aviso de recebimento cumprido, conforme o disposto nos artigos 914 e 915 do novo Código de Processo Civil. Intime-se. Belém, 15 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito A cópia desta decisão servirá para citação e poderá ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, nos termos dos Provimentos nº 003/2009 e nº 006/2006 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

Número do processo: 0851922-26.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Participação: ADVOGADO Nome: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPESOAB: 13846/PA Participação: ADVOGADO Nome: PATRICIA PONTAROLI JANSENOAB: 20636/PA Participação: RÉU Nome: WALDIMILSON GODINHO DE MORAES FILHOEmende o autor a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, comprovando a constituição em mora do réu. Intime-se. Belém, 16 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito

Número do processo: 0822761-68.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA Participação: ADVOGADO Nome: MIRELLA PARADA NOGUEIRA SANTOSOAB: 4915/MA Participação: RÉU Nome: HERTZ NUNES DA SILVAPROCESSO Nº 0822761-68.2018.814.0301Designo o dia 7 de novembro de 2019 às 10h50min para a audiência de conciliação prevista no art. 334, caput do Código de Processo Civil vigente, devendo o autor ser intimado, na pessoa de seu advogado, para comparecer à referida audiência (§3º do art. 334 do CPC). Cite-se o réu HERTZ NUNES DA SILVA, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à referida audiência, devendo o seu desinteresse na realização da audiência ser feito por petição, apresentada com até 10 (dez) dias de antecedência contado da data designada para a realização da audiência (§5º do art. 334 do CPC). Por outro lado, cientifique-se o réu que o prazo para apresentar contestação é de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será da data: I- Da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II- Do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inciso I (art. 335 do CPC), ressaltando que não contestada a ação, o réu será considerado revel e, consequentemente, presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC). Advirto as partes que devem comparecer ao ato acompanhadas por seus advogados ou Defensores Públicos, bem como que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de 2% (dois por cento) do valor da causa revertida em favor do Estado (§§8º e 9º do art. 334 do CPC). Intime-se. Belém, 31 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito A cópia desta decisão servirá para citação e poderá ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, na forma dos Provimentos nº 003/2009 e nº 006/2006 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

Número do processo: 0836594-56.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: ENDICON ENGENHARIA DE INSTALACOES E CONSTRUCOES LTDA Participação: ADVOGADO Nome: RENAN SENA SILVAOAB: 845 Participação: ADVOGADO Nome: PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRAOAB: 5586PA Participação: RÉU Nome: Francisco Das Chagas Oliveira SantosPROCESSO Nº 0836594-56.2018.814.0301Designo o dia 12 de novembro de 2019 às 9h50min para a audiência de conciliação prevista no art. 334, caput do Código de Processo Civil vigente, devendo o autor ser intimado, na pessoa de seu advogado, para comparecer à referida audiência (§3º do art. 334 do CPC). Cite-se o réu FRANCISCO DAS CHAGAS OLIVEIRA SANTOS, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à referida audiência, devendo o seu desinteresse na realização da audiência ser feito por petição, apresentada com até 10 (dez) dias de antecedência contado da data designada para a realização da audiência (§5º do art. 334 do CPC). Por outro lado, cientifique-se o réu que o prazo para apresentar contestação é de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será da data: I- Da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II- Do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inciso I (art. 335 do CPC), ressaltando que não contestada a ação, o réu será considerado revel e, consequentemente, presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC). Advirto as partes que devem comparecer ao ato acompanhadas por seus advogados ou Defensores Públicos, bem como que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de 2% (dois por cento) do valor da causa revertida em favor do Estado (§§8º e 9º do art. 334 do CPC). Intime-se. Belém, 4 de junho de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito A cópia desta decisão servirá para citação e poderá ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, na forma dos Provimentos nº 003/2009 e nº 006/2006 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

Número do processo: 0870735-04.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: DENES MACIEL DE CASTRO Participação: ADVOGADO Nome: MELINA NOGUEIRA MALDONADOOAB: 7696 Participação: RÉU Nome: MARIA DAS GRACAS RODRIGUES SANCHESPROCESSO Nº 0870735-04.2018.814.0301Designo o dia 12 de novembro de 2019 às 10h30min para a audiência de conciliação prevista no art. 334, caput do Código de Processo Civil vigente, devendo o autor ser intimado, na pessoa de seu advogado, para comparecer à referida audiência (§3º do art. 334 do CPC). Cite-se o réu DENES MACIEL DE CASTRO, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à referida audiência, devendo o seu desinteresse na realização da audiência ser feito por petição, apresentada com até 10 (dez) dias de antecedência contado da data designada para a realização da audiência (§5º do art. 334 do CPC). Por outro lado, cientifique-se o réu que o prazo para apresentar contestação é de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será da data: I- Da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II- Do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inciso I (art. 335 do CPC), ressaltando que não contestada a ação, o réu será considerado revel e, consequentemente, presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC). Advirto as partes que devem comparecer ao ato acompanhadas por seus advogados ou Defensores Públicos, bem como que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de 2% (dois por cento) do valor da causa revertida em favor do Estado (§§8º e 9º do art. 334 do CPC). Intime-se. Belém, 4 de junho de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito A cópia desta decisão servirá para citação e poderá ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, na forma dos Provimentos nº 003/2009 e nº 006/2006 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

Número do processo: 0818731-24.2017.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: KATYA REGINA MATOS BATISTA Participação: ADVOGADO Nome: DANIELE RIBEIRO DE CARVALHO LIMAOAB: 1915 Participação: REQUERENTE Nome: BIANCA MATOS BATISTA TABOSA Participação: ADVOGADO Nome: DANIELE RIBEIRO DE CARVALHO LIMAOAB: 1915Trata-se de Ação de Abertura, Registro e

Cumprimento de Testamento Público deixado por Maria Neire Batista, ajuizada pelas legatárias Katya Regina Matos Batista e Bianca Matos Batista Tabosa que requereram a nomeação de inventariante. Todavia, a presente ação é um procedimento de jurisdição voluntária preambular ao inventário e condição para a realização da partilha, cuja cognição se limita à análise de requisitos extrínsecos/formais de validade do documento, na forma do art. 735 e 736 do Código de Processo Civil. Desta forma, a nomeação de inventariante deverá ser realizada na competente ação de inventário na qual ocorrerá a partilha dos bens, cabendo, nesta ação, apenas o registro e cumprimento do testamento se não constatado pelo juiz vício externo capaz de torná-lo suspeito de nulidade ou falsidade. Assim sendo, intime-se a testamenteira nomeada, Kátya Regina Matos Batista, para assinar o termo de abertura, nos termos do art. 735, §1º do Código de Processo Civil, em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público. Intime-se. Belém, 4 de junho de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito

Número do processo: 0802208-63.2019.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUESOAB: 20288/PA Participação: EXECUTADO Nome: MARIA ELIZABETH LIMA RODRIGUESATO ORDINATÓRIOCom fundamento no artigo 152, inciso VI do Código de Processo Civil vigente, e no provimento nº 006/2006 da CJRMB, tomo a seguinte providência: Fica o exequente intimado a se manifestar acerca do aviso de recebimento, em razão do motivo informado pela ECT, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como que deve recolher antecipadamente as custas processuais intermediárias dos atos que requerer. Giselle Mourão. Auxiliar Judiciário.

Número do processo: 0845282-07.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Participação: ADVOGADO Nome: SANDRA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAOOAB: 048 Participação: ADVOGADO Nome: SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAOOAB: 5627/PA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE MOURAO NETOOAB: 11935/PA Participação: ADVOGADO Nome: FRIDA GANDELSMAN AZOUBELOAB: 21392/PE Participação: RÉU Nome: INDUFEX SERVICOS DE TRANSPORTES EIRELIPROCESSO Nº 0845282-07.2018.814.0301Designo o dia 22 de outubro de 2019 às 9h30min para a audiência de conciliação, prevista no art. 334, caput do Código de Processo Civil vigente,apesar de o autor ter manifestado expressamente seu desinteresse na autocomposição, uma vez que a audiência somente não será realizada se ambas as partes manifestarem expresso desinteresse na sua realização(§4º do art. 334 do NCPC). Cite-se o réu INDUFEX INDÚSTRIA FURLANETO E EXPORTAÇÃO EIRELI com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à referida audiência, devendo o seu desinteresse na realização da audiência ser feito por petição, apresentada com até 10 (dez) dias de antecedência contado da data designada para a realização da audiência (§5º do art. 334 do NCPC). Por outro lado, cientifique-se o réu que o prazo para apresentar contestação é de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será da data: I- Da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II- Do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inciso I (art. 335 do NCPC), ressaltando que não contestada a ação, o réu será considerado revel e, consequentemente, presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do NCPC). Por fim, advirto as partes que devem comparecer ao ato acompanhadas por seus advogados ou Defensores Públicos, bem como que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de 2% (dois por cento) do valor da causa revertida em favor do Estado (§§8º e 9ºdo art. 334 do NCPC). Intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para comparecer à referida audiência (§3º do art. 334 do NCPC). Intime-se. Belém, 15 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito A cópia desta decisão servirá para citação e poderá ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, na forma dos Provimentos nº 003/2009 e nº 006/2006 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

Número do processo: 0845595-65.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Participação: ADVOGADO Nome: SERVIO TULIO DE BARCELOSOAB: 21148/PA

Participação: RÉU Nome: CHARLES CAMPOS E CAMPOSTrata-se de Ação Monitória ajuizada por Banco Santander Brasil em desfavor de Charles Campos e Campos, em que foi determinada a emenda a inicial para adapta-la ao procedimento comum. O autor, então, requereu que o feito fosse recebido como Ação de Cobrança, porém não reformulou seus pedidos, assim sendo,concedo aoautor novo prazo de 15 (quinze) dias para emendar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial (art. 321, parágrafo único do NCPC),anexando nova peça inicial. Retifique-se a autuação do feito. Intime-se. Belém, 15 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito

Número do processo: 0819832-28.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: COMERCIO DISTRIBUIDORA E INDUSTRIA ESTRELA DO NORTE LTDA Participação: ADVOGADO Nome: DANIEL LIMA DE SOUZAOAB: 14139/PA Participação: RÉU Nome: AUTO VIACAO MONTE CRISTO LTDAEmende a autora a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (art. 321, parágrafo único do NCPC),esclarecendo se pretende que o feito seja processado perante a Vara do Juizado Especial Cível, caso contrário, deve reformular o pedido constante do item ?a?. Intime-se. Belém, 20 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito

Número do processo: 0841779-75.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: SERVIO TULIO DE BARCELOSOAB: 21148/PA Participação: RÉU Nome: UADIH CHARONEPROCESSO Nº 0841779-75.2018.814.0301Defiro a emenda a inicial. Promova Sr. Diretor de Secretaria a alteração na classe da ação. Designo o dia 23 de outubro de 2019 às 8h50min para a audiência de conciliação prevista no art. 334, caput do Código de Processo Civil vigente, devendo o autor ser intimado, na pessoa de seu advogado, para comparecer à referida audiência (§3º do art. 334 do NCPC). Cite-se o réu UADIH CHARONE, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à referida audiência, devendo o seu desinteresse na realização da audiência ser feito por petição, apresentada com até 10 (dez) dias de antecedência contado da data designada para a realização da audiência (§5º do art. 334 do NCPC). Por outro lado, cientifique-se o réu que o prazo para apresentar contestação é de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será da data: I- Da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II- Do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inciso I (art. 335 do NCPC), ressaltando que não contestada a ação, o réu será considerado revel e, consequentemente, presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do NCPC). Advirto as partes que devem comparecer ao ato acompanhadas por seus advogados ou Defensores Públicos, bem como que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de 2% (dois por cento) do valor da causa revertida em favor do Estado (§§8º e 9º do art. 334 do NCPC). Intime-se. Belém, 20 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito A cópia desta decisão servirá para citação e poderá ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, na forma dos Provimentos nº 003/2009 e nº 006/2006 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

Número do processo: 0848952-53.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: BANCO BRADESCO S/A Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS GONDIM NEVES BRAGAOAB: 014305/PA Participação: EXECUTADO Nome: ADRIANA ALVES BANDEIRAPROCESSO Nº 0848952-53.2018.814.0301Cite-se o executado ADRIANA ALVES BANDEIRApor carta registrada com aviso de recebimento, para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, na forma do art. 829 do NCPC, advertindo-o do disposto no parágrafo primeiro do artigo em epígrafe, ou seja, que se não efetuado o pagamento, será determinada a penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e intimando-se na mesma oportunidade. Fixo desde já os honorários advocatícios no valor equivalente a 10% (dez por cento) do débito atualizado, nos termos do art. 827 do NCPC, ressaltando que no caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade, conforme impõe o parágrafo primeiro do referido dispositivo legal. Anote-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, o executado poderá se opor a execução por meio de embargos, oferecidos no prazo

de 15 (quinze) dias contados da juntada aos autos do aviso de recebimento cumprido, conforme o disposto nos artigos 914 e 915 do novo Código de Processo Civil. Intime-se. Belém, 15 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito A cópia desta decisão servirá para citação e poderá ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, nos termos dos Provimentos nº 003/2009 e nº 006/2006 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

Número do processo: 0875065-44.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A Participação: ADVOGADO Nome: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSAOAB: 165046/SP Participação: EXECUTADO Nome: MARTA CASTELO BRANCO MARTINS DA SILVAATO ORDINATÓRIOCom fundamento no artigo 152, inciso VI do Código de Processo Civil vigente, e no provimento nº 006/2006 da CJRMB, tomo a seguinte providência: Fica o exequente intimado a se manifestar acerca do aviso de recebimento, em razão do motivo informado pela ECT, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, bem como que deve recolher antecipadamente as custas processuais intermediárias dos atos que requerer. Giselle Mourão. Auxiliar Judiciário.

Número do processo: 0852574-43.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: BANCO PAN S.A Participação: ADVOGADO Nome: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZOAB: 27117/PA Participação: REQUERIDO Nome: ADEMIR MACIELEmende o autor a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, anexando cópia do aviso de recebimento devidamente assinado, como exige o §2º do art. 2º do Decreto lei nº 911/69, na medida que asimples informação pela empresa de correios de que a notificação foi entregue por meio detelegrama, sem constar o aviso de recebimento, não supre a necessidade da efetiva comprovação da entrega da notificação, eis que destituída de fé pública. Intime-se. Belém, 26 de setembro de 2018 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito

Número do processo: 0829913-07.2017.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: KLEBER RICARDO DE MACEDO PACHECO Participação: ADVOGADO Nome: IGOR COSME QUEIROZ MARTINSOAB: 016124/PA Participação: ADVOGADO Nome: CAMILY ANNE TRINDADE DOS SANTOSOAB: 012725/PA Participação: AUTOR Nome: KLYVIA RAMOS PACHECO Participação: ADVOGADO Nome: IGOR COSME QUEIROZ MARTINSOAB: 016124/PA Participação: ADVOGADO Nome: CAMILY ANNE TRINDADE DOS SANTOSOAB: 012725/PA Participação: RÉU Nome: RAIMUNDO LUIZ DE SOUZAVistos, etc. KLEBER RICARDO DE MACEDO PACHECO e KLYVIA RAMOS PACHECO, devidamente qualificados nos autos, por intermédio de procurador judicial, ajuizaram a presenteAção de Indenização em desfavor deRAIMUNDO LUIZ DE SOUZA. Determinada a emenda a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, na forma do art. 321, parágrafo único do CPC, os autores deixaram de se manifestar no prazo legal. É o relatório. Decido. Trata-se de Ação de Indenização, emque foi determinadaa emenda a inicial para que os autores regularizassem o polo passivo, uma vez que o réu já faleceu. Ocorre que, devidamente intimados, os autores deixaram escoar o prazo legal sem cumprir a determinação, enquadrando-se no disposto pelo art. 321, parágrafo único do CPC que dispõe: Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Por outro lado, nos casos em que é determinada a emenda a inicial, não se exige a intimação pessoal da parte para cumpri-la, senão vejamos: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO.EMENDADA PETIÇÃO INICIAL. A autora teve oportunizada aemendada petição inicial e não atendeu a determinação judicial, razão pela qual foi indeferida a exordial, na forma do art. 321,parágrafo único, do NCPC. É desnecessária a intimaçãopessoalda autora nos casos em que a extinção do feito ocorre em razão do descumprimento da ordem deemendada petição inicial. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70072636509, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Roberto Imperatore de Assis Brasil, Julgado em 05/07/2017) Ante o exposto, julgo extinto

o presente processo, sem resolução de mérito, haja vista que, regularmente intimada para emendar a inicial, a parte autora não cumpriu a diligência, na forma do art. 485, inciso I combinado com o art. 321, parágrafo único do novo Código de Processo Civil. Após as formalidades legais, arquivem-se, desentranhando-se os documentos. Deixo de condenar os autores ao pagamento das custas e despesas processuais por serem beneficiários da justiça gratuita. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Belém, 21 de maio de 2018 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito

Número do processo: 0800301-53.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ACACIO FERNANDES ROBOREDOOAB: 13904/PA Participação: RÉU Nome: ANA MARIA MARTINS SILVAPROCESSO Nº 0800301-53.2019.814.0301Designo o dia 22 de outubro de 2019 às 9h50min para a audiência de conciliação prevista no art. 334, caput do Código de Processo Civil vigente, devendo o autor ser intimado, na pessoa de seu advogado, para comparecer à referida audiência (§3º do art. 334 do NCPC). Cite-se o réu ANA MARIA MARTINS SILVA, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à referida audiência, devendo o seu desinteresse na realização da audiência ser feito por petição, apresentada com até 10 (dez) dias de antecedência contado da data designada para a realização da audiência (§5º do art. 334 do NCPC). Por outro lado, cientifique-se o réu que o prazo para apresentar contestação é de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será da data: I- Da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II- Do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inciso I (art. 335 do NCPC), ressaltando que não contestada a ação, o réu será considerado revel e, consequentemente, presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do NCPC). Advirto as partes que devem comparecer ao ato acompanhadas por seus advogados ou Defensores Públicos, bem como que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de 2% (dois por cento) do valor da causa revertida em favor do Estado (§§8º e 9º do art. 334 do NCPC). Intime-se. Belém, 16 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito A cópia desta decisão servirá para citação e poderá ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, na forma dos Provimentos nº 003/2009 e nº 006/2006 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

Número do processo: 0812856-05.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Participação: ADVOGADO Nome: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPESOAB: 13846/PA Participação: RÉU Nome: GUIOMAR FERREIRA DUARTE DA CRUZEmende o autor a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, anexando cópia do aviso de recebimento devidamente assinado, como exige o §2º do art. 2º do Decreto lei nº 911/69, na medida que asimples informação pela empresa de correios de que a notificação foi entregue por meio detelegrama, sem constar o aviso de recebimento, não supre a necessidade da efetiva comprovação da entrega da notificação, eis que destituída de fé pública. Intime-se. Belém, 14 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito

Número do processo: 0848024-05.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: SAYMON FRANKLLIN MAZZAROOAB: 24494-B/PA Participação: REQUERIDO Nome: SINTESE ENGENHARIA LTDA Participação: REQUERIDO Nome: JOAO RICARDO DOMINGUES LOBO Participação: REQUERIDO Nome: MARCIA ARRAIS DE CASTRO LOBO Participação: REQUERIDO Nome: LEONARDO BINO RAMOS Participação: REQUERIDO Nome: M. E. D. M. R. Participação: PROCURADOR Nome: LUZIA MORAES BARBOSAOAB: nullPROCESSO Nº 0848024-02.2018.814.0301Defiro o pedido de conversão da ação de execução em ação monitória (Id. 5852527), de modo que o Sr. Diretor de Secretaria deverá retificar a autuação do feito. Citem-se os réus SÍNTESE ENGENHARIA LTDA, JOÃO RICARDO DOMINGUES LOBO, MÁRCIA ARRAIS DE CASTRO LOBO, LEONARDO BINO RAMOS e MARIA ELENA DE MORAES RAMOS para, no prazo de 15 (quinze)

dias, pagar a quantia devida e os honorários advocatícios arbitrados em 5% (cinco por cento) do valor atribuído à causa (NCPC 701) ou, querendo, oferecer embargos que suspenderão a eficácia do mandado inicial. Entretanto, se não realizado o pagamento e os embargos não forem opostos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, independentemente de qualquer formalidade (art. 701, §2º NCPC). Anote-se que, efetuado o pagamento no prazo, o réu ficará isento de custas processuais (art. 701, §1º NCPC). Intime-se. Belém, 15 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito A cópia desta decisão servirá para citação e poderá ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, nos termos dos Provimentos nº 003/2009 e nº 006/2006 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

Número do processo: 0847266-26.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: COOP ECON CRED MUT DOS EMPREGADOS DA ELETRONORTE LTDA Participação: ADVOGADO Nome: GEORGE SILVA VIANA ARAUJOOAB: 9354/PA Participação: EXECUTADO Nome: WILLIAMS DUARTE PINHEIROPROCESSO Nº 0847266-26.2018.814.0301Cite-se o executado WILLIAMS DUARTE PINHEIROpor carta registrada com aviso de recebimento, para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida, na forma do art. 829 do NCPC, advertindo-o do disposto no parágrafo primeiro do artigo em epígrafe, ou seja, que se não efetuado o pagamento, será determinada a penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e intimando-se na mesma oportunidade. Fixo desde já os honorários advocatícios no valor equivalente a 10% (dez por cento) do débito atualizado, nos termos do art. 827 do NCPC, ressaltando que no caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade, conforme impõe o parágrafo primeiro do referido dispositivo legal. Anote-se que, independentemente de penhora, depósito ou caução, o executado poderá se opor a execução por meio de embargos, oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias contados da juntada aos autos do aviso de recebimento cumprido, conforme o disposto nos artigos 914 e 915 do novo Código de Processo Civil. Intime-se. Belém, 15 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito A cópia desta decisão servirá para citação e poderá ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, nos termos dos Provimentos nº 003/2009 e nº 006/2006 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

Número do processo: 0841950-32.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO BRAZ DA SILVAOAB: 20638/PA Participação: RÉU Nome: JOAO DOS SANTOS NETOEmende o autor a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 321, parágrafo único do NCPC, comprovando a constituição em mora do réu. Intime-se. Belém, 16 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito

Número do processo: 0827248-81.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: SEARA ALIMENTOS LTDA Participação: ADVOGADO Nome: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELIOAB: 5546/RO Participação: REQUERIDO Nome: SUPERMERCADO AMAZONIA LTDACuida-se de ação ajuizada por Seara Alimentos Ltda em desfavor de Supermercado Amazônia Ltda em que foi determinada a emenda a inicial para a juntada do respectivo instrumento de protesto na forma exigida pelo art. 15 da Lei nº 5.474/68. A parte, então, requereu a desconsideração da decisão porque se trata de ação monitória na qual não cabe a juntada do protesto como meio de prova. Ocorre que, embora a parte tenha denominado a ação como monitória, os fundamentos jurídicos do pedido e o pedido se referem ao procedimento executivo, como se observa da peça inicial (Id. 4397417). Assim sendo, haja vista que, claramente, a parte optou por utilizar o procedimento monitório, emende o autor a inicial no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da petição inicial (art. 321, parágrafo único do NCPC),apresentando nova petição inicial e formulando corretamente o pedido. Intime-se. Belém, 30 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito

Número do processo: 0852039-17.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA Participação: ADVOGADO Nome: MIRELLA PARADA NOGUEIRA SANTOSOAB: 4915/MA Participação: RÉU Nome: CHARLES ULISSES VIEITAS VALENTEPROCESSO Nº 0852039-17.2018.814.0301Designo o dia 23 de outubro de 2019 às 9h10min para a audiência de conciliação prevista no art. 334, caput do Código de Processo Civil vigente, devendo o autor ser intimado, na pessoa de seu advogado, para comparecer à referida audiência (§3º do art. 334 do CPC). Cite-se o réu CHARLES ULISSES VIEITAS VALENTE, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à referida audiência, devendo o seu desinteresse na realização da audiência ser feito por petição, apresentada com até 10 (dez) dias de antecedência contado da data designada para a realização da audiência (§5º do art. 334 do CPC). Por outro lado, cientifique-se o réu que o prazo para apresentar contestação é de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será da data: I- Da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II- Do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inciso I (art. 335 do NCPC), ressaltando que não contestada a ação, o réu será considerado revel e, consequentemente, presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do NCPC). Advirto as partes que devem comparecer ao ato acompanhadas por seus advogados ou Defensores Públicos, bem como que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de 2% (dois por cento) do valor da causa revertida em favor do Estado (§§8º e 9º do art. 334 do CPC). Intime-se. Belém, 20 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito A cópia desta decisão servirá para citação e poderá ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, na forma dos Provimentos nº 003/2009 e nº 006/2006 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

Número do processo: 0815366-25.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: INSTITUTO EURO AMERICANO DE EDUCACAO CIENCIA TECNOLOGIA Participação: ADVOGADO Nome: MIRELLA PARADA NOGUEIRA SANTOSOAB: 4915/MA Participação: RÉU Nome: ERIKA CRISTINA GONÇALVES COSTAPROCESSO Nº 0815366-25.2018.814.0301Designo o dia 7 de novembro de 2019 às 8h50min para a audiência de conciliação prevista no art. 334, caput do Código de Processo Civil vigente, devendo o autor ser intimado, na pessoa de seu advogado, para comparecer à referida audiência (§3º do art. 334 do CPC). Cite-se o réu ERIKA CRISTINA GONÇALVES COSTA, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à referida audiência, devendo o seu desinteresse na realização da audiência ser feito por petição, apresentada com até 10 (dez) dias de antecedência contado da data designada para a realização da audiência (§5º do art. 334 do CPC). Por outro lado, cientifique-se o réu que o prazo para apresentar contestação é de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será da data: I- Da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II- Do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inciso I (art. 335 do CPC), ressaltando que não contestada a ação, o réu será considerado revel e, consequentemente, presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do CPC). Advirto as partes que devem comparecer ao ato acompanhadas por seus advogados ou Defensores Públicos, bem como que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de 2% (dois por cento) do valor da causa revertida em favor do Estado (§§8º e 9º do art. 334 do CPC). Intime-se. Belém, 30 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito A cópia desta decisão servirá para citação e poderá ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, na forma dos Provimentos nº 003/2009 e nº 006/2006 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

Número do processo: 0828655-59.2017.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: MARIA DO CARMO PEREIRA DOS REIS Participação: ADVOGADO Nome: ELIELSON MACIEL SILVAOAB: 939 Participação: REQUERIDO Nome: AMETISTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Participação: REQUERIDO Nome: DIRECIONAL ENGENHARIA S/APROCESSO Nº 0828655-59.2017.814.0301Designo o dia 12 de novembro de 2019 às 9h30minpara a audiência de conciliação, prevista no art. 334, caput do Código de Processo Civil vigente, devendo o autor ser intimado na pessoa

de seu advogado para comparecer à referida audiência (§3º do art. 334 do NCPC). Citem-se os réus AMETISTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e DIRECIONAL ENGENHARIA S/A com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, para comparecer à referida audiência, anotando-se que o desinteresse na realização da audiência deverá ser manifestado por todos os litisconsortes passivos através de petição apresentada com até 10 (dez) dias de antecedência contados da data designada para a realização da audiência (§5º do art. 334 do NCPC). Ficam, também, os réus cientes que o prazo para apresentar contestação é de 15 (quinze) dias úteis, cujo termo inicial será da data: I- Da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II- Do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo respectivo réu quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inciso I (art. 335 do NCPC), ressaltando que não contestada a ação por todos os réus, serão considerados revéis e presumidas verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art. 344 do NCPC). Ademais, advirto as partes que devem comparecer ao ato acompanhadas por seus advogados ou Defensores Públicos, bem como que o não comparecimento injustificado à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de 2% (dois por cento) do valor da causa revertida em favor do Estado (§§8º e 9º do art. 334 do NCPC). Intime-se. Belém, 4 de junho de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito A cópia desta decisão servirá para citação e poderá ser subscrita pelo Sr. Diretor de Secretaria, nos termos dos Provimentos nº 003/2009 e nº 006/2006 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém.

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - VARA: 10ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM

P R O C E S S O : 0 0 0 9 7 1 3 1 7 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO MODA SILVA Ação: Embargos de Terceiro em: 27/06/2019---EMBARGADO:PATRICIA VALIATI DA ROCHA EMBARGADO:SUELI VALIATI DA ROCHA EMBARGADO:PEDRO HENRIQUE VALIATI DA ROCHA EMBARGANTE:MARIA DAS VIRGENS ROCHA Representante(s): OAB 15649 - OCTAVIO CASCAES DOURADO JUNIOR (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Com fundamento no artigo 152, inciso VI do Código de Processo Civil vigente; no provimento nº 006/2006 da CJRMB; tomo a seguinte providência: Fica o autor intimado, através de seus advogados, para se manifestar acerca do teor da certidão negativa de fl. 120; no prazo de 05 (cinco) dias úteis. 27 de junho de 2019. Adriano Moda Silva - Analista Judiciário.

P R O C E S S O : 0 0 2 2 4 1 7 5 7 2 0 1 7 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAMILA CAMPOS DE SOUZA Ação: Monitória em: 27/06/2019---REQUERENTE:DANIEL DILSON DE FRANCA EPP KINUTRI COMERCIO E REPRESENTACAO Representante(s): OAB 7121 - LEANDRO GOMES DE FRANCA (ADVOGADO) REQUERIDO:LAVPAS SERVICOS LTDA. Ato Ordinatório. Com fundamento no artigo 152, inciso VI do Código de Processo Civil vigente, artigo 09º, § 3º da Lei Estadual nº. 8.328 de 29/12/2015 e no provimento nº 006/2006 da CJRMB, tomo a seguinte providência: Considerando que a(s) requerente(s)/exequente(s) não é(são) beneficiária(s) da Justiça Gratuita, fica(m) a(s) mesma(s) intimada(s) a recolher(em) as custas judiciais intermediárias no prazo legal de 15 (quinze) dias, para fins de cumprimento do retro ordenado.- Belém, 27 de junho de 2019 CAMILA CAMPOS DE SOUZA Analista Judiciária

P R O C E S S O : 0 0 2 3 5 5 1 6 0 2 0 0 1 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 0 1 1 0 2 8 1 6 1 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): WANESSA REGINA MENDONÇA RAYOL Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---AUTOR:TRADELINK MADEIRAS LTDA. Representante(s): REGINA RITA ZARPELLON (ADVOGADO) PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) ADVOGADO:JOSE ISAIAS DE ALBUQUERQUE CABRAL REU:PAULO LIBERTI JASPER REU:JASPER & FERREIRA LTDA Representante(s): OAB 11099 - WILSON LINDBERGH SILVA (ADVOGADO) OAB 8724 - ANA KARINA TUMA MELO (ADVOGADO) OAB 13083 - ALCEMIR DA COSTA PALHETA JUNIOR (ADVOGADO) VIVIANE COSTA COELHO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Com fundamento no artigo 152, inciso VI do Código de Processo Civil vigente, artigo 12, § 1º da Lei Estadual nº. 8.328 de 29/12/2015 e no provimento nº 006/2006 da CJRMB, tomo a seguinte providência: Considerando o

disposto no art. 26, parágrafo único da Lei nº. 8.328/2015, procedo à intimação do requerente, através de seus advogados, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, recolha as custas intermediárias incidentes sobre a expedição de mandado de intimação para cientificar a perita nomeada de que a prorrogação do prazo para apresentação do laudo pericial foi deferido pelo Juízo, conforme despacho de fl. 1063. Belém, 27 de junho de 2019. WANESSA REGINA MENDONÇA RAYOL Analista Judiciário - matrícula 107.786 Secretaria da 10ª Vara Cível e Empresarial da Capital

P R O C E S S O : 0 0 4 4 9 8 9 1 2 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAMILA CAMPOS DE SOUZA Ação: Inventário em: 27/06/2019---INVENTARIANTE:LEONILDO DE OLIVEIRA BORGES Representante(s): OAB 19178 - SUE ELLEN REGINA GURJAO MARTINS (ADVOGADO) OAB 20300 - GADYTANA PAMYLA MARTINS FREIRE (ADVOGADO) INVENTARIADO:MARIA JOSE DE OLIVEIRA BORGES INVENTARIADO:BENEDITO DOS SANTOS BORGES. ATO ORDINATÓRIO Com fundamento no artigo 152, inciso VI do Código de Processo Civil vigente e no provimento nº 006/2006 da CJRMB, tomo a seguinte providência: intime-se o AUTOR, através de seus advogados, para no prazo de 5 dias (art.218, §3º/CPC) informar o email da sra. SUELI DE OLIVEIRA BORGES, informação essa requisitada para o envio de correspondência internacional via sedex mundi. Belém/PA, 27 de junho de 2019. CAMILA CAMPOS DE SOUZA Analista Judiciário

P R O C E S S O : 0 0 4 7 9 9 0 0 5 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO MODA SILVA Ação: Abertura, Registro e Cumprimento de Testamento em: 27/06/2019---REQUERENTE:MARCUS CHAAR HABER REQUERENTE:MIGUEL CHAAR HABER REQUERENTE:RISOLETA CHAAR HABER Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 12817 - ANDRE LUIS BITAR DE LIMA GARCIA (ADVOGADO) REQUERENTE:MÁRCIA CHAAR HABER REQUERENTE:MARCELLE HABER COSTA LIMA REQUERENTE:MICHELLE HABER DE SOUZA Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 9820 - MIUSHA DE LIMA GERARDO (ADVOGADO) INTERESSADO:LAURO HABER Representante(s): OAB 12038 - CARIMI HABER CEZARINO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Com fundamento no artigo 152, inciso VI do Código de Processo Civil vigente; e no provimento nº 006/2006 da CJRMB, tomo a seguinte providência: Fica(m) o(s) embargado(s) intimado(s) da oposição dos embargos de declaração de fls. 85-88, por meio de seu(s) advogado(s), para que se manifeste(m) no prazo legal. Belém, 27 de junho de 2019. Adriano Moda Silva Analista Judiciário

P R O C E S S O : 0 0 5 1 1 2 9 3 3 2 0 1 2 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SWAMI ALVES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---AUTOR:F. L. D. REPRESENTANTE:FERNANDA CASTRO LOIOLA AUTOR:I. P. D. AUTOR:I. P. D. REPRESENTANTE:JOANA DARC PORTUGAL PINHEIRO DIAS Representante(s): OAB 10367 - ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES (ADVOGADO) OAB 14423 - ROMULO RAPOSO SILVA (ADVOGADO) OAB 16325 - JOAO AUGUSTO PIRES MENDES (ADVOGADO) REU:UNIMED BELEM COOPERATIVA DE TRABALHO DE MEDICO Representante(s): OAB 9752 - ALEXANDRE SALES SANTOS (ADVOGADO) OAB 14782 - JOSE MILTON DE LIMA SAMPAIO NETO (ADVOGADO) REU:HOSPITAL NOSSA SENHORA DE GUADALUPE Representante(s): OAB 9867 - HARLEY LEOPOLDO PEREIRA SOBRINHO (ADVOGADO) OAB 14717 - ANA PAULA BARBOSA DE CARVALHO (ADVOGADO) OAB 14066 - ERICA SIMONE DA COSTA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 13326 - BRUNO DE LIMA GEMAQUE (ADVOGADO) OAB 17312 - RENATO CESAR OLIVEIRA AZEVEDO NEVES (ADVOGADO) OAB 8875 - JOAO FREDERICK MARCAL E MACIEL (ADVOGADO) REU:PAULO PIMENTEL DE ASSUMPCAO Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Ato Ordinatório do Sr. Diretor de Secretaria. Com fundamento nos artigos 152, inciso VI, art. 1.003, § 5º e 1.010, § 1º do Código de Processo Civil vigente, fica(m) intimada(s) a(s) apelada(s), por seu(s) advogado(s), para que apresente(m) as contrarrazões ao recurso interposto no prazo de 15(quinze) dias. Belém, 27/06/2019. SWAMI ASSIS SANTIAGO ALVES DIRETOR DE SECRETARIA DA 10º VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CApital - Mat. 25976 PÓS-GRADUADO EM GESTÃO JUDICIÁRIA

P R O C E S S O : 0 0 6 4 6 9 9 1 8 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAMILA CAMPOS DE SOUZA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019---REQUERENTE:CIMENTOS DO BRASIL SA CIBRASA ICOARACI Representante(s): OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:VALNECI MARTINS DOS SANTOS. Ato Ordinatório. Com fundamento no artigo 152, inciso VI do Código de Processo Civil vigente, artigo 09º, § 3º da Lei Estadual nº. 8.328 de 29/12/2015 e no provimento nº 006/2006 da CJRMB, tomo a seguinte providência: Considerando que a(s) requerente(s)/exequente(s) não é(são) beneficiária(s) da Justiça Gratuita, fica(m) a(s) mesma(s) intimada(s) a recolher(em) as custas judiciais intermediárias no prazo legal de 15 (quinze) dias, para fins de cumprimento do retro ordenado.- Belém, 27 de junho de 2019 CAMILA CAMPOS DE SOUZA Analista Judiciária

SECRETARIA DA 11ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

Número do processo: 0840872-37.2017.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: JOSE NAZARENO TORRES DE MORAES Participação: ADVOGADO Nome: ROFRAN PEIXOTO COSTAOAB: 24430/PATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁGABINETE DA 11ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM-PA.ALVARÁ JUDICIAL - LEI 6858/80 (74)PROCESSO Nº 0840872-37.2017.8.14.0301REQUERENTE: JOSE NAZARENO TORRES DE MORAESNome: JOSE NAZARENO TORRES DE MORAESEndereço: Rua Kazuma Oyama, 503, Estrela, CASTANHAL - PA - CEP: 68743-250 R.H.Consta da inicial que o requerente é o único herdeiro da falecida, motivo pelo qual ajuizou o presente para fins de levantamento de valores deixados. Contudo, ultrapassado o limite previsto no Art. 2º da Lei 6858/80, razão pela qual o feito foi convertido em arrolamento para a devida adjudicação do acervo deixado.Assim,antes de prosseguir e a fim de adequar o procedimento, determino a intimação do requerente para: a) juntar a prova de quitação dos tributos, conforme previsto no art. 664§5º NCPC; b) apresentar adeclaração de inexistênciade herdeiros habilitados na entidade previdenciária oficial, a qual a falecida era vinculada, a fim de comprovar a inexistência de demais herdeiros deixados pelo ?de cujus?;Após, devidamente certificado, voltem conclusos;Belém, 17 de junho de 2019. CESAR AUGUSTO PUTY PAIVA RODRIGUESJuiz de Direito Titular da 11º Vara Cível e Empresarial da Capital

Número do processo: 0861247-25.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: SANDRO ALEX SILVA DO AMARAL Participação: ADVOGADO Nome: LEONARDO DE JESUS FARIAS DA SILVAOAB: 21057/PA Participação: REQUERENTE Nome: TEREZA CRISTINA RENDEIRO DA CONCEICAO DO AMARAL Participação: ADVOGADO Nome: LEONARDO DE JESUS FARIAS DA SILVAOAB: 21057/PA Participação: REQUERIDO Nome: ANCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA - MEAÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.PROCESSO 0861247-25.2018.814.0301REQUERENTES: SANDRO ALEX SILVA DO AMARAL e TEREZA CRISTINA R. DA CONCEIÇÃO DO AMARAL.REQUERIDO: ANCORA CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA. TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 30 (trinta) dias do mês de abril do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 09:00 (nove horas) na sala de audiências da 11ª Vara Cível da Capital, presente o Dr. Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues, Juiz de Direito Titular da Vara, juntamente comigo Luiz Reginaldo de Oliveira e Silva, Auxiliar Judiciário, para audiência de conciliação, (art. 334, §8º do NCPC). Feito o pregão, verificou-se a presença dos autores Sandro Alex Silva do Amaral ? RG nº 221235 SSP/PA e Tereza Cristina Rendeiro da Conceição do Amaral ? RG nº 2635426 SSP/PA, acompanhados de seu advogado Leonardo de Jesus Farias da Silva ? OAB/PA nº 21.057 ausente a parte requerida. Aberta a audiência, prejudicada a conciliação, face a ausência da parte requerida. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:Face a ausência da parte requerida pelo fato da não intimação da mesma, remarco o ato para o dia 06 de agosto de 2019 às 10hs.30min., devendo ser expedido mandado de citação/intimação para o endereço informado na petição ID (9366308), sem custas face o deferimento dos benefícios da justiça gratuita, ciente os presentes. Nada mais havendo passou o juiz encerrar o presente termo que lido e achado conforme vai devidamente assinado. Eu,....., Luiz Reginaldo de Oliveira e Silva, Auxiliar Judiciário o subscrevi. JUIZ: _____ Requerentes _____ _____ Advogado _____

SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - VARA: 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 07226868920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALVARO JOSE NORAT DE VASCONCELOS Ação: Recuperação Judicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:MENDES PUBLICIDADE LTDA Representante(s): OAB 10341 - PAULO IVAN BORGES SILVA (ADVOGADO) OAB 23129 - PAULO BORGES LEAL MENDES (ADVOGADO) SÍNDICO:BARBARA IBRAHIM SANTOS Representante(s): OAB 24789 - BARBARA IBRAHIM SANTOS (ADVOGADO) INTERESSADO:ALEKSEY DANTES CARDOSO INTERESSADO:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 21483 - CLAYTON MOLLER (ADVOGADO) OAB 22189 - OSIRIS ANTINOLFI FILHO (ADVOGADO) OAB 25812 - ANA LUCIA ANTINOLFI (ADVOGADO) INTERESSADO:MOVIE CINEMAS LTDA Representante(s): OAB 21397 - ENIO AGUIAR PEREIRA (ADVOGADO) INTERESSADO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) INTERESSADO:BANCO AMAZONIA SA Representante(s): OAB 10396 - EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANCO (ADVOGADO) INTERESSADO:BANCO SANTANDER S/A Representante(s): OAB 348297 - GUSTAVO DAL BOSCO (ADVOGADO) INTERESSADO:ANTONIO FLAVIO PEREIRA AMERICO Representante(s): OAB 4905 - ANTONIO FLAVIO PEREIRA AMERICO (ADVOGADO) INTERESSADO:DIARIOS DO PARA LTDA Representante(s): OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) INTERESSADO:RBA REDE BRASIL AMAZONIA DE TELEVISAO LTDA Representante(s): OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) INTERESSADO:BELEM RADIODIFUSÃO LTDA Representante(s): OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) INTERESSADO:CARAJAS FM LTDA Representante(s): OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) INTERESSADO:DOL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E PORTAL DE INTERNET LTDA Representante(s): OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) INTERESSADO:RADIO CLUBE DO PARA - PCR 5 LTDA Representante(s): OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) INTERESSADO:CAMILO AFONSO ZAHLUTH CENTENO Representante(s): OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) INTERESSADO:DELTA PUBLICIDADE LTDA Representante(s): OAB 10341 - PAULO IVAN BORGES SILVA (ADVOGADO) INTERESSADO:ELEVADORES OTIS LTDA Representante(s): OAB 167884 - LUCIANA GOULART PENTEADO (ADVOGADO) OAB 344070 - MAURO CONTE FILHO (ADVOGADO) INTERESSADO:A FAZENDA NACIONAL INTERESSADO:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL DE CREDORES De conformidade com os dispostos nos arts. 35, I, e ss e 56, da Lei nº. 11.101/05, extraídos dos Autos 0722686-89.2016.814.0301 - Recuperação Judicial, que figura como requerente MENDES COMUNICAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.908.281/0001-36, tramitando no acervo da 12ª Vara Cível da Capital, na presidência do Exmo. Dr. ÁLVARO JOSÉ NORAT DE VASCONCELOS, Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da lei. FAZ SABER, a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que no Processo 0722686-89.2016.814.0301 - Autos de Recuperação Judicial, que figura como autora MENDES COMUNICAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.908.281/0001-36, que por este Juízo foram designados os dias 22 DE JULHO DE 2019, ÀS 10H (1ª CONVOCAÇÃO), e, desde já, ficam cientes os credores, caso não tenha quórum nesta data, ou seja, da primeira convocação, que será realizada a segunda convocação no dia 29 DE JULHO DE 2019, ÀS 1OH (2ª CONVOCAÇÃO), a qual será instalada com qualquer número de credores presentes, com escopo da realização da Assembleia Geral de Credores, ficando, portanto, todos os credores convocados, para comparecerem e se reunirem em assembleia-geral, quando, na presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, será instalada, nas dependências do Auditório do Fórum Cível da Comarca de Belém - Des. AGNANO DE MOURA MONTEIRO LOPES, na(s) data(s) supracitada(s), em decorrência das objeções apresentadas ao Plano de Recuperação Judicial apresentado (ordem do dia). Em obediência ao disposto legal supracitado, os credores abaixados relacionados ficam cientes das datas das convocações: "LISTA DE CREDORES: CREDORES: I - CREDORES TRABALHISTAS - ANTÔNIO FLÁVIO PEREIRA AMÉRICO - CRÉDITO DE R$ 8.800,00; CLASSE II - CREDORES COM GARANTIA REAL: 1) BANCO DA AMAZÔNIA S/A - CRÉDITO DE R$400.000,00 E 2) BANCO SAFRA S/A - CRÉDITO DE, R$ 250.000,00. CLASSE III - CREDORES QUIROGRAFARIOS: 1) CARAJÁS FM LIMITADA - , CRÉDITO DE R$

73.879,20; 2) DELTA GRAFICA E EDITORA LTDA - CRÉDITO DE R$ 21.045,50; 3) DELTA PUBLICIDADE S/A, R$ 1.097.357,11; 4) DOL - INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA - CRÉDITO DE R$ 21.253,00; 5) DIÁRIOS DO PARA LTDA -CRÉDITO DE R$ 641.284,40; 6) FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO - CRÉDITO DE R$ 16.000,00; 7) FUNDAÇÃO DE TELECOMINICAÇÕES DO PARÁ - CRÉDITO DE R$ 9.789,60; 8) IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ - CRÉDITO DE, R$ 277.062,50; 9) BRUNO E. DA S. VIEITAS - CRÉDITO DE R$ 27.659,90; 10) MOVIE CINEMAS LTDA - CRÉDITO DE R$ 14.739,20; 11) CLARO S/A - CRÉDITO DE R$ 9.744,00; 12) PANROTAS EDITORA LTDA - CRÉDITO DE R$ 9.504,00; 12) RBA REDE BRASIL AMAZÔNIA DE TELEVISÃO LTDA - CRÉDITO DE R$ 154.686,18; 13) RADIO E TELEVISÃO MARAJOARA LTDA - CRÉDITO DE R$ 31.214,08; 14) TV SBT CANAL 5 DE BELÉM S/A - CRÉDITO DE, R$ 183.410,80; 15)BANCO DO BRASIL S/A - CRÉDITO DE R$ 400.000,00; 16) BANCO BRADESCO S/A - CRÉDITO DE R$ 306.236,60; 17) BANCO SANTANDER - CRÉDITO DE R$ 110.390,08. CLASSE IV - CREDORES EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPRESAS: 1) AMAZON FILMES S/S LTDA - EPP - CRÉDITO DE R$ 66.220,60; 2) BELÉM RADIO DIFUSÃO LTDA - EPP - CRÉDITO DE R$ 89.858,40; 3)RADIO CLUBE DO PARA PRC5 LIMITADA - EPP - CRÉDITO DE R$ 28.136,00; 4) A N P P AMAZÔNIA NEGÓCIOS LTDA - ME - CRÉDITO DE R$ 14.722,96; 5) FERREIRA E FALCÃO LTDA - ME - CRÉDITO DE R$ 8.007,00; 6) MARTPRINT COMUNICAÇÃO LTDA - ME - CRÉDITO DE R$ 23.182,88; 7) NOVA COMÉRCIO E PRODUÇÕES LTDA - ME - CRÉDITO DE R$ 12.800,00 E 8) FÁBIO TAKUMI YOSHIKAWA - ME - CRÉDITO DE, R$ 14.270,90". A administradora Judicial Barbara Ibrahim Santos disponibilizará aos credores cópias da proposta do plano no seu escritório profissional, sito à Travessa Dom Romualdo Coelho, nº 15, prédio Oficce J, sala 2, Umarizal, nesta cidade, com telefone (91) 99225.90.39 (no horário comercial). E, para que ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente Edital, na forma da Lei, a ser publicado em meio eletrônico e afixado no lugar público de costume e conforme preceitua a Lei Falimentar. Dado e passado nesta Cidade e Comarca da Capital, Estado do Pará, aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezoito. Eu, _____, Bel. Paulo André Matos Melo, Diretor de Secretaria da 12ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e assinei. Álvaro José Norat de Vasconcelos Juiz de Direito da 12ª Vara Cível da Capital

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - VARA: 12ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 07226868920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALVARO JOSE NORAT DE VASCONCELOS Ação: Recuperação Judicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:MENDES PUBLICIDADE LTDA Representante(s): OAB 10341 - PAULO IVAN BORGES SILVA (ADVOGADO) OAB 23129 - PAULO BORGES LEAL MENDES (ADVOGADO) SÍNDICO:BARBARA IBRAHIM SANTOS Representante(s): OAB 24789 - BARBARA IBRAHIM SANTOS (ADVOGADO) INTERESSADO:ALEKSEY DANTES CARDOSO INTERESSADO:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 21483 - CLAYTON MOLLER (ADVOGADO) OAB 22189 - OSIRIS ANTINOLFI FILHO (ADVOGADO) OAB 25812 - ANA LUCIA ANTINOLFI (ADVOGADO) INTERESSADO:MOVIE CINEMAS LTDA Representante(s): OAB 21397 - ENIO AGUIAR PEREIRA (ADVOGADO) INTERESSADO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) INTERESSADO:BANCO AMAZONIA SA Representante(s): OAB 10396 - EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANCO (ADVOGADO) INTERESSADO:BANCO SANTANDER S/A Representante(s): OAB 348297 - GUSTAVO DAL BOSCO (ADVOGADO) INTERESSADO:ANTONIO FLAVIO PEREIRA AMERICO Representante(s): OAB 4905 - ANTONIO FLAVIO PEREIRA AMERICO (ADVOGADO) INTERESSADO:DIARIOS DO PARA LTDA Representante(s): OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) INTERESSADO:RBA REDE BRASIL AMAZONIA DE TELEVISAO LTDA Representante(s): OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) INTERESSADO:BELEM RADIODIFUSÃO LTDA Representante(s): OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) INTERESSADO:CARAJAS FM LTDA Representante(s): OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) INTERESSADO:DOL INTERMEDIACAO DE NEGOCIOS E PORTAL DE INTERNET LTDA Representante(s): OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) INTERESSADO:RADIO CLUBE DO PARA - PCR 5 LTDA Representante(s): OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) INTERESSADO:CAMILO AFONSO ZAHLUTH CENTENO Representante(s): OAB 18940 - BERNARDO ALBUQUERQUE DE ALMEIDA (ADVOGADO) INTERESSADO:DELTA PUBLICIDADE LTDA Representante(s): OAB 10341 - PAULO IVAN BORGES

SILVA (ADVOGADO) INTERESSADO:ELEVADORES OTIS LTDA Representante(s): OAB 167884 - LUCIANA GOULART PENTEADO (ADVOGADO) OAB 344070 - MAURO CONTE FILHO (ADVOGADO) INTERESSADO:A FAZENDA NACIONAL INTERESSADO:MIINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA-GERAL DE CREDORES De conformidade com os dispostos nos arts. 35, I, e ss e 56, da Lei nº. 11.101/05, extraídos dos Autos 0722686-89.2016.814.0301 - Recuperação Judicial, que figura como requerente MENDES COMUNICAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.908.281/0001-36, tramitando no acervo da 12ª Vara Cível da Capital, na presidência do Exmo. Dr. ÁLVARO JOSÉ NORAT DE VASCONCELOS, Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Cível da Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da lei. FAZ SABER, a todos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que no Processo 0722686-89.2016.814.0301 - Autos de Recuperação Judicial, que figura como autora MENDES COMUNICAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.908.281/0001-36, que por este Juízo foram designados os dias 22 DE JULHO DE 2019, ÀS 10H (1ª CONVOCAÇÃO), e, desde já, ficam cientes os credores, caso não tenha quórum nesta data, ou seja, da primeira convocação, que será realizada a segunda convocação no dia 29 DE JULHO DE 2019, ÀS 1OH (2ª CONVOCAÇÃO), a qual será instalada com qualquer número de credores presentes, com escopo da realização da Assembleia Geral de Credores, ficando, portanto, todos os credores convocados, para comparecerem e se reunirem em assembleia-geral, quando, na presença dos credores titulares de mais da metade dos créditos de cada classe, será instalada, nas dependências do Auditório do Fórum Cível da Comarca de Belém - Des. AGNANO DE MOURA MONTEIRO LOPES, na(s) data(s) supracitada(s), em decorrência das objeções apresentadas ao Plano de Recuperação Judicial apresentado (ordem do dia). Em obediência ao disposto legal supracitado, os credores abaixados relacionados ficam cientes das datas das convocações: "LISTA DE CREDORES: CREDORES: I - CREDORES TRABALHISTAS - ANTÔNIO FLÁVIO PEREIRA AMÉRICO - CRÉDITO DE R$ 8.800,00; CLASSE II - CREDORES COM GARANTIA REAL: 1) BANCO DA AMAZÔNIA S/A - CRÉDITO DE R$400.000,00 E 2) BANCO SAFRA S/A - CRÉDITO DE, R$ 250.000,00. CLASSE III - CREDORES QUIROGRAFARIOS: 1) CARAJÁS FM LIMITADA - , CRÉDITO DE R$ 73.879,20; 2) DELTA GRAFICA E EDITORA LTDA - CRÉDITO DE R$ 21.045,50; 3) DELTA PUBLICIDADE S/A, R$ 1.097.357,11; 4) DOL - INTERMEDIAÇÃO DE NEGÓCIOS LTDA - CRÉDITO DE R$ 21.253,00; 5) DIÁRIOS DO PARA LTDA -CRÉDITO DE R$ 641.284,40; 6) FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO - CRÉDITO DE R$ 16.000,00; 7) FUNDAÇÃO DE TELECOMINICAÇÕES DO PARÁ - CRÉDITO DE R$ 9.789,60; 8) IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ - CRÉDITO DE, R$ 277.062,50; 9) BRUNO E. DA S. VIEITAS - CRÉDITO DE R$ 27.659,90; 10) MOVIE CINEMAS LTDA - CRÉDITO DE R$ 14.739,20; 11) CLARO S/A - CRÉDITO DE R$ 9.744,00; 12) PANROTAS EDITORA LTDA - CRÉDITO DE R$ 9.504,00; 12) RBA REDE BRASIL AMAZÔNIA DE TELEVISÃO LTDA - CRÉDITO DE R$ 154.686,18; 13) RADIO E TELEVISÃO MARAJOARA LTDA - CRÉDITO DE R$ 31.214,08; 14) TV SBT CANAL 5 DE BELÉM S/A - CRÉDITO DE, R$ 183.410,80; 15)BANCO DO BRASIL S/A - CRÉDITO DE R$ 400.000,00; 16) BANCO BRADESCO S/A - CRÉDITO DE R$ 306.236,60; 17) BANCO SANTANDER - CRÉDITO DE R$ 110.390,08. CLASSE IV - CREDORES EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICRO EMPRESAS: 1) AMAZON FILMES S/S LTDA - EPP - CRÉDITO DE R$ 66.220,60; 2) BELÉM RADIO DIFUSÃO LTDA - EPP - CRÉDITO DE R$ 89.858,40; 3)RADIO CLUBE DO PARA PRC5 LIMITADA - EPP - CRÉDITO DE R$ 28.136,00; 4) A N P P AMAZÔNIA NEGÓCIOS LTDA - ME - CRÉDITO DE R$ 14.722,96; 5) FERREIRA E FALCÃO LTDA - ME - CRÉDITO DE R$ 8.007,00; 6) MARTPRINT COMUNICAÇÃO LTDA - ME - CRÉDITO DE R$ 23.182,88; 7) NOVA COMÉRCIO E PRODUÇÕES LTDA - ME - CRÉDITO DE R$ 12.800,00 E 8) FÁBIO TAKUMI YOSHIKAWA - ME - CRÉDITO DE, R$ 14.270,90". A administradora Judicial Barbara Ibrahim Santos disponibilizará aos credores cópias da proposta do plano no seu escritório profissional, sito à Travessa Dom Romualdo Coelho, nº 15, prédio Oficce J, sala 2, Umarizal, nesta cidade, com telefone (91) 99225.90.39 (no horário comercial). E, para que ninguém possa alegar ignorância, foi expedido o presente Edital, na forma da Lei, a ser publicado em meio eletrônico e afixado no lugar público de costume e conforme preceitua a Lei Falimentar. Dado e passado nesta Cidade e Comarca da Capital, Estado do Pará, aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezoito. Eu, _____, Bel. Paulo André Matos Melo, Diretor de Secretaria da 12ª Vara Cível e Empresarial da Capital, digitei e assinei. Álvaro José Norat de Vasconcelos Juiz de Direito da 12ª Vara Cível da Capital

Número do processo: 0827591-14.2017.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: KARINA SOUZA DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: LIVIA BURLE DA MOTAOAB: 14973/PA Participação: RÉU

Nome: MD CONSTRUTORA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ISOMAR FERREIRA DE SOUZAOAB: 2837Ato Ordinatório do Sr. Diretor de Secretaria. Com fundamento no provimento nº006/2006, Art. 1º, parágrafo 2º, inciso XI c/c o provimento 005/2002, artigo 10, ambos da CJRMB, tomo a seguinte providência: Considerando que a parte requerente/exequente nãoébeneficiária da Justiça Gratuita, fica a mesma intimada a recolher as custas judiciais para fins de cumprimento do ordenado no despacho/decisão interlocutória/sentença?ID nº10179573.Belém, 27 de junho de 2019.PAULO ANDRÉMATOS MELO.Diretor de Secretaria da 12ªVara Cível da Capital

SECRETARIA DA VARA DE CARTA PRECATÓRIA CÍVEL DA CAPITAL

Número do processo: 0808221-78.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE UBERLÂNDIA MG Participação: DEPRECADO Nome: JUIZO DA VARA DE CARTAS PRECATORIAS DE BELEMPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0808221-78.2019.8.14.0301R.H.1) Considerando que a presente Carta Precatória encontra-se devolvida ao Juízo de Origem, portanto arquivada em nosso sistema, deve a parte requerer junto ao Juízo de Origem o prosseguimento, o qual deve encaminhar o pedido em forma de aditamento da Carta. BELÉM, 25 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0834168-37.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: J. D. 1. V. D. F. D. C. D. J. S. Participação: DEPRECADO Nome: J. D. V. D. C. P. D. B.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0834168-37.2019.8.14.0301REQUERENTE: ANA CAROLINA FERREIRA LIMA e OUTROREQUERIDO: EDIVAN DA COSTA SOARESEndereço: Av. Ariri Bolonha, 32, Quadra 12, Coqueiro, Belém/PAR.H.1) Cumpra-se, servindo esta de Mandado.2) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 26 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0834685-42.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TUCURUÍ Participação: DEPRECADO Nome: JUIZO DA VARA DE CARTAS PRECATORIAS DE BELEMPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITAL MEDIDA DE URGÊNCIA PROCESSO:0834685-42.2019.8.14.0301Requerente: MP/PAInteressado: KEVIM ARAÚJORequerido: ESTADO DO PARÁEndereço: PGE - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO R.H. 1 ? Cumpra-se, servindo este de mandado. 2 - Considerando que se trata deCITAÇÃO e/ou INTIMAÇÃOsobre o deferimento da TUTELA/LIMINAR, cujo cumprimento deve ser imediato, sob pena de perecimento do direito, autorizo o cumprimento do mandado comoMEDIDA DE URGÊNCIA(Provimento nº 02/2010 da CJRMB), devendo o réu cumprir imediatamente a decisão proferida pelo Juiz Deprecante. 3 ? Remeta-se com urgência à Central de Mandados. 4 - Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0834900-18.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: JUÍZO DA VARA ÚNICA DE BREU BRANCO Participação: DEPRECADO Nome: JUIZO DA VARA DE CARTAS PRECATORIAS DE BELEMPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITAL MEDIDA DE URGÊNCIA PROCESSO:0834900-18.2019.8.14.0301Requerente: MP/PAInteressado: ESTER DOS SANTOS MOREIRARequerido: ESTADO DO PARÁEndereço: PGE - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO R.H. 1 ? Cumpra-se, servindo este de mandado. 2 - Considerando que se trata deCITAÇÃO e/ou INTIMAÇÃOsobre o deferimento da TUTELA/LIMINAR, cujo cumprimento deve ser imediato, sob pena de perecimento do direito, autorizo o cumprimento do mandado comoMEDIDA DE URGÊNCIA(Provimento nº 02/2010 da CJRMB), devendo o réu cumprir imediatamente a decisão proferida pelo Juiz Deprecante. 3 ? Remeta-se com urgência à Central de Mandados. 4 - Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. Belém, 28 de junho de 2019. Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0834719-17.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TUCURUÍ Participação: DEPRECADO Nome: JUIZO DA VARA DE CARTAS PRECATORIAS DE BELEMPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITAL MEDIDA DE URGÊNCIA PROCESSO:0834719-17.2019.8.14.0301Requerente: MP/PAInteressado: ANA VITÓRIA OLIVEIRA PAIVARequerido: ESTADO DO PARÁEndereço: PGE - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO R.H. 1 ? Cumpra-se, servindo este de mandado. 2 - Considerando que se trata deCITAÇÃO e/ou INTIMAÇÃOsobre o deferimento da TUTELA/LIMINAR, cujo cumprimento deve ser imediato, sob pena de perecimento do direito, autorizo o cumprimento do mandado comoMEDIDA DE URGÊNCIA(Provimento nº 02/2010 da CJRMB), devendo o réu cumprir imediatamente a decisão proferida pelo Juiz Deprecante. 3 ? Remeta-se com urgência à Central de Mandados. 4 - Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. Belém, 28 de junho de 2019. Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0833906-87.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: COMARCA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - FORO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO- VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Participação: DEPRECADO Nome: JUIZO DA VARA DE CARTAS PRECATORIAS DE BELEMPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0833906-87.2019.8.14.0301REQUERENTE: ANA CAROLINE GONÇALVESREQUERIDO: ERICK KLEBER DE SOUZA SILVAEndereço1: Rua Amazonas, 78, Dom Aristides, Belém/PAEndereço2: Passagem da Marinha, Conj. Gleba G11, Nova Marambaia, Belém/PAR.H.1) Cumpra-se, servindo esta de Mandado.2) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 25 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0833889-51.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE IMPERATRIZ Participação: DEPRECADO Nome: JUIZO DA VARA DE CARTAS PRECATORIAS DE BELEMPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0833889-51.2019.8.14.0301REQUERENTE: ZILDANEIDE FERREIRA DA SILVAREQUERIDO: VALDEMAR FERREIRA DA SILVAEndereço: Rua Pedreiro, nº 101, Carananduba, Mosqueiro, Belém/PAR.H.1) Cumpra-se, servindo esta de Mandado.2) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 26 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0834282-73.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: J. D. D. D. 1. V. C. E. E. D. C. Participação: DEPRECADO Nome: V. D. C. P. C. D. C.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0834282-73.2019.8.14.0301Endereço para diligência: Cartório de Val de Cães, na Av. Senador Lemos, nº 1422, Telégrafo, Belém/PAR.H.1) Cumpra-se, servindo esta de Mandado.2) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 26 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0824145-66.2018.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: JUÍZO DA DÉCIMA QUINTA VARA CÍVEL DE BRASILIA DF Participação: DEPRECADO Nome: VARA DE CARTA PRECATÓRIA CÍVEL DA CAPITALPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0824145-66.2018.8.14.0301R.H.1) Desarquive-se.2) Verifique a Secretaria acerca das custas apresentadas.3)

Devidamente pagas, cumpra-se servindo esta de Mandado.4) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 25 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0841322-43.2018.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: CEPG - CENTRO DE ESTUDO EM POS GRADUACAO LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDO SERGIO PIFFEROAB: 223071/SP Participação: DEPRECADO Nome: ANA PATRICIA MARINHO MELOPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0841322-43.2018.8.14.0301 R.H.1) Desarquive-se.2) Intime-se para o devido recolhimento das custas. Pagas, cumpra-se servindo esta de Mandado.3) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 26 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0833902-50.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: J. D. 2. V. D. F. D. C. D. C. C. Participação: DEPRECADO Nome: J. D. V. D. C. P. D. B.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0833902-50.2019.8.14.0301REQUERIDO: DANIEL SOUSA PIRESEndereço1: Conj. Rio D'ouro, setor 1, 2021, Bloco 02, Agulha, Belém/PAEndereço2: Rua 15 de Agosto, entre Lobo de Castro e São Roque, 332, FG Filmes, Cruzeiro, Icoaraci, Belém/PAR.H.1) Cumpra-se, servindo esta de Mandado.2) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 25 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0834204-79.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: J. D. D. D. P. V. C. D. L. D. R. V. -. M. Participação: DEPRECADO Nome: V. D. C. P. C. B.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0834204-79.2019.8.14.0301REQUERENTE: RONALD AUGUSTO MORAES DA SILVA e OUTROREQUERIDO: FÁBIO ROGÉRIO ALMEIDA DA SILVAEndereço: Rua Antônio Everdosa, 940, casa 01, Pedreira, Belém/PAR.H.1) Cumpra-se, servindo esta de Mandado.2) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 26 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0834692-34.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: juizo fa 6ª vara da fazenda publica de fortaleza Participação: DEPRECADO Nome: JUIZO DA VARA DE CARTAS PRECATORIAS DE BELEMPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITAL MEDIDA DE URGÊNCIA PROCESSO:0834692-34.2019.8.14.0301Requerente: TÂNIA VILANOVA BRASILRequerido: DETRAN/PAEndereço: Rod. Augusto Montenegro, s/n, Mangueirão, Belém/PA R.H. 1 ? Cumpra-se, servindo este de mandado. 2 - Considerando que se trata deCITAÇÃO e/ou INTIMAÇÃOsobre o deferimento da TUTELA/LIMINAR, cujo cumprimento deve ser imediato, sob pena de perecimento do direito, autorizo o cumprimento do mandado comoMEDIDA DE URGÊNCIA(Provimento nº 02/2010 da CJRMB), devendo o réu cumprir imediatamente a decisão proferida pelo Juiz Deprecante. 3 ? Remeta-se com urgência à Central de Mandados. 4 - Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. Belém, 28 de junho de 2019. Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0834107-79.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: JUIZO DA 7ª JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE GOIANIA GO Participação: DEPRECADO Nome: JUIZO DA VARA DE CARTAS PRECATORIAS DE BELEMPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0834107-79.2019.8.14.0301REQUERENTE: AHF SISTEMAS EM INFORMÁTICA LTDAREQUERIDO: OMNIS SERVIÇOS ESPECIAIS LTDAEndereço: Tv. Manoel Evaristo, 947, Umarizal, Belém/PAR.H.1) Cumpra-se, servindo esta de Mandado.2) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 26 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0833806-35.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: 21ª VARA CIVEL DA COMARCA DE FORTALEZA/CE Participação: DEPRECADO Nome: JUIZO DA VARA DE CARTAS PRECATORIAS DE BELEMPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0833806-35.2019.8.14.0301REQUERENTE: SANDRA SANTANA PINTO MONTEIRO RESENDE e OUTROSREQUERIDO1: ANTÔNIO CARLOS OLIVEIRA PINTO MARQUESEndereço: Tv. do Chaco, 2502, nº 48, Conj. Guanabara, Belém/PAREQUERIDO2: MARIA DE LOURDES PINTO MARQUESEndereço: Tv. do Chaco, 2502, nº 48, Conj. Guanabara, Belém/PAR.H.1) Cumpra-se, servindo esta de Mandado.2) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 25 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0834270-59.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: J. D. D. D. V. U. D. G. S. Participação: DEPRECADO Nome: J. D. V. D. C. P. D. B.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0834270-59.2019.8.14.0301REQUERIDO: ARMANDO DA COSTAEndereço: Rua Passagem Orquídea, 38, casa, Condor, Belém/PAAudiência: 05/09/2019, às 14:00 horas - NA COMARCA DE GETULINA/SPR.H.1) Cumpra-se, servindo esta de Mandado.2) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 26 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0833942-32.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: J. D. 2. V. C. D. C. D. P. Participação: DEPRECADO Nome: V. D. C. P. C. D. C.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0833942-32.2019.8.14.0301REQUERENTE: JÉSSICA RODRIGUES DE SOUSAREQUERIDO: RILDO RODRIGUES DE SOUSA JUNIOREndereço: Rua Parque Severino, Passagem João Filho, nº 14, Baía do Sol, Mosqueiro, Belém/PAR.H.1) Cumpra-se, servindo esta de Mandado.2) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 26 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0833892-06.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: V. U. D. S. S. D. B. V. Participação: DEPRECADO Nome: J. D. V. D. C. P. D. B.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0833892-06.2019.8.14.0301REQUERENTE: W.G.F.P. (REPRESENTANTE: DAIANE DA SILVA PINHEIRO)REQUERIDO: LUIZ GUILHERME SOUTO MONTEIROEndereço: Passagem Umarizal, nº 15, entre Mirandinha e Santos Dumont, próximo ao Centro Comunitário Mamorpa, Bairro do Barreiro, Belém/PAAudiência: 24/09/2019, às 12:00 horas - NA COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA/PAR.H.1) Cumpra-se, servindo esta de Mandado.2) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 26 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de

Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0833918-04.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: J. D. 2. V. D. F. D. S. J. S. Participação: DEPRECADO Nome: J. D. V. D. C. P. D. B.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0833918-04.2019.8.14.0301REQUERIDO: SÉRGIO CARDOSO DE SOUZA PEREIRAEndereço: Rua do Ranário, nº 70, Tapanã, Belém/PAR.H.1) Ao Setor Social para realização do ESTUDO requerido.2) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 25 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0801387-59.2019.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: DAGOSTIM - TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO GREGORINIOAB: 50487/SC Participação: ADVOGADO Nome: OSCAR URRUZOLA NETOOAB: 45772/SC Participação: EXECUTADO Nome: EQUATORIAL CONSTRUCOES LTDAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0801387-59.2019.8.14.0301R.H.1) Cumpra-se, servindo esta de Mandado, como já determinado em despacho anterior.2) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 26 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

Número do processo: 0834038-47.2019.8.14.0301 Participação: DEPRECANTE Nome: 1. V. D. F. E. D. Ó. E. S. D. T. Participação: DEPRECADO Nome: J. D. V. D. C. P. D. B.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DE CARTAS PRECATÓRIAS CÍVEIS DA CAPITALPROCESSO:0834038-47.2019.8.14.0301REQUERENTE: MARIA DA SILVA COUTINHOREQUERIDO: ANDERSON CORREA SANTOSEndereço1: Av. Duque de Caxias, 1394, Marco, Belém/PAEndereço2: Tv. Pirajá, 1877, apto 02, Marco, Belém/PAR.H.1) Cumpra-se, servindo esta de Mandado.2) Após, devolva-se ao Juízo de origem com as nossas homenagens. BELÉM, 26 de junho de 2019 Dr. SILVIO CESAR DOS SANTOS MARIAJuiz de Direito respondendo pela Varade Cartas Precatórias Cíveis da Capital

SECRETARIA DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DA CAPITAL

Processo: 0437669-69.2016.8.14.0301

SENTENÇA
Trata-se de Ação Civil Pública para cumprimento de Obrigação de Fazer com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, em favor criança F.M.S., em face do MUNICÍPIO DE BELÉM, visando a realização de consulta médica, com especialidade em cirurgia de cabeça e pescoço, na rede pública ou conveniada ou em rede particular com custeio do Requerido, com o consequente tratamento ao diagnóstico proferido, inclusive com a disponibilização de TFD se necessário, além das demais medidas necessárias para recuperar a saúde do paciente, fundamentando-se na Constituição Federal de 1988, art. 5º; 6º; 196; 198, II e na Lei nº 8.080/1990, art. 4º. Foram acostados aos autos documentos comprobatórios.
Este juízo deferiu a antecipação de tutela às fls. 31, determinando que o Requerido, Município de Belém, providencie a consulta médica e tratamento, conforme solicitados na exordial, sob pena de multa diária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em caso de descumprimento da ordem.
Foi interposto pelo Requerido, Município de Belém, recurso de Agravo de Instrumento. No entanto, não consta nos autos informação de julgamento pelo Colendo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.
Em contestação, o Requerido, Município de Belém, alegou ilegitimidade ativa do Ministério Público e inadequação da via eleita; que o Estado do Pará deve compor a lide, por ser dele a responsabilidade de providenciar a consulta pleiteada. No mérito, ausência de solidariedade entre os entes federados em relação ao Sistema Único de Saúde e a consequente ausência de responsabilidade do Município de Belém, bem como falta de dotação orçamentária e prevalência do interesse público ao particular.
O Parquet, em réplica, sustentou a legitimidade do Ministério Público para propor Ação Civil Pública para defesa dos direitos individuais indisponíveis, como é no caso em tela; A desnecessidade do chamamento ao processo do Estado do Pará e a legitimidade passiva do Requerido, Município de Belém, rigorosamente, por conta da solidariedade dos Entes Federados na garantia do direito à saúde; No mérito, sustenta a solidariedade entre os Entes Públicos e que a ação se trata de questão relacionada a direito fundamental, sendo descabida, portanto, a alegação de impossibilidade da prestação do serviço de saúde pleiteado pela falta de recursos públicos disponíveis.
É o relatório.
Dá análise dos autos verifica-se que o feito encontra apto a julgamento, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas nos termos do art. 355, I, CPC.
Sobre a preliminar arguida pelo Município de Belém, qual seja, ilegitimidade ativa do Ministério Público e inadequação da via eleita, conforme já decidido pelo plenário do Supremo Tribunal Federal, no RE 605.533/MG, em repercussão geral, o
Ministério Público é parte legítima para ajuizamento de ação civil pública que vise o fornecimento de remédios a portadores de certa doença, visando a defesa de interesses difusos e homogêneos, coletivos, motivo pelo qual, rejeito a preliminar.
Quanto a Denunciação à Lide do Estado do Pará, não restam dúvidas de que a responsabilidade pela saúde pública é do Poder Público, compreendido como qualquer um dos seus entes, conforme leitura dos artigos 23, II; 6º e 196, da Constituição Federal, normas definidoras de direitos e garantias fundamentais e que têm aplicação imediata.
Frise-se que, em que pese o Município tente esquivar-se do dever legal de prestar o serviço de saúde, atribuindo a legitimidade ao Estado do Pará, a competência para prestação do serviço de saúde pública compete solidariamente às três esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal. Por isso, incumbe ao Município o dever de providenciar a consulta médica e tratamento para o Requerente.
Pacificado está, nas Cortes Superiores, que a assistência à saúde é dever solidário entre os Entes Federativos. Não se desconhece, que a divisão de responsabilidades faz com que a prestação de saúde se dê de uma forma mais organizada, contudo, essa não pode ser a

motivação de desatendimento de garantia fundamental.
Deste modo, não se pode falar em denunciação à lide e ilegitimidade passiva do Requerido, Município de Belém, na presente demanda, pelo que, rejeito as preliminares suscitadas em defesa.
No mérito, o art. 196, caput, da Constituição Federal de 1988 dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. Tal norma constitucional criou direito público subjetivo do cidadão e obrigação objetiva do Estado de garantir o acesso a serviços que promovam a recuperação daqueles acometidos por doença, uma vez que as regras constitucionais não são meramente programáticas e sim de eficácia plena.
No patamar legislativo ordinário, restou patenteada a responsabilidade dos Entes Federados pelo atendimento terapêutico integral do cidadão, prevista desde a edição da Lei 8.080/90, especialmente em seu artigo 2º, § 1º e 9º.
Em síntese, a leitura possível da Carta da República de 1988 e da legislação pertinente, ao estatuir a obrigação estatal de prover a saúde dos necessitados, é no sentido de atribuir para todos os Entes Federativos o mister de fornecer tratamentos garantidores de uma vida digna.
Quanto à importância do tema, manifestou-se o eminente Ministro Celso de Mello no julgamento do Agravo Regimental na Suspensão de Liminar 47: Tratando-se de típico direito de prestação positiva, que se subsume ao conceito de liberdade
real ou concreta, a proteção à saúde ¿ que compreende todas as prerrogativas, individuais ou coletivas, referidas na Constituição da República (notadamente em seu art. 196) ¿ tem por fundamento regra constitucional cuja densidade normativa não permite que, em torno da efetiva realização de tal comando, o Poder Público dispunha de um amplo espaço de discricionariedade que lhe enseja maior grau de liberdade de conformação, e de cujo exercício possa resultar, paradoxalmente, com a base em simples alegação de mera conveniência e/ou oportunidade, a nulificação mesma dessa prerrogativa essencial.
O caso ora em exame, Senhor Presidente, põe em evidência o altíssimo relevo jurídicosocial que assume, em nosso ordenamento positivo, o direito à saúde, especialmente em face do mandamento inscrito no art. 196 da Constituição da República, que assim dispõe: Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
Na realidade, o cumprimento de dever político-constitucional consagrado no art. 196 da Lei Fundamental do Estado, consistente na obrigação de assegurar, a todos, a proteção à saúde, representa fator, que, associado a um imperativo de solidariedade social, impõe-se ao Poder Público, qualquer que seja a dimensão institucional em que atue no plano de nossa organização federativa.
(Grifei).
O Supremo Tribunal Federal, em análise do Recurso Extraordinário (RE) 855178, de relatoria do Ministro Luiz Fux, que teve repercussão geral reconhecida, reafirmou jurisprudência sobre a responsabilidade solidária dos Entes Federados no dever de prestar assistência à saúde, restando claro que qualquer deles tem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda que objetive acesso a meios e medicamentos para tratamento de saúde.
De igual modo, não há de se falar em comprometimento do princípio da reserva do possível, uma vez que se não pode admitir que eventuais limitações ou dificuldades orçamentárias sirvam de pretexto para negar o direito à saúde e a vida, alçado na Constituição Federal, tal como o retro transcrito artigo 196 que impõe ao Estado o dever de prestar saúde à população, além das cláusulas pétreas consubstanciadas no artigo 5º da Magna Carta, que garantem aos indivíduos o direito à vida e à saúde, bem como elevam ao fundamento da República Federativa do Brasil o princípio da dignidade da pessoa humana.
Por essa razão, a intervenção do Poder Judiciário não se revela afronta ou ingerência em seara tipicamente administrativa, pois não transforma o Poder Judiciário em cogestor dos recursos destinados à saúde pública, mas sim, em Poder a quem incumbe com eficiência atender à norma constitucional de salvaguarda dos Direitos fundamentais.
Evidente, portanto, que o Poder Judiciário deve dar concretude a tais direitos fundamentais, garantindo o cumprimento desse preceito constitucional pelo Poder Executivo, caso se mostre relutante em atender eficientemente a necessidade do cidadão.

Assim, conforme prova carreada nos autos, notadamente pelos documentos juntados aos autos fls. 17-18 e 21, não remanescem dúvidas quanto ao direito do Requerente, uma vez que este, apresentando inchaço atrás da orelha, necessita realizar consulta com médico especialista e o adequado tratamento, os quais devem providenciados pelo Requerido, Município de Belém.
Não se pode dar guarida, no entanto, ao pleito do Requerente, no que se refere ao pedido de demais medidas necessárias para recuperar a saúde da criança, com internações, cirurgias, exames, medicamentos e demais prescrições médicas, enfim, tudo que for necessário para assegurar a vida e saúde da paciente, uma vez que se encontra em desacordo ao preceituado no NCPC, em seus artigos 322 e 324, em que estabelece que o pedido deve ser certo e determinado.
Isto Posto, ante as razões fáticas e jurídicas expendidas, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMETE PROCEDENTE a presente ação, para determinar que o Requerido, Município de Belém, providencie a realização de consulta médica, com especialidade em cirurgia de cabeça e pescoço, na rede pública ou conveniada ou em rede particular com custeio do Requerido, com o consequente tratamento ao diagnóstico proferido, inclusive com a disponibilização de TFD se necessário.
Por outro lado, tendo a multa culminada a função de garantir o efetivo cumprimento da prestação e, no caso, tendo o Requerido, Município de Belém, cujos atos gozam de presunção de veracidade, juntado aos autos informações de que cumpriu a obrigação imposta, para fins de apreciação da manutenção ou não da multa, tenho por demonstrado o cumprimento da obrigação, e, por isso, de ofício, excluo a multa aplicada em sede de tutela antecipada, desonerando o Requerido das astreintes, sem prejuízo do prosseguimento do feito para fins de cumprimento da sentença.
Após o decurso do prazo recursal, não sendo interposta a apelação pelo Requerido, procedase a remessa necessária dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do artigo 496, I do CPC.
Publique-se, registre-se, intime-se.
Belém, 27 de junho de 2019.
JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR
JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

Processo: 0471630-98.2016.8.14.0301

SENTENÇA
Trata-se de Ação Civil Pública para cumprimento de Obrigação de Fazer com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, em favor criança M.S.N., em face do ESTADO DO PARÁ, visando a imediata internação e realização de procedimento cirúrgico, em hospital conveniado ao SUS ou em hospital particular às custas do Requerido, inclusive TFD, se necessário, além das demais medidas necessárias para recuperar a saúde do paciente, fundamentando-se na Constituição Federal de 1988, art. 5º; 6º; 196; 198, II e na Lei nº 8.080/1990, art. 4º. Foram acostados aos autos documentos comprobatórios.
Este juízo deferiu a antecipação de tutela às fls. 43, determinando que o Requerido, Estado do Pará, providencie a internação e cirurgia, conforme solicitadas na exordial, sob pena de multa diária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em caso de descumprimento da ordem.
Em contestação, o Requerido, Estado do Pará, alegou ilegitimidade passiva do Estado do Pará, por ser do Município de Belém a responsabilidade de disponibilizar a internação e cirurgia solicitadas pela Requerente. No mérito, comprometimento dos princípios da universalidade do acesso à saúde e da reserva do possível, bem como, a impossibilidade de intervenção do Judiciário nesses casos e inviabilidade de fixação de multa diária contra o Estado.

O Parquet, em réplica, sustentou a legitimidade passiva do Requerido, Estado do Pará, rigorosamente, por conta da solidariedade dos Entes Federados na garantia do direito à saúde. No mérito, sustenta a solidariedade entre os Entes Públicos e que a ação se trata de questão relacionada a direito fundamental, sendo descabida, portanto, a alegação de impossibilidade da prestação do serviço de saúde pleiteado pela falta de recursos públicos disponíveis.

É o relatório.

Dá análise dos autos verifica-se que o feito encontra apto a julgamento, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas nos termos do art. 355, I, CPC.

Sobre a preliminar de ilegitimidade passiva do Estado do Pará, não restam dúvidas de que a responsabilidade pela saúde pública é do Poder Público, compreendido como qualquer um dos seus entes, conforme leitura dos artigos 23, II; 6º e 196, da Constituição Federal, normas definidoras de direitos e garantias fundamentais e que têm aplicação imediata.

Frise-se que, em que pese o Requerido tente esquivar-se do dever legal de prestar o serviço de saúde, atribuindo a legitimidade ao Município de Belém, a competência para prestação do serviço de saúde pública compete solidariamente às três esferas de governo: Federal, Estadual e Municipal. Por isso, incumbe ao Município o dever de providenciar a internação cirurgia para o Requerente.

Pacificado está, nas Cortes Superiores, que a assistência à saúde é dever solidário entre os Entes Federativos. Não se desconhece, que a divisão de responsabilidades faz com que a prestação de saúde se dê de uma forma mais organizada, contudo, essa não pode ser a motivação de desatendimento de garantia fundamental.

Deste modo, não há que se falar em ilegitimidade passiva do Requerido, Estado do Pará, na presente demanda, pelo que, rejeito a preliminar suscitada em defesa.

No mérito, o art. 196, caput, da Constituição Federal de 1988 dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. Tal norma constitucional criou direito público subjetivo do cidadão e obrigação objetiva do Estado de garantir o acesso a serviços que promovam a recuperação daqueles acometidos por doença, uma vez que as regras constitucionais não são meramente programáticas e sim de eficácia plena.

No patamar legislativo ordinário, restou patenteada a responsabilidade dos Entes Federados pelo atendimento terapêutico integral do cidadão, prevista desde a edição da Lei 8.080/90, especialmente em seu artigo 2º, § 1º e 9º.

Em síntese, a leitura possível da Carta da República de 1988 e da legislação pertinente, ao estatuir a obrigação estatal de prover a saúde dos necessitados, é no sentido de atribuir para todos os Entes Federativos o mister de fornecer tratamentos garantidores de uma vida digna.

Quanto à importância do tema, manifestou-se o eminente Ministro Celso de Mello no julgamento do Agravo Regimental na Suspensão de Liminar 47:

Tratando-se de típico direito de prestação positiva, que se subsume ao conceito de liberdade real ou concreta, a proteção à saúde ¿ que compreende todas as prerrogativas, individuais ou coletivas, referidas na Constituição da República (notadamente em seu art. 196) ¿ tem por fundamento regra constitucional cuja densidade normativa não permite que, em torno da efetiva realização de tal comando, o Poder Público dispunha de um amplo espaço de discricionariedade que lhe enseja maior grau de liberdade de conformação, e de cujo exercício possa resultar, paradoxalmente, com a base em simples alegação de mera conveniência e/ou oportunidade, a nulificação mesma dessa prerrogativa essencial.

O caso ora em exame, Senhor Presidente, põe em evidência o altíssimo relevo jurídicosocial que assume, em nosso ordenamento positivo, o direito à saúde, especialmente em face do mandamento inscrito no art. 196 da Constituição da República, que assim dispõe: Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Na realidade, o cumprimento de dever político-constitucional consagrado no art. 196 da Lei Fundamental do Estado, consistente na obrigação de assegurar, a todos, a proteção à saúde, representa fator, que, associado a um imperativo de solidariedade social, impõe-se ao Poder Público, qualquer que seja a dimensão institucional em que atue no plano de nossa organização federativa.

(Grifei).
O Supremo Tribunal Federal, em análise do Recurso Extraordinário (RE) 855178, de relatoria do Ministro Luiz Fux, que teve repercussão geral reconhecida, reafirmou jurisprudência sobre a responsabilidade solidária dos Entes Federados no dever de prestar assistência à saúde, restando claro que qualquer deles tem legitimidade para figurar no polo passivo da demanda que objetive acesso a meios e medicamentos para tratamento de saúde.
De igual modo, não há de se falar em comprometimento do princípio da reserva do possível, uma vez que se não pode admitir que eventuais limitações ou dificuldades orçamentárias sirvam de pretexto para negar o direito à saúde e a vida, alçado na Constituição Federal, tal como o retro transcrito artigo 196 que impõe ao Estado o dever de prestar saúde à população, além das cláusulas pétreas consubstanciadas no artigo 5º da Magna Carta, que garantem aos indivíduos o direito à vida e à saúde, bem como elevam ao fundamento da República Federativa do Brasil o princípio da dignidade da pessoa humana.
Por essa razão, a intervenção do Poder Judiciário não se revela afronta ou ingerência em seara tipicamente administrativa, pois não transforma o Poder Judiciário em cogestor dos recursos destinados à saúde pública, mas sim, em Poder a quem incumbe com eficiência atender à norma constitucional de salvaguarda dos Direitos fundamentais.
Evidente, portanto, que o Poder Judiciário deve dar concretude a tais direitos fundamentais, garantindo o cumprimento desse preceito constitucional pelo Poder Executivo, caso se mostre relutante em atender eficientemente a necessidade do cidadão.
Sobre a possibilidade, ou não, de impor, ao Ente Público, multa diária com o fim de satisfazer a obrigação imposta pelo Poder Judiciário, o Requerido, Estado do Pará, se limita ao argumento de que a multa cominatória em face da Fazenda Pública será suportada pela própria sociedade.
É cediço, que a medida coercitiva busca dar maior efetividade ao processo, compelindo o Requerido a cumprir a obrigação, imposta por decisão judicial, com o intuito de persuadi-lo a adimplir, devendo, portanto, seu valor ser fixado em quantia suficiente para fazer com que tenha certeza de que o descumprimento da obrigação lhe causará prejuízo maior do que a própria obrigação imposta, ou seja, é através dessa medida coercitiva que o Estado juiz dá efetividade ao cumprimento da obrigação imposta.
Neste sentido, é pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que é possível ao Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, fixar multa diária cominatória, ainda que contra a Fazenda Pública, para garantir o efetivo cumprimento de obrigação de fazer.
Assim, conforme prova carreada nos autos, notadamente pelos documentos juntados aos autos fls. 18-23, não remanescem dúvidas quanto ao direito da Requerente, uma vez que esta, portadora de neoplasia do pescoço, necessita realizar procedimento cirúrgico, o qual deve providenciados pelo Requerido, Estado do Pará.
Não se pode dar guarida, no entanto, ao pleito da Requerente, no que se refere ao pedido de demais medidas necessárias para recuperar a saúde da criança, com internações, cirurgias, exames, medicamentos e demais prescrições médicas, enfim, tudo que for necessário para assegurar a vida e saúde da paciente, uma vez que se encontra em desacordo ao preceituado no NCPC, em seus artigos 322 e 324, em que estabelece que o pedido deve ser certo e determinado,
Isto Posto, ante as razões fáticas e jurídicas expendidas, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação, para determinar que o Requerido, Estado do Pará, providencie a internação e realização do procedimento cirúrgico em favor da Requerente na rede pública ou conveniada ou em rede particular com custeio do Requerido, inclusive com a disponibilização de TFD se necessário.
Por outro lado, tendo a multa culminada a função de garantir o efetivo cumprimento da prestação e, no caso, tendo o Requerido, Estado do Pará, cujos atos gozam de presunção de veracidade, juntado aos autos informações de que cumpriu a obrigação imposta, para fins de apreciação da manutenção ou não da multa, tenho por demonstrado o cumprimento da obrigação, e, por isso, de ofício, excluo a multa aplicada em sede de tutela antecipada, desonerando o Requerido das astreintes, sem prejuízo do prosseguimento do feito para fins de cumprimento da sentença.
Após o decurso do prazo recursal, não sendo interposta a apelação pelo Requerido, procedase a remessa necessária dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do artigo 496, I do CPC.

Publique-se, registre-se, intime-se.
Belém, 26 de junho de 2019.
JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR
JUIZ DE DIREITO
TITULAR DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

Processo: 0626651-67.2016.8.14.0301

SENTENÇA
Trata-se de Ação Civil Pública para cumprimento de Obrigação de Fazer com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, em favor criança P.V.A.M.P., em face do ESTADO DO PARÁ, visando o fornecimento do medicamento leuprorrelina, durante o período prescrito pelo laudo médico, além das demais medidas necessárias para recuperar a saúde da criança, como internações, cirurgias, exames, medicamentos e demais prescrições médicas, enfim, tudo que for necessário para assegurar a vida e saúde da paciente, fundamentando-se na Constituição Federal de 1988, art. 196; 197 e 227. Foram acostados aos autos documentos comprobatórios.
Este juízo deferiu a antecipação de tutela às fls. 32, determinando que o Requerido, Estado do Pará, forneça o medicamento, conforme solicitado na exordial, sob pena de multa diária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em caso de descumprimento da ordem.
Em contestação, o Requerido, Estado do Pará, suscita perda do objeto da ação, por ter sido satisfeito o pedido feito na exordial; ilegitimidade passiva do Estado do Pará, por ser do Município de Belém a responsabilidade de disponibilizar o medicamento pleiteado e inexistência de direito subjetivo.
O Parquet, em réplica, sustenta que o interesse de agir na ação é justamente a necessidade da Requerente de pedir a tutela jurisdicional diante da inércia do Requerido; que a legitimidade passiva do Requerido, Estado do Pará, rigorosamente, por conta da solidariedade dos Entes Federados na garantia do direito à saúde e que o art. 196 da Constituição Federal de 1988 contempla o direito fundamental à saúde, tendo eficácia plena e aplicabilidade imediata.
É o relatório.
Dá análise dos autos verifica-se que o feito encontra apto a julgamento, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas nos termos do art. 355, I, CPC.
Sobre a perda do objeto da ação, arguida pelo Requerido, por ter sido satisfeito o pedido feito na exordial, tem-se que o móvel da discussão não se limita a criação das políticas públicas, mas sobejamente à garantia da eficácia dos direitos fundamentais, com o pleno atendimento pela rede pública de saúde.
Frise-se que, no caso em tela, o cumprimento da prestação não se deu de forma espontânea por parte do Requerido, Estado do Pará, mas tão somente após a judicialização da matéria e quando obrigado judicialmente em sede de deferimento de tutela antecipada.
Deste modo, o cumprimento de medida liminar de natureza satisfativa não elide a necessidade de sua confirmação pelo julgamento do mérito da ação, com a concessão definitiva do direito antes conferido a título precário e provisório, sob pena
de transgressão aos princípios do contraditório e ampla defesa.
Quanto à Ilegitimidade Passiva do Estado do Pará, não restam dúvidas de que a responsabilidade pela saúde pública é do Poder Público, compreendido como qualquer um dos seus entes, conforme leitura dos artigos 23, II; 6º e 196, da Constituição Federal, normas definidoras de direitos e garantias fundamentais e que têm aplicação imediata.
Pacificado está, nas Cortes Superiores, que a assistência à saúde é dever solidário entre os Entes Federativos. Não se desconhece, que a divisão de responsabilidades faz com que a prestação de saúde se dê de uma forma mais organizada, contudo, essa não pode ser a motivação de desatendimento de garantia fundamental.
Por estas razões, rejeito as preliminares suscitadas em defesa.
No mérito, o art. 196, caput, da Constituição Federal de 1988 dispõe que a saúde é direito de

todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. Tal norma constitucional criou direito público subjetivo do cidadão e obrigação objetiva do Estado de garantir o acesso a serviços que promovam a recuperação daqueles acometidos por doença, uma vez que as regras constitucionais não são meramente programáticas e sim de eficácia plena.
No patamar legislativo ordinário, restou patenteada a responsabilidade dos Entes Federados pelo atendimento terapêutico integral do cidadão, prevista desde a edição da Lei 8.080/90, especialmente em seu artigo 2º, § 1º e 9º.
Em síntese, a leitura possível da Carta da República de 1988 e da legislação pertinente, ao estatuir a obrigação estatal de prover a saúde dos necessitados, é no sentido de atribuir para todos os Entes Federativos o mister de fornecer tratamentos garantidores de uma vida digna.
Quanto à importância do tema, manifestou-se o eminente Ministro Celso de Mello no julgamento do Agravo Regimental na Suspensão de Liminar 47:
Tratando-se de típico direito de prestação positiva, que se subsume ao conceito de liberdade real ou concreta, a proteção à saúde ¿ que compreende todas as prerrogativas, individuais ou coletivas, referidas na Constituição da República (notadamente em seu art. 196) ¿ tem por fundamento regra constitucional cuja densidade normativa não permite que, em torno da efetiva realização de tal comando, o Poder Público dispunha de um amplo espaço de discricionariedade que lhe enseja maior grau de liberdade de conformação, e de cujo exercício possa resultar, paradoxalmente, com a base em simples alegação de mera conveniência e/ou oportunidade, a nulificação mesma dessa prerrogativa essencial.
O caso ora em exame, Senhor Presidente, põe em evidência o altíssimo relevo jurídicosocial que assume, em nosso ordenamento positivo, o direito à saúde, especialmente em face do mandamento inscrito no art. 196 da Constituição da República, que assim dispõe: Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
Na realidade, o cumprimento de dever político-constitucional consagrado no art. 196 da Lei Fundamental do Estado, consistente na obrigação de assegurar, a todos, a proteção à saúde, representa fator, que, associado a um imperativo de solidariedade social, impõe-se ao Poder Público, qualquer que seja a dimensão institucional em que atue no plano de nossa organização federativa.
(Grifei).
Assim, conforme prova carreada nos autos, notadamente pelos documentos juntados aos autos, fls. 23-24, não remanescem dúvidas quanto ao direito da Requerente, uma vez que esta, portadora de puberdade precoce, necessita fazer uso do medicamento leuprorrelina, de forma contínua, o qual deve providenciado pelo Requerido, Estado do Pará.
Não se pode dar guarida, no entanto, ao pleito da Requerente, no que se refere ao pedido de demais medidas necessárias para recuperar a saúde da criança, como internações, cirurgias, exames, medicamentos e demais prescrições médicas, enfim, tudo que for necessário para assegurar a vida e saúde da paciente, uma vez que se encontra em desacordo ao preceituado no NCPC, em seus artigos 322 e 324, em que estabelece que o pedido deve ser certo e determinado,
Isto Posto, ante as razões fáticas e jurídicas expendidas, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação, para determinar que o Requerido, Estado do Pará, forneça o medicamento leuprorrelina, de forma contínua, conforme prescrição médica.
Por outro lado, tendo a multa culminada a função de garantir o efetivo cumprimento da prestação e, no caso, tendo o Requerido, Estado do Pará, cujos atos gozam de presunção de veracidade, juntado aos autos informações de que cumpriu a obrigação imposta, para fins de apreciação da manutenção ou não da multa, tenho por demonstrado o cumprimento da obrigação, e, por isso, de ofício, excluo a multa aplicada em sede de tutela antecipada, desonerando o Requerido das astreintes, sem prejuízo do prosseguimento do feito para fins de cumprimento da sentença.
Após o decurso do prazo recursal, não sendo interposta a apelação pelo Requerido, procedase a remessa necessária dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do artigo 496, I do CPC.

Publique-se, registre-se, intime-se.
Belém, 27 de junho de 2019.
JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR
JUIZ DE DIREITO
TITULAR DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

Processo: 0751691-59.2016.8.14.0301

SENTENÇA
Trata-se de Ação Civil Pública para cumprimento de Obrigação de Fazer com pedido de antecipação de tutela, ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, em favor criança L.G.F.S., em face do ESTADO DO PARÁ, visando o fornecimento do medicamento Somatropina, durante o período prescrito pelo laudo médico, além das demais medidas necessárias para recuperar a saúde da criança, como internações, cirurgias, exames, medicamentos e demais prescrições médicas, enfim, tudo que for necessário para assegurar a vida e saúde da paciente, fundamentando-se na Constituição Federal de 1988, art. 196 e 198, II e na Lei nº 8.080/1990, art. 4º. Foram acostados aos autos documentos comprobatórios.
Este juízo deferiu a antecipação de tutela às fls. 32, determinando que o Requerido, Estado do Pará, forneça o medicamento, conforme solicitado na exordial, sob pena de multa diária no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em caso de descumprimento da ordem.
Em contestação, o Requerido, Estado do Pará, suscita perda do objeto da ação, por ter sido satisfeito o pedido feito na exordial. No mérito, aduz que o artigo 196 da Constituição Federal de 1988 vem sendo utilizado em desacordo com a da Lei Orgânica de Saúde que rege o Sistema Único de Saúde ¿ SUS e que não havia necessidade de ter sido postulada a presente ação, em razão do atendimento pela via administrativa.
O Parquet, em réplica, sustenta que o interesse de agir na ação é justamente a necessidade da Requerente de pedir a tutela jurisdicional diante da inércia do Requerido, pois, o pleito do Requerente só foi atendido por força da medida liminar e que o art. 196 da Constituição Federal de 1988 contempla o direito fundamental à saúde, tendo eficácia plena e aplicabilidade imediata.
É o relatório.
Dá análise dos autos verifica-se que o feito encontra apto a julgamento, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas nos termos do art. 355, I, CPC.
Sobre a perda do objeto da ação, arguida pelo Requerido, por ter sido satisfeito o pedido feito na exordial, tem-se que o móvel da discussão não se limita a criação das políticas públicas, mas sobejamente à garantia da eficácia dos direitos fundamentais, com o pleno atendimento pela rede pública de saúde.
Frise-se que, no caso em tela, o cumprimento da prestação não se deu de forma espontânea por parte do Requerido, Estado do Pará, mas tão somente após a judicialização da matéria e quando obrigado judicialmente em sede de deferimento de tutela antecipada.
Deste modo, o cumprimento de medida liminar de natureza satisfativa não elide a necessidade de sua confirmação pelo julgamento do mérito da ação, com a concessão
definitiva do direito antes conferido a título precário e provisório, sob pena de transgressão aos princípios do contraditório e ampla defesa.
Por estas razões, rejeito a preliminar suscitada em defesa.
No mérito, o art. 196, caput, da Constituição Federal de 1988 dispõe que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação. Tal norma constitucional criou direito público subjetivo do cidadão e obrigação objetiva do Estado de garantir o acesso a serviços que promovam a recuperação daqueles acometidos por doença, uma vez que as regras constitucionais não são meramente programáticas e sim de eficácia plena.
No patamar legislativo ordinário, restou patenteada a responsabilidade dos Entes Federados

pelo atendimento terapêutico integral do cidadão, prevista desde a edição da Lei 8.080/90, especialmente em seu artigo 2º, § 1º e 9º.

Em síntese, a leitura possível da Carta da República de 1988 e da legislação pertinente, ao estatuir a obrigação estatal de prover a saúde dos necessitados, é no sentido de atribuir para todos os Entes Federativos o mister de fornecer tratamentos garantidores de uma vida digna.

Quanto à importância do tema, manifestou-se o eminente Ministro Celso de Mello no julgamento do Agravo Regimental na Suspensão de Liminar 47:

Tratando-se de típico direito de prestação positiva, que se subsume ao conceito de liberdade real ou concreta, a proteção à saúde ¿ que compreende todas as prerrogativas, individuais ou coletivas, referidas na Constituição da República (notadamente em seu art. 196) ¿ tem por fundamento regra constitucional cuja densidade normativa não permite que, em torno da efetiva realização de tal comando, o Poder Público dispunha de um amplo espaço de discricionariedade que lhe enseja maior grau de liberdade de conformação, e de cujo exercício possa resultar, paradoxalmente, com a base em simples alegação de mera conveniência e/ou oportunidade, a nulificação mesma dessa prerrogativa essencial.

O caso ora em exame, Senhor Presidente, põe em evidência o altíssimo relevo jurídicosocial que assume, em nosso ordenamento positivo, o direito à saúde, especialmente em face do mandamento inscrito no art. 196 da Constituição da República, que assim dispõe: Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução de risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Na realidade, o cumprimento de dever político-constitucional consagrado no art. 196 da Lei Fundamental do Estado, consistente na obrigação de assegurar, a todos, a proteção à saúde, representa fator, que, associado a um

imperativo de solidariedade social, impõe-se ao Poder Público, qualquer que seja a dimensão institucional em que atue no plano de nossa organização federativa.

(Grifei).

Sobre a desnecessidade de ajuizamento da presente ação, tem-se que, como dito acima, o cumprimento da prestação não se deu de forma espontânea por parte do Requerido, mas tão somente após a judicialização da matéria e quando obrigado judicialmente em sede de deferimento de tutela antecipada.

Isto porquê, a ação foi ajuizada em 13/12/2016, tendo a tutela antecipada sido deferida em 14/12/2016 e o cumprimento da obrigação ocorreu em 20/12/2016 (fls. 51). Assim, em que pese haver um procedimento administrativo relativo ao caso em tela, o pedido do Requerente somente foi deferido em 23/12/2016 (fls. 48), logo, claro está que a dispensação da medicação em 20/12/2016 só ocorreu por força da tutela antecipada deferida.

Assim, conforme prova carreada nos autos, notadamente pelos documentos juntados aos autos, fls. 20-22, não remanescem dúvidas quanto ao direito do Requerente, uma vez que este, portadora de síndrome de prater-willi, necessita fazer uso do medicamento Somatropina, o qual deve providenciado pelo Requerido, Estado do Pará.

Não se pode dar guarida, no entanto, ao pleito da Requerente, no que se refere ao pedido de demais medidas necessárias para recuperar a saúde da criança, como internações, cirurgias, exames, medicamentos e demais prescrições médicas, enfim, tudo que for necessário para assegurar a vida e saúde da paciente, uma vez que se encontra em desacordo ao preceituado no NCPC, em seus artigos 322 e 324, em que estabelece que o pedido deve ser certo e determinado,

Isto Posto, ante as razões fáticas e jurídicas expendidas, com fundamento no art. 487, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação, para determinar que o Requerido, Estado do Pará, forneça o medicamento Somatropina, conforme prescrição médica.

Por outro lado, tendo a multa culminada a função de garantir o efetivo cumprimento da prestação e, no caso, tendo o Requerido, Estado do Pará, cujos atos gozam de presunção de veracidade, juntado aos autos informações de que cumpriu a obrigação imposta, para fins de apreciação da manutenção ou não da multa, tenho por demonstrado o cumprimento da obrigação, e, por isso, de ofício, excluo a multa aplicada em sede de tutela antecipada, desonerando o Requerido das astreintes, sem prejuízo do prosseguimento do feito para fins de cumprimento da sentença.

Após o decurso do prazo recursal, não sendo interposta a apelação pelo Requerido, procedase

a remessa necessária dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do artigo 496, I do CPC.
Publique-se, registre-se, intime-se.
Belém, 27 de junho de 2019.
JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR
JUIZ DE DIREITO
TITULAR DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

Processo: 0040841-87.2008.8.14.0301

SENTENÇA
Trata-se de Ação de AÇÃO DE SUPRIMENTO DE REGISTRO DE NASCIMENTO C/C AÇÃO DE DESTITUIÇÃO DO PODER FAMILIAR em favor das adolescentes J. C. V. DE C. e
A. C.V. DE C.
Depreende-se dos autos que as adolescentes já atingiram a maioridade, portanto, não podendo mais ser consideradas adolescentes, conforme estabelece o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, não sendo mais este Juízo competente para julgar o presente feito. Ante o exposto, declaro extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Cumpridas as formalidades legais, ARQUIVEM-SE OS AUTOS.
Belém, 27 de junho de 2019
JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR.
JUIZ DE DIREITO
TITULAR DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

Processo: 0035704-92.2014.8.14.0301

SENTENÇA
Trata-se de pedido DESISTÊNCIA DA HABILITAÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO ¿ CNA requerido por PATRÍCIA OLIVEIRA DA SILVA e LENA MÔNICA FRANÇA ARRUDA.
Às fls.63 as Requerentes requereram a desistência da Ação e consequente exclusão do seu perfil no Cadastro Nacional de Adoção.
Considerando que a finalidade da Habilitação para Adoção é manter no Cadastro Nacional de Adoção àqueles que encontram-se aptos Adoção, considerando o pedido de Desistência às fls. 63, nos termos do artigo 485, VIII do Código de Processo Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e DECLARO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.
DETERMINO QUE SE PROCEDA A EXCLUSÃO DO PERFIL DE PATRÍCIA OLIVEIRA DA SILVA e LENA MÔNICA FRANÇA ARRUDA DO CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO ¿ CNA.
Ciente o Ministério Público e a Defesa.
Cumpridas as formalidades legais, ARQUIVEM-SE OS AUTOS.
Belém, 26 de junho de 2019.
JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR.
JUIZ DE DIREITO

TITULAR DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM/PA
BELÉM
RUA

Processo: 0040926-41.2014.8.14.0301

SENTENÇA
Tratam-se os autos de Ação de Medida de Proteção autuada a partir da informação de institucionalização das crianças J.D.S.L. e M.C.S..
Este Juízo às fls. 100 determinou encaminhamento da situação ao Conselho Tutelar, a fim de que informassem a atual situação das crianças.
Em Relatório Situacional às fls. 104/107, o Conselho Tutelar IV informa que fora aplicada as medidas de proteção necessárias, bem como o compromisso de permanecer acompanhando a família.
O Ministério Público manifestou-se pela designação de audiência.
Decido.
Verifica-se dos autos que fora aplicada medidas de proteção inerentes as crianças e à família pelo Conselho Tutelar e ainda, o lapso temporal do último ato deste juízo, não consta qualquer nova notícia de situação de risco e vulnerabilidade.
Assim, considerando que cessada situação de risco à criança, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 487, I do Código de Processo Civil.
Cumpra-se com as formalidades legais e ARQUIVEM-SE OS AUTOS.
Belém, 27 de junho de 2019
JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR.
JUIZ DE DIREITO
TITULAR DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM
BELÉM
RUA TOMÁZIA PERDIGÃO, 240, (ANEXO II) 1º Andar, Sala 11
Fórum de:
Endereço:
CEP: 66.015-260 Bairro: Cidade Velha Fone: (91)3205-2229
Email: 1infanciabelem@

Processo: 0464657-30.2016.8.14.0301

SENTENÇA
Trata-se de Ação de Medida de Proteção em favor da criança/adolescente.
Depreende-se dos autos que o(a) adolescente sob medida de proteção já atingiu a maioridade, portanto, não podendo mais ser considerado adolescente, conforme estabelece o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, não sendo mais este Juízo competente para julgar o presente feito. Ante o exposto, declaro extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.
Cumpridas as formalidades legais, ARQUIVEM-SE OS AUTOS.
Belém, 26 de abril de 2019
JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR.
JUIZ DE DIREITO
TITULAR DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

Processo: 0706707-87.2016.8.14.0301

SENTENÇA
Trata-se de pedido DESISTÊNCIA DA HABILITAÇÃO NO CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO ¿ CNA requerido por ANTÔNIO AMAURI FREIRES JÚNIOR e AMANDA CAROLINE SOARES FREIRES.
Às fls.43 e 53 os Requerentes requereram a desistência da Ação e consequente exclusão do seu perfil no Cadastro Nacional de Adoção.
Considerando que a finalidade da Habilitação para Adoção é manter no Cadastro Nacional de Adoção àqueles que encontram-se aptos Adoção, considerando o pedido de Desistência às fls. 63, nos termos do artigo 485, VIII do Código de Processo Civil, HOMOLOGO A DESISTÊNCIA DA AÇÃO e DECLARO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.
DETERMINO QUE SE PROCEDA A EXCLUSÃO DO PERFIL DE ANTÔNIO AMAURI FREIRES JÚNIOR e AMANDA CAROLINE SOARES FREIRES DO CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO ¿ CNA.
Ciente o Ministério Público e a Defesa.
Cumpridas as formalidades legais, ARQUIVEM-SE OS AUTOS.
Belém, 26 de junho de 2019.
JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR.
JUIZ DE DIREITO
TITULAR DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM/PA
BELÉM
RUA

Processo: 0060593-94.2009.8.14.0301

SENTENÇA
Trata-se de Requerimento de Inscrição no Programa de Apadrinhamento Conta Comigo requerido por C. F. DA L.
Este Juízo às fls. 59, determinou a intimação da Requerente a fim de se manifestassem a respeito do interesse no prosseguimento do feito.
EM Certidão às fls. 65, o Oficial de Justiça informa que fora cumprida a diligência e que a requerente lançou seu ciente e recebeu uma cópia do mandado.
É o Relatório.
Verifica-se da instrução processual que não houve qualquer ato da parte interessada em viabilizar ou atualizar seus dados para prosseguimento da presente Ação, estando os autos sem movimentação há mais de um ano neste Juízo.
Assim, considerando que a Requerente não cumpriu a determinação judicial conforme Certidão de fls. 65, desta forma, verifica-se que houve negligência da parte Autora para com o andamento do processo, abandonando a causa, motivo pelo o que DECLARO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 485, III do Código de Processo Civil.
Ciente o Ministério Público.
Cumpridas as formalidades legais, ARQUIVEM-SE OS AUTOS.
Belém, 27 de junho de 2019
JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR.
JUIZ DE DIREITO
TITULAR DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

Processo: 0753666-19.2016.8.14.0301

SENTENÇA
Trata-se de Ação de Medida de Proteção em favor da criança/adolescente.
Verifica-se dos autos, que as medidas de proteção inerentes à criança e ao adolescente foram aplicadas, restando assim, ausente situação de risco e vulnerabilidade.
Isto posto, considerando que a criança/adolescente se encontra com seus direitos garantidos, afastado de situação de risco e vulnerabilidade, não se vislumbrando mais situação que justifique prosseguimento da presente Ação, declaro extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I do Código de Processo Civil.
Cumpridas as formalidades legais, ARQUIVEM-SE OS AUTOS.
Belém, 26 de abril de 2019
JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR.
JUIZ DE DIREITO
TITULAR DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

Processo: 0038330-79.2017.8.14.0301

DECISÃO
Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA para CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, proposta pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, em face do MUNICÍPIO DE BELÉM, em que pleiteia a construção de 02 (dois) CAPS-i (Centro de Atenção Psicossocial Infantil) e 03 (três) unidades de acolhimento ligadas diretamente ao CAPS; bloqueio de recursos do Tesouro Municipal no importe de R$ 100.000,00 (cem milhões de reais) a ser destinado para reestruturação, ampliação e melhoria da saúde mental infantil, e, em sede de tutela antecipada, que seja determinado ao Requerido: a) no prazo de 60 dias, promova medidas administrativas necessárias para efetuar matrícula e regular frequência das crianças e adolescentes no CAPS-i; b) convoque os responsáveis legais das crianças inscritas no cadastro do CAPS-i para confirmarem interesse na vaga, e, se positivo, que a inscrição ocorra no prazo máximo de 90 dias; c) que crianças e adolescentes que requeiram vaga no CAPS-i após a propositura desta ação, sejam inscritas no prazo de 30 dias a partir do cadastro; d) sequestro de verba pública em caso de descumprimento dos itens a, b e c; e) contratação temporária de profissionais técnicos e da saúde (psiquiatra); f) aquisição de mobiliário e materiais necessários ao regular funcionamento do serviço público; g) apresente nos autos, no prazo do 90 dias, as medidas em andamento, bem como os projetos destinados à sanar o déficit de vagas relativas à saúde mental infantil; h) expeça nota de esclarecimento à população da região metropolitana sobre as medidas em andamento, bem como os projetos destinados à sanar o déficit de vagas relativas à saúde mental infantil, em jornais de grande circulação. Foram acostados aos autos documentos comprobatórios.
Em manifestação a respeito da tutela antecipada, o Requerido, Município de Belém, preliminarmente alegou violação ao devido processo legal, pois foi citado para apresentar contestação em detrimento da manifestação prévia à análise do pedido liminar. Suscita ainda que os pedidos são feitos sem qualquer parâmetro ou estudo prévio de efetiva necessidade, bem como, que a presente ação se trata de judicialização da política, inobservância da Lei nº

9.494/1997, inexistência de previsão orçamentária e impossibilidade de pedido de dano moral coletivo em sede de ação civil pública.
Ministério Público, em manifestação, é favorável ao deferimento parcial dos pedidos formulados, mais precisamente, itens a, b, f e g. Foram acostados aos autos, pelo Parquet, documentos para subsidiar a análise deste Juízo.
Verifica-se dos autos que o pleito do Requerente ultrapassa os limites da proteção integral da criança e do adolescente, para abranger a obtenção, por meio desta ação, do direito de exigir que o Estado crie e/ou instale serviços e equipamentos que garantam o direito à melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade e, como consequência, garanta o direito da criança e do adolescente.
Esta matéria envolve a própria execução das políticas públicas, ou seja, o pleito em si é de natureza da Fazenda Pública, na sua essência, e não da efetivação direta e imediata da proteção integral.
Vale ressaltar que esta proteção integral, a primazia no atendimento, é princípio constitucional cogente a todos o Juízos e não somente ao da Infância e Juventude.
Neste sentido, em que pese o pedido se referir à criação e melhoria do atendimento da saúde mental infantil, através do Centro de Atenção Psicossocial Infantil, não há dúvidas que se trata matéria contida no contexto da macro administração, ou seja, que envolve toda a administração das políticas públicas e por isso não pode ser seccionada pela prioridade de determinados grupos, sob pena de desfigurar a lei orçamentária, a qual deve ser executada sob o prisma do extenso rol de necessidades da sociedade.
Importante observar ainda que, na interpretação sistemática do ECA, no seu art. 148, IV que indica a competência da Justiça da Infância e da Juventude em ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente, deve-se levar em conta que refere-se a direitos diretamente afetados e/ou suprimidos dos infantes, o que não ocorre no caso em tela, uma vez que o objeto da presente ação, como dito acima, se trata de atividade ampla e de natureza específica da administração pública e da execução de políticas privativas do Poder Executivo, estando abarcada, portanto, pela competência absoluta em razão da matéria e da qualidade da parte, que no caso é a Fazenda Pública, nos termos do art. 62 do CPC.
Por esta razão, sendo um pleito de direito social, mais amplo do que da esfera do direito da criança e do adolescente, vez que se refere à efetivação de políticas públicas, é este Juízo da Infância e Juventude incompetente para apreciar o presente feito, sendo o Juízo da Fazenda desta Comarca de Belém, por distribuição, para onde deverá o presente processo ser redistribuído.
Dê-se Ciência ao Órgão Ministerial, intimem-se as partes e publique-se.
Diligencie-se.
Belém, 25 de junho de 2019.
JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR
JUIZ DE DIREITO
TITULAR DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM

Processo: 0025711-20.2017.8.14.0301

DECISÃO
Trata-se de pedido de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA requerido pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em face de E. DE J. P.
Aduz o Requerente que foi proferida neste Juízo sentença de homologação de acordo guarda paterna com visitação materna, entretanto, afirma a genitora que houve descumprimento pelo genitor da referida sentença, não podendo está realizar visitas ou manter contato telefônico com a menor, motivo pelo qual, requer o desarquivamento dos presentes autos, afim de que seja realizado o Estudo Psicossocial para verificar a situação da infante.
O que se verifica no caso em tela é que este Juízo em Sentença, fls. 67/68, proferida em 12/09/2017, homologou acordo de guarda judicial ao genitor, bem como visitação materna,

considerando a instrução processual, no entanto, claro está que, conforme Estudo Psicossocial realizado pela Equipe Interprofissional deste Juízo, o que há é um visível conflito entre os genitores, mas não configuração de risco à criança que enseje a competência desta Vara da Infância e Juventude.
Assim, considerando que o processo se encontra sentenciado, através de homologação de acordo de guarda paterna e visitação materna que, consta nos autos a verificação de ausência de situação de risco à criança, INDEFIRO o pedido de desarquivamento dos autos, bem como os pedidos consecutivos, por tratar-se de matéria de competência da Vara de Família.
Outrossim, deve o Requerente, se assim entender, promover a Ação de Execução de Título Judicial, no Juízo competente.
Dê-se ciência da presente Decisão à Autora.
ARQUIVEM-SE OS AUTOS.
Belém, 26 de junho de 2019
JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR.
JUIZ DE DIREITO
TITULAR DA 1ª VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM/PA

PROCESSO Nº: 0825801-58.2018.8.14.0301

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE THAMIRES NAYARA PANTOJA DA SILVA PELO PRAZO DE 20 DIAS. O Dr. JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA JR., Juiz de Direito Titular da 1ª Vara da Infância e da Juventude de Belém, etc. FAZ SABER aos que o presente Edital lerem ou dele tiverem conhecimento, que tramita por este Juízo, os autos de GUARDA, Processo nº 0825801-58.2018.8.14.0301, sendo o que a Sra. THAMIRES NAYARA PANTOJA DA SILVA se encontra em lugar incerto e não sabido, por este Edital fica citado para querendo, apresentar contestação, no prazo de 20 (vinte) dias, do referido processo. E para que ninguém possa alegar ignorância no futuro, será o mesmo publicado e afixado em lugar de costume e na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Belém, Estado do Pará, aos 28 dias do mês de junho do ano de 2019. Eu, Nívea Maria Aracaty Lobato, servidora desta secretaria, o digitei e o subscrevi.

SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0817832-55.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: A. J. D. A. Participação: REQUERENTE Nome: A. C. P. M.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DA 1ºVARA DE FAMÍLIA DA CAPITALPROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DIVCON 0817832-55.2019.814.0301ENDEREÇO: RUA CORONEL FONTOURA, S/N(PRAÇA FELIPE PATRONI, PERTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM-PARÁ)CEP: 66.015-260, BAIRRO DA CIDADE VELHA, FONE: (91) 3025-2147.E-MAIL: 1familiabelem@tjpa.jus.br SENTENÇA-MANDADO-OFÍCIO servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, na forma do PROVIMENTO Nº 003/2009, alterado pelo Provimento nº 011/2009 ? CJRMB. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. ANA CAROLYNE PINHEIRO ALMEIDA E AMAURI JUNIOR DIAS ALMEIDA,ambos qualificados, nos autos da Ação Judicial convergiram vontades no sentido de haver o decreto divorcista diante da impossibilidade de retornoàvida conjugal, razão pela qual requerem a procedência integral da pretensão eleita, inclusive dos demais pedidos ora eleitos. Acostaram documentos. O processo seguiu seu trâmite normal. RELATADO EM APERTADA SÍNTESE DECIDO 1-Do Divórcio O divórcio propõe o término da sociedade conjugal, permitindo um novo enlace matrimonial entre os divorciandos, não havendo mais falar em requisito temporal, vez a nova determinação exposta por nossa Carta Magna, em seu artigo 226,diz: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado§6.O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. Frisa-se muito bem, o pressuposto de admissão do pedido, anteriormente, centrava-se no decurso de tempo, vale dizer, 01(um) ano após a separação o judicial ou mais de 02(dois) anos a contar da separação fática. Era o seu início e exclusivo fundamento legal, todavia, a Carta Magna, agora, aboliu o lapso temporal como requisito de admissibilidade da dissolução da sociedade conjugal, tornando o divórcio como medidaúnica para o fim do casamento, repisa-se muito bem, sem falar, contudo, em período temporal. Assim sendo, diante da postura convergente dos Interessados, não vejo nenhum obstáculo em acolher o almejo em sua integralidade. Vejamos.Da Guarda Judicial, Direito de Visitação e Alimentos(i) A guarda do fruto do casal(A.C.P.A. E A.L.P.A.) será COMPARTILHADA,sem perder de vista o texto inserido no tópico: DA GUARDA E DO DIREITO DE CONVIVÊNCIA.(ii) A obrigação alimentar paterna dar-se-á conforme termos agendados no tópico: DA PENSÃO ALIMENTÍCIA PARA AS MENORES. Da Verba Assistencial Alimentar Não há. Da Partilha de Bens Idem. Diante disso, como dito acima, resta ao Juízo acolher a convergência de vontades entre as partes, em sua integralidade. Ante o exposto e por tudo que nos autos consta, com base e fundamento no artigo 487, incisoIII,alínea?b?,do Estatuto Processual Civil, c/c o artigo 226,§6º, da Carta Magna, JULGO INTEGRALMENTE PROCEDENTE O PEDIDODE DISSOLUÇÃO DE A SOCIEDADE CONJUGAL, e, por consequênciadecreto o divórcio entre ANA CAROLYNE PINHEIRO ALMEIDA E AMAURI JUNIOR DIAS ALMEIDA eis a satisfação das exigências legais, observando-se que a divorcianda voltará ao uso de seu nome de solteira. Quantoàguarda judicial, direito de visitação e alimentos, assim os Interessados acordaram:(i) A guarda do fruto do casal(A.C.P.A. E A.L.P.A.) será COMPARTILHADA, sem perder de vista o texto inserido no tópico: DA GUARDA E DO DIREITO DE CONVIVÊNCIA.(ii) A obrigação alimentar paterna dar-se-á conforme termos agendados no tópico: DA PENSÃO ALIMENTÍCIA PARA AS MENORES.(iii) Não há verba assistencial alimentar e(iv) Não há partilha de bens. A presente sentença serve como mandado de averbação/carta precatória de cunho averbatório:Cartório Privativo de Casamentos, certidão de assento de casamento de matrícula de número 0679340155 2011 3 00013 223 000378968. PORÉM, PRECISO ESCLARECER AOS INTERESSADOS E À DEFENSORIA PÚBLICA QUE, MUITO EMBORA ESTA SENTENÇA SIRVA COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO, VEDA-SE AOS MESMOS IMPRIMIREM O TEXTO E O LEVAREM DIRETO AO CARTÓRIO CORRESPONDENTE, UMA VEZ A INDISPENSABILIDADE DA SECRETARIA DA VARA TRANSFORMAR A SENTENÇA EM DOCUMENTO, SEGUINDO-SE DO ENVIO POR MALOTE DIGITAL OU CARTA PRECATÓRIA. PORTANTO, CASO OS INTERESSADOS OU O PROFISSIONAL NÃO SIGAM TAL INSTRUÇÃO, O EXPEDIENTE IMPRESSO PELOS MESMOS NÃO TERÁ VALOR ALGUM JUNTO AO CARTÓRIO A SER REGISTRADO/AVERBADO A DECISÃO, SALVAGUARDANDO A CLARA RECUSA DO TABELIÃO AO CUMPRIMENTO DA MEDIDA. ÀSecretaria da Vara e os Interessados adotarem as medidas legais cabíveis ao feito, observando-se que ambos estão com o manto da gratuidade processual. Esta sentença serve como mandado e ofícioàfonte pagadoraàfinalidade de direito, se necessário esteúltimo. Sem custas e honorários advocatícios, observando-se que a gratuidade processual atingiráa emissão da terceira via do documento em questão(uma para cada Autor), além da anotação/averbação da medida. P.R.I e cumpra-se e expeça-se, eis a renúncia de o decurso do prazo recursal. Em seguida, determino que os autos sejam arquivados com todas as cautelas legais.Belém-

Pará,28 de JUNHO de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0821007-57.2019.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: S. R. D. L. Participação: ADVOGADO Nome: DIANA DA MATTA MAINIERIOAB: 18770/PA Participação: EXECUTADO Nome: F. C. N. T.SENTENÇA JÉSSICA FERNANDA RODRIGUES DE LIMA TAVARES, representada por sua genitora SHIRLENE RODRIGUES DE LIMA propôs Ação Judicial (de forma errônea) em desfavor de FERNANDO CIRO NASCIMENTO TAVARES, expondo argumentos de cunho executório, bem como acostando documentos em anexo. O processo seguiu seu trâmite normal. RELATADO EM APERTADA SÍNTESE DECIDO Para haver decisão ou sentença de mérito, obriga-se a parte demandante a adequar e delimitar, estrita e inarredavelmente, sua pretensão aos pressupostos e requisitos de admissibilidade e validade da lide. Vale dizer, obriga-se o polo demandante a satisfazer os seguintes pontosàexistência e regularidade processual da ação, a saber, legitimidade de parte e interesse processual, caso contrário, serão pedido exordial rejeitado mediante indeferimento da inicial ou, se obteve seguimento, através da extinção do processo sem resolução de mérito seja em grau superveniente ou não, eis que tais condições devem estar presentes atéa formação definitiva da coisa julgada, nesse conceito incluindo-se a prolação de sentença nesse primeiro momento de Jurisdição. Veja, hálegitimidade de parte quando o real titular do direito alegado vem a Juízo pleitear direitos que entende que foram afrontados e, por conseguinte, entende merece a proteção jurisdicional devida, caso contrário esta condição da ação, serão demandante declarado carecedor de seu exercício. Diz a doutrina de Antônio Carlos Marcato, em sua Obra?Código de Processo Civil Interpretado, São Paulo, Editora Atlas, 2004, p. 774:Em outras palavras,étitular de ação apenas a própria pessoa que se diz titular do direito subjetivo substancial cuja tutela pede (legitimidade ativa) , podendo ser demandado apenas aquele que seja titular da obrigação correspondente (legitimidade passiva) (Cintra, Dinamarco e Grinover, Teoria Geral do Processo, p. 260). Em reforço, aduz a doutrina de Nelson Nery Júnior, em sua Obra?Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante atualizado até7 de julho de 2003, 7ªedição, revista e ampliada, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 629: Jáno exame da peça vestibular deve o juiz verificar a existência das condições da ação. Se a parte for manifestamente ilegítima ou carecer o autor de interesse processual, o juiz deve indeferir a petição inicial (CPC 295 II e III). Quando a ilegitimidade de parte não for manifesta , mas depender de prova , o juiz não pode indeferir a inicial. Por sua vez, ter interesse de agir ou processual significa que o demandante deve buscar o binômio adequação x necessidade na lide que elegeu. Ou seja, a via processual escolhida para discutir a pretensão resistida se obriga a ser necessária, correta e apta para atingir o resultadoútil e prático, caso contrário, será, indiscutivelmente, carecedor o Autor do exercício do direito de ação desde o início de sua propositura ensejando, por consequência, a extinção do processo sem resolução do mérito. Nesse sentido, aduz a doutrina de Antônio Carlos Marcato, em sua Obra?Código de Processo Civil Interpretado, São Paulo, Editora Atlas: 2004, p.774: 7.2. O interesse de agir: De acordo com Liebman, o interesse de agir consiste na relação de utilidade entre a afirmada lesão de um direito e o provimento de tutela jurisdicional do pedido.(...)Assim,épreciso que o acionamento do Poder Judiciário se possa extrair algum resultadoútil e, mais, que em cada caso concreto a prestação jurisdicional solicitada seja necessária e adequada No caso em discussão, o pedidoéinócuo eis que o almejo relativo ao cumprimento de sentença(éo que deseja a Exequente) deixou ou perdeu a autonomia hátempos, o que dispensa a propositura de Ação Judicial para tanto, uma vez ser processado nos próprios autos do processo original.Dito de outra forma. A Exequente pede a execução de valores homologados, porém, não pagos pelo paterno?Autos do processo nº 0359293-69.2016.8.14.0301, do acervo da 6ªVara de Família da Capital.Ora, háalguma dúvida de que se trata de pedido de cumprimento de sentença? Claro que não!Então, dispensado estáa propositura desta Ação Judicial, porque o título exequendo não é extrajudicial e sim, judicial, bastando o advogado peticionar nos autos do processo de forma regular e direcionada para a Vara de Família de origem(6ªVara de Família da Capital), uma vez que tal aindaéprocesso físico, o que , a meu ver, torna desnecessário, pelo menos por agora, a criação de processo digital, eis que, repito, estamos falando de cumprimento de sentença exigindo a apresentação via protocolo cível de simples petição para tanto. Ante o exposto e por tudo o que nos autos consta, com base e fundamento no artigo 485, VI,§3ºc do Estatuto Processual Civil, julgo extinto o presente pedido em comento sem resolução de mérito em face da fundamentação acima discorrida, elevando-se àcarência da Autora quanto ao exercício do direito de ação na modalidade de ausência de interesse processual, desde o seu nascedouro. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. Publique-se. Registre-se.Cumpra-se e transitada em julgada certifique-se e, em seguida, arquivem-se com as cautelas legais. Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURT JUÍZA DE

DIREITO

Número do processo: 0834852-59.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: C. D. M. D. S. Participação: REQUERIDO Nome: T. D. O. E. S.R.Hoje· Por agora, concedo à Autora os benefícios da gratuidade processual, nesta compreendida custas, despesas, taxas e emolumentos, bem como honorários advocatícios.· Sei que a regra geral é a concessão de a guarda compartilhada, conforme disposição legal. Todavia, não podemos esquecer que o direito, para ser melhor decidido, conforme as pretensões trazidas à baila na demanda, obriga-se a observar irrestritamente as circunstâncias fáticas ora expostas.· Muito bem. Da simples leitura da inicial, sinceramente, no consigo vislumbrar a seara de a guarda compartilhada. Ou seja, fala-se em guarda compartilhada, mas, faticamente, a criança está sob a responsabilidade materna, como muito bem se empreende da inicial. Ora, o compartilhamento da guarda pode ocorrer, porém, ao longo da demanda, uma vez que, hoje, a situação é outra: unilateralidade da guarda, a qual precisa ser avaliada sua mantença ou não, conforme o exaurimento cognitivo.Diante disso, da adequação da pretensão aos fatos iniciais, permite-me devolver os autos do processo à Defensoria Pública para conserto da inicial a fim de ser incluída no seu texto, como pedido alternativo, a modalidade de a guarda unilateral, seguindo-se dos parâmetros de a visitação paterna, sem perder de vista a possibilidade, repito, do esgotamento cognitivo para o alcance dos reais fatos presentes nesta lide.· Encaminhem-se.· Após, conclusos.Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA.MARGUII GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0826504-52.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: D. C. C. Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS ALEXANDRE TEIXEIRA REIS VASQUEZOAB: 8482/PA Participação: REQUERIDO Nome: E. T. D. S. C. PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DA 1ºVARA DE FAMÍLIA DA CAPITALPROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO ALESP 0826504-52.2019.814.0301ENDEREÇO: RUA CORONEL FONTOURA, S/N(PRAÇA FELIPE PATRONI, PERTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM-PARÁ)CEP: 66.015-260, BAIRRO DA CIDADE VELHA, FONE: (91) 3025-2147.E-MAIL: 1familiabelem@tjpa.jus.br SENTENÇA-MANDADO-OFÍCIO servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, na forma do PROVIMENTO Nº 003/2009, alterado pelo Provimento nº 011/2009 ? CJRMB. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei DERALDO CASTRO CARDOSO E ELIANDRA TIFFANY DA SILVA CARDOSO, nos autos da Ação Judicial correspondente, apresentaram pedido de homologação de acordo argumentando, em síntese, ser devido a medida a fim de que haja decisão quanto ao tema exoneração de alimentos, diante da postura consensual ora havida, motivo pelo qual almejam o acolhimento integral do pedido ora eleito. Acostaram documentos. O processo seguiu seu trâmite normal. RELATADO EM APERTADA SÍNTESE DECIDO Excluo a participação do Ministério Público na questão, eis não estarem presentes os termos do artigo 698 do Código de Processo Civil. A transação efetivada entre os envolvidos anuncia convergência de vontades, limitando-se a sentença apenas a consagrar tal manifestação volitiva, desde que presentes os requisitos delineados no artigo 104 do CC, a saber, capacidade legal, licitude e disponibilidade do bem, além de não ser prescrito em lei. No caso em epígrafe, os litigantes formularam suas vontades nos seguintes termos: 1) Exoneração de a obrigação alimentar do senhor Deraldo Castro Cardoso em face de Eliandra Tiffany da Silva Cardoso na base de 20%(vinte por cento) de os vencimentos e vantagens do paterno, com exclusão dos descontos obrigatórios. Como se vê, não há óbice ao acolhimento do pedido, eis cingir-se de legalidade, restando ao Juízo homologá-lo, em nível integral. Isto posto, com base e fundamento no artigo 487, inciso III, alínea b, do Código de Processo Civil, homologo por sentença os termos do acordo , de forma integral, ante as considerações acima elencadas, cujo teor tenho por reiterar diante de sua importância:1) Exoneração de a obrigação alimentar do senhor Deraldo Castro Cardoso em face de Eliandra Tiffany da Silva Cardoso na base de 20%(vinte por cento) de os vencimentos e vantagens do paterno, com exclusão dos descontos obrigatórios. À Secretaria da Vara e as partes adotarem as medidas legais cabíveis ao feito, observando-se que os mesmos estão com o manto da gratuidade processual, nesta compreendida custas, despesas, taxas e emolumentos, bem como honorários advocatícios. P.R.I e após o decurso do prazo recursal, oficie-se à fonte pagadora(COMANDO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO) à finalidade devida, seguindo-se ao arquivo com as cautela legais. Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0834606-63.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: E. B. B. Participação: ADVOGADO Nome: RICARDO AUGUSTO MINAS DA SILVAOAB: 25293/PA Participação: REQUERIDO Nome: M. D. L. P.R.Hoje1. Por agora, concedo ao Autor os benefícios da gratuidade processual, nesta compreendida custas, despesas, taxas e emolumentos, bem como honorários advocatícios.2. É este mesmo o pedido? Veja o diz certo trecho da inicial: " Apenas sua filha IRLANNA DO SOCORRO PEREIRA BARRA de 23 (vinte e três) anos, permanence na faculdade, curso de pedagogia, seu outro filho YURI HARRISON PEREIRA BARRA nascido em 22.07.1995, já atingiu a maioridade civil e vive da economia própria que lhe da plena condição de auto ? sustento". 3. Quer revisionar ou quer exonerar,ambos ou somente um ou os dois?Emenda em 15(quinze) dias úteis, sob pena de indeferimento.4. Após, conclusos para decisão.Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0826428-28.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: L. Y. O. R. Participação: REPRESENTANTE DA PARTE Nome: DIANE SAYURI BASTOS OTSUKIOAB: null Participação: ADVOGADO Nome: ELZIANE DA SILVA NASCIMENTOOAB: 551 Participação: ADVOGADO Nome: NILIA BRANQUINHO DA SILVAOAB: 21168/PA Participação: REQUERENTE Nome: L. Y. O. R. Participação: REPRESENTANTE DA PARTE Nome: DIANE SAYURI BASTOS OTSUKIOAB: null Participação: ADVOGADO Nome: ELZIANE DA SILVA NASCIMENTOOAB: 551 Participação: ADVOGADO Nome: NILIA BRANQUINHO DA SILVAOAB: 21168/PA Participação: REQUERIDO Nome: R. C. E. R. Participação: REQUERIDO Nome: C. L. R. Participação: REQUERIDO Nome: E. E. R.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DA 1ºVARA DE FAMÍLIA DA CAPITALPROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO ALESP 0826428-28.2019.814.0301ENDEREÇO: RUA CORONEL FONTOURA, S/N(PRAÇA FELIPE PATRONI, PERTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM-PARÁ)CEP: 66.015-260, BAIRRO DA CIDADE VELHA, FONE: (91) 3025-2147.E-MAIL: 1familiabelem@tjpa.jus.br SENTENÇA-MANDADO-OFÍCIO servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, na forma do PROVIMENTO Nº 003/2009, alterado pelo Provimento nº 011/2009 ? CJRMB. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. DIANE SAYURI SANTOS OTSUK propôs Ação Judicial em desfavor de CELSO LUIZ RECH, e EDILEUMA ELIAS RECH(AVÓS PATERNOS, todos qualificados, com exposição de argumentos anunciados e documentação correspondente. O processo seguiu seu trâmite normal. RELATADO EM APERTADA SÍNTESE DECIDO Para haver decisão ou sentença de mérito, obriga-se a parte demandante a adequar e delimitar, estrita e inarredavelmente, sua pretensão aos pressupostos e requisitos de admissibilidade e validade da lide. Vale dizer, obriga-se o polo demandante a satisfazer os seguintes pontos à existência e regularidade processual da ação, a saber, legitimidade de parte e interesse processual, caso contrário, será o pedido exordial rejeitado mediante indeferimento da inicial ou, se obteve seguimento, através da extinção do processo sem resolução de mérito seja em grau superveniente ou não, eis que tais condições devem estar presentes até a formação definitiva da coisa julgada, nesse conceito incluindo-se a prolação de sentença nesse primeiro momento de Jurisdição. Veja, há legitimidade de parte quando o real titular do direito alegado vem a Juízo pleitear direitos que entende que foram afrontados e, por conseguinte, entende merece a proteção jurisdicional devida, caso contrário esta condição da ação, será o demandante declarado carecedor de seu exercício. Diz a doutrina de Antônio Carlos Marcato, em sua Obra ? Código de Processo Civil Interpretado, São Paulo, Editora Atlas, 2004, p. 774:Em outras palavras, é titular de ação apenas a própria pessoa que se diz titular do direito subjetivo substancial cuja tutela pede (legitimidade ativa) , podendo ser demandado apenas aquele que seja titular da obrigação correspondente (legitimidade passiva) (Cintra, Dinamarco e Grinover, Teoria Geral do Processo, p. 260). Em reforço, aduz a doutrina de Nelson Nery Júnior, em sua Obra ? Código de Processo Civil Comentado e Legislação Extravagante atualizado até 7 de julho de 2003, 7ª edição, revista e ampliada, São Paulo, Editora Revista dos Tribunais, 2003, p. 629: Já no exame da peça vestibular deve o juiz verificar a existência das condições da ação. Se a parte for manifestamente ilegítima ou carecer o autor de interesse processual, o juiz deve indeferir a petição inicial (CPC 295 II e III). Quando a ilegitimidade de parte não for manifesta , mas depender de prova , o juiz não pode indeferir a inicial. Por sua vez, ter interesse de agir ou processual significa que o demandante deve buscar o binômio adequação x necessidade na lide que elegeu. Ou seja, a via processual escolhida para discutir a pretensão resistida se obriga a ser necessária, correta e apta para atingir o resultado útil e prático, caso contrário, será, indiscutivelmente, carecedor o Autor do exercício do direito de ação desde o início de sua propositura

ensejando, por consequência, a extinção do processo sem resolução do mérito. Nesse sentido, aduz a doutrina de Antônio Carlos Marcato, em sua Obra ? Código de Processo Civil Interpretado, São Paulo, Editora Atlas: 2004, p.774: 7.2. O interesse de agir: De acordo com Liebman, o interesse de agir consiste na relação de utilidade entre a afirmada lesão de um direito e o provimento de tutela jurisdicional do pedido.(...)Assim, é preciso que o acionamento do Poder Judiciário se possa extrair algum resultado útil e, mais, que em cada caso concreto a prestação jurisdicional solicitada seja necessária e adequada Diretamente. A Autora é carecedora quanto ao exercício do direito de ação, na modalidade de ausência de interesse processual, uma vez a natureza subsidiária da obrigação avoenga que, nesta demanda, conflita com a principal, o que torna os avós paternos, repito, nesta demanda, partes ilegítimas para figurarem no campo passivo da questão. Ante o exposto e por tudo o que nos autos consta, com base e fundamento no artigo 485, VI,§3º c do Estatuto Processual Civil, julgo extinto o presente pedido em tela, elevando-se à carência da Autora quanto ao exercício do direito de ação na modalidade de ausência de interesse processual e ilegitimidade de partes, desde o seu nascedouro, em face dos argumentos acima exarados, ensejando o arquivamento com as cautelas legais, referente ao tema ora eleito: OBRIGAÇÃO AVOENGA.Sem condenação em custas e honorários advocatícios, por esta decisão. Publique-se. Registre-se.Certifique-se e Intimem-se, seguindo-se a demanda quanto ao paterno RODRIGO CLAUDIO ELIAS RECH, litigando sobre os seguintes temas: guarda judicial, alimentos e direito de visitação correspondente.DA GUARDA JUDICIAL, ALIMENTOS E DIREITO DE VISITAÇÃO DIANE SAYURI SANTOS OTSUK propôs Ação Judicial em desfavor de RODRIGO CLAUDIO ELIAS RECH ,argumentando, em apertada síntese, ser devido a medida inicial eis a imprescindibilidade em firmar obrigação alimentar paterna, além de delinear o direito de visitação correspondente, com a consequente concessão de a guarda (pedido subsequente e interligado ao último), razão pela qual almeja a aceitabilidade da tutela de urgência em todos os seus termos. Acostou documentos ao longo da demanda. O processo está seguindo seu trâmite normal. RELATADO EM APERTADA SÍNTESE DECIDO O almejo inicial(tutela de urgência), na realidade, propõe a discussão acerca de três temas, a saber: guarda, visitação paterna e alimentos, os quais serão um a um pontuados. Frisa-se muito bem: Não posso falar em guarda judicial sem delinear o direito de visitação, e vice-versa eis os assuntos estarem mesclados entre si. Pois bem. DA GUARDA, ALIMENTOS PRESUMIDOS E DIREITO DE VISITAÇÃO No que tange à guarda de o(s) fruto(s) do casal, o pedido pressupõe o desfazimento da relação afetivo emocional dos genitores, cuja responsabilidade do encargo e obrigação legal, inclusive o dever emocional, resta designado ao responsável legal que detém melhores condições à sua assunção. É a imposição legal inserida no artigo 1.584 do Código Civil Pátrio, em seucaput: Decretada a separação judicial ou divórcio, sem que haja entre as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la De outro norte, a guarda judicial, tão somente, pode vir a regularizar a faticidade da responsabilidade exercida por um dos genitores em detrimento de outro que, por sua vez, concedeu-a, reconhecidamente, a quem, de fato, detinha melhores condições físico emocional econômico financeiras à criação do fruto. Quanto a tal situação fática, vejamos o que dispõe a recente jurisprudência advinda do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: EMENTA:AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO DE REVERSÃO DE GUARDA E EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. GUARDA DE FATO E DESCONTOS EM FOLHA DA PENSÃO ALIMENTÍCIA. Embora a guarda do menor tenha sido atribuída à mãe quando do acordo entabulado na separação judicial, está demonstrado nos autos que encontra-se sendo exercida de fato pelo genitor, há aproximadamente seis meses. Na ausência de elementos, na fase, capazes de embasar juízo modificando a guarda, e diante da ausência de pedido intentado pela genitora para retomada da guarda, a suspensão do desconto em folha da pensão alimentícia se impõe, até decisão definitiva sobre a guarda, ou eventual retomada da guarda da menor pela mãe. Consequência natural da situação da guarda fática a um dos genitores é a garantia do direito de visitas ao genitor não-guardião. PRELIMINAR REJEITADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70024873952, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: André Luiz Planella Villarinho, Julgado em 27/08/2008) FAMÍLIA - GUARDA - MODIFICAÇÃO - PARÂMETROS - INTERESSE DA CRIANÇA - CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA.1. Via de regra, o entendimento jurisprudencial dominante diz ser inviável a modificação da guarda, em sede de antecipação da tutela, quando não demonstrada a gravidade da causa que a determine. Esta providência atende à conveniência e bem-estar do menor de tenra idade cujo interesse deve sempre prevalecer em qualquer patamar que se discuta, quer o social, quer o jurídico, quer a psicológico.2. A modificação brusca da situação fática a que está habituada a criança pode, ao invés de benefícios, acarretar-lhe prejuízo, sem qualquer motivo grave que assim justifique.3. Negou-se provimento ao recurso.(20080020161871AGI, Relator FLAVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, julgado em 10/12/2008, DJ 12/01/2009 p. 35) Ora, como se depreende dos termos iniciais,

constata-se que a guarda do(a) filho(a) do casal (LUCCA YUTHA OTSUKI RECH e LUCAS YUKI OTSUKI RECH) deverá permanecer com a MATERNA DIANE SAYURI SANTOS OTSUK, JUDICIAL E UNILATERALMENTE, eis a mantença da circunstância fática ora envolvida, cumulado à ausência de comprovação de atitudes desabonadoras à conduta e comportamento da mesma, o que, repisa-se muito bem, permite-se, por agora, manter a guarda provisória com a genitora. Veja, imponho assim a modalidade de guarda judicial(unilateral), até que haja elementos fáticos substanciais para a alteração, indo de unilateral para compartilhada, SE ASSIM FOR APURADO E NECESSÁRIO. De outro norte, no que se refere ao direito de visitação, o mesmo encontra amparo legal no artigo 1.589, do Código Civil Pátrio. Note os termos do dispositivo: O pai ou a mãe em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia , segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação. Como se vê, muito embora tenha havido a desestruturação da vida em comum com a cessação de algumas obrigações legais e firmadas entre os genitores do fruto, o direito de visita de um dos polos em relação ao seu filho não é alcançado pela dissolução do matrimônio ou união estável ou, ainda, da simples convivência amorosa, eis a existência de relação jurídica diferenciada envolvendo genitor-rebento. De outra banda, a visitação não é apenas um direito pertencente a um dos genitores, não, pois o direito é majoritariamente do filho , eis que a convivência com a figura paterna , desde sempre com início na terna infância, trar-lhe-á vínculo afetivossocial capaz de gerir os princípios e comandos da trajetória de vida. Todavia, quando comprovado ou estando presentes indícios de a existência de agressividade e violência física dentro do seio familiar, com autoria paterna, a meu ver, o direito de visitação deve ser observado e assegurado ao genitor, após a confecção da perícia psicossocial, eis a natureza da discussão em anexo. No caso em tela, configurado está a aparência do bom direito quanto à concessão da tutela de urgência, frisa-se, eis a presença dos requisitos e pressupostos autorizadores. A Tutela de Urgência detém como princípio estruturante o da efetividade do processo cuja finalidade precípua é o dar celeridade ou adiantamento dos efeitos fático legais de uma futura sentença favorável. Regida pelo artigo do Estatuto Processual Civil: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.§ 1oPara a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.§ 2oA tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.§ 3oA tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. A tutela de urgência aduz a existência de os requisitos de admissão abaixo delineados: 1.DA PROBABILIDADE DO DIREITO(ANTERIOR FUMUS BONI IURIS - CONVICÇÃO DE VEROSSIMILHANÇA Na lição de Fredie Didier Jr, em sua obra Curso de Direito Processual Civil, Volume 2, 2007, Edição Podivm, p. 538: Prova inequívoca não é aquela que conduza a uma verdade plena, absoluta, real ... tampouco a que conduz à melhor verdade possível(a mais próxima da realidade)...Trata-se de prova robusta, consistente, que conduza o magistrado a um juízo de probabilidade, o que é perfeitamente viável no contexto da cognição sumária. Por outro lado, Luiz Guilherme Marinoni, em sua Obra Curso de Processo Civil, volume 4, 2ª tiragem, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 147, ensina-nos que: O juiz julga o pedido cautelar com base em fumus boni iuris. Assim, a sua convicção jamais deve ultrapassar a veorssimilhança, pois de outra forma estar-se-á diante de um processo de cognição exauriente, em que a convicção é de certeza e o juízo acerca do litígio permite a declaração capaz de gerar a coisa material. O processo cautelar é necessariamente limitado à convicção de verossimilhança. Ora, a convicção de verossimilhança se encontra robustamente patente quando do vínculo consanguíneo envolvendo o Requerido e seu fruto, eis que, como dito alhures, o direito de visitação não pertence apenas ao genitor e sim, em nível elevadíssimo, ao fruto do casal, o qual precisa manter os laços afetivo emocional familiares intactos, desde que não haja anúncio quanto à violência doméstica,o que impõe cautelaridade quanto à regulamentação imediata da visitação paterna , o que, pelo menos por agora, inocorre na demanda eleita(violência doméstica: Não há mínima comprovação nesse sentido). 2.PERIGO DE DANO(ANTERIOR PERICULUM IN MORA) Opericulum in mora, HOJE MENCIONADO ?PERIGO DE DANO?se posta como outro requisito validador para a concessão de a tutela de urgência, desde que efetivamente comprovado a sua urgência e imprescindibilidade, cuja demora acarretará prejuízos de tal monta ao necessitado, inclusive com grau irreversível, insurgindo o nominado perigo de dano. Atente-se: O perigo de danose encontra vinculado ao perigo de dano cuja demora na decisão acarretará danos irreparáveis . Vejamos o que o doutrinador Luiz Guilherme Marinoni, em sua obra acima nominada, agora na página28, afirmou acerca deste pressuposto de admissão: O perigo de dano deve ser fundado em elementos objetivos, capazes de serem expostos de forma racional, e não em meras conjecturas de ordem subjetiva. Além disto, embora o perigo de dano faça surgir uma situação de

urgência, tornando insuportável a demora do processo, não há razão para identificar perigo de dano com o periculum in mora, como se ambos tivessem o mesmo significado. O perigo de dano faz surgir o perigo na demora do processo, existindo, aí, uma relação de causa e efeito. Por isto mesmo, para se evidenciar a necessidade das tutela cautelar, não basta alegar o periculum in mora, sendo preciso demonstrar a existência de causa, ou seja, o perigo de dano. Assim , ser indiferente à medida é negar um direito patente dos envolvidos, visando o respeito e a adequação aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e preservação da família remanescente, motivo pelo qual entendo por conceder o pedido relativo à medida inicial, de modo integral. Veja, não imponho a guarda compartilhada diante do nível de afastamento e conflito envolvendo o casal, o que, a meu ver, acaso concedida, afrontaria o princípio do melhor interesse da criança. Todavia, tal postura poderá ser alterada, em especial,após a confecção do meio de prova relativo ao estudo psicossocial ou no momento apropriado. É meu entendimento! Assim, ser indiferente à medida é negar um direito patente dos envolvidos, visando o respeito e a adequação aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e preservação da família remanescente, motivo pelo qual entendo por conceder o pedido relativo à medida inicial. Isto posto, com base e fundamento no artigo 300 e seguintes do Código de Processo Civil, DEFIRO, de modo parcial, o pedido de tutela de urgência (quanto aos temas guarda, direito de visitação e alimentos presumidos) por conceder a guarda provisória, JUDICIAL E UNILATERAL do(a) filhos(a) do casal (LUCCA YUTHA OTSUKI RECH e LUCAS YUKI OTSUKI RECH) À MATERNA DIANE SAYURI SANTOS OTSUK, cuja regulamentação do direito de visitação paterna SERÁ EXERCIDA DE FORMA LIVRE, como assim dita a inicial. A verba alimentar se estipulará em termos de salário mínimo, na ordem de 25%(vinte e cinco por cento) do salário mínimo vigente, reajustados de acordo com a política governamental, cujo valor será depositado na conta bancária, ao que parece já de conhecimento do paterno, respeitando-se a data limite do dia 05(cinco) mensal.Caso esteja empregado, a verba alimentar vai estar estipulada em 30% (trinta por cento) de os vencimentos e vantagens do Paterno- 15% para cada filho- incluindo-se férias, FGTS, 13º salário, aviso prévio, horas extras, salário família, auxílio alimentação, verbas rescisórias, participação nos lucros e rendimentos, prêmios, subsídios e demais gratificações, e incidindo em remuneração adicional extra folha de pagamento, com exclusão, apenas e tão somente, dos descontos obrigatórios(INSS e IR), cujo valor será depositado na conta bancária da materna(conta corrente nº 26470-9, agência 3024-4 do BANCO DO BRASIL), respeitando-se a data limite do recebimento dos rendimentos do paterno.Igual valor se perfaz quando o paterno estiver recebendo valor previdenciário e seguro-desemprego, bastando haver informação da Autora. Oficie-se, também, àfonte pagadora(COMERCIO E TRANSPORTE BOA ESPERANÇA LTDA, inscrita sob CNPJ n°: 04.787.941/0001-78, sediada à Avenida João Paulo II, Nº1047, Bairro: Marco, Belém-PA. CEP: 66095-490), para que, no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento do expediente, informe os ganhos reais do paterno, em detalhes. Expeça-se o competente termo de guarda provisória, JUDICIAL E UNILATERAL, à materna à finalidade de direito, com amplos poderes de representação e assistência, com esfera de atuação no campo da educação, saúde, assistência, bancário e dentre outras que forem necessárias para proteger os interesses da criança. Esta decisão vale comooficioemandado/carta precatória, esta última com prazo de cumprimento de 30(trinta) dias. O processo seguirá o procedimento comum ordinário, eis a cumulação de pedidos assim possibilitar. Cite-se, PESSOALMENTE, O SENHOR RODRIGO CLAUDIO ELIAS RECH, brasileiro, solteiro, gerente financeiro administrativo, portador da cédula de Identidade Nº: 32967853-SSP/SE, e CPF/MF sob o nº: 062.643.094-19, endereço eletrônico ?NÃO CONHECIDO, residente e domiciliado a Av. Generalissimo Deodoro, Nº 2037, Aptoº: 2304, Bairro: Cremação, Belém-PA, CEP:66040-255, (por oficial de justiça:), à luz do art. 212 do CPC, com as advertências dos artigos 344 e 345 todos do CPC. (O expediente será cumprido, também, fora do horário forense, 06:00 às 20:00 horas, com cumprimento da diligência nos dias de domingo e feriados). O prazo para apresentação de defesa será de 15(quinze) dias, sob pena de decreto de revelia, ante as advertências expostas no respectivo mandado. No mais, digo ao oficial de justiça que, caso haja suspeita fundada de ocultação, em último caso, a citação ocorrerá por hora certa, detalhando-se as diligências correspondentes.(A diligência quanto à citação por hora certa deve ser bem detalhada, com anúncio dos dias e horários de cumprimento e com que se falou acerca da diligência). Alerto ao senhor oficial de justiça que o mandado de citação não deve ser deixados com terceiros, mesmo que tais sejam parentes dos litigantes(mãe, irmã, tio, dentre outros), uma vez que as diligências em comento se obrigam a ser PESSOAL. A desatenção ao tema, certamente, provocará a declaração de nulidade de a certidão, permitindo-se a emissão de novos expedientes. Observe a Secretaria da Vara que a materna se encontra com a gratuidade processual. Autorizo o senhor Diretor de Secretaria ou outro servidor por ele indicado a assinar manual e digitalmente os expedientes ao objetivo desejado. Não vou designar audiência de conciliação/mediação diante da desnecessidade no feito, porque vejo a imprescindibilidade de estabilização objetiva da demanda, em seu início, sem prejuízo de haver mediação/conciliação ao longo

da demanda. Publique-se. Registre-se.Intime-se.Cumpra-se. Acautelem-se. Após, conclusos. Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURT JUÍZA DE DIREITO ARTIGOS EXTRAÍDOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ACIMA NOMINADOS(i)Art. 243. A citação poderá ser feita em qualquer lugar em que se encontre o réu, o executado ou o interessado.(ii)Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.(iii)Art. 345. A revelia não produz o efeito mencionado noart. 344se:I - havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis;III - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato;IV - as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.(iv)Art. 346. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.Parágrafo único. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.(v)Art. 695. Recebida a petição inicial e, se for o caso, tomadas as providências referentes à tutela provisória, o juiz ordenará a citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação, observado o disposto no art. 694.§ 1oO mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.§ 2oA citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência.§ 3oA citação será feita na pessoa do réu.§ 4oNa audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.(vi)Art. 694. Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação.Parágrafo único. A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem a mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.(vii)Art. 695. Recebida a petição inicial e, se for o caso, tomadas as providências referentes à tutela provisória, o juiz ordenará a citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação, observado o disposto no art. 694.§ 1oO mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.§ 2oA citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência.§ 3oA citação será feita na pessoa do réu.§ 4oNa audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.(viii)Art. 696. A audiência de mediação e conciliação poderá dividir-se em tantas sessões quantas sejam necessárias para viabilizar a solução consensual, sem prejuízo de providências jurisdicionais para evitar o perecimento do direito. (ix)Art. 697. Não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum, observado oart. 335.

Número do processo: 0826508-89.2019.8.14.0301 Participação: EMBARGANTE Nome: A. A. B. D. R. Participação: ADVOGADO Nome: VANESSA GUIMARAES DO NASCIMENTOOAB: 081 Participação: EMBARGADO Nome: L. R. D. R. Participação: EMBARGADO Nome: L. R. D. R. R.Hoje 1.Em análise aos termos da inicial, não consigo vislumbrar a pobreza processual do Requerente que o impeça de pagar as custas processuais, uma vez deter capacidade econômico financeira para o custeio das despesas processuais, bastando ver a condição econômico-financeira revelada nos autos do processo em comento e nos demais pjes e físicos existentes nesta Unidade Judiciária que, a meu ver, não lhe concede o direito de ser nominado como hipossuficiente, o que afasta o caráter de hipossuficiência alegada, em que pese a declaração em comento. 2.Atente-se muito bem, quando resta anunciado nos autos a exclusão da hipossuficiência da parte seja mediante a sua profissão revelada, seja por demais meios existentes nos autos como, por exemplo, relevantes bens, não hámotivos para a concessão da gratuidade processual, algo constante no presente caso. O Autor nãoépobre no sentido legal, o que não elimina a possibilidade de pagamento de tais despesas processuais anunciadas E ATÉPARCELADAS PARA TANTO. Por sua vez, entendo por bem colacionar a recente decisão emanada pelo Tribunal de Justiça do Estado cujo teor demonstrou claramente a indispensabilidade de restar demonstrado a hipossuficiência do Autor quanto ao recolhimento das custas e demais despesas processuais, sendo, agora, insuficiente a mera declaração de pobreza. EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO C/C REPETIÇÃO INDÉBITO. POSSIBILIDADE DE CUMULAR AÇÕES. DETERMINAÇÃO DE JUNTADA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO SOB PENA DE EXTINÇÃO DA AÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. APLICAÇÃO DO CDC. INVERSÃO DOÔNUS DA PROVA REQUERIDO NA INICIAL. INDEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA. AUSÊNCIA DE PROVA ROBUSTA ACERCA DA IMPOSSIBILIDADE DO PAGAMENTO DAS CUSTAS. 1- Inexistência de vedação

legal de cumular ação revisional de contrato com repetição de indébito. Possibilidade. 2- A matéria versa sobre relação de consumo. A Lei 8.078/90 confere a facilitação de defesa ao consumidor que requer a inversão doônus da prova, em especial a apresentação pelo Banco, do Contrato de Financiamento. 3- A simples declaração de hipossuficiência, analisada em conjunto com as circunstâncias dos autos, não autoriza o deferimento da benesse pleiteada. 4- A gratuidade da justiça deve ser concedida as pessoas que efetivamente são necessitadas, o que a princípio nãoéo caso dos autos. Recurso conhecido e parcialmente provido.(número do processo 201430018891, número acórdão 134511, seção cível, recurso de Agravo de Instrumento, 2ªCâmara Cível Isolada, relator Célia Regina de Lima Pinheiro) Por outro lado, colaciono, também, decisão oriunda deste Tribunal de Justiça do Estado, o qual demonstra, de forma clara e transparente que, a gratuidade processual não pode ser concedida a quem detém sinais exteriores de riqueza: Acordão 98019 - Comarca: Belém - 1j Câmara Cível Isolada - Data de Julgamento: 09/05/2011 - Proc. nz. 20083007119-4 - REC.: Agravo de Instrumento - Relator(a): Des(a) . Presidência P/ Juízo de Admissibilidade - Agravante: Manuel Vaz de Amorim Miranda e Margarida Celeste da Costa Miranda (advs.Márcio Pinto Martins Turma e outro e Adv. Cynthia de NazaréPortilho Rocha). Agravado: Eliana Maria Pereira da Cunha(advs. Ricardo Jerônimo de Oliveira Froes e outros) Ementa: AGRAVO DE INSTRIMENTO - PROCESSO CIVIL - GRATUIDADE DA JUSTIA - SINAIS EXTERIORES DE RIQUEZA - AGRAVO IMPROVIDO. I- Em sede de agravo de instrumento, como o presente caso, a abordagem deve ser restrita ao acerto ou no da decisão que concedeu a medida liminar, levando-se em conta a presença dos requisitos aptos a ensejarem o (in) deferimento ab initio do pleito excepcional , e no do mérito da a,o. II-Para que a parte interessada possa ter direito ao benefício da gratuidade da justiça mister a simples afirma,o nos autos. Assim, a presunção conferida no art. 4z da lei nº. 1060/50 e a declara,o de pobreza passada pelo interessado não são absolutas, podendo ceder na presença dos sinais exteriores de riqueza. III-Agravo improvido nos termos do voto do Desembargador Relator. Esta decisão foi publicada no DJE, na data de 09 de junho de 2011, Edição nº. 4817/2011, p.60. Como se vê, somente ser concedida a gratuidade processual, claro, desde que o pleiteante comprove sua real e verdadeira impossibilidade econômico financeira para arcar com as despesas do processo, não mais bastando a simples alegação de pobreza ou miserabilidade processual. Ainda, se houver sinais exteriores de riqueza, não hámotivo àconcessão da justiça gratuita, a postura atual deste Tribunal de Justiça do Estado! Ainda, levanto as seguintes questões: Seráque posso considerar o Autor, como pobre no sentido da lei? Entendo que não! Muito bem. Como se vê, não hácomo conceder a justiça gratuita se nos autos resta comprovado ter a parte ativa possibilidade econômico financeira para arcar com o pagamento das custas e demais despesas processuais, algo que ocorre nos autos que, por sua vez, não me permite considerá-lo como efetivamente pobre no sentido da Lei. ÀUNAJ calcular as custas processuais ora devidas. Conforme Portaria Conjunta 3/2017-GP/VP/CJRMB/CJCI, autorizo o parcelamento das custas iniciais , em 04(quatro) parcelas mensais e sucessivas, em valores não inferiores a R$ 100,00(cem reais), com a primeira parcela a ser adimplida dentro do prazo de 30(trinta) dias corridos, contados da emissão do boleto bancário. Paga a primeira parcela, venham os autos conclusos, observand0-se a obrigatoriedade do pagamento das demais subsequentes, sempre no dia cinco(05)mensal, sob pena de paralisação dos autos processuais, atéque as demais sejam comprovadas na demanda em comento. Encaminhem-se e voltem-me conclusos para prosseguimento. Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA. MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0826381-54.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: W. C. D. O. Participação: REQUERENTE Nome: A. V. F. R. PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DA 1ºVARA DE FAMÍLIA DA CAPITALPROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DIVCON 0826381-54.2019.814.0301ENDEREÇO: RUA CORONEL FONTOURA, S/N(PRAÇA FELIPE PATRONI, PERTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM-PARÁ)CEP: 66.015-260, BAIRRO DA CIDADE VELHA, FONE: (91) 3025-2147.E-MAIL: 1familiabelem@tjpa.jus.br SENTENÇA-MANDADO-OFÍCIO servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, na forma do PROVIMENTO Nº 003/2009, alterado pelo Provimento nº 011/2009 ? CJRMB. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. WALBERSON CLEBER DE OLIVEIRA E ANA VITÓRIA FARIAS RODRIGUES ambos qualificados, nos autos da Ação Judicial convergiram vontades no sentido de haver o decreto divorcista diante da impossibilidade de retornoàvida conjugal, razão pela qual requerem a procedência integral da pretensão eleita, inclusive dos demais pedidos ora eleitos. Acostaram documentos. O processo seguiu seu trâmite normal. RELATADO EM APERTADA SÍNTESE DECIDO 1-Do Divórcio O divórcio propõe o término da sociedade conjugal, permitindo um novo enlace matrimonial entre os divorciandos, não havendo mais falar

em requisito temporal, vez a nova determinação exposta por nossa Carta Magna, em seu artigo 226,diz: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado§6.O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. Frisa-se muito bem, o pressuposto de admissão do pedido, anteriormente, centrava-se no decurso de tempo, vale dizer, 01(um) ano após a separação o judicial ou mais de 02(dois) anos a contar da separação fática. Era o seu início e exclusivo fundamento legal, todavia, a Carta Magna, agora, aboliu o lapso temporal como requisito de admissibilidade da dissolução da sociedade conjugal, tornando o divórcio como medidaúnica para o fim do casamento, repisa-se muito bem, sem falar, contudo, em período temporal. Assim sendo, diante da postura convergente dos Interessados, não vejo nenhum obstáculo em acolher o almejo em sua integralidade. Vejamos.Da Guarda Judicial, Direito de Visitação e Alimentos(i) A guarda do fruto do casal(G.R.O.) será COMPARTILHADA,sem perder de vista o texto inserido no tópico: GUARDA COMPARTILHADA.(ii) A obrigação alimentar paterna dar-se-á conforme termos agendados no tópico: DA PENSÃO PARA A FILHA. Da Verba Assistencial Alimentar Não há. Da Partilha de Bens Idem. Diante disso, como dito acima, resta ao Juízo acolher a convergência de vontades entre as partes, em sua integralidade. Ante o exposto e por tudo que nos autos consta, com base e fundamento no artigo 487, incisoIII,alínea?b?,do Estatuto Processual Civil, c/c o artigo 226,§6º, da Carta Magna, JULGO INTEGRALMENTE PROCEDENTE O PEDIDODE DISSOLUÇÃO DE A SOCIEDADE CONJUGAL, e, por consequênciadecreto o divórcio entre WALBERSON CLEBER DE OLIVEIRA E ANA VITÓRIA FARIAS RODRIGUES eis a satisfação das exigências legais, observando-se que a divorcianda manteráo uso de seu nome de solteira, porque quando do casamento não houve alteração para tanto. Quantoàguarda judicial, direito de visitação e alimentos, assim os Interessados acordaram:(i) A guarda do fruto do casal(G.R.O.) será COMPARTILHADA, sem perder de vista o texto inserido no tópico: GUARDA COMPARTILHADA.(ii) A obrigação alimentar paterna dar-se-á conforme termos agendados no tópico: DA PENSÃO PARA A FILHA.(iii) Não há verba assistencial alimentar e(iv) A partilha de bens dar-se-á conforme texto de fls. 26, item 1. A presente sentença serve como mandado de averbação/carta precatória de cunho averbatório: Serviços Registral e Notarial de Val-de-Cães, certidão de assento de casamento de matrícula de número 068536 01 55 2011 2 00133 067 0058449 69 . PORÉM, PRECISO ESCLARECER AOS INTERESSADOS E À DEFENSORIA PÚBLICA QUE, MUITO EMBORA ESTA SENTENÇA SIRVA COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO, VEDA-SE AOS MESMOS IMPRIMIREM O TEXTO E O LEVAREM DIRETO AO CARTÓRIO CORRESPONDENTE, UMA VEZ A INDISPENSABILIDADE DA SECRETARIA DA VARA TRANSFORMAR A SENTENÇA EM DOCUMENTO, SEGUINDO-SE DO ENVIO POR MALOTE DIGITAL OU CARTA PRECATÓRIA. PORTANTO, CASO OS INTERESSADOS OU O PROFISSIONAL NÃO SIGAM TAL INSTRUÇÃO, O EXPEDIENTE IMPRESSO PELOS MESMOS NÃO TERÁ VALOR ALGUM JUNTO AO CARTÓRIO A SER REGISTRADO/AVERBADO A DECISÃO, SALVAGUARDANDO A CLARA RECUSA DO TABELIÃO AO CUMPRIMENTO DA MEDIDA.ÀSecretaria da Vara e os Interessados adotarem as medidas legais cabíveis ao feito, observando-se que ambos estão com o manto da gratuidade processual. Esta sentença serve como mandado e ofícioàfonte pagadoraàfinalidade de direito, se necessário esteúltimo. Sem custas e honorários advocatícios, observando-se que a gratuidade processual atingiráa emissão da terceira via do documento em questão(uma para cada Autor), além da anotação/averbação da medida. P.R.I e cumpra-se e expeça-se, eis a renúncia de o decurso do prazo recursal. Em seguida, determino que os autos sejam arquivados com todas as cautelas legais.Belém-Pará,28 de JUNHO de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0805521-66.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: K. R. S. A. Participação: ADVOGADO Nome: KARLA SILVA ATAIDE DE LIMAOAB: 21799/PA Participação: RÉU Nome: A. O. G. F. Participação: ADVOGADO Nome: AMANDA O DE ALMEIDA DE SOUSA SERRAO PINHEIROOAB: 24212/PA Participação: ADVOGADO Nome: MAYARA CARNEIRO LEDO MACOLAOAB: 016976/PAR.Hoje Ø Das Provas/ Do Demandante:Ø (a)Do meio de prova relativo ao depoimento pessoal: Defiro em todos os seus moldes, eis ser importante ao deslinde do feito.Ø (b)Do meio de prova testemunhal: Idem, observando-se que as testemunhas serão apresentadas em Juízo, independentemente de intimação, sob pena de desistência.Ø (c) Da prova emprestada realizada por Dra. Amanda Carvalho Monteiro, nos autos do processo 0010413-56.2015.814.0301, defiro em todos os seus moldes, porém, estando ao encargo da materna sua juntada no presente, em 05(cinco)dias úteis, sob pena de descaraterizar o pedido.Ø (d) Do meio de prova pericial: estudo biopsicossocial, defiro em todos os seus moldes porque indispensável ao feito. Todavia, para tanto, arbitro a verba honorária em 04(quatro) salários mínimos vigentes, cujo valor deverá ser depositado judicialmente em até 10(dez) dias úteis, sob pena de descaracterizar a perícia. Depositados, conclusos para designação de perito e abertura de prazo de

quesitos e apresentação de assistentes técnicos.Ø (e) Oitiva dos menores: Ocorrerá sim, com a perícia legal.Ø Das Provas/ Do Demandado:Ø (a)Do meio de prova relativo ao depoimento pessoal: Defiro em todos os seus moldes, eis ser importante ao deslinde do feito.Ø (b)Do meio de prova testemunhal: Idem, observando-se que as testemunhas serão apresentadas em Juízo, independentemente de intimação, sob pena de desistência.Ø (c) Cópia integral do processo criminal de nº 0016968-80.2015.814.0401 e cópia dos relatórios circunstanciados das visitas monitoradas constantes nos autos do processo 0010413-56.2015.814.0301 e dos autos do processo 0808353-09.20178140301:Defiro em todos os seus moldes, porém, estando ao encargo do paterno a sua juntada no presente, em 05(cinco)dias úteis, sob pena de descaraterizar o pedido.Ø (d) Da prova emprestada realizada por Dra. Amanda Carvalho Monteiro, nos autos do processo 0010413-56.2015.814.0301, defiro em todos os seus moldes, porém, estando ao encargo primeiro da materna sua juntada no presente, em 05(cinco)dias úteis, sob pena de descaraterizar o pedido da mesma. Todavia, passado o prazo em silêncio, contar-se-á o prazo do paterno para a juntada, sob pena de igual sanção.Ø (e) Estudo de caso: Defiro em todos os seus moldes, abrindo-se o prazo de 10(dez) dias, úteis e comum, a fim de que as partes apresentem seus quesitos e delimitem cada assistente técnico. Em seguida, ao Ministério Público para igual medida.Após, ao Setor Social para a finalidade cabível, em 90(noventa) dias. Ø Das Provas/ Do Ministério Público:Ø (a)Do meio de prova relativo ao depoimento pessoal: Defiro em todos os seus moldes, eis ser importante ao deslinde do feito.Ø (b) Meio de prova pericial(estudo biopsicossocial): Idem, no aguardo da diligência direcionada à materna para fins devidos. Pois bem. Serei direta quanto ao pedido de descaso da materna quanto aos horários da visitação monitorada. Bom, diante do tempo decorrido e das constantes reviravoltas que a demanda está passando, preciso que o paterno me diga se seu pedido constante no ID 7759673 ainda vige. Se assim ocorrer, conclusos para imediata decisão. Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - GABINETE DA 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM - VARA: 1ª VARA DE FAMILIA DE BELEM PROCESSO: 00104135620158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARGUI GASPAR BITTENCOURT Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:A. O. G. F. Representante(s): OAB 3771 - PEDRO JOSE COELHO PINTO (ADVOGADO) OAB 11495 - WALDER PATRICIO CARVALHO FLORENZANO (ADVOGADO) OAB 14883 - ANDREIA CAROLLINE LIMA PINTO (ADVOGADO) OAB 16976 - MAYARA CARNEIRO LEDO MACOLA (ADVOGADO) OAB 18546 - EDGAR LIMA FLORENTINO (ADVOGADO) OAB 21028 - MARCUS VINICIUS BOTELHO BRITO (ADVOGADO) OAB 21014 - MARCO ANTONIO COSTA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 21485 - ANA CLAUDIA PASTANA DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 1551 - MARIA DIVONEY CARNEIRO LEDO (ADVOGADO) OAB 24212 - AMANDA O' DE ALMEIDA DE SOUSA SERRÃO PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:K. R. S. A. Representante(s): OAB 16488 - RENAN ASSUNCAO (ADVOGADO) OAB 21799 - KARLA SILVA ATAIDE DE LIMA (ADVOGADO) . Processo 159/15 R.Hoje Ø Diante do texto de fls. 1996/1999, hei por bem cumpri-la em todos os seus moldes. Ø Ent¿o, que seja expedido ofício ao Setor Social para que, em caráter imediato, diga quais os dias disponíveis(dois dias na semana) para que retorne a visitaç¿o monitorada do pai em face de seu fruto. Ø Oficie-se ao Centro de Ensino Pleno Ltda(custas pela materna) no sentido de lhe informar acerca da suspens¿o da ordem judicial antes prolatada às fls. 1857/1865, conhecida pelo Estabelecimento de Ensino através do expediente de nº 401/2019, datado de 13 de maio de 2019. Ø Quanto ao Estabelecimento de Ensino em comento, serei direta: Rejeito a petiç¿o de fls. 1963/1990, uma vez o Centro de Ensino Pleno Ltda n¿o ser parte na demanda e tampouco ter-se habilitado como terceiro interessado para tanto. portanto, embora fique o escrito nos autos do processo, valor algum terá na demanda. Ø Oficie-se ao Banco do Estado do Pará(custas pela materna) para que, em caráter imediato, cesse os efeitos da ordem constante no expediente de nº 425/2019, datado de 13 de maio de 2019, fazendo retornar o desconto de 30%(trinta por cento), o qual destinado à filha do casal, mantendo-se a mesma forma de pagamento. Ø Diretamente. A materna esqueceu de indicar seu rol de testemunhas, portanto, veda-se ao profissional querer forçar a oitiva das mesmas, as quais arroladas em outra demanda, eis a clara perda de prazo quanto a isso. Todavia, n¿o sob os argumentos da materna, eis que destoantes da realidade processual ora aplicada, mas pelo desenrolar e reviravoltas que esta demanda está tendo, hei por bem ouvir os senhores (i) Clayton José da Silva Cirilo e (ii) Kátia Regina Sales Alves como testemunhas do Juízo e n¿o da materna que, por sua vez, dever¿o ser apresentados no ato processual em comento, independentemente de intimaç¿o, sob pena de desistência. Ø Mais, n¿o há falar em novo saneamento da demanda, bem como de um novo meio de prova pericial, uma vez a

preclus¿o assim impedir, seguindo-se, portanto, a marcha do processo para a frente, eis que vedarei o retrocesso que está querendo se instalar nesta lide. Ø Se há ou n¿o fatos novos que exigem novo estudo de caso, por exemplo, que assim o façam nas demais demandas, por qual nesta será discutido efetivamente o que está posto na pretens¿o e na pretens¿o resistida. Ø Ent¿o, vamos manter os autos do processo na Secretaria da Vara no aguardo da realiza¿o da audiência iminente. Ø Belém-Pará, 14 de junho 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURT PROCESSO: 00104135620158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARGUI GASPAR BITTENCOURT Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:A. O. G. F. Representante(s): OAB 3771 - PEDRO JOSE COELHO PINTO (ADVOGADO) OAB 11495 - WALDER PATRICIO CARVALHO FLORENZANO (ADVOGADO) OAB 14883 - ANDREIA CAROLLINE LIMA PINTO (ADVOGADO) OAB 16976 - MAYARA CARNEIRO LEDO MACOLA (ADVOGADO) OAB 18546 - EDGAR LIMA FLORENTINO (ADVOGADO) OAB 21028 - MARCUS VINICIUS BOTELHO BRITO (ADVOGADO) OAB 21014 - MARCO ANTONIO COSTA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 21485 - ANA CLAUDIA PASTANA DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 1551 - MARIA DIVONEY CARNEIRO LEDO (ADVOGADO) OAB 24212 - AMANDA O' DE ALMEIDA DE SOUSA SERRÃO PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:K. R. S. A. Representante(s): OAB 16488 - RENAN ASSUNCAO (ADVOGADO) OAB 21799 - KARLA SILVA ATAIDE DE LIMA (ADVOGADO) . PROCESSO: 159/15 R. Hoje 1. Determino o restabelecimento da visita¿o monitorada a ser feito entre o senhor Alex Otávio Gutierrez Façanha (paterno) e seu filho Alex Otávio Gutierrez Júnior, a ser iniciada no dia 28.06.2019 (sexta-feira), no horário de 13:00 às 14:00 horas, e também todas às terças-feiras (sendo a primeira em 02.07.2019), no mesmo horário, nos termos do Ofício 120/2019 - DSSVF. 2. Observem as partes que, as visita¿es dever¿o ser realizadas mantendo-se os parâmetros de comportamento e conduta já conhecido dos litigantes, permanecendo o agir dos genitores e acompanhantes dos menores com inteira urbanidade e que, caso ocorram atrasos, o tempo n¿o será dilatado, observando-se que a resistência em obedecer aos regramentos, em especial, o tempo de apresenta¿o deporá contra quem deu causa, ou seja quem der causa a atrasos ou impedimentos será penalizado, com a n¿o dilata¿o do horário (paterno) ou compensa¿o de horário/banco de horas, se a causa for dada pela materna. 3. As orienta¿es emanadas as fls. 1134 permanecem válidas para a melhor realiza¿o do procedimento em comento. 4. Informe a Secretaria da Vara ao Setor Social acerca desta determina¿o, cujos autos do processo devem para lá ser enviados para que a visita¿o seja iniciada na próxima sexta-feira (28 de junho de 2019), no horário de 13h as 14h, onde os autos dever¿o ser devolvidos ao término do período da visita¿o monitorada, com os respectivos laudos circunstanciados já acostados para fins devidos. 5. A intima¿o das partes dar-se-á por seus advogados via DJE. 6. As orienta¿es emanadas as fls. 1134 permanecem válidas para a melhor realiza¿o do procedimento em comento. Belém-Pará, 26 de junho de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURT PROCESSO: 00104135620158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARGUI GASPAR BITTENCOURT Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:A. O. G. F. Representante(s): OAB 3771 - PEDRO JOSE COELHO PINTO (ADVOGADO) OAB 11495 - WALDER PATRICIO CARVALHO FLORENZANO (ADVOGADO) OAB 14883 - ANDREIA CAROLLINE LIMA PINTO (ADVOGADO) OAB 16976 - MAYARA CARNEIRO LEDO MACOLA (ADVOGADO) OAB 18546 - EDGAR LIMA FLORENTINO (ADVOGADO) OAB 21028 - MARCUS VINICIUS BOTELHO BRITO (ADVOGADO) OAB 21014 - MARCO ANTONIO COSTA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 21485 - ANA CLAUDIA PASTANA DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 1551 - MARIA DIVONEY CARNEIRO LEDO (ADVOGADO) OAB 24212 - AMANDA O' DE ALMEIDA DE SOUSA SERRÃO PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:K. R. S. A. Representante(s): OAB 16488 - RENAN ASSUNCAO (ADVOGADO) OAB 21799 - KARLA SILVA ATAIDE DE LIMA (ADVOGADO) . TERMO DE AUDIÊNCIA AÇ¿O: DISSOLUÇ¿O DE UNI¿O ESTAVEL PROCESSO: 0010413-56.20158140301 e 0770626-50.2016.8.14.0301 Requerente: A.O.G.F..RG.: 3310257 PC/PA Advogada:Mayara Carneiro Ledo Macola OAB/PA 16976 Requerido: K.R.S.A, RG: 3573160 PC/PA Advogado: Renan Assunç¿o OAB/PA 16488 Aos 17 (dezessete) dias do mês de junho do ano de 2019, às 09h00m, na sala de audiências da 1ª Vara de Família da Comarca de Belém-Pará, onde presente se achava a Dra. MARGUI GASPAR BITTENCOURT, Juíza titular da Vara, foi ABERTA A AUDIÊNCIA, com a presença do Ministério Público, representado pelo Dr. ELIEZER MONTEIRO LOPES, Promotor de Justiça, e feito o preg¿o de praxe, verificou-se a presença das partes com seus patronos. Presentes as testemunhas da parte autora , a saber: Maria Das Graças; Ana Seabra E Lucy Anne Lob¿o. Tentada a conciliaç¿o a mesma restou infrutífera. DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: (i) Considerando que esta vara encontra-se em Correiç¿o, bem como que a MM. Magistrada titular desta vara encontra-se cumulando as 6ª e 8ª varas de família, suspendo a presente audiência de instruç¿o e julgamento e remarco para o dia 08 de julho de 2019, às 09:30 horas para oitiva das partes.(ii) Em outra oportunidade

ser¿o ouvidas somente as testemunhas da parte autora e as do juízo Clayton Jose da Silva Cirilo e Katia Regina Sales alves, face à preclus¿o do direito da parte requerida em arrolar testemunhas. (iii) À secretaria para que cumpra o despacho de fls.2031 e 2031 verso dos autos em sua integralidade, bem como, para que atenda ao que quer o Juízo criminal às fls. 943 dos autos, com a máxima urgência. Oficie-se e encaminhem-se. (iv) N¿o haverá expediç¿o de mandados. (v) As testemunhas, presentes neste ato, ser¿o apresentadas pelas parte em juízo independentemente de intimaç¿o.(vi) A remarcaç¿o da presente n¿o comporta abertura de prazo para novas testemunhas. Cientes os presentes.Cumpra-se, servindo o presente como mandado/oficio, nos termos do Prov. 003/2009 - CJCI. Nada mais havendo, para constar, mandou o MM. Juíza lavrar o presente termo, que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. MM. Juíza: Ministério Público: Autor: Advogada d

Número do processo: 0821628-54.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: T. F. S. D. A. Participação: ADVOGADO Nome: YOLANDA SUELY SANTOS DE MORAESOAB: 13321/PA Participação: REQUERIDO Nome: M. D. D. C. D. A.R.Hoje(i) Darei mais esclarecimentos sobre o pedido inicial, do modo como está posto, a fim de que a Autora confirme(ou não) o que anunciou no ID 10420494.(ii) Pois bem. O almejo em comento versa sobre um único tema, qual seja: União Estável. Ora, a união estável exige a observação irrestrita do procedimento comum, ante o exaurimento da cognição. Então, caso a pretensão seja julgada procedente, a consequência natural e desejada é que a mesma utilize a sentença para fins de recebimento junto à fonte pagadora do falecido para fins devidos. Claro, há alguma dúvida nisso?(iii) Logo, dizer que o I COMAR é parte legítima para estar no campo passivo da questão, a meu ver, é temerário, por qual não é assim, veja, a parte Autora não está conseguindo dissociar procedimento de consequência de a sentença, o que torna a inicial frágil demais para julgamento.(iv) De outro norte, se o falecido tem pais vivos, por qual razão tais não são incluídos(em substituição) no campo contrário da demanda para fins devidos? Bom, mais uma vez, a fim de que a matéria "corra" de modo acertado, vou renovar o prazo de 15(quinze) dias úteis para a emenda, sob pena de indeferimento.(v) Após, conclusos.Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA.MARGUII GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0834568-51.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: C. D. F. M. Participação: ADVOGADO Nome: JEFFERSON VIEIRA DA SILVAOAB: 022115/PA Participação: ADVOGADO Nome: CAMILA CHAVES COSTAOAB: 21699/PA Participação: REQUERIDO Nome: A. I. D. S. A. PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DA 1ºVARA DE FAMÍLIA DA CAPITALPROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO AALIM 0834568-51.2019.814.0301ENDEREÇO: RUA CORONEL FONTOURA, S/N(PRAÇA FELIPE PATRONI, PERTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM-PARÁ)CEP: 66.015-260, BAIRRO DA CIDADE VELHA, FONE: (91) 3025-2147.E-MAIL: 1familiabelem@tjpa.jus.br DESPACHO-MANDADO-OFÍCIO servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, na forma do PROVIMENTO Nº 003/2009, alterado pelo Provimento nº 011/2009 ? CJRMB. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. DEMANDANTE: CAMILA DE FÁTIMA MAGNO, brasileira, solteira, estudante, portadora da cédula de identidade nº. 6358031, SSP/PA, inscrita no CPF sob o nº. 029.149.262-27, residente e domiciliada na Rua Doutor Américo Santa Rosa, nº. 00562, casa B, Canudos, Belém, Pará, CEP: 66.070-130 e DEMANDADO: ALDENOR INOCÊNCIO DOS SANTOS ASSUNÇÃO, brasileiro, casado, assistente administrativo, números dos documentos de identificação desconhecidos, residente e domiciliado na Rua Ferreira Pena, Passagem São Raimundo, Casa 111, entre Travessa Curuçá e Travessa 14 de março, Umarizal, Belém, Pará, CEP: 66050-140 ou no seu provável local de trabalho na empresa FORT-FRUIT, localizada na Estrada da Ceasa, 1 - Curió Utinga, Belém - PA, 66610-840, contato: (91) 3228-9118 1. Cite(m)-se, PESSOALMENTE, ALDENOR INOCÊNCIO DOS SANTOS ASSUNÇÃO EM SEUS DOIS ENDEREÇOS: LABORAL E RESIDENCIAL(CUMPRIMENTO por oficial de justiça: mandado/carta precatória: prazo de cumprimento de 30 dias) àluz do art. 212 do CPC, com as advertências dos artigos 344 e 345 todos do CPC. (O expediente serácumprido, também, fora do horário forense, 06:00às 20:00 horas, com cumprimento da diligência nos dias de domingo e feriados).2. O prazo para apresentação de defesa seráde 15(quinze) dias, sob pena de decreto de revelia, ante as advertências expostas no respectivo mandado.3. No mais, digo ao oficial de justiça que, caso haja suspeita fundada de ocultação, emúltimo caso, a citação ocorrerá por hora certa, detalhando-se as diligências correspondentes.(A diligência quantoàcitação por hora certa deve ser bem detalhada, com anúncio dos dias e horários de cumprimento e com que se falou acerca da diligência).4.

Alerto ao senhor oficial de justiça que o mandado de citação não deve ser deixados com terceiros, mesmo que tais sejam parentes dos litigantes(mãe, irmã, tio, dentre outros), uma vez que as diligências em comento se obrigam a ser PESSOAL. A desatenção ao tema, certamente, provocaráa declaração de nulidade de a certidão, permitindo-se a emissão de novos expedientes.5. Ultrapassado o prazo da defesa, conclusos para prosseguimento,observando-se que o(a) Autor(a) se encontra com a gratuidade processual.6. Não vou designar audiência de conciliação/mediação diante da desnecessidade no feito, porque vejo a imprescindibilidade de estabilização objetiva da demanda, em seu início, sem prejuízo de haver mediação/conciliação ao longo da demanda7. Autorizo o senhor Diretor de Secretaria ou outro servidor por ele indicado a assinar digital o expediente para fins necessários.8. Após, conclusos para prosseguimento, observando o empreendimento da cognição exauriente ante a pretensão em comento assim exigir, OBSERVANDO-SE QUE A DECISÃO DO PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ORA FORMULADO SERÁ DADA APÓS A IMPUGNAÇÃO DO MEIO DE PROVA PERICIAL, CUJA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR VAI RETROAGIR ATÉ A DATA DA CITAÇÃO.9. Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA. MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO ARTIGOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL INSERTOS ACIMA (I)Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.(II)Art. 345. A revelia não produz o efeito mencionado noart. 344se: I - havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis;III - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato;IV - as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.(III)Art. 694. Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação.Parágrafo único. A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem a mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.(IV)Art. 695. Recebida a petição inicial e, se for o caso, tomadas as providências referentes à tutela provisória, o juiz ordenará a citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação, observado o disposto no art. 694.§ 1oO mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.§ 2oA citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência.§ 3oA citação será feita na pessoa do réu.§ 4oNa audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.(V)Art. 696. A audiência de mediação e conciliação poderá dividir-se em tantas sessões quantas sejam necessárias para viabilizar a solução consensual, sem prejuízo de providências jurisdicionais para evitar o perecimento do direito.(VI)Art. 697. Não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum, observado oart. 335.(VII)Art. 698. Nas ações de família, o Ministério Público somente intervirá quando houver interesse de incapaz e deverá ser ouvido previamente à homologação de acordo.

Número do processo: 0821888-34.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: L. N. D. S. B. Participação: ADVOGADO Nome: MYLENE DA SILVA CRISTO DE CARVALHOOAB: 23723/PA Participação: ADVOGADO Nome: HENNDEL SILVA ARAUJOOAB: 22804/PA Participação: REQUERIDO Nome: J. F. D. F.R.Hoje(i) Última emenda(15 dias úteis), fale sobre o tema: guarda judicial e suas respectivas modalidades, sob pena de indeferimento.(ii) Após, conclusos para decisão.Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA.MARGUII GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0840920-59.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: L. P. N. F. Participação: REQUERIDO Nome: D. C. D. A.Processo Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará TERMO DE AUDIÊNCIA-PJE AÇÃO:REVISIONAL DE ALIMENTOS - PROCESSO:AIESP 0840920-59.2018.814.0301Requerente: D.L.F.A.nesse ato representado por sua genitora L.P.N.F.Defensoria Pública: Geraldo Rolim Tavares JuniorRequerido: D.C.A.RG.: 7532115 PC/PAAdvogado(a):Gisele Carvalho De Almeida OAB/PA 13713Estagiaria em Direito Caroline Thais Santana dos Santos, CPF.; 028.551.482-27 Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho do ano de 2019, às 10h00m, na sala de audiências da 1ª Vara de Família da Comarca de Belém-Pará, onde presente se achava a Dra. MARGUI GASPAR BITTENCOURT, Juíza titular da Vara, foi ABERTA A AUDIÊNCIA, com a presença do Ministério Público, representado pelo Dr. ELIEZER MONTEIRO LOPES, Promotor de Justiça, e feito o pregão de

praxe, verificou-se a presença da representante legal do autor acompanhada da Defensoria Pública. Presente o requerido com sua patrona.Presente ainda a estagiaria em Direito Caroline Thais Santana dos Santos, CPF.; 028.551.482-27A patrona do requerido requer prazo para juntada de procuração, o que foi de plano deferido. Iniciada a audiência, e tendo em vista o despacho de id 10197031, a MM. Juíza passou a ouvir a parte autora, Senhor(a)LORRANA PRISCILA NOGUEIRA FARIAS, parte já qualificada nos autos, a qual às perguntas da MM. Juíza, respondeu: Que a criança David possui 4 anos de idade atualmente; que o requerido paga R$160,00 mensais por pensão de alimentos; que o requerido trabalha consertando bicicletas numa oficina e acha que o mesmo paga aluguel.; que o requerido não possui outros filhos; que acha que o requerido possui namorada; que o requerido mora com seus genitores; que sempre vê o requerido dirigindo um veículo de cor preta, achando que o veículo lhe pertence; que não sabe dizer se o veículo está quitado ou é financiado; que vê fotos do requerido em redes sociais em viagens, sendo uma para Santarém-Pa; que o requerido também aparece em fotos juntos a veículos, inclusive um de cor vermelha; que também viu o requerido em lanchonetes; que primeiramente o requerido visitava mais vezes o filho do casal; que atualmente o requerido visita David no horário que resolve; que o requerido não lhe avisa quando ira buscar o filho do casal; que David estuda em escola particular cuja mensalidade é R$165,00; que a criança não possui plano de saúde; que a criança apresente miopia e por isso usa óculos, apresenta alergia à poeira, insetos; que quando a criança tem alguma crise, gasta cerca de R$60,00 a R$120,00 com medicação; que o requerido se nega a ajudar em algumas situações alegando que ?já te dou a pensão?; que não paga transporte escolar; que gasta cerca de R$150,00 por mês com lanche escolar da criança; que gasta cerca de R$180,00 por mês com alimentação da criança; que o avô paterno lhe ajuda comprando alimentação; que mora com seus genitores; que trabalha em uma papelaria que seu genitor montou em frente à residência para que possa se sustentar; que seu pai trabalha como gesseiro de forma autônoma; que a família não possui veículo. Nada mais foi perguntado. Às perguntas da Defensoria Pública o(a)depoente respondeu: que sempre vê o requerido fazendo anuncias de propagandas no veículo preto; que antigamente o requerido trabalhava com um amigo de nome Delry na oficina; que no local também vende peças para bicicleta. Nada mais foi perguntado. Às perguntas do(a) advogado (a) do(a) requerido (a), o(a)depoente respondeu: que não sabe dizer quanto ganha o requerido alegando que o mesmo sempre diz não ter condições de dar nada; que a oficina fica na rua São Clemente, ao lado do açaí do primo; que já viu o requerido no local pela manhã; que o avô paterno da criança é pastor, dirigindo umas cinco igrejas evangélicas; que uma igreja é a Sede, a outra é a Monte Das Oliveiras e a outra era chamada de Portas Abertas, mas ao que consta mudou o nome para Gloria de Deus; que congregava nessas igrejas onde o avô paterno é pastor; que não permite que o paterno saia com o filho do casal; que foi estabelecido o direito para que o paterno levasse o filho do casal; que alega que o paterno as vezes pegava a criança em horário noturno, o que fazia com que a mesma adoecesse por causa das alergias. Nada mais foi perguntado. Às perguntas do Ministério Público o(a)depoente respondeu: que no carro que o requerido usa para propagandas, as mesmas falam sobre as igrejas evangélicas e mercadinhos; que a família do paterno possui veículo; que o avô paterno da criança possui um carro de cor vermelha; que as igrejas pertencem ao avô paterno; que o avô paterno não exerce outras funções;que o avô materno da criança chegou a trabalhar com o avô paterno na administração das igrejas evangélicas, guardando o dizimo e depois prestando contas do mesmo ao pai do requerido; que o avô materno não recebia nenhum rendimento por seu trabalho; que o avô paterno da criança vive da renda das igrejas evangélicas.Nada mais foi perguntado. Ato contínuo a MM. Juíza passou a parte requerida, o(a) senhor(a) LiaDANIEL CARVALHO DE ALEXANDRIA que às perguntas da MM. Juíza respondeu: que é o pai biológico de David atualmente com 4 anos de idade; que paga R$160,00 mensais para o sustento de David; que nunca dividiu os R$160,00 por 30 dias para saber quanto paga por dia para a alimentação de David; que atualmente David estuda na escola particular; que nunca visitou a escola do filho não sabendo o valor da mensalidade; que também não sabe quanto é gasto com a alimentação mensal de David; que também não sabe quanto é gasto com a compra de lanches escolares para a criança; que sabe que David apresenta miopia; que não ajudou a comprar o óculos; que alega trabalhar como ajudante de pedreiro; que chegou a trabalhar na oficina de bicicletas na rua São Clemente; que atualmente o local se encontra fechado; que o veículo preto em que é visto é de um amigo de nome Daniel; que seu genitor é pastor de 5 igrejas evangélicas; que alega que o veículo vermelho de seu genitor foi vendido há mais de um ano; que alega que atualmente seu genitor não possui veículo; que alega ganhar cerca de R$800,00 com seu trabalho; que mora com seus genitores; que não possui outros filhos; que esteve no município de Santarém-Pa alegando que foi procurar emprego com o empresário Edson naquele local; que alega não frequentar lanchonetes; que possui carteira de habilitação; que sabe que está obrigado a pagar 20% do salario mínimo mensal, e portanto, vem pagando a menor; que parou de estudar aos 15 anos e por isso se encontra fazendo o EJA (Educação De Jovens E Adultos) conforme declaração de escolaridade que

apresenta neste momento; que a mae da criança trabalha numa papelaria não sabendo quem preparou o local para a mesma; que não sabe quanto a mesma ganha com seu serviço; que alega não saber que a criança apresenta quadro de alergia.Nada mais foi perguntado. Às perguntas do(a) advogado (a) do(a) requerido (a), o(a)depoente respondeu: que alega trabalhar as vezes por cerca de 15 dias; que alega seu genitor nada recebe como pastor evangélico; que antigamente a criança estudava em escola pública; que não sabe porque a criança foi estudar em escola particular; que soube a poucos dias do endereço da escola. Nada mais foi perguntado. Às perguntas da Defensoria Pública o(a)depoente respondeu: que alega ganhar no máximo R$50,00 como diária de ajudante de pedreiro; que é verdade que seu genitor é pastor em 5 igrejas evangélicas; que alega novamente que seu genitor não ganha; que alega que seu genitor junta latinhas; que alega nunca ter trabalhado para as igrejas. Nada mais foi perguntado. Às perguntas do Ministério Público o(a)depoente respondeu: que alega que o dono da loja de bicicletas de nome Dary, se incomodou com a presença dos pais da materna que passavam de bicicleta pelo local diariamente; que alega também que Dary recebeu outra oportunidade de trabalho, em local diferente, e então fechou a loja; que alega trabalhar há cerca de 2 anos como ajudante de pedreiro; que alega possuir carteira de habilitação há cerca de 2 anos ; que não sabe dizer por quanto foi comprado o veículo vermelho de seu genitor; que o veículo era financiado e alega que seu genitor não conseguiu pagar as prestações do financiamento, tendo devolvido o veículo com menos de um ano; que alega que a parcela do veículo era cerca de R$800,00 mensais; que alega que seu genitor possuía dinheiro guardado da venda de latinha por vários anos , tendo dado entrada na compra do veículo; que alega que o trabalho de ajudante é carregar tijolo, areia, cimento, bater massa; que não sabe dizer o que é o contra piso; que alega que quando ?bate massa? usa a proporção de 4 de areia, 4 de seixo e 1 de cimento e agua; que alega trabalhar para vários pedreiros; que alega ter trabalhado na construção de uma caixa d´agua no bairro do Tapanã; que alega trabalhar no carro preto fazendo propagandas uma vez por semana, alegando receber R$50,00 por esse trabalho. Nada mais foi perguntado. As partes desistem das testemunhas.DELIBERAÇÃO:Dê-se vista, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias úteis à autora (Defensoria Pública) para alegações finais, em seguida à advogada do requerido, e após ao Ministério Público para o mesmo fim.O prazo começará a correr a partir da publicação do presente em diário de justiça. Após conclusos para sentença.Nada mais havendo, para constar, mandou a MM. Juíza lavrar o presente termo, que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado.MM. Juíza: Promotor: Autora:Defensoria Pública: Requerido:Advogado(a):

Número do processo: 0873315-07.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: A. L. D. S. P. Participação: ADVOGADO Nome: PAULO ROBERTO ALBUQUERQUE GOUVEIAOAB: 23232/PA Participação: REQUERIDO Nome: M. A. D. S. G. Participação: ADVOGADO Nome: ALESSANDRO PUGET OLIVAOAB: 1847PA Participação: ADVOGADO Nome: FELIPE ALMEIDA GONÇALVESOAB: 25065/PA PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DA 1ºVARA DE FAMÍLIA DA CAPITALPROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO ALESP 0873315-07.2018.814.0301ENDEREÇO: RUA CORONEL FONTOURA, S/N(PRAÇA FELIPE PATRONI, PERTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM-PARÁ)CEP: 66.015-260, BAIRRO DA CIDADE VELHA, FONE: (91) 3025-2147.E-MAIL: 1familiabelem@tjpa.jus.br DECISAO-MANDADO-OFÍCIO servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, na forma do PROVIMENTO Nº 003/2009, alterado pelo Provimento nº 011/2009 ? CJRMB. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. MARCIO ANDRE DE SOUZA GONÇALVES nos autos da Ação Judicial que lhe move ANA LAURA DE SOUZA PIRES TEIXEIRA,apresentou pedido de redução e equiparação de valores alimentares entre seus filhos, motivo pelo qual requer o acolhimento do almejo de tutela de urgência ora eleito. O processo segue seu curso normal. RELATADO EM APERTADA SÍNTESE DECIDO A Tutela de Urgência detém como princípio estruturante o da efetividade do processo cuja finalidade precípua é o dar celeridade ou adiantamento dos efeitos fático legais de uma futura sentença favorável. Regida pelo artigo do Estatuto Processual Civil: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.§ 1oPara a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.§ 2oA tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.§ 3oA tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. A tutela de urgência aduz a existência de os requisitos de admissão abaixo delineados: 1.DA PROBABILIDADE DO DIREITO(ANTERIOR FUMUS BONI IURIS -

CONVICÇÃO DE VEROSSIMILHANÇA Na lição de Fredie Didier Jr, em sua obra Curso de Direito Processual Civil, Volume 2, 2007, Edição Podivm, p. 538: Prova inequívoca não é aquela que conduza a uma verdade plena, absoluta, real ... tampouco a que conduz à melhor verdade possível(a mais próxima da realidade)...Trata-se de prova robusta, consistente, que conduza o magistrado a um juízo de probabilidade, o que é perfeitamente viável no contexto da cognição sumária. Por outro lado, Luiz Guilherme Marinoni, em sua Obra Curso de Processo Civil, volume 4, 2ª tiragem, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 147, ensina-nos que: O juiz julga o pedido cautelar com base em fumus boni iuris. Assim, a sua convicção jamais deve ultrapassar a verossimilhança, pois de outra forma estar-se-á diante de um processo de cognição exauriente, em que a convicção é de certeza e o juízo acerca do litígio permite a declaração capaz de gerar a coisa material. O processo cautelar é necessariamente limitado à convicção de verossimilhança. Ora, a convicção de verossimilhança, a meu ver, encontra-se robusta diante da necessidade em firmar alimentos aos filhos do casal,de forma equiparada ao outro, notadamente, diante das circunstâncias econômico financeiras que se encontra o paterno, por agora. 2.PERIGO DE DANO(ANTERIOR PERICULUM IN MORA) Opericulum in mora, HOJE MENCIONADO ?PERIGO DE DANO?se posta como outro requisito validador para a concessão de a tutela de urgência, desde que efetivamente comprovado a sua urgência e imprescindibilidade, cuja demora acarretará prejuízos de tal monta ao necessitado, inclusive com grau irreversível, insurgindo o nominado perigo de dano. Atente-se: O perigo de danose encontra vinculado ao perigo de dano cuja demora na decisão acarretará danos irreparáveis . Vejamos o que o doutrinador Luiz Guilherme Marinoni, em sua obra acima nominada, agora na página28, afirmou acerca deste pressuposto de admissão: O perigo de dano deve ser fundado em elementos objetivos, capazes de serem expostos de forma racional, e não em meras conjecturas de ordem subjetiva. Além disto, embora o perigo de dano faça surgir uma situação de urgência, tornando insuportável a demora do processo, não há razão para identificar perigo de dano com o periculum in mora, como se ambos tivessem o mesmo significado. O perigo de dano faz surgir o perigo na demora do processo, existindo, aí, uma relação de causa e efeito. Por isto mesmo, para se evidenciar a necessidade das tutela cautelar, não basta alegar o periculum in mora, sendo preciso demonstrar a existência de causa, ou seja, o perigo de dano. O perigo de dano pode se alastrar quando atinge, de forma indevida,a própria possibilidade de pagamento do paterno para tanto. Isto posto, com base e fundamento no artigo 300 e seguintes do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de tutela de urgência ora almejado e, por consequência, reduzo a verba alimentar destinada aos dois filhos do casal de 30%(trinta por cento) para 25,22%(vinte e cinco vírgula vinte e dois por cento) da mesma base de cálculo, destinando-se para cada filho o percentual de 12,61%(doze vírgula sessenta e um por cento), repito, da mesma base de cálculo. Se estiver desempregado, ficará o que antes foi estabelecido na primeira decisão. Todavia, essa obrigação começará a valer a partir do recebimento do expediente pela fonte pagadora(POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ) A SER PAGO ANTES DE "FECHAR A FOLHA" . ENTRETANTO, CASO O OFÍCIO SEJA EXPEDIDO E A FOLHA JÁ ESTEJA "FECHADA", ENTÃO A REDUÇÃO/EQUIPARAÇÃO OCORRERÁ NO MÊS SEGUINTE. ESTA DECISÃO JÁ VALE COMO OFÍCIO. Por fim, à réplica e contestação à reconvenção, em 15(quinze) dias úteis, observando-se que o paterno está com a justiça gratuita, nesta compreendida a verba honorária. P.R.I. e efetivadas as comunicações necessárias e juntada as manifestações, conclusos. Belém-Pará, 28 de JUNHO de 2019 DRA. MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0828324-43.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: H. V. Participação: REQUERIDO Nome: E. B. N. R.Hoje 1. Designo a data de 10 de julho de 2019, às 09:00 horas, para audiência de Saneamento e Organização do Processo, ante a complexidade da matéria fática em discussão, em eleição ao princípio da cooperação, observando-se que todas as questões iniciais serão no ato decididas.2. As partes deverão apresentar o rol de testemunhas(nome das mesmas, somente) nesta audiência para formar o meio de prova testemunhal, sob pena de preclusão. E as mesmas,no momento de a audiência de instrução e julgamento, serão apresentadas em Juízo, independentemente de intimação, sob pena de desistência.3. Digo, ainda que, caso a audiência seja remarcada ou não realizada por algum motivo justificável, não será reaberto prazo para apresentação do rol de testemunhas acima declinado. Ainda, se uma das partes e/ou seus patronos não comparecer,a audiência será mesmo assim realizada, com a questões levantadas nela decidida.4. A Autora, senhora Hilda Volks, desde agora por registrar presença neste Gabinete da 1ª Vara de Família, está intimada a estar presente na Sala de Audiências na data e hora acima declinados, cuja ausência importará em abandono de causa, extinguindo-se o processo sem resolução de mérito.5. Quanto ao senhor EDUARDO BENJAMIN NOVOLLETI, ora Requerido, não

haverá expedição de mandado de intimação, eis seu patrono deter poderes para transigir, PORTANTO, AGE O PROFISSIONAL EM NOME DE SEU CONSTITUINTE PARA COMPOR VONTADES,MESMO QUE PARCIAL, UMA VEZ QUE OS PODERES CONCEDIDOS ASSIM PERMITEM O ADVOGADO A ATUAR.6. Cientes Advogado, Defensoria Pública, Curador Especial e Ministério Público. Belém-Pará, 24 de junho de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO ARTIGO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVILArt. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:I - resolver as questões processuais pendentes, se houver;II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;III - definir a distribuição do ônus da prova, observado oart. 373;IV - delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito;V - designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento.§ 1oRealizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.§ 2oAs partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que se referem os incisos II e IV, a qual, se homologada, vincula as partes e o juiz.§ 3oSe a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.§ 4oCaso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.§ 5oNa hipótese do § 3o, as partes devem levar, para a audiência prevista, o respectivo rol de testemunhas.§ 6oO número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato.§ 7oO juiz poderá limitar o número de testemunhas levando em conta a complexidade da causa e dos fatos individualmente considerados.§ 8oCaso tenha sido determinada a produção de prova pericial, o juiz deve observar o disposto noart. 465e, se possível, estabelecer, desde logo, calendário para sua realização.§ 9oAs pautas deverão ser preparadas com intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre as audiências.

Número do processo: 0823154-56.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: V. J. A. Participação: REQUERENTE Nome: S. K. S. M.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DA 1ºVARA DE FAMÍLIA DA CAPITALPROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DIVCON 0823154-56.2019.814.0301ENDEREÇO: RUA CORONEL FONTOURA, S/N(PRAÇA FELIPE PATRONI, PERTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM-PARÁ)CEP: 66.015-260, BAIRRO DA CIDADE VELHA, FONE: (91) 3025-2147.E-MAIL: 1familiabelem@tjpa.jus.br SENTENÇA-MANDADO-OFÍCIO servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, na forma do PROVIMENTO Nº 003/2009, alterado pelo Provimento nº 011/2009 ? CJRMB. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. SABRINA KETHELLEN SILVA MACIEL AMARAL E VITOR JARDIM AMARAL,ambos qualificados, nos autos da Ação Judicial convergiram vontades no sentido de haver o decreto divorcista diante da impossibilidade de retornoàvida conjugal, razão pela qual requerem a procedência integral da pretensão eleita, inclusive dos demais pedidos ora eleitos. Acostaram documentos. O processo seguiu seu trâmite normal. RELATADO EM APERTADA SÍNTESE DECIDO 1-Do Divórcio O divórcio propõe o término da sociedade conjugal, permitindo um novo enlace matrimonial entre os divorciandos, não havendo mais falar em requisito temporal, vez a nova determinação exposta por nossa Carta Magna, em seu artigo 226,diz: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado§6.O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. Frisa-se muito bem, o pressuposto de admissão do pedido, anteriormente, centrava-se no decurso de tempo, vale dizer, 01(um) ano após a separação o judicial ou mais de 02(dois) anos a contar da separação fática. Era o seu início e exclusivo fundamento legal, todavia, a Carta Magna, agora, aboliu o lapso temporal como requisito de admissibilidade da dissolução da sociedade conjugal, tornando o divórcio como medidaúnica para o fim do casamento, repisa-se muito bem, sem falar, contudo, em período temporal. Assim sendo, diante da postura convergente dos Interessados, não vejo nenhum obstáculo em acolher o almejo em sua integralidade. Vejamos.Da Guarda Judicial, Direito de Visitação e Alimentos(i) A guarda do fruto do casal(JOSE MIGUEL MACIEL AMARAL) será COMPARTILHADA,sem perder de vista o texto inserido no tópico: DA GUARDA E DO DIREITO DE CONVIVÊNCIA.(ii) A obrigação alimentar paterna dar-se-á conforme termos agendados no tópico: DA PENSÃO PARA A MENOR. Da Verba Assistencial Alimentar Não há. Da Partilha de Bens Idem. Diante disso, como dito acima, resta ao Juízo acolher a convergência de vontades entre as partes, em sua integralidade. Ante o exposto e por tudo que nos autos consta, com base e fundamento no artigo 487, incisoIII,alínea?b?,do Estatuto Processual Civil, c/c o artigo 226,§6º, da Carta Magna, JULGO INTEGRALMENTE PROCEDENTE O PEDIDODE

DISSOLUÇÃO DE A SOCIEDADE CONJUGAL, e, por consequênciadecreto o divórcio entre SABRINA KETHELLEN SILVA MACIEL AMARAL E VITOR JARDIM AMARAL eis a satisfação das exigências legais, observando-se que a divorcianda voltará ao uso de seu nome de solteira. Quantoàguarda judicial, direito de visitação e alimentos, assim os Interessados acordaram:(i) A guarda do fruto do casal(JOSE MIGUEL MACIEL AMARAL) será COMPARTILHADA, sem perder de vista o texto inserido no tópico: DA GUARDA E DO DIREITO DE CONVIVÊNCIA.(ii) A obrigação alimentar paterna dar-se-á conforme termos agendados no tópico: DA PENSÃO PARA A MENOR.(iii) Não há verba assistencial alimentar e(iv) Não há partilha de bens. A presente sentença serve como mandado de averbação/carta precatória de cunho averbatório:Cartório Castilho - Santa Izabel do Pará-Pará, certidão de assento de casamento de matrícula de número 065664 01 55 2017 2 00008 024 0001954. PORÉM, PRECISO ESCLARECER AOS INTERESSADOS E À DEFENSORIA PÚBLICA QUE, MUITO EMBORA ESTA SENTENÇA SIRVA COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO, VEDA-SE AOS MESMOS IMPRIMIREM O TEXTO E O LEVAREM DIRETO AO CARTÓRIO CORRESPONDENTE, UMA VEZ A INDISPENSABILIDADE DA SECRETARIA DA VARA TRANSFORMAR A SENTENÇA EM DOCUMENTO, SEGUINDO-SE DO ENVIO POR MALOTE DIGITAL OU CARTA PRECATÓRIA. PORTANTO, CASO OS INTERESSADOS OU O PROFISSIONAL NÃO SIGAM TAL INSTRUÇÃO, O EXPEDIENTE IMPRESSO PELOS MESMOS NÃO TERÁ VALOR ALGUM JUNTO AO CARTÓRIO A SER REGISTRADO/AVERBADO A DECISÃO, SALVAGUARDANDO A CLARA RECUSA DO TABELIÃO AO CUMPRIMENTO DA MEDIDA. ÀSecretaria da Vara e os Interessados adotarem as medidas legais cabíveis ao feito, observando-se que ambos estão com o manto da gratuidade processual. Esta sentença serve como mandado e ofícioàfonte pagadoraàfinalidade de direito, se necessário esteúltimo. Sem custas e honorários advocatícios, observando-se que a gratuidade processual atingiráa emissão da terceira via do documento em questão(uma para cada Autor), além da anotação/averbação da medida. P.R.I e cumpra-se e expeça-se, eia a renúncia de o decurso do prazo recursal. Em seguida, determino que os autos sejam arquivados com todas as cautelas legais.Belém-Pará,28 de JUNHO de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0824372-22.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: F. F. D. P. Participação: ADVOGADO Nome: RITA DE CASSIA SILVA SILVEIRAOAB: 019771/PA Participação: MENOR INFRATOR Nome: C. L. L. PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DA 1ºVARA DE FAMÍLIA DA CAPITALPROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO GUARDA 0824372-22.2019.814.0301ENDEREÇO: RUA CORONEL FONTOURA, S/N(PRAÇA FELIPE PATRONI, PERTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM-PARÁ)CEP: 66.015-260, BAIRRO DA CIDADE VELHA, FONE: (91) 3025-2147.E-MAIL: 1familiabelem@tjpa.jus.br DECISÃO-MANDADO-OFÍCIO servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, na forma do PROVIMENTO Nº 003/2009, alterado pelo Provimento nº 011/2009 ? CJRMB. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. DEMANDANTE: FÁBIO FREITAS DOS PRAZERES, brasileiro, divorciado, técnico de logística de transporte, portador de RG Nº 2673346 SSP/PA e CPF Nº 628.890.602-68, residente e domiciliado à Travessa Gurupá, nº 307, Bairro Cidade Velha, CEP 66020-320, Belém/PA, Telefone (091) 98135-9543 E DEMANDADO: CAROLINE LAVAREDA LOBATO, brasileira, divorciada, fisioterapeuta, contra si e representando o menor RODRIGO LOBATO DOS PRAZERES, ambos residentes e domiciliados à Avenida Governador José Malcher, nº 1716, apartamento nº 402, Edifício Maison Giverny, CEP 66060-230, Bairro Nazaré, Belém/PA 1. Cite(m)-se, PESSOALMENTE, CAROLINE LAVAREDA LOBATO (CUMPRIMENTO por oficial de justiça: mandado/carta precatória: prazo de cumprimento de 30 dias) àluz do art. 212 do CPC, com as advertências dos artigos 344 e 345 todos do CPC. (O expediente serácumprido, também, fora do horário forense, 06:00às 20:00 horas, com cumprimento da diligência nos dias de domingo e feriados).2. O prazo para apresentação de defesa seráde 15(quinze) dias, sob pena de decreto de revelia, ante as advertências expostas no respectivo mandado.3. No mais, digo ao oficial de justiça que, caso haja suspeita fundada de ocultação, emúltimo caso, a citação ocorrerá por hora certa, detalhando-se as diligências correspondentes.(A diligência quantoàcitação por hora certa deve ser bem detalhada, com anúncio dos dias e horários de cumprimento e com que se falou acerca da diligência).4. Alerto ao senhor oficial de justiça que o mandado de citação não deve ser deixados com terceiros, mesmo que tais sejam parentes dos litigantes(mãe, irmã, tio, dentre outros), uma vez que as diligências em comento se obrigam a ser PESSOAL. A desatenção ao tema, certamente, provocaráa declaração de nulidade de a certidão, permitindo-se a emissão de novos expedientes.5. Ultrapassado o prazo da defesa, conclusos para prosseguimento,observando-se que o(a) Autor(a) se encontra com a gratuidade processual.6. Não vou designar audiência de conciliação/mediação diante da desnecessidade no feito,

porque vejo a imprescindibilidade de estabilização objetiva da demanda, em seu início, sem prejuízo de haver mediação/conciliação ao longo da demanda7. Autorizo o senhor Diretor de Secretaria ou outro servidor por ele indicado a assinar digital o expediente para fins necessários.8. Após, conclusos para prosseguimento, observando o empreendimento da cognição exauriente ante a pretensão em comento assim exigir.9. Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA. MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO ARTIGOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL INSERTOS ACIMA (I)Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.(II)Art. 345. A revelia não produz o efeito mencionado noart. 344se: I - havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis;III - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato;IV - as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.(III)Art. 694. Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação.Parágrafo único. A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem a mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.(IV)Art. 695. Recebida a petição inicial e, se for o caso, tomadas as providências referentes à tutela provisória, o juiz ordenará a citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação, observado o disposto no art. 694.§ 1oO mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.§ 2oA citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência.§ 3oA citação será feita na pessoa do réu.§ 4oNa audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.(V)Art. 696. A audiência de mediação e conciliação poderá dividir-se em tantas sessões quantas sejam necessárias para viabilizar a solução consensual, sem prejuízo de providências jurisdicionais para evitar o perecimento do direito.(VI)Art. 697. Não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum, observado oart. 335.(VII)Art. 698. Nas ações de família, o Ministério Público somente intervirá quando houver interesse de incapaz e deverá ser ouvido previamente à homologação de acordo.

Número do processo: 0834718-32.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: E. D. C. F. Participação: ADVOGADO Nome: ADELVAN OLIVERIO SILVAOAB: 5584 Participação: ADVOGADO Nome: JESSYCA FONSECA SOUZAOAB: 23292/PAR.Hoje1. Por agora, concedo à Autora os benefícios da gratuidade processual, nesta compreendida custas, despesas, taxas e emolumentos, bem como honorários advocatícios.2. É meu entendimento, pelo menos neste momento, que o pedido de união estável exige a cognição exauriente, notadamente, quando da existência de parentes próximos, com exclusão(repito, pelo menos por agora) do fruto do casal eis que tal, sem sombra de pálida dúvida, vai confirmar a pretensão ante a convergência de interesses.3. Ora, na certidão de assento de óbito vejo que o falecido deixou pais(se vivos, não sei, pois quem vai dizer será a Autora), então, devem vir os mesmos para compor a lide no campo passivo da questão a fim de podermos esgotar a medida. Por outro lado, se todos falecidos(certidões comprovando o fato) e não havendo mais parentes próximos vivos, então, não haverá outro caminho a adotar que não seja o consenso entre mãe e filha para assim firmar uma decisão final homologatória.4. Pois bem. Emenda a inicial(15 dias úteis), sob pena de indeferimento.5. Após, conclusos.Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0845081-15.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: D. D. R. N. Participação: REQUERIDO Nome: A. A. D. S.DESPACHO-MANDADO serviráo presente, por cópia digitada, como mandado, na forma do PROVIMENTO Nº003/2009, alterado pelo Provimento nº011/2009?CJRMB. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. INTIMAÇÃO PESSOAL: AUTORIZO O SENHOR OFICIAL DE JUSTIÇA A CUMPRIR A MEDIDA APÓS O HORÁRIO REGULAR, FERIADOS E FINAIS DE SEMANA. R. Hoje 10 Por mandado/carta precatória: 30 dias, intime(m)-se pessoalmente o(a) Autor(a) K.V.D.S., representada por sua materna DAYANA DO ROSÁRIO NUNES, moradora da Passagem John Engelhard, n°55, Residencial Duas Irmãs, QD-14, LOTE 55. Em frente ao campo do Rubilota. Bairro: Pratinha 02, município: Belém-PA CEP: 66816-030, para que, em CINCOúteis, manifeste(m) seu(s) respectivo(s) interesse(s) ,dizendo se ainda tem interesse quanto ao prosseguimento

do feito, e caso queria dar continuidade ao processo, DIGA QUAL O ENDEREÇO DA PARTE CONTRÁRIA, EIS O ID 6328488, SOB PENA DE EXTINÇÃO. O expediente ser cumpridoàluz do artigo 212 do CPC.(cumprimento, também, fora do expediente forense, inclusive nos dias de domingo e feriados).20 Observe o senhor oficial de justiça que a diligência NÃO SERÁ CUMPRIDA se deixar o mandado com terceiro, mesmo que este seja próxima ao(s) Autor(es) , porque a intimação SE OBRIGA A SER PESSOAL.30 Acostado o expediente, voltem-me conclusos.40 Belém-Pará, 28 de JUNHO de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0822459-05.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: C. O. D. C. Participação: ADVOGADO Nome: ALAN PINHEIRO DA LUZ SILVAOAB: 26273/PA Participação: REQUERIDO Nome: R. D. S. M.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DA 1ºVARA DE FAMÍLIA DA CAPITALPROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO ALESP 0822459-05.2019.814.0301ENDEREÇO: RUA CORONEL FONTOURA, S/N(PRAÇA FELIPE PATRONI, PERTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM-PARÁ)CEP: 66.015-260, BAIRRO DA CIDADE VELHA, FONE: (91) 3025-2147.E-MAIL: 1familiabelem@tjpa.jus.br DECISÃO-MANDADO-OFÍCIO servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, na forma do PROVIMENTO Nº 003/2009, alterado pelo Provimento nº 011/2009 ? CJRMB. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. DEMANDANTE: CAROLINE OLIVEIRA DA CUNHA, brasileira, solteira, portador do RG n.º 7378235 SSP/PA e inscrito no CPF n.º 553.123.732-49, endereço eletrônico: caroline_renata15@hotmail.com, residente e domiciliado na Rua Osvaldo de Caldas Brito, nº 40, Bairro: Jurunas, Belém ? PA, CEP 66025-190 E DEMANDADO: RANGEL DOS SANTOS MACIEL, brasileiro, residente e domiciliado na Rua Osvaldo de Caldas Brito, nº 40, Bairro: Jurunas, Belém ? PA, CEP 66025-190 CAROLINE OLIVEIRA DA CUNHA propôs Ação Judicial em desfavor de RANGEL DOS SANTOS MACIEL ,argumentando, em apertada síntese, ser devido a medida inicial eis a imprescindibilidade em firmar obrigação alimentar paterna, além de delinear o direito de visitação correspondente, com a consequente concessão de a guarda (pedido subsequente e interligado ao último), razão pela qual almeja a aceitabilidade da tutela de urgência em todos os seus termos. Acostou documentos. O processo está seguindo seu trâmite normal. RELATADO EM APERTADA SÍNTESE DECIDO O almejo inicial(tutela de urgência), na realidade, propõe a discussão acerca de três temas, a saber: guarda, visitação paterna e alimentos, os quais serão um a um pontuados. Frisa-se muito bem: Não posso falar em guarda judicial sem delinear o direito de visitação, e vice-versa eis os assuntos estarem mesclados entre si. Pois bem. DA GUARDA, ALIMENTOS PRESUMIDOS E DIREITO DE VISITAÇÃO No que tange à guarda de o(s) fruto(s) do casal, o pedido pressupõe o desfazimento da relação afetivo emocional dos genitores, cuja responsabilidade do encargo e obrigação legal, inclusive o dever emocional, resta designado ao responsável legal que detém melhores condições à sua assunção. É a imposição legal inserida no artigo 1.584 do Código Civil Pátrio, em seucaput: Decretada a separação judicial ou divórcio, sem que haja entre as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la De outro norte, a guarda judicial, tão somente, pode vir a regularizar a faticidade da responsabilidade exercida por um dos genitores em detrimento de outro que, por sua vez, concedeu-a, reconhecidamente, a quem, de fato, detinha melhores condições físico emocional econômico financeiras à criação do fruto. Quanto a tal situação fática, vejamos o que dispõe a recente jurisprudência advinda do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: EMENTA:AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO DE REVERSÃO DE GUARDA E EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. GUARDA DE FATO E DESCONTOS EM FOLHA DA PENSÃO ALIMENTÍCIA. Embora a guarda do menor tenha sido atribuída à mãe quando do acordo entabulado na separação judicial, está demonstrado nos autos que encontra-se sendo exercida de fato pelo genitor, há aproximadamente seis meses. Na ausência de elementos, na fase, capazes de embasar juízo modificando a guarda, e diante da ausência de pedido intentado pela genitora para retomada da guarda, a suspensão do desconto em folha da pensão alimentícia se impõe, até decisão definitiva sobre a guarda, ou eventual retomada da guarda da menor pela mãe. Consequência natural da situação da guarda fática a um dos genitores é a garantia do direito de visitas ao genitor não-guardião. PRELIMINAR REJEITADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70024873952, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: André Luiz Planella Villarinho, Julgado em 27/08/2008) FAMÍLIA - GUARDA - MODIFICAÇÃO - PARÂMETROS - INTERESSE DA CRIANÇA - CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA.1. Via de regra, o entendimento jurisprudencial dominante diz ser inviável a modificação da guarda, em sede de antecipação da tutela, quando não demonstrada a gravidade da causa que a determine. Esta providência atende à conveniência

e bem-estar do menor de tenra idade cujo interesse deve sempre prevalecer em qualquer patamar que se discuta, quer o social, quer o jurídico, quer a psicológico.2. A modificação brusca da situação fática a que está habituada a criança pode, ao invés de benefícios, acarretar-lhe prejuízo, sem qualquer motivo grave que assim justifique.3. Negou-se provimento ao recurso.(20080020161871AGI, Relator FLAVIO ROSTIROLA, 1ª Turma Cível, julgado em 10/12/2008, DJ 12/01/2009 p. 35) Ora, como se depreende dos termos iniciais, constata-se que a guarda do(a) filho(a) do casal (GIOVANNA RAFAELLE OLIVEIRA MACIEL, menor impúbere, nascido em 13/04/2016) deverá permanecer com a MATERNA CAROLINE OLIVEIRA DA CUNHA,UNILATERALMENTE, eis a mantença da circunstância fática ora envolvida, cumulado à ausência de comprovação de atitudes desabonadoras à conduta e comportamento da mesma, o que, repisa-se muito bem, permite-se, por agora, manter a guarda provisória com a genitora. Veja, imponho assim a modalidade de guarda judicial(unilateral), até que haja elementos fáticos substanciais para a alteração, indo de unilateral para compartilhada, SE ASSIM FOR APURADO E NECESSÁRIO. De outro norte, no que se refere ao direito de visitação, o mesmo encontra amparo legal no artigo 1.589, do Código Civil Pátrio. Note os termos do dispositivo: O pai ou a mãe em cuja guarda não estejam os filhos, poderá visitá-los e tê-los em sua companhia , segundo o que acordar com o outro cônjuge, ou for fixado pelo juiz, bem como fiscalizar sua manutenção e educação. Como se vê, muito embora tenha havido a desestruturação da vida em comum com a cessação de algumas obrigações legais e firmadas entre os genitores do fruto, o direito de visita de um dos polos em relação ao seu filho não é alcançado pela dissolução do matrimônio ou união estável ou, ainda, da simples convivência amorosa, eis a existência de relação jurídica diferenciada envolvendo genitor-rebento. De outra banda, a visitação não é apenas um direito pertencente a um dos genitores, não, pois o direito é majoritariamente do filho , eis que a convivência com a figura paterna , desde sempre com início na terna infância, trar-lhe-á vínculo afetivossocial capaz de gerir os princípios e comandos da trajetória de vida. Todavia, quando comprovado ou estando presentes indícios de a existência de agressividade e violência física dentro do seio familiar, com autoria paterna, a meu ver, o direito de visitação deve ser observado e assegurado ao genitor, após a confecção da perícia psicossocial, eis a natureza da discussão em anexo. No caso em tela, configurado está a aparência do bom direito quanto à concessão da tutela de urgência, frisa-se, eis a presença dos requisitos e pressupostos autorizadores. A Tutela de Urgência detém como princípio estruturante o da efetividade do processo cuja finalidade precípua é o dar celeridade ou adiantamento dos efeitos fático legais de uma futura sentença favorável. Regida pelo artigo do Estatuto Processual Civil: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.§ 1oPara a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la.§ 2oA tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia.§ 3oA tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. A tutela de urgência aduz a existência de os requisitos de admissão abaixo delineados: 1.DA PROBABILIDADE DO DIREITO(ANTERIOR FUMUS BONI IURIS - CONVICÇÃO DE VEROSSIMILHANÇA Na lição de Fredie Didier Jr, em sua obra Curso de Direito Processual Civil, Volume 2, 2007, Edição Podivm, p. 538: Prova inequívoca não é aquela que conduza a uma verdade plena, absoluta, real ... tampouco a que conduz à melhor verdade possível(a mais próxima da realidade)...Trata-se de prova robusta, consistente, que conduza o magistrado a um juízo de probabilidade, o que é perfeitamente viável no contexto da cognição sumária. Por outro lado, Luiz Guilherme Marinoni, em sua Obra Curso de Processo Civil, volume 4, 2ª tiragem, São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008, p. 147, ensina-nos que: O juiz julga o pedido cautelar com base em fumus boni iuris. Assim, a sua convicção jamais deve ultrapassar a veorssimilhança, pois de outra forma estar-se-á diante de um processo de cognição exauriente, em que a convicção é de certeza e o juízo acerca do litígio permite a declaração capaz de gerar a coisa material. O processo cautelar é necessariamente limitado à convicção de verossimilhança. Ora, a convicção de verossimilhança se encontra robustamente patente quando do vínculo consanguíneo envolvendo o Requerido e seu fruto, eis que, como dito alhures, o direito de visitação não pertence apenas ao genitor e sim, em nível elevadíssimo, ao fruto do casal, o qual precisa manter os laços afetivo emocional familiares intactos, desde que não haja anúncio quanto à violência doméstica,o que impõe cautelaridade quanto à regulamentação imediata da visitação paterna , o que, pelo menos por agora, inocorre na demanda eleita(violência doméstica: Não há mínima comprovação nesse sentido). 2.PERIGO DE DANO(ANTERIOR PERICULUM IN MORA) Opericulum in mora, HOJE MENCIONADO ?PERIGO DE DANO?se posta como outro requisito validador para a concessão de a tutela de urgência, desde que efetivamente comprovado a sua urgência e imprescindibilidade, cuja demora acarretará prejuízos de tal monta ao necessitado, inclusive com grau irreversível, insurgindo o nominado

perigo de dano. Atente-se: O perigo de danose encontra vinculado ao perigo de dano cuja demora na decisão acarretará danos irreparáveis . Vejamos o que o doutrinador Luiz Guilherme Marinoni, em sua obra acima nominada, agora na página28, afirmou acerca deste pressuposto de admissão: O perigo de dano deve ser fundado em elementos objetivos, capazes de serem expostos de forma racional, e não em meras conjecturas de ordem subjetiva. Além disto, embora o perigo de dano faça surgir uma situação de urgência, tornando insuportável a demora do processo, não há razão para identificar perigo de dano com o periculum in mora, como se ambos tivessem o mesmo significado. O perigo de dano faz surgir o perigo na demora do processo, existindo, aí, uma relação de causa e efeito. Por isto mesmo, para se evidenciar a necessidade das tutela cautelar, não basta alegar o periculum in mora, sendo preciso demonstrar a existência de causa, ou seja, o perigo de dano. Assim , ser indiferente à medida é negar um direito patente dos envolvidos, visando o respeito e a adequação aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e preservação da família remanescente, motivo pelo qual entendo por conceder o pedido relativo à medida inicial, de modo integral. Veja, não imponho a guarda compartilhada diante do nível de afastamento e conflito envolvendo o casal, o que, a meu ver, acaso concedida, afrontaria o princípio do melhor interesse da criança. Todavia, tal postura poderá ser alterada, em especial,após a confecção do meio de prova relativo ao estudo psicossocial ou no momento apropriado. É meu entendimento! Assim, ser indiferente à medida é negar um direito patente dos envolvidos, visando o respeito e a adequação aos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e preservação da família remanescente, motivo pelo qual entendo por conceder o pedido relativo à medida inicial. Isto posto, com base e fundamento no artigo 300 e seguintes do Código de Processo Civil, DEFIRO, de modo parcial, o pedido de tutela de urgência (quanto aos temas guarda, direito de visitação e alimentos presumidos) por conceder a guarda provisória, JUDICIAL E UNILATERAL do(a) filhos(a) do casal (GIOVANNA RAFAELLE OLIVEIRA MACIEL, menor impúbere, nascida em 13/04/2016) À MATERNA CAROLINE OLIVEIRA DA CUNHA,UNILATERALMENTE) , cuja regulamentação do direito de visitação paterna da seguinte forma(não conforme o pedido inicial): (i) finais de semana e feriados alternados, iniciando-se com a materna. Quando da vez do paterno , o fruto ficará na companhia do genitor da seguinte forma: Sexta-feira, logo após o horário escolar(O paterno deverá buscar seu filho na escola/Creche) entregando-o no dia útil de aula.(Esta decisão vale como ofício à Direção da Escola para fins de conhecimento do responsável pela entrega/busca da criança/adolescente para tanto, o qual poderá ter ciência - o paterno - do desenvolvimento escolar e participar da reunião de pais e mestres, quando designada. Nos feriados de um dia e nos longos, seguir-se-á o mesmo padrão. (ii) dia dos pais e aniversário do mesmo, a(s) criança(s) / adolescente(s) estará na companhia de seu homenageado, no dia inteiro, com mesmo padrão acima delineado(busca/entrega o Estabelecimento de Ensino).(iii)nas férias escolares, cada genitor terá uma quinzena dos meses correspondentes, destinando-se sempre a primeira ao paterno(1-15).(iv)festas de final de ano alternados, destinando-se o natal/2019 à materna e o ano novo ao paterno com entrega na casa materna no primeiro dia útil seguinte, até o horário de 12:00 horas. Todavia, se emendar com a quinzena de férias do paterno, então, o menor será entregue na casa materna ou na Escola, conforme o caso. (v) aniversário da(s) criança (s) /adolescente(s), o paterno terá a companhia de seu(s) filho(s) no horário de 10:00 às 18:00 horas, com a outra parte do dia sendo destinado à materna , salvo ajuste melhor entre as partes(Estipulo assim diante da necessidade de contato da criança com ambos os pais nesse dia especial). Cumpre dizer que, ao longo da demanda, a fora de visitação poderá ser alterada, segundo os termos e moldes legais. Digo que este parâmetro de a visitação paterna é a melhor a ser adotada no momento, uma vez a necessidade de convivência familiar da(s) criança (s) ou adolescente(s) com o seu genitor.A verba alimentar vai estar estipulada em 20% (vinte por cento) de os vencimentos e vantagens do Paterno, incluindo-se férias, FGTS, 13º salário, aviso prévio, horas extras, salário família, auxílio alimentação, verbas rescisórias, participação nos lucros e rendimentos, prêmios, subsídios e demais gratificações, com exclusão, apenas e tão somente, dos descontos obrigatórios(INSS e IR), cujo valor será depositado na conta bancária da materna(a ser forencida em cinco dias, contados da intimação do advogado via PJE), respeitando-se a data limite do recebimento dos rendimentos do paterno. Igual valor se perfaz quando o paterno estiver recebendo valor previdenciário e seguro-desemprego, bastando haver informação da Autora. Oficie-seàfonte pagadora(Planeta Celular com sede na Tv Frutuoso Guimarães entre Ô de Almeida e Aristides Lobo Belém ? PA), para que, no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento do expediente, informe os ganhos reais do paterno, em detalhes. Veja, a materna tem o prazo de cinco dias para fornecer seus dados bancários para que possa receber a verba alimentar devida. Ultrapassado o prazo em silêncio, o ofício não sairá até que a materna cumpra o que está determinado, o que vai lhe impossibilitar executar os alimentos até que tal cláusula resolutiva seja cumprida. Agora, fornecido os dados bancários, expeça-se o ofício à fonte pagadora para fins devidos.Se estiver desempregado, a verba alimentar se estipulará em termos de salário mínimo, na ordem de 50%(cinquenta

por cento) do salário mínimo vigente, reajustados de acordo com a política governamental, cujo valor será depositado na conta bancária a ser identificada, respeitando-se a data limite do dia 05(cinco) mensal. Expeça-se(de imediato e sem esperar o trânsito em julgado desta decisão ao paterno) o competente termo de guarda provisória UNILATERAL à materna à finalidade de direito, com amplos poderes de representação e assistência, com esfera de atuação no campo da educação, saúde, assistência, bancário e dentre outras que forem necessárias para proteger os interesses da criança. Esta decisão vale comooficioemandado/carta precatória, esta última com prazo de cumprimento de 30(trinta) dias. O processo seguirá o procedimento comum ordinário, eis a cumulação de pedidos assim possibilitar. Cite-se, PESSOALMENTE,O SENHOR RANGEL DOS SANTOS MACIEL (por oficial de justiça:),àluz do art. 212 do CPC, com as advertências dos artigos 344 e 345 todos do CPC. (O expediente serácumprido, também, fora do horário forense, 06:00às 20:00 horas, com cumprimento da diligência nos dias de domingo e feriados). O prazo para apresentação de defesa seráde 15(quinze) dias, sob pena de decreto de revelia, ante as advertências expostas no respectivo mandado. No mais, digo ao oficial de justiça que, caso haja suspeita fundada de ocultação, emúltimo caso, a citação ocorrerá por hora certa, detalhando-se as diligências correspondentes.(A diligência quantoàcitação por hora certa deve ser bem detalhada, com anúncio dos dias e horários de cumprimento e com que se falou acerca da diligência). Alerto ao senhor oficial de justiça que o mandado de citação não deve ser deixados com terceiros, mesmo que tais sejam parentes dos litigantes(mãe, irmã, tio, dentre outros), uma vez que as diligências em comento se obrigam a ser PESSOAL. A desatenção ao tema, certamente, provocaráa declaração de nulidade de a certidão, permitindo-se a emissão de novos expedientes. Observe a Secretaria da Vara que a materna se encontra com a gratuidade processual. Autorizo o senhor Diretor de Secretaria ou outro servidor por ele indicado a assinar digitalmente os expedientes ao objetivo desejado. Não vou designar audiência de conciliação/mediação diante da desnecessidade no feito, porque vejo a imprescindibilidade de estabilização objetiva da demanda, em seu início, sem prejuízo de haver mediação/conciliação ao longo da demanda. Publique-se. Registre-se.Intime-se.Cumpra-se. Acautelem-se. Após, conclusos. Belém-Pará, 28 de JUNHO de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURT JUÍZA DE DIREITO ARTIGOS EXTRAÍDOS DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ACIMA NOMINADOS(i)Art. 243. A citação poderá ser feita em qualquer lugar em que se encontre o réu, o executado ou o interessado.(ii)Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor.(iii)Art. 345. A revelia não produz o efeito mencionado noart. 344se:I - havendo pluralidade de réus, algum deles contestar a ação;II - o litígio versar sobre direitos indisponíveis;III - a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato;IV - as alegações de fato formuladas pelo autor forem inverossímeis ou estiverem em contradição com prova constante dos autos.(iv)Art. 346. Os prazos contra o revel que não tenha patrono nos autos fluirão da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.Parágrafo único. O revel poderá intervir no processo em qualquer fase, recebendo-o no estado em que se encontrar.(v)Art. 695. Recebida a petição inicial e, se for o caso, tomadas as providências referentes à tutela provisória, o juiz ordenará a citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação, observado o disposto no art. 694.§ 1oO mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.§ 2oA citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência.§ 3oA citação será feita na pessoa do réu.§ 4oNa audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.(vi)Art. 694. Nas ações de família, todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, devendo o juiz dispor do auxílio de profissionais de outras áreas de conhecimento para a mediação e conciliação.Parágrafo único. A requerimento das partes, o juiz pode determinar a suspensão do processo enquanto os litigantes se submetem a mediação extrajudicial ou a atendimento multidisciplinar.(vii)Art. 695. Recebida a petição inicial e, se for o caso, tomadas as providências referentes à tutela provisória, o juiz ordenará a citação do réu para comparecer à audiência de mediação e conciliação, observado o disposto no art. 694.§ 1oO mandado de citação conterá apenas os dados necessários à audiência e deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo.§ 2oA citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência.§ 3oA citação será feita na pessoa do réu.§ 4oNa audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados ou de defensores públicos.(viii)Art. 696. A audiência de mediação e conciliação poderá dividir-se em tantas sessões quantas sejam necessárias para viabilizar a solução consensual, sem prejuízo de providências jurisdicionais para evitar o perecimento do direito.(ix)Art. 697. Não realizado o acordo, passarão a incidir, a partir de então, as normas do procedimento comum, observado oart. 335.

Número do processo: 0825776-11.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: M. P. F. C. D. M. Participação: ADVOGADO Nome: DENIS MACHADO MELOOAB: 10307/PA Participação: REQUERIDO Nome: B. P. M. C. D. M. Participação: REPRESENTANTE DA PARTE Nome: LANA CAROLINA MAUES DE SALESOAB: nullR.Hoje(i) É preciso que se entenda o seguinte: É cediço que o regramento geral impõe o compartilhamento da guarda judicial. Todavia, em sede de Direito de Família, os fatos importam! Então, o paterno terá que emendar a inicial(15 dias úteis) para que: (i) se tal modalidade de guarda não lhe for, agora, concedida, então, que fale sobre a outra e disserte muito bem sobre os parâmetros desejados a seu direito de visitação, sob pena de indeferimento.(ii) Após, conclusos.Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA.MARGUII GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0824271-82.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: L. M. D. A. C. D. S. Participação: REQUERENTE Nome: L. P. D. S. PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DA 1ºVARA DE FAMÍLIA DA CAPITALPROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DIVCON 0824271-82.2019.814.0301ENDEREÇO: RUA CORONEL FONTOURA, S/N(PRAÇA FELIPE PATRONI, PERTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM-PARÁ)CEP: 66.015-260, BAIRRO DA CIDADE VELHA, FONE: (91) 3025-2147.E-MAIL: 1familiabelem@tjpa.jus.br SENTENÇA-MANDADO-OFÍCIO servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, na forma do PROVIMENTO Nº 003/2009, alterado pelo Provimento nº 011/2009 ? CJRMB. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. LEDIOMAR MONTEIRO DE ASSIS COSTA DOS SANTOS E LAEDSON PONTES DOS SANTOS,ambos qualificados, nos autos da Ação Judicial convergiram vontades no sentido de haver o decreto divorcista diante da impossibilidade de retornoàvida conjugal, razão pela qual requerem a procedência integral da pretensão eleita, inclusive dos demais pedidos ora eleitos. Acostaram documentos. O processo seguiu seu trâmite normal. RELATADO EM APERTADA SÍNTESE DECIDO 1-Do Divórcio O divórcio propõe o término da sociedade conjugal, permitindo um novo enlace matrimonial entre os divorciandos, não havendo mais falar em requisito temporal, vez a nova determinação exposta por nossa Carta Magna, em seu artigo 226,diz: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado§6.O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. Frisa-se muito bem, o pressuposto de admissão do pedido, anteriormente, centrava-se no decurso de tempo, vale dizer, 01(um) ano após a separação o judicial ou mais de 02(dois) anos a contar da separação fática. Era o seu início e exclusivo fundamento legal, todavia, a Carta Magna, agora, aboliu o lapso temporal como requisito de admissibilidade da dissolução da sociedade conjugal, tornando o divórcio como medidaúnica para o fim do casamento, repisa-se muito bem, sem falar, contudo, em período temporal. Assim sendo, diante da postura convergente dos Interessados, não vejo nenhum obstáculo em acolher o almejo em sua integralidade. Vejamos.Da Guarda Judicial, Direito de Visitação e Alimentos(i) A guarda do fruto do casal(MARIA VITÓRIA MONTEIRO DOS SANTOS) será COMPARTILHADA,sem perder de vista o texto inserido no tópico: DA GUARDA E DO DIREITO DE CONVIVÊNCIA.(ii) A obrigação alimentar paterna já está delineada nos autos do processo 0860115-30.2018.8146.0301, da 3ª Vara de Família. Da Verba Assistencial Alimentar Não há. Da Partilha de Bens Idem. Diante disso, como dito acima, resta ao Juízo acolher a convergência de vontades entre as partes, em sua integralidade. Ante o exposto e por tudo que nos autos consta, com base e fundamento no artigo 487, incisoIII,alínea?b?,do Estatuto Processual Civil, c/c o artigo 226,§6º, da Carta Magna, JULGO INTEGRALMENTE PROCEDENTE O PEDIDODE DISSOLUÇÃO DE A SOCIEDADE CONJUGAL, e, por consequênciadecreto o divórcio entre LEDIOMAR MONTEIRO DE ASSIS COSTA DOS SANTOS E LAEDSON PONTES DOS SANTOS eis a satisfação das exigências legais, observando-se que a divorcianda voltará ao uso de seu nome de solteira. Quantoàguarda judicial, direito de visitação e alimentos, assim os Interessados acordaram:(i) A guarda do fruto do casal(MARIA VITÓRIA MONTEIRO DOS SANTOS) será COMPARTILHADA, sem perder de vista o texto inserido no tópico: DA GUARDA E DO DIREITO DE CONVIVÊNCIA.(ii) A obrigação alimentar paterna já está delineada nos autos do processo 0860115-30.2018.8146.0301, da 3ª Vara de Família.(iii) Não há verba assistencial alimentar e(iv) Não há partilha de bens. A presente sentença serve como mandado de averbação/carta precatória de cunho averbatório:Cartório Givaldo Araújo - Icoaraci-Pará, certidão de assento de casamento de matrícula de número 066050 01 55 2013 2 00080 012 0023520 61. PORÉM, PRECISO ESCLARECER AOS INTERESSADOS E À DEFENSORIA PÚBLICA QUE, MUITO EMBORA ESTA SENTENÇA SIRVA COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO, VEDA-SE AOS MESMOS IMPRIMIREM O TEXTO E O LEVAREM DIRETO AO CARTÓRIO CORRESPONDENTE, UMA VEZ A INDISPENSABILIDADE DA SECRETARIA DA VARA

TRANSFORMAR A SENTENÇA EM DOCUMENTO, SEGUINDO-SE DO ENVIO POR MALOTE DIGITAL OU CARTA PRECATÓRIA. PORTANTO, CASO OS INTERESSADOS OU O PROFISSIONAL NÃO SIGAM TAL INSTRUÇÃO, O EXPEDIENTE IMPRESSO PELOS MESMOS NÃO TERÁ VALOR ALGUM JUNTO AO CARTÓRIO A SER REGISTRADO/AVERBADO A DECISÃO, SALVAGUARDANDO A CLARA RECUSA DO TABELIÃO AO CUMPRIMENTO DA MEDIDA. ÀSecretaria da Vara e os Interessados adotarem as medidas legais cabíveis ao feito, observando-se que ambos estão com o manto da gratuidade processual. Esta sentença serve como mandado e ofícioàfonte pagadoraàfinalidade de direito, se necessário esteúltimo. Sem custas e honorários advocatícios, observando-se que a gratuidade processual atingiráa emissão da terceira via do documento em questão(uma para cada Autor), além da anotação/averbação da medida. P.R.I e cumpra-se e expeça-se, eis a renúncia de o decurso do prazo recursal. Em seguida, determino que os autos sejam arquivados com todas as cautelas legais.Belém-Pará,28 de JUNHO de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0825248-74.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: H. L. C. D. C. Participação: ADVOGADO Nome: ADELVAN OLIVERIO SILVAOAB: 5584 Participação: REQUERENTE Nome: P. F. B. C. D. C. PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA DA 1ºVARA DE FAMÍLIA DA CAPITALPROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO DIVCON 0825248-74.2019.814.0301ENDEREÇO: RUA CORONEL FONTOURA, S/N(PRAÇA FELIPE PATRONI, PERTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM-PARÁ)CEP: 66.015-260, BAIRRO DA CIDADE VELHA, FONE: (91) 3025-2147.E-MAIL: 1familiabelem@tjpa.jus.br SENTENÇA-MANDADO-OFÍCIO servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, na forma do PROVIMENTO Nº 003/2009, alterado pelo Provimento nº 011/2009 ? CJRMB. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. HUGO LEONARDO CORDEIRO DE CARVALHO E PERLA FERNANDA BARROS CORREA DE CARVALHO ,ambos qualificados, nos autos da Ação Judicial convergiram vontades no sentido de haver o decreto divorcista diante da impossibilidade de retornoàvida conjugal, razão pela qual requerem a procedência integral da pretensão eleita, inclusive dos demais pedidos ora eleitos. Acostaram documentos. O processo seguiu seu trâmite normal. RELATADO EM APERTADA SÍNTESE DECIDO 1-Do Divórcio O divórcio propõe o término da sociedade conjugal, permitindo um novo enlace matrimonial entre os divorciandos, não havendo mais falar em requisito temporal, vez a nova determinação exposta por nossa Carta Magna, em seu artigo 226,diz: A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado§6.O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio. Frisa-se muito bem, o pressuposto de admissão do pedido, anteriormente, centrava-se no decurso de tempo, vale dizer, 01(um) ano após a separação o judicial ou mais de 02(dois) anos a contar da separação fática. Era o seu início e exclusivo fundamento legal, todavia, a Carta Magna, agora, aboliu o lapso temporal como requisito de admissibilidade da dissolução da sociedade conjugal, tornando o divórcio como medidaúnica para o fim do casamento, repisa-se muito bem, sem falar, contudo, em período temporal. Assim sendo, diante da postura convergente dos Interessados, não vejo nenhum obstáculo em acolher o almejo em sua integralidade. Vejamos.Da Guarda Judicial, Direito de Visitação e Alimentos(i) A guarda do fruto do casal(ALINE CORREA DE CARVALHO) será COMPARTILHADA,sem perder de vista o texto inserido no item 3.4.(ii) A obrigação alimentar paterna dar-se-á conforme termos agendados no item 3.3 Da Verba Assistencial Alimentar Não há. Da Partilha de Bens Idem. Diante disso, como dito acima, resta ao Juízo acolher a convergência de vontades entre as partes, em sua integralidade. Ante o exposto e por tudo que nos autos consta, com base e fundamento no artigo 487, incisoIII,alínea?b?,do Estatuto Processual Civil, c/c o artigo 226,§6º, da Carta Magna, JULGO INTEGRALMENTE PROCEDENTE O PEDIDODE DISSOLUÇÃO DE A SOCIEDADE CONJUGAL, e, por consequênciadecreto o divórcio entre HUGO LEONARDO CORDEIRO DE CARVALHO E PERLA FERNANDA BARROS CORREA DE CARVALHO eis a satisfação das exigências legais, observando-se que a divorcianda voltará ao uso de seu nome de solteira. Quantoàguarda judicial, direito de visitação e alimentos, assim os Interessados acordaram:(i) A guarda do fruto do casal(ALINE CORREA DE CARVALHO) será COMPARTILHADA,sem perder de vista o texto inserido no item 3.4.(ii) A obrigação alimentar paterna dar-se-á conforme termos agendados no item 3.3(iii) Não há verba assistencial alimentar e(iv) Não há partilha de bens. A presente sentença serve como mandado de averbação/carta precatória de cunho averbatório:Cartório de Notas, Protesto e Registro Civil de Marituba-Pará certidão de assento de casamento de matrícula de número 140178 01 55 2011 2 00002 068 0000268 81. PORÉM, PRECISO ESCLARECER AOS INTERESSADOS E AOS ADVOGADOS QUE, MUITO EMBORA ESTA SENTENÇA SIRVA COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO, VEDA-SE AOS MESMOS IMPRIMIREM O TEXTO E O LEVAREM DIRETO AO CARTÓRIO CORRESPONDENTE, UMA VEZ A INDISPENSABILIDADE DA

SECRETARIA DA VARA TRANSFORMAR A SENTENÇA EM DOCUMENTO, SEGUINDO-SE DO ENVIO POR MALOTE DIGITAL OU CARTA PRECATÓRIA. PORTANTO, CASO OS INTERESSADOS OU ADVOGADOS NÃO SIGAM TAL INSTRUÇÃO, O EXPEDIENTE IMPRESSO PELOS MESMOS NÃO TERÁ VALOR ALGUM JUNTO AO CARTÓRIO A SER REGISTRADO/AVERBADO A DECISÃO, SALVAGUARDANDO A CLARA RECUSA DO TABELIÃO AO CUMPRIMENTO DA MEDIDA.ÀSecretaria da Vara e os Interessados adotarem as medidas legais cabíveis ao feito, observando-se que ambos estão com o manto da gratuidade processual. Esta sentença serve como mandado e ofícioàfonte pagadoraàfinalidade de direito, se necessário esteúltimo. Sem custas e honorários advocatícios, observando-se que a gratuidade processual atingiráa emissão da terceira via do documento em questão(uma para cada Autor), além da anotação/averbação da medida. P.R.I e cumpra-se e expeça-se, após o decurso do prazo recursal. Em seguida, determino que os autos sejam arquivados com todas as cautelas legais.Belém-Pará,28 de junho de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0834823-09.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: R. R. M. D. C. Participação: RÉU Nome: C. N. S. M. D. C.R.Hoje1. Por agora, concedo ao Autor os benefícios da gratuidade processual, nesta compreendida custas, despesas, taxas e emolumentos, bem como honorários advocatícios.2. Estou com uma dúvida: Mesmo sendo mutirão sistêmico, mas em havendo a presença do Juiz, não tem que haver sentença homologando o acordo ora apresentado? Bom, preciso que a decisão seja efetivamente juntada a fim de que se possa processar, com segurança, o título executivo judicial(15 dias úteis, a dobrar), sob pena de indeferimento.3. Após, conclusos.Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURT JUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0844918-35.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: N. V. R. Participação: ADVOGADO Nome: CRISTIANO COELHO DE MORAESOAB: 7444 Participação: EXECUTADO Nome: J. R. D. R. Participação: ADVOGADO Nome: VANESSA GUIMARAES DO NASCIMENTOOAB: 081R.Hoje(i) À Secretaria da Vara certificar quanto à (in)tempestividade da defesa.(ii) Simultaneamente, em 10(dez) dias úteis e comum, tenham conhecimento e, querendo, digam as partes quanto às respostas vindas do Banco Central, em anexo.(iii) Autorizo a transferência dos valores bloqueados para a conta do Juízo, cuja liberação será dada no momento oportuno.(iv) Ultimadas as diligências, conclusos.Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0827130-08.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: A. O. G. F. Participação: ADVOGADO Nome: MAYARA CARNEIRO LEDO MACOLAOAB: 016976/PA Participação: REQUERIDO Nome: K. R. S. A. Participação: ADVOGADO Nome: KARLA SILVA ATAIDE DE LIMAOAB: 21799/PA Participação: ADVOGADO Nome: TATIANE RODRIGUES DE VASCONCELOSOAB: 6871R.Hoje 1. Designoa data de 08 de julho de 2019, às 12:00 horas, para audiência de Saneamento e Organização do Processo, ante a complexidade da matéria fática em discussão, em eleição ao princípio da cooperação, observando-se que todas as questões iniciais serão no ato decididas.2. As partes deverão apresentar o rol de testemunhas(nome das mesmas, somente) nesta audiência para formar o meio de prova testemunhal, sob pena de preclusão. E as mesmas,no momento de a audiência de instrução e julgamento, serão apresentadas em Juízo, independentemente de intimação, sob pena de desistência.3. Digo, ainda que, caso a audiência seja remarcada ou não realizada por algum motivo justificável, não será reaberto prazo para apresentação do rol de testemunhas acima declinado, tornando precluso para as partes a produção desse meio de prova correspondente. Ainda, se uma das partes e/ou seus patronos não comparecer, a audiência será mesmo assim realizada, com a questões levantadas nela decidida.4. Não haverá expedição de mandado de intimação aos litigantes, eis que, quanto ao Autor, seus patronos detêm poderes para transigir, seguindo-se o mesmo raciocínio quanto à parte adversa, PORTANTO, AGINDO EM NOME DE SEUS CONSTITUINTES PARA COMPOREM VONTADES,MESMO QUE PARCIAL, UMA VEZ QUE OS PODERES CONCEDIDOS ASSIM PERMITEM OS PROFISSIONAIS PARA TANTO.5. Cientes os Advogados e Ministério Público, observando-se que a materna não vai estar com a gratuidade

processual, porque revelado nas demais demandas existentes nesta Vara de Família sua possibilidade econômico financeira para pagar as custas e demais despesas do processo.6. Belém-Pará, 28 de JUNHO de 2019 DRA.MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO ARTIGO DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVILArt. 357. Não ocorrendo nenhuma das hipóteses deste Capítulo, deverá o juiz, em decisão de saneamento e de organização do processo:I - resolver as questões processuais pendentes, se houver;II - delimitar as questões de fato sobre as quais recairá a atividade probatória, especificando os meios de prova admitidos;III - definir a distribuição do ônus da prova, observado oart. 373;IV - delimitar as questões de direito relevantes para a decisão do mérito;V - designar, se necessário, audiência de instrução e julgamento.§ 1oRealizado o saneamento, as partes têm o direito de pedir esclarecimentos ou solicitar ajustes, no prazo comum de 5 (cinco) dias, findo o qual a decisão se torna estável.§ 2oAs partes podem apresentar ao juiz, para homologação, delimitação consensual das questões de fato e de direito a que se referem os incisos II e IV, a qual, se homologada, vincula as partes e o juiz.§ 3oSe a causa apresentar complexidade em matéria de fato ou de direito, deverá o juiz designar audiência para que o saneamento seja feito em cooperação com as partes, oportunidade em que o juiz, se for o caso, convidará as partes a integrar ou esclarecer suas alegações.§ 4oCaso tenha sido determinada a produção de prova testemunhal, o juiz fixará prazo comum não superior a 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas.§ 5oNa hipótese do § 3o, as partes devem levar, para a audiência prevista, o respectivo rol de testemunhas.§ 6oO número de testemunhas arroladas não pode ser superior a 10 (dez), sendo 3 (três), no máximo, para a prova de cada fato.§ 7oO juiz poderá limitar o número de testemunhas levando em conta a complexidade da causa e dos fatos individualmente considerados.§ 8oCaso tenha sido determinada a produção de prova pericial, o juiz deve observar o disposto noart. 465e, se possível, estabelecer, desde logo, calendário para sua realização.§ 9oAs pautas deverão ser preparadas com intervalo mínimo de 1 (uma) hora entre as audiências.

SECRETARIA DA 2ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE FAMILIA DE BELEM - VARA: 2ª VARA DE FAMILIA DE BELEM PROCESSO: 00008951320138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:R. P. S. AUTOR:A. M. N. V. P. Representante(s): OAB 4676 - LUIZ PAULO DE ALBUQUERQUE FRANCO (DEFENSOR) . DESPACHO R.h. Configurada possível situação de abandono, determino o encaminhamento dos autos ao Ministério Público para emissão de parecer. Após, conclusos. Belém, 26 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00042930220128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Execução de Título Judicial em: 27/06/2019 AUTOR:R. M. P. D. AUTOR:P. R. C. D. Representante(s): LUCIANA ALBUQUERQUE LIMA (DEFENSOR) EXEQUENTE:BIANCA PEREIRA DAMASCENO Representante(s): OAB 14946 - ARTHUR LAERCIO HOMCI DA COSTA SILVA (ADVOGADO) OAB 15584 - ADELVAN OLIVERIO SILVA (ADVOGADO) . DECISÃO INTERLOCUTÓRIA R.h. Trata-se de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE ALIMENTOS. À fl. 85 foi determinado ao exequente que atualizasse o débito exequendo e apresentasse conta bancária para o depósito dos valores relativos ao desconto em folha na nova fonte pagadora do executado, no prazo de 15 dias. No entanto, à fl. 86, o causídico do exequente informa a dificuldade de contado com seu assistido, razão pela qual requereu a dilação de prazo por mais 30 dias. Decido. Em vista do transcurso de tempo entre o protocolo do pedido de dilação de prazo e o presente exame, já transcorreu tempo suficiente para o cumprimento da diligência, razão pela qual dispenso a dilação de prazo pretendida. Assim, considerando que o processo se encontra paralisado há quase 6 (seis) meses por omissão atribuível exclusivamente ao exequente, determino a sua intimação pessoal para que, em 5 (cinco) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento do presente cumprimento. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. (Provimentos n. 003 e 011/2009 - CJRMB). Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00045781920178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:F. B. R. B. Representante(s): OAB 11240 - PAULA CUNHA DA SILVA DENADAI (DEFENSOR) ENVOLVIDO:A. L. R. B. ENVOLVIDO:W. T. L. . DESPACHO R.h. Em exame dos autos, observo a pendência de cumprimento da deliberação dada em audiência de fl.41, razão pela qual determino o encaminhamento dos autos à Defensoria Pública para que, na qualidade de patrona da autora, promova os ajustes solicitados pelo Ministério em parecer de fl.31. Defiro o prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital PROCESSO: 00056929020178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:V. S. G. AUTOR:W. V. S. G. REPRESENTANTE:R. M. F. S. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REU:W. O. G. . DECISÃO - MANDADO 1 - Justiça gratuita deferida à fl. 17. 2 - Nos termos do artigo 528 do Código de Processo Civil, intime-se o executado pessoalmente no endereço informado, para que, em 3 (três) dias, pague o débito atualizado até a data do protocolo do pedido no valor de R$ 2.000,61 (dois mil reais e sessenta e um centavos) referente aos alimentos urgentes descritos em planilha, mais as parcelas que vencerem no decorrer do processo, prove que o fez ou justifique a impossibilidade de efetua-lo, sob pena de ser promovido o protesto do título judicial, à requerimento do exequente, e decretada a sua prisão, nos termos em que dispõe o artigo 528, §§3°, 4° e 7° do CPC/2015. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. (Provimentos n. 003 e 011/2009 - CJRMB). Cumpra-se. Belém, 26 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00067954020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:C. M. O. Representante(s): OAB 4346 - ODOLDIRA AUXILIADORA E. DE FIGUEIREDO (DEFENSOR) REU:D. T. S. . DESPACHO R.h. Em vista do certificado pelo Oficial de Justiça de que não conseguiu encontrar o executado no endereço indicado, intime-se a parte exequente via Defensoria, para que, em 5 (cinco) dias, apresente endereço alternativo para intimação pessoal. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital PROCESSO: 00098682020148140301

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 27/06/2019 REQUERENTE:B. D. C. C. REPRESENTANTE:E. M. C. C. Representante(s): OAB 3279 - ROSINEI RODRIGUES DA SILVA CASTRO (DEFENSOR) REQUERIDO:D. M. C. . DESPACHO R.h. Em vista do certificado pelo Oficial de Justiça de que não conseguiu encontrar o executado no endereço indicado, intime-se a parte exequente via Defensoria, para que, em 5 (cinco) dias, apresente endereço alternativo para intimação pessoal. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital PROCESSO: 00105890620078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710326023 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: 27/06/2019 AUTOR:C. E. S. P. AUTOR:F. C. A. S. Representante(s): LEA CRISTINA SIQUEIRA DE VASCONCELOS SERRA (ADVOGADO) . DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. O postulante ofereceu no presente processo pedido de alteração da base de cálculo da pensão alimentícia, de modo que o desconto antes incidente sobre o salário mínimo passe a incidir diretamente sobre a remuneração do alimentante. É o sucinto relatório. O presente requerimento foi aviado nos presentes autos, extinto com resolução de mérito por sentença homologatória, já tendo transitado em julgado. Como é cediço, o trânsito em julgado possui como efeito mais evidente o de tornar imutável a sentença prolatada pelo juízo e, por conseguinte, os reflexos que essa decisão ocasionará especialmente no plano jurídico. Em virtude do trânsito em julgado da decisão resolutiva, não cabe o pedido formulado nos mesmo autos, visto que o ato decisório já é estável no plano jurídico. Ademais, o pedido configura verdadeiro pleito revisional, sujeito à nova atividade cognitiva do Juízo, devendo, por isso, ser aviado pela via autônoma. Desta feita, determino o arquivamento do presente processo em razão das razões acima explanadas. P.R.I.C. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00116038820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Execução de Alimentos em: 27/06/2019 REQUERENTE:V. S. R. REPRESENTANTE:J. N. S. Representante(s): OAB 6066-A - RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE J. (ADVOGADO) OAB 22412 - RAMON LOUCHARD DA CUNHA CASTRO (ADVOGADO) REQUERIDO:A. M. R. . DESPACHO Considerando a manifestação anterior, determino a citação, via edital, da ré V. S. R., para que apresente resposta, no prazo legal, à demanda apresentada, nos termos dos artigos 256, inciso I, do CPC, uma vez que ignorado e desconhecido o local de seu domicilio, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias. Observe-se pontualmente os requisitos do art.257 do CPC. Transcorrido o prazo, conclusos. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00131278620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:T. H. O. C. Representante(s): OAB 17569 - JOAO RAIMUNDO DA SILVA SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:R. S. A. B. . DESPACHO 1 - Autorizo a expedição do mandado de averbação conforme declarado pelo requerente à fl. 58. 2 - Considerando que o requerido é revel e já transcorrido o prazo cominado para recolhimento das despesas processuais dispostos em sentença, expeça-se ofício à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças / Coordenadoria Geral de Arrecadação do e. TJPA, com a finalidade de incluir a parte responsável pelo recolhimento do débito em dívida ativa 3 - Arquivem-se os autos com as devidas baixas. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital PROCESSO: 00190442320148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Execução de Alimentos em: 27/06/2019 EXECUTADO:F. C. G. EXEQUENTE:F. G. N. G. Representante(s): BRUNA MAYARA GARCIA NUNES (REP LEGAL) OAB 24232 - RAPHAELA FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) . DESPACHO R.h. Em vista do certificado pelo Oficial de Justiça de que não conseguiu encontrar o executado no endereço indicado, intime-se a parte exequente via Defensoria, para que, em 5 (cinco) dias, apresente endereço alternativo para intimação pessoal. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital PROCESSO: 00190790820108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010285729 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 27/06/2019 REU:M. T. N. AUTOR:M. A. T. . DECISÃO INTERLOCUTÓRIA R.h. Trata-se de AÇÃO EXONERATÓRIA com sentença de procedência registrada às fls. 24/25. Narra o demandante que, embora a decisão judicial tenha colhido seu pedido de exoneração, não houve determinação à fonte pagadora para fins de sustação dos descontos incidentes sobre a folha de pagamentos, resultando na continuidade de incidência dos abatimentos em sua remuneração. Informa

também que, entretanto, esses valores permaneceram retidos em conta da autarquia previdenciária, razão pela qual requer a expedição de ofício à autarquia previdenciária para levantamento dos valores respectivos. Decido. Verifico que, conforme registro de fl. 29, o ofício exoneratório foi regularmente expedido. Desta forma, antes de adotar qualquer providência, deve ser averiguado junto à autarquia previdenciária estadual eventual resistência quanto ao cumprimento do comando judicial. Assim, expeça-se ofício ao IGEPREV, devendo constar especificamente o número do presente processo e os dados de identificação do segurado interessado, para que, em 10 (dez) dias, informe: a) O recebimento do ofício exoneratório (n° 381/2018) e a manutenção dos descontos do segurado, com a respectiva justificativa; b) Em caso positivo, a soma do montante retido. Advirto que em caso de não atendimento das informações no prazo conferido ensejará a cominação de multa ao responsável pela gestão do órgão, bem como remessa de cópias dos autos para o Ministério Público para apuração de possível configuração da conduta típica do art.330 do CP. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00193629820178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PEDRO PINHEIRO SOTERO Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 27/06/2019 REQUERENTE:F. O. S. Representante(s): OAB 8337 - JOSE LUZENILDO MOURAO CAVALCANTE (ADVOGADO) OAB 23415 - ASTOLFO SACRAMENTO CUNHA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:E. B. S. E. G. B. S. REPRESENTANTE:G. M. R. B. . DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1. Intime-se a parte requerente por intermédio de seu patrono para que no prazo de 05 (cinco) dias informe se o autor ainda possui interesse no prosseguimento do feito sob pena de extinção e arquivamento do feito, atualizando o endereço. 2. A secretaria para certificar o retorno do mandado de intimação da requerida e em caso negativo, expeça-se ofício a central de mandados cobrando-o. 3. Após, voltem os autos conclusos para ulterior deliberação. Do que, para constar, lavrei o presente termo que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, (Paulo André) _____, Auxiliar Judiciário, subscrevo e dou por verdadeiro o conteúdo do que aqui consta. PROCESSO: 00208222320178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PEDRO PINHEIRO SOTERO Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 27/06/2019 AUTOR:M. G. B. T. Representante(s): OAB 15457 - TADZIO GERALDO NAZARETH DIAS (ADVOGADO) REU:L. F. L. O. . DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: A secretaria para certificar o retorno dos mandados e em caso negativo, expeça-se ofício a central de mandados cobrando-os. Após, voltem os autos conclusos para ulterior deliberação. Do que, para constar, lavrei o presente termo que, depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, (Paulo André) _____, Auxiliar Judiciário, subscrevo e dou por verdadeiro o conteúdo do que aqui consta. JUÍZA DE DIREITO: MINISTÉRIO PÚBLICO: PROCESSO: 00220387520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES GOMES DE SOUZA MIRANDA Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 27/06/2019 AUTOR:A. V. Q. C. REPRESENTANTE:P. B. F. Q. C. Representante(s): OAB 8593 - GISELE DE SOUZA CRUZ DA COSTA (ADVOGADO) OAB 10495 - VALENA JACOB CHAVES MESQUITA (ADVOGADO) OAB 13295 - RONALDO DE SIQUEIRA ALVES (ADVOGADO) OAB 13931 - FABIOLA LUISE DE SOUSA COSTA (ADVOGADO) REU:J. S. C. . ATO ORDINATÓRIO Em observância ao artigo 1º, §2º, inciso XXIV, do Provimento n.º 006/2006 da CJRM Belém, intime-se o (a) advogado (a), Adv. GISELE DE SOUZA CRUZ, OAB-PA 8593, para restituir, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à Secretaria da 2ª Vara de Família da Capital, os autos de Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 (Processo nº 0022038-75.2011.8.14.0301), não devolvidos no prazo legal, sob pena de serem adotadas as medidas legais cabíveis. Belém-PA, 27 de junho de 2019. CHARLES GOMES DE SOUZA MIRANDA Diretor de Secretaria da 2ª Vara de Família de Belém PROCESSO: 00225766820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:V. H. S. Q. AUTOR:R. S. S. Q. REPRESENTANTE:F. C. S. Representante(s): ROSINEI RODRIGUES DA SILVA CASTRO (DEFENSOR) REU:R. L. Q. . DESPACHO R.h. Em vista do certificado pelo Oficial de Justiça de que não conseguiu encontrar o executado no endereço indicado, intime-se a parte exequente via Defensoria, para que, em 5 (cinco) dias, apresente endereço alternativo para intimação pessoal. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital PROCESSO: 00229017720148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 27/06/2019 AUTOR:J. R. A. L. REPRESENTANTE:J. M. A. Representante(s): OAB 6066-A - RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE J. (ADVOGADO) REU:J. R. M. L. . DESPACHO R.h. Ultimadas as diligências posteriores à sentença em audiência, arquive-se os autos com as devidas baixas. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de

Família da Capital. PROCESSO: 00245186720178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:P. S. S. B. AUTOR:C. A. B. Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . DECISÃO - MANDADO 1 - Justiça gratuita deferida à fl. 16. 2 - Nos termos do artigo 528 do Código de Processo Civil, intime-se o executado pessoalmente no endereço informado, para que, em 3 (três) dias, pague o débito atualizado até a data do protocolo do pedido, no valor de R$ 576,00 (quinhentos e setenta e seis reais) referente aos alimentos urgentes descritos em planilha, mais as parcelas que vencerem no decorrer do processo, prove que o fez ou justifique a impossibilidade de efetua-lo, sob pena de ser promovido o protesto do título judicial e decretada a sua prisão, nos termos em que dispõe o artigo 528, §§3°, 4° e 7° do CPC/2015. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. (Provimentos n. 003 e 011/2009 - CJRMB). Cumpra-se. Belém, 26 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00250746920178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Guarda em: 27/06/2019 REQUERENTE:J. A. S. D. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) ENVOLVIDO:A. I. P. D. REQUERIDO:K. N. P. . DECISÃO INTERLOCUTÓRIA R.h. Decisão de organização, saneamento e fixação de pontos objetos de prova à fl. 32. Relatório técnico de estudo social acostado às fls. 33/36. Parecer ministerial às fls. 39. Decido. Resta tão só a designação de audiência de instrução. Consoante o art. 357, inciso V, do CPC, segue o processo para a fase de audiência de instrução, consoante o art. 357, inciso V, do CPC, designo audiência de instrução e julgamento, para o dia 13.11.2019 às 9:00 hrs, oportunidade em que deverão comparecer o requerente e a requerida, acompanhados de seus advogados, para a colheita de seu depoimento pessoal. Autorizo, também, que as partes poderão trazer testemunhas que tenham conhecimento dos fatos alegados, independentemente de depósito prévio de rol e intimação destas, sendo o seu comparecimento incumbência das partes. Intimem-se as partes de forma pessoal. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00267701420158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Execução de Alimentos em: 27/06/2019 EXEQUENTE:K. V. S. B. EXECUTADO:P. V. B. B. REPRESENTANTE:C. R. S. S. Representante(s): OAB 6066-A - RAYMUNDO NONATO MORAES DE ALBUQUERQUE J. (ADVOGADO) . DESPACHO R.h. Em vista do certificado pelo Oficial de Justiça de que não conseguiu encontrar o requerido no endereço indicado, intime-se a parte requerente via Defensoria, para que, em 5 (cinco) dias, apresente endereço alternativo para intimação pessoal. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital PROCESSO: 00368081720178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Divórcio Litigioso em: 27/06/2019 REQUERENTE:M. P. M. A. Representante(s): OAB 24799 - GISLAINE SALES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 25751 - RAFAEL AIRES DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:S. M. M. A. . DESPACHO R.h. 1 - Em observância do certificado, verifico que o mandado de intimação não foi cumprido pessoalmente, situação que torna inválida a diligência efetivada e enseja a sua repetição. 2 - Assim, determino novo cumprimento do mandado de intimação pessoal, nos termos em que determinado na decisão de origem, ficando o Oficial de Justiça a quem a diligencia for distribuída, responsável por cumpri-la de forma PESSOAL, que significa relativa à pessoa do intimando, não sendo substituível pela notificação de parente próximo. Após, arquive-se. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00374326620178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 27/06/2019 REQUERENTE:J. R. N. REPRESENTANTE:CARLA LOPES RIBEIRO Representante(s): OAB 3279 - ROSINEI RODRIGUES DA SILVA CASTRO (DEFENSOR) REQUERIDO:A. N. . DESPACHO R.h. Ultimadas as diligências posteriores à sentença em audiência, arquive-se os autos com as devidas baixas. Revogo a ordem de edital de intimação de fl. 28, em razão do requerido ter sido revel, sendo promovida sua intimação da sentença pela própria publicação do ato no diário oficial. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00386203620138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:V. C. S. Representante(s): OAB 3645 - MARILENE BARBOSA SANTANA DAMASCENO (DEFENSOR) REU:L. Q. J. C. S. .

DESPACHO R.h. Diante da certidão do Oficial de Justiça (fl. 64), consignando a insucesso na busca e apreensão do bem móvel apontado, intime-se a parte exequente, via Defensoria, para que, em dez dias, aponte outro bem móvel passível de constrição judicial. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital PROCESSO: 00396194720178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:L. E. F. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REU:R. R. D. . DESPACHO R.h. Em vista do certificado pelo Oficial de Justiça de que não conseguiu encontrar o executado tanto em seu endereço residencial quanto no laboral, intime-se a parte exequente via Defensoria, para que, em 5 (cinco) dias, apresente endereço alternativo para intimação pessoal. Cumpra-se. Belém, 26 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital PROCESSO: 00397831220178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: 27/06/2019 AUTOR:L. B. L. AUTOR:J. B. A. N. Representante(s): OAB 4833 - KATIA HELENA COSTEIRA GOMES (DEFENSOR) . DESPACHO R.h. 1 - Em observância do certificado, verifico que o mandado de intimação não foi cumprido pessoalmente, situação que torna inválida a diligência efetivada e enseja a sua repetição. 2 - Assim, determino novo cumprimento do mandado de intimação pessoal, nos termos em que determinado na decisão de origem, ficando o Oficial de Justiça a quem a diligencia for distribuída, responsável por cumpri-la de forma PESSOAL, que significa relativa à pessoa do intimando, não sendo substituível pela notificação de parente próximo. Após, arquive-se. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00403365920178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Divórcio Litigioso em: 27/06/2019 REQUERENTE:M. J. A. D. Representante(s): OAB 20783 - JOZILINA DUTRA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:E. N. F. D. . DECISÃO INTERLOCUTÓRIA R.h. Trata-se de Ação de Divórcio Litigioso c/ c cláusulas relativas a alimentos, guarda e partilha de bens. Em contraposição da peça de resposta com a exordial, o pedido de decretação do divórcio mostrou-se incontroverso, enquanto os demais restaram controvertidos. Em manifestação, o MP requereu o prosseguimento do feito para a fase de saneamento e instrução. O requerente, instado a juntar a certidão dos filhos menores, sinalizou possível acordo entre as partes, razão pela qual requereu a designação de audiência de conciliação. É o relato do necessário. I - DO JULGAMENTO ANTECIPADO PARCIAL DE MÉRITO. Em exame dos autos, verifico que a pretensão de divórcio é ponto que merece imediato provimento, dado o pedido expresso das partes, nos termos do art. 356, inciso I, do CPC. Destarte, com fulcro nos artigos 1.571, IV do Código Civil e no Art.226, § 6° da CF/88, julgo PROCEDENTE o pedido de antecipação parcial do mérito, decretando, assim, o Divórcio entre as partes. No tocante ao nome da autora, deve-se observar que esta retornará àquele de solteira. Expeça-se o competente Mandado de Averbação, observando a isenção de custas e emolumentos judiciais, ante o gozo de gratuidade pelas partes. Extingo parcialmente a demanda, homologando os pontos avençados, nos termos do art. 356, inciso II, c/c 487, III, alínea "b do CPC. Segue o processo quanto aos demais pedidos. II - DO SANEAMENTO E GESTÃO DA PROVA: Em primeiro lugar, verifico a inexistência de questões processuais e acessórias a serem dirimidas, razão pela qual o feito deve ingressar em fase instrutória. Desta feita, fixo como ponto objeto de prova oral e documental: i) definição do regime de guarda e o exercício de convivência/visitação quanto aos filhos, ii) percentual da pensão alimentícia devida aos filhos menores e iii) rol de bens constantes do acervo de partilha. É facultado às partes que em oportunidade de audiência apresentem os documentos que entendam devidos para subsidiar sua pretensão, desde que relativos à fatos novos ou só então passíveis de colação. Consoante o art. 357, inciso V, do CPC, designo nova audiência de instrução e julgamento, para o dia 31.10.2019 às 10:00 hrs, oportunidade em que deverão comparecer o requerente e a requerida, acompanhados de seus advogados, para a colheita de seu depoimento pessoal. Autorizo, também, que as partes poderão trazer testemunhas que tenham conhecimento dos fatos alegados, independentemente de depósito prévio de rol e intimação destas, sendo o seu comparecimento incumbência das partes. Intimem-se as partes de forma pessoal. Ademais, destaco que, nos termos do art.359, caput, do CPC, será envidada tentativa de solução consensual do conflito. Cumpra-se. Belém, 27 de julho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00501018820168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:W. E. C. C. Representante(s): OAB 6707 - MANOEL MIRANDA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 13250 - RAMSES SOUSA DA COSTA (ADVOGADO) REU:D. W. A. C. REU:G. A. A. C. REPRESENTANTE:S. A. C. A. C.

Representante(s): OAB 10942 - HELIA MAGNO TAVARES (ADVOGADO) . DESPACHO Tendo em vista que já transcorrido o prazo cominado para recolhimento das despesas processuais, expeça-se ofício à Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças / Coordenadoria Geral de Arrecadação do e. TJPA, com a finalidade de incluir a parte responsável pelo recolhimento do débito em dívida ativa Arquivem-se os autos com as devidas baixas. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital PROCESSO: 00501178120128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:A. W. S. REPRESENTANTE:M. S. C. P. Representante(s): OAB 4346 - ODOLDIRA AUXILIADORA E. DE FIGUEIREDO (DEFENSOR) REU:L. C. M. REU:E. M. S. . DESPACHO R.h. Configurada possível situação de abandono, determino o encaminhamento dos autos ao Ministério Público para emissão de parecer. Após, conclusos. Belém, 26 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00509690820128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 27/06/2019 AUTOR:K. A. S. C. AUTOR:K. A. S. C. REPRESENTANTE:S. L. A. S. Representante(s): ALESSANDRA OLIVEIRA DAMASCENO (DEFENSOR) REU:J. R. C. Representante(s): OAB 18392 - MARCO ANTONIO DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) . DESPACHO R.h. 1 - Em observância do certificado, verifico que o mandado de intimação não foi cumprido pessoalmente, situação que torna inválida a diligência efetivada e enseja a sua repetição. 2 - Assim, determino novo cumprimento do mandado de intimação pessoal, nos termos em que determinado na decisão de origem, ficando o Oficial de Justiça a quem a diligencia for distribuída, responsável por cumpri-la de forma PESSOAL, que significa relativa à pessoa do intimando, não sendo substituível pela notificação de parente próximo. Após, arquive-se. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00520446220098140301 PROCESSO ANTIGO: 20091119892 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 27/06/2019 AUTOR:C. H. C. A. REP LEGAL:A. C. R. C. Representante(s): LUDMILA CARDOSO LOBAO (ADVOGADO) REU:J. C. A. . DESPACHO R.h. Em vista do certificado pelo Oficial de Justiça de que não conseguiu encontrar o executado no endereço indicado, intime-se a parte exequente via Defensoria, para que, em 5 (cinco) dias, apresente endereço alternativo para intimação pessoal. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital PROCESSO: 00533712820138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:W. S. S. Representante(s): OAB 10497 - ADRIANA MARTINS JORGE JOAO (ADVOGADO) REU:A. C. C. L. REU:V. S. C. REU:M. C. . DESPACHO Considerando a manifestação anterior, determino a citação, via edital, da ré V. S. R., para que apresente resposta, no prazo legal, à demanda apresentada, nos termos dos artigos 256, inciso I, do CPC, uma vez que ignorado e desconhecido o local de seu domicilio, pelo período de 45 (quarenta e cinco) dias. Observe-se pontualmente os requisitos do art.257 do CPC. Transcorrido o prazo, conclusos. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00661077320168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 27/06/2019 AUTOR:J. F. P. S. REPRESENTANTE:L. B. P. Representante(s): ROSINEI RODRIGUES DA SILVA CASTRO (DEFENSOR) REU:J. L. S. . DESPACHO R.h. Conforme certidão anterior, encaminhe-se oficio ao Juízo Deprecado solicitando informações sobre o cumprimento da carta precatória de registrada sob o código de rastreabilidade n°8142018678446. Recebidos, conclusos. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 00876506920158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:A. M. S. C. Representante(s): OAB 16966 - ARIANE DE NAZARE CUNHA AMORAS (ADVOGADO) REQUERIDO:R. N. M. C. REPRESENTANTE:A. S. S. . DESPACHO R.h. Em vista do certificado pelo Oficial de Justiça de que não conseguiu encontrar o executado no endereço indicado, intime-se a parte exequente via causídico habilitado, para que, em 5 (cinco) dias, apresente endereço alternativo para intimação pessoal. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital PROCESSO: 01311107220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Execução de Alimentos em: 27/06/2019 REPRESENTANTE:P. C. P. Representante(s): OAB 11240 -

PAULA CUNHA DA SILVA DENADAI (DEFENSOR) EXEQUENTE:P. G. C. S. EXECUTADO:O. S. S. . DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Em vista das considerações do parecer ministerial, o exequente atualmente é maior de idade, razão pela qual deve ser regularizada sua situação processual nos autos, bem como ser promovida a outorga de poderes em nome próprio ao defensor, nos termos em que determina o art. 76 do CPC. Assim, determino a intimação pessoal do exequente para que, em 15 (quinze) dias, promova a regularização processual, período em que o feito permanecerá suspenso até a correção do polo ativo, nos termos do art.76 do CPC. Advirto que eventual omissão ensejará a extinção do feito, nos termos do inciso II, §1º do supracitado dispositivo. Após o prazo, façam os autos conclusos. No mais, no mesmo prazo, deve ser promovida a atualização do débito exequendo. Defiro a justiça gratuita pleiteada. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juíza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital. PROCESSO: 05246544120168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 27/06/2019 REQUERENTE:A. M. F. S. REPRESENTANTE:O. C. F. Representante(s): OAB 4676 - LUIZ PAULO DE ALBUQUERQUE FRANCO (DEFENSOR) REQUERIDO:S. A. P. S. . DECISÃO INTERLOCUTÓRIA R.h. Trata-se de Ação de Alimentos, na qual é pleiteada pensão alimentícia no importe de 40 % (quarente por cento) dos vencimentos e vantagens do requerido. Justifica-se o valor da pensão em razão do infante ser portador da síndrome de Cri du Chat, alegação devidamente comprovada na inicial. Em decisão liminar, o Juízo fixou 15 % (quinze por cento) do dos vencimentos e vantagens do requerido, excluído os descontos obrigatórios de IR e contribuição previdenciária. O requerido, embora pessoalmente citado via Carta Precatória, não apresentou resposta no prazo legal. Decido. Considerando a omissão da parte ré em apresentar resposta no prazo legal, verifico a ocorrência de revelia, aplicando-se de forma especial o art. 7º da Lei de Alimentos c/c art.344 e 345 do CPC, incidindo seu efeito material, qual seja, a confissão ficta quanto à matéria de fato. Insta salientar que, no tocante ao pedido de alimentos, a necessidade da menor deriva de presunção legal decorrente do vínculo paterno filial, sendo o quantum devido objeto de dilação probatória, neste momento, dispensada em razão da ocorrência de revelia. Logo, incide presunção de veracidade sobre o quantum proposto na inicial, especialmente subsidiada pela prova documental carreada na peça inicial. No mais, ante a necessidade de parecer ministerial antes do julgamento definitivo e antecipado, encaminhem-se os autos ao Ministério Público. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTA Juiza de Direito da 2ª Vara de Família da Capital.

Número do processo: 0822611-53.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: W. D. B. M. Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTO AFONSO DA SILVA CARVALHOOAB: 36 Participação: RÉU Nome: M. M. M. Participação: REPRESENTANTE DA PARTE Nome: ROSENEIDE MELO MENEZESOAB: nullESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO2ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉMPROCESSO n.: 0822611-53.2019.8.14.0301PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)[Fixação]SENTENÇA Trata-se deAção de Alimentos c/c Regulamentação de Visitas proposto pelo genitor em relação ao filho menor. Contudo, em exame mais acurado dos autos, verificoque a presente demanda possui identidade de partes, causa de pedir e pedido com a demanda de n° 0814094-59.2019.814.0301, que fora distribuída a este Juízo anteriormente e já se encontra extinta por sentença homologatória transitada em julgado, sendo notória a ocorrência do instituto da coisa julgada, nos termos do art. 337, §4º do CPC. Desta forma,presente asmesmas partes, causa de pedir e pedidoentre as ações indicadas,faz-se imperiosa a extinção da presentedemanda. Isto Posto, com fulcro no art. 485, V, e § 3º do CPC, julgoEXTINTA SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITOo feito, pela configuração de COISA JULGADA.Promova-se o sucessivo arquivamento, transcorrido o trânsito. Ante o pedido de gratuidade judiciária pleiteado, suspendoa cobrança de custas e honorários advocatícios, conforme art. 98 do CPC. P. R. I. C. Belém 26 de junho de 2019SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTAJuíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital.

Número do processo: 0818481-20.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: P. V. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: ANNA CAROLINA GONCALVES LINS CARDOSOOAB: 25879/PA Participação: RÉU Nome: J. R. S. D. S.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO2ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉMPROCESSO n.: 0818481-20.2019.8.14.0301PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)[Oferta, Regulamentação de Visitas]SENTENÇA Trata-se de Ação de Oferta de Alimentos c/c Regulamentação de Visitas, ajuizada pelo genitor em benefício do menor em que, durante o curso regular da demanda, aponta

a falta de interesse processual no prosseguimento do feito, em razão de celebração de acordo em ação idêntica nos autos do processo de n° 0801264-70.2018.814.0201, em trâmite no Juízo do Distrito de Icoaraci. Requer, por esta razão, a extinção e arquivamento do feito.Decido.No caso, embora a alegação encaminhada ser hábil a provocar a extinção prematura do feito pelos motivos de litispendência ou coisa julgada (a depender da homologação de eventual cláusula de renúncia do prazo recursal e respectiva certificação do trânsito), não houve comprovação documental pela cópia do termo de acordo pactuado e homologado.Entretanto, em respeito ao interesse de agir daquele que postula, nos termos do art. 17 e 200, caput, do CPC, deve a presente manifestação ser convolada em mera desistência, uma vez que a declaração de vontade emanada direciona-se, em linhas gerais, à extinção do feito sem a resolução do mérito. Nos termos do parágrafo único do art. 200, CPC, a desistência da ação só produzirá efeito após a homologação judicial, sendo necessário, portanto, promover o enquadramento à hipótese legal autorizativa para a decretação da chancela judicial. Manifestado o desinteresse do autor, no prosseguimento da presente demanda e tendo em vista a não integração do polo passivo, é imperiosa a aplicação do disposto no Art.485, VI e VIII, ante a falta de interesse no prosseguimento do feito. Isto posto, com base no petitório; no Art.485, VI, §5º do CPC, extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos da legislação processual civil. Certificado o trânsito, arquive-se. Suspendo a cobrança de custas e demais despesas processuais, nos termos do art. 98 e parágrafos do CPC. P.R.I.Belém 26 de junho de 2019SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTAJuíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital.

Número do processo: 0847122-52.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: R. M. E. Participação: REQUERIDO Nome: A. D. S. T. D. A.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO2ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉMPROCESSO n.: 0847122-52.2018.8.14.0301 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL DESPACHO 1) Sendo certo que o Juiz pode tentar a resolução amigável da lide a qualquer tempo, em obediência ao art. 694 e art. 3º do CPC, designo audiência de conciliação para o dia04.09.2019, às 11 hrs. 2) Intimem-se a parte autora, via Defensor/advogado e o requerido de forma pessoal. Cumpra-se. Belém 26 de março de 2019PEDRO PINHEIRO SOTEROJuiz de Direito respondendo pela 2ª Vara de Família da Capital.

Número do processo: 0825476-83.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: J. R. F. S. Participação: RÉU Nome: J. R. S.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO2ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉMPROCESSO n.: 0825476-83.2018.8.14.0301PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)[Dissolução]SENTENÇA Trata-se de AÇÃODE DIVÓRCIO LITIGIOSO, na qual a parteautorainforma não ter mais interesse no prosseguimento do feito em momento anterior à integração do polo passivo. Nos termos do art. 200, parágrafo único do CPC, a desistência da ação só produzirá efeito após a homologação judicial, sendo necessário, portanto, promover o enquadramento à hipótese legal autorizativa para a decretação da chancela judicial. Manifestadoo desinteresse doautor,no prosseguimento da presente demandae tendo em vista a não integração do polo passivo, é imperiosa a aplicação do disposto no Art.485, VI e VIII, ante a falta de interesse no prosseguimento do feito. Isto posto, com base no petitório;no Art.485, VI, §5ºdo CPC, extingo o processosem resolução do mérito, nos termos da legislação processual civil.P.R.I.Ademais, em vista da extinção terminativa, oficie-se o Juízo Deprecado para fins de devolução da Carta Precatória. Certificado o trânsito, arquive-se. Suspendo a cobrança de custas e demais despesas processuais, nos termos do art. 98 e parágrafos do CPC. Belém 25 de junho de 2019SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTAJuíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital.

Número do processo: 0830350-14.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: B. L. G. Participação: RÉU Nome: R. A. P. D. A.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO2ª VARA DE FAMÍLIA DE BELÉMPROCESSO n.: 0830350-14.2018.8.14.0301PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)[Reconhecimento / Dissolução]SENTENÇA Trata-se de Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável c/c Partilha de Bens, posteriormente convertida em HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO. Em termo de acordo referenciado em n° 11029519, as partes reconhecem e dissolvem o vínculo, definem seu período, bem como discriminam a partilha do acervo patrimonial. É o relatório. Decido. Trata-se de pedido de homologação de acordo, na qual as partes entabularam os termos da avença, pugnando pela

homologação judicial para sua validade. Em que pese a infinidade de normas cogentes que balizam o Direito de Família, as partes podem celebrar acordo de vontades de maneira a resolver questões atinentes aosseus própriosinteresses. Nessas condições, sendo o objeto lícito, as partes capazes, a forma não defesa pela lei, outro caminho não resta, que não seja a homologação do acordo. Isto posto, com base no Termo de Acordo;nos Art.487, III, alínea b, CPC e nos documentos que instruíram a inicial; HOMOLOGO por sentença oseguinteacordo entre as partes: I) As partes declaram que na constância do casamento adquiriram um imóvel localizado na Rua 16 de Agosto, n°4, Residencial Rui Barata, Rod. Augusto Montenegro, Parque Verde, Belém/PA e bens imóveis que guarnecem a residência. Quanto à disposição dos bens, o imóvel permanecerá com a convivente virago, devendo esta indenizar o acordante no valor de R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais), conforme as especificações bancárias constantes do ID n° 11029530. Destaca-se que, em razão do direito que recai sobre o bem imóvel não ser de propriedade, pois não apresentado registro e certidão de matrícula imobiliária nos termos do art.1.227 do CC, a eficácia da partilha ora procedida será restrita entre as partes acordantes, não sendo oponível perante terceiros. No tocante aos bens móveis, os seguintes utensílios permanecerão com o acordante varão: rack, bicicleta, escada com sete degraus, três cadeiras de ferro, bebidas, depósito do flamengo, três colchas de cama, espelho, liquidificador, televisor Panasonic, caixa com ferramentas e aparelho de DVD. No mais, os demais bens móveis ficarão sob a titularidade da virago. II) O período de união estável perdurou de setembro de 2005 até sua dissolução em janeiro de 2018; III) As partes renunciam o prazo recursal. Por consequência, extingo o processocom resolução do mérito, nos termos da legislação processual civil acima destacada. Quanto às despesas processuais, em vista da gratuidade judiciária gozada pelas partes, suspendo a cobrança de custas e demais despesas processuais, nos termos do art.98 e seguintes do CPC. Certificado o trânsito, arquive-se. P. R. I. C. Belém 26 de junho de 2019SILVIA MARA BENTES DE SOUZA COSTAJuíza de Direito Titular da 2ª Vara de Família da Capital.

SECRETARIA DA 5ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 5ª VARA DE FAMILIA DE BELEM - VARA: 5ª VARA DE FAMILIA DE BELEM PROCESSO: 00005103720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610017186 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Ação: Execução de Alimentos em: 28/06/2019 REP LEGAL:A. L. S. S. Representante(s): ALCIDES ALEXANDRE FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) EXEQUENTE:Y. W. S. G. EXECUTADO:R. G. R. . DESPACHO - MANDADO R. hoje. I. Intime-se o exequente, pessoalmente, para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar interesse no prosseguimento do feito. Em sendo positiva a resposta, deverá regularizar sua representação nos autos, apresentar planilha atualizada de débito e informar o endereço atualizado do executado, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 485, III e IV do Código de Processo Civil. II. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. (Provimento n. 011/2009 - CJRMB). Int. Belém, 26 de junho de 2019. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito, respondendo. PROCESSO: 00033272520118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 AUTOR:L. F. S. Representante(s): OAB 14073 - CARLA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 16015 - INES RAPHAELA BEZERRA MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 18275 - RODRIGO DE FIGUEIREDO BRANDAO (ADVOGADO) OAB 23416 - FERNANDA DA COSTA SILVA CUNHA (ADVOGADO) REU:S. C. M. S. . R. hoje. I. Intime-se pessoalmente a executada para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, comprovar a alegação de hipossuficiência, através da juntada de documento idôneo para este fim, sob pena de indeferimento do pedido formulado em petição de fl. 94. II. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. (Provimento n. 011/2009 - CJRMB). Int. Belém, 26 de junho de 2019. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito, respondendo. PROCESSO: 00037783020138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Ação: Execução de Alimentos em: 28/06/2019 EXEQUENTE:H. M. S. P. REPRESENTANTE:S. N. L. S. Representante(s): OAB 3752 - ANTONIO CARLOS DE ANDRADE MONTEIRO (DEFENSOR) EXECUTADO:J. H. N. P. . R. hoje. I. Intime-se a exequente, na pessoa da sua Representante Legal, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestar se há interesse no prosseguimento do feito. Em sendo positiva a resposta, deverá informar se houve a quitação integral do débito exequendo, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 485, III, do Código de Processo Civil. Int. Belém, 26 de junho de 2019. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito, respondendo. PROCESSO: 00039257620088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810125911 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 AUTOR:J. A. S. D. AUTOR:C. A. S. D. REU:J. A. S. REP LEGAL:C. B. S. Representante(s): SELMA NOGUEIRA DE FREITAS (ADVOGADO) . DESPACHO - MANDADO R. hoje. 1. Intimem-se pessoalmente os exequentes, posto que já alcançaram a maioridade, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestarem interesse no prosseguimento do feito. Em sendo positivas as respostas, deverão regularizar representação processual, bem como deverão indicar bens do executado passíveis de penhora, caso ainda haja débito, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 485, III e VI do CPC. 2. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. (Provimento n. 011/2009 - CJRMB). Int. Belém, 26 de junho de 2019. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito, respondendo. PROCESSO: 00075130320158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 28/06/2019 AUTOR:E. N. G. Representante(s): OAB 19351 - ANA CARLA MONTEIRO DE PINHO (ADVOGADO) REU:S. R. M. G. Representante(s): OAB 7782 - ROSEMARY DOS REIS SILVA (DEFENSOR) . DECISÃO - MANDADO R. hoje. 1. Considerando a petição e documentos de fls. 61/63, determino, nos termos do artigo 313, I do CPC, a suspensão do processo pelo prazo de 20 (vinte) dias e a consequente intimação do autor para, no referido prazo, habilitar novo procurador nos autos, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito. 2. Uma vez intimado e decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. (Provimento n. 011/2009 - CJRMB). Belém, 25 de junho de 2019. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito, respondendo PROCESSO: 00081344620118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 28/06/2019 REU:C. B. C. AUTOR:A. C. M. C. Representante(s):

OAB 14426 - JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO (ADVOGADO) . Sentença: _____/2019 (S/ mérito) Vistos etc. Trata-se de ação de EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS ajuizada por A. C. M. C. em desfavor de C. B. C.. Em decisão de fl. 14 foi concedida a antecipação de tutela e determinado a suspensão do desconto dos alimentos em favor da requerida e a citação para contestar. Todas as diligências de tentativa de citação da requerida restaram infrutíferas. Foi determinado a intimação pessoal do requerente para manifestar interesse no feito, na oportunidade deveria informar o endereço atualizado da requerida, sob pena de revogação da tutela e arquivamento dos autos. O autor intimado pessoalmente (certidão de fl. 66) não se manifestou, conforme certificou a secretaria à fl. 67. Estabelece o art. 485, III, VI § 1º do CPC: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; § 1º Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Isto posto, cumprido os requisitos legais, e uma vez que o autor abandonou a causa não cumprindo as diligências que lhes competiam, apesar de intimado pessoalmente, conforme estabelece o art. 485, § 1º do CPC, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, o que o faço com fundamento no art. 485, III e VI do CPC. Revogo a decisão interlocutória de fl. 14, oficie-se à fonte pagadora do alimentante para que volte a efetuar os descontos dos alimentos em favor da requerida. Condeno o requerente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (art. 485, § 2º do CPC), estes últimos que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, contudo suspendo a exigibilidade ante a concessão da gratuidade. Transitada em julgado, arquive-se com as cautelas legais, dando-se baixa no registro. P. R. I. Belém, 25 de junho de 2019. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito, respondendo PROCESSO: 00099575420028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210116478 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THAYANNE VIANNA DA SILVA Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 AUTOR:MARIA EURIDES ISACKSSON BARATA Representante(s): NAZARE ELLERES (ADVOGADO) REU:ROBSON ANDRE BARATA MEDEIROS Representante(s): OAB 26762 - BRENDA CAROLINE MATNI IMBIRIBA (ADVOGADO) EXEQUENTE:LORENA ISACKSONN BARATA MEDEIROS. ATO ORDINATÓRIO A Diretora de Secretaria da 5ª vara de Família da Capital intima a parte exequente, nos termos do art. 1º, §2º, inciso I do Provimento nº 006/2006 - CJRMB, na pessoa de seu advogado/defensor, para que, no prazo legal, apresentar sua manifestação juntando, desde logo, nova memória discriminada e atualizada do débito exequendo, considerando os comprovantes juntados aos autos pelo executado. Belém, 28 de junho de 2019. Thayanne Vianna da Silva Borges Diretora de Secretaria da 5ª Vara de Família da Capital PROCESSO: 00113246820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Ação: Guarda em: 28/06/2019 AUTOR:E. A. P. V. Representante(s): OAB 4475 - SELMA NOGUEIRA DE FREITAS (ADVOGADO) REU:R. R. R. ENVOLVIDO:L. R. V. . R. hoje. I. Ante os termos da certidão da Secretaria de fl. 69-verso, decreto a revelia da requerida, contudo sem os plenos efeitos do artigo 344 do CPC, tendo em vista que o litígio versa sobre direito indisponível (artigo 345, II, do CPC). II. Intime-se o autor, por intermédio de sua Defensora, para, no prazo de 10 (dez) dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 348 do CPC. III. Uma vez intimado e decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos. Belém, 26 de junho de 2019. ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito - em exercício PROCESSO: 00187641820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 AUTOR:R. F. D. AUTOR:L. S. S. Representante(s): ROSINEI RODRIGUES DA SILVA CASTRO (DEFENSOR) . DECISÃO Vistos etc. R. V. S. D., menor impúbere, representada por sua genitora L. d. S. S., por intermédio da Defensoria Pública, com pedido de Cumprimento de Sentença em face de R. F. D., na forma do artigo 528 do CPC. Em petição inicial, a exequente demanda os alimentos dos meses de junho, julho e agosto de 2017, que totalizam o valor de R$ 562,20 (quinhentos e sessenta e dois reais e vinte centavos). Diante do pleito, o executado apresentou justificativa de fls. 29/31, alegando que está desempregado e sem condições de arcar com a totalidade do débito exequendo. Na ocasião, apresentou comprovante de pagamento do valor de R$ 562,20 (quinhentos e sessenta e dois reais e vinte centavos) e propôs que as demais parcelas vencidas - que alcançaram o montante de R$ 1.322,00 (mil, trezentos e vinte e dois reais), constante dos meses de setembro a dezembro de 2017 e de janeiro a março de 2018 - fossem divididas em trinta parcelas mensais do de R$ 44,06 (quarenta e quatro reais e seis centavos). Instada a se manifestar, a exequente reconheceu o pagamento feito pelo executado, porém afirmou que este continua inadimplente quanto aos demais meses, conforme planilha de fl. 44. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público, que requereu a decretação da prisão civil do alimentante bem como pelo protesto de ofício do pronunciamento judicial. É o relatório. Decido. O presente pedido de execução foi protocolado em 05 de setembro de 2017, referente às

03 (três) últimas prestações alimentícias anteriores ao ingresso da mesma (junho a agosto de 2017) e as que forem vencendo no curso da demanda (art. 323 do NCPC), por serem de trato sucessivo. Analisando os autos, constata-se que o pedido segue o rito previsto no art. 528 do CPC, que prescreve: "Art. 528. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente, para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo." De fato ocorreu parcialmente o pagamento do débito. A justificativa apresentada pelo executado não trouxe elementos suficientes a comprovar a impossibilidade absoluta dele em cumprir com a obrigação que assumiu, vez que não juntou comprovação. Sendo a justificativa, em execução de alimentos, o momento em que o executado pode demonstrar sua incapacidade de adimplir com a dívida, deve o mesmo comprovar suas alegações, o que não ocorreu no presente caso. Cabe ressaltar ainda, que resta incontroverso na doutrina e na jurisprudência que por piores que sejam as condições financeiras (possibilidade) dos pais, ainda assim não poderão se eximir do ônus de prestar alimentos aos filhos menores, razão pela qual indefiro a justificativa apresentada. A Constituição Federal dispõe em seu art. 5º, inciso LXVII que: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel;" O Executado efetuou parcialmente o pagamento do débito exequendo. Cabe ressaltar, que o pagamento parcial do débito não obsta a decretação da prisão, assim se posiciona a nossa jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. RITO COERCITIVO DO ART. 733 DO CPC. PRETENSÃO EXECUTÓRIA FUNDAMENTADA EM TÍTULO EXECUTIVO DOTADO DE LIQUIDEZ, CERTEZA E EXIGIBILIDADE. PRISÃO CIVIL. CABIMENTO. ALEGADO PAGAMENTO PARCIAL DA DÍVIDA QUE NÃO TEM O CONDÃO DE ELIDIR A PRISÃO DO EXECUTADO. PRECEDENTES. DECISÃO CONFIRMADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (TJ-RS - AI: 70067346981 RS, Relator: Sandra Brisolara Medeiros, Data de Julgamento: 24/02/2016, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 01/03/2016) Sobre o desemprego como escusa para o não cumprimento da obrigação alimentar, assim se posiciona a nossa jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. ART. 733 DO CPC. JUSTIFICATIVA NÃO ACEITA. 1. A alegação de desemprego do devedor não constitui justificativa válida para o inadimplemento do encargo alimentar. Conclusão nº 46 do CETJRS. 2. O desemprego do devedor não é causa extintiva da obrigação, nem afeta a higidez do título executivo, que permanece sendo líquido, certo e exigível. 3. Tratando-se de dívida de alimentos, não havendo o pagamento do débito (que engloba as três prestações devidas antes do ajuizamento da ação e aquelas que se vencerem durante o seu curso), correta a ordem de prisão do devedor. Ademais, consoante reiterado entendimento jurisprudencial, não há falar na discussão do binômio possibilidade/necessidade em sede de execução. NEGADO SEGUIMENTO. (Agravo de Instrumento Nº 70058705617, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em 25/02/2014) Ante o expendido, indefiro a justificativa apresentada. Destarte e levando-se em consideração que a prisão do Alimentante, por descumprimento de sua obrigação alimentar, é cabível, quer se trate de alimentos provisionais ou de definitivos (RT 477/115, 491/81), impõe-se a aplicação da sansão estabelecida em lei, ou seja, a decretação da prisão do Executado, tudo em conformidade com o § 3º do artigo 528 do Novo Código de Processo Civil cumulado com o art. 19 da Lei nº 5.478/1968 e da Súmula nº 309 do STJ. A Súmula n. 309 do STJ prevê: "O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo. Julgando o HC 53.068-MS, a Segunda Seção, na sessão ordinária de 22.03.2006, deliberou pela ALTERAÇÃO do enunciado da Súmula nº 309 do STJ." A dívida alimentar, objeto da presente demanda possui o caráter de atualidade, eis que a medida constritiva do decreto prisional se atém à dívida das parcelas que se venceram no curso da demanda. Sem dúvida alguma, há necessidade premente da exequente em obter do executado o valor referente aos alimentos necessário à sua manutenção. Isto posto, com supedâneo no art. 19, da lei n. 5.478/68 cumulado com o parágrafo 3º do art. 528 do NCPC , decreto a prisão civil do executado - ROBSON FIGUEIREDO DIAS - pelo prazo de 60 (sessenta) dias, ou até o efetivo e total pagamento do débito caso isso ocorra antes do referido prazo, devendo dele constar que, a autoridade que efetuar a detenção, deve dar cumprimento ao art. 5°, LXII, da Constituição Federal, com imediata comunicação à família do preso ou à pessoa por ele indicada, mantendo o executado em cela separada dos presos comuns, observando-se o tratamento estabelecido no art. 201 da LEP e § 4º do art. 528 do NCPC. Por fim, determino, com fulcro no artigo 528, § 3º do NCPC, o encaminhamento a protesto de Certidão de Declaração de Existência de Dívida Alimentar, devendo a Secretaria observar aquando de sua

feitura o disposto no artigo 517, §§ 1º e 2º do NCPC Intime-se a exequente, na pessoa da defensora que a assiste, e dê-se ciência ao Ministério Público. Belém, 26 de junho de 2019. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito, respondendo PROCESSO: 00235772020178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): NÚBIA GRAÇA DE SOUZA Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 AUTOR:T. C. R. Representante(s): OAB 12363 - ENOCK DA ROCHA NEGRAO (ADVOGADO) OAB 11607 - EMANUEL PINHEIRO CHAVES (ADVOGADO) OAB 17907 - ADRIANA INEZ ELUAN DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REU:R. J. D. C. Representante(s): OAB 10870 - SHARLLES SHANCHES RIBEIRO FERREIRA (ADVOGADO) ENVOLVIDO:J. V. R. C. ENVOLVIDO:M. E. R. C. . ATO ORDINATÓRIO Fica(m) intimado(a.s) o(a,s) Ilmo(a,s). Sr(a,s). Dr(a,s). ADRIANA INEZ ELUAN DA SILVA COSTA, OAB/PA 17.907, advogado(a), a restituir, no prazo de 03 (três) dias, à Secretaria da 5ª Vara de Família, os autos do processo nº 00235772020178140301, retirado em CARGA no dia 21/05/2019, caso contrário a retenção do autos será comunicada a MM Juíza que responde pela Vara, nos termos do §2º do artigo 234 do CPC e art. 1°, §1°, Inciso XXIV, do Provimento 006/2006-CJRMB, podendo ensejar na remessa de comunicado à OAB para instauração de processo disciplinar. Belém (PA), 28 de junho de 2019. THAYANNE VIANNA DA SILVA BORGES Diretora de Secretaria PROCESSO: 00376930220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 AUTOR:B. F. P. AUTOR:E. F. P. AUTOR:L. F. P. AUTOR:F. S. F. P. REPRESENTANTE:L. S. F. Representante(s): LUIZ PAULO DE ALBUQUERQUE FRANCO (DEFENSOR) REU:L. C. P. . DECISÃO Vistos etc. Cuidam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS, ajuizada por B. F. P., E. F. P., F. S. F. P. e L. F. P., menores, representados por sua genitora L. S. F., em desfavor de L. C. P., que segue o rito da coerção pessoal (artigo 733 do CPC/1973, atual 528 do CPC). Os Exequentes, pela petição de fls. 31/32, informaram que o Executado pagou somente duas parcelas do acordo celebrado às fls. 30/31 para quitação da dívida alimentar executada nos presentes autos, deixando de pagar o valor da pensão do referidos meses, em virtude do que requereu a decretação de sua prisão civil. Encaminhados os autos ao Ministério Público, este, por intermédio de sua digna representante, em judicioso parecer de fl. 44/45, opinou pela decretação da prisão civil do Executado e, ainda, pelo protesto de ofício do pronunciamento judicial. Era o que importava relatar. DECIDO. O Executado celebrou acordo com os Exequentes visando à quitação da dívida alimentar, no montante de R$-4.519,00 em 25 parcelas de R$-180,00, contudo efetuou o pagamento somente de duas parcelas, deixando de pagar o valor da pensão alimentícia, demonstrando sua reiterada inadimplência, como bem observado pela digna RMP, o descaso para com as decisões judiciais e o caráter protelatório dos acordos que propõe. Destarte, o pleito dos Exequentes merece acolhida, pois a não aplicação da pena de prisão ao Executado, por conta de ter o mesmo celebrado acordo e não ter cumprido, seria prestigiar a sua desídia. Neste sentido é o entendimento da jurisprudência pátria, conforme o teor das ementas abaixo colacionadas, senão vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. RITO DA COERÇÃO PESSOAL. ACORDO. DESCUMPRIMENTO. PROSSEGUIMENTO. CABIMENTO. 1. No caso concreto, no curso do feito Executivo ajuizado pelo rito da coerção pessoal, as partes acordaram que o pagamento seria efetuado em 165 parcelas mensais e sucessivas no valor de R$ 500,00, acrescidas das parcelas mensais vincendas (R$ 880,00), totalizando o valor de R$ 1.380,00, convencionando ainda que, em caso de inadimplemento, o feito seguiria pelo rito da prisão. 2. Não tendo sido pagas nem mesmo as parcelas alimentares vincendas, cabível o prosseguimento do feito Executivo pelo rito da prisão, nos termos do art. 922, parágrafo único, do CPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravo de Instrumento nº 70073154643, 8ª Câmara Cível do TJRS, Rel. Ricardo Moreira Lins Pastl. j. 22.06.2017, DJe 27.06.2017). HABEAS CORPUS. PENSÃO ALIMENTÍCIA. CELEBRAÇÃO DE ACORDO. DESCUMPRIMENTO. PRISÃO CIVIL. ART. 733 DO CPC. POSSIBILIDADE. ORDEM DENEGADA. 1. O habeas corpus é um remédio constitucional previsto no art. 5º, inciso LXVIII, da Constituição Federal, que se presta a proteger a liberdade de locomoção em sentido amplo, desde que o ato tido como coator seja exarado por autoridade incompetente, em contrário ao devido processo legal ou com abuso de poder. 2. A decisão foi proferida considerando o estado atual de inadimplência, não existindo qualquer ilegalidade ou abuso de poder de parte da autoridade apontada como coatora, cumprindo gizar que o executado não comprovou de forma satisfatória o cumprimento do acordo, atrasando as parcelas, em especial a de julho de 2016, motivo que levou o julgador a proferir a decisão, atendendo a todas as formalidades legais. 3. É pacífico o entendimento do STJ de que o descumprimento do acordo firmado entre o alimentante e o alimentado, nos autos da ação de alimentos, não impede o prosseguimento da execução nos moldes do art. 733 do CPC, uma vez que a dívida não perde sua atualidade. 4. A dívida existe, é líquida, certa e exigível, e o decreto prisional decorrente da execução de alimentos proposta está prevista no art. 733, § 1º, do CPC, no alcance de compelir o devedor a honrar com o pagamento dos alimentos devidos. 5. Não

se verificando qualquer ilegalidade no decreto de prisão, não é possível, na via estreita do habeas corpus. 6. Denegada a ordem pretendida, por não haverem sido preenchidos os requisitos dos artigos 647 e 648 ambos do CPP. (Habeas Corpus nº 0010675-18.2016.8.17.0000, 4ª Câmara Cível do TJPE, Rel. Jones Figueirêdo. j. 23.02.2017, DJe 19.04.2017). AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. FEITO AJUIZADO SOB O RITO DO ART. 733 DO CPC/73. CELEBRAÇÃO DE ACORDO. DESCUMPRIMENTO. PRISÃO. POSSIBILIDADE. O descumprimento de acordo pelo devedor no bojo da ação de execução de alimentos autoriza a continuidade do processo, com observância do rito originário sob o qual o feito foi ajuizado, possibilitando, inclusive, a prisão do alimentante/agravado, previsto no art. 733 do Código de Processo Civil de 1973. Agravo de instrumento provido. (Agravo de Instrumento nº 214613-59.2016.8.09.0000 (201692146130), 2ª Câmara Cível do TJGO, Rel. Carlos Alberto Franca. unânime, DJe 10.11.2016). HABEAS CORPUS PREVENTIVO - PRISÃO CIVIL - POSSIBILIDADE - ALIMENTOS - ACORDO - DESCUMPRIMENTO. 1) A regra constitucional do art. 5º, inciso LXVII da CF, determina que não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia. 2) O descumprimento de acordo firmado entre o alimentante e os alimentados, nos autos da ação de alimentos, pode ensejar o decreto de prisão civil do devedor, porquanto a dívida pactuada constitui débito em atraso, e não dívida pretérita. 3) Ordem denegada. (Processo nº 0001268-75.2016.8.03.0000, Secção Única do TJAP, Rel. Agostino Silvério. unânime, DJe 15.09.2016). HABEAS CORPUS PREVENTIVO. ALIMENTOS. AÇÃO DE EXECUÇÃO. DÉBITO ALIMENTAR. DESCUMPRIMENTO DE ACORDO PARCELADO E HOMOLOGADO JUDICIALMENTE. IMPOSSIBILIDADE DE DISCUSSÃO DIFICULDADES FINANCEIRAS. PRISÃO CIVIL. BASE LEGAL. ART. 528, § 3º NCPC; ART. 5º, LXVII DA CF/88 C/C SÚMULA 309 DO STJ. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. I - O inadimplemento da obrigação alimentar autoriza a coerção do devedor/alimentante, quando oriundo de acordo celebrado judicialmente referente aos alimentos provisórios atrasados, a teor da Súmula 309 do STJ. II - A prisão civil por dívida cabe quando na hipótese daquele responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia, a teor do art. 5º, LXVII, CF/88. III - Na espécie, entendo que há ausência de constrangimento ilegal, ante a resistência comprovada nos autos para o pagamento do aludido débito alimentar a filho menor de idade, motivo pelo qual o decreto prisional é a medida que se impõe. IV - O presente writ não é a via eleita apta à discussão de suposta dificuldade financeira porquanto depende de dilação probatória. V - Habeas corpus conhecido e denegado. (Processo nº 015076/2016 (185827/2016), 4ª Câmara Cível do TJMA, Rel. José Jorge Figueiredo dos Anjos. DJe 25.07.2016). ISTO POSTO, com supedâneo no artigo 19 da Lei nº 5.478/68 cumulado com o parágrafo 3º do artigo 528 do CPC, DECRETO A PRISÃO CIVIL DO EXECUTADO - L. C. P. - PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, ou até o efetivo e total pagamento do débito caso isso ocorra antes do referido prazo, devendo dele constar que, a autoridade que efetuar a detenção, deve dar cumprimento ao art. 5°, LXII, da Constituição Federal, com imediata comunicação à família do preso ou à pessoa por ele indicada, mantendo o executado em cela separada dos presos comuns, observando-se o tratamento estabelecido no art. 201 da LEP e § 4º do artigo 528 do CPC. Por fim, determino, com fulcro no artigo 528, § 3º do CPC, o encaminhamento a protesto de Certidão de Declaração de Existência de Dívida Alimentar, devendo a Secretaria observar aquando de sua feitura o disposto no artigo 517, §§ 1º e 2º do CPC. Embaso esta decisão nos §§ 1º e 3º do artigo 528 do CPC. Expeça-se mandado de prisão, para cumprimento da presente ordem, com as cautelas legais. Intimem os Exequentes, na pessoa de sua Defensora Pública, e o Ministério Público. Belém, 26 de junho de 2019. ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito - em exercício PROCESSO: 00502130220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911162060 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Ação: Ação de Alimentos em: 28/06/2019 REP LEGAL:A. M. S. P. Representante(s): MARIA ZENEIDE DE ALMEIDA GAMA - DEFENSORA PUBLICA (ADVOGADO) EXEQUENTE:A. L. P. F. EXECUTADO:J. R. N. F. Representante(s): OAB 10892 - BETANIA BENJAMIN DIAS DA PAZ (ADVOGADO) EXEQUENTE:A. B. P. F. . R. hoje. I. Intimem-se as exequentes, na pessoa de sua Representante Legal, para no prazo de 05 (cinco) dias úteis, manifestarem interesse no prosseguimento do feito. Em sendo positiva a resposta, deverão apresentar planilha de débito atualizada, sob pena de arquivamento, nos termos do artigo 485, III, do Código de Processo Civil. II. II. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. (Provimento n. 011/2009 - CJRMB). Int. Belém, 26 de junho de 2019. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito, respondendo. PROCESSO: 00622023620118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Ação: Impugnação de Assistência Judiciária em: 28/06/2019 IMPUGNANTE:LUCAS EMANUEL BEZERRA MAIA REPRESENTANTE:LORENA BEZERRA MAIA Representante(s): OAB 14633 - MAURO RODRIGO FONSECA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) IMPUGNADO:RODRIGO LISBOA DO ROSARIO

Representante(s): OAB 7002 - JACIRA OLIVEIRA RODRIGUES (ADVOGADO) . R. hoje. ARQUIVE-SE. Int. Belém, 25 de junho de 2019. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito, respondendo PROCESSO: 00869750920158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THAYANNE VIANNA DA SILVA Ação: Execução de Título Judicial em: 28/06/2019 AUTOR:C. E. D. A. REPRESENTANTE:D. D. S. Representante(s): OAB 8837 - WALBERT MECENAS BRITO DE GONCALVES (ADVOGADO) REU:E. A. S. Representante(s): OAB 18470 - RHUBENS NELSON GONCALVES LAREDO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO A Diretora de Secretaria intima a parte autora, nos termos do art. 1º, §2º, inciso II do Provimento nº 006/2006 - CJRMB, na pessoa de seu(a) Advogado(a)/Defensor(a) para, querendo, no prazo legal, falar sobre a manifestação apresentada pelo réu e demais documentos colacionados a mesma, os quais foram juntados aos autos, afim de darmos prosseguimento ao presente feito. Belém, 28 de junho de 2019. THAYANNE VIANNA DA SILVA BORGES Diretora de Secretaria da 5ª Vara de Família da Comarca da Capital PROCESSO: 00966647720158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THAYANNE VIANNA DA SILVA Ação: Execução de Alimentos em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A. E. C. M. EXEQUENTE:M. C. M. EXEQUENTE:G. S. M. REPRESENTANTE:C. B. C. S. Representante(s): OAB 20435 - FELIPE DOS SANTOS ARAUJO (ADVOGADO) OAB 20443 - RAFAEL PIEDADE DE LIMA (ADVOGADO) OAB 20564 - RUAN PATRICK TEIXEIRA DA COSTA (ADVOGADO) OAB 23717 - GABRIELA MACHADO MORAES DE SOUZA (ADVOGADO) EXECUTADO:N. S. M. Representante(s): OAB 15308 - KARINA NEVES MOURA (ADVOGADO) OAB 19566 - RAIMUNDO PAULO FARIAS CASTELO BRANCO (ADVOGADO) EXEQUENTE:B. R. C. M. . ATO ORDINATÓRIO A Diretora de Secretaria intima a parte autora, nos termos do art. 1º, §2º, inciso II do Provimento nº 006/2006 - CJRMB, na pessoa de seu(a) Advogado(a)/Defensor(a) para, querendo, no prazo legal, falar sobre a manifestação apresentada pelo réu e demais documentos colacionados a mesma, os quais foram juntados aos autos, afim de darmos prosseguimento ao presente feito. Belém, 28 de junho de 2019. THAYANNE VIANNA DA SILVA BORGES Diretora de Secretaria da 5ª Vara de Família da Comarca da Capital PROCESSO: 03413235620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REQUERENTE:R. D. F. Representante(s): OAB 21365 - LORENA RAFAELLA GONÇALVES COUTO (ADVOGADO) REQUERIDO:M. C. A. N. D. Representante(s): OAB 14360 - NAPOLEAO NICOLAU DA COSTA NETO (ADVOGADO) . DECISÃO / DESPACHO - MANDADO 1ª Parte (DECISÃO) Vistos etc. M. C. A. N. protocolizou pedido de cumprimento de sentença em desfavor de R. D. F., na forma do artigo 528 do CPC, alegando, em apertada síntese, que por força do acordo entabulado entre as partes e homologado, por sentença, às fls. 26 e verso dos autos, o executado se obrigou a lhe prestar alimentos na ordem de 02 (dois) salários mínimos, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, cujas parcelas teriam como vencimento o dia 05 (cinco) de cada mês, com início em dezembro/2016. Ocorre que ele não adimpliu uma única parcela sequer do referido acordo, no que requereu sua intimação para, em 03 (três) dias, efetuar o pagamento das 03 (três) últimas parcelas da pensão alimentícia em atraso, anteriores à protocolização do pedido, que compreende os meses de JULHO, AGOSTO e SETEMBRO/2017, no valor, à época, de R$-5.622,00 (cinco mil seiscentos e vinte e dois reais), bem como das demais parcelas que vencessem ao longo da demanda, até a data de seu efetivo pagamento, provar que já o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena de ter decretada sua prisão civil. Devidamente intimado, na pessoa de seu advogado, conforme certidão da Secretaria de fl. 35-verso, o executado, apresentou JUSTIFICATIVA às fls. 36/38, aduzindo, sucintamente, que à época em que entabulou o acordo, suas condições financeiras eram diversas das atuais, vez que suas despesas eram menores e possuía mais rendimentos. Afirmou que a exequente aufere renda com o aluguel de roupas, atividade que realiza em sua própria residência. Disse que se encontra, momentaneamente, em situação difícil e de conhecimento da exequente, com problema sério de saúde, não podendo exercer sua atividade laboral, inclusive, sendo sua renda líquida mensal de apenas R$-2.526,00 (dois mil quinhentos e vinte e seis reais) e que possui empréstimo junto ao Banco do Estado do Pará S/A - BANPARÁ. Assevera que o inadimplemento da obrigação alimentar para com a exequente se deve a motivo de força maior, agravado pela doença que o acometeu, e que vem aumentando suas despesas de manutenção. Aduziu que a fixação do valor dos alimentos deve ter sempre em consideração o binômio necessidade/possibilidade, estando, portanto, acobertado por "excludente de responsabilidade" (sic), pois sua capacidade econômica o impede de cumprir, satisfatoriamente, a obrigação alimentar ora executada, sem desfalque do necessário ao seu sustento. Pugnou, ao final, pelo pagamento do débito exequendo em 03 (três) parcelas mensais de R$-1.875,00 (mil oitocentos e setenta e cinco reais). Instada a se manifestar (fl. 41), a exequente o fez às fls. 42/46, afirmando que o executado além de não ter realizado o pagamento de nenhuma das parcelas do

acordo, jamais a procurou com o intuito de propor uma nova negociação. Disse que ele é funcionário público estadual, possui salário bruto de R$-12.905,32 (doze mil novecentos e cinco reais e trinta e dois centavos) sobre o qual os únicos descontos obrigatórios são os relativos ao imposto de renda e à contribuição previdenciária, no montante de R$-3.522,38 (três quinhentos e vinte e dois reais e trinta e oito centavos), sendo os demais descontos, a exemplo do empréstimo com o Banpará S/A, por ele autorizados e livremente contraídos e, desta feita, não se prestam a justificar o não cumprimento do acordo por ele firmado. Afirmou que não há lugar nos presentes autos para discussão acerca do valor dos alimentos estipulado entre as partes e, que se for verdadeira a alegação de que suas atuais condições financeiras são bem diferentes da época quem que entabulou o acordo, tornando-se excessivo o seu valor, deveria ingressar com ação revisional para adequar a obrigação alimentar as suas reais possibilidades. Disse não concordar com a proposta de parcelamento da dívida, em virtude da falta de responsabilidade do executado no cumprimento de suas obrigações. Informou que além das 03 (três) primeiras parcelas executadas, já estavam vencidas as dos meses de OUTUBRO e NOVEMBRO/2017, totalizando o débito R$-9.370,00 (nove mil trezentos e setenta reais), no que requereu a prisão civil do executado e o protesto da dívida. Às fls. 47/50, a exequente protocolizou novo pedido de cumprimento de sentença, agora pelo rito do artigo 523 do mesmo códex, em que que cabe a expropriação de bens do executado, relativo às parcelas compreendidas no período de DEZEMBRO/2016 a JUNHO/2017, e no montante de R$-13.118,00 (treze mil cento e dezoito reais). Despicienda a intervenção do Ministério Público, vez que não configurada a hipótese do artigo 178, II, do CPC. Era o que importava relatar. DECIDO. O presente pedido foi protocolizado em 05/10/2017, referente às 03 (três) últimas prestações alimentícias em atraso anteriores ao pedido e as que forem vencendo no curso da demanda (artigo 323 do CPC), por serem de trato sucessivo. Analisando os autos, constata-se que o pedido segue o rito previsto no artigo 528 do CPC, que prescreve: Art. 528. No cumprimento de sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou de decisão interlocutória que fixe alimentos, o juiz, a requerimento do exequente, mandará intimar o executado pessoalmente, para, em 3 (três) dias, pagar o débito, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo." A JUSTIFICATIVA apresentada pelo executado (fls. 36/38) não merece acolhida: a uma, porque o valor dos alimentos foi livremente acordado entre as partes e, portanto, estabelecido dentro daquilo que entenderam necessário à subsistência da alimentanda e possível para ser pago pelo alimentante, daí porque não parece minimamente razoável, como pretende o executado, qualquer discussão acerca do quantum dos alimentos ora exigidos, mesmo porque, conforme alegado pela exequente e segundo entendimento pacificado da doutrina e jurisprudência pátrias, os presentes autos não se prestam a esta finalidade, que deve ser objeto da competente ação revisional de alimentos, se for o caso; a duas, porque os empréstimos contraídos pelo executado junto ao Banpará não servem para justificar o inadimplemento do acordo de alimentos, pois, conforme se constata pelo contracheque juntado à fl. 40, o primeiro, no valor R$-2.624,70 (dois mil seiscentos e vinte e quatro reais e setenta centavos), foi contraído antes de celebrado o acordo e, portanto, já era do pleno conhecimento do executado, e o segundo, no valor de R$-785,54 (setecentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos), contraído em meados de 2017, presume-se que o valor levantado junto ao banco era suficiente para saldar seu compromisso para com a exequente ainda que em parte, levando-se em consideração que acerca do alegado problema de saúde e que teria lhe acarretado gastos com plano de saúde e medicamentos, por exemplo, não foi juntado aos autos um documento sequer que comprove que tais despesas foram realizadas; a três, porque o fato da exequente laborar e possuir alguma fonte de renda, circunstância esta que fora apenas alegada e não provada nos autos, não tem o condão de liberar o executado do cumprimento da obrigação alimentar para com ela assumida; a quatro, porque o executado, em sua peça defensiva, não apresentou elementos suficientes para comprovar a impossibilidade absoluta de não cumprir com o acordo entabulado. Com efeito, o executado não efetuou o pagamento do débito exequendo, inexistindo óbice para a aplicação da prisão prevista no artigo 528, § 3º, do CPC, eis que continua, de forma voluntária, inadimplente. A Constituição Federal dispõe em seu art. 5º, inciso LXVII que: "Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: LXVII - não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel; " Destarte e levando-se em consideração que a prisão do alimentante, por descumprimento de sua obrigação alimentar, é cabível, quer se trate de alimentos provisionais ou de definitivos, impõe-se a aplicação da sansão estabelecida em lei, ou seja, a decretação da prisão do executado, tudo em conformidade com o § 3º do artigo 528 do Código de Processo Civil cumulado com o artigo 19 da Lei nº 5.478/1968 e da Súmula nº 309 do STJ. A Súmula nº 309 do STJ prevê: O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao

ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo. Julgando o HC 53.068-MS, a Segunda Seção, na sessão ordinária de 22.03.2006, deliberou pela ALTERAÇÃO do enunciado da Súmula nº 309 do STJ. ISTO POSTO, com supedâneo no artigo 19 da Lei nº 5.478/68 cumulado com o parágrafo 3º do artigo 528 do CPC, DECRETO A PRISÃO CIVIL DO EXECUTADO - R. D. F. - PELO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, ou até o efetivo e total pagamento do débito caso isso ocorra antes do referido prazo, devendo dele constar que, a autoridade que efetuar a detenção, deve dar cumprimento ao artigo 5°, LXII, da Constituição Federal, com imediata comunicação à família do preso ou à pessoa por ele indicada, mantendo o executado em cela separada dos presos comuns, observando-se o tratamento estabelecido no artigo 201 da LEP e § 4º do artigo 528 do CPC. Por fim, determino, com fulcro no artigo 528, § 3º, do CPC, o encaminhamento a protesto de Certidão de Declaração de Existência de Dívida Alimentar, devendo a Secretaria observar, aquando de sua feitura, o disposto no artigo 517, §§ 1º e 2º, do CPC. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. (Provimento nº 011/2009 - CJRMB). 2ª Parte (DESPACHO) I. Acerca do pedido de cumprimento de sentença formulado às fls. 47/50, determino a intimação do executado, por carta com aviso de recebimento (AR), para, em 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do débito exequendo, cujo montante é de R$-13.118,00 (treze mil cento e dezoito reais), acrescido de honorários advocatícios, abaixo arbitrados, advertindo-o de que em caso de não cumprimento da obrigação, ao montante do débito será acrescido multa de 10% (dez por cento), os honorários advocatícios e expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, conforme estabelece o artigo 523, §§ 1º e 3º, do CPC. II. Transcorrido o aludido prazo sem a quitação do débito, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, ofereça impugnação (artigo 525 do CPC). III. Fixo honorários advocatícios no percentual de 10% (dez por cento) do valor da execução, dos quais o executado ficará isento no caso do pagamento integral da dívida (Súmula nº 517 do STJ). Belém, 27 de junho de 2019. ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito - em exercício (Portaria nº 2.695/2016-GP, publicada no DJ do dia 08/06/2016) PROCESSO: 04897162020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 AUTOR:P. L. N. F. REPRESENTANTE:L. C. F. N. Representante(s): OAB 11968 - EMILGRIETTY SILVA DOS SANTOS (DEFENSOR) REU:R. C. F. Representante(s): OAB 18993 - MIRNA ROSA GONCALVES NOBRE (ADVOGADO) . Sentença Vistos etc. Trata-se de ação de ALIMENTOS em fase de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ajuizada por P. L. D. N. F., menor, representada por sua genitora L. C. F. D. N. em face de R. C. F. Após a apresentação da justiça pelo executado, a Representante Legal da exequente não foi mais localizada para se manifestar. Encaminhado os autos ao Ministério Público, sua Representante se manifestou pelo arquivamento dos autos. Estabelece o art. 485, III, VI § 1º do CPC: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Verifica-se pela certidão do Oficial de Justiça de fl. 64, o descumprimento a regra estabelecida no art. 77, IV do CPC, o que inviabiliza a intimação pessoal da exequente. Por outro lado, pela regra do parágrafo único do art. 274 do CPC, presume-se válida a intimação dirigida ao endereço constante dos autos, se a mudança não tiver sido devidamente comunicada ao Juízo, que foi o que ocorreu no presente caso. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Isto posto, cumpridas as exigências legais, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, o que o faço com fundamento no art. 485, III e VI do CPC. Condeno a exequente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios (art. 485, § 2º do CPC), estes últimos que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, contudo suspendo a exigibilidade em razão de a mesma ser beneficiária da assistência judiciária. Transitada em julgado, arquive-se com as cautelas legais, dando-se baixa no registro. P. R. I. Belém, 26 de junho de 2019. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito, respondendo PROCESSO: 05747081120168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARGUI GASPAR BITTENCOURT Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 AUTOR:A. S. D. Representante(s): OAB 4749 - CADMO BASTOS MELO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18466 - LUIZ GUSTAVO DIAS FERREIRA (ADVOGADO) REU:J. F. G. Representante(s): OAB 5949 - CRISTOVINA PINHEIRO DE MACEDO (ADVOGADO) OAB 11340 - JOSE FIRMINO GOMES (ADVOGADO) PERITO:ALEXANDRE DE MORAES FERREIRA. R.H. 1- Quanto ao pedido formulado em audiência, de fl. 594/595, pela parte autora, de expedição de ofício à Secretaria Municipal de Urbanismo, SEURB, para que informem a expedição de alvarás de licenciamento para construção da obra e posterior habite-se em imóveis que se encontrem em nome do requerido naquela

secretaria; observe-se que a parte não especifica o fundamento do pedido em causa superveniente à especificação de provas, de fl. 151, restando, assim, precluso o pedido de prova. Desse modo, o INDEFIRO. 2- Dou por encerrada a instrução processual. 3- Intimem-se as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, apresentarem razões finais escritas. 4- Após, retornem os autos conclusos para sentença. Belém, 27 de junho de 2019. PROCESSO: 00311646920128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: E. B. S. REPRESENTANTE: J. S. S. B. Representante(s): OAB 8512 - ANA AMELIA BARROS MIRANDA (ADVOGADO) OAB 8734 - LILIAN CRISTINA CAMPOS NEVES DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 5636 - EMILIA DE FATIMA DA SILVA FARINHA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 9720 - MARIA STELA CAMPOS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 14946 - ARTHUR LAERCIO HOMCI DA COSTA SILVA (ADVOGADO) OAB 14326 - DANIELLE MAUES DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 15584 - ADELVAN OLIVERIO SILVA (ADVOGADO) OAB 12026 - PATRICIA MARQUES FREITAS (ADVOGADO) EXECUTADO: E. S. S. PROCESSO: 06266525220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: AUTOR: B. P. M. AUTOR: F. M. M. Representante(s): OAB 16966 - ARIANE DE NAZARE CUNHA AMORAS (ADVOGADO)

Número do processo: 0840105-96.2017.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: V. D. S. R. M. Participação: ADVOGADO Nome: ARLINDO DE JESUS SILVA COSTAOAB: 13998/PA Participação: REQUERIDO Nome: C. A. O. D. O. Participação: ADVOGADO Nome: SUELLEN BRUNA DA SILVA CARRERAOAB: 23321/PA Participação: ADVOGADO Nome: LARISSA DE OLIVEIRA ANDRADEOAB: 20048/PA Participação: ADVOGADO Nome: JOAO JOSE DUTRA NETOOAB: 5109/TO Participação: ADVOGADO Nome: LAERCIO DPAULO ANDRADE OLIVEIRAOAB: 20880/PAR. hoje. I. Considerando que o exequente já atingiu a maioridade, deverá regularizar sua representação processual nos autos, juntando procuração outorgada ao advogado. II. Tendo em vista que o próprio exequente informa que não foi contratado plano de saúde para si, deverá, se tiver interesse, ingressar com pedido de cumprimento de sentença de obrigação de fazer, em desfavor de ambos os genitores, vez que cada um deles se comprometeu a arcar com 50% (cinquenta por cento) do valor do plano para o exequente. III. Intime-se o exequente, para em 48 (quarenta e oito) horas, apresentar planilha atualizada de débito, devendo ser excluído valor de mensalidade de plano de saúde e abatidos os valores já pagos pelo executado, sob pena de revogação da decretação da prisão civil. Após, conclusos. Int. Belém, 27 de junho de 2019. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOSJuíza de Direito, respondendo

Número do processo: 0806623-26.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: B. D. S. C. Participação: ADVOGADO Nome: ELIZALDO JOSE CORREA DOS SANTOSOAB: 33656/SC Participação: EXECUTADO Nome: A. C. D. C. S. Participação: ADVOGADO Nome: AMANDA ESPIRITO SANTO DA SILVAOAB: 28298/PAATO ORDINATÓRIOA Diretora de Secretaria intima a parte exequente, na pessoa de seu (sua) Advogado(a)/Defensor(a), nos termos do art. 1º, §2º, inciso I do Provimento nº 006/2006 - CJRMB, para, noprazo de 15 dias, se manifestar sobre a manifestação e documentos apresentados pelo executado.Belém,28 de junho de 2019.THAYANNE VIANNA DA SILVA BORGESDiretora de Secretaria da 5ª Vara de Família da Capital

Número do processo: 0852143-09.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: S. M. M. D. S. Participação: REQUERIDO Nome: A. C. P. D. S. J. Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO BRASIL DE CARVALHOOAB: 9665/PAPROCESSOS: 0852143-09.2018.8.14.0301 R.H.1- Redesigno a audiência de conciliação para o dia 22/08/2019, às 11h40. Intimem-se as partes para comparecerem acompanhadas de seus advogados. Ciente o requerido que o prazo de 15 (quinze) dias para contestar a ação será contado do ato, se não obtida a autocomposição. A não apresentação de contestação implicará em decretação de revelia, presumindo-se como verdadeiras as alegações da parte autora constantes na inicial, excetuadas as hipóteses do art. 345 da Lei Adjetiva Civil.Belém, 27 de junho de 2019. MARGUI GASPAR BITTENCOURT.Juíza de Direito, em exercício, da 6ª Vara de Família da Capital.

Número do processo: 0834682-87.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: I. T. C. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: LUAN VULCAO RANIERI BRITOOAB: 210PA Participação: REQUERIDO Nome: R. C. S.R. hoje.I. Processe o feito em segredo de justiça (art. 189, II, do CPC).II.Verifico que o requerente postulou, por meio de seu advogado, a concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, contudo sem que tenha juntado aos autos a respectiva declaração de hipossuficiência econômica.Ocorre que seria necessário que constasse da procuração cláusula específica dando poderes ao advogado para assinar a referida declaração, o que não ocorreu.Assim, determino a intimação do requerente para, em 15 (quinze) dias, emendar a inicial, a fim de juntar aos autos o instrumento de procuração com poderes específicos ou, então, a declaração de hipossuficiência por ele assinada, sob pena de indeferimento do pedido (artigos 105, 320 e 321 do CPC). III. Uma vez intimado e decorrido o referido prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos os autos. Belém, 28 de junho de 2019. ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOSJuíza de Direito ? em exercício(Portaria nº 2.695/2016-GP, publicada no DJ do dia 08/06/2016)

Número do processo: 0823038-84.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: T. L. V. D. G. Participação: ADVOGADO Nome: SAUL FALCAO BEMERGUYOAB: 812PA Participação: REQUERIDO Nome: C. W. D. G. Participação: ADVOGADO Nome: SAUL FALCAO BEMERGUYOAB: 812PAATO ORDINATÓRIOEm atendimento ao Princípio Constitucional da Celeridade Processual, a Direção de Secretaria da 5ª Vara de Família da Capital intima a RMP, em cumprimento aos arts. 178, II, do CPC, e 1ª, §2º, inciso X do Provimento nº 006/2006 - CJRMB, para que se manifeste nos autos.Belém, 28/06/19.Thayanne Vianna da Silva BorgesDiretora de Secretaria da 5ª Vara de Família da Capital

Número do processo: 0834732-16.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: T. L. A. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: ADELVAN OLIVERIO SILVAOAB: 5584 Participação: ADVOGADO Nome: JESSYCA FONSECA SOUZAOAB: 23292/PAR. hoje.I. Concedo à requerente os benefícios da gratuidade da justiça (artigo 99, § 3º, do CPC).II. Processe o feito em segredo de justiça (artigo 189, II, do CPC).III. Intime a requerente para, em 15 (quinze) dias, emendar a inicial, a fim de incluir no polo passivo da demanda todos os sucessores do suposto pai, com a qualificação completa de cada um deles para fim de citação, sob pena de indeferimento do pedido (artigos 319, II e 321 do CPC).IV. Uma vez intimada e decorrido o referido prazo, com ou sem manifestação, voltem-me conclusos os autos. Belém, 28 de junho de 2019. ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOSJuíza de Direito ? em exercício(Portaria nº 2.695/2016-GP, publicada no DJ do dia 08/06/2016)

Número do processo: 0860137-88.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: A. C. P. Participação: ADVOGADO Nome: JOSE WAGNER CAVALCANTE MUNIZOAB: 25335/PA Participação: REQUERIDO Nome: A. D. R. G. D. C.EDITAL DE CITAÇÃO ? PRAZO DE 20 DIASA Exm.º Dr.º ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS, Juiza de Direito respondendo pela 5ª Vara de Família da Comarca de Belém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que, por este Juízo e expediente da Secretaria da 5ª Vara de Família desta Comarca se processam os termos da AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS processo n°0860137-88.2018.814.0301, proposta por ALBERTO CRUZ PINHEIRO contraJOAO ALBERTO DA ROCHA GONÇALVES menor representado por sua genitora ADRIANA DA ROCHA GONÇALVES DA CRUZ, filha de Raimundo Nonato de Oliveira Gonçalves e Aldenora da Rocha Gonçalves,e encontrando-se esta em lugar incerto e não sabido, fica por meio desteCITADA da referida ação e intimado para comparecer a audiênciade conciliação, instrução e julgamento designada para o dia31/10/2019às 09 horas,a ocorrer na Sala do Juízo da 5ªVara de Família, localizada no primeiro andar do Prédio Anexo do Fórum Cível, sitoàPraça Felipe Patroni, s/n, Bairro Cidade Velha, Belém/PA, devendo se fazer presente acompanhado de advogado/Defensor Publicoe testemunhas, estasque deverão comparecer independentemente de prévio depósito de rol e intimação, importando a ausência do réu em revelia e confissão quanto à matéria de fato. Não havendo conciliação na audiência, poderá o réu contestar a ação, desde que o faça por

intermédio de advogado/Defensor Publico, passando-se em seguida à oitiva das testemunhas e à prolação da sentença.Fica advertida que em caso de revelia será nomeado curador especial. E, para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou a MM. Juiza que se expedisse o presente EDITAL que será afixado em local público de costume e publicado conforme determina a Lei. Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 28 de junho de 2019. Eu, Luiz Alberto Bordalo Gomes, Analista Judiciário, digitei e a Diretora de Secretaria assina de ordem da MM. Juiza, que responde pela Vara, e em cumprimento ao §3°, artigo 1º, do Provimento nº 006/06 da Corregedoria da Região Metropolitana de Belém.

Número do processo: 0834739-08.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: DARCY ARAUJO FONSECA Participação: ADVOGADO Nome: FABRICIA DE ARRUDA BASTOSOAB: 20265/PA Participação: ADVOGADO Nome: CAMILA PEREIRA FERREIRAOAB: 672PA Participação: ADVOGADO Nome: FABIANO ANTONIO SIQUEIRA BASTOSOAB: 4113PA Participação: REQUERIDO Nome: SUELY SANTOS GUIMARÃESSentença: _____/2019 (s/ mérito) I. RELATÓRIO Cuidam os presentes autos de AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS ajuizada por DARCY ARAÚJO FONSECA em face de SUELY SANTOS GUIMARÃES, ambos qualificados nos autosDiz a inicial, que por força do acordo entabulado entre as partes e homologado, por sentença, nos autos da Ação de Alimentos (0007538-87.2005.8.14.0301), o requerente se obrigou a prestar alimentos as suas filhas SUELLEN GUIMARÃES FONSECA e DARCYELLEN GUIMARÃES FONSECA na ordem de 30% (trinta por cento) de seu vencimento e demais vantagens, cabendo 15% (quinze por cento) para cada uma delas. Informa que pelo fato de SUELLEN GUIMARÃES FONSECA ter alcançado a maioridade civil e estar cursando nível superior, o autor pretende que o depósito da parte da pensão alimentícia que cabe a ela passe a ser realizado em sua própria conta bancária (conta corrente nº 010619513, agência nº 4343 do Banco Santander S/A). Assevera, ainda, que a mudança na ?forma de pagamento? (sic) facilitaria a vida da alimentanda, que passará a ter maior responsabilidade com o custeio de suas necessidades pessoais e escolares.Era o que importava relatar. DECIDOII. FUNDAMENTAÇÃOO Estado-Juiz ao apreciar a questão trazida ao seu conhecimento examina, inicialmente e à luz do Código de Processo Civil, se encontram preenchidos os pressupostos processuais (legitimidade e interesse) necessários ao seu regular desenvolvimento, e no que se refere ao segundo,in casu,interesse processual, este se mostra,prima facie, inexistente no feito a análise do mérito, por ser o requerente carecedor do direito de ação.O interesse, enquanto pressuposto processual, compreende o trinômio utilidade,necessidade da tutela jurisdicional e adequação do provimento pretendidoe, uma vez inexistente qualquer um dos elementos que o compõe, ocorre a ausência do próprio interesse de agir.No que concerne, especificamente, ao segundo e terceiro elementos do referido binômio ? necessidade e adequação ? estes restaram, claramente, inexistentes, pois, em verdade, não se trata de revisão da obrigação alimentar, no sentido de reduzir ou aumentar o percentual dos alimentos prestados pelo requerente à filha, nem mesmo alteração na forma de pagamento, vez que continuarão a ser prestados in pecúnia, mas unicamente, em virtude do implemento da maioridade da alimentanda, de alteração da conta bancária para fim de depósito dos alimentos.Com efeito, para que a pretensão ora formulada venha a ser satisfeita, basta apenas e tão somente que se requeira ao Juízo competente, por simples petição, nos autos da supracitada Ação de Alimentos (0007538-87.2005.8.14.0301), que o depósito dos alimentos pagos a SUELLEN GUIMARÃES FONSECA passe a ser realizado diretamente na conta bancária dela.Assim, em face das razões acima apresentadas, a atuação do Estado-Juiz se revela totalmente desnecessária quanto ao provimento almejado, fato este a ensejar o indeferimento da inicial, conforme dispõe o artigo 330, III, do CPC, por carecer o autor de interesse processual.III. DISPOSITIVOIsto posto, considerando tudo o mais que consta dos autos, com fundamento no artigo 485, inciso I do mesmo códex, extingo o processo, sem resolução do mérito.Sem custas, vez que o requerente pleiteou os benefícios da gratuidade da justiça, os quais lhe concedo pela presente decisão (artigo 98, § 3º, do CPC).Transitada em julgado, arquive-se com as cautelas legais, dando-se baixa no registro.P. R. I. Belém, 28 de junho de 2019. ROSANA LÚCIA DE CANELAS BASTOSJuíza de Direito ? em exercício(Portaria nº 2.695/2016-GP, publicada no DJ do dia 08/06/2016)

Número do processo: 0842943-12.2017.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: R. M. L. Participação: ADVOGADO Nome: LUIZ CLAUDIO AFFONSO MIRANDAOAB: 89PA Participação: REQUERIDO Nome: S. M. L. Participação: ADVOGADO Nome: GLEUCE DE SOUZA LINOOAB:

10194/PASentença/2019I. RELATÓRIO Trata-se de Ação de Divórcio Litigioso ajuizada por RUI MESQUITA LUCAS, em desfavor de SUZANA MELNIK LUCAS.No curso do processo, as partes resolveram conciliar e requereram a Homologação do acordo firmado nos seguintes termos (sic): I ? DO REGIME MATRIMONIAL, FILHAS DO CASAL, SEPARAÇÃO DE FATO E RATIFICAÇÃO DO DIVÓRCIOI.1. Os divorciandos contraíram matrimônio em 05/10/1990, tendo sido registrado às folhas 77v e 78 do Livro B/125, sob o n.° 25.772,do Cartório de Casamentos do Primeiro Ofício do Município de Belém/PA, realizado que foi sob o regime de comunhão universal de bens, conforme certidão de casamento e pacto antenupcial existente nos autos; I.2. Da união matrimonial resultaram os nascimentos deCamilla Melnik Lucas,em 15/02/1992, com assento n.° 176.317 registrado às folhas 231 v do Livro de Registro de Nascimento no 150A do Cartório do 3.° Ofício de Registro Civil e Nascimento e Óbitos da Comarca de Belém/PA, portadora da C. I. n.c5621274 PC/PA eCarollyne Melnik Lucas,em 27/05/1994, com assento de nascimento registrado sob o no 199.735 às folhas 86 do Livro de Registro de Nascimento no 170A do Cartório do 3o Ofício de Registro Civil e Nascimento e Óbitos da Comarca de Belém/PA, portadora da C. I. no 5621275 2a via PC/ PA, ambas já plenamente capazes e com profissão definida, motivo pelo qual não mais dependem de contribuição conjunta dos divorciandos para sua mantença e educação; I.3. Os divorciandos se separaram de fato em 02/10/2015. I.4. Pelos termos da presente petição, as partes informam ser firme sua vontade de por fim a sua relação matrimonial, não havendo qualquer possibilidade de reconciliação, ratificando, portanto, os termos do presente divórcio. II.DAPENSÃOALIMENTÍCIA II. 1. Os divorciandos expressamente declaram que ambos desenvolvem atividade empresarial, daí resultando auferirem remuneração mais que suficiente para seu sustento próprio, motivo pelo qual neste ato renunciam reciprocamente à prestação da pensão alimentícia; /// - DO NOME DA REQUERENTE APÓS O DIVORCIO III. 1. Conforme manifestação de ambos colhidas nos autos e aqui expresso por consenso dos requerentes, após a decretação do divórcio a divorcianda voltará a usar seu nome de solteira, qual seja SUZANA RIBEIRO MELNIK. IV- DA PARTILHA DOS BENS COMUNS DO CASAL. QUINHÃO PERTENCENTE A DIVORCIANDA. IV. 1. Da partilha de bens amealhados pelo casal ao longo do período matrimonial, conforme o regime adotado no momento do casamento, caberão a divorcianda: a) apartamento no Edifício Rio das Flores situado nesta cidade à Travessa Almirante Wandenkolk, n° 356, unidade n° 1401, Nazaré, CEP 66055-030, com todos os móveis e utensílios nele existentes, matricula 48.259, ficha 01 do Registro de Imóveis do 1oOficio da Comarca de Belém/PA;b) Veiculo da marca General Motors, Tracker, ano/modelo 2015/2015, ITZ, 1.8 16v, 4X2, Aut., placa QEX-0006;c) Título de sócio na Assembleia Paraense, matrícula 41655-11, já em nome da divorcianda, podendo a mesma promover a exclusão incontinente do divorciando da condição de seu dependente;d) todos os direitos e obrigações de 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) das quotas societárias da empresa "No Ponto Academia de Ginástica Ltda - EPP", empresa inscrita no CNPJ 22.035.189/0001-90, com endereço na ROD BR-316, s/n, Shopping Castanheira, LOJA: EUC 221, bairro CASTANHEIRA, Belém/PA, CEP 66.645-003, aí incluídos os direitos a eventual saldo em caixa ou em depósito bancário/aplicações financeiras porventura existentes em nome da pessoa jurídica em apreço, cabendo-lhe também exclusivamente todo o seu passivo, seja de que natureza for;e) a importância de RS-7.200.000,00 (sete milhões e duzentos mil reais) em dinheiro, a serem pagos de forma parcelada pelo divorciando, conforme acordado pelas partes nas disposições seguintes. IV. 2. O valor estabelecido na alínea "e)" do item anterior será pago da seguinte forma:a)R$-500.000,00 (quinhentos mil reais) no primeiro dia útil seguinte ao protocolo da presente petição de acordo;b)R$-1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) no dia 10/08/2019;c)4 (quatro) parcelas de R$-500.000.00 (quinhentos mil reais) cada, com vencimentos para os dias 10/11/2019, 10/02/2020, 10/05/2020 e 10/08/2020 respectivamente, totalizando a importância de R$-2.000.000,00 (dois milhões de reais);d)1 (uma) parcela de R$-285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais), com vencimento para o dia 10/11/2020;e)11 (onze) parcelas de R$-265.000.00 (duzentos e sessenta e cinco mil reais), com vencimentos para os dias 10/02/2021, 10/05/2021, 10/08/2021, 10/11/2021, 10/02/2022, 10/05/2022, 10/08/2022, 10/11/2022, 10/02/2023, 10/05/2023 e 10/08/2023. IV.3. As partes expressamente concordam e declaram que não incidirão nem correção monetária ou juros (legais, convencionais, compensatórios ou moratórios) sobre o valor das referidas parcelas e/ou saldo devedor remanescente até a quitação, desde que se mantenha ao longo do todo tempo previsto para o adimplemento o regular pagamento, conforme previsto nos termos da disposição seguinte. IV.4. Apenas no caso de não ser pago o valor de qualquer das parcelas nas datas aprazadas, incidirá multa moratória correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor vencido, além de, neste caso específico, e sempre sobre o valor da parcela, incidir correção monetária medido pelo IPCA-FGV e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculado de forma simples e prorata die. IV.5. Vencidas e não pagas 3 (três) parcelas consecutivas, a divorcianda poderá considerar vencidas todas as demais parcelas subsequentes, tornando-se executável o saldo devedor, na forma da Lei Processual Civil,

sendo que o saldo devedor incorrerá na atualização prevista na cláusula anterior. IV.6. O divorciando ou terceiro por si previamente indicado deverá realizar o adimplemento das parcelas diretamente na conta corrente da divorcianda, SUZANA MELNIK LUCAS, CPF n.° 258.380.592-49, mantida junto ao Banco Bradesco. Ag. 5592, c/c 59900-0, valendo o comprovante do depósito como quitação após a efetiva comprovação do crédito na referida conta corrente. IV.7.Caso a divorcianda deseje alterar a conta bancária para recebimento do depósito das parcelasexpressas no presente acordo, deverá comunicar o divorciando por escrito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, indicando nova conta corrente para depósito que deveráser necessariamente de sua titularidade. IV.8. Em caso de falecimento do divorciando, seu espólio deverá fazer frente ao pagamento da obrigação aqui assumida, tal qual estabelecido nos termos do presente acordo. IV.9. Caberá à divorcianda ainda o saldo existente em depósito bancário, conta corrente, aplicações, previdências privadas e/ou ações que se encontram vinculadas à conta corrente n.° 27791-3, Caixa Econômica Federal, Ag 4110, de titularidade da requerente. V-DANOMORAL E MATERIAL V.1. Quanto aos pedidos de dano moral e material, o presente acordo extingue todas as obrigações decorrentes da relação e dos fatos discutidos nestes autos, motivo pelo qual as partes desde já outorgam entre siampla, geral,recíproca o irrevogável quitação, para nada mais discutir e/ou exigir, seja em Juízo ou fora dele, sob qualquer fundamento e alegação. VI - DA PARTILHA DOS BENS E DÍVIDAS COMUNS DO CASAL QUINHÃO PERTENCENTEAODIVORCIANDO. VI.1. Da partilha de bens amealhados pelo casal ao longo do período matrimonial, conforme o regime adotado no momento do casamento, caberão ao divorciando todos os direitos e obrigações das:a) quotas de participação no capital social da sociedade RR Pneus Com. Imp. e Exp. Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 22.959.779/0001-00; quotas de participação no capital social da sociedade Pneus Belém Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 83.310.292/0001-96; quotas de participação no capital social da sociedade Pneus Modelo Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.° 83.333.237/0001-11; quotas de participação no capital social da sociedade Pará Pneus Comércio Ltda.,inscritano CNPJ sob o n.° 09.071.847/0001-31; quotas de participação no capital social da sociedade Paragominas Pneus Comércio Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.451.673/0001-07; quotas de participação no capital social da sociedade Transamazônica Comércio de Pneus Ltda. inscrita no CNPJ sob o n.° 10.482.140/0001-05; quotas de participação no capital socialdasociedade RR Truck Center Comércio de Pneus e Serviços Ltda.,inscritano CNPJ sob o nº 06.990.599/0001-34; quotas de participação no capital social da sociedade RR Montenegro Comércio de Pneus Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.c18.111.277/0001-57; quotas de participação no capital social da sociedade Arterial Comércio de Pneus Ltda, inscrita no CNPJ/MF sob o n.° 04.417.594/0001-91; quotas de participação no capital social da sociedade Renovadora de Pneus RR Ltda.. inscrita no CNPJ sob o n.° 06.970.421/0001-21; quotas de participação no capital social da sociedade RR Pneus Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 01.625.051/0001-71; quotas de participação no capital social da sociedade Araçagi Pneus Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 03.144.483/0001-96; quotas de participação no capital social da sociedade RR Car Center Guajajaras Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 11.855.917/0001-94; quotas de participação no capital social da RR Incorporadora & Administradora do Imóveis Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 24.585.147/0001-59, empresa aberta em 13/04/2016; quotas de participação no capital social da sociedade RR Truck Service Guajajaras Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 11.972.431/0001-36; quotas de participação no capital social da sociedade RR Pneus Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 03.257.306/0001-16; quotas de participação no capital social da sociedade RR Comércio de Pneus Maracanaú, Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 13.716.381/0001-51; quotas de participação no capital social da sociedade RR Truck Center Maracanaú Comércio e Serviços de Pneus Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 13.442.018/0001-95; quotas de participação no capital social da sociedade RR Pneus Car Conter Maracanaú Com. e Serv. Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 13.716.282/0001-70, as quais em todas as empresas corresponde a 33,33% (trinta e três vírgula trinta e três por cento) do total;b)todos os direitos e obrigações de quotas de participação no capital social da sociedade RR Pneus Comércio Ltda, inscrita no CNPJ sob o n.° 06.970.410/0001-41, correspondente a 1,70% (um vírgula setenta por cento) do total;c)todos os direitos e obrigações de quotas de participação no capital social da sociedade RR Comércio de Veículos Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 08.438.379/0001-28, correspondente a 14,64% (quatorze vírgula sessenta e quatro por cento) do total;d)1/3 parte dos seguintes imóveis em Belém: Terreno com edificação, Av. Duque de Caxias 855/839, Mat. 270, Fl. 270, Livro 2-EK Reg. de Imóveis 2.° Oficio de Belém/PA; Terreno com edificação, Tv. Maris e Barros 2095, Mat. 5389IX , ficha 5389IX/01 Reg. Imóveis 2.° Oficio de Belém/PA; Terreno com edificação Tv. Maris e Barros 2071, Mat. 479 Fl 479 Livro 2-H.A. Reg. Imóveis 2.° Oficio de Belém/PA; Terreno com edificação Tv. Maris e Barros 2081, Mat. 9110JL, ficha 9110JL/01 Reg. de Imóveis 2.° Oficio de Belém/PA, os quais compõem o prédio onde está localizada a sede da empresa RR Comércio de Veículos Ltda., inscrita no CNPJ sob o n.° 08.438.379/0001-28;e) 1/3 parte dos seguintes imóveis em Belém: Terreno com edificação, Av. Duque de Caxias 873/877/869, Mat. 492, Fl 492, Livro 2-BJ Reg. de Imóveis 2º Oficio de

Belém/PA; Terreno com edificação, Pass. São Francisco de Assis 197, Mat. 24292LK,ficha4292LK/01 Reg. de Imóveis 2.° Oficio de Belém/PA; Terreno com edificação Av. Duque de Caxias S/N, Mat. 316, Fl 316, Livro 2-H M Reg. De Imóveis do 2.°Oficio de Belém/PA; Terreno com edificação Av. Duque de Caxias 867, Mat. 317, Fl 317, Livro 2-H M Reg.de Imóveis do2ºOficio de Belém/PA, os quais compõem o prédio onde está a sede da empresa RR PNEUS Com. Imp.& Exp. Ltda, inscrita no CNPJ sob. o nº 22.959.779/0001-00;f) 1/3 parte do imóvel com edificação localizado na Av. Alcindo Cacela, n.° 2.499, bairro Cremação, Belém/PA, Mat. 80, Folha 80, Livro 2-GK Reg. de Imóveis2°Oficio Diego Kós Miranda;g) 1/3 parte do imóvel com edificação localizado na Rod. Arthur Bernardes, nº 255, bairro Telégrafo, Belém/PA. Mat. 60318, Ficha 1, Reg. de Imóveis 1.° Oficio de Belém;h) Apartamento Apto 2801 do Ed. Sunset Boulevard, n.° 3, bairro Umarizal, Belém/PA, localizado na Av. Visconde de Souza Franco, ainda pendente de realização de escritura pública de compra e venda e registro imobiliário;i) 1/3 parte do imóvel com edificação localizado na Av. Presidente Vargas, n.° 2208, bairro Centro. Castanhal/PA, Mat. 8.178, livro 2-AC, Cartório de Reg. de Imóveis Araújo da Comarca de Castanhal/PA;j) 1/4 parte do terreno com edificação, localizado na Av. Jerônimo de Albuquerque, n.° 1.100, bairro Angelin, São Luis/MA, Mat. 44.254, protocolo 74.060-085-1D Reg. de Imóveis 1.° Ofício de S. Luís - MA;l) 1/4 parte do terreno com edificação, localizado na Av. Sen. Vitorino Freire, n.° 1.973, bairro Areinha, São Luís/MA, Mat. 8058, livro 2-Z. Reg. de Imóveis 2.° Oficio de S. Luís/MA;m) 1/3 parte do terreno com edificação, localizado na Av. Barão de Studart, n.° 2.730, bairro Joaquim Távora, Fortaleza/CE, Mat. 17.243, ficha 1. Reg. de Imóveis Cartório Miranda e Bezerra 4.aZonadaComarca de Fortaleza;n) 1/3 parte terreno com edificação, localizado na BR 316 KM 05, lotes 355 e 356, S/N, bairro Providência, Ananindeua/PA, Mat. 9308, livro 2 Reg. de Imóveis e Notas - Faria Neto da Comarca de Ananindeua; VI.2. Caberão ao divorciando ainda os saldos remanescentes de depósitos bancários, contas correntes, aplicações, previdências privadas e ações existentes nestes autos, bem como os direitos a eventual saldo existente em caixa ou em depósito bancário/aplicações financeiras porventura existentes em nome das pessoas jurídicas mencionadas nas alíneas "a)?, ?b)" e "c)" do item anterior, cabendo-lhe também exclusivamente todo os seus passivos, seja de que natureza for; VI.3. Caberá no divorciando exclusivamente o pagamento de todas as dívidas contraídas pelo casal até o momento da separação de fato, ocorrida em 02/10/2015, as quais se resumem a: a) dívida em que o casal figura como devedoresdaimportância nominal de R$-930.000,00 (novecentos etrinta mil reais) com carência de amortização do principal em 12 (doze) meses, com juros e correção calculados pela SELIC e cujo o prazo de pagamento é de 100 (cem) meses, dos quais já foram adimplidas 24 (vinte e quatro) parcelas cujos valores nominais totalizam R$-232.800.00 (duzentos e trinta e dois mil eoitocentos reais), restando um saldo a pagar também em valores nominais de R$-697.200,00 (seiscentose noventa o sete mil e duzentos reais) a ser acrescidos de encargos, cujos credores são Roberto Mesquita Lucas, CPF nº 319.825.902-97 e Ricardo Mesquita Lucas, CPF nº 391.758.202-34; b) dívida em que o casal figura como devedores da importância nominal de R$670.000,00 (seiscentos e setenta mil reais) com carência de amortização do principal em 12 (doze) meses, com juros e correções calculados pela SELIC e cujo o prazo de pagamento éde 100 (cem) meses, dos quais já foram adimplidas 17 (dezessete) parcelas cujos valores nominais totalizam R$113.900,00 (cento e treze mil e novecentos reais), restando um saldo a pagar também em valores nominais de R$-556.100,0 (quinhentos e cinquenta e seis mil e cem reais) acrescidos de encargos, cujos credores são Roberto Mesquita Lucas, CPF n.° 319.825,902-97e Ricardo Mesquita Lucas, CPF nº 391.758.202-34; VI.4. Em cláusula que visa salvaguardar ambos os divorciandos, fica estabelecido que qualquer dívida ou obrigação de garantia que não se encontre mencionada nestes autos, mesmo que tenha sido contraída ou gerada em data anterior a 02/10/2015 será de responsabilidade exclusiva da parte (divorciando ou divorcianda) que figure como titular do pólo passivo, aval ou fiança na referida obrigação; VI.5.Ficadeclarado pelas partes que todas as dívidas e/ou obrigações de garantia firmadas pela divorcianda após a data da separação de fato do casal referente a contratos e/ou títulos de crédito firmados ou emitidos em favor de qualquer das empresas listadas nas alíneas "a)", "b)" e "c)" do item VI.1 acordo, o que tenham como credor(es) a GM do Brasil Ltda., inclusive seu Banco GMAC, são de responsabilidade exclusiva do divorciando, nada devendo aquela pelos referidas dívidas ou garantias. VI.6. Os valores devidos a título de imposto de renda decorrentes das baixas das aplicações financeiras, de previdência privada e liquidação de ações então pertencentes ao casal, pagos pelo divorciando einformado no ajuste anual de imposto de renda 2017/2018 do autor, já foi compensado nos termos do presente acordo. VII. DA PARTILHA DE CRÉDITOS COMUNS AO CASAL LIQUIDAÇÃO. VII.1.Os contratos de empréstimo em que são credores RUI MESQUITA LUCAS e SUZANA MELNIKLUCASe devedores Camilla Melnik Lucas, Carollyne Melnik Lucas, Suzana Melnik Lucas e No Ponto Academia de Ginástica Ltda EPP são nesta oportunidade liquidados em operação direta entre credores e devedores, motivo pelo qual, de comum acordo, são excluídos do patrimônio do casal. VII.2. Renunciando o divorciando a quaisquer direitos constantes de contratos

firmados com a empresa No Ponto Academia de Ginástica Ltda - EPP. Devendo ser feita a devida informação ao Fisco, sem que seja gerada nenhuma obrigação tributária para a divorcianda. VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS VIII. 1. O divorciando se compromete em manter a divorcianda inserida no plano de saúde atual pelo período necessário para que esta última realize, para si, contratação de plano de saúde em nome próprio, e até que transcorra integralmente o período de carência. VIII.2. Integralmente cumpridos os termos do presente acordo judicial de divórcio, mas desde já conferindo-se mutuamente na extensão possível, as partes se outorgam reciprocamente a mais rasa, plena e irrevogável quitação acerca dos fatos, bens e direitos anteriores a sua separação de fato, nada mais tendo a reclamar, requerer ou postular um do outro, seja em que juízo for, qualquer ação, indenização, bem, direito ou dívida. VIII.3. A divorcianda declara ciência de que, homologado o presente acordo, o divorciando estará livre para alienar, vender, ceder, locar e/ou gravar os bens e direitos que lhe tocaram na partilha, notadamente para empresas multinacionais como Bridgestone Firestone do Brasil Indústria e Comércio, General Motors do Brasil Ltda., ou mesmo sócios ou terceiros, sem que (e desde que) não signifique redução ao estado de insolvência, sempre no intuito honrar com o parcelamento aqui assumido. VIII.4. Cada parte arcará com honorários advocatícios de seu procurador judicial, cabendo ao divorciando o pagamento de eventuais custas judiciais finais e de averbação do divórcio em sua certidão de casamento; VIII.5. Cada parte arcará com as custas e despesas judiciais e extrajudiciais necessárias a expedição de ofícios, mandados, formais cartas precatórias etc., a fim de que se proceda a averbação, transferência e registro da partilha de bens e direitos envidada no presente acordo de divórcio consensual; VIII.6. O presenteacordo firmado pelos divorciandos em conjunto com seus advogados é celebrado soba égide de sua irrevogabilidade, irretratabilidade e boa-fé, renunciando expressamente as partes ao prazo recursal, o que significa o imediato trânsito em julgado da sentença que homologar os termos desta transação judicial. Desnecessária a intervenção do Ministro Público, vez não há interesse de menores ou incapazes. II. FUNDAMENTAÇÃO Diz o caput do artigo 200 do Código de Processo Civil: Art. 200. Os atos das partes consistentes em declarações unilaterais ou bilaterais de vontade produzem imediatamente a constituição, modificação ou extinção de direitos processuais. Dispõe o art. 840 do Código Civil/2002 que: Art. 840. É lícito aos interessados prevenirem ou terminarem o litígio mediante concessões mútuas. O artigo 487 do Código de Processo Civil determina: Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:III - homologar:b) a transação. III. DISPOSITIVO HOMOLOGO, por sentença, o acordo celebrado pelos interessados, materializado na manifestação de vontades constante na petição ID. Num. 11019137, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, com fundamento no artigo 200 do CPC cumulado com o artigo 840 do CC.Em consequência,DECRETO O DIVÓRCIOdo casal postulante, com fulcro no art. 1.571, IV e art. 226, §6º da Constituição Federal, salientando-se que o cônjuge mulher voltará a usar o nome de solteira. Em consequência, tendo a transação efeito de sentença entre os interessados, extingo o processo, com resolução de mérito, a teor do disposto no artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC. Sem custas remanescentes, por força do art. 90, § 3º do CPC. Honorários advocatícios na forma acordada. Homologo o pedido de dispensa do prazo recursal. Expeça-se mandado de averbaçãoao cartório de registro civil competente e o que mais se fizer necessário. Após, arquivem-se os autos com as cautelas legais, dando-se baixa no registro. Belém, 27 de junho de 2019. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOSJuíza de Direito ? em exercício

Número do processo: 0878941-07.2018.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: C. B. D. M. P. Participação: ADVOGADO Nome: LIVIA BURLE DA MOTAOAB: 14973/PA Participação: ADVOGADO Nome: CAIO CESAR DIAS SANTOSOAB: 131PA Participação: ADVOGADO Nome: MATHEUS BARRETO DOS SANTOSOAB: 20917 Participação: EXEQUENTE Nome: A. B. P. Participação: ADVOGADO Nome: LIVIA BURLE DA MOTAOAB: 14973/PA Participação: ADVOGADO Nome: CAIO CESAR DIAS SANTOSOAB: 131PA Participação: ADVOGADO Nome: MATHEUS BARRETO DOS SANTOSOAB: 20917 Participação: EXEQUENTE Nome: A. B. P. Participação: ADVOGADO Nome: LIVIA BURLE DA MOTAOAB: 14973/PA Participação: ADVOGADO Nome: CAIO CESAR DIAS SANTOSOAB: 131PA Participação: ADVOGADO Nome: MATHEUS BARRETO DOS SANTOSOAB: 20917 Participação: EXECUTADO Nome: M. B. P.PROCESSOS: 0878941-07.2018.8.14.0301 R.H.1- Na forma do art. 528 do CPC, intime-se pessoalmente o executado para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar ao pagamento da diferença das prestações alimentíciaspretéritas, vencidas nos meses deabril a agosto de 2018, no valor deR$ 8.253,73 (oito mil, duzentos e cinquenta e três reais e setenta e três centavos), provar que o fez, ou justificar a impossibilidade de efetuá-lo, sob pena protesto do título e desconto do valor da dívida em folha de pagamento, na forma do art. 529.2- Em aplicação análoga do §1º do art. 523 do CPC, observados os

termos do art. 85, §13 e em consonância com a Súmula nº. 517 do STJ, caso não seja comprovado o pagamento no prazo concedido, incidirá sobre o valor total do débito honorários advocatícios no valor equivalente a 10% (dez por cento).3- Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se Certidão de protesto, na forma do art. 517 e retornem os autos conclusos.Belém, 25 de junho de 2019. MARGUI GASPAR BITTENCOURT.Juíza de Direito, em exercício, da 6ª Vara de Família da Capital.

Número do processo: 0856674-41.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: B. A. V. A. Participação: ADVOGADO Nome: JESSICA NICOLETTI MARQUESOAB: 916PA Participação: ADVOGADO Nome: CARLA LORENA NASCIMENTO DA SILVAOAB: 016998/PA Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDA DA COSTA SILVAOAB: 23416/PA Participação: ADVOGADO Nome: MANUELA DA COSTA SANTANAOAB: 24690/PA Participação: ADVOGADO Nome: RODRIGO DE FIGUEIREDO BRANDAOOAB: 018275/PA Participação: REQUERIDO Nome: A. Y. V. V.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁJUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITALTERMO DE AUDIÊNCIA REVISIONAL DE ALIMENTOSProcesso: 0856674-41.2018.8.14.0301Requerente: BRUNO ANTONIO VIVACQUA ALMEIDAAdv: DRA FERNANDA DA COSTA SILVA OAB 23416Requerida: AMANDA YASMIN VALENTE VIVACQUA, menor impúbere, representada por sua genitora, PRYSCILALÚCIA VALENTE DA SILVEIRAAdv:DRA ROSEMARY DOS REIS SILVA - DEFENSORA PUBLICA-MAT 5110610Promotora de Justiça: Dra. MARIA DO CARMO MARTINS LIMAÀs 10h e 30min do dia 27 de junho de 2019, nesta cidade de Belém (PA), no Fórum Cível, Sala de Audiências da 1ª Vara Cível e Empresarial, presentes a Dra. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOS Juíza de Direito respondendo pela 5ª Vara de Família da Comarca da Capital, comigo Analista Judiciário, abaixo assinado. Aberta a audiência e, feito o pregão, constatou-se a presença do autor acompanhado de sua advogada. Presente a representante legal da requerida acompanhada de sua defensora. Presente a representante do Ministério Publico. Infrutifera a conciliação. Pela parte autora foi proposto a titulo de alimentos o valor de 10% dos vencimentos e demais vantagens mais o plano de saúde. Pela parte requerida foi proposta 15% dos vencimentos e vantagens mais o plano. Pela RMP foi proposto 10% dos vencimentos e vantagens, mais o plano de saúde, metade das despesas medicas e odontológicas e metade do material escolar. Ato continuo a MM.Juiza passou a deliberar no seguinte sentido:DELIBERAÇÃO: ?I)Considerando que a infrutífera tentativa de conciliação e o adiantado da hora, remarco a audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia07/11/2019 as 09h. II) Cientes os presentes que deverão comparecer ao ato acompanhados de suas testemunhas, importando a ausência do autor em extinção do feito. III)Concedo o prazo de 15 dias para a parte autora se manifestar quanto a contestação da requerida. Publicado em audiência.Nada mais havendo, a MM. Juiza deu por encerrada a audiência as 11h e 35min. EU, _____Luiz Alberto B. Gomes, Analista Judiciário, digitei, e subscrevi. ROSANA LUCIA DE CANELAS BASTOSJUIZA DE DIREITOMINISTÉRIO PÚBLICO ?AUTOR-ADVOGADAREP LEGAL-DEFENSORA

Número do processo: 0829637-39.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: E. S. G. Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS ALBERTO FREIRE CARDOSO JUNIOROAB: 26911/PA Participação: ADVOGADO Nome: LIA DANIELA LAURIAOAB: 719PA Participação: REQUERIDO Nome: G. D. O. T. P. Participação: ADVOGADO Nome: VIVIANNE SARAIVA SANTOS RAPOSOOAB: 017440/PAPROCESSOS: 0829637-39.2018.8.14.0301 R.H.1- Procedo a juntada das declarações de imposto de renda da requerida, anos-base 2016 e 2017, assim como da requisição, via BacenJud, dos extratos bancários referentes ao período de 01 de dezembro de 2016 a 31 de março de 2017.2- Concedo, à requerida, o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para proceder ao recolhimento das custas processuais referente às diligências junto aos sistemas BacenJud e InfoJud, com acréscimo de impressão.3- Manifeste-se, a requerida, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre petição ID 10496498Belém, 27 de junho de 2019.MARGUI GASPAR BITTENCOURT.Juíza de Direito, em exercício, da 6ª Vara de Família da Capital.

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 5ª VARA DE FAMILIA DE BELEM - VARA: 5ª VARA DE FAMILIA DE BELEM PROCESSO: 00235772020178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): NÚBIA GRAÇA DE SOUZA Ação: Cumprimento de

sentença em: 28/06/2019 AUTOR:T. C. R. Representante(s): OAB 12363 - ENOCK DA ROCHA NEGRAO (ADVOGADO) OAB 11607 - EMANUEL PINHEIRO CHAVES (ADVOGADO) OAB 17907 - ADRIANA INEZ ELUAN DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REU:R. J. D. C. Representante(s): OAB 10870 - SHARLLES SHANCHES RIBEIRO FERREIRA (ADVOGADO) ENVOLVIDO:J. V. R. C. ENVOLVIDO:M. E. R. C. . ATO ORDINATÓRIO Fica(m) intimado(a.s) o(a,s) Ilmo(a,s). Sr(a,s). Dr(a,s). ADRIANA INEZ ELUAN DA SILVA COSTA, OAB/PA 17.907, advogado(a), a restituir, no prazo de 03 (três) dias, à Secretaria da 5ª Vara de Família, os autos do processo nº 00235772020178140301, retirado em CARGA no dia 21/05/2019, caso contrário a retenção do autos será comunicada a MM Juíza que responde pela Vara, nos termos do §2º do artigo 234 do CPC e art. 1°, §1°, Inciso XXIV, do Provimento 006/2006-CJRMB, podendo ensejar na remessa de comunicado à OAB para instauração de processo disciplinar. Belém (PA), 28 de junho de 2019. THAYANNE VIANNA DA SILVA BORGES Diretora de Secretaria PROCESSO: 00311646920128140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: E. B. S. REPRESENTANTE: J. S. S. B. Representante(s): OAB 8512 - ANA AMELIA BARROS MIRANDA (ADVOGADO) OAB 8734 - LILIAN CRISTINA CAMPOS NEVES DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 5636 - EMILIA DE FATIMA DA SILVA FARINHA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 9720 - MARIA STELA CAMPOS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 14946 - ARTHUR LAERCIO HOMCI DA COSTA SILVA (ADVOGADO) OAB 14326 - DANIELLE MAUES DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 15584 - ADELVAN OLIVERIO SILVA (ADVOGADO) OAB 12026 - PATRICIA MARQUES FREITAS (ADVOGADO) EXECUTADO: E. S. S. PROCESSO: 06266525220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: AUTOR: B. P. M. AUTOR: F. M. M. Representante(s): OAB 16966 - ARIANE DE NAZARE CUNHA AMORAS (ADVOGADO)

SECRETARIA DA 6ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0834496-64.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: M. A. F. J. Participação: ADVOGADO Nome: ANA CRISTINA CAMPOS E SILVA CALDERAROOAB: 007510/PA Participação: REQUERIDO Nome: A. L. R. D. C.R.Hoje(i) Bom, o Autor fala que há uma demanda na 6ª Vara de Família(autos do processo 0024108-48.2013.814.0301) ainda em curso(execução de alimentos) e vem agora propor Ação Judicial que versa sobre a redução de sua obrigação alimentar para tentar impactar o processo de execução em curso. (ii) Muito bem. Creio que os autos do processo sejam para aquela Unidade Judiciária encaminhados eis a conexão havida entre ambos para uma decisão conjunta, além de haver nítida prevenção entre todos.(iii) Portanto, determino a redistribuição dos presentes para a 6ª Vara de Família eis aquele Juízo ser o competente para processar e julgar esta demanda, certifique-se.Belém-Pará, 28 de junho de 2019 DRA.MARGUII GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

SECRETARIA DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 7ª VARA DE FAMILIA DE BELEM - VARA: 7ª VARA DE FAMILIA DE BELEM PROCESSO: 00199458820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSA DE FATIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRA Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 AUTOR:J. F. S. Representante(s): OAB 10958 - ALINE DA COSTA AMANAJAS (ADVOGADO) AUTOR:A. P. O. F. Representante(s): OAB 20855 - LEANDRO ATHAYDE FERNANDES (ADVOGADO) . SENTENÇA ANA LUISA DE OLIVEIRA FERNANDEZ e ANA BEATRIZ DE OLIVEIRA FERNANDEZ, menores representadas por sua mãe ANA PATRICIA DE OLIVEIRA FERNANDEZ requereram EXECUÇÃO DE ALIMENTOS, em face de JAIRO FERNANDEZ DA SILVA, todos qualificados na inicial. Às fls. 203, a parte exequente requereu a desistência da presente execução em razão de acordo extrajudicial firmado com o executado. É o relatório. Decido. Verifica-se que o art. 775 do CPC, faculta ao credor desistir de toda execução, ou de algumas medidas executivas, vejamos: Art. 775. O exequente tem o direito de desistir de toda a execução ou de apenas alguma medida executiva. Verifica-se ainda que é dispensada a ouvida da parte executada uma vez não haver determinação legal nesse sentido, exceto se houverem sido interpostos embargos de devedor, que não se aplica ao presente caso, por se tratar de título executivo judicial. ISTO POSTO, por conseqüência, JULGO EXTINTO o processo, com resolução do mérito, com fundamento no art. 775 c/c inciso IV do art. 924 do Código de Processo Civil. Sem custas. Após, o transito em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Belém, 24 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRA JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0876646-94.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: M. M. D. M. P. Participação: ADVOGADO Nome: JEAN DOS PASSOS LIMAOAB: 19214/PA Participação: REQUERIDO Nome: A. D. P. J.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0876646-94.2018.8.14.0301DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)Assunto:[Fixação, Dissolução, Regulamentação de Visitas]REQUERENTE: MILENE MOURA DE MORAES PENANTE REQUERIDO: AGUINALDO DIAS PENANTE JUNIORSENTENÇA Trata-se deAÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSOproposta por MILENE MOURA DE MORAES PENANTE em face de AGUINALDO DIAS PENANTE JUNIOR,qualificada nos autos.Em petição de fls. 27, a parte autora requereu a desistência da ação, informando que uma vez que as partes já formalizaram acordo através da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ, o qual, segundo a requerente, já fora, inclusive, homologado. Informou ainda que o requerido recorreu a Defensoria Pública, e ali homologaram o acordo. É o relatórioPasso a decidir. Considerando os termos da petição de fls. 27, bem como levando em consideração que de acordo com o regramento do CPC, o qual mencionano §4º do art. 485que o autor só poderá desistir da ação, após o oferecimento da contestação, com o consentimento do réu, e como nos presentes autos a parte requerida não apresentou a peça de defesa de mérito,JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Por conseguinte, fica sem efeito a decisão de fls., 22/24 na sua integralidade.Conforme determinação do art. 90 do CPC, CONDENOainda a parte autora, ao pagamento das custas processuais.Entretanto, verifica-se, in casu, que a parte requerente, a qual foi condenada em custas, é beneficiária da justiça gratuita, dessa forma, determino que a exigibilidade da condenação em custas fique suspensa pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme dispõe o §3º do art. 98 do CPC.Preclusa a via impugnativa, devidamente certificada, arquivem-se os autos com as cautelas legais.Publique-se, Registre-se e Intimem-se.Belém, 27 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0802850-36.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: I. O. S. Participação: REQUERENTE Nome: N. D. S. S.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0802850-36.2019.8.14.0301DIVÓRCIO CONSENSUAL (98)Assunto:[Fixação, Dissolução]REQUERENTE: IRACILDO OLIVEIRA SANTOS

REQUERENTE: NAZARE DE SOUZA SANTOSSENTENÇAPROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTEProcesse-se em segredo de justiça (art. 189 do Código de Processo Civil).Trata-se deAÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUALproposta por IRACILDO OLIVEIRA SANTOS e NAZARE DE SOUZA SANTOS,todos qualificados nos autos.Em petição de fls. 30, as partes autoras requereram a desistência da ação, em virtude de terem se reconciliado. É o relatórioPasso a decidir.Considerando os termos da petição de fls. 30, bem como levando em consideração que de acordo com o regramento do CPC, o qual mencionano §4º do art. 485que o autor só poderá desistir da ação, após o oferecimento da contestação, com o consentimento do réu, e como nos presentes autos a ação é consensual,JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Conforme determinação do art. 90 do CPC, CONDENOainda os autores, ao pagamento das custas processuais. Preclusa a via impugnativa, devidamente certificada, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Publique-se, Registre-se e Intimem-se. Belém, 27 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRA JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0801660-18.2017.8.14.0201 Participação: REQUERENTE Nome: J. G. D. A. Participação: ADVOGADO Nome: SAULO XAVIER BARBOSAOAB: 40569/PE Participação: REQUERIDO Nome: C. D. N. Participação: REQUERIDO Nome: D. S. D. Participação: ADVOGADO Nome: BERNARDETTE MARIA DE MELO E SILVAOAB: 6268/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0801660-18.2017.8.14.0201ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)Assunto:[Exoneração]REQUERENTE: JOSE GONCALVES D ALENCAR REQUERIDO: DAVI SILVA D'ALENCARSENTENÇA PROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTE Tratam os autos deAÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOSproposta por JOSE GONÇALVES D?ALENCAR, em face de DAVI SILVA D'ALENCAR, todos qualificados na inicial.O requerente pretende ver exonerado do pagamento da pensão alimentícia paga ao seu filho, ora requerido, alegando, em suma que o mesmo já é maior de idade e não necessitando mais da pensão alimentícia para seu sustento, uma vez que já tem capacidade de trabalhar e manter seu próprio sustento.Citado, o requerido apresentou contestação as fls. 110/112 alegando que, em que pese ser maior de idade, o mesmo encontra-se cursando curso de nível superior da UFPA, bem como o mesmo sofre de transtorno depressivo grave, fazendo uso de medicamentos controlados, juntando diversos receituários e laudos médicos.Em 22/11/2018, fls. 135/136 foi realizada a audiência de conciliação, instrução e julgamento, onde foram ouvidas as partes, tendo cada qual ratificado os seus argumentos.As fls., 140/145 o autor apresentou seus memoriais finais e as fls., 151/152 o requerido ambos de forma tempestiva, conforme certidão de fl. 167. É o breve relatório.Decido. PRELIMINARMENTE Defiro os benefícios da justiça gratuita ao requerido, conforme requerido em contestação. DA NÃO EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS Conforme leciona Yussef Said Cahali (Dos Alimentos, RT, 6ª edição, p. 452), a obrigação alimentar do filho maior de idade ?não se vincula ao pátrio poder ou poder familiar, mas à relação de parentesco, representando uma obrigação mais ampla que tem seu fundamento no art. 1.696 do CC/2002; tem como causa jurídica o vínculo ascendente-descendente. A obrigação alimentar é recíproca (CC/2002, art. 1.696), nasce depois de cessada a menoridade e, com isto, o poder familiar, não mais encontrando limitação temporal; sujeita-se, contudo, aos pressupostos da necessidade do alimentando e das possibilidades do alimentante (CC/2002, art. 1.695)?. Compulsando os autos, percebe-se a não comprovação, por parte do requerente, de que o requerido não mais necessita dos alimentos,Conforme dito pelo autor em audiência, fls., 135/136, o mesmo baseia seu pedido unicamente no advento da maioridade do mesmo, vejamos: (...)A MMa. Juíza passou a ouvir o autor: que confirma o pedido da inicial; que pretende exonerar seu filhoporque o mesmo já atingiu a maioridade;que não tem conhecimento que seu filho tem esquizofrenia; que seu filho começou vários cursos e não concluiue que esta sabendo nesta data de hoje que o mesmo está estudando (...) Já o requerido disse o seguinte: (...) ....., passou-se à oitiva do requerido: que confirma a contestação apresentada por sua advogada;que estuda na faculdade UFPA (licenciatura em ciências biológicas);que não trabalha; que ensinava inglês de forma informal e esporádica; que mora com sua mãe em casa própria; que sua mãe é professora de escola estadual; que não tem outros irmãos; que tenta fazer concurso;que já fez outros cursos de grau superior, mas não concluiu porque sofre de depressão; que toma carbolitium, eslatopran; que sua mãe ajuda a lembrar dos remédios; que não tem curador; que a pensão que recebia era para as despesas da casa e para seus remédios que são caros; que no momento não lembra do valor, mas que um deles é no valor de R$ 90,00. Nada mais sendo dito nem perguntado foi dada a palavra ao advogado do autor:que tem depressão, ansiedade, que tem picos de esquizofrenia; que toma litium desde; (...) Não custa lembrar que, ao tempo da menoridade, o dever de sustento é inerente

aos pais, como consectário lógico do poder familiar. Nessa fase, as necessidades de infantes e adolescentes sãopresumidas.Adquirida a maioridade, no entanto, e uma vez questionada a necessidade, como está sendo, passa a ser dever doalimentando demonstrar que, uma vez maior de idade, continua anecessitar dos alimentos, o que, in casu, foi suficientemente comprovado, uma vez que o requerido permanece estudando., bem como possui transtornos psicológicos, necessitando da manutenção dos alimentos. Nesse sentido é a decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE ALIMENTOS - FILHO MAIOR DE IDADE - NECESSIDADE COMPROVADA - PORTADOR DE DIABETES - PESSOA SUBMETIDA A TRATAMENTO PARA DEPENDÊNCIA QUÍMICA - IMPOSSIBILIDADE EM PROVER A PRÓPRIA SUBSISTÊNCIA - NECESSIDADE EM RECEBER ALIMENTOS - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. - A obrigação dos pais em prestar alimentos aos filhos menores decorre do exercício do poder familiar, persistindo enquanto presente a menoridade, mas podendo alcançar a situação de maioridade, como obrigação derivada do parentesco, desde que demonstrada a necessidade do alimentado em continuar a perceber a pensão e sua impossibilidade em prover seu sustento próprio. - Embora a maioridade dos filhos não seja causa "pura e simples" para a exoneração da obrigação alimentar, nesta hipótese transfere-se ao alimentado o ônus de demonstrar a necessidade dos alimentos e a impossibilidade de prover seu sustento por esforço próprio. -Se a prova dos autos demonstra que o alimentado, devido a seu estado de saúde e tratamento para dependência química, é incapaz de prover sua própria subsistência, deve ser mantida a prestação alimentícia. (TJ-MG - AC: 10479100014121002 MG, Relator: Versiani Penna, Data de Julgamento: 10/10/2013, Câmaras Cíveis / 5ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 18/10/2013). Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIMENTOS. FILHO MAIOR. ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO. POSSIBILIDADE DE PRESTAR ALIMENTOS BASEADA NA RELAÇÃO DE PARENTESCO. ARTIGO 1694 DO CC. TRINÔMIO: PROPORCIONALIDADE?NECESSIDADE?POSSIBILIDADE. 1. Para o filho maior, efetivamente matriculado em instituição de ensino superior, apesar de não mais subsistir o dever de prestar alimentos decorrente do poder familiar, remanesce a possibilidade de que a ele sejam prestados alimentos, baseada na relação de parentesco, segundo o trinômio: proporcionalidade, necessidade, possibilidade. 2. Não obstante a previsão legal de observância ao binômio necessidade-possibilidade, no caso de alimentos provisórios não é possível aferi-los de forma acurada, porquanto imprescindível a conclusão da instrução processual. 3. Recurso conhecido e não provido. (TJ-DF - AGI: 20140020179309 DF 0018059-79.2014.8.07.0000, Relator: SILVA LEMOS, Data de Julgamento: 10/12/2014, 3ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE: 21/01/2015. Pág.: 450). Nesse sentido: Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ALIMENTOS. FILHO MAIOR E ESTUDANTE. O poder familiar cessa quando o filho atinge a maioridade civil, mas não desaparece o dever de solidariedade decorrente da relação parental. Fixação da verba alimentar adequada ao binômio alimentar. Manutenção da decisão hostilizada. Agravo de instrumento desprovido. (Agravo de Instrumento Nº 70077816726, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luís Dall'Agnol, Julgado em 29/08/2018). (TJ-RS - AI: 70077816726 RS, Relator: Jorge Luís Dall'Agnol, Data de Julgamento: 29/08/2018, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 31/08/2018). Para procedência do pedido de exoneração de alimentos, faz-se necessário o preenchimento do requisito de modificação da situação existente quando ou da prova de que a parte não mais necessita dos alimentos.Pela prova colhida restou comprovado que o filho do autor já atingiu a maioridade. Entretanto, o mesmo demonstrou a necessidade da manutenção da pensão alimentícia, uma vez que está estudando, documento de fl. 116 e conforme os documentos de fls., 120/129, de fls. 131/133 e de fl. 137, o mesmo sofre de transtornos psicológicos, tendo comprovado a necessidade da manutenção dos alimentos para continuidade de seu tratamento de saúde.Ademais, o fato do autor ser idoso e doente conforme dito em audiencia e nos documentos juntos aos autos nao afasta a obrigacao de prestar alimentos a seu filho que tambem tem doenca grave e precisa de alimentos para sua sobrevivencia.ISTO POSTO,JULGO IMPROCEDENTEo pedido paraNÃOEXONERARo autor, da obrigação de prestar alimentos ao filho, em razão da maioridade do mesmo.Por isso, com fulcro no art. 13º da Lei de Alimentos c/c art. 1.699 do CC e c/c inciso I do art. 487 do CPC, extingo o processo com resolução do mérito.CONDENOainda a parte autora, ao pagamento de custas e honorários advocatícios de sucumbência no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da causa atualizado, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, bem como da correspondente correção monetária devida desde a data da sentença, devendo tal valor ser corrigido pelo índice INPC.Expeça-se ainda o que mais for necessário.Preclusa a via impugnativa, devidamente certificada, arquivem-se os autos com as cautelas legais.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Expeça-se o necessário. Em caso de expedição de Carta Precatória, o prazo de cumprimento e devolução é de 30 (trinta) dias.Belém, 27 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOJUÍZA TITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0866171-79.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: W. B. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: ELVES DE FREITASOAB: 7230/PA Participação: REQUERIDO Nome: L. W. D. L. D. S.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0866171-79.2018.8.14.0301ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)Assunto:[Exoneração]REQUERENTE: WALTER BORGES DA SILVA REQUERIDO: LINDA WENDY DE LIMA DA SILVASENTENÇA Trata-se de pedido de homologação de termo de acordo firmado entre as partesWALTER BORGES DA SILVA e LINDA WENDY DE LIMA DA SILVA,já qualificados na inicial. As fls., 44/45 as partes celebraram acordo estabelecendo o seguinte: Que o 1º acordanteWALTER BORGES DA SILVA,continuará pensionando a filha maior,LINDA WENDY DE LIMA DA SILVAno valor de 18% (dezoito por cento) dos seus vencimentos e vantagens, excluídos os descontos obrigatórios, através de depósito na conta bancária da 2ª acordante, informada as fls., 44.O Ministério Público deixou de intervir no feito, ante a ausência de interesse de menores ou incapazes. ANTE O EXPOSTO, nos termos dos arts. 200 e alínea ?b? do inciso III do art. 487 do CPC,HOMOLOGO, para todos os fins de direito, o acordo firmado entre as partes às fls. 4445, julgando extinto o presente processo com resolução do mérito.Custas proporcionais. O beneficiário da Justiça GratuitaWALTER BORGES DA SILVAestá isento. A 2º acordanteLINDA WENDY DE LIMA DA SILVAdeverá arcar com 50% (cinquenta por cento) do valor das custas estando isenta somente das custas remanescentes, nos termos do §3º do art. 90 do CPC. Expeça-se ofício à fonte pagadora do 1º acordante, para que proceda ao desconto da pensão alimentícia acordada.Expeça-se o que mais for necessário. Em caso de expedição de Carta Precatória, o prazo de cumprimento e devolução é de 30 (trinta) dias.Publique-se, Registre-se e Intimem-se. Ciência ao Ministério Público.Cumpridas as formalidades legais, certificada a regularidade das intimações e publicação, arquivem-se os autos. Belém, de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0834478-43.2019.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: G. C. O. Participação: ADVOGADO Nome: ANA CAROLINE CHAVES OLEARIOAB: 22022/PA Participação: EXECUTADO Nome: F. C. A. D. S.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0834478-43.2019.8.14.0301CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)Assunto:[]EXEQUENTE: GABRIELA CHAVES OLEARI EXECUTADO: FRANCISCO CLAIRTON ALVES DE SOUZASENTENÇA Processe-se em segredo de justiça (art. 189, II do CPC) e com gratuidade processual (art. 98 do CPC). Trata-se deEXECUÇÃO DE ALIMENTOSmovida por GABRIELA CHAVES OLEARI em face deFRANCISCO CLAIRTON ALVES DE SOUSAtodos qualificados na inicial. A parte exequente ajuizou a presente ação com objetivo de executar os alimentos fixados nos autos de Nº 0716730-92.2016.8.14.0301, cópia da sentença as fls. 11/12. É o sucinto relatório.Decido. Verifica-se no caso em comento, faltar uma das condições da ação para o prosseguimento do processo, uma vez que falta interesse processual para a parte exequente, uma vez que deveria executar os alimentos, nos próprios autos em que foi proferida a sentença, conforme o Código de Processo Civil. É importante destacar que as condições da ação não são requisitos para a existência da ação, nem mesmo no âmbito processual. As condições da ação são requisitos estabelecidos para o exercício regular do direito de ação, uma vez que, se não forem preenchidas, impedem a condução do processo para a avaliação do mérito.Como diz Kazuo Watanabe, São razões de economia processual que determinam à criação de técnicas processuais que permitam o julgamento antecipado, sem a prática de atos processuais inteiramente inúteis ao julgamento da causa. As condições da ação nada mais constituem que técnica processual instituída para a consecução deste objetivo. Mesmo diante da ausência de uma das condições da ação, haverá atividade jurisdicional, pois além do direito ao julgamento da demanda, todos possuem direito a uma decisão sobre a possibilidade de ser decidida à própria causa considerada nela mesma. CONDIÇÕES DA AÇÃO No Código de Processo Civil, as condições da ação e os pressupostos processuais são requisitos de admissibilidade para o julgamento do mérito das demandas. De acordo com os ensinamentos de Arruda Alvim, os pressupostos processuais, as condições da ação e o mérito são as categorias fundamentais da ciência do processo, que se estruturam com vistas à lide, ao processo e à ação. Apreciar o mérito significa decidir o pedido do autor, julgando-o procedente ou improcedente. Pode-se dizer que o juiz, antes de apreciar e julgar o mérito deve verificar se a relação jurídica processual foi instaurada e teve sua evolução regularmente constituída (pressupostos processuais), ou seja, se o direito de ação foi exercido de forma regular perante o caso concreto (condições da ação), mesmo que ele venha

decidir a respeito dessas questões somente na sentença. O princípio da admissibilidade é a somatória das condições da ação e dos pressupostos processuais. Assim, as condições da ação impõem-se como um tipo de mecanismo de filtragem para separar, dentre os pedidos que são levados ao conhecimento do Poder Judiciário, aqueles que são passíveis de um exame substancial, daqueles que podem imediatamente ser descartados. Pode-se observar que esses requisitos de admissibilidade (condições da ação, pressupostos processuais) são extrínsecos ao mérito da causa. Esse pensamento não é considerado uma unanimidade para a doutrina, mas encontra fundamento legal no Código de Processo Civil, mais precisamente no art. 485, IV, no qual se faz referência aos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sendo que no inciso VI refere-se às condições da ação:Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; A carência de ação constitui a principal questão da problemática que envolve o tema. A ausência de qualquer das condições da ação leva o juiz a proferir uma sentença meramente terminativa (sem julgar o mérito da demanda). Entretanto, em muitos casos, embora a tal sentença terminativa seja efetivamente proferida, o juiz acaba apreciando o mérito da causa, quando não deveria fazê-lo, questão que será abordada em capítulos seguintes. Outro argumento que se discute muito na doutrina diz respeito ao fato da possibilidade das condições da ação determinar ou não à existência do direito de ação. Dessa forma, entende - se que as condições da ação têm sua utilidade para regular o exercício do direito de ação, mas não para ser um fator determinante de sua existência. INTERESSE DE AGIR Alguns autores consideram inapropriado o termo ?interesse de agir? por ser destituído de precisão. Como destaca Nelson Nery Júnior, ?agir pode ter significado processual e extraprocessual, ao passo que interesse processual significa, univocamente, entidade que tem eficácia endoprocessual?. A palavra interesse é empregada com dois sentidos: como sendo sinônimo de pretensão, classificando-se, neste caso, como se fosse um interesse substancial ou primário, e para definir a relação de necessidade entre a dedução de uma pretensão em juízo e a atuação do Poder Judiciário, classificando-se, nesta hipótese, como sendo interesse processual. O interesse processual é baseado na utilidade que se pode tirar do provimento jurisdicional requisitado. Essa utilidade vai depender da presença de dois elementos: adequação do provimento solicitado e necessidade de tutela jurisdicional.O interesse/necessidade é gerado em decorrência da proibição da autotutela. Sendo assim, para que seja verificada a necessidade de se recorrer ao Estado-juiz para satisfazer uma pretensão, basta a impossibilidade de o autor poder satisfazer seu interesse através do emprego de meios próprios. Não é suficiente que a atuação jurisdicional seja necessária para que o interesse processual se configure. É importante ressaltar, ainda que haja o interesse/adequação, isto é, a utilização do método processual adequado para a tutela jurisdicional pretendida. Nesse sentido é a lição de Nelson Nery Júnior: Existe interesse processual quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando essa tutela jurisdicional pode trazer-lhe alguma utilidade, do ponto de vista prático. Movendo a ação errada ou utilizando-se do procedimento incorreto, o provimento jurisdicional não lhe será útil, razão pela qual a inadequação procedimental acarreta inexistência do interesse processual. O entendimento prevalecente sobre o direito de agir é que ele é fruto da possibilidade de um dano injusto, desde que não ocorre a imediata intervenção estatal.O interesse processual é o interesse de agir do titular de um determinado direito. Havendo interposição errada da ação, haverá nulidade da mesma e o provimento final não será alcançado. O interesse processual é composto pela utilidade e necessidade e sem eles não haverá a tão pretendida tutela jurisdicional. Certos interesses de agir são obrigatórios pela própria lei, como ocorre nos casos de separação e divórcio; ou em outras situações como quando o réu se recusa a fazer o pagamento de dívidas, que resultam de um contrato, no dia do seu vencimento. Entretanto, o interesse processual não vai determinar o fato de o pedido ser ou não procedente, uma vez que o mesmo será apreciado em relação ao mérito. Desse modo, o §2º do art. 531 do CPC é muito claro ao estatuir que a execução se dará nos mesmos autos que foi proferida a sentença, verbis: Art. 531. O disposto neste Capítulo aplica-se aos alimentos definitivos ou provisórios.§1º A execução dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado, se processa em autos apartados.§2º O cumprimento definitivo da obrigação de prestar alimentos será processado nos mesmos autos em que tenha sido proferida a sentença.(grifo nosso) Assim, a sentença deve ser executada nos próprios autos em que foi prolatada, exceto em caso de haver cobrança de parcelas recentes e pretéritas, que deverão ser feitas, uma nos autos principais, e outra em outros autos, em atenção ao que dispõem os art. 771 c/c 780 do CPC. ANTE O EXPOSTO,julgo extinto o presente feitosem resolução de mérito, com fundamento nos incisos IV e VI, do art. 485 do Código de Processo Civil.Sem custas ou honorários face ao deferimento da Justiça Gratuita, conforme Súmula 06 do TJ-PA.Preclusa a via impugnativa, devidamente certificada arquivem-se os autos.Cientifique-se a representante do Ministério Público.Publique-se. Registre-se e

intimem-se.Belém, 27 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0834376-21.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: A. F. S. Participação: REQUERIDO Nome: L. F.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0834376-21.2019.8.14.0301GUARDA (1420)Assunto:[Fixação, Regulamentação de Visitas]REQUERENTE: ALDINEIA FERREIRA SOARESREQUERIDO: LEÔNIDAS FERNANDES DESPACHOPROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTE1- Processe-se em segredo de justiça (art. 189 do Código de Processo Civil) e com gratuidade processual.Retornem os autos à DEFENSORIA PÚBLICA, para que cadastre CORRETAMENTE os documentos no sistema PJE, uma vez que os mesmos, incluindo a petição inicial, estão totalmente fora de ordem, tornando a leitura dos autos inviável, tudo em conformidade com o art. 17 da Resolução 185 do CNJ, verbis: Art. 17. Os documentos digitalizados e anexados às petições eletrônicas serão classificados e organizados de forma a facilitar o exame dos autos eletrônicos.Parágrafo único. Quando a forma de apresentação dos documentos puder ensejar prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa, deverá o juiz determinar nova apresentação e a exclusão dos anteriormente juntados. Pelo exposto, nos termos do art. 321 do CPC, intime-se a parte autora, através de seu Advogado (art. 272 do CPC) ou Defensor Público (§1º do art. 186 do CPC), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, conforme mencionado, sob pena de, não o fazendo, haver indeferimento da mesma e consequente extinção do processo sem resolução de mérito.Com a emenda a inicial, devem ser excluídos os documentos de ID 1129737 e ID 11220144, conforme determina o art. 17 da Resolução 185 do CNJ, acima mencionada.Intimem-se. Belém, 28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0871823-77.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: Y. R. V. B. Participação: ADVOGADO Nome: EWERTON FREITAS TRINDADEOAB: 9102 Participação: MENOR INFRATOR Nome: N. D. S. F.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0871823-77.2018.8.14.0301GUARDA (1420)Assunto:[Busca e Apreensão de Menores]REQUERENTE: YURI RENNY VIEIRA BRITOMENOR INFRATOR: NATALIA DA SILVA FERREIRADESPACHO1-Processe-se em segredo de justiça (art. 189 do Código de Processo Civil) e com gratuidade processual (art. 98 do CPC). 2-Compulsando os autos, observa-se que na petição inicial, não foi respeitado o art. 319 do CPC quanto à correta indicação dos pedidos, uma vez que não é possível saber com precisão com quem o menor atualmente está vivendo, se com o requerente ou a requerida uma vez que somente foram juntadas as fls., 11/12, declarações da escola do menor.Ademais, ante o pedido de Busca e Apreensão formulado nos autos, deve a parte autora juntar a decisão que deferiu a guarda judicial do menorEDUARDO SALOMÃO F. BRITO.Dessa forma, intime-se a parte autora, através de seu Advogado (art. 272 do CPC) ou Defensor Público (§1º do art. 186 do CPC), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, sob pena de indeferimento da mesma e consequente extinção do processo sem resolução de mérito. Após, voltem os autos conclusos.Belém, 28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0834243-76.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: A. J. M. G. J. Participação: ADVOGADO Nome: VICTOR HUGO RAMOS REISOAB: 23195/PA Participação: RÉU Nome: T. C. B.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0834243-76.2019.8.14.0301PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)Assunto:[Oferta, Reconhecimento / Dissolução, Guarda, Regulamentação de Visitas]AUTOR: ANTONIO JOSE MALCHER GILLET JUNIORRÉU: THAMIRIS COUTINHO BRAGA DESPACHOPROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTE E EM SEGREDO DE JUSTIÇA 1-Tendo em vista não haver pedido de justiça gratuita nos autos, conforme certidão de fl. 21, nos termos do art. 22 da PORTARIA CONJUNTA Nº 001/2016- GP/VP, que dispõe sobre a tramitação do processo judicial eletrônico, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, determino a remessa dos presentes autos à UNAJ para que proceda ao cálculo das custas judiciais,

verbis: Art. 22. As custas iniciais dos processos distribuídos do PJE devem ser calculadas imediatamente após a distribuição, sendo vedado o envio do processo ao magistrado sem esteja comprovado o pagamento das custas iniciais, ressalvadas as hipóteses de assistência judiciária, isenções legais e pedidos de parcelamento.§1º As custas iniciais deverão ser emitidas após o protocolo da petição inicial, no Sistema PJe, através do ?link? disponível no portal TJPA, informando-se o número do processo protocolizado.§2º O boleto gerado na emissão das custas iniciais, bem como o relatório de conta do processo e o respectivo comprovante de pagamentodeverão ser juntados ao processo pelo representante processual, imediatamente após a distribuição do mesmo. 2- Com o retorno dos autos da UNAJ, intime-se a parte autora, através de seu Advogado, para fazer o recolhimento das custas, no prazo de 10 (dez) dias.Comprovado o pagamento, venham os autos conclusos. Belém, 28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0827836-54.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: R. M. A. Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO OLIVAR BRANDAO DA COSTAOAB: 3476/PA Participação: ADVOGADO Nome: RAUL DA SILVA MOREIRA NETOOAB: 532 Participação: REQUERENTE Nome: A. C. F. A. Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO OLIVAR BRANDAO DA COSTAOAB: 3476/PA Participação: ADVOGADO Nome: RAUL DA SILVA MOREIRA NETOOAB: 532PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0827836-54.2019.8.14.0301DIVÓRCIO CONSENSUAL (98)Assunto:[Dissolução, Guarda]REQUERENTE: RICARDO MENEZES AGUILERA, ANA CARLA FEITOSA AGUILERA DESPACHOPROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTE Encaminhem-se os autos ao Ministério Público para manifestação. Após, voltem-me conclusos. Belém, 28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0821255-57.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: A. F. T. L. L. Participação: ADVOGADO Nome: MILENE CASTRO DE ARAUJOOAB: 21502/PA Participação: ADVOGADO Nome: LARISSA ALLANE MINERVINO GONCALVESOAB: 25079/PA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL TUPINAMBA AMIMOAB: 24893/PA Participação: REQUERIDO Nome: R. R. L.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0821255-57.2018.8.14.0301DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)Assunto:[Fixação, Dissolução]REQUERENTE: AUREA FERNANDA TEIXEIRA LOPES LIMAREQUERIDO: RICARDO RIBEIRO LIMA DESPACHOEm cumprimento ao determinado no §1º do art. 1.010 do CPC, intima-se a parte requerida/apelada, através de seu Advogado ou Defensor Público, para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto, no prazo de 15 (quinze) dias.Cumpridas as formalidades, tudo certificado nos autos, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará.Belém, 28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITO,TITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0875495-93.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: A. P. L. F. Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO CARLOS DIAS RIBEIROOAB: 14891/PA Participação: REQUERIDO Nome: J. D. A. S. F.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0875495-93.2018.8.14.0301ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)Assunto:[Exoneração]REQUERENTE: AFONSO PIO LIMA FURTADOREQUERIDO: JULYANNE DOS ANJOS SILVA FURTADO DESPACHO Ante o requerimento feito pela parte autora as fls., 64, redesigno a data da audiência de fls. 47/51para o dia21/11/2019 (quinta-feira) as 10 horas.Intimem-se as partes, Advogados ou Defensores Públicos e testemunhas se houverem. Fica autorizado ainda, a expedição de e-mail, malote digital e/ou qualquer outro meio que facilite e agilize a intimação das partes. Caso haja a necessidade, fica autorizado que o cumprimento dos mandados de citação/intimação das partes seja em regime de URGÊNCIA, na forma do Provimento Nº 02/2010 CRMB c/c alínea ?e? do art. 1º, da Res. 013/2009. Expeça-se o necessário. Em caso de expedição de Carta Precatória, o prazo de cumprimento e devolução é de 30 (trinta) dias. Belém, 28 de junho de 2019. DRA.

ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0834304-34.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: L. K. N. D. S. Participação: REQUERENTE Nome: J. B. D. J.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0834304-34.2019.8.14.0301HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (112)Assunto:[Fixação, Guarda, Regulamentação de Visitas]REQUERENTE: LAYLA KIMBERLY NUNES DA SILVA, JEFFERSON BRITO DE JESUS DESPACHOPROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTE PROCESSO EM SEGREDO DE JUSTIÇA E COM GRATUIDADE PROCESSUALEncaminhem-se os autos ao Ministério Público para manifestação. Após, voltem-me conclusos. Belém,28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0834874-20.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: P. D. S. C. Participação: REQUERIDO Nome: R. L. B. C.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0834874-20.2019.8.14.0301DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)Assunto:[Dissolução]REQUERENTE: PEDRO DOS SANTOS CAETANOREQUERIDO: ROSANA LAURA BRAGA CAETANODESPACHO PROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTEProcesse-se em segredo de justiça (art. 189 do Código de Processo Civil) e com gratuidade processual. Intime-se a parte autora, através de seu Advogado ou Defensor Público, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos a escritura pública e/ou a certidão do registro do imóvel, de todos os bens que pretende partilhar, em observância ao art. 1.227 do Código Civil.Após, com ou sem manifestação, devidamente certificada, voltem os autos conclusos. Belém, 28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0834647-30.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: J. O. B. Participação: RÉU Nome: E. M. D. A.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0834647-30.2019.8.14.0301PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)Assunto:[Reconhecimento / Dissolução, Bem de Família]AUTOR: JAQUELINI OLIVEIRA BASTOSRÉU: EDINALDO MONTEIRO DE ALMEIDA DESPACHO PROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTEProcesse-se em segredo de justiça (art. 189 do Código de Processo Civil) e com gratuidade processual. Intime-se a parte autora, através de seu Advogado ou Defensor Público, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, junte aos autos a escritura pública e/ou a certidão do registro do imóvel, de todos os bens que pretende partilhar, em observância ao art. 1.227 do Código Civil.Após, com ou sem manifestação, devidamente certificada, voltem os autos conclusos.Belém, 28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0872989-47.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: E. C. G. Participação: ADVOGADO Nome: BRENDA ROCHA CARAMESOAB: 27225/PA Participação: REQUERIDO Nome: M. P. S. D. S.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0872989-47.2018.8.14.0301GUARDA (1420)Assunto:[Fixação, Regulamentação de Visitas]REQUERENTE: EDICARLOS CARVALHO GUIMARAES REQUERIDO: MARIANA PATRICIA SILVA DE SOUZASENTENÇATrata-se deAÇÃO DE GUARDA, DIREITO DE CONVÍVIO E ALIMENTOSproposta por EDICARLOS CARVALHO GUIMARAES em face de MARIANA PATRICIA SILVA DE SOUZA,qualificada nos autos.Em petição de fls. 45, a parte autora requereu a desistência da ação, informando que uma vez que as partes já formalizaram acordo extrajudicial em 20/02/2019. É o relatórioPasso a decidir. Considerando os termos da petição de fls. 45, bem como levando em consideração que de acordo com o regramento do CPC, o qual mencionano §4º do art. 485que o autor só poderá desistir da ação, após o oferecimento da contestação, com o consentimento

do réu, e como nos presentes autos a parte requerida não apresentou a peça de defesa de mérito,JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil.Conforme determinação do art. 90 do CPC, CONDENOainda a parte autora, ao pagamento das custas processuais.Entretanto, verifica-se, in casu, que a parte requerente, a qual foi condenada em custas, é beneficiária da justiça gratuita, dessa forma, determino que a exigibilidade da condenação em custas fique suspensa pelo prazo de 05 (cinco) anos, conforme dispõe o §3º do art. 98 do CPC.Preclusa a via impugnativa, devidamente certificada, arquivem-se os autos com as cautelas legais.Publique-se, Registre-se e Intimem-se.Belém, 27 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0832563-56.2019.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: E. A. B. J. Participação: REPRESENTANTE DA PARTE Nome: ROSEMERE SALES MENDESOAB: null Participação: ADVOGADO Nome: PABLO GOMES TAPAJOSOAB: 25996/PA Participação: EXECUTADO Nome: E. A. B.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0832563-56.2019.8.14.0301CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)Assunto:[Fixação]EXEQUENTE: EDILENO ALMEIDA BARBOSA JUNIORREPRESENTANTE DA PARTE: ROSEMERE SALES MENDES EXECUTADO: EDILENO ALMEIDA BARBOSASENTENÇA Processe-se em segredo de justiça (art. 189, II do CPC) e com gratuidade processual (art. 98 do CPC). Trata-se deEXECUÇÃO DE ALIMENTOSmovida porEDILENO ALMEIDA BARBOSA JÚNIOR, menor impúbere, neste ato representado por sua genitora,ROSEMERE SALES MENDES, brasileira em face deEDILENO ALMEIDA BARBOSAtodos qualificados na inicial. A parte exequente ajuizou a presente ação com objetivo de executar os alimentos fixados nos autos de Nº 0052619-22.2014.8.14.0301, cópia da sentença as fls. 19. É o sucinto relatório.Decido. Verifica-se no caso em comento, faltar uma das condições da ação para o prosseguimento do processo, uma vez que falta interesse processual para a parte exequente, uma vez que deveria executar os alimentos, nos próprios autos em que foi proferida a sentença, conforme o Código de Processo Civil. É importante destacar que as condições da ação não são requisitos para a existência da ação, nem mesmo no âmbito processual. As condições da ação são requisitos estabelecidos para o exercício regular do direito de ação, uma vez que, se não forem preenchidas, impedem a condução do processo para a avaliação do mérito.Como diz Kazuo Watanabe, São razões de economia processual que determinam à criação de técnicas processuais que permitam o julgamento antecipado, sem a prática de atos processuais inteiramente inúteis ao julgamento da causa. As condições da ação nada mais constituem que técnica processual instituída para a consecução deste objetivo. Mesmo diante da ausência de uma das condições da ação, haverá atividade jurisdicional, pois além do direito ao julgamento da demanda, todos possuem direito a uma decisão sobre a possibilidade de ser decidida à própria causa considerada nela mesma. CONDIÇÕES DA AÇÃO No Código de Processo Civil, as condições da ação e os pressupostos processuais são requisitos de admissibilidade para o julgamento do mérito das demandas. De acordo com os ensinamentos de Arruda Alvim, os pressupostos processuais, as condições da ação e o mérito são as categorias fundamentais da ciência do processo, que se estruturam com vistas à lide, ao processo e à ação. Apreciar o mérito significa decidir o pedido do autor, julgando-o procedente ou improcedente. Pode-se dizer que o juiz, antes de apreciar e julgar o mérito deve verificar se a relação jurídica processual foi instaurada e teve sua evolução regularmente constituída (pressupostos processuais), ou seja, se o direito de ação foi exercido de forma regular perante o caso concreto (condições da ação), mesmo que ele venha decidir a respeito dessas questões somente na sentença. O princípio da admissibilidade é a somatória das condições da ação e dos pressupostos processuais. Assim, as condições da ação impõem-se como um tipo de mecanismo de filtragem para separar, dentre os pedidos que são levados ao conhecimento do Poder Judiciário, aqueles que são passíveis de um exame substancial, daqueles que podem imediatamente ser descartados. Pode-se observar que esses requisitos de admissibilidade (condições da ação, pressupostos processuais) são extrínsecos ao mérito da causa. Esse pensamento não é considerado uma unanimidade para a doutrina, mas encontra fundamento legal no Código de Processo Civil, mais precisamente no art. 485, IV, no qual se faz referência aos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, sendo que no inciso VI refere-se às condições da ação:Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; A carência de ação constitui a principal questão da problemática que envolve o tema. A ausência de qualquer das condições da ação leva o juiz a proferir uma sentença meramente terminativa (sem julgar o mérito da demanda). Entretanto, em muitos

casos, embora a tal sentença terminativa seja efetivamente proferida, o juiz acaba apreciando o mérito da causa, quando não deveria fazê-lo, questão que será abordada em capítulos seguintes. Outro argumento que se discute muito na doutrina diz respeito ao fato da possibilidade das condições da ação determinar ou não à existência do direito de ação. Dessa forma, entende - se que as condições da ação têm sua utilidade para regular o exercício do direito de ação, mas não para ser um fator determinante de sua existência. INTERESSE DE AGIR Alguns autores consideram inapropriado o termo ?interesse de agir? por ser destituído de precisão. Como destaca Nelson Nery Júnior, ?agir pode ter significado processual e extraprocessual, ao passo que interesse processual significa, univocamente, entidade que tem eficácia endoprocessual?. A palavra interesse é empregada com dois sentidos: como sendo sinônimo de pretensão, classificando-se, neste caso, como se fosse um interesse substancial ou primário, e para definir a relação de necessidade entre a dedução de uma pretensão em juízo e a atuação do Poder Judiciário, classificando-se, nesta hipótese, como sendo interesse processual. O interesse processual é baseado na utilidade que se pode tirar do provimento jurisdicional requisitado. Essa utilidade vai depender da presença de dois elementos: adequação do provimento solicitado e necessidade de tutela jurisdicional.O interesse/necessidade é gerado em decorrência da proibição da autotutela. Sendo assim, para que seja verificada a necessidade de se recorrer ao Estado-juiz para satisfazer uma pretensão, basta a impossibilidade de o autor poder satisfazer seu interesse através do emprego de meios próprios. Não é suficiente que a atuação jurisdicional seja necessária para que o interesse processual se configure. É importante ressaltar, ainda que haja o interesse/adequação, isto é, a utilização do método processual adequado para a tutela jurisdicional pretendida. Nesse sentido é a lição de Nelson Nery Júnior: Existe interesse processual quando a parte tem necessidade de ir a juízo para alcançar a tutela pretendida e, ainda, quando essa tutela jurisdicional pode trazer-lhe alguma utilidade, do ponto de vista prático. Movendo a ação errada ou utilizando-se do procedimento incorreto, o provimento jurisdicional não lhe será útil, razão pela qual a inadequação procedimental acarreta inexistência do interesse processual. O entendimento prevalecente sobre o direito de agir é que ele é fruto da possibilidade de um dano injusto, desde que não ocorre a imediata intervenção estatal.O interesse processual é o interesse de agir do titular de um determinado direito. Havendo interposição errada da ação, haverá nulidade da mesma e o provimento final não será alcançado. O interesse processual é composto pela utilidade e necessidade e sem eles não haverá a tão pretendida tutela jurisdicional. Certos interesses de agir são obrigatórios pela própria lei, como ocorre nos casos de separação e divórcio; ou em outras situações como quando o réu se recusa a fazer o pagamento de dívidas, que resultam de um contrato, no dia do seu vencimento. Entretanto, o interesse processual não vai determinar o fato de o pedido ser ou não procedente, uma vez que o mesmo será apreciado em relação ao mérito. Desse modo, o §2º do art. 531 do CPC é muito claro ao estatuir que a execução se dará nos mesmos autos que foi proferida a sentença, verbis: Art. 531. O disposto neste Capítulo aplica-se aos alimentos definitivos ou provisórios.§1º A execução dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado, se processa em autos apartados.§2º O cumprimento definitivo da obrigação de prestar alimentos será processado nos mesmos autos em que tenha sido proferida a sentença.(grifo nosso) Assim, a sentença deve ser executada nos próprios autos em que foi prolatada, exceto em caso de haver cobrança de parcelas recentes e pretéritas, que deverão ser feitas, uma nos autos principais, e outra em outros autos, em atenção ao que dispõem os art. 771 c/c 780 do CPC. ANTE O EXPOSTO,julgo extinto o presente feitosem resolução de mérito, com fundamento nos incisos IV e VI, do art. 485 do Código de Processo Civil.Sem custas ou honorários face ao deferimento da Justiça Gratuita, conforme Súmula 06 do TJ-PA.Preclusa a via impugnativa, devidamente certificada arquivem-se os autos.Cientifique-se a representante do Ministério Público.Publique-se. Registre-se e intimem-se.Belém, 27 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0802850-36.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: I. O. S. Participação: REQUERENTE Nome: N. D. S. S.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0802850-36.2019.8.14.0301DIVÓRCIO CONSENSUAL (98)Assunto:[Fixação, Dissolução]REQUERENTE: IRACILDO OLIVEIRA SANTOS REQUERENTE: NAZARE DE SOUZA SANTOSSENTENÇAPROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTEProcesse-se em segredo de justiça (art. 189 do Código de Processo Civil).Trata-se deAÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUALproposta por IRACILDO OLIVEIRA SANTOS e NAZARE DE SOUZA SANTOS,todos qualificados nos autos.Em petição de fls. 30, as partes autoras requereram a desistência da ação, em virtude de terem se reconciliado. É o relatórioPasso a decidir.Considerando os termos da

petição de fls. 30, bem como levando em consideração que de acordo com o regramento do CPC, o qual mencionano §4º do art. 485que o autor só poderá desistir da ação, após o oferecimento da contestação, com o consentimento do réu, e como nos presentes autos a ação é consensual,JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, inciso VIII, do Código de Processo Civil. Conforme determinação do art. 90 do CPC, CONDENOainda os autores, ao pagamento das custas processuais. Preclusa a via impugnativa, devidamente certificada, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Publique-se, Registre-se e Intimem-se. Belém, 27 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRA JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0837848-64.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: N. M. D. Q. Participação: REQUERENTE Nome: G. D. S. M.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0837848-64.2018.8.14.0301HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (112)Assunto:[Fixação, Guarda]REQUERENTE: NAZARE MOREIRA DE QUEIROZ, GERSON DE SANTANA MALCHERSENTENÇAPROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTE PROCESSO EM SEGREDO DE JUSTIÇA E COM GRATUIDADE PROCESSUALTrata-se de pedido de homologação de termo de acordo firmado entre as partesNAZARE MOREIRA DE QUEIROZ e GERSON DE SANTANA MALCHER,já qualificados na inicial, acordo este que regula as obrigações referentes às filhas menores, fls., 03/07. Trata-se de pedido de homologação do acordo celebrado entre os requerentes, pelo qual definem guarda, convivio e alimentos às menores Geovana de Queiroz Malcher e Nayra Graziela de Queiroz Malcher. Segundo os termos pactuados às fls. 05/07 (ordem crescente), estabelecem que as crianças ficarão sob a guarda compartilhada de seus pais, com a fixação de residência no domicílio materno, cabendo ao genitor exercer o convívio de forma livre. O genitor requerente prestará a suas filhas alimentos na proporção de 25% (vinte e cinco por cento) de seus vencimentos e vantagens, excluídos os descontos obrigatórios, sendo dividido em percentuais iguais cabendo respectivamente 12,5% (doze e meio por cento) para cada filha. O pagamento da pensão alimentícia se dará por desconto em folha de pagamento, obrigação a ser iniciada no mês de junho de 2018. Estabeleceram também que na ausência de vínculo empregatício do SR.GERSON DE SANTANA MALCHER, a pensão alimentícia será de 25% (vinte e cinco por cento) do salário-mínimo, a ser pago até o dia 05 de cada mês, mediante deposito na conta bancária da 1ª acordante, mencionada as fls., 25. O Ministério Público se manifestou favoravelmente a homologação do acordo, fls. 21 e fls., 27. ANTE O EXPOSTO, nos termos dos arts. 200 e alínea ?b? do inciso III do art. 487 do CPC,HOMOLOGO, para todos os fins de direito, o acordo firmado entre as partes às fls. 03/07, referentes a regular a guarda, direito de convívio e alimentos à GEOVANA DE QUEIROZ MALCHER e NAYRA GRAZIELA DE QUEIROZ MALCHER, filhas menores das partes, julgando extinto o presente processo com resolução do mérito. Sem custas face ao deferimento da Justiça Gratuita, conforme Súmula 06 do TJ-PA.Expeça-se ofício à fonte pagadora do 2º acordante, para que proceda ao desconto da pensão alimentícia acordada.Lavra-se o termo de guarda compartilhada, consignando-se o direito de convívio.Expeça-se o que for necessário. Em caso de expedição de Carta Precatória, o prazo de cumprimento e devolução é de 30 (trinta) dias.Publique-se, Registre-se e Intimem-se.Cumpridas as formalidades legais, certificada a regularidade das intimações e publicação, arquivem-se os autos. Belém, 27 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0834637-83.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: E. D. S. M. Participação: RÉU Nome: C. D. S. M.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalPROCESSO:0834637-83.2019.8.14.0301PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)AÇÃO:[Reconhecimento / Dissolução]AUTOR: ELENICE DA SILVA MONTEIRONome: ELENICE DA SILVA MONTEIROEndereço: Rua das Palmeiras, 334, Frente, Una, BELéM - PA - CEP: 66652-070RÉU: CRISTIANO DA SILVA MONTEIRONome: CRISTIANO DA SILVA MONTEIROEndereço: Rua das Palmeiras, 334, Fundos, Una, BELéM - PA - CEP: 66652-070 DESPACHO-MANDADOSERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 003/2009, alterado pelo Provimento nº 011/2009-CJRMB. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. INTIMEM-SE. PROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTE Processe-se em segredo de justiça (art. 189 do Código de Processo Civil) e com gratuidade processual. Trata-se de AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C GUARDA, DIREITO DE CONVÍVIO E

ALIMENTOSajuizada porELENICE DA SILVA MONTEIRO, em face deCRISTIANO DA SILVA MONTEIRO,todos qualificados na inicial.1-Entendo ser prudente a fixação da guarda compartilhada do menorSAMUEL CHRISTOFI MONTEIRO RODRIGUES, devendo sua residência ser fixada com a mãe, ora requerente e regulo, ainda, o direito de convívio do pai, ora requerido, em relação as menores a ser realizado em finais de semana alternados, feriados prolongados e festas de final de ano alternados e parte das férias escolares, devendo haver comunicação e acordo prévio com a mãe da menor, sempre respeitados os interesses da mesma.2-Ante o deferimento da guarda mencionado no item ?1?, em razão da prova da relação de parentesco (art. 2º da LA), cópia do documento de fls. 10 e diante da necessidade presumida do menor,FIXOos alimentos provisórios em 20% (vinte por cento) dos vencimentos e vantagens do requerido, excluídos os descontos obrigatórios, devendo os valores serem depositados em conta bancária da representante legal do menor, CAIXA ECONOMICA FEDERAL, AG. 0898, OP 013, Conta 00019914-4, pagos até o quinto dia útil de cada mês, devidos a partir da citação, segundo artigo 13, §2º da Lei de Alimentos. 3-Designo audiência de conciliação para o dia 20/08/2019 (terça-feira), às 10h:40min,arealizar-se na Sala de Audiências da 7ª Vara de Família, sito no 1º Andar do Prédio Anexo I, SALA 152, Fórum Cível da Capital, na Pça. Felipe Patroni, S/N ? Cidade Velha, Belém-PA.Cite-se e intime-se a parte ré e intime-se a parte autora, para comparecerem,com seus respectivos advogados ou Defensor Público, à audiência acima designada a qual será realizadana Sala de Audiências da 7ª Vara de Família, sito no 1º Andar do Prédio Anexo I, SALA 152, Fórum Cível da Capital, na Pça. Felipe Patroni, S/N ? Cidade Velha, expeça-se o necessário, inclusive carta precatória com prazo de cumprimento e devolução de 30 (trinta) dias.Conste ainda no mandado de citação/intimação das partes, consoante artigo 334, §8º do CPC, que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.Caso não haja acordo, ficado a(o) ré(u) advertida(o) de que da data da audiência abrir-se-á o prazo de 15 dias para apresentar defesa, nos termos do artigo 335, I do NCPC.4- Também em caso de não haver acordo,DETERMINOque os presentes autos sejam remetidos ao Setor Social para a realização do estudo psicossocial do caso, com prazo de conclusão de 45 (quarenta e cinco) dias, pela equipe multidisciplinar, devendo serem ouvidas as partes; 5-Com o retorno dos autos do Setor Social, intimem-se as partes, através de seu Advogado (CPC, art. 272) ou Defensor Público (§1º do art. 186 do CPC), para que, no prazo de 05 (cinco) dias, sucessivamente, se manifestem sobre o laudo social.Atenta à recomendação de nº. 50 de 8 de maio de 2014 do CNJ, oriento as partes para que acessem o site www.cnj.jus.br/eadcnjque serve como instrumento de conscientização para os conflitos familiares, oferecendo espaço para a reflexão e a ressignificação do exercício de uma parentalidade responsável. Sendo a oficina de pais e mães online, para que as partes se conscientizem o que a oficina proporciona.Após a manifestação das partes, devidamente certificada, abra-se vista ao Ministério Público, para que também se manifeste sobre o referido laudo.Lavre-se o termo de guarda compartilhada, consignando-se o direito de convívio.Expeça-se ofício à fonte pagadora do requerido, para que proceda ao desconto da pensão alimentícia arbitrada.Expeça-se o necessário. Em caso de expedição de Carta Precatória, o prazo de cumprimento e devolução é de 30 (trinta) dias.Ciência ao Ministério Público.Belém,28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0834541-68.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: M. A. A. Participação: ADVOGADO Nome: ADELVAN OLIVERIO SILVAOAB: 5584 Participação: ADVOGADO Nome: JESSYCA FONSECA SOUZAOAB: 23292/PA Participação: REQUERIDO Nome: C. S. A.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0834541-68.2019.8.14.0301ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)Assunto:[Revisão]REQUERENTE: MEGGY AUAD AMERREQUERIDO: CASSAND SAID AMER DESPACHOPROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTE1-Determino a intimação da parte autora, através de seu advogado ou Defensor Público, para que no prazo de 15 (quinze) dias, esclareça o que efetivamente pretende uma vez que as fls. 07/08, menciona ?diminuição do poder econômico do requerente?, solicitando a diminuição da pensão. Entretanto, logo em seguida na fl. 08, solicita a majoração de alimentos e desarquivamento de processo que tramitou na 6ª Vara de Família da Capital.2-Compulsando os autos, observou-se que a parte autora indicou erroneamente o valor da causa, uma vez que, para a ação revisional de alimentos corresponde ao valor da diferença entre o valor anteriormente fixado à título de pensão alimentícia e o valor que se pretende revisionar, seja para majorar ou para

minorar, multiplicado por doze, conforme determina o inciso VI do art. 292 do CPC.Dessa forma, nos termos do art. 321 do CPC, intime-se a parte autora, através de seu Advogado (art. 272 do CPC) ou Defensor Público (§1º do art. 186 do CPC), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, nos termos mencionados acima, sob pena de, não o fazendo, haver o indeferimento da mesma e consequente extinção do processo sem resolução de mérito.Belém, 28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0834587-57.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: H. J. D. C. G. Participação: ADVOGADO Nome: LUIZ CARLOS DAMOUS DA CUNHAOAB: 459-B Participação: REQUERIDO Nome: L. S. D. M. A.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0834587-57.2019.8.14.0301ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)Assunto:[Exoneração]REQUERENTE: HAROLDO JOSE DA COSTA GONCALVESREQUERIDO: LOHANY SISSY DE MOURA ALVES DESPACHO PROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTEPROCESSO EM SEGREDO DE JUSTIÇA Compulsando os autos, observa-se que na petição inicial, em que pese a parte autora utilizar como fundamento do pedido exoneratório, o fato da requerida ser casada, NÃO FOI juntada a certidão de casamento da mesma.Devem ainda juntar aos autos declaração expressa de que não podem pagar as custas do processo sem prejuízo da sua própria subsistência, nos termos do §3º do art. 99 do CPC.Dessa forma, intime-se a parte autora, através de seu Advogado (art. 272 do CPC) ou Defensor Público (§1º do art. 186 do CPC), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emendem a inicial, sob pena de, não o fazendo, haver o indeferimento da mesma e consequente extinção do processo sem resolução de mérito.Decorrido o prazo mencionado, com ou sem manifestação, devidamente certificada, voltem os autos conclusos.Belém, 28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0802264-96.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: B. M. D. S. M. Participação: ADVOGADO Nome: REJANE SOTAO CALDERAROOAB: 3623 Participação: REQUERIDO Nome: M. L. C. Participação: ADVOGADO Nome: LUIS ANDRE BARRAL PINHEIROOAB: 3733PA Participação: ADVOGADO Nome: ARETHA NOBRE COSTAOAB: 13304/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalPROCESSO:0802264-96.2019.8.14.0301GUARDA (1420)AÇÃO:[Fixação, Regulamentação de Visitas]REQUERENTE: BENJAMIN MENDES DE SOUSA MELOMENOR INFRATOR: MARINA LIMA CAMPOS DECISÃO INTERLOCUTÓRIAEm tempo, ante a juntada da Sentença dos autos de Nº 0000807-73.2016.8.14.0301 que homologou o acordo feito pelas partes no que diz respeito à guarda da menor CLARICE CAMPOS MELO, recebo os embargos de declaração de fls., 54/58, como mera petição e chamo o feito à ordem para tornar sem efeito o item ?2? da decisão de fls., 31/33, primeira parte, no que diz respeito à fixação da guarda compartilhada da menor, uma vez que o pedido do autor é meramente de alteração do Direito de Convívio.À Secretaria para proceder a devida retificação no Sistema PJE, passando a presente a ser nominada de AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE DIREITO DE CONVÍVIO, devendo ainda ser procedida a exclusão do acesso ao referido processo do Advogado DANIEL PANTOJA RAMALHO, OAB/PA 13.730, uma vez que a parte requerida revogou os poderes conferidos ao mesmo, as fls., 40/42.Assim, cumpra-se o restante da decisão de fls., 31/33.Intime-se. Cumpra-se.Belém, 28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0834057-53.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: L. C. F. P. Participação: REQUERENTE Nome: J. J. R. P.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0834057-53.2019.8.14.0301DIVÓRCIO CONSENSUAL (98)Assunto:[Fixação, Dissolução, Guarda, Regulamentação de Visitas]REQUERENTE: LUANA CASTRO FONSECA PAIVA, JURACY JOSE RAIMUNDO PAIVA DESPACHOPROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTE PROCESSO EM SEGREDO DE JUSTIÇA E COM GRATUIDADE PROCESSUALEncaminhem-se os autos ao Ministério Público para manifestação. Após, voltem-me

conclusos. Belém,28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0834143-24.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: V. G. F. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: RAISSA NATASCHA FERREIRA PINTOOAB: 28689/PA Participação: REQUERENTE Nome: D. M. D. S.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0834143-24.2019.8.14.0301HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (112)Assunto:[Fixação, Guarda]REQUERENTE: VICTOR GABRIEL FERREIRA DA SILVAREQUERENTE: DIEGO MONTEIRO DA SILVA DESPACHOPROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTE PROCESSO EM SEGREDO DE JUSTIÇA E COM GRATUIDADE PROCESSUALEncaminhem-se os autos ao Ministério Público para manifestação. Após, voltem-me conclusos. Belém,28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0833880-89.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: I. V. F. T. D. L. Participação: REQUERIDO Nome: R. A. T. L.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalProcesso: 0833880-89.2019.8.14.0301ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)Assunto:[Fixação]REQUERENTE: ISIS VICTORIA FELICIANA TAKASE DE LIMAREQUERIDO: RENATO AUGUSTO TAKASE LIMA DESPACHOPROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTE1- Processe-se em segredo de justiça (art. 189 do Código de Processo Civil) e com gratuidade processual.Retornem os autos à DEFENSORIA PÚBLICA, para que cadastre CORRETAMENTE os documentos no sistema PJE, uma vez que os mesmos, incluindo a petição inicial, estão totalmente fora de ordem, tornando a leitura dos autos inviável, tudo em conformidade com o art. 17 da Resolução 185 do CNJ, verbis: Art. 17. Os documentos digitalizados e anexados às petições eletrônicas serão classificados e organizados de forma a facilitar o exame dos autos eletrônicos.Parágrafo único. Quando a forma de apresentação dos documentos puder ensejar prejuízo ao exercício do contraditório e da ampla defesa, deverá o juiz determinar nova apresentação e a exclusão dos anteriormente juntados. Pelo exposto, nos termos do art. 321 do CPC, intime-se a parte autora, através de seu Advogado (art. 272 do CPC) ou Defensor Público (§1º do art. 186 do CPC), para que, no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, conforme mencionado, sob pena de, não o fazendo, haver indeferimento da mesma e consequente extinção do processo sem resolução de mérito.Com a emenda a inicial, devem ser excluídos os documentos de ID 11123646, conforme determina o art. 17 da Resolução 185 do CNJ, acima mencionada.Intimem-se. Belém, 28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0834604-93.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: M. C. R. C. Participação: REQUERIDO Nome: J. J. G. C.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalPROCESSO:0834604-93.2019.8.14.0301ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)AÇÃO:[Fixação]REQUERENTE: MILLA CRISTYE RODRIGUES CARDOSONome: MILLA CRISTYE RODRIGUES CARDOSOEndereço: Alameda Ministro Costa Cavalcante, 17, Castanheira, BELéM - PA - CEP: 66645-555REQUERIDO: JAIRO JACKSON GOMES CARDOSONome: JAIRO JACKSON GOMES CARDOSOEndereço: AV FLORIANO PEIXOTO, S/N, EM FRENTE A IGREJA CEIA, CENTRO, PORTEL - PA - CEP: 68480-000 DESPACHO-MANDADOSERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADO, COMO MANDADO, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 003/2009, alterado pelo Provimento nº 011/2009-CJRMB. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. INTIME-SE. 1-Processe-se em segredo de justiça (art. 189, II do CPC). 2-Defiro os benefícios da gratuidade, em conformidade com o art. 98 do CPC. 3-Em razão da prova da relação de parentesco (art. 2º da LA), cópia da certidão de nascimento do requerente de fls. 19 e diante dos documentos de fls. 17, fl. 20 e de fl. 26 e de fl. 34., que comprovam a necessidade da requerente em manter a continuidade de seus estudos,FIXOos alimentos provisórios em 20% (vinte por cento), dos vencimentos e vantagens do requerido, excluídos os descontos obrigatórios, devendo os valores serem depositados em conta bancária da requerente, indicada as fls. 11, item ?4?, pagos até o quinto dia útil de cada mês, devidos a partir da

citação, segundo artigo 13, §2º da Lei de Alimentos. Cite-se o requerido, e intime-se a requerente, todos identificados e qualificados à fl. 03 dos autos, para a audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento designada para odia 26/11/2019, às 12 horas,arealizar-se na Sala de Audiências da 7ª Vara de Família, sito no 1º Andar do Prédio Anexo I,SALA 152, Fórum Cível da Capital, na Pça. Felipe Patroni, S/N ? Cidade Velha, Belém-PA, devendo os mesmos comparecerem devidamente acompanhados de seus advogados ou Defensores Públicos e de suas testemunhas. O não comparecimento do requerente, na data designada acima, importará em extinção do processo e o não comparecimento do requerido à Audiência, ou se estes se fizerem presentes sem a companhia de um advogado, importará em confissão e revelia quanto a matéria de fato (art. 7º da Lei n.º 5.478/68). Conste ainda no mandado de citação/intimação das partes, consoante artigo 334, §8º do CPC, que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. O prazo para contestar a Ação é na própria audiência. Atenta à recomendação de nº. 50 de 8 de maio de 2014 do CNJ, oriento as partes para que acessem o site www.cnj.jus.br/eadcnjque serve como instrumento de conscientização para os conflitos familiares, oferecendo espaço para a reflexão e a ressignificação do exercício de uma parentalidade responsável. Sendo a oficina de pais e mães online, para que as partes se conscientizem o que a oficina proporciona. Sem prejuízo do determinado acima e nos termos do que dispõe o artigo 14 da resolução nº 015/2016-GP, de 01/06/2016, determino a remessa dos presentes autos ao CEJUSC ? Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família deste Fórum, a fim de que seja tentada a conciliação entre as partes no presente feito. Expeça-se ofício à fonte pagadora do requerido, para que proceda ao desconto da pensão alimentícia. Expeça-se ainda o que mais for necessário. Em caso de expedição de Carta Precatória, o prazo de cumprimento e devolução é de 30 (trinta) dias. Belém, 28 de junho de 2019. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

Número do processo: 0834413-48.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: C. S. D. S. Participação: REQUERIDO Nome: S. G. B. D. S. Participação: REQUERIDO Nome: R. A. B. D. S. Participação: REQUERIDO Nome: G. V. B. D. S. Participação: REQUERIDO Nome: V. D. S. M. D. B. C.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ7ª Vara de Família da CapitalPROCESSO:0834413-48.2019.8.14.0301ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)AÇÃO:[Exoneração, Revisão]REQUERENTE: CISLEI SILVA DA SILVANome: CISLEI SILVA DA SILVAEndereço: Rua da Pedreirinha, sn, cond ideal BR, apto 203, Guanabara, ANANINDEUA - PA - CEP: 67110-280REQUERIDO: SILVIO GABRIEL BRITO DA SILVA, RAFAEL ASSIS BRITO DA SILVA, GRAZIELLE VITORIA BRITO DA SILVA, VIRGILIA DO SOCORRO MACEDO DE BRITO CAVALHEIRONome: SILVIO GABRIEL BRITO DA SILVAEndereço: Passagem Seis de Janeiro, 58, Mangueirão, BELéM - PA - CEP: 66640-760Nome: RAFAEL ASSIS BRITO DA SILVAEndereço: Passagem Seis de Janeiro, 58, Mangueirão, BELéM - PA - CEP: 66640-760Nome: GRAZIELLE VITORIA BRITO DA SILVAEndereço: Passagem Seis de Janeiro, 58, Mangueirão, BELéM - PA - CEP: 66640-760Nome: VIRGILIA DO SOCORRO MACEDO DE BRITO CAVALHEIROEndereço: Passagem Seis de Janeiro, 58, Mangueirão, BELéM - PA - CEP: 66640-760 DESPACHO-MANDADO 7ª Vara de Família, sito no 1º Andar do Prédio Anexo I, Fórum Cível da Capital, Praça Felipe Patroni, S/N ? Cidade Velha SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADO, COMO MANDADO, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 003/2009, alterado pelo Provimento nº 011/2009-CJRMB. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. INTIME-SE. PROCESSO EM VISUALIZAÇÃO CRESCENTE Processe-se em segredo de justiça (art. 189, II do CPC) e com gratuidade processual (art. 98 do CPC). Trata-se deAÇÃO DE EXONERAÇÃO e REVISÃO DE ALIMENTOSproposta porCISLEI SILVA DA SILVAem face deSILVIO GABRIEL BRITO DA SILVA, RAFAEL ASSIS BRITO DA SILVA e GRAZIELLE VITÓRIA BRITO DA SILVA,representada por sua genitoraVIRGILIA DO SOCORRO MACEDO BRITO,todos qualificados na inicial. Acerca do pedido de tutela antecipada passo a analisar. Pleiteia o requerente, a título de tutela antecipada, que seja suspenso o pagamento de pensão alimentícia aos requeridosSILVIO GABRIEL BRITO DA SILVA e RAFAEL ASSIS BRITO DA SILVA, haja vista que os mesmos atualmente já seriam maiores de idade e não mais necessitariam da pensão alimentícia, pois os mesmos não se encontrariam estudando.Em relação a requerida menor,GRAZIELLE VITÓRIA BRITO DA SILVA,requereu a revisão dos alimentos anteriormente fixados nos autos de Nº 000352518-19.2007.814.0301 para 10% (dez por cento) do salário mínimo vigente, em razão de já ter constituído outra família e encontra-se atualmente desempregado. É o breve relatório.DECIDO.Para concessão de tutela antecipada de urgência é necessária a presença simultânea

de prova inequívoca e verossimilhança das alegações. Acerca do pedido de Tutela Antecipada, o artigo 303 do CPC, cujo deferimento depende, de forma indispensável, da presença dos requisitos da prova inequívoca com a qual seja possível aferir a verossimilhança das alegações.A doutrina costuma classificar a tutela antecipada como espécie do gênero tutelas de urgências. As tutelas de urgência, portanto, são divididas pela doutrina em tutelas cautelares e tutelas antecipadas.O instituto da tutela antecipada tem como finalidade adimplir a um mandamento constitucional de efetividade da prestação jurisdicional em homenagem ao princípio constitucional da inafastabilidade do Poder Judiciário, cuja atividade de exercer a jurisdição deve ser célere, efetiva e eficaz.É como medida satisfativa, embora não definitiva que tal instituto satisfaz o mencionado princípio constitucional. Logo, a referida medida de cognição sumária visa à antecipação dos efeitos do provimento final de mérito a que a parte pretende ver declarado em seu favor.Outros requisitos também são apontados pelo artigo 303 do CPC para a concessão da tutela antecipada. No entanto, segundo aponta a doutrina esses requisitos são variáveis, diferentemente do requisito da verossimilhança das alegações como aduzimos acima, pois não seria razoável que se concedesse uma tutela de natureza satisfativa cuja cognição é sumaria se não houvesse apenas uma aparência de que as alegações feitas pelo autor estão devidamente respaldadas em lei.Como nos referimos acima os requisitos variáveis que ensejam o deferimento de tutela antecipada são: perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, manifesto intento protelatório do réu que dificulte a celeridade processual, e reversibilidade da medida antecipatória.Há que se acrescentar também que a tutela antecipada tem que conciliar a necessidade da celeridade na prestação jurisdicional com o dever de uma correta e eficiente cognição processual. Sendo que no caso de tutelas antecipatórias essa cognição é sumaria, o que não quer dizer que tal medida deve ser concedida de maneira irresponsável pelo Magistrado. Há que se ponderar se os requisitos que ensejam a medida estão latentes no caso concreto levando o juiz a uma certeza de que antecipar os efeitos da tutela postulada não trará ao final prejuízos irreparáveis e até mesmo irreversíveis a parte que a suportou.Em brilhante esclarecimento acerca do tema assim esclarece Luiz Guilherme Marinoni (in DIDIER, Fred Jr. BRAGA, Paula Sarno, OLIVEIRA, Rafael. CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL VOL. 2.4ª ed. Jus Podivm, 2009.): A rigor, o tempo é um mal necessário para a boa tutela dos direitos. É imprescindível um lapso temporal considerável (e razoável) para que se realize o devido processo legal e todos os seus consectários em sua pluralidade, produzindo-se resultados justos e predispostos à imutabilidade. É garantia de segurança jurídica. Bem pensadas as coisas, o processo ?demorado? é uma conquista da sociedade: os poderosos de antanho poderiam decidir imediatamente. A concessão da medida, é bom que se ressalte, não constitui faculdade nem discricionariedade do Juiz, mas seu dever concedê-la se presentes seus pressupostos legais, desde que se convença da verossimilhança da alegação, ainda que não requerida pela parte. É imperioso, portanto, que o Juiz se persuada, senão definitivamente, ao menos para tranqüilizá-lo, para a expedição de uma ordem que atinge a parte adversa, da existência de um direito violado e da irreparabilidade dos interesses atingidos pelo possível dano. O artigo 303 do CPC enuncia quais os requisitos que são necessários para o deferimento da tutela antecipada. Tais requisitos devem ser rigorosamente observados pelo juiz no momento do julgamento da mesma sob pena de se conceder os efeitos de uma tutela jurisdicional ao autor sem que este seja merecedor de tal benefício colocando em cheque a segurança jurídica, principio que deve estar presente em todas as relações jurisdicionais.Como até já aduzimos alhures dos requisitos que compõe a tutela antecipada um é fixo devendo respaldar todos os pedidos de tutela antecipada qual seja: verossimilhança das alegações. Os demais requisitos enumerados pelo artigo 303 do CPC são requisitos variáveis quais sejam: fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu.Verossimilhança das alegaçõesseria uma prova suficiente com poder de levar o juiz em uma cognição sumária a acreditar no direito material do autor. Ou seja, no momento da análise do pedido de antecipação de tutela o juiz em um juízo provisório é levado a crer na veracidade das alegações do autor.Pouco importa que após a instrução processual ou no momento da sentença definitiva outra seja a decisão proferida pelo magistrado, pois para o deferimento de tutela antecipada basta tão somente que se constate a aparência da verdade que guarda relação com o requisito da verossimilhança.Ainda nesse sentido há de se ressaltar que a dogmática processual civil moderna se contenta com a verdade formal não se exigindo a verdade real. As provas adotadas e produzidas nos autos do processo é que vai apontar a quem pertence o direito, o bem da vida que se encontra em litígio. Há de se ressaltar que um mesmo fato jurídico comporta várias interpretações, sem que se consiga determinar qual delas é a correta eliminando-se as demais que delas se afastam.A verossimilhança das alegações fica entre ofumus boni iuris, requisito para o deferimento de medidas cautelares, e a certeza obtida pelo magistrado ao final da instrução processual.O requisito dofundado receio de dano irreparável ou de difícil reparaçãocomo o próprio nome já sugere trata-se do temor de que a demora na obtenção da tutela pretendida ao final do processo o objeto do direito material postulado pelo

autor não mais exista ou tenha se perdido não sendo mais eficaz ou proveitosa a sentença que será entregue ao final do processo ao autor.Compulsando os autos e analisando os documentos que acompanham a inicial, verifica-se que o demandanteNÃOforneceu elementos suficientes para convencer este Juízo da verossimilhança de suas alegações,NÃOtendo juntado provas suficientes que corroborem ao deferimento da tutela antecipada neste momento, uma vez que não constam dos autos a comprovação de que os requeridosSILVIO GABRIEL BRITO DA SILVA, RAFAEL ASSIS BRITO DA SILVAnão mais necessitem dos alimentos ou que exerçam função remunerada.Em relação a requerida menor, também não há provas da alteração da capacidade financeira do requerente neste momento.A tutela antecipada de urgência é figura prevista no art. 303 do Códigode Processo Civil. Ocorre que as provas trazidas pelo autor com a inicialNÃOsão suficientemente hábeis para atender aos requisitos do dispositivo legalsupramencionado.Ademais, vige ainda o Enunciado 358 da Súmula do STJ, que impede o cancelamento da pensão alimentícia com fundamento unicamente na maioridade civil, verbis: SÚMULA N. 358O cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade está sujeito à decisão judicial, mediante contraditório, ainda que nos próprios autos. Desta forma, diante da ausência dos requisitos autorizadores do art. 300 do Código de Processo Civil,INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA, devendo as partes ser intimadas da presente decisão. Cite-se o requerido, e intime-se o requerente, todos identificados e qualificados à fl. 03 dos autos, para aAUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTOdesignada para o dia27/11/2019, às 12 horas,arealizar-se na Sala de Audiências da 7ª Vara de Família, sito no 1º Andar do Prédio Anexo I,SALA 152, Fórum Cível da Capital, na Pça. Felipe Patroni, S/N ? Cidade Velha, Belém-PA, devendo os mesmos comparecerem devidamente acompanhados de seus advogados ou Defensores Públicos e de suas testemunhas. Nos termos do Art. 8º da lei de Alimentos, Autor e Réu comparecerão à audiência acompanhados de suas testemunhas, 03 (três no máximo, apresentando, nessa ocasião, as demais provas. O prazo para contestar é na própria Audiência.Sem prejuízo do determinado acima, nos termos do que dispõe o artigo 14 da resolução nº 015/2016-GP, de 01/06/2016, determino a remessa dos presentes autos ao CEJUSC ? Centro Judiciário de Solução de Conflitos das Varas de Família deste Fórum, a fim de que seja tentada a conciliação entre as partes no presente feito.Atento à recomendação de nº. 50 de 8 de maio de 2014 do CNJ, oriento as partes para que acessem o site www.cnj.jus.br/eadcnjque serve como instrumento de conscientização para os conflitos familiares, oferecendo espaço para a reflexão e a ressignificação do exercício de uma parentalidade responsável. Sendo a oficina de pais e mães online, para que as partes se conscientizem o que a oficina proporciona.Expeça-se o necessário. Em caso de expedição de Carta Precatória, o prazo de cumprimento e devolução é de 30 (trinta) dias.Deixo de remeter os autos ao Ministério Público ante a ausência de interesse de menores ou incapazes, nos termos do art. 698 do CPC.Belém, 28 de junho de 2019. DRA. ROSA DE FÁTIMA NAVEGANTES DE OLIVEIRAJUÍZA DE DIREITOTITULAR DA 7ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

SECRETARIA DA 8ª VARA DE FAMÍLIA DA CAPITAL

PROCESSO nº 08059763120188140301

AÇÃO ¿ DIVÓRCIO LITIGIOSO COM PARTILHA DE BENS C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

REQUERENTE: CHARLA SURINE QUEIROZ DE ALENCAR, RG Nº: 5982790, PC/PA

ADVOGADA: RAQUEL BENTES CORRÊA, OAB PA Nº 12955

REQUERIDO: ROOSEVELT BORGES DE ALENCAR, RG Nº: 4844112, PC/PA

ADVOGADA: CAMILA AQUINO LEAL, OAB PA Nº: 17466

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, na sala de audiências da 8a. Vara de Família da Capital, Palácio da Justiça, às 10h30min, presente a Exma. Sra. Juíza MARGUI GASPAR BITTENCOURT ¿ Juíza de Direito titular da 1ª Vara de Família da Capital respondendo pela 8ª Vara de Família da Capital, juntamente comigo Neudilene Chaves ¿ Auxiliar Judiciária designada para os autos da presente ação em epígrafe. Presente a representante do Ministério Público, dra. Maria de Belém Santos, a qual requer sua exclusão do feito, em razão de não haver interesse de incapaz, o que foi deferido pelo juízo. Aberta a audiência, constatou-se a presença da requerente, acompanhada de advogada. Presente o requerido, acompanhado de advogada. Iniciada a audiência, a MMª. Juíza propôs a conciliação entre as partes, as quais aceitaram, mediante as seguintes cláusulas:1- As partes resolvem transformar o divórcio litigioso em consensual, voltando a requerente a usar o seu nome de solteira, CHARLA SURINE QUEIROZ ROSA; 2- Os cônjuges dispensam-se, reciprocamente, da prestação de alimentos por possuírem meios próprios de subsistência; 3- os cônjuges resolvem partilhar os bens da seguinte maneira: a) A requerente, a quando do casamento, já possuía a casa localizada na Rua Ceará, 161, Bairro Águas Lindas, no município de Ananindeua (PA), na qual foram realizadas benfeitorias pelo casal, bem como adquiriram um terreno no município de Nova Timboteua (Pa), no ramal Santa Clara, S/N. Ajustam que a requerente ficará com ambos os bens e benfeitorias, mediante a indenização da meação do requerido, no valor de R$ 13.000,00 (treze mil reais). O valor será pago em 26 parcelas iguais e sucessivas de R$ 500,00 (quinhentos reais), no 5º dia útil de cada mês, com início no mês de agosto de 2019 e término em setembro de 2021, mediante depósito em conta de titularidade do requerido, o senhor ROOSEVELT BORGES DE ALENCAR, de dados: Banco Santander (33), Agência: 1577-0, Conta Corrente: 00001005101-4. Convencionam que em caso de atraso do pagamento, será acrescido ao valor da parcela a multa de 10% (dez por cento); b) O casal adquiriu ainda uma motocicleta marca/modelo Honda Biz 125, Ano 2016/2017, placa QEO1150, cor vermelha, a qual ficará para a requerente, renunciando o requerido a sua respectiva meação; c) As três cotas de consórcios adquiridas junto ao Banco Bradesco Consórcios ficarão com exclusividade para o requerido e sob a responsabilidade do mesmo todo e qualquer pagamento que se fizer necessário referentes aos citados consórcios, renunciando a requerente a sua respectiva meação; d) Os veículos indicados na petição de ID 4330375 já foram alienados pelo requerido, renunciando a autora a sua meação em relação a tais bens; **4-** As partes renunciam ao prazo recursal. SEGUE SENTENÇA: ¿O feito inicialmente de divórcio litigioso com partilha de bens c/c pedido de tutela antecipada, na presente audiência foi transformado em consensual pelas partes. Os cônjuges ajustaram, além do divórcio, o nome da requerente, a dispensa recíproca a alimentos e a partilha de bens, mediante as cláusulas acima dispostas. POSTO ISTO, COM FUNDAMENTO NO ART. 226, §6º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, COM A NOVA REDAÇÃO DADA PELA EMENDA CONSTITUCIONAL 66/2010. HOMOLOGO O PEDIDO FORMULADO PELAS PARTES, PARA QUE PRODUZA SEUS JURIDICOS E LEGAIS EFEITOS E CONSEQUÊNCIA, DECRETO O DIVÓRCIO DE **CHARLA SURINE QUEIROZ DE ALENCAR** E **ROOSEVELT BORGES DE ALENCAR**. QUE A CÔNJUGE VIRAGO VOLTARÁ a usar o NOME DE SOLTEIRA, **CHARLA SURINE QUEIROZ ROSA**. DETERMINO QUE O CARTÓRIO DO 2º OFÍCIO DE NOTAS E REGISTROS ¿BEZERRA FALCÃO¿, NA COMARCA DE

ANANINDEUA, ESTADO DO PARÁ PROCEDA A AVERBAÇÃO DA PRESENTE SENTENÇA DE FORMA TOTALMENTE GRATUITA NO LIVRO B-116, FLS. 161, Nº DE ORDEM: 31751, ano 2008, DEVENDO TAMBÉM A EXPEDIÇÃO DA RESPECTIVA CERTIDÃO OPERAR-SE-A DE MANEIRA GRATUITA. DECISÃO PUBLICADA EM AUDIENCIA. Conforme o artigo 90, §2º, do CPC, havendo transação e nada tendo as partes disposto quanto às despesas, estas serão divididas igualmente. Contudo, considerando que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita, que ora estendo ao requerido, a exigibilidade de tal verba ficará sobrestada até que demonstrada a alteração de sua situação econômica, no prazo prescricional de 05 (cinco) anos, de conformidade com o art. 98, § 3º, do CPC.CIENTES OS PRESENTES, SURTINDO EFEITO IMEDIATO FACE A DESISTENCIA DO PRAZO RECURSAL, QUE HOMOLOGO. A PRESENTE DECISAO SERVIRÁ COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO, NOS TERMOS DO PROVIMENTO Nº 011/2009 ¿ CJRMB. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE DANDO-SE OS PRESENTES POR INTIMADOS DESSA DECISÃO. ULTIMADAS AS PROVIDÊNCIAS ARQUIVEM-SE OS AUTOS. CUMPRA-SE. E como nada mais ocorreu, deu-se por encerrada a presente audiência, do que para constar foi lavrado o presente termo que após lido, vai ser devidamente assinado. EU, Neudilene Chaves ¿ Auxiliar Judiciária, digitei e subscrevi.

MMª.JUÍZA:

REQUERENTE:

ADVOGADA:

REQUERIDO:

ADVOGADA:

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 8ª VARA DE FAMILIA DE BELEM - VARA: 8ª VARA DE FAMILIA DE BELEM
P R O C E S S O : 0 7 5 2 6 8 5 8 7 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VANESSA JESSICA MANSUR SILVA Ação: Guarda em: 28/06/2019---AUTOR:R. S. C. Representante(s): OAB 11240 - PAULA CUNHA DA SILVA DENADAI (DEFENSOR) REU:F. S. C. Representante(s): OAB 4676 - LUIZ PAULO DE ALBUQUERQUE FRANCO (DEFENSOR) ENVOLVIDO:R. F. S. C. . AUDIÊNCIA RETIRADA DE PAUTA Com fundamento no Prov. Conj. 002/2015-CJRMB-CJCI, publicada no DJ 23/06/2015, art.9º, III, considerando que o requerente não foi intimada e o requerido não foi localizado nos endereços informados nos autos conforme certidões de fls. 61, retiro de pauta a audiência designada para o dia 26/06/2019 às 10:30h. Belém, 24 de junho de 2019. Eu, Vanessa Mansur Silva - Auxiliar Judiciário da Secretaria da 8ª Vara de Família digitei e assino. _____

Número do processo: 0803567-48.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: M. L. A. D. C. Participação: REQUERIDO Nome: PATRICK MARTINS DA COSTADESPACHO. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 21/08/2019, às 12:00 horas. Intimem-se as partes, advertindo-se as partes que a ausência do autor importa extinção do feito. As partes deverão estar acompanhadas de advogados. Cientifique-se o Ministério Público. Belém, 25 de junho de 2019. MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0852345-83.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: K. P. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: XARMENI NEVESOAB: 7430SP Participação: ADVOGADO Nome: MARTHA LUANA ALBUQUERQUE DA SILVAOAB: 28048/PA Participação: ADVOGADO Nome: CIRIA NAZARE DO SOCORRO BATISTA DOS SANTOSOAB: 0855PA Participação: REQUERIDO Nome: A. A. C. M. Participação: ADVOGADO Nome: RAYLA ADRIANA PEREIRA PINTO SOUSAOAB: 556PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE ARAUJO FERREIRAOAB: 7847PADESPACHO 1 - Em 10 (dez) dias, manifeste-se a parte autora sobre a contestação e documentos juntados.2 - Intime-se oParquet,para que se manifeste nos autos.3- Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 11/09/2019, às 10:30 horas. 4- Intimem-se a parte autora e intime-se o requerido, advertindo-se as partes que a ausência do autor importa extinção do feito. Belém, 24 de junho de 2019. MARGUI GASPAR BITTENCOURT JUÍZA DE DIREITO TITULAR

Número do processo: 0851385-30.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: L. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: WAGNER LOBATO BRITOOAB: 8748PA Participação: REQUERIDO Nome: C. D. G. S. Participação: ADVOGADO Nome: JOAO AUGUSTO DE JESUS CORREA JUNIOROAB: 18DESPACHO. 1 - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 29/08/2019, às 10:00 horas. 2- Intimem-se a parte autora e cite-se o requerido, advertindo-se as partes que a ausência do autor importa extinção do feito e a do requerido em revelia e confissão, e que a contestação deverá ser apresentada em audiência, em caso de não obtenção de acordo. As partes deverão estar acompanhadas de advogados. Cientifique-se o Ministério Público. Intimem-se as partes, que deverão estar acompanhadas de advogados. Belém, 24 de Junho de 2019. MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0852345-83.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: K. P. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: XARMENI NEVESOAB: 7430SP Participação: ADVOGADO Nome: MARTHA LUANA ALBUQUERQUE DA SILVAOAB: 28048/PA Participação: ADVOGADO Nome: CIRIA NAZARE DO SOCORRO BATISTA DOS SANTOSOAB: 0855PA Participação: REQUERIDO Nome: A. A. C. M. Participação: ADVOGADO Nome: RAYLA ADRIANA PEREIRA PINTO SOUSAOAB: 556PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE ARAUJO FERREIRAOAB: 7847PADESPACHO 1 - Em 10 (dez) dias, manifeste-se a parte autora sobre a contestação e documentos juntados.2 - Intime-se oParquet,para que se manifeste nos autos.3- Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 11/09/2019, às 10:30 horas. 4- Intimem-se a parte autora e intime-se o requerido, advertindo-se as partes que a ausência do autor importa extinção do feito. Belém, 24 de junho de 2019. MARGUI GASPAR BITTENCOURT JUÍZA DE DIREITO TITULAR

Número do processo: 0804434-75.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: RUTICLEIA TAVARES LIMA Participação: REQUERIDO Nome: RONALDIONATA CARDOSO GUEDESDESPACHO. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 21/08/2019, às 09:30 horas. Intimem-se a parte autora e cite-se o requerido, advertindo-se as partes que a ausência do autor importa extinção do feito e a do requerido em revelia e confissão, e que a contestação deverá ser apresentada em audiência, em caso de não obtenção de acordo. As partes deverão estar acompanhadas de advogados. Cientifique-se o Ministério Público. Belém, 24 de junho de 2019. MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0832122-46.2017.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: D. P. D. E. D. P. Participação: REQUERENTE Nome: E. M. C. C. Participação: REQUERIDO Nome: E. B. C.DESPACHO. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 21/08/2019, às 11:00 horas. Intime-se a parte autora e cite-se o requerido, advertindo-se as partes que a ausência do autor importa extinção do feito e a do requerido em revelia e confissão, e que a contestação deverá ser apresentada em audiência, em caso de não obtenção de acordo. As partes deverão estar acompanhadas de advogados. Cientifique-

se o Ministério Público. Belém, 25 de junho de 2019. MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0837781-02.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: A. V. F. Participação: REQUERENTE Nome: P. Y. F. S. Participação: REQUERIDO Nome: P. A. S.DESPACHO Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento, a se realizar perante este Juízo no dia11/09/2019 às 11:30 horas, As partes deverão estar acompanhadas de seus patronos, importando a ausência do primeiro em arquivamento do pedido e a do réu em confissão e revelia, alertando este último que, se não houver acordo, a contestação deverá ser apresentada em audiência. Intimem-se. Cumpra-se. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, com fundamento nos Provimentos nos. 003 e 011/2009-CJRMB. Intime-se o Órgão Ministerial. Cumpra-se. Belém, 24 de Junho de 2019. MARGUI GASPAR BITTENCOURT JUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0825468-09.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: A. R. M. D. C. Participação: ADVOGADO Nome: KALITA SOUZA SANTOSOAB: 017951/PA Participação: REQUERIDO Nome: J. R. G. D. C.DESPACHO. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 18/09/2019, às 10:00 horas. Intime-se a parte autora e cite-se o requerido, advertindo-se as partes que a ausência do autor importa extinção do feito e a do requerido em revelia e confissão, e que a contestação deverá ser apresentada em audiência (se ainda não tiver feito), em caso de não obtenção de acordo. As partes deverão estar acompanhadas de advogados. Cientifique-se o Ministério Público. Belém, 25 de junho de 2019. MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0860214-97.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: ROBERTO BARROS DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MARIA DO PERPETUO SOCORRO LOBATO ROSSYOAB: 005580/PA Participação: REQUERIDO Nome: GLAUCIA MELLO CARDOSODESPACHOIntimem-se as partes para comparecimento em audiência una de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizar nesse Juízo no dia 11/09/2019, às 10:00 horas, devendo ambas as partes estar acompanhadas de advogados e/ou Defensoria Pública. A ausência da autora importará a extinção do processo e a do réu em confissão e revelia, devendo a contestação ser apresentada em audiência, em caso de não ocorrer acordo. Cientifiquem-se as partes e Ministério Público. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, com fundamento nos Provimentos nos. 003 e 011/2009-CJRMB. Cientifique-se o Ministério Público. Cumpra-se. Belém, 24 de Junho de 2019. MARGUI GASPAR BITTENCOURTJUÍZA DE DIREITO

SECRETARIA DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA CAPITAL

RESENHA: 17/06/2019 A 27/06/2019 - GABINETE DA 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM - VARA: 1ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM PROCESSO: 07458135620168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELA MARTINS PRAZERES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019 EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIO DE NAZARE MOREIRA CARDOSO INTERESSADO:RAQUEL BENTES CORREA Representante(s): OAB 12955 - RAQUEL BENTES CORREA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do §2º, inciso VI do art. 1º do Provimento nº 006/2006-CRMB, intime-se o Município de Belém para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o petitório de fls. 50 e documentos anexos. Belém, 19 de junho de 2019. RAFAELA MARTINS PRAZERES Analista Judiciário - Mat. 121185 Secretaria da 1ª Vara de Execução Fiscal da Capital Provimento nº 006/2006 da CRMB com as alterações do Provimento nº 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00103442420158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KEDIMA PACIFICO LYRA Ação: Restauração de Autos em: 24/06/2019 REQUERIDO:ANTONIO R GONZALEZ REQUERENTE:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) . PROCESSO Nº 0010344-24.2015.8.14.0301 Vistos, etc. Considerando o julgamento da presente restauração de autos, por decisão proferida à fl. 27/28, HOMOLOGO O AUTO DE RESTAURAÇÃO de fl. 29, com fundamento no art. 714, § 1º, do CPC, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, suprindo o processo de execução fiscal desaparecido, de nº 0027152-76.2000.8.14.0301. Providencie a Secretaria a reconstituição dos autos restaurados, na forma da lei, com traslado de cópia fotostática dos documentos que instruem a presente restauração, para fins de prosseguimento regular do feito executório. Após o trânsito em julgado, devidamente certificado, arquive-se os presentes autos de restauração, com as cautelas legais e baixa no Sistema Libra. Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 19 de junho de 2019. Dra. Kédima Pacífico Lyra Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Fiscal PROCESSO: 00147456620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELA MARTINS PRAZERES Ação: Embargos à Execução Fiscal em: 24/06/2019 EMBARGADO:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL EMBARGANTE:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO THEODORICO FERREIRA GOES (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do §3º, art. 1º, do Provimento n. 006/2006-CJRMB c/c o item 8.10.2, letra `f", do Manual de Rotinas Cíveis do TJEPA - 2016 (atualizado), Art. 1.010, §1º, do NCPC e Art. 2º, da Ordem de Serviço nº 002/2018, fica o(a) RECORRIDO(A), por intermédio de seu representante legal e/ou advogado habilitado, devidamente INTIMADO(A) para que, no prazo legal apresente, querendo, CONTRARRAZÕES ao recurso de apelação manejado pelo(a) RECORRENTE. Belém/PA, 24 de junho de 2019. RAFAELA MARTINS PRAZERES Analista Judiciário (Mat. 121185) Secretaria da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA PROCESSO: 00230047420108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010345995 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KEDIMA PACIFICO LYRA Ação: Embargos à Execução Fiscal em: 24/06/2019 EMBARGANTE:ANTONIO NAVEGANTES CAETANO Representante(s): MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS (ADVOGADO) EMBARGADO:MUNICIPIO DE BELEM. PROCESSO Nº 0023004-74.2010.814.0301 Vistos, etc. Trata-se de EMBARGOS À EXECUÇÃO oferecidos por ANTONIO PEDRO NAVEGANTES CAETANO em face do MUNICÍPIO DE BELÉM, decorrente da Execução Fiscal nº 0015223-40.2008.8.14.0301 (autos principais), ajuizada pelo Embargado visando a cobrança de débito de IPTU referente aos exercícios fiscais de 2003 a 2006. Em inicial o Embargante suscitou preliminar de carência de pressupostos processuais por impossibilidade jurídica do pedido e, no mérito: (a) excesso de penhora; (b) nulidade da CDA e; (c) prescrição do exercício de 2003. Ao fim, pugnou pela nulidade da penhora e da CDA, pela declaração da prescrição do crédito de 2003 e pela extinção da ação executiva, em razão da nulidade do título que lhe embasa, requerendo, ainda, a concessão de efeito suspensivo aos embargos. À fl. 34/35, decisão do Juízo de recebimento dos embargos com atribuição de efeito suspensivo. Em impugnação o Município refutou as teses autorais e pugnou, ao fim, pelo julgamento improcedente dos pleitos formulados na exordial e prosseguimento do feito executório. Em réplica o Embargante ratificou os termos da inicial. À fl. 45, suspensão do feito em razão do comunicado do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes - NUGEP informando debate da temática pertinente aos autos pelo STJ. Vieram-me os autos conclusos para decisão. É O RELATÓRIO. DECIDO. Aprioristicamente, cumpre salientar que, muito embora a presente ação tenha sido ajuizada sob a égide do CPC de 1973, serão observadas neste caso, de forma subsidiária às normas de regência, as disposições do Novo Código de Processo Civil, as quais se aplicam desde logo

aos processos pendentes, em razão do comando insculpido no caput do art. 1.046. Cabe frisar, ainda, que o presente processo estava suspenso, considerando a afetação do tema 980 dos Recursos Repetitivos pelo STJ, originado pelos REsps n. 1.658.517/PA e 1.641.011/PA, todavia, o Superior Tribunal de Justiça julgou o mérito dos respectivos recursos e fixou a tese de que "o parcelamento de ofício da dívida tributária não configura causa interruptiva da contagem da prescrição, uma vez que o contribuinte não anuiu", publicando acórdão no DJe de 21/11/2018, o qual deve servir de orientação para todas as instâncias ordinárias. Com o julgamento de mérito dos Recursos Especiais, referentes ao Tema 980 dos recursos repetitivos, foi expedida nota informativa pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do E. TJPA, informando acerca da decisão proferida e autorizando a aplicação do precedente firmado, o que enseja o prosseguimento do feito. No mais, verifica-se a desnecessidade de produção de outras provas além das constantes nos autos, razão pela qual resta autorizado o julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. I. PRELIMINAR DE AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PROCESSUAIS. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. DESCABIMENTO. CDA VÁLIDA. Preliminarmente, o Embargante alega carência dos pressupostos processuais, em decorrência da impossibilidade jurídica do pedido, face a inexistência de exigibilidade e certeza do título, visto que o exercício de 2003 estaria prescrito, o que implica na nulidade da CDA. Além disso, argumenta que a Certidão não foi regularmente inscrita conforme preceitua o art. 2º, § 5º, I e § 6º da Lei nº 6.830/80. O Embargado afirma que a carência do direito de ação por impossibilidade do pedido ante a prescrição do crédito tributário de 2003 é matéria meritória, no entanto, ao defender a inocorrência da prescrição, concluiu ser perfeitamente possível o pedido inicial diante da certeza, liquidez e exigibilidade do título. Importante pontuar que, em que pese a ação ter sido ajuizada sob a égide do CPC/1973, serão observadas de forma subsidiária as regras do CPC/2015, conforme mencionado na fase preambular deste decisum. Nesse sentido, oportuno lembrar que o CPC/1973 trazia em seu bojo as chamadas "condições da ação" (possibilidade jurídica do pedido, legitimidade das partes e interesse processual). Já no CPC/2015 o interesse de agir e a legitimidade passaram a ser tratados como pressupostos processuais, enquanto a possibilidade jurídica do pedido como questão a ser decidida em sede de mérito, deixando de ser apreciada em juízo de admissibilidade. A tese de impossibilidade jurídica do pedido arguida pelo Embargante tem como base a prescrição do crédito referente ao exercício fiscal de 2003, posto que a inexigibilidade de parte do crédito tiraria o caráter de certeza, liquidez e exigibilidade do título executivo. Ocorre que, como bem obtemperou o Embargado, a prescrição é matéria meritória (CPC, art. 487, II), o que por si só seria suficiente para o afastamento da preliminar suscitada. Não obstante, não se vislumbra a inviabilidade jurídica da ação executiva, ao contrário, trata-se de pretensão que pode ser jurisdicionalmente deduzida pelo Exequente/Embargado, pois mesmo que haja a prescrição de um dos exercícios cobrados na CDA, não existe possibilidade de comprometimento da liquidez do título. A Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp nº 1.115.501/SP, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (Tema 249), definiu ser desnecessária a substituição da CDA no caso de inexigibilidade parcial do título, devendo a subtração da parcela indevida ser feita por simples cálculo aritmético, com prosseguimento da execução para cobrança do saldo devedor, em virtude da higidez do ato de constituição do crédito tributário. In casu, verifica-se que os exercícios cobrados podem ser identificados no título exequendo, podendo a subtração do período prescrito ser feita por mero cálculo aritmético, prosseguindo a execução com relação aos períodos não prescritos, não havendo que se falar em ausência de liquidez capaz de ensejar a nulidade da CDA. Ademais, cabe salientar que a execução fiscal é regida pela Lei nº 6.830/80 e, dessa forma, verifica-se que a Certidão de Dívida Ativa cumpre com todos os requisitos elencados no art. 2º, §5º da referida lei, gozando, portanto, de presunção de certeza e liquidez, a qual só poderá ser ilidida mediante prova inequívoca, conforme dispõe o art. 204 do CTN e art. 3º da LEF. Sendo assim, não há que se falar em descumprimento do art. 2º, §5º, I e §6º da LEF, visto que o nome do devedor está especificado na CDA que instrui a execução, bem como o seu domicílio, e os elementos desta estão em conformidade com o Termo de Inscrição da dívida ativa. Preliminar afastada. II. EXCESSO DE PENHORA. INOCORRÊNCIA. PENHORA INCIDENTE SOBRE O IMÓVEL QUE ORIGINOU O CRÉDITO EXECUTADO. Em razões de mérito o Embargante alega a ocorrência de excesso de penhora, pois o crédito executado é de R$ 7.053,67 (sete mil e cinquenta e três reais e sessenta e sete centavos) e o imóvel penhorado para garantir a execução foi avaliado em R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), argumentando, ainda, que o oficial de justiça não fez constar os critérios para a avaliação do bem imóvel penhorado. O Embargado, em impugnação, afirma que o Embargante foi citado para pagar a dívida e oferecer bem à penhora, porém quedou-se inerte, o que resultou na constrição do próprio imóvel gerador do tributo. Ademais, afirma que o Embargante limitou-se a alegar o excesso de penhora, sem indicação de outro bem em substituição, não tendo se desincumbindo de elidir a presunção de legalidade e veracidade dos atos praticados pelo oficial de justiça, que adotou critérios corretos para a avaliação do bem. Em se tratando especificamente da execução do Imposto sobre a Propriedade Predial e

Territorial Urbana - IPTU, cujo fato gerador, nos termos do art. 32 do Código Tributário Nacional - CTN, é a "propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel por natureza ou por ascensão física", tem-se como contribuinte o proprietário do imóvel, o titular do seu domínio útil, ou o seu possuidor a qualquer título (art. 34 do CTN), destacando-se que, nos termos do art. 130, do CTN, a obrigação de arcar com os débitos do IPTU possui natureza propter rem, ou seja, acompanha o bem, independente do proprietário. Assim, devidamente citado o executado, se este não paga a dívida e nem garante a execução no prazo de cinco dias, o próprio imóvel que ensejou a cobrança do tributo poderá ser penhorado para garantir a execução, ainda que seu valor seja muito superior ao débito fiscal, não havendo que se falar em excesso de penhora, por se limitar a constrição ao valor do crédito executado. Nesse sentido a jurisprudência pátria: TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. PENHORA. IMÓVEL GERADOR DO TRIBUTO. ARTIGO 3º, IV, LEI 8.009/90. CABIMENTO. EXCESSO. INOCORRÊNCIA. PRECEDENTES. Perfeitamente cabível a penhora do próprio imóvel gerador do IPTU, o qual inegavelmente responde pelo débito e se apresenta como preferencial na definição da responsabilidade executiva, além de estar fora do alcance da proteção do bem de família, a teor do artigo 3º, IV, da Lei nº 8.009/90, a afastar a alegação em torno de impenhorabilidade do bem, não havendo cogitar, ainda, de excesso de penhora, até por se limitar a constrição ao valor do crédito executado. (Apelação Cível nº 70070139548, Vigésima Primeira Câmara Cível, TJRS, Relator Armínio José Abreu Lima da Rosa, julgado em 27/07/2016, DJ de 03/08/2016) (grifo nosso). Infere-se, destarte, que a penhora e posterior alienação de bem do executado cujo valor seja superior ao valor devido na execução não configura excesso de penhora. Ressalte-se, ainda, que embora seja admissível a redução da penhora aos bens suficientes ou sua transferência para outros, se o valor dos bens penhorados for consideravelmente superior ao crédito do exequente e dos acessórios (art. 874, inciso I, CPC), verifica-se que, para substituição do bem constrito por outro de menor valor, necessária a comprovação de requisitos legais, conforme previsto no art. 847, §§ 1º e 2º, do CPC (art. 656 do CPC/1973), todavia, o Embargante se limitou a alegar o excesso de penhora, não tendo requerido sua substituição ou indicado outra forma para garantir a execução fiscal. Nessa toada, uma vez que após a citação válida o débito não foi pago e nem foram oferecidos bens para garantir a execução, realizou-se a constrição judicial do imóvel que ensejou a cobrança do IPTU, não se podendo falar em excesso de penhora, tendo em vista que o apresamento judicial de bem de valor superior ao da dívida não traduz prejuízo ao devedor, uma vez que a liberação do numerário após a hasta pública se fará no limite do crédito quantificado, sendo o montante restante restituído ao executado, nos termos do art. 907 do CPC. Por fim, não se sustenta o argumento de que o oficial de justiça encarregado da diligência não adotou critérios corretos para a avaliação do bem imóvel penhorado, ao contrário, não se vislumbra a ocorrência de irregularidades nos atos praticados, prevalecendo a presunção de veracidade e legalidade do ato constritivo lavrado no feito executório. III. PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2003. ACOLHIMENTO. EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA APÓS 5 ANOS. TEMA 980 DO STJ. PARCELAMENTO DE OFÍCIO. INOCORRÊNCIA DE CAUSA SUSPENSIVA DA PRESCRIÇÃO. Alega o Embargante que ocorreu a prescrição do exercício de 2003 e, por isso, a CDA carece de liquidez e certeza por incluir valores prescritos à data do ajuizamento da ação. Ademais, aduz que o valor originário da dívida foi alterado de maneira unilateral pelo Embargado, o que também fragiliza o título executivo e inviabiliza o prosseguimento da execução fiscal. O Embargado, em impugnação, afirma que houve suspensão do prazo prescricional com o parcelamento do crédito tributário concedido de ofício pela administração fiscal e que o tempo em que a exigibilidade do crédito ficou suspensa deve ser descontado da contagem quinquenal, refutando a ocorrência de prescrição. Inicialmente cabe salientar que ao julgar o REsp nº 1.658.517/PA, na sistemática dos recursos repetitivos, o STJ sedimentou duas teses, quais sejam: (i) O termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU inicia-se no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação; e (ii) o parcelamento de ofício da dívida tributária não configura causa interruptiva da contagem da prescrição, uma vez que o contribuinte não anuiu. Portanto, não sendo possível a paralisação da contagem do prazo prescricional no período concedido para o parcelamento, não se sustenta a argumentação do Embargado. No que diz respeito à prescrição originária, é cediço que a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar seus créditos tributários, contados da data de sua constituição definitiva, ocorrendo a prescrição quando a pretensão jurídica não se exercita no prazo quinquenal, em razão da inércia do titular, conforme se denota do art. 174 do CTN. Em se tratando especificamente do IPTU, a jurisprudência do STJ se consolidou no sentido de ser o envio do carnê ao contribuinte ato suficiente para caracterizar a notificação do lançamento tributário, isto porque o lançamento é direto ou de ofício, já dispondo a Fazenda Pública das informações necessárias à constituição do crédito tributário, consignado em forma de carnê de pagamento e enviado ao endereço do imóvel. O recebimento do carnê pelo contribuinte importa em verdadeira notificação do sujeito passivo, dispensando aquela por meio de processo administrativo, por haver presunção da entrega

da notificação, cabendo ao contribuinte afastá-la, mediante prova de que não recebeu, pelo Correio, a cobrança do imposto. Tal entendimento foi pacificado no STJ pelo julgamento do REsp nº 1.111.124/PR, pelo rito da Lei dos Recursos Repetitivos (Lei n. 11.672/2008), e está contido na Súmula nº 397, de 23/09/2009, de teor seguinte: SÚMULA 397 - STJ - IPTU - NOTIFICAÇÃO DO LANÇAMENTO: "O contribuinte do IPTU é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço" (Súmula nº 397/STJ, DJe 07/10/2009) Ressalte-se que o referido tribunal sustenta, também, o entendimento de que é presumido o recebimento do carnê pelo contribuinte, de modo que, para afastar a presunção da notificação do lançamento tributário, cabe a este provar que não o recebeu. Nesse sentido tem-se o informativo do STJ nº 0247/2006: IPTU. NOTIFICAÇÃO. LANÇAMENTO DE OFÍCIO. A Turma decidiu que, na cobrança de IPTU, em que o lançamento é feito de ofício pelo Fisco municipal e a notificação do débito é enviada pelo correio, cabe ao contribuinte provar que não recebeu o carnê, afastando, assim, a presunção da referida notificação, o que, no caso, não ocorreu. (Precedentes citados: REsp 168.035-SP, DJ 24/9/2001; AgRg no Ag 469.086-GO, DJ 8/9/2003, e REsp 86.372-RS, DJ 25/10/2004. REsp 758.439-MG, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 16/2/2006). Mister lembrar, por fim, que a despeito de o CTN, em seu art. 174, Parágrafo Único, inciso I, dispor que a prescrição se interrompe pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal (ou, na redação anterior à LC nº 118/2005, pela citação pessoal feita ao devedor), é inegável que o fato jurídico prescricional pressupõe o decurso do intervalo de tempo prescrito em lei associado à inércia do titular do direito de ação, assim, se o Fisco exerce seu direito de ação anteriormente ao transcurso de cinco anos, contados da constituição definitiva do crédito, não há de se falar em inércia do credor, sendo, portanto, incoerente a interpretação segundo a qual o fluxo do prazo prescricional continua a escoar até o marco processual indicado no CTN, de modo que a Súmula 106 do STJ assim dispõe: "Proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação, por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência". Nessa toada, pragmaticamente entende-se que a prescrição é interrompida a partir do momento em que o exequente provoca o judiciário com o ajuizamento da ação de execução fiscal, o que se consolidou no STJ quando do julgamento do REsp nº 1.120.295/SP, Rel. Min. Luiz Fux, DJe 21.5.2010, julgado sob o rito dos Recursos Repetitivos, cuja ementa segue: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO DE O FISCO COBRAR JUDICIALMENTE O CRÉDITO TRIBUTÁRIO. [...] 13. Outrossim, o exercício do direito de ação pelo Fisco, por intermédio de ajuizamento da execução fiscal, conjura a alegação de inação do credor, revelando-se incoerente a interpretação segundo a qual o fluxo do prazo prescricional continua a escoar-se, desde a constituição definitiva do crédito tributário, até a data em que se der o despacho ordenador da citação do devedor (ou até a data em que se der a citação válida do devedor, consoante a anterior redação do inciso I, do parágrafo único, do artigo 174, do CTN). 14. O Codex Processual, no § 1º, do artigo 219, estabelece que a Interrupção da prescrição, pela citação, retroage à data da propositura da ação, o que, na seara tributária, após as alterações promovidas pela Lei Complementar 118/2005, conduz ao entendimento de que o marco interruptivo atinente à prolação do despacho que ordena a citação do executado retroage à data do ajuizamento do feito executivo, a qual deve ser empreendida no prazo prescricional. [...] 16. Destarte, a propositura da ação constitui o dies ad quem do prazo prescricional e, simultaneamente, o termo inicial para sua recontagem sujeita às causas interruptivas previstas no artigo 174, parágrafo único, do CTN. 17. Outrossim, é certo que "incumbe à parte promover a citação do réu nos 10 (dez) dias subsequentes ao despacho que a ordenar, não ficando prejudicada pela demora imputável exclusivamente ao serviço judiciário" (artigo 219, §22, do CPC). [...] 19. Recurso especial provido, determinando-se o prosseguimento da execução fiscal. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008". (grifo nosso). Tal precedente fundamentou diversas outras decisões do STJ, no sentido de que, especificamente em relação aos créditos tributários de IPTU, a interrupção do lastro prescricional retroage à data do ajuizamento da ação (REsp 1319319/RS e AgRg no REsp 1458442/RJ). Desta feita, não sendo cabível a suspensão da contagem do prazo prescricional em virtude do parcelamento concedido de ofício, e considerando que entre a constituição definitiva do crédito tributário de 2003 (05 de fevereiro deste exercício, de acordo com o respectivo edital de IPTU) e a data do ajuizamento do feito executório (22 de abril de 2008) transcorreram mais de cincos anos, resta evidente que se operou a prescrição originária do crédito, pois o fisco municipal não exerceu seu direito de ação no prazo previsto no art. 174 do CTN, razão pela qual o crédito tributário indicado está extinto pela prescrição, na forma do art. 156, inciso V, também do CTN. IV. PRESCRIÇÃO PARCIAL. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO. TEMA 249/STJ. RESP Nº 1.115.501/SP. AUSÊNCIA DE NULIDADE DA CDA. Importante consignar que o reconhecimento da prescrição de apenas um exercício, conforme assentado no item III deste decisum, não importa em declaração de nulidade da CDA, permanecendo a higidez do título com relação aos demais exercícios não

alcançados pela prescrição, posto que regularmente constituídos, devendo a subtração da parcela indevida ser feita por simples cálculo aritmético, com prosseguimento da execução para cobrança do saldo devedor, sem necessidade de substituição da CDA, conforme assentado no julgamento do REsp nº 1.115.501/SP, Rel. Min. Luiz Fux, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (Tema 249). No mesmo sentido a jurisprudência pátria. Veja-se: EXECUÇÃO FISCAL. IPTU. SENTENÇA QUE JULGOU EXTINTA A EXECUÇÃO FISCAL COM BASE NA INEXIGIBILIDADE DA CDA. CRÉDITOS DE IPTU REFERENTES AOS ANOS DE 2006 E 2008-2012. AÇÃO PROPOSTA EM 2013. TÍTULO ÚNICO QUE COMPREENDE PERÍODOS PRESCRITOS E PERÍODOS NÃO PRESCRITOS. IDENTIFICAÇÃO CLARA DOS EXERCÍCIOS COBRADOS. SUBTRAÇÃO DA PARTE PRESCRITA POR MEROS CÁLCULOS ARITIMÉTICOS. AUSÊNCIA DE NULIDADE NA CDA. ANULAÇÃO DO DECISUM. PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO QUANTO À PARCELA NÃO PRESCRITA DA DÍVIDA. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. 1. Hipótese em que o Juízo a quo extinguiu a execução fiscal, nos termos do artigo 267, IV, CPC, embora reconhecendo somente a prescrição de parte do débito, ao argumento de que as dívidas (prescritas e não prescritas) estariam sendo cobradas por meio de uma única CDA. 2. Segundo o STJ, se os exercícios cobrados puderem ser facilmente identificados no título exequendo e se a subtração da parcela prescrita puder ser feita por meros cálculos aritméticos, nada impede o prosseguimento da execução quanto à parcela ainda exigível. Nesses casos, não se configura a nulidade da CDA. 3. No caso dos autos, a prescrição resta configurada quanto aos créditos relativos aos exercícios de 2006 e 2008, nos termos do art. 174, CTN, inexistindo comprovação de causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4. Uma vez que a sentença foi proferida posteriormente à Lei nº 11.280/2006, impõe-se a declaração de ofício da prescrição. 5. Por outro lado, os créditos decorrentes dos exercícios seguintes não se encontravam prescritos no momento do ajuizamento da demanda, devendo a execução prosseguir quanto a eles. 6. Provimento parcial do recurso, com aplicação do disposto no art. 557, § 1º-A, do CPC, para determinar a prosseguimento da execução fiscal quanto aos exercícios de 2009 a 2012. (TJ-RJ - APL: 00001899520138190008 RIO DE JANEIRO BELFORD ROXO 1 VARA CIVEL, Relator: ELTON MARTINEZ CARVALHO LEME, Data de Julgamento: 15/05/2014, DÉCIMA SÉTIMA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 19/05/2014) (grifo nosso) No mais, quanto à alegação de alteração do valor original do débito de forma unilateral pelo Exequente/Embargado, entende-se que não configura violação dos requisitos de certeza e exigibilidade do título, pois a alteração decorreu da atualização monetária do crédito exequendo, conforme previsto no art. 2º, § 2º, da LEF. Portanto, verifica-se que a CDA que instrui o feito executório cumpriu todos os requisitos formais previstos no art. 2º, §5º da Lei nº 6.830/80, informando que o crédito estaria sujeito à atualização monetária conforme disposto no art. 3º, §2º da LM nº 8.033/2000, com incidência dos juros de mora (CTN, art. 161), e multa de mora com base no art. 165 do Código Tributário e de Rendas do Município de Belém. Nesse caso, seria necessário que a violação apontada fosse comprovada pelo Embargante, com a apresentação dos valores que entende corretos, o que não ocorreu no caso concreto, visto que houve a mera alegação de que o valor não seria devido. Assim, sendo obrigação de quem alega demonstrar que os parâmetros utilizados pelo fisco para realizar os lançamentos tributários estão incorretos, sem a existência de prova mínima é impossível afastar a legalidade da cobrança. Nesse sentido, o entendimento jurisprudencial a seguir: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. MULTA. CONSTITUCIONALIDADE. CUMULAÇÃO DE MULTA MORATÓRIA E JUROS. POSSIBILIDADE. 1. As certidões de dívida ativa exequendas são títulos executivos revestidos de presunção de liquidez e de certeza, a qual somente pode ser elidida por meio de prova robusta e não por meras alegações, o que, aliás, vem consagrado no artigo 204 do Código Tributário Nacional e no art. 3º da Lei de Execuções Fiscais. 2. Hipótese em que a certidão de dívida ativa que instrumentaliza a execução fiscal contém o nome do devedor, seu endereço, o valor originário do débito, a forma de cálculo e a origem da dívida, contendo, pois, todos os requisitos exigidos pelo art. 202 do CTN e § 5º do art. 2º da Lei 6.830/80. A discriminação dos índices que foram aplicados para atualização monetária do débito cobrado e dos juros de mora, não configuram requisitos essenciais da CDA, bastando, tão-somente, a indicação da incidência dos juros e da correção da dívida, com seu termo inicial e fundamentação legal. 3. As multas até o limite de 100% do principal não ofendem o princípio da vedação ao confisco. Precedente da Corte Especial deste Tribunal. 4 A jurisprudência deste Regional é uníssona quanto à possibilidade de cumulação de multa, juros e correção monetária, pois se tratam de consectários legais diversos. 5. No que tange ao suposto excesso de execução, a embargante não fez prova de sua ocorrência. (TRF-4 - AC: 50030376120164047106 RS 5003037-61.2016.404.7106, Relator: JORGE ANTONIO MAURIQUE, Data de Julgamento: 31/05/2017, PRIMEIRA TURMA) (Grifo nosso). Ora, o art. 3º da LEF expressamente prevê que a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez, a qual só poderá ser ilidida mediante prova inequívoca. Nessa toada, é cediço que o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito (CPC, art. 373, inciso I), tendo a

jurisprudência se firmado no sentido de que, não comprovadas as alegações do embargante, prevalece a presunção de liquidez e certeza da dívida regularmente inscrita, conforme entendimento jurisprudencial assim ementado: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE NULIDADE DA CDA. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA PRESERVADA. 1 - Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão que rejeitou a Exceção de Pré-Executividade apresentada pela parte executada, afastando as alegações de nulidade do título executivo. 2 - A Certidão de Dívida Ativa goza de presunção relativa de certeza e liquidez, nos termos do art. 204 do CTN e artigo 3º da Lei nº 6.830/80, sendo certo que a referida presunção impõe ao executado o ônus de demonstrar a ilegalidade da cobrança, o que não ocorreu no caso. 3 - A Agravante não apresentou prova inequívoca tendente a afastar a presunção de liquidez e certeza do título, limitando-se a apresentação alegações genéricas quanto à constituição da CDA, por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. O título apresenta todos os encargos que incidiram no cálculo do crédito e suas fundamentações legais, bem como a forma de apuração, não havendo qualquer fundamento para declarar a sua nulidade. 4 - Agravo de instrumento não provido (TRF-2, Agravo de Instrumento AG 00105552520164020000 RJ 0010555-25.2016.4.02.0000, Relator Marcus Abraham, julgado em 22/03/2017) (Grifo nosso). Destarte, não se incumbiu o Embargante de demonstrar, por prova inequívoca, que a CDA que ensejou o feito executório está eivada de vício de liquidez e certeza, ao contrário, restou demonstrado que remanesce a exigibilidade parcial do valor inscrito na dívida ativa, razão pela qual é plenamente exigível o título executivo em questão relativamente aos exercícios não atingidos pela prescrição. V. PARTE DISPOSITIVA. ANTE O EXPOSTO, considerando as razões expendidas, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pleitos do Embargante para DECLARAR extinto o crédito tributário de IPTU referente ao exercício fiscal de 2003, em decorrência da prescrição originária, com fulcro no art. 156, inciso V, do CTN, devendo persistir a cobrança em relação aos demais exercícios constantes no título executivo, e, em consequência, julgo extinto o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Visando assegurar o fiel cumprimento da presente decisão e com fulcro no art. 497 do CPC, determino que o Município de Belém junte aos autos da Execução Fiscal o valor atualizado do débito, sem a inclusão do crédito referente ao exercício fiscal de 2003. Diante da sucumbência recíproca, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido, correspondente ao pretenso crédito de IPTU referente ao exercício de 2003, pro rata, nos termos do art. 85, §§ 2º e 3º, inciso I, do CPC. Não obstante, ficam as despesas e custas processuais divididas de forma proporcional entre as partes, conforme disposto no art. 86 do CPC, ressaltando-se que, em relação a sua parcela, é isento o Município de Belém, em razão do disposto no art. 40, inciso I, da Lei nº 8.328/2015, que versa sobre o Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Pará, c/c art. 39 da Lei de Execução Fiscal. Deixo de remeter os autos ao E. TJPA, para fins de reexame necessário, em face da previsão contida no art. 496, § 3º, inciso II, do CPC. Após o trânsito em julgado, proceda a Secretaria o traslado de cópia da presente sentença aos autos da Execução Fiscal nº 0015223-40.2008.8.14.0301, com posterior desapensamento e arquivamento dos embargos, certificando-se no processo executivo fiscal e dando-se baixa no Sistema Libra. Custas ex-lege. P.R.I.C. Belém, 24 de Junho de 2019. Dra. Kédima Pacífico Lyra Juíza Titular da 1ª Vara de Execução Fiscal da Capital PROCESSO: 00384205820158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KEDIMA PACIFICO LYRA Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 AUTOR:REAL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA. Representante(s): OAB 5192 - ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) REU:MUNICIPIO DE BELEM. PROCESSO Nº 0038420-58.2015.8.14.0301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO ORDINÁRIA ajuizada por REAL ENGENHARIA E COMERCIO LTDA, em face do MUNICÍPIO DE BELÉM, visando o reconhecimento da prescrição dos créditos de IPTU referentes ao exercício fiscal de 1994, incidentes sobre os imóveis de inscrições nºs 040410262000-39 e 040410239001-53, os quais estão sendo cobrados, respectivamente, nas execuções fiscais nºs 0027357-21.2000.8.14.0301 (CDA nº 036.964/1999) e 0027152-76.2000.8.14.0301 (CDA nº 036.963/1999). Na inicial a Autora aduziu razões de fato e direito, pugnando, ao fim, pela concessão de tutela antecipada e, no mérito, pelo reconhecimento da prescrição dos créditos fiscais acima mencionados. À fl. 43/55, decisão do Juízo de deferimento da tutela determinando a expedição de CPD-EN em favor da Autora. Em contestação o Réu informa que requereu a extinção de ambas as execuções fiscais, comprovando mediante cópias das petições juntadas à fl. 58/59. Pugnou, ao fim, pela extinção do processo por ausência de interesse processual, sem imposição de ônus à Fazenda Municipal. Em réplica a Autora requereu que a contestação fosse recebida como reconhecimento da procedência do pedido pelo réu, com julgamento do mérito da ação e condenação nos ônus sucumbenciais. Em petitório de fl. 63/64 o Réu aduz ser incabível a condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários de sucumbência, pois nunca foi informada acerca da alteração na titularidade dos imóveis sobre os quais incidiu o IPTU ora discutido. Após certificação pela Secretaria, vieram-me os

autos conclusos para decisão. É O RELATÓRIO. DECIDO. Aprioristicamente, cumpre salientar que, muito embora a presente ação tenha sido ajuizada sob a égide do CPC de 1973, serão observadas neste caso, de forma subsidiária às normas de regência, as disposições do Novo Código de Processo Civil, as quais se aplicam desde logo aos processos pendentes, em razão do comando insculpido no caput do seu art. 1.046. I. DO RECONHECIMENTO DA PROCEDÊNCIA DO PEDIDO FORMULADO NA AÇÃO. HOMOLOGAÇÃO. EXTINÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS PELA PRESCRIÇÃO. Como cediço, a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar seus créditos tributários, contados da data de sua constituição definitiva, ocorrendo a prescrição quando a pretensão jurídica não se exercita no prazo quinquenal, em razão da inércia do titular, conforme se denota do art. 174 do CTN. Em se tratando especificamente do IPTU, tem-se que o contribuinte é notificado do lançamento pelo envio do carnê ao seu endereço (Súmula 397 do STJ), sendo pertinente destacar que ao julgar o REsp nº 1.658.517/PA, na sistemática dos recursos repetitivos, o STJ sedimentou a tese de que o termo inicial do prazo prescricional da cobrança judicial do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU inicia-se no dia seguinte à data estipulada para o vencimento da exação. Importante consignar, ainda, que a despeito de o CTN, em seu art. 174, Parágrafo Único, inciso I, dispor que a prescrição se interrompe pelo despacho do juiz que ordenar a citação em execução fiscal (ou, na redação anterior à LC nº 118/2005, pela citação pessoal feita ao devedor), é pacífico no STJ o entendimento jurisprudencial no sentido de que a causa de interrupção retroage à data da propositura da ação, ou seja, a prescrição é interrompida a partir do momento em que o exequente provoca o Judiciário com o ajuizamento da ação de execução fiscal (Tema 383 dos Recursos Repetitivos - REsp 1.120.295/SP). No caso dos autos, verifica-se que as ações de execução fiscal foram ajuizadas em 13 de dezembro de 1999 (fl. 35/38), ou seja, após o escoamento do lapso quinquenal referente ao crédito de IPTU do exercício de 1994, a saber em 05/02/1999, razão pela qual tem fundamento o pedido de prescrição dos créditos tributários objetos de cobrança nas execuções fiscais nºs 0027357-21.2000.8.14.0301 e 0027152-76.2000.8.14.0301. No mais, consigne-se que em consulta ao valor atualizado e situação das CDAs nºs 036.964/1999 e 036.963/1999, através do sistema interligado do E. TJPA e SEFIN, cuja disponibilização compete à SEFIN, em conjunto com a CINBESA, nos termos da Cláusula Segunda, parágrafo terceiro, do Acordo de Cooperação Técnica nº 040/2018-TJPA, verificou-se que ambos os créditos ora discutidos se encontram com o "Status Financeiro: CANC. P/ PRESCRIÇÃO", conforme relatórios que seguem às folhas subsequentes. Resta evidente, destarte, que o Réu não opôs resistência à pretensão autoral, uma vez que no próprio sistema interno do Município de Belém foi efetuado o cancelamento dos créditos em razão do reconhecimento da prescrição, ato de inequívoco reconhecimento do pedido formulado pela Autora. Não obstante, em que pese a contestação não prever expressamente o reconhecimento da prescrição, da leitura do petitório fica evidenciado que o Réu busca unicamente se imiscuir do pagamento das verbas sucumbenciais, pois, caso não concordasse com o pleito autoral, não teria espontaneamente requerido a extinção de ambos os feitos executórios, conforme se verifica pelas petições de fl. 58/59 dos autos. Desta feita, verifica-se, in casu, o reconhecimento jurídico do pedido por parte do Réu, o que constitui forma de autocomposição praticada no bojo do processo judicial. Sobre o tema, anota Daniel Amorim Assumpção Neves: Cumpre observar que, embora sejam espécies de autocomposição, e por tal razão formas de equivalentes jurisdicionais, a transação, a renúncia e a submissão podem ocorrer também durante um processo judicial, sendo que a submissão nesse caso é chamada de reconhecimento jurídico do pedido, enquanto a transação e a renúncia mantêm a mesma nomenclatura. Verificando-se durante um processo judicial, o juiz homologará por sentença de mérito a autocomposição (art. 487, III, do Novo CPC), com formação de coisa julgada material. Nesse caso, é importante perceber que a solução do conflito deu-se por autocomposição, derivada da manifestação da vontade das partes, e não da aplicação do direito objetivo ao caso concreto (ou ainda da criação da norma jurídica), ainda que a participação homologatória do juiz tenha produzido uma decisão apta a gerar a coisa julgada material. Dessa forma, tem-se certa hibridez: substancialmente o conflito foi resolvido por autocomposição, mas formalmente, em razão da sentença judicial homologatória, há o exercício de jurisdição. (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 9ª Ed. Salvador: Juspodivm, 2017. P. 63-64). (Grifo nosso). Quanto ao pagamento dos honorários de sucumbência, o art. 90 do CPC é claro o dispor que "proferida sentença com fundamento em desistência, em renúncia ou em reconhecimento do pedido, as despesas e os honorários serão pagos pela parte que desistiu, renunciou ou reconheceu", todavia, ainda que não houvesse regra expressa nesse sentido, pela aplicação do princípio da causalidade é evidente que incumbiria ao Réu o custeio de tais verbas, tendo em vista que deu causa ao ajuizamento do feito ao executar judicialmente dois créditos fiscais reconhecidamente prescritos, peticionando pela extinção das execuções somente após a citação na presente ação. II. PARTE DISPOSITIVA ANTE O EXPOSTO, HOMOLOGO o reconhecimento da procedência do pedido formulado na inicial para DECLARAR extintos os créditos tributários de IPTU consubstanciados nas CDAs nºs

036.964/1999 e 036.963/1999, em decorrência da prescrição, com fundamento no art. 156, inciso V, do CTN, e, em consequência, julgo EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 487, inciso III, alínea "a", do CPC. Condeno a Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios, os quais fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor do proveito econômico obtido, correspondente aos pretensos créditos de IPTU declarados prescritos, nos termos do art. 85, §§ 2º e 3º, inciso I, do CPC. Com relação às custas e despesas processuais, isento o Município de Belém, em razão do disposto no art. 40, inciso I, da Lei nº 8328/2015, que dispõe sobre o Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Pará. Deixo de remeter os autos ao E. TJPA, para fins de reexame necessário, em face da previsão contida no art. 496, § 3º, inciso II, do CPC. Após o trânsito em julgado, arquive-se os presentes autos, com baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém, 19 de junho de 2019. Dra. Kédima Pacífico Lyra Juíza Titular da 1ª Vara de Execução Fiscal da Capital PROCESSO: 00017344120028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210020268 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019 AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): ALVARO AUGUSTO DE PAULA VILHENA (ADVOGADO) ADVOGADO:LIVIO PONTES REU:SILVIA DE O FERREIRA EXCIPIENTE:FRANCISCO CARLOS DA SILVA SOUZA Representante(s): ALVARO AUGUSTO DE PAULA VILHENA (ADVOGADO) ALVARO AUGUSTO DE PAULA VILHENA (ADVOGADO) ISAAC PEREIRA MAGALHAES JUNIOR (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO/INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, §2º, XX, do Provimento n. 006/2006-CJRMB, INTIMO o patrono Álvaro Augusto de Paula Vilhena, OAB/PA 4771, para no prazo de 15 (quinze) dias, dar cumprimento ao item II do despacho de fls. 98, caso queira. Belém/PA, 25 de junho de 2019. HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Analista Judiciário (Mat. 173339) Secretaria da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém PROCESSO: 00050794220048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410172255 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KEDIMA PACIFICO LYRA Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019 AUTOR:PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM Representante(s): MARIA DE LOURDES C. LOBATO (ADVOGADO) REU:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 3031 - MARIA DE LOURDES DE MELO SOUZA (ADVOGADO) OAB 14194 - CELIO ROBERTO DA SILVA LEAO (ADVOGADO) OAB 17188-A - LAUDENIR DA COSTA LANDIM (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0005079-42.2004.8.14.0301 R. H. I - Considerando o julgamento improcedente dos Embargos à Execução nº 0059591-13.2011.8.14.0301, após trânsito em julgado da decisão, com a juntada da sentença aos presentes autos, certifique a Secretaria e intime-se o exequente para manifestar-se requerendo o que for de direito, para fins de prosseguimento do feito, bem como informando, se for o caso, o valor atualizado do débito tributário, no prazo de 15 (quinze) dias. II - Decorrido o prazo assinalado, com ou sem manifestação, certifique a Secretaria, vindo-me conclusos para ulteriores de direito. Int. e Dil. Belém/PA, 24 de Junho de 2019. Dra. Kédima Pacífico Lyra Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém PROCESSO: 00102846820028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210120614 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019 AUTOR:PMB Representante(s): JOSE CARVALHO (ADVOGADO) REU:TECNOINF TECNOLOGIA EM INFORMATICA LTDA Representante(s): OAB 3312 - CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO (ADVOGADO) MARK IMBIRIBA DE CASTRO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO/INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, §2º, XX, do Provimento n. 006/2006-CJRMB, fica o Município de Belém, intimado para no prazo legal contrarrazoar o recurso de apelação interposto. Belém/PA, 25 de junho de 2019. HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Analista Judiciário (Mat. 173339) Secretaria da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém PROCESSO: 00117693620038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310156086 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019 AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM PROCURADOR(A):TATIANA FERREIRA GRANHEN REU:JOANA GOMES DA SILVA. ATO ORDINATÓRIO/INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, §2º, XX, do Provimento n. 006/2006-CJRMB, INTIMO o Município de Belém para no prazo de 10 (dez) dias, dar cumprimento ao item I do despacho de fls. 16. Belém/PA, 25 de junho de 2019. HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Analista Judiciário (Mat. 173339) Secretaria da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém PROCESSO: 00126968620098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910278800 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KEDIMA PACIFICO LYRA Ação: Embargos à Execução Fiscal em: 25/06/2019 EMBARGANTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) EMBARGADO:PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM. PROCESSO Nº 0012696-86.2009.8.14.0301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL opostos pelo BANCO DO BRASIL S/A, em face do MUNICÍPIO DE

BELÉM, decorrente da Execução Fiscal nº 0016896-30.2004.8.14.0301 (autos principais), ajuizada pelo Embargado visando a cobrança de créditos de ISS/PJ referentes às competências de janeiro a dezembro de 1996 e 1998, consubstanciado no AINF nº 3757/07. Em inicial o Embargante suscitou preliminares de nulidade da CDA e de prescrição e, no mérito, alegou impossibilidade de incidência do ISS sobre as rubricas especificadas no título executado, por ausência de previsão legal à época do fato gerador. Pugnou, ao fim, pelo acolhimento de qualquer das preliminares, com a consequente extinção do feito executivo, ou, caso contrário, pela declaração de inexigibilidade do crédito tributário objeto da execução. À fl. 17, decisão do Juízo de recebimento dos embargos com atribuição de efeito suspensivo. Em impugnação o Embargado refutou tanto as preliminares quanto a tese de mérito, pugnando, ao fim, pelo julgamento improcedente dos pleitos autorais, com o prosseguimento do feito principal. O Embargante deixou transcorrer in albis o prazo para réplica, conforme certificado à fl. 28 dos autos. Após certificação pela Secretaria, vieram-me os autos conclusos. É O RELATÓRIO. DECIDO. Aprioristicamente, cumpre salientar que, muito embora a presente ação tenha sido ajuizada sob a égide do CPC de 1973, serão observadas neste caso, de forma subsidiária às normas de regência, as disposições do Novo Código de Processo Civil, as quais se aplicam desde logo aos processos pendentes, em razão do comando insculpido no caput do art. 1.046. Ultrapassada a questão atinente à aplicação da lei processual civil no tempo, verifica-se a desnecessidade de produção de outras provas, razão pela qual resta autorizado o julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. I. PRELIMINAR DE NULIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. AFASTADA. REQUISITOS LEGAIS OBSERVADOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA DO EXECUTADO. O Embargante aduz, preliminarmente, que a CDA que instruiu a execução fiscal é nula, por deixar de cumprir os requisitos legais expressamente previstos no art. 2º, § 5º, incisos II, III e IV, da LEF, uma vez que, não tendo apontado o termo inicial e a forma de apuração dos encargos financeiros, cerceou a defesa do contribuinte. Acrescenta, ainda, que não foi comprovado o lançamento do tributo, na forma prevista no art. 212 da LM nº 7.056/1977. Em impugnação, o Embargado alega que a CDA é dotada de presunção de liquidez e certeza, nos termos do art. 3º da LEF, e, ainda, que o referido título executivo preenche todos os requisitos legais necessários ao exercício do contraditório por parte do contribuinte. O art. 3º da LEF é expresso ao dispor que a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez, a qual, porém, pode ser ilidida por prova inequívoca. Assim, tendo o Embargante/Executado suscitado a nulidade do título executivo que ensejou a execução, caberia a ele demonstrar, inequivocamente, se tratar de CDA incerta ou ilíquida. Em face das exigências formais do art. 202 do CTN e da cominação de pena de nulidade da inscrição e da CDA, insculpida no art. 203 do mesmo código, a LEF, em seu art. 2º, § 6º, determina que a CDA reproduza todos os elementos obrigatórios da inscrição da dívida, os quais estão arrolados no § 5º do mesmo artigo. Ocorre, porém, que a jurisprudência do STJ se sedimentou no sentido de que os requisitos que a lei impõe à CDA não são um fim em si mesmo, pois têm como real finalidade a identificação da exigência tributária, propiciando a defesa do executado. Nesse sentido: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CDA. REQUISITOS. VERIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. PARCELAMENTO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO REPETITIVO. AGRAVO IMPROVIDO. I - A verificação da liquidez e certeza da CDA ou, ainda, da presença dos requisitos essenciais a sua validade, demanda o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ). Ademais, a nulidade da CDA não deve ser declarada à vista de meras irregularidades formais que não têm potencial para causar prejuízos à defesa do executado, visto que é o sistema processual brasileiro informado pelo princípio da instrumentalidade das formas (pas des nullités sans grief). Precedentes: REsp nº 660.623/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 16/05/2005; REsp nº 840.353/RS, Rel. Minª ELIANA CALMON, DJe 07/11/2008. [...] (AgRg no AREsp 64.755/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/03/2012, DJe 30/03/2012). (Grifo nosso). TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - ICMS - CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - REQUISITOS FORMAIS (ARTS. 202 E 203 DO CTN E ART. 2º, § 5º, DA LEF) - OMISSÕES E CONTRADIÇÃO: INEXISTÊNCIA - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE: SÚMULA 284/STF - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO: SÚMULA 282/STF. [...] 6. Os requisitos formais da CDA visam dotar o devedor dos meios necessários a identificar o débito e, assim, poder impugná-lo. 7. Não se exige cumprimento de formalidade, sem demonstrar o prejuízo que ocorreu pela preterição da forma. Princípio da instrumentalidade dos atos. 8. A omissão na CDA, quanto à indicação da forma de cálculo dos juros de mora, não leva à nulidade do título, se tais informações constam de processo administrativo juntado aos autos da execução, sendo, portanto, do conhecimento do devedor. Além disso, tal informação decorre da legislação pertinente, indicada na CDA. 9. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido. (STJ. REsp 891.137/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/04/2008, DJe 29/04/2008). (Grifo nosso). Verifica-se,

destarte, que as exigências formais da CDA podem ser relativizadas quando o contribuinte, a despeito delas, não sofreu prejuízo e nem foi impossibilitado de identificar o débito. Complementando o tema, anota Humberto Theodoro Júnior: As exigências formais que comprometem a validade da Certidão de Dívida Ativa são aquelas que abrem ensejo a surpresas ou incertezas para o devedor durante o debate processual. Por isso, `se houve erro, que não foi causa de surpresa para o contribuinte nem decorreu de escolha de critério inadequado na valoração dos fatos, o cumprimento daquelas formalidades não se justificam, sendo bastante o simples acolhimento parcial dos embargos com redução do valor exigido" (STJ, 1ª T., REsp 50.675/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, ac. 5-9-1994, DJU 26-9-1994, p. 25.616, RSTJ, 64:301). Uma vez, pois, que os requisitos da CDA têm por finalidade permitir que o devedor identifique o débito para impugná-lo, eventual a omissão do título não será causa de nulidade se puder ser suprida por elementos constantes do processo administrativo. (THEODORO JÚNIOR, Humberto. Lei de execução fiscal. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016). (Grifo nosso). No caso em apreço, o Embargante afirma que a nulidade da CDA se dá em decorrência do não preenchimento dos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do § 5º do art. 2º da LEF, destacando, notadamente, a ausência de informação quanto ao termo inicial e a forma de apuração dos encargos financeiros. Analisando-se o título executivo e o auto de infração constantes da execução fiscal, porém, resta evidente que não podem ser acatadas as alegações do Embargante, uma vez que as informações apresentadas pela Fazenda Pública municipal permitem a total compreensão dos débitos fiscais, tanto do principal (ISS/PJ), quanto dos encargos financeiros dele decorrentes (juros de mora, multa de mora e multa penal). Em relação ao inciso "II" (o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato), da análise da CDA que originou o feito executório verifica-se que consta o débito originário (R$ 1.312,76) e o valor atualizado da dívida (R$ 1.411,74), com a devida individualização de valores por exercício no Auto de Infração nº 3757/07 (fl. 05 dos autos principais), estando registrado, ainda, que os juros de mora serão calculados na forma do art. 161 do CTN (taxa de um por cento ao mês) e que a multa moratória foi aplicada em conformidade com o art. 165 da LM nº 7.056/1977 (32%, em razão do transcurso de mais de 120 dias sem pagamento). Veja-se: Art. 161 (CTN). O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária. § 1º Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês. Art. 165 (LM nº 7.056/1977). O crédito tributário, quando não pago nos prazos previstos em lei, ficará acrescido da multa de mora, de acordo com os seguintes percentuais: [...] Acima de 120 (cento e vinte) dias 32% (Trinta e Dois por Cento). Não obstante, quanto à multa penal, está devidamente registrado no Auto de Infração que a aplicação se deu na forma prevista no art. 80, inciso VII, alínea "a", da LM nº 7.056/1977, incidindo a partir do momento em que o contribuinte deixou de efetuar o recolhimento do imposto, no todo ou em parte. Em relação ao inciso "III" (a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida), está expressamente consignado na CDA se tratar de dívida de ISS/PJ, decorrente da prestação do serviço previsto no item 45 do art. 21 da LM nº 7.056/1977, com a explicação detalhada da exação no Auto de Infração. Já em relação ao inciso "IV", tem-se que a CDA também dispõe acerca da atualização monetária da dívida, em conformidade com o art. 3º, § 2º, da LM nº 8.033/2000, ou seja, usando a variação do IPCA-E de outubro do exercício anterior a setembro do exercício em curso, com aplicação a partir de 01 de janeiro do exercício subsequente, calculado especificamente para cada um dos exercícios fiscais englobados pela CDA. Por fim, não se sustenta a alegação de ausência de lançamento tributário, por falta de fundamentação mínima sobre a matéria. Ora, o ISS é um imposto lançado por homologação, todavia, em caso de declaração de valor menor que o devido pelo contribuinte, caberá ao fisco municipal efetuar a cobrança da diferença devida, por lançamento de ofício, o que se faz mediante a lavratura de auto de infração, com posterior inscrição em dívida ativa, no caso de não pagamento. Nesse espeque, tendo o Embargado efetuado a autuação do Embargante e, posteriormente, inscrito o débito em dívida ativa, não há de se falar em inocorrência de lançamento, pois a presunção do art. 3º da LEF é favorável à Fazenda Pública e não ao contribuinte, o qual deveria ter apresentado prova inequívoca acerca de sua alegação e não meramente ter suscitado tal matéria sem nem ao menos apresentar fundamentação para a tese defensiva. In casu, o embargante se limitou a apresentar meras alegações acerca da nulidade da CDA, prevalecendo a presunção de certeza e liquidez do título executivo, conforme entendimento jurisprudencial assim ementado: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE NULIDADE DA CDA. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA PRESERVADA. 1 - Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão que rejeitou a Exceção de Pré-Executividade apresentada pela parte executada, afastando as alegações de nulidade do título executivo. 2 - A Certidão de Dívida Ativa goza de presunção relativa de certeza e liquidez, nos termos do art. 204 do CTN e artigo 3º da Lei nº 6.830/80,

sendo certo que a referida presunção impõe ao executado o ônus de demonstrar a ilegalidade da cobrança, o que não ocorreu no caso. 3 - A Agravante não apresentou prova inequívoca tendente a afastar a presunção de liquidez e certeza do título, limitando-se a apresentação alegações genéricas quanto à constituição da CDA, por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. O título apresenta todos os encargos que incidiram no cálculo do crédito e suas fundamentações legais, bem como a forma de apuração, não havendo qualquer fundamento para declarar a sua nulidade. 4 - Agravo de instrumento não provido (TRF-2, Agravo de Instrumento AG 00105552520164020000 RJ 0010555-25.2016.4.02.0000, Relator Marcus Abraham, julgado em 22/03/2017) (Grifo nosso). Nessa toada, não se incumbiu o Embargante de demonstrar, por prova inequívoca, que a CDA que ensejou o feito executório está eivada de vício de liquidez e certeza, ao contrário, restou demonstrado que nenhuma das teses sustentadas na inicial merece guarida, razão pela qual é plenamente exigível o título executivo em questão. Preliminar afastada. II. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO. AFASTADA. AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO DENTRO DO PRAZO QUINQUENAL. TERMO INICIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO. Ainda em sede preliminar, suscita o Embargante a prescrição do crédito executado, pois transcorridos mais de cinco anos entre o fato gerador e o ajuizamento do feito executório. Em impugnação o Embargado sustenta que entre a inscrição do crédito em dívida ativa e o ajuizamento da execução fiscal não transcorreu o prazo prescricional. Conforme mencionado alhures, o ISS é um imposto lançado, em regra, por homologação, no qual é o próprio contribuinte quem efetua o cálculo e declaração de quanto deve ao fisco, sem exame prévio da autoridade administrativa, cabendo a esta, após a antecipação do pagamento do imposto, conferir se o valor declarado e recolhido foi correto, caso em que efetua a homologação do pagamento (art. 150 do CTN). Ocorre, todavia, que se o contribuinte declara e recolhe valor menor que o devido, caberá ao fisco realizar a apuração do quantum que deveria efetivamente ser pago, lançando de ofício a diferença (art. 149, inciso V, do CTN), no prazo máximo de cinco anos a contar do fato gerador (art. 150, § 4º, do CTN), a fim de permitir a cobrança em face do contribuinte. Nesse sentido, anota Leandro Paulsen: No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, podem ocorrer duas hipóteses quanto à contagem do prazo decadencial do Fisco para a constituição de crédito tributário: 1) quando o contribuinte efetua o pagamento no vencimento, o prazo para o lançamento de ofício de eventual diferença a maior, ainda devida, é de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, forte no art. 150, § 4º, do CTN; 2) quando o contribuinte não efetua o pagamento no vencimento, o prazo para o lançamento de ofício é de cinco anos contado do primeiro dia do exercício seguinte ao de ocorrência do fato gerador, o que decorre da aplicação, ao caso, do art. 173, I, do CTN. Importante é considerar que, conforme o caso, será aplicável um ou outro prazo; jamais os dois sucessivamente, pois são excludente um do outro. Ou é o caso de aplicação da regra especial ou da regra geral, jamais aplicando-se as duas no mesmo caso." (PAULSEN, Leandro. Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência, 9ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 1109). (Grifo nosso). No mais, é cediço que a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar seus créditos tributários, contados da data de sua constituição definitiva, ocorrendo a prescrição quando a pretensão jurídica não se exercita no prazo quinquenal, em razão da inércia do titular, conforme se denota do art. 174 do CTN. In casu, da leitura do Auto de Infração nº 3757/07 (fl. 05 dos autos principais) verifica-se que a execução fiscal embargada se dá exatamente sobre valores de ISS não pagos pelo ora Embargante, o qual "efetuou recolhimento do Imposto sobre Serviços a menor", ensejando, com isso, o lançamento de ofício pelo fisco municipal. Destarte, uma vez que o lançamento da exação se deu de ofício pelo Embargado, após a análise dos valores efetivamente declarados e recolhidos pelo Embargante, o termo inicial da prescrição referente aos créditos ora executados não é a data do fato gerador do ISS, conforme alegado na inicial, mas sim a data de notificação do contribuinte acerca do auto de infração ou, havendo impugnação, da decisão definitiva do processo administrativo. Nesse sentido a jurisprudência pátria: TRIBUTÁRIO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 489, §1°, III, DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 151, III, E 174 DO CTN. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA. NOTIFICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. ENTENDIMENTO DESTA CORTE. [...] VI - Em relação à violação dos arts. 151, III e 174 do CTN, o Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, assim se posicionou: "É que não havendo impugnação do auto de infração, a constituição definitiva dos créditos tributários pelo lançamento se dá na data da sua lavratura. Ressalte-se que, em decorrência da não impugnação do crédito em sítio de processo administrativo, ocorre preclusão decorrente da inércia do contribuinte, o que indica a pacificidade do crédito, tornando-o, portanto, definitivo. Esse, aliás, é o entendimento da doutrina: 'Não apresentada impugnação tempestivamente, preclui o direito do contribuinte de se opor administrativamente contra exigência tributária. Com isso, considera-se o crédito tributário definitivamente constituído. Passa a correr, então, o prazo prescricional qüinqüenal, nos termos

do art. 174 do CTN. Nesse prazo, o Fisco deve proceder à cobrança do crédito, seja amigavelmente através de Aviso de Cobrança, seja judicialmente mediante inscrição em dívida ativa e subsequente ajuizamento de execução judicial pelo rito da Lei 6.830/80." (In Curso de Direito Tributário Completo, Leandro Paulsen, Livraria do Advogado, 4a ed., pp. 329/330)'. VII - Verifica-se que, embora a tese defendida pelo recorrente seja no sentido de que o início do prazo prescricional ocorra quando houver notificação do contribuinte da decisão que revisou ex officio o lançamento, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que, quando não couber recurso administrativo ou houver esgotado o prazo para a sua interposição, o termo inicial do prazo prescricional é a data da constituição definitiva do crédito tributário, que se dá com a notificação do auto de infração. Nesse sentido: AgRg no AREsp 788.656/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 20/05/2016; AgInt no AgInt no AREsp 372.016/RO, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 21/02/2017. VIII - Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1647866/RO, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/09/2018, DJe 12/09/2018) TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO. AUTO DE INFRAÇÃO. TERMO INICIAL. NOTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE. LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005. CITAÇÃO. 1. No que se refere aos tributos sujeitos ao lançamento de ofício dos valores não declarados, os créditos tributários são constituídos mediante auto de infração. 2. A teor do disposto no 174 do Código Tributário Nacional (a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 anos, contados da data da sua constituição definitiva), considerando-se constituídos os créditos tributários, nessa hipótese, com a notificação do contribuinte, marco inicial do prazo prescricional, e havendo impugnação, de decisão definitiva do processo administrativo. 3. Nas demandas ajuizadas após a vigência da LC nº 118/2005, aplica-se a regra do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, em sua nova redação, considerando-se interrompida a prescrição com o despacho que ordena a citação do executado. (TRF-4 - AC: 50454367420124047000 PR 5045436-74.2012.404.7000, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 16/09/2015, PRIMEIRA TURMA). Ocorre, porém, que o Auto de Infração nº 3757/07 foi lavrado em 04 de maio de 2001, ou seja, independente da data em que o contribuinte foi efetivamente notificado do lançamento, é certo que não transcorreram mais de cinco anos até o ajuizamento do feito executório, ocorrido em 13 de setembro de 2004, razão pela qual não há prescrição do crédito executado. Preliminar afastada. III. INCIDÊNCIA DE ISS NAS RUBRICAS ESPECIFICADAS NO TÍTULO EXECUTADO. SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. EXAÇÃO DEVIDA. Em razões de mérito, alega o Embargante que a tributação municipal sobre serviços de qualquer natureza é restrita aos serviços expressamente previstos em Lei Complementar e que, à época do fato gerador do imposto executado, vigorava a LC nº 56/1987, a qual agrupava os serviços bancários nos itens 95 e 96. Sustenta, porém, que as rubricas contábeis executadas se referem a planos de previdência e correlatos, serviços que não estão listados na norma indicada. Em impugnação o Embargado aduz que a interpretação da lista de serviços tributáveis pelo ISS deve ser flexível na sua horizontalidade, notadamente porque as operações bancárias são dinâmicas, de sorte que existem várias denominações diferentes para os serviços enquadrados na lista legal. Cumpre ressaltar que, de acordo com o livre convencimento motivado, o julgador tem liberdade para apreciar o acervo fático-probatório, valorando as provas coligidas aos autos, porquanto no nosso sistema processual é o destinatário da prova, estando autorizado para tanto por força do disposto no art. 371 do CPC/15 (art. 131 do CPC/73). In casu, alega o Embargante que a norma regente da matéria à época do fato gerador era a LC nº 56/1987, a qual, nos itens 95 e 96, trazia o rol de serviços bancários tributáveis pelo ISS. Veja-se: 95. Cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimentos de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central); 96. Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de crédito, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de segunda via de avisos de lançamento de extrato de contas; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com portes do Correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessários à prestação dos serviços); Consigne-se que tal rol foi repetido pelo legislador municipal, também sob os itens 95 e 96, na LM nº 7.438/1988, que alterou a LM nº 7.056/1977, de modo que o Embargado possuía a competência para a realização da cobrança de ISS sobre serviços bancários quando do fato gerador do imposto. Sustenta o Embargante, porém, que os serviços encartados no AINF

nº 3757/07 - a saber, "Brasilprev", "Vendas", "Plano Individual - Manutenção", "Plano Júnior - Prêmio de Vendas" e "Plano Júnior - Manutenção" - não constam dos serviços listados nos itens 95 e 96 da legislação retromencionada, uma vez que se tratam de serviços com planos de previdência e correlatos. De fato, da leitura dos itens 95 e 96 da LC nº 56/97 não se pode extrair, nem mesmo por interpretação extensiva, a prestação de serviços de planos de previdência e correlatos, todavia, constata-se que o Embargante, ao elencar tão somente tais itens, deixou de verificar que o item 45, do art. 21, da LM nº 7.056/1977 c/c a LM nº 7.438/1988, arrola como tributável pelo ISS o seguinte serviço: "45 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguro e de planos de previdência privada". Veja-se que a LC nº 56/1987, no item 45 da lista, trazia como tributável o mesmo serviço, de modo que a própria legislação invocada pelo Embargante englobava o serviço de previdência privada, bem como seus correlatos. Importante consignar que o Embargante declarou e recolheu o ISS sobre tais serviços no período fiscalizado, tanto que nos motivos da autuação do AINF nº 3757/07, consta o recolhimento a menor e não a ausência de recolhimento, razão pela qual foi calculado o imposto devido sobre a diferença verificada. Nesse espeque, entende este Juízo que embora os serviços listados no AINF nº 3757/07, não estejam relacionados à atividade tipicamente bancária da Embargante (itens 95 e 96 da LM nº 7.056/1977 c/c LM nº 7.438/1988), referindo-se a serviços com planos de previdência e correlatos, conforme apontado pelo Embargante na inicial (fl. 08), verifica-se que tais serviços encontram-se elencados no item 45 da LC nº 56/1987, bem como no art. 21, item 45, da LM nº 7.056/1977 c/c LM nº 7.438/1988, todas vigentes à época do fato gerador, sendo cediço que os serviços de intermediação de seguros, previdência e câmbio podem ser prestados pelas instituições bancárias, admitindo a incidência da tributação pelo ISS. Portanto, consistindo a hipótese de incidência do ISS na prática de um serviço tributável, constante de uma lista pré-estabelecida pelo legislador, tem-se que o fato gerador do imposto é, efetivamente, a prestação de algum dos serviços elencados na referida lista, isso porque, deve prevalecer o real caráter dos serviços efetivamente prestados e não a nomenclatura utilizada pelas empresas financeiras, sendo inadmissível transferir aos bancos a definição do campo de incidência do Imposto Sobre Serviços. Por isso mesmo, todos os serviços prestados pelas empresas financeiras que se encontram descritos na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 (antes na lista anexa ao Decreto-lei nº 406/68), seja nos itens 95 e 96, seja no item 45, estão dentro do campo de incidência do Imposto Sobre Serviços. Nesse diapasão, não há que se falar em impossibilidade de incidência do ISS sobre as rubricas especificadas no título executado, bem como em descumprimento do princípio da legalidade tributária pelo Embargado, de modo que é plenamente exigível o crédito tributário objeto da execução impugnada. IV. PARTE DIPOSITIVA. ANTE O EXPOSTO, considerando as razões expendidas, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Embargante, e, em consequência, julgo extinto o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Deixo de determinar o reexame necessário por inocorrência das hipóteses previstas no art. 496, incisos I e II, do CPC. Condeno o Embargante ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios em favor do Embargado, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, tendo em vista a ausência de condenação ou de proveito econômico, nos termos do art. 85, § 2º, § 3º, inciso I, § 4º, inciso III, do CPC. Após o trânsito em julgado, proceda a Secretaria o traslado de cópia da presente sentença aos autos da Execução Fiscal nº 0016896-30.2004.8.14.0301, com posterior desapensamento e arquivamento dos embargos, certificando-se no processo executivo fiscal e dando-se baixa no Sistema Libra. Custas ex-lege. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de Junho de 2019. Dra. Kédima Pacífico Lyra Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Fiscal PROCESSO: 00152234020088140301 PROCESSO ANTIGO: 20081046396 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KEDIMA PACIFICO LYRA Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019 EXECUTADO:ANTONIO NAVEGANTES CAETANO EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): MARCELO CASTELO BRANCO IUDICE (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0015223-40.2008.8.14.0301 R. H. I - Considerando o julgamento parcialmente procedente dos Embargos à Execução nº 0023004-74.2010.8.14.0301, após trânsito em julgado da decisão, com a juntada da sentença aos presentes autos, certifique a Secretaria e intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se requerendo o que for de direito, para fins de prosseguimento do feito, sem a inclusão do crédito referente ao exercício fiscal de 2003, informando o valor atualizado do débito tributário remanescente por simples cálculo aritmético, sendo desnecessário a emenda ou substituição da CDA (Tema 249/STJ - Resp 1.115.501/SP). II - Decorrido o prazo assinalado, com ou sem manifestação, certifique a Secretaria, vindo-me conclusos para ulteriores de direito. Int. e Dil. Belém/PA, 24 de Junho de 2019. Dra. Kédima Pacífico Lyra Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém PROCESSO: 00155824620068140301 PROCESSO ANTIGO: 20061050962 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 EXCEPTO:PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM

Representante(s): VERA ARAUJO (ADVOGADO) EXCIPIENTE:ALCINDA SANTANA CUNHA FIGUEIREDO Representante(s): ALEX AUGUSTO DE S. E SOUZA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO/INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, §2º, XX, do Provimento n. 006/2006-CJRMB, INTIMO a EXCEPIENTE, através de seu representante para no prazo de 15 (quinze) dias, dar cumprimento ao item II do despacho de fls. 85, caso queira. Belém/PA, 25 de junho de 2019. HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Analista Judiciário (Mat. 173339) Secretaria da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém PROCESSO: 00168944020048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410570079 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KEDIMA PACIFICO LYRA Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019 EXECUTADO:BANCO DO BRASIL S/A Representante(s): OAB 15763-A - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) OAB 11529 - GIOVANNI DOS ANJOS PICKERELL (ADVOGADO) OAB 10859 - ELLEYSON CORREA SANDRES (ADVOGADO) OAB 17295 - LEONARDO SOUSA FURTADO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) MARIA CHRISANTINA SA SOUZA (ADVOGADO) DR. JORGE ANDRADE DE SOUZA (ADVOGADO) EXEQUENTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM Representante(s): KRYSTINA KAREM OLIVEIRA CHAVES (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0016894-40.2004.8.14.0301 R. H. I - Considerando o julgamento improcedente dos Embargos à Execução nº 0019855-80.2014.8.14.0301, após trânsito em julgado da decisão, com a juntada da sentença aos presentes autos, certifique a Secretaria e intime-se o exequente para manifestar-se requerendo o que for de direito, para fins de prosseguimento do feito, bem como informando, se for o caso, o valor atualizado do débito tributário, no prazo de 15 (quinze) dias. II - Decorrido o prazo assinalado, com ou sem manifestação, certifique a Secretaria, vindo-me conclusos para ulteriores de direito. Int. e Dil. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Dra. Kédima Pacífico Lyra Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém PROCESSO: 00168963020048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410570152 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KEDIMA PACIFICO LYRA Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019 EXECUTADO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): JORGE ANDRADE DE SOUZA (ADVOGADO) MARIA CHRISANTINA SA SOUZA (ADVOGADO) FABIO DE ARAUJO AMORIM (ADVOGADO) OAB 211.648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) JORGE ANDRADE DE SOUZA (ADVOGADO) MARIA CHRISANTINA SA SOUZA (ADVOGADO) FABIO DE ARAUJO AMORIM (ADVOGADO) OAB 211.648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) EXEQUENTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM Representante(s): KRYSTINA KAREM OLIVEIRA CHAVES (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0016896-30.2004.8.14.0301 R. H. I - Considerando o julgamento improcedente dos Embargos à Execução nº 0012696-86.2009.8.14.0301, após trânsito em julgado da decisão, com a juntada da sentença aos presentes autos, certifique a Secretaria e intime-se o exequente para manifestar-se requerendo o que for de direito, para fins de prosseguimento do feito, bem como informando, se for o caso, o valor atualizado do débito tributário, no prazo de 15 (quinze) dias. II - Decorrido o prazo assinalado, com ou sem manifestação, certifique a Secretaria, vindo-me conclusos para ulteriores de direito. Int. e Dil. Belém/PA, 24 de Junho de 2019. Dra. Kédima Pacífico Lyra Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém PROCESSO: 00198558020148140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KEDIMA PACIFICO LYRA Ação: Embargos à Execução Fiscal em: 25/06/2019 EMBARGANTE:BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 17797 - ANDRAIHEVA DO CARMO SANCHES (ADVOGADO) LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) EMBARGADO:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE BELEM. PROCESSO Nº 0019855-80.2014.8.14.0301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL oferecidos pelo BANCO DO BRASIL S/A, em face do MUNICÍPIO DE BELÉM, decorrente da Execução Fiscal nº 0016894-40.2004.8.14.0301 (autos principais), ajuizada pelo Embargado visando a cobrança de créditos de ISS/PJ referentes às competências de janeiro de 1996 a dezembro de 2000, consubstanciado no AINF nº 3757/08. Em inicial o Embargante aduziu ser impossível identificar quais os serviços tributados pelo Embargado, pois não há descrição das rubricas na CDA ou no AINF no qual o crédito foi lançado, o que viola os princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa. Sustentou, ainda, que os serviços objeto da cobrança não estão previstos na lei tributária, cuja lista é taxativa para fins de incidência do ISS, sendo indevida a exação. Pugnou, ao fim, pela extinção da execução fiscal. À fl. 09/10, decisão do Juízo de recebimento dos embargos sem atribuição de efeito suspensivo. Em impugnação o Embargado refutou a tese autoral, pugnando pelo julgamento improcedente do pleito formulado na inicial. O Embargante deixou transcorrer in albis o prazo para réplica, conforme certificado à fl. 35 dos autos. Em decisão de saneamento de fl. 36/37, o Juízo determinou ao Embargante que juntasse aos autos o Plano de Contas do Banco do Brasil e ao Embargado que trouxesse à baila cópia do Processo Administrativo referente ao AINF nº 3757/08. Transcorrido o prazo concedido pelo Juízo o Embargante, novamente, quedou-se inerte (fl. 40), tendo o Embargado cumprido a determinação judicial, conforme petitório de fl. 42 e documentação de fl. 46/55 dos autos. Após certificação pela

Secretaria, vieram-me os autos conclusos. É O RELATÓRIO. DECIDO. Aprioristicamente, cumpre salientar que, muito embora a presente ação tenha sido ajuizada sob a égide do CPC de 1973, serão observadas neste caso, de forma subsidiária às normas de regência, as disposições do Novo Código de Processo Civil, as quais se aplicam desde logo aos processos pendentes, em razão do comando insculpido no caput do art. 1.046. Ultrapassada a questão atinente à aplicação da lei processual civil no tempo, verifica-se a desnecessidade de produção de outras provas, razão pela qual resta autorizado o julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. I. INCIDÊNCIA DE ISS SOBRE SERVIÇOS BANCÁRIOS. TAXATIVIDADE DA LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS POR ISS. POSSIBILIDADE DE INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA PARA SERVIÇOS CONGÊNERES. RESP Nº 1.111.234/PR E SÚMULA 424/STJ. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA DA CDA. A tese do Embargante se dá sobre o fato de a CDA e o AINF que instruem o feito executório não permitirem a compreensão acerca dos serviços tributados pelo fisco municipal, de modo que resta prejudicada a defesa do contribuinte, por ser impossível determinar se o ISS exigido incide sobre serviços efetivamente constantes na LC nº 116/2003. Acrescenta, ainda, que os serviços prestados foram objeto de regular lançamento e recolhimento do tributo. Nesse espeque, aduz que o Embargado violou os princípios do devido processo legal, contraditório, ampla defesa e legalidade tributária. Em impugnação o Embargado aponta que as operações tributadas estão discriminadas no AINF nº 3757/08, inclusive com o código relativo às operações bancárias, informações retiradas diretamente do plano de contas do Banco do Brasil, que é responsável pela criação e nominação das contas, de modo que o Embargante, ao contrário do alegado na inicial, tem ciência do que está sendo tributado. No mais, aponta que o que deve ser tributado é a natureza do serviço e não o nome dado pelo prestador, razão pela qual os serviços em questão estão inclusos na lista da LC nº 116/2003. Nesse espeque, conclui que o Embargante não se incumbiu do mister de produzir prova inequívoca apta a desconstituir a presunção de liquidez e certeza da CDA. A fim de sanear o feito o Juízo determinou: (a) ao Embargante, a juntada aos autos do plano de contas do Banco do Brasil; e (b) ao Embargado, a juntada aos autos da cópia do PAF referente ao AINF nº 3757/08. A determinação, como narrado alhures, foi cumprida tão somente pelo Embargado. Consigne-se que apesar de ambas as partes invocarem como fundamentação a LC nº 116/2003, verifica-se que o fato gerador do imposto lançado no AINF nº 3757/08 se deu nas competências de janeiro/1996 a dezembro/2000, ou seja, sob a égide do DL nº 406/1968, antes da entrada em vigor da referida LC, de modo que a norma a ser utilizada na apreciação do feito será a vigente à época do fato gerador, conforme previsto no art. 144 do CTN. Feitas as considerações iniciais, passa-se ao meritum causae. Como cediço, o ISS é um imposto lançado, em regra, por homologação, no qual é o próprio contribuinte quem efetua o cálculo e declaração de quanto deve ao fisco, sem exame prévio da autoridade administrativa, cabendo a esta, após a antecipação do pagamento do imposto, conferir se o valor declarado e recolhido foi correto, caso em que efetua a homologação do pagamento (art. 150 do CTN). Ocorre, todavia, que se o contribuinte declara e recolhe valor menor que o devido, caberá ao fisco realizar a apuração do quantum que deveria efetivamente ser pago, lançando de ofício a diferença (art. 149, inciso V, do CTN), a fim de permitir a cobrança em face do contribuinte. In casu, da leitura do Auto de Infração nº 3757/08 (fl. 05 dos autos principais) verifica-se que a execução fiscal embargada se dá exatamente sobre valores de ISS não pagos pelo ora Embargante, o qual "efetuou recolhimento do Imposto sobre Serviços a menor", ensejando, com isso, o lançamento de ofício pelo fisco municipal. O Código Tributário Nacional, em seu art. 108, § 1º, dispõe que não se pode utilizar de analogia para a exigência de tributo não previsto em lei, assim, a lista de serviços constantes no DL nº 406/68, vigente a época do fato gerador indicado no AINF nº 3757/08, de fato possui rol taxativo, não podendo ser utilizada analogia para a cobrança de ISSQN de tais serviços. Ocorre, todavia, que apesar de reconhecida a taxatividade da lista, não sendo cabível a analogia para fins de permitir a tributação de serviços nela não encartados, entende-se possível a interpretação extensiva dos serviços listados, de modo a englobar atividades que não estão expressamente previstas, mas são a elas correlatas. Nesse sentido, anota Kiyosi Harada: Desde o início, formaram-se duas correntes doutrinárias: a da taxatividade da lista e a da exemplificatividade da lista, envolvendo opiniões de respeitáveis juristas tanto d"uma como d"outra corrente. A primeira corrente, sustentada por Ruy Barbosa Nogueira e a maioria dos tributaristas, advoga a tese da vedação do emprego da analogia no campo do direito material, que ocorreria se a lista não fosse taxativa. A segunda corrente, sustentada por Geraldo Ataliba e José Souto Maior Borges, dentre outros, fulcra a sua tese na impossibilidade de a legislação infraconstitucional limitar a competência tributária que a Constituição outorgou aos Municípios. Só na área de possíveis conflitos é que deveria prevalecer a lista de serviços. No nosso entendimento, o art. 12 do DL no 406/68 deve ser observado pelos Municípios, à medida que dirime conflitos intermunicipais ao prescrever, como regra geral, que "o local da prestação de serviço é o do estabelecimento prestador ou, na sua falta, o domicílio do prestador, e no caso de construção civil, o local onde se efetuar a prestação".

O Supremo Tribunal Federal inclinou-se para a tese da taxatividade da lista, mitigada, posteriormente, pelo entendimento de que a `sua taxatividade não exclui a interpretação de que cada um de seus itens alcance maior ou menor compreensão, atingindo serviços que, se não individualizados, devam considerar-se abrangidos". Tudo indica que aquela alta Corte de Justiça do País refletiu o pensamento do saudoso Ministro Aliomar Baleeiro, manifestado em determinado momento, segundo o qual `a lista é taxativa comportando, porém, cada item uma interpretação ampla e analógica". (HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 26ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2017). (Grifo nosso). Desta feita, tem-se que a lista trazida pelo DL nº 406/1968, apesar de taxativa, pode ser interpretada extensivamente, de modo a abarcar serviços que, apesar de não estarem expressamente descritos, possam ser nela enquadrados por interpretação do sentido veraz da norma. No caso específico dos serviços bancários, a Primeira Seção do STJ, no julgamento do REsp nº 1.111.234/PR, submetido ao rito dos Recursos Repetitivos (Tema 132), bem como na Súmula 424, definiu que, conquanto taxativa a Lista de Serviços Anexa ao DL nº 406/68 e à LC nº 56/87 (atualmente Lista Anexa à LC 116/03), admite-se interpretação extensiva para serviços congêneres, sendo legítima a incidência de ISS. Veja-se: TRIBUTÁRIO. SERVIÇOS BANCÁRIOS. ISS. LISTA DE SERVIÇOS. TAXATIVIDADE. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. 1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que é taxativa a Lista de Serviços anexa ao Decreto-lei 406/68, para efeito de incidência de ISS, admitindo-se, aos já existentes apresentados com outra nomenclatura, o emprego da interpretação extensiva para serviços congêneres. 2. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08. (REsp 1111234/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2009, DJe 08/10/2009). (Grifo nosso). Súmula 424 - É legítima a incidência de ISS sobre os serviços bancários congêneres da lista anexa ao DL n. 406/1968 e à LC n. 56/1987. (Súmula 424, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/03/2010, DJe 13/05/2010). Tal precedente, ressalte-se, norteou diversos julgados atuais da primeira e segunda turmas do próprio STJ, a saber: AREsp 669.755/RJ, AgInt do AREsp 672.623/RJ, AgInt nos EDcl no AREsp 163.723/SP, AgInt no AgInt no AREsp 1.178.965/SP, AgInt no AREsp 1.241.661/SP, entre outros. Importante não confundir analogia com interpretação analógica, pois aquela é forma de integração do direito, prevendo a aplicação de determinada norma em caso semelhante, para o qual as leis existentes são omissas, sendo expressamente proibida para fins de cobrança de tributo não previsto em lei, enquanto esta, por sua vez, busca ampliar o sentido do texto para abranger hipóteses semelhantes almejando alcançar a ratio legis. Nesse espeque, resta evidente que a lista de serviços que enseja a cobrança do ISS pode ser analisada e interpretada de forma extensiva, abarcando não só os serviços ali expressamente elencados, mas também aqueles congêneres. No caso em apreço a dívida constituída em face do Embargante se deu com fulcro no item 95 do art. 21 da LM nº 7.056/1977, com redação dada pela LM nº 7.438/1988, vigente à época do fato gerador do imposto, em consonância com o DL nº 406/1968. Tal item previa como tributáveis diversos serviços bancários, os quais, como devidamente explicitado alhures, podem ser interpretados extensivamente. Assim, a autuação do contribuinte se deu em razão do recolhimento a menor do ISS, no período de janeiro/1996 a dezembro/2000, sobre as receitas de prestação dos serviços identificados pelas seguintes rubricas contábeis, todas indicadas pelo fisco municipal como serviços bancários: "direta" (50.101.01.14-5), "descontada" (50.101.01.16-1), "simples" (50.101.01.18-8), "vinculada" (50.101.01.22-6), "água e esgotada" (51.799.24.01-0), "carnês e assemelhados" (57.799.24.03-7), "outros" (51.799.24.98-3), "Brasilcap" (51.799.32.00-5), "Brasilsaúde" (51.799.33.00-1), "PU500" (51.799.44.01-1), "Plano ouro - PF" (51.799.80.01-8) e "Plano ouro - PJ" (51.799.80.02-6). Veja-se que o fisco reconheceu expressamente que o Banco do Brasil declarou e recolheu o ISS sobre tais serviços no período fiscalizado, conforme consta no campo "Receita Declarada", constante do AINF nº 3757/08, todavia, tal recolhimento foi menor que a receita apurada por meio da fiscalização, razão pela qual foi calculado o imposto sobre a diferença verificada. Tal fato está inclusive registrado no Termo de Encerramento de Verificação Fiscal (fl. 48/49), no qual todas as rubricas acima apontadas estão listadas nos campos "Rendas de tarifas sobre serviços" e "Rendas de outros serviços". No mais, verifica-se no documento de fl. 50-verso que o contribuinte foi devidamente notificado do lançamento fiscal sobre as rubricas em questão, tendo permanecido inerte na via administrativa, conforme termo de declaração de revelia (fl. 48), o que, apesar de não afastar o direito de se socorrer ao judiciário, conforme previsto no art. 5º, inciso XXXV, da CF, denota, ao menos no processo administrativo fiscal, a concordância com os fatos descritos na autuação. Consigne-se que, segundo apontado pelo Embargado, a fiscalização realizada em face do Embargante se deu com base no Plano de Contas do próprio Banco do Brasil, que é padronizado pela referida instituição bancária, em consonância com a codificação adotada pelo Banco Central (COSIF), de modo que as rubricas relacionadas no AINF nº 3757/08, com seus respectivos códigos, correspondem a serviços plenamente conhecidos pelo contribuinte, o qual, inclusive, efetuou o recolhimento a menor do ISS sobre tais prestações, nas competências de janeiro/1996 a dezembro/2000. Instado a se manifestar sobre tal fato, na

forma do art. 351 do CPC, o Embargante quedou-se inerte. Não obstante, pautado nos princípios da cooperação e da primazia do mérito, bem como se valendo do seu papel de condutor do processo (art. 370 do CPC), este Juízo determinou, em decisão de saneamento (fl. 36/37), que o Embargante juntasse aos autos a cópia do Plano de Contas do Banco do Brasil, com fito de possibilitar a análise das rubricas indicadas no AINF nº 3757/08, o que, porém, também não foi cumprido pelo Embargante (fl. 40). Veja-se que a juntada aos autos do Plano de Contas do Banco do Brasil possibilitaria ao Juízo apurar, primeiramente, se as rubricas constantes no AINF nº 3757/08 estão, de fato, arroladas na lista de serviços bancários prestados pelo Embargante e, posteriormente, se tais serviços, por sua natureza, se enquadram na lista de serviços tributáveis pelo ISS constante da legislação vigente à época do fato gerador. Ora, o art. 3º da LEF é expresso ao dispor que a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez, que só pode ser ilidida por prova inequívoca, a qual, na forma do art. 373, inciso I, do CPC, incumbe ao autor, por se tratar de fato constitutivo de seu direito. In casu, porém, o Embargante não produziu prova mínima apta a desconstituir a presunção do art. 3º da LEF, ao contrário, se limitou a formular alegações de violação aos princípios do devido processo legal, contraditório, ampla defesa e legalidade, porém, quando foi instado a comprovar tal violação, quedou-se completamente inerte, prevalecendo, destarte, a presunção de certeza e liquidez do título executivo, conforme entendimento jurisprudencial assim ementado: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE NULIDADE DA CDA. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA PRESERVADA. 1 - Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão que rejeitou a Exceção de Pré-Executividade apresentada pela parte executada, afastando as alegações de nulidade do título executivo. 2 - A Certidão de Dívida Ativa goza de presunção relativa de certeza e liquidez, nos termos do art. 204 do CTN e artigo 3º da Lei nº 6.830/80, sendo certo que a referida presunção impõe ao executado o ônus de demonstrar a ilegalidade da cobrança, o que não ocorreu no caso. 3 - A Agravante não apresentou prova inequívoca tendente a afastar a presunção de liquidez e certeza do título, limitando-se a apresentação alegações genéricas quanto à constituição da CDA, por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. O título apresenta todos os encargos que incidiram no cálculo do crédito e suas fundamentações legais, bem como a forma de apuração, não havendo qualquer fundamento para declarar a sua nulidade. 4 - Agravo de instrumento não provido (TRF-2, Agravo de Instrumento AG 00105552520164020000 RJ 0010555-25.2016.4.02.0000, Relator Marcus Abraham, julgado em 22/03/2017) (Grifo nosso). Conclui-se, destarte, no que diz respeito à pretensa violação aos princípios do devido processo legal, contraditório e ampla defesa, que estes foram resguardados tanto em sua acepção formal, com a faculdade de o contribuinte atuar diretamente no convencimento dos órgãos julgadores na esfera administrativa e judicial, quanto na acepção material, pois a autuação e o processo de execução fiscal se pautaram na cobrança de ISS incidente sobre serviços registrados em rubricas contábeis, em tese, estabelecidas pelo próprio contribuinte e, portanto, passíveis de impugnação, fato não contraditado pelo Embargante nos autos. No mais, presume-se, por força de lei (art. 3º da LEF), que o Fisco, ao efetuar a regular inscrição da dívida ativa, líquida e certa, respeitou o princípio da legalidade tributária, realizando a cobrança do ISS sobre serviços cuja norma de regência efetivamente permite a incidência do referido imposto. Nessa toada, não se incumbiu o Embargante de demonstrar, por prova inequívoca, que a CDA que ensejou o feito executório está eivada de vício de liquidez e certeza, ao contrário, restou demonstrado que nenhuma das teses sustentadas na inicial merece guarida, razão pela qual é plenamente exigível o título executivo em questão. Por fim, importante pontuar que os fundamentos do decisum não impedem o juízo de apreciar o acervo fático-probatório, podendo valorar as provas coligidas aos autos, em atenção ao princípio do livre convencimento motivado do julgador, porquanto no nosso sistema processual é o destinatário da prova, estando autorizado para tanto por força do disposto no art. 371 do CPC/15 (art. 131 do CPC/73). Nesse diapasão, verifica-se que o Embargante, ao deixar de discriminar quais atividades bancárias foram tributadas, em consonância com os respectivos códigos COSIF, impediu o juízo de apurar a alegada não incidência do imposto, ônus do qual não se desincumbiu, todavia, a análise do contexto probatório, notadamente o fato de o Embargante ter ciência do débito cobrado pelo Fisco, na medida em que efetuou o recolhimento do imposto a menor, autoriza a conclusão de que as rubricas indicadas no AINF nº 3757/08 se tratam de serviços congêneres àqueles listados no item 95 do art. 21 da LM 7.056/77 c/c LM nº 7.438/88, vigente à época do fato gerador, admitindo o emprego da interpretação extensiva e analógica para fins de incidência de ISS, consoante o entendimento do Colendo STJ (REsp nº 1.111.234/PR e Súmula 424), tratando-se de serviços relacionados à atividade bancária do Embargante, em que pese a nomenclatura utilizada não ser idêntica àquela constante na norma legal, devendo prevalecer o real caráter dos serviços efetivamente prestados. II. PARTE DIPOSITIVA. ANTE O EXPOSTO, considerando as razões expendidas, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Embargante, e, em consequência, julgo extinto o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do

CPC. Deixo de determinar o reexame necessário por inocorrência das hipóteses previstas no art. 496, incisos I e II, do CPC. Condeno o Embargante ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios em favor do Embargado, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, tendo em vista a ausência de condenação ou de proveito econômico, nos termos do art. 85, § 2º, § 3º, inciso I, § 4º, inciso III, do CPC. Após o trânsito em julgado, proceda a Secretaria o traslado de cópia da presente sentença aos autos da Execução Fiscal nº 0016894-40.2004.8.14.0301, com posterior desapensamento e arquivamento dos embargos, certificando-se no processo executivo fiscal e dando-se baixa no Sistema Libra. Custas ex-lege. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Dra. Kédima Pacífico Lyra Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Fiscal PROCESSO: 00235867920018140301 PROCESSO ANTIGO: 20011028204 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KEDIMA PACIFICO LYRA Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REU:PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM Representante(s): SYLMARA SYMME LIMA DE ALMEIDA (ADVOGADO) REU:SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS-SEFIN AUTOR:LABORATORIO DR. EDVALDO SILVEIRA E JORGE EVERALDO DE LIMA IKETANI Representante(s): OAB 1283 - FERNANDO DA SILVA GONÇALVES (ADVOGADO) . R. H. A Ação Anulatória de Ato Administrativo foi julgada procedente, para anular o Auto de Infração nº 41-1/2001, condenando o réu ao pagamento de custas e honorários advocatícios, fixados em 5% sobre o valor da causa, conforme sentença proferida à fl. 80/83 dos autos. O Município de Belém interpôs Recurso de Apelação e Embargos de Declaração, ambos conhecidos e improvidos, tendo os V. Acórdãos nº 95.304 e 98.923 transitado livremente em julgado, conforme certidão de fls. 163 dos autos. Após o retorno dos autos à origem, o advogado do executado, FERNANDO DA SILVA GONÇALVES ajuizou EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS em face do MUNICÍPIO DE BELÉM, arbitrados no percentual de 5% sobre o valor da causa, visando o pagamento da importância corrigida de R$ 10,827,30 (Dez Mil, Oitocentos e Vinte e Sete Reais e Trinta Centavos). Como cediço, nos termos do art. 24, § 1º, da Lei nº 8.906/94 (EA), "a execução dos honorários pode ser promovida nos mesmos autos da ação em que tenha atuado o advogado, se assim lhe convier". A Jurisprudência tem se firmado nesse sentido: "AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXECUÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUTOS PRINCIPAIS OU AUTOS APARTADOS. Consoante o caput do artigo 23 do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil, é facultado ao profissional da advocacia exigir seu crédito de forma autônoma ou buscá-lo em nome do constituinte. A execução de honorários advocatícios tanto pode se dar em autos apartados, como nos próprios autos da ação principal, nos exatos termos do § 1º, do art. 24, da Lei 8.906/94. Precedentes jurisprudenciais. Agravo provido de plano" (Agravo de Instrumento nº 70043040997 - RS, 9ª Câmara Cível, Relatora Iris Helena Medeiros Nogueira, data do julgamento 30/05/2011, publicado no D.J de 01/06/2011). No mesmo sentido: RT 735/400. Presentes os pressupostos de admissibilidade da execução de sentença: (i) decisão judicial proferida nos autos (fls. 80/83), transitada livremente em julgado (certidão - fl. 160v/163), que julgou procedente a ação, condenando a Fazenda Pública ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 5% sobre o valor da causa; (ii) execução de sentença formulada dentro do prazo legal, previsto no art. 25, inciso II, da Lei nº 8.906/94; (iii) comprovado interesse de agir do exequente, conforme instrumento de mandato de fls. 12 dos autos; (iv) memória discriminada do cálculo acostada ao pedido (fls. 166/169). Visando o processamento do pleito, delibero o seguinte: I - Intime-se o exeqüente para adequar o petitório ao procedimento previsto no novo CPC, com fulcro no art. 534 e seus incisos, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, no prazo de 15 (quinze) dias. II - Decorrido o prazo assinalado, retornem os autos conclusos para ulteriores de direito. Int. e Dil. Belém/PA, 22 de fevereiro de 2018. Dra. Kédima Pacífico Lyra Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Fiscal da Capital PROCESSO: 00324635220078140301 PROCESSO ANTIGO: 20071101447 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KEDIMA PACIFICO LYRA Ação: Embargos à Execução em: 25/06/2019 EMBARGADO:MUNICIPIO DE BELEM EMBARGANTE:CLINICA DE OLHOS DO PARA S.C LTDA Representante(s): ALMERINDO TRINDADE (ADVOGADO) CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0032463-52.2007.8.14.0301 R. H. Trata-se de EMBARGOS À EXECUÇÃO oferecidos por CLÍNICA DE OLHOS DO PARÁ S/C LTDA em face do MUNICÍPIO DE BELÉM, decorrente da Execução Fiscal nº 0027059-22.2003.8.14.0301 (autos principais), ajuizada pelo Embargado visando a cobrança de débitos de ISS referentes aos exercícios fiscais de 2000 e 2001, apurados no AINF nº 2788-1/2003 (fl. 04/05 dos autos principais). Ocorre que a Embargante ajuizou Ação Anulatória (processo nº 0028107-20.2003.8.14.0301), em trâmite na 2ª Vara de Execução Fiscal de Belém, que atualmente se encontra sentenciada e em grau de recurso, na qual aquele Juízo, analisando a legalidade do lançamento tributário efetuado por meio do AINF nº 2788-1/2003, julgou procedente o pleito da Autora, nos seguintes termos (fl. 43/44): Ao exposto, julgo procedente o pleito autoral, para declarar a inexistência de relação jurídico-tributária que obrigue a autora a pagar o ISS nos moldes infracionais

apurados pela municipalidade, para o qual declaro o direito do Autor efetivar o ISSQN com cálculo nos termos e do disposto no art. 9°, §§ 1º e 3º, do Decreto-lei 406/68 e demais dispositivos aplicáveis a matéria. (sic). Resta evidente que a decisão de mérito pendente de trânsito em julgado no bojo do processo nº 0028107-20.2003.8.14.0301 afetará diretamente o presente decisum, uma vez que a confirmação do direito pretendido pela ora Embargante naqueles autos repercutirá na CDA que embasa a Execução Fiscal ora embargada, podendo, inclusive, levar a perda de objeto destes Embargos à Execução Fiscal. Nessa toada, delibero o seguinte: I - Com fulcro no art. 313, inciso V, alínea "a", e § 4º, do CPC, suspenda-se o presente feito até o julgamento definitivo do Processo nº 0028107-20.2003.8.14.0301, ou pelo prazo de 1 (um) ano, a depender do que primeiro sobrevir. II - Certifique a Secretaria acerca do trânsito em julgado do processo nº 0028107-20.2003.8.14.0301, juntando cópia das decisões proferidas aos presentes autos. III - Julgado o processo ou transcorrido o prazo legal, devidamente certificado pela secretaria, conclusos os autos para ulteriores deliberações. IV - Registre-se a suspensão do feito no Sistema Libra. Int. e Dil. Belém, 24 de junho de 2019. Dra. Kédima Pacífico Lyra Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Fiscal PROCESSO: 00595911320118140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KEDIMA PACIFICO LYRA Ação: Embargos à Execução Fiscal em: 25/06/2019 EMBARGANTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 14194 - CELIO ROBERTO DA SILVA LEAO (ADVOGADO) EMBARGADO:MUNICIPIO DE BELEM. PROCESSO Nº 0059591-13.2011.8.14.0301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL opostos pelo BANCO DO BRASIL S/A, em face do MUNICÍPIO DE BELÉM, decorrente da Execução Fiscal nº 0005079-42.2004.8.14.0301 (autos principais), ajuizada pelo Embargado visando a cobrança de créditos de ISS/PJ referentes às competências de janeiro de 1996 a dezembro de 2000, consubstanciado no AINF nº 3773-2/2001. Em inicial o Embargante suscitou preliminares de nulidade da CDA e de prescrição e, no mérito, alegou impossibilidade de incidência do ISS sobre as rubricas especificadas no título executado, por ausência de previsão legal à época do fato gerador. Pugnou, ao fim, pelo acolhimento de qualquer das preliminares, com a consequente extinção do feito executivo, ou, caso contrário, pela declaração de inexigibilidade do crédito tributário objeto da execução. À fl. 30, decisão do Juízo de recebimento dos embargos sem atribuição de efeito suspensivo. Em impugnação o Embargado refutou tanto as preliminares quanto a tese de mérito, pugnando, ao fim, pelo julgamento improcedente dos pleitos autorais, com o prosseguimento do feito principal. Em réplica o Embargante ratificou as alegações iniciais. O Embargado ofereceu manifestação em cumprimento à deliberação de fl. 64 dos autos. Vieram-me os autos conclusos. É O RELATÓRIO. DECIDO. Aprioristicamente, cumpre salientar que, muito embora a presente ação tenha sido ajuizada sob a égide do CPC de 1973, serão observadas neste caso, de forma subsidiária às normas de regência, as disposições do Novo Código de Processo Civil, as quais se aplicam desde logo aos processos pendentes, em razão do comando insculpido no caput do art. 1.046. Ultrapassada a questão atinente à aplicação da lei processual civil no tempo, verifica-se a desnecessidade de produção de outras provas, razão pela qual resta autorizado o julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355, inciso I, do CPC. I. PRELIMINAR DE NULIDADE DO TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL. AFASTADA. REQUISITOS LEGAIS OBSERVADOS. AUSÊNCIA DE PREJUÍZO À DEFESA DO EXECUTADO. O Embargante aduz, preliminarmente, que a CDA que instruiu a execução fiscal é nula, por deixar de cumprir os requisitos legais expressamente previstos no art. 2º, § 5º, incisos II, III e IV, da LEF, uma vez que, não tendo apontado o termo inicial e a forma de apuração dos encargos financeiros, cerceou a defesa do contribuinte. Acrescenta, ainda, que não foi comprovado o lançamento do tributo, na forma prevista no art. 212 da LM nº 7.056/1977. Em impugnação, o Embargado alega que a CDA é dotada de presunção de liquidez e certeza, nos termos do art. 3º da LEF, e, ainda, que o referido título executivo preenche todos os requisitos legais necessários ao exercício do contraditório por parte do contribuinte. Ademais, aduz que o Embargante apresentou defesa administrativa e tinha ciência da existência da dívida, não havendo que se falar em nulidade do título, nem prejuízo à defesa do executado. O art. 3º da LEF é expresso ao dispor que a dívida ativa regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez, a qual, porém, pode ser ilidida por prova inequívoca. Assim, tendo o Embargante/Executado suscitado a nulidade do título executivo que ensejou a execução, caberia a ele demonstrar, inequivocamente, se tratar de CDA incerta ou ilíquida. Em face das exigências formais do art. 202 do CTN e da cominação de pena de nulidade da inscrição e da CDA, insculpida no art. 203 do mesmo código, a LEF, em seu art. 2º, § 6º, determina que a CDA reproduza todos os elementos obrigatórios da inscrição da dívida, os quais estão arrolados no § 5º do mesmo artigo. Ocorre, porém, que a jurisprudência do STJ se sedimentou no sentido de que os requisitos que a lei impõe à CDA não são um fim em si mesmo, pois têm como real finalidade a identificação da exigência tributária, propiciando a defesa do executado. Nesse sentido: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. CDA. REQUISITOS. VERIFICAÇÃO. SÚMULA 7/STJ.

PARCELAMENTO. DENÚNCIA ESPONTÂNEA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO REPETITIVO. AGRAVO IMPROVIDO. I - A verificação da liquidez e certeza da CDA ou, ainda, da presença dos requisitos essenciais a sua validade, demanda o reexame do conjunto fático-probatório constante dos autos, o que é vedado em sede de recurso especial (Súmula 7/STJ). Ademais, a nulidade da CDA não deve ser declarada à vista de meras irregularidades formais que não têm potencial para causar prejuízos à defesa do executado, visto que é o sistema processual brasileiro informado pelo princípio da instrumentalidade das formas (pas des nullités sans grief). Precedentes: REsp nº 660.623/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, DJ de 16/05/2005; REsp nº 840.353/RS, Rel. Minª ELIANA CALMON, DJe 07/11/2008. [...] (AgRg no AREsp 64.755/MG, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 20/03/2012, DJe 30/03/2012). (Grifo nosso). TRIBUTÁRIO - EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL - ICMS - CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA - REQUISITOS FORMAIS (ARTS. 202 E 203 DO CTN E ART. 2º, § 5º, DA LEF) - OMISSÕES E CONTRADIÇÃO: INEXISTÊNCIA - FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE: SÚMULA 284/STF - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO: SÚMULA 282/STF. [...] 6. Os requisitos formais da CDA visam dotar o devedor dos meios necessários a identificar o débito e, assim, poder impugná-lo. 7. Não se exige cumprimento de formalidade, sem demonstrar o prejuízo que ocorreu pela preterição da forma. Princípio da instrumentalidade dos atos. 8. A omissão na CDA, quanto à indicação da forma de cálculo dos juros de mora, não leva à nulidade do título, se tais informações constam de processo administrativo juntado aos autos da execução, sendo, portanto, do conhecimento do devedor. Além disso, tal informação decorre da legislação pertinente, indicada na CDA. 9. Recurso especial conhecido em parte e, nessa parte, não provido. (STJ. REsp 891.137/RS, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/04/2008, DJe 29/04/2008). (Grifo nosso). Verifica-se, destarte, que as exigências formais da CDA podem ser relativizadas quando o contribuinte, a despeito delas, não sofreu prejuízo e nem foi impossibilitado de identificar o débito. Complementando o tema, anota Humberto Theodoro Júnior: As exigências formais que comprometem a validade da Certidão de Dívida Ativa são aquelas que abrem ensejo a surpresas ou incertezas para o devedor durante o debate processual. Por isso, `se houve erro, que não foi causa de surpresa para o contribuinte nem decorreu de escolha de critério inadequado na valoração dos fatos, o cumprimento daquelas formalidades não se justificam, sendo bastante o simples acolhimento parcial dos embargos com redução do valor exigido" (STJ, 1ª T., REsp 50.675/SP, Rel. Min. Cesar Asfor Rocha, ac. 5-9-1994, DJU 26-9-1994, p. 25.616, RSTJ, 64:301). Uma vez, pois, que os requisitos da CDA têm por finalidade permitir que o devedor identifique o débito para impugná-lo, eventual a omissão do título não será causa de nulidade se puder ser suprida por elementos constantes do processo administrativo. (THEODORO JÚNIOR, Humberto. Lei de execução fiscal. 13ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016). (Grifo nosso). No caso em apreço, o Embargante sustenta na exordial que apresentou defesa administrativa (fl. 04), fato confirmado pelo Embargado em sede de impugnação, podendo-se concluir que tinha ciência do débito pelos elementos constantes no processo administrativo, não se vislumbrando prejuízo ao seu direito de defesa. Com relação à nulidade da CDA, o Embargante afirma que o título executivo não preenche os requisitos previstos nos incisos II, III e IV do § 5º do art. 2º da LEF, destacando, notadamente, a ausência de informação quanto ao termo inicial e a forma de apuração dos encargos financeiros. Analisando-se o título executivo e o auto de infração constantes da execução fiscal, porém, resta evidente que não podem ser acatadas as alegações do Embargante, uma vez que as informações apresentadas pela Fazenda Pública municipal permitem a total compreensão dos débitos fiscais, tanto do principal (ISS/PJ), quanto dos encargos financeiros dele decorrentes (juros de mora, multa de mora e multa penal). Em relação ao inciso "II" (o valor originário da dívida, bem como o termo inicial e a forma de calcular os juros de mora e demais encargos previstos em lei ou contrato), da análise da CDA que originou o feito executório verifica-se que consta o débito originário (R$ 68.444,69) e o valor atualizado da dívida (R$ 73.605,42), com a devida individualização de valores por exercício no Auto de Infração nº 3773-2/01 (fl. 05 dos autos principais), estando registrado, ainda, que os juros de mora serão calculados na forma do art. 161 do CTN (taxa de um por cento ao mês) e que a multa moratória foi aplicada em conformidade com o art. 165 da LM nº 7.056/1977 (32%, em razão do transcurso de mais de 120 dias sem pagamento). Veja-se: Art. 161 (CTN). O crédito não integralmente pago no vencimento é acrescido de juros de mora, seja qual for o motivo determinante da falta, sem prejuízo da imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer medidas de garantia previstas nesta Lei ou em lei tributária. § 1º Se a lei não dispuser de modo diverso, os juros de mora são calculados à taxa de um por cento ao mês. Art. 165 (LM nº 7.056/1977). O crédito tributário, quando não pago nos prazos previstos em lei, ficará acrescido da multa de mora, de acordo com os seguintes percentuais: [...] Acima de 120 (cento e vinte) dias 32% (Trinta e Dois por Cento). Não obstante, quanto à multa penal, está devidamente registrado no Auto de Infração que a aplicação se deu na forma do conforme art. 80, inciso VII, alínea "a", da LM nº 7.056/1977, incidindo a partir do momento em que o contribuinte deixou de efetuar o recolhimento do

imposto, no todo ou em parte. Em relação ao inciso "III" (a origem, a natureza e o fundamento legal ou contratual da dívida), está expressamente consignado na CDA se tratar de dívida de ISS/PJ, decorrente da prestação do serviço previsto no art. 21 da LM nº 7.056/1977, com a explicação detalhada da exação no Auto de Infração. Já em relação ao inciso "IV", tem-se que a CDA também dispõe acerca da atualização monetária da dívida, em conformidade com o art. 3º, § 2º, da LM nº 8.033/2000, ou seja, usando a variação do IPCA-E de outubro do exercício anterior a setembro do exercício em curso, com aplicação a partir de 01 de janeiro do exercício subsequente, calculado especificamente para cada um dos exercícios fiscais englobados pela CDA. Por fim, não se sustenta a alegação de ausência de lançamento tributário, por ausência de fundamentação mínima sobre a matéria. Ora, o ISS é um imposto lançado por homologação, todavia, em caso de ausência de declaração e pagamento pelo contribuinte, caberá ao fisco efetuar a cobrança da dívida, por lançamento de ofício, o que se faz mediante a lavratura de auto de infração, com posterior inscrição em dívida ativa, no caso de não pagamento. Nesse espeque, tendo o Embargado efetuado a autuação do Embargante e, posteriormente, o inscrito em dívida ativa, não há que se falar em inocorrência de lançamento, pois a presunção do art. 3º da LEF é favorável à Fazenda Pública e não ao contribuinte, o qual deveria ter apresentado prova inequívoca acerca de sua alegação e não meramente ter suscitado tal matéria sem nem ao menos apresentar fundamentação para a tese defensiva. In casu, o embargante se limitou a apresentar meras alegações acerca da nulidade da CDA, prevalecendo a presunção de certeza e liquidez do título executivo, conforme entendimento jurisprudencial assim ementado: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. ALEGAÇÃO GENÉRICA DE NULIDADE DA CDA. PRESUNÇÃO DE LIQUIDEZ E CERTEZA PRESERVADA. 1 - Trata-se de agravo de instrumento interposto em face de decisão que rejeitou a Exceção de Pré-Executividade apresentada pela parte executada, afastando as alegações de nulidade do título executivo. 2 - A Certidão de Dívida Ativa goza de presunção relativa de certeza e liquidez, nos termos do art. 204 do CTN e artigo 3º da Lei nº 6.830/80, sendo certo que a referida presunção impõe ao executado o ônus de demonstrar a ilegalidade da cobrança, o que não ocorreu no caso. 3 - A Agravante não apresentou prova inequívoca tendente a afastar a presunção de liquidez e certeza do título, limitando-se a apresentação alegações genéricas quanto à constituição da CDA, por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. O título apresenta todos os encargos que incidiram no cálculo do crédito e suas fundamentações legais, bem como a forma de apuração, não havendo qualquer fundamento para declarar a sua nulidade. 4 - Agravo de instrumento não provido (TRF-2, Agravo de Instrumento AG 00105552520164020000 RJ 0010555-25.2016.4.02.0000, Relator Marcus Abraham, julgado em 22/03/2017) (Grifo nosso). Nessa toada, não se incumbiu o Embargante de demonstrar, por prova inequívoca, que a CDA que ensejou o feito executório está eivada de vício de liquidez e certeza, ao contrário, restou demonstrado que nenhuma das teses sustentadas na inicial merece guarida, razão pela qual é plenamente exigível o título executivo em questão. Preliminar afastada. II. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO. AFASTADA. AJUIZAMENTO DA EXECUÇÃO DENTRO DO PRAZO QUINQUENAL. TERMO INICIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA DO CRÉDITO. Ainda em sede preliminar, suscita o Embargante a prescrição do crédito executado, pois transcorridos mais de cinco anos entre o fato gerador e o ajuizamento do feito executório. Em impugnação o Embargado sustenta que entre a constituição definitiva do crédito e o ajuizamento da execução fiscal não transcorreu o prazo prescricional, pois, em se tratando do ISS, inexistindo pagamento, tem o fisco o prazo previsto no art. 173, inciso I, do CTN, para constituir o crédito, momento a partir do qual se inicia o transcurso do prazo prescricional. Conforme mencionado alhures, o ISS é um imposto lançado, em regra, por homologação, no qual é o próprio contribuinte quem efetua o cálculo e declaração de quanto deve ao fisco, sem exame prévio da autoridade administrativa, cabendo a esta, após a antecipação do pagamento do imposto, conferir se o valor declarado e recolhido foi correto, caso em que efetua a homologação do pagamento, conforme previsto no art. 150 do CTN. Ademais, o § 4º do referido artigo prevê que passados cinco anos, a contar do fato gerador de um tributo por homologação, sem que a Fazenda Pública se pronuncie, tem-se a homologação tácita do tributo, o que, consequentemente, gera a decadência do direito de constituir o crédito tributário. Ocorre, todavia, que se o contribuinte não declara e nem recolhe nenhum valor a título de ISS, caberá ao fisco realizar a apuração do quantum que deveria efetivamente ser pago, lançando de ofício o imposto (Art. 149, inciso II, do CTN), a fim de permitir a cobrança em face do contribuinte. Nessa hipótese, porém, o prazo decadencial para que o Fisco faça o lançamento de ofício se iniciará com base na regra do art. 173, I, do CTN, ou seja, no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Esse é o entendimento consolidado pelo STJ, conforme sedimentado pela Súmula nº 555, a saber: Súmula nº 555 - Quando não houver declaração do débito, o prazo decadencial quinquenal para o Fisco constituir o crédito tributário conta-se exclusivamente na forma do art. 173, I, do CTN, nos casos em que a legislação atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa. (Súmula 555,

PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 09/12/2015, DJe 15/12/2015). Sobre o tema, anota Leandro Paulsen: No caso dos tributos sujeitos a lançamento por homologação, podem ocorrer duas hipóteses quanto à contagem do prazo decadencial do Fisco para a constituição de crédito tributário: 1) quando o contribuinte efetua o pagamento no vencimento, o prazo para o lançamento de ofício de eventual diferença a maior, ainda devida, é de cinco anos contados da ocorrência do fato gerador, forte no art. 150, § 4º, do CTN; 2) quando o contribuinte não efetua o pagamento no vencimento, o prazo para o lançamento de ofício é de cinco anos contado do primeiro dia do exercício seguinte ao de ocorrência do fato gerador, o que decorre da aplicação, ao caso, do art. 173, I, do CTN. Importante é considerar que, conforme o caso, será aplicável um ou outro prazo; jamais os dois sucessivamente, pois são excludente um do outro. Ou é o caso de aplicação da regra especial ou da regra geral, jamais aplicando-se as duas no mesmo caso." (PAULSEN, Leandro. Direito Tributário: Constituição e Código Tributário à luz da doutrina e da jurisprudência, 9ª ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007, p. 1109). (Grifo nosso). In casu, da leitura do Auto de Infração nº 3773-2/01 (fl. 05 dos autos principais) verifica-se que a execução fiscal embargada se dá exatamente sobre valores de ISS não declarados pelo ora Embargante, o qual "deixou de efetuar o recolhimento do Imposto sobre Serviços", ensejando, com isso, o lançamento de ofício pelo fisco municipal, contando-se o prazo decadencial na forma do art. 173, I, do CTN, o qual estatui que o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. Explicando o instituto, anota Ricardo Alexandre: Imagine-se que determinado tributo sujeito a lançamento de ofício teve fato gerador em 1.0 de janeiro de 2007. Teoricamente, já no dia 2 de janeiro do mesmo ano seria possível à autoridade fiscal competente efetuar o lançamento. Como a providência já seria possível em 2007, o direito de a Fazenda Pública tomá-la extingue-se após cinco anos, contados a partir de 1.0 de janeiro de 2008. Por conseguinte, a decadência estará consumada em 1.0 de janeiro de 2013, de forma que o lançamento somente poderia ser realizado até 31 de dezembro de 2012. (ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário. 11. Ed. Salvador: Juspodivm. 2017. P. 537). Verifica-se, desta forma, que o prazo decadencial para a constituição do crédito referente à competência mais antiga cobrada (janeiro de 1996) se iniciou tão somente em janeiro de 1997, de modo que quando da autuação do contribuinte, em novembro de 2001, não havia transcorrido o prazo decadencial. No mais, é cediço que a Fazenda Pública tem o prazo de cinco anos para cobrar seus créditos tributários, contados da data de sua constituição definitiva, ocorrendo a prescrição quando a pretensão jurídica não se exercita no prazo quinquenal, em razão da inércia do titular, conforme se denota do art. 174 do CTN. Não obstante, o termo inicial da prescrição referente aos créditos ora executados não é a data do fato gerador do ISS, conforme alegado na inicial, mas sim a data de notificação do contribuinte acerca do auto de infração ou, havendo impugnação, da decisão definitiva do processo administrativo. Nesse sentido a jurisprudência pátria: TRIBUTÁRIO. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 489, §1°, III, DO CPC/2015. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 151, III, E 174 DO CTN. CRÉDITO TRIBUTÁRIO. CONSTITUIÇÃO DEFINITIVA. NOTIFICAÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO. TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL. ENTENDIMENTO DESTA CORTE. [...] VI - Em relação à violação dos arts. 151, III e 174 do CTN, o Tribunal de origem, ao decidir a controvérsia, assim se posicionou: "É que não havendo impugnação do auto de infração, a constituição definitiva dos créditos tributários pelo lançamento se dá na data da sua lavratura. Ressalte-se que, em decorrência da não impugnação do crédito em sítio de processo administrativo, ocorre preclusão decorrente da inércia do contribuinte, o que indica a pacificidade do crédito, tornando-o, portanto, definitivo. Esse, aliás, é o entendimento da doutrina: 'Não apresentada impugnação tempestivamente, preclui o direito do contribuinte de se opor administrativamente contra exigência tributária. Com isso, considera-se o crédito tributário definitivamente constituído. Passa a correr, então, o prazo prescricional qüinqüenal, nos termos do art. 174 do CTN. Nesse prazo, o Fisco deve proceder à cobrança do crédito, seja amigavelmente através de Aviso de Cobrança, seja judicialmente mediante inscrição em dívida ativa e subsequente ajuizamento de execução judicial pelo rito da Lei 6.830/80." (In Curso de Direito Tributário Completo, Leandro Paulsen, Livraria do Advogado, 4a ed., pp. 329/330)'. VII - Verifica-se que, embora a tese defendida pelo recorrente seja no sentido de que o início do prazo prescricional ocorra quando houver notificação do contribuinte da decisão que revisou ex officio o lançamento, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que, quando não couber recurso administrativo ou houver esgotado o prazo para a sua interposição, o termo inicial do prazo prescricional é a data da constituição definitiva do crédito tributário, que se dá com a notificação do auto de infração. Nesse sentido: AgRg no AREsp 788.656/RO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 02/02/2016, DJe 20/05/2016; AgInt no AgInt no AREsp 372.016/RO, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 14/02/2017, DJe 21/02/2017. VIII - Agravo interno improvido. (AgInt no REsp 1647866/RO, Rel.

Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/09/2018, DJe 12/09/2018) TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. PRESCRIÇÃO DO CRÉDITO. AUTO DE INFRAÇÃO. TERMO INICIAL. NOTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE. LEI COMPLEMENTAR Nº 118/2005. CITAÇÃO. 1. No que se refere aos tributos sujeitos ao lançamento de ofício dos valores não declarados, os créditos tributários são constituídos mediante auto de infração. 2. A teor do disposto no 174 do Código Tributário Nacional (a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em 5 anos, contados da data da sua constituição definitiva), considerando-se constituídos os créditos tributários, nessa hipótese, com a notificação do contribuinte, marco inicial do prazo prescricional, e havendo impugnação, de decisão definitiva do processo administrativo. 3. Nas demandas ajuizadas após a vigência da LC nº 118/2005, aplica-se a regra do art. 174, parágrafo único, I, do CTN, em sua nova redação, considerando-se interrompida a prescrição com o despacho que ordena a citação do executado. (TRF-4 - AC: 50454367420124047000 PR 5045436-74.2012.404.7000, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 16/09/2015, PRIMEIRA TURMA). Ocorre, porém, que o Auto de Infração nº 3773-2/01 foi lavrado em 30 de novembro de 2001, ou seja, independente da data em que o contribuinte foi efetivamente notificado do lançamento, é certo que não transcorreram mais de cinco anos até o ajuizamento do feito executório, ocorrido em 25 de março de 2004, razão pela qual não há prescrição do crédito executado. Preliminar afastada. III. INCIDÊNCIA DO ISS NAS RUBRICAS ESPECIFICADAS NO TÍTULO EXECUTADO. TAXATIVIDADE DA LISTA DE SERVIÇOS TRIBUTÁVEIS POR ISS. POSSIBILIDADE DE INTERPETAÇÃO EXTENSIVA PARA SERVIÇOS CONGÊNERES. RESP Nº 1.111.234/PR E SÚMULA 424/STJ. SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. EXAÇÃO DEVIDA. Em razões de mérito, alega o Embargante que a tributação municipal sobre serviços de qualquer natureza é restrita aos serviços expressamente previstos em Lei Complementar e que, à época do fato gerador do imposto executado, vigorava a LC nº 56/1987, a qual agrupava os serviços bancários nos itens 95 e 96. Sustenta, porém, que as rubricas contábeis executadas se referem a planos de previdência e correlatos, serviços que não estão listados na norma indicada. No mais, acrescenta ser incabível a interpretação extensiva da lista de serviços, pois tal medida implicaria na criação de fato gerador não previsto em lei. Em impugnação o Embargado aduz que a interpretação da lista de serviços tributáveis pelo ISS deve ser flexível na sua horizontalidade, notadamente porque as operações bancárias são dinâmicas, de sorte que existem várias denominações diferentes para os serviços enquadrados na lista legal, importando, em verdade, investigar a natureza real do serviço. É cediço que o Código Tributário Nacional dispõe, em seu art. 108, § 1º, que não se pode utilizar de analogia para a exigência de tributo não previsto em lei, assim, a lista de serviços constantes no DL nº 406/68, com redação dada pela LC nº 56/1987, repetida na LM nº 7.056/77, com redação dada pela LM nº 7.438/88, vigente à época do fato gerador do imposto ora executado, de fato possui rol taxativo, não podendo ser utilizada analogia para a cobrança de ISS de serviços ali não listados. Ocorre, todavia, que apesar de reconhecida a taxatividade da lista, não sendo cabível a analogia para fins de permitir a tributação de serviços nela não encartados, entende-se possível a interpretação extensiva dos serviços listados, de modo a englobar atividades que não estão expressamente previstas, mas são a elas correlatas. Nesse sentido, anota Kiyosi Harada: Desde o início, formaram-se duas correntes doutrinárias: a da taxatividade da lista e a da exemplificatividade da lista, envolvendo opiniões de respeitáveis juristas tanto d"uma como d"outra corrente. A primeira corrente, sustentada por Ruy Barbosa Nogueira e a maioria dos tributaristas, advoga a tese da vedação do emprego da analogia no campo do direito material, que ocorreria se a lista não fosse taxativa. A segunda corrente, sustentada por Geraldo Ataliba e José Souto Maior Borges, dentre outros, fulcra a sua tese na impossibilidade de a legislação infraconstitucional limitar a competência tributária que a Constituição outorgou aos Municípios. Só na área de possíveis conflitos é que deveria prevalecer a lista de serviços. No nosso entendimento, o art. 12 do DL no 406/68 deve ser observado pelos Municípios, à medida que dirime conflitos intermunicipais ao prescrever, como regra geral, que "o local da prestação de serviço é o do estabelecimento prestador ou, na sua falta, o domicílio do prestador, e no caso de construção civil, o local onde se efetuar a prestação". O Supremo Tribunal Federal inclinou-se para a tese da taxatividade da lista, mitigada, posteriormente, pelo entendimento de que a `sua taxatividade não exclui a interpretação de que cada um de seus itens alcance maior ou menor compreensão, atingindo serviços que, se não individualizados, devam considerar-se abrangidos". Tudo indica que aquela alta Corte de Justiça do País refletiu o pensamento do saudoso Ministro Aliomar Baleeiro, manifestado em determinado momento, segundo o qual `a lista é taxativa comportando, porém, cada item uma interpretação ampla e analógica". (HARADA, Kiyoshi. Direito financeiro e tributário. 26ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2017). (Grifo nosso). Importante não confundir analogia com interpretação analógica, pois aquela é forma de integração do direito, prevendo a aplicação de determinada norma em caso semelhante, para o qual as leis existentes são omissas, sendo expressamente proibida para fins de cobrança de tributo não previsto em lei, enquanto

esta, por sua vez, busca ampliar o sentido do texto para abranger hipóteses semelhantes almejando alcançar a ratio legis. Assim, tem-se que a lista trazida pelo DL nº 406/1968 c/c LC nº 56/1987, reproduzida na LM nº 7.056/1977, com redação dada pela LM nº 7.438/1988, apesar de taxativa, deve ser interpretada extensivamente, de modo a abarcar serviços que, apesar de não estarem expressamente descritos, possam ser nela enquadrados por interpretação do sentido veraz da norma. No caso específico dos serviços bancários, a Primeira Seção do STJ, ao julgar o REsp nº 1.111.234/PR, sob a sistemática dos Recursos Repetitivos (Tema 132), firmou a tese de ser legítima a incidência de ISS sobre os serviços bancários congêneres da Lista de Serviços Anexa ao DL nº 406/68 e à LC nº 56/87 (atualmente Lista Anexa à LC 116/03), o que, posteriormente, foi sumulado pela mesma Corte (Súmula 424). Veja-se: TRIBUTÁRIO. SERVIÇOS BANCÁRIOS. ISS. LISTA DE SERVIÇOS. TAXATIVIDADE. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. 1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que é taxativa a Lista de Serviços anexa ao Decreto-lei 406/68, para efeito de incidência de ISS, admitindo-se, aos já existentes apresentados com outra nomenclatura, o emprego da interpretação extensiva para serviços congêneres. 2. Recurso especial não provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08. (REsp 1111234/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/09/2009, DJe 08/10/2009). (Grifo nosso). Súmula 424 - É legítima a incidência de ISS sobre os serviços bancários congêneres da lista anexa ao DL n. 406/1968 e à LC n. 56/1987. (Súmula 424, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/03/2010, DJe 13/05/2010). Tal precedente, ressalte-se, norteou diversos julgados atuais da primeira e segunda turmas do próprio STJ, a saber: AREsp 669.755/RJ, AgInt do AREsp 672.623/RJ, AgInt nos EDcl no AREsp 163.723/SP, AgInt no AgInt no AREsp 1.178.965/SP, AgInt no AREsp 1.241.661/SP, entre outros. Nesse espeque, resta evidente que a lista de serviços que enseja a cobrança do ISS pode ser analisada e interpretada de forma extensiva, abarcando não só os serviços ali expressamente elencados, mas também aqueles congêneres. Feitas as digressões doutrinárias e jurisprudenciais sobre o tema, passa-se a análise do caso concreto. Cumpre ressaltar que, de acordo com o livre convencimento motivado, o julgador tem liberdade para apreciar o acervo fático-probatório, valorando as provas coligidas aos autos, porquanto no nosso sistema processual é o destinatário da prova, estando autorizado para tanto por força do disposto no art. 371 do CPC/15 (art. 131 do CPC/73). In casu, alega o Embargante que a norma regente da matéria à época do fato gerador era a LC nº 56/1987, a qual, em seus arts. 95 e 96, trazia o rol de serviços bancários tributáveis pelo ISS. Veja-se: 95. Cobranças e recebimentos por conta de terceiros, inclusive direitos autorais, protestos de títulos, sustação de protestos, devolução de títulos não pagos, manutenção de títulos vencidos, fornecimentos de posição de cobrança ou recebimento e outros serviços correlatos da cobrança ou recebimento (este item abrange também os serviços prestados por instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central); 96. Instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central: fornecimento de talão de cheques; emissão de cheques administrativos; transferência de fundos; devolução de cheques; sustação de pagamento de cheques; ordens de pagamento e de crédito, por qualquer meio; emissão e renovação de cartões magnéticos; consultas em terminais eletrônicos; pagamentos por conta de terceiros, inclusive os feitos fora do estabelecimento; elaboração de ficha cadastral; aluguel de cofres; fornecimento de segunda via de avisos de lançamento de extrato de contas; emissão de carnês (neste item não está abrangido o ressarcimento, a instituições financeiras, de gastos com portes do Correio, telegramas, telex e teleprocessamento, necessários à prestação dos serviços); Consigne-se que tal rol foi repetido pelo legislador municipal, também sob os itens 95 e 96, na LM nº 7.438/1988, que alterou a LM nº 7.056/1977, de modo que o Embargado possuía a competência para a realização da cobrança de ISS sobre serviços bancários quando do fato gerador do imposto. Sustenta o Embargante, tanto na inicial quanto na réplica, que os serviços encartados no AINF nº 3773-2/01 - a saber, "CREGE, Cheque - ouro empresarial", "CREGE, Cheque Ouro - Pub. Em geral", "CREGE - Títulos descontados", "CREGE, Outros", "CREGE, cheque especial classic - público em geral", "Outros", "Op. CDC, abertura de Crédito" e "Exame de pedidos de exclusão CCF" - não constam dos serviços listados nos itens 95 e 96 da legislação retromencionada, uma vez que se tratam de serviços com planos de previdência e correlatos. Ocorre, porém, que ao contrário do alegado pelo Embargante, da análise das rubricas indicadas no AINF nº 3773-2/01, pode se inferir que se tratam de serviços congêneres àqueles listados no item 96 da LC nº 56/1987, admitindo o emprego da interpretação extensiva e analógica para fins de incidência de ISS, consoante o entendimento do Colendo STJ (Tema 132 - REsp nº 1.111.234/PR e Súmula 424/STJ), uma vez que a movimentação de cheques e abertura de crédito são serviços sabidamente praticados pelas instituições financeiras e estão relacionados à atividade tipicamente bancária do Embargante, apesar de a nomenclatura utilizada não ser idêntica àquela constante na norma legal, devendo prevalecer o real caráter dos serviços efetivamente prestados. Não obstante, ainda que se interpretem as rubricas como serviços de plano de previdência e correlatos, conforme expressamente consignado pelo próprio

embargante na inicial e réplica, verifica-se que o item 45, do art. 21, da LM nº 7.056/1977 c/c a LM nº 7.438/1988, arrola como tributável pelo ISS o seguinte serviço: "45 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguro e de planos de previdência privada". Veja-se que a LC nº 56/1987, no item 45 da lista, trazia como tributável o mesmo serviço, de modo que a própria legislação invocada pelo Embargante englobava o serviço de previdência prestado, bem como seus correlatos. Importante consignar que, consistindo a hipótese de incidência do ISS na prática de um serviço tributável, constante de uma lista pré-estabelecida pelo legislador municipal, tem-se que o fato gerador do imposto é, efetivamente, a prestação de algum dos serviços elencados na referida lista, isso porque, deve prevalecer o real caráter dos serviços efetivamente prestados e não a nomenclatura utilizada pelas empresas financeiras, sendo inadmissível transferir aos bancos a definição do campo de incidência do Imposto Sobre Serviços. Por isso mesmo, todos os serviços prestados pelas empresas financeiras que se encontram descritos na lista de serviços anexa à Lei Complementar nº 116/2003 (antes na lista anexa ao Decreto-lei nº 406/68), seja nos itens 95 e 96, seja no item 45, estão dentro do campo de incidência do Imposto Sobre Serviços. Nesse diapasão, não há que se falar em impossibilidade de incidência do ISS sobre as rubricas especificadas no título executado, bem como em descumprimento do princípio da legalidade tributária pelo Embargado, de modo que é plenamente exigível o crédito tributário objeto da execução impugnada. IV. PARTE DIPOSITIVA. ANTE O EXPOSTO, considerando as razões expendidas, JULGO IMPROCEDENTES os pleitos do Embargante, e, em consequência, julgo extinto o processo, com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Deixo de determinar o reexame necessário por inocorrência das hipóteses previstas no art. 496, incisos I e II, do CPC. Condeno o Embargante ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios em favor do Embargado, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, tendo em vista a ausência de condenação ou de proveito econômico, nos termos do art. 85, § 2º, § 3º, inciso I, § 4º, inciso III, do CPC. Após o trânsito em julgado, proceda a Secretaria o traslado de cópia da presente sentença aos autos da Execução Fiscal nº 0005079-42.2004.8.14.0301, com posterior desapensamento e arquivamento dos embargos, certificando-se no processo executivo fiscal e dando-se baixa no Sistema Libra. Custas ex-lege. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de Junho de 2019. Dra. Kédima Pacífico Lyra Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Fiscal PROCESSO: 00731402220138140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019 EXEQUENTE:MUNICÍPIO DE BELÉM FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:VANDERLEI DE CASTRO RODRIGUES Representante(s): OAB 11229 - EUDE LUIZ FERREIRA SOBRINHO (ADVOGADO) . CERTIDÃO Certifico que embora intimado, o executado deixou transcorrer o prazo IN ALBIS nos presentes autos. O referido é verdade e dou fé. Belém/PA, 25 de junho de 2019. HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Analista Judiciário (Mat. 173339) PROCESSO: 00159748920098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910411723 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019 EMBARGANTE:MISIA MACHADO FONSECA Representante(s): ORLANDO ANTONIO MACHADO FONSECA (ADVOGADO) EMBARGADO:FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL - PMB. ATO ORDINATÓRIO/INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, §2º, XX, do Provimento n. 006/2006-CJRMB, INTIMO o Município de Belém sobre a sentença proferida nos autos, bem como para apresentar CONTRARRAZÕES ao recurso de apelação. Belém/PA, 26 de junho de 2019. HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Analista Judiciário (Mat. 173339) Secretaria da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém PROCESSO: 00173265420158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROGÉRIO RONALDO ALMEIDA LIMA Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 EMBARGANTE:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): OAB 11185 - CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO (PROCURADOR(A)) EMBARGADO:KNG PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS S/C LTDA Representante(s): OAB 3451 - JOSE RAIMUNDO FARIAS CANTO (ADVOGADO) OAB 17305 - FELIPE RADAMES SOUSA DA COSTA (ADVOGADO) ENVOLVIDO:JOSE RAIMUNDO CANTO ADVOGADOS ASSOCIADOS Representante(s): OAB 13726 - CINTHIA MERLO TAKEMURA (ADVOGADO) OAB 21377 - CAMILA DE PAULA RANGEL CANTO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do art. 1º, §3º, do Provimento n. 006/2006-CJRMB, e visando a expedição de RPV, fica o EXEQUENTE intimado, por intermédio de seu patrono constituído, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, providencie o recolhimento das custas intermediárias, informando, em seguida, o nome e cpf do beneficiário, bem como os seus dados bancários. Belém/PA, 26 de junho de 2019. ROGÉRIO RONALDO ALMEIDA LIMA Diretor de Secretaria (Mat. 81124) Secretaria da 1ª Vara de Execução Fiscal da Comarca de Belém/PA PROCESSO: 00187774220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910410080 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELA MARTINS PRAZERES

Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019 EXECUTADO:FERNANDO ANTONIO DE L BARROS EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): EVANDRO ANTUNES COSTA (ADVOGADO) INTERESSADO:ANTONIO BOMFIM DE MACEDO BARRETO DA ROCHA Representante(s): OAB 10991 - CARLOS ALBERTO NUNES ZACCA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do art. 1º, §2, inciso XXII, do Provimento n. 006/2006-CJRMB, ficam as partes intimadas para, em 15 (quinze) dias, procederem aos requerimentos pertinentes, considerando que os autos retornaram da instância superior após julgamento de recurso. Belém/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELA MARTINS PRAZERES Analista Judiciário (Mat. 121185) Secretaria da 1ª Vara de Execução Fiscal da Comarca de Belém/PA PROCESSO: 00341761520028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210405996 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019 AUTOR:P M B Representante(s): RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (ADVOGADO) ADVOGADO:JOBER NUNES DE FREITAS REU:EMP. IMOB. GRISOLIA LTDA. Representante(s): MARCIA ANDREA CELSO DA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO/INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, §2º, XX, do Provimento n. 006/2006-CJRMB, INTIMO o Município de Belém para no prazo de 15 (quinze) dias, dar cumprimento ao despacho de fls. 30. Belém/PA, 26 de junho de 2019. HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Analista Judiciário (Mat. 173339) Secretaria da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém PROCESSO: 00015309120028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210017610 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELDER AUGUSTO MARTINS VALENTE Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXCIPIENTE:ROSELENE CAMPOS DE ALMEIDA Representante(s): BRUNO YOHEIJI KONO RAMOS (ADVOGADO) AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM ADVOGADO:LIVIO PONTES REU:RAIMUNDO N DE OLIVEIRA EXCIPIENTE:SAUL CAMPOS BERARDO Representante(s): ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES (ADVOGADO) EXCIPIENTE:LUDMILLA CAMPOS BERARDO Representante(s): OAB 14931 - MARCELO ROMEU DE MORAES DANTAS (ADVOGADO) ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES (ADVOGADO) RODRIGO OLIVEIRA BEZERRA (ADVOGADO) EXCIPIENTE:SAMIR CAMPOS BERARDO Representante(s): ISMAEL ANTONIO COELHO DE MORAES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO/INTIMAÇÃO Considerando que desde o retorno dos autos da instância superior o Município de Belém não teve vistas dos autos, bem como a necessidade de ciência pessoal da decisão de fls. 129/130, nos termos do art. 1º, §2º, XX, do Provimento n. 006/2006-CJRMB, INTIMO o Município de Belém para no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que for de direito. Belém/PA, 27 de junho de 2019. Helder Augusto Martins Valente Analista Judiciário (Mat. 173339) Secretaria da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém PROCESSO: 00311426120078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710971513 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELA MARTINS PRAZERES Ação: Embargos à Execução Fiscal em: 27/06/2019 EMBARGADO:MUNICIPIO DE BELEM EMBARGANTE:COIMBRA - CONSTRUTORA E INCORPORADORA SAO BRAZ LTDA E OUTROS Representante(s): OAB 10188 - ADALBERTO SILVA (ADVOGADO) OAB 25023 - JUSCELINO GOUVEIA FURTADO BELÉM SEGUNDO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do §3º, art. 1º, do Provimento n. 006/2006-CJRMB c/c o item 8.10.2, letra `f", do Manual de Rotinas Cíveis do TJEPA - 2016 (atualizado), Art. 1.010, §1º, do NCPC e Art. 2º, da Ordem de Serviço nº 002/2018, fica o(a) RECORRIDO(A), por intermédio de seu representante legal e/ou advogado habilitado, devidamente INTIMADO(A) para que, no prazo legal apresente, querendo, CONTRARRAZÕES ao recurso de apelação manejado pelo(a) RECORRENTE. Belém/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELA MARTINS PRAZERES Analista Judiciário (Mat. 121185) Secretaria da 1ª Vara de Execução Fiscal de Belém/PA

Número do processo: 0808242-54.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: CARIMI HABER CEZARINO CANUTOOAB: 2038PA Participação: RÉU Nome: MUNICIPIO DE BELEMPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª Vara de Execução FiscalComarca de Belém Processo nº 0808242-54.2019.8.14.0301 Vistos, etc.OSINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS PARTICULARES DE ENSINO DO ESTADO DO PARÁajuizou a presenteAÇÃO ANULATÓRIA DE DEBITO FISCAL C/C COM TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIAem face doMUNICÍPIO DE BELÉM,visando a anulação do crédito de IPTU do imóvel localizado na Tr. Dom Romualdo de Seixas, nº 1618, nesta cidade, referente ao exercício de 2015, bem como para impedir a cobrança do imposto referente ao exercício de 2019, sob a alegação de gozar da isenção tributária prevista no art. 1º, inciso III, alínea ?d?, da Lei Municipal nº 7.933/1998.Em sede de tutela de urgência, requer a suspensão da exigibilidade do crédito de IPTU referente ao exercício de 2015, para retirada do

protesto efetuado junto ao 3º Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos de Belém, além da abstenção da cobrança pelo Réu dos valores relativos ao exercício de 2019 e seguintes, pugnando, no mérito, pela anulação do débito fiscal.Em despacho exarado nos autos (id:10895022) o juízo determinou a emenda a inicial, visando a juntada do requerimento administrativo de isenção e decisão concessiva do benefício fiscal.Em cumprimento a determinação judicial o autor apresentou a seguinte documentação: (i) comprovante de protocolo administrativo nº 003339/2019, classificado como ?imunidade de IPTU?, datado de 08/02/2019; (ii) cópia do Parecer nº 1123/2019-NSAJ/SEFIN referente ao processo nº 003339/2019, opinando pelo indeferimento do pedido; (iii) informação da tramitação do processo nº 2019/067/003337 e comprovante de protocolamento do mesmo, com assunto ?remissão de IPTU + TAXAS?, em 08/02/2019, escrito à caneta ?2015, 2016 e 2017?; (iv) informação da tramitação do processo nº 2019/109/003338 e comprovante de protocolamento do mesmo, com assunto ?débitos pendentes IPTU e/ou taxas?, em 08/02/2019, escrito à caneta ?94, 2001 e 2002?.A Secretaria certificou a tempestividade da emenda apresentada, vindoos autos conclusos para apreciação do pedido de tutela provisória.É o sucinto relatório.DECIDO.O cerne da presente ação diz respeito a isenção prevista no art. 1º, inciso III, alínea ?d?, da LM nº 7.933/1998 c/c art. 176 do CTN, alegando o autor ser entidade sindical e proprietário do imóvel localizado na Travessa Dom Romualdo de Seixas, nº 1618, bairro Umarizal, utilizado exclusivamente como sua sede.O autor se insurge contra o protesto da CDA nº 391.218/2019, referente a cobrança do IPTU/2015 e a cobrança do IPTU/2019, tendo requerido, em sede de tutela,a suspensão da exigibilidade do crédito de IPTU referente ao exercício de 2015, com a retirada do protesto efetuado junto ao 3º Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos de Belém, além da abstenção de cobrança pelo Réu do valor relativo ao exercício de 2019 e seguintes, por entender que tem direito a isenção tributária.É cediço quepara a concessão da Tutela de Urgência, insculpida no art. 300 do CPC, é necessária a demonstração de dois requisitos cumulativos, a saber: (1) existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito; e (2) perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo, podendo ser concedida, conforme pretendeoAutor, em caráter liminar, na forma do art. 300, § 2º, do CPC.Registre-se, por oportuno, que a decisão que defere, ou não, a tutela, se dácom base em cognição sumária do juízo, que deve apreciar os autos tão somente com os elementos iniciais de convicção. Sobre o tema, anota Daniel Amorim Assumpção Neves:?A concessão da tutela provisória é fundada em juízo de probabilidade, ou seja, não há certeza da existência do direito da parte, mas uma aparência de que esse direito exista. É consequência natural da cognição sumária realizada pelo juiz na concessão dessa espécie de tutela?. (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 10ª Ed. Salvador: Ed. JusPodivum, 2018. Pg. 483). Com relação ao requisito daprobabilidade do direitoinvocado na exordial, é cediço que se tratadeisenção condicionada a comprovação do preenchimento de requisitos para sua concessão,mediante requerimento do interessado,nos termos do art. 1º, § 1º, da LM nº 7.933/1998 c/c art. 179 do CTN.No entanto, até o presente momento, foram anexados três protocolos administrativos à SEFIN, a saber: (i)IMUNIDADE DE IPTU(Processo nº 003339/2019), acompanhado do parecer do NSAJ; (ii)REMISSÃO DE IPTU + TAXAS(Processo nº 003337/2019); e (iii)DÉBITOS PENDENTES IPTU E/OU TAXAS(Processo nº 003338/2019).In casu,o autor destaca ser indevida a cobrança do IPTU dos anos de 2015 e 2019, pois teria direito à isenção tributária.Importante consignar que, em que pese o requerimento administrativo nº 003339/2019 haver sido protocolado como Imunidade de IPTU, o parecer jurídico emitido pelo NSAJ tratou da questão comoisenção do IPTU/2019, opinando pelo indeferimento do pedido, por descumprimento das exigências previstas no art. 254, § 1º, da LM 7.056/77.Relativamente aos demais pedidos administrativos, identificados como Remissão de IPTU+TAXAS e Débitos Pendentes de IPTU e/ou TAXAS, verifica-se que foram realizadas anotações à caneta com referência aos anos de?2015, 2016 e 2017?, e,?94, 2001 e 2002?,respectivamente.Nesse espeque, constata-se nesse limiar que: (a) o pedido de isenção realizado se refere exclusivamente ao exercício de 2019, sem decisão definitiva do Município; (b) as documentações trazidas pelo autor conduzem ao entendimento que foi requerido remissão do exercício de 2015, sem decisão definitiva por parte do Réu; (c) existem outros débitos de IPTU além daqueles informados pelo autor na inicial.Assim,no que concerne ao exercício de 2015, não restou demonstrada a verossimilhança do direito alegado, tendo em vista que o autor não comprovou que tenha promovido o requerimento da isenção de IPTU referente a tal exercício, nos termos do art. 1º, § 1º, da LM nº 7.933/1998 c/c art. 179 do CTN.Quanto ao exercício de 2019, mesmo existindo o requerimento, o próprio autor informa que ainda não houve decisão definitiva por parte do Fisco, inexistindo, portanto, pretensão resistida. Ademais, por ser tratar do exercício fiscal do ano corrente, não restou demonstrado, em análise inicial, qualquer óbice para a cobrança de exercício ainda não beneficiado pela isenção.No mais, pela leitura do parecer jurídico referente ao pedido de isenção de IPTU/2019, verifica-se que: (i) o §1º do art. 254 da LM nº 7.056/1977 (Código Tributário e de Rendas do Município de Belém ? CRTMB) exige para a concessão de isenção que o contribuinte não esteja em débito com a Fazenda Municipal; (ii)

o autor possui diversos débitos de IPTU, quais sejam 1994, 1996 a 1999, 2001, 2002, 2015 a 2017; (iii) o exercício de 2018 foi pago pelo autor; (iv) não existe informações sobre isenção anterior.Nesse espeque,é cediço que a probabilidade do direito (fumus boni iuris)é o direito plausível que, em um juízo sumário e superficial, conduza a uma opinião de credibilidade, tratando-se da probabilidade lógica, aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, firmando o convencimento judicial da probabilidade do direito e verossimilhança da alegação para fins de concessão da tutela provisória.Nesse sentido:?Não se pode, bem se vê, tutelar qualquer interesse, mas tão somente aqueles que, pela aparência, se mostram plausíveis de tutela no processo. Assim, se da própria narração do requerente da tutela de urgência, ou da flagrante deficiência do título jurídico em que se apoia sua pretensão de mérito, conclui-se que não há possibilidade de êxito para ele na composição definitiva da lide, caso não é de lhe outorgar a proteção de urgência?. (Theodoro Júnior, Humberto. Curso de Direito Processual Civil ? vol I, 2016).Portanto, mediante análise da documentação trazida na peça vestibular,entende este Juízo que, ao menos em sede de cognição sumária, para fins de apreciação da tutela provisória, não estão presentes os pressupostos autorizadores para concessão da medida.No mais, considerando a exigência legal do preenchimento cumulativo dos dois requisitos para a concessão da tutela, deixa-se de apreciar a fundamentação tocante ao pretenso risco de dano, uma vez que não possui o condão de infirmar a conclusão adotada pelo juízo, na forma do art. 489, §1º, inciso IV, do CPC.ANTE O EXPOSTO, como os pressupostos autorizadores para concessão da tutela de urgência não restaram comprovados pela existência de elementos que evidenciem a probabilidade do direito (fumus boni juris),INDEFIROo requerimento de tutela provisória de urgência pretendida na inicial, em atenção ao princípio da segurança jurídica e com supedâneo no art. 300 do Código de Processo Civil.Sendo o crédito tributário caracterizado como direito indisponível, não se aplica a autocomposição (CC, art. 841), razão pela qual fica dispensada a realização de audiência de conciliação, nos termos do art. 334, § 4º, inciso II, do CPC.Destarte, impulsionando o andamento do processo,cite-se o MUNICÍPIO DE BELÉM, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar a ação, no prazo legal (CPC, arts. 335 c/c 183).Independentemente do cumprimento da determinação acima,certifique aSecretariaacerca da existência de ação de execução fiscal ajuizada em nome do Autor e referente ao imóvel indicado na inicial, especificando o tributo e os exercícios executados.Int. e Dil.Belém/PA, 27 de junho de 2019. Dra. Kédima Pacífico Lyra Juíza de Direito da 1ª Vara de Execução Fiscal

SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA CAPITAL

RESENHA: 26/06/2019 A 26/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM - VARA: 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM

PROCESSO: 00023816220158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE AUGUSTO PAZ VENTURA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00023876920158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE CARVALHO RENTEIRO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00023893920158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE MARIA ALVES DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00024275120158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ROSA CARVALHO DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00026746620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 5634 - EDILENE BRITO RODRIGUES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:DAVID MARQUES DE OLIVEIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00026798820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A))

EXECUTADO:DEUZARINA SERRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 8 1 5 8 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:DICKSON ASSUNCAO DE SOUZA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 8 3 2 8 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:DINISIO SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 8 9 3 5 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ECCIR. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 9 3 7 2 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:EDIMILSON DE SOUZA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 9 4 5 7 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:EDSON ANTONIO ALEIXO FERREIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 0 2 7 4 1 3 1 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FRANCISCA CESAR SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à

tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00027448320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FRANCISCO DA S. VIANA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00027482320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FRANCISCO SALES SOARES NEVES DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00027517520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FUAD ELSOUKT FILHO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00027534520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 5634 - EDILENE BRITO RODRIGUES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:GENTIL ESTRELLA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00027551520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:GILBERTO JULIO ROCHA SOARES VASCO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00027586720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:GLORIETE MEDEIROS LOPES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00027620720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:GUILHERMINA S BARBOSA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00027907220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JDS JEFFERSON DUARTE DOS SANTOS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00027915720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO ALVES DA NOBREGA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00027932720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO BATISTA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00027984920148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO BOSCO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00029344620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA DE NAZARE M VIANA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00029405320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução

Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 5634 - EDILENE BRITO RODRIGUES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA H MARREIROS TAVARES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 0 2 9 4 2 2 3 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA JOSE CASTRO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 0 2 9 4 4 9 0 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA LISBOA RAIOL. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 0 2 9 4 8 3 0 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA MARGARIDA QUADROS RISUENHO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 0 2 9 5 2 6 7 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA RAIMUNDA D DE ASSIS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 0 2 9 5 6 0 7 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA VAILDES ALZIRA BATISTA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 0 2 9 5 8 7 4 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A))

EXECUTADO:MARILENA F HIROCHYTA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00029621420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIO DOMINGOS GRISOLIA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00029665120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MERCADINHO RUBILOTA LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00029708820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MILTON J L MIRANDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00029742820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 5634 - EDILENE BRITO RODRIGUES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:NATALICE DA COSTA BORGES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00099241920158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIO JORGE VASCONCELOS CONCEICAO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00099822220158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:OLINTO ALFREDO CEI. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo

de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00245772620158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:DOMINGOS PEREIRA DE SOUZA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00258870420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ROSILDA CARVALHO DA LUZ. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00264076120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ORMINDA FERREIRA CARDOSO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00264119820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:OSEAS PIMENTEL CORREA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00264136820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:OSMAR DE OLIVEIRA QUARESMA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00264170820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:OSVALDO PEREIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00264197520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:OTAVIO LUCENA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00264231520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:PAULA CACILDA GOMES DE OLIVEIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00264751120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RAIMUNDO R. GUIMARAES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00264777820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RAIMUNDO SILVA BARBOSA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00275152820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FRANCISCO DE ASSIS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00278946620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIGUEL DE JESUS SALGADO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00279032820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução

Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MILTON BARBOSA DA COSTA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00279353320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:NOELY MARIA FERNANDEZ DE SOUZA FILHO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00279500220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ORLY BEZERRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00279543920148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:OSMAR DIAS VIEIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00279682320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:OTAVIO B SILVA E OUTROS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00281016520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SERGIO CARVALHO MORAES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00281094220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A))

EXECUTADO:SOCIEDADE CIVIL S RAFAEL. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00301958320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:CLOVIS COIMBRA DE SOUZA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00356373020148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA DE NAZARE SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00356408220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA DO C A PINHEIRO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00356442220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA DO SOCORRO MAIA MEN. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00356702020148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA ROSALINA N DE SOUZA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00367372020148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LEAO ISRAEL. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de

citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00367415720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LIZETE L DOS SANTOS PORTO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00367459420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LOURIVAL GOMES DAS NEVES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00369710220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:PAULO JOSE SANTIAGO PINTO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00370013720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RAIMUNDA DA ROCHA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00370074420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RAIMUNDO SILVA SOUZA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00370152120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RAIMUNDO DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00370178820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RAIMUNDO ESTEVAO DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00370212820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RAIMUNDO GAIA DA MOTA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00370273520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RAIMUNDO M DO NASCIMENTO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00370317220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RAIMUNDO NEVES MONTEIRO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00370377920148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RAIMUNDO P DE MOURA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00370394920148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RAIMUNDO QUEIROZ. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00370819820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução

Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SANDOVAL DE OLIVEIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00370836820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SANDRA MARIA M DOS ANJOS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00370914520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SEBASTIAO NUNES LOPES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00370931520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 5634 - EDILENE BRITO RODRIGUES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SERGIO FARIAS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00371052920148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SINVAL COUTINHO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00371096620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SOLIDOS EMPREENDIMENTOS LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00371174320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 5634 - EDILENE BRITO RODRIGUES (PROCURADOR(A))

EXECUTADO:TELMA MARIA PINHEIRO CORREA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00371191320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:TEREZINHA BEZERRA BARBOSA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00371295720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:VANDA DE F DE S CARNEIRO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00371356420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:VILMARINA NAZARE DA S FERREIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00371373420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:VIRGILIO PEREIRA DE LIMA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00371390420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 5634 - EDILENE BRITO RODRIGUES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:PLATINUM CORPORATIVO LTDA - ME. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00371417120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:WAGNER MOREIRA DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios

referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00371451120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:WALDEMIR F DA COSTA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00371511820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:WALTER SALES QUEIROZ. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00371633220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:YOLANDA BANHOS E SOUZA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00379194120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO BATISTA RAMOS DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00382961220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:OLIVALDO DE MELLO BRITO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00383065620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:OSMARINA SILVA DA ROCHA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00383126320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:OTAVIO A M DE CARVALHO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00383143320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:OZIEL BARROS FILHO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00425494320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:EDNA MARQUES DE CARVALHO DA COSTA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00426152320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FLAVIO CADETE PINTO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00426325920148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FRANCISCO M RIBEIRO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00426828520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:IVANILDO OLIVEIRA DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00426862520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL

Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JAIME DARCIER LOBATO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 2 6 8 8 9 2 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JAIRO ADRIANO PANTOJA DOS REMEDIOS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 2 6 9 2 3 2 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOACI DE CARVALHO BARBOSA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 2 6 9 8 3 9 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOANA VERDELHO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 2 7 0 4 4 6 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO CARVALHO DE ANDRADE. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 2 7 0 8 8 3 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO DA LUZ RODRIGUES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 2 7 1 4 9 0 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO EVANGELISTA FELIX. Consoante disposição contida no Provimento n.º

006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 2 7 2 0 9 7 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO MIRANDA CANEIRO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 2 7 3 1 2 9 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JORGE FERREIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 2 8 3 5 2 1 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LUIS CARLOS DIAS NUNES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 2 8 3 9 5 8 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LUIZ AVELINO DE FREITAS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 2 8 4 3 9 5 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LUIZ CARLOS LIMA BORGES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 2 8 4 7 3 5 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LUIZ PIRES DA COSTA FILHO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR

MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00428517220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LUZIA DOS ANJOS NOGUEIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00428551220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MANOEL B.DE LEAO NETO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00429296620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA DO SOCORRO DIAS BRITO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00429313620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA DO SOCORRO GUIRGIS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00429374320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA EDINEIA BATISTA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00429391320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA EUGENIA F DE SOUZA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00429512720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA LIDIA CANTE LOPES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00429539420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA LOPES DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00429617120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA N SANTOS QUEIROZ. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00430249620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIRANDA CONSTRUCOES LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00430300620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIRANDA CONSTRUCOES LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00430327320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIRANDA CONSTRUCOES LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00430448720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução

Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:NATAN LUDOVICO PINHEIRO LACERDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 3 0 4 6 5 7 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:NAZIR ANTONIO JOSE. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 3 0 4 8 2 7 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:NELIO DA ROSA PEREIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 3 0 5 0 9 4 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:NEMIAS SANTOS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 3 0 5 6 0 4 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:NORMELIA DE CASTRO PEREIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 3 0 6 0 4 1 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ODALICIO BATISTA DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 3 0 6 2 1 1 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A))

EXECUTADO:ODETH DOS SANTOS A PAES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00430647820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ODIMAR SANTOS FERREIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00430681820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10308 - RAFAEL MOTA DE QUEIROZ (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:OLIMPIO DUARTE FAILACHE. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00431963820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ROSANGELA SANTANA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00432604820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:VINICIUS MATOSO DE MEDEIROS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00432743220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ZITO CONCEICAO SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00439715320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO MOREIRA N SOARES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios

referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00454698720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ANTONIO FERREIRA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00454759420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ANTONIO MANOEL DOS S CRUZ. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00454776420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ANTONIO MARIA F DE LIMA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00455694220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIRANDA CONSTRUCOES LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00457409620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO PEREIRA FREITAS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00457460620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOCIMAR DE JESUS DA C FILHO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00457487320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOENILDE PICANCO DA COSTA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00457504320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JORGE A L DOS SANTOS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00459721120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA SUELY M DE SOUZA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00459747820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA U.RIBEIRO CAETANO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00459764820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARINA PINHEIRO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00459781820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIO FERREIRA VIEIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00459808520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução

Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIO JOSE T DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00459825520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIVALDO BARROSO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00459842520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARLUCE PEREIRA LIMA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00460110820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIRANDA CONSTRUCOES LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00460137520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIRANDA CONSTRUCOES LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00461340620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:REGINA PEREIRA DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00461384320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:REGINALDO SERGIO P MATOSO. Consoante disposição contida no Provimento n.º

006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00461401320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ROBERTO COSTA DA CUNHA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00461428020148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RONALDO PEREIRA BARATA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00461445020148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ROSA MARIA DA S CORDEIRO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00461505720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ROSANGELA SILVA DA PAIXAO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00461549420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ROSIANE DOS SANTOS REIS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00461566420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ROSIVALDO R PEREIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de

Secretaria

PROCESSO: 00462727020148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:VERDES MARES EMPREEND LTD. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00485244620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ANEBIAS BISPO DE SOUZA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00485409720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ANTONIO FERNANDES DE LIMA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00485426720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ANTONIO M DO ESPIRITO SANTO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00485443720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ANTONIO N M CARDOSO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00485460720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ANTONIO SOARES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00487565820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FRANCISCO E NASCIMENTO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 8 7 6 0 9 5 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FRANCISCO FRUTADO RIBEIRO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 8 7 6 4 3 5 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FRANCISCO MOURA BORDALO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 8 7 9 0 3 3 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:HELENA B. MOUTINHO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 8 7 9 2 0 3 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:HELIO FURTADO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 8 8 1 0 2 4 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:IRANILTON DE O SERRAO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 4 8 8 4 1 4 4 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL

Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO AZEVEDO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00488458120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO CRUZ GUIMARAES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00488518820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO DUTRA BRITO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00488630520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO PEDRO SANTOS SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00488674220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO TERTOLINO FILHO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00489237520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE ROBERTO SARAIVA DE FREITAS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00490042420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MAGDA LUCIA SALES CAMPOS. Consoante disposição contida no Provimento n.º

006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00490069120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MANOEL C. DOS SANTOS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00505528420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FRANCELINO AUGUSTO DOS SANTOS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00505562420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FRANCISCO ANDRE DE OLIVEIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00505727520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FRANCISCO VIANA S FILHO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00505744520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FRANCLIN DE SOUZA MOTA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00505761520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:GENEROSA DAS CHAGAS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES

CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00505822220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:GLADYS OFIR DENNY. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00506125720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:IVAN BORGES JACOB. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00506540920148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JORGE LUIS DA S CASTELO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00506584620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE AIRES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00506601620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE AIRES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00506861420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE EMILIO VILHENA NOBRE. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00506965820148140301 PROCESSO ANTIGO: ---

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE LEITE BRANDAO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 5 0 6 9 8 2 8 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE LUIS MARTINS PINTO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 5 0 7 0 0 9 5 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE MARIA BARBOSA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 5 0 7 0 2 6 5 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE MARIA DE AVIZ REIS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 5 0 7 0 4 3 5 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE MARIA DE I B NETO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 5 0 7 0 8 7 2 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE MARIA SILVA SARAIVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 5 0 7 1 0 4 2 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A))

EXECUTADO:JOSE NAZARENO S DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00507529120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LEONARDO CORREA FERREIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00507546120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LEONOR CORREIA BRITO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00507822920148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MANOEL CARVALHO DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00507849620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MANOEL DA A RIBEIRO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00508109420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARCELA MACHADO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00508204120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA C FIGUEIRA REIS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à

tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00508706720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA LEIDA DE JESUS MELO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00508888820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA SOLANGE ALVES GUEDES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00508905820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA TELMA Q ANTUNES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00509027220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARINALDO COSTA FERREIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00509044220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIO FRANCO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00509148620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIGUEL NILTON. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00509381720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:NILZA SARAIVA N UNES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00509503120148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ORLANDA LEITE DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00569452520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:EVANDRO GONCALVES DA GAMA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00569590920148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FRANCISCO DE ASSIS A COSTA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00569739020148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:HERD.DE MANOEL DE O.REIS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00569816720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:IVALDO COSTA VIANA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00570327820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução

Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:PEDRO BARRETO MAGNO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 5 7 1 4 7 0 2 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MESSIAS OLIVEIRA DE JESUS. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 5 7 1 5 1 3 9 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIGUEL LIMA DO ROSARIO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 5 7 1 5 5 7 6 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MILTON GONCALVES PINHEIRO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 5 7 1 5 9 1 6 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIRANDA CONSTRUCOES LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 5 7 1 6 1 8 3 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIRANDA CONSTRUCOES LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 5 7 1 6 3 5 3 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIRANDA CONSTRUCOES LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º

006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00571652320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIRANDA CONSTRUCOES LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00571679020148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIRANDA CONSTRUCOES LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00571696020148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIRANDA CONSTRUCOES LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00571713020148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MIRANDA CONSTRUCOES LTDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00571739720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MOACIR SANTOS DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00571756720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MOISES MARTINS DE AQUINO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR

MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00571773720148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:NACI CABRAL DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00625115220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ANA LUCIA ALVES FERREIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00650196820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIO BANDEIRA DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00654154520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 5634 - EDILENE BRITO RODRIGUES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:GUIMAR REGINA CRUZ DA COSTA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00654171520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:HELENAI AMIM DO NASCIMENTO. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00654215220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:HILDA MARCHETTI BORGES. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00654336620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:IRONILDO OLIVEIRA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00656890920148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:REMIRO ANDERSEN TRINDADE. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00657039020148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ROBERTO CARLOS ALMEIDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00657939820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SISTEMA E R DE BRAGANCA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00657956820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SISTEMA E R DE BRAGANCA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00737398720158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ESP DE JOAO M DA SILVA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

PROCESSO: 00933416420158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução

Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:NATAN LUDOVICO PINHEIRO LACERDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 9 3 8 4 7 4 0 2 0 1 5 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:NATAN LUDOVICO PINHEIRO LACERDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

P R O C E S S O : 0 0 9 3 8 4 9 1 0 2 0 1 5 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VICTOR MORAES CARDOSO Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:NATAN LUDOVICO PINHEIRO LACERDA. Consoante disposição contida no Provimento n.º 006/06, CJRMB, art. 1º, §2º, I, manifeste-se o exequente acerca da informação prestada pelos Correios referente à tentativa de citação postal no prazo de cinco dias. Belém, 26/06/2019. VICTOR MORAES CARDOSO Diretor de Secretaria

RESENHA: 25/06/2019 A 25/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM - VARA: 2ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM

P R O C E S S O : 0 0 0 4 1 8 5 6 5 2 0 1 5 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:J L DE O BARROS - ME. PROCESSO 0004185-65.2015.8.14.0301 VISTOS 1. Indefiro, por ora, o pedido de indisponibilidade de bens formulado pelo exequente, com base no art. 185-A do CTN, considerando que no atual momento processual, esta medida mostra-se descabida. Isso porque o Superior Tribunal de Justiça já consagrou entendimento, em sede de recursos repetitivos, de que somente é lídima a indisponibilidade quando esgotadas as diligências para localização de bens do devedor (REsp 1377507/SP, julgado em 26/11/2014, relator Ministro Og Fernandes), situação esta não caracterizada no caso em apreço. 2. Demais disso, considerando que as tentativas de localização bens em nome do executado restaram infrutíferas, conforme relatórios BACENJUD e RENAJUD constantes dos autos, bem como a Municipalidade deixou de indicar novos bens passíveis de penhora, limitando-se a requerer de forma genérica a indisponibilidade de bens e direitos, SUSPENDO o presente processo por 01 (UM) ANO, com fundamento no art. 40, § 2° da Lei de Execução, a saber: Art. 40 - O Juiz suspenderá o curso da execução, enquanto não for localizado o devedor ou encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora, e, nesses casos, não correrá o prazo de prescrição. § 1º - Suspenso o curso da execução, será aberta vista dos autos ao representante judicial da Fazenda Pública. § 2º - Decorrido o prazo máximo de 1 (um) ano, sem que seja localizado o devedor ou encontrados bens penhoráveis, o Juiz ordenará o arquivamento dos autos. Estando o feito, paralisado mais de um ano, determino, desde logo, o seu ARQUIVAMENTO. Pontua-se, desde logo, que nada obsta que a Fazenda Municipal continue efetuado diligências a fim de localizar bens em nome do executado, inobstante o feito encontre-se paralisado, ocasião em que, uma vez localizados, este Juízo determinará o prosseguimento do feito. INT. Belém/PA, 18 de junho de 2019. ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Juiz de Direito Titular da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital JS

PROCESSO: 00045549320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOELMA DA SILVA OLIVEIRA. Processo: 00045549320148140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra JOELMA DA SILVA OLIVEIRA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2009, 2011 a 2012, da inscrição municipal nº 162038-8, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

PROCESSO: 00046207320148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ROSINETE DOS SANTOS CORREA. Processo:00046207320148140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra ROSINETE DOS SANTOS CORREA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2009 a 2012, da inscrição municipal nº 167645-4, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

PROCESSO: 00046268020148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SILVIA HELENA LEAO DE OLIVEIRA. Processo: 00046268020148140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra SILVIA HELENA LEAO DE OLIVEIRA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2009 a 2012, da inscrição municipal nº 167331-1, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

PROCESSO: 00101961320158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:WANDA CARDOSO BRAGA INTERESSADO:EDMILSON CARDOSO BRAGA

Representante(s): OAB 13170 - LUCIANA SILVA RASSY (DEFENSOR) . PROCESSO 0010196-13.2015.8.14.0301 VISTOS, ETC. Tratam os presentes autos de EXECUÇÃO FISCAL, proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM em face de WANDA CARDOSO BRAGA objetivando a cobrança de IPTU do imóvel com sequencial nº 093607, concernentes aos exercícios de 2011 a 2013, identificados nos autos. O herdeiro do imóvel, EDMILSON CARDOSO BRAGA, através da Defensoria Pública, apresentou EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE, requerendo a extinção do processo em razão da ilegitimidade da parte, considerando o falecimento do réu antes do ajuizamento da presente execução, conforme petição e documentais de fl. 16/19. A Fazenda Pública Municipal apresentou manifestação às fls. 21/21, na qual rechaça os argumentos trazidos pela parte ré, requerendo, ainda, o prosseguimento do feito. É o sucinto relatório. PASSO A DECIDIR. 1. Preliminarmente, verifica-se que apesar de formular pedido de justiça gratuita, a parte não juntou aos autos documentos capazes de comprovar sua hipossuficiência econômica, atendo-se a requerer os benefícios legais. Neste diapasão, INTIME-SE o executado, para, no prazo de 10 (dez) dias, em atenção ao disposto no art. 99, §2º do CPC, comprovar fazer jus aos benefícios da gratuidade da justiça, ATRAVÉS DA JUNTADA DE DOCUMENTAIS, TAIS COMO, CONTRACHEQUE, CARTEIRA DE TRABALHO, ETC, suficientes a comprovar a renda mensal percebida pela excipiente. 2. A EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE é espécie de defesa do devedor no âmbito do processo de execução, independentemente de qualquer garantia do Juízo, admitida em nosso direito por construção doutrinária e jurisprudencial, que assegura ao réu, o exame de questões envolvendo os pressupostos processuais e as condições da ação, assim como as causas modificativas, extintivas ou impeditivas do direito do exequente, desde que comprovadas de plano, mediante prova pré-constituída, tal como seria o caso de eventual ilegitimidade da parte executada. Da leitura dos autos, possível verificar que a parte excipiente juntou aos autos documentação onde demonstra ser herdeiro do imóvel gerador do tributo ora executado, razão pela qual, parte legítima para apresentar o presente incidente. Neste viés, no que tange à arguição de ilegitimidade passiva do réu, diante das informações prestadas pela excipiente e corroboradas por documentos juntados, é possível atestar a ocorrência da ilegitimidade passiva nos autos. Isso porque antes do ajuizamento da presente execução, o executado já era falecido, como se denota da certidão de óbito de fl. 19, de modo que a cobrança deveria ter sido proposta pelo Município contra o espólio, nos termos do art. 796 do NCPC. O executado, por ter falecido anteriormente ao presente processo, isto é, em 02/11/1998, não pode figurar no polo passivo, porquanto não possui capacidade de ser parte, tendo todos os seus direitos e obrigações sido transferidos ao espólio, não sendo possível a regularização do polo passivo no presente caso. Com efeito, a execução pretende a cobrança de débitos relativos aos exercícios de 2011 a 2013, período em que o espólio (caso não ultimada a partilha entre os herdeiros) responde como contribuinte das dívidas contraídas pelo patrimônio do falecido após a abertura da sucessão, ou seja, responde diretamente por tais exercícios. Desse modo, considerando-se que a inscrição em dívida ativa somente foi realizada em 03/03/2015, a CDA respectiva deveria ter indicado o espólio na qualidade de devedor, como contribuinte, nos termos do art. 2º, §5º, I da Lei nº 6.830/80 e do art. 202, I do CTN. O fato acima referido torna nulo o título executivo, consubstanciado na CDA, que conforme orientação jurisprudencial, não admite alteração ou substituição, em casos como o presente, tornando o de cujus parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, devendo esta ser extinta (AgRg no AREsp 772.042/MG, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016). Resta, pois, afastada a presunção de certeza e liquidez do título que embasa a presente execução, por não ter procedido à correta indicação do devedor. Ademais, como visto, não é possível a substituição da CDA ou o redirecionamento da execução para o espólio ou para os sucessores do executado, face o estabelecido na Súmula 392 do STJ, e posto que só seria possível no caso de falecimento no curso do processo de execução, o que não é o caso dos autos, quando a cobrança judicial dos débitos deveria ter sido vertida originariamente em face do espólio devedor. Cumpre frisar, no entanto, que a extinção do presente feito em nada repercute na esfera administrativa, de modo que, eventual parcelamento do débito realizado junto à SEFIN em nada será alterado em virtude desta decisão, nem tampouco, o ajuizamento de nova ação judicial, desde que, observado os ditames legais. Por fim, nota-se que por parte da atual ocupante do imóvel houve descumprimento da obrigação acessória de comunicação ao Fisco acerca do falecimento do proprietário do bem. De fato, o art. 21, §1º, do Decreto Municipal nº 36.098/1999 determina a obrigação do contribuinte em comunicar eventual alteração física ou jurídica do imóvel à SEFIN, o que não foi realizado no caso. Sendo assim, o atual proprietário/ocupante do imóvel deu causa à instauração da ação contra polo passivo ilegítimo e devem suportar os ônus sucumbenciais decorrentes do processamento indevido do feito. ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhavados, e por tudo mais que dos autos consta, ACOLHO a exceção de pré-executividade reconhecendo a ILEGITIMIDADE PASSIVA DO EXECUTADO para figurar no polo passivo e, consequentemente, DECLARO EXTINTA A EXECUÇÃO,

sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI do Novo Código de Processo Civil. Condeno a excipiente em custas e honorários advocatícios, estes fixados em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §3º, I do Novo Código de Processo Civil. DEIXO DE REMETER OS AUTOS EM GRAU DE REMESSA NECESSÁRIA, COM FULCRO NO ART. 496, §3º, II, DO CPC. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no Sistema Libra. Belém/PA, 18 de junho de 2019. ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital JS

PROCESSO: 00106491820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810320727 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:JOSE ALENCAR DA SILVA EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): BRENDA QUEIROZ JATENE (ADVOGADO) . PROCESSO 2008.1.032072-7 VISTOS, ETC. Tratam os presentes autos de EXECUÇÃO FISCAL, proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM em face de JOSE ALENCAR DA SILVA objetivando a cobrança de débitos de IPTU do imóvel com sequencial nº 144896, concernentes aos exercícios de 2002, 2004 a 2006, identificado nos autos. Em tentativa de citação postal, realizada em ação conexa (Processo nº 2009.1.067774-7, fl. 7), o AR retornou com informação acerca do óbito do executado, o que foi confirmado por este Juízo em consulta junto ao sistema LIBRA, onde se localizou o correspondente processo de inventário, razão pela qual, determinou a oitiva da Municipalidade para manifestar-se sobre matéria de ordem pública, qual seja, ilegitimidade passiva, nos termos da decisão de fl. 14. Em petição de fls. 33/34, a Municipalidade requereu a substituição do polo passivo pelo espólio do executado. É o sucinto relatório. PASSO A DECIDIR. Da leitura dos autos, possível verificar que que o óbito do executado ocorreu em 09/09/2007, conforme infere-se do processo de inventário e partilha nº 0028315-34.2007.8.14.0301, vide fl. 15. Neste viés, considerando tratar-se de matéria de ordem pública, sobre a qual o exequente teve oportunidade de manifestar-se, uma vez que devidamente intimado para tanto, PASSO À ANÁLISE DA ILEGITIMIDADE PASSIVA. Verifica-se que antes do ajuizamento da presente execução, o contribuinte já era falecido, como se denota dos autos, de modo que a cobrança deveria ter sido proposta pelo Município contra o espólio, nos termos do art. 75, VII do CPC. O executado, por ter falecido anteriormente ao presente processo, isto é, em 2007, não pode figurar no polo passivo, PORQUANTO NÃO POSSUI CAPACIDADE DE SER PARTE, tendo todos os seus direitos e obrigações sido transferidos ao espólio, não sendo possível a regularização do polo passivo no presente caso. Com efeito, a execução pretende a cobrança de débitos relativos aos exercícios de 2002/2004/2005/2006, período em que o espólio (caso não ultimada a partilha entre os herdeiros) responde como contribuinte das dívidas contraídas pelo patrimônio do falecido após a abertura da sucessão, ou seja, responde diretamente por tais exercícios. Desse modo, considerando-se que o ajuizamento da presente execução foi realizado em 27/03/2008, a CDA respectiva deveria ter indicado o espólio na qualidade de devedor, como contribuinte, nos termos do art. 2º, §5º, I da Lei nº 6.830/80 e do art. 202, I do CTN. O fato acima referido torna nulo o título executivo, consubstanciado na CDA, que conforme orientação jurisprudencial, não admite alteração ou substituição, em casos como o presente, tornando o de cujus parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, devendo esta ser extinta (AgRg no AREsp 772.042/MG, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016). Em recente decisão proferida pelo E.TJPA em caso idêntico, a desa. Relatora Ezilda Pastana Mutran (Agravo de Instrumento, Processo nº 00058594020178140000, decisão proferida em 12/07/2018) assim decidiu: Assim, percebe-se que ao tempo do ajuizamento da ação de execução fiscal, o executado já havia falecido, o que demonstra a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação. Ressalte-se que não se aplica ao caso, o disposto no art. do (responsabilidade dos sucessores), pois não se trata de óbito ocorrido após a citação da parte executada. Em suma, o redirecionamento da execução fiscal contra o espólio ou contra os herdeiros (conforme o caso) somente é possível quando o falecimento da parte executada ocorrer depois de ter sido citada nos autos da execução fiscal. Do contrário, a hipótese é de extinção da ação por ilegitimidade passiva, que é uma das condições da ação. Dessa forma, como ao tempo da dos créditos, e da própria distribuição da execução fiscal, o único devedor indicado na CDA já era falecido, somente mediante a lavratura de nova CDA e o ajuizamento de nova execução pode o credor, em tese, intentar haver o crédito alegado, não sendo caso de aplicação do art. 2º, § 8º, da Lei de Execuções Fiscais, que prevê a possibilidade de emenda ou substituição da CDA, até a decisão de primeira instância, para a correção de erro formal ou material no título executivo. Nesse sentido, a Súmula 392 do STJ que, a par de permitir a substituição da CDA por defeito material ou formal, veda a alteração do polo passivo da execução fiscal. E tal Súmula foi confirmada quando do julgamento do REsp nº 1045472/BA (TEMA 166), submetido ao rito dos recursos repetitivos, cuja ementa colaciono: Resta, pois, afastada a presunção de certeza e liquidez do título que embasa a presente execução, por não ter

procedido à correta indicação do devedor. Ademais, como visto, não é possível a substituição da CDA ou o redirecionamento da execução para o espólio ou para os sucessores do executado, face o estabelecido na Súmula 392 do STJ, e posto que só seria possível no caso de falecimento no curso do processo de execução, o que não é o caso dos autos, quando a cobrança judicial dos débitos deveria ter sido vertida originariamente em face do espólio devedor. ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhados, e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO NULA A EXECUÇÃO em virtude do reconhecimento da ilegitimidade passiva, e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI do Novo Código de Processo Civil. Deixo de condenar quaisquer das partes ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista tratar-se de matéria pública, reconhecida `ex officio¿ por este Juízo. SEM CUSTAS - ART. 26 DA LEF. DEIXO DE REMETER OS AUTOS EM GRAU DE REMESSA NECESSÁRIA, COM FULCRO NO ART. 496, §3º, II DO CPC. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no Sistema Libra. Belém/PA, 18 de junho de 2019. ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Juiz de Direito Titular da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital JS

P R O C E S S O : 0 0 1 0 7 9 8 3 3 2 0 1 7 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 8676 - MIGUEL GUSTAVO CARVALHO BRASIL CUNHA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:M PARACAMPOS JUNIOR COMERCIO ME. PROCESSO 0010798-33.2017.8.14.0301 VISTOS. Em petição de fl. 16/17, o exequente postula o redirecionamento da execução à pessoa do sócio gerente/administrador, em razão de a executada ter sido dissolvida de forma irregular, sem comunicar a Fazenda Pública. Requer a adoção de medidas constritivas contra o responsável tributário, sem prejuízo do prosseguimento da execução contra a executada. É o relatório. Decido. No caso dos autos, vislumbro que, muito embora o exequente tenha requerido o redirecionamento da execução ao sócio pela presunção de dissolução irregular da executada, sequer há necessidade de comprovação desta. Isso porque a executada trata-se de firma individual (vide fl. 19), ou seja, o empresário exerce em nome próprio a atividade empresarial, inexistindo distinção entre o patrimônio da firma e o da pessoa natural que a constitui. A firma individual é verdadeira ficção para a pessoa natural atuar no mundo empresarial, sem que isso implique em qualquer limitação em sua responsabilidade patrimonial decorrente de suas atividades, inclusive a responsabilidade tributária. Existindo a confusão patrimonial entre a firma individual e o empresário individual, não há necessidade de inclusão deste no polo passivo da demanda, tendo em vista que responde integral e ilimitadamente pelas dívidas tributárias. Nesse sentido, colaciono jurisprudência do STJ: AGRAVO DE INSTRUMENTO. TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. EMPRESÁRIO INDIVIDUAL. REDIRECIONAMENTO. 1. A controvérsia cinge-se à responsabilidade patrimonial do empresário individual e as formalidades legais para sua inclusão no polo passivo de execução de débito da firma da qual era titular. 2. O acórdão recorrido entendeu que o empresário individual atua em nome próprio, respondendo com seu patrimônio pessoal pelas obrigações assumidas no exercício de suas atividades profissionais, sem as limitações de responsabilidade aplicáveis às sociedades empresárias e demais pessoas jurídicas. 3. A jurisprudência do STJ já fixou o entendimento de que "a empresa individual é mera ficção jurídica que permite à pessoa natural atuar no mercado com vantagens próprias da pessoa jurídica, sem que a titularidade implique distinção patrimonial entre o empresário individual e a pessoa natural titular da firma individual" (REsp 1.355.000/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 20/10/2016, DJe 10/11/2016) e de que "o empresário individual responde pelas obrigações adquiridas pela pessoa jurídica, de modo que não há distinção entre pessoa física e jurídica, para os fins de direito, inclusive no tange ao patrimônio de ambos" (AREsp 508.190, Rel. Min. Marco Buzzi, Publicação em 4/5/2017). 4. Sendo assim, o empresário individual responde pela dívida da firma, sem necessidade de instauração do procedimento de desconsideração da personalidade jurídica (art. 50 do CC/2002 e arts. 133 e 137 do CPC/2015), por ausência de separação patrimonial que justifique esse rito. 5. O entendimento adotado pelo Tribunal de origem guarda consonância com a jurisprudência do STJ, o que já seria suficiente para se rejeitar a pretensão recursal com base na Súmula 83/STJ. O referido verbete sumular aplica-se aos recursos interpostos tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional. Nesse sentido: REsp 1.186.889/DF, Segunda Turma, Relator Ministro Castro Meira, DJe de 2.6.2010. 6. Não obstante isso, não se constata o preenchimento dos requisitos legais e regimentais para a propositura do Recurso Especial pela alínea "c" do art. 105 da CF. 7. A apontada divergência deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com a indicação da similitude fática e jurídica entre eles. 8. In casu, o recorrente não se desincumbiu do ônus de demonstrar que os casos comparados tratam da

mesma situação fática: empresário individual. Ao revés, limitou-se a transcrever ementas e trechos que versam sobre sociedade empresarial cuja diferença em relação ao caso dos autos foi suficientemente explanada neste julgado. 9. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1682989/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 19/09/2017, DJe 09/10/2017) Portanto, não há necessidade de inclusão de MAURICIO PARACAMPOS JUNIOR na demanda, uma vez que já responderá, com seus próprios bens, pelas dívidas contraídas no exercício da atividade como empresária individual. De outro lado, verifico que há endereço da pessoa física nos autos, no qual pode ser renovada a diligência citatória. ANTE O EXPOSTO, determino a citação da executada M PARACAMPOS JUNIOR COMERCIO (MAURICIO PARACAMPOS JUNIOR) no endereço informado à fl. 19 (PASSAGEM AZ DE OURO , BR-316, KM 06, Nº 52, BAIRRO LEVILANDIA, CEP: 67.015-760, ANANINDEUA/PA), para, no prazo de 05 dias, pagar a dívida inscrita na Certidão de Dívida Ativa, com os acréscimos legais, ou garantir a execução com oferecimento de bens à penhora, devendo a citação ser feita pelo Correio através de Carta de Citação ou pelas sucessivas modalidades previstas no art. 8º, incisos III e IV, da LEF. Após a realização da citação e não sendo paga a dívida, nem garantida a execução, retornem os autos conclusos. Int. e Dil. Belém, 18 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito Titular da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital JS

PROCESSO: 00118141320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810353950 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:WILSON ALVES DE SOUZA EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): OAB 9782 - JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . PROCESSO 2008.1.035395-0 VISTOS, ETC. Tratam os presentes autos de EXECUÇÃO FISCAL, proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM em face de WILSON ALVES DE SOUZA objetivando a cobrança de débitos de IPTU do imóvel com sequencial nº 030628, concernentes aos exercícios de 2003 a 2006, identificado nos autos. Realizada a citação (AR fl. 07), este Juízo tomou conhecimento acerca do óbito do executado, razão pela qual, determinou a oitiva da Municipalidade para manifestar-se sobre matéria de ordem pública, qual seja, ilegitimidade passiva, vide despacho de fl. 29. Ato contínuo, a Municipalidade requereu a substituição do polo passivo pelo espólio do executado, vide petição de fl. retro, bem como fosse oficiado ao Juízo processante do inventário. É o sucinto relatório. PASSO A DECIDIR. Da leitura dos autos, possível verificar que que o óbito do executado ocorreu em 17/05/1990, conforme se pode observar do da certidão de óbito colacionada à fl. 20. Neste viés, considerando tratar-se de matéria de ordem pública, sobre a qual o exequente teve oportunidade de manifestar-se, uma vez que devidamente intimado para tanto, PASSO À ANÁLISE DA ILEGITIMIDADE PASSIVA. Verifica-se que antes do ajuizamento da presente execução, o contribuinte já era falecido há praticamente 20 (vinte) anos, como se denota dos autos, de modo que a cobrança deveria ter sido proposta pelo Município contra o espólio, nos termos do art. 75, VII do CPC. O executado, por ter falecido anteriormente ao presente processo, isto é, em 1990, não pode figurar no polo passivo, PORQUANTO NÃO POSSUI CAPACIDADE DE SER PARTE, tendo todos os seus direitos e obrigações sido transferidos ao espólio, não sendo possível a regularização do polo passivo no presente caso. Destaca-se que a personalidade jurídica da pessoa natural termina com a morte e, em consequência, extingue-se sua capacidade processual, que constitui um dos pressupostos processuais de validade. Uma vez aracterizada a ausência de pressuposto subjetivo de constituição e desenvolvimento válido do processo, ante a comprovação do óbito do executado em momento anterior à propositura da execução, não há que se falar em responsabilidade tributária por sucessão. Com efeito, a execução pretende a cobrança de débitos relativos aos exercícios de 2003 a 2006, período em que o espólio (caso não ultimada a partilha entre os herdeiros) responde como contribuinte das dívidas contraídas pelo patrimônio do falecido após a abertura da sucessão, ou seja, responde diretamente por tais exercícios. Desse modo, considerando-se que o ajuizamento da presente execução foi realizado em 01/04/2008, a CDA respectiva deveria ter indicado o espólio na qualidade de devedor, como contribuinte, nos termos do art. 2º, §5º, I da Lei nº 6.830/80 e do art. 202, I do CTN. O fato acima referido torna nulo o título executivo, consubstanciado na CDA, que conforme orientação jurisprudencial, não admite alteração ou substituição, em casos como o presente, tornando o de cujus parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, devendo esta ser extinta (AgRg no AREsp 772.042/MG, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016). Em recente decisão proferida pelo E.TJPA em caso idêntico, a desa. Relatora Ezilda Pastana Mutran (Agravo de Instrumento, Processo nº 00058594020178140000, decisão proferida em 12/07/2018) assim decidiu: Assim, percebe-se que ao tempo do ajuizamento da ação de execução fiscal, o executado já havia falecido, o que demonstra a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação. Ressalte-se que não se aplica ao caso, o disposto no art. do (responsabilidade dos sucessores), pois não se trata de óbito ocorrido após a citação

da parte executada. Em suma, o redirecionamento da execução fiscal contra o espólio ou contra os herdeiros (conforme o caso) somente é possível quando o falecimento da parte executada ocorrer depois de ter sido citada nos autos da execução fiscal. Do contrário, a hipótese é de extinção da ação por ilegitimidade passiva, que é uma das condições da ação. Dessa forma, como ao tempo da dos créditos, e da própria distribuição da execução fiscal, o único devedor indicado na CDA já era falecido, somente mediante a lavratura de nova CDA e o ajuizamento de nova execução pode o credor, em tese, intentar haver o crédito alegado, não sendo caso de aplicação do art. 2º, § 8º, da Lei de Execuções Fiscais, que prevê a possibilidade de emenda ou substituição da CDA, até a decisão de primeira instância, para a correção de erro formal ou material no título executivo. Nesse sentido, a Súmula 392 do STJ que, a par de permitir a substituição da CDA por defeito material ou formal, veda a alteração do polo passivo da execução fiscal. E tal Súmula foi confirmada quando do julgamento do REsp nº 1045472/BA (TEMA 166), submetido ao rito dos recursos repetitivos, cuja ementa colaciono: Resta, pois, afastada a presunção de certeza e liquidez do título que embasa a presente execução, por não ter procedido à correta indicação do devedor. Ademais, como visto, não é possível a substituição da CDA ou o redirecionamento da execução para o espólio ou para os sucessores do executado, face o estabelecido na Súmula 392 do STJ, e posto que só seria possível no caso de falecimento no curso do processo de execução, o que não é o caso dos autos, quando a cobrança judicial dos débitos deveria ter sido vertida originariamente em face do espólio devedor. ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhados, e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO NULA A EXECUÇÃO em virtude do reconhecimento da ilegitimidade passiva, e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI do Novo Código de Processo Civil. Deixo de condenar quaisquer das partes ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista tratar-se de matéria pública, reconhecida `ex officio¿ por este Juízo. SEM CUSTAS - ART. 26 DA LEF. DEIXO DE REMETER OS AUTOS EM GRAU DE REMESSA NECESSÁRIA, COM FULCRO NO ART. 496, §3º, II DO CPC. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no Sistema Libra. Belém/PA, 18 de junho de 2019. ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Juiz de Direito Titular da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital JS

P R O C E S S O : 0 0 1 2 4 1 3 8 8 2 0 1 1 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM SEMAJ Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE ALENCAR DA SILVA. PROCESSO 0012413-88.2011.8.14.0301 VISTOS, ETC. Tratam os presentes autos de EXECUÇÃO FISCAL, proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM em face de JOSE ALENCAR DA SILVA objetivando a cobrança de débitos de IPTU do imóvel com sequencial nº 144896, concernentes ao exercício de 2009, identificado nos autos. Em tentativa de citação em ação conexa (Processo nº 2009.1.067774-7, fls. 6/7), este Juízo tomou conhecimento acerca do óbito do executado, o que foi confirmado por este Juízo em consulta junto ao sistema LIBRA, onde se localizou o correspondente processo de inventário, razão pela qual, determinou o apensamento de processos conexos e a oitiva da Municipalidade para manifestar-se sobre matéria de ordem pública, qual seja, ilegitimidade passiva, nos termos da decisão de fl. retro. Em processo apenso, a Municipalidade requereu a substituição do polo passivo pelo espólio do executado. É o sucinto relatório. PASSO A DECIDIR. Da leitura dos autos, possível verificar que que o óbito do executado ocorreu em 09/09/2007, conforme infere-se do processo de inventário e partilha nº 0028315-34.2007.8.14.0301, cópia constante à fl. 15 do processo apenso 2008.1.032072-7. Neste viés, considerando tratar-se de matéria de ordem pública, sobre a qual o exequente teve oportunidade de manifestar-se, uma vez que devidamente intimado para tanto, PASSO À ANÁLISE DA ILEGITIMIDADE PASSIVA. Verifica-se que antes do ajuizamento da presente execução, o contribuinte já era falecido, como se denota dos autos, de modo que a cobrança deveria ter sido proposta pelo Município contra o espólio, nos termos do art. 75, VII do CPC. O executado, por ter falecido anteriormente ao presente processo, isto é, em 2007, não pode figurar no polo passivo, PORQUANTO NÃO POSSUI CAPACIDADE DE SER PARTE, tendo todos os seus direitos e obrigações sido transferidos ao espólio, não sendo possível a regularização do polo passivo no presente caso. Com efeito, a execução pretende a cobrança de débitos relativos aos exercícios de 2009, período em que o espólio (caso não ultimada a partilha entre os herdeiros) responde como contribuinte das dívidas contraídas pelo patrimônio do falecido após a abertura da sucessão, ou seja, responde diretamente por tais exercícios. Desse modo, considerando-se que o ajuizamento da presente execução foi realizado em 19/04/2011, a CDA respectiva deveria ter indicado o espólio na qualidade de devedor, como contribuinte, nos termos do art. 2º, §5º, I da Lei nº 6.830/80 e do art. 202, I do CTN. O fato acima referido torna nulo o título executivo, consubstanciado na CDA, que conforme orientação jurisprudencial, não admite alteração ou substituição, em casos como o presente,

tornando o de cujus parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, devendo esta ser extinta (AgRg no AREsp 772.042/MG, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016). Em recente decisão proferida pelo E.TJPA em caso idêntico, a desa. Relatora Ezilda Pastana Mutran (Agravo de Instrumento, Processo nº 00058594020178140000, decisão proferida em 12/07/2018) assim decidiu: Assim, percebe-se que ao tempo do ajuizamento da ação de execução fiscal, o executado já havia falecido, o que demonstra a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação. Ressalte-se que não se aplica ao caso, o disposto no art. do (responsabilidade dos sucessores), pois não se trata de óbito ocorrido após a citação da parte executada. Em suma, o redirecionamento da execução fiscal contra o espólio ou contra os herdeiros (conforme o caso) somente é possível quando o falecimento da parte executada ocorrer depois de ter sido citada nos autos da execução fiscal. Do contrário, a hipótese é de extinção da ação por ilegitimidade passiva, que é uma das condições da ação. Dessa forma, como ao tempo da dos créditos, e da própria distribuição da execução fiscal, o único devedor indicado na CDA já era falecido, somente mediante a lavratura de nova CDA e o ajuizamento de nova execução pode o credor, em tese, intentar haver o crédito alegado, não sendo caso de aplicação do art. 2º, § 8º, da Lei de Execuções Fiscais, que prevê a possibilidade de emenda ou substituição da CDA, até a decisão de primeira instância, para a correção de erro formal ou material no título executivo. Nesse sentido, a Súmula 392 do STJ que, a par de permitir a substituição da CDA por defeito material ou formal, veda a alteração do polo passivo da execução fiscal. E tal Súmula foi confirmada quando do julgamento do REsp nº 1045472/BA (TEMA 166), submetido ao rito dos recursos repetitivos, cuja ementa colaciono: Resta, pois, afastada a presunção de certeza e liquidez do título que embasa a presente execução, por não ter procedido à correta indicação do devedor. Ademais, como visto, não é possível a substituição da CDA ou o redirecionamento da execução para o espólio ou para os sucessores do executado, face o estabelecido na Súmula 392 do STJ, e posto que só seria possível no caso de falecimento no curso do processo de execução, o que não é o caso dos autos, quando a cobrança judicial dos débitos deveria ter sido vertida originariamente em face do espólio devedor. ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhados, e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO NULA A EXECUÇÃO em virtude do reconhecimento da ilegitimidade passiva, e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI do Novo Código de Processo Civil. Deixo de condenar quaisquer das partes ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista tratar-se de matéria pública, reconhecida `ex officio¿ por este Juízo. SEM CUSTAS - ART. 26 DA LEF. DEIXO DE REMETER OS AUTOS EM GRAU DE REMESSA NECESSÁRIA, COM FULCRO NO ART. 496, §3º, II DO CPC. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no Sistema Libra. Belém/PA, 18 de junho de 2019. ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Juiz de Direito Titular da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital JS

P R O C E S S O : 0 0 1 6 5 8 8 7 1 2 0 1 2 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICÍPIO DE BELÉM FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 5634 - EDILENE BRITO RODRIGUES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MANOEL DO CARMO DE SOUZA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . PROCESSO 0016588-71.2012.8.14.0301 VISTOS, ETC. Tratam os presentes autos de EXECUÇÃO FISCAL, proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM em face de MANOEL DO CARMO DE SOUZA objetivando a cobrança de débitos de IPTU do imóvel com sequencial nº 141947, concernentes ao exercício de 2008 a 2009, identificado nos autos. Ao compulsar os autos do processo executivo fiscal, este Juízo constatou a ocorrência do falecimento do executado (certidão de óbito fl. 21), razão pela qual determinou o apensamento de processos conexos e a oitiva da Municipalidade para manifestar-se sobre matéria de ordem pública, qual seja, ilegitimidade passiva, nos termos da decisão de fl. retro. Em processo apenso, a Municipalidade requereu a substituição do polo passivo pelo atual proprietário/ocupante, bem como o prosseguimento do feito até a satisfação integral do crédito exequendo. É o sucinto relatório. PASSO A DECIDIR. Da leitura dos autos, possível verificar que que o óbito do executado ocorreu em 10/03/2012, conforme se verifica da certidão de óbito colacionada aos autos à fls. 36. Neste viés, considerando tratar-se de matéria de ordem pública, sobre a qual o exequente teve oportunidade de manifestar-se, uma vez que devidamente intimado para tanto, PASSO À ANÁLISE DA ILEGITIMIDADE PASSIVA. Verifica-se que antes do ajuizamento da presente execução, o contribuinte já era falecido, como se denota dos autos, de modo que a cobrança deveria ter sido proposta pelo Município contra o espólio, nos termos do art. 75, VII do CPC. O executado, por ter falecido anteriormente ao presente processo, isto é, em 10/03/2012, não pode figurar no polo passivo, PORQUANTO NÃO POSSUI CAPACIDADE DE SER PARTE, tendo todos os seus direitos e obrigações

sido transferidos ao espólio, não sendo possível a regularização do polo passivo no presente caso. Com efeito, a execução é proposta apenas em 19/04/2012, período em que o espólio (caso não ultimada a partilha entre os herdeiros) responde como contribuinte das dívidas contraídas pelo patrimônio do falecido após a abertura da sucessão, ou seja, responde diretamente por tais exercícios. Desse modo, considerando-se que o ajuizamento da presente execução foi realizado em 10/03/2012, a CDA respectiva deveria ter indicado o espólio na qualidade de devedor, como contribuinte, nos termos do art. 2º, §5º, I da Lei nº 6.830/80 e do art. 202, I do CTN. O fato acima referido torna nulo o título executivo, consubstanciado na CDA, que conforme orientação jurisprudencial, não admite alteração ou substituição, em casos como o presente, tornando o de cujus parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, devendo esta ser extinta (AgRg no AREsp 772.042/MG, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016). Em recente decisão proferida pelo E.TJPA em caso idêntico, a desa. Relatora Ezilda Pastana Mutran (Agravo de Instrumento, Processo nº 00058594020178140000, decisão proferida em 12/07/2018) assim decidiu: Assim, percebe-se que ao tempo do ajuizamento da ação de execução fiscal, o executado já havia falecido, o que demonstra a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação. Ressalte-se que não se aplica ao caso, o disposto no art. do (responsabilidade dos sucessores), pois não se trata de óbito ocorrido após a citação da parte executada. Em suma, o redirecionamento da execução fiscal contra o espólio ou contra os herdeiros (conforme o caso) somente é possível quando o falecimento da parte executada ocorrer depois de ter sido citada nos autos da execução fiscal. Do contrário, a hipótese é de extinção da ação por ilegitimidade passiva, que é uma das condições da ação. Dessa forma, como ao tempo da dos créditos, e da própria distribuição da execução fiscal, o único devedor indicado na CDA já era falecido, somente mediante a lavratura de nova CDA e o ajuizamento de nova execução pode o credor, em tese, intentar haver o crédito alegado, não sendo caso de aplicação do art. 2º, § 8º, da Lei de Execuções Fiscais, que prevê a possibilidade de emenda ou substituição da CDA, até a decisão de primeira instância, para a correção de erro formal ou material no título executivo. Nesse sentido, a Súmula 392 do STJ que, a par de permitir a substituição da CDA por defeito material ou formal, veda a alteração do polo passivo da execução fiscal. E tal Súmula foi confirmada quando do julgamento do REsp nº 1045472/BA (TEMA 166), submetido ao rito dos recursos repetitivos, cuja ementa colaciono: Resta, pois, afastada a presunção de certeza e liquidez do título que embasa a presente execução, por não ter procedido à correta indicação do devedor. Ademais, como visto, não é possível a substituição da CDA ou o redirecionamento da execução para o espólio ou para os sucessores do executado, face o estabelecido na Súmula 392 do STJ, e posto que só seria possível no caso de falecimento no curso do processo de execução, o que não é o caso dos autos, quando a cobrança judicial dos débitos deveria ter sido vertida originariamente em face do espólio devedor. ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhados, e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO NULA A EXECUÇÃO em virtude do reconhecimento da ilegitimidade passiva, e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI do Novo Código de Processo Civil. Deixo de condenar quaisquer das partes ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista tratar-se de matéria pública, reconhecida `ex officio¿ por este Juízo. SEM CUSTAS - ART. 26 DA LEF. DEIXO DE REMETER OS AUTOS EM GRAU DE REMESSA NECESSÁRIA, COM FULCRO NO ART. 496, §3º, II DO CPC. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no Sistema Libra. Belém/PA, 18 de junho de 2019. ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Juiz de Direito Titular da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital JS

P R O C E S S O : 0 0 1 7 2 7 3 0 5 2 0 1 7 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ANTONIO PEDRO COSTA DE OLIVEIRA. Processo: 00172730520178140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra ANTONIO PEDRO COSTA DE OLIVEIRA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2012 a 2014, da inscrição municipal nº 127601-0, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva,

notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

PROCESSO: 00199106520138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICÍPIO DE BELÉM FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIZETE DO AMARAL CUNHA. Processo: 00199106520138140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra MARIZETE DO AMARAL CUNHA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de, 2010 a 2011, da inscrição municipal nº 171047-0, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

PROCESSO: 00200059520138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICÍPIO DE BELÉM FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:WIDNERLLEY SANTOS VARGAS MUNHOZ. Processo: 00200059520138140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra WIDNERLLEY SANTOS VARGAS MUNHOZ, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de, 2009 a 2011, da inscrição municipal nº 159704-8, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

PROCESSO: 00275049620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MANOEL DO CARMO SOUZA EXCIPIENTE:RAIMUNDA MENEZES TEIXEIRA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . PROCESSO 0027504-96.2014.8.14.0301 VISTOS, ETC. Tratam os presentes autos de EXECUÇÃO FISCAL, proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM em face de MANOEL DO CARMO DE SOUZA objetivando a cobrança de débitos de IPTU do imóvel com sequencial nº 141947, concernentes ao exercício de 2010 a 2012, identificado nos autos. Ao compulsar os autos do processo executivo fiscal, este Juízo constatou a ocorrência do falecimento do executado (certidão de óbito fl. 17), razão pela qual determinou o apensamento de processos conexos e a oitiva da Municipalidade para manifestar-se sobre matéria de ordem pública, qual seja, ilegitimidade passiva, nos termos da decisão de fl. 42. Em petição de fls. retro, a Municipalidade requereu a substituição do polo passivo pelo atual proprietário/ocupante, bem como o prosseguimento do feito até a satisfação integral do crédito exequendo. É o sucinto relatório. PASSO A DECIDIR. Da leitura dos autos, possível verificar que que o óbito do executado ocorreu em 10/03/2012, conforme se observa da certidão de óbito colacionada aos autos à fls. 17. Neste viés, considerando tratar-se de matéria de ordem pública, sobre a qual o exequente teve oportunidade de manifestar-se, uma vez

que devidamente intimado para tanto, PASSO À ANÁLISE DA ILEGITIMIDADE PASSIVA. Verifica-se que antes do ajuizamento da presente execução, o contribuinte já era falecido, como se denota dos autos, de modo que a cobrança deveria ter sido proposta pelo Município contra o espólio, nos termos do art. 75, VII do CPC. O executado, por ter falecido anteriormente ao presente processo, isto é, em 10/03/2012, não pode figurar no polo passivo, PORQUANTO NÃO POSSUI CAPACIDADE DE SER PARTE, tendo todos os seus direitos e obrigações sido transferidos ao espólio, não sendo possível a regularização do polo passivo no presente caso. Com efeito, a execução é proposta apenas em 09/07/2014, período em que o espólio (caso não ultimada a partilha entre os herdeiros) responde como contribuinte das dívidas contraídas pelo patrimônio do falecido após a abertura da sucessão, ou seja, responde diretamente por tais exercícios. Desse modo, considerando-se que o ajuizamento da presente execução foi realizado em 10/03/2012, a CDA respectiva deveria ter indicado o espólio na qualidade de devedor, como contribuinte, nos termos do art. 2º, §5º, I da Lei nº 6.830/80 e do art. 202, I do CTN. O fato acima referido torna nulo o título executivo, consubstanciado na CDA, que conforme orientação jurisprudencial, não admite alteração ou substituição, em casos como o presente, tornando o de cujus parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, devendo esta ser extinta (AgRg no AREsp 772.042/MG, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016). Em recente decisão proferida pelo E.TJPA em caso idêntico, a desa. Relatora Ezilda Pastana Mutran (Agravo de Instrumento, Processo nº 00058594020178140000, decisão proferida em 12/07/2018) assim decidiu: Assim, percebe-se que ao tempo do ajuizamento da ação de execução fiscal, o executado já havia falecido, o que demonstra a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação. Ressalte-se que não se aplica ao caso, o disposto no art. do (responsabilidade dos sucessores), pois não se trata de óbito ocorrido após a citação da parte executada. Em suma, o redirecionamento da execução fiscal contra o espólio ou contra os herdeiros (conforme o caso) somente é possível quando o falecimento da parte executada ocorrer depois de ter sido citada nos autos da execução fiscal. Do contrário, a hipótese é de extinção da ação por ilegitimidade passiva, que é uma das condições da ação. Dessa forma, como ao tempo da dos créditos, e da própria distribuição da execução fiscal, o único devedor indicado na CDA já era falecido, somente mediante a lavratura de nova CDA e o ajuizamento de nova execução pode o credor, em tese, intentar haver o crédito alegado, não sendo caso de aplicação do art. 2º, § 8º, da Lei de Execuções Fiscais, que prevê a possibilidade de emenda ou substituição da CDA, até a decisão de primeira instância, para a correção de erro formal ou material no título executivo. Nesse sentido, a Súmula 392 do STJ que, a par de permitir a substituição da CDA por defeito material ou formal, veda a alteração do polo passivo da execução fiscal. E tal Súmula foi confirmada quando do julgamento do REsp nº 1045472/BA (TEMA 166), submetido ao rito dos recursos repetitivos, cuja ementa colaciono: Resta, pois, afastada a presunção de certeza e liquidez do título que embasa a presente execução, por não ter procedido à correta indicação do devedor. Ademais, como visto, não é possível a substituição da CDA ou o redirecionamento da execução para o espólio ou para os sucessores do executado, face o estabelecido na Súmula 392 do STJ, e posto que só seria possível no caso de falecimento no curso do processo de execução, o que não é o caso dos autos, quando a cobrança judicial dos débitos deveria ter sido vertida originariamente em face do espólio devedor. ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhados, e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO NULA A EXECUÇÃO em virtude do reconhecimento da ilegitimidade passiva, e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI do Novo Código de Processo Civil. Deixo de condenar quaisquer das partes ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista tratar-se de matéria pública, reconhecida `ex officio¿ por este Juízo. SEM CUSTAS - ART. 26 DA LEF. DEIXO DE REMETER OS AUTOS EM GRAU DE REMESSA NECESSÁRIA, COM FULCRO NO ART. 496, §3º, II DO CPC. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no Sistema Libra. Belém/PA, 18 de junho de 2019. ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Juiz de Direito Titular da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital JS

PROCESSO: 00311456720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810897693 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:JOSE MARIA DE O PRESTE EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (ADVOGADO) . PROCESSO: 2008.1.089769-3 Vistos, etc. Em petição de fl. retro, o exequente requer a suspensão do feito em virtude de parcelamento do débito fiscal em âmbito administrativo. Contudo, observo a ocorrência do termo final estabelecido para o pagamento espontâneo da dívida tributária em 10/05/2019, conforme documento de fl. 20. Desse modo, tendo em vista o decurso do prazo concedido para o cumprimento voluntário da obrigação fiscal, INTIME-SE o exequente para que, dentro de 10 (dez)

dias, manifeste seu interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito. Após, com ou sem manifestação, retornem conclusos. Belém/PA, 18 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital. JS

PROCESSO: 00313531820098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910677747 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:JOSE ALENCAR DA SILVA EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): IRLANDA RITA DE C. C. RODRIGUES (ADVOGADO) . PROCESSO 2009.1.067774-7 VISTOS, ETC. Tratam os presentes autos de EXECUÇÃO FISCAL, proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM em face de JOSE ALENCAR DA SILVA objetivando a cobrança de débitos de IPTU do imóvel com sequencial nº 144896, concernentes ao exercício de 2007, identificado nos autos. Em tentativa de citação postal, conforme AR de fls. 06/07, este Juízo tomou conhecimento acerca do óbito do executado, o que foi confirmado por este Juízo em consulta junto ao sistema LIBRA, onde se localizou o correspondente processo de inventário, razão pela qual, determinou o apensamento de processos conexos e a oitiva da Municipalidade para manifestar-se sobre matéria de ordem pública, qual seja, ilegitimidade passiva, nos termos da decisão de fl. retro. Em processo apenso, a Municipalidade requereu a substituição do polo passivo pelo espólio do executado. É o sucinto relatório. PASSO A DECIDIR. Da leitura dos autos, possível verificar que que o óbito do executado ocorreu em 09/09/2007, conforme infere-se do processo de inventário e partilha nº 0028315-34.2007.8.14.0301, cópia constante à fl. 15 do processo apenso 2008.1.032072-7. Neste viés, considerando tratar-se de matéria de ordem pública, sobre a qual o exequente teve oportunidade de manifestar-se, uma vez que devidamente intimado para tanto, PASSO À ANÁLISE DA ILEGITIMIDADE PASSIVA. Verifica-se que antes do ajuizamento da presente execução, o contribuinte já era falecido, como se denota dos autos, de modo que a cobrança deveria ter sido proposta pelo Município contra o espólio, nos termos do art. 75, VII do CPC. O executado, por ter falecido anteriormente ao presente processo, isto é, em 2007, não pode figurar no polo passivo, PORQUANTO NÃO POSSUI CAPACIDADE DE SER PARTE, tendo todos os seus direitos e obrigações sido transferidos ao espólio, não sendo possível a regularização do polo passivo no presente caso. Com efeito, a execução pretende a cobrança de débitos relativos aos exercícios de 2007, período em que o espólio (caso não ultimada a partilha entre os herdeiros) responde como contribuinte das dívidas contraídas pelo patrimônio do falecido após a abertura da sucessão, ou seja, responde diretamente por tais exercícios. Desse modo, considerando-se que o ajuizamento da presente execução foi realizado em 27/07/2009, a CDA respectiva deveria ter indicado o espólio na qualidade de devedor, como contribuinte, nos termos do art. 2º, §5º, I da Lei nº 6.830/80 e do art. 202, I do CTN. O fato acima referido torna nulo o título executivo, consubstanciado na CDA, que conforme orientação jurisprudencial, não admite alteração ou substituição, em casos como o presente, tornando o de cujus parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, devendo esta ser extinta (AgRg no AREsp 772.042/MG, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016). Em recente decisão proferida pelo E.TJPA em caso idêntico, a desa. Relatora Ezilda Pastana Mutran (Agravo de Instrumento, Processo nº 00058594020178140000, decisão proferida em 12/07/2018) assim decidiu: Assim, percebe-se que ao tempo do ajuizamento da ação de execução fiscal, o executado já havia falecido, o que demonstra a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação. Ressalte-se que não se aplica ao caso, o disposto no art. do (responsabilidade dos sucessores), pois não se trata de óbito ocorrido após a citação da parte executada. Em suma, o redirecionamento da execução fiscal contra o espólio ou contra os herdeiros (conforme o caso) somente é possível quando o falecimento da parte executada ocorrer depois de ter sido citada nos autos da execução fiscal. Do contrário, a hipótese é de extinção da ação por ilegitimidade passiva, que é uma das condições da ação. Dessa forma, como ao tempo da dos créditos, e da própria distribuição da execução fiscal, o único devedor indicado na CDA já era falecido, somente mediante a lavratura de nova CDA e o ajuizamento de nova execução pode o credor, em tese, intentar haver o crédito alegado, não sendo caso de aplicação do art. 2º, § 8º, da Lei de Execuções Fiscais, que prevê a possibilidade de emenda ou substituição da CDA, até a decisão de primeira instância, para a correção de erro formal ou material no título executivo. Nesse sentido, a Súmula 392 do STJ que, a par de permitir a substituição da CDA por defeito material ou formal, veda a alteração do polo passivo da execução fiscal. E tal Súmula foi confirmada quando do julgamento do REsp nº 1045472/BA (TEMA 166), submetido ao rito dos recursos repetitivos, cuja ementa colaciono: Resta, pois, afastada a presunção de certeza e liquidez do título que embasa a presente execução, por não ter procedido à correta indicação do devedor. Ademais, como visto, não é possível a substituição da CDA ou o redirecionamento da execução para o espólio ou para os sucessores do executado, face o estabelecido na Súmula 392 do STJ, e posto que só seria possível no caso de falecimento no curso do processo de execução, o que não é o caso dos autos, quando a cobrança

judicial dos débitos deveria ter sido vertida originariamente em face do espólio devedor. ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhados, e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO NULA A EXECUÇÃO em virtude do reconhecimento da ilegitimidade passiva, e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI do Novo Código de Processo Civil. Deixo de condenar quaisquer das partes ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista tratar-se de matéria pública, reconhecida `ex officio¿ por este Juízo. SEM CUSTAS - ART. 26 DA LEF. DEIXO DE REMETER OS AUTOS EM GRAU DE REMESSA NECESSÁRIA, COM FULCRO NO ART. 496, §3º, II DO CPC. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no Sistema Libra. Belém/PA, 18 de junho de 2019. ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Juiz de Direito Titular da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital JS

P R O C E S S O : 0 0 3 2 5 0 8 8 4 2 0 1 0 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:JOSE DE ALENCAR DA SILVA EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL DE BELEM Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) . PROCESSO 0032508-84.2010.8.14.0301 VISTOS, ETC. Tratam os presentes autos de EXECUÇÃO FISCAL, proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM em face de JOSE ALENCAR DA SILVA objetivando a cobrança de débitos de IPTU do imóvel com sequencial nº 144896, concernentes ao exercício de 2008, identificado nos autos. Em tentativa de citação ação conexa (Processo nº 2009.1.067774-7, fls. 6/7), este Juízo tomou conhecimento acerca do óbito do executado, o que foi confirmado por este Juízo em consulta junto ao sistema LIBRA, onde se localizou o correspondente processo de inventário, razão pela qual, determinou o apensamento de processos conexos e a oitiva da Municipalidade para manifestar-se sobre matéria de ordem pública, qual seja, ilegitimidade passiva, nos termos da decisão de fl. retro. Em processo apenso, a Municipalidade requereu a substituição do polo passivo pelo espólio do executado. É o sucinto relatório. PASSO A DECIDIR. Da leitura dos autos, possível verificar que que o óbito do executado ocorreu em 09/09/2007, conforme infere-se do processo de inventário e partilha nº 0028315-34.2007.8.14.0301, cópia constante à fl. 15 do processo apenso 2008.1.032072-7. Neste viés, considerando tratar-se de matéria de ordem pública, sobre a qual o exequente teve oportunidade de manifestar-se, uma vez que devidamente intimado para tanto, PASSO À ANÁLISE DA ILEGITIMIDADE PASSIVA. Verifica-se que antes do ajuizamento da presente execução, o contribuinte já era falecido, como se denota dos autos, de modo que a cobrança deveria ter sido proposta pelo Município contra o espólio, nos termos do art. 75, VII do CPC. O executado, por ter falecido anteriormente ao presente processo, isto é, em 2007, não pode figurar no polo passivo, PORQUANTO NÃO POSSUI CAPACIDADE DE SER PARTE, tendo todos os seus direitos e obrigações sido transferidos ao espólio, não sendo possível a regularização do polo passivo no presente caso. Com efeito, a execução pretende a cobrança de débitos relativos aos exercícios de 2008, período em que o espólio (caso não ultimada a partilha entre os herdeiros) responde como contribuinte das dívidas contraídas pelo patrimônio do falecido após a abertura da sucessão, ou seja, responde diretamente por tais exercícios. Desse modo, considerando-se que o ajuizamento da presente execução foi realizado em 16/08/2010, a CDA respectiva deveria ter indicado o espólio na qualidade de devedor, como contribuinte, nos termos do art. 2º, §5º, I da Lei nº 6.830/80 e do art. 202, I do CTN. O fato acima referido torna nulo o título executivo, consubstanciado na CDA, que conforme orientação jurisprudencial, não admite alteração ou substituição, em casos como o presente, tornando o de cujus parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, devendo esta ser extinta (AgRg no AREsp 772.042/MG, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016). Em recente decisão proferida pelo E.TJPA em caso idêntico, a desa. Relatora Ezilda Pastana Mutran (Agravo de Instrumento, Processo nº 00058594020178140000, decisão proferida em 12/07/2018) assim decidiu: Assim, percebe-se que ao tempo do ajuizamento da ação de execução fiscal, o executado já havia falecido, o que demonstra a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação. Ressalte-se que não se aplica ao caso, o disposto no art. do (responsabilidade dos sucessores), pois não se trata de óbito ocorrido após a citação da parte executada. Em suma, o redirecionamento da execução fiscal contra o espólio ou contra os herdeiros (conforme o caso) somente é possível quando o falecimento da parte executada ocorrer depois de ter sido citada nos autos da execução fiscal. Do contrário, a hipótese é de extinção da ação por ilegitimidade passiva, que é uma das condições da ação. Dessa forma, como ao tempo da dos créditos, e da própria distribuição da execução fiscal, o único devedor indicado na CDA já era falecido, somente mediante a lavratura de nova CDA e o ajuizamento de nova execução pode o credor, em tese, intentar haver o crédito alegado, não sendo caso de aplicação do art. 2º, § 8º, da Lei de Execuções Fiscais, que prevê a possibilidade de emenda ou substituição da CDA, até a decisão de

primeira instância, para a correção de erro formal ou material no título executivo. Nesse sentido, a Súmula 392 do STJ que, a par de permitir a substituição da CDA por defeito material ou formal, veda a alteração do polo passivo da execução fiscal. E tal Súmula foi confirmada quando do julgamento do REsp nº 1045472/BA (TEMA 166), submetido ao rito dos recursos repetitivos, cuja ementa colaciono: Resta, pois, afastada a presunção de certeza e liquidez do título que embasa a presente execução, por não ter procedido à correta indicação do devedor. Ademais, como visto, não é possível a substituição da CDA ou o redirecionamento da execução para o espólio ou para os sucessores do executado, face o estabelecido na Súmula 392 do STJ, e posto que só seria possível no caso de falecimento no curso do processo de execução, o que não é o caso dos autos, quando a cobrança judicial dos débitos deveria ter sido vertida originariamente em face do espólio devedor. ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhados, e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO NULA A EXECUÇÃO em virtude do reconhecimento da ilegitimidade passiva, e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI do Novo Código de Processo Civil. Deixo de condenar quaisquer das partes ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista tratar-se de matéria pública, reconhecida `ex officio¿ por este Juízo. SEM CUSTAS - ART. 26 DA LEF. DEIXO DE REMETER OS AUTOS EM GRAU DE REMESSA NECESSÁRIA, COM FULCRO NO ART. 496, §3º, II DO CPC. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no Sistema Libra. Belém/PA, 18 de junho de 2019. ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Juiz de Direito Titular da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital JS

P R O C E S S O : 0 0 3 4 0 5 0 4 1 2 0 1 2 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICÍPIO DE BELÉM FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL Representante(s): JOBER NUNES DE FREITAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:IDER DANTAS PANTOJA. Processo: 00340504120128140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra IDER DANTAS PANTOJA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de, 2008 a 2010, da inscrição municipal nº 103242-6, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 3 6 0 5 9 3 4 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ADAILSON DA SILVA FARIAS. Processo: 00360593420168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra ADAILSON DA SILVA FARIAS, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 174735-6, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 3 9 1 3 5 6 6 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9750 - BRENDA QUEIROZ JATENE (PROCURADOR(A))

EXECUTADO:CARLENE JAQUES AMORAS. Processo: 00391356620168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra CARLENE JAQUES AMORAS, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 173314-7, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 3 9 1 4 2 5 8 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:CARLOS ALBERTO DE ATAIDE MAIA. Processo: 00391425820168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra CARLOS ALBERTO DE ATAIDE MAIA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 173513-3, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 3 9 2 4 8 2 0 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:EDGAR RAMOS CAVALCANTE NETO. Processo: 00392482020168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra EDGAR RAMOS CAVALCANTE NETO, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 168997-0, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 3 9 2 9 8 4 6 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ERIKA DE PAULA FERRADAIS LEAO. Processo: 00392984620168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra ERIKA DE PAULA FERRADAIS LEAO, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 174746-1, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo

com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 3 9 3 1 7 5 2 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FABIO DOUGLAS CASTELO DE SANTANA. Processo: 00393175220168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra FABIO DOUGLAS CASTELO DE SANTANA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 173622-8, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 3 9 4 6 3 9 3 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOAO LUIZ DA SILVA FILHO. Processo: 00394639320168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra JOAO LUIZ DA SILVA FILHO, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 177156-5, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 3 9 9 3 1 5 7 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:SILVIO DE FREITAS ALCANTARA. Processo: 00399315720168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra SILVIO DE FREITAS ALCANTARA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de, 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 176638-8, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva,

notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 3 9 9 8 7 9 0 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:VANILDO NOBRE CARNEIRO FILHO. Processo: 00399879020168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra VANILDO NOBRE CARNEIRO FILHO, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de, 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 176734-4, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 4 9 1 5 6 0 4 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ANA SUELY NASCIMENTO COSTA. Processo: 00491560420168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra ANA SUELY NASCIMENTO COSTA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 173457-9, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 4 9 3 1 4 5 9 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:DULCILEIA MOTA UCHOA. Processo: 00493145920168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra DULCILEIA MOTA UCHOU, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 170122-3, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 4 9 3 3 0 1 3 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:EDMAR ARAUJO FREITAS. Processo: 00493301320168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra EDMAR ARAUJO FREITAS, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 173396-5, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 4 9 3 4 8 3 4 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ELENITA DA SILVA LIMA FRANCA. Processo: 00493483420168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra ELENITA DA SILVA LIMA FRANCA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 173680-2, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 4 9 3 5 6 1 1 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ELIDA PINTO MAGULAS. Processo: 00493561120168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra ELIDA PINTO MAGULAS, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 177868-0, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 4 9 3 9 2 5 3 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:EULINA LACERDA DE OLIVEIRA. Processo: 00493925320168140301 Vistos, etc. Tratam

os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra EULINA LACERDA DE OLIVEIRA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 174459-8, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 4 9 4 1 4 1 4 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FERNANDO RANGEL PINTO BARROS. Processo: 00494141420168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra FERNANDO RANGEL PINTO BARROS, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 169347-6, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 4 9 4 2 0 2 1 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FLAVIA SOARES FAMPA. Processo: 00494202120168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra FLAVIA SOARES FAMPA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 169022-8, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 4 9 4 4 0 1 2 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:GENEZIA SILVA MARTINS MODESTO Representante(s): GERMANA SERRA DE FREITAS BARROS - DEFENSORA PUBLICA (DEFENSOR) . Processo: 00494401220168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra GENEZIA SILVA MARTINS MODESTO, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de, 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 177624-2, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO.

DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 4 9 4 9 0 3 8 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ISANEIDE BANDEIRA GOMES. Processo: 00494903820168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra ISANEIDE BANDEIRA GOMES, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de, 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 168872-0, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 5 0 1 2 6 0 4 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ADRIANA CARLA SARMENTO LISBOA. Processo: 00501260420168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra ADRIANA CARLA SARMENTO LISBOA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 177721-0, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 5 0 1 3 2 1 1 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:AGENOR CAIRES GOMES. Processo: 00501321120168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra AGENOR CAIRES GOMES, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 177672-3, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva,

notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 5 1 0 8 3 0 5 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:KAIZA FREITAS ALVES. Processo: 00510830520168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra KAIZA FREITAS ALVES, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 173407-4, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 5 1 0 9 7 8 6 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:KELLER HAL FRAGA LAMEIRA. Processo: 00510978620168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra KELLER HJAL FRAGA LAMEIRA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 169054-1, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 5 1 1 5 1 5 2 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LUCIANO PONTES BITTENCOURT. Processo: 00511515220168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra LUCIANO PONTES BITTENCOURT, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 178012-6, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 5 1 1 9 9 1 1 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARCIO ANTONIO MALCHER. Processo: 00511991120168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra MARCIO ANTONIO MALCHER, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 176499-0, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

PROCESSO: 00512156220168140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARGARETE CHIRLY PINHEIRO ARAUJO. Processo: 00512156220168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra MARGARETE CHIRLY PINHEIRO ARAUJO, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de, 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 177323-8, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

PROCESSO: 00512692820168140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA LUCIA DOS SANTOS LIMA. Processo: 00512692820168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra MARIA LUCIA DOS SANTOS LIMA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 173118-7, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

PROCESSO: 00513784220168140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 13897 - MARINA ROCHA PONTES DE SOUSA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RAIMUNDO VICENTE FERREIRA NETO. Processo: 00513784220168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL

proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra RAIMUNDO VICENTE FERREIRA NETO, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 173400-0, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

PROCESSO: 00514632820168140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ROSALIA DA SILVA ARAUJO. Processo: 00514632820168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra ROSALIA DA SILVA ARAUJO, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 176918-4, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

PROCESSO: 00515672020168140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CAMILA MIRANDA DE FIGUEREDO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:TATIANA SOARES MIRANDA. Processo: 00515672020168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra TATIANA SOARES MIRANDA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 177337-9, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

PROCESSO: 00516166120168140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LUANA KELLY OLIVEIRA FERREIRA. Processo: 00516166120168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra LUANA KELLY OLIVEIRA FERREIRA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2013, da inscrição municipal nº 173005-4, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente,

declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 5 1 6 3 2 1 5 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA SIMONE RODRIGUES NOGUEIRA. Processo: 00516321520168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra MARIA SIMONE RODRIGUES NOGUEIRA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 174763-1, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 5 2 0 6 9 5 6 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 10372 - KARITAS LORENA RODRIGUES DE MEDEIROS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MONICA CRISTINA FRANCO DA SILVA. Processo: 00520695620168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra MONICA CRISTINA FRANCO DA SILVA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 170585-3, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 5 2 0 9 1 1 7 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:NILMA SILVA COSTA PINTO. Processo: 00520911720168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra NILMA SILVA COSTA PINTO, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 172079-8, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-

se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 5 2 3 5 4 4 9 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:WALDENORA DO SOCORRO NOBRE DA SILVA. Processo: 00523544920168140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra WALDENORA DO SOCORRO NOBRE DA SILVA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2011 a 2014, da inscrição municipal nº 172678-0, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 6 6 5 3 8 7 8 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 11599 - MARCIA DOS SANTOS ANTUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:CONCEICAO DE OLIVEIRA SANTANA. Processo: 00665387820148140301 Vistos, etc. Tratam os presentes autos de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM contra CONCEIÇAO DE OLIVEIRA SANTANA, com fundamento na Lei nº 6.830/80 (LEF), com o fito de exigir o crédito tributário de ISS-PF referente ao(s) exercício(s) de 2010 a 2012, da inscrição municipal nº 159173-3, identificada nos autos. Em petição de fl. retro o Município requer a extinção do feito, de acordo com o art. 924, III do CPC c/c art. 26 da LEF, sem a imposição de ônus para as partes. É O RELATÓRIO. DECIDO. Considerando o pedido do exequente, declaro extinta a execução, com resolução de mérito, nos termos do art. 924, inciso III, c/c 487, I, do Novo Código de Processo Civil. Em atenção ao requerimento da Fazenda Pública, deixo de impor ônus às partes, quanto ao pagamento de custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 26 da LEF. Caso haja penhora, proceda-se a baixa respectiva, notificando-se o Cartório de Registro de Imóveis e o Depositário Público, para os fins de direito. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Sem custas. P.R.I.C. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Adriano Gustavo Veiga Seduvim Juiz de Direito da 2ª Vara de Execução Fiscal NAT

P R O C E S S O : 0 0 8 2 4 6 0 9 6 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 5634 - EDILENE BRITO RODRIGUES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:INOCENCIO D RODRIGUES. PROCESSO 0082460-96.2013.8.1.0301 VISTOS, ETC. Tratam os presentes autos de EXECUÇÃO FISCAL, proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM em face de INOCENCIO D RODRIGUES objetivando a cobrança de débitos de IPTU do imóvel com sequencial nº 130721, concernentes aos exercícios de 2009 a 20012, identificado nos autos. A partir de documentais apresentadas em audiência de conciliação, este Juízo tomou conhecimento acerca do óbito do executado, razão pela qual, determinou a oitiva da Municipalidade para manifestar-se sobre matéria de ordem pública, qual seja, ilegitimidade passiva, vide despacho de fl. 19. Ato contínuo, a Municipalidade requereu o prosseguimento do feito contra o atual ocupante o imóvel, vide petição de fl. retro, bem como fossem adotadas medidas constritivas através de sistemas eletrônicos. É o sucinto relatório. PASSO A DECIDIR. Da leitura dos autos, possível verificar que que o óbito do executado ocorreu em 28/01/1988, conforme se pode observar do da certidão de óbito colacionada à fl. 11. Neste viés, considerando tratar-se de matéria de ordem pública, sobre a qual o exequente teve oportunidade de manifestar-se, uma vez que devidamente intimado para tanto, PASSO À ANÁLISE DA ILEGITIMIDADE PASSIVA. Verifica-se que antes do ajuizamento da presente execução, o contribuinte já era falecido há mais de 20 (vinte) anos, como se denota dos autos, de modo que a cobrança deveria ter sido proposta pelo Município contra o espólio, nos termos do art. 75, VII do CPC. O executado, por ter falecido anteriormente ao presente

processo, isto é, em 1988, não pode figurar no polo passivo, PORQUANTO NÃO POSSUI CAPACIDADE DE SER PARTE, tendo todos os seus direitos e obrigações sido transferidos ao espólio, não sendo possível a regularização do polo passivo no presente caso. Destaca-se que a personalidade jurídica da pessoa natural termina com a morte e, em consequência, extingue-se sua capacidade processual, que constitui um dos pressupostos processuais de validade. Uma vez aracterizada a ausência de pressuposto subjetivo de constituição e desenvolvimento válido do processo, ante a comprovação do óbito do executado em momento anterior à propositura da execução, não há que se falar em responsabilidade tributária por sucessão. Com efeito, a execução pretende a cobrança de débitos relativos aos exercícios de 2009 a 2012, período em que o espólio (caso não ultimada a partilha entre os herdeiros) responde como contribuinte das dívidas contraídas pelo patrimônio do falecido após a abertura da sucessão, ou seja, responde diretamente por tais exercícios. Desse modo, considerando-se que o ajuizamento da presente execução foi realizado em 02/12/2013, a CDA respectiva deveria ter indicado o espólio na qualidade de devedor, como contribuinte, nos termos do art. 2º, §5º, I da Lei nº 6.830/80 e do art. 202, I do CTN. O fato acima referido torna nulo o título executivo, consubstanciado na CDA, que conforme orientação jurisprudencial, não admite alteração ou substituição, em casos como o presente, tornando o de cujus parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, devendo esta ser extinta (AgRg no AREsp 772.042/MG, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016). Em recente decisão proferida pelo E.TJPA em caso idêntico, a desa. Relatora Ezilda Pastana Mutran (Agravo de Instrumento, Processo nº 00058594020178140000, decisão proferida em 12/07/2018) assim decidiu: Assim, percebe-se que ao tempo do ajuizamento da ação de execução fiscal, o executado já havia falecido, o que demonstra a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação. Ressalte-se que não se aplica ao caso, o disposto no art. do (responsabilidade dos sucessores), pois não se trata de óbito ocorrido após a citação da parte executada. Em suma, o redirecionamento da execução fiscal contra o espólio ou contra os herdeiros (conforme o caso) somente é possível quando o falecimento da parte executada ocorrer depois de ter sido citada nos autos da execução fiscal. Do contrário, a hipótese é de extinção da ação por ilegitimidade passiva, que é uma das condições da ação. Dessa forma, como ao tempo da dos créditos, e da própria distribuição da execução fiscal, o único devedor indicado na CDA já era falecido, somente mediante a lavratura de nova CDA e o ajuizamento de nova execução pode o credor, em tese, intentar haver o crédito alegado, não sendo caso de aplicação do art. 2º, § 8º, da Lei de Execuções Fiscais, que prevê a possibilidade de emenda ou substituição da CDA, até a decisão de primeira instância, para a correção de erro formal ou material no título executivo. Nesse sentido, a Súmula 392 do STJ que, a par de permitir a substituição da CDA por defeito material ou formal, veda a alteração do polo passivo da execução fiscal. E tal Súmula foi confirmada quando do julgamento do REsp nº 1045472/BA (TEMA 166), submetido ao rito dos recursos repetitivos, cuja ementa colaciono: Resta, pois, afastada a presunção de certeza e liquidez do título que embasa a presente execução, por não ter procedido à correta indicação do devedor. Ademais, como visto, não é possível a substituição da CDA ou o redirecionamento da execução para o espólio ou para os sucessores do executado, face o estabelecido na Súmula 392 do STJ, e posto que só seria possível no caso de falecimento no curso do processo de execução, o que não é o caso dos autos, quando a cobrança judicial dos débitos deveria ter sido vertida originariamente em face do espólio devedor. ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhados, e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO NULA A EXECUÇÃO em virtude do reconhecimento da ilegitimidade passiva, e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI do Novo Código de Processo Civil. Deixo de condenar quaisquer das partes ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista tratar-se de matéria pública, reconhecida `ex officio¿ por este Juízo. SEM CUSTAS - ART. 26 DA LEF. DEIXO DE REMETER OS AUTOS EM GRAU DE REMESSA NECESSÁRIA, COM FULCRO NO ART. 496, §3º, II DO CPC. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no Sistema Libra. Belém/PA, 18 de junho de 2019. ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Juiz de Direito Titular da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital JS

P R O C E S S O : 0 2 6 2 6 6 3 4 8 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:MUNICIPIO DE BELEM FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 9815 - VERA LUCIA FREITAS DE ARAUJO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE ALENCAR DA SILVA. PROCESSO 0262663-48.2016.8.14.0301 VISTOS, ETC. Tratam os presentes autos de EXECUÇÃO FISCAL, proposta pelo MUNICÍPIO DE BELÉM em face de JOSE ALENCAR DA SILVA objetivando a cobrança de débitos de IPTU do imóvel com sequencial nº 144896, concernentes ao exercício de 2012 a 2014, identificado nos autos. Em tentativa de citação em

ação conexa (Processo nº 2009.1.067774-7, fls. 6/7), este Juízo tomou conhecimento acerca do óbito do executado, o que foi confirmado por este Juízo em consulta junto ao sistema LIBRA, onde se localizou o correspondente processo de inventário, razão pela qual, determinou o apensamento de processos conexos e a oitiva da Municipalidade para manifestar-se sobre matéria de ordem pública, qual seja, ilegitimidade passiva, nos termos da decisão de fl. retro. Em processo apenso, a Municipalidade requereu a substituição do polo passivo pelo espólio do executado. É o sucinto relatório. PASSO A DECIDIR. Da leitura dos autos, possível verificar que que o óbito do executado ocorreu em 09/09/2007, conforme infere-se do processo de inventário e partilha nº 0028315-34.2007.8.14.0301, cópia constante à fl. 15 do processo apenso 2008.1.032072-7. Neste viés, considerando tratar-se de matéria de ordem pública, sobre a qual o exequente teve oportunidade de manifestar-se, uma vez que devidamente intimado para tanto, PASSO À ANÁLISE DA ILEGITIMIDADE PASSIVA. Verifica-se que antes do ajuizamento da presente execução, o contribuinte já era falecido, como se denota dos autos, de modo que a cobrança deveria ter sido proposta pelo Município contra o espólio, nos termos do art. 75, VII do CPC. O executado, por ter falecido anteriormente ao presente processo, isto é, em 2007, não pode figurar no polo passivo, PORQUANTO NÃO POSSUI CAPACIDADE DE SER PARTE, tendo todos os seus direitos e obrigações sido transferidos ao espólio, não sendo possível a regularização do polo passivo no presente caso. Com efeito, a execução pretende a cobrança de débitos relativos aos exercícios de 2012 a 2014, período em que o espólio (caso não ultimada a partilha entre os herdeiros) responde como contribuinte das dívidas contraídas pelo patrimônio do falecido após a abertura da sucessão, ou seja, responde diretamente por tais exercícios. Desse modo, considerando-se que o ajuizamento da presente execução foi realizado em 19/04/2011, a CDA respectiva deveria ter indicado o espólio na qualidade de devedor, como contribuinte, nos termos do art. 2º, §5º, I da Lei nº 6.830/80 e do art. 202, I do CTN. O fato acima referido torna nulo o título executivo, consubstanciado na CDA, que conforme orientação jurisprudencial, não admite alteração ou substituição, em casos como o presente, tornando o de cujus parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, devendo esta ser extinta (AgRg no AREsp 772.042/MG, Rel. Ministro OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO), PRIMEIRA TURMA, julgado em 17/12/2015, DJe 03/02/2016). Em recente decisão proferida pelo E.TJPA em caso idêntico, a desa. Relatora Ezilda Pastana Mutran (Agravo de Instrumento, Processo nº 00058594020178140000, decisão proferida em 12/07/2018) assim decidiu: Assim, percebe-se que ao tempo do ajuizamento da ação de execução fiscal, o executado já havia falecido, o que demonstra a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da ação. Ressalte-se que não se aplica ao caso, o disposto no art. do (responsabilidade dos sucessores), pois não se trata de óbito ocorrido após a citação da parte executada. Em suma, o redirecionamento da execução fiscal contra o espólio ou contra os herdeiros (conforme o caso) somente é possível quando o falecimento da parte executada ocorrer depois de ter sido citada nos autos da execução fiscal. Do contrário, a hipótese é de extinção da ação por ilegitimidade passiva, que é uma das condições da ação. Dessa forma, como ao tempo da dos créditos, e da própria distribuição da execução fiscal, o único devedor indicado na CDA já era falecido, somente mediante a lavratura de nova CDA e o ajuizamento de nova execução pode o credor, em tese, intentar haver o crédito alegado, não sendo caso de aplicação do art. 2º, § 8º, da Lei de Execuções Fiscais, que prevê a possibilidade de emenda ou substituição da CDA, até a decisão de primeira instância, para a correção de erro formal ou material no título executivo. Nesse sentido, a Súmula 392 do STJ que, a par de permitir a substituição da CDA por defeito material ou formal, veda a alteração do polo passivo da execução fiscal. E tal Súmula foi confirmada quando do julgamento do REsp nº 1045472/BA (TEMA 166), submetido ao rito dos recursos repetitivos, cuja ementa colaciono: Resta, pois, afastada a presunção de certeza e liquidez do título que embasa a presente execução, por não ter procedido à correta indicação do devedor. Ademais, como visto, não é possível a substituição da CDA ou o redirecionamento da execução para o espólio ou para os sucessores do executado, face o estabelecido na Súmula 392 do STJ, e posto que só seria possível no caso de falecimento no curso do processo de execução, o que não é o caso dos autos, quando a cobrança judicial dos débitos deveria ter sido vertida originariamente em face do espólio devedor. ANTE O EXPOSTO, pelos fatos e fundamentos ao norte alinhados, e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO NULA A EXECUÇÃO em virtude do reconhecimento da ilegitimidade passiva, e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VI do Novo Código de Processo Civil. Deixo de condenar quaisquer das partes ao pagamento de honorários advocatícios, tendo em vista tratar-se de matéria pública, reconhecida `ex officio¿ por este Juízo. SEM CUSTAS - ART. 26 DA LEF. DEIXO DE REMETER OS AUTOS EM GRAU DE REMESSA NECESSÁRIA, COM FULCRO NO ART. 496, §3º, II DO CPC. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, devidamente certificado pela Secretaria, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais, dando-se baixa no Sistema Libra. Belém/PA, 18 de junho de 2019. ADRIANO GUSTAVO VEIGA SEDUVIM Juiz de Direito

Titular da 2ª Vara de Execução Fiscal da Capital JS

SECRETARIA DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DA CAPITAL

Número do processo: 0821787-94.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BARBARA ELISABETH TEIXEIRA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: VALDECI SOARES DA SILVAOAB: 192667/SP Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARAVistos, etc. Cuida-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO FISCAL COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA interposta porBARBARA ELISABETH TEIXEIRA COSTA, em face do Estado do Pará.Aduz que a presente lide versa sobre o indevido Lançamento Tributário promovido pela Secretaria Estadual da Fazenda, ora Estado do Pará, pelo recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens ou direitos que já foi totalmente pago ao Estado de Amazonas, Estado do domicilio do doador.Aduz que fora surpreendida com a negativação de seu nome no serviço de proteção ao crédito e, somente ao buscar pela origem de sua inscrição no SERASA, descobriu a existência de dívida oriunda de Imposto de Transmissão Causa Mortis ou Doação ? ITCMD protestada, no valor de R$ 4.781,38 (quatro mil, setecentos e oitenta e um reais e trinta em oito centavos), em seu nome pelo Estado do Pará (Secretaria do Estado da Fazenda ? SEFAZ).Informa a Requerente na ocasião (anos de 2013/2014) recebeu de doação do seu irmão Sr. George Lucas da Costa, residente na cidade de Manaus-AM, a quantia de R$ 52.600,00 (cinquenta e dois mil, seiscentos reais) na forma de um veículo, marca MERCEDES BENZ, modelo C200 KOMPRESSOR, placa JWT-1646, chassi WDBRF45W11A103318, ano/modelo 2001.Tal veículo encontrava-se na cidade de Manaus-AM quando se deu a doação efetivada no ano de 2013, conforme se verifica a declaração de imposto de renda do doador, no ano de 2013/2014.Requer em tutela de urgência pleiteada a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, referente a doação recebida no ano de 2013, bem como o imediato cancelamento do Protesto junto ao Tabelionato de Protesto II Ofício ?Moura Palha?, serviços Registrais de Protesto de Letras e Títulos, além da retirada imediata do nome da Autora dos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito (SPC, SCPC, SERASA) e dos registros perante os CARTÓRIOS DE PROTESTOS DE LETRAS e/ou qualquer outro Cartório aonde constem anotações desabonadoras.Juntou documentos.Em despacho inicial a autoridade judiciária se reservou a apreciação do pedido de tutela antecipada após apresentação da contestação pelo Estadodo Pará.Em contestação, o Estado do Paránega os fatos conforme descrito na inicial, afirma a existência de ilícito tributário comprovado nos autos, com a desconstituição do crédito tributário cujoônus da provaéda autora. Ao final, requer o indeferimento da liminar, a improcedência dos pedidos da inicial, bem como o julgamento antecipado da lide. Brevemente relatados, decido. Cuida a presente decisão exclusivamente da análise do pedido em sede de Tutela de Urgência.O instituto da tutela de urgência é regido pelo comando normativo do art. 300 do CPC, cujo teor transcrevo a seguir: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Analisado primeiramente o pedido de tutela de urgência que se funda no art. 300 do CPC verifico que para concessão de tutela é necessária a demonstração da probabilidade do direito, somando ao perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.Portanto, deve estar comprovada a probabilidade do direito e do perigo de dano.Sabe-se que oImposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD, é um tributo de competência dos Estados e do Distrito Federal, cujo fato gerador é a transmissão causa mortis de imóveis e a doação de quaisquer bens ou direitos, conforme Constituição Federal - artigo 155, I e § 1º e artigos 35 a 42 do CTN.O ITCMD pode advir de situações em que a doação ou a transmissão ocorra em Estado diverso do competente para recolher o imposto em questão. A CF define parâmetros de competência para tal definição, a saber:Art. 155 (...), § 1º (...):I - relativamente a bens imóveis e respectivos direitos,compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal.II - relativamente abens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento,ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.Observa-se que a questão controvertida dos presentes autos reside, em síntese, na discussão acerca da legalidade do AINF nº012015510008307-9, o qual possui como objetivo específico a verificação do fato gerador da incidência do ITCMD. Verifica-se através dos documentos anexados pela parte autora, elementos que evidenciam a probabilidade do seu direito, uma vez que consta nos autos o Declaração de Imposto de Renda do doador e donatário, com comprovação de endereço e valor de doação, Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo do Estado do Amazonas em nome do doador;No tocante aoperigo de dano,ressalta-se ser inquestionável o direito da parte demanter sua regularidade fiscal e não sofrer desde logo as consequências de uma inscrição em cadastro de adimplentes antes de ajuizada a ação executiva. Restando, portanto, evidente a necessidade de concessão da tutela provisória de urgência requerida para fins de resguardar a parte autora de dano certo e iminente. Ademais, é cediço que o simples fato de possuir crédito tributário lavrado contra si acarreta inúmeras restrições ao requerente.Além disto, não há

qualquer perigo irreversívelao Estado, que estará resguardado com a garantia do crédito tributário, estando a presente tutela de urgência de natureza antecipada em total consonância com o art. 300, §3º, CPC, que veda a concessão de tutela quando houver perigo de irreversibilidadedos efeitos da decisão.Cabe frisar que considerando que a tutela provisória de urgência é gênero em que se inserem a tutela antecipada (tutela satisfativa) e a tutela cautelar, claro fica que a tutela provisória pode viabilizar uma decisão provisória capaz de satisfazer ou acautelar o direito, viabilizando desde logo a realização e a fruição do direito pela parte (tutela satisfativa) ou apenas assegurando que essa fruição tenha condições de eventual e futuramente ocorrer (tutela cautelar).Ante o exposto, fundamentada nos artigos 294 e 300 do Código de Processo Civil,DEFIRO, liminarmente, a tutela de urgência antecipada postulada, para determinar a suspensão da exigibilidade do crédito constante no AINF nº 012015510008307-9, nos termos do art. 151, V, do CTN, bem como determino a sustação do Protesto junto ao Tabelionato de Protesto II Ofício ?Moura Palha?, serviços Registrais de Protesto de Letras e Títulos e dos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito (SPC, SCPC, SERASA) em relação a cobrança acima mencionada, até posterior decisão.Na hipótese de descumprimento deste provimento, arbitro desde logo a multa diária de R$-2.000,00 (dois mil reais), até o limite máximo de R$-20.000,00 (vinte mil reais), sujeita à responsabilidade solidária do Estado e do agente ou servidor público que obstar ao cumprimento da tutela concedida. (art. 537 do CPC).Considerando a contestação apresentada nos autos, intime-se o requerente para apresentação de réplica à contestação, no prazo legal.P.R. e Intimem-se a autora, a SEFA /PA e a PGE/PA, dando ciência desta decisão.P.R.I.C.Belém, 19 de junho de 2019 Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

Número do processo: 0024565-41.2017.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: IASEP - INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA Participação: EXECUTADO Nome: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMETA Participação: ADVOGADO Nome: MAYARA FIGUEIREDO DOS PASSOSOAB: 1881R.H. 01.Ao compulsar os presentes autos, observa-se o cumprimento da Decisão Monocrática do ID. Num. 10910430, conforme decisão do ID. Num. 4891901 e Num. 5142284, e Expedição do Competente Alvará judicial em nome da Prefeitura Municipal de Cametá-PA, ID. Num. 5679644. 02.Desta feita, torna-se prejudicado a análise da petição do executado no ID. Num. 11077901.03. Intimem-se o Exequente para manifestação sobre o cumprimento do acordo celebrado entre as partes, no prazo de 15 (quinze) dias.04.Após, conclusos. Belém- PA, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular da 3ª Vara De Execução Fiscal

Número do processo: 0834293-05.2019.8.14.0301 Participação: IMPETRANTE Nome: RETIFICA REAL DE MOTORES LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: DOMINGOS ASSUNCAO DA SILVA NETOOAB: 20679/PA Participação: ADVOGADO Nome: DIO GONCALVES CARNEIROOAB: 646 Participação: IMPETRADO Nome: DIRETOR DE ARRECADAÇÃO E INFORMAÇÃO FAZENDÁRIA da Agencia de Arrecadação da Secretaria de Fazenda do Estado do Pará (SEFA-PA) Participação: IMPETRADO Nome: DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PARÁ Participação: IMPETRADO Nome: ESTADO DO PARADECISÃOVistos, etc.RETÍFICA REAL DE MOTORES LTDA - EPP, qualificada na inicial, impetrou o presente MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR, contra ato do Senhor DIRETOR DE ARRECADAÇÃO E INFORMAÇÃO FAZENDÁRIA e do DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DO PARÁ.Narra a Impetrante que a Secretaria da Fazenda do Pará proibiu, arbitrariamente, a mesma de emitir notas fiscais e fazer comprar com a emissão da nota fiscal respectiva, em razão de a mesma se encontrar na condição de ativo não regular.Informa que a Secretaria da Fazenda do Estado do Pará suspendeu o cadastro da Impetrante, em razão da condição de ativo não regular, pelo não cumprimento de obrigações referentes aos períodos 01/2019; 02/2019; 03/2019; 04/2019, o que resultou no impedimento de emissão de notas fiscais e na impossibilidade de a Impetrante fazer compras.Relata que no dia 10/09/2018, a Receita Federal enviou para a Imperante a Comunicação de que esta havia sido excluída do Simples Nacional em razão do débito inscrito na CDA nº 366092260.Todavia, ciente de que se tratava de um engano, a Impetrante protocolou pedido de extinção do Débito (CDA nº 366092260) e a volta para o regime simplificado, uma vez que a dívida tinha sido extinta por parcelamento.Entretanto, a Administração Tributária Federal não analisou o pedido da Contribuinte Impetrante com rapidez.Assim, considerando a sua exclusão do Simples e a necessidade de fazer o requerimento de readmissão no

regime dentro do prazo regulamentar, isto é, até o dia 31 de janeiro de 2019, a empresa protocolou pedido de adesão ao regime simplificado no dia 24/01/2019.Entretanto, situação está pendente de julgamento pela Receita Federal, o que leva a Impetrante a ficar absolutamente impedida de enviar as informações para a SEFA, uma vez que, simplesmente, ela está sem regime de tributação.Diante da suspensão da Inscrição Estadual do contribuinte encontra-se impossibilitada de prestar serviço objeto de sua atividade comercial, em face de ato ilegal coercitivo para cobrança de tributo.Requer a concessão de liminar para determinar que a autoridade coatora promova a reativação da Inscrição Estadual da Impetrante ora suspensa.Relatados, passo a análise do pedido de liminar. Cediço que a medida liminar possui natureza acautelatória, fundada no poder discricionário do julgador a impedir provisoriamente a continuidade da produção dos efeitos do ato guerreado, desde que presentes a relevância do fundamento da impetração e a possibilidade da ocorrência de dano irreparável ou de difícil reparação, face ao normal andamento do processo até a decisão de mérito, se procedente o pedido, capaz de ameaçar a eficácia da medida, segundo inteligência do inciso III do artigo 7º da Lei nº 12.016/2009.No exame próprio desta fase, percebe-se que a impetrante fundamenta o presente mandado de segurança na alegação de que foi impedida de emitir Nota Fiscal Eletrônica por se encontrar em ?ativo não regular? junto ao sistema da SEFA, impedimento cujo objetivo é forçá-la ao pagamento do tributo que o Fisco entende como devido.No caso em análise, vislumbra-se a presença dos requisitos dofumus boni jurise dopericulum in mora, consistente na relevância dos motivos em que se assenta o pedido inicial e a possibilidade da ocorrência de lesão irreversível ao direito da impetrante ou dano de difícil reparação (de ordem patrimonial), posto que a impetrante encontra-se sofrendo uma forma de coação para pagamento de supostos débitos, sem a possibilidade de um devido processo legal.A análise sumária dos elementos de prova dos autos revela estarem presentes os pressupostos autorizadores para a concessão da medida liminar, ou seja, o fumus boni juris e o periculum in mora, considerando-se as disposições legais quanto à forma de cobrança de tributos e o evidente prejuízo quanto a suspensão da inscrição estadual, posto que com a suspensão da inscrição a Impetrante fica impedida de exercer ao direito do livre exercício da atividade econômica.Observa-se que a legislação e jurisprudência contemplam o provimento preventivo em mandado de segurança, que visa evitar lesão a direito, desde que exista a situação concreta e ameaça iminente de lesão ao direito invocado, situação concreta que resta comprovada nos autos.É pacífico o entendimento de que cabe mandado de segurança com pedido preventivo em matéria tributária. Neste sentido colaciona-se jurisprudência do STJ: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA PREVENTIVO.VIABILIDADE. SÚMULA 282/STF. LEGISLAÇÃO MUNICIPAL. SÚMULA 280/STF.1. Cabe Mandado de Segurança preventivo em matéria tributária, se houver justo receio de o Fisco exigir o tributo impugnado, o que se verifica, in casu. (AgRg no REsp. n.º 1.140.425/PE, 2.ª T., rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJU de02/02/2010). O periculum in mora é configurado pelos plausíveis risco de dano que a suspensão da situação cadastral da impetrante poderá causar à atividade econômica.Diante do exposto, fundamentada no artigo 7º, III, da Lei nº 12.016/2009, concedo a medida liminar requerida, no sentido de determinarque as autoridades coatoras promovam a reativação da Inscrição Estadual da autora, nº 15.000.666-7,para o exercício regular de sua atividade econômica, bem como emissão de notas fiscais e o direito de efetivar compras;Na hipótese de descumprimento deste provimento, arbitro desde logo a multa diária de R$-5.000,00 (cinco mil reais), até o limite máximo de R$-50.000,00 (cinquenta mil reais), sujeita à responsabilidade solidária do Estado e do agente ou servidor público que obstar ao cumprimento da tutela concedida.(art. 537 do CPC).Intime-se e oficie-se as autoridades coatoras para cumprimento da presente decisão, notificando-as para prestarem informações no prazo de 10 (dez) dias, bem como dê-se ciência do feitoàpessoa jurídica de direito público interessada, por meio de seu representante judicial, nos termos dos incisos I e II do artigo 7ºda Lei nº12.016/2009.Após o decurso do prazo para informações, abram-se vista ao Ministério Público, para parecer no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 12 da Lei Mandamental.Cadastre-se o Estado do Paráno polo passivo para fins de intimação e notificação.Cumpra-se como medida de urgência. Belém, 27 de junho de 2019. Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

Número do processo: 0823012-52.2019.8.14.0301 Participação: IMPETRANTE Nome: BK BRASIL OPERACAO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A. Participação: ADVOGADO Nome: RICARDO ALESSANDRO CASTAGNAOAB: 174040/SP Participação: IMPETRANTE Nome: BK BRASIL OPERACAO E ASSESSORIA A RESTAURANTES S.A. Participação: ADVOGADO Nome: RICARDO ALESSANDRO CASTAGNAOAB: 174040/SP Participação: IMPETRADO Nome: Subsecretário da Administração Tributária do Estado do Pará Participação: IMPETRADO Nome: Coordenador Executivo

Regional de Administração Tributária e Não-Tributária de Belém Participação: IMPETRADO Nome: ESTADO DO PARAR.H. I- Reservo-me para apreciar o pedido de liminar após as manifestações prestadas pela autoridade coatora e pelo Ministério Público;II- Notifique-se as autoridades apontadas como coatoras para prestar as informações de estilo no prazo legal de 10 (dez) dias.III- Após o decurso do prazo para informações, abram-se vista ao Ministério Público, para parecer no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 12 da Lei Mandamental;IV- Cadastre-se o Estado do Pará como parte na presente ação e notifique-se o Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 7º, II da Lei 12016/09.V- Por fim, remetam-se os autos conclusos.Int. e Dil. Belém- PA, 27 de junho de 2019. Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

Número do processo: 0873854-70.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Participação: ADVOGADO Nome: ANDREA ALMEIDA SOARESOAB: 213367/SP Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTA MARIA CAPELA LOPES SIROTHEAUOAB: 14049/PA Participação: ADVOGADO Nome: DANIELLE NUNES VALLEOAB: 11542/PA Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARADECISÃOVistos, etc.PETRÓLEO BRASILEIRO S/A ? PETROBRAS, qualificado nos autos, ajuizou a presenteAÇÃO ANULATÓRIA COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELAem face do ESTADO DO PARÁ.Afirma a autorapor meio de ação fiscalizadora, os auditores da Secretaria Executiva de Fazenda do Estado do Pará lavraram, contra a autora, o Auto de Infração e Noti ficação Fiscal n.º17.2015.510000318-5,no valor de R$ 6.032.913,00 (seis milhões, trinta e dois mil, novecentos e treze reais), alegando violação aos dispositivos da legislação tributária deste Estado.Que em sede de impugnação administrativa, a autora expôs a nulidade do AINF, uma vez que a diferença entre saídas e entradas de estoque que motivou a autuação, diversamente do que entende o fisco, não se trata de diferença de estoque, no que não configura a existência de ICMS a ser recolhido. Pretendendo demonstrar o equívoco da autuação, a Petrobras requereu a realização de prova pericial, o que foi indeferido.Esgotando a esfera de defesa administrativa sem que ao contribuinte fosse possibilitado demonstrar à autoridade fiscal a verdade real.Requer em sede de tutelaantecipada asuspensão da exigibilidade dos créditos tributários, processo administrativo fiscal nºº 172015510000318, nos termos do art. 151, inciso V, do CTN,bem como que sejadeterminada a expedição de Certidão Negativa de Débito Fiscal. A autoridade judiciária se reservou para análise do pedido liminar após apresentação da contestação nos autos.Citado, o Estado do Pará apresentou contestaçãono ID.Num. 8917088. Brevemente relatados,Decido. Cuida a presente decisão exclusivamente da análise do pedido em sede de tutela antecipada.São requisitos para a concessão da tutela provisória de urgência antecipada requerida de forma antecedentea demonstração de elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco do resultado útil do processo (art. 300 c/c 303, caput, CPC).Observa-se que a questão controvertida dos presentes autos é de fato e de direito, não havendo nos autos, por este momento, elementos que justifiquem a concessão da tutela requerida, salvo o fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, contudo, para a concessão da tutela é imprescindível que se verifiquem em análise sumaríssima, própria desta fase, todos os elementos em conjunto, o que não foi possível visualizar. Não vislumbro nos autos prova inequívoca que induza à verossimilhança das alegações do autor, não entendendo como prova inequívoca referida pelo art. 300 do CPC, a suspensão do art. 108, do Decreto nº 4676/2001 e da Instrução Normativa nº 13/2005. O inconformismo da requerente tem por base a impugnação dos AINFs, por entendertotal insubsistência da exação fiscal através de inequívoca prova documental.Ocorre que,mencionados AINFs descrevem a infração e o enquadramento legal, expondo a ocorrência, a infringência e sua consequente penalidade, requisitos exigidos legalmente e suficientes para compreensão da Infração. Em relação ao requerimento da suspensão de exigibilidade do crédito sem o oferecimento de garantia, tem-se que o art. 151 do CTN é claro ao dispor as hipóteses que possibilitam a suspensão da exigibilidade do crédito, senão vejamos:Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I - moratória; II - o depósito do seu montante integral; III - as reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; IV - a concessão de medida liminar em mandado de segurança. V ? a concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;(Incluído pela Lcp nº 104, de 2001) VI ? o parcelamento.(Incluído pela Lcp nº 104, de 2001) Parágrafo único. O disposto neste artigo não dispensa o cumprimento das obrigações assessórios dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes Dentre as hipóteses acima expostas apenas o depósito do seu montante integral é idôneo para suspensão do crédito, não havendo a possibilidade de suspensão por outras formas de garantia do juízo, nesse sentido: Ementa:AGRAVO INOMINADO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - MEDIDA CAUTELAR -

CRÉDITOTRIBUTÁRIO-CAUÇÃO- CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITO COM EFEITO DE NEGATIVA - POSSIBILIDADE - JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ - NEGATIVA DE SEGUIMENTO - MANUTENÇÃO. - Admite-se acauçãorealcomo meioparaobtenção de certidão positiva com efeito de negativa,sem que haja suspensão da exigibilidade do crédito tributário em aberto. (PROCESSO: AGV 10024122509888003 MG; RELATOR: Elias Camilo; JULGAMENTO: 03/04/2014; ÓRGÃO JULGADOR: TJMG Câmaras Civeis/ 3ª Câmara Cível; PUBLICAÇÃO: 22.04.2014) TRIBUTÁRIO. CAUÇÃO E CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA. ART.206,CTN. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL.É perfeitamente possível obter-se certidão positiva, com efeitos de negativa, na forma do art.206,CTN, mediante caução suficiente de bens, evitando-se a contradição de assegurar-se tal declaração a quem já responde execução e negando-se a mesma a quem, solvente, não se encontra submisso a processo judicial e arcará com gravosa situação quanto a sua atividade empresarial. CAUÇÃO. GARANTIA REAL. SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO. ANTECIPAÇÃO DA TUTELA E ARTIGO151,V,CTN. DESCABIMENTO. A suspensão da exigibilidade do crédito tributário só é cabível nas hipóteses expressamente previstas no artigo151,CTN,dentre as quais não está arrolada a prestação de caução consistente na oferta de garantia real,a afastar a verossimilhança da alegação, inviabilizando, assim, a antecipação da tutela pleiteada. (Agravo de Instrumento Nº 70056985724, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Armínio José Abreu Lima da Rosa, Julgado em 20/11/2013) PROCESSUAL CIVIL - MEDIDA CAUTELAR DE CAUÇÃO REAL IMOBILIÁRIA: POSSÍVEL COMO GARANTIA PARA EXPEDIÇÃO DE CPD-EN, SEM SUSPENSÃO DA EXIGIBILIDADE - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA 1- Seja para garantia do juízo em futura execução fiscal ou como garantia dos débitos tributários cuja nulidade eventualmente se pretenda discutir em ação ordinária, o devedor pode caucionar, em processo cautelar específico e autônomo, bens suficientes em ordem a que se lhe expeça CPD-EN. 2- O STJ (REsp nº 1.307.961/MT) abona caução real, quando jurídica e economicamente hábil (e, até onde consta, era o caso) se apenas ofertada para - como garantia que é - assegurar CPD-EN (art. 206/CTN),sem, todavia, atração dos efeitos do art. 151/CTNou exclusão/suspensão do CADIN. 3- Apelação da FN e remessa oficial não providas. 4- Peças liberadas pelo Relator, em Brasília, 28 de janeiro de 2014., para publicação do acórdão.(AC 77516320114013500 GO 0007751-63.2011.4.01.3500 ; RELATOR: DESEMBARGADOR FEDERAL LUCIANO TOLENTINO AMARAL;JULGAMENTO: 28/01/2014 ;SÉTIMA TURMA TRF1; e-DJF1 p.1180 de 07/02/2014) Nas lições de João Aurino de Melo Filho, em sua obra Execução Fiscal Aplicada, 2016 expõe que ?o depósito preparatório, então, não deve ser considerado pressuposto, mas, sim, uma das possibilidades, no bojo da ação anulatória, de suspensão da exigibilidade do crédito; e, havendo execução fiscal ajuizada, de garanti-la, o que levará a suspensão do prosseguimento dos atos expropriatórios?. Ante o exposto, fundamentada nos artigos 294 e 300 do Código de Processo Civil e art. 151 do CTN, não reconhecendo a ocorrência dos requisitos necessários à concessão da tutela provisória de urgência para suspensão da exigibilidade do crédito, pelo que,INDEFIRO A tutela de urgência requerida e demais pedidos relacionados.Considerando a contestação apresentada nos autos, intime-se o requerente para apresentação de réplica à contestação, no prazo legal. Intimem-se as partes desta decisão. Belém, 26 de junho de 2019. Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular da 3º Vara de Execução Fiscal

Número do processo: 0862077-88.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: CRBS S/A Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTA CISNEIROS BIONDIOAB: 34775/PE Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTIOAB: 19353/PE Participação: REQUERIDO Nome: ESTADO DO PARADECISÃO CRBS S/A, em petição no ID. Num. 9797471/ Num. 9797956, afirma que em razão de sua atual situação cadastral perante a Secretaria de Fazenda do Estado do Pará (Ativo ? Não Regular), impedindo a regularidade fiscal da empresa, conforme se verifica em consulta feita ao portal da SEFA/PA.Informa que o status de ativo do débito imputou à Inscrição Estadual nº 15.357.255-8, a qual está vinculado, a situação ?ativo não regular? por sua vez, tem gerado grandes transtornos a autora, uma vez que, em razão do indevido status de irregularidade, a SEFA/PA impõe o recolhimento antecipado do ICMS e, consequentemente, efetua retenção de mercadorias, conforme podemos verificar nos dois Termos de Apreensão e Depósito (TAD) lavradosRequerendo que a garantia apresentada seja meio suficiente e idôneo para resguardar totalmente a regularidade fiscal da autora, inclusive determinando a imediata alteração do status da inscrição estadual nº 15.357.255-8 para REGULAR, permitindo, dessa forma, a normal realização de todas as fases da operação da empresa, incluindo o trânsito em Postos Fiscais do Estado.Reitera o pedido acima via petição do ID. Num. 10163124/Num. 10163125.É o sucinto relatório.No caso em tela, verifica-se a ilegalidade e abusividade

apontadas, ferindo a segurança jurídica, onde a requerendo se encontra sofrendo lesão grave e de difícil reparação, uma vez que está sendocerceado seu direito ao pleno exercício de sua atividade comercial.Como cediço, em caso de inadimplemento de crédito tributário, o Fisco Estadual poderá realizar sua função fiscalizadora e tributária, utilizando os instrumentos previstos na legislação processual, com o devido respeito ao contraditório e ampla defesa.No tocante aoperigo de dano,ressalta-se ser inquestionável o direito da parte demanter sua regularidade fiscal e não sofrer desde logo as consequências de uma inscrição em cadastro de adimplentes antes de ajuizada a ação executiva. Restando, portanto, evidente a necessidade de concessão da tutela provisória de urgência requerida para fins de resguardar a parte autora de dano certo e iminente, sendo inquestionável que a autora necessita estar em situação de regularidade para manutenção de suas atividades. Ademais,écediço que o simples fato de possuir crédito tributário lavrado contra si acarreta inúmeras restriçõesàsua atividade comercial.Além disto, não háqualquer perigo irreversívelao Estado, que estaráresguardado com a garantia do crédito tributário, estando a presente tutela de urgência de natureza antecipada em total consonância com o art. 300,§3º, CPC, que veda a concessão de tutela quando houver perigo de irreversibilidadedos efeitos da decisão.No caso presente, observa-se que a finalidade é desde logo de viabilizar a realização e a fruição do direito de regularização fiscal, o que é perfeitamente possível e legal, diante da probabilidade do direito autor.Ante o exposto, fundamentada nos artigos 294 e 300 do Código de Processo Civil, e em complementação a Decisão de tutela antecipada, DETERMINO que o Fisco Estadual promova a alteração da situação cadastral da Empresa-Autora, para ?Ativa Regular?, da Inscrição Estadual, nº 15.357.255-8.Independente do julgamento antecipado da lide, digam as partes se ainda pretendem produzir alguma prova, especificando-a, no prazo de 15 (quinze) dias.Decorrido o prazo acima referido, certifique-se e voltem os autos conclusos.Intimem-se.Belém, 16 de maio de 2019. Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

Número do processo: 0831412-55.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: MARIVALBER GUIMARAES DE LIMA Participação: ADVOGADO Nome: RAYLA ADRIANA PEREIRA PINTO SOUSAOAB: 556PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE ARAUJO FERREIRAOAB: 7847PA Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARADecisãoR.H.1 - O Colendo Superior Tribunal de Justiça, em Acórdão proferido no Recurso Especial n. 1.692-023-MT, pela Primeira Seção, acolheu proposta do Exmo. Sr. Ministro Relator Herman Benjamin e afetou, sob o rito dos recursos repetitivos (art. 1.036 e ss do CPC), a questão atinenteàcontrovérsia da inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição de Energia Elétrica (TUSD) na base de cálculo do ICMS, originando o tema 986.2 ? Foi determinada a suspensão, em todo o território nacional, dos processos que versem sobre a matéria, individuais ou coletivos (art. 1.037, II, do CPC). 3 ? Sendo assim, determino a suspensão dos feitos que versam sobre a questão neste Juízo, em cumprimento à decisão exarada.4 ? Havendo definição de mérito pela instância superior, retornem conclusos para os fins de Direito.5- Conforme orientação da Resolução nº 235/CNJ, oficie-se ao NUGEP, à Coordenação de Recursos Extraordinários e Especiais, informando a relação de todos os processos correlacionados que forem suspensos, para a gestão do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, que informará o Juízo quando houver julgamento do tema.PRICBelém- PA, 27 de junho de 2019. Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

Número do processo: 0800404-60.2019.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: ESTADO DO PARA Participação: EXECUTADO Nome: RIOPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE APARAS DE PAPEL LTDA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNNO PEIXOTO JUCAOAB: 3960PAR.H.Cuida-se de Ação de Execução Fiscal em face de RIOPEL INDUSTRIA E COMERCIO DE APARAS DE PAPEL LTDA.Apresentada Exceção de Pré-Executividade c/c pedido de cancelamento de protesto e suspensão da exigibilidade das CDAS.Informa o Excepto propôs por meio do presente processo, em face do Excipiente, em 08 de janeiro de 2019, ?Execução Fiscal? com fulcro na Lei 6.830/80, anexando para tanto Certidões de Dívida Ativa emitidas em 06 de dezembro de 2018, referente à autuações dos anos de 2015, 2016 e 2017. O valor cobrado, naquele momento, era de R$17.911,09 (dezessete mil novecentos e onze reais e nove centavos).Que todos os AINF?s que deram origem as Inscrições na Dívida Ativa advém da seguinte infração descrita na LEI 5.530/89, ART. 78, III, "J"Requer, em tutela antecipada a suspensão da exigibilidade do crédito e a imediata sustação/cancelamento dos protestos lavrados em desfavor do

Executado com relação às CDAs cobradas nos autos.Relatei.Decido.Sabe-se que o procedimento do executivo fiscal contido na Lei 6.830/80 é altamente moroso e ineficiente, pois o percentual de êxito é baixíssimo e o devedor muitas vezes acaba promovendo o pagamento ou parcelamento no âmbito administrativo, a implicar a suspensão ou extinção do executivo fiscal.Nesse sentido o Conselho Nacional de Justiça, ao analisar ato da Corregedoria do TJRJ, que disciplinava o protesto cambiário de CDA, e ato da Corregedoria do TJGO, que disciplinava o protesto de sentenças judiciais, reconheceu a legalidade do procedimento de protesto de títulos executivos judiciais e extrajudicial, inclusive a CDA pelo fisco. Eis o pedido de providência: Processo: PP 00045375420092000000Julgamento: 6 de Abril de 2010Relator: MORGANA RICHA Ementa:CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA. PROTESTO EXTRAJUDICIAL. CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. LEGALIDADE DO ATO EXPEDIDO.Inexiste qualquer dispositivo legal ou regra que vede ou desautorize o protesto dos créditos inscritos em dívida ativa em momento prévio à propositura da ação judicial de execução, desde que observados os requisitos previstos na legislação correlata. Reconhecimento da legalidade do ato normativo expedido pela Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Por meio de nova alteração legislativa, corporificada pela promulgação da Lei nº 12.767/12 à Lei nº 9.492/1997, a qual trata dos protestos extrajudiciais, previu-se expressamente o protesto de certidões fazendárias- Certidões de Dívida Ativa (CDA) da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas.Art. 1º Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida.Parágrafo único. Incluem-se entre os títulos sujeitos a protesto as certidões de dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e das respectivas autarquias e fundações públicas. (Incluído pela Lei nº 12.767, de 2012) De maneira bastante ágil após a modificação normativa, o Pleno do Supremo Tribunal Federal, em julgado proferido no final de 2016, na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5135, firmou seu posicionamento sobre a constitucionalidade de tal medida, sob o fundamento de que ?o protesto das certidões de dívida ativa constitui mecanismo constitucional e legítimo por não restringir de forma desproporcional quaisquer direitos fundamentais garantidos aos contribuintes e, assim, não constituir sanção política?. (grifei)O STJ, após essa lei,modificou sua jurisprudênciae passou a admitir como legítimo o protesto deCDA: Informativo nº 0533 - Período: 12 de fevereiro de 2014.SEGUNDA TURMA: DIREITO TRIBUTÁRIO. PROTESTO DE CDA.É possível o protesto de Certidão de Dívida Ativa (CDA). No regime instituído pelo art. 1º da Lei 9.492/1997 ("Protesto é o ato formal e solene pelo qual se prova a inadimplência e o descumprimento de obrigação originada em títulos e outros documentos de dívida."), o protesto foi ampliado, desvinculando-se dos títulos estritamente cambiariformes para abranger todos e quaisquer "títulos ou documentos de dívida". Nesse sentido, há, tanto no STJ (REsp 750.805/RS) quanto na Justiça do Trabalho, precedentes que autorizam o protesto, por exemplo, de decisões judiciais condenatórias, líquidas e certas, transitadas em julgado. Dada a natureza bifronte do protesto - o qual representa, de um lado, instrumento para constituir o devedor em mora e provar a inadimplência e, de outro, modalidade alternativa para cobrança de dívida -, não é dado ao Poder Judiciário substituir-se à Administração para eleger, sob o enfoque da necessidade (utilidade ou conveniência), as políticas públicas para recuperação, no âmbito extrajudicial, da dívida ativa da Fazenda Pública. A manifestação sobre essa relevante matéria, com base na valoração da necessidade e pertinência desse instrumento extrajudicial de cobrança de dívida, carece de legitimação por romper com os princípios da independência dos poderes (art. 2º da CF) e da imparcialidade. Quanto aos argumentos de que o ordenamento jurídico (Lei 6.830/1980) já instituiu mecanismo para a recuperação do crédito fiscal e de que o sujeito passivo não participou da constituição do crédito, estes são falaciosos.A Lei das Execuções Fiscais disciplina exclusivamente a cobrança judicial da dívida ativa e não autoriza, por si, a conclusão de que veda, em caráter permanente, a instituição ou utilização de mecanismos de cobrança extrajudicial. A defesa da tese de impossibilidade do protesto seria razoável apenas se versasse sobre o "Auto de Lançamento", esse sim procedimento unilateral dotado de eficácia para imputar débito ao sujeito passivo.A inscrição em dívida ativa, de onde se origina a posterior extração da Certidão que poderá ser levada a protesto, decorre ou do exaurimento da instância administrativa (na qual foi possível impugnar o lançamento e interpor recursos administrativos) ou de documento de confissão de dívida, apresentado pelo próprio devedor (como o DCTF, a GIA e o Termo de Confissão para adesão ao parcelamento).O sujeito passivo, portanto, não pode alegar que houve "surpresa" ou "abuso de poder" na extração da CDA, uma vez que esta pressupõe sua participação na apuração do débito.Note-se, aliás, que o preenchimento e entrega da DCTF ou GIA (documentos de confissão de dívida) corresponde integralmente ao ato do emitente de cheque, nota promissória ou letra de câmbio.Outrossim, a possibilidade do protesto da CDA não implica ofensa aos princípios do contraditório e do devido processo legal, pois subsiste, para todo e qualquer efeito, o controle jurisdicional, mediante provocação da parte interessada, em relação à higidez do título levado a protesto.

Ademais, a Lei 9.492/1997 deve ser interpretada em conjunto com o contexto histórico e social. De acordo com o "II Pacto Republicano de Estado por um sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo", definiu-se como meta específica para dar agilidade e efetividade à prestação jurisdicional a "revisão da legislação referente à cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública, com vistas à racionalização dos procedimentos em âmbito judicial e administrativo". Nesse sentido, o CNJ considerou que estão conformes com o princípio da legalidade normas expedidas pelas Corregedorias de Justiça dos Estados do Rio de Janeiro e de Goiás que, respectivamente, orientam seus órgãos a providenciar e admitir o protesto de CDA e de sentenças condenatórias transitadas em julgado, relacionadas às obrigações alimentares. A interpretação contextualizada da Lei 9.492/1997 representa medida que corrobora a tendência moderna de intersecção dos regimes jurídicos próprios do Direito Público e Privado. REsp 1.126.515-PR, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 3/12/2013.(grifo nosso) É de amplo conhecimento dos aplicadores do direito que a jurisprudência do STF veda sanções que interfiram no funcionamento legítimo da empresa de forma a coagi-la a pagar impostos, contudo, a cobrança das CDA?s via protesto não se consubstancia em uma sanção, mas sim em um meio legal de cobrança extrajudicial que pode ser adotada pela Fazenda Pública, sem prejuízo da competente execução fiscal.Igualmente importante o registro de que a cobrança extrajudicial da CDA não viola em momento algum o devido processo legal, pois, o fato de haver o protesto não impede o devedor, o contribuinte, de questionar judicialmente a dívida ou a legitimidade do próprio protesto.Para além, a cobrança extrajudicial da CDA, por meio do protesto, é uma modalidade menos invasiva aos direitos do contribuinte quando comparada a uma execução fiscal, na esteira em que esta última viabiliza a penhora dos mais diversos bens do devedor até o limite da dívida.Processo: 10194785620168260053 SP 1019478-56.2016.8.26.0053Orgão Julgador: 12ª Câmara de Direito PúblicoPublicação: 06/10/2017Julgamento: 6 de Outubro de 2017Relator: Souza NeryEmenta: APELAÇÃO. PROTESTO DE CDA. ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE, ILEGALIDADE E INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI QUE PERMITE O PROTESTO DE CDA.Admissível o protesto da CDA, uma vez que já foi reconhecida a constitucionalidade da Lei Federal12.767/12, de 28 de dezembro, consoante decidido na Arguição de Inconstitucionalidade nº 0007169-19.2015.8.26.0000, julgada em 29.04.2015. Sentença mantida. RECURSO NÃO PROVIDO. Processo: 22185174520178260000 SP 2218517-45.2017.8.26.0000Orgão Julgador: 2ª Câmara de Direito PúblicoPublicação: 18/06/2018Julgamento:18 de Junho de 2018Relator: Alves Braga JuniorEmenta: EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. PROTESTO DE CDA.Decisão que reconheceu a legalidade de protesto de CDA. Constitucionalidade da Lei12.767/12 reconhecida pelo col. Órgão Especial, na Arguição de Inconstitucionalidade nº 0007169-19.2015.8.26.0000. Protesto possível e legítimo. Base de cálculo da multa bem como juros moratórios da multa aplicados nos termos da Lei nº6.734/89, com redação dada pela Lei nº13.918/09. RECURSO NÃO PROVIDO. Assim, restou decidido em decisão aos Tribunais Superiores que para que sanção política se caracterize são necessárias três condições: (i) a inviabilidade da atividade econômica, (ii) a afastabilidade de apreciação pelo Poder Judiciário e (iii) a desproporcionalidade na utilização do instrumento. Sem maiores delongas, é evidente que protesto de CDA não guarda pertinência com nenhuma com os elementos que a caracterizam.No tocante ao princípio de conservação da empresa, em que pese sua importância, é importante ter em mente que: (i) ele não tem assento constitucional; (ii) não pode ser de escudo para a inadimplência tributária ou instrumento para dificultar ou criar embaraços à cobrança do crédito público. Neste diapasão, é pacífico, por outro lado, o entendimento segundo o qual a exceção de pré-executividade não pode ser manejada para discussão de matérias que demandem dilação probatória. No mesmo sentido caminha o entendimento dos Tribunais pátrios: AGRAVO INOMINADO - AGRAVO DE INSTRUMENTO - NEGATIVA DE SEGUIMENTO - EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE - NULIDADES DO TÍTULO EXECUTIVO - EMBARGOSÀEXECUÇÃO FISCAL - RECURSO IMPROVIDO.1. A exceção de pré-executividade - ainda que constituída de mera petição direcionada ao Juízo - , admitida em nosso direito por construção doutrinário-jurisprudencial,écabível para defesa atinente a matéria de ordem pública, tais como a ausência das condições da ação e dos pressupostos de desenvolvimento válido do processo. A nulidade formal e material da certidão de dívida ativaématéria que o juiz pode conhecer de plano, sem necessidade de garantia da execução ou interposição dos embargos, sendo a exceção de pré-executividade via apropriada para tanto.2. A jurisprudência do STJ e desta Corte aquiesce ao restringir a exceção de pré-executividadeàs matérias reconhecíveis de ofício e aos casos aferíveis de plano, sem necessidade de contraditório e dilação probatória (STJ, ADRESP n.º363419, Relator Ministro Francisco Falcão, DJ 02.12.02; STJ, RESP 392308, Relatora Ministra Eliana Calmon, DJ 07.10.02; STJ, RESP 388389, Relator Ministro JoséDelgado, DJ 09.09.02; STJ, RESP 232076, Relator Ministro Milton Luiz Pereira, DJ 25.03.02; TRF 3.ªRegião, AG 115464, Desembargador Federal Roberto Haddad, 1.ªTurma, DJ 10.09.02; TRF 3.ªRegião, AG 125878, Juíza Federal Convocada Ritinha Stevenson, 6.ªTurma, DJ 24.07.02; TRF

3.ªRegião, AG 145336, Juiz Federal Convocado Manoel Alvares, 4.ªTurma, DJ 18.11.02; TRF 3.ªRegião, AGIAG 132547, Desembargador Federal Carlos Muta, 3.ªTurma, DJ 10.04.02).3. As alegações aventadas pela agravante comportam discussão, com estabelecimento do contraditório, medida insusceptível de debate em sede de exceção de pré-executividade.4. A Certidão de Dívida Ativa foi regularmente inscrita, apresentando todos os requisitos obrigatórios previstos nos artigos 2º,§5º, da Lei n.º6.830/80 e 202 do Código Tributário Nacional e goza de presunção de liquidez e certeza, somente ilidida por prova inequívoca a cargo da embargante, nos termos do artigo 3º, parágrafoúnico, da LEF, não produzida na espécie.2º§5º6.830 e 202 Código Tributário Nacional3ºparágrafoúnicoLEF5.Nos termos do§1ºdo art. 6ºda Lei n.º6.830/80, a petição inicial da execução fiscal seráacompanhada da Certidão da Dívida Ativa, documento suficiente a comprovar o crédito fazendário, não exigindo a lei qualquer outro elemento, tal como o processo administrativo ou memória de cálculo.§1º6º6.8306.Para os tributos sujeitos ao lançamento por homologação, a constituição definitiva do crédito se dácom a entrega ao fisco da Declaração de Contribuições de Tributos Federais (DCTF) ou similar, como na hipótese dos autos. Assim, desnecessário lançamento pela autoridade fiscal. Nesse sentido: STJ, 1ªTurma, REsp. n.º2003/0012094-0, Rel. Min. Luiz Fux, j. 05.06.2003, DJ 23.06.2003; TRF3, 6ªTurma, AC n.º89030069340, Rel. Des. Fed. Mairan Maia, j. 21.03.2001, DJU 13.06.2001, p. 545. 7.Legítima a incidência da taxa SELIC sobre o valor do débito exequendo, pois composta de taxa de juros e correção monetária, a partir de 1ºde janeiro de 1996. Inadmissível sua cumulação com quaisquer outrosíndices de correção monetária e juros, afastando-se, dessa forma, as alegações de capitalização de juros e de ocorrência de bis in idem. 8.De acordo com o art. 161,§1ºdo CTN, em não havendo disposição legal em contrário, os juros serão calculadosàbase de 1% ao mês. Na espécie, verifica-se que a atualização monetária e os juros foram calculados exclusivamente pela taxa selic, que como exposto anteriormenteélegítima. 8. Quantoàmulta moratória, sua imposição objetiva penalizar o contribuinte em razão do atraso no recolhimento do tributo, sendo inaplicável na espécie a multa nos parâmetros do art. 52 do CDC, vez que se destinam apenasàs relações de consumo, e, fixada em 20% (vinte por cento) estáem consonância com a legislação aplicável aos débitos decorrentes de tributos e contribuições administrados pela Receita Federal. 9. A questão sobre a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo da COFINS deve ser remetidaàs vias ordinárias, porquanto não compatível do sumário "rito" da exceção de pré-executividade. 10. Não trazendo a agravante argumentos relevantes, entendo pela manutenção da decisão agravada. 11. Agravo inominado improvido.constituição161§1ºCTN52CDC(33707 SP 2010.03.00.033707-1, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL NERY JUNIOR, Data de Julgamento: 31/03/2011, TERCEIRA TURMA) Analisados os autos, verifica-se a ausência, de plano, de provas capazes e reconhecíveis de ofício, para invalidar a CDA e a Execução Fiscal.Dessa forma, em razão da questão levantada pelo excipiente dependerem de dilação probatória,éincabível a presente Exceção de Pré-executividade.A jurisprudência jáse manifestou no sentido de que as alegações contidas em sede de objeção de pré-executividade devem ser de plano comprovadas pela parte interessada, bem como que somente poderão ser discutidas matérias de ordem pública que possam ser reconhecidas ex officio pelo juízo, conforme arestos a seguir transcritos: PROCESSO CIVIL?RECURSO ESPECIAL INTERPOSTO PELA ALÍNEA "C"?AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO ESPECÍFICA DO DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO?SÚMULA 284 DO STF?EXECUÇÃO FISCAL?SÓCIO INDICADO NA CDA?EXCEÇÃO DEPRÉ-EXECUTIVIDADE?NECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA?IMPOSSIBILIDADE?SÚMULA 83 DO STJ.1. A jurisprudência desta Corte orienta-se no sentido de que "a falta de particularização do dispositivo de lei federal a que os acórdãos - recorrido e paradigma - tenham dado interpretação discrepante constituióbice ao exame do recurso especial fundado no permissivo constitucional da alínea 'c'. Inteligência do enunciado 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal" (REsp 468.944/RS, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJ12.5.2003).2. Ademais, a Primeira Seção, em razão do art. 543-C do CPC, apreciou o REsp 1.104.900/ES, ratificando o entendimento de que a Exceção de Pré-Executividade constitui meio legítimo para discutir a matéria,desde que desnecessária a dilação probatória.3.In casu,entendeu o Tribunal de origem:"Havendo sido incluído na CDA o nome do executado, sua exclusão do pólo passivo da execução fiscal sópode ser alcançada em sede de embargosàexecução ou ação anulatória, com o afastamento da presunção juris tantum de certeza e liquidez daquele título executivo" .Incidência da Súmula 83/STJ.Agravo regimental improvido.(AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº1.129.446 - RJ (2009/0142462-2). RELATOR : MINISTRO HUMBERTO MARTINS.Disponível em :https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/. Acessado em 07.04.2010).https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/Abre_Documento.asp?sSeq=950841&sReg=200901424622&sData=20100318&formato=PDF No caso concreto a requerente peticiona pelo cancelamento imediato do protesto das CDAs cobradas nos autos, em face da nulidade do Processo Administrativo.Assim, não se vislumbra fundamentos para determinar o imediato cancelamento do protestoem desfavor do Executado com relação às CDAs cobradas nos autos.Diante o exposto, indefiro o

pedido de cancelamento/sustação de Protesto Extrajudicial, uma vez que o protesto da respectiva CDA é um mecanismo perfeitamente legítimo de cobrança do crédito fazendário, pelo querejeito o processamento da presente Exceção de Pré-executividade, prosseguindo-se a execução em todos os seus termos.P.R.I.CBelém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular da 3º Vara de Execução Fiscal da Capital

Número do processo: 0317290-02.2016.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: ESTADO DO PARA Participação: EXECUTADO Nome: MOBIS BRASIL FABRICACAO DE AUTO PECAS LTDA Participação: ADVOGADO Nome: LUCIMARA FERNANDESOAB: 321116/SP R.H.1. Considerando o lapso temporal decorrido desde aúltima manifestação nos autos, intime-se o Exequente para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as providências necessárias ao andamento do feito, em conformidade com os dados existentes no Sistema do Fisco Estadual, a saber, sobre a continuidade do feito ou extinção/suspensão, caso tenha havido pagamento ou parcelamento e valor atualizado da dívida para penhora de valores. 02. Decorrido o prazo, certifique-se, retornando os autos conclusos. 03. PRIC. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular da 3ªVara de Execução Fiscal

Número do processo: 0805133-32.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: LUIZ ROBERTO ASSUMPCAO Participação: ADVOGADO Nome: PEDRO HENRIQUE MOTA DUARTEOAB: 23003/PA Participação: ADVOGADO Nome: PEDRO DA COSTA DUARTE FILHOOAB: 384 Participação: ADVOGADO Nome: JUAREZ CARNEIRO LOPESOAB: 26710/PA Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARAVistos, etc. Cuida-se de AÇÃO ANULATÓRIA DE LANÇAMENTO DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA interposta porLUIZ ROBERTO ASSUMPÇÃO, em face do Estado do Pará.Aduz que a presente lide versa sobre o indevido Lançamento Tributário promovido pela Secretaria Estadual da Fazenda, ora Estado do Pará, pelo recolhimento do Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação de quaisquer bens ou direitos que já foi totalmente pago no Estado de São Paulo, onde o imóvel se localiza, na Rua Elvira Ferraz, nº 40 e 41, Vila Olímpia, São Paulo, SP.Aduz que recebeu a fração ideal de 5,36% (registro no cartório de bens imóveis, esboço de partilha e termo de ratificação anexos) por meio de herança no processo de inventário nº 0237637-51.2007.8.26.0100, processado na 2ª Vara de Família e Sucessões da Capital ?SP, e de uma doação realizada por sua mãe IDINIL TEREZINHA CANDEIAS, residente a época do fato na Rua Otávio Sinésio Aragão, nº 100, Bairro Cupecê, CEP nº 04652-260, São Paulo, SP .Informa que em 15 de maio de 2015, a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAPA) lavrou o Auto de Infração e Notificação Fiscal (AINF) nº 0120155100063663, com o objetivo de cobrar o valor de R$ 36.329,15 (trinta e seis mil duzentos e vinte e nove reais e quinze centavos) relativos ao ITCMD.O qual foi impugnado administrativamente, sendo a decisão da Julgadoria de Primeira Instância parcialmente procedente, excluindo da base cálculo os valores já pagos ao Estado de São Paulo, entretanto não levou em consideração o fato de o saldo remanescente ser decorrente da venda do imóvel recebido por herança, e tanto este quanto o domicílio do doador estarem localizados em São Paulo. O Requerente recorreu ao Tribunal Administrativo de Recursos Fazendários, entretanto a decisão foi mantida.Requer em tutela de urgência pleiteada a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, conforme o disposto no artigo 151, V, CTN, e sustar a execução fiscal nº 0866561-49.2018.8.14.0301.Juntou documentos. Brevemente relatados, decido. Preliminarmente, determino o apensamento aos autos do processo de Execução Fiscal nº0866561-49.2018.8.14.0301. Cuida a presente decisão exclusivamente da análise do pedido em sede de Tutela de Urgência.O instituto da tutela de urgência é regido pelo comando normativo do art. 300 do CPC, cujo teor transcrevo a seguir: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Analisado primeiramente o pedido de tutela de urgência que se funda no art. 300 do CPC verifico que para concessão de tutela é necessária a demonstração da probabilidade do direito, somando ao perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.Portanto, deve estar comprovada a probabilidade do direito e do perigo de dano.Sabe-se que oImposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação - ITCMD, é um tributo de competência dos Estados e do Distrito Federal, cujo fato gerador é a transmissão causa mortis de imóveis e a doação de quaisquer bens ou direitos, conforme Constituição Federal - artigo 155, I e § 1º e artigos 35 a 42 do CTN.O ITCMD pode advir de situações em que a doação ou a transmissão ocorra em Estado diverso do competente para recolher o imposto em questão. A CF define parâmetros de competência para tal definição, a saber:Art. 155 (...), § 1º (...):I - relativamentea bens imóveise respectivos

direitos,compete ao Estado da situação do bem, ou ao Distrito Federal.II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal.Observa-se que a questão controvertida dos presentes autos reside, em síntese, na discussão acerca da legalidade dos AINF nº0120155100063663, o qual possui como objetivo específico a verificação do fato gerador da incidência do ITCMD.Verifica-se através dos documentos anexados pelo autor, elementos que evidenciam a probabilidade do seu direito, uma vez que consta nos autos o pagamento do ITMCD ao Estado da situação do imóvel, entre outros documentos do inventário e contrato de compromisso de venda e compra do imóvel objeto da ação;No tocante aoperigo de dano,ressalta-se ser inquestionável o direito da parte demanter sua regularidade fiscal e não sofrer desde logo as consequências de uma inscrição em cadastro de adimplentes antes de ajuizada a ação executiva. Restando, portanto, evidente a necessidade de concessão da tutela provisória de urgência requerida para fins de resguardar a parte autora de dano certo e iminente. Ademais, é cediço que o simples fato de possuir crédito tributário lavrado contra si acarreta inúmeras restrições ao requerente.Além disto, não há qualquer perigo irreversívelao Estado, que estará resguardado com a garantia do crédito tributário, estando a presente tutela de urgência de natureza antecipada em total consonância com o art. 300, §3º, CPC, que veda a concessão de tutela quando houver perigo de irreversibilidadedos efeitos da decisão.Cabe frisar que considerando que a tutela provisória de urgência é gênero em que se inserem a tutela antecipada (tutela satisfativa) e a tutela cautelar, claro fica que a tutela provisória pode viabilizar uma decisão provisória capaz de satisfazer ou acautelar o direito, viabilizando desde logo a realização e a fruição do direito pela parte (tutela satisfativa) ou apenas assegurando que essa fruição tenha condições de eventual e futuramente ocorrer (tutela cautelar).Ante o exposto, fundamentada nos artigos 294 e 300 do Código de Processo Civil,DEFIRO, liminarmente, a tutela de urgência antecipada postulada, para determinar a suspensão da exigibilidade do crédito constante no AINF nº0120155100063663, nos termos do art. 151, V, do CTN, bem como a suspensão do processo de Execução Fiscal em apenso, até posterior decisão.P.R. e Intimem-se a autora, a SEFA /PA e a PGE/PA, dando ciência desta decisão.Cite-se o Estado do Pará, por seu Procurador Geral, para apresentar contestação no prazo legal.P.R.I.C.Belém, 27 de junho de 2018. Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

Número do processo: 0822800-31.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: GUSTAVO BEMERGUY SEFER Participação: ADVOGADO Nome: GUSTAVO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRAOAB: 14816/PA Participação: ADVOGADO Nome: MICHEL RODRIGUES VIANAOAB: 454-B Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO NOBRE MAIAOAB: 289 Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARA DESPACHO R.H. 01. Considerando que a petição inicial requer em sede liminar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário de ITCMD, oriundo do AINF nº012015510006020-6,bem como o cancelamento de eventual protesto de título e/ou imediata retirada do nome da parte autora junto aos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, reservo-me para apreciar o pedido de tutela antecipada, após o oferecimento da contestação aos autos. 02. Cite-se o(a) requerido(a),para, querendo, oferecer contestação à ação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia nos termos do art. 344 do CPC. 03. Decorrido o prazo contestatório, a réplica no prazo de 15 (quinze) dias, retornando, em seguida, conclusos. 04. Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019. Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

Número do processo: 0822799-46.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: RAFAEL BEMERGUY SEFER Participação: ADVOGADO Nome: GUSTAVO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRAOAB: 14816/PA Participação: ADVOGADO Nome: MICHEL RODRIGUES VIANAOAB: 454-B Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO NOBRE MAIAOAB: 289 Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARA DESPACHO R.H. 01. Considerando que a petição inicial requer em sede liminar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário de ITCMD, oriundo do AINF nº012015510001015-2,bem como o cancelamento de eventual protesto de título e/ou imediata retirada do nome da parte autora junto aos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito, reservo-me para apreciar o pedido de tutela antecipada, após o oferecimento da contestação aos autos. 02. Cite-se o(a) requerido(a),para, querendo, oferecer contestação à ação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia nos termos do art. 344 do CPC. 03. Decorrido o prazo contestatório, a réplica no prazo de 15 (quinze) dias, retornando, em seguida, conclusos. 04. Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019. Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular

da 3ª Vara de Execução Fiscal

Número do processo: 0800530-13.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: ANA RITA CARNEIRO MAIA Participação: ADVOGADO Nome: ADELMIRA CARNEIRO MAIAOAB: 3085PA Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARA Participação: RÉU Nome: SECRETARIA DA FAZENDA - SEFAVistos, etc.ANA RITA MAIA, qualificada na inicial, ajuizou a presente AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATIVA DE PROPRIEDADE E INEXIGENCIA DE DÉBITO DE IPVA C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGENCIA em face do ESTADO DO PARÁ.Aduz a autora na inicial, como base a Lei 6.017/1996 - do IPVA do Pará inciso VI do Art. 3º São isentos do pagamento do imposto os veículos de uso rodoviário com mais de dez anos de fabricação.Como Veículo gerador do protesto tem 16 anos de fabricação, se mostra irrefutável a ilegalidade do protesto e da inscrição no Serasa.Informa ainda que seu nome consta no banco de dados da Serasa e do cartório de protesto é causa de prejuízo e de dissabores e, não se justifica manter tais restrições de crédito enquanto se discute a ilegalidade da referida inscrição.Considerando que a autora não é mais o proprietário do bem, veículo marca/modelo GM/Celta, placa JUC-1234, ano de fabricação/modelo 2002 Renavam 782415890, o qual foi vendido desde 2008 para a empresa NetCar Veículos Ltda, aduz, ainda a ocorrência da prescrição originária da dívida, requer, liminarmente, a suspensão da exigibilidade dos créditos tributários referentes ao IPVA , bem como a sustação do protesto realizado em nome da autora, até decisão final.Juntou documentos.Em despacho inicial a autoridade judiciária se reservou a apreciação do pedido de tutela antecipada, deferindo os benefícios da justiça gratuita.Em contestação, o Estado do Pará nega os fatos conforme descrito na inicial, afirma o não reconhecimento da prescrição destacando que em nenhum momento da inicial houve a negação do débito. Ao final, requer o indeferimento da liminar, a improcedência dos pedidos da inicial, bem como o julgamento antecipado da lide. Brevemente relatados, decido. Cuida a presente decisão exclusivamente da análise do pedido em sede de Tutela de Urgência.O instituto da tutela de urgência é regido pelo comando normativo do art. 300 do CPC, cujo teor transcrevo a seguir: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Analisado primeiramente o pedido de tutela de urgência que se funda no art. 300 do CPC verifico que para concessão de tutela é necessária a demonstração da probabilidade do direito, somando ao perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.Portanto, deve estar comprovada a probabilidade do direito e do perigo de dano. A análise dos autos revela que estão presentes os pressupostos autorizadores da antecipação de tutela, quais sejam: a verossimilhança das alegações e fundado receio de dano de difícil reparação, visto constar dos autos prova inequívoca da cobrança feita o autor referente ao IPVA do exercício de2008, referente ao veículoGM/Celta,placa JUC-1234, ano de fabricação/modelo 2002, Renavam 782415890,portanto, presente a verossimilhança das alegações do autor. Reconhece-se que se não for concedida a tutela antecipada, a mesma continuaráa ser cobrada de dívida sobre a qual não tem qualquer responsabilidade, uma vez que o bem móvel foi vendido a terceiro, conforme faz prova os documentos da inicial, situação que enseja dano de difícil reparação, pois o autor pode ser inscrito em dívida ativa ou ser alvo de uma Ação de Execução Fiscal. Hájurisprudência nesse sentido, senão vejamos: EMENTA: OBRIGAÇÃO DE FAZER. INOVAÇÃO RECURSAL. COMUNICAÇÃO DA VENDA DE VEÍCULO. TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DO BEM. DÉBITOS DE IPVA. DÍVIDA ATIVA. DANO MORAL. VALORAÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. I - A PRETENSÃO RECURSAL DE APLICAÇÃO DO ART. 1º, § 1º, DA ORDEM DE SERVIÇO 191-SEF/DF, DE 04/12/02. É INOVAÇÃO RECURSAL E NÃO PODE SER APRECIADA. INTERPRETAÇÃO DO ART. 517 DO CPC. II - O ALIENANTE SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE INFORMAR AO DETRAN/DF A VENDA DO AUTOMÓVEL, NOS TERMOS DO ART. 134 DO CTB, ENCAMINHANDO AO ÓRGÃO PÚBLICO A CÓPIA AUTENTICADA DO DOCUMENTO DE TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO, PARA NÃO SE RESPONSABILIZAR SOLIDARIAMENTE PELAS PENALIDADES IMPOSTAS E SUAS REINCIDÊNCIAS APÓS A DATA DESSA COMUNICAÇÃO. III - O DETRAN/DF NÃO PODE EXIGIR DO AUTOR A OBRIGAÇÃO DE TRANSFERIR A TITULARIDADE DO VEÍCULO, POIS ESSE É DEVER DO TERCEIRO ADQUIRENTE, CONFORME DISPOSTO NO ART. 123, INC. I E § 1º, TAMBÉM DO CTB. IV - OS DÉBITOS DE IPVA REFERENTES A PERÍODO POSTERIOR À MENCIONADA COMUNICAÇÃO NÃO PODEM SER COBRADOS SOLIDARIAMENTE DO ANTIGO PROPRIETÁRIO QUE COMUNICOU A VENDA DO VEÍCULO AO ÓRGÃO PÚBLICO ENCARREGADO DO REGISTRO E LICENCIAMENTO, CONFORME PREVISÃO DO ART. 1º, § 8º, INC. III DA LEI 7.431/85. V - A INSCRIÇÃO INDEVIDA DO NOME DO AUTOR NA DÍVIDA ATIVA POR DÉBITO DE IPVA ENSEJA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. VI - A VALORAÇÃO DA COMPENSAÇÃO MORAL

DEVE OBSERVAR O PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE, A GRAVIDADE E A REPERCUSSÃO DOS FATOS, A INTENSIDADE E OS EFEITOS DA LESÃO. A SANÇÃO, POR SUA VEZ, DEVE OBSERVAR A FINALIDADE DIDÁTICO-PEDAGÓGICA, EVITAR VALOR EXCESSIVO OU ÍNFIMO, E OBJETIVAR SEMPRE O DESESTÍMULO À CONDUTA LESIVA. MAJORADO O VALOR FIXADO PELA R. SENTENÇA. VII - VENCIDA A FAZENDA PÚBLICA, OS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SERÃO ARBITRADOS NOS TERMOS DO § 4º, OBSERVADAS AS ALÍNEAS A, B E C DO § 3º, TODOS DO ART. 20 DO CPC. MAJORADA A VERBA HONORÁRIA FIXADA PELA R. SENTENÇA. VIII - APELAÇÃO DO AUTOR PROVIDA. APELAÇÃO DOS RÉUS DESPROVIDA.(TJ-DF - APC: 20120110194075 DF 0001342-06.2012.8.07.0018, Relator: VERA ANDRIGHI, Data de Julgamento: 31/07/2013, 6ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 06/08/2013 . Pág.: 359) Segundo a interpretação do artigo 155, III, da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Estadual nº 6.017, de 30.12.1996, o fato gerador do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores ? IPVA é precisamente a propriedade de veículo automotor aéreo, aquaviário e terrestre, sendo o sujeito passivo dessa obrigação tributária a pessoa, física ou jurídica, que a lei reconhece como proprietária do veículo, estando também elencados no artigo 12 dalegislação estadual,Lei nº 6.017/96 (Lei Estadual do Pará),os responsáveis solidários pelo pagamento do tributo, destacando-se o inciso I, que aponta o adquirente, em relação ao veículo adquirido sem o pagamento do imposto dos exercícios anteriores ou quando não comunicar a transferência. Destaca-se o teor da Súmula 585-STJ: A responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro ? CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação. STJ. 1ª Seção. Aprovada em 14/12/2016.Sabe-se que o art. 123, I e § 1º do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) determinam que, depois que a pessoa comprar um carro, ela deverá providenciar junto ao DETRAN, no prazo de 30 dias, a expedição de novo Certificado de Registro de Veículo (CRV). Por outro lado, o art. 134 do CTB determina que a pessoa que vendeu o veículo deverá encaminhar ao DETRAN, também no prazo de 30 dias, cópia autenticada do comprovante de transferência de propriedade, devidamente assinado e datado.Caso o vendedor não faça a comunicação ao Detran o vendedor (antigo proprietário) poderá ser responsabilizado solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação, o que não pode se confundir com a cobrança do IPVA.Ressalta-se que o art. 134 é expresso ao se referir a ?penalidades?. Assim, a responsabilidade solidária prevista neste dispositivo abrange apenas aspenalidades administrativas, ou seja, as infrações de trânsito, não sendo possível fazer uma interpretação ampliativa para criar uma responsabilidade tributária para o antigo proprietário, não prevista no CTN, em relação a imposto ou taxa incidente sobre veículo automotor, no que se refere ao período posterior à alienação. O art. 134 do CTB é norma relativa a trânsito e não pode ter seu âmbito de aplicação extrapolado para criar hipótese de responsabilidade tributária.Sabe-se, ainda, que éprática abusiva a apreensão de veículo como forma de coagir o cidadão a pagar os tributos devidos. Com fundamento na Lei 13.281/16, não é cabível a apreensão de carro por IPVA atrasado, pois viola o princípio do não confisco, bem como contraia as súmulas 70, 323 e 547 do Supremo Tribunal Federal.Além disto, não há qualquer perigo irreversível ao Estado, que estará resguardado com a garantia do crédito tributário, estando a presente tutela de urgência de natureza antecipada em total consonância com o art. 300, §3º, CPC, que veda a concessão de tutela quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.Ante o exposto, fundamentada nos artigos 294 e 300 do Código de Processo Civil, DEFIRO, liminarmente, a tutela de urgência antecipada postulada, para determinar que se suspenda a cobrança do crédito tributário relativo ao IPVA do ano de 2008, referente ao veículo GM/Celta, placa JUC-1234, ano de fabricação/modelo 2002, Renavam 782415890, bem como a restrição vinculada em nome da requerente,ANA RITA CARNEIRO MAIA? CPF n.º 368.620.882-20, sobre a cobrança do IPVA do veículo mencionado acima, até o julgamento desta ação.Determino, ainda, que seja oficiado o Cartório de Protesto Vale Veiga -1º Ofício, para sustação do protesto referente ao código de título 1889158413, protocolo 732618. Na hipótese de descumprimento deste provimento, arbitro desde logo a multa diária de R$-2.000,00 (dois mil reais), até o limite máximo de R$-20.000,00 (vinte mil reais), sujeita à responsabilidade solidária do Estado e do agente ou servidor público que obstar ao cumprimento da tutela concedida. (art. 537 do CPC).Intimem-se as partes desta decisão.Considerando a contestação apresentada nos autos, intime-se o requerente para apresentação de réplica à contestação, no prazo legal.Cumpra-se.Belém ? PA19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

Número do processo: 0831235-91.2019.8.14.0301 Participação: IMPETRANTE Nome: PETSUPERMARKET COMERCIO DE PRODUTOS PARA ANIMAIS S/A Participação: ADVOGADO

Nome: DANILO ANDRADE MAIAOAB: 22554A/PA Participação: IMPETRANTE Nome: PETSUPERMARKET COMERCIO DE PRODUTOS PARA ANIMAIS S/A Participação: ADVOGADO Nome: DANILO ANDRADE MAIAOAB: 22554A/PA Participação: IMPETRADO Nome: DIRETOR DE ARRECADAÇÃO DE RECEITAS DO ESTADO DO PARÁ Participação: IMPETRADO Nome: ESTADO DO PARAR.H. I- Notifique-se as autoridades apontadas como coatoras para prestar as informações de estilo no prazo legal de 10 (dez) dias.II- Após o decurso do prazo para informações, abram-se vista ao Ministério Público, para parecer no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 12 da Lei Mandamental;III- Cadastre-se o Estado do Pará como parte na presente ação e notifique-se o Procurador Geral do Estado, nos termos do art. 7º, II da Lei 12016/09.IV- Por fim, remetam-se os autos conclusos.Int. e Dil. Belém- PA, 27 de junho de 2019. Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

Número do processo: 0642630-69.2016.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: INSPETORIA LAURA VICUNA Participação: ADVOGADO Nome: OTAVIO AUGUSTO DA SILVA SAMPAIO MELOOAB: 16676/PA Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARAPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do Pará3ª Vara de Execução FiscalProcesso Judicial Eletrônico PROCESSO: 0642630-69.2016.8.14.0301 Pelo presente, fica a parteAUTORAintimada a comprovar nos autos,noPRAZO de 15 (QUINZE) DIAS,orecolhimento dasCUSTAS JUDICIAIS,vinculadas ao presente processo, cujo Boleto Bancário para pagamento esta disponibilizado no id -11264400. Belém, 28 de junho de 2019 JOSÉ MARIA DE FREITAS TORRESDiretor de Secretaria

Número do processo: 0052114-70.2010.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: ESTADO DO PARA Participação: EXECUTADO Nome: SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: FABIO RODRIGUES MOURA JUNIOROAB: 12828/PAVistos, etc. Cuida-se de pedido do ID. Num. 3520161 em que a empresa executada, SUPERGASBRAS ENERGIA LTDA, oferece para garantia do Juízo apólice de seguro garantia em substituição de Carta de Fiança Bancária nº 904710, emitida pelo Banco ABC Brasil S.A. no montante de R$ 241.000,00 (duzentos e quarenta e um mil reais), contemplando o valor integral do débito em discussão, possibilitando a oposição dos Embargos à Execução Fiscal n° 0052295-71.2010.8.14.0301.Intimado, o Exequente em petição do ID. Num. 6576852, retificou seu entendimento aceitando a substituição da garantia postulada.Verifica-se que a substituição requerida é plenamente possível, uma vez que a oferta de Apólice de Seguro Garantia feita pela Autora se ampara em dispositivo legal, não havendo razão alguma para não ser aceita, mesmo porque, a Lei n.º 13.043/2014, que alterou o inciso II, do art. 9º da LEF para incluir o Seguro Garantia como garantia da execução, também alterou o art. 7º da citada lei, dispondo que:?o despacho do juiz que deferir a inicial importa em ordem para:II- penhora, se não for paga a dívida, nemgarantidaa execução, por meio de depósito, fiança ouseguro garantia;Ademais, ressalta-se que o art. 848, parágrafo único, do CPC, permite a substituição por seguro garantia, sendo tal substituição eficaz e vantajosa para as partes envolvidas no litígio, em face de contemplar integralmente o montante do crédito cobrado acrescido de 30%.Há jurisprudência nesse sentido, senão vejamos: Relator(a):Cristina Cotrofe Comarca:São Paulo Órgão julgador:8ª Câmara de Direito Público Data do julgamento:30/10/2013 Data de registro:11/11/2013 Outros números:10085014201382600000 Ementa:AGRAVO DE INSTRUMENTO Ação Cautelar Oferecimento de apólice de seguro para garantia de futura execução fiscal AdmissibilidadeEquiparação do seguro-garantia à fiança bancária Art. 656, §2º, do Código de Processo Civil - Execução que deve ocorrer de forma menos gravosa ao devedor- Inteligência do artigo 620 do Código de Processo Civil Precedentes desta E.Câmara. Recurso provido. Isto posto, defiro o pedido de substituição da carta fiança pelo seguro garantia,após a juntada da Apólice de Seguro Garantia definitivo, no prazo de 15(quinze) dias. Intimem-se.Belém, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito Titular da 3º Vara de Execução Fiscal de Belém.

Número do processo: 0822753-57.2019.8.14.0301 Participação: IMPETRANTE Nome: TRANSPORTES BERTOLINI LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ROMULO DE JESUS DIEGUEZ DE FREITASOAB: 81921/MG Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA DE CASSIA FERRO MARTINSOAB: 50 Participação: IMPETRADO Nome: DIRETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DE ESTADO DA

FAZENDA Participação: IMPETRADO Nome: ESTADO DO PARA R.H. 01. Considerando a Decisão nos autos do Processo N.º 0804185-23.2019.8.14.0000, PEDIDO DE SUSPENSÃO DE LIMINAR CONTRA O PODER PÚBLICO REQUERENTE: ESTADO DO PARÁ, de Relatoria do Des. LEONARDO DE NORONHA TAVARES, que deferiu o pedido de suspensão nos autos acima.02. Cumpra-se nos termos da decisão do juízo de teto. Belém- PA, 27 de junho de 2019. Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular da 3ª Vara De Execução Fiscal

Número do processo: 0873913-58.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: SEBASTIAO ALVES PINHEIRO Participação: ADVOGADO Nome: NILTON RODNEY DA SILVA SOUZAOAB: 55 Participação: RÉU Nome: SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - SEFAZ Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARAR.H.I- Nos termos do art. 7º, §1º e §2º da portaria conjunta nº 3/2017-GP/VP/CJRMB/CJCI, suspendo os presentes autos até o pagamento das parcelas pendentes, conforme verificação no sistema PJE.II ? Cumpra-se nos termos do art. 7º, §2 da Portaria Conjunta acima. III- Após certificado o pagamento da parcela pendente, retornem os autos conclusos.Belém, 25 de junho de 2019 Mônica Maués Naif DaibesJuíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

RESENHA: 17/06/2019 A 17/06/2019 ¿ 3ª parte - SECRETARIA DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM - VARA: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM

PROCESSO: 00003380320058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510011387 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE/OUTROS (ADVOGADO) EXECUTADO:LEONIDAS RIBEIRO DA CUNHA Representante(s): OAB 8419 - FRANCISCO LINDOLFO COELHO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00009216120088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810028131 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:J CARDOSO COMERCIAL LTDA ME EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00009337720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710029990 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:MITAYA COMERCIAL LTDA Representante(s): OAB 6800 - KLEVERSON GOMES ROCHA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar

quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00020163920098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910047776 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:MARCELO TAVARES SIDRIM Representante(s): OAB 7502 - MARCELO TAVARES SIDRIM (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): CHRISTIANNE SHERRING (PROCURADOR(A)) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00028079520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610092154 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:K M SERVICOS-ME Representante(s): MICHEL VIANA (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE T. DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00028973320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610095306 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:L A QUARESMA DE MIRANDA E CIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00029001820068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610095463 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:EXPRESSO ACAILANDIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a

ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00037941020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610126309 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:AUTOMATIC LTDA EXECUTADO:CRISTOVAO DA SILVA CRUZ EXECUTADO:AMARO DA SILVA CRUZ NETO EXECUTADO:LAERT BARALDI CUMINO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00050219620028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210057514 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:ROLANDA RAAD MASSOUD REU:M. GOMES DE SOUZA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00068164520028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210078653 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS REU:MELQUIZEDEQUE DA SILVA MIRANDA CIA LTDA AUTOR:FRANCISCO JOSE B FILHO REU:MELQUIZEDEQUE DA S MIRANDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00079509820028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210092511 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) REU:PETER GABOR. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00094430520028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210111053 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução

Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) REU:COMERCIAL OTICA BELEM. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00099190820008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910285972 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---ADVOGADO:ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO REU:MARIA INACIA MORAES MARTINS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00105998720048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410355207 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---REU:PEDRO AUGUSTO MOURA PALHA BELLESI AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00112298320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610374403 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:FELIPE XACUR BAEZA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO DE MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:F X MENA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00118866220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910264974 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:KELI ALEXANDRA COSTA ANDRADE. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do

feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00121165520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810363694 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:E. F. SAAVEDRA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ARY LIMA CAVALCANTI (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00130631020058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510406728 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:VALTER L. CASTELO BRANCO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES P. DE CARVALHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00130830720058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510407362 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:MULTITEXTIL LTDA EXECUTADO:SAHID XERFAN EXECUTADO:MAURA CRUZ XERFAN DE OLIVA EXECUTADO:JOSE XERFAN NETO EXECUTADO:MARGARIDA MARIA CRUZ XERFAN EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES P. DE CARVALHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00137335520058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510428243 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:OLIVEIRA LIMA E FILHOS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): MARCIA RIBEIRO VIDONHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de

Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00144541820048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410485624 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:SHERING COMERCIAL LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00148547620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510467241 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:FERNANDES E MENEZES LTDA EXECUTADO:ALVARO WAGNER F. MENEZES EXECUTADO:MARIA DE LOURDES MENEZES FERNANDES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00159312620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510501693 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:BIO CASTRO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00161984920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510510008 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:ALBERTO TATUYA ARIZONO SILVA EXECUTADO:PEDRO PEREIRA GONTIJO EXECUTADO:INDUSTRIA E COMERCIO DE CONSERVAS KARINA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00172626420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510544817

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:A. C. A. LOPES NAVEGACAO EXECUTADO:ARTHUR CHERLES AZEVEDO LOPES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00173634420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510548116 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:MIRAN DA SILVA SANTOS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00175433820068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610560937 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:M V ROCHA COMERCIAL LTDA EXECUTADO:RAIMUNDO NONATO DA SILVA BELEM EXECUTADO:ANGELO REGIS ROCHA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00176725120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510559105 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:BIO CASTRO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00178703120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510566051 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:CEARENSE TAPES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no

prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00179578120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510568940 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:LOJAS MONTEIRO LTDA EXECUTADO:CLOVIS BENTES MONTEIRO JUNIOR EXECUTADO:CLAUDIA CILENE S MONTEIRO EXECUTADO:CLAUDYR S MONTEIRO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00182047320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810562296 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) REU:ALVES & RODRIGUES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00183594520028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210216708 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE ANTONIO ARAUJO REU:THEMAR COM MAQ E EQUIP LT EXECUTADO:RAUL FERREIRA DA CONCEICAO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00184178820048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410622276 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:PAULISTA COMERCIO LTDA EXECUTADO:IVONE FURTADO PAIS EXECUTADO:WILSON PAIS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a

suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00187045320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610580084 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:PETER KOK CHIU CHAN REU:ASHERA CENTRAL HOLDINGS LTDA AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO DE MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:BICH HA PHUN. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00196832920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710613777 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:J. S. GUIMARAES Representante(s): VALDERINO ASSUNCAO SOUZA (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00197141820008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910305020 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA REU:CLAUDINHA MAGAZINE LTDA Representante(s): WELLINGTON F MACHADO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00201324920048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410681339 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS CACULA LTDA Representante(s): OAB 18913 - BERNARDO JOSE MENDES DE LIMA (ADVOGADO) OAB 19044 - JOAO PAULO DE KOS MIRANDA SIQUEIRA (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a

suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00201572120048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410682072 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:AMAZON DIESEL MOTORES LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:LAZARO LOPES DE CASTRO EXECUTADO:MARIA LUCIA DA SILVA CASTRO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00202951020048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410686496 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA-FAZENDA P. ESTADUAL Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:L. SANTIAGO EXECUTADO:LEILA SANTIAGO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00209629120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510673236 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:PALATS PARA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS OAB/PA 6803 (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00213134820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810665529 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00213653720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610627670 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:M MENEZES EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00214210620048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410725872 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:SEKRON INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 13767 - FABIO RODRIGO PAES CAMPOS (ADVOGADO) OAB 17960 - MATHEUS AMARAL BONNA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00217461720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810679992 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:FLAVIO WANDERLEY LARA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00219888920098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910476470 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): OAB 9780 - CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:AMAZON FLORA IMP EXP LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00221936820068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610646050 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:LOJA DAS JOIAS LTDA EXECUTADO:MARTA

VASCONCELOS MOURA EXECUTADO:SANDRA MARIA MOURA HAZIN. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00226434920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610657502 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:M. H. P. CAMPOS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00231893520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610670546 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:J G S AR CONDICIONADO E COMERCIO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00237614320048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410811944 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTE VEICULOS LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00237924820078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710739573 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:JOAO FRANCISCO DO NASCIMENTO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ARY LIMA CAVALCANTI (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do

débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00240199820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810752962 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (ADVOGADO) EXECUTADO:AUTO PECAS PAULINO LTDA. EXECUTADO:MARIA ANAIDES MOREIRA DE SOUZA EXECUTADO:FELIPE PAULINO DE SOUZA Representante(s): OAB 22996 - ANNE VELOSO MONTEIRO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00240228320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810753118 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:RAIMUNDO CHAVES CAVALCANTE EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00240363920008140301 PROCESSO ANTIGO: 199810218107 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T. F. GOES (ADVOGADO) ADVOGADO:FABIO T. F. GOES REU:ORGANIZACAO COMERCIAL COSTA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00246700220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610717067 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:S. M. F. DE OLIVEIRA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de

Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00247347020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610719021 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:OTICA BELEM LTDA. Representante(s): OAB 6197 - ARACI FEIO SOBRINHA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00251866220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710786988 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:EMPRESA DE TRANSPORTES RAPIDO D. MANOEL LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00251921120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610734326 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 14800 - RICARDO NASSER SEFER (PROCURADOR(A)) MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:VIEIRA NAVEGACAO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00253195520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610738295 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:CIMO - COMERCIO E INDUSTRIA DE MATERIAL OTICO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE EDSON GIRAO NOGUEIRA EXECUTADO:MIRTES M A GIRAO NOGUEIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00256231120078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710801025 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:SEVERINO DO ESPIRITO SANTO COSTA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00260346920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610760503 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:ETN - EMPRESA TECNICA NACIONAL S/A EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA NAZARE RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00261753520018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110313818 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) EXECUTADO:D DA COSTA RODRIGUES Representante(s): OAB 4112 - LUIS DOS SANTOS YAMANE (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00261827620008140301 PROCESSO ANTIGO: 199610198293 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) REU:AMAURI LOPES CAVALCANTE REU:AMAURI LOPES CAVALCANTE - NAVESAN. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00263722820068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610770809 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:F M BANDEIRA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:FRANCISCO DE MATOS BANDEIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente

execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00268839220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610786690 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:C J A SIQUEIRA COMERCIO E SERVICOS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00273598220088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810822260 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (ADVOGADO) EXECUTADO:TORA TROPICAL MADEIRAS LTDA EXECUTADO:JOAO PAULO DA SILVA FORTE DE FARIA EXECUTADO:MARIA DE FATIMA CARVALHO EXECUTADO:VALDIR ARAUJO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00273800320008140301 PROCESSO ANTIGO: 199610198551 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): FERNANDO AUGUSTO B OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:MARIA LUCIOLA QUEIROGA REMIGIO REU:BELCAPES COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA REU:ANTONIO REMIGIO DE ARAUJO REU:CARLOS ANTONIO Q. REMIGIO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00277157420008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010050095 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:FABIO T F GOES REU:ADILSON NUNES SOARES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a

suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00279720320078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710876127 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE MARIA MENDES DE SOUZA JUNIOR. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00285949420078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710896365 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:OSMAR RIBEIRO DA SILVA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) . SENTENÇA R. H. Estado do Pará, devidamente qualificado na inicial, manejou a presente Ação de Execução Fiscal em face de OSMAR RIBEIRO DA SILVA. Às fls. 07/08 consta a informação de que não foi localizado o devedor, restando frustrada a sua citação, sendo o exequente devidamente intimado para se manifestar acerca do retorno do AR, em 25/02/2008 (fls. 10v). Igualmente restou infrutífera a tentativa de bloqueio de valores via BACENJUD (fls. 30/31), sendo o exequente intimado para se manifestar quanto ao ocorrido em 28/11/2014 (fls. 32v). É o breve Relatório. Decido. Cuidam os presentes autos de Ação de Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Pará em face do executado acima identificado. O presente feito comporta julgamento neste instante processual. Assim refiro porque, no caso em tela, indiscutivelmente operou-se a chamada prescrição intercorrente, a qual se opera quando ultrapassado prazo superior a 06 (seis) anos a partir do momento em que não se deu a localização do devedor ou de bens penhoráveis deste. Isto porque, o prazo da prescrição intercorrente é dividido em duas partes, quais sejam: Primeira Parte: Inicia-se na data em que constatada a falta de localização de devedores ou bens penhoráveis, encerrando-se 01 (um) ano após esse evento. Nessa fase, há o que se chama de suspensão da Execução Fiscal, conforme preceitua o art. 40 §§ 1º e 2º da Lei de Execuções Fiscais. Segunda Parte: Inicia-se após a primeira parte, ou seja, findo o prazo de 01 (um) anos da data da frustração da não localização de devedores ou bens penhoráveis (art. 40, § 2º da Lei de Execuções Fiscais), tendo por termo final o prazo prescricional próprio do crédito em cobrança, in casu, 05 (cinco) anos, ex vi do art. 174 do Código Tributário Nacional. Assim, considerando ter transcorrido prazo superior a 06 (seis) anos contados a partir da não localização do devedor ou da não localização de bens do mesmo, deve ser reconhecida a prescrição intercorrente.

Consigne-se que o reconhecimento da prescrição intercorrente pode ocorrer ex oficio e independentemente de intimação da Fazenda Pública quanto ao transcurso dos prazos acima referidos, pois esta poderá, caso necessário, a qualquer tempo (inclusive em sede de Apelação, se for o caso) manifestar-se acerca de eventual ocorrência de fato concreto e impeditivo da prescrição (o que, até o presente momento não ocorreu), uma vez que em face do princípio da instrumentalidade das formas, a eventual alegação de nulidade por ausência de intimação, deve demonstrar o efetivo prejuízo, o que, no caso em tela, só se daria se efetivamente fosse localizado o devedor ou bens penhoráveis, o que, repita-se, até o presente momento não ocorreu. Esclareça-se que o Colendo STJ ao julgar Recurso Especial Repetitivo - RESP nº 1.340.553 - RS, julg. em 12/09/2018, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, proferiu decisão neste exato sentido de reconhecer a possibilidade de decretação de prescrição intercorrente quando transcorrido prazo superior a 06 (seis) anos contados a partir da não localização do devedor ou da não localização de bens do mesmo, independentemente de prévia intimação da Fazenda Pública quanto ao transcurso dos prazos de suspensão da Execução Fiscal e da ocorrência da prescrição, uma vez que os mesmos se operam ex lege, ou seja, independentemente da vontade do Magistrado ou da

Fazenda Pública. Nesse sentido: STJ: EMENTA RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ARTS. 1.036 E SEGUINTES DO CPC/2015 (ART. 543-C, DO CPC/1973). PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. SISTEMÁTICA PARA A CONTAGEM DA PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE (PRESCRIÇÃO APÓS A PROPOSITURA DA AÇÃO) PREVISTA NO ART. 40 E PARÁGRAFOS DA LEI DE EXECUÇÃO FISCAL (LEI N. 6.830/80). 1. O espírito do art. 40, da Lei n. 6.830/80 é o de que nenhuma execução fiscal já ajuizada poderá permanecer eternamente nos escaninhos do Poder Judiciário ou da Procuradoria Fazendária encarregada da execução das respectivas dívidas fiscais. 2. Não havendo a citação de qualquer devedor por qualquer meio válido e/ou não sendo encontrados bens sobre os quais possa recair a penhora (o que permitiria o fim da inércia processual), inicia-se automaticamente o procedimento previsto no art. 40 da Lei n. 6.830/80, e respectivo prazo, ao fim do qual restará prescrito o crédito fiscal. Esse o teor da Súmula n. 314/STJ: "Em execução fiscal, não localizados bens penhoráveis, suspende-se o processo por um ano, findo o qual se inicia o prazo da prescrição qüinqüenal intercorrente". 3. Nem o Juiz e nem a Procuradoria da Fazenda Pública são os senhores do termo inicial do prazo de 1 (um) ano de suspensão previsto no caput, do art. 40, da LEF, somente a lei o é (ordena o art. 40: "[...] o juiz suspenderá [...]"). Não cabe ao Juiz ou à Procuradoria a escolha do melhor momento para o seu início. No primeiro momento em que constatada a não localização do devedor e/ou ausência de bens pelo oficial de justiça e intimada a Fazenda Pública, inicia-se automaticamente o prazo de suspensão, na forma do art. 40, caput, da LEF. Indiferente aqui, portanto, o fato de existir petição da Fazenda Pública requerendo a suspensão do feito por 30, 60, 90 ou 120 dias a fim de realizar diligências, sem pedir a suspensão do feito pelo art. 40, da LEF. Esses pedidos não encontram amparo fora do art. 40 da LEF que limita a suspensão a 1 (um) ano. Também indiferente o fato de que o Juiz, ao intimar a Fazenda Pública, não tenha expressamente feito menção à suspensão do art. 40, da LEF. O que importa para a aplicação da lei é que a Fazenda Pública tenha tomado ciência da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido e/ou da não localização do devedor. Isso é o suficiente para inaugurar o prazo, ex lege. 4. Teses julgadas para efeito dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973): 4.1.) O prazo de 1 (um) ano de suspensão do processo e do respectivo prazo prescricional previsto no art. 40, §§ 1º e 2º da Lei n. 6.830/80 - LEF tem início automaticamente na data da ciência da Fazenda Pública a respeito da não localização do devedor ou da inexistência de bens penhoráveis no endereço fornecido, havendo, sem prejuízo dessa contagem automática, o dever de o magistrado declarar ter ocorrido a suspensão da execução; 4.1.1.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., nos casos de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido antes da vigência da Lei Complementar n. 118/2005), depois da citação válida, ainda que editalícia, logo após a primeira tentativa infrutífera de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.1.2.) Sem prejuízo do disposto no item 4.1., em se tratando de execução fiscal para cobrança de dívida ativa de natureza tributária (cujo despacho ordenador da citação tenha sido proferido na vigência da Lei Complementar n. 118/2005) e de qualquer dívida ativa de natureza não tributária, logo após a primeira tentativa frustrada de citação do devedor ou de localização de bens penhoráveis, o Juiz declarará suspensa a execução. 4.2.) Havendo ou não petição da Fazenda Pública e havendo ou não pronunciamento judicial nesse sentido, findo o prazo de 1 (um) ano de suspensão inicia-se automaticamente o prazo prescricional aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) durante o qual o processo deveria estar arquivado sem baixa na distribuição, na forma do art. 40, §§ 2º, 3º e 4º da Lei n. 6.830/80 - LEF, findo o qual o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la de imediato; 4.3.) A efetiva constrição patrimonial e a efetiva citação (ainda que por edital) são aptas a interromper o curso da prescrição intercorrente, não bastando para tal o mero peticionamento em juízo, requerendo, v.g., a feitura da penhora sobre ativos financeiros ou sobre outros bens. Os requerimentos feitos pelo exequente, dentro da soma do prazo máximo de 1 (um) ano de suspensão mais o prazo de prescrição aplicável (de acordo com a natureza do crédito exequendo) deverão ser processados, ainda que para além da soma desses dois prazos, pois, citados (ainda que por edital) os devedores e penhorados os bens, a qualquer tempo - mesmo depois de escoados os referidos prazos -, considera-se interrompida a prescrição intercorrente, retroativamente, na data do protocolo da petição que requereu a providência frutífera. 4.4.) A Fazenda Pública, em sua primeira oportunidade de falar nos autos (art. 245 do CPC/73, correspondente ao art. 278 do CPC/2015), ao alegar nulidade pela falta de qualquer intimação dentro do procedimento do art. 40 da LEF, deverá demonstrar o prejuízo que sofreu (exceto a falta da intimação que constitui o termo inicial - 4.1., onde o prejuízo é presumido), por exemplo, deverá demonstrar a ocorrência de qualquer causa interruptiva ou suspensiva da prescrição. 4.5.) O magistrado, ao reconhecer a prescrição intercorrente, deverá fundamentar o ato judicial por meio da delimitação dos marcos legais que foram aplicados na contagem do respectivo prazo, inclusive quanto ao período em que a execução ficou suspensa. 5. Recurso especial não

provido. Acórdão submetido ao regime dos arts. 1.036 e seguintes do CPC/2015 (art. 543-C, do CPC/1973). RECURSO ESPECIAL Nº 1.340.553 - RS (2012/0169193-3) RELATOR: MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES RECORRENTE. JULG. em 12/09/2018. Assim, considerando ter no caso em tela transcorrido prazo superior a 06 (seis) anos contados a partir da não localização do devedor ou da não localização de bens do mesmo, deve ser reconhecida a prescrição intercorrente. Esclareça-se que sob a luz do princípio da razoável duração do processo a conta da morosidade da justiça não deve recair apenas sobre o Poder Judiciário, pois, sendo esse princípio uma garantia fundamental, irradia efeitos às partes, procuradores municipais, estaduais, membros do Ministério Público e aos juízes. Diante do exposto, com fundamento nos artigos 40 §§§§ 1º, 2º, 3º e 4º da Lei de Execuções Fiscais e art. 174 do Código Tributário Nacional, julgo extinto o presente feito em razão da prescrição intercorrente do crédito tributário. Sem condenação em custas e honorários. P.R.I.C. Belém-PA, 17 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00311207420078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710970903 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:MINAS DIESEL LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00311960620088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810898922 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:MARIA LAURA GONCALVES FORO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00338828520008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010140461 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO REU:Z A DA SILVA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00341572120078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711056728 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:MILLER INDUSTRIAL FARMACEUTICA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a

lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00355637220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711098176 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:ESCAPOLE COMERCIO LTDA. EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): HELOISA HELENA TAVARES DE SOUZA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00395038420088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811080081 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:RIO MANIA CONFECCOES LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:RAIMUNDA FERNANDES MAURICIO EXECUTADO:DAMIAO MATEUS DO NASCIMENTO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00409150820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811107489 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:COMERCIAL HENDERSON LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00413962820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811118022 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:PEDRO DE ARAUJO BARBOSA EXECUTADO:PEDRO DE ARAÚJO BARBOSA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30

(trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00434874920088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811172820 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---EXECUTADO:D S CORDEIRO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00496405920008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010250655 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA REU:A. J. SOUZA ELETRONICA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00500742320008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010256275 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 17/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO (ADVOGADO) REU:PORTELA COMERCIO DE MODAS LTDA Representante(s): JOSE MOACIR CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

RESENHA: 18/06/2019 A 18/06/2019 ¿ 3ª PARTE - SECRETARIA DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM - VARA: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM

PROCESSO: 00002913120098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910006318 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:EDUARDO LUIZ CARVALHO GOMES DE SOUZA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO DOS SANTOS (PROCURADOR(A)) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00004613320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810013786 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:A P R SALES FERNANDES EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (ADVOGADO) EXECUTADO:ANA PAULA ROLIM SALES FERNANDES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00004841520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810014578 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:A R C SANTOS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00004993720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810015104 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:L M RAMOS REIS ALIMENTACAO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:LILIAN MARCIA RAMOS REIS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00005881420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510019381 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANETE PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:COMERCIO E REPRESENTACOES PEREIRA LTDA EXECUTADO:LUIZ AUGUSTO G F DE MELO EXECUTADO:RUI PEREIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00009328220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710029924 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:MONTMAR TRANSP MARIT E SERV SUBAQUATICOS LTDA

EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE BATISTA DE SOUZA EXECUTADO:JOSE MARCELO CARVALHO PEREIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00011756520048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410042698 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) REU:ALBERTO SALOMAO E CIA LTDA EXECUTADO:ALBERTO SALOMAO EXECUTADO:MARIA DE LOURDES REIS SALOMAO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00016429220018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110015355 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO REU:BRUNINHA ALIMENTOS LTDA. Representante(s): LUCIANA MARIA MALCHER MEIRA (ADVOGADO) CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00017898620088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810055754 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:PERTEL TELECOMUNICACAO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00027318720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610089755 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:CLAUDYR S. MONTEIRO EXECUTADO:CLOVIS BENTES MONTEIRO JUNIOR EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE T. DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:LOJAS

MONTEIRO LTDA EXECUTADO:CLAUDIA CILENTE S. MONTEIRO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00031467020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710097393 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:MARQUART & CIA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00033275920088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810106268 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:NOVAMED COMERCIAL LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00033891120028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210038802 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA EXECUTADO:OSVALDO JOSE DA C. OLIVEIRA REU:LODCO COMERCIAL LTDA ADVOGADO:ANETE PENNA DE C PINHO EXECUTADO:MARIA CELESTE DA C OLIVEIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00036115220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610120070 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KALUTAU (ADVOGADO) EXECUTADO:GANDRA E CIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do

débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00041617320048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410142050 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL REU:ALCINO MAGALHAES TORRES Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) REU:DISTRIBUIDORA TORRES LTDA REU:CARMEN SILVA TORRES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00043323620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610144004 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:POLIACO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00044622320048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410152570 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T.F.GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:JORGE DA SILVA PANTOJA E VITOR REU:J. VITOR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA EXECUTADO:CLODILDE P. B. VITOR. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00046452320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610153998 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:WALDO BARBOSA SHERRING JUNIOR EXECUTADO:SHERRING COMERCIAL LTDA EXECUTADO:KATIA RIQUE DE O. SHERRING. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos.

3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00052340920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710158335 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:RAIMUNDO NONATO DE SOUZA VAREJISTA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00055022720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710166289 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:JOSE RIBAMAR MARTINS DE SOUSA Representante(s): CURADOR LUIZ PAULO DE A FRANCO (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00062021120028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210071516 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) REU:ZUZUELSA PRESENTES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00067079220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610220820 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:CERVEJARIA BELCO S/A EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00070313720028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210081087

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) REU:A P R SALES FERNANDES REU:ANA PAULA ROLIM S. FERNANDES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00071834020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610236588 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:S R DA COSTA MERCADINHO Representante(s): CURADOR DE AUSENTES (ADVOGADO) EXECUTADO:SERGIO RODRIGUES DA COSTA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00072434420028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210083772 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) REU:C. C. C. AGUIAR. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00072539120028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210084075 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA REU:AMAZON DIESEL MOTORES LTDA EXECUTADO:LAZARO LOPES DE CASTRO EXECUTADO:MARIA LUCIA DA SILVA CASTRO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00072950720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810229581 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:PONTO DO GAME COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA. EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA PROCURADOR(A):ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS EXECUTADO:MANOEL LOPES MURITIBA EXECUTADO:ERONIDES DOS REIS VILHENA AMARAL. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o

exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00075533320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610249424 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:N C P DOS SANTOS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00077527620008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010077110 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) REU:MANOEL JOSE PEREIRA BAILOSA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00079414620028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210092397 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS REU:RAIMUNDA DA PENHA VIEIRA REU:LOURIVAL PEREIRA VIEIRA REU:VIEIRA NAVEGACAO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00080697220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610266824 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:SUPERTUBE COMERCIAL LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se.

Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00082244420008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910216733 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) ADVOGADO:MARIO DE SOUZA FIGUEIREDO REU:COMERCIAL TAPAJOARA LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00086045820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810263836 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:TRANSPORTADORA TRANSPEL LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00086479220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610287789 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:E. S. CARVALHO E CIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00090480620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510281550 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) EXECUTADO:KELLENS IND. COM. E REPRES. LTDA EXECUTADO:TUGVAL TORRES CALDAS EXECUTADO:WALMINA TORRES CALDAS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00092125120008140301 PROCESSO ANTIGO: 199810149334

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA REU:WILLS COMERCIO LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00098665320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810299245 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:SERVIFACIL EMPREENDIMENTOS E HOTELARIA LTDA EXECUTADO:FRANCISCO HUMBERTO MONTENEGRO EXECUTADO:MARCOS ANTONIO DE LUNA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00102248520078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710315365 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:WILBER PRESENTES LTDA Representante(s): OAB 14045 - JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00105227120088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810316528 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (ADVOGADO) EXECUTADO:MACAL MADEIREIRA CALIFORNIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00106990920018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110133969 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:ROLAND RAAD MASSOUD REU:SPLASH IND E COMERCIO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução

fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00108239720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710333862 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:L M LOURINHO PANTOJA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00115471620008140301 PROCESSO ANTIGO: 199610153223 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:GERALDO M. C. LIMA REU:WALDO BARBOSA SHERRING REU:FARMACIA DUQUE LTDA. REU:MARIA DA C. GAMA SHERRING. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00116112920028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210137286 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:FABIO T F GOES REU:CASA DAS FECHADURAS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00123451120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510384289 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:PORTELA COMERCIO DE MODAS LTDA EXECUTADO:FRANCISCO EXPEDITO PORTELA CAVALCANTE EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO (ADVOGADO) EXECUTADO:CLEIDE ALCINDO NASCIMENTO LISBOA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição,

tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00125884920008140301 PROCESSO ANTIGO: 199610153376 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) ADVOGADO:GERALDO M. C. LIMA REU:ANTONIA FREITAS DE SOUZA REU:J.M.L. DE ARAUJO REU:JOSE MILTON LOPES DE ARAUJO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00127786920008140301 PROCESSO ANTIGO: 199710192378 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS REU:MASTEC - COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00130060420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510405035 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:RUBENS GOSSON. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00130402820058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510405994 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:FRANCISCO EXPEDITO PORTELA CAVALCANTE EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:CLEIDE ALCINDO NASCIMENTO LISBOA EXECUTADO:PORTELA COMERCIO DE MODAS LIMITADA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução

Fiscal

PROCESSO: 00131049620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510408021 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:MULTITEXTIL LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00132574420028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210156738 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) REU:W S PRESENTES LTDA Representante(s): OAB 14045 - JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00132840620028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210157013 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:FABIO T F GOES EXECUTADO:MARIA DE NAZARE P REIS EXECUTADO:MARIO AUGUSTO SOARES DOS REIS REU:GARRA COM. E REPRES. LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00133132120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510414557 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:LUIZ CARLOS DA SILVA VARELA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:TROPICAL COMERCIO E SERVICOS LTDA. EXECUTADO:ELIAS DA SILVA VARELA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00133469220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710414555 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução

Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU (ADVOGADO) EXECUTADO:LIBERAL ALIMENTOS LTDA Representante(s): OAB 11661 - EDSON BENASSULY ARRUDA (ADVOGADO) OAB 18891 - LUIZ ROBERTO VEIGA NUNES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00133826420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510416826 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:C R COMERCIO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00133997620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510417436 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:MULTINUTRE COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00134406520058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510418765 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:EUDILENE DE ALMEIDA SOUZA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00134520520058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510419218 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:L S CARDOSO COMERCIO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019.

Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00134771920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710418911 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:METAL SERVICE INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00134967620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510420554 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:M E POMPEU. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00139041820078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710432466 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:M. A. MEDICAMENTOS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:MOYSES BEMERGUY EXECUTADO:ALIA BENSIMON BEMERGUY. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00142144619998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910207449 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:GERALDO DE MORAES CORREA LIMA REU:ART. DECOR ARTESANATO E DECORACOES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução

Fiscal

PROCESSO: 00145441920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710452919 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:M DE O FERREIRA MERCEARIA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS K. FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00150506620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510473305 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:JOCILDA CARNEIRO SILVA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:JOAQUIM MANOEL DA SILVA EXECUTADO:M C 3 SERVICOS COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA. EXECUTADO:JEAN CARNEIRO DA SILVA EXECUTADO:EDSON NAZARENO MACIEL MOIA Representante(s): OAB 8867 - BRUNO TRINDADE BATISTA (ADVOGADO) OAB 1089 - ANTONIA IZABEL OZORIO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00153073420008140301 PROCESSO ANTIGO: 199710197631 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA ESTADUAL DO PARA EXECUTADO:JOSE MARIA DE SA ADVOGADO:ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS-PROC. EST REU:J.M. DE SA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00162060920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510510280 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:MAX ESTUMANO POMPEU EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:M E POMPEU. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00162127620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510510553 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:LUDIMILA RONI DE ANDRADE HERINGER EXECUTADO:FERNANDO MOURA DOS SANTOS EXECUTADO:MOURA E MENDES LTDA EXECUTADO:BENEDITO RUY MENDES DA SILVA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00165208820058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510521724 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:VALTER L. CASTELO BRANCO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00169086720048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410570508 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) EXECUTADO:CAMPOS & RIBEIRO LTDA EXECUTADO:ARMANDO CAMPOS RIBEIRO EXECUTADO:HELIANA MARIA DE L. RIBEIRO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00169295920048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410571217 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) EXECUTADO:BOCAIUVAS SERVICOS DE COZINHA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00173301520058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510547093 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS

CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:L. ROSY BOLSAS E ARTEFATOS LTDA EXECUTADO:ANTONIO CARVALHO DA COSTA EXECUTADO:GILBERTO SILVA LIMA EXECUTADO:LUIZ FERNANDO DA G. OLIVEIRA EXECUTADO:ROSILEIDE SOFIA R. BORDO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00173320520058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510547168 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:L S CARDOSO COMERCIO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00173748620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510548489 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:WILSON PAIS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:IVONE FURTADO PAIS EXECUTADO:PAULISTA COMERCIO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00174264120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610557819 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:E. DIAS MOREIRA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00175535620008140301 PROCESSO ANTIGO: 199410075542 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS K.FILHO-PROCURADOR (ADVOGADO) REU:M R M LOPES Representante(s): JOSE ODALIN SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do

que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00178241220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710556266 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:CONFIANCA COM. DE ALIMENTOS E REPRESENTACAO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA NADIR MATOS PEREIRA EXECUTADO:DAISE CORREA NASCIMENTO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00179296120028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210211427 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA REU:ILUMINAR MATERIAIS ELETRICOS LTDA Representante(s): OAB 8901 - LUCIANA MARTINS GOMES (ADVOGADO) . Decisão Interlocutória 1. Cuida-se de Execução Fiscal movida pelo Estado do Pará em face de ILUMINAR MATERIAIS ELETRICOS LTDA. 2. Em decisão de fls. 71, foi recebida a apelação interposta em face da decisão interlocutória de fls.46/49. 3. Pelo exposto, chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 46/49, deixo de receber o recuso de apelação visto não ser o meio adequado para atacar decisão interlocutória. 4. Intime-se o exequente para manifestação quanto ao prosseguimento da execução, no prazo de 15 (quinze) dias. 5. Cumpra-se. Belém, 18 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00179328820048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410607583 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:CASA DAS ARMAS MAGAZINE LTDA Representante(s): CURADOR LUIZ PAULO DE A FRANCO (ADVOGADO) EXECUTADO:CARLOS ANTONIO Q. REMIGIO EXECUTADO:MARIA LUCIOLA QUEIROGA REMIGIO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00180036620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610571116 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:OLIMPIA MATERIAIS DE COSNTRUCAO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:DEIVISON JOSE FIGUEIREDO EXECUTADO:FABIO JOSE DA COSTA DAMASCENO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei,

manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00180063020058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510570424 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:PLASQUIMA COMERCIO E REPRESENTACAO DE PLASTICOS E PRODUTOS QUIMICOS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00180084120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610571174 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): HUBERTUS FERNADES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:L. A. QUARESMA DE MIRANDA E CIA LTDA EXECUTADO:JOEL DOS SANTOS EXECUTADO:MARIA ALICE DOS SANTOS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00184177520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810569424 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:FREE BRASIL IND COMERCIO E EXPORTACAO DE PESCADOS LTDA EXECUTADO:MARY JANE DA SILVA CAVALCANTE EXECUTADO:MARCOS LOPES DO NASCIMENTO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00184883220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910404017 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ABEL DA SILVA PIRES FILHO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação,

retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00185092420098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910404463 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FLAVIO FABIO CAMPOS NASCIMENTO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00190164520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610584250 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---REU:ASPECTHO COMERCIAL LTDA AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:LUCIO MELO DE COLARES VIEIRA EXECUTADO:IURI BONNA MAURICIO DE ABREU. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00190183520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610584276 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) REU:H. A. DIAS AMANAJAS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00190630420068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610585141 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUMARAES (ADVOGADO) EXEQUENTE:M N MONTEIRO E SILVA ME. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00193034420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510616260

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:TOQUE MISTO ALIMENTOS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00193529020058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510617812 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:PORANTIN COMERCIAL LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00196378620088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810609733 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:ARQPLAN PLANEJAMENTO E CONSTRUCOES LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:ADALBERTO SOUZA BURLAMAQUI JR EXECUTADO:ANA CRISTINA SANTANA AGE. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00196545620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610594762 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:M A G CHAMMA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): HUBERTUS FERNADES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA AMELIA GOMES CHAMMA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00196928120078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710614098 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:JUEBNER KLAYDER GOMES DE FREITAS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente

execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00197066620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510630301 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:C A S CARDOSO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCIA RIBEIRO VIDONHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00199859220088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810620622 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:CENTRO OESTE TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00200058920088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810621175 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO DOS PRAZERES (ADVOGADO) REU:JET SERVICE MANUTENCAO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00201164520008140301 PROCESSO ANTIGO: 199410142540 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) REU:BIANOR FERREIRA DA SILVA EXECUTADO:BIANOR FERREIRA DA SILVA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a

manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00201193020008140301 PROCESSO ANTIGO: 199510198132 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:LEOPOLDINO BRITO TEIXEIRA REU:RAQUEL PEREIRA MOURA E CIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00201248920048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410681058 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:NEWTON SOUZA CRUZ EXECUTADO:EMAZA ENGENHARIA CIVIL DA AMAZONIA LTDA EXECUTADO:REGINA CELIA PINHEIRO DA CRUZ. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00201391420048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410681503 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:PANIFICADORA E COMERCIO RIO ALVA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00201581620048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410682121 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:IZIDORO PIRES SANTANA NETTO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:ISIDORO PIRES SANTANA NETTO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00202808520048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410686008

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:L. SANTIAGO EXECUTADO:LEILA SANTIAGO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00203430620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610605840 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---REU:ANTONIO FRANCISCO BATISTA PICANCO AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00205994220048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410696239 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA-FAZENDA P. ESTADUAL Representante(s): ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO (ADVOGADO) EXECUTADO:MEDILABOR PRODTOS E SERVICOS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00206026920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610611582 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:CLAUDINHA MAGAZINE LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:CLOVIS BENTES MONTEIRO EXECUTADO:MARIA COELI SOARES MONTEIRO EXECUTADO:CLOVIS BENTES MONTEIRO JUNIOR EXECUTADO:CLAUDYR S MONTEIRO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00207091920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610613653 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO DE MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) REU:J. CARDOSO COMERCIAL LTDA - ME. R.H.

1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00207453320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610614619 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---REU:PAAR COMERCIO LTDA AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO DE MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:JOAO FLORENCIO DO NASCIMENTO SOBRINHO EXECUTADO:MARIA DE JESUS FERNANDES PINTO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00210033820038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310423675 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) REU:CHURRASCARIA TUCURUVI LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00210599120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510676280 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:CRUZADINHO CALCADOS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00211780220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610624262 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:ETN - EMPRESA TECNICA NACIONAL S/A EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO M CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao

andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00211948720008140301 PROCESSO ANTIGO: 199810038105 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE PENNA DE C PINHO (ADVOGADO) REU:M. BARBOSA & CIA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00212598220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610625848 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:CPO COMERCIO SERV.DE INFORMATICA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:JOAMIR DOS SANTOS PENHA EXECUTADO:CARLOS F DE SOUZA D HARGREAVES EXECUTADO:JOSE ANTONIO MARIANI. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00213965520058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510686908 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:METAL BRANCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00214964020058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510689887 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:S C DANTAS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de

Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00220655020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710685940 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:D C S PAIXAO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00220683520078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710686063 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:MITAYA COMERCIAL LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00220740520078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710686237 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU (ADVOGADO) EXECUTADO:LI LIANG YUNG. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00222875420008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010055796 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (ADVOGADO) ADVOGADO:GERALDO DE MORAES C. LIMA EXECUTADO:MIGUEL RODRIGUES F JUNIOR EXECUTADO:LUCIMAR DE BRITO FIGUEIREDO EXECUTADO:LUCIMARA DE FATIMA B FIGUEIREDO REU:MODELAR MOVEIS E COLCHOES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00224584620088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810703840

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (ADVOGADO) EXECUTADO:JORGE MUTRAN, EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA Representante(s): MANOEL MARQUES DA SILVA NETO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00229306920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610664680 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:CIRURGICA NORTE COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:EVARISTO AUGUSTO RODRIGUES NETO EXECUTADO:VANNA MARIA KLAUTAU GOMES RODRIGUES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00230980520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610668286 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:R. I. LOPES DOS SANTOS ME. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00231009220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610668327 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:M. DO S. N. FURTADO EXECUTADO:MARIA DO SOCORRO NEVES FURTADO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00232784620008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010023463 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:FABIO T F GOES

REU:CREDENCE COM. LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00233916320008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010023472 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:FABIO T F GOES REU:FLORESTY MADEIRAS LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00235454320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810739118 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:JUSTINO ALMEIDA MACIEL EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00237494820068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610688416 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:SUDAMERIS - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): HUBERTUS FERNADES GUIMARAES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00238550320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610692095 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Depósito em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:HELFONT PRODUTOS ELETRICOS LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação,

retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00244731720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610710946 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:LOJA DAS JOIAS LTDA Representante(s): CURADOR DE AUSENTES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00245047720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710764926 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:A C CASCAES DA SILVA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00246072620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610714980 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:A A BARROS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00246091620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610715087 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:W. K. MONTEIRO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO DE MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00247134920008140301 PROCESSO ANTIGO: 199610198079

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) ADVOGADO:LEOPOLDINO BRITO TEIXEIRA REU:V. MATOS E COUTINHO LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00250178920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510808594 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:EZEQUIAS FERREIRA PINTO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00250706020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710783215 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:AYLZ SERRAO SENA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ARY LIMA CAVALCANTI (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00250877220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710783752 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:REGINALDO DOS SANTOS ALMEIDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ARY LIMA CAVALCANTI (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00250886720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710783786 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:LI LIANG YUNG EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não

enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00252453720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610735994 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:RAIMUNDO RABELO FREIRE. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00252777120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610737065 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:A Y SADALA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00253472520028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210296015 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA REU:JOSE MARIA RODRIGUES ADVOGADO:FABIO T F GOES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00255137620078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710797323 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:ALBERTO TAKASKI SUDO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00256200520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610747816 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:LOJA DAS BATERIAS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00256373820078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710801455 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:FARMAPENA LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00259516720008140301 PROCESSO ANTIGO: 199510074337 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO DOS PRAZERES COSTA (ADVOGADO) REU:COMERCIAL DE GENEROS ALIM. PARAENSE LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00261107720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610762559 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:PINHEIRO E ALEIXO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00262697920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710821388 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:JAIR DA CAMPO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao

interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00266575820068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610779413 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:I. ABITBOL COMERCIO Representante(s): OAB 15633 - RICARDO JOAO OLIVEIRA BRAZ (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00268392120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610785288 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:WALMIR DA SILVA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00270044020008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910128892 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) REU:DEJAIR LEITE DE MIRANDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00270199120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610790865 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:U T M QUARESMA EXECUTADO:JONILSON CASTRO NASCIMENTO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a

suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00270928520008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910128909 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO REU:DEJAIR LEITE DE MIRANDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00271264120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610793976 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:P S C XIMENES EPP EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00272687820008140301 PROCESSO ANTIGO: 199810222398 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS REU:ORGANIZACAO COMERCIAL COSTA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00280371620008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910252275 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:MANOEL DA COSTA AZEVEDO JUNIOR EXECUTADO:LUIZ ANTONIO AZEVEDO REU:C O N F E P A R. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00287939020088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810848654 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:ROZEANE SANTOS SEABRA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00305092520078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710952943 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:BRISA COMERCIO DE VIDROS E PECAS PARA ONIBUS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00316532820078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710987594 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ARY LIMA CAVALCANTI (ADVOGADO) EXECUTADO:MAHORA CONFECCOES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00363169020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711121357 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:JOSE DINO MALCHER EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ARY LIMA CAVALCANTI (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00370548620078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711145555 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:FERNANDO IVAN DUARTE EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar

quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00390483120088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811072575 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:JUANA M D C SIBAJA TANAKA ME EXECUTADO:JUANA MARIA DEL CARMEM SIBAJA TANAKA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00390701820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811073151 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:TRANSPORTADORA RUDIGER LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00415753220008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010148641 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO REU:CHARLOTTE INDUSTRIAL LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00437026720008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010173917 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA REU:CASA DA VIDA PROD. NATURAIS LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição,

tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

RESENHA: 18/06/2019 A 18/06/2019 ¿ 3ª PARTE - SECRETARIA DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM - VARA: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM

PROCESSO: 00002913120098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910006318 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:EDUARDO LUIZ CARVALHO GOMES DE SOUZA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO DOS SANTOS (PROCURADOR(A)) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00004613320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810013786 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:A P R SALES FERNANDES EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (ADVOGADO) EXECUTADO:ANA PAULA ROLIM SALES FERNANDES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00004841520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810014578 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:A R C SANTOS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00004993720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810015104 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:L M RAMOS REIS ALIMENTACAO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:LILIAN MARCIA RAMOS REIS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30

(trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00005881420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510019381 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANETE PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:COMERCIO E REPRESENTACOES PEREIRA LTDA EXECUTADO:LUIZ AUGUSTO G F DE MELO EXECUTADO:RUI PEREIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00009328220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710029924 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:MONTMAR TRANSP MARIT E SERV SUBAQUATICOS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE BATISTA DE SOUZA EXECUTADO:JOSE MARCELO CARVALHO PEREIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00011756520048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410042698 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) REU:ALBERTO SALOMAO E CIA LTDA EXECUTADO:ALBERTO SALOMAO EXECUTADO:MARIA DE LOURDES REIS SALOMAO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00016429220018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110015355 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO REU:BRUNINHA ALIMENTOS LTDA. Representante(s): LUCIANA MARIA MALCHER MEIRA (ADVOGADO) CLOVIS CUNHA DA GAMA MALCHER FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª

Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00017898620088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810055754 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:PERTEL TELECOMUNICACAO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00027318720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610089755 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:CLAUDYR S. MONTEIRO EXECUTADO:CLOVIS BENTES MONTEIRO JUNIOR EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE T. DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:LOJAS MONTEIRO LTDA EXECUTADO:CLAUDIA CILENTE S. MONTEIRO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00031467020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710097393 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:MARQUART & CIA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00033275920088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810106268 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:NOVAMED COMERCIAL LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00033891120028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210038802

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA EXECUTADO:OSVALDO JOSE DA C. OLIVEIRA REU:LODCO COMERCIAL LTDA ADVOGADO:ANETE PENNA DE C PINHO EXECUTADO:MARIA CELESTE DA C OLIVEIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00036115220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610120070 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KALUTAU (ADVOGADO) EXECUTADO:GANDRA E CIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00041617320048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410142050 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL REU:ALCINO MAGALHAES TORRES Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) REU:DISTRIBUIDORA TORRES LTDA REU:CARMEN SILVA TORRES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00043323620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610144004 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:POLIACO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00044622320048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410152570 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T.F.GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:JORGE DA SILVA PANTOJA E VITOR REU:J. VITOR COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA EXECUTADO:CLODILDE P. B. VITOR. R.H. 1. Diante da natureza e do

valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00046452320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610153998 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:WALDO BARBOSA SHERRING JUNIOR EXECUTADO:SHERRING COMERCIAL LTDA EXECUTADO:KATIA RIQUE DE O. SHERRING. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00052340920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710158335 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:RAIMUNDO NONATO DE SOUZA VAREJISTA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00055022720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710166289 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:JOSE RIBAMAR MARTINS DE SOUSA Representante(s): CURADOR LUIZ PAULO DE A FRANCO (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00062021120028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210071516 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) REU:ZUZUELSA PRESENTES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar

sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00067079220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610220820 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:CERVEJARIA BELCO S/A EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00070313720028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210081087 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) REU:A P R SALES FERNANDES REU:ANA PAULA ROLIM S. FERNANDES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00071834020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610236588 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:S R DA COSTA MERCADINHO Representante(s): CURADOR DE AUSENTES (ADVOGADO) EXECUTADO:SERGIO RODRIGUES DA COSTA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00072434420028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210083772 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) REU:C. C. C. AGUIAR. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00072539120028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210084075 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA REU:AMAZON DIESEL MOTORES LTDA EXECUTADO:LAZARO LOPES DE CASTRO EXECUTADO:MARIA LUCIA DA SILVA CASTRO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00072950720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810229581 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:PONTO DO GAME COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA. EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA PROCURADOR(A):ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS EXECUTADO:MANOEL LOPES MURITIBA EXECUTADO:ERONIDES DOS REIS VILHENA AMARAL. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00075533320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610249424 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:N C P DOS SANTOS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00077527620008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010077110 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) REU:MANOEL JOSE PEREIRA BAILOSA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00079414620028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210092397 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS REU:RAIMUNDA DA PENHA VIEIRA REU:LOURIVAL PEREIRA VIEIRA REU:VIEIRA

NAVEGACAO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00080697220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610266824 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:SUPERTUBE COMERCIAL LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00082244420008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910216733 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) ADVOGADO:MARIO DE SOUZA FIGUEIREDO REU:COMERCIAL TAPAJOARA LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00086045820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810263836 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:TRANSPORTADORA TRANSPEL LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00086479220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610287789 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:E. S. CARVALHO E CIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição,

tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00090480620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510281550 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) EXECUTADO:KELLENS IND. COM. E REPRES. LTDA EXECUTADO:TUGVAL TORRES CALDAS EXECUTADO:WALMINA TORRES CALDAS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00092125120008140301 PROCESSO ANTIGO: 199810149334 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA REU:WILLS COMERCIO LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00098665320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810299245 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:SERVIFACIL EMPREENDIMENTOS E HOTELARIA LTDA EXECUTADO:FRANCISCO HUMBERTO MONTENEGRO EXECUTADO:MARCOS ANTONIO DE LUNA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00102248520078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710315365 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:WILBER PRESENTES LTDA Representante(s): OAB 14045 - JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª

Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00105227120088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810316528 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (ADVOGADO) EXECUTADO:MACAL MADEIREIRA CALIFORNIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00106990920018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110133969 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:ROLAND RAAD MASSOUD REU:SPLASH IND E COMERCIO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00108239720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710333862 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:L M LOURINHO PANTOJA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00115471620008140301 PROCESSO ANTIGO: 199610153223 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:GERALDO M. C. LIMA REU:WALDO BARBOSA SHERRING REU:FARMACIA DUQUE LTDA. REU:MARIA DA C. GAMA SHERRING. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00116112920028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210137286 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:FABIO T F GOES REU:CASA DAS FECHADURAS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o

exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00123451120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510384289 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:PORTELA COMERCIO DE MODAS LTDA EXECUTADO:FRANCISCO EXPEDITO PORTELA CAVALCANTE EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO (ADVOGADO) EXECUTADO:CLEIDE ALCINDO NASCIMENTO LISBOA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00125884920008140301 PROCESSO ANTIGO: 199610153376 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) ADVOGADO:GERALDO M. C. LIMA REU:ANTONIA FREITAS DE SOUZA REU:J.M.L. DE ARAUJO REU:JOSE MILTON LOPES DE ARAUJO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00127786920008140301 PROCESSO ANTIGO: 199710192378 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS REU:MASTEC - COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00130060420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510405035 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:RUBENS GOSSON. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar

sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00130402820058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510405994 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:FRANCISCO EXPEDITO PORTELA CAVALCANTE EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:CLEIDE ALCINDO NASCIMENTO LISBOA EXECUTADO:PORTELA COMERCIO DE MODAS LIMITADA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00131049620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510408021 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:MULTITEXTIL LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00132574420028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210156738 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) REU:W S PRESENTES LTDA Representante(s): OAB 14045 - JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00132840620028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210157013 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:FABIO T F GOES EXECUTADO:MARIA DE NAZARE P REIS EXECUTADO:MARIO AUGUSTO SOARES DOS REIS REU:GARRA COM. E REPRES. LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30

(trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00133132120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510414557 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:LUIZ CARLOS DA SILVA VARELA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:TROPICAL COMERCIO E SERVICOS LTDA. EXECUTADO:ELIAS DA SILVA VARELA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00133469220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710414555 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU (ADVOGADO) EXECUTADO:LIBERAL ALIMENTOS LTDA Representante(s): OAB 11661 - EDSON BENASSULY ARRUDA (ADVOGADO) OAB 18891 - LUIZ ROBERTO VEIGA NUNES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00133826420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510416826 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:C R COMERCIO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00133997620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510417436 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:MULTINUTRE COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00134406520058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510418765 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:EUDILENE DE ALMEIDA SOUZA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00134520520058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510419218 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:L S CARDOSO COMERCIO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00134771920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710418911 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:METAL SERVICE INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00134967620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510420554 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:M E POMPEU. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00139041820078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710432466 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:M. A. MEDICAMENTOS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:MOYSES BEMERGUY EXECUTADO:ALIA BENSIMON BEMERGUY. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar

quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00142144619998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910207449 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:GERALDO DE MORAES CORREA LIMA REU:ART. DECOR ARTESANATO E DECORACOES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00145441920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710452919 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:M DE O FERREIRA MERCEARIA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS K. FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00150506620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510473305 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:JOCILDA CARNEIRO SILVA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:JOAQUIM MANOEL DA SILVA EXECUTADO:M C 3 SERVICOS COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA. EXECUTADO:JEAN CARNEIRO DA SILVA EXECUTADO:EDSON NAZARENO MACIEL MOIA Representante(s): OAB 8867 - BRUNO TRINDADE BATISTA (ADVOGADO) OAB 1089 - ANTONIA IZABEL OZORIO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00153073420008140301 PROCESSO ANTIGO: 199710197631 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA ESTADUAL DO PARA EXECUTADO:JOSE MARIA DE SA ADVOGADO:ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS-PROC. EST REU:J.M. DE SA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de,

conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00162060920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510510280 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:MAX ESTUMANO POMPEU EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:M E POMPEU. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00162127620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510510553 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:LUDIMILA RONI DE ANDRADE HERINGER EXECUTADO:FERNANDO MOURA DOS SANTOS EXECUTADO:MOURA E MENDES LTDA EXECUTADO:BENEDITO RUY MENDES DA SILVA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00165208820058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510521724 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:VALTER L. CASTELO BRANCO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00169086720048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410570508 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) EXECUTADO:CAMPOS & RIBEIRO LTDA EXECUTADO:ARMANDO CAMPOS RIBEIRO EXECUTADO:HELIANA MARIA DE L. RIBEIRO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos.

3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00169295920048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410571217 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) EXECUTADO:BOCAIUVAS SERVICOS DE COZINHA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00173301520058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510547093 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:L. ROSY BOLSAS E ARTEFATOS LTDA EXECUTADO:ANTONIO CARVALHO DA COSTA EXECUTADO:GILBERTO SILVA LIMA EXECUTADO:LUIZ FERNANDO DA G. OLIVEIRA EXECUTADO:ROSILEIDE SOFIA R. BORDO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00173320520058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510547168 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:L S CARDOSO COMERCIO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00173748620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510548489 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:WILSON PAIS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:IVONE FURTADO PAIS EXECUTADO:PAULISTA COMERCIO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00174264120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610557819 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:E. DIAS MOREIRA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00175535620008140301 PROCESSO ANTIGO: 199410075542 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS K.FILHO-PROCURADOR (ADVOGADO) REU:M R M LOPES Representante(s): JOSE ODALIN SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00178241220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710556266 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:CONFIANCA COM. DE ALIMENTOS E REPRESENTACAO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA NADIR MATOS PEREIRA EXECUTADO:DAISE CORREA NASCIMENTO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00179296120028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210211427 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA REU:ILUMINAR MATERIAIS ELETRICOS LTDA Representante(s): OAB 8901 - LUCIANA MARTINS GOMES (ADVOGADO) . Decisão Interlocutória 1. Cuida-se de Execução Fiscal movida pelo Estado do Pará em face de ILUMINAR MATERIAIS ELETRICOS LTDA. 2. Em decisão de fls. 71, foi recebida a apelação interposta em face da decisão interlocutória de fls.46/49. 3. Pelo exposto, chamo o feito à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 46/49, deixo de receber o recuso de apelação visto não ser o meio adequado para atacar decisão interlocutória. 4. Intime-se o exequente para manifestação quanto ao prosseguimento da execução, no prazo de 15 (quinze) dias. 5. Cumpra-se. Belém, 18 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00179328820048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410607583 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:CASA DAS ARMAS MAGAZINE LTDA Representante(s): CURADOR LUIZ

PAULO DE A FRANCO (ADVOGADO) EXECUTADO:CARLOS ANTONIO Q. REMIGIO EXECUTADO:MARIA LUCIOLA QUEIROGA REMIGIO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00180036620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610571116 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:OLIMPIA MATERIAIS DE COSNTRUCAO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:DEIVISON JOSE FIGUEIREDO EXECUTADO:FABIO JOSE DA COSTA DAMASCENO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00180063020058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510570424 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:PLASQUIMA COMERCIO E REPRESENTACAO DE PLASTICOS E PRODUTOS QUIMICOS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00180084120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610571174 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): HUBERTUS FERNADES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:L. A. QUARESMA DE MIRANDA E CIA LTDA EXECUTADO:JOEL DOS SANTOS EXECUTADO:MARIA ALICE DOS SANTOS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00184177520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810569424 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:FREE BRASIL IND COMERCIO E EXPORTACAO DE PESCADOS LTDA EXECUTADO:MARY JANE DA SILVA CAVALCANTE

EXECUTADO:MARCOS LOPES DO NASCIMENTO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00184883220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910404017 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ABEL DA SILVA PIRES FILHO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00185092420098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910404463 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:FLAVIO FABIO CAMPOS NASCIMENTO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00190164520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610584250 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---REU:ASPECTHO COMERCIAL LTDA AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:LUCIO MELO DE COLARES VIEIRA EXECUTADO:IURI BONNA MAURICIO DE ABREU. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00190183520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610584276 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) REU:H. A. DIAS AMANAJAS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do

feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00190630420068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610585141 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUMARAES (ADVOGADO) EXEQUENTE:M N MONTEIRO E SILVA ME. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00193034420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510616260 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:TOQUE MISTO ALIMENTOS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00193529020058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510617812 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:PORANTIN COMERCIAL LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00196378620088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810609733 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:ARQPLAN PLANEJAMENTO E CONSTRUCOES LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:ADALBERTO SOUZA BURLAMAQUI JR EXECUTADO:ANA CRISTINA SANTANA AGE. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00196545620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610594762 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:M A G CHAMMA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): HUBERTUS FERNADES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA AMELIA GOMES CHAMMA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00196928120078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710614098 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:JUEBNER KLAYDER GOMES DE FREITAS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00197066620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510630301 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:C A S CARDOSO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCIA RIBEIRO VIDONHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00199859220088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810620622 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:CENTRO OESTE TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00200058920088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810621175 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO DOS PRAZERES (ADVOGADO) REU:JET SERVICE MANUTENCAO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no

prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00201164520008140301 PROCESSO ANTIGO: 199410142540 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) REU:BIANOR FERREIRA DA SILVA EXECUTADO:BIANOR FERREIRA DA SILVA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00201193020008140301 PROCESSO ANTIGO: 199510198132 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:LEOPOLDINO BRITO TEIXEIRA REU:RAQUEL PEREIRA MOURA E CIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00201248920048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410681058 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:NEWTON SOUZA CRUZ EXECUTADO:EMAZA ENGENHARIA CIVIL DA AMAZONIA LTDA EXECUTADO:REGINA CELIA PINHEIRO DA CRUZ. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00201391420048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410681503 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:PANIFICADORA E COMERCIO RIO ALVA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou,

ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00201581620048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410682121 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:IZIDORO PIRES SANTANA NETTO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:ISIDORO PIRES SANTANA NETTO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00202808520048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410686008 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:L. SANTIAGO EXECUTADO:LEILA SANTIAGO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00203430620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610605840 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---REU:ANTONIO FRANCISCO BATISTA PICANCO AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00205994220048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410696239 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA-FAZENDA P. ESTADUAL Representante(s): ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO (ADVOGADO) EXECUTADO:MEDILABOR PRODTOS E SERVICOS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00206026920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610611582

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:CLAUDINHA MAGAZINE LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:CLOVIS BENTES MONTEIRO EXECUTADO:MARIA COELI SOARES MONTEIRO EXECUTADO:CLOVIS BENTES MONTEIRO JUNIOR EXECUTADO:CLAUDYR S MONTEIRO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00207091920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610613653 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO DE MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) REU:J. CARDOSO COMERCIAL LTDA - ME. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00207453320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610614619 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---REU:PAAR COMERCIO LTDA AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO DE MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:JOAO FLORENCIO DO NASCIMENTO SOBRINHO EXECUTADO:MARIA DE JESUS FERNANDES PINTO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00210033820038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310423675 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) REU:CHURRASCARIA TUCURUVI LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00210599120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510676280 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO

VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:CRUZADINHO CALCADOS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00211780220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610624262 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:ETN - EMPRESA TECNICA NACIONAL S/A EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO M CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00211948720008140301 PROCESSO ANTIGO: 199810038105 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE PENNA DE C PINHO (ADVOGADO) REU:M. BARBOSA & CIA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00212598220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610625848 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:CPO COMERCIO SERV.DE INFORMATICA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:JOAMIR DOS SANTOS PENHA EXECUTADO:CARLOS F DE SOUZA D HARGREAVES EXECUTADO:JOSE ANTONIO MARIANI. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00213965520058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510686908 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:METAL BRANCO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019.

Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00214964020058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510689887 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:S C DANTAS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00220655020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710685940 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:D C S PAIXAO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00220683520078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710686063 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:MITAYA COMERCIAL LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00220740520078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710686237 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU (ADVOGADO) EXECUTADO:LI LIANG YUNG. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª

Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00222875420008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010055796 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (ADVOGADO) ADVOGADO:GERALDO DE MORAES C. LIMA EXECUTADO:MIGUEL RODRIGUES F JUNIOR EXECUTADO:LUCIMAR DE BRITO FIGUEIREDO EXECUTADO:LUCIMARA DE FATIMA B FIGUEIREDO REU:MODELAR MOVEIS E COLCHOES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00224584620088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810703840 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (ADVOGADO) EXECUTADO:JORGE MUTRAN, EXPORTACAO E IMPORTACAO LTDA Representante(s): MANOEL MARQUES DA SILVA NETO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00229306920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610664680 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:CIRURGICA NORTE COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:EVARISTO AUGUSTO RODRIGUES NETO EXECUTADO:VANNA MARIA KLAUTAU GOMES RODRIGUES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00230980520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610668286 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:R. I. LOPES DOS SANTOS ME. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª

Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00231009220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610668327 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:M. DO S. N. FURTADO EXECUTADO:MARIA DO SOCORRO NEVES FURTADO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00232784620008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010023463 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:FABIO T F GOES REU:CREDENCE COM. LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00233916320008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010023472 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:FABIO T F GOES REU:FLORESTY MADEIRAS LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00235454320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810739118 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:JUSTINO ALMEIDA MACIEL EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00237494820068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610688416 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:SUDAMERIS - ARRENDAMENTO MERCANTIL S.A EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): HUBERTUS FERNADES GUIMARAES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal,

intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00238550320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610692095 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Depósito em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:HELFONT PRODUTOS ELETRICOS LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00244731720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610710946 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:LOJA DAS JOIAS LTDA Representante(s): CURADOR DE AUSENTES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00245047720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710764926 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:A C CASCAES DA SILVA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00246072620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610714980 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:A A BARROS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou,

ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00246091620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610715087 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:W. K. MONTEIRO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO DE MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00247134920008140301 PROCESSO ANTIGO: 199610198079 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) ADVOGADO:LEOPOLDINO BRITO TEIXEIRA REU:V. MATOS E COUTINHO LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00250178920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510808594 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:EZEQUIAS FERREIRA PINTO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00250706020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710783215 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:AYLZ SERRAO SENA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ARY LIMA CAVALCANTI (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00250877220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710783752

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:REGINALDO DOS SANTOS ALMEIDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ARY LIMA CAVALCANTI (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00250886720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710783786 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:LI LIANG YUNG EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00252453720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610735994 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:RAIMUNDO RABELO FREIRE. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00252777120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610737065 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:A Y SADALA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00253472520028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210296015 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA REU:JOSE MARIA RODRIGUES ADVOGADO:FABIO T F GOES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei,

manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00255137620078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710797323 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:ALBERTO TAKASKI SUDO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00256200520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610747816 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:LOJA DAS BATERIAS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00256373820078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710801455 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:FARMAPENA LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00259516720008140301 PROCESSO ANTIGO: 199510074337 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO DOS PRAZERES COSTA (ADVOGADO) REU:COMERCIAL DE GENEROS ALIM. PARAENSE LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00261107720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610762559 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:PINHEIRO E ALEIXO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00262697920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710821388 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:JAIR DA CAMPO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00266575820068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610779413 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:I. ABITBOL COMERCIO Representante(s): OAB 15633 - RICARDO JOAO OLIVEIRA BRAZ (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00268392120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610785288 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:WALMIR DA SILVA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00270044020008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910128892 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) REU:DEJAIR LEITE DE MIRANDA. R.H. 1. Diante

da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00270199120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610790865 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:U T M QUARESMA EXECUTADO:JONILSON CASTRO NASCIMENTO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00270928520008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910128909 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO REU:DEJAIR LEITE DE MIRANDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00271264120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610793976 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:P S C XIMENES EPP EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00272687820008140301 PROCESSO ANTIGO: 199810222398 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS REU:ORGANIZACAO COMERCIAL COSTA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do

débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00280371620008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910252275 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:MANOEL DA COSTA AZEVEDO JUNIOR EXECUTADO:LUIZ ANTONIO AZEVEDO REU:C O N F E P A R. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00287939020088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810848654 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:ROZEANE SANTOS SEABRA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00305092520078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710952943 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:BRISA COMERCIO DE VIDROS E PECAS PARA ONIBUS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00316532820078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710987594 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ARY LIMA CAVALCANTI (ADVOGADO) EXECUTADO:MAHORA CONFECCOES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00363169020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711121357 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:JOSE DINO MALCHER EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ARY LIMA CAVALCANTI (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00370548620078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711145555 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXECUTADO:FERNANDO IVAN DUARTE EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00390483120088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811072575 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:JUANA M D C SIBAJA TANAKA ME EXECUTADO:JUANA MARIA DEL CARMEM SIBAJA TANAKA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00390701820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811073151 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:TRANSPORTADORA RUDIGER LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00415753220008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010148641 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO REU:CHARLOTTE INDUSTRIAL LTDA. R.H.

1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00437026720008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010173917 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 18/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA REU:CASA DA VIDA PROD. NATURAIS LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

RESENHA: 19/06/2019 A 19/06/2019 ¿ 3ª parte - SECRETARIA DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM - VARA: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM

PROCESSO: 00001012420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510003243 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:S PINTO COMERCIO E SERVICO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00005745020088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810017564 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ARY LIMA CAVALCANTI (ADVOGADO) EXECUTADO:M. R. INFORMATICA REPRESENTACOES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00006087420088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810018596 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:FLAVIO WANDERLEY LARA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ARY LIMA CAVALCANTI (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não

enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00007713520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810023149 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:FLUIDOS DA AMAZONIA LTDA Representante(s): MARIA DE FATIMA CHAMMA FARIAS (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00041707020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610138908 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE TARSO D KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:NORTE FORROS COMERCIO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00045816020118140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Embargos à Execução Fiscal em: 19/06/2019---EMBARGANTE:ORGANIZAÇÃO NORTE BRASIL PARA REP LTDA Representante(s): RAIMUNDO AUGUSTO RIOS BRITO (CURADOR DE AUSENTE) EMBARGADO:ESTADO DO PARA. SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de ação de EMBARGOS À EXECUÇÃO ajuizados pela Defensoria Pública do Estado do Pará, na condição de Curador Especial, em face da Fazenda Pública Estadual. O processo de Execução Fiscal (nº 0046788-60.2000.8.14.0301) foi extinto em face do reconhecimento da prescrição, tendo a Fazenda Pública requerido a desistência do recurso de Apelação em face da ocorrência da prescrição originária, o que foi homologado pelo juízo. Tendo em vista a extinção da ação principal, a presente ação perdeu seu objeto. Isto posto, considerando que a ação principal foi extinta, em razão de requerimento formulado pela parte embargada, julgo extinta a presente ação, sem resolução de mérito. Sem condenação em custas e honorários. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as baixas devidas. P.R.I.C. Belém, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00046633020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610154425 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE TARSO D KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:SMR COMERCIO E SERVICOS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de,

conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00049238020018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110061242 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO REU:FONSECA MELAZZO E CIA LTDA. SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de ação de Execução Fiscal, na qual foi requerido pelo exequente a desistência do feito e sua consequente extinção sem resolução do mérito (fls. 41). Isto posto, verificando que o pedido de desistência se funda em Lei, com fundamento no parágrafo único do art. 200 do CPC, homologo o pedido de desistência para que produza seus efeitos jurídicos, e julgo extinta a presente execução nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Sem condenação em custas e honorários. Caso existam bens penhorados ou com restrição judicial decorrentes deste processo executório, determino que se proceda ao levantamento respectivo, expedindo-se o que se fizer necessário para tanto. P.R.I.C. Arquive-se após o trânsito em julgado. Belém-PA, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza da 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém

PROCESSO: 00052405520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610175299 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:ROSEMEIRE BUOSI EXECUTADO:ROSEMEIRE BUOSI. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00055249020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610184737 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO P. DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:CHURRASCARIA TUCURUVI LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00091953920008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010077405 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:MARCUS VINICIUS NERY LOBATO REU:AMAZZON CONFECCAO E COM DE ROUPAS LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª

Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00094351619968140301 PROCESSO ANTIGO: 199610153572 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:GERALDO M. C. LIMA REU:JOSE ALZENIR FRANCA REU:COMERCIAL IMPORTADORA RELEVO LTDA REU:ZULIA MARIA VIANA FRANCA. SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de ação de Execução Fiscal, na qual foi requerido pelo exequente a desistência do feito e sua consequente extinção sem resolução do mérito (fls. 34). Isto posto, verificando que o pedido de desistência se funda em Lei, com fundamento no parágrafo único do art. 200 do CPC, homologo o pedido de desistência para que produza seus efeitos jurídicos, e julgo extinta a presente execução nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Sem condenação em custas e honorários. Caso existam bens penhorados ou com restrição judicial decorrentes deste processo executório, determino que se proceda ao levantamento respectivo, expedindo-se o que se fizer necessário para tanto. P.R.I.C. Arquive-se após o trânsito em julgado. Belém-PA, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza da 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém

PROCESSO: 00098589320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810298958 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:TRANSPORTADORA GOES LTDA EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9664 - VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (PROCURADOR(A)) MARIO DE SOUZA FIGUEIREDO (ADVOGADO) EXECUTADO:RAIMUNDO ANERVAL PEREIRA GOES EXECUTADO:NEDI MORAES FRANQUES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00116027420028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210137179 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 8890 - FABIO THEODORICO FERREIRA GOES (PROCURADOR(A)) OAB 8890 - FABIO THEODORICO FERREIRA GOES (PROCURADOR(A)) REU:MALU CONFECCOES E ELETRODOMESTICOS LTDA EXECUTADO:MARIA DE LOURDES RIBEIRO DIAS EXECUTADO:MIECIO JORGE DIAS. SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de ação de Execução Fiscal, na qual foi requerido pelo exequente a desistência do feito e sua consequente extinção sem resolução do mérito (fls. 53). Isto posto, verificando que o pedido de desistência se funda em Lei, com fundamento no parágrafo único do art. 200 do CPC, homologo o pedido de desistência para que produza seus efeitos jurídicos, e julgo extinta a presente execução nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Sem condenação em custas e honorários. Caso existam bens penhorados ou com restrição judicial decorrentes deste processo executório, determino que se proceda ao levantamento respectivo, expedindo-se o que se fizer necessário para tanto. P.R.I.C. Arquive-se após o trânsito em julgado. Belém-PA, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza da 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém

PROCESSO: 00116760320078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710361269 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:L. N. COMERCIO DE INFORMATICA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:ANA LUCIA PEREIRA COUTINHO EXECUTADO:RICARDO BRUNO PINTO DA SILVA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências

necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00125552020008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910246077 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:MARIO DE SOUZA FIGUEIREDO REU:PORTO SEGURO COMERCIAL LTDA. SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de ação de Execução Fiscal, na qual foi requerido pelo exequente a desistência do feito e sua consequente extinção sem resolução do mérito (fls. 46). Isto posto, verificando que o pedido de desistência se funda em Lei, com fundamento no parágrafo único do art. 200 do CPC, homologo o pedido de desistência para que produza seus efeitos jurídicos, e julgo extinta a presente execução nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Sem condenação em custas e honorários. Caso existam bens penhorados ou com restrição judicial decorrentes deste processo executório, determino que se proceda ao levantamento respectivo, expedindo-se o que se fizer necessário para tanto. P.R.I.C. Arquive-se após o trânsito em julgado. Belém-PA, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza da 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém

PROCESSO: 00129841720058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510404342 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:E F N DE BASTOS E CIA LTDA EXECUTADO:JOSE DA A LIMA DE OLIVEIRA EXECUTADO:ESTELA DE FATIMA NUNES DE BASTOS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00130726220058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510407031 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:PANIFICADORA NOVA CANARINHO LTDA. Representante(s): CURADOR DE AUSENTES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00133864420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510416884 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:W A C SANTOS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:WALMYR ALBERTO COSTA SANTOS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição,

tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00134657920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710418515 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:BENEDITO SERGIO RODRIGUES MALCHER EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00135243320058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510421544 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:MARIA JOSE LOPES BRASILEIRO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIO CESAR BRASILEIRO EXECUTADO:ANANINDEUA DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00139388920008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910183653 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA REU:A.L.S. SAVINO EXECUTADO:ANA LETICIA DE SOUZA SAVINO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00145692520048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410489345 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:PRETTY MODAS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00154271620008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010064008 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO REU:MOREIRA CAMPOS LTDA.. SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de ação de Execução Fiscal, na qual foi requerido pelo exequente a desistência do feito e sua consequente extinção sem resolução do mérito (fls. 52). Isto posto, verificando que o pedido de desistência se funda em Lei, com fundamento no parágrafo único do art. 200 do CPC, homologo o pedido de desistência para que produza seus efeitos jurídicos, e julgo extinta a presente execução nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Sem condenação em custas e honorários. Caso existam bens penhorados ou com restrição judicial decorrentes deste processo executório, determino que se proceda ao levantamento respectivo, expedindo-se o que se fizer necessário para tanto. P.R.I.C. Arquive-se após o trânsito em julgado. Belém-PA, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza da 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém

PROCESSO: 00156575920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610508896 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL PROCURADOR(A):MARCIA RIBEIRO DOS SANTOS VIDONHO EXECUTADO:L. SINATRA V. OLIVEIRA - ME. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00157248320008140301 PROCESSO ANTIGO: 199210002052 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) ADVOGADO:PROC.ULISSES DE OLIVEIRA REU:M. CORDEIRO E ARAUJO. SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL movida pelo ESTADO DO PARÁ - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL em face de M CORDEIRO DE ARAUJO. Recebida a inicial, determinou-se a citação da parte executada em 28/05/1992 (fls. 05). A Fazenda Estadual peticionou, às fls. 40, requerendo a desistência da ação com fundamento na ocorrência de prescrição originária. É o sucinto Relatório. Decido. A presente ação foi ajuizada em 27/01/1992, ou seja, antes da Lei Complementar nº 118/2005, o que significa que o marco interruptivo da prescrição nestes autos é a citação pessoal do devedor, nos termos da redação original do inciso I, do parágrafo único do art. 174 do CTN. Com efeito, o prazo prescricional começa a ser contado da data da constituição definitiva do crédito, até o prazo máximo de 05 anos, nos termos do art. 174, do CTN. Sabe-se que a Lei Complementar nº 118 de 2005, alterou o Código Tributário Nacional, passando a regular a interrupção da prescrição do crédito tributário diante do despacho do Juiz que determinar a citação do devedor em execução fiscal. Todavia o referido dispositivo não se aplica ao caso em apreço, uma vez que é pacífico em nossos Tribunais Superiores que tal alteração somente se aplica as Execuções Fiscais ajuizadas após a entrada em vigor da mencionada Lei Complementar (2005), não sendo aplicável às Execuções anteriores. Até mesmo porque não há que se falar em retroatividade da lei, pois o caso em apreço não se enquadra no rol previsto no artigo 106 do Código Tributário Nacional. Assim tem entendido a Jurisprudência Pátria: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO FISCAL. NÃO-APLICAÇÃO DA LC 118/05 A FEITO EXECUTIVO AJUIZADO ANTES DE SUA VIGÊNCIA. DESPACHO QUE ORDENA A CITAÇÃO. NÃO-INTERRUPÇÃO NA ESPÉCIE. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282 DO STF. 1. No processo de execução fiscal, ajuizado anteriormente à Lei Complementar 118/2005, o despacho que ordena a citação não interrompe o prazo prescricional, pois somente a citação produz esse efeito, devendo prevalecer o disposto no artigo 174 do CTN sobre o artigo 8º, § 2º, da Lei 6.830/80. 2. Na espécie, constata-se que o crédito tributário foi constituído em 1997, e a citação por edital se efetivou apenas em agosto de 2004, isto é, após cinco anos da constituição definitiva do crédito tributário. Logo, não há como afastar a prescrição. 3. Verifica-se que os arts. 1º-D da Lei n. 9.494/97 e 130 da LC n. 80/94 não foram objeto de debate no

âmbito do acórdão recorrido, e a parte não opôs embargos de declaração a fim de prequestionar a sua tese. Incide, portanto, o disposto no enunciado da Súmula 282 do STF, por ausência de prequestionamento. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 804.035/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/11/2009, DJe 03/12/2009. Disponível em http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsphttp://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp. Acessado em 08.03.2010) PROCESSUAL CIVIL. ART. 535 DO CPC. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTO NÃO ATACADO DO ARESTO RECORRIDO. PRESCRIÇÃO. ART. 174 DO CTN. PREVALÊNCIA. 1. Quanto à arguição de infringência ao art. 535 do CPC, o aresto impugnado não incorreu em omissão, porquanto decidiu a questão posta de modo integral e sólido; apenas contrariou o interesse da parte insurgente. 2. 1. Em processo de execução fiscal ajuizado anteriormente à Lei Complementar nº 118/05, o despacho que ordena a citação não interrompe o prazo prescricional, pois somente a citação pessoal produz esse efeito, devendo prevalecer o disposto no artigo 174 do CTN sobre o artigo 8º, § 2º, da LEF - Lei nº 6.830/80. Precedentes. 2. Recurso especial não provido.(REsp 1148541/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 23/10/2009. Disponível em http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp. Acessado em 08.03.2010http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/toc.jsp. Acessado em 08.03.2010). Isto posto, tendo ocorrido a prescrição originária pelo decurso do prazo, julgo extinta a presente execução, com resolução de mérito, na forma do art. 174 do Código Tributário Nacional e art. 487, inciso II do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado da decisão, arquive-se com as cautelas devidas. Sem custas e honorários advocatícios. P.R.I.C. Belém-PA, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00158140820048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410532871 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) REU:JOSE BOSCO DE A BARBOSA REU:FRANCISCO JOSE B. FILHO EXECUTADO:FRANCISCO JOSE BARBOSA FILHO E CIA. LTDA Representante(s): CURADOR DE AUSENTES (ADVOGADO) REU:ANTONIO CRISTIANO DOS S SOUZA REU:MELQUIZEDEQUE DA S MIRANDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00158750720008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910309697 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:MARIO DE SOUZA FIGUEIREDO REU:SEKI E CIA LTDA. SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de ação de Execução Fiscal, na qual foi requerido pelo exequente a desistência do feito e sua consequente extinção sem resolução do mérito (fls. 34). Isto posto, verificando que o pedido de desistência se funda em Lei, com fundamento no parágrafo único do art. 200 do CPC, homologo o pedido de desistência para que produza seus efeitos jurídicos, e julgo extinta a presente execução nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Sem condenação em custas e honorários. Caso existam bens penhorados ou com restrição judicial decorrentes deste processo executório, determino que se proceda ao levantamento respectivo, expedindo-se o que se fizer necessário para tanto. P.R.I.C. Arquive-se após o trânsito em julgado. Belém-PA, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza da 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém

PROCESSO: 00167312420068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610537225 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS K. FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:B E B ALIMENTOS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019.

Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00172511420008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910249583 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA REU:A.S. COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00172873620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510545782 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:BRASIL 2000 COMERCIO SERVICOS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00173054320058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510546334 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:CRUZADINHO CALCADOS LTDA EXECUTADO:MARIA DE JESUS DIAS EXECUTADO:GERMANO RENATO DE AQUINO FILHO EXECUTADO:ENEIDA SOCORRO SOUZA DE AQUINO Representante(s): OAB 11639 - REINALDO TERTULINO RIBEIRO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00177119220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710552975 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:CELIA SAMPAIO E. RIBEIRO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição,

tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00178153620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610566852 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:E.M.C. CUNHA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00179262120048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410607377 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:G M DA ROCHA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00179549620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510568867 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:L S P DE OLIVEIRA COMERCIO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00182075820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810562361 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---REU:BRASILIS TRANSPORTADORA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:ELAINE CRISTINA SIQUEIRA SOUSA EXECUTADO:RODOLFO CONCEICAO SOUSA DA SILVA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00186124920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710579953

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:OSMUNDO EDUARDO DA SILVA NAIF EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00189885420098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910413729 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:LUCIANO ARAUJO LIMA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) . DECISÃO R.H. Tendo em vista o pedido de suspensão da execução fiscal, nos termos do art. 40 da LEF, formulado em petição do exequente às fls. 91, suspendo o curso da execução nos moldes do referido dispositivo legal. Decorrido o prazo máximo legal, certifique-se e arquivem-se provisoriamente os autos, caso não sejam localizados o devedor ou bens para o pagamento da dívida, intimando-se a Fazenda Pública. Decorrido o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, somado ao prazo de 01 (um) ano da suspensão do curso do processo executivo, isto é, 06 (seis) anos contados da intimação da Fazenda Pública, sem a localização do devedor ou de bens, retornem conclusos para apreciação da possibilidade de prescrição intercorrente. Por fim, esclareça-se que a inclusão do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes prevista no art. 782, § 3º, CPC, constitui uma faculdade do Julgador para situações especiais, assim, uma vez que ainda não houve a formação da triangulação processual, bem como em observância aos temos do art. 782, §5º, CPC, indefiro o pedido de inclusão do nome do executado nos cadastros de inadimplentes. Intimem-se as partes e seus Procuradores na forma legal. P.R.I.C. Belém-PA, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00190136020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610584226 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---REU:N. F. PINTO LTDA AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00194279520008140301 PROCESSO ANTIGO: 199810145801 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA REU:CONAF AUTO PECAS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00201277420048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410681165 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:A. F. A. INFORMATICA LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00202114220048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410683765 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO (ADVOGADO) EXECUTADO:A. PINHEIRO PAPELARIA S/A EXECUTADO:MARIA CLARA C PINHEIRO EXECUTADO:ALFREDO T PINHEIRO EXECUTADO:MANOELA SOFIA SANTANA EXECUTADO:NEY ANDERSON ALENCAR UCHOA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00204358620048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410690893 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Cumprimento de sentença em: 19/06/2019---EMBARGANTE:BRASILTON - BELEM HOTEIS E TURISMO S/A. Representante(s): FERNANDO FECURY SCAFF (ADVOGADO) LEONARDO ALCANTARINO MENESCAL (ADVOGADO) EMBARGADO:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) . DECISÃO 1. Considerando que às fls. 106/110 consta sentença de improcedência dos presentes Embargos à Execução, onde o embargante foi condenado ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios no importe de 20% sobre o valor da execução; 2. Considerando que a sentença foi mantida em sede de julgamento de Embargos de Declaração (fls. 120), bem como em sede de julgamento de Apelação (fls. 248/258), que manteve integralmente a sentença recorrida, tendo o respectivo acórdão, de nº 92.208, transitado em julgado (certidão de fls. 282v); 3. Considerando que às fls. 326 consta pleito de desistência do recurso, onde o embargante requer sua não condenação em honorários, alegando que os mesmos já estão sendo adimplidos no parcelamento aderido por si no PROREFIS; 4. Considerando que o embargado manifestou-se concordando com a desistência, contudo, sustentou que a condenação em honorários não foi objeto de impugnação na Apelação, bem como que os honorários dos Embargos à Execução não se confundem com os honorários da Ação de Execução Fiscal; 5. Decido. 6. Já tendo transitado em julgado a decisão dos Embargos à Execução em que o embargante foi condenado ao pagamento de custas e honorários advocatícios, não cabe, neste momento processual, a alteração da decisão devidamente transitada em julgado. 7. Ademais, destaca-se que as ações de Execução Fiscal e de Embargos à Execução Fiscal são ações distintas, cabendo condenação em honorários, com atenção ao princípio da causalidade. Neste sentido: HONORÁRIOS. EMBARGOS À EXECUÇÃO. DESISTÊNCIA. Tendo dado causa ao ajuizamento dos embargos, mesmo que após tenha manifestado desistência, a embargante responde pelos honorários advocatícios, fixados em valor módico. (TRF-4 - AC: 79379720144049999 RS 0007937-97.2014.404.9999, Relator: MARIA DE FÁTIMA FREITAS LABARRÈRE, Data de Julgamento: 25/03/2015, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: D.E. 07/04/2015) EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. DESISTÊNCIA POR ADESÃO A PARCELAMENTO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 1. Dada a complexidade da causa e seu andamento, mantenho a condenação em verba honorária em 10%. 2. Apelação desprovida. (TRF-3 - Ap: 00382630920104039999

SP, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL WILSON ZAUHY, Data de Julgamento: 20/02/2018, PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: e-DJF3 Judicial 1 DATA:01/03/2018) 8. Assim, cumpra-se com o Acórdão de fls. 248/258 que manteve integralmente a sentença de fls. 106/110. 9. Intime-se a Fazenda Pública Estadual para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresente memorial de cálculo atualizado do valor devido. 10. Após, intime-se o devedor, via Diário de Justiça, nos termos do art. 513, §2º, I do CPC, para realizar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento voluntário do débito relativo à condenação em honorários advocatícios e das custas processuais, ficando advertido de que não ocorrendo o referido pagamento no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de advogado de 10% (dez por cento), tudo na forma dos artigos 85, § 1º e § 13 e 523, § 1º, do Código de Processo Civil. 11. Deverão ficar advertidos os devedores, outrossim, de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação, observando-se que ¿será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo¿ (CPC, artigo 218, § 4º). 12. Quanto às custas, tendo em vista o certificado às fls. 138, cumpra-se o que dispõe o art. 46 da Lei Estadual nº 8.328, de 29 de dezembro de 2015, atendando-se para a petição e documentos de fls. 289/290 e seguintes. 13. P.R.I.C. Belém-PA, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00209735720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610619601 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:F S NUNES E CIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00210551420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510676181 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:AR FRIO DA AMAZONIA S/A EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO V. BASTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00210924420068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610622175 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:E.P.G. LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:EDUARDO JOSE SILVA DE SOUZA FRANCO EXECUTADO:ANA PATRICIA SALOMAO ANTONIO MUFARREJ EXECUTADO:GYSELLE DO SOCORRO VAZ PEREIRA EXECUTADO:RAFAEL CARVALHO BATISTA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif

Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00211588120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510679557 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO V. BASTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:CRUZADINHO CALCADOS LTDA EXECUTADO:MARIA DE JESUS DIAS EXECUTADO:GERMANO RENATO DE AQUINO FILHO EXECUTADO:ENEIDA SOCORRO SOUZA DE AQUINO Representante(s): OAB 11639 - REINALDO TERTULINO RIBEIRO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00213096820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810665339 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:VALDEMAR PANTOJA SANTIAGO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00213986620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610628404 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:TOQUE MISTO ALIMENTOS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIO DE NAZARENO A MESQUITA EXECUTADO:ELIJAN LOPES DA SILVA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00222098520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610646373 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:MIRANDA MOTOS COMERCIO E SERVICOS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00227002620008140301 PROCESSO ANTIGO: 199610155525 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:LEOPOLDINO BRITO TEIXEIRA REU:VITOR MARQUES DA FONSECA JUNIOR Representante(s): PAULO AUGUSTO DE AZEVEDO MEIRA (ADVOGADO) . DECISÃO R.H. Tendo em vista o pedido de suspensão da execução fiscal, nos termos do art. 40 da LEF, formulado em petição do exequente às fls. 63, suspendo o curso da execução nos moldes do referido dispositivo legal. Decorrido o prazo máximo legal, certifique-se e arquivem-se provisoriamente os autos, caso não sejam localizados o devedor ou bens para o pagamento da dívida, intimando-se a Fazenda Pública. Decorrido o prazo prescricional de 05 (cinco) anos, somado ao prazo de 01 (um) ano da suspensão do curso do processo executivo, isto é, 06 (seis) anos contados da intimação da Fazenda Pública, sem a localização do devedor ou de bens, retornem conclusos para apreciação da possibilidade de prescrição intercorrente. Por fim, esclareça-se que a inclusão do nome do devedor nos cadastros de inadimplentes prevista no art. 782, § 3º, CPC, constitui uma faculdade do Julgador para situações especiais, assim, uma vez que ainda não houve a formação da triangulação processual, bem como em observância aos temos do art. 782, §5º, CPC, indefiro o pedido de inclusão do nome do executado nos cadastros de inadimplentes. Intimem-se as partes e seus Procuradores na forma legal. P.R.I.C. Belém-PA, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00229297420068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610664656 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:J T TRANSPORTES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00229693920008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910278971 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) REU:LUIZ M LOPES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00230692420008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910281323 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO EXECUTADO:LIVRARIA NACIONAL LTDA Representante(s): OAB 7839 - NIXON RODRIGUES DA ROCHA (ADVOGADO) EXECUTADO:ANA MARIA DE ALMEIDA GONCALVES EXECUTADO:JOSE PEREIRA GONCALVES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de

2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00232556420008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910193982 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO REU:BARROS E AMORIM LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00232993820008140301 PROCESSO ANTIGO: 199510127299 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO REU:F. G. DISTRIBUIDORA COMERCIAL LTDA. ADVOGADO:PAULO ROBERTO C. MONTEIRO-PROC. FISCAL. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00237266620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610687624 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): HUMBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:M. DO S. N. FURTADO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00240638520048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410823296 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:D. FERNANDES DA COSTA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00241476620008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910209983 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO

BRAGA OLIVEIRA REU:MARQUIMICA IND.COM. LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00246842920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610717504 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:POLIACO LTDA EXECUTADO:ANTONIO HUMBERTO VERGOLINO GIORDANO EXECUTADO:LEA DE ALMEIDA GIORDANO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00253547420068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610739318 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:ANTONIO ELIAS ASSEF EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00257874320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610753037 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:ELECTROFRIO SERVICOS E COMERCIO LTDA-EPP EXECUTADO:FRANCISCA DE ASSIS ALVES GAMA EXECUTADO:EMMILY RAFAELLE RODRIGUES DA SILVA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00259338920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610757500 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:HELFONT PRODUTOS ELETRICOS S/A.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o

exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00261295020008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910222477 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:GERALDO DE MORAES CORREA LIMA REU:CURTT PINHEIRO ALVES REU:FRANCISCO JAMES MACHADO REU:FRANCISCO JAMES MACHADO & CIA LTDA REU:MARGARIDA DA SILVA ARAUJO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00263418620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610769860 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:M G FIGUEIREDO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:MIRIAM GOMES DE FIGUEIREDO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00276821920088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810829464 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:ALUIZIO PAES DA SILVA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00283490820008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910202382 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:FABIO T. F. GOES REU:JOSE AUGUSTO RODRIGUES DE LIMA REU:LIMA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento

ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00356626220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711101036 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:A OLIVEIRA DA SILVA TRANSPORTES EXECUTADO:ALMIR OLIVEIRA DA SILVA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00365845820008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010141586 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) REU:SANDRO PINTO DE CARVALHO REU:NILTON CEZAR CRUZ ATAIDE REU:AMAZZON CONFEC. E COM. DE ROUPAS LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00370500920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711145349 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:L O DOS SANTOS COM IMPORTACAO E EXPORTACAO EXECUTADO:LUIS OTAVIO DOS SANTOS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00392622820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811076303 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---EXECUTADO:AMAZON CATFISH LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANETE PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª

Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00425502320108140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Embargos à Execução Fiscal em: 19/06/2019---EMBARGADO:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA EMBARGANTE:MARQUIMICA IND.COM. LTDA. Representante(s): OAB 4705 - RAIMUNDO AUGUSTO RIOS BRITO (DEFENSOR) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00514807420008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010271123 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO (ADVOGADO) REU:ANA MARIA FURTADO MORTHY REU:A M MORHY. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00514883420008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010271203 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 19/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO (ADVOGADO) EXECUTADO:ADRIAO NUNES BANDEIRA EXECUTADO:ADJAVAN NUNES MARINHO REU:ARARA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA. Representante(s): DR. SINELIO FERREIRA DE MENEZES FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:ELIZABETHE GUARACIABA BRAGA MARINHO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

RESENHA: 24/06/2019 A 24/06/2019 - SECRETARIA DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM - VARA: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM

PROCESSO: 00002357520078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710007293 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:SILVA BRANGANCA E CIA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos.

3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00002557220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710007863 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:RIDER COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00005554820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810016946 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ARY LIMA CAVALCANTI (ADVOGADO) EXECUTADO:CONDOR COMERCIO DISTRIBUIDOR LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00006389720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710020211 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:M L DE LIMA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00016785920088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810052148 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:D M CAPACIO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00028041320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610092063 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em:

24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE T. DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:L S P DE OLIVEIRA COMERCIO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00028821120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610094738 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:A F SILVA COMERCIO DE OCULOS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00047562920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510143239 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA-FAZENDA P. ESTADUAL Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:HMV SILVA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00047581920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510143312 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:HELENA MARIA VEIGA DA SILVA EXECUTADO:HMV SILVA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00062002120028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210071481 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) REU:MAGNATEX INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências

necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00065243720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610215897 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:R. S. DOS ANJOS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): FERNANDO A. BRAGA OLIVEIRA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00066526820018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110083880 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES ADVOGADO:MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA REU:GD CARAJAS IND. COM.E EXPORT DE MADEIRAS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00068136020028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210078617 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 6004 - ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:COMERCIAL FERNANDO LTDA EXECUTADO:NELY ROSA BASTOS NETO EXECUTADO:MARIA AUXILIADORA MAUES NETO Representante(s): OAB 16676 - OTAVIO AUGUSTO DA SILVA SAMPAIO MELO (ADVOGADO) OAB 19303 - THIAGO PEREIRA DE CARVALHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00088492320008140301 PROCESSO ANTIGO: 199810174020 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA ADVOGADO:GERALDO LIMA REU:S.E.F.TAVARES-RELOJ. E OTICA RELOTICAS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a

manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00090556020008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910285918 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) REU:A. DA COSTA CASSEB REU:ANTONIO DA COSTA CASSEB. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00096794420008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910265798 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS REU:N. J. TUMA CIA. LTDA. REU:ALLIETE AREAS TUMA REU:NAGIB JORGE TUMA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00102598320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610341329 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) EXECUTADO:ROSA HELENA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00112053020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710345883 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:MARLENE KABUKI EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00129993920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510404607 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:LUIZ CARLOS SILVA PEREIRA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA -

FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:L C S PEREIRA E CIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00130183320008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910256879 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 6004 - ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOANCELY GLORIA VELOSO PAMPOLHA EXECUTADO:L. F. B. TAVARES COM. REPRESENTACAO EXECUTADO:LUIS FERNANDO BARBOSA TAVARES EXECUTADO:VALMIR DO VALE SANTOS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00132812120028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210156970 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:FABIO T F GOES REU:LODCO COMERCIAL LT. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00135024620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510420752 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:F MOVEIS LTDA Representante(s): OAB 10041 - LUCIENE DE FATIMA BRITO FIGUEIRÓ (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00140668120078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710437622 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:ANTONIO CECILIO RODRIGUES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de

não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00150668320058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510473694 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:GLAUCO MIXELL DA SILVA VIEIRA EXECUTADO:MAQBOMBEL MOTORES E PECAS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE ANTONIO MATEUS DA COSTA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00151097520018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110182871 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) REU:D S VIANA EXECUTADO:DELI DOS SANTOS VIANA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00164951920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510520958 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:ROGERIO BEZERRA DA COSTA EXECUTADO:MARIA DO SOCORRO DE SOUZA EXECUTADO:JOAO ROMAN DE TAVARES EXECUTADO:SMR COMERCIO E SERVICOS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00169238920048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410571019 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) EXECUTADO:TECLAB PRODUTOS QUIMICOS E DIAGNOSTICOS LTDA EXECUTADO:HONORATO ALBERTO C NOGUEIRA EXECUTADO:DULCILENE LIMA NOGUEIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a

ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00171649020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610551043 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:INDYCAR COMERCIO E SERVICOS LTDA. EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KALUTAU (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00172721420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510545063 MAGISTRADO(A)/ RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:B. A. GRISOLIA & CIA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:CLAUDIA GRISOLIA EXECUTADO:VICENTE GRISOLIA NETO EXECUTADO:BRAZ ANTONIO GRISOLIA EXECUTADO:SANDRA RITA GRISOLA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00174204220008140301 PROCESSO ANTIGO: 199010009804 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO F. T GOES (ADVOGADO) REU:MARCONES MEDEIROS MARCELINO ADVOGADO:GERALDO DE MORAES CORREA LIMA-PROC. FISC REU:MARCONES MEDEIROS MARCELINO E CIA. LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00174739720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610559386 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:VITRON INDUSTRIA, COMERCIO E SERVICOS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO DE MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00177181520058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510560631 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:DISTRIBUIDORA GUARAPARI LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00178049120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610566513 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:POSTO SENADOR LEMOS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): MARCIA RIBEIRO DOS SANTOS VIDONHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00180329420058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510571175 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:SMF DE OLIVEIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00182013820018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110218029 MAGISTRADO(A)/ RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) REU:DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS UNIVERSO LTDA EXECUTADO:ALEXEI SEISHI NAGASE EXECUTADO:ANDREI TAKAHITO NAGASE. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00183003620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610574821 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:S. M. I. MEIRELLES EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO P COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no

prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00184064620048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410621955 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:G. M. DA ROCHA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:GERALDO MENDES DA ROCHA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00185120920098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910404512 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:FABIO ROBERTO MOURAO LUZ EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (PROCURADOR(A)) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00190706620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610585365 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:M. DE OLIVEIRA LANDIM ME EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:MARCIO DE OLIVEIRA LANDIN. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00192635020058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510615022 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:ACA LOPES NAVEGACAO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se.

Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00194194620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510619868 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:LSP DE OLIVEIRA COMERCIO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00202228420048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410684094 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANETE PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:MEDLABOR PRODUTOS E SERVICOS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00208794220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610617663 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:CARVALHO E GUILHERME LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00213052520058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510684043 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS OAB/PA 6803 (ADVOGADO) EXECUTADO:CLC CONFECCOES LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00215156320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610630607 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em:

24/06/2019---EXECUTADO:FOCUS COMERCIO E SERVICOS GERAIS LTDA. EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00221695720098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910479763 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:JOAO KLAYTON DA LUZ DIAS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (PROCURADOR(A)) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00221705220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910479804 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE DE SOUZA ARAUJO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00221756120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610645531 MAGISTRADO(A)/ RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:DSINALY COSTA DIAS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MARCIA NAZARE RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:SATURNINO EDGAR DIAS EXECUTADO:FRIMARES IND COMERCIO SEGURANCA REPRESENTACOES LTDA EXECUTADO:ALANA AMORAS TAVORA EXECUTADO:VICTALINA TORRES DIAS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00223533620018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110267182 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:FABIO T F GOES REU:ELCO EXPORTADORA COMERCIAL LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a

lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00231151720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610668723 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:RAMOS DE ALMEIDA E CIA LTDA. Vistos etc. Cuida-se de ação de Execução Fiscal, na qual foi requerido pelo exequente a extinção do feito em razão do crédito tributário ter sofrido baixa especial por remissão concedida pelo Governo Estadual, através do Decreto Estadual nº 1.194/2008 (fls. 56). Isto posto, julgo extinta a presente execução, sem resolução de mérito, na forma do art. 156, IV do Código Tributário Nacional c/c art. 485, IV e VI e art. 924, III e 925 do Código de Processo Civil, em razão da remissão da obrigação tributária. Sem condenação em custas e honorários, em razão da remissão da dívida, nos termos do art. 26, da LEF. Neste sentido: TRIBUTÁRIO. EXECUÇÃO FISCAL. REMISSÃO. HONORÁRIOS. Se os autos executivos foram extintos em virtude de lei concessiva de remissão editada após o ajuizamento da execução, incabível a condenação ao pagamento de honorários de sucumbência. (TRF-4 - AC: 23517820074047201 SC 0002351-78.2007.404.7201, Relator: VÂNIA HACK DE ALMEIDA, Data de Julgamento: 10/08/2010, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: D.E. 18/08/2010) Caso existam bens penhorados ou com restrição judicial decorrentes deste processo executório, determino que se proceda ao levantamento respectivo, expedindo-se o que se fizer necessário para tanto. Arquive-se após o trânsito em julgado. P.R.I.C. Belém-PA, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza da 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém

PROCESSO: 00231424720008140301 PROCESSO ANTIGO: 199810048130 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---REU:JOSE SEVERINO DE OLIVEIRA AUTOR:ESTADO DO PARA / SEFA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) REU:RALLYE EQUIPAMENTOS E ACESSORIOS LTDA REU:MARIA LUCIA OLIVEIRA RIBEIRO Representante(s): OAB 5352 - MARILDA EUNICE CANTAL MACHADO DE MELLO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00235349820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810738772 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:IND COM E REP ARAUCARIA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00240014920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610696534 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em:

24/06/2019---EXECUTADO:PEREIRA PINTO COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA ME EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): HUMBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00240319320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610697590 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): HUMBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:F M MARTINS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00243157320088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810760543 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:ESTALEIRO BACIA AMAZONICA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VITOR ANDRE TEXEIRA LIMA (ADVOGADO) VITOR ANDRE TEXEIRA LIMA (ADVOGADO) EXECUTADO:ALBERTO JACOB SERRUYA EXECUTADO:ANDRE MORAES GUEIROS EXECUTADO:DAVID JACOB SERRUYA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00243609720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610707274 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:COMERCIAL DE ALIMENTOS SANTOS EXECUTADO:OCELIO QUARESMA DE CASTRO EXECUTADO:MIGUEL OCELIO SEIXAS QUARESMA EXECUTADO:LUIZ ALFREDO QUARESMA DE MIRANDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00244348620008140301 PROCESSO ANTIGO: 199310151380 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO Representante(s): ROLAND MASSOUD

(ADVOGADO) REU:ARAUJO CORREA E CIA. LTDA. EXECUTADO:JOSE ANTONIO CORREA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00244855420068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610711267 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:M E B COMERCIO DE AUTO PECAS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00245090220008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010053378 MAGISTRADO(A)/ RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA EXECUTADO:CONCEICAO DE MARIA SALES DA SILVA Representante(s): OAB 17426 - LAERCIO CARDOSO SALES NETO (ADVOGADO) EXECUTADO:NEY RONALDO GOMES DA SILVA Representante(s): OAB 17426 - LAERCIO CARDOSO SALES NETO (ADVOGADO) REU:CONNEY COM. DE MAT. E CONSTRUCAO LTDA Representante(s): OAB 17426 - LAERCIO CARDOSO SALES NETO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00248963620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610724228 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:COMERCIO DE TECIDOS SILVA E DOTE LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00249902220008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010053476 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL REU:VIACAO PERPETUO SOCORRO LTDA Representante(s): RAFAEL DE ATAIDE AIRES (ADVOGADO) ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da

presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00252767620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610736992 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:A TELMA C AMARAL. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00253699620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610739780 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:B S CRISOSTOMO TRANSBENTO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00254954820068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610743864 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:MITAYA COMERCIAL LTDA Representante(s): OAB 6800 - KLEVERSON GOMES ROCHA (ADVOGADO) EXECUTADO:MILTON TAIZO YAMADA Representante(s): OAB 6800 - KLEVERSON GOMES ROCHA (ADVOGADO) EXECUTADO:MANUELLA BARBOSA MACOLA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00256219720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610747858 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:M R CORREA BOLSAS E CALCADOS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no

sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00258370820078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710807809 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:EVALDINO BENTO CELESTINO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00260537120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610761121 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:MEIO A MEIO ECONOMICO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00261744020018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110313792 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:ROLAND RAAD MASSOUD REU:CONAL-CORDEIRO & OLIVEIRA NAVEGACAO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00262802420078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710821742 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:ORIVALDO MATOS NUNES EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00268905720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610786905 MAGISTRADO(A)/ RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:B S VERDEROSA DIAS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00284489520008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910268884 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:GERALDO DE MORAES CORREA LIMA REU:FRANCISCO CARLOS OLIVEIRA REU:FRANCISCO CARLOS OLIVEIRA NINA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00289363320078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710907766 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:PAULO ROBERTO GABRIELI RIBEIRO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00289563020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710908524 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE MARIA MENDES DE SOUSA JUNIOR. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00297070820008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010002904 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): FABIO F.T. GOES (ADVOGADO) REU:M S G ARAUJO ABREU EXECUTADO:MARIA SALETE G ARAUJO ABREU. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para

se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00306366920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710956581 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:PAULO PEIXOTO CALDAS EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00306947020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710957943 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:RED HOT ALIMENTACAO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:MANOEL D OLIVEIRA REIS NETO EXECUTADO:LILIAN MARCIA RAMOS REIS EXECUTADO:OSWALDO GOMES DOS REIS JUNIOR Representante(s): OAB 3609 - IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:SANDRA HELENA DE M B REIS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00364490720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711125599 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:MADEBREVES LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00393003220088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811076808 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---EXECUTADO:AMAZON LAB COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da

referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00422105820008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010156025 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (ADVOGADO) ADVOGADO:PAULO DE TARSO D. KLAUTAU FILHO REU:PARAENSE COMERCIO TRANSPORTE E NAVEGACAO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00488712420008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010239865 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:MARIO DE SOUZA FIGUEIREDO EXECUTADO:ROSANA DOS SANTOS TELES REU:JET SERVICE MANUTENCAO LTDA EXECUTADO:JOAO VICENTE C DA R DANIN. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00505573320008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010262642 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA REU:ESTANCIA TAVARES BASTOS LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

RESENHA: 26/06/2019 A 26/06/2019 - SECRETARIA DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM - VARA: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM

PROCESSO: 00039478920008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010054715 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) REU:DI GREGORIO NAVEGACAO FLUVIAL LTDA. DESPACHO R.H. 1. Indefiro o pleito de fls. 32 uma vez que às fls. 12 já consta sentença de extinção do processo, onde restou o executado condenado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, já transitada em julgado (certidão de fls.13). 2. Considerado o certificado às fls. 19 e 29 (não localização do executado para intimação), bem como a informação trazida pelo exequente às fls. 25 de que não possui novo endereço para realização da diligência, determino a intimação do

executado via edital para o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, nos termos da sentença de fls. 12. 3. Após, conclusos. Belém-PA, 17 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza Titular da 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém

PROCESSO: 00054274820048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410184789 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---REQUERENTE:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) REQUERIDO:ETE ENGENHARIA, TELECOMUNICACOES Representante(s): ALBINA DE FATIMA BARBOSA DE SOUZA (ADVOGADO) LAUDELINO DA COSTA MENDES NETO (ADVOGADO) ALFREDO AUGUSTO NELSON CASANOVA RIBEIRO (ADVOGADO) . DESPACHO R.H. 1. Intime-se o exequente para se manifestar sobre a petição de fls. 125/127, no prazo de 10 (dez) dias. 2. Após, conclusos. 3. P.R.I.C. Belém-PA, 17 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00134591220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710418341 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:LUIZ PAULO FROES LIMA. DESPACHO R.H. 1. Considerando que o feito já se encontra sentenciado às fls. 31, deixo de apreciar o pedido de extinção de fls. 46/47. 2. Conforme certificado às fls. 39, a parte executada já foi intimada acerca da sentença exarada nos presentes autos, contudo, não providenciou até os dias atuais o pagamento das custas processuais. Desse modo, determino à Secretaria da Vara que proceda conforme determina o art. 46 da Lei Estadual n° 8.328/15 e expeça certidão para inscrição do débito na dívida ativa, encaminhando-a à Fazenda Pública Estadual para as providências legais. 3. Em seguida, cientifique a UNAJ, e proceda-se ao arquivamento dos autos com as cautelas legais, tendo em vista que o exequente dispensou a cobrança dos honorários advocatícios (fls. 46/47). Belém-PA, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00223116020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610649161 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXECUTADO:GD CARAJAS INDUSTRIA, COMERCIO E EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): MARCIA N RIBEIRO SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:KATIA CONCEICAO FERNANDES TAVARES EXECUTADO:PEDRO MOYA RIBEIRO EXECUTADO:DARIO TRAGNI. DESPACHO R.H. 1. Considerando os termos da petição de fls. 88, cite-se o executado DARIO TRAGNI por Oficial de Justiça, no endereço informado na referida petição, nos termos do despacho de fls. 37. 2. Citem-se os demais executados via edital, com prazo de 30 (trinta) dias, para pagamento da dívida. 3. Não sendo efetuado o pagamento e não sendo garantida a execução, intime-se o exequente para atualizar o débito e retornem os autos conclusos para análise do pedido de penhora de valores, que pode ser feita através do BACENJUD. 4. Em caso de pagamento e não oferecimento de embargos, arbitro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do débito, acrescido das custas judiciais. 5. Cumpra-se. Belém-PA, 17 de junho de 2019.
Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00230435720008140301 PROCESSO ANTIGO: 199710202811 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:ROLAND RAAD MASSOUD REU:S. SOUZA SANTOS. DESPACHO R.H. 1. Considerando a certidão de fls. 47, bem como a petição do exequente às fls. 40, arquivem-se os presentes autos, dando-se baixa no Sistema, nos termos do art. 4º do Provimento Conjunto nº 010/2014- CJRMB/CJCI. 2. Cumpra-se. Belém- PA, 17 De junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00267257720008140301 PROCESSO ANTIGO: 199510066220 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BOM PRECO SA ADVOGADO:FRANCISCO SOARES NAPOLEAO. ADVOGADO:VERA LUCIA OLIVEIRA YOKOYAMA.

R.H. 1. Considerando o lapso temporal decorrido desde a última manifestação nos autos, intime-se o Exequente para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre as providências necessárias ao andamento do feito, em conformidade com os dados existentes no Sistema do Fisco Estadual, a saber, sobre a continuidade do feito ou extinção/suspensão, caso tenha havido pagamento ou parcelamento e valor atualizado da dívida para penhora de valores. 02. Decorrido o prazo, certifique-se, retornando os autos conclusos. 03. PRIC. Belém, 18 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00271130920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610793421 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---EXECUTADO:TERMACO TERMINAIS MARITIMOS E CONTAINERS E SERV ACES LTDA Representante(s): OAB 16080 - CESAR AUGUSTO DE SOUSA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 15361 - FRANCISCO ALEXANDRE DOS SANTOS LINHARES (REP LEGAL) OAB 22128 - GUSTAVO BEVILAQUA VASCONCELOS (REP LEGAL) OAB 19055 - BERNARDO ARAUJO DINIZ (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . R.H. 1. Defiro o pedido de fls. 121, pelo que determino que seja oficiado ao DETRAN/PA para fazer constar restrição/ substituição da penhora sobre os veículos discriminados conforme decisão de fls. 117 dos presentes autos. 02. Cumpra-se. Belém, 18 de junho de 2019 Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Execução Fiscal.

PROCESSO: 00467886020008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010213187 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 26/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS REU:ORGANIZACAO NORTE DO BRASIL PARA REP LTD. DESPACHO R.H. Considerando a decisão já transitada em julgado proferida pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará em sede de julgamento de recurso de Apelação (fls. 63), onde foi homologado o pedido de desistência do recurso com fundamento na ocorrência da prescrição originária (fls. 60), arquivem-se os autos com as baixas devidas. Belém-PA, 19 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza Titular da 3ª Vara de Execução Fiscal de Belém

RESENHA: 25/06/2019 A 25/06/2019 - SECRETARIA DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM - VARA: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM

PROCESSO: 00007647020088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810022894 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:FELIX E DIAS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00010043420088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810031069 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:CENTRO DE COMERCIO GERAL IMP EXPORTADORA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:LUIZA BRIGIDA DE OLIVEIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se.

Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00015722820098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910036852 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:DEUSIMAR NAZARETH DE MACEDO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA DOS SANTOS HANNA (PROCURADOR(A)) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00018290920008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010023552 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:COBRAS COMPANHIA MAQ. MOTORES BRASIL S/A Representante(s): OAB 7861 - MARIALDA DE AZEVEDO BEZERRA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00028089020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610092188 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:JOSE MARIA BARBOSA MARQUES Representante(s): HELIO JOAO MARTINS E SILVA (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE T. DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00047196220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710142685 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELSO PRAZERES (ADVOGADO) EXECUTADO:OMAR DAVID MONTEIRO CAMPOS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00064042120098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910142261 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:VERA LUCIA MONTE BRAGA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (PROCURADOR(A)) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00065512020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710199701 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:MARIA LUCIA DOS SANTOS RODRIGUES Representante(s): SERGIO AUGUSTO AZEVEDO ROSA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00084245620028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210098211 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) REU:CHARIFE SAMER ZAHLAN Representante(s): AMADEU ALMIR BOGEA (ADVOGADO) REU:IVANILDA PINTO BRAGA REU:MAGAZINE PONTE DE ESTOQUE LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00121005120048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410406654 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:AUTO POSTO NOGUEIRA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:TEREZA CRISTUNA C NOGUEIRA EXECUTADO:AUGUSTO CALADO NOGUEIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00123008420078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710380516 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO

PAULO MORAES CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:FLUIDOS DA AMAZONIA LTDA Representante(s): MARIA DE FATIMA CHAMMA FARIAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00149439520048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410502585 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): MANOEL CELIO DOS PRAZERES COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:MALU CONFECCOES E ELETRODOMESTICOS LTDA EXECUTADO:MIECIO JORGE DIAS EXECUTADO:MARIA DE LOURDES RIBEIRO DIAS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00150973820018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110182746 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) REU:ALCOM COMERCIAL LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00173387220058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510547374 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:ROGERIO DA ROCHA SILVA EXECUTADO:ADILSON PAULO PINHEIRO EXECUTADO:MARIA DE LOURDES SANTOS EXECUTADO:FLAVIO ROBERTO V DE OLIVEIRA EXECUTADO:LOJA NORDESTINA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00199855020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610599233 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---REU:A DA COSTA PEREIRA COMERCIO EXECUTADO:ALDERINA DA COSTA PEREIRA AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos

termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00209380920008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910228104 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO REU:M.S. BANNA E CIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00213625220068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610627604 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:B G COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00213717520008140301 PROCESSO ANTIGO: 199710205425 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) REU:ALOISIO RUAS PINTO IND. COM. E CIA LTDA ADVOGADO:ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTO-PROCURADOR EXECUTADO:ALVIMAR CANDOTTI. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00219356820008140301 PROCESSO ANTIGO: 199210126446 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): MARCUS VINICIUS NERY LOBATO (ADVOGADO) ADVOGADO:LEOPOLDINIO BRITO TEIXEIRA REU:E. N. PANTOJA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a

manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00219592419998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910334945 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) REU:COM. MAQUINAS MOTORES BRASIL S/A. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00220906420098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910478187 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:MARIA DAS GRACAS DANTAS DE SOUZA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA (PROCURADOR(A)) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00240002520008140301 PROCESSO ANTIGO: 199510195359 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:GERALDO LIMA / PROCURADOR REU:T. R. BINO TARBI COM. REPRESENTACOES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00240953520008140301 PROCESSO ANTIGO: 199610045555 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:LEOPOLDINO BRITO TEIXEIRA-PROC. FISCAL REU:GIDEOS COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00254852220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710796440 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em:

25/06/2019---EXECUTADO:MARCELO SILVA MELO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00268411120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610785337 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:DISTRIBUIDORA PARAENSE LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:DARCIJANE MARTINS PINHEIRO EXECUTADO:WANDERLEI DE PAIVA PINHEIRO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00270600420078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710847160 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:S PINTO COMERCIO E SERVICOS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00272300620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610797093 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:V A L CUNHA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00280409820008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910305628 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---ADVOGADO:GERALDO DE MORAES C. LIMA AUTOR:FAZENDA PUBLICA ESTADO DO PARA REU:ANDERSON SILVA DE OLIVEIRA REU:ANDERSON S. DE OLIVEIRA CONF. MALHARIA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019.

Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00283728720008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910075449 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO Representante(s): ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS (ADVOGADO) REU:COBRAS COM.MAQ. E MOTORES DO BRASIL EXECUTADO:ALEXANDRE MAURICIO F. DE AZEVEDO EXECUTADO:ANÍBAL MAURÍCIO FONSECA DE AZEVEDO EXECUTADO:MAURICIO AYRES DE AZEVEDO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00284118620008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910202426 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:FABIO T. F. GOES EXECUTADO:J F ROCHA E CIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00311941620088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810898857 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9780 - CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:ADONAI DO SOCORRO PONCADILHA Representante(s): OAB 14220 - FABIO ROGERIO MOURA MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00364766620078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711126399 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:PAULO CARDOSO COMERCIAL LTDA EXECUTADO:PAULO DE JESUS FIGUEIREDO CARDOSO EXECUTADO:MARCIA CRISTINA FERREIRA COSTA CARDOSO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao

andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00369198220078140301 PROCESSO ANTIGO: 200711140927 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:COINPA CONCRETO INDUSTRIAL DO PARA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS (ADVOGADO) EXECUTADO:MANOEL BASILIO DE SOUSA EXECUTADO:MANOEL ERNANDES SOUSA COSTA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00387420920088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811066065 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:J A P MAIA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00391776520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811075248 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---REU:SIMONE GUILHON ZOGHBI Representante(s): OAB 9805 - MAURO MARQUES GUILHON (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): ANETE PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00394994920108140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Embargos à Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXECUTADO:MAISON IMPERIAL LTDA. EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00409807120088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811109146 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:F A DA SILVA E CIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00418397020008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010151851 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA REU:M J ELETRICIDADE LTDA ADVOGADO:ANTONIO PAULO M. DAS CHAGAS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00451586220008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010192192 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO B. OLIVEIRA REU:I. L. REZENDE. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00451643220008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010192290 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:FERNANDO AUGUSTO B. OLIVEIRA REU:ENAVI EMPRESA DE NAVEGACAO VIEIRA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM - VARA: 3ª VARA DE EXECUÇÃO FISCAL DE BELÉM

PROCESSO: 00003099320078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710009520 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DE PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:PRACA DO GAS COMERCIAL

LTDA EXECUTADO:ASDRUBAL FERREIRA DA COSTA EXECUTADO:JOAO BOSCO FERNANDES DA SILVA EXECUTADO:ANA LUCIA FIGUEIREDO DA SILVA EXECUTADO:MARIA JOSE DO AMARAL COSTA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00024617120018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110024087 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:FABIO T F GOES REU:C C C AGUIAR EXECUTADO:CONSUELO CRISTINA C AGUIAR. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00036999720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610123313 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE TRASO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:A J N SALHEB EXECUTADO:ANA JULIA NASCIMENTO SALHEB. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00042306120068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610140846 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:P J N VALADARES EXECUTADO:PAULO JORGE NASCIMENTO N. VALADARES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00051910920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610173152 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXECUTADO:R M REGO COMERCIAL EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE T. DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do

débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00069807720018140301 PROCESSO ANTIGO: 200010055741 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA ADVOGADO:GERALDO DE MORAES C. LIMA REU:CALIFORNIA COMERCIAL LTDA EXECUTADO:AFONSO CUNHA DA SERRA FREIRE EXECUTADO:REGINA PAULA GATRO FREIRE. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00073721020088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810232203 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---PROCURADOR(A):ARY LIMA CAVALCANTI - PROCURADOR DO ESTADO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA EXECUTADO:P. I. COMERCIO LTDA. EXECUTADO:ANA PAULA ALMEIDA MESSIAS DOS SANTOS EXECUTADO:MARIA IGNEZ ALMEIDA MESSIAS DOS SANTOS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00073787720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810232344 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---PROCURADOR(A):ARY LIMA CAVALCANTI - PROCURADOR DO ESTADO EXECUTADO:T. N. T. - COMERCIO, MINERACAO E SERVICOS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00085132820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810261806 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---REU:LUIZ C E AMORAS AUTOR:ESTADO DO PARA PROCURADOR(A):VICTOR ANDRE TEIXEIRA LIMA-PROCURADOR DO ESTADO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00115742020028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210136830 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:FABIO T F GOES REU:FREDERICO B C MALTA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00116341920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710359917 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXECUTADO:NORDESTE LINHAS AEREAS REGIONAIS SA Representante(s): OAB 7854 - ARMILDO VENDRAMIN (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00118704520098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910264601 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOSE VALBER BEZERRA RIBEIRO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00132989620058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510413989 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENNA DE CARVALHO (ADVOGADO) EXECUTADO:PANIFICADORA NOVA CANARINHO LTDA. Representante(s): RONALDO FELIPE SIQUEIRA SOARES (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00133930920058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510417155 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANETE MARQUES PENA (ADVOGADO) EXECUTADO:PORTELA COMERCIO DE MODAS LIMITADA.

R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00134301020008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910269454 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO ADVOGADO:MARIO DE SOUZA FIGUEIREDO REU:RUBBER STAR MAQ.E FERRAMENTAS LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00134939120058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510420372 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DE PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): MARCIA RIBEIRO VIDONHO (ADVOGADO) EXECUTADO:K M SERVICOS - ME. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00140739320008140301 PROCESSO ANTIGO: 199310050088 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO PAULO DE MORAES DAS CHAGAS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:BOMPRECO S/A.SUPERM.DO NORDESTE Representante(s): OAB 18383 - OFIR NOBRE DA SILVA NETTO (ADVOGADO) OAB 25227 - FERNANDO OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 28753 - DANIEL DE FIGUEIREDO GOMES (ADVOGADO) . Despacho R.H. 1 - Considerando o Acordão nos autos do processo de nº 0046748-07.2014.814.0000, oriundo da 2ª Câmara Cível Isolada, relatoria da Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro, que determinou que não seja efetuado bloqueio de valores nas contas da empresa executada até que seja observado o procedimento próprio, intimando a parte executado. 2 - Neste momento, em razão dos valores bloqueados já haverem migrados para sub-conta- judicial vinculada ao processo, determino, em caráter de urgência, que seja oficiado ao Exmo. Sr. Desembargadora Relatora para que esclareça se o valor bloqueado deve permanecer na subconta ou, conforme, requerimento do executado às fls. 178, a decisão autoriza a expedição do alvará de liberação, para fins do cumprimento da decisão proferida em instância superior por este Juízo. 3 - Intimem-se as partes e seus Procuradores. PRIC. Belém, 18 de junho de 2019 Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito Titular da 3ª Vara de Execução Fiscal da Capital

PROCESSO: 00143744320008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910206806 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---ADVOGADO:FABIO T F GOES AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADP REU:OFICINA MODELO LTDA.. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a

lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00145275420008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010107793 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:A F LIMA E IMPORTADORA E COMERCIO EXECUTADO:ANTONIO FERREIRA LIMA FILHO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00157773320018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110190817 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO REU:N C DA SILVA FARIAS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00161041320048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410542953 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXECUTADO:ADALBERTO BARBOSA CARRILHO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:POLIPLAST - PLASTICOS DA AMAZONIA S/A EXECUTADO:JOSE MARIA CARVALHO MENDONCA EXECUTADO:SERGIO COSTA LEITE. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00162592720008140301 PROCESSO ANTIGO: 199510046699 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA REU:ENEIDA F. FRANCA ADVOGADO:PAULO ROBERTO C. MONTEIRO-PROCURADOR FIS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução

Fiscal

PROCESSO: 00166024520048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410560385 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) EXECUTADO:FIEL TURISMO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00172700320048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410585359 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXECUTADO:ODETE COELHO PANTOJA EXECUTADO:ODILENE COELHO PANTOJA EXECUTADO:ODETE COELHO PANTOJA EXECUTADO:PARAENSE COMERCIO TRANSPORTE E NAVEGACAO LTDA EXECUTADO:ODILENE COELHO PANTOJA EXEQUENTE:ESTADO DA PARA Representante(s): ANTONIO PAULO MORAES CHAGAS (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00179167120048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410607054 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:PLASQUIMA COM. E REP. DE PLAST. EPROD. QUIM. LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00179900520008140301 PROCESSO ANTIGO: 199910176296 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL ADVOGADO:MARIO DE SOUZA FIGUEIREDO REU:CASA DAS FECHADURAS LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00180726720048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410611550 MAGISTRADO(A)

/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (ADVOGADO) EXECUTADO:J L A DE CASTRO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00185766920048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410627135 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXECUTADO:INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS CACULA LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:MARTA MAGDA PEREIRA TAKIS EXECUTADO:MARA GARCIA PEREIRA TAKIS EXECUTADO:RAIMUNDA JOANA DARC PEREIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00192359320058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510614131 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO VELOSO BASTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:FONSECA MELAZZIO E CIA LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00193127520048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410653081 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA-FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:M. C. ANDRADE MELO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00202422620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610603373 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---REU:ANATERCIA RESENDE DE S FORTES AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (PROCURADOR(A)) PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (PROCURADOR(A)) . R.H. 1. Diante

da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00203659020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610606202 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---REU:ARC COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA AUTOR:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00211302720058140301 PROCESSO ANTIGO: 200510678640 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): ELISIO AUGUSTO VELLOSO BASTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:BRASIL MALHAS DA AMAZONIA LTDA EXECUTADO:JOSUE SALES NEVES EXECUTADO:IVANILDE DE OLIVEIRA TERRA EXECUTADO:MARIA DAS GRACAS OLIVEIRA NEVES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00215246020088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810672590 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (ADVOGADO) EXECUTADO:LIDER - SUPERMERCADOS E MAGAZINE LTDA Representante(s): ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00216065920098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910469673 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXECUTADO:JUCIMARA TOSCANO SANTIAGO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (PROCURADOR(A)) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de,

conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00219689220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910476157 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): PAULO DE TARSO DIAS KLAUTAU FILHO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:J LIMA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00229287920068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610664622 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:Z I ELGRABLY EXECUTADO:ZAHARA ISAAC ELGRABLY Representante(s): OAB 12914 - IDER LOURENCO LOBATO BAPTISTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00237585820048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410811879 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): FABIO T F GOES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:M G CASANOVA DOS SANTOS ME EXECUTADO:MARIA DAS GRACAS CASANOVA DOS SANTOS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00246424520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610716241 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXECUTADO:NORPEL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PAPEIS LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE GOMES DE ALMEIDA EXECUTADO:INES FERREIRA DE ALMEIDA EXECUTADO:JOSE GOMES DE ALMEIDA JUNIOR EXECUTADO:ROBSON JOSE F DE ALMEIDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a

suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00247042620068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610718106 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXECUTADO:RAMAGEM FASHION COMERCIO LTDA ME EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:FERNANDO SEVERINO DA SILVA EXECUTADO:MARIA ISEUDA GADELHA SEVERINO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00247309020068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610718924 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) EXECUTADO:PAULO CARDOSO COMERCIAL LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00255059520068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610744177 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): HUBERTUS FERNANDES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:TREVO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00261763020018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110313827 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:ROLAND RAAD MASSOUD REU:CONAL-CORDEIRO OLIVEIRA NAVEGACAO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00261801020018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110313872 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): ROLAND RAAD MASSOUD (ADVOGADO) REU:CONAL-CORDEIRO & OLIVEIRA NAVEGACAO LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00265558320068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610776295 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:TRANSPARA TRANSPORTADORA PARAENSE LTDA EXECUTADO:FRANCISCO NILTON BEZERRA FARIAS EXECUTADO:ROSA CRISTINAGIOIA SANTOS. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00267139020078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710835967 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXECUTADO:ENILSON FERNANDO MOREIRA BEZERRA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00268924720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610786939 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA N. RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:OXIGENIO BELEM LTDA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00287786820088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810848464 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MANOEL CELIO PRAZERES DA COSTA (ADVOGADO) EXECUTADO:FERNANDO LUIZ CORDEIRO. R.H. 1. Diante

da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00319419020008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010115195 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---AUTOR:FAZENDA PUBLICA DO ESTADO Representante(s): FERNANDO AUGUSTO BRAGA OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:SIDONIO E MACHADO LTDA. EXECUTADO:RAIMUNDA DO SOCORRO RODRIGUES EXECUTADO:SANDRA DO SOCORRO R MACHADO. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00357398620088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811002580 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:WARNER MUSIC BRASIL. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00408951120088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811107033 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXECUTADO:TRANSPORTADORA TRANSPEL LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (ADVOGADO) EXECUTADO:ANDRE MURTA EXECUTADO:RODRIGO MURTA DE ANDRADE FIGUEIRA. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00434494520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811171765 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXECUTADO:ESTACAO ROSSIO COMERCIAL LTDA EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (PROCURADOR(A)) JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:KARLA BETANIA RIBEIRO LOPES EXECUTADO:ELZA MARIA RIBEIRO LOPES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no

prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00436757920088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811177606 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXECUTADO:GISELE SARMENTO PINTO EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA Representante(s): MARCIA DOS SANTOS HANNA (ADVOGADO) . R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00457377720008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010199588 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARAFAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 7381 - ANETE PENNA DE CARVALHO PINHO (ADVOGADO) EXECUTADO:OTICA OLIVEIRA LTDA EXECUTADO:ELODI COSTA LIMA EXECUTADO:MARIA DO CARMO G ALBUQUERQUE. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

PROCESSO: 00501417620008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010257096 MAGISTRADO(A) /RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MAUES NAIF DAIBES Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA ADVOGADO:ANTONIO PAULO MORAES DAS CHAGAS EXECUTADO:TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES REU:T. L. C. TRANSPORTES LTDA. Representante(s): CURADOR LUIZ PAULO DE A FRANCO (ADVOGADO) EXECUTADO:LUCIANA DA S RODRIGUES EXECUTADO:CHARLES DA S RODRIGUES. R.H. 1. Diante da natureza e do valor da presente execução fiscal, intime-se o exequente para se manifestar quanto ao interesse no prosseguimento do feito, nos termos do que dispõe a lei 8.870/2019. Em caso de não enquadramento do débito nas disposições da referida lei, manifeste-se o exequente no sentido de, conforme o caso, informar sobre as providências necessárias ao andamento do feito, atualizar o valor do débito e/ou informar sobre a suspensão mediante parcelamento ou extinção do mesmo, ou, ainda, sobre a ocorrência da prescrição, tudo no prazo de 30 (trinta) dias. 2. Com a manifestação, retornem conclusos. 3. Cumpra-se. Belém, 24 de junho de 2019. Mônica Maués Naif Daibes Juíza de Direito titular da 3ª Vara de Execução Fiscal

SECRETARIA DA 14ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL

RESENHA: 26/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 14ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM - VARA: 14ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BELÉM PROCESSO: 00007058220048140015 PROCESSO ANTIGO: 200410004131 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 AUTOR:AGUINALDO SOUSA SILVA Representante(s): FRANCY NARA DIAS FERNANDES (ADVOGADO) REU:COIMPA-COOPERATIVA/INTEG/MINIST.PUB./PA. Representante(s): OAB 12591 - REYNALDO JORGE CALICE AUAD (ADVOGADO) OAB 3951 - WILTON DE QUEIROZ MOREIRA FILHO (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando a certidão de fl. 140, retornem os autos à secretaria, haja vista o prazo para recurso. Belém, 26 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00886544420158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THAMYRES CARDOSO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 REQUERENTE:ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) OAB 14305 - CARLOS GONDIM NEVES BRAGA (ADVOGADO) OAB 33510 - SHIRLEY EMANUELLE DA CRUZ BELTRAO (ADVOGADO) REQUERIDO:M DOS M RAMOS SILVA ME REQUERIDO:MARIA DOS MILAGRES RAMOS SILVA REQUERIDO:JANIO DA SILVA PONTE. ATO ORDINATÓRIO Nos termos do PROVIMENTO Nº 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento nº 008/2014-CJRMB, INTIMO a parte autora para, em 5 (cinco) dias, recolher as custas DE EXPEDIÇÃO DE MANDADO, considerando que somente foi recolhido as custas DE CITAÇÃO. Belém-PA, 26 de junho de 2019 Analista Judiciário da Secretaria da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital (PROVIMENTO Nº 008/2014, da CJRMB, de 15/12/2014) PROCESSO: 00013157620178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA SA BANPARA Representante(s): OAB 9127 - MARIA ROSA DO SOCORRO LOURINHO DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ESPOLIO DE ERMELINDA MELLO GARCIA REQUERIDO:PAULINA MELLO GARCIA. Proc. 0001315-76.2017 DESPACHO Proceda-se a penhora do imóvel indicado pelo exequente por termo nos autos (art. 838 do CPC), conforme a certidão da matrícula do bem (fl. 46 dos autos). Com a publicação deste ato, fica o executado intimado da penhora, através de seu advogado ou, caso não tenha constituído, expeça-se mandado de intimação pessoal (art. 841 do CPC), ficando constituído como depositário do imóvel. Cumpra-se o disposto no art. 844 do CPC. Proceda-se a avaliação do imóvel penhorado (Art. 870 do CPC). Intime-se para o recolhimento das custas para o cumprimento do ato. Belém, 26 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00108192519988140301 PROCESSO ANTIGO: 19981017842 8 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 2309 - ANA MARGARIDA SILVA LOUREIRO GODINHO (ADVOGADO) OAB 13405 - SANDRA ZAMPROGNO DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 17640 - MYLLENA BORBUREMA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) LETICIA DAVID THOME (ADVOGADO) ADVOGADO:ANA MARGARIDA GODINHO REU:AFONSO DE JESUS VIANA PINHEIRO ADVOGADO:ELIANA ALCANTARINO MENESCAL-ADV.DO BANCO. Bloqueio de ativos via BACENJUD sem sucesso (doc. anexo). Indique o exequente bens livres e desembaraçados do executado para formalização de penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Advirto que não será realizada nova tentativa de bloqueio de ativos pelo juízo. Intime-se o exequente para recolhimento das custas dos atos realizados e que porventura estejam pendentes de recolhimento, sob pena de suspensão do processo. Belém, 25 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARAES Juiz de Direito 14ª Vara Cível e Empresarial de Belém PROCESSO: 00113136820178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:JOSIANE RODRIGUES CARDOSO Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REU:VIACAO FORTE Representante(s): OAB 21806 - VANESSA DE CASSIA PINHEIRO DE MACEDO (ADVOGADO) . DESPACHO Manifestem-se as partes, no prazo de 15 dias, sobre o seu interesse na produção de provas, devendo demonstrar ao juízo a sua pertinência, necessidade e utilidade para o julgamento do mérito da demanda, bem como justificando de que modo a prova poderá influir eficazmente na convicção do juiz, em especial a respeito da verdade dos fatos alegados no pedido ou na defesa. Após, voltem conclusos para andamento do feito. Belém, 18 de

junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00125276520158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:K AZEVEDO M OLIVEIRA SERVICOS DE COBRANCA LTDA Representante(s): OAB 21265 - REBECA DO SOCORRO PEREIRA PAMPOLHA (ADVOGADO) REQUERIDO:SUPORTE SUCESSO SERVICO DE APOIO ADIMINIS. Proc. 0012527-65.2015 DESPACHO Indefiro o pedido de fl. 90, posto que a parte autora não demonstrou estar sem condições de arcar com as custas devidas. Assino o prazo de 15 dias para que a demandante recolha as custas devidas. Belém, 24 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital. PROCESSO: 00126656120178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:MATISSE PARTICIPACOES S/A Representante(s): OAB 15188-A - TADEU ALVES SENA GOMES (ADVOGADO) OAB 17278 - RENATA ISIS DE AZEVEDO REIS (ADVOGADO) REQUERIDO:AILSON LIMA FRANCA. Indisponibilidade de ativos via BACENJUD e restrição de veículos pelo RENAJUD sem sucesso. Manifeste-se o exequente no prazo de 5 (cinco) dias, dizendo o que pretende e providenciando o que for necessário, bem como indique bens do devedor passiveis de penhora. Acrescento que não será realizada nova tentativa de indisponibilidade ativos via BACENJUD ou RENAJUD. Após, certifique-se e retornem os autos na tramitação diária em separado. Belém, 25 de junho de 2019. Amilcar Guimarães Juiz de Direito 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00150513520158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:MATISSE PARTICIPAÇÕES S/A Representante(s): OAB 15188-A - TADEU ALVES SENA GOMES (ADVOGADO) OAB 17278 - RENATA ISIS DE AZEVEDO REIS (ADVOGADO) REQUERIDO:PEREIRA E GOUVEIA COM DE SOUVENIR LTDA ME. Bloqueio de ativos via BACENJUD sem sucesso (doc. anexo). Indique o exequente bens livres e desembaraçados do executado para formalização de penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Advirto que não será realizada nova tentativa de bloqueio de ativos pelo juízo. Intime-se o exequente para recolhimento das custas dos atos realizados e que porventura estejam pendentes de recolhimento, sob pena de suspensão do processo. Belém, 25 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARAES Juiz de Direito 14ª Vara Cível e Empresarial de Belém PROCESSO: 00159826720178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THAMYRES CARDOSO Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 18942 - MARINA RODRIGUES VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA LUIZA QUEIROZ DE SOUZA. Em cumprimento ao disposto no Provimento 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento 008/2014-CJRMB, INTIME-SE o (a) AUTOR, (a) na pessoa de seu advogado (a) constituído nos autos, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas pendentes calculadas pela UNAJ, cujo boleto no valor de R$- 18,71(dezoito reais e setenta e um reais), encontra-se na contracapa destes autos. Belém, 27 de junho de 2019. Analista Judiciário Secretaria da 14ª Vara Cível da Capital PROCESSO: 00214432020178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA S A Representante(s): OAB 24318-A - ELOI CONTINI (ADVOGADO) OAB 24338 - GABRIELLE EDWARDS VIEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:R DA SILVA COMERCIO E SERVICOS DE CELULAR EIRELI EP EXECUTADO:ROBSON ZACARIAS CARDOSO DA SILVA EXECUTADO:CLEBSON RODRIGUES DOS SANTOS. DESPACHO Tendo em vista a petição de fl. 79, defiro o pedido de prorrogação do prazo por 15 dias. Belém, 24 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00234871220178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:ANA CRISTINA PEREIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REU:TRANSPORTES SAO JOSE LTDA Representante(s): OAB 21072 - FLÁVIA CAROLINE NAVARRO CUNHA (ADVOGADO) OAB 21461 - ALLAN ROCHA OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) . DESPACHO Manifestem-se as partes, no prazo de 15 dias, sobre o seu interesse na produção de provas, devendo demonstrar ao juízo a sua pertinência, necessidade e utilidade para o julgamento do mérito da demanda, bem como justificando de que modo a prova poderá influir eficazmente na convicção do juiz, em especial a respeito da verdade dos fatos alegados no pedido ou na defesa. Após, voltem conclusos para andamento do feito. Belém, 18 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00239201620178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA

GUIMARAES Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:SAINTGOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUCAO LTDA Representante(s): OAB 154733 - LUIZ ANTONIO GOMIERO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:FURTADO COMERCIODE MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA-ME. Proc. 0023920-16.2017 SENTENÇA Vistos. Trata-se de Ação Monitória proposta por Saint-Gobain do Brasil Produtos Industriais e para Construção Ltda. - Divisão Brasilit em face de Furtado comércio de Materiais de Construção Ltda. ME. Após o trâmite regular do processo, as partes apresentaram acordo (fls. 74-77). É o relato necessário. Decido. As partes podem, a qualquer momento, realizar acordo com o intuito de pôr fim à demanda. O acordo firmado expressamente está assinado pelas partes litigantes. Por tais razões, homologo o presente acordo e, com fulcro no art. 487, III, b, do CPC, resolvo o mérito da ação. Dispenso as custas remanescentes, em conformidade com o art. 90, § 3º, do CPC. Arquivem-se. Belém, 24 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00246996820178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 27/06/2019 AUTOR:KARINA MELO DE CASTRO MENEZES Representante(s): OAB 10577 - MARCIA DE ARAUJO ASSUNCAO (ADVOGADO) REU:EDSON TADEU OLIVEIRA COSTA REU:ELIANA LOPES SILVA. Proc. 0024699-68.2017 SENTENÇA Vistos. Karina Melo de Castro Menezes ajuizou Ação de Despejo em face de Edson Tadeu Oliveira Costa e Eliana Lopes Silva. Em manifestação inaugural, foi determinado o recolhimento das custas processuais (fl. 22). Inconformada, a parte autora requereu a reconsideração da decisão, a qual foi mantida (fl. 35). Decorrido o prazo concedido, a parte autora não recolheu as custas devidas, consoante certidão de fl. 38. É o relato necessário. Decido. O art. 290, do Novo Código de Processo Civil, prevê a possibilidade de cancelamento da distribuição nas ocasiões em que a parte não recolher as custas processuais devidas. No presente caso, a parte autora requereu a concessão da justiça gratuita, sendo esta indeferida. Assim, indefiro a petição inicial e determino o cancelamento da distribuição do feito, com fundamento no art. 321, parágrafo único, c/c art. 290, do NCPC. Ocorrido o trânsito em julgado, arquivem-se. Sem custas. Belém, 26 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00362158520178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Inventário em: 27/06/2019 INVENTARIANTE:RUTH ALBUQUERQUE PASCHOAL Representante(s): OAB 19327 - YANA FIGUEIREDO RIBEIRO (ADVOGADO) INVENTARIADO:FERNANDO MENDES PASCHOAL. Proc. 0036215-85.2017 DESPACHO Em atenção à petição de fls. 35-37, deve ser juntado, no prazo de 15 dias, o termo de partilha devidamente assinado pelos herdeiros, com as assinaturas reconhecidas em cartório. Belém, 25 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00366030520028140301 PROCESSO ANTIGO: 200210435196 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Processo de Execução em: 27/06/2019 REU:MARIO AUGUSTO ARAUJO SABAT REU:AMAZON DRY LTDA AUTOR:BANPARA SA Representante(s): OAB 8988 - ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) THAIS CARDOSO COIMBRA (ADVOGADO) REU:DANIELA AUGUSTA SABAT ALENCAR. DESPACHO Em face do recurso de apelação interposto, intime-se o apelado para, querendo, apresentar contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 1.010, §1º, do CPC/15). Fica desde já intimado o apelante para manifestar-se em 15 (quinze) dias sobre as contrarrazões (art. 1.009, §§1º e 2º, do CPC/15), na eventualidade de nelas haver preliminares. Após, com ou sem contrarrazões e/ou manifestação, remetam-se os autos ao tribunal, independentemente de juízo de admissibilidade por parte deste juízo a quo (art. 1.010, §3º, do CPC/15). Cumpra-se. P.R.I. Belém, 24 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00370143120178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:SERGIO RENATO TELES VASCONCELOS Representante(s): OAB 7895 - TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA (ADVOGADO) OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 17917 - FABIANA PORTELA ARAUJO (ADVOGADO) REQUERIDO:RBA INCORPORADORA E REPRESENTACOES LTDA ME REQUERIDO:GUSTAVO RODRIGUES LUZ REQUERIDO:HELBER WANDERLEY OLIVEIRA. DESPACHO Tendo em vista a petição de fl. 80, defiro o pedido de prorrogação do prazo por 15 dias. Belém, 24 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00572740320158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:EDIANE DAS CHAGAS CONCEICAO

Representante(s): OAB 21497 - VALERIA LIMA DE MORAES (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSPAR CONSTRUTORA PARAENSE LTDA Representante(s): OAB 21095 - CINTHIA DANTAS VALENTE (ADVOGADO) REQUERIDO:LAGO VERDE IMOVEIS LTDA ME Representante(s): OAB 13974 - JOSE DE SOUZA PINTO FILHO (ADVOGADO) . Indisponibilidade de ativos financeiros do executado via BACENJUD sem sucesso. Manifeste-se o exequente no prazo de 5 (cinco) dias, dizendo o que pretende e providenciando o que for necessário, bem como indicando novos bens à penhora. Acrescento que não será realizada nova tentativa de indisponibilidade ativos via BACENJUD. Após, certifique-se e retornem os autos na tramitação diária em separado. Belém, 20 de fevereiro de 2019. Amilcar Guimarães Juiz de Direito 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00575859120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:MARIA DE NAZARETH DE OLIVEIRA PEREIRA Representante(s): OAB 7449 - EDUARDO JOSE DE FREITAS MOREIRA (ADVOGADO) REU:BANCO CRUZEIRO DO SUL S.A. Proc. 0057585-91.2015 DESPACHO Considerando que a carta precatória não foi cumprida em razão de a parte autora não ter recolhido as custas relativas ao cumprimento do expediente, manifeste-se a parte autora sobre seu interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, § 1º do NCPC. Caso demonstre interesse no prosseguimento do feito, diga o que pretende, cumpra as determinações deste juízo e providencie o que for necessário ao bom andamento processual, também sob pena de extinção do processo. Certifique-se o cumprimento das determinações e voltem conclusos na tramitação diária. Belém, 25 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00821092120168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Processo de Execução em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ROSALIA GOMES BRONOVSHI DE MORAES Representante(s): OAB 7568 - EDILENE SANDRA DE SOUSA LUZ SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:ANA CLEIDE DA SILVA COULHOSA. Bloqueio de ativos via BACENJUD sem sucesso (doc. anexo). Indique o exequente bens livres e desembaraçados do executado para formalização de penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Advirto que não será realizada nova tentativa de bloqueio de ativos pelo juízo. Intime-se o exequente para recolhimento das custas dos atos realizados e que porventura estejam pendentes de recolhimento, sob pena de suspensão do processo. Belém, 25 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARAES Juiz de Direito 14ª Vara Cível e Empresarial de Belém PROCESSO: 01015797220158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:ROGER JOSE GUEDES DORNELLES Representante(s): OAB 11554 - ROSSANA PARENTE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:F F MIRANDA CONSTRUTORA E IMOBILIARIA REQUERIDO:CONSTRUCASTRO EMPREENDIMENTOS LTDA ME Representante(s): OAB 6260 - JOSE ROBERTO MELLO PISMEL (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos. Roger José Guedes Dornelles ajuizou Ação de Rescisão Contratual em face de F. F. Miranda Construtora e Imobiliária Ltda. e Construcastro Empreendimentos Ltda. Após citação das partes, o autor requereu a desistência do feito (fl. 63). Instados à manifestação, a ré Construcastro Empreendimentos Ltda. não apresentou manifestação e a ré F. F. Miranda Construtora e Imobiliária Ltda. concordou com a desistência. É o relatório. Decido. O autor pode, a qualquer momento, desistir da ação. Considerando que a ré Construcastro Empreendimentos Ltda. não apresentou manifestação, mesmo sendo devidamente intimada, e a ré F. F. Miranda Construtora e Imobiliária Ltda. anuiu com a desistência, não vislumbro óbice à extinção do feito. Ante ao exposto, acolho o pedido e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, VIII, do NCPC. Arquivem-se, cumpridas as cautelas legais. Sem custas. P.R.I.C Belém, 26 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 05446294920168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 21573 - SYDNEY SOUSA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:EUGENIA SERRA DOS SANTOS. Bloqueio de ativos via BACENJUD sem sucesso (doc. anexo). Indique o exequente bens livres e desembaraçados do executado para formalização de penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Advirto que não será realizada nova tentativa de bloqueio de ativos pelo juízo. Intime-se o exequente para recolhimento das custas dos atos realizados e que porventura estejam pendentes de recolhimento, sob pena de suspensão do processo. Belém, 25 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARAES Juiz de Direito 14ª Vara Cível e Empresarial de Belém PROCESSO: 05586511520168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:BACO DO BRASIL

SA Representante(s): OAB 17295 - LEONARDO SOUSA FURTADO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ALEXANDRE DE SOUSA FARIAS REQUERIDO:FRANCIVALDO CLAUDINO DA SILVA. Proc. 0558651-15.2016 DESPACHO Tendo em vista o recolhimento das custas, cite-se a parte requerida. O requerido, querendo, poderá apresentar contestação escrita no prazo de 15 (quinze) dias, com termo inicial na forma do art. 335, III, c/c 231 do NCPC. Advertindo-se de que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Requerente na inicial (Art. 344 do NCPC). Transcorrido o decurso do prazo de defesa, certifique-se a secretaria o oferecimento ou não da peça contestatória, bem como sua tempestividade e retornem os autos para análise das providências preliminares (art. 347 do NCPC). Servirá o presente, por cópia digitada, como carta de citação/intimação. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. (Provimentos nºs. 003 e 011/2009 - CJRMB). Belém, 24 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 05686343820168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:AÇO BELEM COMERCIAL LTDA Representante(s): OAB 18350 - EUCLIDES DA CRUZ SIZO FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:HYH CONSTRUCAO CIVIL E EQUIPAMENTOS LTDA EPP. Bloqueio de ativos via BACENJUD sem sucesso (doc. anexo). Indique o exequente bens livres e desembaraçados do executado para formalização de penhora, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Advirto que não será realizada nova tentativa de bloqueio de ativos pelo juízo. Intime-se o exequente para recolhimento das custas dos atos realizados e que porventura estejam pendentes de recolhimento, sob pena de suspensão do processo. Belém, 25 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARAES Juiz de Direito 14ª Vara Cível e Empresarial de Belém PROCESSO: 06106458220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE CARLOS GALLETTI FILHO EXECUTADO:EXPOPARA COMERCIO IMPORTACAO EXPORTACAO LTDA EPP Representante(s): OAB 21028 - MARCUS VINICIUS BOTELHO BRITO (ADVOGADO) OAB 24719 - DACILVANIA DA ROCHA PORTELA (ADVOGADO) . Proc. 0610645-82.2016 DESPACHO Proceda-se a penhora do imóvel indicado pelo exequente por termo nos autos (art. 838 do CPC), conforme a certidão da matrícula do bem (fl. 69 dos autos). Com a publicação deste ato, fica o executado intimado da penhora, através de seu advogado ou, caso não tenha constituído, expeça-se mandado de intimação pessoal (art. 841 do CPC), ficando constituído como depositário do imóvel. Cumpra-se o disposto no art. 844 do CPC. Proceda-se a avaliação do imóvel penhorado (Art. 870 do CPC). Intime-se para o recolhimento das custas para o cumprimento do ato. Belém, 26 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 07047400720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:SUZIANE MARINHO MIRANDA Representante(s): OAB 365174 - INGRID BENTES CUSTODIO MAIA SA (ADVOGADO) REU:SINGULAR INCORPORADORA LTDA REU:MULTIPLA ENGENHARIA LTDA. Indisponibilidade de ativos financeiros do executado via BACENJUD sem sucesso. Manifeste-se o exequente no prazo de 5 (cinco) dias, dizendo o que pretende e providenciando o que for necessário, bem como indicando novos bens à penhora. Acrescento que não será realizada nova tentativa de indisponibilidade ativos via BACENJUD. Após, certifique-se e retornem os autos na tramitação diária em separado. Belém, 20 de fevereiro de 2019. Amilcar Guimarães Juiz de Direito 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 07076449720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THAMYRES CARDOSO Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 22540 - PAULA AMANDA RIBEIRO TEIXEIRA VASCONCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:MAURICIO ARNAUD DA SILVA FRANCO. Em cumprimento ao disposto no Provimento 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento 008/2014-CJRMB, INTIME-SE o (a) AUTOR, (a) na pessoa de seu advogado (a) constituído nos autos, para no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das custas pendentes calculadas pela UNAJ, cujo boleto no valor de R$- 18,71(dezoito reais e setenta e um reais), encontra-se na contracapa destes autos. Belém, 27 de junho de 2019. Analista Judiciário Secretaria da 14ª Vara Cível da Capital PROCESSO: 07116886220168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:CONDOMINIO DO EDIFICIO TORRE UMARI Representante(s): OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (ADVOGADO) OAB 20198 - FELIPE GUIMARAES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA LEAL MOREIRA

Representante(s): OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) REQUERIDO:PDG REALTY SA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES Representante(s): OAB 16956 - LUCAS NUNES CHAMA (ADVOGADO) OAB 131693 - YUN KI LEE (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Comarca de Belém Manifestem-se as partes sobre o seu interesse na produção de provas, devendo demonstrar ao juízo a sua pertinência, necessidade e utilidade para o julgamento do mérito da demanda, bem como justificando de que modo a prova poderá influir eficazmente na convicção do juiz, em especial a respeito da verdade dos fatos alegados no pedido ou na defesa. Concedo o prazo de 10 (dez) dias para manifestação das partes, sob pena de prosseguimento do feito com o julgamento da lide. Em decorrência do não cumprimento da determinação deste juízo, conforme faz prova o documento de fls.355/360 que retratam os vícios tanto da quadra, quanto da piscina, aplico a multa estipulada. A parte autora deverá requerer, em caso de novo insucesso no bloqueio da multa via BACENJUD, o cumprimento provisório da decisão, a fim de que possa ser dado efetividade a ordem deste juízo. Após, voltem conclusos para andamento do feito. Belém, 11 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃES Juiz de Direito 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 07666884720168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AMILCAR ROBERTO BEZERRA GUIMARAES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) REQUERIDO:ALEXANDRE RICARDO SIQUEIRA BARBOSA. Indisponibilidade de ativos financeiros do executado via BACENJUD sem sucesso. Manifeste-se o exequente no prazo de 5 (cinco) dias, dizendo o que pretende e providenciando o que for necessário, bem como indicando novos bens à penhora. Acrescento que não será realizada nova tentativa de indisponibilidade ativos via BACENJUD. Após, certifique-se e retornem os autos na tramitação diária em separado. Belém, 20 de fevereiro de 2019. Amilcar Guimarães Juiz de Direito 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital PROCESSO: 00197604520178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THAMYRES CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:ITAU SEGUROS S/A Representante(s): OAB 19639-A - JOAO ALVES BARBOSA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:MADSON JORGE DOS SANTOS VALENTE. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no Provimento 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento n. 008/2014-CJRMB, intime-se o (a) AUTOR (a) na pessoa de seu (ua) advogado (a) constituído (a) nos autos, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, tendo em vista o decurso do prazo de suspensão do processo. Belém, 28 de junho de 2019. Analista Judiciário Secretaria da 14ª VC PROCESSO: 01058303620158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THAMYRES CARDOSO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 17578 - ALBERTO ALVES DE MORAES (ADVOGADO) REQUERIDO:CLAUDIO ABREU PALHETA. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no Provimento 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento n. 008/2014-CJRMB, intime-se o (a) AUTOR (a) na pessoa de seu (ua) advogado (a) constituído (a) nos autos, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, tendo em vista o decurso do prazo de suspensão do processo. Belém, 28 de junho de 2019. Analista Judiciário Secretaria da 14ª VC PROCESSO: 01078977120158140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THAMYRES CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO VOLKSWAGEN SA Representante(s): OAB 15.504 - JULIANA FRANCO MARQUES (ADVOGADO) OAB 21593 - MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (ADVOGADO) OAB 24647-A - STENIA RAQUEL ALVES DE MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:CLAUDOMIRA CELIA COELHO DA SILVA. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no Provimento 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento n. 008/2014-CJRMB, intime-se o (a) AUTOR (a) na pessoa de seu (ua) advogado (a) constituído (a) nos autos, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o prosseguimento do feito, tendo em vista o decurso do prazo de suspensão do processo. Belém, 28 de junho de 2019. Analista Judiciário Secretaria da 14ª VC PROCESSO: 00261191120178140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Monitória em: REQUERENTE: C. T. M. U. B. Representante(s): OAB 14410 - WALLACI PANTOJA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO: F. C. B. P.

Número do processo: 0876596-68.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: ADEMIR LEMOS DE

FREITAS Participação: ADVOGADO Nome: ELVES DE FREITASOAB: 7230/PA Participação: ADVOGADO Nome: EGON BRANDAO QUARESMAOAB: 019349/PA Participação: RÉU Nome: RA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Participação: RÉU Nome: MARKO ENGENHARIA E COMERCIO IMOBILIARIO LTDA0876596-68.2018.8.14.0301Nome: ADEMIR LEMOS DE FREITASEndereço: Passagem Frederico, 75, Umarizal, BELéM - PA - CEP: 66050-150Nome: RA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDAEndereço: Rua dos Caripunas, 1400, Jurunas, BELéM - PA - CEP: 66033-230Nome: MARKO ENGENHARIA E COMERCIO IMOBILIARIO LTDAEndereço: Rua dos Caripunas, 1400, frente, Jurunas, BELéM - PA - CEP: 66033-230 DECISÃO/MANDADO Tratam os presentes autos de Ação de Rescisão Contratual, com pedido de tutela de urgência, proposta porAdemir Lemos de Freitasem face deRA Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Marko Engenharia Ltda.Alega a parte autora que celebrou com a ré contrato de promessa de venda e compra de imóvel relativo ao empreendimentoMiriti Internacional Golf Marina, localizado nesta cidade.O demandante alegou que pagou os valores pactuados no contrato até o momento. Contudo, conforme relatado, a empresa ré não entregou o empreendimento no prazo acordado.Requereu, liminarmente, a rescisão judicial do contrato e a suspensão das cobranças, bem como a devolução dos valores pagos. Juntou com a inicial os documentos comprobatórios do alegado.É o sucinto relatório. Decido. A lide deve ser julgada à luz das normas e princípios inerentes ao Sistema de Defesa do Consumidor, porquanto evidente a relação de consumo entre as partes, nos termos do art. 2º e 3º do CDC.Em decorrência da relação de consumo, determino a inversão do ônus da prova, com fulcro no art. 6º, VIII, do CDC.Em análise ao contrato juntado aos autos, constato que, de fato, a demandada incorreu no atraso da entrega do empreendimento, visto que a data inicialmente pactuada era em 2013, já inclusa a prorrogação de 180 dias prevista na cláusula 8.1.Deste modo, estando evidenciada a prova inequívoca (contrato de promessa de compra e venda) e o dano de difícil reparação (continuidade compulsória e ilegal de relação jurídica, com a possibilidade de inclusão do nome da autora em cadastros de inadimplentes),CONCEDO PARCIALMENTE A TUTELA DE URGÊNCIApara declarar a resilição judicial do contrato de promessa de venda e compra firmado com as rés a partir da data da propositura da ação.Os pedidos de devolução dos valores e lucros cessante serão analisados no mérito e após realização do necessário contraditório.Determino que a ré se abstenha de inscrever o nome da parte autora em qualquer cadastro de restrição ao crédito ou de inadimplentes, bem como de realizar cobranças provenientes de débitos posteriores à data da declaração do distrato.Cite-se o requerido para que compareçapessoalmenteà audiência de conciliação e mediação que ora designo para o dia21/08/2019, às 11:00 horas, informando-lhe que o prazo para apresentar defesa será contado na forma do art. 335, I, do CPC/2015.Ressalve-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência acima designada configura ato atentatório à dignidade da justiça, sancionável por meio de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida com a ação, conforme determina o art. 334, §8º, da nova lei processual civil.Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, como mandado de citação, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.Belém, 24 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃESJuiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital

Número do processo: 0828933-89.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: ORLANDO ARAUJO DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: ALCINDO VOGADO NETOOAB: 006266/PA Participação: RÉU Nome: BANCO DO ESTADO DO PARA S A0828933-89.2019.8.14.0301Nome: ORLANDO ARAUJO DA COSTAEndereço: Rua Padre Júlio Maria, 1741, Ponta Grossa (Icoaraci), BELéM - PA - CEP: 66812-470Nome: BANCO DO ESTADO DO PARA S AEndereço: Avenida Presidente Vargas, 251, - até 379/380, Campina, BELéM - PA - CEP: 66010-000DECISÃOVistos etc...Tratam os autos deAção Revisional de Contrato, com Pedido de Tutela Provisória de Urgência,que moveOrlando Araújo da CostacontraBanco do Estado do Pará S/A. Aduz o autor que o réu vem realizando descontos/amortizações/bloqueios ilegais de seu salário de servidor público, ato realizado diretamente em sua conta corrente sob o argumento de que seria para amortizar débito referente a contratos firmado entre as partes.Informa, ainda, que possui consignados em folha.Assim, em decorrência das cobranças (descontos direto na conta corrente e consignados em folha de pagamento), o autor tem sofrido descontos em seu salário em percentual superior a 30%, o que tem lhe acarretando sérios prejuízos face o caráter alimentar de seu vencimento.Requer a concessão de tutela de urgência para que seja determinado que o banco réu se abstenha de realizar o desconto/amortização/bloqueio de seu vencimento em patamar superior a 30% até decisão final.É o relatório. Passo a decidir sobre o pedido de tutela provisória de urgência.A lide deve ser julgada à luz das normas e princípios inerentes ao Sistema de Defesa do Consumidor, porquanto evidente

a relação de consumo entre as partes, nos termos do art. 2º e 3º do CDC.Em decorrência da relação de consumo, determino a incidência do CDC. A providência requerida pela parte autora é daquele tipo que não pode aguardar nem dez minutos, quanto mais o julgamento da lide com o integral trâmite do processo.O risco é de danos graves ao requerente e a sua unidade familiar, eis que privado do recebimento de seu salário ou grande parte dele. Acrescento que salário tem caráter eminentemente alimentar e é acobertado pelaimpenhorabilidade, de maneira que sua preservação é de interesse público.Os documentos juntados demonstram claramente que o banco réu realiza ato vedado em nossa legislação processual, eis que pratica uma induvidosa penhora ou bloqueio indireto e privado de salário, o que, por óbvio, é ilegal.Lembro que o banco possui as vias judiciais para cobrar o seu crédito, em especial quando ocorrer a inadimplência contratual por parte de seu cliente correntista.Como já foi dito, o salário é tido comoimpenhorável(art. 833, IV, CPC) e, salvo a existência de contrato expresso autorizando o débito de créditoconsignadoem folha e débito relativo à pensão alimentícia, qualquer ato do banco que faça uso dos valores recebidos em conta salário deve ser tido como ilegal. Acrescento, que o referido ato do banco, mesmo com a existência de cláusula contratual que permita o desconto, ainda assim deve ser tido como ilegal, eis que contraria claramente os regramentos previstos no CDC.Diante de tudo o exposto, estandoevidenciada a probabilidade do direito(existência de bloqueio ilegal de salário) e operigo de dano ou mesmo o risco do resultado útil do processo(possibilidade do Autor e de sua família ficarem privados de seu salário, que tem caráter alimentar)DEFIRO LIMINARMENTEaTutela de Urgência(Art. 300 do CPC) e determino que aré se abstenha de realizar qualquer bloqueio ou débito na conta salário da parte autora, no que se refere aos contratos descritos na exordial,salvo os consignados em folha,eis que estes entendo serem legais face a contratação e recebimento dos valores pelo requerente.Para o caso de descumprimento da ordem fixo multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que se reverterá em favor do autor, caso não cumpra essa decisão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, na forma do art. 537 do CPC.Cite-se a parte ré para, querendo, apresentar contestação escrita no prazo de 15 (quinze) dias, com termo inicial na forma do art. 335, III, do CPC.Advertindo-se de que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Requerente na inicial (Art. 344 do CPC).Transcorrido o decurso do prazo de defesa, certifique-se a secretaria o oferecimento ou não da peça contestatória, bem como sua tempestividade.Defiro a gratuidade face a comprovada dificuldade financeira para arcar com as custas por conta da situação peculiar do caso em comento.Expeça-se mandado em caráter de urgência.Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃESJuiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital

Número do processo: 0846548-29.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: CLODOALDO NETO GALENO Participação: ADVOGADO Nome: GILSON ALVES CHAGASOAB: 977 Participação: AUTOR Nome: SAMIA DOS SANTOS ALVES Participação: ADVOGADO Nome: GILSON ALVES CHAGASOAB: 977 Participação: RÉU Nome: QUANTA ENGENHARIA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: DANIELY MOREIRA PIMENTELOAB: 018764/PA ATO ORDINATÓRIO PROC. N. 0846548-29.2018.8.14.0301 Em cumprimento ao disposto no Provimento n. 006/2006-CJRMB, INTIME-SE o (s) REQUERENTE (S) através de seu procurador constituído nos autos, para efetuar o pagamento das parcelas referentes as custas iniciais que se encontram em atraso, consolidadas em um único boleto no valor de R$-2.659,41, o qual já se encontra juntado no sistema (ID 11068474), para que o feito tenha seu prosseguimento normal.Belém,28 de junho de 2019Iracelia Carvalho de AraújoDiretora de Secretaria

Número do processo: 0813758-55.2019.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ACACIO FERNANDES ROBOREDOOAB: 13904/PA Participação: EXECUTADO Nome: TECNORAD SERVICOS TECNICOS EM RADIOLOGIA LTDA - EPP Participação: EXECUTADO Nome: BRUNO LUIZ DE NAZARE LUCAS DA SILVAATO ORDINATÓRIO Nos termos do art. 1º, § 2º, I, do PROVIMENTO Nº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB,INTIMOa parte autora para se manifestar através de seu advogado, em 5 (cinco) dias, sobre retorno sem cumprimento da(s) carta(s) postal(s), conforme AR(s)s juntado(s) aos autos. INTIMO também para o recolhimento da(s) custa(s) de expedição de nova(s) carta(s), caso não seja beneficiário da justiça gratuita. Belém-PA, 28 de junhode 2019 Analista Judiciário da Secretaria da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital(PROVIMENTO Nº 008/2014, da CJRMB, de 15/12/2014)

Número do processo: 0829269-93.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: FLAVIO DEAN DE ALENCAR RIBEIRO Participação: ADVOGADO Nome: ALCINDO VOGADO NETOOAB: 006266/PA Participação: RÉU Nome: BANCO DO ESTADO DO PARA S A0829269-93.2019.8.14.0301Nome: FLAVIO DEAN DE ALENCAR RIBEIROEndereço: RUAM CEM, 3, NOVA CARAJÁS, PARAUAPEBAS - PA - CEP: 68515-000Nome: BANCO DO ESTADO DO PARA S AEndereço: Avenida Presidente Vargas, 251, - até 379/380, Campina, BELéM - PA - CEP: 66010-000 DECISÃOVistos etc...Tratam os autos deAção Revisional de Contrato, com Pedido de Tutela Provisória de Urgência,que moveFlávio Dean de Alencar RibeirocontraBanco do Estado do Pará S/A. Aduz o autor que o réu vem realizando descontos/amortizações/bloqueios ilegais de seu salário de servidor público, ato realizado diretamente em sua conta corrente sob o argumento de que seria para amortizar débito referente a contratos firmado entre as partes.Informa, ainda, que possui consignados em folha.Assim, em decorrência das cobranças (descontos direto na conta corrente e consignados em folha de pagamento), o autor tem sofrido descontos em seu salário em percentual superior a 30%, o que tem lhe acarretando sérios prejuízos face o caráter alimentar de seu vencimento.Requer a concessão de tutela de urgência para que seja determinado que o banco réu se abstenha de realizar o desconto/amortização/bloqueio de seu vencimento em patamar superior a 30% até decisão final.É o relatório. Passo a decidir sobre o pedido de tutela provisória de urgência.A lide deve ser julgada à luz das normas e princípios inerentes ao Sistema de Defesa do Consumidor, porquanto evidente a relação de consumo entre as partes, nos termos do art. 2º e 3º do CDC.Em decorrência da relação de consumo, determino a incidência do CDC. A providência requerida pela parte autora é daquele tipo que não pode aguardar nem dez minutos, quanto mais o julgamento da lide com o integral trâmite do processo.O risco é de danos graves ao requerente e a sua unidade familiar, eis que privado do recebimento de seu salário ou grande parte dele. Acrescento que salário tem caráter eminentemente alimentar e é acobertado pelaimpenhorabilidade, de maneira que sua preservação é de interesse público.Os documentos juntados demonstram claramente que o banco réu realiza ato vedado em nossa legislação processual, eis que pratica uma induvidosa penhora ou bloqueio indireto e privado de salário, o que, por óbvio, é ilegal.Lembro que o banco possui as vias judiciais para cobrar o seu crédito, em especial quando ocorrer a inadimplência contratual por parte de seu cliente correntista.Como já foi dito, o salário é tido comoimpenhorável(art. 833, IV, CPC) e, salvo a existência de contrato expresso autorizando o débito de créditoconsignadoem folha e débito relativo à pensão alimentícia, qualquer ato do banco que faça uso dos valores recebidos em conta salário deve ser tido como ilegal. Acrescento, que o referido ato do banco, mesmo com a existência de cláusula contratual que permita o desconto, ainda assim deve ser tido como ilegal, eis que contraria claramente os regramentos previstos no CDC.Diante de tudo o exposto, estandoevidenciada a probabilidade do direito(existência de bloqueio ilegal de salário) e operigo de dano ou mesmo o risco do resultado útil do processo(possibilidade do Autor e de sua família ficarem privados de seu salário, que tem caráter alimentar)DEFIRO LIMINARMENTEaTutela de Urgência(Art. 300 do CPC) e determino que aré se abstenha de realizar qualquer bloqueio ou débito na conta salário da parte autora, no que se refere aos contratos descritos na exordial,salvo os consignados em folha, eis que estes entendo serem legais face a contratação e recebimento dos valores pelo requerente.Para o caso de descumprimento da ordem fixo multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), que se reverterá em favor do autor, caso não cumpra essa decisão no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, na forma do art. 537 do CPC.Cite-se a parte ré para, querendo, apresentar contestação escrita no prazo de 15 (quinze) dias, com termo inicial na forma do art. 335, III, do CPC.Advertindo-se de que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo Requerente na inicial (Art. 344 do CPC).Transcorrido o decurso do prazo de defesa, certifique-se a secretaria o oferecimento ou não da peça contestatória, bem como sua tempestividade.Defiro a gratuidade face a comprovada dificuldade financeira para arcar com as custas por conta da situação peculiar do caso em comento.Expeça-se mandado em caráter de urgência.Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei.Cumpra-se.Belém, 27 de junho de 2019. AMILCAR GUIMARÃESJuiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital

Número do processo: 0863624-66.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUESOAB: 20288/PA Participação: ADVOGADO Nome: SERGIO FIUZA DE MELLO MENDES FILHOOAB: 013339/PA Participação: REQUERIDO Nome: ADRYANE CHRISTINA GOMES

ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento n. 006/2006-CJRMB,INTIME-SE a parte autora através de seu (ua) advogado (a) constituído (a) nos autospara, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar sobre a certidão (ID 11269869). Belém (Pa), 28 de junho de 2019. Iracelia C de AraújoDiretora de Secretaria

Número do processo: 0819694-61.2019.8.14.0301 Participação: EXEQUENTE Nome: FLEX DO BRASIL LTDA Participação: ADVOGADO Nome: MARCELO LAFERTE RAGAZZOOAB: 256591/SP Participação: EXECUTADO Nome: COMERCIAL PARAENSE DE MOVEIS E ELETRO LTDA - EPP PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ14ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA CAPITAL0819694-61.2019.8.14.0301Nome: FLEX DO BRASIL LTDAEndereço: Avenida Figueira Branca, 1965, Bairro dos Lopes, LIMEIRA - SP - CEP: 13487-510Nome: COMERCIAL PARAENSE DE MOVEIS E ELETRO LTDA - EPPEndereço: Rua do Arsenal, 53, Cidade Velha, BELéM - PA - CEP: 66020-060DESPACHO Em análise ao pedido de ID 9688502, encaminhem-se os autos à UNAJ para que seja certificado o recolhimento em duplicidade das custas iniciais, conforme alegado pela parte autora. Em caso de recolhimento em dobro, defiro o pedido de devolução dos valores recolhidos a maior.Cite-se o devedor para pagar a quantia executada em 3 (três) dias, nos termos do art. 829 do NCPC, advertindo-o que, no caso de não pagamento, será procedida a penhora de tantos bens quantos bastarem para garantir a execução.Cientifique-se que o devedor poderá apresentar embargos no prazo de 15 (quinze) dias (NCPC, Art. 915). Caso o devedor apresente embargos, intimem-se o exequente para se manifestar, também no prazo de 15 (quinze) dias (NCPC, Art. 920, I).Fixo os honorários advocatícios em 10% do débito, que serão reduzidos pela metade, no caso de pagamento integral no tríduo legal (§1º, Art. 827 do NCPC).Expeça-se mandado de citação, penhora e avaliação. Transcorrido o prazo sem pagamento, com a segunda via do mandado proceda-se à penhora e avaliação e intimação (§1º, art. 829 do NCPC). Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, como mandado de citação, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.Belém, 19 de junho de 2019.AMILCAR GUIMARÃESJuiz de Direito da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital

Número do processo: 0802483-12.2019.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: ASSOCIACAO CULTURAL E EDUCACIONAL DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: LAYS SOARES DOS SANTOS RODRIGUESOAB: 20288/PA Participação: REQUERIDO Nome: PAULO ANDRE PINHEIRO SERRA Participação: ADVOGADO Nome: HELIO GUEIROS NETOOAB: 5265 Participação: REQUERIDO Nome: RENILDES DA CONCEICAO PINHEIRO SERRA Participação: ADVOGADO Nome: HELIO GUEIROS NETOOAB: 5265 ATO ORDINATÓRIO PROC. N. 0802483-12.2019.8.14.0301Em cumprimento ao disposto no Provimento n. 006/2006-CJRMB, INTIME-SE o (s) REQUERENTE (S) através de seu procurador constituído nos autos, para no prazo de 15 (quinze) dias, se MANIFESTAR sobre os Embargos Monitórios apresentado. O referido é verdade e dou fé.Belém, 28 de junho de 2019 Iracelia Carvalho de AraújoDiretora de Secretaria

Número do processo: 0827645-09.2019.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDO LUZ PEREIRAOAB: 147020/SP Participação: RÉU Nome: RAIMUNDO TEBERACI ALBUQUERQUE OLIVEIRAATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, § 2º, I, do PROVIMENTO Nº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB,INTIMOa parte autora para, em 5 (cinco) dias, recolher as custas de CITAÇÃO. Belém-PA, 28 de junhode 2019. MARENA CONDE MAUES ALMEIDA,Analista Judiciário da Secretaria da 14ª Vara Cível e Empresarial da Capital(PROVIMENTO Nº 008/2014, da CJRMB, de 15/12/2014)

SECRETARIA DA 4ª VARA DA FAZENDA DA CAPITAL

Número do processo: 0819454-43.2017.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: VALDECI DA SILVA ARAUJO Participação: ADVOGADO Nome: SAMIA CRISTINA LOPES CORREAOAB: 021904/PA Participação: RÉU Nome: BELEM SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS Participação: RÉU Nome: CLINICA CIRURGICA ORTOPEDICA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: DIEGO MAUES DA COSTA DO VALEOAB: 23344/PA Participação: ADVOGADO Nome: ROMULO RAPOSO SILVAOAB: 014423/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZESOAB: 10367/PA Participação: RÉU Nome: MILTON CESAR LOBATO DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: EDUARDO SUZUKI SIZOOAB: 08 Participação: ADVOGADO Nome: SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAOOAB: 5627/PA Participação: RÉU Nome: MUNICIPIO DE BELEMPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁGABINETE DA 4 ª VARA DA FAZENDA DE BELÉMDECISÃO Trata-se de manifestação realizada pelo Autor (Id. 10411788) em que informa o descumprimento pelo MUNICÍPIO DE BELÉM da decisão proferida no Id. 9695287, na qual se determinou que cumprisse,?no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o custeio do Tratamento Fora do Domicílio ? TFD do Autor na instituição de saúde referida no Laudo Médico de Id. 2135218, sob pena de multa diária no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), até o limite de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), a serem revertidos em favor do Requerente?.Assevera o Requerente, em síntese, que o ente público,?até a presente data o ente municipal não adotou as medidas administrativas necessárias ao atendimento, pois sequer ligou para o autor ou para o hospital de referência, ou qualquer medida que viabilize o adequado atendimento, configurando o descumprimento da decisão?.Requer, entre outras medidas,?o imediato fornecimento de transporte partindo desta cidade de Belém-Pa até a cidade de Recife ? PE ao autor Valdeci da Silva Araújo, bem como o pagamento de diárias de alimentação e pernoite, na forma da lei, inclusive para sua acompanhante Sônia Lúcia Lopes Araújo, para tratamento fora de domicílio, pelo tempo que se fizer necessário a tornar possível a realização do procedimento cirúrgico de urgência de ARTROPATIA DEGENERATIVA BILATERAL DE OMBROS (CID 10 ? M75) devido à existência de Artrose do Ombro Direito (M-19), bem como a cirurgia eletiva para correção do membro superior esquerdo decorrente do rompimentodo tendão do bíceps (CID 10 ? S46)?.Devidamente intimado (Id. 10725243), o MUNICÍPIO DE BELÉM apresentou manifestação na qual afirma que: O autor tinha retorno no hospital Getúlio Vargas em 09 de Maio de 2018, novamente a Municipalidade liberou passagens para o autor e sua acompanhante, novamente foi informado da necessidade de enviar relatórios médicos de atendimento. De forma recalcitrante o autor não apresentou a documentação necessária informou que realizaria cirurgia, mas não comprovou, e pediu ajuda de custo sem obedecer aos requisitos já exaustivamente explicados.Após o retorno à Belém o paciente apresentou documentação fazendo e após apresentação de documentação pertinente foi reembolsado pelaMunicipalidade, em razão da ajuda de custo, no importe de R$ 1.930,50, ocasião em que o paciente informou que não realizou retirada da prótese e que entrará em contatocom o setor de TFD para que sejam viabilizadas passagens com o fito desta retirada. Requer, por conseguinte, a extinção do processo sem resolução do mérito, ante a alegada falta de interesse de agir.Brevemente relatados, decido.Compulsando os fatos alegados pelo Réu acerca da tutela anteriormente deferida, assimilo que as razões por ele declinadas não permitem inferir, por ora, o esgotamento das ordens emanadas na decisão de Id. 9695287, notadamente porque o MUNICÍPIO DE BELÉM, deixando de comprovar o encaminhamento do paciente àinstituição de saúde referida no Laudo Médico de Id. 2135218, também não informou quais seriam as aduzidas inconsistências na prestação de contas apresentada pelo paciente.Frise-se, ainda, que o Memorando nº 18/19-TFD/DERE/SESMA/Belém (Id. 10813251) não elide a obrigação imposta na decisão de Id. 9695287 (de 24/04/2019), uma vez que relata tão-somente fatos ocorridos antes da prolação, o que faz remanescer os fundamentos fáticos e jurídicos daqueledecisum.Ante o exposto,INTIME-SEo MUNICÍPIO DE BELÉM a cumprir, com urgência, as determinações contidas na decisão de Id. 9695287, no mesmo prazo e sob a mesma pena.INDEFIRO, por ora, a imposição de multa pessoal ao Secretário Municipal de Saúde, por não vislumbrar nexo de causalidade entre os prejuízos arguidos pelo Autor e eventual ato omissivo ou comissivo por ele diretamente realizado ou ordenado.DEIXOpara momento oportuno o exame da fixação da multa cominatória pleiteada pelo Autor.Publique-se. Registre-se. Cite-se.CUMPRA-SE com urgência, inclusive no plantão judicial, se necessário.Servirá a presente decisão comoMANDADO DE CITAÇÃO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Belém, 27 de junho de 2019. RAIMUNDO RODRIGUES SANTANA Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda de Tutelas ColetivasRespondendo pela 4ª Vara da Fazenda de BelémDL

Número do processo: 0813875-80.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: A. C. D. O. F. Participação: ADVOGADO Nome: JOSE LUZENILDO MOURAO CAVALCANTEOAB: 8337/PA Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁGABINETE DA 4 ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM DESPACHOIntimem-se as partes para que se manifestem sobre a possibilidade de conciliação.Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 10 (dez) dias para que apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Quanto às questões de fato, deverão indicar a matéria que consideram incontroversa, bem como aquela que entendem já provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegação.Com relação ao restante, remanescendo controversa, deverão especificar as provas que pretendem produzir para cada fato controvertido, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência.Caso requeiram prova pericial, deve ser específico o pedido, com a indicação do tipo e do objeto da perícia. Bem como, com a apresentação de quesitos para a perícia, sob pena de indeferimento.O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias.Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo.Com relação aos argumentos jurídicos trazidos pelas partes, deverão estar de acordo com toda a legislação vigente, bem como, o desconhecimento não poderá ser posteriormente alegado.Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamentadas nas peças processuais, além de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho saneador e designação de audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 357, do Código de Processo Civil, remessa ao Ministério Público, ou ainda julgamento antecipado do mérito, de acordo com o artigo 355, I, do Código de Processo Civil.Intimem-se.Belém, 19 de junho de 2019. RAIMUNDO RODRIGUES SANTANAJuiz de Direito Titular da 5ª Vara da Fazenda de Tutelas Coletivas, respondendo pela 4º Vara da Fazenda de Belém -sc

UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 1ª VARA DA FAZENDA

RESENHA: 25/06/2019 A 26/06/2019 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 1ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

PROCESSO: 00006715020088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810020004 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019---REQUERIDO:ESTADO DO PARA Representante(s): SERGIO OLIVA REIS (PROCURADOR(A)) REQUERENTE:MARIVONE SADECK GUIMARAES Representante(s): SONIA HEGE AMARO PINGARILHO (ADVOGADO) RICARDO ARAUJO HAGE AMARO (ADVOGADO) REQUERIDO:IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 7884 - MARLON JOSE FERREIRA DE BRITO (PROCURADOR(A)) . Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso II, do Provimento 006/2006 da CRMB, adaptado ao CPC/2015, manifeste-se a parte autora sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo de 15(quinze) dias. Intime-se. Belém, 25 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00172391420118140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019---AUTOR:FRANCINETE SANTOS FERREIRA Representante(s): OAB 11487 - ADAILSON JOSE DE SANTANA (ADVOGADO) OAB 26268 - STELLA STEFANY NUNES MENDES (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCACAO SEDUC Representante(s): OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 25 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00223778420098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910483491 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019---REU:ESTADO DO PARA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9917 - RENATA DE CASSIA CARDOSO DE MAGALHAES (PROCURADOR(A)) AUTOR:ANTONIO CARLOS DOS SANTOS GOMES Representante(s): OAB 8762 - JOSE MARIA DOS SANTOS VIEIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 11254 - WALDIR SILVA DE ALMEIDA (ADVOGADO) JADER KAHWAGE DAVID (ADVOGADO) . Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso II, do Provimento 006/2006 da CRMB, adaptado ao CPC/2015, manifeste-se a parte autora sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo de 15(quinze) dias. Intime-se. Belém, 25 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00245829620088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810767143 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019---REU:ESTADO DO PARA AUTOR:ELENILSON JOSE SANTOS DA COSTA Representante(s): OAB 14797 - SERGIO LUIZ DE ANDRADE (ADVOGADO) LUIS CARLOS MENDONCA (ADVOGADO) REU:CENTRO DE PERICIAS CIENTIFICAS RENATO CHAVES. Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso II, do Provimento 006/2006 da CRMB, adaptado ao CPC/2015, manifeste-se a parte autora sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo de 15(quinze) dias. Intime-se. Belém, 25 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00271778320168140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019---REQUERENTE:GICELE BATISTA VALENTE PINHEIRO Representante(s): OAB 19067 - LUCAS GOMES BOMBONATO (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9233 - MARIA TEREZA PANTOJA ROCHA (PROCURADOR(A)) . Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso II, do Provimento 006/2006 da CRMB, adaptado ao CPC/2015, manifeste-se a parte autora sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo de 15(quinze) dias. Intime-se. Belém, 25 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00432649720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811167524 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019---REU:JOSE ELINALDO SILVA Representante(s): OAB 14215 - RENATA MARIA DOS SANTOS SHIOZAWA (REP LEGAL) OAB 14215 - RENATA MARIA DOS SANTOS SHIOZAWA (REP LEGAL) AUTOR:OSMAR CEBULISKI Representante(s): OAB 12591 - REYNALDO JORGE CALICE AUAD (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): DIOGO AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) . Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso II, do Provimento 006/2006 da CRMB, adaptado ao CPC/2015, manifeste-se a parte autora sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo de 15(quinze) dias. Intime-se. Belém, 25 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00473798620138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019---AUTOR:ONEIDE VIEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 18415 - VICTOR ROLIM MARQUES (ADVOGADO) OAB 21675 - TASSIA DO COUTO ABREU PAMPLONA (ADVOGADO) REU:ASPEB ADMINISTRADORA E AGENCIADORA DE BENEFICIOS LTDA Representante(s): OAB 15540 - ELTONIO ARAUJO GONCALVES (ADVOGADO) REU:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): OAB 11271 - GUSTAVO AZEVEDO ROLA (PROCURADOR(A)) . Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso II, do Provimento 006/2006 da CRMB, adaptado ao CPC/2015, manifeste-se a parte autora sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo de 15(quinze) dias. Intime-se. Belém, 25 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00085690820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:SELMA DO SOCORRO SOUZA DAS CHAGAS Representante(s): ANDREA BARRETO RICARTE DE OLIVEIRA (DEFENSOR) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 8672 - CAROLINE TEIXEIRA DA SILVA PROFETI (ADVOGADO) REU:IASEP - INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 14023 - NINIVE FACIOLA NAIF DAIBES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00183193420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:OSVALDO SOUSA DA SILVA AUTOR:GIDEON TAVARES DIAS Representante(s): OAB 5273 - JADER NILSON DA LUZ DIAS (ADVOGADO) OAB 17673 - SUZIANE XAVIER AMERICO (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): ROBINA DIAS PIMENTEL VIANA (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos

ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

P R O C E S S O : 0 0 3 1 7 0 1 9 4 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:CARLOS ANDRE RAMOS BARROS Representante(s): OAB 3237 - ABELARDO DA SILVA CARDOSO (ADVOGADO) REU:AGENCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO PARA ADEPARA Representante(s): OAB 14390 - PEDRO FERNANDO BALDEZ VASCONCELOS (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

P R O C E S S O : 0 0 3 7 6 9 8 2 9 2 0 1 2 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:LUIZ OTAVIO COSTA DA SILVA Representante(s): OAB 13924 - KARIN DE ANDRADE BARBOSA (ADVOGADO) OAB 6682 - ISRAEL BARBOSA (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO Representante(s): OAB 10359 - ROBINA DIAS PIMENTEL VIANA (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

P R O C E S S O : 0 0 4 3 3 7 0 1 8 2 0 1 2 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:VITOR HUGO MARTINS ALVES Representante(s): OAB 12728 - CARLOS FELIPE BAIDEK (ADVOGADO) OAB 12727 - HUGO PINTO BARROSO (ADVOGADO) OAB 19075 - CAMILA SILVA CAVALCANTE (ADVOGADO) OAB 20372 - FERNANDA CASTRO SEGTOWICH (ADVOGADO) OAB 21776 - OSWALDO FERNANDES NAZARETH NETO (ADVOGADO) AUTOR:OSMAR RAIMUNDO BARBOSA FILHO Representante(s): OAB 12728 - CARLOS FELIPE BAIDEK (ADVOGADO) REU:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): OAB 3673 - IRLANA RITA DE CARVALHO CHAVES RODRIGUES (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

P R O C E S S O : 0 0 5 2 6 5 8 5 3 2 0 1 3 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:GERALDO ROBSON MARQUES DE SENA Representante(s): OAB 22353 - GERALDO ROBSON MARQUES DE SENA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23023 - JAIRO VITOR FARIAS DO COUTO ROCHA (ADVOGADO) AUTOR:CARLOS DMITRI FIGUEIREDO CAVALCANTE DA SILVA Representante(s): OAB 17397 - ANA BEATRIZ CONDURU COSTA (ADVOGADO) OAB 22353 - GERALDO ROBSON MARQUES DE SENA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23023 - JAIRO VITOR FARIAS DO COUTO ROCHA (ADVOGADO) REU:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): OAB 4293 - REGINA MARCIA DE CARVALHO CHAVES BRANCO (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00565061420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:RODRIGO AUGUSTO SILVA DA SILVA Representante(s): OAB 14618 - LENON WALLACE IZURU DA CONCEICAO YAMADA (ADVOGADO) OAB 17842 - ANA CAVALCANTE NOBREGA DA CRUZ (ADVOGADO) OAB 13915 - CLEBIA DE SOUSA COSTA (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO CARLOS BERNARDES FILHO (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00584869820118140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:ISAIAS AUGUSTO BONFIM SANTOS Representante(s): OAB 14176 - JOELMA DE OLIVEIRA PAULO (ADVOGADO) AUTOR:NEURA BRITO AUTOR:RUI GUILHERME NASCIMENTO FARO Representante(s): OAB 2731 - PAULA FRASSINETTI COUTINHO DA SILVA MATT (ADVOGADO) REU:PREFEITO MUNICIPAL DE BELEM Representante(s): OAB 11271 - GUSTAVO AZEVEDO ROLA (ADVOGADO) REU:FUNDACAO CULTURAL DO MUNICIPIO DE BELEM FUMBEL Representante(s): OAB 11271 - GUSTAVO AZEVEDO ROLA (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

RESENHA: 25/06/2019 A 25/06/2019 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 1ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

PROCESSO: 00376670920128140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019---AUTOR:LUCIMARY LAMEIRA MONTEIRO AUTOR:ANTONIA ROSARIO DA ROSA AUTOR:DAYSE SILVA DA SILVA BARROSO E OUTROS Representante(s): OAB 6286 - MARIO DAVID PRADO SA (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 11590 - SIMONE SANTANA FERNANDEZ DE BASTOS (PROCURADOR(A)) REU:IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9943 - MILENE CARDOSO FERREIRA (PROCURADOR(A)) . Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso II, do Provimento 006/2006 da CRMB, adaptado ao CPC/2015, manifeste-se a parte autora sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo de 15(quinze) dias. Intime-se. Belém, 25 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

RESENHA: 13/11/2018 A 13/11/2018 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 1ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

PROCESSO: 00114382920078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710353612 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA DANTAS NERY SA SOUZA Ação: Mandado de Segurança Cível em: 13/11/2018---IMPETRADO:DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE/DMA DA SECTAM IMPETRANTE:J L DE JESUS MADEIRAS- EPP Representante(s): MARCONES JOSE DA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Consoante o art. 26 da Lei Estadual n. 8.328, de 29/12/2015, fica intimado o Impetrante a recolher, no prazo legal, as custas necessárias ao prosseguimento do feito. Belém, 13 de novembro de 2018 ADRIANA DANTAS NERY SÁ SOUZA Analista Judiciário- UPJ Varas de Fazenda Pública da Capital.

RESENHA: 18/06/2019 A 18/06/2019 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 1ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

PROCESSO: 00003659120118140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:NILSE CUNHA NUNES Representante(s): OAB 4875 - ROSSIVAL CARDOSO CALIL (ADVOGADO) OAB 7027 - FLAVIA DO SOCORRO SOUZA DA SILVA (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 11590 - SIMONE SANTANA FERNANDEZ DE BASTOS (PROCURADOR(A)) . SENTENÇA Vistos etc. NILSE CUNHA NUNES ajuizou AÇÃO DE CONHECIMENTO, sob o rito comum, pedindo a condenação do ESTADO DO PARÁ a incorporar aos seus vencimentos o índice de 11,98% (onze inteiros e noventa e oito centésimos por cento), decorrente da conversão dos valores em cruzeiros reais para URV (Unidade Real de Valor), ocorrida em março de 1994.

Narra a inicial que a Requerente é servidora pública do Estado e que os seus vencimentos ficaram defasados porque o Requerido, ao converter a unidade monetária de Cruzeiros Reais para URV, o fez não pelo equivalente na data do seu efetivo pagamento, mas sim pelo equivalente em URV no último dia do mês. Defende, portanto, que a conversão teria sido realizada de maneira equivocada e que, diante das sucessivas alterações do valor da URV frente à inflação, teve perda salarial real de 11,98% (onze inteiros e noventa e oito centésimos por cento), violando a garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos. Para fundamentar o pedido, invoca a aplicação da lei federal n. 8.080/94 e precedentes do STJ e do STF relacionados ao tema. Juntou documentos. A gratuidade de justiça foi concedida.

O Estado do Pará foi citado e apresentou contestação, aduzindo a inépcia da inicial. Prejudicialmente, disse que a pretensão está prescrita porque formulada além do prazo quinquenal do Decreto n. 20.910/32. No mérito, invoca precedentes do STJ para afirmar que a diferença reclamada não se aplica aos servidores do executivo. Houve réplica e, após, os autos foram ao Ministério Público, que se manifestou pela prescrição. Relatei. Decido. Afasto a preliminar de inépcia da inicial, tendo em vista que o direito invocado e o pedido se encontram em conformidade com a causa de pedir.

Reconheço a ocorrência da prescrição do direito da parte autora. A prescrição contra a Fazenda Pública nas ações pessoais regula-se até hoje pelo Decreto Federal nº 20.910, de 01 de janeiro de 1932, que estabelece em seu art. 1º o lapso temporal de 5 (cinco) anos para sua ocorrência, contados da data do ato ou fato de que se origina. No caso em apreço, reclama a parte autora o pagamento diferenças decorrentes da conversão errônea do padrão monetário de Cruzeiro Real para URV (Unidade Real de Valor) operada no mês de março de 1994. Consta dos autos que o pleito foi formulado há mais de cinco anos da violação do direito afirmado. Resta claro, portanto, que ocorreu a prescrição.

Em que pese o Requerente manter com o Estado uma relação de trato sucessivo, entendo que a prescrição atingiu o próprio fundo de direito porque o que ele procura reconhecer é a existência de uma situação jurídica, consistente na conversão equivocada do padrão monetário que teria lhe causado prejuízos na percepção dos rendimentos. Desta feita, por se tratar de matéria prejudicial de mérito, concluo. Dispositivo. JULGO prescrita a pretensão que NILSE CUNHA NUNES veicula na presente AÇÃO ORDINÁRIA ajuizada contra o ESTADO DO PARÁ e, por consequência, extingo o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso II, do CPC/2015. Em razão da sucumbência e por força do disposto nos artigos 82, § 2º, 84 e 85, todos do Código de Processo Civil,

condeno a requerente ao pagamento das despesas processuais e honorários ao advogado do vencedor que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), observado o disposto no parágrafo 8º do artigo 85 do Código de Processo Civil e tendo em vista os parâmetros delineados nos incisos I a IV do parágrafo 2º do artigo 85 também do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa pobre na acepção jurídica do termo (CPC, artigo 98, caput), defiro a gratuidade da justiça, conforme as isenções estabelecidas no artigo 98, § 1º, do Código de Processo Civil. Por ser a autora beneficiário do instituto da Justiça Gratuita, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário (CPC, artigo 98, §§ 2º e 3º). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transcorrido o prazo legal sem a interposição de recurso, arquivem-se. Belém, 17 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 1 5 8 5 0 2 0 1 1 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 18/06/2019---AUTOR:MARIA DE FÁTIMA PRADO DOS SANTOS Representante(s): OAB 19677 - JOAO VICTOR DIAS GERALDO (ADVOGADO) OAB 22275 - JULLIANNY ALMEIDA SALES (ADVOGADO) OAB 14550-A - ANA CAROLINA CARVALHO DIAS (ADVOGADO) REU:GOVERNO DO ESTADO DO PARA Representante(s): FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (PROCURADOR(A)) . DESPACHO Vistos etc. O pedido de cumprimento de sentença formulado preenche os requisitos do art. 534 do CPC, motivo pelo qual determino seu processamento. PROCEDA-SE às alterações cadastrais que se fizerem pertinentes junto ao Libra para identificação da fase procedimental de cumprimento de sentença. INTIME-SE a Fazenda Pública na pessoa do seu representante judicial para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, como incidente a estes próprios autos, oportunidade em poderá arguir qualquer das matérias listadas nos incisos do art. 535 do CPC/15. Alegando o Executado que o Exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, DEVE declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição. Destaco, ainda, que, tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento. Por fim, escoado o prazo assinalado, certifique-se e, após, façam os autos conclusos para impulso oficial. Int. Belém, 13 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 4 7 9 0 2 0 0 0 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 0 0 1 0 0 3 5 0 5 8 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REU:GOVERNO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 8018 - CHRISTIANNE PENEDO DANIN (PROCURADOR(A)) REU:SECRATARIO DA SEAD AUTOR:MARIA DE JESUS JORGE RODRIGUES Representante(s): OAB 6829 - ARIEL FROES DE COUTO (ADVOGADO) OAB 4465 - NEUZA GADELHA LIMA (ADVOGADO) REU:SECRETARIO DA SAGRI. SENTENÇA Vistos etc. Tendo em vista a paralisação da marcha processual, determinou-se a intimação do(s) autor(es) para promover o andamento do feito sob pena de extinção. Consta dos autos certidão informando que o(s) autor(es) não foi/foram intimado(s) porque mudou/mudaram de endereço. Relatei. Decido. O novo Código de Processo Civil assim dispõe: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Verificada a paralisação da marcha processual e em obediência ao comando legal citado, este Juízo determinou a intimação do(s) Requerente(s) para manifestar(em) interesse quanto ao prosseguimento do feito. A intimação, no entanto, não chegou a ser concretizada, pois, o(s) Requerente(s) não foi/foram encontrados no local declinado nos autos. Ora, a informação de endereço em que a parte poderá ser encontrada e intimada sobre os atos e termos do processo constitui requisito básico da petição inicial, nos termos do art. 319, II, do CPC/2015. Qualquer mudança de endereço deve ser comunicada ao Juízo, sob pena de se considerarem válidas as intimações dirigidas ao endereço desatualizado, conforme preceitua o art. 274, parágrafo único, do CPC/2015. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva

não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. No caso dos autos, consta que o(a)(s) Requerente(s) mudou-se de endereço sem comunicar o Juízo, o que atrai, por consequência, a aplicação da norma em apreço. A jurisprudência tem considerado válida a intimação realizada nessas circunstancias, conforme se dessume dos arestos que seguem colacionados: EXTINÇÃO DO FEITO. ABANDONO. INTIMAÇÃO PESSOAL. CORREIO. VALIDADE. MUDANÇA DE ENDEREÇO. 1. É válida a intimação pessoal realizada pelo correio, nos termo do art. 238 do CPC. 2. Cumpre às partes manter atualizados seus dados junto ao juízo. 3. A mudança de endereço pela autora, não comunicada ao juízo, não pode invalidar a intimação pessoal realizada no endereço fornecido nos autos. 4. Abandono configurado. 5. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 00057023920098260477 SP 0005702-39.2009.8.26.0477, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 30/07/2015, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 31/07/2015) ABANDONO DE CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. INTIMAÇÃO PESSOAL. MUDANÇA DE ENDEREÇO. VALIDADE. - É possível a extinção do processo, com fulcro no artigo 267, III, do Código de Processo Civil, desde que o autor, regularmente intimado para dar seguimento ao feito, permaneça inerte, caracterizando, com isso, o abandono da causa. - As partes devem comunicar ao juízo as alterações permanentes ou temporárias de endereço. Aplicação do art. 238 do CPC. Reputa-se válida a intimação realizada no endereço declinado pelo autor na inicial, quando este deixou de informar a mudança ocorrida. - Hipótese em que há contumácia do autor, que reiteradamente deixou de promover os atos e diligências que lhe competiam. (TJ-MG - AC: 10118050036243002 MG , Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 07/08/2014, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/08/2014) O STJ possui entendimento no mesmo sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. MUDANÇA DE ENDEREÇO. NÃO COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. INTIMAÇÃO DA PARTE. VALIDADE. RECONHECIMENTO. ART. 238 DO CPC. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no AREsp 386.319/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 15/09/2014) PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO POR CARTA. MUDANÇA DE ENDEREÇO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO AO JUÍZO. VALIDADE. 1. A jurisprudência do STJ reputa possível promover a intimação do autor para dar andamento ao processo por carta registrada, desde que não haja questionamento acerca do efetivo recebimento do comunicado, e que tal providência tenha sido requerida pelo réu. Precedentes. 2. Na hipótese de mudança de endereço pelo autor que abandona a causa, é lícito ao juízo promover a extinção do processo após o envio de correspondência ao endereço que fora declinado nos autos. 3. O Código de Ética da OAB disciplina, em seu art. 12, que "o advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos, sem motivo justo e comprovada ciência do constituinte". Presume-se, portanto, a possibilidade de comunicação do causídico quanto à expedição da Carta de Comunicação ao endereço que ele mesmo se furtara de atualizar no processo. 4. A parte que descumpre sua obrigação de atualização de endereço, consignada no art. 39, II, do CPC, não pode contraditoriamente se furtar das consequências dessa omissão. Se a correspondência enviada não logrou êxito em sua comunicação, tal fato somente pode ser imputado à sua desídia. 5. Recurso especial improvido. (REsp 1299609/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 28/08/2012) O processo, portanto, deve ser extinto. Dispositivo.

Ex positis, de acordo com o art. 485, inciso II do CPC/2015, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Custas pela parte autora, bem como honorários que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), ambos suspensos, caso seja beneficiária da gratuidade processual. Escoado o prazo de recurso se manifestação, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 12 de junho de 2019 . Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00048920720048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410165721 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REU:SECRETARIA EXECUTIVA DE TRANSPORTESESTADO DO PARA Representante(s): RODRIGO PONTE SOUZA (ADVOGADO) RODRIGO PONTE SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:CIRIO DA SILVA SOUZA Representante(s): OAB 6747 - ELIZABETH COSTA COUTINHO (ADVOGADO) OAB 6747 - ELIZABETH COSTA COUTINHO (ADVOGADO) . SENTENÇA

Vistos etc. Tendo em vista a paralisação da marcha processual, determinou-se a intimação do(s) autor(es) para promover o andamento do feito sob pena de extinção. Consta dos autos certidão informando que o(s) autor(es) não foi/foram intimado(s) porque mudou/mudaram de endereço. Relatei.

Decido. O novo Código de Processo Civil assim dispõe: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Verificada a paralisação da marcha processual e em obediência ao comando legal citado, este Juízo determinou a intimação do(s) Requerente(s) para manifestar(em) interesse quanto ao prosseguimento do feito. A intimação, no entanto, não chegou a ser concretizada, pois, o(s) Requerente(s) não foi/foram encontrados no local declinado nos autos. Ora, a informação de endereço em que a parte poderá ser encontrada e intimada sobre os atos e termos do processo constitui requisito básico da petição inicial, nos termos do art. 319, II, do CPC/2015. Qualquer mudança de endereço deve ser comunicada ao Juízo, sob pena de se considerarem válidas as intimações dirigidas ao endereço desatualizado, conforme preceitua o art. 274, parágrafo único, do CPC/2015. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. No caso dos autos, consta que o(a)(s) Requerente(s) mudou-se de endereço sem comunicar o Juízo, o que atrai, por consequência, a aplicação da norma em apreço. A jurisprudência tem considerado válida a intimação realizada nessas circunstancias, conforme se dessume dos arestos que seguem colacionados: EXTINÇÃO DO FEITO. ABANDONO. INTIMAÇÃO PESSOAL. CORREIO. VALIDADE. MUDANÇA DE ENDEREÇO. 1. É válida a intimação pessoal realizada pelo correio, nos termo do art. 238 do CPC. 2. Cumpre às partes manter atualizados seus dados junto ao juízo. 3. A mudança de endereço pela autora, não comunicada ao juízo, não pode invalidar a intimação pessoal realizada no endereço fornecido nos autos. 4. Abandono configurado. 5. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 00057023920098260477 SP 0005702-39.2009.8.26.0477, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 30/07/2015, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 31/07/2015) ABANDONO DE CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. INTIMAÇÃO PESSOAL. MUDANÇA DE ENDEREÇO. VALIDADE. - É possível a extinção do processo, com fulcro no artigo 267, III, do Código de Processo Civil, desde que o autor, regularmente intimado para dar seguimento ao feito, permaneça inerte, caracterizando, com isso, o abandono da causa. - As partes devem comunicar ao juízo as alterações permanentes ou temporárias de endereço. Aplicação do art. 238 do CPC. Reputa-se válida a intimação realizada no endereço declinado pelo autor na inicial, quando este deixou de informar a mudança ocorrida. - Hipótese em que há contumácia do autor, que reiteradamente deixou de promover os atos e diligências que Ihe competiam. (TJ-MG - AC: 10118050036243002 MG , Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 07/08/2014, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/08/2014) O STJ possui entendimento no mesmo sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. MUDANÇA DE ENDEREÇO. NÃO COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. INTIMAÇÃO DA PARTE. VALIDADE. RECONHECIMENTO. ART. 238 DO CPC. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no AREsp 386.319/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 15/09/2014) PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO POR CARTA. MUDANÇA DE ENDEREÇO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO AO JUÍZO. VALIDADE. 1. A jurisprudência do STJ reputa possível promover a intimação do autor para dar andamento ao processo por carta registrada, desde que não haja questionamento acerca do efetivo recebimento do comunicado, e que tal providência tenha sido requerida pelo réu. Precedentes. 2. Na hipótese de mudança de endereço pelo autor que abandona a causa, é lícito ao juízo promover a extinção do processo após o envio de correspondência ao endereço que fora declinado nos autos. 3. O Código de Ética da OAB disciplina, em seu art. 12, que "o advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos, sem motivo justo e comprovada ciência do constituinte". Presume-se, portanto, a possibilidade de comunicação do causídico quanto à expedição da Carta de Comunicação ao endereço que ele mesmo se furtara de atualizar no processo. 4. A parte que descumpre sua obrigação de atualização de endereço, consignada no art. 39, II, do CPC, não pode contraditoriamente se furtar das consequências dessa omissão. Se a correspondência enviada não logrou êxito em sua comunicação, tal fato somente pode ser imputado à sua desídia. 5. Recurso especial improvido. (REsp 1299609/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 28/08/2012) O processo, portanto, deve ser extinto. Dispositivo.

Ex positis, de acordo com o art. 485, inciso II do CPC/2015, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM

RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Custas pela parte autora, bem como honorários que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), ambos suspensos, caso seja beneficiária da gratuidade processual. Escoado o prazo de recurso se manifestação, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 12 de junho de 2019 . Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

P R O C E S S O : 0 0 0 5 9 2 5 3 3 2 0 1 1 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 18/06/2019---AUTOR:ALEXANDRE DA SILVA MEDEIROS Representante(s): OAB 4336 - MARCO ANTONIO GONCALVES DE ALCANTARA (ADVOGADO) OAB 9401 - MARILIA SERIQUE DA COSTA (ADVOGADO) REU:UEPA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 7542 - WANDERLEI MARTINS LADISLAU (PROCURADOR(A)) . DESPACHO Vistos etc.

Recebo a impugnação de fls. 243-248, com suspensão do feito (art. 535, §§ 3º e 4º, do CPC/2015) e determino a intimação da parte autora para manifestação em 15 (quinze) dias. Belém, 17 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

P R O C E S S O : 0 0 0 6 7 1 7 4 6 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:MARCOS VINICIUS SOUZA DA SILVA Representante(s): OAB 16977 - THAIS DE CASSIA DE SOUZA DONZA (ADVOGADO) OAB 17258 - CARLA DANIELEN PRESTES GOMES (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO CARLOS BERNARDES FILHO (PROCURADOR(A)) . R.h. Renovem-se as diligências de fl.93 por oficial de justiça. Após, conclusos. Belém, 18 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1° vara de Fazenda da Capital

P R O C E S S O : 0 0 0 7 7 6 2 6 8 2 0 0 2 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 0 2 1 0 0 9 0 3 3 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 18/06/2019---AUTOR:MILTON DOS SANTOS PERES Representante(s): OAB 10249 - WILCINELY NAZARE SANTOS DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 26278 - FERNANDO NEVES DA SILVA (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA SEAD Representante(s): ANA CRISTINA SOARES (PROCURADOR(A)) SERGIO OLIVA REIS (PROCURADOR(A)) . R.h. Os autos contam com sentença terminativa transitada em julgado, motivo pelo qual devolvo o processo à UPJ para seu arquivamento. Belém, 18 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1° vara de Fazenda da Capital

P R O C E S S O : 0 0 0 7 9 9 2 7 7 2 0 1 1 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:GERMANO GOMES E GOMES Representante(s): OAB 11480 - ANDERSON DA SILVA PEREIRA DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) RAIMUNDO AUGUSTO RIOS BRITO (DEFENSOR) OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REU:DIRETORIA SUPERINTENDENTE DA COMPANHIA DE TRANSPORTES DO MUNICIPIO DE BELEM CTBEL. SENTENÇA Vistos etc. Tendo em vista a paralisação da marcha processual, determinou-se a intimação do(s) autor(es) para promover o andamento do feito sob pena de extinção.

Consta dos autos certidão informando que o(s) autor(es) não foi/foram intimado(s) porque mudou/mudaram de endereço. Relatei. Decido. O novo Código de Processo Civil assim dispõe: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Verificada a paralisação da marcha processual e em obediência ao comando legal citado, este Juízo determinou a intimação do(s) Requerente(s) para manifestar(em) interesse quanto ao prosseguimento do feito. A intimação, no entanto, não chegou a ser concretizada, pois, o(s) Requerente(s) não foi/foram encontrados no local declinado nos autos. Ora, a informação de endereço em que a parte poderá ser encontrada e intimada sobre os atos e termos do processo constitui requisito básico da petição inicial, nos termos do art. 319, II, do CPC/2015. Qualquer mudança de endereço deve ser comunicada ao Juízo, sob pena de se considerarem válidas as intimações dirigidas ao endereço desatualizado, conforme preceitua o art. 274, parágrafo único, do CPC/2015. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou,

se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. No caso dos autos, consta que o(a)(s) Requerente(s) mudou-se de endereço sem comunicar o Juízo, o que atrai, por consequência, a aplicação da norma em apreço.

A jurisprudência tem considerado válida a intimação realizada nessas circunstancias, conforme se dessume dos arestos que seguem colacionados: EXTINÇÃO DO FEITO. ABANDONO. INTIMAÇÃO PESSOAL. CORREIO. VALIDADE. MUDANÇA DE ENDEREÇO. 1. É válida a intimação pessoal realizada pelo correio, nos termo do art. 238 do CPC. 2. Cumpre às partes manter atualizados seus dados junto ao juízo. 3. A mudança de endereço pela autora, não comunicada ao juízo, não pode invalidar a intimação pessoal realizada no endereço fornecido nos autos. 4. Abandono configurado. 5. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 00057023920098260477 SP 0005702-39.2009.8.26.0477, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 30/07/2015, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 31/07/2015) ABANDONO DE CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. INTIMAÇÃO PESSOAL. MUDANÇA DE ENDEREÇO. VALIDADE. - É possível a extinção do processo, com fulcro no artigo 267, III, do Código de Processo Civil, desde que o autor, regularmente intimado para dar seguimento ao feito, permaneça inerte, caracterizando, com isso, o abandono da causa. - As partes devem comunicar ao juízo as alterações permanentes ou temporárias de endereço. Aplicação do art. 238 do CPC. Reputa-se válida a intimação realizada no endereço declinado pelo autor na inicial, quando este deixou de informar a mudança ocorrida. - Hipótese em que há contumácia do autor, que reiteradamente deixou de promover os atos e diligências que lhe competiam. (TJ-MG - AC: 10118050036243002 MG , Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 07/08/2014, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/08/2014) O STJ possui entendimento no mesmo sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. MUDANÇA DE ENDEREÇO. NÃO COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. INTIMAÇÃO DA PARTE. VALIDADE. RECONHECIMENTO. ART. 238 DO CPC. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no AREsp 386.319/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 15/09/2014) PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO POR CARTA. MUDANÇA DE ENDEREÇO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO AO JUÍZO. VALIDADE. 1. A jurisprudência do STJ reputa possível promover a intimação do autor para dar andamento ao processo por carta registrada, desde que não haja questionamento acerca do efetivo recebimento do comunicado, e que tal providência tenha sido requerida pelo réu. Precedentes. 2. Na hipótese de mudança de endereço pelo autor que abandona a causa, é lícito ao juízo promover a extinção do processo após o envio de correspondência ao endereço que fora declinado nos autos. 3. O Código de Ética da OAB disciplina, em seu art. 12, que "o advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos, sem motivo justo e comprovada ciência do constituinte". Presume-se, portanto, a possibilidade de comunicação do causídico quanto à expedição da Carta de Comunicação ao endereço que ele mesmo se furtara de atualizar no processo. 4. A parte que descumpre sua obrigação de atualização de endereço, consignada no art. 39, II, do CPC, não pode contraditoriamente se furtar das consequências dessa omissão. Se a correspondência enviada não logrou êxito em sua comunicação, tal fato somente pode ser imputado à sua desídia. 5. Recurso especial improvido. (REsp 1299609/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 28/08/2012) O processo, portanto, deve ser extinto. Dispositivo. Ex positis, de acordo com o art. 485, inciso II do CPC/2015, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Custas pela parte autora, bem como honorários que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), ambos suspensos, caso seja beneficiária da gratuidade processual. Escoado o prazo de recurso se manifestação, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 12 de junho de 2019 . Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00095377020098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910215886 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 18/06/2019---REQUERIDO:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 7790 - JOSE HENRIQUE MOUTA ARAUJO (PROCURADOR(A)) REQUERENTE:JUAN JAMBERT DIAS Representante(s): OAB 10373 - ANDRE AUGUSTO DA SILVA NOGUEIRA (ADVOGADO) . DESPACHO

Vistos etc. Consta dos autos que o Exequente discordou da conta apresentada pelo Executado,

havendo divergência quanto aos valores efetivamente devidos em decorrência da condenação. Assim, para auxiliar a decisão deste juízo sobre a tese de excesso ventilada pelo Estado em impugnação, determino a remessa dos autos ao Contador. Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento da diligência, determinando ao contador: 1) que observe os parâmetros de juros e correção fixados pela decisão de fls. 271-275; 2) a elaboração de dois cálculos, um com os valores devidos até a data atual e outro com os valores devidos até a competência 26.08.18, termo final dos cálculos apresentados pelas partes. Apresentados os cálculos, intimem-se as partes para manifestação em 05 (cinco) dias. Somente após, voltem conclusos. Belém, 17 de junho de 2019. ANDREA FERREIRA BISPO Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara da Fazenda de Belém.

PROCESSO: 00101056420108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010155047 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 18/06/2019---REU:ESTADO DO PARA Representante(s): FERNANDA JORGE SEQUEIRA (ADVOGADO) AUTOR:REGINA AUXILIADORA DO NASCIMENTO MARTINS Representante(s): OAB 4305 - RAIMUNDO RUBENS FAGUNDES LOPES (ADVOGADO) OAB 11011 - AMALIA XAVIER DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 14456 - PABLO MONTEIRO JAIR (ADVOGADO) OAB 14873 - MARIANA SORAYA MENDONCA BASTOS (ADVOGADO) OAB 5771 - REGINALDO RAMOS DOS SANTOS (ADVOGADO) MARCIO ARRAIS (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos etc. O pedido de cumprimento de sentença formulado preenche os requisitos do art. 534 do CPC, motivo pelo qual determino seu processamento. PROCEDA-SE às alterações cadastrais que se fizerem pertinentes junto ao Libra para identificação da fase procedimental de cumprimento de sentença. INTIME-SE a Fazenda Pública na pessoa do seu representante judicial para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, como incidente a estes próprios autos, oportunidade em poderá arguir qualquer das matérias listadas nos incisos do art. 535 do CPC/15. Alegando o Executado que o Exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, DEVE declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição. Destaco, ainda, que, tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento. Por fim, escoado o prazo assinalado, certifique-se e, após, façam os autos conclusos para impulso oficial. Int. Belém, 13 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00102047520118140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:JOAO ANTONIO DOS SANTOS FILHO Representante(s): OAB 4875 - ROSSIVAL CARDOSO CALIL (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA SECRETARIA EXECUTIVA DE SAUDE PUBLICA SESPA Representante(s): ANTONIO CARLOS BERNARDES FILHO (PROCURADOR(A)) . SENTENÇA Vistos etc. JOAO ANTONIO DOS SANTOS FILHO ajuizou AÇÃO DE CONHECIMENTO, sob o rito comum, pedindo a condenação do ESTADO DO PARÁ a incorporar aos seus vencimentos o índice de 11,98% (onze inteiros e noventa e oito centésimos por cento), decorrente da conversão dos valores em cruzeiros reais para URV (Unidade Real de Valor), ocorrida em março de 1994. Narra a inicial que o Requerente é servidor público do Estado e que os seus vencimentos ficaram defasados porque o Requerido, ao converter a unidade monetária de Cruzeiros Reais para URV, o fez não pelo equivalente na data do seu efetivo pagamento, mas sim pelo equivalente em URV no último dia do mês. Defende, portanto, que a conversão teria sido realizada de maneira equivocada e que, diante das sucessivas alterações do valor da URV frente à inflação, teve perda salarial real de 11,98% (onze inteiros e noventa e oito centésimos por cento), violando a garantia constitucional da irredutibilidade de vencimentos. Para fundamentar o pedido, invoca a aplicação da lei federal n. 8.080/94 e precedentes do STJ e do STF relacionados ao tema. Juntou documentos. A gratuidade de justiça foi concedida. O Estado do Pará foi citado e apresentou contestação, aduzindo a inépcia da inicial. Prejudicialmente, disse que a pretensão está prescrita porque formulada além do prazo quinquenal do Decreto n. 20.910/32. No mérito, invoca precedentes do STJ para afirmar que a diferença reclamada não se aplica aos servidores do executivo. Houve réplica e, após, os autos foram ao Ministério Público, que se manifestou pela prescrição. Relatei. Decido. Afasto a preliminar de inépcia da inicial, tendo em vista que o direito invocado e o pedido se encontram em conformidade com a causa de pedir. Reconheço a ocorrência da prescrição do direito da parte autora. A prescrição contra a Fazenda Pública nas ações pessoais regula-se até hoje pelo Decreto Federal nº 20.910, de 01 de janeiro de 1932, que estabelece em seu art. 1º o lapso temporal de 5 (cinco) anos para sua ocorrência, contados

da data do ato ou fato de que se origina. No caso em apreço, reclama a parte autora o pagamento diferenças decorrentes da conversão errônea do padrão monetário de Cruzeiro Real para URV (Unidade Real de Valor) operada no mês de março de 1994. Consta dos autos que o pleito foi formulado há mais de cinco anos da violação do direito afirmado. Resta claro, portanto, que ocorreu a prescrição. Em que pese o Requerente manter com o Estado uma relação de trato sucessivo, entendo que a prescrição atingiu o próprio fundo de direito porque o que ele procura reconhecer é a existência de uma situação jurídica, consistente na conversão equivocada do padrão monetário que teria lhe causado prejuízos na percepção dos rendimentos. Desta feita, por se tratar de matéria prejudicial de mérito, concluo. Dispositivo. JULGO prescrita a pretensão que JOAO ANTONIO DOS SANTOS FILHO veicula na presente AÇÃO ORDINÁRIA ajuizada contra o ESTADO DO PARÁ e, por consequência, extingo o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, inciso II, do CPC/2015. Em razão da sucumbência e por força do disposto nos artigos 82, § 2º, 84 e 85, todos do Código de Processo Civil, condeno a requerente ao pagamento das despesas processuais e honorários ao advogado do vencedor que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), observado o disposto no parágrafo 8º do artigo 85 do Código de Processo Civil e tendo em vista os parâmetros delineados nos incisos I a IV do parágrafo 2º do artigo 85 também do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa pobre na acepção jurídica do termo (CPC, artigo 98, caput), defiro a gratuidade da justiça, conforme as isenções estabelecidas no artigo 98, § 1º, do Código de Processo Civil. Por ser a autora beneficiário do instituto da Justiça Gratuita, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado desta decisão, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário (CPC, artigo 98, §§ 2º e 3º). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transcorrido o prazo legal sem a interposição de recurso, arquivem-se. Belém, 17 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00105013720068140301 PROCESSO ANTIGO: 200610350429 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Processo Cautelar em: 18/06/2019---REU:INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA IGEPREV Representante(s): VAGNER ANDREI TEIXEIRA LIMA (ADVOGADO) AUTOR:JOAO ALBERTO ARANHA MARQUES Representante(s): AGOSTINHO MONTEIRO JUNIOR (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos etc. Tendo em vista a paralisação da marcha processual, determinou-se a intimação do(s) autor(es) para promover o andamento do feito sob pena de extinção. Consta dos autos certidão informando que o(s) autor(es) não foi/foram intimado(s) porque mudou/mudaram de endereço. Relatei. Decido. O novo Código de Processo Civil assim dispõe: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Verificada a paralisação da marcha processual e em obediência ao comando legal citado, este Juízo determinou a intimação do(s) Requerente(s) para manifestar(em) interesse quanto ao prosseguimento do feito. A intimação, no entanto, não chegou a ser concretizada, pois, o(s) Requerente(s) não foi/foram encontrados no local declinado nos autos. Ora, a informação de endereço em que a parte poderá ser encontrada e intimada sobre os atos e termos do processo constitui requisito básico da petição inicial, nos termos do art. 319, II, do CPC/2015. Qualquer mudança de endereço deve ser comunicada ao Juízo, sob pena de se considerarem válidas as intimações dirigidas ao endereço desatualizado, conforme preceitua o art. 274, parágrafo único, do CPC/2015. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. No caso dos autos, consta que o(a)(s) Requerente(s) mudou-se de endereço sem comunicar o Juízo, o que atrai, por consequência, a aplicação da norma em apreço. A jurisprudência tem considerado válida a intimação realizada nessas circunstancias, conforme se dessume dos arestos que seguem colacionados: EXTINÇÃO DO FEITO. ABANDONO. INTIMAÇÃO PESSOAL. CORREIO. VALIDADE. MUDANÇA DE ENDEREÇO. 1. É válida a intimação pessoal realizada pelo correio, nos termo do art. 238 do CPC. 2. Cumpre às partes manter atualizados seus dados junto ao juízo. 3. A mudança de endereço pela autora, não comunicada ao juízo, não pode invalidar a intimação pessoal realizada no endereço fornecido nos autos. 4. Abandono

configurado. 5. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 00057023920098260477 SP 0005702-39.2009.8.26.0477, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 30/07/2015, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 31/07/2015) ABANDONO DE CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. INTIMAÇÃO PESSOAL. MUDANÇA DE ENDEREÇO. VALIDADE. - É possível a extinção do processo, com fulcro no artigo 267, III, do Código de Processo Civil, desde que o autor, regularmente intimado para dar seguimento ao feito, permaneça inerte, caracterizando, com isso, o abandono da causa. - As partes devem comunicar ao juízo as alterações permanentes ou temporárias de endereço. Aplicação do art. 238 do CPC. Reputa-se válida a intimação realizada no endereço declinado pelo autor na inicial, quando este deixou de informar a mudança ocorrida. - Hipótese em que há contumácia do autor, que reiteradamente deixou de promover os atos e diligências que lhe competiam. (TJ-MG - AC: 10118050036243002 MG , Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 07/08/2014, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/08/2014) O STJ possui entendimento no mesmo sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. MUDANÇA DE ENDEREÇO. NÃO COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. INTIMAÇÃO DA PARTE. VALIDADE. RECONHECIMENTO. ART. 238 DO CPC. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no AREsp 386.319/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 15/09/2014) PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO POR CARTA. MUDANÇA DE ENDEREÇO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO AO JUÍZO. VALIDADE. 1. A jurisprudência do STJ reputa possível promover a intimação do autor para dar andamento ao processo por carta registrada, desde que não haja questionamento acerca do efetivo recebimento do comunicado, e que tal providência tenha sido requerida pelo réu. Precedentes. 2. Na hipótese de mudança de endereço pelo autor que abandona a causa, é lícito ao juízo promover a extinção do processo após o envio de correspondência ao endereço que fora declinado nos autos. 3. O Código de Ética da OAB disciplina, em seu art. 12, que "o advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos, sem motivo justo e comprovada ciência do constituinte". Presume-se, portanto, a possibilidade de comunicação do causídico quanto à expedição da Carta de Comunicação ao endereço que ele mesmo se furtara de atualizar no processo. 4. A parte que descumpre sua obrigação de atualização de endereço, consignada no art. 39, II, do CPC, não pode contraditoriamente se furtar das consequências dessa omissão. Se a correspondência enviada não logrou êxito em sua comunicação, tal fato somente pode ser imputado à sua desídia. 5. Recurso especial improvido. (REsp 1299609/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 28/08/2012) O processo, portanto, deve ser extinto. Dispositivo.

Ex positis, de acordo com o art. 485, inciso II do CPC/2015, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Custas pela parte autora, bem como honorários que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), ambos suspensos, caso seja beneficiária da gratuidade processual. Escoado o prazo de recurso se manifestação, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 12 de junho de 2019 . Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00121319020048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410407925 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REU:ESTADO DO PARA Representante(s): DENNIS SOARES VERBICARO-PROCURADOR (ADVOGADO) AUTOR:EXPEDITO DE SOUZA BEZERRA Representante(s): GUILHERME DE ALMEIDA (ADVOGADO) . R.h. Considerando os termos da certidão de fl.126, intime-se qualquer pessoa da família do autor, no endereço declinado à fl.03, para que entregue ao oficial de justiça encarregado do cumprimento da diligência, cópia da certidão de óbito. Expeça-se carta precatória. Cumpra-se. Belém, 18 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1° vara de Fazenda da Capital

PROCESSO: 00129848020088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810391728 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 18/06/2019---AUTOR:SABRINA LEONARDO DA CUNHA Representante(s): OAB 18843 - KARLA THAMIRIS NORONHA TOMAZ (ADVOGADO) DRª. SEMEA SARE (ADVOGADO) REU:SEPOF SECRETARIA EXECUTIVA DE GESTAO ORCAMENTARIA E FINANCEIRA DO PARA Representante(s): OAB 8672 - CAROLINE TEIXEIRA DA SILVA PROFETI (PROCURADOR(A)) ALFREDO ANTONIO GOULART SADE (ADVOGADO) . SENTENÇA Processo n. 0012984-

80.2008.8.14.0301 Classe: Cumprimento De Sentença Autora: SABRINA LEONARDO DA CUNHA Réu: ESTADO DO PARÁ SABRINA LEONARDO DA CUNHA ajuizou AÇÃO DE CONHECIMENTO, sob o rito comum, pedindo a condenação do ESTADO DO PARÁ ao pagamento dos valores de FGTS não depositados no período de vigência do contrato temporário entre eles firmado. O pedido foi julgado parcialmente procedente (fls. 53-56), sucumbência que foi mantida em grau recursal (fls. 83-87).

Após o transito em julgado e retorno do processo ao primeiro grau, ambas as partes foram intimados para a formulação dos requerimentos pertinentes, mas somente o réu se manifestou (fls. 90), oportunidade em que, em cumprimento de sentença, ofereceu o pagamento do valor de R$ 10.544,72 (Dez mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos). Intimado para falar sobe a proposta apresentada, o autor permaneceu inerte, conforme certificado à fl. 101. Decido. Em que pese a literalidade da redação conferida ao art. 535, o cumprimento de sentença não está condicionado ao interesse exclusivo do autor, pois ao réu também é reconhecido o direito de buscar a pacificação do conflito em que se encontra envolvido. Por essa razão, não vislumbro óbices para que, ao caso em apreço, seja invocada a norma do art. 526 do CPC/15, que garante ao executado a possibilidade de tomar a iniciativa do pagamento, apresentando em juízo o valor que entende devido. Eis a redação conferida àquele dispositivo: Art. 526. É lícito ao réu, antes de ser intimado para o cumprimento da sentença, comparecer em juízo e oferecer em pagamento o valor que entender devido, apresentando memória discriminada do cálculo. § 1o O autor será ouvido no prazo de 5 (cinco) dias, podendo impugnar o valor depositado, sem prejuízo do levantamento do depósito a título de parcela incontroversa. § 2o Concluindo o juiz pela insuficiência do depósito, sobre a diferença incidirão multa de dez por cento e honorários advocatícios, também fixados em dez por cento, seguindo-se a execução com penhora e atos subsequentes. § 3o Se o autor não se opuser, o juiz declarará satisfeita a obrigação e extinguirá o processo. É bem verdade que o dispositivo em foco se encontra localizado dentro do conjunto de normas do capítulo III, do título II, do livro I, da parte especial do CPC/15, direcionadas, em princípio, ao cumprimento de sentença condenatória ao pagamento de quantia certa proferida em face do devedor particular. Ocorre que, salvo quanto à previsão do seu parágrafo segundo, que determina a incidência de multa de 10% (dez por cento) e a realização de penhora em relação à diferença devida e não depositada, nenhuma das demais disposições possui qualquer especificidade que não possa ser aplicada no âmbito da fase executiva promovida em face da Fazenda Pública. Dessa forma, considerando que o Exequente foi regularmente intimado por seu advogado para falar sobre a proposta apresentada pelo Executado e nada opôs no prazo que lhe foi concedido é porque, tacitamente, concordou com o valor oferecido, circunstancia que impõe a extinção do processo, dando-se por satisfeita a obrigação.

Dispositivo. Diante do exposto, julgo procedente a pretensão executiva formulada pelo ESTADO DO PARÁ, extinguindo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, e 924, II, do CPC/15. Em decorrência da nova sistemática de pagamento de pequenos valores pela Fazenda Pública adotada pelo CPC/2015 (art. 535, § 3º, II), INTIME-SE o ESTADO para que, no prazo de dois (2) meses (art. 5º da Resoluç¿o nº 29, de 11 de novembro de 2016), proceda ao depósito judicial de R$ 10.544,72 (Dez mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e setenta e dois centavos) em benefício de SABRINA LEONARDO DA CUNHA. Observo que os valores ao norte indicados deverão ser atualizados até a data do efetivo pagamento e depositados em agencia bancária próxima à residência do(a)(s) beneficiado(a)(s), na forma do art. 535, § 3º, II, do CPC/15 e do art. 9º, da Resolução n. 29/2016-GP/TJPA, ou mesmo em conta bancária indicada pelo(a)(s) mesmo(a)(s). Realizado o depósito, fica desde logo o Executado intimado para, em 02 (dois) dias, trazer aos autos o comprovante respectivo.

Não realizado o pagamento, o que deve ser informado a este Juízo pelos próprios Exequentes, determino, desde logo, a remessa dos autos ao Contador do Juízo para proceder à atualização do valor fixado na sentença, com a especificação das deduções legais incidentes. Apresentados os cálculos, voltem os autos conclusos para a adoção das medidas legais cabíveis. Dê-se ciência à Fazenda Pública desta decisão. Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso, fica a Fazenda Pública desde logo intimada para proceder ao pagamento dos valores discriminados no ofício-requisitório que deverá ser expedido pela Coordenadoria da UPJ e encaminhada ao ente público por ocasião da remessa dos autos destinada a intimá-lo do teor deste decisum. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS.

Sem custas, dada a isenção da Fazenda Pública concedida pelo art. 40, I, da Lei nº 8.328/2015.

Sem honorários. Intimem-se as partes. Após o transito em julgado e o cumprimento de todas as diligências determinadas, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Cumpra-se. Belém (PA), 10 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00131254620038140301 PROCESSO ANTIGO: 200310170995

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REU:ESTADO DO PARA Representante(s): SERGIO OLIVA REIS (PROCURADOR(A)) OAB 11590 - SIMONE SANTANA FERNANDEZ DE BASTOS (PROCURADOR(A)) AUTOR:EXPEDITO CORREA DE ALBUQUERQUE Representante(s): OAB 665 - PEDRO DALTRO CUNHA (ADVOGADO) OAB 6971 - WALMIR MOURA BRELAZ (ADVOGADO) . DESPACHO R.h.

Considerando os termos do ofício de fls. 607-608 e que não há na lista de peritos cadastrados perante este Tribunal profissional habilitado para a realização da perícia pretendida, determino a expedição de ofício ao CRM-PA, requisitando que remeta, a este Juízo, lista de profissionais que se encontrem habilitados à realização de perícia psiquiátrica. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para o cumprimento da diligência. Escoado o prazo assinalado, não havendo manifestação, certifique-se. Após, com ou sem manifestação, voltem imediatamente conclusos para impulso oficial. Cumpra-se. Belém, 12 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00158890519948140301 PROCESSO ANTIGO: 199410198080 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---ADVOGADO:SILVIA MARY CARDOSO DE ALMEIDA AUTOR:ENGEPLAN-ENG. E PLANEJAMENTO LTDA. Representante(s): OAB 21886 - THAISE MELUL VIEIRA (ADVOGADO) OAB 5000 - JOSE RONALDO VIEIRA (ADVOGADO) JOSE VIEIRA GOMES FILHO (ADVOGADO) MICHAEL JACKSON RODRIGUES IRINEU (ADVOGADO) ADVOGADO:NEY TAPAJOS FERREIRA FRANCO REU:COHABCOMP DE HABITACAO DO ESTADO DO PA Representante(s): OAB 1144 - LUIZ CARLOS HORACIO FREIRE (REP LEGAL) . R.h. Cumpra-se o que já determinado à fl.296.

Após, arquive-se. Belém, 18 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1° vara de Fazenda da Capital

PROCESSO: 00170057520098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910372826 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REU:IGEPREV - INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA Representante(s): ADRIANA MOREIRA ROCHA BOHADANA (ADVOGADO) AUTOR:LUCILINDA FERREIRA BELUCIO Representante(s): OAB 2075 - MARIA DA GLORIA HOLANDA LIMA (ADVOGADO) MARCIANA DE SOUZA SARMENTO (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos etc.

Cuida-se de AÇÃO DE COBRANÇA, sob o rito ordinário, ajuizada por LUCILINDA FERREIRA BELUCIO, em desfavor do IGEPREV, objetivando a cobrança de valores que lhe seriam devidos no período anterior ao ajuizamento da Ação Mandamental nº 2000.1.011118-8, em que tive reconhecido o direito a recebimento de 100% dos proventos de seu falecido cônjuge. Requereu, ao final, a procedência da ação para pagamento dos valores pretéritos do período de janeiro de 2000 a dezembro de 2004; assim como pagamento de custas processuais e honorários advocatícios pelo réu. Juntaram documentos. O IGEPREV foi citado (fl. 27) e apresentou contestação (29-33). Reconheceu o objeto principal da demanda, contudo, se apôs a eventual condenação em custas e honorários advocatícios, alegando que a autora não fez tal pedido administrativamente; pugnou pela desproporcionalidade do quantum cobrado de 20%, alegando que este seria incompatível com o enunciado prescritivo do art. 20

Encaminhados os autos ao Ministério Público, este emitiu parecer às fls. 52, se manifestando pelo deferimento da ação. É o relatório. Conforme narrado, notificada para apresentar suas razões sobre os fatos articulados na inicial, a autoridade coatora compareceu aos autos para dar razão à autora em seu inconformismo. Houve, portanto, o reconhecimento jurídico da pretensão formulada, o que enseja a extinção meritória da controvérsia trazida ao conhecimento deste Juízo. Dispositivo. Diante do exposto, HOMOLOGO o reconhecimento da procedência do pedido formulado por LUCILINDA FERREIRA BELUCIO, para condenar o IGEPREV ao pagamento dos valores reclamados na inicial, acrescidos de juros desde a citação e correção monetária desde o vencimento de cada parcela, observando-se os demais parâmetros fixados no RE 870.947. Julgo extinto o processo com resolução do mérito, na forma do art. 485, III, a, do CPC/15. Sem custas, honorários pelo IGEPREV que fixo em 10% do proveito econômico perseguido. Intimem-se as partes desta decisão. Escoado o prazo sem a interposição de recurso, arquivem-se. Belém, 17 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00173280420048140301 PROCESSO ANTIGO: 200410587040 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:MARIA MOISES SOUSA CHAGAS AUTOR:MARIZETE GAMA

SANTOS AUTOR:BENEDITA DO NASCIMENTO ALVES AUTOR:FRANCISCA ODETE DE ANDRADE AUTOR:ARLINDA FERREIRA DE OLIVEIRA MARQUES AUTOR:RAIMUNDA SILVA AMORAS REU:IPASEP Representante(s): MARISA ROCHA LOBATO (ADVOGADO) AUTOR:MARIA ISABEL RIBEIRO TAVARES Representante(s): MAURO SERGIO DE ASSIS LOPES (ADVOGADO) ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) MAURO SERGIO DE ASSIS LOPES (ADVOGADO) ANTONIO AFONSO NAVEGANTES (ADVOGADO) AUTOR:DARCY FIALHO SOUZA AUTOR:TEREZINHA FAVACHO DA COSTA AUTOR:SEBASTIANA PAIVA DE OLIVEIRA. SENTENÇA Vistos, etc.

FRANCISCA ODETE DE ANDRADE e outros ajuizaram AÇÃO DE CONHECIMENTO pedindo a condenação do INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO - IPASEP a devolver as contribuições que foram descontadas dos seus vencimentos para a formação do pecúlio. Aduziram os autores que, durante a vigência da Lei 5.011/81, foram obrigados a recolher a quantia correspondente a 1% de seus vencimentos com o objetivo de formar o fundo de poupança denominado PECÚLIO, que seria resgatado com o falecimento ou invalidez do segurado. Disseram, ainda, que após o advento da Lei Complementar 39/02, a Lei 5.011/81 foi revogada e o pecúlio extinto, motivo pelo qual pugnaram pelo ressarcimento dos valores que foram descontados, devidamente corrigidos. O réu INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO - IPASEP foi citado e apresentou contestação, aduzindo ilegitimidade passiva. No mérito, pugnou pela improcedência da ação. Não houve réplica à contestação. Instado, o Ministério Público se absteve de intervir. À fl. 129, foi determinada pelo juízo a citação do INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA - IGEPREV face à sucessão ocorrida. Citado, o INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA - IGEPREV apresentou contestação, aduzindo ilegitimidade passiva. No mérito, afirmou não poder ser responsabilizado pela restituição pleiteada, a prescrição quinquenal da pretensão, a responsabilidade exclusiva do Estado do Pará e a natureza securitária do pecúlio. Ao final, pugnou pela improcedência da ação. Não houve réplica à contestação. Relatei. Decido. A questão foi judicializada e merece a devida tutela jurisdicional. A preliminar de ilegitimidade passiva suscitada pelo réu IGEPREV não merece ser acolhida. Segundo o art. 1º da Lei Estadual nº 6.564, de 1º de agosto de 2003, o IGEPREV, criado pela Lei Complementar nº 044, de 23 de janeiro de 2003, é uma Autarquia dotada de personalidade jurídica de direito público, com sede e foro em Belém, Capital do Estado do Pará, vinculada à Secretaria Especial de Estado de Gestão, com patrimônio e receitas próprias, gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizada, tendo por finalidade a gestão dos benefícios previdenciários do Regime de Previdência Estadual e do Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará. Nessa mesma esteira, o artigo 60-A, da Lei Complementar Estadual nº 039/2002 dispõe, in verbis: ART. 60-A. CABE AO IGEPREV A GEST¿O DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DE QUE TRATA A PRESENTE LEI COMPLEMENTAR, SOB A ORIENTAÇ¿O SUPERIOR DO CONSELHO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA, TENDO POR INCUMBÊNCIA: I - executar, coordenar e supervisionar os procedimentos operacionais de concessão dos benefícios do Regime Básico de Previdência. II - executar as ações referentes à inscrição e ao cadastro de segurados e beneficiários; III - processar a concessão e o pagamento dos benefícios previdenciários de que trata o art. 3º desta Lei. IV - acompanhar e controlar o Plano de Custeio Previdenciário. Destarte, o IGEPREV, pertencendo à Administração Pública indireta, possui autonomia administrativa e financeira, que o encarrega de gerenciar no Estado do Pará o sistema de Previdência Social estabelecido pelo Regime de Previdência Pública, entenda-se, a concessão ou não de benefícios previstos em lei, inclusive o pecúlio, ora objeto da ação presente lide. Neste sentido, é o posicionamento já pacificado deste Egrégio Tribunal: EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. O IGEPREV É AUTARQUIA, ENTIDADE DE DIREITO PÚBLICO, CRIADO PELA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 039/2002, A QUAL COMPETE A GEST¿O DOS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS DO ESTADO. PORTANTO, O IGEPREV É PARTE LEGÍTIMA PARA FIGURA NO PÓLO PASSIVO DA LIDE. CORRETA A DECIS¿O DO JUIZ DE PRIMEIRO GRAU QUE DETERMINOU A EXCLUS¿O DA LIDE DO ESTADO DO PARÁ. AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECIS¿O UNÂNIME. (AI Nº 2008.3002945-8. ACÓRD¿O Nº 83068, RELATORA: MARNEIDE TRINDADE P. MERABET) EMENTA: SERVIDOR PÚBLICO. PECÚLIO POR INVALIDEZ. PERCEPÇ¿O. POSSIBILIDADE. 01. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSA. REJEITADA. O IGEPREV INSTITUTO DE GEST¿O PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ SUCEDEU A IPASEP POR FORÇA DA LEI COMPLEMENTAR Nº 044/2003. É PARTE LEGÍTIMA PARA RESPONDER EM JUÍZO AS DEMANDAS PERTINENTES AS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS, INCLUSO O ANTIGO PECÚLIO. 02. MÉRITO. RELAÇ¿O HIERÁRQUICA ENTRE LEI E REGULAMENTO. ART. 84, IV, CF. (Reexame de Sentença e Apelação nº 200530060017; Rela. Maria Rita Lima Xavier, DJ: 07.03.2008). Destaco, por oportuno, que há muito a jurisprudência pátria

já firmou o entendimento de que as autarquias, por possuírem autonomia financeira e administrativa, são partes legítimas para figurarem no polo passivo de demandas nas quais se busquem discutir atos por elas exarados. Nesse sentido, trago julgado do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSUAL CIVIL - RECURSO ESPECIAL - CONTRIBUIÇ¿O SOCIAL PREVIDENCIÁRIA - INATIVOS - ILEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO - JUROS DE MORA - ART. 1º-F DA LEI 9.494/97 (COM A REDAÇ¿O DADA PELA MP 2.180/2001) - INAPLICABILIDADE 1. É a autarquia, Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul, dotada de autonomia administrativa e financeira e gerente dos recursos da previdência estadual, que tem legitimidade passiva para figurar nas ações que versam sobre os descontos efetuados nos proventos dos servidores estaduais inativos. 2. Em se tratando de restituição tributária, seja na modalidade de repetição de indébito, seja na de compensação, não há falar em aplicação do art. 1º-F da Lei 9.494/97. A Primeira Seção firmou entendimento no sentido de que nesse caso são devidos juros de mora de um por cento (1%) ao mês, nos termos do art. 167, parágrafo único, do CTN. 3. Recurso especial parcialmente provido. (REsp 771.318/RS. Rel. Ministra ELIANA CALMON. SEGUNDA TURMA. Julgado em 12/12/2006. DJ 05/02/2007) Desta forma, afasto a tese de ilegitimidade passiva. Pugnou o Estado do Pará pelo reconhecimento da prejudicial de mérito relativa à prescrição quinquenal, na medida em que teria sido ultrapassado o prazo de 5 anos entre a aposentação dos autores e a proposição da demanda. Assim, pretendeu fosse a prescrição da pretensão decretada com a extinção do processo. Vê-se, de pronto, que o argumento do requerido é insubsistente. Verifica-se que o objeto da discussão não é a complementação de aposentadoria ou pensão, o que faria com a contagem do prazo prescricional se desse com a concessão da aposentadoria. Em realidade, o objeto da lide é a devolução dos valores vertidos a título de pecúlio em face da revogação de tal benefício pela Lei Complementar 39/02, não havendo que se falar em prescrição da pretensão, pois não foi ultrapassado o prazo de 5 anos entre a edição do da lei complementar e a proposição da demanda. Dessa forma, com base em tais fundamentos, afasto a prescrição alegada e reconheço como legítimo o direito de ação dos autores de pleitear a devolução requerida, correspondente aos cinco anos anteriores ao ajuizamento da presente demanda. In meritis, verifico que o pecúlio a respeito do qual os autores pretendem ser ressarcidos foi instituído pela Lei Estadual n. 5.011/81 com o evidente objetivo de prestar auxílio financeiro aos dependentes do servidor falecido ou ao servidor acometido por invalidez, mediante o pagamento de uma quantia única em dinheiro. Nesse sentido, dispunham os arts. 37, § 3º daquele diploma: Art. 37. Além da pensão, o segurado deixará com seu falecimento um pecúlio a ser pago na base de quota única a um ou mais beneficiário, que tiver livremente designado. (...) § 3º: O pagamento do pecúlio por invalidez, parcial ou total do segurado, não elimina a participação de seus beneficiários na ocorrência do evento morte daquele. Art. 48: O pecúlio consiste num pagamento único em valor fixado pelo conselho previdenciário e é devido: I - Em caso de invalidez permanente, parcial ou total, por acidente ao próprio segurado ou a quem represente legalmente; (...) § 4º - O pagamento do pecúlio por invalidez permanente, parcial ou total, por acidente, do segurado, não elimina a participação de seus benefícios na ocorrência do evento morte daquele. Com a reestruturação da Previdência Estadual operada pela Lei Complementar 39/02, a Lei n. 5.011/81, que servia de fundamento legal para o pagamento do pecúlio, foi revogada. E mais, a previsão desse instituto não foi reproduzida pela nova legislação. O inconformismo dos autores reproduzido na presente demanda diz respeito às contribuições que verteram para a formação dessa reserva, uma vez, quando extinto o pecúlio, não haviam percebido a indenização correspondente. Desta forma, o deslinde da questão está em saber se os autores têm ou não o direito à devolução dos valores que foram descontados mensalmente de seus contracheques para a formação do pecúlio. Com a contribuição para o benefício, pretendiam os autores garantir a seus dependentes, e até mesmo a eles mesmos, o pagamento de uma espécie de indenização se em vida viesse a sofrer uma invalidez parcial ou total. Baseado no princípio da retributividade do sistema previdenciário, o pagamento da contribuição era obrigatório a todos os servidores estaduais. Essa compulsoriedade na contribuição, todavia, nunca foi garantia de que o servidor contribuinte ou seus dependentes fariam jus ao pagamento da indenização fora das condicionantes impostas pela Lei n. 5.011/81, quais sejam: morte ou invalidez. Deve-se frisar que no período de vigência da Lei n. 5.011/81 os eventos morte e invalidez foram devidamente cobertos com o pagamento da indenização decorrente do pecúlio. E se os servidores que contribuíram no período de vigência da Lei n. 5.011/81, bem como seus dependentes, não receberam qualquer indenização até a vigência da Lei Complementar 39/02 é porque as condicionantes legais não foram preenchidas. Em todo caso, embora os servidores não tenham percebido o pagamento da indenização decorrente do pecúlio, a pretensão de devolução dos valores vertidos a título de contribuição para o fundo não se mostra devida, uma vez que todos estavam cobertos pelo seguro previdenciário no período de vigência da Lei 5.011/81. A restituição, portanto, é incabível, principalmente se levarmos em consideração que Lei Complementar nº 039/2002 não

vislumbrou a possibilidade de restituição de valores descontados. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará é uníssono em relação ao tema: APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO. APLICAÇÃO DA NORMA PROCESSUAL NO CASO. AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO DE DANOS MATERIAIS - CONTRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO DO PECÚLIO. PREJUDICIAL DE MÉRITO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA: PRESCRIÇÃO. INCIDÊNCIA DO ART. 1º, DO DECRETO Nº 20.910/32. REJEIÇÃO CONFIRMADA NESTE GRAU. MÉRITO - RESTITUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES EFETIVADAS AO PECÚLIO. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA REFORMADA - PEDIDO IMPROCEDENTE. APELAÇÃO PROVIDA. EM REEXAME NECESSÁRIO, SENTENÇA REFORMADA. APELAÇÃO PROVIDA. EM REEXAME NECESSÁRIO, SENTENÇA REFORMADA. 1. Ante o disposto no art. 14, do CPC/2015, tem-se que a norma processual não retroagirá, de maneira que devem ser respeitados os atos processuais e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da lei revogada. Desse modo, hão de ser aplicados os comandos insertos no CPC/1973, vigente por ocasião da publicação e da intimação da decisão apelada. 2. PRELIMINAR: 2.1. Impossibilidade Jurídica do Pedido: Não configuração, vez que constatado que o pedido do apelado é possível, considerando-se o fato de que inexiste previsão legal que o impeça de postular em juízo o direito reivindicado. 3. PREJUDICIAL DE MÉRITO 3.1. Prescrição - aplicação do Decreto nº 20.910/32, que estabelece, em seu art. 1º, que as dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Federal, Estadual ou Municipal, seja qual for a sua natureza, prescrevem em cinco anos contados da data do ato ou fato do qual se originar. 4. MÉRITO. 4.1. Sabe-se que em se tratando de benefícios previdenciários, a lei a ser observada é a vigente ao tempo da incidência do fato gerador (Lei nº. 5011/81), em observância ao princípio tempus regit actum, motivo pelo qual o pedido de restituição do pecúlio previdenciário não encontra amparo legal, pois, no período, estava abrangido pela lei em comento e não houve ocorrência do fato gerador do benefício, quais sejam, morte ou invalidez. 4.2. Ademais, não é da natureza jurídica do pecúlio a restituição dos valores referentes às suas contribuições, nos casos de cancelamento e/ou exclusão, sem que tenha ocorrido a condição para a sua obtenção durante a vigência do benefício. 4.3. É sabido que o ente estatal deve obedecer ao princípio da legalidade, não podendo fazer nada que não esteja nela determinado ou delimitado, motivo pelo qual não deve o apelante restituir os valores pretendidos, por não haver previsão legal que determine a restituição da importância recolhida a título de pecúlio. 4.4. Precedentes deste Egrégio Tribunal e do STJ. 5. Em Apelação e Reexame necessário, sentença reformada integralmente. (2017.02889022-89, 177.824, Rel. ROBERTO GONCALVES DE MOURA, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2017-06-19, publicado em 2017-07-10). APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA - CONTRIBUIÇÕES À FORMAÇÃO DO PECÚLIO. PRELIMINARES DE LEGITIMIDADE PASSIVA DO ESTADO E DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA - REJEIÇÃO CONFIRMADA NESTE GRAU. NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO INTERPOSTO PELO ESTADO. MÉRITO - RESTITUIÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES EFETIVADAS AO PECÚLIO. NÃO CABIMENTO. SENTENÇA REFORMADA - PEDIDO IMPROCEDENTE. 1. Ante o disposto no art. 14, do CPC/2015, tem-se que a norma processual não retroagirá, de maneira que devem ser respeitados os atos processuais e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da lei revogada. Desse modo, hão de ser aplicados os comandos insertos no CPC/1973, vigente por ocasião da publicação e da intimação da decisão apelada. 2. Preliminar: 2.1. Legitimidade passiva do IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA - De acordo com o art. 60, caput da Lei Complementar n.º 44, de 23 de janeiro de 2003, a autarquia previdenciária possui personalidade jurídica de direito público, patrimônio e receitas próprios, gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira descentralizadas, possuindo, portanto, legitimidade para ocupar o pólo passivo da demanda. Por consequência, não deve ser acolhida a tese de inclusão do Estado do Pará na lide, como litisconsorte necessário, nos termos da Resolução do Colegiado de Gestão Estratégica n.º 002/2005. 3. MÉRITO. 3.1. Sabe-se que em se tratando de benefícios previdenciários, a lei a ser observada é a vigente ao tempo da incidência do fato gerador (Lei nº. 5011/81), em observância ao princípio tempus regit actum, motivo pelo qual o pedido de restituição do pecúlio previdenciário não encontra amparo legal, pois, neste período, estava abrangido pela lei em comento e não houve ocorrência do fato gerador do benefício, quais sejam, morte ou invalidez. 3.2. Ademais, não é da natureza jurídica do pecúlio a restituição dos valores referentes às suas contribuições, nos casos de cancelamento e/ou exclusão, sem que tenha ocorrido a condição para a sua obtenção durante a vigência do benefício. 3.3. É sabido que o ente estatal deve obedecer ao princípio da legalidade, não podendo fazer nada que não esteja nela determinado ou delimitado, motivo pelo qual não deve o apelante restituir os valores pretendidos, por não haver previsão legal que determine a restituição da importância recolhida a título de pecúlio. 3.4. Precedentes deste Egrégio Tribunal e do STJ. 4. Em Apelação e Reexame necessário,

sentença reformada integralmente. (2017.02873627-05, 177.797, Rel. ROBERTO GONCALVES DE MOURA, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2017-06-26, publicado em 2017-07-07). Desta feita, indene de dúvidas, concluo. Dispositivo. Posto isto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado pelos autores, extinguindo o processo com resolução de mérito nos termos do artigo 487, I do CPC. Em razão da sucumbência, condeno os requerentes ao pagamento das despesas processuais e honorários ao advogado do vencedor, que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), observado o disposto no parágrafo 8º do artigo 85 do Código de Processo Civil e tendo em vista os parâmetros delineados nos incisos I a IV do parágrafo 2º do artigo 85 também do Código de Processo Civil. Transitado em julgado em julgado, dê-se baixa nos autos, observadas as cautelas de estilo.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 17 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00254732720098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910552444 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 18/06/2019---REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 11222 - ADRIANA FRANCO BORGES (PROCURADOR(A)) OAB 8230 - SERGIO OLIVA REIS (PROCURADOR(A)) AUTOR:ISUENE MARIA CORREA DE ANDRADE Representante(s): OAB 7810 - GILSON ANGELO MOTA FIGUEIRA (ADVOGADO) SILVIA KASSANDRA PORTILHO DUTRA (ADVOGADO) . SENTENÇA

Vistos etc. Trata-se de pedido de CUMPRIMENTO DE SENTENÇA que deu procedência ao pedido do autor ISUENE MARIA CORREA DE ANDRADE, condenando o ESTADO DO PARÁ ao pagamento do FGTS do período em que a autora lhe prestou serviços de natureza temporária. Após o transito em julgado, a parte autora e o seu advogado deram início à fase de cumprimento do julgado pugnando pelo pagamento de R$ 29.455,60 (Vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos) a parte autora. Devidamente citado (fl. 195), o Estado do Pará não apresentou impugnação sobre os valores cobrados pela autora a título de condenação, conforme se verifica as fls. 196. É o relatório. Decido. Cuida-se de pedido de cumprimento de sentença que reconhece a exigibilidade de pagar quantia certa pela Fazenda Pública. Consta dos autos que, regularmente intimado, o Executado não apresentou manifestação sobre os cálculos apresentados pela parte autora-exequente, circunstância que atrai a incidência do disposto no art. 535, § 3º, incisos I e II, do CPC/2015, verbis: Art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execuç¿o, podendo arguir: § 3o N¿o impugnada a execuç¿o ou rejeitadas as arguiç¿es da executada: I - expedir-se-á, por intermédio do presidente do tribunal competente, precatório em favor do exequente, observando-se o disposto na Constituiç¿o Federal; II - por ordem do juiz, dirigida à autoridade na pessoa de quem o ente público foi citado para o processo, o pagamento de obrigaç¿o de pequeno valor será realizado no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisiç¿o, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente. Desta forma, considerando que os valores apresentados pelo Exequente se encontram de acordo com os parâmetros fixados para a correção dos débitos devidos pela Fazenda Pública, sirvo-me deles para deferir o pedido. Dispositivo. Diante do exposto, HOMOLOGO o valor exequendo de 29.455,60 (Vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), dando procedência total ao pedido inicial, na forma do art. 487, I do CPC/15. Em decorrência da nova sistemática de pagamento de pequenos valores pela Fazenda Pública adotada pelo CPC/2015 (art. 535, § 3º, II), INTIME-SE a FAZENDA PÚBLICA para que, no prazo de dois (2) meses (art. 5º da Resolução nº 29, de 11 de novembro de 2016), proceda ao depósito judicial de 29.455,60 (Vinte e nove mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e sessenta centavos), a título de condenação principal em favor de ISUENE MARIA CORREA DE ANDRADE. Observo que os valores ao norte indicados deverão ser atualizados até a data do efetivo pagamento e depositados em conta bancária titularizada pelos exequentes e cujos dados deverão ser indicados no prazo de 5 dias a contar de suas intimações. Realizado o depósito, fica desde logo o Executado intimado para, em 02 (dois) dias, trazer aos autos o comprovante respectivo. Não realizado o pagamento, o que deve ser informado a este Juízo pelos próprios Exequentes. Dê-se ciência à Fazenda Pública desta decisão.

Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso, fica a Fazenda Pública desde logo intimada para proceder ao pagamento dos valores discriminados no ofício-requisitório que deverá ser expedido pela Coordenadoria da UPJ e encaminhada ao ente público por ocasião da remessa dos autos destinada a intimá-lo do teor deste decisum. CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Sem custas, dada a isenção da Fazenda Pública concedida pelo art. 40, I, da Lei nº 8.328/2015. Após o trânsito em julgado, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 14 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª

Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00274979220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910597218 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 18/06/2019---REU:ESTADO DO PARA - SECRETARIA EXECUTIVA DE SAUDE PUBLICA Representante(s): OAB 9318 - SILVANA ELZA PEIXOTO RODRIGUES (PROCURADOR(A)) AUTOR:CARLOS OLIVEIRA SILVA Representante(s): GLAUCILENE SANTOS CABRAL (ADVOGADO) . DECISÃO VISTOS ETC. Recebo a impugnação com suspensão do feito (art. 535, §§ 3º e 4º, do CPC/2015), determinando o prosseguimento do feito para a apuração dos valores controvertidos. HOMOLOGO como incontroverso o valor de R$ 4.954,30 (Quatro mil, novecentos e cinquenta e quatro reais e trinta centavos) e, em cumprimento ao comando do art. 535, § 3º, II, do CPC/15 c/c art. 5º da Resolução nº 29, de 11 de novembro de 2016, deste Tribunal de Justiça, determino a expedição de ofício-requisitório para o fim de intimar a FAZENDA PÚBLICA ao pagamento, no prazo de 02 (dois) meses, do valor incontroverso homologado. Conforme orientação firmada pelo Supremo Tribunal Federal por ocasião do julgamento do Tema de Repercussão Geral 96 (RE 579431/RS) saliento que o valor homologado deverá ser acrescido de juros de mora no período compreendido entre a data da realização dos cálculos e a da requisição que será expedida. Saliento, ainda, a necessidade de os valores serem atualizados até a data do efetivo pagamento, que deverá ser realizado mediante depósito em conta bancária cujos dados deverão ser fornecidos pela autora no prazo de 05 (cinco) dias a contar da intimação da presente decisão. Informada a conta, remetam-se os autos à Fazenda para intimá-la da presente decisão, encaminhando-lhe, desde logo, o ofício-requisitório necessário ao pagamento do valor homologado. Realizado o depósito, fica desde logo o(a) Executado (a) intimado (a) para, em 02 (dois) dias, trazer aos autos o comprovante respectivo. Apresentado o comprovante mencionado no item anterior, INTIME-SE o Exequente, por ato ordinatório, para manifestação em 02 (dois) dias. Após, deve a UPJ, nos termos do inciso II do parágrafo segundo, da cláusula segunda, do Ato de Cooperação Técnica nº 001/2017-TJPA, oficiar a Receita Federal para informar sobre o levantamento dos valores ao norte discriminados. Não realizado o pagamento, o que deve ser informado a este Juízo pelo próprio Exequente, DETERMINO a imediata conclusão dos autos para a adoção das providencias cabíveis. Sobre a impugnação apresentada, diga(m) o(a)(s) Exequente(s) em 15 (quinze) dias. Escoado o prazo assinalado, certifique-se e, após, com ou sem manifestação, voltem conclusos para impulso oficial. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 14 de junho de 2019. ANDREA FERREIRA BISPO Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda de Belém

PROCESSO: 00304951920088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810883139 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REP LEGAL:NANCICLAYD DE FREITAS NASCIMENTO Representante(s): RAFAEL OLIVEIRA LAURIA (ADVOGADO) JOSE ALYRIO WANZELER SABBA (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 12440 - MARCELENE DIAS DA PAZ VELOSO (PROCURADOR(A)) AUTOR:ESPOLIO DE JEONCLEI DE SOUZA NASCIMENTO. DESPACHO R.h. Sobre a contestação de fls. 104-126, manifeste-se o Autor no prazo de 15 (quinze) dias, segundo dispõe o art. 351 do CPC/2015. Escoado o prazo assinalado, certifique-se. Após, intimem-se as partes para que se manifestem sobre a possibilidade de conciliação, devendo, em caso positivo, apresentar os termos respectivos. Sem prejuízo, em atenção ao Princípio da Cooperação, ficam as partes desde logo intimadas para indicar a este juízo os pontos de fato e de direito que entendem importantes para o julgamento da causa, destacando, primeiro, os pontos que entendem restar incontroversos e, em segundo, aqueles controvertidos. Quanto aos pontos de fato controvertidos, deverão as partes especificar as provas que pretendem produzir para subsidiar a sua tese, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência. Caso requeiram prova pericial, devem as partes fazer a indicação expressa do tipo de perícia e do objeto sobre o qual ela deverá recair, além de apresentar os quesitos que entendem pertinentes para a elucidação da controvérsia. Observo, desde logo, que a prova pericial será INDEFERIDA caso a prova do fato não dependa do conhecimento especial de técnico, for desnecessária em vista de outras já produzidas ou quando a verificação for impraticável (art. 464, § 1º, do CPC/15). Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamentadas nas peças processuais, além de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada. Fixo o prazo comum de

10 (dez) dias para cumprimento da diligência. Intimem-se as partes. Escoado o prazo assinalado, não havendo manifestação, CERTIFIQUE-SE. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho saneador e designação de audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 357, do Código de Processo Civil, ou ainda julgamento antecipado do mérito, de acordo com o artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Belém, 6/17/19. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

P R O C E S S O : 0 0 3 0 6 3 1 4 7 2 0 1 1 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:MARIA LAERCINHA DE MENEZES GONCALVES Representante(s): OAB 11054 - EDINETH DE CASTRO PIRES (ADVOGADO) REU:COMPANHIA DE TRANSPORTES DE BELEM CTBEL Representante(s): OAB 7455 - JOSE RONALDO MARTINS DE JESUS (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos etc. Tratam os autos de AÇÃO DE CONHECIMENTO ajuizada por MARIA LAERCINHA DE MENEZES GONCALVES em face de COMPANHIA DE TRANSPORTES DO MUNICIPIO DE BELEM - CTBEL. Narra a inicial, em síntese, que veículo da parte autora foi abordado por agentes de trânsito da CTBEL, resultando desse fato a sua apreensão, sob a justificativa de que estaria realizando transporte clandestino de passageiros. Relata que foi realizada a apreensão do veículo, o qual se encontra no pátio da CTBEL. Afirma que seu veículo foi ilegalmente apreendido por agentes da Autarquia Municipal e requer, em sede de liminar, a liberação deste. Citado, o réu apresentou contestação, aduzindo a legalidade da autuação e apreensão realizadas. Houve deferimento da tutela pretendida. Não houve réplica à contestação. Relatei. Decido. Ab initio, observo que o feito em apreço não observa a ordem cronológica de julgamento prevista no art. 12, caput, do NCPC, tendo em vista a regra de exceção prevista no § 2º, IV, do mesmo dispositivo. O novo Código de Processo Civil determina, em seu art. 17 que "para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade". O interesse de que trata a norma resume-se ao que doutrinariamente costuma-se chamar de binômio necessidade-utilidade: há interesse processual somente quando é necessário exercer o direito postulatório para se alcançar determinado resultado e, quando o que se pede seja útil para o sujeito que o requer. Segundo Wambier, o ¿interesse processual nasce, portanto, da necessidade da tutela jurisdicional do Estado, invocada pelo meio adequado, que determinará o resultado útil pretendido, do ponto de vista processual¿. Caso haja carência de um ou mais das condições da ação então o juiz ficará impedido de julgar o próprio mérito da ação, pois, se não preenchidos, impedem a condução do processo para a avaliação final. Dito isto, entendo que o interesse processual não persiste no caso em apreço, considerando que a medida liminar deferida exauriu o objeto desta ação, já tendo ocorrido o a liberação do veículo. Resta patente, portanto, a perda do objeto discutido nos autos, devendo ser extinto o feito pela ausência superveniente de interesse processual. Dispositivo.

Firme nessas razões, JULGO EXTINTO o processo sem julgamento do mérito na forma do art. 485, VI, do CPC, proclamando a perda de seu objeto. Sem custas e sem honorários. Caso não seja interposto recurso, após o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais.

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 14 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

P R O C E S S O : 0 0 3 1 3 7 7 7 1 2 0 0 8 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 0 8 1 0 9 0 2 6 0 8 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:ELIZABETH RODRIGUES CUNHA Representante(s): AUGUSTO POTIGUAR (ADVOGADO) AUGUSTO POTIGUAR (ADVOGADO) REU:IASEP INSTITUTO DE ASSISTENCIA A SAUDE DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARA. SENTENÇA Vistos etc.

Tendo em vista a paralisação da marcha processual, determinou-se a intimação do(s) autor(es) para promover o andamento do feito sob pena de extinção. Consta dos autos certidão informando que o(s) autor(es) não foi/foram intimado(s) porque mudou/mudaram de endereço. Relatei. Decido. O novo Código de Processo Civil assim dispõe: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Verificada a paralisação da marcha processual e em obediência ao comando legal citado, este Juízo determinou a intimação do(s) Requerente(s) para manifestar(em) interesse quanto ao prosseguimento do feito. A intimação, no entanto, não chegou a ser concretizada, pois, o(s) Requerente(s) não foi/foram encontrados no local declinado nos autos. Ora, a informação de endereço em que a parte poderá ser encontrada e intimada sobre os atos e termos do processo constitui requisito básico da petição inicial, nos termos do art.

319, II, do CPC/2015. Qualquer mudança de endereço deve ser comunicada ao Juízo, sob pena de se considerarem válidas as intimações dirigidas ao endereço desatualizado, conforme preceitua o art. 274, parágrafo único, do CPC/2015. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. No caso dos autos, consta que o(a)(s) Requerente(s) mudou-se de endereço sem comunicar o Juízo, o que atrai, por consequência, a aplicação da norma em apreço.

A jurisprudência tem considerado válida a intimação realizada nessas circunstancias, conforme se dessume dos arestos que seguem colacionados: EXTINÇÃO DO FEITO. ABANDONO. INTIMAÇÃO PESSOAL. CORREIO. VALIDADE. MUDANÇA DE ENDEREÇO. 1. É válida a intimação pessoal realizada pelo correio, nos termo do art. 238 do CPC. 2. Cumpre às partes manter atualizados seus dados junto ao juízo. 3. A mudança de endereço pela autora, não comunicada ao juízo, não pode invalidar a intimação pessoal realizada no endereço fornecido nos autos. 4. Abandono configurado. 5. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 00057023920098260477 SP 0005702-39.2009.8.26.0477, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 30/07/2015, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 31/07/2015) ABANDONO DE CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. INTIMAÇÃO PESSOAL. MUDANÇA DE ENDEREÇO. VALIDADE. - É possível a extinção do processo, com fulcro no artigo 267, III, do Código de Processo Civil, desde que o autor, regularmente intimado para dar seguimento ao feito, permaneça inerte, caracterizando, com isso, o abandono da causa. - As partes devem comunicar ao juízo as alterações permanentes ou temporárias de endereço. Aplicação do art. 238 do CPC. Reputa-se válida a intimação realizada no endereço declinado pelo autor na inicial, quando este deixou de informar a mudança ocorrida. - Hipótese em que há contumácia do autor, que reiteradamente deixou de promover os atos e diligências que lhe competiam. (TJ-MG - AC: 10118050036243002 MG , Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 07/08/2014, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/08/2014) O STJ possui entendimento no mesmo sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. MUDANÇA DE ENDEREÇO. NÃO COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. INTIMAÇÃO DA PARTE. VALIDADE. RECONHECIMENTO. ART. 238 DO CPC. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no AREsp 386.319/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 15/09/2014) PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO POR CARTA. MUDANÇA DE ENDEREÇO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO AO JUÍZO. VALIDADE. 1. A jurisprudência do STJ reputa possível promover a intimação do autor para dar andamento ao processo por carta registrada, desde que não haja questionamento acerca do efetivo recebimento do comunicado, e que tal providência tenha sido requerida pelo réu. Precedentes. 2. Na hipótese de mudança de endereço pelo autor que abandona a causa, é lícito ao juízo promover a extinção do processo após o envio de correspondência ao endereço que fora declinado nos autos. 3. O Código de Ética da OAB disciplina, em seu art. 12, que "o advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos, sem motivo justo e comprovada ciência do constituinte". Presume-se, portanto, a possibilidade de comunicação do causídico quanto à expedição da Carta de Comunicação ao endereço que ele mesmo se furtara de atualizar no processo. 4. A parte que descumpre sua obrigação de atualização de endereço, consignada no art. 39, II, do CPC, não pode contraditoriamente se furtar das consequências dessa omissão. Se a correspondência enviada não logrou êxito em sua comunicação, tal fato somente pode ser imputado à sua desídia. 5. Recurso especial improvido. (REsp 1299609/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 28/08/2012) O processo, portanto, deve ser extinto. Dispositivo. Ex positis, de acordo com o art. 485, inciso II do CPC/2015, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Custas pela parte autora, bem como honorários que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), ambos suspensos, caso seja beneficiária da gratuidade processual. Escoado o prazo de recurso se manifestação, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 12 de junho de 2019 . Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

P R O C E S S O : 0 0 3 4 1 2 8 9 3 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento

Comum em: 18/06/2019---AUTOR:MARIA DO ESPIRITO SANTO LIRA MOURA Representante(s): OAB 28290 - KADER CAMILO DIAS E SOUZA (ADVOGADO) OAB 28561 - DANIELLA LINA CINTRA (ADVOGADO) REU:IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA Representante(s): MARTA NASSAR CRUZ (PROCURADOR(A)) . R.h. Sobre a certidão de fl.350, diga a autora em 5 dias. Após, conclusos. Belém, 18 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1° vara de Fazenda da Capital

PROCESSO: 00342898220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910746378 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Execução de Título Judicial em: 18/06/2019---EXEQUENTE:JOAO FRANCISCO DE LIMA NETO Representante(s): WILOANA DE NAZARE CHAVES WARISS (ADVOGADO) EXECUTADO:IGEPREV Representante(s): SIMONE FERREIRA LOBAO (ADVOGADO) . DESPACHO R.h. Apresentem-se aos autos do processo 0037241-16.2002.8.14.0301. Após, voltem os autos em conclusão. 27 de maio de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito, Auxiliar da Capital Respondendo pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Belém

PROCESSO: 00343622920108140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:NORMA DO SOCORRO MENEZES DA SILVA Representante(s): OAB 1717 - JOSE ACREANO BRASIL (ADVOGADO) OAB 17410 - MAURO JOSE CALDAS BRASIL (ADVOGADO) OAB 19601 - LUANA CALDAS BRASIL (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 3569 - CELSO PIRES CASTELO BRANCO (PROCURADOR(A)) . SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO, sob o rito comum, ajuizada por NORMA DO SOCORRO MENEZES DA SILVA contra o ESTADO DO PARÁ, ambos qualificados. Diz a parte autora que foi contratada para a prestação de serviço temporário em 06 de janeiro de 1992, exercendo o cargo de Agente de portaria, tendo seu contrato rescindido em 05 de junho de 2008, sem receber qualquer indenização ou compensação pecuniária em razão de todos os anos em que trabalhou em prol dos interesses da administração pública. Em razão desses fatos, requereu o pagamento do FGTS de todo período em que prestou serviços ao Estado do Pará. Devidamente citado, o requerido defendeu a prescrição quinquenal; Da regulamentação da contratação de servidores temporários; Da possibilidade de escolha do regime jurídico aplicável pelo ente público; Da constitucionalidade e legalidade da contratação de servidores públicos temporários; Do necessário reconhecimento do Distinguishing; Da não aplicação ao presente caso dos recentes entendimentos adotados pelo STJ e STF, por fim, pugnou pela improcedência da ação. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público, que se manifestou pela Procedência da ação. Relatei. Decido. No julgamento da apelação 0000283-24.2009.814.0301, da Relatora Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, restou fixado pelo TJPA que ao FGTS aplica-se o prazo prescricional de 05 (cinco) anos. Na oportunidade, a relatora consignou que ¿o Supremo Tribunal Federal apreciando o Recurso Extraordinário com Agravo ARE nº 709.212/DF, (Tema 608), Relator Ministro Gilmar Ferreira Mendes, julgado em 13.11.2014, sob a sistemática da repercussão geral, superou o entendimento anterior acerca da prescrição trintenária do FGTS¿. Seguindo esse entendimento, afasto a prescrição. Quanto ao mérito, encontra-se pacificado no TJPA o entendimento de que os contratos temporários renovados para além do prazo máximo legal de 02 (dois) anos tornam-se nulos no período subsequente, razão pela qual seria assegurado ao trabalhador exclusivamente o direito ao recebimento de FGTS relativo ao período em que a prestação do serviço não ocorreu legalmente. Na mesma apelação citada, a Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento assinalou que após ¿a promulgação da Constituição Federal de 1988 a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego¿, ressalvados os cargos em comissão ou funções de confiança declarados em lei de livre nomeação e exoneração com atribuições de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V, da CF/88), assim como as contratações destinadas a atender necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da CF/88 e art. 36, da Constituição Estadual de 1989). A relatora rememora em seu voto que a partir desse dispositivos constitucionais, as contratações de servidores por prazo determinado passaram a ser regulamentadas por leis complementares estaduais, sendo a primeira delas a nº 07/91, que estabelece em seu art. 4º que ¿O regime jurídico dos servidores contratados é de natureza administrativa, regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se lhes, durante o exercício da função ou a realização do serviço, naquilo que for compatível com a transitoriedade da contratação, os direitos e deveres referidos no Estatuto dos

Funcionários Públicos¿, sendo que a natureza jurídica desse vínculo foi mantida pelas Leis Complementares Estaduais nº 11/1993, nº19/1994, nº30/1995, nº36/1998, nº40/2002, nº43/2002, nº 47/2004, nº63/2007 e nº 77/2011. Assim, pessoas contratadas conforme essas leis não eram servidores públicos ou empregados públicos, mas sim prestadores temporários de serviços com contratos regidos por regras de direito administrativo. A conclusão da relatora é que o servidor temporário pode estar vinculado a um regime jurídico especial ou excepcional, desde que seja editada a respectiva lei instituidora, como é o caso do Estado do Pará, que tem na LCE nº 07/91 o normativo que regula a matéria.

Assim, não há possibilidade de dispensa imotivada do contratado temporariamente e, consequentemente, de direito às verbas rescisórias indenizatórias típicas do regime celetista, remanescendo a questão do FGTS não por previsão legal na legislação local, mas em razão de decisão do STF em situações muito especificas que a seguir explico. No RE 100249, o STF reconheceu o caráter do FGTS como um direito social de proteção ao trabalhador, conforme os termos da ementa que segue: FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO. SUA NATUREZA JURÍDICA. CONSTITUIÇÃO, ART. 165, XIII. LEI N. 5.107, DE 13.9.1966. AS CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS NÃO SE CARACTERIZAM COMO CRÉDITO TRIBUTÁRIO OU CONTRIBUIÇÕES A TRIBUTO EQUIPARAVEIS. SUA SEDE ESTA NO ART. 165, XIII, DA CONSTITUIÇÃO. ASSEGURA-SE AO TRABALHADOR ESTABILIDADE, OU FUNDO DE GARANTIA EQUIVALENTE. DESSA GARANTIA, DE INDOLE SOCIAL, PROMANA, ASSIM, A EXIGIBILIDADE PELO TRABALHADOR DO PAGAMENTO DO FGTS, QUANDO DESPEDIDO, NA FORMA PREVISTA EM LEI. CUIDA-SE DE UM DIREITO DO TRABALHADOR. DA-LHE O ESTADO GARANTIA DESSE PAGAMENTO. A CONTRIBUIÇÃO PELO EMPREGADOR, NO CASO, DEFLUI DO FATO DE SER ELE O SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO, DE NATUREZA TRABALHISTA E SOCIAL, QUE ENCONTRA, NA REGRA CONSTITUCIONAL ALUDIDA, SUA FONTE. A ATUAÇÃO DO ESTADO, OU DE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM PROL DO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DO FGTS, NÃO IMPLICA TORNA-LO TITULAR DO DIREITO A CONTRIBUIÇÃO, MAS, APENAS, DECORRE DO CUMPRIMENTO, PELO PODER PÚBLICO, DE OBRIGAÇÃO DE FISCALIZAR E TUTELAR A GARANTIA ASSEGURADA AO EMPREGADO OPTANTE PELO FGTS. NÃO EXIGE O ESTADO, QUANDO ACIONA O EMPREGADOR, VALORES A SEREM RECOLHIDOS AO ERARIO, COMO RECEITA PÚBLICA. NÃO HÁ, DAI, CONTRIBUIÇÃO DE NATUREZA FISCAL OU PARAFISCAL. OS DEPOSITOS DO FGTS PRESSUPOEM VINCULO JURÍDICO, COM DISCIPLINA NO DIREITO DO TRABALHO. NÃO SE APLICA AS CONTRIBUIÇÕES DO FGTS O DISPOSTO NOS ARTS. 173 E 174, DO CTN. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO, POR OFENSA AO ART. 165, XIII, DA CONSTITUIÇÃO, E PROVIDO, PARA AFASTAR A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA AÇÃO. (RE 100249, Relator(a): Min. OSCAR CORREA, Relator(a) p/ Acórdão: Min. NÉRI DA SILVEIRA, Tribunal Pleno, julgado em 02/12/1987, DJ 01-07-1988 PP-16903 EMENT VOL-01508-09 PP-01903). A partir dessa consideração, o STF decidiu, no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 960.708, interposto pelo Estado do Pará, que sucessivas renovações da contratação temporária descaracterizam o caráter temporário previsto na Constituição; e no RE 765.320/MG (Tema 916 - Efeitos jurídicos do contrato temporário firmado em desconformidade com o art. 37, IX, da Constituição Federal), reafirmou que a contratação temporária realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, ressalvado o direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, o FGTS, confira-se: Ementa: ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. REQUISITOS DE VALIDADE (RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612). DESCUMPRIMENTO. EFEITOS JURÍDICOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS. 1. Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. 2. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria. (RE 765320 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 15/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 22-09-2016 PUBLIC 23-09-2016) Ao analisar tais julgados na apelação n. 0018364-

91.2010.814.0301, a Desa. Relatora Luzia Nadja Guimarães Nascimento concluiu que ¿a contratação temporária efetivada na espécie não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, os depósitos do FGTS¿. Ressalto que sobre esse valor não incidirá multa, inclusive a de 40% (quarenta por cento), pois não houve demissão sem justa causa, mas sim rescisão de contrato administrativo, sendo inaplicável o disposto no art. 18, § 1º, da Lei n. 8.036/90.

Considerando, ainda, que os vencimentos assegurados a todos os trabalhadores foram pagos e que não há prova de dano moral ou material, nenhuma outra verba deve ser paga. Dispositivo.

Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar o réu ao pagamento dos valores de FGTS devidos em decorrência da nulidade da contratação temporária, naquilo que excedeu o biênio inicialmente permitido por lei e observada a prescrição quinquenal. Saliento que o valor da condenação corresponderá apenas à parcela que competia ao réu recolher e sobre ela não incidirá multa, conforme fundamentação. Sobre o valor que vier a ser apurado em fase de cumprimento, determino a incidência de juros na forma do art. 1º-F, da Lei n. 9.494/97, desde a citação válida, observando-se, quanto à correção monetária, devida desde o vencimento de cada parcela que deixou de ser recolhida, os parâmetros fixados pelo STJ no REsp. nº 1614874 (Tema 731), submetido ao rito dos recursos repetitivos.

Sem custas. Honorários de R$ 500,00, pelo réu em benefício do advogado do autor. Sentença não sujeita a remessa necessária. Intimem-se as partes e o Ministério Público. Escoado o prazo de lei, não havendo recurso nem posterior pedido de cumprimento da sentença, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de estilo. Belém, 17 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito, Auxiliar da Capital Respondendo pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Belém

PROCESSO: 00400639720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200811089992 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REU:ESTADO DO PARA SECRETARIA EXECUTIVA DE SAUDE PUBLICA Representante(s): OAB 5962 - JOSE RUBENS BARREIROS DE LEAO (PROCURADOR(A)) AUTOR:ANA PAULA VOGADO AGUIAR Representante(s): DR. MARCUS NASCIMENTO DO COUTO (ADVOGADO) OAB 23143 - LEILA GOMES GAYA (ADVOGADO) OAB 23509 - LEOMARA BARROS RODRIGUES (ADVOGADO) DR. MARCUS NASCIMENTO DO COUTO (ADVOGADO) OAB 23143 - LEILA GOMES GAYA (ADVOGADO) OAB 23509 - LEOMARA BARROS RODRIGUES (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO, sob o rito comum, ajuizada por ANA PAULA VOGADO AGUIAR contra o ESTADO DO PARÁ, ambos qualificados. Diz a parte autora que foi contratada para a prestação de serviço temporário em 03 de dezembro de 2001, exercendo a função de monitoria, tendo ocorrido o distrato em 30 de junho de 2006, sem receber qualquer indenização ou compensação pecuniária em razão de todos os anos em que trabalhou em prol dos interesses da administração pública. Em razão desses fatos, requereu o pagamento do FGTS do período trabalhado e multa de 40% com incidência de juros e correção monetária; e indenização por dano moral. Devidamente citado, o requerido defendeu a impossibilidade jurídica do pedido culminando na extinção do processo sem resolução do mérito; da ilegitimidade ativa e passiva; da inexistência de vínculo empregatício; da inconstitucionalidade e ilegalidade do art. 19-A da lei 8036/1990; da inconstitucionalidade e ilegalidade da súmula nº 363 do TST; da ineficácia da medida provisória 2.164/2001; a liberação dos depósitos de FGTS efetivamente depositados; do descabimento das parcelas pleiteadas. Os autos foram encaminhados ao Ministério Público, que se manifestou pela parcial procedência do pedido.

Relatei. Decido. No julgamento da apelação 0000283-24.2009.814.0301, da Relatora Desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento, restou fixado pelo TJPA que ao FGTS aplica-se o prazo prescricional de 05 (cinco) anos. Na oportunidade, a relatora consignou que ¿o Supremo Tribunal Federal apreciando o Recurso Extraordinário com Agravo ARE nº 709.212/DF, (Tema 608), Relator Ministro Gilmar Ferreira Mendes, julgado em 13.11.2014, sob a sistemática da repercussão geral, superou o entendimento anterior acerca da prescrição trintenária do FGTS¿. Seguindo esse entendimento, afasto a prescrição. Quanto ao mérito, encontra-se pacificado no TJPA o entendimento de que os contratos temporários renovados para além do prazo máximo legal de 02 (dois) anos tornam-se nulos no período subsequente, razão pela qual seria assegurado ao trabalhador exclusivamente o direito ao recebimento de FGTS relativo ao período em que a prestação do serviço não ocorreu legalmente. Na mesma apelação citada, a Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento assinalou que após ¿a promulgação da Constituição Federal de 1988 a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego¿, ressalvados os cargos em comissão ou funções de confiança declarados em lei de livre nomeação e exoneração com atribuições de direção, chefia e

assessoramento (art. 37, V, da CF/88), assim como as contratações destinadas a atender necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da CF/88 e art. 36, da Constituição Estadual de 1989). A relatora rememora em seu voto que a partir desse dispositivos constitucionais, as contratações de servidores por prazo determinado passaram a ser regulamentadas por leis complementares estaduais, sendo a primeira delas a nº 07/91, que estabelece em seu art. 4º que ¿O regime jurídico dos servidores contratados é de natureza administrativa, regendo-se por princípios de direito público, aplicando-se lhes, durante o exercício da função ou a realização do serviço, naquilo que for compatível com a transitoriedade da contratação, os direitos e deveres referidos no Estatuto dos Funcionários Públicos¿, sendo que a natureza jurídica desse vínculo foi mantida pelas Leis Complementares Estaduais nº 11/1993, nº19/1994, nº30/1995, nº36/1998, nº40/2002, nº43/2002, nº 47/2004, nº63/2007 e nº 77/2011. Assim, pessoas contratadas conforme essas leis não eram servidores públicos ou empregados públicos, mas sim prestadores temporários de serviços com contratos regidos por regras de direito administrativo. A conclusão da relatora é que o servidor temporário pode estar vinculado a um regime jurídico especial ou excepcional, desde que seja editada a respectiva lei instituidora, como é o caso do Estado do Pará, que tem na LCE nº 07/91 o normativo que regula a matéria.

Assim, não há possibilidade de dispensa imotivada do contratado temporariamente e, consequentemente, de direito às verbas rescisórias indenizatórias típicas do regime celetista, remanescendo a questão do FGTS não por previsão legal na legislação local, mas em razão de decisão do STF em situações muito especificas que a seguir explico. No RE 100249, o STF reconheceu o caráter do FGTS como um direito social de proteção ao trabalhador, conforme os termos da ementa que segue: FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO. SUA NATUREZA JURÍDICA. CONSTITUIÇÃO, ART. 165, XIII. LEI N. 5.107, DE 13.9.1966. AS CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS NÃO SE CARACTERIZAM COMO CRÉDITO TRIBUTÁRIO OU CONTRIBUIÇÕES A TRIBUTO EQUIPARAVEIS. SUA SEDE ESTA NO ART. 165, XIII, DA CONSTITUIÇÃO. ASSEGURA-SE AO TRABALHADOR ESTABILIDADE, OU FUNDO DE GARANTIA EQUIVALENTE. DESSA GARANTIA, DE INDOLE SOCIAL, PROMANA, ASSIM, A EXIGIBILIDADE PELO TRABALHADOR DO PAGAMENTO DO FGTS, QUANDO DESPEDIDO, NA FORMA PREVISTA EM LEI. CUIDA-SE DE UM DIREITO DO TRABALHADOR. DA-LHE O ESTADO GARANTIA DESSE PAGAMENTO. A CONTRIBUIÇÃO PELO EMPREGADOR, NO CASO, DEFLUI DO FATO DE SER ELE O SUJEITO PASSIVO DA OBRIGAÇÃO, DE NATUREZA TRABALHISTA E SOCIAL, QUE ENCONTRA, NA REGRA CONSTITUCIONAL ALUDIDA, SUA FONTE. A ATUAÇÃO DO ESTADO, OU DE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EM PROL DO RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO DO FGTS, NÃO IMPLICA TORNA-LO TITULAR DO DIREITO A CONTRIBUIÇÃO, MAS, APENAS, DECORRE DO CUMPRIMENTO, PELO PODER PÚBLICO, DE OBRIGAÇÃO DE FISCALIZAR E TUTELAR A GARANTIA ASSEGURADA AO EMPREGADO OPTANTE PELO FGTS. NÃO EXIGE O ESTADO, QUANDO ACIONA O EMPREGADOR, VALORES A SEREM RECOLHIDOS AO ERARIO, COMO RECEITA PÚBLICA. NÃO HÁ, DAI, CONTRIBUIÇÃO DE NATUREZA FISCAL OU PARAFISCAL. OS DEPOSITOS DO FGTS PRESSUPOEM VINCULO JURÍDICO, COM DISCIPLINA NO DIREITO DO TRABALHO. NÃO SE APLICA AS CONTRIBUIÇÕES DO FGTS O DISPOSTO NOS ARTS. 173 E 174, DO CTN. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO, POR OFENSA AO ART. 165, XIII, DA CONSTITUIÇÃO, E PROVIDO, PARA AFASTAR A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL DA AÇÃO. (RE 100249, Relator(a): Min. OSCAR CORREA, Relator(a) p/ Acórdão: Min. NÉRI DA SILVEIRA, Tribunal Pleno, julgado em 02/12/1987, DJ 01-07-1988 PP-16903 EMENT VOL-01508-09 PP-01903). A partir dessa consideração, o STF decidiu, no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário nº 960.708, interposto pelo Estado do Pará, que sucessivas renovações da contratação temporária descaracterizam o caráter temporário previsto na Constituição; e no RE 765.320/MG (Tema 916 - Efeitos jurídicos do contrato temporário firmado em desconformidade com o art. 37, IX, da Constituição Federal), reafirmou que a contratação temporária realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, ressalvado o direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, o FGTS, confira-se: Ementa: ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. REQUISITOS DE VALIDADE (RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612). DESCUMPRIMENTO. EFEITOS JURÍDICOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO - FGTS. 1. Reafirma-se, para fins de repercussão geral, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal no sentido de que a contratação por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária de excepcional

interesse público realizada em desconformidade com os preceitos do art. 37, IX, da Constituição Federal não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, ao levantamento dos depósitos efetuados no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. 2. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, com o reconhecimento da repercussão geral do tema e a reafirmação da jurisprudência sobre a matéria. (RE 765320 RG, Relator(a): Min. TEORI ZAVASCKI, julgado em 15/09/2016, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-203 DIVULG 22-09-2016 PUBLIC 23-09-2016) Ao analisar tais julgados na apelação n. 0018364-91.2010.814.0301, a Desa. Relatora Luzia Nadja Guimarães Nascimento concluiu que ¿a contratação temporária efetivada na espécie não gera quaisquer efeitos jurídicos válidos em relação aos servidores contratados, com exceção do direito à percepção dos salários referentes ao período trabalhado e, nos termos do art. 19-A da Lei 8.036/1990, os depósitos do FGTS¿. Ressalto que sobre esse valor não incidirá multa, inclusive a de 40% (quarenta por cento), pois não houve demissão sem justa causa, mas sim rescisão de contrato administrativo, sendo inaplicável o disposto no art. 18, § 1º, da Lei n. 8.036/90.

Considerando, ainda, que os vencimentos assegurados a todos os trabalhadores foram pagos e que não há prova de dano moral ou material, nenhuma outra verba deve ser paga. Dispositivo.

Posto isso, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar o réu ao pagamento dos valores de FGTS devidos em decorrência da nulidade da contratação temporária, naquilo que excedeu o biênio inicialmente permitido por lei e observada a prescrição quinquenal. Saliento que o valor da condenação corresponderá apenas à parcela que competia ao réu recolher e sobre ela não incidirá multa, conforme fundamentação. Sobre o valor que vier a ser apurado em fase de cumprimento, determino a incidência de juros na forma do art. 1º-F, da Lei n. 9.494/97, desde a citação válida, observando-se, quanto à correção monetária, devida desde o vencimento de cada parcela que deixou de ser recolhida, os parâmetros fixados pelo STJ no REsp. nº 1614874 (Tema 731), submetido ao rito dos recursos repetitivos.

Sem custas. Honorários de R$ 500,00, pelo réu em benefício do advogado do autor. Sentença não sujeita a remessa necessária. Intimem-se as partes e o Ministério Público. Escoado o prazo de lei, não havendo recurso nem posterior pedido de cumprimento da sentença, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de estilo. Belém, 31 de maio de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito, Auxiliar da Capital Respondendo pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Belém

PROCESSO: 00405274620138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REQUERENTE:JOAO CARLOS RIBEIRO MACHADO REQUERIDO:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 5717 - ANTONIO CARLOS BERNARDES FILHO (PROCURADOR(A)) REQUERENTE:FERNANDO JOSE RIBEIRO MACHADO E OUTROS Representante(s): OAB 12291 - CAMILA CORREA TEIXEIRA (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO, sob o rito ordinário, ajuizada por JOÃO CARLOS RIBEIRO MACHADO e outros em desfavor do ESTADO DO PARÁ, objetivando a cobrança de valores que lhes seriam devidos no período anterior ao ajuizamento da Ação Mandamental nº 2009.3.006071-6, em que tiveram reconhecido como líquido e certo o direito de a gratificação de nível superior integrar a sua remuneração. Requereram, ao final, a procedência da ação para pagamento das parcelas retroativas à data da propositura da ação em 19/06/2009 que reconheceu o direito até fevereiro de 2006.

Juntaram os documentos de fls. 13-429. O Estado do Pará foi citado e apresentou contestação (434-455), aduzindo a ausência de vinculação ao decisum do mandado de segurança e a prescrição da pretensão. No mérito, afirmou, em síntese, que o pagamento da gratificação de escolaridade que pretende a parte autora é indevido, uma vez que, quando ingressaram no serviço público estadual, aos autores não foi exigida a escolaridade de nível superior, tendo sido criado um quadro suplementar para os servidores que ingressaram sob a vigência da exigência legal de escolaridade intermediária, aduzindo a impossibilidade de extensão da gratificação sob o fundamento da isonomia. Pugnou, nestes termos, pela improcedência da demanda. Os autores apresentaram réplica à contestação às fls. 461-474. Após, os autos foram ao Ministério Público, que declinou de intervir no feito.

Relatei. Decido. Trata-se de ação ordinária de cobrança visando compelir o ESTADO DO PARÁ a pagar os valores retroativos da gratificação por tempo integral, sob o percentual de 80% sobre o vencimento dos autores. Estando a lide apta ao julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC, passo a análise do feito. Da Prescrição Conforme demonstrado pela parte autora, o direito líquido e certo ao percebimento da gratificação de escolaridade foi reconhecido através do Mandado de Segurança nº 2009.3.006071-6, impetrado em 19/06/2009, tendo a segurança sido concedida e o mandamus transitado em julgado em 22/03/2012. Como sabido, a concessão de mandado de

segurança, nos termos da Súmula 271 do STF, não produz efeitos patrimoniais relativos ao período pretérito, que poderão ser reclamados pela via ordinária. Em assim sendo, entendo que, no presente caso, encontra-se resguardado o direito da parte autora ao percebimento da gratificação pleiteada correspondente aos cinco anos anteriores à impetração do Mandado de Segurança, em 2009.

Corroborando com tal entendimento, a súmula nº 85, do STJ, dispõe que: NAS RELAÇÕES JURIDICAS DE TRATO SUCESSIVO EM QUE A FAZENDA PUBLICA FIGURE COMO DEVEDORA, QUANDO NÃO TIVER SIDO NEGADO O PROPRIO DIREITO RECLAMADO, A PRESCRIÇÃO ATINGE APENAS AS PRESTAÇÕES VENCIDAS ANTES DO QUINQUENIO ANTERIOR A PROPOSITURA DA AÇÃO. Nesse sentido, colaciono o seguinte julgado: ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. ADICIONAIS POR TEMPO DE SERVIÇO E DA SEXTA-PARTE. RECALCULO. PRESCRIÇÃO. OBRIGAÇÃO DE TRATO SUCESSIVO. 1. A prescrição quinquenal das ações contra a Fazenda Pública atinge o fundo de direito quando o ato lesivo da Administração negar a situação jurídica fundamental em que se embasa a pretensão veiculada. 2. Na hipótese, encontrando-se a situação jurídica consolidada pela concessão dos referidos adicionais, não se aplica a prescrição da ação, mas o comando inserto na Súmula nº 85/STJ, que disciplina a prescrição quinquenal nas relações de trato sucessivo, em que são atingidas apenas as parcelas relativas ao quinquênio antecedente à propositura da ação. 3. Embargos de Divergência rejeitados (EREsp. 42.841/SP, Rel. Ministro VICENTE LEAL, DJU 30/08/1999). Diante disso, entendo que o ajuizamento do Mandado de Segurança interrompe e fluência do prazo prescricional, pois somente após a concessão da ordem, com o reconhecimento do direito líquido e certo, é que as prestações anteriores à impetração poderão ser cobradas, considerando que o mandamus não produz efeitos patrimoniais retroativos. Nesse sentido, colaciono vasta jurisprudência: TJ-MG - Ap Cível/Reex Necessário AC 10024110679727001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 22/04/2014 Ementa: REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO DE COBRANÇA - PENSÃO POR MORTE - PARCELAS ANTERIORES À IMPETRAÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA - DIREITO RECONHECIDO NO WRIT - IMPOSSIBILIDADE DE NOVO QUESTIONAMENTO DO FUNDO DE DIREITO - COISA JULGADA - PRESCRIÇÃO INTERROMPIDA - MARCO - IMPETRAÇÃO. 1 - A impetração do mandado de segurança interrompe a prescrição da pretensão de cobrança das parcelas da pensão por morte, pois descaracteriza a inércia do credor. 2 - Em ação de cobrança de parcelas pretéritas à impetração, não cabe rediscutir o fundo de direito já reconhecido no mandado de segurança, sob pena de ofensa à coisa julgada material. Reconhecido o direito à pensão, o pagamento é consectário lógico. 3 - Confirmar a sentença, em reexame necessário, prejudicado o recurso. TJ-MG - Ap Cível/Reex Necessário AC 10024101982569001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 25/06/2013 Ementa: AÇÃO ORDINÁRIA - COBRANÇA - DIREITO RECONHECIDO EM MANDADO DE SEGURANÇA - PAGAMENTO DAS PARCELAS PRETÉRITAS DEVIDO -PRESCRIÇÃO QUINQUENAL A INICIAR DA DATA DA IMPETRAÇÃO - SENTENÇA CONFIRMADA NO REEXAME NECESSÁRIO, PREJUDICADO O RECURSO VOLUNTÁRIO. - Reconhecido o direito em writ anteriormente impetrado, devido é o pagamento das parcelas pretéritas vinculadas à matéria discutida. - O Mandado de Segurança interrompe a contagem do prazo prescricional relativo à cobrança das parcelas pecuniárias vencidas no qüinqüênio que antecede à sua impetração. - Sentença confirmada no reexame necessário, prejudicado o recurso voluntário. TJ-MG - Reexame Necessário-Cv REEX 10686120056631001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 30/01/2014 Ementa: REEXAME NECESSÁRIO - AÇÃO DE COBRANÇA - SERVIDORA MUNICIPAL DE TEÓFILO OTONI - PROVENTOS - PARIDADE COM SERVIDORES DA ATIVA - GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO - DIREITO RECONHECIDO EM MANDADO DE SEGURANÇA - PARCELAS PRETÉRITAS - REQUERIMENTO EM AÇÃO PRÓPRIA - DEVIDAS - SENTENÇA CONFIRMADA. O mandado de segurança não se presta à obtenção de repercussões financeiras pretéritas à impetração, devendo a parte interessada buscar, na via administrativa ou por meio de ação judicial própria, a satisfação de sua pretensão, consoante enunciados das Súmulas 269 e 271 do STF. Transitada em julgada a sentença que, em mandado de segurança, reconheceu o direito da parte à paridade de proventos com os servidores da ativa, incorporada a gratificação de representação, devidas as repercussões financeiras anteriores à impetração. TRF-1 - APELAÇÃO CIVEL AC 6489 DF 2006.34.00.006489-7 (TRF-1) Data de publicação: 13/09/2012 Ementa: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR. REENQUADRAMENTO. MANDADO DE SEGURANÇA ANTERIOR. RECONHECIMENTO DO DIREITO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. PRESCRIÇÃO AFASTADA. JUROS DE MORA. HONORÁRIOS. 1. O ajuizamento da ação de segurança contra o ato que se refere ao pagamento de prestações salariais interrompe a fluência do prazo prescricional, visto que somente após a definição acerca do resultado da aludida ação de segurança é que as prestações anteriores à impetração poderão ser cobradas. Precedentes do STJ. 2. Proposta a ação após a entrada em vigor da MP nº 2.180-35/2001, os juros de mora são aplicados à razão de 0,5% ao mês. 3. Conforme posição firmada no âmbito da Corte da

Legalidade os juros de mora relativos à ação ordinária de cobrança de verbas pretéritas ao mandado de segurança que assegurou o direito ao pagamento buscado têm início na data da notificação da autoridade impetrada na referida ação mandamental. 4. Honorários fixados na origem em 5% do valor da condenação que bem remuneram o labor do causídico. 5. Correção Monetária com base nos índices do Manual de Cálculos da Justiça Federal, até a entrada em vigor da Lei nº 11.960 /09, a partir de quando se aplica o IPCA-E. 6. Apelação da União e remessa oficial desprovidas. 7. Parcialmente provida a apelação da parte autora. TJ-PE - Agravo AGV 2683770 PE 0009012-73.2012.8.17.0000 (TJ-PE) Data de publicação: 19/07/2012 Ementa: CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DO DIREITO. INAPLICÁVEL À ESPÉCIE. SÚMULA Nº 85 DO STJ. URV. GRATIFICAÇÃO 11,98%. SÚMULA 22 DO TJPE. SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO. RECURSO DE AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Nos termos da Súmula nº 85 do STJ, "nas relações jurídicas de trato sucessivo (como na espécie) em que a Fazenda Pública figure como devedora (mesmo que em tese), quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura da ação". 2. Aplicabilidade da súmula nº 22 do TJPE à espécie, reconhecendo ser devido o gratificação de 11,98% (onze vírgula noventa e oito por cento) relativo à conversão da URV nos vencimentos e proventos dos servidores do Pode Legislativo, observada a prescrição qüinqüenal. 3. Desnecessária a prova de efetivo prejuízo alegada pela municipalidade agravante, uma vez que a sistemática da Lei Federal nº 8.880 /94, o ônus de provar que não teria havido prejuízo caberia a edilidade agravante, nos termos do art. 333 , II , do CPC , por se tratar de uma ação de cobrança, em que a prova deve recair sobre o inadimplemento, ao contrário de uma ação de indenização, na qual seria imprescindível a demonstração do efetivo prejuízo. 4. Recurso de agravo parcialmente provido, tão somente para somente para fixar os juros aos índices aplicados à caderneta de poupança, nos termos do art. 5º da Lei nº 11.960 /2009, mantendo-se no mais a incolumidade da decisão recorrida. TRF-5 - Apelação Cível AC 378176 CE 0025345-34.2003.4.05.8100 (TRF-5) Data de publicação: 22/03/2006 Ementa: PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO. AÇÃO DE COBRANÇA DE PARCELAS RECONHECIDAS EM MANDADO DE SEGURANÇA. COISA JULGADA. - Hipótese em que o autor Joaquim Teixeira de Sousa e José Caetano da Silva propuseram uma ação ordinária de cobrança de parcelas de benefício previdenciário, pretéritas a ação mandamental. - Havendo sido reconhecido o direito líquido e certo da partes autoras em receber seu benefício previdenciário de aposentadoria por tempo de serviço através de mandado de segurança, e por força do veto instituído pela Súmula 271, do Supremo Tribunal Federal, de que o mesmo não produz efeitos patrimoniais pretéritos, nada obsta que o beneficiados com a concessão da segurança, requeira, pela via administrativa ou judicial, os valores derivados do reconhecimento do seu direito. - Não tendo recorrido da sentença proferida em ação mandamental que reconheceu o direito à concessão do benefício previdenciário a contar tão somente da data do ajuizamento da ação, não há como acolher a pretensão do apelante Joaquim Teixeira de Sousa em obter o pagamento das parcelas pretéritas ao mandamus, eis que a matéria encontra-se revestida dos efeitos da coisa julgada, descabendo rediscutir o assunto em ação ordinária, que cuida apenas dos pagamentos pretéritos reconhecidos em ação mandamental. - Apelação e remessa oficial improvidas. Dessa forma, com base em tais fundamentos, afasto a prescrição alegada, reconheço como legítimo o direito da parte autora a pleitear as parcelas pretéritas da gratificação de nível superior, correspondentes aos cinco anos anteriores à impetração da ação mandamental, em 19/06/2009. Da gratificação de escolaridade Alegou o réu que o pagamento de gratificação de escolaridade é indevido aos autores, pois quando ingressaram no serviço público estadual, a eles não foi exigida a escolaridade de nível superior, tendo sido criado um quadro suplementar para os servidores que ingressaram sob a vigência da exigência legal de escolaridade intermediária. Vejo, conforme robustamente demonstrado nos autos, que o direito líquido e certo dos autores ao percebimento da gratificação de escolaridade foi devidamente reconhecido em Ação Mandamental, cujo trânsito em julgado operou-se em 2012. Nesta ação ordinária, então, visam os autores não o reconhecimento do direito de receber a gratificação, mas, tão somente, a cobrança de valores pretéritos à impetração do mandamus.

Por conseguinte, não cabe aqui a rediscussão da matéria ventilada naquela ação constitucional, sob ameaça de ofensa à coisa julgada. Por todo o exposto, tenho que a procedência parcial da ação é a medida que se impõe. DISPOSITIVO. Isto posto, julgo procedente o pedido dos autores, e, por conseguinte, condeno o ESTADO DO PARÁ a pagar os valores pretéritos da gratificação de nível superior, correspondente ao período de fevereiro de 2006 a junho de 2009, sob o percentual de 80% sobre o vencimento, devendo incidir juros de mora de 1% ao mês desde a citação e correção monetária pelo INPC desde quando as parcelas eram devidas, observados os demais parâmetros de cálculo fixados no RE n. 870.947 e no REsp. 1.495146. Julgo o processo com resolução do mérito,

nos termos do artigo 475, I, CPC. Sem custas e honorários que fixo em R$ 1.000,00 (mil reais), pelo sucumbente, nos termos do art. 85 do CPC. Estando a decisão sujeita à remessa necessário, escoado o prazo recursal, remetam-se os autos à Superior Instância com as devidas cautelas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 17 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital

PROCESSO: 00439498820098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911001119 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REU:IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 11555 - GILSON ROCHA PIRES (PROCURADOR(A)) AUTOR:YOLANDA GOIABEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 8893 - MARCOS MARQUES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 18478 - MARCO ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 24610 - MARIA IZABEL ZEMERO (ADVOGADO) . DESPACHO R.h. Sobre o pedido de habilitação formulado às fls. 173-189, diga o Requerido, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 690, do CPC/2015. Intime-se. Cumpra-se. Escoado o prazo assinalado, não havendo manifestação, certifique-se e, após, voltem os autos conclusos para impulso oficial. Belém, 11 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00456825920158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 11478 - THIAGO LEMOS ALMEIDA (PROCURADOR(A)) REU:INSTALACOES TECNICAS DE ENGENHARIA LTDA. DESPACHO R.h. O Requerido foi regularmente citado, mas não apresentou defesa, impondo-se a decretação da revelia. Nos termos do art. 348 do CPC/15, determino a intimação da parte autora para, em 05 (cinco) dias, dizer se ainda possui provas a produzir, caso em que deverá especificá-las e justifica-las. Cumpra-se. Belém, 17 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00461742120098140301 PROCESSO ANTIGO: 200911061139 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REU:ESTADO DO PARA Representante(s): ANTONIO CARLOS BERNARDES FILHO (PROCURADOR(A)) AUTOR:MARIA DE LOURDES ALVES DA SILVA Representante(s): OAB 13132 - BRUNO ALMEIDA DE ARAUJO COSTA (ADVOGADO) REU:VANIA HELENA DA SILVA ALVES. R.h. Certifique a UPJ quanto ao cumprimento da diligência de fl.72. Belém, 18 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1° vara de Fazenda da Capital

PROCESSO: 00534827520148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:SERGIO FONSECA DA COSTA AUTOR:OSMAN ROCHA BRIGLIA NETO AUTOR:ANGELA MARIA BAIA DA SILVA E OUTROS Representante(s): OAB 6971 - WALMIR MOURA BRELAZ (ADVOGADO) OAB 15925 - PAULO VICTOR RAMOS CORREA (ADVOGADO) OAB 19669 - SOPHIA NOGUEIRA FARIA (ADVOGADO) OAB 22637 - LUENE OHANA COSTA VASQUEZ (ADVOGADO) REU:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 11478 - THIAGO LEMOS ALMEIDA (PROCURADOR(A)) . SENTENÇA Vistos etc. Versam os presentes autos sobre AÇÃO DE COBRANÇA proposta por SERGIO FONSECA DA COSTA, OSMAN ROCHA BRIGLIA NETO ANGELA MARIA BAIA DA SILVA, DEBORA SOUZA QUINTERO VALENTE, LÚCIA CADOSO DA SILVA, ANNA ANDREA MULLER TADAIESKY, UBIAJAA DA COSTA LOBATO, FÁBIO FARAG MUNIZ e RISZOMAR PORTILHO DE SOUZA contra DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO PARÁ - DETRAN, todos qualificados nos autos. Narram as partes autoras que são servidor do quadro de efetivos do DETRAN e que recebiam auxílio alimentação, porém, após a entrada em vigor da Lei Estadual 7.197/2008 e do Decreto 1.298/2008, que a regulamentou, o valor desse benefício foi reduzido de R$ 800,00 para R$ 600,00, posteriormente reajustado para R$ 629,10. Afirmam que a redução do valor de R$ 800,00 para R$ 600,00 foi irregular e que caso continuassem a receber os mesmos R$ 800,00, com o reajuste estariam recebendo R$ 838,80. Assim, postulam que seja reconhecido o seu direito de não ver reduzido o valor do vale alimentação, além de ser aplicado o reajuste sobre os R$ 800,00, devendo ser paga a diferença entre os valores que receberam e os que efetivamente deveriam ter sido pagos. Pugnaram pela tutela antecipada da presente ação. Juntaram

documentos. O pedido de tutela antecipada foi indeferido. (fls. 198) Citado, o DETRAN apresentou a contestação de fls. 201-216, na qual requereu, preliminarmente, o chamamento do Estado do Pará à lide e, no mérito, alegou que a alteração no valor pago a título alimentação não importou em redução de vencimentos, a inexistência de direito adquirido a regime jurídico e a regime de vencimentos, a impossibilidade de concessão de aumento a servidores pelo judiciário sob o fundamento de isonomia e ausência de nexo de causalidade quanto os danos materiais experimentados. A parte autora se manifestou sobre a contestação às fls. 221-229 e o Ministério Público apresentou o parecer de fls. 231-237, opinando pela improcedência do pedido formulado. RELATEI. DECIDO. Quanto ao pedido formulado pelo DETRAN de chamamento do Estado do Pará à lide, indefiro, tendo em vista que o DETRAN é uma autarquia e o fato da folha de pagamento de servidores ser elaborada na Secretaria de Administração do Estado não importa em divisão de legitimidade, pois se trata apenas de um modo de operacionalizar os pagamentos dos servidores. Quanto ao mérito, independente da forma ou dos motivos pelos quais ocorreu a redução, é necessário que a redução incida sobre verbas remuneratórias, e não compensatórias, para que se possa falar em ato ilegal. De fato, a parte autora se insurge contra a redução de valor de Vale Alimentação, que não é uma verba remuneratória, mas compensatória.

Isso significa que o seu valor pode ser majorado assim como reduzido, pois não está atrelado ao cargo, tendo o objetivo de ressarcir, total ou parcialmente, o trabalhador ativo de suas despesas com alimentação. Por tais motivos, a verba poderia inclusive ser suprimida ou substituída por prestação in natura sem que isso constituísse redução vencimental. Dispositivo. Posto isso, acolho integralmente o parecer ministerial e JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS, extinguindo o processo com resolução do mérito, na forma do art. 487, I, do CPC/15. Custas e honorários advocatícios, que fixo em R$ 1.000,00 (um mil reais) devem ser pagos pelos autores. Suspendo, todavia, sua exigibilidade, em decorrência dos benefícios da gratuidade de justiça que ora defiro. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpram-se. Belém, 11:28. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Belém

P R O C E S S O : 0 0 6 0 9 4 9 7 6 2 0 1 2 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:MARIANA DA SILVA MESQUITA Representante(s): OAB 6450 - LIENILDA MARIA CAMARA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 15888 - LUCIANA DE SOUZA DIAS (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 3569 - CELSO PIRES CASTELO BRANCO (PROCURADOR(A)) REU:SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ. SENTENÇA Vistos etc. Versam os presentes autos sobre AÇÃO DE CONHECIMENTO intentada por MARIANA DA SILVA MESQUITA contra a SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - SUSIPE e o ESTADO DO PARÁ ambos qualificados nos autos. A parte autora alega que foi aprovada em concurso público para ingresso nos quadros de servidores da SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - SUSIPE, cujo edital previa a remuneração de R$ 732,83 (setecentos e trinta e dois reais e oitenta e três centavos). Entretanto, segundo a parte autora, esse valor não foi pago, tendo em vista que seu vencimento básico foi de R$ 433,59 (quatrocentos e trinta e três reais e cinquenta e nove centavos).

Desse modo, requer que seja determinado o pagamento do valor previsto no edital, bem como postula que sejam pagos os valores retroativos e indenização por danos morais. Citado, o Estado do Pará apresentou contestação em que alegou, preliminarmente, que não é parte legítima para a lide e que a ação deveria ter sido proposta contra a SUSIPE, que é a entidade com a qual a parte autora mantém relação funcional. No mérito, pediu a improcedência da ação. Houve apresentação de réplica e, após, os autos foram encaminhados ao Ministério Público, que se manifestou pela improcedência da ação.

À fl. 220, foi determinada a exclusão do Estado do Pará. À fl. 221, a autora emendou a inicial para incluir a SUSIPE. Citada, a SUSIPE apresentou contestação e argumentou que não é parte legítima para a lide e no mérito disse, em síntese, que houve um erro material no edital, tendo em vista que embora tenha constado que o valor de R$ 732,83 se referia ao vencimento-base, na verdade tal valor corresponde à remuneração, composta por vencimento-base e gratificação de escolaridade, conforme previsto no anexo da Lei 6.688/2004. Assim, o argumento da SUSIPE é de que os vencimentos dos servidores públicos somente podem ser fixados e alterados por lei, não havendo a possibilidade de que o edital crie a vinculação pretendida pela parte autora. Afirmou ainda a inexistência de dano indenizável.

Relatei. Decido. Ilegitimidade passiva Da narrativa da causa de pedir e dos documentos acostados aos autos, verifica-se que a relação jurídica material discutida nos autos foi protagonizada pela requerente e pela SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - SUSIPE. Nesse norte, tenho que a preliminar de ilegitimidade passiva deve ser afastada, uma vez

que a SUPERINTENDÊNCIA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ - SUSIPE, com quem a parte autora manteve a relação jurídica de direito material discutida em juízo, dispõe de personalidade jurídica própria e autonomia administrativa, operacional e financeira. Logo, possui legitimidade passiva para responder aos termos da demanda e sofrer os efeitos de eventual condenação judicial. Do mérito. Conforme relatado, a alegação da parte autora é de que há divergência entre o valor previsto no edital como remuneração dos servidores aprovados no concurso e o valor efetivamente pago. Ao apresentar contestação a SUSIPE argumentou que se tratou de erro material, mas esclareceu que o valor total previsto no edital - R$ 732,83 - é o valor que foi efetivamente pago aos servidores. Analisando o edital, observo que realmente consta que o vencimento-base dos cargos de nível superior era de R$ 732,83 (setecentos e trinta e dois reais e oitenta e três centavos). Porém, conforme já decidido pelo egrégio Tribunal de Justiça deste Estado em casos com causa de pedir idêntica à presente - dentre esses o Mandado de Segurança 2013.3.005424-2 - mesmo que o edital do concurso preveja vencimento-base em valor superior ao efetivamente previsto em lei, não pode a quantia maior prevalecer, tendo em vista que se trata de matéria reservada à lei, conforme previsto no inciso X, do art. 37, da CRFB: Art. 37. (...) X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices. Por ocasião do julgamento do MS 2013.3.005424-2, Sua Excelência o relator, Desembargador Roberto Gonçalves de Moura, salientou que apesar do edital prever expressamente o vencimento-base para os cargos de nível superior no valor de R$ 732,83, essa disposição se encontra em desacordo com a tabela anexa à Lei 7.083/2008, que fixou essa quantia como resultado do vencimento-base, no valor de R$ 407,13, e a gratificação de escolaridade de R$ 325,70. Por tal razão, entendeu Sua Excelência o relator que houve erro material no edital, pois o vencimento-base apontado é superior ao previsto na Lei Estadual que fixou os valores dos vencimentos dos servidores da SUSIPE. Desse modo, apesar do edital vincular a Administração Pública, isso não significa que possa ser deferido reajuste ou revisão de vencimentos por meio de edital, pois nesse caso haveria violação ao art. 37, X, da CRFB. Disso o relator conclui que: Tendo em vista que a Administração deve obediência, entre outros, ao princípio da periodicidade, segundo o qual a remuneração dos servidores públicos somente poderá ser fixada ou alterada por lei específica, assegurada a revisão anual, surge incabível aplicar edital que estabelece remuneração em desconformidade com a legislação pertinente, descabendo falar em direito líquido e certo nesses casos [...] Em suma, se o vencimento-base que está sendo pago à impetrante está em conformidade com a legislação regedora da matéria, não há como majorá-lo para o valor constante do edital do concurso, uma vez que elaborado com equívoco e porque afronta princípios constitucionais, tais como o da periodicidade, isonomia e da legalidade. Ao apresentar sua manifestação, o Ministério Público fez considerações semelhantes para também concluir que a previsão do edital não gera direito de recebimento a maior, tendo em vista que se trata de questão reservada à lei. Dos Danos Morais.

No que concerne aos danos morais, vale lembrar a definição de Yussef Said Cahali: Dano moral, portanto, é a dor resultante da violação de um bem juridicamente tutelado, sem repercussão patrimonial. Seja dor física -- dor-sensação, como a denomina Carpenter -- nascida de uma lesão material; seja a dor moral -- dor-sentimento, de causa imaterial (Dano e Indenização. São Paulo: RT, 1980, p. 7).

Nos dias atuais, segundo Elcio Trujillo ¿o Estado se submete ao mesmo ordenamento jurídico imposto aos particulares que é regido pelo regime democrático de direito, cujo ideário de justiça social constitui a base, tendo a legalidade como regra, e a igualdade por princípio¿ (TRUJILLO, E. Responsabilidade do estado por ato lícito. São Paulo: Editora de Direito, 1996. p. 15.) No caso, a Administração cumpre a lei ao pagar o vencimento da autora conforme a previsão legal. Não houve violação de direitos, sendo assim, não há como responsabilizá-la por isso. A prova quanto à licitude ou ilicitude do ato praticado restringe-se ao campo do direito, por isso dispensável a dilação probatória e desnecessário analisar as consequências pelas quais teria passado a autora. Dessa forma, sendo o ato lícito, o dano moral não resta caracterizado. Dispositivo. Posto isso, considerando que a parte autora não faz jus ao recebimento dos valores que pleiteia, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS CONTIDOS NA INICIAL. Custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da casa, devem ser pagos pela parte autora, ficando a cobrança suspensa em razão do deferimento da Assistência Judiciária. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 17 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara da Fazenda Pública

P R O C E S S O : 0 0 8 8 0 8 3 3 9 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REQUERENTE:BRENA AUGUSTA SEQUEIRA DE CARVALHO

Representante(s): OAB 16474 - JOAO DANIEL DAIBES RESQUE (ADVOGADO) REQUERIDO:FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO PARA Representante(s): OAB 1702 - PAULO SERGIO FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos etc. Tendo em vista a paralisação da marcha processual, determinou-se a intimação do(s) autor(es) para promover o andamento do feito sob pena de extinção. Consta dos autos certidão informando que o(s) autor(es) não foi/foram intimado(s) porque mudou/mudaram de endereço. Relatei. Decido. O novo Código de Processo Civil assim dispõe: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Verificada a paralisação da marcha processual e em obediência ao comando legal citado, este Juízo determinou a intimação do(s) Requerente(s) para manifestar(em) interesse quanto ao prosseguimento do feito. A intimação, no entanto, não chegou a ser concretizada, pois, o(s) Requerente(s) não foi/foram encontrados no local declinado nos autos. Ora, a informação de endereço em que a parte poderá ser encontrada e intimada sobre os atos e termos do processo constitui requisito básico da petição inicial, nos termos do art. 319, II, do CPC/2015. Qualquer mudança de endereço deve ser comunicada ao Juízo, sob pena de se considerarem válidas as intimações dirigidas ao endereço desatualizado, conforme preceitua o art. 274, parágrafo único, do CPC/2015. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. No caso dos autos, consta que o(a)(s) Requerente(s) mudou-se de endereço sem comunicar o Juízo, o que atrai, por consequência, a aplicação da norma em apreço.

A jurisprudência tem considerado válida a intimação realizada nessas circunstancias, conforme se dessume dos arestos que seguem colacionados: EXTINÇÃO DO FEITO. ABANDONO. INTIMAÇÃO PESSOAL. CORREIO. VALIDADE. MUDANÇA DE ENDEREÇO. 1. É válida a intimação pessoal realizada pelo correio, nos termo do art. 238 do CPC. 2. Cumpre às partes manter atualizados seus dados junto ao juízo. 3. A mudança de endereço pela autora, não comunicada ao juízo, não pode invalidar a intimação pessoal realizada no endereço fornecido nos autos. 4. Abandono configurado. 5. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 00057023920098260477 SP 0005702-39.2009.8.26.0477, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 30/07/2015, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 31/07/2015) ABANDONO DE CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. INTIMAÇÃO PESSOAL. MUDANÇA DE ENDEREÇO. VALIDADE. - É possível a extinção do processo, com fulcro no artigo 267, III, do Código de Processo Civil, desde que o autor, regularmente intimado para dar seguimento ao feito, permaneça inerte, caracterizando, com isso, o abandono da causa. - As partes devem comunicar ao juízo as alterações permanentes ou temporárias de endereço. Aplicação do art. 238 do CPC. Reputa-se válida a intimação realizada no endereço declinado pelo autor na inicial, quando este deixou de informar a mudança ocorrida. - Hipótese em que há contumácia do autor, que reiteradamente deixou de promover os atos e diligências que lhe competiam. (TJ-MG - AC: 10118050036243002 MG , Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 07/08/2014, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/08/2014) O STJ possui entendimento no mesmo sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. MUDANÇA DE ENDEREÇO. NÃO COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. INTIMAÇÃO DA PARTE. VALIDADE. RECONHECIMENTO. ART. 238 DO CPC. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no AREsp 386.319/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 15/09/2014) PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO POR CARTA. MUDANÇA DE ENDEREÇO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO AO JUÍZO. VALIDADE. 1. A jurisprudência do STJ reputa possível promover a intimação do autor para dar andamento ao processo por carta registrada, desde que não haja questionamento acerca do efetivo recebimento do comunicado, e que tal providência tenha sido requerida pelo réu. Precedentes. 2. Na hipótese de mudança de endereço pelo autor que abandona a causa, é lícito ao juízo promover a extinção do processo após o envio de correspondência ao endereço que fora declinado nos autos. 3. O Código de Ética da OAB disciplina, em seu art. 12, que "o advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos, sem motivo justo e comprovada ciência do constituinte". Presume-se, portanto, a possibilidade de comunicação do causídico quanto à expedição da Carta de Comunicação ao endereço que ele mesmo se furtara de atualizar no processo. 4. A parte que descumpre

sua obrigação de atualização de endereço, consignada no art. 39, II, do CPC, não pode contraditoriamente se furtar das consequências dessa omissão. Se a correspondência enviada não logrou êxito em sua comunicação, tal fato somente pode ser imputado à sua desídia. 5. Recurso especial improvido. (REsp 1299609/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 28/08/2012) O processo, portanto, deve ser extinto. Dispositivo. Ex positis, de acordo com o art. 485, inciso II do CPC/2015, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Custas pela parte autora, bem como honorários que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), ambos suspensos, caso seja beneficiária da gratuidade processual. Escoado o prazo de recurso se manifestação, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 12 de junho de 2019 . Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

P R O C E S S O : 0 1 0 7 5 7 2 9 6 2 0 1 5 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Monitória em: 18/06/2019---AUTOR:UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA - UEPA. Representante(s): OAB 13311-B - MARCIO DE SOUZA PESSOA (PROCURADOR(A)) REU:A J DE SOUZA PAMPLONA ME. R.h. Sobre a certidão de fl.21, diga a UEPA em 5 dias. Após, conclusos. Belém, 18 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1° vara de Fazenda da Capital

P R O C E S S O : 0 1 3 0 3 3 7 6 1 2 0 1 5 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Embargos à Execução em: 18/06/2019---EMBARGADO:T.E.M CORDERO COMÉRCIO E SERVIÇOS -ME Representante(s): OAB 2965 - JOSE LOBATO MAIA (ADVOGADO) EMBARGANTE:FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE DO PARÁ Representante(s): OAB 18631 - GISLENO AUGUSTO COSTA DA CRUZ (ADVOGADO) . R.h. Apensem-se aos autos do processo principal e voltem ambos conclusos. Belém, 18 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1° vara de Fazenda da Capital

P R O C E S S O : 0 2 7 5 2 5 4 4 2 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REQUERENTE:MARILIA PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 21486 - CAMILO RAMOS CAVALCANTE (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (PROCURADOR(A)) . SENTENÇA Vistos etc. Versam os presentes autos sobre AÇÃO DE CONHECIMENTO, sob o rito ordinário, proposta por MARILIA PEREIRA DA SILVA contra o ESTADO DO PARÁ, ambos qualificados nos autos. A parte autora diz que é servidora efetiva do Estado do Pará e que requereu administrativamente que seja averbado em sua ficha funcional o tempo de serviço que presentou à Administração Pública mediante contrato temporário, mas que seu pedido foi indeferido, sob a justificativa de que o tempo como servidora temporária só poderia ser contado para fins de aposentadoria. Requer a averbação do tempo que trabalho como servidora temporária e alteração do percentual do adicional de tempo de tempo de serviço com pagamento retroativo à data do requerimento administrativo. Citada, a parte ré contestou o pedido, oportunidade em que aduziu a ocorrência do fenômeno da prescrição bienal e discutiu a natureza do contrato de trabalho temporário, fazendo distinções entre o regime dos servidores públicos efetivos, integrantes de carreiras, e os servidores que não integram essas carreiras, para justificar a negativa de averbação. Não houve manifestação à contestação. O Ministério Público foi ouvido e apresentou parecer, opinando pela improcedência do pedido. Relatei. Decido. A questão trazida nestes autos já se encontra pacificada no Tribunal de Justiça deste Estado em vários julgados que reconhecem o direito à averbação. Na Apelação 0033890-95.2007.8.14.0301, da relatoria da Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha, por exemplo, foi firmado o entendimento de que ¿não há diferença para computo de adicional de tempo de serviço entre servidores temporários, comissionados e efetivos, pois todos os que laboraram para o Estado devem ter seu direito reconhecido¿. Assim, o Tribunal de Justiça paraense entende pela primazia da dignidade da pessoa humana, pois coloca o serviço, isto é, o que cada pessoa realizou em prol da Administração Pública, acima da espécie de vínculo contratual que regeu essa prestação de serviço. Tendo em vista que se trata de entendimento já firmado no Tribunal de Justiça e que a decisão da parte ré viola o direito à igualdade de que a parte autora é detentora, porque o tipo de contrato de trabalho firmado não é mais importante que o trabalho em si mesmo, tenho que o direito à averbação deve ser reconhecido. Quanto ao pedido de correção do

percentual de adicional de tempo de serviço, entendo também assistir razão à requerente, eis que consequência da averbação e cômputo de seu tempo de serviço prestado à Administração Pública mediante contrato temporário. Por se tratar de vantagem pessoal de caráter permanente, o percentual correto deverá ser incorporado aos seus vencimentos da autora. Dispositivo. Posto isso, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS para determinar ao requerido que, em 10 dias, proceda à averbação do tempo de serviço já prestado pela parte autora, independente da natureza do vínculo (contrato temporário, cargo de livre nomeação e exoneração) para todos os fins. Em decorrência da averbação, fica o Réu condenado a incorporar à remuneração da autora o adicional por tempo de serviço correspondente. Sem custas, em razão da isenção legal. CONDENO o réu ao pagamento de honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor do proveito econômico obtido. Sentença não sujeita a remessa necessária. Intimem-se as partes e o Ministério Público. Escoado o prazo de lei, não havendo recurso nem posterior pedido de cumprimento da sentença, arquivem-se os autos, observadas as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 17 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Belém

P R O C E S S O : 0 4 7 3 6 4 1 0 3 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento ordinário em: 18/06/2019---AUTOR:CAMILA DO SOCORRO SOUSA SANTOS AUTOR:CLAUDIO MARTINS DOS SANTOS AUTOR:DEIVID JUNIOR DA SILVA ROCHA AUTOR:DIELEM DO SOCORRO DA SILVA AUTOR:ELIZETE MACEDO CARDOSO AUTOR:LUCIANA ARAUJO DE ALENCAR AUTOR:LUIS CARLOS PEREIRA AUTOR:MARIA EVANGELISTA COELHO LOBO AUTOR:ROSILENE CHAVES FERREIRA AUTOR:ZULEIDE DA SILVA E SOUSA Representante(s): OAB 9654 - JOSE CARLOS LIMA DA COSTA (ADVOGADO) OAB 10175 - FRANCISCO CLEANS ALMEIDA BOMFIM (ADVOGADO) REU:MUNICIPIO DE BELEM. DESPACHO R.h. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27.11.19 às 09h30m, oportunidade em que serão ouvidas as partes, caso tenha sido requerido, e as testemunhas cujo rol já conste dos autos ou que venha a ser apresentado em até 15 (quinze) dias da intimação da presente decisão, sob pena de preclusão. Intimem-se as partes, que deverão comparecer ao ato acompanhadas de suas testemunhas, na forma do art. 455 do CPC/15, segundo o qual ¿ Cabe ao advogado da parte informar ou intimar a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo¿. Figurando no rol de testemunhas servidor público ou militar, determino desde logo a expedição de ofício requisitório ao chefe da repartição ou ao comando do corpo em que ela servir (art. 455, § 4º, III, do CPC/15). Em se tratando de testemunha arrolada pelo Ministério Público ou pela Defensoria Pública, sua intimação deverá ser judicial, mediante mandado regularmente expedido pelo Diretor de Secretaria (art. 455, § 4º, IV, do CPC/15), no bojo do qual deverá ser consignado que o depoimento prestado em juízo é considerado serviço público e que a testemunha, quando sujeita ao regime da legislação trabalhista, não sofre, por comparecer à audiência, perda de salário nem desconto no tempo de serviço. Defiro o depoimento pessoal que tenha sido requerido pelo autor em relação ao réu e vice-versa, caso em que o depoente deverá ser pessoalmente intimado, via mandado, devendo o oficial de justiça, por ocasião da diligencia, adverti-lo da pena de confissão, caso não compareça, ou, comparecendo, se recuse a depor (art. 385, § 1º, do CPC/15. Tendo as partes formulado pedido de realização de prova pericial, deixo para momento oportuno a análise de seu cabimento, na forma do art. 464, § 1º, do CPC/15. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Belém, 11 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

RESENHA: 18/06/2019 A 18/06/2019 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 1ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

P R O C E S S O : 0 0 1 0 6 7 0 8 6 2 0 1 2 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 18/06/2019---AUTOR:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9792 - FABIO GUY LUCAS MOREIRA (PROCURADOR(A)) REU:ELIANE FERREIRA PINTO Representante(s): OAB 16335 - ROSALY BACHA LOPES (ADVOGADO) OAB 16301 - RILDA BACHA LOPES (ADVOGADO) . 0010670-86.2012.8.14.0301 DESPACHO Vistos etc. Proceda-se às alterações cadastrais que se fizerem pertinentes junto ao Libra para identificação da fase procedimental de cumprimento de sentença.

Na forma do artigo 513 §2º, intime-se/intimem-se o(a/s) executado(a/s) para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento (10%) e, também, de honorários de advogado de dez por cento (10%). Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de quinze (15) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo. Int. Belém, 17 de junho de 2019 Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00106798320098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910241469 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:FERNANDO MATHEWS E SILVA Representante(s): OAB 2336 - TELMO LIMA MARINHO (ADVOGADO) REU:FUNDACAO SANTA CASA DE MISERICORDIA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 1702 - PAULO SERGIO FERREIRA DE SOUZA (PROCURADOR(A)) . DESPACHO Vistos etc. Consta dos autos que o Exequente discordou da conta apresentada pelo Executado, havendo divergência quanto aos valores efetivamente devidos em decorrência da condenação. Assim, para auxiliar a decisão deste juízo sobre a tese de excesso ventilada pelo Estado em impugnação, determino a remessa dos autos ao Contador. Concedo o prazo de 30 (trinta) dias para cumprimento da diligência, determinando ao contador: 1) que observe os parâmetros de juros e correção fixados pela decisão de fls. 276-287; 2) a elaboração de dois cálculos, um com os valores devidos até a data atual e outro com os valores devidos até a competência 15.01.19, termo final dos cálculos apresentados pelas partes. Apresentados os cálculos, intimem-se as partes para manifestação em 05 (cinco) dias. Somente após, voltem conclusos. Belém, 18 de junho de 2019. ANDREA FERREIRA BISPO Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara da Fazenda de Belém.

PROCESSO: 00118096820158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:JOSUE SILVA DA COSTA AUTOR:SILVANA SILVA DA COSTA Representante(s): OAB 13610-B - ANDREA BARRETO RICARTE DE OLIVEIRA (DEFENSOR) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9685 - DENNIS VERBICARO SOARES (PROCURADOR(A)) REU:FACULDADE MAURICIO DE NASSAU Representante(s): OAB 16487 - IVAN LIMA DE MELLO (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO ajuizada por JOSUÉ SILVA DA COSTA em face da ESTADO DO PARÁ, partes qualificadas. Tendo em vista a paralisação da marcha processual, determinou-se a intimação do(s) autor(es) para promover o andamento do feito. Houve despacho intimando para cumprimento da diligência sob pena de extinção (fl. 76). A parte autora foi intimada pessoalmente a se manifestar sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento e manteve-se inerte (certidão de fl.77v.). Relatei. Decido. O novo Código de Processo Civil assim dispõe: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Verificada a paralisação da marcha processual e em obediência ao comando legal citado, este Juízo determinou a intimação do(s) Requerente(s) para manifestar(em) interesse quanto ao prosseguimento do feito. Em que pese a intimação pessoal, o autor se manteve inerte, de forma que se impõe a extinção do processo

Dispositivo. Ex positis, de acordo com o art. 485, inciso II do CPC/2015, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Custas pela parte autora, bem como honorários que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) com exigibilidade suspensa em razão do deferimento da justiça

gratuita. Escoado o prazo de recurso sem manifestação, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 14 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00142973020148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Monitória em: 18/06/2019---REQUERENTE:UEPA UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 16631-B - HUGO LEONARDO ABAS FRAZAO (ADVOGADO) OAB 13311-B - MARCIO DE SOUZA PESSOA (PROCURADOR(A)) OAB 18616-A - EDILSON PEREIRA DE OLIVEIRA FILHO (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:DIAS E BATISTA LTDA ME Representante(s): OAB 21908 - ANA GABRIELA BATISTA MARTINS (ADVOGADO) . DESPACHO R.h. DEFIRO o pedido de fl. 45.

CITE-SE o réu através de edital, com prazo de 20 (vinte) dias, para no prazo de 15 (quinze) dias, pagar a importância pleiteada na inicial, acrescida de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) sobre o valor da causa, ou oferecer embargos (art. 702, CPC/2015), sob pena de constituir-se, de pleno direito, o respectivo título executivo judicial (art. 701, § 2º do CPC/2015). Cumpra-se, observando da necessidade imperiosa de dar fiel cumprimento às disposições constantes do art. 232 do CPC, a fim de evitar nulidades. Belém, 10:56. ANDREA FERREIRA BISPO Juíza de Direito, Auxiliar da Capital Respondendo pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Belém

PROCESSO: 00144502520088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810438695 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:PREVSAUDE NUCLEO DE PREVENCAO DA SAUDE LTDA Representante(s): OAB 5541 - ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS (ADVOGADO) ALBERTO ANTONIO CAMPOS (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): MARIA TEREZA PANTOJA ROCHA (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos etc. Tendo em vista a paralisação da marcha processual, determinou-se a intimação do(s) autor(es) para promover o andamento do feito sob pena de extinção. Consta dos autos certidão informando que o(s) autor(es) não foi/foram intimado(s) porque mudou/mudaram de endereço. Relatei. Decido. O novo Código de Processo Civil assim dispõe: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Verificada a paralisação da marcha processual e em obediência ao comando legal citado, este Juízo determinou a intimação do(s) Requerente(s) para manifestar(em) interesse quanto ao prosseguimento do feito. A intimação, no entanto, não chegou a ser concretizada, pois, o(s) Requerente(s) não foi/foram encontrados no local declinado nos autos. Ora, a informação de endereço em que a parte poderá ser encontrada e intimada sobre os atos e termos do processo constitui requisito básico da petição inicial, nos termos do art. 319, II, do CPC/2015. Qualquer mudança de endereço deve ser comunicada ao Juízo, sob pena de se considerarem válidas as intimações dirigidas ao endereço desatualizado, conforme preceitua o art. 274, parágrafo único, do CPC/2015. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. No caso dos autos, consta que o(a)(s) Requerente(s) mudou-se de endereço sem comunicar o Juízo, o que atrai, por consequência, a aplicação da norma em apreço.

A jurisprudência tem considerado válida a intimação realizada nessas circunstancias, conforme se dessume dos arestos que seguem colacionados: EXTINÇÃO DO FEITO. ABANDONO. INTIMAÇÃO PESSOAL. CORREIO. VALIDADE. MUDANÇA DE ENDEREÇO. 1. É válida a intimação pessoal realizada pelo correio, nos termo do art. 238 do CPC. 2. Cumpre às partes manter atualizados seus dados junto ao juízo. 3. A mudança de endereço pela autora, não comunicada ao juízo, não pode invalidar a intimação pessoal realizada no endereço fornecido nos autos. 4. Abandono configurado. 5. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 00057023920098260477 SP 0005702-39.2009.8.26.0477, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 30/07/2015, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 31/07/2015) ABANDONO DE CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. INTIMAÇÃO PESSOAL. MUDANÇA DE ENDEREÇO. VALIDADE. - É possível a extinção do processo, com fulcro no artigo 267, III, do Código de Processo Civil, desde que o autor, regularmente intimado para dar seguimento ao feito, permaneça inerte, caracterizando,

com isso, o abandono da causa. - As partes devem comunicar ao juízo as alterações permanentes ou temporárias de endereço. Aplicação do art. 238 do CPC. Reputa-se válida a intimação realizada no endereço declinado pelo autor na inicial, quando este deixou de informar a mudança ocorrida. - Hipótese em que há contumácia do autor, que reiteradamente deixou de promover os atos e diligências que lhe competiam. (TJ-MG - AC: 10118050036243002 MG , Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 07/08/2014, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/08/2014) O STJ possui entendimento no mesmo sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. MUDANÇA DE ENDEREÇO. NÃO COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. INTIMAÇÃO DA PARTE. VALIDADE. RECONHECIMENTO. ART. 238 DO CPC. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no AREsp 386.319/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 15/09/2014) PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO POR CARTA. MUDANÇA DE ENDEREÇO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO AO JUÍZO. VALIDADE. 1. A jurisprudência do STJ reputa possível promover a intimação do autor para dar andamento ao processo por carta registrada, desde que não haja questionamento acerca do efetivo recebimento do comunicado, e que tal providência tenha sido requerida pelo réu. Precedentes. 2. Na hipótese de mudança de endereço pelo autor que abandona a causa, é lícito ao juízo promover a extinção do processo após o envio de correspondência ao endereço que fora declinado nos autos. 3. O Código de Ética da OAB disciplina, em seu art. 12, que "o advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos, sem motivo justo e comprovada ciência do constituinte". Presume-se, portanto, a possibilidade de comunicação do causídico quanto à expedição da Carta de Comunicação ao endereço que ele mesmo se furtara de atualizar no processo. 4. A parte que descumpre sua obrigação de atualização de endereço, consignada no art. 39, II, do CPC, não pode contraditoriamente se furtar das consequências dessa omissão. Se a correspondência enviada não logrou êxito em sua comunicação, tal fato somente pode ser imputado à sua desídia. 5. Recurso especial improvido. (REsp 1299609/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 28/08/2012) O processo, portanto, deve ser extinto. Dispositivo. Ex positis, de acordo com o art. 485, inciso II do CPC/2015, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

Custas pela parte autora, bem como honorários que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais), ambos suspensos, caso seja beneficiária da gratuidade processual. Escoado o prazo de recurso se manifestação, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 12 de junho de 2019 . Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00189484419998140301 PROCESSO ANTIGO: 199910279621 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REU:ESTADO DO PARA ADVOGADO:MARIA CRISTINA FONSECA DE CARVALHO ADVOGADO:FABIO T.F. GOES AUTOR:SADOKIN S.A. ELETRICA E ELETRONICA ADVOGADO:URSULINO DOS SANTOS ISIDORO ADVOGADO:CLEIDEMAR REZENDE ISIDORO. DECISÃO Cuidam-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO ajuizada por SADOKIN S/A ELÉTRICA E ELETRÔNICA em face do ESTADO DO PARÁ, partes qualificadas. Pede a concessão de tutela que determine o estorno dos valores de ICMS que pagou a maior, bem com o reconhecimento de isenção de suas atividades comerciais ao Protocolo ICM 17/85. Este Juízo não tem competência para processar e julgar o feito. O conceito de jurisdição se traduz como expressão do poder estatal, é una e indivisível, porem, por questões organizacionais, é exercida por vários órgãos cuja competência é estabelecida pela Constituição Federal e também por leis esparsas, com limites delimitados a depender da natureza do litígio e da qualidade dos litigantes. A competência, por sua vez, é tida como medida de jurisdição. Liebman doutrina que a quantidade de jurisdiç¿o cujo exercício é atribuído a cada órg¿o ou grupos de órg¿os, denomina-se competência. Ou seja, cada órg¿o do Judiciário só exerce a jurisdiç¿o dentro das regras de competência. No caso dos autos, a pretens¿o do autor é no sentido de discutir demanda pertinente a cobrança de ICMS Pois bem, o Código Judiciário do Estado do Pará, Lei Estadual nº 5.008/1981, estabelece em seu art. 111 a competência aos Juízes da Fazenda Pública, vide artigo: Art. 111. Como Juízes da Fazenda Pública, compete-lhes: I- Processar e julgar: a) as causas em que a Fazenda Pública do Estado ou dos Municípios forem interessadas como autora, ré, assistente ou oponentes, as que dela forem dependentes, acessórias e preventivas; b) as causas em que forem do mesmo modo interessadas as Autarquias e as sociedades de economia mista do Estado ou dos Municípios; c) as desapropriaç¿es por utilidade pública, demolitórias e as incorporaç¿es de bens do domínio do Estado ou do Município; d)

os mandados de segurança; e) as aç¿es de nulidade de privilégio de invenç¿o ou marca de indústria e comércio, bem assim as de atos administrativos cuja revogaç¿o importe em concess¿es de registro ou privilégio; f) os inventários e arrolamentos que por outro Juízo n¿o tenham sido iniciados à abertura da sucess¿o, quando a Fazenda Pública o requerer; g) as quest¿es relativas à especializaç¿o de hipoteca legal no processo de fiança dos exatores da Fazenda Pública dos Estados ou Municípios; h) as precatórias pertinentes à matéria de sua competência e sobre as quais forem interessados o Estado ou Municípios.

A regra acima transcrita é de competência absoluta, que n¿o admite prorrogaç¿o ou derrogaç¿o por vontade das partes. E, para melhor estruturar as Varas da Capital, a Resoluç¿o nº 023/2007-GP (DJ nº. 3.899 de 14/06/2007) redefiniu as competências das Varas da Comarca da Capital e Distrito de Icoaraci, especializando as Varas de Famílias, estipulando dentre outras designaç¿es as seguintes: Art. 1º. Estabelecer as novas competências das Varas da Comarca de Belém e distrito de Icoaraci, renumerá-las e determinar a redistribuiç¿o dos feitos. A 25ª VARA CÍVEL SERÁ DENOMINADA "4ª VARA DE FAZENDA DA CAPITAL", COM COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR, POR DISTRIBUIÇ¿O, OS FEITOS DE MATÉRIA FISCAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM, ASSIM DISCRIMINADOS: 1) AS EXECUÇ¿ES FISCAIS AJUIZADAS PELO MUNICÍPIO DE BELÉM E POR SUAS RESPECTIVAS AUTARQUIAS, CONTRA DEVEDORES RESIDENTES E DOMICILIADOS NA CAPITAL, SEM PREJUÍZO DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 578 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL; 2) OS MANDADOS DE SEGURANÇA, REPETIÇ¿O DE INDÉBITO, ANULATÓRIA DO ATO DECLARATIVO DA DÍVIDA, AÇ¿O CAUTELAR FISCAL E OUTRAS AÇ¿ES QUE ENVOLVAM TRIBUTOS MUNICIPAIS; E AS CARTAS PRECATÓRIAS EM MATÉRIA FISCAL DE SUA COMPETÊNCIA. XXIX. A 26ª VARA CÍVEL SERÁ DENOMINADA "5ª VARA DE FAZENDA DA CAPITAL", COM COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR, POR DISTRIBUIÇ¿O, OS FEITOS DE MATÉRIA FISCAL DO MUNICÍPIO DE BELÉM, ASSIM DISCRIMINADOS: 1) AS EXECUÇ¿ES FISCAIS AJUIZADAS PELO MUNICÍPIO DE BELÉM E POR SUAS RESPECTIVAS AUTARQUIAS, CONTRA DEVEDORES RESIDENTES E DOMICILIADOS NA CAPITAL, SEM PREJUÍZO DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 578 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL; 2) OS MANDADOS DE SEGURANÇA, REPETIÇ¿O DE INDÉBITO, ANULATÓRIA DO ATO DECLARATIVO DA DÍVIDA, AÇ¿O CAUTELAR FISCAL E OUTRAS AÇ¿ES QUE ENVOLVAM TRIBUTOS MUNICIPAIS; E AS CARTAS PRECATÓRIAS EM MATÉRIA FISCAL DE SUA COMPETÊNCIA. XXX. A 30ª VARA CÍVEL SERÁ DENOMINADA "6ª VARA DE FAZENDA DA CAPITAL", COM COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR, PRIVATIVAMENTE, OS FEITOS DE MATÉRIA FISCAL DO ESTADO DO PARÁ, ASSIM DISCRIMINADOS: 1) AS EXECUÇ¿ES FISCAIS AJUIZADAS PELO ESTADO E POR SUAS RESPECTIVAS AUTARQUIAS, CONTRA DEVEDORES RESIDENTES E DOMICILIADOS NA CAPITAL, SEM PREJUÍZO DO DISPOSTO NO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 578 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL; 2) OS MANDADOS DE SEGURANÇA, REPETIÇ¿O DE INDÉBITO, ANULATÓRIA DO ATO DECLARATIVO DA DÍVIDA, AÇ¿O CAUTELAR FISCAL E OUTRAS AÇ¿ES QUE ENVOLVAM TRIBUTOS ESTADUAIS; E AS CARTAS PRECATÓRIAS EM MATÉRIA FISCAL DE SUA COMPETÊNCIA. Ora, verificado que se trata de lide que envolve questão atinente a tributo, a competência para processar e julgar estas ações cabe à Vara Fiscal, conforme fundamentação retro.

Pelo Exposto, declaro-me absolutamente incompetente para processar e julgar o presente processo determinando seja o mesmo redistribuído para a 3º Vara de Execução Fiscal, por onde deve ser processado e julgado. Belém, 18 de junho de 2019. Andrea Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital. .

PROCESSO: 00255257920108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010388648 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:MAURO RAIMUNDO BARROS DE SOUZA Representante(s): OAB 14035 - JOSE FELIPE DE PAULA BASTOS JUNIOR (ADVOGADO) AFONSO BRAGA ELIAS CHRISTO (ADVOGADO) REU:IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 11273 - VAGNER ANDREI TEIXEIRA LIMA (PROCURADOR(A)) . DESPACHO

Tendo em vista a notícia do possível falecimento do Autor (fl. 128), devolvo os autos à UPJ determinando a expedição de ofício aos cartórios de registro civil de nascimento e óbito da capital, solicitando informações sobre o registro de óbito de MAURO RAIMUNDO BARROS DE SOUZA, filho de Eufrázio Alves de Souza e Maria das Dores Barros de Souza, requisitando, na oportunidade, a cópia respectiva. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Belém, 18 de junho de 2019 Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00320307720128140301 PROCESSO ANTIGO: ---

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:ISABEL EMILIA DE OLIVEIRA CARDOSO Representante(s): OAB 14899 - ANA CLAUDIA CONCEICAO MOREIRA (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA. SENTENÇA

Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO ajuizada por ISABEL EMÍLIA DE OLIVEIRA em face do ESTADO DO PARÁ, partes qualificadas. Tendo em vista a paralisação da marcha processual, determinou-se a intimação do(s) autor(es) para promover o andamento do feito. Houve despacho intimando para cumprimento da diligência sob pena de extinção (fl. 29). A parte autora foi intimada pessoalmente a se manifestar sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento e manteve-se inerte (certidão de fl. 32). Relatei. Decido. O novo Código de Processo Civil assim dispõe: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias.

Verificada a paralisação da marcha processual e em obediência ao comando legal citado, este Juízo determinou a intimação do(s) Requerente(s) para manifestar(em) interesse quanto ao prosseguimento do feito. Em que pese a intimação pessoal, o autor se manteve inerte, de forma que se impõe a extinção do processo Dispositivo. Ex positis, de acordo com o art. 485, inciso II do CPC/2015, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Custas pelas partes autoras, bem como honorários que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) com exigibilidade suspensa em razão do deferimento da justiça gratuita. Escoado o prazo de recurso sem manifestação, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 14 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00323203320098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910696284 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Sumário em: 18/06/2019---REU:ESTADO DO PARA Representante(s): SIMONE SANTANA FERNANDEZ DE BASTOS (ADVOGADO) AUTOR:MARIA DE NAZARE DA SILVA MUNIZ Representante(s): OAB 14261 - SILAS DUTRA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 13671 - GILVANA RODRIGUES PEREIRA (ADVOGADO) DRª. GILVANA MACHADO RODRIGUES (ADVOGADO) . DESPACHO R.h. 1- Intimem-se as partes para que, em dez (10) dias, digam sobre a possibilidade de conciliação, devendo, em caso positivo, apresentar os termos respectivos. 2- Não havendo possibilidade de solução conciliada do conflito, com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes que, no mesmo prazo e oportunidade definidos no item anterior, apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. 3- Quanto às questões de fato, deverão indicar a matéria que consideram incontroversa, bem como aquela que entendem já provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegação. 4- Com relação ao restante, remanescendo controversa, deverão especificar as provas que pretendem produzir para cada fato controvertido, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência. 5- Caso requeiram prova pericial, deve ser específico o pedido, com a indicação do tipo e do objeto da perícia. Bem como, com a apresentação de quesitos para a perícia.

6- O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias. 7- Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo.

8- Com relação aos argumentos jurídicos trazidos pelas partes, deverão estar de acordo com toda a legislação vigente, bem como, o desconhecimento não poderá ser posteriormente alegado. 9- Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamentadas nas peças processuais, além de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada. 10- Após, voltem-me os autos conclusos para despacho saneador e designação de audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 357, do Código de Processo Civil, ou ainda julgamento antecipado do mérito, de acordo com o artigo 355, I, do Código de Processo Civil. 11- Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito, Auxiliar da Capital, respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00364168720118140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:TRIVALE ADMINISTRAÇAO LTDA Representante(s): OAB 111373 -

ANDREIA MOREIRA CARDOSO (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9792 - FABIO GUY LUCAS MOREIRA (PROCURADOR(A)) . SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO ajuizada por TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA em face do ESTADO DO PARÁ, partes qualificadas. Tendo em vista a paralisação da marcha processual, determinou-se a intimação do(s) autor(es) para promover o andamento do feito. Houve despacho intimando para cumprimento da diligência sob pena de extinção (fl. 201). A parte autora foi intimada pessoalmente a se manifestar sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento e manteve-se inerte (certidão de fl.204). Relatei. Decido. O novo Código de Processo Civil assim dispõe: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Verificada a paralisação da marcha processual e em obediência ao comando legal citado, este Juízo determinou a intimação do(s) Requerente(s) para manifestar(em) interesse quanto ao prosseguimento do feito. Em que pese a intimação pessoal, o autor se manteve inerte, de forma que se impõe a extinção do processo Dispositivo. Ex positis, de acordo com o art. 485, inciso II do CPC/2015, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Custas pela parte autora, bem como honorários que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) com exigibilidade suspensa em razão do deferimento da justiça gratuita. Escoado o prazo de recurso sem manifestação, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 14 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

P R O C E S S O : 0 0 5 7 8 9 2 8 4 2 0 1 1 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Embargos à Execução em: 18/06/2019---EMBARGANTE:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 7730 - GRACO IVO ALVES ROCHA COELHO (ADVOGADO) EMBARGADO:DÍGITRO TECNOLOGIA LTDA Representante(s): OAB 4117 - OLAVO RIGON FILHO (ADVOGADO) . DESPACHO R.h. 1- Intimem-se as partes para que, em dez (10) dias, digam sobre a possibilidade de conciliação, devendo, em caso positivo, apresentar os termos respectivos. 2- Não havendo possibilidade de solução conciliada do conflito, com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes que, no mesmo prazo e oportunidade definidos no item anterior, apontem, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. 3- Quanto às questões de fato, deverão indicar a matéria que consideram incontroversa, bem como aquela que entendem já provada pela prova trazida, enumerando nos autos os documentos que servem de suporte a cada alegação. 4- Com relação ao restante, remanescendo controversa, deverão especificar as provas que pretendem produzir para cada fato controvertido, justificando, objetiva e fundamentadamente, sua relevância e pertinência. 5- Caso requeiram prova pericial, deve ser específico o pedido, com a indicação do tipo e do objeto da perícia. Bem como, com a apresentação de quesitos para a perícia. 6- O silêncio ou o protesto genérico por produção de provas serão interpretados como anuência ao julgamento antecipado, indeferindo-se, ainda, os requerimentos de diligências inúteis ou meramente protelatórias. 7- Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. 8- Com relação aos argumentos jurídicos trazidos pelas partes, deverão estar de acordo com toda a legislação vigente, bem como, o desconhecimento não poderá ser posteriormente alegado. 9- Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamentadas nas peças processuais, além de todos os demais argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada. 10- Após, voltem-me os autos conclusos para despacho saneador e designação de audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 357, do Código de Processo Civil, ou ainda julgamento antecipado do mérito, de acordo com o artigo 355, I, do Código de Processo Civil. 11- Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito, Auxiliar da Capital, respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

P R O C E S S O : 0 0 5 8 6 4 7 7 4 2 0 1 2 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---AUTOR:AFONSO CARDOSO LIMA Representante(s): OAB 11054 - EDINETH DE CASTRO PIRES (ADVOGADO) REU:COMPANHIA DE TRANSPORTES DE BELEM CTBEL. SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO ajuizada por AFONSO

CARDOSO LIMA em face da CTBEL (SEMOB), partes qualificadas. Tendo em vista a paralisação da marcha processual, determinou-se a intimação do(s) autor(es) para promover o andamento do feito. Houve despacho intimando para cumprimento da diligência sob pena de extinção (fl. 22). A parte autora foi intimada pessoalmente a se manifestar sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento e manteve-se inerte (certidão de fl.24). Relatei. Decido. O novo Código de Processo Civil assim dispõe: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Verificada a paralisação da marcha processual e em obediência ao comando legal citado, este Juízo determinou a intimação do(s) Requerente(s) para manifestar(em) interesse quanto ao prosseguimento do feito. Em que pese a intimação pessoal, o autor se manteve inerte, de forma que se impõe a extinção do processo Dispositivo. Ex positis, de acordo com o art. 485, inciso II do CPC/2015, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Custas pela parte autora, bem como honorários que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) com exigibilidade suspensa em razão do deferimento da justiça gratuita. Escoado o prazo de recurso sem manifestação, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 14 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

P R O C E S S O : 0 1 2 0 0 7 7 8 5 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REQUERENTE:SINDICATO DOS MEDICOS VETERINARIOS DO PARA SIMVEPA Representante(s): OAB 5273 - JADER NILSON DA LUZ DIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. DECISÃO Vistos etc. Trata-se de ação envolvendo a cobrança de contribuição sindical. Consta dos autos decisão interlocutória reconhecendo a incompetência absoluta deste Juízo para processar a causa, determinando sua remessa à Justiça do Trabalho. Ocorre que a decisão em referência ainda não pode ser cumprida porque as discussões a respeito da matéria ainda estão sendo objeto de análise no tema 994 do STF. Por essa razão, determino o sobrestamento do processo e sua remessa à UPJ, onde ficará provisoriamente arquivado para aguardar a conclusão do julgamento que será proferido pela Suprema Corte. Intimem-se as partes, especialmente o autor para acompanhar a solução daquela controvérsia e, após, impulsionar o feito. Cumpra-se. Belém, 18 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

P R O C E S S O : 0 1 8 1 2 8 4 8 5 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REQUERENTE:LOCALIZA RENT A CAR S/A Representante(s): OAB 20780 - FRANCISCO DE CARVALHO DIAS NETO (ADVOGADO) OAB 17661 - SILOMAR ATAIDES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:DAYSE DE GODOY CRUZ REQUERIDO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN. SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO ajuizada por LOCALIZA RENT A CAR S/A em face do DETRAN, partes qualificadas. Tendo em vista a paralisação da marcha processual, determinou-se a intimação do(s) autor(es) para promover o andamento do feito. Houve despacho intimando para cumprimento da diligência sob pena de extinção (fl. 115). A parte autora foi intimada pessoalmente a se manifestar sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento e manteve-se inerte (certidão de fl.118). Relatei. Decido. O novo Código de Processo Civil assim dispõe: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Verificada a paralisação da marcha processual e em obediência ao comando legal citado, este Juízo determinou a intimação do(s) Requerente(s) para manifestar(em) interesse quanto ao prosseguimento do feito. Em que pese a intimação pessoal, o autor se manteve inerte, de forma que se impõe a extinção do processo Dispositivo. Ex positis, de acordo com o art. 485, inciso II do CPC/2015, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Custas pela parte autora, bem como honorários que fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) com exigibilidade suspensa em razão do deferimento da justiça gratuita. Escoado o prazo de recurso sem manifestação, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 14 de

junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00232405820108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010350390 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REU: M. B.

AUTOR: M. A. C. O. S.

Representante(s):

OAB 13610-B - ANDREA BARRETO RICARTE DE OLIVEIRA (DEFENSOR)

OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

RESENHA: 18/06/2019 A 18/06/2019 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 1ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

PROCESSO: 00041209720008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010057570 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Processo Cautelar em: 18/06/2019---REU:SETRAN ADVOGADO:CHRISTIANNE PENEDO DANIN AUTOR:MENDES JUNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A. ADVOGADO:MARIA ELIZABETH MARTINS DA C.A.AMARAL ADVOGADO:WILSON CARLOS VILANI. SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO CAUTELAR ajuizada por MENDES JUNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A em face do ESTADO DO PARÁ, partes qualificadas. Narra a inicial, em síntese, que a autora participou da Concorrência veiculada pelo Edital nº 005/99-AR-001, cujo objeto é a construção de ponte de concreto sobre o Rio Guamá. Afirma a autora que, após a publicação do referido edital, impugnou itens deste, em especial, o item 3.3.2 e que tal impugnação não foi atendida. Relata que apresentou proposta, mas que foi inabilitada por não cumprir a exigência de capacidade operacional. A autora recorreu, porem seu recurso foi indeferido. Requereu, liminarmente, que a sua proposta de preços fosse aberta na sessão seguinte do certame, em 20/03/2000, ou, alternativamente a suspensão do certame. Houve deferimento parcial da liminar pretendida. A decisão foi agravada pelo réu. O réu apresentou contestação (fls. 414-626), aduzindo ausência de interesse de agir e pugnando pela improcedência do pedido. Não houve réplica. Relatei. Decido. Ab initio, observo que o feito em apreço não observa a ordem cronológica de julgamento prevista no art. 12, caput, do NCPC, tendo em vista a regra de exceção prevista no § 2º, IV, do mesmo dispositivo. O novo Código de Processo Civil determina, em seu art. 17 que "para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade". O interesse de que trata a norma resume-se ao que doutrinariamente costuma-se chamar de binômio necessidade-utilidade: há interesse processual somente quando é necessário exercer o direito postulatório para se alcançar determinado resultado e, quando o que se pede seja útil para o sujeito que o requer. Segundo Wambier o ¿interesse processual nasce, portanto, da necessidade da tutela jurisdicional do Estado, invocada pelo meio adequado, que determinará o resultado útil pretendido, do ponto de vista processual¿. Caso haja carência de um ou mais das condições da ação então o juiz ficará impedido de julgar o próprio mérito da ação, pois, se não preenchidos, impedem a condução do processo para a avaliação final.

Dito isto, entendo que o interesse processual não persiste no caso em apreço. O objeto da licitação se exauriu com o encerramento do procedimento licitatório, com a respectiva homologação e adjudicação do seu objeto e com a prestação do serviço licitado, há muito concretizada. Dispositivo. Firme nessas razões, JULGO EXTINTO o processo sem julgamento do mérito na forma do art. 485, VI, do CPC, proclamando a perda de seu objeto. Sem custas. Sem honorários. Caso não seja interposto recurso, após o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 14 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00050862020008140301 PROCESSO ANTIGO: 200010062288 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REU:ESTADO DO PARA ADVOGADO:SILVIO SOUZA AUTOR:MENDES JUNIOR TRADING E ENG.S.A. REU:COMISSAO DE LICITACAO DO SETRAN. SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO ajuizada por MENDES JUNIOR TRADING E ENGENHARIA S.A em face do ESTADO DO PARÁ, partes qualificadas. Narra a inicial, em síntese, que a autora participou da Concorrência veiculada pelo Edital nº 005/99-AR-001, cujo objeto é a construção de ponte de concreto sobre o Rio Guamá. Relata que apresentou proposta, mas que foi inabilitada por não cumprir a exigência de capacidade operacional. A autora recorreu, porem seu recurso foi indeferido. Requereu a concessão de tutela antecipada para garantir a sua participação em todas as fases do certame. Houve o indeferimento da antecipação de tutela pretendida. Relatei. Decido. Ab initio, observo que o feito em apreço não observa a ordem cronológica de julgamento prevista no art. 12, caput, do NCPC, tendo em vista a regra de exceção prevista no § 2º, IV, do mesmo dispositivo. O novo Código de Processo Civil determina, em seu art. 17 que "para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade". O interesse de que trata a norma resume-se ao que doutrinariamente costuma-se chamar de binômio necessidade-utilidade: há interesse processual somente quando é necessário exercer o direito postulatório para se alcançar determinado resultado e, quando o que se pede seja útil para o sujeito que o requer. Segundo Wambier o ¿interesse processual nasce, portanto, da necessidade da tutela jurisdicional do Estado, invocada pelo meio adequado, que determinará o resultado útil pretendido, do ponto de vista processual¿. Caso haja carência de um ou mais das condições da ação então o juiz ficará impedido de julgar o próprio mérito da ação, pois, se não preenchidos, impedem a condução do processo para a avaliação final. Dito isto, entendo que o interesse processual não persiste no caso em apreço. O objeto da licitação se exauriu com o encerramento do procedimento licitatório, com a respectiva homologação e adjudicação do seu objeto e com a prestação do serviço licitado, há muito concretizada. Dispositivo. Firme nessas razões, JULGO EXTINTO o processo sem julgamento do mérito na forma do art. 485, VI, do CPC, proclamando a perda de seu objeto. Sem custas. Sem honorários. Caso não seja interposto recurso, após o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 14 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00173353719988140301 PROCESSO ANTIGO: 199810273691 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Mandado de Segurança Cível em: 18/06/2019---REU:COHAB Representante(s): NEY TAPAJOS F. FRANCO (ADVOGADO) AUTOR:AMANCIO BARBOSA CARVALHO Representante(s): OAB 2413 - JOSE DA SILVA SALDANHA (ADVOGADO) INOCENCIO PAMPLONA (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos etc.

Cuida-se de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por AMANCIO BARBOSA CARVALHO em face de ato que atribui ao DIRETOR DA COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO PARÁ, partes qualificadas.

Tendo em vista a paralisação da marcha processual, foi determinada a intimação do(a) impetrante para manifestar interesse no prosseguimento do feito. À fl. 37, consta certidão informando que o(a) impetrante não foi intimado(a) porque mudou de endereço. Relatei. Decido. O novo Código de Processo Civil assim dispõe: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Verificada a paralisação da marcha processual e em obediência ao comando legal citado, este Juízo determinou a intimação do(a) Requerente para manifestar interesse quanto ao prosseguimento do feito. A intimação, no entanto, não chegou a ser concretizada, pois, o(a)(s) impetrante(s) não foi(ram) encontrado(a)(s) no local declinado nos autos (fl. 37). Ora, a informação de endereço em que a parte poderá ser encontrada e intimada sobre os atos e termos do processo constitui requisito básico da petição inicial, nos termos do art. 319, II, do CPC/2015. Qualquer mudança de endereço deve ser comunicada ao Juízo, sob pena de se considerarem válidas as intimações dirigidas ao endereço desatualizado, conforme preceitua o art. 274, parágrafo único, do CPC/2015. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de

entrega da correspondência no primitivo endereço. No caso dos autos, consta que a parte impetrante mudou-se de endereço sem comunicar o Juízo, o que atrai, por consequência, a aplicação da norma em apreço. A jurisprudência tem considerado válida a intimação realizada nessas circunstancias, conforme se dessume dos arestos que seguem colacionados: EXTINÇÃO DO FEITO. ABANDONO. INTIMAÇÃO PESSOAL. CORREIO. VALIDADE. MUDANÇA DE ENDEREÇO. 1. É válida a intimação pessoal realizada pelo correio, nos termo do art. 238 do CPC. 2. Cumpre às partes manter atualizados seus dados junto ao juízo. 3. A mudança de endereço pela autora, não comunicada ao juízo, não pode invalidar a intimação pessoal realizada no endereço fornecido nos autos. 4. Abandono configurado. 5. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 00057023920098260477 SP 0005702-39.2009.8.26.0477, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 30/07/2015, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 31/07/2015) ABANDONO DE CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. INTIMAÇÃO PESSOAL. MUDANÇA DE ENDEREÇO. VALIDADE. - É possível a extinção do processo, com fulcro no artigo 267, III, do Código de Processo Civil, desde que o autor, regularmente intimado para dar seguimento ao feito, permaneça inerte, caracterizando, com isso, o abandono da causa. - As partes devem comunicar ao juízo as alterações permanentes ou temporárias de endereço. Aplicação do art. 238 do CPC. Reputa-se válida a intimação realizada no endereço declinado pelo autor na inicial, quando este deixou de informar a mudança ocorrida. - Hipótese em que há contumácia do autor, que reiteradamente deixou de promover os atos e diligências que lhe competiam. (TJ-MG - AC: 10118050036243002 MG , Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 07/08/2014, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/08/2014)

O STJ possui entendimento no mesmo sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. MUDANÇA DE ENDEREÇO. NÃO COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. INTIMAÇÃO DA PARTE. VALIDADE. RECONHECIMENTO. ART. 238 DO CPC. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no AREsp 386.319/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 15/09/2014) PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO POR CARTA. MUDANÇA DE ENDEREÇO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO AO JUÍZO. VALIDADE. 1. A jurisprudência do STJ reputa possível promover a intimação do autor para dar andamento ao processo por carta registrada, desde que não haja questionamento acerca do efetivo recebimento do comunicado, e que tal providência tenha sido requerida pelo réu. Precedentes. 2. Na hipótese de mudança de endereço pelo autor que abandona a causa, é lícito ao juízo promover a extinção do processo após o envio de correspondência ao endereço que fora declinado nos autos. 3. O Código de Ética da OAB disciplina, em seu art. 12, que "o advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos, sem motivo justo e comprovada ciência do constituinte". Presume-se, portanto, a possibilidade de comunicação do causídico quanto à expedição da Carta de Comunicação ao endereço que ele mesmo se furtara de atualizar no processo. 4. A parte que descumpre sua obrigação de atualização de endereço, consignada no art. 39, II, do CPC, não pode contraditoriamente se furtar das consequências dessa omissão. Se a correspondência enviada não logrou êxito em sua comunicação, tal fato somente pode ser imputado à sua desídia. 5. Recurso especial improvido. (REsp 1299609/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 28/08/2012) O processo, portanto, deve ser extinto. Dispositivo.

Ex positis, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, de acordo com o art. 485, inciso II do CPC/2015 Sem condenação honorária1. Custas pelo(a) impetrante, com exigibilidade suspensa em razão do benefício da gratuidade processual que ora defiro. Escoado o prazo de recurso se manifestação, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 12 de junho de 2019 Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital. 1 Súmula 512 - STF: Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança. Súmula 105 - STJ: Na ação de mandado de segurança não se admite condenação em honorários advocatícios.

PROCESSO: 00225202720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810706076 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REU:CETBEL - COMPANHIA DE TRANSPORTES DO MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): JOSE RONALDO MARTINS DE JESUS (ADVOGADO) AUTOR:RAFAEL SILVEIRA GAMERO Representante(s): ROSANGELA PAIVA (ADVOGADO) . SENTENÇA Vistos etc.

Tratam os autos de AÇÃO DE CONHECIMENTO ajuizada por RAFAEL SILVEIRA GAMERO em face de COMPANHIA DE TRANSPORTES DO MUNICIPIO DE BELEM - CTBEL. Narra a inicial, em

síntese, que o veículo da parte autora foi abordado por agentes de trânsito da CTBEL, resultando desse fato a sua apreensão, sob a justificativa de que estaria realizando transporte clandestino de passageiros.

Relata que foi lavrado o competente auto de infração e realizada a apreensão do veículo, o qual se encontra no pátio da CTBEL. Afirma que seu veículo foi ilegalmente apreendido por agentes da Autarquia Municipal e requer, em sede de liminar, a liberação deste. Houve deferimento da tutela pretendida. Citado, o réu apresentou contestação, aduzindo a ausência de pressupostos básicos à propositura, pois a autora não teria apresentada documentos aptos a embasar o direito alegado. No mérito, afirmou a legalidade da autuação e apreensão realizadas e a presunção de ilegitimidade do agente fiscalizador de trânsito. Não houve réplica à contestação. Instado, o Ministério Público se manifestou pela perda do objeto. Relatei. Decido. Ab initio, observo que o feito em apreço não observa a ordem cronológica de julgamento prevista no art. 12, caput, do NCPC, tendo em vista a regra de exceção prevista no § 2º, IV, do mesmo dispositivo. O novo Código de Processo Civil determina, em seu art. 17 que "para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade". O interesse de que trata a norma resume-se ao que doutrinariamente costuma-se chamar de binômio necessidade-utilidade: há interesse processual somente quando é necessário exercer o direito postulatório para se alcançar determinado resultado e, quando o que se pede seja útil para o sujeito que o requer. Segundo Wambier, o ¿interesse processual nasce, portanto, da necessidade da tutela jurisdicional do Estado, invocada pelo meio adequado, que determinará o resultado útil pretendido, do ponto de vista processual¿. Caso haja carência de um ou mais das condições da ação então o juiz ficará impedido de julgar o próprio mérito da ação, pois, se não preenchidos, impedem a condução do processo para a avaliação final.

Dito isto, entendo que o interesse processual não persiste no caso em apreço, considerando que a medida liminar deferida exauriu o objeto desta ação, já tendo ocorrido o a liberação do veículo. Resta patente, portanto, a perda do objeto discutido nos autos, devendo ser extinto o feito pela ausência superveniente de interesse processual. Dispositivo. Firme nessas razões, JULGO EXTINTO o processo sem julgamento do mérito na forma do art. 485, VI, do CPC, proclamando a perda de seu objeto.

Sem custas e sem honorários. Caso não seja interposto recurso, após o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 14 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00257072120098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910557402 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 18/06/2019---REU:ESTADO DO PARA SECRETARIA EXECUTIVA DE EDUCACAO SEDUC Representante(s): LORENA DE PAULA REGO SALMAN (PROCURADOR(A)) AUTOR:RAIMUNDA DOS ANJOS FERREIRA Representante(s): OAB 11480 - ANDERSON DA SILVA PEREIRA DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) . DESPACHO Vistos etc. O pedido de cumprimento de sentença formulado preenche os requisitos do art. 534 do CPC, motivo pelo qual determino seu processamento. PROCEDA-SE às alterações cadastrais que se fizerem pertinentes junto ao Libra para identificação da fase procedimental de cumprimento de sentença. INTIME-SE a Fazenda Pública na pessoa do seu representante judicial para, querendo, apresentar impugnação no prazo de 30 (trinta) dias, como incidente a estes próprios autos, oportunidade em poderá arguir qualquer das matérias listadas nos incisos do art. 535 do CPC/15. Alegando o Executado que o Exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, DEVE declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição. Destaco, ainda, que, tratando-se de impugnação parcial, a parte não questionada pela executada será, desde logo, objeto de cumprimento.

Por fim, escoado o prazo assinalado, certifique-se e, após, façam os autos conclusos para impulso oficial. Int. Belém, 13 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

PROCESSO: 00297099820148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Mandado de Segurança Cível em: 18/06/2019---IMPETRANTE:JANAINA DA MOITA NEVES Representante(s): OAB 5249 - HELIETE DE FATIMA DA MOTTA NEVES (ADVOGADO) IMPETRADO:PREFEITO MUNICIPAL DE BELEMPA Representante(s): OAB 11902 - LUCIANO SANTOS DE OLIVEIRA GOES (ADVOGADO) . SENTENÇA Processo n. 0029709-98.2014.8.14.0301 Classe: MANDADO DE SEGURANÇA

Impetrante: JANAINA DA MOITA NEVES Impetrado: PREFEITO MUNICIPAL DE BELEMPA Interessado: MUNICIPIO DE BELEM Vistos etc. JANAINA DA MOITA NEVES impetrou MANDADO DE SEGURANÇA contra ao que reputa ilegal e abusivo e atribui ao PREFEITO MUNICIPAL DE BELEMPA, partes qualificadas. Alega o Impetrante que se inscreveu no Concurso para provimento de técnico em gestão de pessoas do Instituto de Previdência e Assistência do Município de Belém - IPAMB tendo sido regularmente aprovada na 2ª (segunda) colocação do total de 2 (duas) vagas disponibilizadas. Aduz que o prazo de validade do certame, fixado em 2 (dois) anos, expirou sem que tenha sido convocada e nomeada. Pugnou pelo reconhecimento da ilegalidade perpetrada e pela concessão de tutela liminar e definitiva para o fim de assegurar sua nomeação e posse no cargo público, considerando sua aprovação dentro do número de vagas ofertadas. A inicial veio instruída com os documentos de fls. 09-74. O pleito liminar foi deferido (fls. 75-77). A autoridade coatora foi notificada e apresentou informações às fls. 117-122, aduzindo a sua ilegitimidade passiva. No mérito, pugnou pela denegação da segurança. À fl. 138, o Município de Belém veio aos autos informar que a autora foi nomeada e empossada em 25/11/2014, em cumprimento à liminar deferida, e que foi exonerada a pedido em 23/06/2015, requerendo assim a extinção do feito sem resolução de mérito face a perda de objeto. Relatei. Decido. Ab initio, observo que o feito em apreço não observa a ordem cronológica de julgamento prevista no art. 12, caput, do NCPC, tendo em vista a regra de exceção prevista no § 2º, IV, do mesmo dispositivo. O novo Código de Processo Civil determina, em seu art. 17 que "para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade". O interesse de que trata a norma resume-se ao que doutrinariamente costuma-se chamar de binômio necessidade-utilidade: há interesse processual somente quando é necessário exercer o direito postulatório para se alcançar determinado resultado e, quando o que se pede seja útil para o sujeito que o requer. Segundo Wambier o ¿interesse processual nasce, portanto, da necessidade da tutela jurisdicional do Estado, invocada pelo meio adequado, que determinará o resultado útil pretendido, do ponto de vista processual¿. Caso haja carência de um ou mais das condições da ação então o juiz ficará impedido de julgar o próprio mérito da ação, pois, se não preenchidos, impedem a condução do processo para a avaliação final. Dito isto, entendo que o interesse processual não persiste no caso em apreço, considerando que a medida liminar deferida exauriu o objeto desta ação, com a nomeação da autora, posto que esta até mesmo pediu a sua exoneração do referido cargo. Resta patente, portanto, a perda do objeto discutido nos autos, devendo ser extinto o feito pela ausência superveniente de interesse processual. Dispositivo. Firme nessas razões, JULGO EXTINTO o processo sem julgamento do mérito na forma do art. 485, VI, do CPC, proclamando a perda de seu objeto. Sem custas e sem honorários. Caso não seja interposto recurso, após o trânsito em julgado, arquive-se, observadas as formalidades legais. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 13 de junho de 2019. Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital.

P R O C E S S O : 0 0 3 2 7 0 9 1 4 2 0 1 1 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Mandado de Segurança Cível em: 18/06/2019---IMPETRANTE:CORA CORALINA ALVES DA SILVA Representante(s): OAB 6951 - ANA PAULA MONTE BRITO (ADVOGADO) IMPETRADO:PRESIDENTE DA COMISSAO ORGANIZADORA DO CONCURSO DA PROCURADORIA DO ESTADO. SENTENÇA Vistos etc. Cuida-se de MANDADO DE SEGURANÇA impetrado por CORA CORALINA ALVES DA SILVA em face de ato que atribui ao PRESIDENTE DA COMISSAO ORGANIZADORA DO CONCURSO DA PROCURADORIA DO ESTADO, partes qualificadas. Tendo em vista a paralisação da marcha processual, foi determinada a intimação do(a) impetrante para manifestar interesse no prosseguimento do feito. À fl. 57, consta certidão informando que o(a) impetrante não foi intimado(a) porque mudou de endereço. Relatei. Decido. O novo Código de Processo Civil assim dispõe: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; § 1o Nas hipóteses descritas nos incisos II e III, a parte será intimada pessoalmente para suprir a falta no prazo de 5 (cinco) dias. Verificada a paralisação da marcha processual e em obediência ao comando legal citado, este Juízo determinou a intimação do(a) Requerente para manifestar interesse quanto ao prosseguimento do feito. A intimação, no entanto, não chegou a ser concretizada, pois, o(a)(s) impetrante(s) não foi(ram) encontrado(a)(s) no local declinado nos autos (fl. 56). Ora, a informação de endereço em que a parte poderá ser encontrada e intimada sobre os atos e termos do processo constitui requisito básico da petição inicial, nos termos do art. 319, II, do CPC/2015. Qualquer mudança de endereço deve ser comunicada ao Juízo, sob pena de se considerarem válidas as intimações dirigidas ao endereço desatualizado, conforme preceitua o art. 274, parágrafo único, do CPC/2015. Art.

274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. No caso dos autos, consta que a parte impetrante mudou-se de endereço sem comunicar o Juízo, o que atrai, por consequência, a aplicação da norma em apreço. A jurisprudência tem considerado válida a intimação realizada nessas circunstancias, conforme se dessume dos arestos que seguem colacionados: EXTINÇÃO DO FEITO. ABANDONO. INTIMAÇÃO PESSOAL. CORREIO. VALIDADE. MUDANÇA DE ENDEREÇO. 1. É válida a intimação pessoal realizada pelo correio, nos termo do art. 238 do CPC. 2. Cumpre às partes manter atualizados seus dados junto ao juízo. 3. A mudança de endereço pela autora, não comunicada ao juízo, não pode invalidar a intimação pessoal realizada no endereço fornecido nos autos. 4. Abandono configurado. 5. Recurso não provido. (TJ-SP - APL: 00057023920098260477 SP 0005702-39.2009.8.26.0477, Relator: Melo Colombi, Data de Julgamento: 30/07/2015, 14ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 31/07/2015) ABANDONO DE CAUSA. EXTINÇÃO DO PROCESSO. INTIMAÇÃO PESSOAL. MUDANÇA DE ENDEREÇO. VALIDADE. - É possível a extinção do processo, com fulcro no artigo 267, III, do Código de Processo Civil, desde que o autor, regularmente intimado para dar seguimento ao feito, permaneça inerte, caracterizando, com isso, o abandono da causa. - As partes devem comunicar ao juízo as alterações permanentes ou temporárias de endereço. Aplicação do art. 238 do CPC. Reputa-se válida a intimação realizada no endereço declinado pelo autor na inicial, quando este deixou de informar a mudança ocorrida. - Hipótese em que há contumácia do autor, que reiteradamente deixou de promover os atos e diligências que lhe competiam. (TJ-MG - AC: 10118050036243002 MG , Relator: Tiago Pinto, Data de Julgamento: 07/08/2014, Câmaras Cíveis / 15ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 14/08/2014) O STJ possui entendimento no mesmo sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE ARGUMENTO CAPAZ DE ALTERAR O JULGADO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. MUDANÇA DE ENDEREÇO. NÃO COMUNICAÇÃO AO JUÍZO. INTIMAÇÃO DA PARTE. VALIDADE. RECONHECIMENTO. ART. 238 DO CPC. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg no AREsp 386.319/SP, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 02/09/2014, DJe 15/09/2014) PROCESSO CIVIL. EXTINÇÃO DO PROCESSO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO POR CARTA. MUDANÇA DE ENDEREÇO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO AO JUÍZO. VALIDADE. 1. A jurisprudência do STJ reputa possível promover a intimação do autor para dar andamento ao processo por carta registrada, desde que não haja questionamento acerca do efetivo recebimento do comunicado, e que tal providência tenha sido requerida pelo réu. Precedentes. 2. Na hipótese de mudança de endereço pelo autor que abandona a causa, é lícito ao juízo promover a extinção do processo após o envio de correspondência ao endereço que fora declinado nos autos. 3. O Código de Ética da OAB disciplina, em seu art. 12, que "o advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo os feitos, sem motivo justo e comprovada ciência do constituinte". Presume-se, portanto, a possibilidade de comunicação do causídico quanto à expedição da Carta de Comunicação ao endereço que ele mesmo se furtara de atualizar no processo. 4. A parte que descumpre sua obrigação de atualização de endereço, consignada no art. 39, II, do CPC, não pode contraditoriamente se furtar das consequências dessa omissão. Se a correspondência enviada não logrou êxito em sua comunicação, tal fato somente pode ser imputado à sua desídia. 5. Recurso especial improvido. (REsp 1299609/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/08/2012, DJe 28/08/2012) O processo, portanto, deve ser extinto. Dispositivo.

Ex positis, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, de acordo com o art. 485, inciso II do CPC/2015 Sem condenação honorária1. Custas pelo(a) impetrante, com exigibilidade suspensa em razão da gratuidade processual que ora defiro. Escoado o prazo de recurso se manifestação, arquivem-se, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 06 de junho de 2019 Andréa Ferreira Bispo Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda da Capital. 1 Súmula 512 - STF: Não cabe condenação em honorários de advogado na ação de mandado de segurança. Súmula 105 - STJ: Na ação de mandado de segurança não se admite condenação em honorários advocatícios.

P R O C E S S O : 0 0 5 5 5 7 8 6 8 2 0 1 1 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREA FERREIRA BISPO Ação: Procedimento

ordinário em: 18/06/2019---AUTOR:KATIA SIMONE DE MORAIS Representante(s): OAB 12480 - FILIPE CHARONE TAVARES LOPES (ADVOGADO) OAB 13312 - MARCUS LIVIO QUINTAIROS GALVAO (ADVOGADO) REU:COMPANHIA DE TRANSPORTES DO MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): OAB 20275 - ELDEN BORGES SOUZA (ADVOGADO) . 1 DESPACHO VISTOS ETC. Remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça para processamento da irresignação recursal. Cumpra-se. Belém (PA), 12 de junho de 2019. ANDREA FERREIRA BISPO Juíza de Direito, auxiliar da capital, Respondendo pela 1ª Vara de Fazenda

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 1ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

P R O C E S S O : 0 0 0 7 4 5 0 7 1 2 0 1 1 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA SEQUEIRA ZURITA GAMA MALCHER Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---AUTOR:FRANCISCO ELI DE SOUSA OLIVEIRA Representante(s): OAB 7895 - TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): SERGIO OLIVA REIS (PROCURADOR(A)) AUTOR:GUILHERME ANTENOR AZEVEDO DA COSTA E OUTROS Representante(s): OAB 7895 - TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte embargada para apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias, com fulcro no art. 1023, §2º do CPC. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 28 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

Número do processo: 0831986-15.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: BANCO CNH INDUSTRIAL CAPITAL S.A. Participação: ADVOGADO Nome: STEPHANY MARY FERREIRA REGIS DA SILVAOAB: 612 Participação: REQUERIDO Nome: ESTADO DO PARATrata-se de Ação Monitória ajuizada por Banco CNH Capital S/A em desfavor da Secretaria de Estado de Agricultura. Dispõe o Código de Organização Judiciário Estadual ? Lei nº 5.008/1981: Art. 111 - Como Juízes da Fazenda Pública, compete-lhes:I - Processar e julgar:a) as causas em que a Fazenda Pública do Estado ou dos Municípios forem interessadas como autora, ré, assistente ou oponentes, as que dela forem dependentes, acessórias e preventivas; Por outro lado, conforme leciona Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, in Código de processo civil comentado, ?Fazenda Pública é a Administração Pública por qualquer de suas entidades da administração direta: União, Estados e Municípios.? Destarte, a presença da Secretaria de Estado de Agricultura no polo passivo da demanda torna competente a Vara Especializada para processar e julgar o presente feito. Neste sentido, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará assim decidiu: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA. REJEITADA. SERVIDOR PÚBLICO TEMPORÁRIO. INADIMPLEMENTO NO PAGAMENTO DE VENCIMENTO E VANTAGENS. CARACTERIZADO. VALOR DEVIDO. REDUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1 - Compete a Justiça Comum (Varas da Fazenda Pública) processar e julgar as demandas entre a Administração Pública e os seus servidores públicos temporários, devido o caráter jurídico-administrativo da relação jurídica existente. 2 - Ficando caracterizado o inadimplemento da administração pública no pagamento dos vencimentos e vantagens dos seus servidores, deve ser acolhida a demanda que objetiva a cobrança dos vencimentos e vantagens devidas, por força do efetivo exercício do cargo.3 - O valor da condenação não pode ser alterado quando não é impugnado pelo recorrente na apelação interposta, ex vi art. 515 do CPC.4 - Recurso conhecido e improvido à unanimidade.(200730064819, 69017, Rel. DAHIL PARAENSE DE SOUZA, Órgão Julgador 2ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA, Julgado em 12/11/2007, Publicado em 20/11/2007) Consequentemente, o presente litígio deve ser processado perante as Varas de Fazenda

Pública, ressalvada a competência das varas privativas de matéria fiscal, conforme impõe o art. 111, inciso I do Código Judiciário do Estado do Pará. Ademais, o art. 2º, inciso X da Resolução nº 023/2007, de 13 de maio de 2007, transformou a 8ª Vara Cível em ?10ª Vara Cível da Capital?, alterando sua competência para processar e julgar somente os feitos do cível, comércio e sucessões. Assim sendo, ao excluir da competência desta vara os feitos referentes à Fazenda Pública, determino que os presentes autos sejam encaminhados para redistribuição, dando-se baixa na distribuição. Intime-se. Belém, 15 de maio de 2019 Marielma Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 1ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

PROCESSO: 00053992820018140301 PROCESSO ANTIGO: 200110067611 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA SEQUEIRA ZURITA GAMA MALCHER Ação: Mandado de Segurança Cível em: 28/06/2019---ADVOGADO:EDUARDO FALESI REU:PRESIDENTE DO I P A S E P AUTOR:RONALD DIAS FERREIRA Representante(s): OAB 9434 - EDUYGES MARIA ARAUJO PEREIRA (ADVOGADO) OAB 9434 - EDUYGES MARIA ARAUJO PEREIRA (ADVOGADO) INTERESSADO:ROSEANA DE NAZARE AMANAJAS Representante(s): OAB 3594 - MARIA DA CONSOLACAO M R DE ALBUQUE (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte embargada para apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias, com fulcro no art. 1023, §2º do CPC. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 28 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00065682120128140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA SEQUEIRA ZURITA GAMA MALCHER Ação: Mandado de Segurança Cível em: 28/06/2019---IMPETRANTE:RAYMUNDO DE SOUZA TENORIO Representante(s): OAB 9083 - ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA (ADVOGADO) IMPETRADO:IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA Representante(s): GILSON ROCHA PIRES (PROCURADOR(A)) OAB 12858 - TENILI RAMOS PALHARES MEIRA (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 28 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00236287020138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA SEQUEIRA ZURITA GAMA MALCHER Ação: Monitória em: 28/06/2019---REQUERENTE:LOCAVEL SERVICOS LTDA Representante(s): OAB 8553 - MARCELO ARAUJO SANTOS (ADVOGADO) OAB 16420 - TIAGO NASSER SEFER (ADVOGADO) REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM Representante(s): OAB 11271 - GUSTAVO AZEVEDO ROLA (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 28 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 2ª VARA DA FAZENDA

RESENHA: 25/06/2019 A 26/06/2019 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 2ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

PROCESSO: 00001113720088140301 PROCESSO ANTIGO: 200810003498 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019---REU:ESTADO DO PARA Representante(s): MARIA ELISA BRITO LOPES (ADVOGADO) AUTOR:P. S. S. S. AUTOR:P. S. S. S. Representante(s): OAB 24610 - MARIA IZABEL ZEMERO (ADVOGADO) MARCOS MARQUES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) AUTOR:MARIA LIDIANE MONTEIRO SODRE Representante(s): OAB 18478 - MARCO ANTONIO MIRANDA DOS SANTOS (ADVOGADO) MARCOS MARQUES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso XXII, do Provimento 006/2006 da CRMB, intimem-se as partes sobre o retorno dos autos do E. Tribunal de Justiça do Pará, a fim de que, querendo, procedam aos requerimentos que entenderem pertinentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Belém, 25 de junho de 2019 UPJ das Varas da Fazenda

PROCESSO: 00129546720128140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019---AUTOR:ERISVANIA GOMES DE LIMA Representante(s): OAB 8514 - ADRIANE FARIAS SIMOES (ADVOGADO) OAB 13085 - MARIA CLAUDIA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): ROGERIO ARTHUR FRIZA CHAVES (PROCURADOR(A)) REU:SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE E LAZER. ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 25 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00250002020148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019---AUTOR:ELENI DUARTE DA SILVA Representante(s): OAB 13610-B - ANDREA BARRETO RICARTE DE OLIVEIRA (DEFENSOR) REU:INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA IGEPREV Representante(s): OAB 12858 - TENILI RAMOS PALHARES MEIRA (PROCURADOR(A)) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): SIMONE SANTANA FERNANDEZ DE BASTOS (PROCURADOR(A)) . Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso II, do Provimento 006/2006 da CRMB, adaptado ao CPC/2015, manifeste-se a parte autora sobre a(s) contestação(ões) apresentada(s), no prazo de 15(quinze) dias. Intime-se. Belém, 25 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00001344020098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910002407 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Mandado de Segurança Cível em: 26/06/2019---IMPETRANTE:CARLOS BARTOLOMEU ARAUJO LINS Representante(s): OAB 13209 - MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES (ADVOGADO) OAB 12422 - MARCIO PINTO MARTINS TUMA (ADVOGADO) MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAES (ADVOGADO) IMPETRADO:IGEPREV - INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 13041 - ADRIANA MOREIRA ROCHA BOHADANA (PROCURADOR(A)) TENILI RAMOS PALHARES (ADVOGADO) GILSON ROCHA PIRES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-

CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00005784420158140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:RUDD NASCIMENTO ANAISSE Representante(s): OAB 17442 - LAURA CAROLLINE BASTOS DE LIMA (ADVOGADO) OAB 18380 - THAYNA MEDEIROS DOS SANTOS (ADVOGADO) REU:PREFEITURA MUNICIPAL DE BELEM Representante(s): OAB 253829 - CARLA TRAVASSOS PUGA REBELO (PROCURADOR(A)) REU:IPAMB INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE BELEM. ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00010237820108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010014368 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019---REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 1629 - MARGARIDA MARIA RODRIGUES F. DE CARVALHO (PROCURADOR(A)) AUTOR:BERNADETE DE LOURDES RABELO NOGUEIRA Representante(s): OAB 8286 - MAURO AUGUSTO RIOS BRITO (ADVOGADO) OAB 10563 - PAULO ROMERO FAGUNDES JUNIOR (ADVOGADO) OAB 22449 - JESSICA PARACAMPO SEREJO (ADVOGADO) DAVI COSTA LIMA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00127522120108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010194235 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:ANA CLAUDIA NASCIMENTO GOMES Representante(s): OAB 17881 - NAYARA GOMES SOUZA AMPUERO (ADVOGADO) ROBERTA DANTAS DE SOUSA CALDAS (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA SECRETARIA EXECUTIVA DE ESPORTE E LAZER - SEEL. ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00165276620018140301 PROCESSO ANTIGO: 198910143164 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019---EMBARGANTE:ESTADO DO PARA ADVOGADO:OPHIR CAVALCANTE JUNIOR EMBARGADO:CAELCONST ENG E PROJETOS LTDA Representante(s): OAB 2409 - DAVI JOSE DOS SANTOS PAES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00191542220148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Sumário em: 26/06/2019---AUTOR:SEBASTIANA CONCEICAO SILVA SOUZA

Representante(s): OAB 17862 - JORGEANA DANIELLY RIOS BRITO RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 19059 - JOIANE SOARES NUNES WANWEYL (ADVOGADO) OAB 21690 - ANA PATRICIA MACEDO DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 22449 - JESSICA PARACAMPO SEREJO (ADVOGADO) REU:MUNICIPIO DE BELEM. ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00303565620098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910659159 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Nunciação de Obra Nova em: 26/06/2019---REU:PRIMEIRA IGREJA BATISTA DA AMAZONIA Representante(s): OAB 13949 - STEPHAN FERNANDES HOUAT (REPRESENTANTE/NOTICIANTE) OAB 13134 - ANTONIO DOS SANTOS GAMA JUNIOR (ADVOGADO) AUTOR:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): IRLANA RITA DE CARVALHO CHAVES RODRIGUES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00397360720098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910890597 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 3569 - CELSO PIRES CASTELO BRANCO (PROCURADOR(A)) AUTOR:FERNANDO MAURICIO DE SOUSA VALE Representante(s): OAB 7119 - MARIA ISABEL CALDAS BRASIL (ADVOGADO) OAB 19601 - LUANA CALDAS BRASIL (ADVOGADO) JOSE ACREANO BRASIL JUNIOR (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00493628620148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:CLAUDIO SALES DE MATOS Representante(s): OAB 11148 - ELIELSON NAZARENO CARDOSO DE SOUZA (ADVOGADO) REU:PRESIDENTE DO INSTITUTO DE PREVIDENCIA E ASSISTENCIA DO MUNICIPIO DE BELEMIPAMB Representante(s): OAB 253829 - CARLA TRAVASSOS PUGA REBELO (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 01180685320168140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:MARIA CELIA COSTA ROCHA Representante(s): CLIMERIO MACHADO DE MENDONCA NETO (DEFENSOR) OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REU:INSTITUTO DE ASSISTÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO PARÁ Representante(s): OAB 14023 - NINIVE FACIOLA NAIF DAIBES (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado.

(Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

Número do processo: 0828837-11.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: OSVALDO CELIO TAVARES ALVES Participação: ADVOGADO Nome: MARIANA NONATO OLIVEIRA ALVESOAB: 12529/PA Participação: AUTOR Nome: HANGS BURGS LANCHES LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: MARIANA NONATO OLIVEIRA ALVESOAB: 12529/PA Participação: RÉU Nome: MUNICIPIO DE BELEM Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARA ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO2ª Vara da Fazenda da Comarca da CapitalProcesso: 0828837-11.2018.8.14.0301Classe: Procedimento Comum CívelAssunto: [Posturas Municipais]Autores: OSVALDO CÉLIO TAVARES ALVES e HANGS BURGS LANCHES LTDA. - MERéus: MUNICÍPIO DE BELÉM e ESTADO DO PARÁ DESPACHO-MANDADO Conforme pedido do Autor de ID 4881080, admito o ingresso da pessoa jurídicaHANGS BURGS LANCHES LTDA. ? ME no polo ativo da lide, devendo a empresa ser intimada eletronicamente de todos os atos relativos ao presente feito, na pessoa do advogado de seu sócio administrador (ora coautor).CITE-SE, eletronicamente, oESTADO DO PARÁ, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, apresentar defesa, sob pena de serem tidos por verdadeiros os fatos alegados na inicial (arts. 180, 335 e 344, todos do CPC). Fica dispensada a designação de audiência de conciliação ou mediação, sem prejuízo de sua designação posterior, nos termos do art. 334, §4°, II c/c art. 139, VI, ambos do CPC.Vindo aos autos resposta, se o Réu alegar qualquer das matérias do artigo 337 do CPC, dê-se vista à parte autora, por meio de seu representante, para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias (art. 351, CPC).Após, com ou sem réplica, certifique-se e dê-se ciência ao Ministério Público.Servirá a presente decisão como Mandado de CITAÇÃO (Provimentos n° 03 e 11/2009, da CJRMB-TJE/PA).Cumpra-se, na forma da Lei n° 11.419/2006. Belém, 20 de março de 2019. JOÃO BATISTA LOPES DO NASCIMENTOJuiz da 2ª Vara da Fazenda da CapitalAssinado DigitalmenteA5

Número do processo: 0819799-09.2017.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: HOSP - LOG COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA Participação: ADVOGADO Nome: VALERIA DE PAULA THOMAS DE ALMEIDAOAB: 131919/SP Participação: REQUERIDO Nome: SESMA-SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E MEIO AMBIENTE Participação: REQUERIDO Nome: MUNICÍPIO DE BELÉM ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO2ª Vara da Fazenda da Comarca da Capital Processo: 0819799-09.2017.8.14.0301Classe: MonitóriaAssunto: [Duplicata]Autora:HOSP ? LOG COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.Réu: MUNICÍPIO DE BELÉM DESPACHOTrata-se de Ação Monitória ajuizada porHOSP ? LOG COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.em face deMUNICÍPIO DE BELÉM.Seguramente não existem vícios formais no processo; as partes estão assistidas por procuradores judiciais com habilitação, satisfazendo a determinação do art. 104, do Código de Processo Civil. Do mesmo modo, vê-se que a ritualística ? o procedimento ? foi aplicada em sua inteireza, com observância dos comandos processuais pertinentes: distribuição da petição inicial, citação e embargos monitórios.A controvérsia existente nos autos não demanda maior dilação probatória, sendo que os argumentos suscitados pelas partes constituem discussão meritória a serem enfrentados em sentença.Ainda, é certo que a oportunidade para juntada de documentos pelas partes se dá no momento de seu comparecimento no processo, isto é, ao Autor com a inicial e, ao Réu com a apresentação da defesa.Deste modo, entendo que o feito já se encontra devidamente instruído,anunciando o julgamento.À UPJ, para cumprimento e adoção das providencias cabíveis quanto ao recolhimento de custas finais, nos termos do art. 26,caput, da Lei Estadual n° 8.328/2015,sea parte Autora não gozar dos benefícios de assistência judiciária ou isenção legal.Ultimadas as providências acima, com observância do disposto no art. 26, §3°, do mesmo diploma legal,retornem conclusos para sentença.Intime-se e cumpra-se.Belém, 18 de março de 2019.JOÃO BATISTA LOPES DO NASCIMENTOJuiz da 2ª Vara da Fazenda da CapitalAssinado DigitalmenteA5

UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 3ª VARA DA FAZENDA

PROCESSO: 00111543620098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910251278 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONALISA MELO DA CUNHA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REU:ESTADO DO PARA REU:IGEPREV - INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA AUTOR:JOSE ALVES ALEIXO Representante(s): OAB 8514 - ADRIANE FARIAS SIMOES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto na Ordem de Serviço de nº 001/2017-UPJ/VFAZ, bem como no Provimento 006/2006, CRMB, torno sem efeito o ato ordinatório nº 20190260318231, publicado em 28/06/2019 e intimo a parte RÉ para apresentar cópia da(s) petição(ões) de nº 20190159595565, protocolada em 25 de abril de 2019, a fim de dar regular prosseguimento ao presente feito. Int. Belém, 27 de junho de 2019. Servidor da UPJ das Varas da Fazenda.

RESENHA: 25/06/2019 A 26/06/2019 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

PROCESSO: 00007508820128140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019---AUTOR:ANA LUCIA DOS SANTOS AUTOR:LEONOR PANTOJA DOS SANTOS E OUTROS Representante(s): OAB 3887 - ANGELA DA CONCEICAO SOCORRO MOURAO PALHETA (ADVOGADO) REU:IGEPREV Representante(s): OAB 11009 - DEIVISON CAVALCANTE PEREIRA (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso XXII, do Provimento 006/2006 da CRMB, intimem-se as partes sobre o retorno dos autos do E. Tribunal de Justiça do Pará, a fim de que, querendo, procedam aos requerimentos que entenderem pertinentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Belém, 25 de junho de 2019 UPJ das Varas da Fazenda

PROCESSO: 00119210520108140301 PROCESSO ANTIGO: 201010181688 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019---REU:HOSPITAL SAUDE DA MULHER Representante(s): MARLUCE ALMEIDA DE MEDEIROS (ADVOGADO) AUTOR:MARCUS VINICIUS NUNES DA CUNHA Representante(s): OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) OAB 24789 - BARBARA IBRAHIM SANTOS (ADVOGADO) OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA BULHOES LEITE (ADVOGADO) CHRISTIANE BORGES BRUNO (ADVOGADO) AUTOR:G. H. S. C. REU:INSTITUTO DE ASSISTENCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO - IASEP Representante(s): DR. OLAVO CAMARA OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 25 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00137296220098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910299327 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Mandado de Segurança Cível em: 25/06/2019---IMPETRANTE:GILBERTO VELOSO DA SILVA Representante(s): OAB 16455 - THAIS MILENE SALOMAO FRANCO (ADVOGADO) ANDERLEY SILVA DA SILVA (ADVOGADO) IMPETRANTE:MARIA DO SOCORRO ARAUJO MATOS Representante(s): ANA AMELIA BARROS MIRANDA (ADVOGADO) IMPETRADO:PRESIDENTE DO INSTITUTO DE

GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PARA - IGEPREV IMPETRANTE:MARIA DAS GRACAS SOUZA. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso XXII, do Provimento 006/2006 da CRMB, intimem-se as partes sobre o retorno dos autos do E. Tribunal de Justiça do Pará, a fim de que, querendo, procedam aos requerimentos que entenderem pertinentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Belém, 25 de junho de 2019 UPJ das Varas da Fazenda

PROCESSO: 00179397920128140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019---AUTOR:JOANILSON MOREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 15875 - MARCOS VINICIUS COROA SOUZA (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) REU:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): BRUNO CEZAR NAZARE DE FREITAS (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso XXII, do Provimento 006/2006 da CRMB, intimem-se as partes sobre o retorno dos autos do E. Tribunal de Justiça do Pará, a fim de que, querendo, procedam aos requerimentos que entenderem pertinentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Belém, 25 de junho de 2019 UPJ das Varas da Fazenda

PROCESSO: 00287446520098140301 PROCESSO ANTIGO: 200910624798 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019---REU:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (PROCURADOR(A)) AUTOR:LYVIA MARIA DA ROCHA ALENCAR Representante(s): ROMULO RAPOSO SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao disposto no art. 1º, § 2º, inciso XXII, do Provimento 006/2006 da CRMB, intimem-se as partes sobre o retorno dos autos do E. Tribunal de Justiça do Pará, a fim de que, querendo, procedam aos requerimentos que entenderem pertinentes, no prazo de 15 (quinze) dias. Int. Belém, 25 de junho de 2019 UPJ das Varas da Fazenda

PROCESSO: 00037467720078140301 PROCESSO ANTIGO: 200710116010 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:SIOMARA SILVA SOUZA Representante(s): CRISTOVINA PINHEIRO DE MACEDO (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): SILVANA ELZA PEIXOTO RODRIGUES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00292018920138140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:FELIPE FLAVIO DE MORAES LISBOA Representante(s): OAB 14426 - JOSE DE OLIVEIRA LUZ NETO (ADVOGADO) OAB 15929 - CILENE RAIMUNDA DE MELO SANTOS (ADVOGADO) OAB 22628 - DAVI RABELLO LEAO (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 12758 - RENATA SOUZA DOS SANTOS (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 3ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

PROCESSO: 00196042320118140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA DANTAS NERY SA SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---AUTOR:TEREZINHA TRINDADE DOS SANTOS Representante(s): OAB 20394 - MARCUS VINICIUS SOUSA DOS SANTOS (ADVOGADO) REU:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): OAB 11260 - MARCELO AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO NOBRE (PROCURADOR(A)) REU:ALTAIR ANDRADE Representante(s): OAB 7947 - ROSANGELA DO SOCORRO SOUZA PAIVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Consoante o Provimento 006/2006-CJRMB, Ordem de Serviço 001/2016 e despacho de fl. 164 dos autos, fica INTIMADA a parte Autora para que no prazo de 5 dias junte os documentos solicitados pela perita, à fl. 151. Belém, 28 de junho de 2019 ADRIANA DANTAS NERY SÁ SOUZA Analista Judiciário- UPJ Varas da Fazenda Pública da Capital.

UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 4ª VARA DA FAZENDA

RESENHA: 25/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 4ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

P R O C E S S O : 0 0 1 4 9 8 3 2 2 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---REQUERENTE:ANTONIO JORGE CORDEIRO FERNANDES REQUERENTE:YAIRANZUYD ALBERTO DA SILVA E SILVA REQUERENTE:PEDRO DA COSTA MONTEIRO NERI REQUERENTE:FRANCISCO ADINALDO BORGES PEREIRA E OUTROS Representante(s): OAB 9083 - ANTONIO EDUARDO CARDOSO DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA Representante(s): THALES EDUARDO RODRIGUES PEREIRA (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

P R O C E S S O : 0 0 1 6 6 6 4 9 0 2 0 1 5 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:IZAURINA GONCALVES FARIAS Representante(s): OAB 11077 - RODRIGO CERQUEIRA DE MIRANDA (DEFENSOR) REU:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): OAB 3673 - IRLANA RITA DE CARVALHO CHAVES RODRIGUES (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

P R O C E S S O : 0 0 1 6 9 8 2 1 0 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:ROBERTINA PIMENTEL REPRESENTANTE:ROSINETE PIMENTEL Representante(s): JOSE ANIJAR FRAGOSO REI (DEFENSOR) REU:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): MARCELO AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO NOBRE (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

P R O C E S S O : 0 4 4 3 6 5 2 4 9 2 0 1 6 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Mandado de Segurança Cível em: 26/06/2019---IMPETRANTE:ALESSANDRO GONCALVES ABREU JUNIOR Representante(s): OAB 13478 - RAIMUNDO ROBSON FERREIRA (ADVOGADO) IMPETRADO:ATO DO COMANDANTE GERAL DA POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ INTERESSADO:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 3574 - THALES EDUARDO RODRIGUES PEREIRA (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 1010, §§1º e 3º, Novo Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao E. Tribunal de Justiça do Estado. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 26 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00157298420148140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---AUTOR:CLAUDEMIR GONCALVES Representante(s): OAB 9837 - RAFAEL OLIVEIRA LAURIA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:MARIA EDY LAMAR GONCALVES DE OLIVEIRA REQUERIDO:HOSPITAL NOSSA SENHORA DE GUADALUPE Representante(s): OAB 8875 - JOAO FREDERICK MARCAL E MACIEL (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE PUBLICA SESPA Representante(s): RENATA DE CASSIA CARDOSO DE MAGALHAES (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte embargada para apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias, com fulcro no art. 1023, §2º do CPC. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 27 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

PROCESSO: 00438716920128140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---AUTOR:AILTON VASCONCELOS HIANES FILHO Representante(s): OAB 8514 - ADRIANE FARIAS SIMOES (ADVOGADO) OAB 13085 - MARIA CLAUDIA SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 16932 - JOSE AUGUSTO COLARES BARATA (ADVOGADO) OAB 22330 - EDUARDA NADIA NABOR TAMASAUSKAS (ADVOGADO) OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA BULHOES LEITE (ADVOGADO) REU:ESTADO DO PARA Representante(s): AFONSO CARLOS PAULO DE OLIVEIRA JUNIOR (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO INTIME-SE a parte embargada para apresentar contrarrazões no prazo de 05 (cinco) dias, com fulcro no art. 1023, §2º do CPC. (Provimento n° 006/2006-CJRM, art. 1°, § 2°,II). Int. Belém, 27 de junho de 2019 SECRETARIA DA UPJ DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 4ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

PROCESSO: 04996942120168140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---AUTOR: W. C. R. Representante(s): OAB 11994 - JOSE ANIJAR FRAGOSO REI (DEFENSOR) REU: M. B. Representante(s): OAB 11260 - MARCELO AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO NOBRE (PROCURADOR(A))

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 4ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

PROCESSO: 00559239720128140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GUARACI DOS PASSOS PORTUGAL Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---AUTOR:HEVERALDO HELDER DE SOUZA Representante(s): OAB 14409 - WILLY MONTEIRO DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 18407 - SERGIO ESPINHEIRO ARAUJO JUNIOR (ADVOGADO) REU:SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE - SEMMA REU:MUNICIPIO DE BELEM Representante(s): MARCELO AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO NOBRE (PROCURADOR(A)) . PODER JUDICIÁRIO UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIÁRIO DAS VARAS DE FAZENDA DA CAPITAL COBRANÇA DE AUTOS Fica intimado o Sr(a) procurador(a) SERGIO ESPINHEIRO ARAUJO JUNIOR OAB/PA 18407, para, no prazo de 03(três dias), restituir os autos do

processo n.º 0055923-97.2012.8.14.0301, retirados desta secretaria na data de 29/05/2019, ficando ciente, que a não devolução dos mesmos nos prazo acima, o fato será levado ao conhecimento do juízo do feito. (Provimento nº 006/2006, art. 1º, § 2º, XXIV-CJRMB). Int. Belém, 16/08/2017. Diretor da Secretaria

UPJ DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - 5ª VARA DA FAZENDA

RESENHA: 25/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA UNICA DAS VARAS DA FAZENDA DA CAPITAL - VARA: 5ª VARA DA FAZENDA DE BELÉM

PROCESSO: 00513268420108140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MILTON PEREIRA DOS SANTOS JÚNIOR Ação: Ação Civil Pública em: 25/06/2019---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REU:PAULO ROBSON SALOMAO DE CUNHA REU:JOSE CARLOS DE MENEZES ARAUJO E OUTROS PROMOTOR:MARCO AURELIO LIMA DO NASCIMENTO REU:PEDRO PAULO FERREIRA REU:ELIZANGELA SANTIAGO BRANDAO REU:ELIENAI MOREIRA CORREA REU:ALVARO PINTO DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 4490 - JOSE OPONCIO DE OLIVEIRA FILHO (ADVOGADO) REU:EVANDRO EDUARDO SILVA Representante(s): OAB 18521 - IVAN DE JESUS CHAVES VIANA (ADVOGADO) REU:PAULO MARCIO LIMA DA MODA. ATO ORDINATÓRIO Consoante o Provimento 006/2006-CJRMB e Ordem de Serviço 001/2016, manifeste-se o autor, no prazo legal, sobre a não localização do réu, consoante certidão de fl. 104 dos autos. Belém, 25 de junho de 2019 UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS VARAS DE FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL

Número do processo: 0808462-23.2017.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: SINDICATO DOS SERV PUB DA POLICIA CIVIL DO EST DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: JADER NILSON DA LUZ DIASOAB: 73 Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DA CAPITAL5ª Vara da Fazenda Pública Proc. nº 0808462-23.2017.8.14.0301Autor: Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil do Estado do ParáRéu: Estado do Pará SENTENÇA 1 ? RelatoVistos.OSindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil do Estado do Pará,ajuizou a presente ação declaratória de nulidade de ato administrativo, deduzindo pretensão em face doEstado do Pará, tendo por objeto a declaração de nulidade de ato administrativo com reintegração de servidores exonerados indevidamente.Alegou o autor que a Corregedoria de Polícia Civil do Estado do Pará - e suas comissões internas - atuaram de forma irregular desde a promulgação da Lei Complementar nº 22/94. Para o autor, as referidas comissões, formadas para apurar infrações administrativas e criminais de servidores da Polícia Civil, não obedeceram aos ditames da Lei Complementar nº22/94, a qual dispõe que nenhum servidor poderá ser apenado por Comissões Apuradoras se os servidores que as integrarem não tiverem sido submetidos à prévia aprovação do CONSUP (Conselho Superior de Polícia Civil). O autor afirmou que o conselho somente aprovou os nomes de integrantes das comissões - após várias denúncias - em uma reunião do colegiado ocorrida em 07.03.2013. Assim, ?...as supostas infrações criminais e administrativas do período de 15/03/1994 até 07/03/2013 são nulas de pleno direito, uma vez que mais de 500 (quinhentos) Servidores Públicos da Polícia Civil do Estado do Pará, foram punidos com penas de REPREENSÃO, SUSPENSÃO e EXONERAÇÃO, cuja apurações de supostas infrações administrativas e criminais ficaram a cargo dessas COMISSÕES DE APURAÇÕES ADMINISTRATIVAS INTERNAS ? AAI, e PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, que jamais deveriam ter sido formadas, tendo em vista as inúmeras ilegalidades na formação das mesmas...? (sic, fl. 11).Requereu o demandante a nulidade dos atos de formação de todas as Comissões Apuradoras de Processos Administrativis ? PADs e Apurações Administrativas Internas ? AAIs, no período de 15/06/1994 até 07/03/2013, pelas quais os servidores da Polícia Civil foram punidos com repreensão, suspensão e exoneração. Ademais, requereu a reintegração aos cargos de todos os servidores punidos com exoneração no período mencionado, com todos os respectivos vencimentos, vantagens, progressões e promoções.Com a petição inicial juntou documentos.Devidamente citado, o Estado do Pará apresentou peça defensiva às fls. 93-101. Sustentou, inicialmente, a incidência da prescrição da pretensão autoral. Em seguida, alegou a inexistência de autorização da assembleia geral da entidade para o ajuizamento da ação, bem como a inexistência de demonstração específica das supostas nulidades, eis que o pedido do autor ser apenas genérico. Requereu, ao final, a improcedência dos pedidos autorais.Em réplica, o autor refutou as teses da defesa e

ratificou os pedidos da exordial (fls. 103-114).Instado ao debate, o Ministério Público requereu que fosse oficiado o Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Pará ?...a fim de que informe quantos PADs foram julgados no entretempo de 15.03.1994 a 07.03.2013, especificando quais as sanções aplicadas (demissão, suspensão, etc.), sem necessidade de nominar os apenados, para que se possa dimensionar in abstracto o impacto daquilo que se solicita à exordial...? (sic, fl. 117).É o relato necessário. Decido.2 ? Fundamentos 2.1 Considerações IniciaisDe plano, interessa consignar que, de fato, esta ação se enquadra na esfera de competência desta 5ª Vara de Fazenda da Capital, eis que foram veiculados interesses jurídicos de feitio coletivo.Ademais, infere-se que o feito está apto a ser julgado, eis que, diante das alegações e das questões de fato expostas pelas partes, será desnecessária a produção de outras provas, ensejando o julgamento antecipado da lide na forma do art. 355, I do CPC. 2.2- Preliminar. Inépcia da Petição InicialSegundo a dicção inciso I do §1º do art. 330, do CPC, ter-se-á a inépcia da petição de inicial quando lhe faltar pedido ou causa de pedir.No caso em apreciação, denota-se que a entidade sindical aforou um pedido de tutela jurisdicional cuja principal característica, em relação aos beneficiários, é a sua indeterminação. É que, conforme a narrativa inserida na petição de ingresso, a entidade sindical buscou defender os direitos de servidores que teriam sido punidos (exonerados, suspensos etc.) em procedimento administrativo efetuado em desacordo com a Lei Complementar nº 22/1994, a qual estabelece as normas de organização, as competências, as garantias, os direitos e os deveres dos integrantes da Polícia Civil do Estado do Pará.Todavia, da leitura da petição de ingresso é impossível saber quem seriam os prejudicados e/ou beneficiados pelas decisões administrativas tidas como ilegais. É que, para o demandante, absolutamente todos os atos praticados pelos membros das comissões administrativas seriam passíveis de nulidade. Porém, nem sequer foi relatado um único caso no qual o servidor tenha sido exonerado ou sofrido outra punição em decorrência da atuação das comissões administrativas que, supostamente, foram constituídas de forma ilegal.Vale dizer que as comissões que apuram atos de transgressões disciplinares não possuem o poder de decisão, ou seja, tais comissões não deliberam sobre as eventuais punições aplicadas aos servidores. Esse poder, conforme dispõe a norma que rege a carreira dos policiais civis, é conferido apenas ao Delegado Geral e ao Chefe do Poder Executivo, conforme a gravidade da conduta, nos termos do art. 98 da Lei Complementar nº 022/94. Nesse panorama, é evidente que a narrativa do autor é extremamente genérica e, por isso, não se coaduna com o pedido formulado. Não seria possível afirmar, de antemão, que toda e qualquer punição ocorrida no período compreendido entre 1993 e 2013 estaria eivada de ilegalidade e/ou de irregularidade. Ademais, em muitos casos poderia ter sido consubstanciada a prescrição e, além disso, se aceita a tese do autor, até mesmo os casos que não resultaram em punição deveriam ser revistos. Portanto, não é possível supor, por simples presunção, que todos os atos administrativos praticados naquele período tenham sido juridicamente contaminados.Mesmo considerando que as ações coletivas tenham por escopo atender ao interesse jurídico de um conjunto de indivíduos que, por vezes, não são identificáveis de plano, é imprescindível que, ao menos algumas ou uma situação de fato, sirva como exemplo da situação fático-jurídica tida como ilegal ou irregular.Contudo, neste feito, nenhum caso específico foi relatado, nenhum nome de servidor foi referido; nem mesmo uma notícia de jornal com algum conteúdo sobre nomes de pessoas foi aditada ao processo. Existe tão-somente a menção às punições. Nada mais.Como é de ciência geral, em sede de primeiro grau, a maior parte das teses jurídicas são reconhecidas a partir de situações de fato. Afinal, nesse campo de atuação, os julgamentos atendem a casos concretos, de modo que não funcionam como exercícios doutrinários e/ou acadêmicos. Tratando-se de uma pretensão de ordem condenatória, compete ao demandado, em circunstancias tais, conectar a narrativa da situação de fato (causa de pedir) com a pretensão deduzida (pedidos). Com efeito, não será possível impor uma condenação de feição genérica, sem antes conferir a efetiva ilegalidade das supostas exonerações.Portanto, uma vez aceita a tese do demandante, remeter-se-ia ao processo de execução a apreciação de uma grande quantidade de questões fáticas (relativas a cada caso), o que implicaria em desconstituir a própria natureza da futura ação executiva. Nesse formato, eventual sentença condenatória afirmaria apenas uma tese geral, deixando à fase da execução a apuração de todos os elementos de fato. Na prática, isso resultaria em novas ações de conhecimento, travestidas de ações de execução. Além disso, como bem anotado por Marinoni (2012), embora não haja necessidade da absoluta simetria entre os direitos de ação e de defesa, por ocasião da apresentação dos fatos pelo autor, deverão ser evitadas lacunas que restrinjam a defesa. É indubitável que, ao fazer uma referência apenas genérica à existência de punições irregulares, o demandante impôs ao demandado (e ao próprio juízo) uma imensa dificuldade para aferir à existência dos fatos que serviriam como a razão de ser do processo. Por adotar os argumentos precedentes como fundamento, assimilo que a petição de ingresso é extremamente evasiva, havendo desconexão entre a causa de pedir e os pedidos nela apresentados. 3 ? Dispositivo: Consoante as razões antecedentes,julgo extinto o processo sem resolução do mérito, ante a flagrante inépcia da

petição de ingresso, na forma do art. 485, I articulado com o art. 330, I, ambos do CPC. Sem custas e sem verba de honorários. Intimar as partes, por seus procuradores. Operado o trânsito em julgado, a Secretaria Judicial deverá providenciar o arquivamento dos autos. Belém, 04 de junho de 2019. RAIMUNDORODRIGUESSANTANAJuiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública e Tutelas Coletivas

Número do processo: 0806230-38.2017.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: SINDICATO DOS SERV PUB DA POLICIA CIVIL DO EST DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: JADER NILSON DA LUZ DIASOAB: 73 Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARÁ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DA CAPITAL5ª Vara da Fazenda Pública Proc. nº 0806230-38.2017.8.14.0301Autor:Sindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil do Estado do Pará-SINDIPOLRéu: Estado do Pará SENTENÇA1 - RelatoTrata de ação ordinária de cobrança de FGTS, ajuizada peloSindicato dos Servidores Públicos da Polícia Civil do Estado do Pará- SINDIPOL,o qual deduziu pretensão em face doEstado do Pará.Segundo o autor, os servidores substituídos processualmente foram contratados para prestação de serviço temporário, e após vários anos de serviços prestados ao ente público, foram distratados, sem recebimento de qualquer verba indenizatória.Alegou que, ?...administrativamente, o contrato temporário que seria por tempo determinado, passou a vigorar por tempo indeterminado, em face das sucessivas renovações, configurando uma continuada prestação de serviços de forma habitual, com a anuência do réu, desnaturando o contrato administrativo por tempo determinado, sem nenhuma garantia de efetivação no serviço público, pois sequer o ente público promovia certame público com o escopo de permitir azo para possível efetivação, atraindo para si a responsabilidade pelos danos causados a quem procura trabalho e trabalha ou trabalhava por necessidade, em face a luta pela própria subsistência...? (sic. fl. 08 e 09).Neste sentido, o demandante afirmou que, por ocasião do distrato, os substituídos não receberam qualquer valor a título de rescisão, motivo pelo qual ingressou com a presente demanda para requerer o pagamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a todos os servidores que sustentam essa condição, acrescido de multa de 40% sobre o valor do Fundo para os servidores públicos temporários distratados, consoante Enunciado nº 363 do Colendo Tribunal Superior do Trabalho.Com a petição inicial juntou documentos.O processo foi redistribuído para esta 5ª Vara de Fazenda Pública, conforme consta em decisão às fls. 98 e 99.Em despacho inicial, foi determinada a citação do demandado para apresentar contestação (fl. 100).Devidamente citado, o Estado do Pará apresentou peça de defesa às fls. 101-122. Inicialmente, sustentou a ilegitimidade ativa do Sindicato, vez que o autor representa a categoria profissional dos servidores públicos da Polícia Civil/PA. Aduziu, neste sentido, que ?...na categoria profissional defendida pelo sindicato autor enquadram-se tão somente aqueles que detêm cargo público, na definição do art. 2°, I e II. da Lei n. 5.810/94, que instituiu o Regime Jurídico Único dos Senadores Públicos Civis do Estado do Pará...? (sic, fl. 102).Seguiu afirmando que ?...servidor público é aquele legalmente investido em cargo público, e cargo público necessariamente tem que ser criado por lei, com denominação, quantidade e vencimento específicos e atribuições e responsabilidade previstos na estrutura organizacional da Administração, é óbvio que o servidor temporário não se enquadra na conceituação em questão...? (sic, fl. 103).Em seguida, sustentou a litispendência da presente ação com outros processos já em curso, bem como a coisa julgada, inclusive com sentenças definitivas favoráveis ao Estado.Por fim, mas ainda em sede de preliminar, aduziu acerca da ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.No mérito, sustentou a incidência da prescrição e a incompatibilidade do pagamento referente ao FGTS com a precariedade da contratação temporária e, ainda, a discricionariedade do ato administrativo de exoneração de servidor temporário. Pelo relatado, requereu o acolhimento das preliminares elencadas ou, alternativamente, a improcedência dos pedidos do autor.Em sede de réplica, o autor refutou os argumentos trazidos pelo réu e ratificou os pedidos iniciais.Instado ao debate, o Ministério Público apresentou parecer às fls. 149-151 requerendo o acolhimento da preliminar de ilegitimidade ativa e a extinção do feito sem resolução do mérito.É o relato necessário. Decido.2 ? FUNDAMENTOS2.1 Considerações IniciaisDe plano, interessa consignar que, de fato, esta ação se enquadra na esfera de competência desta 5ª Vara de Fazenda da Capital, eis que foram veiculados interesses jurídicos de feitio coletivo.Ademais, infere-se que o feito está apto a ser julgado, eis que, diante das questões postas em debate, será desnecessária a produção de outras provas, ensejando o julgamento antecipado da lide na forma do art. 355, I do CPC. 2.2- Preliminar. Inépcia da Petição InicialSegundo a dicção inciso I do §1º do art. 330, do CPC, ter-se-á a inépcia da petição de inicial quando lhe faltar pedido ou causa de pedir.No caso em apreciação, denota-se que a entidade sindical aforou um pedido de tutela jurisdicional cuja principal característica, em relação aos beneficiários, é a sua

indeterminação. É que, conforme a narrativa inserida na petição de ingresso, a entidade sindical busca defender direitos de servidores que teriam sido contratados para prestar serviços temporários ?...e após vários anos de serviços prestados ao ente público são distratados, sem recebimento de qualquer verba indenizatória...? (sic, fl. 08).É certo que, perante os tribunais superiores, existe decisão que reconhece a possibilidade do pagamento de verbas relativas ao FGTS, nos casos que envolvem a contratação irregular de servidores públicos em caráter temporário. Exemplo cabal dessa interpretação está bem assentado, no âmbito do STF, conforme se depreende do julgado abaixo, que tem efeito de repercussão geral: 15/09/2016 PLENÁRIOREPERCUSSÃO GERAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 765.320 MINAS GERAISRELATOR: MIN. TEORI ZAVASCKIÇ8EMENTA: ADMINISTRATIVO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO CONTRATADO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. REQUISITOS DE VALIDADE (RE 658.026, REL. MIN. DIAS TOFFOLI, DJE DE 31/10/2014, TEMA 612). DESCUMPRIMENTO. EFEITOS JURÍDICOS. DIREITO À PERCEPÇÃO DOS SALÁRIOS REFERENTES AO PERÍODO TRABALHADO E, NOS TERMOS DO ART. 19-A DA LEI 8.036/1990, AO LEVANTAMENTO DOS DEPÓSITOS EFETUADOS NO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO ? FGTS. No entanto, diversamente do que imaginou o demandante, a notoriedade do fato alegado talvez não seja tão alarmante quanto pretenda e, mesmo que fosse, não seria suficiente para atender à sua pretensão.A decisão do STF, como pode ser observado, diz respeito aos efeitos pecuniários e administrativos em casos de contratação irregular (ou seja, contratação ilegal) de servidores temporários, com ênfase à percepção de verbas relativas ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS. Dito isso, a primeira questão que deverá ser enfrentada é a própria apuração da ilegalidade da contratação, dado que será esse o elemento fático a servir como balizamento para aferir o direito a eventuais verbas laborais.Não se trata, por conseguinte, de assentar uma tese acerca do direito à verba do FGTS, mas sim de saber quem está ou não habilitado a exercer esse direito; saber quem foi contratado e quando o foi; saber se algum contratado nesse fato recebeu a verba ora pedida, por ocasião do desfazimento do contrato e quando este ocorreu etc.Nesse panorama, a narrativa genérica apresentada pelo demandante em sua petição de ingresso não se coaduna com o seu pedido. Não é possível afirmar, de antemão, que toda e qualquer contratação temporária realizada pelo Estado do Pará tenha sido eivada de ilegalidade. Não é possível supor, por simples presunção, que todos os atos administrativos praticados nesse sentido foram contaminados de ilegalidade.Mesmo considerando que as ações coletivas tenham por escopo atender ao interesse jurídico de um conjunto de indivíduos que, por vezes, não são identificáveis de plano, é imprescindível que, ao menos algumas ou uma situação de fato, sirva como exemplo da situação fático-jurídica tida como ilegal ou irregular.Contudo, neste feito, nenhum caso específico foi relatado, nenhum nome de servidor foi referido; nem mesmo uma notícia de jornal com algum conteúdo sobre nomes de pessoas foi aditada ao processo. Existe tão-somente a menção à notoriedade das contratações. Nada mais.Como é de ciência geral, em sede de primeiro grau, a maior parte das teses jurídicas são reconhecidas a partir de situações de fato. Afinal, nesse campo de atuação, os julgamentos atendem a casos concretos, de modo que não funcionam como exercícios doutrinários e/ou acadêmicos. Tratando-se de uma pretensão de ordem condenatória, compete ao demandado, em circunstancias tais, apontar aos menos indícios concretos das supostas contratações irregulares. A simples referência ampla e genérica a esse tipo de contratação causa uma absoluta desconexão entre a narrativa do fato (causa de pedir) e a pretensão do demandante (os seus pedidos). Com efeito, não será possível impor uma condenação de feição genérica, sem antes conferir a efetiva ilegalidade das supostas contratações.Remeter ao processo de execução a apreciação de uma grande quantidade de questões fáticas implicaria em desconstituir a própria natureza da ação executiva. Nesse formato, eventual sentença condenatória afirmaria apenas uma tese geral, deixando à fase da execução a apuração de todos os elementos de fato. Na prática, isso resultaria em novas ações de conhecimento, travestidas de ações de execução. Além disso, como bem anotado por Marinoni (2012), embora não haja necessidade da absoluta simetria entre os direitos de ação e de defesa, por ocasião da apresentação dos fatos pelo autor, deverão ser evitadas lacunas que restrinjam a defesa. É indubitável que, ao fazer uma referência apenas genérica à existência de contratações irregulares, o demandante impôs ao demandado (e ao próprio juízo) uma imensa dificuldade para aferir à existência dos fatos que serviriam como a razão de ser do processo. Por adotar os argumentos precedentes como fundamento, assimilo que a petição de ingresso é extremamente evasiva, havendo desconexão entre a causa de pedir e os pedidos nela apresentados. 3 ? Dispositivo: Consoante as razões antecedentes,julgo extinto o processo sem resolução do mérito, ante a flagrante inépcia da petição de ingresso, na forma do art. 485, I articulado com o art. 330, I, ambos do CPC. Sem custas e sem verba de honorários. Intimar as partes, por seus procuradores. Operado o trânsito em julgado, a Secretaria Judicial deverá providenciar o arquivamento dos autos. Belém, 30 de maio de 2019.

RAIMUNDORODRIGUESSANTANAJuiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública e Tutelas Coletivas

Número do processo: 0084092-55.2016.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: SIND DOS TRAB DO SETOR PUBLICO AGROPECUARIO E FUND DO EST DO PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE MOREIRA CANTOOAB: 19610/PA Participação: RÉU Nome: ADEPARA AGENCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: VERENA FEITOSA BITAR VASCONCELOSOAB: 13438/PA Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARAPROC.0084092-55.2016.8.14.0301AUTOR: SIND DOS TRAB DO SETOR PUBLICO AGROPECUARIO E FUND DO EST DO PARÉU: ESTADO DO PARA, ADEPARA AGENCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO PARA ATO ORDINATÓRIO De ordem do(a) MM(a) juiz(a) de direito titular da vara competente para processamento dos presentes autos e em cumprimento aos termos da Portaria n.º3941/2017-GP, publicada em 21/08/2017, em seu art.9º, §§3º e 4º, procedo à INTIMAÇÃO das partes deste processo para que tomem conhecimento da migração dos presentes autos ao PJE, cientes que a partir de respectivas intimações os próximos atos processuais deverão ser praticados exclusivamente por meio do processo eletrônico, nos termos do §6º de referido artigo.Belém - PA,21 de fevereiro de 2019MONALISA MELO DA CUNHASERVIDOR(A) DA UPJUNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA DA CAPITAL. (Provimento 006/2006 ? CRMB, art. 1º, §3º)

Número do processo: 0084092-55.2016.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: SIND DOS TRAB DO SETOR PUBLICO AGROPECUARIO E FUND DO EST DO PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE MOREIRA CANTOOAB: 19610/PA Participação: RÉU Nome: ADEPARA AGENCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: VERENA FEITOSA BITAR VASCONCELOSOAB: 13438/PA Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARA TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DA CAPITAL5ª Vara da Fazenda Pública Processo nº 0084092-55.2016.8.14.0301 Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) AUTOR: SIND DOS TRAB DO SETOR PUBLICO AGROPECUARIO E FUND DO EST DO PA RÉU: ADEPARA AGENCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO PARA e outros, Nome: ADEPARA AGENCIA ESTADUAL DE DEFESA AGROPECUARIA DO ESTADO DO PARAEndereço: desconhecidoNome: ESTADO DO PARAEndereço: Avenida Almirante Barroso, Palácio do Governo, Marco, BELéM - PA - CEP: 66093-020 SENTENÇA EMBARGOS DE DECLARAÇÃO O réu, via embargos de declaração (fls. 144-145), requereu a modificação da sentença de fls. 140-143 a qual homologou pedido de desistência formulado. Em síntese, o embargante arguiu que houve omissão na sentença vergastada pois a ?...r. sentença ao homologar o pedido de desistência da ação, arbitrou custas e honorários pela parte desistente, nada ventilando acerca de tais despesas estarem a cargo das rés e tampouco do pedido de isenção de custas formulado pelo autor...? (sic, fl. 145). Requereu, assim, o acolhimento e a procedência dos embargos de declaração opostos para sanar a omissão apontada. Em manifestação (fls. 447-449), o Estado do Pará arguiu que o recurso não merece prosperar, refutando as teses trazidas pelo embargante. Vieram os autos conclusos. É o relato necessário. Decido. O art. 1022 do CPC dispõe, clara e literalmente, que caberão embargos de declaração quando a sentença (ou acórdão) padecer deobscuridade, contradição, omissão ou erro material.Esses elementos representam exigências inerentes ao recurso. No caso presente, merece acolhimento o pleito do embargante, vez que houve erro quando da determinação do pagamento de honorários pelo demandante desistente, quando, na verdade, cada parte deveria suportar os honorários de seus respectivos advogados, tendo assim sido requerido pelo Estado do Pará (fl. 133) e pela Agência Estadual de Defesa Agropecuária ? ADEPARA (fls. 135-136) quando da anuência com o pedido de desistência. Quanto às custas, em petição aAgência Estadual de Defesa Agropecuária ? ADEPARAse responsabilizou pelas custas finais (fls. 135-136), merecendo acolhimento, portanto, o pedido do embargante. Posto isto e por tudo o mais que dos autos consta, conheço dosEmbargos Declaratóriosinterpostos às fls. 144 e 145 e, no mérito,dou-lhes provimentopara reconhecer a o erro da sentença de fls. 140-143 e retificar a parte dispositiva, que passa a ter a seguinte redação: ?Custas pela Agencia Estadual de Defesa Agropecuária ? ADEPARA e honorários a serem suportados por cada uma das partes.? Intimaras partes. Belém, 18 de junho de 2019. RAIMUNDORODRIGUESSANTANA Juiz de Direito da 5ª Vara da Fazenda Pública e Tutelas Coletivas

Número do processo: 0817262-06.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: SINDICATO DOS MEDICOS DO ESTADO DO PARA Participação: ADVOGADO Nome: SANDRA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAOOAB: 048 Participação: ADVOGADO Nome: SILVIA MARINA RIBEIRO DE MIRANDA MOURAOOAB: 5627/PA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE MOURAO NETOOAB: 11935/PA Participação: RÉU Nome: MUNICIPIO DE BELEMProcesso nº: 0817262-06.2018.8.14.0301DESPACHO Considerando a apresentação de peça defensiva ao ID nº 4458599, intime-se a parte autora para que, querendo, apresente réplica no prazo legal. Cumpra-se.Belém, 22 de março de 2019.RAIMUNDORODRIGUESSANTANAJuiz de Direito da 5ª Vara de Fazenda da Capital

Número do processo: 0811775-89.2017.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: PARA MINISTERIO PUBLICO Participação: RÉU Nome: PAULO SERGIO DA ROCHA NOGUEIRA Participação: RÉU Nome: FIS COMERCIAL LTDA Participação: RÉU Nome: PAULO SERGIO BARROSO CORREAEDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO PAULO SERGIO DA ROCHA NOGUEIRA

FÓRUM CRIMINAL

DIRETORIA DO FÓRUM CRIMINAL

O Excelentíssimo Doutor RAIMUNDO MOISÉS ALVES FLEXA, Juiz Diretor do Fórum Criminal, no uso de suas atribuições, etc.

Considerando o disposto na Resolução nº. 013/2009-GP, publicada no DJ 4363, de 25/06/2009, e na Resolução 021/2009-GP, publicada no DJE 4416, de 10/09/2009, e a Resolução n.º 16/2016-GP, publicada no DJE 5980, de 2/06/2016, que tratam do serviço de Plantão no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Considerando a Portaria n.º 110/2016-DFCri, de 16/12/16, que alterou a Portaria n.º 070/2016-DFCri

Considerando o Sigadoc n.º OFI-2017/13165, autorizando o 2º servidor de Secretaria aos finais de semana e feriados;

Resolve:

PORTARIA Nº 141/2019- DFCri/Plantão

Art. 1º Divulgar a escala de PLANTÃO DO FÓRUM CRIMINAL, no período de 05 a 07/07/2019**:**

DIAS	HORÁRIO	MAGISTRADO	SERVIDORES
05, 06 e 07	Dia: 05/07 ¿ 14h às 17h Dias: 06 e 07/07 ¿ 08h às 14h	1ª Vara Penal Distrital de Icoaraci **Dra. Reijjane Ferreira de Oliveira, Juíza de Direito, ou substituta**	**Diretor(a) de Secretaria:** Raimundo Nonato Santos do Carmo **Servidor de Secretaria:** Anderson da Silva Miranda **Assessor(a):** Paulo Victor da Silva Amaral **Distribuição:** Ronaldo Pereira da Silva (05 a 07/07) Socorro de Jesus S. Souza (06 e 07/07) **Oficiais de Justiça:** Erich Leonardo Ramos Barros Joberval Wilson da Silva Leal (Sobreaviso) **Operadores Sociais:**

			Mayka Caroline Martins da Cunha: Psicóloga/2ª Vara Mulher Clelia Luiza Bernardes Esmael: Serviço Social/Varas de Execuções/SEFIS Kelly Glauce da Silva Rosário: Pedagogia/ Crianças e Adolescentes

Belém, 06 de Junho de 2019.

RAIMUNDO **MOISES** ALVES **FLEXA**

Juiz Diretor do Fórum Criminal da Capital

FÓRUM CRIMINAL DA COMARCA DE BELÉM

O Excelentíssimo Doutor RAIMUNDO **MOISÉS** ALVES **FLEXA,** Juiz Diretor do Fórum Criminal da Capital e Gestor da Central Unificada- Prov. 003/2018-CJRMB, no uso de suas atribuições legais etc.

PORTARIA nº 155/2019-DFCri

CONSIDERANDO o expediente n° **PA-REQ-2019/10453**

DESIGNAR ANDRÉ TADEU JUCÁ RODARTE, Analista Judiciário, matrícula nº 108341, para responder pelo Cargo de Diretor de Secretaria da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, no período de 01 a 30/07/19.

Publique-se, Registre-se. Cumpra-se. **Belém, 28** de junho de 2019.

PORTARIA nº 156/2019-DFCri

CONSIDERANDO o gozo de férias homologadas do Secretário do Fórum Criminal

DESIGNAR CLÁUDIA RIBEIRO DE SOUZA, Auxiliar Judiciário, matrícula n° 22691, para responder pelo Cargo de Secretária do Fórum Criminal da Capital, no período de 01 a 30/07/19.

Publique-se, Registre-se. Cumpra-se. **Belém, 28 de junho de 2019.**

Processo Administrativo Disciplinar PA-PRO-2019/02188

PROCESSADO: JOSÉ ELIAS RUFINO DE MATTOS

Vistos ...

Adoto como relatório o documento de fls. 60 a 67 dos autos.

Analisando o presente processo não vislumbro a presença de vícios insanáveis.

1-DO RELATÓRIO DA COMISSÃO

No mérito, restou constatado pela Comissão Processante, o seguinte:

¿ Dando por concluído o presente trabalho, após o exame das provas coligidas e a análise da respectiva defesa, esta Comissão entende, salvo melhor juízo, que há provas de autoria e de materialidade de transgressões disciplinares, no sentido de que o servidor JOSÉ ELIAS RUFINO DE MATTOS, Oficial de Justiça, matrícula 19437, não compareceu no plantão cível da capital nos dias 13 e 14 de abril de 2019, apesar de ter sido notificado através de e-mail funcional em 22.02.2019, sendo que o servidor não teria lido o referido e-mail (em desobediência à Portaria n. 003/2018-CMU, que determina que os Oficiais de Justiça lotados no Fórum Criminal e Cível da Capital, que atuem na Gestão Unificada de Mandados, acessem diariamente o seu e-mail funcional), demonstrando negligência (conduta culposa). Nesse contexto, a comissão entende, salvo melhor juízo, que as condutas praticadas pelo servidor processado são de natureza leve e, portanto, deve ser punido com a pena de REPREENSÃO, nos termos do art. 177, I e VI, c/c art. 188, c/c art. 183, inciso I, da Lei Estadual nº 5.810/94 (RJU). Dando por concluído o presente trabalho, assim, devidamente relatados estes autos, remetam-se os mesmos ao Excelentíssimo Senhor Dr. Raimundo Moisés Alves Flexa, Juiz Diretor do Fórum Criminal de Belém, com as cautelas legais, para ulteriores de direito. ¿

Em face do Relatório da Comissão Processante está em consonância com as provas dos autos, acato a conclusão para impor ao servidor JOSÉ ELIAS RUFINO DE MATTOS a pena de REPREENSÃO nos termos do art. 177, I e VI, c/c art. 188, c/c art. 183, inciso I, da Lei Estadual 5.810/94.

2-DA APLICAÇÃO DA PENA

Durante a instrução deste Processo, restou comprovado que o Oficial de Justiça JOSÉ ELIAS RUFINO DE MATTOS, negligenciou no cumprimento de suas obrigações funcionais, no momento que deixou de comparecer aos plantões dos dias 13 e 14 de abril de 2019.

Como já demostrado pela Comissão Processante, resta comprovada a autoria e materialidade dos fatos imputados ao Oficial e Justiça JOSÉ ELIAS RUFINO DE MATTOS, sendo estas passíveis de punição administrativa por se amoldar ao que está previsto no art. 177, I e VI, c/c art. 188, c/c art. 183, inciso I, da Lei Estadual nº 5.810/94. c/c com o art. 17 da Resolução 16/2016 ¿ GP, cuja pena prevista é de repreensão. Passo a aplicar a penalidade.

Realizando a análise determinada pelo art. 184 do RJU, entendo que a conduta do servidor CAUSOU DANOS à imagem do Poder Judiciário Paraense no tocante a morosidade da aplicação da justiça, pois foi acionado outro Oficial de Justiça que não estava escalado, valsando atraso no cumprimento dos mandados. A NATUREZA e a GRAVIDADE são leves conforme previsto no RJU. As CIRCUNSTÂNCIAS são desfavoráveis ao processado, pois, restou comprovados que os fatos ocorreram, devido a conduta negligente do mesmo. Os fatos NÃO TIVERAM REPERCUSSÃO na sociedade, ficando restrita somente Poder Judiciário do Estado do Pará. O servidor não possui antecedentes funcionais onde conste registro de penalidades anteriores.

Pelo exposto, acato integralmente o relatório da comissão processante, e, em decorrência do que dispõe art. 188 (A pena de repreensão será aplicada nas infrações de natureza leve, em caso de falta de cumprimento dos deveres ou das proibições, na forma que dispuser o regulamento), c/c art. 183, inciso I, ambos da Lei nº 5.810/94 penalizo o servidor JOSÉ ELIAS RUFINO DE MATTOS, com a pena de REPREENSÃO, em razão do referido Oficial ter negligenciado com o seu dever funcional de comparecer aos plantões dos dias 13 e 14/04/2019.

P.R.I

Após o trânsito em julgado desta decisão, adotem-se todas as medidas de praxe. Belém,28 de Junho de 2019.

RAIMUNDO **MOISÉS** ALVES **FLEXA**

Juiz Diretor do Fórum Criminal.

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 1ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00000075920188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): BLENDA NERY RIGON CARDOSO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:SILVANO CONCEICAO NUNES VITIMA:B. V. C. . EDITAL DE CITAÇÃO A Exma. Sra. Dra. Blenda Nery Rigon Cardoso, Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Belém, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo representante do Ministério Público do Estado do Pará, foram denunciados(a) SILVANO CONCEIÇÃO NUNES, brasileiro, natural de Maraparim/PA, nascido em 18.08.1991, portador do RG n°030.526.572-59, filho de Brígida Maria Nascimento Conceição e Abiud Ferreira Nunes, residente na Rua Oswaldo de Caldas Brito, bairro Jurunas. Belém/Pa, o(a)(s) qual (is) não sendo localizado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL DE CITAÇÃO com prazo de 15 (quinze) dias que correrá a partir da data de publicação, em conformidade ao art. 361 e ss. do Código de Processo Penal, para o referido réu responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos dos artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal (sendo que o prazo para apresentação de resposta correrá após o término do prazo de quinze dias fixado neste edital), podendo argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, referente ao processo n° 00000075920188140401, em que foi denunciado, sendo que, se o(a)(s) acusado(a)(s), citado(a) por edital, não comparecer(em), nem constituir(em) advogado, ficará suspenso o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, conforme dispõe o art. 366 do Código de Processo Penal. Eu, Simone Feitosa de Souza, Diretora de Secretaria, o subscrevi. Fórum Criminal de Belém, 27 de junho de 2019. BLENDA NERY RIGON CARDOSO Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara Criminal da Capital. PROCESSO: 00006212820188140801 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): BLENDA NERY RIGON CARDOSO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:ELIANE DO SOCORRO PINTO DOS SANTOS DENUNCIADO:HERALDO PEREIRA DA COSTA DENUNCIADO:LIDUINA PINTO DOS SANTOS Representante(s): OAB 9079 - DILSON JOSE BASTOS DE LEMOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:WELLINGTON HENRIQUE SANTOS DA SILVA VITIMA:A. B. S. VITIMA:A. C. C. VITIMA:L. J. S. C. VITIMA:M. R. S. P. . EDITAL DE CITAÇÃO A Exma. Sra. Dra. Blenda Nery Rigon Cardoso, Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Belém, faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que, pelo representante do Ministério Público do Estado do Pará, foram denunciados(a) WELLINGTON HENRIQUE SANTOS DA SILVA, brasileiro, natural de Belém/PA, nascido em 06/11/1994, portador do RG n° 4995055 (PC/PA), filho de Liduina Pinto dos Santos e Nelio Eduardo da Silva, residente na Passagem Ligação, n" 30, entre Moraes e Brasilia, bairro da Terra Firme, Belém/PA, o(a)(s) qual (is) não sendo localizado(a)(s) para ser(em) citado(a)(s) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL DE CITAÇÃO com prazo de 15 (quinze) dias que correrá a partir da data de publicação, em conformidade ao art. 361 e ss. do Código de Processo Penal, para o referido réu responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos dos artigos 396 e 396-A do Código de Processo Penal (sendo que o prazo para apresentação de resposta correrá após o término do prazo de quinze dias fixado neste edital), podendo argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, referente ao processo n° 0000621-28.2018.8.14.0801, em que foi denunciado, sendo que, se o(a)(s) acusado(a)(s), citado(a) por edital, não comparecer(em), nem constituir(em) advogado, ficará suspenso o processo e o curso do prazo prescricional, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes e, se for o caso, decretar prisão preventiva, conforme dispõe o art. 366 do Código de Processo Penal. Eu, Simone Feitosa de Souza, Diretora de Secretaria, o subscrevi. Fórum Criminal de Belém, 27 de junho de 2019. BLENDA NERY RIGON CARDOSO Juíza de Direito Respondendo pela 1ª Vara Criminal da Capital. PROCESSO: 00075301420168140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): BLENDA NERY RIGON CARDOSO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:R. B. O. DENUNCIADO:RONALDO MARQUES DA CUNHA. TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO VÍTIMA(S): RISONEIDA BARROS DE OLIVEIRA ACUSADO: RONALDO MARQUES DA CUNHA. Aos 27 dias do mês

de junho do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, na sala de audiências, onde presente se achava presente a Exmª. Drª. HELOISA HELENA DA SILVA GATO, MMª. Juíza de que auxilia a 1ª Vara Criminal da Capital, comigo Auxiliar Judiciário, infra-assinado. Verificou-se a presença da Representante do Ministério Público, Dra. LILIAM PATRÍCIA DUARTE DE SOUZA GOMES e o Representante da Defensoria Pública, Dra. REINALDO MARTINS JUNIOR. ABERTA A AUDIÊNCIA, às 11h00min, feito o pregão de praxe, constatou-se a ausência do acusado, RONALDO MARQUES DA CUNHA, e presença da vítima, RISONEIDA BARROS DE OLIVEIRA (GM). Compulsando os autos, verificou-se que o acusado, que está custodiado no presidio de marituba, recusou-se em sair da cela para participar do presente ato, conforme e-mail juntado nos autos. Inicialmente, a magistrada questionou o defensor público presente se o mesmo se oporia em colher o depoimento da vítima sem a presença do acusado, tendo este não se oposto. Após, foi colhido o depoimento da vitima presente, a qual reconheceu o acusado pela foto constante na folha 30 dos autos, e, não havendo mais nenhuma testemunha a ser ouvida, a magistrada determinou o agendamento de nova data para o interrogatório do acusado. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Fica designada a data de 10.09.2019, as 11:00 hs. Requisite-se o custodiado. Nada mais havendo, deu por encerrada. Alex Grisolia, Auxiliar Judiciário, digitou. Juiz(a) de Direito _____ Promotor(a) de Justiça _____ Defensor(a) Pública_____ PROCESSO: 00231112220148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): BLENDA NERY RIGON CARDOSO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:B. C. S. DENUNCIADO:NATANAEL PINHEIROS DE MORAES Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Vistos. Considerando tratar-se de processo antigo, elencado no rol da Meta 02 do CNJ, com perícia designada nos autos para data próxima, determino o cumprimento dos mandados de intimação necessários em regime de urgência, evitando-se prejuízos à instrução processual. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. BLENDA NERY RIGON CARDOSO Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Criminal da Capital Respondendo pela 1ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00284355120188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: O. E. VITIMA: L. C. C. DENUNCIADO: J. M. C. Representante(s): OAB 4250 - JANIO ROCHA DE SIQUEIRA (ADVOGADO)

SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 24/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 4ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00071844020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 24/06/2019 DENUNCIADO:RAFAEL PENA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:O. E. . Processo nº 0007184-40.2019.814.0401 R. Hoje. Encaminhem-se os presentes ao representante do Ministério Público, para que se manifeste sobre os pedidos de revogação de prisão preventiva, formulado pela defesa do denunciado RAFAEL PENA DA SILVA no bojo da resposta escrita às fls. 29-34 e, demais fins de direito. Após parecer ministerial, voltem-me conclusos. Belém (PA), 24 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00074936120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JHONATHAN HENRIQUE REBELO MAIA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:O. E. . Processo nº 0007493-61.2019.814.0401 R. Hoje. Encaminhem-se os presentes ao representante do Ministério Público, para que se manifeste sobre o pedido de revogação de prisão preventiva, formulado pela defesa do denunciado JHONATHAN HENRIQUE REBELO MAIA no bojo da resposta escrita às fls. 09-14 e, demais fins de direito. Após parecer ministerial, voltem-me conclusos. Belém (PA), 24 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00083033620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:LUIZ GUILHERME CAMPOS GOMES DENUNCIADO:PAULINA MELISSA DA SILVA VITIMA:G. M. C. VITIMA:F. E. D. E. VITIMA:J. V. A. L. . Processo nº 0008303-36.2019.814.0401 Vistos. 1. Considerando os argumentos da resposta escrita inicial, formulado pelo Advogado e Defensor Público dos denunciados LUIZ GUILHERME CAMPOS GOMES e PAULINA MELISSA DA SILVA, observa-se que a peça acusatória descreve conduta típica, antijurídica e culpável, contendo em si todos os elementos necessários a possibilitar aos acusados seus direitos de ampla defesa. Não foram demonstrados nos argumentos expostos nas respostas escritas iniciais elementos probatórios veementes, que possam ensejar e fundamentar uma sentença de absolvição sumária, estando demonstrada nos autos a necessidade da instrução processual criminal para a devida análise probatória, decorrente da peça acusatória e dos fatos narrados nos autos policiais (Auto de Prisão em Flagrante Delito e Inquérito Policial). Assim, não sendo o caso de absolvição sumária por não se encontrar caracterizada no caso em comento nenhuma das hipóteses delineadas no artigo 397 do CPP, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, prevista no art. 400 do CPP, para o dia 13 de agosto de 2019, às 11h00. Na referida audiência proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, se for o caso, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, que ainda não tenham sido ouvidas, bem como os demais atos previstos no referido artigo, caso sejam necessários no presente processo, interrogando-se em seguida os acusados. Procedam-se as intimações dos acusados, de seus Defensores ou advogados, do Ministério Público e do assistente de acusação, se for o caso, e das testemunhas devidamente arroladas. Proceda-se, ainda, a Secretaria do juízo, as expedições de ofícios, Cartas Precatórias, Mandados de Condução Coercitiva e demais providências indispensáveis e necessárias para a realização da audiência, com observância das formalidades legais. 2. Sem prejuízo das diligências necessárias do item anterior, encaminhem-se os presentes ao representante do Ministério Público, para que se manifeste sobre os pedidos de revogação de prisão preventiva, formulado pela defesa do denunciado LUIZ GUILHERME CAMPOS GOMES no bojo da resposta escrita às fls. 31-36 e, demais fins de direito. Após parecer ministerial, voltem-me conclusos. Belém (PA), 24 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00085805220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:EVERTON PEREIRA CUNHA Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:O. E. . Processo nº 0008580-52.2019.814.0401 R. Hoje. Encaminhem-se os presentes ao representante do Ministério Público, para que se manifeste sobre os pedidos de revogação de prisão preventiva, formulado pela defesa do denunciado EVERTON PEREIRA CUNHA no bojo da resposta escrita às fls. 18-23 e, demais fins de direito. Após parecer ministerial, voltem-me conclusos. Belém (PA), 24 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da

Capital. (jm) PROCESSO: 00089702220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ANTONIO JEFISSON BRAGA SOARES Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) DENUNCIADO:DANIEL DA FONSECA DA SILVA Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:P. R. P. Q. . Processo nº 0008970-22.2019.814.0401 R. Hoje. Encaminhem-se os presentes ao representante do Ministério Público, para que se manifeste sobre os pedidos de revogação de prisão preventiva, formulado pela defesa dos denunciados ANTONIO JEFISON BRAGA SOARES e DANIEL DA FONSECA DA SILVA no bojo das respostas escritas às fls. 09-20 e, demais fins de direito. Após parecer ministerial, voltem-me conclusos. Belém (PA), 24 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00113683920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:W. P. B. DENUNCIADO:WENDEL MARIO NETO MONTEIRO GARCIA. Processo nº 0011368-39.2019.814.0401 Vistos. 1. Recebo a denúncia por preencher os requisitos de admissibilidade insculpidos na legislação em vigor, descrevendo em tese fato delituoso imputado ao acusado WENDEL MARIO NETO MONTEIRO GARCIA. 2. Procedam-se as diligencias necessárias para a citação do réu com objetivo de que ofereça resposta escrita através de advogado ou Defensor Público, no prazo de 10 (dez) dias, conforme dispõe o artigo 396 do CPP, com nova redação dada pela Lei nº 11.719/08, cientificando-lhe que, na resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas com sua qualificação completa com endereço para a devida intimação das mesmas ou comprometer-se a trazê-las independente de notificação. 2.1 Caso o acusado não seja localizado em estabelecimento prisional ou no endereço dos autos, procedam-se diligências junto ao TRE e a Receita Federal no sentido de se tentar localizar o endereço do denunciado que por ventura não seja citado, procedendo automaticamente nova diligência de citação do denunciado. 2.2. Em caso de não ser possível o cumprimento do item anterior, cite-se o acusado por edital, com prazo dilatório de 15 (quinze) dias (art. 361, CPP), para ofertar resposta escrita através de advogado ou Defensor Público, no prazo de 10 (dez) dias, conforme dispõe o artigo 396 do CPP, cientificando-lhe que, na resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas com sua qualificação completa com endereço para a devida intimação da mesma ou comprometer-se a trazê-las independente de notificação. 3. Não apresentada resposta no prazo legal ou se o acusado citado não constituir advogado, nomeio o Defensor Público vinculado a esta Vara, para oferecê-la na defesa da denunciada no presente processo, concedendo-lhe vista dos autos por dez dias (art. 396 2º, CPP). Caso o réu citado requeira a assistência da Defensoria Pública, fica desde já nomeado o referido Defensor por este juízo. 4. Após o oferecimento de resposta pelo Defensor do réu e do cumprimento das diligências necessárias dos itens acima, voltem os autos conclusos para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397 do CPP e demais fins de direito. Int. Cumpra-se. Belém (PA), 24 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00156650220138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLORACI OLIVEIRA MONTEIRO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:PAULO SERGIO CARDOSO MACHADO Representante(s): OAB 18732 - GIOVANNI BEZERRA BITENCOURT (ADVOGADO) VITIMA:F. E. AUTORIDADE POLICIAL:LEILA CHRISTIAN LIMA DE MENDONÇA FREIRE - DPC. INTIMAÇÃO DE ADVOGADO Fica a defesa do acusado PAULO SÉRGIO CARDOSO MACHADO, na pessoa do(a)(s) advogado(a)(s) Dr. GIOVANNI BEZERRA BITENCOURT, OAB/PA 18.732, intimada a apresentar as alegações finais, por memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 403 do CPP, estando os autos do processo, pois, disponíveis em secretaria. Belém (PA), 24 de junho de 2019. Floraci Oliveira Monteiro DIRETORA DE SECRETARIA 4ª Vara Criminal de Belém PROCESSO: 00232789720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HEYDER TAVARES DA SILVA FERREIRA Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:P. D. C. . Considerando que se trata de pedido de Arquivamento de Inquérito Policial, portanto não constante no rol de procedimentos previstos na Resolução TJPA nº 17/2008-GP com todas suas alterações, como se vê: Art. 2º. As Varas Penais de Inquéritos Policiais terão competência privativa para processar e julgar todos os atos relativos a inquéritos policiais e demais peças informativas, cabendo-lhes na fase pré processual; I a abertura de vista ao Ministério Público; II a decisão a respeito de: a) "habeas corpus"; b) prisão em flagrante e seu relaxamento; c) pedido de prisão temporária, preventiva e de liberdade provisória; d) busca e apreensão e restituição de coisas apreendidas; e) interceptação

telefônica e quebras de sigilo em geral para prova em investigação criminal; f) mandado de segurança e demais medidas cautelares de natureza criminal reputadas urgentes. III. Deliberar: a) pedido de diligencias; b) acerca das autorizações judiciais para cremação de cadáveres e remoção de tecidos, órgãos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, nas hipóteses em que são exigidas pelas Leis n° 6.015/73 (artigo 77) e 9.434/97 (artigo 9o), respectivamente; IV - realização de audiência de custódia. Observa-se que a hipótese dos autos não se enquadram nas hipóteses legais de competência desta vara especializada, nem mesmo após manifestação pelo Tribunal, tratando-se em verdade de decisão meritória que decide sobre arquivamento de Inquérito Policial não constante do rol de procedimentos previstos na Resolução TJPA nº 17/2008-GP com todas as suas alterações, razão pela qual o presente procedimento não é de competência desta vara especializada, tratando-se de competência exclusiva dos promotores e juízes naturais. Ressalto que a possibilidade de arquivamento já foi prevista para esta vara especializada quando da edição da Resolução TJPA nº 16/2008-GP em sua redação original, e deliberadamente retirada da competência desta vara pelo Tribunal na edição da Resolução nº TJPA nº 17/2008-GP, a qual se encontra vigente até a presente data. ISTO POSTO, e considerando que o presente Inquérito Policial foi concluído pela autoridade policial, conforme relatório conclusivo lançado nos autos, dou por encerrada a competência desta 1ª Vara de Inquéritos Policiais para processar o presente feito e, consequentemente, determino o encaminhamento dos autos à distribuição para as providências ulteriores, em tudo observada a literalidade da Resolução TJPA nº 17/2008-GP, com sua redação alterada pela resolução nº 010/2009-GP. Belém, 24 de junho de 2019 HEYDER TAVARES DA SILVA FERREIRA Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares PROCESSO: 00251037620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 24/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 11302 - JORGE MOTA LIMA (ADVOGADO) DENUNCIADO:RENATA BARROS CARVALHO. PROCESSO Nº. 0025103-76.2018.814.0401 AÇÃO: TRÁFICO DE ENTORPECENTES AUTOR: JUSTIÇA PÚBLICA ACUSADO: ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA E RENATA BARROS CARVALHO CRIME: TRÁFICO DE ENTORPECENTE: ART. 33 DA LEI 11.343/2006. Vistos. "A regra, artigo 156 do CPP, é a de que o ônus probatório cabe ao autor da tese apresentada. A acusação demonstrara a existência do delito e quem foi o seu autor. A defesa, por sua vez, se incumbe provar eventual alegação de exclusão da antijuridicidade do fato típico ou o álibi invocado" ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO foram denunciadas pelo Ministério Público, como incursas nas sanções punitivas do art. 33, caput, da Lei Nº 11.343/2006, tendo em vista que no dia 31/10/2018, por volta das 17h00, os policiais civis Luiz Augusto Pinheiro da Silva, José Palheta Pinheiro Junior e Carlos Correa Lima Filho foram averiguar a veracidade de uma "denúncia", a qual informava que haveria uma entrega de drogas para uma mulher na Passagem Pinheiro Filho, bairro do Telégrafo. Diante das informações recebidas, os agentes públicos diligenciaram e se dirigiram até o referido endereço, onde, passado algum tempo, visualizaram a denunciada, posteriormente identificada como RENATA BARROS CARVALHO, que estava com uma tornozeleira eletrônica e tinha a descrição física parecida com a que foi informada na "denúncia", saindo de uma casa localizada na passagem Pinheiro Filho, n° 140, bairro Telégrafo, com uma sacola plástica contendo um volume suspeito. Diante deste comportamento que os policiais consideraram suspeito, realizaram a abordagem. Durante a realização da revista, os agentes públicos encontraram na posse de RENATA, 02 (dois) "tabletes" (textuais) de uma substância que aparentava ser a droga conhecida popularmente como "maconha". Ato contínuo, a denunciada informou que estava com tornozeleira eletrônica, devido estar respondendo pelos crimes de homicídio, corrupção e tráfico de drogas. Ao ser indagada sobre a origem do entorpecente, RENATA BARROS CARVALHO informou que havia adquirido na casa de onde havia saído. Com isto, os policiais foram até o referido imóvel, onde encontraram a outra denunciada, posteriormente identificada como ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA, a qual inicialmente negou que tivesse fornecido o entorpecente, mas após verificar que RENATA já estava presa, informou que não realizava a venda de entorpecente, apenas o seu armazenamento. Alegou que no dia anterior recebeu uma quantidade de "maconha" (textuais) para armazenar em sua residência. Ato contínuo, realizaram uma revista no imóvel, onde encontraram uma caixa com mais 12 (doze) "tabletes" (textuais) da substância assemelhada a droga conhecida popularmente como "maconha". Diante dos fatos narrados, toda a substância encontrada foi apreendida e as denunciadas conduzidas à Divisão Estadual de Narcóticos. Em seu depoimento policial, fl. 13, a denunciada ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA informou que recebeu uma proposta para ganhar R$ 500,00 (quinhentos reais) para armazenar um entorpecente para uma pessoa conhecida como PAULA, a qual mora na sua rua e é menor de idade. Bem como, informou que este entorpecente foi entregue um dia anterior a abordagem policial, por um homem que não sabe

identificar. Por fim, relatou que não vendeu entorpecente para a denunciada RENATA, apenas realizou a entrega, conforme orientação de PAULA. Em seu depoimento policial à fl. 18, a denunciada RENATA BARROS CARVALHO informou que iria realizar a entrega do entorpecente, que foi apreendido, para uma pessoa conhecida como PAULINHA, a qual iria realizar a comercialização do mesmo. Das testemunhas arroladas na denúncia foram ouvidas pelo sistema áudio visual LUIZ AUGUSTO PINHEIRO DA SILVA, JOSÉ PALHETA PINHEIRO JÚNIOR e CARLOS CORREA LIMA FILHO. As acusadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO foram qualificadas e interrogadas encerrando a instrução processual em 17.04.2019, ocasião em que negaram a prática delitiva. Em Alegações Finais, o Representante do Ministério Público ratificou os termos da denúncia e requereu, às fls. 168/174, a CONDENAÇÃO das acusadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO, com base no art. 33 da lei 11.343/2006. A Defesa, da acusada RENATA BARROS CARVALHO, pleiteia a ABSOLVIÇÃO, pelo in dubio pro reo tendo em vista a insuficiência de provas ou alternativamente uma pena mínima. A Defesa, da acusada ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA por sua vez, pugnou pela condenação da denunciada a uma pena mínima e lhe seja deferido apela em liberdade. Eis o que de essencial a relatar. Decido. Verifica-se que o feito está em ordem. a teor da Súmula 608 do STF. Outrossim, verifica-se que as denunciadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO não foram cerceadas das garantias do contraditório e da ampla defesa e, na esteira do princípio universal pas de nullité sans grief, não há nulidade sem a prova da ocorrência de prejuízo para qualquer das partes. Inexistindo, portanto, vícios ou nulidades a sanar, passo ao julgamento de mérito. As acusadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO em seus respectivos depoimentos negaram a prática delitiva. As testemunhas LUIZ AUGUSTO PINHEIRO DA SILVA, JOSÉ PALHETA PINHEIRO JÚNIOR e CARLOS CORREA LIMA FILHO, todavia, declararam em seus respectivos depoimentos que receberam denúncia de que haveria a entrega de drogas, descrevendo fisicamente a pessoa envolvida e os policiais foram averiguar a situação e encontraram a droga com a denunciada Renata que informou em que casa estava a droga, casa essa onde se encontrava a outra denunciada Andreza. Tais depoimentos foram absolutamente consonantes entre si, configurando como fortes provas que justifiquem um decreto condenatório. Como se vê, as testemunhas não hesitaram em afirmar o envolvimento das acusadas no crime ora apurado, as quais, inclusive, foram presas em flagrante, o que, por si só, já evidencia a autoria da infração penal. Por sua vez, as acusadas, muito embora não tenham confessado a prática delitiva, em seus respectivos interrogatórios, todavia, admitiram que a droga estava na residência, mas que era de outra pessoa que ali deixara. Seus depoimentos, portanto, em tudo coincidem com os depoimentos das testemunhas, não deixando qualquer margem de dúvida quanto à autoria do delito de tráfico. Desta forma, restou demonstrado pelos elementos probatórios carreados para os autos, que as acusadas, ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO, praticaram o ato criminoso apurado nestes autos. Com efeito, as acusadas transgrediram as normas penais, como bem se manifestou o representante do Ministério Público em Alegações Finais, eis que não há dúvidas quanto a autoria e materialidade do delito imputado às acusadas, corroborando com este entendimento os depoimentos das testemunhas que confirmaram em juízo o que já haviam declarado perante a autoridade policial, pelo Auto de Apresentação e Apreensão de Objeto, de fls. 15, bem como pelo Laudo Toxicológico, às fls. 17. Em face disso, as provas apresentadas nos autos ensejam decisão absolutamente segura de que as acusadas cometeram o delito, como bem se manifesta a representante do MP em alegações finais pleiteando a condenação das rés pelo delito previsto no art. 33, da Lei nº 11.343, do CP. CRIME DE TRÁFICO. A droga é geradora de muita violência, aliás de quase toda a violência existente nas estatísticas criminais, posto que por trás da maioria dos crimes existe o envolvimento com as drogas, basta abrirmos os jornais e veremos nas páginas policiais, a grande lista de assassinatos acontecidos na noite anterior em consequência das drogas. In casu, pela quantidade apreendida, observa-se claramente que seria para comercialização, uma vez que não ficou esclarecido como as acusadas auferiam renda suficiente para aquisição da quantidade encontrada em seu poder. Assim, os fatos descritos na denúncia restaram quantum satis devidamente comprovados e são indenes para lastrear um decreto condenatório. Portanto, não há de se chegar a outra conclusão senão a de acolher a pretensão punitiva do Estado rejeitando, em consequência, as teses defensivas, e condenando as acusadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO, pelo crime de tráfico, na modalidade ter em casa. A conduta das acusadas é típica e ilícita restando consumada, presentes o dolo na vontade livre e consciente de traficar entorpecente. Não estão presentes quaisquer excludentes de ilicitude ou dirimentes de culpabilidade, devendo o réu submeter-se às sanções previstas para a espécie. DA AUTORIA. Portanto, autoria delitiva está patentemente demonstrada. Muito embora as acusadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO tenham negado em juízo a prática dos fatos descritos na denúncia, há provas nos autos da autoria delitiva.

As testemunhas LUIZ AUGUSTO PINHEIRO DA SILVA, JOSÉ PALHETA PINHEIRO JÚNIOR e CARLOS CORRIA FILHO, cujos depoimentos foram prestados pelo sistema áudio visual, relataram com clareza os fatos ocorridos. A autoria desta forma ficou consubstanciada pelos depoimentos produzidos nos autos que em tudo coincide com as provas obtidas na fase inquisitorial. DA MATERIALIDADE. A materialidade restou sobejamente comprovada pelo Auto de Apreensão e Apresentação de fls. 15, bem como pelo Laudo Toxicológico Nº 2017.01.002078-QUI, à fl. 17, onde consta que foram apreendidas com as acusadas a droga tipo maconha. DOSIMETRIA DAS PENAS. Observando o critério estabelecido no art. 68 do CP passo a dosimetria das penas da ré ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. Quanto às circunstâncias judiciais a que alude o art. 59 do CP, verifica-se que: a culpabilidade do agente ressoa grave, eis que o mesmo tinha plena consciência da ilicitude de sua conduta agindo com dolo intenso; não há nos autos registro de antecedentes criminais (fls. 193); quanto à sua conduta social não há relato de fatos que a desabonem; personalidade não analisada por falta de elementos; o motivo da prática do crime é o lucro fácil; circunstâncias envolvendo todo um aparato para ludibriar as diligências das autoridades competentes ao combate ao tráfico que está disseminado; quanto às consequências do crime, há que se considerar os malefícios causados no seio sociedade; por fim o comportamento da vítima não tem como ser analisada nestes autos. Tendo em vista as circunstâncias acima analisadas, fixo a pena base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Inexistindo causas agravantes e atenuantes de pena, assim como, causas de diminuição e aumento da reprimenda, torno-a definitiva em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Observando o critério estabelecido no art. 68 do CP passo a dosimetria das penas da ré ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. Quanto às circunstâncias judiciais a que alude o art. 59 do CP, verifica-se que: a culpabilidade do agente ressoa grave, eis que o mesmo tinha plena consciência da ilicitude de sua conduta agindo com dolo intenso; há nos autos registro de antecedentes criminais (fls. 191); quanto à sua conduta social não há relato de fatos que a desabonem; personalidade não analisada por falta de elementos; o motivo da prática do crime é o lucro fácil; circunstâncias envolvendo todo um aparato para ludibriar as diligências das autoridades competentes ao combate ao tráfico que está disseminado; quanto às consequências do crime, há que se considerar os malefícios causados na sociedade; por fim o comportamento da vítima não tem como ser analisada nestes autos. Tendo em vista as circunstâncias acima analisadas, fixo a pena base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos e noventa) dias. Inexistindo causas agravantes e atenuantes de pena, assim como, causas de diminuição e aumento da reprimenda, torno-a definitiva em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (seiscentos e noventa) dias. DISPOSITIVO. Ex positis, ao que mais dos autos consta e aos princípios de Direitos aplicáveis, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva para CONDENAR as acusadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO da prática delitiva de TRÁFICO DE ENTORPECENTE, sendo que a acusada ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA, qualificado nos autos, por ter infringido os preceitos normativos dispostos no art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/2006, à pena de 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, pena que deverá ser cumprida inicialmente em REGIME SEMIABERTO em estabelecimento prisional apropriado do estado; e a acusada RENATA BARROS CARVALHO, qualificado nos autos, por ter infringido os preceitos normativos disposto no art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/2006 à pena de 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, pena que deverá ser cumprida inicialmente em REGIME SEMIABERTO em estabelecimento prisional apropriado do estado. Estando concluída a instrução processual, entende este magistrado que não mais se encontram presentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, elencados no arts. 311 e 312, do Código de Processo Penal, bem como em face de as denunciadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA, brasileira, natural de Belém/PA, RG 6357179 3ª via PC/PA, CPF nº 029.402.852-84, nascida em 02/01/1994, filha de Gilberto Oliveira Oliveira e Andrea Claudia Santos de Oliveira, residente à Rua Pinheiro Filho, nº 40, bairro Telégrafo, CEP 66.113-330, cidade Belém/PA, e RENATA BARROS CARVALHO, brasileira, natural de Belém/PA, RG 6995132 2ª via PC/PA, CPF nº 957.560.272-20, nascida em 09/06/1988, filha de Jones Oliveira Carvalho e Rosangela Teixeira Barros, residente à rua do Acampamento, nº 1003, bairro Telégrafo, CEP 66.083-030, cidade Belém/PA já se encontrarem presas desde 31.10.2018, entendo que deve ser concedido o direito de recorrerem em liberdade, devendo ser expedidos os competentes ALVARÁS DE SOLTURA eletrônicos. SERVE CÓPIA DA SENTENÇA COMO ALVARÁ DE SOLTURA. Sem custas, vez que foram defendidos por Defensor Público. Após o trânsito em julgado (CF, art. 5º, LVII): a) Lance-se o nome das rés no rol dos culpados (CPP, art. 393, II); b) Expeçam-se Mandados de Prisão e guias de recolhimento para execução da reprimenda pelo juízo competente (LEP, art. 105); c) Oficie-se à Justiça Eleitoral para fins de suspensão dos direitos políticos do réu (CF, art. 15, III); d) Oficie-se ao órgão encarregado da Estatística Criminal (CPP, art. 809); e) Façam-se as demais comunicações de estilo; e f)

Arquivem-se. P.R.I.C. Belém, 24 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. PROCESSO: 00251037620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 24/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 11302 - JORGE MOTA LIMA (ADVOGADO) DENUNCIADO:RENATA BARROS CARVALHO. PROCESSO Nº. 0025103-76.2018.814.0401 AÇÃO: TRÁFICO DE ENTORPECENTES AUTOR: JUSTIÇA PÚBLICA ACUSADO: ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA E RENATA BARROS CARVALHO CRIME: TRÁFICO DE ENTORPECENTE: ART. 33 DA LEI 11.343/2006. Vistos. "A regra, artigo 156 do CPP, é a de que o ônus probatório cabe ao autor da tese apresentada. A acusação demonstrara a existência do delito e quem foi o seu autor. A defesa, por sua vez, se incumbe provar eventual alegação de exclusão da antijuridicidade do fato típico ou o álibi invocado" ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO foram denunciadas pelo Ministério Público, como incursas nas sanções punitivas do art. 33, caput, da Lei Nº 11.343/2006, tendo em vista que no dia 31/10/2018, por volta das 17h00, os policiais civis Luiz Augusto Pinheiro da Silva, José Palheta Pinheiro Junior e Carlos Correa Lima Filho foram averiguar a veracidade de uma "denúncia", a qual informava que haveria uma entrega de drogas para uma mulher na Passagem Pinheiro Filho, bairro do Telégrafo. Diante das informações recebidas, os agentes públicos diligenciaram e se dirigiram até o referido endereço, onde, passado algum tempo, visualizaram a denunciada, posteriormente identificada como RENATA BARROS CARVALHO, que estava com uma tornozeleira eletrônica e tinha a descrição física parecida com a que foi informada na "denúncia", saindo de uma casa localizada na passagem Pinheiro Filho, n° 140, bairro Telégrafo, com uma sacola plástica contendo um volume suspeito. Diante deste comportamento que os policiais consideraram suspeito, realizaram a abordagem. Durante a realização da revista, os agentes públicos encontraram na posse de RENATA, 02 (dois) "tabletes" (textuais) de uma substância que aparentava ser a droga conhecida popularmente como "maconha". Ato contínuo, a denunciada informou que estava com tornozeleira eletrônica, devido estar respondendo pelos crimes de homicídio, corrupção e tráfico de drogas. Ao ser indagada sobre a origem do entorpecente, RENATA BARROS CARVALHO informou que havia adquirido na casa de onde havia saído. Com isto, os policiais foram até o referido imóvel, onde encontraram a outra denunciada, posteriormente identificada como ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA, a qual inicialmente negou que tivesse fornecido o entorpecente, mas após verificar que RENATA já estava presa, informou que não realizava a venda de entorpecente, apenas o seu armazenamento. Alegou que no dia anterior recebeu uma quantidade de "maconha" (textuais) para armazenar em sua residência. Ato contínuo, realizaram uma revista no imóvel, onde encontraram uma caixa com mais 12 (doze) "tabletes" (textuais) da substância assemelhada a droga conhecida popularmente como "maconha". Diante dos fatos narrados, toda a substância encontrada foi apreendida e as denunciadas conduzidas à Divisão Estadual de Narcóticos. Em seu depoimento policial, fl. 13, a denunciada ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA informou que recebeu uma proposta para ganhar R$ 500,00 (quinhentos reais) para armazenar um entorpecente para uma pessoa conhecida como PAULA, a qual mora na sua rua e é menor de idade. Bem como, informou que este entorpecente foi entregue um dia anterior a abordagem policial, por um homem que não sabe identificar. Por fim, relatou que não vendeu entorpecente para a denunciada RENATA, apenas realizou a entrega, conforme orientação de PAULA. Em seu depoimento policial à fl. 18, a denunciada RENATA BARROS CARVALHO informou que iria realizar a entrega do entorpecente, que foi apreendido, para uma pessoa conhecida como PAULINHA, a qual iria realizar a comercialização do mesmo. Das testemunhas arroladas na denúncia foram ouvidas pelo sistema áudio visual LUIZ AUGUSTO PINHEIRO DA SILVA, JOSÉ PALHETA PINHEIRO JÚNIOR e CARLOS CORREA LIMA FILHO. As acusadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO foram qualificadas e interrogadas encerrando a instrução processual em 17.04.2019, ocasião em que negaram a prática delitiva. Em Alegações Finais, o Representante do Ministério Público ratificou os termos da denúncia e requereu, às fls. 168/174, a CONDENAÇÃO das acusadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO, com base no art. 33 da lei 11.343/2006. A Defesa, da acusada RENATA BARROS CARVALHO, pleiteia a ABSOLVIÇÃO, pelo in dubio pro reo tendo em vista a insuficiência de provas ou alternativamente uma pena mínima. A Defesa, da acusada ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA por sua vez, pugnou pela condenação da denunciada a uma pena mínima e lhe seja deferido apela em liberdade. Eis o que de essencial a relatar. Decido. Verifica-se que o feito está em ordem. a teor da Súmula 608 do STF. Outrossim, verifica-se que as denunciadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO não foram cerceadas das garantias do contraditório e da ampla defesa e, na esteira do princípio universal pas de nullité sans grief, não há nulidade sem a prova da ocorrência de prejuízo para qualquer das partes. Inexistindo, portanto, vícios ou nulidades a sanar, passo

ao julgamento de mérito. As acusadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO em seus respectivos depoimentos negaram a prática delitiva. As testemunhas LUIZ AUGUSTO PINHEIRO DA SILVA, JOSÉ PALHETA PINHEIRO JÚNIOR e CARLOS CORREA LIMA FILHO, todavia, declararam em seus respectivos depoimentos que receberam denúncia de que haveria a entrega de drogas, descrevendo fisicamente a pessoa envolvida e os policiais foram averiguar a situação e encontraram a droga com a denunciada Renata que informou em que casa estava a droga, casa essa onde se encontrava a outra denunciada Andreza. Tais depoimentos foram absolutamente consonantes entre si, configurando como fortes provas que justifiquem um decreto condenatório. Como se vê, as testemunhas não hesitaram em afirmar o envolvimento das acusadas no crime ora apurado, as quais, inclusive, foram presas em flagrante, o que, por si só, já evidencia a autoria da infração penal. Por sua vez, as acusadas, muito embora não tenham confessado a prática delitiva, em seus respectivos interrogatórios, todavia, admitiram que a droga estava na residência, mas que era de outra pessoa que ali deixara. Seus depoimentos, portanto, em tudo coincidem com os depoimentos das testemunhas, não deixando qualquer margem de dúvida quanto à autoria do delito de tráfico. Desta forma, restou demonstrado pelos elementos probatórios carreados para os autos, que as acusadas, ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO, praticaram o ato criminoso apurado nestes autos. Com efeito, as acusadas transgrediram as normas penais, como bem se manifestou o representante do Ministério Público em Alegações Finais, eis que não há dúvidas quanto a autoria e materialidade do delito imputado às acusadas, corroborando com este entendimento os depoimentos das testemunhas que confirmaram em juízo o que já haviam declarado perante a autoridade policial, pelo Auto de Apresentação e Apreensão de Objeto, de fls. 15, bem como pelo Laudo Toxicológico, às fls. 17. Em face disso, as provas apresentadas nos autos ensejam decisão absolutamente segura de que as acusadas cometeram o delito, como bem se manifesta a representante do MP em alegações finais pleiteando a condenação das rés pelo delito previsto no art. 33, da Lei nº 11.343, do CP. CRIME DE TRÁFICO. A droga é geradora de muita violência, aliás de quase toda a violência existente nas estatísticas criminais, posto que por trás da maioria dos crimes existe o envolvimento com as drogas, basta abrirmos os jornais e veremos nas páginas policiais, a grande lista de assassinatos acontecidos na noite anterior em consequência das drogas. In casu, pela quantidade apreendida, observa-se claramente que seria para comercialização, uma vez que não ficou esclarecido como as acusadas auferiam renda suficiente para aquisição da quantidade encontrada em seu poder. Assim, os fatos descritos na denúncia restaram quantum satis devidamente comprovados e são indenes para lastrear um decreto condenatório. Portanto, não há de se chegar a outra conclusão senão a de acolher a pretensão punitiva do Estado rejeitando, em consequência, as teses defensivas, e condenando as acusadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO, pelo crime de tráfico, na modalidade ter em casa. A conduta das acusadas é típica e ilícita restando consumada, presentes o dolo na vontade livre e consciente de traficar entorpecente. Não estão presentes quaisquer excludentes de ilicitude ou dirimentes de culpabilidade, devendo o réu submeter-se às sanções previstas para a espécie. DA AUTORIA. Portanto, autoria delitiva está patentemente demonstrada. Muito embora as acusadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO tenham negado em juízo a prática dos fatos descritos na denúncia, há provas nos autos da autoria delitiva. As testemunhas LUIZ AUGUSTO PINHEIRO DA SILVA, JOSÉ PALHETA PINHEIRO JÚNIOR e CARLOS CORRIA FILHO, cujos depoimentos foram prestados pelo sistema áudio visual, relataram com clareza os fatos ocorridos. A autoria desta forma ficou consubstanciada pelos depoimentos produzidos nos autos que em tudo coincide com as provas obtidas na fase inquisitorial. DA MATERIALIDADE. A materialidade restou sobejamente comprovada pelo Auto de Apreensão e Apresentação de fls. 15, bem como pelo Laudo Toxicológico Nº 2017.01.002078-QUI, à fl. 17, onde consta que foram apreendidas com as acusadas a droga tipo maconha. DOSIMETRIA DAS PENAS. Observando o critério estabelecido no art. 68 do CP passo a dosimetria das penas da ré ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. Quanto às circunstâncias judiciais a que alude o art. 59 do CP, verifica-se que: a culpabilidade do agente ressoa grave, eis que o mesmo tinha plena consciência da ilicitude de sua conduta agindo com dolo intenso; não há nos autos registro de antecedentes criminais (fls. 193); quanto à sua conduta social não há relato de fatos que a desabonem; personalidade não analisada por falta de elementos; o motivo da prática do crime é o lucro fácil; circunstâncias envolvendo todo um aparato para ludibriar as diligências das autoridades competentes ao combate ao tráfico que está disseminado; quanto às consequências do crime, há que se considerar os malefícios causados no seio sociedade; por fim o comportamento da vítima não tem como ser analisada nestes autos. Tendo em vista as circunstâncias acima analisadas, fixo a pena base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Inexistindo causas agravantes e atenuantes de pena, assim como, causas de diminuição e aumento da reprimenda, torno-a definitiva em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa. Observando

o critério estabelecido no art. 68 do CP passo a dosimetria das penas da ré ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO. CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS. Quanto às circunstâncias judiciais a que alude o art. 59 do CP, verifica-se que: a culpabilidade do agente ressoa grave, eis que o mesmo tinha plena consciência da ilicitude de sua conduta agindo com dolo intenso; há nos autos registro de antecedentes criminais (fls. 191); quanto à sua conduta social não há relato de fatos que a desabonem; personalidade não analisada por falta de elementos; o motivo da prática do crime é o lucro fácil; circunstâncias envolvendo todo um aparato para ludibriar as diligências das autoridades competentes ao combate ao tráfico que está disseminado; quanto às consequências do crime, há que se considerar os malefícios causados na sociedade; por fim o comportamento da vítima não tem como ser analisada nestes autos. Tendo em vista as circunstâncias acima analisadas, fixo a pena base em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos e noventa) dias. Inexistindo causas agravantes e atenuantes de pena, assim como, causas de diminuição e aumento da reprimenda, torno-a definitiva em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (seiscentos e noventa) dias. DISPOSITIVO. Ex positis, ao que mais dos autos consta e aos princípios de Direitos aplicáveis, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva para CONDENAR as acusadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA e RENATA BARROS CARVALHO da prática delitiva de TRÁFICO DE ENTORPECENTE, sendo que a acusada ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA, qualificado nos autos, por ter infringido os preceitos normativos dispostos no art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/2006, à pena de 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, pena que deverá ser cumprida inicialmente em REGIME SEMIABERTO em estabelecimento prisional apropriado do estado; e a acusada RENATA BARROS CARVALHO, qualificado nos autos, por ter infringido os preceitos normativos disposto no art. 33, caput, da Lei nº. 11.343/2006 à pena de 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa, pena que deverá ser cumprida inicialmente em REGIME SEMIABERTO em estabelecimento prisional apropriado do estado. Estando concluída a instrução processual, entende este magistrado que não mais se encontram presentes os motivos ensejadores da prisão preventiva, elencados no arts. 311 e 312, do Código de Processo Penal, bem como em face de as denunciadas ANDREZA CRISTIANE SANTOS DE OLIVEIRA, brasileira, natural de Belém/PA, RG 6357179 3ª via PC/PA, CPF nº 029.402.852-84, nascida em 02/01/1994, filha de Gilberto Oliveira Oliveira e Andrea Claudia Santos de Oliveira, residente à Rua Pinheiro Filho, nº 40, bairro Telégrafo, CEP 66.113-330, cidade Belém/PA, e RENATA BARROS CARVALHO, brasileira, natural de Belém/PA, RG 6995132 2ª via PC/PA, CPF nº 957.560.272-20, nascida em 09/06/1988, filha de Jones Oliveira Carvalho e Rosangela Teixeira Barros, residente à rua do Acampamento, nº 1003, bairro Telégrafo, CEP 66.083-030, cidade Belém/PA já se encontrarem presas desde 31.10.2018, entendo que deve ser concedido o direito de recorrerem em liberdade, devendo ser expedidos os competentes ALVARÁS DE SOLTURA eletrônicos. SERVE CÓPIA DA SENTENÇA COMO ALVARÁ DE SOLTURA. Sem custas, vez que foram defendidos por Defensor Público. Após o trânsito em julgado (CF, art. 5º, LVII): a) Lance-se o nome das rés no rol dos culpados (CPP, art. 393, II); b) Expeçam-se Mandados de Prisão e guias de recolhimento para execução da reprimenda pelo juízo competente (LEP, art. 105); c) Oficie-se à Justiça Eleitoral para fins de suspensão dos direitos políticos do réu (CF, art. 15, III); d) Oficie-se ao órgão encarregado da Estatística Criminal (CPP, art. 809); e) Façam-se as demais comunicações de estilo; e f) Arquivem-se. P.R.I.C. Belém, 24 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. PROCESSO: 00010304020188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 DENUNCIADO:NICIA ABEN ATHAR Representante(s): OAB 11651 - NELMA CATARINA OLIVEIRA MARTIRES COSTA (ADVOGADO) OAB 25342 - PAULINNE FRAIHA PEGADO (ADVOGADO) VITIMA:W. S. A. DENUNCIADO:SEBASTIAO AGUIAR ALVES Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . Processo nº 0001030-40.2018.814.0401 R. Hoje. Considerando analise dos autos, determino que a Secretaria do juízo realize e proceda todas as diligências necessárias para a intimação das partes e testemunhas arroladas, para a realização da audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 22/04/2020, às 09h30, na decisão à fl. 96 dos autos. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00019044120178140601 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Termo Circunstanciado em: 25/06/2019 AUTOR DO FATO:SEBASTIAO AGUIAR ALVES VITIMA:N. A. A. . Processo nº 0001904-41.2017.814.0601 R. Hoje. Juntem-se os presentes aos autos de nº 0001030-40.2018.814.0401, onde figura como denunciados NICIA ABEN ATHAR e SEBASTIÃO AGUIAR ALVES. Após a juntada, façam-se as alterações necessárias no sistema de acompanhamento processual e arquivem-se os autos, com as devidas cautelas legais e de praxe. Cumpra-se. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm)

PROCESSO: 00032951520188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:JOAB FIGUEIREDO CAMPOS VITIMA:A. O. C. S. VITIMA:V. M. S. C. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . Processo nº 00032951520188140401 Vistos. Considerando os argumentos da resposta escrita inicial, formulado pelo Defensor Publico do denunciado, às fls. 80/81, observa-se que a peça acusatória descreve conduta típica, antijurídica e culpável, contendo em si todos os elementos necessários a possibilitar ao acusado seu direito de ampla defesa. Não foram demonstrados nos argumentos expostos na resposta escrita inicial elementos probatórios veementes, que possam ensejar e fundamentar uma sentença de absolvição sumária, estando demonstrada nos autos a necessidade da instrução processual criminal para a devida análise probatória, decorrente da peça acusatória e dos fatos narrados nos autos policiais (Inquérito Policial). Assim, não sendo o caso de absolvição sumária por não se encontrar caracterizada no caso em comento nenhuma das hipóteses delineadas no artigo 397 do CPP, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, prevista no art. 400 do CPP, para o dia 02 de julho de 2020, às 09h30. Na referida audiência proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, se for o caso, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, que ainda não tenham sido ouvidas, bem como os demais atos previstos no referido artigo, caso sejam necessários no presente processo, interrogando-se em seguida a acusada. Procedam-se a intimação do acusado, de seu Defensor ou advogado, do Ministério Público e do assistente de acusação, se for o caso, e das testemunhas devidamente arroladas. Proceda-se, ainda, a Secretaria do juízo, as expedições de ofícios, Cartas Precatórias, Mandados de Condução Coercitiva e demais providências indispensáveis e necessárias para a realização da audiência, com observância das formalidades legais. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00035836020188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:A. S. L. S. DENUNCIADO:BRUNO SANTOS DE MELO Representante(s): OAB 21174 - ALEXANDRE ANDRE BRITO REIS (ADVOGADO) DENUNCIADO:GEOVANNE ANDREW GUIMARAES MORAES Representante(s): OAB 19526 - ANTONIO EPIFANIO RODRIGUES (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . PROCESSO Nº. 0003583-60.2018.8.14.0401 AÇÃO: ROUBO QUALIFICADO AUTOR: A JUSTIÇA PÚBLICA ACUSADOS: BRUNO SANTOS MELO e GEOVANE ANDREW GUIMARÃES MORAES. CRIME: ROUBO QUALIFICADO - ART. 157, § 2º, II, DO CPB Vistos "A configuração da qualificadora exige apenas que o delito seja cometido por duas ou mais pessoas, sendo, pois, irrelevante que permaneça ignorada a identidade de um dos co-executores" (TACRSP, JTACRIM 73/368). BRUNO SANTOS MELO e GEOVANE ANDREW GUIMARÃES MORAES foram denunciados como incursos nas sanções punitivas do art. 157, parágrafo 2°, II do CPB, tendo em vista que no dia 11.02.2018, aproximadamente às 18h10, a vítima conduzia seu carro pela rua Silva Castro, bairro do Guamá, quando foi abordada pelos denunciados que mediante grave ameaça por meio de um simulacro de aram de fogo, exigiram que a vítima entregasse sua moto, fugindo em seguida do local do crime. Ato contínuo os assaltantes avistaram uma viatura policial que se encontrava às proximidades do local do crime, motivo pelo qual tentaram acelerar a moto entretanto, se desequilibraram e caíram, momento que foram presos e conduzidos até à autoridade policial que lavrou o flagrante. O Auto de Prisão em Flagrante foi lavrado contra BRUNO SANTOS MELO E GEOVANE ANDREW GUIMARÃES MORAES no dia 11.02.2018, às fls. 05 e seguintes. Flagrante homologado e convertido em prisão preventiva à fl. 99/90. A denúncia, acompanhada do inquérito policial e do rol de testemunhas foi recebida em 13.03.2018, à fl. 127. Das testemunhas arroladas na denúncia foram ouvidas a vítima ANTÔNIO SANTOS DE LIMA SOUZA, EZEQUIAS DE LIMA PEREIRA e OTONIEL DE ALMEIDA SILVA. Os denunciados BRUNO SANTOS MELO E GEOVANE ANDREW GUIMARÃES MORAES foram interrogados momento em que negaram a imputação que lhe faz a Justiça Pública. Em Alegações Finais, às fls. 179/180v, o Representante do Ministério Público pleiteia a procedência da denúncia e requereu a CONDENAÇÃO dos acusados BRUNO SANTOS MELO E GEOVANE ANDREW GUIMARÃES MORAES, com base no art. 157, § 2°, item II do CPB. A defesa do acusado GEOVANE ANDREW GUIMARÃES MORAES em Alegações Finais, às fls. 185/187, requereu a aplicação de uma pena mínima, e que seja aplicada a atenuante da confissão e menoridade penal. A defesa do acusado BRUNO SANTOS MELO pleiteou às fls. 201/202, a extinção do feito, em face do falecimento do acusado, conforme fez prova com o doc. de fl. 203. Laudo Necroscópico expedido pelo Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, à fl. 222. Requerimento do Órgão do Parquet requerendo a extinção do feito em relação ao acusado BRUNO SANTOS MELO, em face de seu falecimento. Sentença de extinção do feito contra o acusado BRUNO SANTOS MELO, em face de sua morte, à fl. 230. É o relatório. Decido. Imputa-se a GEOVANE ANDREW

GUIMARÃES MORAES a prática do crime de roubo com a causa de aumento de pena pelo concurso de pessoas, previsto no art. 157, c/c § 2º, II, do CP. Com efeito, consta desde a denúncia que os acusados portavam um simulacro de arma, sendo ambos foram presos em flagrante e com eles foi apreendida simulacro de arma. Assim, não há que se falar em uso de arma, mas tão somente concurso de agentes. Roubo é a subtração de coisa móvel alheia mediante violência, grave ameaça ou qualquer meio capaz de anular a capacidade de resistência da vítima (CP, art. 157, caput). Trata-se de crime complexo, em que a lei penal protege a posse, propriedade, integridade física, saúde e liberdade individual. O sujeito ativo de tal delito pode ser qualquer pessoa, pois a norma incriminadora não prevê qualquer capacidade penal especial (crime comum). O sujeito passivo, por sua vez, é o titular da posse ou da propriedade e quem sofre a violência ou grave ameaça. O elemento objetivo do tipo é a subtração do bem, com os predicados acima descritos. Já o elemento subjetivo é o dolo, ou seja, a vontade livre e consciente de subtrair coisa alheia móvel, "para si ou para outrem". O elemento normativo está na qualidade de ser alheia a coisa. Todos esses elementos do tipo penal restaram demonstrados neste processo, razão pela qual a pretensão punitiva do Estado merece prosperar. DA AUTORIA. O acusado GEOVANE ANDREW GUIMARÃES MORAES negou em juízo a autoria do crime em seu interrogatório. A vítima ANTÔNIO SANTOS DE LIMA SOUZA e as testemunhas EZEQUIAS DE LIMA PEREIRA e OTONIEL DE ALMEIDA SILVA foram ouvidas em juízo e prestaram depoimentos consonantes, com riquezas de detalhes, não deixando a menor dúvida quanto à autoria da prática delitiva. Em que pese os denunciados negarem a prática delitiva, mas as testemunhas EZEQUIAS DE LIMA PEREIRA e OTONIEL DE ALMEIDA SILVA prestaram depoimentos deveras esclarecedores, narrando detalhes da prisão dos acusados na posse da res furtiva. Some-se a isso que o denunciado GEOVANE ANDREW GUIMARÃES MORAES foi reconhecido pela vítima, e este, mesmo negando a prática delitiva, não soube explicar como foi preso na posse da motocicleta da vítima roubada momentos antes. Destarte, o contexto probatório é suficiente para atestar a autoria e embasar um decreto condenatório. DA MATERIALIDADE. Trata-se de roubo qualificado pelo concurso de pessoas, previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código de Processo Penal. Tal delito tem como conduta típica subtrair, tirar, arrebatar, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, empregando o sujeito ativo, violência, grave ameaça ou qualquer outro meio que impossibilite ao sujeito passivo tentar qualquer reação defensiva. A violência ou a ameaça empregada podem ser exercidas pela vis physica, que consiste numa ação, num constrangimento físico que impossibilita, dificulta ou paralisa a possibilidade da vítima evitar a subtração da coisa móvel de que é detentora, possuidora ou proprietária ou pela vis compulsiva, também chamada, vis animo illata, que é uma espécie de violência moral, uma promessa da prática de um mal desorganizando e perturbando a liberdade psíquica da vítima. Desta forma, a materialidade e a coautoria restaram comprovadas satisfatoriamente em face dos depoimentos das testemunhas e da vítima que confirmaram em seus respectivos depoimentos serem os denunciados os autores do roubo qualificado pelo concurso de agentes. É sabido que "nos crimes contra o patrimônio a palavra da vítima, apontando o réu como autor, corroborada por indícios e circunstâncias e, em especial, pelo auto de reconhecimento de pessoa, constitui importante elemento de convicção, principalmente se o acusado nada argúi de má-fé ou inimizade, capaz de justificar a grave imputação de que foi alvo" (TJSC - ACr 01.002184-1 - 1ª C.Crim. - Rel. Des. Souza Varella - J. 08.05.2001). A conduta do acusado GEOVANE ANDREW GUIMARÃES MORAES, portanto, é típica e ilícita, restando consumada, presente o dolo na vontade livre e consciente de subtrair a coisa alheia móvel mediante concurso de agentes. Por outro lado, não estão presentes quaisquer excludentes de ilicitude ou dirimentes de culpabilidade, devendo o réu submeter-se às sanções previstas para a espécie. DO CONCURSO DE PESSOAS. Restando devidamente configurado o crime de roubo por parte do denunciado GEOVANE ANDREW GUIMARÃES MORAES, passo a analisar a questão pertinente ao concurso de agentes. Não há como esconder a realidade: o réu GEOVANE ANDREW GUIMARÃES MORAES praticou o crime em concurso (CP, art. 29, caput), conforme se infere pelos diversos depoimentos que comprovam a prática delitiva por parte do acusado GEOVANE ANDREW GUIMARÃES MORAES, na companhia de um comparsa já falecido, cuja extinção de punibilidade se encontra acostada à fl. 230.. Assim, o concurso de agentes é definido com "a ciente e voluntária colaboração de duas ou mais pessoas na prática da mesma infração penal". Assim sendo, deve-se aumentar a pena do réu dada a maior periculosidade dos agentes que se unem para a prática do delito, dificultando a defesa da vítima. Para que ocorra o concurso de agentes, são necessários os seguintes requisitos, aliás, todos presentes nesses autos: a) pluralidade de condutas: ação ou omissão de duas ou mais pessoas e que seja cada uma delas causa do resultado; b) liame psicológico entre os vários autores: a consciência de que cooperam para um fato comum, ou seja, deve haver adesão voluntária à atividade ilícita de outrem; e c) unidade de fato: os agentes devem praticar os mesmos crimes, um com a anuência do outro. Depreende-se, portanto, que o crime foi praticado em concurso de pessoas. Nesse sentido: A configuração da qualificadora exige apenas que o delito seja cometido por duas ou mais pessoas, sendo,

pois, irrelevante que permaneça ignorada a identidade de um dos co-executores (TACRSP, JTACRIM 73/368). É o caso dos autos, mesmo que um dos denunciados tenha falecido conforme comprovado nos autos. Portanto, a pena do réu será aumentada, nos termos do art. 157, § 2º, II, do CPB. DA DOSIMETRIA DA PENA. Estando demonstrada a materialidade e a coautoria do delito de roubo, resta fazer a dosimetria da pena (CP, art. 68, CP e art. 5º, XLVI, CF) Réu GEOVANE ANDREW GUIMARÃES MORAES. A culpabilidade do réu restou evidenciada, eis que presente o dolo na vontade livre e consciente de subtrair a coisa alheia móvel; antecedentes imaculados (fl. 231); sobre a conduta social e a personalidade da agente, não se tem maiores notícias nos autos; motivos não o favorecem, uma vez que nada justifica a prática delitiva; circunstâncias do crime não o recomendam já que o acusado valeu-se de violência mediante o concurso de agentes para a prática delitiva; consequências extra penais foram graves, em face do trauma causado à vítima; não há provas de que a vítima tenha contribuído para a prática do delito; por fim, a situação econômica do réu presume-se não ser boa (CP, art. 60). Desta forma, há preponderância de circunstâncias desfavoráveis ao acusado. Desnecessária a observância do inc. I do art. 59 do CP, por inexistir previsão de pena alternativa. Assim, atento às circunstâncias analisadas, com fulcro no art. 157, caput, do CP, fixo a pena-base em 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 97 (noventa e sete) dias-multa sobre 1/30 do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º). Existindo circunstância atenuante da pena, (art. 65, I, do CPB - menoridade penal), diminuo-lhe a pena em 06 (seis) meses, passando a ser de 05 (cinco) anos de reclusão e 68 (sessenta e oito) dias-multa sobre 1/30 do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º). Inexiste causa agravante da pena. Atento à causa de aumento de pena prevista no art. 157, § 2º, II, do CP, elevo a reprimenda em 1/3 (um terço) para 07 (sete) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 129 (cento e vinte e nove) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, tornando-a final, concreta e definitiva, eis que inexistem causas de diminuição de pena. A pena será cumprida inicialmente em regime SEMIABERTO em estabelecimento prisional apropriado do estado (CP, art. 33, § 2º, "b", do CP). Para pagamento da multa imposta, deverá ser observado o disposto nos arts. 49, § 2º e 50, ambos do CPB). DISPOSITIVO. Isto posto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO, para, em consequência, CONDENAR GEOVANE ANDREW GUIMARÃES MORAES como incursa nas penas do art. 157, § 2º, II, do CPB. Depois de feita, acima, a devida individualização, a pena definitiva da ré é de 07 (sete) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 129 (cento e vinte e nove) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, pena que deverá ser cumprida inicialmente em REGIME SEMIABERTO, em estabelecimento prisional apropriado do estado. Após o trânsito em julgado (CF, art. 5º, LVII): a) Lance-se o nome do réu no rol dos culpados (CPP, art. 393, II); b) Expeçam-se Mandado de Prisão e guia de recolhimento para execução da reprimenda pelo juízo competente (LEP, art. 105); c) Oficie-se ao órgão encarregado da Estatística Criminal (CPP, art. 809); d) Façam-se as demais comunicações de estilo; e e) Arquivem-se. P.R.I.C. Belém, 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. PROCESSO: 00036035620158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:ANDREZA SILVA DIAS Representante(s): OAB 13915 - CLEBIA DE SOUSA COSTA (ADVOGADO) OAB 19096 - THAIS NAVA DE SOUSA (ADVOGADO) VITIMA:M. B. M. AUTORIDADE POLICIAL:VERA FRANCISCA BATISTA FERREIRA -DPC. Processo nº 00036035620158140401 R. Hoje. Considerando a certidão à fl.155, determino que a Secretaria do juízo aguarde o retorno da carta precatória encaminhada a comarca de Campo Grande/MTS, conforme fl. 133 dos autos. Após, encaminhem-se os autos ao representante do Ministério Público, conforme Termo de Audiência à fl. 146. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00051280520178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:A. C. DENUNCIADO:CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS SOARES LOBO Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Processo nº 00051280520178140401 Vistos. 1. Tendo em vista que o acusado CARLOS HENRIQUE DOS SANTOS SOARES LOBO, apesar de regularmente citado, por edital (fl.75/76-v), não nomeou procurador legal e não foi localizada nos endereços dos autos, em que pese os esforços e diligências do juízo, suspendo o processo e o prazo prescricional em relação ao réu, nos termos do art. 366 do CPP. 2. Nomeio o Defensor Público vinculado a esta Vara Penal, para a defesa do acusado citado por Edital, devendo o mesmo apresentar resposta escrita inicial, nos moldes do art. 396 do CPP. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00053328320168140401 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:CLEISON ROBERTO CARVALHO DE CASTRO VITIMA:C. S. F. . Processo n° 00053328320168140401 Vistos. Considerando a análise dos autos, redesigno a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, prevista no art. 400 do CPP, para o dia 09 de julho de 2020, às 09h00. Na referida audiência proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, se for o caso, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, que ainda não tenham sido ouvidas ou desistidas pelas partes, bem como os demais atos previstos no referido artigo, caso sejam necessários no presente processo, interrogando-se em seguida o acusado. Procedam-se a intimação do acusado, de seu Defensor ou advogado, do Ministério Público e do assistente de acusação, se for o caso, e das testemunhas devidamente arroladas. Proceda-se, ainda, a Secretaria do juízo, expedição de ofícios, Cartas Precatórias, Mandados de Condução Coercitiva e demais providências indispensáveis e necessárias para a realização da audiência, com observância das formalidades legais. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Penal do juízo Singular da Capital PROCESSO: 00060438320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 25/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:DAYANNE MIRANDA FRANCO Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Processo nº 0006043-83.2019.814.0401 Vistos. Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva, formulado às fls. 10-17, pela defesa de DAYANNE MIRANDA FRANCO, acusada do crime de Tráfico de Substâncias Entorpecentes (art. 33, da Lei n. 11.343/2006). A representante do Ministério Público se manifestou contrária aos pedidos de revogação da prisão da requerente, às fls. 21-23, por entender a necessidade de garantia de ordem pública, prova da existência do crime, indícios de autoria, entre outros argumentos. Brevemente relatado. Decido. Sabe-se que, indiscutivelmente, no processo penal pátrio vige a regra de que a prisão de caráter processual é a exceção, só podendo ser decretada ou mantida quando houver razões suficientes para sua concretização. Nesse contexto, observa-se que para subsistir a prisão cautelar, mister se faz que estejam presentes os pressupostos e um dos requisitos da prisão preventiva. Os pressupostos, também chamados de fumus comissi delict, a prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, sem dúvida alguma, constam dos autos pelos elementos de convicção colhidos no Inquérito Policial, uma vez que as testemunhas policiais reconheceram os acusados na esfera policial, prendendo-os em flagrante. A segregação cautelar da acusada é imprescindível para a garantia da ordem pública (CPP, art. 312), em razão da gravidade do crime imputado aos mesmos na peça acusatória. Narram os autos que a requerente foi presa em flagrante delito, com 140 (cento e quarenta) embalagens em material plástico transparente, pesando 27,764g (vinte e sete gramas e setecentos e sessenta e quatro miligramas) da substância vulgarmente conhecida como cocaína (Benzoilmetilecgonina), e R$ 148,95 (cento e quarenta e oito reais e noventa e cinco centavos), o que denota mercancia de substância entorpecente. Diante da gravidade dos fatos e da droga apreendida, verifica-se a necessidade da manutenção da medida cautelar para garantir a ordem pública. A medida incide também como forma de acautelar o meio social e preservar a credibilidade da justiça, pois a adoção das medidas previstas em lei diminuirá a sensação de impunidade junto à população e aos infratores, estimulando a redução dos índices de cometimento de infrações penais. Nesse entendimento: STF - Incidência do [...] art. 312 do CPP [...] possibilidade de prisão preventiva [...] em virtude da necessidade de preservar-se [...] a ordem pública ante a atuação profícua de instituições -- a Polícia Federal, o Ministério Público e o Judiciário (STF, HC 102732/DF, rel. Min. Marco Aurélio, 4.3.2010 - Informativo STF nº 577/2010). Tem decidido a mais recente jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que: a preservação da ordem pública não se restringe às medidas preventivas da irrupção de conflitos e tumultos, mas abrange também a promoção daquelas providências de resguardo à integridade das instituições, à sua credibilidade social e ao aumento da confiança da população nos mecanismos oficiais de repressão às diversas formas de delinquência (HC 91.926/SP, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Quinta Turma, julgado em 21/10/2008, DJe 09/12/2008.). Ademais, condições favoráveis, tais como bons antecedentes, primariedade, ocupação lícita e residência fixa no distrito da culpa, por si sós, não têm o condão de garantir aos acusados a revogação da prisão preventiva se há, nos autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia cautelar. STJ, HC 125.059-GO, Rel. originária Min. Laurita Vaz, rel. para acórdão Min. Felix Fischer, j. 16.6.2009 (Informativo STJ nº 399/2009). Naquele sentido: "A circunstância de o paciente ser primário e ter bons antecedentes, à evidência, não se mostra obstáculo ao decreto de prisão preventiva, desde que presentes os pressupostos e condições previstas no art. 312, do CPP" (STF, HC nº 83.868-AM, rel. para o acórdão. Min. Ellen Gracie - Informativo STF nº 542/2009). Ainda: "condições subjetivas favoráveis do paciente não obstam a segregação cautelar" (STF, HC nº 104.087-RO, rel. Min. Ricardo Lewandowski - Informativo STF nº 610/2010). À propósito, ainda nesse entendimento, colaciono jurisprudências: A

Constituição Federal, não paira dúvida, tem como regra geral ficar-se em liberdade, enquanto se aguarda o desenrolar do processo penal. Todo cidadão é inocente, até que seja irremediavelmente condenado (CF, art. 5º, LVII). É que o preso, por sofrer restrição em sua liberdade de locomoção, não deixa de ter o direito de ampla defesa diminuído. Mas por outro lado, pode estar em jogo valor que também deve ser protegido para apuração da verdade real. Daí a mesma Constituição permitir a prisão em circunstâncias excepcionais. Por tal motivo, mesmo o primário e de bons antecedentes pode ser preso sem nenhum arranhão aos princípios constitucionais. (STJ, 6ª T., RHC 3.715-6/MG, rel. Min. Adhemar Maciel, RSTJ, 11/690). Evidenciada a gravidade dos delitos e as circunstâncias em que foram praticados, roubos duplamente qualificados, praticados em coautoria e com emprego de arma, não há como se afastar a decretação da prisão preventiva, ainda que o acusado seja primário, possua residência fixa, vínculo empregatício e não tem antecedentes. (TJMT, RT 775/650). A inegável periculosidade do paciente, realçada pela forma de execução do delito e pela possibilidade de nova fuga do distrito da culpa, impõe a manutenção da prisão preventiva como forma de garantia da ordem pública e da aplicação da Lei Penal. Ordem denegada. Unânime. Denegar a ordem à unanimidade. (TJDF - HBC 20010020056762 - 1ª T.Crim. - Rel. Des. Otávio Augusto - DJU 06.02.2002 - p. 56). Soma-se a argumentação que não foram juntados nos autos novos fatos que afastem os requisitos da prisão preventiva, havendo indícios nos autos de conduta voltada a prática delitiva. Diante do exposto, acompanho o parecer ministerial e INDEFIRO o pedido, formulado em favor do requerente DAYANNE MIRANDA FRANCO. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00060438320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 25/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:DAYANNE MIRANDA FRANCO Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Processo nº 0006043-83.2019.814.0401 Vistos. 1. Recebo a denúncia por preencher os requisitos de admissibilidade insculpidos na legislação em vigor, descrevendo em tese fato delituoso imputado a acusada DAYANNE MIRANDA FRANCO. 2. Considerando os argumentos da resposta escrita inicial, formulado pela Defensor Público da denunciada às fls. 10-17, observa-se que a peça acusatória descreve conduta típica, antijurídica e culpável, contendo em si todos os elementos necessários a possibilitar a acusada seu direito de ampla defesa. Não foram demonstrados nos argumentos expostos na resposta escrita inicial elementos probatórios veementes, que possam ensejar e fundamentar uma sentença de absolvição sumária, estando demonstrada nos autos a necessidade da instrução processual criminal para a devida análise probatória, decorrente da peça acusatória e dos fatos narrados nos autos policiais (Auto de Prisão em Flagrante Delito e Inquérito Policial). 3. Não sendo o caso de absolvição sumária por não se encontrar caracterizada no caso em comento nenhuma das hipóteses delineadas no artigo 397 do CPP, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, prevista no art. 400 do CPP, para o dia 14 de agosto de 2019, às 11h00. 3.1. Na referida audiência proceder-se-á à tomada de declarações dos ofendidos, se for o caso, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, que ainda não tenham sido ouvidas, bem como os demais atos previstos no referido artigo, caso sejam necessários no presente processo, interrogando-se em seguida a acusada. 3.2. Procedam-se as intimações da acusada, de seu Defensor ou advogado, do Ministério Público e do assistente de acusação, se for o caso, e das testemunhas devidamente arroladas. Procedam-se, ainda, expedições de ofícios e demais providências necessárias com observância das formalidades legais. 4. Cite-se a ré DAYANNE MIRANDA FRANCO, para que tome ciência da ação penal, conforme dispõe o artigo 56 da Lei 11.343/2006. 5. Considerando o item 4 do requerimento constante no parecer ministerial à fl. 03v, no bojo da denúncia, determino, preservada a contraprova, a incineração da droga apreendida e constante destes autos, o que faço sob o manto do art. 50, § 3º, da Lei nº 11.343/2006, devendo ser oficiado à autoridade policial de origem, para que proceda à destruição dos entorpecentes nos moldes do § 4º, do mencionado artigo, devendo, pois, o respectivo auto circunstanciado de destruição de drogas ser remetido a este Juízo no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da incineração. Belém, 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00069947520098140401 PROCESSO ANTIGO: 200920242407 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:J. B. C. DENUNCIADO:MARCOS DA SILVA DE OLIVEIRA DENUNCIADO:GIOVANI AUGUSTO DOS SANTOS PROENCA. Processo nº 00069947520098140401 Vistos. 1. Tendo em vista que o acusado GIOVANI AUGUSTO DOS SANTOS PROENCA, apesar de regularmente citado, por edital (fl.78/79), não nomeou procurador legal e não foi localizada nos endereços dos autos, em que pese os esforços e diligências do juízo, suspendo o processo e o prazo prescricional em relação ao réu, nos termos do art. 366 do CPP. 2. Nomeio o Defensor Público vinculado a esta Vara Penal, para a defesa da acusada citada por Edital, devendo o mesmo apresentar

resposta escrita inicial, nos moldes do art. 396 do CPP. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00069947520098140401 PROCESSO ANTIGO: 20092024207 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:J. B. C. DENUNCIADO:MARCOS DA SILVA DE OLIVEIRA DENUNCIADO:GIOVANI AUGUSTO DOS SANTOS PROENCA. Processo nº 00069947520098140401 R. Hoje. Em face da certidão à fl. 74, expeçam-se ofícios aos Cartórios de Registros Públicos e, em caso de negativa, ao Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves", para que, no prazo de máximo de 15 (quinze) dias, informem e comprove a morte do acusado MARCOS DA SILVA DE OLIVEIRA, enviando cópia de documento que comprove óbito do denunciado. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00075392120178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ANDREO MYCHEL SILVA SOUZA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . PROCESSO Nº. 0007539-21.2017.814.0401 AÇÃO: PORTE ILEGAL DE ARMA AUTOR: JUSTIÇA PÚBLICA ACUSADO: ANDREO MYCHEL SILVA SOUZA VÍTIMA: O ESTADO TIPIFICAÇÃO PENAL: ART. 16 DA LEI 10.826/03 Vistos, "A regra, artigo 156 do CPP, é a de que o ônus probatório cabe ao autor da tese apresentada. A acusação demonstrara a existência do delito e quem foi o seu autor. A defesa, por sua vez, se incumbe provar eventual alegação de exclusão da antijuridicidade do fato típico ou o álibi invocado RELATÓRIO. ANDREO MYCHEL SILVA SOUZA foi denunciado pelo Ministério Público, sendo o acusado incurso nas sanções punitivas do art. 16, da Lei 10.826/03. Noticiam os autos de Inquérito Policial que no dia 27.03.2017, aproximadamente às 16h00min, o denunciado que estava sendo investigado pelo cometimento de homicídio no Distrito de Icoaraci, teria retornado à sua residência e estaria de posse de uma arma de fogo. Com base nessas inmformações, os policiais deslocaram até o endereço do denunciado e conseguiram prendê-lo no interior de sua residência e, com efeito, encontraram com o acusado uma arma de fogo marca Taurus, modelo 24/7 PRO, calibre 40, com numeração raspada, ainda 12 (doze) munições intactas, razão pela qual foi conduzido à delegacia de polícia. O laudo do Centro de Perícias Cientificas "RENATO CHAVES", às fls. 78/83 confirmou que a arma encontrada em poder do acusado encontrava-se em condições de funcionamento e apresentava ofensividade. A Denúncia, acompanhada do Inquérito Policial, bem como rol de testemunhas, foi recebida em 31/05/2017, à fl. 66. Das testemunhas arroladas pela Denúncia, foram ouvidos NILSON JOSÉ DE SOUZA RAMOS, JOÃO BATISTA CONCEIÇÃO ALCÂNTARA e JEAN JORGE MESQUITA PEDROSO, pelo sistema Áudio visual, às fls. 76-77. O acusado ANDREO MYCHEL SILVA SOUZA, teve sua revelia decretada em Audiência de Instrução e Julgamento, fls. 76-77. Em Alegações Finais, a representante do Ministério Público prosseguiu na acusação formulada na denúncia, requerendo a CONDENAÇÃO de ANDREO MYCHEL SILVA SOUZA, às fls. 84/85. A Defesa do acusado, ao tempo das Alegações Finais, requereu às fls. 89/96 a absolvição do acusado ANDREO MYCHEL SILVA SOUZA, por insuficiência de provas ou alernativamente uma pena mínima. É o relatório. Decido. Verifica-se que o feito está em ordem. Outrossim, constata-se que o denunciado não foi cerceado das garantias do contraditório e da ampla defesa. Inexistindo, portanto, vícios ou nulidades a sanar, passo então, ao julgamento de mérito. O Acusado ANDREO MYCHEL SILVA SOUZA não compareceu em Audiência de Instrução e Julgamento, sendo considerado revel. As testemunhas NILSON JOSÉ DE SOUZA RAMOS, JOÃO BATISTA CONCEIÇÃO ALCÂNTARA e JEAN JORGE MESQUITA PEDROSO prestaram depoimentos consonantes, bastante esclarecedores sobre os fatos e como se observa à saciedade, pelo cotejo das provas carreadas para os autos, não existe dúvida nenhuma da prática do crime de porte ilegal de arma por parte do acusado ANDREO MYCHEL SILVA SOUZA, eis que a autoria e a materialidade estão perfeitamente caracterizadas nos autos pelo Termo de Declarações das testemunhas, pelo Termo de Recebimento de Objeto, bem como do Laudo, de fl. 67. As testemunhas JOÃO BATISTA CONCEIÇÃO ALCÂNTARA e JEAN JORGE MESQUITA PEDROSO, declararam que são policias e cumpriram a missão de ir averiguar a denúncia na casa do acusado e lã encontraram a arma e as munições. DA AUTORIA. As declarações prestadas pelas testemunhas todas em juízo, são provas cristalinas que ensejam decisão absolutamente segura de que o acusado estava portando ilegalmente uma arma de fogo e, assim sendo, o contexto probatório é suficiente para atestar a autoria do crime praticado pelo acusado. Destarte, os fatos descritos na denúncia restaram quantum satis devidamente comprovados e são indenes para lastrear um decreto condenatório. Portanto, não há de se chegar a outra conclusão senão a de acolher a pretensão punitiva do Estado rejeitando, em consequência, o pedido de absolvição esposada pela defesa. DA MATERIALIDADE. Trata-se de Porte Ilegal de Arma de Fogo, previsto na norma incriminadora estabelecida no artigo 16 da Lei 10.826/03 e a materialidade está

patentemente comprovada pelas declarações das testemunhas e além do Auto/Termo de Exibição e Apreensão de Objeto de fl. 13, bem como do Laudo nº 2018.01.000934~BAL, de fl.79. A conduta do acusado é típica e ilícita restando consumada, presentes o dolo na vontade livre e consciente de portar a arma de fogo. Não estão presentes quaisquer excludentes de ilicitude ou dirimentes de culpabilidade, devendo o réu submeter-se às sanções previstas para a espécie. DA POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO. Ressalte-se que as provas acima analisadas confirmam a tese sustentada pelo Ministério Público de que houve a consumação de crime tipificado no art. 16 da Lei 10.826/03 que estabelece: Posse ou Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito Art. 16. Possuir, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição, de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar: Pena - reclusão, de 03 (três) a 06 (seis) anos, e multa. Note-se que no caso dos autos a denúncia imputa ao acusado o aludido delito sob a modalidade POSSE OU PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO, 01 revolver - AUTO DE APREENSÃO E APRESENTAÇÃO do referido armamento, de fl. 13. Acerca da natureza jurídica do mencionado delito, a jurisprudência tem se firmado no sentido de que: O crime de porte ilegal de arma é um crime de perigo abstrato, basta, tão-somente, quaisquer das ações previstas no tipo penal, não se faz necessário que a arma esteja municiada ou mesmo que seja apta a ser utilizada ao fim que se destina. (Apelação Criminal nº 2004.003721-0, 2ª Turma Criminal do TJMS, Coxim, Rel. Des. Carlos Stephanini. j. 19.05.2004, unânime). Diante de tais fatos, resultou provada a autoria e materialidade do crime de Porte ilegal de arma de fogo de uso restrito como destacado na denúncia. DA DOSIMETRIA DA PENA. Estando demonstrada a materialidade e a autoria do delito de Porte ou Posse ilegal de arma de fogo de uso restrito, resta fazer a dosimetria da pena do réu ANDREO MYCHEL SILVA SOUZA (CP, art. 68 e CF, 5º, XLVI). A culpabilidade do réu ANDREO MYCHEL SILVA SOUZA é reprovável, eis que o denunciado sabe tratar-se de crime o porto ou posse de arma de uso restrito; réu não registra antecedentes criminais (fl. 97); sobre a personalidade e a conduta social não se tem maiores informações; motivos, nada justifica o porte de arma; consequências extra penais não foram graves; não há como analisar; que a situação econômica do réu não é boa, com fulcro no art. 16 da Lei 10.826/03, fixo a pena-base em 03 (três) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º). Analisando a atenuante de menoridade penal, reduzo-lhe a pena em 06 (seis) meses de reclusão, passando a ser 03 (três) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, §1°), que torno final, concreta e definitiva. Inexistem causas de aumento ou diminuição de pena. Por força do que dispõe o artigo 33 do Código Penal, determino que o apenado inicie o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime ABERTO em estabelecimento prisional apropriado do Estado. (CP, art. 33, § 2º, `c'', do CP). Para o pagamento da multa imposta, deverá ser observado o disposto nos arts. 10, 49, § 2º, e 50, todos do CP. DISPOSITIVO. Isto posto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO, para, em consequência, CONDENAR ANDREO MYCHEL SILVA SOUZA, já qualificado nos autos, à pena de 03 (três) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º), a qual deve ser cumprida em regime ABERTO em estabelecimento prisional apropriado do Estado. Considerando o Provimento nº 006/2014-CJRMB determino que a Secretaria do juízo expeça mandado de intimação para ANDREO MYCHEL SILVA SOUZA, com a finalidade de encaminhá-lo ao Núcleo Gestor de Monitoramento Eletrônico do sistema prisional do Estado, para que o mesmo seja incluído no Programa de monitoramento eletrônico. Tão logo a sentença transite em julgado o sentenciado deve ser incluído no programa de monitoramento eletrônico, com a devida comunicação ao juízo pelo Núcleo Gestor de Monitoramento Eletrônico, expeça-se a consequente Guia de Recolhimento Penal e a documentação necessária e de praxe à Vara de Execuções Penais. Em obediência ao Princípio da Eficiência, consagrado no artigo 37 da Constituição Federal, tentando atender aos interesses da administração da Justiça e das partes, considerando, ainda, os artigos 25, da Lei nº 10.826/03 (destruição ou doação das armas), e art. 1º, § 1º, da Resolução nº 134/2011 do CNJ (guarda de arma e/ou munição imprescindíveis para o esclarecimento dos fatos apurados no processo judicial), caso exista nos autos arma e/ou munição (ões) apreendida (s) determino seja encaminhada ao Comando do Exército para os fins previstos em lei. Igualmente, caso exista nos autos arma branca de qualquer espécie e em qualquer estado, DETERMINO que o Setor de Armas e Bens Apreendidos a DESTRUA, DESCARTANDO os resíduos em lixo apropriado. P.R.I.C. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal da Capital. PROCESSO: 00080134520108140401 PROCESSO ANTIGO: 201020302779 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:GABRIEL RODRIGUES DA SILVA

Representante(s): OAB 13475 - LUIS DENIVAL NETO (ADVOGADO) VITIMA:M. F. G. R. VITIMA:V. C. A. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . Processo nº 0008013-45.2010.814.0401 R. Hoje. Considerando que os presentes autos se encontravam arquivados, sendo que os mesmos foram desarquivados com a finalidade de prestar informações sobre Habeas Corpus que tramita no egrégio TJE-PA, determino que a Secretaria do juízo retornem os autos ao Setor de Arquivo do TJE-PA, fazendo as alterações necessárias no sistema de acompanhamento processual - LIBRA. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00087514320188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:DANIELSON LEMOS DE ALCANTARA Representante(s): OAB 14295 - JOAQUIM LUIZ MENDES BELICHA (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . Processo nº 00087514320188140401 R. Hoje. 1. Torno sem efeito a Decisão de fl. 132. 2. Determino que a Secretaria do juízo realize e proceda todas as diligências necessárias para a intimação das partes e testemunhas arroladas, para a realização da audiência de instrução e julgamento, redesignada no Despacho à fl.120 dos autos. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00095889820188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:A. N. C. B. DENUNCIADO:ELIEL JUNIOR DA FONSECA MATOS Representante(s): OAB 2554 - GERSON DE OLIVEIRA SOUZA (ADVOGADO) DENUNCIADO:DANILSON FERREIRA RIBEIRO Representante(s): OAB 26976 - LILIAN GARCIA CAMPOS RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 27230 - LILIANE ALVES RIBEIRO (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . Processo nº 0009588-98.2018.814.0401 Vistos Em face da readequação da pauta de audiências, redesigno a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, prevista no art. 400 do CPP, para o dia 10 de junho de 2020, às 10h00. Na referida audiência proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, se for o caso, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, que ainda não tenham sido ouvidas ou desistidas pelas partes, bem como os demais atos previstos no referido artigo, caso sejam necessários no presente processo, interrogando-se em seguida os acusados. Procedam-se as intimações dos acusados, de seus Defensores ou advogados, do Ministério Público e do assistente de acusação, se for o caso, e das testemunhas devidamente arroladas. Proceda-se, ainda, expedições de ofícios, Cartas Precatórias, Mandados de Condução Coercitiva, e demais providências indispensáveis com observância das formalidades legais. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00104063220118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:MACIEL DA SILVA LIMA AUTORIDADE POLICIAL:ANTONIO MARIA MARCAL AMERICO - DPC DENUNCIADO:DIEMESON DA SILVA COSTA Representante(s): OAB 9102 - EWERTON FREITAS TRINDADE (ADVOGADO) VITIMA:P. M. S. P. DENUNCIADO:CLEIBSON DE SOUZA LEAO Representante(s): OAB 9102 - EWERTON FREITAS TRINDADE (ADVOGADO) . Processo nº 0010406-32.2011.814.0401 Vistos. Versam os presentes autos sobre processo crime de Furto Qualificado (art. 155, § 4º, incisos I e IV do CP), onde figura como denunciados MACIEL DA SILVA LIMA e DIEMERSON DA SILVA COSTA. Compulsando os autos, vê-se que MACIEL DA SILVA LIMA e DIEMERSON DA SILVA COSTA não foram encontrados nos endereços constantes nos presentes, razão pelo qual após diligências foram citados por edital (certidões fl. 203 e fl. 221), nos termos do artigo 361 do Código de Processo Penal, para apresentação de respostas escritas iniciais, e que apesar da citação ser ficta, possui previsão legal, sendo perfeitamente pacífica na jurisprudências e doutrinas. Assim sendo, tendo os denunciado sido citados mediante edital e, ainda assim não atendendo ao chamamento judicial, o processo teve seu curso suspenso em relação aos réus até o comparecimento dos mesmos, conforme decisão à fl. 220 e fl. 223 dos autos. À fl. 280 e fl. 275, foi certificado a citação dos acusados. Brevemente relatado. Passo a decidir. Primeiramente, observa-se que os autos foram suspensos pelo artigo 366 do CPP com relação aos acusados MACIEL DA SILVA LIMA e DIEMERSON DA SILVA COSTA, à fl. 220 e fl. 223 dos autos. Em face da análise dos autos e considerando a citação dos réus, REVOGO a suspensão do processo e do prazo prescricional, com relação aos acusados MACIEL DA SILVA LIMA e DIEMERSON DA SILVA COSTA, decretada à fl. 220 e fl. 223 dos presentes, nos moldes do art. 366 do CPP, resguardando o direito da ampla defesa e do contraditório (CF art.5º, LIV e LV). Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00104063220118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA

PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:MACIEL DA SILVA LIMA AUTORIDADE POLICIAL:ANTONIO MARIA MARCAL AMERICO - DPC DENUNCIADO:DIEMESON DA SILVA COSTA Representante(s): OAB 9102 - EWERTON FREITAS TRINDADE (ADVOGADO) VITIMA:P. M. S. P. DENUNCIADO:CLEIBSON DE SOUZA LEAO Representante(s): OAB 9102 - EWERTON FREITAS TRINDADE (ADVOGADO) . Processo nº 0010406-32.2011.814.0401 R. Hoje. 1. Considerando a análise dos autos, observa-se que os acusados MACIEL DA SILVA LIMA e DIEMERSON DA SILVA COSTA foram citados (certidões fls. 260 e 275), entretanto, não nomearam advogados e apresentaram respostas escritas iniciais, nos moldes do art. 396 do CPP. Ante ao exposto, determino que se intimem os acusados MACIEL DA SILVA LIMA e DIEMERSON DA SILVA COSTA, para que se manifestem sobre seus procuradores legais para atuar nos presentes autos, no prazo máximo de 05 (cinco) dias. 2. Após a intimação e o decurso do prazo judicial, caso não haja manifestação dos denunciados MACIEL DA SILVA LIMA e DIEMERSON DA SILVA COSTA ou procuradores legais nos presentes, deverá ser automaticamente nomeado o Defensor Público vinculado a esta Vara Penal, independente de novo despacho, para que proceda à defesa do(s) mesmo(s), devendo ainda ser os autos encaminhados à Defensoria Pública, para os devidos fins de direito e apresentação da resposta escrita inicial, nos moldes do art. 396 do CPP. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00104518820178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:ANTONIO VALDEVINO DE SOUZA VITIMA:C. V. P. R. DENUNCIADO:VITIMA MENOR DE IDADE DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Processo nº 00104518820178140401 Vistos. 1. Tendo em vista que o acusado ANTONIO VALDEVINO DE SOUZA, apesar de regularmente citado, por edital (fl.76/77), não nomeou procurador legal e não foi localizada nos endereços dos autos, em que pese os esforços e diligências do juízo, suspendo o processo e o prazo prescricional em relação ao réu, nos termos do art. 366 do CPP. 2. Nomeio o Defensor Público vinculado a esta Vara Penal, para a defesa do acusado citado por Edital, devendo o mesmo apresentar resposta escrita inicial, nos moldes do art. 396 do CPP. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00119934420178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:WALDENIZE FERREIRA DE LIMA VITIMA:A. L. N. . PROCESSO Nº.: 0011993-44.2017.8.14.0401 AÇÃO: EMANUEL HUMBERTO DA COSTA AUTOR: A JUSTIÇA PÚBLICA ACUSADA: WALDENIZE FERREIRA DE LIMA TIPIFICAÇÃO PENAL: ART. 332, do CPB. Vistos. "O crime de peculato se consuma no momento em que o funcionário se apropria de dinheiro, valor ou bem móvel, de que tem a posse em razão do cargo, ou desvia em proveito próprio ou de terceiro". RELATÓRIO. WALDENIZE FERREIRA DE LIMA, devidamente qualificada nos autos, foi denunciado pelo Ministério Público, como incursa nas sanções punitivas do art. 332 do CPB, tendo em vista que no dia 12.02.2017, a vítima no intuito de obter aumento no valor de sua aposentadoria, entregou a quantia de R$ 1.000,00 (mil reais) e documentos para a ora denunciada, a qual repassaria o valor para seu amigo auditor do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o qual facilitaria o processo de aumente de aposentadoria, em face de haver comentado com a acusada que achava o valor da sua aposentadoria defasado e desejava um aumento. Ocorre, que após três meses o valor da aposentadoria da vítima não aumentou, o que a levou a procurar a denunciada para pedir informações, bem como pedir a devolução da importância paga e dos documentos entregues, porém nas vezes em que a procurou recebia sempre uma desculpa. Em face disso resolveu realizar um Boletim de Ocorrência Policial, quando tomou conhecimento que a denunciada já havia praticado o mesmo crime contra outras pessoas. Perante a autoridade policial a denunciada confessou a prática do delito, alegando que seu amigo Sr, Edilson, auditor do INSS, pediu a quantia de R$500,00 (quinhentos reais). Ocorre que o Sr. Edilson faleceu e não conseguira o aumento da aposentadoria da vítima. A denúncia, acompanhada do Inquérito Policial foi recebida à fl. 31, em 08 de junho de 2017. Resposta à Acusação acostada à fl. 39. Das testemunhas arroladas na Denúncia foram ouvidas pelo sistema áudio visual EUZETE DE CÁSSIA TEIXEIRA GAIA, ARMANDO LEMOS NASCIMENTO e PEDRO DA SILVA COSTA. Das testemunhas arroladas pela Defesa foi ouvida pelo sistema áudio visual MARIA OFÉLIA ALBANO BAIMA. A acusada WALDENIZE FERREIRA DE LIMA não foi qualificada nem interrogada, uma que mesmo intimada da audiência não compareceu Em Alegações Finais, a representante do Ministério Público às fls. 68/68v requereu a procedência da denúncia e a CONDENAÇÃO da acusada WALDENIZE FERREIRA DE LIMA, com base no art. 332 do CPB. A Defesa da acusada WALDENIZE FERREIRA DE LIMA, ao tempo das Alegações Finais, requereu às fls. 70/78, em caso de condenação, a aplicação da atenuante do art. 65, III, "d" do CPB, e a substituição da pena por restritivas de direitos. É o relatório. Decido. Imputa-se a WALDENIZE FERREIRA DE LIMA, a prática do

crime de Tráfico de Influência, ação tipificada nos termos do artigo 332 do CP, que é obter vantagem, ou promessa de vantagem de qualquer natureza, econômica, moral, sexual, para si com o fim de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função. O sujeito ativo pode ser qualquer pessoa, inclusive o funcionário público. No crime de tráfico de influência, o agente não precisa nem de fato ter conseguido alguma vantagem concreta. Basta que ele insinue a intenção de obtê-lo por meio de influência frente a um agente público. É chamado de crime formal: basta que o criminoso tenha agido de determinada forma para que o crime tenha acontecido, independentemente do fato de ter ou não alcançado o resultado que buscava. A pena cominada ao crime de tráfico de influência é de dois a cinco anos e multa, previsto no artigo 332, o qual, in verbis, dispõe: "Solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público, no exercício da função". O bem jurídico protegido é a Administração Pública. Todos esses elementos do tipo penal restaram demonstrados nesse processo, razão pela qual a pretensão punitiva do Estado merece prosperar. No caso em comento, a acusada WALDENIZE FERREIRA DE LIMA não compareceu para ser interrogada, não obstante estar regularmente citada, conforme se infere às fls. 36/37. Posteriormente, a denunciada, apesar de ciente da audiência conforme fl. 54, sendo a mesma revel conforme se infere pelos autos. Assim, prosseguindo na instrução processual, as testemunhas EUZETE DE CÁSSIA TEIXEIRA GAIA, ARMANDO LEMOS NASCIMENTO e PEDRO DA SILVA COSTA, ouvidas em juízo, foram claras e consonantes em seus respectivos depoimentos, não deixando qualquer margem de dúvida quanto à autoria do crime por parte da acusada WALDENIZE FERREIRA DE LIMA, tendo as testemunhas declarado em juízo que a acusada inclusive respondeu a um, que foi acostado aos autos, sendo demitido do cargo que exercia no serviço público. Como se observa, portanto, os depoimentos constantes dos autos são seguros e merecedores de credibilidade, pois se tratam de policiais que instruíram o PAD instaurado CONTRA o acusado após a prática delitiva. Assim, deflui-se dos elementos probatórios carreados para os autos, que deve prosperar a pretensão punitiva do Estado deduzido na peça inicial, eis que efetivamente, demonstrado restou que a acusada WALDENIZE FERREIRA DE LIMA cometeu o crime que lhe foi imputado na denúncia, não havendo dúvidas quanto à autoria e materialidade do delito, eis que os depoimentos das testemunhas contam com riquezas de detalhes como se desenvolveu toda a cena criminosa. Finda a análise das provas consolidadas nos autos conclui-se sem esforço, que a acusada WALDENIZE FERREIRA DE LIMA, efetivamente, fez subsumir a sua ação no tipo penal do artigo 332 do CP. Desta forma, nos autos sub examine, pode-se afirmar, depois de concluída a análise das provas consolidadas, que alberga o crime de tráfico de influência, definido no caput do artigo 332 do CP, que consiste na ação de "solicitar, exigir, cobrar ou obter, para si ou para outrem, vantagem ou promessa de vantagem, a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público, no exercício da função." As declarações prestadas pelas testemunhas todas em juízo, são provas cristalinas que ensejam decisão absolutamente segura de que a acusada cometeu o delito, e, assim, o contexto probatório é suficiente para atestar a autoria do crime praticado pelo acusado. Ademais, observa-se que não obstante a revelia da denunciada WALDENIZE FERREIRA DE LIMA, confessou os detalhes da prática delitiva perante a autoridade policial, e seu depoimento na fase inquisitorial, em tudo coincide com as provas carreadas para os autos, razão pela qual tem razão a Defesa ao pleitear que em caso de condenação seja considerada a atenuante da confissão perante a autoridade policial. Assim, os fatos descritos na denúncia restaram quantum satis devidamente comprovados e são indenes para lastrear um decreto condenatório. Portanto, não há de se chegar à outra conclusão senão a de acolher a pretensão punitiva do Estado. No que diz respeito à pena para o crime de tráfico de influência, deve ser aplicado de acordo com o art. 332, pelo qual o réu foi denunciado, DOSIMETRIA DA PENA. Atendendo ao disposto no artigo 59 do Código Penal passo a dosar-lhe a pena: Levando-se em consideração que a ré registra antecedente criminal à fl. 78; que não se tem notícias sobre sua conduta social; que sua personalidade não foi analisada por falta de elementos; que os motivos do crime não favorecem ao réu, uma vez que se beneficiou de um dinheiro fruto de uma artimanha engendrada com o fim de enganar a vítima; que as circunstâncias do fato não favorecem à ré que agiu com má fé em relação à idosa vítima; que as consequências extrapenais foram graves, eis que o dinheiro não foi devolvido; que o comportamento da vítima em nada facilitou e nem incentivou a ação do réu; que a situação econômica da ré não é boa, condeno WALDENIZE FERREIRA DE LIMA, pela prática do crime previsto no artigo 332, do CPB, como pena-base 03 (três) anos, 04 (quatro) meses de reclusão e 90 (noventa) dias-multa. Existindo circunstância atenuante da pena, (art. 65, III, "d", - confissão), diminuo-lhe a pena em 06 (seis) meses, passando a ser de 02 (dois) anos, 10 (dez) meses de reclusão e dias-multa e 68 (sessenta e oito), sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º). Inexistem causas agravantes de pena. Inexistem causas de aumento e de diminuição de pena. Fixo-lhe o dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente ao tempo do fato. Por força do que dispõe o artigo 33 do Código Penal, determino que o

apenado inicie o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime ABERTO em estabelecimento prisional apropriado do Estado. (CP, art. 33, § 2º, `c'', do CP). DISPOSITIVO. Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO deduzida na denúncia e devidamente ratificada nas alegações finais do representante do Ministério Público para CONDENAR a ré WALDENIZE FERREIRA DE LIMA, a uma pena de 02 (dois) anos e 10 (dez) meses de reclusão e 68 (sessenta e oito) dias-multa, como incursa nas sanções punitivas do artigo 332 do CPB, pena essa que deverá ser cumprida em regime ABERTO, assegurado o direito de o réu recorrer em liberdade. Considerando o Provimento nº 006/2014-CJRMB determino que a Secretaria do juízo expeça mandado de intimação para WALDENIZE FERREIRA DE LIMA, com a finalidade de encaminhá-la ao Núcleo Gestor de Monitoramento Eletrônico do sistema prisional do Estado, para que a mesma seja incluída no Programa de monitoramento eletrônico. Tão logo a sentença transite em julgado a sentenciada deve ser incluída no programa de monitoramento eletrônico, com a devida comunicação ao juízo pelo Núcleo Gestor de Monitoramento Eletrônico, expeça-se a consequente Guia de Recolhimento Penal e a documentação necessária e de praxe à Vara de Execuções Penais. Após o trânsito em julgado (CF, art. 5º, LVII): a) Lance-se o nome da ré no rol dos culpados (CPP, art. 393, II); b) Expeça-se guia de recolhimento para execução da reprimenda pelo juízo competente (LEP, art. 105); c) Oficie-se à Justiça Eleitoral para fins de suspensão dos direitos políticos do réu (CF, art. 15, III); d) Oficie-se ao órgão encarregado da Estatística Criminal (CPP, art. 809); e) Façam-se as demais comunicações de estilo; e f) Arquivem-se. P.R.I.C. Belém, 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. PROCESSO: 00122734420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Inquérito Policial em: 25/06/2019 NOTICIADO:PARTE NAO RECONHECIDA NOTICIANTE:ELITON ELI VIEIRA FLORENCIO. Processo nº 00122734420198140401 Vistos. Trata-se de peça de informação (noticia de fato) instaurada sob o número SIMP n° 000096-103/2019 para apurar o crime descrito no artigo 1°, inciso II, da Lei n° 9.455/1997. Depois de acurada análise, o Ministério Público postulou pelo arquivamento, visto que não há evidência de autoria e materialidade nos fatos apurados. Vieram conclusos. Brevemente relatado. Decido. O Órgão Ministerial entende que não há justa causa para a propositura da Ação Penal, estando a suposta vítima em local incerto e não sabido, tal fato impediu a sua oitiva para colher maiores subsídios que pudessem embasar possível denúncia contra o investigado. Ademais, o laudo pericial de lesão corporal à fl. 61-v, atestou que não houve qualquer vestígio de tortura. Desta forma não há indícios mínimos que comprovem o crime de tortura. Assim sendo, a representante do Parquet, opinou pelo arquivamento dos autos por se mostrar impossibilitado de proceder a Ação Penal, em razão de não haver prova suficiente. Ensina TOURINHO FILHO (Prática de Processo Penal, p. 78), que: Recebendo os autos de inquérito, pode, como vimos, o Promotor de Justiça requerer o seu arquivamento. E assim procede quando: a) o fato é atípico; b) a autoria é desconhecida; c) não há prova razoável do fato ou de sua autoria. A titularidade da ação penal é do Ministério Público. Assim o disposto no art. 100 do Código Penal e o artigo 24 do Código de Processo Penal. Nesse sentido, tendo o Ministério Público avaliado os autos do inquérito e requerido o seu arquivamento, e não sendo o caso (como efetivamente não é o dos autos) de desídia, ou de má apuração dos elementos do inquérito policial, cumpre o acatamento do requerimento do Ministério Público e a determinação de arquivamento. Assim o disposto no artigo 28 do Código de Processo Penal. Nesse sentido, acolho a promoção do Ministério Público. Ante o exposto, nos termos do art. 28 do Código de Processo Penal e súmula 524 do STF, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, com as devidas cautelas legais, até que surjam novas provas que possibilitem a denúncia. P.R.I. Após, arquivem-se os autos. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00163048320148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:CLENILTON PEREIRA DE LIMA VITIMA:R. R. M. . Processo nº 00163048320148140401 Vistos. 1. Tratam-se os presentes autos de Ação Penal, onde figura com réu CLENILTON PEREIRA DE LIMA, foi denunciado pelo crime de Roubo Majorado (art. 157, §2°, I do CP). A denúncia foi recebida, sendo determinada a citação do acusado e a apresentação de resposta escrita inicial. O réu foi devidamente citado Apresentada resposta escrita inicial através de Defensor Publico, foi designada pelo juízo audiência de instrução e julgamento. Conforme dados do Ifopen o denunciado, encontra-se foragido do sistema penitenciário. Encaminhado os autos à representante do Ministério Público, esta manifestou-se pela decretação da revelia do réu (parecer fl. 175). Em face dos fatos, observa-se que o réu encontra-se em local incerto e não sabido, em que pese os esforços do juízo, ocasionando manifestação por parte da representante do Ministério Público (parecer fls. 175), o que está causando embaraços à instrução processual, razão pelo qual decreto à revelia de CLENILTON PEREIRA DE LIMA, nos termos do art. 367 do Código Processual Penal. Ante ao exposto,

colaciono jurisprudências nesse entendimento: TACRSP: Depois de citado, o réu tem os seguintes ônus: deve comparecer ao interrogatório e aos demais atos para os quais for ulteriormente intimado (art. 366) e não poderá mudar de residência ou dela ausentar-se por mais de oito dias, sem comunicar a autoridade processante o lugar onde poderá ser encontrado (art. 369). Descumprindo qualquer um desses ônus, o prejuízo advindo para ele é o de prosseguir à sua revelia o curso do processo (RT 532/384). TACRSP: Tendo o acusado, em razão da revelia, perdido o direito de receber as cientificações para os atos do processo, são válidos aqueles praticados na sua ausência (RJDTACRIM 5/129). Processo: APL 322958820078030001 AP. Relator(a): Desembargador RAIMUNDO VALES. Julgamento: 16/08/2011. Órgão Julgador: CÂMARA ÚNICA. Publicação: no DJE N.º 155 de Terça, 23 de Agosto de 2011. Ementa: PROCESSUAL PENAL. NULIDADE PROCESSUAL POR AUSÊNCIA DE INTIMAÇAO. RÉU NAO LOCALIZADO. MUDANÇA DE RESIDÊNCIA SEM COMUNICAÇAO AO JUÍZO [ART. 367, CPP]. REVELIA. PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO SEM A PRESENÇA DO ACUSADO. 1) Ao se constatar que o réu mudou-se de residência sem comunicar seu novo endereço ao Juízo, incidindo com isso na regra do art. 367 do CP, resta autorizada a decretação de sua revelia, bem como o prosseguimento do processo sem sua presença, daí não se poder falar em nulidade do processo por falta de intimação para ato processual; 2) Apelo improvido. STJ. HC153718/RJ HABEAS CORPUS 2009/0223864-9. Relatora: Ministra LAURITA VAZ (1120). Órgão julgador: T5 - QUINTA TURMA. Data do julgamento: 27/03/2012. Data da publicação: DJe 03/04/2012. Ementa: HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA. SUSPENSÃO DO PROCESSO PREVISTA NOART. 366, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ADVOGADO CONSTITUÍDO NOS AUTOS. JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU QUE RECONSIDEROU A DECISÃO DE SUSPENSÃO DO FEITO. POSSIBILIDADE. PROSSEGUIMENTO DO FEITO. ADVOGADA QUE, MESMO INTIMADA, NÃO APRESENTA RESPOSTA À ACUSAÇÃO. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR PÚBLICO, NOS TERMOS DO ART. 396-A, § 2.º, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. AUSÊNCIA DE RESPOSTA À ACUSAÇÃO. DEFESA QUE, EMBORA TENDO INÚMERAS OPORTUNIDADES PARA APRESENTAR A PEÇA DEFENSIVA, NÃO O FAZ. AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. ORDEM DENEGADA. 1. Para restabelecer a tramitação do processo, impõe-se a prolação de nova decisão, como na hipótese, em que o Juiz, verificando que no caso dos autos descabia a suspensão do feito, determinou o seu prosseguimento. 2. O art. 366 do Código de Processo Penal dispõe que se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional. Destaque-se que a suspensão do feito, prevista no referido dispositivo, não tem caráter definitivo, pois o curso do processo deve ser retomado quando cessada a condição que motivou a suspensão. 3. Na hipótese, nem sequer havia razão para a suspensão do processo, tanto que, percebido o equívoco, o Magistrado determinou o prosseguimento do curso processual, uma vez que presente nos autos Advogada constituída pelo Réu. 4. No caso dos autos, aplicam-se as disposições legais referentes ao procedimento comum após as modificações realizadas pela Lei n.º 11.719/08. Decretada a revelia do Paciente, o Juízo processante determinou o prosseguimento do feito em 12/09/2008 (portanto, quando já em vigor as modificações promovidas pela referida norma). Dessa forma, o Magistrado, ante a ausência de apresentação de resposta à acusação pelo defensor constituído, pela legislação processual penal em vigor é obrigado a nomear defensor público ao Paciente para que a apresente. 5. O Juízo processante realizou todos os atos previstos em lei: ante a inércia do advogado constituído nos autos, devidamente intimado para apresentação de resposta à acusação, o Juiz, nos termos do art. 396-A, § 2.º, do Código de Processo Penal, nomeou ao Réu defensor público para que o fizesse. 6. Foi dada à Defesa a oportunidade de apresentar resposta à acusação. Contudo, embora manifestando-se nos autos, o Defensor Público ateve-se, tão-somente, a questões preliminares, não apresentando qualquer tese de mérito. 7. Não constitui nulidade a nomeação de defensor público para apresentação de resposta à acusação quando o advogado constituído não o faz, uma vez que expressamente previsto no art. 396-A, § 2.º, do Código de Processo Penal. Da mesma forma, não constitui nulidade a ausência de apresentação de resposta à acusação, uma vez que oportunizado o momento à Defesa, nos termos do art. 396-A, do Código de Processo Penal. 8. Ordem denegada. 2. Considerando que não restam pessoas a serem ouvidas, determino que se encaminhem os autos às partes para diligências na forma do artigo 402 do Código de Processo Penal, não havendo diligências a serem cumpridas, encaminhem-se os presentes novamente as partes para apresentação de memoriais escritos. 3. Após, voltem-me conclusos para prolação da sentença. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00184997520138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 AUTORIDADE POLICIAL:MARCIA CRISTINA MELLO DANTAS RIBEIRO DPC DENUNCIADO:DANIEL CARVALHO

CRAVO VITIMA:E. U. C. C. . PROCESSO Nº.: 0018499-75.2013.8.14.0401 AÇÃO: TENTATIVA DE FURTO AUTOR: A JUSTIÇA PÚBLICA ACUSADO: DANIEL CARVALHO CRAVO TIPIFICAÇÃO PENAL: ART. 155, § 1º, I, e § 4º, I C/C art. 14, II, DO CPB. Vistos. "Se não sente o juiz convicção para uma sentença condenatória, deve absolver o réu, pois, "desde que seja formulável uma hipótese de inocência, não é admissível um pronunciamento condenatório. A verossimilhança, por maior que seja, não é jamais a verdade e somente esta autoriza uma sentença de condenação. Condenar um possível delinqüente é condenar um possível inocente" RELATÓRIO. DANIEL CARVALHO CRAVO, devidamente qualificado nos autos, foi denuncia pelo Ministério Público, como incurso nas sanções punitivas do art. ART. 155, § 1º, I, e § 4º, I c/c art. 14, II, DO CPB, tendo em vista que, segundo a denúncia, em 14.08.2013, aproximadamente às 04h00, o acusado usando uma pedra quebrou uma das janelas do veículo da vítima que estava estacionado em via pública que se encontrava dançando na Av. Barão de Mamoré, bairro do Guamá. Tendo obtido acesso ao interior do veículo, passou a separar pertences da vítima, tais como uma guitarra e um violão, ocasião em policiais militares em ronda, perceberam o furto decidiram abordar o denunciado que foi conduzido até à delegacia de polícia, onde foi autuado em flagrante. A denúncia, acompanhada do Inquérito Policial e do rol de testemunhas foi recebida em 04 de setembro de 2013. Das testemunhas arroladas na Denúncia foram ouvidas as RAFAEL SANTOS DE SOUZA e CARLOS DENILSON ARGUELLES MOUTINHO. O acusado não compareceu para ser interrogado. sendo-lhe decretado a revelia. Em Alegações Finais, a representante do Ministério Público requereu a ABSOLVIÇÃO do acusado DANIEL CARVALHO CRAVO. Por sua vez, a Defesa do acusado em Alegações Finais, requereu sua ABSOLVIÇÃO. É o relatório. Decido. Cuida-se de ação penal instaurada para apuração e responsabilização de autoria de crime de tentativa de Furto Qualificado. O caso, todavia, é de absolvição do acusado DANIEL CARVALHO CRAVO. Com efeito, não há provas nos autos da prática delitiva, e desta forma, não é possível extrair elementos seguros e convincentes para alicerçar um decreto condenatório e tanto é assim que tanto a Defesa quanto a Acusação pleiteiam a absolvição por absoluta falta de provas. Foram inquiridas duas (02) testemunhas arroladas pela Acusação que não trouxeram elementos suficientes que pudessem embasar um decreto condenatório. Desta forma as testemunhas, não comprovaram a prática delitiva por parte do acusado DANIEL CARVALHO CRAVO, não havendo, deste modo, a mínima possibilidade de condenação do mesmo. Por outro lado, nenhuma prova material foi carreada para os autos que pudesse comprometer o denunciado. Em sendo assim, não há prova material do crime de tentativa de furto por parte dos acusados, e assim "não havendo no processo prova da existência do crime, não pode haver condenação. Esta pode ocorrer de prova circunstancial, para efeito de comprovação de autoria, mas a existência de crime deve estar materialmente provada". Revista Forense 182/302. Em face disso, as provas apresentadas nos autos não ensejam decisão absolutamente segura de que o acusado tenha realmente cometido o delito, como bem se manifestam a Acusação e a Defesa em alegações finais pleiteando a absolvição do réu. Em sendo assim, o pedido do MP e da Defesa de absolvição, deve prosperar tendo em vista não haver provas claras, cristalinas, nos autos que levem com segurança ao acusado como sendo o autor do crime de que tratam os presentes autos e "Se não sente o juiz convicção para uma sentença condenatória, deve absolver o réu, pois,"desde que seja formulável uma hipótese de inocência, não é admissível um pronunciamento condenatório. A verossimilhança, por maior que seja, não é jamais a verdade e somente esta autoriza uma sentença de condenação. Condenar um possível delinqüente é condenar um possível inocente" Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO deduzida na denúncia para ABSOLVER o réu DANIEL CARVALHO CRAVO, devidamente qualificado nos autos, da acusação de cometimento do crime constante da denúncia. P.R.I.C. Belém, 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal da Capital. PROCESSO: 00209361620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 VITIMA:J. S. S. VITIMA:R. C. R. F. DENUNCIADO:MAGNO PONTES SIDONIO Representante(s): OAB 18474 - BERNARDO PEDRO SILVA DE SOUSA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 19524 - BRUNA RIBEIRO DAS NEVES DE SOUSA (ADVOGADO) . Processo nº 00209361620188140401 Vistos. 1. Tendo em vista que o acusado MAGNO PONTES SIDONIO, apesar de regularmente citado, por edital (fl.89/90), não nomeou procurador legal e não foi localizada nos endereços dos autos, em que pese os esforços e diligências do juízo, suspendo o processo e o prazo prescricional em relação ao réu, nos termos do art. 366 do CPP. 2. Nomeio o Defensor Público vinculado a esta Vara Penal, para a defesa do acusado citado por Edital, devendo o mesmo apresentar resposta escrita inicial, nos moldes do art. 396 do CPP. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00226804620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:FRANQUE DELVAN

COSTA BATALHA VITIMA:L. S. E. S. . Processo nº 0022680-46.2018.814.0401 Vistos. Passo a analisar a Custódia Cautelar do acusado FRANQUE DELVAN COSTA BATALHA, a quem foi atribuída a prática do crime previsto no art. 157, § 3º, inciso II do CP, e que conforme a análise dos autos, foi decretada contra o mesmo a prisão preventiva, às fls. 112-112v, estando extinta a punibilidade do réu, em face da morte do mesmo, conforme decisão de fl. 152. Brevemente relatado. Decido. A prisão preventiva do agente, embora formalmente e inicialmente correta, deve ser revogada, nos termos do art. 5º inciso LXV, da Constituição Federal, pois ela é materialmente ilegal, tendo em vista que afronta o princípio constitucional da proporcionalidade/ homogeneidade. Estando, pois, presentes os pressupostos, faz-se necessário que se observe a existência de pelo menos um dos requisitos da custódia preventiva, ou seja, o periculum libertatis, consubstanciado na necessidade da garantia da ordem pública, na conveniência da instrução criminal e na garantia de aplicação da futura lei penal. A Liberdade provisória é admitida quando ausentes os elementos que autorizam a decretação ou a manutenção da prisão preventiva. Não estando em perigo a ordem pública e não havendo indícios de que o réu em liberdade causará transtorno à instrução processual ou se furtará a eventual aplicação da lei penal, deverá ser colocado em liberdade, pois a prisão preventiva, como no presente caso, é medida odiosa, que só deve ser adotada quando estritamente necessária, posto que fere a liberdade de quem ainda não foi condenado em definitivo. Sabe-se que, indiscutivelmente, no processo penal pátrio vige a regra de que a prisão de caráter processual é a exceção, só podendo ser decretada ou mantida quando houver razões suficientes para sua concretização. Nesse contexto, observa-se que para subsistir a prisão cautelar, mister se faz que estejam presentes os pressupostos e um dos requisitos da prisão preventiva. Este Juízo em análise dos autos, entendo que deva ser revogada a custódia cautelar, pois não se vislumbra motivos para ser mantida à custódia cautelar do sentenciado, haja vista que foi extinta a punibilidade do réu, em face da sua morte, conforme sentença de fls. 152. Sabe-se que, indiscutivelmente, no processo penal pátrio vige a regra de que a prisão de caráter processual é a exceção, só podendo ser decretada ou mantida quando houver razões suficientes para sua concretização. Nesse contexto, observa-se que para subsistir a prisão cautelar, mister se faz que estejam presentes os pressupostos e um dos requisitos da prisão preventiva, o que não é o caso dos presentes autos, tendo em vista a extinção da punibilidade da presente Ação Penal. Outrossim, um dos requisitos a manutenção da prisão é os elementos constantes na prisão preventiva, sendo esta medida de exceção, pois somente é cabível em situações especiais, elencadas no art. 312 do Código de Processo Penal, o que in casu não é necessário, pois vislumbra-se elementos insuficientes dos requisitos elencados no aludido artigo Diante do exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA de FRANQUE DELVAN COSTA BATALHA. Determino ainda que a Secretaria do juízo proceda as modificações e exclusões NECESSÁRIAS nos sistemas de acompanhamento processual (LIBRA e BNMP2), EXPEDINDO-SE O COMPETENTE CONTRAMANDADO DE PRISÃO PREVENTIVA EM FAVOR DO MESMO, POR ESTES AUTOS, CASO SEJA PRECISO, devendo ser oficiado aos órgãos competentes sobre a referida decisão. Após, arquivem-se os presentes autos com as devidas cautelas legais e de praxe. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (j m) P R O C E S S O : 0 0 2 3 6 0 5 4 7 2 0 1 5 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:E. S. C. J. DENUNCIADO:WELLINGTON COSTA DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . PROCESSO Nº. 0023605-47.2015.8.14.0401 AÇÃO: ROUBO AUTOR: JUSTIÇA PÚBLICA ACUSADO: WELLINGTON COSTA DA SILVA TIPIFICAÇÃO PENAL: ART. 157, DO CPB. Vistos, "Confissão espontânea do crime pronunciada voluntariamente, ou não, pelo réu, perante a autoridade pública, atua como circunstância que sempre atenua a pena, ex vi do que dispões o art. 65, III, "d" do código Penal, com redação que lhe deu a Lei 7.209/84" RELATÓRIO. Imputa-se ao acusado WELLINGTON COSTA DA SILVA o crime de roubo majorado, na forma do art. 157, § 2º, inciso I do CPB. Consta na peça acusatória que no dia 10.07.2015, por volta das 21h00, o denunciado, portando uma faca, se apossou da bicicleta a vítima que se dirigia à farmácia BIG BEN. Ocorre que após o assalto a vítima começou a pedir socorro, chamando a atenção de um conhecido, o qual partiu em perseguição ao acusado, conseguindo segurá-lo, momento em que este reagiu com faca. Ocorre, todavia, que populares intervieram em favor da vítima e capturaram o denunciado, entregando-o à polícia que chegou logo depois conduzindo o denunciado `delegacia, onde foi autuado em flagrante. O flagrante foi lavrado contra o réu em 10/07.2015, tendo sido devidamente homologado. A denúncia, acompanhada de inquérito policial foi recebida em 03/08/2015, à fl. 72, oportunidade na qual foi determinada a citação do acusado para apresentar resposta escrita no prazo legal. Devidamente citado, (fl. 76-77) o réu apresentou Resposta à Acusação às fls. 81-82, em 04.09.2015. Na audiência de instrução e julgamento, constatou-se a presença das testemunhas arroladas pelo Ministério Público, RISTHE MIRA GOMES, BENEDITO RODRIGUES DO

CARMO e CÂNDIDO SARMENTO DO CARMO, que foram ouvidas pelo sistema áudio visual. Deixou de ser feito o interrogatório do acusado WELLINGTON COSTA DA SILVA, em face da revelia, em seguida nada foi requerido na fase do art. 402 do CPP. O Ministério Público apresentou alegações finais às fls.132-134 pleiteando a procedência da denúncia e consequentemente a condenação do acusado WELLINGTON COSTA DA SILVA nos termos do art. 157, do CPB. A defesa apresentou alegações finais às fls. 136-142 requerendo, a ABSOLVIÇÃO do acusado WELLINGTON COSTA DA SILVA, em face do in dubio pro reo, tendo em vista a carência de prova. É o relatório. Decido. FUNDAMENTAÇÃO. Imputa-se a WELLINGTON COSTA DA SILVA a prática do crime de Roubo, previsto no art. 157, § 2º, inciso I do Código Penal Brasileiro. Roubo é a subtração de coisa móvel alheia mediante violência, grave ameaça ou qualquer meio capaz de anular a capacidade de resistência da vítima (CP, art. 157, caput). Trata-se de crime complexo, em que a lei penal protege a posse, propriedade, integridade física, saúde e liberdade individual. O sujeito ativo de tal delito pode ser qualquer pessoa, pois a norma incriminadora não prevê qualquer capacidade penal especial (crime comum). O sujeito passivo, por sua vez, é o titular da posse ou da propriedade, mas não apenas ele. Excepcionalmente, pode ocorrer hipótese de dois (ou mais) sujeito passivo: um que sofre a violência ou grave ameaça, e outro, titular do direito de propriedade. Isso se dá em virtude da já falada natureza complexa do crime em questão. O elemento objetivo do tipo é a subtração, com os predicados acima descritos. Já o elemento subjetivo é o dolo, ou seja, a vontade livre e consciente de subtrair coisa alheia móvel, "para si ou para outrem" (animus rem sibi habendi). O elemento normativo está na qualidade de ser alheia a res. Todos esses elementos do tipo penal restaram demonstrados nesse processo, razão pela qual a pretensão punitiva do Estado merece prosperar. Haja visto que restou provado no depoimento das testemunhas a pratica delitiva dos acusados. As testemunhas RISTHE MIRA GOMES, BENEDITO RODRIGUES DO CARMO e CÂNDIDO SARMENTO DO CARMO, prestaram depoimentos bastante claros e elucidativos, além de consonante com as provas dos autos e narraram com riquezas de detalhes o fato ocorrido, razão pela qual há provas claras e insofismáveis que autorizam um decreto condenatório. A testemunha BENEDITO RODRIGUES DO CARMO relatou que ao chegar no local encontrou o denunciado detido por populares em via pública e a bicicleta e uma faca apreendidas às proximidades e que a vítima reconheceu o acusado. Tal depoimento foi ratificado pelas demais testemunhas ouvidas. Some-se a isso que o acusado WELLINGTON COSTA DA SILVA preferiu não comparecer para apresentar sua versão, constando, dos autos sua confissão perante a autoridade policial, confissão essa que se coaduna com todas as provas trazidas aos autos. Desta feita, por tudo que foi exposto, a conclusão a que se chega é a de que estão provadas nos autos a autoria e a materialidade do crime (Auto de Apresentação e Apreensão, fl. 18, e Auto de Entrega fl. 19) e assim sendo, a conduta levada a efeito pelo réu WELLINGTON COSTA DA SILVA se subsume no preceito primário da norma contida no art. 157, do CP, restando o crime de roubo consumado sob a forma dolosa, não pairando dúvidas de que o acusado acima mencionado seja o autor e de que não existe nenhuma circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena (CP, arts. 20, 22, 23, 26 e 28, § 1º), não prosperando a tese defensiva de crime tentado. DOSIMETRIA DA PENA. Quanto à culpabilidade do réu WELLINGTON COSTA DA SILVA, sua conduta é altamente reprovável, eis que percorreu todo o iter crimminis, apossando-se da res furtiva; o réu registra antecedentes criminais (fl. 143); sobre a conduta social por não se ter maiores informações, presume-se boa; personalidade não analisada; motivos não lhe favorecem, pois pretendeu um ganho fácil com a prática delitiva; circunstâncias e consequências do crime não o recomendam, pois nada justifica a prática delitiva; quanto ao comportamento da vítima não há provas de que tenha contribuído para a prática do delitiva. Preponderam, portanto circunstâncias desfavoráveis ao denunciado Por fim, tendo em vista que o crime é apenado com reclusão e multa, verifica-se que a situação econômica do réu se presume não ser boa (CP, art. 60). Desta forma, há preponderância de circunstâncias desfavoráveis ao acusado. Atento às circunstâncias analisadas, com fulcro no art. 157, caput, do CP, fixo-lhe a pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 68 (sessenta e oito) dias-multa sobre 1/30 do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º), que torno final, concreta e definitiva, inexistindo circunstâncias atenuantes e agravantes, bem como causas de aumento ou diminuição de pena. Existindo circunstâncias atenuantes da pena, (art. 65, I, III, "d" - confissão espontânea), diminuo-lhe a pena em 06 (seis) meses, passando a ser de 04 (quatro) anos e 06 (seis) de reclusão e 53 (cinquenta e três) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º). Por força do que dispõe o artigo 33 do Código Penal, determino que o apenado inicie o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime SEMIABERTO em estabelecimento prisional apropriado do Estado. (CP, art. 33, § 2º, `b", do CP. Para o pagamento da multa imposta, deverá ser observado o disposto nos arts. 49, § 2º, e 50, ambos do CP. Sem custas, vez que foi defendido por Defensor Público. DISPOSITIVO. Isto posto e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO deduzida na denúncia e devidamente

ratificada nas alegações finais do representante do Ministério Público para CONDENAR o réu WELLINGTON COSTA DA SILVA, qualificado nos autos como incurso nas sanções punitivas dos artigos 157, do CPB. Depois de feita acima, a devida individualização, a pena definitiva do réu é de 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 68 (sessenta e oito) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, a qual deverá ser cumprida em regime SEMIABERTO em estabelecimento prisional apropriado do Estado. (CP, art. 33, § 2º, `b", do CP. Após o trânsito em julgado (CF, art. 5º, LVII): a) Lance-se o nome do réu no rol dos culpados (CPP, art. 393, II); b) Expeça-se Mandado de Prisão e guias de recolhimento para execução da reprimenda pelo juízo competente (LEP, art. 105); c) Oficie-se à Justiça Eleitoral para fins de suspensão dos direitos políticos do réu (CF, art. 15, III); d) Oficie-se ao órgão encarregado da Estatística Criminal (CPP, art. 809); e) Façam-se as demais comunicações de estilo; e f) Arquivem-se. P.R.I.C. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal do Juízo Singular da Capital. PROCESSO: 00258205920168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 DENUNCIADO:ADEILSON DA SILVA COSTA DENUNCIADO:JONILSON CAMARA CRUZ VITIMA:T. C. S. A. . Processo nº 00258205920168140401 Vistos. 1. Tendo em vista que o acusado ADEILSON DA SILVA COSTA, apesar de regularmente citado, por edital (fl. 172/174), não nomeou procurador legal e não foi localizada nos endereços dos autos, em que pese os esforços e diligências do juízo, suspendo o processo e o prazo prescricional em relação ao réu, nos termos do art. 366 do CPP. 2. Nomeio o Defensor Público vinculado a esta Vara Penal, para a defesa do acusado citado por Edital, devendo o mesmo apresentar resposta escrita inicial, nos moldes do art. 396 do CPP. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00261250920178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:ELIELSON SILVA DE SOUZA DENUNCIADO:FERNANDO HENRIQUE AVELAR DE ALMEIDA Representante(s): OAB 24181 - PABLO LEONARDO LIRA DA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:A. M. C. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . Processo nº 00261250920178140401 Vistos. 1. Tendo em vista que o acusado FERNANDO HENRIQUE AVELAR DE ALMEIDA, apesar de regularmente citado, por edital (fl. 75/76), não nomeou procurador legal e não foi localizada nos endereços dos autos, em que pese os esforços e diligências do juízo, suspendo o processo e o prazo prescricional em relação ao réu, nos termos do art. 366 do CPP. 2. Nomeio o Defensor Público vinculado a esta Vara Penal, para a defesa do acusado citado por Edital, devendo o mesmo apresentar resposta escrita inicial, nos moldes do art. 396 do CPP. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00293637020168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:NILTON COSTA DOS SANTOS VITIMA:E. B. S. S. . Processo n° 00293637020168140401 Vistos. Considerando a análise dos autos, torno sem efeito o despacho de fl. 81 e redesigno a AUDIÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVAS URGENTES, prevista nos arts. 366 e 400 do CPP, para o dia 27 de agosto de 2019, às 11h30. Na referida audiência proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, se for o caso, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, que ainda não tenham sido ouvidas ou desistidas pelas partes, bem como os demais atos previstos no referido artigo, caso sejam necessários no presente processo, interrogando-se em seguida o acusado. Procedam-se a intimação do acusado, de seu Defensor ou advogado, do Ministério Público e do assistente de acusação, se for o caso, e das testemunhas devidamente arroladas. Proceda-se, ainda, a Secretaria do juízo, expedição de ofícios, Cartas Precatórias, Mandados de Condução Coercitiva e demais providências indispensáveis e necessárias para a realização da audiência, com observância das formalidades legais. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Penal do juízo Singular da Capital PROCESSO: 00013267220128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:RAUL NILO GUIMARAES VELASCO DENUNCIADO:FRANCOISE MARIE DE ALMEIDA CAVALCANTE Representante(s): OAB 9516 - EDISON MESSIAS DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 1910 - MAURILIO EUGENIO DOS SANTOS MOURA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARCO ANTONIO DOS SANTOS BRAGA Representante(s): OAB 10691 - ANETE DENISE SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 7388 - ROBERTO LAURIA (ADVOGADO) OAB 13933 - GUSTAVO PASTOR DA SILVA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 17330 - ANTONIO REIS GRAIM NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:RAIMUNDO TADEU MACIEL DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 10691 - ANETE DENISE SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 7388 - ROBERTO LAURIA (ADVOGADO)

OAB 13933 - GUSTAVO PASTOR DA SILVA PINHEIRO (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARIA DE NAZARE RODRIGUES NOGUEIRA Representante(s): OAB 6987 - SANTINO SIROTHEAU CORREA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13320 - WALBER PALHETA DE MATTOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALDA CLARA GOMES DAS EIRAS Representante(s): OAB 9867 - HARLEY LEOPOLDO PEREIRA SOBRINHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:PAULINA DO SOCORRO DA COSTA NASCIMENTO Representante(s): OAB 13983 - RODRIGO TAVARES GODINHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SANDRO ROGERIO NOGUEIRA SOUSA MATOS DENUNCIADO:JORGE MOISES CADDAH Representante(s): OAB 11805 - BRUNA BEZERRA KOURY DE FIGUEIREDO THOMAZ (ADVOGADO) VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JORGE LUIZ FEITOSA PEREIRA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . Processo nº 0001326-72.2012.814.0401 R. H. Em face da análise dos autos e do parecer ministerial à fl. 2.495, volume XIII dos autos principais, encaminhem-se os presentes ao Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará, para que encaminhe ao representante do Ministério Público com atribuição competente e, que não se declare suspeito nos autos, devendo os presentes retornar a Secretaria do juízo somente após a devida manifestação ministerial. Após manifestação ministerial, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Belém (PA), 26 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00025029220078140201 PROCESSO ANTIGO: 200720012307 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA VITIMA:K. R. S. R. DENUNCIADO:MESSIAS BRITO DE ARAUJO DENUNCIADO:LUIZ CARLOS RIBEIRO MONTEIRO DENUNCIADO:VANDERSON LUIS TEIXEIRA SOUZA NASCIMENTO DENUNCIADO:JOSE EDUARDO DOS SANTOS. PROCESSO Nº 0002502-92.2007.814.0201 AÇÃO: FURTO QUALIFICADO e RECEPTAÇÃO. AUTOR: JUSTIÇA PÚBLICA ACUSADOS: JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, LUIZ CARLOS RIBEIRO MONTEIRO, MESSIAS BRITO DE ARAÚJO e ANDERSON LUIZ TEIXEIRA DE SOUZA. Vistos. "Não é admissível a condenação com base somente num inquérito policial, sem confirmação direta ou indireta, conseguida em juízo, de qualquer dos fatos nele relatados, pois junto à polícia não têm os acusados defesa alguma, e ninguém pode ser condenado sem ter tido oportunidade de defender-se na formação de provas contra si produzidas." RELATÓRIO. JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, LUIZ CARLOS RIBEIRO MONTEIRO E ANDERSON LUIZ TEIXEIRA DE SOUZA foram denunciados pelo Ministério Público, como incursos na sanção punitiva do Art. 155, § 4º, inciso I, do C.P.B, enquanto que MESSIAS BRITO DE ARAÚJO, foi denunciado pela prática do crime previsto no art. 180, do CPB, tendo em vista que, em resumo, no dia 16.07.2007, os denunciados subtraíram de uma prestadora de serviços vários objetos, pertencentes à proprietária do estabelecimento comercial. Que após o furto a vítima empreendeu diligências às proximidades de sua empresa, mais precisamente na feira do Tapanã, onde recebeu informações que os meliantes estavam vendendo os objetos furtados. De posse dessas informações a vítima dirigiu-se à Delegacia de Polícia, tendo os policiais conseguido prender os denunciados, sendo descoberto que alguns objetos furtados se encontravam escondidos na casa do denunciado Messias, sendo os mesmos apreendidos conforme Auto de Apresentação e Apreensão, à fl. 14. A denúncia, acompanhada do Inquérito Policial e do rol de testemunhas foi recebida, em 06/11/2012, à fl. 53. Das testemunhas arroladas na denúncia, foram ouvidas em juízo, nenhuma foi ouvida tendo em vista que não foram localizadas. O acusado JONAS SILVA DO NASCIMENTO não foi encontrado, não comparecendo para ser qualificado e interrogado. Na fase do art. 402 do CPP, o Ministério Público e a Defesa nada requereram. Em Alegações Finais o representante do Ministério Público ratificou os termos da denúncia e requereu a ABSOLVIÇÃO do acusado JONAS SILVA DO NASCIMENTO, por falta de provas. O Defensor do referido acusado, em Alegações Finais, pugnou pela Absolvição do acusado JONAS SILVA DO NASCIMENTO, tendo em vista a falta de provas para a cabal comprovação do crime do qual está sendo acusado. É o relatório. Decido. Com relação ao denunciado MESSIAS BRITO ARAÚJO, cumpre esclarecer que foi extinta a punibilidade, em face da prescrição, conforme se infere na sentença à fl. 166, dos autos. Com relação aos denunciados JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS e LUIZ CARLOS PINHEIRO MONTEIRO, observa-se que o processo e o prazo prescricional encontram-se suspensos nos termos do art. 366, do CPP, conforme decisões de fls. 118 e 121. Com relação ao acusado ANDERSON LUIS TEIXEIRA SOUZA NASCIMENTO, efetivamente, não há nestes autos elementos suficientes para embasar um decreto condenatório. Assim, não resta outra solução a este Juízo, a não ser a absolvição do réu, eis que não restou comprovada a prática delitiva por parte do acusado. O acusado ANDERSON LUIS TEIXEIRA SOUZA NASCIMENTO em seu depoimento em juízo, negou a prática delitiva pela qual foi denunciado. Assim, a versão da acusação é embasada apenas pelo inquérito policial e, nesse caso, "Não é admissível a condenação com base somente num inquérito policial, sem confirmação direta ou indireta, conseguida em juízo, de qualquer dos fatos nele relatados, pois junto à polícia não têm os acusados

defesa alguma, e ninguém pode ser condenado sem ter tido oportunidade de defender-se na formação de provas contra si produzidas." RF, 175/336. Por outro lado, em relação aos denunciados JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS e LUIZ CARLOS PINHEIRO MONTEIRO, o processo e o prazo prescricional foram suspensos na forma do art. 366, conforme despacho de fls. 44, em face de ter sido citado e não ter comparecido para ser qualificado, nem ter nomeado advogado. Assim, entendo não haver lógica que os autos permaneçam na secretaria do Juízo, aguardando o comparecimento dos denunciados JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS e LUIZ CARLOS PINHEIRO MONTEIRO, sabe-se lá, quando, para somente aí serem absolvidos por falta de provas, conforme já apurado nos autos. Desta forma entendo que a absolvição deve se estender a todos os denunciados. Ora, quanto a esse aspecto, qualquer acusado, não pode ser condenado sem exercer em toda a sua amplitude o direito constitucional do contraditório e da ampla defesa. Entretanto, in casu, não se trata de condenação sem o direito ao contraditório e à ampla defesa, e sim é caso de absolvição. E desta forma, qual a vantagem permanecer o processo suspenso na secretaria até que os denunciados compareçam em juízo, isto se comparecerem, para somente nesse momento serem absolvidos por falta de provas, situação esta, que já está caracterizada nos autos? Forçoso enfatizar que a própria vítima, que ao lado do Estado, tem interesse em que os autores do crime sejam punidos, não foi ouvida e, portanto, não há a mínima perspectiva que um dia, se possam coligir provas cabais que viabilizem um decreto condenatório. Assim, este juízo não vê outra solução se não absolver os denunciados JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, LUIZ CARLOS RIBEIRO MONTEIRO e ANDERSON LUIZ TEIXEIRA DE SOUZA, em face de o presente processo estar devidamente instruído, sendo sanadas todas as diligências necessárias, não havendo motivo para o processo continuar suspenso em relação aos acusados JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS e LUIZ CARLOS RIBEIRO MONTEIRO, revogando-se, desta forma, a suspensão do processo e do prazo prescricional em relação aos mesmos. CONCLUSÃO. Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO deduzida na denúncia para ABSOLVER os réus JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS, LUIZ CARLOS RIBEIRO MONTEIRO e ANDERSON LUIZ TEIXEIRA DE SOUZA, da acusação de cometimento do delito previsto no artigo 155, § 4º, III, do CPB. P.R.I.C. Belém, 26 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. PROCESSO: 00030851820198140501 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Pedido de Prisão Preventiva em: 26/06/2019 REPRESENTANTE:DELEGADO DA POLICIA CIVIL REPRESENTADO:LUIZ CESAR SILVA BARBOSA DE SOUSA VITIMA:A. A. G. B. . Medida Cautelar nº 0003085-18.2019.814.0501 R. Hoje. Juntem-se os presentes aos autos de nº 0003105-09.2019.814.0501, onde figura como denunciado LUIZ CESAR SILVA BARBOSA DE SOUSA. Após a juntada, façam-se as alterações necessárias no sistema de acompanhamento processual e arquivem-se os autos, com as devidas cautelas legais e de praxe. Cumpra-se. Belém (PA), 26 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00031050920198140501 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:A. A. G. B. DENUNCIADO:LUIZ CESAR SILVA BARBOSA DE SOUSA. Processo nº 0003105-09.2019.814.0501 R. Hoje. Sem prejuízo das diligências necessárias para a citação do réu, encaminhem-se os presentes ao representante do Ministério Público, para que se manifeste sobre o pedido de revogação de prisão preventiva, formulado pela defesa do denunciado LUIZ CESAR SILVA BARBOSA DE SOUSA às fls. 32-34 e, demais fins de direito. Após parecer ministerial, voltem-me conclusos. Belém (PA), 26 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00041203420118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:H. M. S. DENUNCIADO:CARLOS ALBERTO REIS DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) OAB 2108 - JOSE MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:CADIMIEL DO NASCIMENTO PEREIRA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) . PROCESSO Nº.: 0004120-34.2011.8.14.0401 AÇÃO: ROUBO MAJORADO AUTOR: A JUSTIÇA PÚBLICA ACUSADOS: CARLOS ALBERTO REIS DA SILVA e CADIMIEL DO NASCIMENTO PEREIRA. TIPIFICAÇÃO PENAL: ART. 157, § 2°, I E II do CPB. Vistos. RELATÓRIO. CARLOS ALBERTO REIS DA SILVA e CADIMIEL DO NASCIMENTO PEREIRA, devidamente qualificados nos autos, foram denunciados pelo Ministério Público como incursos no art. 157, § 2º, I e II, do CPB. De acordo com a denúncia de fls. 02/04, no dia 19/03/2011, por volta das 21h30, os denunciados, mediante grave ameaça exercida com o uso de um revólver, exigiram que a vítima entregasse seus pertences. A vítima estava chegando em sua residência conduzindo sua bicicleta quando os acusados a abordaram e roubaram sua bicicleta, tendo antes a revistado, mas nada encontraram. Após o assalto a vítima solicitou

ajuda de uma guarnição da polícia militar, que empreendeu buscar aos assaltantes, culminando com a prisão dos acusados e a recuperação da bicicleta da vítima. O Auto de Prisão em flagrante delito foi lavrado contra os acusados às fls. 08 e seguintes, em 19/03/2011. A denúncia, acompanhada do inquérito policial e do rol de testemunhas, foi recebida em 29 de março de 2012, à fl. 111. Das testemunhas arroladas na Denúncia: foram ouvidas inicialmente a vítima HAROLDO DE MOURA SANDIM, CHARLES DOS ANJOS ASSIS e ANTÔNIO JOSÉ MORAES PANTOJA. O acusado CARLOS ALBERTO REIS DA SILVA foi interrogado, pelo sistema áudio visual em 25.06.2018, momento em que confessou em Juízo a prática delitiva. O acusado CADIMIEL DO NASCIMENTO PEREIRA não foi interrogado em face de ter sido decretada a sua revelia, tendo em vista que, apesar de regularmente intimado, não compareceu à audiência de instrução e julgamento. Em Alegações Finais, às fls. 207/208v, a representante do Ministério Público requereu a procedência da denúncia e a CONDENAÇÃO dos acusados CARLOS ALBERTO REIS DA SILVA E CADIMIEL DO NASCIMENTO PEREIRA, com base no art. 157, § 2º, I e II do CP. A Defesa do acusado CARLOS ALBERTO REIS DA SILVA ao tempo das Alegações fiais, às fls. 210/215, requereu o afastamento da majorante do concurso de pessoas, a aplicação da atenuante da confissão, bem como aplicação uma pena mínima. A Defesa do acusado CADIMIEL DO NASCIMENTO PEREIRA ao tempo das Alegações fiais, às fls. 217/222, requereu a ABSOLVIÇÃO, em face da insuficiência de provas, ou em caso de condenação a aplicação de uma pena mínima. É o relatório. Decido. Imputa-se a CARLOS ALBERTO REIS DA SILVA e CADIMIEL DO NASCIMENTO PEREIRA a prática do crime de Roubo com a causa de aumento de pena por ter sido o crime praticado com emprego de arma e em concurso de agentes, previsto no art. 157, § 2º, I e II do Código Penal Brasileiro. Roubo é a subtração de coisa móvel alheia mediante violência, grave ameaça ou qualquer meio capaz de anular a capacidade de resistência da vítima (CP, art. 157, caput). Trata-se de crime complexo, em que a lei penal protege a posse, propriedade, integridade física, saúde e liberdade individual. O sujeito ativo de tal delito pode ser qualquer pessoa, pois a norma incriminadora não prevê qualquer capacidade penal especial (crime comum). O sujeito passivo, por sua vez, é o titular da posse ou da propriedade, mas não apenas ele. Excepcionalmente, pode ocorrer hipótese de dois (ou mais) sujeitos passivos: um que sofre a violência ou grave ameaça, e outro, titular do direito de propriedade. Isso se dá em virtude da já falada natureza complexa do crime em questão. O elemento objetivo do tipo é a subtração, com os predicados acima descritos. Já o elemento subjetivo é o dolo, ou seja, a vontade livre e consciente de subtrair coisa alheia móvel, "para si ou para outrem" (animus rem sibi habendi). O elemento normativo está na qualidade de ser alheia a res. Todos esses elementos do tipo penal restaram demonstrados nesse processo, razão pela qual a pretensão punitiva do Estado merece prosperar. O acusado CADIMIEL DO NASCIMENTO PEREIRA não foi interrogado, tendo em vista aplicação da revelia, eis que devidamente intimado da audiência de instrução e julgamento não compareceu. Por sua vez, o acusado CARLOS ALBERTO REIS DA SILVA confessou em juízo a prática delitiva. A vítima HAROLDO DE MOURA SANDIM, declarou em ouvida em juízo prestou depoimento por demais esclarecedor, declarando que vinha chegando em sua casa quando foi abordada pelos acusados, que, armados, roubaram sua bicicleta, confirmando, ainda, que o acusado CARLOS ALBERTO REIS DA SILVA, presente na audiência a ameaçou com um revólver enquanto o acusado CADIMIEL DO NASCIMENTO PEREIRA a revistava, portanto, tendo reconhecido os acusados como os autores do fato criminoso. Em seus respectivos depoimentos, as testemunhas CHARLES DOS ANJOS ASSIS e ANTÔNIO JOSÉ MORAES PANTOJA, os policiais que prenderam os acusados, prestaram depoimentos consonantes entre si, narrando com riqueza de detalhes como efetuaram a prisão dos acusados e seus respectivos depoimentos em tudo se coadunam com o depoimento da vítima. Como se observa, os depoimentos da vítima e testemunhas são seguros e consonantes entre si, em relação aos fatos relatados nos autos e, portanto, merecedores de credibilidade, pois se tratam da vítima e dos PMs que abordaram e prenderam os denunciados na posse da res furtiva, conforme se infere pela Auto de Apresentação e Apreensão de Objeto, às fl. 23 e Auto de Entrega de fl. 24. Desta forma, em se tratando de crime contra o patrimônio, o entendimento jurisprudencial dominante é de que a palavra da vítima e do policial, mormente se corroborada pelos demais elementos probatórios carreados para os autos, justificam o decreto condenatório. Vejamos: TJ-PE - Apelação APL 2647154 PE (TJ-PE). Data de publicação: 17/06/2015. Ementa: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. AUSÊNCIA DE PROVAS. CONDENAÇÃO BASEADA EM DEPOIMENTOS DE POLICIAIS. MANTIDA. DOSIMETRIA. REDUÇÃO DA PENA BASE. VIABILIDADE. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. A prova obtida por depoimento dos agentes da polícia não se desclassifica tão-só pela sua condição profissional, sendo plenamente válida para fundamentar um juízo condenatório. Redimensionada a pena base para 06 (seis) anos de reclusão e 0500 (quinhentos) dias-multa. Justificativas inerentes ao próprio tipo penal. Apelação parcialmente provida. À unanimidade. TJ-PE - Apelação APL 3045165 PE (TJ-PE). Data de publicação: 22/03/2016. Ementa: APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE DROGAS. AUSÊNCIA DE PROVAS. CONDENAÇÃO BASEADA

EM DEPOIMENTOS DE POLICIAIS. MANTIDA. DOSIMETRIA. REDUÇÃO DA PENA BASE. VIABILIDADE. RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE. - Embora a titularidade da droga seja negada pelo acusado, a mesma restou evidenciada pelos depoimentos prestados pelas testemunhas do Ministério Público. A eficácia probatória do testemunho dos policiais não pode ser desconsiderada. Ademais, a soma das circunstâncias não autoriza chegar a tal conclusão, uma vez que a prisão do réu não se deu por acaso, mas conforme já exposto, decorreu de informações das próprias pessoas da localidade. Desse modo, inviável o atendimento do pedido de absolvição formulado pela defesa. No tocante à dosimetria da pena, entendo que assiste razão ao Ministério Público. Quanto à incidência da causa especial de aumento prevista no art. 33, §4º, da Lei 11.343/06, verifico que, de fato, é possível a incidência da mesma. No caso concreto, não existem circunstâncias judiciais desfavoráveis ao recorrente. Entretanto, considerando a nocividade do crack e a relevante quantidade encontrada (que daria para produzir uns 500 tubos), impede, assim, a incidência da fração em seu grau máximo. Nesse caso, reduz-se a penalidade imposta na fração de 1/4 resultando no quantum de 03 (três) anos e 09 (nove) meses de reclusão e 0375 (trezentos e setenta e cinco) dias-multa. Considerando que a fixação do regime inicial deve ser compatível com a nova penalidade imposta, fixa-se o regime aberto como inicial para o cumprimento da pena, nos termos do art. 33, § 2º, 'c', do Código Penal. - Segundo o entendimento sedimentado na Suprema Corte, entende-se pela substituição da pena privativa de liberdade por duas restritivas de direitos, nos termos do art. 44, §2º, do CP, a serem definidas pelo Juízo das Execuções Penais. - Apelação parcialmente provida. À unanimidade. TJ-ES - Apelação Criminal ACR 48070109185 ES 048070109185 (TJ-ES) Data de publicação: 19/05/2008. Ementa: APELAÇAO CRIMINAL. ART. 33 DA LEI Nº 11.343 /06. PLEITO DE ABSOLVIÇAO. ALEGAÇAO DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. INOCORRÊNCIA. CONDENAÇAO BASEADA EM DEPOIMENTOS DE POLICIAIS MILITARES. PRESUNÇAO DE VERACIDADE. CONJUNTO PROBATÓRIO ROBUSTO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. O cotejo dos elementos fático probatórios constantes na ação penal, à exceção de parcial negativa de autoria extraída das declarações da acusada em juízo, caracteriza fielmente a existência da autoria e da materialidade concernentes ao delito exposto no artigo 33 da Lei nº 11.343 /06. 2. Os depoimentos advindos de policiais militares possuem presunção de veracidade e imparcialidade, somente podendo ser descaracterizados se em dissonância com os demais elementos dos autos, o que, deveras, não é o caso. 3. Extrai-se dos autos, de forma robusta, a existência de droga e de balança de precisão, a posse dos entorpecentes junto à acusada e ainda em local próximo à sua residência e, por fim, a confissão da mesma em auto de prisão em flagrante delito. 4. Verifica-se ainda o correto reconhecimento em favor da acusada da causa de diminuição prevista no 4º do artigo 33 da lei de entorpecentes , daí advindo o apenamento em quantum inferior a 02 (dois) anos de reclusão em face da ré. 5. Recurso conhecido e improvido. APELAÇÃO CRIMINAL - CRIME CONTRA O PATRIMÔNIO - ROUBO - CONCURSO DE AGENTES - PALAVRA DA VÍTIMA - VALIDADE - CONDENAÇÃO MANTIDA - Nos delitos de roubo, rotineiramente praticados às escondidas, presentes apenas os agentes ativo e passivo da infração, o entendimento que segue prevalecendo, sem qualquer razão para retificação, é o de que a palavra da vítima é de fundamental importância para a elucidação da autoria. E, na medida em que seja ela coerente, segura e não desmentida, o que cumpre é aceitá-la (TJSC - Acr 01.002176-0 - 1ª C.Crim. - Rel. Des. Solon D'eça Neves - J. 15.05.2001). Some-se a isso que os denunciados foram presos em flagrante, constando no Auto de Apresentação e Apreensão de Objeto (fls. 23) a res furtiva que foi recuperada durante a fuga dos réus, bem como pelo Auto de Entrega de fls. 24, além de o acusado CARLOS ALBERTO REIS DA SILVA ter sido reconhecidos pela vítima e, por fim, pela sua confissão, ficando assim, perfeitamente comprovada a autoria e a materialidade do delito. DO EMPREGO DE ARMA. Provadas, portanto a autoria e a materialidade do delito, no que concerne à aplicação da majorante em face do uso de arma, o critério objetivo defende que o fundamento da exasperação da pena está no fato do maior perigo que envolve o meio executório, denotando uma ameaça maior à incolumidade física da vítima. Assim, ficou provado que os acusados se valeram de uma arma para intimidar a vítima, o que sem dúvida foi de fundamental importância para que a vítima cedesse sem reação ao crime praticado. Por essa razão, a causa de aumento da reprimenda prevista no art. 157, § 2º, I, do CP, será reconhecida. Vide Resolução nº 017/2014-GP, do egrégio TJE-Pa, que aprovou a Súmula acerca da arma usa em assalto: É desnecessária a apreensão da arma ou realização de perícia, a fim de que seja atestado o seu potencial lesivo, para a caracterização da causa de aumento depena prevista no art. 157, § 2º. Inciso I, do CP, se por outros meios de prova possa ser comprovado o seu efetivo emprego na prática delitiva! Assim, a conclusão a que se chega é a de que a conduta levada a efeito pelo réu se subsume no preceito primário da norma contida no art. 157, § 2º, I, do CPB, restando o crime de roubo consumado sob a forma dolosa, com uso de arma, não pairando dúvidas de que os acusados sejam os autores e de que não existe nenhuma circunstância que exclua o crime ou isente o réu de pena (CP, arts. 20, 22, 23, 26 e 28, § 1º). DO CONCURSO DE PESSOAS. Restando devidamente configurada a autoria do crime de roubo por parte

dos denunciados CARLOS ALBERTO REIS DA SILVA e CADIMIEL DO NASCIMENTO PEREIRA passo a analisar a questão pertinente ao concurso de agentes. Os acusados praticaram o crime em concurso (CP, art. 29, caput), pelos depoimentos das testemunhas e vítima nos autos, bem como pelo interrogatório dos acusados que confessaram terem realizado o assalto em conjunto, em seus respectivos depoimentos na esfera judicial, não deixando qualquer dúvida de que estavam mancomunados no propósito de praticar o delito. O concurso de agentes é definido como "a ciente e voluntária colaboração de duas ou mais pessoas na prática da mesma infração penal". Tal acontecendo, deve-se aumentar a pena dos réus dada a maior periculosidade dos agentes, que se unem para a prática do delito, dificultando a defesa da vítima. Para que ocorra o concurso de agentes, são necessários os seguintes requisitos, todos os presentes nesses autos: a) pluralidade de condutas: ação ou omissão de duas ou mais pessoas e que seja cada uma delas causa do resultado; b) liame psicológico entre os autores: a consciência de que cooperam para um fato comum, ou seja, deve haver adesão voluntária à atividade ilícita de outrem; e c) unidade de fato: os agentes devem praticar os mesmos crimes, um com a anuência do outro. Nesse sentido: A configuração da qualificadora exige apenas que o delito seja cometido por duas ou mais pessoas, sendo, pois, irrelevante que permaneça ignorada a identidade de um dos co-executores (TACRSP, JTACRIM 73/368). É o caso destes autos. Portanto, a pena dos réus será aumentada, nos termos do art. 157, § 2º, II, do CP. Por tudo que foi exposto, a conclusão a que se chega é a de que a conduta levada a efeito pelos réus CARLOS ALBERTO REIS DA SILVA e CADIMIEL DO NASCIMENTO PEREIRA se enquadra na norma contida no art. 157, § 2° Incisos I e II, do CPB, configurando o crime de Roubo Majorado pelo uso de arma e concurso de agentes, na forma consumada não pairando dúvidas de que os acusados sejam os autores, não existindo nenhuma circunstância que exclua o crime ou que os isente de pena (CP, arts. 20, 22, 23, 26 e 28, § 1º). DA DOSIMETRIA DA PENA. Réu: CARLOS ALBERTO REIS DA SILVA. Quanto à culpabilidade do réu, sua conduta é altamente reprovável, eis que percorreu todo o iter crimminis, apossando-se da res furtiva mediante uso de arma e na companhia de um comparsa, afastando-se do local com a res furtiva; o réu não registra antecedentes criminais (fls. 224); sobre a conduta social não se tem notícia nos autos; personalidade não analisada; motivos não lhe favorecem, pois pretendeu um ganho fácil com a prática delitiva; circunstâncias do crime não o recomendam, eis que armado e com um comparsa atemorizou a vítima; consequências extrapenais foram graves, uma vez que as consequências do pós crime são sempre danosas em todos os sentidos para a vítima; quanto ao comportamento da vítima não há provas de que tenha contribuído para a prática do delito. Por fim, tendo em vista que o crime é apenado com reclusão e multa, verifica-se que a situação econômica do réu se presume não ser boa (CP, art. 60). Desta forma, há preponderância de circunstâncias desfavoráveis ao acusado. Atento às circunstâncias analisadas, com fulcro no art. 157, caput, do CP, fixo-lhe a pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 68 (sessenta e oito) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º). Existindo circunstância atenuante de pena, (art. 65, III, alínea "d", do CPB - confissão espontânea e art. 65, I), diminuo-lhe a pena em 06 (seis) meses, passando a ser de 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 39 (trinta e nove) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º). Inexistem circunstâncias agravantes de pena. Atento à causa de aumento de pena prevista no art. 157, § 2º I, II e V, do CP, elevo a reprimenda em 1/3 (um terço) para 06 (seis) anos de reclusão e 90 (noventa) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, tornando-a final, concreta e definitiva. Inexistem causas de diminuição de pena Por força do que dispõe o artigo 33 do Código Penal, determino que o apenado inicie o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime SEMIABERTO, em estabelecimento prisional apropriado do Estado (art. 33, § 2º, `b", do Código Penal). Para o pagamento da multa imposta, deverá ser observado o disposto nos arts. 49, § 2º, e 50, ambos do CP. Sem custas, vez que foi defendido por Defensor Público. Réu: CADIMIEL DO NASCIMENTO PEREIRA. Quanto à culpabilidade do réu sua conduta é altamente reprovável, eis que percorreu todo o iter crimminis, apossando-se da res furtiva mediante uso de arma e na companhia de um comparsa, afastando-se do local com a res furtiva; o réu não registra antecedentes criminais (fls. 223); sobre a conduta social não se tem notícia nos autos; personalidade não analisada; motivos não lhe favorecem, pois pretendeu um ganho fácil com a prática delitiva; circunstâncias do crime não o recomendam, eis que armado e com um comparsa atemorizou a vítima; consequências extrapenais foram graves, uma vez que as consequências do pós crime são sempre danosas em todos os sentidos para a vítima; quanto ao comportamento da vítima não há provas de que tenha contribuído para a prática do delito. Por fim, tendo em vista que o crime é apenado com reclusão e multa, verifica-se que a situação econômica do réu se presume não ser boa (CP, art. 60). Desta forma, há preponderância de circunstâncias desfavoráveis ao acusado. Atento às circunstâncias analisadas, com fulcro no art. 157, caput, do CP, fixo-lhe a pena-base em 05 (cinco) anos de reclusão e 68 (sessenta e oito) dias-multa sobre 1/30 do maior salário mínimo

mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º). Existindo circunstâncias atenuantes de pena, (art. 65, I CPB) menoridade penal), diminuo-lhe a pena em 06 (seis) meses, passando a ser de 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 39 (trinta e nove) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º). Inexistem circunstâncias agravantes de pena. Atento à causa de aumento de pena prevista no art. 157, § 2º I, II e V, do CP, elevo a reprimenda em 1/3 (um terço) para 06 (seis) anos de reclusão e 90 (noventa) dias-multa sobre 1/30 do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, tornando-a final, concreta e definitiva. Inexistem causas de diminuição de pena Por força do que dispõe o artigo 33 do Código Penal, determino que o apenado inicie o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime SEMIABERTO, em estabelecimento prisional apropriado do Estado (art. 33, § 2º, `b", do Código Penal). Para o pagamento da multa imposta, deverá ser observado o disposto nos arts. 49, § 2º, e 50, ambos do CP. Sem custas, vez que foi defendido por Defensor Público. DISPOSITIVO. Isto posto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO, para, em consequência, CONDENAR CARLOS ALBERTO REIS DA SILVA, qualificado nos autos a uma pena de 06 (seis) anos de reclusão e 90 (noventa) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º), e CADIMIEL DO NASCIMENTO PEREIRA qualificado nos autos a uma pena de 10 (dez) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 360 (trezentos e sessenta) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º), penas essas que devem ser cumpridas em regime SEMIABERTO em estabelecimento prisional do Estado. Após o trânsito em julgado (CF, art. 5º, LVII): a) Lance-se o nome dos réus no rol dos culpados (CPP, art. 393, II); b) Expeçam-se mandados de prisão e guias de recolhimento para execução da reprimenda pelo juízo competente (LEP, art. 105); c) Oficie-se ao órgão encarregado da Estatística Criminal (CPP, art. 809); d) Façam-se as demais comunicações de estilo; e e) Arquivem-se. P.R.I.C. Belém (PA), 26 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. PROCESSO: 00106109420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 VITIMA:J. O. B. DENUNCIADO:RENAH DE OLIVEIRA FREITAS. Processo nº 0010610-94.2018.814.0401 Vistos. 1. Em face da análise dos autos e do parecer ministerial à fl. 79, renove-se a citação da denunciada RANAH DE OLIVEIRA FREITAS no endereço dos autos, devendo constar no mandado o telefone celular da mesma, informado à fl. 55, para que tome ciência da Ação Penal, com objetivo de que ofereça nova resposta escrita através de advogado ou Defensor Público, no prazo de 10 (dez) dias, conforme dispõe o artigo 396 do CPP, com nova redação dada pela Lei nº 11.719/08, cientificando-lhe que, na resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunha com sua qualificação completa com endereço para a devida intimação da mesma ou comprometer-se a trazê-las independente de notificação. 2. Não apresentada resposta no prazo legal ou se a denunciada citada não constituir advogado, nomeio o Defensor Público vinculado a esta Vara, para oferecê-la na defesa da acusada no presente processo, concedendo-lhe vista dos autos por dez dias (art. 396-A 2º, CPP). Caso a ré citada requeira a assistência da Defensoria Pública, fica desde já nomeado o referido Defensor por este juízo. 3. Após o oferecimento de resposta pelo Defensor da acusada e do cumprimento das diligências necessárias dos itens acima, voltem os autos conclusos para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397 do CPP e demais fins de direito. Cumpra-se com observância das formalidades legais e de estilo. Int. Belém (PA), 26 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00107985320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 26/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ANDRE GONCALVES DA SILVA. Processo nº 0010798-53.2019.814.0401 R. Hoje. 1. Notifique-se o denunciado ANDRÉ GONÇALVES DA SILVA, para ofertar resposta escrita através de advogado ou Defensor Público, no prazo de 10 (dez) dias, conforme dispõe o artigo 55 da Lei nº 11.343/06, cientificando-lhe que na resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas com sua qualificação completa com endereço para a devida intimação das mesmas ou comprometer-se a trazê-las independente de notificação. 2. Não apresentada resposta no prazo legal ou se o acusado notificado não constituir advogado, nomeio automaticamente o Defensor Público vinculado a esta Vara para oferecê-la e atuar na defesa do denunciado no presente processo, concedendo-lhe vista dos autos por dez dias (art. 396 § 2º, CPP). Int. Belém (PA), 26 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00113337920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal -

Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:V. F. S. DENUNCIADO:TASSIO GABRIEL DE SOUZA MARANHAO. Processo nº 0011333-79.2019.814.0401 Vistos. 1. Recebo a denúncia por preencher os requisitos de admissibilidade insculpidos na legislação em vigor, descrevendo em tese fato delituoso imputado ao acusado TASSIO GABRIEL DE SOUZA MARANHÃO. 2. Procedam-se as diligencias necessárias para a citação do réu com objetivo de que ofereça resposta escrita através de advogado ou Defensor Público, no prazo de 10 (dez) dias, conforme dispõe o artigo 396 do CPP, com nova redação dada pela Lei nº 11.719/08, cientificando-lhe que, na resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas com sua qualificação completa com endereço para a devida intimação das mesmas ou comprometer-se a trazê-las independente de notificação. 2.1 Caso o acusado não seja localizado em estabelecimento prisional ou no endereço dos autos, procedam-se diligências junto ao TRE e a Receita Federal no sentido de se tentar localizar o endereço do denunciado que por ventura não seja citado, procedendo automaticamente nova diligência de citação do denunciado. 2.2. Em caso de não ser possível o cumprimento do item anterior, cite-se o acusado por edital, com prazo dilatório de 15 (quinze) dias (art. 361, CPP), para ofertar resposta escrita através de advogado ou Defensor Público, no prazo de 10 (dez) dias, conforme dispõe o artigo 396 do CPP, cientificando-lhe que, na resposta poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas com sua qualificação completa com endereço para a devida intimação da mesma ou comprometer-se a trazê-las independente de notificação. 3. Não apresentada resposta no prazo legal ou se o acusado citado não constituir advogado, nomeio o Defensor Público vinculado a esta Vara, para oferecê-la na defesa da denunciada no presente processo, concedendo-lhe vista dos autos por dez dias (art. 396 2º, CPP). Caso o réu citado requeira a assistência da Defensoria Pública, fica desde já nomeado o referido Defensor por este juízo. 4. Após o oferecimento de resposta pelo Defensor do réu e do cumprimento das diligências necessárias dos itens acima, voltem os autos conclusos para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397 do CPP e demais fins de direito. Int. Cumpra-se. Belém (PA), 26 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00116264920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 VITIMA:T. C. S. INDICIADO:ELTON CUNHA DE ALMEIDA. Considerando que o Inquérito Policial pertinente ao presente processo encontra-se concluído e relatado pela Autoridade Policial. Considerando o disposto no art. 2º, § 3º da Resolução TJE-PA nº 17/2008, com redação dada pela Resolução nº 10/2009-GP de 15/06/2009. DECLARO ENCERRADA A COMPETÊNCIA DESTA VARA DE INQUÉRITOS PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO, razão pela qual determino o encaminhamento dos presentes autos à Central de Distribuição do Fórum Criminal para as providências ulteriores, em tudo observada a literalidade da Resolução nº 17/2008-GP, com sua redação alterada pela resolução nº 010/2009-GP. P.R.I.C. Belém(PA), 26 de junho de 2019. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara Penal de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares de Belém PROCESSO: 00120551620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 VITIMA:E. D. S. L. INDICIADO:ARISTOTELES DE SOUZA CARNEIRO Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . Considerando que o Inquérito Policial pertinente ao presente processo encontra-se concluído e relatado pela Autoridade Policial. Considerando o disposto no art. 2º, § 3º da Resolução TJE-PA nº 17/2008, com redação dada pela Resolução nº 10/2009-GP de 15/06/2009. DECLARO ENCERRADA A COMPETÊNCIA DESTA VARA DE INQUÉRITOS PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO, razão pela qual determino o encaminhamento dos presentes autos à Central de Distribuição do Fórum Criminal para as providências ulteriores, em tudo observada a literalidade da Resolução nº 17/2008-GP, com sua redação alterada pela resolução nº 010/2009-GP. P.R.I.C. Belém(PA), 26 de junho de 2019. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara Penal de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares de Belém PROCESSO: 00154038620128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 INDICIADO:CHARLES ANDREY MEZETTI INDICIADO:THIAGO ANTONIO DUFFERCK FAVERSANI Representante(s): OAB 13378 - DANIEL AUGUSTO BEZERRA DE CASTILHO (ADVOGADO) OAB 15814 - ALEXANDRE CARNEIRO PAIVA (ADVOGADO) OAB 22915 - AMANDA COSTA DOS SANTOS (ADVOGADO) INDICIADO:CLEVERSON DOS SANTOS INDICIADO:ROMUAUDO LOBATO DE SIQUEIRA INDICIADO:RONDINELE CAMPOS SANTOS INDICIADO:PAULO HENRIQUE FERREIRA INDICIADO:IGOR MORAES FALQUETO VITIMA:I. I. C. E. E. M. L. AUTORIDADE POLICIAL:FELIPE PINHEIRO SCHMIDT DPC. Vistos, etc... Tratam-se de autos em que a 3º Promotora de

Justiça denunciou os nacionais CHARLES ANDREY MEZETTI, THIAGO ANTÔNIO DUFFECK FAVERSANI pela prática do crime disposto no artigo 155, §4º, II e IV do CPB e IGOR MORAES FALQUETO, pela prática do tipo penal descrito no art. 298 do CPB. Recebido os presentes autos e remetido ao Ministério Público, a Promotora de Justiça argüiu a incompetência do Juízo, pugnando pela distribuição do feito ao à 4ª Vara Criminal do Juízo Singular, em razão da prevenção. É o relatório! Decido: Observa este Magistrado de que a Promotoria, após analisar o presente feito, concluiu de que a competência para apreciar e julgar este processo seria da 4ª Vara Criminal do Juízo Singular desta Capital, em razão daquele juízo já ter proferido os primeiros atos judiciais bem como por não possuir nos autos qualquer tipo de menção de suspeição ou impedimento de referido juízo, que motivasse a distribuição do processo à 8ª Vara Criminal de Belém. Assiste razão a RMP, posto que observo que às fls. 50/52 dos autos de nº 0010748-71.2012.8.14.0401, fls. 23/24 dos de nº 0010401-38.2012.8.14.0401 e fls. 81/83 dos autos de nº 0006841-88.2012.8.14.0401, consta despachos proferidos pela 4ª Vara Criminal, sendo possível inferir-se que aquele juízo teve conhecimento dos fatos, antes da 8ª Vara Criminal, sendo, portanto, prevento para apreciar e julgar o feito. Acerca do tema, dispõe a jurisprudência Pátria: PROCESSO PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. ART. 71 DO CPP. CRIME CONTINUADO. ART. 83. COMPETÊNCIA FIRMADA PELA PREVENÇÃO. PRIMEIRO ATO OU MEDIDA DE CUNHO DECISÓRIO PRATICADO. I - Estabelece o artigo 71, do CPP, que a competência nos crimes de natureza continuada em que as infrações tenham sido praticadas em território de duas ou mais jurisdições será fixada pela prevenção. II- A competência por prevenção ocorre, quando, concorrendo dois ou mais juízes igualmente competentes ou com competência cumulativa, um deles tiver antecedido aos outros na prática de algum ato ou na determinação de algumas medidas, mesmo antes de oferecida a denúncia ou a queixa (CP, art. 83) II- O Juízo prevento é aquele que primeiro teve conhecimento do fato delitivo, que no caso dos autos, foi o juízo suscitado. III- Conflito Negativo conhecido para declarar a competência do MM. Juízo Suscitado. (Relator: PAULO ESPIRITO SANTO, Orgão Julgador: 1ª TURMA ESPECIALIZADA- TRF2, Data do julgamento: 10/03/2016,/Data da Publicação: 17/03/2016) Pelo exposto e pelo que mais nos autos constam, acolho manifestação do Representante do Ministério Público, declarando-me sem competência para apreciar e julgar o presente feito, ordenando sejam redistribuídos os presentes autos à 4ª Vara Criminal do Juízo Singular desta Capital, nos termos dos artigos 71 e 83, ambos do Código Processual Penal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 26 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital P R O C E S S O : 0 0 1 8 1 6 5 0 2 2 0 1 7 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:R. P. M. DENUNCIADO:CLEBER LUCIO GOMES DA SILVA DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. PROCESSO Nº.: 0018165-02.2017.8.14.0401 AÇÃO: FURTO QUALIFICADO AUTOR: A JUSTIÇA PÚBLICA ACUSADO: CLEBER LÚCIO GOMES DA SILVA TIPIFICAÇÃO PENAL: ART. 155, § 4º, INCISO III, DO CPB. Vistos. "Confissão espontânea do crime pronunciada voluntariamente, ou não, pelo réu, perante a autoridade pública, atua como circunstância que sempre atenua a pena, ex vi do que dispões o art. 65, III, "d" do código Penal, com redação que lhe deu a Lei 7.209/84" RELATÓRIO. CLEBER LÚCIO GOMES DA SILVA, devidamente qualificada nos autos, foi denunciada pelo Ministério Público, como incurso nas sanções punitivas do art. 155 § 4º, inciso III do CPB, tendo em vista que no dia 18.07.2017, por volta de 15h15, a vítima estacionou sua motocicleta na travessa Barão do Triunfo, esquina dom a av. Senador Lemos e saiu em direção ao seu trabalho. Após alguns minutos, quando retornou, constatou que sua motocicleta havia sido furtada, razão pela qual logo acionou o serviço de localização da moto (GPS) e a Polícia Militar. A vítima e os policiais militares, começaram a se deslocar seguindo o sinal do GPS, porém receberam informação da Central do CIOP, de que uma equipe da Guarda Municipal de Belém, já havia interceptado o veículo furtado. A vítima quando chegou no local reconheceu sua moto que estava na posse do denunciado, com o qual após ser revistado, foi encontrada uma chave mestra usada para furtar a moto. Perante a Autoridade Policial o denunciado confessou a autoria do delito e confessou que furtava motos para um indivíduo conhecido por "Pica Pau", ganhando entre R$ 300,00 e R$ 500,00 por cada moto furtada. Flagrante à fls. 06 e seguintes. A denúncia, acompanhada do inquérito policial e do rol de testemunhas, foi recebida em 17.08.2017, à fl. 70. Das testemunhas arroladas na denúncia foram ouvidas CLEIDSON DA SILVA BARROS, ALEXANDRE AMARAL MESQUITA e HENDERSON AUGUSTO CALDAS LELIS. O acusado CLEBER LÚCIO GOMES DA SILVA não foi interrogado, uma vez que foi regularmente intimado da audiência de instrução e julgamento, porém, não compareceu, sendo considerado revel à fl. 107. Na Fase do Art. 402 do CPP, O Ministério Público nada requereu. A Defesa do acusado, na Fase do Art. 402 do CPP, nada requereu. Em Alegações Finais o representante do Ministério Público às fls. 112/116 ratificou os termos da denúncia e requereu a CONDENAÇÃO do acusado CLEBER LÚCIO GOMES DA

SILVA, com base no Art. 155, § 4º, incisos I e II do CPB. A Defesa do acusado CLEBER LÚCIO GOMES DA SILVA, ao tempo das Alegações Finais, requereu às fls. 85-87 a ABSOLVIÇÃO do mesmo, ou que seja aplicada a pena mínima com a utilização da atenuante genérica, prevista no Art. 65, III, d do CPB. É o relatório. Decido. Imputa-se a CLEBER LÚCIO GOMES DA SILVA a prática do crime de Furto com as causas de aumento de pena pelo uso de chave falsa, previsto no art. 155, § 4º, III, do CPB, restando demonstrado que o acusado, com efeito, transgrediu a norma penal do artigo 155, § 4º, inciso III do CPB, não havendo qualquer dúvida quanto à autoria e materialidade do delito, corroborando com este entendimento a confissão da denunciada, bem como os depoimentos da vítima e das testemunhas que confirmaram em juízo o que já haviam declarado perante a autoridade policial. O acusado CLEBER LÚCIO GOMES DA SILVA, não foi interrogado em juízo, tendo em vista que mesmo regularmente intimado da audiência de instrução e julgamento, preferiu não comparecer, sendo considerado revel (fl. 107), perdendo oportunidade de apresentar sua versão dos fatos. As testemunhas CLEIDSON DA SILVA BARROS, ALEXANDRE AMARAL MESQUITA e HENDERSON AUGUSTO CALDAS LELIS, em seus respectivos depoimentos absolutamente consonantes, comprovando sem qualquer sombra de dúvida a autoria do delito por parte do acusado. Essas testemunhas acima mencionadas são guardas municipais e declararam com detalhes a apreensão da moto na posse da moto furtada, que fora encontrada com o acusado, e, como já afirmado acima, esses depoimentos são de uma clareza à toda prova, não deixando a menos dúvida quanto à autoria do delito de furto apurado nestes autos. Some-se a isso, que o acusado CLEBER LÚCIO GOMES DA SILVA, na fase inquisitorial à fl. 11/11v, confessou narrando detalhes da empreitada criminosa, o que em tudo coincide com os depoimentos em juízo das testemunhas acima mencionadas, pelo sistema áudio visual. Assim, o Juiz formará sua convicção através do conjunto das provas existentes nos autos, o fato foi confirmado pelas testemunhas ouvidas e pela próprio acusado que confessou perante a autoridade, portanto, o que será levado em conta na fixação da pena, eis que a "Confissão espontânea do crime pronunciada voluntariamente, ou não, pelo réu, perante a autoridade pública, atua como circunstância que sempre atenua a pena, ex vi do que dispões o art. 65, III, "d" do código Penal, com redação que lhe deu a Lei 7.209/84" (STF - HC 68.641-9 - Rel. Celso de Melo - DJU, 5.6.92, p. 8429 - RT 690/390). Desta forma, a autoria e a materialidade estão patentemente comprovadas às fls. 30, pelo Auto/Termo de Exibição e Apreensão do Objeto, e não deixando, assim, qualquer dúvida quanto à subtração do patrimônio da vítima, bem como pelos diversos depoimentos das testemunhas, as provas apresentadas nos autos, portanto, são de fácil exame e ensejam decisão absolutamente segura de que o acusado cometeu o delito de furto qualificado pelo emprego de chave falsa, tratando-se, desta forma de crime previsto na norma incriminadora estabelecida no artigo 155, § 4.º, inciso III do Código Penal pátrio. DOSIMETRIA DA PENA. Estando demonstrada a materialidade e a autoria do delito de roubo, resta fazer a dosimetria da pena (CP, art. 68 e CF, 5º, XLVI). Atendendo ao disposto no artigo 59 do Código Penal passo a dosar-lhe a reprimenda penal. A culpabilidade do réu restou evidenciada; antecedentes maculados (fls. 127); sobre a conduta social do agente não existe nada no processo, assim, se presume boa; sobre a personalidade do agente, não analisada; motivos não o favorecem, eis que nada justifica a prática delitiva; circunstâncias do crime não foram graves, eis que a vítima recebeu seu patrimônio de volta; consequências extrapenais não foram graves; não há provas de que a vítima tenha contribuído para a prática do delito. A situação econômica do réu presume-se não ser boa (CP, art. 60), tanto que praticou um crime contra o patrimônio. Assim, atento às circunstâncias analisadas, com fulcro no art. 155, § 4º, III, do CPB, fixo a pena-base em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 97 (noventa e sete) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º). Inexistem causas atenuantes e agravantes. Tendo em vista que o réu CLEBER LÚCIO GOMES DA SILVA confessou espontaneamente perante a autoridade policial, diminuo-lhe a pena em 06 (seis) meses passando a ser de 03 (três) anos de reclusão e 45 (quarenta e cinco) dias multa, que torno final, concreta e definitiva, uma vez que inexistem causas de aumento ou de diminuição de pena. Fixo-lhe o dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo. Sem custas, vez que foi defendida por Defensor Público. Transitada em julgado, inscreva-se seu nome no rol dos culpados, façam-se as comunicações necessárias, calcule-se a pena de multa e o intime para o pagamento em 10 (dez) dias, se for o caso e recomende-a na prisão em que se encontra. CONCLUSÃO. Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO para CONDENAR o réu CLEBER LÚCIO GOMES DA SILVA, já qualificado nos autos, pela prática do crime previsto no artigo 155, § 4º, item III, do CPB, a uma pena de dois 03 (três) anos de reclusão e 45 (quarenta e cinco) dias-multa como incurso na sanção punitiva do artigo 155, § 4º, item III, do CPB. Considerando o Provimento nº 006/2014-CJRMB determino que a Secretaria do juízo expeça mandado de intimação para CLEBER LÚCIO GOMES DA SILVA, com a finalidade de encaminhá-lo ao Núcleo Gestor de Monitoramento Eletrônico do sistema prisional do Estado, para que a mesma seja incluída no Programa de monitoramento eletrônico. Tão logo a

sentença transite em julgado o sentenciado deve ser incluído no programa de monitoramento eletrônico, com a devida comunicação ao juízo pelo Núcleo Gestor de Monitoramento Eletrônico, expeça-se a consequente Guia de Recolhimento Penal e a documentação necessária e de praxe à Vara de Execuções Penais. P.R.I.C. Belém, 26 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. PROCESSO: 00284719320188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 26/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ALYSON JORGE MELO DE SOUSA Representante(s): OAB 5654 - SERGIO PAULO NASCIMENTO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 26279 - RONIE ALEX GARCIA BATISTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:THIAGO JOSE DOS SANTOS FERREIRA Representante(s): OAB 6232 - LUIS CELSO ACACIO BARBOSA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LAYSA COIMBRA SA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARIA EDUARDA GOMES VIANA Representante(s): OAB 25214 - CRISTIANO ANDRÉ COSTA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 27493 - LIVIA SARDINHA CARDOSO (ADVOGADO) . Processo nº 0028471-93.2018.814.0401 R. Hoje. Encaminhem-se os presentes ao representante do Ministério Público, para que se manifeste sobre o pedido de relaxamento de prisão por excesso de prazo, formulado pela defesa do denunciado ALYSON JORGE MELO DE SOUZA às fls. 411-415, volume II dos autos e, demais fins de direito. Após parecer ministerial, voltem-me conclusos. Belém (PA), 26 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00015359220088140401 PROCESSO ANTIGO: 200820054704 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:CLEITON DE SOUSA REIS Representante(s): OAB 1111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:M. A. M. VITIMA:D. O. A. . Processo nº 0001535-92.2008.814.0401 Vistos. Considerando analise dos autos e a decisão à fl. 255, observa-se que o réu CLEITON DE SOUSA REIS foi qualificado e interrogado, por carta precatória, em 18/12/2013 (Termo fls. 195-196), não incidindo no disposto no art. 367 do CPP, RAZÃO PELO QUAL REVOGO A DECRETAÇÃO DE REVELIA DO DENUNCIADO, tornando sem efeito a decisão à fl. 255, devendo a Secretaria do juízo realizar e proceder todas as diligências necessárias para a intimação das partes e testemunhas arroladas, para a realização da audiência de instrução e julgamento, designada no termo de audiência à fl. 275 dos autos. Cumpra-se. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00019415220188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JEHSSI VITOR DO ROSARIO LOURENCO DENUNCIADO:ANTONIO KLEBER PEIXOTO Representante(s): OAB 16873 - JEFFERSON DIVINO SOARES (ADVOGADO) OAB 17390 - IGOR PASTANA MOTA (ADVOGADO) OAB 17955 - HERALDO BERTHOLLET LOBATO GRANA (ADVOGADO) OAB 19906 - JULIANA SOUZA DA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:A. A. N. P. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . Processo nº 0001941-52.2018.814.0401 R. Hoje. 1. Considerando a análise dos autos, determino que a Secretaria do juízo cadastre no sistema BNMP2 a prisão preventiva, decretada à fls. 194-194v, como decorrente da sentença e, especificar a validade da prisão preventiva a partir do trânsito em julga do sentença condenatória para o Ministério Público, conforme se verifica a ciência à fl. 167 dos autos. 2. Após, cumpra-se a decisão de fl. 182 dos autos. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00038012520178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:F. H. S. R. DENUNCIADO:GERSON COSTA DOS SANTOS. PROCESSO Nº.: 0003801.25.2017.8.14.0401 AÇÃO: FURTO AUTOR: A JUSTIÇA PÚBLICA ACUSADO: GERSON COSTA DOS SANTOS TIPIFICAÇÃO PENAL: ART. 155, do CPB. Vistos. "Nos crimes contra o patrimônio a palavra da vítima, apontando o réu como autor, corroborada por indícios e circunstâncias e, em especial, pelo auto de reconhecimento de pessoa, constitui importante elemento de convicção, principalmente se o acusado nada argui de má-fé ou inimizade, capaz de justificar a grave imputação de que foi alvo". RELATÓRIO. GERSON COSTA DOS SANTOS, devidamente qualificado nos autos, foi denunciado pelo Ministério Público, como incurso nas sanções punitivas do art. 155, Caput, do CPB, tendo em vista que no dia 15.02.2017, por volta das 19h15, a vítima FOI AO Estádio da Curuzú, estacionando seu veículo na Trav. do Chaco. Ao final do jogo, ao entrar no veículo sentiu falta de sua carteira e de seu celular, Posteriormente, s vítima verificando seu veículo de forma mais minuciosa percebeu que haviam furtado inúmeros outros objetos. Assim, a vítima resolveu voltar ao local onde estava estacionado o veículo, onde foi informada por um reparador de carros o autor do furto no carro da vítima, inclusive informando inclusive o endereço do mesmo. A polícia foi

acionada e, baseada nas informações da vítima, foi até à casa do ora denunciado, onde logrou êxito encontrando o denunciado, ainda de posse dos objetos da vítima furtadas do carro. O Flagrante contra o acusado GERSON COSTA DOS SANTOS, foi lavrado em 16.02.2017, fls. 06 e seguintes. A denúncia, acompanhada do Inquérito Policial e do rol de testemunhas foi recebida em.02 de maio de 2017. O acusado foi citado e a resposta à acusação encontra-se a costada à fl. 89. Das testemunhas arroladas na Denúncia foram ouvidas a vítima FLÁVIO HENRIQUE SILVA REGIS e as testemunhas DÊNIS SANTOS DE ASSIS, WAGNER MIRANDA VASCONCELOS e TAYANA VAGO DE MIRANDA. O acusado GERSON COSTA DOS SANTOS, não compareceu para ser interrogado, não obstante estar devidamente intimado para a audiência de instrução e julgamento. Em Alegações Finais Orais, a representante do Ministério Público 3 requereu a procedência da denúncia e a CONDENAÇÃO do acusado GERSON COSTA DOS SANTOS, com base no art. 155, Caput, do CPB. A Defesa do acusado GERSON COSTA DOS SANTOS, ao tempo das Alegações Finais Orais, requereu a aplicação de uma pena mínima. É o relatório. Decido. Deflui-se dos elementos probatórios carreados para os autos, que deve prosperar a pretensão punitiva do Estado deduzido na peça exordial. Efetivamente, restou demonstrado que o acusado, GERSON COSTA DOS SANTOS praticou o evento criminoso, eis que transgrediu as normas penais do art. 155, Caput, do CPB, como bem se manifestou o representante do Ministério Público em Alegações Finais, não havendo, deste modo, dúvidas quanto à autoria e materialidade do delito imputado ao acusado, corroborando com este entendimento os depoimentos da vítima e das testemunhas que confirmaram em juízo o que já haviam declarado perante a autoridade policial. O acusado GERSON COSTA DOS SANTOS não compareceu para ser interrogado, sendo considerado revel, eis que estava devidamente intimado para a audiência. A vítima FLÁVIO HENRIQUE SILVA REGIS e as testemunhas DÊNIS SANTOS DE ASSIS, WAGNER MIRANDA VASCONCELOS e TAYANA VAGO DE MIRANDA ouvidas em juízo, narraram os fatos com riqueza de detalhes, sendo seus depoimentos consonantes e esclarecedores. A vítima FLÁVIO HENRIQUE SILVA REGIS narrou nos mínimos detalhes os objetos furtados de dentro do seu os quais foram encontrados na casa do denunciado, sendo confirmado pelas testemunhas DÊNIS SANTOS DE ASSIS, WAGNER MIRANDA VASCONCELOS e TAYANA VAGO DE MIRANDA. Por sua vez, o acusado, não compareceu à audiência. Porém, à fl. 52, a res furtiva foi encontrada com o acusado GERSON COSTA DOS SANTOS. Assim, a autoria delitiva restou claramente demonstrada, eis que a vítima e as testemunhas confirmaram em Juízo o furto praticado pelo acusado. As declarações prestadas pela vítima e pela testemunha não podem ser desprezadas, ante a absoluta clareza e consonância entre os depoimentos prestados tanto na fase inquisitória quanto na fase judicial. Vejamos a jurisprudência nesse sentido: A palavra da vítima, em crime de natureza patrimonial, avulta em importância, máxime quando em tudo ajustado às demais evidências dos autos (TACRSP, RJDTACRIM 25/319). Inexiste, em nosso sistema, restrição legal ou jurisprudencial no sentido de não se admitir, como elemento de convicção, a palavra da vítima, em sede penal (TAARS, JTAERGS 85/97). Assim, o Juiz formará sua convicção através do conjunto das provas existentes nos autos, o fato foi confirmado pelas testemunhas ouvidas e pela próprio acusado que confessou perante a autoridade policial, portanto, o que será levado em conta na fixação da pena, eis que a "Confissão espontânea do crime pronunciada voluntariamente, ou não, pelo réu, perante a autoridade pública, atua como circunstância que sempre atenua a pena, ex vi do que dispões o art. 65, III, "d" do código Penal, com redação que lhe deu a Lei 7.209/84" (STF - HC 68.641-9 - Rel. Celso de Melo - DJU, 5.6.92, p. 8429 - RT 690/390). Desta forma, a autoria e a materialidade estão patentemente comprovadas às fls. 09, pelo Auto / Termo de Exibição e Apreensão do Objeto (fls. 025) e não deixando, assim, qualquer dúvida quanto à subtração do patrimônio da vítima, bem como pelos diversos depoimentos das testemunhas, as provas apresentadas nos autos, portanto, são de fácil exame e ensejam decisão absolutamente segura de que o acusad cometeu o delito de furto qualificado pelo emprego de chave falsa, tratando-se, desta forma de crime previsto na norma incriminadora estabelecida no artigo 155, § 4.º, inciso III do Código Penal pátrio. Isto posto, e por tudo o mais que consta dos autos, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO deduzida na denúncia e devidamente ratificada nas alegações finais do representante do Ministério Público para CONDENAR o réu GERSON COSTA DOS SANTOS, como incurso na sanção punitiva do artigo 155, Caput, do Código Penal Brasileiro. DOSIMETRA DA PENA. Atendendo ao disposto no artigo 59 do Código Penal passo a dosar-lhe a reprimenda penal, e assim, condeno o acusado GERSON COSTA DOS SANTOS, nas penas do art. 155, Caput, do CPB, e considerando o grau de culpabilidade com que agiu, considerando que possui antecedentes (fl. 101); sobre a conduta social e a personalidade do agente, não se tem notícia nos autos; circunstâncias do crime não o recomendam, eis que agiu de forma ardilosa para entrar na casa da vítima; consequências extrapenais não foram graves, eis que o objeto furtado foi recuperado em parte; a vítima de certa forma facilitou o furto, ao esquecer de trancar o carro e assim, contribuiu, ainda, que involuntariamente para a prática do delito. Havendo multa, a situação econômica do réu não é boa (CP,

art. 60). Assim, atento às circunstâncias analisadas, com fulcro no art. 155, § 4º, III, do CPB, fixo a pena-base em 03 (três) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 97 (noventa e sete) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato (CP, art. 49, § 1º) que torno final concreta e definitiva, tendo em vista que inexistem agravantes, bem como caso de aumento e de diminuição de pena, devendo a pena ser cumprida em regime ABERTO, em estabelecimento prisional do Estado. Inexistem causas agravantes. Tendo em vista que o réu GERSON COSTA DOS SANTOS confessou espontaneamente perante a autoridade policial, diminuo-lhe a pena em 06 (seis) meses passando a ser de 03 (três) anos de reclusão e (45) dias multa, que torno final, concreta e definitiva, uma vez que inexistem causas de aumento ou de diminuição de pena. Fixo-lhe o dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo. Sem custas, vez que o réu foi defendido por Defensor Público. DISPOSITIVO. Isto posto, e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO, para CONDENAR o réu GERSON COSTA DOS SANTOS como incurso nas penas do art. 155, do CPB, já qualificado nos autos, à pena de 03 (três) anos de reclusão e 45 (quarenta e cinco) dias-multa sobre 1/30 (um trigésimo) do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, a ser cumprida no regime ABERTO. Considerando o Provimento nº 006/2014-CJRMB determino que a Secretaria do juízo expeça mandado de intimação para GERSON COSTA DOS SANTOS, com a finalidade de encaminhá-lo ao Núcleo Gestor de Monitoramento Eletrônico do sistema prisional do Estado, para que o mesmo seja incluído no Programa de monitoramento eletrônico. Tão logo a sentença transite em julgado o sentenciado deve ser incluído no programa de monitoramento eletrônico, com a devida comunicação ao juízo pelo Núcleo Gestor de Monitoramento Eletrônico, expeça-se a consequente Guia de Recolhimento Penal e a documentação necessária e de praxe à Vara de Execuções Penais. Após o trânsito em julgado (CF, art. 5º, LVII): a) Lance-se o nome do réu no rol dos culpados (CPP, art. 393, II); b) Expeçam-se guias de recolhimento para execução da reprimenda pelo juízo competente (LEP, art. 105); c) Oficie-se à Justiça Eleitoral para fins de suspensão dos direitos políticos do réu (CF, art. 15, III); d) Oficie-se ao órgão encarregado da Estatística Criminal (CPP, art. 809); e) Façam-se as demais comunicações de estilo; e f) Arquivem-se. Sem custas, vez que o acusado foi assistido pela Defensoria Pública. P.R.I.C. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do juízo Singular da Capital PROCESSO: 00053564320188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:NORDESTE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA DENUNCIADO:ERIELSON DOS SANTOS BOSSINI Representante(s): OAB 16373 - ANTONIO RUBENS DE FRANCA LINHARES (ADVOGADO) DENUNCIADO:EMERSON DOS SANTOS BOSSINI Representante(s): OAB 16373 - ANTONIO RUBENS DE FRANCA LINHARES (ADVOGADO) DENUNCIADO:PABLICIA SILVA FONSECA Representante(s): OAB 23557 - EDUARDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 23811 - ARTUR CARVALHEIROS SARMENTO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . Processo nº 00053564320188140401 Vistos. Considerando os argumentos da resposta escrita inicial, formulado pelos Advogados dos denunciados ERIELSON DOS SANTOS BOSSINI e EMERSON DOS SANTOS BOSSINI, às fls.252/257, PABLICIA SILVA FONSECA e NORDESTE COMERCIO DE MADEIRAS LTDA LTDA, às fls. 271/288 observa-se que a peça acusatória descreve conduta típica, antijurídica e culpável, contendo em si todos os elementos necessários a possibilitar aos acusados seus direitos de ampla defesa. Com efeito, num exame da presente denúncia, observa-se que a mesma traz a exposição dos fatos criminosos que a ensejaram, com todas as suas circunstâncias, observando-se, assim, de logo, o preenchimento dos requisitos preconizados no art. 41 do CPP. Não há que se falar, pois, em absolvição sumária, eis que se encontram perfeitamente delineados nos autos a materialidade e indícios de autoria. Assim, a absolvição sumária só deve ser deferida quando for evidente o constrangimento ilegal decorrente de uma medida arbitrária e ilegal e sem o mínimo conjunto probatório a ensejar a persecução penal em desfavor dos acusados, o que, como se vê, não é o caso, pois há em tese indícios de cometimento de um ilícito, sendo que a devida averiguação só se dará na profunda cognição processual penal, não se devendo falar em absolvição sumária penal in casu. Como se sabe, a denúncia e a queixa, na condição de peças responsáveis pelo encetamento do processo criminal, principalmente pelas sérias consequências advindas de seu recebimento, devem estar imbuídas, sob pena de não prosperarem, de um mínimo de respaldo probatório no sentido de evidenciar o interesse de agir de quem as promove, seja do Ministério Público, seja do querelante, não se podendo acatar o argumento de atipicidade da conduta por ausência de provas, eis que a demonstração fundada da materialidade do crime e dos indícios de sua autoria preenchem os requisitos legais, não podendo a Justiça Pública negar-lhe seguimento, mesmo porque nenhum prejuízo foi constatado aos acusados por suas defesas, na forma do que preconiza o art. 563, do CPP. Outrossim, observa-se que a peça acusatória descreve conduta típica, antijurídica e culpável, contendo em si todos os

elementos necessários a possibilitar aos acusados seus direitos de ampla defesa, não sendo demonstrados nos argumentos expostos nas respostas escritas iniciais elementos probatórios veementes, que possam ensejar e fundamentar uma sentença de absolvição sumária, estando demonstrada nos autos a necessidade da instrução processual criminal para a devida análise probatória, decorrente da peça acusatória e dos fatos narrados nos autos. Assim, não sendo o caso de absolvição sumária por não se encontrar caracterizada no caso em comento nenhuma das hipóteses delineadas no artigo 397 do CPP, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, prevista no art. 400 do CPP, para o dia 14 de julho de 2020, às 09h00. Na referida audiência proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, se for o caso, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, que ainda não tenham sido ouvidas, bem como os demais atos previstos no referido artigo, caso sejam necessários no presente processo, interrogando-se em seguida os acusados. Procedam-se as intimações dos acusados, de seus Defensores ou advogados, do Ministério Público e do assistente de acusação, se for o caso, e das testemunhas devidamente arroladas. Procedam-se, ainda, a Secretaria do juízo, as expedições de ofícios, Cartas Precatórias, Mandados de Condução Coercitiva e demais providências indispensáveis e necessárias para a realização da audiência, com observância das formalidades legais. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (n p) P R O C E S S O : 0 0 0 8 0 8 0 2 0 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:CLEIDSON AUGUSTO DE SENA BATISTA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Processo nº 00080802020188140401 Vistos. Considerando os argumentos da resposta escrita inicial, formulado pelo Defensor Publico do denunciado, às fls.93/98, observa-se que a peça acusatória descreve conduta típica, antijurídica e culpável, contendo em si todos os elementos necessários a possibilitar ao acusado seu direito de ampla defesa. Não foram demonstrados nos argumentos expostos na resposta escrita inicial elementos probatórios veementes, que possam ensejar e fundamentar uma sentença de absolvição sumária, estando demonstrada nos autos a necessidade da instrução processual criminal para a devida análise probatória, decorrente da peça acusatória e dos fatos narrados nos autos policiais (Inquérito Policial). Assim, não sendo o caso de absolvição sumária por não se encontrar caracterizada no caso em comento nenhuma das hipóteses delineadas no artigo 397 do CPP, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, prevista no art. 400 do CPP, para o dia 15 de julho de 2020, às 09h00. Na referida audiência proceder-se-á à tomada de declarações do ofendido, se for o caso, à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, que ainda não tenham sido ouvidas, bem como os demais atos previstos no referido artigo, caso sejam necessários no presente processo, interrogando-se em seguida a acusada. Procedam-se a intimação do acusado, de seu Defensor ou advogado, do Ministério Público e do assistente de acusação, se for o caso, e das testemunhas devidamente arroladas. Proceda-se, ainda, a Secretaria do juízo, as expedições de ofícios, Cartas Precatórias, Mandados de Condução Coercitiva e demais providências indispensáveis e necessárias para a realização da audiência, com observância das formalidades legais. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00086420520138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 AUTORIDADE POLICIAL:CIAL LEILA CHRISTIAN LIMA DE MENDONCA FREIRE - DPC DENUNCIADO:CARLINHO DE MORAES BAHIA DENUNCIADO:JOSENILSON FERREIRA LOUZEIRO DENUNCIADO:ERIVALDO FERREIRA DA SILVA VITIMA:D. R. S. VITIMA:E. V. K. F. VITIMA:D. F. . Processo nº 0008642-05.2013.814.0401 Vistos. Compulsando os autos, observa-se que já foi recebida a peça acusatória, contudo o denunciado JOSENILSON FERREIRA LOUZEIRO até a presente data não foi citado no presente processo, em que pese às diligências e esforços do juízo. Em face do petitório à fl. 240, determino que se expeça carta precatória à Comarca de Bacuri, Estado do Maranhão, para fins de tentativa de citação do acusado na referida comarca onde o mesmo se encontra, devendo a mesma ser cumprida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, acompanhado de todas as cópias necessárias dos autos. Cumpra-se com observância das formalidades legais e de estilo. Belém (PA), 27 de junho de 2018. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00104088320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:DIEGO SILVA MENDANHA Representante(s): OAB 20648 - LUCIDY MONTEIRO (ADVOGADO) VITIMA:M. W. C. L. VITIMA:C. N. W. VITIMA:F. C. P. S. . Processo nº 0010408-83.2019.814.0401 R. hoje. 1. Considerando a decisão datada de 21/05/2019 nos autos de Inquérito Policial em anexo, observa-se que foi concedida a liberdade provisória com a estipulação do pagamento de fiança, ao acusado DIEGO SILVA MENDANHA,

no valor de R$ 9.980,00 (nove mil, novecentos e oitenta reais). Verifica-se, ainda, que até a presente data o réu não efetuou o pagamento da fiança. Às fls. 10-17, a defesa do denunciado requereu a dispensa do pagamento da Fiança. Após ser dado vista dos autos ao representante do Parquet, este, às fls. 32-33, opinou pelo indeferimento do pedido de redução do pagamento da fiança, razão pelo qual não acompanho o parecer ministerial e determino, com fulcro no art. 325§ 1º, II do Código Penal, a redução do valor de fiança arbitrado em favor DIEGO SILVA MENDANHA, para o valor de R$ 4,500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Após a expedição de guia e o pagamento do valor da Fiança reduzida, expeça a Secretaria do juízo o competente ALVARÁ DE SOLTURA eletrônico. 2. Cumpra-se. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00130924920178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:ALAN LEITE BARBOSA DOS SANTOS Representante(s): OAB 10210 - WALTER SILVEIRA FRANCO (ADVOGADO) OAB 23382 - FLAVIO HENRIQUE LEONARDI FRANCO (ADVOGADO) OAB 24597 - ALAN PINHEIRO PINTO (ADVOGADO) VITIMA:J. B. S. M. J. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . Processo nº 0013092-49.2017.814.0401 R. Hoje. 1. Considerando a análise dos autos e o parecer ministerial às fls. 153-156, chamo o processo à ordem e: a) Torno sem efeito a decisão e a audiência de instrução e julgamento designada, às fls. 159-160v; b) Desentranhe-se as fls. 165v-166; c) Reitere-se ofício ao Conselho Regional de Medicina - CRM, para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, encaminhe o laudo conclusivo de procedimento eventualmente instaurado, envolvendo o médico Alan Leite Barbosa dos Santos e o paciente João Batista de Souza Miralha Júnior, devendo ser encaminhado o ofício de fl. 82. 2. Após resposta do CRM, encaminhem-se os autos ao representante do Ministério Público. Caso não haja resposta do conselho médico após o decurso do prazo, voltem-me conclusos. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00163923320098140401 PROCESSO ANTIGO: 200920616917 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:A. C. DENUNCIADO:MAURO SERGIO PANTOJA DA SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE BELÉM 4ª VARA PENAL DO JUÍZO SINGULAR PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE BELÉM 4ª VARA PENAL DO JUÍZO SINGULAR PROCESSO Nº 00163923320098140401 AÇÃO: PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO (ARTS. 14 DA LEI 10.826/03). AUTOR: A JUSTIÇA PÚBLICA. ACUSADO: MAURO SERGIO PANTOJA DA SILVA/MARCIO SEVERINO CARDOSO DA SILVA. Vistos. SENTENÇA. EMENTA: LEI 10.826/03 - PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO - Prescrição - Extinção da punibilidade - Inteligência do art. 107, IV, art. 109, V e art. 110, §1° do CPB. MAURO SERGIO PANTOJA DA SILVA/MARCIO SEVERINO CARDOSO DA SILVA foi denunciado pelo Ministério Público em 29.10.2009, como incurso nas sanções punitivas do art. 14 da Lei 10.826, tendo em vista que, em resumo, em 21 de agosto de 2009, por volta das 17:30 horas, o denunciado foi avistado por uma guarnição da policia militar em atitude suspeita, os policiais militares ao abordarem o denunciado, encontram na posse do mesmo uma arma de fogo tipo revólver calibre 38, marca Taurus, sendo conduzido para a Seccional Urbana. A denúncia, acompanhada do inquérito policial e do rol de testemunhas foi recebida em 05.11.2009, às fls. 82. Em 04/07/2018 às fls. 183/184, foi proferida sentença condenatória que aplicou pena de 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. Encaminhado os autos ao representante do Ministério Público este manifestou-se pela decretação da extinção da punibilidade do denunciado em face da prescrição retroativa. É o que importa relatar. Decido. Imputa-se a MAURO SERGIO PANTOJA DA SILVA/MARCIO SEVERINO CARDOSO DA SILVA a prática do crime porte ilegal de arma de fogo, descrito no artigo 14 da lei 10.826/03 A prescrição, após o trânsito julgado da sentença para a acusação, regula-se pela pena aplicada, de acordo com o artigo 110, §1° do Código Penal Brasileiro. É o caso destes autos. Consta dos autos que o fato ocorreu em 21.08.2009, sendo que a denúncia foi recebida em 05 de novembro de 2009. Em 04/07/2018, foi proferida sentença condenatória de 02 (dois) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa. O Parquet foi intimado da decisão e não recorreu, desta forma, transitou em julgado para a acusação. Desde o recebimento da peça acusatória, já se passaram 04 (quatro) anos, tendo a sentença sido publicado em julho de 2018, assim, indubitavelmente, ocorrido a prescrição da pretensão punitiva do Estado em relação ao crime imputado ao acusado nos autos. A prescrição é a perda do direito de punir do Estado pelo decurso do tempo. E como se trata de matéria de ordem pública, uma vez se verificando, deve o magistrado, de ofício, declarar a extinção da punibilidade do réu, nos precisos termos do art. 107, IV, do CP e do art. 61 do CPP. De fato, o transcurso do tempo possui efeitos relevantes no ordenamento jurídico, operando nascimento, alteração, transmissão ou perda de direitos. No campo penal, tal decurso incide

sobre a conveniência política de ser mantida a persecução criminal contra o autor de uma infração ou de ser executada a sanção. Ademais, em se tratando da prescrição da pretensão punitiva, é inegável que o decurso do tempo enfraquece ou faz mesmo as provas desaparecerem, de modo que a sentença que foi proferida não mais atende aos interesses da Justiça. Assim, a conclusão a que se chega é a de que o decurso do tempo torna sem sentido a imposição da sanção penal, seja esta concebida como instrumento a serviço da segurança jurídica (teoria da prevenção geral), seja ela idealizada com o objetivo de defesa social (teoria da prevenção especial). Isto posto, restando evidenciada a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado, com fulcro no art. 107, IV, art. 109, V e art. 110, §1° todos do CP, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do crime de Porte Ilegal de Arma de Fogo (art. 14 da lei 10.826/03), imputado a MAURO SERGIO PANTOJA DA SILVA/MARCIO SEVERINO CARDOSO DA SILVA. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado e feitas as necessárias anotações e comunicações, arquivem-se. Sem custas. Belém, 27 de junho de 2019. ALTEMAR DA SILVA PAES Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal do Juízo Singular da Capital PROCESSO: 00175057320088140401 PROCESSO ANTIGO: 200820622668 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:LEANDRO DOS REIS YUKO BARBOSA Representante(s): OAB 12233 - SEVERO ALVES DO CARMO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. T. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. Processo nº 0017505-73.2008.814.0401 R. Hoje. Considerando o petitório de fl. 98 e a análise dos autos, chamo o processo à ordem e determino que a Secretaria do juízo oficie à Autoridade Policial de origem, para que, no prazo máximo de 10 (dez) dias, encaminhe a este juízo o DVD com as filmagens do fato delituoso investigado nos autos. Após, voltem-me conclusos. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00178216020138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:M. A. V. AUTORIDADE POLICIAL:DPC - EDER MAURO CARDOSO BARRA DENUNCIADO:ALVARO AZEVEDO DA COSTA Representante(s): OAB xxxx - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) OAB 17843 - TIAGO ALAVERON ALMEIDA ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:FABIO ALMEIDA DO ESPIRITO SANTO Representante(s): OAB xxxx - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:RICARDO PEREIRA ANTUNES Representante(s): OAB 9579 - JOSE RUBENILDO CORREA (ADVOGADO) OAB 1286 - HAROLDO FERNANDES (DEFENSOR) OAB xxxx - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) OAB 18342 - PAVEL FERNANDES (DEFENSOR) INDICIADO:MARCELO ALVES LOBATO Representante(s): OAB 11406-A - CARLOS DE SOUZA GONCALVES NETO (ADVOGADO) . Processo nº 00178216020138140401 Vistos. Considerando o petitório à fl. 417/418 dos autos, requerendo a habilitação da Sra. Advogada MARIA DE NAZARÉ NORONHA DE PINHO, OAB-PA nº 9550, acompanhado de procuração de poderes à fl. 419, defiro o pleito requerido, para que mesmo proceda, à defesa do acusado MARCELO ALVES LOBATO, fazendo-se as anotações e alterações necessárias no sistema de acompanhamento processual - LIBRA. Belém (PA), 25 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00216797920098140401 PROCESSO ANTIGO: 200920806914 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:A. B. M. S. NAO INFORMADO:LENOIR ALVES CAMPOS DA CUNHA - DEL. DE POLICIA CIVIL DENUNCIADO:EMERSON RODRIGUES GONDIM Representante(s): OAB 12914 - IDER LOURENCO LOBATO BAPTISTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:DANIEL SANTOS CARDOSO DENUNCIADO:NOANNY GUEDES RABELO GALVAO Representante(s): OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) VITIMA:A. F. Q. R. . Processo nº 00216797920098140401 Vistos. NOANNY GUEDES RABELO GALVAO foi devidamente denunciada pelo representante do Ministério Público, nas sanções punitivas descritas no art. 298 e art 304 do CPB, em 06 de dezembro de 2010. Em 21/08/2019, às fls. 225/227, foi proposta a Suspensão Condicional do Processo no Termo de audiência, que foi aceita pela acusada NOANNY GUEDES RABELO GALVAO. Passado o período de provas e, cumprida as obrigações constantes no termo de audiência de Suspensão Condicional do Processo pela ré, os autos foram encaminhados à representante do Ministério Público, que emanou parecer favorável a extinção da punibilidade, com fulcro n o art. 89, § 5º da Lei nº 9.099/95. Vieram conclusos. Brevemente relatado. Passo a decidir. Verifica-se que a acusada NOANNY GUEDES RABELO GALVAO fez jus ao benefício da Suspensão Condicional do Processo e, o mesmo cumpriu com as obrigações do período de provas, decorrentes do Termo de Suspensão Condicional do Processo às fls. 225/227, dos autos. Outrossim, prevê o disposto no art. 89, § 5º, da Lei n.º 9.099/95 que após adimplemento das suas obrigações e o decurso do prazo legal estipulado no Termo, o Juiz declarará extinta a Punibilidade do réu. Em face do exposto, julgo extinta a punibilidade do delito imputados a acusada NOANNY GUEDES RABELO GALVAO, com fundamento no Art. 89, § 5º

da Lei nº 9.099/95, em face do cumprimento das obrigações e do decurso do prazo legal, decorrentes no Termo de Suspensão Condicional de Processo. Publique-se, registre-se e intimem-se, após o trânsito em julgado, arquive-se os autos em relação a presente denunciada. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00226167520148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:MARCIA DO SOCORRO COSTA E SILVA VITIMA:A. C. S. R. VITIMA:J. A. S. R. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . Processo nº 00226167520148140401 R. H. 1. Considerando a análise dos presentes autos, determino que se encaminhem os presentes a defesa da denunciada para que se manifeste na forma do artigo 402 do CPP. Não havendo diligências a serem cumpridas, encaminhem-se os autos novamente às partes para memoriais escritos. 2. Após, voltem-me conclusos para prolação da sentença. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (np) PROCESSO: 00226594620138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALTEMAR DA SILVA PAES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 ASSISTENTE DE ACUSACAO:I. R. M. Representante(s): OAB 5275 - MARCIA REGINA BELEM PEREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:DINALDA SARATY NEVES Representante(s): OAB 15022 - MARCELO RODRIGUES BASTOS (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . Processo nº 0022659-46.2013.814.0401 R. Hoje. 1. Considerando a análise dos autos e a certidão de 117, verifica-se que o Sr. Advogado Marcelo Rodrigues Bastos, OAB Pará nº 15.022, está devidamente habilitado nos presentes e não apresentou as alegações finais, razão pelo qual determino que se intime o Sr. advogado e o denunciado DINALDA SARATY NEVES para que se manifeste sobre seu procurador legal, ou nomeie outro para atuar nos presentes autos, para que apresente as alegações finais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias. 2. Após o decurso do prazo, caso o Sr. procurador legal habilitado não se manifeste nos autos, voltem-me conclusos para análise de aplicação de multa, nos moldes do art. 265 do CPP e, caso ainda não haja manifestação do acusado ou de outro advogado nos presentes autos, deverá ser automaticamente nomeado o Defensor Público vinculado a esta Vara Penal, independente de novo despacho, para que proceda à defesa do denunciado, devendo ainda ser os autos encaminhados à Defensoria Pública para os devidos fins de direito. Após manifestação ou o decurso do prazo, voltem-me conclusos. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dr. Altemar da Silva Paes. Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Penal do Juízo Singular da Capital. (jm) PROCESSO: 00259367020138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DEBORA PANTOJA MENDES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:KELLEN CRISTINA DA SILVA GATINHO Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LEIDIANE BARBOSA DE OLIVEIRA VITIMA:C. O. C. P. O. L. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . ATO ORDINATORIO: INTIMACAO DE ADVOGADO Fica a Defesa intimada a apresentar as alegacoes finais, por memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias, em conformidade com o disposto no § 3º do art. 403 do CPP. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Floraci Oliveira Monteiro DIRETORA DE SECRETARIA 4ª Vara Criminal PROCESSO: 00005705820158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: J. R. S. C. Representante(s): OAB 19073 - DANIELLE PINA DE ALMEIDA (ADVOGADO) VITIMA: J. M. R. B. VITIMA: J. M. P. S. VITIMA: L. F. S. F. VITIMA: C. A. L. S. VITIMA: T. S. F. R. VITIMA: T. C. F. S. VITIMA: E. P. G. VITIMA: I. O. S. VITIMA: E. J. L. S. VITIMA: E. N. O. VITIMA: A. C. R. A. VITIMA: E. C. P. VITIMA: F. E. N. O. DENUNCIANTE: M. P. E. PROCESSO: 00008685020158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: F. M. C. Representante(s): OAB 7456 - YONE ROSELY FRANCES LOPES PIMENTEL (ADVOGADO) DENUNCIADO: M. V. B. G. Representante(s): OAB 4985 - MARILENE MAGALHAES DE ASSUNCAO (ADVOGADO) VITIMA: W. C. V. L. VITIMA: D. F. M. PROCESSO: 00008685020158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: F. M. C. Representante(s): OAB 7456 - YONE ROSELY FRANCES LOPES PIMENTEL (ADVOGADO) DENUNCIADO: M. V. B. G. Representante(s): OAB 4985 - MARILENE MAGALHAES DE ASSUNCAO (ADVOGADO) VITIMA: W. C. V. L. VITIMA: D. F. M. PROCESSO: 00022876620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: O. E. DENUNCIADO: D. C. A. PROCESSO: 00053579120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: VITIMA: O. E. DENUNCIADO: W. D. F. C. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA

(DEFENSOR) PROCESSO: 00053579120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: VITIMA: O. E. DENUNCIADO: W. D. F. C. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) PROCESSO: 00053579120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: VITIMA: O. E. DENUNCIADO: W. D. F. C. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) PROCESSO: 00077092220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: VITIMA: O. E. DENUNCIADO: L. A. G. C. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) PROCESSO: 00077092220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: VITIMA: O. E. DENUNCIADO: L. A. G. C. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) PROCESSO: 00117377020118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Medidas Cautelares em: REQUERENTE: M. P. E. ENVOLVIDO: M. C. S. REQUERENTE: A. C. C. A. G. PROCESSO: 00131705320118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Medidas Cautelares em: REQUERIDO: M. C. S. REQUERENTE: M. P. E. PROCESSO: 00131713820118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Medidas Cautelares em: REQUERIDO: M. C. S. REQUERENTE: M. P. E. REQUERIDO: M. A. S. B. PROCESSO: 00131722320118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Medidas Cautelares em: REQUERIDO: M. C. S. REQUERENTE: M. P. E. REQUERIDO: R. N. G. V. PROCESSO: 00131730820118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Medidas Cautelares em: REQUERIDO: M. C. S. REQUERENTE: M. P. E. REQUERIDO: R. T. M. O. PROCESSO: 00137100420118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Medidas Cautelares em: REQUERENTE: M. P. E. ENVOLVIDO: M. C. S. PROCESSO: 00142245420118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Medidas Cautelares em: REQUERIDO: M. C. S. REQUERENTE: M. P. E. PROCESSO: 00169920620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: VITIMA: F. C. T. VITIMA: T. S. A. DENUNCIADO: D. S. M. Representante(s): OAB 15011 - CIBELE DE NAZARE MONTEIRO SARMENTO (ADVOGADO) DENUNCIADO: J. K. S. F. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) DENUNCIADO: A. P. P. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) MENOR: V. M. I. PROCESSO: 00173890820058140401 PROCESSO ANTIGO: 200520436252 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: VITIMA: A. C. S. VITIMA: O. E. DENUNCIADO: J. B. M. PROCESSO: 00179188420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: M. V. S. DENUNCIADO: R. M. O. Representante(s): OAB 5087 - VERA LUCIA FARACO MACIEL (ADVOGADO) OAB 7749 - CLAUDIO DA SILVA CARVALHO (ADVOGADO) OAB 16102 - ELIEZER DA CONCEICAO BORGES (ADVOGADO) OAB 15308 - KARINA NEVES MOURA (ADVOGADO) DENUNCIANTE: M. P. E. PROCESSO: 00183856320188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Medidas Cautelares em: REQUERIDO: M. C. S. REQUERENTE: D. A. C. O. S. J.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

EDITAL COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS (ART. 392, § 1º, PRIMEIRA PARTE, DO CPP) PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA DE RÉU QUE SE ENCONTRA EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO:

DADOS PROCESSUAIS

Número dos autos: 0011526-02.2016.8.14.0401

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Tipificação penal: Art. 157, caput, do CP

Data do crime: 16/05/2016

O Exmo. Sr. Altemar da Silva Paes, Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal, Comarca de Belém, Estado do Pará, na forma da lei etc.

FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que, por este meio, fica o réu abaixo informado INTIMADO da sentença condenatória prolatada no processo-crime em referência.

Em síntese, como se vê, a pena foi fixada em 4 anos de reclusão, no regime Aberto e multa de 10 dez dias sobre 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do crime.

Via do presente edital será afixada, ao tempo de sua publicação eletrônica, no átrio do Fórum, no lugar de costume.

O prazo para recurso voluntário correrá após o término do prazo deste edital, salvo se, antes, por outra forma, ocorrer a intimação (art. 392, § 2º, do CPP), operando-se, após isso e sem recurso, o trânsito em julgado da referida condenação.

INFORMAÇÕES DA PESSOA A SER INTIMADA

Nome: FABIO LEONARDO NASCIMENTO DOS SANTOS

Filiação: MARCIA GOMES NASCIMENTO e NIVALDO OLIVEIRA DOS SANTOS

Data de nascimento: 07/10/1995

Último endereço: RUA DOS TIMBIRAS N.º 1650, CASA 15, ENTRE SERZEDELO CORREA E DR. MORAES, BAIRRO: Batista Campos

Eu, _____ (Floraci Oliveira Monteiro), Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo.

Belém (PA), 28 de junho de 2019.

Altemar da Silva Paes

JUIZ DE DIREITO

4ª Vara Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

EDITAL COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS (ART. 392, § 1º, PRIMEIRA PARTE, DO CPP) PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA DE RÉU QUE SE ENCONTRA EM LUGAR INCERTO E

NÃO SABIDO:

DADOS PROCESSUAIS

Número dos autos: 0042662-51.2015.8.14.0401

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Tipificação penal: ART. 157, §2º, inciso I, DO CPB

Data do crime: 03/09/2015

O Exmo. Sr. Altemar da Silva Paes, Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal, Comarca de Belém, Estado do Pará, na forma da lei etc.

FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que, por este meio, fica o réu abaixo informado INTIMADO da sentença condenatória prolatada no processo-crime em referência.

Em síntese, como se vê, a pena foi fixada em 3 anos e 6 meses de reclusão, no regime aberto, e multa de 10 dias-multa sobre 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do crime.

Via do presente edital será afixada, ao tempo de sua publicação eletrônica, no átrio do Fórum, no lugar de costume.

O prazo para recurso voluntário correrá após o término do prazo deste edital, salvo se, antes, por outra forma, ocorrer a intimação (art. 392, § 2º, do CPP), operando-se, após isso e sem recurso, o trânsito em julgado da referida condenação.

INFORMAÇÕES DA PESSOA A SER INTIMADA

Nome: NILSON DO ROSARIO DE SOUZA

Filiação: GERMANA DO ROSARIO e NILTON DE SOUZA

Data de nascimento: 02/04/1978

Último endereço: Rua das Violetas, Park Modelo, nº 116, P30, Bairro Tapanã.

Eu, _____ (Floraci Oliveira Monteiro), Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo.

Belém (PA), 28 de junho de 2019.

Altemar da Silva Paes

JUIZ DE DIREITO

4ª Vara Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

EDITAL COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS (ART. 392, § 1º, PRIMEIRA PARTE, DO CPP) PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA DE RÉU QUE SE ENCONTRA EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO:

DADOS PROCESSUAIS

Número dos autos: 0006432-73.2016.8.14.0401

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Tipificação penal: ART. 157, § 2º, II E ART. 288, CAPUT, AMBOS DO CPB

Data do crime: 20/03/2016

O Exmo. Sr. Altemar da Silva Paes, Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal, Comarca de Belém, Estado do Pará, na forma da lei etc.

FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que, por este meio, fica o réu abaixo informado INTIMADO da sentença condenatória prolatada no processo-crime em referência.

Em síntese, como se vê, a pena foi fixada em 5 anos e 4 meses de reclusão, no regime semiaberto, e multa de 52 dias-multa sobre 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do crime.

Via do presente edital será afixada, ao tempo de sua publicação eletrônica, no átrio do Fórum, no lugar de costume.

O prazo para recurso voluntário correrá após o término do prazo deste edital, salvo se, antes, por outra forma, ocorrer a intimação (art. 392, § 2º, do CPP), operando-se, após isso e sem recurso, o trânsito em julgado da referida condenação.

INFORMAÇÕES DA PESSOA A SER INTIMADA

Nome: EMERSON PEDRO FURTADO BRANDAO

Filiação: DIENE LILIAN SACRAMENTO FURTADO e EDUARDO SOUSA BRANDAO

Data de nascimento: 01/09/1997

Último endereço: TRAV. HUMAITA, Nº 152, BAIRRO: Pedreira

Eu, _____ (Floraci Oliveira Monteiro), Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo.

Belém (PA), 28 de junho de 2019.

Altemar da Silva Paes

JUIZ DE DIREITO

4ª Vara Criminal

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

EDITAL COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS (ART. 392, § 1º, PRIMEIRA PARTE, DO CPP) PARA INTIMAÇÃO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA DE RÉU QUE SE ENCONTRA EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO:

DADOS PROCESSUAIS

Número dos autos: 0021928-16.2014.8.14.0401

Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário

Tipificação penal: Art. 155, § 4º, I, do CP

Data do crime: 21/10/2014

O Exmo. Sr. Altemar da Silva Paes, Juiz de Direito da 4ª Vara Criminal, Comarca de Belém, Estado do Pará, na forma da lei etc.

FAZ SABER a todos quantos virem o presente edital, ou dele tiverem conhecimento, que, por este meio, fica o réu abaixo informado INTIMADO da sentença condenatória prolatada no processo-crime em referência.

Em síntese, como se vê, a pena foi fixada em 2 anos de reclusão, no regime aberto, e multa de 87 dias-multa sobre 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do crime.

Via do presente edital será afixada, ao tempo de sua publicação eletrônica, no átrio do Fórum, no lugar de costume.

O prazo para recurso voluntário correrá após o término do prazo deste edital, salvo se, antes, por outra forma, ocorrer a intimação (art. 392, § 2º, do CPP), operando-se, após isso e sem recurso, o trânsito em julgado da referida condenação.

INFORMAÇÕES DA PESSOA A SER INTIMADA

Nome: FABRICIO JUNIOR SILVA DOS SANTOS

Filiação: MARIA DE FATIMA DA SILVA DOS SANTOS e JOSE RONALDO DA SILVA DOS SANTOS

Data de nascimento: 07/02/1989

Último endereço: PASS. PERPETUO SOCORRO, nº 6, **BAIRRO:** Fátima

Eu, _____ (Floraci Oliveira Monteiro), Diretora de Secretaria, conferi e subscrevo.

Belém (PA), 28 de junho de 2019.

Altemar da Silva Paes

JUIZ DE DIREITO

4ª Vara Criminal

ORDEM DE SERVIÇO N.°01/2019

Altemar da Silva Paes, Juiz Titular da 4ª Vara Criminal de Belém, no uso de suas atribuições legais, objetivando sanear processos no tocante à digitalização, lançamento, certificação e destruição de documentos, edita a seguinte ordem de serviço.

CONSIDERANDO a necessidade de que documentos relativos a processos físicos que não se encontram na Secretaria da Vara sejam juntados aos autos e atualizados no sistema LIBRA;

CONSIDERANDO a necessidade de que os documentos pendentes de juntada relativos a processos físicos que não se encontram na Secretaria da Vara estejam devidamente digitalizados, lançados e certificados no sistema LIBRA, bem como destruídos, de modo que se reflita a realidade dos processos físicos existentes;

CONSIDERANDO o princípio da eficiência, previsto no artigo 37, caput, da Constituição Federal;

RESOLVO editar a seguinte ordem de serviço:

1º. DETERMINAR ao Senhor Diretor de Secretaria que proceda as digitalizações, os lançamentos e as certificações, no sistema LIBRA, de todos os documentos pendentes de juntada relativos a processos que não se encontram em Secretaria pelos seguintes motivos:

a) Em grau de recurso;

b) Arquivados no Arquivo Geral;

c) Redistribuídos à outras varas;

d) Declínio de competência à outra vara ou justiça;

e) Em diligência para Corregedoria da Polícia Civil.

2º - DETERMINAR ao Senhor Diretor de Secretaria que após o cumprimento das determinações do artigo 1º, proceda a destruição dos documentos, posto desnecessária a sua manutenção física.

3º - Compete ao Sr. Diretor de Secretaria, ou ao servidor por ele designado, adotar todas as providências necessárias para o cumprimento correto das determinações constantes nessa ordem de serviço, gerando efeitos enquanto não revogada.

Belém (PA), 28 de junho de 2019.

ALTEMAR DA SILVA PAES

Juiz de Direito, titular da 4ª Vara Criminal de Belém

SECRETARIA DA 5ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 5ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 5ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00034993520118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELOISA HELENA DA SILVA GATO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTORIDADE POLICIAL:ELIEZER PUREZA MACHADO - DPC DENUNCIADO:ROBSON PEREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 8942-A - JOSE ROBERTO PEREIRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:RAMON CARDOSO FAVACHO VITIMA:G. A. V. . DESPACHO / DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo nº 0003499-35.2011.814.0401 1. O pleito da Defensoria Pública de fl. 310 resta prejudicado, visto que a extinção de punibilidade ora requerida se deu à fl. 301, por meio de sentença nos presentes autos. Razão pela qual o indefiro após breve análise. 2. Intime-se. CUMPRA-SE. Belém/PA, 28 de junho de 2019. HELOISA HELENA DA SILVA GATO Juíza de Direito Auxiliar da Comarca da Capital Resp. pela 5ª Vara Penal da Comarca de Belém Portaria nº 1061/2017-GP PROCESSO: 00043494520068140401 PROCESSO ANTIGO: 200620106466 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELOISA HELENA DA SILVA GATO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 INDICIADO:REGINALDO RIBEIRO BRASIL INDICIADO:ARLINTON MOISES MIRANDA CAMPOS VITIMA:F. M. S. . Processo nº. 0004349-45.2006.814.0401 Ação Penal - Artigo 157, §2º, I e II do Código Penal Autor: Ministério Público Réu: REGINALDO RIBEIRO BRASIL Vítima: Francisco Mata de Souza

---

__ SENTENÇA Trata-se de processo criminal, no qual se obteve sentença condenatória pelo crime roubo com uso de arma de fogo em concurso de agentes, praticado por REGINALDO RIBEIRO BRASIL, brasileiro, paraense, nascido em 06/01/1987, filho de Maria Isabel Furtado Ribeiro e Paulo Roberto Chaves Brasil, residente na Rua São Miguel, nº 70-B, bairro Cremação, CEP 66065-695, Belém/Pa, na data de 18/02/2006. Analisando os autos, constata-se que fora proferida Sentença Penal Condenatória, com trânsito em julgado para a Acusação, e publicada em 10/06/2013 (fl. 346). Após o que, a Defesa do supracitado condenado requereu, às fls. 338/347, o Reconhecimento da Extinção da Punibilidade do Agente pela Prescrição da Pretensão Punitiva Estatal em relação ao crime previsto no Artigo 157, §2º, I e II do Código Penal. Preceitua o Art. 110, §1º, do Código Penal: "Art. 110. (...) § 1º A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, não podendo, em nenhuma hipótese, ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa". Ademais, pelo contido no Artigo 115 do Código Penal, os prazos prescricionais são reduzidos à metade quando o agente era, à época do fato, menor de 21 anos. No caso concreto, o Réu contava com 19 anos no dia delito, conforme Carteira de Identidade constante à fl. 345, fazendo jus ao reconhecimento do instituto. Sabe-se que a sentença condenatória fixou a pena concreta e definitiva em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão. E, considerando a data do recebimento da Denúncia em 15/03/2006, o prazo prescricional do Art. 109, III c/ Art. 115, ambos do Código Penal Brasileiro, foi atingido na data de 14/03/2012. Logo, extinta a pretensão punitiva do Estado quanto ao fato em questão, com relação ao denunciado Reginaldo Ribeiro Brasil, menor de 21 anos na data do fato. Nos termos dos artigos a seguir: "Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1o do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (...) III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito" "Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente." "Art. 115. São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos." Ante o exposto reconheço prescrita a pretensão punitiva do Estado, em razão da prescrição retroativa prevista no art. 110, §1º, do CPB, quanto ao nacional REGINALDO RIBEIRO BRASIL, brasileiro, paraense, nascido em 06/01/1987, filho de Maria Isabel Furtado Ribeiro e Paulo Roberto Chaves Brasil, residente na Rua São Miguel, nº 70-B, bairro Cremação, CEP 66065-695, Belém/Pa, pela prática do delito capitulado no Artigo 157, §2º, I e II do Código Penal, e por consequência declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE, nos moldes do Art. 107, IV c/c Art. 109, III, c/c Art. 115, todos do Código Penal Brasileiro. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Procedam-se as alterações no Sistema Libra, permanecendo o curso normal do processo quanto ao outro réu. Após, arquivem-se com as cautelas legais. Belém/PA, 28 de junho de 2019. HELOISA HELENA DA SILVA GATO Juíza de Direito Auxiliar da Comarca da Capital Resp. pela 5ª Vara Penal da Comarca da Capital Portaria nº 1060/2017-GP

PROCESSO: 00044087020158140801 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELOISA HELENA DA SILVA GATO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 AUTOR DO FATO:WILKER MOURA VIEIRA AUTOR DO FATO:BRUNO PACHECO PANTOJA VITIMA:B. R. L. M. . Processo nº. 0004408-70.2015.814.0401 Ação Penal - Artigo 180, §3º do Código Penal Brasileiro Réu: WILKER MOURA VIEIRA

__ SENTENÇA Trata-se de ação penal proposta pelo Ministério Público para apurar a suposta prática do delito tipificado no Artigo 180, §3º do Código Penal Brasileiro, crime este em tese praticado por WILKER MOURA VIEIRA. O crime que ora se cuida possui pena mínima de 01 (um) mês, razão pela qual, em obediência à Lei nº. 9.099/95, foi feita a Proposta de Suspensão Condicional do Processo, pelo prazo de 02 (dois) anos, a qual foi aceita pelo acusado em todos os seus termos. Assevera o Art. 89, §5º, da Lei nº. 9.099/95: "Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade. " Considerando a data em que foi lavrado o Termo de Suspensão Condicional do Processo (09/11/2016), o prazo expirou na data de 08/11/2018, sem que houvesse revogação do benefício. Ante o exposto, reconheço expirado o prazo de SUSIS Processual proposto a WILKER MOURA VIEIRA, brasileiro, Belém/PA, nascido em 10/05/1989, RG nº 4564523 SEGUP/PA, filho de Sergio Vieira e Tolentina de Araújo Moura, residente em Conjunto Cordeiro de Farias, Alameda 14, casa 03, bairro Tapanã, Belém/PA, pela prática do crime capitulado no Artigo 180, §3º do Código Penal Brasileiro, e por consequência declaro EXTINTA A SUA PUNIBILIDADE, nos moldes do Art. 89, §5º, da lei nº. 9.099/95. Para o caso de objetos apreendidos, determino o cumprimento do que determinam os Provimentos nº 006/2008 e 010/2008 da CJRMB. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Após, arquivem-se com as cautelas legais. Belém-PA, 28 de junho de 2019. HELOISA HELENA DA SILVA GATO Juíza de Direito Auxiliar da Comarca da Capital Resp. pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Belém Portaria nº 1060/2017-GP PROCESSO: 00050321920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELOISA HELENA DA SILVA GATO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOELSON SANTOS SILVA Representante(s): OAB 16904 - MAURO ROBERTO MENDES DA COSTA JUNIOR (ADVOGADO) . DESPACHO / MANDADO (Provimento nº. 011/2009-CJRMB) Processo nº 0005032-19.2019.814.0401 1. Notifique-se o denunciado: § JOELSON SANTOS SILVA, brasileiro, paraense, natural de Belém, nascido em 10/05/1974, filho de Joel dos Santos Silva e Merian Coutinho dos Santos, residente em Rua Benfica, nº 385, bairro Benguí, CEP 66630-895, Belém-Pa, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo que interessar à sua defesa, oferecer documento e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, ex vi do Artigo 55, da Lei nº. 11.343/06. 2. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. 3. Antecedentes e primariedade, certifiquem-se. 4. Se o acusado, notificado, não constituir defensor, nomeio desde logo, o Nobre Defensor Público que atua nesta comarca, para oferecer Defesa Prévia, concedendo-lhe vista dos autos por igual período, nos termos do Art. 55, § 3º da Lei 11.343/06. 5. Notifique-se o Denunciado quanto à obrigatoriedade de manter endereço atualizado nos autos ou ainda, a mudança de endereço sob pena das sanções pertinentes. CUMPRA-SE. Belém, 28 de junho de 2019. HELOISA HELENA DA SILVA GATO Juíza de Direito Auxiliar da Comarca da Capital Resp. pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Belém Portaria nº 1060/2018-GP PROCESSO: 00050321920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELOISA HELENA DA SILVA GATO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOELSON SANTOS SILVA Representante(s): OAB 16904 - MAURO ROBERTO MENDES DA COSTA JUNIOR (ADVOGADO) . DESPACHO / DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo nº 0005032-19.2019.814.0401 O Ministério Público requereu em sua Denúncia, à fl. 06, que este Juízo ordene a juntada de Laudo Toxicológico Definitivo. Indefiro, em parte, o pedido. Explico. A nova roupagem do Direito Processual Penal prestigia o enquadramento que mais corresponde aos anseios de justiça, à equalização que deve ser a tônica no tratamento das partes, sem subterfúgios, sem subjetividades acomodadoras, sem "jeitinhos", que acabem por gerar enfoque contrário à sempre esperada isonomia. (STF - Habeas Corpus 83.255 S"o Paulo, Rel. Min. Marco Aurélio) O Ministério Público tem a prerrogativa de REQUISITAR qualquer documento junto aos órgãos públicos e particulares. As provas deverão ser produzidas pelas partes - Acusação e Defesa -, sendo que ao Juiz cabe a sua apreciação e ainda zelar para que estas sejam realizadas dentro do devido processo legal. Dentro do devido processo legal, está a igualdade obrigatória das partes, todos com deveres e direitos. A nossa realidade, a qual devemos abraçar e prestigiar, é o sistema acusatório, onde se caracteriza entre outras, pela divisão exata de acusar e julgar em órgãos diferentes, cabe exclusivamente às partes a iniciativa de apresentação das provas, para tanto, zelando para igualdade de

condições. Não pode uma das partes, valer-se da figura do magistrado e, sem qualquer razão de ser, exigir a este o dever de trazer o laudo toxicológico definitivo aos autos. Assim já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Pará: Acórdão 97507 - Comarca: Castanhal - 3ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA - Data de Julgamento: 19/05/2011 - Proc. nº. 20113007284-0 - Rec.: Correição Parcial Penal - Relator(a): Des(a). Jo"o Jose da Silva Maroja - Recorrente: Ministério Publico do Estado do Para Recorrido: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de Castanhal Réu: Alfredo Queiroz de Souza Vitima: A. A. de L. e D. N. N. Procurador(a) de Justiça: Francisco Barbosa de Oliveira Ementa CORREIÇ"O PARCIAL. INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIAPELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. CAPACIDADE DE REALIZAÇ"O PELO PRÓPRIO PARQUET. ATRIBUIÇ"O CONSTITUCIONAL. DESNECESSIDADE DE INTERVENÇ"O DO PODER JUDICIÁRIO NA HIPÓTESE VERTENTE. DECIS"O UNÂNIME. I - A Correição Parcial serve para corrigir, normalmente, erros procedimentais eivados de ação e omissão do Juiz. II - Em conformidade com o estabelecido no art. 129, VI e VII, da Constituição Federal, art. 26, I, "b" e II, da Lei Complementar nº 75/90 e art. 47 do Código de Processo Penal), o Ministério Público possui a prerrogativa de conduzir diligências investigatórias, podendo requisitar diretamente documentos e informações que julgar necessários ao exercício de suas atribuições de dominus litis. III - Na hipótese vertente, como o Parquet n"o logrou demonstrar qualquer dificuldade ou obstáculo para, ele próprio, encaminhar um Ofício ao Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves", n"o se acata a sustentada tese de que houve prejuízo processual. IV - Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime. (GRIFO NOSSO) Em texto, Ana Cláudia Bastos de Pinho e Marcus Alan de Melo Gomes, "Essa realidade é distinta no sistema acusatório, que se caracteriza: a) pela distribuição das funções de acusar e julgar em órgãos diferentes, o que impede haja juiz de ofício em relação à imputação; b) pela prevalência do favor libertatis em matéria de prisões provisórias; c) pela existência de contraditório, em processo público e oral; d) pela exclusiva iniciativa das partes na apresentação da prova, com paridade de armas; e) pela livre apreciação dessa prova pelo juiz. Aqui todavia, o perfil do processo tem a origem no common law - mais precisamente na Magna Charta Libertatum imposta pelos barões ingleses a Jo"o Sem-Terra em 1215 - e, nele, o contraditório é assegurado, dada a existência de partes. Mas, acima de tudo, está o juiz adstrito ao material probatório que lhe for apresentado. Não se lhe reserva iniciativa para a revelação da "verdade". Esta será, para o juiz - que no sistema acusatório, segundo Prado, deve ser inativo e imparcial - a, que surgir do embate entre as partes." (PINHO, Ana Claudia Bastos de; GOMES, Marcus Alan de Melo. Impronúncia: Uma Nódoa Inquisitiva no Processo Penal Brasileiro. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009, p.32). Ante o exposto, o Promotor de Justiça tem o poder de oficiar em busca de informações que o auxiliem, uma vez que goza do mesmo tratamento dispensado aos Magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça, conforme preceitua o art. 127, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, razão pela qual INDEFIRO, EM PARTE, o pedido de fls. 06, podendo o Ministério Público juntar qualquer documento, no prazo de 10 dias. Intime-se. CUMPRA-SE. Belém/PA, 28 de junho de 2019. HELOISA HELENA DA SILVA GATO Juíza de Direito Auxiliar da Comarca da Capital Resp. pela 5ª Vara Penal da Comarca da Capital Portaria nº 1061/2017-GP PROCESSO: 00069099120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELOISA HELENA DA SILVA GATO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JORGE RICARDO FERREIRA BARROS Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . DESPACHO / DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo nº 0006909-91.2019.814.0401 O Ministério Público requereu em sua Denúncia, à fl. 05, que este Juízo ordene a juntada de Laudo Toxicológico Definitivo. Indefiro, em parte, o pedido. Explico. A nova roupagem do Direito Processual Penal prestigia o enquadramento que mais corresponde aos anseios de justiça, à equalização que deve ser a tônica no tratamento das partes, sem subterfúgios, sem subjetividades acomodadoras, sem "jeitinhos", que acabem por gerar enfoque contrário à sempre esperada isonomia. (STF - Habeas Corpus 83.255 S"o Paulo, Rel. Min. Marco Aurélio) O Ministério Público tem a prerrogativa de REQUISITAR qualquer documento junto aos órgãos públicos e particulares. As provas deverão ser produzidas pelas partes - Acusação e Defesa -, sendo que ao Juiz cabe a sua apreciação e ainda zelar para que estas sejam realizadas dentro do devido processo legal. Dentro do devido processo legal, está a igualdade obrigatória das partes, todos com deveres e direitos. A nossa realidade, a qual devemos abraçar e prestigiar, é o sistema acusatório, onde se caracteriza entre outras, pela divisão exata de acusar e julgar em órgãos diferentes, cabe exclusivamente às partes a iniciativa de apresentação das provas, para tanto, zelando para igualdade de condições. Não pode uma das partes, valer-se da figura do magistrado e, sem qualquer razão de ser, exigir a este o dever de trazer o laudo toxicológico definitivo aos autos. Assim já decidiu o Tribunal de Justiça do Estado do Pará: Acórdão 97507 - Comarca: Castanhal - 3ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA - Data de Julgamento: 19/05/2011 - Proc. nº. 20113007284-0 - Rec.: Correição Parcial Penal - Relator(a): Des(a). Jo"o Jose da Silva Maroja - Recorrente: Ministério Publico do Estado do Para Recorrido: Juiz de Direito da 3ª Vara Criminal de

Castanhal Réu: Alfredo Queiroz de Souza Vitima: A. A. de L. e D. N. N. Procurador(a) de Justiça: Francisco Barbosa de Oliveira Ementa CORREIÇ"O PARCIAL. INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIAPELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. CAPACIDADE DE REALIZAÇ"O PELO PRÓPRIO PARQUET. ATRIBUIÇ"O CONSTITUCIONAL. DESNECESSIDADE DE INTERVENÇ"O DO PODER JUDICIÁRIO NA HIPÓTESE VERTENTE. DECIS"O UNÂNIME. I - A Correição Parcial serve para corrigir, normalmente, erros procedimentais eivados de ação e omissão do Juiz. II - Em conformidade com o estabelecido no art. 129, VI e VII, da Constituição Federal, art. 26, I, "b" e II, da Lei Complementar nº 75/90 e art. 47 do Código de Processo Penal), o Ministério Público possui a prerrogativa de conduzir diligências investigatórias, podendo requisitar diretamente documentos e informações que julgar necessários ao exercício de suas atribuições de dominus litis. III - Na hipótese vertente, como o Parquet n"o logrou demonstrar qualquer dificuldade ou obstáculo para, ele próprio, encaminhar um Ofício ao Centro de Perícias Científicas "Renato Chaves", n"o se acata a sustentada tese de que houve prejuízo processual. IV - Recurso conhecido e improvido. Decisão unânime. (GRIFO NOSSO) Em texto, Ana Cláudia Bastos de Pinho e Marcus Alan de Melo Gomes, "Essa realidade é distinta no sistema acusatório, que se caracteriza: a) pela distribuição das funções de acusar e julgar em órgãos diferentes, o que impede haja juiz de ofício em relação à imputação; b) pela prevalência do favor libertatis em matéria de prisões provisórias; c) pela existência de contraditório, em processo público e oral; d) pela exclusiva iniciativa das partes na apresentação da prova, com paridade de armas; e) pela livre apreciação dessa prova pelo juiz. Aqui todavia, o perfil do processo tem a origem no common law - mais precisamente na Magna Charta Libertatum imposta pelos barões ingleses a Jo"o Sem-Terra em 1215 - e, nele, o contraditório é assegurado, dada a existência de partes. Mas, acima de tudo, está o juiz adstrito ao material probatório que lhe for apresentado. Não se lhe reserva iniciativa para a revelação da "verdade". Esta será, para o juiz - que no sistema acusatório, segundo Prado, deve ser inativo e imparcial - a, que surgir do embate entre as partes." (PINHO, Ana Claudia Bastos de; GOMES, Marcus Alan de Melo. Impronúncia: Uma Nódoa Inquisitiva no Processo Penal Brasileiro. Rio de Janeiro, Lumen Juris, 2009, p.32). Ante o exposto, o Promotor de Justiça tem o poder de oficiar em busca de informações que o auxiliem, uma vez que goza do mesmo tratamento dispensado aos Magistrados e demais titulares dos cargos das funções essenciais à justiça, conforme preceitua o art. 127, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, razão pela qual INDEFIRO, EM PARTE, o pedido de fls. 05, podendo o Ministério Público juntar qualquer documento, no prazo de 10 dias. Intime-se. CUMPRA-SE. Belém/PA, 28 de junho de 2019. HELOISA HELENA DA SILVA GATO Juíza de Direito Auxiliar da Comarca da Capital Resp. pela 5ª Vara Penal da Comarca da Capital Portaria nº 1061/2017-GP PROCESSO: 00069099120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELOISA HELENA DA SILVA GATO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JORGE RICARDO FERREIRA BARROS Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . DESPACHO / MANDADO (Provimento nº. 011/2009-CJRMB) Processo nº 0006909-91.2019.814.0401 1. Notifique-se o denunciado: § JORGE RICARDO FERREIRA BARROS, brasileiro, paraense, natural de Belém, nascido em 19/01/1995, filho de Jorge Ricardo Barros e Cleide Leia Ferreira, residente em Rua Ajax de Oliveira, nº 315, em frente à Igreja Adventista do Sétimo Dia, bairro Benguí, CEP 66630-000, Belém-Pa, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo que interessar à sua defesa, oferecer documento e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, ex vi do Artigo 55, da Lei nº. 11.343/06. 2. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. 3. Antecedentes e primariedade, certifiquem-se. 4. Se o acusado, notificado, não constituir defensor, nomeio desde logo, o Nobre Defensor Público que atua nesta comarca, para oferecer Defesa Prévia, concedendo-lhe vista dos autos por igual período, nos termos do Art. 55, § 3º da Lei 11.343/06. 5. Notifique-se o Denunciado quanto à obrigatoriedade de manter endereço atualizado nos autos ou ainda, a mudança de endereço sob pena das sanções pertinentes. CUMPRA-SE. Belém, 28 de junho de 2019. HELOISA HELENA DA SILVA GATO Juíza de Direito Auxiliar da Comarca da Capital Resp. pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Belém Portaria nº 1060/2018-GP PROCESSO: 00104962420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELOISA HELENA DA SILVA GATO Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 VITIMA:O. E. INDICIADO:ALAN MIRANDA DOS SANTOS Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) INDICIADO:EUCLECIO FERNANDES BARROS DE SOUZA Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . DECIS"O INTERLOCUTÓRIA Processo nº 0010496-24.2019.814.0401 Capitulação Penal - Artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06 Indiciado: EUCLECIO FERNANDES BARROS DE SOUZA e outro Trata-se de Inquérito Policial visando apurar a prática do delito

capitulado nos Artigos 33 e 35, ambos da Lei 11.343/06 em que é indiciado EUCLECIO FERNANDES BARROS DE SOUZA, brasileiro, paraense, nascido em 13/04/1992, portador do RG nº 6689112, filho de Rosangela Barros de Souza, residente em Passagem Bom Sossego, nº 08, bairro da Condor, CEP 66065-592, Belém-PA. O suspeito encontra-se preso desde o dia 21/05/2019, por força de prisão em flagrante convertida em decreto preventivo. Passo ao reexame da decisão que decretou a medida cautelar preventiva. DECIDO. A liberdade provisória deve ser concedida quando não ocorrer qualquer das hipóteses que autorizam a decretação da prisão preventiva, quais sejam: para a garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. No caso em exame, as hipóteses que autorizam a manutenção da prisão preventiva não se fazem presentes quanto ao Indiciado, que se encontra custodiado. O Indiciado reside no distrito da culpa, e em que pese possuir condenação anterior por tráfico de drogas não houve trânsito em julgado, e não reconheço que se colocado em liberdade irá prejudicar ou dificultar a instrução criminal, além da aplicação da lei penal, razão pela qual entendo preenchidas as hipóteses autorizadoras da revogação de sua prisão cautelar, na forma do art. 316, do Código de Processo Penal. Ante os fundamentos esposados, não vejo razão para manter o Indiciado custodiado. Sabe-se que a prisão anterior à sentença condenatória é medida excepcional, que só deve ser mantida quando evidenciada sua necessidade. Sem a comprovação da necessidade, não há como negar o benefício da revogação da prisão. Posto isto, nos termos da fundamentação, REVOGO a PRISÃO PREVENTIVA do Indiciado EUCLECIO FERNANDES BARROS DE SOUZA, brasileiro, paraense, nascido em 13/04/1992, portador do RG nº 6689112, filho de Rosangela Barros de Souza, residente em Passagem Bom Sossego, nº 08, bairro da Condor, CEP 66065-592, Belém-PA, e SUBSTITUO pelas MEDIDAS CAUTELARES, diversas da prisão, na forma estabelecida no Art. 319, do Código de Processo Penal: 1. COMPARECER mensalmente em juízo para informar e justificar suas atividades, até final julgamento; 2. APRESENTAR em Juízo, cópias de Documento de Identidade com foto e do comprovante de residência atualizado; 3. MONITORAMENTO ELETRÔNICO por 06 (seis) meses. A PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO ALVARÁ DE SOLTURA, com certificado digital, para cumprimento na forma da lei, se por outro motivo não deva permanecer preso. Oficie-se ao Núcleo de Monitoramento Eletrônico para cumprimento da presente decisão. Intimem-se. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Belém/PA, 28 de junho de 2019. HELOISA HELENA DA SILVA GATO Juíza de Direito Auxiliar da Comarca da Capital Resp. pela 5ª Vara Penal da Comarca da Capital Portaria nº 1060/2017-GP PROCESSO: 00104962420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELOISA HELENA DA SILVA GATO Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 VITIMA:O. E. INDICIADO:ALAN MIRANDA DOS SANTOS Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) INDICIADO:EUCLECIO FERNANDES BARROS DE SOUZA Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . DECIS"O INTERLOCUTÓRIA Processo nº 0010496-24.2019.814.0401 Capitulação Penal - Arts. 33 e 35 da Lei 11.343/06 Indiciado: ALAN MIRANDA DOS SANTOS Trata-se de Inquérito Policial visando apurar a prática dos delitos capitulados nos Arts. 33 e 35 da Lei 11.343/06 em que é indiciado ALAN MIRANDA DOS SANTOS, brasileiro, paraense, nascido em 12/06/1997, portador do RG nº 5902277 PC/PA, filho de Adriana Miranda dos Santos, residente à Travessa Mario do Nascimento Rodrigues, nº 09, Próx. Campo, Jaderlândia, CEP 68746-090, Castanhal-PA. O suspeito encontra-se preso desde o dia 21/05/2019, por força de prisão em flagrante convertida em decreto preventivo. Passo ao reexame da decisão que decretou a medida cautelar preventiva. DECIDO. A liberdade provisória deve ser concedida quando não ocorrer qualquer das hipóteses que autorizam a decretação da prisão preventiva, quais sejam: para a garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. No caso em exame, as hipóteses que autorizam a manutenção da prisão preventiva não se fazem presentes quanto ao Indiciado, que se encontra custodiado. O Indiciado reside no distrito da culpa, não possui antecedentes criminais e não reconheço que se colocado em liberdade irá prejudicar ou dificultar a instrução criminal, além da aplicação da lei penal. Razão pela qual entendo preenchidas as hipóteses autorizadoras da revogação de sua prisão cautelar, na forma do art. 316, do Código de Processo Penal. Ante aos fundamentos esposados, não vejo razão para manter o Indiciado custodiado. Sabe-se que a prisão anterior à sentença condenatória é medida excepcional, que só deve ser mantida quando evidenciada sua necessidade. Sem a comprovação da necessidade, não há como negar o benefício da revogação da prisão. Posto isto, nos termos da fundamentação, REVOGO a PRISÃO PREVENTIVA do Indiciado ALAN MIRANDA DOS SANTOS, brasileiro, paraense, nascido em 12/06/1997, portador do RG nº 5902277 PC/PA, filho de Adriana Miranda dos Santos, residente à Travessa Mario do Nascimento Rodrigues, nº 09, Próx. Campo, Jaderlândia, CEP 68746-090, Castanhal-PA, e SUBSTITUO pelas MEDIDAS CAUTELARES, diversas da prisão, na forma estabelecida no Art. 319, do Código de Processo Penal: 1. COMPARECER mensalmente

em juízo para informar e justificar suas atividades, até final julgamento; 2. APRESENTAR em Juízo cópia do comprovante de residência atualizado; 3. PROIBIÇÃO de ausentar-se da Comarca por mais de 10 (dez) dias, salvo com autorização do juízo, até final julgamento. A PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO ALVARÁ DE SOLTURA, com certificado digital, para cumprimento na forma da lei, se por outro motivo não deva permanecer preso. Intime-se. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA! RÉU PRESO! Belém/PA, 28 de junho de 2019. HELOISA HELENA DA SILVA GATO Juíza de Direito Auxiliar da Comarca da Capital Resp. pela 5ª Vara Penal da Comarca da Capital Portaria nº 1060/2017-GP PROCESSO: 00177269820118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELOISA HELENA DA SILVA GATO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTORIDADE POLICIAL:DPC - MAURY MASCOTTE MARQUES DENUNCIADO:MARCELO DE SOUZA COSTA SANTOS Representante(s): OAB 1111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) OAB 18338 - EDGARD AUGUSTO FONTES DA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:F. V. G. . DESPACHO / DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo nº 0017726-98.2011.814.0401 1. Recebo a Apelação interposta pela Defensoria Pública (fl. 182-verso) em favor de MARCELO DE SOUZA COSTA SANTOS, eis que tempestiva. 2. Dê-se vista dos autos ao Defensor Público para arrazoar o recurso, no prazo legal. 3. Após, ao Ministério Público para apresentar as contrarrazões, no prazo de 08 (oito) dias. Tudo conforme se depreende do artigo 600, do Código de Processo Penal. 4. Apresentadas, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com as homenagens de estilo e sob as cautelas legais, na forma do Artigo 602, do Código Processual Penal. 5. Cumpra-se. Belém-PA, 28 de junho de 2019. HELOISA HELENA DA SILVA GATO Juíza de Direito Auxiliar da Comarca da Capital Resp. pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Belém Portaria nº 1060/2017-GP PROCESSO: 00194803120188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELOISA HELENA DA SILVA GATO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:DENILSON NASCIMENTO DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:CASSIO DE HOLANDA CRUZ Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:OSVALDO BRAGA DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:E. S. R. . SENTENÇA Processo nº 0019480-31.2018.814.0401 Ação Penal - Art. 157, § 2º, II do Código Penal Autor: Ministério Público Denunciados: DENILSON NASCIMENTO DA SILVA CASSIO DE HOLANDA CRUZ OSVALDO BRAGA DA SILVA Vítima: Eder Santiago Ribeiro I - RELATÓRIO: O Representante do Ministério Público, no uso de suas atribuições institucionais, ofereceu denúncia contra DENILSON NASCIMENTO DA SILVA, brasileiro, paraense, nascido em 02/02/1995, filho de Maria Cristina Nascimento dos Santos e Alfredo Pinheiro da Silva; CASSIO DE HOLANDA CRUZ, brasileiro, paraense, nascido em 12/03/1981, filho de Maria clara Cordeiro de Holanda e Pompeu Meireles da Cruz, residente na Passagem da Cerâmica, Ananindeua/PA; e OSVALDO BRAGA DA SILVA, brasileiro, paraense, nascido em 25/11/1980, filho de Raimunda Braga da Silva e Manoel Souza Braga, residente na Rua Dez de Maio, nº 12, Uma, Mangueirão, Belém/PA, pela prática do delito capitulado no Artigo 157, § 2º, II do Código Penal Brasileiro. Relata a Denúncia de fls. 02/05: "(...) no dia 31 de agosto de 2018, por volta de 00:50h, Eder Santiago Ribeiro estava em uma parada localizada na Avenida Almirante Barroso (...). Alguns minutos depois, a vítima foi surpreendida por OSVALDO BRAGA DA SILVA lhe desferindo um golpe, tipo `gravata", imobilizando-a, enquanto era revistada por DENILSON NASCIMENTO DA SILVA e CASSIO DE HOLANDA CRUZ, que diante da violência, rasgaram sua camisa, e com fim de amedrontá-la, proferiram os seguintes textuais: `FURA ELE! PERDEU. PERDEU. " Os denunciados pegaram o celular da vítima e logo em seguida empreenderam fuga no sentido da Avenida José Malcher". A instrução criminal restou regular. Em fase de Memoriais Escritos o Ministério Público, às fls. 118/121, se manifestou pela Absolvição dos acusados em razão de não haver prova suficiente para a condenação, tudo com fundamento no Art. 386, inciso VII, do Código Processo Penal. Por sua vez, a Defensoria Pública, em Memoriais Escritos de fls. 136/138, pugna pela absolvição dos acusados, conforme requerido pelo Ministério Público e nos termos do Art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, ante a insuficiência de provas não demonstrar a autoria e materialidade do crime. II - FUNDAMENTAÇÃO: Trata-se de ação penal que visa apurar a culpabilidade de DENILSON NASCIMENTO DA SILVA, CASSIO DE HOLANDA CRUZ e OSVALDO BRAGA DA SILVA no delito tipificado no Artigo 157, §2º, II do Código Penal Brasileiro. Em sede de memoriais, o Ministério Público e a Defensoria Pública vêm pugnando pela absolvição dos Réus, ante não haver prova suficiente para a condenação. Não há preliminares para serem analisadas. Passo ao mérito da ação penal. Da materialidade. A prova da existência do delito resta inconteste, ante o Termo de Exibição e Apreensão de Objeto e Auto de Entrega, respectivamente às fls. 31 e 32 dos autos de Inquérito. É o que basta para reconhecimento da prática do crime tipificado na denúncia. Da existência do crime comprovada. Da autoria. A vítima não fora ouvida em Juízo para corroborar o afirmado em sede de Inquérito Policial.

Apenas uma testemunha de acusação foi ouvida e declarou estar presente no ato de fuga do acusado, e que fora encontrado com ele o objeto do roubo. Não tendo sido produzidas outras provas em juízo. Desta feita, a autoria do delito não restou inconteste. Ademais, este Juízo tem por convicção que a Constituição Federal consagrou o Sistema Acusatório em nosso processo penal. Esse convencimento decorre do fato de que o Art. 5º da Carta Magna confere o status de garantias fundamentais a princípios como o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, o juiz natural, a presunção de inocência, o in dubio pro reo, o direito ao silêncio, a vedação ao emprego de provas ilícitas, etc. No sistema acusatório, ação penal e processo não se confundem, da mesma forma como não se confundem em um único órgão as atividades de acusar e julgar. Assim, aquele que tem legitimidade para acusar nunca será o mesmo que tem legitimidade para julgar. Disso decorre que nesse sistema processual não se deduz, por meio da ação penal, pretensão punitiva, mais sim pretensão acusatória. Isto significa, em outras palavras, que não pode haver condenação sem que haja acusação formal feita pelo órgão que dispõe de legitimidade para tanto. Tal raciocínio torna incompatível com o texto constitucional o Art. 385, do Código de Processo Penal Brasileiro, que permite ao Juiz proferir, nos processos por crime de ação pública, sentença condenatória, ainda quando o Ministério Público tenha requerido a absolvição do réu. Ora, admitir essa possibilidade significa converter o juiz em órgão acusador, pois a condenação pressupõe o reconhecimento da procedência da imputação, que, afastada pelo pedido de absolvição do Ministério Público, passa a ser feita tacitamente pelo próprio juiz. Essa conclusão encontra ressonância na doutrina, conforme se depreende da opinião de Paulo Rangel a respeito do citado art. 385 da lei processual penal (Direito Processual Penal, 15ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, pp. 63/65), e que ora transcrevo: "Normalmente, confundem acusação e ação penal, institutos distintos entre si, e quem nos ensina é Geraldo Prado, magistrado fluminense, citando Giovanni Conso, quando diz que a acusação é atribuição de uma infração penal face à possibilidade de uma condenação de uma pessoa apontada como, eventualmente, culpável, enquanto a ação penal consiste em ato da parte autora, representado por sua dedução em juízo (Apud Prado, Geraldo. Sistema Acusatório. A Conformidade Constitucional das Leis Penais. 2 ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2001, p. 132). Razão pela qual pode existir, como existiu e não deve existir mais, acusação sem ação penal na época da inquisição em que, no direito brasileiro, juiz promovia a acusação e depois julgava. Ou seja, o juiz batia o pênalti e corria para agarrar a bola: não havia tempo hábil e o gol (entenda-se condenação) era inevitável). Há o exercício da ação penal e o MP dele não pode desistir, mas não há mais a acusação: a imputação de infração penal. O MP desistiu da pretensão acusatória do crime descrito na denúncia e não da ação penal. Não podemos confundir ação com processo. A ação deflagra a jurisdição e instaura o processo, porém se esgota quando a jurisdição é impulsionada. Agora, daqui pra frente, o que temos é o processo, não mais a ação. Aquela (pretensão acusatória) é que é o objeto do processo penal e aqui é que tudo se resume: objeto do processo". E prossegue: "Destarte, ou adotamos o sistema acusatório com as implicações e consequências que lhes são inerentes, ou fingimos que nosso sistema é acusatório e adotamos o inquisitivo com roupa de acusatório. A regra do art. 385 do CPP deve ser vista à luz da Constituição da República e não inversamente, como já disse alhures. Queremos dizer: O art. 385 do CPP não foi recepcionado pela Constituição da República. Não está mais autorizado o juiz a decidir, em desfavor do acusado, havendo pedido do Ministério Público em sentido contrário. O titular exclusivo da ação penal é o Ministério Público e não o juiz. A busca da verdade, pelo juiz, compromete sua imparcialidade na medida em que deseja decidir de forma mais severa para o acusado em desconformidade com o órgão acusador, que é quem exerce a pretensão acusatória.". Tais argumentos significam, em palavras simples, que para reconhecer autoria e materialidade, o juiz precisa do pedido de condenação do Ministério Público. Se aquele a quem cabe acusar entende que a imputação não mais se sustenta, seja porque o fato não tem relevância penal, seja porque a tendo, não há prova convincente da sua ocorrência, não pode o juiz condenar o réu, sob pena de desvirtuar com uma tal decisão a essência do sistema acusatório. No vertente caso, o Ministério Público requereu, em memoriais escritos, a absolvição dos acusados por entender que não existem provas suficientes para a condenação. A Defesa por sua vez, endossou o pedido Ministerial. O desfecho do processo não pode ser outro, nessas circunstâncias, a não ser o da absolvição dos réus pelo fundamento de não existir prova suficiente para a condenação, nos termos do Artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Esse é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, da lavra da Desª Nadja Nara Cobra Meda, relatora designada, em autos de Recurso em Sentido Estrito, Acórdão nº 149. 357, 1ª Câmara Criminal Isolda, Processo nº 0005690-42.2012.814.0028, julgado em 04.08.2015 e publicado em 10.08.2015. EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - PRONÚNCIA - ABSOLVIÇ"O DO REU DECRETADA - PEDIDO DE ABSOLVIÇ"O APRESENTADA PELO MINISTÉRIO PÚBLICO EM ALEGAÇ"ES FINAIS - VINCULAÇ"O DO JULGADOR - SISTEMA ACUSATÓRIO - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. I. Deve ser decretada a absolvição, quando, em alegações finais do Ministério

Público, houver pedido nesse sentido, pois, neste caso, haveria ausência de pretensão acusatória a ser eventualmente acolhida pelo julgador. II. O sistema acusatório funda-se no princípio dialético que conduz um processo de sujeitos que tem suas funções absolutamente distintas, a de acusação, a de defesa a de julgamento. O magistrado, é inerte diante da atuação acusatória, bem como se afasta da administração das provas, que está a cargo das partes. O desenvolvimento da jurisdição depende da atuação do acusador (Ministério Público), que a invoca, e só se realiza validade diante da atuação do defensor. III. A vinculação do julgador ao pedido de absolvição feito em alegações finais pelo Ministério Público é decorrência natural do sistema acusatório, preservando com isso a separação entre as funções no processo. Aceitar de outra forma, seria admitir o julgador inquisidor, que atua sem a devida provocação. IV. Em sendo assim, sufragando as alegações finais Ministeriais e defensivas, as razões do Recurso em Sentido Estrito, as Contrarrazões do Recurso em Sentido Estrito, bem como o Parecer Ministerial de 2º Grau absolvo sumariamente o recorrente. A absolvição, portanto, se faz necessária. III - DISPOSITIVO: Diante do exposto, julgo improcedente a pretensão acusatória deduzida na denúncia pelo que, ABSOLVO os denunciados DENILSON NASCIMENTO DA SILVA, brasileiro, paraense, nascido em 02/02/1995, filho de Maria Cristina Nascimento dos Santos e Alfredo Pinheiro da Silva; CASSIO DE HOLANDA CRUZ, brasileiro, paraense, nascido em 12/03/1981, filho de Maria clara Cordeiro de Holanda e Pompeu Meireles da Cruz, residente na Passagem da Cerâmica, Ananindeua/PA; e OSVALDO BRAGA DA SILVA, brasileiro, paraense, nascido em 25/11/1980, filho de Raimunda Braga da Silva e Manoel Souza Braga, residente na Rua Dez de Maio, nº 12, Uma, Mangueirão, Belém/PA, pela prática do delito capitulado no Artigo 157, § 2º, II do Código Penal Brasileiro, tudo com fundamento no Art. 386, VII do Código de Processo Penal. Intimem-se. Após, sem interposição de recurso, efetuem-se as anotações e comunicações de estilo. Para o caso de objetos apreendidos, determino o cumprimento do que determinam os Provimentos nº 006/2008 e 010/2008 da CJRMB. Sem custas. Arquivem-se. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. HELOISA HELENA DA SILVA GATO Juíza de Direito Auxiliar da Comarca da Capital Resp. pela 5ª Vara Penal da Comarca da Capital Portaria nº 1060/2017-GP PROCESSO: 00200704720148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HELOISA HELENA DA SILVA GATO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 INDICIADO:FLAVIA SEABRA PEREIRA DA COSTA INDICIADO:JONIS NASCIMENTO COSTA VITIMA:P. S. S. F. Representante(s): OAB 18307 - CARLOS FELIPE ALVES GUIMARAES (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) VITIMA:A. S. F. VITIMA:M. R. S. F. AUTORIDADE POLICIAL:JOSELMA NUNES ALVES DE MENEZES DPC. DESPACHO / DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo 0020070-47.2014.814.0401 1. Tendo em vista a petição apresentada pela Defensoria Pública, à fl. 339, INTIMEM-SE os Réu acerca do teor da Sentença de fls. 328/338. 2. Tendo em vista a Petição juntada à fl. 340, defiro o pedido de carga dos presentes autos ao Assistente de Acusação pelo prazo de 48 (quarenta e oito) horas. 3. Cumpra-se. Belém-PA, 28 de junho de 2019. HELOISA HELENA DA SILVA GATO Juíza de Direito Auxiliar da Comarca da Capital Resp. pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Belém Portaria nº 1060/2017-GP

SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 6ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00010422520168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:EVERTON FEIO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 19592 - JOSUE SAMIR CORDEIRO PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 2222 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO PARA (DEFENSOR) DENUNCIADO:LEANDRO VINICIUS VALENTE CORREA Representante(s): OAB 11495 - WALDER PATRICIO CARVALHO FLORENZANO (ADVOGADO) OAB 2222 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO PARA (DEFENSOR) VITIMA:A. F. S. . Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram Em face à certidão de fl.81, dê-se vista às partes para que apresentem memoriais finais, nos termos do art. 403, §3º, do CPP. Após, conclusos. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00039869220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:RENAN BRITO SENA Representante(s): OAB 9934 - MARTA RAILDA GAMA DE SOUZA (ADVOGADO) . Vistos etc. Cuida-se de resposta escrita à acusação oferecida pela defesa em favor de RENAN BRITO SENA, às fls.09-21, denunciado pelo Ministério Público pelo cometimento do crime capitulado no art. 306, §1º da Lei 9.503/97. Analisando o teor da manifestação precitada, observo que não há exposição de argumentos que ensejem reconhecimento de hipótese de absolvição sumária nos termos do art.397, do CPP. Destarte, considerando que a denúncia de fls.02-04, preenche os requisitos do art. 41 do CPP, descrevendo fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade, e que a justa causa para a ação penal, está, por sua vez, satisfatoriamente, consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial, entendo que o processo deva seguir para realização de audiência de instrução. Designo para o dia 06.05.2020, às 10:00hs, a realização da audiência supra, a qual seguirá os termos dos arts.400 a 404 do CPP. Expeça-se o necessário. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 17 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00043312520108140401 PROCESSO ANTIGO: 201020166985 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 PROMOTOR:MARIA DE NAZARE DOS SANTOS CORREA NAO INFORMADO:BEATRIZ DE OLIVEIRA DA SILVEIRA MACHADO -DPC DENUNCIADO:NAZARENO DE JESUS RAMOS Representante(s): MAURO CESAR DA SILVA LIMA (ADVOGADO) DENUNCIADO:TATHIANA DI PAULA GOMES RODRIGUES SANTOS Representante(s): CARLOS DE SOUZA GONCALVES NETO (ADVOGADO) DENUNCIADO:RAUL VICTOR AIRES SANTOS Representante(s): MARCIA HELENA RAMOS AGUIAR (ADVOGADO) DENUNCIADO:REINALDO PATRICK VIEIRA DA SILVA Representante(s): MAURO CESAR DA SILVA LIMA (ADVOGADO) VITIMA:J. S. M. M. . Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Cumpra-se o item 2 do descacho de fl.641. Oportunamente, retornem-me conclusos. Intimem-se e cumpram-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA. PROCESSO: 00045954620178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:A. C. DENUNCIADO:SERGIO DOS SANTOS REIS Representante(s): OAB 1847 - PEDRO PAULO DA SILVA CAMPOS (ADVOGADO) OAB 17661 - MAYTE SILVA PORTILHO (ADVOGADO) OAB 12756 - THIAGO DE CARVALHO MACHADO (ADVOGADO) OAB 22234 - PAULO ROBERTO BARBOSA CAMPOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:SAMUEL OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 1847 - PEDRO PAULO DA SILVA CAMPOS (ADVOGADO) OAB 17661 - MAYTE SILVA PORTILHO (ADVOGADO) OAB 22234 - PAULO ROBERTO BARBOSA CAMPOS (ADVOGADO) . Vistos etc. Recebo os autos nesta data e no estado em que se encontram. 1) Com base no art. 95, inciso I e art. 97, ambos do Código de Processo Penal, julgo-me suspeita para processar e julgar este feito por razões de foro íntimo, devendo os presentes autos serem remetidos ao substituto legal, conforme resolução nº.82/2009, bem como o Provimento nº. 009/2009-CJRMB e a Portaria nº.4.638/2013-GP, não havendo, neste caso, necessidade de redistribuição dos autos, em razão da natureza da suspeição. 2) Nos termos da Portaria nº. 5.113/2013-

GP, oficie-se à Douta Corregedoria da Região Metropolitana de Belém-PA acerca desta decisão. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belém-PA PROCESSO: 00051604920138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 INDICIADO:MAURICIO GOMES RAMOS Representante(s): OAB XLR8 - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) VITIMA:M. R. R. AUTORIDADE POLICIAL:NEWTON NOGUEIRA DA SILVA JUNIORDPC. Vistos, etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Considerando o teor da certidão exarada à fl.160, na qual atesta o trânsito em julgado do acordão que conheceu do recurso de apelação interposto pelo réu para dar-lhe provimento, redimensionando a pena e o regime de seu cumprimento para o aberto, determino que sejam os presentes autos arquivados, cumprindo-se as demais disposições constantes da sentença condenatória de fls.76-79. Após as baixas de estilo, arquivem-se, observadas as cautelas legais. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues. Juíza de Direito titular da 6º Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00057675220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:MATEUS MAGNO MACIEL Representante(s): OAB 22448 - NATANAEL BRUNO SANTOS NASCIMENTO (ADVOGADO) . Vistos etc. Vieram-me os autos conclusos para análise da defesa prévia oferecida por MATEUS MAGNO MACIEL (fls.42/56). Analisando o teor da manifestação precitada, observo que não há alegações que ensejem o reconhecimento de hipótese de absolvição sumária, nos termos do art.397 do CPP. Destarte, considerando que a inicial de fls.02/03, preenche os requisitos do art. 41 do CPP, descrevendo fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade, e que a justa causa para a ação penal, está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial, recebo a denúncia e designo o dia 13.05.2020, às 11h00m, para realização da audiência de instrução e julgamento. Expeça-se o necessário. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6º Vara Criminal de Belém/PA. PROCESSO: 00067618020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:GILMAR DA SILVA SOUSA Representante(s): OAB 14431 - DANILO EWERTON COSTA FORTES (ADVOGADO) OAB 10892 - BETANIA BENJAMIN DIAS DA PAZ (ADVOGADO) DENUNCIADO:RAFAEL BRENO ANDRADE FONSECA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:PATRICK NORBERTO DA SILVA DUTRA Representante(s): OAB 14431 - DANILO EWERTON COSTA FORTES (ADVOGADO) OAB 13478 - RAIMUNDO ROBSON FERREIRA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . Vistos etc. Notifiquem-se GILMAR DA SILVA SOUSA, RAFAEL BRENO ANDRADE FONSECA e PATRICK NORBERTO DA SILVA DUTRA, na forma legal, para que ofereçam defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art.55 da Lei nº.11.343/2006. Caso as manifestações supra não sejam apresentadas no prazo legal, nomeio, desde já, Defensor Público oficiante neste Juízo para oferecê-las, nos termos do art.55, §3º, da Lei nº.11.343/2006. Caso o oficial de justiça perceba que o(a)(s) denunciado(a)(s) possa(m) estar se ocultando, determino, desde já, a notificação por hora certa, nos termos do art. 362 do Código de Processo Penal. Caso o(a)(s) denunciado(a)(s) não seja(m) localizado(a)(s), determino, desde já, que se dê vista ao Ministério Público para manifestação quanto à notificação pessoal. Expeça-se o necessário. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 17 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00070077620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:AFONSO DA SILVA FRANCO Representante(s): OAB 27574 - EDUARDO PORFIRIO DE MENDONÇA NETO (ADVOGADO) . Vistos etc. Vieram-me os autos conclusos para análise da defesa prévia oferecida por AFONSO DA SILVA FRANCO (fl.21). Analisando o teor da manifestação precitada, observo que não há alegações que ensejem o reconhecimento de hipótese de absolvição sumária, nos termos do art.397 do CPP. Destarte, considerando que a inicial de fls.02/04, preenche os requisitos do art. 41 do CPP, descrevendo fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade, e que a justa causa para a ação penal, está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial, recebo a denúncia e designo o dia 07.05.2020, às 11h00m, para realização da audiência de instrução e julgamento. Expeça-se o necessário. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 18 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro

Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6º Vara Criminal de Belém/PA. PROCESSO: 00070804820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:R. E. F. C. . Vistos etc. Os autos do IPL foram instaurados mediante portaria registrada sob o número 00487/2019.100034-1. Em 27.06.2019, o Ministério Público requereu o arquivamento do presente inquérito. É o breve relatório. Decido. Em manifestação nos autos, o Ministério Público requereu a este juízo o arquivamento dos presentes autos de inquérito policial. Segundo o Parquet, não há elementos suficientes que comprovem a autoria da conduta, de modo que falta justa causa para ação penal. Observo que, em que pese os envidados esforços da autoridade policial na realização de diligências investigativas, as mesmas restaram infrutíferas no sentido de reunir elementos de informação aptos a embasar o oferecimento da denúncia, notadamente, no que diz respeito à demonstração de indícios de autoria. Destarte, em vista da insuficiência de elementos de informação hábeis a identificar a autoria, é manifesta a falta de justa causa e razão para o prosseguimento da presente notícia de fato, obstando, portanto, a instauração da persecutio criminis. ISTO POSTO, nos termos do art. 28 do CPP, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de inquérito policial com as cautelas legais, com a ressalva correspondente ao art.18 do CPP. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00072103820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 INDICIADO:LEANDRO DA SILVA LOPES Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:O. E. . Vistos etc. Trata-se de exceção de incompetência oposta pelo Ministério Público na qual requer aplicação de regra de competência territorial para processamento e julgamento da causa. O indiciado foi preso em flagrante no Distrito de Icoaraci-PA pela prática do crime previsto no art.33 da Lei nº11.343/2006. Compulsando os autos, observo, pois, que os elementos de provas até então coletados indicam que o local de apreensão da substância entorpecente, qual seja, a Rua Seringueira situada no bairro Paracuri, situa-se em área cuja a jurisdição pertence ao juízo distrital de Icoaraci-PA. Em que pese tal circunstância, os presentes autos foram distribuídos, equivocadamente, para este juízo da comarca da capital, razão pela qual faz-se mister proceder a remessa para o juízo do Distrito de Icoaraci-PA, o qual detém a competência legal para funcionar na causa como órgão judicante, nos termos do art.70 do CPP c/c Provimento nº 06/2012 - CJRMB-TJPA. ISTO POSTO, julgo-me incompetente para processar e julgar o presente feito e, por conseguinte, determino a remessa dos autos ao juízo da Vara Criminal Distrital de Icoaraci-PA, nos termos do art.70 do CPP c/c Provimento nº 06/2012 - CJRMB-TJPA. Remetam-se os autos à uma das Varas Distritais de Icoaraci, com a máxima urgência, uma vez que o indiciado ostenta condição de preso provisório. Intimem-se e cumpra-se, observadas as formalidades legais. Cientes as partes e o Ministério Público. Belém (PA), 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belém/PA PROCESSO: 00076079720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:D. H. S. C. DENUNCIADO:DHIEGO LIRA MIRANDA Representante(s): OAB 18537 - THIAGO TELES DE CARVALHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUCAS LEANDRO TAVARES FILHO Representante(s): OAB - - - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Vistos etc. Cuida-se de resposta escrita oferecida pelo defensor dos réus DHIEGO LIRA MIRANDA e LUCAS LEANDRO TAVARES FILHO, às fls.51/61 e 62, denunciados pelo Ministério Público pelo cometimento dos crimes capitulados nos arts.157, §2º, II do CPB. Analisando o teor da manifestação precitada, observo que os argumentos suscitados pelas defesas remetem diretamente ao mérito da questão, cuja resolução não comporta, nesta fase, julgamento antecipado mediante absolvição sumária, eis que o acervo probatório ainda não é suficientemente robusto a ponto de revelar, de forma inequívoca, hipótese prevista no art.397 do CPP ou existência de prova ilícita produzida em sede de inquérito policial, sendo indispensável, ao meu ver, adequada dilação probatória a ser realizada em fase de instrução processual. Destarte, considerando que a denúncia de fls.02/04, preenche os requisitos do art. 41 do CPP, descrevendo fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade, e que a justa causa para a ação penal, está, por sua vez, satisfatoriamente, consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial, entendo que o processo deva seguir para realização de audiência de instrução. . Designo para o dia 14.05.2020, às 10:00hs, a realização da audiência supra, a qual seguirá os termos dos arts.400 a 404 do CPP. Expeça-se o necessário. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00076520420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A):

SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:PAULO ROGERIO DE OLIVEIRA VITIMA:P. R. M. F. . Vistos etc. Cuida-se de resposta escrita à acusação oferecida pela defesa em favor de PAULO ROGERIO DE OLIVEIRA, à fl. 12, denunciado pelo Ministério Público pelo cometimento do crime capitulado no art. 302, caput do CTB. Analisando o teor da manifestação precitada, observo que não há exposição de argumentos que ensejem reconhecimento de hipótese de absolvição sumária nos termos do art.397, do CPP. Destarte, considerando que a denúncia de fls.02-06, preenche os requisitos do art. 41 do CPP, descrevendo fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade, e que a justa causa para a ação penal, está, por sua vez, satisfatoriamente, consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial, entendo que o processo deva seguir para realização de audiência de instrução. Designo para o dia 05.05.2020, às 11:00hs, a realização da audiência supra, a qual seguirá os termos dos arts.400 a 404 do CPP. Expeça-se o necessário. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 17 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00077940820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:RENNAN WYRLEM GARCIA PINHEIRO Representante(s): OAB 23935 - JOAO VITOR PENNA E SILVA (ADVOGADO) VITIMA:C. C. E. P. . Vistos etc. Cuida-se de resposta escrita à acusação oferecida pela defesa em favor de RENNAN WYRLEM GARCIA PINHEIRO, às fls.15-17, denunciado pelo Ministério Público pelo cometimento do crime capitulado no art. 155, §3º do CPB. Analisando o teor da manifestação precitada, observo que não há exposição de argumentos que ensejem reconhecimento de hipótese de absolvição sumária nos termos do art.397, do CPP. Destarte, considerando que a denúncia de fls.02-05, preenche os requisitos do art. 41 do CPP, descrevendo fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade, e que a justa causa para a ação penal, está, por sua vez, satisfatoriamente, consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial, entendo que o processo deva seguir para realização de audiência de instrução. Designo para o dia 06.05.2020, às 11:00hs, a realização da audiência supra, a qual seguirá os termos dos arts.400 a 404 do CPP. Expeça-se o necessário. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 17 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00081933720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:W. M. C. B. DENUNCIADO:EMERSON WILLIAN DA CRUZ SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) OAB 23465 - TIAGO MENDES LOPES (ADVOGADO) DENUNCIADO:WALLACE THIERRY TELES SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Vistos etc. Cuida-se de resposta escrita oferecida pelo defensor dos réus EMERSON WILLIAM DA CRUZ SILVA e WALLACE THIERRY TELES SILVA, à fl.49, denunciados pelo Ministério Público pelo cometimento dos crimes capitulados nos arts.157, §2º, II c/c art. 71, e art.180, caput do CPB. Analisando o teor da manifestação precitada, observo que os argumentos suscitados pelas defesas remetem diretamente ao mérito da questão, cuja resolução não comporta, nesta fase, julgamento antecipado mediante absolvição sumária, eis que o acervo probatório ainda não é suficientemente robusto a ponto de revelar, de forma inequívoca, hipótese prevista no art.397 do CPP ou existência de prova ilícita produzida em sede de inquérito policial, sendo indispensável, ao meu ver, adequada dilação probatória a ser realizada em fase de instrução processual. Destarte, considerando que a denúncia de fls.02/05, preenche os requisitos do art. 41 do CPP, descrevendo fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade, e que a justa causa para a ação penal, está, por sua vez, satisfatoriamente, consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial, entendo que o processo deva seguir para realização de audiência de instrução. . Designo para o dia 05.05.2020, às 12:00hs, a realização da audiência supra, a qual seguirá os termos dos arts.400 a 404 do CPP. Expeça-se o necessário. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 17de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00082748320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:CLEIDIANE DA COSTA CATRO VITIMA:C. C. E. P. . Vistos etc. A denúncia constante às fls.02/05 preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Assim, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação de CLEIDIANE DA COSTA CASTRO para responder à acusação, por escrito, no

prazo de 10 (dez) dias, quando poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretendem produzir e arrolar testemunhas, na forma prevista pelo art. 396-A do CPP. Para a hipótese de o(a) denunciado(a), citado(a) pessoalmente, não apresentar resposta no prazo legal, não constituir advogado, ou se manifestar pela designação de defensor dativo, fica desde logo nomeado o Defensor Público com atuação neste juízo, que deverá ser intimado(a), mediante vista dos autos, para os fins indicados no item anterior (art. 396-A, § 2º, do CPP). Caso o oficial de justiça perceba que o(a) denunciado(a) possa estar se ocultando, determino, desde já, a citação por hora certa, nos termos do art. 362 do Código de Processo Penal. Caso o(a) denunciado(a) não seja localizado(a), determino, desde já, que se dê vista ao Ministério Público para manifestação quanto à citação pessoal. Expeça-se o necessário. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 17 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00083903620128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:DEJANILSON DO CARMO VALE Representante(s): OAB 000000079854 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:K. J. S. C. AUTORIDADE POLICIAL:JOAO CARLOS PEREIRA DO CARMO - DPC. Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Considerando o teor da certidão de fl.158, certifique à secretaria acerca do trânsito em julgado da sentença condenatória de fls.134/142. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues. Juíza de Direito Titular da 6º Vara Criminal de Belém/PA. PROCESSO: 00090173020188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:MAYCK WILLAMES DO CARMO FERREIRA DENUNCIADO:ADOLFO MARTINS FRANCO NETO DENUNCIADO:JANILSON MARCOS VAZ COSTA VITIMA:B. G. O. L. . Vistos etc. Considerando o teor da certidão de fls.204, e levando em conta que o bem apreendido em juízo às fls.143 não foi reclamado por nenhuma das partes, determino a sua doação a instituição especializada em reaproveitamento de material reciclável, a fim de que se promova adequada destinação para fins ambientais. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 14 de junho de 2019. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belém/PA PROCESSO: 00099908220188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:RAIANA FARIAS MAIA Representante(s): OAB 25043 - CHARLES LIRA DE MELO (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE AUGUSTO SANTANA PINHEIRO Representante(s): OAB 25043 - CHARLES LIRA DE MELO (ADVOGADO) . Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Considerando o teor da certidão de fl.52, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação. Oportunamente, retornem-me conclusos. Intimem-se e cumpram-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA. PROCESSO: 00113285720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:A. N. L. DENUNCIADO:PABLO PEREIRA DOS SANTOS. Vistos etc. A denúncia constante às fls.02/04 preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Assim, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação de PABLO PEREIRA DOS SANTOS, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, quando poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas, na forma prevista pelo art. 396-A do CPP. Para a hipótese de o(a) denunciado(a), citado(a) pessoalmente, não apresentar resposta no prazo legal, não constituir advogado, ou se manifestar pela designação de defensor dativo, fica desde logo nomeado o Defensor Público com atuação neste juízo, que deverá ser intimado(a), mediante vista dos autos, para os fins indicados no item anterior (art. 396-A, § 2º, do CPP). Caso o oficial de justiça perceba que o(a) denunciado(a) possa estar se ocultando, determino, desde já, a citação por hora certa, nos termos do art. 362 do Código de Processo Penal. Caso o(a) denunciado(a) não seja localizado(a), determino, desde já, que se dê vista ao Ministério Público para manifestação quanto à citação pessoal. Expeça-se o necessário. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00131034420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A):

SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 28/06/2019 QUERELANTE:CARLOS DMITRI FIGUEIREDO CAVALCANTE DA SILVA Representante(s): OAB 22859 - AMANDA PRISCILA ANDRADE AIRES (ADVOGADO) REQUERENTE:CARLOS DMITRI FIGUEIREDO CAVALCANTE DA SILVA QUERELADO:GETULIO DA SOUZA FAYAL Representante(s): OAB 14259 - RAMSES SOUSA DA COSTA JUNIOR (ADVOGADO) . Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Considerando o teor da certidão de fl. 49, intime-se a defesa do réu para que, no prazo de cinco dias, manifeste-se acerca do item 3 do despacho de fl.42. Oportunamente, retornem-me conclusos. Intimem-se e cumpram-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA. PROCESSO: 00131441120068140401 PROCESSO ANTIGO: 200620324860 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 DENUNCIADO:ELTON DIAS QUARESMA VITIMA:I. P. C. PROMOTOR:MARIA DE NAZARE DOS SANTOS CORREA. Vistos etc. Cuida-se de resposta escrita à acusação oferecida pela defesa em favor de ELTON DIAS QUARESMA, à fl.70, denunciado pelo Ministério Público pelo cometimento do crime capitulado no art. 302 da Lei 9.503/97. Analisando o teor da manifestação precitada, observo que não há exposição de argumentos que ensejem reconhecimento de hipótese de absolvição sumária nos termos do art.397, do CPP. Destarte, considerando que a denúncia de fls.02-04, preenche os requisitos do art. 41 do CPP, descrevendo fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade, e que a justa causa para a ação penal, está, por sua vez, satisfatoriamente, consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial, entendo que o processo deva seguir para realização de audiência de instrução. Designo para o dia 06.05.2020, às 12:00hs, a realização da audiência supra, a qual seguirá os termos dos arts.400 a 404 do CPP. Expeça-se o necessário. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 18 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00136014320188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:D. N. S. A. DENUNCIADO:FABIO SOUZA DA SILVA. Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Considerando o teor da cota ministerial de fl.38, dê-se vista dos autos a defesa para manifestação, na forma do art. 282, §3º do CPP. Oportunamente, retornem-me os autos conclusos. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6º Vara criminal de Belém/PA. PROCESSO: 00165923120148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:O. E. AUTORIDADE POLICIAL:ALINE NAZARETH OLIVEIRA HOLLANDA - DPC DENUNCIADO:WANDERSON JARDIM CAMPOS Representante(s): OAB 111111111111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) DENUNCIADO:SARA SOUZA DA SILVA Representante(s): OAB 18714 - ISRAEL BARROSO COSTA (ADVOGADO) . Vistos, etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Considerando o teor da certidão exarada à fl.174, na qual atesta o trânsito em julgado do acordão que conheceu do recurso de apelação interposto pelo réu para dar-lhe provimento parcial, redimensionando a pena e o regime de seu cumprimento para o aberto, determino que sejam os presentes autos arquivados, cumprindo-se as demais disposições constantes da sentença condenatória de fls.114-119. Após as baixas de estilo, arquivem-se, observadas as cautelas legais. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues. Juíza de Direito titular da 6º Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00190485120148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:AGUINORA CONCEICAO SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) DENUNCIADO:WANDERLEIA SILVA DA CUNHA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:F. G. B. AUTORIDADE POLICIAL:JOSE CASEMIRO BELTRAO DA SILVA JUNIOR DPC. Vistos etc. Tendo em vista a cota ministerial de fl.74, homologo a desistência da oitiva da testemunha WIVIANE COSTA ALVES. Dê-se vista dos autos às partes para que se manifestem nos termos do art. 402, do CPP. Não havendo pedido de diligências, dê-se vista às partes para que apresentem memoriais escritos, nos termos do art. 403, §3º, do CPP. Após, conclusos. Expeça-se o necessário. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 05 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00199384820188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO

RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:B. R. P. DENUNCIADO:DENNER LUCAS SOUSA SILVA. Vistos etc. Cuida-se de resposta escrita à acusação oferecida pela defesa em favor de DENNER LUCAS SOUSA SILVA, à fl.47, denunciado pelo Ministério Público pelo cometimento do crime capitulado no art. 157, caput do CPB. Analisando o teor da manifestação precitada, observo que não há exposição de argumentos que ensejem reconhecimento de hipótese de absolvição sumária nos termos do art.397, do CPP. Destarte, considerando que a denúncia de fls.02-04, preenche os requisitos do art. 41 do CPP, descrevendo fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade, e que a justa causa para a ação penal, está, por sua vez, satisfatoriamente, consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial, entendo que o processo deva seguir para realização de audiência de instrução. Designo para o dia 07.05.2020, às 10:00hs, a realização da audiência supra, a qual seguirá os termos dos arts.400 a 404 do CPP. Expeça-se o necessário. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 18 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00211250420128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIZETE PANTOJA CAMPELO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:ANTONIO MARCOS DA COSTA MOREIRA Representante(s): OAB 11406-A - CARLOS DE SOUZA GONCALVES NETO (ADVOGADO) OAB 7613 - TANIA LAURA DA SILVA MACIEL (ADVOGADO) VITIMA:O. E. AUTORIDADE POLICIAL:DPC - EDER MAURO CARDOSO BARRA. O Juízo da 6ª Vara Criminal da Capital, intima o advogado Dra. TANIA LAURA DA SILVA MACIEL - OAB/PA 7.613, para que, no prazo de lei, apresentem memoriais finais, referente ao processo crime nº 0021125--04.2012.814.0401, que tem como denunciado ANTONIO MARCOS DA COSTA MOREIRA. PROCESSO: 00220423120108140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 QUERELADO:GYSELE AMANAJAS SOARES Representante(s): OAB 10909 - MICHELLE COELHO POMPEU (ADVOGADO) QUERELANTE:S. A. S. S. Representante(s): OAB 5541 - ALBERTO ANTONIO DE ALBUQUERQUE CAMPOS (ADVOGADO) OAB 9720 - MARIA STELA CAMPOS DA SILVA (ADVOGADO) . Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Considerando o teor da cota ministerial de fl.196, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado com as homenagens de estilo. Intimem-se e cumpram-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA. PROCESSO: 00220483020128140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:S. O. C. J. AUTORIDADE POLICIAL:DPC - JOSE MARIA ALVES PEREIRA DENUNCIADO:LUCICLEIA PANTOJA BAIA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Considerando que a acusada não possui antecedentes criminais e que o crime capitulado na denúncia se enquadra dentre aqueles nos quais é cabível a suspensão condicional do processo nos termos do art.89 da Lei 9099/95, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação quanto a possibilidade de oferecimento de proposta neste sentido. Oportunamente, retornem-me conclusos. Intimem-se e cumpram-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA. PROCESSO: 00241141220148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTORIDADE POLICIAL:MARCIA CRISTINA MELLO DANTAS RIBEIRO DPC VITIMA:J. M. M. H. VITIMA:J. G. P. DENUNCIADO:EDSON MOREIRA NUNES DENUNCIADO:EMERSON BARBOSA E BARBOSA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram Considerando o teor da certidão de fl.190, intime-se EDSON MOREIRA NUNES, via edital, no prazo de 90 (noventa) dias, na forma do art. 392, inciso VI, do CPPB, a fim de que seja cientificado da sentença condenatória de fl.175-182. Oportunamente, retornem-me os autos conclusos. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00241545220188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:HERICK BORGES DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:O. E. . Vistos etc. Vieram-me os autos conclusos para análise da defesa prévia oferecida por HERICK BORGES DA SILVA (fl.19). Analisando o teor da manifestação precitada, observo que não há alegações que ensejem o reconhecimento de hipótese de absolvição sumária, nos termos do art.397 do CPP. Destarte, considerando que a inicial de fls.02/05, preenche os requisitos do art.

41 do CPP, descrevendo fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade, e que a justa causa para a ação penal, está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial, recebo a denúncia e designo o dia 05.05.2020, às 10h00m, para realização da audiência de instrução e julgamento. Expeça-se o necessário. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 14 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6º Vara Criminal de Belém/PA. PROCESSO: 00247027720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:E. E. S. S. DENUNCIADO:REINALDO BARBOSA PARANI SOUZA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Vistos etc. Cuida-se de ação penal pública incondicionada movida pelo Ministério Público do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais, em face de Reinaldo Barbosa Parani Souza, qualificado à fl.87, imputando-lhe o cometimento dos crimes previstos nos arts.157 e 213 do Código Penal. Narra a denúncia que, no dia 26.10.2018, por volta das 3h, na passagem Liberdade nº.361, no bairro da Terra Firme, o denunciado Reinaldo Barbosa Parani Souza invadiu a residência da vítima Elessandra Emanuelly Santos Sousa, munido de uma faca e, mediante violência, subtraiu-lhe um aparelho de telefone celular da marca Iphone 6 e um notebook da marca HP Pavillon. O acusado surpreendeu a vítima quando esta dormia em um sofá, momento em que amarrou seus pulsos com lençóis e a trancou no banheiro. Relata que, após subtrair os bens da vítima, retornou ao cômodo, rasgou sua roupa e passou a tocar em seus seios e nas suas partes íntimas, empreendendo fuga instantes depois. A Polícia Civil foi acionada e, após diligências, o acusado foi localizado e preso em seu local de trabalho, quando, então, confessou a autoria do delito, indicando o lugar onde estavam a faca utilizada na execução e os bens roubados, razão pela qual foi autuado pela prática do crime descrito na denúncia. A denúncia foi recebida pelo juízo em 4.12.2018 (fl.8). O réu foi citado em 12.12.2018 (fl.10). Em 8.1.2019, o réu apresentou resposta escrita à acusação (fls.22-25). Em audiência de instrução e julgamento, registrada em mídia audiovisual (fls.59,70 e 87), foi realizada a oitiva da vítima, a inquirição de testemunhas e o interrogatório do réu. Na fase do art. 402 do CPP, nenhuma diligência foi requerida. Em 22-05-2019, o Ministério Público apresentou memoriais finais, pugnando pela condenação do réu nos termos da denúncia (fls.92-97). No dia 6.6.2019, a defesa apresentou memoriais finais, onde requereu a absolvição pelo crime de estupro e aplicação da pena em seu mínimo legal em relação ao delito de roubo (fls.100-106). É o breve relatório. DECIDO. Não foram arguidas questões preliminares, razão pela qual passo diretamente ao exame do mérito. Finda a instrução criminal, a materialidade é certa desde a prisão em flagrante do réu, quando este, então, foi detido e confessou a autoria, indicando a localização dos objetos roubados e da arma utilizada para cometer o delito, sendo que as provas constantes do auto de prisão em flagrante, especialmente os depoimentos pessoais e o auto de apreensão, foram ratificadas pelas provas orais colhidas em juízo, certificando a ocorrência do roubo descrito na inicial. A autoria, da mesma forma, é inconteste. A prova testemunhal produzida durante a audiência de instrução conduz à certeza necessária para condenar o acusado no presente caso. Em sede judicial, a vítima Elessandra Emanuelly Santos Sousa e sua prima Raylline Riberou de Sousa confirmaram os fatos narrados na denúncia, reconheceram Reinaldo Barbosa Parani Souza como o autor dos delitos e forneceram importantes detalhes acerca da ação do agente. A vítima Elessandra Emanuelly Santos Sousa mencionou que o denunciado invadiu a residência de sua tia e que estava dormindo no sofá, momento em que acordou com o acusado do seu lado ameaçando-a com uma faca. Relatou que pediu ao denunciado que não machucasse as pessoas que estavam na casa, pois sua tia e sua prima dormiam no quarto, momento em que o réu amarrou seus pulsos com lençóis e lhe trancou no banheiro da casa, subtraindo o seu aparelho de telefone celular e um notebook. Aduziu que, depois de subtrair seus bens, retornou ao banheiro, ocasião em que usou a faca para rasgar sua roupa e passou tocar em suas partes íntimas, lambendo os seus seios, esfregando-se em seu corpo e agredindo-a com cabo da faca. Disse que logo depois de consumado o estupro, o acusado fugiu do local, levando consigo os bens roubados. Afirmou, por fim, a Polícia Civil foi acionada e que, depois de algumas diligências, o acusado foi localizado e preso em seu local de trabalho, quando, então, confessou a autoria do delito, indicando o lugar onde estavam a faca utilizada na execução e os bens roubados, razão pela qual foi autuado pela prática dos crimes descritos na denúncia. A testemunha Raylline Ribeiro de Sousa, embora não tenha presenciado ação, pôde ratificar em juízo a ocorrência dos delitos através do relato que forneceu sobre o momento em que a encontrou a vítima, pois estava no quarto do imóvel onde se deu o fato e a socorreu logo após ouvir um barulho vindo do banheiro. Afirmou que o acusado já havia se evadido do local e que a vítima estava com suas roupas rasgadas e abalada com o que tinha acontecido. Declarou que foram roubados o aparelho celular da vítima, um Iphone 6, e também um notebook da marca HP, os quase foram recuperados após a prisão em flagrante do réu. Confirmou, ainda, que o acusado era vizinho da vítima e que quando lhe

encontrava na rua, assediava lhe, sendo que o mesmo é bastante conhecido na vizinhança por praticar esse tipo de delito. A versão da vítima foi corroborada em juízo pelo depoimento prestado pelas testemunhas Marcelo de Jesus Calandrini Azevedo, Rogério da Silva Brito, Jorge Sergio Bandeira de Oliveira e Mauricio Ramos Cardoso, policiais civis, os quais declararam que participaram das diligências que resultaram na prisão em flagrante do réu, o qual foi detido em seu local de trabalho, um depósito de bebidas, ocasião em que ainda tentou fugir após perceber a chegada dos policiais. Relatou que, após o cerco, o acusado se rendeu e confessou a autoria do crime, esclarecendo que havia vendido os bens roubados para o seu cunhado Elton Feitosa Maia e que a faca utilizada no crime estava em sua casa. Declararam, ainda, que se dirigiram até a residência do cunhado do denunciado, onde encontraram e apreenderam os bens roubado e que, também, realizaram apreensão da faca e da bermuda que o acusado usou no dia dos fatos depois de buscas na casa do mesmo. Disseram, por fim, que o réu foi preso e conduzido até a delegacia onde foi reconhecido como o autor do crime em questão. Já a testemunha Elton Feitosa Maia, cunhado do acusado, confirmou que o réu lhe vendeu os bens roubados por uma quantia de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais) e que soube do delito praticado pelo mesmo somente depois. Disse, ainda, que apesar de desconfiar do valor pedido, aceitou comprar os bens devido estar com filho recém-nascido. Declarou que policiais civis foram até sua casa e Ressalto que o Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento de que a palavra da vítima, evidentemente, merece crédito quando em confronto com a do réu, mormente, quando, como no caso em tela, encontre consonância com os demais elementos probatórios angariados aos autos, inexistindo, portanto, motivo para infundada incriminação a inocente (STJ - REsp 1680110 TO 2017/0153248-4. Publicação: DJ 04/08/2017. Relator-Ministra Maria Thereza de Assis Moura. STJ-AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 83.537 - SP - relatora: Ministra Laurita Vaz - 2011/0272202-9, data do julgamento: 27 de março de 2012; e STJ - AgRg no AREsp 482.281"BA, Rel. Ministra Marilza Maynard - Desembargadora Convocada do TJ"SE - Sexta Turma, julgado em 6"5"2014, DJe 16"5"2014). De outro lado, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça também já assentou o entendimento de que o depoimento de policiais responsáveis pela prisão em flagrante do acusado constitui meio de prova idôneo a embasar o édito condenatório, mormente quando corroborado em juízo, no âmbito do devido processo legal (neste sentido: STJ HC 156.586/SP 5ª T. Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho j. 27.04.2010. DJU 24.05.2010; STJ HC 149.540/SP 5ª T. Rel. Min. Laurita Vaz j. 12.04.2011 DJU 04.05.2011; STJ HC 177.980/BA 5ª T. Rel. Min. Jorge Mussi j. 28.06.2011 DJU 01.08.2011; STJ AgRg no REsp 262.655/SP 5ª T. Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze j. 06.06.2013 DJU 14.06.2013; e STJ- HC 255.212"SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 18"06"2013, DJe 06"08"2013). Ademais, as provas orais coligidas aos autos são fortemente corroboradas pela confissão do acusado em sede judicial (fl.87), quando, então, confirmou a autoria do crime de roubo. No ponto, importante destacar que o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento no sentido de que, a teor do art. 65, III, d, do Código Penal, a confissão espontânea, ainda que parcial, é circunstância que sempre atenua a pena. Assim, ainda que se trate de retratação em juízo, é certo que, em tais casos, não tem o condão de excluir a aplicação da atenuante em referência, sendo que a única exigência legal para sua incidência é, justamente, que seja ela levada em consideração pelo magistrado quando da fixação da autoria do delito (neste sentido: STJ - AgRg no HC: 122632 MS 2008/0268135-9, Relator: Ministro Celso Limongi Desembargador convocado do TJ/SP , Data de Julgamento: 21/10/2010, T6 - Sexta Turma, Data de Publicação: DJe 16/11/2010 e Súmula nº. 545 do STJ). Portanto, ao contrário do aduzido pela defesa, a prova da autoria restou, sobejamente, comprovada pelos depoimentos judiciais de vítima e testemunhas, bem como pela própria confissão do acusado, sendo que este conjunto probatório formado a partir dos elementos colhidos em sede policial e que fora integralizado em juízo, com a produção de provas sob o crivo do contraditório, impõe como solução a condenação nos termos como fora requerido na denúncia. Presentes todos os elementos do crime de roubo, pois a conduta praticada pelo acusado se mostra formal e materialmente típica, adequando-se, à perfeição, ao tipo descrito no art.157, caput, do CPB, conforme as provas testemunhais colhidas em audiência de instrução e o termo de apreensão constante do Auto de Prisão em Flagrante. No que diz respeito ao delito de estupro, friso que, conforme orientação pacífica do STJ, o ato libidinoso diverso da conjunção carnal, que, ao lado desta, caracteriza o crime de estupro, inclui toda ação atentatória contra o pudor praticada com o propósito lascivo, seja sucedâneo da conjunção carnal ou não, evidenciando-se com o contato físico entre o agente e a vítima durante o apontado ato voluptuoso (neste sentido: AgRg REsp n. 1.154.806/RS, Rel. Ministro Sebastião Reis Júnior, 6ª Turma, DJe 21/3/2012). Portanto, extrai-se do depoimento pessoal da vítima, que o acusado rasgou sua roupa e lhe acariciou, por mais de uma vez, lambeu seus peitos e colocou as mãos nas partes íntimas, quando esta se encontrava amarrada pelos punhos, sendo comprovado seu propósito lascivo, razão pela qual revelam-se presentes os elementos constantes no tipo descrito no art.213, §1º, do Código Penal, já que a ofendida era menor de 18 (dezoito) anos de idade a data do fato. As evidências acima expostas também

comprovam a existência do elemento subjetivo do tipo previsto no art.157 do CP, qual seja, a intenção livre e consciente de subtrair o aparelho celular e o notebook da vítima, para si, mediante grave ameaça exercida com emprego de uma faca. Comprovada também que, consumado o roubo, houve a intenção do agente de satisfazer seu desejo sexual, estando presentes o elemento subjetivo no tipo descrito no art. 213, §1º, do Código Penal, já que o réu agiu de forma livre e consciente no sentido de constranger a ofendida, mediante violência, a permitir que com ele se praticasse atos libidinosos. O crime de roubo se consumou, eis que provado que ocorreu a inversão da posse, conforme se extrai das provas orais colhidas durante a instrução processual, incidindo o entendimento consolidado na sumula n.582 do STJ. O estupro também se deu na modalidade consumada, uma vez que ficou provado que os atos libidinosos ocorreram e logo depois o réu fugiu com os objetos roubados. Os crimes foram cometidos em concurso formal, nos termos do art.70 do Código Penal, uma vez que o réu, mediante uma só ação, praticou dois crimes distintos, roubo e estupro, devendo ser as penas aplicadas, cumulativamente, já que as condutas foram dolosas, resultando de desígnios autônomos, consoante acervo probatório. Inexistem quaisquer causas de exclusão de antijuridicidade ou culpabilidade aplicáveis ao caso presente. Por último, culpável é o acusado, pois imputável e potencialmente ciente da ilicitude de sua prática, se podendo dele exigir conduta diversa, de acordo com a norma proibitiva implicitamente contida no tipo que lhe fora imputado. ISTO POSTO, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE a pretensão acusatória formulada pelo Ministério Público na denúncia constante às fls.2-5, para CONDENAR Reinaldo Barbosa Parani Souza, qualificado nos autos, como incurso nas sanções punitivas inseridas nos arts.157, caput e 213, §1º c/c art.70, todos do Código Penal. Passo a realizar a dosimetria da pena nos termos do art.68 do CP. No que diz respeito ao crime de roubo, observo o seguinte: a culpabilidade é de grau elevado, pois a ação apresenta alto grau de reprovação social já que, foi praticada dentro da residência da vítima, local onde deveria estar segura e imune a este tipo de ação criminosa, o que revela audácia e crueldade na conduta do acusado; O réu não registra antecedentes criminais (fl.107); Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, não permitindo que se faça uma avaliação precisa e concreta a esse respeito; o motivo do crime foi a cobiça e o lucro fácil, razões ínsitas aos crimes contra o patrimônio; as circunstâncias já se encontram valoradas na fundamentação da sentença, não havendo fator valorar no sentido de recrudescer a pena. As consequências do crime são pouco significativas, afinal, o bem roubado foi recuperado; E o comportamento da vítima constitui circunstância cuja valoração é neutra. À vista dessas circunstâncias judiciais analisadas, fixo a pena base em 4 (quatro) anos e 9 (nove) meses de reclusão e ao pagamento de 53 (cinquenta e três) dias-multa. Presente as circunstâncias atenuantes previstas no art. 65, III, alínea "d", do CPB, uma vez que o réu confessou, espontaneamente, a autoria do delito. Neste contexto, considerando o patamar fixado na pena base, aplico a redução de 1/6 (um sexto), dosando-a em seu mínimo legal seguindo a orientação firmada na súmula nº.231 do STJ. Não há circunstância agravante a valorar. Ausentes causas de diminuição ou aumento a avaliar, fixo a pena, definitivamente, em 4 (quatro) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa. Quanto à pena de multa, aplico a fração mínima à espécie, dada a ausência de informações concretas a respeito da situação econômico-financeira do acusado, totalizando, assim, o valor de 10 (dez) dias-multa à razão de um trigésimo do salário mínimo vigente ao tempo do fato delituoso. No tocante ao crime de estupro, observo o seguinte: a culpabilidade é de grau elevado, pois a ação apresenta alto grau de reprovação social já que, foi praticada dentro da residência da vítima, local onde deveria estar segura e imune a este tipo de ação criminosa, o que revela audácia e crueldade na conduta do acusado; O réu não registra antecedentes criminais (fl.107); Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social e personalidade, não permitindo que se faça uma avaliação precisa e concreta a esse respeito; os motivos do crime são lascívia e depravação, circunstâncias ínsitas ao tipo penal em questão; as circunstâncias já se encontram valoradas na fundamentação da sentença, não havendo fator valorar no sentido de recrudescer a pena. As consequências do crime são significativas, afinal, um trauma foi gerado à ofendida, capaz de causar sofrimento e aflição por longo período, pois ela poderá superar o ocorrido em um curto prazo; E o comportamento da vítima constitui circunstância cuja valoração é neutra. À vista dessas circunstâncias judiciais analisadas, fixo a pena base em 9 (nove) anos de reclusão. Não há circunstância atenuante ou agravante a valorar. Ausentes causas de diminuição ou aumento a avaliar, fixo a pena, definitivamente, em 9 (nove) anos de reclusão. As penas dos crimes serão aplicadas, cumulativamente, pois a ação foi dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos, consoante o disposto na fundamentação, razão pela qual, fixo a pena, em definitivo, em 13 (treze) anos de reclusão e ao pagamento de 10 (dez) dias-multa. Na forma do art.33, §2º, "a", do Código Penal, deverá ao réu iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade definitiva punida com reclusão em regime fechado. Computado o tempo de prisão provisória já cumprido, verifico que não haverá alteração do regime inicial de cumprimento de pena acima fixado. Considerando-se a natureza dos crimes praticados

pelo acusado e o patamar da pena aplicada, resta incabível a substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direito a teor do que dispõe o art. 44, do CPB, bem como a suspensão condicional da pena (art.77, CP). Considerando o teor do art.387, §1º, do CPP, constato que o apenado permaneceu preso durante toda a instrução processual, de sorte que não se afigura adequada a concessão do benefício da liberdade provisória nesta etapa processual, eis que ainda presentes os requisitos da custódia cautelar. Ademais, a liberdade plena do acusado, neste momento, certamente dificultaria a aplicação da pena que ora lhe é imposta, ante a possibilidade de evadir-se do distrito da culpa, sem mencionar a necessidade de se resguardar a ordem pública diante da gravidade em concreto do delito praticado, razão pela qual mantenho a prisão preventiva de Reinaldo Barbosa Parani Souza. Deixo de fixar o valor mínimo a título de indenização cível estabelecida no art. 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, pois, embora haja requerimento formulado pelo Ministério Público no particular, não houve mínima dilação probatória acerca dos danos sofridos pela ofendida, o que inviabiliza aferição de montante correspondente à reparação. Condeno o réu ao pagamento de custas, nos termos do art.804, do CPP. Após o trânsito em julgado, cumpram-se as seguintes deliberações: a) Lance-se o nome do condenado no rol dos culpados; b) Oficie-se ao TRE-PA para cumprimento do disposto no art.15, inciso III da CF c/c art. 71, § 2º do Código Eleitoral. c) Expeça-se mandado de prisão; d) Expeça-se guia de recolhimento para fins de execução penal, fazendo-se as devidas comunicações, inclusive para fins de estatística. P.R.I.C. Belém/PA, 28 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues. Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belém/Pa. PROCESSO: 00253226020168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:EMERSON BRITO PINTO Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:T. V. P. VITIMA:M. B. O. D. . Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram Considerando o teor da certidão de fl.84, intime-se EMERSON BRITO PINTO, via edital, no prazo de 90 (noventa) dias, na forma do art. 392, inciso VI, do CPPB, a fim de que seja cientificado da sentença condenatória de fl.75-82. Oportunamente, retornem-me os autos conclusos. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00275917220168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:RAQUEL BARROS LOPES Representante(s): OAB 5041 - FERNANDO FLAVIO LOPES SILVA (ADVOGADO) OAB 24720 - FERNANDA MAUES LOPES (ADVOGADO) VITIMA:R. B. L. Representante(s): OAB 22788 - CARLOS REUTEMAN SANTOS DA SILVA (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) . Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. Recebo o recurso de apelação interposto pelo Assistente de Acusação constante às fls. 114/133, uma vez preenchidos os pressupostos para sua interposição, em especial o da tempestividade, já que, no caso em tela, deverá ser considerado o prazo previsto no art. 598 do CPP. Dê-se vista à defesa da ré RAQUEL BARROS LOPES para que ofereça as contrarrazões no prazo legal e, em seguida, remetam-se os autos à 2ª instancia, com as homenagens de estilo. Intime-se e cumpram-se, observadas as formalidades legais. Belém/PA, 14 de junho de 2019. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal do Juízo Singular de Belém/PA PROCESSO: 00284329620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:RONILDO FARIAS GOMES. Vistos etc. Considerando o teor do pedido de fls.36, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para que se manifeste conforme entenda de direito. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 14 de junho de 2019. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal da Comarca de Belém/PA PROCESSO: 00293048220168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:ALEF DIEGO GUIMARAES LIMA DENUNCIADO:EDUARDO AZEVEDO PEREIRA Representante(s): OAB 11302 - JORGE MOTA LIMA (ADVOGADO) OAB 22962 - ROBINSON RODRIGUES GIBSON (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . Vistos etc. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram Considerando o teor da certidão de fl.108, intime-se EDUARDO AZEVEDO PEREIRA, via edital, no prazo de 90 (noventa) dias, na forma do art. 392, inciso VI, do CPPB, a fim de que seja cientificado da sentença condenatória de fl.96-103. Oportunamente, retornem-me os autos conclusos. Intimem-se e cumpra-se. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Sarah Castelo Branco Monteiro Rodrigues Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA PROCESSO: 00295868620178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SARAH CASTELO BRANCO

MONTEIRO RODRIGUES Ação: Restituição de Coisas Apreendidas em: 28/06/2019 DENUNCIADO:AURIMAR NORONHA VIEIRA Representante(s): OAB 5352 - MARILDA EUNICE CANTAL MACHADO DE MELLO (ADVOGADO) . Vistos, etc. 1. Recebi os autos nesta data e no estado em que se encontram. 2. Vieram-me os autos conclusos para deliberação acerca do pedido de restituição da arma de fogo, tipo pistola, calibre 380, marca GLOCK, modelo G-5, número de série RGL689, número Sigma 650184, pertencente ao nacional AURIMAR NORONHA VIEIRA, qualificado nos autos. Ouvido, o Ministério Público opinou favoravelmente à restituição (fl. 57). Nos termos do art. 118 do CPP, antes de transitar em julgado, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo, entretanto, o denunciado foi absolvido pelo crime de Posse irregular de arma de fogo de uso permitido (art. 12 da Lei nº 10.826/03), pelo que a utilidade processual do bem já fora esgotada. Pelo exposto, nos termos do art. 120 do CPP, autorizo a restituição do referido armamento ao requerente AURIMAR NORONHA VIEIRA, o qual deverá ser informado acerca desta decisão através de intimação comparecer ao setor de Armas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. 3. Intimem-se e cumpra-se, observadas as formalidades legais. Belém/PA, 28 de junho de 2019. SARAH CASTELO BRANCO MONTEIRO RODRIGUES Juíza de Direito Titular da 6ª Vara Criminal de Belém/PA

SECRETARIA DA 8ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 8ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 8ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00005996920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 DENUNCIADO:LUIS DANIEL DE SOUZA DE SOUSA VITIMA:A. M. S. . Decisão Recebo denúncia ofertada em desfavor do acusado LUÍS DANIEL DE SOUZA DE SOUSA, por preencher os pressupostos de admissibilidade esculpidos na legislação processual (artigo 41 do CPP), ou seja, contendo a exposição do fato criminoso, a qualificação do acusado, a classificação do crime e rol de testemunhas, dando-o como incurso no artigo nela mencionado. Desta feita, considerando que a pena mínima em abstrato do art. 215-A do CPB é de 01 (um) ano de reclusão e que o acusado não apresenta outros antecedentes criminais, reunindo, em tese, os requisitos estabelecidos no art. 89 da Lei nº 9.099/95, encaminhem-se os autos ao MP para manifestação acerca da possibilidade de proposta da suspensão condicional do processo. Após, conclusos. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00008881220138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:ARQUIMEDES CARVALHO MESQUITA VITIMA:O. E. AUTORIDADE POLICIAL:RODOLFO CHARLES BONFIM DOS SANTOSDPC. SENTENÇA. O Ministério Público Estadual, por meio da 7ª Promotoria de Justiça Criminal do Juízo Singular da Capital, ofereceu denúncia contra ARQUIMEDES CARVALHO MESQUITA, imputando-lhe o tipo penal previsto no Artigo 306 da Lei nº 9.503/97. Este Juízo, às fls. 123/126, proferiu sentença condenatória em desfavor do acusado, em razão da prática do delito previsto no Artigo 306 da Lei nº 9.503/97, aplicando-lhe a pena definitiva de 10 (dez) meses de detenção e suspensão, pelo prazo de 03 (três) meses, da permissão ou habilitação de dirigir veículo automotor, e, por fim, 10 (dez) dias-multa. Insatisfeito, o acusado, por meio de sua Defesa Técnica, interpôs recurso de apelação com o objetivo de reforma da sentença condenatória e a consequente absolvição. Contudo, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado Pará, em acórdão de fls. 162/172, conheceu o recurso e lhe negou provimento. Conforme à certidão de fl. 193, A Sra. Diretora de Secretaria ventilou a possibilidade de ocorrência da prescrição do feito. Instado a se manifestar, o Ministério Público, à fl. 195, requereu a extinção da punibilidade do acusado em face da ocorrência da prescrição da pretensão executória. É o relatório. Decido. Em análise do que consta nos presentes autos, observo que a pretensão punitiva do estado, o jus puniendi, foi fulminada pela denominada prescrição executória. Acerca do tema, segue lição de doutos doutrinadores: Prescrição da pretensão executória: Trata-se da prescrição de pena "in concreto" (pena efetivamente imposta), que tem como pressuposto sentença condenatória com trânsito em julgado para ambas as partes (decisão definitiva, irrecorrível) e que se verifica dentro dos prazos estabelecidos pelo artigo 109 do Código Penal, os quais são aumentados de 1/3, se o condenado é reincidente. (CUNHA, Rogério Sanches.Manual de Direito Penal: Parte Geral. Bahia: Editora Juspodivm, 2014, p. 305). É a perda do direito de aplicar efetivamente a pena, tendo em vista a pena em concreto, com trânsito em julgado para as partes, mas com o lapso percorrido entre a data do trânsito em julgado da decisão condenatória para a acusação e o início do cumprimento da pena ou a ocorrência da reincidência. (NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 580). Na espécie em exame, foi prolatada a sentença penal condenatória em desfavor da ré que lhe aplicou a pena in concreto de 10 (dez) meses de detenção e suspensão, pelo prazo de 03 (três) meses, da permissão ou habilitação de dirigir veículo automotor, e, por fim, 10 (dez) dias-multa. Com efeito, afirma o Código Penal: "Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente." (grifo nosso). (...) "Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1o do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (...) VI - em 03 (três) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano. (grifo nosso) (...) "Art. 112 - No caso do art. 110 deste Código, a prescrição começa a correr: I - do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional" ;(grifo nosso). (...) Nesse sentido, verifico que o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação deu-se ao dia 10/07/2015 e até então não houve o início do cumprimento da pena, consoante certidão de fl. 193. Com isso, entre o trânsito em julgado da sentença condenatória até o presente momento, transcorreram mais de 03 (oito) anos, incidindo a prescrição, nos termos dos Artigos 107, IV, 109, VI, e 110, caput, c/c

112, todos do Código Penal Brasileiro. Assim, pelas considerações apresentadas, conclui este Magistrado que a punibilidade do acusado ARQUIMEDES CARVALHO MESQUITA foi extinta pela prescrição, de conformidade com os preceptivos legais supramencionados. Ante o exposto: Julgo extinta a punibilidade do acusado ARQUIMEDES CARVALHO MESQUITA, pela prescrição, de conformidade com os Artigos 107, IV, 109, VI, e 110, caput, c/c 112, todos do Código Penal Brasileiro. Transitada em Julgado, arquive-se os autos, dando-se baixa na culpa, com expedição de ofício ao órgão competente deste Fórum Criminal e da SEGUP, para fins de exclusão na folha de antecedentes. De igual modo, considerando a presente decisão, REVOGO eventual decreto de prisão que exista em desfavor do condenado nestes autos. Expeça-se contramandado, se necessário. P. R. I. C. Belém/PA, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara penal da capital. PROCESSO: 00010465720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:L. S. C. A. . Vistos, etc. Tratam os presentes autos de Inquérito Policial nº 00314/2018.100039-3, instaurado mediante portaria, com o fito de apurar as circunstancia do crime de falsificação de documento particular, previsto no Art. 298 do Código Penal Brasileiro, do qual foi vítima L.S.D.C.A. Narram os autos de Inquérito que a vítima L.S.D.C.A. compareceu à COFAZ (Corregedoria Fazendária), no dia 18 de setembro de 2014, declarando que a Empresa T.A. Transportes Ltda. havia falsificado a sua assinatura e a de seu marido, situação que lhe causou uma série de impasses judiciais e fiscais. Ocorre que, no ano de 2006, foi instaurado o Inquérito Policial nº 228/2006.000167-0, que procedeu à apuração do suposto delito ocorrido entre os anos de 2002 e 2003, contudo, no ano de 2010, a Justiça arquivou aqueles autos, após parecer do Ministério Público nesse sentido. Inconformada com a decisão judicial, no ano de 2014, a vítima procurou novamente o COFAZ e o Ministério Público a fim de desarquivar os autos, sendo instaurado o presente Inquérito Policial. Realizada as diligências necessárias pela autoridade policial para a elucidação da veracidade dos fatos, o Ministério Público apresentou nos autos requerimento pela extinção da punibilidade do agente em face da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal. Os autos vieram conclusos para análise e decisão quanto ao pedido de arquivamento. É o relatório. Decido. Diferentemente das ações penais, o Inquérito Policial, como peça informativa, de modo a ser temporária, não tem em lei prazo específico de duração. Porém, por razões de segurança jurídica, não se pode permitir que as investigações se protraiam ad aeternum, havendo necessidade de se limitar o período de investigações, porquanto não ser razoável permitir que o tempo de investigação seja superior ao tempo previsto para o prazo prescricional em abstrato para o delito. Neste sentido, compulsando os autos, verifico que pretensão punitiva do Estado, o jus puniendi, foi fulminada pela prescrição. Justifico. A pena máxima in abstrato prevista para o crime ora apuração é de 05 (cinco) anos de reclusão, conforme se infere da leitura do seguinte dispositivo legal: "Art. 298 - Falsificar, no todo ou em parte, documento particular ou alterar documento particular verdadeiro: Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa." Assim, o prazo prescricional do delito previsto no Art. 298 do CPB é de 12 (doze) anos, nos termos do que determina o art. 109, inciso V, do CPB, que afirma: "Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1º do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (...) III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito;" Ocorre que a contagem do prazo prescricional se inicia com a consumação do crime, interrompendo-se somente com o recebimento da denúncia, nos termos do que dispõem os Art. 111, inciso I, e Art. 117, inciso I, todos CPB, que afirmam: "Art. 111. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr: I - do dia em que o crime se consumou; (...) Art. 117. O curso da prescrição interrompe-se: I - pelo recebimento da denúncia ou da queixa; (...) In casu, verifico que o suposto fato criminoso ocorreu no ano de 2002 e 2003, conforme narrado no Inquérito Policial, entretanto, até o presente momento, a denúncia sequer foi ofertada, de modo que o prazo prescricional de 12 (doze) anos transcorreu sem interrupções ou suspensões. Sobre o tema, afirma a jurisprudência: APELAÇÃO CRIMINAL - ESTELIONATO - ARTIGO 171 DO CÓDIGO PENAL - PRESCRIÇÃO RETROATIVA - ENTRE O DIA QUE O CRIME SE CONSUMOU E A DATA DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA - RECONHECIMENTO - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - RECURSO PREJUDICADO. - Decorrido o lapso prescricional entre o dia que o fato se consumou e a data do recebimento da denúncia, declara-se extinta a punibilidade do acusado, pela prescrição da pretensão punitiva, na modalidade retroativa. - Verificando-se a incidência da prescrição retroativa, face à pena aplicada e, tratando-se de prescrição da pretensão punitiva, resta prejudicado o exame do recurso aviado. (TJ MG - Processo APR 10686061793424001 MG; Órgão Julgador: Câmaras Criminais Isoladas / 6ª CÂMARA CRIMINAL; Publicação: 06/03/2013; Julgamento: 26 de Fevereiro de 2013; Relator: Jaubert Carneiro Jaques) (grifo não autêntico). Ementa: EMENTA OFICIAL: PENAL - ESTELIONATO - PRELIMINAR DEFENSIVA - PRESCRIÇÃO ENTRE A DATA DO FATO E DO RECEBIMENTO DA

DENÚNCIA- EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - PRELIMINAR ACOLHIDA. 1. Declara-se extinta a punibilidade quando decorrido está o lapso prescricional entre a data do fato e do recebimento da denúncia. 2. Preliminar suscitada pelo segundo a apelante acolhida. (TJ-MG - Apelação Criminal APR 10054010010798001 MG (TJ-MG); Data de publicação: 11/08/2014) (grifo não autêntico). Desta feita, pelas considerações apresentadas, concluo que a pretensão punitiva estatal foi extinta pela prescrição, razão pela qual acolho as razões invocadas pelo representante do Ministério Público e DECLARO extinta a punibilidade do agente, pela prescrição, de conformidade com o artigo 107, inciso IV, combinado com o artigo 109, inciso III, e artigo 111, inciso I, todos do Código Penal Brasileiro, determinando, por consequência, o ARQUIVAMENTO dos presentes autos nos termos do art. 28 CPP, ressalvado o disposto no art. 18 do CPP. P. R. I. C. Belém/PA, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital. PROCESSO: 00056116420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:RUDILEY COSTA NOVAIS Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:LUCAS PEREIRA SOARES Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) PROMOTOR:SEGUNDA PROMOTORIA DE JUSTICA/ENTORPECENTES. Vistos, etc.. O Defensor dos réus RUDYLEI COSTA NOVAIS e LUCA PEREIRA SOARES, apresenta RESPOSTA À ACUSAÇÃO CUMULADA COM PLEITO DE REVOGAÇÃO DA CUSTODIA CAUTELAR PREVENTIVA. Em relação a Resposta à acusação, faz breve relato dos fatos, requerendo apresentação de rol de testemunhas após defesa prévia, não apresentando preliminares. Quanto a Revogação da Cautelar Preventiva, faz ênfase a excepcionalidade da medida cautelar, expressando, em síntese que a suposição de fuga ou periculosidade do agente não são motivos para o Decreto segregativo de liberdade e que argumentação abstrata não dá suporte a manutenção da prisão, referindo que inquéritos policiais e ações penais não são aptas a caracterizar maus antecedentes nem para agravar a pena em sentença condenatória e nem para embasar decreto de prisão. Afirma, ainda, que a prisão preventiva deve ser embasada no caso concreto em exame e que não basta a simples menção de que o acusado responde a outros processos. Fazendo ênfase ao princípio da presunção de inocência. Requer Revogação da cautelar. Os autos foram com vista à Promotora de Justiça, a qual apresentou parecer pelo deferimento do pedido, aduzindo, em síntese, que a cautelar preventiva é medida de exceção, restringindo-se ao imperativo da ordem pública, por conveniência d instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, bem como se houverem indícios e materialidade e autoria e que, à vista da primariedade, da ausência de antecedentes, estando civilmente identificado nos autos o réu, possuir residência fixa, ocupação lícita, aliada ao fato de ter havido apreensão de quantidade não significativa de substância entorpecente ilícita, apenas 12,50 (doze gramas e cinquenta decigramas), não se confirma a necessidade de permanência do réu no cárcere, arguindo que se está diante de um caso em que é plenamente possível a substituição da cautelar segregativa por outras medidas diversas da prisão, elencadas no artigo 319, do CPP. Passo a decidir: Quanto ao pleito de apresentação de rol de testemunhas após defesa prévia. O pleito de apresentação de Rol de Testemunhas após a resposta à acusação não deve ser acolhido pelos motivos que seguem: Conforme análise dos artigos 396 e 396-A, do CPP, a fase para apresentação do rol das testemunhas é o da Resposta à Acusação, fase esta já superada, pelo que precluso o direito. Neste sentido: Processual penal. CERCEAMENTO DE DEFESA. Defesa prévia não apresentada pelo defensor dativo. Faculdade processual. Rol de testemunhas extemporaneamente apresentado. Preclusão. Inteligência do art. 395, CPP" (TJMG - Ap. 1.0000.00.162395-8/000 - Rel. Des. Herculano Rodrigues - j. 16-03-00). "Não se vislumbra ilegalidade na decisão que indeferiu a inquirição de testemunhas arroladas em defesa prévia oferecida intempestivamente. II. O oferecimento da defesa prévia está condicionado ao prazo legalmente estabelecido, sendo que a não observância deste acarreta a preclusão do direito da parte de arrolar testemunhas. Precedentes do STJ e do STF" (STJ - T5 - HC 15001/AC - Rel. Min. Gilson Dipp - j. 02-03-04). Outrossim, embora não tenha assim se manifestado a defesa, observo que somente é cabível apresentação de testemunhas em substituição, nas situações contidas no artigo 451 do Novo CPC, adotado por analogia, que reza: Art. 451. Depois de apresentado o rol de que tratam os §§ 4o e 5o do art. 357, a parte só pode substituir a testemunha: I - que falecer; II - que, por enfermidade, não estiver em condições de depor; III - que, tendo mudado de residência ou de local de trabalho, não for encontrada. Assim, indefiro a pretensão do defensor dos réus quanto apresentação do rol de testemunhas a posteriori, pois não se enquadra nos permissivos da norma ao norte. Quanto ao pedido de revogação da Custódia Cautelar Preventiva Observa este Magistrado, de que o Defensor dos réus pleiteou Liberdade Provisória tanto para o réu RUDILEY COSTA NOVAES quanto para o acusado LUCAS PEREIRA SOARES. Entretanto, a Douta Promotora de Justiça opinou somente quanto ao acusado RUDINEY, não havendo manifestação quanto ao acusado LUCAS. Embora sem parecer Ministerial quanto ao acusado LUCAS,

não se apresenta óbice na análise do pedido em referência a RUDILEY, devendo, após decisão interlocutória com relação a mencionado acusado, retornar s autos à apreciação da representante do "Parquet", quanto a súplica de Liberdade Provisória em prol do réu LUCAS PEREIRA SOARES. Passo a apreciação do pedido de liberdade em prol do acusado RUDILEY COSTA NOVAIS. Conforme preceito esculpido no artigo 282, , do CPP, as medidas cautelares previstas no Título IX, da lei adjetiva Penal somente deverão ser adotadas quando houver necessidade para aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e nos casos expressamente previstos para evitar a prática de infrações penais, devendo ser observada a adequação da medida à gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado. O artigo 312, do CPP, por sua vez, elenca as hipóteses que autorizam a prisão preventiva, sendo estas: garantia da ordem pública; da ordem econômica; para conveniência da instrução criminal e para a aplicação da lei penal. Analisando este Magistrado as razões invocadas pela defesa, bem como o parecer do representante do RMP, observando o constante dos autos, concluo que, em que pese estarmos diante de um crime considerado grave, tráfico ilícito de entorpecentes, com graves males ao cidadão, para a família, a sociedade e ao Estado, a quantidade de substância apreendida não é de volume, de peso expressivo, embora fracionada em 12 tabletes de porte pequeno, cujo peso total se constitui em 12,50 gramas de "Cocaína". Atente-se que na folha de antecedentes do réu RUDILEY apresenta-se apenas o assentamento deste crime previsto no artigo 33, da lei de entorpecentes, não havendo provas de contumácia delitiva, o que traduz elementos para substituição da cautelar segregativa por outras medidas diversas da prisão. Desta feita, acolho as razões apresentadas pela Promotoria de Justiça, quanto substituição da medida cautelar por outras medidas diversas da prisão, em relação ao acusado RUDFILEY sendo as que seguem: a) comparecimento mensal e obrigatório a Juízo para apresentar e justificar suas atividades, com assinatura de frequência; b) comunicar ao Juízo qualquer mudança de endereço residencial; c) não se ausentar do distrito da culpa quando a presença for exigida ou necessária; d) requerer, sempre que precisar se ausentar desta Comarca para Comarca longínqua da área metropolitana e por tempo superior a 20 vinte dias, autorização para que assim possa fazê-lo, ouvido o RMP; e) não praticar qualquer ato que seja reputado como crime ou contravenção, pelo qual venha a ser processado, sob pena de revogação do benefício; f) assinar termo de compromisso perante este Juízo, devendo, para tanto, comparecer a esta 8ª. Vara Criminal no primeiro dia útil após sua liberação e no horário de expediente; O não cumprimento de qualquer das imposições supra acarretará revogação do benefício e Decretação novamente da cautelar segregativa. Expeça-se o respectivo Alvará de soltura para que seja posto incontinenti em liberdade o réu RUDILEY COSTA NOVAIS, se por outro fato não estiver preso. Em face de não se apresentarem nas respostas à acusação, apresentadas em prol dos dois réus, quaisquer dos pressupostos contidos no artigo 397, do CPP, relativos a absolvição sumária, quais sejam: I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou IV - extinta a punibilidade do agente. Considerando ainda que, às fls. 78 e 79, consta certidão de antecedentes no nome de LUCAS PEREIRA SOARES, contudo, com filiações diferentes, junte-se aos autos a certidão correspondente ao acusado dos acusados, devendo as certidões alheias aos denunciados, serem desentranhadas dos autos. Intimem-se. Cumpra-se. Após, retornem os autos a manifestação da Promotoria quanto a revogação da cautelar em referência ao acusado LUCAS, com prazo cinco (05) dias. Desta feita, deixo para designar data de instrução e julgamento após a apreciação do pleito de revogação da preventiva formulado em favor de LUCAS. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz Titular da 8ª. Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00068996520098140401 PROCESSO ANTIGO: 200920238886 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO :JOSE ALFREDO DA SILVA SANTANA ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO :HUMBERTO HENRIQUE DE VASCONCELOS PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR DENUNCIADO:MARLON IBA BRAGA DE QUEIROZ Representante(s): ANTONIO QUARESMA - DEFENSOR PUBLICO (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOHNISSON WALLISSON MALCHER DIAS Representante(s): SERGIO LUIZ DE ANDRADE (ADVOGADO) DENUNCIADO:MAIKE MONTEIRO PALHETA Representante(s): ANTONIO QUARESMA - DEFENSOR PUBLICO (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOHN WENN ALAMAR COUTINHO Representante(s): EUGENIO DIAS SANTOS (ADVOGADO) VITIMA:F. B. S. VITIMA:T. N. M. S. . SENTENÇA. Vistos, etc., O Ministério Público Estadual, por meio de um de seus membros, ofereceu denúncia contra MARLON IBA BRAGA, JOHN WEN ALAMAR COUTINHO, JOHNISSON WALLISSON MALCHER DIAS, MIKE MONTEIRO PALHETA e DIDA BARROS QUEIROZ imputando-lhes os tipos penais previstos nos Art. 1º da Lei nº 2.252/54, e Art. 157, § 2º inciso I e II, c/c Art. 288, § único, c/c Art. 69, todos do Código Penal Brasileiro. Ressalto que, em razão de ser citado por edital, mas decorrido o prazo,

o processo foi suspenso em relação ao réu DIDA BARROS QUEIROZ, nos termos do Art. 366 do CPP, sendo determinado, posteriormente, a separação dos autos em relação ao mesmo. Este Juízo, às fls. 548/561, proferiu sentença condenatória em desfavor dos acusados, em razão da prática do delito previsto no nos Art. 1º da Lei nº 2.252/54, e Art. 157, § 2º inciso I e II, c/c Art. 288, § único, c/c Art. 69, todos do Código Penal Brasileiro, aplicando a MARLON IBA BRAGA DE QUEIROZ a pena definitiva de 08 (anos) de reclusão, em regime fechado, e 60 (sessenta) dias-multa; a JOHN WENNE ALAMAR COUTINHO a pena definitiva de 08 (anos) de reclusão, em regime fechado, e 60 (sessenta) dias-multa; a JOHNISSON WALLISSON MALCHER DIAS a pena definitiva de 08 (anos) de reclusão, em regime fechado, e 60 (sessenta) dias-multa; a MIKE MONTEIRO PALHETA a pena definitiva de 08 (anos) de reclusão, em regime fechado, e 60 (sessenta) dias-multa. Insatisfeito, o acusado JOHNISSON WALLISSON MALCHER DIAS, por meio de sua Defesa Técnica, interpôs recurso de apelação com o objetivo de reforma da sentença condenatória e a consequente absolvição. Contudo, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado Pará, em acórdão de fls. 657/673, conheceu o recurso e lhe negou provimento. Os condenados MIKE MONTEIRO PALHETA, JOHN WENNE ALAMAR COUTINHO e MARLON IBA BRAGA DE QUEIROZ, todavia, não interpuseram recurso de apelação, razão pela qual foi expedido as respectivas guias de recolhimento para cumprimento da pena, consoante fls. 576/577, 580/581 e 585/586. A Sra. Diretora de Secretaria certificou, à fl. 686, a possível ocorrência da prescrição da pretensão executória quanto a JOHNISSON WALISSON MALCHER DIAS. Instado a se manifestar, o Ministério Público, à fl. 688, requereu a extinção da punibilidade de a JOHNISSON WALISSON MALCHER DIAS, em virtude da prescrição da pretensão executória. É o relatório. Decido. Em análise do que consta nos presentes autos, observo que a pretensão punitiva do estado, o jus puniendi, foi fulminada pela denominada prescrição executória. Acerca do tema, segue lição de doutos doutrinadores: Prescrição da pretensão executória: Trata-se da prescrição de pena "in concreto" (pena efetivamente imposta), que tem como pressuposto sentença condenatória com trânsito em julgado para ambas as partes (decisão definitiva, irrecorrível) e que se verifica dentro dos prazos estabelecidos pelo artigo 109 do Código Penal, os quais são aumentados de 1/3, se o condenado é reincidente. (CUNHA, Rogério Sanches.Manual de Direito Penal: Parte Geral. Bahia: Editora Juspodivm, 2014, p. 305). É a perda do direito de aplicar efetivamente a pena, tendo em vista a pena em concreto, com trânsito em julgado para as partes, mas com o lapso percorrido entre a data do trânsito em julgado da decisão condenatória para a acusação e o início do cumprimento da pena ou a ocorrência da reincidência. (NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 580). Na espécie em exame, foi prolatada a sentença penal condenatória em desfavor de JOHNISSON WALLISSON MALCHER DIAS a pena definitiva de 08 (anos) de reclusão, em regime fechado, e 60 (sessenta) dias-multa. Com efeito, afirma o Código Penal: "Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente." (grifo nosso). (...) "Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1o do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (...) III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito; (grifo nosso). (...) "Art. 112 - No caso do art. 110 deste Código, a prescrição começa a correr: I - do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional" ;(grifo nosso). (...) Ocorre que, no caso em tela, o acusado possuía, ao tempo do crime, menos de 21 (vinte e um) anos, razão pela qual recai a seguinte regra do Código Penal: "Art. 115 - São reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 (vinte e um) anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos." Com isso, o prazo prescricional reduziu pela metade, passando a ser de 06 (seis) anos. Nesse contexto, verifico que o trânsito em julgado da sentença penal condenatória para a acusação deu-se ao dia 07/10/2010 e até então não houve o início do cumprimento da pena, consoante certidão de fl. 686. Portanto, entre o trânsito em julgado da sentença condenatória até o presente momento transcorreram mais de 06 (anos) anos, incidindo a prescrição, nos termos dos Artigos 107, IV, 109, III, 110, caput, c/c 112, e 115, todos do Código Penal Brasileiro. Assim, pelas considerações apresentadas, conclui este Magistrado que a punibilidade do acusado JOHNISSON WALLISSON MALCHER DIAS foi extinta pela prescrição, de conformidade com os preceptivos legais supramencionados. Ante o exposto: Julgo extinta a punibilidade do acusado JOHNISSON WALLISSON MALCHER DIAS, pela prescrição, de conformidade com os Artigos 107, IV, 109, III, 110, caput, c/c 112, e 155, todos do Código Penal Brasileiro. Transitada em Julgado, arquive-se os autos, dando baixa na culpa, com expedição de ofício ao órgão competente deste Fórum Criminal e da SEGUP, para fins de exclusão na folha de antecedentes. De igual modo, considerando a presente decisão, REVOGO eventual decreto de prisão que exista em desfavor do condenado nestes autos. Expeça-se contramandado, se necessário. P. R. I. C. Belém, 27 de junho de

2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara penal da capital. PROCESSO: 00072057920048140401 PROCESSO ANTIGO: 200420180644 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:I. R. P. REU:EUNICE DE LIMA SOUSA Representante(s): DR.ª LAURA DO ROSARIO COSTA SILVA - OAB/PA 8352 (ADVOGADO) INDICIADO:EUNICE DE LIMA SOUZA VITIMA:H. R. P. . SENTENÇA. Vistos, etc., O Ministério Público Estadual, por meio da 7ª Promotoria de Justiça Criminal do Juízo Singular da Capital, ofereceu denúncia contra EUNICE DE LIMA SOUZA, imputando-lhe o tipo penal previsto no Artigo 157, § 2º, inciso I, do Código Penal Brasileiro. Este Juízo, às fls. 111/116, proferiu sentença condenatória em desfavor da acusada, em razão da prática do delito previsto no Artigo 157, caput, do Código Penal Brasileiro, aplicando-lhe a pena definitiva de 04 (quatro) anos de reclusão, em regime semiaberto, e 40 (quarenta) dias-multa. Insatisfeita, a acusada, por meio de sua Defesa Técnica, interpôs recurso de apelação com o objetivo de reforma da sentença condenatória e a consequente absolvição. Contudo, o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado Pará, em acórdão de fls. 162/168, conheceu o recurso e lhe negou provimento. Conforme à certidão de fl. 182, A Sra. Diretora de Secretaria ventilou a possibilidade de ocorrência da prescrição do feito. Instado a se manifestar, o Ministério Público, à fl. 184, requereu a extinção da punibilidade do acusado em face da ocorrência da prescrição da pretensão executória. É o relatório. Decido. Em análise do que consta nos presentes autos, observo que a pretensão punitiva do estado, o jus puniendi, foi fulminada pela denominada prescrição executória. Acerca do tema, segue lição de doutos doutrinadores: Prescrição da pretensão executória: Trata-se da prescrição de pena "in concreto" (pena efetivamente imposta), que tem como pressuposto sentença condenatória com trânsito em julgado para ambas as partes (decisão definitiva, irrecorrível) e que se verifica dentro dos prazos estabelecidos pelo artigo 109 do Código Penal, os quais são aumentados de 1/3, se o condenado é reincidente. (CUNHA, Rogério Sanches.Manual de Direito Penal: Parte Geral. Bahia: Editora Juspodivm, 2014, p. 305). É a perda do direito de aplicar efetivamente a pena, tendo em vista a pena em concreto, com trânsito em julgado para as partes, mas com o lapso percorrido entre a data do trânsito em julgado da decisão condenatória para a acusação e o início do cumprimento da pena ou a ocorrência da reincidência. (NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 580). Na espécie em exame, foi prolatada a sentença penal condenatória em desfavor da ré que lhe aplicou a pena in concreto de 04 (quatro) anos de reclusão, em regime aberto, e 40 (quarenta) dias-multa. Com efeito, afirma o Código Penal: "Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente." (grifo nosso). (...) "Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1o do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (...) IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro; (grifo nosso). (...) "Art. 112 - No caso do art. 110 deste Código, a prescrição começa a correr: I - do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional" ;(grifo nosso). (...) Nesse sentido, verifico que o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação deu-se ao dia 19/03/2010 e até então não houve o início do cumprimento da pena, consoante certidão de fl. 182. Com isso, entre o trânsito em julgado da sentença condenatória até o presente momento, transcorreram mais de 08 (oito) anos, incidindo a prescrição, nos termos dos Artigos 107, IV, 109, IV, e 110, caput, c/c 112, todos do Código Penal Brasileiro. Assim, pelas considerações apresentadas, conclui este Magistrado que a punibilidade da acusada EUNICE DE LIMA SOUZA foi extinta pela prescrição, de conformidade com os preceptivos legais supramencionados. Ante o exposto: Julgo extinta a punibilidade da acusada EUNICE DE LIMA SOUZA, pela prescrição, de conformidade com os Artigos 107, IV, 109, IV, e 110, caput, c/c 112, todos do Código Penal Brasileiro. Transitada em Julgado, arquive-se os autos, dando-se baixa na culpa, com expedição de ofício ao órgão competente deste Fórum Criminal e da SEGUP, para fins de exclusão na folha de antecedentes. De igual modo, considerando a presente decisão, REVOGO eventual decreto de prisão que exista em desfavor da condenada nestes autos. Expeça-se contramandado, se necessário. P. R. I. C. Belém/PA, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara penal da capital. PROCESSO: 00076540820188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:I. S. R. DENUNCIADO:CLEYSON LIMA FRANCO Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR. DELIBERAÇÃO: ?Designo a data de 17 de outubro de 2019, as 09h para inquirir todas as testemunhas de acusação e demais atos processuais? PROCESSO: 00082955920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A):

JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:K. N. S. A. DENUNCIADO:RICARDO SOUSA DOS SANTOS Representante(s): OAB 12810-A - SAMEA ALBUQUERQUE DA COSTA SARE (ADVOGADO) PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR. DELIBERAÇÃO: ?Considerando a ausência de diligências, abra-se vista às partes para memoriais, no prazo igual e sucessivo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 403, §3º, do CPP. Após, conclusos para sentença? PROCESSO: 00083068820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 VITIMA:A. INDICIADO:ATILA MARTINS RODRIGUES. DESPACHO Considerando a manifestação ministerial requerendo diligências, bem como o entendimento sumulado do TJ/PA, através da Resolução 02/2014, com a seguinte redação: " Perdura a competência da Vara de Inquéritos Policiais da Capital para processar Inquérito que, embora já tenha sido relatado, ainda aguarda o cumprimento das diligências requeridas pelo órgão ministerial ", determino a remessa dos presentes autos à 1ª Vara de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00083146520198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:FELIPE SILVA DA SILVA VITIMA:R. R. C. . Vistos, etc... O Ministério Público do Estado do Pará requer o arquivamento do inquérito policial com fulcro no art. 28 do CPP, pugnando pela aplicação do princípio da insignificância ou bagatela, restando a conduta atípica, o que exclui por completo o jus puniendi do Estado. Narram os autos de inquérito que, no dia 19/01/2019, por volta das 13h:30min, a vítima R.R.C. foi informado por um vizinho que o indiciado FELIPE SILVA DA SILVA havia entrado na casa do ofendido, a qual estava com o portão encostado, e subtraído diversos objetos, dentre eles, uma pochete, lanterna e documentos pessoais da vítima que foram descartados em via pública. Assim sendo, a vítima recorreu a Policiais Militares, os quais, em diligência, apreenderam o indiciado ainda na posse da res furtiva. Em sede policial, o nacional FELIPE SILVA DA SILVA confessou o delito, alegando ainda que iria vender a lanterna para comprar comida. É o relatório. Decido. Assiste razão à Promotoria de Justiça quanto à aplicação da atipicidade material, aliado ao princípio da insignificância ao caso, pois não se configuraram os elementares do artigo 155 do CPB, vez que o indiciado não instituiu ofensa ao bem jurídico para a materialização da atipicidade delitiva, bem como a vítima não sofreu prejuízo, haja vista que o objeto fora restituído, conforme auto de apresentação e apreensão de fls. 16/17. O reconhecimento da prática de um crime de bagatela, caracterizador do chamado princípio da insignificância, se impõe por ser fato a desmerecer a preocupação do Direito Penal. Neste sentido, segue manifestação doutrinária e jurisprudencial: A tipicidade penal exige ofensa de alguma gravidade aos bens jurídicos protegidos, pois nem sempre qualquer ofensa a esses bens ou interesses é suficiente para configurar o injusto típico. Segundo este princípio, é imperativa uma efetiva proporcionalidade entre a gravidade da conduta que se pretende punir e a drasticidade da intervenção estatal. Amiúde, condutas que se amoldam a determinado tipo penal, sob o ponto de vista formal, não apresentam nenhuma relevância material. Nessas circunstâncias, pode-se afastar liminarmente a tipicidade penal, porque em verdade o bem jurídico não chegou a ser lesado. Desta feita, verificada a necessidade e utilidade da medida de política criminal, é imprescindível que sua aplicação se dê de forma prudente e criteriosa, razão pela qual é necessária a presença de certos elementos, tais como (I) a mínima ofensividade da conduta do agente; (II) a ausência total de periculosidade social da ação; (III) o ínfimo grau de reprovabilidade do comportamento e (IV) a inexpressividade da lesão jurídica ocasionada, consoante já assentado pelo colendo Pretório Excelso (HC 84.412/SP, Rel. Min. CELSO DE MELLO, DJU 19.04.04). PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA (ADOÇÃO). FURTO (PEQUENO VALOR). TIPICIDADE (INEXISTÊNCIA). 1. A melhor das compreensões penais recomenda não seja mesmo o ordenamento jurídico penal destinado a questões pequenas - coisas quase sem préstimo ou valor. 2. Antes, falou-se, a propósito, do princípio da adequação social; hoje, fala-se, a propósito, do princípio da insignificância. Já foi escrito: Onde bastem os meios do direito civil ou do direito público, o direito penal deve retirar-se. 3. É insignificante, dúvida não há, a lesão ao patrimônio de um clube em decorrência da subtração de vinte quilos de fios de cobre. 4. A insignificância, é claro, mexe com a tipicidade, donde a conclusão de que fatos dessa natureza evidentemente não constituem crime. 5. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 663.912/MG, Rel. Min. NILSON NAVES, DJU 05.06.06) HABEAS CORPUS. FURTO QUALIFICADO PELO CONCURSO DE PESSOAS. 02 CARTELAS DE PILHAS E 05 CD´S, ESTIMADOS EM MENOS DE R$ 50,00. PENA DE 02 ANOS E 05 MESES DE RECLUSÃO. ANTECEDENTES CRIMINAIS DESFAVORÁVEIS. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. APLICABILIDADE. ORDEM CONCEDIDA. 1. O princípio da insignificância, que está diretamente ligado aos postulados da fragmentariedade e intervenção mínima do Estado em matéria penal, tem sido acolhido pelo magistério doutrinário e jurisprudencial tanto desta Corte, quanto do colendo Supremo Tribunal Federal, como causa

supra-legal de exclusão de tipicidade. Vale dizer, uma conduta que se subsuma perfeitamente ao modelo abstrato previsto na legislação penal pode vir a ser considerada atípica por força deste postulado. 2. No caso em apreço, o valor total dos bens furtados pelo recorrente, além de ser ínfimo, não afetou de forma expressiva o patrimônio da vítima, razão pela qual incide na espécie o princípio da insignificância. Precedentes. 3. Firme é o posicionamento desta Corte Superior quanto à possibilidade de incidência do princípio da insignificância, mesmo diante da existência de antecedentes criminais desfavoráveis ao acusado. Precedentes. 4. Ordem concedida, para, aplicando o princípio da insignificância, absolver o ora paciente, com fulcro no art. 386, inciso III do Código de Processo Penal, nos termos do parecer ministerial.(STJ, HC 110384 / DF, 5ª T. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 09/12/2008) Assim, diante da constatação da insignificância do objeto jurídico do tipo penal pelo desvalor da conduta e do resultado, a conduta do indiciado FELIPE SILVA DA SILVA deve ser havida como atípica, sendo inviável o exercício da ação penal. Diante do exposto, acolho parecer ministerial e, com base no art. 28 do CPP, determino o arquivamento do inquérito. Desta feita, tendo em vista o ARQUIVAMENTO DO FEITO, REVOGO a determinação de monitoramento eletrônico do indiciado. Intimem-se. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00094560720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:ARLETE LUZIA MARTINS ARAUJO Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:O. E. . DA NOTIFICAÇÃO INICIAL I. Determino, preservada a contraprova, a incineração da droga apreendida e constante destes autos, o que faço sob o manto do art. 50, § 3º, da Lei nº 11.343/2006, devendo ser oficiado à autoridade policial, imediatamente, para que proceda à destruição referida nos moldes do §§ 4º e 5º do mencionado artigo, devendo, pois, o respectivo auto circunstanciado ser remetido a este Juízo no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da incineração. II. Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público contra a acusada ARLETE LUZIA MARTINS ARAÚJO, imputando-lhe a prática, em tese, do delito descrito no art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Notifique-se a denunciada, com cópia da denúncia, para apresentar defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consistente em defesa preliminar e exceções, consoante dicção do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, cientificando-lhe que poderão arguir preliminares, oferecer documentos, justificações, especificar provas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo, se entender necessário, suas intimações para audiência de instrução e julgamento. Após transcurso do prazo acima referido e não apresentada a defesa prévia por escrito, ou se a acusada notificada não constituir defensor, nomeio-lhe, desde já e sob a aludida condição em destaque, o Defensor Público com atuação nesta Vara para patrocinar sua defesa (§ 3º do art. 55 da Lei de Tóxicos), o qual deverá ser intimado, mediante vista - observadas as regras da Lei Complementar nº 80/94 e da Lei nº 1.060/50 -, para apresentação de defesa técnica no prazo legal. Com a apresentação da defesa prévia, venham-me os autos conclusos para apreciação. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00094599320188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JEFFERSON DA COSTA LIRA Representante(s): OAB 21174 - ALEXANDRE ANDRE BRITO REIS (ADVOGADO) VITIMA:C. H. R. C. PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR. DESPACHO Considerando o certificado à fl. 256, requisite-se informações quanto ao cumprimento da carta precatória distribuída sob o nº 0000880-85.2019.8.17.2100. Após, conclusos. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00101325220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 VITIMA:O. E. INDICIADO:SIDNEY GUSTAVO SILVA DA SILVA Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . DA NOTIFICAÇÃO INICIAL I. Determino, preservada a contraprova, a incineração da droga apreendida e constante destes autos, o que faço sob o manto do art. 50, § 3º, da Lei nº 11.343/2006, devendo ser oficiado à autoridade policial, imediatamente, para que proceda à destruição referida nos moldes do §§ 4º e 5º do mencionado artigo, devendo, pois, o respectivo auto circunstanciado ser remetido a este Juízo no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da incineração. II. Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público contra o acusado SIDNEY GUSTAVO SILVA DA SILVA, imputando-lhe a prática, em tese, do delito descrito no art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Notifique-se a denunciada, com cópia da denúncia, para apresentar defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consistente em defesa preliminar e exceções, consoante dicção do art. 55 da Lei nº 11.343/2006, cientificando-lhe que poderão arguir preliminares, oferecer documentos, justificações, especificar provas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo, se entender necessário, suas intimações para audiência de instrução e julgamento. Após transcurso do prazo acima

referido e não apresentada a defesa prévia por escrito, ou se o acusado notificado não constituir defensor, nomeio-lhe, desde já e sob a aludida condição em destaque, o Defensor Público com atuação nesta Vara para patrocinar sua defesa (§ 3º do art. 55 da Lei de Tóxicos), o qual deverá ser intimado, mediante vista - observadas as regras da Lei Complementar nº 80/94 e da Lei nº 1.060/50 -, para apresentação de defesa técnica no prazo legal. Com a apresentação da defesa prévia, venham-me os autos conclusos para apreciação. Outrossim, dê-se vista ao MP para manifestação quanto ao pleito de revogação da preventiva formulado às fls. 86/95. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00103155720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 DENUNCIADO:FRANKLIN SILVA DA SILVA VITIMA:G. S. B. VITIMA:R. C. G. . Decisão Recebo denúncia ofertada em desfavor do acusado FRANKLIN SILVA DA SILVA, por preencher os pressupostos de admissibilidade esculpidos na legislação processual (artigo 41 do CPP), ou seja, contendo a exposição do fato criminoso, a qualificação do acusado, a classificação do crime e rol de testemunhas, dando-o como incurso no artigo nela mencionado. Cite-se o réu para apresentação de resposta à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP, fazendo-se observância de que decorrido referido lapso temporal sem manifestação, será nomeado Defensor Público para tal finalidade. Outrossim, para economia e celeridade processual, intime-se o réu para que, no prazo de 10 (dez) dias, indique o(s) advogado(s) que está(ão) atuando em sua defesa ou, caso não reúna condições econômicas para o patrocínio da mesma, requeira a nomeação de Defensor Público para todos os atos do processo. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00104068720098140401 PROCESSO ANTIGO: 200920376834 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:SONIA MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB XRL8 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:M. G. N. A. . SENTENÇA. Vistos, etc., O Ministério Público Estadual, por meio de um de seus membros, ofereceu denúncia contra SONIA MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO, imputando-lhe o tipo penal previsto no Artigo 129, § 9º, do Código Penal Brasileiro. Este Juízo, às fls. 47/50, proferiu sentença condenatória em desfavor da acusada, em razão da prática do delito previsto no Artigo 129, § 9º, do Código Penal Brasileiro, aplicando-lhe a pena definitiva de 08 (oito) meses de detenção, em regime aberto, e 10 (dez) dias-multa. Conforme à certidão de fl. 64, A Sra. Diretora de Secretaria ventilou a possibilidade de ocorrência da prescrição do feito. Instado a se manifestar, o Ministério Público, à fl. 66, requereu a extinção da punibilidade da acusada em face da ocorrência da prescrição da pretensão executória. É o relatório. Decido. Em análise do que consta nos presentes autos, observo que a pretensão punitiva do estado, o jus puniendi, foi fulminada pela denominada prescrição executória. Acerca do tema, segue lição de doutos doutrinadores: Prescrição da pretensão executória: Trata-se da prescrição de pena "in concreto" (pena efetivamente imposta), que tem como pressuposto sentença condenatória com trânsito em julgado para ambas as partes (decisão definitiva, irrecorrível) e que se verifica dentro dos prazos estabelecidos pelo artigo 109 do Código Penal, os quais são aumentados de 1/3, se o condenado é reincidente. (CUNHA, Rogério Sanches.Manual de Direito Penal: Parte Geral. Bahia: Editora Juspodivm, 2014, p. 305). É a perda do direito de aplicar efetivamente a pena, tendo em vista a pena em concreto, com trânsito em julgado para as partes, mas com o lapso percorrido entre a data do trânsito em julgado da decisão condenatória para a acusação e o início do cumprimento da pena ou a ocorrência da reincidência. (NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. Rio de Janeiro: Forense, 2018. p. 580). Na espécie em exame, foi prolatada a sentença penal condenatória em desfavor da ré que lhe aplicou a pena in concreto de 08 (oito) meses de detenção, em regime aberto, e 10 (dez) dias-multa. Com efeito, afirma o Código Penal: "Art. 110 - A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo anterior, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente." (grifo nosso). (...) "Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1o do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (...) VI - em 03 (três) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano. (grifo nosso) (...) "Art. 112 - No caso do art. 110 deste Código, a prescrição começa a correr: I - do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional" ;(grifo nosso). (...) Nesse sentido, verifico que o trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação deu-se ao dia 31/03/2014 e até então não houve o início do cumprimento da pena, consoante certidão de fl. 64. Com isso, entre o trânsito em julgado da sentença condenatória até o presente momento, transcorreram mais de 03 (oito) anos, incidindo a prescrição, nos termos dos Artigos 107, IV, 109, VI, e 110, caput, c/c 112, todos do Código Penal Brasileiro. Assim, pelas considerações apresentadas, conclui este Magistrado que a punibilidade da

acusada SONIA MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO foi extinta pela prescrição, de conformidade com os preceptivos legais supramencionados. Ante o exposto: Julgo extinta a punibilidade do acusado SONIA MARIA PEREIRA DO NASCIMENTO, pela ocorrência da prescrição da pretensão executória, de conformidade com os Artigos 107, IV, 109, VI, e 110, caput, c/c 112, todos do Código Penal Brasileiro. Transitada em Julgado, arquive-se os autos, dando-se baixa na culpa, com expedição de ofício ao órgão competente deste Fórum Criminal e da SEGUP, para fins de exclusão na folha de antecedentes. De igual modo, considerando a presente decisão, REVOGO eventual decreto de prisão que exista em desfavor do condenado nestes autos. Expeça-se contramandado, se necessário. P. R. I. C. Belém/PA, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara penal da capital. PROCESSO: 00112835320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:ALLAN DA SILVA ARAUJO VITIMA:M. F. A. . DESPACHO Considerando a manifestação ministerial requerendo diligências, bem como o entendimento sumulado do TJ/PA, através da Resolução 02/2014, com a seguinte redação: " Perdura a competência da Vara de Inquéritos Policiais da Capital para processar Inquérito que, embora já tenha sido relatado, ainda aguarda o cumprimento das diligências requeridas pelo órgão ministerial ", determino a remessa dos presentes autos à 1ª Vara de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00114435620058140401 PROCESSO ANTIGO: 20052028443 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 VITIMA:F. S. PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR DENUNCIADO:MANOEL MARTINS ARAUJO FILHO Representante(s): ANTONIO QUARESMA - DEFENSOR PUBLICO (ADVOGADO) . DELIBERAÇÃO: ?Abra-se vista dos autos à Defensoria Pública, após, conclusos.? PROCESSO: 00116793020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:HELIO GLAUCO FERREIRA BRITO VITIMA:M. T. C. F. . DESPACHO Considerando a manifestação ministerial requerendo diligências, bem como o entendimento sumulado do TJ/PA, através da Resolução 02/2014, com a seguinte redação: " Perdura a competência da Vara de Inquéritos Policiais da Capital para processar Inquérito que, embora já tenha sido relatado, ainda aguarda o cumprimento das diligências requeridas pelo órgão ministerial ", determino a remessa dos presentes autos à 1ª Vara de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00118845920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:EM APURAÇÃO VITIMA:O. E. . DESPACHO Considerando a manifestação ministerial requerendo diligências, bem como o entendimento sumulado do TJ/PA, através da Resolução 02/2014, com a seguinte redação: " Perdura a competência da Vara de Inquéritos Policiais da Capital para processar Inquérito que, embora já tenha sido relatado, ainda aguarda o cumprimento das diligências requeridas pelo órgão ministerial ", determino a remessa dos presentes autos à 1ª Vara de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00125820820068140401 PROCESSO ANTIGO: 200620310877 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR DENUNCIADO:RAFAEL MELONIO DOS SANTOS DENUNCIADO:DEBORA SOUSA DA COSTA VITIMA:L. Y. .. P. . DELIBERAÇÃO: ?Considerando que a residência do acusado não foi localizada pelo oficial de justiça, bem como existir nos autos (fls.166) endereço mais detalhado do acusado, redesigno o presente ato para a data de 15 de outubro de 2019, as 08h50. Intime-se o réu no endereço descrito em fls.166 dos autos. Cumpra-se.? PROCESSO: 00131995920188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 PROMOTOR(A):SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR VITIMA:C. F. B. L. DENUNCIADO:ALESSANDRO CARDOSO LEAL Representante(s): OAB 7255 - ANA LUCIA SOUZA BRAGA (ADVOGADO) OAB 25826 - PEDRO BRAGA GOMES (ADVOGADO) . DELIBERAÇÃO: ?Oficie-se à autoridade policial que procedeu ao IPL, para fins de cumprimento das diligências supra referidas. Considerando que já foram requeridas as diligências do art.402 do CPP em audiência anterior, abra-se vista às partes para memoriais, no prazo igual e sucessivo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 403, §3º, do CPP. Após, conclusos para sentença? PROCESSO: 00138702920118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019

AUTORIDADE POLICIAL:DPC MARIA LUCIA COSTA DOS SANTOS DENUNCIADO:NATANAEL PANTOJA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 1111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:A. L. P. E. MENOR:VITIMA MENOR DE IDADE. DESPACHO Considerando que, após diversas tentativas, não foi possível a citação pessoal do acusado NATANAEL PANTOJA DE OLIVEIRA, não tendo sido localizado novo endereço, bem como tendo em vista o teor da certidão de fl. 109, determino a suspensão do processo e do prazo prescricional com relação ao referido réu, nos termos do art. 366 do CPP, devendo o feito aguardar em Secretaria até a localização de novo endereço do acusado ou eventual prescrição. Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00144461220178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR DENUNCIADO:HUGO CESAR SILVA Representante(s): OAB 23165 - AILANE TELES MACIEL (ADVOGADO) VITIMA:C. E. P. . DELIBERAÇÃO: ?Pelo Exposto, suspendo o processo pelo prazo de 02 (dois) anos, submetendo o(s) acusado(s) HUGO CESAR SILVA ao período de provas supracitado, quando deverá(o) cumprir regiamente todas as condições impostas no presente termo, a teor do art. 89, § 1º, da Lei 9.099/95. Partes intimadas. As partes declaram o desinteresse em recorrer da presente decisão. Decisão interlocutória publicada e transitada em julgado em audiência. Expeça-se guia à Vara de Penas e Medidas Alternativas, para que, lá, seja(m) o(s) acusado(s) acompanhado(s). Registre-se. Cumpra-se.? PROCESSO: 00186761720078140401 PROCESSO ANTIGO: 200720599305 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:ANGELO FERREIRA BARROS Representante(s): ANTONIO QUARESMA - DEFENSOR PUBLICO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. M. . DESPACHO. Vistos, etc. Considerando o teor da certidão de fl. 143, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação sobre o que entender cabível. Após, conclusos. Cumpra-se. Belém/PA, 27 de junho de 2019. Dr. Jorge Luiz Lisboa Sanches. Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital. PROCESSO: 00192699220188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:DYEGO ALEIXO DE ALMEIDA Representante(s): OAB 19774 - BRENO BRAZIL DE ALMEIDA LINS (ADVOGADO) OAB 27786 - WELLINGTON HANZEER DE AZEVEDO BRAZAO (ADVOGADO) OAB 28578 - MARLIO SUED LOPES TELES (ADVOGADO) DENUNCIADO:EDNALDO GUIMARAES DE CARVALHO Representante(s): OAB 20513 - BARBARA DO SOCORRO LUZ DIAS (ADVOGADO) VITIMA:C. C. E. P. PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR. Vistos, etc.... Os advogados dos réus EDNALDO GUIMARÃES DE CARVALHO e DYEGO ALEIXO DE ALMEIDA, apresentam defesa prévia (resposta à acusação), argumentando e pleiteando o que segue: QUANTO AO ACUSADO EDNALDO GUIMARÃES DE CARVALHO: Faz síntese da conduta imputada pela RMP, apresentando a tese de negativa de autoria, atribuindo a responsabilidade à Proprietária da firma, efetuando breve relato dos fatos, expressando ausência de individualização de condutas - inépcia da inicial, argumentando que o réu não concorreu para o crime de energia elétrica - ausência da conduta delituosa. Argui, ainda, quanto ao delito de Estelionato, ausência dos elementos que caracterizam o tipo penal, alegando confusão entre sujeito ativo e passivo e que o réu não concorreu para o crime em comento, bem como, com relação ao delito de Falsa Identidade, atipicidade por ausência de elementos caracterizadores do tipo. QUANTO AO ACUSADO DYEGO ALEIXO DE ALMEIDA: O advogado do acusado faz breve síntese dos fatos, arguindo como tese negativa de autoria, invocando o princípio constitucional da presunção de inocência, pleiteando absolvição sumária, sob o argumento de que somente houve a participação indireta do denunciado no crime de furto e que assim merece proporcional reprimenda. Continua sua tese defensiva, pleiteando, caso decida este Magistrado pela participação apenas no crime de furto, que seja proposta a Suspensão Processual, de conformidade com o artigo 89, da lei 9.099/95, requerendo remessa dos autos ao RMP neste sentido. Aduz, ainda, desnecessidade da medida cautelar preventiva, referindo, em resumo, ausência do fumus comissi delicti e do periculum libertatis, e que sejam aplicadas medidas cautelares diversas da prisão, fazendo ênfase a excepcionalidade da Prisão Preventiva. Os autos foram remetidos com vista à Promotoria e Justiça, tendo a representante do Órgão Ministerial se manifestado em não assistir razão a defesa de EDNALDO quanto a alegação de inépcia da inicial, arguindo que a denúncia apresenta a exposição dos fatos com clareza e precisão, com todas as suas circunstâncias necessárias e exigidas pela lei processual penal, o que levou o Magistrado a recebe-la, aduzindo que o "Parquet", além explicar a conduta delitiva do acusado, forneceu elementos de prova suficientes para garantir a ampla defesa e contraditório, expressando que os argumentos e inépcia da inicial deve ser rechaçada. Passo a análise da Resposta a Acusação efetuada em prol do réu EDNALDO GUIMARÃES DE CARVALHO. Quanto a

preliminar da inépcia da denúncia, presentada pelo acusado EDINALDO, faço ênfase de que ao receber a peça exordial acusatória, teci entendimento de que haviam indícios de materialidade e de autoria suficientes a ensejar a instauração da presente ação penal, bem como que a denúncia narra de maneira clara e objetiva os fatos criminosos, com todas as suas circunstâncias, nos moldes do art. 41 do CPP, possibilitando o pleno exercício do direito de defesa, sendo que esmiuçar a situação fática é tarefa a ser desempenhada mediante o contraditório e da ampla defesa e durante a instrução criminal. A jurisprudência do STJ pacificou o entendimento de que não deve ser denominada de inepta a denúncia formalizada em estrita obediência às normas contidas no artigo 41, da lei adjetiva penal, como no caso em análise. Vejamos: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. FALSIDADE IDEOLÓGICA E USO DE DOCUMENTO FALSO. DENÚNCIA. INÉPCIA. PEÇA INAUGURAL QUE ATENDE AOS REQUISITOS LEGAIS EXIGIDOS E DESCREVE CRIMES EM TESE. AMPLA DEFESA GARANTIDA. MÁCULA NÃO EVIDENCIADA. 1. Não pode ser acoimada de inepta a denúncia formulada em obediência aos requisitos traçados no artigo 41 do Código de Processo Penal, descrevendo perfeitamente as condutas típicas, cuja autoria é atribuída ao recorrente devidamente qualificado, circunstâncias que permitem o exercício da ampla defesa. 2. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça pacificou o entendimento de que a ausência de elementos acidentais, tais como a data e o local exato em que os fatos ocorreram, não enseja, por si só, a inépcia da inicial. Precedentes. 3. O só fato de não constar da exordial a identificação do terceiro que teria agido em concurso com o recorrente é insuficiente para invalidar a aludida peça, uma vez que até mesmo nos crimes em que o concurso de pessoas é necessário, o que não ocorre na espécie, a ausência de individualização dos demais agentes não macula a vestibular, pois, a par de ser possível o seu aditamento para nela incluir tal informação até a prolação de sentença, o certo é que o desconhecimento da autoria dos outros envolvidos não descaracteriza a prática delitiva, cuja comprovação somente será possível ao término da instrução processual. Precedentes. [...] 2. Recurso desprovido. (STJ - RHC 100.433/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 29/08/2018) (grifo não autêntico). CRIMINAL. HC. DUPLICATA SIMULADA. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. INÉPCIA DA DENÚNCIA. INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS. DENÚNCIA GENÉRICA. ADMISSIBILIDADE. HIPÓTESE DE CO-AUTORIA E, NÃO, DE PARTICIPAÇÃO DIVERSA. INSTRUÇÃO NECESSÁRIA. MATERIALIDADE DELITIVA. ILEGALIDADE NÃO-VERIFICADA. ORDEM DENEGADA. I. A falta de justa causa para a ação penal só pode ser reconhecida quando, de pronto, sem a necessidade de exame valorativo do conjunto fático-probatório, evidenciar-se a atipicidade do fato, a ausência de indícios a fundamentarem a acusação ou, ainda, a extinção da punibilidade. II. Não é inepta a denúncia que não descreve, pormenorizadamente, a conduta dos denunciados, quando, ainda que sucinta, não obstrui nem dificulta o exercício da mais ampla defesa. III. Tratando-se de crimes de autoria coletiva, de difícil individualização da conduta de cada participante, admite-se a denúncia de forma mais ou menos genérica, por interpretação pretoriana do art. 41 do CPP. Precedentes. IV. Hipótese de delito praticado em concurso de agentes, na forma de co-autoria e, não, de participação diversa, quando então seria necessária a descrição da conduta do partícipe em sentido estrito. V. Ressalva de que somente a instrução poderá esclarecer e pormenorizar de que forma os réus participaram dos fatos narrados. VI. O fato de a denúncia não ter descrito cada uma das duplicatas não tem o condão de desfigurar a materialidade do delito em questão VII. Ordem denegada. (STJ - Processo HC 23714 RS 2002/0091569-7; Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA; Publicação: DJ 03.02.2003 p. 336; Julgamento: 21 de Novembro de 2002; Relator: Ministro GILSON DIPP) (grifo não autêntico). Desta feita, não há que se falar em inépcia da denúncia, motivo pelo qual rejeito a preliminar arguida pela defesa de mencionado réu. Quanto aos argumentos de que o réu não concorreu para o crime de energia elétrica, expressando ausência da conduta delituosa, bem como a arguição, quanto ao delito de Estelionato, de ausência dos elementos que caracterizam o tipo penal, alegando confusão entre sujeito ativo e passivo e que o réu não concorreu para o crime em comento, bem como, com relação ao delito de Falsa Identidade, em que alega atipicidade por ausência de elementos caracterizadores do tipo, tratam-se de matéria de mérito a merecer apreciação no momento próprio (instrução e julgamento e prolação de sentença). QUANTO A DEFESA APRESENTADA EM PROL DO RÉU DYEGO ALEIXO DE ALMEIDA: As matérias relativas a tese negativa de autoria, invocando o princípio constitucional da presunção de inocência, pleiteando absolvição sumária, sob o argumento de que somente houve a participação indireta do denunciado no crime de furto e que assim merece proporcional reprimenda, são questões que somente poderão ser analisadas com a instrução criminal e colheita de provas, pois remetem ao mérito. Portanto, o pleito de exclusão dos tipos penais de Estelionato, Extorsão e Falsa Identidade e consequentemente de formalização pela RMP de proposta a Suspensão Processual, somente poderá ser analisado com a colheita de provas. QUANTO A REVOGAÇÃO DA MEDIDA CAUTELAR PREVENTIVA, formalizado em prol do réu DYEGO ALEIXO ALMEIDA: Fundamenta a Defesa o PLEITO DE REVOGAÇÃO DE CUTELAR SEGREGATIVA DE

LIBERDADE, na argumentação de que esta é desnecessária em face de ausência de seus pressupostos, arguindo que em que pese a gravidade dos crimes, estes não foram praticados pelo acusado e que assim nenhuma ameaça ocorreria à ordem Pública com sua liberdade, afirmando, quanto qualquer ameaça a instrução criminal, que seu constituinte não tem condições e não reúne poderes para uma vez solto ameaçar os envolvidos, expressando que o Magistrado foi induzido a erro pelos fatos inverídicos montados e orquestrados pelos autores. Quanto a ameaça a aplicação da lei argumenta que existem outras medidas que produzem eficácia para cumprimento das determinações do Juízo que não a extrema ratio, fazendo enfoque em outras medidas cautelares diversas da prisão, mencionando sobre o caráter excepcional da medida cautelar segregativa de liberdade, embasando suas razões nos artigos 5º da Carta Magna Nacional, no artigo 7º da Convenção Americana sobre Direitos Humanos p- Pacto e São José da Costa Rica, nos artigos 282, §§ 5ºe 6º,artigo 316, 319, do CPP e na lei 12.403/2011. A Promotora de Justiça, procedendo análise do novo pleito de revogação em prol do denunciado DYEGO, opinou pelo indeferimento, aduzindo, em resumo, que o peticionário foi denunciado por haver praticado os delitos de Furto de Energia Elétrica, Estelionato, Extorsão e Falsa identidade, arguindo que a atuação do requerente foi de extrema audácia, referindo que a defesa, em nenhum momento, comprovou que efetivamente o acusado reúne todos os requisitos objetivos e subjetivos para responder ao processo em liberdade e que somente procede a citações genéricas, sem contudo apresentar documentos comprobatórios do alegado. Diz, ainda, que altamente fulgirantes encontram-se os requisitos do artigo 312, do CPP, vez que o processo se encontra em fase inicial, a ser realizada audiência de instrução e julgamento, afirmando que com a prisão do pleiteante fica preservada a ordem pública, apresentando entendimentos jurisprudenciais a respeito. Reanalisando os motivos que ensejaram o decreto cautelar preventivo, transcrevo texto da decisão de folhas 153 a 154, que segue: (...) O histórico dos fatos contidos na denúncia expressa que no dia 21 de abril do corrente ano, por volta das 19 horas, uma equipe de fiscalização da empresa CELPA e um perito do CPC Renato Chaves constataram uma ligação clandestina na empresa BALATIBOOM PARQUE E BUFFET INFANTILK LTDA, localizada na Travessa Djalma Dutra, nº321, bairro do Telégrafo, nesta Cidade de Belém, Estado do Pará 3e, ao questionarem a proprietária da casa de eventos, Sra. Luciana da Silva Vasconcelos, quanto ao furto de energia elétrica que acabavam de flagrar, esta informou que um indivíduo de prenome Dyego havia estado no local e se intitulando funcionário da Rede Celpa, concessionária de energia elétrica, propondo um acordo para realizar uma ligação clandestina no referido imóvel e suprimir a dívida dos computadores de referida concessionária de energia elétrica, mediante o pagamento de R$11.000,00 (onze mil reais), constando que a senhora Luciana acertou com aquele indivíduo o pagamento em parcelas, contudo, ao verificar o sistema da CELPA, constatou que seu débito não havia sido suprimido e novamente o fornecimento de sua energia elétrica foi interrompido por outras diversas vezes, momento em que denunciou o ocorrido e passou a ser vítima de extorsão por parte do denunciado DYEGO. Consta que por meio de investigação, foi constatado que os réus DYEGO e EDNALDO se fizeram passar por funcionários da CELPA e efetuaram a ligação clandestina no estabelecimento comercial da senhora Luciana e que tediam tido a colaboração de outros dois homens não identificados nos autos, bem como que os acusados seriam ex-funcionários de empresas prestadoras de serviços da CELPA e se utilizavam de uniformes dos funcionários da concessionária da empresa, bem como um carro com duias escadas no teto e cones de sinalização, assim como se utilizavam de identidade falsa com o firme propósito de induzir pessoas em débito de energia elétrica a erro e constrange-las a cair no golpe do "parcelamento e sumiço" de débitos passados nos computadores da concessionária. Desta feita, reforço ser inegável que estando tal elemento em liberdade, prejuízos ocorrerão para colheita de provas, com insegurança para vítimas e testemunhas, além do que resta demonstrado que nenhuma garantia se terá para a aplicação efetiva da lei. Portanto, os pressupostos do artigo 312, do CPP, quais sejam: Necessidade de garantia da instrução criminal e da aplicação da norma legal estão presentes, confirmando-se assim o periculum libertatis e o fumus comissi delicti, motivo pelo qual acolho a Representação da Autoridade Policial e as considerações do RMP e DECRETO A CUSTÓDIA CAUTELAR PREVENTIVA DO DENUNCIADO DYEGO ALEIXO DE ALMEIDA (...). A defesa, nesta reiteração, não apresenta fatos novos que levem a alteração do entendimento de necessidade da permanência da medida cautelar, para que não venha a ocorrer ameaça a colheita de provas, para a sociedade, vez que não há garantias de que não voltará a praticar atos ilícitos, bem como em face de se dar garantias de que a aplicação da lei não sofrerá prejuízos, tendo em vista que a ação penal foi bastante procrastinada em seu curso, pelo fato de o réu se por em local desconhecido, dificultando sua citação, o que somente veio a ocorrer quando Decretada sua custódia cautelar e após diligências pela Autoridade Policial foi ele conduzido à casa penal. Ademais, embora sem outros antecedentes, com outros atributos pessoais que afirma a defesa lhe seriam favoráveis, tal situação não obsta o decreto cautelar e nem impõe revogação, quando presentes quaisquer dos pressupostos do artigo 312, do CPP, coimo também não é fator

impeditivo de mantença do réu no cárcere o princípio da presunção de inocência. Apresento Julgados: Julgados: TJ-PR - Habeas Corpus Crime HC 4019949 PR 0401994-9 (TJ-PR) Data de publicação: 12/04/2007 Ementa: preventiva. Este é o entendimento consolidado do STJ: "(...) IV - Condições pessoais favoráveis como primariedade, bons antecedentes e residência fixa no distrito da culpa, não têm o condão de, por si só, garantir ao paciente a liberdade provisória, se há nos autos, elementos hábeis a recomendar a manutenção da custódia cautelar. (Precedentes).(...)" (STJ-5ª Turma, HC 65.863/SP, Rel. Min. Felix Fischer, julg. 06.02.2007, DJU 26.03.2007, p. 266) Cabe, então, aferir se se faz presente algum dos fundamentos que autorizam a manutenção da custódia cautelar. Conforme bem apontou a representante da Procuradoria de Justiça que oficiou neste feito, não é idônea a fundamentação relativamente à conveniência da instrução criminal bem como para assegurar a aplicação da lei penal, pois consistiu em mera ilação e conjectura de que os pacientes se evadiriam do distrito da culpa ou poderiam influir no ânimo das testemunhas, tendo em vista a severidade das penas em abstrato dos crimes a eles imputados. A decisão não apontou nenhum elemento concreto que conduzisse a tais presunções. Por exemplo, não consta que os pacientes respondessem a outros processos e tenham se evadido durante a instrução, nem que tivessem ameaçado ou constrangido alguma das testemunhas. Ao contrário, o fato de terem família constituída e ocupação fixa demonstra que possuem vínculos sólidos com o distrito da culpa. Ademais, pela natureza dos crimes imputados aos pacientes, uma pretensa e eventual pressão dos agentes sobre as testemunhas teria pouco efeito. Isto porque a materialidade de tais delitos se demonstra através do laudo do Instituto de Criminalística comprovando a adulteração (relativamente ao crime do art. 311 do CP) e da receptação qualificada (art. 180 , § 1º , do CP) também o boletim de ocorrência da subtração anterior dos veículos encontrados em poder dos pacientes, já adulterados. É de se observar, ainda, que as testemunhas arroladas e aptas a comprovar a autoria são investigadores de polícia. TJ-RJ - HABEAS CORPUS HC 00625111020158190000 RJ 0062511-10.2015.8.19.0000 (TJ-RJ) Data de publicação: 11/12/2015 Ementa: nas informações e, também, no parecer - sendo, por isso, desnecessária a repetição no presente voto -, ao contrário do que alega o impetrante, apresenta fundamentação idônea e concreta, demonstrando a necessidade da segregação cautelar, para salvaguardar a ordem pública e também a instrução criminal. 4. O digno magistrado, em seu decisum, fez expressa referência à dinâmica delitiva narrada no auto de prisão em flagrante, salientando que a vítima, submetida a agressões físicas, reconheceu pessoalmente o paciente, os corréus e o adolescente infrator, afirmando que havia sido vítima, um mês antes, de roubo praticado pelo grupo, com o mesmo modus operandi. 5. Observa-se, portanto, que a suposta reiteração criminosa, de delito praticado com violência contra a mesma vítima, apresenta-se como fundamento idôneo e suficiente para a motivação da prisão cautelar, in casu, a garantia da ordem pública e da instrução criminal. 6. Decerto, a única medida cautelar que se mostra apta, no caso concreto, para salvaguardar a ordem pública e a instrução criminal é a prisão preventiva, não merecendo acolhida o pleito subsidiário. Deve-se ter em conta, como salientou a digna autoridade impetrada, que há risco concreto para a instrução criminal, uma vez que a liberdade do paciente poderá influir no estado de ânimo da vítima, que será ouvida em juízo. 7. Demais disso, não há que se cogitar de ofensa ao Princípio da Homogeneidade, uma vez que são meras ilações a possibilidade de abrandamento do regime prisional, para a pena em perspectiva a ser imposta ao paciente, já que a instrução sequer se iniciou. Ao revés, o que consta dos autos até o presente momento - fortes indícios de autoria, com reconhecimento pessoal realizado pela vítima, no momento da prisão em flagrante revela a gravidade das imputações que demonstram a insuficiência e inadequação de cautelar diversa da prisão. 8. Por fim, conforme entendimento já consolidado na jurisprudência, a existência de condições subjetivas favoráveis, por si só, não conduz à revogação da prisão preventiva, quando presentes e demonstrados os seus requisitos. 9. Assim, não restou caracterizado o alegado constrangimento ilegal. DENEGAÇÃO DA ORDEM. TJ-MG - Habeas Corpus HC 10000130407083000 MG (TJ-MG) Data de publicação: 26/07/2013 Ementa: HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO - REVOGAÇÃO DA PRISÃO - ADVENTO DA LEI 12.403 /11 - SUBSTITUIÇÃO POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES - IMPOSSIBILIDADE - PRESSUPOSTOS E REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP NITIDAMENTE PRESENTES - PRIMARIEDADE E BONS ANTECEDENTES - CONDIÇÕES QUE NÃO DEVEM PREVALECER SOBRE A NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR - OFENSA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA - ARGUMENTO IMPROCEDENTE - DENEGADO O HABEAS CORPUS. - Com o advento da Lei 12.403 /11, a prisão preventiva somente deverá ser aplicada nos casos mais graves, em que as outras medidas cautelares não sejam suficientes para garantir a efetividade do processo. - Em se tratando do gravíssimo crime de homicídio qualificado, estando comprovada a materialidade delitiva e havendo fortes indícios de autoria, demonstrado está tratar-se de situação excepcional, que demanda a constrição cautelar do paciente, não apenas pare se garantir a ordem pública, mas por conveniência da instrução criminal, principalmente em razão das ameaças dirigidas pelo agente à ex-companheira da vítima. - Os atributos pessoais do paciente

não podem ser analisados individualmente, sem que seja considerado todo o contexto dos autos, sob pena de se trazer prejuízos à tranquilidade social e à manutenção da ordem pública, fundamentos esses essenciais à análise da necessidade da manutenção de qualquer prisão cautelar. - O princípio da presunção da inocência não influi na análise da necessidade da manutenção da prisão cautelar, mas apenas impede a antecipação dos efeitos da sentença. STF - HABEAS CORPUS HC 101979 SP (STF) Data de publicação: 26/06/2012 Ementa: EMENTA HABEAS CORPUS. PRISÃO CAUTELAR. GRUPO CRIMINOSO. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. CRIME DE EXTORSÃO MEDIANTE SEQUESTRO. SÚMULA 691 . 1. A presunção de inocência, ou de não culpabilidade, é princípio cardeal no processo penal em um Estado Democrático de Direito. Teve longo desenvolvimento histórico, sendo considerada uma conquista da humanidade. Não impede, porém, em absoluto, a imposição de restrições ao direito do acusado antes do final processo, exigindo apenas que essas sejam necessárias e que não sejam prodigalizadas. Não constitui um véu inibidor da apreensão da realidade pelo juiz, ou mais especificamente do conhecimento dos fatos do processo e da valoração das provas, ainda que em cognição sumária e provisória. O mundo não pode ser colocado entre parênteses. O entendimento de que o fato criminoso em si não pode ser valorado para decretação ou manutenção da prisão cautelar não é consentâneo com o próprio instituto da prisão preventiva, já que a imposição desta tem por pressuposto a presença de prova da materialidade do crime e de indícios de autoria. Se as circunstâncias concretas da prática do crime revelam risco de reiteração delitiva e a periculosidade do agente, justificada está a decretação ou a manutenção da prisão cautelar para resguardar a ordem pública, desde que igualmente presentes boas provas da materialidade e da autoria. 2. Não se pode afirmar a invalidade da decretação de prisão cautelar, em sentença, de condenados que integram grupo criminoso dedicado à prática do crime de extorsão mediante sequestro, pela presença de risco de reiteração delitiva e à ordem pública, fundamentos para a preventiva, conforme art. 312 do Código de Processo Penal . 3. Habeas corpus que não deveria ser conhecido, pois impetrado contra negativa de liminar. Tendo se ingressado no mérito com a concessão da liminar e na discussão havida no julgamento, é o caso de, desde logo, conhecê-lo para denegá-lo, superando excepcionalmente a Súmula 691. TJ-PA - Habeas Corpus HC 00014288820148140057 BELÉM (TJ-PA) Data de publicação: 03/07/2014 Ementa: HABEAS CORPUS. ROUBO QUALIFICADO. ART. 157, § 2º, I E II, DO CPB. PRISÃO PREVENTIVA. INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS DA MEDIDA CAUTELAR. IMPROCEDÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO SATISFATÓRIA. OBEDIÊNCIA AO ART. 93 , INCISO IX , DA CF . PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP . GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. APLICAÇÃO DA LEI PENAL. PERICULOSIDADE DO AGENTE. MODUS OPERANDI. GRAVIDADE DA AÇÃO CRIMINOSA. PRINCÍPIO DO JUIZ PRÓXIMO DA CAUSA. CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E PRISÃO CAUTELAR. COMPATIBILIDADE. PRINCÍPIOS DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DO DEVIDO PROCESSO LEGAL DEVIDAMENTE OBEDECIDOS. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME. 1. O Juízo a quo consubstanciou suas decisões (decreto constritivo e indeferimento do pedido de revogação da preventiva), de forma satisfatória, vez que pautadas nos motivos autorizadores da prisão preventiva, mormente a garantia da ordem pública e a aplicação da lei penal, diante da periculosidade concreta do paciente, demonstrada pelo modus operandi em que se deu o crime, além da grave ameaça às vítimas. 2. As condições subjetivas favoráveis atribuídas ao paciente como residência fixa, ocupação lícita, primariedade e bons antecedentes, não são suficientes, por si sós, para impedir a segregação cautelar, se presente pelo menos um dos requisitos da prisão preventiva. 3. Em uma perspectivaa1 de modelo constitucional de processo, voltado à tutela dos direitos e garantias fundamentais, a prisão preventiva, enquanto medida cautelar, entendida como exceção à regra da liberdade, imposta pelo princípio da presunção de inocência, não ofende à Constituição de 1988. Assim, a medida cautelar garante o bom andamento processual, enquanto o princípio da presunção de inocência promove a afirmação do acusado como sujeito de direitos, garantindo a realização dos direitos fundamentais no processo penal, a exemplo da dignidade da pessoa humana e do devido processo legal. 4. Ordem denegada, à unanimidade. Portanto, estando presentes os pressupostos indispensáveis para a decretação da medida cautelar privativa de liberdade, quais sejam: fumus comissi delicti e periculum libertatis, o primeiro previsto na parte final do artigo 312, do CPP (prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria), enquanto o segundo consubstanciado, em três dos fundamentos de mesmo artigo 312 acima mencionado: garantia da ordem pública; garantia da aplicação da lei penal; garantia da instrução criminal, a prisão está perfeitamente justificada. As razões apresentadas pela RMP para manifestar-se contrário à concessão de liberdade merecem acolhida pois não deixaram de subsistir o fumus comissi delicti e o periculum libertatis. Em face de tudo exposto, persistindo os pressupostos da Prisão Preventiva, contidos no artigo 311 e 312, do CPP, ou seja, fumus comissi delicti e periculum libertatis, é necessária a mantença da cautelar, não se apresentando elementos para substituição por outras medidas diversas da prisão, pelo que NEGO o

pedido de revogação formulado em prol do denunciado DYEGO ALEIXO DE ALMEIDA. Quanto aos demais argumentos da defesa, se constituem em matéria meritória, a ser apreciada quando da instrução criminal, não se apresentando elementos para absolver sumariamente quaisquer dos réus, vez que não se a presentam nenhum dos requisitos contidos no artigo 397, do CPP, que seguem: Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar: I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou IV - extinta a punibilidade do agente. Ademais, tendo em vista que as defesas não arrolou qualquer testemunha nesta oportunidade, fase do artigo 396 do CPP, a qual já se encontra superada, resta, portanto, precluso o prazo para tal finalidade, razão pela qual, desde já, indefiro o pleito de posterior arrolamento de testemunhas, sem prejuízo do disposto no art. 209 do CPP. Em face do exposto, determino audiência de instrução e julgamento para o próximo dia 15 de julho de 2019 às 11 horas. Intimem-se em regime de plantão. Cumpra-se, inclusive com as deliberações anteriores. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz Titular da 8ª. Vara Criminal PROCESSO: 00197725020178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:WILSON MIRANDA DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:A. C. L. T. PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR. DESPACHO Em análise do que consta nos presente autos, verifico que, não foram arroladas testemunhas de defesa bem como que, foi expedida Carta Precatória à Comarca de Marituba/PA com a finalidade de inquirir a testemunha de acusação PAULO SÉRGIO PALHETA LOBATO LOPES, contudo, este não foi localizado no logradouro constante nos autos, conforme depreende-se às fls. 96/97. Desta feita, ante a situação supra descrita, intime-se o MP para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar acerca da insistência ou desistência na oitiva da referida testemunha, devendo apresentar dados complementares de endereço ou qualificação, caso insista na oitiva da referida testemunha. Cumpra-se. Após, conclusos. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00218987320178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PAOLA BARAÚNA MAGNO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:CHARLES ANDERSON NASCIMENTO SARAIVA Representante(s): OAB 21554 - WILLAM AVIZ DE ASSIS (ADVOGADO) OAB 15308 - KARINA NEVES MOURA (ADVOGADO) PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR. ATO ORDINATÓRIO Por meio deste, fica intimada a defesa do réu CHARLES ANDERSON NASCIMENTO SARAIVA a apresentar memoriais, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 403, §3º, do CPP. Belém, 27 de junho de 2019. PAOLA BARAÚNA MAGNO Diretora de Secretaria da 8ª Vara Criminal PROCESSO: 00229377120188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 DENUNCIADO:MANOEL DA VERA CRUZ MACIEL NETO VITIMA:B. V. F. S. A. C. F. E. I. . Decisão Recebo denúncia ofertada em desfavor do acusado MANOEL DA VERA CRUZ MACIEL NETO, por preencher os pressupostos de admissibilidade esculpidos na legislação processual (artigo 41 do CPP), ou seja, contendo a exposição do fato criminoso, a qualificação do acusado, a classificação do crime e rol de testemunhas, dando-o como incurso no artigo nela mencionado. Cite-se o réu para apresentação de resposta à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP, fazendo-se observância de que decorrido referido lapso temporal sem manifestação, será nomeado Defensor Público para tal finalidade. Visando a economia e celeridade processual, intime-se o réu para que, no prazo de 10 (dez) dias, indique o(s) advogado(s) que está(ão) atuando em sua defesa ou, caso não reúna condições econômicas para o patrocínio da mesma, requeira a nomeação de Defensor Público para todos os atos do processo. Outrossim, face à manifestação ministerial de fl. 03, requisite-se ao CPC Renato Chaves as perícias, já solicitadas, pendentes de conclusão. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00245812020168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:CARLOS ARAUJO TAVARES VITIMA:T. K. S. F. T. PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR. DESPACHO Face ao certificado à fl. 114, dê-se vista ao MP para manifestação acerca do que entender pertinente. Após, conclusos. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal PROCESSO: 00261975920188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:ELITON BARREIROS LEAO

Representante(s): OAB 4753 - LUCIEL DA COSTA CAXIADO (ADVOGADO) OAB 23554 - FABIOLA GOMES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 29110 - SWYANAMIN GREGORIO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) DENUNCIADO:FERNANDO MILLER PAMPLONA FARIAS DENUNCIADO:MAURICIO DIAS DOS SANTOS VITIMA:L. S. I. VITIMA:B. L. P. V. DENUNCIADO:DENERVAL GONCALVES PROMOTOR:SETIMA PROMOTORIA DE JUSTICA DO JUIZO SINGULAR. DESPACHO Considerando a certidão de fl. 266, encaminhem-se os autos ao MP, a fim de tentar localizar novo endereço ou endereço mais completo do réu DENERVAL GONÇALVES. Fornecido endereço diverso do constante nos autos, cite-se o réu para apresentação de resposta à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP, fazendo-se observância de que decorrido referido lapso temporal sem manifestação, será nomeado Defensor Público para tal finalidade. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. Jorge Luiz Lisboa Sanches Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00264418520188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:CEZAR AUGUSTO DA CRUZ SEIXAS Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) PROMOTOR:PRIMEIRA PROMOTORIA DE ENTORPECENTES. DESPACHO Notifique-se o réu CEZAR AUGUSTO DA CRUZ SEIXAS através de edital, com prazo de 15 (quinze) dias, para que, no prazo de 10 (dez) dias, responda às acusações por escrito, nos termos do art. 396 do CPP, com a observância de que referido prazo começará a fluir a partir do comparecimento pessoal do réu ou do defensor constituído, consoante prevê o parágrafo único do referido artigo. Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. Dr. JORGE LUIZ LISBOA SANCHES Juiz de Direito Titular da 8ª Vara Criminal da Capital PROCESSO: 00277435220188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PAOLA BARAÚNA MAGNO Ação: Notificação para Explicações em: 27/06/2019 INTERPELANTE:JOAO JORGE HAGE NETO Representante(s): OAB 25539 - NATALIA VELOSO SOUZA MORAES (ADVOGADO) INTERPELADO:ANA LIDIA SERRUYA HAGE. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento ao despacho de fl. 27, fica intimado o interpelante JOÃO JORGE HAGE NETO de que os presentes autos de Interpelação Judicial serão arquivados no sistema e estão disponíveis para lhe serem entregues definitivamente. Belém, 27 de junho de 2019. Paola Baraúna Magno Diretora de Secretaria da 8ª Vara Criminal PROCESSO: 00009460520198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: J. P. S. VITIMA: E. C. B. B. PROMOTOR: S. P. J. J. S.

SECRETARIA DA 10ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 26/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 10ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 10ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00020928120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:A. DENUNCIADO:JEFERSON YURI MELO PEREIRA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) DENUNCIADO:WELLINGTON LOBATO MENEZES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . DELIBERAÇÃO: 1) Defiro o pedido das partes, concedo o prazo de cinco (05) dias, primeiramente a acusação e, em seguida, a defesa, para oferecimento dos memoriais escritos. Após, venham-me os autos conclusos para sentença. 2) Cientes os presentes. Cumpra-se. PROCESSO: 00040611020148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 AUTORIDADE POLICIAL:ANTONIO MARIA MARCAL AMERICO - DPC INDICIADO:SILVIO TUFI AQUINO DE MORAIS VITIMA:A. R. M. . Vistos etc. Considerando que o Inquérito Policial se encontra concluído e relatado pela Autoridade Policial, bem como que já houve o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, DECLARO ENCERRADA A COMPETÊNCIA DESTA VARA DE INQUÉRITOS PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO, razão pela qual determino o encaminhamento dos presentes autos à Central de Distribuição do Fórum Criminal para as providências ulteriores, em tudo observada a literalidade da Resolução TJPA nº 17/2008-GP, com sua redação alterada Resolução TJPA nº 010/2009-GP. P.R.I.C., expedindo-se o necessário. Belém (PA), 26 de junho de 2019. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara Penal de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares de Belém PROCESSO: 00063183220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:MICHELLE MATOS DOS SANTOS Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . DELIBERAÇÃO: 1) Diante do exposto, redesigno a presente audiência para O DIA 09 DE DEZEMBRO DE 2019, ÀS 11:00 HORAS. 2) Oficie-se ao Comando da PM informando no não comparecimento a este ato dos policias requisitados, o que prejudicou a marcha processual. Cientes e intimados os presentes de que deverão comparecer ao próximo ato, independente de intimação. Cumpra-se. PROCESSO: 00106106020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 VITIMA:O. E. INDICIADO:DEBORA DO SOCORRO SANTOS SILVA Representante(s): OAB 23364 - RONDINELLY MAIA ABRANCHES GOMES (ADVOGADO) INDICIADO:HILDO CARDOSO CASTRO Representante(s): OAB 23364 - RONDINELLY MAIA ABRANCHES GOMES (ADVOGADO) . Considerando que o Inquérito Policial pertinente ao presente processo encontra-se concluído e relatado pela Autoridade Policial. Considerando o disposto no art. 2º, § 3º da Resolução TJE-PA nº 17/2008, com redação dada pela Resolução nº 10/2009-GP de 15/06/2009. DECLARO ENCERRADA A COMPETÊNCIA DESTA VARA DE INQUÉRITOS PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO, razão pela qual determino o encaminhamento dos presentes autos à Central de Distribuição do Fórum Criminal para as providências ulteriores, em tudo observada a literalidade da Resolução nº 17/2008-GP, com sua redação alterada pela resolução nº 010/2009-GP. P.R.I.C. Belém(PA), 26 de junho de 2019. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara Penal de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares de Belém PROCESSO: 00107494620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:FRANCISCO CARDOSO DE SOUSA VITIMA:I. V. S. . DELIBERAÇÃO: 1) Diante do acima exposto, redesigno a presente audiência para O DIA 06 DE ABRIL DE 2020, ÀS 10:00 HORAS. 2) Cientes e intimados os presentes de que deverão comparecer ao próximo ato, independente de intimação. Cumpra-se. PROCESSO: 00116966620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO Ação: Representação Criminal/Notícia de Crime em: 26/06/2019 NOTICIANTE:SINTIA NAZARE OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 23898 - ANTONIO RENATO COSTA FONTELLE (ADVOGADO) NOTICIANTE:ANTONIO VITOR CARDOSO TOURAO PANTOJA Representante(s): OAB 23898 - ANTONIO RENATO COSTA FONTELLE (ADVOGADO) NOTICIADO:CARLA MIRIAM FONSECA PINTO DE ALMEIDA. Processo nº: 0011696-66.2019.8.14.0401 Autos de Ação Pública Denunciada: CARLA MIRIAM FONSECA PINTO DE ALMEIDA Vitimas: SINTIA NAZARÉ OLIVEIRA DA SILVA; e

ANTONIO VITOR CARDOSO TOURÃO PANTOJA Capitulação Provisória: Art. 168, § 1º do Código Penal DESPACHO Recebi hoje, Considerando o teor dos documentos de fls. 02/12, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para as medidas que entender cabíveis. Cumpra-se com as cautelas legais. P.R.I.C Belém-Pará, 26 de junho de 2019. SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO Juíza de Direito Titular da 10ª VCB PROCESSO: 00121106420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:JOSE KLEBER MONTEIRO MOREIRA VITIMA:A. C. L. M. . Processo nº: 0012110-64.2019.8.14.0401 Autos de Ação Pública Denunciada: JOSE KLEBER MONTEIRO MOREIRA Capitulação Provisória: Art. 168, § 1º, III do Código Penal I. R. H. II. A Denúncia satisfaz os requisitos enumerados no art. 41 do CPP. Descreve o fato penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou culpabilidade. A justa causa para a ação penal (materialidade e indícios de autoria) está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição da denúncia (CPP art. 395, incisos I a III). Razão pela qual RECEBO A DENÚNCIA contra o nacional JOSE KLEBER MONTEIRO MOREIRA, nas sanções do Art. 168, § 1º, III do Código Penal; III. Expeça-se o respectivo mandado de citação do réu, para que responda à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, quando poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse a defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas que pretendam produzir e arrolar testemunhas, que poderá ser arroladas pela acusação e defesa até o número de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, na forma prevista no art. 396-A c/c art. 401 do CPP; IV. Conste no mandado de citação, que não sendo apresentada a defesa resposta no prazo legal, ou se o acusado citado, não constituir advogado, será constituído Defensor Público do Estado para tal fim, devendo o Senhor Diretor de Secretaria certificar o decurso do prazo sem oferecimento da resposta e em seguida dar vistas dos autos à Defensoria Pública do Estado para que ofereça a resposta no prazo em dobro; V. Verificando-se nos autos que há advogado constituído, intime-se o mesmo para apresentar a Defesa Preliminar no prazo legal; VI. No caso de não ser o denunciado civilmente identificado, requisite-se à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias; VII. Junte-se as Certidão Criminal e seu relatório analítico, havendo informações de processo criminal julgado ou em grau de recurso, fazer juntada na certidão do trânsito em julgado e cópia da sentença, e ou certificar sobre a real situação; Cumpra-se, com as cautelas da lei. P.R.I.C. Belém-Pará, 26 de junho de 2019. SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO Juíza de Direito Titular da 10ª VCB PROCESSO: 00121911320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 VITIMA:A. R. M. S. INDICIADO:RODRIGO COSTA SANTANA Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . Considerando que o Inquérito Policial pertinente ao presente processo encontra-se concluído e relatado pela Autoridade Policial. Considerando o disposto no art. 2º, § 3º da Resolução TJE-PA nº 17/2008, com redação dada pela Resolução nº 10/2009-GP de 15/06/2009. DECLARO ENCERRADA A COMPETÊNCIA DESTA VARA DE INQUÉRITOS PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO, razão pela qual determino o encaminhamento dos presentes autos à Central de Distribuição do Fórum Criminal para as providências ulteriores, em tudo observada a literalidade da Resolução nº 17/2008-GP, com sua redação alterada pela resolução nº 010/2009-GP. P.R.I.C. Belém(PA), 26 de junho de 2019. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara Penal de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares de Belém PROCESSO: 00125679620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS DO CARMO DE JESUS Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:A. . Considerando que o Inquérito Policial pertinente ao presente processo encontra-se concluído e relatado pela Autoridade Policial. Considerando o disposto no art. 2º, § 3º da Resolução TJE-PA nº 17/2008, com redação dada pela Resolução nº 10/2009-GP de 15/06/2009. DECLARO ENCERRADA A COMPETÊNCIA DESTA VARA DE INQUÉRITOS PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO, razão pela qual determino o encaminhamento dos presentes autos à Central de Distribuição do Fórum Criminal para as providências ulteriores, em tudo observada a literalidade da Resolução nº 17/2008-GP, com sua redação alterada pela resolução nº 010/2009-GP. P.R.I.C. Belém(PA), 26 de junho de 2019. LUCAS DO CARMO DE JESUS Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara Penal de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares de Belém PROCESSO: 00128254320188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:ANA CLAUDIA CAMPOS SEABRA VITIMA:E. P. S. . Processo nº: 0012825-43.2019.8.14.0401 Autos de Ação Pública Denunciados: ANA CLAUDIA CAMPOS SEABRA Capitulação Provisória: Art. 168 do Código Penal DESPACHO Recebi

hoje, Considerando o teor da certidão de fls. 10, indefiro o requerido pela vítima, uma vez que já se encontra representada pelo Ministério Público, que é o representante legal da sociedade. Acautele-se os autos em secretaria até a audiência designada as fls. 5 Cumpra-se com as cautelas legais. P.R.I.C Belém-Pará, 26 de junho de 2019. SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO Juíza de Direito Titular da 10ª VCB PROCESSO: 00195508720148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:FLAVIO JOSE DE FIGUEIREDO REIS Representante(s): OAB 7209 - DIB ELIAS FILHO (ADVOGADO) VITIMA:K. F. O. . Processo nº 0019550-87.2014.8.14.0401 Autora: Justiça Pública do Estado Denunciados: FLAVIO JOSÉ DE FIGUEIREDO REIS Capitulação Provisória: Art. 157, § 2º, I e II do Código Penal. DESPACHO Recebi hoje. Considerando as certidão de fls. 255, na qual consta que, apesar de regularmente intimado por edital publicado no Diário de Justiça de 16.10.2018, o Advogado do réu FLAVIO JOSÉ DE FIGUEIREDO REIS, Dr. DIB ELIAS FILHO (OAB/Pa 7.209), não se manifestou na fase do art. 402 do CPP e nem apresentou alegações finais em forma de memoriais, intime-se o acusado, por edital, para querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, constituir novo advogados ou manifestar interesse na assistência pela Defensoria Pública. Por fim, caso o réu manifeste interesse na representação por Defensor Público ou transcorrido in albis o prazo para manifestação, remetam-se os autos à Defensoria Pública para que apresente as alegações finais, tudo em observância aos princípios do devido processo legal, da ampla defesa e da razoável duração do processo. Cumpra-se com as cautelas legais. Belém-Pará, 26 de junho de 2019. SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO Juíza de Direito Titular da 10ª VCB PROCESSO: 00274889420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SANDRA MARIA FERREIRA CASTELO BRANCO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:J. R. N. O. VITIMA:A. E. B. S. VITIMA:L. S. N. DENUNCIADO:WELLINGTON RODRIGUES CAVALCANTE Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) DENUNCIADO:WESLEY VIEIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . DELIBERAÇÃO: 1) Defiro o pedido da defesa, oficie-se conforme requerido, com prazo de 5 dias. 2) Com a resposta, concedo o prazo de cinco (05) dias, primeiramente a acusação e, em seguida, a defesa, para oferecimento dos memoriais escritos. Antes, porém junte-se Certidão de Antecedentes Criminais e o relatório Analítico. Após, venham-me os autos conclusos para sentença. Cumpra-se. PROCESSO: 00010335820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ELIVELTON MALATO DE SOUZA Representante(s): OAB 17309 - MAYCON VALENTE PANTOJA (ADVOGADO) . Processo nº: 0001033-58.2019.8.14.0401 Autor: Ministério Público Denunciados: ELIVELTON MALATO DE SOUZA Tipo Penal: Art. 33, Caput, da Lei nº 11.343/2006 DESPACHO Recebi hoje, Dê-se vistas dos autos primeiramente ao MP, para que no prazo de 05 (cinco) dias, ofereça memoriais escritos, posteriormente em igual prazo, à defensora pública do réu, com a mesma finalidade. Após, voltem os autos conclusos. Cumpra-se com as cautelas legais. Belém-Pará, 27 de maio de 2019. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª VCB respondendo pela 10ª VCB PROCESSO: 00017449720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:D. R. A. VITIMA:C. F. L. S. DENUNCIADO:CHRISTIAN HENRIQUE PEREIRA BORGES DENUNCIADO:WELLERSON RIAN DIAS DA SILVA DENUNCIADO:ALEX JUNIOR ATAIDE LIMA. Processo nº 0001744-97.2018.8.14.0401 Autos de Ação Pública Denunciado: CHRISTIAN HENRIQUE PEREIRA BORGES; WELLERSON RIAN DIAS DA SILVA; e ALEX JUNIOR ATAIDE LIMA Capitulação Provisória: Art. 157, § 2º, II n/f do art. 70 e art. 307 c/c o art. 69 do Código Penal Despacho: Recebi hoje; Ratifico o ato praticado pelo Sr. Diretor de Secretaria às fls. 167. Acautelem-se os autos em secretaria até a data da audiência. Cumpra-se com as cautelas legais. Belém-Pará, 27 de junho de 2019. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª VCB respondendo pela 10ª VCB PROCESSO: 00020928120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:A. DENUNCIADO:JEFERSON YURI MELO PEREIRA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) DENUNCIADO:WELLINGTON LOBATO MENEZES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . Processo nº: 0002092-81.2019.8.14.0401 Pedido de Revogação de Prisão Requerente: Jefferson Yuri Melo Pereira e Wellington Lobato Menezes Capitulação Provisória: Art. 157, §2º, inciso II, do CP DECISÃO INTERLOCUTÓRIA RH. Vistos etc... Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva

protocolado pela Defensora Pública Ingrid Macedo, em favor dos acusados JEFFERSON YURI MELO PEREIRA e WELLINGTON LOBATO MENEZES, denunciados que foram pela suposta prática do crime tipificado no art. 157, §2º, inciso II, do CP, alegando, em síntese, excesso de prazo à conclusão da instrução processual, uma vez que estão presos há mais de 120 (cento e vinte) dias sem que a instrução do feito seja concluída. Instado a se manifestar o Representante do Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido, alegando que a tramitação processual tem seguido uma marcha regular e relativamente célere, como também que não houve modificação fática nos autos capaz de ensejar a revogação da prisão preventiva anteriormente decretada, mormente pelo fato de que a audiência de instrução e julgamento está marcada para data muito próxima. É o relatório. Decido. In casu, não há que se falar em excesso de prazo para conclusão da instrução processual, uma vez que instrução do presente foi já foi concluída, ex-vi às fls. 112, estando agora na fase do art. 403, do CPP, de modo que tão logo as alegações finais sejam apresentadas pelas partes, será prolatada a sentença. Há de ser ressaltado, por oportuno, que os prazos estipulados pelo ordenamento jurídico são, no que diz respeito à conclusão do processo, relativos, ou seja, não são imperativos rígidos, posto que o Legislador não poderia prever uma série de ocorrências ao longo da marcha processual. Ademais, não bastasse o fundamento acima expostos, analisando os documentos constantes nos autos, especialmente as certidões de fls. 76/89, dos autos do IPL anexo, vê-se que os acusados ostentam registros de antecedentes criminais, devendo ser ressaltado que os mesmos estavam em liberdade provisória quando foram presos pela prática do crime ora analisado, o que evidencia as suas reiterações delitivas e ratifica ainda mais a necessidade das suas segregações provisórias, a fim de se garantir a ordem pública. Os acusados, portanto, a meu sentir, não fazem jus à liberdade provisória, pois não só estão presentes as provas da materialidade delitiva e dos indícios suficientes de autoria, como também pelo fato da prisão dos requerentes se mostrar necessária à manutenção da ordem pública, sendo certo que por seus históricos criminais, caso soltos, eles poderão voltar a delinquir, como de fato já o fizeram anteriormente. Por todo exposto, considerando tudo que dos autos consta, em observância a regra contida no art. 316 c/c art. 312 e 313, II do CPP, hei por bem INDEFERIR o pedido de revogação da prisão preventiva formulado em favor dos acusados JEFFERSON YURI MELO PEREIRA e WELLINGTON LOBATO MENEZES, pelos fatos e fundamentos acima mencionados, ratificando os termos das decisões anteriores, tanto a que decretou a prisão preventiva dos requerentes, quanto a que indeferiu o primeiro pedido de revogação da medida extrema. Dê-se ciência às partes. Cumpra-se com as cautelas legais. Belém, 27 de junho de 2019. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza Titular da 11ª VCB, respondendo pela da 10ª VCB PROCESSO: 00039119220158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 AUTORIDADE POLICIAL:ANTONIO JOSE DE SOUZA LIMA DPC VITIMA:R. S. O. DENUNCIADO:JEFFERSON BRENO SOUZA MARQUES Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Processo nº: 0003911-92.2015.8.14.0401 Autos de Ação Pública Denunciado: JEFFERSON BRENO SOUZA MARQUES Tipo Penal: Art. 157 §2º, II do Código Penal SENTENÇA Nº 086/2019 - C/M Vistos, etc. O Representante do Ministério Público do Estado, no uso de suas atribuições legais, com base nas provas coletadas no inquérito policial, ofereceu denúncia contra JEFFERSON BRENO SOUZA MARQUES, em razão de fato ocorrido no pretérito dia 04.03.2015, pela prática de crime previsto no art. 157 §2º, II do Código Penal. No curso do processo foi determinada a Suspensão do feito e do Prazo Prescricional (fls. 15), uma vez que citado por edital (fls. 09) o acusado não apresentou defesa escrita conforme consta na certidão de fls. 14; Às fls. 17 consta a informação de que o denunciado veio à óbito, fato esse confirmado pela cópia do Laudo nº 2016.01.001059-TAN - Declaração de Óbito nº 228691036 (fls. 20). Instado a se manifestar, o RMP pugna seja declarada extinta a punibilidade do acusado (fls. 22). É o relatório. Decido. Da acurada leitura dos autos, de plano, verifico que o denunciado veio a óbito no dia 10.09.2015, fato que restou comprovado através do Laudo nº 2016.01.001059-TAN - Declaração de Óbito nº 228691036 (fls. 20). Diante do exposto, considerando tudo que dos autos consta, inclusive a quota ministerial fls. 20, fazendo parte integrante desta decisão, em cumprimento a regra contida no art. 107, I c/c art. 61, do Código Penal, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do réu JEFFERSON BRENO SOUZA MARQUES, nesse processo, em razão da sua morte. Transitada em julgado, procedam-se às anotações e comunicações devidas, dê-se baixo no registo, ARQUIVE-SE. P. R. I. C. Belém (PA), 27 de junho de 2019. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª VCB, respondendo pela 10ª VCB PROCESSO: 00043051620088140401 PROCESSO ANTIGO: 200820150205 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOSE ROBERTO BURGUEM BAENA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:C. T. B. L. . Processo nº: 0004305-16.2008.8.14.0401 Autor: Justiça Pública

Estadual Denunciado: JOSE ROBERTO BURGUEM BAENA Capitulação Provisória: Art. 155, § 4º, II e art. 307 do Código Penal DESPACHO Recebi hoje, Defiro o requerido pelo RMP às fls. 798, nos seus exatos termos. P.R.I.C. Belém-Pará, 27 de junho de 2019. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª VCB respondendo pela 10ª VCB PROCESSO: 00045590420178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:EZEQUIEL DOS SANTOS DA CONCEICAO Representante(s): OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) DENUNCIADO:NELSON PATRICK DA SILVA CAMPOS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:E. F. L. VITIMA:M. M. S. L. . Processo nº: 0004559-04.2017.8.14.0401 Autos de Ação Pública Réus: EZEQUIEL DOS SANTOS DA CONCEIÇAO; e NELSON PATRICK DA SILVA CAMPOS Capitulação Provisória: Art. 157, § 2º, I e II c/c art. 70 do Código Penal DESPACHO Recebi hoje, Tendo em vista a manifestação contidas as fls. 110-V, dê-se vistas dos autos a Defensoria Pública, para que se manifeste se insistirá na oitiva das testemunhas, sendo que sua inercia será entendida como desistência tácita. Acautelem-se os autos em secretaria até a data da audiência designada as fls. 102-V. P.R.I.C. Belém-Pará, 27 de junho de 2019. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª VCB respondendo pela 10ª VCB PROCESSO: 00067039420178140030 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 VITIMA:S. L. C. S. D. INDICIADO:EM APURACAO AUTORIDADE POLICIAL:CLAUDIA RENATA GUEDES E SILVA. Processo nº: 0006706-94.2017.8.14.0030 Autor: Justiça Pública Acusado: Em Apuração Capitulação Provisória: Art. 171 do Código Penal. Despacho: Recebi hoje, Compulsando os autos verifica-se que o Ministério Público, às fls. 113, requereu o retorno dos autos à autoridade policial para o cumprimento de novas diligências. Assim sendo, acolho a quota ministerial e determino a remessa dos autos à Vara de Inquéritos e Medidas Cautelares da Comarca de Belém para o cumprimento das diligências requeridas, com supedâneo na Súmula nº 12 (Res.002/2014 - DJ. Nº 5431/2014, 30/01/2014) deste Egrégio Tribunal. Cumpra-se com as cautelas legais. Belém-Pará, 27 de junho de 2019. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª VCB respondendo pela 10ª VCB PROCESSO: 00125142320168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JUNIOR CESAR RIBEIRO AMORIM Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:O. E. . Processo nº: 0012514-23.2016.8.14.0401 Autor: Justiça Pública Estadual Denunciado: JUNIOR CESAR RIBEIRO AMORIM Capitulação Provisória: Art. 306 da Lei nº 9.503/97 Despacho: Recebido hoje. Considerando o teor da certidão de fls. 34, determino seja intimado JUNIOR CESAR RIBEIRO AMORIM, nos endereços constantes nos autos (fls. 29), para que compareça a secretaria da 10ª VCB, no prazo de 10 (dez) dias, munido de documento de identificação atual com foto, para fins de restituição da fiança depositada. Cumpra-se com as cautelas legais. Belém-Pará, 27 de junho de 2019. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª VCB respondendo pela 10ª VCB TM PROCESSO: 00163417120188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:CARLOS ALEXANDRE FONSECA SANTOS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . Processo nº: 0016341-71.2018.8.14.0401 Autos de Ação Pública Denunciado: LUCIANO BARROS TEIXEIRA Capitulação Provisória: Art. 306 da Lei nº: 9.503/97 Decisão Interlocutória 1. Face a justificativa da defesa de fls. 15 e documento de fls. 16, chamo o processo à ordem para tornar sem efeito a decisão de fls. 08, na qual foi recebida a denúncia. 2. Em observância a regra contida no § 1º, do art. 89 da Lei n.º 9099/95, DESIGNO audiência para Proposta de Suspensão Condicional do Processo, a ser realizada no dia 18/11/2019, às 10:30h, na Sala de Audiência do Juízo da 10ª VCB, oportunidade em que o(a) Acusado(a) e seu defensor, manifestar-se-ão sobre a aceitação ou não da proposta do MP, aceitando-a, na presença do Juiz, este receberá a denúncia, suspenderá o processo, submetendo-o a período de prova, no prazo estabelecido, sob pena de ser-lhe revogado o benefício, pelo descumprimento das condições estabelecidas, ou se, no curso do prazo, o beneficiário vier a ser processado por outro crime (§§ 1º a 4º da Lei em referência). 3. Expirado o prazo sem revogação, o Juiz declarará extinta a punibilidade (§ 5º). 4. Se o acusado não aceitar a proposta ofertada pelo RMP, o processo prosseguirá em seus ulteriores termos (§ 6º). 5. Cite-se e intime-se o acusado, que deverá comparecer a "audiência preliminar", acima designada, para avaliação e/ou aceitação da proposta de suspensão do processo, devidamente acompanhado de seu respectivo advogado, na impossibilidade da constituição, ser-lhe-á nomeado Defensor Público, vinculado à Vara.

Desde já, fica advertido de que o não comparecimento à audiência, do acusado e seu defensor, poderá ser reputado como recusa à proposta, sendo-lhes considerados CITADOS, iniciando o prazo de 10 (dez) dias para resposta escrita (CPP art. 396), contado a partir da data da audiência acima designada. 6. Dê-se ciência ao RMP. Cumpra-se com as cautelas legais. Belém-Pará, 27 de junho de 2019. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª VCB respondendo pela 10ª VCB PROCESSO: 00184618720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:ARISTOTELES SANTOS DE SOUZA VITIMA:A. C. F. S. . Processo nº: 0018461-87.2018.8.14.0401 Autos de Ação Pública Denunciado: ARISTOTELES SANTOS DE SOUZA Capitulação Provisória: Art. 155, Caput do Código Penal Despacho: Recebi hoje. Tendo em vista as informações contidas nas certidões de fls. 06, 12, 14 e 17, determino a Suspensão do Processo e do Prazo Prescricional até o dia 28.06.2027, com base no art. 366, do CPP c/c art. 109, IV do CP e a Súmula 415 do STJ. Determino à Secretaria que, a cada 90 dias, oficie aos órgãos e repartições solicitando informações que podem viabilizar a localização do acusado. Belém-Pará, 27 de junho de 2019. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª VCB respondendo pela 10ª VCB PROCESSO: 00192867520118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 AUTORIDADE POLICIAL:DPC - MAURY MASCOTTE MARQUES DENUNCIADO:THIAGO JOSE DE MATOS BARBOSA Representante(s): OAB 16682 - CADNA FERNANDA FORMIGOSA PINHEIRO (ADVOGADO) DENUNCIADO:EDSON VIEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 1895 - ROSEANA DOS SANTOS RODRIGUES E RODRIGUES (ADVOGADO) VITIMA:J. S. F. . Processo nº: 0019286-75.2011.8.14.0401 Autor: Justiça Pública Estadual Denunciado: EDSON VIEIRA DA SILA; e THIAGO JOSE DE MATOS BARBOSA Capitulação Provisória: Art. 157, § 2º, I e art. 180, Caput do CP. Despacho: Recebido hoje. Considerando o teor da certidão de fls. 424, determino que seja expedido o alvará em nome de ZENILDA DOS SANTOS VIEIRA DA SILVA, esposa do beneficiado EDSON VIEIRA DA SILVA, para que seja depositado os valores recolhidos a título de fiança, na conta fornecida pelo beneficiado. Cumpra-se com as cautelas legais. Belém-Pará, 27 de junho de 2019. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª VCB respondendo pela 10ª VCB TM PROCESSO: 00040994620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: O. E. DENUNCIADO: I. B. M. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) DENUNCIANTE: P. (. P. PROCESSO: 00087217120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: A. C. G. Representante(s): OAB 9295 - MANOEL GOMES MACHADO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 9591 - PAULO HENRIQUE FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA: F. A. S. V. PROCESSO: 00107339220188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Medidas Cautelares em: REQUERIDO: M. C. S. REQUERENTE: W. S. O. D.

SECRETARIA DA 11ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: SECRETARIA DA 11ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 11ª VARA CRIMINAL DE BELEM
P R O C E S S O : 0 0 0 0 4 8 4 4 8 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 27/06/2019---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:MAURO MACHADO MACIEL Representante(s): OAB 12192 - DIOGO COSTA ARANTES (DEFENSOR) DENUNCIADO:FLAVIO THIAGO DA COSTA NEVES Representante(s): OAB 12192 - DIOGO COSTA ARANTES (DEFENSOR) . R.H. Em 10 de junho corrente, a instrução processual fora encerrada, com a realização dos interrogatórios dos acusados FLÁVIO THIAGO DA COSTA NEVES e MAURO MACHADO MACIEL, ocasião em que a defesa dos mesmos requereu a revogação de suas prisões preventivas, fls. 52. Instado a se manifestar, o Ministério Público apresentou manifestação contrária, fls. 53/54. Analisando detidamente os autos, este Juízo constata que os acusados se encontram presos desde o dia 08 de janeiro do ano em curso, acusados da prática do crime de tráfico de entorpecentes. Como já ressaltado, a instrução processual fora encerrada com êxito, com a coleta das provas testemunhais e interrogatórios dos acusados. Assim sendo, considerando o exposto acima, este Juízo não mais vislumbra a necessidade da manutenção da prisão cautelar dos acusados, uma vez que o processo se encontra em seu encerramento, não se fazendo mais presentes os requisitos autorizadores da custódia preventiva previstos no art. 312 do CPP. Assim sendo, este Juízo, de ofício, REVOGA a prisão preventivas dos acusados FLÁVIO THIAGO DA COSTA NEVES e MAURO MACHADO MACIEL, determinando a imediata expedição de Alvará de Soltura, salvo se por outros motivos estiverem presos. Após o cumprimento do determinado acima, retornar os autos ao Ministério Público para o oferecimento de Memoriais, e em seguida à defesa para o mesmo fim. Int. Após, cls. Belém/PA, 27 de junho de 2019 DRª. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª Vara Penal da Capital
P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 1 3 2 4 2 0 1 7 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:EDUARDO VIEIRA CONCEICAO Representante(s): OAB 18052 - AMAURY PENA FERREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:DOMINGOS FERNANDO SERRAO CRUZ Representante(s): OAB 8927 - ALIPIO RODRIGUES SERRA (ADVOGADO) ASSISTENTE DE ACUSACAO:K. C. M. N. Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) . R.H. A Assistência de Acusação interpôs Recurso de Apelação, requerendo a apresentação de suas razões recursais perante o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, fls. 136. O acusado EDUARDO VIEIRA CONCEIÇÃO interpôs Recurso de Apelação, apresentando suas razões recursais, fls. 140/150. Às fls. 151, o acusado DOMINGOS FERNANDO SERRÃO CRUZ fora intimado da sentença, desejando recorrer da sentença prolatada. Às fls. 152/153, se habilita em favor do acusado DOMINGOS CRUZ o Sr. Advogado Alípio Serra, OAB/PA nº 8.927, requerendo vista dos autos para apresentação de suas razões recursais. Assim, primeiramente, este Juízo RECEBE os recursos interpostos pelas defesas, posto que tempestivos, determinando: 1. Vistas dos autos à defesa do acusado DOMINGOS CRUZ para apresentação de suas razões recursais; 2. Após, vistas dos autos ao Ministério Público para o oferecimento de contrarrazões recursais aos recursos interpostos pelas defesas dos acusados. Após o cumprimento do determinado acima, remeter os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, para processamento e julgamento dos recursos interpostos. Int. Belém/PA, 27 de junho de 2019 DRª. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª Vara Penal da Capital
P R O C E S S O : 0 0 0 0 8 8 4 7 2 2 0 1 3 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE AUGUSTO PAIVA DA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:RUAN DIAS MAIA Representante(s): OAB 7456 - YONE ROSELY FRANCES LOPES PIMENTEL (ADVOGADO) DENUNCIADO:SILAS CARNEIRO GOMES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:M. A. S. B. VITIMA:D. L. P. . ATO ORDINATÓRIO PROC. Nº 0000884-72.2013.814.0401 ACUSADO: YONE ROSELY FRANCES LOPES PIMENTEL Por meio deste, fica intimado(a) o(a) senhor(a) Advogado(a), Dr(a). YONE ROSELY FRANCES LOPES PIMENTEL (OAB/PA nº 7456) a devolver na Secretaria vinculada a este Juízo os autos do processo n° 0024512-90.2013.8.14.0401, NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS. Belém-PA, 27 de junho de 2019.

Eu, _____, Jorge A. Paiva da Cunha, Diretor de Secretaria da 11ª Vara Criminal de Belém.
P R O C E S S O : 0 0 0 2 2 9 1 0 6 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONEISY SILVA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:DEBORA FRANCELI LOPES FEIO VITIMA:L. W. L. B. VITIMA:N. S. C. L. . ATO ORDINATÓRIO/CERTIDÃO PROC. nº 00048243520198140401 Com base no provimento nº 008/2014-CJRMB, em seu Art. 1º, § 1º, I, faço a REMESSA dos presentes Autos à Secretaria do Ministério Público, pelo que Certifico, que os recebi em uma via, por redistribuição, no estado em que se encontram, contendo 46 folhas numeradas provisoriamente pela autoridade policial. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu, Roneisy C. M da Silva, Auxiliar Judiciário da Secretaria da 11ª Vara Penal da Capital.
P R O C E S S O : 0 0 0 3 1 2 6 8 2 2 0 1 9 8 1 4 0 5 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---VITIMA:R. M. V. DENUNCIADO:LUIZ CESAR SILVA BARBOSA DE SOUSA Representante(s): OAB 24607 - ANTONIO MONTEIRO NETO (ADVOGADO) . RH. Retornem os autos ao Ministério Público tendo em vista que resta pendente análise quanto ao pedido de revogação de prisão preventiva de fls. 134/137 dos autos apensos ao principal (processo nº. 0002965-72.2019814.0501). INT. Após, conclusos. Belém/PA, 27 de junho de 2019 DRª. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª Vara Penal da Capital
P R O C E S S O : 0 0 0 7 3 2 1 2 2 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 27/06/2019---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:LEANDRO GOMES FERREIRA Representante(s): OAB 3044 - CARLOS RAIMUNDO GUERRA VEIGA (ADVOGADO) . R.H A audiência designada para o dia 17 de junho corrente não se realizou, pelos motivos expostos às fls. 26, tendo a defesa do acusado requerido a revogação de sua prisão preventiva. Instado a se manifestar, o Ministério Público emitiu Parecer contrário, fls. 27/28.

Este Juízo, analisando detidamente o presente feito, constata que assiste razão à defesa do acusado. A audiência não se realizou por ausência das testemunhas de acusação, não tendo sido sequer iniciada a instrução processual, fato este que não pode ser atribuído à pessoa do mesmo, que já se encontra preso há quase 03 (três) meses. Ademais, o acusado é primário, não havendo em seu desfavor sentença condenatória transitada em julgado, constatando-se que o mesmo faz jus ao direito de responder o presente processo em liberdade, posto que essa medida se mostra incompatível para a presente situação. Ademais, o mesmo não representa perigo à ordem pública, tampouco há nos autos comprovação de que em liberdade venha a comprometer a instrução processual, uma vez que possui identificação civil e endereço fixo, destacando neste ponto que a mesma está em seu nascedouro, entendimento este que poderá ser alterado, caso o denunciado gere entraves à marcha processual.

Assim, em que pese o entendimento do Ministério Público, REVOGO a prisão preventiva de LEANDRO GOMES FERREIRA, mediante aplicação das medidas cautelares do art. 319, I (comparecimento de 30 em 30 dias do acusado para assinar e prestar contas a este Juízo) e IX (pelo prazo de 60 dias) do CPP, determinando a imediata expedição de Alvará de Soltura em seu favor, salvo se por outro motivo estiver preso. Quanto à instrução processual, designo o dia 18 de março de 2020, às 10:30hs, justificando a referida data ante o acúmulo na pauta de audiências no presente ano.

Renovem-se as diligências visando a intimação das testemunhas de acusação arroladas, bem como do acusado. Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defesa. Belém/PA, 27 de junho de 2019 Dra. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª Vara Penal da Capital
P R O C E S S O : 0 0 0 8 8 4 4 6 9 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RONEISY SILVA Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---VITIMA:O. E. INDICIADO:LEANDRO JUNIOR SANTOS BURCAOS Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . ATO ORDINATÓRIO/CERTIDÃO PROC. nº 00088446920198140401 Com base no provimento nº 008/2014-CJRMB, em seu Art. 1º, § 1º, I, faço a REMESSA dos presentes Autos à Secretaria do Ministério Público, pelo que certifico, que os recebi em duas vias (uma sendo cópia), por redistribuição, no estado em que se encontram, contendo a cópia principal 31 folhas numeradas provisoriamente pela autoridade policial. O referido é verdade e dou fé. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu, Roneisy Silva, Auxiliar Judiciário da Secretaria da 11ª Vara Penal da Capital.
P R O C E S S O : 0 0 0 9 8 6 3 1 3 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---VITIMA:A. H. R. F. VITIMA:T. N. C. A.

DENUNCIADO:WESLEM MADSON COSTA FRANCO Representante(s): DEFENSOR PUBLICO DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) OAB 9612 - MARCIO FABIO NUNES DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANGELICA GUEDES DA COSTA Representante(s): DEFENSOR PUBLICO DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) OAB 9612 - MARCIO FABIO NUNES DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:NAZARENO BORGES LEITAO. R.H. Recebo, na íntegra, a Denúncia formulada contra os acusados ANGÉLICA GUEDES DA COSTA e NAZARENO BORGES LEITÃO, ante a presença dos requisitos contidos no art. 41 do CPP, dando-os como incursos, provisoriamente, nos dispositivos legais nela contidos. Determino a citação da acusada, EXPEDINDO MANDADO DE CITAÇÃO À CASA PENAL EM QUE SE ENCONTRA CUSTODIADA, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP, com a redação dada pela Lei 11.719/2008. Quanto ao acusado NAZARENO BORGES LEITÃO, diligenciar acerca de seu paradeiro, expedindo mandado de citação ao mesmo. Nos termos do art. 396-A, §2º do CPP, com a redação dada pela Lei 11.719/2008, não apresentada à resposta no prazo, fica nomeado, desde já, para atuar no feito, o Defensor Público, vinculado a esta Vara, para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10(dez) dias.

Quanto ao indiciado WESLEM MADSON COSTA FRANCO, o Ministério Público entendeu não haver indícios suficientes para o oferecimento de Denúncia em seu desfavor, razão pela qual requereu o arquivamento com relação ao mesmo. Assim, ACATO a manifestação do Ministério Público, determinando o arquivamento do presente feito em relação ao indiciado WESLEM MADSON COSTA FRANCO, nos termos do 28 do CPB, devendo ser expedido com a máxima brevidade Alvará de Soltura em seu desfavor.

Analisando detidamente os autos, constato que fora postulado pedido de dispensa do pagamento de fiança por advogado habilitado perante o MM. Juízo da 1ª Vara de Inquéritos Policiais em face da denunciada ANGÉLICA GUEDES DA COSTA, fls. 83/86, ante a concessão de liberdade provisória à mesma quando da realização de sua audiência de custódia. Os autos de Inquérito Policial foram redistribuídos a esta 11ª Vara Penal, que passa a ser a competente para instruir e julgar o feito, bem como para analisar todos os requerimentos formulados até a prolação da sentença. Encaminhados os autos do Inquérito Policial à apreciação do Ministério Público, este órgão ofereceu Denúncia, tendo o Douto Promotor de Justiça, às fls. 08/09, emitido manifestação favorável à redução da fiança imposta à denunciada ANGÉLICA COSTA. Este Juízo se reporta aos autos de Inquérito Policial, que fora concluído com a observância de todos os requisitos técnicos e formais, revestido, portanto, de todas as formalidades legais, onde a Autoridade Policial conseguiu coletar importantes depoimentos que descrevem com minúcias a prática criminosa. Segundo a Denúncia, a acusada era a responsável por se dirigir às casas das vítimas, utilizando o nome de ``Patrícia¿¿, se passando por uma sobrinha do denunciado NAZARENO BORGES LEITÃO, para apanhar as joias que estariam sendo negociadas com as vítimas. Ocorre que os comprovantes de deposito dos pagamentos eram falsos, situação essa que apenas era percebida pelas vítimas após a entrega de seus bens. Destaque-se que a compra e venda era realizada pelo denunciado NAZARENO BORGES LEITÃO, o qual apenas repassava a função de apanhar os bens das vítimas à denunciada ANGÉLICA COSTA. Da leitura bastante cautelosa dos autos de Inquérito Policial, em que pese a manifestação do Parquet, está patente e claríssimo que se faz necessária a decretação da prisão preventiva da acusada ANGÉLICA GUEDES DA COSTA, por haver suficientes indícios de autoria e prova da existência do crime, não restando nenhuma dúvida de que os pressupostos da prisão cautelar restaram configurados, não podendo o Poder Judiciário, diante do caso concreto, deixar em liberdade ou colocar em liberdade todo aquele que viola a paz da coletividade, tornando uma ameaça à ordem pública. A instrução criminal, que ainda sequer começou, precisa ser preservada, com as garantias mínima às vítimas de que não serão ameaçadas ou coagidas com a liberdade da acusada ora requerente. De igual modo, precisamos assegurar a futura aplicação da lei penal, respeitando o devido processo legal, bem como os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa. Vale esclarecer que diante do caso concreto, a prisão preventiva é necessária, não impondo a sua revogação pelo fato da requerente possuir residência fixa, profissão e não ter registro nos seus antecedentes criminais, sendo esse entendimento pacífico nos nossos Tribunais. Neste sentido: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO. ART. 12 DA LEI N. 10.826/2003. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. DIVERSIDADE, NATUREZA E QUANTIDADE DE MATERIAL TÓXICO APREENDIDO. GARANTIA DA ORDEM E SAÚDE PÚBLICAS. CUSTÓDIA JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECLAMO IMPROVIDO. 1. Não há coação na manutenção da prisão preventiva quando demonstrado, com base em fatores concretos, que a medida se mostra necessária, dada a gravidade dos crimes perpetrados e a periculosidade social do réu, indicativos do periculum libertatis. 2. O fato de terem sido encontrados três diferentes tipos de substâncias tóxicas em grande

quantidade, a natureza altamente lesiva da cocaína e do crack, drogas de alto poder viciante e alucinógeno, somadas à apreensão de uma balança de precisão e de munições intactas, bem como às circunstâncias em que se deu o flagrante - após um outro criminoso haver informado à polícia que parte dos objetos subtraídos de suas vítimas teriam sido entregues para ALCIDES que, em troca, lhe forneceu entorpecentes - são fatores que evidenciam dedicação à narcotraficância, autorizando a preventiva. 3. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a constrição encontra-se justificada na periculosidade social do agente, dada a potencialidade lesiva da infração e a probabilidade concreta de continuidade no cometimento da grave infração denunciada. 4. Recurso improvido. (RHC 61.277/BA, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 11/09/2015) PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. 1. LIBERDADE PROVISÓRIA. SIGNIFICATIVA QUANTIDADE DE DROGA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. RISCO PARA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA. 2. PRISÃO DOMICILIAR. DIABETE E HIPERTENSÃO. NECESSIDADE TRATAMENTO EXTERNO. AUSÊNCIA. ILEGALIDADE. NÃO RECONHECIMENTO. 1. A necessidade da custódia cautelar restou demonstrada, com base em dados concretos dos autos, conforme recomenda a jurisprudência desta Corte, estando o decreto prisional fundamentado na significativa quantidade de droga apreendida, que seria negociada por estruturada organização criminosa, a evidenciar, portanto, risco para ordem pública. 2. As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa não são suficientes para garantir ao paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos que recomendam a manutenção da custódia cautelar. 3. A inserção daquele segregado provisoriamente em prisão domiciliar depende de comprovação da imprescindibilidade do tratamento externo, o que não deflui de quadro de diabete e hipertensão, males que podem ser, medicamentosamente, controlados no interior da unidade penitenciária. 4. Ordem denegada. (HC 120.121/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 21/09/2009) Destaco ainda que quando presentes os motivos autorizadores da prisão preventiva (como no presente feito), não é cabível o arbitramento de fiança, nos termos do art. 324, IV, do CPP. Assim, portanto, este Juízo INDEFERE o pedido concernente à dispensa do recolhimento de fiança, DECRETANDO a prisão preventiva de ANGÉLICA GUEDES DA COSTA, nos termos do art. 311 e 312 do CPP, determinando a expedição imediata do mandado de prisão e comunicação à SUSIPE. Quanto ao acusado NAZARENO BORGES LEITÃO, pelos mesmos fundamentos expostos acima, nos termos dos arts. 311 e 312 do CPP, decreta a prisão preventiva do mesmo, determinando a imediata expedição de Mandado de Prisão em seu desfavor. Int. Dê-se ciência ao Ministério Público. Belém/PA, 27 de junho de 2019 DR.ª ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª Vara Penal da Capital

P R O C E S S O : 0 0 1 0 3 9 9 5 8 2 0 1 8 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:HECTOR WESLLEY PINTO MAGNO Representante(s): OAB 11302 - JORGE MOTA LIMA (ADVOGADO) VITIMA:N. J. A. L. DENUNCIADO:JANILSON MARCOS VAZ COSTA Representante(s): OAB 12192 - DIOGO COSTA ARANTES (DEFENSOR) DENUNCIADO:NILSON ALVES DE SOUSA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DE DIREITO DA 11a VARA PENAL DA CAPITAL ASSENTADA Proc. nº 0010399-58.2018.8.14.0401 Aos 27 (vinte e sete) do mês de junho do ano de 2019, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, no Fórum Criminal, na sala de audiências da 11a Vara Criminal, onde se achava presente a Dr.ª ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA, Juíza de Direito Titular da 11a Vara Criminal da Capital, o Dr. Jorge Mota Lima, OAB/PA nº 11.302, aí às 11:30hs, comigo, Marlon Ribeiro, Assessor da 11ª Vara Penal, abaixo assinado. As 12:15hs, determino o encerramento deste termo, deixando de se realizar a presente audiência ante o avançar da hora, bem como pelo fato da presidência por esta magistrada de audiência de réus presos. Constato o comparecimento da testemunha de defesa Ariel Lima, bem como dos acusados HECTOR WESLLEY PINTO MAGNO e JANILSON MARCOS VAZ COSTA, este último apresentado pela SUSIPE, não comparecendo a testemunha de defesa Juan Lima. Assim, designo o dia 29 de agosto de 2019, às 10:30hs, para a realização da audiência de instrução e julgamento, intimando as vítimas Ney Araújo e Elizangela de Jesus Meguins na forma requerida pelo Parquet às fls. 82, renovando-se as diligências visando a intimação do acusado JANILSON MARCOS VAZ COSTA junto à SUSIPE. Dê-se ciência ao Ministério Público. Nada mais havendo, o (a) MM. Juiz (a) mandou encerrar este termo depois de lido, conforme vai por todos assinados. Eu,....., Marlon Ribeiro, Assessor da 11ª Vara Penal, o digitei e subscrevi.////////////////////// JUÍZA DE DIREITO: ADVOGADO: TESTEMUNHA DE DEFESA: ACUSADOS:

P R O C E S S O : 0 0 1 6 8 4 6 6 7 2 0 1 5 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---VITIMA:L. E. M. S. ASSISTENTE DE ACUSACAO:O. U. T. R. Representante(s): OAB 17468 - VERENA CERQUEIRA DOS SANTOS CARDOSO (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUILSON QUEIROZ RODRIGUES Representante(s): OAB 14948 - FRANCELINO DA SILVA PINTO NETO (ADVOGADO) OAB 19985 - PAULO ROBERTO BATISTA DA COSTA JUNIOR (ADVOGADO) . R.H Ante a certidão de fl. 185-v, recebo a Apelação interposta. Encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com todas as cautelas de segurança e lavrando certidão do ocorrido. Int. Belém/PA, 27 de junho de 2019 DRª. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª Vara Penal da Capital

PROCESSO: 00169014720178140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:RAHFAEL TEIXEIRA BATISTA Representante(s): OAB 19112 - MURILO DA SILVA MARQUES (ADVOGADO) . R.H Designo o dia 17 de março de 2020, às 11:30 horas para audiência de instrução e julgamento. Intimem-se as testemunhas de acusação e o acusado, uma vez que a testemunha de defesa comparecerá independente de intimação (fl. 74. Dê-se ciência ao Ministério Público e à defesa. INT. Belém/PA, 27 de junho de 2019 DRª. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª Vara Penal da Capital

PROCESSO: 00218892020108140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE AUGUSTO PAIVA DA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:DIEGO SANTA BRIGIDA DA COSTA DENUNCIADO:GEEDSON DO CARMO DOS SANTOS BALDEZ Representante(s): OAB 24906 - MAURICIO LUZ REIS (ADVOGADO) VITIMA:F. F. M. . ATO ORDINATÓRIO PROC. Nº 00218892020108140401 Por meio deste, fica(m) intimado(s) o(s) Sr(s). Advogado(s) responsável(is) pela defesa do(a) acusado(a) GEEDSON DO CARMO DOS SANTOS BALDEZ a apresentar(em) Alegações Finais, em forma de Memoriais, NO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, nos termos do Art. 403, §3° do CPP. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu, _____, Jorge A. Paiva da Cunha, Diretor de Secretaria da 11ª Vara Criminal de Belém.

PROCESSO: 00245129020138140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE AUGUSTO PAIVA DA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---VITIMA:C. E. L. VITIMA:W. S. C. DENUNCIADO:SANDRA HELENA LOPES NERI Representante(s): OAB 1590 - AMERICO LINS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 16139 - ANA MARIA DIAS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 18948 - FABIO ANTONIO BORGES CHIMOKA (ADVOGADO) OAB 8283 - ARTHEMIO MEDEIROS LINS LEAL (ADVOGADO) OAB 24782 - SAMIO GUSTAVO SARRAFF ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 25052 - DEBORA ELEONORA DIAS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 26671 - MATHEUS CALANDRINI SILVA GRAIM (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO PROC. Nº 0024512-90.2013.8.14.0401 ACUSADO: SANDRA HELENA LOPES NERI Por meio deste, fica intimado(a) o(a) senhor(a) Advogado(a), Dr(a). MATHEUS CALANDRINI SILVA GRAIM (OAB nº 26671), a devolver na Secretaria vinculada a este Juízo os autos do processo n° 0024512-90.2013.8.14.0401, NO PRAZO DE 48 (QUARENTA E OITO) HORAS, sob pena de adoção das providências cabíveis. Belém-PA, 27 de junho de 2019. Eu, _____, Jorge A. Paiva da Cunha, Diretor de Secretaria da 11ª Vara Criminal de Belém.

PROCESSO: 00296497720188140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:GERMANO SILVA PORELLI Representante(s): OAB 26306 - ITALO COSTA DE JESUS (ADVOGADO) OAB 11225 - AUDIZIO FERREIRA LIMA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . R.H. GERMANO SILVA PORELLI, devidamente qualificado nos autos, fora denunciado pela prática do crime previsto no art. 333, parágrafo único, do CPB, ressaltando que na mesma Ação Penal também fora denunciado Edson Ferreira da Silva.

Este Juízo da 11ª Vara Penal da Capital decretou a prisão preventiva do acusado GERMANO SILVA PORELLI. O acusado GERMANO SILVA PORELLI nunca foi localizado para responder a presente Ação Penal em curso perante este Juízo, em que pese as diversas diligências nesse sentido, conforme comprovo com os documentos de fls. 239, 242, 272, 306, 374/375, dentre outros, culminando com a decisão judicial que suspendeu o processo e o curso do prazo prescricional com relação ao mesmo, tendo sido instruído regulamente e concluído com a prolação de Sentença com relação ao acusado Edson Ferreira da Silva e em razão dessa Sentença e interposição de recurso, o processo foi desmembrado com relação ao acusado GERMANO SILVA PORELLI. A situação acerca da não localização do paradeiro

do acusado GERMANO SILVA PORELLI (considerando ainda que o mesmo de forma deliberada nunca procurou a Justiça para responder a presente Ação Penal, e não pode alegar desconhecimento, pois a Ação é pública e não tramita em segredo de justiça), perdurou até a data de 12 de junho corrente, quando este Juízo tomou conhecimento do paradeiro do acusado através da petição subscrita por defesa particular, fls. 502/507, a qual relatou que o mesmo se encontra preso na cidade de Fortaleza/CE. A acusação contra o requerente GERMANO SILVA PORELLI versa sobre a fuga do mesmo, que se encontrava preso na carceragem da Central de Triagem da Marambaia. Alega a douta defesa, em resumo, pois todos os argumentos estão contidos na petição de fls. 502/507, sendo desnecessária sua reprodução, que o acusado se encontra preso pela Comarca de Fortaleza/CE desde a data de 13 de março de 2018, razão pela qual não poderia ser localizado; que estava residindo há mais de 05 (cinco) anos naquela cidade, razão pela qual também não era localizado para responder a presente Ação Penal.

Com a devida vênia, esses primeiros argumentos suscitados não podem ser acatados pelo Juízo.

Preliminarmente, ressalta-se que a fuga do acusado, ora requerente, que se encontrava preso nas dependências de uma unidade policial na cidade de Belém, ocorreu na data de 12 de junho de 2008, logo, se o mesmo se encontrava preso na cidade de Fortaleza desde 13 de março de 2018, como alega sua defesa, ficou no período de junho de 2008 a março de 2018, muito embora solto, na condição de foragido da Justiça. Se o acusado residia há mais de 05 (cinco) anos na cidade de Fortaleza, de igual modo, embora solto, estava na condição de foragido. Essas situações detectadas logicamente direcionam o Juízo a concluir que o acusado, após ter empreendido fuga da unidade policial onde se encontrava custodiado na cidade de Belém, foi residir em outra cidade, presumindo que assim o fez com o intuito de não ser localizado, o que de certa forma surtiu efeito, pois o acusado somente revelou seu atual paradeiro quando se viu privado de sua liberdade, por força de prisão preventiva decretada por este Juízo. Os fatos acima detectados por si sós demonstram que ainda se encontram presentes os requisitos e os pressupostos autorizadores da prisão preventiva. Indubitavelmente há prova da existência do crime descrito na Denúncia e há indícios suficientes de autoria. Quanto a garantia da Ordem Pública, indubitavelmente o acusado em liberdade é uma ameaça à paz da coletividade. Quanto à instrução criminal, em liberdade o acusado causará prejuízos ao êxito da instrução, na verdade, continuará a causar prejuízos, pois desde a data do recebimento da Denúncia em 18 de março de 2011 o mesmo nunca foi encontrado para responder a presente Ação Penal, paradeiro somente agora de conhecimento do Juízo quando o acusado privado de sua liberdade por força de Ordem de prisão preventiva da lavra deste Juízo da 11ª Vara Penal da Capital, informa o seu paradeiro e requer a revogação de sua prisão. De igual sorte, também se justifica a manutenção da prisão cautelar como garantia da futura aplicação da Lei Penal após o devido processo legal, com a observação dos princípios constitucionais do contraditório e ampla defesa. Sobre os demais argumentos da douta defesa, este Juízo esclarece que alegações de residência fixa e profissão definida são argumentos genéricos e diante do caso concreto, não compelem o julgador a revogar prisão preventiva. Neste sentido, decidem nosso Tribunais: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. POSSE ILEGAL DE MUNIÇÃO. ART. 12 DA LEI N. 10.826/2003. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. DIVERSIDADE, NATUREZA E QUANTIDADE DE MATERIAL TÓXICO APREENDIDO. GARANTIA DA ORDEM E SAÚDE PÚBLICAS. CUSTÓDIA JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. RECLAMO IMPROVIDO. 1. Não há coação na manutenção da prisão preventiva quando demonstrado, com base em fatores concretos, que a medida se mostra necessária, dada a gravidade dos crimes perpetrados e a periculosidade social do réu, indicativos do periculum libertatis. 2. O fato de terem sido encontrados três diferentes tipos de substâncias tóxicas em grande quantidade, a natureza altamente lesiva da cocaína e do crack, drogas de alto poder viciante e alucinógeno, somadas à apreensão de uma balança de precisão e de munições intactas, bem como às circunstâncias em que se deu o flagrante - após um outro criminoso haver informado à polícia que parte dos objetos subtraídos de suas vítimas teriam sido entregues para ALCIDES que, em troca, lhe forneceu entorpecentes - são fatores que evidenciam dedicação à narcotraficância, autorizando a preventiva. 3. Indevida a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão quando a constrição encontra-se justificada na periculosidade social do agente, dada a potencialidade lesiva da infração e a probabilidade concreta de continuidade no cometimento da grave infração denunciada. 4. Recurso improvido. (RHC 61.277/BA, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 01/09/2015, DJe 11/09/2015) PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. 1. LIBERDADE PROVISÓRIA. SIGNIFICATIVA QUANTIDADE DE DROGA. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. RISCO PARA ORDEM PÚBLICA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. AUSÊNCIA. 2. PRISÃO DOMICILIAR. DIABETE E HIPERTENSÃO.

NECESSIDADE TRATAMENTO EXTERNO. AUSÊNCIA. ILEGALIDADE. NÃO RECONHECIMENTO. 1. A necessidade da custódia cautelar restou demonstrada, com base em dados concretos dos autos, conforme recomenda a jurisprudência desta Corte, estando o decreto prisional fundamentado na significativa quantidade de droga apreendida, que seria negociada por estruturada organização criminosa, a evidenciar, portanto, risco para ordem pública. 2. As condições pessoais favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa não são suficientes para garantir ao paciente a revogação da prisão preventiva se há nos autos elementos que recomendam a manutenção da custódia cautelar. 3. A inserção daquele segregado provisoriamente em prisão domiciliar depende de comprovação da imprescindibilidade do tratamento externo, o que não deflui de quadro de diabete e hipertensão, males que podem ser, medicamentosamente, controlados no interior da unidade penitenciária. 4. Ordem denegada. (HC 120.121/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 03/09/2009, DJe 21/09/2009) Assim, este Juízo, com a máxima vênia à defesa e ao Parecer favorável do Ministério Público, INDEFERE o requerimento de fls. 502/507, referente à revogação da prisão preventiva do acusado GERMANO SLVA PORELLI. COM CÓPIAS DE TODOS OS DOCUMENTOS PERTINENTES, expedir Carta Precatória à Comarca de Fortaleza/CE, consignando o local onde o mesmo se encontra custodiado naquela cidade, solicitando a citação do acusado para responder à Ação Penal. APÓS a efetiva citação pelo MM. Juízo Deprecado, determino a adoção de providências para o recambiamento do acusado GERMANO SILVA PORELLI para uma das casas penais da Região Metropolitana de Belém. Int. Após, cls. Belém/PA, 27 de junho de 2019 DRª. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª Vara Penal da Capital P R O C E S S O : 0 0 3 0 7 0 2 3 0 2 0 1 7 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:FRANCIANE DA SILVA AMARAL Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:B. G. S. J. . Autor: Ministério Público Estadual Acusada: FRANCIANE DA SILVA AMARAL Vítimas: B.G.D.S.J Imputação: Artigo 157, §3º do Código Penal Brasileiro SENTENÇA Vistos, etc. O Representante do Ministério Público, no uso de suas atribuições legais, apresentou Denúncia em 19 de janeiro de 2018, em desfavor de FRANCIANE DA SILVA AMARAL, já qualificada nos autos como incursa nas sanções punitivas do artigo 157, §3º do Código Penal Brasileiro.

Consta no Inquérito Policial que no dia 15/12/2017, por volta de 23h, a vítima Benedito Gaia da Silva Júnior que trabalhava com transporte de passageiros, conduzia a VAN I/M.BVENZ SPRINTER CLASSY ano 2014/2015, placa AZB 4877, quando a denunciada e seu comparsa Delson Paixão entraram no veículo em frente ao Shopping Castanheira. Quando o veículo trafegava pela Avenida Augusto Montenegro, a denunciada e seu comparsa teriam anunciado assalto e, mediante emprego de arma de fogo, ameaçaram os passageiros e a vítima. Dentre os passageiros, todavia, havia um homem não identificado que portava arma de fogo, ocasião em que houve troca de tiros entre o passageiro, a acusada e seu comparsa, o qual foi atingido e faleceu no local. Em decorrência do confronto armado, foram atingidos os passageiros Horlando Santos de Jesus e o menor Ruan Cleber Azevedo de Queiroz. O passageiro que estava armado se evadiu do local, Delson Paixão faleceu e a denunciada foi contida e linchada por passageiros. A arma supostamente usada pelo assaltante que faleceu foi recolhida por um passageiro que se identificou como policial e a recolheu. A denúncia foi recebida em 22/01/2018 (fl.53). Citada, a acusada apresentou resposta escrita à acusação às fls. 73/74.

Durante a instrução processual, os depoimentos foram registrados pelo sistema audiovisual sendo realizada a oitiva de duas testemunhas de acusação, bem como realizado o interrogatório da acusada (fl. 94 e 128). Na fase do artigo 402 do CPP, o Ministério Público e a Defesa nada requereram (fls. 128). O Ministério Público, em sede de Memoriais, fls. 130/133, requereu a absolvição da ré por não existir prova suficiente para condenação, nos termos do art. 386, VII, do CPP.

A defesa da acusada, no mesmo sentindo, requereu absolvição, todavia, com fulcro no art. 386, V do CPP. É o relatório. Decido. Trata-se de ação penal intentada pelo Ministério Público Estadual, onde se pretende provar a materialidade e autoria do crime de roubo qualificado pelo resultado morte, nos termos do artigo 157, §3º do Código Penal Brasileiro. Os princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos na Constituição Federal, em seu art. 5º, LV, foram assegurados à acusada. Passo a analisar a autoria, através da análise dos depoimentos colhidos em Juízo.

Sem maiores delongas, as testemunhas de acusação Eduardo Augusto das Neves Pereira e Elias Dhonys Araújo de Moraes, policiais militares, chegaram ao local do fato após a tentativa de roubo, já tendo encontrado as vítimas feridas e Delson Paixão morto. Assim, não presenciaram o crime e nem puderam esclarecer em juízo qual teria sido a suposta conduta perpetrada pela ré. Durante o seu interrogatório, a acusada FRANCIANE DA SILVA AMARAL negou a prática do crime e informou que no dia

dos fatos, saiu do shopping Castanheira e, na parada de ônibus, encontrou com Delson Paixão, seu conhecido. Ambos entraram na mesma VAN, sentaram-se e, durante o percurso, Delson anunciou o assalto realizando ameaças com uma arma de fogo. Em razão do passageiro armado ter reagido, iniciou-se uma troca de tiros que resultou na morte de Delson e na lesão a outros passageiros. Segundo a denunciada, em razão de ter entrado no veículo junto com Delson, o cobrador achava que ela era comparsa no crime, razão pela qual passou a ser agredida. Ressalto que durante a instrução processual não foi ouvida em juízo nenhuma testemunha que estivesse na VAN e, por isso, presenciado os fatos. Assim, apreciando o colhido na instrução processual, este Juízo entende que não há provas suficientes de que a ré tenha praticado o delito descrito na Denúncia, uma vez que não foram produzidas provas que corroborassem a acusação formulada na peça acusatória. Vejamos. Os policiais militares ouvidos em juízo não presenciaram os fatos e a ré negou a participação no crime.

Logo, não há possibilidade de se fundamentar uma decisão condenatória apenas em indícios de autoria e materialidade e provas produzidas somente na fase investigativa, que não foram confirmadas em juízo. Destarte, a dúvida favorece ao réu (princípio in dúbio pro reo) - pois o Direito Penal só se satisfaz com a certeza -, sendo a absolvição do acusado medida que se impõe diante da fragilidade do cenário probatório dos autos, nos termos do artigo 386, inciso VII, do CPP: ¿o Juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: (...) Não existir prova suficiente para condenação¿.

Em comentário ao supra colacionado dispositivo legal, afirma Guilherme de Souza Nucci: Prova insuficiente para a condenação: é outra consagração do princípio da prevalência do interesse do réu - in dubio pro reo. Se o juiz não possui provas sólidas para a formação do seu convencimento, sem poder indica-las na fundamentação da sua sentença, o melhor caminho é a absolvição. (NUCCI, Guilherme de Souza. Código de Processo Penal Comentado. 13. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014. p. 795-796). Segue manifestação da jurisprudência pátria acerca do tema: PENAL. PROCESSUAL PENAL. USO DE DOCUMENTO FALSO (CP: ARTS. 304 E 297). SENTENÇA ABSOLUTÓRIA (CPP: ART. 386, III). AUTORIA. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS ABSOLVIÇÃO POR OUTROS FUNDAMENTOS (CPP: ART. 386, VII). APELAÇÃO DESPROVIDA. 1. Meros indícios ou conjecturas não bastam para um decreto condenatório, visto que, no processo penal a busca é pela verdade real. 2. Na hipótese de inexistir prova suficiente para a condenação, nos termos do art. 386, VII, do CPP, a absolvição é a medida que se impõe. 3. Apelação desprovida. (TRF-1 - ACR: 00044640320044013900, Relator: JUIZ FEDERAL PABLO ZUNIGA DOURADO (CONV.), Data de Julgamento: 03/02/2015, QUARTA TURMA, Data de Publicação: 20/02/2015) (grifo não autêntico). PENAL. PROCESSO PENAL. REVISÃO CRIMINAL. TRÁFICO E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. DÚVIDAS QUANTO À AUTORIA DO CRIME. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO POR FALTA DE PROVAS. ART. 386, VII, CPP. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO REVISIONAL. 1. Não obstante durante a fase inquisitorial, bem como judicialmente, tenham sido colhidos diversos depoimentos, a prova testemunhal não se mostrou harmônica e segura, de modo a autorizar um decreto condenatório com relação ao aqui requerente. 2. Inexistindo provas cabais produzidas na esfera judicial a autorizar a condenação, impõe-se a aplicação do princípio in dubio pro reo, e, por consequência, a absolvição por ausência de provas da autoria delitiva, nos termos do art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. 3. Revisão criminal procedente. Unanimemente ¿. (TJ-MA - RVCR: 0181322014 MA 0003150-48.2014.8.10.0000, Relator: JOSE DE RIBAMAR FROZ SOBRINHO, Data de Julgamento: 27/02/2015, CÂMARAS CRIMINAIS REUNIDAS, Data de Publicação: 16/03/2015) (grifo não autêntico).

Ante o exposto, considerando tudo que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE A DENÚNCIA formulada contra a ré FRANCIANE DA SILVA AMARAL, devidamente qualificada nos presentes autos, para ABSOLVÊ-LA das sanções contra si formuladas pelo representante do Ministério Público, por INSUFICIÊNCIA DE PROVAS tudo de conformidade com a norma contida no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal. Procedam-se às anotações e comunicações devidas, inclusive para fins estatísticos. Intimem-se a acusada, o Representante do Ministério Público e a defesa. Na hipótese de a sentenciada encontrar-se em local incerto e não sabido, obter junto ao TRE/PA o endereço atualizado, expedindo mandado de intimação. Caso não seja localizada, a mesma deve ser intimada por edital. Sem custas, ante sua absolvição. P. R. I. C. Belém/PA, 27 de junho de 2019 DRª. ALDA GESSYANE MONTEIRO DE SOUZA TUMA Juíza de Direito Titular da 11ª Vara Penal da Capital

P R O C E S S O : 0 0 1 0 3 3 1 1 9 2 0 1 1 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JORGE AUGUSTO PAIVA DA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---DENUNCIADO:DAURA IRENE XAVIER HAGE Representante(s): OAB 1590 - AMERICO LINS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 7209 - DIB ELIAS FILHO (ADVOGADO) OAB 16139 - ANA MARIA DIAS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 16465 -

FELIPE GARCIA LISBOA BORGES (ADVOGADO) OAB 18948 - FABIO ANTONIO BORGES CHIMOKA (ADVOGADO) DENUNCIADO:SEMEL CHARONE PALMEIRA Representante(s): OAB 1590 - AMERICO LINS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 16139 - ANA MARIA DIAS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 16465 - FELIPE GARCIA LISBOA BORGES (ADVOGADO) DENUNCIADO:EDMILSON DE SOUSA CAMPOS Representante(s): OAB 10781 - MARCO ANTONIO PINA DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 14951 - CARLOS ALBERTO BARBOSA NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 19755 - CAMILA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MYLENE VANIA CARNEIRO RODRIGUES Representante(s): OAB 12192 - DIOGO COSTA ARANTES (DEFENSOR) DENUNCIADO:ELZILENE MARIA LIMA ARAUJO Representante(s): OAB 15009 - TIAGO FERREIRA DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 16989 - MAISSA ASSUNÇÃO DA COSTA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MONICA ALEXANDRA DA COSTA PINTO Representante(s): OAB 4753 - LUCIEL DA COSTA CAXIADO (ADVOGADO) DENUNCIADO:JORGE MOISES CADDAH Representante(s): OAB 11481 - RUI FRAZAO DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 11805 - BRUNA BEZERRA KOURY DE FIGUEIREDO THOMAZ (ADVOGADO) DENUNCIADO:ADAILTON DOS SANTOS BARBOZA Representante(s): OAB 7209 - DIB ELIAS FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:FERNANDO AUGUSTO DE CARVALHO RODRIGUES Representante(s): OAB 12192 - DIOGO COSTA ARANTES (DEFENSOR) DENUNCIADO:SERGIO DUBOC MOREIRA Representante(s): OAB 1705 - OSVALDO JESUS SERRAO DE AQUINO (ADVOGADO) OAB 10781 - MARCO ANTONIO PINA DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 19922 - IVANILDO FERREIRA ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:ELENISE DA SILVA LIMA Representante(s): OAB 10781 - MARCO ANTONIO PINA DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 14951 - CARLOS ALBERTO BARBOSA NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 19755 - CAMILA NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) PROMOTOR:ARNALDO CELIO DA COSTA AZEVEDO PROMOTOR:MILTON LUIS LOBO DE MENEZES- PJ-GEPROC PROMOTOR:NELSON PEREIRA MEDRADO VITIMA:A. L. E. P. VITIMA:A. C. DENUNCIADO:MARIA GENUINA CARVALHO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 7388 - ROBERTO LAURIA (ADVOGADO) OAB 10691 - ANETE DENISE SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 14928 - LORENA DE OLIVEIRA FERREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:DANIELLE NAYA XAVIER HAGE GONCALVES Representante(s): OAB 1590 - AMERICO LINS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 7209 - DIB ELIAS FILHO (ADVOGADO) OAB 16139 - ANA MARIA DIAS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 14143 - LUANA MIRANDA HAGE (ADVOGADO) OAB 16465 - FELIPE GARCIA LISBOA BORGES (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE ROBSON DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 7388 - ROBERTO LAURIA (ADVOGADO) OAB 13933 - GUSTAVO PASTOR DA SILVA PINHEIRO (ADVOGADO) ASSISTENTE DE ACUSACAO:BANCO SANTANDER Representante(s): OAB 39885-A - SIGISFREDO HOEPERS (ADVOGADO) OAB 17533 - ANGELICA VARELA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 18812 - VLADIA BRASIL COSTA (ADVOGADO) OAB 53614 - DAISY NOROEFE DOS SANTOS KLEINERT (ADVOGADO) OAB 57221B - ANDERSON CAMPOS DA COSTA (ADVOGADO) OAB 65525 - FERNANDO ARNDT (ADVOGADO) OAB 76674 - RENATA SEIBT (ADVOGADO) OAB 81682 - FELIPE OLIVERA ANTONIAZZI (ADVOGADO) OAB 183003 - ALESSANDRA MARTINS COVRE (ADVOGADO) OAB 133127 - ADRIANA CRISTINA PAPAFILIPAKIS GRAZIANO (ADVOGADO) OAB 187287 - ALESSANDRO TOMAO (ADVOGADO) OAB 254064 - CARLOS EDUARDO LIMA SILVA (ADVOGADO) OAB 107504 - ANDREA BORBA ZAIDAN SANTOS (ADVOGADO) OAB 120488 - CLAUDIA VASSERE ZANGRANDE MUNHOZ (ADVOGADO) OAB 113797 - ELIZABETH CRISTIANE GAMBAROTTO (ADVOGADO) OAB 217491 - FLAVIA REGINA DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 147872 - GERMANO PEREIRA (ADVOGADO) OAB 258488 - GUILHERME CRISPIM DA SILVA (ADVOGADO) OAB 258470 - FANNY VIEIRA GOMES (ADVOGADO) OAB 165147 - HELOISA CURSINHO CAUDURO LURITO COSTA (ADVOGADO) OAB 203916 - JESSICA ZANTUT BASKERVILLE MACCHI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 183705 - LUANA DE CARVALHO FRANCA ROCHA (ADVOGADO) OAB 162301 - JULIANO DE SOUZA POMPEO (ADVOGADO) OAB 162320 - MARIA DEL CARMEN SANCHES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 148562 - MAURICIO IZZO LOSCO (ADVOGADO) OAB 83577 - NANCI CAMPOS (ADVOGADO) OAB 155210 - PATRIICIA MAIRA CIRELLI STULMAN (ADVOGADO) OAB 134499 - ROSANA COVOS (ADVOGADO) OAB 163689 - ROSSANA LIZABETH DURSO TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 110391 - ROZIMERI BARBOSA DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 211702 - SYLVIO AUGUSTO SILVA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 194080 - VANESSA DE SALES TINI (ADVOGADO) OAB 215089 - VANESSA VILARINO LOUZADA (ADVOGADO) OAB 236224 - THAILICE OLIVEIRA DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 210251 - ROSANE MARINA FROES SALTORI (ADVOGADO) OAB 204634 - KELCIANY HYPOLITO ALVES FRANKLIN (ADVOGADO) OAB 312561 - PEDRO HENRIQUE DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 226076 - ANA CAROLINA PANIZZA LORENZ SOUZA (ADVOGADO) OAB 250879 - RAFAELA CRISTINA BALDIN (ADVOGADO) OAB 303606 - FERNANDA MUENZER FLORES CRUZ (ADVOGADO) OAB 298322 - JOICE GOMES PESCO (ADVOGADO) OAB 305085 -

SANDRA CAPARELLI TAKEISHI (ADVOGADO) PROMOTOR:MARCIA BEATRIZ REIS SOUZA. ATO ORDINATÓRIO PROC. Nº 0010331-19.2011.814.0401 Por meio deste, fica(m) intimado(s) o(s) Sr(s). Advogado(s) responsável(is) pela defesa do(a) acusado(a) DAURA IRENE XAVIER HAGE a apresentar(em) Alegações Finais, em forma de Memoriais, NO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS, nos termos do Art. 403 do CPP. Belém-PA, 28 de junho de 2019. Eu, _____, Jorge A. Paiva da Cunha, Diretor de Secretaria da 11ª Vara Criminal de Belém.

SECRETARIA DA 12ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 12ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 12ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00006975420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINA VIDIGAL DE SOUZA JORGE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:ANA LUIZA ALVES DA SILVA VITIMA:O. E. . De ordem do Exmo. Sr. Dr. SÉRGIO AUGUSTO ANDRADE LIMA, Juiz de Direito, Titular da 12ª VP da Capital, faço remessa dos presentes autos ao douto representante do MP. Belém, 27 de junho de 2019. Marina Vidigal de Souza Jorge. Diretora de Secretaria da 12ª Vara Penal. PROCESSO: 00026825820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:S. A. M. DENUNCIADO:ALEXSANDRE SILVA DE CARVALHO DENUNCIADO:REGINALDO RAMIRO MARANHAO JUNIOR. R.H. A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação dos acusados para responderem à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Havendo necessidade, expeça-se carta precatória. Na resposta, os acusados poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Em caso de exceção, será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do CPP. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se os acusados citados não constituírem defensor, fica desde já nomeado pelo juiz o defensor público vinculado à Vara, que será intimado para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, os réus estarão obrigados a comunicar qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). Belém, 27 de junho de 2019. Sérgio Augusto Andrade Lima Juiz de Direito PROCESSO: 00060429820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 27/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:DANIELA BRUNA FERREIRA LOPES Representante(s): OAB 17309 - MAYCON VALENTE PANTOJA (ADVOGADO) . R.H. 1. Acolho o petitório de fl.72, determinando que a Secretaria proceda com as devidas anotações no sistema e na autuação do feito de modo a excluir o advogado, Dr. Osvaldo Benedito Teixeira (OAB/PA nº.4571), como defensor do réu. 2. À vista da certidão de fl.78 e da decisão de fls.66/67, dou prosseguimento ao feito em relação à acusada. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21/08/2019 às 11h00min, o que faço com arrimo no art. 56, da Lei nº 11.343/2006. Intime-se a acusada conforme endereço indicado à fl.75. Requisitem-se as testemunhas policiais. Intimem-se a testemunha Pamela Cristina da Silva Gonçalves e a testemunha de defesa arrolada à fl.31. Dê-se ciência ao Ministério Público e a Defesa. Belém, 27 de junho de 2019. Sérgio Augusto Andrade Lima Juiz de Direito PROCESSO: 00064205420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINA VIDIGAL DE SOUZA JORGE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:RICHARD DA SILVA BARBOSA INDICIADO:HAILTON DRAGO PIRES VITIMA:A. L. S. L. VITIMA:K. E. E. VITIMA:M. A. O. VITIMA:R. M. C. V. P. O. . De ordem do Exmo. Sr. Dr. SÉRGIO AUGUSTO ANDRADE LIMA, Juiz de Direito, Titular da 12ª VP da Capital, faço remessa dos presentes autos ao douto representante do MP. Belém, 27 de junho de 2019. Marina Vidigal de Souza Jorge. Diretora de Secretaria da 12ª Vara Penal. PROCESSO: 00099235920148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:R. O. C. P. Representante(s): OAB 19396-B - DANIEL DE CARVALHO MACHADO (ADVOGADO) OAB 12756 - THIAGO DE CARVALHO MACHADO (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) OAB 23462 - CARLOS ANDRE DIAS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 26038 - VITOR DE ASSIS VOSS (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) OAB 26580 - YASMIN AMORAS PESSOA (ADVOGADO) AUTORIDADE POLICIAL:ALDO MACEDO BOTELHO -DPC DENUNCIADO:CARMEN SYLVIA DA COSTA MENEZES Representante(s): OAB 5612 - HELIO DE BARROS FAVACHO ALVES (ADVOGADO) . Vistos, etc. O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no uso de suas atribuições institucionais, ofereceu DENÚNCIA contra a nacional CARMEN SYLVIA DA COSTA MENEZES, qualificada nos autos, pela suposta prática do delito inserto no art.129, §2º, do Código Penal. Inicialmente, foi designada audiência admonitória com vistas à suspensão

condicional do processo nos termos do art.89 da Lei nº. 9.099/95, contudo, após diligências efetuadas pelo Juízo, ficou constatado, tal como assinalado pelo patrono constituído da vítima às fls.38/41, que a ré responde por processos criminais na Comarca de Teixeira de Fretas/BA, motivo pelo qual o Juízo entendeu pelo não cabimento do benefício, conforme decisão de fl.91. A denúncia foi recebida em 15/03/2016 (fl.91). A ré foi citada (fl.119), apresentou resposta à acusação (fls.123/158) e, não sendo caso de absolvição sumária, foi designada audiência de instrução e julgamento (fl.159 e 160). Durante a instrução processual, que teve seus atos registrados mediante gravação audiovisual, nos termos do artigo 405, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Penal (mídias anexas às fls.193 e 197), foram colhidas declarações da vítima e das testemunhas de acusação e defesas arroladas, havendo, ao final, o interrogatório da acusada. Registra-se que a Defesa dispensou a oitiva da testemunha Rosana do Nascimento Rodrigues, conforme ata de audiência de fls.191/192. Na fase do art.402, o Assistente de Acusação requer a juntada de documentos, colecionados às fls.214/226, enquanto o Ministério Público e a Defesa nada requereram. Em sede de memoriais finais por escrito, o Ministério Público pugnou pela absolvição da ré por inexistir prova suficiente para a condenação (art.386, VII, do CPP), segundo parecer de fls. 204/212, ratificado à fl. 248. Por sua vez, a Defesa requereu a absolvição da ré por não existir prova de que tenha concorrido para a infração penal (art.386, V, do CPP), conforme manifestação de fls. 228/233, ratificada às fls. 250. Após a correção do trâmite processual, o Assistente de Acusação apresentou alegações finais às fls. 239/244, no bojo da qual pleiteou a condenação da ré nos termos propostos pelo Ministério Público por via da denúncia. À fl.251, juntou-se certidão de antecedentes criminais da denunciada, da qual se infere que é ré primária e não possui antecedentes criminais. É o relatório. Decido. Verifico que o processo obedeceu ao rito processual cabível ao delito em análise e que foram observados o contraditório e a ampla defesa. Não existem nulidades a serem sanadas, pelo que passo a análise do mérito. Consta da denúncia que, no dia 29/03/2014, a denunciada desferiu chutes e arranhões pela face da vítima, causando as lesões corporais descritas no laudo pericial constantes dos autos, enquanto estavam no apartamento do ofendido, situado na Rua dos Mundurucus, nº.2129, Ed. Horto Boulevard, apto nº. 1502, Bairro Batista Campos, Belém/PA. Segundo a peça acusatória, a denunciada e o ofendido se conheceram em 2009, começaram a namorar em 2012 e se casaram em 17/04/2019, porém, permaneceram residindo em casas separadas. De acordo com o depoimento prestado pela vítima em sede policial, o casamento estava abalado, pois a acusada estava interferindo demais em seus investimentos e, por conseguinte, queria controlar suas economias e fazia inúmeras exigências sobre a aplicação de seus rendimentos, sendo assim, passou a evita-la, chegando ao extremo de proibir sua entrada em seu apartamento. Na madrugada do dia 29/03/2014, a acusada transpôs o bloqueio da portaria do prédio em que o ofendido residia e adentrou no apartamento da vítima em estado de ira, movida pela denúncia de que este estaria lhe traindo com outra mulher. Mesmo depois da ausência de outra pessoa no imóvel, a ré, descontrolada, passou a desferir chutes contra a vítima, vindo a arranhá-la na face com suas unhas. Após as agressões, a acusada deixou o apartamento, contudo, retornou em data posterior para trocar as fechaduras e, assim, impedir a entrada do ofendido. Diante dessa situação, a vítima registrou Boletim de Ocorrência e foi submetida à exame de lesão corporal, no qual foi certificado que houve ofensas a sua integridade física, conforme laudo acostado aos autos. Em seu interrogatório extrajudicial, a acusada negou a prática do crime e apresentou versão totalmente contrária à narrativa exposta pela vítima. Nesse sentido, relatou que seu marido sempre foi uma pessoa extremamente temperamental e que ela que sofria agressões por parte dele, tendo, inclusive, registrado Boletim de Ocorrência de nº. 00035/2014.001430-0 e realizado exame de corpo de delito, cujo laudo atestou que sofreu ofensa a sua integridade física. Além do mais, declarou que as lesões que o ofendido a imputou foram feitas pela própria vítima, que tomou tal atitude com intenção de prejudicá-la. Disse, por fim, que o imóvel que o ofendido afirmou ser tão unicamente seu, era, em verdade, do casal, pois ela teria fornecido parte do dinheiro empregado para adquiri-lo. DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA Examinando detidamente o acervo probatório produzido nos autos, verifico que está permeado de imprecisões, dúvidas e obscuridades de modo que as lesões corporais sofridas pela vítima restaram comprovadas por meio do laudo pericial carreado aos autos, contudo, a autoria delitiva não foi suscetível de elucidação, diante das significativas divergências contidas entre as versões dos fatos narradas pelo ofendido e a acusada, somadas às contradições verificadas nos depoimentos prestados pelas testemunhas de acusação nas duas fases da persecução penal, desprezando-se as declarações colhidas da testemunha de defesa ouvida em juízo, cuja oitiva está eivada de parcialidade. Conforme antecipado, a vítima e a acusada narraram em juízo versão dos fatos totalmente distintas e conflitantes. A vítima afirmou que foi agredida pela ré na madrugada do dia 29/03 para o dia 30/03, sendo que, neste dia, registrou boletim de ocorrência e submeteu-se a exame de corpo de delito, negando que tenha revidado as lesões sofridas em decorrência do treinamento e aprendizado que obteve como oficial da Marinha, o qual lhe proporcionou

manter o controle emocional. Por outro lado, a acusada disse que foi agredida pelo ofendido em tais dias, vindo a registrar boletim de ocorrência no dia 31/03, quando igualmente foi submetida a exame de lesão corporal, negando que tenha agredido à vítima justamente por sua superioridade física, tendo apenas se defendido erguendo os braços na altura da cabeça. O ofendido sustentou que a fotografia que acompanha o laudo de fl. 10 do I.P se refere às lesões corporais que a denunciada causou nele com o uso de algum objeto, o qual não soube informar, negando que seja alergia. Todavia, a respeito de tal fotografia, a ré afirma que a aparência avermelhada do rosto do ofendido é efeito colateral alérgico da ingestão do remédio CIALIS DIÁRIO, o qual teria sido ingerido pela vítima no dia 28/03, quando mantiveram relações sexuais. Com vistas a atribuir maior credibilidade às suas narrativas, ambos relataram episódios pretéritos da vida conjugal, tendo a vítima aduzido que foi alvo de acusações de agressões em outras oportunidades, contudo, alega que são inverídicas, ao passo que a ré declinou eventos outros em que foi agredida, um dos quais o ofendido teria tentado estrangular a ré, porém, a testemunha de Defesa Adilson, office boy da vítima à época, teria se interposto e acudido a acusada. O ofendido e a denunciada afirmaram que o outro possuía temperamento explosivo e era violento, bem assim que são casados, porém, que está tramitando ação de divórcio litigioso na justiça, na qual o apartamento em que residia a vítima e sucedeu os fatos relatos na denúncia é alvo de disputa judicial, estando o imóvel provisoriamente na posse da acusada. Aliás, o ofendido esclareceu que o B.O registrado contra ele resultou na concessão de medidas protetivas em favor da acusada, sendo que, por suposta violação de tais medidas, veio a ser preso em abril/2014 em seu prédio após tentar adentrar no apartamento e perceber que a fechadura estava trocada. Outrossim, disse que permaneceu preso por 03 (três) dias, quando sua prisão foi revogada por ter sido esclarecido que sua entrada no imóvel estava resguardada por decisão judicial oriunda do Juízo da 5ª Vara de Família, onde tramita a referida ação de divórcio litigioso e foi deferido pedido de liminar, autorizando a entrada da vítima no bem, contudo, segundo o ofendido, tal B.O não resultou em seu indiciamento nem oferecimento de denúncia contra si. Feito o breve comparativo acima e delineado o contexto fático-jurídico em que o presente caso está assentado, mostra-se adequado e oportuno retratar-se de modo mais detalhado a versão dos fatos declinada pelo ofendido e pela acusada, respectivamente. Com efeito, a vítima relatou em audiência que, no dia 29/03/14, determinou a portaria do seu prédio que não permitisse a entrada de ninguém, inclusive dos seus filhos, pois estava cansado e não queria ser incomodada. Entretanto, por volta de 01h00min, espantou-se quando ouviu a campainha tocando e fortes batidas na porta, a qual abriu e foi imediatamente agredido fisicamente pela acusada com algum objeto que portava em mãos que não sabe informar qual, sem qualquer conversa prévia. Em seguida, a ré entrou no apartamento, vasculhou todos os cômodos, quebrou objetos do apartamento (como vidro do aparador e caixa de som) e lá permaneceu ofendendo e agredindo a vítima até que se retirou por volta de 5h00min-5h30min. O ofendido acredita que as agressões físicas advieram por motivos passionais e patrimoniais, pois, a acusada suspeitava que estava sendo traída e, ao sair do apartamento, também teria dito "caíste em uma cilada...vou tomar tudo que é teu..." Afirma que, no dia seguinte (30/03/14), antes de se dirigir à Delegacia para registrar B.O, ficou sabendo pelo porteiro Josias que a acusada teria chegado no prédio por volta de 01h00min-01h30min e, de forma agressiva/violenta (sacudindo as portas de vidro da portaria), exigiu que entrasse no prédio, mesmo diante do informe do porteiro de que a vítima não se encontrava em seu apartamento, a respeito do que teria respondido que sabia que o ofendido se encontrava em casa, pois estava vigiando e ela o viu entrar. Segundo a vítima, como ficou temeroso que a acusada quebrasse a porta da portaria e estava nervoso com a situação, o porteiro deixou que a ré adentrasse no prédio. Em seguida, cumprindo a exigência da ré, o porteiro interfonou para o apartamento da vítima, contudo, equivocou-se de número e acabou ligando para outra unidade condominial, cujo interfone foi atendido por uma mulher, sendo que a acusada tomou o interfone da mão do porteiro Josias, escutou a voz da mulher e dirigiu-se de imediato para o elevador, subindo para o apartamento do ofendido. Por fim, afirmou que, no dia 30/03/14, dirigiu-se a Delegacia para registrar boletim de ocorrência, após o que, já sabendo da acusação, a ré entrou em contato com o ofendido, ameaçando que não se retirasse o B.O iria registrar contra ele uma acusação de agressão, contudo, como a vítima não cedeu a ameaça, a denunciada registrou 02 (dias) depois. B.O contra ele por essa acusação. Por outro lado, a acusada sustentou em seu interrogatório judicial que, no dia 28/03/19, a vítima ligou para a acusada, dizendo que estava se sentido mal, com pressão baixa, assim, a ré se dirigiu a residência do ofendido. Chegando lá, por volta de 23h30min, após ter que indicar sua presença na portaria batendo com a mão no vidro por estar o porteiro distraído, subiu normalmente para o apartamento da vítima e com ela conversou tranquilamente, tendo ambos, inclusive, mantido relações sexuais. Ocorre que, na madrugada do dia 28/03 para 29/03, afirma que a vítima e a interrogada brigaram, por motivos financeiros (a acusada alegou que estava precisando de dinheiro e a vítima se recusou a dar), vindo a vítima a bater com as duas mãos na cabeça da ré, acertando-lhe os ouvidos e deixando-a com dores de cabeça, mas, como possuía receio de que fosse

denunciado, o ofendido manteve a ré a força em sua residência. Por volta das 5h30min às 06h00min, aproveitando que a vítima estava adormecida, a ré saiu do apartamento e dirigiu-se a casa dos filhos, onde permaneceu descansando. No dia 29/03/14, por volta de 13h00-13h30min, a ré alega que retornou para o apartamento da vítima, quando constatou que ela não se encontrava lá, apesar do carro se encontrar na garagem. Assim, estando preocupada com seu bem-estar, a ré chamou um chaveiro para abrir o apartamento, quando confirmou que ele não se encontrava lá e aproveitou também para pegar a carteirinha da UNIMED que lá havia se esquecido. Passado algum tempo, a vítima voltou para o apartamento, dizendo que havia ido comprar cigarro, momento em que a ré avisou que iria para a UNIMED e se retirou do apartamento. No dia 30/03/14, a ré disse que retornou para o apartamento da vítima, quando foi por ela indagada se havia registrado Boletim de Ocorrência contra ela, sobre o que a ré negou. Contudo, tal episódio gerou uma nova briga e uma nova agressão à ré, que foi atingida com um soco em sua boca. No dia seguinte, a ré saiu do apartamento e, após ser aconselhada por uma amiga (a testemunha de defesa Rosana, cujo depoimento foi dispensado), compareceu a Delegacia de Atendimento à Mulher e registrou boletim de ocorrência contra o ofendido e, por conseguinte, lhe foram concedidas medidas protetivas, dentre as quais o afastamento do lar por parte da vítima. As dissonâncias descritas acima, em cotejo com o cenário judicial conturbado relatado, denotam a existência de forte animosidade e revanchismo entre ofendido e acusada de sorte que não há como emprestar credibilidade à palavra da vítima. De certo, nos crimes cometidos sem testemunhas oculares como o caso em apreço, o depoimento da vítima exsurge, em regra, com forte e relevante valor probante, principalmente, quando ela mantém idêntica versão dos fatos em juízo e na delegacia, como o fez o ofendido nestes autos. Entretanto, o caso vertente apresenta contornos peculiares e excepcionais pelos motivos assinalados acima, devendo a palavra do ofendido ser valorada com cautela, à luz do cenário fático-jurídico acima indicado, não servindo para embasar decreto condenatório, o qual exige certeza robusta, cabal e plena. Tal procedimento se mostra consentâneo ao Princípio do Livre Convencimento Motivado, o qual possibilita que o magistrado sentenciante empreste as provas produzidas durante a instrução processual o valor probatório que lhe convier, desde que decline fundamentadamente as razões de sua convicção. A respeito da temática, transcrevem-se os ensinamentos do douto Renato Brasileiro de Lima: "Quanto à valoração da prova pelo magistrado por ocasião da sentença condenatória, o ordenamento pátrio adota, pelo menos em regra, o sistema da persuasão racional do juiz, em virtude do qual o magistrado tem ampla liberdade na valoração das provas constantes dos autos, as quais têm, legal e abstratamente, o mesmo valot. Como aponta Gomes Filho, 'a liberdade na apreciação das provas não se confunde com uma autorização para que o juiz adote decisões arbitrárias, mas apenas lhe confere a possibilidade de estabelecer a verdade judicial com base em dados e critérios objetivos e de uma forma que seja controlável." Este sistema confere ao juiz discricionariedade na hora da valoração das provas, isoladamente e no seu conjunto, mas desde que tais provas estejam no processo (id quod no est in actis non est in mundus - o que não está nos autos não existe), sendo admitidas pela lei e submetidas a um prévio juízo de credibilidade, não podendo ser ilícitas ou ilegítimas. À discrionariedade de avaliação do quadro probatório soma-se a obrigatoriedade de motivação da conclusão do magistrado. A obrigação de fundamentar permite às partes não somente aferir que a convicção foi realmente extraída do material probatório constante dos autos, como também analisar os motivos legais que levaram o magistrado a firmar sua conclusão." (LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal: volume único. 4ªed. rev.ampl. e atual. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016, pag.1477) Nessa linha, o E. Tribunal de Justiça do Estado já excepcionou o valor probante da palavra da vítima quando esta se revelou como única e exclusiva prova a embasar a condenação em decorrência de possuir o natural interesse em ver um resultado condenatório, hipótese semelhante àquela vislumbrada nestes autos. Confira: EMENTA: PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO DA DEFESA. PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO. PROCEDÊNCIA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PALAVRA DA VÍTIMA. INSUFICIÊNCIA. MEIO DE PROVA ÚNICO. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. PLEITO DA DEFESA ABSOLUTÓRIO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. 1. Somente deve ser admitida a prolação de um título condenatório com base em um arcabouço probatório seguro, robusto, inconteste e despido de dúvidas. Caso contrário, em primazia ao princípio do in dubio pro reo, outra medida não se revela mais adequada que não seja a absolvição do réu. 2. Impositiva a absolvição do recorrente na espécie, quando a palavra da vítima, que nos casos de violência doméstica e familiar possui especial relevância, reve la-se como única prova a embasar a condenação. 3. Destarte, não há como se proferir ou, ainda, subsistir uma sentença condenatória em desfavor de um réu, com fulcro, única e exclusivamente nas declarações prestadas pela vítima, a qual, na maioria das vezes, tem interesse em ver um resultado condenatório, sem inexistir algum outro meio de prova que confirme sua versão apresentada. Quando ocorre esse tipo de evento processual, a dúvida é certa, e aplicação do princípio do in dubio pro reo é a medida mais adequada. 4.Depoimento prestado pela vítima em contradição com o

relatado pela testemunha de defesa e sem base em qualquer outro meio de prova acusatório. 5. Recurso provido, reformando-se a sentença condenatória exarada pelo Juízo, absolvendo-se o recorrente, dada insuficiência probatória e a existência de dúvida. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Desembargadores, que integram a 3ª Turma de Direito Penal deste Egrégio Tribunal de Justiça do estado do Pará, à unanimidade de votos, em CONHECER do recurso e DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação do voto do Excelentíssimo Senhor Desembargador - Relator Mairton Marques Carneiro. O julgamento do presente feito foi presidido pela Exma. Desa. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos. (2018.00523070-18, 185.618, Rel. MAIRTON MARQUES CARNEIRO, Órgão Julgador 3ª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2018-02-08, Publicado em 2018-02-15) Ademais, assevera-se que o ofendido e a acusada foram submetidos à exame de corpo de delito, cujos respectivos laudos indicaram a existência de lesões corporais, o que favorece tanto a tese de autodefesa sustentada pela ré quanto à dúvida acerca da ocorrência de agressões recíprocas (sem possibilidade de precisar quem as iniciou), o que igualmente prejudica o deslinde da autoria delitiva. Nessa senda, transcrevem-se jurisprudências: APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. VIAS DE FATO. ABSOLVIÇÃO. MANUTENÇÃO. PALAVRA DA VÍTIMA. INSUFICIÊNCIA. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. RECURSO DESPROVIDO. I - Inexistindo provas suficientes de que as agressões foram provocadas pela vontade livre e consciente do réu de ofender a integridade física da vítima, a manutenção da absolvição é medida que se impõe. II - Embora a palavra da vítima assuma elevada importância nos crimes praticados dentro do ambiente doméstico, quando ela não for confirmada por outras provas judiciais, ante a existência de provas que indicam a ocorrência de agressões recíprocas, sendo impossível precisar quem as iniciou, não pode ela servir para fundamentar decreto condenatório, em observância ao princípio in dubio pro reo. III - Recurso conhecido e desprovido. (TJ-DF 20160310059419 0005799-87.2016.8.07.0003, Relator: NILSONI DE FREITAS, Data de Julgamento: 20/04/2017, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 03/05/2017 . Pág.: 147/158) EMENTA: APELAÇÃO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO MINISTERIAL. PLEITO DE CONDENAÇÃO. NÃO CABIMENTO. LESÕES RECÍPROCAS. EXCLUDENTE DE ILICITUDE DA LEGÍTIMA DEFESA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Havendo dúvida acerca de qual das partes teria iniciado a contenda, extraindo-se, todavia, a ocorrência de lesões recíprocas entre réu e vítima, reconhecidas em juízo por ambas as partes, não se tendo por certo, portanto, quem agira amparado sob a excludente de ilicitude da legítima defesa, impõe-se manter a sentença que absolveu o réu. Precedentes. 2. Recuso conhecido e improvido. Decisão unânime. (TJ/PA, 2017.04476529-74, 182.007, Rel. VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2017-10-17, Publicado em 2017-10-20) EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. LESÃO CORPORAL (ART. 129, § 9º DO CP). ABSOLVIÇÃO EM 1º GRAU. FALTA DE PROVAS. AGRESSÕES RECÍPROCAS. AUSÊNCIA DE TESTEMUNHA PRESENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO DE QUEM DEU INÍCIO ÀS AGRESSÕES. FALTA DE PROVA SEGURA PARA CONDENAÇÃO. IN DUBIO PRO REO. PRINCÍPIO DA CONFIANÇA NO JUÍZO DE 1º GRAU. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. UNÂNIME. 1. O Ministério Público apelou da decisão que absolveu o réu da imputação da prática do crime de lesões corporais, dizendo haver provas suficientes da autoria e da materialidade. 2. No caso dos autos, o contexto narrado demonstra a existência de agressões recíprocas entre o acusado e a vítima, não tendo restado suficientemente comprovada a existência do crime imputado, uma vez que há dúvida sobre quem tenha começado as agressões físicas, ou quem agiu em legítima defesa. 3. Conquanto a palavra da vítima, em crimes que envolvem violência doméstica, possua especial importância, no caso dos autos o contexto fático probatório não produz a certeza necessária para a condenação, revertendo-se a dúvida em favor do réu (in dubio pro reo). 4. Os elementos cognitivos que permitem a reconstrução histórica do fato dão conta de que houve prévia discussão e agressão recíproca. Assim, considerando as especificidades do caso concreto, entendo que não houve a configuração da figura típica, motivo pelo qual deve ser mantida a sentença absolutória. (TJ/PA, 2014.04647271-58, 140.515, Rel. VERA ARAUJO DE SOUZA, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2014-11-14, Publicado em 2014-11-18) As incongruências quanto à dinâmica dos fatos exposta por vítima e acusada permanecem sem elucidação quando da análise dos depoimentos prestados pelas testemunhas de acusação em ambas as fases da percussão penal, as quais, além de não terem presenciado a suposta agressão à vítima, incorreram em contradição entre si e em relação às declarações fornecidas perante a autoridade policial concernente aos eventos que antecederam e/ou sucederam o evento criminoso. Em juízo, foram ouvidas 04 (quatro) testemunhas da acusação, sendo que os depoentes Josias, Josué e Nazareno eram porteiros do prédio onde a vítima morava, ao passo que o Sr. Warney era gerente do condomínio. A testemunha Josias confirmou os relatos do ofendido no sentido de que estava na portaria do condomínio quando a acusada chegou e subiu para o apartamento

da vítima sem autorização, tendo o depoente interfonado para a vítima logo em seguida, avisando da sua subida. O Sr. Josias destacou que, no momento em que a acusada chegou, estava falando no interfone com uma moradora, contudo, a acusada puxou o aparelho de sua mão e passou a falar com o interlocutor, a quem proferiu várias ofensas. Incorreu em significativa contradição em relação ao depoimento prestado na delegacia, pois, perante a autoridade policial, afirmou que viu o momento em que a acusada passou pela portaria por volta de 04h00min, retornando do apartamento da vítima, sem estar com sinais aparentes de agressão, enquanto que, em juízo, afirmou que não presenciou esse momento, pois já tinha ocorrido a troca de turno de porteiros, já sendo horário de expediente do Sr. Nazareno. Além do mais, aduziu em juízo que, no dia seguinte, após a mudança de turno por volta das 6h00min, teve contato com o ofendido, o qual pediu que subisse para o seu apartamento, onde lhe mostrou que havia objetos quebrados e a porta do apartamento estava com um buraco. Em audiência, disse que, nesse momento, a vítima lhe exibiu as lesões provocadas pela acusada no braço e peito, não tendo visto lesões no rosto, entretanto, na delegacia, afirmou que viu a vítima toda lesionada, com hematomas no rosto. Por sua vez, a testemunha Nazareno afirmou que costumava trabalhar no turno da manhã, não tendo presenciado a entrada forçada da acusada no dia 29/03. Não sabe informar se estava trabalhando na manhã do dia 30/03, apenas se recordando que, no dia 02/04/14, a vítima lhe mostrou as lesões corporais causadas pela acusada em seu rosto enquanto estava passando com o seu carro pela rampa do prédio, esclarecendo que o rosto da vítima estava todo vermelho. Afirma que não teve contato com a acusada após o fato. O depoente Josué disse que não presenciou o momento em que acusada chegou no prédio da vítima no dia 29/03, pois era o expediente de trabalho do Sr. Josias. Também não se recorda se estava trabalhando na manhã seguinte ao fato. Afirma que, no dia seguinte, teve contato com a vítima e a acusada, estando ambos com sinais de agressões. A vítima estava com agatanhadas no rosto e a ré, com um machucado visível nos lábios. Na condição de gerente do condomínio à época dos fatos, a testemunha Warney disse que, no dia seguinte ao fato, ficou sabendo por outros moradores que havia ocorrido uma discussão no prédio, pois escutaram barulhos, sendo que, tal como a testemunha Josué, incorreu em contradição. Em audiência, disse que, na manhã do dia 30/03, o depoente foi chamado pela vítima enquanto ela estava na garagem e lhe mostrou hematomas no braço e rosto que teriam sido causados pela acusada e, em seguida, o ofendido disse que iria para o IML fazer exame de corpo de delito. Afirmou ainda que, na tarde do dia 30/03, foi ao apartamento da vítima, quando viu que a porta estava quebrada com um furo e alguns móveis estavam afastados e objetos, quebrados. Todavia, na fase inquisitiva, disse que, na manhã do dia 30/03, a vítima lhe chamou em seu apartamento, quando viu que a vítima estava com o rosto cheio de hematomas, bem assim que dentro do imóvel estava tudo quebrado, com vários objetos jogados no chão. O cenário probatório, retratado pelas testemunhas de acusação ouvidas em juízo, não permite extrair elementos probantes quanto à origem das agressões, seja pela fragilidade que seus testemunhos denotam considerando as contradições e lacunas que apresentam, sejam porque tomaram conhecimento delas por meio de contato com a vítima e a acusada ou os ambos. Cumpre pontuar que os imóveis e objetos quebrados avistados no apartamento da vítima pelas testemunhas Josué e Warney não indicam necessariamente que a ré foi a autora das agressões sofridas pelo ofendido, tendo em conta a linha de autodefesa por ela sustentada, por meio da qual acusa o ofendido de tê-la agredido, bem assim as considerações tecidas acerca da falta de confiabilidade dos relatos do ofendido. De outro vértice, depreendo que o episódio aventado nos autos em que, após a suposta agressão à vítima, a acusada teria comparecido ao prédio do ofendido e efetuada a troca de fechaduras do apartamento da vítima também não sinaliza necessariamente que, tendo tido acesso ao apartamento sem autorização conforme afirmado pela vítima e a testemunha Josué, a ré tenha efetivamente agredido o ofendido. Em verdade, a testemunha Warney, gerente do condomínio à época, informou em juízo que a troca de fechaduras era uma dinâmica constante entre ofendido e acusada em decorrência da disputa judicial do apartamento, tendo ocorrido tanto antes quanto depois das supostas agressões à vítima. Sendo assim, esse evento insere-se no contexto do relacionamento conturbado que ofendido e ré mantinham, não se podendo presumir que representaria a concretização das ameaças que segundo a vítima foram proferidas pela denunciada após a suposta agressão, no sentido de que "tomaria os bens do ofendido". Como testemunha de Defesa, foi ouvido o Sr. Adailton, o qual nada soube informar a respeito dos fatos em apuração nestes autos, porém, foi inquirido acerca da personalidade e dos relacionamentos mantidos pelo ofendido com a acusada e a ex-esposa deste, a Sr.ª Shirley. Em suma, a testemunha corroborou com os relatos da acusada de que a vítima era violenta e já tinha agredido a acusada e a Sr.ª Shirley em outras oportunidades. A testemunha foi devidamente compromissada na forma da lei, tendo o Juízo indeferido a contradita arguida pelo Assistente de Acusação, contudo, deferiu em audiência a suspeição de parcialidade, o que ora se ratifica considerando que o depoente informou que trabalhou em uma agência de turismo por um ano e seis meses, da qual a vítima e o sobrinho dela eram sócios, sendo que, após o

término do contrato de trabalho, a testemunha afirmou que não recebeu as verbas trabalhistas as quais alega ter direito. Nesse contexto, reitero que o depoimento prestado possui caráter tendencioso, não repercutindo na formação do convencimento deste magistrado. À luz de todas as considerações tecidas, forçoso concluir que o caderno processual não encerra elementos probatórios idôneos e suficientes para se imputar a conduta delitiva narrada na peça acusatória à denunciada, sendo certo que o arcabouço probatório produzido demonstra-se precário, frágil e vago de modo que é inservível para sustentar édito condenatório, devendo, portanto, prevalecer o Princípio do In dubio pro reo e, em consequência, ser a ré absolvida por insuficiência de provas quanto à autoria delitiva (art.386, VII, CPP). Nesse sentido, colecionam-se: "Não havendo certeza, mas dúvida sobre os fatos em discussão em juízo, inegavelmente é preferível a absolvição de um culpado à condenação de um inocente, pois, em um juízo de ponderação, o primeiro erro acaba sendo menos grave que o segundo. O in dubio pro reo não é, portanto, uma simples regra de apreciação das provas. Na verdade, deve ser utilizado no momento da valoração das provas: na dúvida, a decisão tem de favorecer o imputado, pois não tem ele a obrigação de provar que não praticou o delito. Antes, cabe à parte acusadora (Ministério Público ou querelante) afastar a presunção de não culpabilidade que recai sobre o imputado, provando além de uma dúvida razoável que o acusado praticou a conduta delituosa cuja prática lhe é atribuída. " (op.cit, 2016, pag.45) "ESTUPRO DE VULNERÁVEL - AUSÊNCIA DE PROVAS - PALAVRA DA VÍTIMA ISOLADA - CONFRONTO DE VERSÕES - ABSOLVIÇÃO. Não havendo nenhuma prova nos autos que autorize a condenação, havendo dúvidas nos autos e meros indícios, a absolvição é medida que se impõe. As declarações da vítima, isoladas, não podem ensejar um decreto condenatório, seja por qual crime for, clandestino ou não. Tal assertiva tem por fundamento um princípio básico a ser observado em todo processo, cuja finalidade seja a composição de uma lide: a igualdade de tratamento a ser dispensado às partes, não podendo a versão de uma ter um peso superior à da outra, exceto quando esta valoração se mostra amparada em outros elementos de convicção. Havendo dúvidas nos autos e contradições, a absolvição é medida que se impõe." (grifei) (TJ-MG - APR: 10680150007077001 MG, Relator: Alexandre Victor de Carvalho, Data de Julgamento: 18/08/2016, Câmaras Criminais / 5ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 26/08/2016). "EMENTA: APELAÇÃO PENAL. ROUBO QUALIFICADO. COACUSADOS QUE NEGAM A AUTORIA. AUSÊNCIA DE PROVAS CONTUNDENTES. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. 1. Se não há prova contundente que os apelados estavam no local do crime, e as testemunhas de acusação não conferem certeza e clareza a respeito da autoria em relação a eles, em face de contradições nos depoimentos, resta insuficiente a prova acusatória para legitimar a condenação, porque todos são inocentes até que se prove o contrário. Absolvição por insuficiência de provas mantida. 2. Recurso conhecido e improvido, à unanimidade." (2018.01446577-11, 188.322, Rel. RAIMUNDO HOLANDA REIS, Órgão Julgador 3ª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2018-04-12, Publicado em 2018-04-13) "Não havendo prova estreme de dúvida, apta a superar meros indícios relativos ao envolvimento do acusado com tráfico de drogas, a absolvição apresenta-se como medida mais adequada e prudente, em observância irrestrita ao princípio in dúbio pro reo, pois não basta a simples probabilidade de autoria para ensejar decreto condenatório, exigindo-se para tanto que a prova seja plena e convincente, enquanto para a absolvição basta a dúvida" (Ap. 1.0474.11.004312-9/001, rel. Des. Duarte de Paula, DJ 13.12.2016) EMENTA - APELAÇÃO CRIMINAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - ABSOLVIÇÃO EM RAZÃO DA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - ARTIGO 386, VII, DO CPP - PRINCÍPIO DO "IN DUBIO PRO REO" - PALAVRA DA VÍTIMA QUE NÃO TRANSMITE CERTEZA - CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE - RECURSO PROVIDO. I - Somente se admite prolação de decreto condenatório diante de conjunto probatório seguro, robusto, estreme de dívida. Caso contrário, em homenagem ao princípio do "in dubio pro reo", impositiva a absolvição com base no inciso VII do artigo 386 do Código de Processo Penal. II - Impositiva a absolvição quando a palavra da vítima, que nos casos de violência doméstica possui especial relevância, encontra-se isolada do contexto probatório, não sendo suficiente para confirmar a prática do delito. III - Recurso provido. (TJ-MS 00427699320128120001 MS 0042769-93.2012.8.12.0001, Relator: Desª. Maria Isabel de Matos Rocha, Data de Julgamento: 09/02/2017, 3ª Câmara Criminal) DA CONCLUSÃO Por todo o exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público por via da denúncia, pelo que ABSOLVO a nacional CARMEN SYLVIA DA COSTA MENEZES, qualificada nos autos, com fundo no art.386, VII, do CPP em decorrência da insuficiência de provas quanto à autoria delitiva. Efetuem-se as anotações e comunicações de estilo. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.C. Belém, 27 de junho de 2019. Augusto César da Luz Cavalcante Juiz de Direito PROCESSO: 00108184420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:I. L. R. R. DENUNCIADO:FRANCISCO DIEGO TEIXEIRA. R.H. A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância

penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do acusado para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Havendo necessidade, expeça-se carta precatória. Na resposta o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Em caso de exceção, será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do CPP. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado citado não constituir defensor, fica desde já nomeado pelo juiz o defensor público vinculado à Vara, que será intimado para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o réu estará obrigado a comunicar qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). Belém, 27 de junho de 2019. Sérgio Augusto Andrade Lima Juiz de Direito PROCESSO: 00120578320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINA VIDIGAL DE SOUZA JORGE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 VITIMA:O. E. INDICIADO:JORDAN EDUARDO DA CRUZ GENU. De ordem do Exmo. Sr. Dr. SÉRGIO AUGUSTO ANDRADE LIMA, Juiz de Direito, Titular da 12ª VP da Capital, faço remessa dos presentes autos ao douto representante do MP. Belém, 27 de junho de 2019. Marina Vidigal de Souza Jorge. Diretora de Secretaria da 12ª Vara Penal. PROCESSO: 00128286120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINA VIDIGAL DE SOUZA JORGE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:E. S. R. . De ordem do Exmo. Sr. Dr. SÉRGIO AUGUSTO ANDRADE LIMA, Juiz de Direito, Titular da 12ª VP da Capital, faço remessa dos presentes autos ao douto representante do MP. Belém, 27 de junho de 2019. Marina Vidigal de Souza Jorge. Diretora de Secretaria da 12ª Vara Penal. PROCESSO: 00157328820188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:T. M. R. DENUNCIADO:WILLIAMI DE SOUSA PEREIRA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Em face das ausências acima reportadas, e tendo em vista a ausência justificada da Defensora Pública e do Representante do Ministério Público, restou prejudicado o ato processual que visava colher o depoimento da vítima e testemunhas, e o interrogatório do acusado, não apresentado pela SUSIPE, razão pela qual remarco a audiência de instrução e julgamento para o dia 16/07/2019, às 10:00 horas. Intimem-se a vítima e requisitem-se a testemunha policial e o acusado. Com relação à testemunha Marco Valério Junior Farias do Carmo, remetam-se os autos ao Ministério Público para se manifestar sobre o teor da certidão à fl. 61. E nada mais havendo, dou este termo como encerrado e conforme vai devidamente assinado por todos os presentes. Eu, ____, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi em 27.06.2019. PROCESSO: 00228926720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINA VIDIGAL DE SOUZA JORGE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:E. O. A. DENUNCIADO:ROBSON MIRANDA FEITOSA. De ordem do Excelentíssimo Senhor Dr. SÉRGIO AUGUSTO ANDRADE LIMA, Juiz de Direito Titular da 12ª Vara Criminal da Capital, dá-se ciência da designação de audiência para oitiva das testemunhas DOUGLAS BRAZUNA NOGUEIRA e JOEL ALMEIDA SILVA, marcada para o dia 04 de setembro de 2019 às 16h00min, na Comarca de Salvador/BA, nos autos da carta precatória nº 0317048-17.2019.8.05.0001. Belém, 27/06/2019. Marina Vidigal de Souza Jorge. Diretora de Secretaria da 12ª Vara Penal da Capital. PROCESSO: 00261444920168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:MANOEL RAIMUNDO SILVA DA SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:A. S. S. VITIMA:E. A. S. . Vistos, etc. O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito de suas atribuições legais, ofereceu denúncia criminal contra o nacional MANOEL RAIMUNDO SILVA DA SILVA, brasileiro, paraense, motorista rodoviário, estado civil ignorado, nascido em 03.04.1984, , filho de Joana Silva da Silva e Pedro Rodrigues da Silva Santos de Lima, residente no Loteamento Chico Mendes, Rua do Acre , nº 21, Bairro do Coqueiro, pela pratica dos delitos previstos nos art. 302, § 1º, incisos III e IV c/c art.303, parágrafo único, da Lei 9.503/97, c/c art.70 do Código Penal Brasileiro. Os autos se iniciaram mediante portaria. Denúncia recebida em 06.06.2017 (fl. 05). Citação do acusado e resposta à acusação (fls.41 e 43). Despacho saneador (fl.44). Durante a instrução processual, que teve seus atos registrados mediante gravação audiovisual, nos termos do artigo 405, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Penal, foram colhidas declarações da vítima Emanoel Alves da Silva e testemunhas Márcia Cristina Souza Ramos, José Antônio Mesquita Damião

cujos depoimentos constam da mídia de fls.66. Depoimento da testemunha Joel Nascimento dos Santos e interrogatório do acusado (mídia de fls.86). Juntada de defesa de um CD com reportagem jornalística sobre o acidente (fls.88). Juntada de laudo complementar de lesão corporal e de perícia necroscópica (fls.89 e 90/91). Memoriais finais do Ministério Público (fls.109/115). Memoriais finais da defesa (fls.116/123). Certidão de antecedentes criminais do acusado (fl.124). É o relatório. Decido. O processo obedeceu ao rito cabível ao delito em análise e foram observados o contraditório e a ampla defesa. Não há vício apto a macular de nulidade a marcha processual, pelo que passo a analisar o mérito da ação penal, já que não foram suscitadas preliminares. A materialidade delitiva se revela positivada por meio do boletim de ocorrência registrado perante a autoridade policial, como também pelo laudo de lesão corporal e laudo necroscópico das vítimas acostados aos autos. Quanto a autoria delitiva, cabe analisar os depoimentos colhidos durante a instrução. Segundo versão ofertada em juízo pelo ofendido Emanoel Alves da Silva, no dia do fato, por volta de 19:30 horas, pilotava sua motocicleta conduzindo sua esposa Angélica, trefegava pela Rodovia Augusto Montenegro, sentido Entroncamento-Icoaraci, quando, após passar pela frente do Estádio Mangueirão, decidiu efetuar um retorno à esquerda, na tentativa de cruzar a pista do BRT, pois pretendia acessar o estacionamento do estádio para seguir em direção a sua residência, no Bairro do Benguí. Ao parar a motocicleta na lateral direita da pista do BRT, ao lado da faixa de pedestre, aguardando o sinal fechar para cruzar a pista do BRT, quando foi atingido pelo ônibus conduzido pelo denunciado que vinha pela pista interditada no mesmo sentido da motocicleta. Com o impacto sua esposa Angélica, que vinha na garupa da moto caiu de baixo das rodas do ônibus, vindo a falecer no local, ao passo que o ofendido fraturou seu braço. Segundo informações de populares o acusado teria se evadido do local. O ofendido alega também que o local estaria interditado por conta das obras do BRT e que o acusado teria agido com imprudência ao conduzir o ônibus por aquela via para escapar do engarrafamento do local. O ofendido admite que pretendia fazer retorno no local do acidente, e para tanto utilizaria a faixa de pedestre para cruzar a pista do BRT, o que não é permitido, e que tinha conhecimento de que para fazê-lo teria que descer e empurrar a motocicleta (mídia de fls.66). A testemunha José Antônio Mesquita, por sua vez, relata que presenciou o acidente, porém não viu o denunciado no local e que o ônibus trafegava no sentido entroncamento Icoaraci e a moto estava no sentido Icoaraci, quando viu a moto já tinha caído, estando os dois veículos no mesmo sentido. Diz que o ônibus estava em local que não deveria tanto que no dia seguinte a Semob colocou muretas no local para impedir o trafego. Que no dia do acidente o trânsito estava muito engarrafado e o ônibus teria feito um desvio. Que foi a trazeira do ônibus que bateu na moto; que a vítima fatal caiu para baixo do ônibus; que a pista não estava liberada nem para ônibus nem para motocicleta; que o condutor da motocicleta tentou fazer uma manobra de retorno em local que não era permitido utilizando uma faixa de pedestre (mídia de fls.66). Quanto a testemunha Márcia Cristina Souza Ramos, irmã da ofendida Angélica, o Ministério Público desiste de seu depoimento pois não assistiu o acidente (mídia de fls.66). A testemunha Joel Nascimento dos Santos, ao se reportar sobre o acidente, diz que voltava de seu local de trabalho estava em uma faixa de pedestre aguardando pelo sinal abrir para atravessar o local, bem próximo a entrada do Panorama quando viu o acidente; que o semáforo estava aberto para os veículos e o motociclista aguardando o sinal fechar para passar; que o motorista do ônibus teria como desviar; o semáforo estava aberto para o ônibus e o motociclista estava na faixa aguardando para entrar; que acidente ocorreu na faixa do BRT, que não estava liberada, estando interditada, e funcionava apenas no sentido mangueirão entroncamento ao passo que no local do acidente estava interditada; que tinha uma faixa de escoamento liberada para moto, bicicleta e pedestre; que o ônibus tinha como frear e desviar pois vinha numa velocidade média; que uma das vítimas morreu instantaneamente; que a motocicleta estava transitando em uma área para pedestre; que apenas a faixa do BRT estava interditava estando liberada apenas a outra faixa normal para os ônibus; que é comum no local os motociclistas se utilizarem da faixa de pedestre para cruzar a avenida, procedimento que no dia do acidente ia ser adotado pelo ofendido (mídia de fls.86). O denunciado, por ocasião do interrogatório, nega a autoria do delito, alegando que no dia do fato trafegava pela pista do BRT no sentido entroncamento Icoaraci e ao chegar próximo ao estádio do Mangueirão o sinal estava aberto para os veículos estando os pedestres esperando quando uma motocicleta trafegando no mesmo sentido do ônibus, porem pela pista normal, resolveu fazer um contorno na sua frente, pela faixa de pedestre invadindo a pista do BRT, vindo a colidir com o coletivo. Que não tinha como ver a moto e nem desviar pois de uma lado tinha uma grade dividindo a pista do BRT da pista normal e de outro lado uns bloquetes bem alto; que a motocicleta foi atingida quando estava bem em cima da faixa de pedestre, ao entrar na pista, sendo atingida pela lateral do ônibus próximo da porta; que tão logo houve a batida parou o ônibus e ao se deparar com as vítimas ligou para o SAMU permanecendo no local por cerca de meia hora, vindo a sair com a chegada de parentes das vítimas. Que é muito comum, ao longo da avenida as motocicletas se utilizarem da faixa de pedestre para cruzar a avenida; que antes do acidente chegou a ver a moto trafegando em uma pista

lateral ao BRT e jamais imaginou que ia fazer uma manobra brusca, o que ocorreu provavelmente para encurtar seu caminho pois o próximo retorno era bastante longe, manobra essa que não era permitida; que não havia nenhum impedimento para os ônibus trafegarem na pista do BRT, estando o local liberado tanto que estava todo sinalizado; que o ônibus desenvolvia aproximadamente 30 k/h (mídia de fls.86). Os argumentos usados pelo acusado para eximir sua responsabilidade pelo acidente, vem corroborados por fotografias juntadas aos autos, cujas imagens se coadunam com a versão fornecida pelo réu, comprovando que o fato narrado na denúncia resultou de um acidente de trânsito provocado pela própria vítima quando pilotando sua motocicleta, de maneira imprudente, efetuou manobra indevida ao tentar contornar a pista do BRT utilizando a faixa de pedestre existente no local e, por conta desse fato, veio a ser atingido pelo ônibus dirigido pelo denunciado, de cujo choque resultou em lesões corporais no ofendido e na morte de sua esposa, que era transportada na garupa da motocicleta. A imprudência do ofendido também restou evidenciada nos autos através do depoimento que prestou em juízo, bem como por declarações prestadas pelas testemunhas arroladas pelo Parquet, todos admitindo que a manobra feita pelo condutor da moto, uma das vítimas, era inteiramente incompatível com as normas de transito, ou seja o retorno em uma rodovia com fluxo de trafego intenso, como todos sabem ser a Rodovia Augusto Montenegro, e em local extremamente inapropriado quando utilizou uma faixa exclusiva de pedestre em que é proibido o trafego de motocicletas, como previsto no Código Nacional de Transito, que em seus artigos infra descritos prevê: Art. 39. Nas vias urbanas, a operação de retorno deverá ser feita nos locais para isto determinados, quer por meio de sinalização, quer pela existência de locais apropriados, ou, ainda, em outros locais que ofereçam condições de segurança e fluidez, observadas as características da via, do veículo, das condições meteorológicas e da movimentação de pedestres e ciclistas. Art. 206. Executar operação de retorno: I - em locais proibidos pela sinalização; (...) III - passando por cima de calçada, passeio, ilhas, ajardinamento ou canteiros de divisões de pista de rolamento, refúgios e faixas de pedestres e nas de veículos não motorizados. (...) Infração - gravíssima; Penalidade - multa. De modo que, ao pilotar sua motocicleta executando operação de retorno em local proibido e usando faixa de pedestre, o ofendido, sem dúvida alguma, agiu com extrema imprudência. A acusação sustenta pedido de condenação alegando que no dia do fato o veículo dirigido pelo acusado trafegava irregularmente pela pista do BRT, estando a via estaria interditada por conta de obras, segundo declarações fornecidas pelo ofendido e por testemunhas ouvidas e fotografias do local do acidente que junta aos autos. Ocorre que as fotografias anexadas ao processo somente foram tiradas após o dia do acidente, como admite o Parquet, sem que se possa precisar quantos dias depois. A acusação também não traz argumentos sobre o motivo da suposta interdição da via, na medida em que o não ficou aos órgão competentes (PREFEITURA, SEMOB, DETRAN, etc...), no sentido de prestarem informações se na data do evento havia efetiva interdição da via, e, em caso positivo, se a interdição era total ou parcial, e em que trecho estaria ocorrendo. De modo que o órgão acusador optou apenas por informações vagas e imprecisas de testemunhas para alegar a suposta interdição da pista. Todavia, ainda que se admita os indícios de prova reportados pelo MP, não se pode afastar a possibilidade da interdição apenas parcial da pista do BRT, apenas a partir do local do acidente. Ou seja, tudo leva a crer que estivesse disponível para trafego dos ônibus expressos no sentido Entroncamento-Icoaraci até o local onde o acidente ocorreu, mais precisamente em frente ao Conjunto Residencial Panorama XXI, considerando o sentido em que o ônibus e a moto trafegavam. Ou até o Estádio do Mangueirão, considerando o sentido oposto da Rodovia Augusto Montenegro, como sugerem as fotografia de fls.32, através da qual se observa a existência de um ônibus do BRT trafegando normalmente pela via, e que, por sinal, executando o mesmo trajeto que fazia o coletivo conduzido pelo réu, até exatamente o local do acidente. Essa mesma foto registrada as muretas de contenção da via, o semáforo, e a faixa de pedestre que o ofendido teria utilizado, de modo irregular, para manobrar sua motocicleta em direção ao estacionamento do Estádio do Mangueirão. Pois bem, as fotografias revelam apenas uma possível interdição a partir do local do acidente. Não há provas nos autos de que o trecho percorrido pelo ônibus expresso, até o local do acidente, estivesse interditado, o que demandaria oficio aos órgãos competentes para que, em caráter oficial, prestasse essa informação, o que o MP não providenciou. De modo que não há prova idônea para comprovar que o veículo conduzido pelo denunciado trafegava por via interditada, de modo a evidenciar violação do dever de cuidado objetivo. Por sua vez a fotografia de fls.34, exibe claramente a faixa de pedestre que o ofendido utilizou indevidamente, com sua motocicleta, quando tentou contornar a Avenida Augusto Montenegro, acabando por se chocar com o ônibus que transitava pela faixa do BRT. A versão sustentada pela defesa quanto a ausência de culpa do réu, é ratificada através de reportagem de noticiário jornalístico feito no momento e local do acidente e divulgado no programa "cidade contra o crime", pela emissora RBA, constante do CD juntado as fls. 88, em que o repórter relata que o casal estava voltando de moto do entroncamento para o Bairro do Benguí, pela Avenida Augusto Montenegro, e em frente ao Estádio Mangueirão o condutor tentou

atravessar a avenida por uma abertura para passagem de pedestre na pista do BRT. No mesmo sentido trafegava o ônibus expresso da empresa Belém- Rio que faz a linha Paracuri- Almirante Barroso. O motociclista não percebeu e acabou colidindo com o ônibus. No mesmo noticiário, ao ser entrevistado, o CB/PM Salomão, presente no local do acidente, diz que vinha um motociclista sentido Icoaraci e resolveu fazer um retorno proibido, na faixa de pedestre, e não percebeu que vinha um ônibus expresso pelo BRT e acabou colidindo com ele. Nessa mesma reportagem é entrevistado um usuário que se queixa do perigo para todos que transitam na Augusto Montenegro, por contas das obras do BRT. O entrevistado também reclama da falta de retorno no local, que tem de ser feito no Conjunto Green Ville, do que fica subentendido que o ofendido usou local inapropriado para fazer uma manobra bastante perigosa sem dúvida alguma devido ao enorme fluxo de veículos que transitam pelo local. Ao prestar declarações na polícia, poucos dias após o acidente, o ofendido admite que trafegava pela Rodovia Augusto Montenegro sentido Belém/Icoaraci, e manobrou para a esquerda tentando atravessar a motocicleta na devida faixa de transito e sinal ali existente, pois pretendia seguir viagem na direção da área do estacionamento do mangueirão e anel circular em direção ao Bairro do Benguí, onde reside. Esse local reportado pelo ofendido vem retratado na fotografia de fls.34, em que se percebe a existência de uma faixa de pedestre e de um semáforo, certamente a mesma faixa que serviu para a manobra irregular feita pela vítima, com a intenção de ter acesso ao estacionamento do Estádio do Mangueirão e chegar até sua residência no bairro do Benguí. A fotografia que consta da parte inferior da folha 31, também exibe o local do acidente e permite que se identifique a existência de uma placa de sinalização que proibi o retorno de veículos naquele local, o que não foi observado pelo ofendido por ocasião do acidente, como ele próprio admite nas duas ocasiões em que prestou depoimento. Também não há comprovação de que o ônibus conduzido pelo denunciado estivesse em alta velocidade, pois, nesse caso os ofendidos teriam sido projetados para distância considerável do local do acidente, o que não ocorreu pois tanto a vítima fatal como a motocicleta permaneceram bem próximo ao coletivo, como se conclui pelas filmagens juntadas pela defesa e que constam do CD de fls.88, e também através da imagem constante da reportagem do jornal Amazônia (fls.23, do IP). Corroborando esse entendimento, tem-se também declarações de testemunhas dizendo que no momento do acidente o tráfego estava muito congestionado. Consequentemente o veículo dirigido pelo denunciado jamais poderia trafegar com velocidade excessiva. De modo que restou demonstrado que o acidente se deu por culpa exclusiva da vítima, e não por conduta imprudente do réu a absolvição é medida que se impõe. Para a configuração do delito culposo, são necessários os seguintes requisitos: conduta humana; inobservância do dever objetivo de cuidado, manifestada através de conduta negligente, imprudente ou imperita; resultado naturalístico; nexo de causalidade entre a conduta e o resultado; e previsibilidade objetiva do resultado. Segundo a doutrina de Guilherme de Souza Nucci, imprudência "é a forma ativa de culpa, significando um comportamento sem cautela, realizado com precipitação e insensatez"; negligência "é a forma passiva de culpa, ou seja, assumir uma atitude passiva, inerte material e psiquicamente, por descuido ou desatenção, justamente quando o dever de cuidado objetivo determina de modo contrário" e imperícia "é a imprudência no campo técnico, pressupondo uma arte, um ofício ou uma profissão". No caso dos autos, analisando as provas produzidas por ocasião da instrução criminal, não vislumbro como concluir tenha o réu agido com nenhuma das modalidades de culpa, e nem há que se falar em inobservância do dever objetivo de cuidado. Também não se pode dizer que o acusado trafegava irregularmente por via interditada. Como dito acima a versão do réu deve prevalecer pois corroborada por declarações do próprio ofendido, testemunhas e reportagens televisiva e jornalística, quanto a manobra irregular executada pela vítima ao tentar contornar rodovia de intenso fluxo de veículos, em local proibido, resultando no acidente descrito na denúncia. Ademais, como ocorre em todo crime culposo, também aqui o tipo é aberto, limitando-se a lei unicamente a descrever o resultado da ação, mas não a ação típica, a qual é somente adjetivada. A configuração do crime, portanto, remete ao art. 18, II, do CP, o qual dispõe ser o crime "culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia". Acerca do tema trago a colação a lição Rogério Greco, na obra Código Penal: Comentado 4ª ed. Impetus 2010, p. 54: (...) Imprudente seria a conduta positiva praticada pelo agente que, por não observar o seu dever de cuidado, causasse o resultado lesivo que lhe era previsível. Na definição de Anibal Bruno "consiste a imprudência na prática de um ato perigoso sem os cuidados que o caso requer".82 Por exemplo imprudente é o motorista que imprime velocidade excessiva em seu veículo ou o que desrespeita um sinal vermelho em um cruzamento etc. A imprudência e, portanto um fazer alguma coisa. (...). Portanto, para ser julgada procedente a pretensão acusatória, deveria restar suficientemente demonstrado nos autos, seja por prova pericial ou testemunhal, que o acusado extrapolou o limite do risco permitido na condução do veículo automotor, ou seja, que agiu de forma imprudente o que, a toda evidência, não se verifica. Digo isso porque, as provas carreadas para os autos, em especial a testemunhal, não demonstram que o réu tenha de fato agido com imprudência, considerando que pelos depoimentos

testemunhais constantes da instrução criminal, atesta-se que a vítima deliberadamente dirigia sem observância das normas de trafego, conforme comprovam os depoimentos colhidos em juízo. Por essas razões, não existindo provas da conduta imperita de parte do denunciado, não há que se falar em inobservância do dever objetivo de cuidado. Por conseguinte, não existe fato típico culposo e não existe crime, pelo que deve prevalecer os argumentos da defesa expostos em memoriais finais. Portanto, se culpa houve, esta deve ser debitada unicamente a vítima, pois resta claro que dirigia de forma imprudente e, em franca ofensa as normas impostas pelas leis que regem o trânsito, não havendo, por conseguinte, como responsabilizar o denunciado, nem tampouco falar em culpa concorrente, de vez que, o acidente se deu além dos limites objetivamente previsíveis, pois não tinha com prever a possibilidade de saber que o curso causal posto em execução seria suscetível de provocar o resultado não querido. "APELAÇÃO PENAL. HOMICÍDIO CULPOSO NO TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE PROVAS SEGURAS DA AÇÃO IMPRUDENTE DO RÉU. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. OCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO. PROCEDÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1. Restando demonstrado que o acidente se deu por culpa exclusiva da vítima, e não por conduta imprudente do réu a absolvição é medida que se impõe, na forma do art. 386, inciso VI, do Código de Processo Penal. 2. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO" (2018.01860924-25, 189.637, Rel. RONALDO MARQUES VALLE, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2018-05-08, publicado em 2018-05-10). Igualmente, com fito de pôr uma pá de cal sobre o assunto, cediço é que restando qualquer dúvida quanto a certeza de cometimento de ilícito pelo acusado é regramento constitucional a observância do princípio "in dúbio pro reo". Neste diapasão do culto doutrinador Juarez Tavares. Leciona Juarez Tavares acerca do aludido princípio: "(...) É necessário ainda esclarecer que, nesse aspecto, muitas vezes tem-se socorrido do princípio in dúbio pro reo, como critério determinante da probabilidade. Segundo este método, havendo dúvidas acerca da probabilidade da ocorrência do resultado ou de ser este evitável de qualquer modo, deve-se favorecer o acusado, excluindo-se a imputação objetiva do resultado. Na verdade, esse princípio só deve ser aplicado como dirimente de dúvidas na aferição do caso concreto, a fim de se determinar se a conduta do agente, lesiva ao dever de cuidado, tem ou não aumentado o perigo da verificação do resultado ou diminuído as chances de que fosse evitado. Nesse caso, a aplicação do princípio conduz à absolvição do agente, unicamente por falta de provas acerca da verificação desse elemento do tipo, o resultado (...)". De modo que a prova produzida na instrução não autoriza conclusão segura a respeito do elemento subjetivo da conduta do réu, que não pode ser presumido. Proclama a jurisprudência: "Sem que exista, no processo, uma prova esclarecedora da responsabilidade do réu, sua absolvição se impõe, visto que a dúvida autoriza a declaração do non liquet, nos termos do art. 386, VII, do CPP" (RT 389/333 e JUTACRIM 47/284). "A condenação criminal não pode ser editada por um juízo de probabilidade. Tem que estar escudada em elementos que convençam da culpa do acusado pelo evento" (RT 383/270). "É cediça a afirmação de que a culpa não se presume e necessita vir cumpridamente provada para se justificar um decreto condenatório, pois nos delitos culposos ela integra o próprio tipo legal do delito" (RT 415/246). "A culpa não se presume e nem pode ser deduzida por simples ilações acerca da culpabilidade do agente. Deve ser provada acima de qualquer dúvida razoável" (RT 415/281). Diante do exposto, não vislumbrando ter o acusado MANOEL RAIMUNDO SILVA DA SILVA, qualificado nos autos, agido com culpa, em qualquer de suas modalidades, resta a ABSOLVIÇÃO, com fundamento no artigo 386, III, do CPP. Custas pelo Estado. Após o trânsito em julgado proceda-se com as anotações e baixa de estilo. PRIC. Belém, 27 de junho de 2019 Sérgio Augusto Andrade Lima Juiz de Direito PROCESSO: 00284918420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:R. S. A. DENUNCIADO:ALEXANDRE FERREIRA DE SOUZA. tendo em vista as ausências acima reportadas, remarco a audiência de instrução e julgamento para o dia 18/07/2019, às 10:00 horas. Requisitem-se as testemunhas policiais e o acusado. E nada mais havendo, dou este termo como encerrado e conforme vai devidamente assinado por todos os presentes. Eu, ____, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi em 27.06.2019. PROCESSO: 00059788820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Pedido de Prisão Preventiva em: REPRESENTANTE: D. P. N. N. REPRESENTADO: H. D. P. REPRESENTADO: R. S. B. PROCESSO: 00063486720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: R. S. A. DENUNCIADO: C. S. M. Representante(s): OAB 20648 - LUCIDY MONTEIRO (ADVOGADO) DENUNCIADO: R. M. M. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR)

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 12ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 12ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00026825820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:S. A. M. DENUNCIADO:ALEXSANDRE SILVA DE CARVALHO DENUNCIADO:REGINALDO RAMIRO MARANHAO JUNIOR. R.H. A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação dos acusados para responderem à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Havendo necessidade, expeça-se carta precatória. Na resposta, os acusados poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Em caso de exceção, será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do CPP. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se os acusados citados não constituírem defensor, fica desde já nomeado pelo juiz o defensor público vinculado à Vara, que será intimado para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, os réus estarão obrigados a comunicar qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). Belém, 27 de junho de 2019. Sérgio Augusto Andrade Lima Juiz de Direito PROCESSO: 00060429820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 27/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:DANIELA BRUNA FERREIRA LOPES Representante(s): OAB 17309 - MAYCON VALENTE PANTOJA (ADVOGADO) . R.H. 1. Acolho o petitório de fl.72, determinando que a Secretaria proceda com as devidas anotações no sistema e na autuação do feito de modo a excluir o advogado, Dr. Osvaldo Benedito Teixeira (OAB/PA nº.4571), como defensor do réu. 2. À vista da certidão de fl.78 e da decisão de fls.66/67, dou prosseguimento ao feito em relação à acusada. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21/08/2019 às 11h00min, o que faço com arrimo no art. 56, da Lei nº 11.343/2006. Intime-se a acusada conforme endereço indicado à fl.75. Requisitem-se as testemunhas policiais. Intimem-se a testemunha Pamela Cristina da Silva Gonçalves e a testemunha de defesa arrolada à fl.31. Dê-se ciência ao Ministério Público e a Defesa. Belém, 27 de junho de 2019. Sérgio Augusto Andrade Lima Juiz de Direito PROCESSO: 00099235920148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:R. O. C. P. Representante(s): OAB 19396-B - DANIEL DE CARVALHO MACHADO (ADVOGADO) OAB 12756 - THIAGO DE CARVALHO MACHADO (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) OAB 23462 - CARLOS ANDRE DIAS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 26038 - VITOR DE ASSIS VOSS (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) OAB 26580 - YASMIN AMORAS PESSOA (ADVOGADO) AUTORIDADE POLICIAL:ALDO MACEDO BOTELHO -DPC DENUNCIADO:CARMEN SYLVIA DA COSTA MENEZES Representante(s): OAB 5612 - HELIO DE BARROS FAVACHO ALVES (ADVOGADO) . Vistos, etc. O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no uso de suas atribuições institucionais, ofereceu DENÚNCIA contra a nacional CARMEN SYLVIA DA COSTA MENEZES, qualificada nos autos, pela suposta prática do delito inserto no art.129, §2º, do Código Penal. Inicialmente, foi designada audiência admonitória com vistas à suspensão condicional do processo nos termos do art.89 da Lei nº. 9.099/95, contudo, após diligências efetuadas pelo Juízo, ficou constatado, tal como assinalado pelo patrono constituído da vítima às fls.38/41, que a ré responde por processos criminais na Comarca de Teixeira de Fretas/BA, motivo pelo qual o Juízo entendeu pelo não cabimento do benefício, conforme decisão de fl.91. A denúncia foi recebida em 15/03/2016 (fl.91). A ré foi citada (fl.119), apresentou resposta à acusação (fls.123/158) e, não sendo caso de absolvição sumária, foi designada audiência de instrução e julgamento (fl.159 e 160). Durante a instrução processual, que teve seus atos registrados mediante gravação audiovisual, nos termos do artigo 405, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Penal (mídias anexas às fls.193 e 197), foram colhidas declarações da vítima e das testemunhas de acusação e defesas arroladas, havendo, ao final, o interrogatório da acusada. Registra-se que a Defesa dispensou a oitiva da testemunha Rosana do Nascimento Rodrigues, conforme ata de audiência de fls.191/192. Na fase do art.402, o Assistente de Acusação requer a juntada de documentos, colecionados às fls.214/226, enquanto o Ministério Público e a Defesa nada requereram. Em sede de memoriais finais por escrito, o Ministério Público pugnou pela absolvição da ré por inexistir prova suficiente para a condenação (art.386, VII, do CPP), segundo parecer de fls. 204/212, ratificado à fl. 248. Por sua vez, a Defesa requereu a absolvição da ré por não existir prova de que tenha concorrido para a infração penal

(art.386, V, do CPP), conforme manifestação de fls. 228/233, ratificada às fls. 250. Após a correção do trâmite processual, o Assistente de Acusação apresentou alegações finais às fls. 239/244, no bojo da qual pleiteou a condenação da ré nos termos propostos pelo Ministério Público por via da denúncia. À fl.251, juntou-se certidão de antecedentes criminais da denunciada, da qual se infere que é ré primária e não possui antecedentes criminais. É o relatório. Decido. Verifico que o processo obedeceu ao rito processual cabível ao delito em análise e que foram observados o contraditório e a ampla defesa. Não existem nulidades a serem sanadas, pelo que passo a análise do mérito. Consta da denúncia que, no dia 29/03/2014, a denunciada desferiu chutes e arranhões pela face da vítima, causando as lesões corporais descritas no laudo pericial constantes dos autos, enquanto estavam no apartamento do ofendido, situado na Rua dos Mundurucus, nº.2129, Ed. Horto Boulevard, apto nº. 1502, Bairro Batista Campos, Belém/PA. Segundo a peça acusatória, a denunciada e o ofendido se conheceram em 2009, começaram a namorar em 2012 e se casaram em 17/04/2019, porém, permaneceram residindo em casas separadas. De acordo com o depoimento prestado pela vítima em sede policial, o casamento estava abalado, pois a acusada estava interferindo demais em seus investimentos e, por conseguinte, queria controlar suas economias e fazia inúmeras exigências sobre a aplicação de seus rendimentos, sendo assim, passou a evita-la, chegando ao extremo de proibir sua entrada em seu apartamento. Na madrugada do dia 29/03/2014, a acusada transpôs o bloqueio da portaria do prédio em que o ofendido residia e adentrou no apartamento da vítima em estado de ira, movida pela denúncia de que este estaria lhe traindo com outra mulher. Mesmo depois da ausência de outra pessoa no imóvel, a ré, descontrolada, passou a desferir chutes contra a vítima, vindo a arranhá-la na face com suas unhas. Após as agressões, a acusada deixou o apartamento, contudo, retornou em data posterior para trocar as fechaduras e, assim, impedir a entrada do ofendido. Diante dessa situação, a vítima registrou Boletim de Ocorrência e foi submetida à exame de lesão corporal, no qual foi certificado que houve ofensas a sua integridade física, conforme laudo acostado aos autos. Em seu interrogatório extrajudicial, a acusada negou a prática do crime e apresentou versão totalmente contrária à narrativa exposta pela vítima. Nesse sentido, relatou que seu marido sempre foi uma pessoa extremamente temperamental e que ela que sofria agressões por parte dele, tendo, inclusive, registrado Boletim de Ocorrência de nº. 00035/2014.001430-0 e realizado exame de corpo de delito, cujo laudo atestou que sofreu ofensa a sua integridade física. Além do mais, declarou que as lesões que o ofendido a imputou foram feitas pela própria vítima, que tomou tal atitude com intenção de prejudicá-la. Disse, por fim, que o imóvel que o ofendido afirmou ser tão unicamente seu, era, em verdade, do casal, pois ela teria fornecido parte do dinheiro empregado para adquiri-lo. DA MATERIALIDADE E DA AUTORIA Examinando detidamente o acervo probatório produzido nos autos, verifico que está permeado de imprecisões, dúvidas e obscuridades de modo que as lesões corporais sofridas pela vítima restaram comprovadas por meio do laudo pericial carreado aos autos, contudo, a autoria delitiva não foi suscetível de elucidação, diante das significativas divergências contidas entre as versões dos fatos narradas pelo ofendido e a acusada, somadas às contradições verificadas nos depoimentos prestados pelas testemunhas de acusação nas duas fases da persecução penal, desprezando-se as declarações colhidas da testemunha de defesa ouvida em juízo, cuja oitiva está eivada de parcialidade. Conforme antecipado, a vítima e a acusada narraram em juízo versão dos fatos totalmente distintas e conflitantes. A vítima afirmou que foi agredida pela ré na madrugada do dia 29/03 para o dia 30/03, sendo que, neste dia, registrou boletim de ocorrência e submeteu-se a exame de corpo de delito, negando que tenha revidado as lesões sofridas em decorrência do treinamento e aprendizado que obteve como oficial da Marinha, o qual lhe proporcionou manter o controle emocional. Por outro lado, a acusada disse que foi agredida pelo ofendido em tais dias, vindo a registrar boletim de ocorrência no dia 31/03, quando igualmente foi submetida a exame de lesão corporal, negando que tenha agredido à vítima justamente por sua superioridade física, tendo apenas se defendido erguendo os braços na altura da cabeça. O ofendido sustentou que a fotografia que acompanha o laudo de fl. 10 do I.P se refere às lesões corporais que a denunciada causou nele com o uso de algum objeto, o qual não soube informar, negando que seja alergia. Todavia, a respeito de tal fotografia, a ré afirma que a aparência avermelhada do rosto do ofendido é efeito colateral alérgico da ingestão do remédio CIALIS DIÁRIO, o qual teria sido ingerido pela vítima no dia 28/03, quando mantiveram relações sexuais. Com vistas a atribuir maior credibilidade às suas narrativas, ambos relataram episódios pretéritos da vida conjugal, tendo a vítima aduzido que foi alvo de acusações de agressões em outras oportunidades, contudo, alega que são inverídicas, ao passo que a ré declinou eventos outros em que foi agredida, um dos quais o ofendido teria tentado estrangular a ré, porém, a testemunha de Defesa Adilson, office boy da vítima à época, teria se interposto e acudido a acusada. O ofendido e a denunciada afirmaram que o outro possuía temperamento explosivo e era violento, bem assim que são casados, porém, que está tramitando ação de divórcio litigioso na justiça, na qual o apartamento em que residia a vítima e sucedeu os fatos relatos na denúncia é alvo de disputa judicial,

estando o imóvel provisoriamente na posse da acusada. Aliás, o ofendido esclareceu que o B.O registrado contra ele resultou na concessão de medidas protetivas em favor da acusada, sendo que, por suposta violação de tais medidas, veio a ser preso em abril/2014 em seu prédio após tentar adentrar no apartamento e perceber que a fechadura estava trocada. Outrossim, disse que permaneceu preso por 03 (três) dias, quando sua prisão foi revogada por ter sido esclarecido que sua entrada no imóvel estava resguardada por decisão judicial oriunda do Juízo da 5ª Vara de Família, onde tramita a referida ação de divórcio litigioso e foi deferido pedido de liminar, autorizando a entrada da vítima no bem, contudo, segundo o ofendido, tal B.O não resultou em seu indiciamento nem oferecimento de denúncia contra si. Feito o breve comparativo acima e delineado o contexto fático-jurídico em que o presente caso está assentado, mostra-se adequado e oportuno retratar-se de modo mais detalhado a versão dos fatos declinada pelo ofendido e pela acusada, respectivamente. Com efeito, a vítima relatou em audiência que, no dia 29/03/14, determinou a portaria do seu prédio que não permitisse a entrada de ninguém, inclusive dos seus filhos, pois estava cansado e não queria ser incomodada. Entretanto, por volta de 01h00min, espantou-se quando ouviu a campainha tocando e fortes batidas na porta, a qual abriu e foi imediatamente agredido fisicamente pela acusada com algum objeto que portava em mãos que não sabe informar qual, sem qualquer conversa prévia. Em seguida, a ré entrou no apartamento, vasculhou todos os cômodos, quebrou objetos do apartamento (como vidro do aparador e caixa de som) e lá permaneceu ofendendo e agredindo a vítima até que se retirou por volta de 5h00min-5h30min. O ofendido acredita que as agressões físicas advieram por motivos passionais e patrimoniais, pois, a acusada suspeitava que estava sendo traída e, ao sair do apartamento, também teria dito "caíste em uma cilada...vou tomar tudo que é teu..." Afirma que, no dia seguinte (30/03/14), antes de se dirigir à Delegacia para registrar B.O, ficou sabendo pelo porteiro Josias que a acusada teria chegado no prédio por volta de 01h00min-01h30min e, de forma agressiva/violenta (sacudindo as portas de vidro da portaria), exigiu que entrasse no prédio, mesmo diante do informe do porteiro de que a vítima não se encontrava em seu apartamento, a respeito do que teria respondido que sabia que o ofendido se encontrava em casa, pois estava vigiando e ela o viu entrar. Segundo a vítima, como ficou temeroso que a acusada quebrasse a porta da portaria e estava nervoso com a situação, o porteiro deixou que a ré adentrasse no prédio. Em seguida, cumprindo a exigência da ré, o porteiro interfonou para o apartamento da vítima, contudo, equivocou-se de número e acabou ligando para outra unidade condominial, cujo interfone foi atendido por uma mulher, sendo que a acusada tomou o interfone da mão do porteiro Josias, escutou a voz da mulher e dirigiu-se de imediato para o elevador, subindo para o apartamento do ofendido. Por fim, afirmou que, no dia 30/03/14, dirigiu-se a Delegacia para registrar boletim de ocorrência, após o que, já sabendo da acusação, a ré entrou em contato com o ofendido, ameaçando que não se retirasse o B.O iria registrar contra ele uma acusação de agressão, contudo, como a vítima não cedeu a ameaça, a denunciada registrou 02 (dias) depois. B.O contra ele por essa acusação. Por outro lado, a acusada sustentou em seu interrogatório judicial que, no dia 28/03/19, a vítima ligou para a acusada, dizendo que estava se sentido mal, com pressão baixa, assim, a ré se dirigiu a residência do ofendido. Chegando lá, por volta de 23h30min, após ter que indicar sua presença na portaria batendo com a mão no vidro por estar o porteiro distraído, subiu normalmente para o apartamento da vítima e com ela conversou tranquilamente, tendo ambos, inclusive, mantido relações sexuais. Ocorre que, na madrugada do dia 28/03 para 29/03, afirma que a vítima e a interrogada brigaram, por motivos financeiros (a acusada alegou que estava precisando de dinheiro e a vítima se recusou a dar), vindo a vítima a bater com as duas mãos na cabeça da ré, acertando-lhe os ouvidos e deixando-a com dores de cabeça, mas, como possuía receio de que fosse denunciado, o ofendido manteve a ré a força em sua residência. Por volta das 5h30min às 06h00min, aproveitando que a vítima estava adormecida, a ré saiu do apartamento e dirigiu-se a casa dos filhos, onde permaneceu descansando. No dia 29/03/14, por volta de 13h00-13h30min, a ré alega que retornou para o apartamento da vítima, quando constatou que ela não se encontrava lá, apesar do carro se encontrar na garagem. Assim, estando preocupada com seu bem-estar, a ré chamou um chaveiro para abrir o apartamento, quando confirmou que ele não se encontrava lá e aproveitou também para pegar a carteirinha da UNIMED que lá havia se esquecido. Passado algum tempo, a vítima voltou para o apartamento, dizendo que havia ido comprar cigarro, momento em que a ré avisou que iria para a UNIMED e se retirou do apartamento. No dia 30/03/14, a ré disse que retornou para o apartamento da vítima, quando foi por ela indagada se havia registrado Boletim de Ocorrência contra ela, sobre o que a ré negou. Contudo, tal episódio gerou uma nova briga e uma nova agressão à ré, que foi atingida com um soco em sua boca. No dia seguinte, a ré saiu do apartamento e, após ser aconselhada por uma amiga (a testemunha de defesa Rosana, cujo depoimento foi dispensado), compareceu a Delegacia de Atendimento à Mulher e registrou boletim de ocorrência contra o ofendido e, por conseguinte, lhe foram concedidas medidas protetivas, dentre as quais o afastamento do lar por parte da vítima. As dissonâncias descritas acima, em cotejo com o cenário judicial conturbado relatado, denotam a existência

de forte animosidade e revanchismo entre ofendido e acusada de sorte que não há como emprestar credibilidade à palavra da vítima. De certo, nos crimes cometidos sem testemunhas oculares como o caso em apreço, o depoimento da vítima exsurge, em regra, com forte e relevante valor probante, principalmente, quando ela mantém idêntica versão dos fatos em juízo e na delegacia, como o fez o ofendido nestes autos. Entretanto, o caso vertente apresenta contornos peculiares e excepcionais pelos motivos assinalados acima, devendo a palavra do ofendido ser valorada com cautela, à luz do cenário fático-jurídico acima indicado, não servindo para embasar decreto condenatório, o qual exige certeza robusta, cabal e plena. Tal procedimento se mostra consentâneo ao Princípio do Livre Convencimento Motivado, o qual possibilita que o magistrado sentenciante empreste as provas produzidas durante a instrução processual o valor probatório que lhe convier, desde que decline fundamentadamente as razões de sua convicção. A respeito da temática, transcrevem-se os ensinamentos do douto Renato Brasileiro de Lima: "Quanto à valoração da prova pelo magistrado por ocasião da sentença condenatória, o ordenamento pátrio adota, pelo menos em regra, o sistema da persuasão racional do juiz, em virtude do qual o magistrado tem ampla liberdade na valoração das provas constantes dos autos, as quais têm, legal e abstratamente, o mesmo valot. Como aponta Gomes Filho, 'a liberdade na apreciação das provas não se confunde com uma autorização para que o juiz adote decisões arbitrárias, mas apenas lhe confere a possibilidade de estabelecer a verdade judicial com base em dados e critérios objetivos e de uma forma que seja controlável." Este sistema confere ao juiz discricionariedade na hora da valoração das provas, isoladamente e no seu conjunto, mas desde que tais provas estejam no processo (id quod no est in actis non est in mundus - o que não está nos autos não existe), sendo admitidas pela lei e submetidas a um prévio juízo de credibilidade, não podendo ser ilícitas ou ilegítimas. À discrionariedade de avaliação do quadro probatório soma-se a obrigatoriedade de motivação da conclusão do magistrado. A obrigação de fundamentar permite às partes não somente aferir que a convicção foi realmente extraída do material probatório constante dos autos, como também analisar os motivos legais que levaram o magistrado a firmar sua conclusão." (LIMA, Renato Brasileiro de. Manual de Processo Penal: volume único. 4ªed. rev.ampl. e atual. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016, pag.1477) Nessa linha, o E. Tribunal de Justiça do Estado já excepcionou o valor probante da palavra da vítima quando esta se revelou como única e exclusiva prova a embasar a condenação em decorrência de possuir o natural interesse em ver um resultado condenatório, hipótese semelhante àquela vislumbrada nestes autos. Confira: EMENTA: PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. RECURSO DA DEFESA. PRETENDIDA ABSOLVIÇÃO. PROCEDÊNCIA. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. PALAVRA DA VÍTIMA. INSUFICIÊNCIA. MEIO DE PROVA ÚNICO. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. PLEITO DA DEFESA ABSOLUTÓRIO POR INSUFICIÊNCIA PROBATÓRIA. 1. Somente deve ser admitida a prolação de um título condenatório com base em um arcabouço probatório seguro, robusto, inconteste e despido de dúvidas. Caso contrário, em primazia ao princípio do in dubio pro reo, outra medida não se revela mais adequada que não seja a absolvição do réu. 2. Impositiva a absolvição do recorrente na espécie, quando a palavra da vítima, que nos casos de violência doméstica e familiar possui especial relevância, reve la-se como única prova a embasar a condenação. 3. Destarte, não há como se proferir ou, ainda, subsistir uma sentença condenatória em desfavor de um réu, com fulcro, única e exclusivamente nas declarações prestadas pela vítima, a qual, na maioria das vezes, tem interesse em ver um resultado condenatório, sem inexistir algum outro meio de prova que confirme sua versão apresentada. Quando ocorre esse tipo de evento processual, a dúvida é certa, e aplicação do princípio do in dubio pro reo é a medida mais adequada. 4.Depoimento prestado pela vítima em contradição com o relatado pela testemunha de defesa e sem base em qualquer outro meio de prova acusatório. 5. Recurso provido, reformando-se a sentença condenatória exarada pelo Juízo, absolvendo-se o recorrente, dada insuficiência probatória e a existência de dúvida. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Desembargadores, que integram a 3ª Turma de Direito Penal deste Egrégio Tribunal de Justiça do estado do Pará, à unanimidade de votos, em CONHECER do recurso e DAR-LHE PROVIMENTO, nos termos da fundamentação do voto do Excelentíssimo Senhor Desembargador - Relator Mairton Marques Carneiro. O julgamento do presente feito foi presidido pela Exma. Desa. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos. (2018.00523070-18, 185.618, Rel. MAIRTON MARQUES CARNEIRO, Órgão Julgador 3ª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2018-02-08, Publicado em 2018-02-15) Ademais, assevera-se que o ofendido e a acusada foram submetidos à exame de corpo de delito, cujos respectivos laudos indicaram a existência de lesões corporais, o que favorece tanto a tese de autodefesa sustentada pela ré quanto à dúvida acerca da ocorrência de agressões recíprocas (sem possibilidade de precisar quem as iniciou), o que igualmente prejudica o deslinde da autoria delitiva. Nessa senda, transcrevem-se jurisprudências: APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. VIAS DE FATO. ABSOLVIÇÃO. MANUTENÇÃO. PALAVRA DA VÍTIMA. INSUFICIÊNCIA. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. RECURSO DESPROVIDO. I - Inexistindo

provas suficientes de que as agressões foram provocadas pela vontade livre e consciente do réu de ofender a integridade física da vítima, a manutenção da absolvição é medida que se impõe. II - Embora a palavra da vítima assuma elevada importância nos crimes praticados dentro do ambiente doméstico, quando ela não for confirmada por outras provas judiciais, ante a existência de provas que indicam a ocorrência de agressões recíprocas, sendo impossível precisar quem as iniciou, não pode ela servir para fundamentar decreto condenatório, em observância ao princípio in dubio pro reo. III - Recurso conhecido e desprovido. (TJ-DF 20160310059419 0005799-87.2016.8.07.0003, Relator: NILSONI DE FREITAS, Data de Julgamento: 20/04/2017, 3ª TURMA CRIMINAL, Data de Publicação: Publicado no DJE : 03/05/2017 . Pág.: 147/158) EMENTA: APELAÇÃO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO MINISTERIAL. PLEITO DE CONDENAÇÃO. NÃO CABIMENTO. LESÕES RECÍPROCAS. EXCLUDENTE DE ILICITUDE DA LEGÍTIMA DEFESA. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Havendo dúvida acerca de qual das partes teria iniciado a contenda, extraindo-se, todavia, a ocorrência de lesões recíprocas entre réu e vítima, reconhecidas em juízo por ambas as partes, não se tendo por certo, portanto, quem agira amparado sob a excludente de ilicitude da legítima defesa, impõe-se manter a sentença que absolveu o réu. Precedentes. 2. Recuso conhecido e improvido. Decisão unânime. (TJ/PA, 2017.04476529-74, 182.007, Rel. VANIA LUCIA CARVALHO DA SILVEIRA, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2017-10-17, Publicado em 2017-10-20) EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. LESÃO CORPORAL (ART. 129, § 9º DO CP). ABSOLVIÇÃO EM 1º GRAU. FALTA DE PROVAS. AGRESSÕES RECÍPROCAS. AUSÊNCIA DE TESTEMUNHA PRESENCIAL. NÃO COMPROVAÇÃO DE QUEM DEU INÍCIO ÀS AGRESSÕES. FALTA DE PROVA SEGURA PARA CONDENAÇÃO. IN DUBIO PRO REO. PRINCÍPIO DA CONFIANÇA NO JUÍZO DE 1º GRAU. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. UNÂNIME. 1. O Ministério Público apelou da decisão que absolveu o réu da imputação da prática do crime de lesões corporais, dizendo haver provas suficientes da autoria e da materialidade. 2. No caso dos autos, o contexto narrado demonstra a existência de agressões recíprocas entre o acusado e a vítima, não tendo restado suficientemente comprovada a existência do crime imputado, uma vez que há dúvida sobre quem tenha começado as agressões físicas, ou quem agiu em legítima defesa. 3. Conquanto a palavra da vítima, em crimes que envolvem violência doméstica, possua especial importância, no caso dos autos o contexto fático probatório não produz a certeza necessária para a condenação, revertendo-se a dúvida em favor do réu (in dubio pro reo). 4. Os elementos cognitivos que permitem a reconstrução histórica do fato dão conta de que houve prévia discussão e agressão recíproca. Assim, considerando as especificidades do caso concreto, entendo que não houve a configuração da figura típica, motivo pelo qual deve ser mantida a sentença absolutória. (TJ/PA, 2014.04647271-58, 140.515, Rel. VERA ARAUJO DE SOUZA, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2014-11-14, Publicado em 2014-11-18) As incongruências quanto à dinâmica dos fatos exposta por vítima e acusada permanecem sem elucidação quando da análise dos depoimentos prestados pelas testemunhas de acusação em ambas as fases da percussão penal, as quais, além de não terem presenciado a suposta agressão à vítima, incorreram em contradição entre si e em relação às declarações fornecidas perante a autoridade policial concernente aos eventos que antecederam e/ou sucederam o evento criminoso. Em juízo, foram ouvidas 04 (quatro) testemunhas da acusação, sendo que os depoentes Josias, Josué e Nazareno eram porteiros do prédio onde a vítima morava, ao passo que o Sr. Warney era gerente do condomínio. A testemunha Josias confirmou os relatos do ofendido no sentido de que estava na portaria do condomínio quando a acusada chegou e subiu para o apartamento da vítima sem autorização, tendo o depoente interfonado para a vítima logo em seguida, avisando da sua subida. O Sr. Josias destacou que, no momento em que a acusada chegou, estava falando no interfone com uma moradora, contudo, a acusada puxou o aparelho de sua mão e passou a falar com o interlocutor, a quem proferiu várias ofensas. Incorreu em significativa contradição em relação ao depoimento prestado na delegacia, pois, perante a autoridade policial, afirmou que viu o momento em que a acusada passou pela portaria por volta de 04h00min, retornando do apartamento da vítima, sem estar com sinais aparentes de agressão, enquanto que, em juízo, afirmou que não presenciou esse momento, pois já tinha ocorrido a troca de turno de porteiros, já sendo horário de expediente do Sr. Nazareno. Além do mais, aduziu em juízo que, no dia seguinte, após a mudança de turno por volta das 6h00min, teve contato com o ofendido, o qual pediu que subisse para o seu apartamento, onde lhe mostrou que havia objetos quebrados e a porta do apartamento estava com um buraco. Em audiência, disse que, nesse momento, a vítima lhe exibiu as lesões provocadas pela acusada no braço e peito, não tendo visto lesões no rosto, entretanto, na delegacia, afirmou que viu a vítima toda lesionada, com hematomas no rosto. Por sua vez, a testemunha Nazareno afirmou que costumava trabalhar no turno da manhã, não tendo presenciado a entrada forçada da acusada no dia 29/03. Não sabe informar se estava trabalhando na manhã do dia 30/03, apenas se recordando que, no dia 02/04/14, a vítima lhe mostrou as lesões corporais causadas pela acusada em seu

rosto enquanto estava passando com o seu carro pela rampa do prédio, esclarecendo que o rosto da vítima estava todo vermelho. Afirma que não teve contato com a acusada após o fato. O depoente Josué disse que não presenciou o momento em que acusada chegou no prédio da vítima no dia 29/03, pois era o expediente de trabalho do Sr. Josias. Também não se recorda se estava trabalhando na manhã seguinte ao fato. Afirma que, no dia seguinte, teve contato com a vítima e a acusada, estando ambos com sinais de agressões. A vítima estava com agatanhadas no rosto e a ré, com um machucado visível nos lábios. Na condição de gerente do condomínio à época dos fatos, a testemunha Warney disse que, no dia seguinte ao fato, ficou sabendo por outros moradores que havia ocorrido uma discussão no prédio, pois escutaram barulhos, sendo que, tal como a testemunha Josué, incorreu em contradição. Em audiência, disse que, na manhã do dia 30/03, o depoente foi chamado pela vítima enquanto ela estava na garagem e lhe mostrou hematomas no braço e rosto que teriam sido causados pela acusada e, em seguida, o ofendido disse que iria para o IML fazer exame de corpo de delito. Afirmou ainda que, na tarde do dia 30/03, foi ao apartamento da vítima, quando viu que a porta estava quebrada com um furo e alguns móveis estavam afastados e objetos, quebrados. Todavia, na fase inquisitiva, disse que, na manhã do dia 30/03, a vítima lhe chamou em seu apartamento, quando viu que a vítima estava com o rosto cheio de hematomas, bem assim que dentro do imóvel estava tudo quebrado, com vários objetos jogados no chão. O cenário probatório, retratado pelas testemunhas de acusação ouvidas em juízo, não permite extrair elementos probantes quanto à origem das agressões, seja pela fragilidade que seus testemunhos denotam considerando as contradições e lacunas que apresentam, sejam porque tomaram conhecimento delas por meio de contato com a vítima e a acusada ou os ambos. Cumpre pontuar que os imóveis e objetos quebrados avistados no apartamento da vítima pelas testemunhas Josué e Warney não indicam necessariamente que a ré foi a autora das agressões sofridas pelo ofendido, tendo em conta a linha de autodefesa por ela sustentada, por meio da qual acusa o ofendido de tê-la agredido, bem assim as considerações tecidas acerca da falta de confiabilidade dos relatos do ofendido. De outro vértice, depreendo que o episódio aventado nos autos em que, após a suposta agressão à vítima, a acusada teria comparecido ao prédio do ofendido e efetuada a troca de fechaduras do apartamento da vítima também não sinaliza necessariamente que, tendo tido acesso ao apartamento sem autorização conforme afirmado pela vítima e a testemunha Josué, a ré tenha efetivamente agredido o ofendido. Em verdade, a testemunha Warney, gerente do condomínio à época, informou em juízo que a troca de fechaduras era uma dinâmica constante entre ofendido e acusada em decorrência da disputa judicial do apartamento, tendo ocorrido tanto antes quanto depois das supostas agressões à vítima. Sendo assim, esse evento insere-se no contexto do relacionamento conturbado que ofendido e ré mantinham, não se podendo presumir que representaria a concretização das ameaças que segundo a vítima foram proferidas pela denunciada após a suposta agressão, no sentido de que "tomaria os bens do ofendido". Como testemunha de Defesa, foi ouvido o Sr. Adailton, o qual nada soube informar a respeito dos fatos em apuração nestes autos, porém, foi inquirido acerca da personalidade e dos relacionamentos mantidos pelo ofendido com a acusada e a ex-esposa deste, a Sr.ª Shirley. Em suma, a testemunha corroborou com os relatos da acusada de que a vítima era violenta e já tinha agredido a acusada e a Sr.ª Shirley em outras oportunidades. A testemunha foi devidamente compromissada na forma da lei, tendo o Juízo indeferido a contradita arguida pelo Assistente de Acusação, contudo, deferiu em audiência a suspeição de parcialidade, o que ora se ratifica considerando que o depoente informou que trabalhou em uma agência de turismo por um ano e seis meses, da qual a vítima e o sobrinho dela eram sócios, sendo que, após o término do contrato de trabalho, a testemunha afirmou que não recebeu as verbas trabalhistas as quais alega ter direito. Nesse contexto, reitero que o depoimento prestado possui caráter tendencioso, não repercutindo na formação do convencimento deste magistrado. À luz de todas as considerações tecidas, forçoso concluir que o caderno processual não encerra elementos probatórios idôneos e suficientes para se imputar a conduta delitiva narrada na peça acusatória à denunciada, sendo certo que o arcabouço probatório produzido demonstra-se precário, frágil e vago de modo que é inservível para sustentar édito condenatório, devendo, portanto, prevalecer o Princípio do In dubio pro reo e, em consequência, ser a ré absolvida por insuficiência de provas quanto à autoria delitiva (art.386, VII, CPP). Nesse sentido, colecionam-se: "Não havendo certeza, mas dúvida sobre os fatos em discussão em juízo, inegavelmente é preferível a absolvição de um culpado à condenação de um inocente, pois, em um juízo de ponderação, o primeiro erro acaba sendo menos grave que o segundo. O in dubio pro reo não é, portanto, uma simples regra de apreciação das provas. Na verdade, deve ser utilizado no momento da valoração das provas: na dúvida, a decisão tem de favorecer o imputado, pois não tem ele a obrigação de provar que não praticou o delito. Antes, cabe à parte acusadora (Ministério Público ou querelante) afastar a presunção de não culpabilidade que recai sobre o imputado, provando além de uma dúvida razoável que o acusado praticou a conduta delituosa cuja prática lhe é atribuída. " (op.cit, 2016, pag.45) "ESTUPRO DE VULNERÁVEL -

AUSÊNCIA DE PROVAS - PALAVRA DA VÍTIMA ISOLADA - CONFRONTO DE VERSÕES - ABSOLVIÇÃO. Não havendo nenhuma prova nos autos que autorize a condenação, havendo dúvidas nos autos e meros indícios, a absolvição é medida que se impõe. As declarações da vítima, isoladas, não podem ensejar um decreto condenatório, seja por qual crime for, clandestino ou não. Tal assertiva tem por fundamento um princípio básico a ser observado em todo processo, cuja finalidade seja a composição de uma lide: a igualdade de tratamento a ser dispensado às partes, não podendo a versão de uma ter um peso superior à da outra, exceto quando esta valoração se mostra amparada em outros elementos de convicção. Havendo dúvidas nos autos e contradições, a absolvição é medida que se impõe." (grifei) (TJ-MG - APR: 10680150007077001 MG, Relator: Alexandre Victor de Carvalho, Data de Julgamento: 18/08/2016, Câmaras Criminais / 5ª CÂMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 26/08/2016). "EMENTA: APELAÇÃO PENAL. ROUBO QUALIFICADO. COACUSADOS QUE NEGAM A AUTORIA. AUSÊNCIA DE PROVAS CONTUNDENTES. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. 1. Se não há prova contundente que os apelados estavam no local do crime, e as testemunhas de acusação não conferem certeza e clareza a respeito da autoria em relação a eles, em face de contradições nos depoimentos, resta insuficiente a prova acusatória para legitimar a condenação, porque todos são inocentes até que se prove o contrário. Absolvição por insuficiência de provas mantida. 2. Recurso conhecido e improvido, à unanimidade." (2018.01446577-11, 188.322, Rel. RAIMUNDO HOLANDA REIS, Órgão Julgador 3ª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2018-04-12, Publicado em 2018-04-13) "Não havendo prova estreme de dúvida, apta a superar meros indícios relativos ao envolvimento do acusado com tráfico de drogas, a absolvição apresenta-se como medida mais adequada e prudente, em observância irrestrita ao princípio in dúbio pro reo, pois não basta a simples probabilidade de autoria para ensejar decreto condenatório, exigindo-se para tanto que a prova seja plena e convincente, enquanto para a absolvição basta a dúvida" (Ap. 1.0474.11.004312-9/001, rel. Des. Duarte de Paula, DJ 13.12.2016) EMENTA - APELAÇÃO CRIMINAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - ABSOLVIÇÃO EM RAZÃO DA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - ARTIGO 386, VII, DO CPP - PRINCÍPIO DO "IN DUBIO PRO REO" - PALAVRA DA VÍTIMA QUE NÃO TRANSMITE CERTEZA - CONJUNTO PROBATÓRIO INSUFICIENTE - RECURSO PROVIDO. I - Somente se admite prolação de decreto condenatório diante de conjunto probatório seguro, robusto, estreme de dívida. Caso contrário, em homenagem ao princípio do "in dubio pro reo", impositiva a absolvição com base no inciso VII do artigo 386 do Código de Processo Penal. II - Impositiva a absolvição quando a palavra da vítima, que nos casos de violência doméstica possui especial relevância, encontra-se isolada do contexto probatório, não sendo suficiente para confirmar a prática do delito. III - Recurso provido. (TJ-MS 00427699320128120001 MS 0042769-93.2012.8.12.0001, Relator: Desª. Maria Isabel de Matos Rocha, Data de Julgamento: 09/02/2017, 3ª Câmara Criminal) DA CONCLUSÃO Por todo o exposto, julgo IMPROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida pelo Ministério Público por via da denúncia, pelo que ABSOLVO a nacional CARMEN SYLVIA DA COSTA MENEZES, qualificada nos autos, com fundo no art.386, VII, do CPP em decorrência da insuficiência de provas quanto à autoria delitiva. Efetuem-se as anotações e comunicações de estilo. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. P.R.I.C. Belém, 27 de junho de 2019. Augusto César da Luz Cavalcante Juiz de Direito PROCESSO: 00108184420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:I. L. R. R. DENUNCIADO:FRANCISCO DIEGO TEIXEIRA. R.H. A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do acusado para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Havendo necessidade, expeça-se carta precatória. Na resposta o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Em caso de exceção, será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do CPP. Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado citado não constituir defensor, fica desde já nomeado pelo juiz o defensor público vinculado à Vara, que será intimado para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o réu estará obrigado a comunicar qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). Belém, 27 de junho de 2019. Sérgio Augusto Andrade Lima Juiz de Direito PROCESSO: 00157328820188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:T. M. R.

DENUNCIADO:WILLIAMI DE SOUSA PEREIRA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Em face das ausências acima reportadas, e tendo em vista a ausência justificada da Defensora Pública e do Representante do Ministério Público, restou prejudicado o ato processual que visava colher o depoimento da vítima e testemunhas, e o interrogatório do acusado, não apresentado pela SUSIPE, razão pela qual remarco a audiência de instrução e julgamento para o dia 16/07/2019, às 10:00 horas. Intimem-se a vítima e requisitem-se a testemunha policial e o acusado. Com relação à testemunha Marco Valério Junior Farias do Carmo, remetam-se os autos ao Ministério Público para se manifestar sobre o teor da certidão à fl. 61. E nada mais havendo, dou este termo como encerrado e conforme vai devidamente assinado por todos os presentes. Eu, ____, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi em 27.06.2019. PROCESSO: 00193662920178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JESSICA GONCALVES DA SILVA Representante(s): OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:E. B. A. . tendo em vista a ausência justificada da Defensora Pública e do Representante do Ministério Público, remarco a audiência de instrução e julgamento para o dia 09/07/2019, às 11:00 horas. Cientes a acusada, as testemunhas de acusação e as testemunhas de defesa. E nada mais havendo, dou este termo como encerrado e conforme vai devidamente assinado por todos os presentes. Eu, ____, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi em 27.06.2019. PROCESSO: 00261444920168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:MANOEL RAIMUNDO SILVA DA SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:A. S. S. VITIMA:E. A. S. . Vistos, etc. O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, no âmbito de suas atribuições legais, ofereceu denúncia criminal contra o nacional MANOEL RAIMUNDO SILVA DA SILVA, brasileiro, paraense, motorista rodoviário, estado civil ignorado, nascido em 03.04.1984, , filho de Joana Silva da Silva e Pedro Rodrigues da Silva Santos de Lima, residente no Loteamento Chico Mendes, Rua do Acre , nº 21, Bairro do Coqueiro, pela pratica dos delitos previstos nos art. 302, § 1º, incisos III e IV c/c art.303, parágrafo único, da Lei 9.503/97, c/c art.70 do Código Penal Brasileiro. Os autos se iniciaram mediante portaria. Denúncia recebida em 06.06.2017 (fl. 05). Citação do acusado e resposta à acusação (fls.41 e 43). Despacho saneador (fl.44). Durante a instrução processual, que teve seus atos registrados mediante gravação audiovisual, nos termos do artigo 405, §§ 1º e 2º, do Código de Processo Penal, foram colhidas declarações da vítima Emanoel Alves da Silva e testemunhas Márcia Cristina Souza Ramos, José Antônio Mesquita Damião cujos depoimentos constam da mídia de fls.66. Depoimento da testemunha Joel Nascimento dos Santos e interrogatório do acusado (mídia de fls.86). Juntada de defesa de um CD com reportagem jornalística sobre o acidente (fls.88). Juntada de laudo complementar de lesão corporal e de perícia necroscópica (fls.89 e 90/91). Memoriais finais do Ministério Público (fls.109/115). Memoriais finais da defesa (fls.116/123). Certidão de antecedentes criminais do acusado (fl.124). É o relatório. Decido. O processo obedeceu ao rito cabível ao delito em análise e foram observados o contraditório e a ampla defesa. Não há vício apto a macular de nulidade a marcha processual, pelo que passo a analisar o mérito da ação penal, já que não foram suscitadas preliminares. A materialidade delitiva se revela positivada por meio do boletim de ocorrência registrado perante a autoridade policial, como também pelo laudo de lesão corporal e laudo necroscópico das vítimas acostados aos autos. Quanto a autoria delitiva, cabe analisar os depoimentos colhidos durante a instrução. Segundo versão ofertada em juízo pelo ofendido Emanoel Alves da Silva, no dia do fato, por volta de 19:30 horas, pilotava sua motocicleta conduzindo sua esposa Angélica, trefegava pela Rodovia Augusto Montenegro, sentido Entroncamento-Icoaraci, quando, após passar pela frente do Estádio Mangueirão, decidiu efetuar um retorno à esquerda, na tentativa de cruzar a pista do BRT, pois pretendia acessar o estacionamento do estádio para seguir em direção a sua residência, no Bairro do Benguí. Ao parar a motocicleta na lateral direita da pista do BRT, ao lado da faixa de pedestre, aguardando o sinal fechar para cruzar a pista do BRT, quando foi atingido pelo ônibus conduzido pelo denunciado que vinha pela pista interditada no mesmo sentido da motocicleta. Com o impacto sua esposa Angélica, que vinha na garupa da moto caiu de baixo das rodas do ônibus, vindo a falecer no local, ao passo que o ofendido fraturou seu braço. Segundo informações de populares o acusado teria se evadido do local. O ofendido alega também que o local estaria interditado por conta das obras do BRT e que o acusado teria agido com imprudência ao conduzir o ônibus por aquela via para escapar do engarrafamento do local. O ofendido admite que pretendia fazer retorno no local do acidente, e para tanto utilizaria a faixa de pedestre para cruzar a pista do BRT, o que não é permitido, e que tinha conhecimento de que para fazê-lo teria que descer e empurrar a motocicleta (mídia de fls.66). A testemunha José Antônio Mesquita, por sua vez, relata que presenciou o acidente, porém não viu o denunciado no local e que o ônibus

trafegava no sentido entroncamento Icoaraci e a moto estava no sentido Icoaraci, quando viu a moto já tinha caído, estando os dois veículos no mesmo sentido. Diz que o ônibus estava em local que não deveria tanto que no dia seguinte a Semob colocou muretas no local para impedir o trafego. Que no dia do acidente o trânsito estava muito engarrafado e o ônibus teria feito um desvio. Que foi a trazeira do ônibus que bateu na moto; que a vítima fatal caiu para baixo do ônibus; que a pista não estava liberada nem para ônibus nem para motocicleta; que o condutor da motocicleta tentou fazer uma manobra de retorno em local que não era permitido utilizando uma faixa de pedestre (mídia de fls.66). Quanto a testemunha Márcia Cristina Souza Ramos, irmã da ofendida Angélica, o Ministério Público desiste de seu depoimento pois não assistiu o acidente (mídia de fls.66). A testemunha Joel Nascimento dos Santos, ao se reportar sobre o acidente, diz que voltava de seu local de trabalho estava em uma faixa de pedestre aguardando pelo sinal abrir para atravessar o local, bem próximo a entrada do Panorama quando viu o acidente; que o semáforo estava aberto para os veículos e o motociclista aguardando o sinal fechar para passar; que o motorista do ônibus teria como desviar; o semáforo estava aberto para o ônibus e o motociclista estava na faixa aguardando para entrar; que acidente ocorreu na faixa do BRT, que não estava liberada, estando interditada, e funcionava apenas no sentido mangueirão entroncamento ao passo que no local do acidente estava interditada; que tinha uma faixa de escoamento liberada para moto, bicicleta e pedestre; que o ônibus tinha como frear e desviar pois vinha numa velocidade média; que uma das vítimas morreu instantaneamente; que a motocicleta estava transitando em uma área para pedestre; que apenas a faixa do BRT estava interditava estando liberada apenas a outra faixa normal para os ônibus; que é comum no local os motociclistas se utilizarem da faixa de pedestre para cruzar a avenida, procedimento que no dia do acidente ia ser adotado pelo ofendido (mídia de fls.86). O denunciado, por ocasião do interrogatório, nega a autoria do delito, alegando que no dia do fato trafegava pela pista do BRT no sentido entroncamento Icoaraci e ao chegar próximo ao estádio do Mangueirão o sinal estava aberto para os veículos estando os pedestres esperando quando uma motocicleta trafegando no mesmo sentido do ônibus, porem pela pista normal, resolveu fazer um contorno na sua frente, pela faixa de pedestre invadindo a pista do BRT, vindo a colidir com o coletivo. Que não tinha como ver a moto e nem desviar pois de uma lado tinha uma grade dividindo a pista do BRT da pista normal e de outro lado uns bloquetes bem alto; que a motocicleta foi atingida quando estava bem em cima da faixa de pedestre, ao entrar na pista, sendo atingida pela lateral do ônibus próximo da porta; que tão logo houve a batida parou o ônibus e ao se deparar com as vítimas ligou para o SAMU permanecendo no local por cerca de meia hora, vindo a sair com a chegada de parentes das vítimas. Que é muito comum, ao longo da avenida as motocicletas se utilizarem da faixa de pedestre para cruzar a avenida; que antes do acidente chegou a ver a moto trafegando em uma pista lateral ao BRT e jamais imaginou que ia fazer uma manobra brusca, o que ocorreu provavelmente para encurtar seu caminho pois o próximo retorno era bastante longe, manobra essa que não era permitida; que não havia nenhum impedimento para os ônibus trafegarem na pista do BRT, estando o local liberado tanto que estava todo sinalizado; que o ônibus desenvolvia aproximadamente 30 k/h (mídia de fls.86). Os argumentos usados pelo acusado para eximir sua responsabilidade pelo acidente, vem corroborados por fotografias juntadas aos autos, cujas imagens se coadunam com a versão fornecida pelo réu, comprovando que o fato narrado na denúncia resultou de um acidente de trânsito provocado pela própria vítima quando pilotando sua motocicleta, de maneira imprudente, efetuou manobra indevida ao tentar contornar a pista do BRT utilizando a faixa de pedestre existente no local e, por conta desse fato, veio a ser atingido pelo ônibus dirigido pelo denunciado, de cujo choque resultou em lesões corporais no ofendido e na morte de sua esposa, que era transportada na garupa da motocicleta. A imprudência do ofendido também restou evidenciada nos autos através do depoimento que prestou em juízo, bem como por declarações prestadas pelas testemunhas arroladas pelo Parquet, todos admitindo que a manobra feita pelo condutor da moto, uma das vítimas, era inteiramente incompatível com as normas de transito, ou seja o retorno em uma rodovia com fluxo de trafego intenso, como todos sabem ser a Rodovia Augusto Montenegro, e em local extremamente inapropriado quando utilizou uma faixa exclusiva de pedestre em que é proibido o trafego de motocicletas, como previsto no Código Nacional de Transito, que em seus artigos infra descritos prevê: Art. 39. Nas vias urbanas, a operação de retorno deverá ser feita nos locais para isto determinados, quer por meio de sinalização, quer pela existência de locais apropriados, ou, ainda, em outros locais que ofereçam condições de segurança e fluidez, observadas as características da via, do veículo, das condições meteorológicas e da movimentação de pedestres e ciclistas. Art. 206. Executar operação de retorno: I - em locais proibidos pela sinalização; (...) III - passando por cima de calçada, passeio, ilhas, ajardinamento ou canteiros de divisões de pista de rolamento, refúgios e faixas de pedestres e nas de veículos não motorizados. (...) Infração - gravíssima; Penalidade - multa. De modo que, ao pilotar sua motocicleta executando operação de retorno em local proibido e usando faixa de pedestre, o ofendido, sem dúvida alguma, agiu com extrema imprudência. A acusação sustenta pedido de condenação

alegando que no dia do fato o veículo dirigido pelo acusado trafegava irregularmente pela pista do BRT, estando a via estaria interditada por conta de obras, segundo declarações fornecidas pelo ofendido e por testemunhas ouvidas e fotografias do local do acidente que junta aos autos. Ocorre que as fotografias anexadas ao processo somente foram tiradas após o dia do acidente, como admite o Parquet, sem que se possa precisar quantos dias depois. A acusação também não traz argumentos sobre o motivo da suposta interdição da via, na medida em que o não ficou aos órgão competentes (PREFEITURA, SEMOB, DETRAN, etc...), no sentido de prestarem informações se na data do evento havia efetiva interdição da via, e, em caso positivo, se a interdição era total ou parcial, e em que trecho estaria ocorrendo. De modo que o órgão acusador optou apenas por informações vagas e imprecisas de testemunhas para alegar a suposta interdição da pista. Todavia, ainda que se admita os indícios de prova reportados pelo MP, não se pode afastar a possibilidade da interdição apenas parcial da pista do BRT, apenas a partir do local do acidente. Ou seja, tudo leva a crer que estivesse disponível para trafego dos ônibus expressos no sentido Entroncamento-Icoaraci até o local onde o acidente ocorreu, mais precisamente em frente ao Conjunto Residencial Panorama XXI, considerando o sentido em que o ônibus e a moto trafegavam. Ou até o Estádio do Mangueirão, considerando o sentido oposto da Rodovia Augusto Montenegro, como sugerem as fotografia de fls.32, através da qual se observa a existência de um ônibus do BRT trafegando normalmente pela via, e que, por sinal, executando o mesmo trajeto que fazia o coletivo conduzido pelo réu, até exatamente o local do acidente. Essa mesma foto registrada as muretas de contenção da via, o semáforo, e a faixa de pedestre que o ofendido teria utilizado, de modo irregular, para manobrar sua motocicleta em direção ao estacionamento do Estádio do Mangueirão. Pois bem, as fotografias revelam apenas uma possível interdição a partir do local do acidente. Não há provas nos autos de que o trecho percorrido pelo ônibus expresso, até o local do acidente, estivesse interditado, o que demandaria oficio aos órgãos competentes para que, em caráter oficial, prestasse essa informação, o que o MP não providenciou. De modo que não há prova idônea para comprovar que o veículo conduzido pelo denunciado trafegava por via interditada, de modo a evidenciar violação do dever de cuidado objetivo. Por sua vez a fotografia de fls.34, exibe claramente a faixa de pedestre que o ofendido utilizou indevidamente, com sua motocicleta, quando tentou contornar a Avenida Augusto Montenegro, acabando por se chocar com o ônibus que transitava pela faixa do BRT. A versão sustentada pela defesa quanto a ausência de culpa do réu, é ratificada através de reportagem de noticiário jornalístico feito no momento e local do acidente e divulgado no programa "cidade contra o crime", pela emissora RBA, constante do CD juntado as fls. 88, em que o repórter relata que o casal estava voltando de moto do entroncamento para o Bairro do Benguí, pela Avenida Augusto Montenegro, e em frente ao Estádio Mangueirão o condutor tentou atravessar a avenida por uma abertura para passagem de pedestre na pista do BRT. No mesmo sentido trafegava o ônibus expresso da empresa Belém- Rio que faz a linha Paracuri- Almirante Barroso. O motociclista não percebeu e acabou colidindo com o ônibus. No mesmo noticiário, ao ser entrevistado, o CB/PM Salomão, presente no local do acidente, diz que vinha um motociclista sentido Icoaraci e resolveu fazer um retorno proibido, na faixa de pedestre, e não percebeu que vinha um ônibus expresso pelo BRT e acabou colidindo com ele. Nessa mesma reportagem é entrevistado um usuário que se queixa do perigo para todos que transitam na Augusto Montenegro, por contas das obras do BRT. O entrevistado também reclama da falta de retorno no local, que tem de ser feito no Conjunto Green Ville, do que fica subentendido que o ofendido usou local inapropriado para fazer uma manobra bastante perigosa sem dúvida alguma devido ao enorme fluxo de veículos que transitam pelo local. Ao prestar declarações na polícia, poucos dias após o acidente, o ofendido admite que trafegava pela Rodovia Augusto Montenegro sentido Belém/Icoaraci, e manobrou para a esquerda tentando atravessar a motocicleta na devida faixa de transito e sinal ali existente, pois pretendia seguir viagem na direção da área do estacionamento do mangueirão e anel circular em direção ao Bairro do Benguí, onde reside. Esse local reportado pelo ofendido vem retratado na fotografia de fls.34, em que se percebe a existência de uma faixa de pedestre e de um semáforo, certamente a mesma faixa que serviu para a manobra irregular feita pela vítima, com a intenção de ter acesso ao estacionamento do Estádio do Mangueirão e chegar até sua residência no bairro do Benguí. A fotografia que consta da parte inferior da folha 31, também exibe o local do acidente e permite que se identifique a existência de uma placa de sinalização que proibi o retorno de veículos naquele local, o que não foi observado pelo ofendido por ocasião do acidente, como ele próprio admite nas duas ocasiões em que prestou depoimento. Também não há comprovação de que o ônibus conduzido pelo denunciado estivesse em alta velocidade, pois, nesse caso os ofendidos teriam sido projetados para distância considerável do local do acidente, o que não ocorreu pois tanto a vítima fatal como a motocicleta permaneceram bem próximo ao coletivo, como se conclui pelas filmagens juntadas pela defesa e que constam do CD de fls.88, e também através da imagem constante da reportagem do jornal Amazônia (fls.23, do IP). Corroborando esse entendimento, tem-se também declarações de testemunhas dizendo

que no momento do acidente o tráfego estava muito congestionado. Consequentemente o veículo dirigido pelo denunciado jamais poderia trafegar com velocidade excessiva. De modo que restou demonstrado que o acidente se deu por culpa exclusiva da vítima, e não por conduta imprudente do réu a absolvição é medida que se impõe. Para a configuração do delito culposo, são necessários os seguintes requisitos: conduta humana; inobservância do dever objetivo de cuidado, manifestada através de conduta negligente, imprudente ou imperita; resultado naturalístico; nexo de causalidade entre a conduta e o resultado; e previsibilidade objetiva do resultado. Segundo a doutrina de Guilherme de Souza Nucci, imprudência "é a forma ativa de culpa, significando um comportamento sem cautela, realizado com precipitação e insensatez"; negligência "é a forma passiva de culpa, ou seja, assumir uma atitude passiva, inerte material e psiquicamente, por descuido ou desatenção, justamente quando o dever de cuidado objetivo determina de modo contrário" e imperícia "é a imprudência no campo técnico, pressupondo uma arte, um ofício ou uma profissão". No caso dos autos, analisando as provas produzidas por ocasião da instrução criminal, não vislumbro como concluir tenha o réu agido com nenhuma das modalidades de culpa, e nem há que se falar em inobservância do dever objetivo de cuidado. Também não se pode dizer que o acusado trafegava irregularmente por via interditada. Como dito acima a versão do réu deve prevalecer pois corroborada por declarações do próprio ofendido, testemunhas e reportagens televisiva e jornalística, quanto a manobra irregular executada pela vítima ao tentar contornar rodovia de intenso fluxo de veículos, em local proibido, resultando no acidente descrito na denúncia. Ademais, como ocorre em todo crime culposo, também aqui o tipo é aberto, limitando-se a lei unicamente a descrever o resultado da ação, mas não a ação típica, a qual é somente adjetivada. A configuração do crime, portanto, remete ao art. 18, II, do CP, o qual dispõe ser o crime "culposo, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia". Acerca do tema trago a colação a lição Rogério Greco, na obra Código Penal: Comentado 4ª ed. Impetus 2010, p. 54: (...) Imprudente seria a conduta positiva praticada pelo agente que, por não observar o seu dever de cuidado, causasse o resultado lesivo que lhe era previsível. Na definição de Anibal Bruno "consiste a imprudência na prática de um ato perigoso sem os cuidados que o caso requer".82 Por exemplo imprudente é o motorista que imprime velocidade excessiva em seu veículo ou o que desrespeita um sinal vermelho em um cruzamento etc. A imprudência e, portanto um fazer alguma coisa. (...). Portanto, para ser julgada procedente a pretensão acusatória, deveria restar suficientemente demonstrado nos autos, seja por prova pericial ou testemunhal, que o acusado extrapolou o limite do risco permitido na condução do veículo automotor, ou seja, que agiu de forma imprudente o que, a toda evidência, não se verifica. Digo isso porque, as provas carreadas para os autos, em especial a testemunhal, não demonstram que o réu tenha de fato agido com imprudência, considerando que pelos depoimentos testemunhais constantes da instrução criminal, atesta-se que a vítima deliberadamente dirigia sem observância das normas de trafego, conforme comprovam os depoimentos colhidos em juízo. Por essas razões, não existindo provas da conduta imperita de parte do denunciado, não há que se falar em inobservância do dever objetivo de cuidado. Por conseguinte, não existe fato típico culposo e não existe crime, pelo que deve prevalecer os argumentos da defesa expostos em memoriais finais. Portanto, se culpa houve, esta deve ser debitada unicamente a vítima, pois resta claro que dirigia de forma imprudente e, em franca ofensa as normas impostas pelas leis que regem o trânsito, não havendo, por conseguinte, como responsabilizar o denunciado, nem tampouco falar em culpa concorrente, de vez que, o acidente se deu além dos limites objetivamente previsíveis, pois não tinha com prever a possibilidade de saber que o curso causal posto em execução seria suscetível de provocar o resultado não querido. "APELAÇÃO PENAL. HOMICÍDIO CULPOSO NO TRÂNSITO. AUSÊNCIA DE PROVAS SEGURAS DA AÇÃO IMPRUDENTE DO RÉU. CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. OCORRÊNCIA. ABSOLVIÇÃO. PROCEDÊNCIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1. Restando demonstrado que o acidente se deu por culpa exclusiva da vítima, e não por conduta imprudente do réu a absolvição é medida que se impõe, na forma do art. 386, inciso VI, do Código de Processo Penal. 2. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO" (2018.01860924-25, 189.637, Rel. RONALDO MARQUES VALLE, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PENAL, Julgado em 2018-05-08, publicado em 2018-05-10). Igualmente, com fito de pôr uma pá de cal sobre o assunto, cediço é que restando qualquer dúvida quanto a certeza de cometimento de ilícito pelo acusado é regramento constitucional a observância do princípio "in dúbio pro reo". Neste diapasão do culto doutrinador Juarez Tavares. Leciona Juarez Tavares acerca do aludido princípio: "(...) É necessário ainda esclarecer que, nesse aspecto, muitas vezes tem-se socorrido do princípio in dúbio pro reo, como critério determinante da probabilidade. Segundo este método, havendo dúvidas acerca da probabilidade da ocorrência do resultado ou de ser este evitável de qualquer modo, deve-se favorecer o acusado, excluindo-se a imputação objetiva do resultado. Na verdade, esse princípio só deve ser aplicado como dirimente de dúvidas na aferição do caso concreto, a fim de se determinar se a conduta do agente, lesiva ao dever de cuidado, tem ou não aumentado o perigo da verificação do resultado ou diminuído as chances

de que fosse evitado. Nesse caso, a aplicação do princípio conduz à absolvição do agente, unicamente por falta de provas acerca da verificação desse elemento do tipo, o resultado (...)". De modo que a prova produzida na instrução não autoriza conclusão segura a respeito do elemento subjetivo da conduta do réu, que não pode ser presumido. Proclama a jurisprudência: "Sem que exista, no processo, uma prova esclarecedora da responsabilidade do réu, sua absolvição se impõe, visto que a dúvida autoriza a declaração do non liquet, nos termos do art. 386, VII, do CPP" (RT 389/333 e JUTACRIM 47/284). "A condenação criminal não pode ser editada por um juízo de probabilidade. Tem que estar escudada em elementos que convençam da culpa do acusado pelo evento" (RT 383/270). "É cediça a afirmação de que a culpa não se presume e necessita vir cumpridamente provada para se justificar um decreto condenatório, pois nos delitos culposos ela integra o próprio tipo legal do delito" (RT 415/246). "A culpa não se presume e nem pode ser deduzida por simples ilações acerca da culpabilidade do agente. Deve ser provada acima de qualquer dúvida razoável" (RT 415/281). Diante do exposto, não vislumbrando ter o acusado MANOEL RAIMUNDO SILVA DA SILVA, qualificado nos autos, agido com culpa, em qualquer de suas modalidades, resta a ABSOLVIÇÃO, com fundamento no artigo 386, III, do CPP. Custas pelo Estado. Após o trânsito em julgado proceda-se com as anotações e baixa de estilo. PRIC. Belém, 27 de junho de 2019 Sérgio Augusto Andrade Lima Juiz de Direito PROCESSO: 00284918420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SERGIO AUGUSTO ANDRADE DE LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:R. S. A. DENUNCIADO:ALEXANDRE FERREIRA DE SOUZA. tendo em vista as ausências acima reportadas, remarco a audiência de instrução e julgamento para o dia 18/07/2019, às 10:00 horas. Requisitem-se as testemunhas policiais e o acusado. E nada mais havendo, dou este termo como encerrado e conforme vai devidamente assinado por todos os presentes. Eu, ____, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi em 27.06.2019. PROCESSO: 00063486720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: R. S. A. DENUNCIADO: C. S. M. Representante(s): OAB 20648 - LUCIDY MONTEIRO (ADVOGADO) DENUNCIADO: R. M. M. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR)

SECRETARIA DA 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

RESENHA: 24/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE BELEM - VARA: 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE BELEM PROCESSO: 00001450220138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 24/06/2019 DENUNCIADO:FABIANO DA SILVA LOBATO Representante(s): OAB XLR8 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:W. S. L. . SENTENÇA Vistos etc. Adoto como relatório o mesmo de fls. 259/260, acrescentando que as partes arrolaram testemunhas, sendo colhidos seus depoimentos, exceto os expressamente dispensados. Destaco que o acusado compareceu à presente sessão de julgamento, ocasião em que foi qualificado e interrogado, negando a autoria do fato que lhe é imputado. Durante os debates, a acusação não sustentou em plenário tese acusatória, por entender não haver provas da autoria do fato, pugnando pela ABSOLVIÇÃO do pronunciado. A Defesa, por seu turno, sustentou em plenário tese de NEGATIVA DE AUTORIA, pugnando pela absolvição do réu. Respeitadas as formalidades processuais, a sessão transcorreu sem anormalidades, e os jurados responderam aos quesitos propostos, que restaram aprovados pelas partes, não se registrando em ata qualquer contestação. De acordo com o veredicto do Conselho de Sentença, conforme fixado no termo de votação, o Júri, por maioria de votos, não reconheceu a autoria do crime por parte do acusado, e, consequentemente, ABSOLVEU o réu FABIANO DA SILVA LOBATO do fato apurado nestes autos, que vitimou WILKSON DA SILVA LINS. Sem custas, na forma da lei. Dou esta por publicada e intimadas as partes nesta oportunidade. 13ª Sessão da 1ª Reunião Periódica da 3ª Vara do Tribunal do Júri. Belém/PA, 24 de junho de 2019. Juíza de Direito ANGELA Alice Alves TUMA. Titular do 3º Tribunal do Júri da Comarca de Belém PROCESSO: 00215745420158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HEYDER TAVARES DA SILVA FERREIRA Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:W. F. S. . Considerando que se trata de pedido de Arquivamento de Inquérito Policial, portanto não constante no rol de procedimentos previstos na Resolução TJPA nº 17/2008-GP com todas suas alterações, como se vê: Art. 2º. As Varas Penais de Inquéritos Policiais terão competência privativa para processar e julgar todos os atos relativos a inquéritos policiais e demais peças informativas, cabendo-lhes na fase pré processual; I a abertura de vista ao Ministério Público; II a decisão a respeito de: a) "habeas corpus"; b) prisão em flagrante e seu relaxamento; c) pedido de prisão temporária, preventiva e de liberdade provisória; d) busca e apreensão e restituição de coisas apreendidas; e) interceptação telefônica e quebras de sigilo em geral para prova em investigação criminal; f) mandado de segurança e demais medidas cautelares de natureza criminal reputadas urgentes. III. Deliberar: a) pedido de diligencias; b) acerca das autorizações judiciais para cremação de cadáveres e remoção de tecidos, órgãos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento, nas hipóteses em que são exigidas pelas Leis n° 6.015/73 (artigo 77) e 9.434/97 (artigo 9o), respectivamente; IV - realização de audiência de custódia. Observa-se que a hipótese dos autos não se enquadram nas hipóteses legais de competência desta vara especializada, nem mesmo após manifestação pelo Tribunal, tratando-se em verdade de decisão meritória que decide sobre arquivamento de Inquérito Policial não constante do rol de procedimentos previstos na Resolução TJPA nº 17/2008-GP com todas as suas alterações, razão pela qual o presente procedimento não é de competência desta vara especializada, tratando-se de competência exclusiva dos promotores e juízes naturais. Ressalto que a possibilidade de arquivamento já foi prevista para esta vara especializada quando da edição da Resolução TJPA nº 16/2008-GP em sua redação original, e deliberadamente retirada da competência desta vara pelo Tribunal na edição da Resolução nº TJPA nº 17/2008-GP, a qual se encontra vigente até a presente data. ISTO POSTO, e considerando que o presente Inquérito Policial foi concluído pela autoridade policial, conforme relatório conclusivo lançado nos autos, dou por encerrada a competência desta 1ª Vara de Inquéritos Policiais para processar o presente feito e, consequentemente, determino o encaminhamento dos autos à distribuição para as providências ulteriores, em tudo observada a literalidade da Resolução TJPA nº 17/2008-GP, com sua redação alterada pela resolução nº 010/2009-GP. Belém, 24 de junho de 2019 HEYDER TAVARES DA SILVA FERREIRA Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares PROCESSO: 00001450220138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 DENUNCIADO:FABIANO DA SILVA LOBATO Representante(s): OAB XLR8 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:W. S. L. . DECISÃO. R.H. Trata-se de Ação Penal finda. No entanto, ainda persiste atrelado ao presente procedimento arma de fogo apreendida. É o relatório. Decido. Diante do trânsito em julgado da sentença e a consequente necessidade de

arquivamento do feito resta para tanto dar-se destinação ao armamento apreendido. Assim sendo, por se tratar de instrumento pernicioso ao convívio social, visto que sua utilidade quase sempre resulta em perdas humanas, DECLARO seu perdimento em favor do ESTADO e, por conseguinte, DETERMINIO sua DESTRUIÇÃO, devendo-se adotar os procedimentos de praxe para esse fim. Por fim, arquive-se. Belém/PA, 25 de junho de 2019. ANGELA ALICE ALVES TUMA Juíza de Direito Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. PROCESSO: 00013661020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSEANE DE SOUZA PINHO Ação: Medidas Cautelares em: 25/06/2019 VITIMA:V. S. S. REQUERENTE:DPC JOAO BATISTA AMORIM REQUERIDO:MEDIDA CAUTELAR SIGILOSA INDICIADO:FERNANDO TADSON BATISTA DA SILVA. í Considerando que se trata de inquérito policial relatado e concluído pela autoridade policial, encaminhado para esta Vara de Inquéritos Policiais em razão do art. 2º, da Resolução TJE-PA nº 17/2008, com redação dada pela Resolução nº 10/2009-GP de 15/06/2009, Determino DE ORDEM do Exmo. Sr. Dr. Heyder Tavares da Silva Ferreira, Juiz de Direito titular da 1ª Vara de Inquéritos Policiais, fundado na Portaria 001/2014 " 1ª Vara de Inquéritos Policiais (Publicada no DJE 03/04/2014), o encaminhamento dos autos à distribuição para as providências ulteriores, em tudo observada a literalidade da Resolução nº 17/2008-GP, com sua redação alterada pela resolução nº 010/2009-GP. Publique-se. Cumpra-se. Belém(PA), 25 de junho de 2019. _____ ROSEANE SCHWOB Diretora de Secretaria 1ª Vara de Inquéritos Policiais PROCESSO: 00013661020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROSEANE DE SOUZA PINHO Ação: Medidas Cautelares em: 25/06/2019 VITIMA:V. S. S. REQUERENTE:DPC JOAO BATISTA AMORIM REQUERIDO:MEDIDA CAUTELAR SIGILOSA INDICIADO:FERNANDO TADSON BATISTA DA SILVA. í Considerando que se trata de inquérito policial relatado e concluído pela autoridade policial, encaminhado para esta Vara de Inquéritos Policiais em razão do art. 2º, da Resolução TJE-PA nº 17/2008, com redação dada pela Resolução nº 10/2009-GP de 15/06/2009, Determino DE ORDEM do Exmo. Sr. Dr. Heyder Tavares da Silva Ferreira, Juiz de Direito titular da 1ª Vara de Inquéritos Policiais, fundado na Portaria 001/2014 " 1ª Vara de Inquéritos Policiais (Publicada no DJE 03/04/2014), o encaminhamento dos autos à distribuição para as providências ulteriores, em tudo observada a literalidade da Resolução nº 17/2008-GP, com sua redação alterada pela resolução nº 010/2009-GP. Publique-se. Cumpra-se. Belém(PA), 25 de junho de 2019. _____ ROSEANE SCHWOB Diretora de Secretaria 1ª Vara de Inquéritos Policiais PROCESSO: 00053345420108140401 PROCESSO ANTIGO: 201020201187 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 DENUNCIADO:AYRTON CAMPOS CHAVES Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) DENUNCIADO:EDIVALDO AMARAL ASSUNCAO DENUNCIADO:DARCLEI TENORIO DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LILANDER TENORIO DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) VITIMA:M. L. C. P. VITIMA:L. A. P. . DECISÃO. PROC.:0005334-54.2010.8.14.0401 ACUSADO: EDIVALDO AMARAL ASSUNÇÃO. R.H. O acusado EDIVALDO AMARAL ASSUNÇÃO foi citado por Edital e não compareceu nos autos, nem constituiu advogado, conforme faz prova a certidão de fl. 183. Nos termos do artigo 366 do CPPB, com redação dada pela Lei 9.271/96, declaro SUSPENSO o processo e também suspendo o prazo prescricional. Comparecendo o acusado EDIVALDO AMARAL ASSUNÇÃO ter-se-á por citado pessoalmente, prosseguindo-se o processo em seus ulteriores atos. Em separado manifesto-me, de ofício, sobre a possibilidade de decretação da Prisão Preventiva do acusado. Belém/PA, 25 de junho de 2019. Juíza ANGELA ALICE ALVES TUMA. Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. PROCESSO: 00053345420108140401 PROCESSO ANTIGO: 201020201187 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 DENUNCIADO:AYRTON CAMPOS CHAVES Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) DENUNCIADO:EDIVALDO AMARAL ASSUNCAO DENUNCIADO:DARCLEI TENORIO DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LILANDER TENORIO DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) VITIMA:M. L. C. P. VITIMA:L. A. P. . DECISÃO. PROC.:0005334-54.2010.8.14.0401. ACUSADO: EDIVALDO AMARAL ASSUNÇÃO. R.H. O acusado EDIVALDO AMARAL ASSUNÇÃO foi citado por Edital e não compareceu nos autos nem constituiu advogado, conforme faz prova a certidão de fl.183 dos autos. Em decorrência da ausência do acusado foi declarada a SUSPENSÃO do PROCESSO e do PRAZO PRESCRICIONAL; Resta certo que o não comparecimento de EDIVALDO AMARAL ASSUNÇÃO no processo acaba por tumultuar seu regular andamento e, assim, chegar-se ao seu deslinde em tempo satisfatório para uma correta prestação jurisdicional, eis que a demora acaba por transparecer a sociedade morosidade e impunidade; O artigo 312 do CPPB é claro em possibilitar a decretação de prisão preventiva quando presente o requisito da conveniência da instrução

criminal, este evidente no caso em tela, pois resta certo que o acusado está ausente e, assim, impossibilita o andamento da instrução criminal. Além do mais, sua permanência em lugar incerto e não sabido, sem sofrer qualquer sanção, é motivo para se entender abalada a ordem pública por provocar sensação de impunidade no meio social; Desta feita, com fundamento nas linhas acima trançadas é que DECRETO a PRISÃO PREVENTIVA de EDIVALDO AMARAL ASSUNÇÃO. Expeça-se Mandado de Prisão com as cautelas e observações legais. Quanto aos demais acusados, aguarde-se audiência já pautada. Belém/PA, 25 de junho de 2019. Juíza ANGELA ALICE ALVES TUMA. Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. PROCESSO: 00077697920168140019 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 VITIMA:A. N. P. REU:WHEIDER DA SILVA GALVAO Representante(s): OAB 4684 - HILARIO CARVALHO MONTEIRO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 6296 - AMPARO MONTEIRO DA PAIXAO DO NASCIMENTO (ADVOGADO) ASSISTENTE DE ACUSACAO:JORGE TYRON MIRANDA LIMA Representante(s): OAB 8570 - JOSE AUGUSTO DIAS DA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. R.H. Considerando a certidão de fls.394 dos autos, renove-se a diligência. Intimem-se. Cumpra-se. Belém/PA, 25 de junho de 2019. ANGELA ALICE ALVES TUMA Juíza de Direito Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. PROCESSO: 00111305420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 DENUNCIADO:MARIA ISABELLE TAMARA PINHEIRO DA COSTA Representante(s): OAB 8283 - ARTHEMIO MEDEIROS LINS LEAL (ADVOGADO) OAB 1590 - AMERICO LINS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 24782 - SAMIO GUSTAVO SARRAFF ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 25052 - DEBORA ELEONORA DIAS DA SILVA LEAL (ADVOGADO) OAB 26671 - MATHEUS CALANDRINI SILVA GRAIM (ADVOGADO) VITIMA:A. C. A. MENOR:VITIMA MENOR DE IDADE ASSISTENTE DE ACUSACAO:PIERRE ALCOLUMBRE Representante(s): OAB 13378 - DANIEL AUGUSTO BEZERRA DE CASTILHO (ADVOGADO) . R.H. Defiro o requerido pela defesa às fls.291. Quanto ao pedido do Assistente de Acusação constante das fls.295 dos autos, determino que a secretaria do juízo proceda a intimação das partes, tão logo o juízo seja informado da data designada para a realização da perícia já determinada nos autos Intimem-se. Cumpra-se. Belém/PA, 25 de junho de 2019. ANGELA ALICE ALVES TUMA Juíza de Direito Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. PROCESSO: 00148190920188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): IAF LOBATO MARTINS Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 VITIMA:R. C. N. P. DENUNCIADO:FABRICIO RIBEIRO DA LUZ Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) DENUNCIADO:KEILA PEREIRA CUNHA Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . VISTAS AO DEFENSOR PÚBLICO PARA FINS DO ART. 422 DO CPP: INTIMAÇÃO: ficam os presentes autos com vistas ao Defensor Público vinculado à vara, intimando-se para que, no prazo legal, se manifeste acerca do rol de testemunhas que irão depor em plenário, bem como, acerca de documentos que queira juntar e requerer diligências, nos termos do art. 422 do Código de Processo Penal, quanto ao pronunciado FABRICIO RIBEIRO DA LUZ. Belém, 25/06/2019. Iaf Martins. Diretor de Secretaria da 3ª Vara do Tribunal do Júri. PROCESSO: 00180377420108140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 VITIMA:L. P. S. DENUNCIADO:ALAN ROGERIO NAVEGANTES SOARES DENUNCIADO:GERSON ROBERTO COSTA DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) . R.H. Tratam os autos de ação penal onde inicialmente foi oferecida denúncia em desfavor de ALAN ROGÉRIO NAVEGANTES e GERSON ROBERTO COSTA DA SILVA. O processo incialmente ficou suspenso para o réu ALLAN ROGÉRIO NAVEGANTES, por força de, citado por Edital, não ter comparecido nos autos ou habilitado advogado, enquanto foi realizada a instrução preliminar dos processos de competência do Tribunal do Júri em relação ao réu GERSON NAVEGANTES SOARES, tendo as partes apresentado alegações finais, ambas pugnando pela impronúncia do denunciado GERSON ROBERTO COSTA DA SILVA. Desta feita resta evidenciado que o processo se encontra em fase muito distinta em relação aos acusados, o que pode acarretar confusão processual e dificultar a agilidade do julgamento de ambos. Ante o exposto, determino: I - Com fulcro no art.80 do CPP, a separação dos autos em relação ao acusado ALAN ROGÉRIO NAVEGANTES, devendo a serventia judicial providenciar o que for necessário junto à Distribuição do Fórum Criminal para que gere novo número de processo. II - Uma vez extraídas as cópias necessárias e gerado o novo número de processo que tramitará em relação a ALAN ROGÉRIO NAVENGANTES, retornem estes autos conclusos para decisão acerca da pronúncia do réu GERSON ROBERTO COSTA DA SILVA. III - Havendo arma vinculada deverá o vínculo ser transferido ao processo cujo número será gerado. IV - Deverá a secretaria

do juízo promover a adequação do histórico das partes no Sistema Libra, especialmente quanto aos dados relativos a restrição de liberdade dos réus. V - Junte-se cópia desta decisão nos autos que serão formados. Intimem-se. Cumpra-se. Belém/PA, 25 de junho de 2019. Juíza ANGELA ALICE ALVES TUMA. Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. PROCESSO: 00242097120168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 DENUNCIADO:ALAN LIMA FERREIRA DENUNCIADO:THALES DOMINGUES GONCALVES DENUNCIADO:DIOGO SOUSA DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) DENUNCIADO:SILVANO SAMUEL DA SILVA AZEVEDO Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) VITIMA:J. T. J. ADOLESCENTE:VITIMA MENOR DE IDADE. R.H. Tratam os autos de ação penal onde inicialmente foi oferecida denúncia em desfavor de ALAN LIMA FERREIRA, THALES DOMINGUES GONÇALVES, DIOGO SOUSA DA SILVA e SILVANO SAMUEL DA SILVA AZEVEDO. O processo incialmente ficou suspenso para os réus ALAN LIMA FERREIRA e THALES DOMINGUES GONÇALVES, por força de, citados por Edital, não terem comparecido nos autos ou habilitado advogado, enquanto foi realizada a instrução preliminar do crimes de competência do Tribunal do Júri em relação aos réus DIOGO SOUSA DA SILVA e SILVANO SAMUEL DA SILVA AZEVEDO, culminando inclusive com a impronúncia dos dois últimos. Após a impronúncia o réu THALES DOMINGUES GONÇALVES foi localizado e compareceu nos autos, voltando a tramitar em relação a este, permanecendo suspenso para o réu ALAN LIMA FERREIRA. Ante o exposto, determino: I - Observando a fase distinta em que os autos se encontram para os múltiplos réus, determino, com fulcro no art.80 do CPP, a separação dos autos em relação aos acusados impronunciados ALAN LIMA FERREIRA e THALES DOMINGUES GONÇALVES, devendo a serventia judicial providenciar o que for necessário junto à Distribuição do Fórum Criminal para que gere novo número de processo, a fim de evitar confusão processual. II - Uma vez gerado o novo número de processo que continuará tramitando em relação a ALAN LIMA FERREIRA e THALES DOMINGUES GONÇALVES, arquivem-se estes autos. III - Havendo arma vinculada deverá o vínculo ser transferido ao processo cujo número será gerado. IV - Deverá a secretaria do juízo promover a adequação do histórico das partes no Sistema Libra, especialmente quanto aos dados relativos a restrição de liberdade dos réus. V - No mais, paute-se para audiência, ressalvando que as provas produzidas serão aproveitadas como antecipadas em relação ao réu ALAN LIMA FERREIRA para quem os autos continuam suspensos, desde já ficando nomeado o Defensor Público vinculado à Vara para acompanhar os atos processuais em sua defesa. VI - Junte-se cópia desta decisão nos autos que serão formados. Intimem-se. Cumpra-se. Belém/PA, 25 de junho de 2019. Juíza ANGELA ALICE ALVES TUMA. Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. PROCESSO: 00266546720138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 DENUNCIADO:JEFFERSON VASCONCELOS BRITO Representante(s): OAB 3271 - JOSE MARIA DE LIMA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:M. V. . R.H. Paute-se para audiência. Intimem-se. Cumpra-se. Belém/PA, 25 de junho de 2019. ANGELA ALICE ALVES TUMA Juíza de Direito Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. PROCESSO: 00274537120178140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 DENUNCIADO:ALVARO NEVES VITIMA:R. G. C. . DECISÃO. RECEBIMENTO DE DENÚNICA PROC.: 0027453-71.2017.814.0401 DENUNCIADO: ÁLVARO NEVES R.H. Vistos etc. Recebo a denúncia ofertada em todos os seus termos, pois a narrativa delatória preenche os requisitos do artigo 41 e seguintes do Código de Processo Penal, bem como, depreende-se do procedimento policial, que serviu de base para a peça delatória, indícios suficientes de autoria e prova da materialidade do fato, assim, DETERMINO a citação do denunciado ÁLVARO NEVES para, no prazo legal de 10 (dez) dias, responder, por escrito, à acusação. Na resposta, o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo suas intimações, quando necessárias. Não apresentada a resposta no prazo legal ou, o acusado, citado para tal, não constituir defensor, de tudo certificado nos autos, fica nomeado o defensor público, que será intimado para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos pelo prazo legal. Intimem-se. Cumpra-se. Belém/PA, 25 de junho de 2019. Juíza de Direito ANGELA ALICE ALVES TUMA. Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. PROCESSO: 00427084020158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 VITIMA:D. B. S. DENUNCIADO:JANIL DOS SANTOS FERREIRA. SENTENÇA. PROC.: 0042708-40.2015.8.14.0401. ACUSADO: JANIL DOS SANTOS FERREIRA IMPUTAÇÃO: Art. 121, "Caput" do CPB. VÍTIMA: DANIEL BARBOSA DOS SANTOS. R.H. Vistos etc, O Ministério Público do Estado do Pará, por meio de um de seus membros, ofereceu denúncia

crime contra JANIL DOS SANTOS FERREIRA, qualificado nos autos, imputando-lhe o tipo penal descrito no Art. 121, §2º, inciso I e IV do CPB, por fato cometido contra a vítima DANIEL BARBOSA DOS SANTOS. Depreende-se da narrativa ministerial, que, no dia 07 de junho de 2015, por volta da 03:00, a vítima, juntamente com sua esposa, PRISCILA CRISTINA DOS SANTOS CARDOSO, encontravam-se no bar denominado "Barão" localizado na Rua Rodolfo Veloso, bairro Tapanã, ocasião em que o ora denunciado JANIL DOS SANTOS FERREIRA, vulgo "NIL", também estava sentado, em outra mesa, no mesmo recinto. Aduz a peça delatória, que o acusado saiu do estabelecimento e logo em seguida retornou, dirigindo uma motocicleta e ao estacionar adentrou no bar e foi em direção a vítima, instante que sacou uma arma de fogo e desferiu um tiro a cabeça da mesma, conforme depoimentos de testemunhas. Logo após o ato delituoso o autor evadiu-se do local. A vítima ainda foi socorrida por sua esposa e por um amigo, que o levaram para Unidade Básica de Saúde do Tapanã, mas não resistiu e veio a óbito. Segundo relato de Priscila Cristina dos Santos Cardoso, esposa da vítima, o motivo do crime deve-se ao fato de DANIEL ter cobrado uma dívida contraída por JANIL, referente compra e venda de um terreno de invasão, localizado na terceira rua do Tapanã. A denúncia crime foi formalmente recebida pela decisão de fl. 104 dos autos. O acusado foi regularmente citado, conforme à fl. 158(verso), apresentando resposta à acusação à fl. 163 dos autos. Realizada a instrução probatória da primeira fase dos processos afetos ao Tribunal do Júri, colheram-se os depoimentos das testemunhas PRISCILA CRISTINA DOS SANTOS CARDOSO, FRANCISCO JORGE CARDOSO DIAS, VANIA MARIA CALDAS MOURA, EVERTON JOSÉ MACHADO SOUZA, arroladas pelo Ministério Público. As demais testemunhas foram dispensadas, tudo conforme às fls. 184/185. O réu foi qualificado e interrogado, conforme à fl. 194 dos autos. Encerrada a instrução preliminar, abriram-se vistas para alegações finais orais das partes. O Ministério Público, à fl.194, pugnou pela pronúncia do acusado JANIL DOS SANTOS FERREIRA, nos termos do art. 121, "Caput", do CPB, não sustentando as qualificadoras dos incisos I e IV do CPB. A defesa, por usa vez, à fl. 194, reservou-se para manifestação plenária. É o relatório. DECIDO. Concluída a instrução, com a apresentação das alegações finais, caberá ao Magistrado quatro opções: a PRONÚNCIA, quando convencido da materialidade do fato e possuir indícios suficientes de autoria; a IMPRONÚNCIA, quando não se convencer da existência do fato e dos indícios suficientes de autoria; a DESCLASSIFICAÇÃO, prevista no artigo 419, quando o juiz se convencer, em discordância com a denúncia ou queixa, da existência de crime diverso daquele da competência do Tribunal do Júri e, por fim, a ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA, quando ocorrente alguma causa de justificação, na forma do disposto no artigo 415 do Código de Processo Penal. Todavia, como é do conhecimento técnico, o Juiz de Direito na primeira fase dos processos relativos aos fatos de competência do Tribunal do Júri, não realiza análise aprofundada do mérito da questão, salvo raras exceções e casos, tendo em vista que essa atribuição cabe aos integrantes do Conselho de Sentença do Júri Popular, conforme determina o artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c" da Constituição Federal, portanto, nesta fase procedimental, o que se analisa é a comprovação dos indícios suficientes de autoria e a prova da materialidade do fato. Assim, passo à análise dos elementos contidos nos autos. No sentido acima, a materialidade do fato está corporificada de forma inconteste pelo laudo de exame de corpo de delito juntado aos autos à fl. 55 dos autos. Referente aos indícios suficientes de autoria destaco que vários dos depoimentos testemunhais colhidos durante a instrução preliminar foram convergentes no sentido de apontar a acusada como sendo possível autora do delito. Os depoimentos mencionados, vem, assim, corroborar o produto da investigação criminal, razão pela qual entendo que constam indícios suficientes de autoria em desfavor do réu JANIL DOS SANTOS FERREIRA. A tese apresentada pela defesa técnica da acusada é de falta de indícios de sua participação no fato. Neste ponto, interessante destacarmos ser vedado ao juiz a análise aprofundada do mérito da questão, tendo em vista ser atribuição dos integrantes do Conselho de Sentença do Júri Popular, por força do art. 5º, XXXVIII, "c" da Constituição Federal. Disso, é de se ponderar que a análise sobre a tese de defesa, sem possuirmos provas mais contundentes que possam sustentar o alegado, feriria o mérito da causa, pois, como já referido, entendo não estarem evidentes provas robustas para tal fim, por isso, conservada a competência do Júri para dirimir a causa. Resta certo que a situação acima relatada nos remete ao princípio do in dubio pro societate, preponderante na fase de encerramento da primeira etapa do procedimento do júri, ou seja, havendo dúvida fundada, deve o juiz pronunciar o réu, desde que conte com provas mínimas sobre a materialidade e autoria. Márcio Ferreira Rodrigues Pereira entabula que: (PEREIRA, Márcio Ferreira Rodrigues. ACUSAR OU NÃO ACUSAR? EIS A QUESTÃO... O in dubio pro societate como forma perversa de lidar com a dúvida no processo penal brasileiro. Disponível em: Acessado em 29 out. 2012). [...]só se cogita da regra do in dubio pro societate quando está em jogo a autoria da infração penal. Dito em outros termos: não há que se falar em in dubio pro societate quando o que está em questão é a materialidade do fato. É que, neste particular, exige-se que o magistrado esteja convencido de que o fato existiu, tanto para receber a inicial penal, quanto para pronunciar o acusado. E,

de forma a esmiuçar o tema, é firme o posicionamento dos Tribunais em aplicar o princípio do in dubio pro societate em detrimento do in dubio pro reo, vejamos: TJ-SC (RESE n. 2012.026787-2, rel. Des. Sérgio IzidoroHeil, julgado em 10/07/2012)Pronúncia. Homicídio simples tentado (art. 121, caput, c/c art. 14, II, ambos do cp). Materialidade e autoria delitiva incontroversas. Pleito de absolvição sumária sob a alegação de legítima defesa. Elementos probatórios que não apontam, inequivocamente, para a excludente de ilicitude. Questão que deve ser submetida ao Conselho de Sentença. Princípio do in dubio pro societate. Sentença de pronúncia mantida. Recurso conhecido e desprovido. No mesmo caminho: TJ-RS (RESE n. 70049058829, rel. Des. Jayme Weingartner Neto, julgado em 11/10/2012)RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. CRIMES CONTRA A VIDA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. MODO DE EXECUÇÃO QUE DIFICULTOU A DEFESA DA VÍTIMA. PRELIMINAR DE NULIDADE REJEITADA. SENTENÇA DE PRONÚNCIA MANTIDA. 1. A técnica de inquirição foi modificada a partir da nova redação do artigo 212 do CPP. Contudo, caso não observada a ordem inquiritória, configura-se nulidade relativa, que depende de prova do prejuízo gerado à parte e alegação no momento oportuno. 2. A existência do fato restou demonstrada e há suficientes indícios de autoria. Hipótese acusatória confortada pelo auto de necropsia e vertente da prova testemunhal, também no que tange à qualificadora. Nesta primeira fase processual, vige o in dubio pro societate, a sinalizar que a decisão de pronúncia não é juízo de mérito, mas de admissibilidade. Quanto às qualificadoras do crime sustentadas pelo Ministério Público, em que pese a defesa tenha postulado sua retirada nesta fase, em face da ausência de elementos fortes de convicção que venham demonstrar, de maneira incontroversa, a inadequação das qualificadoras apresentadas na denúncia, não há como em sede de pronúncia, subtraí-las da apreciação pelo Juízo natural, o Tribunal do Júri, assim entendo necessário mantê-las. Desta feita, com fundamento no artigo 413 do Código de Processo Penal, PRONUNCIO o denunciado JANIL DOS SANTOS FERREIRA qualificado nos autos, para ser submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri, como incurso nas sanções punitivas do Art. 121, "Caput" do Código Penal Brasileiro pelo crime do qual foi vítima DANIEL BARBOSA DOS SANTOS. Autorizo desde já a intimação por edital, caso frustrada a intimação pessoal dos réus acerca da presente decisão. Após a preclusão, intimem-se as partes para fins do artigo 422 do CPPB. P.R.I.C. Belém/PA, 25 de junho de 2019. Juíza ANGELA ALICE ALVES TUMA. Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. PROCESSO: 00006983920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): IAF LOBATO MARTINS Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 VITIMA:V. S. S. INDICIADO:FERNANDO TADSON BATISTA DA SILVA. - ATO PROCESSUAL ORDINATÓRIO REALIZADO INDEPENDENTE DE DESPACHO: Remessa dos autos a Secretaria do Ministério Público (DAJ-MP/PA), nos termos do art. 1°, §1°, inciso I, do Provimento n°006/2006-CJRMB (DJ 20.10.2006), para fins de abertura de vista dos autos do inquérito policial. Belém, 26 de junho de 2019. Iaf Martins, Diretor de Secretaria. TERMO DE REMESSA Procedemos a remessa de autos de inquérito policial ao DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES JUDICIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (DAJ/MP) para distribuição dos presentes autos ao Promotor de Justiça competente. Belém-Pa, 26 de junho de 2019. Iaf Martins, Diretor de Secretaria. PROCESSO: 00007168120198140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): IAF LOBATO MARTINS Ação: Procedimentos Investigatórios em: 26/06/2019 ENCARREGADO:STALONE PEREIRA MOURA INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:I. J. O. R. . - ATO PROCESSUAL ORDINATÓRIO REALIZADO INDEPENDENTE DE DESPACHO: Remessa dos autos a Secretaria do Ministério Público (DAJ-MP/PA), nos termos do art. 1°, §1°, inciso I, do Provimento n°006/2006-CJRMB (DJ 20.10.2006), para fins de abertura de vista dos autos do inquérito policial. Belém, 26 de junho de 2019. Iaf Martins, Diretor de Secretaria. TERMO DE REMESSA Procedemos a remessa de autos de inquérito policial ao DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES JUDICIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (DAJ/MP) para distribuição dos presentes autos ao Promotor de Justiça competente. Belém-Pa, 26 de junho de 2019. Iaf Martins, Diretor de Secretaria. PROCESSO: 00026920220118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LARISSA NEVES DUARTE Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 26/06/2019 VITIMA:J. S. S. P. DENUNCIADO:RONALDO BORGES BARBOSA. - ATO PROCESSUAL ORDINATÓRIO REALIZADO INDEPENDENTE DE DESPACHO: Remessa dos autos ao Ministério Público, nos termos do art. 1°, §1°, do Provimento n°006/2006-CJRMB (DJ 20.10.2006), abrindo-se vista dos autos para manifestação sobre seu interesse na oitiva da testemunha RONILDO ALVES (certidão de fl. 84). Belém, 26 de junho de 2019. Larissa Neves Duarte Analista Judiciária da 3ª Vara do Tribunal do Júri. PROCESSO: 00055778920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): IAF LOBATO MARTINS Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:R. N. O. VITIMA:R. R. S. M. . - ATO PROCESSUAL ORDINATÓRIO REALIZADO INDEPENDENTE DE DESPACHO: Remessa dos autos a Secretaria do Ministério Público (DAJ-MP/PA), nos termos do art. 1°, §1°, inciso I, do Provimento n°006/2006-CJRMB

(DJ 20.10.2006), para fins de abertura de vista dos autos do inquérito policial. Belém, 26 de junho de 2019. Iaf Martins, Diretor de Secretaria. TERMO DE REMESSA Procedemos a remessa de autos de inquérito policial ao DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES JUDICIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (DAJ/MP) para distribuição dos presentes autos ao Promotor de Justiça competente. Belém-Pa, 26 de junho de 2019. Iaf Martins, Diretor de Secretaria. PROCESSO: 00084401020178140200 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): IAF LOBATO MARTINS Ação: Processo Administrativo em: 26/06/2019 ENCARREGADO:ALLAN MARIANO DA SILVA INDICIADO:FABIO REBELO TAVARES VITIMA:J. O. M. A. . - ATO PROCESSUAL ORDINATÓRIO REALIZADO INDEPENDENTE DE DESPACHO: Remessa dos autos a Secretaria do Ministério Público (DAJ-MP/PA), nos termos do art. 1°, §1°, inciso I, do Provimento n°006/2006-CJRMB (DJ 20.10.2006), para fins de abertura de vista dos autos do inquérito policial. Belém, 26 de junho de 2019. Iaf Martins, Diretor de Secretaria. TERMO DE REMESSA Procedemos a remessa de autos de inquérito policial ao DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES JUDICIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (DAJ/MP) para distribuição dos presentes autos ao Promotor de Justiça competente. Belém-Pa, 26 de junho de 2019. Iaf Martins, Diretor de Secretaria. PROCESSO: 00128571420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): IAF LOBATO MARTINS Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:M. F. R. S. . - ATO PROCESSUAL ORDINATÓRIO REALIZADO INDEPENDENTE DE DESPACHO: Remessa dos autos a Secretaria do Ministério Público (DAJ-MP/PA), nos termos do art. 1°, §1°, inciso I, do Provimento n°006/2006-CJRMB (DJ 20.10.2006), para fins de abertura de vista dos autos do inquérito policial. Belém, 26 de junho de 2019. Iaf Martins, Diretor de Secretaria. TERMO DE REMESSA Procedemos a remessa de autos de inquérito policial ao DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES JUDICIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (DAJ/MP) para distribuição dos presentes autos ao Promotor de Justiça competente. Belém-Pa, 26 de junho de 2019. Iaf Martins, Diretor de Secretaria. PROCESSO: 00129836420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): IAF LOBATO MARTINS Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:J. A. S. . - ATO PROCESSUAL ORDINATÓRIO REALIZADO INDEPENDENTE DE DESPACHO: Remessa dos autos a Secretaria do Ministério Público (DAJ-MP/PA), nos termos do art. 1°, §1°, inciso I, do Provimento n°006/2006-CJRMB (DJ 20.10.2006), para fins de abertura de vista dos autos do inquérito policial. Belém, 27 de junho de 2019. Iaf Martins, Diretor de Secretaria. TERMO DE REMESSA Procedemos a remessa de autos de inquérito policial ao DEPARTAMENTO DE ATIVIDADES JUDICIAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO (DAJ/MP) para distribuição dos presentes autos ao Promotor de Justiça competente. Belém-Pa, 27 de junho de 2019. Iaf Martins, Diretor de Secretaria. PROCESSO: 00149946520018140401 PROCESSO ANTIGO: 200120183538 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JOAO VICTOR FERREIRA DE CARVALHO Representante(s): OAB 15293 - MAGNUM JOSE DE LIMA CHAVES (ADVOGADO) OAB 17447 - LILIAN MIRANDA DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:V. H. A. S. . SENTENÇA. PROC.: 0014994-65.2001.8.14.0401. ACUSADO: JOÃO VICTOR FERREIRA DE CARVALHO. IMPUTAÇÃO: Art. 121, "Caput" do CPB. VÍTIMA: VICTOR HUGO ALVES SANTOS. R.H. Vistos etc, O Ministério Público do Estado do Pará, por meio de um de seus membros, ofereceu denúncia crime contra JOÃO VICTOR FERREIRA DE CARVALHO, qualificado nos autos, imputando-lhe o tipo penal descrito no Art..121,"Caput" do CPB , por fato cometido contra a vítima VICTOR HUGO ALVES SANTOS. Depreende-se da narrativa ministerial, que, no dia 21 de abril de 2001, por volta da 23:50, o ora denunciado JOÃO VICTOR FERREIRA DE CARVALHO, conduzia o veículo marca VW/PARATI em alta velocidade, na avenida Primeiro de Dezembro, pois participava de um "racha". Aduz a peça delatória, que ao chegar na influência da referida avenida com a travessa Timbó, em virtude da alta velocidade que desenvolvia em seu veículo, o ora denunciado atropelou a vítima VICTOR HUGO ALVES SANTOS, de 16 anos de idade, o qual conduzia a sua bicicleta na ciclovia daquela artéria. Em seguida, o denunciado desligou os faróis e lanternas do veículo e empreendeu fuga do local, sem prestar socorro a vítima, impossibilitando a autoria do delito, bem como, a visualização da placa do veículo. Em virtude da violência do impacto, a vítima teve morte instantânea. Diante da impossibilidade de identificação do autor do delito, o inquérito policial foi arquivado, entretanto, os familiares da vítima, inconformados com a irreparável perda e a impunidade do agente, resolveram investigar por conta própria, e, com esse propósito, começaram a distribuir panfletos nas proximidades do local do crime, visando obter informações. Felizmente, tal iniciativa obteve êxito, haja vista que os familiares da vítima terem conseguido descobrir a placa (JUW-8920) do veículo envolvido, além de colher outras provas, o que ensejou, por parte da família da vítima, a procura da Promotoria de Justiça de Direitos Humanos na capital, que resultou na identificação da proprietária do veículo e posteriormente, do condutor, o ora denunciado. A denúncia crime foi formalmente recebida pela decisão

de fl. 220 dos autos. O acusado foi regularmente citado, conforme à fl. 321(verso), apresentando resposta à acusação às fls. 322/328 dos autos. Realizada a instrução probatória da primeira fase dos processos afetos ao Tribunal do Júri, colheram-se os depoimentos das testemunhas LUCIVAL DA SILVA SANTOS e MANOEL GERMANO NEVES SOUTO, arroladas pelo Ministério Público. As demais testemunhas foram dispensadas, tudo conforme às fls. 360/361. O réu foi qualificado e interrogado, conforme às fls. 360/361 dos autos. Encerrada a instrução preliminar, as partes apresentaram em memoriais escritos suas alegações finais. O Ministério Público, às fls. 367/368, requereu a DESCLASSIFICAÇÃO do crime de homicídio (art. 121 "caput", do CPB), imputado ao acusado JOÃO VICTOR FERREIRA DE CARVALHO para o crime de homicídio culposo, previsto no art. 302 da lei n°9.503/97(Código de Trânsito Brasileiro), prejudicando, portanto, possível decisão de pronúncia. A defesa, por usa vez, às fls. 372/373, requereu igualmente, a DESCLASSIFICAÇÃO, e consequentemente, a PRESCRIÇÃO e EXTINÇÃO da punibilidade em razão da pretensão punitiva, nos termos dos arts. 107, IV, todos no CPB. É o relatório. DECIDO. Concluída a instrução, com a apresentação das alegações finais, caberá ao Magistrado quatro opções: a PRONÚNCIA, quando convencido da materialidade do fato e possuir indícios suficientes de autoria; a IMPRONÚNCIA, quando não se convencer da existência do fato e dos indícios suficientes de autoria; a DESCLASSIFICAÇÃO, prevista no artigo 419, quando o juiz se convencer, em discordância com a denúncia ou queixa, da existência de crime diverso daquele da competência do Tribunal do Júri e, por fim, a ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA, quando ocorrente alguma causa de justificação, na forma do disposto no artigo 415 do Código de Processo Penal. O juiz deve examinar todas as provas carreadas aos autos para concluir pela solução mais justa e acertada, podendo, inclusive, reconhecer a configuração de delito diferente daquele descrito na exordial acusatória, responsabilizando assim o autor de um fato delituoso na medida de sua culpabilidade. Com efeito, o artigo 419 do CPP autoriza o magistrado, diante das provas juntadas aos autos, discordar da classificação do crime tipificado na denúncia, desclassificando o crime de competência do tribunal do júri para o Juízo singular, o que importa afastamento da competência do tribunal do júri e consequente encaminhamento dos autos do processo ao conhecimento de juiz singular competente, perante o qual a instrução é completada. Diz a letra da lei (art. 18, inciso I do CP) que o crime é doloso quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo. A assunção de risco de produzir o resultado não se exaure na sua literalidade, recebendo da doutrina a acepção mais exata. Nesse sentido: "Assumir o risco é alguma coisa mais que ter consciência de correr o risco. É consentir previamente no resultado, caso venha este realmente a ocorrer" (HUNGRIA. Nélson. Comentários ao Código Penal, 4ª" Ed., volume I, tomo II. Rio de Janeiro, Forense. 1958, p. 122). Há dolo direto quando a consciência e a vontade do agente se dirigem a um fim determinado; o resultado. O dolo eventual configura-se quando a consciência e a vontade do agente são vinculadas à aceitação do resultado como evento possível ou até provável. Aproxima-se da culpa consciente, pela previsibilidade do resultado existente em ambos. Distinguem-se, no entanto, porque no dolo eventual o resultado é tolerado, indiferente, há assentimento, aquiescência do agente. Na culpa consciente, o resultado, embora previsível, não é indiferente ou tolerado para o agente, que não confere a sua anuência para o evento danoso. Pelo contrário, espera que não aconteça e até mesmo que seja capaz de evitá-lo. O quadro delineado no presente caso é o seguinte: Aplicando-se ao caso concreto a teoria da vontade ou do consentimento, não resulta a possibilidade de ter agido o denunciado com dolo eventual. A existência do dolo eventual não se limita à previsão do resultado. Deve ser somado ao elemento intelectual (conhecimento da possibilidade do resultado lesivo), o componente volitivo (aceitar a ocorrência do resultado). Assim, não basta que o agente tenha consciência de que sua conduta poderá gerar um dano, deverá ele, na posse desse conhecimento, permanecer no intento de agir, desconsiderando as implicações. Não se pode partir do princípio de que todas as pessoas, quando na direção de veículo automotor, não se importem em causar a morte ou mesmo lesões em outras pessoas. O dolo eventual, como visto, reside no fato de não se importar o agente com a ocorrência do resultado por ele antecipado mentalmente, ao contrário da culpa consciente, onde este mesmo agente, tendo a previsão do que poderia acontecer, acredita, sinceramente, que o resultado lesivo não venha a ocorrer . No dolo eventual, o agente não se preocupa com a ocorrência do resultado lesivo, porque o aceita. Para ele, tanto faz. Na culpa consciente, ao contrário, o agente não quer e não assume o risco de produzir o resultado, porque se importa com a sua ocorrência. O agente confia que, mesmo atuando, o resultado previsto será evitado. A inexistência de qualquer elemento que aponte, de forma razoável, para a possibilidade de ter o acusado concordado com a morte da vítima fatal, afasta de forma perene a hipótese de dolo eventual. No caso em análise, não verifico presente qualquer circunstância que demonstre que exista a possibilidade de ter o réu assumido o risco de produzir o resultado morte. Ressalto que não há indícios suficientes de que o réu estivesse em velocidade acima da máxima permitida quando da ocorrência do fato. Inaplicável pois, o aforismo in dúbio pro societate, que só poderia ser utilizado para remeter o julgamento do feito ao Tribunal do Júri no caso de dúvida consciente

sobre a existência de crime doloso ou culposo. A decisão de pronúncia deve ter um mínimo substrato no sentido da ocorrência de crime doloso contra a vida. Se a prova dos autos não exsurge qualquer elemento que possa apontar para a prática de crime doloso, não há de se remeter o julgamento do feito ao Tribunal do Júri. Deve o juiz formar sua convicção se a morte foi dolosa ou culposa, quando da conduta praticada pelo acusado. Se o acusado tinha por objetivo a deliberação de eliminar a vítima, suas condutas devem ser tidas como de homicídio doloso. Da mesma forma, se o acusado admitir e aceitar o risco de produzir o resultado morte, sua conduta também deve ser reconhecida como dolosa, na modalidade eventual. Em hipótese contrária, em que a vítima venha a óbito em razão de acidente de trânsito, definido segundo a regência prevista para crimes culposos, isto é, segundo imprudência ou negligência ou imperícia, deve o juízo desclassificar o crime. Assim, após detida análise dos autos, ao meu juízo, constato que o acusado não agiu com animus necandi, o que demonstra não se tratar de crime doloso contra a vida. Igualmente, conforme já exposto acima, não vislumbro ter o denunciado agido com dolo eventual, motivo pelo qual a causa não deve ser submetida ao Tribunal do Júri. É como entendo. Isto posto, lastreado no artigo 419 do CPP, DESCLASSIFICO o crime de HOMICÍDIO SIMPLES para o crime de HOMICÍDIO CULPOSO, lastreado no artigo 302 do Código Brasileiro de Trânsito (lei nº9.503/97). DECLINO DA COMPETÊNCIA, COM BASE NO ARTIGO 419 DO CPP. Preclusa a possibilidade de interposição de recurso da presente decisão, encaminhem-se os autos à distribuição ao juízo competente. Desde já autorizo, caso necessária, a intimação dos acusados por Edital. P.R.I.C. Belém/PA, 27 de junho de 2019. Juíza ANGELA ALICE ALVES TUMA. Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. PROCESSO: 00266546720138140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LARISSA NEVES DUARTE Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JEFFERSON VASCONCELOS BRITO Representante(s): OAB 3271 - JOSE MARIA DE LIMA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:M. V. . - ATO PROCESSUAL ORDINATÓRIO: Tendo em vista a determinação judicial para esta Secretaria designar data de audiência, nos termos do art. 1°, §1°, do Provimento n°006/2006-CJRMB (DJ 20.10.2006), fica designada a audiência de instrução para o dia 10/10/2019, às 10:30 horas. Belém, 27 de junho de 2019. Larissa Neves Duarte Analista Judiciária da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital PROCESSO: 00069492220058140401 PROCESSO ANTIGO: 200520167906 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 28/06/2019 DENUNCIADO:JOSE CLAUDIO DA SILVA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:E. D. M. . EDITAL DE INTIMAÇÃO A Exma. Sr.ª Dr.ª ANGELA ALICE ALVES TUMA, MM. Juíza de Direito Titular da 3a Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que o PRONUNCIADO JOSÉ CLÁUDIO DA SILVA, filho de José Paulo da Silva e de Terezinha Pereira da Silva, será submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri no dia 19 de SETEMBRO de 2019, às 08:00 horas, nos autos de processo no 0006949-22.2005.814.0401, estando atualmente em lugar incerto e não sabido, e como não foi encontrado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para tomar conhecimento. Belém-PA, 28 de junho de 2019. Eu, Andréia Karina Selbmann, Analista Judiciária, conferi e subscrevi. ANGELA ALICE ALVES TUMA Juíza de Direito Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri PROCESSO: 00142135620048140401 PROCESSO ANTIGO: 200420359009 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 28/06/2019 INDICIADO:WAGNER PINTO CRUZ Representante(s): FERNANDO ALBUQUERQUE POMPEU (ADVOGADO) DR. DR. FERNANDO RICARDO CABRAL WANZELLER (ADVOGADO) DR. JOAO C. TORK - DEFENSOR PUBLICO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ROSIVAN DOS SANTOS LOPES VITIMA:E. T. T. INDICIADO:MARCIO FLAVIO PINTO DA CRUZ PROMOTOR:QUARTA PROMOTORIA DE JUSTICA DO TRIBUNAL DO JURI. SENTENÇA. PROC.: 0014213-56.2004.8.14.0401 Acusados: WAGNER PINTO CRUZ, ROSIVAN SANTOS LOPES e MÁRCIO FÁVIO PINTO CRUZ. R.H. Vistos, etc. A representante do Ministério Público ofereceu denúncia crime contra WAGNER PINTO CRUZ, ROSIVAN SANTOS LOPES e MÁRCIO FLÁVIO PINTO CRUZ, já identificados, imputando-lhes a tipificação penal do artigo 121, § 2º, inciso I C/C Art. 29, todos do CPB, por fato cometido contra a vítima EDIVALDO TEIXEIRA TAVARES. Depreende-se da peça delatória que no dia 29 de agosto de 2004, a vítima EDIVALDO TEIXEIRA TAVARES encontrava-se de madrugada na Passagem Santa Rita, bairro do Benguí, bebendo em companhia de "Márcio", " Vaguinho" e "Sapo", foi quando em um determinado momento ocorreu um desentendimento entre os mesmos, em sequência, a vítima retirou-se e foi pra sua casa, enquanto os outros começaram uma briga, tendo os acusados investido agressivamente contra um quarto homem de prenome "Luís" que fugiu do local e foi pra sua residência, a qual os acusados tentaram invadir. Aduz a peça delatória que a vítima tentou apaziguar a briga entre os homens citados, atitude que foi interpretada pelos criminosos como uma ofenda a eles, provocando ódio contra a vítima. Inconformados com a intervenção da vítima, voltaram suas

atenções contra Edivaldo que já se encontrava em casa, e teve sua residência invadida pelos acusados, em sequência foi agredido com pauladas na cabeça e facadas, o mesmo não resistiu e veio a óbito no local do crime. Laudo de necropsia da vítima à fl. 40. A denúncia foi recebida pela decisão de fl. 26. Os acusados foram regularmente citados á fl.435(verso), e apresentaram resposta à fl.438 dos autos. Durante a instrução criminal, estavam ausentes todas as testemunhas arroladas para comparecerem aos atos processuais designados, tendo as partes desistido da oitiva das mesmas, razão pela qual não se colheu depoimentos testemunhais. Por fim, interrogado o acusado WAGNER PINTO CRUZ. Quanto ao acusado ROSIVAN SANTOS LOPES, deixou de ser qualificado e interrogado, razão pela qual lhe foi aplicado o disposto no Art. 367 do CPPB. O juízo, após o encerramento da fase probatória preliminar, abriram-se vistas para alegações finais orais das partes, tendo o Ministério Público requerido a impronúncia dos réus WAGNER PINTO CRUZ e ROSIVAN SANTOS LOPES, bem como a extinção de punibilidade de MÁRCIO FLÁVIO PINTO CRUZ. A defesa, por sua vez, requereu igualmente a impronúncia, convalidando o entendimento manifestado pelo Parquet. É o relatório. DECIDO. O Juiz de Direito na primeira fase dos processos relativos aos fatos de competência do Tribunal do Júri, não realiza análise aprofundada do mérito da questão, salvo raras exceções e casos, tendo em vista que referida competência recai sobre o Conselho de Sentença do Júri Popular, conforme dispõe o artigo 5º, inciso XXXVIII, alínea "c" da Constituição Federal, portanto, nesta fase procedimental, o que se analisará são os requisitos mínimos de admissibilidade da causa para júri popular, ou seja, comprovação dos indícios suficientes de autoria e prova da materialidade do fato. Assim, passo à análise dos elementos contidos nos autos. Quanto à existência do fato criminoso apurado nos autos, o Ministério Público entende que não existe prova de sua autoria, e por essa insuficiência probatória foi que se manifestou pela impronúncia do acusado. Nesse contexto, após analise detida dos autos, constato que não existem indícios suficientes de autoria para que o caso seja levado a julgamento pelo Júri Popular, razão pela qual, em consonância com o Ministério Público, IMPRONUNCIO os acusados WAGNER PINTO CRUZ e ROSIVAN SANTOS LOPES das acusações contra si imputadas nestes autos, nos termos do art.414 do CPPB. É como entendo. Desde já autorizo a intimação do acusado por edital, caso não localizado pessoalmente. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I.C. Belém/PA, 28 de junho de 2019. Juíza ANGELA ALICE ALVES TUMA. Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. PROCESSO: 00215745420158140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANGELA ALICE ALVES TUMA Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:W. F. S. . ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. DECISÃO. PROC.: 0021574-54.2015.8.14.0401 R.H. Acolho a manifestação do Ministério Público, que consta desses autos de Inquérito Policial, pois conforme as razões expostas pelo parquet, depreende-se que do conjunto probatório alcançado pelo trabalho investigativo policial, no momento, não fornece elementos mínimos para o oferecimento de denúncia crime. Em razão do acima exposto, DETERMINO, como requer o Ministério Público, o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial, ressalvada a hipótese do artigo 18, do Código de Processo Penal. Após as baixas necessárias, arquive-se. Belém/PA, 28 de junho de 2019. Juíza ANGELA ALICE ALVES TUMA. Titular da 3ª Vara do Tribunal do Júri da Capital. PROCESSO: 00078634020118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: DENUNCIADO: W. A. S. M. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) VITIMA: L. R. L. P. ASSISTENTE DE ACUSACAO: R. N. A. P. Representante(s): OAB 14045 - JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 15048 - LUIZ OTAVIO SOUZA FERREIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 14296 - CARLOS HENRIQUE SAUMA LOPES (ADVOGADO) OAB 17067 - MELINA SILVA GOMES (ADVOGADO) OAB 19373 - HUGO DA SILVA MORAES (ADVOGADO) OAB 19339 - EDGAR JARDIM DA CONCEICAO (ADVOGADO) ASSISTENTE DE ACUSACAO: S. M. L. P. Representante(s): OAB 14045 - JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 15048 - LUIZ OTAVIO SOUZA FERREIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 14296 - CARLOS HENRIQUE SAUMA LOPES (ADVOGADO) OAB 17067 - MELINA SILVA GOMES (ADVOGADO) OAB 19373 - HUGO DA SILVA MORAES (ADVOGADO) PROCESSO: 00100895120108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: VITIMA: V. S. S. DENUNCIADO: J. R. A. A. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) DENUNCIADO: E. R. A. A. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) PROCESSO: 00182335620058140401 PROCESSO ANTIGO: 200520456367 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: VITIMA: I. T. S. DENUNCIADO: M. F. F. R. Representante(s): OAB 5199 - CANDIDO HONORIO SOARES FERREIRA NETO (ADVOGADO) OAB 11.159 - GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (ADVOGADO) OAB 1.270 - CANDIDO HONORIO FERREIRA FILHO (ADVOGADO) PROMOTOR: D. M. B. P. PROCESSO: 00199134020078140401 PROCESSO ANTIGO: 200720641627

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: VITIMA: R. J. C. R. REU: F. J. A. M. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) PROCESSO: 00229021420188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: VITIMA: M. V. M. DENUNCIADO: J. F. L. Representante(s): OAB 17971 - FERNANDO ROGERIO LIMA FARAH (ADVOGADO) PROCESSO: 00281107620188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: DENUNCIADO: E. C. A. E. J. S. A. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) VITIMA: P. V. S. M. PROCESSO: 00289810920188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: DENUNCIADO: D. R. S. A. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO) VITIMA: J. S. F. MENOR: V. M. I.

SECRETARIA DA 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE BELÉM

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE BELEM - VARA: 4ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE BELEM PROCESSO: 00284448120168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: DENUNCIADO: N. R. S. M. Representante(s): OAB 7613 - TANIA LAURA DA SILVA MACIEL (ADVOGADO) VITIMA: E. R. G. J.

SECRETARIA DA 1ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 1ª VARA DE JUIZADO VIOL DOMEST/FAM - MULHER DE BELEM - VARA: 1ª VARA DE JUIZADO VIOL DOMEST/FAM -MULHER DE BELEM

P R O C E S S O : 0 0 0 4 3 2 1 2 6 2 0 1 9 8 1 4 5 1 5 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAURICIO PONTE FERREIRA DE SOUZA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---REQUERENTE:MARINETE SOUSA RIBEIRO REQUERIDO:FRANCISCO RIBEIRO SOUSA REQUERIDO:EDNA MARIA VIEIRA RIBEIRO. DESPACHO R.H. Verifico que não restam claros os motivos autorizadores para concessão das Medidas Protetivas de Urgência formuladas nestes autos, razão pela qual se faz necessária à realização de audiência de justificação. Uma vez que os fatos ocorreram em 24/06/2016 e as partes não se encontram presentes neste núcleo PROPAZ-MULHER a fim prestarem os devidos esclarecimentos, remetam-se os autos à distribuição, para melhor exame do juízo a quem couber. P.I. Belém (PA), 26 de junho de 2019. MAURICIO PONTE FERREIRA DE SOUZA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 3 4 1 1 7 2 0 1 9 8 1 4 5 1 5 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAURICIO PONTE FERREIRA DE SOUZA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---REQUERENTE:ROBERTA DI PAULA TUMA BENTES REQUERIDO:MARCIO PRADO MAIA. DECISÃO-MANDADO DE INTIMAÇÃO Autos de Medidas Protetivas Vítima: ROBERTA DI PAULA TUMA BENTES, residente e domiciliada à [...]; Agressor: MARCIO PRADO MAIA, residente e domiciliado à [...]. MEDIDA DE URGÊNCIA A vítima de violência doméstica e familiar, acima qualificada, requereu, nos termos do Art. 12, III, da Lei n° 11.340/06, as Medidas Protetivas de Urgência em virtude de ter sofrido perturbação da tranquilidade por seu ex-companheiro, no dia 20/06/2019. É o relatório. Decido. Satisfeitos os requisitos do art. 12, § 1º, da Lei 11.340/2006, passo à apreciação do pedido da vítima. Considerando as informações prestadas no pedido de Medidas Protetivas; e tendo em vista que a demora do provimento jurisdicional pode acarretar dano irreparável ou de difícil reparação à vida, integridade física, moral e psicológica da vítima, com fundamento no art. 19, § 1º, c/c 22 e 23 da Lei n° 11.340/2006, aplico de imediato, como medidas protetivas de urgência: I - As seguintes proibições ao agressor: a)De se aproximar da vítima a uma distância mínima de 100 (cem) metros; b)De manter contato com a vítima por qualquer meio de comunicação. II- Direitos relativos à proteção patrimonial: a)Restituição de bem indevidamente subtraído pelo agressor à ofendida (espécie canina da raça shihtzu, sexo masculino, pelagem marrom e branca, 01 ano e 06 meses de idade, atende pelo nome de Bento Tuma). ADVIRTA-SE AO AGRESSOR: 1) que poderá se manifestar sobre o pedido, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de serem presumidos verdadeiros os fatos alegados pela vítima; 2) da possibilidade de decretação de sua prisão preventiva e da aplicação de outras medidas previstas na legislação em vigor, inclusive com a imposição de multa e requisição de auxílio da força policial; e 3) que, nos termos do art. 24-A da Lei n. 11.340/06, o descumprimento da presente decisão caracteriza o Crime de Descumprimento de Medidas Protetivas. INTIME-SE o agressor EM REGIME DE URGÊNCIA (art. 6°, § 3º, do Prov. Conjunto nº 02/2015-CJRMB/CJCI, c/c o Parágrafo Único do art. 5º, da Portaria nº 001/2018-CMU). INTIME-SE a vítima, por qualquer meio, ou por distribuição ao zoneamento das Varas de Violência Doméstica, cientificando-a de que: 1) deverá informar, por meio de advogado, Defensoria Pública ou diretamente na Secretaria: a) a cessação do risco, para fins de revogação da medida, se for o caso e; b) qualquer mudança de endereço, sob pena de revogação das medidas. Apresentada a contestação/manifestação e havendo a juntada de documentos relativos às medidas deferidas, intime-se a vítima para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias. Em caso de não terem sido juntados documentos pelo requerido, retornem os autos conclusos para sentença. Após, remetam-se os autos à distribuição, por se tratar de medida apreciada no núcleo PROPAZ/MULHER. As medidas protetivas ora deferidas terão vigência por 01 (um) ano, contados da intimação das partes. O prazo poderá ser prorrogado, mediante comparecimento espontâneo da vítima e da necessidade de sua manutenção. Cientifique-se o Ministério Público (art. 18, III, da Lei nº 11.340/06). AS DEMAIS VIAS DESTA DECISÃO SERVIRÃO COMO MANDADO. Publique-se. Intime-se. Belém (PA), 26 de junho de 2019. MAURICIO PONTE FERREIRA DE SOUZA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 9 9 0 6 7 2 0 1 9 8 1 4 0 4 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---VITIMA:S. C. N. P. DENUNCIADO:BRUNO AFONSO MACIEL PACHECO Representante(s): OAB 28619 - RODRIGO CALAZANS PINHEIRO (ADVOGADO) . DESPACHO Intime-se o advogado constituído pelo réu, via publicação oficial, a apresentar resposta

escrita à acusação, no prazo legal, sob pena de considerar o abandono do processo. Belém, 27/06/2019. ADRIANA GRIGOLIN LEITE Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PROCESSO: 00052147320178140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---VITIMA:A. C. S. N. DENUNCIADO:JORGE ANTONIO GONCALVES DOS SANTOS Representante(s): OAB 23724 - ERICK ALAN SANTOS DE CASTRO (ADVOGADO) . DESPACHO Determino o desentranhamento dos documentos de fls. 34-40, que noticiam possível descumprimento de medida protetiva pelo réu, juntando-os nos autos de medida protetiva em apenso, os quais deverão ser encaminhados ao Ministério Público para manifestação. Com relação aos presentes autos de ação penal, cumpra-se o determinado na parte final da decisão de fl. 33, encaminhando os autos ao e. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Publique-se. Cumpra-se. Belém (PA), 27/06/2019. ADRIANA GRIGOLIN LEITE Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

PROCESSO: 00077965120148140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:SERGIO ROBERTO RODRIGUES DOS SANTOS VITIMA:A. M. S. . Deliberação em audiência. SENTENÇA: Vistos e etc. 1. RELATÓRIO O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra SÉRGIO ROBERTO RODRIGUES DOS SANTOS, já qualificado nos autos, imputando-lhe a conduta delituosa descrita no artigo 147 do Código Penal, pela prática do fato delituoso devidamente descrito na peça vestibular acusatória. A denúncia foi recebida, o réu foi citado e apresentou resposta à acusação. Ratificado o recebimento da denúncia, por não ser hipótese de absolvição sumária, designou-se audiência de instrução e julgamento. Na fase do art. 402 do CPP, as partes nada requereram. Em alegações finais orais o Ministério Público pugnou pela improcedência da acusação e consequente absolvição do/a denunciado/a por insuficiência de provas para a condenação. No mesmo sentido a defesa se manifestou. É o breve relatório. Decido. 2. FUNDAMENTAÇÃO Trata-se de ação penal pública oferecida pelo Ministério Público em face de SÉRGIO ROBERTO RODRIGUES DOS SANTOS, sob a acusação da pratica do crime em situação de violência doméstica contra mulher. Encerrada a instrução criminal, este Juízo examinando minuciosamente as provas colhidas não se convenceu da prática do crime em tela. Antes de tudo, deve ficar claro que o processo penal é o instrumento pelo qual o Estado, por intermédio do devido processo legal, pode vir a cercear a liberdade das pessoas, ocorrendo essa situação em face de uma decisão penal condenatória. Esclareça-se que a liberdade trata-se, depois da vida, do bem jurídico mais importante que uma pessoa pode ter, de forma que o Estado, através do Poder Judiciário, só pode vir proferir uma decisão condenatória e, assim, cercear o direito de ir e vir de alguém quando tiver provas cabais e contundentes da existência de crime e de sua autoria, de forma que o mínimo de dúvida, implica em uma decisão de caráter absolutório. Durante a instrução criminal, não foi produzida prova que pudesse corroborar os fatos asseverados na inicial, tanto que o custos legis, em sua manifestação final, pugnou pela absolvição do acusado, a qual por essa razão, é medida imperiosa. Nesse sentido: TJRS: ¿Aplicação do princípio ¿in dúbio pro reo¿. Autoria pelo apelante sinalizada como mera possibilidade. Tal não é o bastante para a condenação criminal, exigente de certeza plena. Como afirmou Carrara, ¿a prova, para condenar, deve ser certa como a lógica e exata como a matemática¿. Deram parcial provimento. Unânime¿. (RJTJERGS 177/136). Existem, pois, dúvidas de que o réu tenha sido o autor do delito que lhe é imputado, posto que a prova produzida não foi capaz de induzir a um decreto condenatório, de forma que, em situações como essa, a absolvição é impositiva. 3. DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL para ABSOLVER o réu SÉRGIO ROBERTO RODRIGUES DOS SANTOS, nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, por não existir prova suficiente para condenação. Sem custas. Levantem-se eventuais atos constritivos existentes em desfavor do réu. Após o trânsito em julgado, deem-se as devidas baixas no sistema, anotações e proceda-se o arquivamento do feito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Belém (PA), quinta-feira, 27 de junho de 2019. Dra. Adriana Grigolin Leite, Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

PROCESSO: 00083271320188145150 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ CLAUBER SOUZA DOS SANTOS Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---REQUERENTE:ANGELCINA SANTOS PARAGUASSU REQUERIDO:EDSON ALMADA FARIAS. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento a ordem da Exma. Sra. Dra. Adriana Grigolin Leite, MM. Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, determinada no r. Despacho

exarado na folha 30 dos autos do processo nº 0008327-13.2018.8.14.5150, faço o registro na pauta da AUDIÊNCIA de JUSTIFICAÇÃO para o dia 07 de outubro de 2019, segunda-feira, às 09:15 h. CUMPRA-SE Belém (PA), quinta-feira, 27 de junho de 2019 José Clauber Souza dos Santos Diretor de Secretaria Reg.: 2638

PROCESSO: 00093308820188140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---VITIMA:C. C. S. DENUNCIADO:ALEX DOS PASSOS VILHENA. Deliberação em audiência. DESPACHO: 1) Designo o dia 04/02/2020, às 09h45min, para a realização da audiência de instrução e julgamento. 2) Dê-se vista dos autos ao Ministério Público para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a vítima não localizada (certidão de fls. 18-v). 3) Com a manifestação, conclusos para deliberação. 4) Cientes os presentes. Belém (PA), quinta-feira, 27 de junho de 2019. Dra. Adriana Grigolin Leite, Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

PROCESSO: 00098523020188145150 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ CLAUBER SOUZA DOS SANTOS Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---REQUERENTE:CILENE NUNES MUSSU REQUERIDO:JOSE IVANILDO LIMA COSTA. EDITAL DE CITAÇÃO Prazo: 15 dias A Exma. Dra. Adriana Grigolin Leite, MM. Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que tramita perante esta Vara Especializada os autos de Medidas Protetivas de Urgência autuados sob o nº 0009852-30.2018.8.14.5150, em que figuram como requerente CILENE NUNES MUSSU e como requerido JOSE IVANILDO LIMA COSTA, nacionalidade [...]. E como este não foi encontrado para ser intimado pessoalmente, em cumprimento a decisão, expede-se o presente EDITAL, cuja finalidade é a INTIMAÇÃO do requerido acima nominado, dos termos da decisão Nº 2018.04604595-44 proferida nos respectivos autos, a qual pode ser visualizada integralmente no site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que aplicou de imediato as seguintes medidas protetivas de urgência, em relação ao agressor: "Considerando as informações prestadas no pedido de Medidas Protetivas; e tendo em vista que a demora do provimento jurisdicional pode acarretar dano irreparável ou de difícil reparação à vida, integridade física, moral e psicológica da vítima, com fundamento no art. 19, § 1º, c/c 22 e 23 da Lei n° 11.340/2006, aplico de imediato, como medidas protetivas de urgência: I - As seguintes proibições ao agressor: a) De se aproximar da vítima a uma distância mínima de 100 (cem) metros; b) De manter contato com a vítima por qualquer meio de comunicação; c) De frequentar a residência da vítima, a fim de preservar a integridade física e psicológica da requerente". O intimando terá o prazo de 05 (cinco) dias para se manifestar sobre o pedido, caso queira, cujo prazo será contado após o término do prazo deste edital. Eu, ..., José Clauber Souza dos Santos, Diretor de Secretaria, o mandei digitar, conferi e o subscrevi. O presente edital será afixado no local de costume e publicado na forma da Lei. CUMPRA-SE. Belém (PA), quinta-feira, 27 de junho de 2019. ADRIANA GRIGOLIN LEITE Juíza de Direito Cód: BD_Editais_579

PROCESSO: 00108403920188140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KELTON SILVA DA SILVA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---REQUERENTE:SANDRA LUCIA GUIMARAES DE ARAUJO REQUERIDO:ADOLFO GUILHERME DA SILVA Representante(s): OAB 7368 - WILSON NEVES MONTEIRO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Neste ato abro vistas dos presentes autos aos Advogados do sentenciado Dr. Wilson Neves Monteiro (OAB/PA nº 7368), de todo teor da SENTENÇA expedida nos autos, cuja cópia pode ser acessada no Sistema informatizado deste tribunal. Belém, 27/06/2019. KELTON SILVA DA SILVA Analista Judiciário RESPO

PROCESSO: 00110919120178140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:TIAGO SOUSA RODRIGUES DENUNCIADO:F. G. M. . SENTENÇA Vistos e etc. O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra o/a acusado/a TIAGO SOUSA RODRIGUES, imputando-lhe a conduta delituosa decorrente de violência doméstica e familiar contra a mulher. À fl. 42 consta certidão de óbito da/o ré/u. O Ministério Público manifestou-se pela extinção da punibilidade e arquivamento do processo. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. O art. 107 do CP prevê hipóteses de extinção da punibilidade do réu e, dentre elas, prevê o princípio geral de que a morte tudo resolve - ¿mors omnia solvit¿. Assim, considerando que comprovada a morte do réu pela certidão de óbito juntada aos autos, acolho a cota ministerial retro e JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE de TIAGO SOUSA RODRIGUES, com fulcro no art. 107, I, do CP e art. 62 do CPP. Sem custas. Comunique-se a vítima, por carta ou meio eletrônico, desta decisão,

conforme art. 201, §2º, do CPP. Certificado o trânsito em julgado e realizadas as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 27/06/2019. ADRIANA GRIGOLIN LEITE Juíza de Direito Substituta

PROCESSO: 00149606220178140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---VITIMA:N. P. G. DENUNCIADO:GERSON PINHEIRO DE OLIVEIRA DENUNCIADO:RONILSON DE OLIVEIRA MIRANDA. DESPACHO Renovem-se as diligências objetivando a citação do réu RONILSON DE OLIVEIRA MIRANDA, observando o endereço informado na fl. 14/15. Se necessário, expeça-se carta precatória, com prazo de 30 dias. Belém (PA), 27/06/2019 ADRIANA GRIGOLIN LEITE Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PROCESSO: 00150861520178140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:MARIO DAMASCENO SILVA VITIMA:P. M. C. Representante(s): OAB 23554 - FABIOLA GOMES DA SILVA (ADVOGADO) . Deliberação em audiência. SENTENÇA: Vistos e etc. 1. RELATÓRIO O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra MÁRIO DAMASCENO SILVA, já qualificado/a nos autos, imputando-lhe a conduta delituosa descrita no artigo 147 do Código Penal, pela prática do fato delituoso devidamente descrito na peça vestibular acusatória. A denúncia foi recebida, o réu foi citado e apresentou resposta à acusação. Ratificado o recebimento da denúncia, por não ser hipótese de absolvição sumária, designou-se audiência de instrução e julgamento. Na fase do art. 402 do CPP, as partes nada requereram. Em alegações finais orais o Ministério Público pugnou pela improcedência da acusação e consequente absolvição do/a denunciado/a por insuficiência de provas para a condenação. No mesmo sentido a defesa se manifestou. É o breve relatório. Decido. 2. FUNDAMENTAÇÃO Trata-se de ação penal pública oferecida pelo Ministério Público em face de MÁRIO DAMASCENO SILVA, sob a acusação da pratica do crime em situação de violência doméstica contra mulher. Encerrada a instrução criminal, este Juízo examinando minuciosamente as provas colhidas não se convenceu da prática do crime em tela. Antes de tudo, deve ficar claro que o processo penal é o instrumento pelo qual o Estado, por intermédio do devido processo legal, pode vir a cercear a liberdade das pessoas, ocorrendo essa situação em face de uma decisão penal condenatória. Esclareça-se que a liberdade trata-se, depois da vida, do bem jurídico mais importante que uma pessoa pode ter, de forma que o Estado, através do Poder Judiciário, só pode vir proferir uma decisão condenatória e, assim, cercear o direito de ir e vir de alguém quando tiver provas cabais e contundentes da existência de crime e de sua autoria, de forma que o mínimo de dúvida, implica em uma decisão de caráter absolutório. Durante a instrução criminal, não foi produzida prova que pudesse corroborar os fatos asseverados na inicial, tanto que o custos legis, em sua manifestação final, pugnou pela absolvição do acusado, a qual por essa razão, é medida imperiosa. Nesse sentido: TJRS: ¿Aplicação do princípio ¿in dúbio pro reo¿. Autoria pelo apelante sinalizada como mera possibilidade. Tal não é o bastante para a condenação criminal, exigente de certeza plena. Como afirmou Carrara, ¿a prova, para condenar, deve ser certa como a lógica e exata como a matemática¿. Deram parcial provimento. Unânime¿. (RJTJERGS 177/136). Existem, pois, dúvidas de que o/a ré/u tenha sido o/a autor/a do delito que lhe é imputado, posto que a prova produzida não foi capaz de induzir a um decreto condenatório, de forma que, em situações como essa, a absolvição é impositiva. 3. DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE A PRETENSÃO PUNITIVA ESTATAL para ABSOLVER o réu MÁRIO DAMASCENO SILVA, nos termos do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal, por não existir prova suficiente para condenação. Sem custas. Levantem-se eventuais atos constritivos existentes em desfavor do/a ré/u. Após o trânsito em julgado, deem-se as devidas baixas no sistema, anotações e proceda-se o arquivamento do feito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Belém (PA), quinta-feira, 27 de junho de 2019. Dra. Adriana Grigolin Leite, Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

PROCESSO: 00160475320178140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---VITIMA:E. S. H. DENUNCIADO:FRANCINALDO SANTOS DE SOUZA. Deliberação em audiência. DESPACHO: 1) Designo o dia 05/02/2020, quarta-feira, às 09h30min, para a realização da audiência de instrução e julgamento. 2) Oficie-se ao Juízo da Comarca de Igarapé-Açú/PA solicitando-lhe a devolução da carta precatória destinada à oitiva da vítima. 3) Cientes os presentes. Belém (PA), quinta-feira, 27 de junho de 2019. Dra. Adriana Grigolin Leite, Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

PROCESSO: 00171656920148140401 PROCESSO ANTIGO: ---

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---AUTORIDADE POLICIAL:DPC - FERNANDA DA SILVA PEREIRA VITIMA:A. B. B. S. DENUNCIADO:ROZIVALDO RODRIGUES SANTANA. DESPACHO Designo a realização de AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO devendo a Secretaria deste Juízo pautar data e hora para o ato, providenciando as diligências necessárias para oitiva da vítima, testemunhas e interrogatório do acusado, conforme requerimento ministerial retro. Ciência ao MP, assistente da acusação (se houver) e a Defesa. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 27/06/2019. ADRIANA GRIGOLIN LEITE Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PROCESSO: 00181061420178140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---VITIMA:E. S. H. DENUNCIADO:FRANCINALDO SANTOS DE SOUZA. Deliberação em audiência. DESPACHO: 1) Designo o dia 05/02/2020, quarta-feira, às 09h45min, para a realização da audiência de instrução e julgamento. 2) Oficie-se ao Juízo da Comarca de Igarapé-Açú/PA solicitando-lhe a devolução da carta precatória destinada à oitiva da vítima. 3) Cientes os presentes. Belém (PA), quinta-feira, 27 de junho de 2019. Dra. Adriana Grigolin Leite, Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

PROCESSO: 00190495220178140006 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---VITIMA:E. C. S. C. DENUNCIADO:CLEBER MARCELO BARATA LIMA. Deliberação em audiência. DESPACHO: 1) Designo o dia 04/02/2020, terça-feira, às 09h30min, para a realização da audiência de instrução e julgamento. 2) Dê-se vista dos autos ao Ministério Público (MP) para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a vítima não localizada. 3) Renovem-se as diligências para intimação do acusado, devendo constar no mandado o endereço de fls. 10. 4) Com a manifestação do MP, conclusos para deliberação. 5) Cientes os presentes. Belém (PA), quinta-feira, 27 de junho de 2019. Dra. Adriana Grigolin Leite, Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

PROCESSO: 00192620320188140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 27/06/2019---VITIMA:R. M. N. DENUNCIADO:EDSON SOUSA COSTA. DESPACHO Considerando que infrutíferas todas as diligências com o objetivo de citar pessoalmente o denunciado, expeça-se Edital de Citação, com o prazo de 15 (quinze) dias, na forma do artigo 361, do Código de Processo Penal. Belém, 27/06/2019. ADRIANA GRIGOLIN LEITE Juíza de Direito, respondendo pela da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PROCESSO: 00205788520178140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---VITIMA:S. A. M. DENUNCIADO:MARCIO LEANDRO COSTA CONDE. Deliberação em audiência. DESPACHO: 1) Considerando a ausência da vítima, que não foi pessoalmente intimada, defiro o pedido do Ministério Público (M.P.), suspendendo o presente ato; 2) Dê-se vista dos autos ao M.P. para melhor diligenciar acerca do paradeiro atual da vítima, devendo manifestar-se no prazo de 10 dias; 3) Após, conclusos para decisão. Belém (PA), quinta-feira, 27 de junho de 2019. Dra. Adriana Grigolin Leite, Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

PROCESSO: 00230168420178140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---QUERELANTE:BETANIA SUELY ALVES VELOSO QUERELADO:LUIZ ANDRE BARROS DA COSTA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Trata-se de queixa-crime em que figura como querelado LUIZ ANDRÉ BARROS DA COSTA, já qualificado nos autos, pela prática do delito tipificado no artigo 140 do Código Penal. A querelante peticionou à fl. 87, requerendo a intimação da vítima para informar o endereço das testemunhas arroladas na exordial acusatória. Os autos vieram conclusos. É o sucinto relatório. DECIDO. Compulsando os autos verifico que as testemunhas Ellen de Nazaré de Sousa Seabra e Glaucia Rodrigues Pereira, não compareceram em audiência designada por este Juízo, eis que não localizadas no endereço fornecido pela acusação, consoante Termo de fl. 86. Esclareço, conforme dispõe o artigo 41 do Código de Processo Penal, que o rol de testemunhas e sua qualificação, caso exista, devem ser apresentados com a queixa-crime, pois constitui ônus da querelante. De fato, é dever da querelante a correta indicação e atualização do endereço para localização das testemunhas com a quais pretende comprovar suas alegações, não podendo transferir tal ônus ao Poder Judiciário, o qual cabe exclusivamente a parte, sob pena de subversão das funções dos sujeitos processuais. Ressalto, ainda, que tratando-se de ação penal privada, regida pelos princípios da

oportunidade e disponibilidade, qualquer atuação judicial no que tange a iniciativa probatória, como requer a querelante, deve ser tomada com a máxima cautela, eis que ao Estado-juiz compete zelar pela imparcialidade. Assim, até em atenção à economicidade e razoabilidade, entendo ser mais adequado que o representante da querelante diligencie para obtenção do endereço de testemunhas, por seus meios, em vez de movimentar a máquina judicial, com enormes custos para a sociedade, considerando, inclusive, que o mesmo não demonstrou, de pronto, a incapacidade de realização da diligência, bem como a real necessidade de intervenção judicial na obtenção da resposta. Ante o exposto, indefiro o requerimento de fls. 87, bem como determino a abertura de vista dos autos à defesa, devolvendo-se o prazo para apresentação do endereço das testemunhas. Considerando a certidão de fl. 73-v e como ainda não foi ratificado o recebimento da queixa (artigo 397 do CPP), bem como a necessidade de preservar a garantia do contraditório e da ampla defesa no processo criminal, evitando-se futura arguição de nulidade, dê vista à Defesa para apresentar resposta à acusação ou ratificar a peça constante nos autos às fls. 30-40, no prazo legal. Após, voltem conclusos. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se Belém/PA, 27/06/2019. ADRIANA GRIGOLIN LEITE Juíza de Direito, respondendo pela da 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PROCESSO: 00233878220168140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---VITIMA:J. S. B. DENUNCIADO:LUCAS DOS PASSOS REIS. DESPACHO Ante a certidão do Sr. Oficial de Justiça retro, intime-se o condenado por Edital, com prazo de 90 dias (pena privativa de liberdade igual ou superior a 1 ano), acerca da sentença penal condenatória prolatada nos autos, nos termos que determina o art. 392 do CPP. Exaurido o prazo editalício, certifique o trânsito em julgado. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém (PA), 27/06/2019. ADRIANA GRIGOLIN LEITE Juíza de Direito respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PROCESSO: 00239480920168140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---VITIMA:E. L. S. Representante(s): OAB 22512 - REGINALDO LIRA REIMAO (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) OAB 22961 - AGLIBERTON ALCANTARA DA ROCHA (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) DENUNCIADO:DOMINGOS NUNES DA SILVA Representante(s): OAB 18555 - DIEGO QUEIROZ GOMES (ADVOGADO) OAB 22171 - LEANDRO NEY NEGRÃO DO AMARAL (ADVOGADO) . DESPACHO Designo a realização de AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, em continuação, devendo a Secretaria deste Juízo pautar data e hora para o ato, providenciando as diligências necessárias para oitiva da testemunha da defesa faltante - Sra. KEILA JACKELINE MARQUES BENTES, conforme endereço constante na fl. 63. Homologo a desistência da testemunha da defesa JONAS WILSON NUNES DA SILVA, conforme pedido de fl. 65. Com relação a testemunha da defesa JAQUELINE MENDES, esta será ouvida caso compareça na audiência independente de expedição de mandado, uma vez que o defensor constituído, intimado a informar seu endereço (fl. 64), não o fez (fl. 65). . Ciência ao MP, assistente da acusação e a Defesa do réu. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 27/06/2019. ADRIANA GRIGOLIN LEITE Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PROCESSO: 00525478920158140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ CLAUBER SOUZA DOS SANTOS Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---VITIMA:Z. S. C. DENUNCIADO:LUIS AUGUSTO GOMES DE OLIVEIRA. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento a ordem da Exma. Sra. Dra. Adriana Grigolin Leite, MM. Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, determinada na r. Decisão exarada na folha 20 dos autos do processo nº 0052547-89.2015.8.14.0401, faço o registro na pauta da AUDIÊNCIA de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 21 de janeiro de 2020, terça-feira, às 09:30 h. CUMPRA-SE Belém (PA), quinta-feira, 27 de junho de 2019 José Clauber Souza dos Santos Diretor de Secretaria Reg.: 2639

PROCESSO: 00567015320158140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANA GRIGOLIN LEITE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:FERNANDO AZEVEDO DUARTE JUNIOR VITIMA:M. R. C. P. . DESPACHO Designo a realização de AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO devendo a Secretaria deste Juízo pautar data e hora para o ato, providenciando as diligências necessárias para oitiva da vítima e testemunhas, conforme requerimento ministerial retro. Ciência ao MP e a DP. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Belém, 27/06/2019. ADRIANA GRIGOLIN LEITE Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

PROCESSO: 00232879820148140401 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---VITIMA: M. S. S. S.

DENUNCIADO: F. O. S. MENOR: V. M. I. VITIMA: M. V. S. V. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento a ordem da Exma. Sra. Dra. Adriana Grigolin Leite, MM. Juíza de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, determinada na r. Decis¿o exarada na folha 27 dos autos do processo nº 0023287-98.2014.8.14.0401, faço o registro na pauta da AUDIÊNCIA de INSTRUÇ¿O E JULGAMENTO para o dia 21 de janeiro de 2020, terça-feira, às 09:00 h. CUMPRA-SE Belém (PA), quinta-feira, 27 de junho de 2019 José Clauber Souza dos Santos Diretor de Secretaria Reg.: 2640

SECRETARIA DA 3ª VARA DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 3ª VARA DE JUIZADO VIOL DOMEST/FAM - MULHER DE BELEM - VARA: 3ª VARA DE JUIZADO VIOL DOMEST/FAM -MULHER DE BELEM PROCESSO: 00043195620198145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAURICIO PONTE FERREIRA DE SOUZA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019 REQUERENTE:ROSEANE PINHEIRO DA CONCEICAO REQUERIDO:MARCELO DIAS DE SOUSA. DECISÃO-MANDADO DE INTIMAÇÃO Autos de Medidas Protetivas Vítima: ROSEANE PINHEIRO DA CONCEIÇÃO, residente e domiciliada ao Loteamento Olga Benário, Rua Irmã Adelaide, 04, próximo à Arena Torre Forte, bairro: Águas Lindas, Belém-PA, CEP: 66690170, telefone: (91) 98180-6052. Agressor: MARCELO DIAS DE SOUSA, residente e domiciliado no mesmo endereço da vítima. MEDIDA DE URGÊNCIA. A vítima de violência doméstica e familiar, acima qualificada, requereu, nos termos do Art. 12, III, da Lei n° 11.340/06, as Medidas Protetivas de Urgência em virtude de ter sido ameaçada por seu ex-companheiro, no dia 25/06/2019. É o relatório. Decido. Satisfeitos os requisitos do art. 12, § 1º, da Lei 11.340/2006, passo à apreciação do pedido da vítima. Considerando as informações prestadas no pedido de Medidas Protetivas; e tendo em vista que a demora do provimento jurisdicional pode acarretar dano irreparável ou de difícil reparação à vida, integridade física, moral e psicológica da vítima, com fundamento no art. 19, § 1º, c/c 22 e 23 da Lei n° 11.340/2006, aplico de imediato, como medidas protetivas de urgência: I - Afastamento compulsório do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima, situado à Loteamento Olga Benário, Rua Irmã Adelaide, 04, próximo à Arena Torre Forte, bairro: Águas Lindas, Belém-PA, CEP: 66690170, telefone: (91) 98180-6052, podendo levar consigo exclusivamente seus objetos de uso pessoal (documentos de identificação, roupas, utensílios de uso pessoal), excluindo-se os móveis e utensílios adquiridos na constância da relação conjugal. II - As seguintes proibições ao agressor: a) De se aproximar da vítima a uma distância mínima de 100 (cem) metros; b) De manter contato com a vítima por qualquer meio de comunicação; c) De frequentar a residência da vítima, a fim de preservar a integridade física e psicológica da requerente. O afastamento do agressor do lar familiar deverá ser cumprido por Oficial de justiça, por ocasião da intimação da medida, podendo requisitar a força policial, se necessária. Caso o Sr. Oficial de Justiça encontre resistência por parte do requerido, AUTORIZO, desde já, o auxílio de força policial e o arrombamento da porta do imóvel, caso este se encontre fechado, trocado a fechadura e/ou haver recusa do requerido em abrir ou fornecer as chaves para abri-lo. ADVIRTA-SE AO AGRESSOR: 1) que poderá se manifestar sobre o pedido, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de serem presumidos verdadeiros os fatos alegados pela vítima; 2) da possibilidade de decretação de sua prisão preventiva e da aplicação de outras medidas previstas na legislação em vigor, inclusive com a imposição de multa e requisição de auxílio da força policial; e 3) que, nos termos do art. 24-A da Lei n. 11.340/06, o descumprimento da presente decisão caracteriza o Crime de Descumprimento de Medidas Protetivas. INTIME-SE o agressor EM REGIME DE URGÊNCIA (art. 6°, § 3º, do Prov. Conjunto nº 02/2015-CJRMB/CJCI, c/c o Parágrafo Único do art. 5º, da Portaria nº 001/2018-CMU). INTIME-SE a vítima, por qualquer meio, ou por distribuição ao zoneamento das Varas de Violência Doméstica, cientificando-a de que: 1) deverá informar, por meio de advogado, Defensoria Pública ou diretamente na Secretaria: a) a cessação do risco, para fins de revogação da medida, se for o caso e; b) qualquer mudança de endereço, sob pena de revogação das medidas. Apresentada a contestação/manifestação e havendo a juntada de documentos relativos às medidas deferidas, intime-se a vítima para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias. Em caso de não terem sido juntados documentos pelo requerido, retornem os autos conclusos para sentença. Após, remetam-se os autos à distribuição, por se tratar de medida apreciada no núcleo PROPAZ/MULHER. As medidas protetivas ora deferidas terão vigência por 01 (um) ano, contados da intimação das partes. O prazo poderá ser prorrogado, mediante comparecimento espontâneo da vítima e da necessidade de sua manutenção. Cientifique-se o Ministério Público (art. 18, III, da Lei nº 11.340/06). AS DEMAIS VIAS DESTA DECISÃO SERVIRÃO COMO MANDADO. Publique-se. Intime-se. Belém (PA), 26 de junho de 2019. MAURICIO PONTE FERREIRA DE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00043394720198145150 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MAURICIO PONTE FERREIRA DE SOUZA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019 REQUERENTE:INGRID CABRAL MARTINS REQUERIDO:EDER CARLOS SALDANHA BORGES. DECISÃO-MANDADO DE INTIMAÇÃO Autos de Medidas Protetivas Vítima: INGRID CABRAL MARTINS, residente e domiciliada à Pass. Teodoro Palmeira nº 116, entre Pass. Santa Maria e Garrincha, bairro: Barreiro, Belém-PA, CEP: 66117290, telefone: (91) 98858-9797; Agressor: EDER CARLOS

SALDANHA BORGES, residente e domiciliado à Av. Pedro Álvares Cabral, Pass. Grão Pará nº 02, bairro: Sacramenta, Belém-PA, telefone: (91) 98342-9816. MEDIDA DE URGÊNCIA. A vítima de violência doméstica e familiar, acima qualificada, requereu, nos termos do Art. 12, III, da Lei n° 11.340/06, as Medidas Protetivas de Urgência em virtude de ter sofrido vias de fato por seu ex companheiro, no dia 20/06/2019. É o relatório. Decido. Satisfeitos os requisitos do art. 12, § 1º, da Lei 11.340/2006, passo à apreciação do pedido da vítima. Considerando as informações prestadas no pedido de Medidas Protetivas; e tendo em vista que a demora do provimento jurisdicional pode acarretar dano irreparável ou de difícil reparação à vida, integridade física, moral e psicológica da vítima, com fundamento no art. 19, § 1º, c/c 22 e 23 da Lei n° 11.340/2006, aplico de imediato, como medidas protetivas de urgência: I - As seguintes proibições ao agressor: a) De se aproximar da vítima a uma distância mínima de 100 (cem) metros; b) De manter contato com a vítima por qualquer meio de comunicação; c) De frequentar a residência da vítima e o seu local de trabalho, a fim de preservar a integridade física e psicológica da requerente. ADVIRTA-SE AO AGRESSOR: 1) que poderá se manifestar sobre o pedido, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de serem presumidos verdadeiros os fatos alegados pela vítima; 2) da possibilidade de decretação de sua prisão preventiva e da aplicação de outras medidas previstas na legislação em vigor, inclusive com a imposição de multa e requisição de auxílio da força policial; e 3) que, nos termos do art. 24-A da Lei n. 11.340/06, o descumprimento da presente decisão caracteriza o Crime de Descumprimento de Medidas Protetivas. INTIME-SE o agressor EM REGIME DE URGÊNCIA (art. 6°, § 3º, do Prov. Conjunto nº 02/2015-CJRMB/CJCI, c/c o Parágrafo Único do art. 5º, da Portaria nº 001/2018-CMU). INTIME-SE a vítima, por qualquer meio, ou por distribuição ao zoneamento das Varas de Violência Doméstica, cientificando-a de que: 1) deverá informar, por meio de advogado, Defensoria Pública ou diretamente na Secretaria: a) a cessação do risco, para fins de revogação da medida, se for o caso e; b) qualquer mudança de endereço, sob pena de revogação das medidas. Apresentada a contestação/manifestação e havendo a juntada de documentos relativos às medidas deferidas, intime-se a vítima para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias. Em caso de não terem sido juntados documentos pelo requerido, retornem os autos conclusos para sentença. Após, remetam-se os autos à distribuição, por se tratar de medida apreciada no núcleo PROPAZ/MULHER. As medidas protetivas ora deferidas terão vigência por 01 (um) ano, contados da intimação das partes. O prazo poderá ser prorrogado, mediante comparecimento espontâneo da vítima e da necessidade de sua manutenção. Cientifique-se o Ministério Público (art. 18, III, da Lei nº 11.340/06). AS DEMAIS VIAS DESTA DECISÃO SERVIRÃO COMO MANDADO. Publique-se. Intime-se. Belém (PA), 26 de junho de 2019. MAURICIO PONTE FERREIRA DE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00047848720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:CLEVERSON RODRIGO CORREA DE SOUZA Representante(s): OAB 4753 - LUCIEL DA COSTA CAXIADO (ADVOGADO) OAB 23554 - FABIOLA GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:L. C. N. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00047848720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:CLEVERSON RODRIGO CORREA DE SOUZA Representante(s): OAB 4753 - LUCIEL DA COSTA CAXIADO (ADVOGADO) OAB 23554 - FABIOLA GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:L. C. N. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00047848720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:CLEVERSON RODRIGO CORREA DE SOUZA Representante(s): OAB 4753 - LUCIEL DA COSTA CAXIADO (ADVOGADO) OAB 23554 - FABIOLA GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:L. C. N. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00047848720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:CLEVERSON RODRIGO CORREA DE SOUZA Representante(s): OAB 4753 - LUCIEL DA COSTA CAXIADO (ADVOGADO) OAB 23554 - FABIOLA GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:L. C. N. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00047848720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:CLEVERSON RODRIGO CORREA DE SOUZA Representante(s): OAB 4753 - LUCIEL DA COSTA CAXIADO (ADVOGADO) OAB 23554 - FABIOLA GOMES DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:L. C. N. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00049127320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MACIEL SOARES FONSECA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 VITIMA:A. B. N. DENUNCIADO:ACASSIO DOS ANJOS JORGE. DECISÃO / MANDADO DE CITAÇÃO Acusado: ACÁSSIO DOS ANJOS JORGE, residente e domiciliado na Rua Diogo Móia, n. 1901, Bairro: Fátima, Belém/PA. 1. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, bem como os requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal, isto é, consta da denúncia a exposição do fato criminoso, as suas circunstâncias, a classificação do crime, bem como a qualificação do acusado, pelo que recebo a denúncia oferecida pelo órgão Ministerial, bem como o aditamento à denúncia de fls. 05 dos autos, contra o nacional ACÁSSIO DOS ANJOS JORGE, como incurso nas sanções penais do art. 21, caput, da LCP. 2. CITE-SE o acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, ocasião em que poderá arguir preliminares e tudo que interesse à sua defesa, juntar documentos, especificar as provas que pretenda produzir em juízo e arrolar testemunhas, qualificando-as (até o máximo de 05), requerendo suas intimações, salvo se assumir o compromisso de apresentá-las em audiência independente de intimação (art. 396 e 396-A, do CPP). 3. Apresentada a defesa e havendo preliminares, juntada de documentos e/ou exceção, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, façam-se os autos conclusos para apreciação. 4. Cientifique-se o denunciado que: (a) Caso não tenha condições de constituir advogado particular, o endereço da Defensoria Pública é: Trav. Campos Sales nº 150, entre Manoel Barata e Treze de Maio, bairro: Campina, Belém-PA, CEP: 66017080, telefones: (91) 3217-2342; (b) Se ele não constituir defensor para apresentar sua defesa no prazo legal, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública para oferecer resposta à acusação, em 10 (dez) dias (§ 2º, do art. 396-A, do CPP); e (c) Ele deverá informar a este Juízo quaisquer mudanças de endereço, para fins de ser intimado dos atos processuais, sob pena do processo seguir sem a sua presença (art. 367, do CPP). 5. Se, por ventura, não for o caso de rejeição da denúncia (art. 395 do CPP) ou de absolvição sumária (art. 397 do CPP) e o processo tiver seu curso normal (apenas com a defesa escrita e sem preliminares), em atenção ao princípio da economia e celeridade processual, nos termos do art. 399 do CPP, designe a Sra. Diretora de Secretaria, data para audiência de instrução e julgamento. 6. Caso o acusado não seja localizado para citação, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para manifestação. 7. Sendo necessário, expeça-se carta precatória. 8. Em caso de alguma testemunha não ser localizada pelo Sr. Oficial de Justiça para fins de intimação, dê-se vista imediatamente à parte que a arrolou, para manifestação. 9. Publique-se. Intime-se. AS DEMAIS VIAS

DESTA DECISÃO SERVIRÃO COMO MANDADO. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Monica Maciel Soares Fonseca Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00062401420148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 VITIMA:G. G. P. S. DENUNCIADO:ALLAN VICTOR DA SILVA CUNHA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00072457120148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MACIEL SOARES FONSECA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 VITIMA:L. L. C. DENUNCIADO:RAFAEL DE OLIVEIRA GURJAO. SENTENÇA: Vistos etc. O representante do Ministério Público ofereceu denúncia em face de RAFAEL DE OLIVEIRA GURJÃO, já qualificado nos autos, pela suposta prática das infrações penais de ameaça e perturbação da tranquilidade, no dia 07/04/2012, contra a vítima Luciana Leal Conceição. O acusado, embora devidamente citado, não apresentou resposta à acusação no prazo legal, sendo para tanto os autos encaminhados à Defensoria Pública. O Órgão Ministerial se manifestou pela desistência da oitiva da vítima, o que foi homologado em audiência. Ao ser interrogado, o réu permaneceu silente durante o interrogatório. Encerrada a instrução criminal, o Ministério Público e a Defesa pugnaram pela absolvição do acusado. Relatado o suficiente. DECIDO. Não há preliminares a serem apreciadas. Assiste razão às partes ao pugnarem pela absolvição, eis que, como bem sustentou a acusação, não restou suficientemente comprovada a ocorrência dos crimes em comento. Durante a instrução processual, não foram produzidas provas suficientes, haja vista que, nem mesmo a vítima, a maior interessada na comprovação dos fatos descritos na inicial, compareceu em Juízo para ratificar os seus depoimentos prestados na Delegacia. Da mesma forma, o réu em nada contribuiu para elucidação dos fatos, eis que permaneceu silente por ocasião do interrogatório. ASSIM SENDO, verifico que não existem provas capazes de ratificar os termos da Denúncia. Embora o Órgão Ministerial tenha atuado no sentido de comprovar os fatos alegados na peça de ingresso, não se tem como atribuir ao réu a prática das referidas condutas pela ausência de provas a ensejarem uma condenação, razão pela qual, outro desfecho não há, a não ser a absolvição. Pelo exposto, julgo improcedente a denúncia e, com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, ABSOLVO o réu, RAFAEL DE OLIVEIRA GURJÃO, já qualificado, das imputações que lhe foram feitas. Sentença proferida em audiência. Registre-se. Intimados os presentes. Tendo as partes, no presente ato, renunciado ao prazo recursal, declaro o trânsito em julgado desta Sentença. ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dra. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA. Juíza de Direito PROCESSO: 00106732220188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MACIEL SOARES FONSECA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:ERISSON DE LIMA PAULO Representante(s): OAB 22965 - KELLY OHANA DA SILVA FAÇANHA (ADVOGADO) VITIMA:J. M. D. . SENTENÇA: Vistos etc. O representante do Ministério Público ofereceu denúncia em face de ERISSON DE LIMA PAULO, já qualificado nos autos, pela suposta prática das infrações penais de ameaça e vias de fato, tendo como vítima Jessica Moreira Diniz, fatos que teriam ocorrido no dia 13/11/2017. O acusado apresentou resposta à acusação por meio da Defensoria Pública. As partes desistiram da testemunha ausente. Durante a instrução, foi ouvida a vítima e interrogado o réu. Houve desistência da testemunha Jessica Moreira Diniz. Encerrada a instrução criminal, o Ministério Público e a Defesa pugnaram pela absolvição do acusado, ante a ocorrência de lesões recíprocas. Relatado o suficiente. DECIDO. Não há preliminares a serem apreciadas. Assiste razão às partes ao pugnarem pela absolvição do réu, eis que, em virtude de não estarem suficientemente comprovadas a ocorrência das infrações penais. Com efeito, durante a instrução processual, não foram produzidas provas aptas uma vez que a própria vítima, a maior interessada na comprovação dos fatos descritos na inicial, compareceu em Juízo e declarou "que ela e o réu tiveram uma discussão e que teriam se agrediram mutuamente; que não deseja a condenação dele". Disse também que se reconciliaram e estão convivendo maritalmente. Por outro, o réu em nada contribuiu para elucidação dos fatos, uma vez que exerceu seu direito constitucional de permanecer em silêncio. Assim, verifico que não existem provas aptas a ratificar os termos da Denúncia. Embora o Órgão Ministerial tenha atuado no sentido de comprovar os fatos alegados na peça de ingresso, não se tem como atribuir ao réu a prática das referidas condutas pela ausência de provas

aptas a ensejarem uma condenação, razão pela qual, outro desfecho não há, a não ser a absolvição. Pelo exposto, julgo improcedente a denúncia e, com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, ABSOLVO o réu ERISSON DE LIMA PAULO da acusação que lhe foi imputada. Sentença proferida em audiência. Intimados os presentes. Isento o acusado do pagamento de custas processuais, na forma da lei. Considerando que as partes renunciaram ao prazo recursal, declaro o trânsito em julgado desta sentença. ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa. Intimados os presentes. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dra. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA. Juíza de Direito. PROCESSO: 00108854320188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MACIEL SOARES FONSECA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:TIAGO DA SILVA ALCANTARA VITIMA:R. M. F. S. . SENTENÇA: Vistos etc. O representante do Ministério Público ofereceu denúncia em face de TIAGO DA SILVA ALCÂNTARA, já qualificado nos autos, pela suposta prática da infração penal de lesão corporal, no dia 15/04/2018, contra Raissa Maria Ferreira dos Santos. Embora devidamente citado, o acusado não apresentou resposta à acusação no prazo legal, sendo para tanto os autos encaminhados a Defensoria Pública. Na audiência de instrução, o Ministério Público requereu desistência das oitivas da vítima e das testemunhas arroladas na denúncia, o que foi homologado por esta magistrada. O réu deixou de comparecer em Juízo, razão pela qual não foi interrogado, sendo-lhe aplicado o disposto no Art. 367 do CPP. Encerrada a instrução criminal, o Ministério Público e a Defesa pugnaram pela absolvição do acusado. Relatado o suficiente, DECIDO. Não há preliminares a serem apreciadas. Assiste razão às partes ao pugnarem pela absolvição do réu, eis que, como bem sustentou a acusação, não restou suficientemente comprovada a ocorrência da infração penal. Durante a instrução processual, a vítima não compareceu para prestar depoimento em Juízo, não tendo confirmado, portanto, o depoimento prestado na Delegacia. Não foram produzidas provas em Juízo. Por seu turno, o réu em nada contribuiu para elucidação dos fatos, eis que não compareceu na audiência para ser interrogado. Verifico, por conseguinte, que não existem provas aptas a ratificar os termos da denúncia. Embora o Órgão Ministerial tenha atuado no sentido de comprovar os fatos alegados na peça de ingresso, não se tem como atribuir ao réu a prática da referida conduta pela ausência de provas suficientes para uma condenação, razão pela qual, outro desfecho não há a não ser a absolvição. Pelo exposto, julgo improcedente a denúncia e, com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, ABSOLVO o réu, TIAGO DA SILVA ALCÂNTARA, já qualificado, da imputação que lhe foi feita. Sentença proferida em audiência. Registre-se. Intimados os presentes. Considerando que as partes renunciaram ao prazo recursal, declaro transitada livremente em julgado esta sentença. ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa. Fica o réu isento do pagamento de custas, por ser patrocinado pela Defensoria Pública. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dra. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA. Juíza de Direito. PROCESSO: 00115095820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MACIEL SOARES FONSECA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019 REQUERENTE:PATRICIA TRINDADE DE MORAES REQUERIDO:THIAGO TRINDADE MORAES. DECISÃO-MANDADO DE INTIMAÇÃO Autos de Medidas Protetivas Requerente: PATRICIA TRINDADE DE MORAES, residente e domiciliada no Conjunto Radional II, quadra C, casa Nº 17, Bairro: Condor, Belém/PA. Telefone: (91) 98233-8097. Requerido: THIAGO TRINDADE MORAES, residente e domiciliado na Rua dos Caripunas, Nº 774 (altos), entre Carlos de Carvalho e Rua Bom Jardim, Bairro Jurunas, Belém/PA. Trata-se de autos de medidas protetivas de urgência, requerida pela Autoridade Policial, em virtude de a requerente ter sido vítima do crime de lesão corporal, praticado pelo nacional Thiago Trindade Moraes no dia 12/05/2019. É o relatório. Decido. Em face das informações prestadas pela requerente perante a autoridade policial e; e tendo em vista que a demora do provimento jurisdicional pode acarretar dano irreparável ou de difícil reparação à vida, integridade física, moral e psicológica da vítima, com fundamento no art. 19, § 1º c/c 22 e 23 da Lei n° 11.340/2006, entendo necessário e aplico de imediato as seguintes medidas protetivas de urgência, em relação ao agressor I - Proibições: a) De manter contato com a vítima por qualquer meio de comunicação; b) De se aproximar da vítima a uma distância mínima de 100 (cem) metros; c) De frequentar a residência da ofendida situada no Conjunto Radional II, quadra C, casa Nº 17, Bairro: Condor, Belém/PA, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida. Da mesma forma, caso o agressor não esteja na residência, na ocasião da diligência, deverá a requerente informar o local e o horário em que o requerido possa ser encontrado. INTIME-SE o agressor, pessoalmente, acerca das medidas impostas, bem como para se manifestar sobre o pedido, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de serem presumidos verdadeiros os fatos alegados pela vítima. Apresentada a contestação/manifestação e havendo a juntada de documentos relativos às medidas deferidas, intime-se a vítima para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias. Em caso de não terem sido juntados documentos pelo requerido, retornem os autos conclusos para sentença. ADVIRTO ao agressor que o descumprimento

das medidas protetivas ocasionar: 1) a decretação de sua prisão preventiva; 2) a aplicação de outras medidas previstas na legislação em vigor, inclusive com a imposição de multa; e 3) o Crime de Descumprimento de Medidas Protetivas (Art. 24-A, da Lei n. 11.340/06). INTIME-SE a vítima, pessoalmente, e CIENTIFIQUE-SE de que deverá informar, por meio de advogado, Defensoria Pública ou diretamente na Secretaria: a) a cessação do risco, para fins de revogação da medida; b) qualquer mudança de seu endereço ou do requerido, sob pena de revogação da medida c) esclarecimento sobre os outros pedidos pleiteados por ela; Fixo o prazo das medidas protetivas ora deferidas em 01 (um) ano, contados da intimação das partes. O prazo poderá ser prorrogado, mediante comparecimento espontâneo da vítima e da necessidade de sua manutenção. Intime-se pessoalmente a vítima, inclusive por meio telefônico, e comunique-se o Ministério Público (art. 18, III). AS DEMAIS VIAS DESTA DECISÃO SERVIRÃO COMO MANDADO. P. I. Belém (PA), 27 de junho de 2.019. Monica Maciel Soares Fonseca Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00130000320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MACIEL SOARES FONSECA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019 REQUERENTE:DARLENE LEAL DA PAIXAO REQUERIDO:DAVID RUBENS BARBOSA SARMENTO. DECISÃO-MANDADO DE INTIMAÇÃO Autos de Medidas Protetivas Requerente: DARLENE LEAL DA PAIXÃO, residente e domiciliada na Passagem Bom Jesus, Nº 73, Casa B, Bairro: Cabanagem, Belém/PA. Telefone: (91) 98889-6733. Requerido: DAVID RUBENS BARBOSA SARMENTO, vulgo "TIURINHA", residente e domiciliado na Rua Monte Carlos, QD. 173, Nº 76, Bairro: Cabanagem, Belém/PA. Trata-se do pedido de medidas protetivas de urgência encaminhadas pela autoridade policial, em virtude de a requerente Darlene Leal da Paixão ter sido agredida fisicamente pelo ex-companheiro David Rubens Barbosa Sarmento, no dia 23/06/2019. O feito foi encaminhado, inicialmente, ao plantão judicial, tendo o Juiz plantonista entendido não se tratar matéria de plantão, razão pela qual determinou a redistribuição do pleito. É o relatório. Decido. Em face das informações prestadas pela requerente perante a autoridade policial e tendo em vista que a demora do provimento jurisdicional pode acarretar dano irreparável ou de difícil reparação à vida, integridade física, moral e psicológica da vítima, com fundamento no art. 19, § 1º c/c 22 e 23 da Lei n° 11.340/2006, entendo necessário e aplico de imediato as seguintes medidas protetivas de urgência, em relação ao agressor: I - Proibições: a) De se aproximar da vítima a uma distância mínima de 100 (cem) metros; b) De manter contato com a vítima por qualquer meio de comunicação; c) De frequentar a residência da ofendida situada na Passagem Bom Jesus, Nº 73, CASA B, Bairro: Cabanagem, Belém/PA. Em relação aos pedidos de proibição de suspensão de visita ao dependente menor, reservo-me para apreciar após a oitiva da equipe multidisciplinar, que deverá ser oficiada para proceder o estudo social do caso, no prazo de 15 (quinze) dias. Indefiro o pedido de prestação de alimentos provisórios, uma vez que não houve comprovação dos fatos constitutivos do direito, sequer sendo apresentada a certidão de nascimento demonstrando a filiação do dependente menor. Indefiro o pedido de afastamento do agressor do lar, uma vez que as partes não residem no mesmo endereço. Da mesma forma, caso o agressor não esteja na residência, na ocasião da diligência, deverá a requerente informar o local e o horário em que o requerido possa ser encontrado. INTIME-SE o agressor, pessoalmente, acerca das medidas impostas, bem como para se manifestar sobre o pedido, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de serem presumidos verdadeiros os fatos alegados pela vítima. Apresentada a contestação/manifestação e havendo a juntada de documentos relativos às medidas deferidas, intime-se a vítima para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias. Em caso de não terem sido juntados documentos pelo requerido, retornem os autos conclusos para sentença. ADVIRTO ao agressor que o descumprimento das medidas protetivas ocasionar: 1) a decretação de sua prisão preventiva; 2) a aplicação de outras medidas previstas na legislação em vigor, inclusive com a imposição de multa; e 3) o Crime de Descumprimento de Medidas Protetivas (Art. 24-A, da Lei n. 11.340/06). INTIME-SE a vítima, pessoalmente, e CIENTIFIQUE-SE de que deverá informar, por meio de advogado, Defensoria Pública ou diretamente na Secretaria: a) a cessação do risco, para fins de revogação da medida; b) qualquer mudança de seu endereço ou do requerido, sob pena de revogação da medida c) esclarecimento sobre os outros pedidos pleiteados por ela; Fixo o prazo das medidas protetivas ora deferidas em 01 (um) ano, contados da intimação das partes. O prazo poderá ser prorrogado, mediante comparecimento espontâneo da vítima e da necessidade de sua manutenção. Intime-se pessoalmente a vítima, inclusive por meio telefônico, e comunique-se o Ministério Público (art. 18, III). AS DEMAIS VIAS DESTA DECISÃO SERVIRÃO COMO MANDADO. P. I. Belém (PA), 27 de junho de 2.019. Monica Maciel Soares Fonseca Juíza de Direito, respondendo pela 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher PROCESSO: 00131118420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MACIEL SOARES FONSECA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019 REQUERENTE:TAIANE DOS

SANTOS AFONSO REIS Representante(s): FABIO RANGEL - DEFENSOR (REP LEGAL) REQUERIDO:JORGE ANTUNES GONCALVES DA SILVA. DECISÃO-MANDADO DE INTIMAÇÃO Autos de Medidas Protetivas Requerente: TAIANE DOS SANTOS AFONSO REIS, residente e domiciliada na Passagem do Fio, n. 33-B, Bairro: Barreiro, Belém/PA. Requerido: JORGE ANTUNES GONÇALVES DA SILVA, residente e domiciliado na Passagem do Fio, n. 47-B, Bairro: Barreiro, Belém/PA. Trata-se de autos de medidas protetivas de urgência, requerida por meio da Defensoria Pública-NAEM, em virtude de a requerente ter sido ofendida moralmente pelo requerido Jorge Antunes Gonçalves da Silva, no dia 31/05/2019. É o relatório. Decido. Em face das informações prestadas pela requerente; e tendo em vista que a demora do provimento jurisdicional pode acarretar dano irreparável ou de difícil reparação à vida, integridade física, moral e psicológica da vítima, com fundamento no art. 19, § 1º c/c 22 e 23 da Lei n° 11.340/2006, entendo necessário e aplico de imediato as seguintes medidas protetivas de urgência, em relação ao agressor: I - Proibições: a) De manter contato com a vítima por qualquer meio de comunicação; b) De se aproximar da vítima a uma distância mínima de 100 (cem) metros. Indefiro o pedido de proibição de frequentar a residência da vítima, uma vez que não vislumbro a presença de motivos suficientes para autorizar tal restrição. Da mesma forma, caso o agressor não esteja na residência, na ocasião da diligência, deverá a requerente informar o local e o horário em que o requerido possa ser encontrado. INTIME-SE o agressor, pessoalmente, acerca das medidas impostas, bem como para se manifestar sobre o pedido, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de serem presumidos verdadeiros os fatos alegados pela vítima. Apresentada a contestação/manifestação e havendo a juntada de documentos relativos às medidas deferidas, intime-se a vítima para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias. Em caso de não terem sido juntados documentos pelo requerido, retornem os autos conclusos para sentença. ADVIRTO ao agressor que o descumprimento das medidas protetivas ocasionar: 1) a decretação de sua prisão preventiva; 2) a aplicação de outras medidas previstas na legislação em vigor, inclusive com a imposição de multa; e 3) o Crime de Descumprimento de Medidas Protetivas (Art. 24-A, da Lei n. 11.340/06). INTIME-SE a vítima, pessoalmente, e CIENTIFIQUE-SE de que deverá informar, por meio de advogado, Defensoria Pública ou diretamente na Secretaria: a) a cessação do risco, para fins de revogação da medida; b) qualquer mudança de seu endereço ou do requerido, sob pena de revogação da medida c) esclarecimento sobre os outros pedidos pleiteados por ela; Fixo o prazo das medidas protetivas ora deferidas em 01 (um) ano, contados da intimação das partes. O prazo poderá ser prorrogado, mediante comparecimento espontâneo da vítima e da necessidade de sua manutenção. Intime-se pessoalmente a vítima, inclusive por meio telefônico, e comunique-se o Ministério Público (art. 18, III). AS DEMAIS VIAS DESTA DECISÃO SERVIRÃO COMO MANDADO. P. I. Belém (PA), 27 de junho de 2.019. Monica Maciel Soares Fonseca Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher PROCESSO: 00136569120188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MACIEL SOARES FONSECA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:LEONI ADLER VIRGOLINO SILVA Representante(s): OAB 18709 - IGOR BRUNO SILVA DE MIRANDA (ADVOGADO) VITIMA:J. R. S. . DELIBERAÇÃO: 1. Em virtude desta Juíza estar cumulando audiências na 1ª Vara de Crimes Contra a Criança e Adolescente, com três audiências designadas em horários que coincidem com as audiências designadas nesta Vara e diante da impossibilidade de estar presente simultaneamente em ambas as Varas, remarco este ato para o dia 22 de agosto de 2019, às 09h15. 2. Intimados os presentes. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dra. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA. Juíza de Direito PROCESSO: 00141955720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:GLEIDSON JORGE RODRIGUES MALCHER VITIMA:F. N. M. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00148624320188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:WILSON SOUZA E SILVA NETO VITIMA:E. A. M. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE

ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00177312320118140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 VITIMA:B. L. C. DENUNCIADO:FRANCISCO NAZARENO PINHEIRO NASCIMENTO VITIMA:R. P. B. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00198796020188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JOSINEY NAZARENO SILVA DE OLIVEIRA VITIMA:E. M. V. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00198796020188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JOSINEY NAZARENO SILVA DE OLIVEIRA VITIMA:E. M. V. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00198796020188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JOSINEY NAZARENO SILVA DE OLIVEIRA VITIMA:E. M. V. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00198796020188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JOSINEY NAZARENO SILVA DE OLIVEIRA VITIMA:E. M. V. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00198796020188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JOSINEY NAZARENO SILVA DE OLIVEIRA VITIMA:E. M. V. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e

dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00208097820188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MACIEL SOARES FONSECA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:MELQUIAS CRUZ Representante(s): OAB 22826 - ANDRESSA PONTES SOARES ARAUJO (ADVOGADO) OAB 12545 - SUSIMARY SOUZA DE NAZARE (ADVOGADO) VITIMA:A. R. F. . DELIBERAÇÃO: 1. Em relação aos requerimentos de juntada de provas, formulados em audiência, defiro às partes o prazo de 05 (cinco) dias. 2. Considerando os termos da Lei nº 13.431/2017 e em virtude da necessidade de juntada de documento de identificação da testemunha menor de idade (filho da vítima e do réu), cuja cópia será entregue pela vítima e, a fim de se evitar a violência institucional, pelo fato dele ter presenciado supostas agressões ocorridas entre seus pais, designo, para depoimento especial do adolescente "Artur Melke Ribeiro Cruz" e interrogatório do Réu, o dia 15 de outubro de 2019, às 10h00. Para tanto, solicite-se sala para realização da audiência e a disponibilização da mídia eletrônica, relativa ao depoimento especial, a ser gravada no notebook do(a) Magistrado(a) e no desktop de patrimônio nº 146577a, nos termos do Ofício Circular nº 02/2019 - DFCrim. 3. Intimados os presentes. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dra. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA. Juíza de Direito PROCESSO: 00221452020188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 VITIMA:M. N. M. G. S. DENUNCIADO:CARLOS AUGUSTO ARAUJO DA CRUZ. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00221452020188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 VITIMA:M. N. M. G. S. DENUNCIADO:CARLOS AUGUSTO ARAUJO DA CRUZ. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00223557120188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MONICA MACIEL SOARES FONSECA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:ALVARO PEREIRA CARDOSO Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) VITIMA:M. F. C. B. . SENTENÇA: Vistos etc. O representante do Ministério Público ofereceu denúncia em face de ÁLVARO PEREIRA CARDOSO, já qualificado nos autos, pela suposta prática dos crimes de ameaça e lesão corporal no dia 25/06/2018, contra a vítima Monica de Fatima Carvalho Barbosa. O acusado, embora devidamente citado, não apresentou resposta à acusação no prazo legal, sendo para tanto os autos encaminhados à Defensoria Pública. O Órgão Ministerial se manifestou pela desistência da oitiva da vítima, o que foi homologado em audiência. Ao ser interrogado, o réu permaneceu silente durante o interrogatório. Encerrada a instrução criminal, o Ministério Público e a Defesa pugnaram pela absolvição do acusado. Relatado o suficiente. DECIDO. Não há preliminares a serem apreciadas. Assiste razão às partes ao pugnarem pela absolvição, eis que, como bem sustentou a acusação, não restou suficientemente comprovada a ocorrência dos crimes em comento. Durante a instrução processual, não foram produzidas provas suficientes, haja vista que, nem mesmo a vítima, a maior interessada na comprovação dos fatos descritos na inicial, compareceu em Juízo para ratificar os seus depoimentos prestados na Delegacia. Da mesma forma, o réu em nada contribuiu para elucidação dos fatos, eis que permaneceu silente por ocasião do interrogatório. ASSIM SENDO, verifico que não existem provas capazes de ratificar os termos da Denúncia. Embora o Órgão Ministerial tenha atuado no sentido de

comprovar os fatos alegados na peça de ingresso, não se tem como atribuir ao réu a prática das referidas condutas pela ausência de provas a ensejarem uma condenação, razão pela qual, outro desfecho não há, a não ser a absolvição. Pelo exposto, julgo improcedente a denúncia e, com fundamento no art. 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, ABSOLVO o réu, ÁLVARO PEREIRA CARDOSO, já qualificado, das imputações que lhe foram feitas. Sentença proferida em audiência. Registre-se. Intimados os presentes. Tendo as partes, no presente ato, renunciado ao prazo recursal, declaro o trânsito em julgado desta Sentença. ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Dra. MÔNICA MACIEL SOARES FONSECA. Juíza de Direito PROCESSO: 00224059720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 VITIMA:P. F. C. DENUNCIADO:DENIS DOS SANTOS BARBOSA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00224059720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 VITIMA:P. F. C. DENUNCIADO:DENIS DOS SANTOS BARBOSA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00224059720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 VITIMA:P. F. C. DENUNCIADO:DENIS DOS SANTOS BARBOSA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00224059720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 VITIMA:P. F. C. DENUNCIADO:DENIS DOS SANTOS BARBOSA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00224059720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 VITIMA:P. F. C. DENUNCIADO:DENIS DOS SANTOS BARBOSA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00224059720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 VITIMA:P. F. C. DENUNCIADO:DENIS DOS SANTOS BARBOSA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00226605520188140401 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 VITIMA:J. M. M. C. DENUNCIADO:RIVELINO DOS SANTOS CARVALHO. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB PROCESSO: 00229930720188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LETICIA DE MEDEIROS SCORTEGAGNA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:CARLOS RANIER BARBOSA DA SILVA VITIMA:J. C. F. S. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que a sentença prolatada nestes autos transitou livremente em julgado. O referido é verdade e dou fé. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB TERMO DE ARQUIVAMENTO Nesta data, faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão do trânsito em julgado, do que para constar, fiz este termo. Belém, 27 de junho de 2019. Letícia Scortegagna Auxiliar Judiciário da 3ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Assina conforme Prov. 08/2014-CJRMB

SECRETARIA DA 1ª VARA PENAL DOS INQUÉRITOS POLICIAIS

Processo nº 0013399-66.2018.8.14.0401

Paciente: Gabriel Fayal da Silva

Impetrante: Antônio Bernardo Antunes Pereira-OAB/PA 24108

SENTENÇA

Vistos etc.

O advogado ANTONIO BERNARDO ANTUNES PEREIRA, OAB/PA nº 24.108, impetrou a presente ¿Ordem de Habeas Corpus Preventivo com Pedido de Liminar¿ em favor de **GABRIEL FAYAL DA SILVA,** nomeando como autoridade coatora **Delegacia Especializada no Atendimento a Mulher - DEAM** , requerendo, em apertada síntese, a expediç¿o de salvo-conduto, evitando a concretizaç¿o da ameaça ao direito de locomoç¿o do paciente.

À fl. 46, este juízo indeferiu o pedido de liminar por n¿o estarem presentes os pressupostos autorizadores da medida liminar pleiteada, mormente o risco à liberdade de locomoç¿o do paciente.

A autoridade apontada como coatora, instada a se manifestar, informou que o paciente n¿o está sujeito à restriç¿o de seu direito de ir e vir, considerando que apenas foi chamado para prestar esclarecimentos acerca do fato relatado pela suposta vítima, sendo que sequer houve auto de qualificaç¿o e interrogatório por n¿o ter havido indiciamento inicial, por ausência de provas de materialidade delitiva.

Informou, ainda, que o Inquérito Policial estava em fase de saneamento para a realizaç¿o de relatório e posterior envio ao Poder Judiciário, ressaltando que o paciente n¿o seria indiciado por carência de provas.

Remetidos os autos ao representante do Ministério Público, este se manifestou pela denegaç¿o do writ (fls. 48/50).

Relatados. Decido.

Preceitua o artigo 647 do CPP que: ¿Habeas Corpus será concedido sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coaç¿o ilegal na sua liberdade de locomoç¿o, salvo nos casos de puniç¿o disciplinar¿, sendo que a Carta Constitucional prescreve em seu artigo 5º, Inciso LXIII que: ¿Tal Ordem será concedida, sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coaç¿o em seu direito de ir e vir, por ilegalidade ou abuso de poder¿.

Aplicada a lei ao caso concreto, as alegaç¿es trazidas aos autos por meio do impetrante n¿o justificam o pedido de concess¿o do salvo conduto. Como é sabido, o habeas corpus preventivo somente é cabível quando houver demonstraç¿o de ameaça ao direito de locomoç¿o do paciente, decorrente n¿o de mero prognóstico ou conjectura, mas demonstrada concretamente. É dizer: o alegado receio deve ser fundado, n¿o podendo a ameaça ser vaga, imprecisa.

Nesse sentido:

EMENTA: RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. "HABEAS CORPUS" PREVENTIVO. N¿O CONHECIMENTO. REFORMA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESS¿O DE SALVO-CONDUTO. DESCABIMENTO. IMINENTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL N¿O DEMONSTRADO. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO. **1. O conhecimento do pedido de "Habeas Corpus" preventivo exige**

demonstraç¿o concreta de fundado temor de que venha o paciente, em breve, a ser submetido a constrangimento sobre a sua liberdade de locomoç¿o, n¿o bastando, para tanto, mero temor subjetivo, dissociado das provas dos autos. 2. O "Habeas Corpus" tutela apenas a liberdade de locomoç¿o do paciente, n¿o se prestando à correç¿o de supostas ilegalidades que n¿o se reflitam diretamente sobre tal bem. 3. Negado provimento ao recurso. (TJMG - Rec em Sentido Estrito 1.0429.14.002182-6/001, Relator(a): Des.(a) Marcílio Eustáquio Santos , 7ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 10/12/2015, publicaç¿o da súmula em 16/12/2015) .

EMENTA: HABEAS CORPUS PREVENTIVO - TRÁFICO DE DROGAS - LIBERDADE PROVISÓRIA ANTERIORMENTE CONCEDIDA - INTERPOSIÇ¿O DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO PELO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO - AUSÊNCIA DE AMEAÇA DE VIOLÊNCIA OU COAÇ¿O À LIBERDADE DE LOCOMOÇ¿O - PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE DAS DECIS¿ES. - **O Habeas Corpus preventivo só é cabível quando há ameaça de violência ou coaç¿o à liberdade de locomoç¿o**. O mero temor de ver restabelecida a segregaç¿o cautelar n¿o enseja o seu conhecimento. - Quando a matéria aduzida no writ é também objeto de Recurso em Sentido Estrito, deverá ser analisada neste, recurso próprio e mais amplo, em obediência ao princípio da unirrecorribilidade das decis¿es. (TJMG - Habeas Corpus Criminal 1.0000.14.093709-5/000, Relator(a): Des.(a) Cássio Salomé , 7ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 11/12/2014, publicaç¿o da súmula em 19/12/2014).

Todos os grifos s¿o do signatário.

Como se verifica, no caso sub examen, n¿o se encontra o paciente submetido a qualquer cerceamento ilegal de sua liberdade de locomoç¿o, n¿o se vislumbrando, nem mesmo, a iminência de tal quadro, considerando que a Autoridade Policial informou que o paciente fora chamado apenas para prestar esclarecimentos acerca de fato relatado pela suposta vítima, e que no decorrer do inquérito policial foram ouvidos diversos depoimentos, estando a peça policial em fase final e será encaminhada a este juízo sem o indiciamento do suspeito.

Outrossim, registre-se que a instauraç¿o de procedimento investigatório e o mero chamamento à Delegacia para prestar esclarecimentos n¿o constituem constrangimento ilegal ou coaç¿o ilegal no direito de ir e vir, conforme se depreende das jurisprudências abaixo colacionadas:

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. VERIFICAÇ¿O PRELIMINAR. NOTÍCIA ANÔNIMA DE CRIME. INTIMAÇ¿O PARA COMPARECIMENTO À DELEGACIA DE POLÍCIA PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS. DIREITO AO SILÊNCIO. INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. NEGADO PROVIMENTO AO AGRAVO REGIMENTAL.

1. N¿o constitui constrangimento ilegal a intimaç¿o, por autoridade policial, de pessoa para, em delegacia de polícia, prestar esclarecimentos acerca de fato tido como delituoso.

2. É direito do investigado permanecer em silêncio, mas deste privilégio n¿o decorre a impossibilidade de a autoridade policial convocá-lo para depor.

3. Negado provimento ao agravo regimental.

(AgRg no RHC 23.430/RJ, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), SEXTA TURMA, julgado em 16/10/2008, DJe 03/11/2008).

HABEAS CORPUS REPRESENTAÇ¿O CRIMINAL NOTITIA CRIMINIS - INTIMAÇ¿O PARA COMPARECIMENTO À DELEGACIA DE POLÍCIA A FIM DE PRESTAR ESCLARECIMENTOS - INOCORRÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. **1. N¿o constitui constrangimento ilegal a intimaç¿o, por autoridade policial, de pessoa para, em delegacia de polícia, prestar esclarecimentos acerca de fato em tese delituoso**. Recurso conhecido e improvido Decis¿o unânime. (Processo: RSE 201230138146 PA Relator(a): VANIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA

Julgamento: 16/04/2013 Órg¿o Julgador: 2ª CÂMARA CRIMINAL ISOLADA Publicaç¿o: 18/04/2013).

Todos os grifos s¿o do signatário.

Por fim, ressalte-se que o inquérito policial é peça investigatória cuja finalidade é colher provas da materialidade da infraç¿o e sua autoria. Assim, qualquer cidad¿o pode estar sujeito a investigaç¿es, desde que, evidentemente, haja suspeitas de ter cometido algum delito.

Isto posto, em face das raz¿es retro expostas, **NEGO A ORDEM DE HABEAS CORPUS PREVENTIVO**.

Oficie-se à autoridade apontada como coatora, encaminhando-se cópia desta decis¿o.

Ciência ao Ministério Público.

P.R.I.C., expedindo-se o necessário.

Belém (PA), 25 de junho de 2019.

HEYDER TAVARES DA SILVA FERREIRA

Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Inquéritos Policiais e Medidas Cautelares de Belém

SECRETARIA DA VARA DE CARTA PRECATORIA CRIMINAL

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA DE CARTA PRECATORIA CRIMINAL DE BELEM - VARA: VARA DE CARTA PRECATORIA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00004235520198140057 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SAO MIGUEL DO GUAMA ACUSADO:GEELISON SILVA BARATA Representante(s): OAB 12810-A - SAMEA ALBUQUERQUE DA COSTA SARE (ADVOGADO) . Deliberação em audiência: Considerando a não apresentação da testemunha, embora devidamente requisitada, renovo a audiência para o dia 17/09/2019, às 11:30 horas. Requisite-se a testemunha. Ciência ao Ministério Público. Ciência à Defesa por publicação no Diário de Justiça. Oficie-se ao Juízo de Origem, informando sobre o andamento da missiva. Cumpra-se. Belém/PA, 27/06/2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário. Juíza de Direito. PROCESSO: 00030749520198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ANANINDEUA PA TESTEMUNHA:GLEISE ELENA BRITO BARROSO. Deliberação em audiência: Considerando a certidão de fl. 19-verso, bem como considerado que já foram designadas duas audiências para oitiva da testemunha e ainda o prazo para devolução da missiva, devolva-se a presente ao Juízo Deprecante, com as anotações devidas no sistema. Cumpra-se. Belém/PA, 27/06/2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário. Juíza de Direito. PROCESSO: 00043078020188140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 REU:SAMUEL CRUZ DOS SANTOS E OUTROS TESTEMUNHA:DERCILIO JULIO DE SOUZA NASCIMENTO JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DO TRIBUNAL POPULAR DO JURI DA COMARCA DE TEREZINA PI. Deliberação em audiência: Considerando a não apresentação da testemunha, embora devidamente requisitada, renovo a audiência para o dia 17/09/2019, às 11:10 horas. Requisite-se a testemunha. Ciência à Defensoria Pública e ao Ministério Público. Oficie-se ao Juízo de Origem, informando sobre o andamento da missiva. Cumpra-se. Belém/PA, 27/06/2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário. Juíza de Direito. PROCESSO: 00047611020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 ACUSADO:EDILSON DE SOUSA FREIRE TESTEMUNHA:ADALBERTO COSTA ALMEIDA JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE MEDICILANDIA. Deliberação em audiência: Considerando a informação prestada no ofício de fl. 15, de que a testemunha policial atualmente está lotada em Paragominas/PA, bem como considerando o cartaer itinerante da carta, encaminhe-se a presente à Comarca de Paragominas/PA para cumprimento da finalidade deprecada. Oficie-se ao Juízo Deprecante informando sobr a remessa da carta. Cumpra-se. Belém/PA, 27/06/2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário. Juíza de Direito. PROCESSO: 00078521120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 ACUSADO:JOSE ANSELMO OLIVEIRA MAUES JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTANA AP. Deliberação em audiência: Considerando a certidão de fl. 14 que informa que o acusado não mais reside no endereço indicado nos autos, devolva-se a presente ao Juízo Deprecante, com as anotações devidas no sistema. Cumpra-se. Belém/PA, 27/06/2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário. Juíza de Direito. PROCESSO: 00084116520198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 ACUSADO:LUIZ WAGNER COSTA DE AMORIM E OUTRO TESTEMUNHA:MAURO RENAN PEREIRA COSTA JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SANTA ISABELPA. Deliberação em audiência: Considerando o não comparecimento da testemunha à audiência designada, bem como considerando que já foram designadas duas datas para oitiva da testemunha e o prazo para a devolução da carta, devolva-se a presente ao Juízo Deprecante, com as anotações devidas no sistema. Cumpra-se. Belém/PA, 27/06/2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário. Juíza de Direito. PROCESSO: 00085882920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 REU:ATHUS ROBERTO PANTOJA DE ARAUJO TESTEMUNHA:RITA DE CASSIA DOS SANTOS ARAUJO TESTEMUNHA:MARCELO SOEIRO DE ARAUJO JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA UNICA

VARA DA COMARCA DE MARAPANIM PA. R.H. 1. Designo o dia 08/08/2019, às 11:30 horas, para a audiência de oitiva da testemunha. 2. Intimem-se as vítimas R.C.S.A. e M.S.A. 3. Dê-se ciência ao Representante do Ministério Público. 4. Ciência à Defensoria Pública. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00087875120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 REU:JOSE EDILSON DA SILVA TESTEMUNHA:GERALDO MAJELLA NAVEGANTES LESSA JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA VARA UNICA DA COMARCA DE MAE DO RIO PA. Deliberação em audiência: Considerando a não apresentação da testemunha, embora devidamente requisitada, renovo a audiência para o dia 17/09/2019, às 11:20 horas. Requisite-se a testemunha. Ciência à Defensoria Pública e ao Ministério Público. Oficie-se ao Juízo de Origem, informando sobre o andamento da missiva. Cumpra-se. Belém/PA, 27/06/2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário. Juíza de Direito. PROCESSO: 00087918820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 AUTOR DO FATO:RAIMUNDO LICIO RIBEIRO E RIBEIRO JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE JARAGUA GO. Processo nº. 0008791-88.2019.814.0401 R. H. 1 - Considerando-se que no termo de transação penal realizado no dia 27/06/2019 não constou o prazo máximo para cumprimento da transação penal, renove-se audiência para o dia 18/07/2019, às 9 horas para realização de nova proposta de transação penal. Autor ciente da data da audiência através de contato telefônico. Intime-se o Ministério Público e Defensoria Pública. Belém, 28 de junho de 2019. ANA ANGÉLICA ABDULMASSIH OLEGÁRIO Juíza de Direito PROCESSO: 00101524320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 ACUSADO:CARLOS ALBERTO MAFRA TERRA Representante(s): OAB 14969 - MARCIO FRANCISCO DOS REIS (ADVOGADO) OAB 14977 - VINICIUS DE MELO RIBEIRO (ADVOGADO) TESTEMUNHA:PAULO SERGIO DE SOUZA ALMEIDA TESTEMUNHA:JAIR JOSE DE SOUSA TESTEMUNHA:JOSE PEREIRA DE SOUSA JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE RENDENCAOPA. R.H. 1. Designo o dia 26/09/2019, às 11:00 horas, para a audiência requerida de oitiva de testemunha. 2. Requisitem-se as testemunhas Paulo Sérgio de Souza Almeida, Jair José de Sousa e José Pereira de Sousa ao IBAMA . 3. Intimem-se os advogados do acusado, Dr. Márcio Francisco dos Reis, OAB/PA 14.969 e Dr. Vinicius de Melo Ribeiro, OAB/PA 14.977, mediante publicação no Diário de Justiça, para que compareçam à audiência na data designada, ficando cientes de que a Defensoria Pública, por determinação de seu Conselho Superior, não mais atua em cartas precatórias que possuem advogado constituído no processo de origem, atuando apenas se houver expressa renúncia pelo acusado aos poderes constituídos ao causídico. 4. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00102043920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 ACUSADO:CARLOS ALBERTO MAFRA TERRA Representante(s): OAB 14969 - MARCIO FRANCISCO DOS REIS (ADVOGADO) OAB 14977 - VINICIUS DE MELO RIBEIRO (ADVOGADO) TESTEMUNHA:ANNIK SILVA TESTEMUNHA:OLICIO LEAO MARQUES JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DA COMARCA DE REDENCAO. R.H. 1. Designo o dia 26/09/2019, às 11:30 horas, para a audiência requerida de oitiva de testemunha. 2. Requisitem-se as testemunhas Annik Silva e Olicio Leão Marques ao IBAMA. 3. Intimem-se os advogados do acusado, Dr. Márcio Francisco dos Reis, OAB/PA 14.969 e Dr. Vinicius de Melo Ribeiro, OAB/PA 14.977, mediante publicação no Diário de Justiça, para que compareçam à audiência na data designada, ficando cientes de que a Defensoria Pública, por determinação de seu Conselho Superior, não mais atua em cartas precatórias que possuem advogado constituído no processo de origem, atuando apenas se houver expressa renúncia pelo acusado aos poderes constituídos ao causídico. 4. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00104157520198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 ACUSADO:INES FONSECA RODRIGUES TESTEMUNHA:AUGUSTO BRUNO DE MORAES FAVACHO JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO COMARCA SANTA MARIA DO PARA PARA. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Considerando-se o cumprimento da carta precatória, devolva-se esta ao Juízo Deprecante com as anotações necessárias no sistema Libra. Belém, Pa, 28.06.2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário, Juíza de Direito. PROCESSO:

00114800820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 DENUNCIADO:ANTONIO CARLOS DA SILVA SANTIAGO E OUTROS Representante(s): OAB 293750 - RICARDO DE SOUZA CHAVES (ADVOGADO) OAB 6403 - WERTHER FERRAZ LIMA (ADVOGADO) OAB 283.701 - ANDRE LUIS BRUMATI (ADVOGADO) OAB 5690 - ARY COTEZ PRADO JUNIOR (ADVOGADO) TESTEMUNHA:LUIS CARLOS SILVA ARAUJO JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DE MARABA PA JUIZO DEPRECADO:JUIZO DA VARA CRIMINAL DE CARTAS PRECATORIAS DA COMARCA DE BELEM PA. R.H. 1. Designo o dia 26/09/2019, às 10:20 horas, para a audiência requerida de oitiva de testemunha. 2. Intime-se a testemunha Luís Carlos Silva Araújo. 3. Intimem-se os advogados dos acusados, Dr. Ricardo de Souza Chaves, OAB/SP 293.750 e Dr. Werther Ferraz Lima, OAB/MA 6.403, mediante publicação no Diário de Justiça, para que compareçam à audiência na data designada, ficando cientes de que a Defensoria Pública, por determinação de seu Conselho Superior, não mais atua em cartas precatórias que possuem advogado constituído no processo de origem, atuando apenas se houver expressa renúncia pelo acusado aos poderes constituídos ao causídico. 4. Ciência ao Ministério Público. 5. Ciência à Defensoria Pública. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00118456220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 REU:CRISTIANE GOMES LEAO TESTEMUNHA:ADRIANO SACRAMENTO DE OLIVEIRA JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA NONA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BELO HORIZONTE MG. R.H. 1. Designo o dia 24/09/2019, às 10:00 horas, para a audiência de oitiva da testemunha. 2. Intime-se a testemunha Adriano Sacramento de Oliveira. 3. Dê-se ciência ao Representante do Ministério Público. 4. Ciência à Defensoria Pública. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00119062020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 ACUSADO:ROBSON DIEGO DE SOUSA SANTOS Representante(s): OAB 11651 - NELMA CATARINA OLIVEIRA MARTIRES COSTA (ADVOGADO) TESTEMUNHA:DILAMAR ALAIR PEREIRA MOTA JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BRAGANCA PA. R.H. 1. Designo o dia 26/09/2019, às 10:50 horas, para a audiência requerida de oitiva de testemunha. 2. Requisite-se a testemunha custodiada Dilamar Alair Pereira Mota à SUSIPE. 3. Intime-se a advogada do acusado, Dra. Nelma Catarina Oliveira M. Costa, OAB/PA 11.651, mediante publicação no Diário de Justiça, para que compareçam à audiência na data designada, ficando cientes de que a Defensoria Pública, por determinação de seu Conselho Superior, não mais atua em cartas precatórias que possuem advogado constituído no processo de origem, atuando apenas se houver expressa renúncia pelo acusado aos poderes constituídos ao causídico. 4. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00119114220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORRÊA - PA DENUNCIADO:ANNE KAROLINE RIBEIRO COSTA Representante(s): OAB 12903 - MARIA AMELIA LOBATO VASQUES VASCONCELOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:ROBSON DE JESUS PICANCO DA COSTA Representante(s): OAB 12903 - MARIA AMELIA LOBATO VASQUES VASCONCELOS (ADVOGADO) TESTEMUNHA:OSVALDO SANTOS DA FONSECA. R.H. 1. Designo o dia 26/09/2019, às 10:30 horas, para a audiência requerida de oitiva de testemunha. 2. Intime-se a testemunha Osvaldo Santos da Fonseca. 3. Intime-se a advogada do acusado, Dra. Maria Amélia Lobato Vasques Vasconcelos, OAB/PA 12.903, mediante publicação no Diário de Justiça, para que compareçam à audiência na data designada, ficando cientes de que a Defensoria Pública, por determinação de seu Conselho Superior, não mais atua em cartas precatórias que possuem advogado constituído no processo de origem, atuando apenas se houver expressa renúncia pelo acusado aos poderes constituídos ao causídico. 4. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00119321820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA VARA UNICA DA COMARCA DE GARAFAO DO NORTE PA REU:JOSEMIR DE LIMA NUNES. R.H. 1. Designo o dia 05/08/2019, às 09:50 horas para audiência de qualificação e interrogatório. 2. Requisite-se o acusado Josemir de Lima Nunes ao local onde está custodiado. 3. Ciência ao Ministério Público. 4. Ciência à Defensoria Pública. 5.

Junte-se aos autos certidão atualizada de antecedentes criminais do acusado. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00120863620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BREVES PA DENUNCIADO:ROSIVALDO SANCHES DOS SANTOS Representante(s): OAB 18151 - HUGO SALES FURTADO (ADVOGADO) DENUNCIADO:JUCILENE DO SOCORRO BRAGA PEREIRA Representante(s): OAB 9364 - CLAUDIO GEMAQUE MACHADO (ADVOGADO) . R.H. 1. Designo o dia 26/09/2019, às 10:40 horas, para a audiência requerida de oitiva de testemunha. 2. Requisite-se a testemunha DPC Gustavo Soares da Silva Ceccagno. 3. Conste no ofício requisitório que caso o policial seja lotado em outra Comarca deve ser informado a este Juízo qual a Comarca de lotação para que a carta seja encaminhada, face seu caráter itinerante. 4. Intime-se o advogado do acusado, Dr. Hugo Sales Furtado, OAB/PA 18.151, mediante publicação no Diário de Justiça, para que compareça à audiência na data designada, ficando ciente de que a Defensoria Pública, por determinação de seu Conselho Superior, não mais atua em cartas precatórias que possuem advogado constituído no processo de origem, atuando apenas se houver expressa renúncia pelo acusado aos poderes constituídos ao causídico. 5. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00129386020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE TERMO DE QUATIPURUPA ACUSADO:JHONATA AQUILES DE CASTRO NETO. R.H. 1. Designo o dia 26/09/2019, às 08:40 horas, para a audiência preliminar de transação penal. 2. Intime-se o autor do fato Jhonata Aquiles de Castro Neto, para que compareça à audiência devidamente acompanhado de advogado ou requeira a assistência da Defensoria Pública. 3. Dê-se ciência ao Representante do Ministério Público. 4. Junte-se aos autos certidão atualizada de antecedentes criminais do autor do fato Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00129524420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 ACUSADO:DENILSON BARBOSA DA SILVA TESTEMUNHA:JOSE GUILHERME GOMES DE LIMA JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CASTANHAL PA. R.H. 1. Designo o dia 24/09/2019, às 09:40 horas, para a audiência de oitiva de testemunha. 2. Requisite-se a testemunha policial José Guilherme Gomes de Lima. 3. Conste no ofício requisitório que caso o policial seja lotado em outra Comarca deve ser informado a este Juízo qual a Comarca de lotação para que a carta seja encaminhada, face seu caráter itinerante. 4. Dê-se ciência ao Representante do Ministério Público. 5. Ciência à Defensoria Pública. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00129559620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DA TERCEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE IMPERATRIZ MA ACUSADO:SIDIVALDO FERREIRA. R.H. 1. Designo o dia 26/09/2019, às 09:00 horas para audiência de qualificação e interrogatório. 2. Intime-se o acusado Sidivaldo Ferreira. 3. Ciência ao Ministério Público. 4. Ciência à Defensoria Pública. 5. Junte-se aos autos certidão atualizada de antecedentes criminais do acusado. 6. Sem prejuízo, oficie-se ao Juízo Deprecante, por via eletrônica, informando a data designada para audiência de qualificação e interrogatório, solicitando que encaminhe a este Juízo, logo após a realização da audiência de instrução designada para o dia 09/07, cópia da mídia mídias da audiência ou do termo de audiência, caso esta não seja gravada em recurso audiovisual, uma vez que a Defensoria Pública, para participar das audiências de qualificação e interrogatório e para o exercício da ampla defesa, solicita o conhecimento prévio das provas produzidas em audiências. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00130425220198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 ACUSADO:NAGIB MUTRAN NETO TESTEMUNHA:SANDRA MARIA AGUIAR REZENDE TESTEMUNHA:MARIA GORETTI DAMASCENO SANTANA JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARABA PA. R.H. 1. Designo o dia 26/09/2019, às 10:00 horas, para a audiência requerida de oitiva de testemunha. 2. Intimem-se as testemunhas Sandra Maria Aguiar Rezende e Maria Goretti Damasceno Santana. 3. Intimem-se as advogadas do acusado, Dra. Heide Patrícia Nunes de Castro, OAB/PA 25.961 e

Dra. Kassia Evangelista Gonçakves, OAB/PA 26.270, mediante publicação no Diário de Justiça, para que compareçam à audiência na data designada, ficando cientes de que a Defensoria Pública, por determinação de seu Conselho Superior, não mais atua em cartas precatórias que possuem advogado constituído no processo de origem, atuando apenas se houver expressa renúncia pelo acusado aos poderes constituídos ao causídico. 4. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00130477420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE OUREM PA ACUSADO:JOAO RICARDO ARNOUR DE JESUS Representante(s): OAB 11969 - JACOB ALVES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) TESTEMUNHA:DEVANCIR DA SILVA PINTO. R.H. 1. Designo o dia 26/09/2019, às 11:10 horas, para a audiência requerida de oitiva de testemunha. 2. Requisite-se a testemunha Devancir da Silva Pinto à CELPA. 3. Intime-se o advogado do acusado, Dr. Jacob Alves de Oliveira, OAB/PA 11.969, mediante publicação no Diário de Justiça, para que compareça à audiência na data designada, ficando ciente de que a Defensoria Pública, por determinação de seu Conselho Superior, não mais atua em cartas precatórias que possuem advogado constituído no processo de origem, atuando apenas se houver expressa renúncia pelo acusado aos poderes constituídos ao causídico. 4. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00130572120198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 ACUSADO:JOAO RICARDO ARNOUR DE JESUS Representante(s): OAB 11969 - JACOB ALVES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) TESTEMUNHA:PAULO RICARDO CANTUARIA MOUTINHO JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DE DIREITO DA VARA UNICA DA COMARCA DE OUREM PA. R.H. 1. Designo o dia 26/09/2019, às 11:20 horas, para a audiência requerida de oitiva de testemunha. 2. Requisite-se a testemunha policial Paulo Ricardo Cantuária Moutinho. 3. Conste no ofício requisitório que caso o policial seja lotado em outra Comarca deve ser informado a este Juízo qual a Comarca de lotação para que a carta seja encaminhada, face seu caráter itinerante. 4. Intime-se o advogado do acusado, Dr. Jacob Alves de Oliveira, OAB/PA 11.969, mediante publicação no Diário de Justiça, para que compareça à audiência na data designada, ficando ciente de que a Defensoria Pública, por determinação de seu Conselho Superior, não mais atua em cartas precatórias que possuem advogado constituído no processo de origem, atuando apenas se houver expressa renúncia pelo acusado aos poderes constituídos ao causídico. 5. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00130823420198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 ACUSADO:KEKIOSBERG DE OLIVEIRA SANTOS JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL COMARCA DE ARACAJUSE. R. H. Considerando o cumprimento da carta pelo Juízo Plantonista, encaminhe-se ao Juízo Deprecante, por via eletrônica, cópia da certidão de fl. 11 e após, devolva-se a carta, com as anotações necessárias no sistema. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00130919320198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANA ANGELICA PEREIRA ABDULMASSIH Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 ACUSADO:WHIRLPOOL ELETRODOMESTICO AM SA Representante(s): OAB 138.414 - SYLAS KOK RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 251.410 - ALEXANDRE DAIUTO LEAO NOAL (ADVOGADO) TESTEMUNHA:WALDISE ROSSICLEIA LIMA DA SILVA TESTEMUNHA:CASSILDA DO SOCORRO DIA DE MORAES TESTEMUNHA:CARLOS ALBERTO OLIVEIRA BRAGA TESTEMUNHA:ROSYVALDO NAZARENO CANTUARIA JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ULIANOPOLISPA. R.H. 1. Designo o dia 24/09/2019, às 11:40 horas, para a audiência requerida de oitiva de testemunha. 2. Intimem-se as testemunhas Waldise Rossicléia Lima da Silva e Cassilda do Socorro Dias de Moraes, por requisição à SEMAS/PA; e Carlos Alberto Oliveira Braga e Rosywaldo Cantuária, por requisição ao CPC `Renato Chaves". 3. Intimem-se os advogados do acusado, Dr. Sylas Kok Ribeiro, OAB/SP 138.414 e Dr. Alexandre Daiuto Leão Noal, OAB/SP 251.410, mediante publicação no Diário de Justiça, para que compareçam à audiência na data designada, ficando cientes de que a Defensoria Pública, por determinação de seu Conselho Superior, não mais atua em cartas precatórias que possuem advogado constituído no processo de origem, atuando apenas se houver expressa renúncia pelo acusado aos poderes constituídos ao causídico. 4. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se. Belém, 28 de junho de 2019. Ana Angélica Abdulmassih Olegário Juíza de

Direito da Vara de Carta Precatória Criminal de Belém PROCESSO: 00105343620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Carta Precatória Criminal em: JUIZO DEPRECANTE: J. D. C. INDICIADO: E. P. D. E. O. ACUSADO: E. T. P. N. PROCESSO: 00106365820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Pedido de Busca e Apreensão Criminal em: JUIZO DEPRECANTE: J. P. V. C. C. B. P. JUIZO DEPRECADO: J. V. C. P. C. B. INVESTIGADO: B. A. D. S.

SECRETARIA DA 1ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(S) PARA OFERECER CONTRARRAZÕES - Processo nº 0020693-48.2013.8.14.0401. Denunciado(s): O.L.B. Advogado(s): **EDMUNDO PINHEIRO JUNIOR, OAB/PA Nº 6269**. Nos termos do provimento nº 006/2006-CJRMB, nesta data, fica(m) intimada(s) o(s) advogado(s) acima para oferecer contrarrazões do Recuso de Apelação da acusação. Informamos que os autos se encontram em Secretaria para a realização do ato. Dado e passado neste Município de Belém, Capital do Estado do Pará, Secretaria da 1ª Vara de Crimes contra Criança e Adolescente, em 28/06/2019, nesta data disponibilizo para publicação. Eu, LEONARDO BEZERRA BITTENCOURT, Auxiliar Judiciário, o digitei e subscrevi.

ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADO(S) PARA APRESENTAR INFORMAÇÕES ¿ Processo nº 0006508-04.2010.8.14.0401. ACUSADO: N.J.F.B.J., Advogado(s): **LUCIEL DA COSTA CAXIADO, OAB/PA Nº 4753; BRENO BRAZIL DE ALMEIDA LINS, OAB/PA Nº 19774**. Nos termos do provimento nº 006/2006-CJRMB, nesta data, fica(m) intimado(s) o(s) advogado(s) acima, no prazo de 48 horas, para informar a renúncia do mandato, comprovando, por petição que cientificou o mandante, e em caso de não renúncia, apresentar Memoriais Finais, sob pena de aplicação de multa, por abandono de causa, na forma do art. 265, CPP. Dado e passado neste Município de Belém, Capital do Estado do Pará, Secretaria da 1ª Vara de Crimes contra Criança e Adolescente, em 28/06/2019, nesta data disponibilizo para publicação. Eu, LEONARDO BEZERRA BITTENCOURT, Auxiliar Judiciário, o digitei e subscrevi.

Processo n.º 0006514-02.2019.8.14.0401

Denunciado: J.B.O.D.S

Advogados: ELIEZER DA CONCEIÇÃO BORGES ¿ OAB/PA 16102; VERA LUCIA FARACO MACIEL ¿ OAB/PA 50287; KARINA NEVES MOURA ¿ OAB/PA 15308; LEYLA SOARES ROSA ¿ OAB/PA 15117; PEDRO SERGIO VINENTE DE SOUZA ¿ OAB/PA 6337; ANDREA LUISA FONSECA SARRAF ¿ OAB/PA 12711; WALTER JOSÉ DE SOUZA PINHEIRO ¿ OAB/PA 9017; JOSÉ AILZO SOUZA CHAVES ¿ OAB/PA 9921; ELIANA ALMEIDA CRUZ ¿ OAB/PA 22914; FERNANDA DE SOUZA BORGES GOMES ¿ OAB/PA 21838; TAINA CORREA CUNHA ¿ OAB/PA 24157; ANA CRISTINA CAMPOS E SILVA CALDERARO ¿ OAB/PA 7510; IVY PINHEIRO RUFINO NEVES ¿ OAB/PA 17073

DECISÃO

Trata-se de ação penal ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Pará em desfavor de **J.B.O.D.S**, na qual lhe(s) são imputadas a(s) conduta(s) descrita(s) no **art. 217-A do CPB**, com base nos fatos e fundamentos narrados na denúncia (fls. 02/03).

O réu foi pessoalmente citado (fls. 10), tendo apresentado reposta escrita à acusação (fls. 16), arrolando testemunhas, por intermédio de advogado particular.

É o breve relatório. DECIDO.

O art. 397 do Código de Processo Penal, assim estabelece:

¿Art. 397. Após o cumprimento do disposto no art. 396-A, e parágrafos, deste Código, o juiz deverá absolver sumariamente o acusado quando verificar:

I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato.

II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade.

III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime, ou

IV - extinta a punibilidade do agente.¿

A absolvição sumária deve ser decretada nos casos em que restarem patentes as circunstâncias que excluam o crime ou isentem o réu da pena. É preciso, portanto, que as provas até então produzidas nos autos sejam seguras, sem qualquer resquício de dúvida.

No caso concreto, não verifico quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, uma vez que as provas carreadas aos autos trazem indícios de materialidade e autoria dos fatos elencados na inicial acusatória.

Ante o exposto, **RATIFICO O RECEBIMENTO DA DENÚNCIA e DESIGNO Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 02/07/2019, às 09H.**

Intimem-se o Ministério Público, a defesa, a(s) vítima(s), por intermédio de seu(sua) representante legal, se for o caso, as testemunhas de acusação (fls. 03) e de defesa (fls. 17), bem como intime-se/requisite-se o(a)(s) réu(ré)(s), para se fazerem presentes na audiência acima designada.

P.I. Cumpra-se COM URGÊNCIA.

Belém, 16 de maio de 2019.

HAILA HAASE DE MIRANDA

Juíza de Direito respondendo pela 1ª Vara de

Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém/PA

Portaria nº 2319/2019-GP publicada no DJ edição nº 6657/2019, de 14/05/2019.

Processo n.º 0015716-71.2017.8.14.0401

Denunciado: E.D.S.G

Advogado: ALEXANDRE JULIÃO DA SILVA ¿ OAB/PA 21683

DECISÃO

Trata-se de pedido formulado pelo réu, por intermédio de seu patrono, por meio de cota manuscrita (fls.

296-verso), na qual requer a concessão de autorização para ausentar-se da comarca objetivando se deslocar para a região nordeste do Pará ¿ Salinas/Marudá -, onde deverá permanecer durante o período de veraneio, requerendo ao final a revogação da proibição de ausentar-se da comarca, sem prévia autorização do Juízo, em caráter de urgência.

O Ministério Público manifestou-se favoravelmente ao pedido (fls. 297-verso), desde que seja somente no período do mês de julho de 2019, a autorização para se ausentar da Comarca, e não de forma permanente, com fulcro no art. 319, IV, do CPP.

Eis o breve relato. Decido.

Verifica-se no pleito em questão que foi indicado o período de ausência da Comarca ¿ durante o veraneio, depreendendo-se que se trata do mês de julho do corrente ano ¿, bem como a localidade de destino, qual seja, Salinas e Marudá, tendo o Ministério Público opinado favoravelmente.

Observa-se ainda que a continuação da audiência de instrução e julgamento está pautada para o dia 22/08/2019, às 11h, e que o réu já foi pessoalmente intimado para comparecer ao ato (fls. 284).

Em razão do exposto, acolho a manifestação ministerial, pelo que, defiro parcialmente o pedido, autorizando a ausência do réu da comarca somente no período de 01 a 30 de julho de 2019, a fim de que possa se dirigir aos destinos informados.

Intimem-se o MP e a defesa.

P.R.I.Cumpra-se.

Belém, 28 de junho de 2019.

Mônica Maciel Soares Fonseca

Juíza de Direito titular da 1ª Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes de Belém/PA

SECRETARIA DA 2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE DA COMARCA DA CAPITAL - VARA: 2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE DA COMARCA DA CAPITAL PROCESSO: 00089052720198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HAILA HAASE DE MIRANDA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:DERYCK AYCAL BRITO Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) VITIMA:D. S. M. . 2ª Vara De Crimes Contra Criança E Adolescente Da Comarca Da Capital Ação Penal - Procedimento Ordinário PROCESSO Nº 0008905-27.2019.8.14.0401 DENUNCIADA(O): DERYCK AYCAL BRITO DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ em face de DERYCK AYCAL BRITO, na qual é imputada a prática do(s) crime(s) tipificado(s) no(s) ART 157 §2º, II E V DO CPB E ART 244-B DO ECA; eis que redigida em consonância com o artigo 41, do CPP, E presentes os pressupostos processuais e as condições para o exercício regular do direito de ação, sendo certo que existe justa causa para ação penal. Não estando, assim, presentes, em concreto, quaisquer das circunstâncias previstas no artigo 395, do CPP. Cite(m)-se o(s) acusado(s) DENUNCIADO : DERYCK AYCAL BRITO ENDEREÇO: ROD.MARIO COVAS, CONDOMÍNIO GREEN PARK, S/Nº / CEP: 66670000 BAIRRO: Coqueiro , com a(s) respectiva(s) data(s) de nascimento: 20/01/1998, e respectiva(s) filiação: ALESSANDRA DOS PASSOS BRITO; apresentando-lhes cópia da denúncia, para que ofereça(m) Resposta Escrita à Acusação, por meio de advogado habilitado ou Defensor Público, no prazo de 10 dias, podendo arrolar testemunhas, arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua defesa. Por ocasião da citação ora determinada, deverá o(a) Oficial(a) de Justiça encarregado da diligência inquirir o(a)(s) denunciado(a)(s) se a defesa técnica que lhe é garantida será promovida por meio da Defensoria Pública ou de advogado particular (devendo neste caso fornecer nome, telefone e, se souber, endereço eletrônico). Caso o(s) réu(s) afirme(m) que possue(m) advogado particular, findo o prazo para oferecimento de resposta escrita, em não sendo apresentada, certifique-se e remeta os autos à DP a cargo de quem estará a defesa técnica. Advirto ao(s) réu(s) solto(s) que a partir deste momento deve(m) informar a este juízo qualquer mudança de endereço. Advirto ao(s) réu(s) que, em caso de procedência da acusação, se for o caso, a sentença fixará valor mínimo à reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido (artigo 387, IV, do CP), cabendo se manifestarem a respeito. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO, CONFO, CONFOMANDADO, CONFORME PROVIMENTO 003/2009 ALTERADO PELO PROVIMENTO 11/2009 DA CJRMB. Por fim, havendo pedido do MP para juntada de termo de apresentação do menor na Vara da Infância, em prol da celeridade, DETERMINO à Secretaria da Vara que junte aos autos o termo de apresentação do adolescente vítima da corrupção ao Juízo da Vara da Infância e Juventude de Belém, referente aos fatos desta denúncia. Na hipótese de haver pedido do Ministério Público para juntada de laudo pericial, DETERMINO à Secretaria junte tal laudo aos autos, se já estiver disponível no sistema Libra, devendo a secretaria certificar se o laudo não estiver disponível. Neste caso, ficará a cargo do Ministério Público a juntada de tal laudo, por ser o titular da ação penal e por ter acesso ao sistema PerícíaNet. Quanto ao pedido de liberdade ofertado em favor de DERYCK AYCAL BRITO, sob os fundamentos, em síntese, da ausência dos requisitos da prisão preventiva. O Ministério Público se manifestou contrariamente ao deferimento do pedido. Passo a decidir. Em análise aos autos, verifico que a prisão preventiva do requerente foi decretada em decisão muito bem fundamentada, a qual elencou os requisitos da sua prisão, requisitos estes que ainda subsistem, não tendo o requerente apresentado qualquer fato ou documento novo que leve este juízo a crer que não mais existem os motivos ensejadores da sua prisão cautelar. No caso em comento, o réu foi preso em flagrante por assalto com arma, tendo mantida a vítima com refém apontando a faca para esta, conforme depoimento da vítima, o que ainda teria sido praticado em concurso de crimes com corrupção de menores. Os documentos juntados, por outro lado, não são suficientes para retirar os requisitos da prisão preventiva. Ademais, o processo está com duração dentro dos parâmetros legais, não havendo que se falar em excesso de prazo. Por esses motivos, INDEFIRO O PEDIDO DE LIBERADE PROVISÓRIA formulado em favor de DERYCK AYCAL BRITO. Das diligências a serem cumpridas pela Secretaria da Vara: 1. Intime-se o Ministério Público; 2. Intime-se a Defesa; 3. Junte-se aos autos o termo de apresentação do adolescente vítima da corrupção, realizado ao Juízo da Vara da Infância e Juventude de Belém, referente aos fatos desta denúncia; 4. Caso haja pedido do Ministério Público referente a laudo pericial, junte-se aos autos o laudo requerido, caso esteja disponível no Libra. Não estando disponível, certifique-se e dê-se ciência ao Ministério Público de que

incumbirá ao parquet a juntada de tal laudo. 5. Citem-se o(s) denunciado(s). Cumpra-se. Belém, 27 de junho de 2019. HAILA HAASE DE MIRANDA Juiz(a) de Direito respondendo pela 2ª Vara De Crimes Contra Criança E Adolescente Da Comarca Da Capital PROCESSO: 00095645020108140401 PROCESSO ANTIGO: 201020366725 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JULIANA DA SILVA LACERDA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:CARLOS HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 6747 - ELIZABETH COSTA COUTINHO (ADVOGADO) OAB 14907 - JOSEFA LORENA DE PAIVA FIALHO DA ROCHA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MOISES MOREIRA DE ALMEIDA Representante(s): OAB 18859 - JOAO PAULO DE CASTRO DUTRA (ADVOGADO) OAB 19600 - ARTHUR KALLIN OLIVEIRA MAIA (ADVOGADO) OAB 20874 - KAREN CRISTINY MENDES DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 24629 - MILENE SERRAT BRITO DOS SANTOS MARINHO (ADVOGADO) OAB 25092 - THAMMYZE VERGOLINO PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 21140 - SAMARA SOBRINHA DOS SANTOS ALVES (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALDO GOMES RODRIGUES Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 11549 - GEYSLER DANIELLE FARIAS MARTINS (ADVOGADO) OAB 12249 - JOSEANE BARBOSA CASTELO PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 8707 - SANDRO MAURO COSTA DA SILVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JORGE LUIZ DAS MERCES DE SOUZA Representante(s): OAB 11068 - RODRIGO TEIXEIRA SALES (ADVOGADO) OAB 14055 - CAMILA DO SOCORRO RODRIGUES ALVES (ADVOGADO) OAB 8707 - SANDRO MAURO COSTA DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 14092 - NELSON FERNANDO DAMASCENO E SILVA LEAO (ADVOGADO) VITIMA:R. F. M. VITIMA:R. O. F. L. VITIMA:J. L. B. VITIMA:G. C. S. VITIMA:D. S. S. . Processo nº 0025204-84.2016.8.14.0401. Denunciado: CARLOS HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA, MOISES MOREIRA DE ALMEIDA, ALDO GOMES RODRIGUES E JORGE LUIZ DAS MERCES DE SOUZA. Advogado: JOSEFA LORENA DE PAIVA FIALHO DA ROCHA, OAB/PA 14907 e ELIZABETH COSTA COUTINHO, OAB/PA Nº 6747. ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO. Nos termos do provimento n. 006/2006-CJRMB, INTIMO o patrono da decisão que segue: "Assim, impõe-se a aplicação da multa prevista art. 265, do CPP, a JOSEFA LORENA DE PAIVA FIALHO DA ROCHA - OAB/PA 14907 e ELIZABETH COSTA COUTINHO - OAB/PA 6747. Contudo, para que não seja alegado pelas patronas prejuízo ao devido processo legal, determino nova intimação, por derradeiro, via Diário da Justiça a fim de que, no prazo de 5 dias: - apresente as alegações finais pendentes de seu cliente (caso em que será dispensado de multa por abandono de causa); OU - apresente justificativa para sua omissão, comprovando documentalmente não ser mais patrono do réu desde pelo menos 10 dias antes da primeira intimação para apresentação de memoriais. Não havendo manifestação das patronas no prazo de 5 dias, desde já arbitro multa de 10 (dez) salários mínimos, valor equivalente a R$ 9.998,00 (nove mil, novecentos e noventa e oito reais), nos termos do art. 265, do CPP, às patronas JOSEFA LORENA DE PAIVA FIALHO DA ROCHA - OAB/PA 14907 e ELIZABETH COSTA COUTINHO - OAB/PA 6747, ficando estas desde já intimadas a pagar tal multa em 15 dias (o prazo de 15 dias conta-se a partir da publicação desta decisão). Caso as patronas não se manifestem em 5 dias, nem pague a multa em 15 dias, certifique-se acerca da multa aplicada, e oficie-se à Secretaria De Planejamento Coordenação e Finanças/Coordenadoria Geral de Arrecadação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (localizada no edifício sede), para fins de inscrição do devedor na dívida ativa do Estado, nos termos do Decreto Estadual nº. 5.204/2002 e do Ofício Circular nº 009/2016 do Gabinete da Presidência do TJ/PA, encaminhando-se com o ofício a certidão com as informações da dívida. Caso qualquer das patronas apresente as alegações finais no prazo de 5 dias, TORNO SEM EFEITO A MULTA APLICADA. Caso as patronas não apresentem as alegações, mas apresentem outra petição, conclusos para análise. Encerrado o prazo de 5 dias sem a apresentação de alegações finais, determino a intimação do acusado para que constitua novo advogado em 15 dias para apresentação de memoriais finais, ou informe se deseja ser assistido pela Defensoria Pública. Cumpridas todas as diligências acima, não sendo apresentadas alegações finais do réu, ou na hipótese do réu ser intimado e informar que pretende ser patrocinado pela DP, vistas à DP para tal fim. Juntadas as alegações finais do réu CARLOS, conclusos para sentença, oportunidade em que será analisada a exceção de coisa julgada arguida pelos réus ALDO e JORGE. Belém, 19 de junho de 2019. HAILA HAASE DE MIRANDA Juiz(a) de Direito respondendo pela 2ª Vara De Crimes Contra Criança E Adolescente Da Comarca Da Capital". Belém(PA), 27 de junho de 2019. JULIANA DA SILVA LACERDA, Secretaria da 2ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém. PROCESSO: 00121158620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HAILA HAASE DE MIRANDA Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:LUAN SILVA ALMEIDA VITIMA:K. P. P. . 2ª Vara De Crimes Contra Criança E Adolescente Da Comarca Da Capital Inquérito Policial PROCESSO Nº 0012115-86.2019.8.14.0401 DECISÃO Trata-se de procedimento investigatório instaurado para apurar a conduta

típica descrita no ART. 155 DO CPB, considerada infração de menor potencial ofensivo, pela Lei 9.099, devendo portanto ser observado o rito dos Juizados Especiais Criminais. Segundo o inquérito, o investigado teria furtado uma bicicleta de uma vítima de 15 anos, dentro da Escola Estadual Augusto Montenegro, sendo que tanto a vítima quanto o investigado eram estudantes de tal escola. Encaminhados os autos de inquérito policial ao Ministério Público, manifestou-se pela incompetência absoluta deste Juízo, em razão da matéria, com fundamento no art. 95, II c/c art. 108, do Código de Processo Penal, por entender que não houve dolo de abusar da vulnerabilidade em decorrência da menoridade da vítima. É o relatório. Decido. Verifica-se, pela análise dos autos, que assiste razão ao MP. Isso porque a bicicleta foi supostamente furtada sem que seu dono (a vítima estivesse presente), portanto não se sabe ao certo nem se o autor do furto sabia que o proprietário era menor de idade, restando claro que houve intuito exclusivamente patrimonial, sem abuso da menoridade da vítima. O E. Tribula de Justiça do Estado do Pará publicou a Súmula nº 13, com a redação que transcrevo: "A Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes é competente para julgar delitos praticados com o dolo de abusar da situação de vulnerabilidade do menor, e não simplesmente contra vítimas menores de 18 anos, critério objetivo que dificulta a efetiva prestação da tutela jurisdicional especializada.". Desse modo, o critério de competência adotado é em razão da matéria, ou seja, a Vara de Crimes contra a Criança e Adolescente é necessário que o tipo penal praticado ocorra em razão da condição de vulnerabilidade do menor, independente do diploma legal do tipo. Conforme Resolução n. 019/2018-GP-TJPA, a presente vara tem "competência exclusiva para processar e julgar os crimes de corrupção de menores e demais crimes contra crianças e adolescentes, exceto os crimes contra a dignidade sexual". Nesta senda, importante observar que a competência deste Juízo está atrelada à natureza da infração (art. 74, CPP), de forma que só estão submetidos à especializada o processamento e julgamento dos crimes praticados com corrupção de menores e demais crimes contra crianças e adolescentes. Por todo o exposto, verifico que ausente a competência desta vara especializada para processar e julgar o feito, considerando que o crime em tese praticado não ocorreu em corrupção de menores nem se trata de qualquer outro crimes contra crianças e adolescentes, cometidos em razão da condição de vulnerabilidade do menor. Isto posto, DECLINO DA COMPETÊNCIA para os procedimentos necessários, bem como processar e julgar o feito, ao tempo em que determino a imediata remessa dos autos à uma das VARAS DO JUÍZO COMUM DA CAPITAL, por distribuição, com as nossas homenagens. Dê-se baixa nos registros cartorários e na distribuição, com as cautelas de estilo. Dê-se ainda ciência ao Ministério Público. Belém, 27 de junho de 2019. HAILA HAASE DE MIRANDA Juiz(a) de Direito respondendo pela 2ª Vara De Crimes Contra Criança E Adolescente Da Comarca Da Capital PROCESSO: 00124192220188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HAILA HAASE DE MIRANDA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:W. W. S. S. DENUNCIADO:ALEXSANDRE ALVES ROSA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . 2ª Vara De Crimes Contra Criança E Adolescente Da Comarca Da Capital Ação Penal - Procedimento Ordinário Processo nº 0012419-22.2018.8.14.0401 DESPACHO Verificou que foi marcada audiência para presente data somente para interrogatório do acusado, por engano, uma vez que já havia sido decretada a sua revelia à fl. 32. Contudo, ainda assim o réu não compareceu novamente à audiência na presente data, motivo pelo qual mantenho a sua revelia. Considerando que não há mais prova oral a ser produzida, vistas ao MP e à DP para alegações finais. Após, conclusos para sentença. Belém, 27 de junho de 2019. HAILA HAASE DE MIRANDA Juiz(a) de Direito respondendo pela 2ª Vara De Crimes Contra Criança E Adolescente Da Comarca Da Capital PROCESSO: 00132163720148140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): WILLYANE PACHECO Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 27/06/2019 DENUNCIADO:WALMOM RODRIGO DE ALMEIDA CAVALCANTE JUNIOR Representante(s): OAB 13676 - JOBER SANTA ROSA FARIAS VEIGA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. DENUNCIADO:FABIO PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 13676 - JOBER SANTA ROSA FARIAS VEIGA (ADVOGADO) OAB 0001 - DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) . ATO ORDINATÓRIO - Proc. N. 0013216-37.2014.8.14.0401. Denunciado(s):WALMOM RODRIGO DE ALMEIDA CAVALCANTE JÚNIOR. Advogado (a):JOBER SANTA ROSA FARIAS VEIGA, OAB/PA Nº 13.676. 2ª Vara De Crimes Contra Criança E Adolescente Da Comarca Da Capital. PROCESSO Nº. 0013216-37.2014.8.14.0401. DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DENUNCIADO(s): FÁBIO PEREIRA DA SILVA Data: 08/05/2019, às 11H30. PRESENÇAS: Magistrada: Dra. Haila Haase de Miranda, respondendo pela 2ª VCCA. Ministério Público: Dr(a) Mônica Freire Defensoria Pública: Dra. Danielle Santos Maués Carvalho Testemunha de Acusação: Antônio Paulo Esteves da Silva Aberta a audiência, considerando as certidões às fls. 283 e 303, comprovando que o réu FABIO não mais reside no endereço dos autos, DECRETO A SUA REVLEIA, nos termos do art. 367. Iniciou-se a oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO E DEFESA Antônio Paulo Esteves da Silva, o qual informou que não

lembra dos fatos. O registro do depoimento da(s) testemunha(s) acima nominada(s) foi feito por meio audiovisual (via Kenta), como autoriza o artigo 405, §1º, do CPP, sendo gerada a respectiva mídia, a qual acompanha o presente termo. Com a palavra o RMP, nos termos do art. 402 do CPP, nada requer, passando-se à fase de Memoriais Finais. Com a palavra a RMP: Excelência, ao término da instrução criminal, a tese acusatória não restou comprovada, pois apenas uma testemunha foi ouvida em juízo declarando que não se recorda dos fatos, no que tange as demais testemunhas não foram localizadas. O Réu Fábio é revel e não foi ouvido. No que tange ao Réu Walmon, cujo processo se encontra suspenso, em relação a ele, em que pese a suspensão do processo, considerando que a prova é a mesma e nada foi produzido em juízo, pois pelo decurso do tempo a única testemunha ouvida nada se recorda, o RMP entende ser possível de pronto a absolvição em relação a ambos os Réus. O fundamento para absolvição encontra-se no fato de que não foram produzidas provas sob o crivo do contraditório e ampla defesa não cabendo condenação com base exclusivamente na peça informativa (IPL), sendo assim o MP manifesta-se pela absolvição. Com a palavra a DP, nos termos do art. 402 do CPP, nada requer, passando-se à fase de Memoriais Finais. Com a palavra a DP: MMª. Juíza, a defesa ratifica os termos do parecer ministerial, requerendo absolvição pelos mesmos fundamentos. EM SEGUIDA, ROI PROFERIDA SENTENÇA EM AUDIÊNCIA: Vistos os autos. O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ ofereceu denúncia em face de FÁBIO PEREIRA DA SILVA e WALMOM RODRIGO DE ALMEIDA CAVALCANTE Jr, qualificado(s) nos autos, como incursos na pena do art. 33, caput da Lei 11.343/2006 c/c art. 244-B da Lei 8.069/90. Constam dos autos a denúncia e o seu recebimento. Em relação ao réu Fábio, consta também citação do(s) réu(s), resposta(s) à acusação, ratificação do recebimento da denúncia, bem como, na presente data foi realizada a audiência de instrução, com oitiva de uma única testemunha, contudo não houve interrogatório diante da revelia do réu Fábio. Quanto ao réu WALMOM, o processo foi suspenso nos termos do art. 366, do CPP, conforme decisão às fls. 134 e 163, visto que não foi localizado para ser citado pessoalmente. Em alegações finais, as partes requereram a absolvição de ambos os réus, diante da ausência de prova produzida em juízo. Em síntese, é o relatório. Decido. Ao exame dos autos, verifico estarem presentes os pressupostos processuais e as condições da ação penal. Não foram arguidas questões preliminares ou prejudiciais, nem vislumbro qualquer nulidade que deva ser pronunciada de ofício. A questão cinge-se à existência de provas de autoria e materialidade. No entanto, verifico que não foi produzida nenhuma prova em juízo da autoria delitiva, isso porque só foi possível ouvir em juízo uma única testemunha, a qual nada lembrava. Os réus não compareceram ao interrogatório. Assim, em que pese constar dos autos laudo pericial comprovando a existência da droga, falta prova da autoria delitiva. Sobre o princípio do in dubio pro reo, confira-se os seguintes julgados tratando do tema: APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO DE ÁGUA POTÁVEL. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. POSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA NÃO DEMONSTRADAS DE MODO INCONTESTE E ESTREME DE DÚVIDA. NÃO HÁ JUÍZO DE CERTEZA QUANTO À AUTORIA DO RÉU E DA EFETIVA SUBTRAÇÃO DA ÁGUA. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. IN DUBIO PRO REO. ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÍSSONA. I - Embora as provas dos autos apontem, em tese, indícios de envolvimento do acusado, somente estes indícios ou a mera dedução não autorizam a condenação, uma vez que o quadro probatório acerca da autoria é por demais frágil para albergar um decreto condenatório, sendo certo que eventual dúvida favorece o réu, ante o Princípio Constitucional do in dubio pro reo. II - Não sendo possível se extrair do conjunto probatório dos autos a comprovação firme e induvidosa de que o apelante praticou a referida ligação direta e de que subtraiu, efetivamente, a água proveniente da rede de abastecimento COMPESA, forçosa a reforma da decisão impugnada para absolvê-lo, com fundamento no art. 386, inciso VII, do CPP, cassando a sentença condenatória. III - Apelo provido para absolver o acusado, cassando-se a condenação. Decisão uníssona. (TJ-PE - Apelação. APL 3113351 PE - Data de publicação: 30/03/2016) APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO DE DROGAS PROVA INCONSISTENTE - ABSOLVIÇÃO - ' IN DÚBIO PRO REO'. Inexistindo provas judicializadas que apontem, com inegável segurança, a autoria delitiva dos fatos narrados na exordial, impõe-se a absolvição do agente com fundamento no princípio do 'in dúbio pro reo', já que a dúvida é sempre interpretada em seu favor. Recurso improvido. Unânime. 1. A emissão de uma decisão condenatória pressupõe a existência de prova robusta a lhe dar supedâneo. No caso, embora testemunhada a ação policial por vizinhos do acusado e outra pessoa, os quais foram inquiridos na fase policial e judicial, nenhuma delas afirmou em algum momento ser o réu o dono da droga encontrada enterrada no quintal. 2. Os depoimentos das testemunhas presenciais, na fase inquisitorial, colocaram em dúvida a efetiva autoria do delito quando afirmaram que outras pessoas tinham acesso ao quintal onde a droga foi desenterrada. Recurso conhecido e improvido. (TJ-PA - APELAÇÃO APL 201230050671 PA - Data de publicação: 27/06/2013) APELAÇÃO CRIMINAL - ROUBO MAJORADO - DÚVIDA PROBATÓRIA QUANTO AO ENVOLVIMENTO DO RÉU NOS FATOS NARRADOS NA DENÚNCIA - "IN DUBIO PRO

REO" - ABSOLVIÇÃO QUE SE IMPÕE. -Não comprovada suficientemente a participação do acusado no roubo, sua absolvição se impõe, pois é sabido que a condenação exige prova irrefutável de autoria. Se o suporte da acusação enseja dúvidas, não há como decidir pela sua procedência. (TJ-MG - Apelação Criminal APR 10240130010707001 MG - Data de publicação: 02/03/2015). Dessa forma, as provas trazidas para os autos são insuficientes para a formação segura de juízo de valor sobre a autoria delitiva. Em hipóteses semelhantes a jurisprudência tem decidido que, não havendo elementos de certeza suficientes à condenação do apelante, mister se faz a absolvição do agente. Em arremate, não se pode emitir decisão condenatória sem prova segura, devendo prevalecer a absolvição, infligindo-se o princípio do in dubio pro reo. As provas existentes são apenas as inquisitoriais, que não são suficientes para embasar um édito condenatório. É entendimento pacífico, cediço, repisado e sempre repetido, que para a prolação de uma sentença condenatória é necessária a existência de prova robusta, harmônica e segura, apta a firmar o convencimento do magistrado acerca da responsabilidade do réu, não se enquadrando nessas características a prova inquisitorial. Inexistindo isso, a absolvição é medida que se impõe, conforme tem decidido nossos Tribunais. Importante esclarecer que, embora o processo tenha sido suspenso quanto ao réu WALMOM, as decisões às fls. 134 e 163 determinaram a produção antecipada de provas quanto a tal réu, de forma que a presente instrução processual é de ambos os réus. Ainda que não houvesse sido determinada a produção antecipada, também deveria ser absolvido, por ser a medida mais justa, conforme entendeu até mesmo o órgão acusador, em suas alegações finais. Isto porque, trata-se de crime sem vítima determinada, de forma que as únicas pessoas que poderiam ser ouvidas em juízo são os policiais que realizaram sua prisão, sendo que somente foi possível ouvir um deles, o qual nada lembra. Assim, é possível concluir que não há como surgirem provas caso a instrução prosseguisse em face do WALMOM, de forma que, se já não há provas neste momento da autoria delitiva, impossível haver no futuro, quando os policias terão a memória do fato ainda mais apagada, diante do transcurso do tempo. Logo, não seria lógico, muito menos justo, prosseguir com um processo criminal suspenso em face de tal réu, mantando este com o peso de uma acusação criminal cujo futuro certo é a absolvição, quando já se saber tratar-se de hipótese de absolvição por falta de provas. Por conseguinte, deve o réu WALMON também ser absolvido, À vista de todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e ABSOLVO o(s) denunciado(s) FÁBIO PEREIRA DA SILVA e WALMOM RODRIGO DE ALMEIDA CAVALCANTE Jr em virtude de não existir prova de ter(em) o(s) réu(s) concorrido(s) para a infração penal, o que faço nos termos do art. 386, inciso V, do Código de Processo Penal. Sem incidência de custas processais (CPP, art. 805 e TJPA, Provimento nº002/2005). Sentença publicada em audiência. Intimados os presentes. Desnecessária a intimação dos réus, por estarem em local incerto. Deve ser retirada a suspensão do processo do LIBRA quanto ao réu WALMOM. Após o trânsito em julgado, arquive-se no sistema Libra com as devidas anotações. Nada mais havendo, dou este termo como encerrado, e conforme vai devidamente assinado pelos presentes, sendo a mídia digital e a folha de assinatura às fls ..... partes integrantes. Eu, Fernanda Quinderé Tavares Batista - Analista Judiciário, o digitei e subscrevi.Belém, 27 de junho de 2019. BRUNA PACHECO, SECRETARIA DA 2ª VARA DE CRIMES CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES DE BELÉM/Pa. PROCESSO: 00256984620168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HAILA HAASE DE MIRANDA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:D. O. M. VITIMA:W. O. M. MENOR:VITIMAS MENORES DE IDADE DENUNCIADO:ALCIR GUIMARAES SEQUEIRA Representante(s): OAB 10175 - FRANCISCO CLEANS ALMEIDA BOMFIM (ADVOGADO) OAB 10472 - SUENA CARVALHO MOURAO (ADVOGADO) . 2ª Vara De Crimes Contra Criança E Adolescente Da Comarca Da Capital Ação Penal - Procedimento Ordinário Processo nº 0025698-46.2016.8.14.0401 DESPACHO Verifico que à fl. 25 o MP desistiu das diligências requeridas à fl. 302. No entanto, consta dos autos anexados 0015019-16.2018.814.0401 pedido ainda não analisado por este juízo. Após a última manifestação do MP acima mencionada, restou dúvidas a este juízo se o MP ainda tem interesse no que foi requerido nos citados autos anexados. Assim, determino à Secretaria que expeça a citação do denunciado (em cumprimento à decisão à fl. 23-v) e que, sem seguida, faça vistas ao Ministério Público para se manifestar sobre o informado acima. Belém, 27 de junho de 2019. HAILA HAASE DE MIRANDA Juiz(a) de Direito respondendo pela 2ª Vara De Crimes Contra Criança E Adolescente Da Comarca Da Capital PROCESSO: 00007348620168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Inquérito Policial em: INDICIADO: M. C. M. O. VITIMA: D. M. R. G. PROCESSO: 00046693720168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: C. T. T. Representante(s): OAB 8199 - RAIMUNDO CALDAS BATISTA (ADVOGADO) VITIMA: N. N. T. VITIMA: G. N. T. MENOR: V. M. I. PROCESSO: 00084237920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento

Ordinário em: DENUNCIADO: J. J. S. A. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA: A. M. A. G. VITIMA: L. M. T. C. PROCESSO: 00129995220188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: D. F. P. F. VITIMA: N. L. S. B. DENUNCIADO: G. C. A. O. Representante(s): OAB 22485 - CINTIA LETICIA BENDELACK DIAS (ADVOGADO) MENOR: V. M. I. PROCESSO: 00227651820068140401 PROCESSO ANTIGO: 200620597201 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: O. E. DENUNCIADO: A. A. R. Representante(s): OAB 2108 - JOSE MARIA BARBOSA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 5301 - MARIA DE FATIMA CARDOSO (ADVOGADO) OAB 10579 - LUIS CARLOS DO NASCIMENTO RODRIGUES (ADVOGADO) VITIMA: M. I. PROCESSO: 00242019420168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Inquérito Policial em: INDICIADO: A. R. S. P. Representante(s): OAB 20561 - JOAO BATISTA SOUZA DE CARVALHO (ADVOGADO) VITIMA: O. E. VITIMA: K. M. B. MENOR: V. M. I. PROCESSO: 00288986120168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Inquérito Policial em: INDICIADO: A. VITIMA: S. C. C. T.

FÓRUM DE ICOARACI

SECRETARIA DA VARA DE FAMILIA DISTRITAL DE ICOARACI

Número do processo: 0803249-11.2018.8.14.0201 Participação: EXEQUENTE Nome: JOSE MARIA SOUZA DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: LOURENY DO CARMO SILVAOAB: 26835/PA Participação: EXECUTADO Nome: ODILACIR MORAIS DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: GRACILDA MARQUES SIQUEIRAOAB: 27405/PA Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS VALERIO FARIAS GOMESOAB: 20032/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁFÓRUM DISTRITAL DE ICOARACI-VARA DE FAMÍLIA DISTRITAL DE ICOARACIRUA MANOEL BARATA, 1107, BAIRRO PONTA GROSSA, BELÉM/PA - CEP 66810-100E-mail: 1famicoaraci@tjpa.jus.br - Telefone: 3211-7070/3211-7071ATO ORDINATÓRIOProcesso 0803249-11.2018.8.14.0201Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006-CGJ, de 05/10/2006, e alterações pelo Provimento nº. 08/2014 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém:Manifeste-se a parte exequente acerca da certidão do Oficial de Justiça e documentos anexos a ela, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender necessário para o regular andamento do feito. Belém (PA), 28 de junho de 2019

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

RESENHA: 26/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI PROCESSO: 00030619720118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHRISTIANE BRUNO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 AUTOR:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 25727-A - CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (ADVOGADO) REU:AUGUSTO SERGIO SOUZA PINHEIRO. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e nos termos do Art. 152, VI, do NCPC: Intimo a parte autora, através de seu advogado, via publicação no DJ, para no prazo de 15 (quinze) dias, promover o recolhimento das CUSTAS FINAIS, posto que se equivocou ao informar que cumpriu o r. Ato Ordinatório de fl. 212 dos autos, conforme certidão de fl. 218, sob pena de inscrição de seu nome na Dívida Ativa. Belém (PA), 26 de junho de 2019. Christiane Borges Bruno Analista Judiciário 1ª Vara Cível e Empresarial do Distrito de Icoaraci PROCESSO: 00038964920128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHRISTIANE BRUNO Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 AUTOR:BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) OAB 16888 - ANDREIA CRISTINA DE JESUS RIBEIRO E SILVA (ADVOGADO) OAB 18694-A - VERIDIANA PRUDENCIO RAFAEL (ADVOGADO) REU:OSWALDO GOMES LINO Representante(s): OAB 15421-B - LIDIANNE KELLY NASCIMENTO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 17573 - NATHALIA MIRANDA ABDON (ADVOGADO) OAB 10502-A - HENRY WALL GOMES FREITAS (ADVOGADO) OAB 8367-A - LIANA CARLA VIEIRA BARBOSA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e o que dispõe o Art. 152, VI, do NCPC: Intimo a parte exequente, através de seu advogado, via publicação no DJ, para, o prazo de 05 (cinco) dias, manifestar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito. Em caso positivo, deverá cumprir o r. Decisão Interlocutória de fl. 282 e verso, ou, requerer o que entender de direito, para o regular andamento processual, sob pena de arquivamento do processo, por falta de interesse. Decorrido o prazo acima assinalado, sem manifestação, independentemente de novo Ato Ordinatório, o intimarei pessoalmente, via postal, com o mesmo propósito. Belém (PA), 26 de junho de 2019. CHRISTIANE BORGES BRUNO ANALISTA JUDICIÁRIO 1ª Vara Cível e Empresarial do Distrito de Icoaraci PROCESSO: 00050391020118140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANILDO SABÓIA DOS SANTOS Ação: Embargos à Execução em: 26/06/2019 EMBARGANTE:MADEIRAS FILTER LTDA Representante(s): OAB 8203 - NESTOR FERREIRA FILHO (ADVOGADO) OAB 19239 - JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA ALVES (ADVOGADO) OAB 20230 - FERNANDA MOURA SILVA (ADVOGADO) OAB 10611 - ADRIANA NAZARE DORNELLES BRITTO OAB DF (ADVOGADO) OAB 26706 - THAINÁ VEIGA MARGALHO (ADVOGADO) OAB 26648 - LEONARDO GOMES DE SOUZA COELHO (ADVOGADO) EMBARGANTE:TEREZA FILTER SANGALLI Representante(s): OAB 8203 - NESTOR FERREIRA FILHO (ADVOGADO) OAB 19239 - JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA ALVES (ADVOGADO) OAB 20230 - FERNANDA MOURA SILVA (ADVOGADO) OAB 10611 - ADRIANA NAZARE DORNELLES BRITTO OAB DF (ADVOGADO) EMBARGANTE:RICARDO ELOY SANGALLI Representante(s): OAB 8203 - NESTOR FERREIRA FILHO (ADVOGADO) OAB 19239 - JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA ALVES (ADVOGADO) OAB 20230 - FERNANDA MOURA SILVA (ADVOGADO) OAB 10611 - ADRIANA NAZARE DORNELLES BRITTO OAB DF (ADVOGADO) EMBARGADO:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 15458 - THIAGO NONATO SILVA VARGAS (ADVOGADO) TERCEIRO:ITAPEVA II MULTICARTEIRA FIDC NP Representante(s): OAB 15733-A - JOSE EDGARD DA CUNHA BUENO FILHO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e nos termos do Art. 152, VI, do NCPC: Em cumprimento ao item 26 da r. Sentença de fls. 263/267v, intimo a parte apelada MADEIRAS FILTER LTDA, TEREZA FILTER SANGALLI e RICARDO ELOY SANGALLI, através de seu advogado, via publicação no DJ, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente as suas contrarrazões ao Recurso de Apelação interposto pela parte embargada BANCO SANTANDER S/A (fls. 181/225), nos termos do Art. 1010, § 1º do NCPC. Belém (PA), 26 de junho de 2019. Anildo SABOIA dos Santos Diretor de Secretaria Mat. 14.281 PROCESSO: 00061860320138140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A):

ANILDO SABÓIA DOS SANTOS Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 AUTOR:ITAITUBA INDUSTRIA DE CIMENTOS DO PARA SA Representante(s): OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 17917 - FABIANA PORTELA ARAUJO (ADVOGADO) OAB 23343 - AMANDA REBELO BARRETO (ADVOGADO) REU:H. DE A. MONTEIRO - ME. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e o que dispõe o Art. 152, VI, do NCPC: Intimo a parte exequente, através de seu advogado, via publicação no DJ, para, o prazo de 05 (cinco) dias, manifestar se ainda tem interesse no prosseguimento do feito. Em caso positivo, deverá cumprir o r. Despacho de fl. 166, ou, requerer o que entender de direito, para o regular andamento processual, sob pena de arquivamento do processo, por falta de interesse. Decorrido o prazo acima assinalado, sem manifestação, independentemente de novo Ato Ordinatório, o intimarei pessoalmente, via postal, com o mesmo propósito. Belém (PA), 07 de junho de 2019. Anildo SABOIA dos Santos Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial do Distrito de Icoaraci PROCESSO: 00005391819988140201 PROCESSO ANTIGO: 199810084430 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REU:ETN - EMPRESA TECNICA NACIONAL S.A. Representante(s): OAB 1746 - REYNALDO ANDRADE DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 178.268-A - DENNIS LOPES SERRUYA (ADVOGADO) OAB 7359 - TELMA LUCIA BORBA PINHEIRO (ADVOGADO) OAB 9121 - TATIANA LIMA CUTRIM (ADVOGADO) OAB 13303 - ALEXANDRE COUTINHO DA SILVEIRA (ADVOGADO) GILBERTO PIMENTEL PEREIRA GUIMARAES (ADVOGADO) OAB 15336 - ANDRE LUIZ CHINI (ADVOGADO) OAB 13741 - ALEX DA SILVA BRANDAO (ADVOGADO) AUTOR:DONATA EUZEBIA MALUZENSKA Representante(s): OAB 9870-A - MARCELO PONTE FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) AUTOR:ESPOLIO DE JANUSZ STEFAN MALUZENSKI Representante(s): OAB 3451 - JOSE RAIMUNDO FARIAS CANTO (ADVOGADO) OAB 8250 - MARIA DE FATIMA RANGEL CANTO (ADVOGADO) OAB 10389 - RONDINELI FERREIRA PINTO (ADVOGADO) OAB 13726 - CINTHIA MERLO TAKEMURA (ADVOGADO) OAB 15391 - AMANDA LOPES GANTUSS (ADVOGADO) OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) OAB 16374 - JULIANA FIGUEIREDO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 20373 - ROBERTA DE OLIVEIRA RODOLFI (ADVOGADO) OAB 21060 - SARAH LIMA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 21377 - CAMILA DE PAULA RANGEL CANTO (ADVOGADO) . PROCESSO nº 0000539-18.1998.8140201 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXEQUENTE: ESPÓLIO DE JANUSZ STEFAN MALUZENSKI EXECUTADA: ETN - EMPRESA TECNICA NACIONAL DESPACHO 1. Tendo em vista os pedidos formulados por ambas partes (fls 457/468 e 475/477), intimem-se o credor hipotecário e demais credores de penhoras anteriormente averbadas. 2. Cumpridas as diligências acima, voltem os autos conclusos para as providências relativas à alienação do bem penhorado nesses autos. Intime-se. Cumpra-se Distrito de Icoaraci, 19 de junho de 2019 ANTONIO CLAUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00005547419958140201 PROCESSO ANTIGO: 199510113277 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REU:BANCO ECONOMICO S/A. Representante(s): OAB 1572 - PAULO RUBENS XAVIER DE SA (ADVOGADO) AUTOR:JOSE MAURICIO FORTES Representante(s): OAB 977 - ROSOMIRO CLODOALDO ARRAIS BTDE CASTRO (ADVOGADO) AUTOR:DARCY MIRANDA FORTES Representante(s): OAB 977 - ROSOMIRO CLODOALDO ARRAIS BTDE CASTRO (ADVOGADO) AUTOR:FORT LINE CAPTURA INDUSTRIA E COM. LTDA Representante(s): OAB 3609 - IONE ARRAIS DE CASTRO OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 977 - ROSOMIRO CLODOALDO ARRAIS B.T.DE CASTRO (ADVOGADO) . PROCESSO 0000554-74.1995.814.0201 EMBARGOS À EXECUÇÃO(CUMPRIMENTO DE SENTENÇA) EXEQUENTE: PAULO RUBENS XAVIER DE SÁ EXECUTADO: FORLINE CAPTURA INDUSTRIAL E COM LTDA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Defiro o pedido de fls 106/107. De fato, as tentativas de arresto online foram tentadas apenas contra a pessoa jurídica executada (fls 182/183), mas não contra os demais executados JOSÉ MAURÍCIO FORTES e DARCY MIRANDA FORTES. 2. Intime-se o exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, recolher as custas relativas ao envio de documentos eletrônicos dos sistemas BACENJUD e RENAJUD nos termos do artigo 3º, §8º da da Lei 8328/2015 (Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará). 3. Cumprida a diligência do item 2, determino as seguintes diligências: Da Falta de Pagamento e Penhora: a) DEFIRO, conforme art 854 do CPC, o pedido de fls 106/107 para que seja realizada o BLOQUEIO ON LINE pelos sistemas Bacenjud e, se negativa ou insuficiente, pelo sistema Renajud, para indisponibilidade dos ativos financeiro e/ou de veículos do(a)Executado(a),na ordem de preferencial dos bens do art. 835 do NCPC. b) Realizado o bloqueio on line, Intime-se o(a) executado(a), por seu advogado, ou não havendo, pessoalmente, para, no prazo de 5 dias, querendo, impugnar (art. 854,§ 3º NCPC) c) Não havendo impugnação ou rejeitada,

converto o bloqueio em PENHORA, sem necessidade de termo, e determino, de oficio, que a instituição financeira em 24 horas efetue o depósito do montante do valor indisponível suficiente para a satisfação do crédito, para a conta do juízo vinculada. d) Expeça-se alvará para saque do valor em favor do(a) exequente, com prazo de 30 dias, devendo se manifestar quanto à satisfação de seu crédito no prazo de 10 dias, sendo que o silêncio será presumido como cumprimento da obrigação, e venham os autos conclusos para sentença de extinção pelo pagamento, nos termos do art. 924, II, do NCPC. 4. Decorridos os prazos acima com ou sem manifestação, nesse último caso devidamente certificado pela Secretaria Judicial, voltem os autos conclusos. 5. O exequente fica desde logo advertido de que o não cumprimento de qualquer das determinações encartadas acima levará à extinção do feito por falta superveniente de interesse de agir. Intime-se. Cumpra-se. Distrito de Icoaraci, 18 de junho de 2019 ANTONIO CLAUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00011093619968140201 PROCESSO ANTIGO: 199610259164 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:NAGIB MANITO MASTUB JUNIOR Representante(s): OAB 2342 - ADALBERTO GUIMARAES NETO (ADVOGADO) LINDALVA NAZARE VACONCELOS GUIMARAES (ADVOGADO) REU:PROMAR PESCA INDUSTRIAL S/A Representante(s): HAROLDO SANTOS (ADVOGADO) BRUNO GARCIA DE CASTRO (ADVOGADO) AUTOR:WALDEMIR NASCIMENTO CORREA Representante(s): OAB 2342 - ADALBERTO GUIMARAES NETO (ADVOGADO) . PROCESSO Nº. 0001109.36.19968140201 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA AUTORES: NAGIB MANITO MASTUB JUNIOR e WALDEMIR NASCIMENTO CORREA RÉU: PROMAR PESCA INDUSTRIAL S/A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. O exequente faz as fls. 279/280 pedido de desconsideração da personalidade jurídica da executada para que os sócios desta respondam com seus bens particulares pelo pagamento integral da dívida, com fundamento no art. 50 do Código Civil, sob o argumento de dissolução irregular da sociedade empresária. 2. Diante disto, DETERMINO: a) a INSTAURAÇÃO do incidente de desconsideração da personalidade jurídica. b) SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO enquanto não decidido incidente, nos termos do art. 134,§3º NCPC. c) Intimem-se os sócios da executada, indicados as fls 132, através de carta com aviso de recebimento, para, no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se sobre o incidente e requerer as provas cabíveis, nos termos do artigo 135 do CPC 3. Decorridos os prazos acima, com ou sem manifestação, nesse último caso devidamente certificado pela Secretaria Judicial, voltem os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se Distrito de Icoaraci, 18 de junho de 2019 ANTONIO CLAUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00014799219998140201 PROCESSO ANTIGO: 199910300687 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REU:ALUISIO CARVALHO DA SILVA Representante(s): OAB 2657 - CLAUDIO RAMOS FERREIRA (ADVOGADO) OAB 11026 - PIERRE KUHNEN (ADVOGADO) OAB 22934 - ANTONIO FERNANDES DE QUEIROZ NETO (ADVOGADO) OAB 27185 - MARCUS ANTONIO DE SOUZA FERNANDES FILHO (ADVOGADO) AUTOR:BB ADMINISTRADORA DE CARTOES DE CREDITO SA Representante(s): OAB 211.648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) OAB 18696-A - LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) TERCEIRO:BANCO DO BRASIL SA. PROCESSO Nº. 0001479-92.19998140201 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA AUTOR: BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CRÉDITO S/A RÉUS: ALUISIO CARVALHO DA SILVA DESPACHO 1. Considerando a certidão de fls 232, intime-se o impugnado, através de seu advogado, para se manifestar sobre a impugnação de fls. 217/230, no prazo de 15 (quinze) dias. 2. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, nesse último caso devidamente certificado pela Secretaria Judicial, voltem os autos conclusos para julgamento da impugnação. Intime-se e cumpra-se. Distrito de Icoaraci, 18 de junho de 2019 ANTONIO CLAUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00015639020138140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:MARIZETE DE OLIVEIRA LANDIN Representante(s): OAB 16919 - FLAVIA ISADORA RIBEIRO GOMES (ADVOGADO) OAB 17523 - MARCIO DE OLIVEIRA LANDIN (ADVOGADO) OAB 18817 - FERNANDA CASTELO DE MENDONCA MENDES SILVA (ADVOGADO) REU:SOCIEDADE COMERCIAL IMP. HERMES S. A. (COMPRAFACIL.COM) Representante(s): OAB 15161 - NATASHA FRAZAO MONTORIL (ADVOGADO) OAB 131.470 - RODRIGO PENA DOMINGUES (ADVOGADO) OAB 175.574 - SILVIO CARLOS BATISTA FILHO (ADVOGADO) REU:ELECTROLUX DO BRASIL S/A. 2 Processo n° 0001563-90.2013.814.0201 ú PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DO DISTRITO DE ICOARACI COMARCA DA CAPITAL

n° 0001563-90.2013.814.0201 Autos Cíveis de Ação de Indenização Requerente: MARIZETE DE OLIVEIRA LANDIM " RG 4060486 PC/PA Advogada Autora: JOZILINA DUTRA DA SILVA - OAB/PA nº 20.783 Requerida: ELETROLUX DO BRASIL S/A Preposto Requerido: HUMBERTO COUTEIRO DE VASCONCELOS " RG 3366665 PC/PA Advogada Requerido: LORENA CEREJA BRABO " OAB/PA 23.837 TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos vinte e sete (27) dias do mês de junho de 2019, às 11h00, na Sala da 1ª Vara Cível Empresarial do Distrito de Icoaraci, feito o pregão de acordo com as formalidades legais, foi aberta a AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO na presença do MM. Juiz ANTONIO CLAÚDIO VON LORMANN CRUZ, respondendo por esta unidade judiciária, nos termos da Portaria 2740/2019-GP, de 05 de junho de 2019, tendo sido publicado no Diário da Justiça " Edição 6674019, de 06 de junho de 2019, bem como presente o conciliador mediador Holdamir Martins. Realizado o pregão, atendeu ao mesmo a parte autora: MARIZETE DE OLIVEIRA LANDIM, acompanhado de sua Advogada: JOZILINA DUTRA DA SILVA - OAB/PA nº 20.783, bem como presente a parte Requerida: ELETROLUX DO BRASIL S/A, representado por seu preposto preposto: HUMBERTO COUTEIRO DE VASCONCELOS " RG 3366665 PC/PA, acompanhado de sua Advogada: LORENA CEREJA BRABO " OAB/PA 23.837. Neste ato a advogada da parte requerida fez juntar a ata do Conselho de Administração, Substabelecimento e Carta de Preposição. Aberta a audiência, presente as partes, a conciliação resultou frutífera. Realizada a tentativa de conciliação, as partes resolveram efetuar o seguinte acordo objetivando por fim ao presente litígio: 1) Que a parte requerida Eletrolux do Brasil S/A, compromete-se a pagar à autora, a título de indenização material, que corresponde ao valor do produto em litígio, atualizado pelo índice INPC (IBGE), o valor de R$ 1.779,48 (hum mil, setecentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos), bem como a título de dano moral, o valor correspondente a R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais), a ser pago em parcela única, em até 30 (trinta) dias corridos; 2) Que o valor acima, que totaliza o montante de R$ 5.279,48 (cinco mil, duzentos e setenta e nove reais e quarenta e oito centavos), será depositado em parcela única na conta bancária, junto ao Banco do Brasil, Agência 1183-5, Conta Poupança: 38774-6, Operação 051, titularizada por Marizete Oliveira Landin " CPF: 089.620.902-44, com data de nascimento em 04/09/1952; 3) Que a homologação do presente acordo ensejará a imediata extinção do feito, dando-se as partes por satisfeito, nada mais tendo a reclamar quanto ao que foi pleiteado no presente processo; 4) Que a requerente compromete-se a disponibilizar o produto no endereço declinado na inicial " Travessa Berredos, 1515 - Icoaraci, no estado em que se encontra " um refrigerador Frost Free, marca Eletrolux, na qual a assistência autorizada do requerido " Eletrolux, irá entrar em contato com a autora, que deixa consignada seu telefone: (091) 9 8203-7668 para fazer o resgate do produto em sua residência no prazo de 60 (sessenta) dias úteis; 5) Quanto aos honorários advocatícios cada parte arcará com os custos do seu patrono; 6) Que as partes renunciam ao prazo recursal; 7) Que as partes pactuam o valor de 20% (vinte por cento), na eventualidade de eventual descumprimento da obrigação de pagar quanto ao quantum indenizatório; 8) Que a parte autora desiste, no presente ato, de litigar contra a Sociedade Comercial e Importado Hermes S/A, havendo a anuência da requerida Eletrolux S/A. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: O MM. Juiz deliberou o seguinte: SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA: "Vistos etc. Adoto como relatório o que dos autos consta. Homologo o acordo estabelecido ao norte pelas partes a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos e, consequentemente, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, na forma do artigo 487, inciso III, b, do Código do Processo Civil de 2015. Sem custas em razão dos benefícios da justiça gratuita. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Intime a primeira requerida do presente acordo. Após, cumpridas todas as diligências e transitado em julgado esta decisão, arquivem-se os autos". Nada mais havendo o MM. Juiz mandou encerrar o presente termo que lido e achado conforme com as assinaturas devidas. Eu, Auxiliar Judiciário, digitei e subscrevi. Juiz: _____ Requerente: _____ Advogada Requerente: _____ Preposto Eletrolux: _____ Advogada Eletrolux: _____ PROCESSO: 00020247820088140201 PROCESSO ANTIGO: 200810014114 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REU:VIMEX - VITORIA EXPORTACAO DE MADEIRAS LTDA Representante(s): OAB 14163 - JOSE DE RIBAMAR GRANGEIRO DE FRANCA (ADVOGADO) ADRIANA LISBOA DA SILVA (ADVOGADO) RENATA CELI DO CARMO ALMEIDA LIMA (ADVOGADO) OAB 15326 - MAURICIO ALBUQUERQUE COELHO (ADVOGADO) OAB 16822 - ANDREW SANTOS FILGUEIRA (ADVOGADO) OAB 17890 - ARTHUR DE MOURA CEBOLAO (ADVOGADO) OAB 14061 - FELIPE LAVAREDA PINTO MARQUES (ADVOGADO) OAB 20410 - RAFAELA CECILIA DE ALMEIDA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 24335 - RAISSA VIEIRA

LIZE (ADVOGADO) OAB 24954 - FADIA YASMIN COSTA MAURO (ADVOGADO) OAB 13179 - EDUARDO TADEU FRANCEZ BRASIL (ADVOGADO) AUTOR:LAMINADORA CIMEL LTDA Representante(s): VIVIANE ALMEIDA LOUREIRO (ADVOGADO) RAQUEL ANDRADE ESQUIVEL (ADVOGADO) . PROCESSO Nº. 0002024-7820088140201 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA EXEQUENTE: LAMINADORA CIMEL LTDA EXECUTADA: VIMEX - VITÓRIA EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS LTDA SENTENÇA 1. Trata-se de acordo entre as partes ainda pendente de homologação. Segundo a avença, a executada VIMEX - VITÓRIA EXPORTAÇÃO DE MADEIRAS LTDA pagaria à exequente LAMINADORA CIMEL LTDA a quantia de R$ 48.000,00, dividida em uma entrada mais 11 parcelas, com vencimento no dia 10 de cada mês, e mais R$5.000,00 pagos a título de honorários sucumbenciais. Todos os valores seriam depositados na conta da Dra RAQUEL ANDRADE ESQUIVEL, nos termos do parágrafo primeiro da cláusula primeira: a primeira mensalidade deveria ser paga no dia 10/03/2018 e a última em 10/02/2019; já os honorários advocatícios seriam pagos em 05/03/2018. 2. A cláusula segunda da avença previu multa de 15% em favor do exequente em caso de inadimplemento e no tocante às custas processuais, a cláusula quarta do acordo firmado entre os litigantes atribui ao executado a responsabilidade pelo recolhimento de eventuais custas pendentes. 3. As fls 352, foram ordenadas providências quanto ao recolhimento e restituição de custas processuais e, as fls 360/363, a executada comprova que recolheu as custas finais. As fls 364, há uma certidão da UNAJ atestando que houve um equivocado rateamento nas custas finais emitidas por aquela unidade de arrecadação e que a executada VIMEX já havia recolhido 50% do valor devido, restando pendente apenas a outra metade da quantia. 4. As fls 387, o exequente pede a desistência e reversão do acordo firmado, assegurando que a executada não vinha cumprindo seus termos e que tampouco recolheu as custas processuais a que havia se comprometido. As 388, a executada junta o comprovante de pagamento dos outros 50% das custas finais equivocadamente rateadas, conforme atestado pela UNAJ as fls 364, e as fls 394/397 junta o comprovante de pagamento das últimas parcelas do acordo firmado entre as partes. 5. As fls 400/407, o exequente junta demonstrativo atualizado do débito baseado no revogado artigo 475-J do CPC/73 e assegura que o acordo firmado entre as partes não foi fiel cumprido e, assim, é preciso considerar que os valores embolsados pelo exequente o foram por mera liberalidade. 6. As fls 419/435, a executada junta aos autos comprovantes de todos os depósitos relativos ao acordo. A requerida reconhece que, em razão de dificuldade financeiras, pagou as últimas cinco parcelas do acordo com atraso, mas assegura que a impontualidade foi devidamente comunicada à exequente. Por tudo isso, demonstrando sua boa-fé, pede a aplicação da teoria do adimplemento substancial do contrato, vez que apenas as últimas parcelas da avença foram pagas com menos de 20 dias de atraso. Alternativamente, caso esse juízo entenda inaplicável o adimplemento substancial, pede a purgação da mora com o depósito do valor que considera devido (R$ 4341,45), calculado com base na cláusula segunda do acordo. 7. Instado a se manifestar sobre a referida petição, o exequente assegura que não há abuso de direito em sua pretensão de desistir do acordo firmado, que a teoria do adimplemento substancial não deve ser aplicada à presente demanda e insiste nos termos da petição de fls 400/407 É o que havia a relatar. Decido 8. O Artigo 924 do Código de Processo Civil prevê as possibilidades de extinção do processo de execução, dispositivo aplicável à fase de cumprimento de sentença por forca do artigo 771 do CPC. 9. Segundo o inciso II do referido dispositivo, a execução será extinta caso a obrigação seja satisfeita. 10. Compulsando os documentos de fls 428/434, verifica-se que os honorários advocatícios de R$ 5000,00 e as parcelas de nº 01 a ao nº07 foram pagas no vencimento (fls 428 verso a 431 verso); apenas a partir a oitava parcela é que se percebem os atrasos referidos pela executada em petição de fls 419/435: a mensalidade com vencimento em 10/10/2018 foi paga dia 25/10/2018 (fls 432), a nona parcela paga em 20/11/2018 (fls 432 verso), a décima parcela paga em 17/01/2018 (fls 433), a décima primeira parcela adimplida em 14/02/2019 (fls 433 verso) e a décima segunda foi quitada em 01/03/2019 (fls 434) 11. Considerando que o acordo homologado por sentença previa que as parcelas deveriam ser pagas no dia 10 de cada, verifica-se que apenas as cinco últimas parcela, de acordo com os comprovantes trazidos pelo exequente, não foram paga na data do vencimento. 12. No entanto, ao contrário do que afirma do pedido de fls 122/123 não houve descumprimento total do acordo, apenas o seu cumprimento tardio. E justamente por isso, esse juízo, acolhendo a argumentação da executada, aplica ao caso a teoria do adimplemento substancial, condizente ao ordenamento jurídico brasileiro com fundamento no princípio da boa-fé objetiva e da teoria do abuso de direito, uma vez que o cumprimento de forma expressiva da obrigação não pode sujeitar o devedor às mesmas penas que sofreria um devedor contumaz, por ser injusto e abusivo. 13. No caso dos autos, resta claro que o acordo firmado entre as partes foi integralmente cumprido, a despeito de as últimas parcelas terem sido paga em atraso. Desse modo, não é possível considerar que houve total descumprimento do acordo e requerer a execução de montante muito superior à multa de 15% sobre o montante inadimplido, como pede o exequente as fls 400/407, reiterado as fls 439/454. 14. A multa prevista no acordo é cláusula penal e deve

ser interpretada a luz de todos os princípios que norteiam o direito civil e processual civil, entre eles aquele que veda o enriquecimento sem causa. Nesse sentido, é a opinião da jurisprudência pátria que entende que a clausula penal serve como instrumento para evitar que o credor sofra prejuízo, não para enriquecê-lo imotivadamente, especialmente com um contrato já cumprido. ACORDO - MULTA MORATÓRIA - TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL. Dispõe o art. 835 da CLT que "o cumprimento do acordo ou da decisão far-se-á no prazo e condições estabelecidos". O escopo da cláusula penal prevista nos acordos é evitar o prejuízo ao credor, e não o seu enriquecimento. Estando a obrigação principal satisfeita e não se vislumbrando má-fé ou intenção da Executada em descumprir o acordo, tampouco prejuízo suportado pelo Exequente, aplica-se a Teoria do Adimplemento Substancial, inspirada nos princípios da boa-fé objetiva (art. 113 do CCB), da função social dos contratos e da razoabilidade, direcionando a solução das controvérsias com preponderância de seu aspecto essencial, e não secundário, de modo a evitar o abuso de direito e o enriquecimento sem causa. (TRT-3 - AP: 01979201401503000 0001979-55.2014.5.03.0015, Relator: Denise Alves Horta, Quarta Turma, Data de Publicação: 20/03/2017) 15. No acordo, as partes não deixam claro se a penalidade se aplica ao caso de inexecução total ou parcial da obrigação (artigo 409 do CC) e, portanto, deve ser harmonizado com o artigo 523, §2º do CPC: havendo pagamento parcial, os encargos incidem sobre o restante. Desse modo, quando muito, é possível que a multa incida apenas sobre as últimas parcelas (R$1000,00), uma vez que adimplida com atraso e que o título não prevê a incidência de juros em caso de atraso injustificado. Ainda assim, esse juízo considera abuso de direito o prosseguimento do presente cumprimento de sentença para a cobrança do valor demonstrado pelo exequente as fls 439/454 ou por um valor quase irrisório apenas em razão de atrasos no pagamento de pouco mais de um mês. Seria a movimentação da máquina judiciária por um descumprimento que, na verdade, nunca houve e para prosseguimento de um acordo já integralmente cumprido. 16. Por tais motivos, com fulcro no artigo 487, III do CPC, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO CELEBRADA ENTRE AS PARTES, FIRMADA às fls.338/341, conforme termos, condições forma e prazos nela previstos, e por consequência julgo EXTINTA a fase de cumprimento de sentença COM satisfação do crédito, nos termos dos arts 924, II e art 771 do NCPC. 17. Custas finais já recolhidas pela executada conforme relatório acima 18. Após certificado o trânsito em julgado e adotadas as providências de praxe, ARQUIVE-SE. Intime-se. Cumpra-se Distrito de Icoaraci, 19 de junho de 2019 ANTONIO CLAUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00021715620058140201 PROCESSO ANTIGO: 200510643130 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:JOAO BATISTA Representante(s): OAB 4465 - NEUZA GADELHA LIMA (ADVOGADO) NILZA R. BESSA (ADVOGADO) AUTOR:MARIA DA SE PINTO REIS AUTOR:RAIMUNDO AMARANTE DOS REIS Representante(s): OAB 4465 - NEUZA GADELHA LIMA (ADVOGADO) OAB 6625 - NILZA RODRIGUES BESSA (ADVOGADO) REQUERIDO:CONDOMINIO DO CONJUNTO RESIDENCIAL JARDIM MARICÁ Representante(s): RENATA FRANCO MUNIZ (ADVOGADO) REU:EDINEIA PAULA NUNES Representante(s): OAB 11537 - LUCIANO DA SILVA FONTES (ADVOGADO) LIZETE DE JESUS DA SILVA (ADVOGADO) . PROCESSO 0002171-5620058140201 NUNCIAÇÃO DE OBRA NOVA AUTORES: MARIA DA SE PINTO REIS e RAIMUNDO AMARANTE DOS REIS REU: CONDOMINIO DO CONJUNTO RESIDENCIAL JARDIM MARICA e EDINEIA PAULA NUNES DESPACHO 1. Considerando a alegação de impenhorabilidade feita as fls 328/334 e tendo em vista o exercício democrático e cooperativo do poder jurisdicional trazido pela lei 13.105/2015, cuja interpretação máxima deve estar em consonância com os princípios constitucionais, vedada decisão sem a oitiva das partes, manifeste-se o autor, no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, sobre a petição de fls 328/334. 2. Decorrido o prazo acima com ou sem manifestação, nesse último caso devidamente certificado pela Secretaria Judicial, voltem os autos conclusos Intime-se. Cumpra-se Distrito de Icoaraci, 19 de junho de 2019 ANTONIO CLAUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00021929020078140201 PROCESSO ANTIGO: 200710015246 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ Ação: Apelação Cível em: 27/06/2019 AUTOR:QUITERIA DOS SANTOS MONTEIRO Representante(s): OAB 4652 - CARLOS ROGERIO LOBATO DE ARAUJO (ADVOGADO) OAB 15630 - CARLA DE ARAUJO LIMA (ADVOGADO) OAB 17910 - CARLOS RENATO NASCIMENTO DAS NEVES (ADVOGADO) OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO) REU:MARLI DO SOCORRO MELO FURTADO Representante(s): OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA (ADVOGADO) OAB 16753 - ELENICE DOS PRAZERES SILVA (ADVOGADO) OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 21604 - RAFAELA DA SILVA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 25953 - CAMILA MARIANA GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 20970 - IVANA BRUNA NABOR TAMASAUSKAS (ADVOGADO) REU:MARINEIDE

LAVAREDA DOS SANTOS Representante(s): OAB 6538 - ANTONIO MARIA BEZERRA (ADVOGADO) REU:MARIA RAIMUNDA DOS SANTOS Representante(s): OAB 6538 - ANTONIO MARIA BEZERRA (ADVOGADO) REU:MAURO DAMASCENO SANCHES Representante(s): OAB 6538 - ANTONIO MARIA BEZERRA (ADVOGADO) REU:STYWEEN MACQUEENN SOARES BARBOSA Representante(s): OAB 6538 - ANTONIO MARIA BEZERRA (ADVOGADO) REU:IZALINA SOARES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 6538 - ANTONIO MARIA BEZERRA (ADVOGADO) REU:ROBERTO RODRIGUES ALFAIA Representante(s): OAB 6538 - ANTONIO MARIA BEZERRA (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0002192-90.20078140201 REINTEGRAÇÃO DE POSSE (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA) AUTOR: QUITERIA DOS SANTOS MONTEIRO RÉU: MARINEIDE LAVAREDA DOS SANTOS E OUTROS DESPACHO 1. Certifique a Secretaria Judicial quanto ao cumprimento do item 6 da decisão de fls 258. 2. Considerando as certidões de fls 266 verso e 275 e os documentos juntados as fls 285/286, defiro o pedido de fls 284 e determino a exclusão da sra MARLI DO SOCORRO MELO FURTADO DE SOUSA do pólo passivo da demanda. 3. Tendo em vista a distribuição dos embargos de terceiro 0802083-4120188140201 relacionados ao imóvel discutido na presente demanda, reservo-me a apreciar o pedido de fls 287/289 após o julgamento dos embargos. 4. Cumpridas as diligencias acima, certifique-se o necessário e voltem os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se Distrito de Icoaraci, 18 de junho de 2019 ANTONIO CLAUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00024034720098140201 PROCESSO ANTIGO: 200910016573 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANILDO SABÓIA DOS SANTOS Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REU:AYMORE CREDITO FINANCEIRO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 15403-B - MICHELE ANDREA DA ROCHA OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 8525 - IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 12206 - LORENA RODRIGUES NYLANDER BRITO (ADVOGADO) OAB 16661-A - ADAM MIRANDA SA STEHLING (ADVOGADO) OAB 17230 - THAIS DO NASCIMENTO GONCALVES (ADVOGADO) OAB 221386 - HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO (ADVOGADO) OAB 1853-A - ELISIA HELENA DE MELO MARTINI (ADVOGADO) AUTOR:MARIA DE NAZARE BANDEIRA ALVES Representante(s): OAB 16655 - WILLIAM JAN DA SILVA ROCHA (ADVOGADO) OAB 7261 - JOSE OTAVIO NUNES MONTEIRO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e de acordo com o que dispõe o Art. 152, VI, do NCPC: Considerando o desarquivamento dos Autos, os quais já se encontram na secretaria da Vara, manifeste-se a parte requerente, no prazo de 30 (trinta) dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de novo arquivamento. Belém (PA), 27 de junho de 2019. Anildo SABOIA dos Santos Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial do Distrito de Icoaraci PROCESSO: 00041238020098140201 PROCESSO ANTIGO: 200910030656 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:LUIS CHARLES MORAES LIMA Representante(s): OAB 15002 - EVELYN FERREIRA DE MENDONCA (ADVOGADO) OAB 14544 - DIANA IRENE MOURA TAKETOMI (ADVOGADO) OAB 16129 - ERIKA NAZARE MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 14890 - FRANCISCO JADIR DE SOUZA CAMPOS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA (ADVOGADO) OAB 7985 - ROSANE BAGLIOLI DAMMSKI (ADVOGADO) OAB 16662 - JOAO JORGE DE OLIVEIRA SILVA (ADVOGADO) OAB 18107 - ZARAH EMANUELLE MARTINHO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 16753 - ELENICE DOS PRAZERES SILVA (ADVOGADO) OAB 7622 - ANNA CLAUDIA FONSECA DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 25759-B - DANIELE MAFRA FERNANDES TEIXEIRA (ADVOGADO) REU:COLEGIO RUI BARBOSA Representante(s): OAB 00000 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . PROCESSO Nº. 0004123-80.2009.8140201 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA AUTOR: LUIS CHARLES MORAES LIMA RÉUS: COLÉGIO RUI BARBOSA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. O exequente faz, as fls. 188/196, com emenda as fls 220/222, pedido de desconsideração da personalidade jurídica da executada para que os sócios desta respondam com seus bens particulares pelo pagamento integral da dívida, com fundamento no art. 50 do Código Civil, sob o argumento de dissolução irregular da sociedade empresária. 2. Diante disto, DETERMINO: 1. a INSTAURAÇÃO do incidente de desconsideração da personalidade jurídica. 2. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO enquanto não decidido incidente, nos termos do art. 134,§3º NCPC. 3. Intimem-se os sócios da executada, indicados as fls 132, através de carta com aviso de recebimento, para, no prazo de 15 (quinze) dias manifestar-se sobre o incidente e requerer as provas cabíveis, nos termos do artigo 135 do CPC 3. Decorridos os prazos acima, com ou sem manifestação, nesse último caso devidamente certificado pela Secretaria Judicial, voltem os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se Distrito de Icoaraci, 18 de junho de 2019 ANTONIO CLAUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00041468220128140201

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 AUTOR:TELMA CORDEIRO BRASIL Representante(s): OAB 5592 - RUTH HELENA OLIVEIRA E OLIVEIRA (ADVOGADO) REU:WALACI LOPES DA SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REU:ANDREZZA BENTES BATISTA LOPES DA SILVA. PROCESSO Nº 0004146-82.20128140201 DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO CUMULADO COM COBRANÇA AUTOR: TELMA CORDEIRO BRASIL RÉU: WALACI LOPES DA SILVA e ANDREZZA BENTES BATISTA LOPES DA SILVA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Conforme certidão de fls 115 e petição de fls 116/117, a parte executada, a despeito devidamente intimada, não pagou a dívida, garantiu a execução, não apresentou impugnação e nem se manifestou sobre a contraproposta de acordo apresentada pela exequente. Por essa razão, nos termos do parágrafo 523, §1º do CPC, arbitro a multa de 10% sobre o valor da condenação, bem como honorários advocatícios também no percentual de 10% 2. Considerando que a última planilha do débito juntada aos autos data de outubro de 2017, intime-se a parte exequente para que junte, em 15 (quinze) dias, planilha atualizada do débito, já acrescida dos valores acima determinados, Em seguida, voltem os autos conclusos para integral cumprimento do item 7 da decisão de fls 87. 3. O exequente fica desde logo advertido de que o não cumprimento de qualquer das determinações encartadas acima levará à extinção do feito por falta superveniente de interesse de agir. Intime-se. Cumpra-se. Distrito de Icoaraci, 18 de junho de 2019 ANTONIO CLAUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00045218320128140201 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CLAUDIO VON LORHMANN CRUZ Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 AUTOR:PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REU:LUIS CARLOS DA COSTA MACIEL Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . PROCESSO 0004521-83.20128140201 BUSCA E APREENSÃO AUTOR: BANCO PANAMERICANO S/A RÉU: LUIS CARLOS DA COSTA MACIEL DESPACHO 1. A petição de fls 250 precisa de esclarecimentos, uma vez que o autor precisa se manifestar mais especificamente sobre os documentos juntados as fls 220/246. 2. Conforme ventilado em despacho de fls 214, o acórdão de fls 170/171 condenou o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, mas colocou tais despesas sob condição suspensiva de exigibilidade, pelo prazo de 5 (cinco) anos até que tenha condições de arcar com o débito (art 98,§3º do CPC/15). As fls 212, o réu formula requerimento para parcelamento de tais despesas, mas instado a emendar tal pedido, informa que formulou o requerimento erroneamente, pois, conforme documentação acostada as fls 220/246, sua situação de hipossuficiência permanece inalterada. 3. Por sua vez, intimado a se manifestar sobre os documentos juntados pelo réu, o banco autor atém-se a concordar com o parcelamento inicialmente proposto, sem se pronunciar sobre a alegada insuficiência de recursos do requerido. 4. Diante disso, intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, cumprir integralmente o despacho de fls 248, manifestando-se sobre os documentos juntados pelo réu as fls 220/246, sob pena de extinção do feito por falta superveniente de interesse de agir. 5. Decorridos os prazos, com ou sem manifestação, e devidamente certificado pela Secretaria, voltem os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se Distrito de Icoaraci, 18 de junho de 2019 ANTONIO CLAUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

Número do processo: 0801933-94.2017.8.14.0201 Participação: AUTOR Nome: BALBINO RAIMUNDO SALES NOVAES Participação: ADVOGADO Nome: GILBERTO LUIZ ARAUJO DA SILVAOAB: 029PA Participação: RÉU Nome: OLAILSON DE SOUZA XAVIER Participação: ADVOGADO Nome: Rafael Rodrigues de OliveiraOAB: 25392/PATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e nos termos do Art. 152, VI, do CPC: Intimo a parte requerente, para no prazo legal, apresentar Réplica à Contestação, para o regular prosseguimento do feito.Icoaraci/Belém, 28 de junho de 2019. Christiane Borges BrunoAnalista JudiciárioMatrícula 172332

Número do processo: 0800214-77.2017.8.14.0201 Participação: EXEQUENTE Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ACACIO FERNANDES ROBOREDOOAB:

13904/PA Participação: EXECUTADO Nome: TOPOGRAPHIC SERVICOS DE TOPOGRAFIA LTDA - ME Participação: EXECUTADO Nome: PAULO SADY AYRES DE AQUINOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e nos termos do Art. 152, VI, do CPC: Intimo a parte requerente, para no prazo de 5 (cinco) dias, recolher custas relativas à Diligência do Oficial de Justiça, para o regular prosseguimento do feito.Icoaraci/Belém, 28 de junho de 2019. Christiane Borges BrunoAnalista JudiciárioMatrícula 172332

Número do processo: 0800213-92.2017.8.14.0201 Participação: EXEQUENTE Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ACACIO FERNANDES ROBOREDOOAB: 13904/PA Participação: EXECUTADO Nome: FIRENSE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E ALIMENTOS EIRELI - EPP Participação: EXECUTADO Nome: ELDER ASSIS DO VALEProcesso n. 0800213-92.2017.814.0201Recebo a exordialI)Da citação e arrestoa)Nos termos do art. 829 do NCPC,cite-se a parte executada para pagar o total da dívida, mais os honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três dias) contados da citação, sob pena de penhoraou paraoferecer embargos à execução no prazo de 15 dias, independentemente de penhora, depósito ou caução, nos termos do art. 915 NCPC, contados na forma da regra do art. 231 NCPC.b)Não sendo encontrado o executado, deverá o Sr. oficial de justiça desde logoarrestaros eventuais bens encontrados em nome da parte executada, nos termos do art. 830,§§1º,2º e 3º do NCPC.c)Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 vezes em dias distintos e havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando o ocorrido de forma circunstancial.d)Se frustrada a citação pessoal e por hora certa, deve ser intimado o exequente para querendo no prazo de 5 dias requer a citação por edital.e)Cumprida a citação e transcorrido o prazo de 3 dias sem pagamento, fica convertido o arresto em penhora independente de termo.II)Do mandado de citação para pagamento e Embargosa)O mandado de citação para pagamento ou oferecimento de embargos e as ordens de penhora e de avaliação, serão cumpridas pelo oficial de justiça na hipótese de não pagamento da dívida no prazo de 3 (três) dias,devendo constar no mandado:a.1)Em caso de pagamento integral da dívida, no prazo estabelecido, os honorários advocatícios serão reduzido pela metade(art. 827,§1º do NCPC).a.2) A possibilidade do (a) executado(a) requerer os benefícios do parcelamento legal da dívida, previstos no art. 916 do NCPC, devidamente acompanhado do comprovante de depósito de 30% sobre o valor da dívida atualizado, acrescido das custas e os honorários advocatícios, sob pena de não conhecimento ou indeferimento.a.3)Oferecido os embargos, certifique-se quanto a tempestividade, (art. 915 NCPC).Autue-se apensados aos autos da execução. Intime-se o embargado para no prazo de 15 dias, se manifestar (art. 920NCPC). Após, com ou sem resposta,certifique-se e voltem conclusos para decisão liminar e seus efeitos (Art. 918 , 919 e 917 NCPC) ou designação de audiência de instrução e julgamento(art.920,III NCPC) .Após conclusos Cumpra-se servindo o presente como mandado/ofício.Icoaraci-PA, 18 de outubro de 2017 SERGIO RICARDO L. DA COSTAJuiz Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial do Distrito de Icoaraci?

Número do processo: 0800213-92.2017.8.14.0201 Participação: EXEQUENTE Nome: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ACACIO FERNANDES ROBOREDOOAB: 13904/PA Participação: EXECUTADO Nome: FIRENSE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E ALIMENTOS EIRELI - EPP Participação: EXECUTADO Nome: ELDER ASSIS DO VALETRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e nos termos do Art. 152, VI, do CPC: Intimo a parte requerente, para no prazo de 5 (cinco) dias, recolher custas relativas à Expedição do Mandado, assim como deverá recolher as custas da nova Diligência do Oficial de Justiça, para o regular prosseguimento do feito.Icoaraci/Belém, 28 de junho de 2019. Christiane Borges BrunoAnalista JudiciárioMatrícula 172332

Número do processo: 0800214-77.2017.8.14.0201 Participação: EXEQUENTE Nome: BANCO

SANTANDER (BRASIL) S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ACACIO FERNANDES ROBOREDOOAB: 13904/PA Participação: EXECUTADO Nome: TOPOGRAPHIC SERVICOS DE TOPOGRAFIA LTDA - ME Participação: EXECUTADO Nome: PAULO SADY AYRES DE AQUINOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e nos termos do Art. 152, VI, do CPC: Intimo a parte requerente, para no prazo de 5 (cinco) dias, recolher custas relativas à Diligência do Oficial de Justiça, para o regular prosseguimento do feito.Icoaraci/Belém, 28 de junho de 2019. Christiane Borges BrunoAnalista JudiciárioMatrícula 172332

Número do processo: 0801608-22.2017.8.14.0201 Participação: EXEQUENTE Nome: RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ALYSSON TOSINOAB: 86925 /MG Participação: EXECUTADO Nome: JAIR BARROS DO MONTETRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACIPROCESSO 0801608-22.2017.8.14.0201 AÇÃO DE EXECUÇÃOEXEQUENTE: RECON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDAEXECUTADO: JAIR BARROS DO MONTE DESPACHOI)Da citação e arrestoa)Nos termos do art. 829 do NCPC,cite-se a parte executada para pagar o total da dívida, mais os honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três dias) contados da citação, sob pena de penhoraou paraoferecer embargos à execução no prazo de 15 dias, independentemente de penhora, depósito ou caução, nos termos do art. 915 NCPC, contados na forma da regra do art. 231 NCPC.b)Não sendo encontrado o executado, deverá o Sr. oficial de justiça desde logoarrestaros eventuais bens encontrados em nome da parte executada, nos termos do art. 830,§§1º,2º e 3º do NCPC.c)Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 vezes em dias distintos e havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando o ocorrido de forma circunstancial.d)Se frustrada a citação pessoal e por hora certa, deve ser intimado o exequente para querendo no prazo de 5 dias requer a citação por edital.e)Cumprida a citação e transcorrido o prazo de 3 dias sem pagamento, fica convertido o arresto em penhora independente de termo.II)Do mandado de citação para pagamento e Embargosa)O mandado de citação para pagamento ou oferecimento de embargos e as ordens de penhora e de avaliação, serão cumpridas pelo oficial de justiça na hipótese de não pagamento da dívida no prazo de 3 (três) dias,devendo constar no mandado:a.1)Em caso de pagamento integral da dívida, no prazo estabelecido, os honorários advocatícios serão reduzido pela metade(art. 827,§1º do NCPC).a.2) A possibilidade do (a) executado(a) requerer os benefícios do parcelamento legal da dívida, previstos no art. 916 do NCPC, devidamente acompanhado do comprovante de depósito de 30% sobre o valor da dívida atualizado, acrescido das custas e os honorários advocatícios, sob pena de não conhecimento ou indeferimento.a.3)Oferecido os embargos, certifique-se quanto a tempestividade, (art. 915 NCPC).Autue-se apensados aos autos da execução. Intime-se o embargado para no prazo de 15 dias, se manifestar (art. 920NCPC). Após, com ou sem resposta,certifique-se e voltem conclusos para decisão liminar e seus efeitos (Art. 918 , 919 e 917 NCPC) ou designação de audiência de instrução e julgamento(art.920,III NCPC) .Após conclusos Cumpra-se servindo o presente como mandado/ofício. Distrito de Icoaraci,11 de dezembro de 2017 ANTÔNIO CLÁUDIO VON LOHRMANN CRUZ Juiz de Direito, auxiliando a 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

Número do processo: 0800509-51.2016.8.14.0201 Participação: EXEQUENTE Nome: RECON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ALYSSON TOSINOAB: 86925 /MG Participação: EXECUTADO Nome: JAILSON PANTOJA DE SOUSAPROCESSO N. 0800509-51.2016.814.0201 DESPACHOI)Da citação e arrestoa)Nos termos do art. 829 do NCPC,cite-se a parte executada para pagar o total da dívida, mais os honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três dias) contados da citação, sob pena de penhoraou paraoferecer embargos à execução no prazo de 15 dias, independentemente de penhora, depósito ou caução, nos termos do art. 915 NCPC, contados na forma da regra do art. 231 NCPC.b)Não sendo encontrado o executado, deverá o Sr. oficial de justiça desde logoarrestaros eventuais bens encontrados em nome da parte executada, nos termos do art. 830,§§1º,2º e 3º do NCPC.c)Nos 10 dias seguintes à efetivação do arresto, o oficial de justiça procurará o executado 2 vezes em dias distintos e havendo suspeita de ocultação, realizará a citação com hora certa, certificando o ocorrido de forma circunstancial.d)Se frustrada a citação pessoal e

por hora certa, deve ser intimado o exequente para querendo no prazo de 5 dias requer a citação por edital.e)Cumprida a citação e transcorrido o prazo de 3 dias sem pagamento, fica convertido o arresto em penhora independente de termo.II)Do mandado de citação para pagamento e Embargosa)O mandado de citação para pagamento ou oferecimento de embargos e as ordens de penhora e de avaliação, serão cumpridas pelo oficial de justiça na hipótese de não pagamento da dívida no prazo de 3 (três) dias,devendo constar no mandado:a.1)Em caso de pagamento integral da dívida, no prazo estabelecido, os honorários advocatícios serão reduzido pela metade(art. 827,§1º do NCPC).a.2) A possibilidade do (a) executado(a) requerer os benefícios do parcelamento legal da dívida, previstos no art. 916 do NCPC, devidamente acompanhado do comprovante de depósito de 30% sobre o valor da dívida atualizado, acrescido das custas e os honorários advocatícios, sob pena de não conhecimento ou indeferimento.a.3)Oferecido os embargos, certifique-se quanto a tempestividade, (art. 915 NCPC).Autue-se apensados aos autos da execução. Intime-se o embargado para no prazo de 15 dias, se manifestar (art. 920NCPC). Após, com ou sem resposta,certifique-se e voltem conclusos para decisão liminar e seus efeitos (Art. 918 , 919 e 917 NCPC) ou designação de audiência de instrução e julgamento(art.920,III NCPC) .Após conclusos Cumpra-se servindo o presente como mandado/ofício. Distrito de Icoaraci (PA), 11 de Dezembro 2017 ANTÔNIO CLÁUDIO VON LOHRMANN CRUZJuiz de Direito, auxiliando a 1ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

Número do processo: 0850216-08.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO BRAZ DA SILVAOAB: 20638/PA Participação: RÉU Nome: OSEIAS CORDEIRO GONCALVESVistos, etc. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão ajuizada por Bradesco Administradora de Consórcios Ltda em desfavor de Oseias Cordeiro Gonçalves, em que se verifica que o réu tem domicílio no Distrito de Icoaraci, conforme endereço constante na peça inicial e no contrato de alienação fiduciária celebrado pelas partes. Desta forma, o Distrito deIcoaraci é o foro competente para apreciar e julgar a demanda, pois o Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que, tratando-se de relação de consumo, a ação deve ser proposta no domicílio do réu em razão do princípio da facilitação de defesa do consumidor. Nestes casos, pode o juiz reconhecer a sua incompetência ?ex officio?, senão vejamos: ?CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CIVIL. CARTA PRECATÓRIA. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO DE FORO. ABUSIVIDADE. INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. PRECEDENTES.1. Em se tratando de relação de consumo, tendo em vista o princípio da facilitação de defesa do consumidor, não prevalece o foro contratual de eleição, por ser considerada cláusula abusiva, devendo a ação ser proposta no domicílio do réu, podendo o juiz reconhecer a sua incompetência ex offício.2. Pode o juiz deprecado, sendo absolutamente competente para o conhecimento e julgamento da causa, recusar o cumprimento de carta precatória em defesa de sua própria competência.3. Conflito conhecido e declarado competente o Juízo de Direito da Vara Cível de Cruz Alta-RS, o suscitante? (STJ, 2ª Seção, CC 48647/RS; rel. Min. Fernando Gonçalves, DJ 05.12.2005, p. 215). PROCESSO CIVIL. CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO PELO JUÍZO DEPRECADO. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO DE VEÍCULO OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMPETÊNCIA DO DOMICÍLIO DO RÉU. LIMITAÇÕES A ATUAÇÃO DE OFÍCIO DO JUIZ. IMPOSSIBILIDADE DE SE INVESTIGAR QUAL O VERDADEIRO E ATUAL DOMICÍLIO DO RÉU PARA SE INFIRMAR OS FATOS INDICADOS NA INICIAL.- A competência do juízo em que reside o consumidor é absoluta, devendo ser declarada de ofício pelo juízo.- Entre as faculdades concedidas ao juiz, em sua atuação de ofício, não se inclui a de infirmar as afirmações de fato feitas pelo autor em sua inicial. Assim, se o autor indica aquele que acredita ser o domicílio do réu, este local deve ser levado em consideração para fins de fixação da competência. Resguardam-se, assim, os princípios de imparcialidade e inércia processual.- Se, em momento posterior, for demonstrado que o réu reside em outra comarca, aí surge novo problema de competência a ser solucionado pelos meios processuais adequados.Conflito de Competência conhecido, para o fim de se estabelecer a competência do Juízo de Direito da 5a Vara Cível da Comarca de Bauru, Estado de São Paulo, ora suscitado, para o julgamento da causa, devendo o Juízo de Direito da 1a Vara Cível da Comarca de Foz de Iguaçu, Estado do Paraná, determinar as providências necessárias para o cumprimento da carta precatória em questão.(STJ, CC 82.493/PR, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2007, DJ 16/08/2007, p. 285) Assim sendo, de ofício, declino da competência deste juízo para processar e julgar o presente feito para o foro de domicílio do réu. Encaminhem-se os presentes autos ao Distrito de Icoaraci, após as formalidades legais, dando-se baixa na distribuição. Intime-se. Belém, 16 de maio de 2019 Marielma

Ferreira Bonfim TavaresJuíza de Direito

Número do processo: 0801430-73.2017.8.14.0201 Participação: AUTOR Nome: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. Participação: ADVOGADO Nome: TATIELE DA SILVA DE SOUSAOAB: 531PA Participação: RÉU Nome: LARA NAZARE CRUZ REGO PENATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e nos termos do Art. 152, VI, do CPC: Intimo a parte requerente, para no prazo de 5 (cinco) dias, recolher custas relativas à Expedição do novo Mandado, posto que recolheu apenas as custas da nova Diligência do Oficial de Justiça, para o regular prosseguimento do feito.Icoaraci/Belém, 28 de junho de 2019. Christiane Borges BrunoAnalista JudiciárioMatrícula 172332

Número do processo: 0801700-97.2017.8.14.0201 Participação: REQUERENTE Nome: ITAU SEGUROS S/A Participação: ADVOGADO Nome: MARIA DO CARMO ALVESOAB: 296853/SP Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDA NOURA ARAUJOOAB: 8639PA Participação: REQUERIDO Nome: JOANA TRYCIA TRAJANO DE SOUSATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento aos termos do Provimento nº 006/2006, de 05/10/2006, da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém e nos termos do Art. 152, VI, do CPC: Intimo a parte requerente, para no prazo de 5 (cinco) dias, recolher custas relativas à Diligência do Oficial de Justiça para Busca e Apreensão de VEÍCULOS, posto que recolheu erroneamente a diligência para Busca e Apreensão de AUTOS (autos processuais) , para o regular prosseguimento do feito.Icoaraci/Belém, 28 de junho de 2019. Christiane Borges BrunoAnalista JudiciárioMatrícula 172332

SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI

Portaria n° 001/2019 ¿ GJ Icoaraci (PA), 27 de junho de 2019

O Excelentíssimo Senhor Doutor Jackson José Sodré Ferraz, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

Considerando que é dever do Magistrado gerir a Vara Judicial na qual atua de forma a cumprir e fazer cumprir as Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que a 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 cumpriu todas as Metas de sua competência, o que contribuiu satisfatoriamente para a melhoria da prestação jurisdicional;

Considerando que houve servidores que se destacaram pela dedicação e desempenho nas atribuições que lhes foram conferidas e, por isso, conduta digna de destaque;

RESOLVE:

ELOGIAR, publicamente, a Analista Judiciário LEONARDO DAVI PEREIRA DA SILVA, matrícula 79.510, exercendo a função de Assessor de Juiz, pela dedicação e desempenho apresentados na 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci, nos anos acima referidos.

Traslada-se cópia desta Portaria para fim de registro no assentamento funcional.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

JACKSON JOSE SODRE FERRAZ

Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal de Icoaraci

Portaria n° 002/2019 ¿ GJ Icoaraci (PA), 27 de junho de 2019

O Excelentíssimo Senhor Doutor Jackson José Sodré Ferraz, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

Considerando que é dever do Magistrado gerir a Vara Judicial na qual atua de forma a cumprir e fazer cumprir as Metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça e Tribunal de Justiça do Estado do Pará;

Considerando que a 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci nos anos de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018 cumpriu todas as Metas de sua competência, o que contribuiu satisfatoriamente para a melhoria da prestação jurisdicional;

Considerando que houve servidores que se destacaram pela dedicação e desempenho nas atribuições que lhes foram conferidas e, por isso, conduta digna de destaque;

RESOLVE:

ELOGIAR, publicamente, a Analista Judiciária JEORGIANNYS TELLEN LOBATO MOURA, matrícula 56.839 exercendo a função de Diretora de Secretaria, pela dedicação e desempenho apresentados na 2ª Vara Criminal Distrital de Icoaraci, nos anos acima referidos.

Traslada-se cópia desta Portaria para fim de registro no assentamento funcional.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

JACKSON JOSE SODRE FERRAZ

Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal de Icoaraci

RESENHA: 26/06/2019 A 26/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI - VARA: 2ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI PROCESSO: 00056843620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACKSON JOSE SODRE FERRAZ Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:RENATO PINHEIRO DE LIMA Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) DENUNCIADO:BEATRIZ CARDOSO DE ALMEIDA. Pedido de Revogação de Prisão Requerente : RENATO PINHEIRO DE LIMA D E C I S Ã O Vistos etc. Cuida-se de PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO formulado por RENATO PINHEIRO DE LIMA, por intermédio de advogado constituído, sob o argumento de que não existem motivos para manutenção da prisão do Acusado. O requerimento foi instruído com o documento de fl. 28/29. O Ministério Público se manifestou pela substituição da prisão por outras medidas cautelares do Art. 319, do CPP, às fls. 33/34. Brevemente relatados. Decido. Não assiste razão ao Requerente. O Réu, ora Requerente, teve sua prisão decretada pela suposta prática do crime capitulado no Art. 33 da Lei 11.343/06. Verifico a existência de indícios de Autoria e Materialidade. A prisão preventiva enquanto medida cautelar de exceção foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, e desde então, tem sido objeto de estudo da jurisprudência dos Tribunais Superiores, principalmente do Supremo Tribunal Federal, face o princípio da presunção de inocência e do devido processo legal. Hodiernamente a medida extrema está disciplinada no Título IX do Código de Processo Penal de 1941, recentemente alterado pela Lei 12.403/2011. Sucintamente, a legislação infraconstitucional condiciona a medida de exceção extrema aos seguintes requisitos: a) que a infração penal em abstrato seja cominada com pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro) anos; b) que o crime seja doloso; c) Existência de crime e indícios suficientes de autoria; d) ter como fundamento a garantia da ordem pública, da ordem econômica, conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal; e) não ser possível a substituição da prisão por medida cautelar. Tais requisitos, aliados as leis especiais e a jurisprudência dos tribunais superiores formam um microssistema de regras e princípios responsáveis pela sistematização da prisão preventiva, assegurando-se, desta feita, de um lado a proteção eficiente dos direitos e garantias individuais e coletivos e de outro a proibição de excesso, marcadamente pelos postulados constitucionais em favor do acusado frente ao Estado. Neste sentido são as lúcidas lições de Aury Lopes: "...o moderno processo penal tem um duplo fundamento que justifica sua existência: instrumentalidade e garantismo. Por meio desses dois postulados, realiza a também dupla função do Direito Penal, em que pese a separação institucional e a autonomia de tratamento científico: de um lado torna viável a realização da justiça corretiva e a aplicação da pena, e de outro, serve como efetivo instrumento de garantia dos direitos e liberdades individuais, protegendo os indivíduos dos atos abusivos do Estado no exercício dos direitos de perseguir e punir..." (LOPES JÚNIOR, Aury. A instrumentalidade garantista do Processo Penal. Disponível em: .) Verifica-se configurado, portanto, o Fumus Commissi Delicti, ou seja, a fumaça da prática de um ato punível pelo direito penal, de forma que somado ao fato de que o Acusado foi supostamente encontrado guardando em sua residência 06 (seis) tabletes de maconha,

bem ainda possuir antecedentes criminais por outro crime perante a 5º Vara Criminal de Belém (Proc. 00103542020198140401), situação concreta que, por ora, inviabiliza a possibilidade de revogar a prisão cautelar ou sua substituição por outra medida, em virtude do perigo de reiteração. Em face do exposto, INDEFIRO o pedido de revogação de prisão formulado por RENATO PINHEIRO DE LIMA. Intimem-se. Publique-se. Icoaraci/PA, 26 de junho de 2019. JACKSON JOSÉ SODRÉ FERRAZ Juiz de Direito Titular da 2º Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00070146820198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACKSON JOSE SODRE FERRAZ Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:YURI ALMEIDA DA CRUZ Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . DESPACHO Considerando a análise da resposta por escrito apresentada pela Defesa e seu cotejamento nos autos, não verifico a possibilidade de absolver sumariamente o Réu nas situações previstas no Art. 397 do CPP, razão pela qual designo o dia 24 de julho de 2019 às 09:30 horas para audiência de instrução e julgamento. Intimem-se Defesa, Ministério Público e testemunhas. Intime-se o Réu. Icoaraci/PA, 26 de maio de 2019. JACKSON JOSÉ SODRÉ FERRAZ Juiz de Direito Titular da 2º Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00087676020198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACKSON JOSE SODRE FERRAZ Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:BRUNO EDUARDO DIAS DOS SANTOS Representante(s): OAB 000/01 - DEFENSORIA PUBLICA ITAITUBA (DEFENSOR) INDICIADO:RODRIGO SOARES PANTOJA Representante(s): OAB 000/01 - DEFENSORIA PUBLICA ITAITUBA (DEFENSOR) OAB 21268 - RODRIGO AUGUSTO LIMA BRITO (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . Pedido de Revogação de Prisão Requerente : BRUNO EDUARDO DIAS DOS SANTOS D E C I S Ã O Vistos etc. Cuida-se de PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO formulado por BRUNO EDUARDO DIAS DOS SANTOS, por intermédio da Defensoria Pública, sob o argumento de que não existem motivos para manutenção da prisão do Acusado. O requerimento foi instruído com o documento de fl. 44/51. O Ministério Público se manifestou pela substituição da prisão por outras medidas cautelares do Art. 319, do CPP, às fls. 60/61. Brevemente relatados. Decido. Não assiste razão ao Requerente. O Réu, ora Requerente, teve sua prisão decretada pela suposta prática do crime capitulado no Art. 33 da Lei 11.343/06. Verifico a existência de indícios de Autoria e Materialidade. A prisão preventiva enquanto medida cautelar de exceção foi recepcionada pela Constituição Federal de 1988, e desde então, tem sido objeto de estudo da jurisprudência dos Tribunais Superiores, principalmente do Supremo Tribunal Federal, face o princípio da presunção de inocência e do devido processo legal. Hodiernamente a medida extrema está disciplinada no Título IX do Código de Processo Penal de 1941, recentemente alterado pela Lei 12.403/2011. Sucintamente, a legislação infraconstitucional condiciona a medida de exceção extrema aos seguintes requisitos: a) que a infração penal em abstrato seja cominada com pena privativa de liberdade superior a 04 (quatro) anos; b) que o crime seja doloso; c) Existência de crime e indícios suficientes de autoria; d) ter como fundamento a garantia da ordem pública, da ordem econômica, conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal; e) não ser possível a substituição da prisão por medida cautelar. Tais requisitos, aliados as leis especiais e a jurisprudência dos tribunais superiores formam um microssistema de regras e princípios responsáveis pela sistematização da prisão preventiva, assegurando-se, desta feita, de um lado a proteção eficiente dos direitos e garantias individuais e coletivos e de outro a proibição de excesso, marcadamente pelos postulados constitucionais em favor do acusado frente ao Estado. Neste sentido são as lúcidas lições de Aury Lopes: "...o moderno processo penal tem um duplo fundamento que justifica sua existência: instrumentalidade e garantismo. Por meio desses dois postulados, realiza a também dupla função do Direito Penal, em que pese a separação institucional e a autonomia de tratamento científico: de um lado torna viável a realização da justiça corretiva e a aplicação da pena, e de outro, serve como efetivo instrumento de garantia dos direitos e liberdades individuais, protegendo os indivíduos dos atos abusivos do Estado no exercício dos direitos de perseguir e punir..." (LOPES JÚNIOR, Aury. A instrumentalidade garantista do Processo Penal. Disponível em: .) Verifica-se configurado, portanto, o Fumus Commissi Delicti, ou seja, a fumaça da prática de um ato punível pelo direito penal, de forma que somado ao fato de que o Acusado foi supostamente encontrado guardando em sua residência 201 (duzentas e um) embalagens contendo cocaína, situação concreta que, por ora, inviabiliza a possibilidade de revogar a prisão cautelar ou sua substituição por outra medida, em virtude do perigo de reiteração e da própria periculosidade da conduta. Em face do exposto, INDEFIRO o pedido de revogação de prisão formulado por BRUNO EDUARDO DIAS DOS SANTOS. Intimem-se. Publique-se. Icoaraci/PA, 26 de junho de 2019. JACKSON JOSÉ SODRÉ FERRAZ Juiz de Direito Titular da 2º Vara Criminal Distrital de Icoaraci PROCESSO: 00099835620198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACKSON JOSE SODRE FERRAZ Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:FELIPE SARMANHO

PINHEIRO Representante(s): OAB 18898 - NELSON MAURICIO DE ARAUJO JASSE (ADVOGADO) . Acusado: FELIPE SARMANHO PINHEIRO DECISÃO Cuida-se de requerimento de revogação de prisão preventiva formulado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, em favor de FELIPE SARMANHO PINHEIRO. Compulsando os autos, verifica-se que a prisão preventiva do Réu foi decretada em 16 de maio de 2019, em virtude de prisão preventiva decretada durante audiência de custódia, entretanto, em uma reanalise verifico que o Acusado é tecnicamente primário e possui condições de responder a presente ação penal em liberdade, mediante a substituição da prisão por outras medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP. A bem da verdade, um dos postulados da Constituição Federal de 1988 é que a prisão cautelar é exceção, sendo a liberdade regra, razão pela qual não preenchido os pressupostos da cautelaridade, resolvo por bem substituir a prisão anteriormente decretada e conceder a liberdade provisória com certas condições. Em face do exposto, SUBSTITUO a prisão preventiva de FELIPE SARMANHO PINHEIRO, brasileiro, paraense, RG nº 7795290, nascido em 06/07/1999, filho de Simone dos Santos Sarmanho e Ronaldo Dias Pinheiro, pelas medidas cautelares do Art. 319 do CPP a seguir: 1) Não cometer outro crime ou contravenção; 2) Não mudar de residência sem prévia autorização judicial. Servirá a cópia da presente decisão como Alvará de Soltura, salvo se por outro motivo deva permanecer preso. Dê-se ciência ao MP e Defesa. Icoaraci/PA, 26 de junho de 2019. JACKSON JOSÉ SODRÉ FERRAZ JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 2 ª VARA CRIMINAL DISTRITAL DE ICOARACI

SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DISTRITAL DE ICOARACI

EDITAL DE INTERDIÇÃO

PROC. Nº 0803261-59.2017.8.14.0201

A Dra. **SUAYDEN FERNANDES SILVA SAMPAIO**, Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, a INTERDIÇÃO de **RENILMA GOMES BARROS**, brasileiro (a), nascido (a) aos 23.07.1964, portador(a) do CPF nº 738.359.002-34, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 001890, do Livro nº A0014, às fls. 0061, no Cartório de Registro Civil de Tucuruí/Pa, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **JULIETA PEREIRA GOMES**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 4925017-PC/PA, CPF nº 071.427.492-53, residente e domiciliado(a) à Passagem Sexta Linha, s/nº - Lot. 687, Res. Laranjeira, Bairro: Tenoné, CEP: 66820-170, Icoaraci, Belém, Pará, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0803261-59.2017.8.14.0201), tendo como autor (a) **JULIETA PEREIRA GOMES** e como interditando(a) **RENILMA GOMES BARROS.** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos dezessete (17) dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (2019). Eu, Alisolene Oliveira da Costa, Diretora de Secretaria, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

EDITAL DE INTERDIÇÃO

A Dra. **SUAYDEN FERNANDES SILVA SAMPAIO**, Juíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci, Comarca de Belém, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais etc. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiver que foi DECRETADA, **POR SENTENÇA**, a INTERDIÇÃO de **HILDA LOPES DA SILVA**, brasileiro (a), nascido (a) aos 28.04.1935, portador(a) do CPF nº 579.605.262-49, cujo registro de nascimento foi feito sob o nº 8126, do Livro nº 31, às fls. 49, no Cartório de Registro Civil de Icoaraci/Pa, residente e domiciliado (a) no mesmo endereço de seu curador (a), que se encontra na impossibilidade de reger os atos da vida civil, nomeando como seu **CURADOR (A) DEFINITIVO (A)** o (a) senhor (a) **ELIANE LOPES MELO**, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 3322878-PC/PA, CPF nº 187.370.052-00, residente e domiciliado(a) à Rua São João, nº 449, São João do Outeiro, CEP: 66.845-340, Belém/Pa, tudo de conformidade com a sentença prolatada nos autos cíveis de CURATELA/INTERDIÇÃO (Proc. nº 0803971-45.2018.8.14.0201), tendo como autor (a) **ELIANE LOPES MELO** e como interditando(a) **HILDA LOPES DA SILVA.** Dado e passado neste Distrito de Icoaraci, aos vinte e cinco (25) dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (2019). Eu, Alisolene Oliveira da Costa, Diretora de Secretaria, o digitei. (Artigo 1º, §3º do Provimento 006/2006-CJRMB).

ALISOLENE OLIVEIRA DA COSTA

Diretora de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial Distrital de Icoaraci

FÓRUM DE MOSQUEIRO

SECRETARIA DA VARA CIVEL E CRIMINAL DISTRITAL DE MOSQUEIRO

EDITAL DE CITAÇ¿O

(PRAZO DE 20 DIAS)

O EXMº. DR. JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR, JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA DISTRITAL DE MOSQUEIRO, COMARCA DA CAPITAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS ETC.

FAZ SABER a quantos virem ou dele tomarem conhecimento que MARIA DOS PRAZERES NUNES DE SOUSA move uma Ação de guarda (processo nº 0077532-16.2015.8.14.0501) em face de ABILENE GONÇALVES PAES**,** que não foi encontrada para ser citada pessoalmente, expede-se o presente EDITAL DE CITAÇ¿O dos termos e atos desta ação para a requerida ABILENE GONÇALVES PAES comparecer à audiência de conciliação no dia 10/09/2019 às 09:30h nos termos do art. 334, caput do CPC, neste Fórum Distrital de Mosqueiro, as partes devem estar acompanhadas por seus Advogados ou Defensores Públicos (art. 334, parágrafo 9º do CPC). Dado e passado neste Distrito de Mosqueiro, município de Belém, Estado do Pará, em 28/06/2019. Eu, Renan Mendes de Freitas (_____), Analista Judiciário, digitei e o Excelentíssimo Magistrado, subscreve.

JOSÉ TORQUATO ARAÚJO DE ALENCAR

JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA DISTRITAL DE MOSQUEIRO

Processo n° 0001082-90.2019.8.14.0501

ATO ORDINATÓRIO
No exercício das atribuições que me são conferidas pelo art. 1º, §1º, IX do Provimento da Corregedoria Metropolitana nº 06/2006, NOTIFICO a defesa dos acusados:

- **EVERALDA NONATA GIL DE SOUZA**, em nome de seu advogado, **BRUNO ALEX SILVA DE AQUINO** (OAB/PA 19735);

- **LUAN LOPES DA SILVA**, em nome de seu advogado, **ADILSON FARIAS DE SOUSA** (OAB/PA 23745);

- **WALDA BARBOSA TRINDADE**, em nome de sua advogada, **CRISTIANE BENTES DAS CHAGAS** (OAB/PA 25102);

acerca da audiência de instrução e julgamento designada para o dia **15/07/2019, às 10h00,** nos autos do processo acima indicado.

Distrito de Mosqueiro/PA, 28 de junho de 2019

Yuri Ikeda Fonseca - Analista Judiciário

FÓRUM DE ANANINDEUA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA

PROCESSO: 00015084519998140006 PROCESSO ANTIGO: 199910010662 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---AUTOR:ARLETTE PINHO DE CARVALHO Representante(s): DENNIS ALEXANDRE WANDERLEY COELHO VIANNA (ADVOGADO) AUTOR:LEOMARY DE JESUS CUNHA DE CARVALHO Representante(s): OAB 9657-B - DENNIS ALEXANDRE WANDERLEY COELHO VIANNA (ADVOGADO) REQUERIDO:HSBC BAMERINDUS Representante(s): OAB 9167 - DANIEL KONSTADINIDIS (ADVOGADO) REU:VIACAO FORTE LTDA Representante(s): OAB 13304 - ARETHA NOBRE COSTA (ADVOGADO) . PROCESSO: 0001508-45.1999.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, apresentar a certidão de óbito do Sr. Leomary de Jesus Cunha de Carvalho bem como providenciar a regularização do polo ativo da demanda, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00017313420108140006 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Outras medidas provisionais em: 28/06/2019---REQUERENTE:IZA FERNANDES SARUBI Representante(s): OAB 5546 - ANTONIO CARVALHO LOBO (ADVOGADO) REQUERIDO:SERASA - SERVICO DE CADASTRO DE BANCOS REQUERIDO:SPC BRASIL. PROCESSO: 0001731-34.2010.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00028277520058140006 PROCESSO ANTIGO: 200510019399 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019---AUTOR:BANCO ITAU Representante(s): OAB 147020 - FERNANDO LUZ PEREIRA (ADVOGADO) CRISTIANO J. DOS SANTOS PAIVA (ADVOGADO) REU:JOSE RODRIGUES DOS SANTOS. PROCESSO: 0002827-75.2005.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, bem como recolha às custas pendentes, se houver, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00108740620108140006 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 28/06/2019---REQUERENTE:PEDRO XISTO MENEZES DA ROCHA Representante(s): OAB 15403 B - MICHELE ANDRÉA DA ROCHA OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CLODOMIR DE SOUZA BRIGIDO. PROCESSO: 0010874-06.2010.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, bem como indique o endereço atualizado do requerido, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00006045620068140006 PROCESSO ANTIGO: 200610003911 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LEILA SAID Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019---REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 18335-A - CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (ADVOGADO) PATRICK HANS P. DE M. MULLER

(ADVOGADO) MILTON GUILHERME SCLAUSER BERTOCHE (ADVOGADO) ANDRE LUIS DE DEUS LISBOA (ADVOGADO) CARLA LISBOA (ADVOGADO) LUCIANO NOGUEIRA ESTEVES (ADVOGADO)REU:E. R. FERREIRA VEICULOS REPRESENTANTE:FRANCISCO OTAVIO DOS SANTOS PALHETA JUNIOR. ATO ORDINATÓRIO De ordem, intimo a parte requerente para recolher as custas finais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado.Ananindeua-PA, 27 de junho de 2019. Analista Judiciário da 1ª Vara de Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00090263120108140006 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:FABIO SILVA BEZERRA Representante(s): OAB 14782 - JOSE MILTON DE LIMA SAMPAIO NETO (ADVOGADO) OAB 16350 - VITOR CABRAL VIEIRA (ADVOGADO) OAB 14074 - IARA FERREIRA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:COOPERATIVA HABITACIONAL DA AMAZONIA - COOHAMA Representante(s): OAB 7158 - AMIRALDO NUNES PARDAUIL (ADVOGADO) . PROCESSO: 0009026-31.2010.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00033856420088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810017423 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019---REQUERENTE:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 16836-A - ERIKA HIKISHIMA FRAGA (ADVOGADO) ANA CLAUDIA MENDONCA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:GILBERTO FERREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 10660 - MARCELO AUGUSTO SEIXAS DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . PROCESSO: 0003385-64.2008.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, bem como recolha às custas pendentes, se houver, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00005752820078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710002813 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019---REQUERENTE:BANCO PANAMERICANO Representante(s): FRANCISCO OTAVIO DOS SANTOS PALHETA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 12335 - DOMINGOS PADILHA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:TIAGO RIBEIRO DA SILVA. PROCESSO: 0000575-28.2007.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, bem como recolha às custas pendentes, se houver, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00086255320148140006 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 28/06/2019---REQUERENTE:ADAMILZA SANTOS CARDOSO Representante(s): OAB 15741-B - SILVIA SANTOS DE LIMA (ADVOGADO) OAB 19999 - BRUNO BANDEIRA FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:PATRICIA DA COSTA OLIVEIRA REQUERIDO:GUILHERME CARVALHO. PROCESSO: 0008625-53.2014.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00121045920118140006 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---AUTOR:NELMA FABRICIA DA PAIXAO RIBEIRO Representante(s): OAB 10333 - JOSIAS FERREIRA BOTELHO (ADVOGADO) REU:BIOFORMA PRESTACAO DE SERVICOS LTDA. ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica intimado o advogado, Dr. Josias Ferreira Botelho, OAB/PA nº 10.333, a devolver os autos do processo nº 0012104-59.2011.8.14.0006 (NELMA FABRÍCIA DA PAIXÃO RIBEIRO X BIOFARMA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.), retirado da Secretaria da 1ª vara Cível e Empresarial da Comarca de Ananindeua por Vossa Excelência, no dia 18/03/2014, no prazo de 03 (três) dias, sob pena de busca e apreensão dos autos. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00097072720118140006 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019---REQUERENTE:PR DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS E ALIMENTOS LTDA Representante(s): OAB 9594 - ADRIANA CELIA PALHETA DE ANDRADE MAIA MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 15204-A - GUSTAVO CARVALHO DE ARAUJO MORAIS (ADVOGADO) OAB 13181 - NATALIA REIS COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:RUTH HELENA BRITO LOPES. ATO ORDINATÓRIO De ordem, intimo a parte autora, por meio do seu patrono habilitado nos autos, para que comprove o pagamento das custas para distribuição e cumprimento da Carta Precatória junto ao Juízo Deprecado, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito, nos termos do artigo 28, § 1º da Lei estadual de nº 8.328, de 29 de dezembro de 2015 (Art. 28. As cartas precatórias serão distribuídas mediante o pagamento prévio das custas processuais, ressalvados os casos de assistência judiciária, de cartas precatórias cuja finalidade seja de intimação de devedor para pagamento de custas e isenções legais. (Redação dada pela Lei n°. 8.583/2017) 10 § 1º. Quando ambos os juízos deprecante e deprecado pertencerem à jurisdição do TJPA, a carta precatória somente será expedida após o interessado comprovar o recolhimento tanto das custas processuais referentes à expedição da carta precatória no juízo deprecante, quanto as referentes à distribuição da mesma no juízo deprecado). Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00061370220098140006 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019---REQUERENTE:HSBC BANK BRASIL SA Representante(s): OAB 21166 - ROMERO MARANHAO MENDES (ADVOGADO) REQUERIDO:ERCILVALDO DA SILVA GAMA. PROCESSO: 0006137-02.2009.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, bem como apresente o endereço atualizado do requerido e recolha às custas pendentes, se houver, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00116873820138140006 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:LUIZ MARCELO SANTANA BINO Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA Representante(s): OAB 9117-A - FLAVIO GERALDO FERREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) . PROCESSO: 0011687-38.2013.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, bem como se manifestar sobre a contestação do requerido, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00083942420078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710049633 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019---REU:LUIS ANTONIO COSTA REIS JUNIOR AUTOR:BANCO BMG Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO

(ADVOGADO) . PROCESSO: 0008394-24.2007.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, bem como apresente o endereço atualizado do requerido e recolha às custas pendentes, se houver, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00049805620048140006 PROCESSO ANTIGO: 200410032425 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019---REQUERENTE:BANCO HSBC BANK BRASIL S A BAMCO MULTIPLO Representante(s): OAB 151.056-s - MAURICIO COIMBRA GULHERME FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:LUANA RODRIGUES COUTO. PROCESSO: 0004980-56.2008.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, bem como apresente o endereço atualizado di requerido e recolha às custas pendentes, se houver, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00025582820088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810012704 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019---REQUERENTE:AYMORE CREDITO, FINACIAMENTO E INVESTIMENTO S.A Representante(s): OAB 24521 - FLAVIA DE ALBUQUERQUE LIRA (ADVOGADO) OAB 19937 - CRISTIANE BELINTI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:ANA MARIA NOGUEIRA FURTADO. PROCESSO: 0002558-28.2008.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, bem como recolha às custas pendentes, se houver, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00076315620078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710045186 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019---AUTOR:BANCO SANTANDER BANESPA S/A Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) REU:JAMES DAVES BEZERRA SIQUEIRA. PROCESSO: 0007631-56.2007.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, bem como apresente o endereço atualizado do requerido e recolha às custas pendentes, se houver, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00083478620088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810046331 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019---REQUERENTE:CIA ITAULEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A Representante(s): VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:FLEDSON MORAES DA CONCEICAO. PROCESSO: 0008347-86.2008.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem, fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, bem como apresente o endereço atualizado do requerido e recolha às custas pendentes, se houver, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00083478620088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810046331 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO EDIBERTO MESQUITA BASTOS JÚNI Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019---REQUERENTE:CIA ITAULEASING - ARRENDAMENTO MERCANTIL S/A Representante(s): VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:FLEDSON MORAES DA CONCEICAO. PROCESSO: 0008347-86.2008.8.14.0006 ATO ORDINATÓRIO De ordem,

fica INTIMADO a parte autora, para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste interesse no prosseguimento do feito e requerer o que entender de direito, bem como apresente o endereço atualizado do requerido e recolha às custas pendentes, se houver, sob pena de extinção e arquivamento da demanda. Ananindeua-Pa, 28 de junho de 2019. Francisco Edilberto Mesquita Bastos Júnior Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00064782220088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810035243 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LEILA SAID Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019---REQUERENTE:BANCO SANTANDER Representante(s):OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) REQUERIDO:GLAUCIANO SANTOS COSTA. ATO ORDINATÓRIO De ordem, intimo a parte requerente para recolher as custas finais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado.Ananindeua-PA, 27 de junho de 2019. Analista Judiciário da 1ª Vara de Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

Número do processo: 0806650-84.2019.8.14.0006 Participação: AUTOR Nome: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOROAB: 16837/PA Participação: RÉU Nome: KIRLEY MORAIS DA VEIGA PONTESPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ANANINDEUAPROCESSO N.º 0806650-84.2019.8.14.0006. BUSCA E APREENSÃO.REQUERENTE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDAREQUERIDO(A): KIRLEY MORAIS DA VEIGA PONTES. Endereço: Quadra Vinte e Quatro, 03, (Cj Res Jd Jáder Barbalho), Aurá, ANANINDEUA - PA - CEP: 67033-874DECISÃOTrata-se de ação de busca e apreensão proposta com fundamento no Decreto-Lei nº 911/1969 e na qual o(a) autor(a) pretende a retomada do bem objeto da cédula de crédito bancário firmada entre as partes, sob o argumento de que o(a) réu(ré) não cumpriu as obrigações avençadas no referido ajuste. Afirma que a mora do(a) devedor(a) se encontra comprovada, pelo que requer a concessão de liminar para que seja determinada a busca e apreensão do veículo: Marca/modelo HONDA POP 110I, ano/modelo 2016/2016, cor PRETA, Chassi9C2JB0100GR201832.O pedido foi instruído com documentos. Decido. Nos termos do art. 3º do Decreto-Lei nº 911/1969, para a concessão liminar de busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, impõe-se a comprovação da mora ou o inadimplemento do devedor. Os documentos que instruem o pedido permitem constatar o preenchimento dos requisitos autorizadores da medida postulada, pelo queDEFIRO A LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO DO VEÍCULO OBJETO DA DEMANDAem mãos de quem o detiver, entregando-o, após o cumprimento da medida, à pessoa indicada pela parte autora para recebê-lo. Por ocasião do cumprimento da medida,odevedor deverá entregar aindaosrespectivos documentos do bem apreendido.Após executada a liminar, cite o(a) réu(ré) para: a) no prazo de 05 (cinco) dias, pagar a integralidade da dívida pendente segundo os valores apresentados pelo(a) requerente na inicial (PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS, cujo valor a ser pago deverá corresponder ao débito atualizado até os dias atuais), sob pena de consolidação da propriedade e posse plena e exclusiva do bem ao credor fiduciário (art. 3º, §§ 1º e 2º, Decreto-Lei nº 911/69); b) no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar resposta aos termos do pedido (art. 3º, § 3º, Decreto-Lei nº 911/69), o que poderá ser feito ainda que tenha sido quitada a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, e advertindo-o(a) de que, caso não seja apresentada contestação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte requerente (CPC, art. 344). A Secretaria,se for o caso, deverá observar o disposto na Portaria Conjunta n. 001/2016-GP/CJRMB/CJCI deste E. TJPA, intimando, de ordem, a parte AUTORA para recolher as custas que forem necessárias para cumprimento da ordem judicial. Pagas as custas, expeça-se o mandado competente. ESTE PROVIMENTO SERVIRÁ DE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO/CITAÇÃO.Se necessário, cumprir a diligência nos termos do art. 212, §2º do CPC. Ananindeua/PA, 22 de junho de 2019.ANTONIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIROJuiz de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua GAB/D

PROCESSO: 00243734020118140301 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LEILA SAID Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019---AUTOR:MONACO MOTOCENTER COMERCIAL LTDA Representante(s): OAB 28300-A - RICARDO TURBINO NEVES (ADVOGADO) OAB 28341-A - JOÃO PAULO MORESCHI (ADVOGADO) REU:BRULINE DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA. ATO ORDINATÓRIO De ordem, intimo a parte requerente para recolher as custas finais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado. Ananindeua-PA, 27 de junho de 2019. Analista Judiciário da 1ª Vara de Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

PROCESSO: 00006391920128140006 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LEILA SAID Ação: Monitória em: 27/06/2019---REQUERENTE:HSBC BANK BRASIL SABANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:PAULO CÉSAR PEREIRA ROCHA. ATO ORDINATÓRIO De ordem, intimo a parte requerente para recolher as custas finais no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa do Estado. Ananindeua-PA, 27 de junho de 2019. Analista Judiciário da 1ª Vara de Cível e Empresarial Comarca de Ananindeua/PA

SECRETARIA DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA

Número do processo: 0802527-43.2019.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: JOSICLEI DE SOUZA SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: RAPHAEL RATIS DA SILVAOAB: 100 Participação: REQUERIDO Nome: ALESSANDRA NUNES BEZERRAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969Autos: 0802527-43.2019.8.14.0006Ação:REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS (194) [Regulamentação de Visitas]REQUERENTE: JOSICLEI DE SOUZA SANTOSREQUERIDO: ALESSANDRA NUNES BEZERRAD E S P A C H OVistos etc. 01.O (a) patrono (a) judicial do(a) autor (a) requereu na peça vestibular o deferimento da Justiça Gratuita em favor de seu (sua) assistido(a), descuidando, porém, de juntardeclaração de hipossuficiência firmada de próprio punho pelo(a) demandante ou instrumento de mandato em que lhe sejam outorgados poderes especiais para realizá-lo, consoante exige a lei de regência e o art. 105, caput, da Lei nº 13.105/2015, razão pela qual, aplicando o art. 99 § 2º do CPC, determino: 02. Intime-se o(a) autor(a), por seu (sua) patrono (a), para que no prazo de 15 dias saneie o vício apontado, sob pena de indeferimento da gratuidade. 03.Decorrido o prazo, certifique-se ejunte-se o que houver e retornem os autos imediatamente conclusos.Ananindeua - PA, 21 de maio de 2019. CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua.

Número do processo: 0803454-09.2019.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: J. P. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: MYLENE DA SILVA CRISTO DE CARVALHOOAB: 23723/PA Participação: ADVOGADO Nome: HENNDEL SILVA ARAUJOOAB: 22804/PA Participação: REQUERENTE Nome: E. G. F. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: MYLENE DA SILVA CRISTO DE CARVALHOOAB: 23723/PA Participação: ADVOGADO Nome: HENNDEL SILVA ARAUJOOAB: 22804/PA Participação: REQUERIDO Nome: M. S. Y.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 Autos: 0803454-09.2019.8.14.0006Ação: GUARDA (1420) [Guarda]REQUERENTE: JOANSON PEREIRA DA SILVA, ELIZABETH GOMES FONTENELE DA SILVAREQUERIDO: MARCIO SATOSHI YOKOID E S P A C H OVistos etc.1. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇAO patrono judicial dos autores requereu na peça vestibular o deferimento da Justiça Gratuita em favor de seus assistidos, descuidando, porém, de juntardeclaração de hipossuficiência firmadadepróprio punho pelos demandantes ou instrumento de mandato em que lhe sejam outorgados poderes especiais para realizá-lo, consoante exige a lei de regência e o art. 105, caput, da Lei nº 13.105/2015, razão pela qual, aplicando o art. 99 § 2º do CPC, determino:INTIME-SE OS AUTORES, por meio de seu patrono, para que no prazo de 15 (quinze) dias saneie o vício apontado, sob pena de indeferimento da gratuidade.2. DA EMENDA DA INICIALAfirmam as requerentes na inicial que o menor M.F.Y. foi trazido do município de São Paulo para o Pará, mais especificamente ao município de Ananindeua, pela mãe Danúsia Fontenele, para residir com os pais desta.Informam que no dia 23 de agosto de 2018 o genitor do menor, ora requerido, chegou acompanhado de Oficial de Justiça para efetuar a busca e apreensão do menor, que atualmente reside com o pai na cidade de São Paulo.Os autores não juntaram qualquer informação nos autos sobre o processo original onde foi determinada a busca do menor ou a carta precatória pela qual foi cumprida a diligência.Entretanto, conforme DOC de ID Num. 10640964 juntado aos autos, verifico que os autores se habilitaram nos autos da Ação de Guarda do menor M.F.Y., processo nº 1032401-02.2018.8.26.0100, inclusive juntaram comprovante de interposição de agravo contra decisão nos citados autos.Dessa forma, verifico que a guarda judicial do menor já está sendo discutida em outro processo, o que pode, inclusive, determinar a incompetência desta Vara de Família de Ananindeua para processar o feito.Outrossim, os autores não incluíram a genitora da criança em qualquer dos polos da demanda. Na verdade, não se depreende da leitura da inicial sequer se a mãe detinha a guarda fática do menor quando foi efetivada a busca e apreensão deste.Ante o exposto,INTIMEM-SE OS AUTORES PARA QUE, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, COMPLETEM E ESCLAREÇAM A INICIAL, NO SENTIDO INFORMAR ACERCA DO PROCESSO QUE JÁ ESTÁ DISCUTINDO A GUARDA JUDICIAL DO MENOR, BEM COMO REGULARIZAR O POLO ATIVO OU O POLO PASSIVO DA AÇÃO, INCLUINDO A GENITORA DA CRIANÇA, SOB PENA DE INDEFERIMENTO DA INICIAL.Com a emenda,retornem os autos conclusos.Intimem-se os requerentes. Ananindeua - PA, 11 de junho de 2019.

CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua.

Número do processo: 0809872-94.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: KARLY DE OLIVEIRA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: GESSICA LOREN BAIA GOMESOAB: 7381 Participação: ADVOGADO Nome: MARCIA GISELLY COSTA DE OLIVEIRAOAB: 708 Participação: ADVOGADO Nome: BIANCA EMANUELLI SILVA DISCACCIATIOAB: 543PA Participação: REQUERIDO Nome: CINTIA BERTOLINA TRINDADE DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: NAISE CARDOSO DE CASTROOAB: 20547/PAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-49690809872-94.2018.8.14.0006ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, § 2º, I, do PROVIMENTO Nº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB,INTIMOa parte autora, através de seu Advogado/Defensor, para se manifestar em 15 dias sobre a Contestação.Ananindeua-PA, 28 de junho de 2019RITA DE CASSIA MARTINS SANTOS Diretor/Auxiliar de Secretaria da 1ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua-PA.

Número do processo: 0803297-36.2019.8.14.0006 Participação: EXEQUENTE Nome: ANA LUCIA NASCIMENTO DE AGUIAR Participação: ADVOGADO Nome: EVANDRO FABIO DA SILVA DIASOAB: 25283/PA Participação: EXECUTADO Nome: HUMBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUESESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969Processo nº: 0803297-36.2019.8.14.0006Ação:CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)[Revisão, Oferta, Fixação]REQUERENTE: Nome: ANA LUCIA NASCIMENTO DE AGUIAREndereço: Avenida Rio Tapajós, Quadra 145, 34, (Cj PAAR), PAAR, ANANINDEUA - PA - CEP: 67145-096REQUERIDO: Nome: HUMBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUESEndereço: Rua da Feira, S/N, PEIXARIA DO PRIMO, Tapanã (Icoaraci), BELéM - PA - CEP: 66825-672 D E S P A C H O / M A N D A D OVistos, Etc. L.T.D.A.R.., menor representada por sua genitoraANA LÚCIA NASCIMENTO DE AGUIARpropuseram AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE ALIMENTOS em face de HUMBERTO DE OLIVEIRA RODRIGUES, com base em Sentença homologatória proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Família desta Comarca na Ação de Alimentos que por ali tramitou. Diante do inadimplemento do devedor, pugnou pelo pagamento da dívida correspondente aos três últimos meses, sob pena de prisão (art. 528 do CPC). Vieram-me os autos conclusos para despacho. Considerando-se que a decisão que arbitrou os alimentos provisórios que ora se pretendem executar foi prolatada pelo Juízo da 2ª Vara de Família desta Comarca Processo 0804785-60.2018.8.14.0006, impõe-se a remessa destes autos àquele Juízo, eis que é o competente para executar o título judicial carreado ao presente caderno processual, como preconiza o art. 516, inciso II do CPC. Sendo assim,DECLINO DA COMPETÊNCIApara o processamento e julgamento desta ação, determinando a remessa dos presentes autos ao Juízo da 2ª Vara de Família desta Comarca. Intimem-se. Após as comunicações de praxe. Remetam-se os autos. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 003/2009 DA CJRMB.Ananindeua - PA, 11 de junho de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua

Número do processo: 0803128-49.2019.8.14.0006 Participação: EXEQUENTE Nome: SIMONE HELENA SANTOS NORONHA Participação: ADVOGADO Nome: ALINE CRISTINA LOBO DE SOUSAOAB: 22478/PA Participação: ADVOGADO Nome: MARCELO BRASIL CAMPOSOAB: 245PA Participação: EXECUTADO Nome: JOAO GOUVEIA CORDEIROESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969Processo nº: 0803128-49.2019.8.14.0006Ação:EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - CÍVEL (1112)[Alimentos]REQUERENTE: Nome: SIMONE HELENA SANTOS NORONHAEndereço: Avenida Amazonas, 218, Águas Lindas, ANANINDEUA - PA - CEP: 67118-160REQUERIDO: Nome: JOAO GOUVEIA CORDEIROD E S P A C H O / M A N D A D OVistos etc. DA EMENDA DA INICIAL:O planilha de débitos é um documento indispensável para propositura do pedido de ação de cumprimento de sentença. No entanto, verifico que a petição inicial não

veio acompanhada por tal documento.Assim, determino:INTIME-SE A PARTE AUTORA, por seu patrono, para que, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, EMENDE A INICIAL, NO SENTIDO DE JUNTAR AOS AUTOS O DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO, sob pena de indeferimento.Decorrido o prazo, certifique-se e junte-se o que houver e retornem os autos imediatamente conclusos. Ananindeua - PA, 20 de maio de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua

Número do processo: 0801886-89.2018.8.14.0006 Participação: AUTOR Nome: JOAO BALTAZAR FILHO Participação: ADVOGADO Nome: NATALIA NAZARE LOPES LIMAOAB: 25259/PA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO COSTA PINHEIRO DE SOUSAOAB: 739 Participação: RÉU Nome: MARIA LUCINDA DE OLIVEIRA FONSECAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-49690801886-89.2018.8.14.0006ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, § 2º, I, do PROVIMENTO Nº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB,INTIMOa parte autora, através de seu Advogado/Defensor, para se manifestar em 15 dias, sobre a contestação.Ananindeua-PA, 26 de junho de 2019RITA DE CASSIA MARTINS SANTOS Diretor/Auxiliar de Secretaria da 1ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua-PA.

Número do processo: 0808536-55.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: N. C. D. S. F. Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO CORDEIRO GABYOAB: 066 Participação: REPRESENTANTE DA PARTE Nome: PAULA PATRICIA BRABO TEIXEIRAOAB: null Participação: REQUERIDO Nome: N. C. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: CAIO HENRIQUE SILVA DA SILVAOAB: 24879/PAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Claudio Saunders - Bairro Centro, Cep: 67030-325Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969Autos: 0808536-55.2018.8.14.0006Ação: ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69) [Alimentos, Fixação]REQUERENTE: NEYVALDO COSTA DA SILVA FILHOREPRESENTANTE DA PARTE: PAULA PATRICIA BRABO TEIXEIRAREQUERIDO: NEYVALDO COSTA DA SILVAD E S P A C H O R.H.Defiro o pedido de desarquivamento.Considerando os termos do acordo de alimentos homologado,intime-se o requerido, por seu patrono, para se manifestar sobre o requerido na petição de ID Num. 7767436, no prazo de 15 (quinze) dias.Intime-se.Após, junte-se e certifique-se o que houver eremetam-se os autos ao Representante doParquetpara sua intervenção necessária. Com o parecer, volte-me conclusos.Ananindeua-PA, 30 de abril de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA

Número do processo: 0809661-92.2017.8.14.0006 Participação: AUTOR Nome: E. M. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: KELER BELMONTE LOUREIROOAB: 929PA Participação: RÉU Nome: L. M. D. S. C. Participação: ADVOGADO Nome: PEROLA BOHADANAOAB: 334PA Participação: RÉU Nome: R. R. C. Participação: ADVOGADO Nome: RICARDO JOSE DA CRUZ PINHEIROOAB: 08PAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 Autos: 0809661-92.2017.8.14.0006Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) [Reconhecimento / Dissolução]AUTOR: ELIANE MENEZES DA SILVARÉU: LUCAS MATHEUS DA SILVA COELHO, RAPHAEL RUIVO COELHO S E N T E N Ç AVistos etc. ELIANE MENEZES DA SILVA,qualificada nos autos, por intermédio de advogado, ajuizou a presenteAção de Reconhecimento de União Estávelpost mortem,em desfavor deLUCAS MATHEUS DA SILVA COELHO e de RAFAEL RUIVO COELHO.Aduziu a requerente na inicial, que manteve união estável com PAULO CESAR ALVES COELHO,falecido, pelo período de 20 (vinte) anos, até o seu falecimento em 02 de abril de 2017.Informou, ainda, que durante o período do relacionamento tiveram um filho em comum: o requerido MATHEUS DA SILVA COELHO; irmão unilateral de Raphael Ruivo Coelho, este último filho apenas do extinto. Narrou, também que constituíram bens na constância da união.Juntou procuração e documentos id.2568631,2568637,2568644,2568672,2568677,2568698,2568717,2568929,2568935,2568951,2568963,2

568986,2568982,2568992,2568993,2568996,2569001,2569008,2569014,2569015,2569261,2569258,2569055,2569063,2569060,2569597.No id.6635062, foi determinada a citação dos requeridos para integrarem a relação processual e, em querendo, oferecerem contestação.Reconhecimento do pedido da autora pelo requeridos, id.6834185.Memoriais pela requerente id.7899581 e pelo requerido LUCAS MATHEUS DA SILVA COELHO id.7949926, o requerido RAPHAEL RUIVO COELHO, não apresentou alegações finais id.8922703.É o Relatório. Decido.Preliminarmente, considerando que a autora informou que é pessoa do lar, e sem condições de arcar com as despesas e custas processuais sem prejuízo de sua subsistência, defiro os benefícios da justiça gratuita.O processo se encontra apto para o julgamento e não necessita de outras diligências, pelo que passo ao seu julgamento.Quanto à existência da união, nossa Carta Magna albergou a possibilidade de que fosse reconhecida e declarada por sentença a união estável e duradoura entre homem e mulher, assemelhando-se ao casamento, conforme se denota de seu Art. 226, § 3°.Posteriormente, houve a positivação ordinária do direito constitucionalmente consagrado, com a edição da Lei 9278/96. Existem, ainda, certos requisitos para o reconhecimento de uma união estável, conforme bem ensina MARIA HELENA DINIZ:"Para que se configure a relação concubinária, é mister a presença dos seguintes elementos essenciais: 1) continuidade das relações sexuais, desde que presentes, entre outros aspectos a estabilidade, ligação permanente para fins essenciais à vida social, ou seja, aparência de casamento; 2) ausência de matrimônio civil válido entre os parceiros; 3) notoriedade das afeições recíprocas, afirmando não se ter concubinato se os encontros forem furtivos ou secretos, embora haja prática reiterada de relações sexuais; 4) honorabilidade, reclamando uma união respeitável entre os parceiros (RT, 328:740, RTJ, 7:24); 5) fidelidade da mulher ao amásio, que revela a intenção de vida em comum; 6) coabitação, uma vez que o concubinato deve ter a aparência de casamento, com a ressalva à Súmula 382."Por conseguinte, nos casos em que reste configurada à existência cumulativa dos requisitos, alhures, imperativo é o reconhecimento da união, como um verdadeiroespelhodo casamento positivado.Verifica-se da leitura do doc.id. 6834185, que os réus nada opuseram às alegações da requerente, acolhendo, assim, a tese autoral.Da análise dasprovas documentais carreadas aos autos e daquelas produzidas em Juízo, em audiência realizada, resta evidente a existência da união havida entre a requerente e ode cujus,Sr. PAULO CESAR ALVES COELHO, pelo período alegado na petição inaugural.Com efeito, entre os documentos estão certidão de óbito, onde consta a autora como declarante do falecimento do extinto, na qualidade de companheira; cópia de documentos que comprovam que ode cujusera seu dependente junto ao plano de saúde.Consta, ainda, dos autos, Declaração de convivência entre a autora e o falecido devidamente assinada por testemunhas, ratificando as suas alegações iniciais, o que entendo pertinente.Soma-se a isso que a autora, trazendo o documento de id.2568929 (fatura de cartão de crédito dode cujus), comprovou que residiram sob o mesmo teto.Há, também, fotos trazidas aos autos, as quais não deixam dúvidas de que o casal vivia como se casados fossem de forma pública e notória.Soma-se a isso, o fato de que o falecido não era casado à época em que conviviam juntos, conforme se extrai dos documentos juntados aos autos, não havendo impedimentos para a declaração da união. Dessa forma, resta cristalina a existência da união estável entre a autora e o falecido, inexistindo ponto controverso, sendo a sua declaração por este juízo, de rigor.Ante o exposto, com fundamento do art. 1.723 do CCB e na Lei 9.278/96, julgo procedente o pedido inicial paraDECLARAR e RECONHECER a Existência de União Estável entreELIANE MENEZES DA SILVA e PAULO CESAR ALVES COELHO, pelo período compreendido entre março de 1998 até a data do falecimento deste, em 02 de abril de 2017. Em consequência, julgo extinto o presente com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil.Custas e honorários advocatícios, os quais arbitro em 10% do valor da Causa, corrigidos monetariamente, pelos réus, ficando suspensa a sua exigibilidade, por reconhecer-lhes, também, os benefícios da AJG. Registre-se e Intime-se.Transitada em julgado, arquivem-se. Ananindeua - PA, 17 de junho de 2019.CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua.

Número do processo: 0805058-73.2017.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: A. C. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: GILSON ANDRE SILVA DA COSTAOAB: 1166PA Participação: ADVOGADO Nome: RODRIGO DE FIGUEIREDO BRANDAOOAB: 018275/PA Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDA DA COSTA SILVAOAB: 23416/PA Participação: ADVOGADO Nome: ASSIMA MARIA DA SILVA COSTAOAB: 15305/PA Participação: ADVOGADO Nome: CARLA LORENA NASCIMENTO DA SILVAOAB: 016998/PA Participação: ADVOGADO Nome: MANUELA DA COSTA SANTANAOAB: 24690/PA Participação: ADVOGADO Nome: LOREN RAISSA MOURA DE SOUZAOAB: 23595/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANO SILVA MONTEIROOAB: 467PA Participação: REQUERIDO

Nome: L. R. P. D. C.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 Processo nº: 0805058-73.2017.8.14.0006Ação:GUARDA (1420) - [Regulamentação de Visitas]REQUERENTE: Nome: ALAN COSTA DA SILVAEndereço: RUA KAIAPOS, 4, QD 63 LT04, PARK DOS CARAJAS I, PARAUAPEBAS - PA - CEP: 68515-000REQUERIDO (A): Nome: LILIA ROSA PAMPLONA DA CUNHAEndereço: Passagem Santo Antônio, 46, Condomínio EcovilleResidence, Rua Mogno, casa n18, Coqueiro, ANANINDEUA - PA - CEP: 67120-040D E C I S Ã O Vistos os autos.Tratam os autos de Ação de Guarda c/c Regulamentação de Visitas formulada porALAN COSTA DA SILVA, em face deLILIA ROSA PAMPLONA DA CUNHA.Alegou o requerente que a menor, J. C. S, é fruto de seu relacionamento com a requerida.Informou que após a separação do casal, o autor, que não reside nesta comarca, e sua família, vêm enfrentando dificuldades em conviver com a menor, pois a requerida dificulta o acesso destes a criança.Expôs que tentou por diversas vezes chegar a um acordo com a suplicada, porém, suas tentativas foram infrutíferas, razão pela qual, caminho outro não encontrou a não ser se socorrer do judiciário para pleitear a guarda compartilhada e a regulamentação de visita. Juntou documentos.No documento de ID Num. 2058846 foi deferido o pedido de tutela antecipada referente a regulamentação de direito de visita do genitor em relação a sua prole, como também, foi designada audiência de conciliação e determinada a citação da requerida para contestar a ação.O autor informou, no Documento de ID Num. 10530234, que perante a 2ª Vara de Família desta Comarca encontra-se tramitando ação semelhante, nº0808617-38.2017.8.14.0006, com as mesmas partes, o mesmo objeto, maso pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais; ação essaajuizada pela ré desta presente ação, o que, à evidência, caracteriza a continência prevista no art. 56 do CPC, requerendo a reunião das ações em único juízo.A informação supra foi corroborada com a informação constante do memorando oriundo do Setor Multidisciplinar, Id nº 10647148, o qual informa está em tramite junto ao juízo da 2º Vara de Família ação envolvendo as mesmas partes, a qual, inclusive, já fora realizado Estudo Social.Vieram os autos conclusos.É o breve Relato. Decido.Em análise ao Sistema PJE, constato que já existe Ação de Divórcio Litigioso c/c Guarda, Alimentos e Regulamentação de Visitas em trâmite na 2ª Vara de Família desta Comarca, sob o número0808617-36.2017.814.0006, que trata, além do divórcio, de guarda, alimentos e regulamentação de visitas para a filha menor do casal.Ressalto que no processo indicado já houve despacho inicial.Ademais, percebo que o que ocorre no presente caso se trata de continência entre as ações.Como é sabido, ocorre a modificação da competência, conforme o art. 54 do CPC, pela conexão ou pela continência.Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais (Art. 56, CPC), devendo, no presente caso, ser reunidas as ações, visto que a ação continente foi proposta anteriormente (Art. 57, CPC).Por sua vez, a reunião das ações propostas em separado far-se-á no juízo prevento, onde serão decididas simultaneamente (Art. 58).Considerando que resta evidente a continência, os processos devem ser reunidos no Juízo prevento, a saber, a 2ª Vara de Família de Ananindeua.Ante o exposto, com fundamento no art. 64 do CPC, reconheço a modificação da competência decorrente da continência e, doravante,DETERMINOque os autos sejam remetidos à 2ª Vara de Família desta Comarca, onde deverá ser reunido com os autos que lá tramitam, para decisão conjunta.Intimem-se.Cumpra-se.Ananindeua - PA, 5 de junho de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua

Número do processo: 0809417-32.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: P. Q. L. Participação: ADVOGADO Nome: ALCIR DE VASCONCELOS UCHOA SEGUNDOOAB: 22518 Participação: ADVOGADO Nome: VERA LUCIA LIMA LARANJEIRAOAB: 17196/PA Participação: REQUERIDO Nome: E. V. C. D. S. L. M. I.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 Autos: 0809417-32.2018.8.14.0006S E N T E N Ç A Vistos etc. Cuida-se deAÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITASajuizada porPABLO QUEIROZ LIMAem face deMERIAN COSTA DA SILVA,ambos qualificados nos autos, nos termos em que apresenta à prefacial. Ao pedido juntou documentos de identificação e comprovação necessários à propositura da ação. O caderno processual foi encaminhado para sessão de mediação, a qual logrou êxito, tendo as partes conciliado, conforme Termo de Sessão disposto sob ID9532422. AS PARTES ACORDARAM SOB OS SEGUINTES TERMOS:01. Que a GUARDA da filha E.V.C.D.S.L. permanecerá unilateralmente com a mãe, e que o DIREITO DE CONVIVÊNCIA do pai será

exercido sob os seguintes termos:finais de semana alternados, sendo que o genitor pegará a criança às 8h de sábado e a devolverá às 18h do mesmo dia, repetindo esse feito no domingo, metade das férias escolares, iniciando com o pai alternando-se conforme conversação prévia entre as partes; festas de final de ano, natal com a mãe e ano novo com o pai, alternando conforme conversação prévia entre as partes, aniversário da criança com os pais, conjuntamente, aniversário do pai, dia dos pais;02. Que em relação à PENSÃO ALIMENTÍCIA para a filha, o pai se obriga a pagar o valor equivalente a 20,04% (VINTE VÍRGULA ZERO QUATRO POR CENTO) sobre o salário mínimo vigente, a ser pago diretamente à genitora, mediante recibo, até o dia 30 de cada mês;03. Que as partes renunciam o prazo recursal. Vieram os autos conclusos. É o relatório sucinto. Diante do acordo entabulado pelas partes sob ID9532422, HOMOLOGO-O POR SENTENÇApara que produza seus efeitos legais e jurídicos. Por corolário,JULGO EXTINTOO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, III,alínea bdo CPC. Translade-se cópia desta Sentença para o processo n. 0806357-51.2018.814.0006 tendo em vista que se trata de Ação de Alimentos com as mesmas partes, sendo que a matéria foi resolvida na referida sessão de mediação, deste modoJULGO EXTINTOO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, III,alínea bdo CPC, devendo a audiência já designada ser retirada da pauta deste juízo. Custaspro rata, ficando suspensa a exigibilidade do pagamento, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Demais diligências legais necessárias. Após as cautelas legais e de praxe, ARQUIVEM-SE. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO, OFÍCIO E CARTA PRECATÓRIA, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 003/2009-CJCI. Ananindeua/PA, 24 de junho de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA

Número do processo: 0810857-63.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: J. M. B. R. Participação: ADVOGADO Nome: ALESSANDRA LIMA BUSTAMANTE SAOAB: 22205/PA Participação: REQUERENTE Nome: J. Z. D. O. Participação: PROCURADOR Nome: ALESSANDRA LIMA BUSTAMANTE SAOAB: 22205/PAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 Autos: 0810857-63.2018.8.14.0006S E N T E N Ç A Vistos etc. Cuida-se de pedido deHOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIALem que são interessados JOSÉ MAURO BIEL ROCA e JANAHILDA ZULMIRA DE OLIVEIRA. À inicial juntaram os documentos de identificação e comprovação necessários à propositura da ação. AS PARTES ACORDARAM SOB OS SEGUINTES TERMOS:01. Que a GUARDA da filha K.V.D.O.R. será exercida de forma compartilhada, sendo estipulada como residência fixa, a mesma do genitor;02. Que a rotina semanal da menor será: Em dias úteis semanais a menor fica sob os cuidados do genitor, e quando a genitora estiver sob folga de seu trabalho, a menor ficará sob os cuidados da genitora, não devendo ultrapassar essa estadia o prazo de três vezes semanais, e finais de semanas alternados para não tumultuar a rotina da menor;03.Viagens e Feriados prolongados: no que diz respeito às férias escolares acordam os pais, que nos primeiros 15 (quinze) dias ficará com o genitor, e os 15 dias subsequentes com a genitora. Cabendo aos mesmos, em comum acordo disporem livremente conforme a necessidade, resguardando a cada um o seu direito de permanecer com a menor; em relação a feriados prolongados se dará de forma alternada e será acordado previamente; em relação as viagens longas, os genitores têm liberdade para realizar viagens com a menor, não podendo ultrapassar o período de 15 (quinze) dias. E em caso de viagens de curto período as mesmas podem ser realizadas deste que não prejudiquem o período escolar, em vista do desempenho escolar da menor; ressalta-se que por ser a residência do genitor o endereço principal da menor, fica este responsável pelo cuidado de todos os documentos da menor, sendo assim, quando a genitora necessitar de documentos para realização de viagens, ou documentos para tratar de outros interesses da menor, este deve prontamente fornecê-los, ficando a genitora obrigada a devolução logo que não for mais necessário seu uso; e ainda, que seja informado em todas as viagens qual o destino, e local de estadia, a fim de que, caso necessário, seja possível a fácil comunicação com a menor;04. Comemorações festivas: acordam os requerentes que as comemorações de aniversário da menor serão usufruídas de forma alternada em cada ano, sendo o primeiro ano com o genitor, e o ano subsequente com a genitora; acordam os requerentes que quanto às festividades de final de ano, se dará de forma alternada, aquele que passar o Natal com a menor não passará o rompimento do Ano Novo, sendo que os genitores acordarão previamente a ordem em que se dará tal alternância;05. Que o pai pagará a filha, mensalmente, a título de ALIMENTOS, o valor correspondente a 22% (VINTE E DOIS POR CENTO) sobre o salário mínimo vigente, que deverá ser

depositado na conta bancária da genitora, CAIXA ECONOMICA FEDERAL AGENCIA 3261 CONTA 00048845-3, até o 5º dia útil de cada mês, e mais, se compromete acustear os estudos da menor, com pagamento da mensalidade escolar, fardamento, e material escolar;06.Fica ainda de responsabilidade da genitora todos os cuidados relativos à manutenção de necessidades básicas e pessoais da menor, como roupas e lazer;07. Fica acordado, que o genitor terá a obrigação de fazer em prol da infante, no prazo de 5 (cinco) anos, a contar da sentença de homologação deste acordo, que o genitor adquirirá um imóvel em prol da menor, ficando como usufrutuária deste, a genitora. Cessando o usufruto quando a menor tornar-se maior de idade. Instado a se manifestar quanto o acordo entabulado dos autos, o Parquet foi de parecer favorável à sua homologação (ID 9170185). Vieram os autos conclusos. É o relatório sucinto. Diante do acordo entabulado pelas partes sob ID6687842, o qual, inclusive, foi referendado pelo Fiscal da Lei, HOMOLOGO-O POR SENTENÇApara que produza seus efeitos legais e jurídicos. Por corolário,JULGO EXTINTOO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, III,alínea bdo CPC. Custaspro rata, ficando suspensa a exigibilidade do pagamento, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Demais diligências legais necessárias. Após as cautelas legais e de praxe, ARQUIVEM-SE. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO, OFÍCIO E CARTA PRECATÓRIA, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 003/2009-CJCI. Ananindeua/PA, 17 de junho de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA

Número do processo: 0800922-96.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: E. C. A. Participação: ADVOGADO Nome: LARS DANIEL SILVA ANDERSEN TRINDADEOAB: 501 Participação: REQUERIDO Nome: D. B. C. D. S. A.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 Autos: 0800922-96.2018.8.14.0006S E N T E N Ç A Vistos etc. Cuida-se deAÇÃO DE DIVORCIOajuizada porERONILSON CARDOZO ALMEIDA em face de DALILA BRENA CRUZ DA SILVA ALMEIDAambos qualificados nos autos, nos termos em que apresenta à prefacial. Ao pedido juntou documentos de identificação e comprovação necessários à propositura da ação. O caderno processual foi encaminhado para sessão de mediação, a qual logrou êxito, tendo as partes conciliado, conforme Termo de Sessão disposto sob ID6260582. As partes resolveram acordar sob os seguintes termos:01. Que as partes concordam com o divórcio;02. Que a divorcianda voltará a usar o nome de solteira,DALILA BRENA CRUZ DA SILVA;03. Que as partes informam a inexistência de bens a partilhar;04. Que da união adveio prole com 01 (um) filho;05. Que a GUARDA do filho F.D.S.A.ficará com o pai;06. Que o DIREITO DE CONVIVÊNCIA da mãe será exercido sob os seguintes termos: finais de semana alternados, sendo que quando a mãe trabalhar aos domingos pela manhã, a criança irá à tarde com a mãe, a qual se responsabilizará de pegá-la na residência do pai e levá-la à escola Pingo do Céu no dia seguinte; quando estiver trabalhando à tarde, pegará a criança pela manhã; 15 dias das férias escolares; dia das mães; aniversário da criança será festejado em conjunto; aniversario da mãe, e feriados alternados;07. Que a mãe pagará ao seu filho F.D.S.A., a título de alimentos, o valor correspondente a 20% (VINTE POR CENTO) sobre o salário mínimo vigente;08.Que o valor deverá ser depositado na conta bancária, BANCO DO BRASIL AGENCIA 3106-2 CONTA 53147-2, até o 10º dia útil de cada mês;09.que as partes dispensam alimentos entre si;10.Que as partes renunciam o prazo recursal. Instado a se manifestar quanto o acordo entabulado dos autos, oParquetfoi de parecer favorável à sua homologação (ID 9816208). Vieram os autos conclusos. É o relatório sucinto. Isto Posto, DECRETO o DIVÓRCIOdeERONILSON CARDOZO ALMEIDA e DALILA BRENA CRUZ DA SILVA ALMEIDA,de acordo com o art. 226, da Constituição Federal e art. 2º, inciso IV da Lei nº 6.515/77 e art. 1.571, Inciso IV do Código Civil e art. 731, do CPC, devendo a divorcianda voltar a usar o nome de solteira. Finalmente, não havendo qualquer óbice ao deferimento do pacto,HOMOLOGO POR SENTENÇAos demais termos do acordo formulado nos ID6260582, para que produza seus efeitos legais e jurídicos.POR CONSEGUINTE EXTINGO O PRESENTE PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, A TEOR DO ARTIGO 487, III, ?B? DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Esta sentença servirá comoMandado de Averbação e Carta Precatória (se houver), que deverá ser encaminhado ao Cartório onde o casamento foi registrado (CARTÓRIO DE VAL-DE-CÃES, COMARCA DE BELÉM/PARÁ, Nº 22031 LIVRO BAUX-53 FLS. 181),juntamente com a cópia da inicial e da certidão de casamento. Custaspro rata, ficando suspensa a exigibilidade do pagamento, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Demais diligências legais necessárias. Após as cautelas legais e de praxe, ARQUIVEM-SE.CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO,

OFÍCIO E CARTA PRECATÓRIA, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 003/2009-CJCI.Ananindeua/PA, 17 de JUNHO de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA

Número do processo: 0804137-46.2019.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: LUIZ AUGUSTO SANTOS BAENA Participação: ADVOGADO Nome: NILVIA MARILIA DE ANDRADE GAIAOAB: 25206/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAULO ANDRE CORDOVIL PANTOJAOAB: 9087/PA Participação: ADVOGADO Nome: SANDRO MAURO COSTA DA SILVEIRAOAB: 8707/PA Participação: REQUERENTE Nome: ANA LUIZA DA SILVA BAENA Participação: ADVOGADO Nome: NILVIA MARILIA DE ANDRADE GAIAOAB: 25206/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAULO ANDRE CORDOVIL PANTOJAOAB: 9087/PA Participação: ADVOGADO Nome: SANDRO MAURO COSTA DA SILVEIRAOAB: 8707/PAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 Autos: 0804137-46.2019.8.14.0006S E N T E N Ç A Vistos. Cuida-se de pedido de HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO EXTRAJUDICIAL PARA EXONERAÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR em que são partesLUIS AUGUSTO SANTOS BAENA e ANA LUIZA DA SILVA BAENA, qualificados nos autos, nos termos em que apresenta à prefacial. À inicial juntaram os documentos de identificação e comprovação necessários à propositura da ação. As partes acordaram sob os seguintes termos: QueANA LUIZA DA SILVA BAENA, ora alimentanda, concorda que seu paiLUIS AUGUSTO SANTOS BAENA, seja exonerado da pensão alimentícia que lhe cabe na sentença de ID 9497888, tendo em vista que já atingiu a maioridade, e é totalmente capaz de arcar com sua subsistência. Os autos não foram remetidos ao Órgão Ministerial, uma vez que não há interesse de incapazes na presente ação. Vieram os autos conclusos. É o relatório sucinto. Diante do acordo entabulado pelas partes sob ID9497550, HOMOLOGO-O POR SENTENÇApara que produza seus efeitos legais e jurídicos. Por corolário,JULGO EXTINTOO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, III,alínea bdo CPC. OFICIE-SE À FONTE PAGADORA DO SR.LUIS AUGUSTO SANTOS BAENA,PARA QUE CESSE COM O DESCONTO DOS ALIMENTOS EM BENEFICIO DE SUA FILHAANA LUIZA DA SILVA BAENA, TENDO EM VISTA DESTA HOMOLOGAÇÃO DA EXONERAÇÃO DA OBRIGAÇÃO ALIMENTAR. Custaspro rata, ficando suspensa a exigibilidade do pagamento, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Demais diligências legais necessárias. Após as cautelas legais e de praxe, ARQUIVEM-SE. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO, OFÍCIO E CARTA PRECATÓRIA, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 003/2009-CJCI. Ananindeua/PA, 24 de maio de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA

Número do processo: 0825407-51.2018.8.14.0301 Participação: RECLAMANTE Nome: ADLER PINHEIRO GOMES Participação: ADVOGADO Nome: DJULI BARBOSA SAMPAIOOAB: 017325/PA Participação: RECLAMADO Nome: JORGE FERNANDES GOMESESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 Autos: 0825407-51.2018.8.14.0301Ação: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) [Obrigação de Fazer / Não Fazer]RECLAMANTE: ADLER PINHEIRO GOMESRECLAMADO: JORGE FERNANDES GOMESD E S P A C H OVistos etc.Acolho a competência que me foi declinada.Defiro os benefícios da Justiça Gratuita à parte exequente, nos termos do § 3º do art. 98, do CPC, vez que declara não possuir condições de arcar com as despesas do processo, eis que reconhecidamente hipossuficiente na forma da lei civil. DA EMENDA DA INICIAL:A sentença que fixou os alimentos é um documento indispensável para propositura do pedido de obrigação de fazer ora pleiteado. No entanto, verifico que a petição inicial não veio acompanhada por tal documento.Assim, determino:INTIME-SE A PARTE AUTORA, por seu patrono, para que,NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, EMENDE A INICIAL, NO SENTIDO DE JUNTAR AOS AUTOS O DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO, sob pena de indeferimento.Decorrido o prazo, certifique-se e junte-se o que houver e retornem os autos imediatamente conclusos. Ananindeua - PA, 11 de junho de 2019. CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua.

Número do processo: 0806842-17.2019.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: GEONILSON SABINA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: ELIZEU DE PAULA GUIMARAES JUNIOROAB: 13421/PA Participação: REQUERENTE Nome: IANDRA LIMA IPIRANGAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 Autos: 0806842-17.2019.8.14.0006S E N T E N Ç A Vistosetc. Cuida-se deAÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL, ajuizado porGEONILSON SABINA DA SILVA e IANDRA LIMA IPIRANGA DA SILVA,com fundamento no parágrafo 2º do Art. 40 da lei 6.515/77. Na inicial, alegaram, em síntese:01.que se casaram na data de 26 de março de 2011;02.que não adquiriram bens na constância do casamento;03.da união não adveio prole;04.que as partesdispensam alimentos entre si;05. informaram que a divorcianda voltará a usar o nome de solteira,IANDRA LIMA IPIRANGA. Com a inicial juntaram documentos de identificação e comprovação necessários à propositura da ação.Os autos não foram remetidos ao Órgão Ministerial, uma vez que não há interesse de incapazes na presente ação.É o sumário Relatório. DECIDO. Acausa se encontra madura para julgamento, haja vista não haver necessidade de produção de provas em audiência, nos termos do art. 355, I, do CPC. Não há preliminares a serem apreciadas. O divórcio é a dissolução de um casamento válido, ou seja, a extinção do vínculo matrimonial, que se opera mediante sentença judicial. Diante da alteração do Art. 226 da Constituição Federal, pela Emenda Constitucional n.º 66, não mais se exige a prévia separação (judicial, por mais de um ano, e de fato, por mais de dois anos) como condição para o divórcio, necessitando apenas do desejo das partes. Restou sobejamente evidenciado nos autos o interesse das partes de por fim ao vínculo conjugal, uma vez que estão separados de fato. As partes são maiores e capazes e em juízo estiveram devidamente assistidos por profissional do direito. Nos termos da petição inicial, os requerentes confirmam o desejo de por fim ao vínculo conjugal. Isto Posto, DECRETO O DIVÓRCIOdeGEONILSON SABINA DA SILVA e IANDRA LIMA IPIRANGA DA SILVA,de acordo com o art. 226, da Constituição Federal e art. 2º, inciso IV e parágrafo único, c/c do art. 40, § 2º, da Lei nº 6.515/77 e Art. 1.571, Inciso IV e § 1º do Código Civil. A divorcianda voltará a usar o nome de solteira. Esta sentença servirá comoMandado de Averbação e Carta Precatória (se houver), que deverá ser encaminhado ao Cartório onde o casamento foi registrado (CARTÓRIO BEZERRA FALCÃO, COMARCA DE ANANINDEUA/PARÁ, Nº 0656230155 2011 2 00131 143 0036143-17),juntamente com a cópia da inicial e da certidão de casamento. Custaspro rata, ficando suspensa a exigibilidade do pagamento, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expeçam-se os documentos necessários. Ciência ao representante do Ministério Público. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO, OFÍCIO E CARTA PRECATÓRIA, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 003/2009-CJCI.Ananindeua/PA, 11 de junho de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA

Número do processo: 0872270-65.2018.8.14.0301 Participação: AUTOR Nome: A. C. C. B. Participação: ADVOGADO Nome: ZENILDO SANTOS DE CARVALHOOAB: 26760/PA Participação: RÉU Nome: C. F. R. D. S.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 Processo nº: 0872270-65.2018.8.14.0301Ação:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Fixação, Reconhecimento / Dissolução, Bem de Família, Guarda]REQUERENTE: Nome: ANA CRISTINA CAVALHEIRO BRABOEndereço: Estrada da Providência, 162, CASA, Cidade Nova, ANANINDEUA - PA - CEP: 67140-440REQUERIDO (A): Nome: CARLOS FERNANDO RODRIGUES DA SILVAEndereço: desconhecidoD E C I S Ã O / M A N D A D OVistos. Etc. 1. Recebo a competência que me foi declinada. 2. O patrono judicial da parte autora requereu na peça prefacial o deferimento da Justiça Gratuita em favor de seu (sua) assistido (a). 3. Determinada a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, juntasse a declaração de hipossuficiência firmada de próprio punho ou instrumento de mandato outorgando poderes especiais ao seu patrono para realizá-lo, consoante exige a lei de regência e o art. 105, caput, da Lei nº 13.105/2015, esta quedou-se inerte, razão pela qualINDEFIRO O PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. 4. Posto isto, intime-se o (a) demandante para que promova o recolhimento das custas no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 321 do CPC, sob pena de indeferimento da prefacial e extinção do processo sem exame do mérito (CPC, artigo 485, inciso I). 5. Decorrido o prazo, certifique-se e junte-se o que houver e retornem os

autos conclusos. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/OFÍCIO, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 003/2009 DA CJRMB. Ananindeua - PA, 18 de junho de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua

Número do processo: 0803384-89.2019.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: GISELY MENDES RODRIGUES Participação: ADVOGADO Nome: GISELY MENDES RODRIGUESOAB: 018009/PA Participação: REQUERIDO Nome: GELLY MENDES RODRIGUES Participação: REQUERIDO Nome: CARLOS ROBERTO DO NASCIMENTO COSTAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969Processo nº: 0803384-89.2019.8.14.0006REQUERENTE:GISELY MENDES RODRIGUESEndereço: Conjunto Jardim Narciso, 29, Coqueiro, ANANINDEUA - PA - CEP: 67113-300REQUERIDO (A):GELLY MENDES RODRIGUESEndereço: Rua Amador Bueno, 165, Vila Industrial, CAMPINAS - SP - CEP: 13035-030Nome:CARLOS ROBERTO DO NASCIMENTO COSTAEndereço: Rua Amador Bueno, 165, Vila Industrial, CAMPINAS - SP - CEP: 13035-030D E C I S Ã O Vistos e examinados estes autos. Defiro os benefícios da AJG, sob o compromisso de quem assina a peça inaugural. É ônus da parte autora o endereçamento da petição inicial, ao juízo competente (art. 319,I, do CPC) No cumprimento deste ônus, a requerente elegeu uma das Varas Cíveis desta Comarca. Ademais, citou em seu petitório a existência de processo em curso perante a 3a Vara Cível, no qual se discute a interdição de sua mãe, dando a entender que é sua curadora provisória, vejamos: "Cumpre observar que, nos dois (02) anos em que a genitora da Aurora esteve sob sua guarda (Curatela em curso na 3a. Vara Cível e Empresarial de Ananindeua - Proc. 0812019-93.2018.8.14.0006), a Autora sempre zelou pela integridade física e moral de sua genitora, dando uma vida digna de alegrias junto aos seus familiares e nunca proibiu ou impediu o acesso da Ré a sua mãe [...]". Assim, considerando que a 3ª. Vara Cível possui ampla competência em matéria cível e em sendo, concomitantemente, a vara especializada nesta comarca para os casos de interdição, onde inclusive tramita o processo supra referenciado, entendo, s.m.j. do colega da 3ª Vara Cível que, no mínimo por conexão, a fim de que não haja decisões contraditórias, é aquele o juízo competente para processar e julgar o presente feito. Isto posto, DECLINO da competência para processar e julgar o presente feito e DETERMINO a imediata remessa dos presentes autos para o Juízo da 3ª. Vara Cível desta Comarca. Intime-se. Ananindeua-PA, 18.06.2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua

Número do processo: 0803835-17.2019.8.14.0006 Participação: AUTOR Nome: A. M. R. R. Participação: ADVOGADO Nome: JHONY SILVA REPOLHOOAB: 500 Participação: RÉU Nome: M. R. A. R.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969Autos: 0803835-17.2019.8.14.0006Ação:PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22) [Exoneração]AUTOR: ANTONIO MARIA RODRIGUES REISRÉU: MAIKE RODRIGO ALCANTARA REISD E S P A C H OVistos etc. 01.O (a) patrono (a) judicial do(a) autor (a) requereu na peça vestibular o deferimento da Justiça Gratuita em favor de seu (sua) assistido(a), descuidando, porém, de juntardeclaração de hipossuficiência firmada de próprio punho pelo(a) demandante ou instrumento de mandato em que lhe sejam outorgados poderes especiais para realizá-lo, consoante exige a lei de regência e o art. 105, caput, da Lei nº 13.105/2015, razão pela qual, aplicando o art. 99 § 2º do CPC, determino: 02. Intime-se o(a) autor(a), por seu (sua) patrono (a), para que no prazo de 15 dias saneie o vício apontado, sob pena de indeferimento da gratuidade. 03.Decorrido o prazo, certifique-se ejunte-se o que houver e retornem os autos imediatamente conclusos.Ananindeua - PA, 3 de junho de 2019. CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua.

Número do processo: 0812562-96.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: M. G. F. D. C. Participação: ADVOGADO Nome: KELLY CRISTINA DA COSTA REGO TEIXEIRAOAB: 8933/PA Participação: REQUERIDO Nome: A. O. D. C. M.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE

FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-49690812562-96.2018.8.14.0006ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, § 2º, I, do PROVIMENTO Nº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB,INTIMOa parte autora, através de seu Advogado/Defensor, para, em 05 (cinco) dias, atualizar o endereço da(s) parte(s) Requerida(s).Ananindeua-PA, 28 de junho de 2019RITA DE CASSIA MARTINS SANTOS Diretor/Auxiliar de Secretaria da 1ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua-PA.

Número do processo: 0813691-39.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: WANESSA DE NAZARE FREITAS CAMPOS Participação: ADVOGADO Nome: SAMARA DAYANE SOUZA DE MIRANDAOAB: 996 Participação: REQUERIDO Nome: OBERDAN AFONSO MENDONCA VALENTEESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969Processo nº: 0813691-39.2018.8.14.0006Ação:ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)[Fixação]REQUERENTE: Nome: WANESSA DE NAZARE FREITAS CAMPOSEndereço: Rodovia do Mário Covas, 638, NEO COLORI BLOCO OURO VELHO a 101, Coqueiro, ANANINDEUA - PA - CEP: 67115-000REQUERIDO: Nome: OBERDAN AFONSO MENDONCA VALENTEEndereço: Rua São Jorge, 08, CONJUNTO JARDIM TROPICAL WE 08 CASA 08, Guanabara, ANANINDEUA - PA - CEP: 67010-110 D E S P A C H O / M A N D A D OVistos os autos.Ciente da decisão prolatada no Agravo de Instrumento autuado sob o nº0800836-12.2019.8.14.0000, a qual reformou, em parte, a decisão de Id nº 7782594, deferindo parcialmente o requerido pela agravante.No mais, não havendo alteração da data de audiência outrora assinalada, deverão os autos eletrônicos, aguardar a data da audiência.Intimem-se.Finalmente, da análise detida dos autos, verifico que no ID nº 9754445, a suplicante ingressou com pedido de cumprimento de sentença de alimentos provisório sob o rito da coerção pessoal.Ocorre que a postulanteestá a requerer, nos próprios autos da ação de alimentos, cobrança de alimentos provisoriamente arbitrados em decisão interlocutória, o que não se coaduna com o previsto no art. 531, §1º, do NCPC. Vejamos:Art. 531. O disposto neste Capítulo aplica-se aos alimentos definitivos ou provisórios.§ 1oA execução dos alimentos provisórios, bem como a dos alimentos fixados em sentença ainda não transitada em julgado, se processa em autos apartados. (grifei).§ 2oO cumprimento definitivo da obrigação de prestar alimentos será processado nos mesmos autos em que tenha sido proferida a sentença. Deste modo, verifica-se que a via eleita pela requerente não corresponde ao insculpido no referido artigo.Ante isso, determino a intimação da suplicante, para que, em querendo, cumpra o insculpido no artigo supramencionado, devendo, para tanto a secretaria, mediante certidão nos autos, promover a exclusão da petição de ID nº 9754445. Intime-se. Ananindeua - PA, 20 de maio de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua

Número do processo: 0812923-16.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: R. B. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: SILVIA SANTOS DE LIMAOAB: 741-B Participação: REQUERIDO Nome: F. D. N. P. M. D. S.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-49690812923-16.2018.8.14.0006ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, § 2º, I, do PROVIMENTO Nº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB,INTIMOa parte autora, através de seu Advogado/Defensor, para se manifestar em 15 dias, sobre a Contestação.Ananindeua-PA, 28 de junho de 2019RITA DE CASSIA MARTINS SANTOS Diretor/Auxiliar de Secretaria da 1ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua-PA.

Número do processo: 0810179-48.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: K. D. A. D. L. Participação: ADVOGADO Nome: EDINARA RAFAELE DE SOUSA CAVALCANTEOAB: 27450/PA Participação: ADVOGADO Nome: SABRINA SOUZA DO NASCIMENTO MAIAOAB: 25707/PA Participação: REQUERIDO Nome: R. N. D. N. B. Participação: ADVOGADO Nome: POLLIANA LETICIA DE SOUSA AIRESOAB: 20582/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANA CELINA FONTELLES

ALVESOAB: 6037PA Participação: ADVOGADO Nome: KARINA PAULA DE SOUSA AIRESOAB: 15130/PAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-49690810179-48.2018.8.14.0006ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, § 2º, I, do PROVIMENTO Nº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB,INTIMOa parte autora, através de seu Advogado/Defensor, para se manifestar em 15 dias, sobre a contestação e documentos juntados pelo requerido.Ananindeua-PA, 26 de junho de 2019RITA DE CASSIA MARTINS SANTOS Diretor/Auxiliar de Secretaria da 1ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua-PA.

Número do processo: 0811488-07.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: LEUZIANE FARIAS MAIA Participação: ADVOGADO Nome: CLEBIA DE SOUSA COSTAOAB: 13915/PA Participação: REQUERIDO Nome: WILTON EVANGELISTA DE LACERDAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-49690811488-07.2018.8.14.0006ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, § 2º, I, do PROVIMENTO Nº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB,INTIMOa parte autora, através de seu Advogado/Defensor, para se manifestar em 05 (cinco) dias, sobre a Certidão de id nº 8493607, devendo atualizar o endereço da(s) parte(s) Requerida(s).Ananindeua-PA, 28 de junho de 2019RITA DE CASSIA MARTINS SANTOS Diretor/Auxiliar de Secretaria da 1ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua-PA.

Número do processo: 0803447-17.2019.8.14.0006 Participação: EXEQUENTE Nome: E. V. D. S. N. Participação: ADVOGADO Nome: VERENA FORMIGOSA VITOROAB: 26041/PA Participação: ADVOGADO Nome: NADIA CARIBE SOARES BASTOSOAB: 23580/PA Participação: ADVOGADO Nome: MARCO ANTONIO DA SILVA PEREIRAOAB: 18392PA/PA Participação: ADVOGADO Nome: DAVI COSTA LIMAOAB: 12374/PA Participação: ADVOGADO Nome: RONE MIRANDA PIRESOAB: 12387/PA Participação: ADVOGADO Nome: TAMYRES LIMA CASTELO PEREIRAOAB: 22455/PA Participação: EXECUTADO Nome: Y. D. P.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969Processo nº: 0803447-17.2019.8.14.0006Ação:EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - CÍVEL (1112)[Valor da Execução / Cálculo / Atualização]REQUERENTE: Nome: ELBA VALÉRIA DA SILVA NEVESEndereço: Travessa WE-36, 18-a, (Cidade Nova IV), Cidade Nova, ANANINDEUA - PA - CEP: 67133-190REQUERIDO: Nome: YURI DAVID PACHECOVistos os autos. Preliminarmente, acolho a competência que me foi declinada. Dando prosseguimento no feito: Defiro, provisoriamente a AJG, diante da afirmação de lei e sob o compromisso de quem assina a inicial. Compulsando os autos eletrônicos, verifico que a parte autora não pleiteou por qual rito pretende seguir,contudo, incluiu prestações pretéritas aos três meses anteriores ao ajuizamento da execução. Deste modo, determino:i. Intime-se a parte autora, por sua patrona judicial, para que, no prazo de 15(quinze) dias, informe a este juizo qual rito processual pretende seguir, devendo para tanto, juntar planilha de débito de acordo com o rito processual adotado.ii. Exaurido o prazo, certifique-se e junte-se o que houver, vindo os autos em imediata conclusão. Ananindeua - PA, 20 de maio de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua

Número do processo: 0803482-74.2019.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: ARISMILDES MARTINS DE SOUZA JUNIOR Participação: ADVOGADO Nome: WALKER CECIM CARVALHOOAB: 93 Participação: REQUERIDO Nome: GEORGEANNE SANTOS FARIAS MARTINSESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969Autos: 0803482-74.2019.8.14.0006Ação: DIVÓRCIO LITIGIOSO (99) [Fixação, Dissolução]REQUERENTE: ARISMILDES MARTINS DE SOUZA JUNIORREQUERIDO: GEORGEANNE SANTOS FARIAS MARTINSD E S P A C H OVistos etc. DA JUSTIÇA GRATUITA O patrono judicial do autor requereu na peça vestibular o deferimento da Justiça Gratuita em favor de seu

assistido, descuidando, porém, de juntardeclaração de hipossuficiência firmada de próprio punho pelo(a) demandante ou instrumento de mandato em que lhe sejam outorgados poderes especiais para realizá-lo, consoante exige a lei de regência e o art. 105, caput, da Lei nº 13.105/2015, razão pela qual, aplicando o art. 99 § 2º do CPC, determino: Intime-se o autor, por seu patrono, para que no prazo de 15 dias saneie o vício apontado, sob pena de indeferimento da gratuidade. DA EMENDA DA INICIAL:A Certidão de casamento é um documento indispensável para propositura do pedido de divórcio. No entanto, verifico que a petição inicial não veio acompanhada por tal documento.Assim, determino:INTIME-SE A PARTE AUTORA, por seu patrono, para que,NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, EMENDE A INICIAL, NO SENTIDO DE JUNTAR AOS AUTOS O DOCUMENTO INDISPENSÁVEL À PROPOSITURA DA AÇÃO, sob pena de indeferimento.Decorrido o prazo, certifique-se e junte-se o que houver e retornem os autos imediatamente conclusos. Ananindeua - PA, 14 de junho de 2019. CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua.

Número do processo: 0809946-51.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: RUTE HELENA FARIAS COELHO Participação: ADVOGADO Nome: PRISCILA CARLA COSTA LUZOAB: 26994/PA Participação: REQUERENTE Nome: ARIANE HELENA COELHO RAIOL Participação: ADVOGADO Nome: PRISCILA CARLA COSTA LUZOAB: 26994/PAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 Autos: 0809946-51.2018.8.14.0006Ação: HOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL (112) [Exoneração]REQUERENTE: RUTE HELENA FARIAS COELHO, ARIANE HELENA COELHO RAIOL S E N T E N Ç AVistos etc.Trata-se deHOMOLOGAÇÃO DE TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL, cujas interessadas sãoRUTE HELENA FARIAS COELHO e ARIANE HELENA COELHO RAIOL, ambas qualificadas na inicial. Com a inicial vieram documentos.Foi determinado às interessadas que promovessem a emenda da inicial, sob pena de indeferimento da peça vestibular.Regularmente intimadas para a emenda, as interessadas permaneceram inertes, conforme Certidão do Diretor de Secretaria.Vieram os autos conclusos.É o sucinto relatório. Decido.Na hipótese, tem-se que, conforme disposição legal do art. 330, IV, do CPC, a petição inicial será indeferida quando não atendidas às prescrições do art.321, do mesmocodexadjetivo, vejamos:?Art. 321. O juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dosarts. 319 e 320ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado.Parágrafo único. Se o autor não cumprir a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial.?No presente caso, a parte requerente foi intimada na pessoa de seu (sua) patrono (a), todavia, conforme certidão expedida pelo Sr. Diretor de Secretaria, não apresentou qualquer manifestação nos autos.Isto posto,INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, E, POR CONSEGUINTE, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, COM FUNDAMENTO NO ART. 485, INCISO I, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. Custas pelas requerentes.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Após o trânsito em julgado, arquive-se. Ananindeua - PA, 17 de junho de 2019.CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua.

Número do processo: 0819204-73.2018.8.14.0301 Participação: REQUERENTE Nome: L. B. D. A. J. Participação: ADVOGADO Nome: RODRIGO BARROS DE MORAESOAB: 19841/PA Participação: REQUERIDO Nome: R. T. C. Participação: REQUERIDO Nome: S. I. C. D. A.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 Autos: 0819204-73.2018.8.14.0301S E N T E N Ç A Vistos etc. Cuida-se deAÇÃO DE GUARDAajuizada porLEDILSON BARREIROS DE AVIZ JUNIORem face deRAFAELE TEIXEIRA COSTA,ambos qualificados nos autos, nos termos em que apresenta à prefacial. Ao pedido juntou documentos de identificação e comprovação necessários à propositura da ação. O caderno processual foi encaminhado para sessão de mediação, a qual logrou êxito, tendo as partes conciliado, conforme Termo de Sessão disposto sob ID6300215. AS PARTES ACORDARAM SOB OS SEGUINTES TERMOS:01. Que a GUARDA da filha S.I.C.D.A. será exercida de forma compartilhada entre os genitores, fixando residência com a mãe, e que o DIREITO DE CONVIVÊNCIA do pai será exercido sob os seguintes termos: Inicialmente, em dias que coincidam com a folga de ambos e acompanhada pela babá ou genitora, para

que a menor estabeleça laços de confiança com o genitor, e em um estágio secundário, a visita se tornará mais freqüente e desacompanhada de assistente, devendo ser acordado entre os genitores as datas e horários das visitas;02. Que em relação à pensão alimentícia para a filha, o pai pagará o valor correspondente a 17% (DEZESSETE POR CENTO) sobre seus rendimentos líquidos, devendo ser descontado em folha de pagamento, cientes que são mais de uma, e depositado na conta bancária da genitora, BANCO SANTANDER AGENCIA 3835 CONTA 01.081.762-0 CPF 889.747.402-06, até o 5º dia útil de cada mês, iniciando em 28/08/2018;03. Que as partes renunciam o prazo recursal. Vieram os autos conclusos. É o relatório sucinto. Diante do acordo entabulado pelas partes sob ID6300215, HOMOLOGO-O POR SENTENÇApara que produza seus efeitos legais e jurídicos. Por corolário,JULGO EXTINTOO PROCESSO, COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, III,alínea bdo CPC. Custaspro rata, ficando suspensa a exigibilidade do pagamento, nos termos do art. 98, § 3º, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Demais diligências legais necessárias. Após as cautelas legais e de praxe, ARQUIVEM-SE. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO, OFÍCIO E CARTA PRECATÓRIA, NA FORMA DO PROVIMENTO Nº 003/2009-CJCI. Ananindeua/PA, 17 de junho de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZ JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA

Número do processo: 0814756-69.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: F. C. L. D. A. Participação: ADVOGADO Nome: ALEX ANDREY LOURENCO SOARESOAB: 6459/PA Participação: REQUERIDO Nome: A. M. L. V.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 Autos: 0814756-69.2018.8.14.0006Ação: GUARDA (1420) [Exoneração, Guarda]REQUERENTE: FRANCISCO CARLOS LIMA DE ARAUJO e ANA PAULA VIEITAS DE ARAÚJOS E N T E N Ç AVistos os autos. FRANCISCO CARLOS LIMA DE ARAUJO ingressou com Ação de Modificação de Guarda C/C Exoneração de Alimentos. Estando o feito em curso, sua filha, a alimentada, atingiu a maioridade civil. Diante desta nova realidade, pugnaram, pai e filha, pelo aditamento da exordial, requerendo a homologação do acordo juntado no ID nº. 10320438. Este pedido, por sua vez, encontra guarida no art. 329, II, do CPC. Em sendo os acordantes maiores e capazes e estando ambos sob o patrocínio de advogado regularmente constituído, nada impede a homologação da avença, que inclusive prescinde da intervenção ministerial, por não haver interesse de menor ou incapaz a tutelar. Isto posto, HOMOLOGO POR SENTENÇA o acordo formulado pelos requerentes na petição de ID nº 10320438 dos autos, referente a exoneração da pensão alimentícia para que produza seus efeitos legais e jurídicos. Por corolário JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, alínea b, do NCPC. Custas pro rata, ficando suspensa a exigibilidade do pagamento, nos termos do art.98, §3º, do NCPC.ESTA SENTENÇA SERVIRÁ como ofício a fonte pagadora do primeiro acordante, qual seja,Prefeitura Municipal de Belém ? Secretaria Municipal de Administração ? Guarda Municipal de Belém, situado na Praça Dom Pedro II, 2 - Cidade Velha, Belém - PA, 66020-240, informando o teor desta decisão, para imediata cessação do referido desconto. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Demais diligências legais necessárias. Após as cautelas legais e de praxe, ARQUIVE-SE.SERVIRÁ COMO OFÍCIO A PRESENTE SENTENÇA NOS TERMOS DO Provimento nº. 003/2009 CJRMB). Ananindeua - PA, 10 de junho de 2019.CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua.

Número do processo: 0807863-62.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: EDIVALDO MOURA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: CARLA LORENA NASCIMENTO DA SILVAOAB: 016998/PA Participação: ADVOGADO Nome: JESSICA NICOLETTI MARQUESOAB: 916PA Participação: ADVOGADO Nome: MANUELA DA COSTA SANTANAOAB: 24690/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANO SILVA MONTEIROOAB: 467PA Participação: ADVOGADO Nome: RODRIGO DE FIGUEIREDO BRANDAOOAB: 018275/PA Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDA DA COSTA SILVAOAB: 23416/PA Participação: REQUERIDO Nome: CRISTIANE BAIA COSTA DA SILVAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 Processo nº: 0807863-62.2018.8.14.0006Ação:DIVÓRCIO LITIGIOSO D E C I S Ã O Vistosetc. 1. DO CABIMENTO DE DECISÃO PARCIAL DE MÉRITO. Conforme

esculpido no art. 356 do CPC, o juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados mostrarem-se incontroversos. É o que ocorre no caso concreto.AS PARTES, NA PRESENÇA DE SEUS PATRONOS, COMPARECERAM À SESSÃO DE MEDIAÇÃO E RESOLVERAM CONCILIAR SOB OS SEGUINTES TERMOS:1. Que concordam com o divorcio;2. Que a divorcianda voltará a usar o nome de solteira, CRISTIANE BAIA DA COSTA;3.Que do casamento resultou prole com 01 (um) filho;4.Que a GUARDA do filho M.H.C.D.S., será unilateral da mãe, e o DIREITO DE CONVIVÊNCIA do pai seguirá sob os seguintes termos:Finais de Semana Alternados, sendo que o Requerente poderá buscar o menor da residência materna às 18h da sexta-feira e devolver às 18h do domingo,Feriados: deverão ser divididos de forma alternada e sucessiva;Festividades de Final de Ano: deverão ser divididos de forma alternada e sucessiva;Dias dos Pais e aniversário do genitor: o Requerente poderá passar o Dia dos Pais, bem como seu aniversário, na companhia do filho podendo buscá-lo na residência materna às 08h e devolvê-lo às 20h. do mesmo dia, ainda que tal data não recaia em dia pré-estabelecido para visita. O mesmo se aplica ao Dia das Mães e ao aniversário da genitora;Aniversário do Menor: O menor aniversariante passará das 08h até às 15h do dia de seu aniversário com a mãe ou com pai e o restante do dia com o outro, invertendo-se a situação nos anos seguintes de forma sucessiva e alternada;5.Que o pai pagará ao seu filho, a título de ALIMENTOS, o valor correspondente a 01 (um) salário mínimo vigente, que deverá ser descontado em folha de pagamento e depositado na conta bancária, BANPARÁ AGENCIA 045/00 CIDADE NOVA CONTA POUPANÇA 084760, e ainda, se compromete que o filho permanecerá como seu dependente no plano de saúde.É o sumário Relatório. DECIDO.As partes são maiores e capazes e em juízo estiveram devidamente assistidos por profissional do direito. Nos termos do acordo de ID 8877497, os requerentes confirmam o desejo de por fim ao vínculo conjugal, bem como acordam quanto à guarda e pensão alimentícia do filho. O Ministério Público é de parecer favorável ao deferimento do acordo.Isto Posto, DECRETO O DIVÓRCIOdeEDIVALDO MOURA DA SILVA e CRISTIANE BAIA COSTA DA SILVA,de acordo com o art. 226, da Constituição Federal e art. 2º, inciso IV e parágrafo único, c/c do art. 40, § 2º, da Lei nº 6.515/77 e Art. 1.571, Inciso IV e § 1º do Código Civil.A divorciada, como requereu voltará a usar o nome de solteira. Não havendo qualquer óbice ao deferimento do pacto,HOMOLOGO o acordo formulado nos autos quanto à guarda e alimentos para o filho.Esta decisão servirá comoMandado de Averbação e Carta Precatória (se houver), que deverá ser encaminhado ao Cartório (CARTÓRIO DE VAL-DE-CÃES, na Comarca de BELÉM/PA, n. 54624 Livro B-120 Fls. 142) onde o casamento foi registrado,juntamente com a cópia da inicial e da certidão de casamento. OFICIE-SE À FONTE PAGADORA DO REQUERENTEpara que proceda com o desconto dos alimentos acordados. 2. DA CONTESTAÇÃOConsiderando que as partes não chegaram a um consenso quanto aos bens adquiridos durante o casamento, bem como sua partilha, fica inaugurado o prazo de 15 dias para que a requerida conteste a ação sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato.Após, junte-se e certifique-se o que houver.Em seguida, façam os autos conclusos. INTIMEM-SE. AS DEMAIS VIAS DESTE SERVIRÃO COMO MANDADO PARA CUMPRIMENTO PELO OFICIAL DE JUSTIÇA. (Provimento nº. 003/2009 CJRMB). Ananindeua, 19 de junho de 2019. CARLOS MARCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua.

Número do processo: 0806548-96.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: MARCUS VICTOR DA SILVA CHAVES Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO FABIO NUNES DA SILVAOAB: 009612/PA Participação: REQUERIDO Nome: BARBARA LARISSA ROSTAND ROLIN Participação: ADVOGADO Nome: BARBARA LARISSA ROSTAND ROLINOAB: 706PAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-49690806548-96.2018.8.14.0006ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, § 2º, I, do PROVIMENTO Nº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB,INTIMOa parte autora, através de seu Advogado/Defensor, para se manifestar em 15 dias, sobre a Contestação/Reconvenção.Ananindeua-PA, 28 de junho de 2019RITA DE CASSIA MARTINS SANTOS Diretor/Auxiliar de Secretaria da 1ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua-PA.

Número do processo: 0801042-42.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: R. O. G. T. Participação: ADVOGADO Nome: CAROLINA EVANGELISTA DA ROCHA E LIMAOAB: 21020/PA Participação: ADVOGADO Nome: YGOR WERNER DE OLIVEIRAOAB: 8925/RN Participação:

ADVOGADO Nome: OSVIR GUIMARAES THOMAZOAB: 37698/PE Participação: ADVOGADO Nome: NATALIA VARELA CAONOAB: 32468/PE Participação: ADVOGADO Nome: AMANDA RAPHAELA LIMA NUNESOAB: 39115/PE Participação: REQUERIDO Nome: T. P. A. D. M. Participação: ADVOGADO Nome: DIRNEY DA SILVA CUNHAOAB: 28241/PA Participação: ADVOGADO Nome: STHEFFANY NAYARA DE OLIVEIRA TOMAZOAB: 25587/PAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-49690801042-42.2018.8.14.0006ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, § 2º, I, do PROVIMENTO Nº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB,INTIMOa parte autora, através de seu Advogado/Defensor, para se manifestar em 15 dias, sobre a Contestação.Ananindeua-PA, 28 de junho de 2019RITA DE CASSIA MARTINS SANTOS Diretor/Auxiliar de Secretaria da 1ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua-PA.

Número do processo: 0809883-26.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: A. M. D. C. Participação: ADVOGADO Nome: MARIA LAUDELINA DA ROCHA BARATA OLIVEIRAOAB: 003568/PA Participação: REQUERIDO Nome: K. G. F. S. Participação: ADVOGADO Nome: ADHARA ABDALA NOGUEIRA PEREIRAOAB: 26792/PA Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS ALBERTO BARBOSA NOGUEIRAOAB: 014951/PAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969 0809883-26.2018.8.14.0006ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Nos termos do PROVIMENTO Nº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB,INTIMOas partes através de seu advogado para em 05(cinco) dias apresentarem manifestação acerca do Laudo juntado aos autos. Ananindeua-PA, 28 de junho de 2019.RITA DE CASSIA MARTINS SANTOS Diretor/Auxiliar de Secretaria da 1ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua-PA.

Número do processo: 0804037-91.2019.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: DJANILTO TEIXEIRA MACHADO JUNIOR Participação: ADVOGADO Nome: ELIZEU DE PAULA GUIMARAES JUNIOROAB: 13421/PA Participação: REQUERIDO Nome: ALAN CHRISTOFER DE MELO MACHADOESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969Processo nº: 0804037-91.2019.8.14.0006Ação:ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 -[Exoneração]REQUERENTE: DJANILTO TEIXEIRA MACHADO JUNIORREQUERIDO: ALAN CHRISTOFER DE MELO MACHADOD E S P A C H O Compulsando o caderno processual, verifico que o patrono judicial do autor requereu, na peça exordial, o deferimento da Justiça Gratuita em favor de seu assistido, descuidando de juntar declaração dehipossuficiência firmada de próprio punho pela parte demandante ou instrumento de mandatoem que lhe seja outorgado poderes especiais para realizá-lo, consoante exige a lei de regência e o art. 105, caput, da Lei nº 13.105/2015, razão pela qual, aplicando o art. 99 § 2º do CPC, determino:01. Intime-se o autor, via sistema PJE, para que no prazo de 15 dias saneie o vício apontado.02. Decorrido o prazo, certifique-se e junte-se o que houver e retornem os autos imediatamente conclusos.Publique-se. Registre-se. Intime-se Ananindeua ? PA, 27 de maio de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJuiz de Direito Titular da 1ª Vara de Família de Ananindeua

Número do processo: 0801262-40.2018.8.14.0006 Participação: AUTOR Nome: R. J. D. C. Participação: ADVOGADO Nome: SHARLLES SHANCHES RIBEIRO FERREIRAOAB: 10870 Participação: RÉU Nome: T. D. C. D. R. Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA INEZ ELUAN DA SILVAOAB: 17907/PAESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-49690801262-40.2018.8.14.0006ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Nos termos do art. 1º, § 2º, I, do PROVIMENTO Nº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB,INTIMOa parte autora, através de seu Advogado/Defensor, para se manifestar em 15 dias, sobre a Contestação.Ananindeua-PA, 25 de junho de 2019RITA DE CASSIA MARTINS SANTOS Diretor/Auxiliar de Secretaria da 1ª Vara de Família da Comarca de Ananindeua-PA.

Número do processo: 0809080-43.2018.8.14.0006 Participação: REQUERENTE Nome: BRUNA PAULA FAVACHO ARAUJO Participação: ADVOGADO Nome: ANDREA APARECIDA DE OLIVEIRAOAB: 14715/PA Participação: REQUERIDO Nome: EDSON DE SOUZA ARAUJOESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Claudio Saunders - Bairro Centro, Cep: 67030-325Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969Autos: 0809080-43.2018.8.14.0006Ação: DIVÓRCIO LITIGIOSO (99) [Dissolução, Bem de Família]REQUERENTE: BRUNA PAULA FAVACHO ARAUJOREQUERIDO: EDSON DE SOUZA ARAUJOD E S P A C H O Vistos etc. 1. O patrono judicial da parte autora requereu na peça prefacial o deferimento da Justiça Gratuita em favor de seu (sua) assistido (a). 2. Determinada a intimação da parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, juntasse a declaração de hipossuficiência firmada de próprio punho ou instrumento de mandato outorgando poderes especiais ao seu patrono para realizá-lo, consoante exige a lei de regência e o art. 105, caput, da Lei nº 13.105/2015, esta quedou-se inerte, razão pela qualINDEFIRO O PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA.3. Posto isto, intime-se o (a) demandante para que promova o recolhimento das custas no prazo de 15 (quinze) dias, consoante art. 321 do CPC, sob pena de indeferimento da prefacial e extinção do processo sem exame do mérito (CPC, artigo 485, inciso I).4. Decorrido o prazo, certifique-se e junte-se o que houver e retornem os autos conclusos.Ananindeua-PA, 18 de junho de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA

Número do processo: 0812083-06.2018.8.14.0006 Participação: AUTOR Nome: C. R. Participação: ADVOGADO Nome: JORGE LUIZ ANTONIO OLIVEIRAOAB: 483PA Participação: RÉU Nome: J. R. C. P. J.ESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO1ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE ANANINDEUAFórum Desembargador Edgar Lassance Cunha, Rua Cláudio Sanders - Bairro Centro, CEP: 67030-325, Ananindeua - PA. Fone: (91) 3201-4969Processo nº: 0812083-06.2018.8.14.0006D E S P A C H O Compulsando o caderno processual, verifico que as partes, em sessão de mediação, formularam um acordo a fim de consensualmente dirimir a lide, contudo verifico que adveio da união prole com uma filha, que se encontra com 2 anos de idade, e em sendo a ação de Dissolução de União estável aplica-se as mesmas diretrizes do divórcio, devendo ser tratado todos os itens que o compõem, tais como: a existência de bens, de filhos, guarda, direito de convivência, alimentos. Ante o exposto, manifestem-se as partes, no prazo de 10 (dez) dias, sobre os itens ausentes no acordo, como a guarda, direito de convivência e alimentos. Em seguida, conclusos. Intime-se. Ananindeua/PA, 17 de junho de 2019. CARLOS MÁRCIO DE MELO QUEIROZJUIZ DE DIREITO TITULAR DA 1ª VARA DE FAMÍLIA DE ANANINDEUA

SECRETARIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE ANANINDEUA

RESENHA: 27/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA DA FAZENDA PUBLICA DE ANANINDEUA - VARA: VARA DA FAZENDA PUBLICA DE ANANINDEUA

PROCESSO: 00006920420068140006 PROCESSO ANTIGO: 200610004662 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 AUTOR:FAZENDA NACIONAL Representante(s): ALEKSEY CARDOSO (ADVOGADO) REU:CONSTRUVIAS ENGENHARIA LTDA EXECUTADO:JOSE MARIA DE ARAUJO CAVALLEIRO DE MACEDO JUNIOR Representante(s): OAB 24941 - BARBARA MOREIRA DIAS BRABO (ADVOGADO) . VISTOS. Cuida-se de Exceç"o de Pré-Executividade oposta pelo executado Jose Maria de Araujo Cavalleiro de Macedo Junior, o qual alega, em suma, a prescriç"o originária incidente sobre o crédito referente às CDA"s 20 2 02 001925-37; 20 2 04 001042-16; 20 6 02 004627-03; 20 7 01 000208-11; a extinç"o do crédito tributário disposto na CDA 20 2 04 001043-05 pelo pagamento, ou subsidiariamente, pela prescriç"o; o reconhecimento da prescriç"o intercorrente e do redirecionamento da execuç"o ao sócio executado. Em manifestaç"o à Exceç"o de Pré-Executividade ofertada, a excepta refutou as alegaç"es do excipiente. É o relatório. Passo a decidir. O Código de Processo Civil estabeleceu na aç"o incidental de embargos, remédio único e universal para a defesa do devedor na execuç"o. A Lei de Execuç"o Fiscal seguiu tal sistemática, condicionando os embargos ainda, à garantia do juízo (artigo 16, §1º, da Lei n. 6.830/1980). Já a exceç"o de pré-executividade ou objeç"o de executividade, a par de n"o se encontrar prevista em lei, op"e-se à sistemática legal de defesa do executado, por n"o exigir a garantia do Juízo. Ademais, seu fundamento sustenta-se na possibilidade de conhecer o juiz, de ofício, de certas matérias capazes de tornar nula a execuç"o, seja pela ausência de título executivo sob o aspecto formal, seja por ser evidente a falta de liquidez, certeza ou exigibilidade da dívida por ele representada. Nesse diapas"o, só se admite a exceç"o de pré-executividade quando versar sobre matérias relacionadas ao juízo de admissibilidade da execuç"o, já que s"o de ordem pública, verificáveis "prima facie" e que passaram despercebidas pelo julgador. Da análise das alegaç"es apresentadas pelo excipiente verifico tratar-se de matéria passível de conhecimento por meio de exceç"o. No que se refere ao mérito, considerando a fundamentaç"o explanada pela defesa do excipiente, passo a análise detida de cada CDA individualmente. Alega o executado que a CDA inscrita sob o n° 20 2 02 001925-37 estaria prescrita originariamente, tendo em vista ter sido o crédito tributário nela inserido constituído definitivamente em 11/12/2000 e a presente aç"o ajuizada somente em 30/01/2006, portanto, tendo decorrido lapso superior ao prescricional de 5 (cinco) anos. Primeiramente, cumpre destacar que em relaç"o aos tributos lançados por homologaç"o declarados e n"o pagos, o Fisco disp"e de cinco anos para a cobrança do crédito, contados do dia seguinte ao vencimento da exaç"o ou da entrega da declaraç"o pelo contribuinte, o que for posterior. Esse entendimento coaduna-se com o seguinte julgado do STJ: "AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRIBUTÁRIO.PRESCRIÇ"O. TERMO A QUO. DATA DA ENTREGA DA DCTF SE POSTERIOR AO VENCIMENTO DA OBRIGAÇ"O TRIBUTÁRIA. MATÉRIA DECIDIDA SOB O RITO DO ART. 543-C DO CPC (RECURSOS REPETITIVOS). AGRAVO IMPROVIDO. IMPOSIÇ"O DA MULTA DO ART. 557, § 2º, DO CPC. I - A egrégia Primeira Seç"o desta Corte, no julgamento do REsp nº 1.120.295/SP, Relator Ministro LUIZ FUX, DJe de 21/05/2010, sob o regime do artigo 543-C do CPC (recursos repetitivos), firmou o entendimento de que, no caso de tributos sujeitos a lançamento por homologaç"o declarados e n"o pagos, o Fisco disp"e de cinco anos para a cobrança do crédito, contados do dia seguinte ao vencimento da exaç"o ou da entrega da declaraç"o pelo contribuinte, o que for posterior. Só a partir desse momento, o crédito torna-se definitivamente constituído e exigível pela Fazenda pública. II - Em quest"o de ordem suscitada pela Ministra Eliana Calmon, nos autos do AgRg no REsp 1.025.220/RS, a Primeira Seç"o entendeu que deve ser aplicada a multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC nos casos em que a parte se insurge quanto ao mérito de quest"o decidida em julgado submetido à sistemática do art. 543-C do CPC. III - Agravo regimental improvido, com imposiç"o da multa do art. 557, § 2º, do CPC, por impugnaç"o de matéria já assentada em sede de recurso repetitivo, revelando-se infundado e inadmissível . Vistos, relatados e discutidos os autos em que s"o partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça: A Turma, por unanimidade, negou provimento ao agravo regimental, com aplicaç"o de multa, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Teori Albino Zavascki, Napole"o Nunes Maia Filho (Presidente) e Benedito Gonçalves votaram com o Sr. Ministro Relator. Licenciado o Sr. Ministro Arnaldo Esteves Lima." (AgRg no AREsp 77971 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL

2011/0265859-0 Ministro FRANCISCO FALC"O (1116) T1 - PRIMEIRA TURMA 20/03/2012 DJe 30/03/2012, grifos nossos). Sendo assim, vislumbra-se que o débito referente à CDA sob exame se trata de IRPJ, que é tributo lançado por homologaç"o e definitivamente constituído em 11/12/2000 (conforme se observa às fls. 85), último prazo referente ao vencimento da exaç"o. Nesse diapas"o, dispunha o Fisco de cinco anos para cobrança judicial do débito, ou seja, até 11/12/2005, o que n"o ocorreu, haja vista ter sido a presente demanda ajuizada somente em 30/01/2006, estando, consequentemente, prescrita a CDA inscrita sob o n° 20 2 02 001925-37. No que tange à CDA cadastrada sob o n° 20 2 04 001042-16, alega o executado que o termo inicial para contagem do prazo prescricional deu-se em 30/04/1997, estando, portanto, prescrita. Entretanto, verifica-se, de forma diversa, eis que se trata de CDA lastreada por auto de infraç"o, que o "dies a quo" do lapso prescricional de cinco anos se deu em 31/07/2002 (fls. 120), 30 (trinta) dias após a notificaç"o do sujeito passivo realizada pela via editalícia (fls. 119). Neste caso, dispunha o Fisco até 31/07/2007 para ajuizar o executivo fiscal concernente àquela CDA, n"o havendo, portanto, se falar em prescriç"o do débito materializado na CDA n° 20 2 04 001042-16, eis que, ajuizado em 30/01/2006, conforme mencionado acima. No tocante à CDA cadastrada sob o n° 20 2 04 001043-05, alega o excipiente que o débito nela inscrito teria sido pago em 29/10/1997, requerendo, subsidiariamente, o reconhecimento da prescriç"o por ter vencido a obrigaç"o principal em 03/12/1997. Analisando os documentos juntados, referentes à CDA em tela, verifica-se que o débito nela inserido também funda-se em auto de infraç"o, ante o valor a menor pago pelo contribuinte, n"o havendo portanto, se falar em extinç"o pelo pagamento. Também n"o deve prosperar a alegaç"o de prescriç"o do supracitado débito, tendo em vista que, da mesma forma que o débito anterior, constituiu-se definitivamente em 31/07/2002 (trinta dias após a notificaç"o do contribuinte fls. 185), dispunha o Fisco até 31/07/2007 para ajuizar o executivo fiscal concernente àquela CDA, n"o havendo, portanto, se falar em prescriç"o do débito materializado na CDA n° n° 20 2 04 001043-05, eis que, ajuizado em 30/01/2006, conforme mencionado alhures. Em relaç"o à CDA cadastrada sob o n° 20 6 02 004627-03, postulou o executado o reconhecimento da prescriç"o deste crédito, coadunando-se à decis"o administrativa juntada às fls.142/143. No caso em apreço, assiste raz"o à executada, haja vista que o débito materializado na aludida CDA constituiu-se definitivamente em 22/04/1998, quando da declaraç"o da CSLL, dispondo o Fisco até 22/04/2003 para ajuizamento do executivo fiscal, o que só ocorreu em 30/01/2006, estando o débito consumado na CDA cadastrada sob o n° 20 6 02 004627-03, portanto, prescrito. Por fim, quanto à CDA cadastrada sob o n° 20 7 01 000208-11, requereu o excipiente o reconhecimento da prescriç"o, eis que o sujeito passivo teria sido notificado em 26/02/1999 e a execuç"o fiscal ajuizada após os cinco anos do lapso prescricional. Compulsando os autos, verifica que o débito inserido na citada CDA, refere-se ao PIS, cujo lançamento dá-se por homologaç"o. Assim sendo, temos a constituiç"o definitiva do crédito a partir do vencimento da exaç"o, ocorrida em 15/12/1998. Consequentemente, disporia o Fisco até o dia 15/12/2003 para o ajuizamento da execuç"o fiscal, o que n"o ocorreu, estando o débito consumado na CDA cadastrada sob o n° 20 7 01 000208-11, fulminado pela prescriç"o. Aduziu ainda o excipiente, a prescriç"o intercorrente e do redirecionamento dos débitos executados, ante a inércia da Fazenda Pública, eis que entre a ordem de citaç"o da pessoa jurídica ocorrida em 24/02/2006 e a citaç"o do sócio a quem fora redirecionada (realizada no final do ano de 2016), ter transcorrido o prazo prescricional de cinco anos. Relata também que o decurso de tal lapso se deu em virtude de negligência da própria Fazenda Pública que já tinha conhecimento desde a tramitaç"o do Processo Administrativo de que o endereço indicado como domicílio da Pessoa Jurídica encontrava-se desatualizado e por esse motivo deveria ter requerido ab initio sua citaç"o editalícia. Em análise aos autos, verifica-se ter sido determinada a citaç"o da pessoa jurídica executada em 24 de fevereiro de 2006 (fls. 18) sem cumprimento, até que em 21/10/2010 (fls. 19), este Juízo declinou a competência à Justiça Federal, o que ocasionou a paralisaç"o do feito até 25/07/2014 (fls. 27), momento em que determinou-se a atualizaç"o do endereço da executada para fins de citaç"o, eis que n"o localizada em seu domicílio fiscal. Instada, a Fazenda Pública peticionou requerendo a tentativa de citaç"o por Oficial de Justiça (fls. 28), o que foi indeferido por este Juízo, conquanto o "AR" havia retornado com a informaç"o "mudou-se". Determinada novamente a remessa dos autos à exequente para manifestaç"o, esta requereu o redirecionamento do feito e a citaç"o da empresa no domicílio do executado ora excipiente em 11/08/2015. Neste contexto, curial destacar que, ao contrário do que defende o executado em sua exceç"o, ainda que a Fazenda tivesse conhecimento de que o domicílio da pessoa jurídica n"o se encontrava atualizado, isso ocorreu em sede de procedimento administrativo, n"o se podendo imputar qualquer responsabilidade à Fazenda Nacional por n"o haver requerido à inicial citaç"o editalícia. Corrobora este entendimento, a premissa de que a satisfaç"o do crédito público é interesse da coletividade, interesse indisponível e ao qual certamente há o dever de celeridade em seu adimplemento. Deve-se, portanto, diferenciar as informaç"es obtidas em sede de processo administrativo e em sede de aç"o judicial. Se no ajuizamento da aç"o executiva fosse do conhecimento da Uni"o que o endereço da

executada era diverso daquele que tinha conhecimento, certamente iria requerer a citaç"o editalícia ou realizar buscas por novos logradouros. De mais a mais, é dever da empresa executada manter os seus dados atualizados à Receita Federal, o que n"o ocorreu no caso em apreço, n"o se podendo, repise-se, responsabilizar a Fazenda pela n"o localizaç"o da empresa executada. Retomando a alegaç"o de prescriç"o intercorrente e do redirecionamento ao sócio, n"o assiste raz"o ao excipiente. Importante enfatizar que para o acolhimento da prescriç"o, necessário cumprir-se dois requisitos: um objetivo-temporal (que corresponde, no caso, a cinco anos) e um de índole subjetiva que seria a negligência do exequente em impulsionar o feito, o que n"o ocorreu em nenhum momento, considerando a narraç"o acima acerca dos atos processuais. Ratifica-se essa premissa, com o que apregoa a Súmula 106 do STJ, em que a demora da citaç"o por motivos inerentes ao mecanismo da justiça n"o justifica o acolhimento da arguiç"o de prescriç"o. No caso em comento, houve paralisaç"o por quest"es relativas à competência declinada por este Juízo, ensejando uma inércia da marcha processual de 2006 a 2014, restando clara a subsunç"o ao que reza a referida Súmula. Pelos motivos declinados, n"o se pode infirmar a ocorrência de prescriç"o, seja ela intercorrente ou do redirecionamento, na forma alegada pelo excipiente. Ante todo o exposto, ACOLHO PARCIALMENTE A EXCEÇ"O DE PRÉ-EXECUTIVIDADE E JULGO EXTINTA A EXECUÇ"O em relação ao débito constante nas CDA"s de n° 20 2 02 001925-37; 20 6 02 004627-03 e 20 7 01 000208-11 pela prescrição originária, COM RESOLUÇ"O DO MÉRITO, com fulcro no art. 156, V do CTN e art. 487, II do CPC. Após certificado o trânsito em julgado, proceda a Secretaria ao cancelamento das CDA"s extintas. Condeno a Fazenda Nacional ao pagamento de honorários advocatícios, que ora fixo em 10% do valor da causa. Sentença não sujeita à remessa necessária, com supedâneo no art. 496, §3°, I do CPC. Intimem-se. Vistas à exequente para manifestar-se acerca das CDA"s remanescentes. Ananindeua/PA, 25/06/2019. LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA JUIZ DE DIREITO TITULAR DA VARA DE FAZENDA DE ANANINDEUA Página de 8 Fórum de: ANANINDEUA Email: 1fazananindeua@tjpa.jus.br Endereço: Fórum Des. Edgar Lassance Cunha, Rua Claudio Sanders nº 193 CEP: 67.030-325 Bairro: Centro Fone: (91)3201-4985

PROCESSO: 00004526619988140006 PROCESSO ANTIGO: 199810003322 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL Representante(s): PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL (PROCURADOR(A)) PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RODOCARGA TRANSPORTES LTDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00005705819988140006 PROCESSO ANTIGO: 199810004456 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:A UNIAO DA FAZENDA NACIONAL REU:RODOCARGA TRANSPORTES LTDA ADVOGADO:PROCURADOR DA FAZENDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3°

e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00007729720118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:CLIVEPAN CLINICA VETERINARIA S/C LTDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00008996220138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA ENEIDA PANTOJA DOS SANTOS Ação: Remessa Necessária Cível em: 28/06/2019 REQUERENTE:CONSTRUTORA SUCESSO Representante(s): OAB 2422 - SILVIO AUGUSTO DE MOURA FE (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE ANANINDEUA Representante(s): OAB 13081 - ANTONIO ROBERTO VICENTE DA SILVA (PROCURADOR(A)) . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do art. 1º §2º, VI do Provimento 006/2006-CJRMB e 477, §1º do NCPC, fica o exequente Construtora Sucesso S.A, intimado para, em 5 (cinco) dias, para, querendo, apresentar manifestação quanto aos cálculos efetuados pelo contador do juízo. Ananindeua, 28 de junho de 2019. MARIA ENEIDA PANTOJA DOS SANTOS Auxiliar Judiciário da Vara da Fazenda Comarca de Ananindeua Autorizada pelo Provimento nº 08/2014-CRMB de 15.12.2014.

PROCESSO: 00010013719988140006 PROCESSO ANTIGO: 199810007088 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:A UNIAO DA FAZENDA NACIONAL REU:AUTO PECAS AVENIDA LTDA ADVOGADO:PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00010367820128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:HIDRAMUNCK LTDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do

arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00010755519988140006 PROCESSO ANTIGO: 199810007631 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:A UNIAO DA FAZENDA NACIONAL REU:HAROLDO NEVES ADVOGADO:PROCURADOR DA FAZENDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00012629019988140006 PROCESSO ANTIGO: 199810009031 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:A UNIAO DA FAZENDA NACIONAL REU:MESSILINDO TEIXEIRA LIMA ADVOGADO:PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00013541819988140006 PROCESSO ANTIGO: 199810009791 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE: FAZENDA NACIONAL Representante(s): PROCURADOR DA FAZENDA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:PEDRO MESQUITA DE ALMEIDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830),

que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00013548120018140006 PROCESSO ANTIGO: 200110007437 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:FAZENDA NACIONAL EXECUTADO:MOTEL PRIVE LTDA-ME Representante(s): OAB 9139 - LUIZ CLAUDIO ALVES DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 10635 - ARLOVA MARTA VIVACQUA DA SILVEIRA (ADVOGADO) . SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00018403419998140006 PROCESSO ANTIGO: 199910013561 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:A UNIAO DA FAZENDA NACIONAL REU:TRANSALIANCA TRANSPORTES DE CARGAS E ENCOMENDAS LTDA ADVOGADO:PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00020218620038140006 PROCESSO ANTIGO: 200310011363 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 REQUERENTE:FAZENDA NACIONAL REQUERIDO:ECO BOIS IND COM IMP EXP DE MADEIRAS LTD. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título

executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00020808220038140006 PROCESSO ANTIGO: 200310011800 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:TRANSALIANCA TRANSP DE CARGAS ENC LTDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00021494920048140006 PROCESSO ANTIGO: 200410014944 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:SEMAP SERVICOS E COMERCIO LTDA ME. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00021530820038140006 PROCESSO ANTIGO: 200310012189 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:ECO BOIS IND COM IMP EXP DE MADEIRAS LTD. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019

ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00023587120048140006 PROCESSO ANTIGO: 200410016693 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:EBA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00023799220108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:INDEPENDENCIA COMERCIO E REPRESENTACAO LTDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00023851920128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:HG COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA AUTOS LTDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00029057620128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:A CAMILA DOS S GAMA ME. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00029413719988140006 PROCESSO ANTIGO: 199810020509 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:TENORIO TRANSPORTES LTDA ADVOGADO:PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00030725620078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710018373 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:FAZENDA NACIONAL Representante(s): JOSE RENATO FRAGOSO LOBO (ADVOGADO) REU:ULTRAMAR CORRETORA DE SEGUROS S/S LTDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00033702619988140006 PROCESSO ANTIGO: 199810023220 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:FAZENDA NACIONAL DO ESTADO DO PARA REU:A B ACIOLI

LINS ADVOGADO:PROCURADOR DO ESTADO. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00034282719988140006 PROCESSO ANTIGO: 199810023640 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:A B ACIOLI LINS ADVOGADO:PROC. SAMUEL HILEL BENCHAYA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00041824019988140006 PROCESSO ANTIGO: 199810028976 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL REU:M SILVA STEIN ADVOGADO:PROCURADOR DO ESTADO. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00043442719998140006 PROCESSO ANTIGO: 199910030159 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:FRANCA ARMARINHO LTDA ADVOGADO:PROCUARDOR DA FAZENDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento

provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00050847120118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MELO & MONTORIL S/C LTDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00052475820038140006 PROCESSO ANTIGO: 200310027112 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:OLIMPIA COMERCIO LTDA ME. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00057309720098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A FAZENDA NACIONAL Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LUNA SERVICOS LOGISTICOS LTDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado

por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00064244820018140006 PROCESSO ANTIGO: 200110056750 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:MOTEL PRIVE LTDA-ME Representante(s): OAB 9139 - LUIZ CLAUDIO ALVES DA SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 10635 - ARLOVA MARTA VIVACQUA DA SILVEIRA (ADVOGADO) ADVOGADO:GERSON DA COSTA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00064706220088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810035186 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 REQUERENTE:A UNIAO Representante(s): ALEKSEY LANTER CARDOSO (ADVOGADO) REQUERIDO:MG COMPENSADOS S/A. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00069798620018140006 PROCESSO ANTIGO: 200110062485 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 AUTOR:FAZENDA NACIONAL REU:E M COMERCIO DISTRIBUICAO REPRESENTACAO ADVOGADO:GERSON DA COSTA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de

custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00077674220118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:TRANGULO CONSULTORIA E SERVICOSLTDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00078026120118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO EXECUTADO:ESCOLA PARQUE LTDA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00088169020098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 EXEQUENTE:NEUZA MARIA ROCHA COSTA Representante(s): OAB 1074 - FREDERICO COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 4559 - JOSE DE ARIMATEIA CHAVES SOUSA (ADVOGADO) EXECUTADO:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 8160 - ALEXANDRE AUGUSTO LOBATO BELLO (PROCURADOR(A)) . PROCESSO Nº 0008816-90.2009.814.0006 CUMPRIMENTO DE SENTENÇA Autora/Exequente: NEUZA MARIA ROCHA COSTA Requerido/Executado: ESTADO DO PARÁ DESPACHO R.h Considerando que a tramitação processual foi corrigida com a certificação do trânsito em julgado pelo 2º Grau (fl. 225), cumpra-se a decisão de fl. 143 com a expedição de precatórios, sendo que deverá ocorrer atualização monetária e incidência de juros desde a data dos cálculos de fls. 133/134, pois homologados na referida decisão.

Deixo de apreciar a petição de fls. 227/231, pois necessariamente o precatório será quitado com a devida observância dos juros e correção monetária, utilizando-se como data base os cálculos de fls. 133/134. Cumpra-se com urgência e anote-se a prioridade legal. Após o protocolamento no setor de precatórios, arquivem-se os autos provisoriamente até que seja informada a quitação, momento em que deverá o arquivamento ser convolado em definitivo, independentemente de despacho.

Expeçam-se as ordens independentemente de nova vista dos autos à PGE, pois a decisão que determinou a expedição de precatórios já transitou em julgado e o presente despacho apenas determina

seu cumprimento. Ananindeua-PA, 26 de junho de 2019. ANTÔNIO JAIRO DE O. CORDEIRO Juiz de Direito, em exercício

PROCESSO: 00111285220118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ROGERIO SAMPAIO DA SILVA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00111458820118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:JOÃO BATISTA DA SILVA SOUZA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00113343420108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:O LOPES DOS SANTOS ME. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00114784020118140006 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:URUTAIMBE GUARANI DOS SANTOS AGUIAR. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00114949120118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARIA ISABEL FARIAS SANTOS. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00115043820118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:CARLOS AUGUSTO MOURA DE BARROS. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00115927620118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:AIRTON MARQUES SILVA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o

prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00118464920118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIZ OTAVIO OLIVEIRA MOREIRA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:PAULO ROBERTO BRANDAO LIMA. SENTENÇA A Fazenda Pública requereu o arquivamento provisório do presente feito, deferido por este juízo. Findo o prazo do arquivamento, a Exequente foi instada a se manifestar e reconheceu que não há causa suspensiva ou interruptiva de prescrição intercorrente. É, em suma, o relatório. DECIDO. Decorridos mais de 6 (seis) anos desde o arquivamento provisório do presente feito, este juízo teve o cuidado de, em razão de possível prescrição intercorrente, ouvir a Fazenda pública a respeito (§4º do artigo 40 da Lei 6.830), que, por sua vez, reconheceu a prescrição do crédito exequendo. Da decisão que ordenou o arquivamento decorreu o prazo prescricional quinquenal da súmula 314 do STJ, tendo sido paralisado o trâmite processual por tempo superior ao prazo prescricional do título executado, motivado por desídia da parte exequente. Sendo assim, declaro a prescrição intercorrente do crédito fiscal, nos termos do art. 40 §§2°, 3° e 4° da Lei 6.830 e decreto EXTINTO o PRESENTE FEITO, nos termos do art. 487, II do CPC. Sem honorários e isento de custas, ante a sucumbência da Fazenda Pública. Transitado em julgado esta sentença, ARQUIVEM-SE os autos. Ananindeua/PA, 26 de junho de 2019 ANTÔNIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito em exercício na Vara da Fazenda Pública de Ananindeua S.M.C

PROCESSO: 00169002520138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Ação: Apelação Cível em: 28/06/2019 MENOR:V. N. S. L. REPRESENTANTE:PAULA HELIANA OLIVEIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 7988 - DEBORAH BARBOSA COELHO (ADVOGADO) REQUERIDO:IGEPREV INSTITUTO DE GESTAO PREVIDENCIARIA DO ESTADO DO PA Representante(s): MILENE CARDOSO FERREIRA (PROCURADOR(A)) ENVOLVIDO:EXPEDITA MARTINS DE OLIVEIRA. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA - PARÁ VARA DA FAZENDA PÚBLICA PROCESSO Nº 0016900-25.2013.814.0006 DESPACHO 1. CHAMO À ORDEM: compulsando dos autos, verifica-se que não consta certidão de trânsito em julgado da Decisão Monocrática de fls. 146/148, tendo sido os autos remetidos ao IGEPREV em 10/07/2018 (fl. 148-v) e devolvidos equivocadamente a este juízo de 1º grau. Assim, suspendo o cumprimento de sentença, sem prejuízo de eventual aproveitamento dos atos já praticados caso se certifique o transito em julgado da Decisão de 2º Grau. 2. Diante disso, remetam-se os autos à Secretaria Única de Direito Público e Privado do E.TJPA para as medidas necessárias no que tange à certificação do trânsito em julgado da Decisão Monocrática de fls. 146/148. 3. Cumpra-se. Ananindeua-PA, 26 de junho de 2019. ANTONIO JAIRO DE O. CORDEIRO Juiz de Direito

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

Carta Precatória Criminal: 0005241-09.2019.8.14.0006
Juízo Deprecante: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE TOMÉ-AÇU/PA (Ação Penal nº 0012571-26.2018.8.14.0060)
Ré: EDLENE DA SILVA CHAVES (ATUALMENTE CUSTODIADA NO CENTRO DE RECUPERAÇÃO FEMININO - CRF).
Advogado: Cândido Henrique Neves Silva ¿ OAB nº 16.004
Capitulação: Artigo 33 da Lei nº 11.343/2006.

Ato Ordinatório - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA AUDIÊNCIA

Nos termos do artigo 1º, inciso IX, do Provimento 006/2006-CJRMB, por meio deste, intimo o Advogado relacionado na referência acima, Dr. Cândido Henrique Neves Silva ¿ OAB nº 16.004, para comparecer na Sala de Audiência da 1ª Vara Criminal de Ananindeua, no dia 11/09/2019 às 10:00 horas, para participar da Audiência de Interrogatório, designada nos autos da Carta Precatória Criminal em epígrafe que a Justiça Pública, Comarca de Tomé-Açu/PA, move contra sua cliente.

Ananindeua/PA, em 28 de junho de 2019.

Sarah Regina Sousa Pereira
Diretora da Secretaria da 1ª Vara Criminal
Comarca de Ananindeua

Carta Precatória Criminal: 0005136-32.2019.8.14.0006
Juízo Deprecante: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE SOURE/PA (Ação Penal nº 0003545-70.2019.8.14.0059)
Réu: RUAN LUIZ DOS SANTOS RODRIGUES
Advogado: João Nelson Campos Sampaio ¿ OAB/PA nº 8.002
Capitulação: Artigo 33 da Lei nº 11.343/2006.

Ato Ordinatório - INTIMAÇÃO DE ADVOGADO PARA AUDIÊNCIA

Nos termos do artigo 1º, inciso IX, do Provimento 006/2006-CJRMB, por meio deste, intimo o Advogado relacionado na referência acima, Dr. João Nelson Campos Sampaio ¿ OAB/PA nº 8.002, para comparecer na Sala de Audiência da 1ª Vara Criminal de Ananindeua, no dia 02/10/2019 às 11:00 horas, para participar da audiência de oitiva de testemunhas de defesa, designada nos autos da Carta Precatória Criminal em epígrafe que a Justiça Pública, Comarca de Soure/PA, move contra sua cliente.

Ananindeua/PA, em 28 de junho de 2019.

Sarah Regina Sousa Pereira
Diretora da Secretaria da 1ª Vara Criminal
Comarca de Ananindeua

SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA - VARA: 2ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00020513820198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDILSON FURTADO VIEIRA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:A. T. O. C. DENUNCIADO:EDSON FERREIRA SANTOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Juízo de Direito da Comarca de Ananindeua Segunda Vara Criminal Página de 2 Autos do processo n° 0002051-38.2019.8.14.0006 DECISÃO / MANDADO DE CITAÇÃO Vistos, etc. Nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, recebo a denúncia, por verificar que satisfaz os requisitos legais do art. 41 do Código de Processo Penal, bem como por não vislumbrar as hipóteses legais de rejeição preliminar, elencadas no art. 395 do referido diploma legal. CITE-SE o denunciado EDSON FERREIRA SANTOS filho de Dilma Ferreira dos Santos e Manoel de Jesus Gomes dos Santos, residente em AGUAS CRISTAL, N° 13, PASSAGEM CARLOS DUMONT, BAIRRO MARAMBAIA, BELÉM-PA. CEP- 66615-515. Para responder à acusação do Art. 155, CAPUT c/c Art. 14, II do CPB. Por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP (lei n. 11.719 de 20/06/2008). Nos termos do art. 396-A, na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar as testemunhas, qualificando-as e requerendo suas intimações quando necessário. Ciente o Oficial de Justiça que poderá efetuar a citação por hora certa caso o réu se oculte para não ser citado, nos exatos termos do art. 362 do CPP (redação da lei n. 11.719/2008) e na forma estabelecida nos artigos 227 a 229 do CPC, usado subsidiariamente pelo Código de Processo Penal Brasileiro. Indague-se se o réu possuí advogado constituído, declinando o nome e dados de contato do causídico (telefone, endereço, número da OAB), devendo o Oficial de Justiça fazer constar de sua certidão tais dados fornecidos pelo réu, ou se requer o patrocínio da Defensoria Pública. Caso a resposta não seja apresentada no prazo legal, ou se o acusado não constituir Defensor, encaminhem-se os autos ao Defensor Público vinculado à Vara para oferecê-la no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396-A, §2° do CPP. Apresentada à defesa, havendo argüição de preliminares e documentos novos, deverá o senhor Diretor de Secretaria dar vista ao Ministério Público, para manifestação no prazo de 05(cinco) dias (CPP art. 409). Tratando-se de Réu solto desde já fica advertido de que a partir do recebimento da denúncia, quaisquer mudanças de endereço deverão ser informadas ao Juízo, para fins de adequada intimação e comunicação oficial. Caso contrário o processo seguirá sem a presença do acusado que, CITADO ou INTIMADO pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao Juízo (CPP art. 367). Havendo advogado constituído intime-se o mesmo para apresentar a defesa no prazo legal. Após, retornem os autos conclusos para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397 do CPP. Caso os réus não sejam encontrados no endereço fornecido nos autos, proceda-se a pesquisa no sistema INFOPEN com o intuito de localizar os denunciados, e, sendo encontrados cite-os por mandado. Não sendo encontrado o réu de dê-se vistas ao Ministério Público para manifestação. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, COMO MANDADO DE CITAÇÃO, conforme provimento 011/2009-CJRMB. Ananindeua-PA, 27 de Junho de 2019 Juiz Edílson Furtado Vieira PROCESSO: 00024775020198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDILSON FURTADO VIEIRA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:E. P. DENUNCIADO:JORGE CLAUDIO DA SILVA CONCEICAO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Juízo de Direito da Comarca de Ananindeua Segunda Vara Criminal Página de 2 Autos do processo n° 00024775020198140006 DECIS"O / MANDADO Vistos, etc. Nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, recebo a denúncia oferecida pelo Ministério Público do Estado do Pará contra JORGE CLAUDIO DA SILVA CONCEIÇÃO por verificar que satisfaz os requisitos legais do art. 41 do Código de Processo Penal, bem como por não vislumbrar as hipóteses legais de rejeição preliminar, elencadas no art. 395 do referido diploma legal. Em face da PROPOSTA DE SUSPENS"O CONDICIONAL DO PROCESSO feita pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, designo o dia 31/01/2020 às 09:30h horas, para audiência onde será renovada a proposta de suspensão ao acusado. Cite-se o acusado do inteiro teor da denúncia, devendo ser anexada ao mandado de citação cópia de vestibular, bem como constar na referida ordem judicial que o acusado deverá fazer-se presente em Juízo acompanhado de advogado, e que na ausência de um defensor por ele constituído, ser-lhe-á nomeado defensor público, à audiência em que será proposta pelo Ministério Público a suspensão do processo na forma do artigo 89, da Lei nº. 9.099/95. Faça-se constar ainda do mandado citatório, que no caso de n"o aceitação pelo acusado da proposta de

suspensão formulada pelo Ministério Público, o processo terá seu seguimento normal, com vista ao seu defensor constituído ou nomeado pelo Juízo, para apresentação de resposta escrita às acusações constante do vestibular acusatório, nos termos do artigo 396 do CPP. Verificando o Senhor Oficial de Justiça que o réu se oculta para não ser citado, deverá certificar a ocorrência e proceder a citação com hora certa, na forma estabelecida nos artigos 227 a 229 do CPC, usado subsidiariamente pelo Código de Processo Penal Brasileiro. Junte-se aos autos certidão de antecedentes criminais atualizada do denunciado. Cumpra-se. SERVIRÁ A PRESENTE DECIS"O, COMO MANDADO DE CITAÇ"O, conforme provimento 011/2009-CJRMB. Ananindeua-PA, 27 de junho de 2019. Juiz Edílson Furtado Vieira PROCESSO: 00036666320198140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDILSON FURTADO VIEIRA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:A. A. S. AUTORIDADE POLICIAL:SECCIONAL DA CIDADE NOVA DENUNCIADO:PAULO ROBERTO CORDEIRO SILVA DENUNCIADO:LENDERSON GREICK CONCEICAO CHUVAS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Juízo de Direito da Comarca de Ananindeua Segunda Vara Criminal Página de 2 Autos do processo n° 000366-63.2019.8.14.0006 DECISÃO / MANDADO DE CITAÇÃO Vistos, etc. Nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, recebo a denúncia, por verificar que satisfaz os requisitos legais do art. 41 do Código de Processo Penal, bem como por não vislumbrar as hipóteses legais de rejeição preliminar, elencadas no art. 395 do referido diploma legal. CITE-SE os denunciados LENDERSON GREICK CONCEIÇÃO CHUVAS, filho de Maria Cleilda Conceição Sales e Lecio Garcia Sales, residente e domiciliado em RUA AMBROSIO, N°22, BAIRRO ICUI-GUAJARÁ, ANANINDEUA-PA. CEP- 67125729. E o Denunciado PAULO ROBERTO CORDEIRO SILVA, filho de Terezinha de Jesus Ferreira Cordeiro e Paulo Roberto Dantas Silva, residente e domiciliado em ESTRADA DO ICUI-GUAJARÁ, KIT NETE N° 05, AO LADO DA OFICINA LISBOA, BAIRRO ICUI-GUAJARÁ, ANANINDEUA-PA, CEP- 67125729. Para responder à acusação do Art. 155, § 4º, inciso I do CPB. Por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP (lei n. 11.719 de 20/06/2008). Nos termos do art. 396-A, na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar as testemunhas, qualificando-as e requerendo suas intimações quando necessário. Ciente o Oficial de Justiça que poderá efetuar a citação por hora certa caso o réu se oculte para não ser citado, nos exatos termos do art. 362 do CPP (redação da lei n. 11.719/2008) e na forma estabelecida nos artigos 227 a 229 do CPC, usado subsidiariamente pelo Código de Processo Penal Brasileiro. Indague-se se o réu possuí advogado constituído, declinando o nome e dados de contato do causídico (telefone, endereço, número da OAB), devendo o Oficial de Justiça fazer constar de sua certidão tais dados fornecidos pelo réu, ou se requer o patrocínio da Defensoria Pública. Caso a resposta não seja apresentada no prazo legal, ou se o acusado não constituir Defensor, encaminhem-se os autos ao Defensor Público vinculado à Vara para oferecê-la no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396-A, §2° do CPP. Apresentada à defesa, havendo argüição de preliminares e documentos novos, deverá o senhor Diretor de Secretaria dar vista ao Ministério Público, para manifestação no prazo de 05(cinco) dias (CPP art. 409). Tratando-se de Réu solto desde já fica advertido de que a partir do recebimento da denúncia, quaisquer mudanças de endereço deverão ser informadas ao Juízo, para fins de adequada intimação e comunicação oficial. Caso contrário o processo seguirá sem a presença do acusado que, CITADO ou INTIMADO pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao Juízo (CPP art. 367). Havendo advogado constituído intime-se o mesmo para apresentar a defesa no prazo legal. Após, retornem os autos conclusos para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397 do CPP. Caso os réus não sejam encontrados no endereço fornecido nos autos, proceda-se a pesquisa no sistema INFOPEN com o intuito de localizar os denunciados, e, sendo encontrados cite-os por mandado. Não sendo encontrado o réu de dê-se vistas ao Ministério Público para manifestação. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, COMO MANDADO DE CITAÇÃO, conforme provimento 011/2009-CJRMB. Ananindeua-PA, 27 de junho de 2019. Juiz Edílson Furtado Vieira PROCESSO: 00106477920178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDILSON FURTADO VIEIRA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:CARLOS HENRIQUE KLEIN DE OLIVEIRA DENUNCIADO:ALLEF MARCOS DE JESUS SOUSA DENUNCIADO:BENJAMIM PINHEIRO SERRA. Processo: 0010647-79.2017.8.14.0006 DESPACHO / MANDADO DE CITAÇÃO 1- QUANTO AO DENUNCIADO ALEFF MARCOS DE JESUS SOUSA, residente e domiciliado no(a) Rua Santana do Aurá, Residencial Torre do Aurá, Bloco 17, Apt. 202, Aurá, Ananindeua-PA Os corréus CARLOS HENRIQUE KLEIN DE OLIVEIRA e BENJAMIN PINHEIRO SERRA foram regularmente citados e, por intermédio da Defensoria Pública, apresentaram resposta à acusação, restando ainda a ser realizada a citação do denunciado ALEFF MARCOS DE

JESUS SOUSA. CITE-SE o denunciado ALLEF MARCOS DE JESUS SOUSA, brasileiro, natural de Belém/PA, nascido em 12.09.1997, filho de Keise Cristina do Nascimento de Jesus e Antônio Marcos da Costa Sousa, residente e domiciliado no(a) Rua Santana do Aurá, Residencial Torre do Aurá, Bloco 17, Apt. 202, Aurá, Ananindeua-PA, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP (lei n. 11.719 de 20/06/2008). Nos termos do art. 396-A, na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar as testemunhas, qualificando-as e requerendo suas intimações quando necessário. Ciente o Oficial de Justiça que poderá efetuar a citação por hora certa caso o(s) réu(s) se oculte (m) para não ser citado, nos exatos termos do art. 362 do CPP (redação da lei n. 11.719/2008) e na forma estabelecida nos artigos 227 a 229 do CPC, usado subsidiariamente pelo Código de Processo Penal Brasileiro. Indague-se o réu se possui advogado constituído, declinando o nome e dados de contato do causídico (telefone, endereço, número da OAB), devendo o Oficial de Justiça fazer constar de sua certidão tais dados fornecidos pelos réus, ou se requer o patrocínio da Defensoria Pública. Caso a resposta não seja apresentada no prazo legal, ou se o acusado não constituir Defensor, encaminhem-se os autos ao Defensor Público vinculado à Vara para oferecê-la no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396-A, §2° do CPP. Apresentada a defesa, havendo argüição de preliminares e documentos novos, deverá o senhor Diretor de Secretaria dar vista ao Ministério Público, para manifestação no prazo de 05(cinco) dias (CPP art. 409). Tratando-se de Réu solto desde já fica advertidos de que a partir do recebimento da denúncia, quaisquer mudanças de endereço deverão ser informadas ao Juízo, para fins de adequada intimação e comunicação oficial. Caso contrário o processo seguirá sem a presença do acusado que, CITADO ou INTIMADO pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao Juízo (CPP art. 367). Havendo advogado constituído intime-se o mesmo para apresentar a defesa no prazo legal. Após, retornem os autos conclusos para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397 do CPP. SERVIRÁ O PRESENTE DESPACHO, COMO MANDADO DE CITAÇÃO, conforme provimento 011/2009-CJRMB. Ananindeua-PA, 27 de junho de 2019. EDILSON FURTADO VIEIRA Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal de Ananindeua PROCESSO: 00143499620188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDILSON FURTADO VIEIRA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 ACUSADO:RAIMUNDO JOSE DE LIMA ARAUJO Representante(s): OAB 23509 - LEOMARA BARROS RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 24560 - JORGE LEONARDO DOS SANTOS BARREIRA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:M. L. M. S. VITIMA:R. L. S. A. . Processo: 0014349-96.2018.8.14.0006 DECIS''O INTERLOCUTÓRIA O Ministério Público, em petição inicial nos autos da Ação de Suspensão do Poder Familiar c/c Pedido de Guarda, distribuída perante a Vara da Infância e Juventude de Ananindeua sob o n. 0806061-63.2017.8.14.0006, ventilou a possibilidade de conduta criminal de apropriação indébita, supostamente praticada por RAIMUNDO JOSÉ DE LIMA ARAÚJO em desfavor de seu filho menor R.L.D.S.A. Após encaminhado a este Juízo, foram os autos remetidos ao Parquet, que, em quota, de fls. 83, requereu que fosse requisitado à Autoridade Policial a abertura de Inquérito Policial. Passo a fundamentar e, em seguida, DECIDO. O Ministério Público tem capacidade requisitória, podendo ele mesmo diligenciar junto aos órgãos públicos, conforme lhe facultam os artigos 13, inciso II, do CPP c/c art. 129, VI da CF e artigo 26, da Lei nº 8.265/93 - Lei Orgânica do Ministério Público: Lei Orgânica do Ministério Público Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá: I - instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los: a) expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei; b) requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; c) promover inspeções e diligências investigatórias junto às autoridades, órgãos e entidades a que se refere a alínea anterior; II - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que oficie; III - requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância ou procedimento administrativo cabível; IV - requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, observado o disposto no art. 129, inciso VIII, da Constituição Federal, podendo acompanhá-los; V - praticar atos administrativos executórios, de caráter preparatório; Sendo assim indefiro a diligência requerida pelo Ministério Público às fls. 83, devendo os autos retornarem àquele Órgão Ministerial, a fim de que manifeste se há algum novo requerimento. Nos presentes autos, observa-se que as condições levantadas até o momento, ainda não permitiam dar início a Aç''o Penal. Trata-se, também, de suposto crime patrimonial em que pai teria se beneficiado em detrimento de seu filho e, como bem prevê o art 181, II, do CPB: Art. 181 - É isento de pena quem comete qualquer

dos crimes previstos neste título, em prejuízo: (Vide Lei nº 10.741, de 2003) I - do cônjuge, na constância da sociedade conjugal; II - de ascendente ou descendente, seja o parentesco legítimo ou ilegítimo, seja civil ou natural. Em face do exposto, desacolho o parecer do Ilustre Representante do Ministério Público, determinando o ARQUIVAMENTO do presente procedimento, ficando resguardada a possibilidade de futuro desarquivamento, nos termos do art. 18, do CPP e Súmula 524, do STF. P.R.I.C. Ananindeua, 27 de junho de 2019. EDILSON FURTADO VIEIRA Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal de Ananindeua PROCESSO: 00176084120148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDILSON FURTADO VIEIRA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:FRANKLIN DOS SANTOS AMORAS Representante(s): OAB 23433 - ADRIANO SILVA DE SOUSA (ADVOGADO) DENUNCIADO:PAULO HENRIQUE COSTA DE SOUSA Representante(s): OAB 11302 - JORGE MOTA LIMA (ADVOGADO) VITIMA:M. M. P. VITIMA:T. G. S. R. . COMARCA DE ANANINDEUA Proc. n.º: 0017608-41.2014.8.14.0006 DENUNCIADOS: 1-PAULO HENRIQUE COSTA DE SOUSA (falecido - fls. 142), brasileiro, paraense, natural de Belém, nascido em 04.03.1994, filho de Sandra Maria Costa de Sousa e de Pedro Paulo Dutra de Sousa, residente no Conjunto Jaderlândia I, Rua N, n. 112, Bairro Atalaia, Ananindeua/PA, representado nos autos pelo advogado JORGE MOTA LIMA (OAB/PA 11.302); 2-FRANKLIN DOS SANTOS AMORAS, brasileiro, paraense, natural de Ananindeua, nascido em 21.04.1994, filho de Ionete dos Santos Ribeiro e de Franklin Moraes Amoras, residente e domiciliado em endereço não informado nos autos (revel fls. 88), representado nos autos pela Defensoria Pública do Estado (fls. 117-v). DESPACHO 1- QUANTO À PAULO HENRIQUE COSTA DE SOUSA Verificou-se que o denunciado PAULO HENRIQUE COSTA DE SOUSA, consta sua Certidão de Óbito às fls. 142, tendo o Ministério Público, às fls. 144, com base no art. 107, I, do CPB, manifestado-se pela declaração da extinção da punibilidade do mesmo. 2- QUANTO À FRANKLIN DOS SANTOS AMORAS Verificou-se que o denunciado FRANKLIN DOS SANTOS AMORAS, deu-se por citado, através de comparecimento espontâneo em audiência realizada em 10.05.2017, acompanhado do advogado ADRIANO SILVA DE SOUSA (OAB/PA 11.302), tendo o referido causídico pedido prazo para juntada de procuração, o que foi deferido pelo Juízo. Decorrido in albis o prazo sem juntada, seja de resposta à acusação ou de procuração, o Juízo, em audiência realizada em 02.04.2018, aplicou multa de 10 (dez) salários mínimos ao causídico ADRIANO SILVA DE SOUSA (OAB/PA 11.302) e, por encontrar-se o segundo denunciado sem endereço informado nos autos (revelia decretada às fls. 88), nomeou a Defensoria Pública para atuar em sua defesa, tendo a DP tomado ciência da nomeação em 09.04.2018 e, na sessão de 10.10.2018, justificou sua ausência. DELIBERAÇÕES 1- Declaro extinta, por morte, a punibilidade de PAULO HENRIQUE COSTA DE SOUZA. 2- Abra-se vista dos autos à Defensoria Pública para que apresente resposta escrita à acusação, em relação ao réu FRANKLIN DOS SANTOS AMORAS. 3- QUANTO A INSTRUÇÃO CRIMINAL Verifico que a acusação arrolou 5 (cinco) testemunhas, a saber: 1- Josias Pantoja Pinheiro - PM (ouvido - fls. 89/90); 2- Paulo José Cardoso da Silva - PM (ainda não ouvido); 3- Madson Moraes Pena (ainda não ouvido - endereço às fls. 115-v); 4-Thalison Gabriel Silva Ribeiro (ouvido - fls. 89/90) e 5-Alexsandro Neta da Silva (desistência - fls. 118-v). Resta desse modo, para conclusão da instrução, a realização da oitiva das testemunhas Paulo José Cardoso da Silva (Policial Militar), Madson Moraes Pena (Vítima - endereço às fls. 115-v) e as da defesa de Franklin dos Santos Amoras, caso hajam, prosseguindo-se com o interrogatório do réu, caso volte a comparecer espontaneamente, diante da revelia. Designo o dia 04.03.2020, às 10:30h, para continuação da instrução criminal, para a oitiva das testemunhas Paulo José Cardoso da Silva (Policial Militar), Madson Moraes Pena (Vítima - endereço às fls. 115-v) e as da defesa de Franklin dos Santos Amoras, caso sejam arroladas pela Defensoria Pública, prosseguindo-se com o interrogatório do réu FRANKLIN DOS SANTOS AMORAS, caso volte a comparecer espontaneamente, diante da revelia. Requisite-se o Policial Militar PAULO JOSÉ CARDOSO DA SILVA e expeça-se Mandado de Intimação à vítima MADSON MORAES PENA (end. Fls. 115-v), bem como às testemunhas, porventura, arroladas pela Defensoria Pública na resposta à acusação de FRANKLIN DOS SANTOS AMORAS. Ananindeua (Pa), 27/06/2019. EDILSON FURTADO VIEIRA Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Criminal de Ananindeua PROCESSO: 00201600820168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDILSON FURTADO VIEIRA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:E. E. I. E. C. AUTORIDADE POLICIAL:DIOE - DIVISAO DE INVESTIGACOES E OPERACOES ESPECIAS DENUNCIADO:ELIELSON VASCONCELOS DOS ANJOS DENUNCIADO:ADILTON ALVES MARAMALDO JUNIOR. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Juízo de Direito da Comarca de Ananindeua Segunda Vara Criminal Página de 2 Autos do processo n. 0020160-08.2016.8.14.0006 DECISÃO 1- DA DEFESA PREVIA E AUDIENCIA DE INSTRUÇÃO Trata-se de ação penal movida pelo Ministério Público em desfavor dos réus ELIELSON VASCONCELOS DOS ANJOS e ADILTON ALVES

MARAMALDO JUNIOR, pela suposta prática do delito previsto no art.168, §1°, III, Código Penal. A defesa dos acusados, argumentou, em sede preliminar, pela rejeição da denúncia por nulidade da prova em razão de invasão de domicílio (fls.29/32). Entretanto, é pacífico o entendimento jurisprudencial de que, para o recebimento da denúncia, não se exige prova plena da autoria e materialidade delitivas, bastando a presença de indícios, prevalecendo, nessa fase, o princípio do in dubio pro societate. Vale ressaltar que, por ora, não ficou comprovada a invasão de domicílio alegada pela Defesa, em seus interrogatórios em fase policial os réus não mencionam, ou relatam qualquer hipótese de invasão. Na demanda aqui proposta, a denúncia preenche as condições de procedibilidade, onde se inserem as condições da ação - possibilidade jurídica do pedido, legitimidade e interesse de agir - bem como os pressupostos processuais de existência e validade. Com efeito, os depoimentos colhidos na esfera policial, demonstram que há indício de autoria, e comprovam a materialidade. Bem como os acusados foram devidamente identificados, a denúncia narra fatos como evento delituoso. Assim, não sendo o caso de absolvição sumária ou nulidade, ratifico o recebimento da denúncia. Designo audiência de instrução e julgamento a se realizar em 05/09/2019 às 09:30 horas onde serão ouvidas as testemunhas arroladas, e interrogados os acusados. Providencie a Secretaria Judicial a expedição dos documentos necessários à realização da referida audiência. Assim deve a secretaria: 1. Intimar os acusados 2. Intimar o ofendido indicado na Denúncia 3. Requisitar os policiais arrolados na Denúncia 4. Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Publica Cumpra-se. Ananindeua-PA, 27 de junho de 2019. EDILSON FURTADO VIEIRA Juiz de Direito

SECRETARIA DA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE ANANINDEUA

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE ANANINDEUA - VARA: VARA DO TRIBUNAL DO JURI DE ANANINDEUA PROCESSO: 00016411420188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CRISTINA SANDOVAL COLLYER Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 27/06/2019 VITIMA:D. M. S. DENUNCIADO:ILSON LOPES DA SILVA DENUNCIADO:HANS BRUNO COSTA DOS SANTOS. DECISAO INTERLOCUTÓRIA O Ministério Público requereu a decretação da prisão preventiva, suspensão do processo e do prazo prescricional do denunciado ILSON LOPES DA SILVA, alegando que o denunciado não fora citado. No entanto, compulsando os autos, constatei que o acusado já fora citado, conforme certidão à fl.11. Diante da devida citação, julgo prejudicado o pedido de suspensão do processo e prazo prescricional no que concerne ao acusado ILSON LOPES DA SILVA. Dê ciência ao Ministério Público. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Ananindeua, 27 de junho de 2019. CRISTINA SANDOVAL COLLYER Juíza de Direito, titular da Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Ananindeua-PA PROCESSO: 00565440420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAMILA BURNETT AIRES Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 27/06/2019 AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA UIPP ICUI VITIMA:R. N. A. P. DENUNCIADO:PAULO JORGE LIMA FARIAS DENUNCIADO:RENAN WARLEY PENHA DE OLIVEIRA. EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO DE 15 DIAS Fórum da Comarca de Ananindeua Secretaria da Vara do Tribunal do Júri A Dra. CRISTINA SANDOVAL COLLYER, MMa. Juíza de Direito Respondendo pela Vara do Tribunal do Júri de Ananindeua, no uso de suas atribuições legais etc... Faz saber aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que tramita por esta Vara do Tribunal do Júri, Comarca de Ananindeua, os autos processuais de número 0056544-04.2015.814.0006, que tem como denunciado(a)(s) o(a)(s) nacional(is) PAULO JORGE LIMA FARIAS, brasileiro,solteiro, filho de Maria Silvéria Lima FARIAS E João Farias, nascido em 10/03/1970¸brasileiro, natural de Belém/Pa, residente e domiciliado Rua Lobão Silveira, Quadra 17, n° 29, Bairro Icuí-Guajará, Ananindeua/Pa e RENAN WARLEY PENHA DE OLIVEIRA, filho de Selma Trindade de Penha e Raimundo Nonato Farias de Oliveira, brasileiro, paraense, nascido em 29/01/1992, RG n° 6946235, residente e domiciliado Rua João Batista, s/n, Bairro Icuí- Guajará, Ananindeua/PA enquadrado (s) no Art. 121 §2º, I, e IV todos do CPB. E por este, fica(m) intimado(s) a comparecer à Secretaria da Vara do Tribunal do Júri de Ananindeua, localizada no Fórum Des. Edgar Lassance Cunha, sito à Rua Claudio Sanderes, 193, Centro, CEP 67030970, a fim de participar de SESSÃO DO TRIBUNAL DO JÚRI designada para o dia 30/07/2019 às 08h30. Assim, para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, na forma da Lei. Dado e passado nesta Comarca de Ananindeua, 27 de de junho de 2019. Eu, ..., Camila Burnett Aires, Auxiliar Judiciário, o digitei. CRISTINA SANDOVAL COLLYER Juíza de Direito da Vara do Tribunal do Júri Comarca de Ananindeua/PA PROCESSO: 00045171220198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Pedido de Prisão Preventiva em: REQUERENTE: D. A. REQUERIDO: C. M. M. PROCESSO: 00075572920188140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: VITIMA: J. A. P. C. DENUNCIADO: M. G. A. DENUNCIADO: V. S. M. Representante(s): OAB 8002 - JOAO NELSON CAMPOS SAMPAIO (ADVOGADO)

SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA

RESENHA: 24/06/2019 A 24/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00000713220148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Sumário em: 24/06/2019 REQUERENTE:JOAO NUNES Representante(s): OAB 53400 - ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJCHSZAK (ADVOGADO) REQUERIDO:FEDERAL SEGURANCA SA Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . PROCESSO nº. 0000071-32.2014.814.0006 DECISÃO DE SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO Vistos etc. Não existindo a ocorrência das situações previstas nos artigos 354, 355 e 356, todos do Novo Código de Processo Civil- NCPC, passo a sanear e organizar o processo para instrução e julgamento, na forma do artigo 357 do NCPC. 1. QUESTÕES PROCESSUAIS PENDENTES. Em contestação de fls. 23/51, o requerido FEDERAL SEGUROS S/A alega, preliminarmente: 1- a sua ilegitimidade passiva, apontando, para figurar no polo passivo, a Seguradora Líder; 2- inépcia da inicial por ausência de conclusão lógica decorrente dos fatos e pedido genérico, visto que a parte autora estaria pleiteando pagamento da diferença entre a indenização paga administrativamente e valor a ser auferido a partir de laudo do IML, que não teria juntado nos autos; 3- ausência de documentos necessários à propositura da ação, que seriam: laudo do Instituto Médico Legal, RG/CPF da vítima, comprovante de residência e Boletim de Ocorrência. Em sede de réplica (fls. 82/98), o requerente contra-argumenta: 1- que qualquer seguradora inscrita no sistema pode responder passivamente, não se restringindo a legitimidade passiva das demandas à administradora do consórcio, nos termos da Resolução n. 109/2004; 2- a irretroatividade da Medida Provisória n. 451/2008, segundo a qual o valor da indenização por invalidez é proporcional ao grau apurado junto ao IML. Requer a aplicação da antiga redação do art. 8º da Lei 11.482/07, que tinha por parâmetro o valor de R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais); 3- que apresentou todos os documentos necessários à propositura da ação, bem como que o Boletim de Ocorrência e o Laudo do IML não seria documentos indispensáveis. Alega que o laudo será juntado aos autos mediante determinação do Juízo para a sua confecção; Em relação à preliminar de ilegitimidade da passiva, entendo que não assiste razão ao requerido, pois as seguradoras que compõem o consórcio do Seguro DPVAT são solidariamente responsáveis pelo pagamento das indenizações securitárias, conforme entendimento da 4ª turma do Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial n. 1.108.175 - PR. Portanto, não se sustenta a alegação do requerido de ilegitimidade passiva. Em relação à preliminar de inépcia da inicial por ausência de conclusão lógica decorrente dos fatos narrados na exordial e por pedido genérico, entendo que não prospera. A apreciação da conclusão dos fatos narrados na inicial confunde-se com o mérito, razão pela qual a reservo para o momento do julgamento. Quanto à alegação de pedido genérico, a correta especificação da lesão e a sua gravidade poderão ser aferidas durante a instrução processual com a realização de perícia médica, quando será verificada a possibilidade de eventual complementação do valor pago administrativamente. Contudo, indefiro o requerimento do réu de aplicar a antiga redação do art. 8º da Lei 11.482/07, visto que o acidente ocorreu em 2012, após a edição da medida provisória n.451/2008. Em relação à juntada de documentos essenciais à propositura da ação, o autor juntou Boletim de Ocorrência, juntou RG/CPF e declaração de residência. Pelo exposto, não acolho a preliminar de ausência de documentos essenciais à propositura da ação. 2. DELIMITAÇÃO DAS QUESTÕES DE FATO CONTROVERTIDAS. Entendo como questão fática controvertida a obrigação de complementar valor pago administrativamente pelo réu ao autor. 3. DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS DA PROVA. Será adotada a distribuição fixa do ônus da prova prevista no artigo 373, caput, do NCPC, I, cabendo à requerente provar as suas alegações. 4.AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. Aberto prazo para as partes informarem quais provas pretendem produzir, requereram a produção de prova pericial junto ao Instituto Médico Legal a fim de verificar a lesão apontada pela parte autora, confirmando se houve debilidade permanente. DEFIRO a produção da prova pericial para que se determine o grau da lesão sofrida pelo autor, apontando se houve, ou não, debilidade permanente. OFICIE-SE ao Diretor do Instituto Médico Legal de Belém/PA, requisitando-lhe o agendamento da perícia técnica ora deferida, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, a contar da data da intimação, devendo aquele órgão, com antecedência mínima de 24 horas, comunicar a este Juízo a data e horário da perícia. Cópia da petição inicial e das petições de fls. 100 e de fls. 101/103 deverão instruir o expediente. DESIGNO audiência de instrução e julgamento para o dia 31/10/2019, às 09h30, ocasião na qual serão tomados os depoimentos das partes e das testemunhas que arrolarem no prazo legal. Por força do disposto no artigo 455, caput, do Código de Processo Civil, cabe ao advogado da parte informar ou

intimar por carta com aviso de recebimento a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, cumprindo ao advogado juntar aos autos, com antecedência de pelo menos 3 (três) dias da data da audiência, cópia da correspondência de intimação e do comprovante de recebimento. A inércia na realização da intimação importa desistência da inquirição da testemunha (CPC, artigo 455, § 3º). A intimação somente ocorrerá pela via judicial nos casos do art. 455, §4º, CPC, sendo ônus da parte a demonstração de sua necessidade. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Ananindeua (Pa), 17 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Juiz de Direito Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00002108120148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 24/06/2019 REQUERENTE:HSBC BANK BRASIL SA Representante(s): OAB 91.811 - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANA LUCIA COSTA MAUES. Processo nº 0000210-81.2014.8.14.0006 DECISÃO Vistos, etc. INDEFIRO os pedidos de fl. 88 face a ausência de comprovação quanto ao esgotamento de diligências anteriores por parte do exequente no sentido de localização de bens do executado passíveis de penhora. Intime-se o exequente para que, no prazo de 15 dias, diga se tem interesse em prosseguir no feito, indicando meios que viabilizem a continuidade da execução, sob pena de suspensão, nos termos do art. 921, III, § 1º e 3º do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos. CERTIFIQUE-SE. Cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00010774020158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:ELIANA BARBOSA DE OLIVEIRA BRAHIN Representante(s): OAB 7261 - JOSE OTAVIO NUNES MONTEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA CELPA Representante(s): OAB 14977 - MARCEL AUGUSTO SOARES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) OAB 6.100 - LUCIMARY GALVAO LEONARDO GARCES (ADVOGADO) . Processo n.: 0001077-40.2015.814.0006 DECISÃO Considerando a decisão exarada nos autos de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas- IRDR n.04/2019 da Relatoria do Eminente Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, passo a decidir: a- DETERMINO a SUSPENSÃO desta e de todas as ações envolvendo a requerida CELPA cujo objeto da lide se refira à Cobrança de Consumo Não Registrado - CNR e se encontrem em fase de audiência de instrução e julgamento. b- DETERMINO à Sra. Diretora de Secretaria que proceda à marcação deste processo como SUSPENSO no sistema LIBRA. c- ANOTO que eventual tutela de urgência concedida permanece produzindo efeitos regularmente e que a suspensão não impede a prática de eventuais ATOS URGENTES (art. 314, NCPC). d- AGUARDE-SE a decisão da instância superior no aludido IRDR. CUMPRA-SE. INTIMEM-SE. De Ananindeua (Pa), aos 17 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Juiz de Direito Titular de 2ª Entrância Respondendo pela 2a Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Em auxílio remoto ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00011129720158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCO PANTOJA FERREIRA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO NACIONAL PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 19383-A - NELSON PASCHOALOTTO (ADVOGADO) . Processo 0001112-97.2015.8.14.0006 SENTENÇA Vistos, etc., I - RELATORIO Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO movida por FRANCISCO PANTOJA FERREIRA em face de BANCO PANAMERICANO S/A sob alegação de que realizou contrato de financiamento com a requerida para aquisição de veículo automotor, porém não conseguiu honrar com as parcelas uma vez que considera que os juros e taxas são abusivos. Juntou documentos de fls. 29/58. Justiça gratuita deferida, fls. 59. A requerida apresentou contestação fls. 63/77, alegando, no mérito, que não existe ilegalidade/abusividade nas cláusulas do contrato e que a requerente tinha conhecimento delas desde a assinatura do mesmo. Juntou documentos, fls. 78/140. Réplica, fls. 142/156 Memoriais do requerido, fls. 158/159, e do requerente, intempestivo, fls. 160/162. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Julgamento Antecipado da Lide Considerando que o objeto da presente lide se funda em matéria exclusivamente de direito, entendo desnecessária a produção de quaisquer outras provas e considero o processo pronto para julgamento. Inversão do Ônus da Prova Trata-se de relação de natureza consumerista, regida pelo Código de Defesa do Consumidor. Um dos aspectos mais relevantes do Código de Defesa do Consumidor é a possibilidade de inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, com a seguinte redação: "Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus

direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;" Em regra, a inversão do ônus da prova é ope iudicis (a critério do juiz), ou seja, não se trata de inversão automática por força de lei (ope legis). Nesse caso, o CDC adotou a regra da distribuição dinâmica do ônus da prova, ou seja, o magistrado tem o poder de redistribuir (inverter) o ônus da prova, caso verifique a verossimilhança da alegação ou a hipossuficiência do consumidor. É o caso dos presentes autos. A parte requerente é hipossuficiente no sentido técnico, econômico e jurídico, em comparação com a empresa requerida, com maiores conhecimentos médicos para provar sua versão dos fatos, e detentora dos prontuários. Ademais, a parte requerente, ora consumidora, conseguiu demonstrar a verossimilhança de suas alegações por meio dos documentos constantes dos autos. Mérito Da Aplicação do teto máximo de Juros Remuneratórios Anuais à Taxa de 12% ao Ano A presente lide tem como causa de pedir a taxa de juros remuneratórios praticada pela Instituição Financeira e a incidência da capitalização mensal de juros em contrato de mútuo bancário com cláusula de alienação fiduciária. Embora a súmula 121, do STF, de fato estabeleça a vedação da capitalização de juros, ainda quando expressamente convencionada, nos termos da Súmula 596, da Suprema Corte, tal não se aplica às instituições financeiras, senão vejamos: "SÚMULA 596: As disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional." Ademais, o STJ possui entendimento consolidado, proferido em sede de Recurso Repetitivo, no sentido de que a revisão da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado: BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Consignada, no acórdão recorrido, a abusividade na cobrança da taxa de juros, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento. - Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP nº 1.963-17/00 (reeditada sob o nº 2.170-36/01), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos. (STJ - REsp: 1112879 PR 2009/0015831-8, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 12/05/2010, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 19/05/2010) Ementa AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO DE 12% AFASTADA. TAXA MÉDIA DE MERCADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. SÚMULA N. 126/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E JUROS REMUNERATÓRIOS NO PERÍODO DE INADIMPLEMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO. TARIFA DE EMISSÃO DE CARNÊ. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA ATÉ 30.4.2008. IOF FINANCIADO. 1. A alteração da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado (Recurso Especial repetitivo n. 1.112.879/PR). 2. Aplica-se a Súmula n. 126 do STJ quando há fundamento constitucional suficiente, por si só, para a manutenção da decisão recorrida no tocante à capitalização mensal dos juros, mas a parte não interpõe recurso extraordinário. 3. Evidenciada a abusividade das cláusulas contratuais, afasta-se a mora do devedor (Recurso Especial repetitivo n. 1.061.530/RS). 4. É permitida a cobrança da taxa de abertura de crédito (TAC) e da tarifa de emissão de carnê (TEC) nos contratos celebrados até 30.4.2008, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto (Recursos Especiais repetitivos n. 1.251.331/RS e 1.255.573/RS). 5. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 211 do STJ quando a questão suscitada no recurso especial, não obstante a oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pela Corte a quo. 6. O acesso à via excepcional, nos casos em que o Tribunal a quo, a despeito da oposição de embargos de declaração, não regulariza a omissão apontada, depende da veiculação, nas razões do recurso especial, de ofensa ao art. 535 do CPC. 7. Não é abusiva a cláusula que convenciona o pagamento do IOF financiado (Recurso Especial repetitivo n. 1.255.573/RS). 8. Agravo regimental provido. (Processo AgRg no REsp 1460154 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2014/0141357-0 Relator(a) Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (1123) Órgão

Julgador T3 - TERCEIRA TURMA Data do Julgamento 02/02/2016 Data da Publicação/Fonte DJe 18/02/2016) CONTRATO BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. SÚMULA N. 83 DO STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 1. A alteração da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado (REsp repetitivo n. 1.112.879/PR). 2. É insuscetível de exame na via do recurso especial questão relacionada com a possibilidade de incidência da capitalização de juros em contrato bancário quando há necessidade de reexame do respectivo instrumento contratual. Incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 543889 MS 2014/0165785-3, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 11/11/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/11/2014) Assim, segundo entendimento pacificado do STJ e STF, é de ser reconhecida a legalidade da cobrança de juros remuneratórios em contratos bancários, havendo pactuação neste sentido, bem como não podem ser considerados abusivos quando pactuados de acordo com a média praticada pelo mercado financeiro nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen. Assim, somente se admite a revisão do contrato, corrigindo-se para a taxa média do mercado financeiro, se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. Da mesma forma, é pacificado no STJ e STF o entendimento de que é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17"2000 (em vigor como MP 2.170-36"2001), desde que expressamente pactuada, devendo a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual ser pactuada de forma expressa e clara. Neste particular, embora o autor se insurja contra o acordo celebrado entre as partes, classificando-o como abusivo, não deixou de reconhecer que tenha havido a pactuação prévia, não sendo, portanto, a ausência, ou não, de pactuação objeto da presente lide. Ademais, vigora em ordenamento jurídico, notadamente quanto às relações contratuais, a vedação do comportamento contraditório. Pela máxima venire contra factum proprium non potest, não se pode exercer um direito próprio contrariando um comportamento anterior, sob pena de ofensa à boa-fé objetiva, notadamente ferindo-se a confiança e o dever de lealdade, que devem ser mantidos em todas as fases do contrato. No caso dos presentes autos, o autor manifesta neste momento conduta contraditória em relação à fase pré-contratual, posto que, de acordo com o senso comum, antes de firmar o contrato que ora alega ser abusivo, teve conhecimento das taxas de juros remuneratórios que seriam aplicadas à avença, bem como das parcelas mensais, fixas, que deveria adimplir, além do montante total da dívida que contrairia com o pacto ora objeto da presente lide. O venire contra factum proprium decorre da boa-fé objetiva, preceito de ordem pública, e da segurança jurídica, protegendo a justa expectativa gerada pelo contrato, o que pretende reverter o autor, o que não se afigura legítimo. Este é inclusive o entendimento jurisprudencial: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. APELAÇÃO. CONTRATOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO GARANTIDO POR NOTA PROMISSÓRIA. PARCELAS FIXAS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. IRRELEVÂNCIA. CÁLCULO DOS JUROS. FASE PRÉ-CONTRATUAL. PREÇO CERTO E DETERMINADO. LEGALIDADE. "VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM". BOA-FÉ CONTRATUAL. Capitalização de juros - empréstimo por parcelas fixas. Diferentemente do que geralmente ocorre nos demais contratos bancários, o cálculo realizado pela instituição financeira ocorreu ainda antes da assinatura do contrato, em fase pré-contratual. Por essa razão, a capitalização de juros supostamente utilizada teria incidido unicamente na elaboração da proposta da instituição financeira, a qual, declaração unilateral de vontade que é, não se condiciona pela vedação legal, mesmo porque não é apta para gerar obrigações para o consumidor. Do cálculo realizado na proposta, estipulou-se um preço certo e determinado, insuscetível de variações futuras. Recurso de apelação desprovido. ACORDAM os Desembargadores integrantes da eg. Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso; observados os fundamentos do voto do Relator. (Processo AC 7320765 PR 0732076-5, Relator(a): Jurandyr Souza Junior, Julgamento: 23/02/2011, Órgão Julgador: 15ª Câmara Cível, Publicação: DJ 594) Registro ainda que o Código de Defesa do Consumidor adotou a teoria da base objetiva do negócio jurídico, dispensando-se a exigência de que o fato seja imprevisível para a revisão do contrato. Para a teoria da base objetiva do negócio jurídico, interessa saber se o fato alterou de maneira objetiva as bases nas quais as partes contrataram, de maneira a modificar o ambiente econômico inicialmente existente. Neste sentido, dispõe o CDC: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas; No presente caso, o autor não demonstrou a existência de qualquer fato superveniente apto a alterar a base objetiva do contrato, pelo que a manutenção da avença é de rigor. Da Abusividade da Cobrança da Comissão de Permanência e Nulidade da Tarifa de Cadastro e Tarifa de Emissão de Carnê/Boleto Não merece prosperar as alegações

do autor quanto as tarifas aplicadas ao contrato. Esclarece-se que a comissão de permanência, pode ser exigida para o período de mora, desde que não cumulada com correção monetária, juros de mora e multa contratual. Assim sumulou o STJ: A Súmula 30 do STJ prevê que: "A comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis". A Súmula 294 do STJ dispõe que: "Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato". Por sua vez, a Súmula 296 do STJ dispõe que: "Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado". No caso presente, não vislumbro ilegal cumulação, não merecendo prosperar o pleito autoral. Quanto a Tarifa de Cadastro e Tarifa de Emissão de Boleto, trata-se de matéria já pacificada no STJ em sede de recursos repetitivos CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COMPENSAÇÃO/REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO. RECURSOS REPETITIVOS. TARIFAS BANCÁRIAS. TAC E TEC. EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. FINANCIAMENTO DO IOF. POSSIBILIDADE. Permanece legítima a estipulação da Tarifa de Cadastro, a qual remunera o serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao inicio de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente" (Tabela anexa à vigente Resolução CMN 3.919/2010, com a redação dada pela Resolução 4.021/2011). REsp 1255573 / RS RECURSO ESPECIAL 2011/0118248-3 Há que se ressaltar que todas as taxas contestadas constam EXPRESSAMENTE DO CONTRATO, sendo aceito sem ressalvas pelo consumidor, que poderia optar por não aderir e buscar outra instituição financeira para seu financiamento. Portanto, seja com base na quebra da boa-fé objetiva, seja com base na teoria do art. 6º do CDC, não há se falar em abusidade/nulidade das cláusulas referentes a Tarifa de Cadastro, Tarifa de Emissão de Boleto, uma vez que constavam expressamente do contrato a que anuiu o autor. Da Consignação em Pagamento Não havendo abusividade contratual nas parcelas do financiamento, não há que se falar em consignação ou compensação de valores que a autora entenda devido. Prevalece o entendimento jurisprudencial no sentido de que o depósito consignado em juízo dos valores calculados aleatoriamente pela parte contratante, ainda que incontroversos, são insuficientes à descaracterização da mora: "A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor" (Súmula 380, STJ). Pelos mesmos motivos, constatada a mora, não procede pedido de impedimento do requerido em colocar o nome do autor no cadastro de proteção ao crédito e de manutenção da posse do bem móvel nas mãos do autor. III- DISPOSITIVO Ex positis, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos elencados na inicial e, em consequência, declaro o processo extinto, com resolução do mérito. IV - DISPOSIÇÕES FINAIS CONDENO a parte autora às custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% sobre o valor da causa, conforme artigo 85 do CPC, levando em consideração o grau de zelo profissional referendado pela defesa, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, representada pela possibilidade de multiplicação de processos com igual matéria, como, por fim, pelo tempo exigido para o trabalho do causídico decorrente, tudo de acordo com o art. 85, §§ 1.º e 2.º, do CPC. Contudo, suspendo a cobrança por se tratar de beneficiário da assistência judiciária gratuita. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Ananindeua/PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00017921920148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:JOSE ADRIANO DE SOUSA OLIVEIRA Representante(s): DEFENSORIA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:SIM SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO VEICULAR PATRIMONI

Representante(s): OAB 206817 - LUCIANO ALEXANDRE NAGAI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA - JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Proc. 0001792-19.2014.8.14.0006 Autor: JOSÉ ADRIANO DE SOUSA OLIVEIRA. Réu: SIM - SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO VEICULAR, PATRIMONIAL e PESSOAL LTDA. TERMO DE AUDIÊNCIA. Aos 13 dias do mês de Junho de 2019, às 09:30h, na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua/PA, presente o MMº Juiz de Direito, MÁRCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, foi aberta audiência, nos autos do processo acima referido. Feito o pregão, constatou-se a PRESENÇA do AUTOR JOSÉ ADRIANO DE SOUSA OLIVEIRA, CPF: 001.236.562-90, acompanhada de Defensora Pública, Dra. GHEISA ANDRADE DE BRITO. Fez-se PRESENTE também a RÉ SIM - SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO VEICULAR, PATRIMONIAL e PESSOAL LTDA, representada pelo preposto LUCAS AMAZONAS PEREIRA DE OLIVEIRA, CPF 012.872.952-07, acompanhada da advogada Dra. Danuza do Vale Campos, OAB/PA 23687. Aberta a audiência de instrução e julgamento tentou-se a conciliação das partes, nos termos do art. 359 do NCPC. Não obtido êxito na tentativa de conciliação. Após, o juízo compulsou os autos e verificou se tratar de matéria apta a ser tratada documentalmente, pelo que anunciou a desnecessidade de prova oral. Dada a palavra a Advogada da requerida: "requer a juntada de carta de preposto, substabelecimento". Em seguida, o MMº Juiz passou à DELIBERAÇÃO: 1. Defiro o pedido de juntada de documentos. 2. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC/2015, porquanto não há necessidade de dilação probatória alguma diante do contexto probatório já formado nos autos. 3. Uma vez que não houve qualquer produção de prova oral e não tendo havido instrução, desnecessária a apresentação de razões finais, conforme jurisprudência que se segue: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO NÃO CONHECIDO QUANTO À ALEGAÇÃO DE ERRO DE PROCEDIMENTO EM FAVOR DOS APELADOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÕES FINAIS. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE ALUGUÉIS. 1. Os recorrentes carecem de legitimidade e de interesse processual para arguir a invalidade da sentença em favor da parte contrária. Recurso não conhecido nesse aspecto. 2. As razões finais orais ou escritas, a que refere o art. 364 e § 2º do CPC, somente serão facultadas quando for produzida prova oral, o que não ocorreu no feito. Além disso, não foi demonstrado o efetivo prejuízo ocasionado pela ausência, especialmente ao se considerar que todas as questões controvertidas poderiam ser devolvidas para a análise definitiva nesta instância recursal. 3. Com base na teoria da asserção, a legitimidade das partes deve ser apreciada abstratamente conforme a pertinência subjetiva aferida a partir dos elementos postos na petição inicial. 4. No caso, o acervo probatório indica que as partes firmaram contrato de locação não residencial. O imóvel já foi retomado pelos recorridos, em acordo homologado em outra ação judicial, perdendo objeto a pretensão de despejo. 5. Mantém-se a condenação no pagamento dos valores relativos aos aluguéis a partir do primeiro mês de inadimplemento até a efetiva desocupação. 6. Recurso conhecido em parte e não provido. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0006116-10.2013.8.05.0274, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 11/04/2018) (TJ-BA - APL: 00061161020138050274, Relator: José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 11/04/2018). 4. FAÇAM os autos CONCLUSOS para sentença. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, Roberta Freitas Nicolau _____ digitei e subscrevi. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba Autor: Adv do. Autor: Autor: Adv do. Autor: Réu: Adv. Réu: Réu: Adv. Réu: PROCESSO: 00028444520178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 24/06/2019 REQUERENTE:JOSE ANTONIO MOREIRA REIS Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 20666-A - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (ADVOGADO) OAB 60359 - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) . PROCESSO: 0000580-26.2015.8.14.0006 DECISÃO Entendo que o feito em questão comporta o julgamento no estado em que se encontra de forma antecipada, nos termos do artigo 335, I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que despicienda a produção de outras provas, razão pela qual indefiro-as. Ademais, o E. Supremo Tribunal Federal já de há muito se posicionou no sentido de que a necessidade de produção de prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos da causa estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do magistrado. Nesse sentido, vejamos: RECURSO EXTRAORDINÁRIO -

MATÉRIA FÁTICA - INTERPRETAÇÃO DE NORMAS LEGAIS - INVIABILIDADE - DESPROVIMENTO DO AGRAVO. 1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná confirmou o entendimento do Juízo quanto à procedência de pedido de condenação da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ao pagamento das obras realizadas. No extraordinário cujo trânsito busca alcançar, a recorrente aponta violado o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Argui a nulidade do acórdão diante da ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório.(...) 2. De início, descabe confundir a ausência de entrega aperfeiçoada da prestação jurisdicional com decisão contrária aos interesses defendidos. A violência ao devido processo legal não pode ser tomada como uma alavanca para alçar a este Tribunal conflito de interesses com solução na origem. A tentativa acaba por fazer-se voltada à transformação do Supremo em mero revisor dos atos dos demais tribunais do País. Na espécie, o Colegiado de origem procedeu a julgamento fundamentado de forma consentânea com a ordem jurídica, ressaltando os motivos pelos quais entendeu desnecessária a produção de provas no processo. [...] A jurisprudência sedimentada é pacífica a respeito, devendo-se ter presente o Verbete nº 279 da Súmula do Supremo: Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário. Colho do acórdão recorrido os seguintes trechos: Entendo que as razões da Apelante e os documentos constantes nos autos, por si só, não demonstram a necessidade e utilidade da realização de outras provas, até porque o destinatário da prova, o MM. Juiz Singular, em decisão fundamentada, entendeu que esta seria desnecessária, não havendo qualquer fundamento que justifique a sua reforma. O ordenamento pátrio, em matéria probatória, prevê o princípio da livre apreciação da prova e do livre convencimento do Juiz, consoante estabelece o artigo 130, do Código de Processo Civil. Assim, sendo o Juiz destinatário da prova, a ele incumbe aferir sobre a necessidade ou não de sua realização.(...) Portanto, uma vez que segundo o Juiz Singular os documentos constantes nos autos são suficientes para o julgamento da lide, vislumbra-se que a prova técnica é desnecessária e inadequada no caso em questão. ["]Portanto, rejeita-se a preliminar arguida e passa-se a análise do mérito da controvérsia.[...] 3. Conheço do agravo e o desprovejo. grifei (STF - ARE: 1021056 PR - PARANÁ 0006918-25.2008.8.16.0129, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 07/12/2017, Data de Publicação: DJe-287 13/12/2017) Esclareço, ainda, que não há que se falar em memoriais finais, uma vez que não foram realizadas oitivas, nem produzidas novas provas em audiência. Nesse sentido, informo às partes que o mérito da presente demanda será julgado antecipadamente, nos moldes fixados pelo artigo 355, I do CPC, facultando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para se oporem justificadamente à resolução antecipada do processo. Em tempo, defiro à parte autora os benefícios da gratuidade de justiça, uma vez que vislumbro nos autos os requisitos legais autorizadores para a sua concessão. Após, transcorrido o prazo assinado, façam os autos conclusos para sentença. Certifique-se. Cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00032027820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 24/06/2019 REQUERENTE:BANCO PAN SA Representante(s): OAB 21974-A - FERNANDO LUZ PEREIRA (ADVOGADO) OAB 14089 - RAFAEL DE SOUSA BRITO (ADVOGADO) REQUERIDO:ENI GOMES DE BRITO GONCALVES. 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Processo n.: 0003202-78.2015.8.14.0006 Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Requerente: BANCO PAN S/A Requerido: ENI GOMES DE BRITO GONÇALVES Endereço: Rua Santos dos Santos, n. 106, Tapanã, Icoaraci/PA, CEP 66825-620 D E C I S Ã O 1- DEFIRO o desentranhamento do mandado de fls. 36, a ser cumprido no endereço de indicado às fls. 48. 2- O cumprimento da diligência fica condicionado à comprovação, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da intimação, do pagamento das custas devidas, sob pena de extinção (art. 485, III, CPC). 3- INTIME-SE. CUMPRA-SE. Ananindeua, 19 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00032097520128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Cumprimento de sentença em: 24/06/2019 REQUERENTE:MMARCOS MARCELINO & CIA LTDA Representante(s): OAB 10184 - ALEXANDRE MENA CAVALCANTE (ADVOGADO) OAB 164691 - FABIO CANDIDO PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CNH LATIN AMÉRICA LTDA Representante(s): OAB 9678 - CHEDID GEORGES ABDULMASSIH (ADVOGADO) OAB 13300 - VANESSA NERIS BRASIL MONTEIRO (ADVOGADO) . Processo nº 0003209-75.2012.814.0006. DESPACHO Considerando a ausência de pedido de cumprimento de sentença pelas partes litigantes, bem como o trânsito em julgado certificado nos autos, determino seja procedido o arquivamento dos autos, feitas as anotações e comunicações de praxe. Havendo custas pendentes, intime-se a parte autora para recolhimento, no prazo de 30 dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO

CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00032804320138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:JACKLINE MENDES CONCEICAO Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) . Processo 0003280-43.2013.8.14.0006 SENTENÇA Vistos, etc., I - RELATORIO Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO movida por JACKELINE MENDES CONCEIÇÃO em face de BANCO ITAUCARD S/A sob alegação de que realizou contrato de financiamento com a requerida para aquisição de veículo automotor, porém não conseguiu honrar com as parcelas uma vez que considera que os juros e taxas são abusivos. Juntou documentos de fls. 26/46. Justiça gratuita deferida, fls. 47. Autor emendou a inicial fls. 48/49, alterando valor da causa. A requerida apresentou contestação fls. 53/58, alegando, no mérito, que não existe ilegalidade/abusividade nas cláusulas do contrato e que a requerente tinha conhecimento delas desde a assinatura do mesmo. Juntou documentos, fls. 59/103, inclusive contrato de financiamento, fls. 63/68. Memoriais do requerente, fls. 110/112. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. II-FUNDAMENTAÇÃO Julgamento Antecipado da Lide Considerando que o objeto da presente lide se funda em matéria exclusivamente de direito, entendo desnecessária a produção de quaisquer outras provas e considero o processo pronto para julgamento. Inversão do Ônus da Prova Trata-se de relação de natureza consumerista, regida pelo Código de Defesa do Consumidor. Um dos aspectos mais relevantes do Código de Defesa do Consumidor é a possibilidade de inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, com a seguinte redação: "Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;" Em regra, a inversão do ônus da prova é ope iudicis (a critério do juiz), ou seja, não se trata de inversão automática por força de lei (ope legis). Nesse caso, o CDC adotou a regra da distribuição dinâmica do ônus da prova, ou seja, o magistrado tem o poder de redistribuir (inverter) o ônus da prova, caso verifique a verossimilhança da alegação ou a hipossuficiência do consumidor. É o caso dos presentes autos. A parte requerente é hipossuficiente no sentido técnico, econômico e jurídico, em comparação com a empresa requerida, com maiores conhecimentos médicos para provar sua versão dos fatos, e detentora dos prontuários. Ademais, a parte requerente, ora consumidora, conseguiu demonstrar a verossimilhança de suas alegações por meio dos documentos constantes dos autos. Mérito Da Aplicação do teto máximo de Juros Remuneratórios Anuais à Taxa de 12% ao Ano A presente lide tem como causa de pedir a taxa de juros remuneratórios praticada pela Instituição Financeira e a incidência da capitalização mensal de juros em contrato de mútuo bancário com cláusula de alienação fiduciária. Embora a súmula 121, do STF, de fato estabeleça a vedação da capitalização de juros, ainda quando expressamente convencionada, nos termos da Súmula 596, da Suprema Corte, tal não se aplica às instituições financeiras, senão vejamos: "SÚMULA 596: As disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional." Ademais, o STJ possui entendimento consolidado, proferido em sede de Recurso Repetitivo, no sentido de que a revisão da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado: BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Consignada, no acórdão recorrido, a abusividade na cobrança da taxa de juros, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento. - Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP nº 1.963-17/00 (reeditada sob o nº 2.170-36/01), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos. (STJ - REsp: 1112879 PR 2009/0015831-8, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 12/05/2010, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 19/05/2010) Ementa AGRAVO

REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO DE 12% AFASTADA. TAXA MÉDIA DE MERCADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. SÚMULA N. 126/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E JUROS REMUNERATÓRIOS NO PERÍODO DE INADIMPLEMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO. TARIFA DE EMISSÃO DE CARNÊ. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA ATÉ 30.4.2008. IOF FINANCIADO. 1. A alteração da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado (Recurso Especial repetitivo n. 1.112.879/PR). 2. Aplica-se a Súmula n. 126 do STJ quando há fundamento constitucional suficiente, por si só, para a manutenção da decisão recorrida no tocante à capitalização mensal dos juros, mas a parte não interpõe recurso extraordinário. 3. Evidenciada a abusividade das cláusulas contratuais, afasta-se a mora do devedor (Recurso Especial repetitivo n. 1.061.530/RS). 4. É permitida a cobrança da taxa de abertura de crédito (TAC) e da tarifa de emissão de carnê (TEC) nos contratos celebrados até 30.4.2008, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto (Recursos Especiais repetitivos n. 1.251.331/RS e 1.255.573/RS). 5. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 211 do STJ quando a questão suscitada no recurso especial, não obstante a oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pela Corte a quo. 6. O acesso à via excepcional, nos casos em que o Tribunal a quo, a despeito da oposição de embargos de declaração, não regulariza a omissão apontada, depende da veiculação, nas razões do recurso especial, de ofensa ao art. 535 do CPC. 7. Não é abusiva a cláusula que convenciona o pagamento do IOF financiado (Recurso Especial repetitivo n. 1.255.573/RS). 8. Agravo regimental provido. (Processo AgRg no REsp 1460154 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2014/0141357-0 Relator(a) Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (1123) Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA Data do Julgamento 02/02/2016 Data da Publicação/Fonte DJe 18/02/2016) CONTRATO BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. SÚMULA N. 83 DO STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 1. A alteração da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado (REsp repetitivo n. 1.112.879/PR). 2. É insuscetível de exame na via do recurso especial questão relacionada com a possibilidade de incidência da capitalização de juros em contrato bancário quando há necessidade de reexame do respectivo instrumento contratual. Incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 543889 MS 2014/0165785-3, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 11/11/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/11/2014) Assim, segundo entendimento pacificado do STJ e STF, é de ser reconhecida a legalidade da cobrança de juros remuneratórios em contratos bancários, havendo pactuação neste sentido, bem como não podem ser considerados abusivos quando pactuados de acordo com a média praticada pelo mercado financeiro nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen. Assim, somente se admite a revisão do contrato, corrigindo-se para a taxa média do mercado financeiro, se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. Da mesma forma, é pacificado no STJ e STF o entendimento de que é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17"2000 (em vigor como MP 2.170-36"2001), desde que expressamente pactuada, devendo a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual ser pactuada de forma expressa e clara. Neste particular, embora o autor se insurja contra o acordo celebrado entre as partes, classificando-o como abusivo, não deixou de reconhecer que tenha havido a pactuação prévia, não sendo, portanto, a ausência, ou não, de pactuação objeto da presente lide. Ademais, vigora em ordenamento jurídico, notadamente quanto às relações contratuais, a vedação do comportamento contraditório. Pela máxima venire contra factum proprium non potest, não se pode exercer um direito próprio contrariando um comportamento anterior, sob pena de ofensa à boa-fé objetiva, notadamente ferindo-se a confiança e o dever de lealdade, que devem ser mantidos em todas as fases do contrato. No caso dos presentes autos, o autor manifesta neste momento conduta contraditória em relação à fase pré-contratual, posto que, de acordo com o senso comum, antes de firmar o contrato que ora alega ser abusivo, teve conhecimento das taxas de juros remuneratórios que seriam aplicadas à avença, bem como das parcelas mensais, fixas, que deveria adimplir, além do montante total da dívida que contrairia com o pacto ora objeto da presente lide. O venire contra factum proprium decorre da boa-fé objetiva, preceito de ordem pública, e da segurança jurídica, protegendo a justa expectativa gerada pelo contrato, o que pretende reverter o autor, o que não se afigura legítimo. Este é inclusive o entendimento jurisprudencial: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. APELAÇÃO. CONTRATOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO GARANTIDO POR NOTA PROMISSÓRIA. PARCELAS FIXAS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. IRRELEVÂNCIA. CÁLCULO DOS JUROS. FASE PRÉ-CONTRATUAL. PREÇO CERTO E DETERMINADO. LEGALIDADE. "VENIRE CONTRA FACTUM

PROPRIUM". BOA-FÉ CONTRATUAL. Capitalização de juros - empréstimo por parcelas fixas. Diferentemente do que geralmente ocorre nos demais contratos bancários, o cálculo realizado pela instituição financeira ocorreu ainda antes da assinatura do contrato, em fase pré-contratual. Por essa razão, a capitalização de juros supostamente utilizada teria incidido unicamente na elaboração da proposta da instituição financeira, a qual, declaração unilateral de vontade que é, não se condiciona pela vedação legal, mesmo porque não é apta para gerar obrigações para o consumidor. Do cálculo realizado na proposta, estipulou-se um preço certo e determinado, insuscetível de variações futuras. Recurso de apelação desprovido. ACORDAM os Desembargadores integrantes da eg. Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso; observados os fundamentos do voto do Relator. (Processo AC 7320765 PR 0732076-5, Relator(a): Jurandyr Souza Junior, Julgamento: 23/02/2011, Órgão Julgador: 15ª Câmara Cível, Publicação: DJ 594) Registro ainda que o Código de Defesa do Consumidor adotou a teoria da base objetiva do negócio jurídico, dispensando-se a exigência de que o fato seja imprevisível para a revisão do contrato. Para a teoria da base objetiva do negócio jurídico, interessa saber se o fato alterou de maneira objetiva as bases nas quais as partes contrataram, de maneira a modificar o ambiente econômico inicialmente existente. Neste sentido, dispõe o CDC: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas; No presente caso, o autor não demonstrou a existência de qualquer fato superveniente apto a alterar a base objetiva do contrato, pelo que a manutenção da avença é de rigor. Da Abusividade da Cobrança da Comissão de Permanência e Nulidade da Tarifa de Cadastro e Tarifa de Emissão de Carnê/Boleto Não merece prosperar as alegações do autor quanto as tarifas aplicadas ao contrato. Esclarece-se que a comissão de permanência, pode ser exigida para o período de mora, desde que não cumulada com correção monetária, juros de mora e multa contratual. Assim sumulou o STJ: A Súmula 30 do STJ prevê que: "A comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis". A Súmula 294 do STJ dispõe que: "Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato". Por sua vez, a Súmula 296 do STJ dispõe que: "Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado". No caso presente, não vislumbro ilegal cumulação, e ainda, não houve comprovação da cobrança de tais encargos, seja de forma cumulada, seja de forma unitária, conforme declinada na inicial, não merecendo prosperar o pleito autoral. Quanto a Tarifa de Cadastro e Tarifa de Emissão de Boleto, trata-se de matéria já pacificada no STJ em sede de recursos repetitivos CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COMPENSAÇÃO/REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO. RECURSOS REPETITIVOS. TARIFAS BANCÁRIAS. TAC E TEC. EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. FINANCIAMENTO DO IOF. POSSIBILIDADE. Permanece legítima a estipulação da Tarifa de Cadastro, a qual remunera o serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao inicio de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente" (Tabela anexa à vigente Resolução CMN 3.919/2010, com a redação dada pela Resolução 4.021/2011). REsp 1255573 / RS RECURSO ESPECIAL 2011/0118248-3 Há que se ressaltar que todas as taxas contestadas constam EXPRESSAMENTE DO CONTRATO, sendo aceito sem ressalvas pelo consumidor, que poderia optar por não aderir e buscar outra instituição financeira para seu financiamento. Portanto, seja com base na quebra da boa-fé objetiva, seja com base na teoria do art. 6º do CDC, não há se falar em abusidade/nulidade das cláusulas referentes a Tarifa de Cadastro, Tarifa de Emissão de Boleto, uma vez que constavam expressamente do contrato a que anuiu o autor. Da Consignação em Pagamento Não havendo abusividade contratual nas parcelas do financiamento, não há que se falar em consignação ou compensação de valores que a autora entenda devido. Prevalece o entendimento jurisprudencial no sentido de que o depósito consignado em juízo dos valores calculados aleatoriamente pela parte contratante, ainda que incontroversos, são insuficientes à descaracterização da mora: "A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor" (Súmula 380, STJ). Pelos mesmos motivos, constatada a mora, não procede pedido de impedimento do requerido em colocar o nome do autor no cadastro de proteção ao crédito e de manutenção da posse do bem móvel nas mãos do autor. III- DISPOSITIVO Ex positis, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos elencados na inicial e, em consequência, declaro o processo extinto, com resolução do mérito. IV - DISPOSIÇÕES FINAIS

CONDENO a parte autora às custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% sobre o valor da causa, conforme artigo 85 do CPC, levando em consideração o grau de zelo profissional referendado pela defesa, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, representada pela possibilidade de multiplicação de processos com igual matéria, como, por fim, pelo tempo exigido para o trabalho do causídico decorrente, tudo de acordo com o art. 85, §§ 1.º e 2.º, do CPC. Contudo, suspendo a cobrança por se tratar de beneficiário da assistência judiciária gratuita. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Ananindeua/PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00034227620158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 24/06/2019 REQUERENTE:BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOSLTD Representante(s): OAB 84206 - MARIA LUCILIA GOMES (ADVOGADO) OAB 18663 - SAMMARA ENITA CORREA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ELI FRANCISCO DE MENEZES CARDOSO JUNIOR. 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Processo n.: 0003422-76.2015.8.14.0006 Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária Requerente: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA Requerido: ELI FRANCISCO DE MENEZES CARDOSO JUNIOR Endereço: Trav. 26, Cidade Nova V, Cidade Nova, CEP 67133-000, Ananindeua/PA D E C I S Ã O 1- DEFIRO o desentranhamento do mandado de fls.40, a ser cumprido no endereço de indicado às fls. 66. 2- O cumprimento da diligência fica condicionado à comprovação, no prazo de 10 (dez) dias, a contar da data da intimação, do pagamento das custas devidas, sob pena de extinção (art. 485, III, CPC). 3- INTIME-SE. CUMPRA-SE. Ananindeua, 19 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00035492020088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810018223 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Cumprimento de sentença em: 24/06/2019 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 15530 - LAYSA AGENOR LEITE (ADVOGADO) OAB 18629-A - ROSANGELA DA ROSA CORREA (ADVOGADO) REQUERIDO:CARLOS EDUARDO DE LIMA MESQUITA. Processo nº 0003549-20.2008.814.0006. DESPACHO Considerando o trânsito em julgado da sentença de fls. 27, que indeferiu a petição inicial, bem como o não conhecimento da apelação interposta pelo banco autor, deixo de homologar o pedido de desistência apresentado à fl. 125. Ademais, não havendo custas processuais pendentes de recolhimento, conforme certidão da UNAJ de fl. 126, determino o arquivamento dos autos, feitas as anotações e comunicações de praxe. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00037552820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:SHERLEYANA GOMES MENDES Representante(s): OAB 7261 - JOSE OTAVIO NUNES MONTEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA CELPA Representante(s): OAB 6.100 - LUCIMARY GALVAO LEONARDO GARCES (ADVOGADO) . Processo n.: 0003755-28.2015.814.0006 DECISÃO Considerando a decisão exarada nos autos de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas- IRDR n.04/2019 da Relatoria do Eminente Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, passo a decidir: a- DETERMINO a SUSPENSÃO desta e de todas as ações envolvendo a requerida CELPA cujo objeto da lide se refira à Cobrança de Consumo Não Registrado - CNR e se encontrem em fase de audiência de instrução e julgamento. b- DETERMINO à Sra. Diretora de Secretaria que proceda à marcação deste processo como SUSPENSO no sistema LIBRA. c- ANOTO que eventual tutela de urgência concedida permanece produzindo efeitos regularmente e que a suspensão não impede a prática de eventuais ATOS URGENTES (art. 314, NCPC). d- AGUARDE-SE a decisão da instância superior no aludido IRDR. CUMPRA-SE. INTIMEM-SE. De Ananindeua (Pa), aos 17 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS

BARROSO REBELLO Juiz de Direito Titular de 2ª Entrância Respondendo pela 2a Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Em auxílio remoto ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00039022520138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERIDO:B V FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERENTE:ADIEL NAZARENO AMARAL DE SOUZA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) . Processo 0003902-25.2013.8.14.0006 SENTENÇA Vistos, etc., I - RELATORIO Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO movida por ADIEL NAZARENO AMARAL DE SOUZA em face de B.V. FINANCEIRA S/A sob alegação de que realizou contrato de financiamento com a requerida para aquisição de veículo automotor, porém não conseguiu honrar com as parcelas uma vez que considera que os juros e taxas são abusivos. Juntou documentos de fls. 26/56. Justiça gratuita deferida, fls. 57. Autor emendou a inicial fls. 58/59, alterando valor da causa. A requerida apresentou contestação fls. 64/101, alegando, preliminarmente, inépcia da inicial e, no mérito, que não existe ilegalidade/abusividade nas cláusulas do contrato e que a requerente tinha conhecimento delas desde a assinatura do mesmo. Juntou documentos, fls. 102/110. Réplica, fls. 112/124 Memoriais do requerente, fls. 126/128 e, do requerido, fls. 129. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. II- FUNDAMENTAÇÃO Julgamento Antecipado da Lide Considerando que o objeto da presente lide se funda em matéria exclusivamente de direito, entendo desnecessária a produção de quaisquer outras provas e considero o processo pronto para julgamento. Inversão do Ônus da Prova Trata-se de relação de natureza consumerista, regida pelo Código de Defesa do Consumidor. Um dos aspectos mais relevantes do Código de Defesa do Consumidor é a possibilidade de inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, com a seguinte redação: "Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;" Em regra, a inversão do ônus da prova é ope iudicis (a critério do juiz), ou seja, não se trata de inversão automática por força de lei (ope legis). Nesse caso, o CDC adotou a regra da distribuição dinâmica do ônus da prova, ou seja, o magistrado tem o poder de redistribuir (inverter) o ônus da prova, caso verifique a verossimilhança da alegação ou a hipossuficiência do consumidor. É o caso dos presentes autos. A parte requerente é hipossuficiente no sentido técnico, econômico e jurídico, em comparação com a empresa requerida, com maiores conhecimentos médicos para provar sua versão dos fatos, e detentora dos prontuários. Ademais, a parte requerente, ora consumidora, conseguiu demonstrar a verossimilhança de suas alegações por meio dos documentos constantes dos autos. Mérito Da Aplicação do teto máximo de Juros Remuneratórios Anuais à Taxa de 12% ao Ano A presente lide tem como causa de pedir a taxa de juros remuneratórios praticada pela Instituição Financeira e a incidência da capitalização mensal de juros em contrato de mútuo bancário com cláusula de alienação fiduciária. Embora a súmula 121, do STF, de fato estabeleça a vedação da capitalização de juros, ainda quando expressamente convencionada, nos termos da Súmula 596, da Suprema Corte, tal não se aplica às instituições financeiras, senão vejamos: "SÚMULA 596: As disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional." Ademais, o STJ possui entendimento consolidado, proferido em sede de Recurso Repetitivo, no sentido de que a revisão da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado: BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Consignada, no acórdão recorrido, a abusividade na cobrança da taxa de juros, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento. - Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP nº 1.963-17/00 (reeditada sob o nº 2.170-36/01), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos. (STJ - REsp: 1112879 PR 2009/0015831-8, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento:

12/05/2010, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 19/05/2010) Ementa AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO DE 12% AFASTADA. TAXA MÉDIA DE MERCADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. SÚMULA N. 126/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E JUROS REMUNERATÓRIOS NO PERÍODO DE INADIMPLEMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO. TARIFA DE EMISSÃO DE CARNÊ. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA ATÉ 30.4.2008. IOF FINANCIADO. 1. A alteração da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado (Recurso Especial repetitivo n. 1.112.879/PR). 2. Aplica-se a Súmula n. 126 do STJ quando há fundamento constitucional suficiente, por si só, para a manutenção da decisão recorrida no tocante à capitalização mensal dos juros, mas a parte não interpõe recurso extraordinário. 3. Evidenciada a abusividade das cláusulas contratuais, afasta-se a mora do devedor (Recurso Especial repetitivo n. 1.061.530/RS). 4. É permitida a cobrança da taxa de abertura de crédito (TAC) e da tarifa de emissão de carnê (TEC) nos contratos celebrados até 30.4.2008, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto (Recursos Especiais repetitivos n. 1.251.331/RS e 1.255.573/RS). 5. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 211 do STJ quando a questão suscitada no recurso especial, não obstante a oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pela Corte a quo. 6. O acesso à via excepcional, nos casos em que o Tribunal a quo, a despeito da oposição de embargos de declaração, não regulariza a omissão apontada, depende da veiculação, nas razões do recurso especial, de ofensa ao art. 535 do CPC. 7. Não é abusiva a cláusula que convenciona o pagamento do IOF financiado (Recurso Especial repetitivo n. 1.255.573/RS). 8. Agravo regimental provido. (Processo AgRg no REsp 1460154 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2014/0141357-0 Relator(a) Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (1123) Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA Data do Julgamento 02/02/2016 Data da Publicação/Fonte DJe 18/02/2016) CONTRATO BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. SÚMULA N. 83 DO STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 1. A alteração da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado (REsp repetitivo n. 1.112.879/PR). 2. É insuscetível de exame na via do recurso especial questão relacionada com a possibilidade de incidência da capitalização de juros em contrato bancário quando há necessidade de reexame do respectivo instrumento contratual. Incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 543889 MS 2014/0165785-3, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 11/11/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/11/2014) Assim, segundo entendimento pacificado do STJ e STF, é de ser reconhecida a legalidade da cobrança de juros remuneratórios em contratos bancários, havendo pactuação neste sentido, bem como não podem ser considerados abusivos quando pactuados de acordo com a média praticada pelo mercado financeiro nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen. Assim, somente se admite a revisão do contrato, corrigindo-se para a taxa média do mercado financeiro, se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. Da mesma forma, é pacificado no STJ e STF o entendimento de que é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17"2000 (em vigor como MP 2.170-36"2001), desde que expressamente pactuada, devendo a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual ser pactuada de forma expressa e clara. Neste particular, embora o autor se insurja contra o acordo celebrado entre as partes, classificando-o como abusivo, não deixou de reconhecer que tenha havido a pactuação prévia, não sendo, portanto, a ausência, ou não, de pactuação objeto da presente lide. Ademais, vigora em ordenamento jurídico, notadamente quanto às relações contratuais, a vedação do comportamento contraditório. Pela máxima venire contra factum proprium non potest, não se pode exercer um direito próprio contrariando um comportamento anterior, sob pena de ofensa à boa-fé objetiva, notadamente ferindo-se a confiança e o dever de lealdade, que devem ser mantidos em todas as fases do contrato. No caso dos presentes autos, o autor manifesta neste momento conduta contraditória em relação à fase pré-contratual, posto que, de acordo com o senso comum, antes de firmar o contrato que ora alega ser abusivo, teve conhecimento das taxas de juros remuneratórios que seriam aplicadas à avença, bem como das parcelas mensais, fixas, que deveria adimplir, além do montante total da dívida que contrairia com o pacto ora objeto da presente lide. O venire contra factum proprium decorre da boa-fé objetiva, preceito de ordem pública, e da segurança jurídica, protegendo a justa expectativa gerada pelo contrato, o que pretende reverter o autor, o que não se afigura legítimo. Este é inclusive o entendimento jurisprudencial: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. APELAÇÃO. CONTRATOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO GARANTIDO POR NOTA PROMISSÓRIA. PARCELAS FIXAS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. IRRELEVÂNCIA. CÁLCULO DOS JUROS. FASE PRÉ-

CONTRATUAL. PREÇO CERTO E DETERMINADO. LEGALIDADE. "VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM". BOA-FÉ CONTRATUAL. Capitalização de juros - empréstimo por parcelas fixas. Diferentemente do que geralmente ocorre nos demais contratos bancários, o cálculo realizado pela instituição financeira ocorreu ainda antes da assinatura do contrato, em fase pré-contratual. Por essa razão, a capitalização de juros supostamente utilizada teria incidido unicamente na elaboração da proposta da instituição financeira, a qual, declaração unilateral de vontade que é, não se condiciona pela vedação legal, mesmo porque não é apta para gerar obrigações para o consumidor. Do cálculo realizado na proposta, estipulou-se um preço certo e determinado, insuscetível de variações futuras. Recurso de apelação desprovido. ACORDAM os Desembargadores integrantes da eg. Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso; observados os fundamentos do voto do Relator. (Processo AC 7320765 PR 0732076-5, Relator(a): Jurandyr Souza Junior, Julgamento: 23/02/2011, Órgão Julgador: 15ª Câmara Cível, Publicação: DJ 594) Registro ainda que o Código de Defesa do Consumidor adotou a teoria da base objetiva do negócio jurídico, dispensando-se a exigência de que o fato seja imprevisível para a revisão do contrato. Para a teoria da base objetiva do negócio jurídico, interessa saber se o fato alterou de maneira objetiva as bases nas quais as partes contrataram, de maneira a modificar o ambiente econômico inicialmente existente. Neste sentido, dispõe o CDC: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas; No presente caso, o autor não demonstrou a existência de qualquer fato superveniente apto a alterar a base objetiva do contrato, pelo que a manutenção da avença é de rigor. Da Abusividade da Cobrança da Comissão de Permanência e Nulidade da Tarifa de Cadastro e Tarifa de Emissão de Carnê/Boleto Não merece prosperar as alegações do autor quanto as tarifas aplicadas ao contrato. Esclarece-se que a comissão de permanência, pode ser exigida para o período de mora, desde que não cumulada com correção monetária, juros de mora e multa contratual. Assim sumulou o STJ: A Súmula 30 do STJ prevê que: "A comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis". A Súmula 294 do STJ dispõe que: "Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato". Por sua vez, a Súmula 296 do STJ dispõe que: "Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado". No caso presente, não vislumbro ilegal cumulação, não merecendo prosperar o pleito autoral. Quanto a Tarifa de Cadastro e Tarifa de Emissão de Boleto, trata-se de matéria já pacificada no STJ em sede de recursos repetitivos CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COMPENSAÇÃO/REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO. RECURSOS REPETITIVOS. TARIFAS BANCÁRIAS. TAC E TEC. EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. FINANCIAMENTO DO IOF. POSSIBILIDADE. Permanece legítima a estipulação da Tarifa de Cadastro, a qual remunera o serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao inicio de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente" (Tabela anexa à vigente Resolução CMN 3.919/2010, com a redação dada pela Resolução 4.021/2011). REsp 1255573 / RS RECURSO ESPECIAL 2011/0118248-3 Há que se ressaltar que todas as taxas contestadas constam EXPRESSAMENTE DO CONTRATO, sendo aceito sem ressalvas pelo consumidor, que poderia optar por não aderir e buscar outra instituição financeira para seu financiamento. Portanto, seja com base na quebra da boa-fé objetiva, seja com base na teoria do art. 6º do CDC, não há se falar em abusidade/nulidade das cláusulas referentes a Tarifa de Cadastro, Tarifa de Emissão de Boleto, uma vez que constavam expressamente do contrato a que anuiu o autor. Da Consignação em Pagamento Não havendo abusividade contratual nas parcelas do financiamento, não há que se falar em consignação ou compensação de valores que a autora entenda devido. Prevalece o entendimento jurisprudencial no sentido de que o depósito consignado em juízo dos valores calculados aleatoriamente pela parte contratante, ainda que incontroversos, são insuficientes à descaracterização da mora: "A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor" (Súmula 380, STJ). Pelos mesmos motivos, constatada a mora, não procede pedido de impedimento do requerido em colocar o nome do autor no cadastro de proteção ao crédito e de manutenção da posse do bem móvel nas mãos do autor. III- DISPOSITIVO Ex positis, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos elencados na inicial e, em consequência, declaro o processo extinto, com resolução do mérito. IV - DISPOSIÇÕES FINAIS CONDENO a parte autora às custas processuais e

honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% sobre o valor da causa, conforme artigo 85 do CPC, levando em consideração o grau de zelo profissional referendado pela defesa, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, representada pela possibilidade de multiplicação de processos com igual matéria, como, por fim, pelo tempo exigido para o trabalho do causídico decorrente, tudo de acordo com o art. 85, §§ 1.º e 2.º, do CPC. Contudo, suspendo a cobrança por se tratar de beneficiário da assistência judiciária gratuita. Defiro pedido de intimações dos atos processuais na pessoa de CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES OAB/PA 13846-A, devendo ser feita alteração no Sistema Libra, pela Secretaria. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Ananindeua/PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00040811720178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 24/06/2019 REQUERIDO:ALESSANDRA OLIVEIRA DO NASCIMENTO REQUERENTE:ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITO CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS Representante(s): OAB 50945 - PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) . Vistos, etc. Inicialmente, defiro o solicitado à fl. 60. Proceda-se às retificações e anotações para inclusão do nome dos novos patronos da requerente, bem como para a retificação do polo ativo da ação para ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS. Trata-se de recurso de apelação (CPC, art. 1.009). Mantenho a decisão combatida, nos seus próprios termos. Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões (CPC, art. 1.010, §1.º). Caso já apresentadas, certifique-se a tempestividade; Caso o apelado apresente com suas contrarrazões recurso adesivo e/ou questão de mérito em sede de preliminar na hipótese do §1.º do art. 1.009, sem nova conclusão, deverá o apelante ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso adesivo e/ou à preliminar, nos termos dos §§ 1.º e 2.º dos arts. 1.009 e 1.010, respectivamente. Caso já tenham sido apresentadas, desconsidere-se esta deliberação. Após as formalidades previstas nos §§ 1.º e 2.º do art. 1.010 do CPC, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal ad quem, independentemente de juízo de admissibilidade. Intime-se e cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00043801520078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710025823 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALISON DIAS MONTEIRO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 24/06/2019 REQUERENTE:CIMENTOS BRASIL S/A - CIBRASA Representante(s): OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 2534 - ALBERTO ALCEBIADES DE ALMEIDA PORTELLA NETTO (ADVOGADO) REQUERIDO:AMERICA COMERCIAL LTDA Representante(s): DEFENSORIA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . Certidão / Ato Ordinatório.Certifico e dou fé que é TEMPESTIVA a Contestação de folhas 79-80. Intimo a parte REQUERENTE, para querendo, apresente réplica no prazo legal.Ananindeua/PA, 24/06/2019.ALISON DIAS MONTEIRO.Auxiliar Judiciário.2ª Vara Cível e Empresarial - Comarca de Ananindeua-PA. PROCESSO: 00044265120158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:MAX VIANA DE ARAUJO Representante(s): OAB 7070 - OLAVO BILAC BRASIL (ADVOGADO) REQUERIDO:IRMAOS DIAMANTINO COMERCIO DE VEICULOS E UTILITARIOS LTDA Representante(s): OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:FINANCEIRA CIA. DE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO RCI BRASIL Representante(s): OAB 32521 - AURELIO CANCIO PELUSO (ADVOGADO) INTERESSADO:ITAU UNIBANCO S A Representante(s): OAB 22112-A - CARLOS ALBERTO BAIAO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSUE FRANCO DE ALMEIDA Representante(s): OAB 21814 - OLGANETE DOS ANJOS

MOREIRA (ADVOGADO) . Processo: 0004426-51.2015.8.14.0006 DECISÃO Considerando a ausência de requerimento de produção de provas pelas partes, bem como por tratar-se de matéria exclusivamente de direito, informo às partes que o mérito da presente demanda será julgada antecipadamente, nos moldes fixados pelo artigo 355, I do CPC, facultando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para se oporem justificadamente à resolução antecipada do processo. Por fim, havendo custas finais pendentes de pagamento, intime-se a parte autora para proceder ao pagamento, no prazo legal. Após, transcorrido o prazo, façam os autos conclusos para sentença. Certifique-se. Cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00049192820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 24/06/2019 REQUERENTE:BANCO HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:IAMARA DOS SANTOS LIMA. Processo nº 0004919-28.2015.814.0006. D E C I S Ã O R.H, Torno sem efeito a decisão de fls. 45, vez que não cabe ao Juízo diligenciar pelas partes. Autorizo a devolução dos valores pagos pela diligência. Intime-se o autor para providências, em 10 dias, sob pena de extinção. Ananindeua, 19/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00050130520178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:ANTONIO FERNANDO NUNES DE SOUSA Representante(s): OAB 20991 - NAYANE SADALLA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 23450 - INGRID SYADE (ADVOGADO) REQUERIDO:JORGE LUIZ MIRANDA RIBEIRO Representante(s): OAB 6171 - FERNANDO AUGUSTO MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) REQUERIDO:MARINETE CASTRO PONTES Representante(s): OAB 6171 - FERNANDO AUGUSTO MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA - JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Proc. 0005013-05.2017.8.14.0006 Autor: ANTÔNIO FERNANDO NUNES DE SOUSA. Réus: 1- JORGE LUIZ MIRANDA RIBEIRO e 2- MARINETE CASTRO PONTES. TERMO DE AUDIÊNCIA. Aos 18 dias do mês de Junho de 2019, às 10:20h, na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua/PA, presente o MMº Juiz de Direito, MÁRCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, foi aberta audiência de conciliação, nos autos do processo acima referido. Feito o pregão, constatou-se a PRESENÇA do AUTOR ANTÔNIO FERNANDO NUNES DE SOUSA, CPF: 228.425.512-49, acompanhado da Advogada, Dra. INGRID SYADE ALIVERTI, OAB/PA 23450. Fez-se PRESENTE também o RÉU JORGE LUIZ MIRANDA RIBEIRO, CPF 056.144.732-20, acompanhado do advogado, Dr. FERNANDO AUGUSTO MONTALVÃO DAS NEVES, OAB/PA 6171. Constatou-se a AUSÊNCIA da RÉ MARINETE CASTRO PONTES, contudo se fez presente seu Advogado, Dr. FERNANDO AUGUSTO MONTALVÃO DAS NEVES, OAB/PA 6171. Em seguida, o MMº Juiz passou à DELIBERAÇÃO: 1. Com fundamento nos arts.6º e 10º, do Código de Processo Civil, concedo um prazo comum, de cinco dias, para que as partes especifiQUEM, de forma fundamentada, quais provas que pretendem produzir, apontando, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide, sob pena de preclusão. Ficam as partes advertidas que, na hipótese de pedido de produção de prova testemunhal, deverão, desde logo, informar o desejo de trazer as testemunhas à futura audiência designada, independente de intimação, na forma estabelecida no parágrafo 2º do artigo 455 do NCPC. Ficam também advertidas que, o pedido de juntada de documentos, somente será permitido e avaliado pelos parâmetros estabelecidos no artigo 435 do NCPC. Ficam outrossim advertidas que, acaso peçam prova pericial, deverão informar sobre qual questão fática recairá a prova técnica bem como diga em que consistirá a perícia e informe a profissão mais abalizada para realização do ato. 2. Após o escoamento do prazo, com ou sem manifestação, devidamente certificada, retornem-me os autos conclusos para sanear e organizar o processo para instrução e julgamento, na forma do artigo 357 do NCPC, ocasião em que proferirei decisão acerca do pedido de provas e designarei a audiência de instrução e julgamento caso julgar necessário. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, Roberta Freitas Nicolau _____ digitei e subscrevi. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba Autor: Adv do. Autor: Réu: Adv. Réu: PROCESSO: 00050162820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:LUMAX COMERCIO DE LUBRIFICANTE LTDA

Representante(s): OAB 9867 - HARLEY LEOPOLDO PEREIRA SOBRINHO (ADVOGADO) OAB 14744 - JOSE OTAVIO DE ANDRADE (ADVOGADO) REQUERIDO:TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA SA Representante(s): OAB 35463 - TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA NETO FRIEDRICH (ADVOGADO) OAB 20635-A - LUIS EDUARDO PEREIRA SANCHES (ADVOGADO) . PROCESSO: 0005016-28.2015.8.14.0006 DECISÃO Entendo que o feito em questão comporta o julgamento no estado em que se encontra de forma antecipada, nos termos do artigo 335, I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que despicienda a produção de outras provas, razão pela qual indefiro-as. Ademais, o E. Supremo Tribunal Federal já de há muito se posicionou no sentido de que a necessidade de produção de prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos da causa estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do magistrado. Nesse sentido, vejamos: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - MATÉRIA FÁTICA - INTERPRETAÇÃO DE NORMAS LEGAIS - INVIABILIDADE - DESPROVIMENTO DO AGRAVO. 1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná confirmou o entendimento do Juízo quanto à procedência de pedido de condenação da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ao pagamento das obras realizadas. No extraordinário cujo trânsito busca alcançar, a recorrente aponta violado o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Argui a nulidade do acórdão diante da ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório.(...) 2. De início, descabe confundir a ausência de entrega aperfeiçoada da prestação jurisdicional com decisão contrária aos interesses defendidos. A violência ao devido processo legal não pode ser tomada como uma alavanca para alçar a este Tribunal conflito de interesses com solução na origem. A tentativa acaba por fazer-se voltada à transformação do Supremo em mero revisor dos atos dos demais tribunais do País. Na espécie, o Colegiado de origem procedeu a julgamento fundamentado de forma consentânea com a ordem jurídica, ressaltando os motivos pelos quais entendeu desnecessária a produção de provas no processo. [...] A jurisprudência sedimentada é pacífica a respeito, devendo-se ter presente o Verbete nº 279 da Súmula do Supremo: Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário. Colho do acórdão recorrido os seguintes trechos: Entendo que as razões da Apelante e os documentos constantes nos autos, por si só, não demonstram a necessidade e utilidade da realização de outras provas, até porque o destinatário da prova, o MM. Juiz Singular, em decisão fundamentada, entendeu que esta seria desnecessária, não havendo qualquer fundamento que justifique a sua reforma. O ordenamento pátrio, em matéria probatória, prevê o princípio da livre apreciação da prova e do livre convencimento do Juiz, consoante estabelece o artigo 130, do Código de Processo Civil. Assim, sendo o Juiz destinatário da prova, a ele incumbe aferir sobre a necessidade ou não de sua realização.(...) Portanto, uma vez que segundo o Juiz Singular os documentos constantes nos autos são suficientes para o julgamento da lide, vislumbra-se que a prova técnica é desnecessária e inadequada no caso em questão. ["]Portanto, rejeita-se a preliminar arguida e passa-se a análise do mérito da controvérsia.[...] 3. Conheço do agravo e o desprovejo. grifei (STF - ARE: 1021056 PR - PARANÁ 0006918-25.2008.8.16.0129, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 07/12/2017, Data de Publicação: DJe-287 13/12/2017) Esclareço, ainda, que não há que se falar em memoriais finais, uma vez que não foram realizadas oitivas, nem produzidas novas provas em audiência. Nesse sentido, informo às partes que o mérito da presente demanda será julgado antecipadamente, nos moldes fixados pelo artigo 355, I do CPC, facultando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para se oporem justificadamente à resolução antecipada do processo. Por fim, havendo custas finais pendentes de pagamento, intime-se a parte autora para proceder ao pagamento. Após, façam os autos conclusos para sentença. Certifique-se. Cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00053514720158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em: 24/06/2019 REQUERIDO:NAYARA CRISTINA FREITAS CAMARA REQUERENTE:ITAPEVA VII MULTICART FUNDO INVEST DIREITOS CREDITORIOS Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) . Processo: 0005351-47.2015.8.14.0006 DESPACHO Cumpra-se o autor, em 05 (cinco) dias, o item 3 de fls. 60, sob pena de extinção. Após, conclusos. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), aos 24 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00056612420138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:JONAS GOMES COELHO Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO FINASA BMC SA

Representante(s): OAB 18629-A - ROSANGELA DA ROSA CORREA (ADVOGADO) . Processo 0005661-24.2013.8.14.0006 SENTENÇA Vistos, etc., I - RELATORIO Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO movida por JONAS GOMES COELHO em face de BANCO FINASA BMC S/A sob alegação de que realizou contrato de financiamento com a requerida para aquisição de veículo automotor, porém não conseguiu honrar com as parcelas uma vez que considera que os juros e taxas são abusivos. Juntou documentos de fls. 25/76. Justiça gratuita deferida, fls. 77. Autor emendou a inicial fls. 78/79, alterando valor da causa. A requerida apresentou contestação fls. 92/108, alegando, no mérito, que não existe ilegalidade/abusividade nas cláusulas do contrato e que a requerente tinha conhecimento delas desde a assinatura do mesmo. Juntou documentos, fls. 109/111. Réplica, fls. 113/125 Em audiência de conciliação, ausente a autora, restou prejudicada a composição, fls. 127. Em nova audiência de conciliação, autora restou ausente, fls. 144. Requerido pugnou pela condenação da autora em ato atentatório a dignidade da justiça, fls. 174, ante o não comparecimento em audiência. Memoriais do requerido, fls. 175/190, e do requerente, fls. 191/193. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. II- FUNDAMENTAÇÃO Julgamento Antecipado da Lide Considerando que o objeto da presente lide se funda em matéria exclusivamente de direito, entendo desnecessária a produção de quaisquer outras provas e considero o processo pronto para julgamento. Inversão do Ônus da Prova Trata-se de relação de natureza consumerista, regida pelo Código de Defesa do Consumidor. Um dos aspectos mais relevantes do Código de Defesa do Consumidor é a possibilidade de inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, com a seguinte redação: "Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;" Em regra, a inversão do ônus da prova é ope iudicis (a critério do juiz), ou seja, não se trata de inversão automática por força de lei (ope legis). Nesse caso, o CDC adotou a regra da distribuição dinâmica do ônus da prova, ou seja, o magistrado tem o poder de redistribuir (inverter) o ônus da prova, caso verifique a verossimilhança da alegação ou a hipossuficiência do consumidor. É o caso dos presentes autos. A parte requerente é hipossuficiente no sentido técnico, econômico e jurídico, em comparação com a empresa requerida, com maiores conhecimentos médicos para provar sua versão dos fatos, e detentora dos prontuários. Ademais, a parte requerente, ora consumidora, conseguiu demonstrar a verossimilhança de suas alegações por meio dos documentos constantes dos autos. Da Preliminar de Inépcia Analisada a pertinência subjetiva conforme os ditames narrados na petição inicial, entendo que análise aprofundada sobre essa questão será realizada quando da fundamentação do mérito da demanda. Mérito Da Aplicação do teto máximo de Juros Remuneratórios Anuais à Taxa de 12% ao Ano A presente lide tem como causa de pedir a taxa de juros remuneratórios praticada pela Instituição Financeira e a incidência da capitalização mensal de juros em contrato de mútuo bancário com cláusula de alienação fiduciária. Embora a súmula 121, do STF, de fato estabeleça a vedação da capitalização de juros, ainda quando expressamente convencionada, nos termos da Súmula 596, da Suprema Corte, tal não se aplica às instituições financeiras, senão vejamos: "SÚMULA 596: As disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional." Ademais, o STJ possui entendimento consolidado, proferido em sede de Recurso Repetitivo, no sentido de que a revisão da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado: BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Consignada, no acórdão recorrido, a abusividade na cobrança da taxa de juros, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento. - Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP nº 1.963-17/00 (reeditada sob o nº 2.170-36/01), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos. (STJ - REsp: 1112879 PR 2009/0015831-8, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 12/05/2010, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 19/05/2010) Ementa AGRAVO

REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO DE 12% AFASTADA. TAXA MÉDIA DE MERCADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. SÚMULA N. 126/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E JUROS REMUNERATÓRIOS NO PERÍODO DE INADIMPLEMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO. TARIFA DE EMISSÃO DE CARNÊ. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA ATÉ 30.4.2008. IOF FINANCIADO. 1. A alteração da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado (Recurso Especial repetitivo n. 1.112.879/PR). 2. Aplica-se a Súmula n. 126 do STJ quando há fundamento constitucional suficiente, por si só, para a manutenção da decisão recorrida no tocante à capitalização mensal dos juros, mas a parte não interpõe recurso extraordinário. 3. Evidenciada a abusividade das cláusulas contratuais, afasta-se a mora do devedor (Recurso Especial repetitivo n. 1.061.530/RS). 4. É permitida a cobrança da taxa de abertura de crédito (TAC) e da tarifa de emissão de carnê (TEC) nos contratos celebrados até 30.4.2008, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto (Recursos Especiais repetitivos n. 1.251.331/RS e 1.255.573/RS). 5. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 211 do STJ quando a questão suscitada no recurso especial, não obstante a oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pela Corte a quo. 6. O acesso à via excepcional, nos casos em que o Tribunal a quo, a despeito da oposição de embargos de declaração, não regulariza a omissão apontada, depende da veiculação, nas razões do recurso especial, de ofensa ao art. 535 do CPC. 7. Não é abusiva a cláusula que convenciona o pagamento do IOF financiado (Recurso Especial repetitivo n. 1.255.573/RS). 8. Agravo regimental provido. (Processo AgRg no REsp 1460154 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2014/0141357-0 Relator(a) Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (1123) Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA Data do Julgamento 02/02/2016 Data da Publicação/Fonte DJe 18/02/2016) CONTRATO BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. SÚMULA N. 83 DO STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 1. A alteração da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado (REsp repetitivo n. 1.112.879/PR). 2. É insuscetível de exame na via do recurso especial questão relacionada com a possibilidade de incidência da capitalização de juros em contrato bancário quando há necessidade de reexame do respectivo instrumento contratual. Incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 543889 MS 2014/0165785-3, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 11/11/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/11/2014) Assim, segundo entendimento pacificado do STJ e STF, é de ser reconhecida a legalidade da cobrança de juros remuneratórios em contratos bancários, havendo pactuação neste sentido, bem como não podem ser considerados abusivos quando pactuados de acordo com a média praticada pelo mercado financeiro nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen. Assim, somente se admite a revisão do contrato, corrigindo-se para a taxa média do mercado financeiro, se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. Da mesma forma, é pacificado no STJ e STF o entendimento de que é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17"2000 (em vigor como MP 2.170-36"2001), desde que expressamente pactuada, devendo a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual ser pactuada de forma expressa e clara. Neste particular, embora o autor se insurja contra o acordo celebrado entre as partes, classificando-o como abusivo, não deixou de reconhecer que tenha havido a pactuação prévia, não sendo, portanto, a ausência, ou não, de pactuação objeto da presente lide. Ademais, vigora em ordenamento jurídico, notadamente quanto às relações contratuais, a vedação do comportamento contraditório. Pela máxima venire contra factum proprium non potest, não se pode exercer um direito próprio contrariando um comportamento anterior, sob pena de ofensa à boa-fé objetiva, notadamente ferindo-se a confiança e o dever de lealdade, que devem ser mantidos em todas as fases do contrato. No caso dos presentes autos, o autor manifesta neste momento conduta contraditória em relação à fase pré-contratual, posto que, de acordo com o senso comum, antes de firmar o contrato que ora alega ser abusivo, teve conhecimento das taxas de juros remuneratórios que seriam aplicadas à avença, bem como das parcelas mensais, fixas, que deveria adimplir, além do montante total da dívida que contrairia com o pacto ora objeto da presente lide. O venire contra factum proprium decorre da boa-fé objetiva, preceito de ordem pública, e da segurança jurídica, protegendo a justa expectativa gerada pelo contrato, o que pretende reverter o autor, o que não se afigura legítimo. Este é inclusive o entendimento jurisprudencial: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. APELAÇÃO. CONTRATOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO GARANTIDO POR NOTA PROMISSÓRIA. PARCELAS FIXAS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. IRRELEVÂNCIA. CÁLCULO DOS JUROS. FASE PRÉ-CONTRATUAL. PREÇO CERTO E DETERMINADO. LEGALIDADE. "VENIRE CONTRA FACTUM

PROPRIUM". BOA-FÉ CONTRATUAL. Capitalização de juros - empréstimo por parcelas fixas. Diferentemente do que geralmente ocorre nos demais contratos bancários, o cálculo realizado pela instituição financeira ocorreu ainda antes da assinatura do contrato, em fase pré-contratual. Por essa razão, a capitalização de juros supostamente utilizada teria incidido unicamente na elaboração da proposta da instituição financeira, a qual, declaração unilateral de vontade que é, não se condiciona pela vedação legal, mesmo porque não é apta para gerar obrigações para o consumidor. Do cálculo realizado na proposta, estipulou-se um preço certo e determinado, insuscetível de variações futuras. Recurso de apelação desprovido. ACORDAM os Desembargadores integrantes da eg. Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso; observados os fundamentos do voto do Relator. (Processo AC 7320765 PR 0732076-5, Relator(a): Jurandyr Souza Junior, Julgamento: 23/02/2011, Órgão Julgador: 15ª Câmara Cível, Publicação: DJ 594) Registro ainda que o Código de Defesa do Consumidor adotou a teoria da base objetiva do negócio jurídico, dispensando-se a exigência de que o fato seja imprevisível para a revisão do contrato. Para a teoria da base objetiva do negócio jurídico, interessa saber se o fato alterou de maneira objetiva as bases nas quais as partes contrataram, de maneira a modificar o ambiente econômico inicialmente existente. Neste sentido, dispõe o CDC: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas; No presente caso, o autor não demonstrou a existência de qualquer fato superveniente apto a alterar a base objetiva do contrato, pelo que a manutenção da avença é de rigor. Da Abusividade da Cobrança da Comissão de Permanência e Nulidade da Tarifa de Cadastro e Tarifa de Emissão de Carnê/Boleto Não merece prosperar as alegações do autor quanto as tarifas aplicadas ao contrato. Esclarece-se que a comissão de permanência, pode ser exigida para o período de mora, desde que não cumulada com correção monetária, juros de mora e multa contratual. Assim sumulou o STJ: A Súmula 30 do STJ prevê que: "A comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis". A Súmula 294 do STJ dispõe que: "Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato". Por sua vez, a Súmula 296 do STJ dispõe que: "Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado". No caso presente, não vislumbro ilegal cumulação, não merecendo prosperar o pleito autoral. Quanto a Tarifa de Cadastro e Tarifa de Emissão de Boleto, trata-se de matéria já pacificada no STJ em sede de recursos repetitivos CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COMPENSAÇÃO/REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO. RECURSOS REPETITIVOS. TARIFAS BANCÁRIAS. TAC E TEC. EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. FINANCIAMENTO DO IOF. POSSIBILIDADE. Permanece legítima a estipulação da Tarifa de Cadastro, a qual remunera o serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao inicio de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente" (Tabela anexa à vigente Resolução CMN 3.919/2010, com a redação dada pela Resolução 4.021/2011). REsp 1255573 / RS RECURSO ESPECIAL 2011/0118248-3 Quanto a cobrança do IOF - Imposto sobre operações financeiras, a autora requereu, outrossim, a declaração de nulidade da cláusula contratual que prevê a inclusão do IOF no valor financiado. A cobrança de IOF em desfavor da autora é lícita, visto que o Código Tributário Nacional, a Lei nº 8.894/94 e a Lei nº 8.033/90 definem o tomador do empréstimo como sujeito passivo da obrigação tributária, o que justifica o repasse do imposto. Há que se ressaltar que todas as taxas contestadas constam EXPRESSAMENTE DO CONTRATO, sendo aceito sem ressalvas pelo consumidor, que poderia optar por não aderir e buscar outra instituição financeira para seu financiamento. Portanto, seja com base na quebra da boa-fé objetiva, seja com base na teoria do art. 6º do CDC, não há se falar em abusidade/nulidade das cláusulas, uma vez que constavam expressamente do contrato a que anuiu o autor. Da Consignação em Pagamento Não havendo abusividade contratual nas parcelas do financiamento, não há que se falar em consignação ou compensação de valores que a autora entenda devido. Prevalece o entendimento jurisprudencial no sentido de que o depósito consignado em juízo dos valores calculados aleatoriamente pela parte contratante, ainda que incontroversos, são insuficientes à descaracterização da mora: "A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor" (Súmula 380, STJ). Pelos mesmos motivos, constatada a mora, não procede pedido de impedimento do requerido em colocar o nome do autor no cadastro de proteção ao crédito e de manutenção da posse do bem móvel nas

mãos do autor. III- DISPOSITIVO Ex positis, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos elencados na inicial e, em consequência, declaro o processo extinto, com resolução do mérito. IV - DISPOSIÇÕES FINAIS CONDENO a parte autora às custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% sobre o valor da causa, conforme artigo 85 do CPC, levando em consideração o grau de zelo profissional referendado pela defesa, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, representada pela possibilidade de multiplicação de processos com igual matéria, como, por fim, pelo tempo exigido para o trabalho do causídico decorrente, tudo de acordo com o art. 85, §§ 1.º e 2.º, do CPC. Contudo, suspendo a cobrança por se tratar de beneficiário da assistência judiciária gratuita. Indefiro pleito do requerido de aplicação de multa por Ato Atentatório À Dignidade da Justiça, face ausência da autora em audiência, visto tratar-se de Semana da Conciliação, não sendo obrigatório seu comparecimento. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Ananindeua/PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00063887520168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:MARKUS PAULO PINTO BASTOS Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PANAMERICANO Representante(s): OAB 23524-A - SERGIO SCHULZE (ADVOGADO) . Processo n 0006388-75.2016.8.14.0006 SENTENÇA Trata-se de pedido de homologação de acordo firmado pelas partes, fls. 64/66, assinado pelo patrono do requerente com poderes para transigir, fls. 22, requerendo extinção do processo, datada de 02/05/2017. Ressalto que, conforme item 6 do termo de acordo, a petição somente seria protocolada após o cumprimento integral do mesmo que tinha como data de cumprimento dia 24/02/2017 e, não havendo, nenhuma das partes, peticionado até a presente data, entendo que o acordo foi devidamente cumprido. Diante do exposto, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO avençada para que surta seus efeitos legais, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, III do CPC. Havendo custas processuais remanescentes, ficam as partes dispensadas do seu pagamento, nos termos do artigo 90, § 3º do CPC. Após o trânsito em julgado, obedecidas as formalidades legais, arquivem-se os autos. PUBLIQUE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00064098520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:ROSANA DOS PASSOS MUNIZ Representante(s): OAB 7261 - JOSE OTAVIO NUNES MONTEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS Representante(s): OAB 5546 - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (ADVOGADO) OAB 4643 - EDSON ANTONIO SOUSA PINTO (ADVOGADO) . PROCESSO: 0006409-85.2015.8.14.0006 DECISÃO Entendo que o feito em questão comporta o julgamento no estado em que se encontra de forma antecipada, nos termos do artigo 335, I do Código de Processo Civil, haja vista que a questão controvertida nos autos é meramente de direito, mostrando-se, por outro lado, suficiente a prova documental produzida para dirimir as questões de fato suscitadas, de modo que despicienda a produção de outras provas, razão pela qual indefiro-as. Ademais, o E. Supremo Tribunal Federal já de há muito se posicionou no sentido de que a necessidade de produção de prova há de ficar evidenciada para que o julgamento antecipado implique em cerceamento de defesa. A antecipação é legítima se os aspectos decisivos da causa estão suficientemente líquidos para embasar o convencimento do magistrado. Nesse sentido, vejamos: RECURSO EXTRAORDINÁRIO - MATÉRIA FÁTICA - INTERPRETAÇÃO DE NORMAS LEGAIS - INVIABILIDADE - DESPROVIMENTO DO AGRAVO. 1. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná confirmou o entendimento do Juízo quanto à procedência de pedido de condenação da

Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina ao pagamento das obras realizadas. No extraordinário cujo trânsito busca alcançar, a recorrente aponta violado o artigo 5º, inciso LV, da Constituição Federal. Argui a nulidade do acórdão diante da ofensa aos princípios da ampla defesa e do contraditório.(...) 2. De início, descabe confundir a ausência de entrega aperfeiçoada da prestação jurisdicional com decisão contrária aos interesses defendidos. A violência ao devido processo legal não pode ser tomada como uma alavanca para alçar a este Tribunal conflito de interesses com solução na origem. A tentativa acaba por fazer-se voltada à transformação do Supremo em mero revisor dos atos dos demais tribunais do País. Na espécie, o Colegiado de origem procedeu a julgamento fundamentado de forma consentânea com a ordem jurídica, ressaltando os motivos pelos quais entendeu desnecessária a produção de provas no processo. [...] A jurisprudência sedimentada é pacífica a respeito, devendo-se ter presente o Verbete nº 279 da Súmula do Supremo: Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário. Colho do acórdão recorrido os seguintes trechos: Entendo que as razões da Apelante e os documentos constantes nos autos, por si só, não demonstram a necessidade e utilidade da realização de outras provas, até porque o destinatário da prova, o MM. Juiz Singular, em decisão fundamentada, entendeu que esta seria desnecessária, não havendo qualquer fundamento que justifique a sua reforma. O ordenamento pátrio, em matéria probatória, prevê o princípio da livre apreciação da prova e do livre convencimento do Juiz, consoante estabelece o artigo 130, do Código de Processo Civil. Assim, sendo o Juiz destinatário da prova, a ele incumbe aferir sobre a necessidade ou não de sua realização.(...) Portanto, uma vez que segundo o Juiz Singular os documentos constantes nos autos são suficientes para o julgamento da lide, vislumbra-se que a prova técnica é desnecessária e inadequada no caso em questão. ["]Portanto, rejeita-se a preliminar arguida e passa-se a análise do mérito da controvérsia.[...] 3. Conheço do agravo e o desprovejo. grifei (STF - ARE: 1021056 PR - PARANÁ 0006918-25.2008.8.16.0129, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de Julgamento: 07/12/2017, Data de Publicação: DJe-287 13/12/2017) Esclareço, ainda, que não há que se falar em memoriais finais, uma vez que não foram realizadas oitivas, nem produzidas novas provas em audiência. Nesse sentido, informo às partes que o mérito da presente demanda será julgado antecipadamente, nos moldes fixados pelo artigo 355, I do CPC, facultando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para se oporem justificadamente à resolução antecipada do processo. Por fim, considerando que a parte autora é beneficiária da gratuidade de justiça (fl. 71), transcorrido o prazo assinado, façam os autos conclusos para sentença. Certifique-se. Cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00074465020158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:ANTONIO MAYRONE ALENCAR CHAVES Representante(s): OAB 8286 - MAURO AUGUSTO RIOS BRITO (ADVOGADO) OAB 18113 - WINNIE DE FATIMA OLIVEIRA SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:CENTRO ODONTOLOGICO DO POVO LTDA SORRIA ANANINDEUA Representante(s): OAB 18974 - HILDEBERG RUBENSON DE LIMA BARBOSA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MARCO TULIO CAMPOS REQUERIDO:ISAIAS SILVA DE CARVALHO. Processo: 0007446-50.2015.8.14.0006 DECISÃO Considerando a ausência de requerimento de produção de provas pelas partes, bem como por tratar-se de matéria exclusivamente de direito, informo às partes que o mérito da presente demanda será julgada antecipadamente, nos moldes fixados pelo artigo 355, I do CPC, facultando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para se oporem justificadamente à resolução antecipada do processo. Ademais, considerando que a parte autora é beneficiária da gratuidade de justiça (fl. 45), transcorrido o prazo, façam os autos conclusos para sentença. Certifique-se. Cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00079404620148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:RUTHNEIA SOUZA DOS SANTOS REIS EDUARDO Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO FIAT SA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) . Processo 0007940-46.2014.8.14.0006 DECISÃO Vistos, etc. 1. Analisando os autos, verifiquei que é possível o julgamento imediato do mérito. 2. Seria, portanto, o caso de proferir, de imediato, sentença, já que o art. 355, caput, do NCPC, afirma que, ocorrendo as hipóteses de incidência dos incisos I e II, o juiz julgará antecipadamente o mérito, proferindo sentença. 3. Considerando a desnecessidade de produção de outras provas, INTIMEM-SE as partes informando que este Juízo julgará antecipadamente o mérito, nos termos do artigo 355 do CPC; 4. Havendo pedido, venham os autos conclusos para análise e posterior decisão; 5. Não havendo, venham os autos conclusos para Sentença.

CUMPRA-SE. INTIME-SE. Ananindeua/PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00083409420138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:VALDICK BARBOSA SILVA Representante(s): OAB 15166 - ANTONIO HAROLDO GUERRA LOBO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO FIBRA SA Representante(s): OAB 18335-A - CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (ADVOGADO) . Processo nº 0008340-94.2013.8.14.0021 DESPACHO R.hoje, Considerando a ausência do autor à audiência de fl. 97, manifeste-se a parte, no prazo de 5 (cinco) dias, acerca do interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção sem resolução do mérito (art. 485, III). Cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), aos 29 de maio de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00084858220158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:OBERDAN PAIXAO BARROSO Representante(s): OAB 53400 - ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJCHSZAK (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . Processo nº 0008485-82.2015.814.0006. Vistos etc., 1. Considerando a certidão retro, a qual atesta a tempestividade da contestação de fls. 50/66, para réplica determino que se manifeste a parte autora no prazo legal. 2. Após, com fundamento nos arts.6º e 10º, do Código de Processo Civil, concedo um prazo comum, de cinco dias, para que as partes especifiQUEM, de forma fundamentada, quais provas que pretendem produzir, apontando, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide, sob pena de preclusão. 2. Ficam as partes advertidas que, na hipótese de pedido de produção de prova testemunhal, deverão, desde logo, informar o desejo de trazer as testemunhas à futura audiência designada, independente de intimação, na forma estabelecida no parágrafo 2º do artigo 455 do NCPC1. 3. Ficam também advertidas que, o pedido de juntada de documentos, somente será permitido e avaliado pelos parâmetros estabelecidos no artigo 435 do NCPC2. 4. Ficam outrossim advertidas que, acaso peçam prova pericial, deverão informar sobre qual questão fática recairá a prova técnica bem como diga em que consistirá a perícia e informe a profissão mais abalizada para realização do ato. 5. Após o escoamento do prazo, com ou sem manifestação, devidamente certificada, retornem-me os autos conclusos para sanear e organizar o processo para instrução e julgamento, na forma do artigo 357 do NCPC, ocasião em que proferirei decisão acerca do pedido de provas e designarei a audiência de instrução e julgamento caso julgar necessário. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Ananindeua, 24/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa 1 2o A parte pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação de que trata o § 1o, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição. 2 Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos. Parágrafo único. Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente e incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5. PROCESSO: 00094770720108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 24/06/2019 REQUERENTE:RENATA SOARES MOREIRA Representante(s): OAB 10894 - LUIS GUILHERME CARVALHO BRASIL CUNHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ISAIAS DE OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 8544 - ARTHUR VIVALDO SILVA DE ANDRADE (ADVOGADO) . Processo: 0009477-07.2010.8.14.0006 DECISÃO Considerando a ausência de requerimento de produção de provas pelas partes, bem como por tratar-se de matéria exclusivamente de direito, informo às partes que o mérito da presente demanda será julgada antecipadamente, nos moldes fixados pelo artigo 355, I do CPC, facultando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias para se oporem justificadamente à resolução antecipada do processo. Remetam-se os autos à UNAJ para apuração de custas. Havendo custas pendentes, intime-se a autora para efetuar o pagamento das custas finais, no prazo de 30 dias. Após, com ou sem manifestação, façam os autos conclusos para sentença. Certifique-se. Cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) Em auxílio ao Juizado Especial de

Abaetetuba PROCESSO: 00094791320158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em: 24/06/2019 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 157.875 - HUMBERTO LUIZ TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 211648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) REQUERIDO:BRUNO DOS SANTOS BEZERRA. Processo nº: 0009479-13.2015.814.0006 DECISÃO Vistos, etc. 1. Indefiro, por ora, o requerimento de citação por edital, que só é possível com o esgotamento de todos os meios possíveis para localização do citando. O art. 256, I, do NCPC estabelece que essa forma de citação é cabível quando desconhecido ou incerto o paradeiro do citando. É da jurisprudência: "Processual civil. Agravo regimental. Execução fiscal. Citação por edital. Possibilidade após o exaurimento de todos os meios possíveis à localização do devedor. [...] A citação por edital integra os meios a serem esgotados na localização do devedor. Produz ela efeitos que não podem ser negligenciados quando da sua efetivação. O Oficial de Justiça deve envidar todos os meios possíveis à localização do devedor, ao que, somente depois, deve ser declarado, para fins de citação por edital, encontrar-se em lugar incerto e não sabido. Assim, ter-se-á por nula a citação se o credor não afirmar que o réu está em lugar incerto ou não sabido, ou que isso seja certificado pelo Oficial de Justiça (art. 232, I, do CPC), cujas certidões gozam de fé pública, somente ilidível por prova em contrário. [...] De acordo com o art. 8º, I e III, da LEF, c/c o art. 231, II, do CPC, a citação por edital será realizada apenas após o esgotamento de todos meios possíveis para localização do devedor" (Agravo Regimental no Recurso Especial nº 930239/PE (2007/0043323-7), 1ª Turma do STJ, Rel. José Delgado. j. 26.06.2007, unânime, DJ 13.08.200). "[...] A citação editalícia somente se deve perfectibilizar quando esgotadas e inexitosas as demais e anteriores tentativas de citação do executado. Existente nos autos a indicação do endereço do devedor, nula é a utilização da via editalícia antes de adotadas outras diligências capazes de conferir êxito ao referido ato processual. Precedentes do STJ [...]" (Apelação Cível nº 2002.70.00.076149-6/PR, 2ª Turma do TRF da 4ª Região, Rel. Artur César de Souza. j. 28.07.2009, unânime, DE 19.08.2009). 2. Intime-se a parte autora para diligenciar ou solicitar diligências no sentido da localização do réu, para evitar quaisquer alegações futuras de nulidade no presente feito, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção. 3. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), aos 24 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00130811720128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:JUNIOR GOMES FARIAS Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMC FINASA SA Representante(s): OAB 21482 - FLAVIO GERALDO FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) . PROCESSO: 0013081-17.2012.8.14.0006 DESPACHO Inicialmente, considerando o despacho de fl. 68, no qual foi determinado ao requerido a juntada do contrato celebrado com o autor, chamo o feito à ordem para intimar o banco requerido para cumprir a determinação deste juízo, sob pena de presumirem-se verdadeiras as alegações do autor, nos termos do art. 373, § 1º, do CPC. Após, com ou sem manifestação, autos conclusos. CERTIFIQUE-SE. Cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00133481820148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:JOSE EDILSON SANTIAGO GOMES Representante(s): OAB 9047 - MARCELO PEREIRA E SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:REDE CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 12358 - FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ DAS NEVES (ADVOGADO) . Processo n.: 0013348-18.2014.814.0006 DECISÃO Considerando a decisão exarada nos autos de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas- IRDR n.04/2019 da Relatoria do Eminente Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, passo a decidir: a- DETERMINO a SUSPENSÃO desta e de todas as ações envolvendo a requerida CELPA cujo objeto da lide se refira à Cobrança de Consumo Não Registrado - CNR e se encontrem em fase de audiência de instrução e julgamento. b- DETERMINO à Sra. Diretora de Secretaria que proceda à marcação deste processo como SUSPENSO no sistema LIBRA. c- ANOTO que eventual tutela de urgência concedida permanece produzindo efeitos regularmente e que a suspensão não impede a prática de eventuais ATOS URGENTES (art. 314, NCPC). d- AGUARDE-SE a decisão da instância superior no aludido IRDR. CUMPRA-SE. INTIMEM-SE. De Ananindeua (Pa), aos 17 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Juiz de Direito Titular de 2ª Entrância Respondendo pela 2a Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Em auxílio remoto ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00135072420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO

REBELLO Ação: Procedimento Sumário em: 24/06/2019 REQUERENTE:MONICA DE OLIVEIRA FRAGOSO Representante(s): OAB 19257 - ALEXANDRE SANTOS BRANDAO (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO SOCIO AMBIENTAL FLORANATIVA ISAF Representante(s): OAB 10170 - MAURO SERGIO DE ASSIS LOPES (ADVOGADO) . DESPACHO/MANDADO Inicialmente, registro que me encontro em exercício neste Juízo desde 13/05/2019, tendo encontrado estes autos sem movimentação por considerável lapso temporal, inclusive, com ausência injustificada da autora à audiência de fl. 138. INTIME-SE o nobre Advogado constituído (intimação eletrônica) ou o nobre Defensor Público (intimação pessoal) da parte autora para indicar, expressamente, quais providências pretende sejam tomadas, no prazo de 05 dias, também sob pena de extinção em caso de manifestação genérica. Não havendo interesse, INTIME-SE o(a) autor, pessoalmente, para, em 5 (cinco) dias úteis, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, §2º, NCPC). Havendo interesse, fica intimado para recolher custas finais, se por acaso existentes. Esta decisão servirá como cópia mandado CERTIFIQUE-SE. Cumpra-se com urgência. Após, com ou sem as manifestações, CONCLUSOS. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00136585320168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 24/06/2019 REQUERENTE:JOSE RAIMUNDO FONSECA DOS SANTOS Representante(s): OAB 22519 - SUELLEM MARIA CARDOSO AMARAL (ADVOGADO) OAB 23332 - ANA PAULA LIMA MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 4684 - HILARIO CARVALHO MONTEIRO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:VERA LUCIA DA COSTA REQUERIDO:FIT 16 SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 21313 - GUSTAVO DE CARVALHO AMAZONAS COTTA (ADVOGADO) OAB 22237-A - RODRIGO MATTAR COSTA ALVES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:IMOBILE CONSULTORIA IMOBILIARIA. Processo nº 0013658-53.2016.814.0006. DECISÃO Vistos etc., 1. com fundamento nos arts.6º e 10º, do Código de Processo Civil, concedo um prazo comum, de cinco dias, para que as partes especifiQUEM, de forma fundamentada, quais provas que pretendem produzir, apontando, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide, sob pena de preclusão. 2. Ficam as partes advertidas que, na hipótese de pedido de produção de prova testemunhal, deverão, desde logo, informar o desejo de trazer as testemunhas à futura audiência designada, independente de intimação, na forma estabelecida no parágrafo 2º do artigo 455 do NCPC1. 3. Ficam também advertidas que, o pedido de juntada de documentos, somente será permitido e avaliado pelos parâmetros estabelecidos no artigo 435 do NCPC2. 4. Ficam outrossim advertidas que, acaso peçam prova pericial, deverão informar sobre qual questão fática recairá a prova técnica bem como diga em que consistirá a perícia e informe a profissão mais abalizada para realização do ato. 5. Após o escoamento do prazo, com ou sem manifestação, devidamente certificada, retornem-me os autos conclusos para sanear e organizar o processo para instrução e julgamento, na forma do artigo 357 do NCPC, ocasião em que proferirei decisão acerca do pedido de provas e designarei a audiência de instrução e julgamento caso julgar necessário. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) 1 2o A parte pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação de que trata o § 1o, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição. 2 Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos. Parágrafo único. Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente e incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5. PROCESSO: 00165806720168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em: 24/06/2019 REQUERENTE:BAANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 15530 - LAYSA AGENOR LEITE (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:CLAUDIO MORAES CARVALHO. Vistos, etc. Trata-se de recurso de apelação (CPC, art. 1.009). Mantenho a decisão combatida, nos seus próprios termos. Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões (CPC, art. 1.010, §1.º). Caso já apresentadas, certifique-se a tempestividade; Caso o apelado apresente com suas contrarrazões recurso adesivo e/ou questão de mérito em sede de preliminar na hipótese do §1.º do art. 1.009, sem nova conclusão, deverá o apelante ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao

recurso adesivo e/ou à preliminar, nos termos dos §§ 1.º e 2.º dos arts. 1.009 e 1.010, respectivamente. Caso já tenham sido apresentadas, desconsidere-se esta deliberação. Após as formalidades previstas nos §§ 1.º e 2.º do art. 1.010 do CPC, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal ad quem, independentemente de juízo de admissibilidade. Intime-se e cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00174440820168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 24/06/2019 REQUERENTE:MARIA LINDALVA FERREIRA DE LIMA Representante(s): OAB 3922 - RUBENS JOSE GOMES DE LIMA (ADVOGADO) OAB 24951 - BERNARDO COIMBRA E LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:RODOBENS INCORP IMOB SPE LTDA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo 0017444-08.2016.814.0006. Autora: MARIA LINDALVA FERREIRA DE LIMA Réu: RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIÁRIA 323-SPE LTDA. TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 19 dias do mês de Maio de 2019, na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara, presente o MM Juiz de Direito, MÁRCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, nos autos do processo acima referido. Feito o pregão de praxe, constatou-se a PRESENÇA da autora, Sra. MARIA LINDALVA FERREIRA DE LIMA, CPF 330.911.102-49, assistida pelo advogado, Dr. Bernardo Coimbra e Lima, OAB/PA 24951. Constatou-se a AUSÊNCIA da parte ré, RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIÁRIA 323-SPE LTDA. A seguir o MM Juiz passou a proferir DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: "Conforme Certidão de Fls. 91, o endereço do requerido não foi localizado. 1. Portanto, deve a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, informar o endereço para citação, pois de acordo com art. 240 § 2º do NCPC, incumbe ao autor adotar as providências necessárias para viabilizar a citação, sob pena de extinção do processo (art. 485, § 2º, NCPC). Decorrido o prazo, certifique-se". 2. Havendo manifestação tempestiva, CITE-SE após pagamento de custas. 3. Torno sem efeito o deferimento da Justiça Gratuita ocorrido às fls. 79, diante da renda da autora comprovada às fls. 74, para determinar que a autora recolha as custas devidas, adequando-se o valor da causa, se necessário, no prazo de 10 dias. 4. Havendo custas, intime-se para pagamento em 10 dias. 5. Certifique-se. 6. Conclusos". Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, _____ Roberta Freitas Nicolau, digitei e subscrevi. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba Autor: Adv. Autor: Fórum da Comarca de Ananindeua - Pará Avenida Claudio Saunders, 193 - Centro - CEP 67.000.000, fone/fax 91-3201.4900 PROCESSO: 00175974620138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERIDO:BANCO SAFRA SA Representante(s): OAB 84206 - MARIA LUCILIA GOMES (ADVOGADO) OAB 206339 - FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ (ADVOGADO) REQUERENTE:CARLOS ALBERTO MARCAL CORREA Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . Processo n 0017597-46.2013.8.14.0006 SENTENÇA Trata-se de pedido de homologação de acordo firmado pelas partes, alegado pelo requerente às fls. 100, e reiterado pelo requerido às fls. 103 requerendo extinção do processo. Diante do exposto, HOMOLOGO A TRANSAÇÃO avençada para que surta seus efeitos legais, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, III do CPC. Custas e honorários, nos termos do acordo. Após o trânsito em julgado, obedecidas as formalidades legais, arquivem-se os autos. PUBLIQUE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00178543720148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CESAR AUGUSTO PUTY PAIVA RODRIGUES Ação: Monitória em: 24/06/2019 REQUERENTE:BANCO FIAT SA Representante(s): OAB 18694-A - VERIDIANA PRUDENCIO RAFAEL (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:MILVIO ANTONIO MELO SIDONIO. DESPACHO. 1. Considerando o pedido de suspensão subscrito do advogado do exequente, conforme petição de fls. 45. 2. Determino a suspensão do feito de acordo com o art. 921, III e §1º NCPC, no prazo de um ano para manifestação do exequente quanto ao prosseguimento da execução. Ananindeua, 08 de Abril de 2016. Cesar Augusto Puty Paiva Rodrigues. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua. PROCESSO: 00185604920168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 24/06/2019 REQUERENTE:BANCO HONDA S A Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA

DE LIMA (ADVOGADO) OAB 10422 - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) OAB 10423 - ELIETE SANTANA MATOS (ADVOGADO) REQUERIDO:DAILTON TEIXEIRA DOS SANTOS. Vistos, etc. Trata-se de recurso de apelação (CPC, art. 1.009). Mantenho a decisão combatida, nos seus próprios termos. Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões (CPC, art. 1.010, §1.º). Caso já apresentadas, certifique-se a tempestividade; Caso o apelado apresente com suas contrarrazões recurso adesivo e/ou questão de mérito em sede de preliminar na hipótese do §1.º do art. 1.009, sem nova conclusão, deverá o apelante ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso adesivo e/ou à preliminar, nos termos dos §§ 1.º e 2.º dos arts. 1.009 e 1.010, respectivamente. Caso já tenham sido apresentadas, desconsidere-se esta deliberação. Após as formalidades previstas nos §§ 1.º e 2.º do art. 1.010 do CPC, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal ad quem, independentemente de juízo de admissibilidade. Intime-se e cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba P R O C E S S O : 0 0 2 1 3 6 5 3 1 2 0 1 4 8 1 4 0 3 0 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 AUTOR:RODRIGO SOARES CAMARA FILHO Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REU:BANCO ITAUCARD Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) . Processo 0021365-31.2014.8.14.0301 SENTENÇA Vistos, etc., I - RELATORIO Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO movida por RODRIGO SOARES CAMARA FILHO em face de BANCO ITAUCARD S/A sob alegação de que realizou contrato de alienação fiduciária com a requerida para aquisição de veículo automotor, porém não conseguiu honrar com as parcelas uma vez que considera que os juros e taxas são abusivos. Juntou documentos de fls. 13/37. Justiça gratuita deferida, fls. 40. A requerida apresentou contestação fls. 42/48, alegando, preliminarmente, inépcia da inicial e, no mérito, que não existe ilegalidade/abusividade nas cláusulas do contrato e que a requerente tinha conhecimento delas desde a assinatura do mesmo. Juntou documentos, fls. 49/76. Réplica, fls. 78/84. Memoriais do requerente, fls. 88/96 e do requerido, fls. 97/102. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. II- FUNDAMENTAÇÃO Julgamento Antecipado da Lide Considerando que o objeto da presente lide se funda em matéria exclusivamente de direito, entendo desnecessária a produção de quaisquer outras provas e considero o processo pronto para julgamento. Inversão do Ônus da Prova Trata-se de relação de natureza consumerista, regida pelo Código de Defesa do Consumidor. Um dos aspectos mais relevantes do Código de Defesa do Consumidor é a possibilidade de inversão do ônus da prova prevista no art. 6º, VIII, com a seguinte redação: "Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;" Em regra, a inversão do ônus da prova é ope iudicis (a critério do juiz), ou seja, não se trata de inversão automática por força de lei (ope legis). Nesse caso, o CDC adotou a regra da distribuição dinâmica do ônus da prova, ou seja, o magistrado tem o poder de redistribuir (inverter) o ônus da prova, caso verifique a verossimilhança da alegação ou a hipossuficiência do consumidor. É o caso dos presentes autos. A parte requerente é hipossuficiente no sentido técnico, econômico e jurídico, em comparação com a empresa requerida, com maiores conhecimentos médicos para provar sua versão dos fatos, e detentora dos prontuários. Ademais, a parte requerente, ora consumidora, conseguiu demonstrar a verossimilhança de suas alegações por meio dos documentos constantes dos autos. Da Preliminar de Inépcia Analisada a pertinência subjetiva conforme os ditames narrados na petição inicial, entendo que análise aprofundada sobre essa questão será realizada quando da fundamentação do mérito da demanda. Mérito Da Revisão Contratual, Nulidade de Cláusulas Abusivas, Capitalização e da Taxa de Juros A presente lide tem como causa de pedir a taxa de juros remuneratórios praticada pela Instituição Financeira e a incidência da capitalização mensal de juros em contrato de mútuo bancário com cláusula de alienação fiduciária. Embora a súmula 121, do STF, de fato estabeleça a vedação da capitalização de juros, ainda quando expressamente convencionada, nos termos da Súmula 596, da Suprema Corte, tal não se aplica às instituições financeiras, senão vejamos: "SÚMULA 596: As disposições do Decreto 22.626/33 não se aplicam às taxas de juros e aos outros encargos cobrados nas operações realizadas por instituições públicas ou privadas, que integram o sistema financeiro nacional." Ademais, o STJ possui entendimento consolidado, proferido em sede de Recurso Repetitivo, no sentido de que a revisão da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado: BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONTRATO QUE NÃO PREVÊ O PERCENTUAL DE JUROS REMUNERATÓRIOS

A SER OBSERVADO. I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO - JUROS REMUNERATÓRIOS 1 - Nos contratos de mútuo em que a disponibilização do capital é imediata, o montante dos juros remuneratórios praticados deve ser consignado no respectivo instrumento. Ausente a fixação da taxa no contrato, o juiz deve limitar os juros à média de mercado nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen, salvo se a taxa cobrada for mais vantajosa para o cliente. 2 - Em qualquer hipótese, é possível a correção para a taxa média se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. II - JULGAMENTO DO RECURSO REPRESENTATIVO - Consignada, no acórdão recorrido, a abusividade na cobrança da taxa de juros, impõe-se a adoção da taxa média de mercado, nos termos do entendimento consolidado neste julgamento. - Nos contratos de mútuo bancário, celebrados após a edição da MP nº 1.963-17/00 (reeditada sob o nº 2.170-36/01), admite-se a capitalização mensal de juros, desde que expressamente pactuada. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Ônus sucumbenciais redistribuídos. (STJ - REsp: 1112879 PR 2009/0015831-8, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 12/05/2010, S2 - SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: DJe 19/05/2010) Ementa AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO DE 12% AFASTADA. TAXA MÉDIA DE MERCADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. SÚMULA N. 126/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA E JUROS REMUNERATÓRIOS NO PERÍODO DE INADIMPLEMENTO. SÚMULA N. 211/STJ. TAXA DE ABERTURA DE CRÉDITO. TARIFA DE EMISSÃO DE CARNÊ. POSSIBILIDADE DE COBRANÇA ATÉ 30.4.2008. IOF FINANCIADO. 1. A alteração da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado (Recurso Especial repetitivo n. 1.112.879/PR). 2. Aplica-se a Súmula n. 126 do STJ quando há fundamento constitucional suficiente, por si só, para a manutenção da decisão recorrida no tocante à capitalização mensal dos juros, mas a parte não interpõe recurso extraordinário. 3. Evidenciada a abusividade das cláusulas contratuais, afasta-se a mora do devedor (Recurso Especial repetitivo n. 1.061.530/RS). 4. É permitida a cobrança da taxa de abertura de crédito (TAC) e da tarifa de emissão de carnê (TEC) nos contratos celebrados até 30.4.2008, ressalvado o exame de abusividade em cada caso concreto (Recursos Especiais repetitivos n. 1.251.331/RS e 1.255.573/RS). 5. Aplica-se o óbice previsto na Súmula n. 211 do STJ quando a questão suscitada no recurso especial, não obstante a oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pela Corte a quo. 6. O acesso à via excepcional, nos casos em que o Tribunal a quo, a despeito da oposição de embargos de declaração, não regulariza a omissão apontada, depende da veiculação, nas razões do recurso especial, de ofensa ao art. 535 do CPC. 7. Não é abusiva a cláusula que convenciona o pagamento do IOF financiado (Recurso Especial repetitivo n. 1.255.573/RS). 8. Agravo regimental provido. (Processo AgRg no REsp 1460154 / RS AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2014/0141357-0 Relator(a) Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA (1123) Órgão Julgador T3 - TERCEIRA TURMA Data do Julgamento 02/02/2016 Data da Publicação/Fonte DJe 18/02/2016) CONTRATO BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. JUROS REMUNERATÓRIOS. SÚMULA N. 83 DO STJ. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. SÚMULAS N. 5 E 7 DO STJ. 1. A alteração da taxa de juros remuneratórios pactuada em mútuo bancário depende da demonstração cabal de sua abusividade em relação à taxa média do mercado (REsp repetitivo n. 1.112.879/PR). 2. É insuscetível de exame na via do recurso especial questão relacionada com a possibilidade de incidência da capitalização de juros em contrato bancário quando há necessidade de reexame do respectivo instrumento contratual. Incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp: 543889 MS 2014/0165785-3, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 11/11/2014, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 24/11/2014) Assim, segundo entendimento pacificado do STJ e STF, é de ser reconhecida a legalidade da cobrança de juros remuneratórios em contratos bancários, havendo pactuação neste sentido, bem como não podem ser considerados abusivos quando pactuados de acordo com a média praticada pelo mercado financeiro nas operações da espécie, divulgada pelo Bacen. Assim, somente se admite a revisão do contrato, corrigindo-se para a taxa média do mercado financeiro, se for verificada abusividade nos juros remuneratórios praticados. Da mesma forma, é pacificado no STJ e STF o entendimento de que é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da publicação da Medida Provisória n. 1.963-17"2000 (em vigor como MP 2.170-36"2001), desde que expressamente pactuada, devendo a capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual ser pactuada de forma expressa e clara. Neste particular, embora o autor se insurja contra o acordo celebrado entre as partes, classificando-o como abusivo, não deixou de reconhecer que tenha havido a pactuação prévia, não sendo, portanto, a ausência, ou não, de pactuação objeto da presente lide. Ademais, vigora em ordenamento jurídico, notadamente quanto às relações contratuais, a vedação do comportamento contraditório. Pela máxima venire contra

factum proprium non potest, não se pode exercer um direito próprio contrariando um comportamento anterior, sob pena de ofensa à boa-fé objetiva, notadamente ferindo-se a confiança e o dever de lealdade, que devem ser mantidos em todas as fases do contrato. No caso dos presentes autos, o autor manifesta neste momento conduta contraditória em relação à fase pré-contratual, posto que, de acordo com o senso comum, antes de firmar o contrato que ora alega ser abusivo, teve conhecimento das taxas de juros remuneratórios que seriam aplicadas à avença, bem como das parcelas mensais, fixas, que deveria adimplir, além do montante total da dívida que contrairia com o pacto ora objeto da presente lide. O venire contra factum proprium decorre da boa-fé objetiva, preceito de ordem pública, e da segurança jurídica, protegendo a justa expectativa gerada pelo contrato, o que pretende reverter o autor, o que não se afigura legítimo. Este é inclusive o entendimento jurisprudencial: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO. APELAÇÃO. CONTRATOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO C/C PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO GARANTIDO POR NOTA PROMISSÓRIA. PARCELAS FIXAS. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. IRRELEVÂNCIA. CÁLCULO DOS JUROS. FASE PRÉ-CONTRATUAL. PREÇO CERTO E DETERMINADO. LEGALIDADE. "VENIRE CONTRA FACTUM PROPRIUM". BOA-FÉ CONTRATUAL. Capitalização de juros - empréstimo por parcelas fixas. Diferentemente do que geralmente ocorre nos demais contratos bancários, o cálculo realizado pela instituição financeira ocorreu ainda antes da assinatura do contrato, em fase pré-contratual. Por essa razão, a capitalização de juros supostamente utilizada teria incidido unicamente na elaboração da proposta da instituição financeira, a qual, declaração unilateral de vontade que é, não se condiciona pela vedação legal, mesmo porque não é apta para gerar obrigações para o consumidor. Do cálculo realizado na proposta, estipulou-se um preço certo e determinado, insuscetível de variações futuras. Recurso de apelação desprovido. ACORDAM os Desembargadores integrantes da eg. Décima Quinta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, conhecer e negar provimento ao recurso; observados os fundamentos do voto do Relator. (Processo AC 7320765 PR 0732076-5, Relator(a): Jurandyr Souza Junior, Julgamento: 23/02/2011, Órgão Julgador: 15ª Câmara Cível, Publicação: DJ 594) Registro ainda que o Código de Defesa do Consumidor adotou a teoria da base objetiva do negócio jurídico, dispensando-se a exigência de que o fato seja imprevisível para a revisão do contrato. Para a teoria da base objetiva do negócio jurídico, interessa saber se o fato alterou de maneira objetiva as bases nas quais as partes contrataram, de maneira a modificar o ambiente econômico inicialmente existente. Neste sentido, dispõe o CDC: Art. 6º São direitos básicos do consumidor: (...) V - a modificação das cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou sua revisão em razão de fatos supervenientes que as tornem excessivamente onerosas; No presente caso, o autor não demonstrou a existência de qualquer fato superveniente apto a alterar a base objetiva do contrato, pelo que a manutenção da avença é de rigor. Da Cobrança da Comissão de Permanência, da Tarifa de Cadastro, Tarifa de Emissão de Carnê/Boleto, IOF, Gravame e Serviços de Terceiros Não merece prosperar as alegações do autor quanto as tarifas aplicadas ao contrato. Esclarece-se que a comissão de permanência, pode ser exigida para o período de mora, desde que não cumulada com correção monetária, juros de mora e multa contratual. Assim sumulou o STJ: A Súmula 30 do STJ prevê que: "A comissão de permanência e a correção monetária são inacumuláveis". A Súmula 294 do STJ dispõe que: "Não é potestativa a cláusula contratual que prevê a comissão de permanência, calculada pela taxa média de mercado apurada pelo Banco Central do Brasil, limitada à taxa do contrato". Por sua vez, a Súmula 296 do STJ dispõe que: "Os juros remuneratórios, não cumuláveis com a comissão de permanência, são devidos no período de inadimplência, à taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada ao percentual contratado". No caso presente, não vislumbro ilegal cumulação, não havendo, ainda, nos autos, comprovação de que a tarifa foi cobrada pelo requerido, não merecendo prosperar o pleito autoral. Quanto a Tarifa de Cadastro e Tarifa de Emissão de Boleto, trata-se de matéria já pacificada no STJ em sede de recursos repetitivos CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. COMPENSAÇÃO/REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO. RECURSOS REPETITIVOS. TARIFAS BANCÁRIAS. TAC E TEC. EXPRESSA PREVISÃO CONTRATUAL. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PRECEDENTES. FINANCIAMENTO DO IOF. POSSIBILIDADE. Permanece legítima a estipulação da Tarifa de Cadastro, a qual remunera o serviço de "realização de pesquisa em serviços de proteção ao crédito, base de dados e informações cadastrais, e tratamento de dados e informações necessários ao inicio de relacionamento decorrente da abertura de conta de depósito à vista ou de poupança ou contratação de operação de crédito ou de arrendamento mercantil, não podendo ser cobrada cumulativamente" (Tabela anexa à vigente Resolução CMN 3.919/2010, com a redação dada pela Resolução 4.021/2011). REsp 1255573 / RS RECURSO ESPECIAL 2011/0118248-3 Quanto às despesas com registro de contrato/gravame, coadunando com entendimento do exposto acima, TEMA 958/STJ,

entendo não haver abusividade na cobrança. Quanto o Serviço de Terceiro/Taxa de Retorno o entendimento é no sentido de ser válida a sua cobrança, devendo esta, estar expressa em contrato: E M E N T A - AÇÃO REVISIONAL. TAXAS AFETAS A SERVIÇOS DE TERCEIROS - POSSIBILIDADE - RESP REPETITIVO N. 1.578.553. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. Orientação jurisprudencial no STJ, manifestada em Incidente de Recurso Repetitivo, instaurado no REsp n. 1.578.553/SP, determinou-se a "validade da tarifa de avaliação do bem dado em garantia, bem como da cláusula que prevê o ressarcimento da despesa com o registro do contrato, ressalvada a abusividade da cobrança do serviço não efetivamente prestado e a possibilidade de controle da onerosidade excessiva em cada caso". Apelação Cível - Nº 0805219-75.2015.8.12.0017 - Nova Andradina. Relator - Exmo. Sr. Des. Odemilson Roberto Castro Fassa. 3ª Câmara Cível. Data do Julgamento16/05/2019. Data da Publicação: 20/05/2019. Quanto a cobrança do IOF - Imposto sobre operações financeiras, a autora requereu, outrossim, a declaração de nulidade da cláusula contratual que prevê a inclusão do IOF no valor financiado. A cobrança de IOF em desfavor da autora é lícita, visto que o Código Tributário Nacional, a Lei nº 8.894/94 e a Lei nº 8.033/90 definem o tomador do empréstimo como sujeito passivo da obrigação tributária, o que justifica o repasse do imposto. Há que se ressaltar que todas as taxas contestadas constam EXPRESSAMENTE DO CONTRATO, sendo aceito sem ressalvas pelo consumidor, que poderia optar por não aderir e buscar outra instituição financeira para seu financiamento. Portanto, seja com base na quebra da boa-fé objetiva, seja com base na teoria do art. 6º do CDC, não há se falar em abusidade/nulidade das cláusulas, uma vez que constavam expressamente do contrato a que anuiu o autor. Da Repetição do Indébito Como a requerida agiu em estrito regular de direito na consecução do contrato, por óbvio, não existe repetição de indébito a ser deferido, a teor do art. 52 do CDC. Ademais, entendimento do requerente esbarra na firme orientação do Superior Tribunal de Justiça: "A aplicação do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor somente é justificável quando ficarem configuradas tanto a cobrança indevida quanto a má-fé do credor fornecedor do serviço (AgRg no REsp 1200821/RJ, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA TERCEIRA TURMA, julgado em 10/02/2015, DJe 13/02/2015). Da Consignação em Pagamento Não havendo abusividade contratual nas parcelas do financiamento, não há que se falar em consignação ou compensação de valores que a autora entenda devido. Prevalece o entendimento jurisprudencial no sentido de que o depósito consignado em juízo dos valores calculados aleatoriamente pela parte contratante, ainda que incontroversos, são insuficientes à descaracterização da mora: "A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor" (Súmula 380, STJ). Pelos mesmos motivos, constatada a mora, não procede pedido de impedimento do requerido em colocar o nome do autor no cadastro de proteção ao crédito, realizar cobranças pelas vias legais, ajuizar ação respectiva, pois trata-se de exercício regular do direito e do direito de ação. Ademais, sendo a mora fato incontroverso, não prospera pleito de suspensão de pagamento. III- DISPOSITIVO Ex positis, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos elencados na inicial e, em consequência, declaro o processo extinto, com resolução do mérito. IV - DISPOSIÇÕES FINAIS CONDENO a parte autora às custas processuais e honorários advocatícios, esses arbitrados em 10% sobre o valor da causa, conforme artigo 85 do CPC, levando em consideração o grau de zelo profissional referendado pela defesa, o lugar da prestação do serviço, a natureza e importância da causa, representada pela possibilidade de multiplicação de processos com igual matéria, como, por fim, pelo tempo exigido para o trabalho do causídico decorrente, tudo de acordo com o art. 85, §§ 1.º e 2.º, do CPC. Contudo, suspendo a cobrança por se tratar de beneficiário da assistência judiciária gratuita. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Ananindeua/PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00295763420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:RISALDO OLIMPIO DE SOUZA Representante(s): OAB 19294 - AFONSO GOMES LEAO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAQUIM ANTONIO OLIVEIRA

MENEZES REQUERIDO:ANDERSON NAZARENO SOUZA DOS ANJOS Representante(s): OAB 20428 - ELLISON COSTA CEREJA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA - JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Proc. 0029576-34.2015.8.14.0006 Autor: RISALDO OLIMPIO DE SOUZA. Réus: JOAQUIM ANTONIO OLIVEIRA MENEZES e ANDERSON NAZARENO SOUZA DOS ANJOS. TERMO DE AUDIÊNCIA. Aos 13 dias do mês de Junho de 2019, às 10:30h, na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua/PA, presente o MMº Juiz de Direito, MÁRCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, foi aberta audiência, nos autos do processo acima referido. Feito o pregão, constatou-se a PRESENÇA do AUTOR RISALDO OLIMPIO DE SOUZA, CPF: 040.029.382-04, acompanhado do Advogado, Dr. AFONSO GOMES LEAO. Fez-se PRESENTE também o RÉU ANDERSON NAZARENO SOUZA DOS ANJOS, CPF 652.084.712-72, desacompanhado de advogado. Constatou-se ainda a AUSÊNCIA do RÉU JOAQUIM ANTONIO OLIVEIRA MENEZES, apesar de devidamente intimado para o ato de acordo com o termo de audiência de fls. 82. Aberta a audiência de instrução e julgamento tentou-se a conciliação das partes, nos termos do art. 359 do NCPC. Não obtido êxito na tentativa de conciliação. Após, o juízo compulsou os autos e verificou se tratar de matéria apta a ser tratada documentalmente, pelo que anunciou a desnecessidade de prova oral. Em seguida, o MMº Juiz passou à DELIBERAÇÃO: 1. Considerando a certidão de fls.84, decreto à revelia do requerido JOAQUIM ANTONIO OLIVEIRA MENEZES. 2. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC/2015, porquanto não há necessidade de dilação probatória alguma diante do contexto probatório já formado nos autos. 3. Uma vez que não houve qualquer produção de prova oral e não tendo havido instrução, desnecessária a apresentação de razões finais, conforme jurisprudência que se segue: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO NÃO CONHECIDO QUANTO À ALEGAÇÃO DE ERRO DE PROCEDIMENTO EM FAVOR DOS APELADOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÕES FINAIS. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE ALUGUÉIS. 1. Os recorrentes carecem de legitimidade e de interesse processual para arguir a invalidade da sentença em favor da parte contrária. Recurso não conhecido nesse aspecto. 2. As razões finais orais ou escritas, a que refere o art. 364 e § 2º do CPC, somente serão facultadas quando for produzida prova oral, o que não ocorreu no feito. Além disso, não foi demonstrado o efetivo prejuízo ocasionado pela ausência, especialmente ao se considerar que todas as questões controvertidas poderiam ser devolvidas para a análise definitiva nesta instância recursal. 3. Com base na teoria da asserção, a legitimidade das partes deve ser apreciada abstratamente conforme a pertinência subjetiva aferida a partir dos elementos postos na petição inicial. 4. No caso, o acervo probatório indica que as partes firmaram contrato de locação não residencial. O imóvel já foi retomado pelos recorridos, em acordo homologado em outra ação judicial, perdendo objeto a pretensão de despejo. 5. Mantém-se a condenação no pagamento dos valores relativos aos aluguéis a partir do primeiro mês de inadimplemento até a efetiva desocupação. 6. Recurso conhecido em parte e não provido. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0006116-10.2013.8.05.0274, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 11/04/2018) (TJ-BA - APL: 00061161020138050274, Relator: José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 11/04/2018). 4. FAÇAM os autos CONCLUSOS para sentença. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, Roberta Freitas Nicolau _____ digitei e subscrevi. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba Autor: Adv do. Autor: Autor: Adv do. Autor: Réu: Adv. Réu: Réu: Adv. Réu: PROCESSO: 00585481420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 24/06/2019 REQUERENTE:HUMBERTO FARIAS UCHOA Representante(s): OAB 18974 - HILDEBERG RUBENSON DE LIMA BARBOSA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. Processo 0058548-14.2015.8.14.0006 DECISÃO Vistos, etc. 1. Analisando os autos, verifiquei que é possível o julgamento imediato do mérito. 2. Seria, portanto, o caso de proferir, de imediato, sentença, já que o art. 355, caput, do NCPC, afirma que, ocorrendo as hipóteses de incidência dos incisos I e II, o juiz julgará antecipadamente o mérito, proferindo sentença. 3. Considerando a desnecessidade de produção de outras provas, INTIMEM-SE as partes informando que este Juízo julgará antecipadamente o mérito, nos termos do artigo 355 do CPC; 4. Havendo pedido, venham os autos conclusos para análise e posterior decisão; 5. Não havendo, venham os autos conclusos para Sentença. CUMPRA-SE. INTIME-SE. Ananindeua/PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00935227720158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação:

Busca e Apreensão em: 24/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:SABOR PARAENSE ALIMENTOS EIRELLI EPP. COMARCA DE ANANINDEUA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL PROCESSO:0093522-77.2015.814.0006 AUTOR: BANCO BRADESCO S/A RÉU: SABOR PARAENSE ALIMENTOS EIRELLI EPP SENTENÇA I - RELATÓRIO Trata-se de ação de busca e apreensão ajuizada por BANCO BRADESCO S/A em face de SABOR PARAENSEALIMENTOS EIRELLI EPP. Foi celebrado acordo entre as partes (fls. 66/68). É o relatório. Fundamento. Decido. II - FUNDAMENTAÇÃO O art. 487, inciso III, alínea "b" do Código de Processo Civil prevê a extinção do processo com resolução de mérito na hipótese de homologação de transação entre as partes. O feito teve seu trâmite regular. O acordo celebrado, nos termos propostos, atende aos melhores interesses da lei e das partes. III - DISPOSITIVO Posto isto, HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre os integrantes dos polos ativo e passivo desta lide e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos preceituados no artigo 487, inciso III, alínea "b", do Código de Processo Civil. Havendo bloqueio em sistemas judiciais, determino o seu desbloqueio, caso necessário. Adotem-se todos os procedimentos de praxe. Com o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE. Custas na forma da lei, caso não sejam as partes beneficiárias da justiça gratuita. Honorários nos termos do acordo. Não havendo o pagamento, expeça-se o necessário para inscrição em dívida ativa. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIMEM-SE. Ananindeua/PA, 19 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00955199520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:SANDRA MARIA SOUZA PALHETA Representante(s): OAB 19735 - BRUNO ALEX SILVA DE AQUINO (ADVOGADO) OAB 4767 - ANTONIO AUGUSTO DE OLIVEIRA ALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:CHARLES AUGUSTO SOUZA DE LIMA Representante(s): OAB 21224 - TOYA ALEXSANDRO THEOS BAPTISTA DOS SANTOS (ADVOGADO) . Processo 0095519-95.2015.8.14.0006 SENTENÇA Vistos, etc. DA APLICACAO DA LEI 9.099/1995 Compulsando os autos, constato que o objeto da lide se enquadra na competência dos juizados especiais. Muito embora a escolha por litigar na vara cível comum ou nos juizados especiais seja da parte, cabe ao magistrado determinar o procedimento a ser adotado com base no princípio da adequação ou da elasticidade processual. Nesse diapasão, com base no princípio da adequação (para alguns, "elasticidade processual"), entendo necessário sanear o feito com a readequação do rito, vez que, pelas especificidades do caso presente, o rito dos Juizados Especiais Cíveis (Lei 9.099/1995) é o mais adequado à tutela jurisdicional pleiteada. CONVERTO o rito e passo a aplicar as regras previstas na Lei 9.099/1995, dispensando o relatório. DA FUNDAMENTAÇÃO Julgamento Antecipado da Lide Considerando que o objeto da presente lide se funda em matéria exclusivamente de direito, entendo desnecessária a produção de quaisquer outras provas e considero o processo pronto para julgamento. Mérito Insurge-se, a autora, pleiteando indenização por dano material no valor de R$-3.000,00 (três mil reais) e restituição do veículo em face do requerido, sob a alegação de que realizou contrato de compra e venda de veículo, não tendo recebida a contraprestação da forma acordada. Entendo que o pleito não merece prosperar. Conforme se depreende do contrato juntado pela autora, fls. 16/17, cláusula 3ª, a mesma ficaria "responsável por entregar o veículo livre de qualquer defeito que prejudique seu bom funcionamento, sendo responsável em repará-lo caso necessite de substituição de alguma peça pelo prazo de 3 meses". Ademais, a situação se enquadra no conceito de vício redibitório, artigo 441 e ss, Código Civil, constituindo-se em defeito oculto da coisa recebida que a torna inapropriada ao fim a que se destina ou que lhe diminui o valor. O requerido comprovou que, tão logo comprou o bem, este apresentou problema, conforme laudo de fls. 34, solicitado em 19 de outubro de 2015 que atestou que "o veículo apresentava danos no motor, com característica de ser sido produzido por ação mecânica, devido a manutenção inadequada do veículo..." A própria requerente confessa, na inicial que, em 17 de setembro de 2015, ou seja, um dia após a compra, o requerido informou sobre o vício no veículo, não sanando o defeito. Sendo assim, improcede os pedidos requeridos pela autora. Da Litigância de Má-Fé O art. 80 do NCPC consagra o tratamento jurídico da litigância de má-fé: "Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que: II - alterar a verdade dos fatos; Art. 81. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou. § 2o Quando o valor da causa for irrisório ou inestimável, a multa poderá ser fixada em até 10 (dez) vezes o valor do salário-mínimo. § 3o O valor da indenização será fixado pelo juiz ou, caso não seja possível mensurá-lo, liquidado por arbitramento ou pelo procedimento comum, nos próprios autos." Registro ainda que é dever

do Advogado "aconselhar o cliente a não ingressar com aventura jurídica" (Código de Ética e Disciplina da OAB, art. 2º, parágrafo único, VII). No presente caso, vê-se, claramente, que isso não vem acontecendo, pois a requerente distorceu a realidade a todo custo em flagrante improbidade processual. Como não pode o Poder Judiciário compactuar com comportamentos desta estirpe, sendo obrigação do Juiz prevenir e reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça (art. 139, inciso III, NCPC), configurada, pois, a necessidade de imposição de sanção processual. Assim, aplico MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ a requerente fixada no valor de nove por cento do valor da causa (art.80 c/c 81, NCPC). DISPOSITIVO Ex positis, nos termos do art. 487, inciso I, do NCPC, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos pleiteados na inicial e, em consequência, declaro o processo extinto, com resolução do mérito, condenando a autora em litigância de má-fé fixada no valor de nove por cento do valor da causa. DISPOSIÇÕES FINAIS Em virtude da litigância de má-fé, reverto a gratuidade judicial antes deferida e condeno a autora em custas, artigo 55 da Lei 9.099/95, devendo esta ser intimada para pagamento no prazo de 30 dias sob pena de inscrição na dívida ativa. Sem honorários, por conta do rito da Lei dos Juizados Especiais. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Ananindeua/PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa

RESENHA: 25/06/2019 A 25/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00008196920078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710003902 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXEQUENTE:ITAITUBA INDUSTRIA DE CIMENTOS DO PARA SA Representante(s): OAB 11767 - FERNANDO MOREIRA BESSA (ADVOGADO) OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 15645 - GISELE AZEVEDO SALOMAO (ADVOGADO) EXECUTADO:S. E. RODRIGUES. Proc.0000819-69.2007.8.14.0006 Exequente: ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A. Executado: S. E. RODRIGUES. DESPACHO 1. Intime-se a parte exequente para, no prazo de 15(quinze) dias, recolher as custas processuais devidas. 2. Após, retornem os autos conclusos para cumprimento da diligencia. Ananindeua/PA, 11/06/2019. MARINEZ CATARINA VON LOHRMANN CRUZ ARRAES Juíza de Direito auxiliando na 2ª Vara Civil e Empresarial de Ananindeua PROCESSO: 00010492820098140006 PROCESSO ANTIGO: 200910005229 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXEQUENTE:FUNDACAO VALE DO RIO DOCE DE HABITACAO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL FVRD Representante(s): OAB 801 - ULYSSES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) RICARDO DE OLIVEIRA MURTA (ADVOGADO) RENATO DE OLIVEIRA ANDRADE (ADVOGADO) ACUSADO:JOSE ZOZIMO BANDEIRA EXECUTADO:MARIA JOSE TRINDADE BANDEIRA. Processo nº 0001049-28.2009.814.0006. Requerente: FUNDAÇÃO VALE DO RIO DCE DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - FVDR. End. Av. Graça Aranha, nº 26 - 3º Andar, Bairro: Centro, CEP: 20.005-900, Rio de Janeiro - RJ. D E S P A C H O/M A N D A D O Vistos etc., Considerando a renúncia de poderes de fl. 151/153, INTIME-SE a parte requerente para, no prazo de 10 dias, regularize a sua representação processual, bem como para indicar, expressamente, quais providências pretende sejam tomadas, sob pena de extinção em caso de manifestação genérica. Após, com ou sem manifestação, CONCLUSOS. Servirá o presente despacho como mandado. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, aos 17 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00016995219948140006 PROCESSO ANTIGO: 199410011531 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação:

Imissão na Posse em: 25/06/2019 AUTOR:JOAO ALFREDO DE SOUZA JUNIOR Representante(s): OAB 7612 - PATRICIA MILENA TORRES RAIOL (ADVOGADO) AUTOR:LUCI CARLA RODRIGUES AMOEDO DE SOUZA REU:MARIA EMILIA PETELLO LUCKINSKI. PROCESSO 0001699-52.1994.8.14.0006 SENTENÇA I - RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Anoto que entrei em exercício neste Juízo em 13/05/2019. Compulsando os autos, verifico que a parte devidamente intimada, não cumpri diligência determinada em despacho, requerendo, apenas, a suspensão do feito e de forma intempestiva. Ressalto o decurso do tempo, setembro/2015, foi a última movimentação realizada pela parte. É o sucinto relatório. Passo fundamentar e decidir. II - FUNDAMENTAÇ"O O art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil de 2015 prevê a extinção do processo sem resolução de mérito quando houver patente falta de interesse, como é o caso destes autos. Os casos em que a parte autora não promove o devido impulso oficial, não paga custas, muda de endereço sem informar ao Juízo, deixa de cumprir com exatidão despachos/decisões judiciais ou os cumpre fora do prazo, dentre outros, demonstram, inequivocamente, a falta de interesse de agir. Por fim, registro que, caso presente o interesse processual, diante de eventual recurso de apelação interposto pela parte, este Juízo poderá, se for o caso, retratar-se (art. 485, § 7º, NCPC), não havendo, portanto, qualquer prejuízo. A mesma CF/88 que impõe o contraditório (e um de seus corolários: a vedação à decisão-surpresa) também assegura a duração razoável do processo, ambos com status de Direito Fundamental previstos no art. 5º. Este fato, somado à inexistência de prejuízo à parte diante da possibilidade de juízo de retratação, impõe a resolução sem mérito, considerando ainda que o novo CPC dispensa o contraditório no caso de extinção fundamentada inciso VI do art. 485 do CPC. Neste momento, a ponderação de valores constitucionais se impõe em favor da duração razoável do processo. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, configurado o desinteresse de agir da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do CPC. Havendo custas pendentes, intime-se para pagamento em 10 dias. Não efetivado, expeça-se o necessário para inclusão em dívida ativa. Sendo a parte beneficiária da Justiça Gratuita, dispensadas as custas. Intimem-se, via diário de justiça, os advogados constituídos nos autos. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), 25 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00021204620148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 REQUERENTE:BANCO SAFRA SA Representante(s): OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) REQUERIDO:JUCILEIA CARDOSO ALVES Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) . SENTENÇA Processo n° 0002120-46.2014.8.14.0006 Vistos, etc. Trata-se da ação de busca e apreensão em alienação fiduciária ajuizada por BANCO SAFRA S/A em face de JUCILÉLIA CERDOSO ALVES, todos regulamente qualificados. As partes homologaram acordo extrajudicial, conforme petição de fls.102/105. Relatados. Decidido. Assim sendo, determino a extinção do presente feito, nos termos do art.840 a 850 do código de processo civil brasileiro e art. 487, III, b, do CPC/2015. Custas pelo promovente. Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição e demais providencias. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ananindeua/PA, 11 de junho de 2019. MARINEZ CATARINA VON-LHORMAN CRUZ ARRAES Juíza de direito auxiliando na 2ª vara cível e empresarial de Ananindeua. PROCESSO: 00025474320148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Habilitação de Crédito em: 25/06/2019 REQUERIDO:MARCOS MARCELINO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 25103 - LIVIA DA SILVA DAMASCENO (ADVOGADO) REQUERENTE:SANDRA MARIA DE CARVALHO CUNHA Representante(s): OAB 19238 - FELIPE EDUARDO LIMA CHAVES (ADVOGADO) . Processo nº 0002547-43.2014.8.14.0006 HABILITAÇÃO E INCLUSÃO NO ROL DE CREDORES. Requerente: SANDRA MARIA DE CARVALHO CUNHA. Requeridos: MARCOS MARCELINO

ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S/A LTDA. DECISÃO Trata-se de AÇÃO DE HABILITAÇÃO E INCLUSÃO NO ROL DE CREDORES, que tem como autor(a) SANDRA MARIA DE CARVALHO CUNHA, melhor identificado em fls.02, em desfavor de MARCOS MARCELINO ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO S/A LTDA, também identificado na inicial, considerando-se o fato de que a requerente fez um contrato com a requerida e que a mesma veio a descumprir com as obrigações, tendo passado por um processo de falência, sem cumprir com os compromissos assumidos. Pretende a autora que lhe sejam devolvidos os valores pagos por si a requerida. Citado o sindico da massa falida, o mesmo apresentou o que teria direito a requerente e a mesma intimada a se manifestar teve seu pedido precluso. A digna representante o M.P., manifestou-se no sentido de que não teria nada a opor quanto ao cálculo apresentado em fls.13 e 14. Breve relatamos. Passa a decidir; Constatamos através dos documentos acostados nos autos que a autora realmente adquiriu um bem da requerida, tendo a mesma deixado de cumprir com a sua obrigação de entregá-lo, ficando patente que terá a mesma o dever de restituí-lo. Foi dado a requerente o direito de se manifestar sobre o cálculo apresentado pelo síndico e não o fez o que declaramos segundo o art.233, do CPC, o seu direito precluso. Isto posto. Julgo procedente o pedido e declaro a requerente habilitada e incluída na massa falida, podendo receber o valor que lhe couber. Assim, hei por bem julgar o mérito com fundamento no art.487, do CPC. Cumpra-se todas as demais exigências legais. Custas ex-vi-legis. P.R.I Ananindeua, 6 de junho de 2019. 0MARINEZ CATARINA VON LOHRMANN CRUZ ARRAES Juíza de Direito auxiliando na 2ª Vara Civil e Empresarial de Ananindeua P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 4 5 6 2 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 REQUERENTE:BANCO SAFRA SA Representante(s): OAB 8525 - IVANILDO RODRIGUES DA GAMA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18912 - FABRICIA CARNEIRO OLVIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:PAULA NAHIANA P FERREIRA. PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PARÁ JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ANANINDEUA PROCESSO N.º 0002645-62.2013.814.0006 REQUERENTE: BANCO SAFRA S/A REQUERIDA: PAULA NAHIANA FERREIRA DECISÃO / MANDADO 1. Defiro o requerimento do autor, com fundamento nos arts. 4º e 5º do DL 911/69, a fim de converter o presente feito em Ação de Execução; 2. Efetue-se as anotações necessárias no sistema. Retifique-se a autuação e os registros correspondentes; 3. INTIME-SE o exequente para, no prazo de 15 dias, a contar da data da intimação, apontar em qual endereço deve ser realizada a citação da executada; 4. Após, CITE-SE a executada para efetuar o pagamento, no prazo de 3 (três) dias; 5. Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o oficial de justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado; 6. Fixo a verba honorária em 10% do valor do débito. Advirta-se que, em caso de pronto pagamento da dívida, no prazo acima fixado, a verba honorária será reduzida pela metade e, ainda, que o executado poderá opor-se à execução por meio de embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação; 7. Cópia desta decisão servirá como mandado. Ananindeua (Pa), 19 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Juiz de Direito Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00027829820008140006 PROCESSO ANTIGO: 200010026999 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Despejo em: 25/06/2019 AUTOR:IZAN VICTOR DOS SANTOS AUTOR:OLGA MARIA DA SILVA MATNI Representante(s): OAB 8165 - RONALDO FELIPE SIQUEIRA SOARES (ADVOGADO) REQUERIDO:COMISSAO COMUNIT.PREF.ABELARDO L.CONDURU. PROCESSO 0002782-98.2000.8.14.0006 SENTENÇA I - RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Anoto que entrei em exercício neste Juízo em 13/05/2019. Compulsando os autos, verifico que a parte devidamente intimada, não cumpri diligência determinada em despacho, requerendo, apenas, a suspensão do feito e de forma intempestiva. Ressalto o decurso do tempo, maio/2002, foi a última movimentação realizada pela parte. É o sucinto relatório. Passo fundamentar e decidir. II - FUNDAMENTAÇ"O O art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil de 2015 prevê a extinção do processo sem resolução de mérito quando houver patente falta de interesse, como é o caso destes autos. Os casos em que a parte autora não promove o devido impulso oficial, não paga custas, muda de endereço sem informar ao Juízo, deixa de cumprir com exatidão despachos/decisões judiciais ou os cumpre fora do prazo, dentre outros, demonstram, inequivocamente, a falta de interesse de agir. Por fim, registro que, caso presente o interesse processual, diante de eventual recurso de apelação interposto pela parte, este Juízo poderá, se for o caso, retratar-se (art. 485, § 7º, NCPC), não havendo, portanto, qualquer prejuízo. A mesma CF/88 que impõe o contraditório (e um de seus corolários: a vedação à decisão-surpresa) também assegura a duração razoável do processo, ambos com status de Direito Fundamental previstos no art. 5º. Este fato, somado à inexistência de prejuízo à parte diante da possibilidade de juízo de

retratação, impõe a resolução sem mérito, considerando ainda que o novo CPC dispensa o contraditório no caso de extinção fundamentada inciso VI do art. 485 do CPC. Neste momento, a ponderação de valores constitucionais se impõe em favor da duração razoável do processo. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, configurado o desinteresse de agir da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do CPC. Havendo custas pendentes, intime-se para pagamento em 10 dias. Não efetivado, expeça-se o necessário para inclusão em dívida ativa. Sendo a parte beneficiária da Justiça Gratuita, dispensadas as custas. Intimem-se, via diário de justiça, os advogados constituídos nos autos. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), 25 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00031254020138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Execução de Título Judicial em: 25/06/2019 REQUERENTE:BANCO VOLKSWAGEN SA Representante(s): OAB 24872-A - JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 24871-A - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERIDO:CACILDA MARIA DE OLIVEIRA DIAS . Processo nº 0003125-40.2013.814.0006 D E C I S Ã O Uma vez procedida a retirada da restrição, conforme comprovante de remoção que ora determino a juntada, arquivem-se os autos com observância das formalidades legais. Ananindeua/PA, 14 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00034151620178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:CARMEN SILVA DA COSTA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:BANCO B M G Representante(s): OAB 15161 - NATASHA FRAZAO MONTORIL (ADVOGADO) OAB 23522-A - EDUARDO CHALFIN (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BCV BANCO DE CREDITO E VAREJO SA Representante(s): OAB 23522-A - EDUARDO CHALFIN (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU S A Representante(s): OAB 12581 - POLLYANA DE SOUZA MACEDO (ADVOGADO) OAB 3672 - SERGIO ANTONIO FERREIRA GALVAO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA - JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Proc. 0003415-16.2017.8.14.0006 Autora: CARMEN SILVA DA COSTA. Réus: BANCO BMG; BANCO DE CRÉDITO E VAREJO e BANCO ITAÚ S/A. TERMO DE AUDIÊNCIA. Aos 06 dias do mês de Junho de 2019, às 10:30h, na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua/PA, presente o MMº Juiz de Direito, MÁRCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, foi aberta audiência, nos autos do processo acima referido. Feito o pregão, constatou-se a presença da autora CARMEN SILVA DA COSTA, CPF: 137.712.992-68, acompanhada de Defensor Público Dr. BERNARDO BRITO DE MORAES. Fez-se presente também os réus BANCO BMG; BANCO DE CRÉDITO E VAREJO, representados pela preposta BARTIRA BARBAGELATA, CPF 987.552.932-04, acompanhada do advogado Dr. Victor Tourinho da Cunha Fernandes, OAB/PA 28789 e BANCO ITAÚ S/A, representado pelo preposto IVAN RAIOL FRADE, CPF 106.014.732-72, acompanhada da advogada Dra. Julyana Tavares Oliveira, OAB/PA 24388. Aberta a audiência de instrução e julgamento tentou-se a conciliação das partes, nos termos do art. 359 do NCPC. Não obtido êxito na tentativa de conciliação. Após, o juízo compulsou os autos e verificou se tratar de matéria apta a ser tratada documentalmente, pelo que anunciou a desnecessidade de prova oral. Dada a palavra ao Advogado dos requeridos BANCO BMG; BANCO DE CRÉDITO E VAREJO: "requer a juntada de carta de preposto, substabelecimento, bem como de procuração". Dada a palavra a Advogada do requerido BANCO ITAÚ S/A: "requer a juntada de carta de preposto e substabelecimento". Em seguida, o MMº Juiz passou à DELIBERAÇÃO: 1. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC/2015, porquanto não há necessidade de dilação probatória alguma diante do contexto probatório já formado nos autos. 2. Uma vez que não houve qualquer produção de prova oral e

não tendo havido instrução, desnecessária a apresentação de razões finais, conforme jurisprudência que se segue: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO NÃO CONHECIDO QUANTO À ALEGAÇÃO DE ERRO DE PROCEDIMENTO EM FAVOR DOS APELADOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÕES FINAIS. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE ALUGUÉIS. 1. Os recorrentes carecem de legitimidade e de interesse processual para arguir a invalidade da sentença em favor da parte contrária. Recurso não conhecido nesse aspecto. 2. As razões finais orais ou escritas, a que refere o art. 364 e § 2º do CPC, somente serão facultadas quando for produzida prova oral, o que não ocorreu no feito. Além disso, não foi demonstrado o efetivo prejuízo ocasionado pela ausência, especialmente ao se considerar que todas as questões controvertidas poderiam ser devolvidas para a análise definitiva nesta instância recursal. 3. Com base na teoria da asserção, a legitimidade das partes deve ser apreciada abstratamente conforme a pertinência subjetiva aferida a partir dos elementos postos na petição inicial. 4. No caso, o acervo probatório indica que as partes firmaram contrato de locação não residencial. O imóvel já foi retomado pelos recorridos, em acordo homologado em outra ação judicial, perdendo objeto a pretensão de despejo. 5. Mantém-se a condenação no pagamento dos valores relativos aos aluguéis a partir do primeiro mês de inadimplemento até a efetiva desocupação. 6. Recurso conhecido em parte e não provido. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0006116-10.2013.8.05.0274, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 11/04/2018) (TJ-BA - APL: 00061161020138050274, Relator: José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 11/04/2018). 3. FAÇAM os autos CONCLUSOS para sentença. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, Roberta Freitas Nicolau _____ digitei e subscrevi. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba Autor: Adv do. Autor: Réu: Adv. Réu: Réu: Adv. Réu: PROCESSO: 00035734220158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 REQUERENTE:BANCO DAYCOVAL SA Representante(s): OAB 8659 - ALCIDES NEY JOSE GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:ELISA REGINA DA SILVA BRAGA. Processo n° 0003573-42.2015.8.14.0006 EXTINÇÃO Requerente: BANCO DAYCOVAL S/A Requeridos: ELISA REGINA DA SILVA BRAGA SENTENÇA Trata-se de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL, que tem como autor (a) BANCO DAYCOVAL S/A, melhor identificado em fls.02, em desfavor de ELISA REGINA DA SILVA BRAGA, também identificado na inicial, considerando-se o fato de que o requerido deixou de pagar o financiamento. A ação transcorreu na maior normalidade, sendo que em fls.70, o autor vem requerer a extinção do processo. Breve relatamos. Passa a decidir; Sabemos que o autor a ação, após resolver as pendencias que haviam na sua relação contratual, veio requerer que o processo fosse extinto sem o julgamento do mérito. Isto posto. Julgo extinto o processo, com fundamento no art.485, VIII, do C.P.C. Cumpra-se todas as demais exigências legais. Custas ex-vi-legis. PRI. Ananindeua, 7 de junho de 2019. MARINEZ CATARINA VON-LHORMAN CRUZ ARRAES Juíza de direito auxiliando na 2ª vara cível e empresarial de Ananindeua. PROCESSO: 00039016920118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EXEQUENTE:SOUZA CRUZ S/A Representante(s): RENATO MULINARI (ADVOGADO) EXECUTADO:JUAREZ DE LIMA CAVALCANTE. Proc.0003901-69.2011.8.14.0006 Executante: SOUSA CRUZ S/A Executado: JUAREZ DE LIMA CAVALCANTE. DESPACHO 1- Intime-se a parte executante para, no prazo de 15(quinze) dias, recolher as custas processuais devidas; 2- Após, retornem os autos conclusos para cumprimento da diligencia. Ananindeua (PA), aos 07 de junho de 2019. MARINEZ CATARINA VON LOHRMANN CRUZ ARRAES Juíza de Direito auxiliando na 2ª Vara Civil e Empresarial de Ananindeua PROCESSO: 00044169220108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 25/06/2019 REQUERENTE:CARITAS NAZARE BARATA MARQUES Representante(s): OAB 9284 - OLAVO PERES HENDERSON E SILVA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:DAUT CAR - COMERCIO DE VEICULOS E SERVICOS LTDA. PROCESSO 0004416-92.2010.8.14.0006 SENTENÇA I - RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Anoto que entrei em exercício neste Juízo em 13/05/2019. Compulsando os autos, verifico que a parte devidamente intimada, não cumpri diligência determinada em despacho, requerendo, apenas, a suspensão do feito e de forma intempestiva. Ressalto o decurso do tempo, maio/2010, foi a última movimentação realizada pela parte. É o sucinto relatório. Passo fundamentar e decidir. II - FUNDAMENTAÇ"O O art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil de 2015 prevê a extinção do processo sem resolução de mérito quando houver patente falta de interesse, como é o

caso destes autos. Os casos em que a parte autora não promove o devido impulso oficial, não paga custas, muda de endereço sem informar ao Juízo, deixa de cumprir com exatidão despachos/decisões judiciais ou os cumpre fora do prazo, dentre outros, demonstram, inequivocamente, a falta de interesse de agir. Por fim, registro que, caso presente o interesse processual, diante de eventual recurso de apelação interposto pela parte, este Juízo poderá, se for o caso, retratar-se (art. 485, § 7º, NCPC), não havendo, portanto, qualquer prejuízo. A mesma CF/88 que impõe o contraditório (e um de seus corolários: a vedação à decisão-surpresa) também assegura a duração razoável do processo, ambos com status de Direito Fundamental previstos no art. 5º. Este fato, somado à inexistência de prejuízo à parte diante da possibilidade de juízo de retratação, impõe a resolução sem mérito, considerando ainda que o novo CPC dispensa o contraditório no caso de extinção fundamentada inciso VI do art. 485 do CPC. Neste momento, a ponderação de valores constitucionais se impõe em favor da duração razoável do processo. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, configurado o desinteresse de agir da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do CPC. Havendo custas pendentes, intime-se para pagamento em 10 dias. Não efetivado, expeça-se o necessário para inclusão em dívida ativa. Sendo a parte beneficiária da Justiça Gratuita, dispensadas as custas. Intimem-se, via diário de justiça, os advogados constituídos nos autos. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), 25 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00047284719998140006 PROCESSO ANTIGO: 199910032326 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Petição Cível em: 25/06/2019 AUTOR:EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS LTDA Representante(s): OAB 5596 - TITO EDUARDO VALENTE DO COUTO (ADVOGADO) OAB 9990 - KATIA GADELHA BRAGANCA NOBRE (ADVOGADO) OAB 10760 - MYLENA XAVIER SERAFICO DE ASSIS CARVALHO (ADVOGADO) JOSE CELIO SANTOS LIMA (ADVOGADO) REU:REFRIGERANTES GAROTO IND. E COM. S.A Representante(s): ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo 0004728-47.1999.8.14.0006 Autor: EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS LTDA Réu: REFRIGERANTES GAROTO IND. E COM. S.A TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 24 dias do mês de junho de 2019, às 12:00, na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara, presente o MMº Juiz de Direito, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO nos autos do processo acima referido. Feito o pregão de praxe, constatou-se a presença da parte autora EXECUTIVA RECURSOS HUMANOS LTDA, representada pela preposta, Sra. Valcenira Guimarães, RG nº. 5121488 PC/PA, assistido pelo advogado Dr. Nelson Almeida do Amaral, OAB/PA 7203. Constatou-se a ausência do requerido, REFRIGERANTES GAROTO IND. E COM. S.A, mesmo devidamente intimado. Aberta a audiência, diante da ausência da parte requerida, a tentativa de conciliação resultou negativa. A seguir o MMº Juiz passou a proferir DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Fica intimado o autor, presente em audiência, para indicar providencias no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção em caso de inércia ou manifestação genérica". Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, _____ Julianne Maia de Sousa, digitei, conferi e subscrevi. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba Autor: Adv. Autor: Fórum da Comarca de Ananindeua - Pará Avenida Claudio Saunders, 193 - Centro - CEP 67.000.000, fone/fax 91-3201.4900 PROCESSO: 00053534620178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 25/06/2019 REQUERENTE:JOEL BRITO PEREIRA JUNIOR Representante(s): OAB 7309 - JACILENE DE NAZARE FERNANDES RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:BUILDING SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 12374 - DAVI COSTA LIMA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA - JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL E

EMPRESARIAL Proc. 0005353-46.2017.8.14.0006 Autor: JOEL BRITO PEREIRA JUNIOR. Réu: BUILDING SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA. TERMO DE AUDIÊNCIA. Aos 06 dias do mês de Junho de 2019, às 09:30h, na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua/PA, presente o MMº Juiz de Direito, MÁRCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, foi aberta audiência, nos autos do processo acima referido. Feito o pregão, constatou-se a presença do autor JOEL BRITO PEREIRA JUNIOR, CPF: 009.401.172-90, acompanhado da advogada Dra. Jacilene de Nazaré Fernanades Rodrigues, OAB: 7309. Fez-se presente também o réu BUILDING SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, representados pela preposta KELLENN MORAIS DA SILVA, CPF 022.986.532-16, acompanhada da advogada Taina Fonseca do Rosário, OAB/PA 29007. Aberta a audiência de instrução e julgamento tentou-se a conciliação das partes, nos termos do art. 359 do NCPC. Não obtido êxito na tentativa de conciliação. Após, o juízo compulsou os autos e verificou se tratar de matéria apta a ser tratada documentalmente, pelo que anunciou a desnecessidade de prova oral. Dada a palavra a Advogada da requerida: "requer a juntada de carta de preposto, substabelecimento e bem como do termo de recebimento das chaves". Em seguida, o MMº Juiz passou à DELIBERAÇÃO: 1. Defiro o pedido de juntada de provas 2. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC/2015, porquanto não há necessidade de dilação probatória alguma diante do contexto probatório já formado nos autos. 3. Uma vez que não houve qualquer produção de prova oral e não tendo havido instrução, desnecessária a apresentação de razões finais, conforme jurisprudência que se segue: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO NÃO CONHECIDO QUANTO À ALEGAÇÃO DE ERRO DE PROCEDIMENTO EM FAVOR DOS APELADOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÕES FINAIS. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE ALUGUÉIS. 1. Os recorrentes carecem de legitimidade e de interesse processual para arguir a invalidade da sentença em favor da parte contrária. Recurso não conhecido nesse aspecto. 2. As razões finais orais ou escritas, a que refere o art. 364 e § 2º do CPC, somente serão facultadas quando for produzida prova oral, o que não ocorreu no feito. Além disso, não foi demonstrado o efetivo prejuízo ocasionado pela ausência, especialmente ao se considerar que todas as questões controvertidas poderiam ser devolvidas para a análise definitiva nesta instância recursal. 3. Com base na teoria da asserção, a legitimidade das partes deve ser apreciada abstratamente conforme a pertinência subjetiva aferida a partir dos elementos postos na petição inicial. 4. No caso, o acervo probatório indica que as partes firmaram contrato de locação não residencial. O imóvel já foi retomado pelos recorridos, em acordo homologado em outra ação judicial, perdendo objeto a pretensão de despejo. 5. Mantém-se a condenação no pagamento dos valores relativos aos aluguéis a partir do primeiro mês de inadimplemento até a efetiva desocupação. 6. Recurso conhecido em parte e não provido. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0006116-10.2013.8.05.0274, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 11/04/2018) (TJ-BA - APL: 00061161020138050274, Relator: José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: 11/04/2018). 4. FAÇAM os autos CONCLUSOS para sentença. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, Roberta Freitas Nicolau _____ digitei e subscrevi. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba Autor: Adv do. Autor: Autor: Adv do. Autor: Réu: Adv. Réu: Réu: Adv. Réu: PROCESSO: 00059828219998140006 PROCESSO ANTIGO: 19991003375 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Despejo por Falta de Pagamento em: 25/06/2019 AUTOR:IZAN VICTOR DOS SANTOS AUTOR:OLGA MARIA DA SILVA MATNI REU:COMISSAO COM. PREF. ABELARDO LEAO CONDUR ADVOGADO:RUY QUARESMA ADVOGADO:RAIMUNDO BESSA FILHO AUTOR REU:COMISSAO COM PREF ABELARDO LEAO CONDUR Representante(s): OAB 7803 - RUY GUILHERME PACHECO QUARESMA (ADVOGADO) OAB 51827 - RAIMUNDO BESSA FILHO (ADVOGADO) . PROCESSO 0005982-82.1999.8.14.0006 SENTENÇA I - RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Anoto que entrei em exercício neste Juízo em 13/05/2019. Compulsando os autos, verifico que a parte devidamente intimada, não cumpri diligência determinada em despacho, requerendo, apenas, a suspensão do feito e de forma intempestiva. Ressalto o decurso do tempo, abril/2000, foi a última movimentação realizada pela parte. É o sucinto relatório. Passo fundamentar e decidir. II - FUNDAMENTAÇ"O O art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil de 2015 prevê a extinção do processo sem resolução de mérito quando houver patente falta de interesse, como é o caso destes autos. Os casos em que a parte autora não promove o devido impulso oficial, não paga custas, muda de endereço sem informar ao Juízo, deixa de cumprir com exatidão despachos/decisões judiciais ou os cumpre fora do prazo, dentre outros, demonstram, inequivocamente, a falta de interesse de agir. Por fim,

registro que, caso presente o interesse processual, diante de eventual recurso de apelação interposto pela parte, este Juízo poderá, se for o caso, retratar-se (art. 485, § 7º, NCPC), não havendo, portanto, qualquer prejuízo. A mesma CF/88 que impõe o contraditório (e um de seus corolários: a vedação à decisão-surpresa) também assegura a duração razoável do processo, ambos com status de Direito Fundamental previstos no art. 5º. Este fato, somado à inexistência de prejuízo à parte diante da possibilidade de juízo de retratação, impõe a resolução sem mérito, considerando ainda que o novo CPC dispensa o contraditório no caso de extinção fundamentada inciso VI do art. 485 do CPC. Neste momento, a ponderação de valores constitucionais se impõe em favor da duração razoável do processo. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, configurado o desinteresse de agir da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do CPC. Havendo custas pendentes, intime-se para pagamento em 10 dias. Não efetivado, expeça-se o necessário para inclusão em dívida ativa. Sendo a parte beneficiária da Justiça Gratuita, dispensadas as custas. Intimem-se, via diário de justiça, os advogados constituídos nos autos. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), 25 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00068078920118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:JOSE ALDECIO DA SILVA REIS Representante(s): DEFENSORIA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:AUTOVIARIA PARAENSE LTDA. Processo nº: 0006807-89.2011.814.0006. DESPACHO/MANDADO Vistos etc. 1- Citem-se os requeridos para contestar a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de caracterização de revelia nos termos dos artigos 344 e 345 do mesmo Código de Processual Civil, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela parte autora. 2. Senhor Diretor de Secretaria: Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação, oportunidade em que: I - havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II - havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção. 3- Deve o Sr. Oficial de Justiça cumprir todas as normas para o efetivo cumprimento da diligencia, inclusive, se for o caso, quanto à citação por hora certa que independe de autorização do juízo, nos termos do art. 252 do CPC, in verbis "Quando, por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia útil imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar". Intimem-se. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pa, 14 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00076347520048140006 PROCESSO ANTIGO: 200410050683 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Micro em: 25/06/2019 AUTOR:KIMBERLY-CLARK KENKO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 25730 - THEREZINHA J. C. WINKLER (ADVOGADO) REU:PINTO , SOARES & CIA LTDA Representante(s): OAB 1011 - CARLOS BALBINO TORRES POTIGUAR (ADVOGADO) OAB 4843 - MANOEL MARQUES DA SILVA NETO (ADVOGADO) . PROCESSO 0007634-75.2004.8.14.0006 SENTENÇA I - RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Anoto que entrei em exercício neste Juízo em 13/05/2019. Compulsando os autos, verifico que a parte devidamente intimada, não cumpri diligência determinada em despacho, requerendo, apenas, a suspensão do feito e de forma intempestiva. Ressalto o decurso do tempo, março/2016, foi a última movimentação realizada pela parte. É

o sucinto relatório. Passo fundamentar e decidir. II - FUNDAMENTAÇ"O O art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil de 2015 prevê a extinção do processo sem resolução de mérito quando houver patente falta de interesse, como é o caso destes autos. Os casos em que a parte autora não promove o devido impulso oficial, não paga custas, muda de endereço sem informar ao Juízo, deixa de cumprir com exatidão despachos/decisões judiciais ou os cumpre fora do prazo, dentre outros, demonstram, inequivocamente, a falta de interesse de agir. Por fim, registro que, caso presente o interesse processual, diante de eventual recurso de apelação interposto pela parte, este Juízo poderá, se for o caso, retratar-se (art. 485, § 7º, NCPC), não havendo, portanto, qualquer prejuízo. A mesma CF/88 que impõe o contraditório (e um de seus corolários: a vedação à decisão-surpresa) também assegura a duração razoável do processo, ambos com status de Direito Fundamental previstos no art. 5º. Este fato, somado à inexistência de prejuízo à parte diante da possibilidade de juízo de retratação, impõe a resolução sem mérito, considerando ainda que o novo CPC dispensa o contraditório no caso de extinção fundamentada inciso VI do art. 485 do CPC. Neste momento, a ponderação de valores constitucionais se impõe em favor da duração razoável do processo. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, configurado o desinteresse de agir da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do CPC. Havendo custas pendentes, intime-se para pagamento em 10 dias. Não efetivado, expeça-se o necessário para inclusão em dívida ativa. Sendo a parte beneficiária da Justiça Gratuita, dispensadas as custas. Intimem-se, via diário de justiça, os advogados constituídos nos autos. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), 25 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00082213620138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Busca e Apreensão em: 25/06/2019 REQUERENTE:B V FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:WILMA DO SOCORRO FERREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) . Processo n° 0008221-36.2013.8.14.0006 Autor: BV FINANCEIRA S/A CRÉDITO, FINANCIAMENTO R INVESTIMENTO. Réu: WILMA DO SOCORRO FERREIRA DOS SANTOS. Vistos, etc. 1. Trata-se de recurso de apelação (CPC, art.1.009) 2. Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões (CPC, art.1.010, § 1.°). 3. Intime-se e cumpra-se. Ananindeua, 12 de junho de 2019. MARINEZ CATARINA VON-LHORMAN CRUZ ARRAES Juíza de direito auxiliando na 2ª vara cível e empresarial de Ananindeua. PROCESSO: 00084279520098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 EMBARGANTE:JOSE ZOZIMO BANDEIRA Representante(s): OAB 7249 - ILSON JOSE CORREA PEDROSO (ADVOGADO) EMBARGANTE:MARIA JOSE TRINDADE BANDEIRA Representante(s): OAB 7249 - ILSON JOSE CORREA PEDROSO (ADVOGADO) EMBARGADO:FUNDACAO VALE DO RIO DOCE DE HABITACAO E DESENVOLVIMENTO SOC Representante(s): OAB 12268 - CASSIO CHAVES CUNHA (ADVOGADO) OAB 15410-A - CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO (ADVOGADO) . SENTENÇA Processo nº 0008427-95.2009.814.0006. I - RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Anoto que entrei em exercício neste Juízo em 13/05/2019. Compulsando os autos, verifico que a parte autora demonstrou desinteresse no prosseguimento do feito. É o sucinto relatório. Passo fundamentar e decidir. II - FUNDAMENTAÇ"O O art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil de 2015 prevê a extinção do processo sem resolução de mérito quando houver patente falta de interesse, como é o caso destes autos. Os casos em que a parte autora não promove o devido impulso oficial, não paga custas, muda de endereço sem informar ao Juízo, deixa de cumprir com exatidão despachos judiciais, dentre outros demonstram, inequivocamente, a falta de interesse de agir. Por fim, registro que, caso presente o interesse processual, diante de eventual recurso de apelação interposto pela parte, este Juízo poderá, se

for o caso, retratar-se (art. 485, § 7º, NCPC), não havendo, portanto, qualquer prejuízo. A mesma CF/88 que impõe o contraditório (e um de seus corolários: a vedação à decisão-surpresa) também assegura a duração razoável do processo, ambos com status de Direito Fundamental previstos no art. 5º. Este fato, somado à inexistência de prejuízo à parte diante da possibilidade de juízo de retratação, impõem a mitigação do comando legislativo contido no art. 485, § 1º, NCPC, o que faço neste caso ao proferir a presente sentença terminativa. Neste momento, a ponderação de valores constitucionais se impõe em favor da duração razoável do processo. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, configurado o desinteresse de agir da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do CPC. Havendo restrição judicial a sistemas eletrônicos, como RENAJUD, BACENJUD ou outros, autorizo desde logo a liberação das eventuais restrições. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Havendo custas pendentes, intime-se para pagamento em 10 dias. Não efetivado, expeça-se o necessário para inclusão em dívida ativa. Sendo caso de gratuidade de justiça, desconsidere-se esta deliberação. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), aos 17 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00094084520148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:RUBENS SANTOS CONCEICAO Representante(s): OAB 15468 - NATALIN DE MELO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:CLEBER WILLIAN CORREA CONCEIÇÃO REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo 0009408-45.2014.814.0006. Autor: RUBENS SANTOS CONCEIÇÃO Réu: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S/A TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 21 dias do mês de Maio de 2019, na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara, presente a MM ª Juíza de Direito, MÁRCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, nos autos do processo acima referido. Feito o pregão de praxe, constatou-se a ausência do autor, RUBENS SANTOS CONCEIÇÃO, contudo se fez presente a sua advogada com poderes para transigir, Dra. NILZA RODRIGUES BESSA, OAB/PA 6625, a presença da parte ré, BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S/A, representado pelo preposto RAFAEL DE SOUZA RIBEIRO, RG 5063779 SSP/PA, assistido pelo advogado, Dr. JOÃO PAULO BACELAR MAIA, OAB/PA 17433. Aberta a audiência, dada a palavra ao advogado da parte ré: "a requerida propôs o pagamento de R$2.502,62 (Dois mil Quinhentos e Dois reais e Sessenta e Dois centavos), através de depósito na conta do autor, no prazo de pelo menos 20 dias úteis a contar da homologação do acordo, bem como requereu a juntada de carta de preposição e substabelecimento". Dada a palavra a advogada da parte autora: "a mesma requereu um prazo de 48 horas para se manifestar sobre a proposta" A seguir a MMª Juíza passou a proferir DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: "Aguarde-se o prazo de 10 dias para o autor apresentar manifestação sobre a proposta apresenta, sob pena de extinção do processo (art. 485, § 2º, NCPC). Em caso de manifestação negativa, intime-se o requerido para oferecimento da contestação, cujo termo inicial para a contagem do prazo dar-se-á nos termos do art. 231, inciso I, II e III do CPC. Decorrido o prazo, certifique-se". Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, _____ Roberta Freitas Nicolau, digitei e subscrevi. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba Autor: Adv. Autor: Réu: Adv. Réu: Fórum da Comarca de Ananindeua - Pará Avenida Claudio Saunders, 193 - Centro - CEP 67.000.000, fone/fax 91-3201.4900 PROCESSO: 00103865120168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 25/06/2019 REQUERENTE:ANTONIA DE BRITO CONCEICAO Representante(s): OAB 5170 - SELMA CLARA RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIZ CELIO COSTA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA - JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Proc. 0010386-51.2016.8.14.0006 Autora: ANTÔNIA DE BRITO CONCEIÇÃO Réu: LUIZ CÉLIO COSTA TERMO DE AUDIÊNCIA DE JUSTIFICAÇÃO Aos 30 dias do mês de maio de 2019, na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara, presente o MMa. Juíza de Direito, MARINEZ CATARINA VON-LHORMAN CRUZ ARRAES, nos autos do processo acima referido. Feito o pregão de praxe, constatou-se a presença da parte autora ANTONIA DE BRITO CONCEIÇÃO, RG 1967440 PC/PA, assistida pela advogada Selma Clara Rodrigues, OAB/PA 5170, e a presença da parte ré, LUIZ CÉLIO SOUZA COSTA, RG 5006304 PC/PA, assistido pela Defensoria Pública do Estado do Pará. Presentes as testemunhas Marco Antonio Botelho da Silva, RG 1749584 PC/PA, José dos Reis Belo de Carvalho, RG1470889 PC/PA e Carlos das Neves Cidade do Nascimento, RG 1880604 PC/PA. A seguir a MMa Juíza passou a proferir

DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: "Considerando que o magistrado Márcio Rebello, que responde por este Juízo, encontra-se em licença decorrente de plantão, bem como que esta magistrada está em audiência concentrada na Vara da Infância e Juventude, redesigno a presente justificação para o dia 05.06.2019, as 11h. As partes e as testemunhas saem intimadas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ananindeua, 30 de maio de 2019. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, Clarissa Ribeiro Vicente, digitei e subscrevi. MARINEZ CATARINA VON-LHORMAN CRUS ARRAES Juíza de Direito Autora: Adv. autora: Réu: Defensora Pública: Testemunhas: PROCESSO: 00104933720128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Apelação Cível em: 25/06/2019 REQUERENTE:JANEHELLY NAZARE DA SILVA NASCIMENTO Representante(s): OAB 17463 - JANEHELLY NAZARE DA SILVA NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERIDO:GOL LINHAS AEREAS VRG LINHAS AEREAS SA Representante(s): OAB 14408 - VERENA DE NOVOA MERGULHAO (ADVOGADO) . Processo nº 0010493-37.2012.8.14.0006. DESPACHO R. Hoje. Havendo os autos retornado da Superior Instância, intimem-se as partes para requererem o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pa, 14 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00113453420088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810064763 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD S/A Representante(s): OAB 14089 - RAFAEL DE SOUSA BRITO (ADVOGADO) OAB 16450 - KYSSYA CRISTINA MARTINS FIALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE DA FONSECA SANTOS JUNIOR TERCEIRO:IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIRO S A Representante(s): OAB 11433-A - MOISES BATISTA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11432-A - FERNANDO LUZ PEREIRA (ADVOGADO) . PROCESSO 0011345-34.2008.8.14.0006 SENTENÇA I - RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Anoto que entrei em exercício neste Juízo em 13/05/2019. Compulsando os autos, verifico que a parte autora demonstrou desinteresse no prosseguimento do feito. É o sucinto relatório. Passo fundamentar e decidir. II - FUNDAMENTAÇ"O O art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil de 2015 prevê a extinção do processo sem resolução de mérito quando houver patente falta de interesse, como é o caso destes autos. Os casos em que a parte autora não promove o devido impulso oficial, não paga custas, muda de endereço sem informar ao Juízo, deixa de cumprir com exatidão despachos/decisões judiciais ou os cumpre fora do prazo, dentre outros, demonstram, inequivocamente, a falta de interesse de agir. Por fim, registro que, caso presente o interesse processual, diante de eventual recurso de apelação interposto pela parte, este Juízo poderá, se for o caso, retratar-se (art. 485, § 7º, NCPC), não havendo, portanto, qualquer prejuízo. A mesma CF/88 que impõe o contraditório (e um de seus corolários: a vedação à decisão-surpresa) também assegura a duração razoável do processo, ambos com status de Direito Fundamental previstos no art. 5º. Este fato, somado à inexistência de prejuízo à parte diante da possibilidade de juízo de retratação, impõe a resolução sem mérito, considerando ainda que o novo CPC dispensa o contraditório no caso de extinção fundamentada inciso VI do art. 485 do CPC. Neste momento, a ponderação de valores constitucionais se impõe em favor da duração razoável do processo. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, configurado o desinteresse de agir da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do CPC. Havendo custas pendentes, intime-se para pagamento em 10 dias. Não efetivado, expeça-se o necessário para inclusão em dívida ativa. Sendo caso de gratuidade de justiça, desconsidere-se esta deliberação. Intimem-se, via diário de justiça, os advogados constituídos nos autos. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), 18/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO:

00118274920088140006 PROCESSO ANTIGO: 20081006818 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 25/06/2019 REQUERENTE:CONSTRULOC LOCACAO DE EQUIPAMENTOS LTDA Representante(s): OAB 15642 - PALOMA REGIS BRASIL (ADVOGADO) OAB 18127 - CINTIA DE SANTANA ANDRADE TEIXEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE RICARDO VALENTE MARANHAO. PROCESSO 0011827-49.2008.8.14.0006 SENTENÇA I - RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Anoto que entrei em exercício neste Juízo em 13/05/2019. Compulsando os autos, verifico que a parte devidamente intimada, não cumpri diligência determinada em despacho, requerendo, apenas, a suspensão do feito e de forma intempestiva. Ressalto o decurso do tempo, setembro/2017, foi a última movimentação realizada pela parte. É o sucinto relatório. Passo fundamentar e decidir. II - FUNDAMENTAÇ"O O art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil de 2015 prevê a extinção do processo sem resolução de mérito quando houver patente falta de interesse, como é o caso destes autos. Os casos em que a parte autora não promove o devido impulso oficial, não paga custas, muda de endereço sem informar ao Juízo, deixa de cumprir com exatidão despachos/decisões judiciais ou os cumpre fora do prazo, dentre outros, demonstram, inequivocamente, a falta de interesse de agir. Por fim, registro que, caso presente o interesse processual, diante de eventual recurso de apelação interposto pela parte, este Juízo poderá, se for o caso, retratar-se (art. 485, § 7º, NCPC), não havendo, portanto, qualquer prejuízo. A mesma CF/88 que impõe o contraditório (e um de seus corolários: a vedação à decisão-surpresa) também assegura a duração razoável do processo, ambos com status de Direito Fundamental previstos no art. 5º. Este fato, somado à inexistência de prejuízo à parte diante da possibilidade de juízo de retratação, impõe a resolução sem mérito, considerando ainda que o novo CPC dispensa o contraditório no caso de extinção fundamentada inciso VI do art. 485 do CPC. Neste momento, a ponderação de valores constitucionais se impõe em favor da duração razoável do processo. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, configurado o desinteresse de agir da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do CPC. Havendo custas pendentes, intime-se para pagamento em 10 dias. Não efetivado, expeça-se o necessário para inclusão em dívida ativa. Sendo a parte beneficiária da Justiça Gratuita, dispensadas as custas. Intimem-se, via diário de justiça, os advogados constituídos nos autos. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), 25 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00124186320158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Arresto em: 25/06/2019 REQUERENTE:LIMA E PERGER INDUSTRIA, COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA Representante(s): OAB 21095 - CINTHIA DANTAS VALENTE (ADVOGADO) REQUERIDO:I E COMERCIAL LTDA REPRESENTANTE:MARCOS PERGHER Representante(s): OAB 21095 - CINTHIA DANTAS VALENTE (ADVOGADO) . PROCESSO 0012418-63.2015.8.14.0006 SENTENÇA I - RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Anoto que entrei em exercício neste Juízo em 13/05/2019. Compulsando os autos, verifico que a parte devidamente intimada, não cumpri diligência determinada em despacho, requerendo, apenas, a suspensão do feito e de forma intempestiva. Ressalto o decurso do tempo, setembro/2015, foi a última movimentação realizada pela parte. É o sucinto relatório. Passo fundamentar e decidir. II - FUNDAMENTAÇ"O O art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil de 2015 prevê a extinção do processo sem resolução de mérito quando houver patente falta de interesse, como é o caso destes autos. Os casos em que a parte autora não promove o devido impulso oficial, não paga custas, muda de endereço sem informar ao Juízo, deixa de cumprir com exatidão despachos/decisões judiciais ou os cumpre fora do prazo, dentre outros, demonstram, inequivocamente, a falta de interesse de agir. Por fim, registro que, caso presente o interesse processual, diante de eventual recurso de apelação interposto pela parte, este Juízo poderá, se for o caso, retratar-se (art. 485, § 7º, NCPC), não havendo, portanto, qualquer prejuízo. A mesma CF/88 que impõe o

contraditório (e um de seus corolários: a vedação à decisão-surpresa) também assegura a duração razoável do processo, ambos com status de Direito Fundamental previstos no art. 5º. Este fato, somado à inexistência de prejuízo à parte diante da possibilidade de juízo de retratação, impõe a resolução sem mérito, considerando ainda que o novo CPC dispensa o contraditório no caso de extinção fundamentada inciso VI do art. 485 do CPC. Neste momento, a ponderação de valores constitucionais se impõe em favor da duração razoável do processo. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, configurado o desinteresse de agir da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do CPC. Havendo custas pendentes, intime-se para pagamento em 10 dias. Não efetivado, expeça-se o necessário para inclusão em dívida ativa. Sendo a parte beneficiária da Justiça Gratuita, dispensadas as custas. Intimem-se, via diário de justiça, os advogados constituídos nos autos. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), 25 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00124581120168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 25/06/2019 REQUERENTE:TAGIDE ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 5031 - MARIANA DE LOURDES FURTADO DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:OZIEL FERREIRA FEITOSA. PROCESSO: 0012458-11.2016.8.14.0006 DECISÃO/MANDADO Vistos e examinados os autos. Inicialmente, defiro a emenda à inicial. Proceda a secretaria às alterações necessárias para constar os presentes autos como AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, promovida por TÁGIDE ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA em desfavor de OZIEL FERREIRA FEITOSA, objetivando a constrição do veículo indicado na petição inicial. Com a petição inicial vieram o demonstrativo do débito, o instrumento de notificação para efeito de constituição em mora do devedor, bem como outros documentos pertinentes. Nos termos do art. 3º do Decreto-Lei nº. 911/69, comprovada a mora dos devedores, como na hipótese vertente (a Súmula nº. 72 do STJ aduz que "A comprovação da mora é imprescindível à busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente"), e estando preenchidos os requisitos legais, DEFIRO LIMINARMENTE A MEDIDA DE BUSCA E APREENSÃO do bem descrito na peça exordial. NOMEIO como depositário(a) fiel do mencionado bem o(a) representante legal indicado(a) pelo Requerente. LAVRE-SE o termo de compromisso de depositário(a) fiel do bem. Após o cumprimento da referida liminar, CITE-SE o Requerido OZIEL FERREIRA FEITOSA para, querendo, em 15 (quinze) dias, apresentar resposta (art. 3º do Dec. Lei 911/69 c/ redação da Lei 10.931/04), ou pagar a integralidade do débito, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos previstos nos parágrafos 1º e 2º do referido dispositivo legal, segundo os valores apresentados na inicial, hipótese em que o bem lhe será restituído livre de ônus, nos termos do art. 3º do mencionado Decreto. Para o cumprimento desta decisão, defiro as prerrogativas do art. 212, parágrafo 2º, do CPC. CUMPRA-SE na forma e sob as penas da Lei. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00124746220168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Procedimento ordinário em: 25/06/2019 REQUERENTE:DORALICE CARDOSO LIRA Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BV FINANCEIRA SA. Processo: 0012474-62.2016.8.14.0006 SENTENÇA I-RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Compulsando os autos, verifico que a parte requerente devidamente intimada, não cumpriu a diligencia determinada em despacho. É o sucinto relatório. Passo fundamente e decidir. II- FUNDAMENTAÇÃO O art.485, inciso VI do código de processo civil de 2015 prevê a extinção do processo sem resolução do mérito quando houver patente falta de interesse, como é o caso destes autos. Os casos em que a parte autora não promove o devido impulso oficial, não paga custas, muda o endereço sem informar ao juízo, deixa de cumprir com exatidão despachos/decisões judicias ou os cumpre fora do prazo, dentre outros

demostram, inequivocamente, a falta de interesse de agir. Por fim, registro que, caso presente o interesse processual, diante de eventual recurso de apelação interposto pela parte, este juízo poderá, se for o caso, retratar-se (art.485, §7º, NCPC), não havendo, portanto, qualquer prejuízo. A mesma CF/88 que impõe o contraditório (e um de seus corolários: a vedação à decisão-surpresa) também assegura a duração razoável do processo, ambos com status de direito fundamental previstos no art.5°. Neste momento, a ponderação de valores constitucionais se impor em favor da duração razoável do processo. III-DISPOSITIVO Em face do exposto, configurado o desinteresse de agir da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art.485, inciso VI do CPC. Havendo restrição judicial a sistemas eletrônicos, como RENAJUD, BACENJUD ou outros, autorizo desde logo a liberação das eventuais restrições. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Havendo custas pendentes, intime-se para pagamento em 10 dias. Não efetivado, expeça-se o necessário para inclusão em divida ativa. Sendo caso de gratuidade de justiça, desconsidere esta deliberação. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intime-se. Ananindeua (PA), aos 07 de junho de 2019. MARINEZ CATARINA VON LOHRMANN CRUZ ARRAES Juíza de Direito auxiliando na 2ª Vara Civil e Empresarial de Ananindeua PROCESSO: 00144484220138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 REQUERENTE:ITAITUBA INDUSTRIA DE CIMENTOS DO PARA SA Representante(s): OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:J T COMERCIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO . Processo: 0014448-42.2013.8.14.0006 Executante: ITAITUBA INDÚSTRIA DE CIMENTOS DO PARÁ S/A. Executado: JT COMÉRCIO DE MATERIAS DE CINTRUÇÃO LTDA. DESPACHO 1- Determino que o executado se manifeste, no prazo de 05 dias, sobre a petição de fls.70-71. Intime-se e cumpra-se. Ananindeua/PA, 12/06/2019. MARINEZ CATARINA VON LOHRMANN CRUZ ARRAES Juíza de Direito auxiliando na 2ª Vara Civil e Empresarial de Ananindeua PROCESSO: 00150121620168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Embargos à Execução em: 25/06/2019 EMBARGADO:PRÓ MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA Representante(s): OAB 5596 - TITO EDUARDO VALENTE DO COUTO (ADVOGADO) OAB 10760 - MYLENA XAVIER SERAFICO DE ASSIS CARVALHO (ADVOGADO) OAB 18925 - RODRIGO BARBALHO CHADY (ADVOGADO) EMBARGANTE:REVESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE ARGAMASSAS LTDA Representante(s): OAB 17557 - LILIANE DANTAS LAMEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo 0015012-16.2016.8.14.0006 Requerente: REVESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE ARGAMASSAS LTDA Requerido: PRÓ MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 24 dias do mês de junho de 2019, às 12:15,na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara, presente o MMº Juiz de Direito, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO nos autos do processo acima referido. Feito o pregão de praxe, constatou-se a ausência da parte requerente REVESTE INDUSTRIA E COMERCIO DE ARGAMASSAS LTDA. Constatou-se a ausência do requerido, PRÓ MAQUINAS, EQUIPAMENTOS, COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA. Aberta a audiência, diante da ausência das partes a tentativa de conciliação resultou negativa. A seguir o MMº Juiz passou a proferir DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Fica intimado o autor para manifestar interesse no prosseguimento do feito e indicar providências no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção em caso de inércia ou manifestação genérica". Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, _____ Julianne Maia de Sousa, digitei, conferi e subscrevi. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba Fórum da Comarca de Ananindeua - Pará Avenida Claudio Saunders, 193 - Centro - CEP 67.000.000, fone/fax 91-3201.4900 PROCESSO: 00166502120158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Cautelar Inominada em: 25/06/2019 REQUERENTE:LIANE PAULA MARTINS FERNANDES Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) REQUERENTE:CIDINEI ANDRE VACARIN Representante(s): OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) REQUERIDO:CONDOMINIO RESIDENCIAL CASTANHEIRA Representante(s): OAB 13953 - IVAN MORAES FURTADO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 3740 - IVAN MORAES FURTADO (ADVOGADO) OAB 25735 - YAN AYRES ARAGAO E SERRAO (ADVOGADO) REU:ULISSES SANTOS MENDONCA. Proc.0016650-21.2015.8.14.0006 Requerentes: Liane Paula Martins Fernandes e cidiney André vacarin. Requerido: CONDOMINIO RESIDENCIAL CASTANHEIRA DESPACHO 1- Intime-se o administrador judicial, para, querendo, se manifestar acerca da petição de fls.426/428. 2- Intime-se e cumpra-se.

Ananindeua/PA, 10/06/2019. MARINEZ CATARINA VON LOHRMANN CRUZ ARRAES Juíza de Direito auxiliando na 2ª Vara Civil e Empresarial de Ananindeua PROCESSO: 00167504420138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Processo de Execução em: 25/06/2019 REQUERENTE:ESCOLA SUPERIOR DA AMAZONIA -ESAMAZ Representante(s): OAB 11238 - WILSON JOSE DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCIS MARY S S S FERREIRA Representante(s): OAB 13622 - MAURO PINHO DA SILVA (DEFENSOR) . Processo: 0016750-44.2013.8.14.0006 Requerente: ESCOLA SUPERIOR DA AMAZONIA-ESAMAZ. Requerido: FRANCIS MARY S S S FERREIRA Decisão Ao compulsar o constate dos autos detidamente, observo que, a penhora on line incidiu sobre numerário de conta poupança, conforme se extrai dos documentos acostados às fls.39/40. Sendo assim, resta claro que a lei não autoriza a penhora de montante depositado em conta poupança do devedor, até o montante de 40(quarenta) salários mínimos. Assim sendo, determino o desbloqueio da conta poupança nº013-00088025-4, agência 1578 da caixa Econômica federal, relativamente a ordem emanada do processo nº0016750-44.2013.8.14.0006, fls38. Logo, determino o desbloqueio dos valores constritos via Bacen Jud, uma vez que não ultrapassa o limite estabelecido no art.833, X, do CPC. Intime-se e cumpra-se. Ananindeua/PA,23/05/2019. MARINEZ CATARINA VON LOHRMANN CRUZ ARRAES Juíza de Direito auxiliando na 2ª Vara Civil e Empresarial de Ananindeua PROCESSO: 00182512820168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:PEDRO PAULO RIBEIRO FURTADO. Processo n° 0018251-28.2016.8.14.0006 EXTINÇÃO Requerente: BANCO ITAÚCARD S/A Requeridos: PEDRO PAULO RIBEIRO FURTADO SENTENÇA trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, que tem como autor(a): BANCO ITAÚCARD S/A, melhor identificado em fls.02, em desfavor de PEDRO PAULO RIBEIRO FURTADO, também identificado na inicial, considerando-se o fato de que o requerido deixou de pagar o financiamento. A ação transcorreu na maior normalidade, sendo que em fls.65, o autor vem requerer a extinção do processo. Breve relatamos. Passa a decidir; Sabemos que o autor da ação, após resolver as pendencias que haviam na sua relação contratual, veio requerer que o processo fosse extinto sem o julgamento do mérito. Isto posto. Julgo extinto o processo, com fundamento no art.485, VIII, CPC. Cumpra-se todas as demais exigências legais. Custas ex-vi-legis. PRI Ananindeua, 7 de junho de 2019. MARINEZ CATARINA VON-LHORMAN CRUZ ARRAES Juíza de direito auxiliando na 2ª vara cível e empresarial de Ananindeua. PROCESSO: 00192204320168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 REQUERENTE:BANCO HONDA S A Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 10422 - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) OAB 10423 - ELIETE SANTANA MATOS (ADVOGADO) REQUERIDO:SAULO BRONZE DE SENA. SENTENÇA Processo nº 0018220-43.2016.8.14.0006 Vistos, etc. Trata-se de ação de busca e apreensão com pedido de liminar ajuizada por BANCO HONDA S/A em face de SAULO BRONZE DE SENA, todos regulamente qualificados. Compulsando os autos, verifico que os autos já se encontram sentenciado desde 09/02/2017. Relatados. Decidido. Assim sendo, determino a extinção do presente feito, nos termos do art. 485, VIII. Do CPC. Custas pelo promovente. Transitada em julgado esta decisão, arquivem-se os autos, com baixa na distribuição e demais providencias. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ananindeua -PA, 13 de junho de 2019. MARINEZ CATARINA VON LOHRMANN CRUZ ARRAES Juíza de Direito auxiliando na 2ª Vara Civil e Empresarial de Ananindeua PROCESSO: 00203835820168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Busca e Apreensão em: 25/06/2019 REQUERENTE:RODOBENS ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 217967 - GILSON SANTONI FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:TED WILSON PIMENTEL BRAGA. Processo n° 0020383-53.2016.8.14.0006 EXTINÇÃO Requerente: RODOBRNS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA Requeridos: TED WILSON PIMENTEL BRAGA SENTENÇA trata-se de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, que tem como autor(a): RODOBRNS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA, melhor identificado em fls.02, em desfavor de TED WILSON PIMENTEL BRAGA, também identificado na inicial, considerando-se o fato de que o requerido deixou de pagar o financiamento. A ação transcorreu na maior normalidade, sendo que em fls.98, o autor vem requerer a extinção do processo. Breve relatamos. Passa a decidir; Sabemos que o autor da ação, após resolver as pendencias que haviam na sua relação contratual, veio requerer que o processo fosse extinto sem o julgamento do mérito. Isto posto. Julgo extinto o processo, com fundamento no art.485, VIII, CPC. Cumpra-se todas as demais

exigências legais. Custas ex-vi-legis. PRI Ananindeua, 5 de junho de 2019. MARINEZ CATARINA VON-LHORMAN CRUZ ARRAES Juíza de direito auxiliando na 2ª vara cível e empresarial de Ananindeua. PROCESSO: 00239353120168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:MARIA ADRIANA LOPES MAFRA Representante(s): OAB 9187 - CEZAR MAUX (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo 0023935-31.2016.814.0006. Autor: MARIA ADRINA LOPES MAFRA Réu: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 24 dias do mês de abril de 2019, às 11:00h, na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara, presente o MMº Juiz de Direito, ANTONIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO, nos autos do processo acima referido. Feito o pregão de praxe, constatou-se a ausência das partes, motivo pelo qual restou infrutífera a audiência. A seguir o MMº Juiz passou a proferir DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: "I- Intime-se a parte autora pessoalmente e por seu advogado para, no prazo de 15 dias, justificar sua ausência a presente audiência, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, §1.º do CPC. II- Decorrido o prazo, certifique-se". Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, _____Denise Silva Araújo, digitei e subscrevi. ANTONIO JAIRO DE OLIVEIRA CORDEIRO Juiz de Direito Fórum da Comarca de Ananindeua - Pará Avenida Claudio Sanders, 193 - Centro - CEP 67.000.000, fone/fax 91-3201.4900 PROCESSO: 00425795620158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARINEZ CATARINA VON LOHRMAN CRUZ ARRAES Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 25/06/2019 REQUERENTE:PREMAZON PREMOLDADOS DE CONCRETOS LTDA Representante(s): OAB 13919 - SAULO COELHO CAVALEIRO DE MACEDO PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:KVA PROJETOS E EXECUCOES LTDA ME. Processo n° 0042579-56.2015.8.14.0006 EXTINÇÃO Requerente: PREMAZON PREMOLDADOS DE CONCRETO LTDA Requeridos: KVA PROJETOS E EXECUÇÕES LTDA SENTENÇA trata-se de AÇÃO EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL, que tem como autor(a): PREMAZON PREMOLDADOS DE CONCRETO LTDA, melhor identificado em fls.02, em desfavor de KVA PROJETOS E EXECUÇÕES LTDA, também identificado na inicial, considerando-se a falta de cumprimento da obrigação por parte da requerida. A ação transcorreu na maior normalidade, sendo que a autora deixou de informar o endereço da requerida para que se formasse a relação processual, tornando impossível o prosseguimento do feito. Depois de intimada a autora, conforme despacho de fls.87, e a certidão de fls.90, sem que se manifestasse, demostrando negligência. Breve relatamos. Passa a decidir; Sabemos que a autora da ação, deveria comparecer apoa a intimação e ano o fez, tornando impossível o prosseguimento do processo, deixando por mais de um mês o processo parado. Isto posto. Julgo extinto o processo, com fundamento no art.485, I, do CPC. Cumpra-se todas as demais exigências legais. Custas ex-vi-legis. PRI Ananindeua, 11 de junho de 2019. MARINEZ CATARINA VON-LHORMAN CRUZ ARRAES Juíza de direito auxiliando na 2ª vara cível e empresarial de Ananindeua.

RESENHA: 26/06/2019 A 26/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00002973220178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 26/06/2019 REQUERENTE:DOMINGAS BARRETO ALCANTARA Representante(s): OAB 20682 - MARCELO GOMES RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:GEAP - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . Processo: 0000297-32.2017.8.14.0006 R.H Diga o embargado no prazo legal. Ananindeua (PA), 13/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00008291120148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:DARLENE SOCORRO MIRANDA COSTA Representante(s): OAB 19479 - SUELEN KARINE CABECA BAKER (ADVOGADO) . Processo: 0000829-11.2014.8.14.0006 R.H Diga o embargado no prazo legal. Após CLS. Ananindeua (PA), 16/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00009702520178140006 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 26/06/2019 REQUERENTE:ASSOCIACAO PRESBITERIANA CIDADE NOVA Representante(s): OAB 8903 - RENATA DINIZ MONTEIRO CAMARGOS (ADVOGADO) REQUERIDO:KARINA SAYULI LEITE ENTA PALHETA. Processo: 0000970-25.2017.8.14.0006 R.H Certifique-se quanto ao agravo retro. Diga a autora em 10 dias sobre o interesse no feito, indicando providências, sob pena de extinção. Após CLS. Ananindeua (PA), 13/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00009826420048140006 PROCESSO ANTIGO: 200410007022 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 REQUERENTE:OFENITA SANTOS ANDRADE Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REQUERIDO:FUNDACAO VALE DO RIO DOCE DE HABITACAO E DESENVOLVIMENTO SOC Representante(s): OAB 12268 - CASSIO CHAVES CUNHA (ADVOGADO) OAB 15410-A - CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO (ADVOGADO) REQUERIDO:EUGENIA SANDRA PEREIRA DA FONSECA. Processo: 0000982-64.2004.8.14.0006 Despacho R.H Não-conheço da petição de fls.266 por absoluta intempestividade. Ademais, o despacho fls.266 menciona a sucumbência ao autor/embargante. Arquivem-se cf. certificado acerca da inscrição de divida ativa. Ananindeua (PA), 12/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00010782520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 26/06/2019 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:MARTINS REPRESENTAÇÕES LTDA REQUERIDO:CAMILA MARTINS MENDES. Processo: 0001078-25.2015.8.14.0006 R.H Cumpra-se o determinado às fls.58. Após CLS. Ananindeua (PA), 16/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00011346720088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810005890 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 26/06/2019 REQUERENTE:CELIO JOSE DOS ANJOS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO) DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) REU:AUGUSTO DE TAL REU:OUTROS. Processo: 0001134-67.2008.8.14.0006 Despacho R.H Retifique-se os autos para fazer conta no polo passivo a sra. Marilena cunha (contestação fls.37 e ss). Designo audiência de instrução para 12/11/2019, às 09:30 hrs. Expeça-se o necessário. Ananindeua (PA), 17/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00013212620098140006 PROCESSO ANTIGO: 200910006756 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Outras medidas provisionais em: 26/06/2019 REQUERENTE:ELINETE CARNEIRO DA CONCEICAO Representante(s): ALUISIO MORAES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO PARA COSANPA Representante(s): OAB 6099 - SALIM BRITO ZAHLUTH JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:ACC - SERVICOS DE CONSTRUCAO LTDA Representante(s): OAB 19979 - IGOR DA SILVA PINHEIRO (ADVOGADO) . Processo: 0001321-26.2009.8.14.0006 R.H Intime-se a autora para especificar providências, sob pena de extinção em caso de nova manifestação genérica (prazo 10 dias). Após CLS. Ananindeua (PA), 16/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00016784620158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em: 26/06/2019 REQUERENTE:ADM CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:JAILTON DOS SANTOS TRINDADE . Processo: 0001678-48.2015.8.14.0006 Decisão R.H Indefiro o pedido retro por ausência de comprovação do esgotamento de diligencias anteriores. Diga o autor em 10 dias sobre o interesse no feito, indicando providencias, sob pena de extinção. Ananindeua (PA), 19/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00017520320158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 26/06/2019 REQUERENTE:BANCO ITAU LEASING SA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 15530 - LAYSA AGENOR LEITE (ADVOGADO) REQUERIDO:JOYCE GURJAO DE DEUS. Processo: 0001752-03.2015.8.14.0006 Decisão R.H Reexpeça-se o componente mandado. Após, diga o autor em 10 dias, sob

pena de extinção. Ananindeua (PA), 17/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00019196420108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 26/06/2019 REQUERENTE:BANCO FINASA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:ANGELA MARIA LEITE MELO. Processo: 0001919-64.2010.8.14.0006 Decisão R.H Compulsando os autos, verifico que o réu não regularmente citado. A citação, em regra, deve ocorrer pessoalmente. Indefiro o pedido de fls.52 para determinar prazo de 10 dias para o autor informar e recolher as custas quanto ao ato citatório. Por ora, não há se falar em conversão do rito. Ananindeua (PA), 13/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00020936320148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:CONDOMINIO VILLA FIRENZE Representante(s): OAB 14680 - ENOY CARNAVAL FONSECA (ADVOGADO) REQUERIDO:JONAS DA SILVA ALBUQUERQUE. Processo: 0002093-63.2014.8.14.0006 R.H Em face da revelia, anuncio o julgamento antecipado da lide. Intime (m)-se para providencias em 10 dias. Após CLS para sentença. . Ananindeua (PA), 24/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00026548720148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 26/06/2019 REQUERENTE:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 252569 - PRISCILA MARTINS CARDOZO DIAS (ADVOGADO) OAB 257198 - WILLIAM CARMONA MAYA (ADVOGADO) REQUERIDO:E A DA SILVA DISTRIBUIDORA DE GENEROS ALIMENTICIOS LTDA. Processo: 0002654-87.2014.8.14.0006 R.H Certifique-se quanto à diligência de fls.117. Após, diga o autor em 10 dias. . Ananindeua (PA), 24/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00031063420138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em: 26/06/2019 REQUERENTE:B V FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) OAB 89774 - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) REQUERIDO:FELIPE PINHEIRO DA CRUZ. Processo: 0003106-34.2013.8.14.0006 R.H Renove-se diligência via OJ. Após CLS. Ananindeua (PA), 24/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00043984320088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810023719 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Execução de Título Judicial em: 26/06/2019 ACUSADO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15763-A - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) OAB 211.648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) ACUSADO:GERSON CARLOS DA SILVA MARQUES. Processo: 0004398-43.2008.8.14.0006 R.H Diga o autor em 10 dias sobre a certidão retro, sob pena de extinção. Após CLS. Ananindeua (PA), 11/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00049663620148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 REQUERENTE:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 17578 - ALBERTO ALVES DE MORAES (ADVOGADO) OAB 13940-B - DEBORA KALINE DE LUNA TEIXEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:UNIVERSO COMERCIAL DE METAIS LTDA - EPP REQUERIDO:ABALEM RICARDO ANAICE CORDEIRO. Processo: 0004966-36.2014.8.14.0006 R.H Intime-se o requerente de fls.91 para emendar e formular seu pedido na forma do CPC quanto ao cumprimento de sentença, se for o caso, em 15 dias, sob pena de extinção. Ananindeua (PA), 13/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00055595020038140006 PROCESSO ANTIGO: 200310029861 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 REQUERENTE:MARCOS MARCELINO ADMINISTRADORA DE CONSO Representante(s): OAB 10153 - ADRIANA DE OLIVEIRA SILVA CASTRO (ADVOGADO) OAB 25103 - LIVIA DA SILVA DAMASCENO (ADVOGADO) REQUERIDO:ALDEMIR SANTOS DE OLIVEIRA JUNIOR. Processo: 0005559-50.2003.8.14.0006 R.H Cumpra-se o 3ºparagrafo de fls.94 para cumprimento em 10 dias, sob pena de

extinção. Ananindeua (PA), 24/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00076466520118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Apelação Cível em: 26/06/2019 REQUERENTE:PERICLES GONCALVES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 16115-A - JOSE FLAVIO MEIRELES DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PANAMERICANOSA Representante(s): OAB 11433-A - MOISES BATISTA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11432-A - FERNANDO LUZ PEREIRA (ADVOGADO) . DESPACHO/MANDADO Inicialmente, registro que me encontro em exercício neste Juízo desde 13/05/2019, tendo encontrado estes autos sem movimentação por considerável lapso temporal. Assim, considerando a manifestação do patrono da parte à fl. 98, bem como a informação do requerido, INTIME-SE o(a) autor(a), pessoalmente, para, em 5 (cinco) dias úteis, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, §2º, NCPC). Havendo interesse, a parte autora deverá indicar, expressamente, quais providências pretende sejam tomadas, no prazo de 05 dias, também sob pena de extinção em caso de manifestação genérica. Havendo interesse, fica intimado para recolher custas finais, se por acaso existentes. Esta decisão servirá como cópia mandado CERTIFIQUE-SE. Cumpra-se com urgência. Após, com ou sem as manifestações, CONCLUSOS. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00097733120168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALISON DIAS MONTEIRO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 REQUERENTE:EMANUEL S FREITAS E CIA LTDA Representante(s): OAB 13098 - ALBERTO DORICE (ADVOGADO) OAB 21468 - ALESSANDRO OSMAR ARAUJO ALCANTARA (ADVOGADO) OAB 22954 - BRUNO WESLEY CRUZ DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:MULTIPLA ENGENHARIA LTDA. CERTIDÃO/ATO ORDINATÓRIO CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, que a APELAÇÃO apresentada de fls. 39/46 é TEMPESTIVA. Fica a parte apelada intimada para apresentar contrarrazões. O referido é VERDADE E DOU FÉ. Ananindeua (PA), 26 de junho de 2019. ALISON DIAS MONTEIRO Auxiliar Judiciário 2ª Vara Cível e Empresarial - Comarca de Ananindeua-PA. PROCESSO: 00109155020088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810061785 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALEXSANDRO SOUSA DE OLIVEIRA Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 26/06/2019 REQUERENTE:OLAVO SANTANA MARTINS Representante(s): OAB 8095 - ANA CRISTINA FERRO MARTINS (ADVOGADO) REQUERIDO:CEZAR OSCAR OLIVEIRA FARIAS REQUERIDO:CLAUDIO SERGIO SA REQUERIDO:ELIEL GOMES DA SILVA REQUERIDO:GIVANILDO SANTANA MOTA REQUERIDO:JAIRO AFONSO MORAIS DA CUNHA REQUERIDO:PAULO DANIELSON DOS REIS NASCIMENTO REQUERIDO:THIAGO SOUZA DOS SANTOS REQUERIDO:WILSON PAULO CONCEICAO ALVES REQUERIDO:OUTROS NAO IDENTIFICADOS. ATO ORDINATÓRIO Nos termos do art. 1º, § 2º, II, do PROVIMENTO Nº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB e o tópico 2 (dois) do Manual de rotinas cíveis do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, INTIMO a parte exequente para proceder ao recolhimento de custas para a expedição do mandado e do oficio, no prazo de 15 (quinze) dias. Ananindeua/PA, 26/06/2019. ALEXSANDRO OLIVEIRA 2ª Vara Cível e Empresarial - Comarca de Ananindeua-PA. (Nos termos do provimento nº 008/2014-CRJMB, Art. 1º, §3º, de 05/12/2014, que alterou o provimento nº 006/2006-CRJMB). PROCESSO: 00117583520168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 26/06/2019 REQUERENTE:CMT ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 4670 - LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:CARMONA CABRERA ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA Representante(s): OAB 11126 - CARLA RENATA MOREIRA PEREIRA NASCIMENTO (ADVOGADO) . Processo: 0011758-35.2016.8.14.0006 Decisão R.H Defiro o pedido de fls.380(item 1). Expeça-se o competente ofício. Certifique-se quanto ao agravo interposto. Após CLS. Ananindeua (PA), 11/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00121166820148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:VALDIR PALHETA RAIOL Representante(s): OAB 4084 - RAIMUNDO NONATO LAREDO DA PONTE (ADVOGADO) OAB 11025 - CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS ISTITUTO NACIONAL DOS EGURO SOCIAL. Processo: 0012116-68.2014.8.14.0006 R.H Intime-se o autor para dizer sobre fls.111, considerando os pedidos em nome do ´´requerido`` no prazo de 05 dias, sob pena de extinção. Ananindeua (PA), 19/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e

Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00125092720138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 26/06/2019 REQUERENTE:HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 11831 - VANESSA SANTOS LAMARAO (ADVOGADO) OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA L BARBOSA DO N GOMES REQUERIDO:JOAQUIM JOSE DE ARAUJO Representante(s): OAB 4084 - RAIMUNDO NONATO LAREDO DA PONTE (ADVOGADO) . Processo: 0012509-27.2013.8.14.0006 R.H intime-se o autor para dizer se pretende o que requereu às fls.130 ou fls.134 em 10 dias, sob pena de extinção. Ananindeua (PA), 16/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00126314020138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:FRABRICIO DA SILVA CORDOVIL Representante(s): OAB 8126 - HERMINIO FARIAS DE MELO (ADVOGADO) OAB 26831 - MAIARA DO SOCORRO DA SILVA AMARAL (ADVOGADO) REQUERIDO:LIDER SEGURADORA SA Representante(s): OAB 8770 - BRUNO COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . Processo: 0012631-40.2013.8.14.0006 Despacho R.H Diga o embargado no prazo legal. Certifique-se a tempestividade. Após CLS. Ananindeua (PA), 11/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00147272820138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:LIBERALINA CARVALHO DOS SANTOS Representante(s): OAB 10595 - SANDRO AUGUSTO CONTENTE FERNANDEZ (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 119.859 - RUBENS GASPAR SERRA (ADVOGADO) . Processo: 0014727-28.2013.8.14.0006 R.H Intime-se o autor, através de seu advogado, para indicar expressamente quais providencias pretende sejam tomadas, vez que a manifestação de fls.104 é genérica, sob pena de extinção (prazo de 05 dias). Ananindeua (PA), 16/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00164418620148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 26/06/2019 REQUERENTE:COMPAR-COMPANHIA PARAENSE DE REFRIGERANT Representante(s): OAB 1233-A - THEREZINHA DE JESUS DA COSTA WINKLER (ADVOGADO) REQUERIDO:ANDERSON CAVALCANTE PALHETA Representante(s): OAB 17852 - MARCELO PINHEIRO CAVALCANTE (ADVOGADO) . Processo: 0016441-86.2014.8.14.0006 R.H Considerando a certidão retro, diga o autor sobre interesse no feito em 05 dias, sob pena de extinção. Ananindeua (PA), 19/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00165229820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 26/06/2019 REQUERENTE:QUEST IMPORTAO E EXPORTAO DE TONER LTDA Representante(s): OAB 250.668 - ERIKA RIBEIRO DE MENEZES (ADVOGADO) REQUERIDO:EURLEAN DOS SANTOS ROSRIO. Processo: 0016522-98.2015.8.14.0006 R.H Certifique-se quanto ao original de fls.33 e ss. Após, intime-se o autor para providencias em 10 dias, sob pena de extinção. . Ananindeua (PA), 24/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00172345920138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:COOPERATIVA EDUCACIONAL DE ANANINDEUA - COOPESUPRA Representante(s): OAB 9201 - TANIA CRISTINA ALVES DOS REIS (ADVOGADO) OAB 6682 - ISRAEL BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 6850 - MARIA LUCIA SOUSA PEREIRA PONTES (ADVOGADO) OAB 8200-B - ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (ADVOGADO) OAB 18292 - BRUNA CAROLINE BARBOSA PEDROSA (ADVOGADO) . SENTENÇA I - RELATÓRIO A parte autora ingressou com pedido de indenização por danos morais e materiais em face do BANCO DA AMAZONIA S/A. Os fatos e fundamentos jurídicos constam na petição inicial e carecem de repetições desnecessárias. Citado, o BANCO DA AMAZONIA S/A quedou-se inerte com revelia decretada nos autos fls. 53. Em audiência de instrução (fls. 128), as partes concordaram com a aplicação da Lei 9.099/95 e os autos vieram conclusos para sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. II. FUNDAMENTAÇÃO II.1. JULGAMENTO ANTECIPADO DO MÉRITO As provas constantes dos autos são suficientes para provar os fatos alegados pelas partes, não havendo necessidade de produção de outras provas. A lide, a despeito de compreender controvérsia de

fato, reclama julgamento antecipado na forma do artigo 331 do CPC, haja vista a desnecessidade de produção de provas em audiência e o contentamento das partes com o acervo probatório constante dos autos. Assim, procedo ao julgamento antecipado do mérito ante a desnecessidade de maior dilação probatória, forte no art. 355, incisos I e II, do CPC. II.2. PRELIMINARES Considerando que se encontram presentes os pressupostos e as condições da ação, e considerando a inexistência de preliminares a serem analisadas, passo ao exame do mérito da demanda. II.3. DO MÉRITO Aplicáveis as regras do CDC com inversão do ônus probandi. II.3.3.1. Quanto ao pedido de REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS A parte autora, na inicial, aduziu que teve danos materiais em razão de cheque compensado indevidamente. O banco réu foi decretado revel, ou seja, não comprovou qualquer fato desconstitutivo do direito autoral. A autora provou o fato constitutivo de seu direito ao trazer aos autos copias dos dois cheques (o verdadeiro e o falso) em que consta a mesma numeração. Se o banco debitou duas vezes a mesma folha de cheque, inegável que foi negligente na prestação do serviço bancário a que se propõe, violando direitos do consumidor e, portanto, a responsabilização civil consumerista salta evidente. Deve portanto o banco requerido ser condenado a pagar indenização por danos materiais à autora no valor de R$ 7.200,00 (sete mil e duzentos reais). II.3.3.1. Quanto ao pedido de REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS Analisando atentamente os autos, verifico que não assiste razão ao requerente. Explico. Sabemos que é possível à pessoa jurídica sofrer danos morais, contudo, há que se entender que tipo de dano moral é esse. De acordo com as definições mais consagradas na doutrina e na jurisprudência, o dano moral é uma lesão que afeta um bem jurídico na esfera dos direitos de personalidade. Segundo Maria Helena Diniz (Revista Literária de Direito, Janeiro/fevereiro de 1996, Ano II, n.9, pág. 8), dano moral é a lesão a interesses não patrimoniais de pessoa física ou jurídica provocada pelo fato lesivo, lembrando, com Zannoni, que "o dano moral não é a dor, a angústia, o desgosto, a aflição espiritual, a humilhação, o complexo que sofre a vítima do evento danoso, pois esses estados do espírito constituem a consequência do dano". Sobre as consequências do dano, em termos estritamente jurídicos, para a configuração da responsabilidade civil extracontratual, é imprescindível a ocorrência dos seguintes fatores: ato ilícito praticado por ação ou omissão; culpa do seu agente, no conceito genérico (elemento subjetivo); dano material ou moral do ofendido (elemento objetivo). Assim, o direito à indenização por lesão moral decorrente de ato ilícito exige prova do dano efetivo, ação culposa e nexo de causalidade, conforme o artigo 186 do CC. A extensão da construção doutrinária mais geral do dano moral às pessoas jurídicas demanda certas reservas e adequações, especialmente pela diferença existente entre as situações. Na pessoa natural, é muito mais fácil perceber e estimar a ocorrência do dano moral, algo que nas pessoas jurídicas torna-se mais complexo. Daí a observação do civilista Sílvio de Salvo Venosa segundo a qual "em se tratando de pessoa jurídica, o dano moral de que é vítima atinge seu nome e tradição de mercado e terá sempre repercussão econômica, ainda que indireta. De qualquer forma, a reparabilidade do dano moral causado à pessoa jurídica ainda sofre certas restrições na doutrina e na jurisprudência, principalmente por parte dos que defendem que a personalidade é bem personalíssimo, exclusivo da pessoa natural. Para essa posição, seus defensores levam em consideração que dano moral denota dor e sofrimento, que são exclusivos do Homem. Não são, entretanto, somente dor e sofrimento que traduzem o dano moral, mas, de forma ampla, um desconforto extraordinário na conduta do ofendido e, sob esse aspecto, a vítima pode ser tanto a pessoa natural como a pessoa jurídica" (Direito Civil - Responsabilidade Civil. 3. ed. São Paulo: Atlas 2003 - p. 203). Desse modo, as dificuldades de conceitualização não tem o condão de afastar essa proteção das pessoas jurídicas. Isso porque o dano moral da pessoa jurídica está muito mais associado a esse "desconforto extraordinário" que afeta o nome e a tradição de mercado, com repercussão econômica, do que aos atributos das pessoas naturais. Na jurisprudência, há diversos precedentes que admitem a configuração do dano moral às pessoas jurídicas: DANO MORAL - HONRA - CONCEITO - INDENIZAÇÃO RECLAMADA POR PESSOA JURÍDICA - 1. Entende-se como honra também os valores morais, relacionados com a reputação, o bom nome ou o crédito, valores estes inteiramente aplicáveis às pessoas jurídicas; não apenas aqueles que afetam a alma e o sentimento do indivíduo, valores próprios do ser humano. 2. A ofensa à empresa tanto pode causar-lhe prejuízo de ordem material quanto de ordem apenas moral, devendo recompor-se o seu patrimônio dessa natureza atingido. Irrelevante que o reflexo não seja íntimo, psíquico ou espiritual, pois que a tanto não se limita o conceito a extrair-se do vocábulo "honra". O uso indevido do nome da empresa configura violação à imagem e valores sociais da ofendida no meio comercial, prejudicando as atividades e acarretando descrédito frente aos membros de determinada comunidade. 3. A pessoa jurídica pode reclamar indenização por dano moral, desde que violados quaisquer dos direitos pela mesma titulados e previstos no inciso X do artigo 5º da Constituição Federal, porquanto o legislador não a distinguiu, para esses efeitos, da pessoa física. (TJDF - EIAC 31.941-DF - (Reg. Ac. 78.369) - 2ª C - Rel. Des. Valter Xavier - DJU 06.09.1995). Sob esse aspecto, merece especial destaque a Súmula n. 277 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que é categórica quanto

a essa possibilidade e está redigida nos seguintes termos: "STJ Súmula nº 227 - 08/09/1999 - DJ 20.10.1999 - Pessoa Jurídica - Dano Moral. A pessoa jurídica pode sofrer dano moral". Contudo, há que se fazer outra análise. Como é cediço, como regra, para a caracterização do dano moral são necessários os seguintes elementos: a) o ato, b) o dano, c) nexo de causalidade entre o ato e o dano, e d) o dolo ou a culpa do agente causador do dano. Demais disso, toda e qualquer responsabilidade civil repousa na ofensa a um bem jurídico. No caso do dano moral, esse "bem jurídico" ofendido consubstancia-se na lesão a "direitos da personalidade" . Ofendem-se, assim, a dignidade da pessoa humana, seu íntimo, sua honra, sua reputação, seus sentimentos de afeto. Contudo, em se tratando de "pessoas jurídicas" , a extensão dos direitos da personalidade não é ampla e irrestrita, como, em verdade, decorre da própria dicção legal do CC artigo 52 ("Aplica-se às pessoas jurídicas, no que couber, a proteção dos direitos da personalidade", destacamos), o que, inclusive, é consentâneo com o conceito analógico de pessoa jurídica de Lamartine Corrêa, para quem a própria ideia de pessoa jurídica é uma criação jurídica por analogia, isto é, a pessoa jurídica é pessoa de modo analógico à pessoa natural. Nesse contexto, os direitos da personalidade são "imanentes" à pessoa humana, podendo ser em certas situações extensíveis às pessoas jurídicas, mas nunca aqueles direitos cuja própria existência esteja direta e indissociavelmente ligada à personalidade humana. Assim o é, na clássica lição de Walter Moraes, na situação da honra, não sendo a pessoa jurídica titular de "honra subjetiva" , mas sendo titular de honra "objetiva" .Trata-se de "honra objetiva" da pessoa jurídica, que é distinta da honra subjetiva dos indivíduos que a compõem (sócios, v.g.). Aqueles danos que podem ser causados exclusivamente à honra subjetiva "não" podem ser experimentados pela pessoa jurídica, tais como, angústia, dor, sofrimento, abalos psíquicos, dignidade, humilhação, autoestima, desestabilidade emocional, desconforto etc. Isto porque, a pessoa jurídica "não" é titular de corpo ou psiquismo, não sendo capaz, portanto, de experimentar dor ou emoção (= sofrimento físico ou sofrimento psíquico ou emocional). "Essa" distinção entre honra subjetiva e honra objetiva para fins de indenizabilidade de dano moral da pessoa jurídica já foi feita em paradigmático acórdão do Superior Tribunal de Justiça, da relatoria do ministro Ruy Rosado de Aguiar. Deste modo, a verdadeira quaestio iuris não é saber "se" a pessoa jurídica pode experimentar dano moral, mas, sim, "quando e como" a ela pode sofrer dano moral. E, em se tratando de pessoa jurídica, o "dano moral" sempre será "objetivo" e nunca subjetivo, haja vista, como dito, não ser ela titular de honra subjetiva, e apenas e tão somente de honra objetiva. Essa é a razão pela a qual a doutrina proclama que, nessa temática, "indeniza-se o dano moral em função do atentado à honra objetiva da pessoa jurídica", pois a pessoa jurídica apenas e tão somente pode ser atingida em sua honra objetiva (seu bom nome, reputação ou imagem), é dizer, somente pode sofrer abalo ao conceito público que projeta na sociedade, uma vez que ela "não" possui honra subjetiva. Portanto, para caracterização de dano moral à pessoa jurídica, faz-se necessária a comprovação dos danos que sofreu em sua imagem e em seu bom nome comercial, que se consubstanciam em atributos "externos" ao sujeito, e, por isso, dependentes de prova específica a seu respeito. Assim, a indenização por dano moral da pessoa jurídica somente pode ser deferida diante da demonstração de provas concretas que evidenciem que seu nome no mercado (honra objetiva) sofreu, de fato, graves danos, não se podendo "presumir" o dano moral em prol da pessoa jurídica, como se admite quando se busca aferir dano à honra subjetiva da pessoa humana, que, por referir-se, exclusivamente, à dor moral que afeta o psiquismo, é, por essa razão, insuscetível de prova. Assim, íntimo das pessoas, angústia, sofrimento, sentimento, decoro, paz interior, crenças íntimas, sentimentos afetivos de qualquer espécie, liberdade, vida e integridade física, consubstanciam-se "todos" em direitos da personalidade, cuja própria existência é direta e indissociavelmente ligada à personalidade humana (pessoa humana), nunca podendo ser experimentados pela pessoa jurídica, cuja ausência de corpo e psiquismo a tornam incapaz de experimentar dor ou emoção (sofrimento físico ou sofrimento psíquico ou emocional). Por fim, mero abalo a patrimônio igualmente "não" se traduz em dano moral, que justamente é caracterizado pela extrapatrimonialidade, sendo que patrimônio é dano "patrimonial" (= dano material). Afinal, o dano que for patrimonial não é moral. Entender-se de forma diversa equivaleria a dizer que toda e qualquer disputa comercial entre empresas, ou impontualidade no pagamento, incumprimento contratual, gerariam sempre o dever de indenizar moralmente a pessoa jurídica lesada, o que não nos parece verdadeiro. No caso presente, não existe qualquer prova de abalo de crédito, de forma que, sem prova do dano à honra objetiva da parte autora (pessoa jurídica), não há dano moral a ser indenizado. III. DISPOSITIVO POSTO ISSO, com fulcro nos artigos 487, inciso I, do Código de Processo Civil Pátrio: a) JULGO PROCEDENTE o pedido do autor para condenar o requerido a pagar indenização por danos materiais no valor de R$ 7.200,00, valor este a ser corrigido monetariamente pelo INPC do IBGE, a partir do efetivo prejuízo, ou seja, do desconto indevido, consoante súmula 43 do STJ, e acrescidos de juros de mora, que fixo em 1% ao mês, a contar da citação. b) JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais. IV - DISPOSIÇÕES FINAIS Custas pelo requerido. Fixo os honorários em 10% sobre o valor da causa, forte no

artigo 85, §2º e 3º, do CPC. Intimem-se, via diário de justiça, os advogados constituídos nos autos. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Ananindeua (Pa), aos 19 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Juiz de Direito Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00176468720138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 26/06/2019 REQUERENTE:GILSON MARCOS SILVA FEITOSA Representante(s): OAB 3044 - CARLOS RAIMUNDO GUERRA VEIGA (ADVOGADO) REQUERIDO:ODIVAL DA SILVA PEREIRA. Processo: 0017646-87.2013.8.14.0006 R.H Cumpra-se no endereço retro. Ananindeua (PA), 16/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00176895320158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 26/06/2019 REQUERENTE:BANCO SANTANDER BRASIL SA Representante(s): OAB 19357 - CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO (ADVOGADO) OAB 17994 - CAUE ARAUJO LIMA MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 32786 - LEONARDO MONTENEGRO COCENTINO (ADVOGADO) OAB 37004 - GISELLE CAVALCANTI SOBRAL (ADVOGADO) REQUERIDO:DISTRIBUIDORA SILVA ALIMENTOS LTDA ME Representante(s): OAB 15136 - JHAYANNE RODRIGUES BARROS (ADVOGADO) OAB 14139 - DANIEL LIMA DE SOUZA (ADVOGADO) . Processo: 0017689-53.2015.8.14.0006 R.H Diga o embargado no prazo legal. Após CLS para julgamento. Ananindeua (PA), 26/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00305281320158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:RITA DE CASSIA VILHENA DIAS Representante(s): OAB 18020 - CARLOS AUGUSTO CARDOSO ALVES (ADVOGADO) OAB 21754 - MAYRA LUANA SANTOS ALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:CONDOMINIOS ILHA DOS GUARAS INCORPORACAO IMOBILIARIOS SPE LT Representante(s): OAB 17012 - VANESSA DOS SANTOS BORGES (ADVOGADO) REQUERIDO:ACESSO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA. Processo: 0030528-13.2015.8.14.0006 Despacho R.H Intime-se o réu para dizer em 05 dias sobre a certidão de fls.197. . Ananindeua (PA), 24/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00375701620158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 REQUERENTE:B V FINANCEIRA SA Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA DA CONCEICAO GOMES Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) . Processo: 0037570-16.2015.8.14.0006 R.H Certifique-se quanto ao alegado às fls.49/50 em relação à prevenção. Apense-se estes autos àqueles e façam CLS. Ananindeua (PA), 24/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00376394820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 26/06/2019 REQUERENTE:PARAENSE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Representante(s): OAB 0701 - SERGIO FONTANA (ADVOGADO) REQUERIDO:J C FONSECA E CIA LTDA (FARMA OLINDA). Processo: 0037639-48.2015.8.14.0006 R.H Intime-se o autor para comprovar o que alega às fls.44 quanto à pesquisa e também quanto a condição de sócio, tudo no prazo de 10 dias, sob pena de extinção. Após CLS. Ananindeua (PA), 24/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00416173320158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:ADELIA SILVA GUIMARAES Representante(s):

OAB 11457 - RODRIGO OLIVEIRA BEZERRA (DEFENSOR) REQUERIDO:ESOTV BRASIL PROMOCAO PUBLICIDADE E LICENCIAMENTO COMERCIAL LTDA. Processo: 0041617-33.2015.8.14.0006 R.H Cite-se no endereço de fls.12 sem custas. Após, diga a parte autora em 10 dias, podendo apresentar réplica ou o que de direito, sob pena de extinção. . Ananindeua (PA), 24/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00555169820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:TANIBUCA ASSESSORIA DE NEGOCIOS EMPRESARIAIS LTDA Representante(s): OAB 19067 - LUCAS GOMES BOMBONATO (ADVOGADO) REU:JUNDIR MINATTI Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . Processo: 0055516-98.2015.8.14.0006 Decisão R.H Proceda a secretaria à nova autuação/capa. Certifique-se quanto o agravo retro. Mantenho a decisão agravada. Após CLS. Ananindeua (PA), 17/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00635904420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Sumário em: 26/06/2019 REQUERENTE:JOSE AIRTON DOS SANTOS FILHO Representante(s): OAB 53400 - ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJCHSZAK (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT. Processo: 0063590-44.2015.8.14.0006 R.H diga o requerido sobre a certidão de fls.82, providenciando-se o necessário em 10 dias, sob pena de revelia. Após, diga o autor em réplica. Após CLS. Ananindeua (PA), 24/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00655166020158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019 REQUERENTE:ADIMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 231747 - EDEMILSON KOJI MOTODA (ADVOGADO) OAB 19383-A - NELSON PASCHOALOTTO (ADVOGADO) OAB 24871-A - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERIDO:GIVANILDO SOUSA COSTA . Processo: 0065516-60.2015.8.14.0006 R.H Cumpra-se o item 2 de fls.50. Após diga o autor em 10 dias, sob pena de extinção. Ananindeua (PA), 17/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 01005361520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:NILDO GOMES GONCALVES Representante(s): OAB 17585 - ANA CAROLINA LIMA SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE:CRISTIANE MARQUES DIAS GONCALVES Representante(s): OAB 17585 - ANA CAROLINA LIMA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BRUXELAS INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 297.608 - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA. REQUERIDO:PDG CONSTRUTORA E INCORPORADORA REQUERIDO:ASACORP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES SA REQUERIDO:ELO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA Representante(s): OAB 5082 - MARTA MARIA VINAGRE BEMBOM (ADVOGADO) OAB 17213 - DIEGO FIGUEIREDO BASTOS (ADVOGADO) OAB 21379 - RAFAEL REZENDE DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) . Processo nº: 0100536-15.2015.814.0006 D E C I S Ã O Vistos etc. 1. Inicialmente, indefiro o pedido de suspensão processual de formulado às fls. 242/254, uma vez que a presente demanda não se encontra em fase de execução, o que autorizaria a suspensão do processo na forma requerida. 2. Considerando a apresentação de contestação às fls. 185/219 pelas requeridas ELO INCORPORADORA LTDA e CONSTRUTORA LEAL MOREIRA LTDA, intime-se a parte autora para réplica, no prazo de 15 dias. 3. Após, com fundamento nos arts.6º e 10º, do Código de Processo Civil, concedo um prazo comum, de cinco dias, para que as partes especifiQUEM, de forma fundamentada, quais provas que pretendem produzir, apontando, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide, sob pena de preclusão. 4. Ficam as partes advertidas que, na hipótese de pedido de produção de prova testemunhal, deverão, desde logo, informar o desejo de trazer as testemunhas à futura audiência designada, independente de intimação, na forma estabelecida no parágrafo 2º do artigo 455 do NCPC1. 5. Ficam também advertidas que, o pedido de juntada de documentos, somente será permitido e avaliado pelos parâmetros estabelecidos no artigo 435 do NCPC2. 6. Ficam outrossim advertidas que, acaso peçam prova pericial, deverão informar sobre qual questão fática recairá a prova técnica bem como diga em que consistirá a perícia e informe a profissão mais abalizada para realização do ato. 7. Após o escoamento do prazo, com ou sem manifestação, devidamente certificada, retornem-me os autos conclusos para sanear e organizar o

processo para instrução e julgamento, na forma do artigo 357 do NCPC, ocasião em que proferirei decisão acerca do pedido de provas e designarei a audiência de instrução e julgamento caso julgar necessário. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa 1 2o A parte pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação de que trata o § 1o, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição. 2 Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos. Parágrafo único. Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente e incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5.

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00005961420148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:LUIZ DE JESUS PEREIRA Representante(s): OAB 5041 - FERNANDO FLAVIO LOPES SILVA (ADVOGADO) OAB 24474 - FLAVIO GIANNINI ALMEIDA ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SACELPA Representante(s): OAB 6.100 - LUCIMARY GALVAO LEONARDO GARCES (ADVOGADO) . Processo n.: 0000596-14.2014.814.0006 DECISÃO Considerando a decisão exarada nos autos de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas- IRDR n.04/2019 da Relatoria do Eminente Desembargador Constantino Augusto Guerreiro, passo a decidir: a- DETERMINO a SUSPENSÃO desta e de todas as ações envolvendo a requerida CELPA cujo objeto da lide se refira à Cobrança de Consumo Não Registrado - CNR e se encontrem em fase de audiência de instrução e julgamento. b- DETERMINO à Sra. Diretora de Secretaria que proceda à marcação deste processo como SUSPENSO no sistema LIBRA. c- ANOTO que eventual tutela de urgência concedida permanece produzindo efeitos regularmente e que a suspensão não impede a prática de eventuais ATOS URGENTES (art. 314, NCPC). d- AGUARDE-SE a decisão da instância superior no aludido IRDR. CUMPRA-SE. INTIMEM-SE. De Ananindeua (Pa), aos 25 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Juiz de Direito Titular de 2ª Entrância Respondendo pela 2a Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Em auxílio remoto ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00014163320148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Embargos à Execução em: 27/06/2019 EMBARGANTE:CACILDA MARIA SARAIVA PINTO Representante(s): OAB 5537 - SERGIO VICTOR SARAIVA PINTO (ADVOGADO) EMBARGADO:HSBC BANK BRASIL SA Representante(s): OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) . PROCESSO N 0001416-33.2014.8.14.0006 SENTENÇA VISTOS, ETC., I- RELATÓRIO Trata-se de EMBARGOS DO DEVEDOR interpostos sob alegação de excesso na execução, fls. 03/11, por conter abusividade de juros e correção monetária indevida. Juntou documentos, fls. 12/13. O embargado apresentou defesa, fls. 17/30. Vieram-me conclusos É o que tinha a relatar. Decido. II- FUNDAMENTAÇÃO Seja pela ótica do antigo CPC, seja pela ótica do novo, há disposição normativa expressa de que os embargos serão rejeitados (liminarmente) quando forem intempestivos, quando a sua petição for inepta ou quando manifestamente protelatórios. O Códex disciplina ainda que, ao alegar excesso de execução, como é o caso dos autos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento. Novo Código de Processo Civil Art. 525. (...) § 4º Quando o executado alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante da sentença, cumprir-lhe-á declarar de imediato o valor que entende correto, apresentando demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo. § 5º Na hipótese do § 4o, não apontado o valor correto ou não apresentado o demonstrativo, a impugnação será liminarmente rejeitada, se o excesso de execução for o seu único fundamento, ou, se houver outro, a impugnação será processada, mas o juiz não examinará a alegação de excesso de execução. Antigo Código de Processo Civil Art. 730 (...) § 5º Quando o excesso de execução for fundamento dos embargos, o embargante deverá declarar na petição inicial o valor que entende correto, apresentando memória do cálculo, sob pena de rejeição liminar dos embargos ou de não conhecimento desse fundamento. (Incluído pela Lei nº 11.382,

de 2006). No caso presente, não houve qualquer providência da embargante no sentido de apresentar cálculos em contraposição aos que foram apresentados pelo exequente. Ademais, dada a simplicidade do caso, é completamente desnecessária a aferição do valor devido mediante a apuração pericial. Em consonância com as razões precedentes, a improcedência é a via mais adequada a ser seguida. Em verdade, o comportamento processual da embargante assumiu feições de natureza protelatória, pois restou evidente que ela não detinha fortes argumentos para sustentar o seu inconformismo. No mais, descabida alegação de cálculos com valores exorbitantes uma vez que o embargado tem direito de apresentar o cálculo com base ao que se lastreia seu pedido, sendo do requerido o dever de rebater a prova apresentada. Ocorre que o embargante não informou o valor que entende devido, muito menos juntou cálculos, não se desincumbindo do ônus de provar suas alegações. Quanto ao título executivo apresentado pelo embargado na Ação de Execução, compulsando o processo nº 0016863-95.2013.8.14.0006, verifico que o original se encontra às fls. 54/62, ante da citação. III- DISPOSITIVO Ex positis, REJEITO OS EMBARGOS INTERPOSTOS, julgando improcedente o pedido e o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, I do CPC. Ao considerar que a fragilidade dos argumentos lançados pela embargante reflete sua nítida intenção de procrastinar o feito executivo, aplico-lhe a multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor da execução, devidos à exequente, na forma dos artigos 80, inciso VII e 81, do CPC. Condeno o embargante em custas, despesas e honorários, estes em 10% (dez por cento) do valor da causa, devidamente corrigidos pelo INPC e devidos a partir da intimação (artigo 85, §3º, inciso I, do CPC). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, obedecida as formalidades legais, arquive-se. Ananindeua/PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00017202620078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710009489 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em: 27/06/2019 REQUERENTE:WALDSON KLEBER SILVA APOLIANO Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REQUERIDO:MARIA EDEVANIR LOPES AGUIAR. PROCESSO 0001720-26.2007.8.14.0006 SENTENÇA I - RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Anoto que entrei em exercício neste Juízo em 13/05/2019. Compulsando os autos, verifico que a parte autora demonstrou desinteresse no prosseguimento do feito. É o sucinto relatório. Passo fundamentar e decidir. II - FUNDAMENTAÇ"O O art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil de 2015 prevê a extinção do processo sem resolução de mérito quando houver patente falta de interesse, como é o caso destes autos. Os casos em que a parte autora não promove o devido impulso oficial, não paga custas, muda de endereço sem informar ao Juízo, deixa de cumprir com exatidão despachos/decisões judiciais ou os cumpre fora do prazo, dentre outros, demonstram, inequivocamente, a falta de interesse de agir. Por fim, registro que, caso presente o interesse processual, diante de eventual recurso de apelação interposto pela parte, este Juízo poderá, se for o caso, retratar-se (art. 485, § 7º, NCPC), não havendo, portanto, qualquer prejuízo. A mesma CF/88 que impõe o contraditório (e um de seus corolários: a vedação à decisão-surpresa) também assegura a duração razoável do processo, ambos com status de Direito Fundamental previstos no art. 5º. Este fato, somado à inexistência de prejuízo à parte diante da possibilidade de juízo de retratação, impõe a resolução sem mérito, considerando ainda que o novo CPC dispensa o contraditório no caso de extinção fundamentada inciso VI do art. 485 do CPC. Neste momento, a ponderação de valores constitucionais se impõe em favor da duração razoável do processo. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, configurado o desinteresse de agir da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do CPC. Havendo custas pendentes, intime-se para pagamento em 10 dias. Não efetivado, expeça-se o necessário para inclusão em dívida ativa. Sendo caso de gratuidade de justiça, desconsidere-se esta deliberação. Intimem-se, via diário de justiça, os advogados constituídos nos autos. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), 18/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e

Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00022673820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA EUNICE DA FONSECA VIDINHA Representante(s): OAB 15331 - ANGELICA LAUCILENA MOTA LIMA (ADVOGADO) OAB 17391 - MONYQUE BARBOSA COSTA (ADVOGADO) OAB 19717 - FERNANDA LARA COIADO (ADVOGADO) REQUERIDO:LIDER SEGURADORA SA Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . Processo nº 0002267-38.2015.814.0006. Requerente: MARIA EUNICE DA FONSECA VIDINHA. End. Rua Roseli Nunes, Loteamento Olga de Benário, nº 4, Bairro: Águas Lindas, CEP: 66690-160, Belém - PA. D E S P A C H O/M A N D A D O Vistos etc., Considerando a certidão retro, INTIME-SE a parte requerente para, no prazo de 10 dias, regularize a sua representação processual, bem como para indicar, expressamente, quais providências pretende sejam tomadas, sob pena de extinção em caso de manifestação genérica. Após, com ou sem manifestação, CONCLUSOS. Servirá o presente despacho como mandado. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, aos 19 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00025824720108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 14089 - RAFAEL DE SOUSA BRITO (ADVOGADO) REQUERIDO:CARITAS NAZARE BARATA MARQUES TERCEIRO:IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIRO S A Representante(s): OAB 11433-A - MOISES BATISTA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11432-A - FERNANDO LUZ PEREIRA (ADVOGADO) . PROCESSO 0002582-47.2010.8.14.0006 SENTENÇA I - RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Anoto que entrei em exercício neste Juízo em 13/05/2019. Compulsando os autos, verifico que a parte autora demonstrou desinteresse no prosseguimento do feito. É o sucinto relatório. Passo fundamentar e decidir. II - FUNDAMENTAÇ"O O art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil de 2015 prevê a extinção do processo sem resolução de mérito quando houver patente falta de interesse, como é o caso destes autos. Os casos em que a parte autora não promove o devido impulso oficial, não paga custas, muda de endereço sem informar ao Juízo, deixa de cumprir com exatidão despachos/decisões judiciais ou os cumpre fora do prazo, dentre outros, demonstram, inequivocamente, a falta de interesse de agir. Por fim, registro que, caso presente o interesse processual, diante de eventual recurso de apelação interposto pela parte, este Juízo poderá, se for o caso, retratar-se (art. 485, § 7º, NCPC), não havendo, portanto, qualquer prejuízo. A mesma CF/88 que impõe o contraditório (e um de seus corolários: a vedação à decisão-surpresa) também assegura a duração razoável do processo, ambos com status de Direito Fundamental previstos no art. 5º. Este fato, somado à inexistência de prejuízo à parte diante da possibilidade de juízo de retratação, impõe a resolução sem mérito, considerando ainda que o novo CPC dispensa o contraditório no caso de extinção fundamentada inciso VI do art. 485 do CPC. Neste momento, a ponderação de valores constitucionais se impõe em favor da duração razoável do processo. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, configurado o desinteresse de agir da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do CPC. Havendo custas pendentes, intime-se para pagamento em 10 dias. Não efetivado, expeça-se o necessário para inclusão em dívida ativa. Sendo caso de gratuidade de justiça, desconsidere-se esta deliberação. Intimem-se, via diário de justiça, os advogados constituídos nos autos. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), 18/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) P R O C E S S O : 0 0 0 2 7 7 3 1 4 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 14797 -

SERGIO LUIZ DE ANDRADE (ADVOGADO) OAB 211.648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) OAB 18696-A - LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) REQUERIDO:AUTO POSTO PINDORAMA LTDA REQUERIDO:JOSE JAIR DE SOUZA REQUERIDO:ANDREA FREITAS DA SILVA REQUERIDO:POSTO SAO DOMINGOS LTDA REQUERIDO:AUTO POSTO MARAJO LTDA REQUERIDO:LUIZ FURTADO REBELO FILHO REQUERIDO:MARIA CLEIDE ALVES VIEIRA REQUERIDO:AUTO POSTO DA ILHA LTDA REQUERIDO:AZULINO FAST FOOD RESTAURANTE LTDA. Processo nº 0002773-14.2015.8.14.0006 DECISÃO Vistos, etc. INDEFIRO a realização de pesquisa nos sistemas INFOJUD, BACENJUD, RENAJUD e SIEL face a ausência de comprovação quanto ao esgotamento de diligências anteriores por parte do exequente no sentido de obter informações acerca do endereço atualizado dos requeridos. INTIME-SE o requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove a efetivação de tais diligências ou indique bens passíveis de penhora, sob pena de extinção, sem resolução do mérito. Cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, aos 19 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00029836520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 211.648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) OAB 27109 - MARIA AMELIA C MASTROROSA VIANNA (ADVOGADO) OAB 18696-A - LOUISE RAINER PEREIRA GIONEDIS (ADVOGADO) OAB 21642 - JADIEL DE MORAES FAYAL (ADVOGADO) REQUERIDO:E C ARAUJO E CIA LTDA ME REQUERIDO:ENZO COSTA ARAUJO. Processo nº 0002983-65.2015.814.0006. D E C I S Ã O R.H, Torno sem efeito a decisão de fls. 45, vez que não cabe ao Juízo diligenciar pelas partes. Autorizo a devolução dos valores pagos pela diligência. Intime-se o autor para providências, em 10 dias, sob pena de extinção. Ananindeua, 19/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00033566720138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALISON DIAS MONTEIRO Ação: Execução de Título Judicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO FINASA BMC SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:ROBERTO JUNIOR DA SILVA TRINDADA. ATO ORDINATÓRIO Nos termos do art. 1º, § 2º, II, do PROVIMENTO Nº 006/2006, de 20/10/2006, da CJRMB, Tendo em vista que a contestação de fls. 56 é TEMPESTIVA, INTIMO a parte autora para, querendo, apresentar réplica, no prazo legal. Ananindeua/PA, 27/06/2019. ALISON DIAS MONTEIRO Auxiliar Judiciário 2ª Vara Cível e Empresarial - Comarca de Ananindeua-PA. (Nos termos do provimento nº 008/2014-CRJMB, Art. 1º, §3º, de 05/12/2014, que alterou o provimento nº 006/2006-CRJMB). PROCESSO: 00034832520118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:ELMA MARIA DA SILVA FERREIRA Representante(s): OAB 14694 - BARBARA MILENE COSTA FORTES (ADVOGADO) REQUERIDO:TRANSPORTES COMERCIO E REPRESENTACOES DOIS MIL Representante(s): OAB 10928-B - JULIANO MARTINS (ADVOGADO) REPRESENTANTE:ZELI BATISTA DE ALMEIDA REPRESENTANTE:JUAREZ CARLOS ALMEIDA. Processo nº 0003483-25.2011.8.14.0006. D E C I S Ã O R. hoje, 1. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC/2015, porquanto não há necessidade de dilação probatória alguma diante do contexto probatório já formado nos autos. 2. Uma vez que não houve qualquer produção de prova oral e não tendo havido instrução, desnecessária a apresentação de razões finais, conforme jurisprudência que se segue: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO NÃO CONHECIDO QUANTO À ALEGAÇÃO DE ERRO DE PROCEDIMENTO EM FAVOR DOS APELADOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÕES FINAIS. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE ALUGUÉIS. 1. Os recorrentes carecem de legitimidade e de interesse processual para arguir a invalidade da sentença em favor da parte contrária. Recurso não conhecido nesse aspecto. 2. As razões finais orais ou escritas, a que refere o art. 364 e § 2º do CPC, somente serão facultadas quando for produzida prova oral, o que não ocorreu no feito. Além disso, não foi demonstrado o efetivo prejuízo ocasionado pela ausência, especialmente ao se considerar que todas as questões controvertidas poderiam ser devolvidas para a análise definitiva nesta instância recursal. 3. Com base na teoria da asserção, a legitimidade das partes deve ser apreciada abstratamente conforme a pertinência subjetiva aferida a partir dos elementos postos na petição inicial. 4. No caso, o acervo probatório indica que as partes firmaram contrato de locação não residencial. O imóvel já foi retomado pelos recorridos, em acordo homologado em outra ação judicial, perdendo objeto a pretensão de despejo. 5. Mantém-se a condenação no pagamento dos valores relativos aos aluguéis a partir do primeiro mês de inadimplemento até a efetiva

desocupação. 6. Recurso conhecido em parte e não provido. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0006116-10.2013.8.05.0274, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 11/04/2018) 3. Sendo o caso, remetam-se os autos à UNAJ para cálculo das custas a serem recolhidas. 4. Em seguida, havendo custas a serem recolhidas, seja a parte autora intimada para o seu recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. 5. Após, conclusos para sentença. Ananindeua-PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00035786420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:LOURIVAL CHAVES Representante(s): OAB 26831 - MAIARA DO SOCORRO DA SILVA AMARAL (ADVOGADO) REQUERIDO:LIDER SEGURADORA SA Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . Processo: 0003578-64.2015.8.14.0006 Decisão R.H Considerando a certidão de fls.156, indefiro o pedido de fls.155 para reconhecer a preclusão em relação ao pedido de prova pericial. Intime-se o autor para providências no prazo de 10 dias, sob pena de extinção. Ananindeua (PA), 24/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00036896220118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) REQUERIDO:A & S REPRESENTAÇÕES E COMERCIO LTDA REQUERIDO:ERIVAN SOUZA SANTOS REQUERIDO:ELIENE PEREIRA DE SOUZA. PROCESSO 0003689-62.2011.8.14.0006 DECISÃO Vistos, etc. INDEFIRO a realização de pesquisa nos sistemas INFOJUD/BACENJUD/SIEL, face a ausência de comprovação quanto ao esgotamento de diligências anteriores por parte do exequente no sentido de obter informações acerca do endereço atualizado do requerido. INTIME-SE o exequente, para que, no prazo de 10 (dez) dias, especifique, expressamente, as providências que entender de direito, sob pena de extinção. Cumpra-se. Intime-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00039573920148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 211.648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) REQUERIDO:ENGARRAFADORA NOBRE LTDA. PROCESSO 0003957-39.2014.8.14.0006 DECISÃO Vistos, etc. INDEFIRO a realização de pesquisa nos sistemas INFOJUD/BACENJUD/RENAJUD/SIEL, face a ausência de comprovação quanto ao esgotamento de diligências anteriores por parte do exequente no sentido de obter informações acerca do endereço atualizado do requerido. INTIME-SE o exequente, para que, no prazo de 10 (dez) dias, especifique, expressamente, as providências que entender de direito, sob pena de extinção. Cumpra-se. Intime-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00040327220108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 27/06/2019 REQUERENTE:PAULO SANDRO FALCAO KASAHARA Representante(s): OAB 13081 - ANTONIO ROBERTO VICENTE DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:JESSICA ANGELA MACHADO MACHADO. Processo nº 0004032-72.2010.814.0006. D E S P A C H O O artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal preconiza que o "o Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos" (grifei). E na legislação infraconstitucional, o artigo 98, caput, do Código de Processo Civil define que "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei." (grifei). Dessa arte, havendo nos autos elementos que evidenciam a falta dos pressupostos legais para a gratuidade, com fulcro no artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil, assino o prazo de 10 dias para que a parte requerente traga aos autos os comprovantes de despesas mensais, a última declaração de bens e rendimentos entregue à Receita Federal, bem como o extrato atualizado de conta corrente e de aplicações financeiras, inclusive de poupança, anotando-se o sigilo dos documentos apresentados. Intime-se. Ananindeua/PA, 19/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00042134520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação:

Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 84206 - MARIA LUCILIA GOMES (ADVOGADO) OAB 16837-A - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 18663 - SAMMARA ENITA CORREA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:V R C DA SILVA CIA LTDA EPP. Processo 0004213-45.2015.8.14.0006 DESPACHO/MANDADO R. Hoje, Indefiro pedido de fls. 61/62 por ausência de previsão legal. INTIME-SE o nobre Advogado constituído da parte autora para indicar, expressamente, no prazo de 5 dias, quais providências pretende sejam tomadas, sob pena de extinção em caso de manifestação genérica ou não manifestação. Não havendo interesse, INTIME-SE o autor, pessoalmente, para, em 5 (cinco) dias úteis, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, §2º, NCPC). Havendo interesse, fica intimado para recolher custas finais, se por acaso existentes. Esta decisão servirá como mandado. CERTIFIQUE-SE. Cumpra-se com urgência. Após, com ou sem as manifestações, CONCLUSOS. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00042959420098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDNA MARIA DE MOURA PALHA Ação: Petição Criminal em: 27/06/2019 REQUERENTE:ANTONIO ROBERTO DA COSTA NETO Representante(s): OAB 13370 - ALESSANDRO DOS SANTOS COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDÊNCIA PRIVADA S/A Representante(s): OAB 10301 - MARISA DE ALMEIDA MACOLA MARINS (ADVOGADO) OAB 23748 - MARIA EMILIA GONCALVES DE RUEDA (ADVOGADO) OAB 16983 - ANTONIO EDUARDO GONCALVES DE RUEDA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA - JUÍZO DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Proc. 0004295-94.2009.8.14.0006 Autor: ANTONIO ROBERTO DA COSTA NETO. Réu: METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA S/A. TERMO DE AUDIÊNCIA. Aos 27 dias do mês de Junho de 2019, às 10:20h, na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua/PA, presente a MMª Juíza de Direito, EDNA MARIA DE MOURA PALHA, foi aberta audiência, nos autos do processo acima referido. Feito o pregão, constatou-se a PRESENÇA do autor ANTONIO ROBERTO DA COSTA NETO, CPF: 032.488.282-34, acompanhado de Advogado, Dr. Alessandro Serra dos Santos Costa, OAB/PA 13370 e do estagiário Paulo Henrique Albarado Miranda, OAB 7863-E. Fez-se PRESENTE também o réu METROPOLITAN LIFE SEGUROS E PREVIDENCIA PRIVADA S/A, representado pelo preposto LEONARDO RODRIGUES MARQUES, CPF 018.337.782-60, acompanhada do advogado Dr. Renan de Matos Cavalcante Ponçadilha, OAB/PA 23.908. Aberta a audiência de instrução e julgamento tentou-se a conciliação das partes, nos termos do art. 359 do NCPC. Não obtido êxito na tentativa de conciliação. Dada a palavra ao Advogado da requerida: "requer a juntada de carta de preposto e substabelecimento". Após, o juízo compulsou os autos e verificou haver pedido de perícia pela seguradora requerida (fls. 112). Em seguida, o MMº Juiz passou à DELIBERAÇÃO: 1. Nos termos do artigo 370 do CPC, para julgamento do mérito, Defiro o pedido de perícia médica requerida pela seguradora requerida, a fim de comprovar a alegada debilidade permanente alegada pelo autor; 2. Nomeio a Dra. FILOMENA BARROSO REBELLO, NIT 1094630389-1, com endereço eletrônico filomenarebello@hotmail.com, independentemente de Termo de Compromisso (art. 466, NCPC); 3. Faculto às partes, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, a indicação de assistentes técnicos e a apresentação de quesitos; 4. O laudo médico deverá ser apresentado dentro de 60 dias (sessenta) dias, devendo a perita comunicar a este juízo a data de início da perícia, para regular intimação das partes; 5. Fixo os honorários provisórias da Perita Judicial, em 1 (um) salário mínimo, cuja importância deverá ser depositada pela seguradora requerida, no prazo de 05 (cinco) dias. 6. Intime-se. Cumpra-se. Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, Roberta Freitas Nicolau _____ digitei e subscrevi. EDNA MARIA DE MOURA PALHA JUÍZA DE DIREITO Autor: Adv do. Autor: Réu: Adv. Réu: Réu: Adv. Réu: PROCESSO: 00051176520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MAX CONCEICAO RIBEIRO Representante(s): OAB 16900 - CARLOS AUGUSTO NOGUEIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 21372 - SHAYANE DO SOCORRO DE ALMEIDA DA PAIXÃO (ADVOGADO) REQUERENTE:SHIRLE CECILIA FERREIRA MONTEIRO REQUERIDO:BUILDING SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 18392 - MARCO ANTONIO DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) . Processo nº 0005117-65.2015.8.14.0006. D E C I S Ã O R. hoje, 1. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC/2015, porquanto não há necessidade de dilação probatória alguma diante do contexto probatório já formado nos autos. 2. Uma vez que não houve qualquer produção de prova oral e não tendo havido instrução, desnecessária a apresentação de razões finais, conforme jurisprudência que se segue: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO NÃO CONHECIDO

QUANTO À ALEGAÇÃO DE ERRO DE PROCEDIMENTO EM FAVOR DOS APELADOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÕES FINAIS. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE ALUGUÉIS. 1. Os recorrentes carecem de legitimidade e de interesse processual para arguir a invalidade da sentença em favor da parte contrária. Recurso não conhecido nesse aspecto. 2. As razões finais orais ou escritas, a que refere o art. 364 e § 2º do CPC, somente serão facultadas quando for produzida prova oral, o que não ocorreu no feito. Além disso, não foi demonstrado o efetivo prejuízo ocasionado pela ausência, especialmente ao se considerar que todas as questões controvertidas poderiam ser devolvidas para a análise definitiva nesta instância recursal. 3. Com base na teoria da asserção, a legitimidade das partes deve ser apreciada abstratamente conforme a pertinência subjetiva aferida a partir dos elementos postos na petição inicial. 4. No caso, o acervo probatório indica que as partes firmaram contrato de locação não residencial. O imóvel já foi retomado pelos recorridos, em acordo homologado em outra ação judicial, perdendo objeto a pretensão de despejo. 5. Mantém-se a condenação no pagamento dos valores relativos aos aluguéis a partir do primeiro mês de inadimplemento até a efetiva desocupação. 6. Recurso conhecido em parte e não provido. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0006116-10.2013.8.05.0274, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 11/04/2018) 3. Sendo o caso, remetam-se os autos à UNAJ para cálculo das custas a serem recolhidas. 4. Em seguida, havendo custas a serem recolhidas, seja a parte autora intimada para o seu recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. 5. Após, conclusos para sentença. Ananindeua-PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00053075720178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS Representante(s): OAB 273843 - JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:R L PALHETA LOGISTICA REGIONAL EPP. Processo 0005307-57.2017.8.14.0006 DESPACHO Vistos, etc. 1. Trata-se de recurso de apelação (CPC, art. 1.009), interposto intempestivamente, conforme certidão de fls. 60. 2. Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões (CPC, art. 1.010, §1.º). Caso já apresentadas, certifique-se a tempestividade; 3. Caso o apelado apresente com suas contrarrazões recurso adesivo e/ou questão de mérito em sede de preliminar na hipótese do §1.º do art. 1.009, sem nova conclusão, deverá o apelante ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso adesivo e/ou à preliminar, nos termos dos §§ 1.º e 2.º dos arts. 1.009 e 1.010, respectivamente. 4. Após as formalidades previstas nos §§ 1.º e 2.º do art. 1.010 do CPC, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal ad quem, independentemente de juízo de admissibilidade. 5. Intime-se e cumpra-se. ANANINDEUA/PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00059663720158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO HONDA SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 20868-A - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO:VICTOR DO NASCIMENTO SILVA. PROCESSO 0005966-37.2015.8.14.0006 DECISÃO/MANDADO Vistos, etc. INDEFIRO a realização de pesquisa nos sistemas INFOJUD/BACENJUD, face a ausência de comprovação quanto ao esgotamento de diligências anteriores por parte do requerente no sentido de obter informações acerca do endereço atualizado do requerido. INTIME-SE o nobre Advogado constituído (intimação eletrônica) da parte autora para indicar, expressamente, quais providências pretende sejam tomadas, no prazo de 05 dias sob pena de extinção em caso de manifestação genérica ou ausência de manifestação. Não havendo interesse, INTIME-SE o autor, pessoalmente, para, em 5 (cinco) dias úteis, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, §2º, NCPC). Havendo interesse, fica intimado para recolher custas finais, se por acaso existentes. Esta decisão servirá como cópia mandado CERTIFIQUE-SE. Cumpra-se com urgência. Após, com ou sem as manifestações, CONCLUSOS. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00062368920098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO Representante(s): OAB 12599 - VANILDO DE SOUZA LEAO FILHO (ADVOGADO) OAB 12911 - DENIS VINICIUS RODRIGUES RENAULT (ADVOGADO) OAB 11215 - FABRICIO BENTES CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:EUZEBIO COSTA CARNEIRO ME DISTRIBUIDORA CARNEIRO REQUERIDO:EUZEBIO

COSTA CARNEIRO . Processo nº 0006236-89.2009.814.0006. Vistos etc., 1. Considerando a certidão retro, a qual atesta a tempestividade da contestação de fls. , para réplica determino que se manifeste a parte autora no prazo legal. 2. Após, com fundamento nos arts.6º e 10º, do Código de Processo Civil, concedo um prazo comum, de cinco dias, para que as partes especifiQUEM, de forma fundamentada, quais provas que pretendem produzir, apontando, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide, sob pena de preclusão. 2. Ficam as partes advertidas que, na hipótese de pedido de produção de prova testemunhal, deverão, desde logo, informar o desejo de trazer as testemunhas à futura audiência designada, independente de intimação, na forma estabelecida no parágrafo 2º do artigo 455 do NCPC1. 3. Ficam também advertidas que, o pedido de juntada de documentos, somente será permitido e avaliado pelos parâmetros estabelecidos no artigo 435 do NCPC2. 4. Ficam outrossim advertidas que, acaso peçam prova pericial, deverão informar sobre qual questão fática recairá a prova técnica bem como diga em que consistirá a perícia e informe a profissão mais abalizada para realização do ato. 5. Após o escoamento do prazo, com ou sem manifestação, devidamente certificada, retornem-me os autos conclusos para sanear e organizar o processo para instrução e julgamento, na forma do artigo 357 do NCPC, ocasião em que proferirei decisão acerca do pedido de provas e designarei a audiência de instrução e julgamento caso julgar necessário. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Ananindeua, 19/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa 1 2o A parte pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação de que trata o § 1o, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição. 2 Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos. Parágrafo único. Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente e incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5. PROCESSO: 00074774120138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:CONDOMINIO DO EDIFICIO SKY VILLE Representante(s): OAB 14902 - ALMIR CONCEICAO CHAVES DE LEMOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ANDRESSA DA COSTA FERREIRA Representante(s): OAB 3697 - JAIME COMECANHA BALESTEROS FILHO (ADVOGADO) OAB 13112 - PATRICIA DO SOCORRO GOMES BATISTA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 11083 - ALEX RAMOS COMECANHA (ADVOGADO) . SENTENÇA Processo nº 0007477-41.2013.814.0006. I - RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Anoto que entrei em exercício neste Juízo em 13/05/2019. Compulsando os autos, verifico que a parte autora demonstrou desinteresse no prosseguimento do feito. É o sucinto relatório. Passo fundamentar e decidir. II - FUNDAMENTAÇ"O O art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil de 2015 prevê a extinção do processo sem resolução de mérito quando houver patente falta de interesse, como é o caso destes autos. Os casos em que a parte autora não promove o devido impulso oficial, não paga custas, muda de endereço sem informar ao Juízo, deixa de cumprir com exatidão despachos judiciais, dentre outros demonstram, inequivocamente, a falta de interesse de agir. Por fim, registro que, caso presente o interesse processual, diante de eventual recurso de apelação interposto pela parte, este Juízo poderá, se for o caso, retratar-se (art. 485, § 7º, NCPC), não havendo, portanto, qualquer prejuízo. A mesma CF/88 que impõe o contraditório (e um de seus corolários: a vedação à decisão-surpresa) também assegura a duração razoável do processo, ambos com status de Direito Fundamental previstos no art. 5º. Este fato, somado à inexistência de prejuízo à parte diante da possibilidade de juízo de retratação, impõem a mitigação do comando legislativo contido no art. 485, § 1º, NCPC, o que faço neste caso ao proferir a presente sentença terminativa. Neste momento, a ponderação de valores constitucionais se impõe em favor da duração razoável do processo. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, configurado o desinteresse de agir da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do CPC. Havendo restrição judicial a sistemas eletrônicos, como RENAJUD, BACENJUD ou outros, autorizo desde logo a liberação das eventuais restrições. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Havendo custas pendentes, intime-se para pagamento em 10 dias. Não efetivado, expeça-se o necessário para inclusão em dívida ativa. Sendo caso de gratuidade de justiça, desconsidere-se esta deliberação. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), aos 17 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00075741620108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A):

MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 27/06/2019 REQUERENTE:ALDENORA RODRIGUES PEREIRA Representante(s): OAB 11282 - ANA PAULA PEREIRA MARQUES VIEIRA (DEFENSOR) REQUERIDO:LUIZ DANIEL LAVAREDA REIS REQUERIDO:OLGARINA OLIVEIRA DA COSTA . Processo 0007574-16.2010.814.0006 DESPACHO Vistos, etc., Considerando certidão de fls. 16, decreto a revelia do réu. Uma vez que não houve contestação e, face a necessidade de curador especial diante da citação por edital, encaminhe-se, os autos, à Defensoria Pública para apresentar defesa, no prazo legal. Após, intime-se o autor para se manifestar no prazo de 10 dias. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Ananindeua/PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00080732220098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 27/06/2019 REQUERENTE:DENIZE RODRIGUES Representante(s): OAB 10446 - FERNANDO CALHEIROS RODRIGUES DOMINGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:RONALDO FABIANO DE SOUZA ANTUNES Representante(s): OAB 6605 - MARIA SUELY SPINDOLA TILLMAN (ADVOGADO) OAB 7051 - ROSE MEIRE CRUZ DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 6859 - SIMONE PAMPLONA DE ARAUJO COSTA (ADVOGADO) . Processo 0008073-22.2009.8.14.0006 DESPACHO/MANDADO Inicialmente, registro que me encontro em exercício neste Juízo desde 13/05/2019, tendo encontrado estes autos sem movimentação por considerável lapso temporal. INTIME-SE o nobre Advogado constituído (intimação eletrônica) ou o nobre Defensor Público (intimação pessoal) da parte autora para indicar, expressamente, quais providências pretende sejam tomadas, no prazo de 05 dias sob pena de extinção em caso de manifestação genérica ou ausência de manifestação. Não havendo interesse, INTIME-SE o(a) autor, pessoalmente, para, em 5 (cinco) dias úteis, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, §2º, NCPC). Havendo interesse, fica intimado para recolher custas finais, se por acaso existentes. Esta decisão servirá como cópia mandado CERTIFIQUE-SE. Cumpra-se com urgência. Após, com ou sem as manifestações, CONCLUSOS. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00095373220078140006 PROCESSO ANTIGO: 200710056505 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO ITAU CIA ITAULEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): OAB 18629-A - ROSANGELA DA ROSA CORREA (ADVOGADO) REQUERIDO:CATIA MARIA DA SILVA MACHADO. PROCESSO 0009537-32.2007.8.14.0006 SENTENÇA I - RELATÓRIO Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe. Anoto que entrei em exercício neste Juízo em 13/05/2019. Compulsando os autos, verifico que a parte autora demonstrou desinteresse no prosseguimento do feito. É o sucinto relatório. Passo fundamentar e decidir. II - FUNDAMENTAÇ"O O art. 485, inciso VI do Código de Processo Civil de 2015 prevê a extinção do processo sem resolução de mérito quando houver patente falta de interesse, como é o caso destes autos. Os casos em que a parte autora não promove o devido impulso oficial, não paga custas, muda de endereço sem informar ao Juízo, deixa de cumprir com exatidão despachos/decisões judiciais ou os cumpre fora do prazo, dentre outros, demonstram, inequivocamente, a falta de interesse de agir. Por fim, registro que, caso presente o interesse processual, diante de eventual recurso de apelação interposto pela parte, este Juízo poderá, se for o caso, retratar-se (art. 485, § 7º, NCPC), não havendo, portanto, qualquer prejuízo. A mesma CF/88 que impõe o contraditório (e um de seus corolários: a vedação à decisão-surpresa) também assegura a duração razoável do processo, ambos com status de Direito Fundamental previstos no art. 5º. Este fato, somado à inexistência de prejuízo à parte diante da possibilidade de juízo de retratação, impõe a resolução sem mérito, considerando ainda que o novo CPC dispensa o contraditório no caso de extinção fundamentada inciso VI do art. 485 do CPC. Neste momento, a ponderação de valores constitucionais se impõe em favor da duração razoável do processo. III - DISPOSITIVO Em face do exposto, configurado o desinteresse de agir da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso VI do CPC. Havendo custas pendentes, intime-se para pagamento em 10 dias. Não efetivado, expeça-se o necessário para inclusão em dívida ativa. Sendo caso de gratuidade de justiça, desconsidere-se esta deliberação. Intimem-se, via diário de justiça, os advogados constituídos nos autos. Na hipótese de interposição de recurso, intime-se, via diário de justiça, a parte contrária, através de seu advogado constituído, a fim de que apresente suas contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada das contrarrazões recursais remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso o prazo tenha transcorrido sem apresentação de contrarrazões, certifique-se e encaminhem-se o feito ao referido órgão jurisdicional. Na hipótese, porém, de oposição de embargos de declaração, certifique-se a tempestividade, intime-se a

parte contrária, via diário de justiça, através de seu advogado regularmente constituído e com a juntada das contrarrazões retornem os autos conclusos para apreciação. Caso o prazo transcorra sem protocolização das contrarrazões aos embargos, certifique-se e façam os atos conclusos para deliberação. Após o transcurso do prazo recursal sem manifestação das partes, certifique-se o trânsito em julgado e proceda-se ao arquivamento do feito não olvidando das baixas necessárias junto ao LIBRA. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua (Pa), 18/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua (Pa) PROCESSO: 00097657720088140006 PROCESSO ANTIGO: 200810054772 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO FINASA SA Representante(s): OAB 15703 - ALEXANDRE ARAUJO MAUES (ADVOGADO) OAB 14089 - RAFAEL DE SOUSA BRITO (ADVOGADO) OAB 15705 - JULIETTE NAYANA SA DE ABREU (ADVOGADO) REQUERIDO:HEBERTON TIAGO ARAUJO GOMES. Processo 0009765-77.2008.8.14.0006 DESPACHO/MANDADO Inicialmente, registro que me encontro em exercício neste Juízo desde 13/05/2019, tendo encontrado estes autos sem movimentação por considerável lapso temporal. INTIME-SE o nobre Advogado constituído (intimação eletrônica) ou o nobre Defensor Público (intimação pessoal) da parte autora para indicar, expressamente, quais providências pretende sejam tomadas, no prazo de 05 dias sob pena de extinção em caso de manifestação genérica ou ausência de manifestação. Não havendo interesse, INTIME-SE o(a) autor, pessoalmente, para, em 5 (cinco) dias úteis, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, §2º, NCPC). Havendo interesse, fica intimado para recolher custas finais, se por acaso existentes. Esta decisão servirá como cópia mandado CERTIFIQUE-SE. Cumpra-se com urgência. Após, com ou sem as manifestações, CONCLUSOS. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00099982220148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERIDO:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMEMENTOS SA Representante(s): OAB 221386 - HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO (ADVOGADO) REQUERENTE:ERICK MESCOUTO DE SOUZA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) INTERESSADO:RECOVERY DO BRASIL - FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZA Representante(s): OAB 221386 - HENRIQUE JOSE PARADA SIMAO (ADVOGADO) . Processo 0009998-22.2014.8.14.0006 Despacho Nos autos, fls. 61/63 a peticionante RECOVERY DO BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISETORIAL, pleiteia a substituição do polo passivo da demanda sob a alegação de que houve cessão de crédito entre este e a requerida, porem junta Contrato de Cessão de Crédito entre partes que não a requerida, e documentos, como atos constitutivos, relativos à empresa RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS, inclusive procuração, em cópia simples. Diante do exposto, INTIME-SE a peticionante RECOVERY DO BRASIL FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS MULTISETORIAL para, querendo, no prazo de 10 dias, apresentar petição e procuração original, juntamente com seus atos constitutivos, esclarecendo quanto a cessão de crédito da requerida, juntando documentos comprobatórios e pleiteando o que entender de direito, sob pena de não apreciação do pedido. À secretaria, para certificar se houve apresentação de contestação e, caso positivo, sua tempestividade. Após, com ou sem manifestação, transcorrido o prazo, conclusos. CUMPRA-SE. INTIME-SE. Ananindeua/PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00102971520078140006 PROCESSO ANTIGO: 20071006104 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARLENA DA HORA ARAUJO Representante(s): OAB 9479 - EDILMA DOS SANTOS MODESTO (ADVOGADO) REQUERIDO:MARCOS JOSE SILVA PEDRO Representante(s): OAB 4802 - JOAO CARLOS DA COSTA PATRAZANA (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIS DA VI SA RIBEIRO Representante(s): OAB 14930 - SELMA COSTA BANNA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:JAQUELINE DE NAZARE PANTOJA ROLIM Representante(s): OAB 4802 - JOAO CARLOS DA COSTA PATRAZANA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE PEDRO Representante(s): OAB 4802 - JOAO CARLOS DA COSTA PATRAZANA (ADVOGADO) REQUERIDO:CICERA CRISTIANE FERNANDES FERREIRA Representante(s): OAB 4802 - JOAO CARLOS DA COSTA PATRAZANA (ADVOGADO) . Processo: 0010297-15.2007.8.14.0006 R.H Diga o autor quais providencias pretende em 10 dias, sob pena de extinção em caso de manifestação

genérica. Após, CLS. Ananindeua (PA), 16/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00108703720148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:ALICE JORGINA DE OLIVEIRA ADAO Representante(s): OAB 18307 - CARLOS FELIPE ALVES GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) . PROCESSO 0010870-37.2014.8.14.0006 DESPACHO/MANDADO Considerando que o autor, mesmo intimado para se manifestar, não se apresentou ao feito por longo lapso temporal (somente ajuizou a presente demanda), conforme se depreende das certidões de fls. 61 e 71, INTIME-SE o nobre Advogado constituído da parte autora para indicar, expressamente, no prazo de 5 (cinco) dias, quais providências pretende sejam tomadas, sob pena de extinção em caso de manifestação genérica ou não manifestação. Não havendo interesse, INTIME-SE o autor, pessoalmente, para, em 5 (cinco) dias úteis, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, §2º, NCPC). Esta decisão servirá como mandado. CERTIFIQUE-SE. Cumpra-se com urgência. Após transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem conclusos. INTIME-SE. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00109567620128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:JOANIA TANIA SANTOS PEREIRA Representante(s): OAB 7840-E - KATIANE BARBOZA MACHADO (ADVOGADO) OAB 10870 - SHARLLES SHANCHES RIBEIRO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MONTE CARLOS VEICULOS LTDA Representante(s): OAB 14782 - JOSE MILTON DE LIMA SAMPAIO NETO (ADVOGADO) OAB 9678-A - CHEDID GEORGES ABDULMASSIH (ADVOGADO) OAB 22892 - DIOGO CAMPOS LOPES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo 0010956-76.2012.814.0006. Autora: JOANIA TANIA DOS SANTOS PEREIRA Réu: MONTECARLO VEICULOS LTDA. TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 26 dias do mês de Junho de 2019, às 10:20, na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara, presente o MM Juiz de Direito, MÁRCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, nos autos do processo acima referido. Feito o pregão de praxe, constatou-se a PRESENÇA da parte autora, JOANIA TANIA DOS SANTOS PEREIRA, CPF: 651.858.202-25, assistida pelo Advogado, Dr. ELIELSON DOUGLAS REIS SILVA, OAB/PA 25.734. Constatou-se a PRESENÇA da parte requerida, MONTECARLO VEICULOS LTDA, representada pelo preposto DANIEL ALEX DOS ANJOS, CPF 001.976.210-07, assistido pelo advogado, Dr. DIOGO CAMPOS LOPES, OAB/PA 22.892. Aberta a audiência, tentada a conciliação entre as partes a mesma restou infrutífera. A seguir o MM Juiz passou a proferir DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: "I - Diga a parte autora em Réplica. II. Certifique-se, após intimem-se as partes para especificação de provas, ou para que digam se têm interesse no julgamento antecipado do mérito". Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, _____ Roberta Freitas Nicolau, digitei e subscrevi. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba Autor: Adv. Autor: Réu: Adv. Réu: Fórum da Comarca de Ananindeua - Pará Avenida Claudio Saunders, 193 - Centro - CEP 67.000.000, fone/fax 91-3201.4900 PROCESSO: 00109991820088140006 PROCESSO ANTIGO: 20081006234 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERIDO:DAVID RODRIGUES BRAGA REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINACIAMENTOS SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 13536 - CELSO MARCON (ADVOGADO) . Processo nº 0010999-18.2008.8.14.0006 EXTINÇÃO Requerente: BANCO FINASA S/A Requeridos: DAVID RODRIGUES BRAGA DECISÃO Trata-se de pedido de AÇÃO DE REITEGRAÇÃO DE POSSE, que tem como autor(a) BANCO FINASA S/A, melhor identificado em fls.02, em desfavor de DAVID RODRIGUES BRAGA, também identificado na inicial, considerando-se o fato que o requerido deixou de pagar o financiamento. A ação transcorreu na maior normalidade, sendo que em fls.77, o autor vem requerer a extinção do processo. Breve relatamos. Passa a decidir; Sabemos que o autor da ação, após resolver as pendencias que haviam na sua relação contratual, veio requere que o processo fosse extinto sem o julgamento do mérito. isto posto. Julgo extinto o processo, com fundamento no art.485, VIII, do C.P.C. Cumpram-se todas as demais exigências legais. Custas ex-vi-legis. P.R.I Ananindeua/PA, 07 de junho de 2019. MARINEZ CATARINA VON LOHRMANN CRUZ ARRAES Juíza de Direito auxiliando na 2ª Vara Civil e Empresarial de Ananindeua PROCESSO: 00114246920148140006 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:DANIEL JONATAS DA ALMEIDA BORGES Representante(s): OAB 3402 - MARCOS MARCELIANO N. QUITANILHA BIBAS (ADVOGADO) OAB 20170 - LAIS BIBAS QUINTANILHA BIBAS (ADVOGADO) REQUERIDO:MOTOROLA INDUSTRIAL LTDA Representante(s): OAB 222219 - ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (ADVOGADO) REQUERIDO:CENTER CELL COMERCIO E SERVICOS SOROCABA LTDA Representante(s): OAB 222219 - ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo 0011424-69.2014.814.0006. Autor: DANIEL JONATAS DA ALMEIDA BORGES Réu: MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA e CENTER CELL COMERCIO E SERVIÇOS SOROCABA LTDA. TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Aos 26 dias do mês de Junho de 2019, às 09:20, na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara, presente o MMº Juiz de Direito, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, nos autos do processo acima referido. Feito o pregão de praxe, constatou-se a AUSÊNCIA da parte autora, DANIEL JONATAS DA ALMEIDA BORGES. Constatou-se a PRESENÇA do requerido, MOTOROLA MOBILITY COMERCIO DE PRODUTOS ELETRÔNICOS LTDA, por sua preposta, Sra. CELINA MARIA DA SILVA FERREIRA, CPF: 207.890.172-53 e CENTER CELL COMERCIO E SERVIÇOS SOROCABA LTDA, por sua preposta, Sra. PAOLA FERREIRA PAGLIUCA, CPF: 006.040.582-17, ambas acompanhadas por seu Advogado, Dr. JOSE HYRAM SOARES NETO, OAB/PA 26631. Dada a palavra ao Advogado das requeridas: "requer a juntada de procuração, substabelecimento, carta de preposição e atos constitutivos das empresas". Aberta a audiência, diante da ausência da parte autora, a tentativa de conciliação resultou negativa. A seguir a MMª Juíza passou a proferir DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: "I- Defiro o prazo de 10 dias para juntada dos documentos solicitados. II - Considerando a ausência do Autor, proceda-se a sua intimação pessoal para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar seu interesse no prosseguimento do feito, INDICANDO, expressamente, quais providências pretende sejam tomadas, sob pena de extinção em caso de manifestação genérica (art. 485, §2º, NCPC). Decorrido o prazo, certifique-se". Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, _____ Roberta Freitas Nicolau, assessora de Juiz, digitei, conferi e subscrevi. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba Fórum da Comarca de Ananindeua - Pará Avenida Claudio Saunders, 193 - Centro - CEP 67.000.000, fone/fax 91-3201.4900 PROCESSO: 00122344420148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 17640 - MYLLENA BORBUREMA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA HILMA REPOLHO SERRA REQUERIDO:MARIA OLGACY SILVA REPOLHO EXECUTADO:S R COMERCIO E TRANSPORTES DE CARGAS LTDA EPP. Processo: 0012234-44.2014.8.14.0006 Decisão R.H Defiro os pedidos de fls.100 após pagamento das custas. Cumpra-se via OJ. Após, diga exequente em 10 dias, sob pena de extinção. Ananindeua (PA), 19/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00144971520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:OCEANIRA FARIAS DE MIRANDA Representante(s): OAB 21059 - RAFAEL OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO) REQUERENTE:AUREO NEY DE SOUSA FARIAS Representante(s): OAB 9116 - CARLA DE OLIVEIRA BRASIL MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 21059 - RAFAEL OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO) REQUERENTE:NEY GABRIEL DE SOUSA FARIAS Representante(s): OAB 21059 - RAFAEL OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA DE FATIMA DE SOUSA FARIAS Representante(s): OAB 21059 - RAFAEL OLIVEIRA LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:ASSEPAR RS PREVIDENCIA PRIVADA Representante(s): OAB 55925 - ANDRE RODRIGUES CHAVES (ADVOGADO) OAB 21125 - VINICIUS DOS SANTOS DANTAS (ADVOGADO) REQUERIDO:INVESTPREV SEGURADORA SA Representante(s): OAB 55925 - ANDRE RODRIGUES CHAVES (ADVOGADO) . Processo nº 0014497-15.2015.8.14.0006. D E C I S Ã O R. hoje, 1. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC/2015, porquanto não há necessidade de dilação probatória alguma diante do contexto probatório já formado nos autos. 2. Uma vez que não houve qualquer produção de prova oral e não tendo havido instrução, desnecessária a apresentação de razões finais, conforme jurisprudência que se segue: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO NÃO CONHECIDO QUANTO À ALEGAÇÃO DE ERRO DE PROCEDIMENTO EM FAVOR DOS APELADOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÕES FINAIS. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CONDENAÇÃO NO

PAGAMENTO DE ALUGUÉIS. 1. Os recorrentes carecem de legitimidade e de interesse processual para arguir a invalidade da sentença em favor da parte contrária. Recurso não conhecido nesse aspecto. 2. As razões finais orais ou escritas, a que refere o art. 364 e § 2º do CPC, somente serão facultadas quando for produzida prova oral, o que não ocorreu no feito. Além disso, não foi demonstrado o efetivo prejuízo ocasionado pela ausência, especialmente ao se considerar que todas as questões controvertidas poderiam ser devolvidas para a análise definitiva nesta instância recursal. 3. Com base na teoria da asserção, a legitimidade das partes deve ser apreciada abstratamente conforme a pertinência subjetiva aferida a partir dos elementos postos na petição inicial. 4. No caso, o acervo probatório indica que as partes firmaram contrato de locação não residencial. O imóvel já foi retomado pelos recorridos, em acordo homologado em outra ação judicial, perdendo objeto a pretensão de despejo. 5. Mantém-se a condenação no pagamento dos valores relativos aos aluguéis a partir do primeiro mês de inadimplemento até a efetiva desocupação. 6. Recurso conhecido em parte e não provido. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0006116-10.2013.8.05.0274, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 11/04/2018) 3. Sendo o caso, remetam-se os autos à UNAJ para cálculo das custas a serem recolhidas. 4. Em seguida, havendo custas a serem recolhidas, seja a parte autora intimada para o seu recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. 5. Após, conclusos para sentença. Ananindeua-PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00154978420148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDNA MARIA DE MOURA PALHA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:HELIANE DO SOCORRO PIEDADE DE MOURA Representante(s): OAB 12433 - IRINA MARTINS CARNEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:CONDOMINIO REDIDENCIAL SANTA LIDIA LTDA Representante(s): OAB 2816-B - EVALDO PINTO (ADVOGADO) REQUERIDO:ENGEFIX CONSTRUCOES LTDA Representante(s): OAB 2816-B - EVALDO PINTO (ADVOGADO) . Processo 0015497-84.2014.8.14.0006 DESPACHO Vistos, etc., Ao se analisar a petição inicial, percebo que da narração dos fatos não decorre logicamente a conclusão, sendo causa de inépcia e, consequentemente, de indeferimento da inicial, uma vez que o autor fundamenta seu pedido fazendo referências a parte não incluída no processo, fatos que divergem circunstancialmente, além de afirmar, na causa de pedir, serem devidos valores a título de alugueis diversos do que explana em seu pedido. Considerando se tratar de matéria de ordem pública e que antes da petição ser indeferida deve ser possibilitado ao requerente aditar sua petição inicial a fim de sanar o defeito ali presente e, considerando o princípio da Cooperação, oportunizo a parte autora prazo de 15 dias para sanar os vícios, sob pena de extinção, no sentido de: - Adequar os fatos, causa de pedir e pedido; - Informar qual(s) a(s) parte(s) requerida(s) que deve(m) compor o polo passivo; -Apontar o valor que entende devido a título de aluguéis, bem como o termo inicial e final da sua incidência, apresentando memorial de cálculos; Apresentada manifestação da parte autora, concedo prazo de 10 dias para o requerido se manifestar. Após transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos, conclusos. PUBLIQUE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Ananindeua/PA, EDNA MARIA DE MOURA PALHA JUÍZA DE DIREITO PROCESSO: 00161959020148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:ALCINDO MASSOUD BATALHA Representante(s): OAB 15166 - ANTONIO HAROLDO GUERRA LOBO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) . PROCESSO Nº0016195-90.2014.8.14.0006 DESPACHO Considerando que o requerente não se manifestou nos autos, mesmo quando intimado, após a petição inicial; Considerando petição do requerido de fls. 77 informando que houve transação entre as partes; INTIME-SE a parte autora, para, no prazo de 5 dias, manifestar-se sobre petição de fls. 77 sob pena de extinção. Após transcorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos conclusos. INTIME-SE. Ananindeua/PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00163831520168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 27/06/2019 REQUERENTE:D. F. S. Representante(s): OAB 18744 - CAIO DA COSTA MONTEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:PROJETO IMOBILIARIO VIVER ANANINDEUA SPE LTDA Representante(s): OAB 14908 - CARLOS ALBERTO CAMARA DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 14943 - GABRIELLA DINELLY RABELO MARECO (ADVOGADO) OAB 18726 - JORGE LUIZ FREITAS MARECO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 14618 - LENON WALLACE IZURU DA CONCEICAO YAMADA (ADVOGADO) REQUERIDO:ALX IMOVEIS ANDRADE NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA ME ME Representante(s): OAB 14106 - THIAGO AUGUSTO OLIVEIRA DE MESQUITA (ADVOGADO) REQUERIDO:CONDOMINIO

VIVER ANANINDEUA Representante(s): OAB 17351 - CARLOS ROBERTO SILVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 24257 - LETICIA DONZA VASCONCELOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ANANINDEUA Processo nº 0016383-15.2016.814.0006. D E C I S Ã O 1- Considerando que consta nos autos sentença homologatória de acordo (fls. 230/233), INDEFIRO o pedido de extinção do feito (fls. 396/403). 2- INTIME-SE a parte apelada para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias (art. 1010, §1º), a contar da data da intimação, à apelação de fls. 312/326. 3- Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, considerando que o juízo de admissibilidade do recurso é realizado pela instância superior, REMETAM-SE os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Pará na forma do artigo 1.010, §3º do CPC. Ananindeua-PA, 19 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00166788620158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:SALVINA DE SOUSA CARIOCA Representante(s): OAB 10458 - ROBERTA NYLANDER OHASHI (ADVOGADO) OAB 21562 - JAYANE LIBBNE SILVA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 22062 - TIFANNY GONÇALVES ALFAIA (ADVOGADO) REQUERIDO:J CONSTRUTORA LTDA Representante(s): OAB 16824 - CLEBERTON VILHENA LUCENA (ADVOGADO) OAB 19110 - ELENIZE DAS MERCES MESQUITA (ADVOGADO) OAB 19109 - MARIA IVANILZA TOBIAS DE SOUSA (ADVOGADO) . Processo: 0016678-86.2015.8.14.0006 R.H Certifique-se quanto à prevenção alegada retro. Após, digam as partes em 05 dias, sob pena de extinção. Ananindeua (PA), 16/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00168639520138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:HSBC BANK BRASIL SA Representante(s): OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:CACILDA MARIA SARAIVA PINTO Representante(s): OAB 5537 - SERGIO VICTOR SARAIVA PINTO (ADVOGADO) . PROCESSO 0016863-95.2013.8.14.0006 DESPACHO/MANDADO Inicialmente, registro que me encontro em exercício neste Juízo desde 13/05/2019, tendo encontrado estes autos sem movimentação por considerável lapso temporal (2014). INTIME-SE o nobre Advogado constituído da parte autora para indicar, expressamente, no prazo de 5 dias, quais providências pretende sejam tomadas, sob pena de extinção em caso de manifestação genérica ou não apresentação de manifestação tempestiva. Não havendo interesse, INTIME-SE o autor, pessoalmente, para, em 5 (cinco) dias úteis, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, §2º, NCPC). Esta decisão servirá como mandado. CERTIFIQUE-SE. Cumpra-se com urgência. Após, com ou sem as manifestações, CONCLUSOS. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00173540520138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO ITAU SA Representante(s): OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:EBBEL - COMERCIO DE MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA. Processo: 0017354-05.2013.8.14.0006 Decisão R.H O autor solicitou a suspensão do feito, porém não houve apreciação até o presente momento. Entendo, portento, pela perda do objeto, vez que o autor teve todo este tempo para diligenciar pelo necessário. Intime-se-lhe para providencias em 10 dias, sob pena de extinção. Ananindeua (PA), 16/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00174346120168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 16.814-A - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BRUNO ANDRADE FACANHA. Processo: 0017434-61.2016.8.14.0006 R.H Renovem-se a diligência retro sem custas. Após, diga o autor em 10 dias sobre a diligencia, sob pena de extinção. Ananindeua (PA), 11/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00177622520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDO MAURICIO BOTELHO DIAS Representante(s): OAB 15331 - ANGELICA LAUCILENA MOTA LIMA (ADVOGADO) OAB 26831 - MAIARA DO SOCORRO DA SILVA AMARAL (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT

Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . Processo 0017762-25.2015.8.14.0006 DESPACHO/MANDADO Inicialmente, registro que me encontro em exercício neste Juízo desde 13/05/2019, tendo encontrado estes autos sem movimentação por considerável lapso temporal. INTIME-SE o nobre Advogado constituído (intimação eletrônica) ou o nobre Defensor Público (intimação pessoal) da parte autora para indicar, expressamente, quais providências pretende sejam tomadas, no prazo de 05 dias sob pena de extinção em caso de manifestação genérica ou ausência de manifestação. Não havendo interesse, INTIME-SE o(a) autor, pessoalmente, para, em 5 (cinco) dias úteis, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, §2º, NCPC). Havendo interesse, fica intimado para recolher custas finais, se por acaso existentes. Esta decisão servirá como cópia mandado CERTIFIQUE-SE. Cumpra-se com urgência. Após, com ou sem as manifestações, CONCLUSOS. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância PROCESSO: 00178047420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 27/06/2019 REQUERENTE:ROSA DE FATIMA ALMEIDA PIRES Representante(s): OAB 19309 - BETANIA REIS BRASIL (ADVOGADO) REQUERIDO:NEOMIZIO LOBO NOBRE Representante(s): OAB 2884 - NEOMIZIO LOBO NOBRE (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA Processo 0017804-74.2015.814.0006. Autora: ROSA DE FÁTIMA ALMEIDA PIRES Réu: NEOMIZIO LOBO NOBRE. TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO Aos 19 dias do mês de Junho de 2019, às 10:20, na sala de audiências do Juízo da 2ª Vara, presente o MMº Juiz de Direito, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO, nos autos do processo acima referido. Feito o pregão de praxe, constatou-se a AUSÊNCIA da parte autora, ROSA DE FÁTIMA ALMEIDA PIRES. Constatou-se a AUSÊNCIA do requerido, NEOMIZIO LOBO NOBRE. Aberta a audiência, diante da ausência das partes, a tentativa de conciliação resultou negativa. A seguir o MM Juiz passou a proferir DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: "I - Considerando a ausência do Autor, proceda-se a sua intimação pessoal para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar seu interesse no prosseguimento do feito, INDICANDO, expressamente, quais providências pretende sejam tomadas, sob pena de extinção em caso de manifestação genérica (art. 485, §2º, NCPC). Decorrido o prazo, certifique-se". Nada mais havendo, foi encerrado o presente termo de audiência, que segue assinado conforme abaixo. Eu, _____ Roberta Freitas Nicolau, assessora de Juiz, digitei, conferi e subscrevi. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba Fórum da Comarca de Ananindeua - Pará Avenida Claudio Saunders, 193 - Centro - CEP 67.000.000, fone/fax 91-3201.4900 PROCESSO: 00178717320148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERIDO:AFONSO JOSE DE ANDRADE PINON FILHO REQUERENTE:IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRED FINANCEIROS SA Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) . Processo 0017871-73.2014.8.14.0006 DECISÃO/MANDADO Defiro pedido de fls. 52/53, devendo ser realizada a substituição do polo ativo face a cessão de crédito comprovadamente demonstrada, devendo ser realizada a mudança no SISTEMA LIBRA tanto do polo ativo quanto dos novos patronos, sendo, deferido, também, pedido de intimação em nome da Dra. Cristiane Belinati OAB/PA 13846-A. INTIME-SE a parte autora, IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CRÉDITOS FINANCEIROS S/A, pelo seu nobre Advogado constituído, para indicar, expressamente, no prazo de 5 dias, quais providências pretende sejam tomadas, sob pena de extinção em caso de manifestação genérica ou ausência de manifestação. Não havendo interesse, INTIME-SE o autor, pessoalmente, para, em 5 (cinco) dias úteis, manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção (art. 485, §2º, NCPC). Face a mudança de polo ativo, deixo de apreciar petição de fls. 48/49. Esta decisão servirá como mandado. CERTIFIQUE-SE. Cumpra-se com urgência. Após, com ou sem as manifestações, CONCLUSOS. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00182677920168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERENTE:AYMORE CREDITO FINACIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:JIZANGELA BRITO PINTO Representante(s): OAB 17520 - CAMILLA TAYNA DAMASCENO DE SOUZA (ADVOGADO) . Processo: 0018267-79.2016.8.14.0006 R.H Apense-se estes autos aos autos 0004146-46.2016.8.14.0006. Certifique-se. Após, CLS. Ananindeua (PA), 11/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em

exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00296291520158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:WERLLEY CAIO CARVALHO RODRIGUES Representante(s): OAB 21230 - TAYARA GERALDA CARIDADE HOLLES (ADVOGADO) OAB 23369 - WALTER DE SOUZA MENDES NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:PDG REALTY SA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACAO Representante(s): OAB 16956 - LUCAS NUNES CHAMA (ADVOGADO) OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REQUERIDO:ASCORP EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACAO SA Representante(s): OAB 21074-A - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) REQUERIDO:BRUXELAS INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 16956 - LUCAS NUNES CHAMA (ADVOGADO) REQUERIDO:ELO INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA. PROCESSO 0029629-15.2015.8.14.0006 DESPACHO Vistos, etc., 1. Com fundamento nos arts.6º e 10º, do Código de Processo Civil, concedo um prazo comum, de cinco dias, para que as partes especifiQUEM, de forma fundamentada, quais provas que pretendem produzir, apontando, de maneira clara, objetiva e sucinta, as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide, sob pena de preclusão. 2. Ficam as partes advertidas que, na hipótese de pedido de produção de prova testemunhal, deverão, desde logo, informar o desejo de trazer as testemunhas à futura audiência designada, independente de intimação, na forma estabelecida no parágrafo 2º do artigo 455 do NCPC1. 3. Ficam também advertidas que, o pedido de juntada de documentos, somente será permitido e avaliado pelos parâmetros estabelecidos no artigo 435 do NCPC2. 4. Ficam outrossim advertidas que, acaso peçam prova pericial, deverão informar sobre qual questão fática recairá a prova técnica bem como diga em que consistirá a perícia e informe a profissão mais abalizada para realização do ato. 5. Após o escoamento do prazo, com ou sem manifestação, devidamente certificada, retornem-me os autos conclusos para sanear e organizar o processo para instrução e julgamento, na forma do artigo 357 do NCPC, ocasião em que proferirei decisão acerca do pedido de provas e designarei a audiência de instrução e julgamento caso julgar necessário. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Ananindeua/PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa 1 2o A parte pode comprometer-se a levar a testemunha à audiência, independentemente da intimação de que trata o § 1o, presumindo-se, caso a testemunha não compareça, que a parte desistiu de sua inquirição. 2 Art. 435. É lícito às partes, em qualquer tempo, juntar aos autos documentos novos, quando destinados a fazer prova de fatos ocorridos depois dos articulados ou para contrapô-los aos que foram produzidos nos autos. Parágrafo único. Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente e incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5. PROCESSO: 00347087220158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 209551 - PEDRO ROBERTO ROMAO (ADVOGADO) REQUERIDO:DRATEC ENGENHARIA R C LTDA EPP. Processo: 0034708-72.2015.8.14.0006 Decisão R.H Defiro o requerido às fls.66. Cumpra-se com o necessário. Após, diga o autor em 10 dias sobre a diligência, sob pena de extinção. Ananindeua (PA), 16/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00375753820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERENTE:FIAT CDC Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 18691-A - JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:ESMAELINDA COSTA PIMENTEL. Processo nº 0037575-38.2015.8.14.0006 DECISÃO Vistos, etc. INDEFIRO a realização de pesquisa nos sistemas INFOJUD, BACENJUD, RENAJUD e SERASA face a ausência de comprovação quanto ao esgotamento de diligências anteriores por parte do exequente no sentido de obter informações acerca do endereço atualizado da requerida. INTIME-SE o requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove a efetivação de tais diligências ou indique bens passíveis de penhora, sob pena de extinção, sem resolução do mérito. Cumpra-se. Gabinete do Juiz em Ananindeua-Pará, aos 19 de junho de 2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa Em auxílio ao Juizado Especial de Abaetetuba PROCESSO: 00405027420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 27/06/2019 REQUERENTE:PLASTBEM COMERCIO E INDUSTRIA DE PLASTICOS LTDA EPP Representante(s):

OAB 16344 - LUIS JASSE DE FIGUEIREDO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 14011 - CAMILO CASSIANO RANGEL CANTO (ADVOGADO) OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) . Processo nº 0040502-74.2015.8.14.0006. D E C I S Ã O R. hoje, 1. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC/2015, porquanto não há necessidade de dilação probatória alguma diante do contexto probatório já formado nos autos. 2. Uma vez que não houve qualquer produção de prova oral e não tendo havido instrução, desnecessária a apresentação de razões finais, conforme jurisprudência que se segue: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO NÃO CONHECIDO QUANTO À ALEGAÇÃO DE ERRO DE PROCEDIMENTO EM FAVOR DOS APELADOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÕES FINAIS. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE ALUGUÉIS. 1. Os recorrentes carecem de legitimidade e de interesse processual para arguir a invalidade da sentença em favor da parte contrária. Recurso não conhecido nesse aspecto. 2. As razões finais orais ou escritas, a que refere o art. 364 e § 2º do CPC, somente serão facultadas quando for produzida prova oral, o que não ocorreu no feito. Além disso, não foi demonstrado o efetivo prejuízo ocasionado pela ausência, especialmente ao se considerar que todas as questões controvertidas poderiam ser devolvidas para a análise definitiva nesta instância recursal. 3. Com base na teoria da asserção, a legitimidade das partes deve ser apreciada abstratamente conforme a pertinência subjetiva aferida a partir dos elementos postos na petição inicial. 4. No caso, o acervo probatório indica que as partes firmaram contrato de locação não residencial. O imóvel já foi retomado pelos recorridos, em acordo homologado em outra ação judicial, perdendo objeto a pretensão de despejo. 5. Mantém-se a condenação no pagamento dos valores relativos aos aluguéis a partir do primeiro mês de inadimplemento até a efetiva desocupação. 6. Recurso conhecido em parte e não provido. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0006116-10.2013.8.05.0274, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 11/04/2018) 3. Sendo o caso, remetam-se os autos à UNAJ para cálculo das custas a serem recolhidas. 4. Em seguida, havendo custas a serem recolhidas, seja a parte autora intimada para o seu recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. 5. Após, conclusos para sentença. Ananindeua-PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00425137620158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIO SERGIO FRANCO Representante(s): OAB 4672 - MARLI SOUSA SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE ALVES TOMAZ Representante(s): OAB 24852 - LEONARDO PANIAGUA SALES DA SILVA (ADVOGADO) . Processo nº 0042513-76.2015.8.14.0006. D E C I S Ã O R. hoje, 1. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC/2015, porquanto não há necessidade de dilação probatória alguma diante do contexto probatório já formado nos autos. 2. Uma vez que não houve qualquer produção de prova oral e não tendo havido instrução, desnecessária a apresentação de razões finais, conforme jurisprudência que se segue: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO NÃO CONHECIDO QUANTO À ALEGAÇÃO DE ERRO DE PROCEDIMENTO EM FAVOR DOS APELADOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÕES FINAIS. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE ALUGUÉIS. 1. Os recorrentes carecem de legitimidade e de interesse processual para arguir a invalidade da sentença em favor da parte contrária. Recurso não conhecido nesse aspecto. 2. As razões finais orais ou escritas, a que refere o art. 364 e § 2º do CPC, somente serão facultadas quando for produzida prova oral, o que não ocorreu no feito. Além disso, não foi demonstrado o efetivo prejuízo ocasionado pela ausência, especialmente ao se considerar que todas as questões controvertidas poderiam ser devolvidas para a análise definitiva nesta instância recursal. 3. Com base na teoria da asserção, a legitimidade das partes deve ser apreciada abstratamente conforme a pertinência subjetiva aferida a partir dos elementos postos na petição inicial. 4. No caso, o acervo probatório indica que as partes firmaram contrato de locação não residencial. O imóvel já foi retomado pelos recorridos, em acordo homologado em outra ação judicial, perdendo objeto a pretensão de despejo. 5. Mantém-se a condenação no pagamento dos valores relativos aos aluguéis a partir do primeiro mês de inadimplemento até a efetiva desocupação. 6. Recurso conhecido em parte e não provido. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0006116-10.2013.8.05.0274, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 11/04/2018) 3. Sendo o caso, remetam-se os autos à UNAJ para cálculo das custas a serem recolhidas. 4. Em seguida, havendo custas a serem recolhidas, seja a parte autora intimada para o seu recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. 5. Após, conclusos para sentença. Ananindeua-PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO:

00495245920158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:DJALMA DOUGLAS NASCIMENTO DOS SANTOS Representante(s): OAB 17888 - ROBERTO CHAVES BRANCO (ADVOGADO) OAB 20507 - RAFAEL CHAVES BRANCO (ADVOGADO) REQUERIDO:BRUXELAS INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 297.608 - FABIO RIVELLI (ADVOGADO) . Processo nº 0049524-59.2015.8.14.0006. D E C I S Ã O R. hoje, 1. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC/2015, porquanto não há necessidade de dilação probatória alguma diante do contexto probatório já formado nos autos. 2. Uma vez que não houve qualquer produção de prova oral e não tendo havido instrução, desnecessária a apresentação de razões finais, conforme jurisprudência que se segue: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO NÃO CONHECIDO QUANTO À ALEGAÇÃO DE ERRO DE PROCEDIMENTO EM FAVOR DOS APELADOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÕES FINAIS. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE ALUGUÉIS. 1. Os recorrentes carecem de legitimidade e de interesse processual para arguir a invalidade da sentença em favor da parte contrária. Recurso não conhecido nesse aspecto. 2. As razões finais orais ou escritas, a que refere o art. 364 e § 2º do CPC, somente serão facultadas quando for produzida prova oral, o que não ocorreu no feito. Além disso, não foi demonstrado o efetivo prejuízo ocasionado pela ausência, especialmente ao se considerar que todas as questões controvertidas poderiam ser devolvidas para a análise definitiva nesta instância recursal. 3. Com base na teoria da asserção, a legitimidade das partes deve ser apreciada abstratamente conforme a pertinência subjetiva aferida a partir dos elementos postos na petição inicial. 4. No caso, o acervo probatório indica que as partes firmaram contrato de locação não residencial. O imóvel já foi retomado pelos recorridos, em acordo homologado em outra ação judicial, perdendo objeto a pretensão de despejo. 5. Mantém-se a condenação no pagamento dos valores relativos aos aluguéis a partir do primeiro mês de inadimplemento até a efetiva desocupação. 6. Recurso conhecido em parte e não provido. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0006116-10.2013.8.05.0274, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 11/04/2018) 3. Sendo o caso, remetam-se os autos à UNAJ para cálculo das custas a serem recolhidas. 4. Em seguida, havendo custas a serem recolhidas, seja a parte autora intimada para o seu recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. 5. Após, conclusos para sentença. Ananindeua-PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00645587420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 27/06/2019 REQUERENTE:JOAO PAULO DE SOUZA RODRIGUES Representante(s): OAB 13372 - ALINE DE FATIMA MARTINS DA COSTA (ADVOGADO) OAB 18843 - KARLA THAMIRIS NORONHA TOMAZ (ADVOGADO) OAB 19238 - FELIPE EDUARDO LIMA CHAVES (ADVOGADO) OAB 16753 - ELENICE DOS PRAZERES SILVA (ADVOGADO) OAB 20987 - WENDELL AVIZ DE ASSIS (ADVOGADO) OAB 20970 - IVANA BRUNA NABOR TAMASAUSKAS (ADVOGADO) REQUERIDO:ENACO EMPRESA NACIONAL DE CONSTRUCOES LTDA REQUERIDO:INNOVAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 12571 - CARLOS CEZAR FARIA DE MESQUITA FILHO (ADVOGADO) OAB 14106 - THIAGO AUGUSTO OLIVEIRA DE MESQUITA (ADVOGADO) OAB 16275 - WALTER COSTA JUNIOR (ADVOGADO) . Processo nº 0064558-74.2015.8.14.0006. D E C I S Ã O R. hoje, 1. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC/2015, porquanto não há necessidade de dilação probatória alguma diante do contexto probatório já formado nos autos. 2. Uma vez que não houve qualquer produção de prova oral e não tendo havido instrução, desnecessária a apresentação de razões finais, conforme jurisprudência que se segue: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO NÃO CONHECIDO QUANTO À ALEGAÇÃO DE ERRO DE PROCEDIMENTO EM FAVOR DOS APELADOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÕES FINAIS. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE ALUGUÉIS. 1. Os recorrentes carecem de legitimidade e de interesse processual para arguir a invalidade da sentença em favor da parte contrária. Recurso não conhecido nesse aspecto. 2. As razões finais orais ou escritas, a que refere o art. 364 e § 2º do CPC, somente serão facultadas quando for produzida prova oral, o que não ocorreu no feito. Além disso, não foi demonstrado o efetivo prejuízo ocasionado pela ausência, especialmente ao se considerar que todas as questões controvertidas poderiam ser devolvidas para a análise definitiva nesta instância recursal. 3. Com base na teoria da asserção, a legitimidade das partes deve ser apreciada abstratamente conforme a pertinência subjetiva aferida a partir dos elementos postos na petição inicial. 4. No caso, o acervo probatório indica que as partes firmaram contrato de locação não residencial. O imóvel já foi retomado pelos recorridos, em acordo homologado em outra ação judicial, perdendo objeto a pretensão de despejo.

5. Mantém-se a condenação no pagamento dos valores relativos aos aluguéis a partir do primeiro mês de inadimplemento até a efetiva desocupação. 6. Recurso conhecido em parte e não provido. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0006116-10.2013.8.05.0274, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 11/04/2018) 3. Sendo o caso, remetam-se os autos à UNAJ para cálculo das custas a serem recolhidas. 4. Em seguida, havendo custas a serem recolhidas, seja a parte autora intimada para o seu recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. 5. Após, conclusos para sentença. Ananindeua-PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00646618120158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA LUCI COSTA DE FREITAS Representante(s): OAB 13092 - ARQUISE JOSE FIGUEIRA DE MELO (DEFENSOR) OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:CONSTRUTORA KAMARON LTDA ME. Processo: 0064661-81.2015.8.14.0006 Decisão R.H Defiro a gratuidade por se tratar de assistido de defensoria pública. Cumpra-se o determinado as fls.75. Após, diga o autor no prazo de réplica, sob pena de extinção. Ananindeua (PA), 24/06/2019. MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-PA PROCESSO: 00735493920158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA EUNICE MEDEIROS DE MATOS Representante(s): OAB 19709 - FRANCISCO DE OLIVEIRA LEITE NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:ROSENI DANTAS DE MATOS REQUERIDO:CRISTIANO DANTAS DE MATOS REQUERIDO:GENIVALDO DANTAS DE MATOS. Processo nº 0073549-39.2015.8.14.0006. D E C I S Ã O R. hoje, 1. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC/2015, porquanto não há necessidade de dilação probatória alguma diante do contexto probatório já formado nos autos. 2. Uma vez que não houve qualquer produção de prova oral e não tendo havido instrução, desnecessária a apresentação de razões finais, conforme jurisprudência que se segue: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO NÃO CONHECIDO QUANTO À ALEGAÇÃO DE ERRO DE PROCEDIMENTO EM FAVOR DOS APELADOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÕES FINAIS. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE ALUGUÉIS. 1. Os recorrentes carecem de legitimidade e de interesse processual para arguir a invalidade da sentença em favor da parte contrária. Recurso não conhecido nesse aspecto. 2. As razões finais orais ou escritas, a que refere o art. 364 e § 2º do CPC, somente serão facultadas quando for produzida prova oral, o que não ocorreu no feito. Além disso, não foi demonstrado o efetivo prejuízo ocasionado pela ausência, especialmente ao se considerar que todas as questões controvertidas poderiam ser devolvidas para a análise definitiva nesta instância recursal. 3. Com base na teoria da asserção, a legitimidade das partes deve ser apreciada abstratamente conforme a pertinência subjetiva aferida a partir dos elementos postos na petição inicial. 4. No caso, o acervo probatório indica que as partes firmaram contrato de locação não residencial. O imóvel já foi retomado pelos recorridos, em acordo homologado em outra ação judicial, perdendo objeto a pretensão de despejo. 5. Mantém-se a condenação no pagamento dos valores relativos aos aluguéis a partir do primeiro mês de inadimplemento até a efetiva desocupação. 6. Recurso conhecido em parte e não provido. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0006116-10.2013.8.05.0274, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 11/04/2018) 3. Sendo o caso, remetam-se os autos à UNAJ para cálculo das custas a serem recolhidas. 4. Em seguida, havendo custas a serem recolhidas, seja a parte autora intimada para o seu recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. 5. Após, conclusos para sentença. Ananindeua-PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa PROCESSO: 00865222620158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO Ação: Procedimento ordinário em: 27/06/2019 REQUERENTE:MANOEL DA CONCEICAO PINHEIRO Representante(s): OAB 19183 - CYNTHIA BRAZ REIS (ADVOGADO) OAB 19185 - WENDELL DOS REMEDIOS SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA DO PERPETUO SOCORRO LEAO LOPES Representante(s): OAB 7147 - SEBASTIAO PINHEIRO DA SILVA (ADVOGADO) . Processo nº 0086522-26.2015.8.14.0006. D E C I S Ã O R. hoje, 1. O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC/2015, porquanto não há necessidade de dilação probatória alguma diante do contexto probatório já formado nos autos. 2. Uma vez que não houve qualquer produção de prova oral e não tendo havido instrução, desnecessária a apresentação de razões finais, conforme jurisprudência que se segue: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO

NÃO CONHECIDO QUANTO À ALEGAÇÃO DE ERRO DE PROCEDIMENTO EM FAVOR DOS APELADOS. INEXISTÊNCIA DE NULIDADE. DESNECESSIDADE DE ALEGAÇÕES FINAIS. AÇÃO DE DESPEJO CUMULADA COM COBRANÇA. CONTRATO DE LOCAÇÃO. CONDENAÇÃO NO PAGAMENTO DE ALUGUÉIS. 1. Os recorrentes carecem de legitimidade e de interesse processual para arguir a invalidade da sentença em favor da parte contrária. Recurso não conhecido nesse aspecto. 2. As razões finais orais ou escritas, a que refere o art. 364 e § 2º do CPC, somente serão facultadas quando for produzida prova oral, o que não ocorreu no feito. Além disso, não foi demonstrado o efetivo prejuízo ocasionado pela ausência, especialmente ao se considerar que todas as questões controvertidas poderiam ser devolvidas para a análise definitiva nesta instância recursal. 3. Com base na teoria da asserção, a legitimidade das partes deve ser apreciada abstratamente conforme a pertinência subjetiva aferida a partir dos elementos postos na petição inicial. 4. No caso, o acervo probatório indica que as partes firmaram contrato de locação não residencial. O imóvel já foi retomado pelos recorridos, em acordo homologado em outra ação judicial, perdendo objeto a pretensão de despejo. 5. Mantém-se a condenação no pagamento dos valores relativos aos aluguéis a partir do primeiro mês de inadimplemento até a efetiva desocupação. 6. Recurso conhecido em parte e não provido. (Classe: Apelação,Número do Processo: 0006116-10.2013.8.05.0274, Relator (a): José Edivaldo Rocha Rotondano, Quinta Câmara Cível, Publicado em: 11/04/2018) 3. Sendo o caso, remetam-se os autos à UNAJ para cálculo das custas a serem recolhidas. 4. Em seguida, havendo custas a serem recolhidas, seja a parte autora intimada para o seu recolhimento, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. 5. Após, conclusos para sentença. Ananindeua-PA, MARCIO CAMPOS BARROSO REBELLO JUIZ DE DIREITO Titular de 2ª Entrância Em exercício na 2ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua-Pa

Número do processo: 0807222-40.2019.8.14.0006 Participação: AUTOR Nome: LUANDA RUFFEIL DA COSTA CAPUCHO Participação: ADVOGADO Nome: ADOLFO DAVILA CHAVES CRUZOAB: 14010/MA Participação: RÉU Nome: PEDRO JULIO CASTRO COSTA CAPUCHO ATO ORDINATÓRIO PROCESSO: 0807222-40.2019.8.14.0006 0807222-40.2019.8.14.0006AUTOR: LUANDA RUFFEIL DA COSTA CAPUCHORÉU: PEDRO JULIO CASTRO COSTA CAPUCHOIntimo a parte autora a promover, comprovando nos autos, o recolhimento das custas iniciais para o processamento do feito. 28 de junho de 2019 CRISTIANNE PERES COSTAAuxiliar Judiciário

SECRETARIA DA 4ª VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA

Processo: 0007151-42.2017.814.0006

DENUNCIADO: RONALDO TEIXEIRA DE LIMA (Advogado Fábio Rogério Moura, OAB/PA 14.220)

VÍTIMA: MARIA CRISTINA BORGES DE OLIVEIRA

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/ ATO ORDINATÓRIO

Verifica-se que não foram apresentados argumentos eloquentes e aptos a propiciar a absolvição preliminar do acusado. Assim, DETERMINO o prosseguimento regular do processo, e **DESIGNO audiência de instrução e julgamento para 26 / 08 / 2019 , às 09h00min**, oportunidade em que serão colhidos os depoimentos das testemunhas anteriormente arroladas, bem como o acusado será interrogado.

INTIME-SE/REQUISITE-SE o acusado.

INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes.

CIÊNCIA ao Ministério Público e à Defesa.

C Ó P I A D E S T A D E C I S ¿ O D E V E R Á S E R V I R C O M O M A N D A D O D E INTIMAÇ¿O/OFICIO/REQUISIÇ¿O/CARTA PRECATÓRIA, BEM COMO ATO ORDINATÓRIO DO NECESSÁRIO.

Ananindeua/PA, 10 de setembro de 2018.

EDUARDO ANTONIO MARTINS TEIXEIRA

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua/PA

Ananindeua/PA, 28 de junho de 2019.

ALINE R C COUTO

Analista do Judiciário

4ª Vara Penal de Ananindeua

PROCESSO 0000173-83.2016.814.0006

DENUNCIADO: SYLVIO BERNARDES BRAGA ¿ ADVOGADA LUANA OLÍVIA SÁ FRANÇA, OAB/PA 21.546

VÍTIMA: LUANA DO ROSÁRIO LIRA OLIVEIRA

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/ MANDADO DE INTIMAÇÃO/ ATO ORDINATÓRIO

Preliminarmente, cumpram-se os procedimentos necessários à citação por hora certa, nos termos do art. 254 do NCPC.

Sem prejuízo, verifica-se que não foram apresentados argumentos eloquentes e aptos a propiciar a absolvição preliminar do acusado. Assim, DETERMINO o prosseguimento regular do processo, e **DESIGNO audiência de instrução e julgamento para 26 / 08 / 2019 , às 08h45min**, oportunidade em que serão colhidos os depoimentos das testemunhas anteriormente arroladas, bem como o acusado será interrogado.

INTIME-SE/REQUISITE-SE o acusado.

INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes.

CIÊNCIA ao Ministério Público e à Defesa.

C Ó P I A D E S T A D E C I S ¿ O D E V E R Á S E R V I R C O M O M A N D A D O D E INTIMAÇ¿O/OFICIO/REQUISIÇ¿O/CARTA PRECATÓRIA, BEM COMO ATO ORDINATÓRIO DO NECESSÁRIO.

Ananindeua/PA, 10 de setembro de 2018.

EDUARDO ANTONIO MARTINS TEIXEIRA

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua/PA

Ananindeua/PA, 28 de junho de 2019.

ALINE R C COUTO

Analista do Judiciário

4ª Vara Penal de Ananindeua

Processo 0009738-03.2018.814.0006

DENUNCIADO: ERISSON ROSA DE OLIVEIRA (Advogado Edgar Pereira de Araújo Filho, OAB/PA 5056)

TESTEMUNHAS (VÍTIMA): M.R.D.S.F e E.J.D.O.N representados por MARCILENE ROSA DE OLIVEIRA

TESTEMUNHA DE DEFESA: CARLIANE DA SILVA SODRÉ

DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA / ATO ORDINATÓRIO

Considerando os argumentos lançados na defesa prévia, bem como o constante nos autos, verifica-se, no que tange à possibilidade de absolvição sumária, que a Defesa não apresenta provas contundentes e aptas a afastar, por si sós, a pretensão acusatória, nessa esfera de cognição sumária, a evidenciar a

necessidade da instrução processual para o deslinde do presente caso.

Noutro giro, vale frisar que a denúncia descreve de forma satisfatória a conduta delitiva da qual o réu é acusado, a delinear a maneira pela qual praticou o crime, bem como o nexo causal entre sua conduta e o resultado do crime, razão pela qual não há o que se falar em inépcia da denúncia, porquanto preenchidos os pressupostos e condições, previstos no rol do art. 41 do Código de Processo Penal.

Assim, não apresentados argumentos eloquentes e aptos a propiciar a absolvição preliminar do acusado, DETERMINO o prosseguimento regular do processo.

INTIME-SE o Ministério Público, a Defesa, o acusado e a vítima, por meio de seu Representante Legal, para comparecerem à sessão de depoimento especial, que DESIGNO para __26_**/ 08 / 2019** , às _**09**_**:**_**15**_**h** , nos termos do art. 10 e do art. 12, ambos da Lei nº 13.431/2017, bem como da Recomendação nº 33, de 23/11/2010 do CNJ.

Determino, ainda, que a Equipe Multiprofissional junte aos autos, após a realização do depoimento especial, o relatório de credibilidade da oitiva especial, a ser realizado pelo Psicólogo, devidamente certificado nos autos, no prazo 30 (trinta) dias.

DESIGNO também audiência de instrução e julgamento para 26**__ / _08__ / 2019**__ , às __**09**__**:**__**15**_**h** , oportunidade em que serão colhidos os depoimentos das testemunhas anteriormente arroladas, bem como o acusado será interrogado.

INTIME-SE/REQUISITE-SE o acusado.

INTIMEM-SE as testemunhas arroladas pelas partes.

Ciência ao Ministério Público e à Defesa.

A PRESENTE DECIS¿O DEVERÁ SERVIR COMO MANDADO DE INTIMAÇ¿O/ NOTIFICAÇ¿O/ CARTA PRECATÓRIA/ REQUISIÇ¿O/ OFICIO, BEM COMO ATO ORDINATÓRIO DO NECESSÁRIO.

Ananindeua/PA, 11 de fevereiro de 2019

EDUARDO ANTONIO MARTINS TEIXEIRA

Juiz de Direito Titular da 4ª Vara Criminal da Comarca de Ananindeua/PA

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA - VARA: 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ANANINDEUA PROCESSO: 00003016920178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:SILVIA QUEIROZ ALEXANDRE Representante(s): OAB 0660 - ROMULO DE SOUZA DIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:DUCIRENE DA SILVA FARIAS Representante(s): OAB 21833 - DAYANE COSTA ASSIS (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0000301-69.2017.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00003033920178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ROBERTO MAGNO REIS NETTO Representante(s): OAB 4397 - MARIA RAIMUNDA PRESTES MAGNO REIS (ADVOGADO) REQUERIDO:DU NORT DIAMANTINOS CIA LTDA DE BELEM Representante(s): OAB 17510 - MADSON ANTONIO BRANDAO DA COSTA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:RENAULT DO BRASIL S.A Representante(s): OAB 24452-A - ALBADILO SILVA CARVALHO (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0000303-39.2017.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00003265820128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:SILAS DA SILVA CASTRO Representante(s): OAB 14262 - WAGNER TADEU VIEIRA CARNEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:EDIVALDO MARTINS TAVARES. ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00005058920128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Inventário em: 28/06/2019 REQUERENTE:EDELTRUDES TEIXEIRA ALCANTARA Representante(s): OAB 6615 - RITA DE CASSIA PINTO TEIXEIRA (ADVOGADO) ENVOLVIDO:JOAO DE LIMA ALCANTARA REQUERIDO:ILEUZA TORRES GUIMARAES Representante(s): OAB 20116 - RAPHAEL MARCOS DE MELO GUEDES (ADVOGADO) OAB 21554 - WILLAM AVIZ DE ASSIS (ADVOGADO) OAB 21638 - THAMIRIS DE PINHO MORAES MAGALHAES (ADVOGADO) OAB 21913 - ANDREA CARLA SOUZA TORRES MARTINS (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0000505-89.2012.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00005679520138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA DA CONCEICAO DE LIMA RAMOS Representante(s): OAB 1847 - PEDRO PAULO DA SILVA CAMPOS (ADVOGADO) OAB 6769 - IVONE SILVA DA COSTA LEITAO (ADVOGADO) REQUERENTE:ELLEN DE LIMA RAMOS Representante(s): OAB 6769 - IVONE SILVA DA COSTA LEITAO (ADVOGADO) REQUERENTE:ANDERSON LEANDRO RAMOS JUNIOR Representante(s): OAB 6769 - IVONE SILVA DA COSTA LEITAO (ADVOGADO) REQUERIDO:FABRICIO ANDRE OLIVEIRA DE MIRANDA Representante(s): OAB 12.283 - JEFF LAUNDER MARTINS MORAES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00007012520138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERIDO:T. J. B. REQUERENTE:GEOMAR DE JESUS BARATA Representante(s): OAB 9087 - PAULO ANDRE CORDOVIL PANTOJA (ADVOGADO) . Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0000701-25.2013.814.0006 Vistos os autos, Considerando que o processo se encontra parado há mais de 1 ano, INTIME-SE, PESSOALMENTE, a parte autora para que no prazo de cinco (5) dias informe se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção sem resolução do mérito, nos termos do art.485, II, do CPC/2015. Após, conclusos.

Ananindeua/PA, 12 de junho de 2019 Luís Augusto da Encarnação MENNA BARRETO Pereira Juiz de Direito titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua PROCESSO: 00007924720158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:ELIANA VALENTE CARDOSO Representante(s): OAB 9714 - FRANCIARA PEREIRA LEMOS (DEFENSOR) INTERDITANDO:INGRID TAYNARA VALENTE CARDOSO. TERMO DE CONCLUSÃO 0000792-47.2015.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00008546220108140944 PROCESSO ANTIGO: 20101000276 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento ordinário em: 28/06/2019 RECLAMANTE:MARIVALDO PAMPLONA DA SILVA Representante(s): RODRIGO SANTANA (ADVOGADO) RECLAMADO:TUCURUVI CHURRASCARIA RECLAMADO:JOSE MARIA DE SOUZA JUNIOR. TERMO DE CONCLUSÃO 0000854-62.2010.8.14.0944 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00008577120178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REPRESENTANTE:ALINE INGRID OLIVEIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 13281 - MARCELA MACEDO DE QUEIROZ (ADVOGADO) MENOR:M. B. O. S. REQUERIDO:GRISSIA NAIARA DOS SANTOS CORREA Representante(s): OAB 13252 - ALESSANDRA SOUZA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 13995 - PAULO CESAR CAMPOS DAS NEVES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DESPACHO Processo n.: 0000857-71.2017.8.14.0006 Vistos os autos. Cumpra-se o requerido pelo Ministério Público Estadual na folha 215. Com as respostas, ou decorridos 60 dias sem estas, remeta-se ao MPE. Após, voltem conclusos. Ananindeua/PA, 28 de junho de 2019. Luís Augusto Menna Barreto Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Página 1 de 2 PROCESSO: 00010388320098140006 PROCESSO ANTIGO: 20091000510 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Arrolamento Comum em: 28/06/2019 ENVOLVIDO:RODRIGO GOMES CASANOVA REQUERENTE:MARIA DE JESUS PAUL CASANOVA Representante(s): LAURA MARANHAO PONTES (ADVOGADO) . Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0001038-83.2009.8.14.0006 SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO DE INVENTARIO POR ARROLAMENTO ajuizada por MARIA DE JESUS PAUL CASANOVA, qualificada, objetivando a adjudicação de um único bem imóvel, de propriedade do "de cujus" RODRIGO GOMES CASANOVA. Suscita que é viúva do "de cujus". Pediu a gratuidade da justiça. Juntou documentos. Por ato ordinatório, determinou-se a intimação do requerente para que recolhesse as custas no prazo de 15 (quinze) dias (folha 22). Juntado o comprovante de pagamento (folhas 23/24), a requerente foi nomeada inventariante e determinada a juntada das certidões negativas e atribuir o valor do imóvel, bem como, juntar seus respectivos documentos cadastrais (folha 25/28). Fora certificado que o advogado da requerente estava intimado da decisão, porém, não apresentou manifestação (folha 31). O feito veio redistribuído para esta Vara em 2014 (folha 39). Determinou-se a intimação pessoal da requerente (folha 42). Ademais, restou infrutífera, em razão da requerente não mais residir no endereço informado na inicial, conforme a certidão de folha 44. Vieram conclusos. Relatei. Decido. Uma vez que frustrada a tentativa de contato com a requerente, e haja vista a impossibilidade de transmissão da ação por esta ter caráter personalíssimo, bem como, ser ônus da parte manter seu endereço atualizado, é o caso de extinção do feito. Reza o artigo 485, III e VI do Código de Processo Civil que, o juiz não resolverá o mérito quando o autor não promover os atos e diligências que lhe incumbir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, bem como quando verificar a ausência de interesse processual. ISSO POSTO, JULGO EXTINTO sem resolução de mérito o pedido ajuizado por MARIA DE JESUS PAUL CASANOVA. Custas pela parte autora. Publique-se. Registre-se. INTIME-SE a parte autora. Após, ARQUIVE-SE. Ananindeua/PA, 27 de junho de 2019. Luís Augusto Da E. Menna Barreto Pereira Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Civel De Ananindeua Página de 2 PROCESSO: 00011662920168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ROBERTO ARAUJO BARBOSA JUNIOR Representante(s): OAB 53400 - ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJCHSZAK (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s):

OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0001166-29.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00016706920158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança em: 28/06/2019 REQUERENTE:NATANAEL TIMOTEO DA SILVA Representante(s): OAB 9172 - DANIEL FERNANDES DA SILVA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:GESIEL DA SILVA CORREA REQUERIDO:EFREM PINT DE BRITO. ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00019625420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:OC FITNESS SERVICOS LTDA Representante(s): OAB 14220 - FABIO ROGERIO MOURA MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) REPRESENTANTE:RUAL MARCOS HERNANDES MANZONI REQUERIDO:BANCO SANTADER SA Representante(s): OAB 20666-A - GUSTAVO GONÇALVES GOMES (ADVOGADO) OAB 44243 - NEY JOSE CAMPOS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00020436620168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Alvará Judicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:VALDILENE SOUZA FRANCO Representante(s): OAB 22118 - LUIZ AUGUSTO PINHEIRO CARDOSO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:VALMIR SOUZA FRANCO Representante(s): OAB 22118 - LUIZ AUGUSTO PINHEIRO CARDOSO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:LUIS CARLOS SOUSA FRANCO Representante(s): OAB 22118 - LUIZ AUGUSTO PINHEIRO CARDOSO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERENTE:IGOR MATHEUS DA SILVA FRANCO Representante(s): OAB 22118 - LUIZ AUGUSTO PINHEIRO CARDOSO JUNIOR (ADVOGADO) ENVOLVIDO:ALBANO CHAVES FRANCO REQUERENTE:MARIA DE FATIMA AMARAL COSTA Representante(s): OAB 22118 - LUIZ AUGUSTO PINHEIRO CARDOSO JUNIOR (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00023450320138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:SILVIA DO SOCORRO BARBOSA SANTIAGO Representante(s): OAB 5949 - CRISTOVINA PINHEIRO DE MACEDO (ADVOGADO) REQUERIDO:GAFISA FIT SPE EMPREND IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 21313 - GUSTAVO DE CARVALHO AMAZONAS COTTA (ADVOGADO) OAB 22237-A - RODRIGO MATTAR COSTA ALVES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA TENDA SA Representante(s): OAB 21313 - GUSTAVO DE CARVALHO AMAZONAS COTTA (ADVOGADO) OAB 22237-A - RODRIGO MATTAR COSTA ALVES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:AZEVEDO BARBOSA CONSULTORIA DE IMOVES Representante(s): OAB 9933 - DANIEL LACERDA FARIAS (ADVOGADO) OAB 10725 - UGO VASCONCELLOS FREIRE (ADVOGADO) OAB 11454-B - MICHEL RODRIGUES VIANA (ADVOGADO) OAB 19067 - LUCAS GOMES BOMBONATO (ADVOGADO) . 0002345-03.2013 - silvia do socorro barbosa santiago x gafisa - tenda e azevedo barbosa - mantendo o pagamento dos honora"rios periciais PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL _____ DESPACHO / DECISÃO Processo n.: 0002345-03.2015.8.14.0006 Vistos os autos. Mantenho a decisão acerca do recolhimento dos honorários pelas rés. Em primeiro lugar, porque a autora litiga sob pálio da gratuidade. Em segundo lugar, porque, sendo causa afeita à Lei 8.078/90 - Código de Defesa do Consumidor, o ônus da prova pode ser invertido sustentado no artigo 6º, inciso VII. O ônus a que se refere, não é apenas quanto ao esforço de levar o juízo ao convencimento, mas, antes e principalmente, o ônus enquanto custo de produção da prova. Assim sendo, mantenho a decisão acerca do pagamento dos honorários periciais. INTIMEM-SE as rés ao recolhimento na forma determinada, sob pena de, não o fazendo, a prova não realizada pela falta do cumprimento dos honorários, ser interpretada em desfavor das rés. DECORRIDOS trinta (30) dias, CERTIFIQUE caso não tenha havido o recolhimento e volte conclusos. CASO haja o recolhimento, INTIME-SE o senhor perito para andamento aos trabalhos. Ananindeua, 28 de junho de 2019. Luís Augusto da Encarnação MENNA BARRETO Pereira Juiz de Direito titular da 3a Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Página ! de ! 1 1 PROCESSO: 00024180920128140006 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL INTERDITO:ELTON FERREIRA BARBOSA REQUERENTE:ANDREIA SOUSA CASTRO ENVOLVIDO:MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DOS SANTOS. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Ananindeua Processo nº 0002418-09.2012.814.0006 AÇÃO: INTERDIÇÃO REQUERENTES: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL E ANDREIA SOUSA CASTRO INTERDITO: ELTON FERREIRA BARBOSA ENVOLVIDA: MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DOS SANTOS Aos 27 DIAS DE JUNHO DE 2019, nesta cidade de Ananindeua-Pará, Município e Comarca do mesmo nome, à hora designada, na sala de audiência do Juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial, presente o MM. Juiz de Direito, LUIS AUGUSTO DA ENCARNAÇÃO MENNA BARRETO PEREIRA. Comigo estagiária de Direito, ao final assinada, foi aberta a audiência, autos do processo acima referido. Iniciada a audiência e apregoadas as partes, verificou-se a ausência da requerente ANDREIA SOUSA CASTRO, bem como do interdito ELTON FERREIRA BARBOSA. Presente a envolvida MARIA DO SOCORRO RODRIGUES DOS SANTOS. PELO JUIZ FOI DITO QUE a atual curadora senhora ANDREIA SOUSA CASTRO não compareceu, embora ciente conforme folha 210. INTIME-SE pessoalmente a senhora ANDREIA SOUSA CASTRO para que manifeste sua justificativa considerando suas responsabilidades com o curatelado. Assino prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo, com ou sem resposta, REMETA-SE ao Ministério Público. Com o parecer, voltem conclusos. Nada mais havendo, mandou o MM Juiz de Direito, que fosse encerrado este termo, o qual após lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu,_____, Ana Paula Azevedo da Silva, lotada na 3ª Vara Cível e Empresarial, digitei e subscrevi. Juiz de Direito:_____ Envolvida:_____ Página de 1 Fórum de: ANANINDEUA E-mail: 3civelananindeua@tjpa.jus.br Endereço: Claudio Saunders, 193 CEP: 67.030-970 Bairro: Centro Fone: (91)3201-4964 PROCESSO: 00032608620128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:OTHON CARLOS MONTEIRO Representante(s): OAB 12129-B - ETELVINO QUINTINO MIRANDA DE AZEVEDO (DEFENSOR) REQUERIDO:OMAR AUGUSTO MONTEIRO. TERMO DE CONCLUSÃO 0003260-86.2012.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00033522520168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Inventário em: 28/06/2019 REQUERENTE:LAISE DA CUNHA RODRIGUES Representante(s): OAB 7695 - ANTONIO RODRIGUES DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE:WALBY DA CUNHA RODRIGUES REQUERIDO:LINDALVA DA CUNHA RODRIGUES REQUERIDO:WALMAR DA CUNHA RODRIGUES. TERMO DE CONCLUSÃO 0003352-25.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00033721620168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO HONDA SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:LOUISE BANDEIRA PINTO REIS. TERMO DE CONCLUSÃO 0003372-16.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00037481620098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Alvará Judicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:JAMAINA DAMASCENO BENIGNO Representante(s): OAB 4577 - FRANCIMAR BENTES GOMES (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0003748-16.2009.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00039616020118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MAXIMINA ESPIRITO SANTO LAGO DE SOUSA Representante(s): OAB 13263 - DAVI CARLOS FAGUNDES FILHO (DEFENSOR) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Representante(s): OAB 15041 - MARIANA

FONSECA SOUZA (ADVOGADO) OAB 6.100 - LUCIMARY GALVAO LEONARDO GARCES (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0003961-60.2011.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00039955120148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JOSE RONALDO PEREIRA DA VERA CRUZ Representante(s): OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANC BRADESCO FINANCIAMENTOS SA BANCO FINASA SA. ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00040644920158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:EVERSON ALVES GLIM Representante(s): OAB 20247 - FELIPE AUGUSTO HANEMANN COIMBRA (ADVOGADO) OAB 20422 - BERNARDO MENDONÇA NOBREGA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE NILSON DA SILVA QUEIROZ Representante(s): OAB 20700 - ALBERTO BAIA BARBOSA NETO (ADVOGADO) . Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Ananindeua Processo nº 0004064-49.2015.8.14.0006 TERMO DE AUDIÊNCIA AÇÃO: OBRIGAÇÃO DE FAZER REQUERENTE: EVERSON ALVES GLIM REQUERIDO: JOSE NILSON DA SILVA QUEIROZ Aos 28 DE JUNHO DE 2019, nesta cidade de Ananindeua-Pará, Município e Comarca do mesmo nome, às 12h00min, na sala de audiência do Juízo da 3ª Vara Cível e Empresarial, presente a mediadora judicial certificada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Iracecilia Rocha, registro de diploma nº 197/2017 - Nupemec -TJPA presente comigo a Estagiária de Direito, ao final assinada, foi aberta a audiência, autos do processo acima referido. Iniciada a audiência e apregoadas as partes, respondeu o requerente EVERSON ALVES GLIM, acompanhado por seu advogado Dr. BERNARDO MENDONÇA NOBREGA (OAB/PA 20422). Respondeu o requerido JOSE NILSON DA SILVA QUEIROZ, acompanhado por sua advogada Dra. CASSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS (OAB/PA 8464-A). Feita a declaração de abertura por esta mediadora, declaro que foi oportunizado às partes a exposição de fatos, questões e interesses. Ambas utilizaram de tempo equânime para conversa clara e prospectiva. Até o momento, não foi possível a elaboração de um acordo. Todavia, foi ratificado que tão logo surja proposta aceita por ambos, um acordo poderá ser protocolado, conjuntamente, e terá prioridade legal, consoante art. 12, §2º do CPC, bem como se a transação ocorrer antes da sentença, as partes ficam dispensadas do pagamento das custas processuais remanescentes, se houver, conforme o art. 90, §3º, CPC. PELOS ADVOGADO DO AUTOR: "considerando a necessidade de obter informações precisas acerca das multas imputadas a parte autora, considerando a dificuldade de obter as informações perante a ANTT e considerando a importância dessas informações para realização de um acordo justo, requer-se que vossa excelência determine a expedição de um ofício solicitando que a ANTT preste informações exatas sobre todas as multas imputadas à parte autora assim qualificada. EVERSON ALVES GLYM, CPF nº 976.030.822-34 e RG nº 5441960, dados do veículo: MODELO CITROEN/JUMPER M33M23S, ano de fabricação 2010/2011, placa NSU4707, RENAVAM 25017103-1, CHASSI 935ZBXMMBB2061169. Para facilitar a busca de informações na ANTT, solicito também envio de cópia do documento do carro (folha 38 dos autos), a qual uma cópia segue anexa a esse termo". PELA ADVOGADA DO REQUERIDO ratifica os termos da manifestação do advogado do autor e solicita que o referido ofício seja enviado por e-mail: ouvidoria@antt.gov.br e por AR cujo endereço é SETOR CLUBE ESPORTIVO SUL- TRECHO 3 - PÓLO 8 - LOTE 10, CEP 70020003. PELA CONCILIADORA foi dito que as partes ratificaram a disposição de conciliar e de resolver a presente demanda, no entanto, precisam de dados exatos das multas e solicitaram o que já foi consignado acima. Deste modo, faço os autos conclusos para deliberação. Nada mais havendo, solicitou a mediadora e conciliadora judicial, que fosse encerrado este termo, o qual após lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Audiência encerrada as 12h30min. Eu, _____, Ana Paula Azevedo da Silva, lotada na 3ª Vara Cível e Empresarial, digitei e subscrevi. Mediadora e Conciliadora:_____ Advogado(a) do(a) requerente:_____ Requerente:_____ Advogado(a) do(a) requerido(a):_____ Requerido(a):_____ PELO JUIZ foi dito que DEFIRO o pedido formalizado pelos patronos com a expedição de ofício nos moldes solicitados. Após a juntadas das correspondências, INTIMEM-SE as partes para manifestação em 15 (quinze) dias. Após, voltem conclusos. Servirá cópia/via desta decisão, como mandado/ofício na forma do provimento 03/2009,

alterado pelo provimento 11/2009, ambos do CJRMB. Juiz de Direito:_____ Página de 2 Fórum de: ANANINDEUA E-mail: 3civelananindeua@tjpa.jus.br Endereço: Claudio Saunders, 193 CEP: 67.030-970 Bairro: Centro Fone: (91)3201-4964 PROCESSO: 00041017620158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Monitória em: 28/06/2019 REQUERENTE:PARA VEICULOS E IMPLEMENTOS LTDA Representante(s): OAB 15269 - WESLLEY FAGUNDES SERRA (ADVOGADO) REQUERIDO:TRANSPORTADORA LINHA DURA EIRELI - ME. TERMO DE CONCLUSÃO 0004101-76.2015.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00042539020168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Consignação em Pagamento em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA LUCIA BARRETO DE ALBUQUERQUE Representante(s): OAB 16306 - CLAUDIO FERNANDO DE SOUZA SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 23918 - JULIANA CRISTINA DE SOUZA SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:CONDOMINIO RESIDENCIAL MEU SONHO Representante(s): OAB 15413 - ANDRE LUIZ MORAES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 17037 - VERONICA DA SILVA CASEIRO (ADVOGADO) OAB 19210 - CASSIO CLAYSON LAMEIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 21638 - THAMIRIS DE PINHO MORAES MAGALHAES (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0004253-90.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00043620720168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:ANDERSON ERMISON NOGUEIRA VIANA Representante(s): OAB 18716 - JULIANA CARDOSO PARAGUASSU (ADVOGADO) INTERDITANDO:AUDICLEY NOGUEIRA VIANA. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0004362-07.2016.814.0006 Visto o processo judicial eletrônico, REMETAM-SE ao Ministério Público para manifestação. Após, conclusos. Ananindeua/PA, 12 de junho de 2019 LUIS AUGUSTO MENNA BARRETO Juiz de Direito PROCESSO: 00047640920168140097 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 INTERESSADO:MARIA DE LOURDES BORGES REQUERIDO:HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA Representante(s): OAB 15550 - ALESSANDRA ARAUJO TAVARES (ADVOGADO) OAB 16470 - IGOR MACEDO FACO (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DESPACHO Processo n.: 0004764-09.2016.8.14.0006 Vistos os autos. Remetam-se os autos ao Ministério Público Estadual, conforme requerido. Com o retorno, voltem conclusos. Ananindeua/PA, 28 de junho de 2019. Luís Augusto Menna Barreto Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Página 1 de 2 PROCESSO: 00049689820178140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Inventário em: 28/06/2019 REQUERENTE:G. M. C. Representante(s): OAB 17402 - YURI DE BORGONHA MONTEIRO RAIOL (ADVOGADO) REQUERENTE:ALEX SANDRO AZEVEDO DA COSTA Representante(s): OAB 17402 - YURI DE BORGONHA MONTEIRO RAIOL (ADVOGADO) REQUERENTE:ALESANDRO AZEVEDO DA COSTA Representante(s): OAB 17402 - YURI DE BORGONHA MONTEIRO RAIOL (ADVOGADO) REQUERENTE:ADRIANA DA CONCEICAO AZEVEDO DA COSTA Representante(s): OAB 17402 - YURI DE BORGONHA MONTEIRO RAIOL (ADVOGADO) MENOR:A. N. A. C. Representante(s): OAB 17402 - YURI DE BORGONHA MONTEIRO RAIOL (ADVOGADO) ENVOLVIDO:M. N. C. C. . TERMO DE CONCLUSÃO 0004968-98.2017.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00050856020158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO ITAU S/A Representante(s): OAB 45445 - JOSE CARLOS SKRZYSZOWISKI JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO DA SILVA. TERMO DE CONCLUSÃO 0005085-60.2015.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019

Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00051246220128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:DANIELLE DOS SANTOS PEREIRA Representante(s): OAB 7230 - ELVES DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO:DORALICE ARAUJO DOS SANTOS. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0005124-62.2012.814.0006 Vistos os autos. Remetam-se os autos para o Ministério Público para manifestação. Após, conclusos. Ananindeua/PA, 12 de junho de 2019. LUIS AUGUSTO MENNA BARRETO Juiz de Direito PROCESSO: 00051436320158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:ADIMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIZ CARLOS ARAUJO DA SILVA. TERMO DE CONCLUSÃO 0005143-63.2015.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00052528220128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Inventário em: 28/06/2019 REQUERENTE:NELSON GOMES AMARAL Representante(s): OAB 15116 - WALBER ALMEIDA APOLINARIO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:EMILIA GOMES RIBEIRO HERDEIRO:JACKLENE LOBATO AMARAL Representante(s): OAB 4875 - ROSSIVAL CARDOSO CALIL (ADVOGADO) HERDEIRO:ROSANA LOBATO AMARAL Representante(s): OAB 4875 - ROSSIVAL CARDOSO CALIL (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0005252-82.2012.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00052554720098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:CLAUDIO RIBEIRO PEREIRA JUNIOR Representante(s): OAB 6524 - ROCIVALDO DOS SANTOS BRITO (ADVOGADO) OAB 11025 - CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) INTERDITANDO:KLYLEY FIRMINO MATA INTERESSADO:JOSE FIRMINO GOMES Representante(s): OAB 5396 - ALBERTO RUY DIAS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 3511 - IVELISE DO CARMO NEVES (ADVOGADO) OAB 11340 - JOSE FIRMINO GOMES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DESPACHO Processo n.: 0005255-47.2009.8.14.0006 Vistos os autos. Aparentemente, não houve intimação das partes acerca da sentença na oposição (folhas 400 até 402). Intimem-se as partes e o Ministério Público Estadual, sendo que, a este, após o prazo de recurso das partes, remetam-se os autos. Com o parecer, voltem conclusos. Ananindeua/PA, 28 de junho de 2019. Luís Augusto Menna Barreto Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Página 1 de 2 PROCESSO: 00052640220098140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Alvará Judicial em: 28/06/2019 MENOR:R. C. J. P. F. REPRESENTANTE:MARIDAL DE JESUS PINTO FERREIRA Representante(s): LEONARDO DOS SANTOS SERIQUE (ADVOGADO) OAB 11507 - LEONARDO DOS SANTOS SERIQUE (ADVOGADO) . Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0005264-02.2009.8.14.0006 SENTENÇA Vistos. Trata-se de AÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL ajuizada por RÔMULO CHYSTIAN DE JESUS PINTO FERREIRA, representado por sua avó MARILDA DE JESUS PINTO FERREIRA, qualificado, objetivando levantamento de valores referentes a seguro DPVAT, de titularidade da "de cujus" LINDALVA DE JESUS PINTO FERREIRA. Suscita que é filho da "de cujus". Pediu a expedição de alvará e a gratuidade da justiça. Juntou documentos. Determinou-se a intimação do advogado do requerente para emendar a inicial e juntar documentos necessários (folha 19). Após a juntada dos documentos solicitados (folhas 20 - 28), remetam-se os autos ao Ministério Público, que arguiu a incompetência da Comarca de Belém e requereu que os autos fossem remetidos a Comarca de Ananindeua (folhas 29/30). Recebido o processo em uma das varas da Comarca de Ananindeua, foi determinada a intimação da requerente para que juntasse documento probatório da guarda do menor (folha 33). O feito veio redistribuído para esta vara em 2014 (folha 36). Determinou-se a intimação pessoal da representante do requerente para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no entanto, restou infrutífera em razão da parte autora não residir no endereço informado na inicial e não ter outra localização atualizada nos autos (folhas 40 - 42). Vieram conclusos. Relatei. Decido. Uma vez que frustrada a tentativa

de contato com o requerente, e haja vista a impossibilidade de transmissão da ação por esta ter caráter personalíssimo, bem como, ser ônus da parte manter seu endereço atualizado, é o caso de extinção do feito. Reza o artigo 485, III e VI do Código de Processo Civil que, o juiz não resolverá o mérito quando o autor não promover os atos e diligências que lhe incumbir e abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, bem como quando verificar a ausência de interesse processual. ISSO POSTO, JULGO EXTINTO sem resolução de mérito o pedido ajuizado por RÔMULO CHYSTIAN DE JESUS PINTO FERREIRA. Custas pela parte autora. Publique-se. Registre-se. INTIME-SE a parte autora. Após, ARQUIVE-SE. Ananindeua/PA, 27 de junho de 2019. Luís Augusto Da E. Menna Barreto Pereira Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Civel De Ananindeua Página de 2 PROCESSO: 00053353020148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:ANA DO SOCORRO NASCIMENTO DE SOUZA Representante(s): OAB 10690 - ANIBAL FERNANDES QUINTELLA JUNIOR (DEFENSOR) OAB 17332 - FERNANDO JORGE DIAS DE SOUZA (ADVOGADO) INTERDITANDO:MARIA DAS GRACAS OLIVEIRA ARANHA. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0005335-30.2014.814.0006 Vistos os autos. INTIME-SE a parte requerente para que, em até trinta (30) dias, comprove o pagamento das custas, sob pena de CANCELAMENTO da distribuição. COM o recolhimento das custas, VOLTEM CONCLUSOS. CASO decorrido o prazo e não recolhidas, CANCELE a distribuição e ARQUIVE-SE. Ananindeua, 12 de junho de 2019. Luís Augusto Menna Barreto Juiz de Direito PROCESSO: 00056583520148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Sumário em: 28/06/2019 REQUERENTE:ANDRESA GISELEN FURTADO DE ARAUJO Representante(s): OAB 8126 - HERMINIO FARIAS DE MELO (ADVOGADO) OAB 19717 - FERNANDA LARA COIADO (ADVOGADO) REPRESENTANTE:GLEYCILENE FURTADO FERREIRA REQUERIDO:LIDER SEGURADOURA SA Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00059054520168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:LUIZ GONZAGA BALBINO FURTADO Representante(s): OAB 4995 - JORGE SAUL JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DO SEGUROS DPVAT SA. ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00071855120168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) REQUERIDO:J DA SILVA DERGAN COMERCIO ME REQUERIDO:REGINALDO DEMETRIO DA SILVA DERGAN REQUERIDO:JUSSARA DA SILVA DERGAN. TERMO DE CONCLUSÃO 0007185-51.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00074647120158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO VOLKSWAGEN SA Representante(s): OAB 24872-A - JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 24871-A - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE MARIA DE OLIVEIRA. TERMO DE CONCLUSÃO 0007464-71.2015.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00076968820128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Inventário em: 28/06/2019 MENOR:J. S. S. REPRESENTANTE:ROSINETE SAMPAIO DOS SANTOS Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . TERMO DE CONCLUSÃO 0007696-88.2012.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00077638220148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Alvará Judicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:TASSIA ALANA ALVES FERREIRA

Representante(s): OAB 10692 - JOSE MARIA DE SOUSA GONCALVES (ADVOGADO) ENVOLVIDO:MARCO ANTONIO BRASIL FERREIRA. ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00078957620138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:WANDEMBERG DE SOUZA BARROSO Representante(s): OAB 6258 - JOSE CELIO SANTOS LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU UNIBANCO SA Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) OAB 18796 - ADRIANDA VERAS SOBRAL MOREIRA (ADVOGADO) OAB 23465 - TIAGO MENDES LOPES (ADVOGADO) OAB 18076 - DANIELLE FERREIRA SANTOS (ADVOGADO) . Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0007895-76.2013.8.14.0006 DESPACHO Vistos os autos. INTIME-SE a parte autora, para que em 15 (quinze) dias se manifeste acerca dos documentos juntados pelo Banco Itaú nas folhas 92-93v. Decorrido o prazo, certifique-se o que houver e voltem conclusos. Ananindeua/PA, 27 de junho de 2019. Luís Augusto da E. Menna Barreto Pereira Juiz de Direito titular 3ª Vara Civel De Ananindeua Página 1 de 2 PROCESSO: 00081319120148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:DIONE JANDIRA CAMPELO DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 13676 - JOBER SANTA ROSA FARIAS VEIGA (ADVOGADO) REQUERIDO:LUCIDETE DE BRITO ROSARIO Representante(s): OAB 5450 - MARIA DO PERPETUO SOCORRO LEAO LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:CARLOS ALBERTO FERREIRA MATOS Representante(s): OAB 5450 - MARIA DO PERPETUO SOCORRO LEAO LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:DIVALDO DA SILVA CASTRO JUNIOR Representante(s): OAB 5450 - MARIA DO PERPETUO SOCORRO LEAO LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:RAQUEL ELCHEN SOUZA DE ALMEIDA Representante(s): OAB 5450 - MARIA DO PERPETUO SOCORRO LEAO LOPES (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0008131-91.2014.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00090034320138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Cautelar Inominada em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA DE FATIMA FIGUEIRA BRAGA Representante(s): OAB 14045 - JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 19339 - EDGAR JARDIM DA CONCEICAO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 9354 - GEORGE SILVA VIANA DE ARAUJO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00094598520168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA ROMANA DO ROZARIO CARVALHO Representante(s): OAB 7261 - JOSE OTAVIO NUNES MONTEIRO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:F. R. C. . Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0009459-85.2016.8.14.0006 DESPACHO Vistos os autos. Verifico que há sentença prolata às folhas 43/43v. A requerente informou a existência de valores depositados e conta poupança na Caixa Econômica Federal, e após a juntada de extrato pela CEF, a requerente, intimada para manifestar interesse nos valores disponíveis, nada requereu (folhas 46-52). Desta forma, sem mais demandas, CERTIFIQUE-SE O TRANSITO EM JULGADO. ARQUIVE-SE. Ananindeua/PA, 27 de junho de 2019. Luís Augusto Da E. Menna Barreto Pereira Juiz De Direito Titular Da 3ª Vara Civel E Empresarial De Ananindeua Página de 1 PROCESSO: 00095314120068140006 PROCESSO ANTIGO: 20061006747 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:SHETMA DE NAZARE GAMA VELOSO Representante(s): MARIA DAS GRACAS DOS SANTOS MARREIROS (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA IRENE MACHADO GAMA. TERMO DE CONCLUSÃO 0009531-41.2006.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00095631920128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Procedimento Sumário em: 28/06/2019 REQUERENTE:ROSANGELA DO SOCORRO DO CARMO Representante(s): OAB 5664 - PAULA

ANDREA CASTRO PEIXOTO (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO DE ASSIS AGUIAR RODRIGUES Representante(s): OAB 11114 - HILDEBRANDO GUIMARAES BARROS NETO (ADVOGADO) . Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0009563-19.2012.8.14.0006 DESPACHO Vistos os autos. INTIME-SE, pessoalmente, a parte autora para que no prazo de 5 (cinco) dias, se manifeste acerca do interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção sem resolução de mérito, conforme art. 485, III do Código de Processo Civil. Havendo interesse, justifique sua ausência em audiência, sob pena de multa por ato atentatório a dignidade da justiça, consoantes artigo 334, §8º do CPC. Decorrido o prazo, retornem os autos conclusos. Ananindeua/PA, 27 de junho de 2019. Luís Augusto Da Encarnação Menna Barreto Pereira Juiz de Direito titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Página 1 de 2 PROCESSO: 00097973520118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Tutela e Curatela - Nomeação em: 28/06/2019 REQUERENTE:LEONOR COSTA MONTEIRO Representante(s): OAB 13092 - ARQUISE JOSE FIGUEIRA DE MELO (DEFENSOR) ENVOLVIDO:JANAINA BARROSO DA SILVA. TERMO DE CONCLUSÃO 0009797-35.2011.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00098028120168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:TAGIDE ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 5031 - MARIANA DE LOURDES FURTADO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 16676 - OTAVIO AUGUSTO DA SILVA SAMPAIO MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:VALDINEI DA SILVA NOGUEIRA. TERMO DE CONCLUSÃO 0009802-81.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00104059120158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Inventário em: 28/06/2019 REQUERENTE:I. M. Q. REQUERENTE:JESSICA PONTES MOREIRA Representante(s): OAB 7617 - FABRICIO BACELAR MARINHO (ADVOGADO) REQUERENTE:YUDI RAFAEL DIAS QUEIROZ ENVOLVIDO:YURI DE JESUS QUEIROZ. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0010405-91.2015.8.14.0006 DESPACHO Vistos os autos. Verifico nos autos que há pedido de desistência na folha 47, no entanto, há interesse de menor conforme as certidões de folhas 12 e 16. REMETAM-SE os autos ao Ministério Público para manifestação. Ananindeua/PA, 27 de junho de 2019. Luís Augusto Da E. Menna Barreto Pereira Juiz De Direito Titular Da 3ª Vara Civel E Empresarial De Ananindeua Página de 1 PROCESSO: 00104858920148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Prestação de Contas em: 28/06/2019 ENVOLVIDO:KLYLEY FIRMINO MATA REQUERENTE:JOSE FIRMINO GOMES Representante(s): OAB 5396 - ALBERTO RUY DIAS DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:SELMA RIBEIRO MATA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DESPACHO Processo n.: 0010485-89.2014.8.14.0006 Vistos os autos. Havendo interesse de incapaz, remetam-se os autos ao Ministério Público Estadual. Com o parecer, voltem conclusos. Ananindeua/PA, 28 de junho de 2019. Luís Augusto Menna Barreto Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Página 1 de 2 PROCESSO: 00105469420108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO GMAC SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANA CLAUDIA DA SILVA TORRES. ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00105497020128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MIKE OTAVIO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CREDFIBRA SA Representante(s): OAB 18335-A - CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00110157720108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO

PEREIRA Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA DO CARMO DE ALMEIDA VALE Representante(s): OAB 7261 - JOSE OTAVIO NUNES MONTEIRO (ADVOGADO) INTERDITANDO:DELSON DE ALMEIDA VALE. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0011015-77.2010.814.0006 Vistos os autos. Considerando que às fls. 65/67, de 09 de julho de 2018, a parte autora já informou seu interesse no prosseguimento da ação, bem como apresentou novo endereço para futuras intimações. Remetam-se os autos para o Ministério Público para manifestação. Após, conclusos. Ananindeua/PA, 12 de junho de 2019. LUIS AUGUSTO MENNA BARRETO Juiz de Direito PROCESSO: 00110323720118140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA ELODI CAMPOS DE SOUZA Representante(s): OAB 8807 - PAULO ADALBERTO ESCHER (ADVOGADO) INTERDITO:FRANCULINO LEANDRO DE SOUZA. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0011032-37.2011.814.0006 Vistos os autos. Remetam-se os autos para o Ministério Público para manifestação. Após, conclusos. Ananindeua/PA, 12 de junho de 2019. LUIS AUGUSTO MENNA BARRETO Juiz de Direito PROCESSO: 00110486420088140006 PROCESSO ANTIGO: 20081006273 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Tutela e Curatela - Nomeação em: 28/06/2019 AUTOR:MARIA DOS ANJOS SOUSA DA SILVA Representante(s): OAB 5104 - CANDIDO DE OLIVEIRA FARIAS (ADVOGADO) ENVOLVIDO:ISAN SOUSA DA SILVA. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0011048-64.2008.814.0006 Vistos os autos. Remetam-se os autos para o Ministério Público para manifestação. Após, conclusos. Ananindeua/PA, 12 de junho de 2019. LUIS AUGUSTO MENNA BARRETO Juiz de Direito PROCESSO: 00117168820138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ALCIDES CARDOSO Representante(s): OAB 17520 - CAMILLA TAYNA DAMASCENO DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PSA FINANCE BRASIL SA Representante(s): OAB 14305 - CARLOS GONDIM NEVES BRAGA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00117422320128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:LUCIANE DOS SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB 21155 - SANDRA MARQUES DA SILVA MONTEIRO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:MARIA DOMINGAS SANTOS DA SILVA. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0011742-23.2012.814.0006 Visto o processo judicial eletrônico, Compulsando os autos, constatei a solicitação de alteração do polo ativo da demanda, por essa INTIME-SE a parte interessada (Lucidéa Da Silva), por seu procurador, para que junte SEU atestado de sanidade mental, SEUS antecedentes criminais e LAUDO MÉDICO ATUALIZADO E LEGÍVEL DA INTERDITANDA. Assino o prazo de 15 dias. Após, CERTIFIQUE e VOLTEM conclusos. Ananindeua/PA, 12 de junho de 2019. LUIS AUGUSTO MENNA BARRETO JUIZ DE DIREITO PROCESSO: 00124593520128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MANOEL MARIA NUNES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO SANTANDER Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 20599-A - MARCO ANDRE HONDA FLORES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00125768420168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:DORALICE DA ROSA MIRANDA DE SOUZA Representante(s): OAB 17570 - ARIADNE OLIVEIRA MOTA DURANS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0012576-84.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00129795820138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Despejo por Falta de Pagamento em: 28/06/2019 REQUERENTE:E M R PARTICIPAÇÕES E IMÓVEIS S/S LTDA Representante(s): OAB 4841 - LUIZ

OTAVIO WANDERLEY MOREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:HORIZONTE LOGISTICA LTDA Representante(s): OAB 11702 - JAYME OLIVEIRA DE SOUZA (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0012979-58.2013.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00138196320168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:ANTONIA NERIVALDA MAIA BRITO MARTINS Representante(s): OAB 15584 - ADELVAN OLIVERIO SILVA (ADVOGADO) OAB 14611-A - LIANDRO MOREIRA DA CUNHA FARO (ADVOGADO) REQUERIDO:CLEBER SANTOS MENDES REQUERIDO:JOAO DIEGO FONSECA DA ROCHA. TERMO DE CONCLUSÃO 0013819-63.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00140266720138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:HORIZONTE LOGISTICA LTDA Representante(s): OAB 11270 - DIOGO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) OAB 11702 - JAYME OLIVEIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 19054 - FERNANDA MORAIS DE MIRANDA (ADVOGADO) OAB 9780 - CAIO DE AZEVEDO TRINDADE (ADVOGADO) REQUERIDO:J.V. PARTICIPAÇÕES E IMÓVEIS S/S LTDA. REQUERIDO:EMR PARTICIPAÇÕES E IMÓVEIS S/S LTDA Representante(s): OAB 3966 - HAROLDO CARLOS DO NASCIMENTO CABRAL (ADVOGADO) OAB 4841 - LUIZ OTAVIO WANDERLEY MOREIRA (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0014026-67.2013.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00147272320168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 AUTOR:DORIVAL BARROS DE SOUZA Representante(s): OAB 17520 - CAMILLA TAYNA DAMASCENO DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN AMERICANO SA. ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00153378820168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JANDILEUZA MORAIS DAMASCENO Representante(s): OAB 18555 - DIEGO QUEIROZ GOMES (ADVOGADO) OAB 22171 - LEANDRO NEY NEGRÃO DO AMARAL (ADVOGADO) REQUERIDO:RENATA CARINE COSTA DE SOUZA Representante(s): OAB 12955 - RAQUEL BENTES CORREA (ADVOGADO) OAB 16514 - RAFAEL BENTES CORREA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANCORA CONSTRUTORA E INCOPARADORA LTDA Representante(s): OAB 21095 - CINTHIA DANTAS VALENTE (ADVOGADO) REQUERIDO:CARLOS REZENDE FILHO. 0015337-88.2016 - jandileuza morais damasceno x renata carie costa sousa - a"ncora e outros PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ C O M A R C A D E A N A N I N D E U A 3 ª V A R A C Í V E L E E M P R E S A R I A L _____ DESPACHO / DECISÃO Processo n.: 0015337-88.2016.8.14.0006 Vistos os autos. CERTIFIQUE se os demais réus apresentaram a contestação. CASO a tenham apresentado, junte. COM ou sem estas, mas com a certidão, INTIME-SE a parte autora para réplica. COM a réplica, VOLTEM CONCLUSOS. Ananindeua, 28 de junho de 2019. Luís Augusto da Encarnação MENNA BARRETO Pereira Juiz de Direito titular da 3a Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Página ! de ! 1 1 PROCESSO: 00155901320158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:LIDER COMERCIO E INDUSTRIA LTDA Representante(s): OAB 9296 - ISIS KRISHINA REZENDE SADECK (ADVOGADO) OAB 18711 - MAX PINHEIRO MARTINS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA AUXILIADORA GONCALVES GAIA Representante(s): OAB 21923 - UIRA SILVA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00159978720138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Imissão na Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:C. F. R. R. Representante(s): OAB 21600 - ROSEANE DO SOCORRO DE OLIVEIRA MODESTO (ADVOGADO) REQUERIDO:A. C. C. S. Representante(s):

OAB 19670 - WELLINGTON LUIZ DAMASCENO MARTINEZ (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00163849720168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento ordinário em: 28/06/2019 REQUERENTE:JESSE LEMOS DA SILVA Representante(s): OAB 7613 - TANIA LAURA DA SILVA MACIEL (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 8776 - HENRIETH MARIA DE MOURA CUTRIM VALLE (ADVOGADO) OAB 11362 - ERON CAMPOS SILVA (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0016384-97.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00164089620148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:VALDILENE DOS PRAZERES VERGOLINO Representante(s): OAB 20907 - OZIMAEL QUEIROZ VASCONCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 20636-A - PATRICIA PONTAROLI JANSEN (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DESPACHO Processo n.: 0016408-96.2014.8.14.0006 Vistos os autos. Intime-se a autora, para que diga se tem interesse, ainda, no feito. Assino prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo, certifique e voltem conclusos. Ananindeua/PA, 17 de junho de 2019. Luís Augusto Menna Barreto Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Página 1 de 2 PROCESSO: 00165053320138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:SANDRO JORGE NUNES DE LIMA Representante(s): OAB 15166 - ANTONIO HAROLDO GUERRA LOBO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO FIBRA SA. ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00165685820138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:WILLIAM CESAR SILVA MACEDO ESPINOLA Representante(s): OAB 21541 - DIEGO OLIVEIRA TELLES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE:CYNTIA MEKDEC DE SOUSA Representante(s): OAB 21541 - DIEGO OLIVEIRA TELLES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:RODOBENS INCORPORADORA IMOBILIARIA TREZENTOS E VINTE E TRES SPE LTDA. ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00166213420168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:BAANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 143801 - IVO PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANDREZA DA SILVA COUTO. TERMO DE CONCLUSÃO 0016621-34.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00167458520148140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:RAFAEL DA CUNHA GROSS Representante(s): OAB 17520 - CAMILLA TAYNA DAMASCENO DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU S/A Representante(s): OAB 15530 - LAYSA AGENOR LEITE (ADVOGADO) OAB 29453 - ISABELLA GOMES PEREIRA (ADVOGADO) OAB 28795 - FLAVIO VALOES CALVACANTI (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0016745-85.2014.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00172865520138140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:NATHALIA DOS SANTOS VERAS Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S M DA ROCHA L DA SILVA (ADVOGADO) OAB 15497 - CHRISTIANE SOUZA VILLELA DA SILVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:LOTERIA TREVO DA SORTE LTDA ME Representante(s): OAB 2816-B -

EVALDO PINTO (ADVOGADO) OAB 17000 - ETTORE BATTU FILHO (ADVOGADO) . Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0017286-55.2013.8.14.0006 DESPACHO Vistos os autos. À SECRETARIA PARA QUE: Apense a estes autos os processos n° 0017294-35.2013.8.14.0006, 0017284-85.2013.8.14.0006 e 0017296-02.2013.8.14.0006. Após, retornem os autos conclusos, salvo se algum deles estiver com audiência marcada. Ananindeua/PA, 27 de junho de 2019. Luís Augusto Da Encarnação Menna Barreto Pereira Juiz de Direito titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Página 1 de 2 PROCESSO: 00182755620168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Execução de Título Judicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:DIOLOFAU MARTINS PACHECO Representante(s): OAB 20985 - LORENNA RAPHAELA VIEIRA LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE CAMPOS FERREIRA. ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00185751820168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:ROSECLEY RATIS SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) INTERDITANDO:ORLANDO DE OLIVEIRA SILVA. TERMO DE CONCLUSÃO 0018575-18.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00196205720168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:FERNANDO ANTONIO FIGUEIRA RODRIGUES Representante(s): OAB 18004 - HAROLDO SOARES DA COSTA (ADVOGADO) OAB 15650 - KENIA SOARES DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO PARA. TERMO DE CONCLUSÃO 0019620-57.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00201636020168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ADRIANA SILVA DAS NEVES Representante(s): OAB 23179 - RENAN REIS LIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:PROJETO IMOBILIARIO VIVER ANANINDEUA SPE LTDA REQUERIDO:A S LIBDY CONSULTORIA IMOBILIARIA ME AREA INTELIGENCIA IM. TERMO DE CONCLUSÃO 0020163-60.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00211604320168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:CLAUDIA LILIA BEGOT LINO Representante(s): OAB 15888 - LUCIANA DE SOUZA DIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:JESUS RIBEIRO LINO. ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00215432120168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JAILSON CARLOS ASEVEDO SILVA Representante(s): OAB 19105 - INGRID LUANA CUNHA DE AZEVEDO (ADVOGADO) REQUERIDO:OFTALMOCAMP CLINICA DE OLHOS Representante(s): OAB 74204 - VALERIO AUGUSTO RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 106943 - BRUNO GANIMI GOLDNER (ADVOGADO) OAB 155659 - DOUGLAS RAFAEL OLIVEIRA RESENDE (ADVOGADO) REQUERIDO:EMILIO MOURE Representante(s): OAB 74204 - VALERIO AUGUSTO RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 106943 - BRUNO GANIMI GOLDNER (ADVOGADO) OAB 155659 - DOUGLAS RAFAEL OLIVEIRA RESENDE (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0021543-21.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00220282120168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 16637-A - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO)

REQUERIDO:PEPI TRANSPORTES AEREO, FLUVIAL E RODOVIARIO LTDA REQUERIDO:CARLOS KLEBER FURTADO CARNEIRO REQUERIDO:DEUSA MARIA DE ALMEIDA CARNEIRO. TERMO DE CONCLUSÃO 0022028-21.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00224387920168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:FUNDACAO ARTE DE EDUCAR DA AMAZONIA Representante(s): OAB 92187 - EUSTAQUIO EMIDIO DA SILVA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:IRADJ ROBERTO EGHRARI Representante(s): OAB 92187 - EUSTAQUIO EMIDIO DA SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANANINDEUA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DESPACHO Processo n.: 0022438-79.2016.8.14.0006 Vistos os autos. Da contraproposta das folhas 719, intime-se o Ministério Público Estadual. Com o retorno dos autos, voltem conclusos. Ananindeua/PA, 28 de junho de 2019. Luís Augusto Menna Barreto Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Página 1 de 2 PROCESSO: 00237534520168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JOAO BATISTA FIGUEIREDO SALDANHA Representante(s): OAB 4672 - MARLI SOUSA SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO RCI BRASIL Representante(s): OAB 32521 - AURELIO CANCIO PELUSO (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0023753-45.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00239968620168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Despejo em: 28/06/2019 REQUERENTE:DULCIRENE DA SILVA FARIAS Representante(s): OAB 21833 - DAYANE COSTA ASSIS (ADVOGADO) REQUERIDO:SILVIA QUEIROZ ALEXANDRE Representante(s): OAB 0660 - ROMULO DE SOUZA DIAS (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0023996-86.2016.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00295339720158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:CARLO ALEXANDRO TRINDADE DE ASSIS Representante(s): OAB 6800 - KLEVERSON GOMES ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:FATOR CONSTRUTORA E INCORPORADORA DE IMOVEIS LTDA. TERMO DE CONCLUSÃO 0029533-97.2015.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00296058420158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Monitória em: 28/06/2019 REQUERENTE:TELMA DA SILVA MOREIRA Representante(s): OAB 28243 - TASSIO ROBERTO MOREIRA RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:CESAR HENRIQUE COSTA PALHETA Representante(s): OAB 00660 - ROMULO DE SOUZA DIAS (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0029605-84.2015.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00345224920158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Cautelar Inominada em: 28/06/2019 REQUERENTE:DANELLI DE NAZARE DA SILVA DUARTE Representante(s): OAB 224084 - SERGIO FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:CONDOMINIO DO CONJUNTO RESIDENCIAL JARDIM TROPICAL Representante(s): OAB 2594 - JOSE NAZARENO NOGUEIRA LIMA (ADVOGADO) OAB 12600 - ALBYNO FRANCISCO ARRAIS CRUZ (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00356389020158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ATALAIA DISTRIBUIDORA DE

GENEROS ALIMENTICIOS LTDA Representante(s): OAB 14815 - BERNARDO DE SOUZA MENDES (ADVOGADO) OAB 20208 - HELIO DE XEREZ E OLIVEIRA GOES JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSTRUTORA LEAL JUNIOR LTDA Representante(s): OAB 5949 - CRISTOVINA PINHEIRO DE MACEDO (ADVOGADO) . 0035638-90.2015 - atalaia distribuidora de generos alimenti"cios ltda x construtora leal ju"nior ltda - designac"a"o de audie"ncia para oitiva de testemunhas PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ C O M A R C A D E A N A N I N D E U A 3 ª V A R A C Í V E L E E M P R E S A R I A L _____ DESPACHO / DECISÃO Processo n.: 0035638-90.2015.8.14.0006 Vistos os autos. DESIGNO audiência para a oitiva das testemunhas arroladas pelas partes autora e ré, para o dia 6 de fevereiro de 2020, às 11 horas. INTIMEM-SE as partes, por seus advogados para que compareçam à audiência e para que, caso pretendam que as testemunhas sejam intimadas pelo Poder Judiciário, deverão assim declarar no prazo de trinta (30) dias, ratificando a qualificação e, especialmente os endereços para a intimação, bem como RECOLHENDO as custas para intimação. No silêncio de qualquer das partes ou não cumprida qualquer das determinações acima, o juízo considerará que a testemunha (já arrolada) será trazida pela própria parte à audiência. Ananindeua, 28 de junho de 2019. Luís Augusto da Encarnação MENNA BARRETO Pereira Juiz de Direito titular da 3a Vara Cível e Empresarial de Ananindeua Página ! de ! 1 1 PROCESSO: 00405729120158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDO SANTIAGO MENTEIRO Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 14977 - MARCEL AUGUSTO SOARES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) OAB 6.100 - LUCIMARY GALVAO LEONARDO GARCES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00486273120158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ROBERTO DA CRUZ BRAGA Representante(s): OAB 7158 - AMIRALDO NUNES PARDAUIL (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA. ATO ORDINATÓRIO Certifico e dou fé que nesta data providenciei o arquivamento dos presentes autos. Francisco de Assis Souza Fonseca Diretor de Secretaria PROCESSO: 00605289320158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:RENATA BRITO ASSIS Representante(s): OAB 21028 - MARCUS VINICIUS BOTELHO BRITO (ADVOGADO) OAB 21014 - MARCO ANTONIO COSTA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERENTE:CARLOS EGGER CARVALHO MIRANDA JUNIOR Representante(s): OAB 21028 - MARCUS VINICIUS BOTELHO BRITO (ADVOGADO) OAB 21014 - MARCO ANTONIO COSTA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO VIEIRA LOURENCO Representante(s): OAB 16865 - BERNARDO MORELLI BERNARDES (ADVOGADO) OAB 21461 - ALLAN ROCHA OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 7961 - MICHEL FERRO E SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARCIA DOS SANTOS LOURENCO Representante(s): OAB 16865 - BERNARDO MORELLI BERNARDES (ADVOGADO) OAB 21461 - ALLAN ROCHA OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 7961 - MICHEL FERRO E SILVA (ADVOGADO) . TERMO DE CONCLUSÃO 0060528-93.2015.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00706454620158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:ADM DE CON NAC HONDA LTDA Representante(s): OAB 16837-A - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:JOEL GLEDSON DE LIMA BATISTA. TERMO DE CONCLUSÃO 0070645-46.2015.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB P R O C E S S O : 0 0 7 5 6 1 8 4 4 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUIS AUGUSTO DA E MENNA BARRETO PEREIRA Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 28/06/2019 REQUERENTE:IDE AQUINO DA SILVA Representante(s): OAB 2633 - HIPOLITO DA LUZ DE BARROS GARCIA (DEFENSOR) ENVOLVIDO:PAULO ROBERTO MARTINS DA SILVA. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 3ª Vara Cível da Comarca de Ananindeua Processo nº 0075618-44.2015.8.14.0006 DESPACHO Vistos os autos. REITERE-SE ofício ao banco BRADESCO, para que no prazo de 15 (quinze) dias,

informe sobre a existência de valores na conta n° 44142-3, agência n° 237 de titularidade de PAULO ROBERTO MARTINS, CPF n° 181.876.682-53, visto que a resposta do oficio na fl.55 informa dados bancários divergentes dos informados pelo INSS. Após, voltem conclusos. Ananindeua/PA, 13 de dezembro de 2018. Luis Augusto da E. Menna Barreto Pereira Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Civel De Ananindeua Página de 1 PROCESSO: 01005560620158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:CONDOMINIO VILLA FIRENZE Representante(s): OAB 14680 - ENOY CARNAVAL FONSECA (ADVOGADO) REQUERIDO:ALASTAIR ANDREW MOWATT. TERMO DE CONCLUSÃO 0100556-06.2015.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 01005924820158140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS EDUARDO VIEIRA DA SILVA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO PAN SA Representante(s): OAB 63.154 - VERIDIANA PRUDENCIA RAFAEL (ADVOGADO) OAB 20636-A - PATRICIA PONTAROLI JANSEN (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:SHERLON PINTO MONTEIRO. TERMO DE CONCLUSÃO 0100592-48.2015.8.14.0006 Nesta data, faço estes autos conclusos a(h(o) MM(ª). Juiz(a) de Direito da 3ª Vara de Cível e Empresarial de Ananindeua/Pa. Ananindeua/Pa aos, 28 de junho de 2019 Analista Judiciário da 3ª Vara Cível de Ananindeua, assino em conformidade com os Provimentos 006/2006 e 008/2014 da CJRMB PROCESSO: 00073896820108140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Alvará Judicial em: REQUERENTE: M. V. S. Representante(s): OAB 15741 - SILVIA DE SOUZA SANTOS (ADVOGADO) PROCESSO: 00224543320168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERENTE: M. F. M. M. Representante(s): OAB 17559 - ZANDRA DOMERINA ALCANTARA SA (ADVOGADO) REQUERIDO: B. B. E. P. S. Representante(s): OAB 17337 - THIAGO DOS SANTOS ALMEIDA (ADVOGADO)

FÓRUM DE BENEVIDES

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BENEVIDES

Número do processo: 0801244-71.2017.8.14.0097 Participação: AUTOR Nome: GILBERTO ABLAS REZENDE Participação: ADVOGADO Nome: LUIZ FERNANDO DE FREITAS MOREIRAOAB: 2468PA Participação: RÉU Nome: A M DA S PANTOJA EIRELI - MEProcesso nº 0801244-71.2017.8.14.0097 SENTENÇA Vistos, justificando o tempo de conclusão em face do elevado volume de serviço. Cuida-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER, proposta por GILBERTO ABLAS REZENDE, através de advogado constituído, contra CONDOMÍINIO ECOLÓGICO AMAZONFLORA, representado por seu síndico ALMIRO SILVA DOS SANTOS, todos qualificados nos autos.Ocorre que, anteriormente à citação, o Autor requereu a desistência da ação (fls. ID - 3661874).É o breve relatório. DECIDO.Trata-se de pedido de desistência da ação, o qual não importa em renúncia a direito nem impede ajuizamento de novo pedido, se for o caso, e, sendo o mesmo apresentado antes da contestação, prescinde da oitiva da parte Requerida.EX POSITIS, e por tudo o que dos autos consta, com fulcro nos arts. 200, parágrafo único, e art. 485, VIII, e § 4°, do Novo Código de Processo Civil, HOMOLOGO por sentença a DESISTÊNCIA DA AÇÃO, expressada nos autos, e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito.Ante o pedido de gratuidade judiciária requerida exordialmente, defiro-o neste ato na forma e sob as penas do art. 98, ss, do NCPC. Transitando em julgado, arquivem-se, com as cautelas legais.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Benevides, 24 de abril de 2018. VIVIANE MONTEIRO FERNANDES AUGUSTO DA LUZJuíza de Direito

FÓRUM DE MARITUBA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA

RESENHA: 25/06/2019 A 25/06/2019 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA PROCESSO: 00007184620118140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:ORISVALDO DA SILVA PINHEIRO Representante(s): OAB 5041 - FERNANDO FLAVIO LOPES SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARICELIS DO SOCORRO NOGUEIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Rua Cláudio Barbosa da Silva, nº 536, Centro, Marituba-PA, CEP 67.105-160 Telefone: (91) 3299-8800 - E-mail: 1civelmarituba@tjpa.jus.br

---

Processo: 0000718-46.2011.8.14.0133 DESPACHO 1. Intimem-se as partes para, no prazo sucessivo de 05(cinco) dias, indicarem as eventuais provas que pretendem produzir, além dos documentos que constam no autos, as quais serão apreciadas na decisão de saneamento (art. 357 e incisos, do CPC). 2. Após o decurso do prazo para a parte autora, os autos deverão ser imediatamente remetidos à Defensoria Pública. 3. Acaso não haja manifestação sobre provas, este Juízo realizará o julgamento antecipado do mérito, na forma do art. 355 do CPC. Publique-se. Intime-se. Marituba-PA, 25 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marituba-PA PROCESSO: 00016508520158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Execução Fiscal em: 25/06/2019 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 14075 - JAIR SA MAROCCO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:VOTORANTIM CIMENTOS N/ME S/A Representante(s): OAB 1151-A - HUGO FILARDI PEREIRA (ADVOGADO) OAB 808 A - CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL - PRIVATIVA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA, INFÂNCIA E JUVENTUDE Processo 0001.650-85.2015.814.0133 SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de ação de execução fiscal ajuizada por ESTADO DO PARÁ - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, tendo por suporte a certidão de dívida anexada à inicial, em desfavor de VOTORANTIM CIMENTOS N/ME S/A, já devidamente qualificado nos autos. Após ser proferida a ordem inicial de citação, a executada opôs exceção de pré-executividade. Em seguida, a exequente atravessou petição pleiteando a extinção da execução pela hipótese de pagamento administrativo, antes do ajuizamento da execução, conforme se verifica à fl. 52 dos autos. Relatei sucintamente. Decido. O Juízo deve ressaltar que, citada, a executada constituiu Advogado que ofereceu defesa nos autos, revelada pela via da exceção, na qual ressaltou o pagamento administrativo. Assim, ao ajuizar a execução de valor já pago na via administrativa, o ente federativo demonstrou falta de zelo, ocorrendo ato de defesa nestes autos. Dessa forma, tendo em vista a comprovação de pagamento informada pela exeqüente declaro extinta a presente execução, na forma prescrita no art. 924, II do CPC, condenando o exequente em honorários advocatícios que arbitro em 10% sobre o valor atribuído à causa. Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se. P. R. I. Marituba, 24 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara 1 PROCESSO: 00016863520128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 25/06/2019 REQUERENTE:I. S. A. Representante(s): OAB 12011 - MARUCIA CONDE MAUES (DEFENSOR) ILMA BARBOSA DE SOUSA (REP LEGAL) REQUERENTE:Y. S. A. Representante(s): OAB 12011 - MARUCIA CONDE MAUES (DEFENSOR) ILMA BARBOSA DE SOUSA (REP LEGAL) REQUERENTE:G. S. A. Representante(s): OAB 12011 - MARUCIA CONDE MAUES (DEFENSOR) ILMA BARBOSA DE SOUSA (REP LEGAL) REQUERIDO:MARCOS MARQUES DE ALMEIDA. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL - PRIVATIVA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA, INFÂNCIA E JUVENTUDE Processo nº. 0001686-35.2012.8.14.0133 SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de Ação de Alimentos ajuizada por I.D.S.D.A., Y.D.S.D.A. e G.D.S.D.A., representado(a)(s) por sua genitora, Sra. ILMA BARBOSA DE SOUSA, em face de MARCOS MARQUES DE ALMEIDA, partes qualificadas nos autos. Em Decisão proferida às fls. 12/13, este Juízo fixou alimentos provisórios em 30% sobre os

rendimentos do demandado, designou audiência una e determinou a citação da parte requerida. A audiência foi redesignada, pela ausência de informação sobre a intimação da parte requerida. Na nova data, também restou frustrado o ato, desta feita em virtude da ausência de informação sobre a intimação da parte requerente. Finalmente, a audiência foi redesignada para o dia 25/06/2019, tendo sido intimada a parte requerente e não encontrada a requerida, nos termos da Certidão de fl. 35. Nada obstante, no dia e horário desta última, efetuado o pregão constatou-se a ausência de ambas as partes. Eis o sucinto relatório. Decido. Nos termos do art. 7º da Lei nº. 5.478/68, o não comparecimento da parte autora à audiência enseja o arquivamento do pedido. Nesse contexto, verifico que a representante legal da parte autora foi devidamente intimada para o ato e expressamente advertida da consequência em caso de sua ausência, ao que se acrescenta que, até a presente data, não apresentou justificativa plausível para tal. Por outro lado, o simples arquivamento do pedido, sem a extinção do processo, seria medida inócua e contrária à ideia de gestão de processos, pois a ausência da parte autora revela verdadeira falta de interesse processual, não sendo razoável que o processo fique aguardando indefinidamente sua retomada pelos interessados, os quais podem, a qualquer tempo, ajuizar nova ação de alimentos. Ressalte-se, ainda, que o feito vem se prologando desde o ano de 2012, fazendo parte do acervo pertencente à META 2 do CNJ, e, por isso, demandando dos atores processuais uma atuação mais diligente, sem que sequer tenha sido frutífera a citação da parte requerida. Ex positis, e por tudo o que dos autos consta, REVOGO A DECISÃO LIMINAR PROFERIDA ÀS FLS. 15/16, E DECLARO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 485, inciso VI, do Código de Processo Civil vigente. Em virtude da ausência de triangularização processual, deixo de condenar a parte autora ao pagamento de honorários. Isento de custas em razão da gratuidade. Junte-se aos autos o comprovante de recebimento do Ofício expedido à fl. 21 e, acaso positivo o recebimento pela fonte pagadora da parte requerida, oficie-se à referida fonte pagadora informando os termos desta Sentença. Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Havendo interposição de Apelação, proceda-se na forma do art. 1.010 do CPC e do Provimento nº 006/2006-CJRMB, independentemente de nova conclusão. Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se. P.R.I.C. Marituba, 25 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marituba-PA PROCESSO: 00018944820148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:PEDRO DE JESUS PAIXAO Representante(s): OAB 10639 - MARGELLY MESQUITA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Representante(s): OAB 4339 - ROSEMIRO SALGADO CANTO FILHO (PROCURADOR(A)) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA - PRIVATIVA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA, INFÂNCIA E JUVENTUDE, INTERDITOS E CURATELADOS Processo nº. 0001894-48.2014.8.14.0133. SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de ação de restabelecimento de auxílio-doença ajuizada por PEDRO DE JESUS PAIXÃO em face de INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL, partes já devidamente qualificadas nos autos. Inicialmente, a ação foi proposta no Juizado Especial Federal da seção judiciária do Pará, por meio do jus postulandi. Em sua exordial, o requerente alegou, em síntese, o seguinte: a) Recebeu auxílio doença até 13.11.2011; b) Apresentou recurso contra a decisão administrativa que encerrou o pagamento do benefício. O recurso foi indeferido; c) Tornou-se incapaz para o trabalho e não tem condições de prover o sustento de sua família, fazendo jus ao recebimento de auxílio-doença e à conversão deste em aposentadoria por invalidez; d) Possui a qualidade de segurado. Após aduzir suas razões fáticas e jurídicas, o demandante pediu: a) A gratuidade judiciária; b) A citação do requerido; c) A condenação do INSS ao restabelecimento do auxílio-doença e a conversão deste em aposentadoria por invalidez, conforme resultado de perícia judicial, incluindo as parcelas vencidas, com acréscimo de juros e de correção monetária. A inicial foi instruída com os documentos de fls. 07-33. O INSS foi regularmente citado e o autor foi submetido à devida perícia médica, conforme consta às fls. 34-39. O requerido não apresentou contestação. Após a juntada do laudo pericial, o juízo da 10ª Vara Federal do JEF, em decisão de fls. 49-51, declinou da competência por entender que se tratava de demanda envolvendo acidente do trabalho. Em despacho de fl. 108, este juízo acolheu a competência e determinou a intimação do requerente para constituir advogado e adequar sua pretensão ao procedimento ordinário, o que foi devidamente atendido às fls. 110-122 Em despacho de fls. 141, este juízo fixou prazo de 05 (cinco) dias para que as partes se manifestassem sobre eventuais provas a serem produzidas em instrução. Em petição de fl. 145, o autor informou que não tinha outras provas a produzir além das que já constavam nos autos. O INSS não se manifestou sobre provas, conforme certidão de fl. 164. Diante da ausência de outras provas a serem produzidas em instrução, este juízo passou ao julgamento do mérito. Eis o sucinto relatório. Decido. II - MÉRITO. Em primeiro lugar, cumpre destacar que, embora o INSS não tenha apresentado contestação, a supremacia e a indisponibilidade do interesse público, bem como a presunção

de legitimidade dos atos administrativos, impedem que a revelia produza seu efeito material, razão pela qual não há que se falar, no presente caso, de presunção relativa de veracidade dos fatos alegados na inicial. Diante disso e considerando o disposto no art. 373, I, do CPC, continuou sendo do autor o ônus de provar o fato constitutivo do direito que alegou. Os atestados médicos juntados com a inicial não são suficientes à comprovação do alegado, pois foram produzidos de forma unilateral, sem o devido exercício do contraditório. O autor foi submetido à necessária perícia judicial, cuja conclusão foi a de que o demandante não está incapacitado para a realização de atividade habitual de fiscal de vendas, conforme consta no laudo de fls. 37-39, especificamente nos quesitos 4 e 6 (fl. 38). Ressalta-se que, em manifestação de fl. 145, a própria parte autora abdicou da produção de outras provas. Diante da não ocorrência do efeito material da revelia e da prova pericial indicando a ausência de incapacidade para a ocupação habitual, os pedidos formulados devem ser julgados improcedentes. III - DISPOSITIVO Diante da fundamentação exposta, JULGO IMPROCEDENTES OS PEDIDOS FORMULADOS NA INICIAL e DECLARO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, fazendo-o com fundamento nos arts. 316 e 487, I, e 490 do Código de Processo Civil vigente. Diante da sucumbência do autor, este fica obrigado ao pagamento das custas e de honorários advocatícios no valor equivalente a 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, sendo que tais obrigações ficam sob condição suspensiva de exigibilidade, na forma do art. 98, § 3º, do CPC, tendo em vista a gratuidade deferida ao requerente. Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se. Havendo interposição de apelação, cumpra-se o disposto no art. 1.010 do CPC, independentemente de nova conclusão. Publique-se. Intime-se. Marituba, 24 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara de Marituba PROCESSO: 00027431520178140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Ação Civil Pública em: 25/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 24688-B - LUIS FELIPE KNAIP DO AMARAL (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MARITUBA Representante(s): OAB 23154 - BEATRIZ FERREIRA SANTIAGO (PROCURADOR(A)) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - PRIVATIVA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA E INFÂNCIA E JUVENTUDE Processo 0002.743-15.2017.814.0133 SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de ação civil pública com pedido de antecipação de tutela ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL contra ESTADO DO PARÁ E MUNICÍPIO DE MARITUBA, a fim de compelir os mesmos a garantir prestação de serviços de saúde já inseridos nas políticas públicas do Sistema Único de Saúde, ao paciente ODIVALDO DA SILVA PINHEIRO, já qualificado. O pedido de cognição sumária foi deferido, conforme decisão de fls. 61/70, sendo os entes demandados ouvidos previamente, através de ato de citação/intimação. O Estado do Pará atravessou postulando a declaração de nulidade de citação. O Município de Marituba atravessou contestação nos autos. Oportunamente, o Ministério Público se manifestou pela extinção do processo sem resolução de seu mérito, diante da concretização do tratamento postulado. Relatei, em apertada síntese. Passo a decidir. Inicialmente, indefiro o pedido de declaração de nulidade de citação formulado pelo Estado do Pará, eis que não houver qualquer irregularidade no ato de comunicação processual. Equivoca-se o ente federativo ao supor alguma exigência de remessa dos autos obrigatória no ato de citação. A determinação do CPC é para casos de mera intimação, não de citação, a qual foi realizada corretamente por Oficial de Justiça desta unidade, bastando que se entregue a contra-fé. Em relação à manifestação do Parquet, razão assiste à nobre Promotora de Justiça, eis que não se trata propriamente de resistência à pretensão, mas de notório desajuste de gestão nas ações de saúde, ensejando o ajuizamento da ação. Na hipótese, se o serviço foi prestado como postulado, encaixando-se a prestação dentro das políticas públicas do SUS, vinculado a um PCDT específico, caracterizada está a perda de objeto. Devo ressaltar que o presente contexto da judicialização da saúde exige otimização dos atores processuais para focar naquilo que efetivamente exige a atenção do Poder Judiciário. Nas circunstâncias, revogo a antecipação de tutela antes concedida e julgo extinto o processo sem resolução de seu mérito, na forma do artigo 485, VI do CPC, isentando a incidência de custas. Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se. P. R. I. Marituba, 24 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara PROCESSO: 00062719620138140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 REQUERENTE:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 21801 OAB-CE - ALAN FERREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA DA ANUNCIACAO GOMES MEIRELES Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) OAB 6904 - RONALDO AIRES VIANA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Rua Cláudio Barbosa da Silva, nº 536, Centro, Marituba-PA, CEP 67.105-160

Telefone: (91) 3299-8800 - E-mail: 1civelmarituba@tjpa.jus.br

_____ DESPACHO

Processo:0006271-96.2013.8.14.0133 1. Tendo em vista o teor da certidão de fl. 93, determino a remessa dos autos a Unidade de Arrecadação Judicial para esclarecer se existem ou não custas pendentes de recolhimento. 2. Em caso positivo, a UNAJ deve emitir os respectivos boletos e a Secretaria deverá intimar a parte interessada para efetuar o pagamento no prazo de 15(quinze) dias. 3. Não havendo pagamento, proceda-se à inscrição em dívida ativa e arquiva-se. 4. Não havendo custas pendentes, arquiva-se. Marituba-PA, 25 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marituba-PA PROCESSO: 00067002920148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:WILTON OLIVEIRA COLLYER Representante(s): OAB 13081 - ANTONIO ROBERTO VICENTE DA SILVA (ADVOGADO) OAB 19206 - DAVID REALE DA MOTA (ADVOGADO) OAB 21178 - RAFAEL MESCOUTO CABRAL (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA Representante(s): OAB 20103-A - LUCIMARY GALVAO LEONARDO GARCES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Rua Cláudio Barbosa da Silva, nº 536, Centro, Marituba-PA, CEP 67.105-160 Telefone: (91) 3299-8800 - E-mail: 1civelmarituba@tjpa.jus.br

Processo: 0006700-29.2014.8.14.0133 DESPACHO 1. A Secretaria deverá esclarecer o teor da certidão de fl. 171, haja vista a ausência de recurso juntado aos autos. 2. Verifico, ainda, que a contestação de fls. 46/75, foi protocolada desacompanhada do respectivo instrumento de mandato. Tratando-se de vício sanável, determino à Secretaria que promova a intimação de ambas as advogadas declinadas ao final da peça a fim de sanarem o vício, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena em não o fazendo ser determinado seu desentranhamento dos autos. 3. Cumpridas as determinações, certifique-se e retornem conclusos. Publique-se. Intime-se. Marituba-PA, 24 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marituba-PA PROCESSO: 00071053120158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:BRUNO DANILO DA SILVA E SOUSA Representante(s): OAB 21249 - PATRICIA LIMA DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:LONDRES INCORPORADORA LTDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Rua Cláudio Barbosa da Silva, nº 536, Centro, Marituba-PA, CEP 67.105-160 Telefone: (91) 3299-8800 - E-mail: 1civelmarituba@tjpa.jus.br

Processo nº. 0007105-31.2015.8.14.0133 DESPACHO Rejeito a retratação prevista no art. 485, § 7º, do CPC e mantenho a Sentença recorrida por seus próprios fundamentos. Intime-se o(a) apelado(a), para apresentar contrarrazões no prazo legal. Após o referido prazo, não havendo interposição de apelação adesiva, certifique-se e remetam-se os autos ao Tribunal (art. 1.010 do CPC). P.R.I.C. Marituba-PA, 25 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marituba-PA PROCESSO: 00072549520138140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:MARIA DA ANUNCIACAO GOMES MEIRELES Representante(s): OAB 13443 - BRENDA FERNANDES BARRA (ADVOGADO) REQUERIDO:AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INV SA Representante(s): OAB 6047 - CARLOS ANDRE DE MELLO QUEIROZ (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Rua Cláudio Barbosa da Silva, nº 536, Centro, Marituba-PA, CEP 67.105-160 Telefone: (91) 3299-8800 - E-mail: 1civelmarituba@tjpa.jus.br

_____ Processo nº. 0007254-95.2013.8.14.0133 SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de Ação Revisional de Contrato com consignação em Pagamento com Pedido de Tutela Antecipada ajuizada por MARIA DA ANUNCIAÇÃO GOMES MEIRELES em face de AYMORÉ CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA. Em decisão à fl. 56, o juízo se declarou incompetente, declinado a competência ao Juízo da 1º Vara Cível de Marituba. No Despacho proferido à fl. 58, o Juízo acolheu a declinação de competência, deferiu a gratuidade Judiciária, e determinou a citação da parte requerida. Em certidão de fl. 60, a secretaria certificou que a parte requerida não apresentou Defesa. Em despacho de fl. 83, o Juízo determinou a intimação da parte requerente para, no prazo de 05(cinco) dias, informar se possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Em petitório de fl.

84, à requerente se manifestou pelo prosseguimento do feito. Em despacho à fl. 86, o Juízo novamente outorgou à requerente o prazo de 05(cinco) dias, com a finalidade de esclarecer sua convicção acerca da utilidade do presente procedimento, advertindo a mesma que na ausência de manifestação, o processo seria extinto sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VI do CPC. Em certidão à fl. 87, o prazo para manifestação acerca da utilidade no prosseguimento do presente feito transcorreu "in albis" Eis o relatório sucinto. Decido. A existência do interesse processual está condicionada à verificação de três requisitos: necessidade, utilidade e adequação da via eleita para obter o provimento jurisdicional almejado. Tendo em vista que na última deliberação judicial, à fl. 86, a parte requerente foi devidamente advertida da possibilidade de aplicação de penalidade em caso de inércia, resta evidente a caracterização de sua ausência de interesse no resultado útil do feito, incorrendo em hipótese de ausência das condições da ação, no caso, o interesse processual. Ressalte-se que o feito vem se prologando desde o ano de 2013, fazendo parte do acervo pertencente à META 2 do CNJ, e, por isso, demanda dos atores processuais uma atuação mais diligente. Diante do exposto, considerando a inércia da parte Requerente, DECLARO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 485, inciso VI, do CPC. Isento de custa em razão da gratuidade da Justiça. Havendo interposição de Apelação, cumpra-se o disposto no art. 1.010 do CPC, independentemente de nova conclusão. Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se. Marituba, 25 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marituba-PA PROCESSO: 00155907620168140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Busca e Apreensão em: 25/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 10422 - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA ROSA DE MENEZES. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE MARITUBA Processo 0015.590-76.2016.814.0006 SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de ação de busca e apreensão ajuizada por BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A, instituição financeira já qualificada nos autos, em desfavor de MARIA ROSA DE MENEZES, tendo por suporte os dispositivos do Decreto Lei 911/69 e alterações da Lei 10.931/04, originalmente distribuída ao Juízo de Ananindeua. Após o deferimento da medida liminar, o Juízo de Ananindeua foi alertado no sentido de que a demandada residia em Marituba, ensejando a declinação de competência. Oportunamente, a parte requerente atravessou pedido de desistência, o qual não foi apreciado em razão do trânsito em julgado da decisão declinatória. Os autos foram, então, redistribuídos a este Juízo. Relatei e passo a decidir. Inicialmente, acolho a declinação de competência. Tendo em vista o expresso pedido de desistência, revogo a liminar antes concedida e julgo extinto o processo sem resolução do mérito, na forma prevista pelo artigo 485, VIII do CPC, condenando o requerente ao pagamento das custas processuais. O Juízo não praticou qualquer ato no sistema RENAJUD. Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Marituba, 24 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara PROCESSO: 00280362120168140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:ZURICH MINAS BRASIL SEGUROS SA Representante(s): OAB 273843 - JOSE CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:FABIANO RIBEIRO DA SILVA REQUERIDO:SAMAUMA LOCACAO E FRETAMENTO DE VEICULOS LTDA Representante(s): OAB 17001 - MARIANE PANTOJA BATISTA (ADVOGADO) OAB 18322 - INAE DE SOUZA OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 13742 - EMMANOEL ILKO CARVALHO OLIVEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - PRIVATIVA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA E INFÂNCIA E JUVENTUDE Processo 0028.036-21.2016.814.0133 DESPACHO Tendo em vista que a citação do 2º réu foi realizada em nome de terceiro estranho à lide, declaro sua nulidade, ressaltando que já foi informado pela 1ª requerida acerca da rescisão do contrato de trabalho mantido entre os réus. Assim, determino a citação do 2º demandado no endereço indicado pela requerente à fl. 109, qual seja, Rua Bom Jasmin, 1248, Primavera, Altamira/PA, CEP 68371970, por AR. Marituba, 24 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara PROCESSO: 00690834120068140133 PROCESSO ANTIGO: 200610006030 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:LUCIENE DE PINA LIMA Representante(s): OAB 4543 - AFONSO DE MELO SILVA (ADVOGADO) OAB 6725 - SEBASTIAO NAZARENO VALE DE SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:OTAVIO ZAPELINI FILHO Representante(s): OAB 11341 - ALFREDO DE NAZARETH MELO SANTANA (ADVOGADO) OAB 16142 - JULIANNE MAIA DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 12077 - ADRIANO PALERMO COELHO (ADVOGADO) OAB 16460 - LARISSA VINAGRE MACHADO (ADVOGADO) OAB 17320 - DANIELLE CECY CARDOSO SERENI (ADVOGADO) OAB

17849 - GEYSIANE PANTOJA BATISTA (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) DENUNCIADO:PORTO SEGURO COMPANHA DE SEGUROS GERAIS Representante(s): OAB 19178 - SUE ELLEN REGINA GURJAO MARTINS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL - PRIVATIVA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA, INFÂNCIA E JUVENTUDE, Processo nº. 0069083-41.2006.8.14.0133 DESPACHO Nada obstante o silêncio da parte requerida e da denunciada à lide sobre a proposta de designação de audiência de conciliação, em homenagem ao princípio da colaboração, outorgo às partes o prazo comum de 05(cinco) dias para indicarem os pontos que entendem controvertidos bem como apontarem as questões que entendem relevantes para a instrução do feito. Marituba-PA, 24 junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marituba-PA PROCESSO: 00941541320158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa em: 25/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO REQUERIDO:JESUS BERTOLDO RODRIGUES DO COUTO Representante(s): OAB 14082 - JULIANA CASTRO BECHARA (ADVOGADO) OAB 13686 - GILBERTO SOUSA CORREA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL - PRIVATIVA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA, INFÂNCIA E JUVENTUDE, Processo nº. 0094154-13.2015.8.14.0133 DESPACHO 1. O Juízo tomou conhecimento, na presente data, de que o Mandado de Citação fora cumprido, com diligência positiva, todavia o Oficial de Justiça responsável informou estar com dificuldades de ordem técnica para a juntada da certidão aos autos, no Sistema LIBRA, acrescentando já ter solicitado auxílio à Central de Informática para a solução do problema. 2. Diante do exposto, retornem os autos à Secretaria a fim de que aguarde a devolução do Mandado e o decurso do prazo para Contestação. 3. Após, certifique-se e encaminhem-se os autos ao Ministério Público. Marituba-PA, 25 junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marituba-PA PROCESSO: 01261295320158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Tutela e Curatela - Nomeação em: 25/06/2019 REQUERENTE:ANA LUCIA MOREIRA MELO Representante(s): OAB 0001 - DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) REQUERIDO:ANA MARIA MELO MOREIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Rua Cláudio Barbosa da Silva, nº 536, Centro, Marituba-PA, CEP 67.105-160 Telefone: (91) 3299-8800 - E-mail: 1civelmarituba@tjpa.jus.br

_____

_____ Processo nº. 0126129-53.2015.8.14.0133 DESPACHO 1. Certifique-se se houve Impugnação à ação 2. Decorrido o referido prazo sem apresentação de defesa, fica a Defensoria Pública nomeada para o exercício do múnus de curador especial à lide, a quem os autos deverão ser remetidos para apresentação de Contestação, ainda que por negativa geral. 3. Não havendo pleito de outras provas, os autos devem ser encaminhados ao Ministério Público para exame e parecer. 4. Em seguida, conclusos para sentença. Intime-se e cumpra-se. Marituba-PA, 25 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marituba-PA PROCESSO: 03760748820168140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019 REQUERENTE:OMINI SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 4752 - PASQUALI PARISE E GASPARINI JUNIOR (ADVOGADO) OAB 150060 - HUDSON JOSE RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:SIMONE DO SOCORRO ALMEIDA. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL - PRIVATIVA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA E INFÂNCIA E JUVENTUDE Processo 0376.074-88.2016.814.0133 DESPACHO Os pedidos de conversão da ação de busca e apreensão em ação de execução constantes às fls. 36/43 são equivocados, eis que sequer houve tentativa formal de apreensão do bem. Nesse sentido, ainda que a requerente tenha formalmente declarado não possuir interesse na apreensão do bem, assim foi proposta a inicial, não tendo ocorrido emenda adequada, muito menos juntada de memorial de cálculo essencial às ações de execução. Dessa forma, indefiro num primeiro momento o pedido de conversão, determinando a expedição do mandado de busca e apreensão eis que já pagas as diligências de Oficial de Justiça. Acaso frustrada a apreensão do bem, o Juízo aplicará a conversão independentemente de nova oitiva da parte. Marituba, 24 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara PROCESSO: 06000772620168140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Procedimento de Conhecimento em: 25/06/2019 REQUERENTE:ANTONIO EDUARDO PEREIRA Representante(s): OAB 9658 - FUAD DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:FABIO ANTONIO DA SILVA LOBAO Representante(s): OAB

9658 - FUAD DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:JOSE CLAUDIO TEIXEIRA GOMES Representante(s): OAB 9658 - FUAD DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:LUCIANA SILVA DE CARVALHO Representante(s): OAB 9658 - FUAD DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:MARTA FERREIRA CORREA Representante(s): OAB 9658 - FUAD DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIVALDA COUTINHO DE FARIAS Representante(s): OAB 9658 - FUAD DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:WANILSA SUENISE SILVA DA COSTA Representante(s): OAB 9658 - FUAD DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:ZELINA BARBOZA CASTRO Representante(s): OAB 9658 - FUAD DA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:DIRECIONAL DIAMANTE EMPREEDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 9880 - ANDERSON COSTA RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:DIRECIONAL ENGENHARIA Representante(s): OAB 9880 - ANDERSON COSTA RODRIGUES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL - PRIVATIVA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA, INFÂNCIA E JUVENTUDE, Processo nº. 0600077-26.2016.8.14.0133 DESPACHO 1. Verifico que alguns requerentes não foram encontrados nos endereços que informaram nos autos, a saber: FABIO ANTONIO DA SILVA LOBÃO (fls. 722 e 742), MARIVALDA COUTINHO DE FARIAS (fls. 723 e 748), ANTONIO EDUARDO PEREIRA (fl. 757) e JOSÉ CLAUDIO TEIXEIRA GOMES (fl. 760). Assim, considerando ser dever da parte manter suas informações atualizadas além de tratar-se de pressuposto de constituição válida e regular do processo, intimem-se os requerentes apontados acima, através de seus advogados, para, no prazo de 05(cinco) dias, apresentarem comprovante de endereço atualizado ou certidão da justiça eleitoral atestando seu exato domicílio, bem como se possuem interesse no prosseguimento do feito. 2. Simultaneamente, ficam intimadas ambas as partes para, no PRAZO COMUM de 05(cinco) dias, se manifestarem sobre as provas que pretendem produzir, podendo, no mesmo prazo, sugerir pontos controvertidos a serem fixados no "decisum" saneador. 3. Após, certifique-se e retornem conclusos. Marituba-PA, 25 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marituba-PA PROCESSO: 00018612420158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Liberdade Assistida em: INFRATOR: D. C. S. N. PROCESSO: 00019938120158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: AUTOR: M. P. E. P. INFRATOR: A. F. C. INFRATOR: M. L. O. C. PROCESSO: 00020633020178140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: AUTOR: M. P. E. P. INFRATOR: J. P. S. PROCESSO: 00251420920158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: L. M. S. Representante(s): OAB 13719 - LUANA ROCHELLY MIRANDA LIMA (DEFENSOR) EXECUTADO: M. M. S. Representante(s): OAB SPSP - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE SAO PAULO (DEFENSOR) PROCESSO: 00261441420158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: AUTOR: M. P. E. P. INFRATOR: L. D. B. C. PROCESSO: 02070324120168140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: AUTOR: M. P. E. P. INFRATOR: P. H. G. S. PROCESSO: 03140407720168140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: E. K. B. F. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERENTE: E. H. B. F. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: M. L. F. PROCESSO: 06790769020168140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: INFRATOR: A. C. S. AUTOR: M. P. P.

PROCESSO: 00711175420158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERENTE: W. O. A. Representante(s): OAB 12385 ¿ ELIANA MAGNO GOMES (DEFENSOR) REQUERIDO: D. A. O. Representante(s): OAB 7587 - ELSON SANTOS DE ARRUDA (ADVOGADO) TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO Processo: 0071117-54.2015.8.14.0133 DATA: 12.06.2019. HORÁRIO: 10:30 H JUIZ DE DIREITO: Dr. HOMERO LAMARÃO NETO. REQUERENTE: WILLIAM OLIVEIRA DE ASSUNÇÃO. CURADORA DO REQUERENTE: MARILENE DA SILVA COSTA

DEFENSORIA PÚBLICA: Dra. ROSÂNGELA LAZZARIN. REQUERIDO(A): DORACI ARAUJO DE OLIVEIRA. ADVOGADO: Dr. ELSON SANTOS DE ARRUDA (OAB/PA nº 7.587) Na sala de audiências do Gabinete da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marituba, às 10h30min, este(a) Analista Judiciário(a) realizou o pregão, constatandose: 1) A presença do(a) requerente, Sr(a). WILLIAM OLIVEIRA DE ASSUNÇÃO, acompanhado(a) de sua(eu) representante legal, Sr(a). MARILENE DA SILVA COSTA; 2) A presença do(a) requerido(a), Sr(a). DORACI ARAUJO DE OLIVEIRA, acompanhado(a) de seu(ua) advogado(a). 3) A presença do(a) representante da Defensoria Pública; e 4) A presença da(s) testemunha(s): Sr(a). ELIANA ASSUNÇÃO DA COSTA (RG nº 1711008-2ª via/PC-PA) e Sr(a). REGINA CÉLIA DA SILVA MARCELINO (RG nº 3499217-2ª via/PC-PA), arrolada pela parte requerente, e, pela parte requerida, Sr(a). MAYCON ANTONIO DOS SANTOS SILVA (RG nº 5248875/PC-PA e CPF nº 887.053.902-49). AUDIÊNCIA GRAVADA EM SISTEMA DE ÁUDIO E VÍDEO, cuja mídia digital segue em anexo, com registro de depoimento pessoal das partes e das testemunhas. Na sequência, o Juízo proferiu a Deliberação adiante. DESPACHO: 1. Foi requerido pela DP: 1) o desarquivamento do Processo nº 0001.846- 11.2010.8.14.0133, juntando-se cópia integral dos autos referidos neste Processo, arquivando-se novamente, em seguida; e 2) a expedição de Ofício ao Município de Marituba-PA a fim de obter informações acerca do registro do imóvel em litígio. 2. Sem pedidos da parte autora. 3. Em relação aos pedidos da DP, o Juízo defere o pleito de desarquivamento, determinando seu cumprimento, indeferindo, todavia, o segundo pedido, tendo em vista que o fato constitutivo do direito alegado deve ser apresentado com a petição inicial, o que não foi feito, permitindo-se, contudo, a juntada de documentos pela DP em relação às certidões do imóvel até a data em que a Secretaria judicial juntar neste processo a cópia do processo de interdição. 4. Cumpridas as formalidades, retornem os autos conclusos. CERTIFICA-SE que a Defensora Pública teve que se retirar da audiência após a deliberação sobre os pedidos e antes da impressão do documento para participação de audiência na Vara Criminal, motivo pelo qual deixou de assinar o Termo. Nada mais havendo, foi declarada encerrada a audiência. Eu, _____, GISELLE MAPURUNGA E SILVA MEDEIROS, Analista Judiciário(a), o digitei e subscrevi. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Representante legal do Requerente Defensoria Pública Requerido Advogado Testemunha 1 ¿ ELIANA ASSUNÇÃO DA COSTA Testemunha 2 ¿ REGINA CÉLIA DA SILVA MARCELINO Testemunha 3 - MAYCON ANTONIO DOS SANTOS SILVA *Republicado para inclusão do inteiro teor do Despacho.

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA PROCESSO: 00042213420128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:PAULO ROBERTO PINTO COSTA Representante(s): OAB 3237 - ABELARDO DA SILVA CARDOSO (ADVOGADO) REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE MARITUBA Representante(s): OAB 9274 - VLADIMIR JUAREZ MELO BATISTA (ADVOGADO) OAB 13909 - RICARDO AFONSO ALHO CORREA (PROCURADOR(A)) OAB 12400 - LUCIANA FIGUEIREDO AKEL FARES (PROCURADOR(A)) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL - PRIVATIVA DOS FEITOS DA FAZENDA PÚBLICA, INFÂNCIA E JUVENTUDE, Processo nº. 0004221-34.2012.8.14.0133 DESPACHO 1. Defiro o pedido de produção de prova documental pela parte requerida, outorgando-lhe o prazo de 03(três) dias para a juntada dos documentos aos autos. 2. No mesmo prazo, fica deferida igual faculdade à parte autora. 3. Intimadas as partes, inicialmente a requerente e, em seguida, a requerida com a remessa dos autos, e decorrido o prazo assinalado, certifique-se e retornem conclusos para Sentença. Intimem-se e cumpra-se. Marituba-PA, 26 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marituba-PA PROCESSO: 00121467620158140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Consignação em Pagamento em: 27/06/2019 REQUERENTE:A DE J L MARINHO Representante(s): OAB 14929 - KELER BELMONTE LOUREIRO (ADVOGADO) ADILSON DE JESUS LOPES MARINHO (REP LEGAL) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Rua Cláudio Barbosa da Silva, nº 536, Centro, Marituba-

PA, CEP 67.105-160 Telefone: (91) 3299-8800 - E-mail: 1civelmarituba@tjpa.jus.br

_____ Processo: 0012146-76.2015.8.14.0133 DESPACHO 1. A despeito da Certidão de fl. 103, tendo em vista que ambas as partes não têm mais provas a produzir, encaminhem-se aos autos À UNAJ a fim de que informe se até o presente momento processual há pendência de custas a serem expedidas e/ou recolhidas por qualquer das partes. 2. Em caso positivo, a Secretaria judicial deverá, ato contínuo, providenciar a cobrança das custas em questão. 3. Posteriormente, certifique-se e retornem os autos conclusos para Sentença. Intimem-se e cumpra-se. Marituba-PA, 27 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marituba-PA PROCESSO: 00584031520078140133 PROCESSO ANTIGO: 200710007988 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:JOSE SEBASTIAO DE BARROS NETO Representante(s): OAB xxxx - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REQUERIDO:JOSE RINALDO SALES BARBOSA Representante(s): OAB 24159 - DOUGLAS CARDOSO CARRERA DA SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Rua Cláudio Barbosa da Silva, nº 536, Centro, Marituba-PA, CEP 67.105-160 Telefone: (91) 3299-8800 - E-mail: 1civelmarituba@tjpa.jus.br

_____ Processo nº. 0058403-15.2007.8.14.0133 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - MANDADO Trata-se de Cumprimento de Sentença em que a parte exequente requereu a expedição de Alvará para recebimento de valores bloqueados através do Sistema BACENJUD (1), bem como bloqueio de automóveis em nome da parte executada no Sistema RENAJUD (2), além da inclusão do nome da parte devedora em cadastro de inadimplentes (3) e a suspensão de sua Carteira Nacional de Habilitação-CNH (4), estes como meios coercitivos para pagamento dos valores residuais da dívida. Sobre o primeiro pedido (1), a Secretaria deverá abrir Subconta judicial vinculada a este feito e, na sequência, expedir Ofício ao Banco referido no espelho de consulta BACENJUD juntado às fls. 88/89, solicitando a transferência de valores para a conta judicial alhures. Após, expeça-se o Alvará respectivo em favor da parte exequente. Na sequência, com fins de satisfação do crédito, defiro o pedido de bloqueio de eventuais automóveis existentes em nome da parte executada (2), motivo pelo qual, na presente data, o Juízo concretizou restrições no Sistema RENAJUD de automóveis encontrados em nome da parte executada, quanto à transferência destes, conforme espelho de inclusão em anexo. Em relação ao penúltimo pedido (3), a Corte de Justiça deste Estado aderiu ao Termo de Cooperação Técnica nº. 020/2014, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e a SERASA S/A, a fim de facilitar o fluxo de envio e recebimento de informações entre os órgãos do Judiciário e o cadastro de inadimplentes. Sobre o tema, por oportuno, transcrevo a literalidade do art. 782, §§ 3º e 5º, do CPC, in verbis: Art. 782. Não dispondo a lei de modo diverso, o juiz determinará os atos executivos, e o oficial de justiça os cumprirá. (...) § 3o A requerimento da parte, o juiz pode determinar a inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes. (...) § 5o O disposto nos §§ 3o e 4o aplica-se à execução definitiva de título judicial. (grifos nossos) Com base no dispositivo acima a exequente pleiteou a esta unidade a alimentação do nome da parte executada nos cadastros de inadimplentes. Todavia, pela literalidade do §3º alhures, verifica-se que a inclusão do nome do devedor em cadastro de inadimplentes pelo Judiciário é uma faculdade do Juízo, a ser analisada com base no caso concreto. Ademais, o resultado da providência pode ser obtido pela parte exequente administrativamente, de forma mais célere, mediante protesto extrajudicial, nos termos do art. 1º, p. ú., da Lei nº 9.492/1997. E concretizada desse modo, facilita-se também a remoção futura da restrição ao nome da parte executada, eximindo o Judiciário da responsabilidade por eventual manutenção indevida da restrição. Tais fundamentos também são aplicáveis à análise do pleito de suspensão da CNH, especialmente a possibilidade de concretização administrativa do pedido. A eles, soma-se o princípio da menor onerosidade para o devedor, que deve nortear toda execução, segundo o qual havendo possibilidade de satisfação do crédito por meio menos gravoso ao devedor, deve-se utilizá-lo em preferência aos demais. Por sua importância, o princípio foi transcrito em norma legal, constando hoje no art. 805 do CPC vigente. Ressalta-se, por oportuno, que não foram esgotados todos os meios de satisfação do crédito. E esse último pedido (4) sequer se destina a esse propósito. Ora, se não há notícia da concretização de meios menos gravosos de coerção ao adimplemento que poderiam ter sido obtidos voluntária e administrativamente pela parte exequente, como, por exemplo, o protesto judicial, não se pode querer nesse momento o mais, como a medida de suspensão da CNH. Em outras palavras, esta última não se presta à satisfação direta do crédito em si, mas tão somente constitui meio apto a coagir indiretamente o devedor a adimplir seu débito. Sobre o tema e nesse sentido, confira-se a jurisprudência pátria: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO

ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. MEDIDAS SATISFATIVAS DO CRÉDITO PERSEGUIDO DEVEM SER RAZOÁVEIS E PROPORCIONAIS, PARA QUE SEJAM MENOS GRAVOSAS AO DEVEDOR E MAIS EFICAZES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 83/STJ. PRECEDENTE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA MENOR ONEROSIDADE DA EXECUÇÃO EM FACE DAS CIRCUNSTÂNCIAS DO CASO CONCRETO. REVOLVIMENTO DE CONTEÚDO FÁTICO-PROBATÓRIO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO. 1. É assente a cognição jurisprudencial deste Sodalício no sentido de que as medidas de satisfação do crédito perseguido em execução não podem extrapolar os liames de proporcionalidade e razoabilidade, de modo que contra o executado devem ser adotadas as providências menos gravosas e mais eficazes. Precedente. 2. No caso em exame, o Tribunal de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, concluiu que os pedidos formulados pelo exequente, de suspensão de passaporte, de suspensão da CNH e de cancelamento dos cartões de crédito e débito, seriam excessivamente gravosos aos executados e desproporcionais à obrigação de pagamento do débito, mormente considerando que, no caso, o Juízo a quo já deferira medida adequada a compelir os devedores ao adimplemento, determinando inclusão de seus nomes nos cadastros de proteção ao crédito. A revisão de tal entendimento, na via estreita do recurso especial, sobretudo para perquirir a adequada aplicação do princípio da menor onerosidade no caso concreto, encontra óbice na Súmula 7 do STJ. 3. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp 1283998/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 09/10/2018, DJe 17/10/2018) AGRAVO DE PETIÇÃO. SUSPENSÃO DE CNH. IMPROVIMENTO DO APELO. In casu, embora se admita que o Juízo da Execução adote diversas medidas visando garantir a Execução, a exemplo do bloqueio de valores via Bacen-Jud, a determinação de suspensão da CNH dos devedores, não se presta ao fim almejado pela Exequente, desde que, além de não se mostrarem viáveis à satisfação do crédito, desatendem ao princípio da efetividade, na medida em que não atinge o patrimônio dos devedores, violam o direito à liberdade de locomoção, além de obstarem a prática de atos de cidadania, infringindo, também, as garantias fundamentais dos Reclamados e ao princípio da dignidade da pessoa humana. Agravo de Petição a que se nega provimento. (TRT-20 00889004620095200006, Relator: JOSENILDO DOS SANTOS CARVALHO, Data de Publicação: 11/12/2018) AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. SUSPENSÃO DA CNH. A suspensão da CNH do devedor é medida extrema que só deve ser aplicada em casos excepcionais. AGRAVO DE INSTRUMENTO DESPROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70079253449, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Bayard Ney de Freitas Barcellos, Julgado em 13/03/2019). (TJ-RS - AI: 70079253449 RS, Relator: Bayard Ney de Freitas Barcellos, Data de Julgamento: 13/03/2019, Décima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 19/03/2019) Pelo exposto, INDEFIRO O PEDIDO DE INCLUSÃO DO NOME DA PARTE EXECUTADA NO SISTEMA SERASAJUD (3) e o PEDIDO DE SUSPENSÃO DA CNH (4), por ora. Expeça-se o respectivo Alvará. Concretizadas as restrições via RENAJUD, determino a expedição de Mandado de Penhora, Avaliação e intimação para Embargos em relação aos automóveis gravados de ônus, em anexo, a ser concretizado no endereço da parte executada constante nos autos. Fica autorizada a utilização dos benefícios preconizados no art. 212, § 2º, do Código de Processo Civil, para a realização das diligências fora do horário normal, se necessário for. Após a devolução do Mandado e o decurso do prazo para a parte executada, intime-se a parte exequente, mediante remessa dos autos à Defensoria Pública, para se manifestar no prazo de 10(dez) dias. Servirá o(a) presente, por cópia digitada, como Mandado/Ofício, nos termos do Provimento nº 003/2009-CJRMB e alterações posteriores. Cumpra-se na forma e sob as penas de lei. Intimem-se e cumpra-se. Marituba-PA, 24 de junho 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marituba-PA PROCESSO: 00682998120068140133 PROCESSO ANTIGO: 200610005850 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 27/06/2019 REQUERENTE:COMPANHIA ITAU LEASING DE ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): OAB 12008 - MAURA POLIANA SILVA RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:LUCIANO JOAO PONCE DE SOUZA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARITUBA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Rua Cláudio Barbosa da Silva, nº 536, Centro, Marituba-PA, CEP 67.105-160 Telefone: (91) 3299-8800 - E-mail: 1civelmarituba@tjpa.jus.br

_____

_____ Processo nº. 0068299-81.2006.8.14.0133

SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de Ação de Reintegração de Posse ajuizada por ITAÚ LEASING S.A - ARRENDAMENTO MERCATIL, em face de LUCIANO JOÃO PONCE DE SOUZA, partes já qualificadas nos autos. A parte autora, em Petição de fl.59, requereu a desistência da ação. É o breve relatório. DECIDO. O pedido de desistência da ação não importa em renúncia ao Direito nem impede novo

ajuizamento da ação, se for o caso. Na presente Ação, considerando que o pedido de desistência foi apresentado antes da citação do requerido, não há necessidade de anuência deste quanto à extinção pretendida (art. 485, § 4º, do NCPC). Não havendo interferência sobre quaisquer questões de Direito material e restando evidenciado o total desinteresse com relação ao prosseguimento do feito, não há qualquer óbice à homologação do pedido de desistência em comento. EX POSITIS, E POR TUDO O QUE DOS AUTOS CONSTA, COM FULCRO NOS ARTS. 200, PARÁGRAFO ÚNICO, E 485, VIII, DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, HOMOLOGO POR SENTENÇA O PEDIDO DE DESISTÊNCIA DA AÇÃO E, EM CONSEQUÊNCIA, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Custas pelo requerente. Considerando que o pedido de desistência foi realizado antes da triangularização da relação processual, deixo de fixar honorários. A parte autora renunciou ao prazo recursal. Intime-se, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se com as cautelas legais. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Marituba, 27 de junho de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marituba PROCESSO: 00079621420148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: AUTOR: M. P. E. P. INFRATOR: A. A. C. A. INFRATOR: A. B. S. PROCESSO: 06340766720168140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Adoção c/c Destituição do Poder Familiar em: REQUERENTE: I. S. C. Representante(s): OAB 4378 - FRANCISCO DE ASSIS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) OAB 13784 - THIAGO CUNHA DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 14220 - FABIO ROGERIO MOURA MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) OAB 18006 - DARLENE CUNHA CARNEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 21397 - ENIO AGUIAR PEREIRA (ADVOGADO) OAB 22927 - ANDREA MARTINS DE ALMEIDA LIRA (ADVOGADO) OAB 1993 - NELSON MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) OAB 25156 - FABIANNE SOUZA COSTA (ADVOGADO) REQUERENTE: E. S. G. F. C. Representante(s): OAB 4378 - FRANCISCO DE ASSIS SANTOS GONCALVES (ADVOGADO) OAB 13784 - THIAGO CUNHA DA CUNHA (ADVOGADO) OAB 14220 - FABIO ROGERIO MOURA MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) OAB 18006 - DARLENE CUNHA CARNEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 21397 - ENIO AGUIAR PEREIRA (ADVOGADO) OAB 22927 - ANDREA MARTINS DE ALMEIDA LIRA (ADVOGADO) OAB 1993 - NELSON MONTALVAO DAS NEVES (ADVOGADO) OAB 25156 - FABIANNE SOUZA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO: E. R. G. REQUERIDO: L. R. G.

PROCESSO: 00012738420118140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HOMERO LAMARAO NETO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 07/03/2019 REQUERENTE:CARUANA S/A SOCIEDADE DE CREDITO FINANCIAMENTO DE INVESTIMENTOS Representante(s): OAB 304789 - DJACI ALVES FALCAO NETO (ADVOGADO) OAB 307504 - LUCIANA TAVARES DE SOUZA FALCAO (ADVOGADO) OAB 311247 - MARCOS ANTONIO FALCAO DE MORAES (ADVOGADO) OAB 257868 - EBER DE MEIRA FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:PEDRO BARBOSA DE BRITO Representante(s): OAB 15468 - NATALIN DE MELO FERREIRA (ADVOGADO) OAB 11163 - RAIMUNDO BESSA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 16595-A - KATIA CRISTINA MACIEL OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 6625 - NILZA RODRIGUES BESSA (ADVOGADO) Processo 0001273-84.2011.814.0133 SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de ação de busca e apreensão ajuizada por CARUANA S/A ¿ SOCIEDADE DE CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO, instituição financeira já qualificada nos autos, em desfavor de PEDRO BARBOSA DE BRITO, tendo por suporte os dispositivos do Decreto Lei 911/69 e alterações da Lei 10.931/04. Segundo narrou o requerente, entre as partes foi celebrado contrato de abertura de crédito, em garantia do qual o(a) requerido(a) ofereceu em alienação fiduciária um veículo marca/modelo MERCEDES BENZ MODELO COMIL PIA O-L0812, 2003/2003, PLACA DBC-6154, COR BRANCA, CHASSI 9BM6881773B351274. Pelo contrato, o requerido se comprometeu a quitação do débito em prestações mensais, iguais e sucessivas. A liminar pleiteada foi concedida, nos termos dos fundamentos de fls. 23-24. Após o devido cumprimento da liminar, foi o(a) demandado(a) citado para responder à demanda, apresentando contestação às fls. 30-39 e reconvenção de fls. 44-53. O requerido interpôs agravo de instrumento contra a decisão que deferiu a busca e apreensão. Inicialmente, a relatora do agravo atribuiu efeito suspensivo ao agravo, conforme consta à fl. 80. A busca e apreensão do veículo não foi realizada, conforme consta na certidão de fl. 89. O agravo de instrumento foi provido para determinar a suspensão do cumprimento da medida liminar até o julgamento da exceção de incompetência oposta pelo agravante, conforme consta às fls. 106/107v. Com o objetivo de obter subsídios para decidir sobre a

arguição de incompetência, este juízo determinou a realização de consulta no SIEL, para averiguar se o demandado possuía endereço no município de Ananindeua. Conforme consta na certidão de fl. 118, não há nos autos dados suficientes para pesquisa no SIEL. Em despacho de fl. 119, este juízo determinou ao requerido/reconvinte que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularizasse sua qualificação nos autos e sua representação, apresentando documento de identificação pessoal com foto e comprovante de residência atualizado em seu nome, sob pena de extinção da reconvenção sem resolução do mérito. Embora intimado, o requerido/reconvinte não cumpriu a referida determinação, conforme certificado à fl. 121. Vieram os autos em conclusão, estando o feito isento de vícios, apto para julgamento. Relatei, em apertada síntese. Passo a decidir. MÉRITO As modificações introduzidas no Decreto Lei 911 pela Lei 10.931/04 propiciaram a exigência de que, após a citação, a parte demandada viesse a quitar a integralidade da dívida para restituição livre e desembaraçada do bem, senão veja-se: Art. 3º. (...) § 2º No prazo do § 1o, o devedor fiduciante poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus. Contudo, até a presente data não há comunicação no sentido de que o(a) demandado(a) tenha, efetivamente, quitado os valores em atraso, limitando-se a argumentar sobre adimplemento substancial e supostas abusividades contratuais. In casu, o(a) requerente comprovou a celebração do negócio jurídico entre as partes, bem como o inadimplemento do(a) requerido(a), o qual é, inclusive, confessado na contestação, gerando, assim, direito subjetivo à reclamação do bem, por ter sido dado em garantia do contrato principal de abertura de crédito inadimplido. Nesse diapasão, o inadimplemento das parcelas e a ausência de acordo para pagamento destas forneceu lastro ao requerente lançar mão da presente medida judicial, com o fito de resguardar sua contra parte no contrato firmado com o(a) demandado(a), a qual é satisfeita por intermédio do bem dado em garantia da dívida. Em relação à arguição de adimplemento substancial, o STJ já firmou entendimento no sentido de que tal tese é inaplicável aos contratos de alienação fiduciária, tendo em vista o regramento específico contido no Decreto-Lei nº. 911/69, o princípio da especialidade e a incidência subsidiária do Código Civil apenas nos casos em que houver lacunas (REsp 1.622.555-MG). O Código de Defesa do Consumidor não se aplica ao presente caso, haja vista não se tratar de relação de consumo, já que o caminhão apreendido era utilizado em atividade empresária, conforme afirmações da própria parte requerida. A parte requerida alegou a ocorrência de abusividade consubstanciada incidência de capitalização de juros e no respectivo percentual cobrado. A Súmula 121, do STF, estabelece a vedação de capitalização de juros, ainda que expressamente convencionada. Por óbvio, tal Súmula se aplica aos casos não regidos por lei específica que autorize expressamente a capitalização. Em 23 de agosto de 2001 foi editada, com redação semelhante à de MP´s anteriores, a Medida Provisória nº. 2.170-36, cujo art. 5º, caput, estabeleceu o seguinte: Art. 5º. Nas operações realizadas pelas instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, é admissível a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano. (Original sem destaques). Em 11 de setembro de 2001 foi promulgada a Emenda Constitucional nº. 32, cujo art. 2º instituiu a seguinte determinação transitória: Art. 2º As medidas provisórias editadas em data anterior à da publicação desta emenda continuam em vigor até que medida provisória ulterior as revogue explicitamente ou até deliberação definitiva do Congresso Nacional. (Original sem destaques). Assim, considerando o art. 2º, da EC nº. 32/01, e tendo em vista que não houve Medida Provisória posterior que revogasse a MP nº. 2.170-36/01, tampouco deliberação definitiva do Congresso sobre a capitalização de juros nas operações bancárias, esta prática continua tendo respaldo legal, já que as medidas provisórias têm força de Lei (art. 62, caput, da CF). Tramita no STF a ADI nº. 2.316 ¿ DF, proposta por partido político, visando, justamente, a declaração de inconstitucionalidade do art. 5º da citada Medida Provisória nº. 2.170-36. Tal Ação Declaratória de Inconstitucionalidade ainda não foi julgada, motivo pelo qual a capitalização de juros continua válida até que haja pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria. Nesse sentido, cita-se recente julgamento do STJ: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL - AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE BANCÁRIO - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE DEU PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL DA CASA BANCÁRIA. IRRESIGNAÇÃO DO MUTUÁRIO. 1. É inadmissível a revisão de ofício de cláusulas contratuais consideradas abusivas, conforme entendimento sedimentado na Súmula 381 deste STJ. 2. Juros remuneratórios. Impossibilidade de limitação em 12% ao ano, pois os juros remuneratórios não sofrem a limitação imposta pelo Decreto nº 22.626/33 (Lei de Usura), conforme dispõe a Súmula 596/STF. A abusividade da pactuação deve ser cabalmente demonstrada em cada caso, o que não foi comprovado nestes autos. 3. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp n.º 973.827/RS, Rel.ª para acórdão Min.ª Maria Isabel Gallotti, submetido ao procedimento dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC), assentou entendimento de que é permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31/03/2000, data da publicação da Medida Provisória n.º 1.963-17/2000, em vigor como MP nº 2.170-01, desde que

expressamente pactuada. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para caracterizar a expressa pactuação e permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada. 4. Comissão de permanência. Entendimento pacificado em recurso repetitivo (REsp n. 1.058.114/RS, Rel. p/ acórdão Min. João Otávio de Noronha, Segunda Seção, DJe de 16/11/2010) da legalidade da sua cobrança durante a inadimplência, à taxa média dos juros de mercado, limitada ao percentual previsto no contrato, e desde que não cumulada com outros encargos moratórios. 5. A inexistência de encargos abusivos no período da normalidade caracteriza a mora do devedor e possibilita a inscrição do nome do consumidor em cadastro de inadimplentes. 6. Legalidade na cobrança de tarifas administrativas. No julgamento do REsp 1.251.331/RS, submetido ao rito dos recursos repetitivos, este Tribunal Superior firmou entendimento de que desde 30.4.2008, data do início da eficácia da Resolução CMN 3.518/2007 e respectiva Tabela I da Circular BACEN 3.371/2007, não mais é jurídica a pactuação da TAC e TEC. Como no caso o contrato foi firmado anteriormente à referida resolução, com previsão de cobrança dos encargos, torna-se possível a sua incidência na hipótese. 7. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 1352847/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 21/08/2014, DJe 04/09/2014). (Original sem destaques). No mesmo sentido, cumpre citar o enunciado de Súmula nº. 539, do STJ: É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada. (Súmula 539, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/06/2015, DJe 15/06/2015). (Grifo nosso). Cabe destacar que o STF, em julgamento de recurso extraordinário, já se posicionou sobre a constitucionalidade formal da a MP nº. 2.170-36/01, conforme acórdão abaixo transcrito: Ementa: CONSTITUCIONAL. ART. 5º DA MP 2.170/01. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS COM PERIODICIDADE INFERIOR A UM ANO. REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA EDIÇÃO DE MEDIDA PROVISÓRIA. SINDICABILIDADE PELO PODER JUDICIÁRIO. ESCRUTÍNIO ESTRITO. AUSÊNCIA, NO CASO, DE ELEMENTOS SUFICIENTES PARA NEGÁ-LOS. RECURSO PROVIDO. 1. A jurisprudência da Suprema Corte está consolidada no sentido de que, conquanto os pressupostos para a edição de medidas provisórias se exponham ao controle judicial, o escrutínio a ser feito neste particular tem domínio estrito, justificando-se a invalidação da iniciativa presidencial apenas quando atestada a inexistência cabal de relevância e de urgência. 2. Não se pode negar que o tema tratado pelo art. 5º da MP 2.170/01 é relevante, porquanto o tratamento normativo dos juros é matéria extremamente sensível para a estruturação do sistema bancário, e, consequentemente, para assegurar estabilidade à dinâmica da vida econômica do país. 3. Por outro lado, a urgência para a edição do ato também não pode ser rechaçada, ainda mais em se considerando que, para tal, seria indispensável fazer juízo sobre a realidade econômica existente à época, ou seja, há quinze anos passados. 4. Recurso extraordinário provido. (RE 592377, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. TEORI ZAVASCKI, Tribunal Pleno, julgado em 04/02/2015, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-055 DIVULG 19-03-2015 PUBLIC 20-03-2015). (Grifo nosso). Sob o aspecto da constitucionalidade formal, este juízo segue o entendimento do STF. Quanto ao aspecto da constitucionalidade da capitalização dos juros em si, este juízo não encontra afronta à Constituição, sobretudo considerando que a República tem como um de seus fundamentos a livre iniciativa, somando-se a isto a incidência dos princípios da propriedade privada e da livre concorrência. Outrossim, conforme já foi dito alhures, a capitalização de juros está sendo discutida na ADI nº. 2.316 ¿ DF. Apreciada a questão da legalidade da capitalização mensal, passa-se à verificação de sua expressa previsão contratual. O contrato de financiamento juntado aos autos evidencia que a capitalização de juros foi expressamente pactuada. Não há provas nos autos de que os juros exigidos pelo réu estejam em desconformidade com as taxas de mercado praticadas no momento da celebração do contrato. Em relação à Comissão de Permanência, o contrato foi firmado antes da edição do Enunciado de Súmula 472 do STJ (publicada em 19.06.2012). Diante dos fundamentos acima indicados, deverá ser prestigiada a segurança das relações jurídicas, com a manutenção das cláusulas pactuadas à época da contratação. Em suma, não há nos autos nenhum óbice jurídico à pretensão do requerente. No que se refere à arguição de incompetência, verifica-se que a parte requerida alegou a existência da ação revisional nº. 0000005-52.2011.8.14.0006, distribuída para a 10ª Vara Cível de Ananindeua, o que ensejaria o deslocamento da competência para o julgamento da presente demanda, por suposta conexão entre as ações. De acordo com a Jurisprudência mais recente do STJ, não há conexão entre ação de busca e apreensão e ação revisional de contrato, pois a primeira está condicionada tão só à mora do devedor e a simples propositura da segunda não acarreta nenhum sobrestamento em relação aos procedimentos previstos no Decreto-Lei nº. 911/69. Nesse sentido, cita-se, como exemplo, julgamento do AgInt no AREsp 883.712/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 23/03/2017. Não havendo conexão entre as referidas demandas, não há que se falar em deslocamento de competência, motivo pelo qual rejeito,

portanto, a arguição de incompetência relativa. Ressalta-se que, com tal rejeição, não subsiste mais a condição suspensiva consignada na decisão que deu provimento ao agravo interposto pelo requerido, ou seja, não há mais impedimento para a realização da busca e apreensão. Indefiro o pedido de gratuidade formulado pelo requerido, pois este exerce atividade a empresária e, de acordo com informações obtidas no sistema LIBRA, figura como autor em ação revisional relativa a outro veículo (Processo nº. 0007264-35.2011.8.14.0133, 1ª Vara Cível de Ananindeua), o que indica claramente que não se trata de pessoa pobre na forma da lei. Posto isso, julgo procedente o pedido contido na exordial para, confirmando os efeitos da liminar antes concedida, consolidar a propriedade e a posse plena do bem em poder do requerente, com a respectiva baixa na alienação do veículo MERCEDES BENZ MODELO COMIL PIA O-L0812, 2003/2003, PLACA DBC-6154, COR BRANCA, CHASSI 9BM6881773B351274 junto ao órgão competente, condenando o requerido ao pagamento de custas e despesas processuais, bem como de honorários advocatícios, que arbitro em 10% sobre o valor da causa, extinguindo o processo com apreciação meritória, nos termos do art. 487, inciso I, do digesto processual civil. Considerando a certidão de fl. 121, declaro a RECONVENÇÃO EXTINTA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, NA FORMA DO ART. 485, IV, do CPC, condenando o reconvinte ao pagamento das respetivas custas incidentes. Expeça-se ofício ao DETRAN/PA, se requerido pela parte e pagas as custas respectivas. Havendo interposição de apelação, proceda-se na forma do art. 1.010 do CPC, independentemente de nova conclusão. Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Marituba, 07 de maio de 2019. HOMERO LAMARÃO NETO Juiz de Direito Titular da 1ª Vara

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA

Número do processo: 0800664-59.2019.8.14.0133 Participação: REQUERENTE Nome: C. S. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: JOSE HYRAM SOARES NETOOAB: 26631/PA Participação: ADVOGADO Nome: MAYARA LORENA DA SILVA SANTOSOAB: 26697/PA Participação: REQUERIDO Nome: D. K. S. D. S.PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARITUBA Processo nº0800664-59.2019.8.14.0133Assunto: [Dissolução, Guarda]REQUERENTE: CLAUDIOLENO SILVA DA SILVAREQUERIDO: DJENEFER KETLLEN SILVA DA SILVA DECISÃO 1 - Recebo a inicial, pois presentes os requisitos do art. 319 e 230 do Código de Processo Civil.2 ? Defiro o pedido de justiça gratuita, com fulcro no art. 98 c/c art. 99, § 3º do CPC e súmula 06 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.Processa-se em segredo de justiça, nos termos do artigo 189, inciso II, do CPC;3 ?Cite-se o requerido para que compareça à audiência de conciliação e mediação que ora designo para odia 10/09/2019 às 09:30hs, informando-lhe que o prazo para apresentar defesa será contado na forma do art. 335, I, do CPC(?O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição.?).4 - Conste do mandado de citação que, nos termos do art. 341 do CPC, incumbe ao réu manifestar-se precisamente sobre as alegações de fato constantes da petição inicial, presumindo-se verdadeiras as não impugnadas. 5 - Ressalve-se que o não comparecimento injustificado das partes à audiência acima designada configura ato atentatório à dignidade da justiça, sancionável por meio de multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendida com a ação, conforme determina o art. 334, § 8º, do CPC. As partes devem estar no ato acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos, bem como poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (Art. 334, §§ 9º e 10º, do CPC).6 - O réu poderá ainda informar seu desinteresse na realização do ato acima designado (desde queapresentada petição com 10 dias de antecedência, contados da data da audiência), caso em que seu prazo para contestar será contado na forma do art. 335, II, do CPC (?O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: (...) II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu.?).7 - Intime(m)-se o autor e seu advogado pelo Diário de Justiça (art. 272 do CPC).8 - Publique-se. Registre-se. Intimem-se as partes. Diligências necessárias. Cumpra-se.O presente despacho/decisão serve como mandado de citação/intimação/notificação, no que couber, conforme determina o provimento de nº 003/2009CJCI. Marituba/PA, 24 de abril de 2019.André Souza dos AnjosJuiz de Direito

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - GABINETE DA VARA CRIMINAL DE MARITUBA - VARA: VARA CRIMINAL DE MARITUBA PROCESSO: 00001999820108140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:L. S. T. DENUNCIADO:LUIZ GUILHERME DA SILVA MARTINS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DENUNCIADO: LUIZ GUILHERME DA SILVA MARTINS residente à Rua do Trilho, n284, Alegre, Bragança/PA. DECISÃO/MANDADO Vistos os autos. Nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, por verificar que satisfaz os requisitos legais do art. 41 do Código de Processo Penal, bem como por não vislumbrar as hipóteses legais de rejeição preliminar, elencadas no art. 395 do referido diploma legal. Cite-se o(s) réu(s), no endereço constante dos autos ou na Casa Penal onde estiver custodiado, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Deve o Sr. Oficial de Justiça indagar se o(s) réu(s) possue(m) advogado constituído ou se requer(em) o patrocínio da Defensoria Pública. Caso o(s) réu(s) se oculte(m) para não ser(em) citado(s), certifique o Sr. Oficial de justiça esta ocorrência e proceda a citação com hora certa, na forma estabelecia nos arts. 227 a 229 do CPC. Não apresentada a resposta no prazo legal ou se o(s) acusado, citado(s), não constituir(em) defensor, intime-se o Defensor Público vinculado a esta Comarca, para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, defesa escrita. Não sendo encontrado o(s) acusado(s) para ser citado(s) pessoalmente e caso haja informações de que o(s) mesmo(s) encontra-se em local incerto e não sabido, expeça-se EDITAL de Citação, com prazo de 15 (quinze) dias. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado/ofício, na forma do provimento 03/2009, alterado pelo provimento 11/2009 ambos da CJRMB. Oficie-se ao CPC RENATO CHAVES nos termos requeridos pelo Ministério Público. Cumpra-se. Marituba (PA), 245de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito respondendo pela Vara Criminal de Marituba PROCESSO: 00008352220108140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:GLEIVERSON DE OLIVEIRA CAZEIRO VITIMA:J. N. R. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Com o Trânsito em Julgado consoante se depreende da Certidão de fl. 182, CUMPRA-SE as deliberações da Sentença de fls. 124/139 e do Acordão de n.202.148 (fls. 172/174) que manteve a sentença e apenas modificou a pena de multa ao quantum de 25 dias multa. Caso o condenado encontre-se em liberdade, EXPEÇA-SE mandado de prisão por sentença por sentença condenatória transitada em julgado. Após ou não sendo o caso, EXPEÇA-SE Guia de Execução Definitiva do condenado para acompanhamento da pena imposta. Em seguida, ARQUIVEM-SE os autos. Marituba (PA), 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito PROCESSO: 00013837420198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:ANTONIO NAZARENO MARQUES DOS SANTOS VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DENUNCIADO: ANTONIO NAZARENO MARQUES DOS SANTOS residente à Rua São Raimundo, n11, Campina Verde, Marituba DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Nos termos do artigo 55 da Lei 11.343/2006, NOTIFIQUE-SE pessoalmente os denunciados, para que ofereçam defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, os acusados poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse às suas defesas, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Não apresentada à resposta no prazo legal, ou se os acusados, citados, não constituírem defensor, desde já NOMEIO Defensor Público com atuação na Comarca para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. CÓPIA DESSA DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO/CART PRECATÓRIA/REQUISIÇÃO DO NECESSÁRIO. CUMPRA-SE. Marituba (PA), 24 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito PROCESSO: 00013854420198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:CARLOS ALBERTO SOUZA DOS SANTOS VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO

ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DENUNCIADO: CARLOS ALBERTO SOUZA DOS SANTOS residente à Rua do Fio, n 06, atrás do cemitério Jose Arimateia, Marituba DECISÃO/MANDADO Vistos os autos. Nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, por verificar que satisfaz os requisitos legais do art. 41 do Código de Processo Penal, bem como por não vislumbrar as hipóteses legais de rejeição preliminar, elencadas no art. 395 do referido diploma legal. Cite-se o(s) réu(s), no endereço constante dos autos ou na Casa Penal onde estiver custodiado, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Deve o Sr. Oficial de Justiça indagar se o(s) réu(s) possue(m) advogado constituído ou se requer(em) o patrocínio da Defensoria Pública. Caso o(s) réu(s) se oculte(m) para não ser(em) citado(s), certifique o Sr. Oficial de justiça esta ocorrência e proceda a citação com hora certa, na forma estabelecia nos arts. 227 a 229 do CPC. Não apresentada a resposta no prazo legal ou se o(s) acusado, citado(s), não constituir(em) defensor, intime-se o Defensor Público vinculado a esta Comarca, para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, defesa escrita. Não sendo encontrado o(s) acusado(s) para ser citado(s) pessoalmente e caso haja informações de que o(s) mesmo(s) encontra-se em local incerto e não sabido, expeça-se EDITAL de Citação, com prazo de 15 (quinze) dias. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado/ofício, na forma do provimento 03/2009, alterado pelo provimento 11/2009 ambos da CJRMB. Cumpra-se. Marituba (PA), 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito respondendo pela Vara Criminal de Marituba PROCESSO: 00016868820198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: PROCESSO CRIMINAL em: 28/06/2019 DEPRECANTE:JUIZO DA VARA CRIMINAL DE SANTA IZABEL PA DENUNCIADO:FABRICIO DA SILVEIRA CAPUCHO. DESPACHO Processo: 0001686-88.2019.814.0133 Tendo em vista que esta Vara conta atualmente com mais de cinco mil processos, considerando ainda que o magistrado que responde por esta Vara Criminal é titular da 2ª Vara Cível desta comarca, realizando somente audiências de réus presos, pois exigem urgência na tramitação, REDESIGNO audiência para o dia 26/09/2019, às 10h30. Marituba, 27 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de Marituba PROCESSO: 00018496820198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 28/06/2019 DENUNCIADO:GEOVANE SILVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 11957 - MAURO CESAR DA SILVA DE LIMA (ADVOGADO) DENUNCIADO:KENNEDY HENRIQUE GOMES DA SILVA Representante(s): OAB 23621 - CLAUBER HUDSON CARDOSO DUARTE (ADVOGADO) OAB 23622 - JOAN SUELBY CARDOSO BRITO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA SENTENÇA O Ministério Público do Estado do Pará requereu a extinção da punibilidade GEOVANE SILVA DOS SANTOS em virtude de sua morte, consubstanciado na certidão de óbito (fls. 113). É o Relatório. DECIDO. A morte do agente é uma das causas de extinção da punibilidade, de acordo com o previsto no artigo 107, inciso I, do Código Penal. Havendo inequívoca prova documental do óbito, DECLARO extinta a punibilidade do denunciado GEOVANE SILVA DOS SANTOS, nos autos em epígrafe, com fundamento no artigo 107, inciso I, do Código Penal. Marituba, 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito . PROCESSO: 00022722820198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE STA MARIA DO PARA DENUNCIADO:JOELCIO MELO RODRIGUES. DESPACHO Processo: 0002272-28.2019.814.0133 Tendo em vista que esta Vara conta atualmente com mais de cinco mil processos, considerando ainda que o magistrado que responde por esta Vara Criminal é titular da 2ª Vara Cível desta comarca, realizando somente audiências de réus presos, pois exigem urgência na tramitação, REDESIGNO audiência para o dia 03/10/2019, às 12h00. Marituba, 27 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de Marituba PROCESSO: 00023355320198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DECIMA VARA CRIMINAL DE BELEM JUIZO DEPRECADO:JUIZO CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DENUNCIADO:ALAN FRANCK SOARES TAVARES. DESPACHO Processo: 0002335-53.2019.814.0133 Tendo em vista que esta Vara conta atualmente com mais de cinco mil processos, considerando ainda que o magistrado que responde por esta Vara Criminal é titular da 2ª Vara Cível desta comarca, realizando somente audiências de réus presos, pois exigem urgência na tramitação, REDESIGNO audiência para o dia 03/10/2019, às

10h30. Marituba, 27 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de Marituba PROCESSO: 00025624320198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO CRIMINAL DE MARITUBA DENUNCIADO:LUAN CLAUDIO SANTOS DE SOUZA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DESPACHO Considerando a certidão de fls.28, torno sem efeito a deliberação de fls. 27, e determino a devolução da presente carta precatória. Marituba (PA), 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito PROCESSO: 00027507320128140006 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Apelação Criminal em: 28/06/2019 INDICIADO:RAIMUNDO MOREIRA CABRAL VITIMA:A. C. C. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DESPACHO Considerando a certidão de fls. 145, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Marituba (PA), 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito Página de 1 PROCESSO: 00028733420198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:JURANDIR OLIVEIRA DA SILVA VITIMA:E. R. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DENUNCIADO: JURANDIR OLIVEIRA DA SILVA residente à CJ Nova Marituba,qd.03, n.23, Marituba DECISÃO/MANDADO Vistos os autos. Nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, por verificar que satisfaz os requisitos legais do art. 41 do Código de Processo Penal, bem como por não vislumbrar as hipóteses legais de rejeição preliminar, elencadas no art. 395 do referido diploma legal. Cite-se o(s) réu(s), no endereço constante dos autos ou na Casa Penal onde estiver custodiado, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Deve o Sr. Oficial de Justiça indagar se o(s) réu(s) possue(m) advogado constituído ou se requer(em) o patrocínio da Defensoria Pública. Caso o(s) réu(s) se oculte(m) para não ser(em) citado(s), certifique o Sr. Oficial de justiça esta ocorrência e proceda a citação com hora certa, na forma estabelecia nos arts. 227 a 229 do CPC. Não apresentada a resposta no prazo legal ou se o(s) acusado, citado(s), não constituir(em) defensor, intime-se o Defensor Público vinculado a esta Comarca, para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, defesa escrita. Não sendo encontrado o(s) acusado(s) para ser citado(s) pessoalmente e caso haja informações de que o(s) mesmo(s) encontra-se em local incerto e não sabido, expeça-se EDITAL de Citação, com prazo de 15 (quinze) dias. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado/ofício, na forma do provimento 03/2009, alterado pelo provimento 11/2009 ambos da CJRMB. Cumpra-se. Marituba (PA), 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito respondendo pela Vara Criminal de Marituba PROCESSO: 00029521320198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:TIAGO SALDANHA BORGES VITIMA:J. A. F. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DENUNCIADO: TIAGO SALDANHA BORGES residente à Tv São Francisco, n09, qd 18, Decouville, Marituba DECISÃO/MANDADO Vistos os autos. Nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, por verificar que satisfaz os requisitos legais do art. 41 do Código de Processo Penal, bem como por não vislumbrar as hipóteses legais de rejeição preliminar, elencadas no art. 395 do referido diploma legal. Cite-se o(s) réu(s), no endereço constante dos autos ou na Casa Penal onde estiver custodiado, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Deve o Sr. Oficial de Justiça indagar se o(s) réu(s) possue(m) advogado constituído ou se requer(em) o patrocínio da Defensoria Pública. Caso o(s) réu(s) se oculte(m) para não ser(em) citado(s), certifique o Sr. Oficial de justiça esta ocorrência e proceda a citação com hora certa, na forma estabelecia nos arts. 227 a 229 do CPC. Não apresentada a resposta no prazo legal ou se o(s) acusado, citado(s), não constituir(em) defensor, intime-se o Defensor Público vinculado a esta Comarca, para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, defesa escrita. Não sendo encontrado o(s) acusado(s) para ser citado(s) pessoalmente e caso haja informações de que o(s) mesmo(s) encontra-se em local incerto e não sabido, expeça-se EDITAL de Citação, com prazo de 15 (quinze) dias. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado/ofício, na forma do provimento 03/2009, alterado pelo provimento 11/2009 ambos da CJRMB. Oficie-se ao CPC RENATO CHAVES nos

termos requeridos pelo Ministério Público. Cumpra-se. Marituba (PA), 245de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito respondendo pela Vara Criminal de Marituba PROCESSO: 00029946220198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:J. R. B. D. DENUNCIADO:PAULO FRANCISCO AVIZ BRAGA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DENUNCIADO: PAULO FRANCISCO AVIZ BRAGA residente à Residencial Viver Melhor, apto 302, qd 06, torre 02, Decouville, Marituba DECISÃO/MANDADO Vistos os autos. Nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, por verificar que satisfaz os requisitos legais do art. 41 do Código de Processo Penal, bem como por não vislumbrar as hipóteses legais de rejeição preliminar, elencadas no art. 395 do referido diploma legal. Cite-se o(s) réu(s), no endereço constante dos autos ou na Casa Penal onde estiver custodiado, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Deve o Sr. Oficial de Justiça indagar se o(s) réu(s) possue(m) advogado constituído ou se requer(em) o patrocínio da Defensoria Pública. Caso o(s) réu(s) se oculte(m) para não ser(em) citado(s), certifique o Sr. Oficial de justiça esta ocorrência e proceda a citação com hora certa, na forma estabelecia nos arts. 227 a 229 do CPC. Não apresentada a resposta no prazo legal ou se o(s) acusado, citado(s), não constituir(em) defensor, intime-se o Defensor Público vinculado a esta Comarca, para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, defesa escrita. Não sendo encontrado o(s) acusado(s) para ser citado(s) pessoalmente e caso haja informações de que o(s) mesmo(s) encontra-se em local incerto e não sabido, expeça-se EDITAL de Citação, com prazo de 15 (quinze) dias. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado/ofício, na forma do provimento 03/2009, alterado pelo provimento 11/2009 ambos da CJRMB. Cumpra-se. Marituba (PA), 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito respondendo pela Vara Criminal de Marituba PROCESSO: 00032158920128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:JONNY SIMON ATAIDE FERREIRA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DESPACHO/MANDADO Considerando a portaria 2745/2019-GP de 05 de junho de 2019 na qual foi determinado que este juiz deverá cumular esta vara com a 2º Vara Cível e Empresarial de Marituba durante o mês de junho. Considerando ainda a extensa pauta de audiências de ambas as Varas e a realização de Correição neste mesmo mês, torno sem efeito o despacho de fls.76 e redesigno a audiência para o dia 24.11.2020 às 12H00 REQUISITE-SE o denunciado. Requisite-se as testemunhas policiais militares: - EDMILSON BARATA PANTOJA - WELLIGTON PROCOPIO BRITO Intime-se a testemunha WELLINGTON LIMA TRINDADE residente à Rodovia BR 316, QD 01, LT 07, Torre 05, apto 204, Decouville, Marituba O PRESENTE DESPACHO DEVERÁ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÇ"O/ REQUISIÇ"O/ NOTIFICAÇ"O/ OFÍCIO. Marituba (PA), 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito Página de 1 PROCESSO: 00032734820198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:CARLOS ECTOR DE SOUZA SILVA VITIMA:F. D. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DENUNCIADO: CARLOS ECTOR DE SOUZA SILVA residente à Tv. Las Palmas III, n.47, São Joao do Outeiro, Outeiro, Belem. DECISÃO/MANDADO Vistos os autos. Nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, por verificar que satisfaz os requisitos legais do art. 41 do Código de Processo Penal, bem como por não vislumbrar as hipóteses legais de rejeição preliminar, elencadas no art. 395 do referido diploma legal. Cite-se o(s) réu(s), no endereço constante dos autos ou na Casa Penal onde estiver custodiado, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Deve o Sr. Oficial de Justiça indagar se o(s) réu(s) possue(m) advogado constituído ou se requer(em) o patrocínio da Defensoria Pública. Caso o(s) réu(s) se oculte(m) para não ser(em) citado(s), certifique o Sr. Oficial de justiça esta ocorrência e proceda a citação com hora certa, na forma estabelecia nos arts. 227 a 229 do CPC. Não apresentada a resposta no prazo legal ou se o(s) acusado, citado(s), não constituir(em) defensor, intime-se o Defensor Público vinculado a esta Comarca, para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, defesa escrita. Não sendo encontrado o(s) acusado(s) para ser citado(s) pessoalmente e caso haja informações de que o(s) mesmo(s) encontra-se em local incerto e não sabido, expeça-se EDITAL de Citação, com prazo de 15 (quinze) dias. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado/ofício, na

forma do provimento 03/2009, alterado pelo provimento 11/2009 ambos da CJRMB. Cumpra-se. Marituba (PA), 27 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito respondendo pela Vara Criminal de Marituba PROCESSO: 00035150720198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:CARLOS ECTOR DE SOUZA SILVA VITIMA:F. E. M. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DENUNCIADO: CARLOS ECTOR DE SOUZA SILVA residente à Tv. Las Palmas III, n.47, São Joao do Outeiro, Outeiro, Belem. DECISÃO/MANDADO Vistos os autos. Nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, por verificar que satisfaz os requisitos legais do art. 41 do Código de Processo Penal, bem como por não vislumbrar as hipóteses legais de rejeição preliminar, elencadas no art. 395 do referido diploma legal. Cite-se o(s) réu(s), no endereço constante dos autos ou na Casa Penal onde estiver custodiado, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Deve o Sr. Oficial de Justiça indagar se o(s) réu(s) possue(m) advogado constituído ou se requer(em) o patrocínio da Defensoria Pública. Caso o(s) réu(s) se oculte(m) para não ser(em) citado(s), certifique o Sr. Oficial de justiça esta ocorrência e proceda a citação com hora certa, na forma estabelecia nos arts. 227 a 229 do CPC. Não apresentada a resposta no prazo legal ou se o(s) acusado, citado(s), não constituir(em) defensor, intime-se o Defensor Público vinculado a esta Comarca, para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, defesa escrita. Não sendo encontrado o(s) acusado(s) para ser citado(s) pessoalmente e caso haja informações de que o(s) mesmo(s) encontra-se em local incerto e não sabido, expeça-se EDITAL de Citação, com prazo de 15 (quinze) dias. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado/ofício, na forma do provimento 03/2009, alterado pelo provimento 11/2009 ambos da CJRMB. Cumpra-se. Marituba (PA), 27 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito respondendo pela Vara Criminal de Marituba PROCESSO: 00038139620198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:IVANA FABRINA PINHEIRO RODRIGUES. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DENUNCIADA: IVANA FABRINHA PINHEIRO RODRIGUES residente à Rua Abilio Alves Rebelo, qd 33, n60, Vila de Kit nets, Almir Gabriel. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Nos termos do artigo 55 da Lei 11.343/2006, NOTIFIQUE-SE pessoalmente a denunciada, para que ofereça defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta, a acusada poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse às sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Não apresentadas às respostas no prazo legal, ou se a acusada, citada, não constituir defensor, desde já NOMEIO Defensor Público com atuação na Comarca para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. CÓPIA DESSA DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO/NOTIFICAÇÃO/CART PRECATÓRIA/REQUISIÇÃO DO NECESSÁRIO. CUMPRA-SE. Marituba (PA), 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito respondendo pela Vara Criminal de Marituba PROCESSO: 00050333220198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 28/06/2019 FLAGRANTEADO:DANIEL RUAN PEREIRA MONTEIRO FLAGRANTEADO:IGOR RENAN DO ROSARIO ALVES. Vistos etc., O Delegado de Polícia Civil comunicou a prisão em flagrante ocorrida nesta comarca dos nacionais DANIEL RUAN PEREIRA MONTEIRO e IGOR RENAN DO ROSARIO ALVES, autuados por terem cometido o ilícito penal tipificado no art. 121 do CP. No caso em tela, observo que a prisão se deu em estado de flagrância, nos termos do artigo 302 do CPP, havendo notícia de ilícito penal, em tese, e indícios de autoria dos flagranteados. Por sua vez, verifico que o auto de prisão em flagrante preenche os requisitos formais, uma vez que foram observadas as disposições dos artigos 304 e 306 do Código de Processo Penal, bem como artigo 5º, incisos LXI, LXII, LXIII e LXIV da Constituição Federal. Desse modo, DECIDO PELA HOMOLOGAÇÃO DO AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE. Passo a manifestar-me sobre a possibilidade de conversão da prisão em preventiva, concessão de liberdade ou imposição de outra medida cautelar, nos termos do art. 282, c/c 310 e 319 do CPP. Pois bem, do exame dos autos verifica-se que existe a prova da materialidade do fato, conforme declaração das testemunhas e Termo de Exibição e Apreensão de objeto constante dos autos e indícios suficientes de autoria que apontam para os indiciados, o que foi corroborado pelos agentes penitenciários que aduziram em síntese que os flagranteados estavam fazendo a faxina no bloco do PEM II quando teriam partido para cima da vítima, na hora em que a cela desta estava sendo aberta, e

a atacado com vários golpes de arma brando, tendo a mesma evoluído a óbito. Ressalta-se que, conforme certidão de antecedentes, os flagranteados respondem a outros processos, com sentença condenatória inclusive, estando custodiados em virtude destes, tendo o suposto delito ocorrido dentro do PEM II, pelo que se mostra necessária a prisão preventiva dos indiciados, tendo em vista os indicativos de reiteração delituosa e a necessidade de garantia da aplicação da lei penal. A prisão preventiva que ora se decreta se legitima, pois, porque estão satisfeitos por completo os pressupostos cautelares FUMUS DELICTI (prova de existência do crime e indício suficiente de sua autoria) e PERICULUM LIBERTATIS (garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal ou assegurar a aplicação da lei penal) presentes no caput do art. 312 do CPP. De boa cepa que se consigne, em adição aos argumentos elencados, que a prisão preventiva pode ser decretada, de lege lata, em face periculosidade do réu, evidenciada no crime que se lhe imputa a prática. (STF, RT648/347; STJ, JSTJ 8/154) Diante do exposto, tenho por bem DECRETAR A CUSTODIA CAUTELAR DOS INDICIADOS DANIEL RUAN PEREIRA MONTEIRO e IGOR RENAN DO ROSARIO ALVES, com fundamento no quanto acima e no quanto disposto no art. 311 e seguintes do CPP, para garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal, por conseguinte, observadas as prescrições legais e constitucionais, não existindo vícios formais ou materiais que venham a macular a peça HOMOLOGO a peça flagrancial. Comunique-se a Autoridade Policial desta decisão, bem como da necessidade da conclusão do inquérito policial no prazo legal, assim como o MP e Defensoria Pública, servindo este de mandado de prisão preventiva e ofício. Considerando que o delito ocorreu dentro do Presidio Metropolitano II, local em que os flagranteados já estavam custodiados, determino que seja oficiado a Corregedoria Geral Penintenciaria para que proceda a investigação do ocorrido. SERVE O PRESENTE COMO MANDADO e OFÍCIO. Marituba/PA, 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito PROCESSO: 00242006120098140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:DAVID MICHAEL DE OLIVEIRA MONTEIRO Representante(s): OAB 9579 - JOSE RUBENILDO CORREA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . P O D E R J U D I C I Á R I O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA Processo Criminal nº 0024200-61.2009.814.0133 Sentença Tratam os presentes autos de Ação Penal instaurado para apurar a suposta prática do(s) delito(s) previsto(s) no(s) art(s). 14 da Lei 10826/03 e art.1 da Lei 2252/54. Consta nos autos que fato teria ocorrido em 26.06.2009, tendo sido a denuncia recebida em 14.07.2009. Relatório sucinto. Decido. Analisando os autos, constato que incide no caso em comento a prescrição da pretensão punitiva do Estado. Senão vejamos: Os delitos previsto no art(s). 14 da Lei 10826/03 e art.1 da Lei 2252/54 comina pena máxima total de 04 anos. De acordo com o art. 109, IV do CPB, a prescrição se verifica em 08 anos, quando o máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime é superior a 02 e não excede 04 anos. Ocorre que o denunciado, à época do fatos possuía menos de 21 anos, o que nos termos do art.115 do CP reduz o prazo prescricional pela metade. Portanto, até o presente momento já transcorreu lapso temporal superior ao necessário para gerar a perda do direito de punir do Estado em ambos os delitos, o que configura a prescrição da pretensão punitiva estatal em relação ao denunciado (art. 109 do CPB). Diante do exposto, coaduno com o parecer ministerial e, nos termos do art. 107, III do CPB, julgo extinta a punibilidade do denunciado DAVID MICHEL DE OLIVEIRA MONTEIRO. ARQUIVEM-SE. Marituba (PA), 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito PROCESSO: 00585765720048140133 PROCESSO ANTIGO: 200320001776 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 28/06/2019 DENUNCIADO:VOLNEI JOSE SEBASTIAO Representante(s): OAB 9579 - JOSE RUBENILDO CORREA (ADVOGADO) VITIMA:E. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DESPACHO Compulsando os autos, verifico que a petição de fls. 200 pertence ao processo de nº 0000445-72.2019.814.0006, dessa forma, determino que seja realizado o desentranhamento da mesma e que seja juntada aos autos correspondentes. Marituba (PA), 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito respondendo pela Vara Criminal da Comarca de Marituba Página de 1 Fórum de: MARITUBA Email: 1crimmarituba@tjpa.jus.br Endereço: Rua Claudio Barbosa da Silva, nº 536 CEP: 67.200-000 Bairro: CENTRO Fone: (91)3299-8800 P R O C E S S O : 0 0 7 5 1 2 8 2 9 2 0 1 5 8 1 4 0 1 3 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:DIEGO CARLOS CARDOSO PINHEIRO Representante(s): OAB 17690 - LARISSA NIKOLAY ALMEIDA DA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:M. L. R. DENUNCIADO:ANTONIO VITOR DA SILVA REIS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DENUNCIADO: - DIEGO CARLOS CARDOSO PINHEIRO residente à Rua Raimundo Palheta, n45, Bairro Novo, Marituba, -

ANTONIO VITOR DA SILVA REIS residente à Rua Jose julio, n.38, Bairro Novo,Marituba DECISÃO/MANDADO Vistos os autos. Nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, RECEBO A DENÚNCIA, por verificar que satisfaz os requisitos legais do art. 41 do Código de Processo Penal, bem como por não vislumbrar as hipóteses legais de rejeição preliminar, elencadas no art. 395 do referido diploma legal. Cite-se o(s) réu(s), no endereço constante dos autos ou na Casa Penal onde estiver custodiado, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Deve o Sr. Oficial de Justiça indagar se o(s) réu(s) possue(m) advogado constituído ou se requer(em) o patrocínio da Defensoria Pública. Caso o(s) réu(s) se oculte(m) para não ser(em) citado(s), certifique o Sr. Oficial de justiça esta ocorrência e proceda a citação com hora certa, na forma estabelecia nos arts. 227 a 229 do CPC. Não apresentada a resposta no prazo legal ou se o(s) acusado, citado(s), não constituir(em) defensor, intime-se o Defensor Público vinculado a esta Comarca, para apresentar, no prazo de 10 (dez) dias, defesa escrita. Não sendo encontrado o(s) acusado(s) para ser citado(s) pessoalmente e caso haja informações de que o(s) mesmo(s) encontra-se em local incerto e não sabido, expeça-se EDITAL de Citação, com prazo de 15 (quinze) dias. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado/ofício, na forma do provimento 03/2009, alterado pelo provimento 11/2009 ambos da CJRMB. Cumpra-se. Marituba (PA), 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito respondendo pela Vara Criminal de Marituba PROCESSO: 00765413320038140133 PROCESSO ANTIGO: 200220000055 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:ANTONIO VIANA PINTO DENUNCIADO:ALBERTO CORREA DO NASCIMENTO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MARITUBA DECISÃO 1. Nos termos do art. 593 do CPP, recebo o recurso de apelação, já que interposto tempestivamente. 2. Vistas à Defensoria Pública para apresentação das Razões no prazo legal. Após, vistas ao apelado para contrarrazoar, nos termos do art. 600, do CPP. 3. Oferecidas as contrarrazões ou ultrapassado o prazo destas, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com as nossas homenagens, de acordo com o art. 601, do CPP. Cumpra-se. Marituba (PA), 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito PROCESSO: 01447676020088140133 PROCESSO ANTIGO: 200820020169 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 ACUSADO:ALEXANDRE DA SILVA DUTRA ACUSADO:EDSON LOPES DA SILVA VITIMA:S. S. S. O. . DESPACHO Considerando a portaria 2745/2019-GP de 05 de junho de 2019 na qual foi determinado que este juiz deverá cumular esta vara com a 2º Vara Cível e Empresarial de Marituba durante o mês de junho. Considerando ainda a extensa pauta de audiências de ambas as Varas e a realização de Correição neste mesmo mês, torno sem efeito a deliberação de fls. 147 e redesigno a audiência para o dia 25.11.2020 às 09H00 Intime-se os acusados; Intime-se a testemunha: - RICHERLIS MARQUES VAZ residente à Rua Liberdade, n34, Bairro Santa Lucia, Marituba Expeça-se precatória para a oitiva da testemunha MOISES OLIVEIRA DA SILVA. O PRESENTE DESPACHO DEVERÁ SERVIR COMO MANDADO/ INTIMAÇ"O/ REQUISIÇ"O/ NOTIFICAÇ"O/ OFÍCIO. CIÊNCIA ao Ministério Público Marituba (PA), 28 de junho de 2019. AUGUSTO CARLOS CORREA CUNHA Juiz de Direito PROCESSO: 00024761920128140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: J. S. S. VITIMA: E. C. O. C. PROCESSO: 00026958520198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: V. L. P. VITIMA: J. A. R. L. PROCESSO: 00034752520198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: T. H. M. C. VITIMA: N. A. M. PROCESSO: 00035315820198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: T. N. F. PROCESSO: 00035315820198140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: T. N. F. PROCESSO: 00095510220188140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: T. S. M. DENUNCIADO: R. N. S. Representante(s): OAB 23433 - ADRIANO SILVA DE SOUSA (ADVOGADO) PROCESSO: 01020273020168140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: D. N. L. N. VITIMA: A. R. C. Z.

EDITAIS

COMARCA DA CAPITAL - EDITAIS

EDITAL DE PROCLAMAS

Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, Oficial do Cartório de Registros Civil Segundo Ofício da Comarca de Belém do Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

1. ANTONIO PEDRO LEAL SEABRA E CREMILDA DOS REIS SODRÉ. ELE É DIVORCIADO E ELA É DIVORCIADA.

2. LEANDRO SERAFIM SILVA FILHO E IRANILCE SALES DE QUEIROZ. ELE É SOLTEIRO E ELA É SOLTEIRA.

3. ROSALINO OLIVEIRA ALENCAR E ANA MARIA PRESTES DOS REIS. ELE É SOLTEIRO E ELA É SOLTEIRA.

4. IVANILDO DOS REIS ALENCAR E DILZA REIS DOS SANTOS. ELE É SOLTEIRO E ELA É SOLTEIRA.

Eu, Luiziana Maria Henderson Guedes de Oliveira, oficial, o fiz publicar. Belém, 27 de junho de 2019.

EDITAL DE PROCLAMAS

Conrrado Rezende Soares, Oficial Registrador do Cartório de Registros Civil do Terceiro Ofício da Comarca de Belém, Estado do Pará, faz saber que pretendem contrair matrimônio os seguintes casais:

1. Márcio Kilbe da Silva Santos e Tayane Abigail Monteiro Faria. Ele é solteiro e Ela é solteira.

2. Arinelson Lima da Paixão e Edilna da Silva Lopes. Ele é solteiro e Ela é solteira.

3. Wilson Neves Melo e Doreni de Oliveira Santos. Ele é divorciado e Ela é solteira.

Eu, Conrrado Rezende Soares, Oficial Registrador, o fiz publicar.

Belém/PA, 27 de Junho de 2019.

EDITAL DE PROCLAMAS - CARTORIO VAL DE CÃES

Faço saber por lei que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos por lei:

ALDENOR DA PIEDADE COSTA e MARIA BENEDITA NEVES LOBO. Ele solteiro, Ela solteira.

ELI OLIVEIRA TRIGUEIRO FILHO e SHEYLLA CRISTINA DUARTE DAS GRAÇAS. Ele divorciado, Ela solteira.

LENNO RUÃ AMARAL MONTEIRO e LETICIA DOS REIS PEREIRA. Ele solteiro, Ela solteira.

RENATO PALHETA RODRIGUES e CAROLIANE ABREU MATIAS. Ele divorciado, Ela divorciada.

Se alguém souber de impedimentos denuncie-o na forma da Lei. E Eu, Acilino Aragão Mendes, Oficial do Cartório Val-de-Cães, Comarca de Belém Estado do Pará, faço afixação deste, neste Oficio e sua publicação no Diário de Justiça. 28/06/2019.

SECRETARIA DA 13ª VARA CRIMINAL DA CAPITAL - EDITAIS

RESENHA: 26/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 13ª VARA CRIMINAL DE BELEM - VARA: 13ª VARA CRIMINAL DE BELEM PROCESSO: 00032934520188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:E. P. F. DENUNCIADO:SAMILY ESTHER SOUSA RODRIGUES Representante(s): OAB 11997 - ANDRE MARTINS PEREIRA (DEFENSOR) DENUNCIADO:SAMUEL KABACZNIK JUNIOR Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) PROMOTOR:PRIMEIRO PJ DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTARIA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 13ª VARA CRIMINAL DE BELÉM, PRIVATIVA DE CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR E A ORDEM TRIBUTÁRIA Processo nº: 0003293-45.2018.8.14.0401 TERMO DE AUDIÊNCIA Ao(s) 26 (vinte e seis) dia(s) do mês de junho de 2019, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, no Fórum Criminal, na sala de audiências do Juízo da 13ª Vara Criminal de Belém, privativa de Crimes contra o Consumidor e a Ordem Tributária, às 11:00 horas. PRESENÇAS: Juiz de Direito: Dr. AUGUSTO CÉSAR DA LUZ CAVALCANTE Ministério Público: Dra. MÁRCIA BEATRIZ REIS SOUZA Defensoria Pública: Dr. FABIO NAMEKATA Réu: SAMILY ESTHER SOUSA RODRIGUES (intimada) SAMUEL KABACZNIK JUNIOR (não intimado) Testemunha(s) arrolada(s) pela acusação: ROSILDA FREIRE CALDAS DIANE DO SOCORRO ROSA DA COSTA (não intimada ? fls. 112 verso) MARIA JOSÉ NASCIMENTO DA CUNHA (sem mandado) SÁVIO PAULO DA CUNHA SOUZA (não intimado ? fls. 113) AUSÊNCIAS: Réus: SAMILY ESTHER SOUSA RODRIGUES (intimada) SAMUEL KABACZNIK JUNIOR (não intimado) Testemunha(s) arrolada(s) pela acusação: DIANE DO SOCORRO ROSA DA COSTA MARIA JOSÉ NASCIMENTO DA CUNHA SÁVIO PAULO DA CUNHA SOUZA Realizado o pregão como de praxe, conforme epigrafado, foi aberta audiência, realizada por meio audiovisual (Art. 405, §1º, do Código de Processo Penal), constando do suporte de mídia (CD), em anexo, os registros abaixo. TESTEMUNHA ARROLADA PELA ACUSAÇÃO: ROSILDA FREIRE CALDAS, auditora fiscal, matricula n° 002305037, com ensino superior completo, nascida em 31/10/1963, filha de Manuel Armando Domingues Freire e Iolanda Xerêz Parente, portadora do documento de identidade n° 7297454 SEGUP/PA e CPF n° 137.196.702-44. Testemunha advertida e compromissada na forma da lei. O depoimento da testemunha será gravado mediante recurso audiovisual, armazenado no gabinete e no servidor do Tribunal de Justiça, disponível às partes. Deliberação: Aplico os efeitos da revelia aos réus, nos termos do art. 367 do CPP. O MP requer vista dos autos para diligenciar sobre o endereço das testemunhas. Homologado pelo juízo. Com a informação, à secretaria para expedir os mandados e designar nova data para a audiência. E como nada mais foi dito, eu, _____ Heliana Pompeu, estagiária da 13ª Vara Criminal de Belém, privativa de Crimes contra o Consumidor e a Ordem Tributária, o digitei e subscrevi.///// Juiz: _____ Ministério Público:_____ Defensoria Pública: _____ Testemunha Rosilda: _____ PROCESSO: 00033696920188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:F. E. DENUNCIADO:SAMILY ESTHER SOUSA RODRIGUES Representante(s): OAB 11997 - ANDRE MARTINS PEREIRA (DEFENSOR) DENUNCIADO:SAMUEL KABACZNIK JUNIOR PROMOTOR:1ª PJ - ORDEM TRIBUTÁRIA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 13ª VARA CRIMINAL DE BELÉM, PRIVATIVA DE CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR E A ORDEM TRIBUTÁRIA Processo nº: 0003369-69.2018.8.14.0401 TERMO DE AUDIÊNCIA Ao(s) 26 (vinte e seis) dia(s) do mês de junho de 2019, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, no Fórum Criminal, na sala de audiências do Juízo da 13ª Vara Criminal de Belém, privativa de Crimes contra o Consumidor e a Ordem Tributária, às 12:00 horas. PRESENÇAS: Juiz de Direito: Dr. AUGUSTO CÉSAR DA LUZ CAVALCANTE Ministério Público: Dra. MÁRCIA BEATRIZ REIS SOUZA Defensoria Pública: Dr. FABIO NAMEKATA Réus: SAMILY ESTHER SOUSA RODRIGUES (intimada) SAMUEL KABACZNIK JUNIOR (não intimado) Testemunha(s) arrolada(s) pela acusação: ROSILDA FREIRE CALDAS DIANE DO SOCORRO ROSA DA COSTA (não intimada ? fls. 112 verso) MARIA JOSÉ NASCIMENTO DA CUNHA (sem mandado) SÁVIO PAULO DA CUNHA SOUZA (não intimado ? fls. 113) AUSÊNCIAS: Réus: SAMILY ESTHER SOUSA RODRIGUES (intimada) SAMUEL KABACZNIK JUNIOR (não intimado) Testemunha(s) arrolada(s) pela acusação: DIANE DO SOCORRO ROSA DA COSTA MARIA JOSÉ NASCIMENTO DA CUNHA SÁVIO PAULO DA CUNHA SOUZA Realizado o pregão como de praxe, conforme epigrafado, foi aberta audiência, realizada por meio

audiovisual (Art. 405, §1º, do Código de Processo Penal), constando do suporte de mídia (CD), em anexo, os registros abaixo. TESTEMUNHA ARROLADA PELA ACUSAÇÃO: ROSILDA FREIRE CALDAS, auditora fiscal, matricula n° 002305037, com ensino superior completo, nascida em 31/10/1963, filha de Manuel Armando Domingues Freire e Iolanda Xerêz Parente, portadora do documento de identidade n° 7297454 SEGUP/PA e CPF n° 137.196.702-44. Testemunha advertida e compromissada na forma da lei. O depoimento da testemunha será gravado mediante recurso audiovisual, armazenado no gabinete e no servidor do Tribunal de Justiça, disponível às partes. Deliberação: Aplico os efeitos da revelia aos réus, nos termos do art. 367 do CPP. Vista dos autos ao MP para que diligencie sobre o endereço das testemunhas não localizadas. Com a informação, à secretaria para que expeça os mandados e designe nova data para a audiência. E como nada mais foi dito, eu, _____ Heliana Pompeu, estagiária da 13ª Vara Criminal de Belém, privativa de Crimes contra o Consumidor e a Ordem Tributária, o digitei e subscrevi.///// Juiz: _____ Ministério Público:_____ Defensoria Pública: _____ Testemunha Rosilda: _____ PROCESSO: 00131205120168140401 PROCESSO ANTIGO: ----- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:HERBERTH UGULINO DA COSTA DENUNCIADO:JUSTO UGULINO NETO DENUNCIADO:MARIA GORETTI NUNES UGULINO VITIMA:F. E. PROMOTOR:FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 13ª VARA CRIMINAL DE BELÉM, PRIVATIVA DE CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR E A ORDEM TRIBUTÁRIA Processo nº: 0013120-51.2016.8.14.0401 TERMO DE AUDIÊNCIA Ao(s) 26 (vinte e seis) dia(s) do mês de junho de 2019, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, no Fórum Criminal, na sala de audiências do Juízo da 13ª Vara Criminal de Belém, privativa de Crimes contra o Consumidor e a Ordem Tributária, às 09:00 horas. PRESENÇAS: Juiz de Direito: Dr. AUGUSTO CÉSAR DA LUZ CAVALCANTE Ministério Público: Dra. MÁRCIA BEATRIZ REIS SOUZA Defensor Público: Dr. FABIO NAMEKATA Réus: HERBERTH UGULINO DA COSTA - art. 366 do CPP. JUSTO UGULINO NETO MARIA GORETTI NUNES UGULINO Testemunha(s) arrolada(s) pelo Ministério Público: HENRY MUFFAREJ HAGE AUSÊNCIA: Réu: HERBERTH UGULINO DA COSTA Realizado o pregão como de praxe, conforme epigrafado, foi aberta audiência, realizada por meio audiovisual (Art. 405, §1º, do Código de Processo Penal), constando do suporte de mídia (CD), em anexo. TESTEMUNHA ARROLADA PELA ACUSAÇÃO: HENRY MUFARREJ HAGE, brasileiro, casado, auditor fiscal da SEFA, com ensino superior completo, nascido em 02/02/1969, filho de Francisco Jorge Hage e Janete Salomão Antônio Mufarrej Hage, portador do documento de identidade nº 1552406 SSP/PA; CPF nº 264.162.982-87. Testemunha advertida e compromissada na forma da lei. O depoimento da testemunha será gravado mediante recurso audiovisual, armazenado no gabinete e no servidor do Tribunal de Justiça, disponível às partes. INTERROGATÓRIO DO ACUSADO Qual o seu nome: JUSTO UGULINO NETO Cidade de onde é natural: Pombal/PB Data de nascimento: 05/01/1952 Qual o seu documento: RG nº 5654479 SEGUP/PA; CPF nº 086.715.832-87 Qual a sua filiação: Zulmira Gentil de Maria e Bonizares Ugolino da Costa Qual seu endereço: Conjunto Val Paraiso, nº 44, quadra 9, Coqueiro. Qual seu grau de escolaridade: Possui título de eleitor: Sim Atividade profissional: Aposentado INTERROGATÓRIO DA ACUSADA Qual o seu nome: MARIA GORETTI NUNES UGULINO Cidade de onde é natural: Pombal/PB Data de nascimento: 11/08/1954 Qual o seu documento: RG nº 4926517 SSP/PA; CPF nº 093.628.782-91 Qual a sua filiação: Zulmira Gentil de Maria e Bonizares Ugolino da Costa Qual seu endereço: Travessa Barão do Triunfo, nº 2805, Bairro do Marco Qual seu grau de escolaridade: Possui título de eleitor: Sim Atividade profissional: Aposentada Deliberação: Sem requerimentos na fase do art. 402 CPP. Na fase do art. 403 CPP as partes se manifestam em debates finais e o MP requer a improcedência da ação para absolver os réus Maria Goretti e Justo Ugolino, quanto ao réu Herberth que o processo continue suspenso até que seja localizado. A defensoria requer a absolvição de todos os acusados. O juízo irá sentenciar nos seguintes termos, adota o que foi dito pelo MP e defesa técnica, e julga totalmente improcedente a denúncia do Ministério público e absolve Maria Goretti, Justo Ugolino e Herberth Ugulino da Costa, com base no art. 386, V CPP. Não há custas nesse caso. Publicada, ambas as partes intimadas da data dessa decisão As partes consignam que não desejam recorrer da decisão. Dê-se as devidas baixas no sistema. E como nada mais foi dito, eu, _____ Heliana Pompeu, estagiária da 13ª Vara Criminal de Belém, privativa de Crimes contra o Consumidor e a Ordem Tributária, o digitei e subscrevi.///// Juiz: _____ Ministério Público:_____ Acusada Maria: _____ Acusado Justo: _____ PROCESSO: 00131205120168140401 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:JUSTO UGULINO NETO VITIMA:F. E. PROMOTOR:FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID DENUNCIADO:HERBERTH UGULINO DA COSTA DENUNCIADO:MARIA GORETTI NUNES UGULINO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 13ª VARA CRIMINAL DE BELÉM, PRIVATIVA DE CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR E A ORDEM TRIBUTÁRIA Processo nº: 0013120-51.2016.8.14.0401 TERMO DE AUDIÊNCIA Ao(s) 26 (vinte e seis) dia(s) do mês de junho de 2019, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, no Fórum Criminal, na sala de audiências do Juízo da 13ª Vara Criminal de Belém, privativa de Crimes contra o Consumidor e a Ordem Tributária, às 09:00 horas. PRESENÇAS: Juiz de Direito: Dr. AUGUSTO CÉSAR DA LUZ CAVALCANTE Ministério Público: Dra. MÁRCIA BEATRIZ REIS SOUZA Defensor Público: Dr. FABIO NAMEKATA Réus: HERBERTH UGULINO DA COSTA ? art. 366 do CPP. JUSTO UGULINO NETO MARIA GORETTI NUNES UGULINO Testemunha(s) arrolada(s) pelo Ministério Público: HENRY MUFFAREJ HAGE AUSÊNCIA: Réu: HERBERTH UGULINO DA COSTA Realizado o pregão como de praxe, conforme epigrafado, foi aberta audiência, realizada por meio audiovisual (Art. 405, §1º, do Código de Processo Penal), constando do suporte de mídia (CD), em anexo. TESTEMUNHA ARROLADA PELA ACUSAÇÃO: HENRY MUFARREJ HAGE, brasileiro, casado, auditor fiscal da SEFA, com ensino superior completo, nascido em 02/02/1969, filho de Francisco Jorge Hage e Janete Salomão Antônio Mufarrej Hage, portador do documento de identidade nº 1552406 SSP/PA; CPF nº 264.162.982-87. Testemunha advertida e compromissada na forma da lei. O depoimento da testemunha será gravado mediante recurso audiovisual, armazenado no gabinete e no servidor do Tribunal de Justiça, disponível às partes. INTERROGATÓRIO DO ACUSADO Qual o seu nome: JUSTO UGULINO NETO Cidade de onde é natural: Pombal/PB Data de nascimento: 05/01/1952 Qual o seu documento: RG nº 5654479 SEGUP/PA; CPF nº 086.715.832-87 Qual a sua filiação: Zulmira Gentil de Maria e Bonizares Ugolino da Costa Qual seu endereço: Conjunto Val Paraiso, nº 44, quadra 9, Coqueiro. Qual seu grau de escolaridade: Possui título de eleitor: Sim Atividade profissional: Aposentado INTERROGATÓRIO DA ACUSADA Qual o seu nome: MARIA GORETTI NUNES UGULINO Cidade de onde é natural: Pombal/PB Data de nascimento: 11/08/1954 Qual o seu documento: RG nº 4926517 SSP/PA; CPF nº 093.628.782-91 Qual a sua filiação: Zulmira Gentil de Maria e Bonizares Ugolino da Costa Qual seu endereço: Travessa Barão do Triunfo, nº 2805, Bairro do Marco Qual seu grau de escolaridade: Possui título de eleitor: Sim Atividade profissional: Aposentada Deliberação: Sem requerimentos na fase do art. 402 CPP. Na fase do art. 403 CPP as partes se manifestam em debates finais e o MP requer a improcedência da ação para absolver os réus Maria Goretti e Justo Ugolino, quanto ao réu Herberth que o processo continue suspenso até que seja localizado. A defensoria requer a absolvição de todos os acusados. O juízo irá sentenciar nos seguintes termos, adota o que foi dito pelo MP e defesa técnica, e julga totalmente improcedente a denúncia do Ministério público e absolve Maria Goretti, Justo Ugolino e Herberth Ugulino da Costa, com base no art. 386, V CPP. Não há custas nesse caso. Publicada, ambas as partes intimadas da data dessa decisão As partes consignam que não desejam recorrer da decisão. Dê-se as devidas baixas no sistema. E como nada mais foi dito, eu, _____ Heliana Pompeu, estagiária da 13ª Vara Criminal de Belém, privativa de Crimes contra o Consumidor e a Ordem Tributária, o digitei e subscrevi./////// Juiz: _____ Ministério Público:_____ Acusada Maria: _____ Acusado Justo: _____ PROCESSO: 00140726920088140401 PROCESSO ANTIGO: 200820506739 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JEFFERSON LAZARO GUILHEN LOPES Representante(s): OAB 2746 - HELENA CLAUDIA MIRALHA PINGARILHO (ADVOGADO) OAB 1601 - SONIA HAGE AMARO PINGARILHO (ADVOGADO) OAB 4185 - EDNEA CAPUCHO COUTEIRO (ADVOGADO) OAB 10317 - NAGIB JORGE HAGE JUNIOR (ADVOGADO) OAB 12123 - CLAUDIO DE SOUZA MIRALHA PINGARILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:PAULO FRANK FILHO Representante(s): OAB 586 - FRANCISCO CAETANO MILEO (ADVOGADO) OAB 4596 - ANA MARIA FERNANDEZ MILEO (ADVOGADO) OAB 7388 - ROBERTO LAURIA (ADVOGADO) OAB 8255 - JULIANA MARIA FERNANDEZ MILEO MARTINS (ADVOGADO) OAB 10691 - ANETE DENISE SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 14928 - LORENA DE OLIVEIRA FERREIRA (ADVOGADO) OAB 19573 - RAFAEL OLIVEIRA ARAUJO (ADVOGADO) PROMOTOR:FRANCISCO LAUZID - 2º PJ / ORDEM TRIBUTÁRIA. SENTENÇA CRIMINAL Processo registrado sob o nº 0014072-69.2008.8.14.0401, em que é autor o Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio de seu Representante Legal e acusado Jefferson Lazaro Guilhen Lopes e Paulo Frank Filho. (Somente nesta data por acúmulo de serviço na Vara) RELATÓRIO: O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio de seu Ilustre Representante

Legal, em exercício neste Juízo/Vara, no uso de suas atribuições legais, com base no incluso procedimento administrativo fiscal, ofereceu denúncia contra JEFFERSON LAZARO GUILHEN LOPES E PAULO FRANK FILHO, já qualificados nos autos, dando-os como incursos nas sanções previstas pelo artigo 1º, I e II c/c art. 11, caput da Lei 8.137/90 c/c artigos 69, caput, 71, caput e 91, I, todos do Código Penal Brasileiro, pela prática do fato delituoso devidamente descrito na denúncia de fls. 02/89. Narra a denúncia que os acusados na condição de representantes, gerentes, administradores, controladores e responsáveis tributários da empresa contribuinte ONE DISTRIBUIDORA LTDA, perpetraram, segundo o Auto de Infração e Notificação Fiscal nº 012008510005824-0 (fl. 982 do volume III), as seguintes infrações fiscais: "O contribuinte deixou de recolher ICMS decorrente da omissão de saídas de mercadorias, apuradas através de levantamento específico. " Serviram, ainda, de base para a denúncia outros AINFs, a saber: nº 012008510005823-1 (fls. 1.103 do vol. III); nº 012008510002501-5 (fls. 966 do vol. III) e nº 012008510005714-6 (fls. 1.362). Contudo, os débitos fiscais referentes a estes autos de infração foram integralmente pagos pelo contribuinte, conforme noticiado pelo Ministério Público às fls. 3.137/3.142, aonde, na oportunidade, o Parquet pugna pela extinção da punibilidade dos acusados no que tange aos AINFs ao norte mencionados. Denúncia oferecida em 28/09/2010 e recebida em 26/10/2010 (fls. 1418 - Vol. III), por meio da qual avaliou os requisitos do art. 41 do CPP e determinou a citação dos acusados. Certidão de inscrição em dívida ativa realizada em 19/02/2009 (fls.1099 - Vol. III). O acusado Paulo Frank Filho apresentou resposta à acusação arguindo ausência de individualização de conduta típica na denúncia (fls. 1522/1532). O acusado Jefferson Lazaro Guilhen Lopes apresentou resposta à acusação alegando ausência de individualização de conduta típica na denúncia. Alega, ainda, falta de justa causa para a propositura da ação penal, uma vez que o mesmo seria sócio apenas no "papel", sendo o sr. Paulo Frank o verdadeiro dono (fls. 1629/1639). Não constatando a presença de hipótese comprovada de absolvição sumária, este juízo determinou o prosseguimento do feito, passando-se a fase de instrução processual (fl. 1713). As seguintes testemunhas foram ouvidas em juízo. Arroladas pelo Ministério Público: Carlos Emanoel Norat Jorge (fls. 1785/1786); Luiz Monteiro Ribeiro (fls. 1787/1789); Daniele de Oliveira Costa Carvalho (fls. 1790/1791); Quelcione de Sousa Andrade (fls. 1792/1793); Idvaldo José Lopes de Abreu (fls. 1794/1795); Cristiane Fernanda Padilha da Silva (fls. 1936/1937); Marleane Neves da Costa (fls. 1937/1938); Brenda Larissa Barbosa Silva (fls. 1939/1940). Arroladas pela Defesa: Marilda do Carmo Cohen (fls. 2077); Selma Suely (fls. 2077); René Pinto (fls. 2077); Carlos Soares de Araújo; Marcelo Brito da Silva; Anderson Machado Duraes. O denunciado Jefferson Lázaro Guilhen Lopes foi interrogado em juízo (fls. 883). Ao acusado Paulo Frank Filho foi aplicado os efeitos no disposto no art. 367 do CPP por ter ele optado pelo estado de revelia, mudando de endereço sem comunicar esse fato ao juízo. Alegações finais do Ministério Público aonde requer a procedência da ação, condenando-se os acusados às sanções cominadas no preceito secundário do tipo penal descrito no art. 1º, incisos I e II da Lei 8.137/90 c/com art. 12, inciso I da mesma Lei e com os arts.71, caput do Código Penal (fls. 2.249/2480). A defesa de Jefferson Lazaro Guilhen Lopes, em sede de memorias, pugna, inicialmente, pela declaração de prescrição da pretensão punitiva estatal. Aduz que a denúncia seria inepta por não individualizar as condutas. No mérito afirma que o acusado nunca teve a intenção (dolo) de fraudar o Fisco devendo ser afastada, portanto, a tipicidade da conduta. (Fls. 3075/3083). A defesa de Paulo Frank Filho apresentou memoriais afirmando que não existe conduta típica praticada pelo acusado, uma vez que o mesmo não teria nenhuma ligação com a empresa One Distribuidora LTDA, sendo, referida empresa, apenas uma franqueada da empresa de propriedade do réu, a FPC TECNOLOGIA LTDA. Aduz, portanto, que o acusado não pode ser responsabilizado por fatos ligados ao contribuinte infrator, uma vez que o mesmo nunca fez parte do quadro societário do referido estabelecimento. É o relatório. DECISÃO. FUNDAMENTOS: Extinção da punibilidade - AINFs 012008510002501-5; 012008510005823-1 e 012008510005714-6. Serviram, ainda, de base para a denúncia os seguintes AINFs: nº 012008510005823-1 (fls. 1.103 do vol. III); nº 012008510002501-5 (fls. 966 do vol. III) e nº 012008510005714-6 (fls. 1.362). Contudo, os débitos fiscais referentes a estes autos de infração foram integralmente pagos pelo contribuinte, conforme noticiado pelo Ministério Público às fls. 3.137/3.142, onde, na oportunidade, o Parquet pugnou pela extinção da punibilidade dos acusados no que tange aos mesmos. DESSA FORMA, DECRETO A EXTINÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA DO ESTADO PELO PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO, NOS TERMOS DO ARTIGO 9º, §2º, DA LEI 10.684/2003 EM RELAÇÃO AOS AINFs de números 012008510002501-5; 012008510005823-1 e 012008510005714-6. Da condição objetiva de punibilidade. Do Mérito. Consoante narrado na Exordial Acusatória, os acusados JEFFERSON LAZARO GUILHEN LOPES e PAULO FRANK FILHO na condição de representantes, gerentes, administradores, controladores e responsáveis tributários da empresa contribuinte ONE DISTRIBUIDORA LTDA, teriam deixado de recolher ICMS decorrente da omissão de saídas de mercadorias, apuradas através de levantamento específico, conduta irregular apurada por meio do AINF nº 012008510005824-0. O tributo sonegado é de competência estadual,

detendo, por isso, o Estado do Pará, a prerrogativa para regulamentá-lo na forma do art. 6º do Código Tributário Nacional e artigo 155, II, da CF. Observo que o processo atendeu aos requisitos dos pressupostos e condições da ação, contendo todos os elementos indispensáveis para a sua propositura e necessários para o exercício do contraditório e ampla defesa, fundando-se em regular procedimento fiscal, logo, em consonância com a Súmula Vinculante nº 24 do STF, com créditos tributários inscritos em dívida ativa em 19/02/2009, cuja denúncia foi oferecida em 28/09/2010 e recebida em 26/10/2010. Logo, a condição objetiva de punibilidade, qual seja, o lançamento definitivo do crédito tributário, está assente no auto de infração acima referido e espelhada na respectiva CDA (certidão de inscrição em dívida ativa). O tipo do artigo 1º, da Lei 8.137/90, por todos os seus incisos, traduz conduta dolosa (tipicidade subjetiva), cuja consumação exige obrigatoriamente a ocorrência de um resultado naturalístico, que é a ocorrência da sonegação do imposto, em detrimento do crédito tributário pertencente ao Estado. O dolo que caracteriza o crime contra a ordem tributária se funda pelo propósito fraudatório com a prática de atos inidôneos a este fim, que é burlar a Fazenda Pública e sonegar imposto. Somente haverá incidência da responsabilidade penal sobre crimes de sonegação fiscal se os agentes efetivamente empregam, de forma livre e consciente, qualquer fraude que tenha por escopo a redução ou supressão do tributo e, uma vez obtido o resultado, responderão nos termos do art. 1º da Lei em comento. Todavia, no âmbito penal, não se trata de delito, t"o somente, o não pagamento do tributo, mas sim quando o contribuinte pratica ato ou omissão fraudulenta visando sonegar o imposto, deixando de realizar uma obrigação. Na hipótese de o contribuinte não honrar com sua obrigação tributária, estará sujeito a uma sanção de natureza administrativa que só atingirá a esfera penal dos responsáveis se houver relevância e seletividade, bem como se restar provada, não só a materialidade, como a autoria dolosa, isto é, o animus por parte do agente, de empregar meios que tenham como objetivo fraudar o fisco. Ademais, se assim não fosse, estaria a esfera penal extrapolando sua competência e servindo como meio de coação para cobrança de dívida e restabelecendo a prisão por dívida, o que não é admitida na Constituição Federal. Geralmente, a designação e responsabilidade do administrador decorre do ato constitutivo da empresa, é quem assume o risco do negócio, ou melhor, em certa medida, é quem dá as diretrizes administrativo-financeiras, detém a obtenção do lucro - proveito e fiscaliza o bom andamento dos seus negócios, praticados, em geral, por seus procuradores, prepostos e subordinados. A responsabilidade criminal em crimes societários decorre em parte de interpretação trazida com a teoria do domínio do fato, pois, quem assume o risco do negócio, pressupõe-se também (dever) fiscalizar o seu bom andamento, realizando as declarações fiscais, mantendo livros e documentos devidamente registrados, recolhendo os impostos pagos pelos contribuintes, seja como responsável direto ou substituto tributário. Acerca, porém, da teoria do DOMÍNIO DO FATO, pertinente descrever breve advertência de CEZAR R BITENCOURT, citando o seu criador CLAUS ROXIN: "(...) nem uma teoria puramente objetiva nem outra puramente subjetiva são adequadas para fundamentar a essência da autoria e fazer, ao mesmo tempo, a delimitação correta entre autoria e participação. A teoria do domínio do fato, partindo do conceito restritivo de autor, tem a pretensão de sintetizar os aspectos objetivos e subjetivos, impondo-se como uma teoria objetivo-subjetiva. Embora o domínio do fato suponha um controle final, "aspecto subjetivo", não requer somente a finalidade, mas também uma posição objetiva que determine o efetivo domínio do fato. Autor, segundo essa teoria, é quem tem o poder de decisão sobre a realização do fato. Mas é indispensável que resulte demonstrado que quem detém posição de comando determinou a prática da ação, sendo irrelevante, portanto, a simples "posição hierárquica superior", sob pena de caracterizar autêntica responsabilidade objetiva. Autor, enfim, é não só o que executa a ação típica, como também aquele que se utiliza de outrem, como instrumento, para a execução da infração penal (autoria mediata)[17]. Como ensinava Welzel, "a conformação do fato mediante a vontade de realização que dirige de forma planificada é o que transforma o autor em senhor do fato"[18]. Porém, como afirma Jescheck, não só a vontade de realização resulta decisiva para a autoria, mas também a importância material da parte que cada interveniente assume no fato[19]. Recentemente, visitando o Brasil (esteve no Rio de Janeiro fazendo uma conferência), e incomodado com a interpretação, por vezes equivocada, de "sua" teoria do domínio do fato, pelo Supremo Tribunal Federal, Claus Roxin concedeu entrevista ao jornal Folha de S.Paulo, e fez o seguinte esclarecimento: É possível usar a teoria para fundamentar a condenação de um acusado supondo sua participação apenas pelo fato de sua posição hierárquica? Não, em absoluto. A pessoa que ocupa a posição no topo de uma organização tem também que ter comandado esse fato, emitido uma ordem. Isso seria um mau uso. O dever de conhecer os atos de um subordinado não implica em corresponsabilidade? A posição hierárquica não fundamenta, sob nenhuma circunstância, o domínio do fato. O mero ter que saber não basta. Essa construção ["dever de saber"] é do direito anglo-saxão e não a considero correta. No caso do Fujimori, por exemplo, foi importante ter provas de que ele controlou os sequestros e homicídios realizados". A opinião pública pede punições severas no mensalão. A pressão da opinião pública pode influenciar o juiz? Na Alemanha temos

o mesmo problema. É interessante saber que aqui também há o clamor por condenações severas, mesmo sem provas suficientes. O problema é que isso não corresponde ao direito. O juiz não tem que ficar ao lado da opinião pública" [20]. (Grifei e sublinhei. Trecho do artigo "A teoria do domínio do fato e a teoria colateral - CONJUR, nov/2012). De efeito, é nessa perspectiva que este juízo valora os elementos de prova que sustentam, em cada processo, a imputação ministerial quanto a conduta dos autores. Feitas as considerações necessárias a respeito da necessidade de comprovação do dolo do agente em fraudar o Fisco, passo a análise dos tipos penais descritos na legislação extravagante. A Lei nº 8.137/90 considera crime contra a ordem tributária as seguintes reduzir ou suprimir tributos mediante as seguintes condutas: I- Omitir informação, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias. Tipos especiais de falsidade ideológica, que ocorre com a omissão ou quando se oculta intencionalmente informação da existência do fato gerador à autoridade fiscal, quando se deixa de realizar uma atividade que é um dever; ou quando se presta informação errônea, adulterada, inverídica, que não representa a realidade dos fatos, com idoneidade para iludir a autoridade fiscal sobre a ocorrência do fato gerador no momento do lançamento. II- Fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documento ou livro exigido pela lei fiscal. Este inciso visa resguardar a credibilidade dos livros e documentos fiscais. É um tipo de estelionato, em que se visa enganar, trapacear por ardil a autoridade fiscal durante a fiscalização tributária. As condutas do inciso I são abrangidas pelo inciso II, principalmente quando se releva que o falso pode ser um crime meio para se praticar o crime fim - estelionato, sendo absorvido por este. A diferença entre ambos está no momento em que o falso e a omissão são cometidos. A omissão de operação de qualquer natureza oculta informação da autoridade fiscal e a prestação de declaração falsa insere elementos inexatos em documento ou livro exigido pela lei fiscal. Quem presta declaração falsa, a intenção é omitir a informação correta no período da fiscalização, visando suprimir tributos. III - falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, nota de venda, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável. IV - Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato. Inclusive terceiros que não o sonegador, a conduta de falsificação, a contrafação e a circulação ou utilização de documento público ou particular para elidir o pagamento do tributo, relevado neste caso, os fatos anteriores e posteriores impuníveis, quando servem de crime meio para outro crime. V- Negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa a venda de mercadoria ou prestação de serviço, efetivamente realizado, ou fornecê-la em desacordo com a legislação. A nota fiscal é um documento obrigatório a ser expedido no ato da compra pelo consumidor, devendo inclusive ser comunicada ao Fisco mensalmente para fins de constituição do crédito fiscal. Aspectos da materialidade e autoria: Diante dos pressupostos legais, notadamente pela condição objetiva de punibilidade expressada pelo lançamento do crédito tributário que, invariavelmente é sustentada pelo processo administrativo tributário, é indubitável que o auto de infração e notificação - deflagrador de todo esse processo - constitui um dos principais elementos de prova indiciária da autoria e materialidade, pois é imprescindível a atuação administrativa no levantamento, oportunidade em que tem acesso à toda documentação fiscal do contribuinte. As formalidades administrativas, por isso, devem ser observadas, juntando nos autos a ordem de fiscalização determinada pela Chefia, o termo inicial de fiscalização, a notificação ao contribuinte, descrevendo detalhadamente os documentos que deverão ser fornecidos pelo contribuinte e, no caso de entrega parcial, explicitar no termo de apreensão de documentos aqueles que não foram entregues e quais constituem peças imprescindíveis para a apuração da base de cálculo do imposto, bem como aqueles que foram utilizados, juntando relatórios. Embora sejam procedimentos que repercutem mais propriamente no âmbito cível, tem, porém, implicações penais, pois o auto de infração é peça essencial para a comprovação material, não só da infração fiscal, como também da prática de delito e aplicação da pena. Nesse sentido, inclusive, tem o contribuinte o direito de questionar o levantamento, tentando demonstrar que a base de cálculo foi superestimada, provando o seu real lucro. Nessa ordem, caso se constate abuso na estimativa da base de cálculo apurado mensalmente no período levantado, tal assim acarretará implicações diretas na avaliação não só da existência válida da condição objetiva de punibilidade, como também do grave dano e aspectos referentes à continuidade delitiva. No caso concreto os acusados, supostamente, teriam praticado a conduta descrita nos incisos I e II do artigo 1º da Lei 8.137/90, pois teriam deixado de recolher ICMS decorrente da omissão de saídas de mercadorias referente aos 12 meses de 2006, apuradas através de levantamento específico. A declaração por meio da DIEF tem a finalidade de constituir o crédito tributário e dar conhecimento ao Fisco de toda movimentação de mercadorias e serviços. Hoje, está prevista no art. 514 do Dec. 4.676/2001, Instrução Normativa 004/2004, que regulamenta a obrigação mensal até o dia 10 do mês subsequente ao de referência, a obrigação da declaração dos dados da movimentação de mercadorias e/ou prestação de serviços, sujeitas ou não à incidência de imposto, promovidas por contribuintes inscritos no cadastrado da SEFA. No caso em julgamento, o PAT foi conduzido de forma regular, com o levantamento tendo sido feito

por arbitramento, uma vez que o contribuinte não forneceu todos os documentos requeridos pela autoridade fiscal. O procedimento fiscal contábil, em que houve o arbitramento fiscal para apurar o valor do imposto, está previsto no Decreto nº 4676/2001, no seu artigo 45, que menciona quais as situações que o Auditor pode realizar o arbitramento e presunção de lucro previsto na IN nº 18/200. A utilização desta metodologia é válida para a apuração de débito fiscal, a ser aplicada quando as declarações ou os documentos do contribuinte forem omissos ou não mereçam fé, bem como quando não forem entregues os livros e documentos fiscais que comprovem registro e lançamento, ou quando o contribuinte não for localizado, tendo mudado de endereço sem comunicar a SEFA. Art. 45. A autoridade lançadora, mediante processo regular, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os documentos emitidos pelo sujeito passivo, arbitrará o valor ou o preço da mercadoria ou serviço, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial. § 1º O valor das operações e prestações poderá, ainda, ser arbitrado, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis, quando não for possível apurar o montante real da base de cálculo, nos seguintes casos: I - Falta de apresentação, ao Fisco, dos livros fiscais ou da contabilidade geral, ou sua apresentação sem que estejam devidamente escriturados, bem como dos documentos necessários à comprovação de registro ou lançamento em livro fiscal ou contábil, inclusive sob alegação de perda, extravio, desaparecimento ou sinistro dos mesmos; II - Transporte de mercadoria sem documentação fiscal ou acompanhada de documento fiscal inidôneo; III - utilização irregular de sistema eletrônico de processamento de dados, processo mecanizado, máquina registradora, equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF ou Terminal Ponto de Venda - PDV, inclusive na condição de emissor autônomo, de que resulte redução ou omissão do imposto devido, inclusive no caso de falta de apresentação do equipamento; IV - Funcionar o estabelecimento sem a devida inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS. § 2º O arbitramento somente será aplicado quando a escrituração do contribuinte se tornar insuficiente para determinar o valor das entradas, das saídas e dos estoques das mercadorias, ou o valor dos serviços prestados, conforme o caso. § 3º Quando for possível identificar as operações efetivamente realizadas, far-se-á a apuração do ICMS, no período considerado, e do montante devido do imposto serão deduzidos os recolhimentos efetivamente comprovados pelo contribuinte ou pelos registros da repartição. É uma exceção que somente pode ser aplicado quando a escrituração do contribuinte se tornar insuficiente para determinar o valor das entradas, das saídas e dos estoques das mercadorias ou o valor da operação, como nos casos de falta de apresentação de documentos fiscais durante a fiscalização. O artigo 148 do CTN diz, textualmente, que: Quando o cálculo do tributo tenha por base, ou tome em consideração, o valor ou o preço de bens, direitos, serviços ou atos jurídicos, a autoridade lançadora, mediante processo regular, arbitrará aquele valor ou preço, sempre que sejam omissos ou não mereçam fé as declarações ou os esclarecimentos prestados, ou os documentos expedidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro legalmente obrigado, ressalvada, em caso de contestação, avaliação contraditória, administrativa ou judicial. Nesse sentido, o parágrafo §1º do art. 67 da Lei nº 5530/89, autoriza, para se chegar no movimento real tributável, que se utilize de quaisquer meios indiciários aplicando, para tanto, coeficientes médios de lucro bruto ou de valor acrescido e de preços unitários, consideradas a atividade econômica, a localização e a categoria do estabelecimento. Portanto, entendemos no ponto que a denúncia formulada pelo Parquet se pautou em AINF conduzido de forma regular. Referente à prova testemunhal, o Ministério Público arrolou a auditora fiscal CATARINA DAS GRAÇAS GOMES BRAGA que informou ter sido uma das auditoras que fiscalizou a One Informática Ltda., ao lado do auditor LUIS MONTEIRO; e que nunca teve contato nem conheceu Paulo Frank Filho, mas nessa auditoria teve contato com o réu Jefferson Lázaro, reconhecendo-o em audiência; esclareceu os procedimentos adotados em relação aos AINFs lançados por si em desfavor do contribuinte. Que não teve acesso aos outros estabelecimentos do grupo denominado ONE; que o réu Jefferson se apresentou como sócio e representante do estabelecimento; que o estabelecimento foi notificado dos AINFs por edital, pois saiu do endereço por ele declarado à SEFA sem comunicar seu novo paradeiro. Em seu depoimento, o auditor fiscal LUIZ MONTEIRO RIBEIRO informou que participou da auditoria fiscal na ONE Distribuidora LTDA; que lavrou quatro ou cinco AINFs, dois dos quais em conjunto com o auditor CARLOS NORAT; que teve contato com o réu Jefferson logo em sua primeira visita ao estabelecimento, recordando-se que ele era uma espécie de gerente, tendo Jefferson tomado ciência oficialmente do início da fiscalização; que não viu o réu Paulo Frank Filho no estabelecimento, tendo sabido por informação do serviço de inteligência da SEFA que Paulo Frank seria sócio de bastidor da ONE DISTRIBUIDORA; que havia um grupo econômico com o nome ONE, mas o depoente só fez auditoria e tomou conhecimento da ONE DISTRIBUIDORA; que foi, no mínimo, três vezes a esse estabelecimento, não mais conseguindo contatar com o réu JEFFERSON, até que na última vez constatou que o estabelecimento teria encerrado suas atividades, tendo saído do local sem comunicar à SEFA o endereço de seu representante; que nas fls. 526/527 consta o AINF nº 012008510005824-0, no valor de R$ 2.032.543,86 lavrado contra JG COMERCIO

DISTRIBUIDORA E REPRESENTAÇÃO LTDA, tratando-se da ONE DISTRIBUIDORA com o nome alterado do contrato societário, tendo sido esse auto de infração por omissão de saídas de mercadorias apuradas através de levantamento específico com base nas DIEFs apresentadas pelo próprio contribuinte e seus livros fiscais de entrada e saída, tendo o depoente esclarecido que o fato gerador dessas mercadorias era a saída e que o contribuinte encerrou suas atividades saindo do local onde se encontrava sediado; que como o livro não foi apresentado e o contribuinte não se encontrava no local por ele antes declarado à SEFA, a conclusão foi de que tudo que entrou, também saiu. A 3ª testemunha arrolada pela acusação, DANIELE DE OLIVEIRA COSTA CARVALHO declarou que laborou na One Distribuidora, localizada na Quintino Bocaiuva e também na One Center, localizada na Av. Braz de Aguiar, que havia mais três estabelecimentos pertencentes ao grupo ONE, um no interior do estado, um na BR 316 e outro na Dr. Freitas; que foi contratada pelo Sr. Paulo Frank Filho como vendedora, tendo trabalhado com mais três vendedoras, que não eram responsáveis pelo caixa e nem por emissão de documento fiscal, não sabendo informar se os documentos apresentados aos consumidores eram autênticos; que o réu JEFFERSON era uma espécie de gerente da loja onde a depoente trabalhava e pelo que ela sabe ele só administrava essa loja em particular; que JEFFERSON estava lá todos os dias; que JEFFERSON não ostentava ser uma pessoa rica compatível com a figura de um sócio do grupo ONE, usava roupas e um relógio simples e seu carro era um fiat doblô, não sabendo exatamente onde ele residia; que Paulo Frank comparecia eventualmente à ONE DISTRIBUIDORA, trajava roupas finas e relógio caro, tendo um carro importado, que a depoente não soube declinar a marca e modelo; que recebia ordens tanto de PAULO FRANK quanto de JEFFERSON; que o comentário geral entre os empregados era que PAULO FRANK também era sócio e que ele estava presente nas reuniões e na administração das demais lojas do grupo; que nas reuniões com os empregados, PAULO FRANK estabelecia e traçava metas de atuação empresarial traçando ordens aos empregados, mas este trabalho era dividido com JEFFERSON; que foi PAULO FRANK quem a transferiu da ONE CENTER para ONE DISTRIBUIDORA; que PAULO FRANK também determinava e substituía os uniformes das vendedoras; que soube que PAULO FRANK administrava as demais lojas por comentários entre os vendedores. A 4ª testemunha arrolada pela acusação, QUELCIONE DE SOUSA ANDRADE declarou que foi contratada pelo Sr. PAULO FRANK FILHO para trabalhar inicialmente na ONE CENTER da Braz de Aguiar, depois do seu treinamento, por ordem de PAULO FRANK foi transferida para ONE DISTRIBUIDORA, na Quintino; que ela trabalhava de manhã no caixa ao lado de outra colega conhecida por KATIA, cada qual em um caixa que emitia cupom fiscal por meio de ECF distintos, não sabendo informar se esses equipamentos eram selados e autorizados pela SEFA, mas apenas que todas as vendas saiam com a emissão dessas máquinas; que lá só havia dois ECF; que pela parte da tarde trabalhava na área administrativa; que todos os empregados comentavam que PAULO FRANK era o verdadeiro proprietário do grupo econômico denominado ONE; que PAULO FRANK se trajava com roupas finas, tinha um carro caro e era muito elegante; que PAULO FRANK participava de reuniões na ONE distribuidora traçando metas e diretrizes para a atividade empresarial ali desenvolvidas; que JEFFERSON se trajava de forma simples como está agora em audiência; que não sabe informar se JEFFERSON era sócio do estabelecimento, sabendo apenas que ele gerenciava a ONE DISTIBUIDORA e que ele parecia cumprir ordens de PAULO FRANK; que JEFFERSON ficava diariamente na ONE DISTRIBUIDORA e, pelo que a depoente sabe, só administrava essa loja; que PAULO FRANK, segundo outros empregados, administrava as demais lojas, não sabendo qual era exatamente a função da testemunha JEAN PHILLIPE BITAR DIAS, que aparecia por lá eventualmente; que não sabe quem era a testemunha IDIVALDO e não conheceu nenhum sócio do grupo com o nome LUIS JORGE LOBO, tendo conhecido o empregado JORGINHO que era vendedor; que em dada segunda feira, os empregados da ONE DISTRIBUIDORA chegaram para trabalhar e encontraram o estabelecimento fechado, tendo sido informados de que eles haviam ido embora e que era para os empregados buscarem seus direitos na justiça do trabalho, tendo a depoente entrado em contato com a advogada da ONE, mas até hoje não recebeu suas verbas rescisórias. A 5ª testemunha arrolada pela acusação IDVALDO JOSÉ LOPES DE ABREU declarou que foi contratado pelo JEFFERSON para realizar um trabalho contábil apenas na loja ONE DISTRIBUIDORA que consistia em fazer um levantamento para transformar o estabelecimento de tributação presumida para lucro real, tendo lá laborado por quase trinta dias, mas não concluiu esse serviço porque a loja fechou; que para realizar esse serviço teve acesso aos extratos bancários da ONE DISTRIBUIDORA, nos quais verificou várias retiradas, quase diárias, em favor de PAULO FRANK, esse fato somado a comentários de empregados e à informação de JEFFERSON de que PAULO FRANK era um sócio oculto, fez com que o depoente cresse que PAULO FRANK teria criado uma espécie de franquia fraudulenta para ter ingerência em todo o estabelecimento do grupo ONE; que o depoente também foi convido por JEFFERSON a ingressar como sócio da ONE DISTRIBUIDORA no lugar do sócio JORGE LUIS LOBO, mas não conheceu essa pessoa; que quem tomava conta da parte contábil

da ONE DISTRIBUIDORA era uma senhora que trabalhava na mesma sala do depoente, conhecida por MARILDA, que era parente do PAULO FRANK; que presenciou uma reunião com os empregados na qual PAULO FRANK traçava metas administrativas e empresariais; que não sabe como era paga a remuneração mensal de JEFFERSON, pois só teve acesso as retiradas quase diárias de PAULO FRANK, sabendo apenas que JEFFERSON recebia participação nas vendas, sem saber se retirava pro labore ou recebia salário; que não recebeu tudo que foi pactuado com JEFFERSON, pois a ONE DISTRIBUIDORA fechou, tendo JEFFERSON lhe dito que havia sofrido um golpe de PAULO FRANK. A 6ª testemunha arrolada pela acusação CRISTIANE FERNANDA PADILHA DA SILVA declarou que trabalhou por 3 ou 4 meses na ONE DISTRIBUIDORA situada na Quintino, tendo saído quando as atividades do estabelecimento se encerraram; que na ONE DISTRIBUIDORA JEFFERSON era quem gerenciava, dava as ordens, pagava os salários e aparentava ser o dono; que JEAN BITTAR ia por lá eventualmente, e segundo lhe informaram, sele seria o dono de outra loja da franquia ONE, tendo sido JEAN o responsável pelo pagamento das verbas rescisórias da depoente, uma vez que a ação trabalhista foi movida em desfavor de todo o grupo ONE; que trabalhava como recepcionista, tendo visto o senhor PAULO FRANK comparecer algumas vezes à loja, que ele ostentava a qualidade de proprietário do nome ONE que seria uma franquia, mas quem aparentava ser o proprietário da loja ONE DISTRIBUIDORA era JEFFERSON, tendo o réu PAULO FRANK presidido uma reunião na ONE DISTRIBUIDORA, na qual foram traçadas metas das atividade desempenhadas pela loja, tendo PAULO FRANK relatado nessa reunião que ONE DISTRIBUIDORA passaria a se chamar BOSS DISTRIBUIDORA e que seria de propriedade de JEFFERSON; que JEFFERSON se vestia de maneira simples da forma como se encontra vestido nesta audiência e o réu PAULO FRANK com trajes bem mais "chiques". A 7ª testemunha arrolada pela acusação MARLEANE NEVES DA COSTA declarou que trabalhou como recepcionista na ONE DISTRIBUIDORA por uns 5 meses até o encerramento da atividade empresarial; que quem gerenciava e dava as ordens na ONE DISTRIBUIDORA era JEFFERSON, mas ele aparentava ser um gerente empregado, tendo sido JEFFERSON responsável pela admissão do depoente; que JEAN BITTAR eventualmente ia a ONE DISTRIBUIDORA e aparentava ser superior hierárquico de JEFFERSON, tendo obtido essa informação de outros empregados mais antigos; que o réu PAULO FRANK também era superior hierárquico de JEFFERSON, de quem JEFFERSON recebia ordens, mas para a depoente PAULO FRANK era proprietário do nome ONE, não sabendo quem seria o proprietário da loja ONE DISTRIBUIDORA; que participou de uma reunião na loja da ONE Braz de Aguiar, na qual os empregados da ONE DISTRIBUIDORA e das outras lojas do grupo ONE também estavam, essa reunião foi presidida por PAULO FRANK e tratava de assuntos "organizacionais"; que PAULO FRANK as vezes ia uma vez ou duas vezes por mês à loja da ONE DISTRIBUIDORA como poderia passar um mês inteiro sem ir lá; que nunca recebeu ordens de PAULO FRANK nem presenciou esse réu dar ordens a outros empregados ou mesmo à JEFFERSON, o que ela chegou a constatar foi que PAULO FRANK orientava JEFFERSON sobre algumas questões, e quando JEFFERSON não conseguia dar solução a algum problema ele se dirigia à loja da ONE na Braz de Aguiar para consultar PAULO FRANK. A 8ª testemunha arrolada pela acusação BRENDA LARISSA BARBOSA SILVA declarou que trabalhou ao todo por cerca de um ano e meio no Grupo ONE, alguns meses na ONE Center situada a Braz de Aguiar, onde foi contratada por PAULO FRANK, que era o proprietário dessa loja e seu chefe imediato, depois se desligou, tendo sido recontratada na ONE DISTRIBUIDORA, gerenciada por JEFFERSON; que JEFFERSON parecia ser sócio da ONE DISTRIBUIDORA, mas recebia ordens diretas de PAULO FRANK, o qual comparecia a ONE DISTRIBUIDORA conforme sua conveniência, em algumas épocas até semanalmente, em outras, passava mais de um mês sem ir lá; que PAULO FRANK aparentava ser proprietário tanto do nome ONE como de todas as lojas do grupo; que nas reuniões do grupo quem ficava com a palavra e liderava era PAULO FRANK, os demais participavam passivamente, recebendo orientações, entre eles estava JEFFERSON; que JEFFERSON era seu chefe imediato na ONE DISTRIBUIDORA; que a ONE DISTRIBUIDORA era responsável pela distribuição de toda a mercadoria às demais lojas do grupo, e que sabe que o grupo era administrado por PAULO FRANK porque JEFFERSON recebia orientações dele, além de PAULO FRANK ostentar posição hierárquica superior no grupo; que JEAN BITTAR também comparecia à ONE DISTRIBUIDORA, sendo conhecido como sócio de uma das lojas, não sabendo precisar qual; que na ONE DISTRIBUIDORA a depoente nunca recebeu ordens de PAULO FRANK nem presenciou PAULO FRANK dar ordens a outros empregados, salvo na ONE CENTER onde ele era o chefe imediato; que ouviu falar que teria sido JEFFERSON o responsável pelo recolhimento de toda a mercadoria da loja quando as atividades encerraram, mas nunca teve comprovação disso. A testemunha arrolada pela defesa MARILDA DO CARMO COHEN disse que é tia da mulher do acusado Paulo Frank, que foi o réu Jefferson que lhe convidou para trabalhar com ele na ONE DISTRIBUIDORA; que trabalhou no departamento financeiro, sendo funcionária de confiança de JEFFERSON; que havia franquias cedidas

pelo denunciado PAULO FRANK e o réu JEFFERSON era dono de um dos estabelecimentos franqueados, sendo os outros donos o acusado PAULO FRANK e JEAN BITAR; que em determinada segunda feira, quando chegou para trabalhar, todos os funcionários estavam do lado de fora do local, sendo orientados por uma advogada a ingressarem com ações trabalhistas para receberem suas verbas rescisórias; que JEFFERSON fazia retiradas do caixa do estabelecimento para o pagamento de tributos; que a parte de contabilidade do estabelecimento era feita por um escritório de propriedade de JEFFERSON; que o denunciado PAULO FRANK recebia royalties da franquia do réu JEFFERSON por ser franqueador; que PAULO FRANK e Jean Bittar, mesmo raramente, iam na ONE DISTRIBUIDORA; A 2ª testemunha arrolada pela defesa SELMA SUELY (tia da mulher de PAULO FRANK) disse que começou a trabalhar na ONE DISTRIBUIDORA como atendente de telefone, tendo sido contratada posteriormente como vendedora; que por se destacar nas vendas, PAULO FRANK ofereceu-lhe para administrar uma franquia em Castanhal, porém ela não tinha dinheiro para pagar o valor da franquia, tendo PAULO FRANK dito que poderia parcelar, então ela aceitou; que PAULO FRANK visitava o estabelecimento ONE DISTRIBUIDORA diversas vezes; que a ONE DISTRIBUIDORA fazia vendas diretas a consumidores e também vendia a franqueados. A 3ª testemunha arrolada pela defesa RENE PINTO disse que começou trabalhando no setor de assistência técnica da ONE localizada na Brás de Aguiar e, depois, após PAULO FRANK comprar outro prédio, também na Brás de Aguiar, foi removido, por ordem de Paulo Frank, para lá e depois para a loja da Conselheiro; que trabalhou no grupo ONE por cerca de 7 anos; que os estabelecimentos funcionavam sob o comando de PAULO FRANK; que determinada vez, quando houve discordância entre o depoente e JEFFERSON, ele disse-lhe que estava cumprindo ordens de PAULO FRANK; que JEFFERSON sempre tomou conta da parte de assistência técnica da loja da Conselheiro e que, depois de um tempo, Jean Bittar passou a também controlar essa loja; que a partir do momento em que Jean Bittar ingressou na sociedade, a testemunha passou a receber ordens dele, tendo Jean lhe dito que, na sua ausência, JEFFERSON também daria ordens a ele, mas em todo caso, o dono era PAULO FRANK, sendo ele quem marcava reuniões; que as retiradas de dinheiro do estabelecimento só eram realizadas quando PAULO FRANK se reunia com Marilda (tia da mulher de PAULO FRANK). A 4ª testemunha de defesa CARLOS SOARES DE ARAÚJO declarou que trabalhou no setor de estoque e depois no setor de vendas, tendo sido contratado por JEFFERSON; que laborou no estabelecimento de 2005 a 2008; que o réu JEFFERSON era contador; que o dono do estabelecimento era o acusado PAULO FRANK; que o estabelecimento fazia venda direta a consumidores e também para as filiais, com ordens de PAULO FRANK; que Marilda tomava conta do setor financeiro, sendo uma funcionária de confiança de PAULO FRANK; que a frequência de PAULO FRANK no estabelecimento era contínua; que havia reuniões de trabalho e todos os funcionários sabiam que PAULO FRANK era quem dava as ordens; que iniciou laborando na loja da Braz de Aguiar e depois foi transferido para a loja da Quintino; A 5ª testemunha arrolada pela defesa MARCELO BRITO DA SILVA, declarou que o acusado JEFFERSON possuía um escritório de contabilidade e prestava serviços para o acusado PAULO FRANK; que o depoente também é contador, prestando serviços contábeis juntamente com JEFFERSON; A 6ª testemunha arrolada pela defesa ANDERSON MACHADO DURAES afirmou que conhece o acusado PAULO FRANK desde 1999, sendo seu amigo pessoal; que veio a Belém a convite de PAULO FRANK; que o dono da marca ONE era PAULO FRANK; que a testemunha era responsável pelas compras e pelos materiais de todas as lojas ONE; que os donos de cada uma das franquias davam ordens nas suas respectivas lojas: Edna na Braz, JEFFERSON na Quintino e Selma em Castanhal; que PAULO FRANK cuidava da ONE CENTER, das compras e da propaganda das outras franqueadas também, recebendo royalties sobre isso; que sem a ONE CENTER as outras empresas poderiam sobreviver, mas não sabe dizer se havia essa possibilidade no contrato; que, quando a loja da Quintino foi montada, ele foi lá ministrar treinamento aos funcionários, atividade essa que foi gerenciada pela ONE CENTER; que, para todas as lojas franqueadas, era a ONE CENTER que cotava e faturava os pedidos de mercadorias, sendo esse material posteriormente recebido diretamente por essa lojas; que as lojas franqueadas não poderiam, por expressa vedação constante nos contratos, cotar e faturar sem intermédio da ONE CENTER; No interrogatório foi dito o seguinte: JEFFERSON LÁZARO GUILHEN LOPES disse que recebia as ordens de PAULO FRANK; que tinha ingerência no estabelecimento, sobre os funcionários, mas tudo por intermédio de PAULO FRANK; que morava em Tucuruí e veio morar em Belém, tendo aberto um escritório de contabilidade; que seu cunhado era contador, e ele que prestava serviços a PAULO FRANK no estabelecimento Mega Store; que, quando seu cunhado foi embora de Belém, ofereceu para ficar com seus clientes, tendo o réu aceitado e começado a prestar serviços para PAULO FRANK; que os donos da Mega Store eram Maurício e PAULO FRANK; que, inicialmente, não conheceu PAULO FRANK, pois este morava nos Estados Unidos; que PAULO FRANK passou a vir mais a Belém, tendo proposto a ele que reativasse uma antiga empresa que possuía; que o estabelecimento ficou em seu nome a pedido de

PAULO FRANK, mas ele era um funcionário de PAULO FRANK, tendo ele lhe convidado para tomar conta do setor contábil e da administração do estabelecimento; que ele aceitou a oferta de PAULO FRANK, mas não largou seu trabalho no escritório de contabilidade; que, em determinado momento, PAULO FRANK disse-lhe que deveria escolher o trabalho com ele ou seu escritório de contabilidade, tendo ele escolhido permanecer laborando com PAULO FRANK; que, no início, realizava os mais variados serviços no estabelecimento, desde pagamentos em banco até ajudas na assistência técnica a clientes, além de demais serviços administrativos; que sua remuneração era fixa e, depois, passou a ser fixa e variável por comissão; que todos os problemas do estabelecimento eram resolvidos por PAULO FRANK; que as vendas foram crescendo muito e, em determinado dia, apareceu uma fiscalização da SEFA e da Receita Federal e as coisas ficaram complicadas, tendo PAULO FRANK resolvido mudar o estabelecimento de local, tendo encontrado um lugar também na Braz de Aguiar, onde era o antigo Banco Econômico; que ele, na qualidade de sócio no contrato, conseguiu empréstimos bancários para financiar a reforma desse novo endereço; que ele sempre questionava com PAULO FRANK sobre a situação de seu nome no contrato, tendo PAULO FRANK até colocado outro sócio, de nome Anderson, no contrato, mas depois tirou; que, além das lojas da galeria da Braz de Aguiar e outra na própria Braz de Aguiar (antigo prédio do Banco Econômico), PAULO FRANK resolveu abrir outro estabelecimento, um local de distribuição na Quintino Bocaiuva, tendo deslocado ele (JEFFERSON) para esse novo endereço; que foi na loja da Quintino que houve a operação policial, mas ele não estava em Belém nesse dia; que, após isso, PAULO FRANK se afastou um pouco do estabelecimento e isso o preocupou, pois tudo estava em seu nome; que o estabelecimento começou a ficar com muitas contas atrasadas; que em 2007/2008 a situação piorou muito, com cada vez mais dívidas, mas PAULO FRANK não parava de comprar, o que lhe levou a tomar uma atitude drástica e fechar as portas; que contratou um advogado para resolver todas as questões trabalhistas dos funcionários que foram orientados a ingressar na justiça do trabalho para receberem suas verbas rescisórias; que havia no estabelecimento, muitas entradas e poucas saídas e isso significa venda sem nota fiscal; que cuidava da administração, mas tinha conhecimento de que as notas fiscais eram enviadas para o escritório de contabilidade; que não tinha condições de acompanhar se eram emitidas notas fiscais em todas as vendas realizadas; que não tinha autorização para conceder descontos, somente PAULO FRANK poderia fazê-lo; que chegou a entregar várias notas fiscais para os Auditores, mas não eram aceitas por não corresponderem aos materiais fiscalizados; que PAULO FRANK residia no condomínio Agua Cristal, e depois em um prédio de um apartamento por andar na Domingos Marreiros; que ele (JEFFERSON) morava o conjunto Geraldo Palmeira, localizado no Distrito Industrial de Ananindeua; que possuía um automóvel "doblô", enquanto PAULO FRANK um "Peugeot" conversível que fora comprado em seu nome (JEFFERSON) e isso lhe trouxe problemas com a Receita Federal até hoje; que os livros fiscais eram preenchidos pelo escritório de contabilidade a partir das notas enviadas pelo estabelecimento; que era Marilda a pessoa de confiança de PAULO FRANK a responsável pelo pagamento de todas as contas dos estabelecimentos; que Marilda e Selma eram parentes da mulher de PAULO FRANK; que havia cerca de seis franquias espalhadas por Belém, Ananindeua e Castanhal; que PAULO FRANK conferiu o controle da loja da Quintino a Jean Bittar, o qual passou a lhe dar ordens, mas sempre dizendo que eram, na verdade, a mando de PAULO FRANK; que o que existia, de fato, era um estabelecimento sede com suas filiais, mas, juridicamente, não estavam sob a condição de filial; que verificou 5 milhões de reais de entradas de mercadorias e apenas 1 milhão de reais de saídas; que chegou a ser mandado por PAULO FRANK a São Paulo para negociar com fornecedores, o que só piorou ainda mais sua situação. (Sublinhei e negritei as citações acima). Esse o panorama descrito na prova coletada oralmente. Analisando tais informações cotejadas com a documentação acostada aos autos, entendo que restou patenteado que os acusados, com conhecimento e, intencionalmente, se utilizaram de artifícios ilícitos para burlar o fisco por meio da prática das condutas descritas no artigo 1º, incisos I e II da Lei nº 8.137/90. Assim, a exemplo, em seu interrogatório, JEFFERSON admitiu que o estabelecimento comprava um valor muito maior de mercadorias do que oficialmente vendia e, mesmo assim continuava comprando. Portanto, levando em consideração que ele, Jefferson, é contador, é razoável se concluir que detinha, se não total, mas o domínio teórico geral da situação tendo, por isso, conhecimento que havia omissão de saídas de mercadorias no estabelecimento e o consequente recolhimento a menor de ICMS. Some-se a isso, o depoimento em juízo dos auditores fiscais que esclareceram como se deu a autuação e fiscal e como chegaram à conclusão que havia omissão de saída de mercadorias, o que se harmoniza com o falado por JEFFERSON. Ademais, cópias do AINF e do Procedimento Administrativo Tributário, enquanto provas da materialidade delitiva, foram colacionadas aos autos, sustentando as informações repassadas pelos auditores em audiência. No que se refere a participação e responsabilidade de cada um dos acusados na condução dos negócios do contribuinte infrator, embora ambos tentem transferir a responsabilidade para o outro, fica claro, de acordo com os depoimentos prestados pelas testemunhas,

que PAULO FRANK era O REAL PROPRIETÁRIO DA EMPRESA ONE DISTRIBUIDORA LTDA, pois, detinha a palavra final sobre os rumos do negócio, enquanto que JEFFERSON funcionava como o administrador direto, que lidava com as questões do dia a dia do negócio, tendo, os dois acusados, amplo domínio e conhecimento da área contábil-fiscal. Esse aspecto, repita-se, RESTOU BEM PATENTEADO NOS AUTOS. Embora formalmente o modelo de negócio estabelecido fosse o sistema de franquia, na prática existia uma matriz (FPC TECNOLOGIA LTDA - ONE CENTER) com diversas filiais, dentre elas a ONE DISTRIBUIDORA LTDA, todas funcionando sob o comando de PAULO FRANK, mas constituídas e registradas em nome de outras pessoas, no caso da ONE DISTRIBUIDORA LTDA o proprietário "no papel" era o acusado JEFFERSON LÁZARO. Os depoimentos prestados pelas testemunhas, nesse sentido, mostram que havia uma hierarquia direta dentro do grupo ONE, com o acusado PAULO FRANK em posição de superioridade, com total ingerência e voz de comando dentro da empresa, participando de reuniões, coordenando as ações da empresa e tomando decisões que só um proprietário poderiam tomar, não sendo crível e nem se sustentando a tese defensiva de que ele (PAULO FRANK) era apenas o dono da franqueadora e que não participava da administração da ONE DISTRIBUIDORA. De outra banda, no que se refere a JEFFERSON, embora alegue que era apenas um funcionário da ONE DISTRIBUIDORA, os depoimentos indicam que também administrava diretamente o contribuinte infrator, dado que possuía amplo conhecimento do que ocorria dentro da empresa (informações obtidas no próprio interrogatório do denunciado), uma vez que o mesmo, por ser contador e já ter prestado serviços de contabilidade para o acusado PAULO FRANK, detinha conhecimento fiscal-contábil suficiente para entender o que se passava e, se fosse o caso, tomar alguma atitude para impedir a prática das condutas delituosas aqui apuradas, sobretudo porque, sendo sócio do contribuinte infrator, era pessoa diretamente interessada nos eventuais benefícios da conduta ilícita, ou, poderia, até mesmo, impedir que seu nome estivesse associado a tais práticas. O depoimento da testemunha Idvaldo José Lopes de Abreu foi esclarecedor no que se refere ao poder de mando e responsabilidades dentro do contribuinte infrator. Senão vejamos: "(...) que foi contratado pelo JEFFERSON para realizar um trabalho contábil apenas na loja ONE DISTRIBUIDORA que consistia em fazer um levantamento para transformar o estabelecimento de tributação presumida para lucro real, tendo lá laborado por quase trinta dias, mas não concluiu esse serviço porque a loja fechou; que para realizar esse serviço teve acesso aos extratos bancários da ONE DISTRIBUIDORA, nos quais verificou várias retiradas, quase diárias, em favor de PAULO FRANK, esse fato somado a comentários de empregados e à informação de JEFFERSON de que PAULO FRANK era um sócio oculto, fez com que o depoente cresse que PAULO FRANK teria criado uma espécie de franquia fraudulenta para ter ingerência em todo o estabelecimento do grupo ONE; que o depoente também foi convidado por JEFFERSON a ingressar como sócio da ONE DISTRIBUIDORA(...)". Pelas informações prestadas pela testemunha percebe-se, claramente, repetindo a assertiva, que PAULO FRANK era o proprietário da empresa ONE DISTRIBUIDORA e que o acusado JEFFERSON era o administrador da referida empresa com real interesse e com poder de mando dentro do negócio. Corroborando com as provas testemunhais, o Ministério Público ainda colacionou aos autos (fls. 1248/1361) cópias de ações trabalhistas movidas por diversos funcionários onde constam como demandados ambos os acusados. Portanto, restaram comprovadas a materialidade e a autoria delitivas por meio dos documentos acostados aos autos, bem como pelas provas testemunhais colhidas em audiência. Dessa forma, entendo que as condutas praticadas pelos acusados se enquadram naquelas descritas nos incisos I e II do artigo 1º da Lei 8.137/90. DISPOSITIVO: Em razão do todo exposto, detendo-me sobre os indícios e provas amealhadas, permito-me concluir pela PROCEDÊNCIA DA DENÚNCIA para, em consequência, CONDENAR por cometimento de conduta típica, antijurídica e culpável (elemento normativo) JEFFERSON LAZARO GUILHEN LOPES e PAULO FRANK FILHO, pelas práticas das condutas descritas nos tipos penais descritos no artigo 1º, I e II da Lei 8.137/90, pelo que, de consequência, passo à fase de individualização e fixação da pena com base nos artigos 59 e 68 do Código Penal. Réu JEFFERSON LAZARO GUILHEN LOPES Pena base (1ª fase - CP artigos 68 e 59). CULPABILIDADE (Posição dominante - fundamento da pena: imputabilidade; potencial consciência da ilicitude e inexigibilidade de conduta diversa). Apresenta-se com JUÍZO MATERIAL POSITIVO, existindo, por isso, o injusto. O descrédito da conduta do réu, que é pessoa maior e capaz, porém, não merece um plus quanto a se aferir mais reprovabilidade, afora aqueles já previstos para o tipo em comento. De outro lado, não há se falar de desvalor sob ponto de vista da mera condição de empresário, considerada na acusação posição social elitizada e privilegiada, já que a lei é destinada aos representantes das pessoas jurídicas contribuintes, ou seja, se trata de crime próprio de empresário no âmbito tributário e, nesse sentido, agravar a pena pela condição social, econômica e privilegiada, o que hodiernamente se mostra até mesmo impróprio dada as condições econômicas do país, seria adotar critérios previstos no direito penal do inimigo. Cumpre também ressaltar, quanto a deter o réu amplas condições de possuir consciência da ilicitude, por sua posição na empresa e formação profissional, sendo,

por isso, natural que se lhe exigisse conduta diversa. Não há que se falar, igualmente, em coação moral irresistível ou obediência hierárquica. Tangente à CULPABILIDADE POR VULNERABILIDADE (ZAFFARONI), o processo não trouxe elementos concretos para essa aferição (exemplo: comprovada dificuldade financeira que ensejasse menos autonomia para a prática de um injusto), ainda que latente (essa) possibilidade em razão dos incrementos atuais da dura realidade econômica do País. De outro lado, no que se refere à provável premeditação (tese circunstancial também presente na acusação) não há elementos nos autos que assim a indiquem, para além da conduta realizada com a finalidade de pôr em prática a tipicidade prevista na lei 8.137/90. ANTECEDENTES: Não se aplica. Com efeito, inexiste registro anterior de condenação definitiva por fato delituoso (STJ Súmula 444). CONDUTA SOCIAL: Não foram coletados dados suficientes para valorar esse aspecto, não podendo, por isso, ser sopesado para fins de delimitação da pena. PERSONALIDADE: Não existem nos autos elementos empíricos ou técnicos psicossociais relacionados à aferição da personalidade do agente e, de consequência, aspectos atados à sua autodeterminação, o que também reflete no alcance da culpabilidade, razão pela qual deixo de valorá-la para fins de parâmetro penal. MOTIVOS: Os motivos do crime são os fatores psíquicos que levam a pessoa a praticar o fato delituoso, indicando tanto a causa que promoveu a atuação criminosa, como a finalidade pretendida com a prática delitiva. É abarcado pela culpabilidade, posto também refletir no grau do injusto praticado. O tipo, no caso, já pune o agente que visa o lucro, um maior ganho, assim, deixo de agravar por esse aspecto evitando a dupla punição, elaborando, assim, como elemento neutro. CONSEQUÊNCIAS: Compõe também o grau do injusto, refletindo na culpabilidade. São os efeitos decorrentes do crime, como o exaurimento deste, em prejuízo da vítima, de seus familiares ou da sociedade, de natureza pessoal, moral, afetiva, patrimonial, social ou política. Não são os efeitos esperado e natural da conduta. No caso concreto, as consequências giram em torno do dano causado ao erário público, na época, em R$-960.998,75 mil reais (imposto original), saltando, na mesma data, em face de juros e multa (AINF datado de 01/11/2008) para R$-2.032.543,86 milhões de reais (fl.982), sendo que, o valor inscrito em DA foi de R$-2.194.297,48 milhões de reais (fl.1.099- vol.III). Mais atualmente, segundo documentação acostada nas razões finais do MP, a dívida tributária gira em torno de R$-5.309.628,32 milhões de reais (fl.3.137- vol. VIII). Aqui, há que se ater ao dano causado à época, dado que, a despeito de ter atingido cifra milionária, tal assim se faz (mais) por artifícios financeiros e não exatamente pela realidade inflacionária ou imanente à tipicidade. Demais, é o entendimento corrente no STJ (REsp 1325685/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 21/08/2014; AgRg no REsp 1412501/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 10/04/2014). Assim, tem-se que as consequências estão entre parâmetros médios, mas, suficientes para a valoração negativa da conduta no ponto, afastando, por força do ne bis in idem, a incidência da majorante do art.12, I da lei 8.137/90. CIRCUNSTÂNCIAS: Diz respeito ao fato criminoso em si e ao modo como ocorreu o crime. São elementos acidentais ou secundários, como o meio de execução; os instrumentos empregados em sua prática, as condições de tempo e local em que ocorreu, etc. São dotadas de caráter residual e, logo, apenas incidirão quando não previstas como qualificadora, causa de aumento, privilégio, causa de diminuição, atenuante ou agravante genérica. Embora seja o crime em testilha de múltipla ação ou de conteúdo variado (vários núcleos verbais), e o réu tenha praticado por atos comissivos, além de omissões em mais de um verbo da conduta criminosa, infringindo os incisos I e II do art. 1º da Lei nº 8137/90, compreendo que assim já se encontram ínsitas ao próprio tipo penal, além de também influir no grau de culpabilidade, já analisado. Nada, portanto, há a valorar aqui. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA - Pode influir no maior ou menor grau do injusto, refletindo na culpabilidade. No caso, o ente estatal em nada concorreu de forma extraordinária para o resultado do crime. Nada há a incidir. Assim, após a análise das circunstâncias judiciais estabeleço como necessário e suficiente para REPROVAÇÃO E PREVENÇÃO do crime a PENA BASE, situada entre os graus médios e máximos da pena cominada em abstrato, em 04 (QUATRO) ANOS de RECLUSÃO considerando que ao menos 2 circunstâncias judiciais do artigo 59 do código penal foram valoradas negativamente, e MULTA DE 250 (duzentos e cinquenta) DIAS-MULTA, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do lançamento do crédito tributário em face da situação econômica do réu. 2ª fase: (CP artigos 61 e 65). Reconhece-se, aqui, que o acusado efetivamente confessou a conduta que seria passível de confissão, qual seja, as descritas nos incisos I e II do art.1º da lei 8.137/90, razão pela qual faço incidir a regra de redução constante do art.65, III, "d" do CP, na proporção de 1/6, pelo que passa a reprimenda a somar 3 ANOS e 3 MESES de RECLUSÃO, mantendo-se o patamar de multa. 3ª fase: Causas de diminuição e/ou aumento da pena: Majorante pela ocorrência de grave dano à coletividade, assim requerido na denúncia (lei 8.137/90, art.12, I). Este juízo entende que restou configurado a causa de aumento da pena pela ocorrência do GRAVE DANO À COLETIVIDADE prevista no art.12, I da lei 8.17/90, expressada pelo relevante valor do imposto devido apurado no AINF (fora juros e multa), de mais de 960

mil reais e inscrito em dívida ativa na ordem de mais de 2 milhões de reais em 19/02/2009, segundo entendimento pacificado no STJ e demais Tribunais Superiores. (Ver no no AgReg no Resp 1.640.455-SP, J. 22/05/2018). Porém, esse aspecto já foi analisado quando do exame do art.59 do CP, não havendo, por isso, por inflição do ne bis in idem, que incidir a majorante nessa etapa. Reconhecimento do CRIME CONTINUADO (ou falso crime continuado, ZAFFARONI e PIERANGELLI). Urge deter-se um pouco mais sobre esse aspecto. A acusação requereu a aplicação da causa de aumento de pena em 2/3, em face do cometimento do crime por 12 (doze) meses consecutivos, motivo pelo qual seria cabível a incidência da regra do artigo 71 do Código Penal, já que os crimes fiscais ocorreram nos meses de janeiro a dezembro de 2006, ou seja, de forma continuada, nas mesmas circunstâncias de modo, lugar e tempo, sendo o caso de reconhecimento da causa de aumento. O artigo 71 do Código Penal prevê o crime praticado de forma continuada, que ocorre quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devendo os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicando-se a pena de um só deles, se idênticas ou o mais grave, se diversas, aumentada de um sexto a dois terços. O Código Penal pátrio adotou a teoria objetiva para o crime continuado, segundo o prof. JUAREZ TAVARES, uma espécie de UNIDADE DE AÇÃO, presidida pela CONEXÃO DE ELEMENTOS OBJETIVOS. "A continuidade decorre, assim, de elementos relacionados ao fato e à sua forma de execução e não à finalidade do autor. A vinculação do código à teoria objetiva faz prescindir de qualquer liame subjetivo entre os diversos delitos que compõe a cadeia da continuidade" ((Internet, texto "A natureza do crime continuado", site Migalhas). Cumpre esclarecer, ainda, que o crime se consuma quando o tipo abstrato descrito na lei está inteiramente realizado, e que, cometido em sequência, desde que os comportamentos estejam conectados por circunstâncias comuns, será o último tido como a conclusão do primeiro. O crime continuado segundo alguns é uma ficção jurídica e se trata de medida de política criminal destinada a conferir tratamento menos gravoso ao agente em face do concurso material de crimes, sendo certo se concluir, como na acepção do prof. JUAREZ TAVARES, que a continuidade delitiva NÃO É EXATAMENTE UMA CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE, DADO QUE IMPORTA EM DIMUNUIÇÃO DA IMPUTAÇÃO TOTAL (CARRARA) e que, "por força da concepção normativa e não propriamente de um produto empírico, foi possível atribuir ao crime continuado determinados efeitos, independentemente da presença de várias ações, cada uma delas adequadas a vários tipos penais (...)". (Trecho extraído da internet no artigo "A natureza do crime continuado", site Migalhas). Ainda no ponto, ZAFFARONI e PIERANGELI ensinam com maestria peculiar que "um exame cuidadoso dos tipos penais pode levar à conclusão de que existem alguns deles em que a repetição das condutas típicas não implica um concurso real, e, sim, um MAIOR CHOQUE DE CONDUTA TÍPICA CONTRA O DIREITO, ISTO É, UMA MAIOR CONTEÚDO DE INJUSTO NA CONDUTA. Isto se deduz porque a interpretação dos tipos no sentido de que a repetição dá lugar a um concurso real, leva a resultados absurdos e que entrem em colisão com o PRINCÍPIO DA RACIONALIDADE DA PENA(...). É claro que essa interpretação racional dos tipos, que impede cair no absurdo, SOMENTE PODE OCORRER A PARTIR DA ANÁLISE DE CADA TIPO PENAL, E, PARTICULARMENTE, APENAS NOS CASOS EM QUE A FORMA DE AFETAÇÃO DO BEM JURÍDICO ADMITE GRADUAÇÃO. Quando o conteúdo do injusto do fato é único, como acontece no homicídio, em que a afetação implica a destruição do objeto da relação em que o bem consiste, ESTA INTERPRETAÇÃO NÃO PODE SER FEITA e, em tais casos, necessariamente nos encontraremos frente a uma repetição de condutas que dá lugar a um concurso real (...)". (Manual de Direito Penal Brasileiro, 2ª, ed, 1997, p.723-725) Na ordem tributária, nesse sentido, os descumprimentos das normas são cometidos nas práticas das atividades rotineiras - peculiarmente são contínuas nas empresas - o que, de fato, implica em constância, eis que as declarações para o tipo de tributação do ICMS resultam de movimentação financeira mensal. A consumação, para o só efeito da continuidade, ocorre com a omissão ou com a falta de declaração e o não recolhimento ou pagamento a menor do imposto. Sob o viés da súmula vinculante STF 24, no caso do art. 1º da Lei nº 8137/90, o momento da consumação ocorre com o resultado ou obtenção da vantagem ilícita proveniente da redução ou supressão do pagamento do tributo, tal assim reconhecido objetivamente pelo lançamento do crédito tributário. No caso em comento o acusado, que também administrava diretamente a empresa, e através dela, deixou de recolher ICMS decorrente da omissão de saídas de mercadorias e, a partir do registro dessas informações (falseadas) em livros de entrada e apuração, fazia posterior comunicação ao fisco por meio das DIEFs, resultando na diminuição da base de cálculo do tributo. Restando, assim, indubitável a presença do dolo nas condutas típicas reconhecidas, como já dito, e, de consequência, na sequência de atos delituosos produzidos ou mandados produzir pelo réu, mês a mês, EM NÚMERO DE DOZE: de janeiro a dezembro de 2006, a constância das condutas, por isso, se evidenciou, porém, de forma a se estabelecer uma espécie de unidade. Isso porque, frise-se por relevante, quando a lei penal prevê o crime continuado LEVA EM CONTA OS ELEMENTOS

OBJETIVOS QUE O CARACTERIZAM (condições de tempo; lugar; maneira de execução e outras) E NÃO A EVENTUAL QUANTIDADE DE TIPOS PENAIS OCORRIDOS; isso porque o determinante não se perfaz pela quantidade de atos, mas, PELA INTENSIDADE DA LESÃO AO BEM JURÍDICO TUTELADO PELA NORMA (um agente, a exemplo, pode cometer 200 ações delituosas em sequência, poderá causar menos danos, a depender da ação, em relação a outro que cause apenas cinco, ou seis ações criminosas sequenciais). No caso desta ação penal, restou patenteado que o modo de execução do delito foi renovado mês a mês em ação direta e/ou em obediência a comando do réu, isto é, de fato, as omissões de saída de mercadoria e da falta de escrituração (2 núcleos de conduta) foram praticadas de forma reiterada, mês a mês, pelo acusado, ou a seu mando, por preposto, porém, de forma única, linear, ou seja, mais propriamente em uma unidade comissiva, ainda que fracionada. Essa conclusão interpretativa, no entender deste juízo, amolda-se tanto à Regra Constitucional, quanto às lições de ZAFARRONI e PIERANGELLI, na mesma obra citada, quando asseveram que "(...). Nos casos em que a interpretação racional dos tipos indica ser muito mais lógico pensar-se numa única conduta, vemos que, de regra, a REPETIÇÃO OU REITERAÇÃO CONSTITUI UMA VERDADEIRA MODALIDADE DE EXECUÇÃO, OU DE PRÁTICA DO CRIME NO CASO CONCRETO. Em razão disso é perfeitamente explicável que O VERDADEIRO CRIME CONTINUADO, QUE NÃO É UMA FICÇÃO, MAS UMA REALIDADE ÒNTICA, NÃO POSSA SER CONTIDO NUMA FÓRMULA LEGAL, NÃO SOMENTE NO BRASIL, MAS TAMBÉM EM MUITAS LEGISLAÇÕES (...). O DADO ÔNTICO MAIS ELEMENTAR E PRIMÁRIO DE QUALQUER UNIDADE DE CONDUTA (...) O FATOR PSICOLÓGICO OU FATOR FINAL, ISTO É, UMA UNIDADE DE DOLO OU DE RESOLUÇÃO, UMA RESOLUÇÃO OU DOLO UNITÁRIO: se o que furta diariamente uma pequena quantidade de dinheiro não age com uma decisão única, como, por exemplo, apoderar-se do dinheiro que necessita para pagar uma dívida ou comprar um imóvel, mas repete a decisão diariamente porque se sente tentado diante da mesma circunstância , não haverá uma continuidade da conduta, e sim tantas condutas quantas forem as decisões tomadas. Nesse caso, existe uma UNIDADE DE CULPABILIDADE, EM RAZÃO DA UNIDADE DE CIRCUNSTÂNCIA O QUE TORNA O CONCURSO REAL PRIVILEGIADO (O falso crime continuado do art.71) (...)". O mesmo raciocínio, portanto, aplica-se ao crime contra a ordem tributária e ao caso concreto em desate, de forma que essa constatação afasta, TAMBÉM POR INCREMENTO CONSTITUCIONAL (princípio da adequação da pena), que se aplique a exasperação da pena por critério de quantidade maior de crimes cometidos, e, ainda segundo o prof. JUAREZ TAVARES no mesmo artigo citado, "uma vez que a lei brasileira, por outra parte, optou por elementos objetivos para afirmar a existência de crime continuado, afigura-se necessário traçar a base desses elementos. O principal ponto de apoio da teoria objetiva reside na demonstração de que os elementos relacionados ao fato e suas circunstâncias estão compostos numa cadeia causal, demonstrativa de uma homogeneidade da lesão jurídica. Assim, pode-se dizer que esses elementos não podem prescindir, para comporem uma unidade, de um liame que os vincule aos diversos fatos realizados". E ainda, segundo ele, "de acordo com o Código Penal, uma vez reconhecida a continuidade delitiva, impor-se-á ao condenado uma pena resultante de um processo de ponderação. Pode-se falar de ponderação, porque o código, ao reconhecer a continuidade, faz operar uma redução daquela pena que decorreria, normalmente, do concurso material. (Processo de exasperação) ". Não há dúvidas, destarte, de que se está diante de UMA ÚNICA AÇÃO TÍPICA, com atos sucessivos do autor traduzindo GRAUS PROGRESSIVOS DE REALIZAÇÃO DO CONTEÚDO DO INJUSTO DO CRIME (ZAFFARONI), existindo: 1. Dolo unitário; 2. Repetição da afetação típica do mesmo bem jurídico que admite graduação dessa afetação; 3. Realizada de forma similar; e 4. Ingerência física na pessoa do titular (identidade física). Nessa ordem, e já transpondo para a aplicação da exasperação da pena, na esteira do critério objetivo adotado pelo CP, o STJ, também apoiando-se em razões de política criminal voltada para a prevenção do crime, o que nem sempre se efetiva como a melhor hipótese, estabeleceu como critério uma tabela por número de infrações cometidas : 1/6=2 infrações; 1/5=3 infrações; ¼ =4 infrações; 1/3=5 infrações; ½=6 infrações e 2/3=7 ou mais infrações - HC 418.256/SP, Rel. Min Maura Thereza de Assis Moura, 6ª T, julgado em 07/12/2017), ou seja, quanto mais ações praticadas maior será o aumento e vice-versa. Destarte, ainda que o entendimento ora expendido importe em se afastar, em parte, do entendimento corrente no STJ, com o cuidado de não se cair no bis in idem em face da análise já feita das circunstâncias judiciais do art.59 do CP, este juízo opta por RECONHECER A CONTINUIDADE DELITIVA, porém, ADSTRITA À CONCEPÇÃO DE UNICIDADE DE CONDUTA COM DIFERENTES E CONTÍNUOS GRAUS DE AFETAÇÃO DO BEM JURÍDICO PROTEGIDO (aqui já analisado na primeira etapa - CP art.59) , e, SEGUINDO O CRITÉRIO DE EXASPERAMENTO DA PENA FORMULADO PELO STJ, LOCALIZÁ-LO NO PATAMAR MÍNIMO PARA MÉDIO de 1/5, LEVANDO-SE EM CONTA, ALÉM DA INFLIÇÃO A DOIS NÚCLEOS DO TIPO, O GRAU DE LESIVIDADE AO BEM JURÍDICO TUTELADO (O ERÁRIO PÚBLICO); formulação que, no sentir deste juízo, mais se adequa ao SISTEMA DE

INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA (CF art.5º, XLVI). ASSIM, SOB TAIS FUNDAMENTOS, A PENA A SER APLICADA SOMA-SE 03 ANOS e 07 MESES de RECLUSÃO e MULTA de 250 dias-multa. Reparação do Dano: Quanto ao valor mínimo de reparação de dano previsto no art. 91, I do CP, para além de considerar aspectos referentes ao ne bis in idem, pelo que cito no ponto o jurista paraense HELENILSON PONTES, para quem "a dupla imposição sancionatória ao ilícito tributário -- multas pecuniárias agravadas e sanções de natureza criminal -- de forma cumulativa afigura-se inconstitucional, porquanto não atende às exigências da vedação ao ne bis in idem, enquanto projeção do princípio da proporcionalidade, garantias positivadas no Direito brasileiro pela Constituição Federal, pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, dos quais o Brasil é signatário. Para atender aos comandos normativos impostos por aquelas garantias constitucionais é imperativa a escolha de apenas uma via sancionatória (una via principle), considerada a gravidade da lesão jurídica representada pelo ato ilícito tributário" (artigo CONJUR A Inconstitucionalidade da dupla sanção ao ilícito tributário, 20/03/2019). Assim, estando o ESTADO DO PARÁ com amplo e irrestrito direito de buscar o crédito tributário aqui devido, se já não o fez, COM AS CORREÇÕES DE LEI, este juízo opta sob os fundamentos acima descritos por NÃO FAZER INCIDIR TAL APLICAÇÃO. CONCLUSÃO: Por toda a fundamentação expendida, fica o réu JEFFERSON LAZARO GUILHEN LOPES CONDENADO DEFINITIVAMENTE à PENA de 03 (três) ANOS e 07 (sete) MESES DE RECLUS"O e 250 dias-multa. O regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade do sentenciado será o ABERTO (artigo 33, § 2, "a" do Código Penal). SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE: Possível, no caso, ante a fundamentação das circunstâncias judiciais e demais condições objetivas, a substituição da pena privativa de liberdade ora imposta ao acusado por DUAS (2) PENAS RESTRITIVAS de DIREITOS nos termos do art.44, I a III e §2º do CP, quais sejam: Uma de Prestação de Serviços à Comunidade e uma de Prestação Pecuniária. A de prestação de serviços à Comunidade deverá levar em consideração as especificações previstas no art.46 do CP que, no caso do ora apenado, suas aptidões para o mercado de trabalho e formação em contabilidade. A Prestação Pecuniária (CP art.45, §1º) importará no pagamento de 10 (dez) salários mínimos vigentes, destinados à entidade pública ou privada, com FINS SOCIAIS, de acordo com os critérios legais de que dispõe o juízo da execução penal. A pena de multa aplicada em função do preceito secundário da norma especial, deverá ser atualizada por ocasião da execução (artigo 49, §2º, do Código Penal) e deverá ser paga em dez dias após o trânsito em julgado (Código Penal, artigo 50, caput, 1º parte). Havendo recurso e em sendo o caso, ausentes a mais quaisquer dos pressupostos e hipóteses de prisão preventiva (CPP art.312), o sentenciado poderá fazê-lo sem quaisquer limites à sua liberdade, mantendo-se nessa circunstância até o trânsito em julgado consoante regramento previsto no art.5º, LVII da CF/88, c/com o art.283 do CPP (posição ainda não unânime no STF). Após o trânsito em julgado, devidamente certificado, lance-se o nome do réu no rol dos culpados (artigo 5º, LVII da Constituição Federal/88) e oficie-se ao Juízo da Execução penal, informando acerca da respectiva condenação e execução da pena, encaminhando os documentos necessários. Assim como, comunique-se à Justiça Eleitoral para fins do artigo 15, III da Constituição Federal/88. Façam-se as demais comunicações necessárias. RÉU PAULO FRANK FILHO Pena base (1ª fase - CP artigos 68 e 59). CULPABILIDADE (Posição dominante - fundamento da pena: imputabilidade; potencial consciência da ilicitude e inexigibilidade de conduta diversa). Apresenta-se com JUÍZO MATERIAL POSITIVO, existindo, por isso, o injusto. O descrédito da conduta do réu, que é pessoa maior e capaz, porém, não merece um plus quanto a se aferir mais reprovabilidade, afora aqueles já previstos para o tipo em comento. De outro lado, não há se falar de desvalor sob ponto de vista da mera condição de empresário, considerada na acusação posição social elitizada e privilegiada, já que a lei é destinada aos representantes das pessoas jurídicas contribuintes, ou seja, se trata de crime próprio de empresário no âmbito tributário e, nesse sentido, agravar a pena pela condição social, econômica e privilegiada, o que hodiernamente se mostra até mesmo impróprio dada as condições econômicas do país, seria adotar critérios previstos no direito penal do inimigo. Cumpre também ressaltar que, apesar de ter optado por não se apresentar em juízo para interrogatório, tal circunstância não deve sopesar de forma a desequilibrar o alcance maior da culpabilidade, dado ser uma faculdade prevista no sistema acusatório, porém, permite concluir em condições razoáveis, por sua formação e posição dentro do empreendimento, quanto a deter consciência da ilicitude, sendo, por isso, natural que se lhe exigisse conduta diversa. Não há que se falar igualmente em coação moral irresistível ou obediência hierárquica. Tangente à CULPABILIDADE POR VULNERABILIDADE (ZAFFARONI), o processo não trouxe elementos concretos para essa aferição (exemplo: comprovada dificuldade financeira que ensejasse menos autonomia para a prática de um injusto), ainda que latente (essa) possibilidade em razão dos incrementos atuais da dura realidade econômica do País. De outro lado, no que se refere à provável premeditação (tese circunstancial também presente na acusação) não há elementos nos autos que assim a indiquem, para além do realizado com a

finalidade de praticar a conduta sonegadora prevista na lei 8.137/90. ANTECEDENTES: Não se aplica. Com efeito, inexiste registro anterior de condenação definitiva por fato delituoso (STJ Súmula 444). CONDUTA SOCIAL: Não foram coletados dados suficientes para valorar esse aspecto, não podendo, por isso, ser sopesado para fins de delimitação da pena. PERSONALIDADE: Não existem nos autos elementos empíricos ou técnicos psicossociais relacionados à aferição da personalidade do agente e, de consequência, aspectos atados à sua autodeterminação, o que também reflete no alcance da culpabilidade, razão pela qual deixo de valorá-la para fins de parâmetro penal. MOTIVOS: Os motivos do crime são os fatores psíquicos que levam a pessoa a praticar o fato delituoso, indicando tanto a causa que promoveu a atuação criminosa, como a finalidade pretendida com a prática delitiva. É abarcado pela culpabilidade, posto também refletir no grau do injusto praticado. O tipo, no caso, já pune o agente que visa o lucro, um maior ganho, assim, deixo de agravar por esse aspecto evitando a dupla punição, elaborando, assim, como elemento neutro. CONSEQUÊNCIAS: Compõe também o grau do injusto, refletindo na culpabilidade. São os efeitos decorrentes do crime, como o exaurimento deste, em prejuízo da vítima, de seus familiares ou da sociedade, de natureza pessoal, moral, afetiva, patrimonial, social ou política. Não são os efeitos esperado e natural da conduta. No caso concreto, as consequências giram em torno do dano causado ao erário público, na época, em R$-960.998,75 mil reais (imposto original), saltando, na mesma data, em face de juros e multa (AINF datado de 01/11/2008) para R$-2.032.543,86 milhões de reais (fl.982), sendo que, o valor inscrito em DA foi de R$-2.194.297,48 milhões de reais (fl.1.099- vol.III). Mais atualmente, segundo documentação acostada nas razões finais do MP, a dívida tributária gira em torno de R$-5.309.628,32 milhões de reais (fl.3.137- vol. VIII). Aqui, há que se ater ao dano causado à época, dado que, a despeito de ter atingido cifra milionária, tal assim se faz (mais) por artifícios financeiros e não exatamente pela realidade inflacionária ou imanente à tipicidade. Demais, é o entendimento corrente no STJ (REsp 1325685/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 21/08/2014; AgRg no REsp 1412501/PE, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 10/04/2014). Assim, tem-se que as consequências estão entre parâmetros médios, mas, suficientes para a valoração negativa da conduta no ponto, afastando, por força do ne bis in idem, e mais adiante, a incidência da majorante do art.12, I da lei 8.137/90. CIRCUNSTÂNCIAS: Diz respeito ao fato criminoso em si e ao modo como ocorreu o crime. São elementos acidentais ou secundários, como o meio de execução; os instrumentos empregados em sua prática, as condições de tempo e local em que ocorreu, etc. São dotadas de caráter residual e, logo, apenas incidirão quando não previstas como qualificadora, causa de aumento, privilégio, causa de diminuição, atenuante ou agravante genérica. No caso concreto, o acusado se utilizou de uma grande engenharia jurídica para escamotear sua participação e liderança de todo o esquema criminoso, uma vez que, por meio de contratos fraudulentos simulou relação (de franquia) entre as diversas pessoas jurídicas, quando na verdade se tratava de uma única organização que funcionava sob o seu comando. Dessa forma, valoro negativamente esta circunstância judicial. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA - Pode influir no maior ou menor grau do injusto, refletindo na culpabilidade. No caso, o ente estatal em nada concorreu de forma extraordinária para o resultado do crime. Nada há a incidir. Assim, após a análise das circunstâncias judiciais, com ao menos 3 delas valoradas negativamente, sendo as demais neutras, estabeleço como necessário e suficiente para REPROVAÇÃO e PREVENÇÃO do crime, considerado o patamar médio e máximo para a pena imposta em abstrato, a PENA BASE em 04 (quatro) ANOS e 03 MESES de RECLUSÃO e MULTA DE 300 (trezentos) DIAS-MULTA, considerando as circunstâncias judiciais do artigo 59 do código penal, no valor unitário de 1/30 (um trigésimo) do salário mínimo vigente à época do fato, levando em consideração a situação econômica do réu. 2ª fase: Artigos 61,62, 65 e 66 do CP. Nesta fase constatou-se a presença da agravante genérica do art. 62, inc. I do Código Penal, pois foi o acusado quem promoveu e organizou os crimes fiscais praticados, tendo sido ele o responsável por contratar e dirigir a participação do réu Jefferson, que funcionou como uma espécie de "testa de ferro", devendo a pena ser elevada em 06 (seis) meses, obtendo-se como sanção intermediária 04 (quatro) anos e 9 (nove) meses de reclusão, mantendo-se o patamar de multa já determinado. Não há circunstâncias atenuantes. 3ª fase: Causas de diminuição e/ou aumento da pena: Majorante pela ocorrência de grave dano à coletividade, assim requerido na denúncia (lei 8.137/90, art.12, I). Este juízo entende que restou configurado a causa de aumento da pena pela ocorrência do GRAVE DANO À COLETIVIDADE prevista no art.12, I da lei 8.17/90, expressada pelo relevante valor do imposto devido apurado no AINF (fora juros e multa), de mais de 960 mil reais e inscrito em dívida ativa na ordem de mais de 1 milhão de reais em 19/02/2009, segundo entendimento pacificado no STJ e demais Tribunais Superiores. (ver no no AgReg no Resp 1.640.455-SP, J. 22/05/2018). Porém, esse aspecto já foi analisado quando do exame do art.59 do CP, não havendo, por isso, por inflição do ne bis in idem, que incidir a majorante nessa etapa. Reconhecimento do CRIME CONTINUADO (ou falso crime continuado, ZAFFARONI e PIERANGELLI). Urge deter-se um pouco mais

sobre esse aspecto. A acusação requereu a aplicação da causa de aumento de pena em 2/3, em face do cometimento do crime por 12 (doze) meses consecutivos, motivo pelo qual seria cabível a incidência da regra do artigo 71 do Código Penal, já que os crimes fiscais ocorreram nos meses de janeiro a dezembro de 2006, ou seja, de forma continuada, nas mesmas circunstâncias de modo, lugar e tempo, sendo o caso de reconhecimento da causa de aumento. O artigo 71 do Código Penal prevê o crime praticado de forma continuada, que ocorre quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devendo os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplicando-se a pena de um só deles, se idênticas ou o mais grave, se diversas, aumentada de um sexto a dois terços. O Código Penal pátrio adotou a teoria objetiva para o crime continuado, segundo o prof. JUAREZ TAVARES, uma espécie de UNIDADE DE AÇÃO, presidida pela CONEXÃO DE ELEMENTOS OBJETIVOS. "A continuidade decorre, assim, de elementos relacionados ao fato e à sua forma de execução e não à finalidade do autor. A vinculação do código à teoria objetiva faz prescindir de qualquer liame subjetivo entre os diversos delitos que compõe a cadeia da continuidade" ((Internet, texto "A natureza do crime continuado", site Migalhas). Cumpre esclarecer, ainda, que o crime se consuma quando o tipo abstrato descrito na lei está inteiramente realizado, e que, cometido em sequência, desde que os comportamentos estejam conectados por circunstâncias comuns, será o último tido como a conclusão do primeiro. O crime continuado segundo alguns é uma ficção jurídica e se trata de medida de política criminal destinada a conferir tratamento menos gravoso ao agente em face do concurso material de crimes, sendo certo se concluir, como na acepção do prof. JUAREZ TAVARES, que a continuidade delitiva NÃO É EXATAMENTE UMA CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE, DADO QUE IMPORTA EM DIMUNUIÇÃO DA IMPUTAÇÃO TOTAL (CARRARA) e que, "por força da concepção normativa e não propriamente de um produto empírico, foi possível atribuir ao crime continuado determinados efeitos, independentemente da presença de várias ações, cada uma delas adequadas a vários tipos penais (...)". (Trecho extraído da internet no artigo "A natureza do crime continuado", site Migalhas). Ainda no ponto, ZAFFARONI e PIERANGELI ensinam com maestria peculiar que "um exame cuidadoso dos tipos penais pode levar à conclusão de que existem alguns deles em que a repetição das condutas típicas não implica um concurso real, e, sim, um MAIOR CHOQUE DE CONDUTA TÍPICA CONTRA O DIREITO, ISTO É, UMA MAIOR CONTEÚDO DE INJUSTO NA CONDUTA. Isto se deduz porque a interpretação dos tipos no sentido de que a repetição dá lugar a um concurso real, leva a resultados absurdos e que entrem em colisão com o PRINCÍPIO DA RACIONALIDADE DA PENA(...). É claro que essa interpretação racional dos tipos, que impede cair no absurdo, SOMENTE PODE OCORRER A PARTIR DA ANÁLISE DE CADA TIPO PENAL, E, PARTICULARMENTE, APENAS NOS CASOS EM QUE A FORMA DE AFETAÇÃO DO BEM JURÍDICO ADMITE GRADUAÇÃO. Quando o conteúdo do injusto do fato é único, como acontece no homicídio, em que a afetação implica a destruição do objeto da relação em que o bem consiste, ESTA INTERPRETAÇÃO NÃO PODE SER FEITA e, em tais casos, necessariamente nos encontraremos frente a uma repetição de condutas que dá lugar a um concurso real (...)". (Manual de Direito Penal Brasileiro, 2ª, ed, 1997, p.723-725) Na ordem tributária, nesse sentido, os descumprimentos das normas são cometidos nas práticas das atividades rotineiras - peculiarmente são contínuas nas empresas - o que, de fato, implica em constância, eis que as declarações para o tipo de tributação do ICMS resultam de movimentação financeira mensal. A consumação, para o só efeito da continuidade, ocorre com a omissão ou com a falta de declaração e o não recolhimento ou pagamento a menor do imposto. Sob o viés da súmula vinculante STF 24, no caso do art. 1º da Lei nº 8137/90, o momento da consumação ocorre com o resultado ou obtenção da vantagem ilícita proveniente da redução ou supressão do pagamento do tributo, tal assim reconhecido objetivamente pelo lançamento do crédito tributário. No caso em comento o acusado, que (também) administrava diretamente a empresa, e através dela, deixou de recolher ICMS decorrente da omissão de saídas de mercadorias e, a partir do registro dessas informações (falseadas) em livros de entrada e apuração, fazia posterior comunicação ao fisco por meio das DIEFs, resultando na diminuição da base de cálculo do tributo. Restando, assim, indubitável a presença do dolo nas condutas típicas reconhecidas, como já dito, e, de consequência, na sequência de atos delituosos produzidos ou mandados produzir pelo réu, mês a mês, EM NÚMERO DE DOZE: de janeiro a dezembro de 2006, a constância das condutas, por isso, se evidenciou, porém, de forma a se estabelecer uma espécie de unidade. Isso porque, frise-se por relevante, quando a lei penal prevê o crime continuado LEVA EM CONTA OS ELEMENTOS OBJETIVOS QUE O CARACTERIZAM (condições de tempo; lugar; maneira de execução e outras) E NÃO A EVENTUAL QUANTIDADE DE TIPOS PENAIS OCORRIDOS; isso porque o determinante não se perfaz pela quantidade de atos, mas, PELA INTENSIDADE DA LESÃO AO BEM JURÍDICO TUTELADO PELA NORMA (um agente, a exemplo, pode cometer 200 ações delituosas em sequência, poderá causar menos danos, a depender da ação, em relação a outro que cause apenas cinco, ou seis ações criminosas

sequenciais). No caso desta ação penal, restou patenteado que o modo de execução do delito foi renovado mês a mês em ação direta e/ou em obediência a comando do réu, isto é, de fato, as omissões de saída de mercadoria e da falta de escrituração (2 núcleos de conduta) foram praticadas de forma reiterada, mês a mês, pelo acusado, ou a seu mando, por preposto, porém, de forma única, linear, ou seja, mais propriamente em uma unidade comissiva, ainda que fracionada. Essa conclusão interpretativa, no entender deste juízo, amolda-se tanto à Regra Constitucional, quanto às lições de ZAFARRONI e PIERANGELLI, na mesma obra citada, quando asseveram que "(...). Nos casos em que a interpretação racional dos tipos indica ser muito mais lógico pensar-se numa única conduta, vemos que, de regra, a REPETIÇÃO OU REITERAÇÃO CONSTITUI UMA VERDADEIRA MODALIDADE DE EXECUÇÃO, OU DE PRÁTICA DO CRIME NO CASO CONCRETO. Em razão disso é perfeitamente explicável que O VERDADEIRO CRIME CONTINUADO, QUE NÃO É UMA FICÇÃO, MAS UMA REALIDADE ÒNTICA, NÃO POSSA SER CONTIDO NUMA FÓRMULA LEGAL, NÃO SOMENTE NO BRASIL, MAS TAMBÉM EM MUITAS LEGISLAÇÕES (...). O DADO ÔNTICO MAIS ELEMENTAR E PRIMÁRIO DE QUALQUER UNIDADE DE CONDUTA (...) O FATOR PSICOLÓGICO OU FATOR FINAL, ISTO É, UMA UNIDADE DE DOLO OU DE RESOLUÇÃO, UMA RESOLUÇÃO OU DOLO UNITÁRIO: se o que furta diariamente uma pequena quantidade de dinheiro não age com uma decisão única, como, por exemplo, apoderar-se do dinheiro que necessita para pagar uma dívida ou comprar um imóvel, mas repete a decisão diariamente porque se sente tentado diante da mesma circunstância , não haverá uma continuidade da conduta, e sim tantas condutas quantas forem as decisões tomadas. Nesse caso, existe uma UNIDADE DE CULPABILIDADE, EM RAZÃO DA UNIDADE DE CIRCUNSTÂNCIA O QUE TORNA O CONCURSO REAL PRIVILEGIADO (O falso crime continuado do art.71) (...)". O mesmo raciocínio, portanto, aplica-se ao crime contra a ordem tributária e ao caso concreto em desate, de forma que essa constatação afasta, TAMBÉM POR INCREMENTO CONSTITUCIONAL (princípio da adequação da pena), que se aplique a exasperação da pena por critério de quantidade maior de crimes cometidos, e, ainda segundo o prof. JUAREZ TAVARES no mesmo artigo citado, "uma vez que a lei brasileira, por outra parte, optou por elementos objetivos para afirmar a existência de crime continuado, afigura-se necessário traçar a base desses elementos. O principal ponto de apoio da teoria objetiva reside na demonstração de que os elementos relacionados ao fato e suas circunstâncias estão compostos numa cadeia causal, demonstrativa de uma homogeneidade da lesão jurídica. Assim, pode-se dizer que esses elementos não podem prescindir, para comporem uma unidade, de um liame que os vincule aos diversos fatos realizados". E ainda, segundo ele, "de acordo com o Código Penal, uma vez reconhecida a continuidade delitiva, impor-se-á ao condenado uma pena resultante de um processo de ponderação. Pode-se falar de ponderação, porque o código, ao reconhecer a continuidade, faz operar uma redução daquela pena que decorreria, normalmente, do concurso material. (Processo de exasperação) ". Não há dúvidas, destarte, de que se está diante de UMA ÚNICA AÇÃO TÍPICA, com atos sucessivos do autor traduzindo GRAUS PROGRESSIVOS DE REALIZAÇÃO DO CONTEÚDO DO INJUSTO DO CRIME (ZAFFARONI), existindo: 1. Dolo unitário; 2. Repetição da afetação típica do mesmo bem jurídico que admite graduação dessa afetação; 3. Realizada de forma similar; e 4. Ingerência física na pessoa do titular (identidade física). Nessa ordem, e já transpondo para a aplicação da exasperação da pena, na esteira do critério objetivo adotado pelo CP, o STJ, também apoiando-se em razões de política criminal voltada para a prevenção do crime, o que nem sempre se efetiva como a melhor hipótese, estabeleceu como critério uma tabela por número de infrações cometidas : 1/6=2 infrações; 1/5=3 infrações; ¼ =4 infrações; 1/3=5 infrações; ½=6 infrações e 2/3=7 ou mais infrações - HC 418.256/SP, Rel. Min Maura Thereza de Assis Moura, 6ª T, julgado em 07/12/2017), ou seja, quanto mais ações praticadas maior será o aumento e vice-versa. Destarte, ainda que toda essa compreensão importe em se afastar parcialmente do entendimento corrente no STJ, com o cuidado de não se cair no bis in idem em face da análise já feita das circunstâncias judiciais do art.59 do CP, este juízo opta por RECONHECER A CONTINUIDADE DELITIVA, PORÉM, ADSTRITA À CONCEPÇÃO DE UNICIDADE DE CONDUTA COM DIFERENTES E CONTÍNUOS GRAUS DE AFETAÇÃO DO BEM JURÍDICO PROTEGIDO (aqui já analisado na primeira etapa - CP art.59) , e, SEGUINDO O CRITÉRIO DE EXASPERAMENTO DA PENA, LOCALIZÁ-LO NO PATAMAR MÍNIMO PARA MÉDIO DE 1/5, tal assim previsto no entendimento pretoriano, considerando que a conduta localizou-se em dois núcleos do tipo, considerado também o grau de lesividade do bem jurídico tutelado (o erário público); formulação que, no sentir deste juízo, mais se adequa ao SISTEMA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA (CF art.5º, XLVI). Assim, sob tais fundamentos, a pena definitiva a ser aplicada é de 5 (CINCO) ANOS e 6 (seis) MESES de RECLUSÃO, mantendo-se o patamar de multa já aplicado. Reparação do Dano: Quanto ao valor mínimo de reparação de dano previsto no art. 91, I do CP, para além de considerar aspectos referentes ao ne bis in idem, pelo que cito no ponto o jurista paraense HELENILSON PONTES, para quem "a dupla imposição sancionatória ao ilícito tributário -- multas

pecuniárias agravadas e sanções de natureza criminal -- de forma cumulativa afigura-se inconstitucional porquanto não atende às exigências da vedação ao ne bis in idem, enquanto projeção do princípio da proporcionalidade, garantias positivadas no Direito brasileiro pela Constituição Federal, pelo Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos, dos quais o Brasil é signatário. Para atender aos comandos normativos impostos por aquelas garantias constitucionais é imperativa a escolha de apenas uma via sancionatória (una via principle), considerada a gravidade da lesão jurídica representada pelo ato ilícito tributário" (artigo CONJUR A Inconstitucionalidade da dupla sanção ao ilícito tributário, 20/03/2019). Assim, estando o ESTADO DO PARÁ com amplo e irrestrito direito de buscar o crédito tributário aqui devido, se já não o fez, COM AS CORREÇÕES DE LEI, este juízo opta sob os fundamentos acima mencionados por NÃO FAZER INCIDIR TAL APLICAÇÃO. CONCLUSÃO: Por toda a fundamentação expendida, fica o réu PAULO FRANK FILHO CONDENADO DEFINITIVAMENTE à PENA de 5 (CINCO) ANOS e 6 (seis) MESES de RECLUSÃO e 300 (TREZENTOS) DIAS-MULTA. O regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade do sentenciado será o SEMI-ABERTO (artigo 33, § 2, "b" do Código Penal). A pena de multa deverá ser atualizada por ocasião da execução (artigo 49, §2º, do Código Penal) e deverá ser paga em dez dias após o trânsito em julgado (Código Penal, artigo 50, caput, 1º parte). Havendo recurso e em sendo o caso, ausentes a mais quaisquer dos pressupostos e hipóteses de prisão preventiva (CPP art.312), o sentenciado poderá fazê-lo sem quaisquer limites à sua liberdade, mantendo-se nessa circunstância até o trânsito em julgado consoante regramento previsto no art.5º, LVII da CF/88, c/com o art.283 do CPP (posição ainda não unânime no STF). Após o trânsito em julgado, devidamente certificado, lance-se o nome do réu no rol dos culpados (artigo 5º, LVII da Constituição Federal/88) e oficie-se ao Juízo da Execução penal, informando acerca das respectivas condenações e execuções da pena, encaminhando os documentos necessários. Assim como, comunique-se à Justiça Eleitoral para fins do artigo 15, III da Constituição Federal/88. Façam-se as demais comunicações necessárias. Dispenso as custas e despesas processuais, de acordo com o Provimento n. º 005/2002, da Corregedoria Geral de Justiça do TJE/PA, por se tratar de ação penal pública, em que o réu é isento de custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Belém, 26 de junho de 2019. AUGUSTO CÉSAR DA LUZ CAVALCANTE Juiz de Direito titular da 13 Vara Criminal de Belém PROCESSO: 00130814920198140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANA ROCHA DA COSTA Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INVESTIGADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:F. E. . ATO ORDINATÓRIO Considerando o Provimento nº 006/2006 da Corregedoria Geral deste Tribunal, publicado no Diário da Justiça do dia 10/10/2006, em seu artigo 1º, § 1º, inciso I, encaminho os autos de IPL à Secretaria do Ministério Público. Belém, 27 de junho de 2019. Eliana Rocha da Costa Diretora de Secretaria da 13ª Vara Criminal de Belém, em exercício PROCESSO: 00135223520168140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:FERNANDO ANTONIO PESSOA CEBOLAO Representante(s): OAB 10367 - ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES (ADVOGADO) OAB 14423 - ROMULO RAPOSO SILVA (ADVOGADO) OAB 17426 - LAERCIO CARDOSO SALES NETO (ADVOGADO) OAB 22919 - ISABEL MARIA MOREIRA GUSMAO (ADVOGADO) OAB 23344 - DIEGO MAUES DA COSTA DO VALE (ADVOGADO) OAB 23411 - WANESSA OLIVEIRA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:MARCELO ANTONIO PESSOA CEBOLAO Representante(s): OAB 10367 - ANDRE BECKMANN DE CASTRO MENEZES (ADVOGADO) OAB 14423 - ROMULO RAPOSO SILVA (ADVOGADO) OAB 17426 - LAERCIO CARDOSO SALES NETO (ADVOGADO) OAB 22919 - ISABEL MARIA MOREIRA GUSMAO (ADVOGADO) OAB 23344 - DIEGO MAUES DA COSTA DO VALE (ADVOGADO) OAB 23411 - WANESSA OLIVEIRA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. PROMOTOR:FRANCISCO DE ASSIS SANTOS LAUZID. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 13ª VARA CRIMINAL DE BELÉM, PRIVATIVA DE CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR E A ORDEM TRIBUTÁRIA PROCESSO N°: 0013522-35.2016.8.14.0401 TERMO DE AUDIÊNCIA Ao(s) 27 (vinte e sete) dia(s) do mês de junho de 2019, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, no Fórum Criminal, na sala de audiências do Juízo da 13ª Vara Criminal de Belém, privativa de Crimes contra o Consumidor e a Ordem Tributária, às 10:00 horas. PRESENÇAS: Juiz de Direito: Dr. AUGUSTO CÉSAR DA LUZ CAVALCANTE Ministério Público: Dra. MARCIA BEATRIZ REIS SOUZA Advogado: Dr. RÔMULO RAPOSO SILVA ? OAB/PA: 014423 Réus: FERNANDO ANTONIO PESSOA CEBOLÃO (intimado ? fls. 243 verso) MARCELO ANTONIO PESSOA CEBOLÃO (intimado ? 241 verso) Ausências Testemunha de Defesa CÂNDIDO DA SILVA LARA (Não intimado ? fl. 240 verso) Realizado o pregão como de praxe, conforme epigrafado, foi aberta audiência, na qual constatou-se juntada de petição da Defesa requerendo a oitiva de sua testemunha mediante carta precatória no endereço constante à fl. 235. Deliberação: Defiro o pedido da defesa, aguardando-se o retorno da carta precatória para redesignar

nova data para audiência de instrução e julgamento. E como nada mais foi dito, eu, _____ Carmen Costa, analista judiciário da 13ª Vara Criminal de Belém, privativa de Crimes contra o Consumidor e a Ordem Tributária, o digitei e subscrevi./////// Juiz: _____ Ministério Público: _____ Advogado Rômulo: _____ PROCESSO: 00166439420078140401 PROCESSO ANTIGO: 200720518149 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANA ROCHA DA COSTA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 PROMOTOR:1ª PROMOTORIA DE JUSTICA DE CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTARIA DENUNCIADO:SILVANA RIBEIRO FERREIRA Representante(s): OAB 13341 - SONIA BRAGA SADALA (ADVOGADO) OAB 23070 - WALMIGLISSON RIBEIRO DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOAO SIDNEY RIBEIRO FERREIRA Representante(s): OAB 13341 - SONIA BRAGA SADALA (ADVOGADO) OAB 23070 - WALMIGLISSON RIBEIRO DA SILVA (ADVOGADO) . Ato Ordinatório Por determinação do MM.; Juiz de Direito, Dr. Augusto César da Luz Cavalcante e em cumprimento ao disposto no Art. 203, § 4º do NCPC, abro vista à Defesa para apresentação das contrarrazões de Apelação. Belém, 27 de abril de 2019 Eliana Rocha da Costa Diretora em exercício da 13ª Vara Criminal de Belém PROCESSO: 00176789520188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AUGUSTO CESAR DA LUZ CAVALCANTE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:DOMINGOS DA PAIXAO COSTA Representante(s): OAB 8429 - ANDRE LUIZ EIRO DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 21628 - WANIA MARCIA GONÇALVES FRANÇA (ADVOGADO) DENUNCIADO:NELIO DE ASSIS BARROS Representante(s): OAB 8429 - ANDRE LUIZ EIRO DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 21628 - WANIA MARCIA GONÇALVES FRANÇA (ADVOGADO) DENUNCIADO:CLEBERSON BARROS DIAS Representante(s): OAB 16123 - LEONARDO CABRAL VIEIRA (ADVOGADO) OAB 15531 - EDERSON BARROS DIAS (ADVOGADO) INDICIADO:PAULO SERGIO DA SILVA LOPES PROMOTOR:3º PJ - CONSUMIDOR. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 13ª VARA CRIMINAL DE BELÉM, PRIVATIVA DE CRIMES CONTRA O CONSUMIDOR E A ORDEM TRIBUTÁRIA Processo nº: 0017678-95.2018.814.0401 TERMO DE AUDIÊNCIA Ao(s) 27 dias(s) do mês de junho de 2019, nesta cidade de Belém, Estado do Pará, no Fórum Criminal, na sala de audiências do Juízo da 13ª Vara Criminal de Belém, privativa de Crimes contra o Consumidor e a Ordem Tributária, às 11:00 horas. PRESENÇAS: Juiz de Direito: Dr. AUGUSTO CÉSAR DA LUZ CAVALCANTE Ministério Público: Dra. JOANA Advogado: Dr. LEONARDO CABRAL VIEIRA ? OAB/PA 16123 e EDERSON BARROS DIAS ? OAB/PA 15531 RÉU: CLEBERSON BARROS DIAS Realizado o pregão como de praxe, conforme epigrafado, foi aberta audiência, realizada por meio audiovisual (Art. 405, §1º, do Código de Processo Penal), constando do suporte de mídia (CD), em anexo, os registros abaixo. INTERROGATÓRIO DO ACUSADO Qual o seu nome: CLEBERSON BARROS DIAS Cidade de onde é natural: Breves-PA Data de nascimento: 13/04/1980 Qual o seu documento: RG nº 2913479 PC/PA; CPF nº 661.285.872-91 Qual a sua filiação: Benedito de Souza Dias e Maria de Nazará Barros Dias Qual seu endereço: Praça Diário Furtado, 130, Centro, Breves-PA Qual seu grau de escolaridade: Nível superior completo Possui título de eleitor: Sim Atividade profissional: Empresário Deliberaç?o: Sem requerimentos das partes na fase do art. 402 do CPP. Vista às partes para apresentação dos memoriais finais. Após, conclusos para a sentença. E como nada mais foi dito, eu, _____ Heliana Pompeu, estagiária da 13ª Vara Criminal de Belém, privativa de Crimes contra o Consumidor e a Ordem Tributária, o digitei e subscrevi./////// Juiz: _____ Ministério Público: _____ Acusado Cleberson:_____ PROCESSO: 00205265520188140401 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIANA ROCHA DA COSTA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:MARGARETE SOARES CORDEIRO VITIMA:O. E. PROMOTOR:2º PJ - ORDEM TRIBUTARIA. Ato Ordinatório Por determinação do MM.; Juiz de Direito, Dr. Augusto César da Luz Cavalcante e em cumprimento ao disposto no Art. 203, § 4º do NCPC, abro vista à Defesa para apresentação das Alegações Finais, na forma do art. 403, 3º do Código de Processo Penal. Belém, 27 de abril de 2019 Eliana Rocha da Costa Diretora em exercício da 13ª Vara Criminal de Belém

COMARCA DE ABAETETUBA

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ABAETETUBA

P R O C E S S O : 0 0 0 0 2 3 9 7 9 2 0 1 1 8 1 4 0 0 7 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): IVANETE SILVA DE VILHENA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---AUTOR:GABRIEL BONIFACIO DA SILVA Representante(s): OAB 13600-A - AUGUSTO SEIKI KOZU (DEFENSOR) REU:FUNDACAO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS UNITINS Representante(s): OAB 2937 - FABRICYO TEIXEIRA NOLETO (ADVOGADO) OAB 19.561 - DAMIEN ZAMBELLINI (ADVOGADO) OAB 197627 - CASSEMIRO ALVES DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 5075 - ERION SCHLENGER DE PAIVA MAIA (ADVOGADO) OAB 2438 - ADRIANO BUCAR VASCONCELOS (ADVOGADO) OAB 4295 - JAIANA MILHOMENS GONCALVES (ADVOGADO) OAB 5290 - GENIVAN CAETANO DE ALMEIDA (ADVOGADO) REQUERIDO:SOCIEDADE TECNICA EDUCACIONAL DA LAPA SA Representante(s): OAB 18445 - SIMONE ZONARI LETCHACOSKI (ADVOGADO) . D E C I S Ã O Vistos e examinados os autos. GABRIEL BONIFÁCIO DA SILVA ajuizou a presente AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS movida em face de FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS - UNITINS e SOCIEDADE TÉCNICA E EDUCACIONAL DA PARA - FAEL, todos qualificados nos autos. Regular a tramitação do feito, citadas as partes demandadas, ambas apresentaram contestação, tendo a 1ª Requerida, em preliminar de resistência, argüido a incompetência absoluta deste juízo, em razão da personalidade jurídica da Unitins, fundação estadual de ensino superior. Em réplica, quanto à preliminar de incompetência suscitada pela 1ª Requerida, a parte autora se posicionou sustentando a improcedência da preliminar, uma vez que a Unitins seria entidade pública de direito privado, para a qual a competência seria da Justiça Estadual. Às fls. 173-177, a Procuradoria do Estado do Tocantins se habilitou nos autos, argüindo e ratificando a suscitação de incompetência absoluta deste Juízo, uma vez que a Universidade Estadual do Tocantins - Unitins - possui personalidade jurídica de direito público, por constituir uma autarquia de regime especial, pugnando pela declaração de incompetência do juízo com remessa dos autos para a vara de Fazenda Pública da comarca. A 2ª Requerida, em preliminar contestatória, fls. 197-218, também arguiu a incompetência absoluta deste juízo, pugnando pela declaração da incompetência em favor da Justiça Federal, sob argumento de que a Unitins é delegatária da União no que concerne ao ensino superior público, na modalidade de ensino a distância - EAD. Às fls. 283-284, em réplica, o postulante asseverou a desnecessidade de inclusão da Procuradoria do Estado do Tocantins no caso, diante da possibilidade regressiva em relação aos causadores do dano, ressaltando, ao final, que esta vara possuiria competência para os feitos da Fazenda Pública. Tentada a conciliação, restou infrutífera. Autos conclusos. É o necessário relato. Decido. Figura no pólo passivo a Universidade Estadual do Tocantins - UNITINS, Autarquia de Regime Especial. Em contestação, a UNITINS e, posteriormente, a Procuradoria do Estado do Tocantins argüiram a incompetência deste Juízo, pugnando pela remessa do feito à Vara de Fazenda Pública da Comarca. A Sociedade Técnica Educacional da Lapa - FAEL - também em preliminar contestatória, suscitou a incompetência deste juízo, pleiteando a remessa dos autos à Justiça Federal. Em que pese as argumentações da FAEL quanto à sustentada delegação pela União para que a UNITINS promovesse vestibulares para a oferta de ensino superior público, na modalidade de ensino a distância - EAD, não merece acolhida que este fato per si defina a competência da Justiça Federal, uma vez que a União não figura em nenhum dos pólos da presente ação (art. 109, I, da CF/1988), posto que inexistente interesse da União no presente caso e porque é faculdade do autor escolher contra quem pretende estabelecer contenda. Como previamente exposto, cuida-se a UNITINS, por essência, de pessoa jurídica de direito público interno, e, portanto, assumindo o interesse da Fazenda Pública Estadual, falece a este juízo a competência para processar e julgar o feito. Sem olvidar que a incompetência é matéria de ordem pública, que deve ser declarada de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição (CPC, art. 64, § 1º), foi oportunizado o contraditório. Convém salientar que a presente decisão não milita em desfavor da garantia de acesso facilitado ao Poder Judiciário e do princípio da tutela mais ampla e irrestrita possível. Ao contrário, visa evitar a prolação de decisões que venham a prejudicar eventual direito das partes ou

cercear-lhes a defesa ou ainda mitigar a razoável duração do processo. A incompetência deste juízo possui como fundamento a competência absoluta de juízo diverso e certo, em razão da pessoa, sendo inderrogável ainda que por convenção das partes (CPC, art. 62). E sendo absoluta a competência, não há agasalho legal para sua prorrogação neste Juízo. Logo, a decisão que a declinar em favor de outrem, igualmente, não se materializará como prejudicial, `decisão surpresa¿, se tomada sem oportunizar às partes se manifestar, consoante disposição do art. 10 da Lei nº 13.105/2015. Neste sentido é a orientação do Enunciado nº 4 da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento dos Magistrados: ENFAM - Enunciado nº 4: Na declaração de incompetência absoluta não se aplica o disposto no art. 10, parte final, do CPC/2015. CPC/2015 - Art. 10. O juiz não pode decidir, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício. Ante os fundamentos ao norte lançados, resta evidenciado que a remessa da presente ação à Vara de Fazenda Pública deste comarca é a medida mais consentânea diante do quadro fático que se descortina. Na Comarca de Abaetetuba-PA, a competência fazendária é privativa da 1ª Vara Cível e Empresarial (art. 1º da Resolução nº 013/2007-GP). Destarte, com fortaleza nas disposições do art. 64, § 1º, e art. 52, Parágrafo único, da Lei nº 13.105/2015, ACOLHO A PRELIMINAR DE INCOMPETÊNCIA suscitada pela UNITINS e DECLINO DA COMPETÊNCIA PARA PROCESSAR E JULGAR O PRESENTE FEITO, e determino, in continenti, que os autos sejam redistribuídos para a 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Abaetetuba-PA. Ausentes razões recursais, processe-se a remessa, inclusive no Sistema de Gestão Processual deste Egrégio Tribunal de Justiça. Diligenciar anotações, baixa e providências de praxe. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Abaetetuba-PA, 30 de abril de 2019. JOÃO RONALDO CORRÊA MÁRTIRES Juiz de Direito - REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA

RESENHA: 24/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA - VARA: VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA PROCESSO: 00000017520188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:F. B. S. DENUNCIADO:HERALDO ARAGAO SANTOS Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0000001-75.2018.814.0070 Acusado(s): HERALDO ARAGÃO SANTOS R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) HERALDO ARAGÃO SANTOS, brasileiro, nascido em 17/05/1984, filho de Martinho Oliveira santos e de Iraneide Oliveira Aragão, RG. nº 142069574 SSP-PA, residente e domiciliado na Rua Germano Aranha, nº 32 - casa B Quadra 274 - Vila dos Cabanos - Barcarena/Pa, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 18 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00000176419998140070 PROCESSO ANTIGO: 19992000288 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JOSE NILO CORREA DOS SANTOS VITIMA:E. R. F. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0000017-64.1999.814.0070 Apenado(s): Jose Nilo Corrêa dos Santos DECISÃO: I - Redesigno à sessão do júri para o dia 29 de agosto de 2019, ás 8:30 horas. II - Intimem-se o réu, seu defensor, o Ministério Público, o assistente de acusação, se for o caso, bem como as testemunhas arroladas para oitiva em Plenário; III- Notifiquem-se os senhores jurados; IV- Requisite(m)-se o(s) réu(s), com escolta, se encontrar(em)-se preso(s). V- Requisite-se policiamento para o dia do julgamento. VI- Expeça-se e Oficie-se o que mais se fizer necessário. Abaetetuba, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00000412320198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:BENEVALDO DOS SANTOS DA TRINDADE. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0000041-23.2018.814.0070 Denunciado: Benevaldo dos Santos da Trindade, brasileiro, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 29/04/1983 filho de Maria Rosa da Costa Santos e de Miguel Cardoso dos Santos, Certificado de Reservista nº 379331, residente na Rua Philo Nery ao lado do Tatus Bar - Bairro São Sebastião, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 30 de setembro de 2019, ás 09h40min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00000614820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:LEANDRO PANTOJA DOS SANTOS. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0000061-48.2018.814.0070 Acusado(s): LEANDRO PANTOJA DOS SANTOS R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa

vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) LEANDRO PANTOJA DOS SANTOS, brasileiro, natural de Abaetetuba, nascido em 06/05/1994, filho de Ana dos Socrro Pantoja dos Santos, residente e domiciliado no Ramal do Curupere Miri, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00001859220088140070 PROCESSO ANTIGO: 200820000707 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ILGLEIDSON DOS SANTOS CHAVES VITIMA:A. S. A. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0000185-92.2008.814.0070 Acusado(s): ILGLEIDSON DOS SANTOS CHAVES R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) ILGLEIDSON DOS SANTOS CHAVES, brasileiro, paraense, natural de Prainha/Pa, nascido em 16/07/1980, filho de Estevão dos Santos Chaves e Julia Nazaré dos Santos , residente e domiciliado na Rodovia PA 481 - sitio Boa Vista - Bairro Laranjal - Barcarena/Pa , para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00002213920198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ELIZANGELA PEREIRA DOS SANTOS VITIMA:C. R. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0000221-39.2019.814.0070 Denunciado: Elizangela Pereira dos Santos, brasileira, paraense, solteira, nascida em 27/02/1983, autônoma, filho de Antônio Araújo dos Santos e Andrelina de Souza Pereira, RG. nº 3444893, PC-PA, residente Travessa Tiradentes, nº 1484 - Vila de Beja, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 30 de setembro de 2019, ás 09h55min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00002612120198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019 INDICIADO:JOSE DO CARMO SANTOS MATOS VITIMA:M. N. D. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA Av. D. Pedro II, nº 1177 - Fórum Dr. Hugo Mendonça Telefone - 3751- 1296 - Tel:- Fax 3751-1158 Processo nº 0000261-21.2019.814.0070 Indiciado: José do Carmo Santos Matos Vistos, etc. I - Designo o dia 11 de setembro de 2019, ás 10:15 horas, para realização de audiência preliminar, nos termos do artigo 16 da Lei nº 11.340/2006. II- Intime-se a ofendida. III - Dê-se ciência ao Ministério Público e Defensoria Pública. Abaetetuba (PA), 17 de junho de 2019.

CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00005427420198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:WELDER PANTOJA PINHEIRO VITIMA:A. C. S. C. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0000542-74.2019.814.0070 Acusado(s): WELDER PANTOJA PINHEIRO R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) WELDER PANTOJA PINHEIRO, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 07/03/1995, filho de Maria Emília Pantoja Pinheiro e Paulino Cardoso Pinheiro, residente e domiciliado na Rua Justo Chermont, nº 1280 - Próximo a Marisqueira, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00005851120198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JOSE FERNANDO RODRIGUES FERREIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0000585-11.2019.814.0070 Denunciado: José Fernando Rodrigues Ferreira, brasileiro, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 06/01/1989 filho de Jose Geraldo Ribeiro Ferreira e de Terezinha de Jesus Rodrigues Ferreira, RG. nº 6047135 - 2ª via, residente na Rua Nova VIII - Bairro Aviação, Bairro Central, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 31 de julho de 2019, ás 09h30min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 17 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00006435820128140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ROSENILDO DA SILVA FERREIRA VITIMA:L. M. S. S. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0000643-58.2012.814.0070 Denunciado: Rosenildo da Silva Ferreira RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 01 de outubro de 2019, ás 09h00min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 24 de maio de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00006931920108140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:PAULO RENATO SANTOS DA SILVA VITIMA:E. B. D. VITIMA:I. N. B. D. DENUNCIADO:ADEVALDO DOS SANTOS RODRIGUES DENUNCIADO:ALINE DOS SANTOS RODRIGUES. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0008795-22.2017.814.0070 Acusado(s): Ruan dos Santos Mendes e outro DECISÃO: I - Considerando a certidão de fls. 85v, informando a este juízo e que até presente data os patronos dos acusados não apresentaram alegações finais, intimem-se os acusados para indicarem novos patronos no prazo de 20 dias. II - Decorrido o prazo assinalado sem manifestação, nomeio Defensora Pública que atue nesta comarca para defesa dos acusados, devendo serem intimada pessoalmente da nomeação, bem como para apresentação de alegações finais no prazo legal. III- Intimem-se, expeça-se o

necessário. Abaetetuba, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00006931920108140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:PAULO RENATO SANTOS DA SILVA VITIMA:E. B. D. VITIMA:I. N. B. D. DENUNCIADO:ADEVALDO DOS SANTOS RODRIGUES DENUNCIADO:ALINE DOS SANTOS RODRIGUES. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0000693-19.2010.814.0070 Acusado(s): Adevaldo dos Santos Rodrigues e outro DECISÃO: I - Considerando certidão e fls. 79 dos autos, designo audiência de justificação para o dia 04 de setembro de 2019, ás 10h:45min. II - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, o acusado e a(s) testemunha(s). III - Dê-se ciência o MP e à DP. Abaetetuba, 17 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00007015120188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:EDILEUSA DO SOCORRO GONCALVES PEREIRA DENUNCIADO:JOAO AFONSO FERREIRA E FERREIRA VITIMA:N. N. P. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0000701-51.2018.814.0070 Acusado(s): EDILEUSA DO SOCORRO GONÇALVES PEREIRA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) EDILEUSA DO SOCORRO GONÇALVES PEREIRA, brasileira, paraense, natural de Mocajuba/Pa, nascido em 21/03/1975, filha de Otavio Oliveira Pereira e de Antônia Gonçalves Pereira, RG. nº 5173266 SSP-PA, residente e domiciliado na Avenida São Paulo - Alameda Canaã, s/nº Bairro Aviação, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 18 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00007015120188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:EDILEUSA DO SOCORRO GONCALVES PEREIRA DENUNCIADO:JOAO AFONSO FERREIRA E FERREIRA VITIMA:N. N. P. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0000701-51.2018.814.0070 Acusado(s): JOÃO AFONSO FERREIRA E FERREIRA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) JOÃO AFONSO FERREIRA E FERREIRA, brasileiro, paraense, nascido em 24/06/1970, filho de Pedro Neri Ferreira e de Maria do Espirito Santos, RG. nº 2303020 SSP-PA, residente e domiciliado na Rua Siqueira Mende, nº 2"140 - Bairro Cafezal, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 18 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00007621420158140070 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:EWERTON ROBERTO DA CONCEICAO VITIMA:E. P. C. DENUNCIADO:WILLIAN BRUNO DA CONCEICAO LEAO. Rh. Considerando a existência de mero erro material constante na parte dispositiva da sentença prolatada às fls. 70/84, retifico o dispositivo da sentença, para alterar o regime de cumprimento da pena para o regime SEMIABERTO, mantendo-se inalterados os demais termos da decisão. Abaetetuba, 24 de junho de 2019. CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito PROCESSO: 00008233020198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:FLAIR JOSE DOS SANTOS NUNES Representante(s): OAB 23188 - PAULO ANDREI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0000823-30.2019.8.14.0070 Denunciado(s): FLAIR JOSÉ DOS SANTOS NUNES Considerando que até a presente data não foi juntado aos autos o laudo pericial da arma apreendida, oficie-se ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves para que encaminhe o laudo da perícia realizada na arma de fogo, conforme requisição de fls. 28 do Inquérito Policial. Abaetetuba, 24 de junho de 2019. CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00008294220168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 24/06/2019 VITIMA:A. P. S. ACUSADO:DARIOMAR DA SILVA CARVALHO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA Av. D. Pedro II, nº 1177 - Fórum Dr. Hugo Mendonça Telefone - 3751- 1296 - Tel:- Fax 3751-1158 Processo nº 0000829-42.2016.814.0070 Indiciado: Dariomar da Silva Carvalho Vistos, etc. I - Designo o dia 04 de setembro de 2019, ás 09:30 horas, para realização de audiência preliminar, nos termos do artigo 16 da Lei nº 11.340/2006. II- Intime-se a ofendida. III - Dê-se ciência ao Ministério Público e Defensoria Pública. Abaetetuba (PA), 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00008932320148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019 INDICIADO:SEM INDICIAMENTO VITIMA:A. F. M. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Inquérito Policial: 0000893-23.2014.8.14.0070 Envolvido: RAIMUNDO NONATO LOBATO FERREIRA Vistos, etc. O Ministério Público, com fundamento no Art. 28 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente inquérito policial pela ausência de justa causa à propositura da Ação Penal. Compulsando os autos verifico que assiste razão ao Ministério Público, eis que a ausência de tipicidade do fato narrado no inquérito policial impossibilita o oferecimento de ação penal contra o indiciado. Assim, comungo com o entendimento ministerial, pelo que determino que, após observadas as formalidades legais seja procedido o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial com fulcro no Art. 28 do CPP. Isto posto, arquivem-se os autos. Abaetetuba/PA, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00010237120188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:CHARLES DE CARVALHO SOARES VITIMA:A. R. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Comarca de Abaetetuba Vara de Execução de Abaetetuba Processo nº 0001023-71.2018.814.0070 Denunciado: Charles de Carvalho Soares SENTENÇA Vistos etc. Nos autos de ação penal, à fl. 10, foi acostado Laudo Necropsia do acusado. Ministério Público do Estado, manifestou-se pela extinção da punibilidade de Charles de Carvalho Soares, nos termos do artigo 107, inciso I do CP, em virtude de seu falecimento fl. 12. Nesses termos, tendo em vista o falecimento do agente, devidamente comprovado pelo Laudo Necropsia acostado às fls.10 e ante a manifestação do Ministério Público, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do crime atribuído a Charles de Carvalho Soares, com fundamento no artigo 107, I do Código Penal, promova-se as anotações devidas. Observadas as cautelas legais. Arquivem-se. Dê-se ciência ao MP e à DP. Abaetetuba, 24 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00016247720188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:RONALDO DOS ANJOS COSTA VITIMA:L. P. E. P. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0001624-77.2018.814.0070 Denunciado: Ronaldo dos Anjos Costa RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua

absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17 de setembro de 2019, ás 10h15min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 19 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00019344920198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:IVANIR FARIAS PINHEIRO. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0001934-49.2019.814.0070 Denunciado: Ivanir Farias Pinheiro RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 24 de setembro de 2019, ás 09h30min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00019845120148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JOAO LUIZ MORAES DA SILVA Representante(s): OAB 6908 - ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES (ADVOGADO) VITIMA:C. F. M. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0001984-51.2014.814.0070 Denunciado: João Luiz Mores da Silva RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 25 de setembro de 2019, ás 10h30min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00020040320188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:FLAIR JOSE DOS SANTOS NUNES VITIMA:L. C. T. VITIMA:L. T. M. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002004-03.2018.814.0070 Denunciado: Flair José dos Santos Nunes RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 25 de setembro de 2019, ás 09h00min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00021146520198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:CARLOS EDUARDO NAZARENO TABOSA Representante(s): OAB 23379 - LOURIVAL DE MOURA SIMOES DE FREITAS (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUIZ CARLOS NUNES DA CUNHA Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUIZ OTAVIO SARGE DE CARVALHO Representante(s): OAB 8445 - RITA DOS SANTOS BARBOSA GARCIA (ADVOGADO) OAB 7508 - REGINA MARIA SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 26625 - ROMULO WESLLEY SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ZONILDO FONSECA ANTUNES Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:RENATO MENEZES DOS SANTOS Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) VITIMA:C. F. R. B. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002114-65.2019.814.0070 Acusado(s): LUIZ CARLOS NUNES DA CUNHA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) LUIZ CARLOS NUNES DA CUNHA, brasileiro, paraense, natural de Belém/Pa, nascido em 19/01/1983, filho de Benedito Mores da Cunha e Domingas Ferreira Nunes, RG nº 4464248 PC/PA, residente e

domiciliado na Rua dos Mundurucus, nº 4054 - Bairro Guamá - Belém/Pá, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00021146520198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:CARLOS EDUARDO NAZARENO TABOSA Representante(s): OAB 23379 - LOURIVAL DE MOURA SIMOES DE FREITAS (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUIZ CARLOS NUNES DA CUNHA Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUIZ OTAVIO SARGE DE CARVALHO Representante(s): OAB 8445 - RITA DOS SANTOS BARBOSA GARCIA (ADVOGADO) OAB 7508 - REGINA MARIA SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 26625 - ROMULO WESLLEY SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ZONILDO FONSECA ANTUNES Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:RENATO MENEZES DOS SANTOS Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) VITIMA:C. F. R. B. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002114-65.2019.814.0070 Acusado(s): CARLOS EDUARDO NAZARENO TABOSA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) CARLOS EDUARDO NAZARENO TABOSA, brasileiro, paraense, nascido em 04/10/201980, filho de Omega Lea Tabosa Santos, RG nº 3232689 PC/PA, residente e domiciliado no Conjunto Ariri Bolônia - Quadra 19 0- casa 01 - Bairro Coqueiro - Belém/Pá, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00021146520198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:CARLOS EDUARDO NAZARENO TABOSA Representante(s): OAB 23379 - LOURIVAL DE MOURA SIMOES DE FREITAS (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUIZ CARLOS NUNES DA CUNHA Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUIZ OTAVIO SARGE DE CARVALHO Representante(s): OAB 8445 - RITA DOS SANTOS BARBOSA GARCIA (ADVOGADO) OAB 7508 - REGINA MARIA SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 26625 - ROMULO WESLLEY SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ZONILDO FONSECA ANTUNES Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:RENATO MENEZES DOS SANTOS Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) VITIMA:C. F. R. B. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002114-65.2019.814.0070 Acusado(s): RENATO MENEZES DOS SANTOS (OU RENATO MARTINS TAVARES) R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo

motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) RENATO MENEZES DOS SANTOS (OU RENATO MARTINS TAVARES), brasileiro, paraense, natural de Acará/Pa, nascido em 21/01/201974, filho de Raimundo Ferreira dos Santos e Edileia Martins Tavares ou Lucimar Menezes dos Santos, RG nº 1862258 PC/PA, residente e domiciliado na Rua São Domingos, Passagem Nova Liderança, nº 137 - Próximo ao canal do Tucunduba Bairro Terra Firme - Belém/Pá, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00021146520198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:CARLOS EDUARDO NAZARENO TABOSA Representante(s): OAB 23379 - LOURIVAL DE MOURA SIMOES DE FREITAS (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUIZ CARLOS NUNES DA CUNHA Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUIZ OTAVIO SARGE DE CARVALHO Representante(s): OAB 8445 - RITA DOS SANTOS BARBOSA GARCIA (ADVOGADO) OAB 7508 - REGINA MARIA SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 26625 - ROMULO WESLLEY SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ZONILDO FONSECA ANTUNES Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:RENATO MENEZES DOS SANTOS Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) VITIMA:C. F. R. B. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002114-65.2019.814.0070 Acusado(s): LUIZ OTAVIO SARGE DE CARVALHO R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) LUIZ OTAVIO SARGE DE CARVALHO, brasileiro, paraense, natural de Belém/Pa, nascido em 17/11/201969, filho de Luiz Pinho de Carvalho e Laide Lopes dos Santos, RG nº 7328666 PC/PA, residente e domiciliado na Rua São Paulo, nº 112 - Bairro cabanagem - Belém/Pá, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00021146520198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:CARLOS EDUARDO NAZARENO TABOSA Representante(s): OAB 23379 - LOURIVAL DE MOURA SIMOES DE FREITAS (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUIZ CARLOS NUNES DA CUNHA Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUIZ OTAVIO SARGE DE CARVALHO Representante(s): OAB 8445 - RITA DOS SANTOS BARBOSA GARCIA (ADVOGADO) OAB 7508 - REGINA MARIA SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 26625 - ROMULO WESLLEY SOARES BARRETO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ZONILDO FONSECA ANTUNES Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:RENATO MENEZES DOS SANTOS Representante(s): OAB 8009 - FERNANDO ANTONIO DA SILVA NUNES FILHO (ADVOGADO) VITIMA:C. F. R. B. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002114-65.2019.814.0070 Acusado(s): ZONILDO FONSECA ANTUNES "DOCA" R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) ZONILDO FONSECA ANTUNES "DOCA", brasileiro, paraense, nascido em 02/12/201982, filho de Manoel Quaresma Antunes e de Maria Oneide da Fonseca Antunes, RG nº 6577088 PC/PA, residente e domiciliado na Passagem Ceará, nº 100 - Bairro Guamá- Belém/Pá, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00022636120198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:CILENE SOCORRO COUTO MACIEL Representante(s): OAB 24786 - CHARLES FABRICIO MONTEIRO FRANCO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ALAILSON DA COSTA SOUZA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002263-61.2019.814.0070 Denunciado: Cilene do Socorro Couto Maciel e outro RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 28 de agosto de 2019, ás 11h30min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00023164220198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:GEVALDO NUNES CARDOSO VITIMA:P. F. R. Q. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002316-42.2019.814.0070 Acusado(s): GEVALDO NUNES CARDOSO R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) GEVALDO NUNES CARDOSO, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba, nascido em 16/05/1983, filho de Euzebia Nunes Cardoso e Raimundo Nazaré Cardoso, RG. nº 4143767 PC/PA, residente e domiciliado na Rua João Batista Figueiredo, nº 677 - Vila de Beja, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00024749720198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:DIEGO MOREIRA BROES DENUNCIADO:NEY DOS SANTOS DE LIMA VITIMA:M. E. Q. S. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002474-97.2019.814.0070 Denunciado(s): Ney dos Santos de Lima e outro RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s)

acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de setembro de 2019, ás 11h00min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). VI - Com relação ao acusado Diego Moreira Bros, determino sua citação por edital pelo prazo de 15(quinze) dias, nos termos do art. 361 do CPP. Abaetetuba (PA), 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00026576820198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:HELIO BRENO PANTOJA DO CARMO VITIMA:D. C. S. VITIMA:R. F. Q. VITIMA:R. S. C. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002657-68.2019.814.0070 Acusado(s): HELIO BRENO PANTOJA DO CARMO R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) HELIO BRENO PANTOJA DO CARMO, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba, nascido em 15/06/1978, filho de Ambrosina Pantoja do Carmo e Jardi Raimundo do Carmo , RG. nº 2945341 PC/PA, residente e domiciliado na Travessa Santo Dumont, nº 584 - Bairro Centro - Próximo Assembleia de Deus, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00027148620198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JOAO VICTOR RODRIGUES VITIMA:C. I. O. N. VITIMA:R. C. S. S. VITIMA:S. S. D. N. DENUNCIADO:MIRIAN FREITAS DA COSTA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002714-86.2019.814.0070 Denunciado(s): João Victor Rodrigues e outro RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de setembro de 2019, ás 11h00min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00029528120148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:FRANCISCO LIMA DUARTE VITIMA:H. F. S. S. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002952-81.2014.814.0070 Denunciado: Francisco Lima Duarte R.Hoje I - Considerando a manifestação do Ministério Público fls.08, determino a citação por edital do acusado (a) pelo prazo de 15(quinze) dias, nos termos do art. 361 do CPP. Abaetetuba, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular /1 PROCESSO: 00030161820198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JOSE ROBERTO DA SILVA FEIO VITIMA:C. S. P. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0003016-18.2019.814.0070 Denunciado(s): José Roberto da Silva Feio RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03 de setembro de 2019, ás 11h30min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 24 de junho de 2019. CARLA

SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00030543020198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:BRAZ DE SOUSA QUARESMA VITIMA:V. B. C. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0003054-30.2019.814.0070 Acusado(s): BRAZ DE SOUSA QUARESMA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) BRAZ DE SOUSA QUARESMA, brasileiro, natural de Igarapé-Miri/Pa, nascido em 02/02/1998, filho de Manoel Joaquim Ferreira Quaresma e Lucia Ferreira de Sousa, Certidão de Nascimento 11.712 fls. 297 - Livro 49/A Cartório de Igarapé-Miri, residente e domiciliado às margens do Rio Maúba, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00034743520198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:RIVALDO DA SILVA MAUES VITIMA:A. P. P. C. . Vistos, etc. I- Nomeio o Defensor Público que atua nesta comarca para patrocinar a defesa técnica do acusado RIVALDO DA SILVA MAUÉS. II- Dê-se vistas à defesa para apresentar resposta à acusação, no prazo legal. Abaetetuba/PA, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00034743520198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:RIVALDO DA SILVA MAUES VITIMA:A. P. P. C. . Vistos. Etc. Trata-se de pedido de revogação de preventiva, requerido pela defesa do acusado RIVALDO DA SILVA MAUÉS, alegando-se, para tanto, que restam ausentes os requisitos do art. 312 do CPP. Instado a se manifestar, a representante do Ministério Público, opinou pelo indeferimento do pleito. É O BREVE RELATÓRIO. DECIDO. A prisão cautelar é medida que faz parte do sistema, não contrariando os princípios e regras inseridas na Constituição Federal. Ao contrário, pois favorece a regularidade da instrução criminal, assegura a aplicação da Lei Penal e garante a ordem pública, portanto, a prisão preventiva mostra-se necessária à atuação estatal. Nos autos, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado na medida em que visa resguardar a integridade física da vítima, eis que entendo que a decretação de medidas protetivas de urgência, nesse momento, se mostrará ineficaz, inclusive, evidenciada a partir do seu modus operandi, sendo suficiente para denotar a periculosidade social do agente e a necessidade de sua custódia, como forma de prevenir a ofendida de novos atos de violência. A defesa alega que o réu é primário, sem registo de antecedentes criminais, todavia, tal argumento por si só não é suficiente para a concessão do benefício, se presentes outros elementos que justifiquem a segregação cautelar. Nesse sentido: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DE CULPA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. PERDA DE OBJETO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 52 DESTA CORTE SUPERIOR. ALEGAÇÃO DE PROVA ILÍCITA. SUPOSTA PRÁTICA DE TORTURA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. VIA INADEQUADA. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO, EM PARTE, E, NESSA PARTE, PARCIALMENTE PREJUDICADO E, NO MAIS, DESPROVIDO. 1. A questão referente à ausência de fundamentação da prisão preventiva do ora Recorrente não foi apreciada pelo Tribunal de origem, o que inviabiliza sua análise por parte desta Corte, sob pena de supressão de instância. 2. A existência de condições pessoais favoráveis - tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa - não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e

subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela. 3. Com a superveniente prolação de sentença, resta superada a análise de eventual excesso de prazo para a formação da culpa, a teor do enunciado da Súmula n.º 52 desta Corte Superior. 4. A análise da alegação de ilicitude das provas na fase investigatória, supostamente colhidas mediante tortura, esbarra na inadequação da via eleita para efeito de reexame dos fatos e das provas. 5. Recurso ordinário conhecido, em parte, e, nessa parte, parcialmente prejudicado e, no mais, desprovido. (RHC 39.199/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 02/10/2013). (grifo nosso) Isto posto, e mais o que constam dos autos, nos termos do art. 311 e 312, do CPP, INDEFIRO o pedido de REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA postulado em favor do réu RIVALDO DA SILVA MAUÉS, já devidamente qualificado, por entender que a prisão preventiva, ainda é necessário para garantia da ordem pública, instrução processual e futura aplicação da lei penal. Dê-se vistas à Defensoria Pública para que apresente resposta à acusação no prazo legal. Abaetetuba/PA, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00041143820198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ISAIAS MORAES RODRIGUES Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:DAVID BRABO DIAS VITIMA:D. S. P. VITIMA:A. S. C. VITIMA:J. S. V. . Vistos, etc. Trata-se de pedido de revogação de preventiva em favor do acusado ISAIAS MORAES RODRIGUES, alegando-se, para tanto, que restam ausentes os requisitos do art. 312 do CPP. Em parecer, o Ministério Público opinou pelo indeferimento do pleito. É O RELATÓRIO. DECIDO. Infere-se do nosso atual ordenamento jurídico, notadamente dos arts. 321, 324, IV e § único do art. 310, todos do CPP, que toda prisão processual se reveste de indisfarçável caráter cautelar, e sua necessidade descansa numa dessas circunstâncias: preservação da ordem pública, da ordem econômica, da instrução criminal e finalmente, garantia da execução da pena, sendo as mesmas a base primordial de toda e qualquer prisão cautelar. O decreto de prisão preventiva é uma medida cautelar que constitui na privação de liberdade do acusado, podendo ser decretada pelo juiz durante o inquérito ou instrução criminal, diante da existência dos pressupostos legais, para assegurar os interesses sociais de segurança. A prisão preventiva tem a característica de rebus sic stantibus, podendo ser revogada conforme o estado da causa, ou seja, quando desaparecerem as razões de sua decretação durante o processo. Não estando presentes os motivos que a autorizaram, não deve ser mantida, diante do seu caráter excepcional. Isto posto REVOGO a prisão preventiva do réu ISAIAS MORAES RODRIGUES, já qualificado, com fulcro no que dispõe o art. 316 do CPP, por entender não mais estarem presentes as causas ensejadores para sua custódia cautelar. Como medida cautelar a ser seguida pelo réu, determino o comparecimento mensal em juízo, para informar e justificar atividades, proibição de frequentar bares, boates e afins, proibição de se manter contato ou se aproximar das vítimas, proibição de se ausentar da Comarca, sem autorização judicial, recolhimento domiciliar noturno, a partir das 22h00min e proibição de portar arma de fogo, conforme disposto no art. 319 do CPP. Conste do mandado que o denunciado deverá comparecer a Secretaria do juízo para assinar termo de compromisso, no prazo de 72 horas. Serve cópia da presente decisão como ALVARÁ DE SOLTURA. Abaetetuba/PA, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00041302620188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:CHARLE DE CARVALHO SOARES VITIMA:O. F. M. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Comarca de Abaetetuba Vara de Execução de Abaetetuba Processo nº 0004130-26.2018.814.0070 Denunciado: Charles de Carvalho Soares SENTENÇA Vistos etc. Nos autos de ação penal, à fl. 09, foi acostado Laudo Necropsia do acusado. Ministério Público do Estado, manifestou-se pela extinção da punibilidade de Charles de Carvalho Soares, nos termos do artigo 107, inciso I do CP, em virtude de seu falecimento fl. 11. Nesses termos, tendo em vista o falecimento do agente, devidamente comprovado pelo Laudo Necropsia acostado às fls.09 e ante a manifestação do Ministério Público, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do crime atribuído a Charles de Carvalho Soares, com fundamento no artigo 107, I do Código Penal, promova-se as anotações devidas. Observadas as cautelas legais. Arquivem-se. Dê-se ciência ao MP e à DP. Abaetetuba, 24 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00044747020198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:C. F. D. DENUNCIADO:EMANUEL ALMEIDA MONTE SERRATE. Vistos. Etc. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a

ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do acusado EMANUEL ALMEIDA MONTE SERRATE, brasileiro, natural de Belém/PA, nascido 29.10.1977, portador do RG n° 3145037 SSP/PA, filho de Alverina Monte Serrate, residente na Bernardo Sayão, n° 186, Vila Martins, Cidade Velha, Belém/PA, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado citado não constituir defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) Público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o réu estará obrigado a comunicar qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009 DA CJCI/TJEPA. Abaetetuba/PA, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00046499820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ADALBERTO DA SILVA E SILVA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0004649-98.2018.814.0070 Acusado(s): ADALBERTO DA SILVA E SILVA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) ADALBERTO DA SILVA E SILVA, brasileiro, paraense, nascido em 09/01/1983, filho de Alberto Teixeira da Solva e Maria de Nazaré Anunciação, RG. nº 4886585 PC/PA, residente e domiciliado na Travessa Soledade - Bairro Aviação - Moju/Pa, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00047498720178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ANDERSON XAVIER DA SILVA DENUNCIADO:BENILSON RODRIGUES DENUNCIADO:JOSIVAN COSTA FEIO DENUNCIADO:ADENILDO NEGRAO DOS PASSOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0004749-87.2017.814.0070 Denunciado: Adenildo Negrão dos Passos, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, nascida em 28/07/1989, filho de Raimundo Pereira dos Passos e Francisca Cardoso dos Passos, residente na Travessa Coração de Jesus, nº 60 - Bairro Algodoal, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h20min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00047498720178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ANDERSON XAVIER DA SILVA DENUNCIADO:BENILSON RODRIGUES DENUNCIADO:JOSIVAN COSTA FEIO DENUNCIADO:ADENILDO NEGRAO DOS PASSOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0004749-87.2017.814.0070 Denunciado: Benilson Rodrigues, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, nascida em 23/01/1983, filho de Maria de Fátima Rodrigues, residente na 4ª Rua do Campo da Aviação, nº 2125 - Bairro Aviação,

neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h20min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00047498720178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ANDERSON XAVIER DA SILVA DENUNCIADO:BENILSON RODRIGUES DENUNCIADO:JOSIVAN COSTA FEIO DENUNCIADO:ADENILDO NEGRAO DOS PASSOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0004749-87.2017.814.0070 Denunciado: Josivan Costa Feio, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, nascida em 19/04/1993, filho de Jocimar Carvalho Feio e Ana Cristina Costa Feio, residente na Rua Domingos Reis, nº 1090 - Bairro Santa Rosa, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h20min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00047498720178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ANDERSON XAVIER DA SILVA DENUNCIADO:BENILSON RODRIGUES DENUNCIADO:JOSIVAN COSTA FEIO DENUNCIADO:ADENILDO NEGRAO DOS PASSOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0004749-87.2017.814.0070 Denunciado: Benilson Rodrigues, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, nascida em 23/01/1983, filho de Maria de Fátima Rodrigues, residente na 4ª Rua do Campo da Aviação, nº 2125 - Bairro Aviação, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h20min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00047498720178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ANDERSON XAVIER DA SILVA DENUNCIADO:BENILSON RODRIGUES DENUNCIADO:JOSIVAN COSTA FEIO DENUNCIADO:ADENILDO NEGRAO DOS PASSOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0004749-87.2017.814.0070 Denunciado: Anderson Xavier da Silva, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, nascida em 24/04/1986, filho de Lecy Xavier da Silva, residente na Travessa Dom Oscar Romero, nº 1374 - Bairro Cristo Redentor neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h20min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00048318420188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:RENAN RODRIGUES SANTOS VITIMA:D. P. G. J. VITIMA:D. M. L. M. VITIMA:R. W. S. VITIMA:M. C. P. G. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0004831-84.2018.814.0070 Denunciado: Renan Rodrigues Santos, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, nascida em 21/01/1997, filho de Elisete Alves Rodrigues e Raimundo Conceição Santos, residente na Rua Lauro Sodré, nº 2150, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h15min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de

2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00049467620168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JOSENILDO PACHECO BITENCOURT. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0004946-76.2016.814.0070 Denunciado: Josenildo Pacheco Bitencourt RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 24 de setembro de 2019, ás 09h45min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00049508420148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JOSE MARIA RODRIGUES BRITO VITIMA:A. B. S. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0004950-84.2014.814.0070 Acusado(s): José Maria Rodrigues Brito. R. Hoje: I - Designo audiência para o dia 17 de setembro de 2019, ás 10:00 horas, para oitiva da testemunha Rosivan Pires Santos e interrogatório do acusado. II- Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. III - Dê-se ciência o MP e à DP. IV- Intimem-se o(s) acusado(s) Abaetetuba, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular /1 PROCESSO: 00056300620138140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:D. S. M. DENUNCIADO:AILTON COSTA DOS SANTOS. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0005630-06.2013.814.0070 Denunciado: Ailton Costa dos Santos RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21 de agosto de 2019, ás 10h00min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00056351820198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019 FLAGRANTEADO:RAULFREY CARDOSO VASCONCELOS VITIMA:A. C. O. E. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA Processo nº 0005635-18.2019.814.0070. Flagrado: Raulfrey Cardoso Vasconcelos DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Da Homologação da Prisão em Flagrante, não vislumbro fatos novos capazes de alterar as circunstâncias que fundamentaram a conversão da prisão em fragrante em prisão preventiva do autuado Rosivaldo Santos da Costa, razão pela qual mantenho a decisão e fls.19 e verso. Nos termos dos Provimentos nºs 03 e 11/2009, da CJRMB-TJE/PA, servirá este despacho, por cópia digitalizada, como MANDADO DE PRISÃO E INTIMAÇÃO E OFÍCIO. Abaetetuba, 198 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito PROCESSO: 00056947420178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ALAIRSON RODRIGUES FERREIRA VITIMA:S. M. S. L. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0005694-74.2017.814.0070 Acusado(s): ALAIRSON ROPDRIGUES FERREIRA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) ALAIRSON ROPDRIGUES FERREIRA, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 06/11/1983, filho de Maria de Jesus Rodrigues Ferreira, RG. nº 4940991, SSP-PA, residente e domiciliado no Ramal da Angélica, nº 4153 - Bairro São Lourenço, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-

lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00056958820198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 24/06/2019 FLAGRANTEADO:FERNANDO ANDRE RODRIGUES. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA Processo nº 0005695-88.2019.814.0070. Flagrado: Fernando André Rodrigues DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Compulsando os autos verifico que preenchidos os requisitos legais das prisões em flagrante lavrada em face do flagranteado Fernando André Rodrigues, uma vez que se encontra, a princípio, como incursos às penas do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, portanto, CONVERTO a prisão em flagrante em preventiva, nos termos do art. 312 e seguintes do CPP, diante da necessidade da garantia da ordem pública. A teor do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada quando presentes os requisitos fumus comissi delicti, consubstanciado na prova da materialidade e na existência de indícios de autoria, bem como o periculum libertatis, fundado no risco de que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública/econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal. Nos autos, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado na garantia da ordem pública, dada a gravidade concreta do delito imputado, evidenciada a partir do seu modus operandi, sendo suficiente para denotar a periculosidade social do agente e a necessidade de sua custódia, diante da quantidade de material entorpecente encontrado em posse do flagrado, bem como sua disposição, além de haver indícios suficientes de autoria e materialidade do delito, consubstanciado nos depoimentos. Nos termos dos Provimentos nºs 03 e 11/2009, da CJRMB-TJE/PA, servirá este despacho, por cópia digitalizada, como MANDADO DE PRISÃO E INTIMAÇÃO E OFÍCIO. Abaetetuba, 198 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito PROCESSO: 00058750720198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019 FLAGRANTEADO:LAELSON DIAS OLIVEIRA VITIMA:J. L. N. O. VITIMA:H. M. D. . Vistos, etc. I- Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito parte da decisão de fl. 27 quanto a decretação de prisão preventiva em desfavor do autuado. II- Assim, homologo a fiança arbitrada pela Autoridade Policial. Considerando o pagamento da mesma, expeça-se alvará de soltura em favor do nacional LAELSON DIAS OLIVEIRA. Abaetetuba/PA, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00064115220188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:VALDEMIR DE JESUS DE LIMA RODRIGUES VITIMA:C. C. S. S. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0005694-74.2017.814.0070 Acusado(s): VALDEMIR DE JESUS DE LIMA RODRIGUES R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) VALDEMIR DE JESUS DE LIMA RODRIGUES, brasileiro, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 13/05/1971, filho de Vicente Pereira Rodrigues e Maria Jose de Lima Rodrigues, RG. nº 2392735, PC-PA, residente e domiciliado na Travessa Conceição, nº 1128 - Bairro São Lourenço, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00070370820178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019 INDICIADO:DOUGLAS YOSHIHARU SANTOS HAYASE

INDICIADO:VALDEMAR CARNEIRO RODRIGUES JUNIOR INDICIADO:CICERO RUMAO BATISTA NOGUEIRA ROCHA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0007037-08.2017.814.0070 Denunciado: Douglas Yoshiharu Santos Hayase, brasileiro, natural de Belém/Pa, nascido em 20/10/1995 filho de Eurico Keiji Hayase e de Sirley do Socorro Santos Hayase, RG. nº 7632939, SSP-PA, residente Rodovia Dr. João Miranda, Km 06 - Próximo ao Balneário do Zico, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 30 de setembro de 2019, ás 09h45min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00075856720168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:CARLOS FRANCISCO RODRIGUES BATISTA Representante(s): OAB 2172 - LUIZ ROBERTO DOS REIS (ADVOGADO) VITIMA:P. A. R. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0007585-67.2016.814.0070 Denunciado: Carlos Francisco Rodrigues Batista, brasileiro, paraense, nascida em 25/11/1967, Subtenente Bombeiro Militar, filha de Francisco de Lima Batista e Gilce Rodrigues Batista, residente Travessa Siqueira Mendes, nº 2207 - Bairro São José, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h10min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00076685420148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:C. D. F. DENUNCIADO:JOSE AUGUSTO FERREIRA MAUES Representante(s): OAB 20477 - BRUNA LORENA LOBATO MACEDO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0007668-54.2014.814.0070 Acusado(s): José Augusto Ferreira Maués DECISÃO: I - Considerando a certidão de fls. 46v, informando a este juízo e que até presente data o patrono do acusado não apresentou alegações finais, intime-se o acusado para indicar novo patrono no prazo de 20 dias. II - Decorrido o prazo assinalado sem manifestação, nomeio Defensora Pública que atue nesta comarca para defesa do acusado, devendo ser intimada pessoalmente da nomeação, bem como para apresentação de alegações finais no prazo legal. III- Intimem-se, expeça-se o necessário. Abaetetuba, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00078319220188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JEFFERSON GOMES FERREIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0004771-14.2018.814.0070 Denunciado: Jefferson Gomes Ferreira, brasileiro, natural de Abaetetuba, nascido em 27/02/1993, filho de Maria Raimunda da Silva Gomes e de Manuel das Dores do Carmo Ferreira, RG. nº 4041368 PC/PA, residente na Rua Doutor Everaldo Santos Araújo, nº 42 - Bairro Cristo Redentor , neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 30 de setembro de 2019, ás 09h00min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00081124820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019 INDICIADO:EDUARDO BARROS VITIMA:L. F. F. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Inquérito Policial: 0008112-48.2018.8.14.0070 Envolvido: EDUARDO BARROS Vistos, etc. O Ministério Público, com fundamento no Art. 28 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente inquérito policial pela ausência de justa causa à propositura da Ação Penal. Compulsando os autos verifico que assiste razão ao Ministério Público, eis que a ausência de tipicidade do fato narrado no inquérito policial impossibilita o oferecimento de ação penal contra o indiciado. Assim, comungo com o entendimento ministerial, pelo que

determino que, após observadas as formalidades legais seja procedido o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial com fulcro no Art. 28 do CPP. Isto posto, arquivem-se os autos. Abaetetuba/PA, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00082528220188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:DOUGLAS RODRIGUES NEGRAO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0008252-82.2018.814.0070 Denunciado: Douglas Rodrigues Negrão, brasileiro, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 10/06/1999, filho de Davi Silva Negrão e Glafira da Silva Rodrigues, RG. nº 63903574-7 PC/PA, residente na Sétima Rua do Santa Rosa - Próximo à residência do Sargento Jorge Guedelha - Bairro Santa Clara, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 30 de setembro de 2019, ás 09h10min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00082727320188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:LYNDON CHRYSLER DE ALMEIDA Representante(s): OAB 12793 - FLAVIO JOSINO DA COSTA JUNIOR (ADVOGADO) VITIMA:B. R. M. VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0008272-73.2018.814.0070 Denunciado: Lyndon Chrysler de Almeida, brasileiro, natural de Belém/Pa, nascido em 16/10/1976, filho de Maria das Dores Barros e Francisco de Almeida Filho, RG. nº 2667083 PC/PA, residente na Rodovia Augusto Montenegro, s/nº DETRAN - Mangueirão - Belém/Pa. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h35min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00084716620168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:NALDO DA COSTA PANTOJA. Processo n° 0008471-66.2016.8140070 Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO Acusado: NALDO DA COSTA PANTOJA Capitulação Penal: Art. 180, caput, do CPB SENTENÇA Vistos, etc. O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra o acusado NALDO DA COSTA PANTOJA como incurso na conduta delituosa prevista no art. 180, caput, do CPB. Consta na inicial que no dia 31/07/2016, a polícia militar abordou o denunciado que conduzia uma motocicleta HONDA BROZ que havia sido subtraída da vítima Marcela Santos Alves, fato ocorrido no dia 25/07/2016, sendo preso em flagrante delito. Recebida a denúncia em 07 de dezembro de 2016, o réu foi citado (fl. 7). Apresentada defesa preliminar às fls. 09/10. Na audiência de instrução e julgamento, ouvidas duas testemunhas arroladas na denúncia. A defesa não arrolou testemunhas. O acusado não compareceu a audiência designada para sua qualificação e interrogatório, sendo decretada a sua revelia à fl. 40. Em alegações finais, o Ministério Público pugnou pela condenação, reiterando todos os termos da Denúncia. A defesa do réu, em alegações derradeiras, pugnou pela absolvição do acusado e em caso de condenação requereu o reconhecimento da atenuante genérica da confissão. RELATADO. DECIDO. Passando a analisar o presente caso, verifico que réu foi denunciado pela pratica do crime previsto no artigo 180, caput, do Código Penal Brasileiro, assim redigido: Art. 180 - Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa. Neste caso, verifica-se que todos os requisitos necessários à configuração do delito se encontram presentes. A autoria e materialidade do crime restaram comprovadas pelos depoimentos testemunhais constantes nos autos, bem como pela confissão do acusado em sede de investigação policial. A vítima do crime anterior, reconheceu a sua motocicleta no pátio da delegacia, não restando dúvida acerca da materialidade e autoria do delito. Assim, diante das provas carreadas aos autos, deve prevalecer a argumentação do órgão ministerial. Diante do exposto, julgo procedente a pretensão punitiva estatal para condenar, o réu NALDO DA COSTA PANTOJA como incurso nas penas do art. 180 do CPB, passando a realizar, a dosimetria da pena: Analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, observo que a culpabilidade é comum ao tipo penal; O réu registra antecedentes criminais, condenado por crime de mesma natureza;

sua conduta social não foi aferida nos autos, assim como sua personalidade. Os motivos e as circunstâncias do crime lhe são desfavoráveis, pois o crime ocorreu graças à ganância e cobiça da agente sobre o patrimônio de outrem. O comportamento da vítima em nada concorreu para o crime. Diante disso, fixo a pena base em 02(dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 40 (quarenta) dias multa, que fixo o valor unitário em 1/30 do valor do salário mínimo vigente à época do fato. Milita a seu favor a circunstância atenuante da confissão indireta da pratica criminosa, pelo que diminuo a pena em 06 (seis) meses. Assim, fixo-a em definitivo em 02 (dois) anos de reclusão e 30 (trinta) dias multa, no valor unitário em 1/30 do valor do salário mínimo vigente à época do fato. Fico o regime aberto para início do cumprimento da pena. Deixo de substituir a pena aplicada privativa de liberdade por restritiva de direitos, uma vez que o acusado responde a outro processo criminal por delito da mesma natureza, portanto, não preenchidos os requisitos objetivos do art. 44 do CPB. Concedo o direito ao acusado de recorrer em liberdade, eis que ausentes os requisitos do art. 594 do CPP, respondendo todo o processo em liberdade. Após o trânsito em julgado da decisão, comunique-se ao TRE para fins do art. 15, item III da CF/88, lançando-se o nome dos acusados no rol dos culpados, realizando-se as demais comunicações necessárias. Dê ciência ao Ministério Público e à defesa do acusado. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Abaetetuba, 24 de junho de 2019. CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular PROCESSO: 00085117720188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:HEITOR GRIFFITH PACHECO DENUNCIADO:EDNA RODRIGUES DE ARAUJO VITIMA:A. F. C. J. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0008511-77.2018.814.0070 Acusado(s): EDNA RODRIGUES DE ARAÚJO R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) EDNA RODRIGUES DE ARAÚJO, brasileira, paraense, feirante, nascida em 18/10/1984, filha de Maria Solange Rodrigues de Araújo, residente e domiciliado na Passagem Novo Continente, nº 80 - Bairro Pratinha - Belém/Pará, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 18 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00085117720188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:HEITOR GRIFFITH PACHECO DENUNCIADO:EDNA RODRIGUES DE ARAUJO VITIMA:A. F. C. J. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0008511-77.2018.814.0070 Acusado(s): HEITOR GRIFFITH PACHECO R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) HEITOR GRIFFITH PACHECO, brasileiro, paraense, feirante, filho de Ruth Luiza Nunes Guiffith e Carlos Luiz Neris Pacheco, residente e domiciliado na Passagem Mister, nº 64 - Bairro Pedreira - Belém/Pa, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 18 de junho de 2019. CARLA SODRE DA

MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00085151720188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:DIEGO CASTRO DOS SANTOS VITIMA:F. M. V. F. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0008515-17.2018.814.0070 Acusado(s): DIEGO CASTRO DOS SANTOS R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) DIEGO CASTRO DOS SANTOS, brasileiro, paraense, natural de Igarapé-Miri/Pa, nascido em 11/01/1996, filho de Andreliane de Castro e Joelson Gomes dos Santos - atualmente custodiado no CRRAb, residente e domiciliado na Invasão do Jiboia (2ª rua) Invasão das Pedrinhas - Bairro São Sebastião neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00086511420188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:MARCOS DA SILVA BARBOSA VITIMA:G. C. S. F. REPRESENTANTE:CRISTIANE DA SILVA DE SOUSA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0008651-14.2018.814.0070 Denunciado: Marcos da Silva Barbosa RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 24 de setembro de 2019, ás 09h00min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00089915520188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:VAN MARLEY MOREIRA GUEDES. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0008991-55.2018.814.0070 Acusado(s): VAN MARLEY MOTEIRA GUEDES R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) VAN MARLEY MOTEIRA GUEDES, brasileiro, natural de Portel/Pa, nascido em 25/12/1992, filho de Elizangela Rodrigues Moreira e de Adinei Miranda Guedes, RG. nº 6689886 PC/PA, residente e domiciliado na Rua Barão do Rio Branco, nº 777 - Bairro Algodoal, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00091941720188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação:

Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:DOUGLAS GOES SERRAO VITIMA:L. C. P. TESTEMUNHA:LUCIANE CARDOSO PEREIRA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0009194-17.2018.814.0070 Acusado(s): DOUGLAS GOÉS SERRÃO R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) DOUGLAS GOÉS SERRÃO, brasileiro, paraense, nascido em 11/06/1996, filho de Raimundo das Graças Rodrigues Serrão e de Flavia Barbalho Góes, RG. nº 8408866, SSP-PA, residente e domiciliado na Rua Major Frederico das Gama Costa, nº 1258 - Bairro Centro, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 18 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00095735520188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JERCON DA COSTA CARDOSO DENUNCIADO:ONESIO CARDOSO AMARAL DENUNCIADO:MANOEL DE JESUS DIAS DIAS. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0009573-55.2018.814.0070 Acusado(s): MANOEL DE JESUS DIAS DIAS R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) MANOEL DE JESUS DIAS DIAS, brasileiro, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 25/04/1976, filho de Francisca Maria Dias Dias e Osvaldo Gomes Dias, RG. nº 4705630 PC/PA, residente e domiciliado na Rua Ceará, nº 3067 - Bairro Francilândia, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00095735520188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JERCON DA COSTA CARDOSO DENUNCIADO:ONESIO CARDOSO AMARAL DENUNCIADO:MANOEL DE JESUS DIAS DIAS. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0009573-55.2018.814.0070 Acusado(s): JERCON DA COSTA CARDOSO R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) JERCON DA COSTA CARDOSO, brasileiro, natural de Muaná/Pa, nascido em 09/09/1965, filho de Maria Oneide da Costa Cardoso e de José Vasconcelos Cardoso, RG. nº 1453148 PC/PA, residente e domiciliado na Rua Angélica, nº 4145 - Bairro Francilândia, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não

apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00095735520188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JERCON DA COSTA CARDOSO DENUNCIADO:ONESIO CARDOSO AMARAL DENUNCIADO:MANOEL DE JESUS DIAS DIAS. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0009573-55.2018.814.0070 Acusado(s): ONESIO CARDOSO AMARAL R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) ONESIO CARDOSO AMARAL, brasileiro, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 25/06/1979, filho de Marlene Cardoso Amaral e Ozeias Cavalheiro Amaral, RG. nº 3844386 PC/PA, residente e domiciliado na Rua Rio Grande do Sul, nº 3567 - Bairro Francilândia, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00096116720188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:BENILSON PANTOJA DA COSTA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0009611-67.2018.814.0070 Denunciado: Benilson Pantoja da Costa, brasileira, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, nascida em 26/03/1991, filho de maria José Pantoja da Costa e de Benedito José Mascarenhas da Costa, RG. nº 37544704, PC-PA, residente Travessa Miguel, 251 - Bairro São João, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 30 de setembro de 2019, ás 10h00min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00096332820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019 INDICIADO:MARCENILDO FERREIRA RODRIGUES VITIMA:R. R. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0009633-28.2018.8.14.0070 Envolvido(s): MARCENILDO FERREIRA RODRIGUES Vistos, etc. O Ministério Público, com fundamento no Art. 28 do Código de Processo Penal, requer o arquivamento do presente inquérito policial pela ausência de justa causa à propositura da Ação Penal. Compulsando os autos, resta comprovada a materialidade e autoria delitiva, contudo não restou configurado o tipo penal em exame, diante da ausência de tipicidade material do delito, não havendo ofensividade da conduta do agente. O acusado e a vítima mantém relacionamento amoroso, inclusive com o consentimento do responsável da última, não havendo interesse do direito em punir a situação de fato existente no presente caso. É fato que o acusado manteve relação sexual com sua namorada, menor de 14 anos à época, manifestando a intenção de constituir família, o que afasta a tipicidade da conduta apontada como criminosa. Assim, comungo com o entendimento ministerial, pelo que determino que, após observadas as formalidades legais seja procedido o ARQUIVAMENTO do presente Inquérito Policial com fulcro no Art. 28

do CPP. Isto posto, arquivem-se os autos. Abaetetuba/PA, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00096677120168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:BENEDITO DE OLIVIA CASTRO. PROCESSO Nº. 0009667-71.2016.814.0070 DENUNCIADO: BENEDITO DE OLIVIA CASTRO REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA SENTENÇA. Decorrido o prazo do cumprimento da pena conforme comprovado nos autos, o acusado cumpriu integralmente com a pena impostas, n"o constando nos autos registro de descumprimento da pena convencionada. Isto, nos termos do artigo 107, IV do Código penal, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado Benedito de Olivia Castro. Ciente o Ministério Público. P.R.I.C. Cientes os presentes. Abaetetuba, 10 de junho de 2019. CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito 1 PROCESSO: 00096731020188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:FABRICIO NUNES MAUES. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0009673-10.2018.814.0070 Denunciado: Fabrício Nunes Maués DECISÃO. I - Considerando a juntada do laudo Toxicológico Definitivo, retornem os autos ao Ministério Público Estadual, para apresentação de alegações finais. Abaetetuba, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00096956820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:DILOR DA SILVA PACHECO VITIMA:J. M. S. M. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0009695-68.2018.814.0070 Denunciado: Dilor da Silva Pacheco, brasileiro, nascido em 02/07/1953, filho de Osvaldo da Silva Pacheco e Suzana da Silva Pacheco, RG. nº 2033790 PC/PA e CPF 289312202 - 78, residente na Rua Barão do Rio Branco, nº 1874, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h25min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00098350520188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:EDUARDO AFONSO BRANDAO MORAES VITIMA:S. B. M. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0009835-05.2018.814.0070 Acusado(s): EDUARDO AFONSO BRANDÃO MORAES R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) EDUARDO AFONSO BRANDÃO MORAES, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 30/06/1996, filho de Geralda Quaresma Brandão e de Eduardo Afonso de Sousa Moraes, RG. nº 9331824, SSP-PA, residente e domiciliado na Rua Altino Costa, nº 903 - Bairro Santa Rosa, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 18 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00098743620178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:EDER LUIS MONTEIRO DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0009874-36.2017.814.0070 Denunciado: Eder Luis Monteiro da Silva, brasileiro,

natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 10/02/1980, filho de Jose Luís Pinheiro da Silva e Maria Rita Leal Monteiro, RG. nº 3541147 - 5ª via, SSP-PA, residente no Residencial Abaeté, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h30min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00099944520188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JORGE MIGUEL PINTO MORAES VITIMA:I. P. S. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0009994-45.2018.814.0070 Acusado(s): JORGE MIGUEL PINTO MORAES R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) JORGE MIGUEL PINTO MORAES, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba, nascido em 28/06/1988, filho de Miguel Sebastião Dias Moraes e de Rosicleia dos Santos Pinto, residente e domiciliado na Rua Siqueira Mendes, s/nº - Bairro Algodoal, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 18 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00100135120188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:MAYCKON ROBERTO LOBATO BARBOSA DENUNCIADO:ALLAN PATRICK GAMA DO AMARAL VITIMA:L. B. S. VITIMA:G. M. C. VITIMA:M. M. R. VITIMA:A. C. S. C. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0010013-51.2018.814.0070 Acusado(s): ALLAN PATRICK GAMA DO AMARAL R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) ALLAN PATRICK GAMA DO AMARAL, brasileiro, paraense, natural de Monte Alegre/Pa, nascido em 20/12/1982, filho de Maria Rosa Gomes e Cristóvão Gomes de Amaral, residente e domiciliado na 4ª Rua do Cristo Redentor s/nº, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00100135120188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:MAYCKON ROBERTO LOBATO BARBOSA DENUNCIADO:ALLAN PATRICK GAMA DO AMARAL VITIMA:L. B. S. VITIMA:G. M. C. VITIMA:M. M. R. VITIMA:A. C. S. C. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0010013-51.2018.814.0070 Acusado(s): MAYCKON

ROBERTO LOBATO BARBOSA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) MAYCKON ROBERTO LOBATO BARBOSA, brasileiro, paraense, natural de Belém/Pa, nascido em 06/11/1990, filho de Marilene da Silva Lobato e Miguel Cardoso Barbosa, residente e domiciliado na Rua Garibaldi Parente, nº 2500 - Bairro São Lourenço, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 P R O C E S S O : 0 0 1 0 0 5 2 8 2 2 0 1 7 8 1 4 0 0 7 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:NIELY DA SILVA DAMASCENO Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0010052-82.2017.8.14.0070 Autor: Ministério Público. Acusada: NIELY DA SILVA DAMASCENO Cap. Penal - art. 33, da lei n° 11.343/2006 e art. 180, caput, do Código Penal Brasileiro. SENTENÇA Vistos, etc. O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia em face do acusado NIELY DA SILVA DAMASCENO, pela prática dos crimes tipificados nos arts. 33, da lei n° 11.343/06 e 180 do Código penal Brasileiro. Narra a exordial acusatória que na noite de 18 de agosto de 2017, por volta das 18h00min uma equipe de investigadores da Polícia Civil realizava diligências no sentido de localizar a denunciada, a qual teria sido acusada de comercializar drogas e da compra de um aparelho celular e motocicleta roubados. Ao localizar a casa da acusada, os investigadores se dirigiram até o imóvel, momento em que avistaram em uma das mãos da denunciada o aparelho celular roubado e ainda sentiram um forte odor de drogas vindo de dentro da casa. Ao entrar no imóvel foi localizada sobre a mesa uma pedra da substância entorpecente conhecida como "OXI" e mais uma certa quantia em dinheiro em notas de pequeno valor. Narra a denúncia que a acusada foi presa em flagrante e encaminhada até a presença da autoridade policial, sendo que o aparelho celular roubado e a droga foram apreendidas pelos policiais, que devolveram o aparelho celular a sua verdadeira proprietária. Por fim, o Ministério Público aufere que a autoria e materialidade do crime estão comprovadas por meio das provas constantes nos autos. Notificada, a acusada apresentou defesa preliminar às fls. 16. A denúncia foi recebida, conforme decisão de fl. 06. Durante a instrução foram ouvidas 03 testemunhas arroladas na denúncia. Durante seu interrogatório a acusada negou a prática do delito. Em memoriais orais, o Ministério Público requereu a procedência da ação penal e a consequente condenação da acusada nas sansões punitivas dos arts. 33, caput, da Lei 11.343/2006 e 180, caput, do Código Penal Brasileiro. A defesa, por sua vez, pugnou inicialmente pelo reconhecimento de nulidade de todas as provas produzidas no processo com a consequente absolvição da acusada. Quanto ao mérito requereu a absolvição da acusada por insuficiência de provas e, subsidiariamente, a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no §4º, do art. 33, da lei 11.343/2006. Relatado. Decido. Cuidam os presentes autos de ação penal pública movida em face do réu ALDEMIR PINHEIRO TRINDADE, pela prática do crime de tráfico ilícito de entorpecentes, previsto no art. 33, da lei n° 11.343/2006 e art. 180, caput, do Código Penal Brasileiro. DA ALEGAÇÃO DE NULIDADE DAS PROVAS PRODUZIDAS Em suas alegações finais a defesa da denunciada alegou que não há nos presentes autos prova válida e lícita sobre autoria e materialidade dos delitos a si imputados, tendo em vista que teria sido produzida através de ilegal invasão de domicílio. Sem razão a defesa. Quanto a alegação de nulidade das provas produzidas, o entendimento majoritário nos tribunais superiores, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, é no sentido de que o crime de tráfico de drogas, nas modalidades guardar e ter em depósito, possui natureza de crime permanente, não se exigindo a apresentação de mandado de busca e apreensão para o ingresso dos policiais na residência do acusado, quando se tem por objetivo fazer cessar a atividade criminosa, dada a situação de flagrância, conforme ressalva o art. 5º, XI, da Constituição Federal. Desse modo, a prisão em flagrante é possível e válida enquanto não cessar a permanência, independentemente de prévia autorização judicial. No caso dos autos a forma como narrada

a conduta do acusado, bem como a narrativa policial da dinâmica dos fatos, caracteriza a justa causa para deflagrar a ação policial que culminou na prisão do réu. Desse modo, afasto a preliminar aventada de nulidade da prisão e das provas produzidas nos autos. Este é o entendimento das nossas cortes superiores, senão vejamos: PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. PROVA ILÍCITA. INOCORRÊNCIA. CRIME PERMANENTE. MATERIALIDADE DELITIVA. LAUDO PRELIMINAR DOTADO DE JUÍZO DE CERTEZA DO DEFINITIVO. VALIDADE. REGIME PRISIONAL. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS FAVORÁVEIS. RÉU PRIMÁRIO. ADEQUAÇÃO AO REGIME SEMIABERTO. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem, de ofício. 2. Segundo jurisprudência firmada nesta Corte, o crime de tráfico de drogas, na modalidade de guardar ou ter em depósito, constitui delito permanente, configurando-se o flagrante enquanto o entorpecente estiver em poder do infrator, incidindo, portanto, no caso, a excepcionalidade do art. 5 º, inciso XI, da Constituição Federal. Precedente. (...) (HC 451.502/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 26/06/2018, DJe 01/08/2018) DO CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS A materialidade restou demonstrada pelo auto de exibição e apreensão, pelo laudo de constatação provisória e laudo de constatação definitivo. Quanto à autoria, a acusada admitiu ter adquirido a substância entorpecente para consumo próprio. A acusada não tem antecedentes criminais. Esse é o teor da prova oral que aponta e indica a denunciada como usuária de drogas. Não vislumbro a existência de indicativo de que a ré se dedicasse à traficância pela forma como se desenvolveu a diligência policial. Ao revés, a prova dos autos demonstra apenas que a ré foi presa quando os policiais efetuavam diligências no sentido de encontrar os produtos de um roubo ocorrido na noite anterior. Embora a acusada tenha sido presa em flagrante guardando pequena quantidade de substância entorpecente, o que a princípio configuraria o crime do art. 33 da lei 11.363/2006, as provas carreadas aos autos não são capazes de confirmar a prática da mercancia de drogas, restando configurado a posse de drogas para consumo pessoal. Conclusão diversa dependeria de outras provas judiciais não produzidas. Neste sentido também é o entendimento do Ministério Público. Assim, cabe a desclassificação do crime tipificado no art. 33 da lei 11.343/2006 para o tipo penal do art. 28 da mesma norma penal. DO CRIME DE RECEPTAÇÃO DA MATERIALIDADE Este crime possui a seguinte descrição típica: "Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime". A receptação é um crime acessório, de fusão ou parasitário, pois não tem existência autônoma, reclamando a prática de um delito anterior. O tipo penal é claro nesse sentido: a coisa deve ser "produto de crime". Em síntese, não é qualquer coisa de natureza ilícita que enseja a receptação, mas apenas aquela de origem criminosa. Como a lei indica como objeto material da receptação a coisa "produto de crime", é imprescindível, para demonstração da sua materialidade, a comprovação da natureza criminosa do bem. No presente caso verifica-se que o produto do roubo praticado anteriormente, conforme auto de apresentação e apreensão de objeto (fls. 23), foi encontrado na residência da acusada. Comprovada a materialidade delitiva, passo à análise da autoria do fato criminoso. DA AUTORIA Após a análise da instrução processual, verifico que a autoria do delito de receptação encontra-se devidamente comprovada, principalmente pelo depoimento das testemunhas que afirmaram que o produto do roubo anteriormente praticado foi encontrado na residência da acusada. Posto isso, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia desclassificando o delito do art. 33 para o tipo penal do art. 28 da lei 11.343/2006, contudo CONDENO a denunciado pela prática do crime de receptação previsto no art. 180, caput, do Código Penal Brasileiro. Atendendo as diretrizes dos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro, passo a dosar a pena: No que concerne ao crime de RECEPTAÇÃO (art. 180, caput, do CPB), a ré NIELY DA SILVA DAMASCENO apresenta culpabilidade comum ao tipo penal; não possui antecedentes criminais; a personalidade não foi aferida nos autos; os motivos, vontade livre e consciente de obter indevida vantagem econômica, são desfavoráveis; as circunstâncias são comuns à prática do delito; as consequências são favoráveis, posto que o objeto do crime foi recuperado. Em vista dessas circunstâncias, que em sua maioria são favoráveis, com relação ao crime de RECEPTAÇÃO fixo ao réu a pena base no mínimo legal, pelo que a fixo em 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa, estes fixados unitariamente em valor equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato. Em segunda fase de aplicação de pena, não verifico a incidência de nenhuma agravante ou atenuante a serem consideradas. Em terceira fase, também não incidem causas de aumento e diminuição de pena à denunciada NIELY DA SILVA DAMASCENO, motivo pelo qual torno CONCRETA e DEFINITIVA a pena de 01 (um) ano de reclusão e 10 (dez) dias-multa na razão de 1/30 do valor do salário mínimo vigente à época. DISPOSIÇÕES FINAIS. O regime inicial de cumprimento da pena será o

REGIME ABERTO, nos termos do art. 33 do Código Penal Brasileiro. Presentes os requisitos legais do art. 44, do Código Penal, substituo a privação de liberdade por pena restritiva de direitos, na modalidade de prestação de serviços à comunidade (art. 43, inciso IV, CP), a ser cumprido durante o período da pena imposta. Para o pagamento da multa deverá ser observado o disposto no art. 50 e seguintes do CPB. A acusada poderá recorrer em liberdade, em face da natureza do crime e pena aplicada. Após o trânsito em julgado da decisão, comunique-se ao TRE para fins do art. 15, item III da CF/88, expedindo-se guia de execução definitiva, lançando-se o nome dos acusados no rol dos culpados, realizando-se as demais comunicações necessárias. Intime-se a acusada pessoalmente. P.R.I.C. Abaetetuba/PA, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal De Abaetetuba PROCESSO: 00100687020168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:CHARLES PUREZA MIRANDA DENUNCIADO:ALLERSON LACERDA FELGUEIRAS DE ARAUJO Representante(s): OAB 23895 - MARIO LACERDA DE ARAÚJO NETO (ADVOGADO) VITIMA:T. C. S. C. VITIMA:T. C. S. C. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0010068-70.2016.814.0070 Acusado(s): Allerson Lacerda Felgueiras de Araújo DECISÃO: I - Considerando a certidão de fls. 50v, informando a este juízo e que até presente data o patrono do acusado não apresentou alegações finais, intime-se o acusado para indicar novo patrono no prazo de 20 dias. II - Decorrido o prazo assinalado sem manifestação, nomeio Defensora Pública que atue nesta comarca para defesa do acusado, devendo ser intimada pessoalmente da nomeação, bem como para apresentação de alegações finais no prazo legal. III- Intimem-se, expeça-se o necessário. Abaetetuba, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00100914520188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:MARCINEI FERREIRA GONCALVES VITIMA:M. I. S. M. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0010091-45.2018.814.0070 Acusado(s): MARCINEI FERREIRA GONÇALVES R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) MARCINEI FERREIRA GONÇALVES, brasileiro, paraense, nascida em 30/07/1992, filho de MARIA Dora Ferreira Gonçalves e Sebastião Lobato Gonçalves, residente e domiciliado no Rio Paramajo, s/nº Comunidade São Pedro, na casa do Sabá - Zona Rural, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 18 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00101729120188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:DANIEL CARDOSO DE JESUS DENUNCIADO:WILLIAM MICHEL DE ALCANTARA VILACA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0010172-91.2018.814.0070 Denunciado: Daniel Cardoso de Jesus, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, nascida em 19/07/1972, filho de Maria Cardoso de Jesus, RG. nº 1921680, SSP-PA, tendo como domiciliado Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba - Rodovia Dr. João Miranda Km 11, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h00min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00101729120188140070 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:DANIEL CARDOSO DE JESUS DENUNCIADO:WILLIAM MICHEL DE ALCANTARA VILACA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0010172-91.2018.814.0070 Denunciado: William Michel de Alcântara Vilaça, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, nascida em 28/10/1990, filho de Marilza Costa de Alcântara e de João Pedro da Silva Vilaça, RG. nº 6029753, SSP-PA, residente na Rodovia Dr. João Miranda Km 07, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h00min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00101763120188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:SIRNEY DIAS MELO Representante(s): OAB 2172 - LUIZ ROBERTO DOS REIS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0010176-31.2018.814.0070 Denunciado: Sirney Dias Melo RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 25 de setembro de 2019, ás 09h45min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00103342320178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:E. P. P. DENUNCIADO:JOAO FRANCISCO GONCALVES PEREIRA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0010334-23.2017.814.0070 Acusado(s): JOÃO FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) JOÃO FRANCISCO GONÇALVES PEREIRA, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 04/05/1985, filho de Lucimina do Socorro Gonçalves Pereira e Armando de Jesus Pereira, RG. nº 5966006 SSP-PA residente e domiciliado na Travessa Luiz Nobre, nº 678 em frente a Praça do Mutirão - Bairro Mutirão, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00103350820178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:J. R. P. DENUNCIADO:JOSE BARROS. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0010335-08.2017.814.0070 Acusado(s): JOSE BARROS R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) JOSE BARROS, brasileiro, natural de Abaetetuba/Pa, filho de Maurita Barros e genitor desconhecido, RG. nº 3039069 PC/PA, residente e domiciliado na residencial Alameda Algodoal, s/nº Bairro São João, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado

poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00106734520188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ANDERSON ANDREY GOMES MACHADO VITIMA:L. S. S. S. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0010673-45.2018.814.0070 Acusado(s): ANDERSON ANDREY GOMES MACHADO R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) ANDERSON ANDREY GOMES MACHADO, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, policial militar, nascido em 27/03/1988, filho de Aldilena do Socorro Gomes Machado, CF. nº 37170, residente e domiciliado na Rua Raimundo Pauxis, nº 2170 - Próximo a Igreja do Sagrado - Bairro São Lourenço, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00110727420188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:MILENE RISOLETE COSTA NEGRAO VITIMA:C. R. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0011072-74.2018.814.0070 Denunciado: Milene Risolete Costa Negrão, brasileiro, natural de Belém/Pa, nascido em 23/10/1981, filho de Ana MRIA Costa Negrão e Miguel Rodrigues, RG. nº 3835471 SSP/PA, residente na Rua Major Frederico, nº 1267 - Bairro Centr, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 30 de setembro de 2019, ás 09h35min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00111116302017814007 0 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:WESLEY DOS REIS PANTOJA Representante(s): OAB 20477 - BRUNA LORENA LOBATO MACEDO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0011116-30.2017.814.0070 Acusado(s): Wesley dos Reis Pantoja DECISÃO: I - Considerando a certidão de fls. 45v, informando a este juízo e que até presente data o patrono do acusado não apresentou alegações finais, intime-se o acusado para indicar novo patrono no prazo de 20 dias. II - Decorrido o prazo assinalado sem manifestação, nomeio Defensora Pública que atue nesta comarca para defesa do acusado, devendo ser intimada pessoalmente da nomeação, bem como para apresentação de alegações finais no prazo legal. III- Intimem-se, expeça-se o necessário. Abaetetuba, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00114121820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019

DENUNCIADO:IRLAN NERI CORREA Representante(s): OAB 23794 - ALINE DANIELLI AGUIAR PINTO (ADVOGADO) OAB 2172 - LUIZ ROBERTO DOS REIS (ADVOGADO) VITIMA:J. H. B. P. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA - JUÍZO DA VARA CRIMINAL Processo nº 001141218-2018.8.14.0070. Autor: Ministério Público. Acusado: Irlan Neri Corrêa. SENTENÇA Vistos, etc. O Ministério Público do Estado do Pará ajuizou ação penal em desfavor do acusado IRLAN NERI CORRÊA, pela prática do crime previsto no art. 217-A, caput, do Código Penal Brasileiro. Consta na exordial acusatória, que na data de 22.10.2018, o acusado IRLAN NERI CORRÊA praticou atos libidinosos em face da criança J. H. B., de 03(três) anos de idade, satisfazendo sua lascívia, fato ocorrido na própria residência do ofendido. A denúncia foi recebida em 11.12.2018, conforme decisão de fl. 05, sendo o acusado citado, apresentando resposta à acusação às fls. 07/21. Durante a instrução processual foram ouvidas 05(cinco) testemunhas arroladas na denúncia. Durante seu interrogatório, o acusado negou a prática delitiva. O Ministério Público apresentou suas alegações finais requerendo a condenação do réu, pelo crime previsto no art. 217-A do Código Penal Brasileiro. A defesa do acusado, em alegações derradeiras requereu a absolvição do acusado, nos termos do art. 386, inciso VII, do CPP. RELATADO. PASSO A DECISÃO. O crime de estupro de vulnerável se encontra tipificado no art. 217-A do Código Penal Brasileiro, com redação dada pela lei 12.015/2009, respectivamente, in verbis: ESTUPRO DE VULNERÁVEL: ART. 217-A. TER CONJUNÇÃO CARNAL OU PRATICAR OUTRO ATO LIBIDINOSO COM MENOR DE 14 (CATORZE) ANOS. PENA - RECLUSÃO, DE 8 (OITO) A 15 (QUINZE) ANOS. DA MATERIALIDADE. A materialidade do delito de estupro de vulnerável está devidamente comprovada, pelos depoimentos das testemunhas ao longo da instrução processual. Comprovada a materialidade delitiva, passo à análise da autoria do fato criminoso. DA AUTORIA DELITIVA. Em sede de delitos sexuais, a palavra das vítimas constitui-se no vértice da acusação, quando convive harmonicamente com os demais elementos probatórios contidos nos autos, em face da atitude usualmente clandestina da conduta reprovável que dificilmente reúne outras testemunhas. No caso, a vítima é incapaz de prestar depoimento em razão de sua tenra idade, entretanto, a prática delitiva restou comprovada por meio da nacional DEISE NEVES BAIA, a qual é genitora da vítima e afirmou em juízo que presenciou a tentativa de prática dos atos libidinosos praticado pelo réu demonstrando que o acusado se aproveitou da situação de vulnerabilidade para prática de abusos sexuais na forma tentada. É imperioso, entretanto, analisar o depoimento das testemunhas prestadas em Juízo, a fim de verificar se as provas se encontram em sincronismo e corroboram os demais elementos probatórios. A informante DEISE NEVES BAIA afirmou: "Que seu primo chegou em beja; Que queria um lugar para ficar; Que o acusado é seu primo; Que pediu para ficar na sua casa; Que iria ajudar nas tarefas domésticas; Que aceitou pois estava precisando de uma pessoa; Que saiu para caminhar; Que saia toda tarde para caminhar; Que quando retornou verificou a porta somente escorada por uma madeira; Que ainda chamou pelo réu; Que entrou no quarto; Que se deparou com o réu em cima de seu filho se esfregando; Que viu esse fato; Que seu filho à época dos fatos tinha 03(três) anos de idade; Que ambos estavam vestidos; Que estava deitado beijando o ofendido na boca; Que então expulsou o acusado (...)" A testemunha Leandro Moraes de Souza, policial militar, declinou: "Que foram atender uma ocorrência; Que uma senhora havia flagrado seu primo em cima da criança a beijando; Que se deslocou até o local; Que o acusado já não estava mais no local; Que encontraram o acusado em outro local e o prenderam em flagrante delito; Que segunda a denúncia a mãe do ofendido havia saído para caminhar; Que ao retornar flagrou o réu em cima tentando beija-la(...)" A tese da defesa de insuficiência probatória encontra-se isolada no contexto probatório, tendo a vítima narrado coerentemente os eventos criminosos, restando comprovadas a autoria e materialidades delitivas capazes de sustentar o decreto condenatório. Entendi ainda se tratar de estupro de vulnerável em sua modalidade tentada, vez que o iter criminis não se consumou por circunstâncias alheias a vontade do agente, na medida em que a genitora da vítima chegou instantes antes de sua consumação. Assim, após a instrução processual e a análise probatória, restou devidamente comprovada a materialidade e autoria do delito de estupro de vulnerável. Pelo exposto, estando suficientemente provada a autoria e materialidade dos crimes de Estupro de Vulnerável, julgo totalmente procedente a denúncia e condeno IRLAN NERI CORRÊA, qualificado nos autos, às sanções punitivas do art. 217-A, c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal Brasileiro. Atendendo as diretrizes dos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro, passo a fixar a pena, como segue: Ao réu cabe a pena de 08 a 15 anos, nos termos do art. 217-A do CPB. Considerando que o réu registra culpabilidade comum ao tipo penal; o acusado não registra antecedentes criminais; conduta social e personalidade não aferidos; os motivos, as circunstâncias e consequências do crime lhe são de todo desfavoráveis, posto que cometeu o delito contra pessoa incapaz, trazendo graves consequências psicológicas para a vítima, além de que o ofendido, em seu comportamento, nada contribuiu para o crime, relativamente ao delito fixo a pena base entre o grau mínimo e médio do art. 217-A do Código Penal, ou seja, em 09 (nove) anos de reclusão. Em segunda fase de aplicação de pena não

verifico a incidência de nenhuma agravante ou atenuante a ser considerada. Em terceira fase de aplicação de pena, verifico a incidência da causa de diminuição de pena prevista no art. 14, inciso II, do Código Penal Brasileiro (tentativa), razão pela qual diminuo a pena na razão de 1/3, restando DEFINITIVAMENTE 06(seis) anos de reclusão. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS. O acusado deverá cumprir pena em regime inicial SEMIABERTO, nos termos do art. 33 do Código Penal Brasileiro. Incabível a substituição da pena, uma vez que não preenchidos os requisitos legais. Intimem-se a vítima do presente édito condenatório, na pessoa de seu responsável legal, nos termos do art. 201, § 2º do CPP. Mantenho a prisão preventiva do acusado, em razão da gravidade concreta do delito, bem como para garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal, nos termos do art. 312 do CPP. Certificado o Trânsito em julgado, lance-se o nome do Réu no Rol dos Culpados, expedindo-se a guia de execução da pena e havendo recurso remetam-se os documentos necessários para a execução provisória da pena pelo réu. Dê ciência ao Ministério Público e à Defesa do acusado. Intime-se o réu pessoalmente. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00114538220188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:R. M. M. DENUNCIADO:PAULO MATIAS MONTEIRO. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0011453-82.2018.814.0070 Acusado(s): PAULO MATIAS MONTEIRO R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) PAULO MATIAS MONTEIRO, brasileiro, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 19/06/1987, filho de Raimundo da Silva Monteiro e Rosa Quaresma Matias, , RG. nº 5388719 PC/PA, residente e domiciliado na Travessa Rio branco, nº 2628 - Bairro Francilândia, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00115098620168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:TACIANO PINTO FRIAS NETO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0011509-86.2016.814.0070 Denunciado: Taciano Pinto Frias Neto, brasileiro, natural de Monte Alegre/Pa, nascido em 20/04/1971 filho de Ubirenil Pinon Frias e de Maria Conceição Diniz, RG. nº 2177335, SSP-PA, residente Travessa Pirajá, nº 43 - Bairro da Pedreira, Belém/Pa. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 30 de setembro de 2019, ás 09h50min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00115724320188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:SERGIO RICARDO RODRIGUES DA SILVA VITIMA:K. P. M. VITIMA:V. C. L. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0011572-43.2018.814.0070 Acusado(s): SERGIO RICARDO RODRIGUES DA SILVA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) SERGIO RICARDO RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, natural de Belém/Pa, nascido em 26/06/201984, filho de

Maria helena Rodrigues, RG nº 5068740 PC/PA, residente e domiciliado na Travessa Rio Branco, nº 1679 - Bairro Francilândia, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00116443020188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ADILSON PINHEIRO MACIEL DENUNCIADO:LAILSON RODRIGUES DOS SANTOS. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0011644-30.2018.814.0070 Acusado(s): LAILSON RODRIGUES DOS SANTOS R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) LAILSON RODRIGUES DOS SANTOS, brasileiro, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 01/03/1996, filho de Graciete Conceição Rodrigues dos Santos e pai não declarado RG. nº 77644859, PC-PA, residente e domiciliado na Rua Jairlândia , nº 604 - Bairro Algodoal, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00116443020188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ADILSON PINHEIRO MACIEL DENUNCIADO:LAILSON RODRIGUES DOS SANTOS. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0011644-30.2018.814.0070 Acusado(s): ADILSON PINHEIRO MACIEL R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) ADILSON PINHEIRO MACIEL, brasileiro, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 06/01/1997, filho de Lucilene Pinheiro Maciel e pai não declarado, RG. nº 7778519, PC-PA e CPF nº 044.766.232-55, residente e domiciliado na Rua Rui Barbosa, nº 925 - Bairro Algodoal, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00116625120188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:R. S. M.

DENUNCIADO:RITA DE CASSIA DOS SANTOS MATOS DENUNCIADO:FLAVIANE DOS SANTOS COSTA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0011662-51.2018.814.0070 Acusado(s): RITA DE CASSIA DOS SANTOS MATOS R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) RITA DE CASSIA DOS SANTOS MATOS, brasileiro, natural de Moju/Pa, nascida em 21/12/1987, filha de Maria Francisca dos Santos, RG. nº 7247359 - 2ª via, SSP-Pa, residente e domiciliado na Rua Benedito Sena dos Passos, Nº 1014 - Bairro São Sebastião, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00116625120188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:R. S. M. DENUNCIADO:RITA DE CASSIA DOS SANTOS MATOS DENUNCIADO:FLAVIANE DOS SANTOS COSTA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0011662-51.2018.814.0070 Acusado(s): FLAVIANE DOS SANTOS COSTA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) FLAVIANE DOS SANTOS COSTA, brasileira, natural de Abaetetuba/Pa, nascida em 21/08/1991, filha de Anisia dos Santos da Silva e Antônio Gomes Gonçalves, residente e domiciliado na 3ª Rua, nº 671 - Bairro São Sebastião, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00116937120188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:LADIEL DA SILVA GONCALVES VITIMA:J. R. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0011693-71.2018.814.0070 Denunciado: Ladiel da Silva Gonçalves, brasileiro, natural de Abaetetuba, nascido em 16/11/1983, filho de Joana Celia Silva Gonçalves e Alarico dos Santos Gonçalves, RG. nº 7518180 PC/PA, residente na Rua Sandoval de Lima - Bairro Algodoal, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 30 de setembro de 2019, ás 09h20min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00118123220188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:A. J. J. DENUNCIADO:MAURO DOS SANTOS OLIVEIRA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO

PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0011812-32.2018.814.0070 Acusado(s): MAURO DOS SANTOS OLIVEIRA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) MAURO DOS SANTOS OLIVEIRA, brasileiro, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 22/06/1991, filho de Maria Madalena dos Santos Oliveira e de Marcos Antônio Diniz Oliveira, RG. nº 9331824, SSP-PA, residente e domiciliado na Ocupação da Ultralar, s/nº - Bairro Cristo Redentor, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 18 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00119526620188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:RAUAN DA SILVA NASCIMENTO VITIMA:C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0011952-66.2018.814.0070 Denunciado: Rauan da Silva Nascimento, brasileiro, natural de Porangatu-Go, nascido em 14/08/1991, filho de Geraldo Veloso do Nascimento e Sônia Francisca da Silva, RG. nº 941435 PC/PA, residente na Avenida Pedro Rodrigues, nº 22 - Bairro Centro, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 30 de setembro de 2019, ás 09h15min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00119725720188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:A. S. S. DENUNCIADO:RENAN FERREIRA SOUSA. Rh. Presente mero erro material na sentença reto, fixo o regime inicial para cumprimento de pena o regime SEMIABERTO. Abaetetuba, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular PROCESSO: 00122379320178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:V. A. S. DENUNCIADO:ADEILSON CARDOSO SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0012237-93.2017.814.0070 Denunciado: Adeilson Cardoso Silva, brasileiro, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 24/0710/1999, filho de Maria do Socorro Soares Cardoso e Valdevino de Alcântara Silva, Certidão de Nascimento nº 23348 - Cartório do Rio Maracapucu, residente no Ramal Castanhal II, s/nº perto do primeiro Campo - Zona Rural . RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h45min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00122730420188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JEREMIAS SOARES MORAES DENUNCIADO:WALMIR DE ALMEIDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0012273-04.2018.814.0070 Denunciado: Jeremias Soares Moraes, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 31/08/1979, filho de Jacira Soares Moraes e Manoel Soares RG. nº 280012148662, MD-PA, residente na Rodovia Dr. João Miranda, Km 03 - Ramal Itauaçu, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de

outubro de 2019, ás 09h55min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00122730420188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JEREMIAS SOARES MORAES DENUNCIADO:WALMIR DE ALMEIDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0012273-04.2018.814.0070 Denunciado: Walmir de Almeida, brasileiro, paraense, natural de Belém/Pa, nascido em 16/06/1963, filho de Iraci de Almeida, RG. nº 1515765, SSP-PA, residente na Rua Monte Alegre, nº 1170 - Bairro Jurunas - Belém/Pa. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h55min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00123715720168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:M. D. S. S. DENUNCIADO:ELIELSON DA SILVA FERREIRA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0012371-57.2016.814.0070 Acusado(s): Elielço da Silva Ferreira DECISÃO: I - Designo audiência para o dia 25 de setembro de 2019, ás 10h:00min, para instrução processual. II - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, o acusado e a(s) testemunha(s). III - Dê-se ciência o MP e à DP. Abaetetuba, 17 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00123715720168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:M. D. S. S. DENUNCIADO:ELIELSON DA SILVA FERREIRA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002023-77.2016.814.0070 Acusado(s): Manoel dos Santos Gonçalves DECISÃO: I - Considerando a manifestação do Ministério Público Estadual de fl.54 dos autos, designo audiência para o dia 24 de setembro de 2019, ás 10h:00min, para oitiva das testemunhas Alexandre Santos Rodrigues e José Domingos de Oliveira Lima. II - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, o acusado e a(s) testemunha(s). III - Dê-se ciência o MP e à DP. Abaetetuba, 17 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00124731120188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JORGE HIDELBRAND ARNAUDO RODRIGUES DA SILVA VITIMA:M. M. D. S. VITIMA:J. G. M. C. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0012473-11.2018.814.0070 Acusado(s): JORGE HIDELBRAND ARNAUD RODRIGUES DA SILVA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) JORGE HIDELBRAND ARNAUD RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, natural de Abaetetuba, nascido em 28/02/1990, filho de Hidelbrand Midose Negrão da Silva e Rosilene de Jesus Arnaud Rodrigues, residente e domiciliado na Rua Frei José maria de Manaus, nº 724 - Bairro Algodoal, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 18 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00124930220188140070 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JORGE ANTONIO DA SILVA VITIMA:L. S. P. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0012493-02.2018.814.0070 Acusado(s): JORGE ANTONIO DA SILVA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) JORGE ANTONIO DA SILVA, brasileiro, natural de Abaetetuba, nascido em 26/06/1981, filho de Antônia Marques da Silva, RG. nº 5347465, SSP-PA, residente e domiciliado na Rua Siqueira Mendes, nº 2202, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 18 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00125329620188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ZACARIAS CUIMAR MAIA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0012532-96.2018.814.0070 Denunciado: Zacarias Cuimar Maia, brasileiro, natural de Moju/Pa, nascido em 10/09/1980, filho de Manoela Ciumar Maia e Olino da Silva Maia, RG. nº 3364534 PC/PA, residente na 1ª Travessa do Campo - Bairro Central, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 30 de setembro de 2019, ás 09h25min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00125727820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JOAO MATEUS GOMES FERREIRA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0012572-78.2018.814.0070 Acusado(s): JOÃO MATEUS GOMES FERREIRA R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) JOÃO MATEUS GOMES FERREIRA, brasileiro, natural de Abaetetuba/Pa, nascido em 22/02/1998, filho de Luiza Mateus Gomes Ferreira e João das Graças Leite Ferreira, RG. nº 7622696 PC/PA, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas, nº 992 - Bairro Algodoal, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00127529420188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:CLEIDIANE PEREIRA CARVALHO VITIMA:O. C. L. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE

ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0012752-94.2018.814.0070 Denunciado: Cleidiane Pereira Carvalho, brasileira, natural de Abaetetuba/Pa, nascida em 26/03/1998, filha de Cleoaldo Freitas Carvalho e de Rubenita Dias Pereira, RG. nº 7894670, PC-PA, residente Condomínio Gren Crove - Rua Cebola - casa 17 - Quadra C - Bairro Jarumã, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 09h05min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00130152920188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019 INDICIADO:INVESTAGADO SEM INDICIAMENTO VITIMA:I. B. M. INVESTIGADO:AIRTON SILVA DO NASCIMENTO. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA - JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA Avenida D. Pedro II, nº 1177 - Telefone: 3751 - 1296 e Fax 3751-1158 DEPOIMENTO SEM DANO. R. H. I - Considerando o requerimento do Ministério Público Estadual de antecipação do depoimento da vítima, suspostamente ofendida na sua liberdade sexual, e considerando o tratamento diferenciado dispensado às vítimas de crimes sexuais, com o objetivo de que não haja revitimização da ofendida, defiro o requerimento pelo parquet. II- Assim, nos termos do art. 156, I do CPP, determinando depoimento especial, e designo o dia 04 de setembro de 2019, ás 9h25min, devendo a secretaria tomar as providencias para a realização do ato. Determino ainda que oficie-se ao Serviço Social, para disponibilização de psicóloga para acompanhamento do ato. III - Intimem-se a vítima, e seu representante legal, se for o caso, o acusado para querendo nomear defensor, caso contrário será nomeado Defensor Público para acompanhar o ato. IV - Dê-se ciência à Defensoria Pública e ao MP. Abaetetuba, 17 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00131568220178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:F. R. R. R. DENUNCIADO:OTAVIO BRASIL VIEGAS PANTOJA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0013156-82.2017.814.0070 Acusado(s): Otavio Brasil Viegas Pantoja DECISÃO: I - Redesigno audiência para o dia 04 de setembro de 2019, ás 10h:30min, para instrução e julgamento. II - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, o acusado e a(s) testemunha(s). III - Dê-se ciência o MP e à DP. Abaetetuba, 17 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00131767320178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 VITIMA:R. B. S. R. DENUNCIADO:INALDO LOPES MARTINS. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0013176-73.2017.814.0070 Acusado(s): IVALDO LOPES MARTINS R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) IVALDO LOPES MARTINS, brasileiro, paraense, natural de Igarapé-Miri/Pa, nascido em 03/06/1983, filho de Astrogildo dos Santos Lopes e maria de Fatima de Sousa Martins, RG. nº5843296 SSP-PA, residente e domiciliado na Sexta Rua da Angélica ou Sete de Setembro, s/nº Bairro Tucumã, município de Igarapé-Miri, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00132733920188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:RAFAEL CARDOSO SANTOS VITIMA:A. C. S. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO

COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0013273-39.2018.814.0070 Acusado(s): RAFAEL CARDOSO SANTOS R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) RAFAEL CARDOSO SANTOS, brasileiro, paraense, natural de Abaetetuba, nascida em 14/11/1987, filho de maria Olinda Lima Cardoso e Daniel Carvalho Santos, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 1028 - Bairro Santa Rosa, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 18 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00133938220188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:SILVANA DE JESUS CARDOSO VITIMA:S. M. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0013393-82.2018.814.0070 Acusado(s): SILVANA DE JESUS CARDOSO R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) SILVANA DE JESUS CARDOSO, brasileira, natural de Abaetetuba/Pa, nascida em 16/09/1988, filha de Nair de Jesus Cardoso e Luiz Cardoso da Silva, residente e domiciliado na Vila de Beja - Próximo a Colônia Nova, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00135340420188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:MARIELSO FARIAS PINHEIRO VITIMA:E. F. P. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0013534-04.2018.814.0070 Acusado(s): MARIELSO FARIAS PINHEIRO R.H. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do(s) acusado(s) MARIELSO FARIAS PINHEIRO, brasileiro, natural de Abaetetuba, nascido em 31/03/2000, filho de Graciene Lopes Farias, RG nº 8445053 PC/PA, residente e domiciliado no Rio Ajoai - perto da Igreja Monte de Santidade do Senhor - Região das Ilhas, neste município, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o(s) acusado(s) citado(s) não constituir(em) defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o(s) réu(s) estará(ão) obrigado(s) a comunicar(em) qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e

comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/PA, 14 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. /1 PROCESSO: 00137540220188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:MARCOS BRABO DA LUZ Representante(s): OAB 6908 - ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES (ADVOGADO) . Vistos. Etc. Trata-se de pedido de revogação de preventiva, requerido pela defesa do acusado MARCOS BRABO DA LUZ, já devidamente qualificado nos autos, alegando-se, para tanto, que não subsistem os requisitos do art. 312 do CPP. Instado a se manifestar, a representante do Ministério Público opinou pelo indeferimento do pleito. É O BREVE RELATÓRIO. DECIDO. A prisão cautelar é medida que faz parte do sistema, não contrariando os princípios e regras inseridas na Constituição Federal. Ao contrário, pois favorece a regularidade da instrução criminal, assegura a aplicação da Lei Penal e garante a ordem pública, sendo necessária à atuação estatal. A teor do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada quando presentes os requisitos fumus comissi delicti, consubstanciado na prova da materialidade e na existência de indícios de autoria, bem como o periculum libertatis, fundado no risco de que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública/econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal. Nos autos, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado na garantia da ordem pública, dada a gravidade concreta do delito imputado, evidenciada a partir do seu modus operandi, sendo suficiente para denotar a periculosidade social do agente e a necessidade de sua custódia, diante da quantidade de material entorpecente encontrado em posse do flagrado, bem como sua disposição, o que denota, a princípio, que o réu tinha como meio de vida o tráfico de drogas A defesa alega ainda que o réu é primário, sem registo de antecedentes criminais, todavia, tal argumento por si só não é suficiente para a concessão do benefício, se presentes outros elementos que justifiquem a segregação cautelar. Nesse sentido: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DE CULPA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. PERDA DE OBJETO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 52 DESTA CORTE SUPERIOR. ALEGAÇÃO DE PROVA ILÍCITA. SUPOSTA PRÁTICA DE TORTURA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. VIA INADEQUADA. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO, EM PARTE, E, NESSA PARTE, PARCIALMENTE PREJUDICADO E, NO MAIS, DESPROVIDO. 1. A questão referente à ausência de fundamentação da prisão preventiva do ora Recorrente não foi apreciada pelo Tribunal de origem, o que inviabiliza sua análise por parte desta Corte, sob pena de supressão de instância. 2. A existência de condições pessoais favoráveis - tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa - não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela. 3. Com a superveniente prolação de sentença, resta superada a análise de eventual excesso de prazo para a formação da culpa, a teor do enunciado da Súmula n.º 52 desta Corte Superior. 4. A análise da alegação de ilicitude das provas na fase investigatória, supostamente colhidas mediante tortura, esbarra na inadequação da via eleita para efeito de reexame dos fatos e das provas. 5. Recurso ordinário conhecido, em parte, e, nessa parte, parcialmente prejudicado e, no mais, desprovido. (RHC 39.199/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 02/10/2013). (grifo nosso) Isto posto, e mais o que constam dos autos, nos termos do art. 311 e 312, do CPP, INDEFIRO o pedido de REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA postulado em favor do réu MARCOS BRABO DA LUZ, já devidamente qualificado, por entender que a prisão preventiva, ainda é necessário para garantia da ordem pública, instrução processual e futura aplicação da lei penal. Abaetetuba/PA, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00138138720188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:JOSUE DA COSTA PEREIRA Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:M. R. P. F. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0013813-87.2018.814.0070 Denunciado: Josué da Costa Pereira R.H: I - Cumprida diligência requerida às fls. 39 dos autos, retorne os autos ao Ministério Público para apresentação de alegações finais. Abaetetuba, 24 de junho de 2018 CARLA SORE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00141597220178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação:

Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ELIAS DE JESUS LOBATO QUARESMA DENUNCIADO:ELTON EDUARDO PINHEIRO CARDOSO DENUNCIADO:FERNANDO CEZAR ZACARIAS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0014159-72.2017.814.0070 Denunciado: Elton Eduardo Pinheiro Cardoso, brasileiro, paraense, união estável, nascido em 14/01/1966, filho de Raimundo de Lima Cardoso e de maria Eduarda Pinheiro Cardoso, RG. nº 4539834, PC-PA, residente na Rua Rio de Janeiro, nº 1748 - Bairro Francilândia, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 10h00min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00141597220178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ELIAS DE JESUS LOBATO QUARESMA DENUNCIADO:ELTON EDUARDO PINHEIRO CARDOSO DENUNCIADO:FERNANDO CEZAR ZACARIAS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0014159-72.2017.814.0070 Denunciado: Elias de Jesus Lobato Quaresma, brasileiro, paraense, casado, comerciante rural, nascido em 01/06/1975, filho de Omilton Maués Quaresma e de Maria Helena Lobato Quaresma, RG. nº 1477594, PC-PA, residente na Rua Maximiliano Silvino Cardoso, nº 1031 - Aptº 31 - Bairro Santa Rosa, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 10h00min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00141597220178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ELIAS DE JESUS LOBATO QUARESMA DENUNCIADO:ELTON EDUARDO PINHEIRO CARDOSO DENUNCIADO:FERNANDO CEZAR ZACARIAS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0014159-72.2017.814.0070 Denunciado: Fernando Cézar Zacarias, brasileiro, paulista, casado, veterinário, nascido em 14/06/1979, filho de Migue Zacarias Neto e de Rose Mary da Silva Zacarias, RG. nº 3270971, PC-PA, residente na Rua Domingos de Carvalho, nº 1707 - Bairro Santa Rosa, neste município. RH. I - Considerando a possibilidade da Suspensão Condicional do Processo, designo para o dia 07 de outubro de 2019, ás 10h00min, para audiência de suspensão. II - O acusado deverá comparecer acompanhado de Advogado ou de Defensor Público. Intimem-se, expeça-se o necessário. SERVE A PRESENTE COPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009, DA CJCI-TJEPA. Abaetetuba/Pa, 14 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00911964920158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:RAIMUNDO CARLOS NOGUEIRA SOUZA VITIMA:A. S. S. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0091196-49.2015.814.0070 Denunciado: Raimundo Carlos Nogueira Souza RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 25 de setembro de 2019, ás 09h30min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 17 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00005611720188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:N. S. E. S. DENUNCIADO:DANIEL FRANCO PERES DENUNCIADO:LUCAS SARAIVA NUNES. R. Hoje. I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente e devidamente arrazoado, às fls. 58/61. II-Vistas ao apelado para apresentar contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba/PA, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI

Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00013279720038140070 PROCESSO ANTIGO: 200320003991 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:EDINO RICARDO DA SILVA MORAES VITIMA:E. C. R. M. DENUNCIADO:ROBERTO FEIO LIMA. Rh. Considerando a informação à fl. 64, encaminhem-se os autos ao Ministério Público para manifestação. Abaetetuba, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular PROCESSO: 00016589120038140070 PROCESSO ANTIGO: 200320005846 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:D. S. G. P. DENUNCIADO:ALEXANDRE LOBATO DOS SANTOS DENUNCIADO:MEICK DOS SANTOS FERREIRA DENUNCIADO:JORGECLEI RODRIGUES. Vistos, etc. JORGECLEI RODRIGUES e MEICK DOS SANTOS FERREIRA, já qualificados nos autos, por intermédio de sua defesa, vêm requerer a revogação da prisão preventiva, alegando-se, para tanto, que restam ausentes os requisitos do art. 312 do CPP. É O RELATÓRIO. DECIDO. Infere-se do nosso atual ordenamento jurídico, notadamente dos arts. 321, 324, IV e § único do art. 310, todos do CPP, que toda prisão processual se reveste de indisfarçável caráter cautelar, e sua necessidade descansa numa dessas circunstâncias: preservação da ordem pública, da ordem econômica, da instrução criminal e finalmente, garantia da execução da pena, sendo as mesmas a base primordial de toda e qualquer prisão cautelar. O decreto de prisão preventiva é uma medida cautelar que constitui na privação de liberdade do acusado, podendo ser decretada pelo juiz durante o inquérito ou instrução criminal, diante da existência dos pressupostos legais, para assegurar os interesses sociais de segurança. A prisão preventiva tem a característica de rebus sic stantibus, podendo ser revogada conforme o estado da causa, ou seja, quando desaparecerem as razões de sua decretação durante o processo. Não estando presentes os motivos que a autorizaram, não deve ser mantida, diante do seu caráter excepcional. Isto posto REVOGO a prisão preventiva dos réus JORGECLEI RODRIGUES e MEICK DOS SANTOS FERREIRA, já qualificados, com fulcro no que dispõe o art. 316 do CPP, por entender não mais estarem presentes as causas ensejadores para sua custódia cautelar. Como medida cautelar a ser seguida pelos réus, determino o comparecimento mensal em juízo, para informar e justificar atividades, proibição de frequentar bares, boates e afins, proibição de se manter contato ou se aproximar das vítimas, proibição de se ausentar da Comarca, sem autorização judicial, recolhimento domiciliar noturno, a partir das 22h00min e proibição de portar arma de fogo, conforme disposto no art. 319 do CPP. Conste do mandado que os acusados deverão comparecer a Secretaria do juízo para assinar termo de compromisso, no prazo de 72 horas. Serve cópia da presente decisão como ALVARÁ DE SOLTURA. Abaetetuba/PA, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00022388720158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:JEFERSON CARDOSO GOMES DENUNCIADO:EUZEBIO ALBUQUERQUE DA SILVA. Rh. Diante da adulteração do chassi atestada pelo laudo pericial acostados aos autos, o que impossibilita a identificação do proprietário e a realização de leilão judicial do bem, encaminhe-se a motocicleta apreendida ao DETRAN/Abaetetuba para os devidos fins de direito. Expeça-se o necessário. Abaetetuba, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular PROCESSO: 00026025620098140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 VITIMA:A. A. P. DENUNCIADO:RONELSON VIEIRA TEIXEIRA Representante(s): OAB 13426 - JACOB GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:FLAIR JOSE DOS SANTOS NUNES Representante(s): OAB 13426 - JACOB GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) DENUNCIADO:HUMBERTO MARQUES DIOGO Representante(s): OAB 6908 - ANGELO JOSE LOBATO RODRIGUES (ADVOGADO) . Rh. Diante da certidão à fl. 157, intime-se o acusado Humberto Marques Diogo, por edital com prazo de 60 dias, da sentença de pronúncia. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, retornem os autos para nova deliberação. Abaetetuba, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular PROCESSO: 00026029820118140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:A. T. L. DENUNCIADO:ALCIVALDO TORRES LIMA VITIMA:M. I. S. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA SECRETARIA DA VARA CRIMINAL Av. D. Pedro II, nº. 1177 - Fórum Dr. Hugo Mendonça - CEP - 68.440-000 Telefones - 3751-0800 - 3751-1158 E D I T A L D E I N T I M A Ç Ã O A Excelentíssima Senhora CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI, MMª. Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER aos

que estes lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo Ministério Público Estadual desta Comarca, foi pronunciado: ALCIVALDO TORRES LIMA, brasileiro, paraense, filho de Fernando da Silva Lima e de Maria das Dores Torres, atualmente residente em lugar incerto e não sabido; como incurso nas penas do Artigo 121, § 2º, Inciso I, c/c Artigo 14, Inciso II, do CPB, referente aos Autos de AÇÃO PENAL Nº. 0002602-98.2011.814.0070, em trâmite perante este Juízo. E como não foi encontrada para ser INTIMADO pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, para comparecer na sede deste Juízo, perante o Tribunal do Juri, no DIA 11 DE JULHO DE 2019, ÀS 08:30 HORAS, a fim de participar da SESSÃO DE JULGAMENTO, referente aos autos acima mencionados. CUMPRA-SE NA FORMA DA LEI. E para que ninguém possa no futuro alegar ignorância, será o presente, publicado e afixado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Abaetetuba, Estado do Pará e Secretaria da Vara, aos 25 dias do mês de junho de 2019. Eu, _____ (Ana Maria Dias Rodrigues), Diretora da Secretaria da Vara Criminal, assino. CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI JUÍZA DE DIREITO, TITULAR DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ABAETETUBA/PA PROCESSO: 00026865520188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:MARIA EUNICE PEREIRA NUNES DENUNCIADO:TAINARA BRAGA DA SILVA DENUNCIADO:LUCIVALDO NUNES RIBEIRO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº. 0002686-55.2018.814.0070 Juíza de Direito: Carla Sodré da Mota Dessimoni Local: Edifício do Fórum Dr. Hugo Mendonça Data: 25 de junho de 2019, às 14:00horas Promotor de Justiça: Dr. Tiago Arruda da Ponte Lopes Defensor Público: Renan França Chermont Rodrigues Presente: Lucivaldo Nunes Ribeiro - acusada ABERTA AUDIÊNCIA, a M.M. juíza perguntou ao acusado se havia constituído Advogado, respondeu negativamente, lhe sendo nomeado Defensor Público. Presente ao ato, sendo garantido ao acusado entrevistar-se pessoal e reservadamente com sua defensora. Em seguida foi cientificado ao acusado sobre seu direito constitucional de permanecer calado sobre as perguntas que o juízo lhe fizer. De tudo declarando estar ciente passou-se a qualificação do réu: 1 - Nome Completo: Lucivaldo Nunes Ribeiro 2 - De onde é Natural: Abaetetuba/Pa. 3 - Estado Civil: solteiro, possui um filho 4 - Data de Nascimento: 26/09/1995 5 - Documento apresentado: RG. nº 5355950 - SSP-Pa 6 - Filiação: Luziel Pereira Ribeiro e Maria Eunice Pereira Nunes 7 - Residência: Rua Francisco Azevedo em frente à Escola Rosa Maués Carvalho - Distrito de Vila de Beja, neste município. 08- Profissão: pescador 09 - Sabe ler e escrever: estudou até a 7ª série 10- Se Eleitor: Sim 11- Antecedentes: que responde a outro processo criminal. Ato seguinte o MM. Juiz formulou as perguntas usando como parâmetros o artigo 188 do Código de Processo Penal. Às perguntas do M.M. Juíza respondeu. Dada a palavra ao Ministério Público que nada perguntou. Dada a palavra a defesa às perguntas respondeu. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1- Torno-se sem efeito a deliberação em audiência, tendo em vista que o acusado foi apresentado em juízo; 2 - Aguarde-se a devolução da Carta Precatória para oitiva da testemunha. Após vista as partes para apresentação de alegações finais. 3 - Determino a transferência do acusado para o Centro de Recuperação Regional de Abaetetuba, uma vez que sua família reside neste município não havendo motivo que justifique sua custodia cautelar fora desta jurisdição. Nada mais disse mandou o MM. Juíza encerrar o presente termo que vai por todos assinado. Eu, _____(Maria Luísa Pinheiro Soares), que o digitei e assino. Juíza de Direito: _____ Promotor de Justiça: _____ Defensor Público: _____ Acusado: _____ 1 PROCESSO: 00026865520188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:MARIA EUNICE PEREIRA NUNES DENUNCIADO:TAINARA BRAGA DA SILVA DENUNCIADO:LUCIVALDO NUNES RIBEIRO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº. 0002686-55.2018.814.0070 Presente: Maria Eunice Pereira Nunes - acusada Presente: Tainara Braga da Silva - acusada DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1- Expeça-se Carta Precatória para comarca de Santa Izabel, com finalidade de qualificar e interrogar o acusado Lucivaldo Nunes Ribeiro. Abaetetuba, 25 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito 1 PROCESSO: 00030468720188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:FRANCENILDO DOS SANTOS ABREU Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:V. R. E. R. VITIMA:C. S. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº. 0003046-87.2018.814.0070 Presente: Francenildo dos Santos Abreu- acusado SENTENÇA. Vistos, etc. O Ministério Público do Estado do Pará ajuizou a presente ação penal em desfavor de Francenildo dos Santos Abreu, denunciando-o como

incurso nas penas do artigo 157, Caput, c/c 14, inciso II do Código Penal. Por fim, diz que a materialidade restou comprovada pelo auto de apresentação e apreensão e pelo auto de entrega, requerendo a condenação do acusado. A denúncia foi recebida na data de 09 de maio de 2018, sendo o acusado citado. Apresentada a defesa preliminar. Designada audiência de instrução e julgamento para esta data. Na audiência as vítimas e uma testemunha arrolados na denúncia foram ouvidas. As vítimas reconheceram o acusado em juízo. A defesa não arrolou testemunhas. O acusado interrogado confessou a prática do crime. O Ministério Público apresentou suas alegações finais requerendo a condenação do réu no crime do artigo 157, Caput c/c artigo 14, inciso II do Código Penal, alegando estarem provadas a materialidade e a autoria do delito. A Defensa pugnou pela desclassificação para o delito tipificado o artigo 155, Caput c/c artigo 14, inciso II do Código Penal. Vieram os autos conclusos. RELATADO. PASSO A DECISÃO. O crime de roubo se consuma no instante em que a detenção da coisa móvel alheia se transforma em posse mediante a cessação da grave ameaça ou violência à pessoa, sendo irrelevante no direito brasileiro que o ladrão tenha posse tranquila e possa dispor livremente da res, ou o lapso de tempo em que manteve a posse, ou ainda que tenha saído da esfera de vigilante da vítima (JSTF 174/321). Feitas tais considerações iniciais acerca da natureza e pressupostos da presente decisão, cumpre analisar em toda a sua extensão o caso ora colocado a deslinde judicial. No caso, verifica-se que a materialidade do delito está devidamente comprovada pelos depoimentos das vítimas e testemunhas arroladas em juízo. O crime de tentativa de roubo resta configurado, uma vez que o acusado, mediante grave ameaça, simulando o uso de arma de fogo, intimidou as vítimas. Assim, incabível a tese de defesa que pretende desclassificar o delito praticado pelo acusado para o crime de tentativa de furto simples. A autoria resta configurada, uma vez que o réu confessou a prática do crime, bem como pelos depoimentos das testemunhas. Isto Posto, considerando tudo mais que dos autos consta, julgo procedente a denúncia de fls. 02/03 dos autos e condeno o réu FRANCENILDO DOS SANTOS ABREU, qualificado nos autos, nas penas do art. 157, caput, c/c art. 14 inciso II do Código Penal Brasileiro. Atendendo as diretrizes dos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro, passo a dosar a pena: É inegável que o réu apresenta culpabilidade comum ao tipo penal, o réu não possui antecedentes criminais; os motivos, vontade livre e consciente de obter indevida vantagem econômica em detrimento de outrem são desfavoráveis; as circunstâncias são reprováveis, aproveitando o momento de desatenção da vítima; as consequências não foram extremamente drásticas, uma vez que frustrada a prática do crime e ainda não vislumbro qualquer contribuição da vítima para o evento criminoso. Em vista dessas circunstâncias, que em sua maioria são desfavoráveis, fixo ao réu a pena base acima do mínimo legal, em 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa, estes fixados unitariamente em valor equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato. Milita em favor do réu circunstância atenuante prevista no art. 65, inciso III, letra 'd' (confissão), pelo que diminuo a pena em 06 meses de reclusão, fixando-a em 04 (quatro) anos de reclusão e 40 (quarenta) dias-multa. Na terceira fase de aplicação da pena aplico o inciso II do art. 14 do CP, reduzo a pena em 1/3, fixando-a em definitivo em 2 (dois) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 30 (trinta) dias-multa, estes fixados unitariamente em valor equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato. Fixo regime aberto para início de cumprimento de pena. Deixo de decretar a prisão preventiva do acusado, em face do quantum da pena aplicada. Após o trânsito em julgado, comunique-se ao TRE para fins do art. 15, item III da CF/88, expedindo-se guia de execução definitiva, lançando-se o nome dos acusados no rol dos culpados, realizando-se as demais comunicações necessárias. As partes dispensam o prazo recursal. Abaetetuba, 25 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito 1 PROCESSO: 00041143820198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:ISAIAS MORAES RODRIGUES Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:DAVID BRABO DIAS VITIMA:D. S. P. VITIMA:A. S. C. VITIMA:J. S. V. . R. Hoje. I- Nomeio o Defensor Público que atua nesta comarca para patrocinar a defesa técnica do acusado DAVID BRABO DIAS. II- Dê-se vistas à defesa para apresentar resposta à acusação, no prazo legal. Abaetetuba/PA, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00042746320198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:S. C. M. DENUNCIADO:NAZARENO CORREA FERREIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0004274-63.2019.8.14.0070 Denunciado(s): NAZARENO CORREA FERREIRA Rh. NAZARENO CORREA FERREIRA, qualificado nos autos, requereu a substituição da prisão preventiva pela prisão domiciliar, eis que o denunciado se encontra acometido de moléstia grave de CID-A39.0 (Meningite meningocócica). Apresentou laudo médico à fl. 51. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugnou

pelo deferimento do pedido fl. 51v. Vieram os autos conclusos. Diante dos documentos acostados aos autos, bem como a manifestação favorável do Ministério Público, DEFIRO O PEDIDO DE PRISÃO DOMICILIAR PELO PRAZO DE 30 DIAS, devendo retornar à casa penal até o dia 25/07/2019. Registro que para nova renovação de prisão domiciliar o apenado deverá se submeter a perícia médica realizada pelo Instituto Médico legal. Int. Cumpra-se. Dê-se ciência ao MP. Abaetetuba, 25 de junho de 2019. CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00054740820198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Inquérito Policial em: 25/06/2019 INDICIADO:ELLITON MARCIO ASSUNCAO LEITE VITIMA:A. C. O. E. . R. Hoje. Trata-se de pedido de revogação de preventiva, requerido pela defesa do acusado ELLITON MARCIO ASSUNÇÃO LEITE, já devidamente qualificado nos autos, alegando-se, para tanto, que não subsistem os requisitos do art. 312 do CPP. Instado a se manifestar, a representante do Ministério Público opinou pelo indeferimento do pleito. É O BREVE RELATÓRIO. DECIDO. A prisão cautelar é medida que faz parte do sistema, não contrariando os princípios e regras inseridas na Constituição Federal. Ao contrário, pois favorece a regularidade da instrução criminal, assegura a aplicação da Lei Penal e garante a ordem pública, sendo necessária à atuação estatal. A teor do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada quando presentes os requisitos fumus comissi delicti, consubstanciado na prova da materialidade e na existência de indícios de autoria, bem como o periculum libertatis, fundado no risco de que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública/econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal. Nos autos, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado na garantia da ordem pública, dada a gravidade concreta do delito imputado, evidenciada a partir do seu modus operandi, sendo suficiente para denotar a periculosidade social do agente e a necessidade de sua custódia, diante do material entorpecente encontrado em posse do autuado, além da alta quantia em dinheiro em detrimento de sua renda declarada. O presente fato denota, a princípio, que o réu tinha como meio de vida o tráfico de drogas, além de haver indícios suficientes de autoria e materialidade do delito, consubstanciado nos depoimentos e pelo laudo de constatação, ambos constantes nos autos. A defesa alega ainda que o réu é primário, sem registo de antecedentes criminais, todavia, tal argumento por si só não é suficiente para a concessão do benefício, se presentes outros elementos que justifiquem a segregação cautelar. Nesse sentido: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. LATROCÍNIO. PLEITO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. QUESTÃO NÃO APRECIADA PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇÃO DE CULPA. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. PERDA DE OBJETO. APLICAÇÃO DA SÚMULA N.º 52 DESTA CORTE SUPERIOR. ALEGAÇÃO DE PROVA ILÍCITA. SUPOSTA PRÁTICA DE TORTURA. DILAÇÃO PROBATÓRIA. VIA INADEQUADA. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO, EM PARTE, E, NESSA PARTE, PARCIALMENTE PREJUDICADO E, NO MAIS, DESPROVIDO. 1. A questão referente à ausência de fundamentação da prisão preventiva do ora Recorrente não foi apreciada pelo Tribunal de origem, o que inviabiliza sua análise por parte desta Corte, sob pena de supressão de instância. 2. A existência de condições pessoais favoráveis - tais como primariedade, bons antecedentes, ocupação lícita e residência fixa - não tem o condão de, por si só, desconstituir a custódia antecipada, caso estejam presentes outros requisitos de ordem objetiva e subjetiva que autorizem a decretação da medida extrema, como ocorre na hipótese em tela. 3. Com a superveniente prolação de sentença, resta superada a análise de eventual excesso de prazo para a formação da culpa, a teor do enunciado da Súmula n.º 52 desta Corte Superior. 4. A análise da alegação de ilicitude das provas na fase investigatória, supostamente colhidas mediante tortura, esbarra na inadequação da via eleita para efeito de reexame dos fatos e das provas. 5. Recurso ordinário conhecido, em parte, e, nessa parte, parcialmente prejudicado e, no mais, desprovido. (RHC 39.199/GO, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 24/09/2013, DJe 02/10/2013). (grifo nosso) Isto posto, e mais o que constam dos autos, nos termos do art. 311 e 312, do CPP, INDEFIRO o pedido de REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA postulado em favor do réu ELLITON MARCIO ASSUNÇÃO LEITE, já devidamente qualificado, por entender que a prisão preventiva, ainda é necessário para garantia da ordem pública, instrução processual e futura aplicação da lei penal. Abaetetuba/PA, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00057166420198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Inquérito Policial em: 25/06/2019 FLAGRANTEADO:PAULO NUNES BELEM VITIMA:M. S. S. T. . R. Hoje. O réu PAULO NUNES BELEM foi autuado em flagrante delito pela prática do crime previsto no art. 129, § 9º do Código Penal Brasileiro. Este juízo arbitrou fiança no valor de R$ 500,00(quinhentos) reais. Considerando que se trata de acusado, aparentemente sem boa saúde

financeira, com base no art. 350 do CPP, isento o réu da já arbitrada, entretanto, devendo o mesmo comparecer para assinatura do termo, nas condições do art. 327 e 328, do CPP. Expeça-se Alvará de Soltura em favor de PAULO NUNES BELEM. Abaetetuba/PA, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00059380820148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 DENUNCIADO:JOSIEL SACRAMENTO CORREA VITIMA:D. P. M. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA - JUÍZO DA VARA CRIMINAL DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos etc. O Ministério Público requereu a decretação da prisão preventiva do denunciado Josiel Sacramento Correa, uma vez que não encontrado desde a prática do delito em setembro de 2014, sendo contumaz na prática de delitos, restando justificada a sua prisão para garantia da ordem pública. Decido. O Código de Processo penal permite a decretação da prisão preventiva em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, desde que preenchidos os requisitos legais. Presentes, in casu, o fumus comissi delicti consubstanciado nos indícios suficientes de autoria ou participação e materialidade do delito que é imputado ao representado, e o periculum libertatis decorrente do perigo ou risco de que, em liberdade, o acusado reitere a prática delitiva, nos termos dos artigos 312 e 313, I, do CPP. A prisão preventiva do representado revela-se necessária para resguardar a futura aplicação da lei penal, encontrando-se o representado em local incerto e não sabido, o que demonstra a necessidade da custódia cautelar, sendo a prisão justificada pela fuga do distrito da culpa. O entendimento do Supremo Tribunal Federal é no sentido de que "a evasão após a prática delitiva é fundamento idôneo para a segregação cautelar para resguardar a aplicação da lei penal" (HC nº 90.162/RJ, Primeira Turma, Relator o Ministro Ayres Britto, DJe de 29/6/07). ISTO POSTO, ACOLHO A MANIFESTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE JOSIEL SACRAMENTO CORREA, filho de José Maria da Cruz Côrrea e Maria das Graças Moraes Sacramento, residente na Rodovia Moura Carvalho, bairro Matadouro, Igarapé-Miri-PA. Cite-se o acusado por edital com prazo de 15 dias. Comunique-se à autoridade policial. SERVE A CÓPIA DE MANDADO DE PRISÃO. Abaetetuba, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da vara criminal Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00077114920188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:ALDEMIR CORREA DE SOUSA Representante(s): OAB 23294-A - JOSIANE NAHUM PACHECO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº. 0007711-49.2018.814.0070 Ausente: Aldemir Corrêa de Sousa - acusado Deliberação em Audiência: Redesigno audiência para o dia 17 de setembro de 2019, às 10:30 horas, para instrução processual. Intimem-se, requisite-o, expeça-se o necessário. Saem os presentes cientes. Abaetetuba, 25 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito 1 PROCESSO: 00096925020178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:FABRICIO NUNES MAUES. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº. 0009692-50.2017.814.0070 Presente: Fabricio Nunes Maués - acusado DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1- Dê-se vista ao Ministério Púbico e sucessivamente a defesa para apresentação de alegações finais. Abaetetuba, 25 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito 1 PROCESSO: 00104119520188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 DENUNCIADO:LUAN CARLOS COSTA MARTINS VITIMA:J. M. L. VITIMA:R. R. B. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA - JUÍZO DA VARA CRIMINAL Processo nº 0010411-5.2018.8.14.0070. Autor: Ministério Público. Acusado: Luan Carlos Costa Martins. SENTENÇA Vistos, etc. O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia em face do acusado LUAN CARLOS COSTA MARTINS, pela prática do crime tipificado no art. 121, §2º, incisos I, II e IV, do Código Penal Brasileiro. Consta na denúncia que na data de 27.03.2017, por volta das 01h00min, nas proximidades da Travessa Pimentel, bairro: algodoal, o acusado LUAN CARLOS COSTA MARTINS, vulgo "bocudo" em companhia do nacional AWDREO TONY DE LIMA, vulgo "Mutante", em concurso e com unidade de desígnios, praticaram o crime de homicídio em face da vítima RONIVALDO RODRIGUES BRITO, por motivo torpe em razão de brigas entre a família da vítima e "De ó" e "Baka". Em seguida, nas mesmas circunstâncias de tempo e de local, ambos LUAN CARLOS COSTA MARTINS e o nacional AWDREO TONY DE LIMA, em concurso e unidade de desígnios tentaram matar Natiel Quaresma Oliveira e Jeinie Max de Lima, por motivo torpe, pelas mesmas razões acima expostas. Por fim, o Ministério Público aduz indícios suficientes de autoria e

materialidade do crime, constante nas provas colhidas durante a fase administrativa. A denúncia foi recebida na data de 09.05.2017, conforme decisão de fl. 09 Em razão do acusado estar na condição de foragido, foi determinada a separação do processo em relação ao mesmo e, após, a citação por Edital nos termos do art. 361 do CPP. Após a realização da prisão do réu, foi determinada sua citação, apresentando resposta à acusação às fls. 80/81. Durante a instrução processual, foram ouvidas 04(quatro) testemunhas arroladas na denúncia. Em seu interrogatório judicial, o réu negou a prática do crime. Em alegações finais, o Ministério Público pugnou pela pronúncia do acusado, na forma do art. 413 do Código de Processo Penal. A defesa do réu, em alegações derradeiras, pugnou pela impronúncia do réu, nos termos do art. 415, inciso IV, do CPP. RELATADO. DECIDO. Trata-se de processo relativo a crime doloso contra a vida, de delito de homicídio qualificado, tipificado no art. 121, §2º, incisos I e IV e tentativa de homicídio, tipificado no art. 121, §2º, incisos I e IV c/c art. 14, inciso II, ambos do Código Penal Brasileiro, imputado à pessoa do acusado, em que, nesta fase processual, cabe ao Juiz singular, a análise da existência do crime e dos indícios de que o réu seja o seu autor. Apesar da vedação legal de que o Julgador não deve se aprofundar sobre a culpabilidade, a fundamentação é indispensável, conforme preceitua a novel redação do art. 413, §1º do CPP e art. 93, IX, da Constituição Federal, devendo o juiz manifestar-se da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria e participação. Assim, passo à análise dos elementos contidos nos autos. A materialidade dos crimes encontra-se comprovada por meio de laudo de necropsia médico-legal (fl.13) e laudo de lesão corporal (fl. 56). Os indícios de autoria estão presentes através dos depoimentos das testemunhas colhidos durante a instrução criminal. A decisão de pronúncia encerra mero juízo de admissibilidade para submissão do processo a julgamento pela Corte Popular, cabendo ao magistrado o reconhecimento da materialidade e autoria delitiva, sob pena de invadir a competência constitucional. Ante o exposto, com fundamento no art. 413, do Código de Processo Penal, PRONUNCIO o acusado LUAN CARLOS COSTA MARTINS, qualificado nos autos, para que seja submetido a julgamento pelo Tribunal do Júri desta Comarca, pela prática dos tipos penais tipificados no art. 121, § 2º, inciso I e IV do Código Penal Brasileiro em desfavor da vítima Ronivaldo Rodrigues Brito e art. 121, incisos I e IV c/c art. 14, inciso II, também do Código Penal Brasileiro em face da vítima Jeinnie Max de Lima. Mantenho a prisão preventiva do réu, para garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, vez que o acusado após o cometimento do crime se evadiu do distrito da culpa, nos termos do art. 312 do CPP. Após, certifique-se o trânsito em julgado e cumpram-se as determinações da sentença. P. R. I. C. Intimem-se o MP e a Defesa. Abaetetuba/PA, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00106110520188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:GIAN MACIEL DE MORAES. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA - JUÍZO DA VARA CRIMINAL Processo nº 0010611-05.2018.8.14.0070 Autor: Ministério Público. Acusados: Gian Maciel de Moraes. SENTENÇA Vistos, etc. O Ministério Público denunciou GIAN MACIEL DE MORAES devidamente qualificado nos autos, como incursos às penas previstas para o art. 33 da lei n° 11.343/2006. Narra a denúncia que na data de 01.10.2018, por volta das 01h00min, o acusado foi preso em flagrante delito vez que foi encontrado em sua posse 18(dezoito) trouxinhas da substância entorpecente conhecida como "maconha", 03(três) "petecas" da droga ilícita conhecida como "cocaína", além de 01(uma) pedra de entorpecente chamado de "oxi" quando abordado por policiais militares em ronda de rotina, fato ocorrido em via pública, nesta cidade. Por fim, diz que a autoria e materialidade restaram comprovadas, pelas provas constantes no inquérito policial. O acusado, devidamente notificado, apresentou defesa prévia às fls. 10/11. Durante a instrução foram ouvidas 04(quatro) testemunhas arroladas na denúncia. Encerrada a instrução, o Ministério Público em alegações finais manifestou-se requerendo a procedência da ação penal com a consequente condenação do acusado, como incurso às penas do art. 33 da lei n° 11.343/06. A defesa do acusado, por sua vez, em alegações derradeiras, requereu a absolvição do acusado, nos termos do art. 386, inciso VII do CPP e, subsidiariamente, a desclassificação para o crime previsto no art. 28 da lei n°11.343/06. É O RELATÓRIO. DECIDO. Versam os autos sobre a prática do crime tipificado no art. 33 da lei 11.343/2006, cujo teor dispõe: "Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Pena: Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa" O tipo penal previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 é de ação múltipla ou conteúdo variado, pois apresenta várias formas de violação da mesma proibição. Assim, basta para a consumação do crime, a prática de uma das ações previstas na norma incriminadora, não havendo necessidade de prova da mercancia, bastando o enquadramento do réu em um dos verbos para sua

tipificação. No caso, o acusado foi encontrado em posse de material entorpecente, tratando-se de 18 (dezoito) trouxas da substância entorpecente conhecida como "maconha", 03(três) "petecas" da droga ilícita conhecida como "cocaína", além de 01(uma) pedra do entorpecente conhecida como "oxi", pesando o total de 12 gramas, 1,2 gramas e 0,1 gramas, respectivamente, se amoldando aos núcleos do tipo penal, quais sejam: trazer consigo e guardar, consumando-se o fato criminoso. DA MATERIALIDADE. No que concerne a materialidade do crime, a prova é constituída pelo auto de apresentação e apreensão e principalmente pelo laudo de exame toxicológico definitivo à fl. 36 dos autos. DA AUTORIA DELITIVA. As provas, produzidas durante a instrução probatória não deixam dúvidas de que se trata do crime de tráfico e que o réu é o proprietário do entorpecente apreendido, bem como mantinha a traficância de entorpecentes como meio de vida, principalmente pela quantidade de droga apreendida e sua disposição. A testemunha VINICIUS CORRÊA LIMA, em juízo aduziu: "Que estava na motocicleta juntamente com o acusado; Que iriam para uma festa; Que antes estavam em um bar; Que resolveram ir para uma festa; Que estavam em um bilhar no pontilhão; Que decidiram ir em uma festa; Que pegaram um carona com um amigo; Que Maurício passou a conduzir a motocicleta; Que foram abordados pela Polícia no caminho da festa; Que a Polícia encontrou a droga com o acusado; Que a droga foi encontrada no bolso do réu (...)" A testemunha MAURÍCIO SENA SOUZA em juízo informou: "Que estava conduzindo a motocicleta; Que estava presente no momento da abordagem; (...); Que estava no bar com o acusado e o nacional Vínicius; (...); Que então resolveram dar uma volta; Que subiram na motocicleta; Que os 03(três) estavam na motocicleta; Que foram abordados pela Polícia; Que revistaram e foi encontrada a quantidade de entorpecente; Que foram encaminhados para a Delegacia de Polícia(...)" A testemunha ANDRÉ LEVY DA SILVA, policial militar declinou: " Que estavam em ronda; Que avistaram uma motocicleta em atitude suspeita; Que realizaram a abordagem; Que viram que o acusado se desfez de parte do entorpecente; Que apreenderam a quantidade de droga apreendida;(...)" Várias circunstâncias, devidamente demonstradas pelo acervo probatório colhidos dos autos, conspiram para a formação de convicção no sentido de que o réu GIAN MACIEL DE MORAES incorreu no crime de tráfico de drogas na espécie tipificado no art. 33 da lei n° 11.343/06, diante das provas colacionadas aos autos, ficou demonstrado a autoria e materialidade do crime. Quanto a alegação da defesa de que o réu é usuário de drogas, requerendo a desclassificação do delito de tráfico para uso, entendo que esta não merece prosperar, visto a quantidade de droga apreendida em seu poder, bem como a maneira em que a droga estava disposta, além de outros elementos característicos da mercancia. Portanto, demonstrada a autoria e materialidade em relação ao crime de tráfico de drogas, julgo totalmente procedente a denúncia para CONDENAR o réu GIAN MACIEL DE MORAES, como incurso às penas do art. 33 da lei n° 11.343/06. Atendendo as diretrizes dos artigos 59 e 68 do Código Penal Brasileiro, passo a dosar as penas: O réu apresenta culpabilidade comum no cometimento do ilícito penal; não apresenta antecedentes criminais; sua conduta social e personalidade não foram auferidas nos autos; injustificáveis os motivos e circunstâncias para a prática do crime; os motivos são inerentes ao delito: busca do lucro fácil; Não vislumbro qualquer contribuição da vítima (sociedade) para o evento criminoso, de modo que para reprovar e prevenir o crime, fixo a pena no mínimo legal em 05 (cinco) anos de reclusão e 500 (quinhentos) dias-multa no valor unitário de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos. Em segunda fase de aplicação de pena, não verifico a incidência de nenhuma agravante ou atenuante a ser considerada. Em terceira fase da dosimetria, deixo de aplicar a causa de diminuição de pena do §4º do art. 33 da lei n° 11.343/06, uma vez não atendidas as condições do referido parágrafo, bem como levando-se em consideração as condições pessoais do réu, restando DEFINITIVAMENTE 05 (cinco) anos de reclusão e 500(quinhentos) dias-multa no valor unitário de 1/30 do salário mínimo vigente. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: O acusado GIAN MACIEL DE MORAES deverá cumprir a pena em regime inicial SEMIABERTO, considerando-se o quantum da pena aplicada. Incabível a substituição da pena por restritiva de direitos, em virtude da pena aplicada e da natureza do delito. Concedo ao acusado o direto de apelar em liberdade, vez que o réu respondeu ao processo na condição de solto. Certificado o Trânsito em julgado: 1) Oficie-se ao TRE/PA para fins de suspensão de direitos políticos. 2) Lance-se o nome do réu no rol dos culpados. 3) Expeça-se a competente guia de execução. Dê ciência ao Ministério Público e à Defesa. Intime-se o réu pessoalmente. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 24 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00111714420188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 DENUNCIADO:FLAIR JOSE DOS SANTOS NUNES Representante(s): OAB 23188 - PAULO ANDREI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:M. C. S. VITIMA:L. C. O. L. VITIMA:R. Q. S. VITIMA:G. N. F. VITIMA:W. M. S. VITIMA:W. N. C. S. . Vistos, etc. Dê-se vistas ao Ministério Público para manifestação quanto ao interesse na oitiva das vítimas, devendo, em caso positivo,

apresentar endereço atualizado para fins de intimação, no prazo de 10(dez) dias. Cumpra-se, com urgência, considerando que se trata de processo envolvendo réu preso. Abaetetuba/PA, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00113163720178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:IGOR HENRIQUE DE OLIVEIRA BATISTA. Rh. Diante da adulteração do chassi atestada pelo laudo pericial acostados aos autos, o que impossibilita a identificação do proprietário e a realização de leilão judicial do bem, encaminhe-se a motocicleta apreendida ao DETRAN/Abaetetuba para os devidos fins de direito. Expeça-se o necessário. Abaetetuba, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular PROCESSO: 00121971420178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:VITOR RAMON PINHEIRO MACEDO DENUNCIADO:LUAN QUARESMA CARDOSO Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:R. M. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0012197-14.2017.8.14.0070. Autor: Ministério Público. Acusados: Vitor Ramon Pinheiro Macedo e Juan Quaresma Cardoso. SENTENÇA O Ministério Público do Estado do Pará ajuizou ação penal em desfavor de VITOR RAMOM PINHEIRO MACEDO e JUAN QUARESMA CARDOSO, já devidamente qualificados nos autos, como incursos às penas do art. 157 §2°, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro. Narra a exordial acusatória que, na data de 25.09.2017, por volta das 07h00, o ofendido Rosenildo Maués Sardinha saiu de sua residência em direção de seu trabalho, sendo que quando trafegava pela Avenida Pedro Rodrigues foi abordado pelos denunciados LUAN QUARESMA CARDOSO e VITOR RAMOM PINHEIRO MACEDO, que estavam em uma moto Honda Titan de cor preta. Consta da denúncia que os denunciados, mediante grave ameaça com emprego de arma de fogo e unidade de desígnios anunciaram o roubo e subtraíram da vítima uma mochila contendo objetos pessoais e relógio. Ato contínuo os acusados empreenderam fuga em direção à Avenida Pedro Rodrigues. Posteriormente a vítima deslocou-se à DEPOL ocasião em que reconheceu os denunciados como sendo os autores do crime de roubo, conforme termo de reconhecimento d e fls. 05 e 09 do Inquérito Policial. Perante a autoridade policial o denunciado LUAN QUARESMA CARDOSO negou a prática do delito, enquanto que VITOR RAMOM PINHEIRO MACEDO confessou a prática do delito. Por fim, o Ministério Público requereu a condenação dos acusados, por restarem comprovados autoria e materialidade do delito. A denúncia foi recebida, conforme decisão de fl. 06, apresentando os acusados resposta à acusação às fls. 19/24. Às fls. 22/23 fora concedida liberdade provisória aos acusados. Durante a instrução, foram ouvidas a vítima e 02(duas) testemunhas arroladas pela acusação. Em audiência de instrução e julgamento foi concedida liberdade provisória ao denunciado LUAN QUARESMA CARDOSO, bem como decretada a revelia do denunciado VITOR RAMOM PINHEIRO MACEDO, posto que notificado deixou de comparecer ao ato. O Ministério Público apresentou suas alegações finais requerendo a condenação dos réus, pelo crime previsto no art. 157, §2º, I e II, do CPB. A defesa dos acusados, em alegações derradeiras requereu a absolvição dos réus, nos termos do art. 386, V e VII do Código de Processo Penal. Vieram os autos conclusos RELATADO. PASSO A DECISÃO. O crime de roubo se consuma no instante em que há a inversão da posse do bem móvel alheio, após a cessação da grave ameaça ou violência à pessoa, sendo irrelevante no direito brasileiro que os agentes tenham posse mansa e tranquila, possa dispor livremente da res, ou o lapso de tempo em que manteve a posse, bem como ainda que tenha saído da esfera de vigilância da vítima. Nesse sentido: Sumula 582 STJ "Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada. " Ciente desta definição, passo a analisar o feito, verificando que o réu foi denunciado pela prática criminosa, insculpida no art. 157, § 2º, incisos I e II do Código Penal Brasileiro, in verbis: Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa. § 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro. § 2º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade: (Redação dada pela Lei nº 13.654, de 2018) I - (revogado); (Redação dada pela Lei nº 13.654, de 2018) II - se há o concurso de duas ou mais pessoas; III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância. IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996) V - se o agente

mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996) VI - se a subtração for de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego. (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018) § 2º-A A pena aumenta-se de 2/3 (dois terços): (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018) I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo; (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018) II - se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum. (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018) § 3º Se da violência resulta: (Redação dada pela Lei nº 13.654, de 2018) I - lesão corporal grave, a pena é de reclusão de 7 (sete) a 18 (dezoito) anos, e multa; (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018) II - morte, a pena é de reclusão de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018) DA MATERIALIDADE. A materialidade do fato encontra-se comprovada por meio da confissão do acusado VITOR RAMOM na fase inquisitorial, bem como pelos depoimentos da vítima e testemunhas ao longo da instrução processual. A causa de aumento de pena prevista no parágrafo 2º, inciso II, do art. 157 do Código Penal Brasileiro, encontra-se comprovada nos autos, vez que a vítima afirma que os acusados agiram em unidade de desígnios, fato esse confirmado pelo réu VITOR RAMOM. Com a redação dada pela lei n° 13.654/18 a qualificadora prevista para o uso de arma de fogo, na consecução criminosa, passou a ser prevista no §2º-A, em seu inciso I do art. 157 do Código Penal Brasileiro. No caso dos autos a aplicação legal da razão prevista para aumento de pena antes da reforma legal é mais benéfica aos réus, uma vez que este juízo tem aplicado, em caso de condenação por ambas as qualificadoras, a razão de 1/3 para causa de aumento de pena em terceira fase da dosimetria penal, ao invés do aumento previsto de 2/3 pela nova lei, portanto, o que permaneço aplicando ante a data da consumação do delito. DA AUTORIA DELITIVA. Com relação ao denunciado LUAN QUARESMA CARDOSO as provas produzidas durante a instrução criminal não são suficientemente claras acerca da conduta delituosa do acusado, uma vez que a vítima em juízo alegou: "Que consegue identificar muito bem o Vitor Ramom, que não conhecia ele; Que consegue identifica-lo, porque foi o que conseguiu ver melhor, haja vista que o outro ficava lhe apontando a arma; Que quem estava com a arma era o de trás; Que o Vitor Ramom estava pilotando a moto; Que olhou mais pro Vitor Ramom do que pro outro; Que apenas conseguiu recuperar seus documentos pessoais; Que eles estavam de cara limpa; Que fez o reconhecimento só do Vitor Ramom; Que não reconhece Luan como sendo a pessoa que o assaltou". Analisando os depoimentos dos denunciados na fase policial, verifica-se que na confissão do acusado VITOR RAMOM PINHEIRO MACEDO às fls. 36 do Inquérito Policial, foi narrado de forma detalhada toda a empreitada criminosa, assim como explicitado que seu comparsa seria a pessoa conhecida como "ZÉ". Portanto, a sentença condenatória deve pautar-se nas provas produzidas em juízo, a fim de garantir o direito à ampla defesa, em respeito aos direitos fundamentais consagrados pelo Estado Democrático de Direito. Assim, entendo que a instrução probatória foi insuficiente, portanto, inexistindo provas suficientes para embasar decreto condenatório para o denunciado LUAN QUARESMA CARDOSO. Já no que tange ao denunciado VITOR RAMOM PINHEIRO MACEDO, as provas produzidas durante a instrução probatória não deixam dúvidas de que se trata do crime de roubo majorado e que o réu é um dos autores do fato. A vítima Rosenildo Maués Pinheiro narrou de forma inequívoca que se dirigia para o seu trabalho quando o denunciado VITOR RAMOM PINHEIRO MACEDO e mais outra pessoa que não soube identificar lhe abordaram e com emprego de arma de fogo subtraíram uma mochila com bens pessoais e o seu relógio. Desta feita, diante da narrativa da vítima e do depoimento dos acusados, tanto na fase inquisitorial quanto em juízo, ficou comprovada o cometimento de um crime de roubo majorado pelo concurso de pessoas pelo denunciado VITOR RAMOM PINHEIRO MACEDO e pelo uso de arma de fogo consumado, impondo-se sua condenação. Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a denúncia para ABSOLVER o acusado LUAN QUARESMA CARDOSO nos termos do art. 386, V do Código de Processo Penal, posto que entendo que não existem provas de ter o réu concorrido para a infração penal e CONDENAR o acusado VITOR RAMOM PINHEIRO MACEDO, como incurso nas sanções do art. 157, § 2°, incisos I e II do Código Penal Brasileiro. Atendendo as diretrizes dos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro, passo a dosar a pena: O réu apresenta culpabilidade adequada ao tipo penal; não possui antecedentes criminais; a personalidade não foi aferida nos autos; os motivos, vontade livre e consciente de obter indevida vantagem econômica em detrimento de outrem, são inerentes ao tipo; as circunstâncias também são comuns delito de roubo; as consequências são graves, em virtude de que a res furtiva não foi recuperada. Em vista dessas circunstâncias, que são favoráveis, fixo ao réu a pena base acima do mínimo legal, pelo que a fixo em 05 (cinco) anos de reclusão e 10 (dez) dias-multa, estes fixados unitariamente em valor equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato. Em segunda fase de aplicação de pena verifico a incidência de duas causas atenuantes genéricas, a saber: a menoridade relativa do acusado e a confissão espontânea, pelo que atenuo a pena em 01 (um) ano, restando a pena em 04 (quatro) anos de reclusão e 10 (dez) dias multa. Em terceira fase de aplicação da pena, vejo que incide as causas especiais

de aumento de pena, previstas no § 2º, incisos I e II, do art. 157, do Código Penal, pelo que elevo a pena na razão de 1/3 (um terço), restando 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa. Ante o exposto, fixo a pena DEFINITIVAMENTE em 05 (cinco) anos e 04 (quatro) meses de reclusão e 13 (treze) dias-multa, estes fixados unitariamente na razão de 1/30 do salário mínimo vigente à época dos fatos. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: O acusado deverá iniciar o cumprimento de pena em regime inicial SEMIABERTO, considerando o quantum da pena aplicada. Incabível a substituição da pena, uma vez que não preenchidos os requisitos legais. Considerando que ao denunciado VITOR RAMOM PINHEIRO MACEDO foi concedida a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar pelo período de 60 (sessenta) dias, sendo-lhe autorizado sair de sua residência apenas para comparecimento ao médico e aos atos processuais, sob pena de revogação e que o denunciado não compareceu à audiência de instrução e julgamento, encontrando-se atualmente foragido do sistema penitenciário, verifico presentes os requisitos autorizadores da decretação da prisão preventiva do acusado, sobretudo como garantia da ordem pública e para assegurar a aplicação da lei penal, haja vista que em liberdade poderá voltar a delinquir e, mantendo-se em local incerto e não sabido, poderá frustrar a aplicação da lei penal. Pelo exposto, determino que seja expedido mandado de recaptura. Certificado o Trânsito em julgado, lance-se o nome dos Réus no Rol dos Culpados, expedindo-se a guia de execução da pena e havendo recurso remetam-se os documentos necessários para a execução provisória da pena pelos réus. Oficie-se à Justiça Eleitoral, comunicando a condenação dos Réus, com sua devida identificação, acompanhada de fotocópia da presente decisão, para cumprimento do comando disposto pelo artigo 71, §2º, do Código Eleitoral cumulado com o artigo 15, inciso III, da Constituição Federal. Dê ciência ao Ministério Público e às Defesas do acusado. Intime-se os réus pessoalmente. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00123565420178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:N. M. C. DENUNCIADO:MANOEL RENAN DE SOUZA. R. Hoje. I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente e devidamente arrazoado, às fls. 53/56. II-Vistas ao apelado para apresentar contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba/PA, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00123752620188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:ANDRELEI DA CONCEICAO ANDRE QUARESMA VITIMA:M. C. F. C. . Rh. Cite-se o acusado ANDRELEI DA CONCEIÇÃO ANDRÉ QUARESMA no endereço indicado na exordial para responder a acusação nos termos da decisão de recebimento de denúncia à fl. 09. Expeça-se o necessário. Abaetetuba, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular PROCESSO: 00531612020158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:SAMUEL DA SILVA. Rh. Diante da adulteração do chassi atestada pelo laudo pericial acostados aos autos, o que impossibilita a identificação do proprietário e a realização de leilão judicial do bem, encaminhe-se a motocicleta apreendida ao DETRAN/Abaetetuba para os devidos fins de direito. Expeça-se o necessário. Abaetetuba, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular PROCESSO: 01371831120158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:JUSCELINO BARRETO E BARRETO Representante(s): OAB 20477 - BRUNA LORENA LOBATO MACEDO (ADVOGADO) OAB 20476 - MAURICIO PIRES RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 24857 - LUAN DIMY RODRIGUES QUARESMA (ADVOGADO) . Rh. Retifico a decisão anterior para constar JUSCELINO BARRETO E BARRETO, onde se lê Domingos Amilcar Tavares da Silva. Dê-se ciência às partes. Após, arquive-se. Abaetetuba, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular PROCESSO: 01371927020158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:WILSON LOPES DA SILVA. Rh. 1) Designo audiência para oitiva da testemunha arrolada pela acusação Marcelo Monteiro do Nascimento e qualificação e interrogatório do acusado para o dia 10 de setembro de 2019, às 10:15h. 2) Diante da adulteração do chassi atestada pelo laudo pericial acostados aos autos, o que impossibilita a identificação do proprietário e a realização de leilão judicial do bem, encaminhe-se a motocicleta apreendida ao

DETRAN/Abaetetuba para os devidos fins de direito. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Abaetetuba, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular PROCESSO: 00000066820168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:G. P. S. DENUNCIADO:ALEXANDRE RODRIGUES SANTOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0000006-68.2016.8.14.0070 Denunciado: ALEXANDRE RODRIGUES SANTOS R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 44. II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba-PA, 26 de junho de 2016. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00000895520148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:ROSINALDO DOS SANTOS CARDOSO DENUNCIADO:JOAO RODRIGUES DE VILHENA Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:AILTON ALVES PENA Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:EMANUEL CUNHA DA COSTA Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:B. F. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0000089-55.2014.8.14.0070 Apelantes: JOÃO RODRIGUES DE VILHENA, AILTON ALVES PENA e EMANUEL CUNHA DA COSTA R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 95, 96 e 104. II- Considerando a manifestação dos apelantes no sentido de apresentar razões em instância superior, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens, e após a apresentação das referidas razões, dê-se vistas ao apelado para apresentação de contrarrazões. Abaetetuba/PA, 26 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00001931320158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:MAICK MARQUES DA SILVA Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:WALBER RODRIGUES CARDOSO DENUNCIADO:WESLEY RODRIGUES CARDOSO VITIMA:M. L. F. C. VITIMA:V. R. R. VITIMA:W. D. F. R. VITIMA:O. S. S. VITIMA:M. F. F. C. VITIMA:F. C. C. VITIMA:T. S. D. VITIMA:J. S. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº. 0000193-13.2015.814.0070 Ausentes: Walber Rodrigues Cardoso - acusado (foragido) Wesley Rodrigues Cardoso - acusado (PEN I) Deliberação em Audiência: Considerando as informações que o acusado Wesley Rodrigues Cardoso encontra-se custodiado no PEN I, não sendo apresentado nesta data expeça-se Carta Precatória para comarca de Santa Izabel, com a finalidade de qualificar e interrogar o acusado. Cumpra-se. Abaetetuba, 26 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito 1 PROCESSO: 00003161620128140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:JEFFERSON LIMA RODRIGUES Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . R. Hoje. I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente e devidamente arrazoado, às fls. 109/111. II-Vistas ao apelado para apresentar contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba/PA, 26 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00005244620088140070 PROCESSO ANTIGO: 200820015384 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:R. R. R. DENUNCIADO:AFONSO MENDES SERRA JUNIOR. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0000524-46.2008.814.0070 Apelante: AFONSO MENDES SERRA JUNIOR R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 149. II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba-PA, 26 de

junho de 2016. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00006220920178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:JOSIVALDO LIMA DIAS DENUNCIADO:JESUS LEOCADIO LAMEIDA DA SILVA VITIMA:M. S. S. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0000622-09.2017.8.14.0070 Denunciado: JOSIVALDO LIMA DIAS R. Hoje I- Considerando a certidão de fls. 53, encaminhe-se os autos à Defensoria Pública para apresentação das razões recursais. Abaetetuba-PA, 26 de junho de 2016. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00008704320158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:MARCIO CARDOSO AMADOR Representante(s): OAB 5774-B - ANTONIO JOSE MARTINS PEREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ISNALDO DOS SANTOS PEREIRA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0000870-43.2015.814.0070 Denunciado(s): Marcio Cardoso Amador e outro RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de outubro de 2019, ás 09h30min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00009843220198140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 VITIMA:H. R. M. DENUNCIADO:DANIEL BRUCE CONCEICAO SANTOS Representante(s): OAB 24922 - NAZIANNE BARBOSA PENA (ADVOGADO) DENUNCIADO:DANIEL CORREA LOBATO JUNIOR DENUNCIADO:EDUARDO DE SOUZA LOBATO Representante(s): OAB 7613 - TANIA LAURA DA SILVA MACIEL (ADVOGADO) . R. Hoje. I- Apresentada a resposta escrita pela defesa dos acusados DANIEL BRUCE CONCEIÇÃO SANTOS e EDUARDO DE SOUZA LOBATO, constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no art. 397 do CPP. II- Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 02.09.2019 às 11h30min. III- Intimem-se e requisitem-se, conforme o caso, o acusado e as testemunhas arroladas pelas partes. IV- Dê-se ciência ao MP e à Defesa. V- Sem prejuízo, dê-se vistas ao Ministério Público quanto a certidão de fl. 43. Abaetetuba/PA, 26 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00012485720198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:G. R. VITIMA:L. D. R. VITIMA:D. R. D. VITIMA:R. S. S. T. VITIMA:E. P. D. VITIMA:D. R. D. DENUNCIADO:ANDERSON ANDREY GOMES MACHADO Representante(s): OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:M. A. S. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº. 0001248-57.2019.814.0070 Presente: Anderson Andrey Gomes Machado - acusado DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1- Revogo a Prisão Preventiva de Anderson Andrey Gomes Machado, com aplicação das cautelares diversa do artigo 319 do CPP. 1) comparecimento mensal em Juízo para justificar suas atividades; 2) proibição de frequentar bares, casas de jogos e similares; recolhimento à sua residência até as 22:00 horas; 3) e proibição de ausentar-se da Comarca por mais de 07(sete) dias. Fica a autor ainda obrigado a comparecer mensalmente neste juízo para assinar termo de compromisso, sendo que em caso de descumprimento das cautelares. Expeça-se Alvara de Soltura. Se por All. 2 - Façam-se conclusos para sentença. Abaetetuba, 26 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito 1 PROCESSO: 00013282120198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:ADRIELE DE SOUSA SANTOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0001328-21.2019.814.0070 Autos: Artigo 33 da Lei nº 11.343/2006. Crime: Tráfico de Entorpecente. Indiciado(s): Adriele de Sousa Santos R.H. I - As alegações apresentadas na defesa preliminar, não são suficientes para descaracterizar a conduta e as circunstâncias do fato identificado como delito, conforme descrito na denúncia, hei de receber a denúncia, presente os requisitos do Artigo 41 do CPP. II - A materialidade do delito e os indícios suficientes de autoria decorreu do auto de prisão em

flagrante da denunciada. O decurso do tempo desde então não subtraí a pena inquisitorial a justa causa necessária ao oferecimento e recebimento da denúncia. III - Designo a audiência para qualificação e interrogatório, instrução e julgamento do acusado, conforme previsto no Artigo 56 da Lei nº 11.343/2006, para o dia 09 de outubro de 2019, às 10:00 horas. Determino Secretaria que promova CITAÇÃO do réu(s) para querendo apresentar nova defesa preliminar no prazo de 10 (dez) e Intimem-se as testemunhas. IV - Ciente o Ministério Público, Advogado e/ou Defensor Público. Abaetetuba/Pa, 25 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00022258320188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:JONAS DE ALMEIDA DOS SANTOS VITIMA:S. A. Q. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002225-83.2018.814.0070 Denunciado(s): Jonas de Almeida dos Santos RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 01 de outubro de 2019, ás 10h00min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00024582720118140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:VANDERSON DOS SANTOS DE VILHENA Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:E. C. VITIMA:R. A. R. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0002458-27.2011.8.14.0070 Denunciado: VANDERSON DOS SANTOS VILHENA R. Hoje Trata-se de embargos de declaração opostos em face da sentença constante às fls. 57/60, formulado pela defesa do acusado, alegando-se, para tanto, a necessidade de modificação da sentença guerreada em razão de contradição. É O BREVE RELATÓRIO. DECIDO. Inicialmente, conheço o presente Embargos por atender os requisitos legais para sua interposição, na forma do art. 382 do CPP, e os acolho com efeito modificativo, pelas razões abaixo expostas. Verifica-se que o acusado foi condenado pela prática do crime de roubo majorado, previsto no art. 157, § 2º, inciso II, do Código Penal Brasileiro, à uma pena de 05(cinco) anos e 04(meses) meses de reclusão e 80(oitenta) dias-multa, devendo ser cumprida inicialmente em regime semiaberto, sendo que nas Disposições Finais constou ordem para expedição de mandado de prisão, porém o acusado respondeu ao processo em liberdade. In casu, o embargante imputa à sentença prolatada a mácula da contradição, requerendo seja sanada a contradição existente na sentença, a fim de que o embargante continue em liberdade até o trânsito em julgado da decisão final. Assiste razão ao embargante. Com efeito ao embargante fora deferido o direito de responder ao processo em liberdade, conforme fls. 53 do Auto de Prisão em Flagrante. Desse modo, a contradição demonstrada nos presente embargos deve ser suprida, motivo pelo qual a sentença prolatada há de ser modificada APENAS para exclusão da ordem de expedição de mandado de prisão, devendo ser deferido ao embargante o direito de apelar em liberdade, tendo em vista que respondeu ao processo na condição de solto. Mantenho os demais termos da sentença embargada. P. R. I. C Abaetetuba-PA, 26 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00027462820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:ROSINALDO RIBEIRO MONTEIRO VITIMA:T. E. S. P. VITIMA:M. F. C. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0002746-28.2018.814.0070 Denunciado(s): Rosinaldo Ribeiro Monteiro RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de outubro de 2019, ás 09h00min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00031360820128140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:SIMAO DAVI RODRIGUES NEGRAO VITIMA:I. S. P. VITIMA:R. R. C. DENUNCIADO:ISAN LEAO ESTUMANO Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 20020 - LUCIANA RODRIGUES SA (ADVOGADO) DENUNCIADO:RAFAEL DE

SOUSA NEGRAO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0003136-08.2012.8.14.0070 Denunciados: SIMÃO DAVI RODRIGUES NEGRÃO e ISAN LEÃO ESTUMANO R. Hoje. Considerando a certidão de fl. 106, intime-se o acusado Simão Davi Rodrigues Negrão da sentença prolatada nos autos, por edital, com prazo de 90(noventa) dias, nos termos do art. 392, VI, do CPP. Após, conclusos para decisão. Abaetetuba/PA, 26 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00036106620188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:VITOR RAMON PINHEIRO MACEDO Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:S. S. C. VITIMA:M. P. M. DENUNCIADO:WELITON SILVA SANTOS. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0003610-66.2018.814.0070 Denunciado(s): Vitor Ramon Pinheiro Macedo e outro RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de outubro de 2019, ás 09h00min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). VI - Com relação ao acusado Weliton Silva Sanros, determino sua citação por edital pelo prazo de 15(quinze) dias, nos termos do art. 361 do CPP. Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00037974020198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 26/06/2019 ACUSADO:MARCIO DA SILVA SOARES Representante(s): OAB 17160 - JEFFERSON MAXIMIANO RODRIGUES (ADVOGADO) VITIMA:M. A. L. N. . Vistos, etc. I- Intime-se o causídico do requerido para que se manifeste acerca do expediente constante às fls. 45/46, no prazo de 10(dez) dias. II- Oficie-se à Autoridade Policial para que remeta a este juízo Inquérito Policial, no prazo de 05(cinco) dias. Abaetetuba/PA, 26 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00056912220178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 INDICIADO:ANTONIEL ABREU SOUZA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Inquérito Policial nº 0005691-22.2017.8.14.0070 Envolvido: ANTONIEL ABREU SOUZA Decisão. Trata-se de pedido de transferência de seu comparecimento mensal e condições a si imposta na Suspensão Condicional do Processo para comarca de Itarantim/BA, juntou documentos fls. 45/48. Instado de manifestar o representante do Ministério Público Estadual, manifesta-se pelo deferimento do pedido requerido pelo acusado. Isto Posto, acolho a manifestação do Ministério Público e defiro a transferência do local de assinatura mensal a si imposta na proposta de Suspensão Condicional do Processo para comarca de Itarantim/Ba. Apenado com endereço na Travessa Sete, nº 078, Bairro Nova Esperança, município de Itarantim/BA, CEP 45.780.000. No mais, intime-se o apenado a fim de dar continuidade no cumprimento das condições impostas. Expeça-se Carta Precatória a Comarca de Itarantim/BA para fiscalização. Abaetetuba, 26 de junho de 2019 CARLA SODRÉ DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal e Execução de Abaetetuba PROCESSO: 00057723420188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:AGOSTINHO MAUES SANTOS Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:D. F. P. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0005772-34.2018.814.0070 Denunciado(s): Agostinho Maués Santos RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 08 de outubro de 2019, ás 10h00min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00057922520188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:NATALINO DA CONCEICAO FEIO VITIMA:M. R. V. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0005792-25.2018.814.0070

Denunciado(s): Natalino da Conceição Feio RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de outubro de 2019, ás 10h45min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00059755920198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 26/06/2019 FLAGRANTEADO:EDGAR CRISTO MONTEIRO ALMEIDA FLAGRANTEADO:KARINA DOS REIS MENDONCA. R. Hoje. Trata-se de autos de prisão em flagrante em desfavor dos autuados EDGAR CRISTO MONTEIRO ALMEIDA e KARINA DOS REIS MENDONÇA pelas condutas previstas nos arts. 171 c/c art. 14, inciso II c/c art. 288, todos do Código Penal Brasileiro, tendo como vítima a Empresa Pública Caixa Econômica Federal, fato ocorrido no dia 25.06.2019. VIERAM OS AUTOS CONCLUSOS. Considerando que se trata de crime perpetrado em face de Empresa Pública Federal pertencente à União, situação esta que atrai para a espécie o regramento definidor da competência da Justiça Federal constante no art. 109, inciso IV da Constituição Federal, mostrando-se imperioso a remessa do feito ao juízo competente para processamento e julgamento do feito. Isto Posto, declaro a incompetência deste juízo para processamento e julgamento do procedimento, devendo o presente feito ser remetido à Justiça Federal Competente. Providencie-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se com urgência. Encaminhe-se por meio de malote digital Abaetetuba/PA, 26 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00060162620198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 26/06/2019 ACUSADO:ROSIVALDO MESQUITA BELEM VITIMA:V. D. G. . PLANTÃO JUDICIAL DECISÃO/MANDADO/OFÍCIO (Provimento nº 003/2009-CJCI) R.h. Vistos etc. Trata-se de Representação da Delegada de Polícia Civil do Município de Abaetetuba-PA para aplicação de Medidas Protetivas de Urgência em favor de VANESSA DIAS GOMES (endereço informado nos autos), a qual compareceu à Delegacia e relatou que sofreu lesão corporal perpetrada por seu companheiro ROSIVALDO MESQUITA BELÉM, de alcunha "RÓ", residente na Nona Rua do Mutirão, nº 726, Abaetetuba/PA. Os fatos narrados constam do Boletim de Ocorrência Policial, registrado em 24/06/2019. O procedimento foi recebido neste Juízo nesta data, às 15h34min, com o pedido da ofendida, através de Ofício nº 209/2019-DEAM ABAETETUBA. A ofendida requereu Medidas Protetivas de Urgência, nos termos do art. 19 da Lei nº 11.340/2006. Verifico que estão presentes os requisitos necessários para a concessão da medida liminar pleiteada pela ofendida. In casu, há fumaça do bom direito, posto que a Lei Maria da Penha expressamente prevê a aplicação de Medidas Protetivas de Urgência para resguardar a integridade física e moral de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, o que se constata no caso dos autos. Também está presente a verossimilhança das alegações da ofendida, dado que o Boletim de Ocorrência Policial traz o seu relato e boletim médico que o corrobora, demonstrando, ao menos em tese, a veracidade dos fatos e a necessidade de se adotar medidas preventivas urgentes para evitar outras investidas dessa natureza por parte do ofensor. Advirta-se que se faz necessária a aplicação de medidas protetivas de urgência para resguardar a integridade corporal e psíquica da ofendida, que, ao que tudo indica, está sendo violada. Assim, de acordo com a solicitação da ofendida e com fulcro no artigo 22 da Lei nº 11.340/2006, determino as seguintes medidas protetivas contra ROSIVALDO MESQUITA BELÉM. a) Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; b) Proibição de aproximação do requerido junto à ofendida e seus familiares, no limite de 300 (trezentos) metros de distância, bem como de manter contato com os mesmos por qualquer meio de comunicação; e c) Proibição do requerido frequentar os mesmos lugares que a requerente costuma frequentar, a fim de preservar a sua integridade física e psicológica. Em favor da vítima VANESSA DIAS GOMES: d) Encaminhamento da ofendida e seus dependentes a programa oficial comunitário de proteção ou de atendimento. Serve a presente decisão como MANDADO, nos termos da Resolução nº 003/2009-CRJMB, podendo o Oficial de Justiça utilizar-se do auxílio de força policial para cumprimento das medidas, caso haja necessidade. O agressor ROSIVALDO MESQUITA BELÉM deverá ser intimado acerca das medidas ora aplicadas, e advertido de que o descumprimento desta decisão judicial configura o crime de Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência, com pena de detenção de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, previsto no art. 24-A da Lei nº 11.340/2006, podendo ensejar prisão em flagrante e/ou decretação de sua prisão preventiva. Intimem-se as partes e dê-se ciência ao Ministério Público para os fins de direito. Oficie-se a Autoridade Policial dando ciência desta decisão. Deve a Secretaria colocar o feito sob segredo de justiça, se ainda não tiver sido providenciado. Encerrado o plantão, encaminhem-se os autos ao setor

de distribuição. Abaetetuba-PA, 26/06/2019 às 16h35min. ADRIANO FARIAS FERNANDES Juiz de Direito PROCESSO: 00060353220198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADRIANO FARIAS FERNANDES Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 26/06/2019 ACUSADO:TONIS AZEVEDO DE SOUZA VITIMA:M. C. P. . PLANTÃO JUDICIAL DECISÃO/MANDADO/OFÍCIO (Provimento nº 003/2009-CJCI) R.h. Vistos etc. Trata-se de Representação da Delegada de Polícia Civil do Município de Abaetetuba-PA para aplicação de Medidas Protetivas de Urgência em favor de MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO, a qual compareceu à Delegacia e relatou que sofreu lesão corporal perpetrada por seu companheiro TONIS AZEVEDO DE SOUSA, que pode ser encontrado na casa de sua tia, conhecida como Neri ou Bena, atrás da Casa das Peças, casa amarela, Bairro Aviação, Abaetetuba/PA, motivada por ciúmes. Os fatos narrados constam do Boletim de Ocorrência Policial, registrado em 24/06/2019. O procedimento foi recebido neste Juízo nesta data, às 15h35min, com o pedido da ofendida, através de Ofício nº 210/2019-DEAM ABAETETUBA. A ofendida requereu Medidas Protetivas de Urgência, nos termos do art. 19 da Lei nº 11.340/2006. Verifico que estão presentes os requisitos necessários para a concessão da medida liminar pleiteada pela ofendida. In casu, há fumaça do bom direito, posto que a Lei Maria da Penha expressamente prevê a aplicação de Medidas Protetivas de Urgência para resguardar a integridade física e moral de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, o que se constata no caso dos autos. Também está presente a verossimilhança das alegações da ofendida, dado que o Boletim de Ocorrência Policial traz o seu relato e boletim médico que o corrobora, demonstrando, ao menos em tese, a veracidade dos fatos e a necessidade de se adotar medidas preventivas urgentes para evitar outras investidas dessa natureza por parte do ofensor. Advirta-se que se faz necessária a aplicação de medidas protetivas de urgência para resguardar a integridade corporal e psíquica da ofendida, que, ao que tudo indica, está sendo violada. Assim, de acordo com a solicitação da ofendida e com fulcro no artigo 22 da Lei nº 11.340/2006, determino as seguintes medidas protetivas contra TONIS AZEVEDO DE SOUSA. a) Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; b) Proibição de aproximação do requerido junto à ofendida e seus familiares, no limite de 300 (trezentos) metros de distância, bem como de manter contato com os mesmos por qualquer meio de comunicação; e c) Proibição do requerido frequentar os mesmos lugares que a requerente costuma frequentar, a fim de preservar a sua integridade física e psicológica. Em favor da vítima MARIA DA CONCEIÇÃO PINHEIRO: d) Encaminhamento da ofendida e seus dependentes a programa oficial comunitário de proteção ou de atendimento. Serve a presente decisão como MANDADO, nos termos da Resolução nº 003/2009-CRJMB, podendo o Oficial de Justiça utilizar-se do auxílio de força policial para cumprimento das medidas, caso haja necessidade. O agressor TONIS AZEVEDO DE SOUSA deverá ser intimado acerca das medidas ora aplicadas, e advertido de que o descumprimento desta decisão judicial configura o crime de Descumprimento de Medidas Protetivas de Urgência, com pena de detenção de 3 (três) meses a 2 (dois) anos, previsto no art. 24-A da Lei nº 11.340/2006, podendo ensejar prisão em flagrante e/ou decretação de sua prisão preventiva. Intimem-se as partes e dê-se ciência ao Ministério Público para os fins de direito. Oficie-se a Autoridade Policial dando ciência desta decisão. Deve a Secretaria colocar o feito sob segredo de justiça, se ainda não tiver sido providenciado. Encerrado o plantão, encaminhem-se os autos ao setor de distribuição. Abaetetuba-PA, 26/06/2019 às 16h35min. ADRIANO FARIAS FERNANDES Juiz de Direito PROCESSO: 00063710720178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:TIAGO HIROSHI OGAWA DA SILVA Representante(s): OAB 22753 - TARCISIO DE SOUSA BRITO (ADVOGADO) VITIMA:J. A. R. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0006371-07.2017.8.14.0070 Apelante: TIAGO HIROSHI OGAWA DA SILVA R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente à fl. 111. II- Considerando a manifestação do apelante no sentido de apresentar razões em instância superior, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens, e após a apresentação das referidas razões, dê-se vistas ao apelado para apresentação de contrarrazões. Abaetetuba/PA, 26 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00066315020188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:SEBASTIAO RODRIGUES MONTEIRO VITIMA:L. M. V. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0006631-50.2018.814.0070 Denunciado(s): Sebastião Rodrigues Monteiro RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397

do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de outubro de 2019, ás 09h45min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00067106820148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:EDIVALDO PINHEIRO DE SOUSA VITIMA:A. F. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0006710-68.2014.8.14.0070 Apelante: EDIVALDO PINHEIRO DE SOUSA R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 32. II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba-PA, 26 de junho de 2016. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00074152720188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:MANOEL DE JESUS PONTES RIBEIRO VITIMA:M. S. A. L. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0007415-27.2018.814.0070 Denunciado(s): Manoel de Jesus Pontes Ribeiro RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 15 de outubro de 2019, ás 09h30min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00076055820168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:R. N. C. DENUNCIADO:ROBENILDO DA SILVA PANTOJA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0007605-58.2016.814.0070 Acusado(s): Robenildo da Silva Pantoja R. Hoje: I - Designo o dia 01 de outubro de 2019, ás 09h:30min, para audiência de qualificação e interrogatório da acusada. II - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, os acusados. III - Dê-se ciência o MP e à DP. Abaetetuba, 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00080718120188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:CLEVERSON CUNHA DE SOUZA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0008071-81.2018.814.0070 Denunciado(s): Cleverson Cunha de Souza RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de outubro de 2019, ás 09h30min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00086133620178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:JOSE AUGUSTO RODRIGUES SILVA VITIMA:J. F. M. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0008613-36.2017.814.0070 Denunciado(s): Jose Augusto Rodrigues Silva RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 15 de outubro de 2019, ás 09h45min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00088723120178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:JOELSON BATISTA MIRANDA. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo

nº 0008872-31.2017.814.0070 Denunciado(s): Joelson Batista Miranda RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de outubro de 2019, ás 10h45min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00093336620188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:JOSENILSON PASSOS DOS PASSOS VITIMA:R. S. S. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0009333-66.2018.814.0070 Denunciado(s): Josenilson Passos dos Passos RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 08 de outubro de 2019, ás 10h15min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00098913820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:JOAO CARLOS SOUZA FREIRE VITIMA:M. S. J. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0009891-38.2018.814.0070 Denunciado(s): João Carlos Souza Freire RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 01 de outubro de 2019, ás 09h45min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00100516320188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:RUSOVEN RONILSON CARDOSO PANTOJA VITIMA:L. P. F. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0010051-63.2018.814.0070 Denunciado(s): Rusoven Ronilson Cardoso Pantoja RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 01 de outubro de 2019, ás 10h30min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00104716820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:JEFERSON SILVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:O. C. M. S. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0010471-68.2018.814.0070 Denunciado(s): Jeferson Silva dos Santos RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 15 de outubro de 2019, ás 09h00min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00106714620168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:E. S. S. DENUNCIADO:CLEMIR DA SILVA BARRETO. PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0010671-46.2016.814.0070 Denunciado(s): Clemir da Silva Barreto RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 08 de outubro de 2019, ás 09h45min. III) -

Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00116928620188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:RAFAEL GOMES RODRIGUES DENUNCIADO:RAFAEL DOS SANTOS SOARES Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0011692-86.2018.814.0070 Denunciado(s): Rafael dos Santos Soares RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 09 de outubro de 2019, ás 10h30min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00121989620178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Pedido de Prisão Preventiva em: 26/06/2019 VITIMA:R. L. C. S. DENUNCIADO:VITOR RAMON PINHEIRO MACEDO Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:EYGLER FERNANDO COSTA E COSTA. R. Hoje. I- Apresentada a resposta escrita pela defesa do acusado EYGLER FERNANDO COSTA E COSTA, constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no art. 397 do CPP. II- Designo audiência de instrução e julgamento para a data de 03.09.2019 às 11h45min. III- Intimem-se e requisitem-se, conforme o caso, o acusado e as testemunhas arroladas pelas partes. IV- Dê-se ciência ao MP e à Defesa. V- Sem prejuízo, dê-se vistas ao Ministério Público quanto a certidão de fl. 31. Abaetetuba/PA, 26 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00126677920168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:DHONATAN LIMA LOBATO. R. Hoje. Intime-se a causídica BRUNA LOBATO para que apresente razões recursais, no prazo legal. Abaetetuba/PA, 26 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00133776520178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 26/06/2019 DENUNCIADO:LEONARDO MACIEL BITENCOURT VITIMA:F. V. G. . R. Hoje. Nos termos do art. 589 do CPP, mantenho a decisão de pronúncia prolata às fls. 40/40-V dos autos, por todos os seus fundamentos. Abaetetuba/PA, 26 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00142766320178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:BENEDITO LOPES BARBOSA VITIMA:V. A. B. VITIMA:D. B. B. VITIMA:B. B. B. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0014276-63.2017.814.0070 Denunciado: Benedito Lopes Barbosa DECISÃO: I - Considerando certidão de fl. 22 dos autos, redesigno audiência para o dia 02 de outubro de 2019, ás 10h:00min, para instrução e julgamento. II - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, o acusado e a(s) testemunha(s). III - Dê-se ciência o MP e à DP. Abaetetuba, 25 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 01421820720158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:EDILAN SANTOS OLIVEIRA VITIMA:R. C. C. S. VITIMA:A. R. G. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Inquérito Policial nº 0142182-07.2015.8.14.0070 Envolvido: EDILAN SANTOS OLIVEIRA R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 44. II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba-PA, 26 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00002433920158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação:

Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:ADENILSON RIBEIRO SILVA DENUNCIADO:ADRIANO RIBEIRO SILVA DENUNCIADO:ODILENO RIBEIRO SILVA DENUNCIADO:ADILTO RIBEIRO SILVA DENUNCIADO:ADEMIR RIBEIRO DA SILVA VITIMA:I. F. B. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0000243-39.2015.814.0070 Denunciado(s): Adenilson Ribeiro Silva e outros SENTENÇA Trata-se os autos de execução penal, processo em epigrafe, pelo delito do artigo 12 da lei nº 10.826/2003. Representante do Ministério Público Estadual requer com fundamento no artigo 89, § 5º da Lei nº 9099/95, seja declarada extinta da pena imposta aos denunciados em virtude seu integral cumprimento fls.95/96. Decorrido o prazo do cumprimento da pena conforme certidão de fls. 93 os denunciados cumpriram integralmente com as condições impostas, não constando nos autos registro de descumprimento da pena convencionadas. Isto, nos termos do artigo 89, § 5º da lei nº 9099/95, DECLARO EXTINTA a punibilidade de Adenilson Ribeiro Silva, Adriano Ribeiro Silva, Odileno Ribeiro Silva, Adilto Ribeiro Silva e Ademir Ribeiro da Silva. Ciente o Ministério Público. P.R.I.C. Abaetetuba, 26 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00005009020098140070 PROCESSO ANTIGO: 20092000224 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JOSE MARIA VILHENA DOS SANTOS Representante(s): OAB 13998 - ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA (ADVOGADO) OAB 18316 - ERIDIANE DA CONCEICAO RODRIGUES DOS SANTOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA PROCESSO Nº 0000500-90.2009.8.14.0070 Denunciado: JOSÉ MARIA VILHENA DOS SANTOS R. Hoje I- Mantenho a decisão de pronúncia de fl. 159, em todos os seus fundamentos, nos termos do art. 589 do CPP. II- Recebo o recurso em sentido estrito interposto e arrazoado tempestivamente, às fls. 165/168. II-Vistas ao recorrido para apresentar contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba-PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00007348420098140070 PROCESSO ANTIGO: 200920003461 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:WALDIR SOUSA PANTOJA DENUNCIADO:EDIMILSON SOUZA SILVA VITIMA:L. R. E. R. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0000734-84.2009.814.0070 Apelante: WALDIR SOUSA PANTOJA R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 111. II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba-PA, 27 de junho de 2016. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00017750920198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:EDILSON DE BRITO PANTOJA VITIMA:G. R. C. . R. Hoje. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do acusado EDILSON BRITO PANTOJA, brasileiro, natural de Abaetetuba/PA, nascido em 04.09.1992, portador do RG n° 7414359 PC/PA, filho de Maria de Brito Pantoja e Eládio de Brito Pantoja, residente na Rua Torquato Barros, n° 114, bairro: São Sebastião, Abaetetuba/PA, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado citado não constituir defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) Público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o réu estará obrigado a comunicar qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009 DA CJCI/TJEPA. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA

MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00020943220078140070 PROCESSO ANTIGO: 20072000911 4 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:ANTONIO CASTILHO DOS SANTOS Representante(s): OAB 8159 - AILTON SILVA DA FONSECA (ADVOGADO) VITIMA:D. E. V. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Comarca de Abaetetuba Vara de Execução de Abaetetuba Processo nº 0002094-32.2007.814.0070 Denunciado: Antônio Castilho dos Santos SENTENÇA Vistos etc. Nos autos de ação penal, às fls. 111e verso foi acostado declaração de óbito do acusado. Ministério Público do Estado, manifestou-se pela extinção da punibilidade de Antônio Castilho dos Santos, nos termos do artigo 107, inciso I do CP, em virtude de seu falecimento fls. 114. Nesses termos, tendo em vista o falecimento do agente, devidamente comprovado pelo Laudo Necropsia acostado às fls.10 e ante a manifestação do Ministério Público, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do crime atribuído a Antônio Castilho dos Santos, com fundamento no artigo 107, I do Código Penal, promova-se as anotações devidas. Observadas as cautelas legais. Arquivem-se. Dê-se ciência ao MP e à DP. Abaetetuba, 24 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00022053920118140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:RAQUEL VASCONCELOS BAIA Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0002205-39.2011.8.14.0070 Apelante: RAQUEL VASCONCELOS BAIA R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente à fl. 87. II- Considerando a manifestação do apelante no sentido de apresentar razões em instância superior, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens, e após a apresentação das referidas razões, dê-se vistas ao apelado para apresentação de contrarrazões. Abaetetuba-PA, 27 de junho de 2016. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00031874320178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 27/06/2019 VITIMA:R. L. B. DENUNCIADO:RONALDO RIBEIRO BAILAO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0003187-43.2017.8.14.0070 Apelante: RONALDO RIBEIRO BAILÃO R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 78. II-Apresentadas as razões recursais tempestivamente, abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba-PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00041542020198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:K. C. C. S. C. DENUNCIADO:FRANCINEI DO SOCORRO CORREA DE SOUZA. R. Hoje. Dê-se vistas ao Ministério Público para manifestação quanto ao pedido de dispensa de fiança. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00047950820198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 27/06/2019 DENUNCIADO:CRISTIANO PANTOJA FARIAS DENUNCIADO:FRANCISCA PINHEIRO MACIEL SARDINHA VITIMA:L. C. G. . R. Hoje. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do acusado CRISTIANO PANTOJA FARIAS, vulgo "Bruxo" ou "Mata-Mãe", nascido em 27.06.1984, brasileiro, paraense, natural de Belém/PA, filho de José de Moraes Farias e Maria Luiza Pantoja, residente e domiciliado no Bairro: Boa Esperança, Igarapé-Miri/PA e FRANCISCA MACIEL SARDINHA, vulgo "Tortinha" ou "Mãe-grande", nascida em 30.09.1990, brasileira, paraense, natural de Igarapé-Miri/PA, filha de Manoel do Carmo Farias Sardinha e Ângela Maria Pinheiro Maciel, residente e domiciliada na Passagem Bom Jardim, s/n°, bairro: Boa Esperança, Abaetetuba/PA , para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. II - Na resposta os acusados poderão arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada

a resposta no prazo legal, ou se os acusados citados não constituírem defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) Público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, os réus estarão obrigados a comunicar qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009 DA CJCI/TJEPA. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00048291720188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:CLEVER MARQUES CARVALHO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0004829-17.2018.8.14.0070 Apelante: CLEVER MARQUES CARVALHO R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 48. II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba-PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00048340520198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:MARCOS VINICIUS DE SOUZA MONTEIRO DENUNCIADO:RAFAEL DOS SANTOS SOARES VITIMA:L. P. M. . R. Hoje. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação dos acusados RAFAEL DOS SANTOS SOARES, nascido em 23.12.1993, brasileiro, paraense, natural de Tucuruí, filho de Vera Lúcia dos Santos, atualmente custodiado no CRRAb, residente e domiciliado na Rua Padre Joaquim Varjão Rolim, n°19, Quadra 25, bairro: Pioneiro, Barcarena/PA e MARCOS VINICIUS DE SOUZA MONTEIRO, vulgo "Nilcinho", nascido em 23.12.1993, brasileiro, paraense, filho de Cristina de Souza Monteiro, atualmente custodiado no CRRAb, residente e domiciliado no Ramal Itacupé, Bairro: Zona Rural, Abaetetuba/PA, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. II - Na resposta os acusados poderão arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada as respostas no prazo legal, ou se os acusados citados não constituírem defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) Público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, os réus estarão obrigados a comunicar qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009 DA CJCI/TJEPA. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00050749120198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:DOUGLAS GOES SERRAO VITIMA:L. C. P. . R. Hoje. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do acusado DOUGLAS GÓES SERRÃO, brasileiro, natural de Abaetetuba/PA, nascido em 11.06.1996, portador do RG n° 8408866 PC/PA, filho de Raimundo das Graças Rodrigues Serrão e Flávio Barbara Goes, residente e domiciliado no Condomínio GreenGov, quadra A, casa 34, Abaetetuba/PA, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado citado não constituir defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) Público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o réu

estará obrigado a comunicar qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009 DA CJCI/TJEPA. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00052091120168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:T. P. F. VITIMA:L. P. M. DENUNCIADO:WELTON SOARES DIAS DENUNCIADO:ANDREY DO ESPIRITO SANTO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0005209-11.2016.8.14.0070 Apelantes: ANDREY DO ESPÍRITO SANTO e WELTON SOARES DIAS R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 55. II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se os apelantes para apresentar as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba-PA, 27 de junho de 2016. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00054917820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:LINDALVA DO SOCORRO SANTOS DAMASCENO DENUNCIADO:LUCINEY MAX SANTOS DAMASCENO DENUNCIADO:RENATA SANTOS DAMASCENO DENUNCIADO:LUIS OTAVIO DAMASCENO BARBOSA DENUNCIADO:JOSE MARIA SANTOS DAMASCENO DENUNCIADO:MANOEL MAUES ALMEIDA DENUNCIADO:JOCIVALDO ALMEIDA E ALMEIDA DENUNCIADO:NAZARENO ALMEIDA E ALMEIDA DENUNCIADO:JOSE CRISTIANO BITENCOURT ALMEIDA DENUNCIADO:FELIPE DE JESUS BRITO GUIMARAES. 7PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA CRIMINAL - COMARCA DE ABAETETUBA D E S P A C H O R.h. 01- NOTIFIQUE-SE o(a)(s) acusado(a)(s): - LINDALVA DO SOCORRO SANTOS DAMASCENO no endereço constante dos autos e/ou onde se encontra custodiado. - LUCINEY MAX SANTOS DAMASCENO no endereço constante dos autos e/ou onde se encontra custodiado. - RENATA SANTOS DAMASCENO no endereço constante dos autos e/ou onde se encontra custodiado. - LUIS OTÁVIO DAMASCENO BARBOSA no endereço constante dos autos e/ou onde se encontra custodiado. - JOSÉ MARIA SANTOS DAMASCENO no endereço constante dos autos e/ou onde se encontra custodiado. - MANUEL MAUÉS ALMEIDA no endereço constante dos autos e/ou onde se encontra custodiado. - JOCIVALDO ALMEIA E ALMEIDA no endereço constante dos autos e/ou onde se encontra custodiado. - NAZARENO ALMEIDA E ALMEIDA no endereço constante dos autos e/ou onde se encontra custodiado. - JOSE CRISTIANO BITENCOURT ALMEIDA no endereço constante dos autos e/ou onde se encontra custodiado. - FELIPE DE JESUS BRITO GUIMARÃES no endereço constante dos autos e/ou onde se encontra custodiado. Para que ofereça(m) Defesa Preliminar por escrito no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55, caput, da Lei n. 11.343/2006. Ademais, indague(m) se o(a)(s) ré(u)(s) possuem advogado(s) constituído(s), declinando nome e dados de contato do(s) causídico(s) (telefone, endereço, número da OAB), devendo, o Sr. Oficial de justiça fazer constar de sua certidão tais dados fornecidos pelo(a)(s) ré(u)(s), ou se requer o patrocínio da Defensoria Pública desta Comarca. 02- Não apresentada à resposta no prazo, nomeio, desde logo, o Defensor Público da Comarca para oferecê-la no prazo de 10 (dez) dias. Para tanto, concedo-lhe vista dos autos, nos termos do artigo 55, § 3º, da Lei n. 11.343/2006. 03- Junte-se aos autos certidão de antecedentes, bem como o laudo de exame toxicológico definitivo, se tais providências ainda não tiverem sido cumpridas. 04 - Cumpra o requerido pelo MP às fls. 04 doa autos. Cumpra-se. Servirá o presente, como MANDADO DE NOTIFICAÇÃO, conforme autoriza o Provimento Nº. 006/2009/CJCI/TJE/PA. Abaetetuba/Pa, 24 de maio de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba. PROCESSO: 00060560820198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 27/06/2019 FLAGRANTEADO:ADRIANO FERREIRA DA CRUZ. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA Processo nº 0006056-08.2019.814.0070. Flagrado: Adriano Ferreira da Cruz DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Compulsando os autos verifico que preenchidos os requisitos legais das prisões em flagrante lavrada em face do flagranteado Adriano Ferreira da Cruz, uma vez que se encontra, a princípio, como incursos às penas do art. 33 da Lei nº 11.343/2006, portanto, CONVERTO a prisão em flagrante em preventiva, nos termos do art. 312 e seguintes do CPP, diante da necessidade da garantia da ordem pública. A teor do art. 312 do Código de Processo Penal, a prisão preventiva poderá ser decretada quando presentes os requisitos fumus comissi

delicti, consubstanciado na prova da materialidade e na existência de indícios de autoria, bem como o periculum libertatis, fundado no risco de que o agente, em liberdade, possa criar à ordem pública/econômica, à instrução criminal ou à aplicação da lei penal. Nos autos, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado na garantia da ordem pública, dada a gravidade concreta do delito imputado, evidenciada a partir do seu modus operandi, sendo suficiente para denotar a periculosidade social do agente e a necessidade de sua custódia, diante da quantidade de material entorpecente encontrado em posse do flagrado, bem como sua disposição, além de haver indícios suficientes de autoria e materialidade do delito, consubstanciado nos depoimentos. Nos termos dos Provimentos nºs 03 e 11/2009, da CJRMB-TJE/PA, servirá este despacho, por cópia digitalizada, como MANDADO DE PRISÃO E INTIMAÇÃO E OFÍCIO. Abaetetuba, 27 de junho de 2019 CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito PROCESSO: 00060751420198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019 ACUSADO:ALESSANDRO BITENCOURT CARMO VITIMA:M. M. S. . R. Hoje. A requerente MARIELE MARTINS SILVA, brasileira, natural de Barcarena/PA, filha de Maria do Socorro Nascimento Martins e Amancio Nascimento Silva, identidade n° 5838284 PC/PA, residente no Ramal Do Cruzeiro, PA 151, Passando a Igreja Santa Cecília, Zona Rural, Abaetetuba/PA, requereu, por intermédio do Delegado de Polícia Civil plantonista, a concessão em desfavor do nacional ALESSANDRO BITENCOURT CARMO, vulgo "Lombudo", filho de "Dona Creuza", o qual reside na Colônia Velha, Vila do Vasco, próximo a Igreja Assembleia de Deus, Zona Rural, Abaetetuba/PA, das seguintes medidas de proteção previstas pela Lei Federal n° 11340/2006: a)afastamento do lar, domicilio ou local de convivência, b) proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas fixando o limite máximo de aproximação entre estes e o indiciado no inquérito policial; c) proibição de frequentar determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica. Considerando as provas carreadas aos autos, inclusive pelos depoimentos prestados perante a autoridade policial, defiro o pedido, com fundamento no art. 22 da lei 11.340/06, para determinar ao agressor: a) afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; b) se abstenha de aproximar-se da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, mantendo distância de 100 metros; c) se abstenha de manter qualquer contato com a ofendida e testemunhas por qualquer meio de comunicação. d) ainda que se abstenha de frequentar os mesmos lugares de que ofendida, sob pena de prisão. Mencione-se no mandado que o descumprimento desta determinação poderá levar a decretação da sua prisão preventiva, caso necessário. Expeça-se competente mandado para intimação do indiciado e da requerente. Oficie-se a autoridade policial comunicando essa decisão. SERVE A CÓPIA DE MANDADO, RESSALTANDO-SE QUE SE TRATA DE MEDIDA DE URGÊNCIA DEVENDO, INCLUSIVE, SER CUMPRIDA DURANTE O REGIME DE PLANTÃO JUDICIAL Dê-se ciência do Ministério Público. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00060751420198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019 ACUSADO:ALESSANDRO BITENCOURT CARMO VITIMA:M. M. S. . R. Hoje. A requerente MARIELE MARTINS SILVA, brasileira, natural de Barcarena/PA, filha de Maria do Socorro Nascimento Martins e Amancio Nascimento Silva, identidade n° 5838284 PC/PA, residente no Ramal Do Cruzeiro, PA 151, Passando a Igreja Santa Cecília, Zona Rural, Abaetetuba/PA, requereu, por intermédio do Delegado de Polícia Civil plantonista, a concessão em desfavor do nacional ALESSANDRO BITENCOURT CARMO, vulgo "Lombudo", filho de "Dona Creuza", o qual reside na Colônia Velha, Vila do Vasco, próximo a Igreja Assembleia de Deus, Zona Rural, Abaetetuba/PA, das seguintes medidas de proteção previstas pela Lei Federal n° 11340/2006: a)afastamento do lar, domicilio ou local de convivência, b) proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas fixando o limite máximo de aproximação entre estes e o indiciado no inquérito policial; c) proibição de frequentar determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica. Considerando as provas carreadas aos autos, inclusive pelos depoimentos prestados perante a autoridade policial, defiro o pedido, com fundamento no art. 22 da lei 11.340/06, para determinar ao agressor: a) afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; b) se abstenha de aproximar-se da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, mantendo distância de 100 metros; c) se abstenha de manter qualquer contato com a ofendida e testemunhas por qualquer meio de comunicação. d) ainda que se abstenha de frequentar os mesmos lugares de que ofendida, sob pena de prisão. Mencione-se no mandado que o descumprimento desta determinação poderá levar a decretação da sua prisão preventiva, caso necessário. Expeça-se competente mandado para intimação do indiciado e da requerente. Oficie-se a autoridade policial comunicando essa decisão. SERVE A CÓPIA DE MANDADO, RESSALTANDO-SE QUE SE TRATA DE MEDIDA DE URGÊNCIA

DEVENDO, INCLUSIVE, SER CUMPRIDA DURANTE O REGIME DE PLANTÃO JUDICIAL Dê-se ciência do Ministério Público. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00075767620148140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:A. T. S. DENUNCIADO:ANDREIA SILVA DE SOUSA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0007576-76.2014.814.0070 Denunciado(s): Andreia Silva de Sousa SENTENÇA Trata-se os autos de execução penal, processo em epigrafe, pelo delito do artigo 180, Caput do Código Penal Brasileiro. Representante do Ministério Público Estadual requer com fundamento no artigo 89, § 5º da Lei nº 9099/95, seja declarada extinta da pena imposta a denunciada em virtude seu integral cumprimento fls.51. Decorrido o prazo do cumprimento da pena conforme certidão de fls. 50 o denunciado cumpriu integralmente com as condições impostas, não constando nos autos registro de descumprimento da pena convencionadas. Isto, nos termos do artigo 89, § 5º da lei nº 9099/95, DECLARO EXTINTA a punibilidade de Andreia Silva de Sousa. Ciente o Ministério Público. P.R.I.C. Abaetetuba, 26 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00075910620188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:DAIANA CARDOSO DE LIMA DIAS Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUCAS DOS ANJOS GONCALVES Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0007591-06.2018.8.14.0070 Apelantes: DAIANA CARDOSO DE LIMA DIAS e LUCAS DOS ANJOS GONÇALVES R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 82. II-Apresentadas as razões recursais tempestivamente às fls. 98/111, abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba-PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00080689720168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:MARLINO RODRIGUES ABREU Representante(s): OAB 22602 - ANA JULIA MUNIZ KEMPNER (ADVOGADO) VITIMA:H. A. A. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO COMARCA DE ABAETETUBA - VARA CRIMINAL Processo nº 0008068-97.2016.814.0070 Denunciado: Marlino Rodrigues Abreu RH. I -Certifique-se o transito em julgado da sentença de fls. 59/60. II - Após, forme-se os autos de execução para cumprimento da pena. Abaetetuba, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00089289820168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JOSEMAR CRUZ CARVALHO VITIMA:R. L. P. . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA Processo nº 0008928-98.2016.814.0070 Denunciado(s): Josemar Cruz Carvalho RH: I) - Apresentada a resposta escrita pelo(s) acusado(s), constata-se não ser possível a sua absolvição sumária, eis que não resta configurada, neste momento, nenhuma das hipóteses previstas no artigo 397 do CPP. II) - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de outubro de 2019, ás 10h15min. III) - Intimem-se e requisite-se, conforme o caso, as testemunhas arroladas pelas partes. IV) - Dê-se ciência o MP e à DP. V- Intimem-se o(s) acusado(s). Abaetetuba (PA), 25 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juiza de Direito, Titular da Vara Criminal de Abaetetuba /1 PROCESSO: 00095354320188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:CLEBERSON CORDEIRO MATOS VITIMA:B. F. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0009535-43.2018.8.14.0070 Apelante: CLEBERSON CORDEIRO MATOS R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 32. II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba-PA, 27 de junho de 2016. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO:

00095426920178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:K. M. P. DENUNCIADO:HESTILENE DA SILVA SANTOS. R. Hoje. I - A denúncia preenche os requisitos do art. 41 do CPP. Descreve fato de relevância penal, sem que se possa vislumbrar, em análise inicial, situação excludente de ilicitude ou de culpabilidade. A justa causa para a ação penal está, por sua vez, satisfatoriamente consubstanciada nos elementos colhidos no inquérito policial. Desta forma, não havendo motivo para rejeição liminar (art. 395 do CPP), recebo a denúncia e determino a citação do acusado HESTILENE DA SILVA SANTOS, nascida em 29.05.1980, brasileira, paraense, natural de Abaetetuba/PA, filha de Maria do Socorro da Silva Santos, residente e domiciliada na Sexta Rua n° 1273, bairro: São Sebastião, Abaetetuba/PA, para responder à acusação por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. II - Na resposta o acusado poderá arguir preliminares, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. III- Não apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado citado não constituir defensor, fica desde já nomeado (a) Defensor (a) Público (a) que atue nesta Comarca, que deverá ser intimada pessoalmente para oferecê-la, concedendo-lhe vista dos autos por 10 (dez) dias. IV - Deverá constar no MANDADO, que a partir da CITAÇÃO, o réu estará obrigado a comunicar qualquer mudança de endereço, para fins de INTIMAÇÃO e comunicação Oficial, sob pena de decretação de sua revelia (CPP art. 367). SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO DE CITAÇÃO, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO 003/2009 DA CJCI/TJEPA. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00106729420178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:S. M. F. C. VITIMA:R. C. C. VITIMA:J. R. C. VITIMA:A. R. C. VITIMA:D. J. B. J. DENUNCIADO:LIBIANE CASTRO TEIXEIRA Representante(s): OAB 7587 - ELSON SANTOS DE ARRUDA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JEMERSON DA SILVA BAIA DENUNCIADO:PEDRO MAYCON DO NASCIMENTO VALENTE Representante(s): OAB 21988 - FABIO FURTADO SANTOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:GENILSON DA SILVA BAIA DENUNCIADO:WELINGTON MONTEIRO DOS SANTOS ALVES OU WELITON DOS SANTOS ALVES Representante(s): OAB 7587 - ELSON SANTOS DE ARRUDA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0010672-94.2017.8.14.0070 Apelante: LIBIANE CASTRO TEIXEIRA R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 144. II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba-PA, 27 de junho de 2016. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00137361520178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019 VITIMA:F. J. M. A. ACUSADO:ANTONIO GABRIEL MEDEIROS DE ALMEIDA. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ABAETETUBA - JUÍZO DA VARA CRIMINAL Processo nº 0013736-15.2017.814.0070 Denunciado: Antônio Gabriel Medeiros de Almeida Cap. Penal: artigo 12, III da Lei nº 11.340/2006. SENTENÇA Trata-se de APP CONDICIONADA pela prática do crime de maus tratos no âmbito de violência domesticas (art. 12 III, da Lei nº 11.340/2006). Conforme relato da vítima. Não houve representação da vítima, conforme certidão de fls. 21, a vítima manifestou em não prosseguir com as medidas protetivas de urgência, nos termos do artigo 12 III, da Lei nº 11.340/2006. O Ministério Público manifesta-se pelo arquivamento, tendo em vista manifestação expressa da ausência de interesse da vítima quanto ao prosseguimento do feito. Nestes termos vieram os autos conclusos. É o relatório sucinto. Decido. A regra do art. 103 do CPB preceitua que ocorre a decadência do direito de queixa/representação quando o ofendido deixa de oferecer ação penal privada/representação no prazo de 06 (seis) meses, respectivamente, a contar da ciência de quem foi o autor da infração ou, no caso da App Condicionada Subsidiária, do dia em que se esgota o prazo para a denúncia. O art. 102 do CPB, por sua vez, prevê que a representação será irretratável depois de oferecida a denúncia. Ademais, tratando-se de suposta prática do crime de maus no âmbito de violência domesticas (art. 12 III, da Lei nº 11.340/2006), é caso de App Condicionada, em que, repita-se, houve retratação em tempo hábil. Dessa forma, torna-se imperioso, portanto, o reconhecimento da extinção de punibilidade do autor do fato, nos termos requeridos pela ofendida. Isto posto, julgo extinta a punibilidade do(a) autor(a) do fato, tudo de acordo com o que dispõe os arts. 103 e 107, item IV do CPB. P.R.I.C. Dê-se ciência ao Ministério Público. Abaetetuba/PA, 26 de junho

de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. Página de 1 PROCESSO: 00191904420158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:LUCIVALDO CORREA DOS PASSOS VITIMA:R. C. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA PROCESSO Nº 0019190-44.2015.8.14.0070 Denunciado: LUCIVALDO CORREA DOS PASSOS SENTENÇA Vistos, etc. O Ministério Público do Estado do Pará ajuizou ação penal em desfavor de LUCIVALDO CORREA DOS PASSOS, já devidamente qualificado nos autos, como incurso às penas do art. 157 §2°, incisos I e II, do Código Penal Brasileiro. Narra a exordial acusatória que no dia 18/05/2015 o denunciado LUCIVALDO CORREA DOS PASSOS, armado com uma faca, abordou a vítima Rarison Costa Castro e, sob grave ameaça, exigiu-lhe a entrega de seu aparelho celular de marca Samsung. Consta da denúncia que o acusado se evadiu do local, sendo posteriormente por policiais militares. A vítima relatou que o acusado estava em uma motocicleta juntamente com outro indivíduo, o qual não foi identificado. Perante a autoridade policial o denunciado negou a autoria delitiva. Por fim, o Ministério Público aufere que a autoria e materialidade do delito estão devidamente comprovadas pelas provas constantes nos autos. A denúncia foi recebida, conforme decisão de fl. 05. Durante a instrução processual foi procedida a oitiva da vítima, sendo decretada a revelia do acusado, conforme decisão de fls. 34. O Ministério Público apresentou suas alegações finais requerendo a absolvição do réu, por entender não provada a denúncia. A defesa, por sua vez, em alegações derradeiras, requereu a absolvição do acusado, vinculada ao artigo 386, inciso II do CPB. RELATADO. PASSO A DECISÃO. Cuidam os presentes autos de ação penal pública movida em face do réu LUCIVALDO CORREA DOS PASSOS, pela prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, incisos I e II do Código Penal Brasileiro. As provas produzidas durante a instrução criminal não são suficientemente claras acerca da conduta delituosa do acusado, uma vez que a vítima em juízo alegou que "não identificou o autor". Desse modo, a colheita de provas na fase inquisitorial, embora produzida dentro da legalidade, somente ela não pode embasar a sentença condenatória do juízo. Portanto, a sentença condenatória deve pautar-se nas provas produzidas em juízo, a fim de garantir o direito à ampla defesa, em respeito aos direitos fundamentais consagrados pelo Estado Democrático de Direito. Assim, entendo que a instrução probatória foi insuficiente, portanto, inexistindo provas suficientes para embasar decreto condenatório. Posto isso, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a denúncia ABSOLVENDO-SE o réu LUCIVALDO CORREA DOS SANTOS, com fulcro no art. 386, incisos V e VII, do CPP. Proceda-se as anotações necessárias. P.R.I.C. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 01191800820158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:RICARDO RODRIGUES BITENCOURT VITIMA:M. R. S. V. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0119180-08.2015.8.14.0070 Apelante: RICARDO RODRIGUES BITENCOURT R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 59. II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba-PA, 27 de junho de 2016. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 01481805320158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:SIDILEA SOUSA SOARES. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ABAETETUBA VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0148180-53.2015.8.14.0070 Apelante: SIDILEA SOUSA SOARES R. Hoje I- Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 47. II-Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III-Após, observadas as formalidades legais e independentemente de novo despacho, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba-PA, 27 de junho de 2016. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba. PROCESSO: 00000338520158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:R. S. S. S. DENUNCIADO:VALDINEY RIBEIRO RODRIGUES Representante(s): OAB 26620 -

JOHN KLEIVER CORREA QUARESMA (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0000033-85.2015.814.0070 Denunciado: Valdiney Ribeiro Rodrigues RH. I - Nos termos do art. 593 do Código de Processo Penal, recebo a Apelação. II - Em seguida, intime-se o apelado para contra-arrazoar, no mesmo prazo. III - Após a juntada das contrarrazões ou sem elas, com base no art. 601 do Código de Processo Penal e observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará para os devidos fins. P.R.I. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00000769720108140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 28/06/2019 DENUNCIADO:GERMANO BRAZ CONCEICAO DINIZ DENUNCIADO:GERLANDE BRAZ CONCEICAO DINIZ VITIMA:B. S. B. M. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0000076-97.2010.814.0070 Denunciado: Germano Braz Conceição Diniz RH. I - Nos termos do art. 593 do Código de Processo Penal, recebo a Apelação. II - Em seguida, intime-se o apelado para contra-arrazoar, no mesmo prazo. III - Após a juntada das contrarrazões ou sem elas, com base no art. 601 do Código de Processo Penal e observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará para os devidos fins. P.R.I. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00005632120178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:JHONATAN DOS PASSOS BARBOSA DENUNCIADO:ROSINALDO DA SILVA MONTEIRO DENUNCIADO:MARCELO SOUSA DE SOUSA DENUNCIADO:JORBSON PINHEIRO DO ESPIRITO SANTO DENUNCIADO:RODRIGO SILVA SANTOS. R. Hoje. Considerando a certidão de fl. 137, devolva-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Abaetetuba/PA, 28 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00007437620138140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:GLEYSON DA COSTA CHAVES Representante(s): OAB 5610 - ALBERTO VIDIGAL TAVARES (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOSE RENATO MUNIZ MESQUITA. R. Hoje. Dê-se vistas ao Ministério Público para manifestação quanto as certidões de fls. 42 e 44. Abaetetuba/PA, 28 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00010233120068140070 PROCESSO ANTIGO: 20062000427 2 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 28/06/2019 DENUNCIADO:RAIMUNDO RIBEIRO VITIMA:M. C. S. VITIMA:J. B. C. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0001023-31.2006.814.0070 Denunciado: Raimundo Ribeiro RH. I - Mantenho a decisão de pronúncia de fls. 49/49-verso, por todos os fundamentos exposto na decisão, nos termos do art. 589 do CPP. II - Recebo o recurso em sentido estrito interposto e arrazoado às fls.52. III - Vistas ao recorrido para apresentar contrarrazões. IV - Após, observadas as formalidades legais e independente de novo despacho, remetem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00016618020138140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:JOSE MIGUEL PANTOJA DA SILVA Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUCIVALDO PANTOJA DA SILVA DENUNCIADO:MARINALDO PANTOJA DA SILVA DENUNCIADO:MARIVALDO PANTOJA DA SILVA Representante(s): OAB 6382 - ELIANE BELEM PINHEIRO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ZELITO PANTOJA DA SILVA VITIMA:M. G. S. S. VITIMA:L. R. M. F. . Vistos, etc. Intime-se a causídica indicada pelo réu MARIVALDO PANTOJA DA SILVA para que apresente resposta à acusação, no prazo legal. Abaetetuba/PA, 28 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00016618020138140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:JOSE MIGUEL PANTOJA DA SILVA Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUCIVALDO PANTOJA DA SILVA DENUNCIADO:MARINALDO PANTOJA DA SILVA DENUNCIADO:MARIVALDO PANTOJA DA SILVA Representante(s): OAB 6382 - ELIANE BELEM PINHEIRO (ADVOGADO) DENUNCIADO:ZELITO PANTOJA DA SILVA VITIMA:M. G. S.

S. VITIMA:L. R. M. F. . Vistos, etc. Os réus LUCIVALDO PANTOJA DA SILVA e MARINALDO PANTOJA DA SILVA foram denunciados como incursos nas sanções do art. 157, § 2º, incisos I e II do Código Penal Brasileiro. Relatado sucintamente, decido: Diante da morte dos réus e preenchidos os requisitos estabelecidos no art. 62 do CPP, impõe-se a declaração de extinção da punibilidade do réu nos precisos termos do art.107 I do CPP. Assim, declaro a extinção da punibilidade dos acusados LUCIVALDO PANTOJA DA SILVA e MARINALDO PANTOJA DA SILVA, com fulcro no art. 107, I do Código Penal Brasileiro. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. P.R.I.C Abaetetuba/PA, 28 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00018033220078140070 PROCESSO ANTIGO: 200720008025 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:LUIS FERNANDO DA SILVA COELHO VITIMA:H. F. Q. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0001803-32.2007.814.0070 Denunciado: Luis Fernando da Silva Coelho RH. I - Mantenho a decisão de pronúncia de fls. 143 e verso, por todos os fundamentos exposto na decisão, nos termos do art. 589 do CPP. II - Recebo o recurso em sentido estrito interposto e arrazoado às fls. 145. III - Vistas ao recorrido para apresentar contrarrazões. IV - Após, observadas as formalidades legais e independente de novo despacho, remetem-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00022053920118140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:RAQUEL VASCONCELOS BAIA Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0002205-39.2011.814.0070 Apelante: RAQUEL VASCONCELOS BAIA R. Hoje I - Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 87. II - Considerando a manifestação do apelante no sentido de apresentar razões em instância superior, subam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens, e após a apresentação das referidas razões, dê-se vistas ao apelado para apresentação de contrarrazões. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00024266320098140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:ROSINALDO DE SOUZA PINHEIRO VITIMA:J. D. C. C. DENUNCIADO:JOAO DE DEUS DE SOUSA. Vistos, etc. Trata-se de ação penal para apurar a prática dos crimes previstos no art. 14 da lei n° 10.826/03 e art. 180 do Código Penal Brasileiro, praticado pelo nacional ROSINALDO DE SOUZA PINHEIRO. O Ministério Público, com fundamento no Art. 107, I do Código de Processo Penal Brasileiro, do Código de Processo Penal, requer a extinção da punibilidade do réu, uma vez que à fl.180 consta certidão de óbito atestando a morte do acusado. Assim, comungo com o entendimento ministerial, acolhendo sua manifestação, declarando extinta a punibilidade do réu ROSINALDO DE SOUZA PINHEIRO, determinando que após observadas as formalidades legais seja procedido o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, com fulcro no art. 107, I do Código de Processo Penal. Após o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas legais. Abaetetuba/PA, 28 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00042036620168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:MARCELO PANTOJA QUARESMA. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0004203-66.2016.814.0070 Denunciado: Marcelo Pantoja Quaresma RH. Nos termos do art. 593 do Código de Processo Penal, recebo a Apelação. Intime-se o apelante para arrazoar, no prazo de 08 (oito) dias. Em seguida, intime-se o apelado para contra-arrazoar, no mesmo prazo. Após a juntada das contrarrazões ou sem elas, com base no art. 601 do Código de Processo Penal e observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará para os devidos fins. P.R.I. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, Titular da Vara Criminal Execução de Abaetetuba PROCESSO: 00052091120168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:T. P. F. VITIMA:L. P. M. DENUNCIADO:WELTON SOARES DIAS DENUNCIADO:ANDREY DO ESPIRITO SANTO. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0005209-11.2016.814.0070 Apelantes: ANDREY DO ESPIRITO SANTO e WELTON SOARES DIAS R.

Hoje I - Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 55. II - Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III - Após, observadas as formalidades legais e independente de novo despacho, s8ubam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00105277220168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:MARCO ANTONIO DIAS FERREIRA OU FRANCIVALDO DIAS FERREIRA VITIMA:L. N. N. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0010527-72.2016.814.0070 Denunciado: Francivaldo Dias Ferreira RH. I - Nos termos do art. 593 do Código de Processo Penal, recebo a Apelação. II - Intime-se o apelante para arrazoar, no prazo de 08 (oito) dias. III - Em seguida, intime-se o apelado para contra-arrazoar, no mesmo prazo. IV - Após a juntada das contrarrazões ou sem elas, com base no art. 601 do Código de Processo Penal e observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará para os devidos fins. P.R.I. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 00137612820178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 INDICIADO:JACKSON PEREIRA FERREIRA VITIMA:M. N. F. VITIMA:A. R. R. . Vistos, etc. Cumpra-se, conforme o requerido pelo Ministério Público à fl. 26. Abaetetuba/PA, 28 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00191912920158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 ENVOLVIDO:EM APURACAO VITIMA:A. S. G. . R. Hoje. Cumpra-se, conforme requerido pelo Ministério Público à fl. 55. Abaetetuba/PA, 28 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba/PA. PROCESSO: 00971870620158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:LUIS ALEXANDRE SANTOS DOS SANTOS Representante(s): OAB 8020 - DENILZA DE SOUZA TEIXEIRA (ADVOGADO) VITIMA:M. L. S. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0097187-06.2015.814.0070 Denunciado: Luis Alexandre Santos dos Santos RH. I - Nos termos do art. 593 do Código de Processo Penal, recebo a Apelação. II - Intime-se o apelante para arrazoar, no prazo de 08 (oito) dias. III - Em seguida, intime-se o apelado para contra-arrazoar, no mesmo prazo. IV - Após a juntada das contrarrazões ou sem elas, com base no art. 601 do Código de Processo Penal e observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará para os devidos fins. P.R.I. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 01191775320158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:J. F. C. DENUNCIADO:JOSE ROBERTO BARBOSA DIAS Representante(s): OAB 21122 - CLEOBER TADEU DE CAMPOS (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0119177-53.2015.814.0070 Denunciado: José Roberto Barbosa Dias RH. I - Nos termos do art. 593 do Código de Processo Penal, recebo a Apelação. II - Intime-se o apelante para arrazoar, no prazo de 08 (oito) dias. III - Em seguida, intime-se o apelado para contra-arrazoar, no mesmo prazo. IV - Após a juntada das contrarrazões ou sem elas, com base no art. 601 do Código de Processo Penal e observadas as formalidades legais, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará para os devidos fins. P.R.I. Cumpra-se. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito Titular da Vara Criminal de Abaetetuba PROCESSO: 01191800820158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:RICARDO RODRIGUES BITENCOURT VITIMA:M. R. S. V. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0119180-08.2015.814.0070 Apelante: RICARDO RODRIGUES BITENCOURT R. Hoje I - Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 59. II - Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III - Após, observadas as formalidades legais e independente de novo despacho, s8ubam os autos ao E. Tribunal de Justiça do

Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 01481805320158140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:SIDILEA SOUSA SOARES. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA CRIMINAL DE ABAETETUBA Processo nº 0148180-53.2015.814.0070 Apelante: SIDILEA SOUSA SOARES R. Hoje I - Recebo o recurso de apelação interposto tempestivamente às fls. 47. II - Conforme Art. 600 do CPP, intime-se o apelante para apresentar as razões recursais no prazo de 08 (oito) dias, em seguida abra-se vistas ao representante do Ministério Público para contrarrazões. III - Após, observadas as formalidades legais e independente de novo despacho, s8ubam os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado, com as devidas homenagens. Abaetetuba/PA, 27 de junho de 2019. CARLA SODRE DA MOTA DESSIMONI Juíza de Direito, Titular da Vara Criminal da Comarca de Abaetetuba PROCESSO: 00008217920118140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: M. F. S. Representante(s): OAB 6382 - ELIANE BELEM PINHEIRO (ADVOGADO) VITIMA: M. L. C. F. PROCESSO: 00034105920188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: E. F. C. E. C. Representante(s): OAB 3000 - MARIA DO SOCORRO DE FIGUEIREDO MIRALHA DA SILVA (ADVOGADO) PROCESSO: 00039342220198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: M. V. O. DENUNCIADO: C. N. S. DENUNCIADO: P. C. T. S. DENUNCIADO: J. V. A. DENUNCIADO: F. J. M. F. PROCESSO: 00039342220198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: M. V. O. DENUNCIADO: C. N. S. DENUNCIADO: P. C. T. S. DENUNCIADO: J. V. A. DENUNCIADO: F. J. M. F. PROCESSO: 00043141620178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: A. M. Z. N. A. Representante(s): OAB 23188 - PAULO ANDREI RODRIGUES (ADVOGADO) VITIMA: L. M. D. G. PROCESSO: 00043141620178140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: A. M. Z. N. A. Representante(s): OAB 23188 - PAULO ANDREI RODRIGUES (ADVOGADO) VITIMA: L. M. D. G. PROCESSO: 00043603420198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: M. J. F. M. DENUNCIADO: M. N. R. P. DENUNCIADO: T. L. S. PROCESSO: 00057261620168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: DENUNCIADO: L. P. C. PROCESSO: 00059955020198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cautelar Inominada em: AUTORIDADE POLICIAL: B. L. G. INVESTIGADO: D. F. C. INVESTIGADO: A. C. F. C. PROCESSO: 00059955020198140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cautelar Inominada em: AUTORIDADE POLICIAL: B. L. G. INVESTIGADO: D. F. C. INVESTIGADO: A. C. F. C. PROCESSO: 00066132920188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: W. M. R. VITIMA: B. J. M. PROCESSO: 00072972220168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: R. M. D. DENUNCIADO: I. A. S. PROCESSO: 00097960820188140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico em: VITIMA: R. P. T. AUTORIDADE POLICIAL: D. V. L. C. C. INVESTIGADO: J. F. M. INVESTIGADO: L. P. T. PROCESSO: 00104185820168140070 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico em: AUTORIDADE POLICIAL: Q. P. C. D. D.

COMARCA DE MARABÁ

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ

Número do processo: 0804636-61.2019.8.14.0028 Participação: DEPRECANTE Nome: BANCO BRADESCO S/A Participação: ADVOGADO Nome: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINSOAB: 12002/MS Participação: DEPRECADO Nome: GABRIEL PINHEIRO BOTELHO COSTAPoder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará 1ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Marabá Processo n°0804636-61.2019.8.14.0028? Requerimento de Busca e Apreensão. Autos de origem:0001554-78.2017.827.2739, oriundos da1ª Escrivania Cível de Tocantínia/TO. Objeto/finalidade: Busca e Apreensão Parte requerida: GABRIEL PINHEIRO BOTELHOCOSTA? Endereço:Nova Ipixuna ? PA, Rua TV vai para o céu, 425 ? Centro, CEP: 68.585-000. Bens a serem apreendidos:MARCA ? HONDAMODELO ? CIVIC LXSPLACA ? OBW-9184RENAVAN ? 470135336CHASSI ? 93HFB2630CZ215499COR ? BRANCAANO/FAB ? 2012ANO/MOD ? 2012UF ? PAD E C I S Ã O Trata-se de requerimento de busca e apreensão de bens formulado por BANCO BRADESCO S.A com fulcro no § 12 do artigo 3º do Decreto-lei nº 911/1969. Juntou documentos, dentre os quais a decisão proferida nos autos nº0001554-78.2017.827.2739, oriundos da1ª Escrivania Cível de Tocantínia/TO, que deferiu a liminar pretendida. Custas iniciais recolhidas, conforme certificado pela Secretaria desta Vara. Vieram-me os autos conclusos. É o relato necessário.DECIDO. Pois bem. Sem mais delongas, considerando o disposto no artigo 3º do Decreto-lei nº 911/1969, especialmente o seu § 12, este incluído pela Lei nº 13.043, de 2014, verifica-se que o pedido da parte interessada merece guarida, ainda mais quando se leva em conta os documentos acostados. Destarte,SIRVA-SE DA PRESENTE DECISÃO COMO O COMPETENTE MANDADO DE BUSCA E APREENSÃO DO BEM DESCRITO NO REQUERIMENTO, NA FORMA DEFERIDA NA DECISÃO E NO ENDEREÇO INFORMADO NA PEÇA DE REQUERIMENTO. Expeça-se o necessário. Intime-se. Cumpra-se,DE TUDO OBSERVADAS AS CAUTELAS DE PRAXE QUANTO AO RECOLHIMENTO DAS CUSTAS INTERMEDIÁRIAS. Marabá/PA, 28 de JUNHO de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZAJuíza de Direito auxiliar da 1ª Vara Cível de Marabá

Processo nº 00027507020138140028 ¿ Ação de investigação de paternidade c/c alimentos
Parte requerente: C.H.A.S., representado (a/s) por J.A.S. ¿ Advogado (a/s): JAIRIANE DOS SANTOS MOTA (OAB/PA nº 20.006)
Parte requerida: M.T. ¿ Advogado (a/s): THELMA THAIS PESSOA GALVÃO RATTES (OAB/PA nº 25.752)
ATO ORDINATÓRIO
De ordem da Excelentíssima Senhora Doutora ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA, Juíza de Direito substituta respondendo pela 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA, expeço/publico este ato com vistas à intimação das partes (requerente e requerida) via DJE/PA, na pessoa de seu/sua advogado/a regularmente constituído/a (acima informado/a/s), a fim de que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, se manifestem acerca do laudo pericial acostado ao processo.
Sirva-se deste ato, mediante cópia, como intimação das partes via DJE/PA.
Marabá/PA, 27 de junho de 2019.
ALEIXO NUNES GONÇALVES NETO
Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA

Processo nº 00057657620158140028 ¿ Ação de investigação de paternidade c/c alimentos
Parte requerente: T.B.S., representado (a/s) por G.G.S. ¿ Advogado (a/s): Defensoria
Pública do Estado do Pará
Parte requerida: J.S.R. ¿ Advogado (a/s): ARCY CARLOS DE BARCELLOS (OAB/PA nº 22.219-A)
ATO ORDINATÓRIO
De ordem da Excelentíssima Senhora Doutora ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA, Juíza de Direito substituta respondendo pela 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA, expeço/publico este ato com vistas à intimação da parte requerida via DJE/PA, na pessoa de seu/sua

advogado/a regularmente constituído/a (acima informado/a/s), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifeste acerca do laudo pericial acostado ao processo.
Sirva-se deste ato, mediante cópia, como intimação da parte via DJE/PA.
Marabá/PA, 27 de junho de 2019.
ALEIXO NUNES GONÇALVES NETO
Diretor de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ

Número do processo: 0802823-33.2018.8.14.0028 Participação: REQUERENTE Nome: JOSE DA CONCEICAO SILVA Participação: ADVOGADO Nome: ETENAR RODRIGUES DA SILVAOAB: 886PA Participação: REQUERIDO Nome: ELITE ENGENHARIA LTDA - EPP Participação: REQUERIDO Nome: HF ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDADESPACHOR. H.1. Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça (Id. 11110959), em 10 (dez) dias.2. Sendo apresentado novo endereço, cumpra-se o Despacho exarado (Id. 5842928).3. Decorrido o prazo sem manifestação, conclusos.Expeça-se o necessário. Cumpra-se.Marabá/PA, 26 de junho de 2019.ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZAJuíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e EmpresarialComarca de Marabá/PA

Número do processo: 0801499-71.2019.8.14.0028 Participação: AUTOR Nome: POSTO SAO BENTO LTDA Participação: ADVOGADO Nome: CORA WATZLOAB: 25612-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: RODRIGO DIOGO SILVAOAB: 84 Participação: AUTOR Nome: HOTEL SAO BENTO LTDA Participação: ADVOGADO Nome: CORA WATZLOAB: 25612-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: RODRIGO DIOGO SILVAOAB: 84 Participação: RÉU Nome: Justiça PúblicaDECISÃO INTERLOCUTÓRIAR. H.1. Em análise à Decisão Interlocutória exarada (Id. 11230401), constato erro material na mesma.2. É certo que o erro material pode ser corrigido de ofício por seu prolator (Art. 494, I, do CPC).3. Pelo exposto, corrijo, de ofício, o erro material existente, retificando a Decisão Judicial exarada, para alterar os parágrafos 1º e 5º, para incluir o requerente Hotel São Bento Ltda.4. Desta forma, onde se lê: ?(...) Trata-se de pedido de recuperação judicial ajuizado por POSTO SÃO BENTO LTDA (...)?, leia-se:?(...) Trata-se de pedido de recuperação judicial ajuizado por POSTO SÃO BENTO LTDA e HOTEL SÃO BENTO LTDA (...)?. E onde se lê (...) DEFIRO o processamento da recuperação judicial do POSTO SÃO BENTO LTDA", leia-se (...)DEFIRO o processamento da recuperação judicial do POSTO SÃO BENTO LTDA e do HOTEL SÃO BENTO LTDA".5. Mantenho inalterada a Decisão Interlocutória em seus demais termos.Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se a Decisão Interlocutória anterior.Marabá/PA, 27 de junho de 2019.ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZAJuíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e EmpresarialComarca de Marabá/PA

Número do processo: 0800616-27.2019.8.14.0028 Participação: REQUERENTE Nome: ROSANIA FERNANDES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: NAYARA CRISTINA MELO ARAUJOOAB: 629DESPACHOR. H.1. Intime-se a parte autora para, em 10 (dez) dias, juntar aos autos os Termos de Cessão de Crédito devidamente assinados.2. Com a juntada, conclusos.Expeça-se o necessário. Cumpra-se.Marabá/PA, 26 de junho de 2019.ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZAJuíza de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e EmpresarialComarca de Marabá/PA

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ - VARA: 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE MARABÁ PROCESSO: 00001952920108140028 PROCESSO ANTIGO: 201010001092 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Execução de Título Judicial em: 28/06/2019 EXEQUENTE:SEBASTIAO BANDEIRA Representante(s): OAB 14230-B - ROBERTO FERREIRA CALAIS FILHO (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTEVAO RUCHINSKI Representante(s): OAB 8156-B - SEBASTIAO BANDEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:BANCO BRASIL SA Representante(s): OAB 13114 - MICHELLE LEITE COSTA (ADVOGADO) OAB 14194 - CELIO ROBERTO DA SILVA LEAO (ADVOGADO) OAB 3201 - LAUDENIR DA COSTA LANDIN (ADVOGADO) . Processo nº 0000195-29.2010.8.14.0028 Parte autora: Banco do Brasil S.A Advogado: Leudenir da Costa Amorim, OAB AM 3.201 Parte Ré: Sebastião Bandeira Advogado: Sebastião Bandeira, OAB PA 8156 DESPACHO Vistos os autos. Deferido o levantamento do valor incontroverso conforme reconhecido às fls. 412/416. Expeça-se alvará em favor do exequente. Nomeio como perita a contadora CLÁUDIA CARVALHO, com escritório profissional na Fl. 30, Q 01, lote 23, Nova Marabá, nesta cidade a qual deve ser intimada para manifestar-se quanto a aceitação com múnus e, em aceitando, apresentar proposta de honorários em 05 dias. Marabá/PA, 27 junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito Respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Marabá PROCESSO: 00002635920158140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:EDNALDO MACEDO DOS SANTOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00003881820008140028 PROCESSO ANTIGO: 200010002842 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Popular em: 28/06/2019 REU:PREFEITURA MUNICIPAL DE MARABA ADVOGADO:HERNANDES ESPINOSA MARGALHO AUTOR:FRANCISCA BARBOSA DOS SANTOS REU:GERALDO MENDES DE C. VELOSO - PREFEITO REU:SEBASTIAO MIRANDA FILHO - VICE PREFEITO REU:EMPRESA VILHENA & ALMEIDA S/C LTDA E... REU:TODOS OS APROVADOS NO CONCURSO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00005548220018140028 PROCESSO ANTIGO: 200110002949 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Mandado de Segurança Cível em: 28/06/2019 IMPETRADO:PREFEITO MUNICIPAL DE MARABA Representante(s): KARLA LOPES SOBRINHO (ADVOGADO) ADVOGADO:KARLA LOPES SOBRINHO IMPETRANTE:ANA CELIA DO CARMO POMPEU IMPETRANTE:MARIA DA LUZ SOUSA SANTOS IMPETRANTE:CELIA MARIA VIEIRA FEITOSA. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00005548220018140028 PROCESSO ANTIGO:

200110002949 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Mandado de Segurança Cível em: 28/06/2019 IMPETRADO:PREFEITO MUNICIPAL DE MARABA Representante(s): KARLA LOPES SOBRINHO (ADVOGADO) ADVOGADO:KARLA LOPES SOBRINHO IMPETRANTE:ANA CELIA DO CARMO POMPEU IMPETRANTE:MARIA DA LUZ SOUSA SANTOS IMPETRANTE:CELIA MARIA VIEIRA FEITOSA. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00005548220018140028 PROCESSO ANTIGO: 200110002949 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Mandado de Segurança Cível em: 28/06/2019 IMPETRADO:PREFEITO MUNICIPAL DE MARABA Representante(s): KARLA LOPES SOBRINHO (ADVOGADO) ADVOGADO:KARLA LOPES SOBRINHO IMPETRANTE:ANA CELIA DO CARMO POMPEU IMPETRANTE:MARIA DA LUZ SOUSA SANTOS IMPETRANTE:CELIA MARIA VIEIRA FEITOSA. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00005548220018140028 PROCESSO ANTIGO: 200110002949 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Mandado de Segurança Cível em: 28/06/2019 IMPETRADO:PREFEITO MUNICIPAL DE MARABA Representante(s): KARLA LOPES SOBRINHO (ADVOGADO) ADVOGADO:KARLA LOPES SOBRINHO IMPETRANTE:ANA CELIA DO CARMO POMPEU IMPETRANTE:MARIA DA LUZ SOUSA SANTOS IMPETRANTE:CELIA MARIA VIEIRA FEITOSA. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00008499620158140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA CELPA Representante(s): OAB 15336 - ANDRE LUIZ CHINI (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MARABA. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00008499620158140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA CELPA Representante(s): OAB 15336 - ANDRE LUIZ CHINI (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MARABA. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00008499620158140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA CELPA Representante(s): OAB 15336 - ANDRE LUIZ CHINI (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MARABA. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00008499620158140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação:

Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA CELPA Representante(s): OAB 15336 - ANDRE LUIZ CHINI (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MARABA. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00009280820088140028 PROCESSO ANTIGO: 200810005816 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Desapropriação em: 28/06/2019 REQUERENTE:ESTADO DO PARA REQUERIDO:MANOEL SEBASTIAO DE BARROS Representante(s): WALTEIR DOS SANTOS VIEIRA (ADVOGADO) PROCURADOR(A):JOANA CRISTINA BRASIL BARBOSA FERREIRA. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00010058920128140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO PEREIRA DE BRITO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 12758 - RENATA SOUZA DOS SANTOS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:COMERCIAL DE FRIOS MARZIO LTDA ME. ATO ORDINATÓRIO: Processo: 0001005-89.2012.8.14.0028 Ação: EXECUÇÃO FISCAL. Requerentes: NÃO INFORMADO Requerido: NÃO INFORMADO Intimo o requerente/exequente para que se manifeste sobre a devolução infrutífera do mandado/AR no prazo de 15 dias úteis, sob pena de extinção. Sendo informado novo endereço, recolha previamente as custas de Of. Justiça perante a UNAJ da Comarca ou internet. Marabá, 26 de junho de 2019. Analista Judiciário Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00013509520118140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:FRANCINALDO SANTOS BRITO Representante(s): OAB 11666 - ROMOALDO JOSE OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MARABA - PREFEITURA MUNICIPAL. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00013509520118140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:FRANCINALDO SANTOS BRITO Representante(s): OAB 11666 - ROMOALDO JOSE OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MARABA - PREFEITURA MUNICIPAL. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00013509520118140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:FRANCINALDO SANTOS BRITO Representante(s): OAB 11666 - ROMOALDO JOSE OLIVEIRA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MARABA - PREFEITURA MUNICIPAL. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00014985620188140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:CLAUDETE MARQUES DE MEDEIROS Representante(s): OAB 40805 - FELIPE BENEDIK JUNIOR (ADVOGADO) OAB 26164-B - FELIPE BENEDIK JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE MARABA. PROCESSO Nº 00014985620188140028 - DESPACHO REQUERENTE: CLAUDETE

MARQUES DE MEDEIROS - ADV: FELIPE BENEDIK JUNIOR - OAB/GO Nº 40805 REQUERIDO: ESTADO DO PARÁ E MUNICIPIO DE MARABÁ PROCURADOR: CARLOS ANTONIO DE ALBUQUERQUE NUNES Vistos, Considerando a existência de custas pendentes, intime-se a parte autora, pessoalmente, para no prazo de 05 (cinco) efetuar o recolhimento das custas processuais devidas, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito (Art. 485, §1º, do CPC). Com sua manifestação, ou decorrido o prazo, conclusos. Servirá esta decisão como intimação/oficio/mandado/ por meio do Diário Eletrônico (Resolução n. 014/07/2009). Servirá esta como mandado, nos termos do Provimento nº 11/2009-CJRMB, Diário da Justiça nº 4294 de 11/03/09. Marabá, 27 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA PROCESSO: 00021242120078140028 PROCESSO ANTIGO: 200710012250 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Popular em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REQUERIDO:CLAUDEAN A PEREIRA ATACADISTA - ME. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00021663220158140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:JULIO ALVES SANTANA LOPES. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00021980820138140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Desapropriação em: 28/06/2019 REQUERENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 12183 - MARLON AURELIO TAPAJOS ARAUJO (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:A NON DOMINO Representante(s): OAB 6135 - MARILEUDA COSTA BEZERRA (ADVOGADO) . CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00021980820138140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Desapropriação em: 28/06/2019 REQUERENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 12183 - MARLON AURELIO TAPAJOS ARAUJO (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:A NON DOMINO Representante(s): OAB 6135 - MARILEUDA COSTA BEZERRA (ADVOGADO) . CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00021980820138140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Desapropriação em: 28/06/2019 REQUERENTE:ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 12183 - MARLON AURELIO TAPAJOS ARAUJO (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:A NON DOMINO Representante(s): OAB 6135 - MARILEUDA COSTA BEZERRA (ADVOGADO) . CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições

pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00022040920078140028 PROCESSO ANTIGO: 200710013000 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Popular em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REQUERIDO:AGNALDO RAIOL DE BRITO MORAES. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00022572020188140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Embargos à Execução em: 28/06/2019 EMBARGANTE:LIDER MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA EPP Representante(s): OAB 24650-A - FERNANDO FRANCISCO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 25565 - IGOR RENAN MEIRA SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE:LIDER MATERIAIS DE CONSTRUCAO EPP REQUERIDO:MUNICIPIO DE NOVA IPIXUNA PA EMBARGADO:MUNICIPIO DE NOVA IPIXUNA. PROCESSO Nº 00022572020188140028 - DESPACHO REQUERENTE: LIDER MATERIAIS DE CONTRUÇÃO LTDA EPP - ADV: FERNANDO FRANCISCO DE OLIVEIRA - OAB/PA Nº 24650. REQUERIDO: MUNICIPIO DE NOVA IPIXUNA - JOSÉ ALEXANDRE DOMINGUES GUIMARAES - OAB/PA - 15148. Vistos, Considerando a existência de custas pendentes, intime-se a parte autora, pessoalmente, para no prazo de 05 (cinco) efetuar o recolhimento das custas processuais devidas, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito (Art. 485, §1º, do CPC). Com sua manifestação, ou decorrido o prazo, conclusos. Servirá esta decisão como intimação/oficio/mandado/ por meio do Diário Eletrônico (Resolução n. 014/07/2009). Servirá esta como mandado, nos termos do Provimento nº 11/2009-CJRMB, Diário da Justiça nº 4294 de 11/03/09. Marabá, 27 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA PROCESSO: 00024252720158140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:LUIZ GONZAGA PRAZERES GUIMARAES Representante(s): OAB 12879 - NICILENE TEIXEIRA CAVALCANTE (ADVOGADO) OAB 19448 - MARIA ARAUJO GUIMARAES COSTA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00027745620118140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:MUNICIPIO DE MARABA - FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 7528-A - CARLOS ANTONIO DE ALBUQUERQUE NUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARINEZ ARAUJO COIMBRA. Número do Processo: 0002774-56.2011.8.14.0028 REQUERENTE: MUNICÍPIO DE MARABÁ - FAZENDA PÚBLICA MUNICIPIAL REQUERIDO: MARINEZ ARAUJO COIMBRA DESPACHO Vistos os autos. Prosseguindo-se na execução, com o deferimento da pesquisa no sistema "Bacenjud" dos bens eventualmente encontrados em nome do Executado, verifico que resultou negativa a medida, pelo que, faça-se vista à Exequente para requerer o que de direito. Cumpra-se. Intime-se. Servirá esse, mediante cópia, como expediente, nos termos do Provimento nº 11/2009-CJRMB, Diário da Justiça nº 4294, de 11/03/09, e da Resolução nº 014/07/2009. Marabá/PA, 27 de junho de 2019 ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Marabá. PROCESSO: 00027745620118140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA ALDECY DE

SOUZA PISSOLATI Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:MUNICIPIO DE MARABA - FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): OAB 7528-A - CARLOS ANTONIO DE ALBUQUERQUE NUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:MARINEZ ARAUJO COIMBRA. Processo nº: 0002774-56.2011.8.14.0028 Exequente: MUNICIPIO DE MARABA - FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL PROCURADOR : CARLOS ANTONIO DE ALBUQUERQUE NUNES Executado: MARINEZ ARAUJO COIMBRA DESPACHO 1. Defiro a penhora via BACEN-JUD formulado pelo exequente, nos termos do art. 854, do CPC, sem dar ciência prévia do ato ao executado, tornando indisponíveis ativos financeiros existentes em nome do executado. Abra-se conta judicial para depósito. Havendo excesso, liberar imediatamente. 2. Após a indisponibilidade dos ativos financeiros do executado, intime-o pessoalmente para os fins do art. 854, § 3º, do CPC. Cumpra-se. Marabá/PA, 27 de janeiro de 2017 MARIA ALDECY DE SOUZA PISSOLATI Juíza Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial PROCESSO: 00027777720188140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JOSE DE ARIMATEIA COSTA DE ALMEIDA Representante(s): OAB 19279 - MIKAELY RODRIGUES DE ALMONTES SILVA (ADVOGADO) OAB 24151 - MARINALDO DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 24293 - CLAUDIO MARINO FERREIRA DIAS (ADVOGADO) REQUERENTE:ANGELA DE VILHENA RIBEIRO Representante(s): OAB 19279 - MIKAELY RODRIGUES DE ALMONTES SILVA (ADVOGADO) OAB 24151 - MARINALDO DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 24293 - CLAUDIO MARINO FERREIRA DIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO CARLOS MACIEL GONCALVES REQUERIDO:JOCELIA DINIZ MACIEL TERCEIRO:ANTONIO CARLOS MACIEL GONCALVES. PROCESSO Nº 00027777720188140028 - DESPACHO REQUERENTE: JOSÉ DE ARIMATEIA COSTA DE ALMEIDA E OUTRO - ADV: MARINALDO DOS SANTOS - OAB/PA Nº 24151. REQUERIDO: ANTONIO CARLOS MACIEL GONÇALVES - S ADV. HABILITADO. Vistos, Considerando a existência de custas pendentes, intime-se a parte autora, pessoalmente, para no prazo de 05 (cinco) efetuar o recolhimento das custas processuais devidas, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito (Art. 485, §1º, do CPC). Com sua manifestação, ou decorrido o prazo, conclusos. Servirá esta decisão como intimação/oficio/mandado/ por meio do Diário Eletrônico (Resolução n. 014/07/2009). Servirá esta como mandado, nos termos do Provimento nº 11/2009-CJRMB, Diário da Justiça nº 4294 de 11/03/09. Marabá, 27 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA PROCESSO: 00027811720188140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Execução de Título Extajudicial contra a Fazenda Públic em: 28/06/2019 REQUERENTE:CRISTALFARMA COMERCIO REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP Representante(s): OAB 14051 - JOSE GOMES VIDAL JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MARABA. PROCESSO Nº 00027811720188140028 - DESPACHO REQUERENTE: CRISTALFARMA COMERCIO REPRESENTAÇÃO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA EPP - ADV: JOSÉ GOMES VIDAL JUNIOR - OAB/PA Nº 14051. REQUERIDO: MUNICIPIO DE MARABÁ - PROCURADOR: CARLOS DE ALBUQUERQUE NUNES. Vistos, Considerando a existência de custas pendentes, intime-se a parte autora, pessoalmente, para no prazo de 05 (cinco) efetuar o recolhimento das custas processuais devidas, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito (Art. 485, §1º, do CPC). Com sua manifestação, ou decorrido o prazo, conclusos. Servirá esta decisão como intimação/oficio/mandado/ por meio do Diário Eletrônico (Resolução n. 014/07/2009). Servirá esta como mandado, nos termos do Provimento nº 11/2009-CJRMB, Diário da Justiça nº 4294 de 11/03/09. Marabá, 27 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA PROCESSO: 00028732520108140028 PROCESSO ANTIGO: 201010017974 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Coletiva em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO REQUERIDO:PEDRO AUGUSTO GUIMARAES DE PAULA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00031431220098140028 PROCESSO ANTIGO: 200919017366 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Popular

em: 28/06/2019 REQUERIDO:ESTADO DO PARA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO REQUERENTE:ALBERICO MESQUITA RIBEIRO Representante(s): ALBERICO MESQUITA RIBEIRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00035659120188140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:AGUIA FABRICACAO E COMERCIO DE PRODUTOS PROMOCIONAIS LTDA EPP Representante(s): OAB 48258 - VERGILIO SILIPRANDI (ADVOGADO) OAB 33138 - GIOVANI WEBBER (ADVOGADO) REPRESENTANTE:BARBARA MIRANDA KOPP REQUERIDO:FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA. PROCESSO Nº 00035659120188140028 - DESPACHO REQUERENTE: AGUIA FABRICAÇÃO E COMERCIO DE PRODUTOS PROMOCIONAIS LTDA EPP - ADV: VERGILIO SILIPRANDI - OAB/PR Nº 48258. REQUERIDO: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABÁ - MUNICIPIO DE MARABÁ - PROCURADOR: CARLOS DE ALBUQUERQUE NUNES. Vistos, Considerando a existência de custas pendentes, intime-se a parte autora, pessoalmente, para no prazo de 05 (cinco) efetuar o recolhimento das custas processuais devidas, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito (Art. 485, §1º, do CPC). Com sua manifestação, ou decorrido o prazo, conclusos. Servirá esta decisão como intimação/oficio/mandado/ por meio do Diário Eletrônico (Resolução n. 014/07/2009). Servirá esta como mandado, nos termos do Provimento nº 11/2009-CJRMB, Diário da Justiça nº 4294 de 11/03/09. Marabá, 27 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA PROCESSO: 00040430220188140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO PEREIRA DE BRITO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:Estado do Pará - Fazenda Pública Estadual Representante(s): OAB 111111111111 - PROCURADOR DO ESTADO DO PARA (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:W C DE OLIVEIRA COMERCIO DE SUCATAS. ATO ORDINATÓRIO: Processo: 0004043-02.2018.8.14.0028 Ação: EXECUÇÃO FISCAL Requerentes: NÃO INFORMADO Requerido: NÃO INFORMADO Intimo o requerente/exequente para que se manifeste sobre a devolução infrutífera do mandado/AR no prazo de 15 dias úteis, sob pena de extinção. Sendo informado novo endereço, recolha previamente as custas de Of. Justiça perante a UNAJ da Comarca ou internet. Marabá, 26 de junho de 2019. Analista Judiciário Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00044112120128140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JOSE MARTINS LIMA COSTA Representante(s): OAB 18260-A - MARCEL HENRIQUE OLIVEIRA DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MARABA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO. Processo nº 0004411-21.2012.8.14.0028 Autor: José Martins Lima Costa Réu: Município de Marabá DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos etc... Cuida-se de impugnação apresentada pelo Município de Marabá em face do cumprimento de sentença que lhe move José Martins Lima Costa, pelo procedimento comum ordinário, arguindo que há excesso quanto ao valor correspondente ao período de março a novembro de 2011, posto que, em virtude de o desligamento ocorrido em fevereiro de 2011, tal período não poderia ter sido considerado para fins de calculo do valor devido. Eis o relato. Fundamento e Decido. O Munícipio não tem razão em seus argumentos. Observo que o único questionamento feito pelo ente público executado foi o excesso, do período que compreende os meses de marco a novembro de 2011. A sentença o condenou ao pagamento das parcelas devidas dentro dos 05 anos retroativos ao ajuizamento. Pois bem. Embora o dispositivo da sentença, e do acordão que a confirmou, não contemple o período exato, o qual se deve considerar para fins de apuração das parcelas devidas, há contrato nos autos (fls. 49) e documento expedido pela Secretaria de Administração do Município (fls. 89), ambos atestando que o vinculo durou até dezembro de 2011, o que faz o argumento de excesso de execução insubsistente. Mesmo não tendo ficado claro em seu arrazoado, observo a sutileza do executado em não considerar como vínculo o período em que o autor esteve no gozo de licença médica (fls. 56). Tal comportamento é inaceitável juridicamente, visto que esse direito deve ser garantido ao servidor temporário, visto que, ainda que não efetivo, é regido subsidiariamente pelas disposições do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Marabá, o qual contempla a possibilidade de licença remunerada

para tratamento de saúde (art. 92, I) sendo que tal circunstancia não pode ser considerada para fins de interrupção ou suspensão do vínculo. Inclusive, é esse o posicionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, senão vejamos: PELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. SERVIDOR TEMPORÁRIO. RENOVAÇÕES CONTRATUAIS SUCESSIVAS. NULIDADE. PERCEPÇÃO DE VERBAS DE FGTS POR OCASIÃO DO DISTRATO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STF. LIMITAÇÃO DE CRÉDITOS. PREJUDICIAL DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL. LICENÇA SAÚDE APÓS VIGÊNCIA. NÃO SUSPENSÃO DO CONTRATO - CORREÇÃO MONETÁRIA E JUROS DE MORA. FIXAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E TERMO INICIAL - CUSTAS E HONORÁRIOS. 1. O direito à percepção de verbas de FGTS, reconhecido pelo julgado no REext. nº 596.478/RR aos empregados públicos, cujos contratos foram ceifados pela nulidade dado a renovações sucessivas, à míngua de concurso público, também se aplica aos servidores temporários, nas mesmas condições. Precedente do STF, no exame do RE nº 895.070/RN, que consolidou a discussão; 2. Aplica-se a prescrição quinquenal nas ações de cobrança de débitos de FGTS contra a Fazenda Pública. Prevalência do Decreto nº 20.910/32 sobre a regra geral, face sua especificidade legislativa; 3. Caso concedida após o tempo de vigência legalmente previsto para o contrato de trabalho temporário, a licença saúde não terá o condão de suspendê-lo, pois não pode operar efeitos sobre contrato nulo; 4. O apelante tinha conhecimento da precariedade de sua contratação com a Administração e a declaração de nulidade do contrato de trabalho pela inobservância da regra do concurso público assemelha-se à culpa recíproca das partes. Logo, incabível a condenação em danos morais (TJPA, REEX nº 0001764-73.2013.8.14.0301, DJe 20/03/2017). Em virtude disso, bem como considerando que esse foi o único questionamento levantado pelo ente executado, entendo que devem ser homologados os cálculos do autor. Isto posto, HOMOLOGO OS CALCULOS DO AUTOR e condeno o réu ao pagamento de 10% relativos a honorários advocatícios, desta fase de cumprimento. Preclusa esta decisão, expeça-se o RPV respectivo. Isto posto, REJEITO OS EMBARGOS e condeno o embargante ao pagamento de multa de 2% sobre o valor da causa corrigido. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se, servindo está de expediente. Marabá/PA, 24 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial PROCESSO: 00045419820188140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA DO SOCORRO ALVES SOARES Representante(s): OAB 13680 - KARLA CARDOSO DE ALENCAR (ADVOGADO) . CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00049093020108140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA REQUERIDO:MM FRONCZAR ROCHA - ME Representante(s): OAB 13473 - WILSON XAVIER GONCALVES NETO (ADVOGADO) OAB 10617 - WALTEIR DOS SANTOS VIEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00050605120108140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DE ESTADO DO PARA REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA REQUERIDO:BANCO DO BRASIL SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019.

_____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00060166020168140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:DORICO BUSS JUNIOR. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00062806220108140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:SERRARIA E MADEIREIRA TICO TICO LTDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00067473420098140028 PROCESSO ANTIGO: 200919042496 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERIDO:SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRACAO DO PARA REQUERENTE:MARIA MARGARIDA DOS REIS. PROCESSO: 0006747-34.2009.8.14.0028 RECLAMANTE: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO DO PARA RECLAMADO: MARIA MARGARIDA DOS REIS D E S P A C H O Vistos os autos. 1. A Apelação foi interposta e a parte Recorrida foi intimada para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do disposto no artigo 1.010, § 1º do CPC. 2. Não se trata o caso das hipóteses dos arts. 332, § 3º, 485, § 7º, 1.010, §2º, todos do Código de Processo Civil. 3. Com o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Tribunal, independentemente de juízo de admissibilidade. Intimem-se. Cumpra-se. Servirá a presente como mandado, ofício e expediente de intimação através do DIÁRIO ELETRÔNICO nos termos da Resolução 014/09 de 1º de julho de 2009. Marabá/PA, 27 de junho de 2019 ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA. PROCESSO: 00072330720178140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ISADORA VIEIRA MARQUES Ação: Tutela Antecipada Antecedente em: 28/06/2019 REQUERENTE:C. J. S. Representante(s): OAB 17612 - JOELSON FARINHA DA SILVA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:MARIA DE FATIMA SILVA DE JESUS REQUERIDO:MUNICIPIO DE MARABA. Processo nº 0007233-07.2017.8.14.0028 Autor: Joelson Farinha da Silva Réus: Município de Marabá DESPACHO O pedido liminar já foi objeto de apreciação, tendo sido deferida a tutela, bem como, em sede de agravo, sustado seus efeitos. Assim, entendo prejudicado a reapreciação da medida nesse momento processual. Analisando o contexto produzido a partir da tramitação do pedido de tutela antecedente, vejo ser inviável a transação, razão pela qual, adequando o rito ao caso, determino a citação do Ente Réu para, querendo, oferecer resposta no prazo legal. Cumpra-se, servindo este de expediente. Marabá/PA, 27 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial PROCESSO: 00074199020108140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:N S FILOFO - ME. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016).

Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00074256020108140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:PALMEIRA INDUSTRIA E COMERCIO DE CARVAO E MADEIRA LTDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00075605920118140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REQUERIDO:NATALINO DE JESUS DA SILVA BORGESHO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00082687120088140028 PROCESSO ANTIGO: 200810054095 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Petição Cível em: 28/06/2019 REQUERENTE:JURACY PEREIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 12082 - LIVIA MARIA RIBEIRO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 17941 - EVELIN HERINGER BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA SECRETARA EXECUTIVA DE SAUDE PUBLICA. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00082687120088140028 PROCESSO ANTIGO: 200810054095 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Petição Cível em: 28/06/2019 REQUERENTE:JURACY PEREIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 12082 - LIVIA MARIA RIBEIRO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 17941 - EVELIN HERINGER BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA SECRETARA EXECUTIVA DE SAUDE PUBLICA. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00082687120088140028 PROCESSO ANTIGO: 200810054095 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Petição Cível em: 28/06/2019 REQUERENTE:JURACY PEREIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 12082 - LIVIA MARIA RIBEIRO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 17941 - EVELIN HERINGER BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA SECRETARA EXECUTIVA DE SAUDE PUBLICA. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de

junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00089343720168140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ISADORA VIEIRA MARQUES Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:DIONE ANJOS DOS SANTOS Representante(s): OAB 15476 - GELVANIA APARECIDA DE AZEVEDO (ADVOGADO) OAB 23845-B - ANA ALAIDE CASTRO AMARAL BRITO (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. Processo nº 0008934-37.2016.8.14.0028 Autor: Dione Anjos dos Santos Embargado: Seguradora Lider S.A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos etc... Cuida-se de Embargos de Declaração opostos Seguradora Lider S.A em face da sentença proferida nos autos de Cobrança que lhe moveu Dione Anjos dos Santos, arguindo ter havido obscuridade, em razão da presenta de dois dispositivos opostos na mesma sentença e devido a contradição na condenação em danos morais. Eis o relato. Fundamento e Decido. Não há contradição ou obscuridade digna de ser retocada na sentença atacada. Observando a sentença contida nos autos, vejo que há apenas um dispositivo condenando o réu ao pagamento de indenização do seguro DPVAT e indenização por danos morais. O argumento de contradição em relação aos danos morais manifesta apenas inconformismo da parte em relação ao julgamento, o que não é passível de apreciação em sede de embargos, recurso que não comporta efeito devolutivo. Ademais, vendo que a parte com este recurso pretendeu apenas atrasar o desfecho desta ação, visto que levantou questionamentos sabidamente infundados. Assim, incidindo no disposto no art. 80, VII, do CPC, deve ser penalizada com multa de 2% sobre o valor da causa atualizado, nos termos do art. 81, do CPC. Isto posto, REJEITO OS EMBARGOS e condeno o embargante ao pagamento de multa de 2% sobre o valor da causa corrigido. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se, Servindo está de expediente. Marabá/PA, 24 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial PROCESSO: 00091097920108140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA ALDECY DE SOUZA PISSOLATI Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:MUNICIPIO DE MARABA - FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CARLOS ANTONIO DE ALBUQUERQUE NUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:C. M. S. SILVA BOMFIM - ME (REAL). Processo nº: 0009109-79.2010.8.14.0028 Exequente: MUNICIPIO DE MARABA - FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL PROCURADOR(A) : CARLOS ANTONIO DE ALBUQUERQUE NUNES Executado: C. M. S. SILVA BOMFIM - ME (REAL) DESPACHO 1. Defiro a penhora via BACEN-JUD formulado pelo exequente, nos termos do art. 854, do CPC, sem dar ciência prévia do ato ao executado, tornando indisponíveis ativos financeiros existentes em nome do executado. Abra-se conta judicial para depósito. Havendo excesso, liberar imediatamente. 2. Após a indisponibilidade dos ativos financeiros do executado, intime-o pessoalmente para os fins do art. 854, § 3º, do CPC. Cumpra-se. Marabá/PA, 7 de fevereiro de 2019 MARIA ALDECY DE SOUZA PISSOLATI Juíza Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial PROCESSO: 00091097920108140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:MUNICIPIO DE MARABA - FAZENDA PUBLICA MUNICIPAL Representante(s): CARLOS ANTONIO DE ALBUQUERQUE NUNES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:C. M. S. SILVA BOMFIM - ME (REAL). PROCESSO Nº 0009109-79.2010.8.14.0028 EXEQUENTE: MUNICIPIO DE MARABÁ - FAZENDA PUBLICA MUNICIPIAL EXECUTADO: C. M. S. SILVA BOMFIM - ME (REAL) DECISÃO Vistos os autos. Chamo o feito à ordem para as seguintes deliberações: I - Antes do deferimento de qualquer medida constritiva ("Bacenjud"/"Renajud"/ "Infojud"/"Serasajud"), há que ser a parte executada DEVIDAMENTE CITADA. II - Não tendo havido à integração da lide no seu polo passivo, REVOGO a decisão do Juízo que determinou liminarmente a (s) referida (s) providência (s) gravosa (s). Os fundamentos até então alinhados pela parte exequente não foram, por si só, suficientes para o deferimento do provimento provisório por ele visado. III- Percebo, desde logo, que está desparelhada a execução. Junte, pois, a exequente a MEMÓRIA DE CÁLCULO DO DÉBITO ATUALIZADA, sob de pena de indeferimento, no prazo 15 (quinze) dias, na forma do art. 801 do Código de Processo Civil. IV- INTIME-SE, ainda, o Exequente para INFORMAR O ENDEREÇO para o aperfeiçoamento da citação do executado - se ele ainda não constar dos autos - ou requerer o que entender pertinente, no mesmo prazo acima assinalado, sob pena de suspensão do feito e seu arquivamento provisório. V- À Secretaria para que numere sequencial e ordenadamente todas as folhas dos autos. VI- Após o referido prazo, com ou sem o atendimento da diligência, voltem-me conclusos os autos. SERVIRÁ ESSA (E) COMO MANDADO/OFÍCIO E EXPEDIENTE DE PUBLICAÇÃO, NOS TERMOS DO PROVIMENTO Nº 11/2009-CJRMB, DIÁRIO DA JUSTIÇA Nº 4294 DE 11/03/09. Marabá/PA, 27 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Marabá. PROCESSO: 00094174320118140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO

DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:ANTONIO JORDANE SOBRINHO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00109847520128140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL REQUERIDO:BENTO SILVA SOUSA COMERCIO REQUERIDO:BENTO SILVA SOUSA INTERESSADO:FABIANA RODRIGUES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 5307 - GILMAR CAETANO (ADVOGADO) OAB 13826 - EDUARDO ALEXANDRE HERMES HOFF (ADVOGADO) INTERESSADO:KATIA MIELICA DA SILVA OLIVEIRA Representante(s): OAB 23316 - LETÍCIA COLLINETTI FIORIN (ADVOGADO) INTERESSADO:MOACYR ALVES ALBUQUERQUE Representante(s): OAB 11122 - LUIS GONZAGA ANDRADE CAVALCANTE (ADVOGADO) OAB 8965 - MARCOS LUIZ ALVES DE MELO (ADVOGADO) INTERESSADO:ITAMAR SOARES DA SILVA Representante(s): OAB 18193 - GARDENIA COELHO DE ARAUJO ALVES (ADVOGADO) OAB 19366 - AVEILTON SILVA DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00118634320168140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA NEUZA DE SOUZA ROCHA Representante(s): OAB 11120 - SIDNEIA DAS GRACAS BELMIRO ANDRADE (ADVOGADO) REQUERIDO:ANDRE DE SOUZA SILVA. Processo nº 0011863-43.2016.8.14.0028 Autor: Maria Neuza de Sousa Rocha Réus: Andre de Souza DESPACHO Tendo em vista que há prova nos autos de que no processo nº 0000296-23.2016.5.08.0128, tramitando perante da justiça trabalhista, não tem vinculado a ele créditos passeis de penhora (fls. 98), defiro o pedido alternativo, para que seja realizada penhora online via RENAJUD. Proceda-se a penhora e intimem-se as partes do resultado. Cumpra-se, servindo esta de expediente. Marabá/PA, 27 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial PROCESSO: 00119056320148140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 9117-A - FLAVIO GERALDO FERREIRA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:PAULO CESAR SANTOS JULIAO ME REQUERIDO:PAULO CESAR SANTOS JULIAO. CERTIDÃO Certifico para os devidos fins que a sentença retro transitou livremente em julgado, bem como não há condenação em custas processuais. Certifico a ausência de petições pendentes de juntada até esta data. Certifico a remessa dos autos ao setor de arquivo. ARQUIVO Certifico para os devidos fins que nesta data, após as baixas necessárias no sistema Libra 2.0, arquivo os presentes autos. Marabá, 28 de junho de 2019 . Diogo Margonar Santos da Silva Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00127633120138140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JOSE ILTO JESUS PIRES Representante(s): OAB 16436 - ALEXANDRO FERREIRA DE ALENCAR (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO OBRIGATORIO DPVAT. Processo nº 0012763-31.2013.8.14.0028 Autor: Jose Ilto Jesus Pires Embargado: Seguradora Lider S.A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos etc... Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pela Seguradora Lider S.A em face da sentença proferida nos autos da Ação de Cobrança que lhe moveu Jose Ilto Jesus Pires, arguindo ter havido obscuridade e contradição na mensuração do valores da condenação, pelo que, ao final, pretende efeito modificativo. Eis

o relato. Fundamento e Decido. O recurso é tempestivo, tendo em vista que protocolado 02 dias após a publicação da sentença no diário eletrônico. Isso me faz considerar que, desde a sua interposição até agora, houve a suspensão do prazo recursal, assim, insubsistente, por ora, a pretensão de cumprimento de sentença apresentada pelo autor. Não há contradição ou obscuridade digna de ser retocada na sentença atacada, sendo este recurso fruto do mero inconformismo da parte em relação a decisão vertida. O laudo médico serve de orientação técnica ao convencimento do magistrado, não tendo efeito vinculativo. Ressalto que na aferição e valoração da prova vigora o sistema do livre convencimento motivado, no qual o juízo não está vinculado a uma tarifação legal da prova, obrigando-se apenas, no ato do julgamento, avaliar as provas e expor as razões de fato e de direito pelas quais obteve a conclusão proferida. Tal ritualística foi devidamente cumprida no ato de julgamento questionado. Ademais, tal recurso [embargos de declaração] não é o adequado processualmente para o fim pretendido, visto que ele não contempla o efeito devolutivo cuja pretensão é manifestada no instrumento de interposição. Isto posto, REJEITO OS EMBARGOS. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se, servindo esta de expediente. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se, servindo está de expediente. Marabá/PA, 24 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial PROCESSO: 00132315320178140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ENGEMAB ENGENHARIA E SERVICOS EIRELI EPP Representante(s): OAB 8201-A - FELIX ANTONIO COSTA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 23545 - CARLOS ACIOLI DE CARVALHO OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:AXA SEGUROS SA Representante(s): OAB 18.558 - ROBERTO GILSON RAIMUNDO FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:RODOBENS ADMINISTRATORA E CORRETORA DE SEGUROSA LTDA Representante(s): OAB 236655 - JEFERSON ALEX SALVIATO (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 00132315320178140028 - DESPACHO REQUERENTE: ENGEMAB EMGENHARIA E SERVIÇOS EIRELI EPP - ADV: CARLOS ACIOLI DE CARVALHO OLIVEIRA - OAB/PA Nº 23545 REQUERIDO: RODOBENS ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - JEFERSON ALEX SALVIATO - OAB/SP - 236655 Vistos, Considerando a existência de custas pendentes, intime-se a parte autora, pessoalmente, para no prazo de 05 (cinco) efetuar o recolhimento das custas processuais devidas, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito (Art. 485, §1º, do CPC). Com sua manifestação, ou decorrido o prazo, conclusos. Servirá esta decisão como intimação/oficio/mandado/ por meio do Diário Eletrônico (Resolução n. 014/07/2009). Servirá esta como mandado, nos termos do Provimento nº 11/2009-CJRMB, Diário da Justiça nº 4294 de 11/03/09. Marabá, 27 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA PROCESSO: 00140754220138140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:V J MADEIRAS IND E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 15707 - LUIZ CARLOS DA SILVA MARTINS (ADVOGADO) OAB 21228 - PEDRO ANDREY DE OLIVEIRA CAVALCANTE (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00144397220178140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO PEREIRA DE BRITO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 REQUERENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 11468 - JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:D S DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS EIRELI. ATO ORDINATÓRIO: Processo: 0014439-72.2017.8.14.0028 Ação: EXECUÇÃO FISCAL Requerentes: ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Requerido: D S DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E BEBIDAS EIRELI Intimo o requerente/exequente para que se manifeste sobre a devolução infrutífera do mandado/AR no prazo de 15 dias úteis, sob pena de extinção. Sendo informado novo endereço, recolha previamente as custas de Of. Justiça perante a UNAJ da Comarca ou internet. Marabá, 26 de junho de 2019. Analista Judiciário Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00154608820148140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Procedimento Sumário em: 28/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDO NONATO

SOUSA FILHO Representante(s): OAB 16436 - ALEXANDRO FERREIRA DE ALENCAR (ADVOGADO) REQUERIDO:BRADESCO AUTORE CIA DE SEGUROS. PROCESSO Nº 0015460-88.2014.8.14.0024 REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO SOUSA FILHO REQUERIDO: BRADESCO AUTORE CIA DE SEGUROS DECISÃO Vistos os autos. 1 - Ante a declaração de hipossuficiência firmada pela parte autora, concedo-lhe os benefícios da Gratuidade da Justiça, conforme previsão do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil. 2 - Considerando que a conciliação pode ser tentada a qualquer momento, inclusive em eventual audiência de instrução e julgamento, bem como no âmbito extrajudicial, fica postergada a designação da audiência prevista no artigo 334 do Código de Processo Civil para momento oportuno. 3 - CITE-SE a parte ré, PREFERENCIALMENTE PELA VIA ELETRÔNICA, na forma do art. 246, § 1º do Código de Processo Civil ou, na impossibilidade, pelos Correios, mediante carta com aviso de recebimento, para, querendo, contestar a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia, de acordo com os arts. 344 e 355, I, ambos do Código aqui já citado. Anote-se, ainda, no expediente de citatório, que eventual proposta de composição poderá vir mencionada em contestação. 4 - Se houver requerimento de perícia, diante da existência do ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA nº 021/2016, realizado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, reputo que deva a Ré disponibilizar profissional na cidade para realização do exame EM CONJUNTO COM OUTROS PERICIANDOS NESSA MESMA SITUAÇÃO ou custear o procedimento. Hipótese essa em que se postergará o termo "a quo" da contestação para depois da juntada do laudo pericial e infrutífera a composição civil, QUE PODERÁ VIR MEDIANTE PROPOSTA ESCRITA NOS AUTOS, E DA QUAL SERÁ DADA VISTA AO AUTOR, PELO PRAZO DE 10 (DEZ) DIAS PARA MANIFESTAR ANUÊNCIA. 5 - De outro modo, sem requerimento de prova técnica e apresentada a contestação, intime-se a parte Autora por intermédio de seu (sua/s) advogado (a/s) devidamente habilitado (a/s) no feito para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos artigos 350 e 351 do Código de Processo Civil. 6 - Após a apresentação da impugnação ou esgotado o prazo, as partes devem especificar as provas que pretendem produzir, justificando-as, sob pena de indeferimento, conforme o artigo 370, parágrafo único do Código de Processo Civil. 7 - Ultimados os itens anteriores, faça-se os autos conclusos. 8 - Expeça-se o necessário. Intimem-se. Cumpra-se. MARABÁ/PA, 27 de junho de 2019 ALESSANDRA ROCHA DA SILVA DE SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Marabá/PA PROCESSO: 00162065320148140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 REQUERENTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:PAULO MENDES SOUZA E CIA LTDA EPP. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ GRUPO DE TRABALHO PARA JULGAMENTO DA META 4 CNJ PORTARIA N.º 1470/2019-GP - TJPA Processo n.º DECISÃO A Portaria 1470-2019-GP-TJPA instituiu o Grupo de Trabalho para julgamento dos processos da Meta 04/2019 do CNJ, (IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PUBLICA distribuídos até o ano 2016). Verifico, portanto, que o presente feito não integra o rol de processos da referida meta. Deste modo, devolvam-se se os autos à Vara de origem com baixa no sistema. SERVE A PRESENTE CÓPIA COMO MANDADO/OFÍCIO/CARTA POSTAL. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Integrante do Grupo de Trabalho de Combate à Improbidade Administrativa Cumprimento da Meta 04 do CNJ PROCESSO: 00179334220178140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:INSTITUTO DE ENSINO EXITO LTDA ME Representante(s): OAB 12082 - LIVIA MARIA RIBEIRO DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:SAS SISTEMA DE ENSINO LTDA. PROCESSO Nº 00179334220178140028 - DESPACHO REQUERENTE: INSTITUTO DE ENSINO EXITO LTDA -ME - ADV: LIVIA MARIA RIBEIRO DA SILVA - OAB/PA Nº 12082. REQUERIDO: SAS SISTEMA DE ENSINO - ADV: TED LUIZ ROCHA PONTES - OAB/CE Nº 26581. Vistos, Considerando a existência de custas pendentes, intime-se a parte autora, pessoalmente, para no prazo de 05 (cinco) efetuar o recolhimento das custas processuais devidas, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito (Art. 485, §1º, do CPC). Com sua manifestação, ou decorrido o prazo, conclusos. Servirá esta decisão como intimação/oficio/mandado/ por meio do Diário Eletrônico (Resolução n. 014/07/2009). Servirá esta como mandado, nos termos do Provimento nº 11/2009-CJRMB, Diário da Justiça nº 4294 de 11/03/09. Marabá, 27 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA PROCESSO: 00186972820178140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:DAYANE VIEIRA FERREIRA Representante(s): OAB 22141 - WILTON DE MIRANDA SOARES (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MARABA. Processo nº 0018697-

28.2017.8.14.0028 Autor: Dayane Viera Ferreira Réus: Município de Marabá SENTENÇA COM RESOLUÇÂO DE MÉRITO Vistos etc... RELATÓRIO Cuida-se de Ação de Cobrança movida por Dayane Viera Ferreira em face do Município de Marabá, pelo rito ordinário. A autora afirma ter sido contratada como servidora temporária dos quadros do réu, para exercer o cargo de medica clinico geral, do período de 06/2016 a 12/2016 e, não obstante sua dispensa, não lhe foi pago os valores relativos a saldo de salário do mês 12/2016, além de verbas relativas a plantões de 11 e 12 de 2016, além do percentual de 10% relativo a insalubridade do mês de dispensa e 8% relativo a FGTS de todo o período. Sustenta, por fim, que tal situação lhe causou constrangimento e dano moral, razão pela qual requer indenização. Citado, o réu veio aos autos informando a situação financeira do ente, com altos passivos com pessoal, o que alega ser a causa para não ter cumprindo com o pagamento de verbas salariais do período, assim, confessa não ter havido o pagamento. Intimada a se manifestar, a autora requereu o julgamento antecipado da lide. Eis o relato. FAUNDAMENTAÇÃO JURIDICA a) O julgamento antecipado da lide. O Município veio aos autos e confessou o inadimplemento, de tal modo que nos faz inferir que reconheceu a procedência do pedido, assim, devido restar apenas a análise da matéria de direito, nos termos do art. 353, I, do CPC, entendo ser julgamento antecipado da lide. b) A analise do pedido de cobrança. A autora juntou cópia do contrato firmado com o ente réu, provando o vínculo jurídico alegado, e os termos da contração; também juntou resumo do contracheque, algo que indica que houve implemento da prestação (cumprimento da carga horaria), cuja contraprestação é cobrada. O município réu vem aos autos informa que por dificuldades financeiras que vem enfrentando deixou de cumprir com parte da folha de pagamento do exercício de 2016. Por esse contexto, evidencio que procede o pedido de cobrança. Primeiro, porque não foi contestado (o ente réu parece, indiretamente, reconhecer a procedência do pedido - art. 487, II, a, do CPC), depois porque há provas circunstanciais que, aliadas ao contexto, permitem-me concluir que as verbas são realmente devidas e que não houve o pagamento. c) A analise do pedido de dano moral. O pedido de dano moral não apresenta propriamente uma causa de pedir, o que o conduz a improcedência. Embora o atraso de verbas salariais possa resultar em situação constrangedora ao ponto de gerar dano moral, entendo que tal circunstância, por si só, não é suficiente para isso. O atraso de salário pode resultar também em uma contrariedade do cotidiano, a qual a doutrina e jurisprudência classificam como mero dissabor, isso verifica-se quando, apesar do atraso, a vida financeira da parte não se desestrutura ao ponto de causar-lhe constrangimento. No caso destes autos, não me veio causa de pedir que me permitisse avaliar a existência de situação capaz de gerar dano moral. Pelo contrário, a autora é médica e o próprio contrato me faz perceber que ela possui renda considerável. Além disso, é consabido que profissionais dessa área costumam ter vários vínculos empregatícios, além de trabalharem como autônomos, de modo que, não vendo provas capazes de me fazer concluir o constrangimento ao ponto de gerar dano significativo, entendo pela improcedência do pedido de danos morais. É nesse sentido a jurisprudência pátria, inclusive a deste Tribunal, a qual, para ilustrar, cito o precedente seguinte: PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SECRETARIA ÚNICA DE DIREITO PÚBLICO E PRIVADO. APELAÇÃO CIVEL N.0000289-21.2010.8.14.0051 COMARCA: SANTARÉM APELANTE: FRANCIELE COLDEBELLA ADVOGADO: WAGNER MURILO DE CASTRO COLARES APELADO: ESTADO DO PARÁ ADVOGADO: HENRIQUE NOBRE REIS RELATORA: DESEMBARGADORA DIRACY NUNES ALVES. DECISÃO MONOCRÁTICA EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CONTRATO TEMPORÁRIO. CONSIDERAÇÃO DO PERÍODO TRABALHADO PARA RECEBIMENTO DE VERBAS SALRIAIS. DIREITO AO RECEBIMENTO DE 13º E FÉRIAS ADQUIRIDAS E NÃO GOZADAS, MAIS 1/3 CONSTITUCIONAL. DIREITOS CONSTITUCIONAIS BÁSICOS ASSEGURADOS PARA QUALQUER TRABALHADOR, NOS TERMOS DO ARTIGO 39, § 3º C/C O ARTIGO 7º INCISO XVII DA CF/88. 1. Alegado não pagamento integral dos salários devidos. No caso, restou comprovado o vínculo funcional e, por conseguinte, a prestação de serviços, impõe-se a procedência da cobrança de salários devidos ao servidor, sob pena de enriquecimento ilícito, mormente quando o ente público não se desincumbe do ônus de provar o fato extintivo do direito do servidor. Não comprovação do pagamento por parte do apelado, ônus que lhe cabia nos termos do artigo 373, II do CPC. 2. Pagamento proporcional de 13º salário e férias adquiridas e não gozadas. Servidor temporário. Direitos sociais. Extensão. De acordo com o entendimento do Supremo, o servidor contratado temporariamente tem jus aos direitos sociais previstos no artigo 7º da Constituição Federal. Precedentes: Recurso Extraordinário nº 287.905/SC, da relatoria da ministra Ellen Gracie, redator do acórdão ministro Joaquim Barbosa; Recurso Extraordinário nº 234.186/SP, da relatoria do ministro Sepúlveda Pertence. 3. Atraso no pagamento de verbas salariais decorrentes de exoneração de servidor público temporário. Dano moral não configurado. Ponto improvido. 4. Recebimento das parcelas de FGTS. Não cabimento. Legalidade e licitude do contrato da servidora temporária. Não aplicabilidade do artigo 19-A da Lei 8.036/90. Ponto improvido. 5. Honorários advocatícios. Litigância

recíproca. Inteligência do artigo 86 do CPC. 6. Dos juros e da correção monetária. Aplicabilidade do artigo 1º-F da lei 9.494/97, com redação dada pela lei 11.960/09, nos termos das súmulas 43 e 54 do STJ. 7. Recurso conhecido e parcialmente provido (TJPA, Remessa Necessária nº 0000289-21.2010.8.14.0051, DJe 25/01/2018). DISPOSITIVO Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para condenar o réu ao pagamento das verbas salariais cobradas no valor de R$ 60.331,63 (sessenta e um mil, trezentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos), valor a ser corrigido pelo IPCA-E desde o vencimento de cada parcela, com juros de 0,5% ao mês, desde a citação. Deixo de condenar o réu em custas, devido se tratar de fazenda pública. Sem condenação em honorários, em razão da sucumbência reciproca. Sentença não sujeita a remessa necessária, em virtude de se tratar de condenação em face do Município cujo valor não supera o teto de 100 salários-mínimos. Cumpra-se. Após, intimem-se as partes do resultado em 05 dias. Intime-se. Publique-se. Cumpra-se, servindo esta de expediente. Marabá/PA, 27 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial PROCESSO: 00190925420168140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Mandado de Segurança Cível em: 28/06/2019 REQUERENTE:M L COMBUSTIVEIS LTDA Representante(s): OAB 11763 - MARCONES JOSE SANTOS DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:SECRETARIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MARABA. PROCESSO: 0019092-54.2016.8.14.0028 RECLAMANTE: ML COMBUSTIVEIS LTDA RECLAMADO: SECRETARIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MARABA D E S P A C H O Vistos os autos. 1. A Apelação foi interposta e a parte Recorrida foi intimada para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do disposto no artigo 1.010, § 1º do CPC. 2. Não se trata o caso das hipóteses dos arts. 332, § 3º, 485, § 7º, 1.010, §2º, todos do Código de Processo Civil. 3. Com o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Tribunal, independentemente de juízo de admissibilidade. Intimem-se. Cumpra-se. Servirá a presente como mandado, ofício e expediente de intimação através do DIÁRIO ELETRÔNICO nos termos da Resolução 014/09 de 1º de julho de 2009. Marabá/PA, 27 de junho de 2019 ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA. PROCESSO: 00197556620178140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO DO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:SUPERMERCADO MATEUS REQUERIDO:MIX MATEUS. ATO ORDINATORIO: Intimo o Réu para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, pedirem eventuais esclarecimentos ou ajustes, indicarem os meios de prova que pretendem produzir na fase de instrução processual ou para requererem o julgamento antecipado do mérito, caso entendam que se trata apenas de matéria de direito e que dispensa a dilação probatória, sob pena de preclusão temporal e estabilização da decisão de saneamento na forma do artigo 357, § 1º do CPC. Caso as partes requeiram a produção de prova testemunhal, deverão juntar o rol de testemunhas até o máximo de 15 (quinze) dias contados da intimação da presente decisão. Caso não sejam especificadas provas, não havendo provas a serem produzidas ou não havendo necessidade de novas provas além das constantes nos presentes autos, desde logo anuncio o julgamento antecipado do mérito; Diogo Margonar Santos da Silva Analista Judiciário Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível Marabá, PA. 6/27/19 PROCESSO: 00199569220168140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCA SOARES DE ALMEIDA Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. Processo nº 0019956-92.2016.8.14.0028 Parte autora: FRANCISCA SOARES DE ALMEIDA Parte ré: ESTADO DO PARÁ DECISÃO Vistos os autos. O seguimento da ação em curso estava a depender do julgamento RECURSOS REPRESENTATIVOS DE CONTROVÉRSIA enviados ao SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL e referentes aos autos dos processos que tramitam perante o Tribunal de Justiça sob n. º 0016454-52.2011.814.0051 e 0006532-61.2011.814.0051, bem como os de n. º 0046013-46.2012.814.0301 e n.º 0000494-35.2011.814.0003 que tratam acerca do adicional de interiorização aos policiais militares do Estado do Pará. Constato que no acórdão do RE 1132478/PA, publicado em 14 de setembro de 2018, transitado em Julgado em 13 de dezembro desse mesmo ano e com Relatoria do MIN. ALEXANDRE DE MORAES, não foi reconhecida a repercussão geral da questão. Assim, entendo que não há óbices ao seguimento do feito. Considerando a fase processual, INTIME-SE AS PARTES para a manifestação no interesse de produção de outras provas, considerando a distribuição estática do ônus dessa, na forma do art. 373, I e II do Código de Processo Civil. Após, conclusos. Dê-se ciência às partes acerca da presente decisão. Marabá, 27 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA PROCESSO: 00225889120168140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A):

DIOGO MARGONAR SANTOS DA SILVA Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO RODOBENS S/A Representante(s): OAB 253137 - SIDNEI FERRARIA (ADVOGADO) OAB 13536-A - CELSO MARCON (ADVOGADO) OAB 186042 - SIDNEI FERRARIA (ADVOGADO) OAB 168016 - DANIEL NUNES ROMERO (ADVOGADO) REQUERIDO:A DE ASSUNCAO PIMENTA ATAC E ORG LO. ATO ORDINATÓRIO: Processo: 0022588-91.2016.8.14.0028 Ação: BUSCA E APREENSÃO (ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA). Requerentes: BANCO RODOBENS S/A Requerido: A DE ASSUNCAO PIMENTA ATAC E ORG LO Intimo o requerente para que recolha as custas processuais devidas em 15 dias, sob pena de inscrição do débito em dívida ativa, em favor da Fazenda Pública Estadual. Marabá, 28 de junho de 2019 Diogo Margonar Santos da Silva Analista Judiciário Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível PROCESSO: 00364506620158140028 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 31618 - DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (ADVOGADO) OAB 11822 - FLAVIA BARBOSA DA COSTA (ADVOGADO) OAB 26220-A - DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHO (ADVOGADO) REQUERIDO:MARCELO SANTOS DE SOUZA. PROCESSO: 0036450-66.2015.8.14.0028 PARTE AUTORA: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA PARTE RÉ: MARCELO SANTOS DE SOUZA SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO Trata-se de ação de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO relacionada ao CONTRATO Nº 35428/805-29 proposta pela ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA contra MARCELO SANTOS DE SOUZA. Requerimento de desistência deduzido pelo Autor. É o breve relato. Passo a decidir. FUNDAMENTAÇÃO Na espécie, verifico que a parte autora noticiou do pagamento extrajudicial e postulou pela homologação de sua desistência da ação, por consequência, requerendo a imediata baixa de eventuais restrições judiciais que possam estar recaindo sobre o bem objeto da lide. A desistência está prevista no art. 200, parágrafo único do CPC e é causa de extinção do processo sem resolução do mérito, na conformidade do art. 485, VIII c/c IX do CPC, sendo que para produzir efeitos depende de homologação. Vale lembrar que o pedido de desistência da ação foi realizado pela parte autora antes de oferecida a contestação pelo Réu, o que quer dizer que tal ato é unilateral, isto é, não necessita da anuência do requerido para que seja deferido, nos termos do art. 485, § 4º e 5º do Código de Processo Civil. Assim, não vislumbro óbices legais ao deferimento do pedido do Autor. DISPOSITIVO Pelo exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, homologando a desistência da ação, com arrimo no art. 485, VIII do CPC. Fica, no entanto, a parte autora responsável por eventuais comunicações aos órgãos de registro do veículo bem como quanto aos de restrição ao crédito. Condeno a Autora ao pagamento das custas processuais, na forma do art. 82, § 2º do Código de Processo Civil. Descabe, de outro modo, o arbitramento e a condenação no pagamento de honorários advocatícios sucumbenciais a ante a não triangularização da ação. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o cumprimento de todas as providências pertinentes, arquivem-se os autos, com a baixa nos Sistemas. Marabá/PA, 27 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVA SOUZA Juíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Marabá.

Número do processo: 0802917-44.2019.8.14.0028 Participação: AUTOR Nome: MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNA Participação: ADVOGADO Nome: EZEQUIAS MENDES MACIELOAB: 567PA Participação: RÉU Nome: EDISON RAIMUNDO ALVARENGA0802917-44.2019.8.14.0028AUTOR: MUNICÍPIO DE NOVA IPIXUNARÉU: EDISON RAIMUNDO ALVARENGATrata-se de ação civil pública por atos de improbidade administrativa, proposta peloMUNICIPIO DE NOVA IPIXUNAem face de EDISON RAIMUNDO ALVARENGA O artigo 17, § 7º da lei nº 8.429/92 (lei de improbidade) assim preceitua: Art. 17. A ação principal, que terá o rito ordinário, será proposta pelo Ministério Público ou pela pessoa jurídica interessada, dentro de trinta dias da efetivação da medida cautelar.§ 7o Estando a inicial em devida forma, o juiz mandará autuá-la e ordenará a notificação do requerido, para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de 15 (quinze) dias Ante o exposto,NOTIFIQUE-SEo requerido para oferecer manifestação por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos artigo 17, § 7º da lei nº 8.429/92. Após conclusos. Servirá a presente como intimação através do DIÁRIO ELETRÔNICO nos termos da RESOLUÇÃO 014/09 de 1º de julho de 2009. Marabá/PA 8 de abril de 2019MANOEL ANTÔNIO SILVA MACÊDOJuiz de Direito Titular da 4ª Vara Cível e Empresarial de Marabá, respondendo pela 3ª vara cível e empresarial desta Comarca.

Número do processo: 0801471-40.2018.8.14.0028 Participação: REQUERENTE Nome: SOLIANE MARQUES DO NASCIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: LUCAS ASSIS NUNESOAB: 26364/PA Participação: INTERESSADO Nome: CARLOS SOUZA DO NASCIMENTOPROCESSO: 0801471-40.2018.8.14.0028DESPACHO Vistos os autos.Considerando a existência de outro herdeiro além da requerente, qual seja, Cinthya Marques do Nascimento, conforme se observa do atestado de óbito, ID 5011433, proceda a Requerente com a habilitação da mesma ou junte aos autos, termo de renuncia expressa de direitos, em seu favor, firmada por aquela, no prazo de 15(quinze) dias.Após conclusos. Servirá esta, mediante cópia, como expediente, nos termos do Provimento nº 11/2009-CJRMB, Diário da Justiça nº 4294, de 11/03/09, e da Resolução nº 014/07/2009.Marabá, 27 de junho de 2019. ALESSANDRA ROCHA DA SILVASOUZAJuíza de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Marabá/PA

Número do processo: 0800557-73.2018.8.14.0028 Participação: AUTOR Nome: LUCIANA DRUMOND LOUREIRO Participação: ADVOGADO Nome: MARCEL CEZAR DA CRUZOAB: 17167/PA Participação: RÉU Nome: RESIDENCIAL CIDADE JARDIM MARABA LTDA - SPE Participação: ADVOGADO Nome: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHOOAB: 10652-A/PAPetição e documentos em anexo.

Atendendo a Recomendação da Corregedoria das Comarcas do Interior ¿ Correição Ordinária 2017 - TJEPA ¿ Procedo à **Intimação para devolução de autos pelo(s) respectivo(s) advogado(s), no prazo de 03 dias,** nos termos e cominações do art. 233, §§ 2° e 3° NCPC, dentre as quais a busca e apreensão de autos e comunicação à OAB respectiva.

ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO/CAUSIDICO QUE RETIROU OS AUTOS/ DATA DA CARGA/ DIAS PARADOS/QUANTIDADE DE PÁGINAS

1. Autos nº 0001823-97.1999.8.14.0028 -3ª Vara Cível: Intimo o advogado(a) - **OAB**/**PA** 16.224-A **ANDRE DOS SANTOS RIBEIRO** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

2. Processo: 0110453-89.2015.8.14.0028 Embargante: Juta ¿ Junqueira Táxi Aéreo LTDA Advogado: Luis Gustavo Trovo Garcia, OAB-PA 9.505 Embargado: Banco da Amazônia ¿ sem representação nos autos Intimo o advogado(a) **- Luis Gustavo Trovo Garcia, OAB-PA 9.505** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

3. PROCESSO ROCESSO N. 0004937-84.2010.814.0028 ¿ Requerente: José Carlos Ferreira (Adv. Eden Augusto Anselmo de Lima **OAB**12982/**PA**). Requerido: Empresa Viação Cidade Nova. Intimo o advogado(a) Adv. Eden Augusto Anselmo de Lima **OAB**12982/**PA** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

4. 02 PROCESSOS N. 0005939-97.2009.8.14.0028 ¿ Requerente: José Carlos Ferreira (Adv. Eden Augusto Anselmo de Lima **OAB**12982/**PA**). Requerido: Empresa Viação Cidade Nova. Intimo o advogado(a) MIKAIL MATOS FERREIRA OAB 27794 para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

5. 0005439-33.2007.8.14.0028 Processo: Autor: ROQUE DA PIEDADE PRESTES Parte ré: DORCEINO LUCIO. Intimo o advogado(a) **ANTONIO LOPES FILHO OAB/PA 16.267-A** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

6. 0005120-56.2012.8.14.0028 Autor: ROQUE DA PIEDADE PRESTES Parte ré: DORCEINO LUCIO. Intimo o advogado(a) **VILMA ROSA LEAL DE SOUZA OAB 10289/PA** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

7. 0010525-10.2011.8.14.0028 Número do Processo: REQUERENTE: FRANCISCO ARAÚJO DOS SANTOS REQUERIDO: MUNICIPIO DE MARABA - PREFEITURA MUNICIPAL Intimo o advogado(a) **LUIVAN OLIVEIRA LOPES OAB/PA3032** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

8. 0005442-08.2014.8.14.0028 Processo nº 0005442-08.2014.8.14.0028 Parte autora: UISCAR USINA SIDERURGICA DE CARAJAS LTDA Advogado: Antônio Carlos de Sousa Gomes Junior Parte Ré: SIDEPAR SIDERURGICA DO PARA S/A Advogado: Aveilton Souza Intimo o advogado(a) I***valdo Alencar de Sousa Junior OAB***22226/***PA*** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

9. 0018099-74.2017.8.14.0028 Processo: 0018099-74.2017.8.14.0028 Requerente: Larissa Abussafi Miranda Advogado: Luiz Carlos Augusto dos Santos, OAB-PA 9285 Requerido: Espólio de Francisco Miranda Cruz. Intimo o advogado(a) **Luiz Carlos Augusto dos Santos, OAB-PA 9285** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

10. Processo nº: 0006312-19.2015.8.14.0028 Parte autora: BANCO DA AMAZONIA SA ADVOGADO : LUIZ PAULO SANTOS ALVARES ADVOGADO : WALTER SILVEIRA FRANCO Parte ré: JUNQUEIRA TAXI AEREO LTDA JUTA; ANTONIO CARLOS JUNQUEIRA; VIVIANE ALVES DE OLIVEIRA ADVOGADO : LUIZ PAULO SANTOS ALVARESADVOGADO : WALTER SILVEIRA FRANCO . Intimo o advogado(a) **Luis Gustavo Trovo Garcia, OAB-PA 9.505** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

11. 0004614-71.2011.8.14.0028 SAção: A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU A REINTEGFRAÇÃO AO CARGO C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA INAUDITA ALTERA PARS. Exequente/Requerente: MARIA DE NAZARE SOUZA CHAVES Executado/Requerido: A JUSTICA PUBLICA DO ESTADO DO PARA. Intimo o advogado(a) **VILMA ROSA LEAL DE SOUZA OAB 10289/PA** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

12. PROCESSO Nº 00060820620118140028-. PARTE AUTORA: JOSÉ RIBEIRO DA SILVA NETO ¿ ADV: LIVIA MARIA RIBEIRO DA SILVA ¿ OAB/PA Nº 12082. REQUERIDO: BANCO CRUZEIRO DO SUL ¿ ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - OAB/PA Nº 15201. Intimo o advogado(a) A**DV: LIVIA MARIA RIBEIRO DA SILVA ¿ OAB/PA Nº 12082** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

13. PROCESSO Nº 00059668020108140028¿. REQUERENTE: NERCY FEITOSA MIRANDA DA SILVA ¿ ADV: GERALDO PEZZIN ¿ OAB/PA Nº 11768. REQUERIDO: ESTADO DO PARÁ ¿ PROCURADOR: RODRIGO BAIA NOGUEIRA Intimo o advogado(a) **ADV: GERALDO PEZZIN(OAB: 11768/PA)** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

14. Processo n. 0009769-77.2010.814.0028: Intimo o advogado(a) **Andreia** Aparecida Paiva e Silva (**OAB**/**PA**18.234-A) para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

15. 0019216-37.2016.8.14.0028: Ação: AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO Requerentes: ANTONIO PESSOA NEVES FILHO Requerido: A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

16. Intimo o advogado(a) **Eduardo Alexandre Hermes Hoff** é Advogado(a) com o **OAB**13826/**PA** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

17. PROCESSO 00074208820128140028 Intimo o advogado(a) MYLLA LIRA LEITE OAB/PA 23403-B OAB/PA para que devolva os autos **RETIADOS EM 24.06.2019 A TITULO DE CARGA RÁPIDA**

sob pena de busca e apreensão do mesmo.

18.

Marabá, PA, 28.06.2019

Diogo Margonar Santos da Silva

Analista Judiciário

Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível

RODOVIA BR 222, KM 40, VILA SÃO RAIMUNDO, MARABÁ/PA ¿ CEP: 68513-603.

Atendendo a Recomendação da Corregedoria das Comarcas do Interior ¿ Correição Ordinária 2017 - TJEPA ¿ Procedo à **Intimação para devolução de autos pelo(s) respectivo(s) advogado(s), no prazo de 03 dias,** nos termos e cominações do art. 233, §§ 2° e 3° NCPC, dentre as quais a busca e apreensão de autos e comunicação à OAB respectiva.

ASSUNTO: DEVOLUÇÃO DE PROCESSO

PROCESSO/CAUSIDICO QUE RETIROU OS AUTOS/ DATA DA CARGA/ DIAS PARADOS/QUANTIDADE DE PÁGINAS

1. Autos nº 0001823-97.1999.8.14.0028 -3ª Vara Cível: Intimo o advogado(a) - **OAB**/**PA** 16.224-A **ANDRE DOS SANTOS RIBEIRO** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

2. Processo: 0110453-89.2015.8.14.0028 Embargante: Juta ¿ Junqueira Táxi Aéreo LTDA Advogado: Luis Gustavo Trovo Garcia, OAB-PA 9.505 Embargado: Banco da Amazônia ¿ sem representação nos autos Intimo o advogado(a) **- Luis Gustavo Trovo Garcia, OAB-PA 9.505** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

3. PROCESSO ROCESSO N. 0004937-84.2010.814.0028 ¿ Requerente: José Carlos Ferreira (Adv. Eden Augusto Anselmo de Lima **OAB**12982/**PA**). Requerido: Empresa Viação Cidade Nova. Intimo o advogado(a) Adv. Eden Augusto Anselmo de Lima **OAB**12982/**PA** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

4. 02 PROCESSOS N. 0005939-97.2009.8.14.0028 ¿ Requerente: José Carlos Ferreira (Adv. Eden Augusto Anselmo de Lima **OAB**12982/**PA**). Requerido: Empresa Viação Cidade Nova. Intimo o advogado(a) MIKAIL MATOS FERREIRA OAB 27794 para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

5. 0005439-33.2007.8.14.0028 Processo: Autor: ROQUE DA PIEDADE PRESTES Parte ré: DORCEINO LUCIO. Intimo o advogado(a) **ANTONIO LOPES FILHO OAB/PA 16.267-A** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

6. 0005120-56.2012.8.14.0028 Autor: ROQUE DA PIEDADE PRESTES Parte ré: DORCEINO LUCIO. Intimo o advogado(a) **VILMA ROSA LEAL DE SOUZA OAB 10289/PA** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

7. 0010525-10.2011.8.14.0028 Número do Processo: REQUERENTE: FRANCISCO ARAÚJO DOS SANTOS REQUERIDO: MUNICIPIO DE MARABA - PREFEITURA MUNICIPAL Intimo o advogado(a) **LUIVAN OLIVEIRA LOPES OAB/PA3032** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

8. 0005442-08.2014.8.14.0028 Processo nº 0005442-08.2014.8.14.0028 Parte autora: UISCAR USINA SIDERURGICA DE CARAJAS LTDA Advogado: Antônio Carlos de Sousa Gomes Junior Parte Ré: SIDEPAR SIDERURGICA DO PARA S/A Advogado: Aveilton Souza Intimo o advogado(a) I***valdo Alencar de Sousa Junior OAB***22226/***PA*** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

9. 0018099-74.2017.8.14.0028 Processo: 0018099-74.2017.8.14.0028 Requerente: Larissa Abussafi Miranda Advogado: Luiz Carlos Augusto dos Santos, OAB-PA 9285 Requerido: Espólio de Francisco Miranda Cruz. Intimo o advogado(a) **Luiz Carlos Augusto dos Santos, OAB-PA 9285** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

10. Processo nº: 0006312-19.2015.8.14.0028 Parte autora: BANCO DA AMAZONIA SA ADVOGADO : LUIZ PAULO SANTOS ALVARES ADVOGADO : WALTER SILVEIRA FRANCO Parte ré: JUNQUEIRA TAXI AEREO LTDA JUTA; ANTONIO CARLOS JUNQUEIRA; VIVIANE ALVES DE OLIVEIRA ADVOGADO : LUIZ PAULO SANTOS ALVARESADVOGADO : WALTER SILVEIRA FRANCO . Intimo o advogado(a) **Luis Gustavo Trovo Garcia, OAB-PA 9.505** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

11. 0004614-71.2011.8.14.0028 SAção: A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU A REINTEGFRAÇÃO AO CARGO C/C PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA INAUDITA ALTERA PARS. Exequente/Requerente: MARIA DE NAZARE SOUZA CHAVES Executado/Requerido: A JUSTICA PUBLICA DO ESTADO DO PARA. Intimo o advogado(a) **VILMA ROSA LEAL DE SOUZA OAB 10289/PA** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

12. PROCESSO Nº 00060820620118140028-. PARTE AUTORA: JOSÉ RIBEIRO DA SILVA NETO ¿ ADV: LIVIA MARIA RIBEIRO DA SILVA ¿ OAB/PA Nº 12082. REQUERIDO: BANCO CRUZEIRO DO SUL ¿ ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES - OAB/PA Nº 15201. Intimo o advogado(a) A**DV: LIVIA MARIA RIBEIRO DA SILVA ¿ OAB/PA Nº 12082** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

13. PROCESSO Nº 00059668020108140028¿. REQUERENTE: NERCY FEITOSA MIRANDA DA SILVA ¿ ADV: GERALDO PEZZIN ¿ OAB/PA Nº 11768. REQUERIDO: ESTADO DO PARÁ ¿ PROCURADOR: RODRIGO BAIA NOGUEIRA Intimo o advogado(a) **ADV: GERALDO PEZZIN(OAB: 11768/PA)** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

14. Processo n. 0009769-77.2010.814.0028: Intimo o advogado(a) **Andreia** Aparecida Paiva e Silva (**OAB**/**PA**18.234-A) para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

15. 0019216-37.2016.8.14.0028: Ação: AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO Requerentes: ANTONIO PESSOA NEVES FILHO Requerido: A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA

16. Intimo o advogado(a) **Eduardo Alexandre Hermes Hoff** é Advogado(a) com o **OAB**13826/**PA** para que devolva os autos, sob pena de busca e apreensão do mesmo.

17. PROCESSO 00074208820128140028 Intimo o advogado(a) MYLLA LIRA LEITE OAB/PA 23403-B OAB/PA para que devolva os autos **RETIADOS EM 24.06.2019 A TITULO DE CARGA RÁPIDA** sob pena de busca e apreensão do mesmo.

Marabá, PA, 28.06.2019

Diogo Margonar Santos da Silva

Analista Judiciário

Diretor de Secretaria da 3° Vara Cível

SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MARABÁ REGIÃO AGRÁRIA DE MARABÁ EDITAL DE INTIMAÇÃO O Exmo. Sr. **AMARILDO JOSÉ MAZUTTI,** Juiz de Direito Titular da Região Agrária de Marabá, Estado do Pará, República Federativa do Brasil na Forma da Lei etc... **FAZ SABER** a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante o Juízo da Região Agrária de Marabá e expediente da Secretaria da Região Agrária de Marabá e Comarca de Marabá, se processa a Ação de Constituição de Servidão Administrativa com Pedido de Liminar **nº 0012837-80.2016.814.0028,** em que figura como autora: **BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A** e ré: **MINERAÇÃO BURITIRAMA S/A.** Em razão da determinação judicial constante nos autos, pelo presente EDITAL fica o público em geral/terceiros ciente(s) do inteiro teor da sentença de fls. 354/355, a seguir transcrita: ¿SENTENÇA. 1 ¿ Relatório. VOLUME I. BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE S/A ingressou com AÇÃO DE SERVIDÃO ADMINISTRATIVA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA, em face de EMPRESA BURITIRAMA S.A. A autora alega estar incumbida de proceder todos os estudos e trabalhos necessários para a construção, operação, e manutenção do empreendimento denominado de LINHA DE TRANSMISSÃO XINGU ¿ ESTREITO, EM CORRENTE CONTÍNUA, +- 800KV., com respaldo no contrato de concessão 14/2014, assinado pela ANEEL ¿ AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA. Juntou documentos (fls. 17/135). Realizada a audiência de justificação (fls. 143/147), o Juízo deferiu a tutela de urgência de imissão na posse compulsória mediante o depósito da caução no valor de R$ 83.000,00 (oitenta e três mil reais), bem como, foi nomeado perito. Posteriormente, a autora juntou o comprovante do valor da caução (fls. 239/241). Às fls. 244/248, a requerida apresentou assistente técnico e quesitos e, posteriormente, apresentou contestação (fls. 251/263-Vol. II). VOLUME II. O Termo de compromisso foi assinado pelo perito (fls. 270) e, posteriormente, apresentou proposta de honorários (fls. 277/278). Os Oficiais de Justiça apresentaram Auto de Imissão da Posse (fls. 281). A autora solicitou a dilação do prazo de 20 (vinte) dias, pois as partes estão em tratativa de acordo (fl. 296), logo após, apresentou impugnação à contestação (fls. 300/301). O Juízo deferiu o pedido da autora de dilação do prazo de 20 (vinte) dias (fl. 305). Transcorrido o prazo, as partes apresentaram o termo de acordo (fls. 308/315), e juntaram comprovante de pagamento complementar do acordo firmado entre eles, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) de fls. 317/319. O Ministério Público requereu diligências (fls. 327/329). O Juízo determinou a intimação da autora para apresentar procuração (fl. 331). A requerida cumpriu com as diligências e juntou documentos (fls. 333/338). Novo parecer ministerial (fls. 346/348), manifestou-se favorável a homologação do acordo de fls. 308/315. Vieram os autos conclusos. Eis a síntese necessária. DECIDO. Verificando os termos do ajuste celebrado entre as partes, concluo pela observância das formalidades legais, não havendo nenhum óbice à homologação do acordo celebrado nos moldes avençados às fls. 308/315. Pelo exposto, com esteio nos artigos 840 e 841 do Código Civil c/c 487, III, b, do Código de Processo Civil, e acompanhando o parecer ministerial (fls. 346/348-vol. II), homologo a transação firmada pelas partes (fls. 308/315), por estar revestida das formalidades legais e DECLARO A EXTINÇÃO DO FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Para o regular cumprimento do acordo, transcrevo o abaixo disposto: a)- A servidão de passagem de cabos elétrico será instituída nos seguintes imóveis rurais de fls. 41/45-Vol. I e 308/315-Vol. II, totalizando uma área de 16.3529 (dezesseis hectares, trinta e cinco ares e vinte e nove centiares), caracterizados nas seguintes proporções e descrições: a.1)- Área de 10,6321 (dez hectares, sessenta e três ares e vinte e um centiares), referente a Faixa de Servidão LTXE1-2-MA4-0465-00. A referida área está registrada no Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de Marabá/PA, sob a Matrícula nº 8.179, com área total de 65.4384 ha., que deverá ser registrada/averbada sob está matricula acima citada; a.2)- Área de 0,1084 (dez ares e oitenta e quatro centiares), referente a Faixa de Servidão LTXE1-2-MA4-0465-01-00. A referida área está registrada no Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de Marabá/PA, sob a Matrícula nº 8.134, com área total de 51.5981ha., que deverá ser registrada/averbada sob está matricula acima citada; a. 3)- Área de 5,6124 (cinco hectares, sessenta e um ares e vinte e quatro centiares), referente a Faixa de Servidão LTXE1-2-MA4-0465-02-00. A referida área rural sem registro e objeto de loteamento pelo INCRA pendente de regularização pelo ITERPA, medindo 09 (nove) alqueires, localizado no município de Marabá/PA (Compromisso de Compra e Venda de Imóvel de fls. 43-Vol. I), que deverá ser registrada no Cartório de Registro de Imóvel da Comarca de Marabá/PA. b)- Intime-se a autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar junto ao banco do Brasil a transferência dos valores depositados às fls. 317/319-Vol. II, para a subconta nº 16.764.01495 de fl. 235-Vol. I. c)- Após, a transferência dos valores à subconta do Banco Banpará de fls. 235-Vol. I. d)- Não havendo impugnação, expeça-se em favor da ré, na pessoa de seu advogado, Dr. LUIS GUSTAVO

TROVO GARCIA, OAB/PA Nº 9.505, o alvará da quantia de R$ 91.000,00 (noventa e um mil reais), com as devidas atualizações e correções monetárias, conforme comprovantes de depósitos judiciais de fls. 240/241-Vol I e 317/319-Vol. II. e)- Expeça-se mandado para registro definitivo da constituição de servidão administrativa em favor da autora, entregando-os a ela para que providencie averbação junto ao registro de imóveis competente. f)- Considerando que a área de 5,6124 (cinco hectares, sessenta e um ares e vinte e quatro centiares) a que se refere o documento de fls. 43-Vol. I (Compromisso de Compra e Venda de Imóvel), não possui registro no C.R.I. de Marabá, deverá no prazo de 15 (quinze) dias, ser registrado no Cartório de Títulos e Documentos d Marabá/PA para conhecimento de terceiros. g)- Expeça-se as minutas de editais e entregue ao autor para que publique na imprensa oficial e local, às suas expensas, comprovando nos autos, a existência da constituição da servidão administrativa. Custas finais, se houverem, serão suportadas pela autora. Em caso de não recolhimento das custas finais, porventura devidas pela autora, certifique-se e encaminhe-se à Dívida Ativa. Intime-se. Publique-se. Arquive-se. Marabá/PA, 14 de janeiro de 2019. AMARILDO JOSÉ MAZUTTI Juiz de Direito Titular da 3ª Agrária ¿ Marabá/PA..¿ E para que ninguém possa alegar ignorância no presente ou no futuro, será o edital publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Estado do Pará e afixado no átrio da Vara Agrária de Marabá, na forma da Lei, informando que este Juízo Funciona das 08:00 às 14:00 horas, na Rodovia Transamazônica, s/n ¿ Agrópolis do INCRA, Amapá, Estado do Pará. **EXPEDIDO** nesta cidade de Marabá, **28 (vinte e oito) dias do mês de junho de 2019.** Eu, Alline N. Raiol S. Pereira, Diretora de Secretaria, este digitei e o subscrevo (art. 1º, § 3º do Provimento nº 006/2006-CJRMB c/c 006/2009-CJCI). **Alline Nazareth Raiol Sousa Pereira Diretora de Secretaria Região Agrária de Marabá.**

SECRETARIA DA 3ª VARA CRIMINAL DE MARABÁ

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DOS JURADOS TITULARES E SUPLENTES O Exmo. Sr. DR. ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI ¿ Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Marabá/PA, Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais. FAZ SABER aos que lerem ou dele conhecimento tiverem que nos dias 14 de agosto e 09, 11, 20 e 25 de setembro, todos no ano de 2019, às 08:30h, se reunirá o Tribunal do Júri da 3ª Vara Criminal da Comarca de Marabá, no Auditório deste Fórum, sito à Rodovia Transamazônica, s/n ¿ Bairro Amapá e que procedido o sorteio dos vinte e cinco (25) Jurados e dez (10) Suplentes que deverão servir na Sessão do Tribunal do Júri nas referidas datas, são os seguintes cidadãos: JURADOS TITULARES: 1. CARMEN SHEILA PEREIRA GOMES 2. SIMONE CRISTINA CONTENTE PADILHA 3. LUZIA DA CONCEIÇÃO COSTA 4. CARLOS EDUARDO GALVÃO COSTA 5. EDINALVA COSTA DE ANDRADE 6. ABIEL DOS SANTOS BEZERRA 7. REJANE PESSOA DE LIMA 8. CILDES FERREIRA DE SOUSA 9. JOSÉ DE JESUS SOUSA BORGES 10. MANOEL PEREIRA SILVA 11. RAIMUNDO WANDERLEY CORREA PADILHA 12. ALANA DA SILVA BARROS 13. CLEYDENVER GUILHERMINO DOS SANTOS ROCHA 14. VALMIRA SÁ DOS SANTOS 15. CLÉIA MARIA DA SILVA 16. PETERSON GABRIEL ROCHA FERREIRA 17. BARBARA EDWARDS DE LIMA DOURADO 18. MICHELE SILVA FORTUNATO 19. MILTON FRANCISCO FRANÇA 20. ALEXSANDER DE OLIVEIRA ZEN 21. GILIAD DE SOUZA SILVA 22. ATILA ROCHA DA SILVA 23. JOSEANI TORRES DE SOUZA 24. PAULINO SOUSA VANDERLEY 25. PAOLA GIRALDO HERRERA SUPLENTES SORTEADOS: 1. FRANKSNEY RIBEIRO SOUSA 2. JAILSON ALVES DA SILVA 3. ANTÔNIA MARIA ALVES DE SOUSA 4. PATRICK COELHO PRIMO 5. SHEYLLA CORINA DOS SANTOS6. CRISTIANE DE FARIAS PINTO 7. LUCIENE CUNHA VIEIRA 8. EDIL ALHO DE SOUSA 9. LUSINEIDE DA SILVA FILHO GOMES 10. ANTÔNIO CARLOS MACENA DA SILVA A todos os Jurados Titulares e Suplentes sorteados e cada um por si, intima a comparecerem no dia, hora e local designado; estando sujeitos às penas da lei, se faltarem. E, para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e de futuro ninguém possa alegar ignorância, expediu-se o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO que será fixado e publicado na forma da lei. Art. 436. O serviço do júri é obrigatório. O alistamento compreenderá os cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos de notória idoneidade. § 1º Nenhum cidadão poderá ser excluído dos trabalhos do júri ou deixar de ser alistado em razão de cor ou etnia, raça, credo, sexo, profissão, classe social ou econômica, origem ou grau de instrução. § 2º A recusa injustificada ao serviço do júri acarretará multa no valor de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a condição econômica do jurado. Art. 437. Estão isentos do serviço do júri: I - o Presidente da República e os Ministros de Estado; II - os Governadores e seus respectivos Secretários; III - os membros do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Distrital e Municipais; IV - os Prefeitos Municipais; V - os Magistrados e membros do Ministério Público e da Defensoria Pública; VI - os servidores do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública; VII - as autoridades e os servidores da polícia e da segurança pública; VIII - os militares em serviço ativo; IX - os cidadãos maiores de 70 (setenta) anos que requeiram sua dispensa; X - aqueles que o requererem, demonstrando justo impedimento. Art. 438. A recusa ao serviço do júri fundada em convicção religiosa, filosófica ou política importará no dever de prestar serviço alternativo, sob pena de suspensão dos direitos políticos, enquanto não prestar o serviço imposto. § 1º Entende-se por serviço alternativo o exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou mesmo produtivo, no Poder Judiciário, na Defensoria Pública, no Ministério Público ou em entidade conveniada para esses fins. § 2º O Juiz fixará o serviço alternativo atendendo aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade. Art. 439. O exercício efetivo da função de jurado constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral. Art. 440. Constitui também direito do jurado, na condição do art. 439 deste Código, preferência, em igualdade de condições, nas licitações públicas e no provimento, mediante concurso, de cargo ou função pública, bem como nos casos de promoção funcional ou remoção voluntária. Art. 441. Nenhum desconto será feito nos vencimentos ou salário do jurado sorteado que comparecer à sessão do júri. Art. 442. Ao jurado que, sem causa legítima, deixar de comparecer no dia marcado para a sessão ou retirar-se antes de ser dispensado pelo presidente será aplicada multa de 1 (um) a 10 (dez) salários mínimos, a critério do juiz, de acordo com a sua condição econômica. Art. 443. Somente será aceita escusa fundada em motivo relevante devidamente comprovado e apresentada, ressalvadas as hipóteses de força maior, até o momento da chamada dos jurados. Art. 444. O jurado somente será dispensado por decisão motivada do juiz presidente, consignada na ata dos trabalhos. Art.445. O jurado, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la, será responsável criminalmente nos mesmos termos em que o são os juízes togados. Art. 446. Aos suplentes, quando

convocados, serão aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas e escusas e à equiparação de responsabilidade penal prevista no artigo 445 deste código. Dado e passado nesta cidade e comarca de Marabá, 3ª Vara Criminal, dia 27/06/2019. Eu,..... Danilo Samico Rego, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi. ALEXANDRE HIROSHI ARAKAKI Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Criminal da Comarca de Marabá/PA

SECRETARIA DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE MARABÁ

Número do processo: 0800434-75.2018.8.14.0028 Participação: RECLAMANTE Nome: DAYANE ARAUJO COSTA Participação: ADVOGADO Nome: TULIO MARQUES CARVALHO FERREIRAOAB: 23286-A/PA Participação: RECLAMADO Nome: LINDAN TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: SIVALDO PEREIRA CARDOSOOAB: 18128/GOFica o advogado da Executada intimado a se manifestar no prazo legal, sobre o resultado positivo da penhora on-line.

Número do processo: 0801362-94.2016.8.14.0028 Participação: RECLAMANTE Nome: RONALDO PINHEIRO NEVES Participação: ADVOGADO Nome: POLIANA JESSICA DUARTE MORAESOAB: 139-B Participação: RECLAMADO Nome: MASPARA ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: BRUNA LORENA COIMBRA COSTAOAB: 861PA Participação: RECLAMADO Nome: AZUL COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO COLLARES PALMEIRAOAB: 730 Participação: RECLAMADO Nome: MARAGLASS VIDROS E ACESSORIOS LTDA - MEFica o advogado da Executada Azul Companhia de Seguros Gerais, intimado a se manifestar no prazo legal, da penhora on line positiva.

COMARCA DE SANTARÉM

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM

Número do processo: 0801024-80.2018.8.14.0051 Participação: AUTOR Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO BRAZ DA SILVAOAB: 20638/PA Participação: RÉU Nome: ANGELO CESAR COELHO AZEVEDO Participação: ADVOGADO Nome: PEDRO JAKSON MARCELO DE JESUS JUNIOROAB: 10917/PAProcesso Judicial EletrônicoPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do Pará1ª Vara Cível e Empresarial ? Comarca de SantarémProcesso n.: 0801024-80.2018.8.14.0051.BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIAAUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.Advogado(s): ANTONIO BRAZ DA SILVA - OAB/PA 20.638.RÉU: ANGELO CESAR COELHO AZEVEDOAdvogado(s): PEDRO JAKSON MARCELO DE JESUS JUNIOR - OAB/PA 10.917.SENTENÇATrata-se de ação de Busca e apreensão ajuizado pelo BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS contra ANGELO CESAR COELHO AZEVEDO com fulcro no art. 3º do Decreto-Lei n. 911/96, visando reintegrar ao seu patrimônio o bem que alienou fiduciariamente em garantia ao réu, qual seja, o automóvel marca MARCA TOYOTA; MODELO: HILUX CD4X4; ANO: 2012; COR: BRANCA; PLACA: JSX7911; CHASSI: 8AJFR22G9C4555787; RENAVAN: 420895981, cujas prestações não foram integralmente pagas.A liminar foi deferida (ID. 6132763) e cumprida, após o que o réu comprovou a purgação da mora.O autor requereu a transferência do valor depositado e o informar a anuência ao montante depositado pelo Requerido (ID. 7266975).Este Juízo determinou a expedição de alvará, mediante recolhimento das custas da diligência, bem como a comprovação da devolução do bem ao Requerido (ID. 9131469)O bem foi restituído ao Requerido (ID. 9475445).O autor apresentou petição requerendo a extinção do processo (ID.9475447).Custas finais recolhidas.O Requerido informou que não houve baixa no gravame do veículo (id. 9489279).Vieram os autos conclusos.Passo a decidir:O Requerido efetuou o depósito da mora, e a parte autora deu quitação do débito. purgação da mora.O bem foi restituído ao Requerido nos termos em que fora entregue ao credor.Desse modo, diante da purgação da mora, o processo perdeu o objeto, por falta superveniente de interesse processual.Foi o requerido que deu causa à ação, sendo que deve responder pelas custas e honorários advocatícios, diante do princípio da causalidade.Ante todo o exposto: julgo extinto o feito, sem resolução de seu mérito, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil, no que pertine a pretensão de busca e apreensão requerida pelo autor. Pelo princípio da causalidade, condeno o réu ANGELO CESAR COELHO AZEVEDO ao pagamento das custas e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa, devidamente corrigido na forma da lei, nos termos do artigo 85, § 2º do Código de Processo Civil.Intime-se a parte para recolhimento das custas, se necessário, para expedição do alvará referente ao depósito judicial efetuado pelo Requerido, transferindo o valor para a conta informada, qual seja transferido eletronicamente para a conta 00001-9 da agência 4040 em nome do favorecido BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A, CNPJ nº 07.207.996/0001- 50.Intime-se a parte autora para retirada do gravame junto ao Sistema Nacional de Gravames. P. R. I. C Santarém, 27 de junho de 2019.Valdeir Salviano da CostaJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0003526-59.2017.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: M. F. C. L. Participação: REQUERIDO Nome: F. L. L.Processo Judicial EletrônicoPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do Pará1ª Vara Cível e Empresarial ? Comarca de Santarém0003526-59.2017.8.14.0051 ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68REQUERENTE: MARCOS FABRICIO COSTA LOPESREQUERIDO: FRANKLIN LISBOA LOPES DESPACHORH. As parcelas executáveis pelo rito da prisão compreendem as três anteriores ao pedido. Assim, intime-se a parte autora para adequação das parcelas, uma vez que a petição de cumprimento foi protocolada em 13.03.2019.A parte poderá, no mesmo prazo, emendar as parcelas executáveis pelo rito da penhora, caso queira.Santarém/PA, 27 de junho de 2019. VALDEIR SALVIANO DA COSTAJuiz de Direito

Número do processo: 0803784-02.2018.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: BANCO

ITAUCARD S.A. Participação: ADVOGADO Nome: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZOAB: 27117/PA Participação: REQUERIDO Nome: ALCILENE PEDROSO DIASProcesso Judicial EletrônicoPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do Pará1ª Vara Cível e Empresarial ? Comarca de Santarém0803784-02.2018.8.14.0051 BUSCA E APREENSÃOREQUERENTE: BANCO ITAUCARD S.A.Advogado(s):FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZ - OAB/SP 206.339.REQUERIDA: ALCILENE PEDROSO DIAS SENTENÇAVistos, etc. BANCO ITAUCARD S.A., qualificado nos autos ajuizou ação de BUSCA E APREENSÃO em desfavor de ALCILENE PEDROSO DIAS também qualificado(a).Juntou documentos. Recolheu custas. Determinaram-se atos processuais - no caso, indicação de fiel depositário com endereço nesta Comarca, para recebimento do bem - a serem praticados pela parte autora, que apesar de intimada não providenciou os mesmos. A parte autora foi intimada para dar andamento ao feito no prazo de 05 (cinco) dias e não o fez, uma vez que a petição não atendeu à determinação judicial, conforme certidão de ID. 10826127.Vieram os autos conclusos. Passo a decidir.A parte autora foi intimada pessoalmente e através de seu advogado para se manifestar no feito, dando o devido andamento processual e não o fez.Não se pode esquecer o relevante interesse público consistente na não formação de acervos inúteis de autos, a criar embaraços à normal atividade judiciária em detrimento de outros processos e a projetar a falsa impressão de atraso da Justiça. Esses inconvenientes graves não se superam com a simples remessa do processo vivo ao arquivo, para aguardar eventual movimentação futura.É de rigor a extinção, na forma da lei processual, ressalvada a possibilidade de propositura de novo processo.Ante ao exposto, com fundamento no artigo 485, inciso III do Código de ?Processo Civil, julgo extinto o processo.Custas pela parte autora.Transitada em Julgado, arquivem-se os autos. Santarém, 28 de junho de 2019Valdeir Salviano da CostaJuiz de Direito.

Número do processo: 0805666-96.2018.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: H. V. D. C. Participação: ADVOGADO Nome: SHEILA COSTA SANTOSOAB: 26484/PA Participação: REQUERIDO Nome: W. C. P. D. S.PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICOPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE SANTARÉM1ª. VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo:0805666-96.2018.8.14.0051 - DIVÓRCIOREQUERENTE: HELLEN VICENTE DE CARVALHOAdvogado(s) : SHEILA COSTA SANTOS - OAB/PA 26.484REQUERIDO: WAGNER COUTO PEREIRA DA SILVASENTENÇACuida-se de pedido de Divórcio formulado por HELLEN VICENTE DE CARVALHO em face de WAGNER COUTO PEREIRA DA SILVA, dizendo, em síntese, que separaram-se consensualmente nos autos do processo n. 20030040246006, perante o Juízo da 3a Vara de Família de São Gonçalo - RJ, em 18.02.2004.Afirma a inexistência de bens a serem partilhados, dispensa alimentos e informa que pretende a manutenção do nome modificado quando da sentença de separação.Pediu a gratuidade.Requer ao final a procedência do pedido com a decretação do divórcio do casal. Requer ainda que a requerida retorne ao nome de solteira.Citado pessoalmente, o Réu deixou transcorrer "in albis" o prazo contestacional, conforme certidão de ID . Decreto a revelia do mesmo.Audiência de instrução e julgamento com a oitiva de uma testemunha e o depoimento pessoal da parte autora.Na audiência a autora informou que assume toda a dívida e requer a partilha do imóvel. Renuncia a sua parte do veículo em favor da filhaÉ o relatório. Decido.O Réu, citado pessoalmente, silenciou, aceitando como verdadeiras as alegações arguidas na inicial pela Autora.Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE a ação para decretar o divórcio do casal WAGNER COUTO PEREIRA DA SILVA e HELLEN VICENTE DE CARVALHO.Não haverá alteração do nome da autora.O requerido fica isento do pagamento do débito em razão da assunção do mesmo pela parte autora.Extingo o processo com resolução de mérito, conforme disposto no artigo 487, I do CPC.Estendo a gratuidade da justiça ao requerido. Sem custas e sem honorários.Intimem-se as partes pessoalmente.Após o trânsito em julgado, expeça-se mandado de averbação.P.R.I.C. Certificado o trânsito em julgado e cumpridas as formalidades legais, arquive-se.Santarém, 28 de junho de 2019.VALDEIR SALVIANO DA COSTAJuiz de Direito Titular

ATO ORDINATÓRIO ¿ INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA PARA PAGAMENTO DE CUSTAS JUDICIAIS. Processo: 0008953-18.2008.814.0051 Ação: Inventário REQUERENTE: JOSÉ RIBAMAR DE LIMAADVOGADO: JOÃO DOS SANTOS PEDROSO FILHO e WEBERTH LUZ COSTA DA SILVA OAB PA Nº 10.030 Em conformidade com o art. 203, §4º, do Código de Processo Civil, pratico o seguinte ato ordinatório: Intimação da parte autora para pagar as custas judiciais da diligência do oficial de justiça e

expedição do mandado pela secretaria, visando a avaliação dos bens, no prazo de 15 dias. Santarém (PA), 27 de maio de 2019.Elisá Rafael Gomes da Silva Analista Judiciário ¿ Mat. TJE/PA 150274

ATO ORDINATÓRIO ¿ INTIMAÇÃO DA PARTE AUTORA PARA PAGAMENTO DE CUSTAS JUDICIAIS. nº 0001150-39.2008.814.0051 REQUERENTE: Lindinalva Melo Almeida ADVOGADO: JEAN SÁVIO SENA FREITAS ¿ OAB/PA 12.629 Interessado: José Ribamar de Lima Advogado: WEBERTH LUIZ COSTA DA SILVA ¿ OAB/PA 10.030 e JOÃO DOS SANTOS PEDROSO FILHO OAB PA 9.962. Em conformidade com o art. 203, §4º, do Código de Processo Civil, pratico o seguinte ato ordinatório: Intimação da parte autora para pagar as custas judiciais da diligência do oficial de justiça e expedição do mandado pela secretaria, visando a avaliação dos bens, no prazo de 15 dias. Santarém (PA), 28 de maio de 2019. Elisá Rafael Gomes da Silva Analista Judiciário ¿ Mat. TJE/PA 150274

PROCESSO: 00007157719948140051 PROCESSO ANTIGO: 199410006223 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VALDEIR SALVIANO DA COSTA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019---AUTOR:BANCO DA AMAZONIA S.A. Representante(s): OAB 11325 - KARLENE AZEVEDO DE AGUIAR (ADVOGADO) OAB 2647 - JOSE RAIMUNDO COSMO SOARES (ADVOGADO) OAB 10898 - MARCOS ANTONIO DOS SANTOS VIEIRA (ADVOGADO) OAB 16971 - LETICIA PINHEIRO CRUZ (ADVOGADO) REU:S. TEIXEIRA & CIA LTDA Representante(s): OAB 4935 - ELIAS CESAR DA SILVA QUEIROZ (ADVOGADO) OAB 5888 - JOSE ALBERTO SOARES VASCONCELOS (ADVOGADO) REU:ALUIZIO VASCONCELOS TEIXEIRA REU:SANTINO SANTOS DA SILVA TEIXEIRA REU:TEREZINHA VASCONCELOS TEIXEIRA REU:ALDO VASCONCELOS TEIXEIRA INTERESSADO:HELP COMERCIO IMP E EXP DE SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA Representante(s): SABTA ASSAD DE ALMEIDA (REP LEGAL) INTERESSADO:N ASSAD DE ALMEIDA ME Representante(s): NAGILA ASSAD DE ALMEIDA (REP LEGAL) INTERESSADO:LOSANGO-PROMOCOES DE VENDAS LTDA Representante(s): OAB 12217 - ANDRE LUIZ GONCALVES LISBOA (ADVOGADO) OAB 13271 - CARLOS EDUARDO RESENDE DE MELO (ADVOGADO) INTERESSADO:ARNALDO DOS SANTOS TEIXEIRA Representante(s): OAB 9465 - ED LUCIO SILVA E SILVA (ADVOGADO) INTERESSADO:SILVA & PONTES LTDA Representante(s): OAB 9152 - JOSE ALIPIO PAIVA DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) LUCIVALDO DE SOUSA PONTES (REP LEGAL) INTERESSADO:BANCO DO HSBC BANK BRASIL SA Representante(s): OAB 12217 - ANDRE LUIZ GONCALVES LISBOA (ADVOGADO) INTERESSADO:JOSÉ CÉLIO DOS SANTOS LIMA Representante(s): OAB 6258 - JOSE CELIO SANTOS LIMA (ADVOGADO) . PROCESSO: 0000715-77.1994.814.0051 RH. Consoante as razões expostas pela parte executada à fl. 1.006, ainda não decorreu o prazo da suspensão da execução conforme acordado na audiência de conciliação de fl. 994. Assim, chamo o feito à ordem e torno sem efeito a decisão de fl. 1.002 que prosseguiu com a execução. Mantenho a suspensão processual por 06 meses (de 25/01/2019 a 25/07/2019). Decorrido o prazo da suspensão, com ou sem manifestação das partes, determino à Sra. Diretora de Secretaria que certifique e voltem os autos conclusos. Publique-se. Cumpra-se. Santarém, 27 de junho de 2.019. VALDEIR SALVIANO DA COSTA Juiz de Direito

PROCESSO: 00041672320128140051 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CRISTIANA CALDERARO MACIEL Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERENTE:FRANCISCIO DA SILVA BRASIL Representante(s): OAB 14524 - VIVIAN SOUZA DUTRA (ADVOGADO) OAB 15398 - LIDIANE BRAGA CORREA (ADVOGADO) REQUERENTE:CLEUTON WAGNER LEMOS SOUSA Representante(s): OAB 14524 - VIVIAN SOUZA DUTRA (ADVOGADO) OAB 15398 - LIDIANE BRAGA CORREA (ADVOGADO)

REQUERENTE:RENATO DOS SANTOS SOUSA FILHO Representante(s): OAB 14524 - VIVIAN SOUZA DUTRA (ADVOGADO) OAB 15398 - LIDIANE BRAGA CORREA (ADVOGADO) REQUERIDO:DUNORTE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE C LTDA Representante(s): OAB 24120-A - EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (ADVOGADO) INTERESSADO:SUPER GIRO COMERCIAL LTDA Representante(s): OAB 15501 - FELIPE ALVES DE CARVALHO CHAVES (ADVOGADO) LITISDENUNCIADO:YASUSA SEGUROS SA. A T O O R D I N A T Ó R I O Nos termos do Provimento Nº 006/2009-CJCI e artigos do Provimento Nº 006/2006-CJRMB, fica a parte AUTORA, por seus advogados intimados para, em 15 (quinze) dias, se manifestar sobre JUNTADA DE DOCUMENTOS NOS AUTOS DE N. 0004167-23.2012.8.14.0051. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial de Santarém. 27 de junho de 2019. Cristiana Calderaro Maciel Diretora de Secretaria Mat. 7.959-6

P R O C E S S O : 0 0 0 8 8 4 6 9 0 2 0 1 7 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CRISTIANA CALDERARO MACIEL Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019---REQUERENTE:B V FINANCEIRA S A Representante(s): OAB 11432-A - FERNANDO LUZ PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA RUTH MIRANDA DOS SANTOS. A T O O R D I N A T Ó R I O Nos termos do Provimento Nº 006/2009-CJCI e artigos do Provimento Nº 006/2006-CJRMB, fica a parte autora, através de seus advogados, INTIMADA, para, em 15 (quinze) dias, recolher as custas complementares para andamento do feito, nos autos 0008846-90.2017.8.14.0051. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, 27 de junho de 2019. Cristiana Calderaro Maciel Diretora de Secretaria Mat. 7.959-6

P R O C E S S O : 0 0 0 1 3 3 8 9 0 2 0 0 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 0 9 1 0 0 0 9 5 8 6 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CRISTIANA CALDERARO MACIEL Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019---REQUERENTE:F. C. L. REPRESENTANTE:F. R. C. Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:R. S. L. Representante(s): OAB 20827 - ROMULO COSTA PINTO (ADVOGADO) OAB 11354 - RENATO DE MENDONCA ALHO (ADVOGADO) OAB 25848 - YAN PHILIPE DUARTE SANTANA (ADVOGADO) . A T O O R D I N A T Ó R I O Nos termos do Provimento Nº 006/2009-CJCI e artigos do Provimento Nº 006/2006-CJRMB, fica a parte requerida, através de seus advogados, INTIMADA, para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a juntada de documentos, nos autos 0001338-90.2009.8.14.0051. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, 27 de junho de 2019. Cristiana Calderaro Maciel Diretora de Secretaria Mat. 7.959-6

P R O C E S S O : 0 0 0 7 1 0 6 3 4 2 0 1 6 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CRISTIANA CALDERARO MACIEL Ação: Inventário em: 27/06/2019---REQUERENTE:IZABEL SOUSA DA GAMA Representante(s): OAB 16548 - DARILDO LIMA SILVA (ADVOGADO) INVENTARIADO:ALMERINDO AFONSO PINHEIRO. A T O O R D I N A T Ó R I O Nos termos do Provimento Nº 006/2009-CJCI e artigos do Provimento Nº 006/2006-CJRMB, fica a parte requerente, por seus advogados, intimada para, 15 (quinze) dias, se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciais realizadas nos autos. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, aos 27/06/2019. Cristiana Calderaro Maciel Diretora de Secretaria Mat. 7.959-6

P R O C E S S O : 0 0 0 7 1 0 6 3 4 2 0 1 6 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VALDEIR SALVIANO DA COSTA Ação: Inventário em: 26/06/2019---REQUERENTE:IZABEL SOUSA DA GAMA Representante(s): OAB 16548 - DARILDO LIMA SILVA (ADVOGADO) INVENTARIADO:ALMERINDO AFONSO PINHEIRO. Processo: 007106-34.2016.814.0051 Ação: Inventário Autor(a): IZABEL SOUSA DA GAMA Advogado: Darildo Lima Silva OAB/PA 16.548 Réu: ALMERINDO AFONSO PINHEIRO Defiro as pesquisas solicitadas junto aos sistemas judiciais buscando a localização do endereço da parte ré. Permaneçam os autos conclusos para as pesquisas requeridas. Santarém, 25 de junho de 2019. Valdeir Salviano da Costa Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 1 7 0 0 9 5 9 2 0 1 7 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CRISTIANA CALDERARO MACIEL Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019---REQUERENTE:B V FINANCEIRA S A Representante(s): OAB 20107-A - GIULIO ALVARENGA REALE (ADVOGADO) OAB 11433-A - MOISES BATISTA DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:VICTOR NASCIMENTO CORREA. A T O O R D I N A T Ó R I O Nos termos do Provimento Nº 006/2009-CJCI e artigos do Provimento Nº 006/2006-CJRMB, fica a parte requerente, por seus advogados, intimada para, 15 (quinze) dias, se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciais realizadas nos autos. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, aos 27/06/2019. Cristiana Calderaro Maciel Diretora de Secretaria Mat. 7.959-6

P R O C E S S O : 0 0 1 7 0 0 9 5 9 2 0 1 7 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VALDEIR SALVIANO DA COSTA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019---REQUERENTE:B V FINANCEIRA S A Representante(s): OAB 20107-A - GIULIO ALVARENGA REALE (ADVOGADO) OAB 11433-A - MOISES BATISTA DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:VICTOR NASCIMENTO CORREA. Processo: 0017009-59.2017.814.0051 Ação: Busca e Apreensão Autor(a): BV FINANCEIRA S/A. Advogado: Fernando Luz Pereira OAB/PA 11.432-A Réu: VICTOR NASCIMENTO PEREIRA Defiro as pesquisas solicitadas junto aos sistemas judiciais buscando a localização do endereço da parte ré. Permaneçam os autos conclusos para as pesquisas requeridas. Santarém, 25 de junho de 2019. Valdeir Salviano da Costa Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 3 6 2 1 0 0 8 2 0 1 5 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VALDEIR SALVIANO DA COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019---REQUERENTE:DAMIÃO DE ARAUJO SILVA JÚNIOR Representante(s): OAB 21734 - ANA PAULA SOARES DE MENDONÇA ALHO (ADVOGADO) OAB 11354 - RENATO DE MENDONCA ALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:SANDRO TARCITO DA COSTA LOPES Representante(s): OAB 14587 - ESEQUIEL AQUINO DE AZEVEDO (ADVOGADO) . Processo: 0036210-08.2015.814.0051 Ação: Execução Extrajudicial Autor(a): DAMIÃO DE ARAÚJO SILVA JUNIOR Advogado: Renato de Mendonça Alho OAB/PA 11.354. Réu: SANDRO TÁCITO DA COSTA LOPES Advogado: Defiro pesquisas nos sistemas judiciais (BACENJUD - RENAJUD E INFOJUD) para verificar a existência de bens em nome da parte executada. Permaneçam os autos conclusos para pesquisas e resultados das mesmas. Decreto segredo de justiça nos autos, por se tratar de documentos sigilosos. Santarém, 25 de junho de 2019. Valdeir Salviano da Costa Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 3 6 2 1 0 0 8 2 0 1 5 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): Ação: Cumprimento de sentença em: --- REQUERENTE:DAMIÃO DE ARAUJO SILVA JÚNIOR Representante(s): OAB 21734 - ANA PAULA SOARES DE MENDONÇA ALHO (ADVOGADO) OAB 11354 - RENATO DE MENDONCA ALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:SANDRO TARCITO DA COSTA LOPES Representante(s): OAB 14587 - ESEQUIEL AQUINO DE AZEVEDO (ADVOGADO) A T O O R D I N A T Ó R I O Nos termos do Provimento Nº 006/2009-CJCI e artigos do Provimento Nº 006/2006-CJRMB, fica a parte requerente, por seus advogados, intimada para, 15 (quinze) dias, se manifestar sobre as pesquisas nos sistemas judiciais realizadas nos autos. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, aos 27/06/2019. Cristiana Calderaro Maciel Diretora de Secretaria Mat. 7.959-6

P R O C E S S O : 0 0 1 4 2 0 5 2 1 2 0 1 7 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VALDEIR SALVIANO DA COSTA Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019---REQUERENTE:OTAVIANO MEDEIROS NOGUEIRA Representante(s): OAB 12412 - ANA SHIRLEY GOMES RENTE (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA PEDRADO NOGUEIRA Representante(s): OAB 12412 - ANA SHIRLEY GOMES RENTE (ADVOGADO) REQUERIDO:SAULO HENRIQUE SILVEIRA DA SILVA. PROCESSO: 0014205-21.2017.814.0051 Ação: Cumprimento de Sentença RH. Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para informar dados do requerido (CPF/nome da mãe/data de nascimento), a fim de viabilizar a consulta de seu endereço junto aos sistemas judiciais, no prazo de 15 dias. Publique-se. Santarém/PA, 19 de junho de 2019. VALDEIR SALVIANO DA COSTA Juiz de Direito

PROCESSO: 00030277520178140051 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VALDEIR SALVIANO DA COSTA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 26/06/2019---REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 187329 - CARLA PASSOS MELHADO (ADVOGADO) OAB 13536 - CELSO MARCON (ADVOGADO) REQUERIDO:ALCIR BERTICELLI JUNIOR. PROCESSO: 0003027-75.2017.814.0051 Ação: Busca e Apreensão RH. Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para manifestar interesse no feito, informando endereço atualizado do requerido ou requerendo consulta nos Sistemas Judiciais mediante o pagamento de custas, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção. Publique-se. Santarém/PA, 19 de junho de 2019. VALDEIR SALVIANO DA COSTA Juiz de Direito

PROCESSO: 00013966220188140051 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VALDEIR SALVIANO DA COSTA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---REQUERENTE:LUCINILDA PANTOJA DOS SANTOS Representante(s): OAB 23523-A - AMIL ROBERTO MARINHO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 17603 - ALESSANDRO MOURA SILVA (ADVOGADO) OAB 26382-B - LUCIANA GOMES DO NASCIMENTO DA COSTA (ADVOGADO) OAB 8585-E - JHONATAN GOMES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:SELVIO FERNANDO DOS SANTOS Representante(s): OAB 4213 - KATIA TOLENTINO GUSMAO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 25482 - MIRIA RENESSIA DE JESUS ARAÚJO (ADVOGADO) REQUERIDO:HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMILIA Representante(s): OAB 8963 - CYNTHIA FERNANDA OLIVEIRA SOARES (ADVOGADO) . Processo: 0001396-62.2018.814.0051 Autora: Lucinilda Pantoja dos Santos Advogado: Luciana Gomes do Nascimento da Costa - OAB/PA 25.382 B Réus: SELVIO FERNANDES DOS SANTOS e HOSPITAL E MATERNIDADE SAGRADA FAMÍLIA Advogados: Cynthia Fernanda Oliveira Soares -OAB/PA 8.963 e Kátia Tolentino Gusmão - OAB/PA 4.213 Sentença Vistos, etc. (...)Passo a decidir. O pleito indenizatório tem por fundamento a alegada culpa do médico requerido nas modalidades de negligência e imprudência, em razão das dores causadas na autora e por não ter sido satisfatória a cirurgia. É cediço que a doutrina e a jurisprudência tradicional enquadravam a responsabilidade dos estabelecimentos hospitalares de forma objetiva, notadamente sob a ótica do defeito do serviço, que fornecido ao mercado, ocasiona um acidente de consumo, conforme disposto no artigo 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor, bem como em virtude de ato ilícito praticado por empregado, serviçal e prepostos, nos termos do artigo 932, inciso III do Código Civil. Restando configurado a efetiva ocorrência do dano, o estabelecimento hospitalar haveria de indenizar o paciente independentemente de culpa, somente se exonerando dessa responsabilidade se comprovasse que o defeito inexistiu, culpa exclusiva da vítima ou de terceiros (art. 14, § 3º, incisos I e II do CDC). Entretanto, embora indiscutível a condição de prestador de serviços, bem como de empregador e comitente, revela-se incompatível que sejam responsabilizados objetivamente nos casos em que os danos suportados pelo paciente sejam decorrentes de uma suposta falha na prestação dos serviços técnico profissionais médicos. Isto porque, se a discussão não está relacionada à intervenção direta do hospital em serviços de internamento, ou em virtude de eventual infecção hospitalar, mas sim ao serviço desempenhado pelo profissional médico, aplica-se consequentemente a regra prevista no artigo 14,§ 4º do Código de Defesa do Consumidor, de modo que, para uma eventual responsabilização do Hospital é necessário que primeiro se verifique se o médico agiu, ou não, com culpa, na modalidade de imperícia, imprudência ou negligencia. No caso em apreço, verifica-se que o pedido de reparação de danos, funda-se na ocorrência de culpa do primeiro requerido nas modalidades negligência/imprudência, resultando daí por consequência, que eventual condenação do estabelecimento hospitalar, está atrelada a análise da conduta do profissional médico. O Superior Tribunal de Justiça decidiu nesse sentido: CIVIL. INDENIZAÇÃO. MORTE. CULPA. MÉDICOS. AFASTAMENTO. CONDENAÇÃO. HOSPITAL. APELAÇÃO CÍVEL Nº 826.931-6 14 RESPONSABILIDADE. OBJETIVA. IMPOSSIBILIDADE. 1 - A responsabilidade dos hospitais, no que tange à atuação técnico-profissional dos médicos que neles atuam ou a eles sejam ligados por convênio, é subjetiva, ou seja, dependente da comprovação de culpa dos prepostos, presumindo-se a dos preponentes. Nesse sentido são as normas dos arts. 159,1521, III, e 1545 do Código Civil de 1916 e, atualmente, as dos arts. 186 e 951 do novo Código Civil, bem com a súmula 341 - STF (É presumida a culpa do patrão ou comitente pelo ato culposo do empregado ou preposto). 2 - Em razão disso, não se pode dar guarida à tese do acórdão arrimado nas provas colhidas, excluir, de modo

expresso, a culpa dos médicos e, ao mesmo tempo, admitir a responsabilidade objetiva do hospital, para condená-lo a pagar indenização por morte do paciente. 3 - O art. 14 do CDC, conforme melhor doutrina, não conflita com essa conclusão, dado que a responsabilidade objetiva, nele prevista para o prestador de serviços, no presente caso, o hospital, circunscreve-se apenas aos serviços única e exclusivamente relacionados com o estabelecimento empresarial propriamente dito, ou seja, aqueles que digam respeito à estadia do paciente (internação), instalações, equipamentos, serviços auxiliares (enfermagem, exames, radiologia), etc e não aos serviços técnico-profissionais dos médicos que ali atuam, permanecendo estes na relação subjetiva de preposição (culpa). 4 - Recurso especial conhecido e provido para julgar improcedente o pedido. REsp 258389-SP, Quarta Turma, Rel. Min. Fernando Gonçalves, D.J.: 22/08/2005. Dito isso, cumpre analisar a conduta do médico, primeiro requerido. Na hipótese dos autos, a autora objetiva o recebimento de indenização dos danos morais e materiais que sofreu em razão das dores sofridas em razão das cirurgias e pelo fato da mesma não ter sido feito satisfatoriamente. Incontroverso o fato de que a primeira cirurgia não teve como ser realizada pelas dificuldades encontradas pelo anestesista. Não restou demonstrado nos autos que o segundo requerido não dispusesse das cânulas necessárias para o procedimento. A testemunha RITA ALDELÂNIA PRATA PAZ declarou: ¿. . . que quando a autora se submeteu a uma intervenção com anestesia geral, estava presente no centro cirúrgico; que nessa primeira tentativa de cirurgia foi disponibilizada toda a numeração de cânulas; que a primeira cirurgia não foi realizada devido a dificuldades na traqueia da autora e não por não existir cânulas que poderiam ser utilizadas por elas . . . ¿ - fls. 148 verso. Assim, tenho que o procedimento não se realizou com anestesia geral pela dificuldade de intubação da autora, por ter essa a ¿traqueia fina¿. Quanto às dores na primeira cirurgia decorrentes da tentativa de intubação resta evidenciado que por se tratar de um procedimento invasivo, causaria dores. Não ficou evidenciado que a autora tenha sido enganada quanto à cirurgia com anestesia local e que esta poderia causar dor. Tanto é dessa forma que inicialmente se tentou com anestesia geral, o que não foi possível dado à traqueia fina da autora. Competia à autora a prova de suas alegações, nos termos do artigo 373, I do CPC. Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - Ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito; A requerente na sua vontade de retirar a glândula mamária nas axilas se submeteu a um procedimento cirúrgico com anestesia local. É sabido que nem todos os organismos reagem da mesma forma ao serem anestesiados. Uns são mais sensíveis e outros não. Não se pode culpar o médico pelas dores sofridas pela autora nos procedimentos cirúrgicos realizados. A atividade médica é uma obrigação de meio, não se comunicando com o resultado. Nesse sentido. EMENTA: CIVIL. REPARAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO HOSPITAL. LIMITES. ALEGAÇÃO DE ERRO MÉDICO. CULPA NÃO COMPROVADA. OBRIGAÇÃO DE MEIO. CONCLUSÃO PERICIAL. PREVALÊNCIA. - É de se distinguir a responsabilidade objetiva do Hospital, por ato praticado pelo seu preposto, de responsabilidade subjetiva deste, cuja constatação não é dispensada para a imposição da obrigação de reparar o dano reclamado. - Mesmo quando dirigido o pedido de reparação exclusivamente ao Hospital, a solução da lide não escapa da discussão da responsabilidade subjetiva do médico que realizou a cirurgia, quando o erro a ele imputado é a causa de pedir exclusiva da reparação. - A atividade médica se constitui em obrigação de meio e não de resultado. Restando demonstrado que o profissional atuou de acordo com a recomendação da literatura médica, não há que se falar em ocorrência de culpa, seja por negligência ou imperícia. - Prevalece a conclusão da perícia técnica, que descarta a existência de erro médico, quando do caderno probatório não se possa extrair, de forma segura, elementos capazes de convencer o julgador do seu desacerto. (TJMG - Apelação Cível 1.0016.15.004034-9/001, Relator (a): Des. (a) Luiz Carlos Gomes da Mata, 13ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/02/2019, publicação da súmula em 22/02/2019) EMENTA: CIVIL. REPARAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO HOSPITAL. LIMITES. ALEGAÇÃO DE ERRO MÉDICO. CULPA NÃO COMPROVADA. OBRIGAÇÃO DE MEIO. CONCLUSÃO PERICIAL. PREVALÊNCIA. - É de se distinguir a responsabilidade objetiva do Hospital, por ato praticado pelo seu preposto, de responsabilidade subjetiva deste, cuja constatação não é dispensada para a imposição da obrigação de reparar o dano reclamado. - Mesmo quando dirigido o pedido de reparação exclusivamente ao Hospital, a solução da lide não escapa da discussão da responsabilidade subjetiva do médico que realizou a cirurgia, quando o erro a ele imputado é a causa de pedir exclusiva da reparação. - A atividade médica se constitui em obrigação de meio e não de resultado. Restando demonstrado que o profissional atuou de acordo com a recomendação da literatura médica, não há que se falar em ocorrência de culpa, seja por negligência ou imperícia. - Prevalece a conclusão da perícia técnica, que descarta a existência de erro médico, quando do caderno probatório não se possa extrair, de forma segura, elementos capazes de convencer o julgador do seu desacerto. (TJMG - Apelação Cível 1.0016.15.004034-9/001, Relator (a): Des. (a) Luiz Carlos Gomes da Mata, 13ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 14/02/2019, publicação da súmula em 22/02/2019) Restou evidenciado que a cirurgia não

se completou em virtude das dores que a autora estava sofrendo e não se tinha como aplicar mais anestesia. Assim, não restou comprovada a culpa do primeiro requerido, em qualquer uma de suas modalidades. Não havendo culpa do médico, não há o que se falar em culpa do segundo requerido. Isto posto, julgo improcedentes os pedidos autorais, com fundamento nos artigos 373, I e 487, I do CPC. Condeno a autora em honorários advocatícios, que fixo em 15% do valor dado à causa, que suspendo por 05 anos, nos termos do artigo 98 § 3º do CPC. PRIC Santarém, 25 de junho de 2019. Valdeir Salviano da Costa Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 9 6 0 0 7 1 2 0 1 3 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CRISTIANA CALDERARO MACIEL Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019---REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SOCIEDADE ANONIMA Representante(s): OAB 11635 - ROSSILDA AMARAL GOMES (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) OAB 17295 - LEONARDO SOUSA FURTADO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:TUPA CENTRAL DE NEGOCIOS LTDA REQUERIDO:JULIO CESAR POLATTO DA SILVA REQUERIDO:JULIANA POLATTO DOS SANTOS REQUERIDO:ELIZEU TITO DOS SANTOS. A T O O R D I N A T Ó R I O Nos termos do Provimento Nº 006/2009-CJCI e artigos do Provimento Nº 006/2006-CJRMB, fica a parte REQUERENTE, por seu advogado INTIMADA para, em 15 (quinze) dias, recolher as custas para expedição de edital de citação do executado, determinado na decisão proferida do dia 24 de junho de 2019, nos autos 0009600-71.2013.814.0051. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, aos 28/06/2019. CRISTIANA CALDERARO MACIEL Diretora de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial de Santarém.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 0 2 6 0 1 9 9 4 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : 1 9 9 4 1 0 0 0 5 3 5 9 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CRISTIANA CALDERARO MACIEL Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019---AUTOR:BANCO AMAZONIA SA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) REU:DAGMA ALVINA MARTINS FARIA INTERESSADO:REGINA SOLENY DA SILVA JIMENEZ Representante(s): OAB 6229 - REGINA SOLENY DA SILVA JIMENEZ PEREIRA (ADVOGADO) INTERESSADO:GREGORIO ROVERIO MASCHIETTO Representante(s): OAB 3234 - JOSE RONALDO DIAS CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO FERREIRA DE FARIA. CERTID¿O/ATO ORDINATÓRIO Certifico que a parte autora peticiona o bloqueio de ativos financeiros do executado, tendo pago custas correspondentes a 2 pesquisas. Entretanto, não apresenta planilha atualizada do valor da execução. Por este ato fica a arte autora, por seus advogados, intimada a apresentar planilha atualizada de débitos e o CPJ/CNPJ dos executados. Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, 27 de junho de 2019 Cristiana Calderaro Maciel Diretora de Secretaria Mat. 7.959-6

AUTOS N: 0023076-11.2015.814.0051 AÇÃO: ANULATÓRIA DE CONTRATO REQUERENTE: CELY MARIA SILVA PEREIRA BARRA ¿ CPF 100.662-842-87 ADVOGADO: MATEUS SILVA DOS SANTOS, OAB/PA 20.761 REQUERIDO: WANDERLEY COLLAÇO CHAVES JUNIOR Endereço: Rua Carlos Vasconcelos, nº 1411, Apartamento nº 801, Fortaleza ¿ CE, CEP 60.115-170. ADVOGADO: ERICK ROMMEL GOMES COSTA, OAB/PA 13.881 TESTEMUNHA: ANA LARISSA RODRIGUES BARRADAS ENDEREÇO: Rua Fausto Cabral, nº 95, Ap. 202, bairro Papicu, Fortaleza. CAP 60175 ¿ 415.

AUTOS N: 0023076-11.2015.814.0051 AÇÃO: ANULATÓRIA DE CONTRATO REQUERENTE: CELY

MARIA SILVA PEREIRA BARRA ¿ CPF 100.662-842-87 ADVOGADO: MATEUS SILVA DOS SANTOS, OAB/PA 20.761 REQUERIDO: WANDERLEY COLLAÇO CHAVES JUNIOR Endereço: Rua Carlos Vasconcelos, nº 1411, Apartamento nº 801, Fortaleza ¿ CE, CEP 60.115-170. ADVOGADO: ERICK ROMMEL GOMES COSTA, OAB/PA 13.881 TESTEMUNHA: ANA LARISSA RODRIGUES BARRADAS ENDEREÇO: Rua Fausto Cabral, nº 95, Ap. 202, bairro Papicu, Fortaleza. CAP 60175 ¿ 415.

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM

Número do processo: 0802422-62.2018.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: THAYANE PONTES DE SOUSAOAB: 17778/PA Participação: REQUERIDO Nome: A CANTUARIA SILVA & CIA LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: LENILSON SOUSA DE ASSISOAB: 8489 Participação: REQUERIDO Nome: MANOEL LUCIVALDO DE ALMEIDA DINIZR. H.DESPACHODiante da informação do endereço atualizado do requerido, conforme consta no Id7960920, renovem-se as diligências, designo audiência de mediação para o dia 04/09/2019, às 11:30 horas a ser realizada na sala 01 do CEJUSC localizado no Fórum local.Cite-se o requerido observando o novo endereço e intimem-se as partes para comparecerem ao ato.Diligencie-se e cumpra-se.Santarém, 27 de junho de 2019RAFAEL GREHSJuiz de Direito

Número do processo: 0802422-62.2018.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: THAYANE PONTES DE SOUSAOAB: 17778/PA Participação: REQUERIDO Nome: A CANTUARIA SILVA & CIA LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: LENILSON SOUSA DE ASSISOAB: 8489 Participação: REQUERIDO Nome: MANOEL LUCIVALDO DE ALMEIDA DINIZR. H.DESPACHODiante da informação do endereço atualizado do requerido, conforme consta no Id7960920, renovem-se as diligências, designo audiência de mediação para o dia 04/09/2019, às 11:30 horas a ser realizada na sala 01 do CEJUSC localizado no Fórum local.Cite-se o requerido observando o novo endereço e intimem-se as partes para comparecerem ao ato.Diligencie-se e cumpra-se.Santarém, 27 de junho de 2019RAFAEL GREHSJuiz de Direito

PROCESSO: 0012083-35.2017.8.14.0051. MAGISTRADO: RAFAEL GREHS. AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C DESFAZIMENTO DE CONSTRUÇÃO COM PEDIDO LIMININAR. REQUERENTE: GLEM TENÓRIO VIVAS. ADVOGADO/ REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ. REQUERIDOS: ANTONIO WILSON ALVES DE MOURA E OUTROS. ADVOGADO: WILLIAM MARTINS LOPES-OAB/PA 18.297 A. R. H. DESPACHO Diante do que requer o Ministério Público às fls. 302/303 dos autos, intimem-se as partes para que apresentem memorial descritivo da área em litígio na presente demanda, no prazo de 15 dias. Após, tudo certificado, voltem conclusos. Santarém, 10 de janeiro de 2019 RAFAEL GREHS Juiz de Direito.

PROCESSO: 0007282-76.2017.8.14.0051. MAGISTRADO: RAFAEL GREHS. AÇÃO: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS FUNDADA EM TÍTULO EXTREJUDICIAL COM PEDIDO DE PRISÃO DO DEVEDOR. EXEQUENTE: K.K.A.L., A.A.L. REP LEGAL M. J. M. A. DEFESNSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ. EXECUTADO: ARI CARLOS DOS SANTOS LOPES. ADVOGADO: JACOB NATALINO ALHO DA MORA-OAB/PA 8460. RH. Manifeste-se a exequente, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a petição e documentos de fls. 60/74. Após, voltem conclusos. Santarém-PA, 25 de junho de 2019.RAFAEL GREHS Juiz de direito.

PROCESSO: 0010931-54.2014.8.14.0051. MAGISTRADO: RAFAEL GREHS. AÇÃO: MONITÓRIA. EXEQUENTE: JOSÉ LAURÊNIO LIMA RODRIGUES. ADVOGADO: BRUNO ROBERTO PEREIRA DE SOUZA-OAB/PA 13.025. EXECUTADO: ALFREDO SIPPERT. ADVOGADA: FLAVIA SILVANA CARPEGGIANI-OAB/PA 13596-B. RH. Considerando que o exequente apresentou bens passíveis de penhora, fls. 58/69, expeçam-se mandados de penhora e avaliação. Oficie-se, conforme solicitado no item a de fls. 90. Cumpra-se. Santarém-PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL GREHS Juiz de direito.

PROCESSO: 0007713-13.2017.8.14.0051. MAGISTRADO: RAFAEL GREHS. AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR. REQUERENTE: GISELLE FREITAS COELHO E EURICO NELSON DE AMORIM XABREGAS. ADVOGADAS: LÚCIA COSTA SANTOS DE ARAÚJO-OAB/PA 6750 E LAYANNA H. FARIAS DO VALE CALDERARO-OAB/PA 14029. REQUERIDO: ANDRIAN MORAES VIANA. ADVOGADO: JOSÉ WILSON DA SILVA CRUZ-OAB/PA 8.038. RH. 1. Certifique-se se a

contestação de fls. 155/201 foi apresentada dentro do prazo legal. 2. Em caso positivo, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 dias, se manifestar em réplica. 3. Tendo o réu declarado ser parte ilegítima, faculto aos autores, no mesmo prazo acima, a alteração da petição inicial para substituição do polo passivo (Art. 338, CPC). 4. Sem prejuízo dos itens anteriores, certifique-se se a manifestação de fls. 204/207 foi apresentada dentro do prazo legal. Após, voltem conclusos. Santarém-PA, 25 de junho de 2019. RAFAEL GREHS Juiz de direito.

PROCESSO: 0005494-32.2014.8.14.0051. MAGISTRADO: RAFAEL GREHS. AÇÃO: REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO DE LIMINAR ¿INAUDITA ALTERA PARTS¿. REQUERENTE: ROSA MARIA REPOLHO BLAIR. ADVOGADA: KELLY SIMONE LOURIDO FIGUEIRA-OAB/PA 24006. REQUERIDO: RILSON CARNEIRO DE ALMEIDA. ADVOGADOS: SHIRLEY GOMES RENTE-OAB/PA 12.412 E JOSÉ ALÍPIO PAIVA DE ALBUQUERQUE-OAB/PA 9152. RH. Considerando o término da instrução processual, intimem-se as partes para que apresentem alegações finais no prazo sucessivo de 15 dias, inicialmente a parte autora e, após, a parte ré. No referido prazo a parte ré poderá se manifestar sobre a petição de fls. 274/275. Após, voltem conclusos para sentença. Santarém-PA, 25 de junho de 2019. RAFAEL GREHS Juiz de direito.

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM

Número do processo: 0801515-53.2019.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: N. F. D. C. Participação: ADVOGADO Nome: ANA LUCIA GARCIA MELOOAB: 9602 Participação: REQUERIDO Nome: V. M. C.ATO ORDINATÓRIO Provimentos nº06/2006 e 06/2009 (Atos Ordinatórios) e Portaria nº01/2010 (autorização para prática de atos ordinatórios)1- Considerando a certidão retro dos autos, INTIME A PARTE DEMANDANTE, por advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar na ação, devendo informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado, conforme despacho/decisão (8644849), item 6, I, ciente de que, com a inércia, o juiz poderá extinguir o processo (art. 485, III, do NCPC).2- Ultrapassado o prazo sem manifestação, INTIME PESSOALMENTE O(AS) PARTE DEMANDANTE, para dizer se possui interesse jurídico no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, desde logo, cumprindo com a determinação supra citada ou requerendo o que lhe aprouver (art. 485, III, § 1º do NCPC).Santarém, 28 de junho de 2019.LEILI OLIVEIRA LIMA MELODiretora de Secretaria em exercício ? Mat. 170097

PROCESSO: 0017812-76.2016.8140051 - Ação: Procedimento Comum ---REQUERENTE: SONOVA DO BRASIL PRODUTOS AUDIOLOGICOS LTDA - Representante(s): OAB 197358 - EDINEIA SANTOS DIAS (ADVOGADA) / OAB 286438 - ANA LUCIA DA SILVA BRITO (ADVOGADA) -- REQUERIDO: MICHEL FRANK SOARES SABINO AUDIOCLINICA SANTAREM - ATO ORDINATÓRIO Provimento nº06/2009-CJCI (Atos Ordinatórios) e Portaria nº01/2010 (3ª Vara Cível - autorização para prática de atos ordinatórios) 1 - INTIME O AUTOR, por advogado, para, no prazo de 10 dias, manifestar-se acerca da certidão de fls.61, tendo em vista, o Oficial de Justiça não ter tido êxito na(s) diligência(s) de intimação do executado, desde logo, informando o endereço atualizado e recolhendo as custas em caso de requerimento de renovação de diligências, e/ou requerendo o que lhe aprouver, ciente de que, com a inércia, o juiz poderá extinguir o processo (art. 485, III, do NCPC). 3 - Ultrapassado o prazo sem manifestação, INTIME PESSOALMENTE O(AS) PARTE DEMANDANTE, para dizer se possui interesse jurídico no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, desde logo, requerendo o que lhe aprouver (art. 485, III, § 1º do NCPC). 4 - Com a manifestação e recolhidas as custas, renovem-se as diligências. 5 - Observe-se o despacho anterior. 6 - Ultrapassado o prazo, sem manifestação conclusos. Santarém, 22 de maio de 2019. SHIRLEY SARA AMAZONAS RIBEIRO Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Matrícula nº3237-9 TJPA

PROCESSO: 0011264-40.2013.8.14.0051 - Ação: Monitória -- REQUERENTE: ITAITUBA INDUSTRIA DE CIMENTOS DO PARA SA - Representante(s): OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) - REQUERIDO: J NUNES COMERCIO LTDA --- ATO ORDINATÓRIO: Provimentos nº06/2006 e 06/2009 (Atos Ordinatórios) e Portaria nº01/2010 (autorização para prática de atos ordinatórios) 1 - INTIME O AUTOR, por advogado, para proceder a publicação do edital de citação retro, em jornal local de ampla circulação, conforme disposto no parágrafo único do art. 257, do CPC/2015, e, após, comprovar a publicação nos autos. Santarém, 23 de maio de 2019. SHIRLEY SARA AMAZONAS RIBEIRO Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Matrícula 3237-9 TJPA

PROCESSO: 0020124-88.2017.8140051 - Ação: Procedimento Comum --REQUERENTE: FELIPE CARNEIRO SALGADO OLIVEIRA - Representante(s): OAB 3108 - ANTONIO ZUBI PEREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) / OAB 24006 - KELLY SIMONE LOURIDO FIGUEIRA (ADVOGADO) - REQUERIDO: JOAO AGUIAR VIEIRA Representante(s): OAB 10045 - EDSON DE SIQUEIRA VIEIRA (ADVOGADO) / OAB 13144 LINDERLI GERMANO MUNIZ (ADVOGADO) ¿ DESPACHO: 1. Intimem-se as partes para que especifiquem, no prazo de 15 (quinze) dias, as provas que efetivamente pretendem produzir, justificando seu alcance e pertinência, sob pena de indeferimento. 2. Após, Conclusos. Int. Santarém - PA, 21 de maio de 2019. LAÉRCIO DE OLIVEIRA RAMOS Juiz de Direito

PROCESSO: 0084066-65.2015.8140051 - Ação: Procedimento Comum ---REQUERENTE: MASTER OPERAÇÕES PORTUARIAS LTDA - Representante(s): OAB 45133 - ADRIANO DUTRA EMERICK (ADVOGADO) - MEDEIROS, EMERICK & ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB/PR 2548) -- REQUERIDO:

CONSTRUNORTE COMERCIO CONSULTORIAS E TRANSPORTES LTDA ¿ DESPACHO: 1. INTIME-SE a parte demandada, pessoalmente, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, providencie o necessário à expedição do alvará de levantamento, nos termos do item "b" da sentença de fls. 59/61, sob pena de arquivamento dos autos. 2. Após, Conclusos. Int. Santarém - PA, 14 de maio de 2019. LAÉRCIO DE OLIVEIRA RAMOS Juiz de Direito

PROCESSO: 0087037-23.2015.8.14.0051 - Ação: Execução de Título Extrajudicial - REQUERENTE: OCRIM SA PRODUTOS ALIMENTICIOS Representante(s): OAB 11031 - CELIO FIGUEIRA DA SILVA (ADVOGADO) - REQUERIDO: L DE OLIVEIRA MOREIRA INDUSTRIA DE PANIFICACAO ME. -- ATO ORDINATÓRIO: Provimento nº06/2006 (Atos Ordinatórios) e Portaria nº01/2010 (autorização para prática de atos ordinatórios) 1- Considerando que o executado não tem advogado constituído nos autos, INTIME O AUTOR, por advogado, para, no prazo de até 15 dias, proceder o recolhimento das custas processuais, referente a confecção e expedição de 01 carta de intimação da penhora e despesas postais, conforme determina o despacho de fls. 79/80, ciente de que, com a inércia, o juiz poderá extinguir o processo (art. 485, III, do NCPC). 2- Fica a parte ciente de que tais custas podem ser emitidas no site do TJPA, no item Emissão de custas. 3- Ultrapassado o prazo, sem o pagamento das custas e sem manifestação, INTIME PESSOALMENTE A PARTE, para dizer se possui interesse jurídico no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, desde logo, requerendo o que lhe aprouver (art. 485, III, § 1º do NCPC). 4- Após conclusos. Santarém, 21 de maio de 2019. SHIRLEY SARA AMAZONAS RIBEIRO Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Matrícula 32379 TJ/PA

PROCESSO: 0014634-22.201.68.14.0051 - Ação: Cumprimento de sentença --- REQUERENTE: P. H. B. D. S. - Representante(s): J. E. M. B. (REP LEGAL) GERLANDIA MENDES BRAZ (REP LEGAL) OAB 24.917 ¿ KELYANE GOMES DA SILVA (ADVOGADA) - REQUERIDO: D. S. D. S. ¿ Representante: DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARÁ -- ATO ORDINATÓRIO De acordo com Provimento nº06/2009-CJCI (Atos Ordinatórios) e Portaria nº01/2010 (3ª Vara Cível - autorização para prática de atos ordinatórios) 1-INTIME A PARTE EXEQUENTE, por advogado as fls. 71/72, para no prazo de 10 dias, atualizar o endereço do executado para cumprir o mandado de prisão, considerando o ato ordinatório de fls. 68. 2- Após sem manifestação, ao MP e cls. Santarém, 24 de maio de 2019. SHIRLEY SARA AMAZONAS RIBEIRO Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Matrícula 3237-9 TJPA

PROCESSO: 0018793-08.2016.8.14.0051 - Ação: Investigação de Paternidade - REQUERENTE: F. S. C. ¿ Representante Legal: E. D. S. C. - Representante(s): OAB 8038 - JOSE WILSON DA SILVA CRUZ (ADVOGADO) -- REQUERIDO: R. A. N. S. (Curador Especial) ¿ ATO ORDINATÓRIO: 1-Considerando a tempestividade da(s) peça(s) contestatória(s) retro, INTIME A PARTE AUTORA, por advogado, para no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se em réplica(s). 2 ¿ Após conclusos. Santarém, 27/05/2019. SHIRLEY SARA AMAZONAS RIBEIRO Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Matrícula nº 3237-9 TJPA

PROCESSO: 0000785-12.2018.8140051 - Ação: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança -- REQUERENTE: HERDEIROS DE JOSE AUGUSTO DA SILVA - Representante(s): OAB 12223 - TERRY TENNER FELEOL MARQUES (ADVOGADO) - REQUERIDO: DISTRIBUIDORA BIG BENN LTDA / REQUERIDO: RAUL ALBERTO GAMELAS AGUILERA ¿ Representante: OAB 16.956 LUCAS NUNES CHAMA (ADVOGADO) --- DESPACHO: 1. Encaminhe-se os autos à UNAJ, para cumprimento do despacho de fls. 57, item ¿1¿. 2. Com pagamento da referidas custas, Conclusos. Int. Santarém/PA, 24 de maio de 2019. LAÉRCIO DE OLIVEIRA RAMOS Juiz de Direito

PROCESSO: 0013018-12.2016.8.14.0051 - Ação: Execução de Título Extrajudicial --- REQUERENTE: R. A. S. e OUTROS - Representante(s): OAB 24229 - JAMES E SILVA MORENO (ADVOGADO) - REQUERIDO: S. C. S. ¿ ATO ORDINATÓRIO: Considerando que a petição de fls. 47 se apresenta apócrifa, INTIME-SE O(A) ADVOGADO(A) peticionante (advogado do autor), para, no prazo de 05 (cinco) dias, sanar o(s) defeito(s)/irregularidade(s) apontada(s), ciente de que, com a inércia, o juiz poderá extinguir o processo (art. 485, III, do NCPC). Ultrapassado o prazo, sem o cumprimento da diligência supra, INTIME-SE PESSOALMENTE O(AS) PARTE, para dizer se possui interesse jurídico no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento (art. 485, III, § 1º do NCPC). 3 ¿ Após ao MP e conclusos ao juiz. Santarém, 10 de maio de 2019. SHIRLEY SARA

AMAZONAS RIBEIRO Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Matrícula 3237-9.

PROCESSO: 0015285-20.2017.8.14.0051 - Ação: Procedimento Comum -- REQUERENTE: SIMIAO ANGELITO CHAGAS DOS REIS - Representante(s): OAB 16715 - TATIANNA CUNHA DA CUNHA (ADVOGADO) - REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL -- ATO ORDINATÓRIO: Provimentos nº06/2006 e 06/2009 (Atos Ordinatórios) e Portaria nº01/2010 (autorização para prática de atos ordinatórios) 1- INTIME A PARTE DEMANDANTE, por advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, se manifestar acerca do documento retro, desde logo, requerendo o que lhe aprouver, ciente de que, com a inércia, o juiz poderá extinguir o processo (art. 485, III, do NCPC). 2- Ultrapassado o prazo, sem manifestação, INTIME PESSOALMENTE O(AS) PARTE, para dizer se possui interesse jurídico no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, desde logo, requerendo o que lhe aprouver (art. 485, III, § 1º do NCPC). 3- Com ou sem manifestação conclusos. Santarém, 27 de maio de 2019. SHIRLEY SARA AMAZONAS RIBEIRO Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Mat. nº 3237-9 TJPA

PROCESSO: 0015542-79.2016.8140051 --- Ação: Investigação de Paternidade ---REQUERENTE: M. S. S. - Representante(s): (DEFENSOR PÚBLICO) - REQUERIDO: F. C. ¿ Representante: OAB/AM 9704 ANADIR RIBEIRO NOGUEIRA (ADVOGADO) - DESPACHO: 1. Considerando a natureza do feito, desde logo DETERMINO a realização de perícia genética (DNA), através do convênio com o TJ/PA, devendo a Secretaria Judicial providenciar o necessário, inclusive designação de data para coleta do material genético, com as devidas intimações. 2. EXPEÇA-SE CARTA PRECATÓRIA com prazo de 60 (sessenta) dias, para fins de Coleta de DNA do Requerido na comarca onde reside, encaminhando os documentos necessários, com as advertências legais. 3. Deverá constar do mandado a advertência de que a ausência das partes/interessados para a audiência de coleta do material genético no dia e horário designados, acarretará consequências jurídicas no mérito da demanda, conforme legislação vigente e jurisprudencial aplicável (artigos 231 e 232 do CC/2002 e Súmula 301 do STJ). 4. Sem prejuízo da deliberação supra, INTIMEM-SE as partes, por seus advogados/defensores, para especificar outras provas que eventualmente pretendam produzir, justificando a necessidade e pertinência, sob pena de indeferimento/preclusão. 5. A seguir, vista ao MP e Conclusos. 6. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Int. Santarém/PA, 20 de maio de 2019. LAÉRCIO DE OLIVEIRA RAMOS Juiz de Direito

PROCESSO: 0018464-59.2017.8.14.0051 - Ação: Divórcio Litigioso - REQUERENTE: R. N. D. - Representante(s): (NPJ UNAMA-AJUFIT): NUBIA TAVARES DE OLIVEIRA, OAB/PA 10.423 / RAQUEL FLÓRIDA RIKER PINHEIRO, OAB/PA 9958 / MARIA SÔNIA CAMPOS BERNARDES, OAB/PA 7.948 / ANDRÉA PATRÍCIA BATISTA PAULLINO, OAB/PA 9831 / CRISTIANO BATISTA MOTTA, OAB/PA 10.645) - REQUERIDO: Z. M. S. D. ¿ ATO ORDINATÓRIO: Considerando a certid¿o retro, INTIME O AUTOR, por advogado, para, no prazo de 10 dias, se manifestar requerendo o que lhe aprouver. Ultrapassado o prazo, sem manifestaç¿o, INTIME PESSOALMENTE A PARTE, para dizer se possui interesse jurídico no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinç¿o e arquivamento, desde logo, requerendo o que lhe aprouver (art. 485, III, § 1º do NCPC). Após conclusos. Santarém, 15/05/2019. SHIRLEY SARA AMAZONAS RIBEIRO Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Mat. 3237-9 TJPA

PROCESSO: 0042044-89.2015.814.0051 - Ação: Execução de Alimentos ---EXEQUENTE: N. V. L. C. Representante(s): N. C. L. C. (REP. LEGAL) Representante: DEFENSORIA PÚBLICA - EXECUTADO: J. C. N. M. -- DESPACHO/MANDADO: 1. Em que pesem as evidentes dificuldades para localizar bens do devedor (fls. 47-v) e verificando que outras aç¿es executivas antes manejadas forma arquivadas por abandono (proc. 0056031-95.2015.8.14.0051 e 0056034-50.2015.8.14.0051), para que futuramente n¿o se alegue prejuízo, tenho por bem DETERMINAR, mais uma vez, A INTIMAÇ¿O PESSOAL da parte credora para, sob pena de arquivamento, indicar bens para satisfaç¿o do crédito. 2. INTIME-SE PESSOALMENTE A PARTE EXEQUENTE para, no prazo de até 15 dias e através da Defensoria Pública, indicar precisamente bens do devedor suscetíveis de penhora e o CPF do demandado (ou placa de veículos), caso possua interesse em ordem de bloqueio de bens/veículos ou valores pelos sistemas RENAJUD e BACENJUD, cientificando-a de que a inércia implicará em imediato arquivamento do feito, independentemente de nova deliberaç¿o. 3. Com a eventual indicaç¿o precisa de bens, expeça-se mandado de penhora e avaliaç¿o, com as especificidades legais, independentemente de nova deliberaç¿o. 4. Após, vista ao MP e conclusos para prosseguimento ou extinç¿o. CUMPRA-SE,

SERVINDO UMA CÓPIA DA PRESENTE DECIS¿O COMO MANDADO. Int. Santarém/PA, 20 de maio de 2019. LAÉRCIO DE OLIVEIRA RAMOS Juiz de Direito

PROCESSO: 0015352-82.2017.8.14.0051 --- Ação: Alimentos - REQUERENTE: A. P. G. - Representante(s): (NPJ UNAMA-AJUFIT): NUBIA TAVARES DE OLIVEIRA, OAB/PA 10.423 / RAQUEL FLÓRIDA RIKER PINHEIRO, OAB/PA 9958 / MARIA SÔNIA CAMPOS BERNARDES, OAB/PA 7.948 / ANDRÉA PATRÍCIA BATISTA PAULLINO, OAB/PA 9831 / CRISTIANO BATISTA MOTTA, OAB/PA 10.645) - REQUERIDO: S. B. G. ¿ ATO ORDINATÓRIO: 1 ¿ INTIME A PARTE AUTORA, por advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da certidão retro, tendo em vista, o Oficial de Justiça não ter tido êxito na(s) diligência(s) de intimação do executado, desde logo, informando o endereço atualizado e completo do demandado e/ou requerendo o que lhe aprouver, ciente de que, com a inércia, o juiz poderá extinguir o processo (art. 485, III, do NCPC). 2 ¿ Ultrapassado o prazo sem o cumprimento, INTIME PESSOALMENTE O(AS) AUTOR, para dizer se possui interesse jurídico no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, desde logo, informando o endereço atualizado e completo do demandado e/ou requerendo o que lhe aprouver (art. 485, III, § 1º do NCPC). 3 ¿ Com a manifestação, renovem-se as diligências. 4 ¿ Observe-se o despacho anterior. 5 ¿ Ultrapassado o prazo sem manifestação ao MP e conclusos. Santarém, 15 de maio de 2019. SHIRLEY SARA AMAZONAS RIBEIRO Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Matrícula nº3237-9 TJPA

PROCESSO: 0010098-31.2017.8140051 --- Ação: Cumprimento de Decisão Interlocutória de Alimentos Provisórios. - REQUERENTE: M. T. C. G. B. - Representante(s): (Advogada: ROSA MONTE MACAMBIRA, OAB/PA 4971) - REQUERIDO: A. D. - Representante(s): OAB 10941-A - RAIMUNDO NONATO PEREIRA LIMA (ADVOGADO) / OAB 22319 - JOHN LENNON MELO VASQUES (ADVOGADO) - DECISÃO/MANDADO: Vistos, etc. I - QUANTO AO INADIMPLEMENTO E PRIS¿O CIVIL: Compulsando os autos, constato que a parte devedora n¿o apresentou justificativa e se resumiu a carrear os recibos de pagamento de fls. 26/27, demonstrando o adimplemento da obrigaç¿o alimentar até o mês de junho de 2017. O noticiado pagamento restou confirmado pela parte credora (fls. 20/21). Ocorre que o dito PAGAMENTO inerente aos recibos de fls. 26/27 se refere a PERÍODO ANTERIOR ao ajuizamento da presente execuç¿o provisória (junho do 2017), persistindo, bem por isso, débito alimentar, eis que a presente execuç¿o abrange as TRÊS PRESTAÇ¿ES ANTERIORES AO AJUIZAMENTO DA EXECUÇ¿O E AS QUE SE VENCEREM NO CURSO DO PROCESSO, nos termos do art. 528, §7.º, do CPC, conforme constou da decis¿o de fls. 14. Com isso, como os recibos carreados indicam expressamente que se referem a pagamento de prestaç¿es vencidas em período anterior ao ajuizamento da presente aç¿o e tal imputaç¿o constitui direito da pessoa obrigada (art. 352 do CC), resta forçoso reconhecer que os ditos recibos comprovam pagamento das prestaç¿es nele indicadas. Ou seja, nestes autos, os mencionados recibos alcançam apenas as três prestaç¿es anteriores ao ajuizamento da execuç¿o provisória, havendo EVIDENTE DÉBITO ALIMENTAR PENDENTE DE PAGAMENTO e NECESSIDADE DE ORDEM DE PRIS¿O CIVIL como instrumento coercitivo. II - QUANTO AO VALOR DO DÉBITO QUE AUTORIZA A PRIS¿O CIVIL: O demonstrativo de débito apresentado pela parte credora às fls. 41 apresenta equívoco e deve ser ajustado à realidade processual, eis que aponta obrigaç¿o alimentar mensal no valor de 05 salários mínimos fixados provisoriamente pela decis¿o interlocutória (fls. 05/08). Os ditos cálculos desconsideram a RETROATIVIDADE DOS EFEITOS DA SENTENÇA DE MÉRITO que estabeleceu a obrigaç¿o alimentar em 03 salários mínimos mensais, conforme se observa em consulta ao processo principal (cópia anexa). Sabe-se que a jurisprudência é firme no sentido da retroatividade, à data de citaç¿o, dos efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante. Com isso, os alimentos provisoriamente fixados s¿o devidos e perfeitamente executáveis. Contudo, em caso de posterior sentença ou acórd¿o estabelecendo NOVO VALOR, como é o caso dos autos, deve haver o imediato AMOLDAMENTO DA OBRIGAÇ¿O aos ditames da decis¿o vigente, sempre VEDADA a COMPENSAÇ¿O e a REPETIBILIDADE. Nesse amoldamento, opera-se um raciocínio de verdadeira ¿retrataç¿o¿ da interlocutória que fixou os alimentos provisórios. A decis¿o de mérito se sobrep¿e à interlocutória anterior. O juízo de probabilidade é substituído pelo juízo de certeza estampado na sentença/acórd¿o. Como consequência prática, tem-se que se as parcelas da obrigaç¿o alimentar decorrente exclusivamente da decis¿o interlocutória posteriormente modificada por sentença ou acord¿o foram adimplidas n¿o poder¿o ser objeto de compensaç¿o ou repetibilidade. Mas, por outro lado, se inadimplidas pelo executado n¿o ser¿o mais devidas. Neste sentido: Ementa: APELAÇ¿O CÍVEL. ALIMENTOS. EXECUÇ¿O. CUMPRIMENTO DE DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA QUE FIXA ALIMENTOS PROVISÓRIOS. MARCO

INICIAL. REDUÇ¿O E/OU AFASTAMENTO DO ENCARGO POR ACÓRD¿O. EFEITOS RETROATIVOS À DATA DA CITAÇ¿O. DÉBITO EXEQUENDO INEXISTENTE. De acordo com a Súmula 621 do STJ, Os efeitos da sentença que reduz, majora ou exonera o alimentante do pagamento retroagem à data da citaç¿o, vedadas a compensaç¿o e a repetibilidade. Por efeitos da sentença, entenda-se também efeitos do acórd¿o, pois este substitui a sentença, ou a decis¿o interlocutória. Logo, nenhum valor é devido à exequente/apelante, pois os alimentos provisórios até ent¿o vigentes e devidos desde a data da sua fixaç¿o (art. 4º da Lei 5.478/68), foram afastados e/ou reduzidos por acórd¿o deste Tribunal, por ocasi¿o do julgamento de agravo de instrumento, cujos efeitos retroagiram à data da citaç¿o. Assim, eventuais parcelas inadimplidas pelo executado n¿o s¿o mais devidas, ressaltando-se que n¿o cabe repetiç¿o daquelas já quitadas. Sentença que indeferiu a inicial e extinguiu a execuç¿o sem resoluç¿o de mérito mantida. NEGARAM PROVIMENTO. UNÂNIME. (Apelaç¿o Cível Nº 70079942520, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Felipe Brasil Santos, Julgado em 28/02/2019). Grifei. Portando, o DEMONSTRATIVO DE DÉBITO DE FLS. 41 deve ser reduzido em 2/5 (dois quintos) para constar pens¿o mensal de 03 SALÁRIOS MÍNIMOS, nos exatos parâmetros da sentença proferida nos autos principais (cópia anexa), CONTADOS DESDE O MÊS DE JULHO DE 2017. III - QUANTO À PRIS¿O CIVIL: O inadimplemento somente se justifica ante a comprovaç¿o de fato que gere a absoluta impossibilidade de pagar o débito (art. 528, §2.º, do CPC). No caso dos autos, como bem delineou a nobre Representante do Ministério Público em seu Parecer (fls. 42/43), o devedor se ateve a carrear comprovaç¿o de pagamento parcial e N¿O demonstrou a efetiva impossibilidade de adimplir inteiramente a obrigaç¿o alimentar. Ademais, os documentos carreados s¿o no sentido de indicar pagamentos a quadra muito remota, fase inicial da presente execuç¿o. Consigne-se, enfim, que ao constituir advogado (fls. 22/23) e apresentar petiç¿o com documentos, resta evidente que o devedor teve plena ciência da aç¿o e das consequências legais. Com isso, como o executado n¿o demonstrou ter realizado o pagamento e nem logrou comprovar fato que tor-nasse impossível o cumprimento da obrigaç¿o, com base nos parâmetros do cálculo de fls. 41 e o ajuste acima delineado (julho de 2017 a maio de 2019), resta cabível o encaminhamento a protesto desta declaraç¿o da existência de dívida alimentar no valor de R$ 22.954,00. Servirá cópia desta decis¿o devidamente assinada como ofício a ser levado pela parte interessada ao tabeli¿o para protesto (art. 528, §1.º, do CPC). O dito débito alimentar autoriza a pris¿o civil do(a) alimentante, eis que compreende até as 03 (três) prestaç¿es anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo (art. 528, §7.º, do CPC) A prisão civil é medida de extrema, mas, no caso em tela, a prisão se mostra necessária como meio coercitivo para satisfação da obrigação. PELO EXPOSTO, desacolhendo os argumentos da justificativa apresentada pelo devedor, com fulcro no art. art. 528, 3º, do CPC, DECRETO A PRIS¿O do alimentando ALCIDES DAMBRÓS, acima qualificado, com demais dados constantes dos autos, pelo PRAZO inicial de 01 (UM) MÊS, a qual deverá ser cumprida em regime fechado, com todas as cautelas legais, em estabelecimento adequado e em separado dos presos comuns. O Cumprimento da pena n¿o exime o devedor do pagamento do débito. Dê-se ciência ao Ministério Público, inclusive para aferiç¿o de eventuais indícios da prática do crime de abandono material (art. 532 do CPC). Considerando as peculiaridades do caso, sobretudo a juntada de comprovantes de pagamento referente a período estranho à presente execuç¿o (fls. 26/27), sem olvidar de que a pris¿o civil é medida extrema, tenho por bem FACULTAR, mais uma vez, o PAGAMENTO VOLUNTÁRIO da obrigaç¿o, SUSPENDENDO O CUMPRIMENTO DA PRESENTE DECIS¿O PELO PRAZO DE TRÊS DIAS. INTIME-SE o devedor, por seu advogado, para carrear aos autos comprovaç¿o do pagamento do valor integral do débito, no prazo de três dias, sob pena imediata pris¿o civil, nos termos da presente decis¿o. Havendo protocolizaç¿o de petiç¿o com ditos documentos, os autos ser¿o conclusos para análise. Em caso inércia, Expeça-se Mandado de Pris¿o, COM PRAZO DE VALIDADE DE UM ANO e CUMPRA-SE, preferencialmente, POR OFICIAL DE JUSTIÇA (art. 154, I, do CPC). PROCEDAM-SE às anotaç¿es e medidas necessárias junto ao Banco Nacional de Monitoramento de Pris¿es ¿ BNMP 2.0 do CNJ. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Int. Santarém/PA, 17 de maio de 2019. LAÉRCIO DE OLIVEIRA RAMOS Juiz de Direito

PROCESSO: 0013977-80.2016.8.14.0051 - Ação: Cumprimento de sentença ---REQUERENTE: S&L QUEIROZ EMP. E PARTICIPAÇÕES LTDA - Representante(s): OAB 10433 - MARIA DE JESUS DUDA BARROSO ALEXANDRE (ADVOGADO) / OAB 11032 - JOSE ALEXANDRE FILHO (ADVOGADO) - REQUERIDO: ERLAELSON NASCIMENTO ALBARADO -- ATO ORDINATÓRIO: Provimento nº06/2006 (Atos Ordinatórios) e Portaria nº01/2010 (autorização para prática de atos ordinatórios) 1-INTIME O EXEQUENTE, por advogado, para, no prazo de até 10 dias, proceder o recolhimento das custas processuais, referente a confecção e expedição do mandado de intimação do executado, considerando o item II da decisão de fls. 65, ciente de que, com a inércia, o juiz poderá extinguir o processo (art. 485, III, do NCPC). 2- Fica a parte ciente de que tais custas podem ser emitidas no site do TJPA, no item

Emissão de custas. 3- Ultrapassado o prazo, sem o pagamento das custas e sem manifestação, INTIME PESSOALMENTE A PARTE, para dizer se possui interesse jurídico no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento, desde logo, requerendo o que lhe aprouver (art. 485, III, § 1º do NCPC). 4- Após conclusos. Santarém, 31 de maio de 2019. SHIRLEY SARA AMAZONAS RIBEIRO Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Matrícula 32379 TJ/PA

PROCESSO: 0015633-38.2017.8140051 - Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - REQUERENTE: AYMORE CFI SA Representante(s): (Advogada: CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES - OAB/PA 13.846-A) - REQUERIDO: EDELSON ELIAS --- DESPACHO: 1. Considerando que o bem alienado fiduciariamente não foi localizado (fls. 37), com fulcro nos arts. 4º e 5º do Decreto Lei nº 911/69, redação atual, c/c art. 329, I do CPC, DEFIRO o requerimento de fls. 48/51 para converter o pedido de busca e apreensão em AÇ¿O EXECUTIVA, a ser processada na forma do art. 781 e seguintes do CPC. 2. INTIME-SE o exequente para que, no prazo de 15 dias, apresente endereço atualizado do(a) executado(a). 3. Apresentado endereço atualizado e pagas as custas, CITE-SE o(s) Devedor(a) para, no prazo de 3 (três) dias, efetuar o pagamento total da dívida e os consecutivos legais, sob pena de penhora (art. 829 do CPC). 3.1. FIXO honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor principal atualizado (art. 827 do CPC), reduzidos pela metade se ocorrer integral pagamento no mencionado prazo (art. 827, § 1º, do CPC). 3.2. EXPEÇA-SE Mandado de Citação, Penhora e Avaliação. CUMPRA-SE, com as formalidades de lei. Anote-se o necessário, inclusive junto ao distribuidor. Int. Santarém - PA, 20 de maio de 2019. LAÉRCIO DE OLIVEIRA RAMOS Juiz de Direito

PROCESSO: 0000208-39.2015.8140051 - Ação: Investigação de Paternidade --- REQUERENTE: S. B. S. - I. B. S. (REP LEGAL) - Representante(s): (DEFENSOR PÚBLICO) ¿ REQUERIDO: J. R. M. ¿ DESPACHO: Aos 08 (oito) dia(s) do mês de maio de 2019 (dois mil e dezenove), nesta Cidade e Comarca de Santarém, Estado do Pará, no edifício do Fórum local, na sala das audiências às 09:00 horas, onde presente se encontrava o Dr. LAÉRCIO DE OLIVEIRA RAMOS, MM. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial, comigo Estagiária, abaixo identificado(a), nomeado(a) ad hoc para o ato, para a realizaç¿o de audiência nos autos do processo acima mencionado. Aberta a audiência e apregoadas às partes, verificou-se a presença do(a)(s) Demandante(s) S. B. D. S. portando CI RG nº 7849046, PC/PA, CPF nº 038.259.552-14, acompanhado(a)(s) pelo(a)(s) Defensor(a) Público(a) Dr(a). MARCOS VIEIRA. Ausente(s) o(a)(s) Demandado(a)(s) J. R. D. M. (revel fls. 39/40). Presente(s) a(s) informante(s) arrolada(s) pela parte Demandante (m¿e da autora): I. B. D. S., nascido(a) em 13/09/1978, filho(a) de J. G. S. e M. R. B. S. portando CI RG nº 6003369, 2ª VIA, PC/PA e CPF nº 644.786.882-49. Inicialmente, a demandante declarou que, na atualidade, mantém bom relacionamento com o réu e o demandado declarou que vai reconhecer voluntariamente a paternidade e nem precisa fazer exame de DNA, ressaltando que viajará amanh¿ para Manaus/AM com intenç¿o de fixar moradia naquela cidade e, juntamente com o demandado, providenciará o dito reconhecimento da paternidade, declarando que n¿o se recorda, no momento, o endereço completo de sua moradia. A seguir, a parte autora declarou que a primeira testemunha indicada no rol de fls. 7 se encontra viajando para o estado do Ceará e a segunda testemunha mudou de endereço, o qual n¿o se recorda no momento e se compromete a apresenta-lo oportunamente. A seguir, o Magistrado proferiu a seguinte DELIBERAÇ¿O: 1. Considerando as declaraç¿es da parte autora, a cautelem-se os autos em secretaria, pelo prazo de 60 dias, a fim de aguardar o noticiado reconhecimento voluntário da paternidade ou, se frustrado, manifestaç¿o da parte autora para regular andamento do feito. 2. FIXO o prazo de 60 dias para que a parte demandante possa, conforme declarou, proceder com o réu a formalizaç¿o do reconhecimento voluntário da paternidade e, através da Defensoria Pública, noticia-lo dos autos, sob pena de arquivamento do processo. 3. Caso reste frustrado o dito reconhecimento, deve a parte demandante, através da Defensoria Pública e no mencionado prazo de 60 dias, sob pena de extinç¿o do feito, sem apreciaç¿o do mérito, independentemente de nova intimaç¿o, carrear aos autos: a) endereço atualizado da autora; b) endereços atualizados das testemunhas de rol das fls. 7; c) endereço atualizado do réu, sobretudo para fins de coleta de material genético, se necessário. 4. Ultimado o prazo de 60 dias, conclusos para prosseguimento ou extinç¿o. 5. Cientes os presentes. A seguir, nada havendo, o Magistrado mandou lavrar o presente termo, às 09:30 horas, que lido e achado conforme, por todos foi assinado. Eu, ... (Rafaela Belato), Estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO N.º 0015352-19.2016.814.0051 ¿ Ação: Guarda - Requerentes: M. L. S. A. / C. F. R. - Representante(s): (Advogados(as) da AJUFIT: NUBIA TAVARES DE OLIVEIRA, OAB/PA 10.423 /

RAQUEL FLÓRIDA RIKER PINHEIRO, OAB/PA 9958 / MARIA SÔNIA CAMPOS BERNARDES, OAB/PA 7.948 / ANDRÉA PATRÍCIA BATISTA PAULINO, OAB/PA 9831 / CRISTIANO BATISTA MOTTA, OAB/PA 10.645) ¿ Requerido: D. A. R. ---- AUDIÊNCIA DE INSTRUÇ¿O E JULGAMENTO: Aos 28 (vinte e oito) dia(s) do mês de maio de 2019 (dois mil e dezenove), nesta Cidade e Comarca de Santarém, Estado do Pará, no edifício do Fórum local, na sala das audiências às 10:15 horas, onde presente se encontrava o Dr. LAÉRCIO DE OLIVEIRA RAMOS, MM. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial, comigo Estagiária, abaixo identificado(a), nomeado(a) ad hoc para o ato, para a realizaç¿o de audiência nos autos do processo acima mencionado. Presente o(a) Representante do Ministério Público, Dra. LARISSA BRAND¿O. (...) Aberta a audiência e apregoadas às partes, verificou-se a presença do(a)(s) Demandante(s) M. L. S. A., portando CI RG nº 2785167-2, PC/PA, CPF nº 777.713.202-44 e C. F. R., CI RG 2940754, 2ª VIA, PC/PA, acompanhado(a)(s) pelo(a)(s) Advogado(a)(s) Dr(a). ANDREA PATRÍCIA BATISTA PAULINO, OAB/PA nº 9831. Presente(s) o(a)(s) Demandado(a)(s) D. A. R., portador da CI RG nº 6772822, 4ª via, PC/PA, CPF nº 022.850.582-84, desacompanhada de Advogado/Defensor. (...). A seguir, o Magistrado proferiu a seguinte DECIS¿O: I. QUANTO À GUARDA PROVISÓRIA: Considerando que o estudo social de fls. 45/46 e os depoimentos prestados na presente audiência revelam que a criança vive sob os cuidados dos avós maternos e em ambiente que n¿o lhe oferece risco, sem olvidar de que a regularizaç¿o de guarda provisória se mostra necessária para resguardar os próprios interesses da criança, com fulcro arts. 33 e 165/170 da Lei n.º 8.069/90, acolhendo o manifestaç¿o do Ministério Público, DEFIRO A GUARDA PROVISÓRIA DE P. R. A. R. (fls. 09) aos seus avós maternos, M. L. S. A. e C. F. R., devendo estes, sempre que possível, assegurar o contato e a saudável convivência da criança com a m¿e. Nos termos do art. 170 do ECA, determino seja lavrado o competente termo de compromisso de bem e fielmente desempenhar a guarda, com prazo de validade de seis meses, tal como recomenda o art. 32 do mesmo diploma legal, pelo qual os Requerentes assumem em relaç¿o ao infante todas as obrigaç¿es legais, conferindo-lhes o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais (arts. 32 e 33 do ECA). II. QUANTO À CONVERS¿O DO JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA: 1. DEFIRO o requerimento do MP e, convertendo o julgamento em diligência, DETERMINO: a) que os demandantes/guardi¿es provisórios carreiem aos autos, no prazo de até 15 dias, o endereço completo e atualizado do genitor da criança M. K. M. A.; b) com a apresentaç¿o do dito endereço, EXPEÇA-SE mandado de intimaç¿o pessoal do mencionado genitor, cientificando-o da presente aç¿o e consignando que deverá se manifestar nos autos, em até 15 dias, contados da dita intimaç¿o, sobre a sua anuência ou discordância com a pretendida regularizaç¿o de guarda, anotando que o silêncio será interpretado como concordância; c) O DESCUMPRIMENTO destas deliberaç¿es implicará em arquivamento do feito, sem apreciaç¿o do mérito, tornando sem efeito a decis¿o que conferiu a guarda provisória. 2. Sem prejuízo do item anterior, devem os requerentes/guardi¿es diligenciar junto ao R. Juízo da 4ªVCE/STM no sentido de proceder à averbaç¿o da mencionada decis¿o, com posterior apresentaç¿o nestes autos da certid¿o de nascimento atualizada da criança, comprovando, no prazo de até 30 dias, tal providencia junto ao dito Juízo da 4ª VCE/STM, sob pena de extinç¿o do feito, sem apreciaç¿o do mérito, independentemente de nova intimaç¿o. 3. Cumpra-se, com as providencias necessárias. 4. Após conclusos para prosseguimento ou extinç¿o. A seguir, nada havendo, o Magistrado mandou lavrar o presente termo, às 12:00 horas, que lido e achado conforme, por todos foi assinado. Eu, ... (Paula Ariel Wanghan de Souza), Estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO nº: 0806402-17.2018.814.0051 - AÇÃO DE EXONERAÇÃO DE ALIMENTOS - Demandante(s): A. A. B. - Representante: DEFENSORIA PÚBLICA - Demandado(a)(s): F. J. S. B. F. ¿ AUDIÊNCIA - Aos 24 (vinte e quatro) dia(s) do mês de Abril de 2019 (dois mil e dezenove), nesta Cidade e Comarca de Santarém, Estado do Pará, no edifício do Fórum local, na sala das audiências às 10:10 horas, onde presente se encontrava o Dr. LAÉRCIO DE OLIVEIRA RAMOS, MM. Juiz de Direito Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial, comigo Estagiária, abaixo identificado(a), nomeado(a) ad hoc para o ato, para a realização de audiência nos autos do processo acima mencionado. Presente o(a) Representante do Ministério Público, Dra. LARISSA BRANDÃO, a qual declarou que não tem interesse no litígio em virtude de ausência de interesse de incapaz. Aberta a audiência e apregoadas às partes, verificou-se a presença do(a)(s) Demandante(s) (...) Ausente(s) o(a)(s) Demandado(a)(s) (...), eis que inexiste notícia sobre cumprimento da Carta Precatória para citação/intimação ID 9821916. A seguir, o Magistrado proferiu a seguinte DELIBERAÇÃO: 1. Considerando que a Carta Precatória para citação/intimação da parte ré não

foi devolvida e nem existe notícias sobre a diligencia deprecada, resta prejudicada a presente audiência, impondo-se a designação de nova data para continuidade, na forma da deliberação inicial. 2. OFICIE-SE ao Juízo Deprecado, informando a nova data da audiência e solicitando a devolução da Carta Precatória devidamente cumprida, inclusive fazendo contato telefônico, caso inexista notícia sobre a leitura no sistema de malote digital. 3. Para tanto, designo audiência no dia 06/08/2019, às 08:30 horas. 4. Cientes os presentes. A seguir, nada havendo, o Magistrado mandou lavrar o presente termo, às 11:00 horas, que lido e achado conforme, por todos foi assinado. Eu, ... (Paula Ariel Wanghan de Souza), Estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO CÍVEL n.º 0802085-73.2018.8.14.0051 - Demandante(s): TATIANY RIBEIRO AGUIAR - Representante(s): (Advogadas: DELZUITA CONCEICAO AGUIAR, OAB/PA 10.240) - Demandado(a)(s): CONSÓRCIO NACIONAL VOLKSWAGEN ¿ ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO LTDA ¿ Representante: ADVOGADA: CAMILA DE ANDRADE LIMA, OAB/BA 29889 / OAB/PE 1494/A) ------ DESPACHO: 1. Em razão da especial complexidade da causa e da possibilidade de composição, reputo oportuno o saneamento em cooperação com as partes. Por isso, DESIGNO AUDIÊNCIA DE SANEAMENTO para o dia 08/08/2019, às 08:30 horas, ocasião em que, se frustrada a composição, serão delineadas as questões de fato e de direito controvertidas, as provas a serem produzidas e a distribuição do ônus da prova. 2. Ao ato deverão comparecer as partes e advogados. A eventual ausência será considerada como ato atentatório à dignidade da Justiça (artigo 6º do CPC). Int. Santarém/PA, 25 de abril de 2019. LAÉRCIO DE OLIVEIRA RAMOS Juiz de Direito

PROCESSO N.º 0804217-69.2019.8.14.0051 - Exoneração, Revisão - Demandante: F. D. S. S. ¿ Representante: DEFENSORIA PÚBLICA - Demandados: F. S. R. E F. S. S., representados por sua genitora E. S. S. e F. S. S. - DECISÃO/MANDADO: 1. Defiro os efeitos da Justiça Gratuita. 2. Tramite-se em segredo de justiça (art. 189, II, CPC). 3. Trata-se de petição inicial de ação revisional de alimentos. Tramite-se pelo procedimento da Lei 5.478/68. 4. Os documentos constantes no processo, não são suficientes para conferir a plausibilidade ao argumento da parte autora. Os fatos são controvertidos e somente podem ser melhor analisados sob o contraditório. Diante do exposto, INDEFIRO a tutela antecipada. 5. Com isso: a) Cite-se e intime-se o(a)(s) Demandado(a)(s) e o(a)(s) Demandante(s), se necessário, na pessoa do(a) genitor(a), para comparecerem à audiência de tentativa de conciliação instrução e julgamento que designo para o dia 06/08/2019, às 09:30 horas. Cientifique-os que deverão comparecer acompanhados de seus Advogados e de suas testemunhas, independentemente de prévio depósito de rol, importando a ausência do(a)(s) Requerente(s) em arquivamento do pedido e a falta do Requerido em confissão e presunção de serem verdadeiros os fatos alegados na petição inicial, no que se admite. b) Na audiência, se não houver acordo, poderá(ao) o(s) réu(s) apresentar imediatamente a resposta, desde que o faça por meio de Advogado, em seguida serão ouvidas as testemunhas e será prolatada a Sentença. c) Cientifique-se o Ministério Público e Advogado/Defensor da parte. d) Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Int. SERVIRA O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Santarém/PA, 13 de maio de 2019. LAÉRCIO DE OLIVEIRA RAMOS Juiz de Direito

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM

PROCESSO 0047005-73.2015.8.14.0051 - Com fulcro no Provimento 006/2009-CJCI, expeço INTIMAÇÃO ao advogado DR. RAIMUNDO HÉLIO SERRA SOUSA e/ou DR. JOSÉ WILSON DE FIGUEIREDO VIEIRA (patronos do denunciado Andreo), via DIÁRIO DA JUSTIÇA, para que apresente, no prazo de cinco dias, alegações finais em favor do denunciado ANDREO MONTEIRO DE ALMEIDA nos autos acima mencionados. CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Secretaria da 1ª Vara Criminal, aos vinte e oito dias do mês de junho de 2019. GENILDO SOUSA MIRANDA, Diretor de Secretaria da 1ª Vara Criminal. Assinatura Eletrônica

Processo 0009794-95.2018.8.14.0051 ¿ Com fulcro no Provimento 006/2009-CJCI e Ordem de Serviço 001/2009-4ªcrim, expeço INTIMAÇÃO ao advogado DR. JOSÉ CAPUAL ALVES JUNIOR e/ou RONALDO CRISTIANO CARVALHO LIMA JUNIOR e/ou CARLOS AUGUSTO MOTA LIMA e/ou RODRIGO DE MOURA LARAS e/ou GEOVAN PAES DE SOUZA, VIA RESENHA FORENSE, para ciência de que os autos do processo crime tendo como denunciado CLAUDIONOR ROCHA DA COSTA, já estão Á DISPOSIÇÃO EM SECRETARIA, aguardando alegações finais, devendo ser apresentadas imediatamente, em virtude de anterior publicação de intimação no jornal virtual Diário da Justiça, Edição nº 6628/2019, de 29/03/2019. CUMPRA-SE na forma e sob as penas da lei. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Secretaria da 1ª Vara Criminal, aos vinte e oito dias do mês de junho de dois mil e dezenove. GENILDO SOUSA MIRANDA Diretor de Secretaria da 1ª Vara Criminal

Processo 0009040-95.2014.8.14.0051

EDITAL DE INTIMAÇÃO ¿ 90 DIAS PARA PAGAMENTO DE MULTA

APENADO: ELENILSON MOTA BATISTA, vulgo Nil, nascido aos 19/11/1989, RG 24236853 - SESEG/AM, CPF 007.686.992-07, filho de Manoel Fernandes Batista e Antônia Mota Batista, residente à Rua Aluísio Martins, n° 505, Bairro Maicá, Santarém/PA PROCESSO nº 0009040-95.2014.8.14.0051 O DR. ALEXANDRE RIZZI, MM. Juiz Titular da 1ª Vara Criminal da Comarca de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil no uso de suas atribuições legais etc., FAZ SABER - aos que virem o presente EDITAL ou dele tiverem notícia, que por este Juízo teve andamento um processo crime, movido pela Justiça Pública, contra o(s) réu(s) acima qualificado e outros, por delito praticado nesta cidade, em 13/08/2014, tendo sido CONDENADO(S), nas sanções do Art. 155, § 4º, I e IV do CP, a pena total de 07 (sete) anos de reclusão e pagamento de 140 (cento e quarenta) dias-multa. E constando dos autos que o (a) (s) referido (a) (s) réu (s) encontra (m) -se atualmente em local incerto e não sabido ou em outro estado, sem atualização de endereço, mandou expedir o presente EDITAL, pelo qual fica (m) o (a) s mencionado (a) (s) réu (s) INTIMADO (S) PARA PAGAMENTO no prazo de 10 (DEZ) dias desses DIAS-MULTA, na importância de R$ 4.454,10 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos). O prazo será contado a partir da publicação deste edital. E para que chegue ao conhecimento de todos e não se alegue ignorância, será este publicado no Órgão Oficial e afixado no saguão do Fórum, local de costume. Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, Secretaria da 1ª Vara Criminal em 28/06/2019. Eu, __ (Miracy França M. Júnior) ¿ Aux. Judiciário, digitei. Eu, (Genildo Sousa Miranda), Diretor de Secretaria, conferi e subscrevo. GENILDO SOUSA MIRANDA Diretor de Secretaria da 1ª Vara Criminal de Santarém

SECRETARIA DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM

Número do processo: 0809083-57.2018.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: MARIA NEY LOPES FREIRE Participação: ADVOGADO Nome: CAIO ANTONIO PASSOS MACHADO FREIREOAB: 22315/PA Participação: ADVOGADO Nome: PEDRO MIGUEL AIRES DE MENDONCA ANDRADEOAB: 23151-A/PA Participação: REQUERIDO Nome: L B CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA Participação: ADVOGADO Nome: JULIANA ALMEIDA DOS SANTOSOAB: 211Tribunal de Justiça do ParáCOMARCA DE SANTARÉMGABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALProcesso nº 0809083-57.2018.8.14.0051Ação: Tutela cautelar antecedenteRequerente: Maria Ney de Lopes Freire (Adv. Pedro Miguel Aires de Mendonça, OAB/PA nº 23.151-A)Requerida: LB Construtora e Incorporadora Ltda. (Adv. Juliana Almeida dos Santos, OAB/PA nº 16.211 / Alesandra Dyana Branches da Silva, OAB/PA nº 16.214) Despacho: R. h. 1. Especifiquem as partes as provas que ainda tem a produzir, se for o caso, justificando a finalidade. Prazo: 10 dias. 2. Manifeste-se a requerida sobre as petições ID nº 10221211 e 10876537. Prazo: 10 dias. 3. Apresentem as partes novo laudo da defesa civil do município a fim de demonstrar se ainda persistem os riscos de desabamento do imóvel da autora. 4. Quanto ao pedido da autora de aplicação da multa astreinte, este Juízo esclarece que deve ser feito na forma da lei. Santarém, 27/06/2019. COSME FERREIRA NETOJuiz de Direito

Número do processo: 0805350-49.2019.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: LUCIMAR VIEIRA DE LIRA Participação: ADVOGADO Nome: EDUARDO JORGE DE AZEVEDO LIBERALOAB: 189PA Participação: REQUERIDO Nome: ANTONIO FELIX FERREIRATribunal de Justiça do ParáCOMARCA DE SANTARÉMGABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALprocesso n°. 0805350-49.2019.814.0051ação: JUSTIFICAÇÃO DE CONVIVÊNCIA MARITALrequerente: LUCIMAR VIEIRA LIRAADVOGADO: EDUARDO JORGE AZEVEDO LIBERALDE CUJUS: ANTONIO FELIX FERRERA SENTENÇA Vistos etc.Trata-se de ação deJUSTIFICAÇÃO DE CONVIVÊNCIA MARITAL, em que as partes estão devidamente qualificadas na inicial.Aduz, em síntese, que conviveu com o de cujus por longo período e que a união era pública e notória, com a intenção de constituir família. Assevera que o relacionamento foi interrompido pela morte do de cujus, razão pela qual move a presente demanda.Juntou documentos de fls. 07/21.Vieram os autos conclusos. Eis o relato do essencial. Passo à fundamentação e decisão. Estou por indeferir a petição inicial.Com efeito, a autora ajuizou a presente ação de justificação de convivência marital sem a observância de que o art. 320 do CPC exige que a petição inicial seja instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, não tendo ela demonstrado nos autos a prova de que o órgão previdenciário tenha negado a concessão do benefício pleiteado por não reconhecer a união estável. Explico melhor.Compulsando os autos, percebe-se que a presente ação tem como escopo o pleito de pensão por morte ou outro benefício previdenciário, conforme se extrai dos poderes outorgados pela autora a seu patrono na procuração de fl. 07 dos autos.Assim, tendo sido postos à disposição da autora os mecanismos necessários à comprovação de seu pleito, esta não logrou êxito quanto à prova do cumprimento das exigências mínimas determinadas pela lei no tocante ao interesse de agir, que se faz ausente na presente demanda.De plano, há de se ressaltar que o pleito da autora não merece prosperar uma vez que não há nos autos qualquer prova substancial que demonstre resistência ao direito evocado. Dessarte, tomando-se que as condições da ação servem como um filtro para o acesso digno à Justiça, e que este filtro jamais deve ser entendido com uma obstrução, mas um meio de sintetizar a ação imperativa do Estado, carece a autora de interesse de agir, sob a forma do binômio necessidade/utilidade, principalmente porque o processo é o meio pelo qual se busca uma resposta judicial que ponha fim ao conflito de interesses instaurado, o que de forma alguma se vislumbra nos presentes autos.No caso em tela, porém, o conflito de interesses não se faz presente, não havendo pretensão resistida, entendida esta quando a vontade de um encontra resistência na vontade de outro. Somente a partir desta resistência é que se pode pensar em Processo. Nesse sentido, colaciono: AÇÃO DE COBRANÇA SECURITÁRIA. DPVAT. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. AUSÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. 1- O interesse de agir se configura quando há necessidade da parte se socorrer ao judiciário por uma resistência que lhe fora imposta, vale dizer, a lide se justifica se houver conflito de interesses por uma pretensão resistida. 2- Daí porque, se o autor da cobrança do seguro não demonstra sua solicitação (requerimento) perante a seguradora e a negativa ou excessiva demora na apreciação do pedido formulado, é mister reconhecer a carência de ação por ausência de interesse processual. 3- In casu, não

há se falar em violação do princípio da inafastabilidade do Judiciário (art. 5º, XXXV CF), eis que nenhuma lesão ou ameaça a direito foi causada até que haja o requerimento administrativo. 4- Agravo desprovido.(TJGO, AGRAVO DE INSTRUMENTO 381942-38.2012.8.09.0000, Rel. DR(A). MAURICIO PORFIRIO ROSA, 3A CAMARA CIVEL, julgado em 04/12/2012, DJe 1255 de 04/03/2013) PREVIDENCIÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. CARÊNCIA DE AÇÃO. FALTA DE INTERRESE DE AGIR. REVISÃO DE BENEFÍCIO DECORRENTE DE AÇÃO TRABALHISTA. NECESSÁRIO PRÉVIO INDEFERIMENTO DO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. 1. O entendimento desta Corte é de que, em casos de revisão de benefício não é necessário o prévio requerimento administrativo, já que a pretensão resistida configura-se no momento em que a Previdência Social quantifica o valor a ser pago, daí derivando o interesse de agir da parte autora. 2. Em se tratando de revisão decorrente de ação trabalhista, se faz necessário o prévio indeferimento do requerimento administrativo instruído com os documentos imprescindíveis, já que o INSS não foi parte da lide e, portanto, não teve acesso ao processo, tampouco conhecimento dos efeitos da sentença prolatada. (TRF-4 - AC: 11781 RS 2009.71.00.011781-6, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 21/10/2009, TURMA SUPLEMENTAR, Data de Publicação: D.E. 03/11/2009) AGRAVO LEGAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO PREVIDENCIÁRIA. REVISÃO DE BENEFÍCIO. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. CONTESTAÇÃO DO INSS. DESNECESSIDADE. AGRAVO IMPROVIDO. 1. É necessária, em regra, a comprovação do indeferimento da concessão do benefício na via administrativa para a configuração do interesse de agir, excepcionando-se os casos de notória oposição da autarquia previdenciária. 2. A autora postula a revisão de seu benefício de aposentadoria por tempo de contribuição, tendo o INSS contestado o pedido. 3. Desse modo, não se denota razoável a exigência de prévio indeferimento de requerimento administrativo para a propositura da ação. 4. Agravo improvido. (TRF-3 - AC: 1812 SP 0001812-43.2014.4.03.9999, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL TORU YAMAMOTO, Data de Julgamento: 09/06/2014, SÉTIMA TURMA)Dessarte, não tendo a autora demonstrado o interesse processual presente no feito por meio da comprovação de que o órgão previdenciário negou-se a reconhecer a união aduzida, denota-se inadequada a via eleita para sua real pretensão.Ademais, deve-se destacar que não existe razão para a propositura da presente ação por faltar à autora interesse face a tutela pleiteada, eis que a inexistência de bens patrimoniais oriundos da aludida união enseja ausência de repercussão jurídica do pleito, tornando inócua a prestação jurisdicional. Colaciono:APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PARTILHA - CASAMENTO E DIVÓRCIO - INEXISTÊNCIA DE BENS A PARTILHAR - CONDIÇÕES DA AÇÃO - INTERESSE DE AGIR - AUSÊNCIA - EXTINÇÃO DO PROCESSO - ARTIGO 267, VI, CPC. - A extinção do processo, com fundamento no artigo 267, VI, do CPC, se impõe, quando não se verifica presente o interesse processual do demandante. (TJ-MG - AC: 10134120058919001 MG, Relator: Dárcio Lopardi Mendes, Data de Julgamento: 20/02/2014, Câmaras Cíveis / 4ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 26/02/2014).Diante do exposto, não havendo prova da comprovação de que o órgão previdenciário se negou a reconhecer a união aduzida ou que as instituições bancárias ou a Justiça do Trabalho lhe tenham indeferido qualquer requerimento administrativo, e, ainda, por não haver prova de existência de patrimônio comum,INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, o que faço com fundamento nos arts. 320 e 321, parágrafo único, do CPC.Sem custas.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Santarém, 25 de junho de 2019. COSME FERREIRA NETOJuiz de Direito

Número do processo: 0808265-08.2018.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: V. T. L. R. J. Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITEOAB: 4609/AM Participação: REQUERIDO Nome: A. R. F. Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO ANDERSON REIS FERREIRAOAB: 784 Participação: REQUERIDO Nome: E. F. R. Participação: ADVOGADO Nome: THIAGO ANDERSON REIS FERREIRAOAB: 784Tribunal de Justiça do ParáCOMARCA DE SANTARÉMGABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALProcesso nº 0808265-08.2018.8.14.0051Ação: Oferecimento de alimentos c/c regulamentação de visitas e tutela de urgênciaRequerente: Vivaldo Teixeira Lima Rodrigues Junior (Adv. Adriano de Oliveira Leite, OAB/AM nº 4609)Requerido: E.F.R., menor representado por sua genitora Alana Reis Ferreira (Adv. Thiago A. R. Ferreira, OAB/PA nº 11.784) Despacho / sentença: R. h. 1. No que se refere aos alimentos,HOMOLOGO, por sentença, o acordo firmado pelas partes em audiência (documento ID nº 8459670) para que produza seus efeitos jurídicos e legais. Em consequência, julgo extinto o processo com julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, III, b, do CPC. Sem custas, eis que sob o pálio da Justiça Gratuita. Expeça-se o necessário. Registre-se e intime-se. Cumpra-se. 2. Segue a ação no que se refere ao pedido de

regulamentação de visitas, uma vez que não houve consenso das partes quanto à posposta de acordo feita por este Juízo em audiência. 3. Manifeste-se o autor sobre a contestação ID nº 8769051, no prazo de 15 dias. Santarém, 04 de junho de 2019. COSME FERREIRA NETOJuizde Direito

Número do processo: 0809581-56.2018.8.14.0051 Participação: AUTOR Nome: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHOOAB: 618SP Participação: RÉU Nome: JHONATAS PEDROSO DE SOUSATribunal de Justiça do ParáCOMARCA DE SANTARÉMGABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALprocesso n° 0809581-56.2018.814.0051ação: BUSCA E APREENSÃOrequerente: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDAADVOGADO: DANTE MARIANO GREGNANIN SOBRINHOrequerido: JHONATAS PEDROSO DE SOUSA SENTENÇA Vistos etc.Trata-se de ação deBUSCA E APREENSÃO,ajuizada porADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDAem face deJHONATAS PEDROSO DE SOUSA, devidamente qualificados na inicial.Assevera o autor que concedeu ao requerido financiamento garantido por alienação fiduciária para aquisição do veículo descrito na inicial, mas que este deixou de quitar as parcelas do referido financiamento, tendo-lhe sido expedida notificação extrajudicial para adimplir a obrigação, que, porém, restou frustrada.O autor juntou documentos de fls. 07/35.À fl. 36, este juízo determinou que o autor emendasse a inicial a fim de indicar o nome de uma pessoa com endereço na comarca de Santarém-PA que pudesse receber o bem como fiel depositário em caso de apreensão do veículo, bem como comprovar a constituição em mora do devedor.Expirado o prazo, o autor quedou inerte, conforme fl. 37.Vieram os autos conclusos para decisão. Eis o relatório essencial. Passo à fundamentação e decisão. Estou por indeferir a petição inicial.Com efeito, o autor ajuizou a presente ação de busca e apreensão sem a observância de que o art. 320 do CPC exige que a petição inicial seja instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação, não tendo ele indicado nos autos o nome de uma pessoa, com endereço completo na comarca, para o fim de exercer o cargo de fiel depositário, nem comprovado a constituição em mora do devedor.Assim, tendo sido postos à disposição do autor os mecanismos necessários à comprovação de seu pleito, este não logrou êxito quanto à prova do cumprimento das exigências mínimas determinadas pela lei no tocante à indicação de pessoa idônea a incumbir-se do ônus de fiel depositário e à comprovação da mora do devedor, o que torna impossível o cumprimento do mandado pelo senhor Oficial de Justiça.Dessarte, a pretensão esposada na inicial delineia-se infundada pelo não preenchimento dos requisitos essenciais para a regular marcha processual, não havendo outra alternativa que não o seu indeferimento de plano.Nesse sentido, colaciono:Apelação Cível. Busca e Apreensão de Veículo. Magistrado que determina a emenda da Inicial,para que conste a completa identificação dos depositários. Descumprimento da Ordem. Sentença Extintiva em harmonia com as normas processuais vigentes. Mantença. Unânime. I. Não estando lastreada a sentença no abandono da causa horas para cumprimento da diligência. II. Tratando-se de extinção do processo por indeferimento da petição inicial, a intimação pessoal da parte é desnecessária. Precedentes do STJ, ex vi do AgRg no REsp 1095871/RJ. III. Recurso Conhecido e Improvido. (TJ-SE - AC: 2012217333 SE, Relator: DES. CEZÁRIO SIQUEIRA NETO, Data de Julgamento: 10/09/2012, 2ª.CÂMARA CÍVEL)Diante do exposto,INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, o que faço com fundamento nos arts. 320 e 321 do CPC.Custas pelo autor.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Santarém, 05 de junho de 2019. COSME FERREIRA NETOJuiz de Direito

Número do processo: 0805085-47.2019.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: ANTONIO CARLOS FERREIRA MARQUES Participação: ADVOGADO Nome: ANA FLAVIA PASSOS MAIAOAB: 28844/PA Participação: ADVOGADO Nome: CYNTHIA FERNANDA OLIVEIRA SOARESOAB: 63 Participação: INVENTARIADO Nome: HUGO SERGIO MARQUESTribunal de Justiça do ParáCOMARCA DE SANTARÉMGABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALPROCESSO: 0805085-47.2019.8.14.0051AÇÃO: INVENTÁRIOREQUERENTE: ANTONIO CARLOS FERREIRA MARQUESADVOGADO: CYNTHIA FERNANDA OLIVEIRA SOARESINVENTARIADO: HUGO SERGIO MARQUES SENTENÇAVistos etc.Trata-se de Ação de Inventário em que ambas as partes foram devidamente qualificadas na inicial.Aduz, em síntese, que é filho do de cujus e que este faleceu sem deixar bens, mas que tomou conhecimento de que tramita na comarca São José-SC uma ação de sobrepartilha relativa a bens da genitora do de cujus, de que teria o autor direito quanto ao quinhão de seu pai. Pugna pela abertura do presente inventário a fim de que possa receber o valor que lhe cabe.Juntou

documentos de fls. 03/32.Vieram os autos conclusos para decisão. Eis o relatório necessário. Passo à fundamentação e decisão. Estou por indeferir a petição inicial.Com efeito, o autor ajuizou a presente ação de inventário sem a observância de que esta não é a via adequada à consecução de seu pleito. Aduz que precisa do inventário para o levantamento de percentual de um valor de sobrepartilha em ação que ainda tramita na Comarca de São José-SC.Ao ver deste juízo, não há como partilhar valor que ainda está em discussão em outro processo. Para isso, é necessário aguardar o trânsito em julgado da sentença lá prolatada para, então, pleitear o direito que entende ser-lhe cabível.Ademais, por se tratar de valor de pequena monta e não haver outros bens a partilhar, o autor pode requerer seu levantamento por meio de alvará judicial, não havendo necessidade de ação de inventário para o alcance da pretensão.Assim, não preenchendo os requisitos para o andamento do feito, incorreu o autor na previsão do art. 330, III, do CPC, de acordo com o qual a petição inicial será indeferida quando o autor carecer de interesse processual, não havendo que se falar, nesse caso específico, em aplicação do princípio da fungibilidade ou instrumentalidade das formas.Diante do exposto, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL, o que faço com fundamento nos arts. 330, III, do CPC.Sem custas.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Santarém, 06 de junho de 2019. COSME FERREIRA NETOJuiz de Direito

Número do processo: 0809623-08.2018.8.14.0051 Participação: AUTOR Nome: Ministério Público do Estado do Pará Participação: RÉU Nome: WELLINGTON FELIPE IMBIRIBA CARDOSOProcesso nº 0809623-08.2018.8.14.0051Ação: Investigação de paternidade c/c alimentosRequerente: O Ministério Público do Estado, na qualidade de substituto processual da menor M.S.S.D.S., filha de Emelly Pricila Sousa dos Santos (Adv. Thiago Alexandre Carneiro da Silva, OAB/PA n° 25.817)Requerido: Wellington Felipe Imbiriba CardosoCERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIODe ordem do MM. Juiz da 4ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santarém, fica o advogado da parte autora intimado do inteiro teor da sentença proferida na audiência realizada em 27/06/2019.Santarém, 28/06/2019.Sebastião José Fernandes Soares FilhoAnalista JudiciárioDe Ordem do MM. Juiz da 4ª Vara Cível e Empresarial - Portaria nº 002/2009

Número do processo: 0805123-59.2019.8.14.0051 Participação: AUTOR Nome: FLAVIO SILVA RODRIGUES Participação: ADVOGADO Nome: FABIO IGOR CORREA LOPESOAB: 22998/PA Participação: ADVOGADO Nome: ALEX FERNANDES DA SILVAOAB: 17429/MS Participação: RÉU Nome: BANCO GERADOR S.ATribunal de Justiça do ParáCOMARCA DE SANTARÉMGABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALProcesso n° 0805123-59.2019.8.14.0051Ação: Anulatória de tarifas bancárias c/c indenização por danos morais e danos materiais c/c pedido de tutela de urgênciaRequerente: Flávio Silva Rodrigues (Adv. Alex Fernandes da Silva, OAB/PA nº 28.623-A / Josiane Alvarenga Nogueira, OAB/MS nº 17.288 / Fabio Igor Corrêa Lopes, OAB/PA nº 22.998)Requerido: Banco Agibank S/AEndereço: Rua Mostardeiro, nº 266, Moinhos de Ventos, Cep 90430-000, Porto Alegre ? Rio Grande do Sul Despacho/Citação 1. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita, com as advertências do art. 4º, § 1º da Lei nº 1.060/50. 2. Advirto ao Sr. Oficial de Justiça que a citação deverá ser realizada com ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 20 DIAS da audiência (art. 334, CPC). 3. Reservo-me para apreciar o pedido de tutela provisória de urgência em audiência. 4. Com a adoção do rito comum, designo audiência de conciliação para02/08/2019, às 08:30 horas. Cite-se o requerido para comparecer à audiência e, para, não havendo acordo, contestar a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, que será contado a partir da data da audiência (art. 335, CPC), sob pena de caracterização de revelia nos termos as alegações de fato formuladas pelas autoras. 5. Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poder e dos artigos 344 e 345 do mesmo Código de Processual Civil, presumindo-se verdadeiras s para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados/defensores. 6. Senhor Diretor de Secretaria: .Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I ? havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II ? havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apre-sentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III ? em sendo formulada reconvenção com a contes-tação ou no seu prazo, deverá a parte

autora apresentar resposta à reconvenção). 7. Deve o Sr. Oficial de Justiça cumprir todas as normas para o efetivo cumprimento da diligencia, inclusive, se for o caso, quanto à citação por hora certa que independe de autorização do juízo, nos termos do art. 252 do CPC, in verbis ?Quando, por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia útil imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar?.Intimem-se. SERVE UMA VIA DO PRESENTE COMO MANDADO. Santarém, 03/06/2019. COSME FERREIRA NETOJuiz de Direito

Número do processo: 0803217-34.2019.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: L. E. D. O. M. Participação: REQUERIDO Nome: E. M. D. O.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ ? COMARCA DE SANTARÉMSALA DE AUDIÊNCIAS DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL TERMO DE AUDIÊNCIA Processo nº 0803217-34.2019.8.14.0051Ação: AlimentosRequerente: L.E.O.M., menor representada por sua genitora Joene de Oliveira PintoRequerido: Elywilson Martins de Oliveira Horário: 10h20minAos vinte e sete (27) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019) às 11h34min., nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, no Prédio do Fórum local, na sala de audiências da 4ª Vara Cível. Presente o MM. Juiz de DireitoDr. Cosme Ferreira Neto, Juiz Titular da 4ª Vara Cível desta Comarca de Santarém, comigo estagiária a seu cargo adiante assinado. FEITO O PREGÃO DE PRAXE: Ausentes as partes.Presenteo Ministério Público, na pessoa do dr. Raimundo Brasil. Aberta audiência, a autora desistiu da ação, conforme petição de fls. 26/27. Parecer Ministerial:O Ministério Público não se opõe à desistência. SENTENÇA:Vistos, etc.Homologoo pedido de desistência, a fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o processo sem resolução de mérito nos termos do artigo 485, VIII do CPC. Sem custas. Sentença publicada em audiência. Partes intimadas. Nada mais foi dito, do que lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, segue adiante devidamente assinado. Eu, _____ (Miranda Pimentel, estagiária), digitei e Eu, _____ (Grace Patrícia Neves Henrique Monteiro), subscrevi.

Número do processo: 0805891-82.2019.8.14.0051 Participação: AUTOR Nome: FABIO GHASSAN REGO HOSN Participação: ADVOGADO Nome: LIZANDRA DE MATOS PANTOJAOAB: 1331 Participação: RÉU Nome: CENTRO BRASILEIRO DE PESQUISA EM AVALIACAO E SELECAO E DE PROMOCAO DE EVENTOS - CEBRASPETribunal de Justiça do ParáCOMARCA DE SANTARÉMGABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALProcesso n° 0805891-82.2019.8.14.0051Ação: Indenização por danos morais e materiaisRequerente: Fábio Ghassan Rego Hosn (Adv. Lizandra de Matos Pantoja, OAB/PA 11331)Requerido: Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de EventosEndereço: UnB Gleba A - Asa Norte, Brasília - DF, Cep 70910-900 ? Brasília ? Distrito Federal Despacho/Citação 1. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita, com as advertências do art. 4º, § 1º da Lei nº 1.060/50. 2. Advirto ao Sr. Oficial de Justiça que a citação deverá ser realizada com ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 20 DIAS da audiência (art. 334, CPC). 3. Com a adoção do rito comum, designo audiência de conciliação para19/08/2019, às 09:00 horas. Cite-se o requerido para comparecer à audiência e, para, não havendo acordo, contestar a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, que será contado a partir da data da audiência (art. 335, CPC), sob pena de caracterização de revelia nos termos as alegações de fato formuladas pelas autoras. 4. Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poder e dos artigos 344 e 345 do mesmo Código de Processual Civil, presumindo-se verdadeiras s para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados/defensores. 5. Senhor Diretor de Secretaria: .Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I ? havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II ? havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apre-sentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III ? em sendo formulada reconvenção com a contes-tação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). 6. Deve o Sr. Oficial de Justiça cumprir todas as normas para o efetivo cumprimento da diligencia, inclusive, se for o caso, quanto à citação por hora certa que

independe de autorização do juízo, nos termos do art. 252 do CPC, in verbis ?Quando, por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia útil imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar?.Intimem-se. SERVE UMA VIA DO PRESENTE COMO MANDADO. Santarém, 14/06/2019. COSME FERREIRA NETOJuiz de Direito

Número do processo: 0805347-94.2019.8.14.0051 Participação: EXEQUENTE Nome: COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS NORTE MATO-GROSSENSE - SICREDI NORTE MT Participação: ADVOGADO Nome: EDUARDO ALVES MARCALOAB: 311/OMT Participação: EXECUTADO Nome: J R DE VASCONCELOS & CIA LTDA - ME Participação: EXECUTADO Nome: JONATHAS ROCHA DE VASCONCELOS Participação: EXECUTADO Nome: ANA MARIA ROCHA DE VASCONCELOSTribunal de Justiça do ParáCOMARCA DE SANTARÉMGABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALProcesso nº 0805347-94.2019.8.14.0051Ação: Execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicialExequente: Cooperativa de Crédito, Poupança e Investimento do Norte Mato-Grossense ? Sicredi Norte MT/PA (Adv. Eduardo Alves Marçal, OABMT nº 13.311) Executada:J R de Vasconcelos & Cia Ltda. MEEndereço: Rua Vinte e Quatro de Outubro, nº 3718, bairro Sale, Cep 68035-088, Santarém ? Pará Executado: Jonathas Rocha de VasconcelosEndereço: Rua da Salvação, nº 110, Cep 68035-088, Santarém ? Pará (Tel.: 93 99129-0796) Executada: Ana Maria Rocha de VasconceloEndereço: Rua Salvação, nº 34, bairro Liberdade, Cep 68035-088, Santarém - Pará DESPACHO / CARTA / MANDADO 1. Custas recolhidas. 2- Cite(m)-se o(s) devedor(es) para pagar(em) no prazo de 03 (três) dias (art. 829 do C.P.C.), sob pena de ser(em) penhorados tantos bens quantos bastem para o pagamento do principal atualizado, juros, custas e honorários advocatícios (art. 831 do C.P.C.), desde já, determino ao Senhor Oficial de Justiça, que caso não seja realizado o pagamento no prazo indicado que proceda de imediato à penhora de bens e sua avaliação observando que o valor deverá ser o suficiente para pagamento do principal atualizado, juros, custas e honorários advocatícios, lavrando-se o respectivo auto de tais atos e intimando na mesma oportunidade o(s) executado(s); 3- Designo audiência de ( ) mediação ou (x) conciliação para19/08/2019, às 08:30 horas,a ser realizado nasala de audiência da 4ª Vara Cível e Empresarial, com endereço no Fórum de Santarém. 4-Fica o executado ciente do seguinte: a) No caso de pronto pagamento no prazo de três dias, a verba honorária será reduzida pela metade (artigo 827, parágrafo primeiro); b) A penhora poderá ser substituída por fiança bancária ou seguro garantia judicial, em valor não inferior ao do débito constante 30% (trinta por cento), nos termos do art. 916 CPC; c) Poderá, independentemente de penhora, depósito ou caução, opor-se à execução por meio de embargos (artigo 914, C.P.C.); d) Os embargos deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do mandado de citação ou da comunicação expedida pelo Juízo deprecado informando a sua citação em conformidade com o artigo 738 e parágrafos do Código de Processo Civil; e) Aos embargos do executado não se aplica o disposto no artigo 229 do Código de Processo Civil; f) Os embargos do devedor não terão, em regra, efeito suspensivo (artigo 919 do C.P.C.), h) Poderá a requerimento do(s) embargante(s) ser atribuído efeito suspensivo aos embargos, quando relevantes seus fundamentos, o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao(s) executado(s) grave dano de difícil ou incerta reparação, e desde que a execução já esteja garantida por penhora, depósito ou caução suficientes; i) Por fim, mencione-se no mandado que no prazo dos embargos, poderá(ão) o(s) executado(s) ao reconhecer(em) o crédito do exeqüente e comprovar o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários de advogado, requerer(em) seja admitido a ele(s) pagar(em) o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um) por cento ao mês, nos termos do art. 916 CPC. 5-Senhor(a) Oficial(a) de Justiça:a- Além disso, quando evidente que o produto da execução dos bens encontrados será totalmente absorvido pelo pagamento das custas da execução e quando não forem encontrados quaisquer bens passíveis de penhora, deverá descrever na certidão a ser lavrada todos os bens que guarnecem a residência ou o estabelecimento do devedor (art. 863, §1º, C.P.C.).6-Senhor(a) Diretor(a) de Secretaria:a- Em sendo efetuado o pagamento, intime-se de imediato o(s) exequente(s) para se manifestar(em) sobre o valor depositado; b- Vindo petição de nomeação de bens a penhora, salvo se efetuado depósito em dinheiro, intime-se de imediato o exequente para se manifestar sobre ela; c- Em sendo efetuado o depósito em dinheiro, para garantia do Juízo, lavre-se o respectivo termo de depósito (art. 528 §8º do C.P.C.), sendo de imediato efetuado o depósito judicial em conformidade com as normas da Douta Corregedoria Geral de Justiça. d- Havendo mais de um devedor, deverá ser expedido um

mandado de citação para cada, salvo se forem cônjuges quando será expedido um único mandado, tendo em vista que o prazo para apresentação de embargos será contado a partir da juntada aos autos do respectivo mandado citatório (artigo 914, §1º, C.P.C). e- Caso a citação do(s) executado(s) deva ser realizada por carta precatória, mencione no instrumento, que uma vez realizada a citação naquele Juízo, o referido órgão judicial deverá de imediato enviar a esse Juízo Deprecante comunicação informando a concretização da citação, podendo inclusive utilizar de fac-símile e de meios eletrônicos, pois o prazo para embargos em conformidade com o artigo 915 §4°, do Código de Processo Civil se iniciará a partir da juntada aos autos de mencionada comunicação. f - Em sendo apresentados embargos pelo(s) executado(s), apensem-se os autos a essa execução, certifique-se a tempestividade ou não de mencionada ação incidental e em seguida faça imediatamente ambos os feitos conclusos, para análise do recebimento dos embargos em conformidade com o artigo 914 e seguintes do Código de Processo Civil.SERVE UMA VIA DO PRESENTE COMO CARTA / MANDADO. Santarém, 13/06/2019. COSME FERREIRA NETOJuiz de Direito

Número do processo: 0801418-53.2019.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: C. N. Participação: ADVOGADO Nome: CARLA CAROLINNE CIOFFI DE ASSUNCAOOAB: 25480/PA Participação: REQUERIDO Nome: D. A. C. M.Processo nº 0801418-53.2019.8.14.0051Ação: GuardaRequerente: Cidnei Nunes (Adv. Carla Caroline Cioffi de Assunção, OAB/PA 25.480)Requerida: Drisane Adya Campos Monteiro HORÁRIO: 11H10MIN.Aos quatorze (14) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezenove (2019), às 10h45min, nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, no Prédio do Fórum local, na sala de audiências da 4ª Vara Cível. Presente o MM. Juiz de Direito,Dr. Cosme Ferreira Neto, Juiz de Direito titular da 4ª Vara Cível e Empresarial desta Comarca de Santarém, comigo estagiária a seu cargo adiante assinado. FEITO O PREGÃO DE PRAXE:Presenteo requerente,acompanhadode sua Advogada, Dra.Carla Caroline Cioffi de Assunção, OAB/PA 25.480.Ausentea requerida.PresenteoMinistério Público, na pessoa do Dr. Raimundo Brasil. Aberta a audiência:o autor se compromete em informar o atual endereço da ré no prazo de 15 dias. Deliberação em Audiência: redesigno audiência para odia 20/08/2019 às 10:30 horas. Cite-se a ré no endereço a ser informado conforme acima. Fica o autor e sua Advogada pessoalmente ciente de que, não havendo manifestação no citado prazo, o processo será extinto por falta de interesse. Nada mais foi dito, do que lavrei o presente termo que, lido e achado conforme, segue adiante devidamente assinado. Eu, _____ (Cibele Lacerda, estagiaria), digitei e Eu, _____ (Grace Patrícia Neves Henrique Monteiro), subscrevi.

Número do processo: 0805245-72.2019.8.14.0051 Participação: AUTOR Nome: GERVASIO VIEIRA DE MELLO Participação: ADVOGADO Nome: FABIO IGOR CORREA LOPESOAB: 22998/PA Participação: ADVOGADO Nome: ALEX FERNANDES DA SILVAOAB: 17429/MS Participação: RÉU Nome: BANCO BMG SA Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETOOAB: 23255/PETribunal de Justiça do ParáCOMARCA DE SANTARÉMGABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALProcesso n° 0805245-72.2019.8.14.0051Ação: Declaratória de nulidade de empréstimo consignado cumulado com repetição de indébito e danos moraisRequerente: Gervásio Vieira de Melo (Adv. Alex Fernandes da Silva, OAB/PA nº 28.623-A / Josiane Alvarenga Nogueira, OAB/MS nº 17.288 / Fabio Igor Corrêa Lopes, OAB/PA nº 22.998)Requerido: Banco BMG S/AEndereço: Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1830, andares: 10, 11, 13, 14, blocos 01, 02, salas 101, 102, 112, 131 e 141, bairro Vila Nova Conceição, Cep 04543-000, São Paulo - SP Despacho/Citação 1. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita, com as advertências do art. 4º, § 1º da Lei nº 1.060/50. 2. Advirto ao Sr. Oficial de Justiça que a citação deverá ser realizada com ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 20 DIAS da audiência (art. 334, CPC). 3. Com a adoção do rito comum, designo audiência de conciliação para02/08/2019, às 09:00 horas. Cite-se o requerido para comparecer à audiência e, para, não havendo acordo, contestar a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias, que será contado a partir da data da audiência (art. 335, CPC), sob pena de caracterização de revelia nos termos as alegações de fato formuladas pelas autoras. 4. Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poder e dos artigos 344 e 345 do mesmo Código de Processual Civil, presumindo-se verdadeiras s para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar

acompanhadas de seus advogados/defensores. 5. Senhor Diretor de Secretaria: .Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I ? havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II ? havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apre-sentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III ? em sendo formulada reconvenção com a contes-tação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). 6. Deve o Sr. Oficial de Justiça cumprir todas as normas para o efetivo cumprimento da diligencia, inclusive, se for o caso, quanto à citação por hora certa que independe de autorização do juízo, nos termos do art. 252 do CPC, in verbis ?Quando, por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia útil imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar?.Intimem-se. SERVE UMA VIA DO PRESENTE COMO MANDADO. Santarém, 03/06/2019. COSME FERREIRA NETOJuiz de Direito

Número do processo: 0809623-08.2018.8.14.0051 Participação: AUTOR Nome: Ministério Público do Estado do Pará Participação: RÉU Nome: WELLINGTON FELIPE IMBIRIBA CARDOSOProcesso nº 0809623-08.2018.8.14.0051Ação: Investigação de paternidade c/c alimentosRequerente: O Ministério Público do Estado, na qualidade de substituto processual da menor M.S.S.D.S., filha de Emelly Pricila Sousa dos Santos (Adv. Thiago Alexandre Carneiro da Silva, OAB/PA n° 25.817)Requerido: Wellington Felipe Imbiriba CardosoCERTIDÃO DE ATO ORDINATÓRIODe ordem do MM. Juiz da 4ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Santarém, fica o advogado da parte autora intimado do inteiro teor da sentença proferida na audiência realizada em 27/06/2019.Santarém, 28/06/2019.Sebastião José Fernandes Soares FilhoAnalista JudiciárioDe Ordem do MM. Juiz da 4ª Vara Cível e Empresarial - Portaria nº 002/2009

Número do processo: 0805821-65.2019.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: L. F. P. Participação: ADVOGADO Nome: ANDERSON DE JESUS LOBATO DA COSTAOAB: 24262/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDERSON MOTA PEREIRAOAB: 26036/PA Participação: ADVOGADO Nome: WESLLEY RAFAEL CAVALCANTE DIASOAB: 25320/PA Participação: REQUERIDO Nome: M. D. O. C.Tribunal de Justiça do ParáCOMARCA DE SANTARÉMGABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALProcesso nº0805821-65.2019.8.14.0051Ação: Guarda c/c alimentos e regulamentação de visitas com pedido de tutela provisória de urgênciaRequerentes: L.M.P.C. e Outros, menores representados por sua genitora Lucélia Pedroso Campos (Adv. Anderson de Jesus Lobato da Costa, OAB/PA 24.262 / Anderson Mota Pereira, OAB/PA 26 036)Requerido: Markus Diego Oliveira CamposEndereço: X Comando de Policiamento Regional da Policia Militar em Itaituba·Polícia Estadual s/n, Av. Dr. Hugo de Mendonça, Cep 68180-010 e 15ºBatalhão de Polícia Militar, Departamento de polícia em Itaituba 851, Rod. Transamazônica, 709, Itaituba?Pará Despacho / Mandado 1. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. 2. Advirto ao Sr. Oficial de Justiça que a citação deverá ser realizada com ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 15 DIAS da data da audiência (art. 695 § 2º, CPC). 3- Arbitro alimentos provisórios em favor dos menoresL.M.P.C, L.P.P.C e L.M.P.Cem 30% (trinta por cento) dos rendimentos brutos do requerido, excluídos os descontos legis obrigatórios, a ser depositado como requerido, até o quinto dia de cada mês. Oficie-se a fonte empregadora, se for o caso. 4- Designo audiência de (x) conciliação para16/08/2019,às 09:30 horas, a ser realizado nasala de audiência da 4ªVara Cível e Empresarial, com endereço no Fórum de Santarém. Cite-se o requerido para comparecer a audiência designada e, para, não havendo acordo, contestar a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, que será contado a partir da data da audiência (art. 335, CPC), sob pena de caracterização de revelia nos termos dos artigos 344 e 345 do mesmo Código de Processual Civil, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora. 5. Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados/defensores. 6.Senhor Diretor de Secretaria: 1. O Mandado de citação deve ser encaminhado a central de mandados desacompanhado de contrafé (art. 695 § 1º CPC), assegurado ao réu o direito de examinar os autos a

qualquer tempo; 2. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I ? havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II ? havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apre-sentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III ? em sendo formulada reconvenção com a contes-tação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). 7.Deve o Sr. Oficial de Justiçacumprir todas as normas para o efetivo cumprimento da diligencia, inclusive, se for o caso, quanto à citação por hora certa que independe de autorização do juízo, nos termos do art. 252 do CPC, in verbis ? Quando, por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia útil imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar?. Intimem-se. SERVE UMA VIA DO PRESENTE COMO MANDADO. Santarém, 13/06/2019. COSME FERREIRA NETOJuiz de Direito

Número do processo: 0805821-65.2019.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: L. F. P. Participação: ADVOGADO Nome: ANDERSON DE JESUS LOBATO DA COSTAOAB: 24262/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDERSON MOTA PEREIRAOAB: 26036/PA Participação: ADVOGADO Nome: WESLLEY RAFAEL CAVALCANTE DIASOAB: 25320/PA Participação: REQUERIDO Nome: M. D. O. C.Tribunal de Justiça do ParáCOMARCA DE SANTARÉMGABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALProcesso nº0805821-65.2019.8.14.0051Ação: Guarda c/c alimentos e regulamentação de visitas com pedido de tutela provisória de urgênciaRequerentes: L.M.P.C. e Outros, menores representados por sua genitora Lucélia Pedroso Campos (Adv. Anderson de Jesus Lobato da Costa, OAB/PA 24.262 / Anderson Mota Pereira, OAB/PA 26 036)Requerido: Markus Diego Oliveira CamposEndereço: X Comando de Policiamento Regional da Policia Militar em Itaituba·Polícia Estadual s/n, Av. Dr. Hugo de Mendonça, Cep 68180-010 e 15ºBatalhão de Polícia Militar, Departamento de polícia em Itaituba 851, Rod. Transamazônica, 709, Itaituba?Pará Despacho / Mandado 1. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. 2. Advirto ao Sr. Oficial de Justiça que a citação deverá ser realizada com ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 15 DIAS da data da audiência (art. 695 § 2º, CPC). 3- Arbitro alimentos provisórios em favor dos menoresL.M.P.C, L.P.P.C e L.M.P.Cem 30% (trinta por cento) dos rendimentos brutos do requerido, excluídos os descontos legis obrigatórios, a ser depositado como requerido, até o quinto dia de cada mês. Oficie-se a fonte empregadora, se for o caso. 4- Designo audiência de (x) conciliação para16/08/2019,às 09:30 horas, a ser realizado nasala de audiência da 4ªVara Cível e Empresarial, com endereço no Fórum de Santarém. Cite-se o requerido para comparecer a audiência designada e, para, não havendo acordo, contestar a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, que será contado a partir da data da audiência (art. 335, CPC), sob pena de caracterização de revelia nos termos dos artigos 344 e 345 do mesmo Código de Processual Civil, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora. 5. Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados/defensores. 6.Senhor Diretor de Secretaria: 1. O Mandado de citação deve ser encaminhado a central de mandados desacompanhado de contrafé (art. 695 § 1º CPC), assegurado ao réu o direito de examinar os autos a qualquer tempo; 2. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I ? havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II ? havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apre-sentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III ? em sendo formulada reconvenção com a contes-tação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). 7.Deve o Sr. Oficial de Justiçacumprir todas as normas para o efetivo cumprimento da diligencia, inclusive, se for o caso, quanto à citação por hora certa que independe de autorização do juízo, nos termos do art. 252 do CPC, in verbis ? Quando, por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia útil imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar?. Intimem-se. SERVE UMA VIA DO PRESENTE COMO MANDADO. Santarém, 13/06/2019. COSME FERREIRA NETOJuiz de Direito

Número do processo: 0805821-65.2019.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: L. F. P. Participação: ADVOGADO Nome: ANDERSON DE JESUS LOBATO DA COSTAOAB: 24262/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDERSON MOTA PEREIRAOAB: 26036/PA Participação: ADVOGADO Nome: WESLLEY RAFAEL CAVALCANTE DIASOAB: 25320/PA Participação: REQUERIDO Nome: M. D. O. C.Tribunal de Justiça do ParáCOMARCA DE SANTARÉMGABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALProcesso nº0805821-65.2019.8.14.0051Ação: Guarda c/c alimentos e regulamentação de visitas com pedido de tutela provisória de urgênciaRequerentes: L.M.P.C. e Outros, menores representados por sua genitora Lucélia Pedroso Campos (Adv. Anderson de Jesus Lobato da Costa, OAB/PA 24.262 / Anderson Mota Pereira, OAB/PA 26 036)Requerido: Markus Diego Oliveira CamposEndereço: X Comando de Policiamento Regional da Policia Militar em Itaituba·Polícia Estadual s/n, Av. Dr. Hugo de Mendonça, Cep 68180-010 e 15ºBatalhão de Polícia Militar, Departamento de polícia em Itaituba 851, Rod. Transamazônica, 709, Itaituba?Pará Despacho / Mandado 1. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. 2. Advirto ao Sr. Oficial de Justiça que a citação deverá ser realizada com ANTECEDÊNCIA MÍNIMA DE 15 DIAS da data da audiência (art. 695 § 2º, CPC). 3- Arbitro alimentos provisórios em favor dos menoresL.M.P.C, L.P.P.C e L.M.P.Cem 30% (trinta por cento) dos rendimentos brutos do requerido, excluídos os descontos legis obrigatórios, a ser depositado como requerido, até o quinto dia de cada mês. Oficie-se a fonte empregadora, se for o caso. 4- Designo audiência de (x) conciliação para16/08/2019,às 09:30 horas, a ser realizado nasala de audiência da 4ªVara Cível e Empresarial, com endereço no Fórum de Santarém. Cite-se o requerido para comparecer a audiência designada e, para, não havendo acordo, contestar a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, que será contado a partir da data da audiência (art. 335, CPC), sob pena de caracterização de revelia nos termos dos artigos 344 e 345 do mesmo Código de Processual Civil, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora. 5. Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados/defensores. 6.Senhor Diretor de Secretaria: 1. O Mandado de citação deve ser encaminhado a central de mandados desacompanhado de contrafé (art. 695 § 1º CPC), assegurado ao réu o direito de examinar os autos a qualquer tempo; 2. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I ? havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II ? havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apre-sentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III ? em sendo formulada reconvenção com a contes-tação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). 7.Deve o Sr. Oficial de Justiçacumprir todas as normas para o efetivo cumprimento da diligencia, inclusive, se for o caso, quanto à citação por hora certa que independe de autorização do juízo, nos termos do art. 252 do CPC, in verbis ? Quando, por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia útil imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar?. Intimem-se. SERVE UMA VIA DO PRESENTE COMO MANDADO. Santarém, 13/06/2019. COSME FERREIRA NETOJuiz de Direito

RESENHA DO GABINETE DA 4ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM

P R O C E S S O : 0 0 0 8 0 9 0 8 6 2 0 1 4 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): COSME FERREIRA NETO Ação: Cumprimento de sentença em: 01/07/2019---REQUERENTE:SIMÕES & DUARTE LTDA Representante(s): OAB 322489 - LUIS ANTONIO DE MELO GUERREIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:ITAU UNIBANCO SA REQUERIDO:ED FORT COMÉRCIO IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA. Processo nº 0008090-86.2014.814.0051 Ação: Indenização por dano moral e material com liminar de inexigibilidade de débito e cancelamento de protesto (fase de cumprimento de sentença) Requerente: Simões í Duarte Ltda. (Adv. Marcelo Domingues de Andrade, OAB/SP nº 214.138 / Kamila Aguiar da Silva, OAB/PA nº 19.864)

Requerido: Ed Fort Comércio Importadora e Exportadora Ltda. (Adv. Thaisa Roberta Vasconcelos Souza, OAB/PA nº 19.569) Despacho: R. h. 1. Determino o bloqueio de numerário via BACENJUD, aguardando-se o processo no gabinete até resposta do sistema e juntada dos comprovantes. 2. Não tendo ocorrido bloqueio de valores, fica o exequente intimado para a manifestação devida, no prazo de 10 dias, inclusive para indicação de bens do réu/executado passíveis de penhora, devendo em seguida ser expedido o mandado de penhora e avaliação, observando-se o recolhimento das custas, se a parte não for beneficiária de AJG. 3. Observe-se a sentença do incidente de desconsideração. Santarém, 14/06/2019. COSME FERREIRA NETO Juiz de Direito.

P R O C E S S O : 0 0 1 7 7 4 1 4 0 2 0 1 7 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: K. T. S.
Representante(s):
OAB 9282 - ROSALICE MARIA FERNANDES MONTEIRO CAMARA (ADVOGADO)
REQUERIDO: C. C. C. S.

processo n°. 0017741-40.2017.814.0051

aç¿o: alimentos

requerente: K.T.D.S. REP. POR SHIRLEY TAVARES DA SILVA

ADVOGADO: ROSALICE MARIA FERNANDES MONTEIRO CAMARA - SAJULBRA

requerido: C.C.C.D.S.

SENTENÇA

Vistos etc.

Trata-se de **Aç¿o de Alimentos,** em que as partes foram devidamente qualificados na inicial.

Assevera a representante do autor que este é fruto do relacionamento com o requerido e que, desde que se separaram, este jamais contribuiu para o sustento do filho, apesar da insistência da genitora junto ao requerido, que ignora as dificuldades pelas quais passam.

Aduz que, por insistência da avó paterna, o requerido chegou a contribuir com R$ 100,00 mensais, a partir de 2016, mas que tal contribuiç¿o n¿o é suficiente e que o réu está inadimplente há meses, n¿o vendo outra alternativa viável que n¿o seja o ajuizamento da presente demanda.

Juntou documentos de fls. 06/09.

O réu compareceu à audiência de conciliaç¿o de fl. 19, dando-se por citado.

Audiência de instruç¿o e julgamento à fl. 21. Foram ouvidas a autora e suas testemunhas.

À fl. 35, este juízo decretou a revelia do requerido.

Memoriais finais da autora às fls. 36/38.

O Ministério Público apresentou parecer às fls. 57/59.

Vieram os autos conclusos para decis¿o.

Eis o relato do essencial. Passo à fundamentaç¿o e decis¿o.

Estou por julgar procedente o pedido da autora.

Com efeito, trata-se de aç¿o de Alimentos ajuizada no ano de 2017, em que o autor, por meio de sua genitora, alega ter sido abandonado por seu pai, requerido na presente demanda, e que este, embora tenha condiç¿es, n¿o dá assistência material para seu sustento.

Comprovada está a filiaç¿o, conforme documento de fl. 08. Também ficou comprovada a necessidade de auxílio por conta da dificuldade financeira enfrentada pela genitora do adolescente, conforme depoimento de fl. 21, devendo, nesse caso, o requerido contribuir para a subsistência do filho do casal, como medida de justiça e de direito.

A autora requereu a fixaç¿o da obrigaç¿o alimentar no importe de 37,4% do salário mínimo. O requerido, por sua vez, ofereceu a proposta de 20% do salário mínimo, conforme audiência de fl. 19.

Compulsando os autos e analisando as alegaç¿es das partes, entendo por bem que a obrigaç¿o do requerido deve compatibilizar-se com a real possibilidade de contribuiç¿o, eis que n¿o se pode compelir o réu a arcar com responsabilidade para além de suas forças.

Nesse sentido, este juízo, que provisoriamente arbitrou alimentos no importe de 26,20% salário mínimo (fl. 21v), entende ser razoável a fixaç¿o dos alimentos definitivos no mesmo percentual, dadas as circunstâncias e por se tratar de um filho, ressaltando-se que o autor n¿o comprovou a renda mensal do réu, presumindo-se que perceba ao menos um salário mínimo, n¿o se podendo, todavia, ignorar o interesse superior do infante que dele depende para a subsistência.

Diante de todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido do autor, nos termos do art. 487, I, do CPC, condenando o réu ao pagamento de pens¿o alimentícia mensal à autora no importe de 26,20% do salário mínimo. Por consequência, julgo extinto o processo COM RESOLUÇ¿O DO MÉRITO.

Sem custas.

P.R.I.C.

Santarém, 10 de junho de 2019.

COSME FERREIRA NETO

Juiz de Direito

PROCESSO: 00056189820038140051 PROCESSO ANTIGO: 200310041592 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): COSME FERREIRA NETO Ação: Processo de Execução em: 27/06/2019---REQUERENTE:MIRASELVA MARIA SANTOS DE MIRANDA Representante(s): ROSA MADALENA MONTE MACAMBIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:RUBERVAL SOUSA ASSUNCAO Representante(s): WANDA RODRIGUES PINGARILHO VALOR (ADVOGADO) REQUERENTE:ROMULO GABRIEL MIRANDA ASSUNCAO. Processo nº 0005618-98.2003.8.14.0051 Ação: Execução de alimentos Exequente: R.G.M.D.A., menor representado por sua genitora Miraselva Maria Santos de Miranda (Adv. Idenilza Regina Siqueira Rufino, OAB/PA 8177) Requerido: Rubeval Sousa de Assunção (Adv. Wanda Rodrigues Pingarilho Lavor, OAB/PA 9829) Despacho: R. h. Tendo em vista fls. 61, fica a execução SUSPENSA pelo prazo de um ano (art. 921, III do CPC), durante o qual se suspenderá a prescrição (art. 921, §1º do CPC). A parte exequente deverá dar andamento ao processo, a exemplo de indicar bens do executado passíveis de penhora, recolher as custas das diligencias pendentes, etc. antes do encerramento do prazo de suspensão. Decorrido o prazo sem manifestação do exequente, dê-se baixa e arquive-se (art. 921, §2º do CPC). Intime-se. Santarém, 24/06/2019. COSME FERREIRA NETO Juiz de Direito.

PROCESSO: 00003182020038140051 PROCESSO ANTIGO: 200310002387 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): COSME FERREIRA NETO Ação: Processo de Execução em: 27/06/2019---ADVOGADO:ROSA MONTE AUTOR:MIRASELVA MARIA SANTOS DE MIRANDA AUTOR:ROMULO GABRIEL MIRANDA DE ASSUNCAO Representante(s): ROSA MONTE (ADVOGADO) REU:RUBERVAL SOUSA ASSUNCAO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA COMARCA DE SANTARÉM Processo n°. 0000318-20.2003.814.0051 ação: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS requerente: R.G.M.D.A. REP. POR MIRASELVA MARIA SANTOS DE MIRANDA advogado: ROSA MONTE MACAMBIRA / BENONES AGSOTINHO AMARAL requerido: RUBERVAL SOUSA ASSUNÇÃO SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de Ação de Execução de Alimentos, ajuizada por R.G.M.D.A., representado por MIRASELVA MARIA SANTOS DE MIRANDA, em face de RUBERVAL SOUSA ASSUNÇÃO, devidamente qualificados na inicial. Assevera que o executado foi condenado ao pagamento da pensão alimentícia no importe de 20% do salário mínimo por decisão judicial, mas se encontra inadimplente em relação aos alimentos desde agosto de 2002, razão pela qual ajuizou a presente execução. Não juntou documentos. O executado não foi citado, conforme certidões de fls. 10 e 30 dos autos. O exequente foi intimado para se manifestar sobre a não citação do réu à fl. 31, mas quedou inerte. A exequente foi intimada pessoalmente (fl. 56), para informar se ainda teria interesse no prosseguimento do feito, mas não apresentou manifestação, conforme certidão de fl. 57. Vieram os autos conclusos para decisão. Eis o relato do essencial. Passo à fundamentação e decisão. Estou por extinguir o processo sem resolução do mérito, por manifesta falta de interesse do autor no prosseguimento do feito. Com efeito, trata-se de ação de Execução de alimentos ajuizada no ano de 2003, em que a exequente não procedeu às diligências necessárias ao andamento do feito, estando o processo parado há bastante tempo por manifesta desídia da parte. Este juízo determinou, em abril de 2004 (fl. 31), que a exequente se manifestasse sobre a não citação do executado, mas se manteve inerte, pelo que foi intimada por sua advogada (fl. 32) e pessoalmente (fl. 56), porém, não houve qualquer manifestação, Assim, embora intimada por seu patrono e pessoalmente, até a presente data não procedeu a qualquer medida a fim de promover o andamento do processo, o que impede o prosseguimento do feito. Nesse sentido, preceitua o artigo 485 do Novo CPC: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; Diante de todo o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 485, III, do Novo CPC. Sem custas. P.R.I.C. Santarém, 24 de junho de 2019. COSME FERREIRA NETO Juiz de Direito

PROCESSO: 00014234520188140051 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): COSME FERREIRA NETO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:ASSOC DOS MORADORES E AGRIC EXTRATIVISTAS RURAIS EDUC DESP TUR CULT FOLC ECON SOCIAL DE PIQUIATUBA Representante(s): OAB 16169 - EMANUELE NASCIMENTO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:EMPRESA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A -CELPA. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA COMARCA DE SANTARÉM Processo n° 0001423-45.2018.8.14.0051 Ação: Indenização por danos materiais e morais Requerente: Associação dos Moradores e Agricultores Extrativistas Rurais, Educativa, Desportiva, Turística, Cultural, Folclórica, Econômica, Social de Piquiatuba (Adv. Emanuele Nascimento de Oliveira Sacramento, OAB/PA 16.169 / Sérgio Guedes Martins, OAB/PA nº 12.142 / Antônio Eder John de Sousa Coelho, OAB/PA nº 4572 / André Freire Azevedo, OAB/MG nº 150.626 - NPJ/UFOPA) Requerida: Centrais Elétricas do Pará S/A - Celpa (Adv. Líbia Soraya Pantoja Carneiro, OAB/PA nº 8.049 / Renan Vieira Felipe, OAB/PA nº 24.788) Despacho: R. h. 1. Em vista do pedido constante do item I da folha 189vº, defiro o levantamento do valor depositado às fls. 185/187, em favor da autora. Para tanto, expeça-se o competente alvará judicial, devendo o valor ser depositado na conta bancária informada às fls. 60 e 189vº. 2. Em vista do pedido de cumprimento de sentença referente à mora no cumprimento do acordo (Item II da folha 189vº), fica a requerida intimada para, nos termos do art. 523 do CPC, proceder, em 15 (quinze) dias, ao pagamento da quantia devida, ficando também ciente de que o não-pagamento da obrigação implicará no acréscimo de multa e honorários no percentual de 10% (dez por cento). Intimação via advogado (art. 513, § 2º, inciso I do CPC/2015). Santarém, 26/06/2019. COSME FERREIRA NETO Juiz de Direito.

SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE SANTARÉM

PROCESSO: 00048354720198140051 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO NOGUEIRA DE BRITO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/06/2019---DENUNCIADO:JONAS DA CONCEICAO PANTOJA DENUNCIADO:WILDSON CONCEICAO DA SILVA Representante(s): OAB 23523-A - AMIL ROBERTO MARINHO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:ABRAHAO PEREIRA DE ARAUJO. íProcesso n° 0004835-47.2019.8.14.0051 RÉU PRESO: CUMPRA-SE EM REGIME DE PLANTÃO. I ¿ Do recebimento da Denúncia e Da Citação do(a)(s) acusado(a)(s). 1 - Recebo a denúncia oferecida pelo Representante do Ministério Público, por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395, do mesmo diploma legal. 2 - Cite(m)-se o(s) acusado(s) para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando no mandado que poderá haver arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas (até o máximo de 5 para o procedimento comum sumário e 8 para o procedimento ordinário), qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 3 - Deverá constar no mandado de citação as seguintes advertências ao(s) acusado(s): a) em caso de procedência da acusação, a sentença poderá fixar valor mínimo à reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo(s) ofendido(s), cabendo ao(s) denunciado(s), querendo, apresentar manifestação (art. 387, IV, do CPP); b) que o ¿processo seguirá sem a presença do acusado que, citado ou intimado pessoalmente para qualquer ato, deixar de comparecer sem motivo justificado, ou, no caso de mudança de residência, não comunicar o novo endereço ao juízo¿ (art.367, do CPP);. 4 - Deverá constar no mandado de citação a advertência ao oficial de justiça para consultar o réu sobre suas condições econômicas para constituir advogado, informando-o que caso não as possua, atuará em sua defesa a Defensoria Pública, localizada na Av. Presidente Vargas, 2720, bairro Aparecida, Santarém, telefone 3529-2236/3529-2267, tudo certificado, inclusive eventual interesse do indigitado em ter a defesa patrocinada por aquela instituição. 5 - Não apresentada a resposta aos termos da acusação no prazo legal ou sendo o desejo do réu certificado pelo oficial de justiça, fica nomeado(a) o(a) defensor(a) público(a) vinculado(a) a esta vara para oferecê-la no prazo de 10 (dez) dias, concedendo-lhe vistas dos autos. 6 - Deverá o(a) Diretor(a) de Secretaria providenciar a juntada aos autos das certidões criminais de praxe. INDEFIRO as demais diligências as quais deverão ser requisitadas diretamente pelo Órgão Ministerial uma vez que detém atribuições legais para tanto (art. 26, inciso I, letra b, da Lei nº 8.625/1993 e art. 47 do CPP). Encaminhem-se os autos ao Órgão Ministerial para proceder à requisição dos laudos periciais, assim como as demais provas técnicas e informações que entender necessários. 7 - Após a resposta escrita aos termos da acusação ou, eventualmente, frustrada a citação do(a)s acusado(a)(s) em razão de sua não localização, retornem-se os autos conclusos. 9 - Serve cópia do presente despacho/decisão como mandado/ofício. II ¿ Da pré-pauta da audiência de instrução e julgamento(Precedentes: HC 112191 STF; HC 206962 STJ). 1 - Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 20/08/2019, às 11 horas e 00 minutos. 2 - Intime(m)-se o(s) réu(s), bem como, todas as testemunhas arroladas pela acusação e defesa. 3 - Expeça-se o necessário. 4 - Ciência ao Ministério Público e a Defesa. 5 - Serve cópia do presente despacho/decisão como mandado/ofício. 6 - Por se tratar de processo de réu preso circunstância que por si só exige do Poder Judiciário maior rapidez no trâmite processual sendo inclusive objeto constante de fiscalização/controle do cumprimento dos prazos das prisões cautelares/provisórias efetivada pela Corregedoria (provimento nº004/2007- CJCI e Ofício Circular 066/2013- CJCI) além da Recomendação nº24/2009 do CNJ, deve o mandado ser cumprido em caráter de plantão ante a necessidade de se dar resposta rápida e efetiva no caso em tela. III ¿ Do arquivamento do procedimento em relação ABRAHAO PEREIRA DE ARAUJO. Nos crimes de ação penal pública, pertence a opinio delicti ao órgão do Ministério Público, por ser o dominus litis. Incumbe ao magistrado tão-somente a fiscalização dessa atividade à luz dos princípios da obrigatoriedade e da legalidade. No caso em comento, o titular da ação penal deixou de denunciar o indiciado ABRAHAO PEREIRA DE ARAUJO. De fato, constata-se que o conjunto probatório colhido no inquérito policial efetivamente não autoriza a propositura da ação penal relativamente ao indigitado. Ante o exposto, determino o arquivamento dos autos de inquérito policial relativamente ao indiciado ABRAHAO PEREIRA DE ARAUJO, com fundamento e sem prejuízo do disposto no artigo 18, do Código de Processo Penal. P.R.I. Dê-se baixa no sistema. Retifique-se a capa do processo. Esta decisão não faz coisa julgada, podendo a Autoridade Policial proceder a novas pesquisas se de outras provas tiver notícias. Somente com a presença de outros elementos de convicção, em decorrência de prova nova, poderá o inquérito

policial ser desarquivado. Santarém, 18 de junho de 2019. Rômulo Nogueira de Brito Juiz de Direito titular da 2ª Vara Criminal Comarca de Santarém

P R O C E S S O : 0 0 0 3 2 7 0 4 8 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO NIGUEIRA DE BRITO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---DENUNCIADO:EMIVAL CORREA PEREIRA DENUNCIADO:DANIEL CARVALHO DA SILVA Representante(s): OAB 12841 - WALDECI COSTA DA SILVA (ADVOGADO) VITIMA:S. H. C. E. . Processo n°: 0003270-48.2019.8.14.0051 Denunciado: EMIVAL CORREA PEREIRA,DANIEL CARVALHO DA SILVA. 1 - Ante a inexistência de configuraç¿o de qualquer das hipóteses de absolviç¿o sumária que est¿o enumeradas no art. 397 do CPP, em que pese a(s) defesa(s) preliminar(es) constante nos autos, designo audiência de instruç¿o e julgamento para a data de 03/03/2020 às 11 horas e 00 minutos. 2 - Intime(m)-se/requisitem-se o(s) réu(s), bem como, todas as testemunhas arroladas pela acusaç¿o e defesa. 3 - Expeça-se o necessário. 4 - Ciência ao Ministério Público e a Defesa. 5 - Serve cópia do presente despacho/decis¿o como mandado/ofício. Santarém/PA, 10/06/2019. Rômulo Nogueira de Brito Juiz de Direito titular da 2ª Vara Criminal Comarca de Santarém

P R O C E S S O : 0 0 1 4 8 0 8 9 4 2 0 1 7 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ROMULO NIGUEIRA DE BRITO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---DENUNCIADO:GEOVANE MACHADO VITIMA:O. E. . EDITAL DE INTIMAÇ¿O PRAZO DE 60 DIAS Processo: 0014808-94.2017.814.0051 - Réu(s): GEOVANE MACHADO - Advogado - Defensoria Pública Estadual - Vítima: O.E. - ARTIGO: 33 DA LEI Nº 11343/2006 RÔMULO NOGUEIRA DE BRITO, MM. JUIZ DE DIREITO TITULAR DA 2ª VARA CRIMINAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇ¿ES LEGAIS, ETC... FAZ SABER, a todos que o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tomarem, que por este Juízo foi determinada a INTIMAÇ¿O POR EDITAL COM PRAZO DE 60 (SESSENTA DIAS) do ré(u):GEOVANE MACHADO, brasileiro, paraense, solteiro, nascido aos 19/04/1996, filho de Rosivani Machado, atualmente em LOCAL INCERTO E N¿O SABIDO, expede-se o presente Edital para que o réu(s) tome(m) ciência da r. sentença a seguir: Vistos etc. I - RELATÓRIO Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual em face do réu GEOVANE MACHADO, por conta do cometimento, em tese, do delito consignado no art. 33, caput da Lei n. 11.343/06. Segundo a peça acusatória, no dia 13/09/2017 Policiais Militares em trabalho ostensivo na cidade perceberam a movimentaç¿o do acusado, o abordaram e encontraram com o mesmo material entorpecente - cocaína, na quantidade de 8,99 gramas em 24 papelotes. Por isso, foi preso em flagrante. A pris¿o em flagrante foi convertida em pris¿o preventiva. A PRIS¿O FOI SUBSTITUÍDA POR MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS EM 18/12/2017. Recebimento de denúncia, Defesa Preliminar juntada e Audiência de instruç¿o e julgamento realizada. Colhidos memoriais orais, o MP pugnou pela DESCLASSIFICAÇ¿O DE TRÁFICO PARA O CRIME DE USO DE DROGAS, e a defesa a desclassificaç¿o da conduta para uso prevista na Lei n. 11.343/2006. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. II - FUNDAMENTAÇ¿O Pois bem, cuidam os presentes autos de aç¿o penal deflagrada contra o denunciado em epígrafe, o qual é acusado do crime de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes. Analisando as alegaç¿es formuladas pelas partes e fazendo a devida confrontaç¿o com o que dos autos consta, observo que deve prevalecer a argumentaç¿o formulada pelo Ministério Público. · DA MATERIALIDADE A materialidade do crime de tráfico ilícito de entorpecentes é incontestável, conforme o Laudo de Exame de constataç¿o de substância entorpecente juntada aos autos, referente à substância encontrada em poder do réu, vulgarmente conhecida como cocaína, estando relacionada na Lista de Substâncias Psicotrópicas (Lista F1), de uso proscrito no Brasil - vide documento juntado no IPL, NO TOTAL DE 08,99 GRAMAS, EM 24 papelotes. · DA AUTORIA Pois bem. Esse conjunto probatório apresenta-se insuficiente para fins de condenaç¿o do acusado pelo crime de tráfico de drogas, tipificado no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006, haja vista a quantidade ínfima da droga apreendida, além dos aspectos de prova instrutória, indicando o crime de uso de entorpecentes tipificado no art. 28 da Lei de Drogas. A quantidade de droga apreendida n¿o é elevada. As testemunhas arroladas na denúncia, policiais que participaram da operaç¿o, limitaram-se a referirse que o denunciado assumiu a propriedade da droga e passaram a referir acerca de outras operaç¿es que envolveram o denunciado. Neste particular, n¿o há qualquer elemento que indique o tráfico. Em nenhum momento foi declarado que havia qualquer elemento evidenciasse que o denunciado de alguma forma incorresse nos verbos núcleos do tipo descrito no art. 33 da 11.343/2006. Inexiste, portanto, prova robusta, contundente, a indicar que a droga seria, efetivamente, comercializada pelo acusado. Sendo assim, à

míngua de prova indubitável de terem os realizado qualquer das condutas típicas relacionadas na hipótese legal do art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, resta inviabilizada a condenaç¿o do réu por este crime. Todavia, confessado pelo denunciado o uso de substancias entorpecentes, a desclassificaç¿o desse delito para o capitulado no art. 28, da mesma lei é medida que se imp¿e. Posto isto, hei por bem DESCLASSIFICAR o crime tipificado no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06, atribuído ao acusado, para o art. 28, da mesma lei. DISPOSITIVO. Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a denúncia, declassifico a conduta tipificada na exordial acusatória e CONDENO GEOVANE MACHADO, como incurso no art. 28 da Lei 11.343/2006. Assim, passo a fixar a pena em observância aos artigos 59 e 68 do Código Penal. DO USO DE DROGAS a) culpabilidade: apresenta-se em grau normal; b) antecedentes: tecnicamente primário nos moldes da súmula 444 - STJ; c) sua conduta social: presumivelmente boa n¿o havendo elementos cabais para analisá-la; d) personalidade: com possibilidade de recuperaç¿o; e) dos motivos n¿o se evidenciam elementos além daqueles exigidos para o tipo penal; f) as circunstâncias n¿o pesam em desfavor do acusado, já que sua atitude durante e após a conduta criminosa n¿o revelou maior periculosidade ou insensibilidade; g) as consequências do uso de drogas s¿o graves, tendo em vista que exp¿em a risco a saúde pública, incentivam o tráfico que enriquece traficantes, mas s¿o próprias do tipo penal; h) n¿o há que se falar em comportamento da vítima. Em face das circunstâncias judiciais, aplico ao réu como medida educativa o comparecimento a palestras que tenham como objetivo conscientizaç¿o sobre uso de droga, pelo prazo de 01 (um) ano, na forma do artigo 28, inciso III, da Lei nº 11.343/2006, por entender ser esta pena adequada para a prevenç¿o e reprovaç¿o do delito, devido ao seu forte conteúdo pedagógico que obriga o infrator a tomar consciência das consequências do vício na relaç¿o pessoal e com a comunidade. Aplico ainda ao réu a prestaç¿o de serviços à comunidade, que será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenç¿o do consumo ou da recuperaç¿o de usuários e dependentes de drogas, pelo prazo de 05 (meses), a ser determinado pela Vara das Execuç¿es Penais. N¿o há circunstâncias atenuantes e agravantes, nem causas de diminuiç¿o e de aumento de pena a serem consideradas. DEMAIS DETERMINAÇ¿ES N¿o havendo vítima específica deixo de proceder na forma do art. 387, IV do CPP. Isento das custas processuais, defendido pela Defensoria Pública (art. 804 do CPP). Determino a autoridade policial que proceda a destruiç¿o por incineraç¿o da substância entorpecente apreendida, no prazo de trinta dias, na presença de representante do Ministério Público e da autoridade sanitária competente, lavrando-se auto circunstanciado, precedida de perícia no local da incineraç¿o e preservando-se amostras para eventual contraprova. Decreto o perdimento dos valores e bens apreendidos em poder do réu condenado, porquanto n¿o restaram demonstrada sua origem lícita. Após o trânsito em julgado: Determino seja o nome do réu lançado no rol dos culpados (art. 393, II do CPP e art. 5º, LVII da CF). Remeta-se ao juízo da execuç¿o penal desta Comarca documentaç¿o necessária à formaç¿o dos autos de execuç¿o criminal, obedecendo rigorosamente os termos da Resoluç¿o nº 113 do Conselho Nacional de Justiça, inclusive a guia para execuç¿o de penas e medidas n¿o privativas de liberdade em 05 (cinco) dias. Certificado pelo diretor de secretaria a ausência de recolhimento da pena de multa após o decurso do prazo de 10 (dez) dias a contar do trânsito em julgado da sentença condenatória, determino a extraç¿o de certid¿o da sentença - que deverá ser instruída com as seguintes peças: I - denúncia ou queixa-crime e respectivos aditamentos; II - sentença ou acórd¿o, com certid¿o do trânsito em julgado - e consequente encaminhamento em 05 (cinco) dias à Procuradoria Geral do Estado para fins de aplicaç¿o da legislaç¿o relativa à dívida ativa da Fazenda Pública, consoante Provimento nº 006/2008- CJCI e art. 51, do Código Penal. Autorizo o réu recorrer em liberdade. Proceda-se às anotaç¿es e comunicaç¿es de estilo (Cartório Eleitoral e Instituto de Identificaç¿o). Dê-se Baixa. Arquive-se. Sentença Publicada em audiência. Presentes intimados. Cumpra-se. Expedientes necessários. ROMULO NOGUEIRA DE BRITO Juiz De Direito Titular da 2ª vara da Comarca de Santarém - PA 3- Expedientes necessários. Todos os presentes intimados. Cumpra-se. Nada mais havendo, determinou o MM. Juiz o encerramento da presente ata de audiência. Do que eu, (Aila Campos), estagiária, lavrei a presente que vai devidamente assinada pelos presentes. Juiz de direito: Promotor de Justiça: Defensora Pública: Dado e passado nesta cidade de Santarém, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, Secretaria da 2ª Vara Criminal, aos 18 de junho de 2019. Eu, Getúlio José Lemos Neves, Analista Judiciário da 2ª Vara Criminal, digitei e subscrevo. RÔMULO NOGUEIRA DE BRITO Juiz de Direito titular da 2ª Vara Criminal

SECRETARIA DA 6ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE SANTARÉM

Número do processo: 0805921-20.2019.8.14.0051 Participação: AUTOR Nome: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA Participação: RÉU Nome: ATEM'S DISTRIBUIDORA DE PETROLEO S.A. Participação: ADVOGADO Nome: MEUBA CRISTINA DE MIRANDA FREIREOAB: 20731/PA Participação: ADVOGADO Nome: RAIMUNDO NONATO SOUSA CASTROOAB: 3829/AM Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE SANTARÉM6ªVARA CÍVEL DE SANTARÉM PROCESSO Nº 0001408-76.2018.8.14.0051AÇO CIVIL PÚBLICA REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ REQUERIDOS: ESTADO DO PARÁ e ATEM?S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A, Pessoa Jurídica de Direito Privado, Inscrita no CNPJ/MF sob Nº 03.987.364/0001-03, localizada na Rua Transmaicá, S/Nº, Bairro Área Verde, CEP 68.000-001, neste Município de Santarém/PA e/ou na Rua Pajura, Nº 103, Vila Buruti, Município de Manaus/AM DECISÃO/MANDADO Cuida-se de Ação Civil Pública proposta peloMINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ,em desfavordeESTADO DO PARÁ e ATEM?S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/A, qualificados nos autos, aduzindo, em apertada síntese, que a segunda requerida estaria executando atividade de instalação portuária na Praia dos Ossos, lago do Maicá, Bairro Verde, Santarém/PA, e, após vistoria realizada pela SEMMA Municipal, na qual pôde se constatar que a área alagada para a construção portuária é de aproximadamente 400 metros de extensão da Rua Transmaicá até a Praia dos Ossos, encaminhou-se o assunto à SEMAS/PA Estadual, dado a competência administrativa enxergada, que, por sua vez, emitiu Licença de Instalação nº 2903/2019, expedida em 21/02/2019 e válida até 21/02/2022. Na inicial, assevera que a segunda requerida não realizou prévio estudo de impacto ambiental ? EIA/RIMA ? sendo este o cerne da contenda ?, o que motivou a parte autora a requerer, por ofício à SEMAS/PA, ainda não respondido, cópia integral do Licenciamento Ambiental da atividade. Liminarmente, requer: 1. A Pessoa Jurídica ATEM?S DISTRIBUIDORA DE PETRÓLEO S/Anão continuar a Atividade de Instalação Portuária dentro ou fora do Porto Organizado e Terminal de Uso Privado, na área localizada na Rua Transmaicá, S/Nº, Bairro Área Verde, neste Município de Santarém/PAaté a decisão de méritoa respeito dos Pedidos Principais, sob pena de multa diária a ser fixada por V. Exa., conforme o Artigo 3º e Artigo 11, ambos da Lei Nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), e a ser destinada ao Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, conforme o Artigo 14, VII, da Lei Municipal Nº 18.514, de 14/12/2010; e 2. O Estado do Pará Suspender os efeitos da Licença de Instalação ? LI Nº 2903/2019 e todas e quaisquer outras Licenças/Autorizações/Permissões para a referida Atividade e Suspender o Processo de Licenciamento Ambiental para a referida Atividade, até a decisão de méritoa respeito dos Pedidos Principais, sob pena de multa diária a ser fixada por V. Exa., conforme o Artigo 3º e Artigo 11, ambos da Lei Nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), e a ser destinada ao Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, conforme o Artigo 14, VII, da Lei Municipal Nº 18.514, de 14/12/2010.. Acostou os documentos Ids. nº 11011972. Despacho inicial Id. nº 11070934, conferindo o prazo de 72h para ciência da ação. Manifestação da segunda requerida Id. 11264041, acompanhada de documentos. É o relatório. Decido. Após análise dos autos, não vislumbro presentes um dos requisitos autorizadores do deferimento da tutela de urgência, prevista no art. 300 do CPC, qual seja, a probabilidade do direito vindicado, senão vejamos. O cerne da argumentação do Ministério Público repousa na ausência prévia do EIA/RIMA para o licenciamento deferido pela SEMAS/PA, a despeito da necessidade, por ele afirmada, para o empreendimento. Importante se faz, nesse primeiro momento, tecer alguns comentários sobre alguns princípios, atinentes à matéria, atrelados ao licenciamento ambiental, um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente. Pois bem. A Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei 6.938/81, prevê o licenciamento ambiental como um de seus instrumentos (art. 9º, IV). Trata-se de procedimento administrativo por meio do qual o órgão ambiental competente autoriza a instalação, localização, ampliação e operação de empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, considerados potencialmente poluidores ou possivelmente causadores de degradação ambiental, cuja natureza é essencialmente preventiva. Considerando que o danos ambientais são, via de regra, irreversíveis, ou de difícil reversibilidade, e de grande impacto, não apenas na sociedade atual, mas também nas gerações futuras, a importância do licenciamento ambiental deriva da constatação de que é mais válido prevenir a degradação ao meio ambiente do que tentar reverter o dano já causado. A preocupação com a prevenção funda-se, também, no reconhecimento constitucional do direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para demonstrar a importância do licenciamento ambiental vale citar alguns dos seus princípios norteadores. O princípio da prevenção é um deles; sua razão de ser está na necessidade de agir antecipadamente, de forma a evitar a incidência de um dano ambiental. Outro princípio, dotado também de

orientação preventiva, é o da precaução. Este defende que a falta de certeza científica sobre a ocorrência de um dano ambiental não pode ser utilizada como argumento para relevar ao segundo plano a adoção de medidas preventivas e a preocupação com o meio ambiente. A ideia central deste princípio é evitar que a dúvida sobre as consequências ambientais de determinada atividade permita sua realização e, logo, cause dano ambiental. A incerteza científica quanto à superveniência do dano não justifica o início da atividade sem os devidos e prévios cuidados ambientais (in dubio pro ambiente). O princípio da supremacia do interesse público, também rege a defesa do meio ambiente. Ele informa que o interesse da coletividade na manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado sobrepõe-se ao interesse do particular. Outro princípio encontradiço no arcabouço normativo ambiental e de grande relevância para o ordenamento jurídico nas questões relativas à proteção do meio ambiente é o daavaliação prévia dos impactos ambientais. Pelo qual, segundo Álvaro Luiz Valery Mirra, as avaliações de impactos ambientais são um mecanismo de planejamento, na medida em que insere a obrigação de levar em consideração o meio ambiente antes da realização de atividades e antes da tomada de decisões que possam ter algum tipo de influência na qualidade ambiental. Tal princípio teve origem legislativa no art. 10, §3º, da Lei 6.803/80, quando este pôs em evidência a necessidade da avaliação (prévia) do impacto ambiental, além de estudos normalmente exigíveis para o zoneamento urbano, dos empreendimentos industriais. A Resolução CONAMA 001/86 regulamentou o assunto e inovou ao estabelecer queo licenciamento ambiental de determinadas atividades, definidas posteriormente como potencialmente causadoras de significativa degradação ambiental (art. 225, §1º, IV CF/88), deve ser precedido da realização do Estudo Prévio de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), como será analisado adiante. O princípio da defesa do meio ambiente ecologicamente equilibrado, com previsão constitucional no art. 170, IV, deve ser observado no licenciamento ambiental. Este princípio fica em evidência em especial nos casos que tratam do confronto entre a manutenção do meio ambiente ecologicamente equilibrado e a necessidade do desenvolvimento econômico. Nesse embate, o licenciamento ambiental tenta fazer com que o empreendedor possa exercer sua atividade levando em consideração a necessidade de proteger o meio ambiente, tentando minimizar a ocorrência de danos. Veja-se de que forma a questão foi tratada em alguns importantes julgados. Quanto a natureza da licença ambiental, na realidade, em meu entender, é um atosui generis. Sua natureza jurídica não pode ser definida como uma licença, já que não se trata de um ato definitivo, podendo de fato ser revogada, caso a atividade passe a significar um ato lesivo ao meio ambiente. A complexidade ambiental não permite que a atividade de concessão da licença se trate de uma simples verificação de cumprimento, por parte do empreendedor, de requisitos precisos e pré-estabelecidos. Pelo contrário, os ônus e bônus devem ser avaliados pelo órgão ambiental competente de acordo com cada caso concreto. Da mesma forma, a licença ambiental não deve ser compreendida como uma simples autorização, por meio da qual a Administração Pública apenas analisa a conveniência e oportunidade do empreendimento em relação ao meio ambiente. No AgRg na Suspensão de Liminar 96-AM,25 o Ministro Edson Vidigal considerou que: a licença ambiental, ao contrário do seu paradigma tradicional do Direito Administrativo, não gera direito à preservação da situação vigente à época de sua concessão. Vale dizer, não possui carga de definitividade, estando sujeita a prazos de validade, e ainda, a revisão por interesse relevante ligado à proteção do meio ambiente ou da saúde pública (Lei n. 6.938/81, arts. 9º, IV, e 10, §1º, e Resolução CONAMA n. 237/97, art.19). Pode-se afirmar, portanto, que o licenciamento ambiental está sujeito ao princípiorebus sic stantibus, podendo haver alteração, cassação ou invalidação da licença, em caso de modificação das condições originais que o ensejaram ou de constatação de incompatibilidade com o regramento invocado como supedâneo para o seu deferimento. Com efeito, o EIA está previsto no art. 225, §1º, IV, da CF/88 e deve ser realizado previamente à implantação de atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambienta. O conceito de degradação significativa é indeterminado, já que não há definição legal prévia do que é considerado como significativo.Por isso, a avaliação deve ser casuística. Segundo Paulo Affonso Leme Machado, o EIA, conforme estatui o art. 225, §1º, IV da CF, é o instrumento único da análise da degradação potencial e significativa do meio ambiente, decorrente do exercício de atividades ou da instalação de obras. Não se pode contornar o caminho que a Constituição Federal traçou, com grande senso de estratégia ambiental. Não é um formalismo escravizador, pelo contrário, é o uso da forma como garantia do exercício da liberdade de viver num ambiente sadio e de harmonia entre os seres. Este estudo é uma das formas de realização da avaliação de impactos ambientais que, por sua vez, é um dos instrumentos da PNMA, assim como o é o licenciamento ambiental (art, 9º, III da Lei 6.938/81). Para que seja possível identificar em que momento do licenciamento ambiental o EIA deve ser elaborado, é necessário conhecer as diferentes etapas e licenças expedidas. Apesar de ser um único processo administrativo, o licenciamento ambiental é, em regra, dividido em fases ou atos distintos, porém relacionados. A primeira fase é a relativa à concessão da Licença Prévia (LP), prevista no art. 8º, I, da

Resolução CONAMA 237/97, nos termos do qual é definida como:a licença ambiental concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental, e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação. Ao receber um pedido de licença ambiental, o órgão licenciador deve, caso o projeto tenha o potencial de causar dano significativo ao meio ambiente, determinar a realização do EIA para que a possibilidade de concessão desta mesma licença seja devidamente avaliada.FRISO: É UMA DECISÃO TECNICA DO ORGÃO AMBIENTAL! É importante lembrar que,se o órgão ambiental competente verificar que o empreendimento em questão não é potencialmente causador de significativa degradação, outros estudos ambientais serão requisitados, e não o EIA, levando-se sempre em consideração o grau de complexidade da atividade (art. 1º, III, da Resolução do CONAMA 237/97). A segunda etapa do licenciamento é relativa à Licença de Instalação (LI), prevista no art. 8º, II, da Resolução CONAMA 237/97. O empreendedor apenas poderá pedir esta licença ao órgão ambiental competente após a obtenção da respectiva LP. Nesta fase, o empreendedor deverá apresentar seus planos e projetos,demonstrando que cumpriu efetivamente as condicionantes da LP. Após a obtenção da LI as obras poderão ser iniciadas, de modo que é nessa segunda fase que se elabora o Projeto Executivo, que é uma reestruturação do projeto original com muito mais detalhes e no qual são fixadas as prescrições de natureza técnica capazes de compatibilizar a instalação do empreendimento com a proteção do meio ambiente por meio de medidas técnicas adequadas. No caso em comento, em atenção aos documentos colacionados por ocasião da manifestação da requerida, quais sejam, outorga prévia, a concessão de licença Estadual prévia,somente para cargas não perigosas, na qual foram apostas as condicionantes, e a licença de instalação, de igual modo para cargas não perigosas e com condicionantes em seu bojo,enxergo, por ora, que o Estado requerido cumpre a sua função fiscalizadora, uma vez que, consoante a legislação colacionada, dada a complexidade do empreendimento licenciado,outras medidas fiscalizadoras podem ter sido tomadas a fim de proteger o meio ambiente. Afirmo, a concessão de liminar sem a defesa do Estado do Pará, nesse primeiro momento processual, seria prematura, considerando que, conforme amplamente explicitado acima,o EIA somente se faz necessário quando a atividade desempenhada seja capaz de causar significativa degradação ao meio ambiente. Diante do exposto,INDEFIRO, por ora,o pleito liminar. Intimem-se. Deixo de designar audiência de conciliação dada a especificidade da causa. CITEM-SE E INTIMEM-SE as partes rés, para que apresentem contestação, no prazo de 15 dias, com as observações pertinentes. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de 15 dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I ? havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II ? havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulado reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção. P.R.I. Expedientes necessários. SERVIRÁ O PRESENTE TERMO COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA/ NOTIFICAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ OFÍCIO. Santarém, 28 de junho de 2019. CLAYTONEY PASSOS FERREIRAJuiz de Direito

Número do processo: 0806369-90.2019.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: ESPEDITO ESTEVAM COSTA Participação: ADVOGADO Nome: TATIANNA CUNHA DA CUNHAOAB: 6715 Participação: ADVOGADO Nome: PAMMELLA TAYARA OLIVEIRA LIMAOAB: 28869/PA Participação: REQUERIDO Nome: ESTADO DO PARA PROCESSO: 0806369-90.2019.814.0051 REQUERENTE: ESPEDITO ESTEVAM COSTAADVOGADAS: TATIANNA CUNHA DA CUNHA OAB/PA 16.715 e PAMMELLA TAYARA OLIVEIRA LIMA OAB/PA 28.869 REQUERIDO: ESTADO DO PARÁPROCURADORIA GERAL DO ESTADO DECISÃO/MANDADO I - Inicialmente, tendo em vista a situação narrada nos autos, defiro os benefícios da justiça gratuita. Anote-se. II ? Intime-se a parte autora para que acoste aos autos procuração, no prazo de 15 (quinze) dias. III ? Passo à análise da liminar. Após exame dos autos, verifico que o presente pleito se trata de pedido de transferência do Hospital Municipal de Santarém para o Hospital Regional do Baixo Amazonas para tratamento cirúrgico no fêmur esquerdo, esse também objeto da tutela de urgência. Acosta aos autos laudo médico informando sobre a gravidade do caso. Pois bem. Não obstante se tratar de questão afeta à saúde e, portanto, delicada, não pode este juízo olvidar que há outros pacientes, em situação, talvez, tão ou mais grave do que o do Autor, aguardando para a realização de procedimentos junto ao Requerido, alguns, inclusive, há mais tempo. Não pode, portanto, o Judiciário privilegiar uns em detrimento de outros. Deste modo, para que não haja negativa de prestação jurisdicional, mas sempre atento à equidade e aos princípios que devem nortear as

decisões judiciais, determino a intimação do Requerido,por meio da SESPA,bem como do Diretor do respectivo estabelecimento hospitalar (Hospital Regional do Baixo Amazonas), para que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas: a) Informem a estimativa de data para a realização da transferência e do procedimento cirúrgico de que necessita o Autor, informando, ainda, em qual posição da lista de espera se encontra o Requerente, já considerando a gravidade e peculiaridades de seu caso; b) Encaminhem laudo e prontuários médicos legíveis, informando acerca da gravidade do problema do Autor, bem como se esse se encontra em risco de vida e/ou de sequelas permanentes e quais as implicações caso o procedimento cirúrgico não seja realizado em data próxima. Advirta-se que a não prestação das informações solicitadas poderão ser enquadradas como desobediência à ordem judicial, ensejando a aplicação das medidas cabíveis. IV ? Transcorrido o prazo, autos conclusos para análise da liminar Expedientes necessários. P.R.I. CUMPRA-SE COMURGÊNCIA e em regime de PLANTÃO. SERVIRÁ O PRESENTE TERMO COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/ NOTIFICAÇÃO/ INTIMAÇÃO/ OFÍCIO. Santarém, 27 de junho de 2019. CLAYTONEY PASSOS FERREIRAJuiz de Direito

Número do processo: 0806336-03.2019.8.14.0051 Participação: AUTOR Nome: ADAMOR ASSIS DE ARAUJO Participação: ADVOGADO Nome: FABIO IGOR CORREA LOPESOAB: 22998/PA Participação: ADVOGADO Nome: ALEX FERNANDES DA SILVAOAB: 17429/MS Participação: RÉU Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.PROCESSO:0806336-03.2019.8.14.0051PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL REQUERENTE:ADAMOR ASSIS DE ARAUJOADVOGADO: ALEX FERNANDES DA SILVA (OAB/PA 28.623-A); JOSIANE ALVARENGA NOGUEIRA (OAB/MS 17.288)REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. DECISÃORH.I ? Defiro os benefícios da justiça gratuita, tendo em vista os documentos acostados aos autos. Anote-se.II ? Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, com fulcro no art. 321 do novel código de ritos,emendea inicial, sob pena de indeferimento, esclarecendo se o que pretende com ?seja declarado ilegal os descontos realizados na única fonte de renda da parte autora? é a declaração de inexistência do débito em questão, uma vez que, para que haja a condenação do Requerido nos moldes pretendidos, dever-se-ia, necessariamente, haver o reconhecimento, pelo juízo, da inexistência do débito, o que não foi postulado na presente ação. Saliente-se que, sem o referido reconhecimento, os valores em questão são válidos e plenamente exigíveis, o que afastaria a prática de qualquer ilícito pelo Requerido, obstando, inclusive, a condenação em danos morais.III ? Em sendo postulada a declaração de inexistência do débito, seja retificado o valor atribuído à causa, adequando-a ao proveito econômico a ser obtido, qual seja, a soma dos valores pretendidos a título de: a) danos morais; b) danos materiais; c) débito a ser declarado inexistente.IV ? Após, autos conclusos.P.R.I.Expedientes necessários.Santarém, 27 de junho de 2019. CLAYTONEY PASSOS FERREIRAJuiz de Direito

SECRETARIA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DE SANTARÉM

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - GABINETE DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR DE SANTAREM - VARA: VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR - MULHER DE SANTAREM PROCESSO: 00014205620198140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:ALAN ERIC CARDOSO MOTA VITIMA:A. K. F. O. . D E S P A C H O 1. Tendo em vista a inexistência de causas que autorizem a absolvição sumária, MANTENHO o recebimento parcial da denúncia à fl. 05, uma vez que a defesa não arguiu qualquer matéria que me convencesse a reconsiderar o recebimento da peça acusatória, notadamente as matérias ventiladas no art. 397 do CPP. 2. Desta feita, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 23 de OUTUBRO de 2019, às 10h00min, pelo que determino a requisição do réu, se preso estiver, ou sua intimação pessoal, se solto, ou, ainda, a publicação da data da audiência por meio de edital, caso esteja em local incerto e não sabido. 3. Expeça-se mandado de intimação para as testemunhas arroladas pelo Ministério Público e, sendo o caso, as testemunhas arroladas pela defesa, devendo constar nos mandados que a ausência injustificada da testemunha poderá ensejar na instauração de procedimento contra a mesma por crime de desobediência - Art. 330 do CPB. 4. Intimem-se o Ministério Público, a assistência, se houver, assim como a defesa. 5. Cumpra-se com eventuais diligências requeridas pelo Ministério Público. 6. Juntem-se os antecedentes criminais do(s) réu(s), relatando o que constar sobre outros procedimentos criminais porventura existentes contra o denunciado. 7. Expedientes necessários. Cumpra-se. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito, titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00022269120198140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019 REQUERENTE:C. S. G. REQUERIDO:L. G. S. Representante(s): OAB 22290 - ROSENILDO MARQUES MATOS (ADVOGADO) . Processo nº 0002226-91.2019.814.0051 Autos de Medidas Protetivas Advogado do requerido: Rosenildo Marques Matos - OAB/PA nº 22.290 D E S P A C H O 1. Em face das informações constantes na contestação do requerido e documentos juntados aos autos e, considerando ainda, que a requerente apresentou réplica genérica, deixo para apreciar o presente feito após a oitivas das partes em audiência, que designo para o dia 21 de agosto de 2019, às 08h30min. 2. Intime-se a requerente pessoalmente e o requerido através de seu advogado, via DJE/PA. 3. Dê-se ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública. 4. Expedientes Necessários. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00022788720198140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:BENEDITO MATIAS PINHEIRO VITIMA:O. E. VITIMA:J. G. P. . D E S P A C H O 1. A fim de evitar nulidade e nos termos da Súmula 351 do STF que dispõe que "É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição", oficie-se ao sistema prisional do Estado, a fim de verificar se o réu não se encontra preso em alguma das unidades prisionais Estaduais. Encontrando-se, providencie sua citação, inclusive por precatória se necessário; 2. Havendo resposta negativa quanto à consulta realizada ao Sistema Prisional do Estado e, ainda, estando o réu em lugar incerto e não sabido, cite-o por edital, nos termos requerido pelo Ministério Público, com prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar resposta à acusação que lhe é feita, no prazo legal de 10 (dez) dias, na qual poderá arguir preliminares, alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo que sejam intimadas se necessário (art. 396-A do CPP); 3. Conste, no referido edital, as indicações descritas no art. 365 do CPP, e, ainda, a advertência de que não sendo, pelo acusado, apresentada defesa, no prazo legal, ou se o acusado, não constituir defensor, será o processo suspenso, bem como, também será suspenso o prazo prescricional conforme disciplina o artigo 366 do citado Diploma Processual Penal; 4. Ultrapassado o prazo legal de 10 (dez) dias sem a apresentação defesa, ou se o acusado, mesmo citado, não constituir defensor, certifique-se o ocorrido e voltem os autos conclusos; 5. Cumpra-se. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito, titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00042067320198140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA

CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019 REQUERENTE:H. D. P. O. Representante(s): OAB 12325 - MARCIO DE SIQUEIRA ARRAIS (ADVOGADO) OAB 19978 - LUIZ ANIBAL DE SIQUEIRA ARRAIS (ADVOGADO) REQUERIDO:A. C. F. J. Representante(s): OAB 22426 - FABIO SOARES DE VASCONCELOS (ADVOGADO) . Processo nº 0004206-73.2019.814.0051 Autos de Medidas Protetivas Advogado do Requerido: Fábio Soares de Vasconcelos - OAB/PA Nº 22.426 D E S P A C H O 01. A decisão agravada está devidamente fundamentada e encontra-se na esteira do entendimento da jurisprudência dominante. Ante a ausência de elementos que possam modificá-la, mantenho a decisão que concedeu as medidas protetivas pelos seus próprios fundamentos; 02. Considerando que a conciliação pode ser tentada a qualquer momento, bem como no âmbito extrajudicial, fica postergada a designação da audiência prevista no artigo 334 do NCPC para momento oportuno; 03. Como não há notícia de efeito suspensivo quanto a decisão agravada, determino a CITAÇÃO DA A PARTE REQUERIDA para, querendo, contestar aos termos da presente Ação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme artigo 335 do NCPC, sob pena de revelia (artigo 344 do NCPC). Anote-se, ainda, no expediente de citatório, que eventual proposta de acordo deverá vir mencionada em Contestação; 04. Apresentada a Contestação, intime-se a parte Autora para apresentar réplica, por intermédio de seu (sua/s) advogado (a/s) devidamente habilitado (a/s) no feito ou por meio da defensoria pública (Artigo 18 da LMP), no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos artigos 350 e 351 do NCPC, bem como para dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito. 05. Expedientes necessários. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. P R O C E S S O : 0 0 0 4 2 5 8 6 9 2 0 1 9 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019 REQUERIDO:G. F. S. R. Representante(s): OAB 15994 - ALVARO CAJADO DE AGUIAR (ADVOGADO) OAB 16944 - LAURA THAYNA NEVES MARINHO (ADVOGADO) REQUERENTE:D. M. F. . Processo nº 0004258-69.2019.814.0051 Autos de Medidas Protetivas Advogados do Requerido: Álvaro Cajado de Aguiar - OAB/PA Nº 15.994 e Laura Thayna Marinho Cajado - OAB/PA Nº 16.994 D E S P A C H O 01. A decisão agravada está devidamente fundamentada e encontra-se na esteira do entendimento da jurisprudência dominante. Ante a ausência de elementos que possam modificá-la, mantenho a decisão que concedeu as medidas protetivas pelos seus próprios fundamentos; 02. Considerando que a conciliação pode ser tentada a qualquer momento, bem como no âmbito extrajudicial, fica postergada a designação da audiência prevista no artigo 334 do NCPC para momento oportuno; 03. Como não há notícia de efeito suspensivo quanto a decisão agravada., considerando que o requerido apresentou contestação à fl. 15, intime-se a parte Autora para apresentar réplica, por intermédio de seu (sua/s) advogado (a/s) devidamente habilitado (a/s) no feito ou por meio da defensoria pública (Artigo 18 da LMP), no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos artigos 350 e 351 do NCPC, bem como para dizer se ainda tem interesse no prosseguimento do feito. 04. Expedientes necessários. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00051308420198140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:EM APURAÇÃO VITIMA:R. S. C. . (...). Isto posto, HOMOLOGO O PEDIDO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial - IPL nº 174/2019.000481-8, requerido pela D. Representante do Ministério Público, sem prejuízo de futura investigação e propositura de ação penal, desde que fundada em novos elementos de prova, nos termos do art. 18 do CPP e da Súmula 524 do STF. Dê-se ciência aos interessados e ao Ministério Público. Após, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. P R O C E S S O : 0 0 0 5 8 0 2 2 9 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JOCICLEY CORREA DE ABREU VITIMA:I. M. F. . D E S P A C H O 1. Em análise aos autos, verifico que no inquérito policial, consta um número de telefone celular do réu (93 991..). 2. Assim, determino que mantenha a secretaria contato telefônico com o denunciado a fim de obter seu endereço atualizado e de posse do novo endereço, renovem-se as diligencias para a sua citação pessoal, expedindo-se o necessário. 3. Por outro lado, caso infrutífera a diligência do item "2", a fim de evitar nulidade e nos termos da Súmula 351 do STF que dispõe que "É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição", oficie-se ao sistema prisional do Estado, a fim de verificar se o réu não se encontra preso em alguma das unidades prisionais Estaduais. Encontrando-se, providencie sua citação,

inclusive por precatória se necessário; 4. Havendo resposta negativa quanto à consulta realizada ao Sistema Prisional do Estado e, ainda, estando o réu em lugar incerto e não sabido, cite-o por edital, nos termos requerido pelo Ministério Público nos autos, com prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar resposta à acusação que lhe é feita, no prazo legal de 10 (dez) dias, na qual poderá arguir preliminares, alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo que sejam intimadas se necessário (art. 396-A do CPP); 5. Conste, no referido edital, as indicações descritas no art. 365 do CPP, e, ainda, a advertência de que não sendo, pelo acusado, apresentada defesa, no prazo legal, ou se o acusado, não constituir defensor, será o processo suspenso, bem como, também será suspenso o prazo prescricional conforme disciplina o artigo 366 do citado Diploma Processual Penal; 6. Ultrapassado o prazo legal de 10 (dez) dias sem a apresentação defesa, ou se o acusado, mesmo citado, não constituir defensor, certifique-se o ocorrido e voltem os autos conclusos; 7. Cumpra-se. Expedientes necessários. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIS Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00074902620188140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:MARCIO SOUZA LOPES Representante(s): OAB 25855 - SIRNEY DOS SANTOS RIBEIRO (ADVOGADO) OAB 27273 - JAMARLI SANTANA LEITE LOPES (ADVOGADO) VITIMA:E. J. S. V. . D E S P A C H O 1. Intimem-se as partes acerca dos documentos juntados aos autos às fls. 45/59. 2. Cumpra-se os atos necessários para realização da audiência designada nos autos. 3. Expedientes necessários. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. P R O C E S S O : 0 0 0 7 9 0 6 9 1 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:D. R. P. Representante(s): OAB 19567 - IGOR CELIO DE MELO DOLZANIS (ADVOGADO) OAB 25840 - DÉBORAH LAÍS MENEZES AGUIAR (ADVOGADO) VITIMA:A. M. M. . Processo nº 0007906-91.2018.814.0051 Aç"o Penal - Procedimento Ordinário Denunciado: DARIO RIBEIRO PEREIRA Advogados: Igor Célio de Melo Dolzanis - OAB/PA nº 19.567; Sâmia da Silva Bentes - OAB/PA 26.205 Vítima: A. M. M. D E S P A C H O Compulsando os autos, verifico que não consta o instrumento procuratório da advogada Sâmia da Silva Bentes - OAB-PA nº 26.205, no presente feito, razão pela qual INTIME-A para proceder a juntada do instrumento procuratório aos autos, no prazo de 05 (cinco) dias. Em face da reunião destes autos ao processo nº 0009396-51.2018.814.0051, acautele-se o presente feito até a manifestação da defesa naqueles autos. Com a manifestação, voltem-me os dois autos conclusos para apreciação do requerido pelo Parquet. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito, titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. P R O C E S S O : 0 0 0 9 3 9 6 5 1 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:DARIO RIBEIRO PEREIRA Representante(s): OAB 26205 - SÂMIA DA SILVA BENTES (ADVOGADO) VITIMA:A. M. M. . Processo nº 0009396-51.2018.814.0051 Aç"o Penal - Procedimento Ordinário Denunciado: DARIO RIBEIRO PEREIRA Advogados: Igor Célio de Melo Dolzanis - OAB/PA nº 19.567; Sâmia da Silva Bentes - OAB/PA 26.205 Vítima: A. M. M. D E S P A C H O INTIME-SE o acusado, por meio de seus advogados, via DJE/PA, para se manifestar no prazo de 05 (cinco) dias acerca do requerimento do Ministério Público, retro. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito, titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00134462320188140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:MYK FRAN MACEDO DE MEDEIROS Representante(s): OAB 12656-B - DAMIAO JOSE BANDEIRA DO NASCIMENTO (ADVOGADO) VITIMA:T. L. M. . Processo N.º: 0013446-23.2018.814.0051 AÇÃO PENAL Acusado: MYR FRAN MECEDO DE MEDEIROS Advogado: Damião José Bandeira do Nascimento - OAB/PA nº 12.656-B DECISÃO INTERLOCUTÓRIA I - RELATÓRIO Trata-se de ação penal instaurada em face de MYR FRAN MECEDO DE MEDEIROS, por suposta prática de crime de LESÃO CORPORAL e ameaça contra a sua companheira T. L. de M.. A denúncia oferecida contra o acusado fora recebida parcialmente, tendo em vista a retratação da ofendida em relação ao suposto crime de ameaça e foi determinado sua citação, nos termos da decisão de fls. 05/05-v. O acusado foi citado (fl. 07). Em seguida, foi apresentada resposta à acusação, onde foram arguidas preliminares (fls. 11/21). Manifestação do Ministério Público às fls. 29/32. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. II -

FUNDAMENTOS Com o advento da Lei n. 11.719/2008, que alterou substancialmente o Código de Processo Penal, ficou previsto que o Juiz, se não indeferir, receberá a denúncia e ordenará a citação do acusado para apresentar resposta escrita no prazo de 10 dias, onde poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua defesa. Diz o art. 397 do CPP que após a resposta o juiz poderá absolver sumariamente o acusado quando verificar: "I - a existência manifesta de causa excludente da ilicitude do fato; II - a existência manifesta de causa excludente da culpabilidade do agente, salvo inimputabilidade; III - que o fato narrado evidentemente não constitui crime; ou IV - extinta a punibilidade do agente". Por sua vez, tem-se, ainda, o art. 395 do CPC que dispõe que a denúncia poderá ser rejeita quando: "I - for manifestamente inepta; II - faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou III - faltar justa causa para o exercício da ação penal". Feito esse introito, passo à análise da preliminar de inépcia da denúncia levantada pelo denunciado. O art. 41 do CPP dispõe que: Art. 41. A denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identifica-lo, a classificação do crime e, quando necessário, o rol das testemunhas. Pois bem, o devido processo legal constitucionalmente garantido deve ser iniciado com a formulação de uma acusação que permita ao denunciado o exercício do seu direito de defesa, para que eventual cerceamento não macule a prestação jurisdicional reclamada. No caso dos autos, constato que o Ministério Público descreveu de forma individualizada as condutas praticadas pelo denunciado, tendo narrado detalhadamente o fato delituoso supostamente praticado pelo denunciado, mencionando que o fato ocorrera na residência do casal, no dia 30/09/2018, sendo descrito como as agressões teriam ocorridas. Assim, em que pese os argumentos da defesa, neste momento, não vislumbro nenhum prejuízo na defesa do acusado. Ademais o IPL que ensejou a presente ação, encontra-se apenso a esta ação. Desta forma, a imputação fática encontra-se suficientemente delineada na denúncia, visto que é possível identificar, nos termos do que dispõe o artigo 41 do Código de Processo Penal, a responsabilidade do denunciado, isto é, a conduta ilícita supostamente por ele praticada, qual seja, lesão corporal. Nessa medida, REJEITO a preliminar de inépcia. A respeito da atipicidade e da retratação da vítima, do art. 147 do CPB, não há como vingar, eis que este Juízo recebeu a denúncia parcialmente, somente em relação ao suposto crime de lesão corporal, o qual a ação penal é pública e incondicionada, ao passo que não recebeu em relação ao suposto crime de ameaça, em face da retratação da ofendida em juízo, conforme prevê o dispositivo do art. 16 da Lei 11.340/2006 (fl. 05). Em relação a ausência de dolo e desclassificação do delito, entendo ser matéria de mérito. Desta forma, acolho a manifestação do Ministério Público para afastar todas as preliminares arguidas pela defesa. Em síntese, as condições da ação penal processual estão implementadas, razão pela qual deve o réu se submeter-se a instrução penal com todas as garantias constitucionais. As demais matérias levantadas pelo acusado demanda ampla dilação probatória, não sendo cabível, nesse momento da persecução criminal, analisar o mérito da lide penal. III - DISPOSITIVO Diante do exposto, MANTENHO o recebimento da denúncia de fl. 05 por não haver motivos para sua rejeição ou causas de absolvição sumária prevista no art. 397 do CPP. Desta feita, determino a designação de audiência de instrução e julgamento para o dia 02 de SETEMBRO de 2019, às 09h00min, pelo que determino a requisição do réu, se preso estiver, ou sua intimação pessoal, se solto, ou, ainda, a publicação da data da audiência por meio de edital, caso esteja em local incerto e não sabido. Intimem-se o Ministério Público, a assistência, se houver, assim como a defesa. Intimem-se as testemunhas arroladas pela acusação e defesa. Expedientes necessários. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00138507420188140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:ABRAAO SARMENTO SIQUEIRA Representante(s): OAB 19583 - ANA CAROLINE LOPES DA COSTA (ADVOGADO) VITIMA:L. A. S. VITIMA:B. V. S. L. . D E S P A C H O Em face dos documentos retro, remetam-se os autos a Defensoria Pública. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00163164120188140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:DIEGO DELEON DE ALMEIDA PIMENTEL VITIMA:P. R. A. N. . D E S P A C H O 1. A fim de evitar nulidade e nos termos da Súmula 351 do STF que dispõe que "É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição", oficie-se ao sistema prisional do Estado, a fim de verificar se o réu não se encontra preso em alguma das unidades prisionais Estaduais. Encontrando-se, providencie sua citação, inclusive por precatória se necessário; 2. Havendo resposta negativa quanto à consulta realizada ao Sistema Prisional do Estado e, ainda, estando o réu em

lugar incerto e não sabido, cite-o por edital, nos termos requerido pelo Ministério Público, com prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar resposta à acusação que lhe é feita, no prazo legal de 10 (dez) dias, na qual poderá arguir preliminares, alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo que sejam intimadas se necessário (art. 396-A do CPP); 3. Conste, no referido edital, as indicações descritas no art. 365 do CPP, e, ainda, a advertência de que não sendo, pelo acusado, apresentada defesa, no prazo legal, ou se o acusado, não constituir defensor, será o processo suspenso, bem como, também será suspenso o prazo prescricional conforme disciplina o artigo 366 do citado Diploma Processual Penal; 4. Ultrapassado o prazo legal de 10 (dez) dias sem a apresentação defesa, ou se o acusado, mesmo citado, não constituir defensor, certifique-se o ocorrido e voltem os autos conclusos; 5. Cumpra-se. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito, titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00164766620188140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:MARLON DE SOUSA DOURADO VITIMA:G. S. S. . (...). Posto isso, e por tudo mais que dos autos consta, com fundamento no artigo 110 do Código de Processo Penal JULGO EXTINTO O PRESENTE PROCESSO SEM RESOLUÇAO DE MÉRITO, reconhecendo, ante a existência do processo n° 0016476-66.2018.814.0051, o instituto da litispendência, devendo o acusado responder pelos crimes que lhe são imputados naqueles autos. Ante a extinção do processo, sem custas processuais. Intimem-se. Dê-se ciência ao Órgão Ministerial. Transitada em julgada a presente decisão, arquivem-se os presentes autos, com as baixas necessárias. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00168768020188140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019 REQUERIDO:E. J. G. C. Representante(s): OAB 13487 - SANDRA LEA ENGELBERT (ADVOGADO) REQUERENTE:A. M. O. S. . Processo nº 0016876-80.2018.814.0051 Autos de Medidas Protetivas Advogada do requerido: Sandra Lea Engelbert - OAB/PA nº 13.487 D E S P A C H O 1. Em face das informações constantes na contestação do requerido e documentos juntados aos autos e, considerando ainda, que a requerente apresentou réplica genérica, deixo para apreciar o presente feito após a oitivas das partes em audiência, que designo para o dia 20 de agosto de 2019, às 08h30min. 2. Intime-se a requerente pessoalmente e o requerido através de sua advogada, via DJE/PA. 3. Dê-se ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública. 4. Expedientes Necessários. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. P R O C E S S O : 0 0 1 7 5 8 0 9 3 2 0 1 8 8 1 4 0 0 5 1 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:CASSIO MIRANDA VASCONCELOS VITIMA:C. M. M. V. . D E S P A C H O 1. A fim de evitar nulidade e nos termos da Súmula 351 do STF que dispõe que "É nula a citação por edital de réu preso na mesma unidade da federação em que o juiz exerce a sua jurisdição", oficie-se ao sistema prisional do Estado, a fim de verificar se o réu não se encontra preso em alguma das unidades prisionais Estaduais. Encontrando-se, providencie sua citação, inclusive por precatória se necessário; 2. Havendo resposta negativa quanto à consulta realizada ao Sistema Prisional do Estado e, ainda, estando o réu em lugar incerto e não sabido, cite-o por edital, nos termos requerido pelo Ministério Público, com prazo de 15 (quinze) dias, para apresentar resposta à acusação que lhe é feita, no prazo legal de 10 (dez) dias, na qual poderá arguir preliminares, alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo que sejam intimadas se necessário (art. 396-A do CPP); 3. Conste, no referido edital, as indicações descritas no art. 365 do CPP, e, ainda, a advertência de que não sendo, pelo acusado, apresentada defesa, no prazo legal, ou se o acusado, não constituir defensor, será o processo suspenso, bem como, também será suspenso o prazo prescricional conforme disciplina o artigo 366 do citado Diploma Processual Penal; 4. Ultrapassado o prazo legal de 10 (dez) dias sem a apresentação defesa, ou se o acusado, mesmo citado, não constituir defensor, certifique-se o ocorrido e voltem os autos conclusos; 5. Cumpra-se. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito, titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00181420520188140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019 REQUERIDO:R. R. REQUERENTE:R. S. M. . Processo nº 0018142-05.2018.8.14.0051 Autos

de Medidas Protetivas SENTENÇA DE EXTINÇÃO Vistos e etc. (...) III - DISPOSITIVO Ante o exposto e de tudo o mais que dos autos consta, atendendo aos princípios e demais normas orientadoras da matéria, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, e o faço de ofício, nos termos do art. 485, III, do CPC, tendo em vista a inercia da parte autora, ficando a causa abandonada. Sem custas, na forma da lei. Decorrido o prazo sem eventual recurso, certifique-se e arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intimem-se, inclusive por edital, se necessário. Expedientes Necessários. Santarém - PA, 27 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00006307220198140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) em: AUTOR: M. P. E. P. Representante(s): OAB 26036 - ANDERSON MOTA PEREIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO: G. M. S. Representante(s): OAB 24262 - ANDERSON DE JESUS LOBATO DA COSTA (ADVOGADO) VITIMA: C. S. F.

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - GABINETE DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR DE SANTAREM - VARA: VARA DO JUIZADO ESPECIAL DE VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR - MULHER DE SANTAREM PROCESSO: 00012889620198140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 28/06/2019 REQUERENTE:T. P. M. A. REQUERIDO:S. S. A. . Processo nº 0001288-96.2019.814.0051 Autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) SENTENÇA COM JULGAMENTO DE MÉRITO Vistos e etc. (...) III - DISPOSITIVO Ante todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da requerente, o que faço nos termos do art. 487, I do NCPC, para manter contra o requerido SIDNEY DA SILVA ALMEIDA as medidas protetivas, adiante elencadas, sendo que as medidas deferidas terão validade pelo período de 01 (um) ano, contados da presente decisão, ou na existência da ação penal, durante todo o processo criminal, inclusive durante o cumprimento da pena, em caso de sentença condenatória transitada em julgado. 1) MANTER O AFASTAMENTO do requerido do local de convivência com a requerente 2) Abster-se de perseguir, intimidar, ameaçar a ofendida ou fazer uso de qualquer método que prejudique ou ponha em risco a vida da vítima, sua integridade física e psíquica, bem como de seus familiares; 3) PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO DA VÍTIMA, PELO QUE FIXO O LIMITE MÁXIMO DE APROXIMAÇÃO EM 100 (CEM) METROS; 4) Proibição de dirigir a palavra ou ter contato com a vítima, seja pessoalmente, seja por telefone ou qualquer outro meio de comunicação. As demais questões devem ser resolvidas no juízo adequado. Dê-se ciência ao requerido de que além das consequências mencionadas na decisão que fixou as medidas protetivas em seu desfavor, em eventual descumprimento de medidas protetivas de urgência poderá acarretar a caracterização do crime previsto no art. 24-A da Lei nº 11.340/2006 (incluído pela Lei nº 13.641, publicada em 04/04/2018). Sem custas, na forma da lei. Expeça-se mandado de intimação desta sentença para as partes, inclusive, intime-se por edital, caso não sejam localizados para serem intimados pessoalmente. Após os expedientes acima determinados, encaminhem-se os autos para ciência pessoal do representante do Ministério Público Estadual e Defensoria Pública. Havendo recurso voluntário, intime-se a parte apelada para contrarrazoar e encaminhem os autos ao E. Tribunal de Justiça para apreciação, sendo que, desde já recebo o recurso somente no EFEITO DEVOLUTIVO (art. 1.012, V do NCPC). Não ocorrendo à interposição de recurso voluntário, certifique-se o trânsito em julgado e ARQUIVEM-SE com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Santarém - PA, 28 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIS Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00032185220198140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 INDICIADO:CLEBER JOSUE FERREIRA PEREIRA VITIMA:K. S. P. VITIMA:N. A. S. P. . (...). Isto posto, HOMOLOGO O PEDIDO DE ARQUIVAMENTO do Inquérito Policial - IPL nº 174/2019.000205-0, requerido pela D. Representante do Ministério Público, sem prejuízo de futura investigação e propositura de ação penal, desde que fundada em novos elementos de prova, nos termos do art. 18 do CPP e da Súmula 524 do STF. Dê-se ciência aos interessados e ao Ministério Público. Após, arquivem-se os autos. Cumpra-se. Santarém - PA, 28 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00037644420188140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA

Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 28/06/2019 REQUERENTE:M. L. C. REQUERIDO:F. M. C. . Processo nº 0003764-44.2018.8.14.0051 Autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) SENTENÇA DE EXTINÇÃO Vistos e etc. (...) III - DISPOSITIVO Ante o exposto e de tudo o mais que dos autos consta, atendendo aos princípios e demais normas orientadoras da matéria, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, e o faço nos termos do no art. 485, VI do CPC, por ausência de interesse processual. Sem condenação em custas processuais, na forma da lei. Intime-se as partes. . Não ocorrendo a interposição de recurso voluntário, certifique-se o trânsito em julgado e ARQUIVEM-SE com as cautelas legais, devendo os presentes autos permanecer apenso aos autos das medidas protetivas em tramite neste Juízo, tendo as mesmas partes do presente feito. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes Necessários. Santarém - PA, 28 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00039840820198140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 28/06/2019 REQUERENTE:A. C. O. REQUERIDO:O. S. O. . Processo nº 0003984-08.2018.8.14.0051 Autos de Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) SENTENÇA DE EXTINÇÃO Vistos e etc. (...) III - DISPOSITIVO Ante o exposto e de tudo o mais que dos autos consta, atendendo aos princípios e demais normas orientadoras da matéria, INDEFIRO o pedido das medidas protetivas pleiteadas à fl. 03, e, em conseqüência, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I c/c art. 330, III e IV, ambos do Código de Processo Civil vigente. Deixo de condenar a requerente em custas e honorários por ser beneficiário da justiça gratuita e, ainda, por ser entendimento pacífico no STJ que a extinção pela perda do objeto não gera sucumbência. Decorrido o prazo sem eventual recurso, certifique-se e arquivem-se os autos com baixa na distribuição. Intimem-se as partes, com as cautelas de praxe. Determino o encaminhamento de cópias do registro de ocorrência e do relatório social para o Ministério Público, para o que entender devido. ENCAMINHE-SE a vítima/requerente para o Centro de Referência "Maria do Pará" para atendimento. Oficie-se Centro de Referência "Maria do Pará", para ciência desta decisão e para a realização de visita domiciliar. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público. Expedientes Necessários. Santarém - PA, 28 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00069433520068140051 PROCESSO ANTIGO: 200620021375 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 PROMOTOR:3ª PROMOTORIA DE JUSTICA CRIMINAL VITIMA:R. N. C. INDICIADO:EDMILSON OLIVEIRA CARVALHO OBSERVACAO:DENUNCIA RECEBIDA EM 26.01.2007. D E C I S Ã O I N T E R L O C U T Ó R I A Visto, etc. O Ministério Público do Estado do Pará, por meio de seu representante legal, nesta Comarca, propôs ação penal pelos delitos de lesão corporal e ameaça, com a incidência da Lei Maria da Penha, em face da pessoa de EDMILSON OLIVEIRA CARVALHO, tendo como vítima sua companheira R. N. C.. Os fatos ocorreram em 25/10/2006. Os autos de encontram suspensos, bem como o curso do prazo prescricional, em face do denunciado não ter sido localizado para ser citado pessoalmente. O Ministério Público durante a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional realizou novas diligências com o fim de localizar o acusado, porém, restaram infrutíferas. Instado a se manifestar o Parquet, à fl. 108, requereu o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal, e consequente extinção da punibilidade, pela prática do crime de ameaça imputado ao denunciado. Vieram-me os autos conclusos. É o resumo do que interessa para a presente decisão. Em análise aos autos, verifico que assiste razão o Ministério Público haja vista que a pretensão punitiva estatal da infração criminal atinente ao crime de ameaça narrado na peça acusatória se encontra prescrito, uma vez que o prazo prescricional não pode ficar suspenso indefinidamente na forma do art. 366 do Código de Processo Penal. A aludida suspensão é limitada ao máximo da pena cominada em abstrato para a infração penal, nos termos da súmula 415 do Superior Tribunal de Justiça, que consigna, nos casos do artigo 366 do Código de Processo Penal, "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada". A decisão que suspendeu o curso do prazo prescricional fora proferida em 07/10/2011, de forma que o prazo da suspensão do processo e do curso do prazo prescricional do fato exauriu em 07/10/2013, haja vista o lapso temporal previsto no art. 109, VI, do CP, tendo em vista a pena máxima cominada para o crime de ameaça, à época dos fatos, era de 02 (dois) anos. Registro que a Lei n. 12.234/2010, a qual aumentou o prazo prescricional de dois anos para três é mais gravosa, portanto, não pode ser utilizada para os crimes cometidos antes do dia 05.05.2010. Dispõe os artigos 107 e 109 do Código Penal Brasileiro: "Art. 107 - Extingue-se a punibilidade: I - pela morte do agente; II - pela anistia, graça ou indulto; III - pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso; IV - pela prescrição, decadência ou perempção; V - pela renúncia do direito de queixa ou pelo

perdão aceito, nos crimes de ação privada; VI - pela retratação do agente, nos casos em que a lei a admite; VII -(Revogado pela Lei nº 11.106, de 29.03.05);23 VIII - (Revogado pela Lei nº 11.106, de 29.03.05);24 IX - pelo perdão judicial, nos casos previstos em lei." (grifos nosso) Art. 109 - A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no § 1o do art. 110 deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010). I - em vinte anos, se o máximo da pena é superior a doze; II - em dezesseis anos, se o máximo da pena é superior a oito anos e não excede a doze; III - em doze anos, se o máximo da pena é superior a quatro anos e não excede a oito; IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro; V - em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois; VI - em dois anos, se o máximo da pena é inferior a um ano. VI - em 3 (três) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano. (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010). (g. n.). A doutrina: "Prescrição é a perda do direito de punir do Estado pelo decurso do tempo. O desaparecimento do interesse estatal na repressão do crime, em razão do tempo decorrido, justifica o instituto, perdendo a sanção penal sua finalidade quando o infrator não reincide e se readapta à vida social. Ocorrido o crime, nasce para o Estado a pretensão de punir o autor do fato criminoso, que deve ser exercida dentro de determinado lapso temporal, que varia de acordo com a figura criminosa e segundo o critério do máximo cominado em abstrato da pena privativa de liberdade. Escoado esse prazo, que é submetido a interrupções ou suspensões previstas em lei, ocorre a prescrição da pretensão punitiva, chamada impropriamente de prescrição da ação penal. Nessa hipótese, que ocorre sempre antes de trânsito em julgado da sentença condenatória, são totalmente apagados todos os efeitos, ainda que haja sentença condenatória proferida. Ficam afastadas, também, quaisquer efeitos civis, administrativos, processuais, etc., que decorreriam do processo ou da sentença condenatória." (Código Penal. Júlio Fabbrini MIRABETE. Atlas. São Paulo, 1999, p. 575/576). A Jurisprudência: Ocorrendo a perda do poder de punir do Estado, pela incidência da prescrição, o seu reconhecimento torna-se poder - dever da autoridade judiciária, por ser matéria de ordem pública, que suplanta até a expectativa de absolvição do réu (TJPB - AC 92.002411-2-P - Rel. Júlio Aurélio Moreira Coutinho - RT 719/497). Transcorrido entre o recebimento da denúncia e a sentença lapso de tempo suficiente para operar a prescrição, tendo em vista a pena em abstrato cominada ao crime pelo qual o réu foi condenado, declara-se, de ofício, a extinção da pretensão punitiva do Estado, ficando prejudicado o reexame do mérito (JTAERGS 68/124). No mesmo sentido, TJSP: RJTJESP 49/364; TACRSP: JTA-CRIM 48/387, RT 452/460, RJDTACRIM 3/217). EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - LESÃO CORPORAL NO ÂMBITO DOMÉSTICO - RECURSO MINISTERIAL - CONDENAÇÃO PELO CRIME DE AMEAÇA - PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA - OCORRÊNCIA - EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE - NECESSIDADE. Ultrapassado o lapso prescricional previsto no artigo 109, V, do Código Penal, impõe-se o reconhecimento da prescrição pretensão punitiva pela pena em abstrato e, por consequência, a extinção da punibilidade do acusado com base no inciso IV do artigo 107 do mesmo Código. (TJ-MG - APR: 10313120075889001 MG, Relator: Flávio Leite, Data de Julgamento: 05/02/2019, Data de Publicação: 13/02/2019) De fato, versando os presentes autos da suposta prática do crime de ameaça previsto no art. 147 do Código Penal Brasileiro, ao qual é cominado a pena máxima de 06 (seis) meses de detenção, conclui-se que, na presente data, o jus puniendi estatal se encontra prescrito, visto que a decisão que suspendeu o curso do prazo prescricional foi proferida em 07/11/2011, de forma que o prazo prescricional do fato se deu em dois anos, pela norma aplicada à época dos fatos, eis que transcorreu o prazo necessário à prescrição da pretensão punitiva, pois do recebimento da denúncia (26/01/2007) à suspensão do processo (07/11/2011) e do reinício do lapso prescricional (08/11/2013), até a presente data (28/06/2019), transcorreu o prazo superior a previsto no art. 109, VI, do CP, tendo em vista a pena máxima cominada para o crime de ameaça. O dispositivo do art. 119 do Código Penal descreve: " no caso de concurso de crimes, a extinção da punibilidade incidirá sobre a pena de cada um, isoladamente. (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)". Prescrição é matéria de ordem pública, deve ser reconhecida em qualquer fase do processo. Isso posto, e por tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do nacional EDMILSON OLIVEIRA CARVALHO, devidamente qualificado nos autos, com fundamento no disposto nos artigos 107, IV, primeira figura e 109, VI, ambos do CP, pelo crime de ameaça, tipificado no art. 147 do Código Penal Brasileiro, supostamente praticado por este. Noutra mão, os autos deverão continuar suspensos, bem como o curso do prazo prescricional em relação ao crime de lesão corporal supostamente praticado pelo denunciado, consoante peça acusatória do presente feito. Desta forma, mantenho a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional, nos termos das decisões de fls. 87/89, em relação ao crime de lesão corporal. O curso do prazo prescricional ficará suspenso pelo correspondente ao da prescrição em abstrato do(s) crime(s) objeto da presente demanda (art. 109 do Código Penal). Atingido este limite, o que deverá ser certificado nos autos pela secretaria deste juízo, o prazo prescricional tornará a correr automaticamente. Cumpra-se

conforme determinado na supramencionada decisão. Santarém - PA, 28 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00077544320188140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 28/06/2019 REQUERENTE:M. F. S. A. REQUERIDO:J. A. F. P. . Processo nº 000775-43.2018.814.0051 Autos de Medidas Protetivas Advogada do requerido: Larissa Frota Andrade - OAB/PA nº 27.026 D E C I S Ã O Trata-se dos autos de medidas protetivas pleiteada pela Sra. M. F. S. de A. em face de J. A. F. P.. Os presentes autos de encontram sentenciados, sendo fixadas medidas protetivas em desfavor do demandado com prazo de validade até o dia 07 de novembro de 2019 e, caso exista ação penal, durante todo o processo, inclusive, durante o cumprimento da pena. O requerido, através de sua advogada, requereu o desarquivamento do processo, com o fim de requerer autorização para poder trabalhar em uma construção de uma casa próxima a residência da requerente, sem que configure descumprimento das medidas protetivas, uma vez que fica cerca de 40 metros de distância, sendo que as medidas limitam a distância mínima de 100 metros de aproximação entre ambos (fls. 58/59). O Ministério Público manifestou-se favorável ao pedido do demandado, com o fim de que seja mitigado a distância mínima para que este possa exercer o seu trabalho próximo a residência da ofendida (fl. 67). Em análise aos autos, verifico ser plausível o pleito pela mitigação das medidas protetivas de urgência fixadas em desfavor do requerido, com o fim de que este não seja prejudicado ao acesso de suas atividades laborais. 01. Assim, ante ao exposto, MITIGO a decisão de fls. 46/48 em relação a aproximação do requerido com a requerente, mas tão somente o necessário para o mesmo ter acesso ao local de seu trabalho, devendo o requerido cumprir na integralidade a decisão que fixou medidas protetivas em seu desfavor. 02. Dê ciência do teor desta decisão ao Ministério Público e a advogada. 03. Intimem-se as partes. 04. Após, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. 05. Cumpra-se. Dê-se prioridade. Santarém - PA, 28 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00087703220188140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:JOAO CARLOS LIRA DA SILVA JUNIOR Representante(s): OAB 23284 - LINEKER BERTINO CRUZ FIGUEIRA (ADVOGADO) OAB 23269 - LUANA VIEIRA UCHÔA SILVA (ADVOGADO) OAB 25170 - FRANCISCO ANDRADE DA CONCEIÇÃO (ADVOGADO) VITIMA:A. L. F. V. . Processo nº 0008770-32.2018.814.0051 Acusado: JOÃO CARLOS LIRA DA SILVA JUNIOR. Advogado: Francisco Andrade da Conceição - OAB/PA Nº 25.170 D E C I S Ã O Trata-se à fl. 55 dos presentes autos de petitório protocolado pelo Réu, através de seu advogado, requerendo que seja determinado a extensão do cumprimento das medidas das condições impostas durante a suspensão da execução da pena imposta, em relação a determinação ao recolhimento noturno às 21 horas para até as 23 horas, com o fim de não acarretar prejuízo ao seu trabalho, informando que ministra aulas no período noturno. A ação penal foi sentenciada, exaurindo a competência deste Juízo para apreciar o presente pleito. Desta forma, declaro prejudicado o pedido, devendo o mesmo ser proposto no Juízo Competente. Intime-se o réu, por meio de seu advogado, via DJE/PA. Cumpra-se na íntegra o dispositivo da sentença condenatória de fls. 50/53-v. Após, arquive-se os presentes autos, com as cautelas de estilos. Santarém - PA, 28 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA. PROCESSO: 00154408620188140051 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 28/06/2019 REQUERENTE:S. A. S. Representante(s): OAB 26251 - NÁDIA SILVA BRANCHES (ADVOGADO) OAB 27407 - SUELEN PATRICIA BELO MONTEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:I. C. S. Representante(s): OAB 16548 - DARILDO LIMA SILVA (ADVOGADO) . (...). III - DISPOSITIVO Ante todo o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, o que faço nos termos do art. 487, I do NCPC, para fixar contra o requerido I. C. da S. as medidas protetivas, adiante elencadas, sendo que as medidas deferidas terão validade pelo período de 01 (um) ano, contados da presente decisão, ou na existência da ação penal, durante todo o processo criminal, inclusive durante o cumprimento da pena, em caso de sentença condenatória transitada em julgado. 1) - Abster-se de perseguir, intimidar, ameaçar a ofendida ou fazer uso de qualquer método que prejudique ou ponha em risco a vida da vítima, sua integridade física e psíquica; 2) - PROIBIÇÃO DE APROXIMAÇÃO DA VÍTIMA, PELO QUE FIXO O LIMITE MÁXIMO DE APROXIMAÇÃO EM 100 (CEM) METROS; 3) Proibição de dirigir a palavra ou ter contato com a vítima, seja pessoalmente, seja por telefone ou qualquer outro meio de comunicação. As demais questões devem ser resolvidas no juízo adequado. Defiro o pedido de gratuidade da justiça do requerido, na forma da lei.

Expeça-se mandado de intimação desta sentença para a requerente, inclusive, intime-a pelo edital, caso não seja localizada para ser intimada pessoalmente. Intime-se o requerido para imediato cumprimento desta determinação, advertindo-o que em caso de desobediência sua prisão preventiva poderá ser decretada, caso haja procedimento criminal em tramitação, ou, poderá acarretar a fixação de outras medidas mais rígidas, inclusive multa pecuniária no valor de 01 a 10 salários mínimos revertido para a ofendida, uma vez que o descumprimento de ordem judicial configura ato atentatório à dignidade da justiça, conforme art. 77 do CPC/15. E, ainda, dê-lhe ciência ao requerido que o descumprimento de medidas protetivas de urgência poderá acarretar a caracterização do crime próprio, previsto no art. 24-A Lei nº 11.340/2006 (incluído pela Lei nº 13.641, publicada em 04/04/2018). Após os expedientes acima determinados, encaminhem-se os autos para ciência pessoal do representante do Ministério Público Estadual. Havendo recurso voluntário, intime-se a parte apelada para contrarrazoar e encaminhem os autos ao E. Tribunal de Justiça para apreciação, sendo que, desde já recebo o recurso somente no EFEITO DEVOLUTIVO (art. 1.012, V do NCPC). Não ocorrendo à interposição de recurso voluntário, certifique-se o trânsito em julgado e ARQUIVEM-SE com as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Santarém - PA, 28 de junho de 2019. CAROLINA CERQUEIRA DE MIRANDA MAIA Juíza de Direito Titular da Vara do Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém-PA.

SECRETARIA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DE SANTARÉM

Número do processo: 0806292-81.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOOAB: 101784/MG Participação: ADVOGADO Nome: SAMLA CHALUB LAUAROAB: 154613/MG Participação: RECLAMADO Nome: ROZILDA SILVA ROZA Poder Judiciário do Estado do ParáTribunal de Justiça do EstadoComarca de Santarém - Secretaria da Vara do Juizado CívelTrav. Silvino Pinto, nº 604 (entre Mendonça Furtado e Presidente Vargas), bairro da Santa Clara, Tel. (93) 3522-3985E-mail: jecivelsantarem@tjpa.jus.brAUTOS DE AÇÃO DE CONHECIMENTOPROCESSO Nº:0806292-81.2019.8.14.0051PROMOVENTE:EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPPADVOGADO(A) DO(A) PROMOVENTE:DR(A). SAMLA CHALUB LAUAR, MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOPROMOVIDO(A):ROZILDA SILVA ROZADECISÃO Trata-se deAÇÃO DE COBRANÇAajuizada porEDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL TAPAJÓS LTDA-MEem desfavor deROZILDA SILVA ROZA.Após análise dos autos, verifico que o Sr EDUARDO HENRIQUE RAPACCInão possui legitimidade para figurar como representante da promovente nos Juizados Especiais, posto que que o contrato acostado ao ID11202688, confere poderes de administração da pessoa jurídica somente ao Sr. Carlos Eduardo Martins Perendré e a Sra. Fernanda Cristina dos Santos Rapacci. Ressalto que, conforme se verifica no ENUNCIADO 141 do FONAJE, a microempresa e a empresa de pequeno porte,quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, peloempresário individual ou pelo sócio dirigente.Verifico aindaque não consta nos autos odocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sendo este indispensável a propositura da ação, refletindo em requisito para o preenchimento dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo no âmbito dos Juizados Especiais, posto que oacessoda microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos Juizados Especiais depende da referida comprovação (Enunciado 135 do FONAJE).Assim, pelo exposto acima, concedo nos termos do art. 321 do CPC,o prazo de 15 (QUINZE) dias, para que a promovente proceda aEMENDA DA INICIAL, no sentido deregularizar a representaçãosupracitada e proceder a juntada dodocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sob pena de indeferimento da petição inicial com a consequente extinção e arquivamento do processo sem resolução do mérito.Intime-se.Após o decurso do prazo acima assinado, voltem os autos conclusos. GÉRSON MARRA GOMESJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santarém-PA(Documento assinado eletronicamente pelo PJE)

Número do processo: 0806279-82.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOOAB: 101784/MG Participação: ADVOGADO Nome: SAMLA CHALUB LAUAROAB: 154613/MG Participação: RECLAMADO Nome: IVANILDE DOS SANTOS REBELO Poder Judiciário do Estado do ParáTribunal de Justiça do EstadoComarca de Santarém - Secretaria da Vara do Juizado CívelTrav. Silvino Pinto, nº 604 (entre Mendonça Furtado e Presidente Vargas), bairro da Santa Clara, Tel. (93) 3522-3985E-mail: jecivelsantarem@tjpa.jus.brAUTOS DE AÇÃO DE CONHECIMENTOPROCESSO Nº:0806279-82.2019.8.14.0051PROMOVENTE:EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPPADVOGADO(A) DO(A) PROMOVENTE:DR(A). SAMLA CHALUB LAUAR, MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOPROMOVIDO(A):IVANILDE DOS SANTOS REBELODECISÃO Trata-se deAÇÃO DE COBRANÇAajuizada porEDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL TAPAJÓS LTDA-MEem desfavor deIVANILDE DOS SANTOS REBELO.Após análise dos autos, verifico que o Sr EDUARDO HENRIQUE RAPACCInão possui legitimidade para figurar como representante da promovente nos Juizados Especiais, posto que que o contrato acostado ao ID11196691, confere poderes de administração da pessoa jurídica somente ao Sr. Carlos Eduardo Martins Perendré e a Sra. Fernanda Cristina dos Santos Rapacci. Ressalto que, conforme se verifica no ENUNCIADO 141 do FONAJE, a microempresa e a empresa de pequeno porte,quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, peloempresário individual ou pelo sócio dirigente.Verifico aindaque não consta nos autos odocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sendo este indispensável a propositura da ação, refletindo em requisito para o preenchimento dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo no âmbito dos Juizados Especiais, posto que oacessoda microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos Juizados Especiais

depende da referida comprovação (Enunciado 135 do FONAJE).Assim, pelo exposto acima, concedo nos termos do art. 321 do CPC,o prazo de 15 (QUINZE) dias, para que a promovente proceda aEMENDA DA INICIAL, no sentido deregularizar a representaçãosupracitada e proceder a juntada dodocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sob pena de indeferimento da petição inicial com a consequente extinção e arquivamento do processo sem resolução do mérito.Intime-se.Após o decurso do prazo acima assinado, voltem os autos conclusos. GÉRSON MARRA GOMESJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santarém-PA(Documento assinado eletronicamente pelo PJE)

Número do processo: 0806107-43.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: EDMILSON GONCALVES DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: SHINDYE VASCONCELOS CUNHAOAB: 23305/PA Participação: RECLAMADO Nome: SOUZA CRUZ S/A Poder Judiciário do Estado do ParáTribunal de Justiça do EstadoComarca de Santarém - Secretaria da Vara do Juizado CívelTrav. Silvino Pinto, nº 604 (entre Mendonça Furtado e Presidente Vargas), bairro da Santa Clara, Tel. (93) 3522-3985E-mail: jecivelsantarem@tjpa.jus.brAUTOS DE AÇÃO DE CONHECIMENTO / EXECUÇÃO EXTRAJUDICAL PROCESSO Nº: 0806107-43.2019.8.14.0051PROMOVENTE/EXEQUENTE:RECLAMANTE: EDMILSON GONCALVES DE OLIVEIRAADVOGADO(A) DO(A) PROMOVENTE/EXEQUENTE:DR(A).Advogado(s) do reclamante: SHINDYE VASCONCELOS CUNHAPROMOVIDO(A)/EXECUTADO(A):RECLAMADO: SOUZA CRUZ S/AADVOGADO(A) DO(A) PROMOVIDO(A)/EXECUTADO(A):DR(A). DECISÃO Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS POR INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA promovida por EDMILSON GONÇALVES DE OLIVEIRA em desfavor de SOUZA CRUZ LTDA. O promovente narrou na inicial que é proprietário de ?um pequeno bar? e que realizou compras junto à promovida, sendo que atrasou os pagamento de algumas parcelas respectivas, no entanto, renegociou a dívida por telefone, que foi novamente parcelada e integralmente quitada. Entretanto, continuou o promovente, a promovida inscreveu o seu nome no SERASA/SPC pela dívida e o manteve injustamente naqueles cadastros mesmo após a sua quitação integral, causando-lhe restrições financeiras e comerciais. Por fim, o promovente requereu a concessão de tutela de urgência antecipatória, visando compelir a promovida a excluir o seu nome dos cadastros supracitados, bem como indenização por dano moral. Relatado. Decido. A tutela de urgência é disciplinada nos arts. 300 a 310 do CPC, tendo como requisitos a demonstração de evidências da probabilidade do direito, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo e, quando tiver a natureza antecipada, inexistência de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. No casosub judiceo promovente afirma que renegociou o débito pendente de pagamento junto à promovida por telefone, o que é bastante comum nos dias atuais, sendo que o novo parcelamento daquela dívida teria sido integralmente quitado, o que encontra ressonância nos documentos acostados ao feito nos IDs 11107419, 11107418, 11107420, 11107421 e 11107422, evidenciando a probabilidade do direito no presente caso. O promovente afirma que já vem sofrendo os danos dos alegados apontamentos indevidamente mantidos nos cadastros do SERASA/SPC, sendo que a manutenção dessa situação até o final da lide implicará em prejuízo ao resultado útil do processo, o que reclama,in casu, a pronta intervenção do Poder Judiciário. Por fim, não vislumbro perigo de irreversibilidade dos efeitos da tutela de urgência almejada, posto que a exclusão do nome do promovente dos cadastros de proteção ao crédito perdurará, tão somente, até segunda ordem deste juízo. Ante o exposto acima, com fulcro nos arts. 300 a 310 do CPC, por vislumbrar a presença de todos os requisitos necessários, DEFIRO a tutela de urgência de natureza antecipada almejada pelo promovente EDMILSON GONÇALVES DE OLIVEIRA para, em consequência, DETERMINAR à promovida SOUZA CRUZ LTDA que proceda a exclusão do nome do promovente de todos os cadastros de proteção ao crédito nos quais o tenha inscrito, em especial SERASA/SPC, em razão dos débitos referidos na inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena do pagamento de multa diária que fixo no importe de R$ 1.000,00 (mil reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a qual poderá ser majorada, sendo revertida em favor do promovente, até segunda ordem deste Juízo. Cite-se/Intime-se a promovida, dando-lhe ciência da data da audiência de conciliação, agendada no sistema do PJE, e do teor desta decisão, para o seu efetivo cumprimento. Intime-se o promovente, através do seu advogado. Cumpra-se. Santarém-PA, 19 de junho de 2019. Gérson Marra GomesJuiz de Direito

Número do processo: 0808409-79.2018.8.14.0051 Participação: EXEQUENTE Nome: R DA SILVA

SANTOS & CIA LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: TAIZA MIRELLA DA SILVA E SILVAOAB: 26184/PA Participação: EXECUTADO Nome: MARIA EDNEUZA DA SILVA DIAS Poder Judiciário do Estado do ParáTribunal de Justiça do EstadoComarca de Santarém - Secretaria da Vara do Juizado CívelTrav. Silvino Pinto, nº 604 (entre Mendonça Furtado e Presidente Vargas), bairro da Santa Clara, Tel. (93) 3522-3985E-mail: jecivelsantarem@tjpa.jus.brAUTOS DE AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICALPROCESSO Nº:0808409-79.2018.8.14.0051EXEQUENTE:R DA SILVA SANTOS & CIA LTDA - MEADVOGADO(A) DO(A) EXEQUENTE:DR(A). TAIZA MIRELLA DA SILVA E SILVAEXECUTADO(A): MARIA EDNEUZA DA SILVA DIASDECISÃO Ante o teor da certidão acostada ao ID11215519, determino o prosseguimento do feito haja vista que a exequente não acostou aos autos nenhum acordo extrajudicial.Assim, em face do teor da certidão acostada no ID 9088955, determino que se intime a exequente para, no prazo de 30 dias, indicar bens da executada à penhora, sob pena de extinção do presente feito sem resolução de mérito.GÉRSON MARRA GOMES Juiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santarém-PA(Documento assinado eletronicamente pelo PJE)

Número do processo: 0806231-26.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOOAB: 101784/MG Participação: ADVOGADO Nome: SAMLA CHALUB LAUAROAB: 154613/MG Participação: RECLAMADO Nome: DORVANEI DE SOUSA PEREIRA Poder Judiciário do Estado do ParáTribunal de Justiça do EstadoComarca de Santarém - Secretaria da Vara do Juizado CívelTrav. Silvino Pinto, nº 604 (entre Mendonça Furtado e Presidente Vargas), bairro da Santa Clara, Tel. (93) 3522-3985E-mail: jecivelsantarem@tjpa.jus.brAUTOS DE AÇÃO DE CONHECIMENTOPROCESSO Nº:0806231-26.2019.8.14.0051PROMOVENTE:EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPPADVOGADO(A) DO(A) PROMOVENTE:DR(A).SAMLA CHALUB LAUAR, MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOPROMOVIDO(A):DORVANEI DE SOUSA PEREIRADECISÃO Trata-se deAÇÃO DE COBRANÇAajuizada porEDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL TAPAJÓS LTDA-MEem desfavor deDORVANEI DE SOUZA PEREIRA.Após análise dos autos, verifico que o Sr EDUARDO HENRIQUE RAPACCInão possui legitimidade para figurar como representante da promovente nos Juizados Especiais, posto que que o contrato acostado ao ID11167999, confere poderes de administração da pessoa jurídica somente ao Sr. Carlos Eduardo Martins Perendré e a Sra. Fernanda Cristina dos Santos Rapacci. Ressalto que, conforme se verifica no ENUNCIADO 141 do FONAJE, a microempresa e a empresa de pequeno porte,quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, peloempresário individual ou pelo sócio dirigente.Verifico aindaque não consta nos autos odocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sendo este indispensável a propositura da ação, refletindo em requisito para o preenchimento dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo no âmbito dos Juizados Especiais, posto que oacessoda microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos Juizados Especiais depende da referida comprovação (Enunciado 135 do FONAJE).Assim, pelo exposto acima, concedo nos termos do art. 321 do CPC,o prazo de 15 (QUINZE) dias, para que a promovente proceda aEMENDA DA INICIAL, no sentido deregularizar a representaçãosupracitada e proceder a juntada dodocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sob pena de indeferimento da petição inicial com a consequente extinção e arquivamento do processo sem resolução do mérito.Intime-se.Após o decurso do prazo acima assinado, voltem os autos conclusos. GÉRSON MARRA GOMESJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santarém-PA(Documento assinado eletronicamente pelo PJE)

Número do processo: 0806277-15.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOOAB: 101784/MG Participação: ADVOGADO Nome: SAMLA CHALUB LAUAROAB: 154613/MG Participação: RECLAMADO Nome: IDENICE DE SOUZA LACERDA Poder Judiciário do Estado do ParáTribunal de Justiça do EstadoComarca de Santarém - Secretaria da Vara do Juizado CívelTrav. Silvino Pinto, nº 604 (entre Mendonça Furtado e Presidente Vargas), bairro da Santa Clara, Tel. (93) 3522-3985E-mail: jecivelsantarem@tjpa.jus.brAUTOS DE AÇÃO DE CONHECIMENTOPROCESSO Nº:0806277-15.2019.8.14.0051PROMOVENTE:EDUCACAO E

QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPPADVOGADO(A) DO(A) PROMOVENTE:DR(A).SAMLA CHALUB LAUAR, MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOPROMOVIDO(A):IDENICE DE SOUZA LACERDADECISÃO Trata-se deAÇÃO DE COBRANÇAajuizada porEDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL TAPAJÓS LTDA-MEem desfavor deIDENICE DE SOUZA LACERDA.Após análise dos autos, verifico que o Sr EDUARDO HENRIQUE RAPACCInão possui legitimidade para figurar como representante da promovente nos Juizados Especiais, posto que que o contrato acostado ao ID11194638, confere poderes de administração da pessoa jurídica somente ao Sr. Carlos Eduardo Martins Perendré e a Sra. Fernanda Cristina dos Santos Rapacci. Ressalto que, conforme se verifica no ENUNCIADO 141 do FONAJE, a microempresa e a empresa de pequeno porte,quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, peloempresário individual ou pelo sócio dirigente.Verifico aindaque não consta nos autos odocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sendo este indispensável a propositura da ação, refletindo em requisito para o preenchimento dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo no âmbito dos Juizados Especiais, posto que oacessoda microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos Juizados Especiais depende da referida comprovação (Enunciado 135 do FONAJE).Assim, pelo exposto acima, concedo nos termos do art. 321 do CPC,o prazo de 15 (QUINZE) dias, para que a promovente proceda aEMENDA DA INICIAL, no sentido deregularizar a representaçãosupracitada e proceder a juntada dodocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sob pena de indeferimento da petição inicial com a consequente extinção e arquivamento do processo sem resolução do mérito.Intime-se.Após o decurso do prazo acima assinado, voltem os autos conclusos. GÉRSON MARRA GOMESJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santarém-PA(Documento assinado eletronicamente pelo PJE)

Número do processo: 0806233-93.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOOAB: 101784/MG Participação: ADVOGADO Nome: SAMLA CHALUB LAUAROAB: 154613/MG Participação: RECLAMADO Nome: ELIZANGELA ANDRADE GAMA Poder Judiciário do Estado do ParáTribunal de Justiça do EstadoComarca de Santarém - Secretaria da Vara do Juizado CívelTrav. Silvino Pinto, nº 604 (entre Mendonça Furtado e Presidente Vargas), bairro da Santa Clara, Tel. (93) 3522-3985E-mail: jecivelsantarem@tjpa.jus.brAUTOS DE AÇÃO DE CONHECIMENTOPROCESSO Nº:0806233-93.2019.8.14.0051PROMOVENTE:EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPPADVOGADO(A) DO(A) PROMOVENTE:DR(A).SAMLA CHALUB LAUAR, MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOPROMOVIDO(A):ELIZANGELA ANDRADE GAMADECISÃO Trata-se deAÇÃO DE COBRANÇAajuizada porEDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL TAPAJÓS LTDA-MEem desfavor deELIZANGELA ANDRADE GAMA.Após análise dos autos, verifico que o Sr EDUARDO HENRIQUE RAPACCInão possui legitimidade para figurar como representante da promovente nos Juizados Especiais, posto que que o contrato acostado ao ID11168331, confere poderes de administração da pessoa jurídica somente ao Sr. Carlos Eduardo Martins Perendré e a Sra. Fernanda Cristina dos Santos Rapacci. Ressalto que, conforme se verifica no ENUNCIADO 141 do FONAJE, a microempresa e a empresa de pequeno porte,quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, peloempresário individual ou pelo sócio dirigente.Verifico aindaque não consta nos autos odocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sendo este indispensável a propositura da ação, refletindo em requisito para o preenchimento dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo no âmbito dos Juizados Especiais, posto que oacessoda microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos Juizados Especiais depende da referida comprovação (Enunciado 135 do FONAJE).Assim, pelo exposto acima, concedo nos termos do art. 321 do CPC,o prazo de 15 (QUINZE) dias, para que a promovente proceda aEMENDA DA INICIAL, no sentido deregularizar a representaçãosupracitada e proceder a juntada dodocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sob pena de indeferimento da petição inicial com a consequente extinção e arquivamento do processo sem resolução do mérito.Intime-se.Após o decurso do prazo acima assinado, voltem os autos conclusos. GÉRSON MARRA GOMESJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santarém-PA(Documento assinado eletronicamente pelo PJE)

Número do processo: 0806283-22.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOOAB: 101784/MG Participação: ADVOGADO Nome: SAMLA CHALUB LAUAROAB: 154613/MG Participação: RECLAMADO Nome: JOSEANE OLIVEIRA DA SILVA Poder Judiciário do Estado do ParáTribunal de Justiça do EstadoComarca de Santarém - Secretaria da Vara do Juizado CívelTrav. Silvino Pinto, nº 604 (entre Mendonça Furtado e Presidente Vargas), bairro da Santa Clara, Tel. (93) 3522-3985E-mail: jecivelsantarem@tjpa.jus.brAUTOS DE AÇÃO DE CONHECIMENTOPROCESSO Nº:0806283-22.2019.8.14.0051PROMOVENTE:EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPPADVOGADO(A) DO(A) PROMOVENTE:DR(A).SAMLA CHALUB LAUAR, MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOPROMOVIDO(A):JOSEANE OLIVEIRA DA SILVADECISÃO Trata-se deAÇÃO DE COBRANÇAajuizada porEDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL TAPAJÓS LTDA-MEem desfavor deJOSEANE OLIVEIRA DA SILVA.Após análise dos autos, verifico que o Sr EDUARDO HENRIQUE RAPACCInão possui legitimidade para figurar como representante da promovente nos Juizados Especiais, posto que que o contrato acostado ao ID11199209, confere poderes de administração da pessoa jurídica somente ao Sr. Carlos Eduardo Martins Perendré e a Sra. Fernanda Cristina dos Santos Rapacci. Ressalto que, conforme se verifica no ENUNCIADO 141 do FONAJE, a microempresa e a empresa de pequeno porte,quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, peloempresário individual ou pelo sócio dirigente.Verifico aindaque não consta nos autos odocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sendo este indispensável a propositura da ação, refletindo em requisito para o preenchimento dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo no âmbito dos Juizados Especiais, posto que oacessoda microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos Juizados Especiais depende da referida comprovação (Enunciado 135 do FONAJE).Assim, pelo exposto acima, concedo nos termos do art. 321 do CPC,o prazo de 15 (QUINZE) dias, para que a promovente proceda aEMENDA DA INICIAL, no sentido deregularizar a representaçãosupracitada e proceder a juntada dodocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sob pena de indeferimento da petição inicial com a consequente extinção e arquivamento do processo sem resolução do mérito.Intime-se.Após o decurso do prazo acima assinado, voltem os autos conclusos. GÉRSON MARRA GOMESJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santarém-PA(Documento assinado eletronicamente pelo PJE)

Número do processo: 0800578-77.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: RAIMUNDA SANTANA DA PENHA MONTEIRO Participação: ADVOGADO Nome: JOSE WILSON DA SILVA CRUZOAB: 8038 Participação: RECLAMADO Nome: BRUNO MEIRELES Participação: ADVOGADO Nome: LENILSON SOUSA DE ASSISOAB: 8489 Poder Judiciário do Estado do ParáTribunal de Justiça do EstadoComarca de Santarém - Secretaria da Vara do Juizado CívelTrav. Silvino Pinto, nº 604 (entre Mendonça Furtado e Presidente Vargas), bairro da Santa Clara, Tel. (93) 3522-3985E-mail: jecivelsantarem@tjpa.jus.brAUTOS DE AÇÃO DE CONHECIMENTO em fase de CUMPRIMENTO DE SENTENÇAPROCESSO Nº:0800578-77.2018.8.14.0051PROMOVENTE/EXEQUENTE: RAIMUNDA SANTANA DA PENHA MONTEIROADVOGADO(A) DO(A) PROMOVENTE/EXEQUENTE:DR(A). JOSE WILSON DA SILVA CRUZPROMOVIDO(A)/EXECUTADO(A): BRUNO MEIRELESADVOGADO(A) DO(A) PROMOVIDO(A)/EXECUTADO(A):DR(A). LENILSON SOUSA DE ASSISDECISÃOFoi acostado aos autos requerimento do(a) promovente/exequente de cumprimento de sentença (ID10296317).Sendo assim:1 ? Inicialmente,autorizo o desarquivamento dos autos.2 ?Em seguida, indefiro o pedido de acréscimo de honorários advocatícios de dez por cento, postulado no item 2 do referido cumprimento, posto que de acordo com que preceitua o Enunciado 97 do FONAJE, não tem incidência na esfera dos Juizados Especiais Cíveis.3- Determino que, nos termos do § 1º do art. 523 do CPC, proceda-se a intimação do(a) promovido(a)/executado(a) para efetuar o pagamento do débito, no importe de R$966,61 (novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e um centavos), no prazo de15 (quinze) dias, devendo ser advertido(a) que o não cumprimento importará em acréscimo de multa de 10% (dez por cento).4 - No caso de pagamento do débito, conforme estabelecido acima, deverá o(a) promovido(a)/executado(a), no prazo de 10 (dez) dias, a partir do referido pagamento, comunicar a este Juízo, para extinção do feito pela satisfação da obrigação.5 -O(A) promovido(a)/executado(a) deverá ainda ser advertido(a) de que não havendo comunicação de pagamento do débito, o processo prosseguirá com a penhora de seus bens para garantir à satisfação da obrigação na presente demanda,ficando, neste caso, desde já deferido pedido do promovente/exequente quanto a realização da penhoraon line, pelo sistemaBACENJUD,diante da

preferência do dinheiro na ordem legale pelo sistemaRENAJUD, a fim de verificar se o(a) promovido(a)/executado(a) tem algum veículo penhorável e livre de ônus a garantir a presente obrigação, caso a diligência anterior seja infrutífera, devendo, oportunamente, a secretaria encaminhar os autos ao gabinete para os procedimentos e verificação dos resultados da penhoraon line.Cumpra-se.GÉRSON MARRA GOMESJuiz de Direito da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santarém-PA(Documento assinado eletronicamente pelo PJE)

Número do processo: 0806234-78.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOOAB: 101784/MG Participação: ADVOGADO Nome: SAMLA CHALUB LAUAROAB: 154613/MG Participação: RECLAMADO Nome: GRACILENE ARAUJO DE AGUIAR Poder Judiciário do Estado do ParáTribunal de Justiça do EstadoComarca de Santarém - Secretaria da Vara do Juizado CívelTrav. Silvino Pinto, nº 604 (entre Mendonça Furtado e Presidente Vargas), bairro da Santa Clara, Tel. (93) 3522-3985E-mail: jecivelsantarem@tjpa.jus.brAUTOS DE AÇÃO DE CONHECIMENTOPROCESSO Nº:0806234-78.2019.8.14.0051PROMOVENTE:EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPPADVOGADO(A) DO(A) PROMOVENTE:DR(A).SAMLA CHALUB LAUAR, MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOPROMOVIDO(A):GRACILENE ARAUJO DE AGUIARDECISÃO Trata-se deAÇÃO DE COBRANÇAajuizada porEDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL TAPAJÓS LTDA-MEem desfavor deGRACILENE ARAÚJO DE AGUIAR.Após análise dos autos, verifico que o Sr EDUARDO HENRIQUE RAPACCInão possui legitimidade para figurar como representante da promovente nos Juizados Especiais, posto que que o contrato acostado ao ID11168565, confere poderes de administração da pessoa jurídica somente ao Sr. Carlos Eduardo Martins Perendré e a Sra. Fernanda Cristina dos Santos Rapacci. Ressalto que, conforme se verifica no ENUNCIADO 141 do FONAJE, a microempresa e a empresa de pequeno porte,quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, peloempresário individual ou pelo sócio dirigente.Verifico aindaque não consta nos autos odocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sendo este indispensável a propositura da ação, refletindo em requisito para o preenchimento dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo no âmbito dos Juizados Especiais, posto que oacessoda microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos Juizados Especiais depende da referida comprovação (Enunciado 135 do FONAJE).Assim, pelo exposto acima, concedo nos termos do art. 321 do CPC,o prazo de 15 (QUINZE) dias, para que a promovente proceda aEMENDA DA INICIAL, no sentido deregularizar a representaçãosupracitada e proceder a juntada dodocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sob pena de indeferimento da petição inicial com a consequente extinção e arquivamento do processo sem resolução do mérito.Intime-se.Após o decurso do prazo acima assinado, voltem os autos conclusos. GÉRSON MARRA GOMESJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santarém-PA(Documento assinado eletronicamente pelo PJE)

Número do processo: 0806290-14.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOOAB: 101784/MG Participação: ADVOGADO Nome: SAMLA CHALUB LAUAROAB: 154613/MG Participação: RECLAMADO Nome: IDANELSON JOSE MORAES DA SILVA Poder Judiciário do Estado do ParáTribunal de Justiça do EstadoComarca de Santarém - Secretaria da Vara do Juizado CívelTrav. Silvino Pinto, nº 604 (entre Mendonça Furtado e Presidente Vargas), bairro da Santa Clara, Tel. (93) 3522-3985E-mail: jecivelsantarem@tjpa.jus.brAUTOS DE AÇÃO DE CONHECIMENTOPROCESSO Nº:0806290-14.2019.8.14.0051PROMOVENTE:EDUCACAO E QUALIFICACAO PROFISSIONAL TAPAJOS LTDA - EPPADVOGADO(A) DO(A) PROMOVENTE:DR(A).SAMLA CHALUB LAUAR, MARCOS THADEU DE OLIVEIRA E BRITTOPROMOVIDO(A):IDANELSON JOSE MORAES DA SILVADECISÃO Trata-se deAÇÃO DE COBRANÇAajuizada porEDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL TAPAJÓS LTDA-MEem desfavor deIDANELSON JOSE MORAES DA SILVA.Após análise dos autos, verifico que o Sr EDUARDO HENRIQUE RAPACCInão possui legitimidade para figurar como representante da promovente nos Juizados Especiais, posto que que o contrato acostado ao ID11201420, confere poderes de administração da pessoa jurídica somente ao Sr. Carlos Eduardo Martins Perendré e a Sra. Fernanda Cristina dos

Santos Rapacci. Ressalto que, conforme se verifica no ENUNCIADO 141 do FONAJE, a microempresa e a empresa de pequeno porte,quando autoras, devem ser representadas, inclusive em audiência, peloempresário individual ou pelo sócio dirigente.Verifico aindaque não consta nos autos odocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sendo este indispensável a propositura da ação, refletindo em requisito para o preenchimento dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo no âmbito dos Juizados Especiais, posto que oacessoda microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos Juizados Especiais depende da referida comprovação (Enunciado 135 do FONAJE).Assim, pelo exposto acima, concedo nos termos do art. 321 do CPC,o prazo de 15 (QUINZE) dias, para que a promovente proceda aEMENDA DA INICIAL, no sentido deregularizar a representaçãosupracitada e proceder a juntada dodocumento fiscalreferente ao negócio jurídico, sob pena de indeferimento da petição inicial com a consequente extinção e arquivamento do processo sem resolução do mérito.Intime-se.Após o decurso do prazo acima assinado, voltem os autos conclusos. GÉRSON MARRA GOMESJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Santarém-PA(Documento assinado eletronicamente pelo PJE)

Número do processo: 0806293-66.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA ELIANA DE SOUZA LIMA Participação: ADVOGADO Nome: LUCIANA DA ROCHA BATISTA PESSOAOAB: 28376/PA Participação: RECLAMADO Nome: ITAU UNIBANCO S.A. Poder Judiciário do Estado do ParáTribunal de Justiça do EstadoComarca de Santarém - Secretaria da Vara do Juizado CívelTrav. Silvino Pinto, nº 604 (entre Mendonça Furtado e Presidente Vargas), bairro da Santa Clara, Tel. (93) 3522-3985E-mail: jecivelsantarem@tjpa.jus.brPROCESSO Nº: 0806293-66.2019.8.14.0051AUTOS DE AÇÃO DE CONHECIMENTOPROMOVENTE: Nome: MARIA ELIANA DE SOUZA LIMAEndereço: Avenida Tapajós, 1239, apto 102, Centro, SANTARéM - PA - CEP: 68005-000ADVOGADO(A) DO(A) PROMOVENTE: Advogado(s) do reclamante: LUCIANA DA ROCHA BATISTA PESSOA OAB/PA 28.376PROMOVIDO(A): RECLAMADO: ITAU UNIBANCO S.A.AUDIÊNCIA:21/08/2019 09:30INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA UNASenhor(a)Advogado(a) do(a) promovente,Pela presente, está Vossa Senhoria e seu/sua clienteINTIMADOSa comparecerem àAUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para o dia21/08/2019 09:30horas, a qual se realizará na Sala de Audiências desta Vara do Juizado Cível, localizado na Trav. Silvino Pinto, nº 604 (entre Mendonça Furtado e Presidente Vargas), bairro da Santa Clara, nesta cidade, oportunidade em que poderá o(a) promovente produzir qualquer prova em direito admitida, ficandodesde já ciente de que o não comparecimento, injustificado, de seu/sua cliente acarretará o arquivamento do processo sem resolução do mérito, com condenação do(a) promovente em custas processuais, nos termos do art. 51 da Lei 9.099/95.Fica V. Sª também ciente de que nas causas de valor acima de 20 (vinte) salários mínimos, as partes deverão comparecer à referida audiência acompanhadas de seus respectivos advogados. Santarém, 28 de junho de 2019 Ainda, fica intimada da decisão liminar abaixo:DECISÃO Trata-se de AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA DE URGÊNCIA ajuizada por MARIA ELIANA DE SOUZA LIMA em desfavor de BANCO ITAÚ S/A (ITAÚ UNIBANCO S/A). A promovente narrou na inicial que era proprietária do veículo Honda/CMC LX, placa JTT4285, o qual vendeu em dezembro de 2006, sendo que o comprador o teria financiado junto ao promovido. No entanto, a promovente afirma que neste corrente mês e ano foi surpreendida quando lhe negaram um cartão de crédito e um empréstimo bancário, ocasião que lhe informaram que o seu nome estava com restrição de crédito. Ao procurar a origem da restrição supracitada, soube que se tratava de débito atinente a inadimplência de IPVA do veículo supracitado junto ao Detran e Sefa/PA. Na sequência, descobriu que havia uma ação de reintegração de posse, que tramitou pela 1ª Vara Cível e Empresarial desta comarca sob o nº 0003908-02.2007.8.14.0051, que tem no polo ativo BANCO ITAU CIA ITAULEASING ARRENDAMENTO MERCANTIL e no polo PASSIVO WILDENBERGUE BARROSO VIANA, o que, no seu entendimento, comprova que no ano de 2007 já não era mais proprietária do veículo referido acima. Por fim, a promovente requereu, como tutela de urgência de natureza antecipada, que se oficie ao DETRAN/PA e a SEFA/PA para que procedam a transferência do veículo e protestos para o nome do promovido ?a contar da data de assinatura do recibo de transferência?. Requereu também a expedição de mandado determinando ao promovido que efetive a transferência do veículo e respectiva dívida em prazo a ser fixado pelo juízo, sob pena de astreintes e transferência por ordem judicial; que se oficie ao Tabelionado do Cartório local onde restou protestada, a fim de que se proceda a baixa do protesto respectivo; e, por fim, indenização por danos morais. É o relatório. Decido. A tutela de urgência é disciplinada nos arts. 300 a 310 do CPC, tendo como requisitos a demonstração de evidências da

probabilidade do direito, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo e, quando tiver a natureza antecipada, inexistência de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. No caso sob testilha,data vênia, não verifico a presença, neste momento processual, de evidências da probabilidade do direito, posto que não há nos autos qualquer elemento de convicção que demonstre a efetiva venda do veículo especificado acima. Ademais, não há como este juízo determinar providências à SEFA/PA e ao DETRAN/PA, posto que estes entes não são parte na presente demanda, e nem poderiam, em face do disposto no art. 8º da Lei nº 9.099/95. Observo que da narrativa da inicial, extrai-se que o veículo teria sido vendido para ?um terceiro?, sendo o promovido apenas agente financiador daquela transação, o que deverá ser melhor elucidado ao longo da tramitação processual, implicando,a priori, que não tem como transferir o veículo supracitado. Ante o exposto, por não vislumbrar a presença dos requisitos necessários para tanto, INDEFIRO o pedido de TUTELA DE URGÊNCIA DE NATUREZA ANTECIPADA. Com fulcro nos arts. 98 e segts. do CPC, concedo à promovente a gratuidade da justiça, conforme requerido na inicial. Defiro, com fulcro nos arts. 1.048, I, do CPC, e 71 da Lei nº 10.741/2013,PRIORIDADE NA TRAMITAÇÃOdo presente feito, devendo a secretaria incluí-lo na pauta, designando audiênciaUNA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTOna data mais próxima possível. Após, cite-se/intime-se o promovido, na forma de praxe, inclusive dando-lhe ciência desta decisão. Intime-se a promovente, através da sua advogada, da audiência supracitada e do teor desta decisão. P. R. I. Cumpra-se.

VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DE SANTARÉM

Número do processo: 0807102-90.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: ELIZANGELA RABELO DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESOAB: 13355/O/MT Participação: RECLAMADO Nome: TELEFONICA BRASIL Participação: ADVOGADO Nome: WILKER BAUHER VIEIRA LOPESOAB: 29.320/GO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SANTARÉM VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO Processo 0807102-90.2018.8.14.0051RECLAMANTE: ELIZANGELA RABELO DA SILVAAdvogado(s) do reclamante: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESRECLAMADO: TELEFONICA BRASIL C E R T I D Ã O ROOSEVELT PINTO DE JESUS, Diretor de Secretaria da Vara do Juizado Especial da Relação de Consumo de Santarém, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei...CERTIFICO, que em razão da necessidade da readequação na pauta de audiências desta vara, a audiência anteriormente designada foiremarcada para oDIA 11/07/2019 11:15 HORAS,devendo ser procedida a intimação das partes, ressaltando-se que havendo advogado habilitado nos autos a intimação será via DJE, nos termos da Portaria Conjunta nº 001/2018- GP/VP. O referido é verdade e dou fé.Santarém, 28 de junho de 2019. ROOSEVELT PINTO DE JESUSDiretor de Secretaria da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0800981-12.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: FRANCISCO VALDECIO DE FREITAS ARAUJO Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESOAB: 13355/O/MT Participação: RECLAMADO Nome: TELEFONICA BRASIL Participação: ADVOGADO Nome: WILKER BAUHER VIEIRA LOPESOAB: 29.320/GO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SANTARÉM VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO Processo 0800981-12.2019.8.14.0051RECLAMANTE: FRANCISCO VALDECIO DE FREITAS ARAUJOAdvogado(s) do reclamante: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESRECLAMADO: TELEFONICA BRASILAdvogado(s) do reclamado: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES C E R T I D Ã O ROOSEVELT PINTO DE JESUS, Diretor de Secretaria da Vara do Juizado Especial da Relação de Consumo de Santarém, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei...CERTIFICO, que em razão da necessidade da readequação na pauta de audiências desta vara, a audiência anteriormente designada foiremarcada para oDIA 11/07/2019 12:30 HORAS,devendo ser procedida a intimação das partes, ressaltando-se que havendo advogado habilitado nos autos a intimação será via DJE, nos termos da Portaria Conjunta nº 001/2018- GP/VP. O referido é verdade e dou fé.Santarém, 28 de junho de 2019. ROOSEVELT PINTO DE JESUSDiretor de Secretaria da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0000704-92.2012.8.14.0950 Participação: AUTOR Nome: ROSINETE GOMES DE SOUSA Participação: ADVOGADO Nome: ROSA VIRGINIA PEREIRA DA CUNHA BARROSOAB: 8946 Participação: ADVOGADO Nome: IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINOOAB: 77 Participação: ADVOGADO Nome: BENONES AGOSTINHO DO AMARALOAB: 9592/PA Participação: RÉU Nome: NEW LOG SERVICOS DE TRANSPORTES AEREOS LTDA - MEPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE SANTARÉMVARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMOProcesso 0000704-92.2012.8.14.0950AUTOR: ROSINETE GOMES DE SOUSAAdvogado(s) do reclamante: IDENILZA REGINA SIQUEIRA RUFINO, ROSA VIRGINIA PEREIRA DA CUNHA BARROS, BENONES AGOSTINHO DO AMARALRÉU: NEW LOG SERVICOS DE TRANSPORTES AEREOS LTDA - ME C E R T I D Ã O CERTIFICO, em decorrência dos poderes a mim conferidos por lei, que conforme noticiado pelos Correios, não foi possível proceder a citação da parte promovida, razão pela qual procedo a intimação da parte autora para manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias.O referido é verdade e dou fé. Santarém,28 de junho de 2019 . JANDRA CUNHAAuxiliar de Secretaria da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0802372-02.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA VERIANA DE CASTRO Participação: ADVOGADO Nome: JULIANA CYPRESTE FERRARIOAB: 25230/ES Participação: RECLAMADO Nome: GOL LINHAS AÉREAS S/ADECISÃO Os princípios/critérios norteadores do microssistema dos Juizados Especiais encontram-se previstos na Legislação pertinente, em seu art. 2º (Lei 9.099/95), textuais: Art. 2º O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação. Não obstante conste como critério norteador, inerente à própria essência do microssistema a busca pela conciliação, observamos que os Juizados Especiais consistem em um microssistema com procedimentos específicos e regulação pela Lei 9.099/95, em conjunto com as Leis dos Juizados Federais e da Fazenda Pública e do NCPC para os casos em que a lei original seja omissa, conforme orienta o art. 1.046, §2º do NCPC. O novel Codex processual prevê a possibilidade, no art. 334, §4º de não realização de audiência de conciliação, quando qualquer uma das partes manifestarem desinteresse na composição ou quando esta não for admitida. Pois bem, na presente demanda o autor manifesta que esgotou administrativamente todas as tentativas de composição amigável com a parte reclamada, além de manifestar expressamente o desinteresse na audiência de conciliação, a qual se demonstra potencialmente inócua. Tendo em vista o pedido da parte autora, devidamente fundamentado, assim como a experiência deste Juizado no sentido de que quase na totalidade de casos de natureza semelhante não há apresentação de nenhuma proposta de acordo, assim como o fato da pauta encontrar-se assoberbada, conclui-se que atende aos critérios de celeridade, economia e informalidadeCANCELAR A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA, uma vez que no presente caso em concreto existem fortes indícios de que a mesma apenas retardaria a marcha processual em prejuízo às partes, haja vista que o compromisso do Magistrado deve ser buscar o rito que atenda aos princípios e à maior eficiência do processo, evitando atos que tumultuem sua marcha. Cite-se e Intime-se a parte ré para que apresente, por petição, sua contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 335 do NCPC), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor. Após, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte autora se manifeste ante a defesa da parte requerida. Por ora, deixo de designar audiência de instrução e julgamento, havendo alegação de não haver necessidade de produção de prova oral, a qual pode ser requerida com a devida fundamentação pelas partes nos prazos acima, determinando que após, venham os autos conclusos para sentença. Santarém/PA, 26 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0800696-19.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA DAS GRACAS MALHEIROS MONTEIRO Participação: ADVOGADO Nome: LUIZ MOTA DE SIQUEIRA NETOOAB: 23267/PA Participação: RECLAMADO Nome: TELEMAR NORTE LESTE S/A Participação: ADVOGADO Nome: VERA LUCIA LIMA LARANJEIRAOAB: 17196/PADECISÃO R. H. Analisando os autos e a petição/certidão constante nos mesmo, e ainda, tendo em vista o não cumprimento da liminar pela requerida,MAJOROa multa convencionada para o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com limite de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), e determino que intime-se a reclamada para que cumpraIMEDIATAMENTEa liminar deferida nos autos, sob pena da multa supracitada, por dia de descumprimento. Intime-se a executada para que se manifeste, caso queira, no prazo de 15 (quinze) dias. Santarém/PA, 26 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0805668-66.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: ANA MARY LINS LEAL Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIROOAB: 8049/PANúmero: 0805668-66.2018.8.14.0051ANA MARY LINS LEALXCENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPADECISÃO DE SUSPENSAO DO FEITO DECORRENTE DE INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVASCompulsando-se os autos, verifica-se que o assunto da presente demanda se subsume a tese de IRDR pendente de julgamento. O Incidente de Resolução de Demanda Repetitivas - IRDR- tem previsão legal no art.976e seguintes doNCPC. Segundo dispõe o artigo 982, inciso I, admitido o IRDR, o relator suspenderá os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou ainda na região, conforme o caso.Assim, admitido o IRDR, todos os processos que versem sobre aquela questão

jurídica repetitiva devem ser suspensos, inclusive os que tramitam no âmbito deste Juizado Especial.Portanto, em atenção ao acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, consequência doIncidente de Resolução de Demandas Repetitivas n.º 0801251-63.2017.814.0000, suscitado pelo Juízo de Direito da 3ª vara do juizado especial cível de Ananindeua,ACATO A ORDEM DE SUSPENSÃOde todos os feitos que tramitam neste juizado especial, que sejam decorrentes da cobrança de débitos frutos da apuração de irregularidades no consumo de energia elétrica fornecida pelas Centrais elétricas do Estado do Pará.Ressalto que a suspensão relaciona-se exclusivamente aos feitos que possuam causa de pedir diretamente relacionada com o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n.º 0801251-63.2017.814.0000, que decidirá sobre a validade da atuação da concessionária de energia elétrica ? CELPA- no que toca à constituição de débitos decorrentes de consumo não registrado (CNR), bem como a existência de provimentos judiciais dissonantes sobre a questão, considerado como grave ofensa à isonomia e à segurança jurídica tanto dos consumidores quanto da própria concessionária do serviço público.Assevero que o prazo para julgamento do IRDR é de um ano, findo o qual cessa a suspensão dos processos(art.980,CPC), podendo haver prorrogação destepor decisão fundamentada do relator.À secretaria:Proceda-se ao registro no sistema PJE da suspensão do feito pelo prazo de 1 (um) ano, conformeart.980, NCPC, ou até prolação de acórdão proferido no IRDR n.º0801251-63.2017.814.0000, admitido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará.Intimem-se.Santarém/PA, 18 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0809569-42.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: MARLYANE REGO DE ALMEIDA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESOAB: 13355/O/MT Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BRADESCARD S.A. Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PA Participação: ADVOGADO Nome: ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJOOAB: 29442/BAMOVIMENTAÇÃO PJE SEM CARÁTER DECISÓRIO Trata-seSOMENTEde movimentação necessária no sistema eletrônicoPJEpara cadastramento do eventoSENTENÇA,esta já proferida em evento anterior, oportunidade em que as partes e seus advogados foram regularmente intimados, salvo os que não participaram do ato, contando a partir daí todos os prazos para eventual recurso. Esta movimentação não tem caráter decisório, não ensejando contagem ou reabertura de prazo para as partes, nos termos da legislação processual em vigor. Santarém/PA, 27 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0800822-69.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: GILSON FIGUEIRA DOS SANTOS Participação: RECLAMADO Nome: EXPEDIA DO BRASIL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA Participação: ADVOGADO Nome: FABIO RIVELLIOAB: 21074/PA Participação: RECLAMADO Nome: L. A. EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: RAPHAEL TAQUES PILATTIOAB: 38604/PRNúmero: 0800822-69.2019.8.14.0051GILSON FIGUEIRA DOS SANTOS (RECLAMANTE)EXPEDIA DO BRASIL AGENCIA DE VIAGENS E TURISMOLTDA (RECLAMADO)L. A. EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA - ME(RECLAMADO)DECISÃODiante da juntada de novos documentos pelo autor, os quais foram apresentados no momento do ajuizamento, porém não constavam no sistema PJE, devolvo prazo para que as partes manifestem-se sobre os documentos juntados, no prazo de 15 dias. Ademais, embora entender devidamente citada a empresa L.A. EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS LTDA, devolvo o prazo de 15 dias para apresentação de defesa, unicamente pela juntada de novos documentos que baseiam o pleito.Após, remetam-se os autos imediatamente conclusos para sentença. Santarém, 25 de junho de 2019VINICIUS DE AMORIM PEDRASSSOLIJUIZ DE DIREITO

Número do processo: 0802683-61.2017.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: JULIANA RIBEIRO LIMA MACHADO Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIROOAB: 8049/PA0802683-61.2017.8.14.0051JULIANA RIBEIRO LIMA MACHADOXCENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. -

CELPADECISÃODefiro a gratuidade. Dispenso o pagamento de custas.Arquivem-se.Santarém/PA, 24 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0002084-14.2016.8.14.0950 Participação: RECLAMANTE Nome: RENILSON MARINHO ALVES Participação: ADVOGADO Nome: LINDERLI GERMANO MUNIZOAB: 3144 Participação: ADVOGADO Nome: EDSON DE SIQUEIRA VIEIRAOAB: 045 Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIROOAB: 8049/PA0002084-14.2016.8.14.0950RENILSON MARINHO ALVESXCENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A - CELPADECISÃOIntime-se o reclamado para pagamento espontâneo do valor executado, sob pena de multa de 10% e penhora on-line.Santarém/PA, 24 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0000406-37.2011.8.14.0950 Participação: AUTOR Nome: TOSTARE PARA COMERCIO LTDA ME Participação: ADVOGADO Nome: CARLA ANDRESSA DE SOUZAOAB: 27567/PA Participação: RÉU Nome: MARES REFRIGERACAO E AUTOMACAO COMERCIAL Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO CARVALHO LOBOOAB: 5546PADECISÃO R. H. Conforme se depreende dos autos, restou infrutífera a tentativa de citação/intimação da empresa reclamada. Intimado o reclamante para se manifestar, este solicitou a citação da empresa reclamada em nome dos sócios para prosseguimento da ação. O Enunciado 60 do FONAJE prevê a possibilidade de desconsideração requerida nos seguintes termos:É cabível a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, inclusive na fase da execução. No mesmo sentido dispõe o Código de Defesa do Consumidor: Art. 28 O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração. §5º. Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores. Cabe salientar o entendimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, no julgamento do REsp. 279.273/SP, publicado em 29/03/2004: Outra questão é saber se o ato do juiz depende de pedido da parte. E, a meu juízo, não depende a aplicação do art. 28 de requerimento da parte. Se houver a presença das situações descritas no caput, em detrimento do consumidor, o juiz poderá fazer incidir o dispositivo, independentemente de requerimento da parte. O que provoca a incidência da desconsideração é a existência de prejuízo para o consumidor. Havendo o prejuízo, está o juiz autorizado a fazer valer o art. 28. Dessa forma, considerando as informações apresentadas, onde estão indicados os sócios da empresa reclamada, entendo oportuna aDESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA DEMANDADA, com fulcro na teoria menor da desconsideração (art. 28, §5º do CDC), devendo ser incluído o nome dos sócios no polo passivo da presente ação. Deste modo, determino a citação/intimação dos sócios no endereço indicado pelo autor, para tomarem ciência da presente ação. Citem-se. Cumpra-se Santarém/PA, 24 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0801243-59.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: OMAIDA NOGUEIRA DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: DANIEL MARQUES COHENOAB: 27584/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIROOAB: 8049/PADECISÃO R. H. Analisando os autos e a petição/certidão constante nos mesmo, e ainda, tendo em vista o não cumprimento da liminar pela requerida,MAJOROa multa convencionada para o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), com limite de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), e determino que intime-se a reclamada para que cumpraIMEDIATAMENTEa liminar deferida nos autos, sob pena da multa supracitada, por dia de descumprimento. Intime-se a executada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias se manifeste

ante a alegação da parte autora. Cumpra-se em plantão judicial. Santarém/PA, 28 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0806980-77.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: ZENAIDE ARAUJO DOS SANTOS Participação: RECLAMANTE Nome: CARLA INGRED BATISTA VIEIRA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL SGANZERLA DURANDOAB: 16637/PASENTENÇAVistos etc.Nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/95, dispenso o relatório e decido.As partes requereram a homologação de acordo realizado.Sendo as partes legítimas e capazes, bem como lícito o objeto da avença,HOMOLOGO POR SENTENÇAo acordo por elas firmado nos autos, determinando a extinção do feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, III, b do CPC.Em caso de depósito judicial, expeça-se alvará.P. R. I.Santarém/PA, 25 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0806394-06.2019.8.14.0051 Participação: REQUERENTE Nome: EMLC IMOBILIARIA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: JEAN LUCAS CORREA FREITASOAB: 26931/PA Participação: REQUERIDO Nome: TELEFONICA BRASILPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DA COMARCA DE SANTARÉMAV. MARECHAL RONDON, S/N, BAIRRO CARANAZAL, CAMPUS RONDON ? UFOPA. CEP 68040-070CONTATOS: TELEFONE (93)2101-3637. EMAIL: JECONSUMOSANTAREM@TJPA.JUS.BRProcesso 0806394-06.2019.8.14.0051REQUERENTE: EMLC IMOBILIARIA LTDAAdvogado(s) do reclamante: JEAN LUCAS CORREA FREITASREQUERIDO: TELEFONICA BRASILCERTIDÃO - ATO ORDINATÓRIO CERTIFICO, que foi designado oDIA 20/11/2019 11:00 HORAS, paraaudiência Conciliação, devendo ser procedida a intimação e/ou citação das partes.O referido é verdade e dou fé. Santarém, 28 de junho de 2019 .WENDY SOUSAAuxiliar Judiciário da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0807416-36.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: JORGE GAMBOA QUEIROZ Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESOAB: 13355/O/MT Participação: RECLAMADO Nome: TELEFONICA BRASIL Participação: ADVOGADO Nome: WILKER BAUHER VIEIRA LOPESOAB: 29.320/GO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SANTARÉM VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO Processo 0807416-36.2018.8.14.0051RECLAMANTE: JORGE GAMBOA QUEIROZAdvogado(s) do reclamante: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESRECLAMADO: TELEFONICA BRASILAdvogado(s) do reclamado: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES C E R T I D Ã O ROOSEVELT PINTO DE JESUS, Diretor de Secretaria da Vara do Juizado Especial da Relação de Consumo de Santarém, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei...CERTIFICO, que em razão da necessidade da readequação na pauta de audiências desta vara, a audiência anteriormente designada foiremarcada para oDIA 11/07/2019 11:30 HORAS,devendo ser procedida a intimação das partes, ressaltando-se que havendo advogado habilitado nos autos a intimação será via DJE, nos termos da Portaria Conjunta nº 001/2018- GP/VP. O referido é verdade e dou fé.Santarém, 28 de junho de 2019. ROOSEVELT PINTO DE JESUSDiretor de Secretaria da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0807010-15.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: CRISLANO MARQUES XAVIER Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESOAB: 13355/O/MT Participação: RECLAMADO Nome: TELEFONICA BRASIL S.A. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SANTARÉM VARA DO JUIZADO

ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO Processo 0807010-15.2018.8.14.0051RECLAMANTE: CRISLANO MARQUES XAVIERAdvogado(s) do reclamante: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESRECLAMADO: TELEFONICA BRASIL S.A. C E R T I D Ã O ROOSEVELT PINTO DE JESUS, Diretor de Secretaria da Vara do Juizado Especial da Relação de Consumo de Santarém, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei...CERTIFICO, que em razão da necessidade da readequação na pauta de audiências desta vara, a audiência anteriormente designada foiremarcada para oDIA 11/07/2019 12:00 HORAS,devendo ser procedida a intimação das partes, ressaltando-se que havendo advogado habilitado nos autos a intimação será via DJE, nos termos da Portaria Conjunta nº 001/2018- GP/VP. O referido é verdade e dou fé.Santarém, 28 de junho de 2019. ROOSEVELT PINTO DE JESUSDiretor de Secretaria da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0807101-08.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: ELIOMAR BRANCHES CASTRO Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESOAB: 13355/O/MT Participação: RECLAMADO Nome: TELEFONICA BRASIL Participação: ADVOGADO Nome: WILKER BAUHER VIEIRA LOPESOAB: 29.320/GO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SANTARÉM VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO Processo 0807101-08.2018.8.14.0051RECLAMANTE: ELIOMAR BRANCHES CASTROAdvogado(s) do reclamante: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESRECLAMADO: TELEFONICA BRASIL C E R T I D Ã O ROOSEVELT PINTO DE JESUS, Diretor de Secretaria da Vara do Juizado Especial da Relação de Consumo de Santarém, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei...CERTIFICO, que em razão da necessidade da readequação na pauta de audiências desta vara, a audiência anteriormente designada foiremarcada para oDIA 11/07/2019 12:45 HORAS,devendo ser procedida a intimação das partes, ressaltando-se que havendo advogado habilitado nos autos a intimação será via DJE, nos termos da Portaria Conjunta nº 001/2018- GP/VP. O referido é verdade e dou fé.Santarém, 28 de junho de 2019. ROOSEVELT PINTO DE JESUSDiretor de Secretaria da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0800982-94.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: ADELIA MARQUES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESOAB: 13355/O/MT Participação: RECLAMADO Nome: TELEFONICA BRASIL PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SANTARÉM VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO Processo 0800982-94.2019.8.14.0051RECLAMANTE: ADELIA MARQUES DA SILVAAdvogado(s) do reclamante: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESRECLAMADO: TELEFONICA BRASIL C E R T I D Ã O ROOSEVELT PINTO DE JESUS, Diretor de Secretaria da Vara do Juizado Especial da Relação de Consumo de Santarém, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei...CERTIFICO, que em razão da necessidade da readequação na pauta de audiências desta vara, a audiência anteriormente designada foiremarcada para oDIA 11/07/2019 12:15 HORAS,devendo ser procedida a intimação das partes, ressaltando-se que havendo advogado habilitado nos autos a intimação será via DJE, nos termos da Portaria Conjunta nº 001/2018- GP/VP. O referido é verdade e dou fé.Santarém, 28 de junho de 2019. ROOSEVELT PINTO DE JESUSDiretor de Secretaria da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0808342-17.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA RAIMUNDA RODRIGUES FERREIRA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESOAB: 13355/O/MT Participação: RECLAMADO Nome: TELEFONICA BRASIL Participação: ADVOGADO Nome: WILKER BAUHER VIEIRA LOPESOAB: 29.320/GO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SANTARÉM VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO Processo 0808342-17.2018.8.14.0051RECLAMANTE: MARIA RAIMUNDA RODRIGUES FERREIRAAdvogado(s) do reclamante: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESRECLAMADO: TELEFONICA BRASIL C E R T I D Ã O ROOSEVELT PINTO DE JESUS, Diretor de Secretaria da Vara do Juizado Especial da Relação de Consumo de Santarém, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei...CERTIFICO, que em razão da necessidade da readequação na pauta de audiências desta vara, a

audiência anteriormente designada foiremarcada para oDIA 11/07/2019 13:00 HORAS,devendo ser procedida a intimação das partes, ressaltando-se que havendo advogado habilitado nos autos a intimação será via DJE, nos termos da Portaria Conjunta nº 001/2018- GP/VP. O referido é verdade e dou fé.Santarém, 28 de junho de 2019. ROOSEVELT PINTO DE JESUSDiretor de Secretaria da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0803818-40.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: VALDIR MOTA DE BRITO Participação: ADVOGADO Nome: GERSON LUIZ SEVEROOAB: 27461/SC Participação: RECLAMADO Nome: AGIPLAN FINANCEIRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOPODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SANTARÉM VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO Processo 0803818-40.2019.8.14.0051RECLAMANTE: VALDIR MOTA DE BRITOAdvogado(s) do reclamante: GERSON LUIZ SEVERORECLAMADO: AGIPLAN FINANCEIRA S.A. - CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO C E R T I D Ã OCERTIFICO, que foi designado oDIA 20/11/2019 09:30 HORAS,para audiência Conciliação, devendo ser procedida a intimação e/ou citação das partes. O referido é verdade e dou fé.Santarém, 28 de junho de 2019. WENDY SOUSAAuxiliar Judiciário da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0807320-21.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: JADSON JOSE FERREIRA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESOAB: 13355/O/MT Participação: RECLAMADO Nome: TELEFONICA BRASIL Participação: ADVOGADO Nome: WILKER BAUHER VIEIRA LOPESOAB: 29.320/GO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SANTARÉM VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO Processo 0807320-21.2018.8.14.0051RECLAMANTE: JADSON JOSE FERREIRA COSTAAdvogado(s) do reclamante: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESRECLAMADO: TELEFONICA BRASIL C E R T I D Ã O ROOSEVELT PINTO DE JESUS, Diretor de Secretaria da Vara do Juizado Especial da Relação de Consumo de Santarém, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei...CERTIFICO, que em razão da necessidade da readequação na pauta de audiências desta vara, a audiência anteriormente designada foiremarcada para oDIA 11/07/2019 11:45 HORAS,devendo ser procedida a intimação das partes, ressaltando-se que havendo advogado habilitado nos autos a intimação será via DJE, nos termos da Portaria Conjunta nº 001/2018- GP/VP. O referido é verdade e dou fé.Santarém, 28 de junho de 2019. ROOSEVELT PINTO DE JESUSDiretor de Secretaria da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0802633-64.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: JOSE KUNZLER BORRE Participação: ADVOGADO Nome: GERALDO EDSON CORDIER POMPAOAB: 44150/BA Participação: RECLAMANTE Nome: DARCILA DIEL BORRE Participação: ADVOGADO Nome: GERALDO EDSON CORDIER POMPAOAB: 44150/BA Participação: RECLAMADO Nome: GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A. Participação: ADVOGADO Nome: TIAGO LUIZ RODRIGUES NEVESOAB: 10042/MAMOVIMENTAÇÃO PJE SEM CARÁTER DECISÓRIO Trata-seSOMENTEde movimentação necessária no sistema eletrônicoPJEpara cadastramento do eventoSENTENÇA,esta já proferida em evento anterior, oportunidade em que as partes e seus advogados foram regularmente intimados, salvo os que não participaram do ato, contando a partir daí todos os prazos para eventual recurso. Esta movimentação não tem caráter decisório, não ensejando contagem ou reabertura de prazo para as partes, nos termos da legislação processual em vigor. Santarém/PA, 18 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0805360-93.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: CAROLINE NUNES FIGUEIRA Participação: ADVOGADO Nome: RAIMUNDO DJALMA BOAVENTURA JUNIOROAB:

24401/PA Participação: RECLAMADO Nome: TELEFONICA BRASILDECISÃO Os princípios/critérios norteadores do microssistema dos Juizados Especiais encontram-se previstos na Legislação pertinente, em seu art. 2º (Lei 9.099/95), textuais: Art. 2º O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação. Não obstante conste como critério norteador, inerente à própria essência do microssistema a busca pela conciliação, observamos que os Juizados Especiais consistem em um microssistema com procedimentos específicos e regulação pela Lei 9.099/95, em conjunto com as Leis dos Juizados Federais e da Fazenda Pública e do NCPC para os casos em que a lei original seja omissa, conforme orienta o art. 1.046, §2º do NCPC. O novel Codex processual prevê a possibilidade, no art. 334, §4º de não realização de audiência de conciliação, quando qualquer uma das partes manifestarem desinteresse na composição ou quando esta não for admitida. Pois bem, na presente demanda o autor manifesta que esgotou administrativamente todas as tentativas de composição amigável com a parte reclamada, além de manifestar expressamente o desinteresse na audiência de conciliação, a qual se demonstra potencialmente inócua. Tendo em vista o pedido da parte autora, devidamente fundamentado, assim como a experiência deste Juizado no sentido de que quase na totalidade de casos de natureza semelhante não há apresentação de nenhuma proposta de acordo, assim como o fato da pauta encontrar-se assoberbada, conclui-se que atende aos critérios de celeridade, economia e informalidadeCANCELAR A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA, uma vez que no presente caso em concreto existem fortes indícios de que a mesma apenas retardaria a marcha processual em prejuízo às partes, haja vista que o compromisso do Magistrado deve ser buscar o rito que atenda aos princípios e à maior eficiência do processo, evitando atos que tumultuem sua marcha. Cite-se e Intime-se a parte ré para que apresente, por petição, sua contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 335 do NCPC), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor. Após, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte autora se manifeste ante a defesa da parte requerida. Por ora, deixo de designar audiência de instrução e julgamento, havendo alegação de não haver necessidade de produção de prova oral, a qual pode ser requerida com a devida fundamentação pelas partes nos prazos acima, determinando que após, venham os autos conclusos para sentença. Santarém/PA, 27 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0806346-47.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: MARCOS SEAN DA CONCEICAO PACHECO Participação: ADVOGADO Nome: ALAN CHAVES BATISTAOAB: 25187/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO ITAUCARD S.A.DECISÃO Vistos etc. Dispenso o relatório nos termos do art. 38 da Lei nº 9099/95. Analisando os fatos e documentos apresentados, não é possível identificar a ocorrência de falha na prestação do serviço reclamada neste primeiro momento, visto que, conforme narração da parte autora, esta só estava realizando pagamento do valor mínimo de suas faturas. Ademais, verifico a necessidade de maior análise probatória para apreciação do pedido liminar. Assim, ausente os elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano,INDEFIROa liminar nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. Intimem-se. Santarém/PA, 27 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0800424-49.2016.8.14.0950 Participação: RECLAMANTE Nome: KARYNA FIALHO CASTRO MOREIRA Participação: ADVOGADO Nome: ERIC REIS MARTINS E SILVAOAB: 5088 Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIROOAB: 8049/PA0800424-49.2016.8.14.0950KARYNA FIALHO CASTRO MOREIRAXCENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPADECISÃODiga o autor o que entender devido em dez dias, sob pena de arquivamento.Intimem-se.Santarém/PA, 24 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0801589-10.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: CARLA

ELIZABETH DOS SANTOS BARROS Participação: RECLAMADO Nome: EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PADECISÃO R. H. Analisando os autos e a petição/certidão constante nos mesmo, e ainda, tendo em vista o não cumprimento da liminar pela requerida,MAJOROa multa convencionada para o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada novo evento em descumprimento, com limite de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), e determino que intime-se a reclamada para que cumpraIMEDIATAMENTEa liminar deferida nos autos, sob pena da multa supracitada, por dia de descumprimento. Intime-se a executada para que se manifeste no prazo de 15 (quinze) dias acerca do descumprimento. Santarém/PA, 26 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0000071-81.2012.8.14.0950 Participação: EXEQUENTE Nome: ROSANA CRISTINA DE OLIVEIRA LOBATO ESCHER Participação: ADVOGADO Nome: PAULO ADALBERTO ESCHEROAB: 008807/PA Participação: ADVOGADO Nome: CYNTHIA FERNANDA OLIVEIRA SOARESOAB: 63 Participação: EXECUTADO Nome: HOTEL BARRUDADA TROPICAL HOTEL - SANTAREM Participação: ADVOGADO Nome: LUIS ALBERTO MOTA FIGUEIRAOAB: 31PADECISÃO Determino a reinclusão de ordem de penhora on-line nesta data do saldo remanescente, nos CNPJs da matriz e filial, aguarde-se prazo de 48 hr e intimem-se do resultado. Santarém/PA, 25 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0806397-58.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA RAIMUNDA BATISTA DIAS Participação: ADVOGADO Nome: ANDERSON MOTA PEREIRAOAB: 26036/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDERSON DE JESUS LOBATO DA COSTAOAB: 24262/PA Participação: RECLAMADO Nome: ASBAPI-ASSOCIACAO BRASILEIRA DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOSPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DA COMARCA DE SANTARÉMAV. MARECHAL RONDON, S/N, BAIRRO CARANAZAL, CAMPUS RONDON ? UFOPA. CEP 68040-070CONTATOS: TELEFONE (93)2101-3637. EMAIL: JECONSUMOSANTAREM@TJPA.JUS.BRProcesso 0806397-58.2019.8.14.0051RECLAMANTE: MARIA RAIMUNDA BATISTA DIASAdvogado(s) do reclamante: ANDERSON DE JESUS LOBATO DA COSTA, ANDERSON MOTA PEREIRARECLAMADO: ASBAPI-ASSOCIACAO BRASILEIRA DE APOSENTADOS, PENSIONISTAS E IDOSOSCERTIDÃO - ATO ORDINATÓRIO CERTIFICO, que foi designado oDIA 09/10/2019 12:00 HORAS, paraaudiência Una, devendo ser procedida a intimação e/ou citação das partes.O referido é verdade e dou fé. Santarém, 28 de junho de 2019 .WENDY SOUSAAuxiliar Judiciário da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0806378-52.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: RIVER RODRIGO VIANA LEITE Participação: ADVOGADO Nome: MARCOS ROBERTO DA CUNHA NADALONOAB: 016235/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPAProcesso: 0806378-52.2019.8.14.0051Reclamante: RIVER RODRIGO VIANA LEITEReclamado(a): CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. ? CELPA DECISÃO DE SUSPENSAO DO FEITO DECORRENTE DE INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS Em relação aopedido liminarnos autos, hei por bem, por questão de cautela jurídica e em obediência aos princípios norteadores do Código de Defesa ao Consumidor,deferi-lo. Fundamento. Um dos princípios básicos dos direitos dos consumidores é oPrincípio da proteção, implícito no art. 6º do CDC, que consagra a proteção básica aos bens jurídicos mais relevantes, entre os quais, aincolumidade físicaque refere-se ao direito à vida, à saúde e segurança do consumidor em relação aos riscos oferecidos por produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos; aincolumidade econômica(incisos III e IV) que relaciona-se aos riscos de lesão econômica afetos a preço, características dos produtos e serviços, práticas abusivas etc. Este princípio tem base no artigo 5º, XXXII da CF, onde cabe ao Estado o dever de proteger o consumidor, devido à condição de desigualdade existente nas relações de consumo, portanto, as normas do CDC deverão ser aplicadas para

equilibrar tais relações, estabelecendo a igualdade entre as partes. Em relação ao Incidente de Resolução de Demanda Repetitivas, manifesto. O Incidente de Resolução de Demanda Repetitivas - IRDR- tem previsão legal no art. 976 e seguintes do NCPC. Segundo dispõe o artigo 982, inciso I, admitido o IRDR, o relator suspenderá os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou ainda na região, conforme o caso. Assim, admitido o IRDR, todos os processos que versem sobre aquela questão jurídica repetitiva devem ser suspensos, inclusive os que tramitam no âmbito deste Juizado Especial. Portanto, em atenção ao acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, consequência do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n.º 0801251-63.2017.814.0000, suscitado pelo Juízo de Direito da 3ª vara do juizado especial cível de Ananindeua, ACATO A ORDEM DE SUSPENSÃO de todos os feitos que tramitam neste juizado especial, que sejam decorrentes da cobrança de débitos frutos da apuração de irregularidades no consumo de energia elétrica fornecida pelas Centrais elétricas do Estado do Pará. Ressalto que a suspensão se dará exclusivamente aos feitos que possuam causa de pedir diretamente relacionada com o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas n.º 0801251-63.2017.814.0000, que decidirá sobre as balizas de inspeção para apuração de consumo de energia não faturado e, consequentemente, a validade das cobranças de débito realizados a partir dessas inspeções, considerado como grave ofensa à isonomia e à segurança jurídica tanto dos consumidores quanto da própria concessionária do serviço público. Assevero que o prazo para julgamento do IRDR é de um ano, findo o qual cessa a suspensão dos processos (art. 980, CPC), podendo haver prorrogação deste por decisão fundamentada do relator. Assim, ante o exposto, e o que mais dos autos consta,DEFIRO A MEDIDA LIMINARpara determinar que a parte requerida: 1) SUSPENDA a cobrança da fatura do mês 12/2018 no valor de R$ R$ 10.017,90 (dez mil e dezessete reais e noventa centavos),continuando com o fornecimento de energia da parte autora em relação a este débito, se abstendo de suspender o fornecimento de energia da UC do reclamante ou caso já tenha efetuado o corte que reestabeleça a energia elétrica na UC da autora, bem como proceder EXCLUSÃO do nome da parte autora dos órgãos de cadastros de inadimplentes, caso tenha inscrito, ou que se abstenha de INSCREVER o nome da mesma em tais restrições;. Tudo no prazo de05 (cinco) dias, sob pena de imposição de multa diária no valor deR$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite deR$ 10.000,00 (dez mil reais), observado o disposto no art. 537, § 1º, I do Código de Processo Civil e Enunciado 144 do FONAJE. CITE-SE a parte Ré para tomar ciência da presente ação, intimando-a para cumprimento da medida e do requerimento apresentado pela parte autora. Proceda-se o registro no sistema PJE da suspensão do feito pelo prazo de 1 (um) ano, conforme art. 980, CPC, ou até prolação de acórdão proferido no IRDR n.º 0801251-63.2017.814.0000, admitido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará. A SUSPENSÃO NÃO INVIABILIZA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA OU SESSÃO DE CONCILIAÇÃO,bem como não prejudica transações efetuadas ou que vierem a ser concluídas, e, havendo acordo entre as partes, o juízo competente poderá desde logo proceder a homologação deste. Intimem-se. Cumpra-se em plantão judicial. Santarém/PA, 28 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0801357-32.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: JOSIEL BARRETO DE LIMA Participação: ADVOGADO Nome: MATEUS SILVA DOS SANTOSOAB: 20761/PA Participação: RECLAMADO Nome: UNIMED OESTE DO PARA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO Participação: ADVOGADO Nome: LAUDELINO HORACIO DA SILVA FILHOOAB: 7600PADESPACHO R. H. INTIME-SE o(a) DEVEDOR(A) para pagar o montante apontado como devido,no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora online do valor devido, acrescentado com a multa de 10% (dez por cento), conforme art. 523, caput e § 1 do CPC, aplicado subsidiariamente. Ultrapassado o prazo sem pagamento remetam-se os autos conclusos para penhora, Fica a parte informada de que o pagamento, preferencialmente, poderá ser feito pelo linkhttps://apps.tjpa.jus.br/DepositosJudiciaisOnline/, seguindo as normas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Santarém/PA, 24 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0804352-18.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA CELESTE PEREIRA REGO Participação: ADVOGADO Nome: MATEUS SILVA DOS SANTOSOAB: 20761/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO CIFRA S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO DE

MORAES DOURADO NETOOAB: 23255/PEDESPACHO R. H. INTIME-SE o(a) DEVEDOR(A) para pagar o montante apontado como devido,no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de penhora online do valor devido, acrescentado com a multa de 10% (dez por cento), conforme art. 523, caput e § 1 do CPC, aplicado subsidiariamente. Ultrapassado o prazo sem pagamento remetam-se os autos conclusos para penhora, Fica a parte informada de que o pagamento, preferencialmente, poderá ser feito pelo linkhttps://apps.tjpa.jus.br/DepositosJudiciaisOnline/, seguindo as normas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Santarém/PA, 24 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0808102-28.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: WYLLYSTON PEREIRA BRAGA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESOAB: 13355/O/MT Participação: RECLAMADO Nome: TELEFONICA BRASIL Participação: ADVOGADO Nome: WILKER BAUHER VIEIRA LOPESOAB: 29.320/GO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SANTARÉM VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO Processo 0808102-28.2018.8.14.0051RECLAMANTE: WYLLYSTON PEREIRA BRAGAAdvogado(s) do reclamante: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESRECLAMADO: TELEFONICA BRASIL C E R T I D Ã O ROOSEVELT PINTO DE JESUS, Diretor de Secretaria da Vara do Juizado Especial da Relação de Consumo de Santarém, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei...CERTIFICO, que em razão da necessidade da readequação na pauta de audiências desta vara, a audiência anteriormente designada foiremarcada para oDIA 11/07/2019 09:30 HORAS,devendo ser procedida a intimação das partes, ressaltando-se que havendo advogado habilitado nos autos a intimação será via DJE, nos termos da Portaria Conjunta nº 001/2018- GP/VP. O referido é verdade e dou fé.Santarém, 28 de junho de 2019. ROOSEVELT PINTO DE JESUSDiretor de Secretaria da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0800521-59.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: LEANDRO MIGUEL PETSOLD DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: DALTON RODRIGO ALMEIDA DE OLIVEIRAOAB: 018212/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIROOAB: 8049/PA0800521-59.2018.8.14.0051 LEANDRO MIGUEL PETSOLD DA SILVAXCENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPADECISÃODefiro a gratuidade. Dispenso pagamento de custas. Intimem-se. Arquivem-se.Santarém/PA, 27 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0805167-15.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: MARGARIDA FERREIRA DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: CAMILA CAMPOS DE ANDRADE MOTAOAB: 23064/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUANA BRELAZ NEVESOAB: 17131/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Participação: ADVOGADO Nome: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCIOAB: 15674/PASENTENÇAVistos etc.Nos termos do artigo 38 da Lei nº 9.099/95, dispenso o relatório e decido.As partes requereram a homologação de acordo realizado eprotocolizado no dia 19/09/2018, registro ID 6570820.Sendo as partes legítimas e capazes, bem como lícito o objeto da avença,HOMOLOGO POR SENTENÇAo acordo por elas firmado nos autos, determinando a extinção do feito com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, III, b do CPC.Em caso de depósito judicial, expeça-se alvará.P. R. I.Santarém/PA, 25 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0800391-06.2017.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: LENISE VARGAS FLORES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE ARNOLD MACHADOOAB: 64825/RS

Participação: ADVOGADO Nome: ITALO MELO DE FARIASOAB: 2668 Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIROOAB: 8049/PA0800391-06.2017.8.14.0051LENISE VARGAS FLORES DA SILVAXCENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPADECISÃO Diante da informação da parte reclamada de cumprimento da obrigação, DIGA o autor no prazo de 10 (dez) dias, requerendo o que entender devido, sob pena de extinção.No silêncio, após o prazo, arquivem-se.Santarém/PA, 27 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLI Juiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0801244-78.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA DO CARMO BATISTA IMBELLONI Participação: ADVOGADO Nome: ANA PAULA CARDOSO SARMENTOOAB: 180 Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIROOAB: 8049/PA0801244-78.2018.8.14.0051MARIA DO CARMO BATISTA IMBELLONIXCENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPADECISÃODefiro a gratuidade. Dispenso pagamento de custas. Intimem-se. Arquivem-se.Santarém/PA, 27 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0808351-76.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: LEON SANTANA PANTOJA Participação: ADVOGADO Nome: LEON SANTANA PANTOJAOAB: 22613/PA Participação: RECLAMANTE Nome: RIDEL DIEGO DA SILVA SOUSA Participação: ADVOGADO Nome: LEON SANTANA PANTOJAOAB: 22613/PA Participação: RECLAMADO Nome: TRIBOS TUR TURISMO E SERVICOS LTDA - ME Participação: RECLAMADO Nome: ART VIAGENS E TURISMO LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: RODRIGO SOARES DO NASCIMENTOOAB: 129459/MGDECISÃO R. H. Conforme se depreende dos autos, restou infrutífera a tentativa de citação/intimação da primeira empresa reclamada. Intimado o reclamante para se manifestar, este solicitou a citação da empresa reclamada em nome dos sócios para prosseguimento da ação. O Enunciado 60 do FONAJE prevê a possibilidade de desconsideração requerida nos seguintes termos:É cabível a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, inclusive na fase da execução. No mesmo sentido dispõe o Código de Defesa do Consumidor: Art. 28 O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração. §5º. Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores. Cabe salientar o entendimento do Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, no julgamento do REsp. 279.273/SP, publicado em 29/03/2004: Outra questão é saber se o ato do juiz depende de pedido da parte. E, a meu juízo, não depende a aplicação do art. 28 de requerimento da parte. Se houver a presença das situações descritas no caput, em detrimento do consumidor, o juiz poderá fazer incidir o dispositivo, independentemente de requerimento da parte. O que provoca a incidência da desconsideração é a existência de prejuízo para o consumidor. Havendo o prejuízo, está o juiz autorizado a fazer valer o art. 28. Dessa forma, considerando as informações apresentadas, onde estão indicados os sócios da empresa reclamada, entendo oportuna aDESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA DEMANDADA, com fulcro na teoria menor da desconsideração (art. 28, §5º do CDC), devendo ser incluído o nome dos sócios no polo passivo da presente ação. Deste modo, determino a citação/intimação dos sócios no endereço indicado pelo autor, para tomarem ciência da presente ação. Seja oficiado a Junta Comercial do Estado do PARÁ, JUCEPA, localizada na Travessa Professor ANTÔNIO CARVALHO, S/N - SEFA ? FÁTIMA, CEP: 68.040-740 para fornecer cópia do contrato social com os dados e endereço dos constituintes da empresa demandada registrada sob o CNPJ Nº 14.182.100/0001-90 e, conforme certidão anexa da receita federal. Citem-se. Cumpra-se Santarém/PA, 26 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0800979-42.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: FRANCISCO VALDECIO DE FREITAS ARAUJO Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESOAB: 13355/O/MT Participação: RECLAMADO Nome: TELEFONICA BRASIL Participação: ADVOGADO Nome: WILKER BAUHER VIEIRA LOPESOAB: 29.320/GO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SANTARÉM VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO Processo 0800979-42.2019.8.14.0051RECLAMANTE: FRANCISCO VALDECIO DE FREITAS ARAUJOAdvogado(s) do reclamante: FLAVIO ALMEIDA GONCALVESRECLAMADO: TELEFONICA BRASIL C E R T I D Ã O ROOSEVELT PINTO DE JESUS, Diretor de Secretaria da Vara do Juizado Especial da Relação de Consumo de Santarém, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei...CERTIFICO, que em razão da necessidade da readequação na pauta de audiências desta vara, a audiência anteriormente designada foiremarcada para oDIA 17/09/2019 10:30 HORAS,devendo ser procedida a intimação das partes, ressaltando-se que havendo advogado habilitado nos autos a intimação será via DJE, nos termos da Portaria Conjunta nº 001/2018- GP/VP. O referido é verdade e dou fé.Santarém, 28 de junho de 2019. ROOSEVELT PINTO DE JESUSDiretor de Secretaria da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0806326-56.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: RAIMUNDO SOARES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: TATIANNA CUNHA DA CUNHAOAB: 6715 Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BRADESCO SAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE SANTARÉMVARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMOProcesso 0806326-56.2019.8.14.0051RECLAMANTE: RAIMUNDO SOARES DA SILVAAdvogado(s) do reclamante: TATIANNA CUNHA DA CUNHARECLAMADO: BANCO BRADESCO SA CERTIDÃO - ATO ORDINATÓRIO ROOSEVELT PINTO DE JESUS, Diretor de Secretaria da Vara do Juizado Especial da Relação de Consumo de Santarém, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei... CERTIFICOe dou fé que, nos termos do art. 152, VI do CPC, procedo a intimação do(s) seguinte(s) ato(s) ordinatório(s):Considerando que o processo está cadastrado na prioridade de idoso, fica intimada a patrona da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos os documentos pessoais do autor, para que se possa auferir a idade atual do mesmo. Santarém,28 de junho de 2019 . ROOSEVELT PINTO DE JESUSDiretor de Secretaria da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0806354-24.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA IDALICE FARIAS FERREIRA Participação: ADVOGADO Nome: LIZANDRA DE MATOS PANTOJAOAB: 1331 Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BRADESCO S.A.DECISÃO Vistos etc. Dispenso o relatório nos termos do art. 38 da Lei nº 9099/95. Analisando os fatos e documentos apresentados, não é possível identificar a ocorrência de falha na prestação do serviço reclamada neste primeiro momento, visto que não há prova suficiente na inicial, uma vez que somente após resposta poderemos analisar se existe contrato entre as partes. Não há verossimilhança, exceto nos casos em que já trouxer a prova de inconsistência de dados ou de contratação em outro lugar completamente estranho, o que não é o caso nos autos. Ademais, verifico a necessidade de maior análise probatória para apreciação do pedido liminar. Assim, ausente os elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano,INDEFIROa liminar nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. CITE-SE a parte Ré para tomar ciência da presente ação, intimando-a para cumprimento da medida e do requerimento apresentado pela parte autora. Expeça-se o competente mandado e intimem-se as partes (caso ainda não intimadas) acerca da audiência de conciliação, a ser realizada em data designada. Intimem-se. Santarém/PA, 27 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0157484-55.2015.8.14.0950 Participação: RECLAMANTE Nome: NARCISO JOSE FONSECA DE SENNA PEREIRA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA

S.A - CELPA0157484-55.2015.8.14.09503NARCISO JOSE FONSECA DE SENNA PEREIRAXCENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A - CELPADECISÃODefiro a gratuidade. Dispenso pagamento de custas. Intimem-se. Arquivem-se.Santarém/PA, 27 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0800837-38.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: DORENICE NUNES FIGUEIRA Participação: ADVOGADO Nome: RAIMUNDO DJALMA BOAVENTURA JUNIOROAB: 24401/PA Participação: RECLAMADO Nome: TELEFONICA BRASILDECISÃO Os princípios/critérios norteadores do microssistema dos Juizados Especiais encontram-se previstos na Legislação pertinente, em seu art. 2º (Lei 9.099/95), textuais: Art. 2º O processo orientar-se-á pelos critérios da oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade, buscando, sempre que possível, a conciliação ou a transação. Não obstante conste como critério norteador, inerente à própria essência do microssistema a busca pela conciliação, observamos que os Juizados Especiais consistem em um microssistema com procedimentos específicos e regulação pela Lei 9.099/95, em conjunto com as Leis dos Juizados Federais e da Fazenda Pública e do NCPC para os casos em que a lei original seja omissa, conforme orienta o art. 1.046, §2º do NCPC. O novel Codex processual prevê a possibilidade, no art. 334, §4º de não realização de audiência de conciliação, quando qualquer uma das partes manifestarem desinteresse na composição ou quando esta não for admitida. Pois bem, na presente demanda o autor manifesta que esgotou administrativamente todas as tentativas de composição amigável com a parte reclamada, além de manifestar expressamente o desinteresse na audiência de conciliação, a qual se demonstra potencialmente inócua. Tendo em vista o pedido da parte autora, devidamente fundamentado, assim como a experiência deste Juizado no sentido de que quase na totalidade de casos de natureza semelhante não há apresentação de nenhuma proposta de acordo, assim como o fato da pauta encontrar-se assoberbada, conclui-se que atende aos critérios de celeridade, economia e informalidadeCANCELAR A AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO DESIGNADA AUTOMATICAMENTE PELO SISTEMA, uma vez que no presente caso em concreto existem fortes indícios de que a mesma apenas retardaria a marcha processual em prejuízo às partes, haja vista que o compromisso do Magistrado deve ser buscar o rito que atenda aos princípios e à maior eficiência do processo, evitando atos que tumultuem sua marcha. Cite-se e Intime-se a parte ré para que apresente, por petição, sua contestação no prazo de 15 (quinze) dias úteis (art. 335 do NCPC), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor. Após, concedo o prazo de 10 (dez) dias para que a parte autora se manifeste ante a defesa da parte requerida. Por ora, deixo de designar audiência de instrução e julgamento, havendo alegação de não haver necessidade de produção de prova oral, a qual pode ser requerida com a devida fundamentação pelas partes nos prazos acima, determinando que após, venham os autos conclusos para sentença. Santarém/PA, 24 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0808596-87.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: PAULO DA COSTA SOUSA Participação: ADVOGADO Nome: EDNA CARNEIRO DA SILVAOAB: 975 Participação: RECLAMADO Nome: TELEFONICA BRASIL Participação: ADVOGADO Nome: WILKER BAUHER VIEIRA LOPESOAB: 29.320/GO PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SANTARÉM VARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO Processo 0808596-87.2018.8.14.0051RECLAMANTE: PAULO DA COSTA SOUSAAdvogado(s) do reclamante: EDNA CARNEIRO DA SILVARECLAMADO: TELEFONICA BRASIL C E R T I D Ã O ROOSEVELT PINTO DE JESUS, Diretor de Secretaria da Vara do Juizado Especial da Relação de Consumo de Santarém, no uso de suas atribuições legais, conferidas por Lei...CERTIFICO, que em razão da necessidade da readequação na pauta de audiências desta vara, a audiência anteriormente designada foiremarcada para oDIA 11/07/2019 09:45 HORAS,devendo ser procedida a intimação das partes, ressaltando-se que havendo advogado habilitado nos autos a intimação será via DJE, nos termos da Portaria Conjunta nº 001/2018- GP/VP. O referido é verdade e dou fé.Santarém, 28 de junho de 2019. ROOSEVELT PINTO DE JESUSDiretor de Secretaria da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0809585-93.2018.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: GIL FRANCO SANTOS DO REGO Participação: ADVOGADO Nome: ANDERSON MOTA PEREIRAOAB: 26036/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDERSON DE JESUS LOBATO DA COSTAOAB: 24262/PA Participação: RECLAMADO Nome: VIVO S.A Participação: ADVOGADO Nome: WILKER BAUHER VIEIRA LOPESOAB: 29.320/GOAUTOS:0809585-93.2018.8.14.0051RECLAMANTE: GIL FRANCO SANTOS DO REGORECLAMADO: BANCO BMG SA DECISÃO Na busca pela solução justa e resolutiva do mérito, em atenção ao princípio da cooperação processual, determino que a parte autora apresente, no prazo de 15 dias, descrição exata do débito cobrado indevidamente, bem como comprovante de quitação das parcelas, considerando os termos da peça defensiva apresentada pela reclamada. Após, retornem os autos conclusos para sentença. Publique-se. Santarém/PA, 28 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0806399-28.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: RAIMUNDO RENATO MARINHO DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: LENA CLAUDIA DE NAZARE BRASILOAB: 175519/MG Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DO JUIZADO ESPECIAL DAS RELAÇÕES DE CONSUMO DA COMARCA DE SANTARÉMAV. MARECHAL RONDON, S/N, BAIRRO CARANAZAL, CAMPUS RONDON ? UFOPA. CEP 68040-070CONTATOS: TELEFONE (93)2101-3637. EMAIL: JECONSUMOSANTAREM@TJPA.JUS.BRProcesso 0806399-28.2019.8.14.0051RECLAMANTE: RAIMUNDO RENATO MARINHO DE OLIVEIRARECLAMADO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPACERTIDÃO - ATO ORDINATÓRIO CERTIFICO, que foi designado oDIA 09/10/2019 11:30 HORAS, paraaudiência Una, devendo ser procedida a intimação e/ou citação das partes.O referido é verdade e dou fé. Santarém, 28 de junho de 2019 .WENDY SOUSAAuxiliar Judiciário da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

Número do processo: 0806340-40.2019.8.14.0051 Participação: RECLAMANTE Nome: GILCILENE DA SILVA MAGALHAES Participação: ADVOGADO Nome: DIEGO FIGUEIRA CARDOSOOAB: 27583/PA Participação: ADVOGADO Nome: INGRID NAYARA DUARTE DE JESUS MATOSOAB: 27563/PA Participação: ADVOGADO Nome: FABIO ARGENTO CAMARGO FILHOOAB: 25183/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA DECISÃO Vistos etc. Dispenso o relatório nos termos do art. 38 da Lei nº 9099/95. Analisando os fatos e documentos apresentados, não é possível identificar a ocorrência de falha na prestação do serviço reclamada neste primeiro momento, sendo necessária a oitiva da mesma para melhor esclarecimento sobre os fatos. Ademais, verifico a necessidade de maior análise probatória para apreciação do pedido liminar. Assim, ausente os elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano,INDEFIROa liminar nos termos do art. 300 do Código de Processo Civil. Por outro lado, determino, por cautela jurídica, uma inspeção nas instalações interna e externa da parte autora, bem como a troca do medidor com relatório com carga declarada no prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de multa diária no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), por dia de descumprimento de ordem judicial, com limite em R$ 10.000,00 (dez mil reais). Intimem-se. Santarém/PA, 27 de junho de 2019. VINICIUS DE AMORIM PEDRASSOLIJuiz de Direito Titular da Vara do Juizado Especialdas Relações de Consumo de Santarém

SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL AMBIENTAL DE SANTARÉM

VARA AGRÁRIA E JECrim do Meio Ambiente

Juiz: Romulo Nogueira de Brito

Data: 28/06/2019

Processo: 0003912-78.2013.814.0003

Ação de reintegração de Posse

Requerente: GK Empreenndimentos LTDA

ADV: Sidney Campos Gomes ¿ OAB/PA 10.087

Requeridos: Gilcimar Arruda Cardoso e outros

ADV: Dilton Rego Tapajós ¿ OAB/PA 8628

DESPACHO

Oficie-se ao juízo deprecado solicitando informações acerca da carta precatória expedida à fl. 732.

Santarém, 27 de junho de 2019.

ROMULO NOGUEIRA DE BRITO

Juiz de Direito

Processo: 0066232-33.2015.814.0024

Ação de Reintegração de Posse

Requerente: José Adenilson do Nascimento

ADV: Edivani Pereira Sousa ¿ OAB/PA 28.169-A

ADV: Josemar Paiva Salin ¿ OAB/PA 14.508

Requeridos: Raimundo Santos e outros

ADV: JOAO DUDIMAR DE AZEVEDO PAXIUBA ¿ 10.783

ADV: Suzy Stephan Amorim de Souza - OAB/PA 19.783

ADV: Maykon Rodrigo Amorim de Souza

DESPACHO

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo autor. Intime (m)-se o (s) apelado (s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar (em) contrarrazões (CPC, art. 1.010, §1.º). Caso o (s) apelado (s) apresente (m) com suas contrarrazões recurso adesivo e/ou questão de mérito em sede de preliminar na hipótese do §1.º do art. 1.009, sem nova conclusão, deverá o apelante ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso adesivo e/ou à preliminar, nos termos dos §§ 1.º e 2.º dos arts. 1.009 e 1.010, respectivamente. Após as formalidades previstas nos §§ 1.º e 2.º do art. 1.010 do CPC, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal ad quem, independentemente de juízo de admissibilidade.

Intime-se e cumpra-se.

Santarém, 27 de junho de 2019.

ROMULO NOGUEIRA DE BRITO

Juiz de Direito

Processo: 0001469-47.2018.814.9100

Ação de Reintegração de Posse

Requerente: João Batista Pontes de Carvalho

ADV: Emilvaldo da Luz Souza - OAB/PA 2503

Requeridos: Erisvaldo Moraes da Silva

SENTENÇA

1. Relatório

Trata-se de ação reintegração de posse movida por João Batista Pontes de Carvalho, em face de Erisvaldo Moraes da Silva, Renato Alves da Silva, José Alves da Silva e Adão Francisco da Silva. Narra a inicial que o requerente é possuidor de um imóvel rural localizado em Monte Dourado, com 808,011 hectares, que está sendo devidamente regularizado pelo ITERPA, sob o procedimento 2016/294845. Relata que desde os anos 2015, 2016 até o decorrente de todo ano de 2017, tem notícias que invadiram a área em questão. Aduz que os requeridos estão impedindo o autor de utilizar o imóvel na sua totalidade. Pugnou pela concessão de liminar de reintegração da posse, e ao final a condenação a indenização por danos morais, com o consequente julgamento procedente da ação. Juntou documentos. Os autos foram originariamente ajuizado na Vara Distrital de Monte Dourado, o qual por decisão de declínio de competência determinou a remessa do autos para a Vara Agraria de Santarém para julgar a presente ação. Este juízo Agrário determinou a intimação do autor para emendar a petição inicial, bem como demonstrar a existência da posse agrária. Consta certidão à fl. 56, informando que a parte autora apesar de devidamente intimada, por seu advogado, deixou de cumprir as determinações judiciais. Este juízo determinou a intimação pessoal da parte autora para se manifestar no interesse do prosseguimento do feito. Consta certidão à fl. 59, informando que não restou possível a intimação pessoal do autor, vez que o seu endereço fica localizado na zona rural do Distrito de Monte Dourado, município de Almeirim, bem como informa que tentou entrar em contato com o requerente, por meio do número de telefone descrito na inicial, por cinco vezes, mas as ligações caiam na caixa postal. Este juízo diante da informação prestada na certidão de fl. 59, determinou a intimação do autor por meio de edital para suprir a ausência de intimação pessoal para validação do ato, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (REsp 1148785/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/11/2010, DJe 02/12/2010). Consta certidão à fl. 63, informando que apesar de devidamente intimado por edital a

parte autora não apresentou manifestação aos autos. Os autos vieram conclusos. É o relatório.

2. Fundamentação

Dispõe o art. 485, inciso III do Código de Processo Civil, que o processo será extinto sem

julgamento do mérito, quando o autor não promover os atos e diligências que lhe incumbir, abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias, e, intimando pessoalmente, não suprir a falta em 05 (cinco) dias. A inércia das partes diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir a desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse, que é condição para o regular exercício do direito de ação. No caso vertente, foi expedida a intimação para que a autora manifestar seu interesse no feito no prazo de 5 dias, sob pena de extinção do feito. Todavia, certificou-se aos autos à fl. 56 e 63, que a parte autora apesar de intimado tanto via advogado, constituído nos autos, quanto por edital, quedou-se inerte. Deste modo, diante do desinteresse da parte autora no prosseguimento do feito, deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo.

3 ¿ Dispositivo

ANTE O EXPOSTO, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, com fundamento no art. 485, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas processuais. Sem honorários Advocatícios. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, certifique-se e arquive-se, com as baixas e anotações necessárias. Santarém (PA), 27 de junho de 2019.

ROMULO NOGUEIRA DE BRITO

Juiz de Direito

COMARCA DE ALTAMIRA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - GABINETE DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA
P R O C E S S O : 0 0 0 0 5 1 3 3 5 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE LEONARDO PESSOA VALENCA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERENTE:MARIA JOSE DA SILVA Representante(s): OAB 11418 - JOAQUIM JOSE DE FREITAS NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:DENILB DE ASSIS ROSA. PROCESSO Nº 0000513-35.2013.8.14.0005 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos etc. Vindo-me os autos conclusos, verifico haver nos autos certidão de fls. 74 atestar que a sentença de fl. 68 não transitou em julgado, por seu patrono ter renunciado ao mandato, conforme petitório de fl. 53 (fl. 74). No ponto, verifico que o causídico da promovente deixou de notificá-la acerca da renúncia, conforme dispunha o previsto no então em vigor art. 45 do CPC/1973, a toda evidencia, porém, por considerar a informação prévia da impossibilidade de proceder a tal notificação por ausência de notícia do paradeiro da promovente, em razão da mudança de endereço sem comunicação nos autos (fl. 50). Dessa forma, impõe-se considerar que o patrono se desonerou nos 10 (dez) dias seguintes à renúncia protocolada em 28/02/2014 (fl. 55), nos termos do art. 5º, §3º, do Estatuto da Advocacia e da OAB (Lei n º 8.906/94). Isto posto, ainda atento à informação de fl. 50, INTIME-SE a parte autora acerca da sentença de fls. 68 por edital. Por fim, após o transito em julgado, arquive-se e baixe-se. P.R.I. Altamira/PA, 27 de junho de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito
P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 1 1 2 0 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE LEONARDO PESSOA VALENCA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERENTE:CLAUDIJANE ARISTIDES DA SILVA Representante(s): OAB 14013 - PAULA BARROS PEREIRA DE FARIAS (DEFENSOR) REQUERIDO:DENILBE DE ASSIS ROSA Representante(s): OAB 9429 - CLEBER PARENTE DE MACEDO (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0002411-20.2012.814.0005 AÇÃO DE INDENIZAÇÃO AUTOR(A): CLAUDIJANE ARISTIDES DA SILVA RÉU: DENILBE DE ASSIS ROSA SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais movida por CLAUDIJANE ARISTIDES DA SILVA em face de DENILBE DE ASSIS ROSA, sob o argumento de que, logo após a celebração de um contrato de aluguel verbal com o requerido a partir do mês de 08/2011, o requerido teria demolido a casa sem qualquer explicação e sem indenizar a requerente. Dessa forma, requer indenização por danos materiais emergentes (demolição do imóvel) e lucros cessantes (aluguéis a partir de 09/2011), além de reparação por danos morais (abalo emocional em virtude da demolição). À inicial, foram juntados documentos (fls. 02 e seguintes). Citado, o requerido apresentou CONTESTAÇÃO, alegando, em suma, ter adquirido o bem da irmã da requerente (MARIA JOSÉ DA SILVA), conforme contrato de compra e venda juntado aos autos. Alegou ainda que, quando da realização das reformas para sua moradia, percebeu que havia rachaduras em algumas paredes, razão pela qual precisou demolir parte delas. Acrescentou que o negócio foi desfeito em virtude dos aborrecimentos causados pela requerente, i.e., por culpa exclusiva da autora. Ao final, requereu a improcedência da ação e, subsidiariamente, que seja oportunizado o término do reboco na reconstrução (fls. 31/35). Em RÉPLICA, a parte autora destacou que a compra e venda é posterior à locação, ou seja, datada de 10/01/2012, dentre outros, razão pela qual pugnou pela procedência da ação (fl. 43). Realizada a audiência preliminar em 03/04/2013 (art. 331 do CPC/1973), não houve composição entre as partes (fls. 43/44). Em audiência de instrução realizada em 17/07/2013, foi indeferido o pedido da requerente de oitiva de testemunhas e realização de perícia, o primeiro porque considerado precluso e o segundo porque considerado desnecessário, haja vista se tratar de prova simples com possibilidade de obtenção por meios menos gravosos. Ao final, foi determinado oficiamento a 4ª Vara Cível para remessa, por conexão, do processo 0000513-35.2013.814.0005, que trata de ação de rescisão contratual movida pela irmã da requerente em face do mesmo requerido (fls. 50/51). Em continuidade, a promovente trouxe aos autos declarações de propriedade sobre o bem em litígio (fls. 60/69). Oficiado para que fornecesse certidão descritiva sobre a situação do imóvel (fl. 59), o Cartório de Imóveis trouxe informação da inexistência de registros em nome do requerido (fls. 75/76).

Por fim, as partes apresentaram alegações finais (fls. 80 e 86/88). É o relatório. Decido.

Vindo-me os autos conclusos em data de hoje, verifico que não há questões preliminares pendentes. Adentrando ao mérito da querela, verifico que restou incontroversa a celebração do contrato de locação verbal em 08/2011 e de compra e venda em 01/2012. Vale dizer, o requerido alega que comprou, mas não negou que antes havia alugado. Por sua vez, a suplicante afirma ter alugado antes da celebração da compra e venda em 01/2012. Além disso, os documentos acostados às fls. 11 e 35 (além do próprio ajuizamento do processo apenso nº 0000513-35.2013.814.0005) convergem nessa direção. Dessa forma, induvidoso que a requerente detinha a posse do imóvel, transferiu para o requerente, que deixou de pagar os alugueis devidos pelo menos até a data da suposta aquisição do bem em 01/2012. No ponto, embora se possa discutir a validade da avença, o fato é que o requerido passou a exercer a posse com base em novo título, desta feita uma compra e venda, celebrada por pessoa com a mesma qualidade apontada pela promovente, ou seja, uma das supostas herdeiras do titular do de cujus.

Ainda em relação ao contrato de locação, é pacífico o entendimento de que não se exige do locador a qualidade de proprietário para a celebração desse tipo de avença com o inquilino, bastando tão somente que detenha a posse, como no caso concreto. Assim, entendo que a autora deve ser indenizada pelos lucros cessantes no período de 09/2011 a 12/2011, ou seja, em valores históricos, a quantia de R$ 2.180,00. Diferentemente, em relação aos danos emergentes, verifico que a parte autora não demonstrou a qualidade de proprietária para ser indenizada pela demolição das benfeitorias. Com efeito, na própria inicial, a autora declarou que detinha a posse do bem, por ser uma das herdeiras do de cujus, juntamente com mais quatro irmãos. Dessa forma, não poderia ser indenizada sozinha pela integralidade das benfeitorias. Além disso, os documentos carreados aos autos são insuficientes para demonstrar a propriedade do imóvel, porquanto fundados em declarações particulares e unilaterais envolvendo os próprios interessados. Mais do que isso, restou assentado que o imóvel teria sido vendido para o mesmo requerido por outra herdeira e, nessas condições, eventual reembolso implicaria em bis in idem. Ainda que restasse demonstrada nos autos (o que não se verifica, na forma argumentada), a autora deixou de demonstrar tais danos, ainda que de forma simples, por meio de fotografias, orçamentos idôneos, conforme já assentado em decisão anterior. No tocante aos danos morais, diante de todo o exposto, verifico que a demolição teria decorrido de uma reforma para moradia em decorrência de contrato de compra e venda celebrado com pessoa com a mesma qualidade apontada pela requerente (alegada herdeira). Dessa forma, não se afeiçoa verosímil a alegação de demolição pura e simples sem qualquer motivação. Além disso, amparado em título outorgado por pessoa igualmente herdeira, não se pode imputar ao requerido a prática de conduta arbitrária e ilegal. Mais do que isso, recaindo a demolição sobre benfeitoria de propriedade não comprovada da autora, não há que se falar em abalo emocional da requerente (no tocante à posse, a matéria cinge-se aos lucros cessantes). Na espécie, assim, não há que se falar em dor, sofrimento, angústia ou qualquer outro sentimento acima dos toleráveis no contexto sob foco (aspecto intrínseco). Da mesma forma, também não se cogita ter havido exposição pública negativa que implicou em lesão à imagem do demandante, compreendida como a honra, a boa fama ou a respeitabilidade (aspecto extrínseco).

Enfim, em relação aos danos extrapatrimoniais, não se enxerga a devida pertinência entre os fatos e a pretensão autoral. Em outras palavras, não se verifica a devida correspondência entre a causa de pedir e o pedido para a procedência nesse ponto. Isto posto, julgo parcialmente procedentes os pedidos formulados na inicial, resolvendo o mérito da querela, por sentença, nos termos do art. 487, I, do CPC, para condenar o réu unicamente a pagar a autora indenização por danos matérias, na modalidade de lucros cessantes, pelo valor histórico de R$ 2.180,00, sobre os quais deverá recair correção monetária pelo IGPM a partir do evento danoso (data dos alugueis - 09/2011 a 12/2011) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação (art. 219 c/c 405 do CC). Considerando a sucumbência parcial (art. 85, §14, do CPC), condeno a autora ao pagamento de metade das custas processuais e honorários advocatícios na ordem de 10% do valor da condenação atualizado, porém, sob condição suspensiva, em virtude da gratuidade da justiça (art. 98, §3º, do CPC), bem como condeno o suplicado ao pagamento de metade das custas processuais e honorários advocatícios na ordem de 10% do valor da condenação atualizado. Publique-se, registre-se e intimem-se. Altamira/PA, 27 de junho de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 5 3 1 6 3 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE LEONARDO PESSOA VALENCA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019---REQUERENTE:MICRO LINE INFORMATICA LTDA Representante(s): OAB 15568 - JOSE MARIA DE JESUS ROCHA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:FRANCISCO VALDENIR DA SILVA REQUERIDO:LUCIVALDO SILVA MAIA Representante(s): OAB 9488 - ALTAIR KUHN (ADVOGADO) REQUERIDO:MELZEMIAS CARVALHO

JUNIOR. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo nº 0002531-63.2012.8.14.0005 DESPACHO R. H. 1- Levando em conta que o executado Melzemias Carvalho Júnior não manteve o seu endereço atualizado, considero válida a intimação procedida no endereço informado nos autos, nos termos do art. 274, parágrafo único do CPC. 2- Certifique-se o trânsito em julgado da sentença retro. 3- Nada mais havendo, dê-se baixa e arquive-se. Altamira/PA, 27 de junho de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito Titular

P R O C E S S O : 0 0 0 4 7 9 1 1 6 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE LEONARDO PESSOA VALENCA Ação: Monitória em: 27/06/2019---REQUERENTE:GETNET ADQUIRENCIA E SERVICOS PARA MEIOS DE PAGAMENTO SA Representante(s): OAB 60.961 - CAROLINA RIGO PALMEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:J G DE CARVALHO & CIA LTDA - (NOME FANTASIA SHOPCELL). PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo nº 0004791-16.2012.8.14.0005 DESPACHO R. H. Considerando o certificado retro, renove-se a diligência intimatória. Altamira/PA, 27 de junho de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito Titular

P R O C E S S O : 0 0 0 7 4 7 3 3 1 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE LEONARDO PESSOA VALENCA Ação: Procedimento ordinário em: 27/06/2019---REQUERENTE:CLETO BARRADAS DA SILVA Representante(s): OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO (DEFENSOR) REQUERIDO:NORTE ENERGIA SA NESA Representante(s): OAB 19901-A - ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo nº. 0007473-31.2018.8.14.0005 DESPACHO R. H. 1- Nos termos do artigo 1.010, § 1º, do Código de Processo Civil, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. 2- Após, diante do disposto no parágrafo 3º do artigo 1.010 do Código de Processo Civil, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça, independentemente do juízo de admissibilidade. Altamira, 27 de junho de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 7 5 5 3 2 9 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE LEONARDO PESSOA VALENCA Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019---REQUERENTE:JOSE MARIA DE SOUSA BATISTA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo nº. 0007553-29.2017.8.14.0005 DESPACHO R. H. 1- Nos termos do artigo 1.010, § 1º, do Código de Processo Civil, intime-se o apelado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. 2- Após, diante do disposto no parágrafo 3º do artigo 1.010 do Código de Processo Civil, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça, independentemente do juízo de admissibilidade. Altamira, 27 de junho de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 9 1 4 1 0 8 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE LEONARDO PESSOA VALENCA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019---REQUERIDO:FABRICA DE BEBIDAS XINGUARA LTDA EPP REQUERENTE:INBRAPET INDÚTRIA E COMÉRCIO DE EMBALAGENS PLÁSTICAS EIRELLI Representante(s): OAB 268.756 - JOAO EDUARDO DE ALBUQUERQUE (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo nº. 0009141-08.2016.8.14.0005 DESPACHO R. H. 1- Considerando a certidão retro, intime-se a parte autora a fim de que requeira o que entender devido, no prazo de 15 (quinze) dias. 2- Após, voltem os autos conclusos. Altamira, 27 de junho de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 1 1 0 3 1 7 9 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE LEONARDO PESSOA VALENCA Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019---REQUERENTE:EDITH BENTA FERREIRA PEREIRA Representante(s): OAB 8577 - OSCAR DAMASCENO FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:EDUARDO EMANUEL PEREIRA DE MACEDO Representante(s): OAB 20426 - SUELLEN RAFAELA DE MELO (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0011031-79.2016.814.0005 AÇÃO DE INDENIZAÇÃO AUTOR(A): EDITH BENTA FERREIRA PEREIRA RÉU: EDUARDO EMANUEL PEREIRA DE MACEDO SENTENÇA

Vistos etc. Trata-se de ação de indenização por danos morais movida por EDITH BENTA FERREIRA PEREIRA em face de EDUARDO EMANUEL PEREIRA DE MACEDO, em virtude de alegadas agressões físicas praticadas pelo requerido, após intervenção da suplicante no sentido de solicitar que seu vizinho não jogasse lixo e água para a frente da casa da promovente, em 19/05/2016. Dessa forma, requer indenização por danos morais em virtude das agressões e consequências experimentadas. À inicial, foram juntados documentos (fls. 02 e seguintes). Citado e frustrada a conciliação, o requerido apresentou CONTESTAÇÃO, alegando, em suma, ter agido em legítima defesa (fls. 20 e 21/29).

Em RÉPLICA, a parte autora rebateu aversão do requerido e reiterou os termos da inicial (fls. 37/38). Em decisão saneadora, este juízo rejeitou a impugnação à concessão da gratuidade da justiça e a preliminar de inépcia da inicial, dentre outras deliberações (fl. 59). O requerido reiterou a concessão da gratuidade da justiça, conforme já exposto em contestação (fls. 60/61). A autora juntou mais documentos (fls. 63/66). Em audiência de instrução realizada em 27/09/2017, apenas a parte autora compareceu e prestou depoimento pessoal. O requerido não compareceu, não justificou a ausência, nem apresentou testemunhas (fl. 70/71). Por fim, ambas as partes apresentaram alegações finais fora do prazo legal (fls. 72, 74/78 e 79). É o relatório. Decido. Vindo-me os autos conclusos em data de hoje, inicialmente, defiro o pedido de concessão da gratuidade da justiça ao requerido, eis que presentes os requisitos legais, na forma requerida em contestação e petitório subsequente. Verifico que não há questões preliminares pendentes. Adentrando ao mérito da querela, verifico que os fatos restaram incontroversos, com a ressalva de que o suplicado teria agido sob a excludente da legítima defesa. Vale dizer, as fotografias, laudo de exame de corpo de delito, registros de concorrência e a própria declarações das partes confirma a materialidade das lesões e a autoria das agressões sob exame, remansando apenas divergência acerca da pretensa isenção de responsabilidade pela autodefesa. No tocante à legítima defesa, é pacífico o entendimento de que o ônus da prova recai sobre agente, e não sobre o acusador. Vale dizer, ao imputante recai o encargo de provar a tipicidade da conduta, incluída a materialidade e a autoria, e à suposta vítima a prova de que fez uso moderado da força para repelir uma injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

No caso concreto, porém, o requerido olvidou de apresentar qualquer elemento que aponte para a existência de uma injusta agressão, atual ou iminente, bem como que fez uso moderado da força para repeli-la. Com efeito, repousam nos autos apenas fotografias e laudos que revelam a efetiva agressão sofrida pela autora, mas nada que aponte para a existência de algum ato violento por parte da suplicante em detrimento do requerido. Enfim, o demandado não trouxe aos autos qualquer elemento que aponte para a ocorrência da excludente de legítima defesa, seja documental, pericial, testemunhal, dentre outros. Dessa forma, conclui-se haver uma agressão injusta em detrimento da autora e praticada pelo requerido, sem qualquer excludente de responsabilidade. No tocante aos danos morais, diante de todo o exposto, verifico que tal agressão trouxe à promovente dor, sofrimento, angústia ou qualquer outro sentimento acima dos toleráveis (aspecto intrínseco). Da mesma forma, também se cogita ter havido exposição pública negativa que implicou em lesão à imagem do demandante, compreendida como a honra, a boa fama ou a respeitabilidade (aspecto extrínseco). Quanto à indenização compensatória em virtude de tais danos extrapatrimoniais, tem-se concluído pela desnecessidade, em hipóteses como a dos autos, de comprovação do dano moral, o qual decorre do próprio fato, operando-se in re ipsa, em especial no caso concreto, em que a agressão/sofrimento/exposição da autora e o ato ilícito da parte ré comprometeram a paz e a tranquilidade do promovente. Enfim, em relação aos danos extrapatrimoniais, enxerga-se a devida pertinência entre os fatos e a pretensão autoral, i.e., a devida correspondência entre a causa de pedir e o pedido para a procedência. Acerca da fixação do ¿quantum¿ devido, o Egrégio STJ tem entendido que o valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade. No caso dos autos, tem-se que a agressão a autora e as lesões (tecnicamente, leves) com suas consequências ordinárias, por si sós, geraram os danos morais alegados, sem que haja, entretanto, outras repercussões anormais, razão pela qual estabeleço a indenização devida no patamar total de R$ 6.000,00 (seis mil reais). Isto posto, julgo procedentes os pedidos formulados na inicial, resolvendo o mérito da querela, por sentença, nos termos do art. 487, I, do CPC, para condenar o réu a pagar indenização por danos morais pelo valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), sobre o qual deverá recair correção monetária pelo IGPM a partir deste decisum (súmula nº 362 do STJ), bem como juros de mora de 1% a. m. (um por cento ao mês) incidentes a partir do evento danoso (Súmula nº 54 do STJ), conforme balizado pela jurisprudência em casos assemelhados. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios na ordem de 20% do valor da condenação atualizado, porém, sob condição suspensiva, em virtude da gratuidade da justiça (art. 98, §3º, do CPC). Publique-se,

registre-se e intimem-se. Altamira/PA, 27 de junho de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito
P R O C E S S O : 0 0 3 9 8 6 4 4 4 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE LEONARDO PESSOA VALENCA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019---REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) REQUERIDO:LUCIA VANDA SOUZA FINCKLER. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo nº. 0039864-44.2015.8.14.0005 DESPACHO R. H. 1- Considerando a certidão retro, intime-se a parte autora a fim de que requeira o que entender devido, no prazo de 15 (quinze) dias. 2- Após, voltem os autos conclusos. Altamira, 27 de junho de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito
P R O C E S S O : 0 0 0 0 9 6 8 2 4 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE:
P R O C E S S O : 0 0 0 2 3 5 4 6 5 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---INFRATOR:

Número do processo: 0802450-37.2019.8.14.0005 Participação: EXEQUENTE Nome: VALBERIO SANTOS BOTELHO Participação: ADVOGADO Nome: EVANDER FONTENELE DE AQUINOOAB: 804PA Participação: EXECUTADO Nome: ASSOCIACAO ATLETICA BANCO DO BRASILPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRAProcesso nº 0802450-37.2019.8.14.0005DECISÃO Vistos, etc.Vindo-me os autos conclusos, considerando que há nos autos elementos que evidenciam a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade de justiça, com fulcro no artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil, intime-se o(a) requerente a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove, com documentos (última declaração de bens e rendimentos entregue à Receita Federal, recibos, etc) a hipossuficiência alegada, a fim de que este Juízo possa analisar o pedido de gratuidade de justiça.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, de tudo certificado, retornem os autos conclusos.Altamira/PA, 27 de junho de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇAJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0801105-36.2019.8.14.0005 Participação: REQUERENTE Nome: I. U. S. Participação: ADVOGADO Nome: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBANEZOAB: 27117/PA Participação: REQUERIDO Nome: D. M. D. S.MANDADO DE BUSCA E APREENSÃOAÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO ? 0801105-36.2019.8.14.0005REQUERENTE: ITAU UNIBANCO S.A.Nome: DELIANA MAGNO DE SOUSAEndereço: Rua Nove, 2715-C, Mutirão, ALTAMIRA - PA - CEP: 67377-075. O Dr. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do Pará, na forma da lei etc. MANDAo Senhor Oficial de Justiça deste Juízo, ou a quem o presente mandado for distribuído, estando devidamente assinado, extraído dos autos da ação supramencionada, que em seu cumprimento, nos endereços acima, EFETUE O CUMPRIMENTO DA MEDIDA LIMINAR DE BUSCA E APREENSÃO concedida em favor do requerente, que deverá exercer fielmente a função de depositário do mesmo, procedendo a busca e apreensão do seguinte bem:UM (1) Veículo de Marca/Modelo FIAT/ UNO MILLE WAY ECON, ano/modelo 2010/2011, cor prata, placa NSI5085, Chassi 9BD15844AB6475712. Cumprida a liminar, CITE-SE A REQUERIDA, para querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, contando do cumprimento da medida, apresentar resposta, advertindo-o de que, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do cumprimento da busca e apreensão do bem, poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre de ônus, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva da coisa no patrimônio da parte credora, bem como, de que a resposta poderá ser apresentada, ainda que tenha solvido o débito, caso entenda ter havido o pagamento a maior e desejar restituição (art. 3º, §§ 1º a 4º, do Decreto Lei nº 911/69). CUMPRA-SE. Dado e passado na cidade de Altamira, Estado do Pará, aos 27 de junho de 2019. Eu, Maria Francisca F. da Silva, Diretora de

Secretaria, conferi.JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇAJuiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial

Número do processo: 0800569-59.2018.8.14.0005 Participação: REQUERENTE Nome: NORTE ENERGIA S/A Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIOOAB: 049 Participação: REQUERIDO Nome: ANTONIO OLIVEIRA DA SILVEIRAEDITAL DE CITAÇÃOPRAZO: VINTE (20) DIAS JUIZ DE DIREITO:Dr. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇAProcesso nº 0800569-59.2018.8.14.0005 ? REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707) Requerente: REQUERENTE: NORTE ENERGIA S/AREQUERIDO: ANTONIO OLIVEIRA DA SILVEIRA. FINALIDADE:PROCEDER A CITAÇÃO DOS REQUERIDOS INDETERMINADOS, para contestarem a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, advertindo-os, caso citados, permaneçam inertes com apresentação de contestação, sofrerão os efeitos de revelia (art. 344 do CPC). E para que não alegue ignorância, foi expedido o presenteEDITALem 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, afixado no lugar de costume, conforme determinação da lei. Altamira, Estado do Pará, aos 27 de junho de 2019. Eu_____, Maria Francisca F. da Silva, Diretora de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, subscrevo. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇAJuiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial

Número do processo: 0800569-59.2018.8.14.0005 Participação: REQUERENTE Nome: NORTE ENERGIA S/A Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIOOAB: 049 Participação: REQUERIDO Nome: ANTONIO OLIVEIRA DA SILVEIRAEDITAL DE CITAÇÃOPRAZO: VINTE (20) DIAS JUIZ DE DIREITO:Dr. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇAProcesso nº 0800569-59.2018.8.14.0005 ? REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707) Requerente: REQUERENTE: NORTE ENERGIA S/AREQUERIDO: ANTONIO OLIVEIRA DA SILVEIRA. FINALIDADE:PROCEDER A CITAÇÃO DOS REQUERIDOS INDETERMINADOS, para contestarem a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, advertindo-os, caso citados, permaneçam inertes com apresentação de contestação, sofrerão os efeitos de revelia (art. 344 do CPC). E para que não alegue ignorância, foi expedido o presenteEDITALem 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, afixado no lugar de costume, conforme determinação da lei. Altamira, Estado do Pará, aos 27 de junho de 2019. Eu_____, Maria Francisca F. da Silva, Diretora de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, subscrevo. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇAJuiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial

Número do processo: 0802360-63.2018.8.14.0005 Participação: EXEQUENTE Nome: FOKUS PARA DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: SAMARA REZENDE DE GODOIOAB: 45963/GO Participação: EXECUTADO Nome: ROBSON DANRLEY ARRUDA DE OLIVEIRAINTIMAÇÃO POSTAL Nº /2019 ALTAMIRA-PA, 27 de junho de 2019. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (159) - Processo nº 0802360-63.2018.8.14.0005 EXEQUENTE: FOKUS PARA DISTRIBUICAO E LOGISTICA LTDAEXECUTADO: ROBSON DARLEY ARRUDA DE OLIVEIRA, residente e domiciliado na Avenida João Coelho, nº 1919, Bairro Brasília, Altamira-PA, CEP: 68.770-000. O Dr. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA MM. Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do Pará, na forma da lei etc. Pela presente Carta de Intimação Postal, fica o executado,I N T I M A D Oacerca da sua citação realizada por hora certa, conforme certidão em anexo, nos termos do art. 254 do CPC.CUMPRA-SE.Dado e passado na cidade de Altamira, Estado do Pará, aos 27 de junho de 2019. Eu_____, Patrícia Morais, Auxiliar de Secretaria, digitei. E, eu_____, Diretora de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, conferi. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇAJuiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial

Número do processo: 0800357-04.2019.8.14.0005 Participação: AUTOR Nome: NORTE ENERGIA S/A Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIOOAB: 049 Participação: RÉU Nome: ANTONIO DO NASCIMENTO NEVES Participação: RÉU Nome: ALEXANDRE

DO NASCIMENTO NEVES PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª. VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRAProcesso Nº. 0800357-04.2019.8.14.0005 DESPACHO R. H.1- Encaminhem-se os autos à UNAJ para que elabore o relatório de conta de custas finais ou certifique a regularidade do recolhimento das custas processuais relativas aos atos até então praticados.2- Na hipótese de pendência de pagamento das custas processuais, após a realização da conta de custas finais, intime-se o autor para pagamento das referidas custas, no prazo de 15 (quinze) dias.3- Ao final, retornem os autos conclusos para sentença. Altamira/PA, 28 de maio de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇAJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0802316-10.2019.8.14.0005 Participação: EXEQUENTE Nome: GRENDENE S A Participação: ADVOGADO Nome: FELIPE AULER THOMAZIOAB: 102121/RS Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTA DRESCHOAB: 88561/RS Participação: ADVOGADO Nome: DIANA ROMBALDIOAB: 104192/RS Participação: EXECUTADO Nome: BENEHANA SOUZA LINS DA SILVA 81818637200PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRAPROCESSO Nº 0802316-10.2019.8.14.0005EXEQUENTE: GRENDENE S A EXECUTADO: BENEHANA SOUZA LINS DA SILVA 81818637200DECISÃO Vistos, etc. Vindo-me os autos conclusos, verifico que a parte autora não apresentou planilha do débito, dessa forma, intime-se a parte autora para que emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, para o exato fim apresentação da planilha atualizada do valor devido, tudo sob pena de indeferimento da petição inicial e consequente extinção do processo sem resolução do mérito. Após o escoamento do prazo, com ou sem manifestação, de tudo certificado, retornem os autos conclusos.Altamira/PA, 27 de junho de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇAJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0802443-45.2019.8.14.0005 Participação: EXEQUENTE Nome: RICARDO DA SILVA OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: EVANDER FONTENELE DE AQUINOOAB: 804PA Participação: EXECUTADO Nome: ASSOCIACAO ATLETICA BANCO DO BRASILPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo nº 0802443-45.2019.8.14.0005 DECISÃO Vistos, etc.Vindo-me os autos conclusos, considerando que há nos autos elementos que evidenciam a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade de justiça, com fulcro no artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil, intime-se o(a) requerente a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, comprove, com documentos (última declaração de bens e rendimentos entregue à Receita Federal, contracheque, recibos, etc) a hipossuficiência alegada, a fim de que este Juízo possa analisar o pedido de gratuidade de justiça.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, de tudo certificado, retornem os autos conclusos.Altamira/PA, 27 de junho de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇAJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0800695-75.2019.8.14.0005 Participação: AUTOR Nome: JORGE REISINGER TEOBALDO Participação: ADVOGADO Nome: RAMSES MAGALHAES AMBROSIOAB: 30051 Participação: ADVOGADO Nome: DEISIANE XAVIER DA SILVAOAB: 25496-B/PA Participação: RÉU Nome: CONSTRUTORA SPS LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: ALAN RANGEL FERREIRA PORTELAOAB: 23300/PA Participação: RÉU Nome: NEUSA ROSA LINO Participação: ADVOGADO Nome: ALAN RANGEL FERREIRA PORTELAOAB: 23300/PAtermo em anexo

Número do processo: 0802271-40.2018.8.14.0005 Participação: REQUERENTE Nome: TEREZA DA GRACA MAIA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: SERGIO LUIS PERES VIDIGAL JUNIOROAB: 3318PA Participação: REQUERIDO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIROOAB: 8049/PAtermo de audiência e anexo

Número do processo: 0801520-53.2018.8.14.0005 Participação: REQUERENTE Nome: NORTE ENERGIA S/A Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIOOAB: 049 Participação: REQUERIDO Nome: OZIMAR PEREIRA JURUNAEDITAL DE CITAÇÃOPRAZO: VINTE (20) DIAS JUIZ DE DIREITO:Dr. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇAProcesso nº 0800569-59.2018.8.14.0005 ? REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707) Requerente: REQUERENTE: NORTE ENERGIA S/AREQUERIDO: OZIMAR PEREIRA JURUNA. FINALIDADE:PROCEDER A CITAÇÃO DOS REQUERIDOS INDETERMINADOS, para contestarem a ação, no prazo de 15 (quinze) dias, advertindo-os, caso citados, permaneçam inertes com apresentação de contestação, sofrerão os efeitos de revelia (art. 344 do CPC). E para que não alegue ignorância, foi expedido o presenteEDITALem 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, afixado no lugar de costume, conforme determinação da lei. Altamira, Estado do Pará, aos 27 de junho de 2019. Eu_____, Maria Francisca F. da Silva, Diretora de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, subscrevo. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇAJuiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial

Número do processo: 0801230-04.2019.8.14.0005 Participação: REQUERENTE Nome: FRANCISCO DE BARROS VIANA Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDO GONCALVES FERNANDESOAB: 656PA Participação: REQUERIDO Nome: GILMARA SILVA GOMES VIANA Participação: ADVOGADO Nome: GRACE DIANA TRINDADE GOMES DA ROCHAOAB: 012324/PAtermo de audiência

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO: TRINTA (30) DIAS JUIZ DE DIREITO: **Dr. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA**

Processo nº 0006803-66.2013.8.14.0005 ¿ AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTETICOS DECORRENTES DE ACIDENTES DE TRANSITO.

Requerente: **MARIA DE FÁTIMA DA SILVA CARNEIRO.**

Requerido: **ELIZANGELA LEITE, com endereço em local incerto e não sabido.**

FINALIDADE: PROCEDER A INTIMAÇÃO da REQUERIDA, para no prazo de 15 (quinze) dias úteis realizar o adimplemento voluntário da obrigação corporificada na sentença, conforme demonstrativo discriminado e atualizado apresentado pelo credor (fls. 113/114) -, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários advocatícios de 10% (dez por cento) que serão agregados ao valor do débito principal, para todos os efeitos legais, (CPC, artigo 85, § 1º e § 13), tudo na forma do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil, decorrido o prazo sem pagamento voluntário, a requerida, independentemente de penhora ou nova intimação, poderá apresentar, nos próprios autos, impugnação no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, artigo 525). E para que não alegue ignorância, foi expedido o presente **EDITAL** em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, afixado no lugar de costume, conforme determinação da lei.

Altamira, Estado do Pará, aos 28 de junho de 2019. Eu_____, Maria Francisca F. da Silva, Diretora de Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, subscrevo.

JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito Titular da 1ª Vara Cível e Empresarial

ATO ORDINATÓRIO

INTIMAÇÃO CÍVEL

PROCESSO: 0009737-55.2017.8.14.0005 ¿ Ação de Busca e Apreensão

Requerente: FLAVIA CRISTINA CAMARGO VIEIRA

Advogado: CLEMILSON DONIZETE DOS SANTOS- OAB/PR 74072

Considerando as disposições contidas no Artigo 1º, § 2º, do Provimento nº 006/2006 e nº 006/2009-CJCI do TJ/PA, fica através deste ato intimado o patrono do requerente, do inteiro teor da decisão a seguir transcrita: ¿Processo Nº 0009737-55.2017.8.14.0005 Requerente: FLAVIA CRISTINA CAMARGO VIEIRA Requeridos: YONES MEDEIROS DE MATOS E NIVIA MARIA CAMARGO MATOS. SENTENÇA Vistos etc. Dispõe o art. 485, inciso III do Código de Processo Civil, que o processo será extinto sem julgamento do mérito, quando, por não promover os atos e diligências que lhe competir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias. A inércia das partes diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale ao desaparecimento do interesse de agir, condição para o regular exercício do direito de ação. No caso vertente, constato que apesar da tentativa de intimação da parte autora, através de seu procurador, via Diário da Justiça (fl. 68v), para indicar interesse no prosseguimento do feito e promover o regular prosseguimento da ação, a mesma manteve-se inerte. Em seguida, apesar da tentativa de intimação pessoal da parte requerente para manifestar quanto ao interesse na continuidade do feito, a mesma não foi localizada no endereço indicado nos autos (fl. 71). Ademais, verifico que a parte autora não compareceu aos autos, tão pouco procurou a serventia deste Juízo para dar prosseguimento ao processo, restando o feito paralisado há mais de trinta dias. Com efeito, o Princípio Constitucional da Duração Razoável do Processo, presente no art. 5°, inciso LXXVIII, da Carta Magna, e o Princípio Dispositivo, de caráter processual, que atribui às partes a iniciativa na instauração e impulso do feito, impõem ao Poder Judiciário o direcionamento de seus recursos para solução das lides que realmente necessitam da intervenção estatal, não podendo despender esforços e tempo em ações onde as partes não demonstram qualquer interesse em seu prosseguimento, em detrimento de incontáveis processos prementes do comando jurisdicional. Verifico, deste modo, que há falta de interesse da parte autora na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação. Em tais casos deve o Juiz, de ofício, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo. Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III e § 1º, do Código de Processo Civil. Feito isento de custas nos termos do art. 141, §2º, do ECA. Publique-se, registre-se e intime-se. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se com as cautelas de estilo. Altamira/PA, 09 de maio de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito Titular¿

Altamira/PA, 28 de junho de 2019.

_____

MARIA FRANCISCA FORTUNATO DA SILVA

Diretor(a) de Secretaria da

1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA

ATO ORDINATÓRIO

INTIMAÇÃO CÍVEL

PROCESSO: 0002704-77.2018.8.14.0005 ¿ Ação de Guarda

Requerente: DENISE SOUZA AGUIAR DE MATOS

Requerido: GUSTAVO BOTELHO DE MATOS

Advogado: JOSÉ AUGUSTO JÚNIOR - OAB/PA 20.736 e ADELAIDE LINO ¿ OAB/PA 10.259

Considerando as disposições contidas no Artigo 1º, § 2º, do Provimento nº 006/2006 e nº 006/2009-CJCI do TJ/PA, fica através deste ato intimado o patrono do requerente, do inteiro teor da decisão a seguir transcrita: ¿PROCESSO Nº 0002704-77.2018.8.14.0005 DESPACHO R. H. 1- Intime-se a parte autora a fim de que se manifeste acerca da contestação, no prazo de 15 (quinze) dias. 2- Após, voltem os autos conclusos. Altamira/PA, 08 de março de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito Titular¿

Altamira/PA, 28 de junho de 2019.

_____

MARIA FRANCISCA FORTUNATO DA SILVA

Diretor(a) de Secretaria da

1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA

RESENHA: 19/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA
P R O C E S S O : 0 0 0 5 0 0 0 1 4 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019---REQUERENTE:GERALDO BORSATTO Representante(s): OAB 9429 - CLEBER PARENTE DE MACEDO (ADVOGADO) OAB 19306-A - LAURINDO GONCALVES NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:ALTAVEI ALTAMIRA VEICULOS -TRES AMIGOS VEICULOS Representante(s): OAB 5367-B - CASSIA DE FATIMA SANTANA MENDES PANTOJA (ADVOGADO) OAB 24921 - PAULO DE CASSIO SANTANA MENDES PANTOJA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - 2ª VARA CÍVEL SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO Processo: 0005000-14.2014.8.14.0005 Classe: Ação de Obrigação de Fazer Requerente: GERALDO BORSATTO Requerido: ALTAVEI ALTAMIRA VEICULOS -TRES AMIGOS VEICULOS Data: 12/06/2019 Juíza: LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ TERMO DE AUDIÊNCIA Feito o pregão às 09h45min, constatou-se: Presença: GERALDO BORSATTO, desacompanhada de advogado. Ausência: ALTAVEI ALTAMIRA VEICULOS -TRES AMIGOS VEICULOS Ocorrência: Resultou infrutífera a conciliação entre as partes, tendo em vista que a parte requerida apresentou petição informando não possui interesse em conciliar. Passou a MM. Juíza a proferir a seguinte DELIBERAÇÃO: I - Considerando que a parte requerida já apresentou contestação, fica aberto o prazo de 15 (quinze) dias para a parte autora apresentar réplica. Após, conclusos. Cientes os presentes. Nada mais. Do que para constar mandou a MM. Juíza encerrar o termo. Eu. _____, Reura Andrade de Moura, Assessora de Juiz, digitei. LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ Juíza de Direito Requente_____
P R O C E S S O : 0 0 0 1 9 3 0 5 2 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE LEONARDO PESSOA VALENCA Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019---REQUERENTE:CLEIDE DE ALEXANDRIA MOTA Representante(s): OAB 19656 - FERNANDO GONCALVES FERNANDES (ADVOGADO) OAB 20736 - JOSE AUGUSTO ROSA DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:SANTANDER FREE BRASIL SA Representante(s): OAB 18736 - CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 19832-A - CARLOS MAXIMIANO MAFRA DE LAET (ADVOGADO) OAB 20599-A - MARCO ANDRE HONDA FLORES (ADVOGADO) OAB 22068 - JHENIFER PAMELLA VANZIN (ADVOGADO) OAB 62192 - JOAO THOMAZ P GONDIM (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - 2ª VARA CÍVEL /J.W Processo: 0001930-52.2015.8.14.0005 DECISÃO De acordo com lei 8.328/2015, que dispõe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, ¿inexistindo pagamento, seja pela não localização do devedor, seja pelo transcurso do prazo de quinze dias, será expedida certidão de crédito, que será encaminhada à Secretaria de Estado da Fazenda, com cópia à Coordenadoria Geral de Arrecadação do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, providenciando-se, em seguida, o arquivamento do processo¿ (art. 46 §6º). No caso dos autos, verifica-se que o requerido apesar de devidamente intimado para recolher as custas finais, quedou-se inerte, conforme certidão de fls. 187. Sendo assim, encaminhem-se as informações necessárias do requerido para inscrição na dívida ativa, na qual deverá constar o valor da referida custa processual e documentos indispensáveis. Certifique-se o trânsito em julgado. Após, arquive-se os autos observando as formalidades e cautelas de praxe. P.I.C. Altamira/PA, 30 de janeiro de 2019. JOSÉ LEONARDO PESSOA VALENÇA Juiz de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira 03
P R O C E S S O : 0 0 0 0 2 7 5 7 4 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERENTE:RAILSON ROQUE GOMES Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo: 0000275-74.2017.8.14.0005 DESPACHO 1. Intime-se parte requerida, ora apelada, para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art.1.010, § 1°).

2. Após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Tribunal, independentemente de juízo de admissibilidade. P.I.C. Altamira/PA, 18 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Da Comarca de Altamira/PA 05

PROCESSO: 00009284220188140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERENTE:TIAGO PEREIRA NASCIMENTO Representante(s): OAB 19656 - FERNANDO GONCALVES FERNANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:NORTE ENERGIA S A Representante(s): OAB 19901-A - ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo Nº. 0000928-42.2018.14.0005 DESPACHO 1. Intime-se parte embargada, ora apelada, para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art.1.010, § 1°).

2. Após o cumprimento das formalidades legais, remeta-se os autos ao Tribunal, independentemente de juízo de admissibilidade. P.I.C. Altamira/PA, 24 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES SODRE Juíza de Direito Titular da2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA 04

PROCESSO: 00011138020188140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019---REQUERENTE:CLEIDE DE OLIVEIRA GONCALVES Representante(s): OAB 22049 - JOSIANE LUISA DE ARAUJO BARRENECHE (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo: 0001113-80.2018.8.14.0005 DESPACHO 1. Intime-se parte requerida, ora apelada, para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art.1.010, § 1°).

2. Após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Tribunal, independentemente de juízo de admissibilidade. P.I.C. Altamira/PA, 18 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Da Comarca de Altamira/PA 05

PROCESSO: 00014050220178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERENTE:FABIA SILVA FRANCA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11037-A - ROBERTA MENZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - 2ª VARA CÍVEL Processo: 0001405-02.2017.8.14.0005 DESPACHO 1. Diante da comprovação de depósito judicial às fls. 102/104, defiro pedido de levantamento de valores, e consequentemente, determino a expedição de alvará, em nome do patrono da parte autora, para levantamento da quantia depositada judicialmente, em tudo observando as formalidades legais. 3. Encaminhe-se os autos à UNAJ para cálculo das custas finais. Em seguida, intime-se a requerida para proceder o devido recolhimento, no prazo de 10 (dez) dias. 4. Após, inexistindo requerimentos, arquive-se. P.I.C.

Altamira/PA, 19 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA 05

PROCESSO: 00015721920178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019---REQUERENTE:JEIKISON KENIS ALVES DOS SANTOS Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO DE SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª. VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo nº: 0001572-19.2017.8.14.0005 SENTENÇA

Trata-se de Embargos de Declaração oposto por SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DE SEGURO DPVAT S/A, com fundamento no art. 1.022 do Código de Processo Civil, em razão da sentença proferida às fls. 96/97. Alega o embargante que houve uma contradição no dispositivo da sentença. Pugna, assim, pelo acolhimento e provimento dos embargos. Suficientemente relatado. Decido.

Conforme dilucida Luiz Rodrigues Wambier ao discorrer sobre os Embargos de Declaração: ¿Trata-se de recurso cuja existência advém do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Essa conclusão decorre da análise histórico-sistemática de seu objetivo, que é o de esclarecer ou integrar os pronunciamentos judiciais. O que se tem, portanto, é que se os jurisdicionados têm o direito à prestação jurisdicional, é evidente que essa prestação há de ocorrer de forma completa e veiculada através de uma decisão que seja clara.¿ (in Curso Avançado de Processo Civil. Vol. 1, 4ª ed, ed. RT, pg. 731).

Deste modo, o objetivo dos Embargos de Declaração é trazer à lume o verdadeiro conteúdo da sentença, impondo, quando necessário, a sua correção para a escoimar de qualquer obscuridade, contradição ou omissão, sendo possível ocorrer, em alguns casos, como efeito colateral do provimento do recurso, o efeito infringente ou modificativo do julgado. Tem como requisitos objetivos para o seu conhecimento que seja interposto de alguma decisão judicial (decisão interlocutória ou sentença), a qual apresente obscuridade, contradição ou omissão, no prazo de cinco dias. No caso, assiste razão ao embargante ao alegar contradição na decisão, pois a sentença que julgou procedente o pedido para condenar a requerida ao pagamento do valor de R$ 1.350,50, fixou os honorários advocatícios em 15% sobre o valor da causa, e não sobre a condenação. Isso porque, consoante o disposto no art. 85, §2º, do CPC, ¿os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação¿. Assim, tendo em vista que houve condenação, é mister a fixação dos honorários sobre o valor da condenação. Nesse sentido, os Tribunais têm decidido: ¿APELAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA ESPECIFICADAMENTE CAPÍTULO DE SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO. PEDIDOS FORMULADOS APÓS INTERPOSIÇÃO DO APELO. NÃO CONHECIMENTO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO INDEVIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS SOBRE O VALOR DA CAUSA. REFORMA PARA FIXAR O PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. APELO PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO UNÂNIME. 1. (...) 6. Em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e considerando as peculiaridades do caso em questão, para assegurar ao lesado a justa reparação pelos danos sofridos, sem que este incorra em enriquecimento ilícito, cuido que o valor fixado para a indenização pelo juízo a quo, no patamar de R$7.000,00 (sete mil reais), afigura-se adequado. Capítulo da sentença mantido. 7. O art. 85, § 2º do Código de Processo Civil prevê que os honorários advocatícios devem ser fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% do valor da condenação, observados, necessariamente, os parâmetros previstos nos incisos I, II, III e IV do aludido dispositivo. In casu, o juízo a quo estabeleceu os honorários advocatícios no patamar de 10% (dez por cento) sob o valor da causa, sendo devida a reforma pretendida para fixar o percentual dos honorários advocatícios sobre o valor da condenação. 8. Apelo não conhecido no que tange ao capítulo que declarou a nulidade do contrato e provido em parte apenas para arbitrar os honorários advocatícios no patamar de 10% (dez por cento) do valor da condenação. Decisão unânime. (TJ-PE - APL: 4985595 PE, Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 19/07/2018, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 31/08/2018).¿ (grifo nosso). Diante do exposto, acolho os Embargos de Declaração e julgo-os procedentes para retificar o dispositivo da sentença embargada nos seguintes termos: ¿(...) a parte requerida sucumbente arcará com as despesas do processo e com os honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação¿. No mais, confirmo o decisum vergastado por seus próprios fundamentos. Após o trânsito em julgado, e não havendo recurso, aguarde-se o feito em Secretaria pelo prazo de 06 (seis) meses. Não havendo cumprimento voluntário da obrigação ou requerimento para o cumprimento de sentença, arquive-se.

P.R.I.C. Altamira/PA, 18 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA 05

PROCESSO: 00027247320158140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019---REQUERENTE:HELINALDO OLIVEIRA DE JESUS Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - 2ª VARA CÍVEL Processo: 0002724-73.2015.814.0005 DESPACHO Tendo em vista a certidão de fls. 123, proceda-se a devolução do valor existente em conta judicial à Seguradora Líder, considerando que não houve realização de perícia, ante a ausência da parte autora e o feito foi julgado improcedente mediante sentença (fls. 120/122). Certifique-se o trânsito em julgado, após arquive-se. Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Altamira/PA, 19 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira

PROCESSO: 00055169220188140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Carta Precatória Cível em: 27/06/2019---JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA COMARCA DE PARAISO DO TOCANTINS TO EXEQUENTE:CELIO ANTONIO DE MEDEIROS DANTAS Representante(s): OAB 69-B - ERCILO BEZERRA DE CASTRO FILHO (ADVOGADO) OAB 1634 - JAQUELINE DE MORAIS E O SANTOS (ADVOGADO) EXECUTADO:DINO GETULIO BARILE FILHO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - 2ª VARA CÍVEL Processo nº: 0005516-92.2018.8.14.0005 AÇÃO: Carta Precatória DESPACHO Proceda-se a intimação do Oficial de Justiça para devolver o mandado devidamente cumprido, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. P.I.C Altamira, 24 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES SODRE Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira

PROCESSO: 00056782420178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019---REQUERENTE:BRUNO MIRANDA DE LIMA Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª. VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo nº: 0005678-24.2017.8.14.0005 SENTENÇA Trata-se de Embargos de Declaração oposto por SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DE SEGURO DPVAT S/A, com fundamento no art. 1.022 do Código de Processo Civil, em razão da sentença proferida às fls. 111/113. Alega o embargante que houve uma contradição no dispositivo da sentença. Pugna, assim, pelo acolhimento e provimento dos embargos. Suficientemente relatado. Decido. Conforme dilucida Luiz Rodrigues Wambier ao discorrer sobre os Embargos de Declaração: ¿Trata-se de recurso cuja existência advém do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Essa conclusão decorre da análise histórico-sistemática de seu objetivo, que é o de esclarecer ou integrar os pronunciamentos judiciais. O que se tem, portanto, é que se os jurisdicionados têm o direito à prestação jurisdicional, é evidente que essa prestação há de ocorrer de forma completa e veiculada através de uma decisão que seja clara.¿ (in Curso Avançado de Processo Civil. Vol. 1, 4ª ed, ed. RT, pg. 731). Deste modo, o objetivo dos Embargos de Declaração é trazer à lume o verdadeiro conteúdo da sentença, impondo, quando necessário, a sua correção para a escoimar de qualquer obscuridade, contradição ou omissão, sendo possível ocorrer, em alguns casos, como efeito colateral do provimento do recurso, o efeito infringente ou modificativo do julgado. Tem como requisitos objetivos para o seu conhecimento que seja interposto de alguma decisão judicial (decisão interlocutória ou sentença), a qual apresente obscuridade, contradição ou omissão, no prazo de cinco dias. No caso, assiste razão ao embargante ao alegar contradição na decisão, pois a sentença que julgou procedente o pedido para condenar a requerida ao pagamento do valor de R$ 843,75, fixou os honorários advocatícios em 15% sobre o valor da causa, e não sobre a condenação. Isso porque, consoante o disposto no art. 85, §2º, do CPC, ¿os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação¿. Assim, tendo em vista que houve condenação, é mister a fixação dos honorários sobre o valor da condenação. Nesse sentido, os Tribunais têm decidido: ¿APELAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA ESPECIFICADAMENTE CAPÍTULO DE SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO. PEDIDOS FORMULADOS APÓS INTERPOSIÇÃO DO APELO. NÃO CONHECIMENTO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO INDEVIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS SOBRE O VALOR DA CAUSA. REFORMA PARA FIXAR O PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. APELO PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO UNÂNIME. 1. (...) 6. Em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e considerando as peculiaridades do caso em questão, para assegurar ao lesado a justa reparação pelos danos sofridos, sem que este incorra em enriquecimento ilícito, cuido que o valor fixado para a indenização pelo juízo a quo, no patamar de R$7.000,00 (sete mil reais), afigura-se adequado. Capítulo da sentença mantido. 7. O art. 85, § 2º do Código de Processo Civil prevê que os honorários advocatícios devem ser fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% do valor da condenação, observados, necessariamente, os parâmetros previstos nos incisos I, II, III e IV do aludido dispositivo. In casu, o juízo a quo estabeleceu os honorários advocatícios no patamar de 10% (dez por cento) sob o valor da causa, sendo devida a reforma pretendida para fixar o percentual dos honorários advocatícios sobre o valor da condenação. 8. Apelo não conhecido no que tange ao capítulo que declarou a nulidade do contrato e provido em parte apenas para arbitrar os honorários advocatícios no patamar de 10% (dez por cento) do valor da condenação. Decisão unânime. (TJ-PE - APL: 4985595 PE, Relator:

Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 19/07/2018, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 31/08/2018).¿ (grifo nosso). Diante do exposto, acolho os Embargos de Declaração e julgo-os procedentes para retificar o dispositivo da sentença embargada nos seguintes termos: ¿(...) a parte requerida sucumbente arcará com as despesas do processo e com os honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação¿. No mais, confirmo o decisum vergastado por seus próprios fundamentos. Após o trânsito em julgado, e não havendo recurso, aguarde-se o feito em Secretaria pelo prazo de 06 (seis) meses. Não havendo cumprimento voluntário da obrigação ou requerimento para o cumprimento de sentença, arquive-se. P.R.I.C. Altamira/PA, 18 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA 05

P R O C E S S O : 0 0 0 5 7 6 6 6 2 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019---REQUERENTE:LEONARDO DE OLIVEIRA COSTA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - 2ª VARA CÍVEL Processo: 0005766-62.2017.8.14.0005 DESPACHO 1. Indefiro o pedido de desentranhamento da procuração que acompanha a inicial, por considerá-la documento hábil, que legitima a representação processual da parte requerente na fase de conhecimento. Entender de outra forma, acarretaria em ausência de representação processual, consequentemente, ineficácia dos atos praticados pelo advogado, nos termos do art. 103 e seguintes do CPC/15. 2. Diante da comprovação de depósito judicial às fls. 99/94, defiro pedido de levantamento de valores, e consequentemente, determino a expedição de alvará, em nome do patrono da parte autora, para levantamento da quantia depositada judicialmente, em tudo observando as formalidades legais. 3. Encaminhe-se os autos à UNAJ para cálculo das custas finais. Em seguida, intime-se a requerida para proceder o devido recolhimento, no prazo de 10 (dez) dias. 4. Após, inexistindo requerimentos, arquive-se. P.I.C. Altamira/PA, 18 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA 05

P R O C E S S O : 0 0 0 6 6 7 2 5 2 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019---REQUERIDO:RODRIGO DE SOUSA PORTELA Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª. VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo nº: 0006672-52.2017.8.14.0005 SENTENÇA

Trata-se de Embargos de Declaração oposto por SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DE SEGURO DPVAT S/A, com fundamento no art. 1.022 do Código de Processo Civil, em razão da sentença proferida às fls. 114/115. Alega o embargante que houve uma contradição no dispositivo da sentença. Pugna, assim, pelo acolhimento e provimento dos embargos. Suficientemente relatado. Decido. Conforme dilucida Luiz Rodrigues Wambier ao discorrer sobre os Embargos de Declaração: ¿Trata-se de recurso cuja existência advém do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Essa conclusão decorre da análise histórico-sistemática de seu objetivo, que é o de esclarecer ou integrar os pronunciamentos judiciais. O que se tem, portanto, é que se os jurisdicionados têm o direito à prestação jurisdicional, é evidente que essa prestação há de ocorrer de forma completa e veiculada através de uma decisão que seja clara.¿ (in Curso Avançado de Processo Civil. Vol. 1, 4ª ed, ed. RT, pg. 731).

Deste modo, o objetivo dos Embargos de Declaração é trazer à lume o verdadeiro conteúdo da sentença, impondo, quando necessário, a sua correção para a escoimar de qualquer obscuridade, contradição ou omissão, sendo possível ocorrer, em alguns casos, como efeito colateral do provimento do recurso, o efeito infringente ou modificativo do julgado. Tem como requisitos objetivos para o seu conhecimento que seja interposto de alguma decisão judicial (decisão interlocutória ou sentença), a qual apresente obscuridade, contradição ou omissão, no prazo de cinco dias. No caso, assiste razão ao embargante ao alegar contradição na decisão, pois a sentença que julgou procedente o pedido para condenar a requerida ao pagamento do valor de R$ 506,25 (quinhentos e seis reais e vinte e cinco centavos), fixou os honorários advocatícios em 15% sobre o valor da causa, e não sobre a condenação.

Isso porque, consoante o disposto no art. 85, §2º, do CPC, ¿os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação¿. Assim, tendo em vista que

houve condenação, é mister a fixação dos honorários sobre o valor da condenação. Nesse sentido, os Tribunais têm decidido: ¿APELAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA ESPECIFICADAMENTE CAPÍTULO DE SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO. PEDIDOS FORMULADOS APÓS INTERPOSIÇÃO DO APELO. NÃO CONHECIMENTO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO INDEVIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS SOBRE O VALOR DA CAUSA. REFORMA PARA FIXAR O PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. APELO PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO UNÂNIME. 1. (...) 6. Em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e considerando as peculiaridades do caso em questão, para assegurar ao lesado a justa reparação pelos danos sofridos, sem que este incorra em enriquecimento ilícito, cuido que o valor fixado para a indenização pelo juízo a quo, no patamar de R$7.000,00 (sete mil reais), afigura-se adequado. Capítulo da sentença mantido. 7. O art. 85, § 2º do Código de Processo Civil prevê que os honorários advocatícios devem ser fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% do valor da condenação, observados, necessariamente, os parâmetros previstos nos incisos I, II, III e IV do aludido dispositivo. In casu, o juízo a quo estabeleceu os honorários advocatícios no patamar de 10% (dez por cento) sob o valor da causa, sendo devida a reforma pretendida para fixar o percentual dos honorários advocatícios sobre o valor da condenação. 8. Apelo não conhecido no que tange ao capítulo que declarou a nulidade do contrato e provido em parte apenas para arbitrar os honorários advocatícios no patamar de 10% (dez por cento) do valor da condenação. Decisão unânime. (TJ-PE - APL: 4985595 PE, Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 19/07/2018, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 31/08/2018).¿ (grifo nosso). Diante do exposto, acolho os Embargos de Declaração e julgo-os procedentes para retificar o dispositivo da sentença embargada nos seguintes termos: ¿(...) a parte requerida sucumbente arcará com as despesas do processo e com os honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação¿. No mais, confirmo o decisum vergastado por seus próprios fundamentos. Após o trânsito em julgado, e não havendo recurso, aguarde-se o feito em Secretaria pelo prazo de 06 (seis) meses. Não havendo cumprimento voluntário da obrigação ou requerimento para o cumprimento de sentença, arquive-se. P.R.I.C. Altamira/PA, 18 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA 05

P R O C E S S O : 0 0 0 7 0 9 3 4 2 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019---REQUERENTE:FRANCISCO ALVES DOS SANTOS Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - 2ª VARA CÍVEL Processo: 0007093-42.2017.8.14.0005 DESPACHO 1. Diante da comprovação de depósito judicial às fls.107/110, intime-se a parte autora para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias. 2. Havendo, pedido de levantamento de valores, determino a expedição de alvará, em nome do patrono da parte autora, para levantamento da quantia depositada judicialmente, em tudo observando as formalidades legais, independentemente, nova conclusão. 3. Após, encaminhe-se os autos à UNAJ para cálculo das custas finais. Em seguida, intime-se a requerida para proceder o devido recolhimento, no prazo de 10 (dez) dias. 4. Por fim, inexistindo requerimentos, arquive-se. P.I.C. Altamira/PA, 19 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA 05

P R O C E S S O : 0 0 0 7 1 3 5 5 7 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Carta Precatória Cível em: 27/06/2019---JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA QUARTA VARA DE FAMILIA DE PORTO VELHO RO REQUERENTE:M. S. S. REQUERIDO:J. S. P. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - 2ª VARA CÍVEL Processo nº: 0007135-57.2018.8.14.0005 AÇÃO: Carta Precatória DESPACHO Proceda-se a intimação do Oficial de Justiça para devolver o mandado devidamente cumprido, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. P.I.C Altamira, 24 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES SODRE Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira

P R O C E S S O : 0 0 0 8 3 3 2 8 1 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019---REQUERENTE:KENNEDY COSTANTE Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:A

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª. VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo nº: 0008332-81.2017.8.14.0005 SENTENÇA Trata-se de Embargos de Declaração oposto por SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DE SEGURO DPVAT S/A, com fundamento no art. 1.022 do Código de Processo Civil, em razão da sentença proferida às fls. 121/122. Alega o embargante que houve uma contradição no dispositivo da sentença. Pugna, assim, pelo acolhimento e provimento dos embargos. Suficientemente relatado. Decido. Conforme dilucida Luiz Rodrigues Wambier ao discorrer sobre os Embargos de Declaração: ¿Trata-se de recurso cuja existência advém do princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional. Essa conclusão decorre da análise histórico-sistemática de seu objetivo, que é o de esclarecer ou integrar os pronunciamentos judiciais. O que se tem, portanto, é que se os jurisdicionados têm o direito à prestação jurisdicional, é evidente que essa prestação há de ocorrer de forma completa e veiculada através de uma decisão que seja clara.¿ (in Curso Avançado de Processo Civil. Vol. 1, 4ª ed, ed. RT, pg. 731). Deste modo, o objetivo dos Embargos de Declaração é trazer à lume o verdadeiro conteúdo da sentença, impondo, quando necessário, a sua correção para a escoimar de qualquer obscuridade, contradição ou omissão, sendo possível ocorrer, em alguns casos, como efeito colateral do provimento do recurso, o efeito infringente ou modificativo do julgado. Tem como requisitos objetivos para o seu conhecimento que seja interposto de alguma decisão judicial (decisão interlocutória ou sentença), a qual apresente obscuridade, contradição ou omissão, no prazo de cinco dias. No caso, assiste razão ao embargante ao alegar contradição na decisão, pois a sentença que julgou procedente o pedido para condenar a requerida ao pagamento do valor de R$ 675,00 (seis centos e setenta e cinco), fixou os honorários advocatícios em 15% sobre o valor da causa, e não sobre a condenação. Isso porque, consoante o disposto no art. 85, §2º, do CPC, ¿os honorários serão fixados entre o mínimo de dez e o máximo de vinte por cento sobre o valor da condenação¿. Assim, tendo em vista que houve condenação, é mister a fixação dos honorários sobre o valor da condenação. Nesse sentido, os Tribunais têm decidido: ¿APELAÇÃO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. RECURSO QUE NÃO IMPUGNA ESPECIFICADAMENTE CAPÍTULO DE SENTENÇA. NÃO CONHECIMENTO. PEDIDOS FORMULADOS APÓS INTERPOSIÇÃO DO APELO. NÃO CONHECIMENTO. DANOS MORAIS. OCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. MINORAÇÃO INDEVIDA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS SOBRE O VALOR DA CAUSA. REFORMA PARA FIXAR O PERCENTUAL SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. APELO PROVIDO PARCIALMENTE. DECISÃO UNÂNIME. 1. (...) 6. Em atenção aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, e considerando as peculiaridades do caso em questão, para assegurar ao lesado a justa reparação pelos danos sofridos, sem que este incorra em enriquecimento ilícito, cuido que o valor fixado para a indenização pelo juízo a quo, no patamar de R$7.000,00 (sete mil reais), afigura-se adequado. Capítulo da sentença mantido. 7. O art. 85, § 2º do Código de Processo Civil prevê que os honorários advocatícios devem ser fixados entre o mínimo de 10% e o máximo de 20% do valor da condenação, observados, necessariamente, os parâmetros previstos nos incisos I, II, III e IV do aludido dispositivo. In casu, o juízo a quo estabeleceu os honorários advocatícios no patamar de 10% (dez por cento) sob o valor da causa, sendo devida a reforma pretendida para fixar o percentual dos honorários advocatícios sobre o valor da condenação. 8. Apelo não conhecido no que tange ao capítulo que declarou a nulidade do contrato e provido em parte apenas para arbitrar os honorários advocatícios no patamar de 10% (dez por cento) do valor da condenação. Decisão unânime. (TJ-PE - APL: 4985595 PE, Relator: Jones Figueirêdo, Data de Julgamento: 19/07/2018, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 31/08/2018).¿ (grifo nosso). Diante do exposto, acolho os Embargos de Declaração e julgo-os procedentes para retificar o dispositivo da sentença embargada nos seguintes termos: ¿(...) a parte requerida sucumbente arcará com as despesas do processo e com os honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação¿. No mais, confirmo o decisum vergastado por seus próprios fundamentos. Após o trânsito em julgado, e não havendo recurso, aguarde-se o feito em Secretaria pelo prazo de 06 (seis) meses. Não havendo cumprimento voluntário da obrigação ou requerimento para o cumprimento de sentença, arquive-se. P.R.I.C. Altamira/PA, 18 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA 05

P R O C E S S O : 0 0 0 9 3 6 8 6 1 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019---REQUERENTE:PAMELA COLARINO MARTINS Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO)

REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 11037-A - ROBERTA MENZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA Processo: 0009368-61.2017.8.14.0005 DESPACHO 1. Intime-se parte requerida, ora apelada, para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação interposto, no prazo de 15 (quinze) dias (CPC, art.1.010, § 1°).

2. Após o cumprimento das formalidades legais, remetam-se os autos ao Tribunal, independentemente de juízo de admissibilidade. P.I.C. Altamira/PA, 18 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial Da Comarca de Altamira/PA 05

P R O C E S S O : 0 0 0 9 6 1 0 2 0 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019---REQUERENTE:KELLY CRISTINA OLIVEIRA FERREIRA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - 2ª VARA CÍVEL Processo: 0009610-20.2017.8.14.0005 DESPACHO 1. Indefiro o pedido de desentranhamento da procuração que acompanha a inicial, por considerá-la documento hábil, que legitima a representação processual da parte requerente na fase de conhecimento. Entender de outra forma, acarretaria em ausência de representação processual, consequentemente, ineficácia dos atos praticados pelo advogado, nos termos do art. 103 e seguintes do CPC/15. 2. Diante da comprovação de depósito judicial às fls. 87/88, defiro pedido de levantamento de valores, e consequentemente, determino a expedição de alvará, em nome do patrono da parte autora, para levantamento da quantia depositada judicialmente, em tudo observando as formalidades legais. 3. Encaminhe-se os autos à UNAJ para cálculo das custas finais. Em seguida, intime-se a requerida para proceder o devido recolhimento, no prazo de 10 (dez) dias. 4. Após, inexistindo requerimentos, arquive-se. P.I.C. Altamira/PA, 18 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA 05

P R O C E S S O : 0 0 1 1 7 4 3 0 6 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019---REQUERENTE:AYMORE CREDITO FINACIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 14305 - CARLOS GONDIM NEVES BRAGA (ADVOGADO) OAB 115665 - MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:J C DA C TEIXEIRA MALHARIA ME. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - 2ª VARA CÍVEL Processo: 0011743-06.2015.8.14.0005 Ação: BUSCA E APREENSÃO Requerente: AYMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Requerido: JC DA C TEIXEIRA MALHARIA ME DESPACHO 1. Cumpra-se a Decisão de fl. 32/33, no endereço informado à fl. 64. 2. Após, cumprido o item anterior, intime-se o requerente para manifestação. P.I.C. Altamira/PA, 24 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES SODRE Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA.

P R O C E S S O : 0 0 1 5 0 1 4 5 2 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERENTE:YAGO HENRIQUE ALMEIDA GUEDES Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - 2ª VARA CÍVEL Processo: 0015014-52.2017.8.14.0005 DESPACHO 1. Diante da comprovação de depósito judicial às fls. 96/98, defiro pedido de levantamento de valores, e consequentemente, determino a expedição de alvará, em nome do patrono da parte autora, para levantamento da quantia depositada judicialmente, em tudo observando as formalidades legais. 2. Encaminhe-se os autos à UNAJ para cálculo das custas finais. Em seguida, intime-se a requerida para proceder o devido recolhimento, no prazo de 10 (dez) dias. 4. Após, inexistindo requerimentos, arquive-se. P.I.C. Altamira/PA, 19 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA 05

P R O C E S S O : 0 0 7 5 8 8 5 1 9 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES Ação:

Execução de Alimentos em: 27/06/2019---EXEQUENTE:N. H. S. C. Representante(s): OAB 2222 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO PARA (DEFENSOR) EXECUTADO:R. H. C. Representante(s): OAB 24433 - JOHNN CHRISTIE DE ASSIS AZEVEDO DOS REIS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - 2ª VARA CÍVEL DESPACHO Dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação, no prazo de 10 (dez) dias. P.I.C. Altamira/PA, 25 de junho de 2019. LUANNA KARISSA ARAUJO LOPES SODRE Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira.

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA - VIA DJE

Processo: 00048457920128140005

Ação: PEDIDO DE CONVERSAO DE BUSCA E APREENSAO EM DEPOSITO

Requerente: CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA

Advogada: MARIA LUCILIA GOMES, OAB-PA 9803-A

De ordem da Exmª. Srª. **LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ** Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira-PA, realizo a intimação do Requerente, por sua advogada, para que efetue o pagamento das custas processuais finais no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado do Pará; podendo pegar o boleto na secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Altamira ou no site do TJPA. Dado e passado nesta Cidade de Altamira, aos 27 de junho de 2019.

Rumualdo Conceição Oliveira

Auxiliar judiciário da Secretaria da 2ª Vara Cível de Altamira

Provimentos 006/2009-CJCI e 08/2014-CJRMB

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA - VIA DJE

Processo: 00055336520178140005

Ação: BUSCA E APREENSÃO

Requerente: BV FINANCEIRA SA CFI

Advogado: SERGIO SCHULZE, OAB-PA 23524-A

De ordem da Exmª. Srª. **LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ** Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira-PA, realizo a intimação do Requerente, por seu advogado, para que efetue o pagamento do complemento das custas processuais intermediárias no prazo de 15 dias,

sob pena de indeferimento do feito; podendo pegar o boleto na secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Altamira ou no site do TJPA. Dado e passado nesta Cidade de Altamira, aos 27 de junho de 2019.

Rumualdo Conceição Oliveira

Auxiliar judiciário da Secretaria da 2ª Vara Cível de Altamira

Provimentos 006/2009-CJCI e 08/2014-CJRMB

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA - VIA DJE

Processo: 00015317820068140005

Ação: CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

Requerente: BANCO AMAZONIA SA BASA

Advogados: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA, OAB-PA 10176; MARCAL MARCELLINO DA SILVA NETO, OAB-PA 5865; e ALINE MEIRELLES BARROS, OAB-PA 5543

De ordem da Exmª. Srª. **LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ** Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira-PA, realizo a intimação do Requerente, por seus advogados, para que efetue o pagamento das custas processuais finais no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado do Pará; podendo pegar o boleto na secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Altamira ou no site do TJPA. Dado e passado nesta Cidade de Altamira, aos 27 de junho de 2019.

Rumualdo Conceição Oliveira

Auxiliar judiciário da Secretaria da 2ª Vara Cível de Altamira

Provimentos 006/2009-CJCI e 08/2014-CJRMB

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA - VIA DJE

Processo: 00024077020188140005

Ação: ALVARÁ JUDICIAL PARA OUTORGA DE ESCRITURA PÚBLICA

Requerente: MARIA MARILENE DA COSTA

Advogados: LETÍCIA BRAGA DA SILVA CORREA JARDIM, OAB-PA 17715 e LUIZ CLÁUDIO PEREIRA CORREA JÚNIOR, OAB-PA 18327

De ordem da Exmª. Srª. **LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ** Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira-PA, realizo a intimação do Requerente, por seus advogados, para que efetue o pagamento das custas processuais intermediárias no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento do feito; podendo pegar o boleto na secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Altamira ou no site do TJPA. Dado e passado nesta Cidade de Altamira, aos 28 dias de junho de 2019.

Rumualdo Conceição Oliveira

Auxiliar judiciário da Secretaria da 2ª Vara Cível de Altamira

Provimentos 006/2009-CJCI e 08/2014-CJRMB

INTIMAÇÃO ELETRÔNICA - VIA DJE

Processo: 00097213820168140005

Ação: ALVARÁ JUDICIAL

Requerente: MARIA ONEIDE FEITOSA DA SILVA

Advogada: ANDREZA ANCHIETA DO NASCIMENTO, OAB-PA 12661

De ordem da Exmª. Srª. **LUANNA KARISSA ARAÚJO LOPES SODRÉ** Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira-PA, realizo a intimação do Requerente, por sua advogada, para que efetue o pagamento das custas processuais finais no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado do Pará; podendo pegar o boleto na secretaria da 2ª Vara Cível da Comarca de Altamira ou no site do TJPA. Dado e passado nesta Cidade de Altamira, aos 28 de junho de 2019.

Rumualdo Conceição Oliveira

Auxiliar judiciário da Secretaria da 2ª Vara Cível de Altamira

Provimentos 006/2009-CJCI e 08/2014-CJRMB

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA

P R O C E S S O : 0 0 1 2 7 7 4 2 7 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALEXANDRE JOSE CHAVES TRINDADE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 11/03/2019---DENUNCIADO:RONIVALDO RIBEIRO LIMA Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) DENUNCIADO:FLAVIO FRANCISCO DOS SANTOS Representante(s): OAB 9371 - ALEXANDRE BARBOSA LISBOA (ADVOGADO) . Processo nº 0012774-27.2016.814.0005 DECISÃO Vistos, etc.

Quanto à defesa do denunciado, não foram arguidas questões que implicassem em absolvição sumária ou mesmo que obstassem o recebimento da denúncia, uma vez que não foi vislumbrada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 397, do CPP. Quanto ao alegado pela douta defesa, inexiste causa excludente da ilicitude do fato ou da culpabilidade do agente. Ademais, o fato narrado constitui crime e a punibilidade do denunciado não está extinta. A argumentação trazida na peça defensiva referente à falta de justa causa para o prosseguimento do feito, dada a ausência de laudo pericial que comprove a potencialidade do armamento bélico, não assiste razão, haja vista que nossos Tribunais Superiores firmaram jurisprudência no sentido de considerar dispensável a alusiva perícia, senão vejamos: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PORTE DE ARMA DE FOGO. CRIME DE MERA CONDUTA. PRESCINDIBILIDADE DE EXAME PERICIAL. PRECEDENTES DO STJ. PERÍCIA EFETIVADA QUE DEMONSTROU A TOTAL INEFICÁCIA DA ARMA. ATIPICIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE SUPERIOR. ABSOLVIÇÃO (ART. 386, III, DO CPP). 1. A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que, para a caracterização do delito previsto no art. 14 da Lei n. 10.826/2003, por ser de perigo abstrato e de mera conduta, e por colocar em risco a incolumidade pública, basta a prática de um dos núcleos do tipo penal, sendo desnecessária a realização de perícia (AgRg no AgRg no AREsp n. 664.932/SC, Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe 10/2/2017). 2. Na hipótese, contudo, em que demonstrada por laudo pericial a total ineficácia da arma de fogo (inapta a disparar), como no caso dos autos, a jurisprudência desta Corte Superior tem orientado no sentido da atipicidade da conduta perpetrada, diante da ausência de afetação do bem jurídico incolumidade pública, tratando-se de crime impossível pela ineficácia absoluta do meio (REsp n. 1.451.397/MG, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 1º/10/2015). 3. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no AgInt no AREsp: 923594 ES 2016/0144776-1, Relator: Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Data de Julgamento: 18/05/2017, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 08/06/2017) Assim sendo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 06/08/2019, às 10h. Expeça-se a secretaria com os atos necessários a realização da audiência, com observância das formalidades legais. Junte-se aos autos antecedentes atualizados dos réus.

Sem prejuízo, expeça-se carta precatória, se necessário for. Ciência pessoal ao Ministério Público e à DPE. Intime-se a defesa, via DJE/balcão. Serve este por cópia digitalizada, como MANDADO DE INTIMAÇÃO, na forma do Provimento nº 003/2009, da CJMB -TJE/PA, com redação dada pelo Provimento nº 011/2009. P.C.I. Altamira/PA, 11 de março de 2019. Alexandre José Chaves Trindade Juiz de Direito Substituto - TJEPA Resp. pela 1ª Vara Criminal da Comarca de Altamira

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA

RESENHA: 20/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA - VARA: 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA
PROCESSO: 00005376320138140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019---REQUERENTE:DONIZETE MATIAS DOS SANTOS Representante(s): OAB 11792 - ANDREIA MACEDO BARRETO (DEFENSOR) REQUERIDO:NORTE E ENERGIA SA NESA Representante(s): OAB 12580 - ANDRE RIBAS DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 5190 - ALACIR BORGES (ADVOGADO) OAB 19901-A - ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO (ADVOGADO) . OCORRÊNCIAS: A presente audiência será presidida pela conciliadora do juízo Denize Lídia Silva de Queiroz, matricula 104833. Advogado da parte requerida requer prazo de 05 dias para juntada de carta de preposição. Aberta audiência, restou infrutífera ante a ausência de proposta de acordo entre as partes. DELIBERAÇÃO: Defiro o prazo de 05 dias para juntada de carta de preposição. Abre-se prazo de 15 dias contados da audiência para as partes, querendo, apresentarem os pontos controvertidos e meios de provas que pretendem produzir. Após conclusos para possível designação de audiência de instrução e julgamento, em sendo necessário. Cientes os presentes. P.I.C. Nada mais havendo por consignar, pela conciliadora foi determinado o encerramento do presente termo, o qual vai assinado pela conciliadora. Eu, _____ (Enderson da Silva e Silva), digitei e conferi. DENIZE LIDIA SILVA DE QUEIROZ CONCILIADORA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA-PA _____ _____ DONIZETE MATIAS DOS SANTOS Rita de Cassia Martins _____ Dr. Hugo Alan Moda Lima Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, Bairro São Sebastião - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009 - CEP. 68.372-020 - Altamira/PA 3civelaltamira@tjpa.jus.br
PROCESSO: 00073312720188140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Procedimento ordinário em: 24/06/2019---REQUERENTE:KEILA REGINA SE SOUZA JANUARIO Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO (DEFENSOR) REQUERIDO:NORTE ENERGIA SA NESA. OCORRÊNCIAS: A presente audiência será presidida pela conciliadora do juízo Denize Lídia Silva de Queiroz, matricula 104833. A parte autora, juntou no presente ato, cópia do seu CPF, RG e, comprovante de residência, conforme solicitado no despacho de fl. 332. Advogado da parte requerida solicita juntada de carta de preposição. Aberta audiência, restou infrutífera ante a ausência de proposta de acordo entre as partes. DELIBERAÇÃO: Defiro juntada de carta de preposição. Abre-se prazo de 15 dias contados da audiência para a parte requerente apresente réplica a contestação, querendo, apresentar os pontos controvertidos e meios de provas que pretendem produzir. No mesmo prazo acima, poderá o requerido, querendo, apresentar os pontos controvertidos e meios de provas que pretendem produzir. Após conclusos para possível designação de audiência de instrução e julgamento, em sendo necessário. Cientes os presentes. P.I.C. Nada mais havendo por consignar, pela conciliadora foi determinado o encerramento do presente termo, o qual vai assinado pela conciliadora. Eu, _____ (Enderson da Silva e Silva), digitei e conferi. DENIZE LIDIA SILVA DE QUEIROZ CONCILIADORA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA-PA _____ _____ KEILA REGINA DE SOUSA JANUARIO Rita de Cassia Martins _____ Dr. Hugo Alan Moda Lima Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, Bairro São Sebastião - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009 - CEP. 68.372-020 - Altamira/PA 3civelaltamira@tjpa.jus.br
PROCESSO: 00073823820188140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Produção Antecipada da Prova em: 24/06/2019---REQUERENTE:ILCIRNEY DA SILVA OLIVEIRA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DA UNIAO (DEFENSOR) REQUERIDO:NORTE ENERGIA SA NESA. OCORRÊNCIAS: A presente audiência será presidida pela conciliadora do juízo Denize Lídia Silva de Queiroz, matricula 104833. Advogado da parte requerida solicita juntada de carta de preposição. Aberta audiência, restou infrutífera ante a ausência de proposta de acordo entre as partes. DELIBERAÇÃO: Defiro juntada de carta de preposição. Abre-se prazo de 15 dias contados da audiência para a parte ré apresentar contestação, querendo, apresentar os pontos controvertidos e meios de provas que pretendem produzir. Após, concedo a parte autora prazo de 15 dias para replicar a presente lide, querendo, apresentar os pontos controvertidos e meios de provas que pretendem produzir. Após

conclusos para possível designação de audiência de instrução e julgamento, em sendo necessário. Cientes os presentes. P.I.C. Nada mais havendo por consignar, pela conciliadora foi determinado o encerramento do presente termo, o qual vai assinado pela conciliadora. Eu, _____ (Enderson da Silva e Silva), digitei e conferi. DENIZE LIDIA SILVA DE QUEIROZ CONCILIADORA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA-PA _____ _____ ILCIRNEY DA SILVA OLIVEIRA Rita de Cassia Martins _____ Dr. Hugo Alan Moda Lima Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, Bairro São Sebastião - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009 - CEP. 68.372-020 - Altamira/PA 3civelaltamira@tjpa.jus.br

PROCESSO: 00076693520178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019---REQUERENTE:RAIMUNDO NASCIMENTO DOS SANTOS Representante(s): OAB 9013 - ANTONIO JOSE DARWICH DA ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:NORTE ENERGIA S/A Representante(s): OAB 19901-A - ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO (ADVOGADO) . OCORRÊNCIAS: A presente audiência será presidida pela conciliadora do juízo Denize Lídia Silva de Queiroz, matricula 104833. Advogado da parte autora pediu prazo de 05 dias para juntada de substabelecimento. As partes em comum acordo requerem o saneamento da demanda, considerando que já houve a realização de audiência de conciliação (fl. 44), bem como apresentação de contestação nos presentes autos. DELIBERAÇÃO: Concedo o prazo de 05 dias para juntada de substabelecimento. Permaneçam os autos conclusos para analises dos pedidos. Cientes os presentes. P.I.C. Nada mais havendo por consignar, pela conciliadora foi determinado o encerramento do presente termo, o qual vai assinado pela conciliadora. Eu, _____ (Enderson da Silva e Silva), digitei e conferi. DENIZE LIDIA SILVA DE QUEIROZ CONCILIADORA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA-PA _____ _____ Raimundo Nascimento dos Santos Rita de Cassia Martins _____ _____ Dr. Gustavo dos Santos Mafra Dr. Hugo Alan Moda Lima Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, Bairro São Sebastião - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009 - CEP. 68.372-020 - Altamira/PA 3civelaltamira@tjpa.jus.br

PROCESSO: 00002394720118140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Sumário em: 25/06/2019---REQUERENTE:FRANCISCO LOPES VIANA Representante(s): OAB 16260 - LUIS CARLOS LIMA DA CRUZ FILHO (DEFENSOR) REQUERIDO:BANCO BRADESCO S A Representante(s): OAB 126.504 - JOSE EDGARD DA CUNHA FILHO (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANHCES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

PROCESSO: 00014354220148140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019---REQUERENTE:CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 84206 - MARIA LUCILIA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE ORLANDO DAS FLORES CORREA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANHCES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

PROCESSO: 00021923620148140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Divórcio Consensual em: 25/06/2019---REQUERENTE:I. R. S. Representante(s): OAB 17866 - MICHEL OLIVEIRA SILVA DE MELO (ADVOGADO) REQUERENTE:R. O. S. Representante(s): OAB 20749 - SAMUEL LIMA SALES JUNIOR (ADVOGADO) . Processo: 0002192-36.2014.8.14.0005 R.H Suspendo a ordem de prisão. Ouça-se o Ministério Público, no prazo legal. Após, conclusos. P.I.C.

PROCESSO: 00024086020158140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDINEIRE MARIA DE SOUZA Ação: Procedimento

Sumário em: 25/06/2019---REQUERENTE:SEBASTIAO DAVID DE ARAUJO NETO Representante(s): OAB 19656 - FERNANDO GONCALVES FERNANDES (ADVOGADO) OAB 20736 - JOSE AUGUSTO ROSA DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 27014 - RAFAELA CAFEZAKIS COELHO AMOEDO (ADVOGADO) REQUERIDO:ELETROMARC Representante(s): OAB 18225-B - RONALDO FERREIRA MARINHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo nº 0002408-60.2015.814.0005 CERTIDÃO Eu, Edineire Maria de Souza Pereira, Auxiliar Judiciário (Diretora de Secretaria em exercícios) da Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do Pará, no uso de minhas atribuições legais, etc... CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, que o requerente manifestou tempestivamente. CERTIFICO ainda que o requerido apesar de devidamente intimado em audiência não apresentou manifestação. O referido é verdade e dou fé. Altamira-PA, 25 de junho de 2019. _____ Edineire Maria de Souza Pereira Auxiliar Judiciário Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, bairro São Sebastião - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009 - CEP. 68.372-020 - Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 2 5 3 2 0 7 2 0 1 0 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Execução de Alimentos em: 25/06/2019---EXEQUENTE:M. F. S. Representante(s): OAB 8577 - OSCAR DAMASCENO FILHO (ADVOGADO) OAB 14234-A - MARIA LUIZA BARBOSA (ADVOGADO) EXECUTADO:J. A. L. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANHCES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 0 9 2 3 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 25/06/2019---REQUERENTE:J. O. C. B. J. Representante(s): OAB 5126 - THYCIANA VALERIA LOPES DE SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:G. P. S. REPRESENTANTE:R. P. S. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANHCES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 3 3 6 9 3 0 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Sumário em: 25/06/2019---REQUERENTE:CARLOS VINICIUS DA SILVA LOPES Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANHCES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 6 7 3 3 1 0 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 25/06/2019---REQUERENTE:MARIEL HENRIQUE TEIXEIRA SANTOS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANHCES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo.

ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA
PROCESSO: 00074990520138140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019---REQUERENTE:ENILSON DE MOURA GODINHO REQUERENTE:ALANE SANTOS DA SILVA GODINHO Representante(s): OAB 14013 - PAULA BARROS PEREIRA DE FARIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:WANDERLEIA MARIA DA SILVA DUARTE. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANHCES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA
PROCESSO: 00091275320188140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Divórcio Consensual em: 25/06/2019---REQUERENTE:I. F. P. REQUERENTE:P. C. P. F. Representante(s): OAB 22584 - PABLO BRUNNO SILVEIRA LIMA (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANHCES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA
PROCESSO: 00093585120168140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Ação de Alimentos em: 25/06/2019---REQUERENTE:A. V. B. M. REQUERENTE:H. B. M. REQUERENTE:A. C. B. M. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:H. G. S. M. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANHCES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA
PROCESSO: 00121204020168140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Sumário em: 25/06/2019---REQUERENTE:P. R. A. S. Representante(s): OAB 22306-B - MAYARA WAGNER SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:A. O. S. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANHCES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA
PROCESSO: 00122061120168140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Procedimento Sumário em: 25/06/2019---REQUERENTE:ELZITA SILVA SALAZAR Representante(s): OAB 35750 - ANDRE AUGUSTO GASTALDON RIOS (ADVOGADO) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S A Representante(s): OAB 8049 - LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIRO (ADVOGADO) . Processo: 0012206-11.2016.8.14.0005 ATO ORDINATÓRIO De ordem do (a) Exmo. (a) Sr. (a) Juiz (a) de Direito que atua nesta Vara, Dr(a). VINICIUS PACHECO DE ARAUJO, nos termos do Provimento nº 006/2009-CJCI, intima-se o Requerente: ELZITA SILVA SALAZAR, através de seu patrono, para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar o recolhimento da MULTA por ato atentatório à dignidade da Justiça, conforme cálculo disponibilizado no Site do TJPA, Sistema de Emissão de Custas Judicias ou retirar Boleto anexo aos autos, junto a Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira PA. Altamira PA, 25 de junho de 2019. ALMIR JOSÉ SIGNORI Auxiliar Judiciário - Mat. 125351 Provimento 08/2014-CJRMB Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Altamira/PA.
PROCESSO: 00138087120158140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Comum em:

25/06/2019---REQUERENTE:JOSE KIDO BARTH Representante(s): OAB 20555 - RAQUEL SILVA FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANHCES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 1 4 6 6 7 1 9 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Execução de Alimentos em: 25/06/2019---EXEQUENTE:W. S. A. Representante(s): OAB 22584 - PABLO BRUNNO SILVEIRA LIMA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:L. B. S. EXECUTADO:A. N. A. Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) . Processo: 00146667-19.2017.8.14.0005 R.H A justificativa quanto ao descumprimento da obrigação alimentar já fora devidamente avaliada e rejeitada. Eventual fato novo pode ser apresentado a este juízo que apreciará as suas razoes. Todavia, a justificativa de fls. 91/92 não traz qualquer fato novo, tratando-se de uma insignação à decisão de fls. 87/87v, que deve ser atacada pela via judicial adequada. Isto posto, cumpra-se a ordem de prisão. P.I.C. Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, Bairro São Sebastião - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009 - CEP. 68.372-020 - Altamira/PA 3civelaltamira@tjpa.jus.br

P R O C E S S O : 0 0 1 6 7 1 2 3 0 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Sumário em: 25/06/2019---REQUERENTE:H. R. G. C. Representante(s): OAB 23300 - ALAN RANGEL FERREIRA PORTELA (ADVOGADO) REQUERIDO:V. A. M. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANHCES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 8 0 8 4 1 7 8 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 25/06/2019---REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIO JOAQUIM MOREIRA ALVES. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANHCES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 4ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 1 0 0 8 6 8 8 2 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Procedimento Sumário em: 25/06/2019---REQUERENTE:SILVONE POLLMEIER AFRA Representante(s): OAB 35750 - ANDRE AUGUSTO GASTALDON RIOS (ADVOGADO) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S A Representante(s): OAB 8049 - LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIRO (ADVOGADO) . Processo: 0100868-82.2015.8.14.0005 ATO ORDINATÓRIO De ordem do (a) Exmo. (a) Sr. (a) Juiz (a) de Direito que atua nesta Vara, Dr(a). VINICIUS PACHECO DE ARAUJO, nos termos do Provimento nº 006/2009-CJCI, intima-se o Requerente: SILVONE POLLMEIER AFRA, através de seu patrono, para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar o recolhimento da MULTA por ato atentatório à dignidade da Justiça, conforme cálculo disponibilizado no Site do TJPA, Sistema de Emissão de Custas Judicias ou retirar Boleto anexo aos autos, junto a Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira PA. Altamira PA, 25 de junho de 2019. ALMIR JOSÉ SIGNORI Auxiliar Judiciário - Mat. 125351 Provimento 08/2014-CJRMB Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Altamira/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 0 5 6 0 3 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:M. L. S. A. Representante(s): OAB 4770 - ARNALDO GOMES DA ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:F. V. S. . PROCESSO: 0000056-03.2013.8.14.0005 CERTIDÃO

Eu, ALMIR JOSE SIGNORI, Auxiliar Judiciário, matricula 125351, da Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do Pará, no uso de minhas atribuições legais, etc... CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei (Provimento 08/2014-CJRMB), que a SENTENÇA de fls. 107 dos autos, proferido em 24 de julho de 2017, foi publicado no Diário de Justiça do Estado do Pará-TJPA na Edição nº 6254/2017 - Segunda-Feira, 31 de julho de 2017. O referido é verdade e dou fé. Altamira PA, 26 de junho de 2019. ALMIR JOSÉ SIGNORI Auxiliar Judiciário =- matricula 125351 Provimento 08/2014-CJRMB Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Altamira PA

P R O C E S S O : 0 0 0 0 0 5 6 0 3 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---AUTOR:M. L. S. A. Representante(s): OAB 4770 - ARNALDO GOMES DA ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:F. V. S. . Processo: 0000056-03.2013.8.14.0005 ATO ORDINATÓRIO De ordem do (a) Exmo. (a) Sr. (a) Juiz (a) de Direito que atua nesta Vara, Dr(a). VINICIUS PACHECO DE ARAUJO, nos termos do Provimento nº 006/2009-CJCI, intima-se o Requerente: MARIA LUCIA DE SOUSA ARAUJO, através de seu patrono, para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar o recolhimento das CUSTAS JUDICIAIS FINAIS, conforme cálculo disponibilizado no Site do TJPA, Sistema de Emissão de Custas Judicias ou retirar Boleto anexo aos autos, junto a Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira PA, sob pena de Inscrição do Débito em DIVIDA ATIVA. Altamira PA, 26 de junho de 2019. ALMIR JOSÉ SIGNORI Auxiliar Judiciário - Mat. 125351 Provimento 08/2014-CJRMB Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Altamira/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 1 1 2 2 8 2 0 0 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 0 8 1 0 0 1 4 2 4 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Ação Civil Pública em: 26/06/2019---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:EDUARDO JOSE FALESI DO NASCIMENTO REQUERIDO:ALTAMIRA MADEIRAS LTDA Representante(s): OAB 10259 - ADELAIDE ALBARADO DE ALMEIDA LINO (ADVOGADO) OAB 10256 - OTACILIO LINO JUNIOR (ADVOGADO) . 1. Intime-se as partes sobre o retorno dos autos ao Juízo de 1º grau, requerendo, no prazo de 15 (quinze) dias, o que entenderem de direito, sob pena de arquivamento. 2. Após, conclusos. P.I.C. Altamira/PA, 25 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo. Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA. V. P. 03

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 8 5 8 4 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDINEIRE MARIA DE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---RECLAMANTE:CLÁUDIO SÉRGIO CORRÊA Representante(s): OAB 160821 - MARLON UCHOA CASTELO BRANCO (ADVOGADO) RECLAMADO:CELPA REDE CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 8049 - LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo nº 0003885-84.2016.814.0005 CERTIDÃO Eu, Edineire Maria de Souza Pereira, Auxiliar Judiciário (Diretora de Secretaria em exercícios) da Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do Pará, no uso de minhas atribuições legais, etc... CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, que as partes apresentaram manifestação tempestivamente. O referido é verdade e dou fé.

Altamira-PA, 26 de junho de 2019. _____ Edineire Maria de Souza Pereira Auxiliar Judiciário Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, bairro São Sebastião - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009 - CEP. 68.372-020 - Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 5 2 6 5 5 0 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---REQUERENTE:RODRIGO JENNINGS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 16212 - RODRIGO JENNINGS DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:GOVERNO DO ESTADO DO PARA. PROCESSO: 0005265-50.2013.8.14.0005 CERTIDÃO Eu, ALMIR JOSE SIGNORI, Auxiliar Judiciário, matricula 125351, da Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do Pará, no uso de minhas atribuições legais, etc... CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei (Provimento 08/2014-CJRMB), que a SENTENÇA de fls. 111 dos autos, proferido em 27 de julho de 2017, foi publicado no Diário de Justiça do Estado do Pará-TJPA na Edição nº 6254/2017 - Segunda-Feira, 07 de agosto de 2017. O referido é verdade e dou fé. Altamira PA, 26 de junho de 2019. ALMIR JOSÉ SIGNORI Auxiliar Judiciário =- matricula 125351 Provimento 08/2014-CJRMB Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Altamira PA

P R O C E S S O : 0 0 0 5 7 3 7 7 5 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Ação

Civil Pública em: 26/06/2019---REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALTAMIRA REQUERIDO:SECRETARIA DE ADMINISTRACAO DO MUNICIPIO DE ALTAMIRA REQUERIDO:SECRETARIA DE FINANCAS DO MUNICIPIO DE ALTAMIRA. DECISÃO Considerando a possibilidade do magistrado, de ofício, corrigir eventuais inexatidões materiais contidos em seus provimentos jurisdicionais, com arrimo no art. 494, I, do CPC, utilizo-me desta ferramenta processual para destacar que na decisão interlocutória de fls. 931/935-v, na qual se deferiu parcialmente a tutela de urgência, onde se lê ¿d) No prazo improrrogável de 09 (nove) meses, a conclusão do procedimento licitatório estabelecido na alínea `a¿;¿ (fl. 935), leia-se: ¿d) No prazo improrrogável de 09 (nove) meses, a conclusão do procedimento licitatório estabelecido na alínea `b¿, assim compreendido o procedimento prévio de escolha da banca organizadora do concurso, bem como o certame público de seleção de candidatos para provimento de cargos públicos municipais, nos termos da Lei 8.666/93¿. Quanto aos demais termos, mantenho a decisão na íntegra. P.I.C. Altamira/PA, 26 de junho de 2019. VINÍCIUS PACHECO DE ARAÚJO Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 5 7 8 3 6 9 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---REQUERENTE:KLEBER REIS DE MELO Representante(s): OAB 11115 - FRANCINEIDE AMARAL OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:EGIDIO DEALMO BARTH REQUERIDO:LEDVINA MEIER BARTH. Processo: 0005783-69.2015.8.14.0005 ATO ORDINATÓRIO De ordem do (a) Exmo. (a) Sr. (a) Juiz (a) de Direito que atua nesta Vara, Dr(a). VINICIUS PACHECO DE ARAUJO, nos termos do Provimento nº 006/2009-CJCI, intima-se o Requerente: KLEBER REIS DE MELO, através de seu patrono, para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar o recolhimento das CUSTAS JUDICIAIS INICIAIS, conforme cálculo disponibilizado no Site do TJPA, Sistema de Emissão de Custas Judicias ou retirar Boleto anexo aos autos, junto a Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira PA, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Altamira PA, 26 de junho de 2019. ALMIR JOSÉ SIGNORI Auxiliar Judiciário - Mat. 125351 Provimento 08/2014-CJRMB Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Altamira/PA.

P R O C E S S O : 0 0 0 7 6 5 5 5 6 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---REQUERENTE:JACKSON WEBER Representante(s): OAB 29022 - JACKSON WEBER (ADVOGADO) REQUERIDO:NORTE ENERGIA SA NESA Representante(s): OAB 19901-A - ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO (ADVOGADO) . DETERMINO a intimação pessoal da autora, para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem julgamento do mérito, nos termos do art. 485, II, § do CPC. Após, conclusos. P.I.C. Altamira/PA, 25 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo. Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA V. P. 03

P R O C E S S O : 0 0 0 7 6 6 9 3 5 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---REQUERENTE:RAIMUNDO NASCIMENTO DOS SANTOS Representante(s): OAB 9013 - ANTONIO JOSE DARWICH DA ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:NORTE ENERGIA S/A Representante(s): OAB 19901-A - ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO (ADVOGADO) . DESPACHO Certifique-se se houve apresentação de réplica e, caso positivo se foi apresentado no prazo legal. Após, voltem os autos conclusos. P.I.C. Altamira/PA, 24 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo Juiz de Direito Respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira-Pará V.P. 01

P R O C E S S O : 0 0 0 8 1 7 5 7 4 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento ordinário em: 26/06/2019---REQUERENTE:ADERIZA MARTINS ASSUNCAO Representante(s): OAB 24378 - LUIS PAULO CLOSS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:DAVI ANDRADE Representante(s): OAB 12783 - RICARDO DE SOUSA BARBOZA (ADVOGADO) OAB 26818 - GUSTAVO DOS SANTOS MAFRA (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO, no uso das atribuições que me são conferidas por lei, que: ( ) A parte autora é requerente de PRIORIDADE - IDOSO. ( ) Depende de apreciação o pedido de gratuidade da Justiça requerida às fls._____. ( ) As custas atinentes ao presente feito foram recolhidas corretamente. ( ) As custas iniciais atinentes ao presente feito não foram devidamente recolhidas, mesmo tendo sido o autor devidamente intimado através do Diário de Justiça. ( ) Não foi apresentada cópia(s) da inicial para contrafé, falta(m)_____cópia(s). ( ) A inicial não veio instruída com a devida procuração outorgada. ( ) O presente feito foi apensado ao(s) de número _____. ( ) Não houve retorno do AR referente à correspondência expedida às fls. ____, até a presente data. ( ) Não houve devolução do

Mandado expedido às fls. _____, encaminhado à Central de Mandados em _____, até a presente data. ( ) Não houve devolução da Carta Precatória expedido às fls. _____, até a presente data. ( ) O Edital de fls. _____, foi devidamente publicado no átrio do Fórum local, pelo prazo de_____ dias, sem que houvesse manifestação do (a)(s) _____. ( ) O Edital foi devidamente publicado no DJ em _____. ( ) As contestações apresentadas pelos Requeridos às fls. 51/126 e fls. 129/139 são tempestivas. (X) A parte autora apresentou Réplica à Contestação, conforme fls. 97/109 tempestivamente. ( ) Não foi apresentada contestação e nem comprovante de pagamento ou justificativa sobre a impossibilidade de efetuá-lo, embora devidamente citada a parte Requerida, conforme Certidão de fls. 18/19; que o Requerido não apresentou impugnação, apesar de devidamente citado (fls. 22/23), bem como, não apresentou embargos a penhora. ( ) Foram interpostos embargos às fls. _____. ( ) Não foram interposto embargos. ( ) O Autor apresentou tempestivamente manifestação acerca do Agravo Retido. ( ) Não houve manifestação da parte Requerida, embora devidamente ciente, conforme fls. ( ) Na data presente, compareceu a esta Secretaria da 4ª Vara Cível, a parte Requerente, declarando que possui interesse no prosseguimento do feito. ( ) Até a presente data, não houve manifestação do(a) Requerente, declarando interesse no prosseguimento do feito, apesar de ter sido devidamente intimada, conforme Certidão de fls. __ ( ) Em cumprimento ao despacho/Decisão/Sentença de fls._____, foram desentranhados o(s) documentos de fls._____. ( ) O Recurso de fls. é tempestivo. ( ) O Recurso de fls. _____ é intempestivo. ( ) As contrarrazões ao recurso de Apelação de fls. é tempestiva. ( ) As contrarrazões de fls._____ são intempestivas. ( ) A Sentença de fls. , não houve manifestação das partes _____ ( ) Outras Ocorrências: O referido é verdade e dou fé. Altamira/PA, 26/06/2017 JADNA CLEIA S. SOUSA Auxiliar Judiciário

P R O C E S S O : 0 0 0 8 5 9 2 6 1 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Ação de Alimentos em: 26/06/2019---REQUERENTE:A. R. B. D. Representante(s): OAB 14234-A - MARIA LUIZA BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:W. S. O. . DESPACHO Considerando a certidão de fls. 57, intime-se a advogado do autor, para que informe o endereço atualizado de seu cliente, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção sem resolução do mérito. P.I.C. Altamira/PA, 18 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo. Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA. V. P. 03

P R O C E S S O : 0 0 0 8 8 6 6 2 5 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Execução de Alimentos em: 26/06/2019---EXEQUENTE:M. L. V. M. Representante(s): OAB 22584 - PABLO BRUNNO SILVEIRA LIMA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:C. V. M. EXECUTADO:M. F. S. Representante(s): OAB 21752 - MARCOS YURI ALVES DE MELO (ADVOGADO) . O executado foi devidamente citado e não apresentou impugnação, justificativa ou comprovou o pagamento do débito. Assim, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Executada a penhora e, se necessária, feita a avaliação, intime-se a parte executada a oferecer impugnação, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525 do CPC. Oficie-se ao Cartório de protesto para que proceda a devida averbação, nos termos do art. 528, § 1º do Código de Processo Civil. Após, conclusos. P.I.C. Altamira/PA, 18 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA V. P. 03

P R O C E S S O : 0 0 0 8 9 9 8 1 9 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Execução de Título Judicial em: 26/06/2019---REQUERENTE:G. B. C. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:D. S. C. . DESPACHO Intime-se a autora, através da Defensoria Pública, para que se manifeste sobre a certidão de fls. 51 e os documentos juntados aos autos de fls. 52/53, no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos. P.I.C. Altamira/PA, 19 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo. Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA. V. P. 03

P R O C E S S O : 0 0 0 9 0 5 8 8 9 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 26/06/2019---REQUERENTE:M. S. A. REQUERENTE:R. K. S. A. REQUERENTE:L. H. S. A. REQUERENTE:G. S. A. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:L. A. . DESPACHO Considerando que as partes, autor e réu, são representados pela Defensoria Pública, intime-se o executado da decisão de fls. 68, na pessoa da Defensora Dra. Andréia Macedo Barreto. P.I.C. Altamira/PA, 18 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo. Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA. V. P. 03

PROCESSO: 00107196920178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 26/06/2019---REQUERENTE:TEREZA DO SOCORRO LIMA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO) ENVOLVIDO:VALDENARDES JOSE BRANDAO MARTINS DE CUJUS. DESPACHO Considerando o teor da certidão (fl. 45), determino: 1. Reitere-se os termos do Ofício n° 56/2019-3ªVC. Após retornem os autos conclusos. P. I. C. Altamira/PA, 25 de junho de 2019. VINICIUS PACHECO DE ARAÚJO Juiz de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível Empresarial, privativa de Fazenda Pública da Comarca de Altamira/PA V. P. 02

PROCESSO: 00108391520178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 26/06/2019---REQUERENTE:S. F. S. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) ENVOLVIDO:JOSELIA ALVES FERNANDES DE CUJUS. 1. Defiro o pedido realizado pela Defensoria Pública às fls. 55 e determino a expedição de ofício ao INSS para que informe o saldo atual dos valores referente ao benefício em nome do ¿de cujus¿. 2. Após, conclusos. P.I.C. Altamira/PA, 25 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo. Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA. V. P. 03

PROCESSO: 00128773420168140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---REQUERENTE:ELIAS OLIVEIRA MONTEIRO Representante(s): OAB 14474 - EDINALDO CARDOSO REIS (ADVOGADO) REQUERENTE:ELIA DA SILVA MONTEIRO Representante(s): OAB 14474 - EDINALDO CARDOSO REIS (ADVOGADO) REQUERENTE:ELIENAI DA SILVA MONTEIRO Representante(s): OAB 14474 - EDINALDO CARDOSO REIS (ADVOGADO) REQUERIDO:NORTE E ENERGIA SA Representante(s): OAB 19901-A - ALEXANDRE DOS SANTOS PEREIRA VECCHIO (ADVOGADO) . Ocorrência: O advogado da parte ré consignou que a parte autora deixou de apresentar rol de testemunhas. Foram ouvidos os autores, a representante da requerida e uma testemunha da parte ré. Os depoimentos foram gravados em meio digital audiovisual, cuja mídia, em anexo, contendo a gravação passa a fazer parte integrante do presente termo para todos os efeitos. Em seguida o MM. Juiz passou a proferir a seguinte. DELIBERAÇÃO: 1 - Analisando os autos, verifico que não foi apresentado pelos autores o rol de testemunhas, conforme disposição contida no art. 450 do CPC, não obstante a decisão de fls. 554/558, tenha determinado a intimação das partes para tal diligencia. Desta forma, em homenagem ao princípio da não surpresa e da paridade de armas, indefiro a oitiva de testemunhas da parte autora. 2 - Declaro encerrada a instrução processual. Ficam as partes intimadas para apresentarem alegações finais na forma escrita, no prazo de lei, iniciando pelos autores. 3 - Após, autos conclusos para sentença. Cientes os presentes. Nada mais havendo por consignar, foi determinado o encerramento do presente termo, o qual vai assinado pela MM. JUIZ. Eu, _____ (Enderson da Silva e Silva), digitei e conferi. VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Juiz de Direito Respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira-Pará Elias Oliveira Monteiro: _____ Eliã Da Silva Monteiro: _____ Elienai Da Silva Monteiro : _____ Dr. Edinaldo Cardoso Reis: _____ Rita de Cassia Martins: _____ Dr. Hugo Alan Moda Lima: _____ Jhenifer Cabral dos Santos: _____ Testemunha Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, Bairro São Sebastião - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009 - CEP. 68.372-020 - Altamira/PA 3civelaltamira@tjpa.jus.br

PROCESSO: 00540676420158140052 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Procedimento Sumário em: 26/06/2019---REQUERENTE:M DE JESUS G NUNES ME Representante(s): OAB 21934 - VANDER CHRISTIAN NAZARE SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:REAL TERRAPLANAGEM LTDA FILIAL REQUERIDO:CONSORCIO CONTRUTOR BELO MONTE CCBM. Ocorrência: Advogada da parte requerida CCBM solicita prazo para juntada de carta de preposição. DELIBERAÇÃO: Considerando que as partes foram intimadas através de seus advogados para comparecerem em audiência, estando ausente a parte autora e tendo a parte ré informado que não tem provas a produzir, declaro encerrada a instrução processual e anuncio o julgamento antecipado da lide. Autos conclusos para sentença. Cientes os presentes. Nada mais havendo por consignar, foi determinado o encerramento do presente termo, o qual vai assinado pela MM. JUIZ. Eu, _____ (Enderson da Silva e Silva), digitei e conferi. VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Juiz de Direito Respondendo pela 3ª Vara Cível

da Comarca de Altamira-Pará Jailson Teixeira: _____ Dra. Dimitria Carla Pereira Araújo: _____ Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, Bairro São Sebastião - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009 - CEP. 68.372-020 - Altamira/PA 3civelaltamira@tjpa.jus.br

P R O C E S S O : 0 0 8 6 8 3 6 7 2 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---REQUERENTE:GILDETE DE OLIVEIRA EPP Representante(s): OAB 10259 - ADELAIDE ALBARADO DE ALMEIDA LINO (ADVOGADO) OAB 10256 - OTACILIO LINO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:AGS INDUSTRIA E COMERCIO DE ELEVADORES EIRELI. DESPACHO Compulsando os autos, verifico que já houve a expedição de ofício ao Departamento de Trânsito do estado do Pará-DETRAN, conforme resposta de fls. 163, o qual informa que não foram encontrados veículos em nome da requerida, motivo pelo qual indefiro o pedido de fls. 172. Certifique-se sobre o retorno do AR de fls. 179/182 Após, conclusos. P.I.C. Altamira/PA, 19 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo. Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA. V. P. 03

P R O C E S S O : 0 0 0 1 3 2 6 5 7 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019---REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 18691-A - JOSE CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:CLARI FREITAS DAS NEVES. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 1 5 7 6 5 6 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019---REQUERENTE:AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A Representante(s): OAB 22991-A - MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:DIONE SANTOS DA SILVA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 2 0 1 7 0 3 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Averiguação de Paternidade em: 27/06/2019---REQUERENTE:A. R. P. S. Representante(s): OAB 13721 - WEVERTON CARDOSO (ADVOGADO) REQUERIDO:S. Y. F. R. REQUERIDO:D. G. F. R. REPRESENTANTE:A. M. F. . Proc. nº. 0002017-03.2018.8.14.0005 CERTIDÃO Eu, JADNA SOUSA, Auxiliar Judiciário da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira, Estado do Pará, no uso de minhas atribuições legais, etc... CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, que a requerida ADAISE MACHADO DE FREITAS não foi intimada, porque a parte autora não compareceu para informar o endereço da mesma. O referido é verdade e dou fé. Altamira-PA, 27 de junho de 2019. _____ JADNA CLEIA S. SOUSA AUXILIAR JUDICIÁRIO

P R O C E S S O : 0 0 0 2 2 8 1 2 0 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Procedimento ordinário em: 27/06/2019---REQUERENTE:WANDERSON FELIX DE FREITAS Representante(s): OAB 9013 - ANTONIO JOSE DARWICH DA ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:NESA NORTE ENERGIA S A. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 2 3 0 8 1 3 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Ação Civil Pública em: 27/06/2019---REQUERENTE:A DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:CONCESSIONARIA NORTE ENERGIA SA NESA Representante(s): OAB 16763-A - FELIPE CALLEGARO PEREIRA FORTES (ADVOGADO) OAB 30.979 - CLAUDIO ARICODEMES SILVA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 22529 - PRISCILA SANTOS ARTIGAS (ADVOGADO) . Proc. 0002308-13.2012.8.14.0005 ATO ORDINATÓRIO De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) de Direito que atua nesta Vara, Dr(a). VINICIUS PACHECO DE ARAUJO, nos termos do Provimento nº 006/2009-CJCI e considerando a designação de nova data da Perícia pelo Centro de Pericias Científicas Renato Chaves, para o dia 09 de julho de 2019, às 09h00min. INTIME-SE o Requerido: CONCESSIONARIA NORTE ENERGIA S.A, através de seus patronos, para tomar ciência da nova data da Perícia. Altamira, 27 de junho de 2019. ALMIR JOSÉ SIGNORI Auxiliar Judiciário =- matricula 125351 Provimento 08/2014-CJRMB Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Altamira PA

P R O C E S S O : 0 0 0 4 7 5 2 0 9 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Divórcio Consensual em: 27/06/2019---REQUERENTE:J. S. S. S. REQUERENTE:M. C. A. S. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 5 2 6 5 5 0 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERENTE:RODRIGO JENNINGS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 16212 - RODRIGO JENNINGS DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:GOVERNO DO ESTADO DO PARA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 6 1 5 4 2 8 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019---REQUERENTE:JOAO LADEIRA DA COSTA Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:A SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SAGURO DPVAT Representante(s): OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 7 3 1 6 5 8 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Divórcio Consensual em: 27/06/2019---REQUERENTE:R. F. S. Representante(s): DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ (DEFENSOR) REQUERIDO:E. M. S. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 7 6 6 8 5 0 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Guarda

em: 27/06/2019---REQUERENTE:T. R. R. Representante(s): OAB 24433 - JOHNN CHRISTIE DE ASSIS AZEVEDO DOS REIS (ADVOGADO) REQUERENTE:V. G. R. M. Representante(s): OAB 24433 - JOHNN CHRISTIE DE ASSIS AZEVEDO DOS REIS (ADVOGADO) REQUERENTE:M. E. R. M. Representante(s): OAB 24433 - JOHNN CHRISTIE DE ASSIS AZEVEDO DOS REIS (ADVOGADO) REQUERIDO:A. C. C. M. . Ocorrência: A presente audiência será presidida pela conciliadora do juízo Denize Lídia Silva de Queiroz, matricula 104833. Compulsando os autos, verifico que o requerido não foi devidamente intimado a comparecer ao presente ato, por não residir no endereço indicado na exordial, conforme expresso nas certidões de fls. 172 e 190/192. O advogado da parte autora pleiteia prazo para juntada de substabelecimento, bem como prazo de 30 dias para juntada do endereço atualizado do réu. DELIBERAÇÃO: Defiro o prazo de 05 dias para juntada de substabelecimento e concedo prazo de 30 dias ao autor para que junte aos autos o endereço atualizado do réu. Cientes os presentes. P.I.C. Nada mais havendo por consignar, pela conciliadora foi determinado o encerramento do presente termo, o qual vai assinado pela conciliadora. Eu, _____ (Enderson da Silva e Silva), digitei e conferi. DENIZE LIDIA SILVA DE QUEIROZ CONCILIADORA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE ALTAMIRA-PA _____ Dr. Francisco da Silva David Junior Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, Bairro São Sebastião - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009 - CEP. 68.372-020 - Altamira/PA 3civelaltamira@tjpa.jus.br

P R O C E S S O : 0 0 0 8 6 1 6 2 6 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Divórcio Litigioso em: 27/06/2019---REQUERENTE:A. C. S. Representante(s): OAB 11881 - CLAUDIANE SANTOS SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:V. L. C. S. S. . Considerando que a requerida peticionou aos autos, conforme fls. 100/102, porém, não juntou o instrumento de procuração, determino a sua intimação para que, no prazo de 15 (dias), supra a irregularidade. Após, conclusos. P.I.C. Altamira/PA, 26 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo. Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA V.P. 03

P R O C E S S O : 0 0 0 9 7 6 3 8 7 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Divórcio Litigioso em: 27/06/2019---REQUERENTE:D. E. B. S. Representante(s): OAB 17866 - MICHEL OLIVEIRA SILVA DE MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:M. S. O. S. Representante(s): OAB 22584 - PABLO BRUNNO SILVEIRA LIMA (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 1 0 1 7 8 0 2 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Divórcio Litigioso em: 27/06/2019---REQUERENTE:J. F. S. Representante(s): OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:F. S. S. . DESPACHO MANDADO 1. O autor informou nos autos o endereço atualizado da requerido, conforme fls. 35. 2. Cite-se o réu e intime-se as partes para que comparecerem à audiência de conciliação/mediação, para a possibilidade de autocomposição da lide, nos termos do art. 334, caput, do NCPC, que se realizará no dia 10 de setembro de 2019, às 10h30min, e será presidida por magistrado do Juízo em razão de não existir conciliador/mediador na Comarca. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados ou de Defensor. Não havendo audiência ou autocomposição, o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do NCPC, sob pena de revelia. 3. Ressalta-se que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendia ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado nos termos do art. 334, §8º, do NCPC. 4. Advirto ao Sr. Oficial de Justiça que observe as disposições do art. 334 do NCPC, ou seja, cumpra a citação com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência da audiência. 5. Dê-se ciência ao Ministério Público. 6. Intime-se a Defensoria Pública P.I.C. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Altamira/PA, 26 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo Juiz de Direito Respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA V. P. 03

P R O C E S S O : 0 0 1 3 6 8 4 5 4 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019---REQUERENTE:BAANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:KLEBER VIANA DE ARAUJO. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 1 4 1 2 6 8 3 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Divórcio Litigioso em: 27/06/2019---REQUERENTE:W. C. A. S. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO) REQUERIDO:M. S. M. S. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 1 6 1 2 5 7 1 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Divórcio Litigioso em: 27/06/2019---REQUERENTE:S. S. R. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:R. A. N. . SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO Primeiramente corrigo de ofício o nome da requerida, devendo constar o nome que passou a assinar após o casamento, qual seja: SONIA RODRIGUES NOGUEIRA.

SONIA RODRIGUES NOGUEIRA, propôs AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO contra ROGÉRIO ALVES NOGUEIRA, todos qualificados nos autos, com fundamento no art. 226, § 6º, da Constituição Federal. A autora alega que contraiu matrimonio com o requerido em 18 de dezembro de 1992, pelo regime de comunhão de parcial de bens, e que se encontram separados sem mudança de animus.

Da relação conjugal adveio uma filha, hoje maior de idade. Não há bens a serem partilhados. Instruiu a inicial com documentos, inclusive certidão de casamento (fls. 05/10).

Em consulta por meio do sistema SIEL foi localizado o endereço, conforme fls. 12, e determinado a citação que restou infrutífera, conforme certidão de fls. 26. Deferido o pleito de justiça gratuita às fls. 13. Às fls. 34, foi deferida a sua citação por edital. A requerente deseja voltar a usar o nome de solteiro, conforme manifestaão de fls. 34, qual seja: SÔNIA SILVA RODRIGUES.

Devidamente citado por edital, o requerido não contestou a ação, sendo decretada a sua revelia, e nomeado curador especial . A Defensoria Pública apresentou contestação por negativa geral em favor da requerida às fls. 42. Com base na Recomendação n° 16/2010, art. 5º, III, do Conselho Nacional do Ministério Público, desnecessário encaminhamento dos autos para manifestação do Ministério Público, tendo em vista que não existe menor, incapaz envolvido na presente ação. É o relatório. Passo a decidir. Analisando os autos, verifico que o requerido foi devidamente citado e não contestou a ação no prazo legal, motivo pelo qual foi decretada sua revelia e nomeado curador especial. O pedido autoral procede, visto que a revelia faz presumir aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, na forma dos artigos 334 e 344 do Código de Processo Civil, e estes acarretam as consequências jurídicas apontadas na inicial. Da análise do disposto na inicial, verifica-se que não há qualquer óbice ao deferimento do pleito ora formulado, resta caracterizada a ruptura da vida conjugal a partir da manifestação inequívoca dos autores, sendo desnecessárias quaisquer considerações a respeito do termo inicial da separação de fato, tendo em vista que o requisito temporal deixou de ser exigido a partir da Emenda Constitucional nº 66/2010. O pacto se reveste das formalidades legais, tendo sido observadas as prescrições legais relativas à matéria objeto do ajuste e preservados os direitos dos interessados. Verifico que estão preenchidos os requisitos do art. 1.580, §2º do Código Civil de 2002 c/c a nova redação do art. 226, § 6º da Constituição Federal de modo que o pedido deve ser julgado procedente. Não há filhos menores. Não há pensão alimentícia entre os divorciandos.

Não há bens a partilhar. Pelo exposto, julgo procedente o pedido e decreto o divórcio de, SONIA RODRIGUES NOGUEIRA e ROGÉRIO ALVES NOGUEIRA, extinguindo o vinculo matrimonial entre ambos, com fundamento no art. 1.580, §2º do Código Civil de 2002 c/c a nova redação do art. 226, § 6º da Constituição Federal, e JULGO extinta a presente demanda com resolução do mérito nos termos do

art. 487, I do CPC. Deixo de condenar o requerido em custas e despesas processuais, deferindo-lhe a gratuidade de justiça. A autora voltará a usar seu nome de solteira, qual seja: SÔNIA SILVA RODRIGUES. Servirá a presente Sentença como MANDADO de AVERBAÇÃO e de REGISTRO de SENTENÇA, expedindo-se o mesmo, após o trânsito em julgado, ao Cartório onde se celebrou o casamento, bem como, caso necessário, ao Cartório de Registro Civil desta Comarca para que este proceda ao registro da presente Sentença no livro, e, a teor do disposto no art. 2º, do Provimento Conjunto nº 04/2004 das Corregedorias de Justiça do Estado do Pará. Sem emolumentos, eis que se trata de beneficiários da justiça gratuita. Transitada em julgado, observadas as formalidades legais, arquive-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Altamira/PA, 19 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo. Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA V. P. 03

P R O C E S S O : 0 0 1 6 8 8 5 2 0 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Averiguação de Paternidade em: 27/06/2019---REQUERENTE:J. R. F. F. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REPRESENTANTE:F. F. F. O. REQUERIDO:P. O. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 7 4 8 4 2 4 7 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019---REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 19383-A - NELSON PASCHOALOTTO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE ORLANDO PEREIRA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 1 0 0 8 5 2 3 1 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALMIR JOSE SIGNORI Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019---REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA Representante(s): OAB 14772-B - MANOELLA BATALHA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 19383-A - NELSON PASCHOALOTTO (ADVOGADO) OAB 192.649 - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 24872-A - JOSE LIDIO ALVES DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:LUA MARCOS SANTOS SOUZA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 0 2 3 9 4 7 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Sumário em: 28/06/2019---REQUERENTE:FRANCISCO LOPES VIANA Representante(s): OAB 16260 - LUIS CARLOS LIMA DA CRUZ FILHO (DEFENSOR) REQUERIDO:BANCO BRADESCO S A Representante(s): OAB 126.504 - JOSE EDGARD DA CUNHA FILHO (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 1 4 3 5 4 2 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019---REQUERENTE:CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 84206 - MARIA LUCILIA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE ORLANDO DAS FLORES CORREA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

PROCESSO: 00020379620158140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Sumário em: 28/06/2019---REQUERENTE:ALDENIZA DE SOUSA BORGES Representante(s): OAB 14737 - JOAO FELICIANO CARAMURU DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

PROCESSO: 00020843720118140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Alvará Judicial em: 28/06/2019---AUTOR:RYUKICHE OZAWA Representante(s): OAB 12661 - ANDREZA ANCHIETA DO NASCIMENTO (ADVOGADO) AUTOR:ROSALINA BOONE OZAWA. DECISÃO Trata-se de ação de inventário que corre neste juízo há aproximadamente 10 (dez) anos, sem desfecho, com diversas sucessões de patronos, incidentes, determinações não cumpridas pela Secretaria do Juízo e pelas partes. Nesta toada, CHAMO O FEITO À ORDEM para determinar: 1- Desentranhe-se o despacho de fl. 58 e petição com documentos de fls. 61/65, ambos juntados no processo apenso de n. 0002084-37.2011.8.14.0005, e junte-os nos autos do inventário judicial nº 0002550-90.2009.8.14.0005, certificando-se naqueles autos. 2- Certifique-se o trânsito em julgado da sentença de fls. 50/51 dos cadernos processuais tombados sob o nº 0002084-37.2011.8.14.0005. Em caso positivo, expeça-se o competente Alvará Judicial, conforme determinado, eis que as custas já se encontram recolhidas, intimando-se as partes. 3- Após o cumprimento do item `2¿, nada mais havendo, desapense-se dos autos principais a ação de alvará judicial (nº 0002084-37.2011.8.14.0005) e arquive-se. 4- Acolho a promoção ministerial de fls. 384/385 para determinar: a) O desentranhamento das relativas ao incidente de remoção de inventariante para juntada em autos próprios, mais precisamente fls. 61/69; 97/120; 128/130; 136/141; 145/149; 155/158; 161/178; 183/360; 363; e 367/368, com a manutenção de cópias dos atos decisórios neste caderno principal; b) Desentranhamento das peças de fls. 131/135; 140/141; 186/360; e 368/373, para formação de autos apensos de prestação de contas, na forma do art. 553 do CPC, devendo ser providenciada a fotocópia daquelas já utilizadas para o cumprimento determinado no item `4.a¿; c) A correta citação da Fazenda Pública Federal, a ser realizada na pessoa do representante da União, neste município; não havendo representatividade da União na comarca de Altamira/PA, que seja realizada no município de Santarém/PA; d) A juntada pela inventariante dos documentos hábeis ao cálculo do imposto de transmissão de bens causa mortis, conforme requerido pela Fazenda Pública Estadual à fls. 179/182, atualizados e com o com comprovantes de quitação dos respectivos impostos; 5-

Considerando a petição de fls. 63, encartada nos autos de nº 0002084-37.2011.8.14.0005, na qual houve celebração de acordo entre as partes Jackgrey Feitosa Gomes e Elissandra Santos Vieira (inventariante), referente à execução de título extrajudicial 0010823-03.2013.8.14.0005, determino a revogação da ordem de penhora no rosto dos autos, devendo ser oficiado o Juízo da 1ª Vara Cível de Altamira/PA para que tome conhecimento, acompanhado dos documentos encartados na capa. 6-

Proceda-se à renumeração dos fólios. 7- Por fim, oficie-se a instituição bancária Banpará para que informe o saldo atualizado do depósito em conta corrente/poupança nº 11.005.1152-5, em nome de Rithiele Santos Vieira e Érica Santos Vieira, no prazo de 10 (dez) dias. Esta decisão deverá ser coligida em ambos processos acima epigrafados, bem como nos novos autos a serem formados, referente ao incidente de remoção de inventariante e de prestação de contas. P.I.C. Altamira/PA, 27 de junho de 2019. VINÍCIUS PACHECO DE ARAÚJO Juiz de Direito

PROCESSO: 00025320720108140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Execução de Alimentos em: 28/06/2019---EXEQUENTE:M. F. S. Representante(s): OAB 8577 - OSCAR DAMASCENO FILHO (ADVOGADO) OAB 14234-A - MARIA LUIZA BARBOSA (ADVOGADO) EXECUTADO:J. A. L. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

PROCESSO: 00025509020098140005 PROCESSO ANTIGO: 200910017224 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Inventário em: 28/06/2019---INVENTARIANTE:ELISSANDRA SANTOS VIEIRA Representante(s): OAB 12661 - ANDREZA ANCHIETA DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 13934 - JACKGREY FEITOSA GOMES (ADVOGADO) OAB 9013 - ANTONIO JOSE DARWICH DA ROCHA (ADVOGADO) OAB 19336 - BRENNO SOUSA DE MATOS (ADVOGADO) INVENTARIADO:PAULO CESAR LIMA Representante(s): OAB 12661 - ANDREZA ANCHIETA DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERENTE:FRANCISCO AIRTON GOMES VIEIRA Representante(s): DR. EDSON MARCELO LINO (ADVOGADO) TERCEIRO:BANCO DA AMAZONIA SA. DECISÃO Trata-se de ação de inventário que corre neste juízo há aproximadamente 10 (dez) anos, sem desfecho, com diversas sucessões de patronos, incidentes, determinações não cumpridas pela Secretaria do Juízo e pelas partes. Nesta toada, CHAMO O FEITO À ORDEM para determinar: 1- Desentranhe-se o despacho de fl. 58 e petição com documentos de fls. 61/65, ambos juntados no processo apenso de n. 0002084-37.2011.8.14.0005, e junte-os nos autos do inventário judicial nº 0002550-90.2009.8.14.0005, certificando-se naqueles autos. 2- Certifique-se o trânsito em julgado da sentença de fls. 50/51 dos cadernos processuais tombados sob o nº 0002084-37.2011.8.14.0005. Em caso positivo, expeça-se o competente Alvará Judicial, conforme determinado, eis que as custas já se encontram recolhidas, intimando-se as partes. 3- Após o cumprimento do item `2¿, nada mais havendo, desapense-se dos autos principais a ação de alvará judicial (nº 0002084-37.2011.8.14.0005) e arquive-se. 4- Acolho a promoção ministerial de fls. 384/385 para determinar: a) O desentranhamento das relativas ao incidente de remoção de inventariante para juntada em autos próprios, mais precisamente fls. 61/69; 97/120; 128/130; 136/141; 145/149; 155/158; 161/178; 183/360; 363; e 367/368, com a manutenção de cópias dos atos decisórios neste caderno principal; b) Desentranhamento das peças de fls. 131/135; 140/141; 186/360; e 368/373, para formação de autos apensos de prestação de contas, na forma do art. 553 do CPC, devendo ser providenciada a fotocópia daquelas já utilizadas para o cumprimento determinado no item `4.a¿; c) A correta citação da Fazenda Pública Federal, a ser realizada na pessoa do representante da União, neste município; não havendo representatividade da União na comarca de Altamira/PA, que seja realizada no município de Santarém/PA; d) A juntada pela inventariante dos documentos hábeis ao cálculo do imposto de transmissão de bens causa mortis, conforme requerido pela Fazenda Pública Estadual à fls. 179/182, atualizados e com o com comprovantes de quitação dos respectivos impostos; 5- Considerando a petição de fls. 63, encartada nos autos de nº 0002084-37.2011.8.14.0005, na qual houve celebração de acordo entre as partes Jackgrey Feitosa Gomes e Elissandra Santos Vieira (inventariante), referente à execução de título extrajudicial 0010823-03.2013.8.14.0005, determino a revogação da ordem de penhora no rosto dos autos, devendo ser oficiado o Juízo da 1ª Vara Cível de Altamira/PA para que tome conhecimento, acompanhado dos documentos encartados na capa. 6- Proceda-se à renumeração dos fólios. 7- Por fim, oficie-se a instituição bancária Banpará para que informe o saldo atualizado do depósito em conta corrente/poupança nº 11.005.1152-5, em nome de Rithiele Santos Vieira e Érica Santos Vieira, no prazo de 10 (dez) dias. Esta decisão deverá ser coligida em ambos processos acima epigrafados, bem como nos novos autos a serem formados, referente ao incidente de remoção de inventariante e de prestação de contas. P.I.C. Altamira/PA, 27 de junho de 2019. VINÍCIUS PACHECO DE ARAÚJO Juiz de Direito

PROCESSO: 00026092320138140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 28/06/2019---REQUERENTE:J. O. C. B. J. Representante(s): OAB 5126 - THYCIANA VALERIA LOPES DE SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:G. P. S. REPRESENTANTE:R. P. S. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível

da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 2 7 7 9 1 9 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:MARCELO PINHEIRO COSTA DA SILVA Representante(s): OAB 20284 - EMILIO MARCUS SILVA MENDONÇA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA ADENILCA MARTINS ASSUNCAO Representante(s): OAB 27772 - ANTOCIEBRA DARWICH DA SILVA (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 3 3 6 9 3 0 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Sumário em: 28/06/2019---REQUERENTE:CARLOS VINICIUS DA SILVA LOPES Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 1 4 4 2 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento ordinário em: 28/06/2019---REQUERENTE:OLINDA NASCIMENTO DA SILVA Representante(s): OAB 20911-A - RAMSES MAGALHAES AMBROSI (ADVOGADO) REQUERIDO:TATIANE SILVA DE MENEZES REQUERIDO:O ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALTAMIRA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 5 0 4 8 4 1 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Procedimento ordinário em: 28/06/2019---REQUERENTE:FRANCILDO FERREIRA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 18667-B - WELLITON VENTURA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 19536 - RUTHIELLY ALVES BONINI (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 11331 - LIZANDRA DE MATOS PANTOJA GALVAO (ADVOGADO) . DECISÃO INTERLOCUTÓRIA O autor peticionou às fls. 157 informando que o requerido pagou parcialmente o valor da condenação. Assim, cabe esclarecer que para início da fase de cumprimento da sentença, faz-se necessário a intimação da parte requerida para dar cumprimento a Sentença de fls. 96/98, cujo teor transcrevo abaixo: ISTO POSTO, concluo. Diante do que foi exposto, julgo PROCEDENTE a pretensão do requerente para CONDENAR a requerida a pagar, a título de reparação por dano moral, o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), bem como para DECLARAR inexistente o débito vinculado ao nome do autor que ensejou sua inscrição pela demandada nos órgãos de proteção, qual seja: fatura de n.º: 00201217783420099, no valor de R$ 71,61 (setenta e um reais e sessenta e um centavos). Confirmo a decisão de p. 33 que deferiu a antecipação dos efeitos da tutela. Custas e honorários, esses que fixo em 20% (cinte por cento) sobre o valor da condenação, ficam por conta da requerida. Desta feita, a parte requerida deverá no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento restante do valor da condenação na sentença retro mencionada, cujo débito perfaz o valor de 7.093,41 (sete mil e noventa e três reais e

quarente um centavos), já descontado o valor recebido, conforme consta nos autos às fls. 165/166, sob pena de aplicação de multa de 10% sobre o valor do débito, bem como do pagamento de honorários advocatícios de 10% conforme previsto no art. 523 do CPC, senão vejamos: Art. 523. No caso de condenação em quantia certa, ou já fixada em liquidação, e no caso de decisão sobre parcela incontroversa, o cumprimento definitivo da sentença far-se-á a requerimento do exequente, sendo o executado intimado para pagar o débito, no prazo de 15 (quinze) dias, acrescido de custas, se houver. § 1o Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do caput, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. § 2o Efetuado o pagamento parcial no prazo previsto no caput, a multa e os honorários previstos no § 1o incidirão sobre o restante. § 3o Não efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo, mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ante o exposto, DETERMINO A INTIMAÇÃO DO REQUERIDO CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ - CELPA, para que efetue o pagamento acima descrito no prazo de 15 (quinze) dias sob pena das majorações legais como multa e honorários advocatícios. Advirto ao Requerido que o não pagamento voluntário incidirá nas penalidades do §1ºart. 523, NCPC. Considerando a condenação da parte requerida em custas processuais, e, considerando, ainda, que as custas, taxas e despesas judiciais dos serviços e atos forenses, são cobradas de acordo com o Provimento nº 005/2002, determino à Sra. Diretora de Secretaria que verifique se há custas pendentes de pagamento, e, em caso positivo, que intime a parte requerida para efetuar o recolhimento das custas processuais, sob pena de ser inscrita em dívida ativa. P.I.C. Altamira/PA, 26 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo Juiz de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA V.P. 03

P R O C E S S O : 0 0 0 5 6 0 8 4 6 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Demarcação / Divisão em: 28/06/2019---REQUERENTE:MARIA DE JESUS MOURA DA SILVA Representante(s): OAB 14884 - JOSE VINICIUS FREIRE LIMA DA CUNHA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO BAPTISTA Representante(s): OAB 5367-B - CASSIA DE FATIMA SANTANA MENDES PANTOJA (ADVOGADO) REQUERIDO:TERESINHA BAPTISTA SILVA Representante(s): OAB 11946 - FERNANDO JOSE MARIN CORDERO DA SILVA (ADVOGADO) . Defiro o pedido realizado às fls. 411 e determino a intimação das partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, juntem aos autos cópia dos documentos solicitados na referida petição. Após, com a juntados dos documentos solicitados, encaminhe-os ao cartório de Registro de Notas para as providências cabíveis. Em seguida, conclusos. P.I.C. Altamira/PA, 26 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo. Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA V.P. 03

P R O C E S S O : 0 0 0 6 7 3 3 1 0 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 28/06/2019---REQUERENTE:MARIEL HENRIQUE TEIXEIRA SANTOS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 7 2 1 2 4 2 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDINEIRE MARIA DE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:MOLDAR ENGENHARIA LTDA Representante(s): OAB 14884 - JOSE VINICIUS FREIRE LIMA DA CUNHA (ADVOGADO) REQUERIDO:BRITAMINA CONSTRUTORA LTDA REQUERIDO:SA PAULISTA DE CONSTRUÇÕES Representante(s): OAB 144997 - ADOLPHO LUIZ MARTINEZ (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSORCIO NORTE ENERGIA Representante(s): OAB 9232 - ARLEN PINTO MOREIRA (ADVOGADO) OAB 11260 - MARCELO AUGUSTO TEIXEIRA DE BRITO NOBRE (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo nº 0007212-42.2013.814.0005 CERTIDÃO Eu, Edineire Maria de Souza Pereira, Auxiliar Judiciário (Diretora de Secretaria em exercícios) da Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do Pará, no uso de minhas atribuições legais, etc... CERTIFICO, em virtude das atribuições que a Carta Precatória as fls. 220 não foi cumprida conforme informação no malote digital as fls. 227. O referido é verdade e dou fé. Altamira-PA, 28 de junho de 2019. _____ Edineire Maria de Souza Pereira Auxiliar

Judiciário Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, bairro São Sebastião - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009 - CEP. 68.372-020 - Altamira/PA
P R O C E S S O : 0 0 0 7 4 9 9 0 5 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:ENILSON DE MOURA GODINHO REQUERENTE:ALANE SANTOS DA SILVA GODINHO Representante(s): OAB 14013 - PAULA BARROS PEREIRA DE FARIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:WANDERLEIA MARIA DA SILVA DUARTE. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA
P R O C E S S O : 0 0 0 7 5 0 8 8 8 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 28/06/2019---REQUERENTE:F. G. V. Representante(s): OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) ENVOLVIDO:J. S. V. C. . SENTENÇA COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO FERNANDA GÓIS VIEIRA, devidamente qualificada nos autos, requereu a expedição de ALVARÁ JUDICIAL para fins de levantamento de valores existentes junto a instituição financeira Caixa Econômica Federal, em nome de JOSÉ DE SOUSA VIEIRA. Juntou documentos às fls. 05/11 dos autos. À fl. 20 dos autos o Banco do Brasil informou que não existe qualquer dado do De Cujus ou cadastro do mesmo nos sistemas da referida instituição financeira. O INSS informou que em sua base de dados não constam dependentes habilitados em nome do De Cujus (fl. 29). À fl. 49 a Caixa Econômica Federal informou que foi localizada conta em nome do falecido, cujo saldo existente na data de 06/08/2018 era de R$1.441,49 (hum mil e quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta e nove centavos). Às fls. 60 este Juízo determinou a intimação da autora, a fim de que indicasse nos autos a qualificação do demais herdeiros ou, alternativamente, declaração de renúncia dos herdeiros me favor da autora. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido.
Entendo demonstrada a procedência do pleito e considerando que a autora juntou aos autos declaração em que os demais herdeiros renunciam às suas respectivas cotas partes, conforme fls. 76/79, não havendo óbice para o levantamento do alvará em favor de FERNANDA GÓIS VIEIRA, DEFIRO o pedido inicial e determino a expedição de ALVARÁ JUDICIAL, em nome da autora, FERNANDA GÓIS VIEIRA, autorizando o levantamento e a retirada do valor de R$1.441,49 (hum mil quatrocentos e quarenta e um reais e quarenta e nove centavos) acrescido das atualizações monetárias que por ventura existam, em conta bancária, junto a instituição financeira Caixa Econômica Federal, em nome do de cujus JOSÉ DE SOUSA VIEIRA. Em consequência, e com fundamento no art. 487, I do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. Expeça-se o necessário.
Sem custas. P.R.I.C Altamira/PA, 26 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA V. P. 03
P R O C E S S O : 0 0 0 7 8 8 3 2 6 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:JOSE ESMERINDO MOURA Representante(s): OAB 16533 - FRANCIMARA APARECIDA DAMASCENO CARNEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO LEANDRO DE ZEVEDO REQUERIDO:MARIA JULIA DOS SANTOS. Intime-se os requeridos para que se manifestem sobre o laudo de avaliação de fls. 29/33, no prazo de 15 (quinze) dias.
Após, conclusos. P.I.C. Altamira/PA, 26 de junho de 2019. Vinícius Pacheco de Araújo. Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA V.P. 03
P R O C E S S O : 0 0 0 8 5 9 4 9 4 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EDINEIRE MARIA DE SOUZA Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019---INTERESSADO:DIONE FERREIRA VIDAL REQUERENTE:MINISTERUIO PUBLICO REQUERIDO:ESTADO DO PARA RECORRIDO:SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTAMIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo nº 0008594-94.2018.814.0005 CERTIDÃO Eu, Edineire Maria de Souza Pereira, Auxiliar Judiciário (Diretora de Secretaria em exercícios) da Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do Pará, no uso de minhas atribuições legais, etc... CERTIFICO, em virtude das atribuições que me são conferidas por lei, que o Ministério Público apresentou manifestação as fls. 84/97 tempestivamente. O referido é verdade e dou fé.

Altamira-PA, 28 de junho de 2019. _____ Edineire Maria de Souza Pereira Auxiliar Judiciário Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, bairro São Sebastião - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009 - CEP. 68.372-020 - Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 9 1 2 7 5 3 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Divórcio Consensual em: 28/06/2019---REQUERENTE:I. F. P. REQUERENTE:P. C. P. F. Representante(s): OAB 22584 - PABLO BRUNNO SILVEIRA LIMA (ADVOGADO) . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 9 3 5 8 5 1 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Ação de Alimentos em: 28/06/2019---REQUERENTE:A. V. B. M. REQUERENTE:H. B. M. REQUERENTE:A. C. B. M. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:H. G. S. M. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 1 0 9 6 7 6 9 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VINICIUS PACHECO DE ARAUJO Ação: Monitória em: 28/06/2019---REQUERENTE:ZOCAR RIO CAMINHES Representante(s): OAB 7008 - MARCIO VANDERLEI LINO (ADVOGADO) OAB 15.777 - JOSE PAULO ANHOLETE (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSORCIO CONSTRUTOR BELO MONTE Representante(s): OAB 15455 - JULIELEN NASCIMENTO NAZARE (ADVOGADO) . DESPACHO Trata-se de pedido de indisponibilidade de bens formulado pelo autor Zocar Rio Caminhoex Ltda, nos autos da Ação Monitória proposta em face de Consórcio Construtor Belo Monte. Em suma, afirma que a requerida foi constituída por diversas empresas destinadas especificamente para a construção da usina hidrelétrica de Belo Monte e que, em decorrência dos efeitos da operação ¿lava jato¿, as empresas que integram o consórcio, vem enfrentando dificuldades financeiras culminando no estado de recuperação judicial de algumas de suas consorciadas, o que tem provocado o acréscimo das demandas judiciais nesta Comarca. Com a intensão de garantir o objeto do litígio e resguardar o patrimônio jurídico dos demais credores, o autor informa a existência do edital Leilão nª 73443-CCBM (fls. 2.088/2.096), destinado à venda de bens pertencentes a ré, com data prevista para sua realização dia 13 de fevereiro de 2019. Reforça que o objetivo do leilão é esvaziar o seu o patrimônio, promovendo a venda de diversos equipamentos industriais, e burlar a quitação de seus credores. Analisando o pleito, observo que não foram apresentadas a relação das demandas judiciais que tratam sobre a recuperação judicial das consorciadas, e o edital destinado ao leilão particular de n. 73443-CCBM, já foi, a priori, realizado no dia 13/02/2019, prejudicando a análise do pedido formulado às fls. 2.085/2.087. Diante da realidade processual em que o litígio se encontra, determino a intimação do autor para que no prazo de 15(quinze) dias, junte aos autos a relação das ações relativas à recuperação judicial em que as empresas que compõem o Consórcio Construtor Belo Monte - CCBM atuam no pólo ativo e/ou passivo, bem como apresente editais de leilões particulares contendo informações sobre a disponibilidade de bens que compõe o patrimônio do réu e as datas em que serão viabilizados à terceiros de boa-fé. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. P. I. C. Altamira/PA, 26 de junho de 2019. VINÍCIUS PACHECO DE ARAÚJO Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA V.P. 01

P R O C E S S O : 0 0 1 2 1 2 0 4 0 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Sumário em: 28/06/2019---REQUERENTE:P. R. A. S. Representante(s): OAB 22306-B - MAYARA WAGNER SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:A. O. S. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer

recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 1 3 7 1 9 7 7 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento ordinário em: 28/06/2019---REQUERENTE:LEILSO OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 1 3 8 0 8 7 1 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:JOSE KIDO BARTH Representante(s): OAB 20555 - RAQUEL SILVA FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 1 4 7 2 0 9 7 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:FRANCISCO MARCELINO DE SOUSA FREITAS Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALTAMIRA. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 1 6 7 1 2 3 0 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Procedimento Sumário em: 28/06/2019---REQUERENTE:H. R. G. C. Representante(s): OAB 23300 - ALAN RANGEL FERREIRA PORTELA (ADVOGADO) REQUERIDO:V. A. M. . CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA

P R O C E S S O : 0 0 8 0 8 4 1 7 8 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADNA SOUSA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019---REQUERENTE:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIO JOAQUIM MOREIRA ALVES. CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO Certifico que as partes foram devidamente intimadas de todo conteúdo da sentença, sem que dela houvesse qualquer recurso, transitando livre e definitivamente em julgado. O referido é verdade e dou fé. ANDREIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da Comarca de Altamira/PA TERMO DE ARQUIVAMENTO Faço o arquivamento dos presentes autos, no sistema LIBRA, em razão da SENTENÇA, devidamente registradas e com rubrica de que faço uso, do que para constar, fiz este termo. ANDRÉIA VIAIS SANCHES Diretor da Secretaria da 3ª Vara Cível da

Comarca de Altamira/PA
P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 5 6 8 9 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---EXEQUENTE: P. S. O.
REPRESENTANTE: M. S.
Representante(s):
OAB 16813-B - ADALGISA ROCHA CAMPOS (DEFENSOR)

EXECUTADO: J. P. O. J.
P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 8 4 2 3 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: R. Y. S. V.
Representante(s):
OAB 17577-A - MARCIO ALVES FIGUEIRA (DEFENSOR)

REPRESENTANTE: D. F. S.
REQUERIDO: F. P. V.
P R O C E S S O : 0 0 0 0 4 6 7 1 2 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: M. R. N.
Representante(s):
OAB 3935 - LINDALVA ALVES DE SOUZA RILLO (ADVOGADO)
OAB 18776 - RODNEY ITAMAR BARROS DAVID (ADVOGADO)
OAB 19473 - LAURA GOMES FERNANDES ALVARENGA (ADVOGADO)

REQUERIDO: J. L. O. R. S.
Representante(s):
OAB 25822 - NILSON HUNGRIA (ADVOGADO)

P R O C E S S O : 0 0 0 0 5 9 6 5 1 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: T. M. S.
Representante(s):
OAB 6399 - FLAVIA CHRISTINA MARANHAO CAMPOS GOMES (DEFENSOR)

REQUERIDO: F. C. F.
P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 0 9 8 4 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REPRESENTANTE: E. B. C.
Representante(s):
OAB 10788 - WALBERT PANTOJA DE BRITO (DEFENSOR)

REQUERIDO: G. S. P.
P R O C E S S O : 0 0 0 0 9 2 5 5 8 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: M. M. L.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERIDO: S. I. L.
P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 0 5 4 5 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: A. A. S.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR)

REQUERENTE: V. S. B. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 1 4 6 7 7 6 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: K. C. S. G.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERIDO: A. C. M. G.
P R O C E S S O : 0 0 0 1 5 4 9 7 8 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: P. H. S. P.

Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR)

REPRESENTANTE: A. B. P.
REQUERIDO: M. A. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 1 6 0 3 7 3 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: M. R. S. C.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERIDO: J. M. B.
P R O C E S S O : 0 0 0 1 6 0 3 7 3 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: M. R. S. C.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERIDO: J. M. B.
P R O C E S S O : 0 0 0 1 6 6 6 0 6 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: M. A. M.
REPRESENTANTE: V. A. M.
Representante(s):
OAB 13323-B - ANA CLAUDIA DA SILVA CABRAL (DEFENSOR)

REQUERIDO: N. M.
P R O C E S S O : 0 0 0 1 7 1 0 2 2 2 0 0 9 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 0 9 1 0 0 1 2 0 0 0
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REPRESENTANTE: E. S. S.
EXECUTADO: R. O. L.
REQUERENTE: L. S. L.
P R O C E S S O : 0 0 0 1 9 7 4 0 8 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: H. B. S. T. S.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR)

REQUERENTE: N. S. T.
REQUERIDO: J. M. T. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 1 9 9 8 3 6 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---EXEQUENTE: L. C. S.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR)

REPRESENTANTE: R. C. S.
EXECUTADO: C. D. S. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 2 0 5 5 8 8 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: E. O. S.
Representante(s):
OAB 14013 - PAULA BARROS PEREIRA DE FARIAS (DEFENSOR)

REQUERENTE: J. P. O. S.
REPRESENTANTE: F. O. P.
REQUERIDO: E. M. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 7 5 5 9 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: R. C. O. S.
REQUERENTE: C. S. O.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR)

REQUERIDO: D. M. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 1 0 4 2 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: P. T. S. S.
REPRESENTANTE: M. R. S. S.
REQUERIDO: C. S. B.
P R O C E S S O : 0 0 0 2 8 3 6 3 9 2 0 1 0 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: P. S. B.
REQUERIDO: J. C. L. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 2 8 3 6 3 9 2 0 1 0 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: P. S. B.
REQUERIDO: J. C. L. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 3 1 6 0 9 0 2 0 1 9 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---EMBARGANTE: V. M. A.
Representante(s):
OAB 14484 - WANDERLY REGINA DE OLIVEIRA ALENCAR (ADVOGADO)

EMBARGADO: A. L. M. L.
P R O C E S S O : 0 0 0 3 4 2 5 6 8 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---MENOR: M. A. M.
REPRESENTANTE: V. A. M.
REQUERIDO: N. M.
P R O C E S S O : 0 0 0 3 5 7 0 2 7 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: L. G. S.
Representante(s):
OAB 13323-B - ANA CLAUDIA DA SILVA CABRAL (DEFENSOR)

MENOR: J. S. M.
MENOR: J. S. M.
REQUERIDO: J. C. M. M.
P R O C E S S O : 0 0 0 3 6 2 6 6 0 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---MENOR: A. L. R. S.
Representante(s):
OAB 19656 - FERNANDO GONCALVES FERNANDES (ADVOGADO)

REPRESENTANTE: R. L. S. S.
REQUERIDO: A. J. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 3 6 4 6 5 6 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: R. V. C.
Representante(s):
OAB 11077 - RODRIGO CERQUEIRA DE MIRANDA (DEFENSOR)

REPRESENTANTE: V. F. C.
REQUERIDO: M. S. A.
REPRESENTANTE: V. F. C.
Representante(s):
OAB 11077 - RODRIGO CERQUEIRA DE MIRANDA (DEFENSOR)

REQUERIDO: M. S. A.
P R O C E S S O : 0 0 0 3 6 5 6 3 2 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: S. R. O.
Representante(s):
OAB 13323-B - ANA CLAUDIA DA SILVA CABRAL (DEFENSOR)

REQUERIDO: C. G. F.
MENOR: S. L. P. R. F.
P R O C E S S O : 0 0 0 3 6 5 6 3 2 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: S. R. O.
Representante(s):
OAB 13323-B - ANA CLAUDIA DA SILVA CABRAL (DEFENSOR)

REQUERIDO: C. G. F.
MENOR: S. L. P. R. F.
P R O C E S S O : 0 0 0 3 6 6 9 0 2 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: G. F. T.
REPRESENTANTE: D. B. F.
Representante(s):
OAB 13232-B - JOAO PERES DE ANDRADE FILHO (DEFENSOR)

REQUERIDO: S. L. T.
P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 5 5 9 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: B. S. B.
REQUERENTE: B. S. B.
REPRESENTANTE: V. S. S. A.
REQUERIDO: S. O. B. P.
P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 7 4 8 3 2 0 1 1 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: D. B. S.
Representante(s):
OAB 16666-B - ELSON RIBEIRO (DEFENSOR)

REQUERIDO: C. B. S.
Representante(s):
OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO)

MENOR: O. D. B. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 4 0 1 1 6 6 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---AUTOR: M. P. E.
REU: A. P. S. J.
REU: A. L. M. L.
REU: W. L. D. L.
REU: R. N. S. P.
Representante(s):
OAB 8941-B - ELSON JOSE SOARES COELHO (ADVOGADO)

REU: H. M. S.
REU: J. S. M.
Representante(s):
OAB 14884 - JOSE VINICIUS FREIRE LIMA DA CUNHA (ADVOGADO)

REU: M. F. S.
Representante(s):
OAB 17314 - WAGNER LEAO SERRAO (ADVOGADO)

REU: N. S. M. M. F.
REU: M. S. M.
Representante(s):
OAB 20193 - IVONALDO CASCAES LOPES JUNIOR (ADVOGADO)
OAB 11418 - JOAQUIM JOSE DE FREITAS NETO (ADVOGADO)

REU: T. J. F. S.
Representante(s):
OAB 11946 - FERNANDO JOSE MARIN CORDERO DA SILVA (ADVOGADO)

REU: J. S. Y.
Representante(s):
OAB 16487 - IVAN LIMA DE MELLO (ADVOGADO)
OAB 18225-B - RONALDO FERREIRA MARINHO (ADVOGADO)

REU: B. E. E. E. L. E.

P R O C E S S O : 0 0 0 4 2 2 5 3 3 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---EXEQUENTE: K. G. S.
Representante(s):
OAB 17577-A - MARCIO ALVES FIGUEIRA (DEFENSOR)

REPRESENTANTE: A. S. G.
EXECUTADO: R. B. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 4 2 3 4 5 8 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REPRESENTANTE: R. M. F.
Representante(s):
OAB 19532 - VERONICA ALVES DA SILVA (ADVOGADO)

REQUERENTE: A. V. M. F.
REQUERIDO: L. C. A. S.
Representante(s):
OAB 4770 - ARNALDO GOMES DA ROCHA (ADVOGADO)

P R O C E S S O : 0 0 0 5 1 6 4 7 6 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---EXEQUENTE: R. A. C. R.
Representante(s):
OAB 111111111111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REPRESENTANTE: R. C.
EXECUTADO: R. S. R.
Representante(s):
OAB 12932 - ISABEL ASSENCIO DE LISBOA (ADVOGADO)

P R O C E S S O : 0 0 0 5 2 1 2 3 0 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: J. C. C.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERENTE: K. A. C. C.
REPRESENTANTE: J. S. C.
REQUERIDO: J. C. N.
P R O C E S S O : 0 0 0 5 2 2 9 6 6 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: A. F. S.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO)

REQUERIDO: F. O. S.
P R O C E S S O : 0 0 0 6 2 0 6 9 7 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---EXEQUENTE: A. F. S. P.
Representante(s):
OAB 14013 - PAULA BARROS PEREIRA DE FARIAS (DEFENSOR)

EXECUTADO: A. A. L.
P R O C E S S O : 0 0 0 6 6 6 5 0 2 2 0 1 3 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: R. N. C. S.
Representante(s):
OAB 11107 - ALEXANDRE MARTINS BASTOS (DEFENSOR)
OAB 12105 - ANDERSON SERRAO PINTO (DEFENSOR)

REQUERIDO: S. V. M.
P R O C E S S O : 0 0 0 7 6 5 7 2 6 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: S. B. C.
REPRESENTANTE: A. P. B.
REQUERIDO: S. S. C.

P R O C E S S O : 0 0 0 8 5 0 3 7 2 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: T. O. N.
REQUERENTE: R. O. N.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERIDO: A. F. N.
P R O C E S S O : 0 0 0 8 6 3 3 6 2 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: J. L. F. S.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERIDO: A. C. A.
P R O C E S S O : 0 0 0 8 9 0 7 9 4 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: F. C. S.
REQUERENTE: E. Y. C. S.
REPRESENTANTE: S. A. C.
Representante(s):
OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR)

REQUERIDO: T. Y. B. S.
P R O C E S S O : 0 0 1 1 8 5 5 7 2 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: A. I. M. S.
Representante(s):
OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERIDO: J. R. S.
REQUERENTE: V. D. M. S.
P R O C E S S O : 0 0 1 4 2 2 3 8 3 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: A. L. S.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO)

MENOR: E. T. S. S.
REQUERIDO: A. S. S.
P R O C E S S O : 0 0 1 6 8 7 5 4 4 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: L. B. R.
Representante(s):
OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERENTE: L. L. O.
Representante(s):
OAB 123456789 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERIDO: M. B. R.
P R O C E S S O : 0 0 4 3 8 4 1 4 4 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: O. L. J. S.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERIDO: L. J.
P R O C E S S O : 0 0 7 6 8 4 8 2 7 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: R. A. C.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERIDO: J. S. R.
P R O C E S S O : 0 0 8 2 8 4 4 0 6 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: T. L. C. S.
Representante(s):
OAB 2222 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO PARA (DEFENSOR)

REQUERENTE: F. S. L.
Representante(s):
OAB 2222 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO PARA (DEFENSOR)

P R O C E S S O : 0 0 8 9 8 3 1 5 8 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: C. V. S. S.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERENTE: E. V. S. S.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERIDO: V. F. S.
P R O C E S S O : 0 1 0 0 8 4 3 6 9 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -
MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---EXEQUENTE: W. M. M. A.
Representante(s):
OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

EXECUTADO: H. I. A. C. B.

Número do processo: 0802406-18.2019.8.14.0005 Participação: AUTOR Nome: GLEISON SANTOS DE ANASTACIO Participação: ADVOGADO Nome: WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTAOAB: 255-BPA Participação: RÉU Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Processo Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALTAMIRAPROCESSO:0802406-18.2019.8.14.0005CLASSE:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)ASSUNTO:[Seguro]AUTOR:Nome: GLEISON SANTOS DE ANASTACIOEndereço: LUIZ COUTINHO, 222, BRASILIA, ALTAMIRA - PA - CEP: 68371-000RÉU:Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205DESPACHO MANDADO1. Defiro os benefícios da justiça gratuita.2. A despeito da previsão de designação in limine de audiência de conciliação ou de mediação (art. 334, CPC) alerta-se que tal expediente, aplicado de forma peremptória e inflexível, implicará colapso da pauta de audiências deste juízo, sem correspondente ganho em celeridade e efetividade processuais. Assim, imperioso ponderar que é dedutível do novo sistema a atribuição ao juiz de poder geral de adaptabilidade procedimental às especificidades do litígio (art. 139, VI, do CPC), de modo que verificando cuidar-se de causa que, pela natureza ou qualidade das partes, em geral, não se acostuma lograr composição nesta oportunidade de incipiente tramite processual relegar a solenidade para momento posterior.E isto se faz em consideração ao dever do juiz de velar pela duração razoável do processo e pela possibilidade de promover a qualquer tempo, a autocomposição (art. 139 II e V, CPC).Por isto que tendo em conta a natureza da demanda, por ora, deixo de designar audiência, desde já alvitrando que a tentativa de composição se dê após a realização de perícia médica, de modo mais eficiente e proveitoso.Em outras, trata-se de mero diferimento do momento procedimental para a realização da audiência, não se olvidando, nessa linha, que às partes é facultada manifestação quanto à conveniência de sua designação, circunstancia esta que evidencia a total ausência de prejuízo, reitere-se, ao se postergar a realização do ato.3. Nestes termos, cite-se a parte requerida para, querendo, contestar, em 15 dias da data de juntada aos autos do Aviso de Recebimento, quando a citação se realizar pelo correio, ou da juntada aos autos do mandado cumprido, quando, por sua vez, a citação ocorrer por oficial de justiça (arts. 335, III, c.c. 231, do CPC).4. Considerando o pedido de realização de perícia e tendo em vista que nos autos não consta laudo atestando o grau da invalidez da parte autora, entendo pertinente a produção de prova pericial, visto ser

documento indispensável para o deslinde da questão.5.Nomeio perito judicial o médico Guilherme Lima Gomes(e-mail: e-mail: guilhermejus@outlook.com) para a realização de perícia médica, devendo encaminhar o laudo no prazo de 30 dias.6. Intime-se o perito da referida nomeação.7. Arbitro os honorários periciais em R$ 300,00 (trezentos reais) que devem ser suportados pela requerida, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 021/2016 celebrado entre Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. Caso o valor já tenha sido recolhido pela ré, desconsidere-se o presente item.8. Ressalto que o levantamento do valor referente a perícia técnica está condicionado a realização da perícia mencionada por meio de alvará judicial, o qual autorizo a sua expedição após a perícia, observadas as formalidades legais.9. Incumbe às partes, no prazo de 15 dias, indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos (art. 465, § 1º, II e III, do CPC).10. Intime-se a parte ré para efetuar o pagamento dos honorários periciais, em até 15 dias a contar da intimação.11.Deve a parte autora comparecer entre os dias 19 a 23 DE AGOSTO do corrente ano, no horário das 08h00h às 17:00h,para a realização da perícia com o Dr. Guilherme Gomes, na Rua Otaviano Santos, nº 2087, Bairro Sudam I, Altamira-Pará.12. Com a apresentação do laudo pericial juntado na presente demanda, manifeste-se as partes no prazo de 10(dez) dias, iniciando pelo autor e, sucessivamente, o réu. No mesmo prazo mencionado acima, manifeste-se o autor acerca da contestação apresentada na presente demanda, devendo ambas as partes, caso desejem, especificar os pontos controvertidos e as provas que pretendem produzir.13. Advirta-se a parte autora que o não comparecimento à perícia designada no item ?11?, implicará na renúncia a tal prova. Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009.Altamira/PA, 24 de junho de 2019.Vinícius Pacheco de AraújoJuiz de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de AltamiraFÓRUM DES. AMAZONAS PANTOJAEndereço: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651 - B. São Sebastião - Altamira-Pará - CEP: 68.372-020.V.P.03

Número do processo: 0802372-43.2019.8.14.0005 Participação: AUTOR Nome: BANCO GMAC S.A. Participação: ADVOGADO Nome: DRIELLE CASTRO PEREIRAOAB: 016354/PA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO PEREIRA DE LIMAOAB: 10219/PA Participação: RÉU Nome: LIVANANDO SIMAO PIRESProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALTAMIRAPROCESSO:0802372-43.2019.8.14.0005CLASSE:BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)ASSUNTO:[Alienação Fiduciária]AUTOR:Nome: BANCO GMAC S.A.Endereço: Avenida Indianópolis, 3096, - de 2582 ao fim - lado par - BLOCO A, Indianópolis, SãO PAULO - SP - CEP: 04062-003RÉU:Nome: LIVANANDO SIMAO PIRESEndereço: R Jose Soares Barbosa, 2332, centro, VITóRIA DO XINGU - PA - CEP: 68383-000DECISÃO MANDADO Da análise da inicial e documentos acostados, mais especificamente a notificação extrajudicial juntada sob a ID Num. 11088267 - Pág. 1 a 2, verifico que a mora está comprovada, bem como o inadimplemento do devedor (art. 3º, do Decreto-lei nº 911/69), sendo assim, defiro liminarmente a medida para apreensão do objeto deste processo.Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem em mãos do autor, mediante compromisso.Determino o bloqueio via Sistema RENAJUD com a anotação de busca e apreensão no cadastro do veículo com a finalidade de impossibilitar a sua circulação.Nos termos do art. 212, §2ª, do NCPC a execução do mandado poderá realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido no artigo 212, Caput, do NCPC, independentemente de autorização judicial, observado o disposto no art. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.Para a execução do mandado fica desde já autorizada a requisição de força policial, se necessário, devendo ser oficiado à polícia federal.Executada a liminar, cite-se o réu para no prazo de cinco dias, promover o pagamento integral da dívida pendente ou apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias (Dec-Lei 911/69, art. 3º, §§ 2º e 3º, com nova redação da Lei 10.931/04). Deve constar ainda do mandado a advertência do art. 344, do Código de Processo Civil.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Altamira/PA, 19 de junho de 2019.VINÍCIUS PACHECO DE ARAÚJOJuiz de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de AltamiraFÓRUM DES. AMAZONAS PANTOJAEndereço: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651 - B. São Sebastião - Altamira-Pará - CEP: 68.372-020.V.P.03

Número do processo: 0802069-29.2019.8.14.0005 Participação: AUTOR Nome: MARCIO FERREIRA RAMOS Participação: ADVOGADO Nome: NILSON HUNGRIAOAB: 25822/GO Participação: RÉU Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Processo Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALTAMIRAPROCESSO:0802069-29.2019.8.14.0005CLASSE:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)ASSUNTO:[Seguro]AUTOR:Nome: MARCIO FERREIRA RAMOSEndereço: Rua B, 204, Bairro Casa Nova, ALTAMIRA - PA - CEP: 68371-000RÉU:Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205DESPACHO MANDADO1. Defiro os benefícios da justiça gratuita.2. A despeito da previsão de designação in limine de audiência de conciliação ou de mediação (art. 334, CPC) alerta-se que tal expediente, aplicado de forma peremptória e inflexível, implicará colapso da pauta de audiências deste juízo, sem correspondente ganho em celeridade e efetividade processuais. Assim, imperioso ponderar que é dedutível do novo sistema a atribuição ao juiz de poder geral de adaptabilidade procedimental às especificidades do litígio (art. 139, VI, do CPC), de modo que verificando cuidar-se de causa que, pela natureza ou qualidade das partes, em geral, não se acostuma lograr composição nesta oportunidade de incipiente tramite processual relegar a solenidade para momento posterior.E isto se faz em consideração ao dever do juiz de velar pela duração razoável do processo e pela possibilidade de promover a qualquer tempo, a autocomposição (art. 139 II e V, CPC).Por isto que tendo em conta a natureza da demanda, por ora, deixo de designar audiência, desde já alvitrando que a tentativa de composição se dê após a realização de perícia médica, de modo mais eficiente e proveitoso.Em outras, trata-se de mero diferimento do momento procedimental para a realização da audiência, não se olvidando, nessa linha, que às partes é facultada manifestação quanto à conveniência de sua designação, circunstancia esta que evidencia a total ausência de prejuízo, reitere-se, ao se postergar a realização do ato.3. Nestes termos, cite-se a parte requerida para, querendo, contestar, em 15 dias da data de juntada aos autos do Aviso de Recebimento, quando a citação se realizar pelo correio, ou da juntada aos autos do mandado cumprido, quando, por sua vez, a citação ocorrer por oficial de justiça (arts. 335, III, c.c. 231, do CPC).4. Considerando o pedido de realização de perícia e tendo em vista que nos autos não consta laudo atestando o grau da invalidez da parte autora, entendo pertinente a produção de prova pericial, visto ser documento indispensável para o deslinde da questão.5.Nomeio perito judicial o médico Guilherme Lima Gomes(e-mail: e-mail: guilhermejus@outlook.com) para a realização de perícia médica, devendo encaminhar o laudo no prazo de 30 dias.6. Intime-se o perito da referida nomeação.7. Arbitro os honorários periciais em R$ 300,00 (trezentos reais) que devem ser suportados pela requerida, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 021/2016 celebrado entre Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. Caso o valor já tenha sido recolhido pela ré, desconsidere-se o presente item.8. Ressalto que o levantamento do valor referente a perícia técnica está condicionado a realização da perícia mencionada por meio de alvará judicial, o qual autorizo a sua expedição após a perícia, observadas as formalidades legais.9. Incumbe às partes, no prazo de 15 dias, indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos (art. 465, § 1º, II e III, do CPC).10. Intime-se a parte ré para efetuar o pagamento dos honorários periciais, em até 15 dias a contar da intimação.11.Deve a parte autora comparecer entre os dias 19 a 23 DE AGOSTO do corrente ano, no horário das 08h00h às 17:00h,para a realização da perícia com o Dr. Guilherme Gomes, na Rua Otaviano Santos, nº 2087, Bairro Sudam I, Altamira-Pará.12. Com a apresentação do laudo pericial juntado na presente demanda, manifeste-se as partes no prazo de 10(dez) dias, iniciando pelo autor e, sucessivamente, o réu. No mesmo prazo mencionado acima, manifeste-se o autor acerca da contestação apresentada na presente demanda, devendo ambas as partes, caso desejem, especificar os pontos controvertidos e as provas que pretendem produzir.13. Advirta-se a parte autora que o não comparecimento à perícia designada no item ?11?, implicará na renúncia a tal prova.14. Com fulcro no Art. 300 do Código de Processo Civil, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, consistente na determinação para o requerido consignar em conta judicial do valor pleiteado a titulo de indenização, tendo em vista a precariedade do momento processual e a necessidade de instrução probatória do feito, inclusive com a realização de perícia.15. Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009.Altamira/PA, 12 de junho de 2019.Vinícius Pacheco de AraújoJuiz de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de AltamiraFÓRUM DES. AMAZONAS PANTOJAEndereço: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651 - B. São Sebastião - Altamira-Pará - CEP: 68.372-020.V.P.04

Número do processo: 0802231-24.2019.8.14.0005 Participação: AUTOR Nome: EDMILSON SANTOS RAPOSO Participação: ADVOGADO Nome: NILSON HUNGRIAOAB: 25822/GO Participação: RÉU Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Processo Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALTAMIRAPROCESSO:0802231-24.2019.8.14.0005CLASSE:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)ASSUNTO:[Seguro]AUTOR:Nome: EDMILSON SANTOS RAPOSOEndereço: Travessa Pedro Gome, S/n, BX. 143, PT. 08 Lanc. Continental, Bairro centro, ALTAMIRA - PA - CEP: 68371-000RÉU:Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205DESPACHO MANDADO1. Defiro os benefícios da justiça gratuita.2. A despeito da previsão de designação in limine de audiência de conciliação ou de mediação (art. 334, CPC) alerta-se que tal expediente, aplicado de forma peremptória e inflexível, implicará colapso da pauta de audiências deste juízo, sem correspondente ganho em celeridade e efetividade processuais. Assim, imperioso ponderar que é dedutível do novo sistema a atribuição ao juiz de poder geral de adaptabilidade procedimental às especificidades do litígio (art. 139, VI, do CPC), de modo que verificando cuidar-se de causa que, pela natureza ou qualidade das partes, em geral, não se acostuma lograr composição nesta oportunidade de incipiente tramite processual relegar a solenidade para momento posterior.E isto se faz em consideração ao dever do juiz de velar pela duração razoável do processo e pela possibilidade de promover a qualquer tempo, a autocomposição (art. 139 II e V, CPC).Por isto que tendo em conta a natureza da demanda, por ora, deixo de designar audiência, desde já alvitrando que a tentativa de composição se dê após a realização de perícia médica, de modo mais eficiente e proveitoso.Em outras, trata-se de mero diferimento do momento procedimental para a realização da audiência, não se olvidando, nessa linha, que às partes é facultada manifestação quanto à conveniência de sua designação, circunstancia esta que evidencia a total ausência de prejuízo, reitere-se, ao se postergar a realização do ato.3. Nestes termos, cite-se a parte requerida para, querendo, contestar, em 15 dias da data de juntada aos autos do Aviso de Recebimento, quando a citação se realizar pelo correio, ou da juntada aos autos do mandado cumprido, quando, por sua vez, a citação ocorrer por oficial de justiça (arts. 335, III, c.c. 231, do CPC).4. Considerando o pedido de realização de perícia e tendo em vista que nos autos não consta laudo atestando o grau da invalidez da parte autora, entendo pertinente a produção de prova pericial, visto ser documento indispensável para o deslinde da questão.5.Nomeio perito judicial o médico Guilherme Lima Gomes(e-mail: e-mail: guilhermejus@outlook.com) para a realização de perícia médica, devendo encaminhar o laudo no prazo de 30 dias.6. Intime-se o perito da referida nomeação.7. Arbitro os honorários periciais em R$ 300,00 (trezentos reais) que devem ser suportados pela requerida, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 021/2016 celebrado entre Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. Caso o valor já tenha sido recolhido pela ré, desconsidere-se o presente item.8. Ressalto que o levantamento do valor referente a perícia técnica está condicionado a realização da perícia mencionada por meio de alvará judicial, o qual autorizo a sua expedição após a perícia, observadas as formalidades legais.9. Incumbe às partes, no prazo de 15 dias, indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos (art. 465, § 1º, II e III, do CPC).10. Intime-se a parte ré para efetuar o pagamento dos honorários periciais, em até 15 dias a contar da intimação.11.Deve a parte autora comparecer entre os dias 19 a 23 DE AGOSTO do corrente ano, no horário das 08h00h às 17:00h,para a realização da perícia com o Dr. Guilherme Gomes, na Rua Otaviano Santos, nº 2087, Bairro Sudam I, Altamira-Pará.12. Com a apresentação do laudo pericial juntado na presente demanda, manifeste-se as partes no prazo de 10(dez) dias, iniciando pelo autor e, sucessivamente, o réu. No mesmo prazo mencionado acima, manifeste-se o autor acerca da contestação apresentada na presente demanda, devendo ambas as partes, caso desejem, especificar os pontos controvertidos e as provas que pretendem produzir.13. Advirta-se a parte autora que o não comparecimento à perícia designada no item ?11?, implicará na renúncia a tal prova.14. Com fulcro no Art. 300 do Código de Processo Civil, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, consistente na determinação para o requerido consignar em conta judicial do valor pleiteado a titulo de indenização, tendo em vista a precariedade do momento processual e a necessidade de instrução probatória do feito, inclusive com a realização de perícia.15. Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009.Altamira/PA, 17 de junho de 2019.Vinícius Pacheco de AraújoJuiz de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de AltamiraFÓRUM DES. AMAZONAS PANTOJAEndereço: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651 - B. São Sebastião - Altamira-Pará - CEP: 68.372-020.V.P.03

Número do processo: 0801111-43.2019.8.14.0005 Participação: AUTOR Nome: F. P. D. C. C. Participação: ADVOGADO Nome: WANNE PRISCILA DA ROCHA SOBRINHOOAB: 25970/PA Participação: ADVOGADO Nome: EVANDER FONTENELE DE AQUINOOAB: 804PA Participação: AUTOR Nome: L. R. D. S. L. B. Participação: ADVOGADO Nome: EVANDER FONTENELE DE AQUINOOAB: 804PA Participação: ADVOGADO Nome: WANNE PRISCILA DA ROCHA SOBRINHOOAB: 25970/PA Participação: AUTOR Nome: M. D. S. L. B. Participação: ADVOGADO Nome: EVANDER FONTENELE DE AQUINOOAB: 804PA Participação: ADVOGADO Nome: WANNE PRISCILA DA ROCHA SOBRINHOOAB: 25970/PA Participação: AUTOR Nome: R. C. L. B. Participação: ADVOGADO Nome: EVANDER FONTENELE DE AQUINOOAB: 804PA Participação: ADVOGADO Nome: WANNE PRISCILA DA ROCHA SOBRINHOOAB: 25970/PA Participação: AUTOR Nome: S. F. B. Participação: ADVOGADO Nome: EVANDER FONTENELE DE AQUINOOAB: 804PA Participação: ADVOGADO Nome: WANNE PRISCILA DA ROCHA SOBRINHOOAB: 25970/PA Participação: AUTOR Nome: F. P. D. C. C.Processo Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALTAMIRAPROCESSO:0801111-43.2019.8.14.0005CLASSE:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)ASSUNTO:[Reconhecimento / Dissolução]AUTOR:Nome: FRANCISCA PEDRO DE CARVALHO CELESTINOEndereço: RUA SETE, 2921, MUTIRÃO, ALTAMIRA - PA - CEP: 68371-000RÉU:Nome: MILANE DE SOUZA LIMA BARROSEndereço: Rua Luiz Gama, 195, BASILIO, ILHéUS - BA - CEP: 45658-622Nome: SILVANA FERREIRA BARROSEndereço: RUA BRAULIO VASCONCELOS, 74, FEDERAL, SãO LOURENçO - MG - CEP: 37470-000Nome: LUANA RAFAELA DE SOUZA LIMA BARROSEndereço: Rua Dom Alberto Gonçalves, 980, A - APT 01, Bom Retiro, CURITIBA - PR - CEP: 80520-270Nome: RAFAEL CELESTINO LIMA BARROSEndereço: RUA SETE, 2921, MULTIRÃO, ALTAMIRA - PA - CEP: 68371-000Nome: WANNE PRISCILA DA ROCHA SOBRINHOEndereço: Rua Carlos Soares, 3333, Jardim Independente II, ALTAMIRA - PA - CEP: 68372-260DESPACHO MANDADO1. RECEBO a inicial (ID.Num. 9175207 - Pág. 1 a 10).2. DEFIRO a gratuidade de justiça em favor da parte autora, na forma do art. 98 do CPC/2015.3. Compulsando os autos, verifico que os herdeiros do "de cujus" não se opõem ao reconhecimento da união estável, porém, entendo necessário e prudente a designação de audiência de justificação para oitiva das partes.4.DESIGNO audiência de justificação para o dia 21 de agosto de 2019, às 11h00min.5. Intime-se as partes para que compareçam ao ato designado no item 04, devendo ser consignado que eventual ausência não implicará em qualquer penalidade, uma vez que alguns dos autores não tem domicílio neste município, podendo a prova ser suprida através da oitiva dos que residem em Altamira/PA 6. Expeça-se ofício ao INSS para que informe no prazo de 05 dias, quanto a existência de dependentes habilitados no cadastro do(a) falecido(a)..P. I. C.Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009.Altamira/PA, 17 de junho de 2019.Vinícius Pacheco de AraújoJuiz de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de AltamiraFÓRUM DES. AMAZONAS PANTOJAEndereço: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651 - B. São Sebastião - Altamira-Pará - CEP: 68.372-020.V.P.03

Número do processo: 0800630-80.2019.8.14.0005 Participação: AUTOR Nome: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: MOISES BATISTA DE SOUZAOAB: 11433/PA Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDO LUZ PEREIRAOAB: 147020/SP Participação: RÉU Nome: F B DA SILVA COMERCIO - MEProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALTAMIRAPROCESSO:0800630-80.2019.8.14.0005CLASSE:BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA (81)ASSUNTO:[Alienação Fiduciária]AUTOR:Nome: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOEndereço: Avenida das Nações Unidas, 14171, - de 12997 a 17279 - lado ímpar, Vila Gertrudes, SãO PAULO - SP - CEP: 04794-000RÉU:Nome: F B DA SILVA COMERCIO - MEEndereço: Rua Quatro, 86, A, PAIXÃO DE CRISTO, ALTAMIRA - PA - CEP: 68377-640DECISÃO MANDADO Da análise da inicial e documentos acostados, mais especificamente o instrumento de protesto realizado através de Cartório de Protesto, confirmando a notificação extrajudicial juntada sob a ID Num. 859583, verifico que a mora está comprovada, bem como o inadimplemento do devedor (art. 3º, do Decreto-lei nº 911/69), sendo assim, defiro liminarmente a medida para apreensão do objeto deste processo. Expeça-se mandado de busca e apreensão, depositando-se o bem em mãos do autor, mediante compromisso, observando-se a listagem dos fiéis depositados indicados através do ID Num. 9162725. Determino o

bloqueio via Sistema RENAJUD com a anotação de busca e apreensão no cadastro do veículo com a finalidade de impossibilitar a sua circulação. Nos termos do art. 212, §2ª, do NCPC a execução do mandado poderá realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido no artigo 212, Caput, do NCPC, independentemente de autorização judicial, observado o disposto no art. 5o, inciso XI, da Constituição Federal. Para a execução do mandado fica desde já autorizada a requisição de força policial, se necessário, devendo ser oficiado à polícia federal. Executada a liminar, cite-se o réu, no endereço declinado no ID Num. 9627808, para no prazo de cinco dias, promover o pagamento integral da dívida pendente ou apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias (Dec-Lei 911/69, art. 3º, §§ 2º e 3º, com nova redação da Lei 10.931/04). Deve constar ainda do mandado a advertência do art. 344, do Código de Processo Civil. Reforço que no prazo estabelecido no art. 3ª, § 2º da Lei 911/1969, fica o autor impedido de promover qualquer transação comercial em relação ao referido bem, uma vez que, purgada a mora, deverá o veículo ser restabelecido ao executado. Defiro o pedido formulado no ID Num. 9627808 e, determino que todas as intimações sejam realizadas exclusivamente em nome dos Advogados Dr. Fernando Luiz Pereira, OAB/ES nº 485-A, e Dr. Moisés Batista de Souza, OAB/ES nº 16475. P. I. C.Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Altamira/PA, 17 de junho de 2019.VINÍCIUS PACHECO DE ARAÚJOJuiz de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de AltamiraFÓRUM DES. AMAZONAS PANTOJAEndereço: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651 - B. São Sebastião - Altamira-Pará - CEP: 68.372-020.V.P.01

Número do processo: 0802414-92.2019.8.14.0005 Participação: AUTOR Nome: ISMAEL DE SELES GUIMARAES Participação: ADVOGADO Nome: MESSIAS QUEIROZ UCHOAOAB: 30553/PR Participação: RÉU Nome: NORTE ENERGIA S/A Participação: RÉU Nome: MUNICIPIO DE ALTAMIRAProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALTAMIRAPROCESSO:0802414-92.2019.8.14.0005CLASSE:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)ASSUNTO:[Desapropriação Indireta]AUTOR:Nome: ISMAEL DE SELES GUIMARAESEndereço: Rua B, 38, Apto. 101, Pontalzinho, ITABUNA - BA - CEP: 45603-134RÉU:Nome: NORTE ENERGIA S/AEndereço: Rua Boa Esperança, s/n, RUC - JATOBÁ, Multirão, ALTAMIRA - PA - CEP: 68371-971Nome: MUNICIPIO DE ALTAMIRAEndereço: Rua Otaviano Santos, 2288, Sudam I, ALTAMIRA - PA - CEP: 68371-288DESPACHO MANDADO1. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 do NCPC, não existindo motivos para o seu indeferimento.2. Defiro a gratuidade processual (Lei n. 1.060/50 c/c Art. 98, NCPC).3- Considerando que o autor informou na inicial que não possui interesse na realização de audiência de conciliação, considerado que a audiência somente não ocorrerá caso haja expressamente a manifestação de ambas as partes, nos termos do art. 334, § 4º, I do CPC, determino a intimação do requerido para que manifeste seu desinteresse na autocomposição, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da audiência designado no item 04.4. Cite-se o réu e intime-se as partes para comparecerem àaudiência de conciliação/mediação, para a possibilidade de autocomposição da lide, nos termos do art. 334, caput, do NCPC, que se realizará no dia04 de setembro de 2019, às 11h00min, e será presidida por magistrado do Juízo em razão de não existir conciliador/mediador na Comarca. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados ou de Defensor. Não havendo audiência ou autocomposição, o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data prevista no art. 335, do CPC, sob pena de revelia.6. Ressalta-se que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência designada é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será cominada com multa de até 2% (dois por cento) da vantagem econômica pretendia ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado nos termos do art. 334, §8º, do NCPC.7. Advirto ao Sr. Oficial de Justiça que observe as disposições do art. 334 do NCPC, ou seja, cumpra a citação com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência da audiência.8. Intime-se a parte autora por seu advogado. O requerido via postal, por este mandado.Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Altamira/PA, 25 de junho de 2019.Vinícius Pacheco de AraújoJuiz de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de AltamiraFÓRUM DES. AMAZONAS PANTOJAEndereço: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651 - B. São Sebastião - Altamira-Pará - CEP: 68.372-020.V. P. 03

Número do processo: 0800840-34.2019.8.14.0005 Participação: AUTOR Nome: EDSON BATISTA DO NASCIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDO GONCALVES FERNANDESOAB: 656PA Participação: RÉU Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Processo Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALTAMIRAPROCESSO:0800840-34.2019.8.14.0005CLASSE:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)ASSUNTO:[Seguro]AUTOR:Nome: EDSON BATISTA DO NASCIMENTOEndereço: Rua Osório de Freitas, 2545, Casa B, Brasília, ALTAMIRA - PA - CEP: 68375-050RÉU:Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205DESPACHO MANDADO1. Defiro os benefícios da justiça gratuita.2. A despeito da previsão de designação in limine de audiência de conciliação ou de mediação (art. 334, CPC) alerta-se que tal expediente, aplicado de forma peremptória e inflexível, implicará colapso da pauta de audiências deste juízo, sem correspondente ganho em celeridade e efetividade processuais. Assim, imperioso ponderar que é dedutível do novo sistema a atribuição ao juiz de poder geral de adaptabilidade procedimental às especificidades do litígio (art. 139, VI, do CPC), de modo que verificando cuidar-se de causa que, pela natureza ou qualidade das partes, em geral, não se acostuma lograr composição nesta oportunidade de incipiente tramite processual relegar a solenidade para momento posterior.E isto se faz em consideração ao dever do juiz de velar pela duração razoável do processo e pela possibilidade de promover a qualquer tempo, a autocomposição (art. 139 II e V, CPC).Por isto que tendo em conta a natureza da demanda, por ora, deixo de designar audiência, desde já alvitrando que a tentativa de composição se dê após a realização de perícia médica, de modo mais eficiente e proveitoso.Em outras, trata-se de mero diferimento do momento procedimental para a realização da audiência, não se olvidando, nessa linha, que às partes é facultada manifestação quanto à conveniência de sua designação, circunstancia esta que evidencia a total ausência de prejuízo, reitere-se, ao se postergar a realização do ato.3. Nestes termos, cite-se a parte requerida para, querendo, contestar, em 15 dias da data de juntada aos autos do Aviso de Recebimento, quando a citação se realizar pelo correio, ou da juntada aos autos do mandado cumprido, quando, por sua vez, a citação ocorrer por oficial de justiça (arts. 335, III, c.c. 231, do CPC).4. Considerando o pedido de realização de perícia e tendo em vista que nos autos não consta laudo atestando o grau da invalidez da parte autora, entendo pertinente a produção de prova pericial, visto ser documento indispensável para o deslinde da questão.5.Nomeio perito judicial o médico Guilherme Lima Gomes(e-mail: e-mail: guilhermejus@outlook.com) para a realização de perícia médica, devendo encaminhar o laudo no prazo de 30 dias.6. Intime-se o perito da referida nomeação.7. Arbitro os honorários periciais em R$ 300,00 (trezentos reais) que devem ser suportados pela requerida, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 021/2016 celebrado entre Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. Caso o valor já tenha sido recolhido pela ré, desconsidere-se o presente item.8. Ressalto que o levantamento do valor referente a perícia técnica está condicionado a realização da perícia mencionada por meio de alvará judicial, o qual autorizo a sua expedição após a perícia, observadas as formalidades legais.9. Incumbe às partes, no prazo de 15 dias, indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos (art. 465, § 1º, II e III, do CPC).10. Intime-se a parte ré para efetuar o pagamento dos honorários periciais, em até 15 dias a contar da intimação.11.Deve a parte autora comparecer entre os dias 19 a 23 DE AGOSTO do corrente ano, no horário das 08h00h às 17:00h,para a realização da perícia com o Dr. Guilherme Gomes, na Rua Otaviano Santos, nº 2087, Bairro Sudam I, Altamira-Pará.12. Com a apresentação do laudo pericial juntado na presente demanda, manifeste-se as partes no prazo de 10(dez) dias, iniciando pelo autor e, sucessivamente, o réu. No mesmo prazo mencionado acima, manifeste-se o autor acerca da contestação apresentada na presente demanda, devendo ambas as partes, caso desejem, especificar os pontos controvertidos e as provas que pretendem produzir.13. Advirta-se a parte autora que o não comparecimento à perícia designada no item ?11?, implicará na renúncia a tal prova.14. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009.Altamira/PA, 11 de junho de 2019.Vinícius Pacheco de AraújoJuiz de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de AltamiraFÓRUM DES. AMAZONAS PANTOJAEndereço: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651 - B. São Sebastião - Altamira-Pará - CEP: 68.372-020.V.P.03

Número do processo: 0802045-98.2019.8.14.0005 Participação: AUTOR Nome: DEYVISSON SCHIIROFF

BATISTA Participação: ADVOGADO Nome: WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTAOAB: 255-BPA Participação: RÉU Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Processo Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE ALTAMIRAPROCESSO:0802045-98.2019.8.14.0005CLASSE:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)ASSUNTO:[Acidente de Trânsito]AUTOR:Nome: DEYVISSON SCHIIROFF BATISTAEndereço: Rua Dois, 1058, Sudam II, ALTAMIRA - PA - CEP: 68371-000RÉU:Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 andar, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205DESPACHO MANDADO1. Defiro os benefícios da justiça gratuita.2. A despeito da previsão de designação in limine de audiência de conciliação ou de mediação (art. 334, CPC) alerta-se que tal expediente, aplicado de forma peremptória e inflexível, implicará colapso da pauta de audiências deste juízo, sem correspondente ganho em celeridade e efetividade processuais. Assim, imperioso ponderar que é dedutível do novo sistema a atribuição ao juiz de poder geral de adaptabilidade procedimental às especificidades do litígio (art. 139, VI, do CPC), de modo que verificando cuidar-se de causa que, pela natureza ou qualidade das partes, em geral, não se acostuma lograr composição nesta oportunidade de incipiente tramite processual relegar a solenidade para momento posterior.E isto se faz em consideração ao dever do juiz de velar pela duração razoável do processo e pela possibilidade de promover a qualquer tempo, a autocomposição (art. 139 II e V, CPC).Por isto que tendo em conta a natureza da demanda, por ora, deixo de designar audiência, desde já alvitrando que a tentativa de composição se dê após a realização de perícia médica, de modo mais eficiente e proveitoso.Em outras, trata-se de mero diferimento do momento procedimental para a realização da audiência, não se olvidando, nessa linha, que às partes é facultada manifestação quanto à conveniência de sua designação, circunstancia esta que evidencia a total ausência de prejuízo, reitere-se, ao se postergar a realização do ato.3. Nestes termos, cite-se a parte requerida para, querendo, contestar, em 15 dias da data de juntada aos autos do Aviso de Recebimento, quando a citação se realizar pelo correio, ou da juntada aos autos do mandado cumprido, quando, por sua vez, a citação ocorrer por oficial de justiça (arts. 335, III, c.c. 231, do CPC).4. Considerando o pedido de realização de perícia e tendo em vista que nos autos não consta laudo atestando o grau da invalidez da parte autora, entendo pertinente a produção de prova pericial, visto ser documento indispensável para o deslinde da questão.5.Nomeio perito judicial o médico Guilherme Lima Gomes(e-mail: e-mail: guilhermejus@outlook.com) para a realização de perícia médica, devendo encaminhar o laudo no prazo de 30 dias.6. Intime-se o perito da referida nomeação.7. Arbitro os honorários periciais em R$ 300,00 (trezentos reais) que devem ser suportados pela requerida, conforme Acordo de Cooperação Técnica nº 021/2016 celebrado entre Tribunal de Justiça do Estado do Pará e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT. Caso o valor já tenha sido recolhido pela ré, desconsidere-se o presente item.8. Ressalto que o levantamento do valor referente a perícia técnica está condicionado a realização da perícia mencionada por meio de alvará judicial, o qual autorizo a sua expedição após a perícia, observadas as formalidades legais.9. Incumbe às partes, no prazo de 15 dias, indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos (art. 465, § 1º, II e III, do CPC).10. Intime-se a parte ré para efetuar o pagamento dos honorários periciais, em até 15 dias a contar da intimação.11.Deve a parte autora comparecer entre os dias 19 a 23 DE AGOSTO do corrente ano, no horário das 08h00h às 17:00h,para a realização da perícia com o Dr. Guilherme Gomes, na Rua Otaviano Santos, nº 2087, Bairro Sudam I, Altamira-Pará.12. Com a apresentação do laudo pericial juntado na presente demanda, manifeste-se as partes no prazo de 10(dez) dias, iniciando pelo autor e, sucessivamente, o réu. No mesmo prazo mencionado acima, manifeste-se o autor acerca da contestação apresentada na presente demanda, devendo ambas as partes, caso desejem, especificar os pontos controvertidos e as provas que pretendem produzir.13. Advirta-se a parte autora que o não comparecimento à perícia designada no item ?11?, implicará na renúncia a tal prova.14. Intime-se. Publique-se. Cumpra-se.Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009.Altamira/PA, 11 de junho de 2019.Vinícius Pacheco de AraújoJuiz de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível da Comarca de AltamiraFÓRUM DES. AMAZONAS PANTOJAEndereço: Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651 - B. São Sebastião - Altamira-Pará - CEP: 68.372-020.V.P.04

EDITAL INTIMAÇÃO - SECRETARIA DA 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA - VARA: 3ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ALTAMIRA
P R O C E S S O : 0 0 0 1 9 3 0 5 7 2 0 1 2 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: D. M. R. S. Representante(s): OAB 10788 - WALBERT PANTOJA DE BRITO (DEFENSOR) REQUERIDO: R. A. S. EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SETENÇAE CUSTAS FINAIS "PRAZO 10 (DEZ) DIAS" O(A) Doutor(a) VINICIUS PACHECO DE ARAUJO, Juiz(a) de Direito Respondendo pela 3ª. Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc. FAZ SABER aos que lerem ou conhecimento tiverem deste EDITAL, que tramitam neste Juízo e respectivo Cartório Judicial da 3ª Vara Cível e Empresarial, os autos da AÇÃO DIVORCIO LITIGIOSO, Nº. 0001930-57.2012.8.14.0072, que a Justiça Pública move contra o Requerido RAFAEL ALBUQUERQUE, que se encontra atualmente em lugar INCERTO E NÃO SABIDO, fica INTIMADO(A) o(a) Requerido(a)**: RAFAEL ALBUQUERQUE DA SILVA**, para, ficar ciente do inteiro teor da SENTENÇA de fls. 48/48 VERSO dos autos, prolatada em 29 de agosto de 2017, a seguir transcrita**:** PROCESSO Nº 0001930-57.2012.814.0005-Aç¿o de Divórcio Litigioso-**SENTENÇA COM RESOLUÇ¿O DO MÉRITO-**Vistos etc. **D. M. R. da S.,** propôs AÇ¿O DE DIVÓRCIO LITIGIOSO contra **R. A. da S.**, todos qualificados nos autos, com fundamento no art. 226, § 6º, da Constituiç¿o Federal, alegando, em síntese, Alega que contraiu matrimonio com o requerido em 06 de junho de 1983, pelo regime de comunh¿o de parcial de bens, e que se encontram separados de fato sem mudança de animus, há aproximadamente 13 (treze) anos. Da relaç¿o conjugal, advieram 03 (três) filhos, hoje todos maiores de idade. N¿o há bens a serem partilhados. A cônjuge virado deseja voltar a usar seu nome de solteira, qual seja: **D. M. R.** Instruiu a inicial com documentos, inclusive certid¿o de casamento (fls.06/12). Deferido o pleito de justiça gratuita às fls 14. Devidamente citada por edital, o requerido n¿o contestou a aç¿o (conforme certid¿o de fls. 27), sendo decretada a sua revelia, e nomeado curador especial às fls. 26 dos autos. A Defensoria Pública apresentou contestaç¿o por negativa geral em favor do requerido às fls. 34/37. Com base na Recomendaç¿o n° 16/2010, art. 5º, III, do Conselho Nacional do Ministério Público, desnecessário enccminhamento dos autos para manifestaç¿o do Ministério Público, tendo em vista que n¿o existe menor, incapaz envolvido na presente aç¿o. **É o relatório. Passo a decidir.** A aç¿o é procedente. O requerido, foi devidamente citado e n¿o contestou a aç¿o no prazo legal, motivo pelo qual foi decretada sua revelia e nomeado curador especial (fls. 26). A aç¿o procede, visto que a revelia faz presumir aceitos como verdadeiros os fatos alegados pelo autor, na forma dos artigos 334 e 344 do Código de Processo Civil, e estes acarretam as consequências jurídicas apontadas na inicial. Verifico que est¿o preenchidos os requisitos do art. 1.580, §2º do Código Civil de 2002 c/c a nova redaç¿o do art. 226, § 6º da Constituiç¿o Federal de modo que o pedido deve ser julgado procedente. Da uni¿o advieram 03 (três) filhos, hoje maiores de idade. N¿o há pens¿o alimentícia entre os divorciandos. N¿o há bens a partilhar. Pelo exposto, **julgo procedente a aç¿o e decreto o divórcio do casal, D. M. R. da S. e R. A. da S. com fundamento no art. 1.580, §2º do Código Civil de 2002 c/c a nova redaç¿o do art. 226, § 6º da Constituiç¿o Federal, e JULGO extinta a presente demanda com resoluç¿o do mérito nos termos do art. 487, I do CPC.** O cônjuge virago voltará a usar seu nome de solteira, qual seja: **D. M. R** devendo haver as devidas mudanças no ¿status¿ civil das partes. **Condeno o Réu em custas e honorários advocatícios sucumbenciais, os quais arbitro em 10% (dez por cento) do valor da causa, nos termos do art. 485, 2º III do CPC.** Transitada em julgado, expeça-se o necessário mandado de averbaç¿o e, a seguir, arquivem-se o autos. **Serve a presente sentença como ofício.** P.R.I. Altamira/PA, 29 de agosto de 2017. Dr. Michel de Almeida Campelo**.** Juiz de Direito respondendo 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira/PA, ficando ainda, cientificado o Requerido: **RAFAEL ALBUQUERQUE DA SILVA**, para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento das Custas judiciais FINAIS, conforme cálculo disponibilizado no Site do TJPA, Sistema de Emissão de Custas Judicias ou retirar Boleto anexo aos autos, junto a Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira PA, sob pena de inscrição do débito em DIVIDA ATIVA. E para que não se alegue ignorância, mandou o Meritíssimo Juiz, expedir o presente Edital, afixado no lugar de costume, bem como publicado no Diário de Justiça Eletrônico, conforme determinação da lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Altamira, Estado do Pará, em 28 de junho de 2019. Eu, Almir José Signori, Auxiliar Judiciário, matricula nº 125351, o digitei, subscrevi, conferi e assino de ordem do MM.DR. VINICIUS PACHECO DE ARAUJO, Juiz de Direito Respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Altamira PA. **ALMIR JOSE SIGNORI Auxiliar Judiciário ¿ Mat. 125351 Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Altamira/PA**.

SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE ALTAMIRA

Número do processo: 0003341-49.2006.8.14.0005 Participação: REQUERENTE Nome: JOAO DE MELO JORGE Participação: REQUERENTE Nome: MARLY DE SOUZA JORGE Participação: REQUERENTE Nome: ANTONIO PEREIRA DE MELLO Participação: ADVOGADO Nome: JACQUELINE MAXIMO FERNANDES CORREIAOAB: 263053/SP Participação: REQUERIDO Nome: CARLOS DE TAL Participação: REQUERIDO Nome: FERNANDES DE TAL Participação: REQUERIDO Nome: BARROS DE TAL Participação: REQUERIDO Nome: AGILDO DE TAL Participação: REQUERIDO Nome: DONIZETE DE TAL Participação: REQUERIDO Nome: SALVADOR DE TAL Participação: REQUERIDO Nome: BENEDITO DE TAL Participação: REQUERIDO Nome: DEUSDETE DE TAL Participação: REQUERIDO Nome: GILSON AURELIO SOUSA ROCHA Participação: REQUERIDO Nome: JOSE RODRIGUES DA SILVA Participação: REQUERIDO Nome: JOSE DEODORO SABOIA PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA AGRÁRIA REGIONAL DE ALTAMIRA ALTAMIRA ? PA PROCESSO Nº0003341-49.2006.8.14.0005 AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSEREQUERENTE:ANTÔNIO PEREIRA DE MELO EJOÃO DE MELO JORGEADVOGADO: GERSON ANTÔNIO FERNANDES (OAB/PA 4824-B)REQUERIDO(S): DEUSDETE DE TAL E OUTROSADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA AGRÁRIAIMÓVEL/IMÓVEIS: LOTE 2 DA GLEBA ENGENHO E LOTES 93, 89, 95 E 91 DA GLEBA 46LOCALIDADE: ANAPU-PADESPACHO Verifico decisão no recurso de apelação. Determino:1. Intimem-se os autores e seus representantes, por meio de seus advogados constituídos, na forma do art. 270, do CPC, para recolhimento das custas processuais em aberto, no prazo de 10 dias, sob pena de inscrição em título executivo da dívida ativa pública, a ser objeto de execução fiscal pela Fazenda Pública Estadual;2. Com o decurso do prazo, certifique-se o que ocorrer. No caso de quitação das custas em aberto, certifique-se o necessário e arquivem-se os autos observadas as formalidades legais. Para a hipótese de não pagamento, proceda-se a certificação necessária e oficie-se à Procuradoria Geral do Estadoinstruindo-se o expediente com todos os documentos necessários a exemplo de petição inicial, procuração e substabelecimentos,ementa do recurso de Apelação, e da sentença de 1º grau, certidão de trânsito em julgado, intimação para recolhimento de custas e certidão de não pagamento para fins de inscrição dos devedores na dívida ativa do Estado;3. Após, certifique-se o que ocorrer e arquive-se os autos com as cautelas legais;4. Providências necessárias. Cautelas de estilo. Altamira/PA, 27 de junho de 2019. ANTÔNIO FERNANDO DE CARVALHO VILARJuiz Titular da Vara Agrária Regional de Altamira eJuizado Especial Criminal Ambiental

SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA - VARA: 2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA

P R O C E S S O : 0 0 0 0 3 3 5 7 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALEXANDRE JOSE CHAVES TRINDADE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:THAILA FABIANA GOES DA CONCEICAO VITIMA:I. S. B. . PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ALTAMIRA AÇÃO PENAL Processo nº 0000335-76.2019.8.14.0005 Acusada: THAILA FABIANA GOES DA CONCEIÇÃO Vítima: I.D.S.B. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Cuida-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público para apurar a suposta prática do crime de furto, capitulado no art. 155 do Código Penal, supostamente cometido por HAILA FABIANA GOES DA CONCEIÇÃO, em face da vítima. Ocorre que, da análise dos autos, vislumbra-se tratar-se de crime que não é de competência desta vara especializada. Esclareça-se que esta Vara especializada tem competência para processar e julgar crimes relativos à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Crimes contra a Criança e Adolescente, Crimes dolosos contra a Vida e Execução Penal. Portanto, não sendo competência desta Vara julgar o presente feito. Desta forma, declino da competência para a 1ª Vara Criminal da Comarca. Ciência ao Ministério Público.

Encaminhe-se os autos, via distribuição, à 1ª Vara Criminal de Altamira, que tem competência para processar e julgar o presente feito. Altamira-PA, 26/06/2019. ALEXANDRE JOSÉ CHAVES TRINDADE Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 7 4 4 5 2 2 0 1 9 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALEXANDRE JOSE CHAVES TRINDADE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---INDICIADO:JOAO GUALBERTO DE MATOS FILHO VITIMA:M. C. S. . PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ALTAMIRA INQUÉRITO POLICIAL Processo nº 0000744-52.2019.8.14.0005 Acusados: JOÃO GUALBERTO DE MATOS FILHO Vítima: M.D.C.S. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Cuida-se de inquérito policial instaurado para apurar a suposta prática do crime de homicídio e lesão corporal, supostamente cometido por JOÃO GUALBERTO DE MATOS FILHO, em face da vítima. Ocorre que, da análise dos autos, vislumbra-se tratar-se de fato ocorrido na zona rural do Município de Senador José Porfírio, conforme relatório conclusivo do IPL, à fl.18/19, não sendo de competência desta comarca julgar o feito. Esclareça-se que esta Vara especializada tem competência para processar e julgar crimes relativos à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Crimes contra a Criança e Adolescente, Crimes dolosos contra a Vida e Execução Penal, de crimes cometidos na comarca de Altamira/PA. Portanto, não sendo competência desta Comarca julgar o presente feito. Desta forma, falece a competência desta vara para o processamento do feito, assim, declino da competência para a Comarca de Senador José Porfírio. Encaminhe-se os autos via distribuição à Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, que tem competência para processar e julgar o presente feito. Cumpra-se.

Altamira/PA, 26/06/2019. ALEXANDRE JOSÉ CHAVES TRINDADE Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 0 1 3 2 2 0 1 9 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALEXANDRE JOSE CHAVES TRINDADE Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---REQUERENTE:J. H. M. S. REQUERIDO:VANDERLEI JOSE SCHREIBER Representante(s): OAB 12783 - RICARDO DE SOUSA BARBOZA (ADVOGADO) OAB 26818 - GUSTAVO DOS SANTOS MAFRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA PROCESSO Nº 0001101-32.2019.8.14.0005 REQUERIDO: VANDERLEI JOSÉ SCHREIBER DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Compulsando dos autos, constata-se que foi deferido medidas protetivas de urgência previstas na Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha, pela vítima. Ocorre que a própria vítima compareceu à secretaria da Vara requerendo a revogação das medidas protetivas deferidas em seu favor. O Ministério Público se manifestou requerendo a revogação das medidas protetivas e o arquivamento do feito, dado o desinteresse das partes na continuidade na demanda. Sabe-se que as medidas

protetivas de urgência instituídas pela Lei Maria da Penha visam resguardar a integridade física e psicológica da vítima. No presente caso, o deferimento das medidas pleiteadas pela vítima se mostrou suficiente, a prima face, para afastar o risco ou a ameaça a que supostamente estava submetida, razão pela qual REVOGO AS MEDIDAS PROTETIVAS anteriormente deferidas e DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, sem prejuízo de ulterior desarquivamento caso as partes demonstrem a necessidade de revogação, (re)adequação ou aplicação de outras medidas protetivas. Em caso de nova violência contra a vítima, será objeto de novo procedimento, sem prejuízo de eventual decreto de prisão preventiva do suposto agressor. Proceda-se o traslado da cópia desta sentença e da decisão liminar aos autos do inquérito ou ação policial, certificando-se essa ocorrência. Intimem-se as partes da presente decisão. Caso não encontradas pessoalmente, por edital. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se. Altamira/PA, 26/06/2019. ALEXANDRE JOSÉ CHAVES TRINDADE Juiz de Direito

PROCESSO: 00039507420198140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALEXANDRE JOSE CHAVES TRINDADE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---VITIMA:M. I. M. O. Representante(s): OAB 19336 - BRENNO SOUSA DE MATOS (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) VITIMA:F. M. O. Representante(s): OAB 19336 - BRENNO SOUSA DE MATOS (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) INDICIADO:DARIO DE SANTOS LIMA INDICIADO:GEOVANI DE SOUSA SILVA INDICIADO:CLAUDECIR ALEXANDRE DE OLIVEIRA SOUSA. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ALTAMIRA INQUÉRITO POLICIAL PROCESSO: 0003950-74.2019.8.14.0005 ACUSADOS: DARIO DE SANTOS LIMA, GEOVANI DE SOUSA SILVA e CLAUDECIR ALEXANDRE DE OLIVEIRA SOUSA DECISÃO

Trata-se de pedido habilitação como assistente de acusação por Rafael Jacinto de Oliveira, esposo e pai das vítimas Fernanda Moura de Oliveira e Maria Isabelly Moura de Oliveira, respectivamente.

Ocorre que a habilitação de assistente de acusação somente é possível em sede de ação penal, conforme preceituado no art. 269 do CPP. Esclareça-se que o feito encontra-se em fase de inquérito policial, sendo, portanto, incabível a habilitação de assistente de acusação nesta fase pré-processual, motivo pelo qual INDEFIRO o requerido. Ciência ao Advogado Fredy Alexey Santos, inscrito na OAB/PA 12.865. Tendo em vista a conclusão do IPL, conforme relatório final às fls. 140/145, encaminhe-se os autos ao Ministério Público para opinio delicti. Cumpra-se.

Altamira/PA, 26/06/2019. ALEXANDRE JOSÉ CHAVES TRINDADE Juiz de Direito

PROCESSO: 00049651420038140005 PROCESSO ANTIGO: 200320012756 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALEXANDRE JOSE CHAVES TRINDADE Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 27/06/2019---AUTOR:A JUSTICA PUBLICA VITIMA:F. A. L. O. DENUNCIADO:RICARDO LUIS ROCHA SIQUEIRA PROMOTOR:JAYME FERREIRA BASTOS FILHO (3ª PROMOTORIA). PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ALTAMIRA AÇÃO PENAL Processo de nº 0004965-14.2003.8.14.0005 Acusado: RICARDO LUIS ROCHA SIQUEIRA Vítima: F.D.A.D.L.O. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Trata-se de pedido de informação da SUSIPE acerca da validade do mandado de prisão decretado às fls. 120 dos autos. Pelo ordenamento legal vigente em nosso Estado, a prisão preventiva é exceção à regra (princípio da presunção de inocência e respeito ao estado de não culpado do réu). Somente em situações extremas é que se pode concluir pela decretação ou manutenção dessa prisão em não havendo medidas cautelares outras adequadas à situação. Os pressupostos positivados no art. 312 do CPP, onde aduz que a prisão cautelarmente decretada só é permitida quando sua finalidade for: garantir a ordem pública; a ordem econômica; por conveniência da instrução criminal ou para garantir a aplicação da lei penal, e artigo 313 e seus incisos, do mesmo caderno processual. Segundo o art. 312 do Código de Processo Penal, a medida cautelar mais extrema somente se legítima em situações em que ela for o único meio eficiente para preservar os valores jurídicos que a lei penal visa proteger, ou seja, é indispensável ficar demonstrado que nenhuma das medidas alternativas esposadas no art. 319 da lei processual penal tem aptidão para, no caso concreto, atender eficazmente aos mesmos fins, consoante o art. 282, §6º, do CPP. Em que pese o artigo 313, do CPP, autorizar ao Magistrado a decretação da prisão preventiva, a prima face, vislumbro que o referido decreto de prisão se deu em 27/10/2014, com prazo de validade do mandado de 180 (cento e oitenta) dias. Outrossim, tendo em vista que já foi decretada a revelia do acusado, e o extenso lapso temporal entre o decreto de prisão e a informação de prisão do acusado, entendo que a decretação das medidas cautelares diversas da prisão são suficientes, por hora, para a continuidade da instrução criminal. ISTO POSTO, nos termos do art. 316 do CPP,

REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA outrora decretada no presente processo e CONCEDO A LIBEDADE PROVISÓRIA de RICARDO LUIS ROCHA SIQUEIRA, ¿ex officio¿, com a aplicação de MEDIDAS CAUTELARES diversas, na forma do art. 319, I, III, IV e V do CPP, nos termos que segue: a) Comparecimento bimestral a secretaria da vara, para informar suas atividades; b) Proibição de manter contato com os familiares da vítima e as testemunhas no limite de 300 (trezentos) metros, exceto quando intimados para atos judiciais. c) Fica proibido o acusado de ausentar-se daquela Comarca, quando a permanência seja conveniente ou necessária para a investigação ou instrução. d) Recolhimento domiciliar no período noturno, a partir das 18:00 horas. Em caso de descumprimento poderá ser decretada a prisão preventiva do acusado (art. 282, §4º do CPP). Nos termos do PROVIMENTO 003/2009 CRMB, observados ainda os Artigos 3º e 4º, servirá o presente por cópia digitada, bem como ALVARÁ DE SOLTURA E OFÍCIO À DEPOL DE ORIGEM, devendo o acusado ser posto em liberdade, salvo se por outro motivo estiver preso. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Oficie-se a SUSIPE prestando as informações de revogação da prisão do acusado. Ciência ao Ministério Público e à Defensa constituída. Cumpra-se. Altamira-PA, 26/06/2019. ALEXANDRE JOSÉ CHAVES TRINDADE Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 6 2 1 7 1 9 2 0 1 9 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALEXANDRE JOSE CHAVES TRINDADE Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---REQUERENTE:A. P. O. R. REQUERIDO:PETER AUGUSTO SERRAO CARDOSO. PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ALTAMIRA MEDIDAS PROTETIVAS Processo nº 0006217-19.2019.8.14.0005 Requerido: PETER AUGUSTO SERRÃO CARDOSO, podendo ser encontrado na FUNAI. Requerente: ANNA PAULA OLIVEIRA RODOLFI, residente na Avenida Djalma Dutra, nº 1503, bairro Centro, Altamira/PA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Trata-se de auto de pedido de medidas protetivas de urgência encaminhado pelo(a) Delegado(a) da DEAM de Altamira/PA, requerendo as cautelares em favor de Anna Paula Oliveira Rodolfi, qualificada no auto, supostamente vítima de violência doméstica e familiar, tendo como suposto agressor, Peter Augusto Serrão Cardoso.

Instruído com cópia do boletim de ocorrência, termo de declaração da requerente no qual afirma ter sido vítima de violência doméstica nos moldes preceituados pela Lei 11.340/06. Em síntese, a ofendida relatou que foi agredida fisicamente pelo requerido, seu companheiro há cerca de 09 (nove) meses. Que em 24/06/2019, por volta das 00:00h o requerido e a vítima passaram a discutir, culminando com as agressões físicas perpetradas pelo seu companheiro contra a vítima, consistente na imobilização desta. A requerente relata ainda que o requerido é praticante de artes marciais e que é agressivo com ela sempre que ingere bebida alcoólica. Que por este motivo, a requerente solicitou as medidas protetivas de urgência. Relatado o necessário, tendo em vista que as medidas protetivas não foram criadas para solucionar todos os conflitos entre casais, mas tentar inibir a violência doméstica e familiar dentro de um contexto sociocultural de opressão do gênero feminino. Passo a DECIDIR. A Lei 11.340/2006 estabelece um rol de medidas protetivas de urgência destinadas a salvaguardar a mulher vítima de violência de gênero no âmbito da unidade doméstica e familiar em qualquer relação íntima de afeto, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas. Como instrumento de combate a uma violência historicamente sedimentada, a Lei nº 11.340/2006 almeja muito mais do que a ampliação do âmbito de aplicação da lei penal ou do que a judicialização dos conflitos domésticos. Logo, deve-se observar caso a caso se realmente trata-se de um conflito entre advindo do convívio permanente de pessoas, baseado na opressão do gênero e do local onde a conduta foi praticada, os quais a lei visa coibir.

Esclareço ainda que as medidas protetivas são concedidas independentemente da apuração da prática criminosa, bastando haver indícios de violência física ou psicológica contra mulher dentro dos contextos acima mencionados, podendo, no entanto, serem revogadas a qualquer tempo, caso a suposta vítima da violência passe a não sentir-se mais ameaçada ou ainda, se não restarem configurados os requisitos exigidos conforme acima indicados. A prima face, no presente caso, vislumbra-se a plausibilidade da existência do direito invocado pela vítima de obtenção das medidas pleiteadas, e o risco da demora do provimento jurisdicional poderá acarretar dano irreparável ou, ao menos, de difícil reparação à vida e integridade física, moral e psicológica da requerente. ISTO POSTO, diante dos fatos por ora apurados, configuradores de ocorrência de conduta delitiva previstas na Lei 11.340/2006, demonstrados pelo depoimento da ofendida perante a autoridade policial, e, para fins de se preservar a integridade física e psicológica da requerente DEFIRO as MEDIDAS PROTETIVAS solicitadas e DETERMINO ao requerido PETER AUGUSTO SERRÃO CARDOSO que cumpra as seguintes condições insculpidas no artigo 22, incisos. II, III alínea ¿a¿ ¿b¿ e ¿c¿ e inciso V, §1º, da Lei 11.340/06 (Lei Maria da

Penha): -Não aproximação da ofendida e de eventuais testemunhas, o qual fixo limite mínimo de 200 (duzentos) metros de distância, exceto quando intimados para atos judicias. - Afastar-se do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; -Não frequentar os mesmos lugares onde se encontrar a ofendida a fim de preservar sua integridade física e psicológica; -O requerido deverá ainda abster-se de praticar qualquer ato, como: perseguir, intimidar ou ameaçar a ofendida, ou oferecer risco à integridade física e psicológica da requerente ou ainda cause danos de natureza patrimonial. Fica o requerido (agressor) advertido da possibilidade de decretação de sua prisão preventiva, conforme preceitua a lei nº 13.641/18, e/ou aplicação de outras medidas previstas na legislação penal em caso de descumprimento das medidas deferidas nesta decisão, e/ou se houver necessidade para a manutenção da segurança da ofendida ou, ainda, se as circunstâncias assim o exigirem. Ressalte-se que, havendo a necessidade de aplicação de outras medidas o pedido deverá ser apreciado, devendo ser instruído com as devidas informações/documentações (art.19 e seguintes, da Lei 11.340/2006). A requerente (vítima) deverá abster-se de aproximar-se do requerido (agressor), e, a qualquer momento poderá comparecer em juízo para requerer a revogação das medidas ora determinadas, se entender que cessaram os motivos ensejadores da aplicação da cautelares deferidas. Deverão as partes, independentemente das medidas protetivas concedidas, buscar a Defensoria Pública ou assistência jurídica particular para, em caráter definitivo, pleitear a tutela de seus direitos quanto às matérias de direito de família ou de cunho patrimonial. Visando a efetividade das medidas ora concedidas, FICA DESDE JÁ AUTORIZADO o auxílio da força policial (parágrafo 3º, do art.22, da Lei 11.340/2006), bem como o cumprimento do mandado fora do expediente forense, ainda que em domingos ou feriados. Fica o requerido (agressor) informado que poderá contestar este pedido, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias, por meio de Defensor Público ou Advogado Particular. Ficam ainda advertidas as partes de que DEVERÃO MANTER SEUS ENDEREÇOS ATUALIZADOS PARA FINS DE COMUNICAÇÃO. INTIME-SE O REQUERIDO no endereço indicado pela requerente. Caso a requerente não seja encontrada no endereço indicado, abra-se vista do auto ao Parquet para manifestação, bem como atualização de seu endereço. SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE INTIMAÇAO/NOTIFICAÇÃO às partes, bem como de OFÍCIO à DELEGACIA DE ORIGEM, com a observação da conclusão do IPL no prazo legal. Ciência em seguida ao Ministério Público. Altamira/PA, 27/06/2019. ALEXANDRE JOSÉ CHAVES TRINDADE Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 6 2 8 2 1 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALEXANDRE JOSE CHAVES TRINDADE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 27/06/2019---FLAGRANTEADO:LUCIANO FERREIRA FLAGRANTEADO:LUCAS GOMES DE OLIVEIRA FLAGRANTEADO:JULIO CABRAL DOS SANTOS FLAGRANTEADO:JOSIDETE DE JESUS LIMA. PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ALTAMIRA AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE Processo nº 0006282-14.2019.8.14.0005 Flagranteados: LUCIANO FERREIRA, LUCAS GOMES DE OLIVEIRA, JULIO CABRAL DOS SANTOS e JOSIDETE DE JESUS LIMA DECISÃO (...) Isso posto, com esteio na fundamentação acima, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA dos nacionais LUCIANO FERREIRA, LUCAS GOMES DE OLIVEIRA, JULIO CABRAL DOS SANTOS e JOSIDETE DE JESUS LIMA, com base no que dispõe o ARTIGO 312, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO. Serve a presente decisão como mandado de prisão, nos termos do provimento nº. 003/2009-CRMB/TJPA, com as observações por parte da secretaria ao disposto ainda nos arts. 3º e 4º, seguirá o presente, por cópia digitada, como Mandado de Prisão à autoridade Policial. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. INTIME-SE. Ciência ao Ministério Público e ao Órgão da Defensoria Pública. Cumpra-se. Altamira/PA, 26/06/2019. ALEXANDRE JOSÉ CHAVES TRINDADE Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 7 7 2 7 3 8 2 0 1 7 8 1 4 0 0 0 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALEXANDRE JOSE CHAVES TRINDADE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:ROSIALDO DOS SANTOS DA CUNHA VITIMA:M. R. P. S. . PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ALTAMIRA AÇÃO PENAL Processo nº 0007727-38.2017.8.14.0005 Denunciado: ROSIALDO DOS SANTOS DA CUNHA DECISÃO Tendo em vista a impossibilidade de realização de audiência em 09/05/2019, conforme certificado à fl. 52. Redesigno audiência de Instrução e Julgamento para o dia 01/10/2019, às 10h:15min. 1 - Intimem-se/requisitem-se as testemunhas indicadas pelas partes; 2 - Intime/requisite-se o denunciado e a vítima; 3 - Expeça-se carta precatória,

caso necessário; 4 - Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Altamira-PA, 12/06/2019. ALEXANDRE JOSÉ CHAVES TRINDADE Juiz de Direito

PROCESSO: 00107517420178140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALEXANDRE JOSE CHAVES TRINDADE Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---VITIMA:A. M. O. B. AUTOR:RAIMUNDO GONCALVES GOMES Representante(s): OAB 18864 - CAMILA SANTOS DE CASTRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ JUIZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL DE ALTAMIRA MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA PROCESSO Nº 0010751-74.2017.8.14.0005 REQUERIDO: RAIMUNDO GONÇALVES GOMES DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Compulsando dos autos, constata-se que foi deferido medidas protetivas de urgência previstas na Lei 11.340/06 - Lei Maria da Penha, pela vítima. Ocorre que o requerido não foi localizado para ser intimado da referida decisão. A requerente foi intimada para que apresentasse novo endereço do requerido, entretanto, não se manifestou. O Ministério Público se manifestou requerendo a revogação das medidas protetivas e o arquivamento do feito, dado o desinteresse das partes na continuidade na demanda, de acordo com item 04 da decisão. Sabe-se que as medidas protetivas de urgência instituídas pela Lei Maria da Penha visam resguardar a integridade física e psicológica da vítima. No presente caso, o deferimento das medidas pleiteadas pela vítima se mostrou suficiente, a prima face, para afastar o risco ou a ameaça a que supostamente estava submetida, razão pela qual REVOGO AS MEDIDAS PROTETIVAS anteriormente deferidas e DETERMINO O ARQUIVAMENTO DOS AUTOS, sem prejuízo de ulterior desarquivamento caso as partes demonstrem a necessidade de revogação, (re)adequação ou aplicação de outras medidas protetivas. Em caso de nova violência contra a vítima, será objeto de novo procedimento, sem prejuízo de eventual decreto de prisão preventiva do suposto agressor. Proceda-se o traslado da cópia desta sentença e da decisão liminar aos autos do inquérito ou ação policial, certificando-se essa ocorrência. Intimem-se as partes da presente decisão. Caso não encontradas pessoalmente, por edital. Ciência ao Ministério Público. Cumpra-se. Altamira/PA, 26/06/2019. ALEXANDRE JOSÉ CHAVES TRINDADE Juiz de Direito

PROCESSO: 00152238420188140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIZANE ELLEN CHIARINI DE MOURA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---VITIMA:A. S. O. DENUNCIADO:JARLEISON MACIEL DOS SANTOS Representante(s): OAB 24908 - ANNE MAYARA OLIVEIRA BATISTA (ADVOGADO) OAB 27549 - INDIRA OLGARINA DE MOURA PINTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:LUCY ELAYNE ALMEIDA PEREIRA Representante(s): OAB 24908 - ANNE MAYARA OLIVEIRA BATISTA (ADVOGADO) OAB 27549 - INDIRA OLGARINA DE MOURA PINTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:DIEGO WALLISON DE SOUSA REIS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA DE JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE ALTAMIRA Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Crimes contra Criança e Adolescente, Crimes Dolosos contra a Vida e Execução Penal ATO ORDINATÓRIO De ordem do Exmo. Sr. ALEXANDRE JOSÉ CHAVES TRINDADE, Juiz de Direito Titular da 2ª Vara de Criminal da Comarca de Altamira, nos termos Provimento nº006/2006, XXIV, fica o(a) advogado(a) intimado, pelo Diário da Justiça, para restituir processo não devolvido no prazo de três (03) dias, sendo que no caso de não atendimento o fato será levado ao conhecimento do Juiz. Elizane Ellen Chiarini de Moura Diretora de Secretaria da 2ª Vara Criminal de Altamira

PROCESSO: 00458160420158140005 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELIZANE ELLEN CHIARINI DE MOURA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---DENUNCIADO:MARCOS VINICIUS SOUSA DA SILVA **Representante(s): OAB 11398 - PATRICIA NAZIRA ABUCATER WAL (ADVOGADO)** DENUNCIADO:VAL DOUGLAS MELLO TAVARES DA SILVA **Representante(s): OAB 11398 - PATRICIA NAZIRA ABUCATER WAL (ADVOGADO) OAB 20749 - SAMUEL LIMA SALES JUNIOR**

(ADVOGADO) VITIMA:E. S. B. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ALTAMIRA - SECRETARIA DA 2ª VARA CRIMINAL Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, Crimes contra Criança e Adolescente, Crimes Dolosos contra a Vida e Execução Penal CERTIDÃO BRUCE LEAL DO NASCIMENTO, Analista Judiciário da 02ª Vara Criminal da Comarca de Altamira, Estado do Pará, por nomeação legal, etc. CERTIFICO, usando das atribuições que me são conferidas por lei, que os autos encontram-se acautelados em secretaria para apresentação do rol de testemunhas para depor em plenário em favor dos réus MARCOS VINÍCIUS SOUSA DA SILVA e VAL DOUGLAS MELLO TAVARES DA SILVA. O referido é verdade e dou fé. Altamira, 28 de junho de 2019. BRUCE LEAL DO NASCIMENTO Analista Judiciário Matrícula 171808 Av. Brigadeiro Eduardo Gomes, 1651, bairro São Sebastião - Fone: (O93) 3515-2637 - 3515-4009 - CEP. 68.372-020 - Altamira/PA

COMARCA DE TUCURUÍ

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE TUCURUÍ

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - GABINETE DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE TUCURUÍ - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE TUCURUÍ PROCESSO: 00007474320138140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:TALITHA PASTANA DE SOUZA FERREIRA Representante(s): OAB 16048-B - KARINA FURMAN (ADVOGADO) OAB 16187 - ANA SUENY LEITE SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE TUCURUI/PA - PREFEITURA MUNICIPAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1º VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE TUCURUÍ Processo nº 0000747-43.2013.8.14.0061 Requerente: TALITHA PASTANA DE SOUZA Advogada: Ana Sueny Leite Silva, OAB/PA nº 16.187 Requerido: MUNICÍPIO DE TUCURUÍ DECISÃO R. Hoje. Foi interposta apelação, bem como fora efetuado o pagamento das custas de preparo. Intime-se para contrarrazões e, decorrido o prazo legal, certifique-se e remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça, nos moldes do art. 1.010, §3º, do Código de Processo Civil. Cumpra-se. Tucuruí/PA, 25 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00008123620118140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento ordinário em: 28/06/2019---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE TUCURUI REQUERIDO:CENT ELET NOETE BRASIL SAELETRONORTE Representante(s): OAB 9367 - MARILIA CABRAL SANCHES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Comarca de TUCURUÍ ¿ 1ª Vara CÍVEL E EMPRESARIAL Processo nº.: 0000812-36.2011.8.14.0061 Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ Requerido: MUNICÍPIO DE TUCURUÍ DESPACHO R. Hoje. Defiro a cota ministerial de fls. 152. Designo audiência de conciliação a ser realizada no dia 30/07/2019, às 10:30 horas. Considerando a pendência quanto a diligência determinada no ¿item 3¿ da decisão de fls. 147, a reitero nesse ato para que se proceda com a expedição de mandado de constatação, a ser cumprido por meio de Oficial de Justiça, a fim de que seja discriminado de forma pormenorizada a atual situação da área em que era localizado o lixão (Rod. Transcametá, km 03, estrada Transbonjesus, Bairro Colorado, Tucuruí/PA) Expedientes necessários. Intimem-se as partes. Tucuruí/PA, 26 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00018302120188140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JURANDIR DA SILVA REBELLO JUNIOR Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:LUZIA RIBEIRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 22173 - TORQUATO MAIA FERREIRA (ADVOGADO) OAB 2948 - ANTONIO FERREIRA NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL. PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ ATO ORDINATÓRIO Na forma do art. 1º, §2º, XX, do Provimento 006/2009, Ficam as partes intimadas para, no prazo de 10 (dez) dias, especificarem as provas que pretendem produzir em juízo. Tucuruí-PA 24/06/2019. JURANDIR DA SILVA REBELLO JUNIOR Analista Judiciário da Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Tucuruí/PA MAT: 101869 PROCESSO: 00018825520088140061 PROCESSO ANTIGO: 200810013322 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERIDO:LUIS CARLOS ARAUJO MENEZES Representante(s): AMOS CARDOSO DE LIMA (ADVOGADO) REQUERENTE:ESPOLIO DE LEONILDO BORGES ROCHA Representante(s): OAB 11408 - ABSOLON MATEUS DE SOUSA SANTOS (ADVOGADO) OAB 6189 - SUELY MEDRADO BARROS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo nº 0001882-55.2008.8.14.0061 Requerente: LEONILDO BORGES ROCHA Advogado: Absolon Mateus de Sousa Santos, OAB/PA 11.408 Requerido: LUIS CARLOS DE ARAUJO MENEZES Advogado: Amós Cardoso de Lima, OAB/PA 12.702 SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de ação anulatória ajuizada por LEONILDO BORGES ROCHA em face de LUIS CARLOS DE ARAUJO MENEZES, ambos regularmente qualificadas na inicial Ao ser intimada para se manifestar quanto ao seu interesse no prosseguimento no feito, a parte autora quedou-se inerte, estando o feito paralisado por mais de 30 (trinta) dias. Relatados. Decido. Conforme se vê dos autos, o(a) requerente, apesar de devidamente intimado(a), não cumpriu diligências determinadas. Assim sendo, julgo

extinto o presente processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora. Sem honorários ante a ausência de litigio. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição e demais providências. Tucuruí/PA, 25 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00024185720118140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Embargos à Execução em: 28/06/2019---EMBARGADO:JORCELINO S BARBOSA Representante(s): OAB 14805 - CARLOS AUGUSTO MONTENEGRO CREMONTTI (ADVOGADO) EMBARGANTE:MUNICIPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL - FAZENDA PUBLICA Representante(s): ABSOLON MATEUS DE SOUSA SANTOS (PROCURADOR(A)) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo nº 0002418-57.2011.8.14.0061 DESPACHO R. Hoje. Considerando não haver notícia de que tenha sido deferido efeito suspensivo em sede de recurso especial, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Tucuruí/PA, 24 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO PARA TODOS OS FINS DE DIREITO PROCESSO: 00025210620108140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:FRANCISCO CARLOS BARBOSA DA FONSECA Representante(s): OAB 14536 - CHRISTIANE BORGES BRUNO (ADVOGADO) REQUERIDO:ASMIL - ASSOCIACAO DOS SERV. MILITARES DO ESTADO . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo nº 0002521-06.2010.8.14.0061 SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de ação de indenizatória ajuizada por FRANCISCO CARLOS BARBOSA DA FONSECA em face de ASSOCIAÇÃO DOS SERVIDORES MILITARES DO ESTADO DO PARÁ, ambos regularmente qualificadas na inicial Ao ser intimada para se manifestar quanto ao seu interesse no prosseguimento no feito, a parte autora quedou-se inerte, estando o feito paralisado por mais de 30 (trinta) dias. Relatados. Decido. Conforme se vê dos autos, o(a) requerente, apesar de devidamente intimado(a), não cumpriu diligências determinadas. Assim sendo, julgo extinto o presente processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Custas pela parte autora. Sem honorários ante a ausência de litigio. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição e demais providências. Tucuruí/PA, 25 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00025826120168140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:MARIA LUIZA CORREA COSTA Representante(s): OAB 21235 - SERGIO DE JESUS CORREA (ADVOGADO) REQUERIDO:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA. Processo nº.: 0002582-61.2016.8.14.0061 Requerente: MARIA LUIZA CORREA COSTA Advogado: Sergio de Jesus Corrêa, OAB/PA nº 21.235 Requerido: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ DESPACHO Rh Cumpra-se integralmente a decisão de fls. 39, mormente o item ¿6¿ do referido ato. Tucuruí/PA, 26 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00025855520128140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:ANTONIO DE SANTA CRUZ BARROS Representante(s): OAB 5751 - RUI GUILHERME DE ALMEIDA AMORAS (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE TUCURUÍ Processo nº 0002585-55.2012.8.14.0061 Exequente: ANTONIO DE SANTA CRUZ BARROS Advogada: Ana Sueny Leite Silva, OAB/PA 16.187 Executado: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT Advogada: Roberta Menezes Coelho de Souza, OAB/PA 11.037-A DESPACHO RH. Diga o exequente sobre a impugnação apresentada no prazo de 10 (dez) dias, manifestando-se quanto ao seu teor, bem como requerendo o que entender de direito. Findo o prazo, autos conclusos para decisão.
Tucuruí/PA, 24 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00026649220168140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:CENTRAIS ELETRICA DO NORTE DO BRASIL SA ELETRONORTE Representante(s): OAB 9367 - MARILIA CABRAL SANCHES (ADVOGADO) REQUERIDO:SAGA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA. Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE TUCURUÍ Processo nº 0046158-41.2015.8.14.0061 Requerente:

SAGA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA Advogado: André Luís Bastos Freire, OAB/PA 13.997 Requerida: CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE Advogado: Maurício Barbosa Figueiredo, OAB/PA 9.281 Processo nº 0002664-92.2016.8.14.0061 Requerente: CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE Advogado: Maurício Barbosa Figueiredo, OAB/PA 9.281 Requerido: SAGA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA Advogado: André Luís Bastos Freire, OAB/PA 13.997 DESPACHO Considerando o pedido de dilação de prazo formulado pela ELETRONORTE, abro vistas às partes para alegações finais no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, iniciando-se pela parte requerente quanto ao processo mais antigo (SAGA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA). Decorridos os prazos, certifique-se e voltem conclusos para sentença. Intimem-se por publicação. Tucuruí/PA, 26 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00028180820198140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 28/06/2019---REQUERENTE:JORGE ELIAS FARIAS DE LEAO Representante(s): OAB 22721 - EVALDO RAMOS DA SILVA LEMOS (ADVOGADO) ENVOLVIDO:MARIA ROSALITA NASCIMENTO DE SOUZA DE LEAO. Processo nº 0002818-08.2019.8.14.0061 Alvará Judicial Requerente: JORGE ELIAS FARIAS DE LEÃO

DECISÃO: 1. Defiro o pedido de justiça gratuita. 2. Determinada a emenda à inicial, o autor indicou os herdeiros em petição de fl. 21 e esclareceu sobre a impossibilidade de cientificá-los acerca da demanda, uma vez que desconhece os seus paradeiros. Assim, restará reservada a cota parte dos referidos herdeiros em caso de procedência desta ação, devendo o feito seguir em relação ao autor.

3. Oficie-se à Prefeitura Municipal de Tucuruí, solicitando informações acerca da existência de verbas rescisórias, bem como o saldo atualizado, em nome da falecida MARIA ROSALITA NASCIMENTO DE SOUZA DE LEÃO, CPF nº 257.919.312-04. 4. Oficie-se ao INSS e ao IPASET, solicitando informações acerca da existência de dependentes habilitados pela extinta MARIA ROSALITA NASCIMENTO DE SOUZA DE LEÃO, CPF nº 257.919.312-04. 5. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação. 6. Em seguida, retornem conclusos para sentença. 7. CUMPRA-SE. Tucuruí - PA, 25 de junho de 2019. Thiago Cendes Escórcio Juiz de Direito SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO PARA TODOS OS FINS DE DIREITO PROCESSO: 00031071920118140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Monitória em: 28/06/2019---REQUERENTE:GASF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME Representante(s): OAB 16008 - JOAO PAULO DA SILVEIRA MARQUES (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO EVALDO DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE TUCURUÍ Processo nº 0003107-19.2011.8.14.0061 Requerente: GASF INDSTRIA E COMERCIO LTDA Advogado: João Paulo da Silveira Marques, OAB/PA 16.008 Requerido: ANTONIO EVALDO DA SILVA DESPACHO Cite-se o réu mediante expedição de mandado de pagamento tendo-se por base o endereço obtido via INFOJUD, conforme documento em anexo, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, efetuar o cumprimento da obrigação principal e o pagamento de honorários advocatícios de cinco por cento do valor atribuído à causa que corresponde à importância devida (CPC, artigo 701). Conste do mandado que nos termos preconizados pelo parágrafo 1º do artigo 701, o réu será isento do pagamento de custas processuais se cumprir o mandado no prazo estipulado. Conste também do mandado que independentemente de prévia segurança do juízo, o réu poderá opor, nos próprios autos, no prazo de 15 dias, embargos à ação monitória. Tucuruí/PA, 26 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00031813820078140061 PROCESSO ANTIGO: 200710019496 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019---REQUERIDO:BANCO PANAMERICANO SA Representante(s): OAB 149754 - SOLANO DE CAMARGO (ADVOGADO) OAB 91311 - EDUARDO LUIS BROCK (ADVOGADO) REQUERENTE:REGIANNY DE SOUZA PEIXOTO Representante(s): OAB 15418-B - AVANILTON NASCIMENTO TELES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo nº 0003181-38.2007.8.14.0061 Exequente: REGIANNY DE SOUZA PEIXOTO Advogado: Avanilton Nascimento Teles, OAB/PA 15.418-B Executado: BANCO PAN S/A Advogado: Solano de Camargo, OAB/SP 149.754 DECISÃO R. Hoje. Considerando o indeferimento do pedido de efeito suspensivo em sede de agravo, determino a expedição de alvará quanto à quantia incontroversa, delimitada na decisão de fl. 120 em R$ 164.987,86 (cento e sessenta e quatro mil novecentos e oitenta e sete reais e oitenta e seis centavos). Após o julgamento definitivo do agravo, voltem conclusos. Tucuruí/PA, 24 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO PARA TODOS OS FINS DE DIREITO PROCESSO: 00033790820148140061 PROCESSO ANTIGO: ---

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:ESTADO DO PARA - SECRETARIA EXECUTIVA DE SAUDE PUBLICA REQUERIDO:MUNICIPIO DE TUCURUI INTERESSADO:MARIA APARECIDA DE SOUZA MELO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo nº 0003379-08.2014.8.14.0061 Requerente: MARIA APARECIDA DE SOUZA MELO Requerido: MUNICÍPIO DE TUCURUÍ e ESTADO DO PARÁ SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de ação de obrigação de fazer ajuizada por MARIA APARECIDA DE SOUZA MELO em face do MUNICÍPIO DE TUCURUÍ e do ESTADO DO PARÁ, todos regularmente qualificados na inicial Ao ser intimada para se manifestar quanto ao cumprimento da medida liminar e consequente interesse no prosseguimento no feito (fl. 106-v), a parte interessada quedou-se inerte, não requerendo qualquer diligência, estando o feito paralisado por mais de 30 (trinta) dias. Relatados. Decido. Conforme se vê dos autos, o(a) requerente, apesar de devidamente intimado(a), não cumpriu diligências determinadas. Assim sendo, julgo extinto o presente processo, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III, do Código de Processo Civil. Isento o MP nas custas de sucumbência. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com baixa na distribuição e demais providências. Tucuruí/PA, 24 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00034477920198140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Sumário em: 28/06/2019---REQUERENTE:EVANDO DE SOUZA SOEIRO Representante(s): OAB 18808 - ROCHAEL ONOFRE MEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:A F SIQUEIRA CIA LTDA REPRESENTANTE:ALEXANDRE FRANCA SIQUEIRA REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCURUI. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo nº.: 0003447-79.2019.8.14.0061 Requerente: EVANDO DE SOUZA SOEIRO Advogado: Rochael Onofre Meira, OAB/PA nº 18.808 Requerido: MUNICIPIO DE TUCURUÍ e OUTROS DECISÃO R. Hoje. Chamo o feito à ordem. Compulsando-se os autos, verifica-se que houve juntada equivocada de despacho inerente a outro processo às fls. 23, dando-se por ato contínuo, vistas dos autos ao Município de Tucuruí. Em que pese o despacho relacionado aos autos ter sido cadastrado corretamente no sistema LIBRA, necessário se faz a regularização do feito ante a intimação da parte requerida em comento. Assim, considerando o último ato praticado, defiro a emenda à inicial, devendo o feito tramitar sob o rito ordinário. Defiro o pedido de justiça gratuita. Citem-se os réus para, nos termos do artigo 335 do CPC, oferecerem contestação no prazo legal, cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC, artigo 335, III). Deixo de designar a audiência de conciliação a que alude o artigo 334 do Código de Processual Civil por não vislumbrar na espécie a possibilidade de composição consensual. Apresentadas as defesas, havendo preliminares e/ou juntada de documentos, intime-se para réplica. Proceda-se com a mudança de classe processual na capa dos autos. Por fim, voltem conclusos Tucuruí/PA, 24 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO PARA TODOS OS FINS DE DIREITO PROCESSO: 00035024820108140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 13333 - JOAO OLEGARIO PALACIOS (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LIDIO XAVIER DE MORAES NETO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE TUCURUÍ Processo nº 0003502-48.2010.8.14.0061. Execução Fiscal. Exequente: ESTADO DO PARÁ-FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL. Executado: LÍDIO XAVIER DE MORAES NETO. DECISÃO: Considerando que a parte executada deixou de realizar o pagamento do seu débito existente perante a Fazenda Pública Estadual, a exequente requer que se proceda à "penhora online", por meio do sistema BACENJUD. O pedido merece ser deferido. Além disso, a medida ora requerida encontra amparo na legislação: Art. 854. Para possibilitar a penhora de dinheiro em depósito ou em aplicação financeira, o juiz, a requerimento do exequente, sem dar ciência prévia do ato ao executado, determinará às instituições financeiras, por meio de sistema eletrônico gerido pela autoridade supervisora do sistema financeiro nacional, que torne indisponíveis ativos financeiros existentes em nome do executado, limitando-se a indisponibilidade ao valor indicado na execução. Ante o exposto, mantenham-se os autos conclusos para efetivação das medidas, com relação ao executado, tendo-se por base o valor de R$ 20.922,45 (vinte mil novecentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos) atualizado até junho/2019. Em caso de bloqueio de valor irrisório (até R$ 100,00), proceda-se ao desbloqueio, intimando-se o exequente. Em caso de bloqueio de valores acima de R$ 100,00, intime-se o Executado para que tome ciência da penhora e, querendo, se manifeste no prazo de 10 (dez) dias. Defiro ainda, o pedido de inclusão do CNPJ da empresa

executada, nos cadastros de proteção ao crédito. Cumpra-se. Tucuruí/PA, 28 de junho de 2019. Thiago Cendes Escórcio Juiz de Direito PROCESSO: 00039066520108140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019---EXEQUENTE:JORCELINO S BARBOSA Representante(s): OAB 14805 - CARLOS AUGUSTO MONTENEGRO CREMONTTI (ADVOGADO) EXECUTADO:MUNICIPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL - FAZENDA PUBLICA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Ref. Processo nº 0003906-65.2010.8.14.0061 DESPACHO 1. Defiro o pedido de desapensamento, devendo a execução transcorrer normalmente, já que não há noticia de deferimento de efeito suspensivo via recurso especial ou qualquer outro remédio processual. 2. Cabe à parte interessada promover a atualização dos cálculos em execução, nos termos do artigo 534 do CPC. Ante o exposto, intime-se a parte exequente para que promova a referida atualização, no prazo de 15 (quinze) dias; ato contínuo, dê-se vista dos autos à Fazenda Pública exclusivamente para manifestação quanto aos cálculos, no mesmo prazo. Cumpra-se. Tucuruí/PA, 24 de junho 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00049452620138140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:DECIO FURTADO DA VEIGA Representante(s): OAB 15711 - CLEUTON CRISTIANO MARQUES MENEZES (ADVOGADO) OAB 17793-A - FELIPE LORENZON RONCONI (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Ref. Processo nº 0004945-26.2013.8.14.0061 Requerente: DÉCIO FURTADO DA VEIGA Advogado: Cleuton Cristiano Marques, OAB/PA nº 15.711 Requeridos: ESTADO DO PARÁ DESPACHO Rh, Considerando o protesto por produção de provas formulado pelas partes, intimem-se para que especifiquem as provas que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias. Distribuo o ônus da prova da forma padrão, previsto no art. 373 do NCPC, cabendo à parte autora o ônus de demonstrar os fatos constitutivos de seu direito e à requerida o de demonstrar os fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito alegado na inicial. Decorrido o prazo, voltem conclusos. Tucuruí (PA), 25 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00053419020198140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:DIMAS CLAUDINO DA SILVA Representante(s): OAB 16131 - HENRIQUE BONA BRANDAO MOUSINHO NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:SUDAMERICA CLUBE DE SERVICOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL E COMERCIAL DA COMARCA DE TUCURUÍ Processo n. 0005341-90.2019.8.14.0061 Requerente: DIMAS CLAUDINO DA SILVA Advogado: Henrique Bona Brandão Mousinho Neto, OAB/PA nº 16.131 Requerido: SUDAMERICA CLUBE DE SERVIÇOS DECISÃO R. Hoje. Defiro a inicial, devendo o feito tramitar sob o rito da Lei 9.099/95. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débitos c/c indenização por danos morais por descontos indevidos/ato ilícito e repetição de indébito com pedido de tutela antecipada inaudita altera pars movida por DIMAS CLAUDINO DA SILVA, por meio de advogado constituído nos autos, em face de SUDAMERICA CLUBE DE SERVIÇOS, todos regularmente qualificados. Em síntese, a parte autora alegou que é aposentada e recebe benefício previdenciário, tendo se surpreendido com a cobrança de valores em seu contracheque, referente a empréstimo consignado não contratado com o banco requerido. Em sede de pedido de tutela jurisdicional antecipada antecedente, o autor pretende suspender os descontos realizados até o julgamento definitivo. Segundo a nova sistemática processual a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência; a tutela provisória de urgência pode ser de natureza cautelar ou satisfativa, a qual pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental (CPC, artigo 294). O regime geral das tutelas de urgência está preconizado no artigo 300 do Código de Processo Civil que unificou os pressupostos fundamentais para a sua concessão: ¿A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.¿ (grifei e destaquei). Daniel Mitidiero vaticina que: ¿No direito anterior a antecipação da tutela estava condicionada à existência de ¿prova inequívoca¿ capaz de convencer o juiz a respeito da ¿verossimilhança da alegação¿, expressões que sempre foram alvo de acirrado debate na doutrina (Luiz Guilherme Marinoni, Antecipação da Tutela cit.; Daisson Flach, A Verossimilhança no Processo Civil, Ed. RT; o nosso, Antecipação da Tutela - Da Tutela Cautelar à Técnica Antecipatória cit.). Com isso, o legislador procurou autorizar o juiz a conceder ¿tutelas provisórias¿ com base em cognição sumária, isto é, ouvindo apenas uma das partes ou então fundado em quadros probatórios incompletos (vale dizer, sem que tenham sido colhidas todas as provas disponíveis para o esclarecimento das alegações de fato, conforme o clássico conceito de cognição sumária de Hans Karl Briegleb, Einleitung in die Theori der summarischen Processe, Bernhard Tauchitz). A

probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica - que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder a ¿tutela provisória¿.¿ (em Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil, coordenação de Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie Didier Jr., Eduardo Talamini e Bruno Dantas, Thomsom Reuters RT, página 782). Cândido Rangel Dinamarco obtempera que o fumus boni iuris (fumaça do bom direito): ¿É a aparência de que o demandante tem o direito alegado, suficiente para legitimar a concessão de medidas jurisdicionais aceleradas - que de natureza cautelar, que antecipatória. Resolve-se em mera probabilidade, que é menos que a certeza subjetiva necessária para decidir o mérito, porém mais que a mera verossimilhança. O art. 273, caput, do Código de Processo Civil dá a impressão de exigir mais que essa probabilidade, ao condicionar as antecipações tutelares à existência de uma prova inequívoca - mas pacificamente a doutrina e todos os tribunais se satisfazem com a probabilidade. Consiste esta na preponderância dos motivos convergentes à aceitação de determinada proposição, sobre os motivos divergentes. Essa é menos que a certeza, porque, lá, os motivos divergentes não ficaram afastados, mas apenas suplantados; e mais que a mera verossimilhança, que se caracteriza pelo equilíbrio entre os motivos convergentes e motivos divergentes. Na prática, o juiz deve raciocinar mais ou menos assim: se eu fosse julgar agora, minha vontade seria julgar procedente a demanda.¿ (Vocabulário do processo civil, Malheiros, páginas 338/339). E o periculum in mora ou perigo na demora, segundo também Cândido Rangel Dinamarco: ¿Consiste na iminência de um mal ou prejuízo, causado ou favorecido pelo correr do tempo (o tempo-inimigo, de que falava Carnelutti), a ser evitado mediante as providências que o juiz determinará. Embora seja inevitável alguma dose de subjetivismo judicial na apreciação do periculum, sugere-se que o juiz leve em conta o chamado juízo do mal maior, em busca de um legítimo equilíbrio entre as partes - indagando, em cada caso, se o autor sofreria mais se nada fosse feito para conter os males do tempo, ou se sofreria mais o réu em virtude da medida que o autor postula.¿ (op. cit., páginas 381/382). Destarte, em um juízo de cognição sumária (superficial), verifico a existência de elementos de prova que convergem ao reconhecimento da veracidade dos fatos pertinentes e evidenciam a probabilidade do direito material - ¿giudizio di probabilità¿ - (fumus boni iuris ou plausibilidade do direito substancial afirmado). Da mesma forma, presentes o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (perigo na demora, periculum in mora ou ¿pericolo di tardività¿), já que se trata de verba alimentar, sendo que, caso comprovada a fraude na contratação, os descontos trariam injusto prejuízo já que os valores são consideráveis do ponto de vista de uma pessoa hipossuficiente e que se sustenta de seu aposento; de outro lado, em caso contrário, os descontos poderão retornar de forma normal, não havendo prejuízo para o requerido. Ante o exposto, DEFIRO a tutela antecipada pleiteada, para determinar que o requerido SUDAMERICA CLUBE DE SERVIÇOS suspenda os descontos promovidos no benefício previdenciário da parte requerente DIMAS CLAUDINO DA SILVA, no prazo de 05 (cinco) dias, até decisão final deste feito, sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser revertida em favor da parte autora em caso de descumprimento. Deixo de designar audiência por se tratar de matéria de direito, sendo que os fatos se comprovam documentalmente e também por vislumbrar remota possibilidade de conciliação. Intime(m)-se acerca da medida liminar e cite(m)-se o (s) réu (s) para que, querendo, apresente(em) contestação no prazo de 15 (quinze) dias contados da juntada aos autos do aviso de recebimento da carta de citação e intimação, fazendo acompanhar cópia da inicial ao mandado. Consigne-se no mandado as advertências da lei 9.099/951. Intime-se a parte autora, com as advertências da lei DADOS PARA A DILIGÊNCIA: 1. Local: Rua Inácio Lustosa, nº 755, Bairro São Francisco, Curitiba/PR; 2. Finalidade: CITAÇÃO de SUDAMERICA CLUBE DE SERVIÇOS para que, querendo, apresente contestação no prazo de 15 (quinze) dias contados da juntada aos autos do aviso de recebimento da carta de citação e intimação, fazendo acompanhar cópia da inicial ao mandado, e INTIMAÇÃO acerca da medida liminar determinando que o requerido suspenda os descontos promovidos no benefício previdenciário do requerente DIMAS CLAUDINO DA SILVA, no prazo de 05 (cinco) dias, até decisão final deste feito, sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser revertida em favor da parte autora em caso de descumprimento Tucuruí/PA, 24 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito SERVE CÓPIA DA PRESENTE DECISÂO COMO MANDADO/OFÍCIO PARA TODOS OS FINS DE DIREITO 1 Art. 18. A citação far-se-á: I - por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria; II - tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado; III - sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória. § 1º A citação conterá cópia do pedido inicial, dia e hora para comparecimento do citando e advertência de que, não comparecendo este, considerar-se-ão verdadeiras

as alegações iniciais, e será proferido julgamento, de plano. § 2º Não se fará citação por edital. § 3º O comparecimento espontâneo suprirá a falta ou nulidade da citação. (...) Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. PROCESSO: 00053511320148140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REPRESENTANTE:JESSICA EVELIN CANTAO CARVALHO REQUERENTE:Y. E. C. S. REQUERENTE:J. Y. C. S. Representante(s): OAB 10585 - LUIZ FERNANDO BARBOZA MEDEIROS (ADVOGADO) ENVOLVIDO:PAULO HUMBERTO DA SILVA NASCIMENTO REQUERIDO:DEUSELINA DA SILVA GALVAO ABREU REQUERIDO:ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A Representante(s): OAB 20011-A - VICTOR JOSE PETRAROLI NETO (ADVOGADO) OAB 19989-A - ANA RITA DOS REIS PETRAROLI (ADVOGADO) REQUERIDO:CAMPANHIA DE SEGUROS ALIANCA DO BRASIL Representante(s): OAB 16477-A - DAVID SOMBRA PEIXOTO (ADVOGADO) . Processo nº 0005351-13.2014.8.14.0061 Requerentes: Y.E.C.D.S. e J.Y.C.D.S. representados por JÉSSICA EVELIN CANTÃO CARVALHO Advogado: Luiz Fernando Barboza Medeiros, OAB/PA 10.585 Requerida: DEUSELINA DA SILVA GALBÃO ABREU (Defensoria Pública) Requerida: COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL Advogado: David Sombra Peixoto, OAB/CE 16.477 Requerida: ITAÚ VIDA E PREVIDÊNCIA S/A Advogado: Victor José Petraroli Neto, OAB/PA 20.011-A Requerente: Maria Madalena Nascimento dos Santos DESPACHO: Considerando a preliminar suscitada pela 2ª requerida no sentido de que a mãe dos requerentes era companheira do de cujos, determino a sua intimação para que, querendo, se junte ao polo ativo, ou para que apresente termo de renúncia, no prazo de 15 (quinze) dias. Sem prejuízo, oficie-se solicitando as informações e documentos mencionados na petição de fl. 194. Tucuruí - PA, 24 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00053591420198140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Sumário em: 28/06/2019---REQUERENTE:MIRENE DA SILVA CARDOSO Representante(s): OAB 16131 - HENRIQUE BONA BRANDAO MOUSINHO NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL E COMERCIAL DA COMARCA DE TUCURUÍ Processo n. 0005359-14.2019.8.14.0061 Requerente: MIRENE DA SILVA CARDOSO Advogado: Henrique Bona Brandão Mousinho Neto, OAB/PA nº 16.131 Requerido: BANCO BRADESCO S/A DECISÃO R. Hoje. Defiro a inicial, devendo o feito tramitar sob o rito da Lei 9.099/95. Trata-se de ação de indenização por danos morais e materiais c/c antecipação de tutela movida por MIRENE DA SILVA CARDOSO, por meio de advogado constituído nos autos, em face de BANCO BRADESCO S/A, todos regularmente qualificados. Em síntese, a parte autora alegou que foi vítima de ação criminosa aplicada dentro das dependências de agência bancária da requerida, ocasião em que teria pedido auxílio à um terceiro para utilizar o caixa eletrônico e que este teria se aproveitado da situação e efetuado um empréstimo no valor de R$ 1.000,00 (mil reais) na conta da autora. Narra que no dia dos fatos não havia nenhum funcionário do banco no auxílio dos caixas eletrônicos, ou segurança para evitar este tipo de ação. Em sede de pedido de tutela jurisdicional antecipada antecedente, a parte autora pretende suspender os descontos realizados até o julgamento definitivo. Segundo a nova sistemática processual a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência; a tutela provisória de urgência pode ser de natureza cautelar ou satisfativa, a qual pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental (CPC, artigo 294). O regime geral das tutelas de urgência está preconizado no artigo 300 do Código de Processo Civil que unificou os pressupostos fundamentais para a sua concessão: ¿A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.¿ (grifei e destaquei). Daniel Mitidiero vaticina que: ¿No direito anterior a antecipação da tutela estava condicionada à existência de ¿prova inequívoca¿ capaz de convencer o juiz a respeito da ¿verossimilhança da alegação¿, expressões que sempre foram alvo de acirrado debate na doutrina (Luiz Guilherme Marinoni, Antecipação da Tutela cit.; Daisson Flach, A Verossimilhança no Processo Civil, Ed. RT; o nosso, Antecipação da Tutela - Da Tutela Cautelar à Técnica Antecipatória cit.). Com isso, o legislador procurou autorizar o juiz a conceder ¿tutelas provisórias¿ com base em cognição sumária, isto é, ouvindo apenas uma das partes ou então fundado em quadros probatórios incompletos (vale dizer, sem que tenham sido colhidas todas as provas disponíveis para o esclarecimento das alegações de fato, conforme o clássico conceito de cognição sumária de Hans Karl Briegleb, Einleitung in die Theori der summarischen Processe, Bernhard Tauchitz). A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica - que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é

provável para conceder a ¿tutela provisória¿.¿ (em Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil, coordenação de Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie Didier Jr., Eduardo Talamini e Bruno Dantas, Thomsom Reuters RT, página 782). Cândido Rangel Dinamarco obtempera que o fumus boni iuris (fumaça do bom direito): ¿É a aparência de que o demandante tem o direito alegado, suficiente para legitimar a concessão de medidas jurisdicionais aceleradas - que de natureza cautelar, que antecipatória. Resolve-se em mera probabilidade, que é menos que a certeza subjetiva necessária para decidir o mérito, porém mais que a mera verossimilhança. O art. 273, caput, do Código de Processo Civil dá a impressão de exigir mais que essa probabilidade, ao condicionar as antecipações tutelares à existência de uma prova inequívoca - mas pacificamente a doutrina e todos os tribunais se satisfazem com a probabilidade. Consiste esta na preponderância dos motivos convergentes à aceitação de determinada proposição, sobre os motivos divergentes. Essa é menos que a certeza, porque, lá, os motivos divergentes não ficaram afastados, mas apenas suplantados; e mais que a mera verossimilhança, que se caracteriza pelo equilíbrio entre os motivos convergentes e motivos divergentes. Na prática, o juiz deve raciocinar mais ou menos assim: se eu fosse julgar agora, minha vontade seria julgar procedente a demanda.¿ (Vocabulário do processo civil, Malheiros, páginas 338/339). E o periculum in mora ou perigo na demora, segundo também Cândido Rangel Dinamarco: ¿Consiste na iminência de um mal ou prejuízo, causado ou favorecido pelo correr do tempo (o tempo-inimigo, de que falava Carnelutti), a ser evitado mediante as providências que o juiz determinará. Embora seja inevitável alguma dose de subjetivismo judicial na apreciação do periculum, sugere-se que o juiz leve em conta o chamado juízo do mal maior, em busca de um legítimo equilíbrio entre as partes - indagando, em cada caso, se o autor sofreria mais se nada fosse feito para conter os males do tempo, ou se sofreria mais o réu em virtude da medida que o autor postula.¿ (op. cit., páginas 381/382). Destarte, em um juízo de cognição sumária (superficial), verifico a existência de elementos de prova que convergem ao reconhecimento da veracidade dos fatos pertinentes e evidenciam a probabilidade do direito material - ¿giudizio di probabilità¿ - (fumus boni iuris ou plausibilidade do direito substancial afirmado). Da mesma forma, presentes o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo (perigo na demora, periculum in mora ou ¿pericolo di tardività¿), já que se trata de verba alimentar, sendo que, caso comprovada a fraude na contratação, os descontos trariam injusto prejuízo já que os valores são consideráveis do ponto de vista de uma pessoa hipossuficiente; de outro lado, em caso contrário, os descontos poderão retornar de forma normal, não havendo prejuízo para o requerido. Ante o exposto, DEFIRO a tutela antecipada pleiteada, para determinar que o requerido BANCO BRADESCO S/A suspenda os descontos promovidos na conta bancária 0040985-5, agência 1947, da requerente MIRENE DA SILVA CARDOSO, no prazo de 05 (cinco) dias, até decisão final deste feito, sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser revertida em favor da parte autora em caso de descumprimento. Deixo de designar audiência por se tratar de matéria de direito, sendo que os fatos se comprovam documentalmente e também por vislumbrar remota possibilidade de conciliação. Intime(m)-se acerca da medida liminar e cite(m)-se o (s) réu (s) para que, querendo, apresente(em) contestação no prazo de 15 (quinze) dias contados da juntada aos autos do aviso de recebimento da carta de citação e intimação, fazendo acompanhar cópia da inicial ao mandado. Consigne-se no mandado as advertências da lei 9.099/951. Intime-se a parte autora, com as advertências da lei Tucuruí/PA, 24 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito SERVE CÓPIA DA PRESENTE DECISÂO COMO MANDADO/OFÍCIO PARA TODOS OS FINS DE DIREITO 1 Art. 18. A citação far-se-á: I - por correspondência, com aviso de recebimento em mão própria; II - tratando-se de pessoa jurídica ou firma individual, mediante entrega ao encarregado da recepção, que será obrigatoriamente identificado; III - sendo necessário, por oficial de justiça, independentemente de mandado ou carta precatória. § 1º A citação conterá cópia do pedido inicial, dia e hora para comparecimento do citando e advertência de que, não comparecendo este, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, e será proferido julgamento, de plano. § 2º Não se fará citação por edital. § 3º O comparecimento espontâneo suprirá a falta ou nulidade da citação. (...) Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. PROCESSO: 00056984120178140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Alvará Judicial em: 28/06/2019---REPRESENTANTE:MARIA SULENY ALMEIDA SOARES Representante(s): OAB 17582 - LIA CRUZ ARAGAO DA ENCARNACAO (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA SUELY DE SOUZA ALMEIDA. úProcesso nº 0005698-41.2017.8.14.0061 Alvará Judicial Requerentes: MARIA SUELY DE SOUZA ALMEIDA, representada por sua curadora MARIA SULENY ALMEIDA SOARES Advogada: Dra. Lia Cruz Aragão da Encarnação DESPACHO: 1. Compulsando os autos, constata-se equívoco na numeração a partir da fl. 32, uma vez que a folha seguinte consta o número 31, assim, à

Secretaria para retificar a numeração. 2. Considerando o teor da informação do Banco Bradesco, dando conta da inexistência de valores na conta indicada na inicial, intime-se a parte autora para, no prazo de cinco dias, apresentar manifestação acerca do referido documento, requerendo o que entender cabível, visando o regular andamento do processo. 3. Se necessário servirá cópia deste como Mandado. 4. Após, retornem conclusos. 5. CUMPRA-SE. Tucuruí - PA, 26 de junho de 2019. Thiago Cendes Escórcio Juiz de Direito PROCESSO: 00060656520178140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Sumário em: 28/06/2019---REQUERENTE:ROSANGELA MARIA ARAUJO SANTOS Representante(s): OAB 22203 - CADSON LOPES SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:D E VAZ CINE FOTO VAZ Representante(s): OAB 9585-B - TEREZINHA DE JESUS LIQUER (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE TUCURUÍ/PA Processo nº 0006065-65.2017.8.14.0061 Cumprimento de Sentença em Ação de Reparação Material c/c Danos Morais. Reclamante: ROSÂNGELA MARIA ARAÚJO SANTOS. Advogado: Dr. CADSON LOPES SILVA, OAB/PA nº 22.203. Reclamado: D E VAZ. Advogado: Dra. TEREZINHA DE JESUS LIQUER, OAB/PA nº 9.585-B D E S P A C H O Expeça-se alvará autorizando a parte reclamante a realizar o levantamento dos valores (art. 905, CPC), devendo a parte credora ao receber o mandado dar ao devedor, por termo nos autos, quitação da quantia paga (art. 906, CPC). Após, não havendo requerimentos pendentes de análise, arquive-se. Cumpra-se. Tucuruí-PA, 28 de junho de 2019. Thiago Cendes Escórcio Juiz de Direito PROCESSO: 00066116220138140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JURANDIR DA SILVA REBELLO JUNIOR Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:FABIO JUNHO PEREIRA BARROS Representante(s): OAB 15811 - DENNIS SILVA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE TUCURUÍ ESTADO DO PARÁ ATO ORDINATÓRIO Na forma do art. 1º, §2º, XX, do Provimento 006/2009, Considerando o recurso de Embargos de declaração às fls. 79/81, intime-se a parte contrária para, no prazo legal, manifestar-se quanto referido recurso. Tucuruí-PA, 24 de junho de 2019. JURANDIR DA SILVA REBELLO JUNIOR Analista Judiciário da Secretaria da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Tucurui/PA MAT: 101869 PROCESSO: 00066822520178140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:HOLLYWOOD PLAZA LTDA Representante(s): OAB 320439 - HELBERT LUCAS RUIZ DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 24451-B - RAPHAELL LEMES BRAZ (ADVOGADO) REQUERIDO:FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE TUCURUÍ Processo n.: 0006682-25.2017.8.14.0061 Requerente: HOLLYWOOD PLAZA LTDA. Advogado: Helbert Lucas Ruiz dos Santos, OAB/PA nº 25.681-A Requerido: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ DESPACHO R. Hoje Nos termos do §3º do art. 292, este juízo corrigiu, de ofício e por arbitramento, o valor da causa atribuindo-lhe o valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais). Às fls. 52/56 a parte requerente peticionou informando a impossibilidade quanto ao recolhimento das custas em razão da não alteração no sistema quanto ao valor arbitrado, requerendo, por fim, a determinação para alteração do valor da causa por parte da secretaria. Defiro o solicitado pela parte, e determino que a Secretaria deste juízo proceda com a alteração do valor da causa, nos moldes do despacho de fls. 50, anotando-se nos registros dos autos eletrônicos. Após a referida alteração, intime-se o autor via ato ordinatório, para que no prazo de 15 (quinze) dias proceda com o pagamento das custas complementares em consonância com o valor da causa atribuído por este juízo. Intime-se. Cumpra-se. Tucuruí/PA, 24 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO PARA TODOS OS FINS DE DIREITO PROCESSO: 00067645620178140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERIDO:CAMARA MUNICIPAL DE TUCURUI EXECUTADO:RAIMUNDO CORDEIRO DA SILVA FILHO Representante(s): OAB 18680-A - RUDIMAR PORTH (ADVOGADO) REQUERIDO:BENEDITO JOAQUIM CAMPOS COUTO REQUERIDO:MUNICIPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL REQUERIDO:JONES WILLIAM DA SILVA GALVAO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Ref. Processo: 0006764-56.2017.8.14.0061 Requerente: RAIMUNDO CORDEIRO DA SILVA FILHO Advogado: Rudimar Porth, OAB/PA nº 18.680-A Requerido: CÂMARA MUNICIPAL DE TUCURUÍ e OUTROS DESPACHO R. Hoje. Designo o dia 25/09/2019 às 10:00 horas, para realização de audiência de conciliação, instrução e julgamento, momento em que serão inquiridas as testemunhas tempestivamente arroladas, cujo rol deverá ser apresentado até 20 (vinte) dias antes da data designada, especificando a necessidade de intimação das testemunhas ou sua

apresentação pela parte independentemente de intimação. Intimem-se. Cumpra-se. Tucuruí/PA, 25 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito SERVIRÁ CÓPIA DESTA DECISÃO COMO MANDADO conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJ/CI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3º e 4º PROCESSO: 00072732120168140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019---REQUERENTE:EDIVALDO PALMEIRA VAZ Representante(s): OAB 23992 - EDVALDO DE ALENCAR OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:NONATO ALMEIDA DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL

Processo nº 0007273-21.2016.8.14.0061 Requerente: EDIVALDO PALMEIRA VAZ Advogado: Edvaldo de Alencar Oliveira, OAB/PA nº 23.992 Requerido: NONATO ALMEIDA DA SILVA SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Ação de Reintegração de Posse ajuizada por EDVALDO PALMEIRA VAZ contra NONATO ALMEIDA DA SILVA, ambos regularmente qualificados. À fl. 39 a parte autora informa não possuir mais interesse no feito. É o sucinto e suficiente relato. Fundamento e decido. Pleiteada a homologação da desistência, de rigor seu acolhimento. Isto posto, HOMOLOGO a desistência do presente feito, pelo que JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do NCPC. Expeça-se o necessário. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Custas pelo requerente, já pagas. Concluídas todas as providências finais, certifique-se o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. Tucuruí/PA, 26 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00076078420188140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Alvará Judicial em: 28/06/2019---REQUERENTE:MARIA BENICIA BEZERRA Representante(s): OAB 14468 - RAFAEL ROLLA SIQUEIRA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:MANOEL LOPES SOUSA REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL - ELETRONORTE. Processo nº. 0007607-84.2018.8.14.0061 Pedido de Alvará Judicial Requerente (s): Maria Benicia Bezerra e outros DESPACHO: 1.Conforme se depreende dos autos, existe irregularidade na representação processual, uma vez que os instrumentos procuratórios juntados aos autos não conferem poderes ao outorgado Sr. Manoel Lopes Sousa, para o ajuizamento da presente demanda. 2.Por tal razão, suspendo o processo consignando o prazo de 15 (quinze) dias para que sejam sanados os defeitos apontados acima, sob pena de indeferimento da mesma (CPC, art. 321, parágrafo único). 3. Intime-se. 4. Após o decurso do prazo, voltem os autos conclusos. 5. Cumpra-se. Tucuruí - PA, 27 de junho de 2019. Thiago Cendes Escórcio Juiz de Direito SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO MANDADO PARA TODOS OS FINS DE DIREITO PROCESSO: 00076453820148140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Sumário em: 28/06/2019---RECLAMANTE:VALTER FLAVIO ELIZIARIO DE AGUIAR Representante(s): OAB 15711 - CLEUTON CRISTIANO MARQUES MENEZES (ADVOGADO) OAB 19192 - FELIPE CONDE NOGUEIRA (ADVOGADO) RECLAMADO:CAMARA MUNICIPAL DE TUCURUI RECLAMADO:MUNICIPIO DE TUCURUI - PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 19532 - VERONICA ALVES DA SILVA (PROCURADOR(A)) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE TUCURUÍ Processo nº 0007645-38.2014.8.14.0061 Embargante: MUNICÍPIO DE TUCURUÍ Embargado: VALTER FLAVIO ELIZIARIO DE AGUIAR Advogado: Cleuton Marques Menezes, OAB/PA nº 15.711 DESPACHO R. Hoje. Considerando a interposição do Embargos de Declaração de fls. 85/88, diga o embargado em 05 (cinco) dias, na forma do art. 1023, §2º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Tucuruí/PA, 26 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO PARA TODOS OS FINS DE DIREITO PROCESSO: 00110828220178140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019---REQUERENTE:MUNICIPIO DE TUCURUI Representante(s): OAB 20965 - GLAUCIA RODRIGUES BRASIL OLIVEIRA (PROCURADOR(A)) OAB 22362 - DIVANDRO KRAUSE RAMOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO DE TAL. Processo nº 0011082-82.2017.8.14.0061 Requerente: MUNICÍPIO DE TUCURUÍ Requeridos: EDIVALDO FEITOSA GOMES e OUTROS Advogados: Luiz Fernando Barboza Medeiros, OAB/PA 10.585, Jean Carlos Goltara, OAB/PA 24.019 e Yuri Ferreira Maciel, OAB/PA 25.777 DECISÃO R. Hoje. Considerando o teor do documento de fl. 479, dê-se vista dos autos ao Município de Tucuruí para que informe se possui interesse no feito, requerendo a diligência que entender de direito no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. Após, certifique-se e voltem conclusos. Tucuruí/PA, 26 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de

Direito PROCESSO: 00114898820178140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019---REQUERENTE:BRADESCO SAUDE SA Representante(s): OAB 15674-A - KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (ADVOGADO) REQUERIDO:SALVADOR PEDROSA LTDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Comarca de TUCURUÍ - 1ª Vara CÍVEL E EMPRESARIAL Ref. Processo: 0001815-62.2012.8.14.0061 SENTENÇA Vistos, etc. Trata-se de Execução de Título Extrajudicial ajuizada por BRADESCO SAÚDE S/A, por meio de advogado constituído nos autos, em face de SALVADOR PEDROSA LTDA, todos qualificados Compulsando os autos, verifico que as partes celebram acordo, conforme petição e termo de fls. 55/57. É O RELATÓRIO. DECIDO. HOMOLOGO, por sentença, o acordo de fls. 55/57 e, consequentemente, extingo o processo com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso III, alínea ¿b¿ do CPC. Sem custas finais, na forma do art. 90, §3º do CPC. Honorários na forma do acordo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimentos pendentes de apreciação, arquivem-se os autos. Tucuruí/PA, 24 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00115657820188140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:GUSTAVO SANTOS MERCEDES Representante(s): RENATO MENDES CARNEIRO TEIXEIRA (DEFENSOR PUBLICO) (DEFENSOR) REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE TUCURUI. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo nº 0011565-78.2018.8.14.0061 DESPACHO Dê-se vista dos autos ao Estado do Pará para especificação de provas. Não havendo provas a produzir, fica desde já intimado com a mesma remessa a apresentar alegações finais, no prazo de 15 (quinze) dias Cumpra-se. Tucuruí/PA, 24 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00130363220188140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019---REQUERENTE:VIVA CIDADE TUCURUI INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 11847 - ALESSANDRO PUGET OLIVA (ADVOGADO) OAB 25065 - FELIPE ALMEIDA GONÇALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:MARLEM CARLA CARLA GORMES QUARESMA DA SILVA REQUERIDO:JONAS SOUSA DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL Processo nº 0013036-32.2018.8.14.0061 Requerente: VIVA CIDADE TUCURUÍ INCORPORADORA LTDA. Advogado: Felipe Almeida Gonçalves, OAB/PA nº 25.065 Requerido: MARLEM CARLA GOMES QUARESMA DA SILVA D E C I S Ã O Vistos estes autos. VIVA CIDADE TUCURUÍ INCORPORADORA LTDA. opôs Embargos de Declaração da decisão de fls. 30/31, sustentando que o decisum contém omissão por haver consignado no referido que não haveria previsão contratual de resolução em caso de inadimplência, quando na verdade tal previsão estaria contida no item 13 do contrato objeto da lide. Sucintamente relatei. Improcedem os embargos de declaração. Os embargos declaratórios, a rigor, buscam extirpar as máculas contidas na prestação jurisdicional, servindo como meio idôneo à complementação do julgado, diante da obscuridade, contradição ou omissão da decisão, na forma prevista do artigo 535, incisos I e II, do Código Processo Civil. Assim, têm os embargos de declaração como objetivo, segundo o próprio texto do art. 1.022 do CPC, o esclarecimento da decisão judicial, tornando-a clara e inteligível, sanando-lhe eventual obscuridade ou contradição, ou a integração da decisão judicial, quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal, não se prestando a reabrir oportunidade de rediscutir a causa nos moldes antes propostos, ou seja, não se constitui este meio impugnativo, meio processual idôneo para que a parte demonstre, relutantemente, sua discordância com o julgado recorrido. Ou ainda, na lição de Humberto Theodoro Júnior: ¿Não se trata, destarte, de remédio para atender simples inconformismo de parte sucumbente, nem de veículo para rediscutir ou reapreciar questões já decididas.¿ No vertente embargo, tem-se por fundamento a omissão do julgado por haver consignado no referido que não haveria previsão contratual de resolução em caso de inadimplência, quando na verdade tal previsão estaria contida no item 13 do contrato objeto da lide. De início cumpre ressaltar que a função dos embargos de declaração, quando têm por fundamento a omissão visam somente afastar do decisum a falta de decisão sobre todas as questões de fato e de direito colocadas em discussão, isto é, submetidas à apreciação do julgador, não ficando a seu critério decidir determinadas questões e deixar de apreciar tantas outras. Assim, para que se caracterize a omissão, é necessário que o julgador tenha deixado de apreciar, no todo, ou em parte, as questões suscitadas pelas partes ou mesmo aquelas passíveis de exame ex officio. As questões que devem ser resolvidas pelo juiz são todas as relevantes postas pelas partes para a solução do litígio, bem como as questões de ordem pública que o juiz deve resolver de ofício. Em razão dessa premissa, este

Juízo entende que, no presente embargo, a pretensão recursal aviada não merece prosperar, pois, não há de fato qualquer omissão ou contradição a ser sanada no julgado, posto que o pedido relevante (resolução contratual e reintegração de posse do imóvel, ambos em caráter liminar) foi apreciado. De mais a mais, vale consignar, a jurisprudência do c. STJ é firme no sentido de que o mero inadimplemento contratual não transmuda, por si só, a natureza da posse do promitente comprador de justa para injusta, não autorizando, em sede de antecipação de tutela, a reintegração de posse, sem que antes remanesça expressa manifestação judicial acerca da rescisão do contrato. Nesse sentido, são os seguintes arestos do Tribunal da Cidadania, in verbis: DE MANIFESTAÇÃO JUDICIAL PRÉVIA. POSSE JUSTA. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DA DEMANDA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. "É imprescindível a prévia manifestação judicial na hipótese de rescisão de compromisso de compra e venda de imóvel para que seja consumada a resolução do contrato, ainda que existente cláusula resolutória expressa, diante da necessidade de observância do princípio da boa-fé objetiva a nortear os contratos. Por conseguinte, não há falar-se em antecipação de tutela reintegratória de posse antes de resolvido o contrato de compromisso de compra e venda, pois somente após a resolução é que poderá haver posse injusta e será avaliado o alegado esbulho possessório" (REsp 620787/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 28/04/2009, DJe 27/04/2009). 2. Agravo interno desprovido. AgInt nos EDcl nos EDcl no REsp 1534185/PE , Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017 , DJe 06/11/2017) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. CLÁUSULA RESOLUTÓRIA EXPRESSA. NECESSIDADE DE AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. OMISSÃO DO ACÓRDÃO. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRADO. 1. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de ser "imprescindível a prévia manifestação judicial na hipótese de rescisão de compromisso de compra e venda de imóvel para que seja consumada a resolução do contrato, ainda que existente cláusula resolutória expressa, diante da necessidade de observância do princípio da boa-fé objetiva a nortear os contratos. 3. Por conseguinte, não há falar-se em antecipação de tutela reintegratória de posse antes de resolvido o contrato de compromisso de compra e venda, pois somente após a resolução é que poderá haver posse injusta e será avaliado o alegado esbulho possessório". (REsp 620787/SP, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 28/04/2009, DJe 27/04/2009, REPDJe 11/05/2009, REPDJe 15/06/2009).

Assim, não há qualquer omissão a ser combatida, sendo, portanto, descabidas as alegações do embargante, uma vez que o principal motivo a ensejar o indeferimento da reintegração de posse em sede de liminar versa sobre o fato da necessidade de prévia manifestação judicial quando se pugna pela declaração de rescisão de compromisso de compra e venda de imóvel para que seja consumada a resolução do contrato. Em vista das razões expostas, não há qualquer reparo a ser feito na decisão embargada. Isto posto, julgo IMPROCEDENTES os embargos de declaração. Intime-se. Dê-se prosseguimento ao feito nos moldes da decisão de fls. 30/31.

Tucuruí-PA, 26 de julho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00130675220188140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019--- REQUERENTE:VIVA CIDADE TUCURUI INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 11847 - ALESSANDRO PUGET OLIVA (ADVOGADO) OAB 25065 - FELIPE ALMEIDA GONÇALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:LUCAS APPELT CARVALHO. PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL Processo nº 0013067-52.2018.8.14.0061 Requerente: VIVA CIDADE TUCURUÍ INCORPORADORA LTDA. Advogado: Felipe Almeida Gonçalves, OAB/PA nº 25.065 Requerido: LUCAS APPELT CARVALHO D E C I S Ã O

Vistos estes autos. VIVA CIDADE TUCURUÍ INCORPORADORA LTDA. opôs Embargos de Declaração da decisão de fls. 31/32, sustentando que o decisum contém omissão por haver consignado no referido que não haveria previsão contratual de resolução em caso de inadimplência, quando na verdade tal previsão estaria contida na Cláusula 13 do contrato objeto da lide.

Sucintamente relatei. Improcedem os embargos de declaração. Os embargos declaratórios, a rigor, buscam extirpar as máculas contidas na prestação jurisdicional, servindo como meio idôneo à complementação do julgado, diante da obscuridade, contradição ou omissão da decisão, na forma prevista do artigo 535, incisos I e II, do Código Processo Civil. Assim, têm os embargos de declaração como objetivo, segundo o próprio texto do art. 1.022 do CPC, o esclarecimento da decisão judicial, tornando-a clara e inteligível, sanando-lhe eventual obscuridade ou contradição, ou a integração da decisão judicial, quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal, não se prestando a reabrir oportunidade de rediscutir a causa nos moldes antes propostos, ou seja, não se constitui este meio impugnativo, meio processual idôneo para que a parte demonstre, relutantemente, sua discordância com o julgado recorrido. Ou ainda, na lição de Humberto Theodoro Júnior: ¿Não se

trata, destarte, de remédio para atender simples inconformismo de parte sucumbente, nem de veículo para rediscutir ou reapreciar questões já decididas.¿ No vertente embargo, tem-se por fundamento a omissão do julgado por haver consignado no referido que não haveria previsão contratual de resolução em caso de inadimplência, quando na verdade tal previsão estaria contida no item 13 do contrato objeto da lide. De início cumpre ressaltar que a função dos embargos de declaração, quando têm por fundamento a omissão visam somente afastar do decisum a falta de decisão sobre todas as questões de fato e de direito colocadas em discussão, isto é, submetidas à apreciação do julgador, não ficando a seu critério decidir determinadas questões e deixar de apreciar tantas outras. Assim, para que se caracterize a omissão, é necessário que o julgador tenha deixado de apreciar, no todo, ou em parte, as questões suscitadas pelas partes ou mesmo aquelas passíveis de exame ex officio. As questões que devem ser resolvidas pelo juiz são todas as relevantes postas pelas partes para a solução do litígio, bem como as questões de ordem pública que o juiz deve resolver de ofício. Em razão dessa premissa, este Juízo entende que, no presente embargo, a pretensão recursal aviada não merece prosperar, pois, não há de fato qualquer omissão ou contradição a ser sanada no julgado, posto que o pedido relevante (resolução contratual e reintegração de posse do imóvel, ambos em caráter liminar) foi apreciado. De mais a mais, vale consignar, a jurisprudência do c. STJ é firme no sentido de que o mero inadimplemento contratual não transmuda, por si só, a natureza da posse do promitente comprador de justa para injusta, não autorizando, em sede de antecipação de tutela, a reintegração de posse, sem que antes remanesça expressa manifestação judicial acerca da rescisão do contrato. Nesse sentido, são os seguintes arestos do Tribunal da Cidadania, in verbis: DE MANIFESTAÇÃO JUDICIAL PRÉVIA. POSSE JUSTA. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DA DEMANDA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. "É imprescindível a prévia manifestação judicial na hipótese de rescisão de compromisso de compra e venda de imóvel para que seja consumada a resolução do contrato, ainda que existente cláusula resolutória expressa, diante da necessidade de observância do princípio da boa-fé objetiva a nortear os contratos. Por conseguinte, não há falar-se em antecipação de tutela reintegratória de posse antes de resolvido o contrato de compromisso de compra e venda, pois somente após a resolução é que poderá haver posse injusta e será avaliado o alegado esbulho possessório" (REsp 620787/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 28/04/2009, DJe 27/04/2009). 2. Agravo interno desprovido. AgInt nos EDcl nos EDcl no REsp 1534185/PE , Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017 , DJe 06/11/2017) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. CLÁUSULA RESOLUTÓRIA EXPRESSA. NECESSIDADE DE AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. OMISSÃO DO ACÓRDÃO. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRADO. 1. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de ser "imprescindível a prévia manifestação judicial na hipótese de rescisão de compromisso de compra e venda de imóvel para que seja consumada a resolução do contrato, ainda que existente cláusula resolutória expressa, diante da necessidade de observância do princípio da boa-fé objetiva a nortear os contratos. 3. Por conseguinte, não há falar-se em antecipação de tutela reintegratória de posse antes de resolvido o contrato de compromisso de compra e venda, pois somente após a resolução é que poderá haver posse injusta e será avaliado o alegado esbulho possessório". (REsp 620787/SP, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 28/04/2009, DJe 27/04/2009, REPDJe 11/05/2009, REPDJe 15/06/2009).

Assim, não há qualquer omissão a ser combatida, sendo, portanto, descabidas as alegações do embargante, uma vez que o principal motivo a ensejar o indeferimento da reintegração de posse em sede de liminar versa sobre o fato da necessidade de prévia manifestação judicial quando se pugna pela declaração de rescisão de compromisso de compra e venda de imóvel para que seja consumada a resolução do contrato. Em vista das razões expostas, não há qualquer reparo a ser feito na decisão embargada. Isto posto, julgo IMPROCEDENTES os embargos de declaração. Intime-se. Dê-se prosseguimento ao feito nos moldes da decisão de fls. 31/32.

Tucuruí-PA, 26 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00130683720188140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019--- REQUERENTE:VIVA CIDADE TUCURUI INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 11847 - ALESSANDRO PUGET OLIVA (ADVOGADO) OAB 25065 - FELIPE ALMEIDA GONÇALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:ANNE CAROLINE AZEVEDO DA CRUZ. PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL Processo nº 0013068-37.2018.8.14.0061 Requerente: VIVA CIDADE TUCURUÍ INCORPORADORA LTDA. Advogado: Felipe Almeida Gonçalves, OAB/PA nº 25.065 Requerido: ANNE CAROLINE AZEVEDO DA CRUZ D E C I S Ã O

Vistos estes autos. VIVA CIDADE TUCURUÍ INCORPORADORA LTDA. opôs Embargos de Declaração da decisão de fls. 31/32, sustentando que o decisum contém omissão por haver

consignado no referido que não haveria previsão contratual de resolução em caso de inadimplência, quando na verdade tal previsão estaria contida na Cláusula 13 do contrato objeto da lide. Sucintamente relatei. Improcedem os embargos de declaração. Os embargos declaratórios, a rigor, buscam extirpar as máculas contidas na prestação jurisdicional, servindo como meio idôneo à complementação do julgado, diante da obscuridade, contradição ou omissão da decisão, na forma prevista do artigo 535, incisos I e II, do Código Processo Civil. Assim, têm os embargos de declaração como objetivo, segundo o próprio texto do art. 1.022 do CPC, o esclarecimento da decisão judicial, tornando-a clara e inteligível, sanando-lhe eventual obscuridade ou contradição, ou a integração da decisão judicial, quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal, não se prestando a reabrir oportunidade de rediscutir a causa nos moldes antes propostos, ou seja, não se constitui este meio impugnativo, meio processual idôneo para que a parte demonstre, relutantemente, sua discordância com o julgado recorrido. Ou ainda, na lição de Humberto Theodoro Júnior: ¿Não se trata, destarte, de remédio para atender simples inconformismo de parte sucumbente, nem de veículo para rediscutir ou reapreciar questões já decididas.¿ No vertente embargo, tem-se por fundamento a omissão do julgado por haver consignado no referido que não haveria previsão contratual de resolução em caso de inadimplência, quando na verdade tal previsão estaria contida no item 13 do contrato objeto da lide. De início cumpre ressaltar que a função dos embargos de declaração, quando têm por fundamento a omissão visam somente afastar do decisum a falta de decisão sobre todas as questões de fato e de direito colocadas em discussão, isto é, submetidas à apreciação do julgador, não ficando a seu critério decidir determinadas questões e deixar de apreciar tantas outras. Assim, para que se caracterize a omissão, é necessário que o julgador tenha deixado de apreciar, no todo, ou em parte, as questões suscitadas pelas partes ou mesmo aquelas passíveis de exame ex officio. As questões que devem ser resolvidas pelo juiz são todas as relevantes postas pelas partes para a solução do litígio, bem como as questões de ordem pública que o juiz deve resolver de ofício. Em razão dessa premissa, este Juízo entende que, no presente embargo, a pretensão recursal aviada não merece prosperar, pois, não há de fato qualquer omissão ou contradição a ser sanada no julgado, posto que o pedido relevante (resolução contratual e reintegração de posse do imóvel, ambos em caráter liminar) foi apreciado. De mais a mais, vale consignar, a jurisprudência do c. STJ é firme no sentido de que o mero inadimplemento contratual não transmuda, por si só, a natureza da posse do promitente comprador de justa para injusta, não autorizando, em sede de antecipação de tutela, a reintegração de posse, sem que antes remanesça expressa manifestação judicial acerca da rescisão do contrato. Nesse sentido, são os seguintes arestos do Tribunal da Cidadania, in verbis: DE MANIFESTAÇÃO JUDICIAL PRÉVIA. POSSE JUSTA. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DA DEMANDA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. "É imprescindível a prévia manifestação judicial na hipótese de rescisão de compromisso de compra e venda de imóvel para que seja consumada a resolução do contrato, ainda que existente cláusula resolutória expressa, diante da necessidade de observância do princípio da boa-fé objetiva a nortear os contratos. Por conseguinte, não há falar-se em antecipação de tutela reintegratória de posse antes de resolvido o contrato de compromisso de compra e venda, pois somente após a resolução é que poderá haver posse injusta e será avaliado o alegado esbulho possessório" (REsp 620787/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 28/04/2009, DJe 27/04/2009). 2. Agravo interno desprovido. AgInt nos EDcl nos EDcl no REsp 1534185/PE , Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017 , DJe 06/11/2017) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. CLÁUSULA RESOLUTÓRIA EXPRESSA. NECESSIDADE DE AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. OMISSÃO DO ACÓRDÃO. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRADO. 1. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de ser "imprescindível a prévia manifestação judicial na hipótese de rescisão de compromisso de compra e venda de imóvel para que seja consumada a resolução do contrato, ainda que existente cláusula resolutória expressa, diante da necessidade de observância do princípio da boa-fé objetiva a nortear os contratos. 3. Por conseguinte, não há falar-se em antecipação de tutela reintegratória de posse antes de resolvido o contrato de compromisso de compra e venda, pois somente após a resolução é que poderá haver posse injusta e será avaliado o alegado esbulho possessório". (REsp 620787/SP, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 28/04/2009, DJe 27/04/2009, REPDJe 11/05/2009, REPDJe 15/06/2009). Assim, não há qualquer omissão a ser combatida, sendo, portanto, descabidas as alegações do embargante, uma vez que o principal motivo a ensejar o indeferimento da reintegração de posse em sede de liminar versa sobre o fato da necessidade de prévia manifestação judicial quando se pugna pela declaração de rescisão de compromisso de compra e venda de imóvel para que seja consumada a resolução do contrato. Em vista das razões expostas, não há qualquer reparo a ser feito na decisão embargada. Isto posto, julgo IMPROCEDENTES os embargos de declaração.

Intime-se. Dê-se prosseguimento ao feito nos moldes da decisão de fls. 31/32. Tucuruí-PA, 26 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00130718920188140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019--- REQUERENTE:VIVA CIDADE TUCURUI INCORPORADORA LTDA Representante(s): OAB 11847 - ALESSANDRO PUGET OLIVA (ADVOGADO) OAB 25065 - FELIPE ALMEIDA GONÇALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:JAIME DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO - ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL Processo nº 0013071-89.2018.8.14.0061 Requerente: VIVA CIDADE TUCURUÍ INCORPORADORA LTDA. Advogado: Felipe Almeida Gonçalves, OAB/PA nº 25.065 Requerido: JAIME DA SILVA D E C I S Ã O Vistos estes autos. VIVA CIDADE TUCURUÍ INCORPORADORA LTDA. opôs Embargos de Declaração da decisão de fls. 32/33, sustentando que o decisum contém omissão por haver consignado no referido que não haveria previsão contratual de resolução em caso de inadimplência, quando na verdade tal previsão estaria contida na Cláusula 13 do contrato objeto da lide. Sucintamente relatei. Improcedem os embargos de declaração. Os embargos declaratórios, a rigor, buscam extirpar as máculas contidas na prestação jurisdicional, servindo como meio idôneo à complementação do julgado, diante da obscuridade, contradição ou omissão da decisão, na forma prevista do artigo 535, incisos I e II, do Código Processo Civil. Assim, têm os embargos de declaração como objetivo, segundo o próprio texto do art. 1.022 do CPC, o esclarecimento da decisão judicial, tornando-a clara e inteligível, sanando-lhe eventual obscuridade ou contradição, ou a integração da decisão judicial, quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal, não se prestando a reabrir oportunidade de rediscutir a causa nos moldes antes propostos, ou seja, não se constitui este meio impugnativo, meio processual idôneo para que a parte demonstre, relutantemente, sua discordância com o julgado recorrido. Ou ainda, na lição de Humberto Theodoro Júnior: ¿Não se trata, destarte, de remédio para atender simples inconformismo de parte sucumbente, nem de veículo para rediscutir ou reapreciar questões já decididas.¿ No vertente embargo, tem-se por fundamento a omissão do julgado por haver consignado no referido que não haveria previsão contratual de resolução em caso de inadimplência, quando na verdade tal previsão estaria contida no item 13 do contrato objeto da lide. De início cumpre ressaltar que a função dos embargos de declaração, quando têm por fundamento a omissão visam somente afastar do decisum a falta de decisão sobre todas as questões de fato e de direito colocadas em discussão, isto é, submetidas à apreciação do julgador, não ficando a seu critério decidir determinadas questões e deixar de apreciar tantas outras. Assim, para que se caracterize a omissão, é necessário que o julgador tenha deixado de apreciar, no todo, ou em parte, as questões suscitadas pelas partes ou mesmo aquelas passíveis de exame ex officio. As questões que devem ser resolvidas pelo juiz são todas as relevantes postas pelas partes para a solução do litígio, bem como as questões de ordem pública que o juiz deve resolver de ofício. Em razão dessa premissa, este Juízo entende que, no presente embargo, a pretensão recursal aviada não merece prosperar, pois, não há de fato qualquer omissão ou contradição a ser sanada no julgado, posto que o pedido relevante (resolução contratual e reintegração de posse do imóvel, ambos em caráter liminar) foi apreciado. De mais a mais, vale consignar, a jurisprudência do c. STJ é firme no sentido de que o mero inadimplemento contratual não transmuda, por si só, a natureza da posse do promitente comprador de justa para injusta, não autorizando, em sede de antecipação de tutela, a reintegração de posse, sem que antes remanesça expressa manifestação judicial acerca da rescisão do contrato. Nesse sentido, são os seguintes arestos do Tribunal da Cidadania, in verbis: DE MANIFESTAÇÃO JUDICIAL PRÉVIA. POSSE JUSTA. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DA DEMANDA. AGRAVO DESPROVIDO. 1. "É imprescindível a prévia manifestação judicial na hipótese de rescisão de compromisso de compra e venda de imóvel para que seja consumada a resolução do contrato, ainda que existente cláusula resolutória expressa, diante da necessidade de observância do princípio da boa-fé objetiva a nortear os contratos. Por conseguinte, não há falar-se em antecipação de tutela reintegratória de posse antes de resolvido o contrato de compromisso de compra e venda, pois somente após a resolução é que poderá haver posse injusta e será avaliado o alegado esbulho possessório" (REsp 620787/SP, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 28/04/2009, DJe 27/04/2009). 2. Agravo interno desprovido. AgInt nos EDcl nos EDcl no REsp 1534185/PE , Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 24/10/2017 , DJe 06/11/2017) AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA. CLÁUSULA RESOLUTÓRIA EXPRESSA. NECESSIDADE DE AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. OMISSÃO DO ACÓRDÃO. INOCORRÊNCIA. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO DEMONSTRADO. 1. É firme a jurisprudência do STJ no sentido de ser "imprescindível a prévia manifestação judicial na hipótese de rescisão de compromisso de compra e

venda de imóvel para que seja consumada a resolução do contrato, ainda que existente cláusula resolutória expressa, diante da necessidade de observância do princípio da boa-fé objetiva a nortear os contratos. 3. Por conseguinte, não há falar-se em antecipação de tutela reintegratória de posse antes de resolvido o contrato de compromisso de compra e venda, pois somente após a resolução é que poderá haver posse injusta e será avaliado o alegado esbulho possessório". (REsp 620787/SP, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 28/04/2009, DJe 27/04/2009, REPDJe 11/05/2009, REPDJe 15/06/2009).

Assim, não há qualquer omissão a ser combatida, sendo, portanto, descabidas as alegações do embargante, uma vez que o principal motivo a ensejar o indeferimento da reintegração de posse em sede de liminar versa sobre o fato da necessidade de prévia manifestação judicial quando se pugna pela declaração de rescisão de compromisso de compra e venda de imóvel para que seja consumada a resolução do contrato. Em vista das razões expostas, não há qualquer reparo a ser feito na decisão embargada. Isto posto, julgo IMPROCEDENTES os embargos de declaração. Intime-se. Dê-se prosseguimento ao feito nos moldes da decisão de fls. 32/33.

Tucuruí-PA, 26 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00133905720188140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019--- REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:ESTADO DO PARA - SECRETARIA DE ESTADO DE SAUDE PUBLICA - SESPA REQUERIDO:MUNICIPIO DE TUCURUI INTERESSADO:NEURIVANDA DA CONCEICAO FERREIRA RODRIGUES PIMENTA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE TUCURUÍ - 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Processo nº 0013390-57.2018.8.14.0061 DESPACHO Intime-se o Município de Tucuruí a fim de que informe, no prazo de 10 (dez) dias, se o procedimento cirúrgico agendado conforme informação de fl. 40 foi realizado, bem como se o paciente permanece recebendo o tratamento médico. Sem prejuízo, intime-se pessoalmente a parte interessada para que confirme tal informação. Após, dê-se vista dos autos ao Estado do Pará e ao Município de Tucuruí para especificação de provas, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias. Tucuruí (PA), 24 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00134061120188140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Alvará Judicial em: 28/06/2019---REQUERENTE:CARLOS ALEXANDRE CONCEICAO LIMA Representante(s): OAB 22190 - JOÃO BOSCO RODRIGUES DEMÉTRIO (ADVOGADO) REQUERENTE:RENATA CRISTINA LIMA DOS SANTOS Representante(s): OAB 22190 - JOÃO BOSCO RODRIGUES DEMÉTRIO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:CARMEM FRANCE CONCEICAO LIMA. ãProcesso nº 0013406-11.2018.814.0061 Autos de Pedido de Alvará Judicial SENTENÇA Trata-se de pedido de Alvará Judicial ajuizado por CARLOS ALEXANDRE CONCEIÇÃO LIMA e RENATA CRISTINA LIMA DOS SANTOS, qualificados nos autos, através de advogado constituído, objetivando a expedição de alvará para levantamento de valores depositados na conta bancária em nome de sua falecida genitora Carmem France Conceição Lima. Juntaram documentos (fls. 06/17). Os documentos carreados aos autos demonstram serem os requerentes sucessores da "de cujus", a existência dos valores pleiteados, bem como a inexistência de bens a inventariar e de dependentes da extinta habilitados no INSS. À fl. 21 consta a resposta do Banco da Amazônia quanto aos valores depositados em nome da falecida.

Com vista dos autos, o Ministério Público se manifestou pela procedência do pedido (fl. 24).

É o breve relatório. Decido. Considerando a documentação acostada e as respostas dos ofícios, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO e defiro a expedição de alvará na forma requerida, ficando autorizados os requerentes CARLOS ALEXANDRE CONCEIÇÃO LIMA e RENATA CRISTINA LIMA DOS SANTOS a sacar a proporção de 1/2 (metade) dos valores devidamente atualizados da conta bancária de titularidade da de cujus Carmem France Conceição Lima: conta corrente nº 105-016.581-8, perante o Banco da Amazônia S/A, Agência Tucuruí-PA, que caberá a cada um dos requerentes. Processo extinto com resolução do mérito na forma do artigo 487, inciso I do CPC. Não há custas, eis que deferido o benefício da AJG. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ciência ao MP. Ato contínuo, expeça-se o alvará e após arquive-se. Tucuruí - PA, 26 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito PROCESSO: 00147468720188140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Alvará Judicial em: 28/06/2019---REQUERENTE:BENEDITO GONCALVES GAIA Representante(s): OAB 14468 - RAFAEL ROLLA SIQUEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:FELIX ROBERTO GONCALVES GAIA Representante(s): OAB 14468 - RAFAEL ROLLA SIQUEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:JOSIANY GAIA BARROS Representante(s): OAB 14468 - RAFAEL ROLLA SIQUEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:RUBENS JOSE GAIA BARROS Representante(s): OAB 14468 - RAFAEL ROLLA SIQUEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:RUBENS CORREA DA GAIA FILHO Representante(s): OAB

14468 - RAFAEL ROLLA SIQUEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:ANGELA CRISTINA CAMPOS GAIA Representante(s): OAB 14468 - RAFAEL ROLLA SIQUEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:REBECA CAMPOS RODRIGUES Representante(s): OAB 14468 - RAFAEL ROLLA SIQUEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:RUBENS HENRIQUE CAMPOS RODRIGUES Representante(s): OAB 14468 - RAFAEL ROLLA SIQUEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:THALITA KAUANNE RESENDE CAMPOS Representante(s): OAB 14468 - RAFAEL ROLLA SIQUEIRA (ADVOGADO) . ãProcesso nº. 0014746-87.2018.8.14.0061 Pedido de Alvará Judicial Requerente (s): Benedito Gonçalves Gaia e outros Endereço: Rua Tapajós, nº 46 ¿ Vila Permanente - Tucuruí-PA DESPACHO: 1. Compulsando os autos, verifica-se a existência de herdeiros falecidos, conforme as certidões de óbito de fls. 17 (Ana Maria Gaia Barros) e 23 (Rondinele Campos Gaia), cujos herdeiros encontram-se esclarecidos nos autos, quais sejam: a) Josiany Gaia Barros e Rubens José Gaia Barros ¿ herdeiros de Ana Maria Gaia Barros, que era casada com José Maria Rodrigues Barros; b) Rubens Henrique Campos Rodrigues, Thalita Kauanne Resende Campos, Rebeca Campos Rodrigues ¿ herdeiros de Rondinele Campos Gaia, o qual era solteiro; 2. Ainda, constata-se a existência da sra. Joana Maria Pompeu Campos, cadastrada como dependente do extinto Rubens Correa da Gaia, perante a Previdência Social, conforme resposta do INSS (fls. 30/33), 3. Portanto, considerando que os referidos herdeiros, dotando, pois, de interesse no referido feito, determino aos requerentes que promovam suas intimações (informando nos autos suas qualificações e paradeiros) a fim de que tomem ciência da presente demanda e, querendo, se juntem ao polo ativo, ou para que apresentem termo de renúncia dos mesmos, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo os interessados menores, vir regularmente representados. 4. Após o decurso do prazo, voltem os autos conclusos. Tucuruí - PA, 25 de junho de 2019. Thiago Cendes Escórcio Juiz de Direito SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO MANDADO PARA TODOS OS FINS DE DIREITO PROCESSO: 00158675320188140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Alvará Judicial em: 28/06/2019---REQUERENTE:ANTONIA PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 26842 - BRUNA DAMASCENO ALMEIDA (ADVOGADO) ENVOLVIDO:ANDERSON PEREIRA DA SILVA. Processo nº 0015867-53.2018.8.14.0061 Requerentes: ANTONIA PEREIRA DA SILVA Advogada: Bruna Damasceno Almeida, OAB/PA nº 26.842 Envolvido: Anderson Pereira da Silva DECISÃO 1. Defiro a emenda à inicial. Ressalta-se que em relação a procuração juntada, em se tratando de contrato de prestação de serviços advocatícios, firmado por pessoa que não sabe ler nem escrever, a procuração que abriga a prestação dos serviços pode ser feita, conforme previsto no art. 595 do Código Civil, por instrumento particular, exigindo apenas que seja assinado a rogo e subscrito por duas testemunhas, resguardando-se o contratante analfabeto. 2. Defiro o pedido de justiça gratuita. 3. Oficie-se às Instituições bancárias referidas, solicitando informações acerca da existência das contas mencionadas na inicial e o saldo atualizado, bem como as demais solicitações contidas nos pedidos da exordial. 4. Oficie-se ao INSS, solicitando informações acerca da existência de dependentes habilitados. 5. Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação. Tucuruí (PA), 26 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCORCIO Juiz de Direito SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO PARA TODOS OS FINS DE DIREITO 1 PROCESSO: 00461584120158140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): THIAGO CENDES ESCORCIO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---REQUERENTE:SAGA SERVICOS DE VIGILANCIA E TRANSPORTES DE VALORES LTDA Representante(s): OAB 17717 - THAINA LUCIA ARAUJO YUNES (ADVOGADO) OAB 128341 - NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:ELETRONORTE CENTRAIS ELTRICAS DO NORTE DO BRASIL SA Representante(s): OAB 9281 - MAURICIO BARBOSA FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 9367 - MARILIA CABRAL SANCHES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE TUCURUÍ Processo nº 0046158-41.2015.8.14.0061 Requerente: SAGA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA Advogado: André Luís Bastos Freire, OAB/PA 13.997 Requerida: CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE Advogado: Maurício Barbosa Figueiredo, OAB/PA 9.281 Processo nº 0002664-92.2016.8.14.0061 Requerente: CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A - ELETRONORTE Advogado: Maurício Barbosa Figueiredo, OAB/PA 9.281 Requerido: SAGA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA Advogado: André Luís Bastos Freire, OAB/PA 13.997 DESPACHO Considerando o pedido de dilação de prazo formulado pela ELETRONORTE, abro vistas às partes para alegações finais no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, iniciando-se pela parte requerente quanto ao processo mais antigo (SAGA SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA). Decorridos os prazos, certifique-se e voltem conclusos para sentença. Intimem-se por publicação. Tucuruí/PA, 26 de junho de 2019. THIAGO CENDES ESCÓRCIO

Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00016301420188140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: W. V. S. REQUERENTE: A. V. S. A. REQUERENTE: V. V. S. REQUERENTE: A. V. S. REQUERENTE: G. V. S. Representante(s): OAB 22158 - HELENICE OLIVEIRA DE ANDRADE (ADVOGADO) ENVOLVIDO: V. C. S. ENVOLVIDO: A. V. S. PROCESSO: 00046195620198140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: V. R. P. Representante(s): OAB 18735 - ANTONIO DO SOCORRO CRUZ DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE: V. R. P. Representante(s): OAB 18735 - ANTONIO DO SOCORRO CRUZ DOS SANTOS (ADVOGADO) REPRESENTANTE: M. N. C. R. REQUERIDO: V. C. P. PROCESSO: 00047445820188140061 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: P. M. B. G. Representante(s): OAB 23866 - AFONSO LEONARDO BATISTA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 17411 - GERALDO MELO DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: G. P. G. Representante(s): OAB 22161 - HELLEN CRISLEY DE BARROS FRANCO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 25147 - MILENA LUCIA BONFIM ARAÚJO PORTH (ADVOGADO) OAB 18680-A - RUDIMAR PORTH (ADVOGADO)

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE TUCURUÍ

Processo n° 0010839-75.2016.8.14.0061. Ação Penal: Falso Testemunho. Acusadas: DORALICE DOS SANTOS REIS e RAIMUNDA RIBEIRO DE OLIVEIRA. Advogada: Dra. Hellen Crisley de Barros Franco da Silva, inscrita na OAB/PA 22.161. DECISÃO. ¿1) Compulsando os autos e, diante da análise das respostas à acusação apresentadas, verifico que não é o caso de absolvição sumária. Os elementos até aqui existentes, dão conta da prova da materialidade e de indícios de autoria, suficientes ao prosseguimento de perseguição criminal. Não restou demonstrado, pelo defensor dos acusados, qualquer das hipóteses do art. 397, do CPP, quais sejam, a existência manifesta da causa excludentes da ilicitude do fato; ou que salvo inimputabilidade, que o fato narrado não constitui crime; ou que extinta a punibilidade do agente. Ademais, nessa fase processual, vigora o princípio do in dúbio pro societate, razão pela qual mantenho o recebimento da Denúncia. 2) DESIGNO AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PARA O DIA 22 DE JULHO DE 2019, ÀS 12:00 HORAS. 3) Intimem¿se as testemunhas arroladas na Denuncia e, eventualmente, na resposta à acusação. Caso a defesa não tenha apresentado rol de testemunhas, fica resguardado o seu direito de trazê-las, por seus próprios meios, na data do evento, caso tenha interesse. 4) Intime-se o réu e seu defensor. 5) Dê-se ciência ao Ministério Público. Tucuruí/PA, 25 de maio de 2018. José Leonardo Frota de Vasconcellos Dias Juiz de Direito. ¿

COMARCA DE CASTANHAL

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL

Número do processo: 0802696-03.2019.8.14.0015 Participação: EXEQUENTE Nome: ANTONIA PATRICIA MENDES Participação: ADVOGADO Nome: JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIOOAB: 9620PA Participação: EXECUTADO Nome: ELINELSON DE OLIVEIRA LIMAPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁJUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHALProcesso nº 0802696-03.2019.8.14.0015.SENTENÇAH.K.M.L. menor representada por ANTONIA PATRICIA MENDES, devidamente qualificados nos autos, ajuizaram a presenteAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE ALIMENTOSpor meio de seu Procurador Judicial, em face de ELINELSON DE OLIVEIRA LIMA. Em petição de ID Num. 10832299, a autora manifesta interesse na desistência do feito. DECIDO. Do exame de petição de ID 10832299 constato que a requerente não tem mais qualquer interesse no processo. Verifico, ainda, da análise dos autos, que inexiste qualquer óbice ao deferimento do pedido formulado. Assim sendo, homologo a desistência requerida para os fins do art. 200, parágrafo único, do Novo Código de Processo Civil. Por conseguinte, julgo extinto o processo sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, VIII, do mesmo diploma legal. Sem custas. Após certificado o trânsito em julgado, arquive os autos, com observância das cautelas legais. Publique. Registre. Intime. Castanhal/PA, 26 de junho de 2019. DANIELLE KAREN DA SILVEIRA ARAÚJO LEITEJuiz(a) de Direito

Número do processo: 0802874-49.2019.8.14.0015 Participação: REQUERENTE Nome: I. S. M. Participação: ADVOGADO Nome: KLEYFFSON DA SILVA SALDANHA VASCONCELOSOAB: 20454/PA Participação: REQUERENTE Nome: R. S. E. S. Participação: ADVOGADO Nome: KLEYFFSON DA SILVA SALDANHA VASCONCELOSOAB: 20454/PA Participação: REQUERIDO Nome: L. M. M.PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁJUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHALProcesso nº 0802874-49.2019.8.14.0015.Nome: ISABELLY SILVA MONTEIROEndereço: Rua Doutor Adailson da Silva Rodrigues, 142, Travessa Vinte e Cinco de Novembro, Jaderlândia, CASTANHAL - PA - CEP: 68746-025Nome: ROBERTA SILVA E SILVAEndereço: Rua Doutor Adailson da Silva Rodrigues, 142, Travessa Vinte e Cinco de Novembro, Jaderlândia, CASTANHAL - PA - CEP: 68746-025.Nome: LEONY MONTEIRO MOREIRAEndereço: Rua Doutor Adailson da Silva Rodrigues, 168, Travessa Oito de Agosto, Jaderlândia, CASTANHAL - PA - CEP: 68746-025.DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - MANDADO Vistos, etc.Defiro a gratuidade, determinando a tramitação em segredo de justiça.Havendo demonstração inequívoca da relação de parentesco, indicada no artigo 1.694 do Código Civil, bem como estando a petição em ordem, com observância da proporcionalidade da liminar e da necessidade dos alimentos, como prescreve o art. 4º da Lei nº 5.478/68, arbitro, de imediato, alimentos provisórios em30% sobre o salário mínimo, os quais deverão ser depositados na conta indicada pela parte autora na inicial, até o 5º dia do mês subsequente ao vencido.INTIME-SE pessoalmente a representante legal da parte autora e CITE-SE o requerido por Oficial de Justiça, para comparecimento em audiência de conciliação, instrução e julgamento, que designo para o dia03.03.2020, às 10:00 horas, oportunidade na qual serão tomados os depoimentos das partes e inquiridas as testemunhas, as quais devem ser apresentadas independentemente de intimação.A ausência da parte autora importará em revogação da liminar e arquivamento do processo, nas precisas linhas do art. 7º da Lei nº 5.478/68. A ausência do réu importará em decretação de sua revelia e aplicação da presunção de veracidade dos fatos articulados na inicial. Portanto, deverá o réu, para impedir a revelia,comparecer ao ato acompanhado de advogado ou de Defensor Públicoe, caso não haja conciliação, apresentar contestação na mesma audiência.Proceda-se ao cadastro da audiência no PJE.Ciência ao Ministério Público. Servirá o(a) presente, por cópia digitada, como Mandado/Ofício, nos termos do Provimento nº 003/2009-CJRMB e alterações posteriores. Cumpra-se na forma e sob as penas de lei. Expeça-se o que mais se fizer necessário.Castanhal/PA, 27 de junho de 2019. Dra. DANIELLE KAREN DA SILVEIRA ARAÚJO LEITEJuíza de Direito Titular

Número do processo: 0803006-09.2019.8.14.0015 Participação: REQUERENTE Nome: D. R. S. D. O. A.

Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO MOREIRA DE SOUZA NETOOAB: 25118/PA Participação: REQUERENTE Nome: E. D. F. A. D. O.PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁJUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHALProcesso nº 0803006-09.2019.8.14.0015. DESPACHO1. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, é facultado ao Juiz, quando não formado o seu convencimento, exigir que a parte postulante comprove a insuficiência de recursos para arcar com as despesas processuais sem comprometer o sustento próprio ou de sua família para obter concessão do benefício da gratuidade de Justiça (art. 5º, inciso LXXIV, da CF), uma vez que a afirmação de pobreza goza de presunção relativa de veracidade.2. Dessa forma, intimem-se os autores para, no prazo de 15 (quinze) dias providenciar a juntada de provas a corroborar a alegada hipossuficiência, sob pena de indeferimento da gratuidade processual.3.Após a manifestação ou o decurso do prazo, faça conclusão dos autos.Cumpra. Castanhal/PA, 26 de junho de 2019.DANIELLE KAREN DA SILVEIRA ARAÚJO LEITEJuiz(a) de Direito SERVE O PRESENTE DESPACHO, SE NECESSÁRIO, COMO OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA. SERVE O PRESENTE DESPACHO/DECISÃO COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO, NOS TERMOS DA PORTARIA Nº 002/2009-GJ1VCIV, podendo a sua autenticidade ser comprovada no site www.tj.pa.gov.br em consulta de 1º grau Comarca de Castanhal.

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CASTANHAL

PROCESSO N. 0002781-61.2015.814.0015 AÇ¿O DE DIVÓRCIO LITIGIOSO.REQUERENTE: NARA SIMONE DA SILVA. ADVOGADA: ADRIANA ALBUQUERQUE, OAB/PA n.º 20.854 REQUERIDO: HERBERT EDUARDO COLOÇO DE AVIS. EDITAL DE CITAÇ¿O (PRAZO DE 30 DIAS) O Doutor IVAN DELAQUIS PEREZ, MM. Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Castanhal, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei. F A Z S A B E R a todos quantos o presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem que por este meio CITO o(a)(s) sr(a)(s). HERBERT EDUARDO COLACO DE AVIS atualmente residente e domiciliado em lugar incerto e n¿o sabido, por todo o conteúdo da aç¿o 0002781-61.2015.8.14.0015 de Divórcio Litigioso que lhe(s) move(m) NARA SIMONE DA SILVA AVIS, bem como para contestar, querendo, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, os termos da referida aç¿o, e que n¿o o fazendo ser¿o tidos como verdadeiros todos os fatos alegados pelo(a) autor(a) na petiç¿o inicial. Advirto ainda de que em caso de revelia será nomeado curador especial para sua representaç¿o no processo. E para que n¿o aleguem ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado o passado nesta Cidade e Comarca de Castanhal, Estado do Pará, aos 28 de junho de 2019. Eu, Itamar Sales de Queiroz, Diretor de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial, o digitei, assino e subscrevo, nos termos do Provimento nº 006/2006-CJRMB, que delegou poderes ao Diretor de Secretaria atribuiç¿es para praticar atos de administraç¿o e mero expediente, sem caráter decisório. ITAMAR SALES DE QUEIROZ Diretor de Secretaria da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Castanhal ¿ Pará

PROCESSO N. 0800306-94.2018.8.14.0015 [Pensão por Morte (Art. 74/9), Erro Médico, Erro Médico, Erro Médico] AUTOR: ROBSON LIMA DE OLIVEIRA ADVOGADO(A):SÂMIA LEÃO OAB/PA: 23.460 RÉU: HOSPITAL SAO JOSE LIMITADA e NELSON ANTONIO DE CARVALHO **ATO ORDINATÓRIO** Nos termos o Provimento nº 006/2006-CJRMB, que delegou poderes ao Diretor de Secretaria atribuições para praticar atos de administração e mero expediente, sem caráter decisório, procedo a INTIMAÇÃO da parte REQUERENTE, através de seu(ua)(s) **ADVOGADO(A)** :SÂMIA LEÃO OAB/PA: 23.460, para, dentro do prazo legal, caso haja interesse, se manifeste(m) acerca das contestações de IDs 9648096, 9647737 e 9621584dos presentes autos. Castanhal, 28 de junho de 2019. SAYONARA KAREN ALMEIDA DA SILVA Auxiliar Judiciário MT 101451

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL

PROCESSO: 0001086-72.2015.8.14.0015

CAPITULAÇÃO PENAL: ART.33 E 35 DA LEI 11.343/06 E ART. 14 DA LEI 10.826/03.

DENUNCIADO: JONAS SANTOS DOS SANTOS.

ADVOGADO: JEFFERSON FRANK SILVEIRA NASCIMENTO (OAB/PA Nº 16.693)

DENUNCIADO: EDVALDO MARTINS DOS REIS.

ADVOGADO: JEFFERSON FRANK SILVEIRA NASCIMENTO (OAB/PA Nº 16.693)

DENUNCIADO: GISELE DO SOCORRO PINHO SANTOS.

ADVOGADO: JEFFERSON FRANK SILVEIRA NASCIMENTO (OAB/PA Nº 16.693)

VÍTIMA: O. E.

DESPACHO

A defesa para manifestação sobre o laudo de fls. 197/199, conforme ordenado à fl.209.

Castanhal/PA, 13 de outubro de 2017.

Vanessa Ramos Couto

Juíza de Direito da 1º Vara Criminal da Comarca de Castanhal ¿ mat.48.615

Ato de designação: Portaria n. 157/2016-SJ

PROCESSO: 0007219-67.2014.8.14.0015

CAPITULAÇÃO PENAL: ART.129, §9º, ART.329, ART.330 E ART. 331 DO CPB C/C LEI 11.340/06.

DENUNCIADO: JOSUÉ SARAIVA DOS SANTOS

ADVOGADO: JOSÉ LINDOMAR ARAGÃO SAMPAIO

VÍTIMA: O. E.; F. P. D. S.

DESPACHO

1. Junte-se aos autos o laudo n. 2014.02.000052-TRA, referente à perícia requisitada à fl.33.

2. Feito isso, vista ao Ministério Público e, depois, à Defensoria Pública para ciência do laudo e, caso queiram, para que aditem as alegaç¿es finais apresentadas.

Castanhal/PA, 15 de abril de 2019.

Vanessa

de da 1ª Vara Criminal da Comarca de Castanhal ¿ mat. 48.615

Ato de designaç¿o: Portaria n. 157/2016

PROCESSO: 0000143-21.2016.8.14.0015

CAPITULAÇÃO PENAL: ART.129, §9º C/C ART.147, CAPUT, TODOS DO CP C/C ART.7º, I E II DA LEI 11.340/06.

DENUNCIADO: JOELSON DE SOUZA BARBOSA

ADVOGADO: JOSÉ LINDOMAR ARAGÃO SAMPAIO (OAB/PA Nº 9.620) E MARCIA SIMONE ARAGÃO SAMPAIO (OAB/PA Nº 10.989). -

VÍTIMA: R. S. D. S.

DESPACHO ORDINATÓRIO

1. Considerando que o Provimento n.º 006/2006-CJRMB, alterado pelo Provimento 008/2014-CJRMB delegou poderes ao servidor no âmbito de suas atribuições para a prática de atos de mero expediente, sem caráter decisório, independentemente de despacho;

2. Intimar os **ADVOGADOS** para apresentarem Alegações Finais no prazo legal.

Castanhal/PA, 27 de junho de 2019.

Sônia do Nascimento Rodrigues

Diretora de secretaria da 1ª Vara Penal

Comarca de Castanhal

SETOR DE DISTRIBUIÇÃO CÍVEL E CRIMINAL DE CASTANHAL

1ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL
Comarca: CASTANHAL
Classe Carta Precatória Criminal
Assunto Processo Situação Data
Crimes de Trânsito 0005740-63.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Total Assunto: 1
Classe Inquérito Policial
Assunto Processo Situação Data
Crimes de Trânsito 0005720-72.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Decorrente de Violência Doméstica 0005618-50.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Total Assunto: 2
Classe Carta Precatória Criminal
Assunto Processo Situação Data
Furto Qualificado 0005763-09.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Total Assunto: 1
Classe Inquérito Policial
Assunto Processo Situação Data
Homicídio Privilegiado 0005738-93.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Total Assunto: 1
Classe Carta Precatória Criminal
Assunto Processo Situação Data
Latrocínio 0005762-24.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Total Assunto: 1
Classe Inquérito Policial
Assunto Processo Situação Data
Roubo Majorado 0005759-69.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Tráfico de Drogas e Condutas Afins 0005001-90.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Total Assunto: 2
Total Vara: 8
Total: 8

2ª VARA CRIMINAL DE CASTANHAL
Comarca: CASTANHAL
Classe Auto de Prisão em Flagrante
Assunto Processo Situação Data
Crime Tentado 0005722-42.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Total Assunto: 1
Classe Inquérito Policial
Assunto Processo Situação Data
Crimes de Trânsito 0005459-10.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Crimes de Trânsito 0005719-87.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Total Assunto: 2
Classe Carta Precatória Criminal
Assunto Processo Situação Data
Crimes do Sistema Nacional de Armas 0005761-39.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Total Assunto: 1
Classe Inquérito Policial
Assunto Processo Situação Data
Decorrente de Violência Doméstica 0005199-30.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Homicídio Qualificado 0005725-94.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Homicídio Qualificado 0005741-48.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Homicídio Qualificado 0005724-12.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Violência Doméstica Contra a Mulher 0005519-80.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Total Assunto: 5

Total Vara: 9
Total: 9

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE CASTANHAL
Comarca: CASTANHAL
Classe Termo Circunstanciado
Assunto Processo Situação Data
Calúnia 0005721-57.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Contravenções Penais 0005718-05.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Desacato 0005760-54.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Leve 0005739-78.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Leve 0005758-84.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Posse de Drogas para Consumo Pessoal 0005723-27.2019.8.14.0015 Distribuído 27/06/2019
Total Assunto: 6
Total Vara: 6
Total: 6

COMARCA DE BARCARENA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA

RESENHA: 01/07/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA PROCESSO: 00007196920118140008 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EMERSON BENJAMIM PEREIRA DE CARVALHO Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:GRACINETE FURTADO CARAVELAS Representante(s): OAB 13343-B - CARLOS EDUARDO BARROS DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:ELETROMAIS-COMPRA PREMIADA COMERCIO LTDA. EDITAL DE INTIMAÇÃO COMARCA DE BARCARENA GRACINETE FURTADO CARAVELAS (PRAZO DE 20 DIAS) O Dr. EMERSON BENJAMIM PEREIRA DE CARVALHO, MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Barcarena, Estado do Pará. FAZ SABER pelo presente EDITAL, aos quantos virem ou dele tomarem conhecimento, que por este meio INTIMAR: GRACINETE FURTADO CARAVELAS que atua na condição de requerente, para que se manifeste acerca do interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da Ação, contados do termino do prazo de validade do edital, e advertir que, em caso de não resposta, a Defensoria Pública exercerá a curadoria especial do réu (CPC, arts.72, II, parágrafo único, 257, I, II, III, IV e 335, caput, III, ECA, art. 158). E, ainda, para que chegue ao conhecimento de todos e os Interessados não aleguem ignorância, será o presente Edital publicado, na forma da Lei, e afixado no lugar de costume na sede deste Juízo, para todos os devidos fins de direito. Dado e passado nesta cidade de Barcarena (PA), aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho de dois mil e dezenove. Eu..... Aclenelma Ferreira Sousa, Diretora de Secretaria, subscrevi. EMERSON BENJAMIM PEREIRA DE CARVALHO Juiz de Direito titular da 1ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena/PA

Número do processo: 0800375-50.2018.8.14.0008 Participação: RECLAMANTE Nome: ALTAIR ROMANA ARAGAO DO NASCIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: ADELSON LUIS CARDOSO JUNIOROAB: 26626/PA Participação: RECLAMADO Nome: ALTERNATIVA REFRIGERAÇÃOProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará1ª Vara Cível e Empresarial de BarcarenaPROCESSO 0800375-50.2018.8.14.0008ASSUNTO [Responsabilidade do Fornecedor, Indenização por Dano Material]CLASSE PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)Nome: ALTAIR ROMANA ARAGAO DO NASCIMENTOEndereço: Vila dos Cabanos (Barcarena)/PA - Povoado, 218, Tv Joaquim Furtado, Quadra 303, Lote 26, Vila dos Cabanos, BARCARENA - PA - CEP: 68447-000Nome: A MOURA DE QUEIROS - MEEndereço: Vila dos Cabanos (Barcarena)/PA - Povoado, 110, Rua 25 de Agosto, Bairro Jardim Cabano, Vila dos Cabanos, BARCARENA - PA - CEP: 68447-000DECISÃO INTERLOCUTÓRIATendo em vista a petição de ID Num. 7740489 - Pág. 1, renovar as diligências para que aaudiênciareferida na decisão interlocutória de ID Num. 6247719 seja realizada nodia 05 de agosto de 2019 às 08:30 horas, devendo a citação ser direcionada à ré mencionada na petição mencionada acima.BARCARENA/PA, 31 de março de 2019.EMERSON BENJAMIM PEREIRA DE CARVALHO.Juiz de DireitoFórum da Comarca de Barcarena - 1ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena, Av. Magalhães Barata, S/N, bairro Centro, Barcarena-PA fone 37533501

AÇÃO REGRESSIVA DE RESSARCIMENTO

PROCESSO: 0800052-11.2019.4.14.0008

REQUERENTE: LIBERTY SEGUROS S/A

ADVOGADO: Ricardo Tahan, OAB/SP nº 188.590

REQUERIDO: TORQUATO TEIXEIRA

DESPACHO1. A pretensão será processada pelo procedimento comum do CPC. 2. A petição inicial preenche os requisitos legais e não vislumbro a hipótese de improcedência liminar do pedido (CPC, arts. 319, 320, 332 e 334, caput). Desta feita, observem-se as seguintes determinações: 2.1. designo audiência de conciliação a ser realizada no dia 05 de agosto de 2019, às 09:00 horas (CPC, art. 334, caput); 2.2. intimar o advogado do demandante, via DJe (CPC, arts. 272 e 334, § 3º); 2.3. citar o requerido com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência da data marcada para a audiência de conciliação ou de mediação, a fim de (CPC, art. 250): 2.3.1. oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 335, caput do CPC, sendo que se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (CPC, arts.334, caput e 344); 2.3.2. no prazo de 10 (dez) dias manifestar desinteresse na realização da audiência de conciliação ou de mediação (CPC, art. 334, § § 4º, I e 5º); 2.4. consignar na citação do demandado e na intimação do demandante que: 2.4.1. o não comparecimento injustificado da parte autora ou da parte ré à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (CPC, art. 334, § 8º); 2.4.2. as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado ou requerer a nomeação de Defensor Público (CPC, art.334, § 9º); 2.4.3. a parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10). 3. Servirá a presente, por cópia digitada, como mandado/notificação/ofício/carta precatória para as comunicações necessárias (Provimento nº 003/2009-CJCI-TJPA). BARCARENA/PA, 30 de março de 2019. EMERSON BENJAMIM PEREIRA DE CARVALHO. Juiz de Direito

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO C/C DANOS MORAIS E M A T E R I A I S

PROCESSO: 0800763-50.2018.4.14.0008

REQUERENTES: MARIO HERON RODRIGUES DE LIMA e DELBLA FERREIRA DE SOUZA LIMA

ADVOGADO: KELLEN CIMARA R. DE LIMA, OAB/PA nº 22.270

REQUERIDO: INDUSTRIA E COMERCIO DE ESPUMAS E COLCH.OES BELEM LTDA.

DESPACHO 1. A pretensão será processada pelo procedimento da Lei n° 9.099/1995. 2. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 05 de agosto 2019, às 10:00 horas. Em decorrência, cumpram-se as seguintes determinações: 2.1. cite-se o requerido, advertindo-o que na hipótese de não comparecimento à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial (arts. 18 e seguintes da Lei nº 9.099/1995); 2.2. intimar o promovente (art. 19, caput da Lei nº 9.099/1995), advertindo-o de que o seu não comparecimento na audiência una de conciliação, instrução e julgamento, resultará na extinção do processo sem julgamento do mérito, conforme art. 51, I, da Lei nº 9.099/1995; 2.3. consignar na citação do requerido e na intimação do requerente que deverão comparecer com 30 minutos de antecedência e deverão trazer para a audiência todas as provas que entenderem necessárias, inclusive testemunhas, se houver, no máximo de 03 (três) para cada parte; 2.4. cientificar o advogado do autor, via DJe; 2.5. servirá cópia desta decisão como mandado/ofício/notificação/carta precatória para as comunicações necessárias (Provimento nº 003/2009-CJ/CI-TJPA). deprecata, por cópia digitada, como mandado e ofício para as comunicações necessárias (Provimento nº 003/2009-CJCI-TJPA); BARCARENA/PA, 31 de março de 2019. EMERSON BENJAMIM PEREIRA DE CARVALHO. Juiz de Direito

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÍVIDA C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS

PROCESSO: 0800602-06.2019.8.14.0008

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA ESPORTE CLUBE 14

ADVOGADO: Fábio Martins Magno, OAB/PA nº 19.229

REQUERIDO: L A PANTOJA - EPP

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA A pretensão será processada pelo procedimento comum do CPC. 1. Com base nas informações constantes dos autos, vê-se que a parte autora se encontra em situação econômica que não lhe permite pagar os encargos processuais. Desta feita, com fulcro nos arts. 5º, LXXIV da CF/1988, 98, *caput*, 99, *caput* do Código de Processo Civil (CPC) e na Súmula nº 481 do STJ, **defiro** a solicitação dos benefícios da **gratuidade da justiça**. 2. Quanto à solicitação de deferimento de tutela de urgência, **sem a prévia oitiva da parte ré**, doutrina e jurisprudência que compartilho dispõem que se trata de providência de caráter **excepcional**, haja vista sacrificarem a **regra geral** de incidência antecipada do princípio do contraditório (arts. 5º, LV da Constituição Federal de 1988 ¿ CF/88 e 7º do CPC). [...] A tutela *antecipada inaudita altera pars* é providência excepcional e deve ser concedida nos casos em que restar demonstrada nos autos que a oitiva da parte adversa poderá inviabilizar o cumprimento da medida [...] ()TJMG, Agravo de Instrumento nº 10024132351420001, p. 31.03.2014. Naquele sentido: RIBEIRO, Leonardo Ferres da SILVA. Tutela Provisória. São Paulo: RT, 2015, p. 45) Em análise aos autos, neste estágio procedimental, reputo possível e necessário o estabelecimento de **contraditório prévio** quanto ao pleito de tutela de urgência, pois **não** vislumbro risco de perecimento do objeto da demanda na hipótese de concessão de breve oportunidade para a parte contrária se manifestar. Portanto, apesar da permissão do art. 9º, parágrafo único, I do CPC, é admissível, nestes autos, assegurar o preambular contraditório. Noutro giro, a petição inicial preenche os requisitos legais e **não** vislumbro a hipótese de improcedência liminar do pedido (CPC, arts. 319, 320, 332 e 334, *caput*). Desta feita, observem-se as seguintes determinações: 2.1. designo **audiência de conciliação** a ser realizada no **dia 13 de agosto de 2019, às 11:00 horas** (CPC, art. 334, *caput*); 2.2. intimar o advogado do demandante, via DJe (CPC, arts. 272 e 334, § 3º); 2.3. citar o requerido com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência da data marcada para a audiência de conciliação ou de mediação, a fim de (CPC, art. 250): 2.3.1. **se manifestar sobre o pedido de tutela de urgência no prazo de 10 (dez) dias, contados da citação** e oferecer contestação no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 335, *caput* do CPC, sendo que se não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (CPC, arts.334, *caput* e 344); 2.3.2. no prazo de 10 (dez) dias manifestar desinteresse na realização da audiência de conciliação ou de mediação (CPC, art. 334, § § 4º, I e 5º); 2.4. consignar na citação do demandado e na intimação do demandante que: 2.4.1. o não comparecimento injustificado da parte autora ou da parte ré à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (CPC, art. 334, § 8º); 2.4.2. as partes deverão comparecer acompanhadas de advogado ou requerer a nomeação de Defensor Público (CPC, art.334, § 9º); 2.4.3. a parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir (CPC, art. 334, § 10); 2.4.4. servirá a presente, por cópia digitada, como mandado/notificação/ofício/carta precatória para as comunicações necessárias (Provimento nº 003/2009-CJCI-TJPA). BARCARENA/PA, 08 de abril de 2019.**EMERSON BENJAMIM PEREIRA DE CARVALHO. Juiz de Direito**

AÇÃO DE RESTITUIÇÃO DE QUANTIA PAGA C/C PEDIDO DE DANO MATERIAL E DANO MORAL E REPETIÇÃO DO INDÉBITO

PROCESSO: 0800576-08.2019.8.14.0008

REQUERENTE: BRUNA DA SILVA LIMA E LUIS FERNANDO SANTOS SOUZA

ADVOGADO: Erlany Gonçalves da Silva, OAB-PA nº 23.255

REQUERIDO: PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. A pretensão será processada pelo procedimento da Lei n° 9.099/1995. 2. Com base nas informações constantes dos autos vê-se que a parte autora se encontra em situação econômica que não lhe permite pagar os encargos processuais. Desta feita, com fulcro nos arts. 5º, LXXIV da CF/1988, 98, caput, 99, caput e § 3º do Código de Processo Civil (CPC), 54, caput, 55, caput da Lei nº 9.099/1995 defiro a solicitação dos benefícios da gratuidade da justiça. 3. Por conseguinte, designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 14 de agosto de 2019, às 08:30 horas. Em decorrência, cumpram-se as seguintes determinações: 3.1. cite-se o requerido, advertindo-o sobre a possibilidade de inversão do ônus da prova e que na hipótese de não comparecimento à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial (arts. 18 e seguintes da Lei nº 9.099/1995); 3.2. intimar o promovente (art. 19, caput da Lei nº 9.099/1995), advertindo-o de que o seu não comparecimento na audiência una de conciliação, instrução e julgamento, resultará na extinção do processo sem julgamento do mérito, conforme art. 51, I, da Lei nº 9.099/1995; 3.3. consignar na citação do requerido e na intimação do requerente que deverão comparecer com 30 minutos de antecedência e deverão trazer para a audiência todas as provas que entenderem necessárias, inclusive testemunhas, se houver, no máximo de 03 (três) para cada parte; 3.4. cientificar o advogado do autor, via DJe; 3.5. servirá cópia desta decisão como mandado/ofício/notificação/carta precatória para as comunicações necessárias (Provimento nº 003/2009-CJ/CI-TJPA). BARCARENA/PA, 12 de abril de 2019. EMERSON BENJAMIM PEREIRA DE CARVALHO. Juiz de Direito

PROCESSO N. 0010647.73.2017.814.0008

REQUERENTE: F.S.F.

ADVOGADO: RAIMUNDO REIS DE ALMEIDA OAB/PA 15.967, NATÁLYA FERREIRA MAGNO OAB/PA 23.809 e KELLEN CIMARA RODRIGUES DE LIMA OAB/PA 22.270.

REQUERIDO: A.D.S.F.

ADVOGADO: JOSÉ DANILO DOS SANTOS FERREIRA OAB/PA 24.410

DESPACHO

1. Tendo em vista os argumentos apresentados pelas partes até este momento processual, reputo conveniente a designação de audiência de conciliação a qual, com fulcro nos arts. 3º, §3º, 139, V e 694, caput do CPC, designo para o **dia 09 de setembro de 2019, às 08:30 horas;**

2. intimar os advogados da requerente e do requerido, via DJe;

3. cientificar o Ministério Público;

4. Servirá a presente, por cópia digitada, como mandado/ofício/carta precatória para as comunicações

necessárias (Provimento nº 003/2009-CJCI-TJPA).

Barcarena/PA, 21 de maio de 2019.

EMERSON BENJAMIM PEREIRA DE CARVALHO.

Juiz de Direito

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BARCARENA

Número do processo: 0800481-75.2019.8.14.0008 Participação: REQUERENTE Nome: T. P. L. Participação: REQUERIDO Nome: F. L. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: ANNA CIBELLE ALBUQUERQUE BRAZ RODRIGUESOAB: 15021/PIProcesso: 0800481-75.2019.8.14.0008AÇÃO ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)Sentençaproferida em audiência, conforme termo a seguir juntado.

Número do processo: 0800626-68.2018.8.14.0008 Participação: DEPRECANTE Nome: TIMAC AGRO INDUSTRIA E COMERCIO DE FERTILIZANTES LTDA Participação: ADVOGADO Nome: VINICIUS DE OLIVEIRA BERNIOAB: 51477/RS Participação: ADVOGADO Nome: LUIS RENATO FERREIRA DA SILVAOAB: 24321/RS Participação: ADVOGADO Nome: EDUARDO MARIOTTIOAB: 25672/RS Participação: DEPRECADO Nome: YOSHINEI CONSTRUTORA LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: JONAS HENRIQUE BAIMA DA SILVAOAB: 936PA Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO AUGUSTO MOURA DE MORAESOAB: 3209PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁPROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO ATO ORDINATÓRIO Após a comprovação do depósito em Juízo dos honorários periciais e a comunicação encaminhada ao Sr. perito viae-mail nesta data (ver anexo), nos termos do Provimento 006/2009?CJCI, art. 1º,§2º, providencio a intimação das partes,na pessoa do seus advogados, através do Diário da Justiça, para que acompanhem a diligênciae, caso pretendam, indiquem seus assistentes e/ou apresentem seus quesitos se ainda não o fizeram. Barcarena, 28 de junho de 2019.JOAO DIOGO AFONSODiretor de Secretaria

Número do processo: 0800087-05.2018.8.14.0008 Participação: EXEQUENTE Nome: PRIMO ROSSI ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA Participação: ADVOGADO Nome: EDEMILSON KOJI MOTODAOAB: 1747SP Participação: EXECUTADO Nome: ATUAL TRANSPORTE E SERVICO EIRELI - EPP Participação: ADVOGADO Nome: BRENDA FERNANDES BARRAOAB: 13443/PA Participação: EXECUTADO Nome: ROSINALDO PAIVA DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: BRENDA FERNANDES BARRAOAB: 13443/PA Participação: EXECUTADO Nome: KEILA ADIENE SANTOS DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: BRENDA FERNANDES BARRAOAB: 13443/PAPROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁPROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICOATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 ? CJCI, art. 1º, § 2º, I, providencio aintimação do(a) autor(a), na pessoa de seu(s) advogado(s), através do Diário da Justiça, para requerer o que entender de direito, em 05 dias, considerando as certidões id. nº 10674153 e 10695817 exaradas pelos Oficiais de Justiça desta Comarca, cujo teor atesta o cumprimento parcial da diligência. Barcarena (Pa), 28 de junho de 2019.NETICIA DE MELOAnalista Judiciária da 2ª Vara Cível da Comarca de Barcarena

P R O C E S S O : 0 0 7 6 8 2 9 1 2 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---AUTOR: M. P. E. P. REQUERIDO: J. C. S. D. Representante(s): OAB 5610 - ALBERTO VIDIGAL TAVARES (ADVOGADO) Aç¿o Civil Pública Autos nº: 0076829-12.2015.8.14.0008 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará Requerido: Jo¿o Carlos dos Santos Dias DESPACHO Cuida-se de Aç¿o Civil Pública em que o Ministério Público do Estado do Pará pugna pela execuç¿o da sentença prolatada às fls.2358/2367. Conforme aduz o artigo 19 da Lei 7.347/85, aplica-se à Aç¿o Civil Pública o Código de Processo Civil, naquilo em que n¿o contrarie as suas disposiç¿es. Com efeito, considerando a condenaç¿o em quantia certa, é faculdade do credor promover o cumprimento definitivo da sentença. Nestes termos, tendo o Ministério Público tomado a iniciativa necessária (art. 513, § 1º do CPC/2015), determino a intimaç¿o da parte devedora para, no prazo de 15 dias, pagar o débito, acrescido de custas, se houver, sob pena de aplicaç¿o da multa de 10% e, também, de honorários de advogado de 10% (artigo 523, § 1º, CPC/2015).

N¿o efetuado tempestivamente o pagamento, expeça-se, desde logo, mandado de penhora e avaliaç¿o, nos termos do § 3º, artigo 523 do CPC/2015. Independente de penhora ou nova intimaç¿o, transcorrido o prazo previsto no artigo 523 do CPC/2015, inicia-se o ínterim de 15 dias, para que o executado apresente, nos próprios autos, sua impugnaç¿o. Após, certifique-se e faça-se concluso. Barcarena/PA 26/06/2019. Gisele Mendes Camarço Leite Juíza de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 8 1 7 6 1 2 0 1 4 8 1 4 0 0 0 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GISELE MENDES CAMARCO LEITE Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019---PROMOTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:JOAO CARLOS DOS SANTOS DIAS Representante(s): OAB 5610 - ALBERTO VIDIGAL TAVARES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE BARCARENA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Ação Civil Pública Autos nº: 0002817-61.2014.8.14.0008 Requerente: Ministério Público do Estado do Pará Requerido: João Carlos dos Santos Dias DESPACHO Cuida-se de Ação Civil Pública em que o Ministério Público do Estado do Pará pugna pela execução da sentença prolatada às fls.858/865. Conforme aduz o artigo 19 da Lei 7.347/85, aplica-se à Ação Civil Pública o Código de Processo Civil, naquilo em que não contrarie as suas disposições. Com efeito, considerando a condenação em quantia certa, é faculdade do credor promover o cumprimento definitivo da sentença. Nestes termos, tendo o Ministério Público tomado a iniciativa necessária (art. 513, § 1º do CPC/2015), determino a intimação da parte devedora para, no prazo de 15 dias, pagar o débito, acrescido de custas, se houver, sob pena de aplicação da multa de 10% e, também, de honorários de advogado de 10% (artigo 523, § 1º, CPC/2015). Não efetuado tempestivamente o pagamento, expeça-se, desde logo, mandado de penhora e avaliação, nos termos do § 3º, artigo 523 do CPC/2015. Independente de penhora ou nova intimação, transcorrido o prazo previsto no artigo 523 do CPC/2015, inicia-se o ínterim de 15 dias, para que o executado apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Após, certifique-se e faça-se concluso. Barcarena/PA 26/06/2019. Gisele Mendes Camarço Leite Juíza de Direito SE NECESSÁRIO SERVIRÁ CÓPIA DESTA DECISÃO COMO MANDADO conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJ/CI 003/2009, devendo o Sr. Diretor Observar o disposto em seus nos artigos 3º e 4º.

P R O C E S S O : 0 0 1 0 2 1 5 8 8 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOAO DIOGO AFONSO Ação: Inventário em: 27/06/2019---INVENTARIANTE:ANGELA MARIA LOBATO MARQUES Representante(s): OAB 8445 - RITA DOS SANTOS BARBOSA GARCIA (ADVOGADO) HERDEIRO:P. M. M. D. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (CURADOR ESPECIAL) . Processo: 0010215-88.2016.8.14.0008 Classe: Inventário Requerente(s): NÃO INFORMADO Requerido: NÃO INFORMADO ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 ¿ CJCI, art. 1º, § 2º, XXIV, providencio a intimação do(a) advogado(a) do autor(a) Dr(a) RITA DOS SANTOS BARBOSA GARCIA, através do Diário da Justiça, para que devolva, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos do processo n.º 0010215-88.2016.8.14.0008, em que ANGELA MARIA LOBATO MARQUES move contra PAULO MIGUEL MARQUES DIONISIO, retirados com carga da secretaria desta 2ª Vara Cível de Barcarena desde 13/03/2019, sendo que, no caso de não-atendimento, o fato será levado ao conhecimento do Juiz. Barcarena (Pa), 27 de junho de 2019. João Diogo Afonso Diretor de Secretaria PROVIMENTO 006/2009-CJCI ART. 1º

P R O C E S S O : 0 0 1 0 7 5 0 1 7 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOAO DIOGO AFONSO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERENTE:CREUZA MARIA OLIVEIRA DE AVIZ Representante(s): OAB 13426 - JACOB GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 11910 - JAIRO PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO FERNANDES DA SILVA JUNIOR Representante(s): OAB 5610 - ALBERTO VIDIGAL TAVARES (ADVOGADO) REQUERIDO:JARDEL FERNANDES DA SILVA Representante(s): OAB 5610 - ALBERTO VIDIGAL TAVARES (ADVOGADO) REQUERIDO:C. E. N. S.

Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) IVONETE NASCIMENTO FARIAS (REPRESENTANTE/NOTICIANTE) . Processo: 0010750-17.2016.8.14.0008 Classe: Procedimento Comum Requerente(s): CREUZA MARIA OLIVEIRA DE AVIZ Requerido: JOAO FERNANDES DA SILVA JUNIOR,JARDEL FERNANDES DA SILVA,CARLOS EDUARDO NASCIMENTO DA SILVA ATO ORDINATÓRIO ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 ¿ CJCI, art. 1º, § 2º, XXIV, providencio a intimação do(a) advogado(a) do autor(a) Dr(a) JAIRO PEREIRA DA SILVA, através do Diário da Justiça, para que devolva, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos do processo n.º 0010750-17.2016.8.14.0008, em que CREUZA MARIA OLIVEIRA DE AVIZ move contra JOAO FERNANDES DA SILVA JUNIOR, JARDEL FERNANDES DA SILVA e CARLOS EDUARDO NASCIMENTO DA SILVA, retirados com carga da secretaria desta 2ª Vara Cível de Barcarena desde 20/02/2019, sendo que, no caso de não-atendimento, o fato será levado ao conhecimento do Juiz. Barcarena (Pa), 27 de junho de 2019. João Diogo Afonso Diretor de Secretaria PROVIMENTO 006/2009-CJCI ART. 1º

PROCESSO: 00015778120088140008 PROCESSO ANTIGO: 200810012217 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOAO DIOGO AFONSO Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019---AUTOR:VALDOMIRO DOS SANTOS Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) OAB 15228 - SAYMON LUIZ CARNEIRO ALVES (ADVOGADO) OAB 19677 - JOAO VICTOR DIAS GERALDO (ADVOGADO) OAB 22275 - JULLIANNY ALMEIDA SALES (ADVOGADO) OAB 14550-A - ANA CAROLINA CARVALHO DIAS (ADVOGADO) OAB 11795 - JEFFERSON CHRYSTYAN DE OLIVEIRA COSTA (ADVOGADO) REU:EMPRESA TRANSCABANO Representante(s): OAB 8626 - ZINALDO COSTA FERREIRA (ADVOGADO) . Processo: 0001577-81.2008.8.14.0008 Classe: Cumprimento de sentença Requerente(s): NÃO INFORMADO Requerido: NÃO INFORMADO ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 ¿ CJCI, art. 1º, § 2º, XXIV, providencio a intimação do(a) advogado(a) do autor(a) Dr(a) JULLIANNY ALMEIDA SALES, através do Diário da Justiça, para que devolva, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os autos do processo n.º 0001577-81.2008.8.14.0008, em que VALDOMIRO DOS SANTOS move contra EMPRESA TRANSCABANO, retirados com carga da secretaria desta 2ª Vara Cível de Barcarena desde 14/02/2019, sendo que, no caso de não-atendimento, o fato será levado ao conhecimento do Juiz. Barcarena (Pa), 27 de junho de 2019. João Diogo Afonso Diretor de Secretaria PROVIMENTO 006/2009-CJCI ART. 1º

PROCESSO: 00071725120138140008 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOAO DIOGO AFONSO Ação: Petição Cível em: 27/06/2019---REQUERENTE:RAIMUNDO FERREIRA RODRIGUES Representante(s): OAB 13426 - JACOB GONCALVES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA DE JESUS CORREA BARBOSA Representante(s): OAB 16088-B - URSULA DINI MASCARENHAS (DEFENSOR) . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI, art. 1º, § 2º, VI e XIX, providencio a intimação do(a) requerente, na pessoa de seu advogado, através do Diário da justiça, e da requerida, através da Defensoria Pública, para que se manifestem, no prazo de 05 dias (CPC, art. 872, § 2º), sobre os laudos das avaliações dos imóveis realizadas pelos Oficiais de justiça deste Juízo, às fls. 105/108, 142 e 147/161, bem como sobre aa circunstâncias narradas na certidão de fl. 143, em relação ao Mandado de fls. 139/140. Barcarena (Pa), 27/06/2019 João Diogo Afonso Diretor de Secretaria PROVIMENTO 006/2009-CJCI ART. 1º

PROCESSO: 01188500320158140008 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOAO DIOGO AFONSO Ação: Monitória em: 27/06/2019---REQUERENTE:UNIMED SUL DO PARA Representante(s): OAB 11988 - HUMBERTO FARIAS DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:USINA SIDERÚRGICA DO PARÁ. ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI, art. 1º, § 2º, XI, intimo a requerente, na pessoa de seu(a) advogado(a), através do Diário da Justiça, para que providencie o recolhimento das custas intermediárias, calculada pela UNAJ local em R$113,27, cujo boleto n.º 2019177404, com prazo de vencimento, pode ser obtido no site, através do link: https://apps.tjpa.jus.br/custas/ informando-se o n.º de documento 2015.03939853-97 e, tão logo o mesmo seja quitado, comunicar, com a necessária urgência, este Juízo da 2ª Vara Cível e Empresarial de Barcarena, para que esta Secretaria cumpra a determinação de fl. 286 dos autos (Mandado de Citação Pagamento). Barcarena (Pa), 27/06/2019 João Diogo Afonso Diretor de Secretaria PROVIMENTO 006/2009-CJCI ART. 1º

P R O C E S S O : 0 0 1 4 5 9 0 3 5 2 0 1 6 8 1 4 0 0 0 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GISELE MENDES CAMARCO LEITE Ação: Alvará Judicial em: 12/06/2019---REQUERENTE:VANILDO RIBEIRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 16657 - ALINE RODRIGUES DE OLIVEIRA LIMA (DEFENSOR) OAB 18017 - MARCIO PINHO AGUIAR (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE BARCARENA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL Ação de Alvará Judicial Processo nº: 0014590-35.2016.8.14.0008 Requerente: Vanildo Ribeiro dos Santos SENTENÇA Vanildo Ribeiro dos Santos, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, postula a concessão de alvará para o levantamento de valores depositados em conta bancária de titularidade do de cujus Ivanilson Miranda dos Santos, seu filho, falecido em 21.08.2015. Colacionou documentos que entendeu pertinentes, dentre os quais cópia da certidão de óbito às fls.08, bem como a declaração de fls.33, onde a genitora do de cujus renuncia sua quota-parte do quinhão em favor do requerente. Informações prestadas pelo Consórcio Nacional Honda às fls.26/27, indicam a existência de valor depositado em nome do de cujus. Ofício expedido pelo INSS às fls.20, aponta a inexistência de dependentes do extinto habilitados perante à Previdência Social. Parecer ministerial às fls.31. É o sucinto relatório.

A questão é objetiva. Em análise ao petitório não vislumbro motivos para maiores indagações. O pedido cuida da liberação de quantia depositada em banco na forma descrita pelo DL 85.845/81. De acordo com as informações prestadas pelo INSS não existem dependentes do de cujus habilitados perante à Previdência Social. Por outro lado, os documentos que instruem a inicial comprovam a relação de parentesco, estando, pois, devidamente demonstrada a legitimidade do requerente para pleitear o levantamento dos valores, nos termos dos artigos 1º, do DL 85.845/81 e 1.037 do Código Civil. No caso dos autos, o requerente pretende receber a verba que lhe caberia em razão do falecimento de seu filho. Ademais, uma vez que o falecido não deixou filhos ou companheira, bem como que sua genitora manifestou concordância com o recebimento de sua quota-parte pelo autor, este poderá receber exclusivamente os valores depositados em conta bancária de titularidade do de cujus. No que concerne à existência de outros herdeiros, cuidando-se de prova negativa não há como exigi-la do requerente. Presume-se assim a boa-fé até que se prove o contrário, respondendo as partes, no caso de litigância de má-fé conforme ordena o artigo 79 do Código de Processo Civil/2015.

Ante o exposto, DEFIRO o pedido e, após o prazo recursal, determino a expedição de ALVARÁ autorizando o requerente Vanildo Ribeiro dos Santos, a levantar junto ao Consórcio Nacional Honda, os valores depositados em nome de Ivanilson Miranda dos Santos, conforme indicado às fls.26/27.

Condeno o requerente nas custas processuais, suspendendo-se, contudo, a exigibilidade face à assistência judiciária gratuita deferida às fls.17, enquanto perdurar a condição de hipossuficiência, observado o disposto no art. 98 do CPC/2015. Certificado o trânsito em julgado, fica autorizado o desentranhamento de documentos por quem os juntou, exceto a procuração, substituindo-os por cópias que poderão ser declaradas autênticas pelo patrono nos termos do artigo 425, IV do CPC/2015, devendo o cartório certificar o ato de desentranhamento. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

P.R.I.C Após, observadas as formalidades legais, arquive-se. Barcarena-PA 11/06/2019. Gisele Mendes Camarço Leite Juíza de Direito SE NECESSÁRIO SERVIRÁ CÓPIA DESTE DESPACHO COMO MANDADO conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJ/CI 003/2009, devendo o Sr. Diretor Observar o disposto em seus nos artigos 3º e 4º.

COMARCA DE SANTA MARIA DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA MARIA DO PARÁ

Número do processo: 0800245-73.2019.8.14.0057 Participação: REQUERENTE Nome: E. C. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: TERCYO FEITOSA PINHEIROOAB: 22277/PA Participação: REQUERIDO Nome: RAUL CESAR PIMENTEL DA SILVA DESPACHO Tramite-se em segredo de justiça.Intime-se a parte autora para emendar a inicial e apresentar no prazo de 10 (dez) dias comprovante de residência atualizado em nome próprio ou de terceiro que declare que a parte autora reside no imóvel. Na hipótese verifico que trouxe comprovante em nome de outra pessoa, sendo documento necessário à propositura da demanda, pois, a competência territorial ainda que relativa não é de livre escolha, incumbindo ao juiz zelar pela correta condução processual.Intime-se por DJE.Após, retornem conclusos. Santa Maria do Pará, 24 de junho de 2019. Ana Louise Ramos dos SantosJuíza de Direito

Número do processo: 0800141-81.2019.8.14.0057 Participação: REQUERENTE Nome: M. P. D. E. D. P. Participação: REQUERENTE Nome: R. S. P. Participação: REQUERIDO Nome: A. L. M. D. A.Processo nº0800141-81.2019.8.14.0057Ação:Reconhecimento/Dissolução de União EstávelPostMortemRequerente:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁInteressado/Requerente:ROSIANE SANTOS PEREIRARequerido:ANA LÚCIA MARTINS DE ARAUJO TERMO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO AosVINTE E SEISdias do mês deJULHOdo ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), nesta cidade e Comarca de Santa Maria do Pará, Estado do Pará, no Fórum Local, na sala das audiências, às 09h30min, onde se achava presente a MM. Juíza, Dra.ANA LOUISE RAMOS DOS SANTOS,comigo o Analista Judiciário HAEDO DE OLIVEIRA SOUSA, que ao final subscreve. Feito o pregão de praxe,constatou-se a presença do requerente do Representante do Ministério Público, Dr. ACENILDO BOTELHO PONTES. Presente à parte InteressadaROSIANE SANTOS PEREIRA.Presente à parteRequerida,ANA LÚCIA MARTINS DE ARAUJO. Em seguida, passa a MM. Juíza a ouvir arequeridaANA LÚCIA MARTINS DE ARAUJO, esta prestou as seguintes declarações:Que declara que concorda da convivência maritalmente entre a requerente o seu filho MAXNEI MARTINS DE ARAÚJO, Que o mesmo não possuía outros filhos e herdeiros necessários. Nada mais disse e nem foi perguntado.As perguntas do Ministério Público, respondeu que: Que o seu marido era diarista, trabalhava, mas não tinha carteira assinada; Que já o seu marido já trabalhou com carteira assinada em data anterior ao óbito. Nada mais disse e nem foi perguntado. Em seguida, passa a MM. Juíza a proferir a sentença. SENTENÇA Trata-se de pedido de reconhecimento de união estável,post mortem. Considerando a oitiva da requerida de ANA LÚCIA MARTINS DE ARAÚJO, sendo a única a ter interesse jurídico em opor ao pedido, desnecessário ampliar a dilação probatória, considerando a filha em comum, o que denota a existência da união estável, o pedido deve ser jugado procedente. Diante do exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil, declaro a existência de união estável entreROSIANE SANTOS PEREIRAeMAXNEI MARTINS DE ARAÚJO, desde o ano de 2008 até a data do seu falecimento em 19/01/2019, e julgo extinto o processo, com resolução do mérito. Sem condenação em custas processuais tendo em vista o deferimento da gratuidade da justiça. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Sentença publicada em AUDIENCIA. Declaro o trânsito em julgado, nos termos do art. 1.000 do CPC. Observadas as formalidades legais, arquivem-se os autos com baixa no Sistema PJE.Nada mais havendo a tratar a MM. Juíza mandou encerrar este termo, que lido e achado vai devidamente assinado. Eu, _____, HAEDO DE OLIVEIRA SOUSA, Analista Judiciário, o digitei e subscrevo. JUIZA DE DIREITO:_____. MINISTÉRIO PÚBLICO:_____. REQUERENTE: _____. REQUERIDO: _____.

Número do processo: 0800243-06.2019.8.14.0057 Participação: AUTOR Nome: MARIA DE NAZARE LAURENTINA DA CRUZ Participação: ADVOGADO Nome: MARY REJANE DE MOURA SOUSAOAB:

6564 Participação: RÉU Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. DESPACHO Considerando tratar-se de deficiente visual a procuraçãoad judiciadeve ser outorgada por instrumento público, assim, assinalo o prazo de 15 dias para regularização da representação processual, sob pena de indeferimento e extinção nos termos do artigo 76 do CPC.No mesmo prazo, deverá apresentar comprovante de residência atualizado em nome próprio ou de terceiro que declare a autora residir no imóvel. Na hipótese verifico que trouxe comprovante desatualizado e em nome de outra pessoa, sendo documento necessário à propositura da demanda, pois, a competência territorial ainda que relativa não é de livre escolha.Intime-se por DJE.Após, retornem conclusos. Santa Maria do Pará, 24 de junho de 2019. Ana Louise Ramos dos SantosJuíza de Direito

COMARCA DE PARAUAPEBAS

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS

PROCESSO: 00001318020078140040 PROCESSO ANTIGO: 200710000990 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PRISCILA MAMEDE MOUSINHO Ação: Interdição em: 18/06/2019---INTERDITANDO:RAYLTON RIBEIRO DA SILVA REQUERENTE:MARIA APARECIDA RIBEIRO GALVAO DA SILVA Representante(s): OAB 13042 - JULIANNY DA SILVA FREITAS (ADVOGADO) . DESPACHO Diante da juntada dos documentos de fls. 46/48 dos autos, dê-se vista dos autos ao Ministério Público, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresente manifestação, requerendo as providências que entender cabíveis ao feito. Após, conclusos. Parauapebas, 18 de junho de 2019. PRISCILA MAMEDE MOUSINHO Juíza de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas.

PROCESSO: 00135459420168140040 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PRISCILA MAMEDE MOUSINHO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 18/06/2019---EXEQUENTE:BANCO BRASIL SA Representante(s): OAB 17066 - LUISE NUNES DE MELO (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) EXECUTADO:GASF INDUSTRIA DE COMERCIO LTDA ME EXECUTADO:GERALDO ALVES DA SILVA FILHO EXECUTADO:ADRIANA COELHO EXECUTADO:ELIAS ALEXSANDRO MARQUES MUNIZ EXECUTADO:CINTHYA JULLIANY WANESSA SOUZA ALMEIDA. PROCESSO N°: 0013545-94.2016.814.0040 EXEQUENTE (S): BANCO DO BRASIL S.A. EXECUTADO (A) (S): GASF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-ME, GERALDO ALVES DA SILVA FILHO, ADRIANA COELHO, ELIAS ALEXSANDRO MARQUES MUNIZ, CINTHYA JULLIANY WANESSA SOUZA ALMEIDA. DESPACHO Vistos, etc. Acolho o pedido formulado pela parte autora à fl. 80 dos autos, desse modo, defiro tanto o desentranhamento dos documentos solicitados, devendo os mesmos serem substituídos por cópia, quanto o pedido de vistas fora do Cartório pelo prazo comum de 15 (quinze) dias. Transcorrido o prazo alhures mencionado e não havendo mais diligências a serem feitas, arquive-se o processo com as cautelas de praxe. Intime-se a parte exequente, por patrono, via DJE. Cumpra-se integralmente. Parauapebas/PA, 18 de junho de 2019. PRISCILA MAMEDE MOUSINHO Juíza de Direito Titular da 1° Vara Cível e Empresarial.

PROCESSO: 00070670220188140040 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PRISCILA MAMEDE MOUSINHO Ação: Procedimento Comum em: 18/06/2019---REQUERENTE:L. M. S. E. EMPREEDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 10652-A - ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA RODRIGUES DA SILVA. PROCESSO N°: 0007067-02.2018.814.0040 AÇ¿O DE RESCIS¿O CONTRATUAL C/C PEDIDO DE REINTEGRAÇ¿O DE POSSE COM PEDIDO LIMINAR E INDENIZAÇ¿O POR PERDAS E DANOS. REQUERENTE: L.M.S.E. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. REQUERIDA: MARIA RODRIGUES DA SILVA, residente e domiciliada na RUA PAYSANDU, QD.005, LT. 07, RESIDENCIAL BAMBUÍ, PARAUAPEBAS/PA, CEP: 68.515-000. DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA Vistos os autos. Considerando o endereço pela parte autora fornecido às fls. 112/123 dos autos, observando-se o devido recolhimento das custas atinentes a diligência, cumpra-se a seguinte decis¿o: Passo à análise do pedido de tutela. I) Da tutela provisória de urgência de reconhecimento da rescis¿o contratual promovida pela requerente e concess¿o liminar de reintegraç¿o da na posse do imóvel sob litígio. Trata-se de AÇ¿O DE RESCIS¿O CONTRATUAL C/C REINTEGRAÇ¿O DE POSSE COM PEDIDO LIMINAR E INDENIZAÇ¿O POR PERDAS E DANOS proposta por L.M.S.E. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA em face de MARIA RODRIGUES DA SILVA, alegando, em síntese, que formalizou com o requerido contrato de compromisso de compra e venda de formulário nº 1074B, referente a um lote, medindo 204,33 m², localizado na Rua M-6, s/n°, Quadra 221, Lote 02, Residencial Cidade Jardim, neste município, mediante financiamento do saldo devedor e parcelamento do montante em prestações mensais, conforme valores indicados nos autos, sendo estes reajustáveis com

juros de mora de 6% (seis por cento) ao mês e correção monetária pelo IGPM/FGV. Argumenta que, embora tenha promovido a notificação extrajudicial para quitação do débito, o requerido persistiu no descumprimento das obrigações pactuadas. No mais, afirma que o requerido regularmente constituído em mora, permaneceu inerte, embora devidamente notificado para efetuar a quitação do débito, o que enseja a rescisão contratual e reintegração da posse do imóvel, ante o teor da cláusula resolutiva expressa. Desta forma, requer o reconhecimento da rescisão contratual e, consequentemente, o deferimento da liminar de reintegração da autora na posse do aludido imóvel. Juntou documentos essenciais a propositura da ação. DECIDO. Segundo a nova sistemática processual, a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência; a tutela provisória de urgência pode ser de natureza cautelar ou satisfativa, a qual pode ser concedida em caráter antecedente ou incidental (CPC, artigo 294). Nos termos do art. 300 do CPC, para a concessão de provimento cautelar faz-se necessária a presença simultânea de dois requisitos, a saber: a probabilidade do direito (fumus boni iuris) e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora). Em apreciação dos requisitos autorizadores da concessão da tutela provisória de urgência, verifico que não se configura extreme de dúvida, por ora, o pressuposto da probabilidade do direito, uma vez que a cláusula resolutória expressa neste caso não opera de imediato seus efeitos, exigindo a manifestação judicial sobre a rescisão contratual. Desta forma, em análise de cognição sumária, verifico que não há caracterização da regular constituição em mora do promitente comprador, haja vista que a notificação extrajudicial contida nos autos não observa o regramento específico da Lei n. 6.766 /1979 (Lei de Parcelamento do Solo). Nesse diapasão, a legislação específica busca através da notificação cartorária, resguardar a segurança dos negócios jurídicos, ora pautados na boa fé contratual, revestindo o ato de formalismo, publicidade e autenticidade indispensáveis nas relações contratuais. Contudo, vale ressaltar que a falta de regular notificação extrajudicial não pode obstaculizar o prosseguimento da demanda, eis que poderá ser suprida pela citação válida. In casu, o conjunto documental dos autos evidencia a instabilidade do pedido liminar, pois não há conjugação dos requisitos específicos da tutela de urgência, ora delineados no art. 300 do CPC. Ante o exposto, ausente um dos requisitos legais previstos no art. 300 do NCPC, indefiro os pedidos de tutela de urgência. III -) DA AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇ¿O. Designo audiência de conciliação, para o dia 07/08/2019, às 09h20min. Cite-se e intime-se o requerido, advertindo-o de que o prazo para contestação (de quinze dias úteis) será contado a partir da realização da audiência. A ausência de contestação implicará revelia e presunção de veracidade da matéria fática apresentada na petição inicial. Fiquem as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir), sendo a ausência injustificada considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados. Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo de quinze dias úteis apresente manifestação (oportunidade em que: I - havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II - havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III - em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção). Intime-se a parte autora, por seu advogado, nos termos do art. 334, §3º, do CPC. Em relação às custas, fica a parte não beneficiária da gratuidade processual, ciente de que deverá, no prazo legal recolher às custas das diligências para a citação e intimação da parte, nos termos da Lei da Estadual nº 8.328/2015, sob pena de extinção do feito. SERVE A PRESENTE DECIS¿O COMO MANDADO / CARTA DE CITAÇ¿O / INTIMAÇ¿O / OFÍCIO. Cumpra-se. Parauapebas/PA, 18 de junho de 2019. PRISCILA MAMEDE MOUSINHO Juíza de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas.

PROCESSO: 00024743220158140040 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PRISCILA MAMEDE MOUSINHO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 18/06/2019---EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA SA BASA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) OAB 13221-A - CAIO ROGERIO DA COSTA BRANDAO (ADVOGADO) EXECUTADO:EURICO MIGUEL DA SILVA EIRELLI ME EXECUTADO:EURICO MIGUEL DA SILVA. PROCESSO N°: 0002474-32.2015.814.0040 EXEQUENTE (S): BANCO DA AMAZÔNIA S.A. EXECUTADO (A) (S): EURICO MIGUEL DA SILVA EIRELI-ME e EURICO MIGUEL DA SILVA. DESPACHO Vistos, etc. Intime-se a parte autora, por seu patrono, via DJE, para que no prazo de 10 (dez) se manifeste sobre a certidão juntada à fl. 80 dos autos, pugnando pelas medidas que entender cabíveis. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, voltem-me

os autos conclusos. Cumpra-se. SIRVA-SE DESTE INSTRUMENTO PARA FINS DE MANDADO. Parauapebas/PA, 18 de junho de 2019. PRISCILA MAMEDE MOUSINHO Juíza de Direito Titular da 1° Vara Cível e Empresarial.

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS

Número do processo: 0805744-89.2019.8.14.0040 Participação: REQUERENTE Nome: MARIA DO NASCIMENTO LACERDA PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE PARAUAPEBASRua C Quadra Especial S/N Cidade Nova PROCESSO Nº: 0805744-89.2019.8.14.0040DECISÃOConforme pedido da Defensoria Pública, proceda a intimação pessoal da parte autora para dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de extinção.Absurdo o que vem ocorrendo rotineiramente, a Defensoria Pública nem se dá ao trabalho de telefonar para parque ao qual esta assistindo (consta celular na inicial), processo autuado em 20/06/2019, escudado no novo artigo 186, § 2º do C.P.C, onerando e dificultando a entrega da prestação jurisdicional. Publique-se. Intime-se.Parauapebas/PA, 27 de junho de 2019JuízaELINE SALGADO VIEIRA, Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas(documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001)

Número do processo: 0804676-07.2019.8.14.0040 Participação: REQUERENTE Nome: LINO FERRAZ LIMA Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS ROBERTO SALUMOAB: 868 Participação: REQUERIDO Nome: Nivolina Santos Lima PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE PARAUAPEBAS Rua C,S/N, Quadra Especial, Cidade Nova, Parauapebas/PAEDITAL - 28 de junho de 2019PRAZO DE 20 DIASProcesso Nº:0804676-07.2019.8.14.0040Ação:DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)Requerente:LINO FERRAZ LIMARequerido:NIVOLINA SANTOS LIMAA Excelentíssima Dra. Eline Salgado Vieira, Juíza de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial desta Comarca de Parauapebas, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc.FAZ SABERa todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo se processam os autos acima e encontrando-se a parte requerida atualmente em local incerto e não sabido, não sendo localizada para intimação pessoal, expede-se o presente edital, paraINTIMA-LA da Sentença que julga procedente o pedido de divórcio do casal, dissolvendo o vínculo conjugal entre as partes, com fulcro nos artigos 1571, inciso IV, do código Cível Brasileiro c/c art. 226, § 6º da Constituição Federal de 1998, EC. º 66. Prolatada nos autos acima que se encontra no cartório da 2ª Vara cível e empresarial a disposição para, querendo, apresentar recurso no prazo legal. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém venha alegar ignorância expediu-se o presente que será publicado na forma da lei.Dado e passado nesta Comarca de Parauapebas, Estado do Pará. 28 de junho de 2019. Eu, Lucas Alves Jaques, este digitei. IRISNEIDE SANTANADiretora de Secretaria(Provimento nº 006/2006 c/ Prov. 08/2014. CJRMB)(documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001

Número do processo: 0801924-96.2018.8.14.0040 Participação: REQUERENTE Nome: GRACIETE VIEIRA ROCHA Participação: ADVOGADO Nome: LAYLA DANIELLY COSTA PINHEIROOAB: 26817/PA Participação: INVENTARIADO Nome: ABIMAEL BARBOSA DA ROCHA PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE PARAUAPEBASRua C Quadra Especial S/N Cidade Nova PROCESSO Nº: 0801924-96.2018.8.14.0040DECISÃOVerifico que esta tramitando na 2ª Vara Cível e Empresarial de Belém, processo nº.0823857-55.2017.8190301, anterior a este processo.Assim, para fins de aproveitamento de documentos já juntado nestes autos, determino a remessa destes autos para aquela vara.Cumpra-sePublique-se. Intime-se.Parauapebas/PA, 27 de junho de 2019JuízaELINE SALGADO VIEIRA, Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas(documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001)

Número do processo: 0805115-18.2019.8.14.0040 Participação: EMBARGANTE Nome: JOEL FERNANDES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: GLEYSON RODRIGUES BARBOSAOAB: 28593/PA Participação: EMBARGADO Nome: BANCO DA AMAZONIA SA [BASA DIRECAO

GERAL]PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE PARAUAPEBASRua C Quadra Especial S/N Cidade Nova PROCESSO Nº: 0805115-18.2019.8.14.0040 JOEL FERNANDES DA SILVA BANCO DA AMAZONIA SA [BASA DIRECAO GERAL] DECISÃO Conforme a Súmula nº 06 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que foi alterada pelo Pleno do TJ/PA no dia 27.07.2016, a alegação de hipossuficiência econômica configura presunção meramente relativa de que a pessoa natural goza do direito ao deferimento da gratuidade de justiça prevista no artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil, podendo ser desconstituída de ofício pelo próprio magistrado caso haja prova nos autos que indiquem a capacidade econômica do requerente.Desta forma, a simples declaração de pobreza é insuficiente para o enquadramento da parte nos requisitos exigidos para a concessão dos benefícios da Lei nº 1.060/50, devendo a aplicabilidade da súmula ser condizente com os fatos apresentados na inicial.No caso em apreço, verifico que o autor, embora informe que trabalha como rural, não comprova o seu atual rendimento, sendo que depositou soma vultuosa para parcelamento da dívida, ao que parece, pode custear as despesas processuais.Assim, indefiro os benefícios da justiça gratuita e determino o recolhimento de forma parcelada, as custas processuais, no prazo de 5 (cinco) dias, para primeira parcela, e as demais em 30, 60 e 90 dias.A Secretaria deve incluir o(os) advogado(os) da embargadaPublique-se. Intime-se. Cumpra-se. Parauapebas/PA, 27 de junho de 2019 JuízaELINE SALGADO VIEIRA, Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial(documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001)

Número do processo: 0804498-92.2018.8.14.0040 Participação: REQUERENTE Nome: B.B.R.A. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHOOAB: 10652-A/PA Participação: REQUERIDO Nome: JOAO ESTEVAO DOS SANTOS TEIXEIRA PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE PARAUAPEBAS Rua C, S/N, Quadra Especial, Cidade Nova, Parauapebas/PA EDITAL - 28 de junho de 2019 PRAZO DE 20 DIAS Processo Nº: 0804498-92.2018.8.14.0040 Ação: RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO LIMINAR E INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOSRequerente: B.B.R.A. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDARequerido: JOAO ESTEVAO DOS SANTOS TEIXEIRA A Excelentíssima Dra. Eline Salgado Vieira, Juíza de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial desta Comarca de Parauapebas, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc.FAZ SABERa todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo se processam os autos acima, e estando a parte requerida, atualmente em local incerto e não sabido, e por isso, expede-se o presente edital, paraCITÁ-LApor todo o conteúdo da ação, o qual encontra-se a disposição na secretaria da 2ª Vara Cível e empresarial para conhecimento, e na forma do artigo 332, § 4 do CPC, para apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém venha alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta Comarca de Parauapebas, Estado do Pará. 28 de junho de 2019. Eu, Lucas Alves Jaques, este digitei. IRISNEIDE SANTANADiretora de Secretaria (Provimento nº 006/2006 c/ Prov. 08/2014. CJRMB)(documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001)

Número do processo: 0801502-24.2018.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: MARCOS VASCONCELOS COSTA Participação: ADVOGADO Nome: ELLINA DE SOUSA MEDEIROSOAB: 027 Participação: AUTOR Nome: MARCIA VASCONCELOS COSTA Participação: ADVOGADO Nome: ELLINA DE SOUSA MEDEIROSOAB: 027 Participação: AUTOR Nome: MARCELO WASCONCELOS COSTA Participação: ADVOGADO Nome: ELLINA DE SOUSA MEDEIROSOAB: 027 Participação: RÉU Nome: MAURO DE JESUS SILVA Participação: ADVOGADO Nome: DJENANI DA VITORIAOAB: 11612/PA PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE PARAUAPEBASRua C Quadra Especial S/N Cidade Nova PROCESSO Nº: 0801502-24.2018.8.14.0040DECISÃO De proêmio, cumpre observar a existência dedois pedidosna peça de ingresso,(a)reconhecimento e dissolução de união estável(b)declaratória de sub-rogação de bem imóvel, sendo pontos controvertidos o período de duração (início e término) da convivência marital e o ato sub-rogatório.Assim posto, verifico equívoco dos autores na atribuição ao valor da causa, pois o segundo pedido tem natureza evidentemente patrimonial, logo, deve ser considerado para esse fim. Nos termos do art. 292, § 3º, do CPC, "o juiz corrigirá, de ofício e por arbitramento, o valor

da causa quando verificar que não corresponde ao conteúdo patrimonial em discussão ou ao proveito econômico perseguido pelo autor, caso em que se procederá ao recolhimento das custas correspondentes".Como não houve avaliação do bem imóvel que se pretende sub-rogado, tenho como critério o valor nele investido originário do precedente imóvel alienado, e nesses termos corrijo de ofício e por arbitramento o valor da causa para R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), porém mantenho o benefício da gratuidade de justiça deferido, pois o impugnante/réu não trouxe qualquer prova para infirmar a declaração de hipossuficiência dos autores.No mais, com o fito de averiguar eventual conexão por prejudicialidade e/ou perigo de decisões conflitantes, deve a parte autora juntar cópia integral do processo de inventário e partilha nº 0001482-66.2018.8.14.0040, em trâmite na 1ª Vara Cível e Empresarial desta Comarca, para, se o caso, promover a reunião dos feitos no juízo prevento.Por fim, justifique os demandantes por que dos cinco filhos/herdeiros (cf.certidão de óbito), apenas três ingressaram com a presente ação, devendo qualificar e promover a citação dos demais interessados, caso não os integre como litisconsortes.Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Publique-se. Intime-se.Parauapebas/PA, 17 de abril de 2019.JuízaELINE SALGADO VIEIRA, Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas(documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001)

Número do processo: 0804680-78.2018.8.14.0040 Participação: REQUERENTE Nome: L.M.S.E. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHOOAB: 10652-A/PA Participação: REQUERIDO Nome: DENES SILVA VIANA PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE PARAUAPEBAS Rua C, S/N, Quadra Especial, Cidade Nova, Parauapebas/PA EDITAL - 28 de junho de 2019 PRAZO DE 20 DIAS Processo Nº: 0804680-78.2018.8.14.0040 Ação: RESCISÃO CONTRATUAL C/C PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE COM PEDIDO LIMINAR E INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOSRequerente: L.M.S.E. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDARequerido: DENES SILVA VIANA A Excelentíssima Dra. Eline Salgado Vieira, Juíza de Direito titular da 2ª Vara Cível e Empresarial desta Comarca de Parauapebas, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc.FAZ SABERa todos quanto o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este Juízo se processam os autos acima, e estando a parte requerida, atualmente em local incerto e não sabido, e por isso, expede-se o presente edital, paraCITÁ-LApor todo o conteúdo da ação, o qual encontra-se a disposição na secretaria da 2ª Vara Cível e empresarial para conhecimento, e na forma do artigo 332, § 4 do CPC, para apresentar manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. E para que chegue ao conhecimento de todos e no futuro ninguém venha alegar ignorância, expediu-se o presente Edital que será publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta Comarca de Parauapebas, Estado do Pará. 28 de junho de 2019. Eu, Lucas Alves Jaques, este digitei. IRISNEIDE SANTANADiretora de Secretaria (Provimento nº 006/2006 c/ Prov. 08/2014. CJRMB)(documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001)

Número do processo: 0800225-36.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: AYMORE CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A. Participação: ADVOGADO Nome: TOME RODRIGUES LEAO DE CARVALHO GAMAOAB: 7312/AL Participação: RÉU Nome: PEDRAFORT COMERCIO E TRANSPORTE DE GAS LTDA - ME PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE PARAUAPEBASRua C Quadra Especial S/N Cidade Nova PROCESSO Nº: 0800225-36.2019.8.14.0040DECISÃOCom as escusas deste Juízo faço a juntada da pesquisa INFOJUD, devendo a parte se manifestar sobre o resultado, sendo que a secretaria deve observar a decisão anterior para fins de cumprimento, pagas as custas.Publique-se. Intime-se.Parauapebas/PA, 27 de junho de 2019JuízaELINE SALGADO VIEIRA, Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas(documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001)

Número do processo: 0805700-70.2019.8.14.0040 Participação: REQUERENTE Nome: MARCO ANTONIO DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: HADLA PEREIRA DA SILVAOAB: 5719PA

Participação: REQUERIDO Nome: CLEUNIR DA SILVA GARCIA PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE PARAUAPEBASRua C Quadra Especial S/N Cidade Nova PROCESSO Nº: 0805700-70.2019.8.14.0040DECISÃOConcedo os benefícios da justiça gratuita a parte autora, por vislumbrar para o momento sua hipossuficiência.Publique-se. Intime-se.Parauapebas/PA, 27 de junho de 2019JuízaELINE SALGADO VIEIRA, Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas(documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001)

Número do processo: 0805356-89.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: B. M. S. R. Participação: ADVOGADO Nome: YASMINE DA SILVA PEREIRAOAB: 124-BPA Participação: EXECUTADO Nome: R. S. U.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE PARAUAPEBASRua C Quadra Especial S/N Cidade Nova EXECUÇÃO DE ALIMENTOS POR COERÇÃO - PRISÃO(Arts. 911, 528 - 533, do CPC/15) PROCESSO Nº: 0805356-89.2019.8.14.0040EXEQUENTE: BRENDA MYRLLA SILVA RODRIGUESEXECUTADO: RAFAEL SILVA UHL ENDEREÇO: RUA ZUMBI DOS PALMARES, S/N, QUADRA 26, LOTE 08, BAIRRO PALMARES II, PARAUAPEBAS - PA - CEP: 68515-000 VALOR: R$ 623,85 DECISÃO - MANDADO - OFÍCIO 1.Considerando que o título constante nos autos trata-se de uma sentença homologada no CEJUSC de Parauapebas, tornando-se portanto um título judicial, conforme termos do artigo 515, III, do NCPC, recebo a presente ação.2. Concedo os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC.3. Determino que a causa tramite em segredo de justiça, nos termos do art. 189, II, do NCPC.4. Cite-se o executado por Carta/Mandado,para que, em 03 (três) dias, contado da citação, efetue o pagamento das 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo, provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo.5. Não havendo pagamento no prazo assinalado, ou se a justificativa apresentada não for aceita, ser-lhe-á decretada sua prisão pelo prazo de 1 (um) a 3 (três) meses, que será cumprida em regime fechado.6. Considerando que a execução se funda em título executivo judicial, entendo que já houve inadimplemento espontâneo que o executado deixou de cumprir com a obrigação ali imposta. Dessa forma, proceda-se o PROTESTO deste título no valor apresentado como débito na inicial, considerando que não houve pagamento voluntário do título judicial. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. SERVIRÁ A PRESENTE, POR CÓPIA DIGITALIZADA, COMO MANDADO/OFÍCIO. Parauapebas/PA, 28 de junho de 2019 JuízaELINE SALGADO VIEIRA, Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial(documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001) INSTRUÇÕES PARA ACESSAR A CONTRAFÉ1º passo-> digite no navegador o seguinte link:pje.tjpa.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam2º passo-> aperte ?enter?3º passo-> insira no espaço ?Número do documento? o código:19061017244952600000106195234º passo-> clique em ?consultar?5º passo-> clique no ícone que aparecerá ao lado direito do número do documento.# Caso a parte queira visualizar todos os documentos do processo, deverá solicitar cadastro no Sistema PJe, enviando e-mail para 2civelparauapebas@tjpa.jus.br, com nome completo, número do CPF e do processo, ou comparecendo pessoalmente à Secretaria deste Juízo.

Número do processo: 0805705-92.2019.8.14.0040 Participação: REQUERENTE Nome: B. B. Participação: ADVOGADO Nome: LEONARDO DIAS FERREIRAOAB: 4810/TOPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE PARAUAPEBASRua C Quadra Especial S/N Cidade Nova PROCESSO: 0805705-92.2019.8.14.0040REQUERENTE: BIANCA BERNARDESSENTENÇATrata-se de requerimento de REGISTRO DE ÓBITO FORA DO PRAZO proposto por BIANCA BERNARDES, alegando ter perdido o prazo legal para realizar o registro de óbito, não tendo providenciado o registro antes do sepultamento do Sr. JESUS BERNARDES,seu pai.Requer, portanto, a lavratura do assento de óbito do de cujus. Juntou documentos para a propositura da ação.É o relatório. Passo a decidir. No caso em análise, a Lei 6.015/73 ampara o pedido, ao permitir o registro de óbito fora do prazo via ordem judicial,ex vidos arts. 77, 78 e 109 da referida lei especial. Ademais, a pretensão da parte autora encontra guarida no próprio ordenamento jurídico como um todo sistêmico, superando-se a fase legalista do direito, de sorte que a solução das demandas judiciais não pode mais prender-se unicamente à letra fria da lei. Assim, mostra-se razoável a justificativa exposta na inicial e, por isso mesmo, ainda que a referida lei não previsse o expediente ora pleiteado, seria de clarividente justiça o acolhimento do pedido, porque o direito é (ou deveria ser), acima

de tudo, prudência e razoabilidade.A propósito, diz-nos o art. 8º do Novo CPC: Ao aplicar o ordenamento jurídico, o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.Por fim, observo a legitimidade do requerente para o pedido, conforme art. 79 da citada Lei dos Registros Públicos, nada obstando o acolhimento do pleito, presumida a boa-fé do interessado.Em face do exposto e alicerçado nas provas documentais trazidas aos autos e com fundamento na Lei 6.015/73, JULGO PROCEDENTE o pedido do requerente, por sentença, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, razão pela qual DETERMINO a lavratura do registro de óbito na forma requerida na inicial do Sr. JESUS BERNARDES.Expeça-se Mandado para transcrição no Registro Civil competente, na forma do artigo 109, §4º da Lei nº 6.015/73.Custas na forma da lei, concedido o benefício da justiça gratuita à parte requerente.Atento o Oficial do Registro para a norma do art. 30 da LRP.Como não haveria interesse recursal, certifique-seincontinentio trânsito em julgado e, expedido o mandado, arquive-se.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Parauapebas/PA, 27 de junho de 2019. JuízaELINE SALGADO VIEIRA, Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas(documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001)

PROCESSO: 00172916720168140040 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): IRISNEIDE SANTANA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---REQUERENTE:DIONE DE JESUS SILVA Representante(s): OAB 15012-A - CLEILSON MENEZES GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA. ATO ORDINATÓRIO (PROV.06/2006-CJRM C/C Portaria 054/2008-GJ) Nos termos do provimento nº 006/2006-CJRM, c/c Portaria 054/2008-GJ, fica a parte autora INTIMADA para apresentar réplica/manifestação a contestação ofertada pela parte requerida. Prazo da Lei. Parauapebas/PA, 26 de junho de 2019. IRISNEIDE SANTANA Diretora de Secretaria

PROCESSO: 00034008120138140040 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): IRISNEIDE SANTANA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019---REQUERENTE:BANCO FINASA BMC SA Representante(s): OAB 14305 - CARLOS GONDIM NEVES BRAGA (ADVOGADO) REQUERIDO:TADEU ALVES DA SILVA . ATO ORDINATÓRIO (PROV.06/2006-CJRM C/C Portaria 054/2008-GJ) Nos termos do provimento n.º 006/2006-CJRM, /c Portaria 054/2008-GJ, fica a parte requerida INTIMADA para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação ofertado pela parte autora no prazo da lei. Parauapebas/PA, 28 de junho de 2019. IRISNEIDE SANTANA Diretora de Secretaria

PROCESSO: 00025364920108140040 PROCESSO ANTIGO: 201010021719 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): IRISNEIDE SANTANA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---REQUERIDO:BANCO FINASA BMC SA Representante(s): OAB 119.859 - RUBENS GASPAR SERRA (ADVOGADO) OAB 76696 - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (ADVOGADO) REQUERENTE:VICENTE DE PAULO SAMPAIO DA CONCEICAO Representante(s): OAB 15198-B - ELIENE HELENA DE MORAIS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO (PROV.06/2006-CJRM C/C Portaria 054/2008-GJ) Nos termos do provimento n.º 006/2006-CJRM, /c Portaria 054/2008-GJ, fica a parte requerida INTIMADA para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação ofertado pela parte autora no prazo da lei. Parauapebas/PA, 26 de junho de 2019. IRISNEIDE SANTANA Diretora de Secretaria

PROCESSO: 00071225020188140040 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): IRISNEIDE SANTANA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019---EXEQUENTE:MASTER CONSTRUTORA, INCORPORADORA E NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 33551 - THAIS APARECIDA PENA (ADVOGADO) OAB 25936-A - CARLA MARIA CARVALHO PASSOS (ADVOGADO) ROBERTA MOREIRA ALVES (REP LEGAL) OAB 18.478 - ARINILSON GONCALVES MARIANO (ADVOGADO) OAB 24.294 - CARLOS EDUARDO MURICY MONTALVAO (ADVOGADO) EXECUTADO:LINDOMAR LEITE CARDOSO EXECUTADO:ROZANIA MENEZES CARDOSO. ATO ORDINATÓRIO (PROV.06/2006-CJRM C/C Portaria 054/2008-GJ) Nos termos do provimento n.º 006/2006-CJRM, /c Portaria 054/2008-GJ,

fica a parte requerida INTIMADA para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação ofertado pela parte autora no prazo da lei. Parauapebas/PA, 26 de junho de 2019. IRISNEIDE SANTANA Diretora de Secretaria

PROCESSO: 00589023420158140040 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): IRISNEIDE SANTANA Ação: Execução de Alimentos em: 26/06/2019---EXEQUENTE:R. E. A. S. R. Representante(s): OAB 12084-A - VITORIA FERNANDES DA SILVA (ADVOGADO) RITA DE CASSIA ANDRADE DE SOUSA (REP LEGAL) EXECUTADO:O. V. R. Representante(s): OAB 7137-B - JOSEMIAS PORTELA PONTES (ADVOGADO) OAB 20889 - JORGIANO DIAS MOREIRA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO (PROV.06/2006-CJRM C/C Portaria 054/2008-GJ) Nos termos do provimento n.º 006/2006-CJRM, /c Portaria 054/2008-GJ, fica a parte requerida INTIMADA para apresentar contrarrazões ao recurso de apelação ofertado pela parte autora no prazo da lei. Parauapebas/PA, 26 de junho de 2019. IRISNEIDE SANTANA Diretora de Secretaria

PROCESSO: 00078639020188140040 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELINE SALGADO VIEIRA Ação: Procedimento Comum em: 05/04/2019---REQUERENTE:RESIDENCIAL CIDADE JARDIM VI SPE LTDA Representante(s): OAB 10652-A - ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (ADVOGADO) OAB 23643 - RAFAEL COELHO SARTORIO (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCINALDO IVO DOS SANTOS Representante(s): OAB 16834-A - HELDER IGOR SOUSA GONCALVES (ADVOGADO) . PROCESSO Nº: 0007863-90.2018.8.14.0040 SENTENÇA Tratam os autos de AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL COM REINTEGRAÇÃO DE POSSE com pedido de reintegração de posse movida por RESIDENCIAL CIDADE JARDIM VI SPE LTDA em face de FRANCINALDO IVO DOS SANTOS, tendo por objeto o contrato de compromisso de compra e venda de lote/terreno localizado no denominado loteamento Residencial Cidade Jardim. 1. RELATÓRIO Alega a Requerente, em suma, que as partes firmaram Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Lote/Terreno localizado no Residencial Cidade Jardim, porém o réu deixou de pagar as prestações ajustadas e, embora notificado, não purgou a mora, e por isso pleiteia a rescisão do contrato com a reintegração de posse. Decisão deferitória do pedido liminar, fls. 91-92. Termo de audiência sem acordo, fls.102. Devidamente citado, o réu apresentou contestação às fls. 145-168, alegando preliminarmente a carência de ação, por ser incabível reintegração de posse sem prévia rescisão judicial do contrato. No mérito, após tecer argumentos sobre o direito à moradia e vulneração da ré perante o contrato de adesão, reitera a inexistência dos requisitos para reintegração de posse, sobretudo por não haver esbulho, e sustenta que a inadimplência decorreu da elevação exponencial do valor das parcelas, inviabilizando o pagamento. Após questionar a legalidade das cláusulas contratuais relativamente às despesas rescisórias, postula em primeira linha de defesa a improcedência da ação, e alternativamente a manutenção no imóvel em homenagem ao direito à moradia, com o reequilíbrio do contrato, aplicando interpretação mais favorável ao consumidor no sentido de pagar o valor ajustado inicialmente em parcelas fixas, sem juros e correção monetária. Subsidiariamente, em caso de procedência da ação, requer a devolução das parcelas adimplidas e indenização pelas benfeitorias. Réplica da parte autora às fls. 196-224, para refutar as teses defensivas e reiterar os termos da inicial, impugnando prefacialmente o pedido de justiça gratuita. É O RELATÓRIO. Inicialmente, cabe registrar que esta magistrada em outros feitos já declarou sua suspeição em face de um dos advogados associados ao subscritor da contestação, com a necessária abertura de prazo à parte para constituir outro defensor, por já ter sido fixada a competência do órgão julgador natural. No caso concreto, porém, noto através da procuração de fls. 169 que o advogado referido não foi constituído pelo réu, logo, não pode representá-lo, nem atuar neste processo, e por isso passo ao regular julgamento da lide. 2. MÉRITO Antes de avançar ao mérito, passo à análise da preliminar suscitada pela contestante. A parte ré entende ser inadmissível ação de reintegração de posse por ausência dos requisitos legais dos arts. 560, 561 e 562 do CPC. Acontece que o autor propôs procedimento comum de rescisão contratual, conforme emenda da inicial deferida anteriormente. Nesse cenário, é irrelevante perquirir sobre específicos da possessória, porque não se trata de procedimento especial de reintegração de posse. Avançando, o feito encontra-se em ordem, tendo sido instruído com observância dos ditames legais inerentes à espécie, inexistindo vícios ou nulidades a sanar, não tendo as partes especificado ou justificado a produção de outras provas, sendo o caso de julgamento antecipado de mérito, a teor do artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Todos os fatos arguidos pelas partes são facilmente comprovados por provas documentais ou documentadas e, nos termos do art. 370, caberá ao juiz determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito, e no caso as

provas juntadas pelas partes são suficientes ao deslinde do feito. 2.1 DA RESCISÃO CONTRATUAL E CONSEQUENTE REINTEGRAÇÃO DE POSSE Os documentos carreados aos autos evidenciam o inadimplemento contratual por parte da adquirente, fato incontroverso nos autos. A autora procedeu à notificação extrajudicial da parte requerida, conforme documentos acostados com a inicial, bem como foi regularmente citada nos presentes autos. Na peça contestatória, o réu reconhece a existência da relação jurídica entabulada entre as partes, bem como o inadimplemento, embora tente atribuir à autora a culpa por sua inadimplência. Malgrado o esforço do contestante em justificar o descumprimento de suas prestações, o fato é que o contrato não guarda vícios de nulidade, salvo a ponderação a ser feita mais a frente sobre as despesas decorrentes da inadimplência. O consentimento foi livre e consciente, sendo que desde julho de 2016 a parte ré não honra com os pagamentos. Se a parte entende que há desequilíbrio contratual o caminho a ser trilhado é a renegociação da dívida ou repactuação do contrato e, não sendo favorável as condições, poderia, inclusive, ingressar com revisão de contrato, e não simplesmente deixar de pagar. A correção pelo IGPM e os juros de mora estão expressamente previstos no instrumento de contrato e não existe nenhuma vedação ao seu emprego, mesmo nas relações subsumidas ao Código de Defesa do Consumidor. A intervenção do Poder Judiciário nos contratos, à luz da teoria da imprevisão ou da teoria da onerosidade excessiva, exige a demonstração de mudanças supervenientes das circunstâncias iniciais vigentes à época da realização do negócio, oriundas de evento imprevisível (teoria da imprevisão) e de evento imprevisível e extraordinário (teoria da onerosidade excessiva), que comprometa o valor da prestação, demandando tutela jurisdicional específica, o que não é o caso dos autos. As teses do sonho da casa própria, do direito à moradia, da saúde financeira do réu e do contrato de adesão nem com muito esforço seriam suficientes a justificar o prolongado inadimplemento contratual. Seria privilegiar o mal pagador, a parte que descumpriu o contrato e, como quem pretendesse locupletar-se ilicitamente, permaneceu (e permanece) usufruindo do imóvel gratuitamente. Além disso, o contrato firmado entre as partes não foi de uma casa, mas de uma faixa de terreno (lote). Se o devedor, em vez de honrar com o pagamento das parcelas, preferiu reverter o dinheiro para construir uma casa em terreno alheio, então obrou sob sua conta e risco. A ré pretende ser premiada por descumprir o contrato. O argumento de dificuldades financeiras é demasiadamente frágil, porque esbarra frontalmente nos próprios autos, quando a parte teve condições de erguer no lote uma construção sabidamente onerosa. Ademais, os encargos da inadimplência, como juros da mora e juros compensatórios, além da multa, são perfeitamente cumuláveis, pois se prestam a reparar a parte lesada com o descumprimento contratual da outra parte. Portanto, a insolvência comprovada do promissário comprador dá causa à rescisão do contrato, nos termos do que restou pactuado, constituindo decorrência lógica da rescisão, o retorno das partes ao status quo ante, o que implica na reintegração da posse do imóvel à promitente vendedora e na devolução aos compradores dos valores por ela já pago. Ademais, a tese da aplicação do CDC e interpretação mais favorável ao devedor não merece prosperar, porque o contrato é expresso na forma de pagamento. Já na primeira página do instrumento contratual consta o preço do lote e o parcelamento em 156 parcelas mensais reajustáveis, e na cláusula 2ª do contrato todos os parâmetros para reajuste das prestações. Desta feita, afastados todos os fundamentos da contestação, e comprovado o inadimplemento longo e inescusável, a rescisão do contrato por culpa do comprador/réu é de ordem, sendo consequência lógica do fim do contrato a reintegração de posse em favor da autora, quem também detém o domínio do bem. Incontroversa, portanto, a inadimplência do devedor, torna-se imperiosa a rescisão contratual e logicamente o retorno das partes ao estado anterior, o que implica, necessariamente, no deferimento da reintegração da posse no imóvel pela promitente vendedora que, segundo restou incontroverso nos autos, ainda consta como sua legítima possuidora indireta. É o entendimento recorrente, senão vejamos: AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C RESCISÃO DE CONTRATO VERBAL DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. INADIMPLÊNCIA DO PROMITENTE COMPRADOR. LIMINAR DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. DEFERIMENTO. REQUISITOS DO ART. 927 DO CPC VERIFICADOS. DECISÃO MANTIDA. I - Deve ser mantida a liminar de reintegração de posse de imóvel, quando comprovado o preenchimento dos requisitos previstos no art. 927 do CPC, quais sejam, a existência de um Contrato de Promessa de Compra e Venda, o inadimplemento da avença por parte do promitente-comprador e a prova de que o esbulho aconteceu a menos de ano e dia. (TJMA, AI 21292014, Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF, DJ: 05/06/2014). Nessa senda, restou claramente caracterizado o descumprimento contratual (inadimplência) quando o comprador deixou de pagar o contrato em outubro de 2016, logo, a perda da posse do imóvel é inevitável. 2.2 DEVOLUÇÃO DAS PARCELAS QUITADAS Quanto à restituição ao requerido das parcelas pagas ao promitente vendedor, pacífico tratar-se de um direito garantido pelos artigos 51, II e 53 do Código de Defesa do Consumidor, devendo aplicar as normas consumeristas ao caso em comento, vez que se trata de um contrato de promessa de compra e venda, celebrado entre o autor/fornecedor e o réu/consumidor. Evidente, assim, o

direito da parte ré, promitente comprador à devolução das parcelas que pagou, ainda que tenha dado causa à rescisão contratual. Embora tal possibilidade esteja prevista no contrato firmado entre as partes, as cláusulas contratuais relativas à restituição das importâncias pagas pela requerida em caso de rescisão contratual por inadimplemento contratual, entendo que a forma de arbitramento utilizada pelo demandante é desarrazoada e prejudicial ao consumidor, em parte. Reconhecida a resolução do contrato de compromisso de compra e venda de bem imóvel por motivo de inadimplemento volitivo, a promitente compradora tem direito à devolução dos valores pagos, sobre os quais deve incidir apenas a correção monetária, a partir de cada desembolso, sendo incabível a aplicação de juros de mora, porquanto a rescisão contratual deu-se por seu inadimplemento. Ainda sobre a devolução das parcelas (saldo), noto que a cláusula 16ª, § 5º, ¿a¿ do contrato estabelece que a restituição do saldo será em parcelas mensais e sucessivas, cujo número será o mesmo das parcelas já pagas pelo comprador. A respeito da matéria, fora submetido ao Superior Tribunal de Justiça, na sistemática dos recursos repetitivos, a discussão que em parte tem a ver com essa questão, embora no acórdão paradigma o caso trate de contrato de promessa de compra e venda de unidade habitacional. O precedente pode ser usado na espécie porque a tese firmada não faz restrição e toca na forma de restituição das parcelas pagas em caso de rescisão contratual. Cuida-se do Tema 577 dos recursos especiais repetitivos, cujo paradigma foi o REsp 1300418/SC, tendo a 2ª Seção do STJ firmado em 13/11/2013 a seguinte tese: ¿Em contratos submetidos ao Código de Defesa do Consumidor, é abusiva a cláusula contratual que determina a restituição dos valores devidos somente ao término da obra ou de forma parcelada, na hipótese de resolução de contato de promessa de compra e venda de imóvel, por culpa de qualquer dos contratantes. Em tais avenças, deve ocorrer a imediata restituição das parcelas pagas pelo promitente comprador - integralmente, em caso de culpa exclusiva do promitente vendedor/construtor, ou parcialmente, caso tenha sido o comprador quem deu causa ao desfazimento¿. Assim, considerando que o contrato prevê a restituição de forma parcela, aplico a tese firmada em recurso repetitivo (Tema 577-RR/STJ), em homenagem ao disposto nos arts. 927, inciso III, e 1.040, III, ambos do Código de Processo Civil, para declarar a abusividade da cláusula, determinando que o saldo a ser devolvido ao autor deve ser de forma imediata em valor único. Por outro lado, considerando as despesas do demandante com administração, publicidade, corretagem, entre outras, é crível que possam exercer o seu direito de retenção de parte desse valor, devendo tal quantia ser apurada com razoabilidade em cada caso. Nesse sentido, é o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça: CIVIL E PROCESSUAL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. RESILIAÇ¿O PELO COMPRADOR POR INSUPORTABILIDADE DA PRESTAÇ¿O. POSSIBILIDADE. RETENÇ¿O SOBRE PARTE DAS PARCELAS PAGAS. ARRAS. INCLUS¿O.CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, ARTS. 51, II, 53 E 54. CÓDIGO CIVIL, ART. 924. I. A C. 2ª. Seção do STJ, em posição adotada por maioria, admite a possibilidade de resilição do compromisso de compra e venda por iniciativa do devedor, se este não mais reúne condições econômicas para suportar o pagamento das prestações avençadas com a empresa vendedora do imóvel (EREsp n. 59.870/SP, Rel. Min. Barros Monteiro, DJU de 09.12.2002). II. O desfazimento do contrato dá ao comprador o direito à restituição das parcelas pagas, porém não em sua integralidade, em face do desgaste no imóvel devolvido e das despesas realizadas pela vendedora com corretagem, propaganda, administrativas e assemelhadas, sob pena de injustificada redução patrimonial em seu desfavor, sem que, no caso, tenha dado causa ao desfazimento do pacto. Retenção aumentada em favor da vendedora-recorrente. Precedentes. III. Compreendem-se no percentual a ser devolvido ao promitente comprador todos valores pagos à construtora, inclusive as arras. IV. Recurso especial conhecido e parcialmente provido." (STJ - RESP 355818/MG; Relator Min. Aldir Passarinho Junior - DJ de 25/08/2003). "AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FINANCIAMENTO. IMÓVEL. OBRA. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. RESCIS¿O. DEVOLUÇ¿O DAS PARCELAS PAGAS. SÚMULA 83/STJ. 1. "Há enriquecimento ilícito da incorporadora na aplicação de cláusula que obriga o consumidor a esperar pelo término completo das obras para reaver seu dinheiro, pois aquela poderá revender imediatamente o imóvel sem assegurar, ao mesmo tempo, a fruição pelo consumidor do dinheiro ali investido." (REsp 633.793/SC, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/06/2005, DJ 27/06/2005, p. 378) 2. Não se conhece do recurso especial pela divergência quando a orientação desta Casa se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido. Incidência da Súmula 83/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ - AgRg no REsp 863639/SC, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 15/08/2011). Quanto ao tema, também já se assentou a jurisprudência dos Egrégios Tribunais de Justiça: "AÇ¿O DE RESCIS¿O DE CONTRATO - PROMESSA DE COMPRA E VENDA - IMÓVEL - RESTITUIÇ¿O DAS PARCELAS PAGAS - RETENÇ¿O DO PERCENTUAL DE 10% DO VALOR PAGO - RAZOABILIDADE - DEVOLUÇ¿O IMEDIATA DAS PARCELAS - EXIGÊNCIA.- A jurisprudência dos Tribunais pátrios, inclusive, do Colendo Superior Tribunal de Justiça, está hoje consolidada no sentido de admitir a possibilidade de rescisão do compromisso de

compra e venda por iniciativa do devedor, se este não mais reúne condições econômicas para suportar o pagamento das prestações avençadas com a empresa vendedora do imóvel.- Mesmo por inadimplência justificada do devedor, o contrato pode prever a perda de parte das prestações pagas, a título de indenização do promitente vendedor, para cobertura de despesas decorrentes do próprio negócio.- Rescindida a promessa de compra e venda, a retenção pelo vendedor de 10% do valor pago, cobre suficientemente a multa devida pelo devedor, despesas de corretagem, publicidade e outras perdas." (AC 1.0024.04.304990-7/001, 9ª Câmara Cível, Rel. Des. Osmando Almeida, 18/04/2011). "AÇ¿O ORDINÁRIA - CONTRATO DE PROMESSA DE COMPRA E VENDA - IMÓVEL - INADIMPLÊNCIA - CARÊNCIA DE AÇ¿O - N¿O CONFIGURADA - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - APLICABILIDADE - RESTITUIÇ¿O DAS PRESTAÇ¿ES PAGAS - POSSIBILIDADE - RETENÇ¿O - MAJORAÇ¿O - INVIABILIDADE - CORREÇ¿O MONETÁRIA - JULGAMENTO ULTRA PETITA - ADEQUAÇ¿O - JUROS - REDUÇ¿O. (...) omissis. É cediço que as relações entre as construtoras e os seus clientes, em contratos de promessa de compra e venda, além de suas regras próprias, são regidas ainda, pelo sistema consumerista, já que se amoldam aos conceitos de fornecedor e consumidor, implicando no reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor. Todos os valores pagos pelo consumidor à construtora, a título de prestações, e seus acréscimos moratórios, além do sinal, deverão ser restituídos, possibilitando-se a retenção de percentual equitativo, para cobrir as despesas com o bem e a rescisão contratual". (TAMG, 4ª Câmara Cível, Apelação nº2.0000.00.424899-7/000, Relator Juiz Antônio Sérvulo, 27.03.2004). A promitente compradora, portanto, tem direito a devolução dos valores pagos, sobre os quais deve incidir apenas a correção monetária, a partir de cada desembolso, sendo incabível a aplicação de juros de mora, porquanto a rescisão contratual deu-se por seu inadimplemento, podendo o requerente exercer o seu direito de retenção, que visando manter o equilíbrio entre as partes no retorno ao estado ¿quo ante¿ e evitar enriquecimento ilícito do promissário vendedor, fixo em 10% (dez por cento) do valor a ser restituído, levando-se em conta as despesas realizadas pelas vendedoras com publicidade, tributárias e administrativas, dentre outras despesas administrativas, que são presumidas e, portanto, dispensam a prova de tais encargos. O valor de 20% previsto na cláusula 16, §1º, letra D, do contrato firmado entre as partes não especifica a que se refere, ao fazer uma cumulação genérica de despesas tributárias, administrativas, financeiras, publicitárias, lançamento e indenização por perdas e danos e lucros cessantes. O percentual de 10% ora fixado a título de administração contratual não inclui perdas e danos, porque abusiva a cumulação feita pela empresa autora. Logo, reduzo o valor previsto na cláusula acima referia de 20% para 10%, afastando a previsão de perdas e danos e lucros cessantes. 2.3 CLÁUSULA PENAL e PERDAS E DANOS Todavia, ao passo que a lei consumerista veda a cláusula que prevê a perda total das prestações pagas pelo consumidor, permite que seja pactuada pena para o descumprimento da obrigação pelo consumidor, a fim de se evitar os possíveis abusos. A cláusula penal, também denominada de pena convencional tem como finalidade principal pré-liquidar danos, em caráter antecipado, quando houver inadimplemento culposo, absoluto ou relativo da obrigação, de modo que uma vez exigido o percentual pré-estabelecido a título de cláusula penal, resta evidente a impossibilidade de cumular a cobrança com outros valores a título de perdas e danos, vez que tal cláusula tem a função de prefixação de danos devidos em razão do inadimplemento do contrato. A cumulação destes incorreria em bis in idem. No caso sub judice, os contratantes incluíram a cláusula penal de 10% do valor atualizado do contrato, com o objetivo de prefixar perdas e danos devidos em razão do inadimplemento do contrato. Assim, no tocante ao pleito de condenação ao pagamento de multa moratória no percentual de 10% do valor atualizado do contrato, a título de cláusula penal, cumulada com perdas e danos, entendo que tais pedidos são inacumuláveis, sob pena de enriquecimento ilícito por parte dos promitentes vendedores. Nesse sentido, confira-se: APELAÇ¿O CÍVEL - AÇ¿O DE RESCIS¿O DE COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA C/C REINTEGRAÇ¿O DE POSSE E COBRANÇA DE CLÁUSULA PENAL E INDENIZAÇ¿O POR PERDAS E DANOS - RESCIS¿O DECRETADA EM PRIMEIRO GRAU - CUMULAÇ¿O DE CLÁUSULA PENAL COM INDENIZAÇ¿O POR PERDAS E DANOS - IMPOSSIBILIDADE. 1. Havendo cláusula contratual na qual houve estipulação das arras penitenciais, é incabível a cumulação do recebimento de valor referente à cláusula penal e eventual indenização por perdas e danos, sob pena de enriquecimento ilícito. 2. "As arras visam determinar, previamente, as perdas e danos pelo não cumprimento da obrigação a que tem direito o contraente que não deu causa ao inadimplemento (RT, 516:228; 2:44)" (in Maria Helena Diniz, Código Civil Anotado, 5. ed., Saraiva, 1999, p. 782). 3. Apelação desprovida. (TJ-PR - AC: 6145099 PR 0614509-9, Relator: Guilherme Luiz Gomes, Data de Julgamento: 12/01/2010, 7ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 318). (Grifou-se). AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. APLICAÇ¿O DA SÚMULA 83/STJ. CUMULAÇ¿O DA CLÁUSULA PENAL E INDENIZAÇ¿O POR PERDAS E DANOS. INCIDÊNCIA SÚMULA 7/STJ. RECURSO IMPROVIDO. I- Não é possível a cumulação de cláusula penal compensatória e indenização por perdas e danos. II-

Aplica-se a Súmula 7 do STJ na hipótese em que a tese versada no recurso reclama a análise de elementos probatórios gerados ao longo da demanda. III- Agravo regimental a que se nega provimento. (STJ - AgRg no Ag: 788124 MS 2006/0143648-4, Relator: Ministro PAULO FURTADO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/BA), Data de Julgamento: 27/10/2009, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 11/11/2009). (Grifou-se). Nesse sentido, fica afastada a cumulação da cláusula penal com perdas e danos e lucros cessantes. Outrossim, no tocante à aplicação das cláusulas contratuais que estipulam os encargos a serem suportados pelo consumidor em caso de rescisão contratual (Cláusula 15ª, 16ª e 17ª), como multa compensatória no valor de 10% do valor atualizado do contrato, taxa de fruição de 0,25% incidente sobre o valor total da compra e venda, por mês, a título de aluguel, indenização por perdas e danos, bem com a forma de devolução das quantias pagas pelo consumidor no transcorrer do contrato, se mostram desproporcionais, embora se reconheça que o valor da fruição do imóvel (0,25%) seja razoável. Contudo, quanto à multa compensatória deve o percentual estipulado contratualmente incidir sobre os valores efetivamente pagos, e não sobre o valor atualizado do contrato, por ser razoável, por ser medida mais razoável e proporcional ao caso em comento, evitando-se assim o enriquecimento ilícito da requerida que terá o seu bem de volta. No mais, mantenho hígido o contrato quanto à taxa de fruição de 0,25%, por ser favorável ao promovido. 2.4 TAXA DE OCUPAÇÃO ILÍCITA - FRUIÇÃO O autor sustenta, ainda, ter direito ao recebimento da indenização a título de taxa de ocupação ilícita e uso indevido do imóvel (fruição), objeto da contratação, em relação ao período em que esteve ocupado pela ré, contados da inadimplência. Por fruição entende-se o proveito ou a utilização da coisa por quem detenha sua posse ou propriedade, aproveitando-lhe os produtos dali advindos ou por estar o bem em sua disponibilidade. Pois bem. Como sabido, no tocante à taxa de fruição, cumpre frisar que se trata de um aluguel cobrado do promitente - comprador pelo período em que o mesmo permanece ocupando o imóvel sem a devida contraprestação, qual seja, o pagamento total dos valores ajustados no contrato firmado. Nesse cenário e tendo em vista que o bem não foi restituído ao autor, parece-me justo o pagamento de percentual referente à fruição do imóvel, sob pena de enriquecimento indevido da ré, não tendo a parte demandada afastado essa pretensão. Nesse sentido, entendo que o percentual de 0,25% do valor atualizado do contrato na data desta sentença, relativo à fruição do imóvel prevista no contrato firmado entre as partes mostra-se adequado e razoável, levando-se em consideração o tempo de ocupação e o período de inadimplência. Assim, tenho que o percentual 0,25% do valor atualizado do contrato, por mês, a título de fruição do imóvel, reflete o real valor das locações no mercado de imóveis residenciais, sendo bastante justa a fixação neste percentual, limitando-se, porém, a 50% (cinquenta por cento) do valor a ser restituído, a título de parcelas pagas, sendo o montante o que mais se aproxima do valor de um possível aluguel, a partir da inadimplência até a efetiva desocupação. Este é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais pátrios: ¿CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA. RESCIS¿O CONTRATUAL. PROMITENTE COMPRADOR QUE N¿O REÚNE CONDIÇÕES ECONÔMICAS PARA O PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES. REAJUSTE DO SALDO DEVEDOR. RESÍDUO INFLACIONÁRIO. CLÁUSULA PENAL. INDENIZAÇ¿O PELA FRUIÇ¿O. CUMULAÇ¿O. POSSIBILIDADE. (...) A multa prevista pela cláusula penal não deve ser confundida com a indenização por perdas e danos pela fruição do imóvel, que é legítima e não tem caráter abusivo quando há uso e gozo do imóvel. Recurso especial conhecido e provido.¿ (STJ, REsp 953.907/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/03/2010, DJe 09/04/2010). RESCIS¿O CONTRATUAL E REINTEGRAÇ¿O DE POSSE. COHAB. Contrato de Promessa de Venda e Compra. Inadimplemento dos adquirentes caracterizado. Parcial procedência do pedido. Sentença que entendeu indevida a retenção dos valores pagos pelos réus. Possibilidade apenas de retenção de 10% a título de taxa de administração e de 0,7% do valor do contrato ao mês pela ocupação gratuita. Indenização pela ocupação que deve ser limitada a 50% do valor a ser restituído. Apelação da vendedora. Perda das parcelas pagas. Possibilidade. Abusividade não configurada. Jurisprudência deste E. TJSP. Recurso provido. (TJ-SP - APL: 01933599120098260100 SP 0193359-91.2009.8.26.0100, Relator: Ana Lucia Romanhole Martucci, Data de Julgamento: 04/09/2014, 6ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 04/09/2014). APELAÇÃO CÍVEL - AÇ¿O DE RESCIS¿O DE CONTRATO C/C REINTEGRAÇ¿O DE POSSE E INDENIZAÇ¿O - COMPRA E VENDA DE IMÓVEL - TAXA DE FRUIÇ¿O - DEVIDA A PARTIR DO INADIMPLEMENTO - CUMULAÇ¿O DA PENA CONVENCIONAL COM A INDENIZAÇ¿O PELA FRUIÇ¿O DO BEM - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO EM PARTE. Em caso de rescisão contratual, é devida indenização pelo uso (fruição) do imóvel após o inadimplemento das prestações pelo adquirente. Admite-se a cumulação da pena convencional com a indenização pela fruição do bem. (TJ-MS - APL: 01304712420058120001 MS 0130471-24.2005.8.12.0001, Relator: Des. Josué de Oliveira, Data de Julgamento: 11/03/2014, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: 21/03/2014). APELAÇÕES CÍVEIS - AÇ¿O DE REINTEGRAÇ¿O DE POSSE - COMPROMISSO DE COMPRA E VENDA - N¿O PAGAMENTO

DE PARCELAS PELO COMPRADOR - PEDIDO DE RESCIS¿O - RETORNO AO STATUS QUO ANTE - REINTEGRAÇ¿O NA POSSE DO BEM - MULTA RESCISÓRIA - INDENIZAÇ¿O PELA FRUIÇ¿O DO IMÓVEL. I- A insolvência comprovada do promissário comprador dá causa à rescisão do contrato, nos termos do que restou pactuado, constituindo decorrência lógica da rescisão, o retorno das partes ao status quo ante, o que implica na reintegração da posse do imóvel à promitente vendedora e na devolução ao comprador dos valores por ele já pagos. II- Rescindido o contrato de promessa de compra e venda por culpa do comprador, admite-se a retenção de parte das prestações pagas do valor correspondente a 10% do valor do contrato, a título de multa contratual, bem como de percentual relativo à fruição do imóvel, em quantia justa e coerente ao tempo de ocupação do bem, sob pena de enriquecimento indevido do comprador inadimplente. (TJ-MG - AC: 10701092856247001 MG, Relator: João Cancio, Data de Julgamento: 28/05/2013, Câmaras Cíveis / 18ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 05/06/2013). (Grifou-se). Portanto, em caso de rescisão contratual, é devida indenização pelo uso (fruição) do imóvel após o inadimplemento das prestações pelo adquirente, mesmo que o uso tenha sido apenas potencial, já que o imóvel estava em sua disponibilidade. 2.5 DA ALEGAÇÃO DE BENFEITORIAS Não podemos olvidar ainda, acerca das benfeitorias úteis e necessárias, caso existentes no imóvel, conforme apontado pela requerida em contestação. A realização de benfeitorias pode consistir na sua conservação, melhoramento ou embelezamento, e se classificam em necessárias, úteis ou voluptuárias, cuja definição está contida no art. 96 do Código Civil. No contrato firmado entre as partes há a possibilidade de indenização pelas benfeitorias úteis e necessárias, de modo que as mesmas devem ser apuradas em liquidação de sentença e devidamente indenizadas ao compromissário comprador, ora requerida, em obediência aos princípios da boa-fé, vedação do enriquecimento sem causa e da manutenção do equilíbrio entre as partes, caso a parte interessada comprove a realização das alegadas benfeitorias em conformidade com a lei e o contrato. No mais, reputo de boa-fé a posse da requerida pelo menos ao tempo em que estava adimplente, vez que outorgada mediante contrato de financiamento, celebrado com a autora, tendo o direito a ser ressarcida pelas benfeitorias úteis e necessárias, se demonstradas sua regularidade, em atenção ao art. 34, § 1º, da Lei nº 6.766/79. Finalmente, embora impugnado, o pedido de justiça gratuita não pode ser indeferido só por discordância da parte autora, que não se esmerou em provar fatos contrários à benesse legal. Nesse contexto, considerando apenas as informações constantes dos autos, não vejo elementos para negar a gratuidade ao réu, militando a seu favor a presunção legal de hipossuficiência do peticionário. 3. DISPOSITIVO ANTE O EXPOSTO, julgo procedente a demanda, nos termos do artigo 487, inciso I do Código de Processo Civil, para: A) DECLARAR rescindido o contrato de promessa de compra e venda do imóvel objeto desta lide, com efeitos retroativos à citação da ré, para os efeitos legais; B) Como consequência, REINTEGRAR a posse do imóvel à autora, confirmando a liminar concedida; C) Determinar a RESTITUIÇÃO das parcelas pagas (excluídos eventuais juros e multa de atraso) ao compromissário comprador, em valor único (Tema 577-RR/STJ), sobre o qual deve incidir apenas a correção monetária pelo IGPM, a partir de cada desembolso, sendo incabível a aplicação de juros de mora, porquanto a rescisão contratual deu-se por seu inadimplemento, podendo o promissário vendedor reter: C.1) o percentual de 10% (dez por cento) sobre esse valor (item C), levando-se em conta as despesas realizadas pelo vendedor com publicidade, tributárias e administrativas, dentre outras; e C.2) o percentual de 10% (dez por cento) sobre esse valor (item C) a título de multa compensatória pela rescisão; D) CONDENAR parte a parte ré a pagar taxa de fruição, mensal, no percentual de 0,25% incidente sobre o valor atualizado do contrato, a partir da inadimplência até a efetiva desocupação, limitando-se, porém, a 50% (cinquenta por cento) do valor a ser restituído a título de parcelas pagas, sendo o montante o que mais se aproxima do valor de um possível aluguel; E) A autora deverá indenizar a parte requerida das benfeitorias úteis e necessárias (ou acessões), caso comprovado nos autos sua efetiva e regular realização, a serem apuradas em liquidação de sentença, podendo compensar com os valores que terá que restituir à requerida, tudo na forma do contrato e da Lei 6.766/79. Condeno a parte promovida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como em honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor a ser efetivamente restituído, nos termos do art. 85, §2º, do Código de Processo Civil. Contudo, sendo beneficiário da Justiça Gratuita, que defiro neste ato, com espeque no art. 98, caput, do CPC, fica a obrigação sob condição suspensiva de exigibilidade (art. 98, §§ 2º e 3º, Idem). Atentem as partes, que em caso de eventual requerimento de cumprimento de sentença, deverá o interessado promovê-lo como processo eletrônico, via Sistema PJe, nos termos da Portaria Conjunta nº 001/2018-GP/VP e Portaria nº 53/2018-GD. Para tanto, defiro desde já o desentranhamento dos documentos necessários, mediante substituição por cópia. Transitada em julgado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Parauapebas/PA, 28 de março de 2019. Juíza ELINE SALGADO VIEIRA Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas -

PROCESSO: 00091315820138140040 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELINE SALGADO VIEIRA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/03/2019---REQUERENTE:GERDAU ACOS LONGOS SA Representante(s): OAB 10.220 - MARIO PEDROSO (ADVOGADO) OAB 24198-A - ERICK BRUNO DE SÁ LIMA (ADVOGADO) OAB 7.524 - BRUNNA NAZARENO ESCOBAR (ADVOGADO) OAB 147.434 - PABLO DOTTO (ADVOGADO) REQUERIDO:GASF INDUSTRIA E COMERCIO LTDAME Representante(s): OAB 42731 - MARCOS BARBOSA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . PROCESSO Nº: 0009131-58.2013.8.14.0040 SENTENÇA Trata-se de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL movida por GERDAU AÇOS LONGOS S/A em face de GASF INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, partes já qualificadas nos autos do processo em epígrafe. Para o prosseguimento do feito, deveria o exequente recolher as custas dos atos pretendidos, porém a parte não cumpriu o encargo, fls. 135-140, mesmo expirado em muito o prazo requerido às fls. 137. Em síntese, é o RELATÓRIO. O desenvolvimento e prosseguimento válido e regular do processo depende essencialmente do impulso processual expendido pelas partes ou interessados, cuja inércia enseja a extinção do processo sem resolução de mérito. Cabe à parte cumprir com as decisões e/ou despachos prolatados pelo juízo competente. Ora, para o processo ser efetivo e eficaz, o impulso processual depende do interesse da parte. Caso o interessado não demonstre vontade e interesse em prosseguir com o feito, resta ao juízo determinar o arquivamento dos autos ante o desinteresse na causa, extinguindo-se o processo. Destaque-se que, em face da instrumentalidade processual, os processos devem ser aproveitados ao máximo, contudo, esse aproveitamento possui limites e, levado ao extremo, poderia violar o devido processo legal, ou, o que não é menos grave, postergar a extinção do processo sem resolução do mérito, com o dispêndio de tempo e de recursos, gerando frustração nas partes e do Poder Judiciário. Por fim, a inércia da parte autora revela seu desinteresse na demanda, pois embora devidamente intimada de anterior decisão, sequer peticionou no processo para demonstrar interesse na continuidade do feito. Além disso, a parte sequer recolheu as custas para os demais atos do processo, inclusive citação dos réus/sócios. Não custa lembrar que a legislação incidente prescreve que as partes devem antecipar o pagamento das custas e comprovar oportunamente nos autos seu adequado recolhimento. Assim dispõe o art. 82, do NCPC: ¿Art. 82. Salvo as disposições concernentes à gratuidade da justiça, incumbe às partes prover as despesas dos atos que realizarem ou requererem no processo, antecipando-lhes o pagamento, desde o início até a sentença final ou, na execução, até a plena satisfação do direito reconhecido no título. § 1º Incumbe ao autor adiantar as despesas relativas a ato cuja realização o juiz determinar de ofício ou a requerimento do Ministério Público, quando sua intervenção ocorrer como fiscal da ordem jurídica. § 2º A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou.¿ Em reforço, a Lei nº 8.328/2015, que dispõe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, determina: ¿Art. 12. Caberá às partes recolher antecipadamente as custas processuais dos atos que requeiram ou de sua responsabilidade no processo, observado o disposto nesta Lei¿. Por fim, o prazo requerido na petição de fls. 137 há muito expirou, pois a toda evidência que se a parte requer dilação do prazo de 10 dias, então deveria cuidar de cumprir seu encargo dentro do prazo requerido. Assim, contando do protocolo do pedido, já transcorreram mais de 55 dias! ANTE O EXPOSTO, declaro extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos dos arts. 485, I e IV, c/c 924, I, e 925, todos do Código de Processo Civil. Custas processuais remanescentes, se houver, pelo autor. Defiro o desentranhamento dos documentos originais, mediante substituição por cópia, caso requerido pela parte. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Parauapebas/PA, 22 de março de 2019. Juíza ELINE SALGADO VIEIRA Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas - 3

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - GABINETE DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS PROCESSO: 00009881720128140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELINE SALGADO VIEIRA Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 EMBARGADO:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 8988 - ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) EMBARGANTE:MARCIA FERNANDA DIAS CAVALCANTE Representante(s): OAB 1111 - DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) . DECISÃO Defiro o pedido de fl.108/109 pelo prazo de cinco dias. Não havendo o cumprimento determino o arquivamento dos autos. Parauapebas, 28/06/2019. Juíza Eline Salgado

Vieira, PROCESSO: 00015632220088140040 PROCESSO ANTIGO: 200810011508 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELINE SALGADO VIEIRA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXEQUENTE:SEBASTIAO BATISTA DE SOUZA Representante(s): OAB 12902-B - ANDRE LUYZ DA SILVEIRA MARQUES (ADVOGADO) OAB 5949 - CRISTOVINA PINHEIRO DE MACEDO (ADVOGADO) OAB 12084-A - VITORIA FERNANDES DA SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:SUELY VALENTE JADJISKI EXECUTADO:GIAN CARLO JADJISKI Representante(s): OAB 10613 - ITAMAR GONCALVES CAIXETA (ADVOGADO) PERITO:JULIANNY DA SILVA FREITAS ANDRADE. PROCESSO Nº: 0001563-22.2008.8.14.0040 SENTENÇA Em decorrência do princípio da dialeticidade, todo o recurso deverá manter correspondência com a decisão objurgada, sob pena de inadmissibilidade. Nos recursos de fundamentação vinculada, como os recursos especial, extraordinário e embargos de declaração, o recorrente não poderá alegar qualquer matéria que desejar, estando sua fundamentação vinculação às matérias expressamente previstas em lei (NEVES, Daniel Amorim Assumpção. Novo Código de Processo Civil Comentado. Salvador/BA: Juspodivm, 2016, p. 1714). Os embargos de declaração têm por finalidade exclusiva provocar o saneamento de omissão, contradição, obscuridade eventualmente existentes na sentença, não se prestando a mera rediscussão da matéria apreciada. ANTE O EXPOSTO, inadmito o recurso integrativo, por irregularidade formal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Parauapebas/PA, 27 de Junho de 2019. Juíza ELINE SALGADO VIEIRA Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas - PROCESSO: 00035951320118140040 PROCESSO ANTIGO: 201110029077 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELINE SALGADO VIEIRA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JOSE NOGUEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 16621-A - GUSTAVO BRENNO CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 12306 - ANA PAULA BARBOSA DA ROCHA GOMES (ADVOGADO) OAB 15458 - THIAGO NONATO SILVA VARGAS (ADVOGADO) OAB 16554-B - EDELANA REGINA GRIPP DIOGO ANDRATTA GOMES (ADVOGADO) OAB 6093-E - JOSE WILSON DIAS SAMPAIO (ADVOGADO) OAB 6285-E - GLAUBER KIM LEITAO VIEITAS (ADVOGADO) OAB 6362-E - ELLEN SAYURI MATEUS MATSUKURA (ADVOGADO) OAB 19720 - JOAO BOSCO DO NASCIMENTO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) . PROCESSO Nº: 0003595-13.2011.8.14.0040 S E N T E N Ç A As partes juntaram termo de acordo às fls. 234-235 e pugnaram pela devida homologação judicial, com a consequente extinção do processo com resolução do mérito. É o relatório. A transação havida entre as partes relativamente ao direito que se discute nos autos, uma vez homologada, importa na extinção do processo com julgamento do mérito. No caso dos autos, as partes manifestaram interesse em conciliar, fazendo juntar o respectivo termo aos autos. Pela manifestação e suas vontades na resolução do conflito, não há vícios passíveis de nulidade, valendo o respectivo termo, agora, como título passível de execução para cumprimento do acordado. Assim, verifico que o acordo foi entabulado de forma amigável pelas partes, sem constrangimento ou qualquer vício de consentimento, não se vislumbrando qualquer prejuízo às partes interessadas, nem a terceiros. ANTE O EXPOSTO, e para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, HOMOLOGO POR SENTENÇA A TRANSAÇÃO havida entre as partes, motivo pelo qual declaro extinto o processo com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, III, b do Código de Processo Civil. Custas e honorários na forma do acordo. Finalmente, o pedido derradeiro do Banco não faz sentido, pois o pagamento foi via TED diretamente na conta bancária do patrono do autor. Com o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades legais, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Parauapebas/PA, 28 de Junho de 2019. Juíza ELINE SALGADO VIEIRA Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas PROCESSO: 00050750620188140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELINE SALGADO VIEIRA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:M. R. R. G. Representante(s): OAB 15629 - NAYARA CRISTINA MELO ARAUJO (ADVOGADO) REQUERIDO:M. E. S. M. C. . PROCESSO Nº: 0005075-06.2018.8.14.0040 SENTENÇA Tratam os autos de AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL ajuizada por MARCOS RAFAEL RIBEIRO GAIA em face de MADALENA DO ESPIRITO SANTO MENDES DO CARMO, todos qualificados nos autos. Sustenta o autor ter mantido união estável com a requerida por 10 meses, configurando união estável, porém não foi possível manter a convivência, informando não terem adquirido bens durante a vida em comum. Juntou os documentos de fls. 07-10. Citação da promovida às fls. 25. Certidão de decurso do prazo para contestação, fls. 31. É O RELATÓRIO. O feito encontra-se em ordem, tendo sido instruído com observância dos ditames legais inerentes à espécie, inexistindo vícios ou nulidades a sanar. Outrossim, não tendo o réu apresentado contestação, compete ao juiz, de plano, proceder ao julgamento antecipado do mérito, art. 355, II, do Código de Processo Civil. Assim, cumpre ressaltar que diante da ausência de defesa, caracterizada está a revelia, nos termos do art. 344 do Código de Processo Civil, com a produção de todos os seus efeitos, quais

sejam: a presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor e a desnecessidade de intimação para os demais atos do processo. Importa notar, porém, que a revelia não implica em verdade absoluta dos fatos alegados, por isso a ausência de contestação não dispensa a necessária análise do conjunto probatório. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE OUTRAS PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. ANALISE AMPARADA NO ACERVO PROBATÓRIO E NOS TERMOS DOS CONTRATOS. RECURSO NÃO PROVIDO. (...) 4. A caraterização de revelia não induz a uma presunção absoluta de veracidade dos fatos narrados pelo autor, permitindo ao juiz a análise das alegações formuladas pelas partes em confronto com todas as provas carreadas aos autos para formar o seu convencimento. Precedentes. 5. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no REsp 1326085/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 20/10/2015). A propósito do direito em disceptação, a união estável é entidade familiar que recebe proteção do Estado, como restou consagrado expressamente no art. 226, § 3º, da Constituição Federal, aí residindo o legítimo interesse da autora em manejar a presente ação. Repetindo o art. 1º da Lei 9.278/1996, o caput do art. 1.723 do Código Civil enuncia que é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família. Destarte, o único requisito necessário para o reconhecimento da união estável é a prova dessa convivência duradoura, pública e contínua, com o objetivo de constituição de família, conforme a legislação acima citada. Considerando os efeitos da revelia, as informações do autor e os documentos coligidos, especialmente a escritura pública de convivência marital (fls. 10), reconheço que o período de união estável havida entes as partes foi de 28 de dezembro de 2015 a 28 de outubro de 2016, 10 meses como declarado, no qual as partes conviveram com o fim de constituir família, com amparo nas declarações e documentos constantes do caderno processual. ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 226, §3º, da CRFB/88 e arts. 1.723-1.727 do CC/02, julgo procedente a demanda, para reconhecer a união estável havida entre as partes no período de 28 de dezembro de 2015 a 28 de outubro de 2016 e decretar a sua dissolução, para que surta todos os seus efeitos jurídicos e legais, declarando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a Requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da causa, nos termos do art. 85, §2º, do Código de Processo Civil. Publique-se, Registre-se e Intimem-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Parauapebas/PA, 27 de Junho de 2019. Juíza ELINE SALGADO VIEIRA Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas - PROCESSO: 00103397220168140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELINE SALGADO VIEIRA Ação: Execução de Alimentos em: 28/06/2019 EXEQUENTE:R. M. F. EXEQUENTE:I. M. F. Representante(s): MICHELEN JARDIM MEDEIROS (REP LEGAL) OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) EXECUTADO:R. D. F. . DECISÃO Intime pessoalmente a parte autora por Carta com Aviso de Recebimento para se manifestar no prazo de 05 (cinco dias), sobre o prosseguimento sob pena de extinção. Ultrapassado o prazo conclusos. Parauapebas, 28/06/2019. Juíza Eline Salgado Vieira. PROCESSO: 00120984220148140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELINE SALGADO VIEIRA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXECUTADO:ADRIANA COELHO CIA LTDAME Representante(s): OAB 12902-B - ANDRE LUYZ DA SILVEIRA MARQUES (ADVOGADO) OAB 8398 - WILSON REIS TORRES MARQUES (ADVOGADO) OAB 42731 - MARCOS BARBOSA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:GERALDO ALVES DA SILVA FILHO Representante(s): OAB 12902-B - ANDRE LUYZ DA SILVEIRA MARQUES (ADVOGADO) EXECUTADO:ADRIANA COELHO Representante(s): OAB 16008 - JOAO PAULO DA SILVEIRA MARQUES (ADVOGADO) EXECUTADO:ANGELICA MARIA DE JESUS EXECUTADO:GASF INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Representante(s): OAB 16008 - JOAO PAULO DA SILVEIRA MARQUES (ADVOGADO) EXEQUENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 14797 - SERGIO LUIZ DE ANDRADE (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) . DECISÃO Os executados apresentaram impugnação a avaliação realizada pelo Senhor Oficial de Justiça à fl.236, apresentando "Parecer de Mercado (Opinião) sobre valor do imóvel da lavra de Rogério Volpini Corretor Imobiliário da empresa Empreendimentos Imobiliários Ideal Ltda, que atribuiu valor de R$640.000,00 (fls.373/380); "Laudo de Avaliação a Preço de Mercado que avaliou em R$626.503,50 (fls.381/383) assinado por Sirlene Maria Lacerda Corretora Imobiliária e outro "Laudo de Avaliação a Preço de Mercado que avaliou em R$404.148,00 (fls.386/395) assinado por Cleonice Pereira da Silva Corretora Imobiliária. Em decisão de fl.359 foi determinada nova avalição por Oficial de Justiça, considerando a falta de mais informações sobre o imóvel. Às fls.397/400 foi juntado Auto de Avaliação da Senhora Oficiala de Justiça e foi avaliado o imóvel em R$130.000,00. Instado a se manifestar (fls.401, publicação DJE 08/05/2019), o exequente

requereu prazo de vinte dias para se manifestar (fl.402, em 07/06/2019), sendo indeferido (fl.406, publicado no DJE 25/06/2019), entretanto permaneceu silente (certidão de fl.407). Observo que a primeira avaliação do Sr. Oficial de Justiça que atribuiu ao imóvel o valor de R$1.200.000,00, realmente é fora da realidade, entretanto, como foi realizado em 2016, acredito que seja pelo recrudescimento de mercado. Entendo que a média da avaliação realizada pelos executados esta mais perto da realidade, eis que foram realizados por distintos corretores imobiliários, distante da última avaliação da Senhora Oficiala de Justiça, que reputo muito abaixo do mercado. Assim, para fins de avaliação da penhora, atribuo o valor de 556.883,83 (quinhentos e cinquenta e seis mil, oitocentos e oitenta e três reais e oitenta e três centavos), incluída a terra nua e a construção no imóvel, sendo este valor a média dos laudos apresentados. Deve o exequente se manifestar se deseja adjudicar o bem ou será praceado em leilão particular. Parauapebas, 28/06/2019. Juíza Eline Salgado Vieira, PROCESSO: 00145147520178140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELINE SALGADO VIEIRA Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:L. M. S. E. EMPREEDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 10652-A - ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:GENEZIO JOSE DA SILVA Representante(s): OAB 16834-A - HELDER IGOR SOUSA GONCALVES (ADVOGADO) OAB 22137 - HAWLLYTON NOTA DE SOUSA GONÇALVES (ADVOGADO) OAB 26074 - FRANCYELLE PIETRO PESSOA RIBEIRO MARQUES (ADVOGADO) . PROCESSO Nº: 0014514-75.2017.8.14.0040 SENTENÇA Temos em tela um recurso de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interposto por L.M.S.E. EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA em face da sentença retro, ao fundamento da existência de obscuridade na fixação dos honorários advocatícios sobre o valor a ser restituído, já que em alguns casos após a liquidação total de todos os itens não existe valor a ser restituído e, assim, implicaria em negar ao profissional atuante no feito a devida remuneração pelo serviço prestado. Forte em suas razões, requer o acolhimento dos embargos para o fim de que os honorários advocatícios incidam sobre o valor primário a ser restituído e não sobre o valor final a ser restituído. É O RELATÓRIO. Como se sabe, a função dos embargos de declaração, conforme o disposto no artigo 1.022 do NCPC é, unicamente, afastar do julgado omissão necessária para a solução da lide, não permitir a obscuridade por acaso identificada e extinguir qualquer contradição entre a premissa argumentada e a conclusão assumida, resumindo-se, em complementar o julgado atacado, afastando-lhe vícios de compreensão, bem como para corrigir erro material. A questão suscitada pela Embargante é, deveras, relevante e por isso o recurso integrativo merece ser acolhido para sanar eventual obscuridade, o que não significa o provimento nos termos postulados. Os honorários somente serão fixados sobre o valor da causa quando não há condenação em pecúnia ou não é possível mensurar o proveito econômico obtido, como se extrai do art. 85, §2º, do CPC. Por outro lado, assiste razão no ponto sobre a eventualidade de não existir valor a ser restituído, e nessa hipótese o advogado não pode ser privado de seus honorários. A solução razoável, pensamos, é fixar os honorários sobre as duas bases, alternativamente em ordem de preferência. ANTE O EXPOSTO, acolho os embargos de declaração, mas dou parcial provimento para manter os honorários advocatícios sobre o valor a ser restituído, acrescentando que, se nada for apurado a título de restituição, os honorários incidirão sobre o valor da causa, na forma do art. 85, § 2º, do CPC. Publique-se. Registre. Intime-se. Após, à instância recursal para processamento da apelação. Parauapebas/PA, 27 de junho de 2019. Juíza ELINE SALGADO VIEIRA Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas - PROCESSO: 00165205520178140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELINE SALGADO VIEIRA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:V. G. A. S. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) JOELMA ALVES DOS SANTOS (REP LEGAL) REQUERIDO:J. C. S. . PROCESSO Nº: 0016520-55.2017.8.14.0040 SENTENÇA Trata-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE proposta V. G. A. D. S., representado por JOELMA ALVES DOS SANTOS, em face de JOCYEL CAETANO DA SILVA, todos qualificados nos autos. Em audiência neste Juízo (fls. 43-43v), as partes chegaram a um acordo para o caso de o exame de DNA ser positivo, com pagamento de pensão no valor correspondente a 12,5% da remuneração bruta, excluídos apenas os descontos legais (IR, INSS), não inferior a R$ 250,00, a ser descontada diretamente em folha de pagamento. O exame de DNA deu positivo, fls. 46-48. Intimados pela Defensoria Pública, reiterou-se o acordo, fls. 49v. É O RELATÓRIO. Inicialmente, não se pode olvidar a realização de acordo durante a audiência, assim, não cabe falar em condenação, porque no acordo não existe vencedor, nem vencido. Assim, deve prevalecer a solução amigável a que chegaram as partes pessoalmente, com aposição de assinatura no termo de próprio punho, sob pena de violar os princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, corolários da boa-fé objetiva. Assim, compulsando atentamente os autos, não se verifica óbice legal à homologação do acordo firmado em audiência. A transação havida entre as partes relativamente ao direito que se discute neste processo, uma vez homologada, importa na extinção com

resolução do mérito, imprimindo certeza e segurança jurídica a ambas as partes, com a formação do título executivo judicial. Como consequência do resultado positivo do exame de DNA, a paternidade biológica do investigante foi esclarecida e a considerar o teor do acordo em audiência, não existe mais dúvidas de que o requerido é pai biológico do requerente, devendo pagar a pensão alimentícia nos exatos termos acordados, sem prejuízo de ambas as partes futuramente proporem ação revisional. ANTE O EXPOSTO, considerando a inexistência de irregularidades ou vícios de consentimento, homologo por sentença o acordo firmado entre as partes, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, e, por conseguinte, declaro ser JOCYEL CAETANO DA SILVA o pai biológico do investigante/autor, fixada a pensão alimentícia em 12,5% (doze e meio por cento) da remuneração bruta, excluídos apenas os descontos legais (IR, INSS), não podendo ser inferior a R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por mês, resolvendo o mérito do processo nos termos do artigo 487, III, b, do Código de Processo Civil. Os alimentos deverão ser depositados até o dia 05 de cada mês na conta de titularidade da representante do autor, informada na inicial, Banco do Brasil, Agência 3245-X, Conta Poupança 68.852-5. Oficie-se ao Empregador do Réu para o desconto da pensão alimentícia, endereço no termo de audiência. Defiro a gratuidade da justiça a ambos, conforme as disposições estabelecidas no artigo 98, § 1º, do Código de Processo Civil de 2015. Sem honorários advocatícios, por não haver sucumbência na transação (STJ. Corte Especial. EREsp 1.322.337-RJ. DJe 07/06/2017). Atentem as partes, que em caso de eventual requerimento de cumprimento de sentença, deverá o interessado promovê-lo como processo eletrônico, via Sistema PJe, nos termos da Portaria Conjunta nº 001/2018-GP/VP e Portaria nº 53/2018-GD. Para tanto, defiro desde já o desentranhamento dos documentos necessários, mediante substituição por cópia. Com o trânsito em julgado, cumpridos os expedientes, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Parauapebas/PA, 27 de Junho de 2019. Juíza ELINE SALGADO VIEIRA Titular da 2º Vara Cível e Empresarial de Parauapebas - PROCESSO: 01138822820158140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ELINE SALGADO VIEIRA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15101-A - OSMARINO JOSE DE MELO (ADVOGADO) OAB 50725 - CARLA MARIA CARVALHO PASSOS (ADVOGADO) EXECUTADO:D. M. S. C. M. Representante(s): OAB 7812 - JOSENILDO DOS SANTOS SILVA (ADVOGADO) OAB 19822 - THIELLIS ABILIO TINELLI ROCHA (ADVOGADO) EXECUTADO:DAIANI DE MORAES SOUZA. DECISÃO Cobre-se o cumprimento integral do mandado de penhora e avaliação que está com a Oficiala de Justiça desde 23/11/2018. A parte exequente deve ao menos ser fiel aos seus pedidos, uma vez que foi requerido a desconstituição da penhora de fl.59 e penhora de outro imóvel (fl.67/68), o que aliás, foi deferido (fls.70 e verso). A Certidão do CRI de fl.70, já consta o nome do cônjuge, portanto a penhora recairá em cinquenta por cento do imóvel. Parauapebas, 28/06/2019. Juíza Eline Salgado Vieira,

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAUAPEBAS

Número do processo: 0803207-23.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: EDIVAN SOUSA Participação: ADVOGADO Nome: THAINAH TOSCANO GOESOAB: 8854PA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0803207-23.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / [Restabelecimento]AUTOR: EDIVAN SOUSA / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária acidentária, objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores do benefício pretendido. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido.A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários, assim: Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015 e do artigo 40 da Lei Estadual de Custas 8.328/2015. Tendo em vista a necessidade de se aferir a incapacidade da parte autora para o trabalho, um dos requisitos para concessão do benefício pleiteado,DETERMINO a realização de perícia médica, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo oDr.RODRIGO DA ROCHA PEREIRA(médico especialista em Medicina do Trabalho/Cirurgia do Quadril e residência em Ortopedia e Traumatologia, R4 em Quadril e Pericia), o qual cumprirá, escrupulosamente, o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (art. 466, CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valorde R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. Fica dispensada a formulação de quesitos pelas partes. Os quesitos a serem respondidos pelo perito encontram-se depositados na Secretaria da 3ª Vara Cível, e corresponde ao anexo daRecomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015 doCNJ. DEFIRO, desde já, aindicação de assistente técnico pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente. Intime-se a Procuradoria do INSS, remetendo à autarquia cópia desta decisão, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se as partes autoras, por seus procuradores, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito da nomeação. Formalize-se imediato expediente à Presidência do Tribunal, nos termos dos artigos 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Parauapebas/PA, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0801739-24.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: CELIA GOMES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: LUIZ HENRIQUE DE ALBUQUERQUE PACHECOOAB: 7229 Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0801739-24.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / RESTABELECIMENTO - AUXILIO-DOENÇA ACIDENTÁRIOAUTOR: CELIA GOMES DA SILVA / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária acidentária, objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores para continuidade do benefício pretendido, uma vez que o laudo pericial judicial trazido declara a possibilidade de reabilitação da autora. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido.A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários, assim: Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015 e do artigo 40 da Lei Estadual de Custas 8.328/2015. Tendo em vista a necessidade de se aferir a incapacidade da parte autora para o trabalho, um dos requisitos para concessão do benefício pleiteado,DETERMINO a realização de

perícia médica, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo o Dr. AUDY NUNES BEZERRA FILHO (médico especialista em Medicina do Trabalho/Saúde da Família/Perícias Médicas/Psiquiatria/Ortopedia),o qual cumprirá, escrupulosamente, o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (art. 466, CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valorde R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. Fica dispensada a formulação de quesitos pelas partes. Os quesitos a serem respondidos pelo perito encontram-se depositados na Secretaria da 3ª Vara Cível, e corresponde ao anexo daRecomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015 doCNJ. DEFIRO, desde já, aindicação de assistente técnico pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente. Intime-se a Procuradoria do INSS, remetendo à autarquia cópia desta decisão, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se as partes autoras, por seus procuradores, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito da nomeação. Formalize-se imediato expediente à Presidência do Tribunal, nos termos dos artigos 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Parauapebas/PA, 21 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0802481-49.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: RODRIGO BRUNO DE SOUSA SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: THAINAH TOSCANO GOESOAB: 8854PA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0802481-49.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / [Aposentadoria por Invalidez Acidentária]AUTOR: RODRIGO BRUNO DE SOUSA SANTOS / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária acidentária, objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores do benefício pretendido. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido.A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários, assim: Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015 e do artigo 40 da Lei Estadual de Custas 8.328/2015. Tendo em vista a necessidade de se aferir a incapacidade da parte autora para o trabalho, um dos requisitos para concessão do benefício pleiteado,DETERMINO a realização de perícia médica, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo o Dr. AUDY NUNES BEZERRA FILHO (médico especialista em Medicina do Trabalho/Saúde da Família/Perícias Médicas/Psiquiatria/Ortopedia),o qual cumprirá, escrupulosamente, o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (art. 466, CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valorde R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. Fica dispensada a formulação de quesitos pelas partes. Os quesitos a serem respondidos pelo perito encontram-se depositados na Secretaria da 3ª Vara Cível, e corresponde ao anexo daRecomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015 doCNJ. DEFIRO, desde já, aindicação de assistente técnico pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente. Intime-se a Procuradoria do INSS, remetendo à autarquia cópia desta decisão, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se as partes autoras, por seus procuradores, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito da nomeação. Formalize-se imediato expediente à Presidência do Tribunal, nos termos dos artigos 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Parauapebas/PA, 18 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804036-04.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: ISMAEL BARBOSA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: THAINAH TOSCANO GOESOAB: 8854PA Participação: RÉU Nome: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0804036-04.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / [Aposentadoria por Invalidez, Aposentadoria por Invalidez Acidentária]AUTOR: ISMAEL BARBOSA DA SILVA / RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária acidentária, objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores do benefício pretendido. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido.A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários, assim: Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015 e do artigo 40 da Lei Estadual de Custas 8.328/2015. Tendo em vista a necessidade de se aferir a incapacidade da parte autora para o trabalho, um dos requisitos para concessão do benefício pleiteado,DETERMINO a realização de perícia médica, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo o Dr. AUDY NUNES BEZERRA FILHO (médico especialista em Medicina do Trabalho/Saúde da Família/Perícias Médicas/Psiquiatria/Ortopedia),o qual cumprirá, escrupulosamente, o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (art. 466, CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valorde R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. Fica dispensada a formulação de quesitos pelas partes. Os quesitos a serem respondidos pelo perito encontram-se depositados na Secretaria da 3ª Vara Cível, e corresponde ao anexo daRecomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015 doCNJ. DEFIRO, desde já, aindicação de assistente técnico pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente. Intime-se a Procuradoria do INSS, remetendo à autarquia cópia desta decisão, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se as partes autoras, por seus procuradores, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito da nomeação. Formalize-se imediato expediente à Presidência do Tribunal, nos termos dos artigos 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Parauapebas/PA, 18 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804040-41.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: PEDRO MONTEIRO Participação: ADVOGADO Nome: THAINAH TOSCANO GOESOAB: 8854PA Participação: RÉU Nome: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0804040-41.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / [Aposentadoria por Invalidez, Aposentadoria por Invalidez Acidentária]AUTOR: PEDRO MONTEIRO / RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária acidentária, objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores do benefício pretendido. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido.A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários, assim: Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015 e do artigo 40 da Lei Estadual de Custas 8.328/2015. Tendo em vista a necessidade de se aferir a incapacidade da parte autora para o trabalho, um dos requisitos para concessão do benefício pleiteado,DETERMINO a realização de perícia médica, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo oDr.RODRIGO DA ROCHA PEREIRA(médico especialista em Medicina do Trabalho/Cirurgia do Quadril e residência em Ortopedia e Traumatologia, R4 em Quadril e Pericia), o qual cumprirá, escrupulosamente, o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (art. 466, CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no

valorde R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. Fica dispensada a formulação de quesitos pelas partes. Os quesitos a serem respondidos pelo perito encontram-se depositados na Secretaria da 3ª Vara Cível, e corresponde ao anexo daRecomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015 doCNJ. DEFIRO, desde já, aindicação de assistente técnico pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente. Intime-se a Procuradoria do INSS, remetendo à autarquia cópia desta decisão, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se as partes autoras, por seus procuradores, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito da nomeação. Formalize-se imediato expediente à Presidência do Tribunal, nos termos dos artigos 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Parauapebas/PA, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804197-14.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: RAIMUNDO NONATO SILVA GOMES Participação: ADVOGADO Nome: IRINEIA DUARTE LIMAOAB: 534MA Participação: ADVOGADO Nome: THAIS MEDEIROS BORGESOAB: 21566/PA Participação: ADVOGADO Nome: JOCILVANE BARBOSA DA SILVA BRITOOAB: 156PA Participação: ADVOGADO Nome: CRISTIANE SAMPAIO BARBOSA SILVAOAB: 499 Participação: ADVOGADO Nome: ROMULO OLIVEIRA DA SILVAOAB: 10801/PA Participação: RÉU Nome: INSSProcesso Nº: 0804197-14.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / [Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário]AUTOR: RAIMUNDO NONATO SILVA GOMES / RÉU: INSSTrata-se de ação previdenciária acidentária, objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores do benefício pretendido. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido.A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários, assim: Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015 e do artigo 40 da Lei Estadual de Custas 8.328/2015. Tendo em vista a necessidade de se aferir a incapacidade da parte autora para o trabalho, um dos requisitos para concessão do benefício pleiteado,DETERMINO a realização de perícia médica, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo oDr.RODRIGO DA ROCHA PEREIRA(médico especialista em Medicina do Trabalho/Cirurgia do Quadril e residência em Ortopedia e Traumatologia, R4 em Quadril e Pericia), o qual cumprirá, escrupulosamente, o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (art. 466, CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valorde R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. Fica dispensada a formulação de quesitos pelas partes. Os quesitos a serem respondidos pelo perito encontram-se depositados na Secretaria da 3ª Vara Cível, e corresponde ao anexo daRecomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015 doCNJ. DEFIRO, desde já, aindicação de assistente técnico pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente. Intime-se a Procuradoria do INSS, remetendo à autarquia cópia desta decisão, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se as partes autoras, por seus procuradores, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito da nomeação. Formalize-se imediato expediente à Presidência do Tribunal, nos termos dos artigos 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Parauapebas/PA, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0805354-22.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: LUIZ CARVALHO DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE CASALEOAB: 673-APA Participação:

RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0805354-22.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / [Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário]AUTOR: LUIZ CARVALHO DE SOUZA / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária acidentária, objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores do benefício pretendido. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido.A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários, assim: Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015 e do artigo 40 da Lei Estadual de Custas 8.328/2015. Tendo em vista a necessidade de se aferir a incapacidade da parte autora para o trabalho, um dos requisitos para concessão do benefício pleiteado,DETERMINO a realização de perícia médica, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo o Dr. AUDY NUNES BEZERRA FILHO (médico especialista em Medicina do Trabalho/Saúde da Família/Perícias Médicas/Psiquiatria/Ortopedia),o qual cumprirá, escrupulosamente, o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (art. 466, CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valorde R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. Fica dispensada a formulação de quesitos pelas partes. Os quesitos a serem respondidos pelo perito encontram-se depositados na Secretaria da 3ª Vara Cível, e corresponde ao anexo daRecomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015 doCNJ. DEFIRO, desde já, aindicação de assistente técnico pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente. Intime-se a Procuradoria do INSS, remetendo à autarquia cópia desta decisão, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se as partes autoras, por seus procuradores, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito da nomeação. Formalize-se imediato expediente à Presidência do Tribunal, nos termos dos artigos 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Parauapebas/PA, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0805768-20.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: AILSON RODRIGUES SILVA Participação: ADVOGADO Nome: ROGERIANE ALVES LIMAOAB: 16360/MA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0805768-20.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / [Auxílio-Acidente (Art. 86)]AUTOR: AILSON RODRIGUES SILVA / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária acidentária, objetivando concessão AUXILIO-ACIDENTE e/ou restabelecimento de auxílio-doença acidentário, proposta contra o INSS.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores do benefício pretendido. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido.A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários, assim: Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015 e do artigo 40 da Lei Estadual de Custas 8.328/2015. Tendo em vista a necessidade de se aferir a incapacidade da parte autora para o trabalho, um dos requisitos para concessão do benefício pleiteado,DETERMINO a realização de perícia médica, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo oDr.RODRIGO DA ROCHA PEREIRA(médico especialista em Medicina do Trabalho/Cirurgia do Quadril e residência em Ortopedia e Traumatologia, R4 em Quadril e Pericia), o qual cumprirá, escrupulosamente, o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (art. 466, CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valorde R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância

do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. Fica dispensada a formulação de quesitos pelas partes. Os quesitos a serem respondidos pelo perito encontram-se depositados na Secretaria da 3ª Vara Cível, e corresponde ao anexo daRecomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015 doCNJ. DEFIRO, desde já, aindicação de assistente técnico pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente. Intime-se a Procuradoria do INSS, remetendo à autarquia cópia desta decisão, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se as partes autoras, por seus procuradores, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito da nomeação. Formalize-se imediato expediente à Presidência do Tribunal, nos termos dos artigos 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Parauapebas/PA, 24 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804493-36.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: MARIA JULIA RIBEIRO COSTA Participação: ADVOGADO Nome: THAINAH TOSCANO GOESOAB: 8854PA Participação: EXECUTADO Nome: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0804493-36.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas]EXEQUENTE: MARIA JULIA RIBEIRO COSTAEXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804879-66.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: ANTONIO CARNEIRO DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: BENTO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOROAB: 276755/SP Participação: EXECUTADO Nome: INSSProcesso nº:0804879-66.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas]EXEQUENTE: ANTONIO CARNEIRO DA SILVAEXECUTADO: INSS Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0805537-90.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: MANOEL ALVES DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: THAINAH TOSCANO GOESOAB: 8854PA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0805537-90.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) [Aposentadoria por Idade (Art. 48/51), Rural (Art. 48/51)]AUTOR: MANOEL ALVES DA COSTA / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade, de segurado especial, ao argumento de que a parte autora teve o benefício, indevidamente, indeferido pela Autarquia Federal. Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, eventualmente requerida, entendo que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a qualidade de rurícola. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal

(CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 21 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0800712-06.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: ADILSON PEREIRA DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: LUIZ HENRIQUE DE ALBUQUERQUE PACHECOOAB: 7229 Participação: EXECUTADO Nome: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0800712-06.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas]EXEQUENTE: ADILSON PEREIRA DE OLIVEIRAEXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0803354-49.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: ORLANDO BANDEIRA LABRE FILHO Participação: ADVOGADO Nome: MARIA DO SOCORRO PINHEIRO FERREIRA MONTANIOAB: 282-BPA Participação: EXECUTADO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0803354-49.2019.8.14.0040CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156)[Parcelas de benefício não pagas, Valor da Execução / Cálculo / Atualização]EXEQUENTE: ORLANDO BANDEIRA LABRE FILHO / EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALIntime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC. Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas/PA, 24 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804852-83.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: MARIA ALVES DE LIMA Participação: ADVOGADO Nome: BENTO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOROAB: 276755/SP Participação: EXECUTADO Nome: INSSProcesso nº:0804852-83.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas]EXEQUENTE: MARIA ALVES DE LIMAEXECUTADO: INSS Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804476-97.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: IVO DE JESUS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE CASALEOAB: 673-APA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0804476-97.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Rural (Art. 48/51)]AUTOR: IVO DE JESUS SANTOS / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade, de segurado especial, ao argumento de que a parte autora

teve o benefício, indevidamente, indeferido pela Autarquia Federal. Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, eventualmente requerida, entendo que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a qualidade de rurícola. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804971-44.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: ZILDA FERREIRA CALACA Participação: ADVOGADO Nome: NEIZON BRITO SOUSAOAB: 879PA Participação: ADVOGADO Nome: ABRAUNIENES FAUSTINO DE SOUSAOAB: 551-A Participação: ADVOGADO Nome: VANDERLEI ALMEIDA OLIVEIRAOAB: 426PA Participação: EXECUTADO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0804971-44.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas, Juros]EXEQUENTE: ZILDA FERREIRA CALACAEXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0805709-32.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: FRANCISCA EDNALVA LOPES DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: ALLAN GLAUBER ANCHIETA LEALOAB: 28596/PA Participação: RÉU Nome: INSSProcesso Nº: 0805709-32.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) [Rural (Art. 48/51)]AUTOR: FRANCISCA EDNALVA LOPES DOS SANTOS / RÉU: INSSTrata-se de ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade, de segurado especial, ao argumento de que a parte autora teve o benefício, indevidamente, indeferido pela Autarquia Federal. Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, eventualmente requerida, entendo que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a qualidade de rurícola. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0805728-38.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: BENEDITO MARTINS DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: NEIZON BRITO SOUSAOAB: 879PA Participação: ADVOGADO Nome: ABRAUNIENES FAUSTINO DE SOUSAOAB: 551-A Participação: ADVOGADO Nome: VANDERLEI ALMEIDA OLIVEIRAOAB: 426PA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0805728-38.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Rural (Art. 48/51)]AUTOR: BENEDITO MARTINS DOS SANTOS / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade, de segurado especial, ao argumento de que a parte autora teve o benefício, indevidamente, indeferido pela Autarquia Federal. Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, eventualmente requerida, entendo que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a qualidade de rurícola. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 24 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIOR Juiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0802991-62.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: ANTONIO SOARES CAVALCANTE Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE CASALEOAB: 673-APA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0802991-62.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Rural (Art. 48/51)]AUTOR: ANTONIO SOARES CAVALCANTE / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade, de segurado especial, ao argumento de que a parte autora teve o benefício, indevidamente, indeferido pela Autarquia Federal. Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, eventualmente requerida, entendo que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a qualidade de rurícola. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0805830-94.2018.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: JOSE MARIA DA CRUZ MONTEIRO Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0805830-94.2018.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Auxílio-Doença

Previdenciário]AUTOR: JOSE MARIA DA CRUZ MONTEIRO / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária,de competência delegada federal,objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a permanencia dos requisitos autorizadores da concessão do benefício pleiteado. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente.Assim sendo, DETERMINO que o autor(a) seja submetido(a)à PERÍCIA MÉDICA, EM LOCAL, DATA E HORÁRIO DESIGNADOS PELOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (JEF,s), SUBSEÇÃO MARABÁ.DEPREQUE-SE à Justiça Federal, Subseção Judiciária de Marabá, para que realize, através de perito médico especialista, habilitado em seu quadro, a perícia necessária.Este Juízo, no exercício da competência delegada federal, solicita tal mister em razão da dificuldade para realização das referidas perícias, imprescindíveis para o deslinde das questões previdenciárias, uma vez que o quadro de peritos desta Comarca ainda é insuficiente.Em atenção ao quanto solicitado pelo Juiz Federal MARCELO HONORATO, Titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Marabá, acrescente-se às deprecatas: 1) Documento pessoal oficial do autor com foto e2) Pelo menos 1 laudo/documento médico referente a cada patologia alegada na inicial.Atente-se, o patrono, para as publicações oriundas dos JEF,S, Subseção Judiciária Marabá, a fim de que não acarrete prejuízos à parte, pela ausência na respectiva perícia.Após juntada do laudo pericial, CITE-SE o INSS para apresentar reposta no prazo legal, devendo, a Autarquia, atender ao comando do inciso IV da já mencionada Recomendação do CNJ. Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJCI. Parauapebas/PA,24 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0800297-23.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: MARIA ROSA DAS NEVES Participação: ADVOGADO Nome: PATRICIA ALVES DE OLIVEIRAOAB: 538 Participação: EXECUTADO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0800297-23.2019.8.14.0040CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) / [Alteração do coeficiente de cálculo de pensão, Parcelas de benefício não pagas]EXEQUENTE: MARIA ROSA DAS NEVES / EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC. Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas/PA, 24 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804467-38.2019.8.14.0040 Participação: REQUERENTE Nome: MARIA BENVINDA PEREIRA NETA Participação: ADVOGADO Nome: NEIZON BRITO SOUSAOAB: 879PA Participação: ADVOGADO Nome: ABRAUNIENES FAUSTINO DE SOUSAOAB: 551-A Participação: ADVOGADO Nome: VANDERLEI ALMEIDA OLIVEIRAOAB: 426PA Participação: REQUERIDO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0804467-38.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas]REQUERENTE: MARIA BENVINDA PEREIRA NETAREQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804767-97.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: NALDO GONCALVES COSTA Participação: ADVOGADO Nome: ABRAUNIENES FAUSTINO DE SOUSAOAB: 551-A Participação: ADVOGADO Nome: NEIZON BRITO SOUSAOAB: 879PA Participação: ADVOGADO Nome: VANDERLEI ALMEIDA OLIVEIRAOAB: 426PA Participação: EXECUTADO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0804767-97.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas, Valor da Execução / Cálculo / Atualização]EXEQUENTE: NALDO GONCALVES COSTAEXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804790-43.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: JAIME LOPES DOS REIS Participação: ADVOGADO Nome: NEIZON BRITO SOUSAOAB: 879PA Participação: ADVOGADO Nome: ABRAUNIENES FAUSTINO DE SOUSAOAB: 551-A Participação: ADVOGADO Nome: VANDERLEI ALMEIDA OLIVEIRAOAB: 426PA Participação: EXECUTADO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0804790-43.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas, Valor da Execução / Cálculo / Atualização]EXEQUENTE: JAIME LOPES DOS REISEXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos.Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0802988-10.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: ALZENIR FRANCISCA DA COSTA DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE CASALEOAB: 673-APA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0802988-10.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Rural (Art. 48/51)]AUTOR: ALZENIR FRANCISCA DA COSTA DE OLIVEIRA / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade, de segurado especial, ao argumento de que a parte autora teve o benefício, indevidamente, indeferido pela Autarquia Federal. Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, eventualmente requerida, entendo que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a qualidade de rurícola. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0800827-27.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: EMANUELA FREITAS DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: TARCIO DA SILVA BARBIERIOAB: 23055/PA Participação: ADVOGADO Nome: WILSON HUIDA JUNIOROAB: 26476/PA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0800827-27.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [DIREITO PREVIDENCIÁRIO, Deficiente]AUTOR: EMANUELA FREITAS DE OLIVEIRA / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de Ação Previdenciária para concessão de Benefício Assistencial ? LOAS, para portador de deficiência, haja vista o indeferimento administrativo, sob a alegação de não atendimento aos requisitos legais. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, uma vez que presentes os requisitos autorizadores. Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória, sobretudo, quanto ao requisito deficiência. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Embora os autos tratem de matéria de competência delegada, deixo de deprecar a perícia para o juízo federal, em Marabá, em razão das condições de saúde e hipossuficiencia da parte autora. Assim, em consonância com a Recomendação Conjunta nº 01/2015 do CNJ, DETERMINO a realização de perícia médica na parte autora, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo, oDr.RODRIGO DA ROCHA PEREIRA(médico especialista em Medicina do Trabalho/Cirurgia do Quadril e residência em Ortopedia e Traumatologia, R4 em Quadril e Pericia), que cumprirá, escrupulosamente, o cargo que lhe foi cometido, independente de termo de compromisso (art. 466 do CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local, posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valor de R$370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. DEFIRO, desde já, a indicação de assistente técnico, pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente, bem como apresentação de quesitos, se ainda não apresentados (CPC, art. 465). Excepcionalmente, intime-se, por e-mail, a Procuradoria do INSS em Marabá, remetendo apenas cópia deste despacho, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se a parte autora, por seu procurador, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito acerca da nomeação, por meio eletrônico (CPC, art. 465, III). Formalize-se imediato expediente, à Presidência do Tribunal, nos termos do artigo 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Determino, ainda, a realização de estudo socioeconômico do caso em tela, por meio da equipe Interdisciplinar desta Comarca, assinalando, para entrega do relatório conclusivo, o prazo de 30 (tinta) dias. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0803281-77.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: SUZANA PEREIRA BRITO Participação: ADVOGADO Nome: RAPHAELL LEMES BRAZOAB: 24451/PA Participação: ADVOGADO Nome: HELBERT LUCAS RUIZ DOS SANTOSOAB: 320439/SP Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0803281-77.2019.8.14.0040 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Benefícios em Espécie, Salário-Maternidade (Art. 71/73)] AUTOR: SUZANA PEREIRA BRITO / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Intime-se a autora, por seu advogado, para emendar a inicial no sentido de colacionar aos autos comprovante de residencia nesta Comarca, haja vista que o Acampamento Helenira, BR 155, fica na Zona rural de Marabá, conforme se depreende do endereço informado na procuração e nos demais documentos que instruem o feito.Para tanto, assinalo o prazo de 15 (quinze) dias. A inercia ensejará o indeferimento da inicial, nos moldes do artigo 321 do CPC. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0802513-88.2018.8.14.0040 Participação: REQUERENTE Nome: M. T. G. Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE CASALEOAB: 673-APA Participação: REQUERIDO Nome: C. A. D. L.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ3ª Vara Cível da Comarca de Parauapebas/PAFórum Juiz Célio Rodrigues Cal, Rua C, Quadra Especial, Bairro Cidade NovaEmail: 3civelparauapebas@tjpa.jus.br / Telefone: (94) 3327-9606 ATO

ORDINATÓRIONos termos do Provimento nº 006/2009-CJCI, Art. 1º, § 2º, I, fica INTIMADA a parte autora, por seu advogado, para apresentar manifestação da certidão negativa do Sr. Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, ou de acordo com Art. 183 do CPC, compreendo sua inércia como desinteresse (Art. 485, III do CPC).Caso haja interesse, poderá a parte autora, através do seu advogado, imprimir oOfício à Empregadora - ID8901343 para nova tentativa de entrega. Parauapebas- Pa, 27 de junho de 2019 VERA LUCIA PERES LIMADiretor de Secretaria

Número do processo: 0804472-60.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: CRYSTIANE BISPO DO NASCIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE CASALEOAB: 673-APA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0804472-60.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) Loas - [Deficiente]AUTOR: CRYSTIANE BISPO DO NASCIMENTO / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de Ação Previdenciária para concessão de Benefício Assistencial ? LOAS, para portador de deficiência, haja vista o indeferimento administrativo, sob a alegação de não atendimento aos requisitos legais. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, uma vez que presentes os requisitos autorizadores. Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória, sobretudo, quanto ao requisito deficiência. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Embora os autos tratem de matéria de competência delegada, deixo de deprecar a perícia para o juízo federal, em Marabá, em razão das condições de saúde e hipossuficiencia da parte autora. Assim, em consonância com a Recomendação Conjunta nº 01/2015 do CNJ, DETERMINO a realização de perícia médica na parte autora, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo, oDr.RODRIGO DA ROCHA PEREIRA(médico especialista em Medicina do Trabalho/Cirurgia do Quadril e residência em Ortopedia e Traumatologia, R4 em Quadril e Pericia), que cumprirá, escrupulosamente, o cargo que lhe foi cometido, independente de termo de compromisso (art. 466 do CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local, posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valor de R$370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. DEFIRO, desde já, a indicação de assistente técnico, pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente, bem como apresentação de quesitos, se ainda não apresentados (CPC, art. 465). Excepcionalmente, intime-se, por e-mail, a Procuradoria do INSS em Marabá, remetendo apenas cópia deste despacho, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se a parte autora, por seu procurador, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito acerca da nomeação, por meio eletrônico (CPC, art. 465, III). Formalize-se imediato expediente, à Presidência do Tribunal, nos termos do artigo 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Determino, ainda, a realização de estudo socioeconômico do caso em tela, por meio da equipe Interdisciplinar desta Comarca, assinalando, para entrega do relatório conclusivo, o prazo de 30 (tinta) dias. Parauapebas/PA, 18 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804583-44.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: OZEAS PINTO BARROS Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE CASALEOAB: 673-APA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0804583-44.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)[Aposentadoria Especial (Art. 57/8), Auxílio-Doença Previdenciário]AUTOR: OZEAS PINTO BARROS / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária,de competência delegada federal,objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores da concessão do benefício pleiteado. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca

de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente.Assim sendo, DETERMINO que o autor(a) seja submetido(a)à PERÍCIA MÉDICA, EM LOCAL, DATA E HORÁRIO DESIGNADOS PELOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (JEF,s), SUBSEÇÃO MARABÁ.DEPREQUE-SE à Justiça Federal, Subseção Judiciária de Marabá, para que realize, através de perito médico especialista, habilitado em seu quadro, a perícia necessária.Este Juízo, no exercício da competência delegada federal, solicita tal mister em razão da dificuldade para realização das referidas perícias, imprescindíveis para o deslinde das questões previdenciárias, uma vez que o quadro de peritos desta Comarca ainda é insuficiente.Em atenção ao quanto solicitado pelo Juiz Federal MARCELO HONORATO, Titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Marabá, acrescente-se às deprecatas: 1) Documento pessoal oficial do autor com foto e2) Pelo menos 1 laudo/documento médico referente a cada patologia alegada na inicial.Atente-se, o patrono, para as publicações oriundas dos JEF,S, Subseção Judiciária Marabá, a fim de que não acarrete prejuízos à parte, pela ausência na respectiva perícia.Após juntada do laudo pericial, CITE-SE o INSS para apresentar reposta no prazo legal, devendo, a Autarquia, atender ao comando do inciso IV da já mencionada Recomendação do CNJ. Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJCI. Parauapebas/PA,19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0805741-37.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: WALDSON ALENCAR Participação: ADVOGADO Nome: AULINDA MESQUITA LIMA ERICEIRAOAB: 11008/MA Participação: RÉU Nome: INSSProcesso Nº: 0805741-37.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO SUMÁRIO (22) / [Aposentadoria por Invalidez Acidentária]AUTOR: WALDSON ALENCAR / RÉU: INSSTrata-se de ação previdenciária acidentária, objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores do benefício pretendido. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido.A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários, assim:Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015 e do artigo 40 da Lei Estadual de Custas 8.328/2015. Tendo em vista a necessidade de se aferir a incapacidade da parte autora para o trabalho, um dos requisitos para concessão do benefício pleiteado,DETERMINO a realização de perícia médica, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo o Dr. AUDY NUNES BEZERRA FILHO (médico especialista em Medicina do Trabalho/Saúde da Família/Perícias Médicas/Psiquiatria/Ortopedia),o qual cumprirá, escrupulosamente, o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (art. 466, CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valorde R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. Fica dispensada a formulação de quesitos pelas partes. Os quesitos a serem respondidos pelo perito encontram-se depositados na Secretaria da 3ª Vara Cível, e corresponde ao anexo daRecomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015 doCNJ. DEFIRO, desde já, aindicação de assistente técnico pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente. Intime-se a Procuradoria do INSS, remetendo à autarquia cópia desta decisão, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se as partes autoras, por seus procuradores, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito da nomeação. Formalize-se imediato expediente à Presidência do Tribunal, nos termos dos artigos 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Parauapebas/PA, 24 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804839-84.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: ALONCO

AUGUSTO DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: THAINAH TOSCANO GOESOAB: 8854PA Participação: EXECUTADO Nome: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0804839-84.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas]EXEQUENTE: ALONCO AUGUSTO DE SOUZAEXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0805179-28.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: RAIMUNDO BRITO Participação: ADVOGADO Nome: BENTO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOROAB: 276755/SP Participação: EXECUTADO Nome: INSSProcesso nº:0805179-28.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas]EXEQUENTE: RAIMUNDO BRITOEXECUTADO: INSS Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804813-86.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: LIOBINO DE JESUS Participação: ADVOGADO Nome: BENTO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOROAB: 276755/SP Participação: EXECUTADO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0804813-86.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas]EXEQUENTE: LIOBINO DE JESUSEXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos.Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0803907-96.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: LUZIANE SALES SILVA Participação: ADVOGADO Nome: TARCIO DA SILVA BARBIERIOAB: 23055/PA Participação: ADVOGADO Nome: WILSON HUIDA JUNIOROAB: 26476/PA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0803907-96.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário]AUTOR: LUZIANE SALES SILVA / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária,de competência delegada federal,objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores da concessão do benefício pleiteado. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente.Assim sendo, DETERMINO que o autor(a) seja submetido(a)à PERÍCIA MÉDICA, EM LOCAL, DATA E HORÁRIO DESIGNADOS PELOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (JEF,s), SUBSEÇÃO MARABÁ.DEPREQUE-SE à Justiça Federal,

Subseção Judiciária de Marabá, para que realize, através de perito médico especialista, habilitado em seu quadro, a perícia necessária.Este Juízo, no exercício da competência delegada federal, solicita tal mister em razão da dificuldade para realização das referidas perícias, imprescindíveis para o deslinde das questões previdenciárias, uma vez que o quadro de peritos desta Comarca ainda é insuficiente.Em atenção ao quanto solicitado pelo Juiz Federal MARCELO HONORATO, Titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Marabá, acrescente-se às deprecatas: 1) Documento pessoal oficial do autor com foto e2) Pelo menos 1 laudo/documento médico referente a cada patologia alegada na inicial.Atente-se, o patrono, para as publicações oriundas dos JEF,S, Subseção Judiciária Marabá, a fim de que não acarrete prejuízos à parte, pela ausência na respectiva perícia.Após juntada do laudo pericial, CITE-SE o INSS para apresentar reposta no prazo legal, devendo, a Autarquia, atender ao comando do inciso IV da já mencionada Recomendação do CNJ. Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJCI. Parauapebas/PA,25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0805675-57.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: SIRNANDES SANTIAGO NASCIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: TARCIO DA SILVA BARBIERIOAB: 23055/PA Participação: ADVOGADO Nome: WILSON HUIDA JUNIOROAB: 26476/PA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0805675-57.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) [Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário, AUTOR: SIRNANDES SANTIAGO NASCIMENTO / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária,de competência delegada federal,objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores da concessão do benefício pleiteado. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente.Assim sendo, DETERMINO que o autor(a) seja submetido(a)à PERÍCIA MÉDICA, EM LOCAL, DATA E HORÁRIO DESIGNADOS PELOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (JEF,s), SUBSEÇÃO MARABÁ.DEPREQUE-SE à Justiça Federal, Subseção Judiciária de Marabá, para que realize, através de perito médico especialista, habilitado em seu quadro, a perícia necessária.Este Juízo, no exercício da competência delegada federal, solicita tal mister em razão da dificuldade para realização das referidas perícias, imprescindíveis para o deslinde das questões previdenciárias, uma vez que o quadro de peritos desta Comarca ainda é insuficiente.Em atenção ao quanto solicitado pelo Juiz Federal MARCELO HONORATO, Titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Marabá, acrescente-se às deprecatas: 1) Documento pessoal oficial do autor com foto e2) Pelo menos 1 laudo/documento médico referente a cada patologia alegada na inicial.Atente-se, o patrono, para as publicações oriundas dos JEF,S, Subseção Judiciária Marabá, a fim de que não acarrete prejuízos à parte, pela ausência na respectiva perícia.Após juntada do laudo pericial, CITE-SE o INSS para apresentar reposta no prazo legal, devendo, a Autarquia, atender ao comando do inciso IV da já mencionada Recomendação do CNJ. Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJCI. Parauapebas/PA, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0805292-79.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: N. C. D. J. Participação: REPRESENTANTE DA PARTE Nome: EDNA COSTA MORAISOAB: null Participação: ADVOGADO Nome: FELIPE GOMES PORTELAOAB: 24384/PA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0805292-79.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) LOAS - [Deficiente]AUTOR: NOEMIA COSTA DE JESUSREPRESENTANTE DA PARTE: EDNA COSTA MORAIS / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de Ação

Previdenciária para concessão de Benefício Assistencial ? LOAS, para portador de deficiência, haja vista o indeferimento administrativo, sob a alegação de não atendimento aos requisitos legais. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, uma vez que presentes os requisitos autorizadores. Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória, sobretudo, quanto ao requisito deficiência. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Embora os autos tratem de matéria de competência delegada, deixo de deprecar a perícia para o juízo federal, em Marabá, em razão das condições de saúde e hipossuficiencia da parte autora. Assim, em consonância com a Recomendação Conjunta nº 01/2015 do CNJ, DETERMINO a realização de perícia médica na parte autora, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo,oDr.RODRIGO DA ROCHA PEREIRA(médico especialista em Medicina do Trabalho/Cirurgia do Quadril e residência em Ortopedia e Traumatologia, R4 em Quadril e Pericia), que cumprirá, escrupulosamente, o cargo que lhe foi cometido, independente de termo de compromisso (art. 466 do CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local, posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valor de R$370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. DEFIRO, desde já, a indicação de assistente técnico, pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente, bem como apresentação de quesitos, se ainda não apresentados (CPC, art. 465). Excepcionalmente, intime-se, por e-mail, a Procuradoria do INSS em Marabá, remetendo apenas cópia deste despacho, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se a parte autora, por seu procurador, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito acerca da nomeação, por meio eletrônico (CPC, art. 465, III). Formalize-se imediato expediente, à Presidência do Tribunal, nos termos do artigo 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Determino, ainda, a realização de estudo socioeconômico do caso em tela, por meio da equipe Interdisciplinar desta Comarca, assinalando, para entrega do relatório conclusivo, o prazo de 30 (tinta) dias. Parauapebas/PA, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0805645-22.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: RONALDO OLIVEIRA DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: JHONATAN PEREIRA RODRIGUESOAB: 22109-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: LAFAYETTE BENTES DA COSTA NUNESOAB: 7784PA Participação: ADVOGADO Nome: FRANCISCO DE SOUSA PEREIRA JUNIOROAB: 21006/PA Participação: ADVOGADO Nome: GLEISON JUNIOR VANINIOAB: 617-BPA Participação: ADVOGADO Nome: RUBENS MOTTA DE AZEVEDO MORAES JUNIOROAB: 10213/PA Participação: ADVOGADO Nome: RONEY FERREIRA DE OLIVEIRAOAB: 442-APA Participação: RÉU Nome: INSS MARABÁProcesso Nº: 0805645-22.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) [Aposentadoria por Invalidez, Conversão]AUTOR: RONALDO OLIVEIRA DOS SANTOS / RÉU: INSS MARABÁTrata-se de ação previdenciária,de competência delegada federal,objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores da concessão do benefício pleiteado. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente.Assim sendo, DETERMINO que o autor(a) seja submetido(a)à PERÍCIA MÉDICA, EM LOCAL, DATA E HORÁRIO DESIGNADOS PELOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (JEF,s), SUBSEÇÃO MARABÁ.DEPREQUE-SE à Justiça Federal, Subseção Judiciária de Marabá, para que realize, através de perito médico especialista, habilitado em seu quadro, a perícia necessária.Este Juízo, no exercício da competência delegada federal, solicita tal mister em razão da dificuldade para realização das referidas perícias, imprescindíveis para o deslinde das questões previdenciárias, uma vez que o quadro de peritos desta Comarca ainda é insuficiente.Em atenção ao quanto solicitado pelo Juiz Federal MARCELO HONORATO, Titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Marabá, acrescente-se às deprecatas: 1) Documento pessoal oficial do autor com foto e2) Pelo menos 1

laudo/documento médico referente a cada patologia alegada na inicial.Atente-se, o patrono, para as publicações oriundas dos JEF,S, Subseção Judiciária Marabá, a fim de que não acarrete prejuízos à parte, pela ausência na respectiva perícia.Após juntada do laudo pericial, CITE-SE o INSS para apresentar reposta no prazo legal, devendo, a Autarquia, atender ao comando do inciso IV da já mencionada Recomendação do CNJ. Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJCI. Parauapebas/PA, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804487-29.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: CECILIA SEBASTIANA DE MOURA Participação: ADVOGADO Nome: THAINAH TOSCANO GOESOAB: 8854PA Participação: EXECUTADO Nome: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0804487-29.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas]EXEQUENTE: CECILIA SEBASTIANA DE MOURAEXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804924-70.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: JOSE GARCIA RODRIGUES SANTANA Participação: ADVOGADO Nome: NEIZON BRITO SOUSAOAB: 879PA Participação: ADVOGADO Nome: ABRAUNIENES FAUSTINO DE SOUSAOAB: 551-A Participação: ADVOGADO Nome: VANDERLEI ALMEIDA OLIVEIRAOAB: 426PA Participação: EXECUTADO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0804924-70.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas, Valor da Execução / Cálculo / Atualização]EXEQUENTE: JOSE GARCIA RODRIGUES SANTANAEXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0800868-91.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: JOSE RODRIGUES CARNEIRO Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE CASALEOAB: 673-APA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0800868-91.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Rural (Art. 48/51)]AUTOR: JOSE RODRIGUES CARNEIRO / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade, de segurado especial, ao argumento de que a parte autora teve o benefício, indevidamente, indeferido pela Autarquia Federal. Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, eventualmente requerida, entendo que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a qualidade de rurícola. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de

veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0801804-19.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: Marcio Eduardo Ribeiro Araujo Participação: ADVOGADO Nome: LEO POLITO DE ANDRADEOAB: 19362-B/PA Participação: RÉU Nome: INSSProcesso Nº: 0801804-19.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - LOAS - [Deficiente]AUTOR: MARCIO EDUARDO RIBEIRO ARAUJO / RÉU: INSS Trata-se de Ação Previdenciária para concessão de Benefício Assistencial ? LOAS, para portador de deficiência, haja vista o indeferimento administrativo, sob a alegação de não atendimento aos requisitos legais. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, uma vez que presentes os requisitos autorizadores. Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, não vislumbro, em sede de cognição sumária, a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória quanto aos requisitos autorizadores da concessão do beneficio pretendido. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Embora os autos tratem de matéria de competência delegada, deixo de deprecar a perícia para o juízo federal, em Marabá, em razão das condições de saúde e hipossuficiência da parte autora. Assim, em consonância com a Recomendação Conjunta nº 01/2015 do CNJ, DETERMINO a realização de perícia médica na parte autora, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo, oDr.RODRIGO DA ROCHA PEREIRA(médico especialista em Medicina do Trabalho/Cirurgia do Quadril e residência em Ortopedia e Traumatologia, R4 em Quadril e Pericia), que cumprirá, escrupulosamente, o cargo que lhe foi cometido, independente de termo de compromisso (art. 466 do CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local, posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valor de R$370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. DEFIRO, desde já, a indicação de assistente técnico, pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente, bem como apresentação de quesitos, se ainda não apresentados (CPC, art. 465). Excepcionalmente, intime-se, por e-mail, a Procuradoria do INSS em Marabá, remetendo apenas cópia deste despacho, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se a parte autora, por seu procurador, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito acerca da nomeação, por meio eletrônico (CPC, art. 465, III). Formalize-se imediato expediente, à Presidência do Tribunal, nos termos do artigo 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Determino, ainda, a realização de estudo socioeconômico do caso em tela, por meio da equipe Interdisciplinar desta Comarca, assinalando, para entrega do relatório conclusivo, o prazo de 30 (tinta) dias. Parauapebas/PA, 24 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0802909-31.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: RAIMUNDA RODRIGUES ALMEIDA DE SOUSA Participação: ADVOGADO Nome: WELLINTON SILVA COSTAOAB: 21107/PA Participação: EXEQUENTE Nome: DANIEL DE SOUSA FRANCO Participação: ADVOGADO Nome: WELLINTON SILVA COSTAOAB: 21107/PA Participação: EXECUTADO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ3ª Vara Cível da Comarca de Parauapebas/PAFórum Juiz Célio Rodrigues Cal, Rua C, Quadra Especial, Bairro Cidade NovaEmail: 3civelparauapebas@tjpa.jus.br / Telefone: (94) 3327-9606 PROCESSO: 0802909-31.2019.8.14.0040CLASSE:CUMPRIMENTO DE SENTENÇA (156) ASSUNTO:[Abono da Lei 8.178/91, Parcelas de benefício não pagas]EXEQUENTE: RAIMUNDA RODRIGUES ALMEIDA DE SOUSA, DANIEL DE SOUSA FRANCOEXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC. Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos

conclusos. Parauapebas/PA, 24 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0800618-58.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: REDIMIRO GOMES DE ANDRADE Participação: ADVOGADO Nome: CELSO VALERIO NASCIMENTO PEREIRAOAB: 158PA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0800618-58.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)[Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6), Averbação/Cômputo/Conversão de tempo de serviço especial]AUTOR: REDIMIRO GOMES DE ANDRADE / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALR. H. em razão da recente designação para responder nesta unidade jurisdicional. Trata-se de Ação Previdenciária proposta pelo Requerente em face do Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, ao argumento de que faz jus à conversão da sua aposentadoria por tempo de serviço com renda proporcional em aposentadoria por tempo de contribuição com renda integral, com computo do tempo de atividade especial, negado, indevidamente, pelo Requerido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, por restarem presentes os requisitos do artigo 98 do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pelo(a) autor(a) carece de maior dilação probatória. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que há necessidade de dilação probatória e que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 doCPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 24 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0801310-57.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: ERICA AMORIM COELHO Participação: ADVOGADO Nome: CRISTIANE PIMENTEL DE MOURAOAB: 2059 Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0801310-57.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Salário-Maternidade (Art. 71/73)]AUTOR: ERICA AMORIM COELHO / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de pedido de salário maternidade, ao argumento de que a autora teve seu requerimento administrativo indeferido, indevidamente, pela Autarquia Federal, por considerar que não estava filiada ao Regime Geral de Previdência Social na data do nascimento do filho. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, uma vez que preenchidos os requisitos legais. Com relação ao pedido de tutela de urgência, porventura requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pelo(a) autor(a) carece de maior dilação probatória, sobretudo, quanto à condição de segurada da autora, o que não cabe nesta fase processual, sendo possível no decorrer da instrução processual. Ademais, entendo que a concessão da medida tem caráter irreversível. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que há necessidade de dilação probatória e que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804494-21.2019.8.14.0040 Participação: REQUERENTE Nome: EDOILTON SILVA SOUSA Participação: ADVOGADO Nome: NEIZON BRITO SOUSAOAB: 879PA Participação: ADVOGADO Nome: ABRAUNIENES FAUSTINO DE SOUSAOAB: 551-A Participação: ADVOGADO Nome: VANDERLEI ALMEIDA OLIVEIRAOAB: 426PA Participação: REQUERIDO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0804494-21.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA/DECISÃO (155)[Parcelas de benefício não pagas, Valor da Execução / Cálculo / Atualização]REQUERENTE: EDOILTON SILVA SOUSA / REQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALIntime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias. Após, venham os autos conclusos. Parauapebas/PA, 24 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0800529-35.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: WELLINGTON DA SILVA OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: TARCIO DA SILVA BARBIERIOAB: 23055/PA Participação: ADVOGADO Nome: WILSON HUIDA JUNIOROAB: 26476/PA Participação: RÉU Nome: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0800529-35.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Benefícios em Espécie, Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Previdenciário]AUTOR: WELLINGTON DA SILVA OLIVEIRA / RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária,de competência delegada federal,objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores da concessão do benefício pleiteado. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença e auxílio-acidente.Assim sendo, DETERMINO que o autor(a) seja submetido(a)à PERÍCIA MÉDICA, EM LOCAL, DATA E HORÁRIO DESIGNADOS PELOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS (JEF,s), SUBSEÇÃO MARABÁ.DEPREQUE-SE à Justiça Federal, Subseção Judiciária de Marabá, para que realize, através de perito médico especialista, habilitado em seu quadro, a perícia necessária.Este Juízo, no exercício da competência delegada federal, solicita tal mister em razão da dificuldade para realização das referidas perícias, imprescindíveis para o deslinde das questões previdenciárias, uma vez que o quadro de peritos desta Comarca ainda é insuficiente.Em atenção ao quanto solicitado pelo Juiz Federal MARCELO HONORATO, Titular da 1ª Vara da Subseção Judiciária de Marabá, acrescente-se às deprecatas: 1) Documento pessoal oficial do autor com foto e2) Pelo menos 1 laudo/documento médico referente a cada patologia alegada na inicial.Atente-se, o patrono, para as publicações oriundas dos JEF,S, Subseção Judiciária Marabá, a fim de que não acarrete prejuízos à parte, pela ausência na respectiva perícia.Após juntada do laudo pericial, CITE-SE o INSS para apresentar reposta no prazo legal, devendo, a Autarquia, atender ao comando do inciso IV da já mencionada Recomendação do CNJ. Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJCI. Parauapebas/PA, 18 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0803384-21.2018.8.14.0040 Participação: REQUERENTE Nome: MARCIA MARIA GUEDES DA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL COELHO SARTORIOOAB: 643PA Participação: ADVOGADO Nome: MARCELIA DOS REIS SANTIAGO OLIVEIRAOAB: 608 Participação: REQUERIDO Nome: JEOVA GONCALVES DE OLIVEIRATERMO DE AUDIÊNCIA Processo nº 0803384-21.2018.8.14.0040AÇÃO: DIVÓRCIO LITIGIOSO C/C PARTILHA DE BENSREQUERENTE: MARCIA

MARIA GUEDES DA COSTAREQUERIDO: Nome: JEOVA GONCALVES DE OLIVEIRAEndereço: VS CASTANHEIRA, 110, ZONA RURAL, ELDORADO DOS CARAJáS - PA - CEP: 68524-000Juíza de Direito:RAFAELA DE JESUS MENDES MORAISData: 28 de fevereiro de 2019.PREGÃO:Aberta a audiência constatou-se a ausência das partes.OCORRÊNCIA:Certidão do oficial de justiça afirma que houve erro ao distribuir o mandado, pois deveria ter sido distribuído para a Comarca de Eldorado do Carajás, e não Parauapebas.A parte requerente apresentou justificativa da não possibilidade de comparecimento.DELIBERAÇÃO:REDESIGNO audiência de conciliação/mediação para o dia 10 de setembro de 2019, às 09h00min.A audiência será realizada no gabinete da 3º Vara Cível e Empresarial do Fórum da Comarca de Parauapebas/PA, rua C, quadra especial, 1º andar, Cidade Nova. CITE(M)-SE a(s) parte(s) requerida(s) para integrar(em) a relação processual e INTIME(M)-SE para a audiência de conciliação.INTIME-SE a parte autora através de sua advogada. Expeça-se carta precatória para a comarca de Eldorado dos Carajás.ADVIRTO, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.O prazo para contestação será contado a partir da realização da audiência, caso não haja composição consensual.SERVE ESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO / CARTA PRECATÓRIA / CARTA POSTAL.Nada mais havendo, a MM. Juíza de Direito mandou encerrar este termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, Elho Araújo Costa, servidor público na função de Analista Judiciário, o digitei e subscrevi.

Número do processo: 0804470-90.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: ANTONIA DA SILVA SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE CASALEOAB: 673-APA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0804470-90.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)[Benefícios em Espécie, Benefício Assistencial - Deficiente (Art. 203,V CF/88)] AUTOR: ANTONIA DA SILVA SANTOS / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de Ação Previdenciária para concessão de Benefício Assistencial ? LOAS, para portador de deficiência, haja vista o indeferimento administrativo, sob a alegação de não atendimento aos requisitos legais. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, uma vez que presentes os requisitos autorizadores. Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória, sobretudo, quanto ao requisito deficiência. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Embora os autos tratem de matéria de competência delegada, deixo de deprecar a perícia para o juízo federal, em Marabá, em razão das condições de saúde e hipossuficiência da parte autora. Assim, em consonância com a Recomendação Conjunta nº 01/2015 do CNJ, DETERMINO a realização de perícia médica na parte autora, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo,oDr.RODRIGO DA ROCHA PEREIRA(médico especialista em Medicina do Trabalho/Cirurgia do Quadril e residência em Ortopedia e Traumatologia, R4 em Quadril e Pericia), que cumprirá, escrupulosamente, o cargo que lhe foi cometido, independente de termo de compromisso (art. 466 do CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local, posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valor de R$370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. DEFIRO, desde já, a indicação de assistente técnico, pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente, bem como apresentação de quesitos, se ainda não apresentados (CPC, art. 465). Excepcionalmente, intime-se, por e-mail, a Procuradoria do INSS em Marabá, remetendo apenas cópia deste despacho, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se a parte autora, por seu procurador, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito acerca da nomeação, por meio eletrônico (CPC, art. 465, III). Formalize-se imediato expediente, à Presidência do Tribunal, nos termos do artigo 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Determino, ainda, a realização de estudo socioeconômico do caso em tela, por meio da equipe Interdisciplinar desta Comarca, assinalando, para entrega do relatório conclusivo, o prazo de 30 (tinta) dias. Parauapebas/PA, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0800692-15.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: MARIA DE LOURDES DUTRA DA LUZ Participação: ADVOGADO Nome: CRISTIANE SAMPAIO BARBOSA SILVAOAB: 499 Participação: ADVOGADO Nome: ROMULO OLIVEIRA DA SILVAOAB: 10801/PA Participação: EXECUTADO Nome: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0800692-15.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas, Causas Supervenientes à Sentença]EXEQUENTE: MARIA DE LOURDES DUTRA DA LUZEXECUTADO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804651-91.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: GERALDO VICENTE DIAS Participação: ADVOGADO Nome: ANDRESSA ALDRIGUES CANDIDOOAB: 53898/DF Participação: RÉU Nome: INSSProcesso Nº: 0804651-91.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / [Aposentadoria por Invalidez, Aposentadoria por Invalidez Acidentária]AUTOR: GERALDO VICENTE DIAS / RÉU: INSSTrata-se de ação previdenciária acidentária, objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores do benefício pretendido. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido.A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários, assim: Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015 e do artigo 40 da Lei Estadual de Custas 8.328/2015. Tendo em vista a necessidade de se aferir a incapacidade da parte autora para o trabalho, um dos requisitos para concessão do benefício pleiteado,DETERMINO a realização de perícia médica, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo o Dr. AUDY NUNES BEZERRA FILHO (médico especialista em Medicina do Trabalho/Saúde da Família/Perícias Médicas/Psiquiatria/Ortopedia),o qual cumprirá, escrupulosamente, o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (art. 466, CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valorde R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. Fica dispensada a formulação de quesitos pelas partes. Os quesitos a serem respondidos pelo perito encontram-se depositados na Secretaria da 3ª Vara Cível, e corresponde ao anexo daRecomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015 doCNJ. DEFIRO, desde já, aindicação de assistente técnico pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente. Intime-se a Procuradoria do INSS, remetendo à autarquia cópia desta decisão, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se as partes autoras, por seus procuradores, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito da nomeação. Formalize-se imediato expediente à Presidência do Tribunal, nos termos dos artigos 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Parauapebas/PA, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804104-51.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: EDMILSON DA SILVA OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: ABRAUNIENES FAUSTINO DE SOUSAOAB: 551-A Participação: ADVOGADO Nome: NEIZON BRITO SOUSAOAB: 879PA Participação: ADVOGADO Nome: VANDERLEI ALMEIDA OLIVEIRAOAB: 426PA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0804104-51.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) /

[Aposentadoria por Invalidez, Auxílio-Doença Acidentário, Aposentadoria por Invalidez Acidentária, Restabelecimento]AUTOR: EDMILSON DA SILVA OLIVEIRA / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária acidentária, objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores do benefício pretendido. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido.A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários, assim: Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015 e do artigo 40 da Lei Estadual de Custas 8.328/2015. Tendo em vista a necessidade de se aferir a incapacidade da parte autora para o trabalho, um dos requisitos para concessão do benefício pleiteado,DETERMINO a realização de perícia médica, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo oDr.RODRIGO DA ROCHA PEREIRA(médico especialista em Medicina do Trabalho/Cirurgia do Quadril e residência em Ortopedia e Traumatologia, R4 em Quadril e Pericia), o qual cumprirá, escrupulosamente, o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (art. 466, CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valorde R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. Fica dispensada a formulação de quesitos pelas partes. Os quesitos a serem respondidos pelo perito encontram-se depositados na Secretaria da 3ª Vara Cível, e corresponde ao anexo daRecomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015 doCNJ. DEFIRO, desde já, aindicação de assistente técnico pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente. Intime-se a Procuradoria do INSS, remetendo à autarquia cópia desta decisão, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se as partes autoras, por seus procuradores, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito da nomeação. Formalize-se imediato expediente à Presidência do Tribunal, nos termos dos artigos 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Parauapebas/PA, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804687-36.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: CLAUDECI FERREIRA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS EDUARDO LOPES DE ARAUJOOAB: 9616SP Participação: EXECUTADO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0804687-36.2019.8.14.0040[Auxílio-Doença Previdenciário, Parcelas de benefício não pagas]EXEQUENTE: CLAUDECI FERREIRA DA SILVAEXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804784-36.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: AILTON PINHEIRO RODRIGUES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: ABRAUNIENES FAUSTINO DE SOUSAOAB: 551-A Participação: ADVOGADO Nome: NEIZON BRITO SOUSAOAB: 879PA Participação: ADVOGADO Nome: VANDERLEI ALMEIDA OLIVEIRAOAB: 426PA Participação: EXECUTADO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0804784-36.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas, Valor da Execução / Cálculo / Atualização]EXEQUENTE: AILTON PINHEIRO RODRIGUES DA SILVAEXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos

conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804925-55.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: LUIZA DO NASCIMENTO SILVA Participação: ADVOGADO Nome: BENTO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOROAB: 276755/SP Participação: EXECUTADO Nome: INSSProcesso nº:0804925-55.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas]EXEQUENTE: LUIZA DO NASCIMENTO SILVAEXECUTADO: INSS Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0805114-33.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: BENEDITO RAMOS DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: BENTO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOROAB: 276755/SP Participação: EXECUTADO Nome: INSSProcesso nº:0805114-33.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas]EXEQUENTE: BENEDITO RAMOS DE OLIVEIRAEXECUTADO: INSS Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804110-58.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: ANTONIO MEDINO DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: TATHIANA ASSUNCAO PRADOOAB: 531-BPA Participação: ADVOGADO Nome: NICOLAU MURAD PRADOOAB: 774-B Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANE DE SOUZA DA ROCHAOAB: 25472 Participação: RÉU Nome: INSSProcesso Nº: 0804110-58.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)[Aposentadoria por Tempo de Contribuição (Art. 55/6), Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie] DESAPOSENTAÇÃOAUTOR: ANTONIO MEDINO DE OLIVEIRA / RÉU: INSSTrata-se de ação previdenciária para concessão de DESAPOSENTAÇÃO, ao argumento de que a parte autora teve novo período de contribuição, requerendo aproveitamento do do referido período para complementação do seu benefício, o que foi indeferido pela autarquia Federal.Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/2015. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0800351-86.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: FRANCISCA DOS SANTOS MONTEIRO Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE CASALEOAB: 673-APA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0800351-86.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Rural (Art. 48/51)]AUTOR: FRANCISCA DOS SANTOS MONTEIRO / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade, de segurado especial, ao argumento de que a parte autora teve o benefício, indevidamente, indeferido pela Autarquia Federal. Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, eventualmente requerida, entendo que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a qualidade de rurícola. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 24 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0803458-41.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: MARIAJOSE LIMA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: SENO PETRIOAB: 4904 Participação: RÉU Nome: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0803458-41.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Aposentadoria por Idade (Art. 48/51)] - HIBRIDAAUTOR: MARIA JOSE LIMA DA SILVA / RÉU: INSS MARABÁ Trata-se de ação previdenciária para concessão de APOSENTADORIA POR IDADE HIBRIDA, ao argumento de que a parte autora teve o benefício, indevidamente, indeferido pela Autarquia Federal. Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015. Considerando que há necessidade de dilação probatória e que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, porventura requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pelo(a) autor(a) carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a qualidade de rurícola da parte autora. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 doCPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0801020-42.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: JOAO BATISTA GAMA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: TARCIO DA SILVA BARBIERIOAB: 23055/PA Participação: ADVOGADO Nome: WILSON HUIDA JUNIOROAB: 26476/PA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0801020-42.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Deficiente]AUTOR: JOAO BATISTA GAMA COSTA / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de Ação Previdenciária

para concessão de Benefício Assistencial ? LOAS, para portador de deficiência, haja vista o indeferimento administrativo, sob a alegação de não atendimento aos requisitos legais. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, uma vez que presentes os requisitos autorizadores. Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória, sobretudo, quanto ao requisito deficiência. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Embora os autos tratem de matéria de competência delegada, deixo de deprecar a perícia para o juízo federal, em Marabá, em razão das condições de saúde e hipossuficiencia da parte autora. Assim, em consonância com a Recomendação Conjunta nº 01/2015 do CNJ, DETERMINO a realização de perícia médica na parte autora, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo, oDr.RODRIGO DA ROCHA PEREIRA(médico especialista em Medicina do Trabalho/Cirurgia do Quadril e residência em Ortopedia e Traumatologia, R4 em Quadril e Pericia), que cumprirá, escrupulosamente, o cargo que lhe foi cometido, independente de termo de compromisso (art. 466 do CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local, posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valor de R$370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. DEFIRO, desde já, a indicação de assistente técnico, pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente, bem como apresentação de quesitos, se ainda não apresentados (CPC, art. 465). Excepcionalmente, intime-se, por e-mail, a Procuradoria do INSS em Marabá, remetendo apenas cópia deste despacho, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se a parte autora, por seu procurador, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito acerca da nomeação, por meio eletrônico (CPC, art. 465, III). Formalize-se imediato expediente, à Presidência do Tribunal, nos termos do artigo 2º do Provimento Conjunto já mencionado, anexando cópia desta decisão. Determino, ainda, a realização de estudo socioeconômico do caso em tela, por meio da equipe Interdisciplinar desta Comarca, assinalando, para entrega do relatório conclusivo, o prazo de 30 (tinta) dias. Parauapebas/PA, 24 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804597-28.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: FRANCISCO SEREJO DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS EDUARDO LOPES DE ARAUJOOAB: 9616SP Participação: EXECUTADO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0804597-28.2019.8.14.0040[Aposentadoria por Invalidez, Parcelas de benefício não pagas]EXEQUENTE: FRANCISCO SEREJO DOS SANTOSEXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0804832-92.2019.8.14.0040 Participação: REQUERENTE Nome: MOISES ALVES BARRETO Participação: ADVOGADO Nome: PATRICIA ALVES DE OLIVEIRAOAB: 538 Participação: REQUERIDO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso nº:0804832-92.2019.8.14.0040[Aposentadoria por Invalidez, Parcelas de benefício não pagas]REQUERENTE: MOISES ALVES BARRETOREQUERIDO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas, 21 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0805218-25.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: JOSE ESEVALDO CORDEIRO DE ALMEIDA Participação: ADVOGADO Nome: GUILHERME AUGUSTO LIMA MACHADOOAB: 377-BPA Participação: ADVOGADO Nome: GUILHERME HENRIQUE DE OLIVEIRA MELLOOAB: 565-BPA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0805218-25.2019.8.14.0040REVISÃO DE BENEFICIO PREVIDENCIÁRIO C/C RECONHECIMENTO DE ATIVIDADE ESPECIAL [Alteração do teto máximo para o valor do benefício previdenciário do RGPS (EC 20 e 41)]AUTOR: JOSE ESEVALDO CORDEIRO DE ALMEIDA / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária de revisão de benefício, proposta ao argumento de que o autor faz jus ao benefício sem a aplicação do fator previdenciário, haja vista que não foi considerado como especial, o período entre 02/02/1995 a 31/12/2013, no qual o segurado era sondador.Requer, a concessão do benefício da assistência judiciária e, no mérito, revisão do benefício nº 161.658.963-6, com DER 20/08/2014), a fim de excluir a incidência do fator previdenciário com pagamento da respectiva diferença. Com a inicial vieram procuração e documentos para fins de comprovação do alegado. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, por restarem presentes os requisitos do artigo 98 do CPC/2015. Considerando a inexistência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 doCPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 21 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0805758-73.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: BENVINDO LUIZ DE NEGREIROS Participação: ADVOGADO Nome: THAINAH TOSCANO GOESOAB: 8854PA Participação: RÉU Nome: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0805758-73.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Aposentadoria por Idade (Art. 48/51), Rural (Art. 48/51)]AUTOR: BENVINDO LUIZ DE NEGREIROS / RÉU: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade, de segurado especial, ao argumento de que a parte autora teve o benefício, indevidamente, indeferido pela Autarquia Federal. Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, eventualmente requerida, entendo que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a qualidade de rurícola. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 24 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0800571-84.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: ADENIL ANTONIO DE SOUSA Participação: ADVOGADO Nome: CELSO VALERIO NASCIMENTO PEREIRAOAB: 158PA

Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0800571-84.2019.8.14.0040CARTA PRECATÓRIA CÍVEL (261) [Rural (Art. 48/51)] - HÍBRIDAAUTOR: ADENIL ANTONIO DE SOUSA / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade, com computo de tempo de serviço urbano e rural (APOSENTADORIA HIBRIDA), ao argumento de que a parte autora teve o benefício, indevidamente, indeferido pela Autarquia Federal. Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, eventualmente requerida, entendo que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a qualidade de rurícola. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 24 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0800881-90.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: ELIZABETH DE ALMEIDA BRITO Participação: ADVOGADO Nome: TARCIO DA SILVA BARBIERIOAB: 23055/PA Participação: ADVOGADO Nome: WILSON HUIDA JUNIOROAB: 26476/PA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0800881-90.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) [Urbana (Art. 48/51), Aposentadoria Especial (Art. 57/8)]AUTOR: ELIZABETH DE ALMEIDA BRITO / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de Ação Previdenciária proposta pelo (a) Requerente em face do Instituto Nacional de Seguridade Social-INSS, ao argumento de que faz jus ao benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição (APOSENTADORIA POR IDADE URBANA). Defiro os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC/2015, uma vez que preenchidos os requisitos legais, uma vez que preenchidos os requisitos legais. Quanto ao pedido de tutela de urgência constante na inicial, o art. 300 do CPC/2015 prevê que a tutela de urgência, cautelar ou antecipatória, será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Para tanto, observo que a parte autora não preenche todos os requisitos iniciais para que a tutela pretendida lhe seja antecipada, haja vista os argumentos deduzidos na petição inicial necessitam de maior dilação probatória. Assim sendo, indefiro o pedido de tutela de urgência pleiteado na inicial. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora e que não existe representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, caso necessário, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009-CJCI. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas.

Número do processo: 0801118-27.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: FRANCISCO RAIMUNDO DO NASCIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: PATRICIA ALVES DE OLIVEIRAOAB: 538 Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0801118-27.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Rural (Art. 48/51)]AUTOR: FRANCISCO

RAIMUNDO DO NASCIMENTO / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade, de segurado especial, ao argumento de que a parte autora teve o benefício, indevidamente, indeferido pela Autarquia Federal. Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, eventualmente requerida, entendo que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a qualidade de rurícola. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0801670-89.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: MARIA EUNICE RIBEIRO ARRAIAS DE BARROS Participação: ADVOGADO Nome: SENO PETRIOAB: 4904 Participação: RÉU Nome: INSSProcesso Nº: 0801670-89.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Rural (Art. 48/51)] AUTOR: MARIA EUNICE RIBEIRO ARRAIAS DE BARROS / RÉU: INSSTrata-se de ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade, de segurado especial, ao argumento de que a parte autora teve o benefício, indevidamente, indeferido pela Autarquia Federal. Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, eventualmente requerida, entendo que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a qualidade de rurícola. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0802854-80.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: ANAIRA OLIVEIRA DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: ANAIRA OLIVEIRA DOS SANTOSOAB: 76TO Participação: EXEQUENTE Nome: A. C. O. T. M. Participação: ADVOGADO Nome: ANAIRA OLIVEIRA DOS SANTOSOAB: 76TO Participação: EXECUTADO Nome: PEDRO TEODORO MORAIS MARTINSPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ3ª Vara Cível da Comarca de ParauapebasFórum Juiz Célio Rodrigues Cal, Rua C, Quadra Especial, Cidade NovaEmail: 3civelparauapebas@tjpa.jus.br / Telefone: (94) 3327-9606PROCESSO Nº. 0802854-80.2019.8.14.0040REQUERENTE(S): Nome: ANAIRA OLIVEIRA DOS SANTOSEndereço: RUA CLARA NUNES, 164, DA PAZ, PARAUAPEBAS - PA - CEP: 68515-000Nome: ANA CLARA OLIVEIRA TEODORO MARTINSEndereço: Rua Clara Nunes, 164, Da Paz, PARAUAPEBAS - PA - CEP: 68515-000REQUERIDO(S): Nome: PEDRO TEODORO MORAIS MARTINSEndereço: Rua B-13, Qd 63 Lt 37,

Cidade Jardim, ALTAMIRA - PA - CEP: 68378-240DECISÃO INTERLOCUTÓRIAConsiderando que ocumprimento de obrigação de alimentos se dará no juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição, nos termos do artigo 516, inciso II, c/c art. 531, ambos do Código de Processo Civil.Considerando, ainda, que houve descumprimento do acordo homologado por sentença proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível e Empresarial nos autos 0014279-11.2017.8.14.0040, conforme afirma a parte requerente.Declaro-me absolutamente incompetente para processar e julgar o feito e determino a redistribuição dos presentes autos para a2ª (segunda) Vara Cível e Empresarial Comarca de Parauapebas, por ser este o juízo competente nos termos do art. artigo 516, inciso II, c/c art. 531 ambos do Código de Processo Civil.Remetam-se e Cumpra-se. Parauapebas, 24 de junho de 2019LAURO FONTES JÚNIORJuiz de Direito respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial

Número do processo: 0803776-24.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: WILSON LUIZ LOSCHIAVO Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE CASALEOAB: 673-APA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso nº:0803776-24.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas]AUTOR: WILSON LUIZ LOSCHIAVO / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0803871-54.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: GLEIDSON SA ALMEIDA Participação: ADVOGADO Nome: ANDRESSA ALDRIGUES CANDIDOOAB: 53898/DF Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0803871-54.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) / [Aposentadoria por Invalidez, Aposentadoria por Invalidez Acidentária]AUTOR: GLEIDSON SA ALMEIDA / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária acidentária, objetivando concessão/restabelecimento de auxílio-doença e/ou conversão em aposentadoria por invalidez, proposta contra o INSS.Com relação ao pedido de tutela de urgência requerida, verifico que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar os requisitos autorizadores do benefício pretendido. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido.A fim de imprimir maior celeridade aos feitos dessa natureza, observa-se a Recomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015, do CNJ, a qual dispõe acerca de procedimentos uniformes nas ações judiciais que envolvam a concessão de benefícios previdenciários, assim: Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do CPC/2015 e do artigo 40 da Lei Estadual de Custas 8.328/2015. Tendo em vista a necessidade de se aferir a incapacidade da parte autora para o trabalho, um dos requisitos para concessão do benefício pleiteado,DETERMINO a realização de perícia médica, nomeando, para tanto, na qualidade de perito deste Juízo o Dr. AUDY NUNES BEZERRA FILHO (médico especialista em Medicina do Trabalho/Saúde da Família/Perícias Médicas/Psiquiatria/Ortopedia),o qual cumprirá, escrupulosamente, o encargo que lhe foi cometido, independentemente de termo de compromisso (art. 466, CPC/2015). As perícias serão realizadas de forma concentrada, em data e local posteriormente informados. Arbitro os honorários do perito do Juízo no valorde R$ 370,00 (trezentos e setenta reais), que serão pagos pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, em consonância com a tabela de honorários do PROVIMENTO CONJUNTO nº. 010/2016 - CJRMB/CJCI, sem prejuízo da observância do contido nos artigos 4º e 5º do mesmo provimento. Fica dispensada a formulação de quesitos pelas partes. Os quesitos a serem respondidos pelo perito encontram-se depositados na Secretaria da 3ª Vara Cível, e corresponde ao anexo daRecomendação Conjunta nº 01, de 15 de dezembro de 2015 doCNJ. DEFIRO, desde já, aindicação de assistente técnico pelas partes, desde que o indicado seja profissional médico, devidamente inscrito no conselho de classe competente. Intime-se a Procuradoria do INSS, remetendo à autarquia cópia desta decisão, a fim de que, caso queira, possa tomar as providências de praxe. Igualmente, intimem-se as partes autoras, por seus procuradores, por publicação no DJE. Cientifique-se o perito da nomeação. Formalize-se imediato expediente à Presidência do Tribunal, nos termos dos artigos 2º do Provimento Conjunto já mencionado,

anexando cópia desta decisão. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0800352-71.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: MARIA MADALENA NASCIMENTO DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE CASALEOAB: 673-APA Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0800352-71.2019.8.14.0040PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Rural (Art. 48/51)]AUTOR: MARIA MADALENA NASCIMENTO DOS SANTOS / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALTrata-se de ação previdenciária para concessão de aposentadoria por idade, de segurado especial, ao argumento de que a parte autora teve o benefício, indevidamente, indeferido pela Autarquia Federal. Juntou procuração e documentos que instruem a inicial. É o sucinto relatório. Decido. Inicialmente, defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/2015. Com relação ao pedido de tutela de urgência, eventualmente requerida, entendo que não está presente a verossimilhança nas alegações, pois a matéria ventilada pela parte autora carece de maior dilação probatória a fim de comprovar a qualidade de rurícola. Assim, INDEFIRO, por ora, o pedido. Considerando que já consta nos autos o indeferimento do pedido administrativo feito pela parte autora, e ainda a não existência de representação da procuradoria do instituto demandado neste município, não vislumbro, nesta fase inicial, a viabilidade de composição consensual na demanda, razão pela qual deixo de designar a audiência a que alude o disposto no art. 334 do CPC/2015. Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC/2015, art. 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal (CPC/2015, art. 219 e 335), sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC/2015, art. 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC/2015, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC/2015, art. 335, III). Servirá o presente, por cópia digitalizada, com MANDADO, CARTA e OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 ? CJRMB. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0800585-68.2019.8.14.0040 Participação: EXEQUENTE Nome: ALFRANIO ALVES DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: FELIPE GOMES PORTELAOAB: 24384/PA Participação: EXECUTADO Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso nº:0800585-68.2019.8.14.0040[Parcelas de benefício não pagas, Causas Supervenientes à Sentença]EXEQUENTE: ALFRANIO ALVES DA SILVA EXECUTADO: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Intime-se o executado, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, impugnar a execução, nos próprios autos e no prazo de 30 (trinta) dias, conforme art. 535, CPC.Não havendo impugnação, façam os autos conclusos. Havendo impugnação, intime-se, o autor, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 5 (cinco) dias.Com ou sem oposição, façam os os autos conclusos. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda, respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

Número do processo: 0803281-77.2019.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: SUZANA PEREIRA BRITO Participação: ADVOGADO Nome: RAPHAELL LEMES BRAZOAB: 24451/PA Participação: ADVOGADO Nome: HELBERT LUCAS RUIZ DOS SANTOSOAB: 320439/SP Participação: RÉU Nome: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIALProcesso Nº: 0803281-77.2019.8.14.0040 PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - [Benefícios em Espécie, Salário-Maternidade (Art. 71/73)] AUTOR: SUZANA PEREIRA BRITO / RÉU: INSS - INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Intime-se a autora, por seu advogado, para emendar a inicial no sentido de colacionar aos autos comprovante de residencia nesta Comarca, haja vista que o Acampamento Helenira, BR 155, fica na Zona rural de Marabá, conforme se depreende do endereço informado na procuração e nos demais documentos que instruem o feito.Para tanto, assinalo o prazo de 15 (quinze) dias. A inercia ensejará o indeferimento da inicial, nos moldes do artigo 321 do CPC. Parauapebas/PA, 25 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJuiz de Direito Titular da Vara da Fazenda,respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial de Parauapebas

SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PARAUAPEBAS

Número do processo: 0002120-07.2015.8.14.0040 Participação: RECLAMANTE Nome: FRANCIELSON ROCHA Participação: ADVOGADO Nome: JORGIANO DIAS MOREIRAOAB: 889 Participação: RECLAMADO Nome: VOTORANTIM CIMENTOS N/NE S/A Participação: ADVOGADO Nome: PAMELA ALENCAR DE MORAESOAB: 018139/PA0002120-07.2015.814.0040 Visto, etc... Relatório dispensado, na forma da legislação correlata (art. 38, Lei nº 9.099-95). Fundamento e decido.Em sede de audiência de conciliação, não houve acordo. A matéria posta na lide não é complexa, dispensa dilação probatória, pois que meramente documental e de Direito, motivo porque os autos vieram conclusos para sentença.TEIXEIRA DE FREITAS, destacado jurista dos idos do Império, lembra:?Pacto é o consenso de dôis, ou mais, sôbre a mêsma cousa?. (Regras de Dirêito. Augusto Teixêira de Frêitas. 1ª ed. Rio de Janêiro: B. L. Garnier, Editor, 1882, p. 192). ORLANDO GOMES ensina que:?O principal efeito do contrato é criar um vínculo entre as partes?. (Contratos. Orlando Gomes. Atualizador: Humberto Theodoro Júnior. Forense. Rio de Janeiro. 1997. 17ª ed., p. 161). Pacta sunt servanda, dessa forma.Está comprovado nos autos que o promovido tem débito inadimplido com o promovente, em razão de serviço de transporte prestado, prova evento nº 1. LACERDA DE ALMEIDA ensina em seu clássico:?Para o nossoCódigo Civilo devedor, independentemente de interpellação judicial ou extrajudicial, sem mais formalidades, e pelo simples advento do termo em que deve pagar incorre DE PLENO DIREITO em móra?. (Dos Effeitos das Obrigações. Lacerda de Almeida. Freitas Bastos: Rio de Janeiro, 1934, p. 175). Vale lembrar que o contratofaz lei entre as partes, ou seja, o que foi pactuado deverá ser cumprido pelos promovidos que livremente concordaram com os termos do contrato.Vislumbra-se que, de fato, o autor experimentou danos na esfera material, já que não recebeu por aquilo que prestou.O dano moral aqui é inexistente, pois este somente existe quando ocorre sofrimento, desonra, humilhação, grande constrangimento, o que não se deflui dos autos. Na espécie, não se percebe um abalo emocional. Para o professor Yussef Said Cahali,dano moral"[...] é a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranqüilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos, classificando-se desse modo, emdanoque afeta a parte social do patrimôniomoral(honra, reputação, etc.) edanoque molesta a parte afetiva do patrimôniomoral(dor, tristeza, saudade, etc.),dano moralque provoca direta ou indiretamentedanopatrimonial (cicatriz deformante, etc.) edano moralpuro (dor, tristeza, etc.)" (Dano Moral. Yussef Said Cahali. Ed. RT. 3ª ed., São Paulo, 2005, p. 22). Não surge o dever de indenizar na esfera moral quanto a própria parte autora não tem atenção com o que assina, contrata.Os Tribunais:?TJDFT-154911) CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. INEXISTÊNCIA DE REGISTRO. ALIENAÇÃO A TERCEIROS. MÁ-FÉ. PRESCRIÇÃO NÃO CARACTERIZADA. DANOS MATERIAIS.INEXISTÊNCIA DE OFENSA À IMAGEM E À HONRA PESSOAL. MERO DISSABOR. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SENTENÇA REFORMADA. 1. Posto que celebrado o negócio jurídico há mais de vinte anos, o termo inicial da prescrição, no que se refere à pretensão de reparação civil, começa a fluir a partir do descumprimento do contrato. 2. Embora o contrato de compra e venda de imóveis não tenha sido levado a registro após mais de vinte anos de sua celebração, a alienação da coisa a terceiros pelo proprietário, em prejuízo dos legítimos possuidores, viola o princípio da boa-fé objetiva, configurando dano material passível de indenização. 3.Configurando o fato lesivo mero aborrecimento originado de descumprimento contratual, e não gerando violação à intimidade, à imagem ou à vida privada da pessoa, não há falar em indenização a título de danos morais. 4. Recurso parcialmente provido. (Processo nº 2009.07.1.007560-8 (580763), 4ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Cruz Macedo. unânime, DJe 25.04.2012)?.?TJES-022765) PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NA APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C/C DANOS MORAIS E MATERIAIS. AUSÊNCIA DE RESPONSABILIDADE. CONTRAPRESTAÇÃO PELOS SERVIÇOS PRESTADOS. INEXISTÊNCIA DE DANO MATERIAL.MERO ABORRECIMENTO. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. RECURSO IMPROVIDO. 1) Considerando que os valores pagos pela recorrente correspondem à contraprestação pelos serviços previstos em contrato para registro do nome da empresa no Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI, não havendo locupletamento por parte da contratada, inexiste dano material a ser indenizado, tampouco pretensão de dano moral a ser albergada em juízo. 2)Conforme pacífica jurisprudência desta Corte, o descumprimento contratual insere-se na esfera do mero dissabor, mormente quando não se afigura possível identificar a parte responsável pelo insucesso da avença. 3) Recurso conhecido e improvido. (Agravo Interno (arts. 557/527, II, CPC) em Apelação Cível nº 24070012463, 2ª Câmara Cível do TJES, Rel. José Paulo Calmon Nogueira da Gama. j. 03.04.2012, unânime, DJ 24.04.2012).??TJMS-041362)

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CONTRATO C/C DANOS MORAIS - CONTRATO FINANCIAMENTO DE VEÍCULO COM CLÁUSULA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA - DEPOSITÁRIO QUE TRANSFERE O VEÍCULO A TERCEIROS - RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA -DANOS MORAIS INEXISTENTES - MERO DISSABOR- INEXISTÊNCIA DE PEDIDO DE NULIDADE DO NEGÓCIO - RECURSO IMPROVIDO. Se o depositário de um veículo oriundo de contrato de financiamento com cláusula de alienação fiduciária resolve transferir o bem a terceiros, sem anuência expressa da financiadora, assume os riscos advindos de possível inadimplemento do contrato e outros dissabores.Inexiste dano moral quando os fatos narrados estão no contexto de meros dissabores, sem abalo à honra do autor, gerados por descumprimento de avença. Na inicial da ação não basta a parte apenas narrar os fatos. Há que existir pedido explícito, conforme disposto no art. 282, III e IV do CPC. (Apelação Cível - Ordinário nº 2010.026727-8/0000-00, 2ª Turma Cível do TJMS, Rel. Luiz Carlos Santini. unânime, DJ 22.11.2010).? Vejamos enunciado dos Juizados Especiais Cíveis do Tribunal de Justiça de São Paulo:?ENUNCIADO Nº 48 ? ?O simples descumprimento do dever legal ou contratual, em princípio, não configura dano moral". GUSTAVO TEPEDINO, em seuCódigo Civil...?Os Tribunais brasileiros têm analisado inúmeros casos em que o mero incômodo, desgaste ou frustração são invocados como fundamento para pedidos de indenização por dano moral. [...]. O Superior Tribunal de Justiça, um pouco mais restritivo, tem admitido indenização por dano moral apenas em casos de ?aborrecimento extremamente significativo?. (STJ, 3ª T., REsp. 158.535, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes, julg. 04.04.2000, publ. DJ 09.10.2000)?. (Código Civil Interpretado. Conforme a Constituição da República. Tomo I. Gustavo Tepedino e outros. Rio de Janeiro: Renovar, 2007, p. 340). Assim, o dissabor experimentado pela promovente se insere nos transtornos normais do quotidiano. Isto, por si só, não gera dano moral.Isso posto, julgo procedente o pedido contido na inicialpara condenar o promovido ao pagamento de R$ 5.234,38 (cinco mil, duzentos e trinta e quatro reais, e trinta e oito centavos), que deverá ser corrigido pelo INPC e incidindo juros moratórios simples de 1% ao mês, a contar do dia em que o débito deveria ter sido pago; ao tempo em que julgo improcedente o pedido de dano moral, porque há mero descumprimento de contrato, na forma do art. 186 c/c art. 927, Código Civil, e doart. 319 c/cart. 269, I, Código de Processo Civil, e por tudo mais o que consta nos autos. Na hipótese de trânsito em julgado desta, aguarde-se o prazo de quinze dias para o cumprimento voluntário da sentença, findo o qual deverá o débito ser atualizado com a incidência dos juros de mora e da pena de multa de 10%, conforme artigo 475-J, CPC, sendo necessária a intimação para o seu cumprimento, conforme art. 52, IV, Lei nº 9.099-95. Sem custas ou condenação em honorários advocatícios (art. 54, caput, e art. 55, Lei nº 9.099-95). Intimem-se.P. R. I. C.Parauapebas-PA, 28 de outubro de 2015. ALESSANDRO OZANAN,Juiz de Direito.

Número do processo: 0805538-12.2018.8.14.0040 Participação: RECLAMANTE Nome: TANIA MARIA CRUZ DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MAILSON ARLEY DA CRUZ ALVESOAB: 186PA Participação: RECLAMADO Nome: ARRUDA DA SILVA E ARRUDA INTERMEDIACOES LTDA Participação: ADVOGADO Nome: GELVANIA APARECIDA DE AZEVEDOOAB: 476PA SENTENÇA Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei 9099/95.Existe preliminar a ser investigada.De fato, a ré alegou sua ilegitimidade passivaad causam. Não obstante, as testemunhas ouvidas em juízo foram idôneas para atestar que o veículo que teria ocasionado o acidente estava timbrado com a logomarca da Carajás da Sorte. E, mesmo que o veículo estivesse em nome de outrem, isso não lhe afastaria das responsabilidades civis. Afinal, se a estratégia da atividade empresarial foi valer-se de terceiros para distribuir seus produtos, não pode, neste momento, opor sua própria engenharia funcional para se eximir de eventual responsabilização civil. Logo, afasto a presente preliminar.No mérito, a prova testemunhal também foi apta para reconstruir o cenário do evento ilícito. A dinâmica dos fatos, reconstruída na instrução, foi hábil para demonstrar a negligência do motorista da empresa vinculada à ré, o que enseja a aplicação do artigo 186 do CC/02, senão vejamos: ?Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.? Sob esse aspecto, estando demonstrado o ato ilícito, o nexo causal e o dano, tenho como justificada a condenação da ré, de tal modo que se possa compensar a autora pelos danos extrapatrimoniais suportados.Não se desconhece que oquantuma ser fixado deve ser calibrado segundo às particularidades do caso concreto. Pois, tratando-se de hipótese em que a autora ficou por mais de 30 dias privada de suas atividades usuais, entendo, utilizando o método bifásico(REsp 1473393/SP), que o valor equânime autorize o arbitramento deR$ 10.000,00 a título de compensação. Diante do exposto, com base no inciso I, artigo 487 do CPC/15, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO e CONDENO a ré a compensar a autora pelos danos morais gerados, no importe de R$ 10.000,00. Sem custas e

honorários nessa fase. Após o trânsito em julgado, arquive-se, com baixa na distribuição. P.R.I.C.Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJUIZ DE DIREITO

Número do processo: 0805538-12.2018.8.14.0040 Participação: RECLAMANTE Nome: TANIA MARIA CRUZ DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MAILSON ARLEY DA CRUZ ALVESOAB: 186PA Participação: RECLAMADO Nome: ARRUDA DA SILVA E ARRUDA INTERMEDIACOES LTDA Participação: ADVOGADO Nome: GELVANIA APARECIDA DE AZEVEDOOAB: 476PA SENTENÇA Dispensado o relatório, nos termos do artigo 38 da Lei 9099/95.Existe preliminar a ser investigada.De fato, a ré alegou sua ilegitimidade passivaad causam. Não obstante, as testemunhas ouvidas em juízo foram idôneas para atestar que o veículo que teria ocasionado o acidente estava timbrado com a logomarca da Carajás da Sorte. E, mesmo que o veículo estivesse em nome de outrem, isso não lhe afastaria das responsabilidades civis. Afinal, se a estratégia da atividade empresarial foi valer-se de terceiros para distribuir seus produtos, não pode, neste momento, opor sua própria engenharia funcional para se eximir de eventual responsabilização civil. Logo, afasto a presente preliminar.No mérito, a prova testemunhal também foi apta para reconstruir o cenário do evento ilícito. A dinâmica dos fatos, reconstruída na instrução, foi hábil para demonstrar a negligência do motorista da empresa vinculada à ré, o que enseja a aplicação do artigo 186 do CC/02, senão vejamos: ?Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.? Sob esse aspecto, estando demonstrado o ato ilícito, o nexo causal e o dano, tenho como justificada a condenação da ré, de tal modo que se possa compensar a autora pelos danos extrapatrimoniais suportados.Não se desconhece que oquantuma ser fixado deve ser calibrado segundo às particularidades do caso concreto. Pois, tratando-se de hipótese em que a autora ficou por mais de 30 dias privada de suas atividades usuais, entendo, utilizando o método bifásico(REsp 1473393/SP), que o valor equânime autorize o arbitramento deR$ 10.000,00 a título de compensação. Diante do exposto, com base no inciso I, artigo 487 do CPC/15, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO FORMULADO e CONDENO a ré a compensar a autora pelos danos morais gerados, no importe de R$ 10.000,00. Sem custas e honorários nessa fase. Após o trânsito em julgado, arquive-se, com baixa na distribuição. P.R.I.C.Parauapebas, 19 de junho de 2019. LAURO FONTES JUNIORJUIZ DE DIREITO

SECRETARIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA E EXECUÇÃO FISCAL DE PARAUAPEBAS

Número do processo: 0005001-83.2017.8.14.0040 Participação: AUTOR Nome: WELLINGTON SOARES DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO FELIZ FONSECA SEPEDA DA SILVAOAB: 16688/PA Participação: ADVOGADO Nome: MARLON FARIAS PEREIRAOAB: 5095PA Participação: RÉU Nome: MUNICÍPIO DE PARAUAPEBASAUTOR(A): WELLINGTON SOARES DOS SANTOS RÉU: MUNICÍPIO DE PARAUAPEBASEndereço: MORRO DOS VENTOS S/N, SEM NUMERO, QUADRA ESPECIAL, BEIRA RIO II, PARAUAPEBAS - PA - CEP: 68515-000 DECISÃO-MANDADO DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos dos artigos 98 e seguintes do Código de Processo Civil.INDEFIRO o pedido de tutela de urgência formulado. De fato, dos documentos acostados não se tem a cognição suficiente ao pleito formulado. Somente após a instrução probatória é que se terá informações claras e suficientes acerca da versão reconstruída pelo autor. Tendo em vista que este juízo privativo da Fazenda Pública processa e julga processos onde se discutem interesses indisponíveis, não lhes é aplicável, em princípio, o instituto da autocomposição. Ademais, nesses tipos de demanda as conciliações tem sido infrutíferas.Deste modo, nos termos do artigo 334, § 4º, II, deixo de designar audiência de conciliação.Cite-se o réu para integrar a relação jurídico-processual (CPC, artigo 238) e oferecer contestação, por petição, no prazo legal, sob pena de revelia e presunção de veracidade das alegações de fato aduzidas pelo autor (CPC, artigo 344), cujo termo inicial será a data prevista no artigo 231 do CPC, de acordo com o modo como foi feita a citação (CPC, artigo 335, III).Decorrido o prazo para contestação, intime-se a parte autora para que no prazo legal apresente manifestação (oportunidade em que: I ? havendo revelia, deverá informar se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado; II ? havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais; III ? em sendo formulada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá a parte autora apresentar resposta à reconvenção).Diante da hipossuficiência da parte autora na relação processual apresentada determino que a parte ré, no prazo de 15 dias junte aos autos cópias dos contratos de trabalho e seus aditivos, contracheques e recibos de pagamentos referentes ao período de trabalho indicado na petição inicial.P. I. CUMPRA-SE, SERVINDO ESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO/ CARTA PRECATÓRIA/ CARTA POSTAL.Parauapebas/PA, 05 de maio de 2019.Juiz de Direito Titular INSTRUÇÕES PARA ACESSAR A CONTRAFÉ1º passo-> digite no navegador o seguinte link: pje.tjpa.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam2º passo-> aperte ?enter?3º passo-> insira no espaço ?Número do documento? o código: 18052410355200000000050351884º passo-> clique em ?consultar?5º passo-> clique no ícone que aparecerá ao lado direito do número do documento.# Caso a parte queira visualizar todos os documentos do processo, deverá solicitar cadastro no Sistema PJe, enviando e-mail para 1fazparauapebas@tjpa.jus.br, com nome completo, número do CPF e do processo, ou comparecendo pessoalmente à Secretaria deste Juízo.

COMARCA DE ITAITUBA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA

Número do processo: 0800451-89.2019.8.14.0024 Participação: AUTOR Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO BRAZ DA SILVAOAB: 20638/PA Participação: RÉU Nome: ALCY GOMESProcesso: 0800451-89.2019.8.14.0024Requerente: Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.Endereço: Banco Bradesco S.A., S/N, CIDADE DE DEUS, Vila Yara, OSASCO - SP - CEP: 06029-900Requerido: Nome: ALCY GOMESEndereço: Rua Décima Quinta, 254, Bela Vista, ITAITUBA - PA - CEP: 68180-420Decisão 1 - Recebo a inicial, pois presentes os requisitos legais;2 - Comprovada a mora, conforme notificação extrajudicial de id. 8690962, pág. 07/09,defiro a liminar, com fundamento no artigo 3°, caput, do Decreto-lei n° 911/69.3 - Cite-se o réu para pagar a integralidade da dívida pendente (valor remanescente do financiamento com encargos), no prazo de 5 (cinco) contados do cumprimento da liminar (DL n° 911/69, artigo 3°, §2°, com a redação da lei n° 10.931/04), e apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias desde a efetivação da medida sob pena de presunção de verdade do fato alegado pelo autor tudo conforme cópia que segue em anexo.No caso de pagamento integral da dívida arbitro a título de honorários de sucumbência o percentual de 10% do valor da causa. Sem o pagamento, ficam consolidadas, desde logo, a favor do autor, a posse e a propriedade plena do bem (artigo 3°, §1° do Decreto-lei n°911/69), oficiando-se.Procedida a busca e apreensão do veículo, deverá o mesmo, seus documentos e chaves serem entregues a(o) representante legal do(a) autor(a), que ficará no encargo de fiel depositário(a), ficando o(a) mesmo(a) ciente de que não poderá abrir mão do bem, nem retirá-lo da sede desta Comarca deItaituba, sem a expressa autorização deste Juízo, inclusive deverá empreender todos os atos necessários a sua boa conservação, como é típico de qualquer depositário de qualquer bem.No ato da diligência, sendo o caso, poderão os Oficiais de Justiça, arrombar portas e requisitar, imediatamente e sem mais formalidade, acompanhamento de força policial.Deve o Sr. Oficial de Justiça cumprir todas as normas para o efetivo cumprimento da diligência, inclusive, se for o caso, quanto à citação por hora certa que independe de autorização do juízo, nos termos do art. 252 do CPC, in verbis ?Art. 252. Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar?.A descrição do veículo e dados do citando compõe a contrafé anexa ao presente mandado. 4 ? O autor fica advertido que o depositário nomeado poderá comparecer à secretaria para agendar a diligência de acordo com as atividades do oficial de justiça.Registre-se. Publique-se. Intime-se.Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como MANDADO/OFÍCIO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei Itaituba/PA, 18 de junho de 2019Juiz de Direito

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA

Número do processo: 0800377-35.2019.8.14.0024 Participação: AUTOR Nome: LEONARDO DARIVA Participação: ADVOGADO Nome: FAGNER DE SOUZA SAOAB: 821-A Participação: AUTOR Nome: DAYANE FRANCIELE SILVA DARIVA Participação: ADVOGADO Nome: FAGNER DE SOUZA SAOAB: 821-A Participação: RÉU Nome: CAIXA ECONOMICA FEDERAL Participação: RÉU Nome: CAIXA SEGURADORA S/A Participação: RÉU Nome: KPS COMERCIO & SERVICO LTDA - ME Participação: RÉU Nome: KERGINALDO PEREIRA DA SILVAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALPassagem Paes de Carvalho, s/n, Comércio, ITAITUBA - PA - CEP: 68180-060E-mail: 2civelitaituba@tjpa.jus.brATO ORDINATÓRIODe ordem, nos termos dos Provimentos 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, I, do mesmo CJRMB/TJE-PA, fica (m) intimado (s) o requerente (s) AUTOR: LEONARDO DARIVA, DAYANE FRANCIELE SILVA DARIVA, por meio de seu advogado habilitado nos presentes autos, para no prazo de05 (cinco) diasmanifestar sobre documento juntado aos autos.Itaituba, 28 de junho de 2019GLEDSON SOUZA MENEZESDocumento Assinado Digitalmente Nos Termos Da Lei 11.419/2006, Conforme Impressão À Margem DireitaSecretaria da 2ª Vara Cível e EmpresarialComarca de Itaituba (Assinado nos termos do Provimento nº 006/2009-CJCI)

Número do processo: 0800673-91.2018.8.14.0024 Participação: REQUERENTE Nome: JOSE CLAUDIO ARAUJO OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: AURILENE BANDEIRA LOPES MAGALHAESOAB: 23526/PA Participação: REQUERIDO Nome: ALDINEIA PEREIRA DA SILVAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALPassagem Paes de Carvalho, s/n, Comércio, ITAITUBA - PA - CEP: 68180-060E-mail: 2civelitaituba@tjpa.jus.br ATO ORDINATÓRIOFicaINTIMADO (A)o (a) autor (a) através de seu patrono (a) da existência dasCUSTAS FINAISem aberto, seguindo relatório e boleto para o pagamento, fazendo parte integrante deste, ficando ciente que o pagamento deverá ser efetuado noprazo de 15 (quinze) dias, a contar do 1º dia útil da data de recebimento desta intimação, sob pena de Inscrição do Débito em Dívida Ativa do Estado (Lei Estadual n.º 5738/93).Itaituba, aos 28 de junho de 2019.GLEDSON SOUZA MENEZESDocumento Assinado Digitalmente Nos Termos Da Lei 11.419/2006, Conforme Impressão À Margem DireitaSecretaria da 2ª Vara Cível e EmpresarialComarca de Itaituba (Assinado nos termos do Provimento nº 006/2009-CJCI)

Número do processo: 0800450-41.2018.8.14.0024 Participação: REQUERENTE Nome: H. C. P. Participação: ADVOGADO Nome: JOSE LUIS PEREIRA DE SOUSAOAB: 993 Participação: REQUERIDO Nome: A. P. S. L.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALPassagem Paes de Carvalho, s/n, Comércio, ITAITUBA - PA - CEP: 68180-060E-mail: 2civelitaituba@tjpa.jus.brATO ORDINATÓRIONos termos do Provimento 006/2009-CJCI, fica (m) o (s) autor (a)através de seu (s) patrono habilitado nos autos,intimados (s) para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentarRÉPLICA À CONTESTAÇÃO, juntado aos autos. Itaituba, 28 de junho de 2019.GLEDSON SOUZA MENEZESDocumento Assinado Digitalmente Nos Termos Da Lei 11.419/2006, Conforme Impressão À Margem DireitaSecretaria da 2ª Vara Cível e EmpresarialComarca de Itaituba (Assinado nos termos do Provimento nº 006/2009-CJCI)

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE ITAITUBA PROCESSO: 00000464619898140024 PROCESSO ANTIGO: 19891000131 6 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GLEDSON SOUZA MENEZES Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 AUTOR:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REU:SEU MANE COMERCIAL LTDA. ATO ORDINATÓRIO De ordem, nos termos dos Provimentos 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, I, do

mesmo CJRMB/TJE-PA, fica intimado a parte REQUERENTE por meio de seu advogado habilitado nos autos para no prazo legal, proceder com a juntada dos comprovantes de pagamentos referentes às custas intermediárias. Itaituba (PA), 19 de junho de 2019. GLEDSON SOUZA MENEZES Auxiliar Judiciário - 2ª Vara Cível de Itaituba Mat. 116.114 (Assinado nos termos do Provimento nº 006/2006-CJRMB, autorizado pelo Provimento nº 006/2009-CJCI) PROCESSO: 00001006719898140024 PROCESSO ANTIGO: 198910001307 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GLEDSON SOUZA MENEZES Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 AUTOR:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): HELIO ANTONIO MACHADO (ADVOGADO) REU:INDE COMDE MOVEIS TACO DE OURO LTDA ADVOGADO:DR. TALISMA S. DE MORAES. ATO ORDINATÓRIO De ordem, nos termos dos Provimentos 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, I, do mesmo CJRMB/TJE-PA, fica intimado a parte REQUERENTE por meio de seu advogado habilitado nos autos para no prazo legal, proceder com a juntada dos comprovantes de pagamentos referentes às custas intermediárias. Itaituba (PA), 19 de junho de 2019. GLEDSON SOUZA MENEZES Auxiliar Judiciário - 2ª Vara Cível de Itaituba Mat. 116.114 (Assinado nos termos do Provimento nº 006/2006-CJRMB, autorizado pelo Provimento nº 006/2009-CJCI) PROCESSO: 00002868619888140024 PROCESSO ANTIGO: 198810001522 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GLEDSON SOUZA MENEZES Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 AUTOR:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 7690 - DANIELLE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 10396 - EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANCO (ADVOGADO) OAB 7690 - DANIELLE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 10396 - EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANCO (ADVOGADO) REU:RURAL E AGROINDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA. ATO ORDINATÓRIO De ordem, nos termos dos Provimentos 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, I, do mesmo CJRMB/TJE-PA, fica intimado a parte REQUERENTE por meio de seu advogado habilitado nos autos para no prazo legal, proceder com a juntada dos comprovantes de pagamentos referentes às custas intermediárias. Itaituba (PA), 19 de junho de 2019. GLEDSON SOUZA MENEZES Auxiliar Judiciário - 2ª Vara Cível de Itaituba Mat. 116.114 (Assinado nos termos do Provimento nº 006/2006-CJRMB, autorizado pelo Provimento nº 006/2009-CJCI) PROCESSO: 00008726420118140024 PROCESSO ANTIGO: 201110005126 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): NATIELE DOBROVOSKI NASCIMENTO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERIDO:VITAL GALVAO Representante(s): JOSE LUIS PEREIRA DE SOUSAOABPA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:MARIANA PADILHA GALVAO Representante(s): OAB 24053 - HELLEN BEATRIZ BALIEIRO LIMA (ADVOGADO) REQUERENTE:VITAL PRIMO GALVAO. EDITAL DE CITAÇÃO (20 DIAS) O Exmo. Sr. Dr. ANDRÉ SOUZA DOS ANJOS, Juiz de Direito respondendo pela 2ª Vara Cível da Comarca de Itaituba, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, etc... FAZ SABER, aos que o presente EDITAL (PRAZO DE 20 DIAS) virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo e Cartório da 2ª Vara, se processam os autos da AÇÃO DE INVENTÁRIO (Proc. n.º 00008726420118140024), em que é Requerente VITAL PRIMO GALVÃO e Requerido VITAL GALVÃO, que ficam por este Edital os eventuais interessados, terceiros, incertos ou desconhecidos, CITADOS para acompanharem os termos no inventário e da partilha. E para que chegue ao conhecimento dos interessados e não se alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado na forma da Lei (art. 257 do CPC) e afixado cópia no átrio do Fórum local, no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Itaituba, Estado do Pará, aos 27 (vinte e sete) dias do mês 06 (junho) do ano de 2019 (dois mil e dezenove). Eu, _____, Natiele Dobrovoski Nascimento, digitei e subscrevi. Natiele Dobrovoski Nascimento Diretora de Secretaria Interina da 2ª Vara Cível e Empresarial - Matrícula nº 171.298 Provimento nº 006/2006-CJRMB, autorizado pelo Provimento nº 006/2009-CJCI PROCESSO: 00013115820098140024 PROCESSO ANTIGO: 200910009172 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GLEDSON SOUZA MENEZES Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO GENERAL MOTORS SA GMAC Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 10422 - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO:ADEMILDES SANTOS SILVA. ATO ORDINATÓRIO De ordem, nos termos dos Provimentos 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, I, do mesmo CJRMB/TJE-PA, fica intimado a parte REQUERENTE por meio de seu advogado habilitado nos autos para no prazo legal, proceder com a juntada dos comprovantes de pagamentos referentes às custas intermediárias. Itaituba (PA), 19 de junho de 2019. GLEDSON SOUZA MENEZES Auxiliar Judiciário - 2ª Vara Cível de Itaituba Mat. 116.114 (Assinado nos termos do Provimento nº 006/2006-CJRMB, autorizado pelo Provimento nº 006/2009-CJCI) PROCESSO: 00013430720148140024 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): SHEILA NUNES DE LIMA Ação: Ação de Alimentos em: 28/06/2019 REQUERENTE:V. E. T. S. Representante(s): OAB 0003 - ASSISTENCIA JUDICIARIA GRATUITA DE ITAITUBA (DEFENSOR) CASSIA CAROLINE TELES DOS SANTOS (REP LEGAL)

REQUERIDO:V. E. S. S. . ATO ORDINATÓRIO De ordem, nos termos dos Provimentos 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, I, do mesmo CJRMB/TJE-PA, fica o autor, através de seu(s) advogado(a) habilitado nos autos, intimado(a) para que no prazo 10 (dez) dias se manifeste sobre a CERTIDÃO de fls. 34 verso, cujo processo encontra-se em secretaria a disposição. Itaituba - Pará, 18 de junho de 2019. Sheila Nunes de Lima Auxiliar Judiciário - Mat. 146141 (Assinado nos termos Provimento nº 006/2006-CJRMB, autorizado pelo Provimento nº 006/2009-CJCI) PROCESSO: 00020573020158140024 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARBEL ABDON HABER JEHA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:AMANDA CAROLINE DA SILVA PAES Representante(s): OAB 19969 - PAULO RICARDO DE OLIVEIRA SOUSA (ADVOGADO) OAB 20157 - SIBELE PATRICIA PEDRO DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DE SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . R.H. 1. A fim de comprovar a suposta lesão sofrida pela parte autora e narrada na exordial, DEFIRO a realização de prova pericial a ser realizada pelo IML. 2. Assim, oficie-se ao IML para realização de perícia, no prazo de 15 (quinze) dias. 3. Caso ainda não tenha sido apresentado assistente técnico e quesitos, concedo às partes o prazo de 10 (dez) dias para tanto. 4. No mesmo prazo do item 03, as partes também podem indicar outras provas a produzir, justificando a finalidade de cada uma delas, sob pena de indeferimento. 5. Posteriormente, as partes serão intimadas do local e horário da perícia. 6. Int. e Cumpra-se. Itaituba/PA, 08 de maio de 2018. CHARBEL ABDON HABER JEHA Juiz de Direito. PROCESSO: 00040459120128140024 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): GLEDSON SOUZA MENEZES Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCO DE ASSIS SANTOS Representante(s): OAB 18610 - ALTAIR DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 20339 - NILDO TEIXEIRA DIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:C G R ENGENHARIA E CONSTRUCAO Representante(s): OAB 16408 - LIVIA CARLA DOS SANTOS AMORIM (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO (Provimento 006/2009 - CJCI e Provimento 006/2006 - CJRMB) De ordem, nos termos dos Provimentos 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, I, do mesmo CJRMB/TJE-PA, fica (m) intimado (s) o requerente (s) FRANCISCO DE ASSIS SANTOS por meio de seu advogado habilitado nos presentes autos, para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar sobre documento juntado aos autos em folhas _____. Itaituba (PA), 19 de junho de 2019. GLEDSON SOUZA MENEZES Auxiliar Judiciário - 2ª Vara Cível de Itaituba Mat. 116.114 (Assinado nos termos do Provimento nº 006/2006-CJRMB, autorizado pelo Provimento nº 006/2009-CJCI) PROCESSO: 00040998120178140024 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINE BARTOLOMEU SILVA Ação: Ação de Alimentos em: 28/06/2019 REQUERENTE:RONALD CLEITON SILVA KABA Representante(s): OAB 20339 - NILDO TEIXEIRA DIAS (ADVOGADO) LUCICLEIA COSTA DA SILVA (REP LEGAL) REQUERENTE:R. S. REQUERENTE:W. S. K. REQUERENTE:K. S. K. REQUERENTE:W. S. K. REQUERIDO:DORIMAR MARTINS OLIVEIRA KABA. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE ITAITUBA - 2ª VARA TERMO DE AUDIÊNCIA Processo: 0004099-81.2017.8.14.0024 Classe: AÇÃO DE ALIMENTOS Data e horário: 26 de março de 2019, às 10:00 horas PRESENTES Juíza de Direito: CAROLINE BARTOLOMEU SILVA AUSENTES Rep. Legal dos Requerentes: LUCILEIA COSTA DA SILVA Réu: DORIMAR MARTINS OLIVEIRA KABÁ OCORRÊNCIAS Declarada aberta a audiência: Verificada a ausência das partes. SENTENÇA: Trata-se de Ação de Alimentos em cujo feito foi observado o abandono da causa pelas partes. Depreende-se dos autos que a parte autora mudou de endereço sem a devida atualização junto a este Juízo, conforme evidenciado na certidão de fl. 39. O réu, devidamente citado não apresentou contestação (fl.33). Esse é o relato. Decido. Conforme se verifica nos autos, houve tentativa de intimação da autora, porém sem êxito, haja vista não ter sido possível a localização no endereço informado nos autos. É obrigação da parte manter atualizado seu endereço, comunicando eventual mudança ao Juízo, nos termos do art. 274, parágrafo único, do CPC/2015. Posto isso, não vislumbro qualquer óbice à extinção do feito, eis a razão pela qual EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento do art. 485, inciso III do Código de Processo Civil. Por conseguinte, revogo os alimentos provisórios deferidos à fl.17. Custas suspensas em razão da gratuidade deferida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes necessários. Cumpridas as formalidades legais e após o trânsito em julgado, arquive-se. Decisão publicada em audiência. Nada mais havendo, determinou a Juíza que fosse encerrado o presente termo. Eu, _____, Assistente de Gabinete, digitei e conferi o presente termo. Juíza de Direito: ..... PROCESSO: 00045163920148140024 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): NATIELE DOBROVOSKI NASCIMENTO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JOSE ARTHUR MARTIN BAPTISTA Representante(s): OAB 2986 - LUDIMAR CALANDRINI SIDONIO (ADVOGADO) OAB 18787-B - MOISES CARNEIRO DE AGUIAR (ADVOGADO) OAB 18938 - EUGEN BARBOSA ERICHSEN (ADVOGADO) OAB

18913 - BERNARDO JOSE MENDES DE LIMA (ADVOGADO) OAB 19044 - JOAO PAULO DE KOS MIRANDA SIQUEIRA (ADVOGADO) OAB 20178 - ANTONIO RICARDO AGUIAR DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERENTE:DENISE SPERANDIO BAPTISTA REQUERIDO:ODEBRECHT TRANSPORT SA Representante(s): OAB 17102 - ADALBERTO VIANA DA SILVA (ADVOGADO) TERCEIRO:RONALDO CURSAGE MAFRA. ATO ORDINATÓRIO De ordem, nos termos dos Provimentos 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, I, do mesmo CJRMB/TJE-PA, fica (m) INTIMADO (S) as partes REQUERENTES e REQUERIDO, por meio de seus patronos habilitados, a recolherem as CUSTAS JUDICIAIS arbitrados na sentença, NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS, sob pena de INSCRIÇ"O NA DÍVIDA ATIVA do débito das custas (Art. 46, §4º da Lei nº 8.328/2015 - Regimento de Custas do Poder Judiciário do Estado do Pará). Itaituba (PA), 14 de junho de 2019. Natiele Dobrovoski Nascimento Diretora de Secretaria Interina da 2ª Vara Cível de Itaituba - Mat. 171.298 Portaria nº 1034/2017 - GP Provimento nº 006/2006-CJRMB, autorizado pelo Provimento nº 006/2009-CJCI PROCESSO: 00052074820178140024 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINE BARTOLOMEU SILVA Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA DE CARVALHO BARROS Representante(s): OAB 12993 - JOSE LUIS PEREIRA DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 24053 - HELLEN BEATRIZ BALIEIRO LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA ANTONIA DOS SANTOS. Processo nº 0005207-48.2017.8.14.0024 DECISÃO/MANDADO 1. O presente feito foi sentenciado com julgamento do mérito, conforme se depreende da sentença de fl. 35/36, razão pela qual não merece prosperar o pedido de extinção sem julgamento do mérito de fl.43. Entretanto, considerando a informação da desnecessidade do cumprimento do mandado de despejo compulsório (fl. 43, parte final), acolho o pedido e determino o recolhimento do respectivo mandado. 2. Certifique-se o trânsito em julgado da sentença. 3. Não ocorrendo o pagamento voluntário das custas, encaminhe para a Central de Controle da Dívida Ativa para fins de cobrança. Para tanto, extraia-se cópia da sentença, da certidão e do boleto de custas em aberto. 4. Após, arquivem-se os autos. Itaituba/Pa., 27 de maio de 2019. Caroline Bartolomeu Silva Juíza de Direito PROCESSO: 00086989720168140024 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): NATIELE DOBROVOSKI NASCIMENTO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:ANTONIO ANDREY MARQUES DE SOUSA Representante(s): OAB 18756 - JATNIEL ROCHA SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:MARINETE TORRES FERNANDES Representante(s): OAB 12993 - JOSE LUIS PEREIRA DE SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOELMA AGUIAR SILVA REQUERIDO:EDSON RUBIO PEREZ Representante(s): OAB 12993 - JOSE LUIS PEREIRA DE SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:ALCENOR SILVA SOUZA Representante(s): OAB 17781 - RODRIGO DE MOURA LARAS (ADVOGADO) OAB 19568 - GEOVAN PAES DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 15438-A - JOSE CAPUAL ALVES JUNIOR (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO De ordem, nos termos dos Provimentos 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, I, do mesmo CJRMB/TJE-PA, fica intimado a parte REQUERENTE por meio de seu advogado habilitado nos autos para no prazo legal, proceder com a juntada dos comprovantes de pagamentos referentes às custas intermediárias. Itaituba (PA), 19 de junho de 2019. Natiele Dobrovoski Nascimento Diretora de Secretaria Interina - 2ª Vara Cível de Itaituba Mat. 171.298 (Assinado nos termos do Provimento nº 006/2006-CJRMB, autorizado pelo Provimento nº 006/2009-CJCI) PROCESSO: 00162779620168140024 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAROLINE BARTOLOMEU SILVA Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REQUERENTE:GILVANDERSON MENDES FERREIRA Representante(s): OAB 8809-B - MARIA CRISTINA PORTINHO BUENO (ADVOGADO) SIMONE MENDES MORAIS (REP LEGAL) REQUERENTE:I. M. F. REQUERENTE:I. M. F. REQUERIDO:G. D. F. Representante(s): OAB 17380 - RODRIGO VASCONCELOS VILLACORTA (ADVOGADO) . Processo nº: 0016277-96.2016.8.14.0024 DESPACHO/MANDADO 1. Defiro o pedido de folha 29. 2. Decorrido o prazo legal do pedido acima deferido e não ocorrendo o adimplemento da dívida alimentar, expeça-se novo mandado de prisão civil ao executado. Itaituba/PA., 30 de maio de 2019. Caroline Bartolomeu Silva Juíza de Direito PROCESSO: 01312231820158140024 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): NATIELE DOBROVOSKI NASCIMENTO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:JULIBERTO MEDEIROS DE LIMA Representante(s): OAB 20825 - WERLEY VICTOR COSTA SOUSA DE MORAIS (ADVOGADO) REQUERIDO:ALDAIR DE SOUSA SANTANA. ATO ORDINATÓRIO De ordem, nos termos dos Provimentos 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, I, do mesmo CJRMB/TJE-PA, fica (m) intimado (s) o requerente (s) JULIBERTO MEDEIROS DE LIMA por meio de seu advogado habilitado nos presentes autos, para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar sobre documento juntado aos autos em folhas _____. Itaituba (PA), 19 de junho de 2019. NATIELE DOBROVOSKI NASCIMENTO Diretora de Secretaria Interina - 2ª Vara Cível de Itaituba Mat. 171.298 (Assinado nos termos do Provimento nº

006/2006-CJRMB, autorizado pelo Provimento nº 006/2009-CJCI) PROCESSO: 00019049420158140024 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Divórcio Litigioso em: REQUERENTE: M. L. S. Representante(s): OAB 14093 - MARIA ROSA FIGUEIRA DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO: R. M. S.

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE ITAITUBA

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

TAYANE VIANA DE OLIVEIRA, MM. Diretora de Secretaria da Vara Criminal da Comarca de Itaituba, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

F A Z S A B ER aos que do presente **EDITAL** virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo da Vara Criminal, se processam os autos da AÇÃO PENAL, processo nº **01242496220158140024**, em que O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, move contra: **ODAIR PEREIRA ROSA, que ficam por este Edital o réu ODAIR PEREIRA ROSA,** brasileiro, filho de Joaquim da Silva Rosa e Neusa Conceição Preira, residente à época dos Fatos na 3ª Rua, União, Mirituba, Itaituba/PA, Atualmente em local incerto e não sabido; INTIMADO da SENTENÇA prolatada nos autos em referência, que CONDENOU o Réu **ODAIR PEREIRA ROSA**, à pena de 01 meses de detenção. E para que se não aleguem ignorância, mandou expedir o presente edital, este que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Itaituba, Estado do Pará, aos 28 (vinte e oito) dia do mês de junho (06) do ano de 2019 (dois mil e dezenove). Eu, Adriana de Araujo Carvalho, Auxiliar Judiciário, digitei e subscrevi.

ADRIANA DE ARAUJO CARVALHO

Auxiliar Judiciário da Vara Criminal de Itaituba/PA

Mat. 170950-TJPA ¿ Port. 4432/2018-GP

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

TAYANE VIANA DE OLIVEIRA, MM. Diretora de Secretaria da Vara Criminal da Comarca de Itaituba, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

F A Z S A B ER aos que do presente **EDITAL** virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo da Vara Criminal, se processam os autos da AÇÃO PENAL, processo nº **00092705320168140024**, em que O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, move contra: **EVANDRO COSTA DA SILVA, que ficam por este Edital o réu EVANDRO COSTA DA SILVA, VULGO ¿MAGUILA¿,** brasileiro, nascido em 09.12.1980, natural de Macapá/AP, filho de João Oliveira da Silva e Maria Nilza do Carmo Costa, residente à época dos Fatos na Rua das Chácaras, próximo ao Peixeiro, Distrito de Caracol Trairão/PA, Atualmente em local incerto e não sabido; INTIMADO da SENTENÇA prolatada nos autos em referência, que CONDENOU o Réu **EVANDRO COSTA DA SILVA**, à pena de 04 meses de detenção, em regime inicial aberto e pagamento de custas processuais. E para que se não aleguem ignorância, mandou expedir o presente edital, este que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Itaituba, Estado do Pará, aos 28 (vinte e oito) dia do mês de junho (06) do ano de 2019 (dois mil e dezenove). Eu, Adriana de Araújo Carvalho, Auxiliar Judiciário, digitei e subscrevi.

ADRIANA DE ARAUJO CARVALHO

Auxiliar Judiciário da Vara Criminal de Itaituba/PA

Mat. 170950-TJPA ¿ Port. 4432/2018-GP

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS

TAYANE VIANA DE OLIVEIRA, MM. Diretora de Secretaria da Vara Criminal da Comarca de Itaituba, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc...

F A Z S A B ER aos que do presente **EDITAL** virem ou dele tiverem conhecimento, que por este Juízo da Vara Criminal, se processam os autos da AÇÃO PENAL, processo nº **00018122420128140024**, em que O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, move contra: **EZEDEQUIAS LOIOLA SILVA, que ficam por este Edital o réu EZEDEQUIAS LOIOLA SILVA,** brasileiro, nascido em 09/08/1988, filho de Ezequias Pereira Silva e Maria Célia Loilola Silva, residente à época dos Fatos 26ª Rua, nº 1280, Bom Remédio, Itaituba/PA, Atualmente em local incerto e não sabido; INTIMADO da SENTENÇA prolatada nos autos em referência, que CONDENOU o Réu **EZEDEQUIAS LOIOLA SILVA**, à pena de 08 anos de reclusão, em regime semiaberto para o início da pena. E para que se não aleguem ignorância, mandou expedir o presente edital, este que será publicado e afixado na forma da Lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Itaituba, Estado do Pará, aos 28 (vinte e oito) dia do mês de junho (06) do ano de 2019 (dois mil e dezenove). Eu, Adriana de Araújo Carvalho, Auxiliar Judiciário, digitei e subscrevi.

ADRIANA DE ARAUJO CARVALHO

Auxiliar Judiciário da Vara Criminal de Itaituba/PA

Mat. 170950-TJPA ¿ Port. 4432/2018-GP

SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE ITAITUBA

Número do processo: 0801185-74.2018.8.14.0024 Participação: EXEQUENTE Nome: R DA SILVA SANTOS & CIA LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: TAIZA MIRELLA DA SILVA E SILVAOAB: 26184/PA Participação: EXECUTADO Nome: ZILMA PEREIRA DA SILVAJUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE ITAITUBA Travessa Paes de Carvalho, s/n, Centro, anexo ao Fórum de Justiça, CEP. 68.180-060, Tel: (093) 3518-9326 email: jeitaituba@tjpa.jus.br 0801185-74.2018.8.14.0024 EXEQUENTE: R DA SILVA SANTOS & CIA LTDA - ME EXECUTADO: ZILMA PEREIRA DA SILVA DECISÃO: 1) Expeça-semandado de citaçãopara que a parte executada, no prazo de 3 (três) dias pague a dívida (artigo 829 do CPC/2015), sob pena de, não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para a satisfação do débito. Em caso de não pagamento, retorne conclusos para penhora online. 2) Intime-se o exequente de que deverá ficar com a guarda do título executivo objeto da presente demanda, devendo apresentá-lo em juízo quando solicitado. Itaituba/PA, 6 de junho de 2019 ROMERO TADEU BORJA DE MELO FILHOJuiz de Direito

Número do processo: 0001656-31.2015.8.14.0024 Participação: RECLAMANTE Nome: WAGNER DIAS ALMEIDA Participação: ADVOGADO Nome: ELISABETE APARECIDA DOS SANTOSOAB: 20461-A/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BMG S/A Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLAOAB: 109730/MGTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE ITAITUBAJUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINALPassagem Paes de Carvalho, S/N, Anexo ao Fórum Des. Walter Falcão, Comércio, ITAITUBA - PA - CEP: 68180-060Tel.: (93) 3518-9326 email: jeitaituba@tjpa.jus.br PROCESSO: 0001656-31.2015.8.14.0024CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)ASSUNTO: [Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes]RECLAMANTE: WAGNER DIAS ALMEIDARECLAMADO: BANCO BMG S/A ATO ORDINATÓRIOFica a parte recorrida intimada para apresentarCONTRARRAZÕESao recurso inominado no prazo de 10 (dez) dias.Itaituba/PA, 28 de junho de 2019LARISSA DO SOCORRO PESSOA SIMAOServidor (a) do Juizado Especial Cível e CriminalComarca de Itaituba

Número do processo: 0800892-07.2018.8.14.0024 Participação: RECLAMANTE Nome: DALTON LOPES BRASIL Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO ALBUCAR SILVA FERNANDESOAB: 241PA Participação: RECLAMADO Nome: Alessandra N. LinsJUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE ITAITUBA Travessa Paes de Carvalho, s/n, Centro, anexo ao Fórum de Justiça, CEP. 68.180-060, Tel: (093) 3518-9326 email: jeitaituba@tjpa.jus.br Processo: 0800892-07.2018.8.14.0024RECLAMANTE: DALTON LOPES BRASILRECLAMADO: ALESSANDRA N. LINS SENTENÇA Vistos, etc. Sem maiores delongas, analisando o feito, constatei que o autor ingressou com a presente ação monitória. É sabido que a ação monitória é regida por procedimento especial, com cognição sumária e não se adequa ao rito previsto na Lei 9099/95 que instituiu os Juizados Especiais. A jurisprudência tem decidido nessa ordem: AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO MONITÓRIA - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EDUCACIONAIS - CONEXÃO COM DEMANDA AJUIZADA PELA REQUERIDA PERANTE OS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS - PROCEDIMENTO ESPECIAL INCOMPATÍVEL COM O RITO DOS JEC - APLICABILIDADE DOS ENUNCIADOS Nº 8 E 68 DO FONAJE - PESSOA JURÍDICA NO POLO ATIVO DA DEMANDA - VIOLAÇÃO AO § 1º, DO ART. 8º DA LEI 9.099 - IMPOSSIBILIDADE DE REMESSA DA MONITÓRIA AOS JUIZADOS ESPECIAIS, A DESPEITO DA PREVENÇÃO - DECISÃO REVOGADA. 1. A Ação Monitória segue procedimento especial que não se revela compatível com o rito dos Juizados Especiais Cíveis, não sendo possível a sua remessa a este Juízo, a despeito do reconhecimento da conexão. 2. Não se admite que pessoa jurídica de direito privado figure como autora nas ações que tramitam perante os Juizados Especiais Cíveis, a menos que se enquadre nas exceções previstas no art. 8º, § 1º, da Lei 9.099/1995.RECURSO CONHECIDO PROVIDO. (TJPR - 12ª C.Cível - AI - 1151843-7 - Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Rel.: Angela Maria Machado Costa - Unânime - - J. 19.11.2014) (TJ-PR - AI: 11518437 PR 1151843-7 (Acórdão), Relator: Angela Maria Machado Costa, Data de Julgamento: 19/11/2014, 12ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1467 02/12/2014). Neste mesmo sentido, o Enunciado 8 do Fonaje, institui que

?as ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais.? Dessa forma, considerando a impossibilidade de emenda da inicial no caso em tela, a inadmissibilidade do rito dos juizados e, última análise, a incompetência absoluta deste Juizado, extingo o presente processo, com fulcro no art. 485, IV, do CPC, sem resolução do seu mérito. Intime-se, publique-se e cumpra-se. Itaituba/PA, 17 de maio de 2018 Tainá Monteiro da CostaJuiz(a) de Direito /cem

Número do processo: 0800367-93.2016.8.14.0024 Participação: EXEQUENTE Nome: TRACSUL EQUIPAMENTOS LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: JHAYANNE RODRIGUES BARROSOAB: 5136 Participação: ADVOGADO Nome: JOAO JORGE DE OLIVEIRA SILVAOAB: 16662/PA Participação: EXECUTADO Nome: DIEGO FIGUEIRA PINTOJUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE ITAITUBATravessa Paes de Carvalho, s/n, Centro, anexo ao Fórum de Justiça, CEP. 68.180-060, Tel: (093) 3518-9326 email: jeitaituba@tjpa.jus.br Processo: 0800367-93.2016.8.14.0024EXEQUENTE: TRACSUL EQUIPAMENTOS LTDA - MEEXECUTADO: DIEGO FIGUEIRA PINTODESPACHO: Decorrido o prazo para pagamento voluntário do valor executado, procedeu-se, nos termos do Provimento CGJ 05/06, que dispõe sobre a utilização do sistema BACEN JUD, e art. 854, do CPC, ao bloqueio eletrônico de valores porventura existentes nas contas-correntes e outras aplicações financeiras do devedor, provisoriamente, de acordo com o cálculo constante dos autos, restando infrutífera a ordem de bloqueio.Manifeste-se o exequente, no prazo legal, sob pena de arquivamento do feito, devendo indicar outros bens para constrição. Itaituba/PA, 23 de maio de 2019ROMERO TADEU BORJA DE MELO FILHOJuiz de Direito

Número do processo: 0801186-59.2018.8.14.0024 Participação: EXEQUENTE Nome: R DA SILVA SANTOS & CIA LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: ODILON CAETANO SILVA JUNIOROAB: 26026/PA Participação: ADVOGADO Nome: TAIZA MIRELLA DA SILVA E SILVAOAB: 26184/PA Participação: EXECUTADO Nome: KEYLA DE JESUS GINOJUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE ITAITUBA Travessa Paes de Carvalho, s/n, Centro, anexo ao Fórum de Justiça, CEP. 68.180-060, Tel: (093) 3518-9326 email: jeitaituba@tjpa.jus.br 0801186-59.2018.8.14.0024 EXEQUENTE: R DA SILVA SANTOS & CIA LTDA - ME EXECUTADO: KEYLA DE JESUS GINO DECISÃO: 1) Expeça-semandado de citaçãopara que a parte executada, no prazo de 3 (três) dias pague a dívida (artigo 829 do CPC/2015), sob pena de, não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para a satisfação do débito. Em caso de não pagamento, retorne conclusos para penhora online. 2) Intime-se o exequente de que deverá ficar com a guarda do título executivo objeto da presente demanda, devendo apresentá-lo em juízo quando solicitado. Itaituba/PA, 6 de junho de 2019 ROMERO TADEU BORJA DE MELO FILHOJuiz de Direito

Número do processo: 0801291-36.2018.8.14.0024 Participação: EXEQUENTE Nome: R DA SILVA SANTOS & CIA LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: TAIZA MIRELLA DA SILVA E SILVAOAB: 26184/PA Participação: EXECUTADO Nome: NATAL RIBEIRO DE SAJUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE ITAITUBA Travessa Paes de Carvalho, s/n, Centro, anexo ao Fórum de Justiça, CEP. 68.180-060, Tel: (093) 3518-9326 email: jeitaituba@tjpa.jus.br 0801291-36.2018.8.14.0024 EXEQUENTE: R DA SILVA SANTOS & CIA LTDA - ME EXECUTADO: NATAL RIBEIRO DE SA DECISÃO: 1) Expeça-semandado de citaçãopara que a parte executada, no prazo de 3 (três) dias pague a dívida (artigo 829 do CPC/2015), sob pena de, não o fazendo, serem penhorados tantos bens quantos bastem para a satisfação do débito. Em caso de não pagamento, retorne conclusos para penhora online. 2) Intime-se o exequente de que deverá ficar com a guarda do título executivo objeto da presente demanda, devendo apresentá-lo em juízo quando solicitado. Itaituba/PA, 6 de junho de 2019 ROMERO TADEU BORJA DE MELO FILHO Juiz de Direito

COMARCA DE RURÓPOLIS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE RURÓPOLIS

Número do processo: 0800238-33.2019.8.14.0073 Participação: REQUERENTE Nome: FRANCISCO SILVA QUINCO Participação: ADVOGADO Nome: SHERELIN PATRICIA DOS SANTOS MARIAOAB: 21737/PA Participação: REQUERIDO Nome: Valdemir, Maicon, Antonio, Beatriz, André, Raimundo batista Lima, Valdenir, Edivaldo, Raimundo Teixeira, Salomão ALbuquerque, Samuel Albuquerque, Vicente de Paula Souza, Luiz Siqueira do Livramento, Nilson Soares Sadake, Raimundo Nonato Paes e outrosPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE RURÓPOLISPROCESSO: 0800238-33.2019.8.14.0073AÇÃO: [Acessão]REQUERENTE: Nome: FRANCISCO SILVA QUINCOEndereço: Avenida Barão do Rio Branco, 1.300, 3 andar, Jardim Santarém, SANTARéM - PA - CEP: 68005-396REQUERIDO: Nome: Valdemir, Maicon, Antonio, Beatriz, André, Raimundo batista Lima, Valdenir, Edivaldo, Raimundo Teixeira, Salomão ALbuquerque, Samuel Albuquerque, Vicente de Paula Souza, Luiz Siqueira do Livramento, Nilson Soares Sadake, Raimundo Nonato Paes e outrosEndereço: Vicinal 60, Monte Cristo, Vila do 60., Monte Cristo, RURóPOLIS - PA - CEP: 68165-000 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos os autos do Processo nº 0800238-33.2019.8.14.0073. Trata-se de ação de reintegração de posse com pedido de liminar inaudita altera parte em razão de fato ocorrido a menos de ano e dia, proposta por FRANCISCO SILVA QUINCÓ em face dos posseiros VALDEMIR, MAICON ?SUPERIO?, ANTONIO(MARANHENSE), BEATRIZ, ANDRÉ, RAIMUNDO(TUMBIRA) ADÃO, VALDEANe outros, e ainda os que estão na região próxima ao rio EDIVALDO(CAVEIRA), RAIMUNDO TEIXEIRA, SALOMÃO ALBUQUERQUE (PROFESSOR), SAMUEL ALBUQUERQUE, VICENTE DE PAULA SOUZA, LUIZ SIQUEIRA DO LIVRAMENTO, NILSON SOARES SADAKE, RAIMUNDO NONATO PAES, EXPEDITO ALVES PEDROSO, VANDERLEI ALVES, GENIVAL MORAES DOS SANTOS, MARCIELNE ARAUJO, dentre outros,, onde estão NA ÁREA MONTE CRISTO AZUL, situada na VICINAL KM 60, NORTE,VILA MONTE CRISTO,CEP 68.165-000RUROPÓLIS/PA. O autor alega, em síntese, há mais de 16 anos a área localizada na VICINAL KM 60, NORTE,VILA MONTE CRISTO,CEP 68.165-000, RUROPÓLIS/PA, conhecido com FAZENDA MONTE CRISTO AZUL, possui como único possuidor e proprietário o requerente, na qual já fez várias benfeitorias, possui plantações ,criações de animais, casa da fazenda, barracão, casa do caseiro funcionários do requerente que trabalham na fazenda da área e entre outros cultivos. A área possui GEO, MAPA e CAR (Cadastro Ambiental Rural. Informa que no dia 03 de abril de 2019, por volta das 06:00 horas , teve conhecimento que um grupo que aproximadamente 30 pessoas portando armas de fogo, terçados, foices, invadiram a Fazenda Monte Cristo Azul, que os invasores roçaram o terreno, começaram a demarcar lotes, com tocos, derrubaram aproximadamente 20 pés de castanheiras além de estarem fazendo vários barracos, até na beira do Rio Tapajós que corta a propriedade, motivo pelo qual registrou ocorrência policial (ID 10652001 e 10652002). É o brevíssimo relato. Fundamento e Decido. Pois bem, para a concessão da liminar antes da citação é imprescindível que a petição inicial esteja devidamente instruída com a prova da posse, turbação ou esbulho, data do acontecimento e situação atual (art. 561, incisos I a IV c/c art. 562 ambos do CPC). Os documentos apresentados com a inicial demonstram ao menos inicialmente a posse em favor do requerente, logo, justificada a causa petendi e o interesse de agir. Por outro lado, pelos elementos colacionados aos autos o requerente logrou êxito em comprovar a agressão a sua posse. Destarte, presentes os requisitos legais e estando a petição inicial devidamente instruída, a concessão da medida liminar sem a oitiva da parte contrária é a medida cabível.Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial que me oriento: Ementa:AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DEREINTEGRAÇÃODEPOSSE. LIMINAR. DEFERIMENTO. PRESENTES OS REQUISITOS DO ART. 561 DO CPC/2015. A liminar dereintegraçãodepossese submete à observância dos requisitos do art. 561 do CPC:posseanterior, prática de esbulho, perda daposseem razão do ato ilícito, e data de sua ocorrência. Requeridos que não logrou êxito em demonstrar o exercício deposselegítima sobre o imóvel dos autores. Elementos trazidos aos autos se mostram bastantes para confortar o deferimento dareintegraçãoliminar deposse. Liminar confirmada. NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME (Agravo de Instrumento Nº 70071701809, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Giuliano Viero Giuliato, Julgado em 09/05/2017). Tratando-se de cognição sumária, não se exige prova cabal do alegado pelo autor para a concessão de liminar, mas início de prova capaz de demonstrar a probabilidade das alegações. Posto isto, pelas razões de fato e de direito expostas,assim como por efeito dos requisitos do

art. 561 do CPC,DEFIROamedida liminarparareintegrar A posseao requerente FRANCISCO DA SILVA QUINCÓ do imóvel denominadoFAZENDA MONTE CRISTO AZUL, localizado na Vicinal do Km 60, Norte, Vila MONTE CRISTO, CEP 68.165-000, RUROPÓLIS/PA, com aproximadamente 510,0886 ha, objeto da presente demanda,e determino aos requeridos quedesocupem o referido imóvel, no prazo de 72 horas na forma do art. 562 do CPC, sob pena de responsabilidade criminal e aplicação de multa diária. Decorrido o prazo acima, sem cumprimento da decisão, desde já requisito força Policial, civil e militar, dos municípios de Rurópolis, Itaituba e Santarém, a qual deverá agir buscando sempre que possível preservar a integridade física dos envolvidos, como lhe é de costume. Cumprida a medida liminar,CITEM-SEos requeridos para, querendo, ofereçam contestação no prazo de 15 dias (Art. 564), com as advertências dos artigos 285 e 344 ambos do CPC. Citem-se e Intimem-se. Expeça-se o necessário. Servirá a presente sentença, por cópia digitalizada, comoMANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Rurópolis, 06 -- de junho de 2019. ODINANDRO GARCIA CUNHAJuiz de Direito Respondendo pela Comarca de Rurópolis.

Número do processo: 0800055-62.2019.8.14.0073 Participação: RECLAMANTE Nome: JOAO BATISTA MOREIRA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA VARIANIOAB: 757PA Participação: RECLAMADO Nome: SUPERMERCADOS DB LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOSOAB: 9995/AM Participação: ADVOGADO Nome: VERA LUCIA MATOS FALCAOOAB: 3758/AM TERMO DE AUDIÊNCIAAUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos nº:0800055-62.2019.8.14.0073Ação: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C PEDIDO DE TUTELARequerente: JOÃO BATISTA MOREIRA COSTAAdvogado:DRA. ADRIANA VARIANI ? OAB/PA 14.757Requerida:SUPERMERCADOS DB LTDAAdvogado:DR. ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS ? OAB/AM 9.995 e DRA. VERA LÚCIA MATOS FALCÃO ? OAB/AM 3.758Data/Hora/Local: Vara única de Rurópolis; em 30.05.2019, às 10h41min. 2.PRESENTE(S): Juiz(a) de Direito:DR. ODINANDRO GARCIA CUNHARequerente: JOÃO BATISTA MOREIRA COSTAAdvogada:DRA. ADRIANA VARIANI ? OAB/PA 14.757Requerida:SUPERMERCADOS DB LTDAAdvogada: DRA. KARINA ZIMMERMANN ? OAB/PA 25.405Preposto: ANA PAULA TELES GERHARDT ? RG Nº 6869193 PC/PA 3.OCORRÊNCIAS: Iniciados os trabalhos, constatou-se a presença das partes. TENTANDO A CONCILIAÇÃO, HAVENDO ÊXITO. A advogada da parte requerida oferece a proposta de acordo no valor de R$ 3.000,00, no prazo de 20 (vinte) dias corridos. Tentada a conciliação, havendo êxito nos seguintes termos: I ? A parte requerida pagará o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), no prazo de 20 (vinte) dias corridos, a ser depositado na conta da causídica do requerente ADRIANA VARIANI, CPF Nº 797.866.182-20, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, AGÊNCIA 0026, CONTA CORRENTE Nº 00000441-3; II ? Cancelamento da dívida no importe de R$ 1.008,18 (mil e oito reais e dezoito centavos), referente ao contrato HDBA5194476; III ? Exclusão do nome do requerente dos órgãos de proteção ao crédito, referente a dívida. 4. DELIBERAÇÃO:SENTENÇA:Adoto como relatório o que nos autos consta, no caso dos autos observa-se que as partes resolveram transigir. Considerando que o acordo garante o melhor interesse das partes envolvidas, homologo por sentença a avença afim de que produza os seus legais efeitos;II -Posto isto,HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre os integrantes dos polos ativo e passivo desta lide e, em consequência,JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos preceituados no artigo 487, inciso III, alínea ?b?, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Não havendoNADA MAISpor consignar,determinou o Presidente da audiência que o Termo fosse encerrado, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado, sem rasuras ou entrelinhas, pelo Juiz e demais presentes. Juiz Advogada / requerente: _____ Requerente: _____ Advogado/ Parte requerida: _____ Preposto / Parte requerida: _____

Número do processo: 0800293-18.2018.8.14.0073 Participação: REQUERENTE Nome: CLEMILDA DE SOUSA PEREIRA Participação: ADVOGADO Nome: HELIO ANTONIO MACHADOOAB: 95-BPA Participação: REQUERENTE Nome: EUZEBIO BISPO PEREIRA Participação: ADVOGADO Nome: JOSELIA AMORIM LIMA PAIVAOAB: 9639/PA TERMO DE AUDIÊNCIAAUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Autos nº: 0800293-18.2018.8.14.0073Ação: PARTILHA DE BENS APÓS O DIVÓRCIO Requerente: CLEMILDA DE SOUSA PEREIRAAdvogado:DR. HÉLIO ANTÔNIO MACHADORequerida:EUZÉBIO BISPO PEREIRAData/Hora/Local: Vara única de Rurópolis; em 16.05.2019, às 12h0min. 2.PRESENTE(S): Juiz(a) de Direito:DR. ODINANDRO GARCIA CUNHARequerente: CLEMILDA DE SOUSA PEREIRAAdvogado:DR. HÉLIO ANTÔNIO MACHADORequerida:EUZÉBIO BISPO PEREIRAAdvogada:DRA. JOSÉLIA AMORIM LIMA PAIVA ? OAB/PA 9639 3.OCORRÊNCIAS: Iniciados os trabalhos. Após a leitura da petição inicial o mm. juiz esclareceu aos cônjuges sobre as consequências jurídicas e pessoais do ato. Tentada a conciliação, restou frutífera, tendo cada requerente se manifestado, sem hesitação, pelo divórcio nos seguintes moldes:DOS BENS DO REQUERIDO:1) O imóvel rural denominado Lote nº 27, Gleba 20/A, localizado na 1ª Vicinal do Km 75 ? Transforlândia, trecho Rurópolis/Itaituba, Rurópolis-Pará, com área aproximada de 100 hectares permanecerá com o requerido;2) O imóvel rural , localizado na 1ª Vicinal do Km 75 ? Transforlândia, próximo ao Rio Cupari, trecho Rurópolis/Itaituba, Rurópolis-Pará, com área aproximada de 100 hectares; DOS BENS DA PARTE REQUERENTE:1) Um terreno urbano, não escriturado, com uma casa residencial semiconstruída, medindo 08 metros de frente por 10 metros de fundos, localizada na Travessa Itamaratu, nº 19 na Comunidade Divinopolis, Km 70, Rodovia Transamazônica ? BR 230, trecho Rurópolis/Itaituba;2) Um terreno urbano, com uma casa residencial em madeira, medindo 06 metros de frente e 06 metros de fundos, na Travessa Itamaratu, s/nº, na Comunidade Divinópolis, Km 70; Rurópolis-Pará;3) O requerido pagará a parte requerente o valor de R$ 10.000,00 (dez mil) reais, em 10 (dez) parcelas de R$ 1.000,00 (mil) reais, todo dia 30 de cada mês, iniciando no mês de junho de 2019, referentes a divisão das benfeitorias realizadas durante a união do casal no imóvel mencionado no item 01 dos bens do requerido, o qual deverá ser depositado na conta do causídico Banco Bradesco, Agência 759, Conta nº 15960-3, Hélio Antônio Machado, CPF nº 343.535.930-72; 4. DELIBERAÇÃO: SENTENÇA- Trata-se de ação de divórcio litigioso, mas obtido conciliação durante a audiência. O casal não possui filho(s) menores. O casal dispensou alimentos reciprocamente. Deixo de decretar o divórcio, tendo em vista que as partes informam já ter sido decretado e averbado no ano de 2016. I - Homologo por acordo, adoto como relatório o que nos autos consta, observa-se que as partes resolveram transigir. Considerando que o acordo garante o melhor interesse das partes, homologo por sentença a avença afim de que produza os seus legais efeitos,assim JULGO EXTINTO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO NOS TERMOS DO ART. 487, III, alínea b, do CPC, em relação ao acordado. As partes desistem do prazo recursal. ARQUIVE-SE E como nada mais foi dito nem perguntado, o M.M Juiz mandou encerrar o presente. Não havendoNADA MAISPor consignar,determinou o Presidente da audiência que o Termo fosse encerrado, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado, sem rasuras ou entrelinhas, pelo Juiz e demais presentes. Juiz Advogada/requerente: _____ Requerente: _____ Advogado/requerido: _____ Requerido: _____

Número do processo: 0800075-53.2019.8.14.0073 Participação: RECLAMANTE Nome: DIRACIR CAMARGO DE OLIVEIRA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO LOSANGO S.A. - BANCO MULTIPLO TERMO DE AUDIÊNCIAAUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos nº:0800075-53.2019.8.14.0073Ação: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM PEDIDO LIMINAR C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAISParte Requerente: DIRACIR CAMARCO DE OLIVEIRADefensor Público:DR. PLINIO TSUJI BARROSParte Requerida:BANCO LOSANGO S.AAdvogado/requerida:DR. GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI ? OAB/PA 28178-AData/Hora/Local: Vara única de Rurópolis; em 05.06.2019, às 10h32min. 2.PRESENTE(S): Juiz(a) de Direito:DR. ODINANDRO GARCIA CUNHAParte Requerente: DIRACIR CAMARCO DE OLIVEIRADefensor Público:DR. PLINIO TSUJI BARROSParte Requerida:BANCO LOSANGO S.AAdvogada/requerida:DRA. KARINA ZIMMERMANN ? OAB/PA 25.405Preposto: ANA PAULA TELES GERHARDT ? RG Nº 6869193 PC/PA 3.OCORRÊNCIAS: Iniciados os trabalhos, constatou-se a presença das partes. TENTANDO A CONCILIAÇÃO, NÃO HAVENDO ÊXITO. Passou o juiz a oitiva da parte requerente, as perguntas, respondeu: QUE reitera os termos da petição inicial, aduzindo já realizou nas lojas no comércio local de forma parcelada, mas que nunca atrasou o pagamento; QUE não recorda que tenha feita alguma compra no valor de parcela de R$ 239,51; QUE se recorda que realizou uma compra de uma geladeira e cama na Loja Romera, no valor de R$ 2.395,00; QUE os pagamentos eram realizadas diretamente na loja, exceto em duas oportunidades que pagou na casa lotérica devido problema no

sistema da loja; QUE efetuou o pagamento de todo o contrato; QUE não sabe porque está sendo cobrada a parcela de R$ 239,51. 4. DELIBERAÇÃO / SENTENÇA: I - Relatório.DIRACIR CAMARGO DE OLIVEIRA, devidamente qualificada nos autos ingressou com a presente ação de inexistência de débito c/c indenização por danos morais em face de LOSANGO S.A MULTIPLO. Sustenta na inicial que em janeiro de 2019 ao tentar efetuar uma compra seu crédito foi negado por haver uma restrição no SERASA SPC, referente a um débito no valor de 239,51, perante o banco LOSANGO S.A. Afirmou, ainda, que jamais efetuou negócio com a parte REQUERIDA, pugnando pelo cancelamento do débito e requer indenização por danos morais.Em decisão liminar de ID 8909064 foi deferido o cancelamento dos registros nos órgãos restritivos em nome da requerente referente ao contrato objeto da presente ação.Devidamente intimado o requerido, apresentou contestação, ID 10826479, alegando, preliminarmente, o cumprimento da liminar. Quanto ao mérito, aduz que a requerente realizou uma compra na LOJA ROMERA, no valor de R4 2.395,01 a ser pago em 10 parcelas no importe de 239,51 cada, sendo que a autora não pagou a última parcela, com vencimento 29/10/2018, que culminou na inscrição junto aos órgãos de proteção ao crédito, rebate os danos morais e pugna pela improcedência da ação. Em réplica a autora se retrata, afirmando que após analisar os documentos juntados com a contestação,confirma que realizou a compra na referida loja, aduzindo que realizou todos os pagamentos, no entanto, não apresenta comprovação de quitação da última parcela.Era o que importava relatar. Passo a decidir. II. FUNDAMENTAÇÃOO artigo 373, I e II, do CPC/15 consagrou, como regra, a distribuição estática, fazendo recair sobre o autor o ônus de comprovar os fatos constitutivos de seu direito e sobre o réu o de comprovar os fatos impeditivos, extintivos ou modificativos do direito do autor.Desse modo, a parte autora não se desincumbiu do ônus de provar o fato constitutivo de seu direito, de modo que, pela regra do ônus da prova, seu pleito deve ser julgado improcedente. Nesse sentido:Ementa:APELAÇÕES CÍVEIS. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA DE REPARAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. AÇÃO Nº 008/1.05.0032918-2. DANO MORAL. NÃO COMPROVAÇÃO. Incomprovado nos autos as ofensas e ameaças supostamente proferidas pelos réus às autoras, ônus que competia e estas, nos termos do artigo 333, I do Código de Processo Civil, não há falar em dano moral a ser indenizado. Prova testemunhal que não se presta a elucidar os fatos narrados na exordial. Sentença reformada. DANOS MATERIAIS. COMPROVAÇÃO. Hipótese em que restaram demonstrados os danos materiais sofridos pela parte autora, decorrentes dos estragos feitos pelos réus na clinica veterinária. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. A correção monetária dos valores referentes aos danos patrimoniais, os quais foram comprovados através de orçamentos, deve incidir a contar da data das referidas avaliações. Sentença reformada, no ponto. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. Em se tratando de danos materiais comprovados por orçamentos, os juros de mora são devidos desde a citação. Precedentes. FEITO 008/10500314851. MORTE DE ANIMAL DE ESTIMAÇÃO. DEVER DE INDENIZAR DA CLINICA E DA MÉDICA VETERINÁRIA. INOCORRÊNCIA. Não tendo sido demonstrada a culpa, nem o nexo causal entre a ação das rés e o falecimento do animal de estimação da autora, não há falar em condenação em danos materiais ou morais advindos do fato. Responsabilidade objetiva da clinica proclamada no art. 14 do CDC que não dispensa a demonstração do nexo de causalidade. Sentença mantida, no ponto. APELAÇÕES INTERPOSTAS NO FEITO 008/1.05.0032918-2 PARCIALMENTE PROVIDAS. APELO INTERPOSTO NOS AUTOS DA AÇÃO DE Nº 008/1.05.0031485-1 IMPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70026933036, Décima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Roberto Lessa Franz, Julgado em 27/08/2009). Ademais, observo que no presente caso, a própria autora confessa que realizou a compra na loja ROMERA. Reconhecendo que assinou os documentos do contrato de empréstimo, os quais foram apresentados quando da compra parcelada.A requerente esclarece, ainda, que não tinha a intenção de prejudicar os trabalhos da justiça, jamais teve o nome sujo, sempre honrou com seus compromissos e acredita que efetuou o pagamento.A requerida comprova que a requerente realizou a compra do referido bem, de forma parcelada, perante um parceiro comercial, dando origem ao emprestimo em nome da requerente, que após inadimplente, seus dados foram inseridos nos órgãos de proteção ao crédito.Assim, verifica-se que os fatos foram confessados pela parte autora, monstrando-se incontroversos, sendo desnecessária a produção de provas, nos termos do art. 374, II e III, do NCPC.Também, não comprovou a ocorrência de dano moral.III ? DISPOSITIVO: Diante do exposto,JULGO IMPROCEDENTESos pedidos formulados na inicial, nos termos da fundamentação, com fulcro no art. 487, I do CPC.Em consequência,torno sem efeito a decisão de ID 8909064 dos autos, que deferiu o pedido de tutela provisória de urgência com o fito de cancelar a inscrição do nome da autora nos órgãos restritivos, eis que a cobrança é legítima. Não há condenação nos ônus da sucumbência, a saber, custas e honorários advocatícios na primeira instância, em razão de se tratar de feito oriundo dos Juizados Especiais Cíveis, conforme previsão na Lei n° 9.099/1995.Com o trânsito em julgado arquivem-se os autos, com baixa na distribuição.P. I. Não havendoNADA MAISPor consignar,determinou o Presidente da audiência que o Termo fosse encerrado, o qual, depois de lido e

achado conforme, vai assinado, sem rasuras ou entrelinhas, pelo Juiz e demais presentes. Juiz Defensor Público / requerente: _____ Requerente: _____ Advogada/ Parte requerida: _____ Preposto / Parte requerida: _____

Número do processo: 0800249-62.2019.8.14.0073 Participação: EXEQUENTE Nome: PEDRO MIGUEL AIRES DE MENDONCA ANDRADE Participação: ADVOGADO Nome: PEDRO MIGUEL AIRES DE MENDONCA ANDRADEOAB: 23151-A/PA Participação: EXECUTADO Nome: DANIEL OLIVEIRA SOUZAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE RURÓPOLISPROCESSO: 0800249-62.2019.8.14.0073AÇÃO:[Correção Monetária]PARTE REQUERENTE: Nome: PEDRO MIGUEL AIRES DE MENDONCA ANDRADEEndereço: Avenida Marechal Rondon, 2386, SALA A, Aparecida, SANTARéM - PA - CEP: 68040-070Advogado do(a) EXEQUENTE: PEDRO MIGUEL AIRES DE MENDONCA ANDRADE - PA23151-APARTE REQUERIDA: Nome: DANIEL OLIVEIRA SOUZAEndereço: Rua Dez de Maio, 668, CENTRO, RURóPOLIS - PA - CEP: 68165-000SENTENÇA-MANDADO Vistos os autos.I ? RELATÓRIOCuida-se de processo de execução em que o exequente informa o pagamento dando quitação do débito alimentar e pugnando pela extinção do processo. Os autos vieram conclusos.É o que importava relatar. Decido. II?FUNDAMENTAÇÃODiante da quitaçãoda obrigação, a extinção é a medida que se impõe.III?DISPOSITIVODiante do exposto,julgo extinto o processo com resolução de mérito na forma doartigo 924, inciso II, e na forma do artigo 925, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo pelo cumprimento da obrigação.SEM CUSTASface o deferimento da gratuidade judiciária.INTIME-SE.Após,ARQUIVE-SE,observando as formalidades legais.Servirá a presente sentença, por cópia digitalizada, comoMANDADO DE INTIMAÇÃO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Rurópolis/PA, 26 de junho de 2019.ODINANDRO GARCIA CUNHAJuiz de Direito.

Número do processo: 0800020-05.2019.8.14.0073 Participação: RECLAMANTE Nome: JOSE GOMES DA SILVA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIROOAB: 8049/PA TERMO DE AUDIÊNCIAAUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Autos nº:08000020-05.2019.8.14.0073Ação: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO COM PEDIDO LIMINAR C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAISRequerente: JOSÉ GOMES DA SILVADefensor Público:DR. PLINIO TSUJI BARROSRequerida:CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S. AAdvogado:DR. RENAN FELIPE ? OAB/PA 24.788Data/Hora/Local: Vara única de Rurópolis; em 09.05.2019, às 11h20min. 2.PRESENTE(S):Juiz(a) de Direito:DR. ODINANDRO GARCIA CUNHADefensor Público:DR. PLINIO TSUJI BARROSParte Requerente:JOSÉ GOMES DA SILVAParte Requerida:CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S. AAdvogada:DR. PEDRO MIGUEL AIRES DE MENDONÇA ANDRADE ? OAB/PA ? 23.151-APreposta:SHIRLLEY MATOS FELISBERTO ? RG 6482481 PC/PA, CPF nº 013.260.622-473.OCORRÊNCIAS: Declarada aberta a audiência, a parte requerida oferece proposta de cancelamento da fatura de consumo não registrado no valor de R$ 3.529,00, com vencimento para 16.01.2019 e referência 09/2018, da Conta Contrato nº 81181969 em nome de José Gomes da Silva, eis que identificou em fiscalização que se tratava de consumo não registrado do antigo titular da conta contrato. A parte requerente e sua defesa aceitam a proposta da empresa, abre mão do pedido de dano moral. TENTADA A CONCILIAÇÃO, HAVENDO ÊXITO NOS SEGUINTES TERMOS: I ? A parte requerida cancelará a fatura de consumo não registrado no valor de R$ 3.529,00, com vencimento para 16.01.2019 e referência 09/2018, da Conta Contrato nº 81181969 em nome de José Gomes da Silva; II ? A parte requerente abra mão do pedido de danos morais. 4. DELIBERAÇÃO:SENTENÇA:Adoto como relatório o que nos autos consta, no caso dos autos observa-se que as partes resolveram transigir. Considerando que o acordo garante o melhor interesse das partes envolvidas, homologo por sentença a avença afim de que produza os seus legais efeitos. I -Posto isto,HOMOLOGO POR SENTENÇA, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo firmado entre os integrantes dos polos ativo e passivo desta lide e, em consequência,JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos preceituados no artigo 487, inciso III, alínea ?b?, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado,

arquivem-se. Não havendoNADA MAISpor consignar,determinou o Presidente da audiência que o Termo fosse encerrado, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado, sem rasuras ou entrelinhas, pelo Juiz e demais presentes. Juiz Defensor Público:_____ Requerente: _____ Advogado / requerida:_____ Preposta:_____

Número do processo: 0001103-65.2014.8.14.0073 Participação: REQUERENTE Nome: BENEDITO GONZAGA DA SILVA Participação: REQUERIDO Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PA PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE RURÓPOLIS 0001103-65.2014.8.14.0073 [Pagamento Indevido] REQUERENTE: Nome: BENEDITO GONZAGA DA SILVAEndereço: RUA ORQUÍDEA, Nº 104, BOM JARDIM, RURóPOLIS - PA - CEP: 68165-000 REQUERIDO: Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.Endereço: AVENIDA CIDADE DE DEUS, S/N, PRÉDIO PRATA, 20º ANDAR, Rua Benedito Américo de Oliveira, s/n, NÃO INFORMADO, OSASCO - SP - CEP: 06029-900 SENTENÇA-ALVARÁ 1.Anoto que o processo transitou livremente em julgado, e considerando que o requerido cumpriu a sentença conforme comprovante de depósito Id. Num. 10530708, e requer a extinção do processo, bem como a parte autora requer o levantamento do referido valor,determino o levantamento dos valores que se encontram depositados, conforme comprovanteId. Num. 10530708, em favor da parte autoraBENEDITO GONZAGA DA SILVA, portador do CPF Nº 578.401.052-20. 2. Destarte,DECLARO a quitação do débitoeEXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base no art. 924, II, do NCPC. 3. PUBLIQUE-SE. INTIME-SE. Após o trânsito em julgado ARQUIVE-SE, observado as formalidades de praxe. Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, comoALVARÁ JUDICIAL DE LEVANTAMENTO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Rurópolis, 27- de junho de 2019. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito

Número do processo: 0800063-39.2019.8.14.0073 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA DE JESUS LIMA DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: VIVIAN SOUZA DUTRA TSCHOPEOAB: 524 Participação: ADVOGADO Nome: SAMANTHA MONTEIRO LINSOAB: 49515/MS Participação: RECLAMADO Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE RURÓPOLISPROCESSO: 0800063-39.2019.8.14.0073AÇÃO:[Obrigações, Indenização por Dano Moral]PARTE REQUERENTE: Nome: MARIA DE JESUS LIMA DOS SANTOSEndereço: Rua 10 de Maio, 88, Vila Nova, RURóPOLIS - PA - CEP: 68165-000Advogados do(a) RECLAMANTE: VIVIAN SOUZA DUTRA TSCHOPE - 524, SAMANTHA MONTEIRO LINS - MS49515PARTE REQUERIDA: Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.Endereço: Centro Empresarial Itaú Conceição, 100, Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Andar 09, Parque Jabaquara, SãO PAULO - SP - CEP: 04344-902 SENTENÇA Vistos os autos. Cuida-se de ação indenizatória interposto por MARIA DE JESUS LIMA DOS SANTOS, em face de BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Foi oportunizado à parte autora a emendar a inicial para sanar a irregularidade de representação Id. Num. 8907068, permaneceu inerte, certidão Id. Num. 11200907. Os autos vieram conclusos. É o que importava relatar. Decido. Considerando o autor não cumpriu a diligência para regularizar a representação, nos termos do art. 654, § 1º do CC e art. 104 do CPC. A extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único é medida que se impõe. DIANTE DO EXPOSTO,INDEFIRO a petição inicial e, em consequênciaEXTINTO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos moldes do art. 485, I, C/C art. 321, parágrafo único, ambos do CPC. Sem custas. Publique-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, e não havendo pendências, arquivem-se os autos com as devidas anotações e baixa na estatística.Rurópolis/PA, 26 de junho de 2019. ODINANDRO GARCIA CUNHAJuiz de Direito.

Número do processo: 0800164-13.2018.8.14.0073 Participação: AUTOR Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO BRAZ DA SILVAOAB: 20638/PA Participação: RÉU Nome: EVANDRO CARLOS SCHIOPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE RURÓPOLISPROCESSO: 0800164-13.2018.8.14.0073AÇÃO:[Alienação Fiduciária]PARTE REQUERENTE: Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.Endereço: Banco Bradesco S.A., S/N, CIDADE DE DEUS, Vila Yara, OSASCO - SP - CEP: 06029-900Advogado do(a) AUTOR: ANTONIO BRAZ DA SILVA - PA20638-APARTE REQUERIDA: Nome: EVANDRO CARLOS SCHIOEndereço: Br 163 Km 164, sn, Zona Rural, RURóPOLIS - PA - CEP: 68165-000SENTENÇAI -RELATÓRIOVistos os autos.Cuida-se deAÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO COM PEDIDO LIMINARem face deEVANDRO CARLOS SCHIOem que figura como requerenteBANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A.Decisão Id. Num. 6145096, deferindo a busca e apreensão.Observo que requerente peticiona nos autos Id. Num. 8078129, informando o acordo realizado entre as partes, e requer a extinção do processo com baixa em eventual restrição no RENAJUD.Os autos vieram conclusos.É o que importava relatar. Decido. II?FUNDAMENTAÇÃODiz o Código de Processo Civil:Art. 487. Haverá resolução do mérito quando o juiz:III ? homologar.Com efeito, latente o desinteresse pelo feito, diante da petição do autor.Deste modo, resta evidente a falta de interesse na continuação do processo, configurando carência superveniente do direito de ação, não havendo alternativa ao julgador,senão a prolação de sentença terminativa.III?DISPOSITIVODiante do exposto,julgo extinto o processo com resolução de mérito, na forma do art. 487, III do Código de Processo Civil.Torno sem efeito a decisão Id. Num. 6145096, recolha-se o mandado de busca e apreensão.Custas pendentes se houver, ao autor, e sem honorários.Publique-se. Intimem-se.Rurópolis/PA, 01 de fevereiro de 2019. ODINANDRO GARCIA CUNHAJuiz de Direito.

PROCESSO: 00015256420198140073; MAGISTRADO(A)/ RELATOR(A)/ SERVENTUÁRIO(A): ODINANDRO GARCIA CUNHA; Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019; DENUNCIADO: CLAUDIOMIR POLGA; ADVOGADA: DRA. ADRIANA VARIANI - OAB/PA 14.757; VITIMA: A. C. O. E.; AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO-MANDADO-OFÍCIO 1. Em atenção ao preceito do artigo 397 do Código de Processo Penal e a resposta à acusação do réu (fls. 05/10), compulsando os autos, observo não ser caso de absolvição sumária do acusado CLAUDIOMIR POLGA, qualificação nos autos, já que não estão presentes nenhuma das hipóteses do citado disposto legal. A prova deve apresentar-se límpida e segura, de modo a convencer o Juízo da existência de uma circunstância que exclua o crime ou isente de pena o réu. 2. DESIGNO Audiência de Instrução e Julgamento para o dia 18/09/2019, às 10h00min, quando proceder-se-á a tomada de declarações das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa, interrogando-se, em seguida, o(s) denunciado(s), acaso compareça, e procedendo-se o debate. INTIME-SE o acusado e a testemunha mencionada à fl. 03 e 34, conforme endereços constantes nos autos. 3. Se a testemunha intimada não comparecer advirto que será conduzida coercitivamente por meio de força policial, sem prejuízo das penas do crime de desobediência e aplicação de multa de um salário mínimo caso faltem injustificadamente. 4. Caso alguma testemunha resida em outra Comarca, expeça-se Carta Precatória para que seja ouvida no juízo deprecado. Dê ciência ao Ministério Público e à Defesa por publicação via DJE. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado/ofício/alvará, na forma do provimento 03/2009, alterado pelo provimento 11/2009 amos da CJRMB. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Rurópolis, 26 de junho de 2019. ODINANDRO GARCIA CUNHA Juiz de Direito.

PROCESSO: 0000011-04.2004.8.14.0073; AÇÃO DE EXECUÇÃO; EXEQUENTE: FRANCISCO FERREIRA BARBOSA; ADVOGADA: ANA NILCE SOUSA NASCIMENTO - OAB/PA 10.514; EXECUTADO: PAULO DE SOUSA QUEIROZ; DESPACHO - DOC: 20190256464712 DESPACHO Vistos os autos. Tendo em vista o ofício de fls. 161, intime-se a parte autora para, no prazo de 10 dias, dizer o que entender de direito, sob pena de suspensão do processo nos termos do art. 921, III do CPC. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como MANDADO DE INTIMAÇÃO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ¿ TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional.

Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Rurópolis, 25 de junho de 2019. ODINANDRO GARCIA CUNHA, Juiz de Direito.

PROCESSO: 00000208720098140073; PROCESSO ANTIGO: 200910000154; MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ODINANDRO GARCIA CUNHA; Ação: Procedimento ordinário em: 26/06/2019; REQUERENTE: DANIEL ALVES DA SILVA Representante(s): OAB 13253-A - ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA (ADVOGADO); REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL INSS. RH. Deferido a dilação de prazo, conforme requerido, concedo o prazo de mais 15 dias, para providenciar as diligencias que lhe cabe, sob pena de extinção. Decorrido o prazo com ou sem resposta, voltem os autos conclusos. Cumpra-se. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como MANDADO DE INTIMAÇÃO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB - TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Rurópolis-PA, 26 de junho de 2019. ODINANDRO GARCIA CUNHA, JUIZ DE DIREITO.

PROCESSO: 00003671820128140073; PROCESSO ANTIGO: 201210002783; MAGISTRADO(A)/ RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ODINANDRO GARCIA CUNHA; Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019; REQUERIDO: CENTRO EDUCACIONAL PROFISSIONAL RESIDENCIA E SAUDE TEIXEIRA ARAUJO EVENTOS; REQUERENTE: SEMIRAMIS SILVA SARAIVA; Representante(s): PLINIO TISUJI BARROS (DEFENSOR) . RH. Observo que o processo encontra-se na fase de cumprimento de sentença, determinado a intimação do executado para pagar, não foi localizado, intimada a autora pessoalmente para providenciar diligências válidas, permaneceu inerte, o processo encontra-se paralisado há mais de um ano por negligência da autora, não havendo custas pendentes, por ser beneficiaria de justiça gratuita, portanto, determino o ARQUIVAMENTO dos autos. ARQUIVEM-SE, observando as formalidades legais. Cumpra-se. Rurópolis-PA, 27 de junho de 2019. ODINANDRO GARCIA CUNHA, JUIZ DE DIREITO.

PROCESSO: 00002977420078140073; PROCESSO ANTIGO: 200710002235; MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ODINANDRO GARCIA CUNHA; Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019; EXEQUENTE: FAZENDA PUBLICA NACIONAL; EXECUTADO: JOSE B DE FRANCA ME.; ADVOGADO: DR. ERICK ROMMEL GOMES COTA - OAB/PA 13.881; DESPACHO. Vistos os autos Intimem-se as partes para, no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre a avaliação de fls. 146, sob pena de preclusão. Cumpra-se. Servirá o presente despacho, por cópia digitalizada, como MANDADO DE INTIMAÇÃO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB - TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Rurópolis, 27 de junho de 2019. ODINANDRO GARCIA CUNHA, Juiz de Direito.

PROCESSO: 00059697720188140073; MAGISTRADO(A)/ RELATOR(A)/ SERVENTUÁRIO(A): ODINANDRO GARCIA CUNHA; Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019; DENUNCIADO: CARLOS BATISTA DADALT; ADVOGADOS: DR. LEVINELSON NASCIMENTO DA COSTA -OAB/PA 13.807; DR. WAGNER MURILO DE CASTRO COLARES - OAB/PA 14.755; AUTOR: MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. SENTENÇA I - RELATÓRIO Trata-se de denúncia formulada pelo

Ministério Público, às fls. 53/54, em desfavor de CARLOS BATISTA DADALT, pela prática do crime previsto no art. 46, parágrafo único, da Lei nº 9.605/98, com base na infração ambiental nº 9130509/E, emitida pelo IBAMA em 8/11/2017. A defesa apresentou resposta à acusação, às fls. 58/66, requerendo a extinção da punibilidade pelo advento da transação penal nos autos do Processo nº 0002506-30.2018.14.0073, relacionados aos mesmos fatos. O Ministério Público, às fls. 144/145, manifestou-se pela extinção do processo em razão da litispendência com o Processo nº 0002506-30.2018.14.0073. II - FUNDAMENTAÇÃO Constata-se que foram propostas duas ações penais sobre o mesmo fato delitivo, figurando em ambas ações o mesmo denunciado e mesma causa de pedir. Desta forma, ocorreu a litispendência de ações, em que há identidade de partes e causa de pedir, o feito merece ser extinto, nos termos do art. 110 do CPP. Ademais, a manutenção da presente ação penal acarretaria em inegável bis in idem, haja vista que uma vez beneficiado pelo instituto da transação penal, não poderia novamente ser o acusado incriminado pelo mesmo fato. III - DISPOSITIVO Diante do exposto, em razão da existência de litispendência e de coisa julgada, JULGO EXTINTO o processo, na forma do art. 95, III, do CPP. Arquive-se com baixa na distribuição. Rurópolis, 26 de junho de 2019. ODINANDRO GARCIA CUNHA, Juiz de Direito.

PROCESSO: 0019254-45.2015.8.14.0073; AÇÃO DE RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA C/C APOSENTADORIA; REQUERENTE: FRANCISCA BEZERRA COSTA; ADVOGADO: DR. AFONSO JOSÉ LEAL BARBOSA - OAB/PA 12443; REQUERIDO - INSS; DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - DOC: 20190259511773 DECISÃO 1. Observo que o autor às fls. 156/158, pugnou pelo cumprimento de sentença, juntando os cálculos atualizados; o executado, às fls. 163, impugnou os cálculos apresentados pelo autor, apresenta proposta de acordo no valor de R$ 4.539,48; o embargado, às fls. 174, concorda com os cálculos apresentados pelo embargante e requer a expedição do ofício RPV. 2. Deste modo, havendo reconhecimento do exequente quanto ao excesso de execução, julgo procedente o pedido do INSS e HOMOLOGO os valores apresentados pela autarquia federal, às fls. 163, no importe total de R$ 4.539,48 (quatro mil quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e oito centavos). 3. Preclusa esta decisão, determino à Secretaria da Vara que expeça o respectivo ofício requisitório de valores ao E. Tribunal Regional Federal da 1ª Região, na modalidade RPV, observando-se as diretrizes da Coordenaria de Precatórios. 4. Requisite-se e expeça-se o necessário. Cumpra-se, Após ao pagamento, ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas legais. Rurópolis-PA, 26 de junho de 2019. ODINANDRO GARCIA CUNHA, JUIZ DE DIREITO.

COMARCA DE URUARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE URUARÁ

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE URUARA - VARA: VARA UNICA DE URUARA PROCESSO: 00052785520168140066 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MANOEL CÂNDIDO RIBEIRO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:ADMINISTRADORA CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 16354 - DRIELLE CASTRO PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO RAIMUNDO LIMA_370420. CERTIDÃO Certifico que deixei de cumprir o r. Despacho, tendo em vista a Petição de fls (30). Em que o Requerente solicita pedido de desistência. O referido é verdade e dou fé. Uruará/PA, 28 de maio de 2019. MANOEL CÂNDIDO RIBEIRO Diretor de Secretaria PROCESSO: 00028664920198140066 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Pedido de Prisão Preventiva em: AUTORIDADE POLICIAL: A. J. P. E. REPRESENTADO: A. M. A. S.

PROCESSO Nº 0001185-15.2017.8.14.0066
AÇÃO DE COBRANÇA

REQUERENTE: SIRLEI LEITE DE MAGALHÃES
ADVOGADOS: IB SALES TAPAJÓS OAB/PA 19.181 e GLEYDSON ALVES PONTES OAB/PA 12.347
REQUERIDO: MUNICÍPIO DE PLACAS

ATO ORDINATÓRIO
PROCESSO Nº 0001185-15.2017.8.14.0066.
Considerando as disposições contidas no Provimento nº 006/2009-CJCI-TJE/PA de 25/05/09, visando à celeridade processual, DESIGNO audiência de conciliação, para o dia 10 de julho de 2019, às 9h, neste Fórum. Intimem-se. Uruará/PA, 17 de dezembro de 2018.

MANOEL CÂNDIDO RIBEIRO
Diretor de Secretaria

COMARCA DE JACUNDÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE JACUNDÁ

RESENHA: 27/06/2019 A 28/06/2019 - GABINETE DA VARA UNICA DE JACUNDA - VARA: VARA UNICA DE JACUNDA PROCESSO: 00004374520138140026 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JUN KUBOTA Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 27/06/2019 REQUERENTE:E. K. S. N. REQUERENTE:E. K. S. N. REQUERENTE:E. K. S. N. REPRESENTANTE:NILDA DE SOUSA LEITE Representante(s): OAB XLR8 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REQUERIDO:ELVIS PRESLEY KELLY PEREIRA NUNES. EXECUTADO: Elvis Presley Pereira Nunes, com escritório localizado na Rua Bahia, ao lado da Farma Ativa, Escritório do Euclides, Centro, nesta cidade. DESPACHO 1. Defiro o pedido de gratuidade de justiça, nos termos do artigo 98 do NCPC. 2. Trata-se de cumprimento de sentença para cobrança de alimentos pelo rito da coação pessoal (prisão), conforme previsão do art. 528 e seguintes do CPC. 3. Assim, cite-se a parte executada por Oficial de Justiça para, no prazo de três dias, pagar as três últimas prestações alimentícias anteriores à citação e as vencidas após esse prazo (súmula 309 do STJ), provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de prisão civil por até 03 (três) meses, cujo cumprimento não dispensará a integral satisfação das parcelas vencidas e vincendas (CPC, art. 528, § 5º). 4. Tendo em vista o entendimento pacífico na jurisprudência de que a execução pelo rito da prisão somente é cabível para a cobrança das três últimas prestações anteriores ao ajuizamento da execução, acrescidas daquelas que se vencerem no decorrer do processo, o que inclusive foi positivado no novo CPC (art. 528, § 7º), promovida a execução referente a um número superior de parcelas, cabe ao juiz limitar a demanda, sinalizando ao credor para que faça uso da via expropriatória adequada quanto às parcelas pretéritas. 5. Dessa forma, deve o exequente promover a execução das parcelas anteriores às três últimas pelo rito adequado (expropriação), em autos apartados, pois, segundo o art. 780 do CPC, só é possível a cumulação de várias execuções, ainda que fundadas em títulos diferentes, se o executado for o mesmo e para todas elas seja competente o mesmo juízo e idêntico o procedimento. 6. Decorrido o prazo, com ou sem pagamento, voltem os autos conclusos. 7. Expeça-se ofício ao INSS com a finalidade de informar se o requerido tem algum vínculo empregatício, objetivando o desconto em folha de pagamento da pensão alimentícia em favor da requerente. 8. Ciência ao Ministério Público. Despacho publicado em gabinete. SERVE O PRESENTE DESPACHO COMO MANDADO OU CARTA DE CITAÇ"O, se for o caso. Jacundá, 27 de junho de 2019. Jun Kubota Juiz de Direito PROCESSO: 00006407520118140026 PROCESSO ANTIGO: 201110010696 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JUN KUBOTA Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 27/06/2019 REPRESENTANTE:ADRIANA CRUZ CAVALCANTE Representante(s): OAB 17195-B - VINICIUS VEIGA DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:WELLINGTON DE SOUSA PINTO REQUERENTE:W. C. P. . DECISÃO/MANDADO DE PRISÃO CIVIL Cuida-se de Ação de Execução de Alimentos contra WELLINGOTN DE SOUZA PINTO, o qual, citado por carta precatória nos autos da Ação de Alimentos nº 0000640.75-2011.8.14.0026, em trâmite neste juízo, para pagar as três últimas prestações alimentícias anteriores à citação e as vencidas após esse prazo (súmula 309 do STJ), provar que o fez ou justificar a impossibilidade de fazê-lo, sob pena de prisão civil por até 3 (três) meses (art. 528 NCPC), mas, manteve-se inerte, segundo informa certidão da secretaria de fl. 70. O Ministério Público, por seu D. Promotor de Justiça, manifestou-se favorável à decretação da prisão civil (fls.74/75). É o relatório. Decido. Os alimentos, essenciais para o sadio desenvolvimento físico e psíquico do alimentando, encontram seu principal fundamento no princípio da dignidade da pessoa humana, insculpido no art. 1º, inciso III, da Constituição Federal. Tamanha é a importância conferida pelo legislador constituinte à obrigação alimentar que há previsão expressa de prisão civil por inadimplemento injustificado de pensão alimentícia (art. 5º, LXVII, CR/88). No presente caso, o executado foi citado, conforme certidão da secretaria à fl. 70, mas nada fez. Demonstra, com isso, seu desinteresse em cumprir espontaneamente a decisão judicial e o que é pior, sua relutância em cumprir seu dever de prestar alimentos a sua filha. Ademais, todos os meios hábeis já foram intentados para que o réu pagasse o débito alimentar, mas ainda assim se manteve inerte e recalcitrante em cumprir o seu dever de prestar alimentos. Dessa forma, ante a insensibilidade do requerido ao seu dever de prestar alimentos, não resta outra alternativa senão a decretação da prisão civil com vistas a compelir o devedor a pagar o débito alimentar. Se a privação da liberdade causa efeitos nefastos para o ser humano, a inobservância do dever de prestar alimentos acarreta inúmeros prejuízos para o sadio desenvolvimento físico e psíquico dos alimentados. Conforme julgado paradigmático do

Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, "se a prisão é odiosa, é mais odioso não pagar alimentos aos filhos. Alimentos dizem com a sobrevivência do ser humano, pelo que sua cobrança não pode ser desmoralizada. O Judiciário não pode acobertar a tradicional irresponsabilidade masculina em relação aos filhos. Em regra, a simples ameaça de prisão faz aparecer dinheiro, o que é excelente, pois nada há de bom em ordenar a prisão de alguém. Todos devem querer que um dia a Humanidade não mais precise de prisões." (A.I. n°. 595166810, 8a Câm. Civ., Rei. Des. Sérgio Gischkow Pereira, j. 23.05.96). 1. Posto isto, com base no § 3º do art. 528 do NCPC, decreto a prisão civil do devedor WELLINGOTN DE SOUZA PINTO, qualificado na inicial, pelo prazo de 30 (trinta) dias ou até que pague o débito atualizado ou as três últimas parcelas quantificadas no peticionamento inaugural, mais as que vencerem no decorrer da demanda, com supedâneo do art. 528, §7º, do CPC e em consonância com a súmula 309 do STJ: "O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem no curso do processo". 2. Determino, ainda, que seja oficiado ao Cartório deste Município, com cópia da presente decisão, para fins do artigo 528, §1º, do CPC: "§ 1o Caso o executado, no prazo referido no caput, não efetue o pagamento, não prove que o efetuou ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuá-lo, o juiz mandará protestar o pronunciamento judicial, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 517". 3. Serve esta decisão como MANDADO DE INTIMAÇÃO E MANDADO DE PRISÃO CIVIL, nos termos do provimento n.º 03/2009 da CJRMB TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. nº 11/2009 daquele órgão correcional. Publicado em gabinete. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Jacundá, 27 de junho de 2019. Jun Kubota Juiz de Direito PROCESSO: 00011063520128140026 PROCESSO ANTIGO: 201210008278 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JUN KUBOTA Ação: Ação de Alimentos em: 27/06/2019 REQUERENTE:N. M. R. REPRESENTANTE:LUANA SOUZA MONTEIRO Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REQUERIDO:JONILSON MOURA RODRIGUES. DESPACHO 1. Retornem os autos à Defensoria Pública para ratificar ou retificar a petição de fl. 60. 2. Em seguida, conclusos ao gabinete com urgência. Cumpra-se. Jacundá, 27 de junho de 2019. Jun Kubota Juiz de Direito PROCESSO: 00045390320198140026 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JUN KUBOTA Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 27/06/2019 REQUERENTE:ALEXSANDRO PEREIRA DA COSTA Representante(s): DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) . DESPACHO Vistos os autos. Recebo a inicial. Defiro a gratuidade processual. Ao Ministério Público para manifestação. Após, retorne ao gabinete. Jacundá, 27 de junho de 2019. Jun Kubota Juiz de Direito PROCESSO: 00011233220168140026 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JUN KUBOTA Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REQUERENTE:VALMIR BATISTA DA SILVA Representante(s): OAB 14547-B - AMANDA OLIVEIRA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 19792A - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando a petição de fls. 191/192 em que a executada concorda com o valor de R$29.175,95 (vinte e nove mil cento e setenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), como incontroverso, bem como a petição de fls. 195, em que a exequente concorda parcialmente com o valor adimplido, contudo requerendo o prosseguimento em relação à multa diária que se consolidou, segundo o autor, em R$20.000,00 (vinte mil reais), adote-se as seguintes providências: 1) Expeça-se Alvará para o levantamento da quantia de R$29.175,95 (vinte e nove mil cento e setenta e cinco reais e noventa e cinco centavos), por se tratar de valor incontroverso; 2) Promova-se a transferência do valor remanescente de R$2.917,59 (dois mil novecentos e dezessete reais e cinquenta e nove centavos) para a conta indicada pela executada (Banco: 237 - Banco Bradesco S/A; CNPJ: 60.746.948/0001-12; Agência: 4040-1; Conta: 0001-9) em razão da inaplicabilidade da multa prevista no art. 523, do CPC, devido à nulidade da intimação; 3) Intime-se o executado para o pagamento da multa diária em razão do descumprimento da decisão liminar de fls.35/36, consolidada no valor de R$20.000 (vinte mil reais) nos termos do art.523, do CPC; 4) Proceda-se a alteração no Sistema Libra para a inclusão do Advogado da executada, Dr. Felipe Gazola Vieira Marques, OAB/PA nº 19.792A, para que todos os atos de comunicação sejam feitos EXCLUSIVAMENTE em seu nome. P.R.I.C. Jacundá-PA, 28 de junho de 2019 JUN KUBOTA Juiz de Direito PROCESSO: 00023349820198140026 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JUN KUBOTA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:WAGNER CESAR DOS REIS AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. DECISÃO 1. Preenchidos os requisitos do art. 41 do CPP e não se verificando, liminarmente, quaisquer das causas de rejeição mencionadas no art. 395 do CPP, recebo a denúncia, nos termos do art. 396 do CPP. 2. Cite-se o(os) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, oportunidade em que poderá alegar tudo o que interessa à defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e

requerendo sua intimação quando necessária; cientifique-se o acusado de que se não constituir advogado será nomeado defensor público para oferecer resposta. Com a resposta, voltem conclusos. 3. Na hipótese de não ser apresentada a resposta no prazo legal, ou se o acusado não constituir advogado, nomeio desde já a Defensoria Pública atuante nesta comarca para oferecê-la no prazo legal, concedendo-lhe vista nos autos. 4. Sem prejuízo, verifico que a publicidade em relação a alguns dos documentos colacionados aos presentes autos, de fato, pode vulnerar a privacidade/intimidade dos denunciados, de modo que, especificamente, quanto aos dados da quebra de sigilo telefônico, a vista permanecerá restrita, exclusivamente às partes e seus advogados. ASSIM, RETIRO O SEGREDO DE JUSTIÇA DOS AUTOS, VIA SISTEMA LIBRA, COM AS RESSALVAS ACIMA DETERMINADAS, DEVENDO OS AUTOS SER ACAUTELADOS EM SECRETARIA. DETERMINO QUE A SECRETARIA PROCEDA AO SEGUINTE: a) CONSIGNAR NA CAPA DOS AUTOS A SEGUINTE ANOTAÇÃO: PUBLICIDADE RESTRITA; b) CERTIFICAR ACERCA DA DATA DA PRISÃO DOS ACUSADOS, BEM COMO O LOCAL EM QUE SE ENCONTRAM CUSTODIADOS. c) Insira o nome do acusado no rol de réus presos provisórios do sistema Libra, se for caso de réu preso; d) Solicite à Central de Distribuição a mudança de característica de autuação de inquérito policial para ação penal no sistema de gerenciamento de processos LIBRA; e) Providencie a identificação visual (tarja, fita ou similar) nos processos em que haja réu preso, réu com prazo prescricional reduzido (menor de 21 anos ou maior de 70 anos) e nos casos de regime de publicidade restrita (sigilosos); f) Junte aos autos certidão de antecedentes criminais do acusado; g) Na hipótese de a Secretaria verificar, por meio da certidão de antecedentes que o acusado responde a processo (s) em outra (s) vara (s), determino a comunicação via e-mail de sua prisão, caso se trate de processo de réu preso; h) Caso o réu não seja encontrado pessoalmente para ser citado, deve a Secretaria realizar pesquisas no INFOPEN (a fim de verificar se o réu se encontra preso) e, em caso negativo, abrir vistas dos autos ao Ministério Público para manifestação quanto a possível novo endereço; i) Sendo negativas as diligências do Ministério Público no sentido de encontrar novo endereço do acusado, deve a Secretaria realizar pesquisa no sistema Libra e, se localizar outro processo a que o acusado responda em outra Comarca do Estado, oficiar requerendo informações sobre o endereço atualizado; j) Somente após o Ministério Público requerer a citação por edital, por não ter logrado êxito em obter novo endereço, e realizadas pesquisas pela Secretaria no INFOPEN e no sistema Libra, tudo devidamente certificado, proceda-se à citação do acusado por edital; k) Efetuada a citação por edital, na forma do item anterior, se o acusado não comparecer nem constituir advogado, certifique-se e mandem os autos conclusos. Jacundá, 28 de junho de 2019. Jun Kubota Juiz de Direito PROCESSO: 00023349820198140026 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JUN KUBOTA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:WAGNER CESAR DOS REIS AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará Vara Única da Comarca de Jacundá DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, Trata-se de pedido de relaxamento de prisão preventiva, formulado por advogado em favor do acusado WAGNER CÉSAR DOS REIS, às fls. 05/09, já qualificado nos autos, por excesso de prazo para o oferecimento da denúncia. Alega o requerente, em síntese, que o requerente foi preso no dia 16/05/2019 e, após a prisão, o inquérito foi concluído e encaminhado ao PARQUET no dia 12/06/2019, sendo que até o dia 25/06/2019 os autos não haviam retornado ao Gabinete, entendendo, desta forma, o constrangimento ilegal, o que torna a prisão ilegal. É o sucinto relato. Fundamento e decido. Entendo que o pedido deve ser indeferido, pelos motivos que passo a expor. Em análise minuciosa dos autos, verifico que não assiste razão à defesa quanto ao excesso de prazo, posto que a denúncia foi ofertada no dia 26/06/2019, recebida e determinado a citação dos acusados para apresentar resposta escrita. Ademais, eventual excesso de prazo deve ser aferido globalmente, não havendo que se falar em revogação da preventiva anteriormente decretada devido a excesso de prazo para propositura da ação, mormente quando já oferecida a denúncia, como é o caso dos autos. Nesse sentido é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E RESPECTIVA ASSOCIAÇÃO. PROSÃO CAUTELAR. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DA CUSTÓDIA. GRAVIDADE CONCRETA. PERICULOSIDADE. ORDEM PÚBLICA. INEXISTÊNCIA DE ILEGALIDADE MANIFESTA. ORDEM DENEGADA. 1. A questão do excesso de prazo na formação da culpa não se esgota na simples verificação aritmética dos prazos previstos na lei processual, devendo ser analisada à luz do princípio da razoabilidade, segundo as circunstancias detalhadas de cada caso concreto. 2. In casu, muito embora o paciente esteja preso desde julho de 2017 (há aproximadamente 8 meses), trata-se de processo que apresenta certa complexidade, tendo em vista a pluralidade de réus e a necessidade de expedição de cartas precatórias. Tal contexto justifica o andamento do feito, que é compatível com as particularidades da causa, não se tributando, pois, aos órgãos estatais indevida letargia. 3. Não é ilegal o encarceramento provisório decretado para o resguardo da ordem pública, em

razão da gravidade concreta dos fatos delituosos, cifrada na grande quantidade de droga apreendida (10 tijolos de maconha, com peso aproximado de 10 quilos). 4. Nesse contexto, indevida a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão, porque insuficientes para resguardar a ordem pública. 5. Ordem denegada. (HC 425508/SP, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, Julgado em 20/03/20189, Dje 27/03/2018) Ressalta-se que desde a prisão do réu WAGNER até a presente data não houve qualquer mudança fática apta a ensejar a revogação da custódia cautelar. Pelo contrário, os requisitos da prisão preventiva encontram-se presentes. Por todo o exposto, indefiro o pedido de revogação de prisão preventiva do acusado WAGNER CÉSAR DOS REIS, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, como garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, sem prejuízo de eventual reanálise futura acerca da custódia cautelar, a teor do art. 316 do Código de Processo Penal. Quanto ao prosseguimento do feito, cumpra-se, com a máxima urgência, a decisão de fl. Retro. Intime-se a Defesa. Cumpra-se. Jacundá, 28 de junho de 2019 Jun Kubota Juiz De Direito PROCESSO: 00036963820198140026 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JUN KUBOTA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 28/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCA DAS CHAGAS PORTELA Representante(s): OAB 14547-B - AMANDA OLIVEIRA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO S/A REQUERIDO:BANCO SEMEAR. 1º Requerido: Banco Bradesco S/A com agência localizada na Av. Cristo Rei, s/n, esquina com a Rua Getúlio Vargas, nessa cidade. 2º Requerido: Banco Semear com endereço na Av. Afonso Pena, nº 3577, 3º andar, bairro Serra, Belo Horizonte-MG. Cep: 30.130-008. DECISÃO Vistos os autos. Recebo a inicial. Defiro a gratuidade processual. Determino o processamento do feito sob rito sumaríssimo, ex vi da Lei 9.099/95. Decreto a inversão do ônus da prova com fundamento no art. 6º, VIII, do CDC, diante da hipossuficiência técnica da requerente. Alega a requerente que ao tentar efetuar uma compra, descobriu que seu nome estava inserido nos serviços de proteção ao crédito, referente a uma suposta inadimplência da parcela vencida em 03/05/2016, no valor de R$ 86,02 (oitenta e seis reais e dois centavos), conforme consta registro nos serviços de proteção ao crédito à fl. 17. Contudo, a dívida foi paga no dia 15/06/2016 no primeiro requerido, conforme comprovante de pagamento à fl. 16. Entretanto, a segunda requerida incluiu seu nome nos serviços de proteção ao crédito, sem qualquer aviso, mesmo estando a dívida paga junto ao primeiro requerido, seu nome permanece negativado. Requer que a segunda requerida providencie a exclusão de seu nome dos serviços de proteção ao crédito e congêneres liminarmente. É o relatório. Fundamento e decido. Entendo pelo deferimento do pedido de antecipação de tutela. Para a concessão da medida de urgência é imprescindível a presença dos requisitos do artigo 300, do Novo Código de Processo Civil: a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No presente caso, em cognição sumária, vislumbro a probabilidade do direito da autora, pois consta nos autos comprovante de pagamento do junto ao Bradesco e mesmo assim, o segundo requerido inseriu o nome da requerente nos serviços de proteção ao crédito. Assim, entendo que diante da vulnerabilidade (inerente às relações de consumo) e hipossuficiência do consumidor em contratos dessa natureza, deve-se dar crédito à afirmação do (a) requerente. Ademais, trata-se de prova negativa, sendo de grande dificuldade para a autora comprovar a referida transação comercial, devendo as partes requeridas, em sua contestação, trazer aos autos documentos que demonstrem a existência da dívida a fim de comprovar a existência da relação jurídica contestada. Da mesma forma, o perigo de dano é evidente, pois são conhecidos por todos os efeitos nefastos de negativação indevida Por outro lado, o deferimento da tutela de urgência não representa perigo de irreversibilidade dos efeitos desta decisão (art. 300, § 3º, CPC), vez que se demonstrar a existência da relação jurídica impugnada, poderá retomar a cobrança da dívida, com todos os encargos advindos da mora. Dessa forma, evidenciados os requisitos legais para a concessão da tutela de urgência, seu deferimento é medida que se impõe. Ante o exposto, defiro o pedido de antecipação de tutela para que o BANCO SEMEAR: a) proceda à exclusão do nome da requerente dos serviços de proteção ao crédito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a citação, relativos ao contrato 051366358, no valor de R$ 86,02 (oitenta e seis reais e dois centavos, até o julgamento final de mérito, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). b) Devem os requeridos comprovarem, até a data da audiência, o cumprimento da medida liminar ora deferida no prazo estabelecido. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 31/10/2019, às 09h00. Intime-se o (a) autor (a) na pessoa de seu advogado (a) (art. 334, § 3º NCPC), pelo DJE. Cite-se e intime-se as partes requeridas para comparecerem ao ato, ficando advertida de que seu não comparecimento ensejará a aplicação dos efeitos da revelia, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor na petição na forma do artigo 20 da Lei nº 9.099/95. Não obtida a conciliação, os réus deverão apresentar na própria audiência resposta escrita ou oral, documentos e testemunhas, devendo a Requerente se manifestar em audiência acerca dos documentos apresentados e apresentar testemunhas para prova do alegado em audiência, independente de intimação. CUMPRA-SE, SERVINDO O

PRESENTE COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇ"O/INTIMAÇ"O E/OU OFÍCIO (PROV. 003/2009 - CJCI). Jacundá, 27 de junho de 2019. Jun Kubota Juiz de Direito PROCESSO: 00036972320198140026 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JUN KUBOTA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 28/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCA DAS CHAGAS PORTELA Representante(s): OAB 14547-B - AMANDA OLIVEIRA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:METAL NOBRE REQUERIDO:CONFEDERACAO NACIONAL DE DIRIGENTE LOGISTAS SPC BRASIL. 1º Requerido: Metal Nobre com endereço na Av. Cristo Rei, s/n, esquina com a Rua Getúlio Vargas, Centro, nesta cidade. 2º Requerido: SPC Brasil - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas com sede localizada na Rua Leôncio de Carvalho, 234, Conj. 131 a 134, bairro Paraíso, São Paulo - SP. Cep: 04.003-010. DECISÃO Vistos os autos. Recebo a inicial. Defiro a gratuidade processual. Determino o processamento do feito sob rito sumaríssimo, ex vi da Lei 9.099/95. Decreto a inversão do ônus da prova com fundamento no art. 6º, VIII, do CDC, diante da hipossuficiência técnica da requerente. Alega a requerente que ao tentar efetuar uma compra, descobriu que seu nome estava inserido nos serviços de proteção ao crédito, referente a uma suposta dívida vencida em 25/07/2018, no valor de R$ 453,00 (quatrocentos e cinquenta e três reais), conforme consta registro nos serviços de proteção ao crédito à fl. 16. Contudo, afirma a requerente que nunca houve nenhuma relação comercial com a primeira requerida e mesmo assim teve seu nome inscrito nos serviços de proteção ao crédito pela segunda requerida a pedido da primeira requerida. Narra ainda que objetivando limpar o seu nome, tentou de todas as formas a emissão do boleto, mas não teve sucesso e seu nome permanece negativado. Requer que as requeridas providenciem a exclusão de seu nome dos serviços de proteção ao crédito e congêneres liminarmente. É o relatório. Fundamento e decido. Entendo pelo deferimento do pedido de antecipação de tutela. Para a concessão da medida de urgência é imprescindível a presença dos requisitos do artigo 300, do Novo Código de Processo Civil: a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No presente caso, em cognição sumária, vislumbro a probabilidade do direito da autora, pois afirma que nunca teve relação comercial com a primeira requerida, empresa na qual solicitou à segunda requerida que inscrevesse o nome da requerente nos serviços de proteção ao crédito, isentando assim, a segunda requerente de culpabilidade. Assim, entendo que diante da vulnerabilidade (inerente às relações de consumo) e hipossuficiência do consumidor em contratos dessa natureza, deve-se dar crédito à afirmação da requerente. Ademais, trata-se de prova negativa, sendo de grande dificuldade para a autora comprovar que não efetuou nenhuma transação comercial, devendo a primeira requerida, em sua contestação, trazer aos autos documentos que demonstrem a existência da dívida a fim de comprovar a a relação jurídica contestada. Da mesma forma, o perigo de dano é evidente, pois são conhecidos por todos os efeitos nefastos de negativação indevida Por outro lado, o deferimento da tutela de urgência não representa perigo de irreversibilidade dos efeitos desta decisão (art. 300, § 3º, CPC), vez que se demonstrar a existência da relação jurídica impugnada, poderá retomar a cobrança da dívida, com todos os encargos advindos da mora. Dessa forma, evidenciados os requisitos legais para a concessão da tutela de urgência, seu deferimento é medida que se impõe. Ante o exposto, defiro o pedido de antecipação de tutela para que a empresa METAL NOBRE: a) proceda à exclusão do nome da requerente dos serviços de proteção ao crédito no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a citação, relativos à dívida no valor de R$ 453,00 (quatrocentos e cinquenta e três reais), supostamente vendia no dia 25/07/2018, até o julgamento final de mérito, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais). b) Deve o primeiro requerido comprovar, até a data da audiência, o cumprimento da medida liminar ora deferida no prazo estabelecido. Bem como a segunda requerida SPC Brasil - Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas informe o CNPJ e endereço da empresa solicitante da inclusão do nome da autora no referido cadastro, diante da inconsistência da consulta de fls. 17. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 31/10/2019, às 10h00. Intime-se o (a) autor (a) na pessoa de seu advogado (a) (art. 334, § 3º NCPC), pelo DJE. Cite-se e intime-se as partes requeridas para comparecerem ao ato, ficando advertida de que seu não comparecimento ensejará a aplicação dos efeitos da revelia, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor na petição na forma do artigo 20 da Lei nº 9.099/95. Não obtida a conciliação, os réus deverão apresentar na própria audiência resposta escrita ou oral, documentos e testemunhas, devendo a Requerente se manifestar em audiência acerca dos documentos apresentados e apresentar testemunhas para prova do alegado em audiência, independente de intimação. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇ"O/INTIMAÇ"O E/OU OFÍCIO (PROV. 003/2009 - CJCI). Jacundá, 28 de junho de 2019. Jun Kubota Juiz de Direito PROCESSO: 00045000620198140026 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JUN KUBOTA Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 28/06/2019 AUTOR:DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE JACUNDA/PA FLAGRANTEADO:EDILSON MIRANDA COSTA VITIMA:A. C. O. E. . DECISÃO Vistos os autos. Trata-se de pedido de revogação de

preventiva formulado, em audiência de custódia, por advogado, em favor do acusado Edilson Miranda Costa, já qualificado nos autos. O Ministério Público, instado a se manifestar, pugnou pelo indeferimento do pedido. É o relato. Decido. Entendo que o pedido deve ser indeferido, pelos motivos que passo a expor. Com efeito, desde a prisão do denunciado até a presente data não houve qualquer mudança fática apta a ensejar a revogação da custódia cautelar. Pelo contrário, os requisitos da prisão preventiva encontram-se presentes, como já ressaltado na decisão que decretou a prisão preventiva. A Constituição Federal, ao firmar que a regra, num Estado Democrático de Direito, é a liberdade; e a restrição à liberdade é a exceção, previu que ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança (art. 5º, LXVI). Também consagrou o princípio da não culpabilidade ao estatuir que ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória (art. 5º LVII). No caso dos autos, restam demonstradas a existência do crime (materialidade) e indícios suficientes de autoria, bem como que a liberdade do réu oferece risco à garantia da ordem pública. Ressalta-se que é cediço que a prisão preventiva é instrumento de natureza cautelar, visa não apenas a instrumentalidade do processo, mas também proteger a sociedade. O direito a segurança pública é um direito subjetivo que pode ser exigido do cidadão frente ao Estado, e fazendo a leitura equilibrada a luz da proporcionalidade dos Direitos Fundamentais, há perfeitamente a possibilidade da decretação da prisão, a títulos cautelares, onde não há antecipação de culpa, mas sim objetiva à garantia da ordem pública e da proteção da sociedade, diante de práticas de crimes graves. Por fim, o fato do indiciado possuir emprego licito, residência fixa, ser primário e não ter antecedentes criminais são fatos que, por si só, não ensejam a revogação da prisão preventiva, à luz do que já se pacificou na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça: "Primariedade, bons antecedentes, residência fixa e emprego lícito, ainda que comprovados, não possuem, em princípio, o condão de, isoladamente, ensejar a revogação da prisão preventiva, se há elementos suficientes a demonstrar a necessidade do enclausuramento, conforme ocorre, in casu" (STJ. RHC 51073 MS 2014/0220380-5. Relator Ministro JORGE MUSSI. Julgamento: 16 de Outubro de 2014). No mesmo sentido já decidiu reiteradamente o Supremo Tribunal Federal: "A primariedade, os bons antecedentes, a residência fixa e a profissão lícita são circunstâncias pessoais que, de per se, não são suficientes ao afastamento da prisão preventiva". (HC 118171 GO. Relator Min. LUIZ FUX Julgamento 4 de Fevereiro de 2014). Por todo o exposto, indefiro o pedido de revogação de prisão preventiva do acusado Edilson Miranda Costa, com base no art. 312 do Código de Processo Penal, como garantia da ordem pública, sem prejuízo de eventual reanálise futura acerca da custódia cautelar, a teor do art. 316 do Código de Processo Penal. DETERMINO A IMEDIATA TRANSFERÊNCIA DO PRESO PARA AO SISTEMA PENAL, VISTO QUE A DELEGACIA NÃO É ADEQUADA PARA CUSTODIADOS PRESOS PROVISORIAMENTE. Após, aguarde-se a remessa do inquérito policial. Com a juntada do IP, vistas ao MP. Intime-se a Defesa. Ciência ao Ministério Público. Oficie-se à autoridade policial com cópia da presente decisão. CUMPRA-SE. Jacundá, 28 de junho de 2019. Jun Kubota Juiz de Direito PROCESSO: 00045789720198140026 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JUN KUBOTA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:PEDRO ALVES CHAGAS FILHO Representante(s): OAB 27281 - LEANDRO DOS SANTOS FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO:COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO UNIMED BELEM. Requerido (a): Unimed Belém - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda com sede na Trav. Curuzu, 2212, bairro do Marco, Belém -PA. Cep: 66.085-823. DECISÃO. Vistos os autos. Recebo a inicial. Determino o processamento do feito sob rito sumaríssimo, ex vi da Lei 9.099/95. Decreto a inversão do ônus da prova com fundamento no art. 6º, VIII, do CDC, diante da hipossuficiência técnica do requerente. Alega o requerente que é cliente da requerida desde o ano de 2011, após ter se tornado advogado e sempre honrou fielmente todas as mensalidades até que em agosto/2018, foi surpreendido com a informação de que teria sido excluído por débitos relativos aos meses de fevereiro e março/2018, conforme consta email à fl. 20. Contudo, o requerente tentou exaustivamente que a requerida emitisse os boletos pendentes, sem, no entanto, obter êxito, conforme se comprova nos emails enviados à requerida constantes às fls. 24/27. Por fim, argumenta que após 07 (sete) anos de pagamento das mensalidades, de forma absurda e descabida por meio de uma carta eletrônica, foi informando que estava excluído do plano de saúde. Requer que seja restabelecido o plano de saúde liminarmente. É o relatório. Fundamento e decido. Entendo pelo deferimento do pedido de antecipação de tutela. Para a concessão da medida de urgência é imprescindível a presença dos requisitos do artigo 300, do Novo Código de Processo Civil: a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No presente caso, em cognição sumária, vislumbro a probabilidade do direito do autor, pois afirma que tentou exaustivamente que a requerida enviasse o boleto com a finalidade de efetuar o pagamento, mas não teve êxito, conforme se comprova nos autos o que se depreende culpabilidade da requerida. Assim, entendo que diante da vulnerabilidade (inerente às relações de consumo) e hipossuficiência do consumidor em contratos dessa natureza, deve-se dar crédito à

afirmação do (a) requerente que comprovou nos autos insistentemente a emissão dos boletos. Os documentos de fls. 24/27, embora referentes ao ano de 2015, indicam descontinuidade no envio de boletos de pagamentos ocorridos antes dos fatos narrados nestes autos, o que reforça a verossimilhança das alegações do autor. Ademais, trata-se de prova negativa, sendo de grande dificuldade para o autor comprovar as irregularidades, devendo a parte requerida, em sua contestação, trazer aos autos documentos a fim de comprovar a existência da relação jurídica contestada. A negativa da antecipação de tutela poderá causar danos de difícil reparação à parte autora, pois a qualquer momento pode necessitar de assistência médica ofertada pelo plano de saúde e não ser atendido. Por outro lado, o deferimento da tutela de urgência não representa perigo de irreversibilidade dos efeitos desta decisão (art. 300, § 3º, CPC), vez que se demonstrar a existência da relação jurídica impugnada, poderá a requerida realizar os procedimentos cabíveis, com todos os encargos advindos da mora. Dessa forma, evidenciados os requisitos legais para a concessão da tutela de urgência, seu deferimento é medida que se impõe. Ante o exposto, defiro o pedido de antecipação de tutela para determinar que a UNIMED BELÉM - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO LTDA, restabeleça o plano de saúde do requerente, no prazo de 48h00 (quarenta e oito horas), após a intimação desta decisão, até o julgamento final de mérito, sob pena de multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais) para cada dia de descumprimento, até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 31/10/2019, às 11h00. Intime-se o (a) autor (a) na pessoa de seu advogado (a) (art. 334, § 3º NCPC), pelo DJE. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer ao ato, ficando advertida de que seu não comparecimento ensejará a aplicação dos efeitos da revelia, reputando-se verdadeiros os fatos alegados pelo autor na petição na forma do artigo 20 da Lei nº 9.099/95. Não obtida a conciliação, a ré deverá apresentar na própria audiência resposta escrita ou oral, documentos e testemunhas, devendo a Requerente se manifestar em audiência acerca dos documentos apresentados e apresentar testemunhas para prova do alegado em audiência, independente de intimação. CUMPRA-SE, SERVINDO O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇ"O/INTIMAÇ"O E/OU OFÍCIO (PROV. 003/2009 - CJCI). Jacundá, 28 de junho de 2019. Jun Kubota Juiz de Direito PROCESSO: 00077086620178140026 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JUN KUBOTA Ação: Carta Precatória Cível em: 28/06/2019 DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CIVEL COMARCA DE TAILANDIA REQUERENTE:JOANA DE ALMEIDA MELO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERENTE:JOSE BARBOSA MELO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) . DESPACHO. Tendo em vista que o processo ficou paralisado em secretaria, determino o seu cumprimento urgente junto ao Cartório do Único Ofício desta Comarca, servindo a presente como mandado. Após, restitua-se ao Juízo de origem, observadas as formalidades legais. Jacundá, 28 de junho de 2019. Jun Kubota Juiz de Direito PROCESSO: 00083368920168140026 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JUN KUBOTA Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:JENIFER DE BARROS RODRIGUES ARAÚJO REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERIDO:SIMAO ROBISON OLIVEIRA JATENE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ REQUERIDO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ e outros SENTENÇA Vistos os autos, Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA com obrigação de fazer c/c pedido liminar de antecipação de tutela de evidência promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ em face do DEFENSORIA PÚBLICA ESTADO DO PARÁ, JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAUJO, ESTADO DO PARÁ e SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE. O representante do Ministério Público informa que através da portaria nº 191/2016 do GAB/DGP o Defensor Público responsável pelo atendimento à comunidade de Jacundá, RILKER MIKELSON DE OLIVEIRA VIANA, que atendia essa comarca em caráter itinerante, fora removido, deixando, assim a população à pura sorte. Diante da ausência de defensor público, o juízo da comarca oficiou ao Coordenador Regional solicitando um defensor para a comarca. Em resposta, o Coordenador apernas justificou a ausência de defensor em função de questões orçamentárias. Sustentou o autor, ademais, que ausência de defensor público na comarca de Jacundá tem gerado uma sobrecarga de trabalho para a Promotoria de Justiça de Jacundá, além de consideráveis despesas ao Estado do Pará, em razão da nomeação de advogados dativos para atuarem em diversos processos judiciais, impondo ao Estado pagamento de honorários advocatícios. Este juízo entendeu por ocasião do recebimento da inicial, fls. 32-verso, por decidir o pedido liminar após a manifestação do requerido. O Estado do Pará regularmente intimado, apresentou contestação, fls. 66/91 nos seguintes termos: que sendo a Defensoria Pública do Estado do Pará um órgão público dotado de autonomia para decidir sobre a lotação dos defensores públicos no estado, não podendo o poder judiciário interferir e/ou substituir o Defensor- Geral nessa

decisão. Arguiu preliminar de ilegitimidade de partes com relação à Defensora Pública-Geral, JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAUJO e ao, à época, Governador do Estado, SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE. Ademais, o Estado aduziu que por meio da Emenda Constitucional nº 80/2014, art. 98 do ADCT foi concedido o prazo de 08 (oito) anos aos entes federativos para lotação de defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais. O Parquet, em face da contestação, se manifestou às fls. 110/112, requerendo o que segue: a) Desentranhamento da contestação de fls. 64 e seguintes; b) Acatamento das preliminares de ilegitimidade das partes indicadas; c) Deferimento da medida liminar, requerida pelo Parquet; d) Expedição de oficio à Defensoria Pública Geral para que encaminhe aos autos a lista nominal de TODOS os defensores, indicando a respectiva lotação e o critério utilizado para tal. É o relatório. FUNDAMENTAÇÃO Acato a preliminar de ilegitimidade passiva suscitada com relação à Defensora Pública-Geral, JENIFFER DE BARROS RODRIGUES ARAUJO e ao, à época, Governador do Estado, SIMÃO ROBISON OLIVEIRA JATENE. Passo à análise do mérito A Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição Cidadã inovou ao criar uma entidade específica para a defesa dos necessitados, efetivando, finalmente, o princípio constitucional da universalidade da jurisdição. Essa entidade é a Defensoria Pública, que consiste em instituição indispensável à função jurisdicional, sendo importante instrumento de utilidade social e grande interesse público. Ao lado do Ministério Público e da Advocacia Pública, atua no amparo jurídico dos desassistidos, promovendo uma assistência jurídica integral, art. 5º, LXXIV, compreendendo desde a orientação jurídica até a concretização da defesa técnica. Cumpre destacar, que por meio das emendas n° 45/2004 e a n° 74/2013 foram atribuídas às Defensorias autonomia financeira e orçamentária. Diversas garantias foram incorporadas à instituição, entre elas a previsão de um plano de carreira, assim, a Defensoria Pública segue sendo reconhecida como essencial à concretização do acesso à justiça. É entendimento do STF, que no exercício da autonomia, estabelecida no art. 134 da Constituição Federal, cabe à defensoria pública, exercendo sua competência privativa, decidir onde deve lotar os seus defensores. No caso dos autos, o Ministério Público pugna pela lotação de um Defensor Público para atuar exclusivamente na comarca de Jacundá. Ora, à luz do dispositivo do art. 134, § 2º da CF/88 as defensorias estaduais têm autonomia funcional e administrativa. Cumpre destacar, que em 25.02.2019 este juízo foi informado por meio do ofício nº 001/2019 - DP/JACUNDÁ subscrito pela senhora Defensora Pública, RENATA HELENA NUNES ARAÚJO, que esta fora designada para atuar em caráter itinerante na comarca de jacundá, nos termos do expediente: " Esta Defensora Pública é designada para atuar na comarca de Marabá, com itinerância para Defensoria Pública de Jacundá, uma semana por mês conforme portaria 040/2019 GAB/DPG de 07 de fevereiro. " Embora o Ministério Público tenha requerido a lotação de Defensor Público em regime de exclusividade para a Comarca de Jacundá, a lotação em caráter itinerante informado no ofício nº 001/2019 - DP/JACUNDÁ exaure o objeto da ação. Fundamento: A autonomia funcional, administrativa e financeira da Defensoria Pública, insculpida na Constituição Federal de 1988, não autoriza o Poder Judiciário, imiscuir-se em assuntos organizacionais da Defensoria Pública. Trata-se de mérito administrativo da r. Instituição decidir a periodicidade em que atuarão os seus membros nas comarcas, devido às restrições orçamentárias informadas para prover todas as comarcas do Estado do Pará. Como o ofício acima indicado somente aportou aos autos após a citação da requerida, impõe-se a extinção do processo com o julgamento do mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC. DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pelo Autor, e extingo o processo com RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 485, I, do Código de Processo Civil. Sem custas. Providências Ciência ao Estado do Pará por meio de seu Órgão de Representação Jurídica; Ciência ao Ministério Público; Havendo interposição de recurso, certifique-se, após conclusos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se; CUMPRA-SE, SERVINDO A PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO E/OU OFÍCIO (PROV. 003/2009 - CJCI). Jacundá, 28 junho de 2019. Jun Kubota Juiz de Direito PROCESSO: 00015817820188140026 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo Administrativo em: REQUERENTE: E. R. B. MENOR: M. G. S. PROCESSO: 00027965520198140026 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: REQUERENTE: E. E. S. S. REQUERIDO: L. G. S. PROCESSO: 00084716720178140026 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: VITIMA: O. E. REPRESENTADO: D. S. B. REPRESENTANTE: M. P. E. P.

COMARCA DE REDENÇÃO

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO

Número do processo: 0801594-84.2018.8.14.0045 Participação: AUTOR Nome: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOROAB: 16837/PA Participação: RÉU Nome: TAIZA NASCIMENTO DE OLIVEIRAATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 ? CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, XXII, do Provimento nº 006/2006 CJRMB/TJE-PA, conjugado com o artigo 82, do CPC, intimem-se a parte requerente para providenciar o recolhimento das custas iniciais remanescentes no prazo de quinze (15) dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Redenção, 28 de junho de 2019. ROBISON MAURILIO DA SILVADiretor de SecretariaMatrícula 51314

Número do processo: 0800086-69.2019.8.14.0045 Participação: AUTOR Nome: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDO LUZ PEREIRAOAB: 147020/SP Participação: RÉU Nome: GILZINETE DA SILVA SANTOSRef. Proc. 0800086-69.2019.8.14.0045 Vistos, etc. Faculto, em 15 dias, o recolhimento das custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. Publique-se. Intime-se. Redenção/PA, 08 de abril de 2019. Leonila Maria de Melo MedeirosJuíza de Direito

Número do processo: 0800661-14.2018.8.14.0045 Participação: AUTOR Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO PEREIRA DE LIMAOAB: 10219/PA Participação: ADVOGADO Nome: DRIELLE CASTRO PEREIRAOAB: 016354/PA Participação: RÉU Nome: ADAO DAS GRACAS LIMAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE REDENÇÃO1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIALNÚMERO DO PROCESSO: 0800661-14.2018.8.14.0045POLO ATIVO:AUTOR: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.POLO PASSIVO:RÉU: ADAO DAS GRACAS LIMA Vistos, etc. A parte autora, em sede de ação de busca e apreensão regida pelo Decreto 911/69, ao atribuir o valor da causa, teve por parâmetro as parcelas vencidas, deixando de observar as prestações vincendas, as quais, por sua vez, integram o débito, em virtude do vencimento antecipado levado a efeito pela mora.Desta feita, o proveito econômico não repousa unicamente sobre o valor atual de causa, de modo que determino a emenda da inicial nesta particularidade, no prazo de 15 dias, a fim de expressar a quantia segundo os contornos acima delineados, recolhendo, por conseguinte, as custas remanescentes, sob pena de indeferimento.Publique-se. Intime-se. Redenção/PA, 9 de abril de 2019. LEONILA MARIA DE MELO MEDEIROSJuíza de direito

PROCESSO: 0001293-51.2010.8.14.0045 AÇÃO DE APOSENTADORIA RURAL POR INVALIDEZ C/C TUTELA ANTECIPADA DA LIDE REQUERENTE: BENVINDO RODRIGUES DE SOUZA ¿ OAB/PA 16.627-A MARCELO TEODORO DA SILVA REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL ¿ INSS **ATO ORDINATÓRIO** Nos termos do Provimento 006/2009 ¿ CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, XXII, do Provimento nº 006/2006 CJRMB/TJE-PA, Intimação do advogado, Dr. MARCELO TEODORO DA SILVA, para devolução dos autos do Proc. nº **0001293-51.2010.8.14.0045**, no prazo de 05 dias, sob pena de busca e apreensão. Redenção, 27 de junho de 2019. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matrícula 124371 ***RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO**

PROCESSO: 00005223120018140045 MAGISTRADO (A)/ RELATOR (A) / SERVENTUÁRIO (A) : JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Ação: Procedimento Comum em 27/06/2019--- REQUERIDO: ANTONIO LUCENA BARROS REPRESENTANTE (s) : OAB 143.946 ¿ ANDRÉ JARDIM VIEGAS PEIXOTO (ADVOGADO) REQUERENTE: MARIA SANTA PINHEIRO OLIVEIRA Representante (s) : OAB 6386-A MIRALDO JUNIOR VILELA MARQUES ATO ORDINATÓRIO Nos termos do artigo 152, VI, do Código do Código de Processo Civil, intime-se o embargado para se manifestar sobre os embargos no prazo de cinco dias. Redenção, 27 de junho de 2019. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matrícula 124371

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO PROCESSO: 00082551520188140045 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ DE SOUZA MATOS JÚNIOR Ação: Processo de Conhecimento em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA DIVINA VILANOVA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 5982 - BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUE (ADVOGADO) REQUERIDO:FAZENDA DO MUNICIPIO DE REDENCAO. CERTIDÃO CERTIFICO que analisando os autos verifiquei que a impugnação à contestação de fls. _____/_____ é tempestiva. CERTIFICO por fim que não existem petições pendentes de juntada. NADA MAIS, Todo o referido é verdade e dou fé. Redenção - Pará, aos 28/06/2019 . Eu, _____), Analista Judiciário da 1ª Vara Cível, que procedi às buscas, digitei, conferi, dou fé, assino e abaixo o Diretor de Secretaria Subscreve. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matricula 124371 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do artigo 152, VI, do Código do Código de Processo Civil, conjugado com artigo 16, inciso II, da Ordem de Serviço nº 001/2018, os autos terão a seguinte movimentação: Intimação das partes, para no prazo comum de cinco (05) dias, dizer se concordam com o julgamento antecipado da lide ou, caso contrário, que especifiquem motivadamente as provas que pretendem produzir e os fatos controvertidos que por meio delas pretendem comprovar. Redenção, 28 de junho de 2019. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matrícula 124371

PROCESSO: 00080831020178140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ DE SOUZA MATOS JÚNIOR Ação: Processo de Conhecimento em: 28/06/2019---REQUERENTE:ELIODO DE JESUS Representante(s): OAB 19301-A - KLLECIA KALHIANE MOTA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUINICIPIO DE PAU DARCO. ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 2º, II do Provimento nº 006/2006 CJRMB/TJE-PA, e considerando a alegação de fato impeditivo, modificativo e extintivo na peça contestatória, fica(m) o(s) autor(es) devidamente intimados a se manifestar(em), no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a contestação (art. 351 do NCPC). Redenção, 28 de junho de 2019. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matrícula 124371

PROCESSO: 00083391620188140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ DE SOUZA MATOS JÚNIOR Ação: Processo de Conhecimento em: 28/06/2019---REQUERIDO:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE REDENCAO REQUERENTE:SONIA MARTINS CIRQUEIRA Representante(s): OAB 49643 - KAROLINE RODRIGUES BATISTA (ADVOGADO) OAB 5982 - BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUE (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO que analisando os autos verifiquei que a impugnação à contestação de fls. _____/_____ é tempestiva. CERTIFICO por fim que não existem petições pendentes de juntada. NADA MAIS, Todo o referido é verdade e dou fé. Redenção - Pará, aos 28/06/2019 . Eu, _____), Analista Judiciário da 1ª Vara Cível, que procedi às buscas, digitei, conferi, dou fé, assino e abaixo o Diretor de Secretaria Subscreve. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matricula 124371 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do artigo 152, VI, do Código do Código de Processo Civil, conjugado com artigo 16, inciso II, da Ordem de Serviço nº 001/2018, os autos terão a

seguinte movimentação: Intimação das partes, para no prazo comum de cinco (05) dias, dizer se concordam com o julgamento antecipado da lide ou, caso contrário, que especifiquem motivadamente as provas que pretendem produzir e os fatos controvertidos que por meio delas pretendem comprovar. Redenção, 28 de junho de 2019. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matrícula 124371

PROCESSO: 00083374620188140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ DE SOUZA MATOS JÚNIOR Ação: Processo de Conhecimento em: 28/06/2019---REQUERIDO:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE REDENCAO REQUERENTE:WELTON RIBEIRO DOS SANTOS Representante(s): OAB 5982 - BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUE (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO que analisando os autos verifiquei que a impugnação à contestação de fls. _____/_____ é tempestiva. CERTIFICO por fim que não existem petições pendentes de juntada. NADA MAIS, Todo o referido é verdade e dou fé. Redenção - Pará, aos 28/06/2019 . Eu, _____), Analista Judiciário da 1ª Vara Cível, que procedi às buscas, digitei, conferi, dou fé, assino e abaixo o Diretor de Secretaria Subscreve. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matricula 124371 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do artigo 152, VI, do Código do Código de Processo Civil, conjugado com artigo 16, inciso II, da Ordem de Serviço nº 001/2018, os autos terão a seguinte movimentação: Intimação das partes, para no prazo comum de cinco (05) dias, dizer se concordam com o julgamento antecipado da lide ou, caso contrário, que especifiquem motivadamente as provas que pretendem produzir e os fatos controvertidos que por meio delas pretendem comprovar. Redenção, 28 de junho de 2019. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matrícula 124371PROCESSO: 00082984920188140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ DE SOUZA MATOS JÚNIOR Ação: Processo de Conhecimento em: 28/06/2019---REQUERIDO:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE REDENCAO REQUERENTE:SILMA DA SILVA CRUZ FEREIRA Representante(s): OAB 5982 - BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUE (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO que analisando os autos verifiquei que a impugnação à contestação de fls. _____/_____ é tempestiva. CERTIFICO por fim que não existem petições pendentes de juntada. NADA MAIS, Todo o referido é verdade e dou fé. Redenção - Pará, aos 28/06/2019 . Eu, _____), Analista Judiciário da 1ª Vara Cível, que procedi às buscas, digitei, conferi, dou fé, assino e abaixo o Diretor de Secretaria Subscreve. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matricula 124371 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do artigo 152, VI, do Código do Código de Processo Civil, conjugado com artigo 16, inciso II, da Ordem de Serviço nº 001/2018, os autos terão a seguinte movimentação: Intimação das partes, para no prazo comum de cinco (05) dias, dizer se concordam com o julgamento antecipado da lide ou, caso contrário, que especifiquem motivadamente as provas que pretendem produzir e os fatos controvertidos que por meio delas pretendem comprovar. Redenção, 28 de junho de 2019. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matrícula 124371PROCESSO: 00082360920188140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ DE SOUZA MATOS JÚNIOR Ação: Processo de Conhecimento em: 28/06/2019---REQUERENTE:ELIANE MARTINS DA SILVA Representante(s): OAB 5982 - BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUE (ADVOGADO) REQUERIDO:FAZENDA DO MUNICIPIO DE REDENCAO. CERTIDÃO CERTIFICO que analisando os autos verifiquei que a impugnação à contestação de fls. _____/_____ é tempestiva. CERTIFICO por fim que não existem petições pendentes de juntada. NADA MAIS, Todo o referido é verdade e dou fé. Redenção - Pará, aos 28/06/2019 . Eu, _____), Analista Judiciário da 1ª Vara Cível, que procedi às buscas, digitei, conferi, dou fé, assino e abaixo o Diretor de Secretaria Subscreve. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matricula 124371 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do artigo 152, VI, do Código do Código de Processo Civil, conjugado com artigo 16, inciso II, da Ordem de Serviço nº 001/2018, os autos terão a seguinte movimentação: Intimação das partes, para no prazo comum de cinco (05) dias, dizer se concordam com o julgamento antecipado da lide ou, caso contrário, que especifiquem motivadamente as provas que pretendem produzir e os fatos controvertidos que por meio delas pretendem comprovar. Redenção, 28 de junho de 2019. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matrícula 124371PROCESSO: 00083175520188140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ DE SOUZA MATOS JÚNIOR Ação: Processo de Conhecimento em: 28/06/2019---REQUERIDO:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE REDENCAO REQUERENTE:DIANA FERREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 5982 - BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUE (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO que analisando os autos verifiquei

que a impugnação à contestação de fls. _____/_____ é tempestiva. CERTIFICO por fim que não existem petições pendentes de juntada. NADA MAIS, Todo o referido é verdade e dou fé. Redenção - Pará, aos 28/06/2019 . Eu, _____), Analista Judiciário da 1ª Vara Cível, que procedi às buscas, digitei, conferi, dou fé, assino e abaixo o Diretor de Secretaria Subscreve. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matricula 124371 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do artigo 152, VI, do Código do Código de Processo Civil, conjugado com artigo 16, inciso II, da Ordem de Serviço nº 001/2018, os autos terão a seguinte movimentação: Intimação das partes, para no prazo comum de cinco (05) dias, dizer se concordam com o julgamento antecipado da lide ou, caso contrário, que especifiquem motivadamente as provas que pretendem produzir e os fatos controvertidos que por meio delas pretendem comprovar. Redenção, 28 de junho de 2019. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matrícula 124371PROCESSO: 00083366120188140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ DE SOUZA MATOS JÚNIOR Ação: Processo de Conhecimento em: 28/06/2019---REQUERIDO:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE REDENCAO REQUERENTE:LAURILENE DOS SANTOS SANTANA Representante(s): OAB 5982 - BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUE (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO que analisando os autos verifiquei que a impugnação à contestação de fls. _____/_____ é tempestiva. CERTIFICO por fim que não existem petições pendentes de juntada. NADA MAIS, Todo o referido é verdade e dou fé. Redenção - Pará, aos 28/06/2019 . Eu, _____), Analista Judiciário da 1ª Vara Cível, que procedi às buscas, digitei, conferi, dou fé, assino e abaixo o Diretor de Secretaria Subscreve. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matricula 124371 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do artigo 152, VI, do Código do Código de Processo Civil, conjugado com artigo 16, inciso II, da Ordem de Serviço nº 001/2018, os autos terão a seguinte movimentação: Intimação das partes, para no prazo comum de cinco (05) dias, dizer se concordam com o julgamento antecipado da lide ou, caso contrário, que especifiquem motivadamente as provas que pretendem produzir e os fatos controvertidos que por meio delas pretendem comprovar. Redenção, 28 de junho de 2019. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matrícula 124371PROCESSO: 00082387620188140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ DE SOUZA MATOS JÚNIOR Ação: Processo de Conhecimento em: 28/06/2019---REQUERENTE:ROBERTINA IZABEL DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 5982 - BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUE (ADVOGADO) REQUERIDO:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE REDENCAO. CERTIDÃO CERTIFICO que analisando os autos verifiquei que a impugnação à contestação de fls. _____/_____ é tempestiva. CERTIFICO por fim que não existem petições pendentes de juntada. NADA MAIS, Todo o referido é verdade e dou fé. Redenção - Pará, aos 28/06/2019 . Eu, _____), Analista Judiciário da 1ª Vara Cível, que procedi às buscas, digitei, conferi, dou fé, assino e abaixo o Diretor de Secretaria Subscreve. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matricula 124371 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do artigo 152, VI, do Código do Código de Processo Civil, conjugado com artigo 16, inciso II, da Ordem de Serviço nº 001/2018, os autos terão a seguinte movimentação: Intimação das partes, para no prazo comum de cinco (05) dias, dizer se concordam com o julgamento antecipado da lide ou, caso contrário, que especifiquem motivadamente as provas que pretendem produzir e os fatos controvertidos que por meio delas pretendem comprovar. Redenção, 28 de junho de 2019. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matrícula 124371PROCESSO: 00083409820188140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ DE SOUZA MATOS JÚNIOR Ação: Processo de Conhecimento em: 28/06/2019---REQUERIDO:FAZENDA PUBLICA DO MUNICIPIO DE REDENCAO REQUERENTE:MARIA DAS GRACAS CAMPOS ARAUJO Representante(s): OAB 5982 - BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUE (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO que analisando os autos verifiquei que a impugnação à contestação de fls. _____/_____ é tempestiva. CERTIFICO por fim que não existem petições pendentes de juntada. NADA MAIS, Todo o referido é verdade e dou fé. Redenção - Pará, aos 28/06/2019 . Eu, _____), Analista Judiciário da 1ª Vara Cível, que procedi às buscas, digitei, conferi, dou fé, assino e abaixo o Diretor de Secretaria Subscreve. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matricula 124371 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do artigo 152, VI, do Código do Código de Processo Civil, conjugado com artigo 16, inciso II, da Ordem de Serviço nº 001/2018, os autos terão a seguinte movimentação: Intimação das partes, para no prazo comum de cinco (05) dias, dizer se concordam com o julgamento antecipado da lide ou, caso contrário, que especifiquem motivadamente as provas que pretendem produzir e os fatos controvertidos que por meio delas pretendem comprovar. Redenção, 28 de junho de 2019. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matrícula 124371PROCESSO: 00083383120188140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ DE SOUZA MATOS JÚNIOR Ação: Processo de Conhecimento em: 28/06/2019---REQUERIDO:FAZENDA PUBLICA

DO MUNICIPIO DE REDENCAO REQUERENTE:MARIA DE FATIMA DE SOUSA BARBOSA Representante(s): OAB 5982 - BRENNO DE ARAUJO ALBUQUERQUE (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO que analisando os autos verifiquei que a impugnação à contestação de fls. _____/_____ é tempestiva. CERTIFICO por fim que não existem petições pendentes de juntada. NADA MAIS, Todo o referido é verdade e dou fé. Redenção - Pará, aos 28/06/2019 . Eu, _____), Analista Judiciário da 1ª Vara Cível, que procedi às buscas, digitei, conferi, dou fé, assino e abaixo o Diretor de Secretaria Subscreve. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matricula 124371 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do artigo 152, VI, do Código do Código de Processo Civil, conjugado com artigo 16, inciso II, da Ordem de Serviço nº 001/2018, os autos terão a seguinte movimentação: Intimação das partes, para no prazo comum de cinco (05) dias, dizer se concordam com o julgamento antecipado da lide ou, caso contrário, que especifiquem motivadamente as provas que pretendem produzir e os fatos controvertidos que por meio delas pretendem comprovar. Redenção, 28 de junho de 2019. JOSÉ DE SOUZA MATOS JUNIOR Diretor de Secretaria Matrícula 124371

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE REDENÇÃO

PROCESSO: 00058183520178140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): NILDA MARA MIRANDA DE FREITAS JACOME Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 19/06/2019---REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 143801 - IVO PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:REINALDO DE SOUZA SILVA Representante(s): OAB 21333 - ICARO MACHADO BANDEIRA (ADVOGADO) . Vistos etc. INTIME-SE a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias se manifestar acerca da petição de fls. 41/67. Após, conclusos. Redenção/PA, 19 de junho de 2019. Nilda Mara Miranda de Freitas Jácome Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Redenção/PA

SECRETARIA DA VARA AGRÁRIA DE REDENÇÃO

PROCESSO: 00006216320038140045 PROCESSO ANTIGO: 200310000746 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HAROLDO SILVA DA FONSECA Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 26/06/2019---REQUERIDO:OUTROS REQUERENTE:CELIA ZAGO CARNEIRO Representante(s): RICARDO HENRIQUE QUEIROZ DE OLIVEIRA (ADVOGADO) MAURO CESIO RIBEIRO (ADVOGADO) VINICIUS DE MELO RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:EUDE ALVES SANTIAGO REQUERIDO:CARLOS DO NASCIMENTO REQUERIDO:MARIA DE LOURDES DO NASCIMENTO REQUERIDO:CRESCENCIO ALVES DA COSTA REQUERIDO:CREUZA BRAGA DA CRUZ REQUERIDO:DEUSDETE ALVES DE SOUZA REQUERIDO:APARECIDA PEREIRA DE SOUZA REQUERIDO:DEUSIMAR ALVES DE SOUZA REQUERIDO:WELHA REGINA FERNANDES DE SOUZA REQUERIDO:DOMINGOS ANTONIO DE MELO REQUERIDO:ELIZABETE GUEDES DE MELO REQUERIDO:FRANCISCO JOSE DA SILVA REQUERIDO:ALMERINDA FERNANDES DA SILVA REQUERIDO:GILCLEIDER ALTINO RIBEIRO REQUERIDO:SAMARA PINHEIRO MACHADO REQUERIDO:IOLANDA SOUSA ALVES REQUERENTE:JAIRO MACHADO CARNEIRO Representante(s): OAB 11114 - HILDEBRANDO GUIMARAES BARROS NETO (ADVOGADO) OAB 7911-B - RICARDO HENRIQUE QUEIROZ DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ARASMINO SANTIAGO Representante(s): OAB 10918 - ALVA RINE ALVES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 10976 - RONILTON ARNALDO DOS REIS (ADVOGADO) OAB 5436-B - GERVASIO JOSE CAMILO (ADVOGADO) OAB 22147 - KAMILA BEZERRA DE SOUSA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:RUI CARLOS BARBOSA Representante(s): OAB 3851 - RUI CARLOS SANTOS SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:DENIZE MORAIS BARBOSA Representante(s): OAB 8294 - LOURIVAL PEREIRA DA COSTA (ADVOGADO) OAB 10918 - ALVA RINE ALVES DA SILVA (ADVOGADO) OAB 10976 - RONILTON ARNALDO DOS REIS (ADVOGADO) OAB 5436-B - GERVASIO JOSE CAMILO (ADVOGADO) . D E S P A C H O Intime-se os requeridos para manifestar quanto aos embargos de declaração de fls. 604/609, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 1023 do CPC. Após, vista ao Ministério Público, no mesmo sentido. Após, certifique-se e conclusos para decisão. Redenção-PA, 26 de Junho de 2019. HAROLDO SILVA DA FONSECA Juiz de Direito Titular da 5ª Região Agrária

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA VARA AGRARIA CIVEL DE REDENÇÃO - VARA: VARA AGRARIA CIVEL DE REDENÇÃO

PROCESSO: 00115838420178140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HAROLDO SILVA DA FONSECA Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 27/06/2019---REQUERENTE:ALBA MATTEUCCCI MACIEL Representante(s): OAB 7625-A - MARCELO CARMELENGO BARBOZA (ADVOGADO) OAB 14801-A - ANTONIEL SOUZA RIBEIRO DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 20295 - MAISA MAIA PEDREIRA DE AZEVEDO (ADVOGADO) OAB 25470 - FERNANDA GALATTI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 25616 - NAYARA CAMARA SANTOS OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:ANGEL MATTEUCCI MACIEL REQUERENTE:ANE MATTEUCCI REQUERIDO:MARCILENE NEUBANER BARBOSA REQUERIDO:DESCONHECIDOS REQUERIDO:MAYCO DOUGLAS DA SILVA E SILVA REQUERIDO:RODRIGO GOMES DA COSTA REQUERIDO:ARMANDO ROCHA DE SOUSA REQUERIDO:RUTH DO NASCIMENTO PEREIRA REQUERIDO:NILTON DE SOUSA BUCHER REQUERIDO:ASSOCIACAO DOS MORADORES E PRESERVADORES DA FAUNA FLORA E SOLO PORTO DAS BANANINHAS Representante(s): OAB 8225-A - PAULO RICARDO ROTT BRAZEIRO (ADVOGADO) . PROCESSO nº 00115583-84.2017.814.0045 DESPACHO I - Trata-se de conflito agrário, onde requer uma maior aproximação do magistrado com os fatos e para evitar imbróglio processual em relação a área deste imóvel, tendo em vista que há outros dois feitos conexos e, por ser os argumentos expostos na petição inicial e documentos que a instruem não permissivos, de plano, à apreciação do pedido liminar, nos termos do art. 562, caput, 2ª parte, do novo, CPC, designo a audiência de justificação

para o dia 10.09.2019, às 09h:00min. Deverá a parte autora diligenciar em trazer suas testemunhas à audiência, depositando o rol em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data retro designada, precisando-lhe o nome, profissão, residência e o local de trabalho e, comprovar, para deferimento da liminar, que cumpre com os requisitos do art. 185, parágrafo único c/c e 186, da CF e art. 561, do CPC, por se tratar de matéria que reivindica proteção possessória. II - Considerando que os requeridos já foram citados, intime-os, via patrono constituídos nos autos, através do DJE-PA, a comparecerem, ficando cientes que: poderão apenas formular contraditas e reperguntas às testemunhas do autor, desde que esteja devidamente representado por advogado, não sendo admitida à oitiva, na oportunidade, da testemunha dele, parte ré, que serão ouvidas na fase instrutória, se for o caso; III - Com a finalidade de que se dê ampla publicidade da existência da presente ação e conflito possessório e dos respectivos prazos processuais, determino seja anunciado no jornal de circulação da comarca de situação do imóvel, devendo constar a sua existência, a designação da audiência acima, bem como, os prazos processuais, ainda, a denominação das partes e da propriedade, objeto da lide (fund. art. 554, §3º, do CPC). A parte autora fica na obrigação de requerer a certidão da existência da ação, com as descrições acima, junto a esta Secretaria, para promover tal publicação junto ao jornal local, devendo comprovar nos autos a publicação até a data da audiência; IV - Em atenção o pedido do Ministério Público de fls. 495, expeça-se oficio ao ITERPA e ao INCRA, para que informem se a área litigada é pública federal ou estadual, se houve o regular destacamento do patrimônio público para o particular, bem como, se possuem interesse em integrar a lide. Ainda, oficiem convidando-os para, querendo, comparecer ao ato, como de praxe nessa sede, encaminhando-lhe cópia do necessário da petição inicial e docs. anexos a esta. V - Reiterem pedido de respostas dos ofícios encaminhados ao SIGEO e IBAMA às fls. 251/252, conforme solicitado pelo Parquet, fls. 495. VI - Dê-se ciência ao Ministério Público e ao Defensor Público Agrário, nos termos da lei. VII - Ciência do conflito agrário, mediante ofício/e-mail a Ouvidoria Agrária Regional e Nacional do INCRA e a Ouvidoria Agrária do TJPA, para, querendo, comparecerem ao ato e, representar pela solução pacífica do litígio. P. I. Cumpra-se. Redenção-Pa, 27.06.2019. HAROLDO SILVA DA FONSECA Juiz de Direito Titular da 5ª Região Agrária.

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL AMBIENTAL DE REDENÇÃO - VARA: JUIZADO ESPECIAL AMBIENTAL DE REDENÇÃO
PROCESSO: 01590327520198140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HAROLDO SILVA DA FONSECA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:LOURISMAR CONCEICAO DOS SANTOS VITIMA:A. C. O. E. . DESPACHO Considerando a Manifestação do Ministério Público de fls. 17-v, redesigno audiência de transação penal para o dia 04.09.2019 às 09h00min, nos termos do art. 76 §4 da Lei 9.099/95. Para tanto, expeça-se mandado de intimação, via Oficial de Justiça, para a realização da audiência preliminar, ao autor do fato. Intimem-se. Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público. Redenção - Pará, 27 de junho de 2019. HAROLDO SILVA DA FONSECA Juiz de Direito Titular respondendo pelo JEA

PROCESSO:00097604120188140045, Ação: Imissão na Posse em: 27/06/2019, REQUERENTE: ENERGISA PARA TRANSMISSORA DE ENERGIA I AS, Representante(s): OAB 25783 - ANDRESSA RODRIGUES DE FREITAS (ADVOGADO), OAB 6101 - JURANDYR CAVALCANTE DANTAS NETO (ADVOGADO), OAB 11302 - HELENILSON ANDRADE E SIQUEIRA (ADVOGADO), REQUERIDO:ERICO PAES CANDIDO NETO, REQUERIDO:EURICO ENZO PAES CANDIDO, REQUERIDO: HANNAH PAES CANDIDO. PROCESSO 0009760-41.2018.8.14.0045. SENTENÇA (Homologação de acordo, art. 487, III, do CPC) Trata-se de Ação de Constituição de Servidão Administrativa por utilidade pública com pedido de imissão provisória e de urgência declarada proposta por ENERGISA PARÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA I S.A., já qualificada nos autos em desfavor de:

EURICO PAES CÂNDIDO NETO, EURICO ENZO PAES CÂNDIDO E HANNAH PAES CÂNDIDO, localizado no município de Rio Maria-Pa. Aduz a requerente que celebrou com a UNIÃO, por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, o Contrato de Concessão nº043/2017, cujo objeto é a construção, operação e manutenção das instalações de transmissão caracterizadas no anexo 6-26 do Edital do Leilão nº05/2016. O imóvel da requerida encontra-se inserido na área das instalações de transmissão. Que a agência nacional, no uso de suas atribuições, após aprovação do Ministério de Minas e Energia, publicada do Diário Oficial da União de 22.12.2017, editou a Resolução Autorizativa nº6.777, de 19.12.2017, declarando, em seu art. 1º, de utilidade pública para fins de instituição de servidão administrativa, em favor da autora a área de terra de 45m de largura necessária à passagem da Linha de Transmissão. Faz-se mister suscitar que o empreendimento foi licitado pela União com o objetivo primordial de reforçar o sistema de distribuição de energia elétrica de toda a região envolvida, de modo a garantir um fornecimento eficaz, continuo e de qualidade e atender ao crescimento do consumo da localidade, beneficiando diretamente todos os municípios circunvizinhos, envolvendo grande parcela da população. Fundamento da utilidade pública, o art. 5º, da Lei 3.365/41. A agência nacional de energia elétrica - ANEEL analisando o caso declarou a utilidade pública para fins de servidão administrativa, em favor da demandante, sob as áreas de terras necessárias à passagem da referida linha de transmissão, conforme RES. AUT. Nº6.777/2017. Ao final, pugna a concessionária requestante, com esteio no art. 15 do DEC. LEI 3.365/41 c/c art. 3º, I, da Resolução Autorizativa da ANAEEL, dado o caráter de urgência, seja determinada a imissão provisória na posse, do indigitado bem, objeto da constituição da servidão administrativa, permitindo assim o andamento e agilização da obra; citação da possuidora/proprietária no endereço apontado no preâmbulo e citação por edital do possível proprietário desconhecido, nos termos do art. 256, I, do CPC c/c art. 18 do Dec. Lei 3.365/41 e audiência de conciliação/mediação; Com a inicial vieram os docs. de fls. 19/216. Custas pagas, conforme doc. de fls. 214/216. Depósito Judicial, fls. 218/220. Despacho determinando que o autor emende à inicial, fls. 222. Emenda à inicial, fls. 224/225. Manifestação do Ministério Público, fls. 227/228, no sentido de que seja indeferido o pedido liminar de imissão na posse, visto que, a autora não juntou aos autos o Projeto Individualizado de Trabalho. Despacho deferindo o pedido de encaminhamentos dos processos de servidão administrativa ao Ministério Público para melhor análise, fls. 229. Manifestação do Ministério Público, pugnando pela suspensão do feito, pelo prazo de 60 (sessenta) dias para a empresa elaborar e apresentar o plano individualizado de trabalho; que faça constar se as áreas que sofreram a servidão classificam-se como APP ou qualquer outra espécie; que sejam intimados, juntamente aos requeridos da apresentação do plano; que a parte autora oferte em audiência novos valores, de acordo com o plano; adote meios para informar aos proprietários da área quantos/quais funcionários adentrarão e realizarão o serviço, dentro outros, fls. 232/237. Às fls. 238/242, o autor juntamente com os requeridos, requerem a homologação do acordo. Despacho dando vista ao Ministério Público, fls. 253. Manifestação do Ministério Público, às fls. 254/255, favorável a homologação do acordo, bem como, reiterando os termos do parecer de fls. 232/237. Certidão da UNAJ informando que não há custa pendente de quitação, fls. 257. Relatado. Passo a decidir. Verifica-se dos autos que as partes compuseram, pondo fim ao litígio, juntou documentação suficiente para embasar a transação e a amparar a presente homologação, cujo termo fora devidamente assinado pelas partes. Desta feita, outra conclusão não se pode chegar senão que o pedido de homologação de acordo a fim de extinguir o feito, está devidamente instruído, em relação ao objeto da transação e as partes acordantes. Considerando a disponibilidade dos direitos ora em litígio, tenho por negócio jurídico perfeito o acordo entabulado entre as partes, sendo sua homologação medida que se impõe. Isto posto, HOMOLOGO por sentença a avença estabelecida, comprovada às fls. 238/242, de forma livre entre as partes, a fim de que surta seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência, JULGO EXTINTO o processo com resolução do mérito, em relação aos requeridos, o que faço com espeque no art. 487, III, do CPC/15. Em tempo, expeça-se o Alvará, para levantamento do depósito judicial, conforme solicitado no acordo, (fls. 238/242). Sem custas e despesas judiciais (art. 90, §3º, do CPC). Sem honorários advocatícios. DO PEDIDO DE FLS. 232/237 - No que concerne ao pedido, oriundo do R. do Ministério Público, DEFIRO-O, exceto quanto a suspensão do feito, tendo em vista que as partes acordaram entre si, solicitando a homologação do acordo, restando a suspensão maior prejuízo a estas. Dito isto, intimem a parte autora para providenciar o Plano Individualizado de Trabalho, para fins de organização e execução das obras na propriedade privada, viabilizando assim um mínimo de organização aos proprietários e para evitar futuros litígios coletivos pela posse, casos rotineiros nessa região, num prazo de 60 (sessenta dias), salvo no caso de algumas localidades já estarem no início das operações e execução da obra, ocasião em que deverá ser apresentado de imediato, assim sendo, em até 30 (trinta) dias, sob pena de multa de R$1.000,00, por dia de descumprimento, até o limite do valor da causa. O plano deverá atender os requisitos solicitados às fls. 232/237, (item 2, 3 e 6). Apresentado o Plano, vista ao Ministério Público e as partes. Cientifiquem as

partes, quanto ao encargo do registro às margens da matrícula do imóvel serviente, alusiva a servidão administrativa, a qual ficará a parte requerente responsável e com ônus, tão logo seja realizada a apresentação da documentação necessária pelo requerido, de tudo comprovando nos autos. P. R. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público. Após as cautelas necessárias determinadas, certifiquem e remetam-se os autos ao arquivo. Redenção-Pa, 27 de junho de 2019. HAROLDO SILVA DA FONSECA Juiz de Direito Titular da 5° Região Agrária.

PROCESSO: 00084922520138140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAMILA DA SILVA LOBO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 25/06/2019---REQUERENTE:HONORATO BABINSK FILHO Representante(s): OAB 18689-A - RAFAEL JARDIM VIEGAS PEIXOTO (ADVOGADO) OAB 21217 - FERNANDA DOS SANTOS OLIVEIRA DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 23057-B - ANDRE JARDIM VIEGAS PEIXOTO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAQUIM AMARO DA CONCEIÇÃO E OUTROS REQUERIDO:ARLINDO ANTONIO CONCEICAO SILVA REQUERIDO:MARCILIO GOMES DA SILVA REQUERIDO:FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA DA SILVA REQUERIDO:CELIO ALVES DA SILVA REQUERIDO:AGNALDO LOURENCO DE SOUZA REQUERIDO:MARCIENE DE ABREU LEITE REQUERIDO:FEDERACAO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR DO PARA - FETRAF-PA Representante(s): OAB 10103-A - KALLIL JORGE NASCIMENTO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:RONALDO SILVA DOS SANTOS REQUERIDO:REGINALDO DA SILVA DOS SANTOS REQUERIDO:GENARIO NEVES MIRANDA REQUERIDO:JUVENAL DA SILVA SOUSA REQUERIDO:DEBRAIN SOUSA DA COSTA REQUERIDO:SERGIO MARCIO DA COSTA MACHADO REQUERIDO:FRANCISCO TAVARES SOUSA FILHO REQUERIDO:WILSON CARDOSO DOS SANTOS REQUERIDO:URIAS DA SILVA REIS REQUERIDO:WILSON SOUSA DO NASCIMENTO REQUERIDO:EDVAN LEANDRO DA SILVA REQUERIDO:ROSA COSTA DO NASCIMENTO REQUERIDO:MARIA JUDIT ALVES PEREIRA REQUERIDO:CARLOS ALVES PEREIRA REQUERIDO:MARINALVA SOUSA CHAVES REQUERIDO:DOUGLAS DE SOUSA CHAVES REQUERIDO:ALDEMIR DA SILVA REIS REQUERIDO:NIQUELINA AZEVEDO DA SILVA REQUERIDO:ELIZA PEREIRA DA COSTA REQUERIDO:MARIO INACIO DA COSTA REQUERIDO:JOAO NUNES DE SOUZA REQUERIDO:JOAO CARNEIRO DE SOUZA REQUERIDO:ROBERTO CARLOS MATOS RIBEIRO REQUERIDO:VALMIR CORDEIRO FLORENTINO REQUERIDO:REGINALDO PEREIRA DA SILVA REQUERIDO:NILSON PEREIRA BRITO REQUERIDO:EVANDRO DE CASTRO DA SILVA REQUERIDO:APARECIDA DE ALMEIDA ALVES REQUERIDO:MARIA EDITE DE JESUS SILVA REQUERIDO:JOSE VILAR RODRIGUES DA SILVA REQUERIDO:ANTONIO BEZERRA DE SOUSA REQUERIDO:OSMAR GONCALVES DE ALMEIDA REQUERIDO:CLAUDINO TAVARES DE LIMA REQUERIDO:MARIA ARAUJO SILVA REQUERIDO:ANTONIO PEREIRA DA SILVA REQUERIDO:IVAN ANTONIO DE SOUZA REQUERIDO:LOURIVETE DE SOUSA ALMEIDA REQUERIDO:RAIMUNDA NUNES DA SILVA REQUERIDO:JOZICLEIA ALVES DOS REIS REQUERIDO:JOAO ALVES DA SILVA REQUERIDO:CARLOS MORENO DE MOURA SOUSA REQUERIDO:FRANCISCO PEREIRA DA SILVA REQUERIDO:ASSOCIACAO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NOVA VITORIA PAU DARCO PA Representante(s): OAB 7526-B - JOSE VARGAS SOBRINHO (ADVOGADO) OAB 16594-B - JOSE VARGAS SOBRINHO JUNIOR (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE REDENÇÃO CERTIDÃO/DECLARAÇÃO **TERMO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA E CONCILIAÇ¿O PROCESSO: 0008492-25.2013.814.0045 Requerente:** HONORATO BABINSKI FILHO **Requeridos:** MANOEL GOMES PEREIRA e outros. Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (2019), nesta cidade e Comarca de Redenç¿o, Estado do Pará, às 12h40min, na sala de audiências da Vara Agrária de Redenç¿o, presente o Exmo. Dr. **HAROLDO SILVA DA FONSECA** , Juiz de Direito respondendo pela 5ª Regi¿o Agrária, sediada na cidade e Comarca de Redenç¿o, comigo, Assessora do Juiz, nomeada para o ato, ao final assinada, presente ainda, os estagiários de direito, Débora da Mota Zankanol, RG 67624555 PC/PA, Edilson Martins da Rocha Filho, RG 6548120 PC-PA, Jhonatan Alves Neiva, CPF 950.935.672-72 e Pedro Horácio A. Viana Felipe de Souza, CPF 026.720.462-04. Feito o preg¿o de praxe. **PRESENTE** o advogado da parte autora, Dr. **ANDRÉ JARDIM VIEGAS PEIXOTO**, ausente o autor. **PRESENTE os requeridos:** 1º - DOMINGOS PROCOPIO DA SILVA, CPF Nº 217.284.021-15; 2º - JO¿O MATEUS DE ARAÚJO, CPF Nº 135.773.101-97; 3º - ELIANE

DE OLIVEIRA SANTOS BATISTA, CPF Nº 745.330.452-00; 4º - LESIANE BUENO DE OLIVEIRA, CPF Nº 910.868.682-34; 5º - IVANILDES APARECIDA DA TRINDADE, RG Nº 2918493 PC/PA; 6º - ZULEIDE BRITO DOS ANJOS, RG Nº 2211960 PC/PA; 7º - ZILDA DE BRITO TELES, CPF Nº 426.477.112-91; 8º - JO¿O BATISTA ALVES DA SILVA, CPF Nº 471.246.012-15; 9º - LEOMAR ALVES DA SILVA, CPF Nº 298.065.772-72; 10º - DAYANE DOS SANTOS SILVA, RG Nº 2231530-6 SSP/MT; 11º - ADAILTON DIVINO FERREIRA DA CONCEIÇ¿O, RG Nº 2918329 SSP/PA; 12º - MARCOS SOUZA DA SILVA, RG Nº 6650126 PC/PA; 13º - MANOEL DIAS DOS SANTOS, CPF Nº 637.446.192-49; 14º - MARCILENE BUENO DE OLIVEIRA, RG Nº 4756546 PC/PA; 15º - BONFIM PEREIRA DA SILVA, RG Nº 4829093 PC/PA; 16º - VALMIR CORDEIRO FLORENTINO, RG Nº 3463645 PC/PA; 17º - RONILSON VILA DE SOUZA, CPF Nº 708.006.692-15; 18º - ARTENIZIA MARQUES PEREIRA, RG Nº 4453443 PC/PA; 19º - GIOVANNI SANTOS NASCIMENTO, RG Nº 4432809 PC/PA; 20º - MARLOS AZEVEDO DE MACEDO, CPF Nº 686.081.282-68; 21º - WESLEY PEREIRA DA SILVA, CPF Nº 674.451.792-91; 22º - PEDRO JOEL ANTUNES DOS SANTOS, RG Nº 2958120 SSP/PA; 23º - TEODORICO ALEIXO DA SILVA, CPF Nº 297.161.522-72; 24º - JOSUE PEREIRA DA CRUZ, CPF Nº 039412172-40; 25º - SANDOVAL FERREIRA DA CRUZ, RG Nº 5559531 PC/PA; 26º - JUVENIL DA SILVA SOUSA, CPF Nº 764.538.553-72; 27º - EDINA PEREIRA DA CRUZ SILVA, RG Nº 5336050 PC/PA; 28º - GECILENE BENTO DOS SANTOS, CPF Nº 617.348.702-06; 29º - LAUANE ARAUJO SILVA, CPF Nº 039.418.832-24; 30º - SAMUEL PEREIRA DA CRUZ, RA 280302126402; 31º - JOSÉ LINDOLFO CABRAL DE FRANCA, CPF Nº 462.729.924-91; 32º - ANTÔNIO DE SOUZA REIS, RG Nº 4808621 PC/PA; 33º - MAIK SANTOS GOMES, RG Nº 6559722 PC/PA; 34º - VALDIGENE RODRIGUES DA SILVA, CPF Nº 455262732-53; 35º - AURINDO ALVES DAMASCENA, RG Nº 6305046; 36º - MANOEL MARCELINO DA SILVA, CPF Nº 328.333.852-34; 37º - FERNANDO DOS SANTOS ARAÚJO, CPF Nº 743.110.851-68; 38º - BEATRIZ GOMES DA SILVA, RG Nº 2971319 SSP/PA; 39º - ROSINEY RABELO GOUVEA, RG Nº 4007518 PC/PA; 40º - ELIETE COSTA SOUSA, RG Nº 4568748 PC/PA; 41º - APARECIDA DE ALMEIDA ALVES, CPF Nº 716.347.032-00; 42º - MARIA LUZIA DA SILVA LIMA, RG Nº 1.003.255 SSP/TO; 43º - ANTÔNIO INÁCIO LIMA, RG Nº 1.006.712 SSP/TO; 44º - EDMILSON RODRIGUES DA SILVA, CPF Nº 579.509.702-00; 45º - ROSIMAR COSTA RODRIGUES, RG Nº 4635010 PC/PA; 46º - JOSÉ MARCOS DA COSTA, CPF Nº 462.462.584-68, 47º MANOEL GOMES PEREIRA, CPF 822.388.202-72**,** representados pela Associaç¿o Jane Júlia e Associaç¿o Nova Vitória**,** acompanhado do advogado, **DR. JOSÉ VARGAS SOBRINHO JUNIOR, OAB/PA 16.594B e da Dra. JAMYLA PERIERA DE CARVALHO, OAB-PA 19.445**, presente ainda as autoridades: CEL SIM¿O SALIM JUNIOR, PM/PA, Comandante de Miss¿es Especiais; Dr. VALCINEY FERREIRA GOMES, representante do INCRA; Dr. WELLINGTON BEZERRA DA SILVA, representante da Ouvidoria Agrária do INCRA; Dr. DAVI JACOBS DE SOUZA, representante da Polícia Federal; DR. ROGÉRIO FELIPE ZACHARIAS, Defensor Público; Dr. FREDSON PEREIRA DA SILVA, Prefeito Mul. De Pau D¿Arco-Pa. **PRESENTE** o representante do Ministério Público, **Dr. LEONARDO JORGE LIMA CALDAS**. **AUSENTES** os representantes do ITERPA, Conselho Tutelar, Bombeiros e Celpa. Aberta a audiência, o MM. Juiz advertiu as partes sobre a possibilidade de acordo, para desocupaç¿o pacífica da área. **Pela ordem foi dada a palavra aos representantes do INCRA: ¿**manifestaç¿o em mídia**¿. O MM. Juiz indaga ao representante do INCRA, sobre a área de mata, caso seja devastada, às perguntas respondeu:** ¿gravaç¿o em mídia¿. **Dada a palavra ao Ministério Público, o representante do INCRA, as perguntas respondeu: ¿**depoimento em mídia**¿. Dada a palavra ao advogado da parte requerida: ¿** manifestaç¿o em mídia**¿. Dada a palavra ao advogado da parte autora: ¿**manifestaç¿o em mídia**¿. Pela ordem, o rep. do Ministério Público, manifesta nos seguintes termos: ¿**Requer a suspens¿o da ordem de cumprimento da liminar, conforme fundamentaç¿o em mídia.**¿ Dada a palavra ao advogado da parte requerida: ¿**manifestaç¿o em mídia¿. **Defensoria Pública, manifestaç¿o em mídia**. Dada a palavra a advogada da Comiss¿o Pastoral da Terra: ¿manifestaç¿o em mídia¿. **O MM. Juiz relata que recebeu, via e-mail, manifestaç¿es de várias pessoas, solicitando a suspens¿o da liminar.** Em seguida, **O MM. Juiz passou a seguinte DELIBERAÇ¿O: ¿**Considerando o pedido de suspens¿o da liminar solicitado pela parte autora e pelo rep. do Ministério Público, e tendo em vista o lapso temporal havido entre a propositura da aç¿o e o esbulho, acolho o parecer ministerial, para suspens¿o do pedido liminar até a realizaç¿o da inspeç¿o judicial, a qual fixo como data **08.08.2019, às 7horas**, nos termos do art. 481 e ss. do CPC, com saída prevista da equipe na mesma data e retorno no dia 09.08.2019, a depender da extens¿o da área a ser percorrida, para verificar ainda a real situaç¿o do imóvel, relaç¿o fática dos ocupantes e o imóvel, quest¿es ambientais e cumprimento da funç¿o social do imóvel, pelos ocupantes. Para diligência, oficiem ao Município de Pau D¿Arco, para providenciar um plano de assistência às famílias, caso haja necessidade de desocupaç¿o, posteriormente, devendo informar se detém veículos, alimentos e suporte para traslado destas. Para diligência acima, oficiem a SEMMA, da localidade do imóvel, para indicar membro que possa participar da diligência e realizar relatório, no prazo

de 15 (quinze) dias, sobre a existência e quantidade de área de mata, reserva legal e app¿s, no imóvel. OFICIEM, ainda ao INCRA para designar, no prazo de 10 (dez) dias um técnicos com GPS, para acompanhar a inspeç¿o, a fim de identificar com precis¿o as coordenadas geográficas da fazenda e identificar a localizaç¿o dos acampados, e informar ao Juízo, no mesmo prazo o andamento do processo administrativo de aquisiç¿o do imóvel. Oficiem, ainda, ao Comando da Polícia Militar, para disponibilizar uma viatura com contingente suficiente para acompanhar a equipe judiciária, na inspeç¿o judicial, garantindo a ordem e a efetivaç¿o da diligência. Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública, para querendo possam acompanhar esta equipe. Oficiem, a Corregedoria de Justiça do TJPA e a do INCRA, para ciência desta e comparecer, querendo. A secretaria para solicitar ½ (meia) diária, junto ao setor competente, para equipe judiciária, composta pelo Juiz, a assessora do juiz e oficial de justiça, considerando o deslocamento para fora da sede da comarca. Parte autora, fica neste ato intimada para recolher o pagamento das custas, para diligências acima, no prazo de 05 (cinco) dias. Ficando ciente as partes que, após realizada a inspeç¿o judicial, será apreciado a permanência ou n¿o da suspens¿o da liminar.¿ Nada mais havendo, o MM. Juiz mandou encerrar o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, ..., Analista Judiciário/Assessora do Juiz, o digitei. **HAROLDO SILVA DA FONSECA** Juiz de Direito Titular da 5ª Regi¿o Agrária MINISTERIO PÚBLICO: AUTORIDADES PRESENTES: CEL SIM¿O SALIM JUNIOR, PM/PA: Dr. VALCINEY FERREIRA GOMES: Dr. WELLINGTON BEZERRA DA SILVA: Dr. DAVI JACOBS DE SOUZA: DR. ROGÉRIO FELIPE ZACHARIAS, Defensor Público: Dr. FREDSON PEREIRA DA SILVA, Prefeito Mul. De Pau D¿Arco-Pa: Autor: Adv. do autor: Adv. Requeridos: REQUERIDOS:

PROCESSO: 00084922520138140045 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CAMILA DA SILVA LOBO CERTIFICO e dou fé, a pedido verbal da parte interessada e para os devidos fins, que em data de 25.06.2019, fora realizada audiência pública para desocupação, na sede deste fórum, tendo os requeridos e o r. do ministério do público, solicitado a suspensão da liminar, sendo a parte autora, através de seu patrono, contrário ao pedido de suspensão, conforme manifestação em mídia, fls. 735, cuja audiência fora realizada por meio de audiovisual/gravada. Certifico, ainda, que por um equívoco na digitação, constou na deliberação ¿parte autora¿ como solicitante da suspensão. Nada mais. Dou fé e assino. Redenção, Pará, 27.06.2019 CAMILA DA SILVA LOBO - MAT. 109738 Assessora do Juízo

RESENHA: 24/06/2019 A 24/06/2019 - SECRETARIA DA VARA AGRARIA CIVEL DE REDENÇÃO - VARA: VARA AGRARIA CIVEL DE REDENÇÃO
PROCESSO: 00021901420088140017 PROCESSO ANTIGO: 200810020137 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HAROLDO SILVA DA FONSECA Ação: Retificação de Registro de Imóvel em: 24/06/2019---REQUERIDO:EDMILSON DANTAS SANTANA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (CURADOR) REQUERENTE:MIGUEL FERNANDO TANNURI Representante(s): OAB 4867 - JOSE DANIEL OLIVEIRA DA LUZ (ADVOGADO) OAB 145310 - WILQUEM MANOEL NEVES FILHO (ADVOGADO) OAB 238647 - GEOVANA PIANTA (ADVOGADO) OAB 20870-B - DANNIELLY LUCENA DA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:SONIA MARIA DE PAULA Representante(s): OAB 11780-A - CARLOS EDUARDO GODOY PERES (ADVOGADO) REQUERIDO:LUCIO ANTONIO GODOY Representante(s): OAB 6386 - MIRALDO JUNIOR VILELA MARQUES (ADVOGADO) REQUERIDO:OMAR ROQUE DE JESUS Representante(s): OAB 11780-A - CARLOS EDUARDO GODOY PERES (ADVOGADO) . PROCESSO: 0002190-14.2008.814.0017 DECISÃO Considerando que trata-se de ação de anulação de escritura pública de compra e venda e anulação de procuração pública c/c reintegração de posse cujo feito encontra-se saneado às fls. 542/554, com as provas já especificadas/delimitadas. E, tendo em vista que não restou fundamentado a necessidade de expedição de ofícios aos órgãos públicos, indicado às fls. 251/252, INDEFIRO o pedido do Ministério Púbico, (fls. 848/849), nos termos do art. 370, p. único, do CPC.

Ademais, consta dos autos quanto a localização do imóvel os docs. de fls. 157/159 e, quanto a titularidade, constam nos autos certidão de matricula e cadeia dominial do imóvel fls. 487, o que presume-se ser o imóvel privado, ante a fé pública dos documentos anexados, sendo o interesse público, restrito

apenas aos atos registrais afetados, não havendo demanda social pela posse do imóvel. Posto isto, dando impulso oficial, haja vista que o feito trata-se de meta-02, dê-se vista, novamente, ao Ministério Público para manifestar quanto ao negócio jurídico entabulado, às fls. 848/849, e seus efeitos, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias. P. I. Cumpra-se. Redenção, 24.06.2018 HAROLDO SILVA DA FONSECA Juiz de Direito Titular da 5ª Região Agrária

RESENHA: 19/06/2019 A 19/06/2019 - SECRETARIA DA VARA AGRARIA CIVEL DE REDENÇÃO - VARA: VARA AGRARIA CIVEL DE REDENÇÃO
PROCESSO: 00021138720078140017 PROCESSO ANTIGO: 200710021318 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): HAROLDO SILVA DA FONSECA Ação: Demarcação / Divisão em: 19/06/2019---REQUERIDO:RONES NUNES DA SILVA REQUERENTE:APARECIDO BENEDITO DA SILVA Representante(s): OAB 25384 - NATANIELMA MARTINS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 25470 - FERNANDA GALATTI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 25458 - FAGNO AMORIM RIBEIRO (ADVOGADO) KALLIL JORGE NASCIMENTO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:RAFAEL MIRANDA LUZ REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERENTE:EDNALVA FERRO RODRIGUES ROCHA SILVA Representante(s): OAB 19715 - PAULO DANTAS DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 25384 - NATANIELMA MARTINS DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:ISRAEL HERCULES OLDAKOSKI Representante(s): OAB 14227-A - LUIZ ADRIANO ARTIAGA DA ROSA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANGELA MARIA LIMA NERYS DOS SANTOS Representante(s): OAB 9122-B - VERA LUCIA LIMA NERYS GOMES (ADVOGADO) OAB 20161 - LUCIANO LIMA NERYS DE SA (ADVOGADO) OAB 9970-B - ANA MARIA LIMA NERYS (ADVOGADO) REQUERIDO:AROLDO VICENTE OLDAKOSKI. PROCESSO 0002113-87.2007.814.0017 Fixação das provas - complementar a decisão de fls. 198/204. Visto etc. Intimadas as partes para manifestarem quanto a produção das provas, às fls. 205/208, somente a Defensoria Pública, no papel de curadora especial requereu, às fls. 210, depoimento pessoal das partes, oitiva de testemunhas e prova pericial. Do compulsar dos autos constata-se que trata-se de pedido de declaração de falsificação de documentos que teria supostamente ocasionado fraude junto ao registro público de imóveis, o que dificulta assim a produção de prova testemunhal para comprovação desta finalidade, razão pela qual, indefiro a oitiva de testemunhas. Do depoimento pessoal dos autores, defiro, para o que devem ser pessoalmente intimados a comparecerem na audiência a ser designada, devendo constar no respectivo mandado a advertência de que se presumirão confessados os fatos contra eles alegados, caso não compareçam ou, comparecendo, se recusem a depor. Em relação a realização de perícia, tenho como meio de prova mais condizente e efetivo para se apurar os pontos controvertidos já fixados, em especial a ¿falsificação¿ de procuração particular e/ou pública apresentada e/ou ¿confeccionadas¿ junto ao CRI de Pau D¿Arco-Pa, conforme docs. de fls. 19/20. Diante disto, em complementação a decisão saneadora, conforme art. 357, II, segunda parte, do NCPC e diante das razões acima, determino:
I - A realização de perícia formalizada em atenção ao preceituado no §8º do artigo 357 do CPC, passando a observar o disposto no artigo 465 também do CPC/15. Razão pela qual, nomeio o Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, para os devidos fins. II - Desta feita, proceda-se com a perícia grafotécnica para avaliar a alegada falsidade das assinaturas dos requerentes apostas na procuração particular apresentada junto ao cartório de Pau DArco-PA. III - Para a viabilização da prova técnica, determino a intimação dos requeridos ISRAEL HERCULES OLDAKOSKI e AROLDO V. OLDAKOSKI, para juntar aos autos: duas cópias autenticadas do Procuração que lhes fora apresentada no ato para lavratura da Escritura Pública e duas cópias da página do livro onde fora lavrado a Escritura Pública de Compra e Venda, de fls. 20, no prazo de 15 (quinze) dias. IV - Apresentada justificativa de não apresentação da documentação ou ultrapassado o prazo, certifiquem e retornem os autos imediatamente conclusos. V - De posse da documentação acima, encaminhe-as mediante ofício ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, em sua unidade mais próxima, para que, mediante perito oficial, independentemente de compromisso, possa colher/intimar os autores, Sr. Aparecido Benedito da Silva e Ednalva Ferro Rodrigues Rocha da Silva, para em data e hora, fazer a colheita de suas digitais/grafias e comparar com as dos documentos assinados/enviados, de tudo comunicando este Juízo. VI - Ficam as partes intimadas para querendo, indicar assistentes técnicos e apresentar quesitos, no prazo comum de 05 (cinco) dias, contados da intimação deste. VII - Apresentados os quesitos ou ultrapassado o prazo, oficie-se ao

CPC - RENATO CHAVES, dando-lhe ciência da nomeação, encaminhando o necessário acima (mantendo-se, por cautelar, cópia integral na Secretaria deste juízo), e determinando que informe a data, horário e local da confecção da perícia, bem ainda o valor dos honorários, que deverão ser suportados/rateados entre as partes, assim sendo, 50% para os autores e 50% para os requeridos, salvo se beneficiários da assistência judiciaria gratuita, sobre o que deverão as partes ser intimadas, para pagamento/recolhimento em depósito judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, após a comunicação dos valores. VIII - Caso o perito julgue necessário, para efeito de comparação, a apresentação de documentos existentes em repartições públicas ou o lançamento em folha de papel, por cópia ou sob ditado, de dizeres diferentes, deverá requisitar nos autos antes da designação da data para perícia. IX - Os autores deverão comparecer portando documentos pessoais originais. X - Assinalo ao perito o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da elaboração da prova, que deverá ocorrer em até 90 (noventa) dias, para apresentação do laudo, sobre o qual deverão as partes ser intimadas, deflagrando-se aí o prazo de 10 (dez) dias para os assistentes, querendo, apresentarem seus pareceres. XI - Por ocasião da perícia, deverá o Setor aferir, se possível, através da documentação apresentada se os documentos apresentados no Cartório de Pau D¿Arco-Pa, foram ou não assinados/lavrados pelos requerentes, através das comparações das assinaturas. XII - Nos termos do artigo 95 do Código de Processo Civil, cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado. XIII - Advirto ao perito que o laudo pericial deverá ser elaborado em consonância com o disposto no artigo 473 do Código de Processo Civil, bem como que deverá assegurar aos assistentes das partes o acesso e o acompanhamento das diligências e dos exames que realizar, com prévia comunicação, comprovada nos autos, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias (CPC, artigo 466, § 2º). XIV - Quanto a audiência de instrução e julgamento, deixo para designar após a apresentação do respectivo Laudo, diante da relevância da perícia fixada. INTIMEM-SE AS PARTES E O MINISTÉRIO PÚBLICO, PARA FACULTAR-LHE O EXERCÍCIO DO DIREITO PREVISTO NO ART. 357, § 1º, DO CPC, ASSIM SENDO, PEDIR ESCLARECIMENTOS OU SOLICITAR AJUSTES, NO PRAZO COMUM DE 5 (CINCO) DIAS, ADVERTINDO-AS QUE FINDO O PRAZO A DECISÃO SE TORNA ESTÁVEL. Intime-se o autor para o pagamento das custas processuais intermediárias, para cumprimento das diligências acima, no prazo de 05 (cinco) dias. P. I. Cumpra-se. Redenção- Para, 19/06/2019. HAROLDO SILVA DA FONSECA Juiz de Direito Titular da 5ª Região Agrária

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA AGRARIA CIVEL DE REDENÇÃO - VARA: VARA AGRARIA CIVEL DE REDENÇÃO
PROCESSO: 00021138720078140017 PROCESSO ANTIGO: 200710021318 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): VILENE ADRIANA SOUTO OLIVEIRA Ação: Demarcação / Divisão em: 28/06/2019---REQUERIDO:RONES NUNES DA SILVA REQUERENTE:APARECIDO BENEDITO DA SILVA Representante(s): OAB 25384 - NATANIELMA MARTINS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 25470 - FERNANDA GALATTI DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 25458 - FAGNO AMORIM RIBEIRO (ADVOGADO) KALLIL JORGE NASCIMENTO FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:RAFAEL MIRANDA LUZ REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERENTE:EDNALVA FERRO RODRIGUES ROCHA SILVA Representante(s): OAB 19715 - PAULO DANTAS DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 25384 - NATANIELMA MARTINS DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:ISRAEL HERCULES OLDAKOSKI Representante(s): OAB 14227-A - LUIZ ADRIANO ARTIAGA DA ROSA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANGELA MARIA LIMA NERYS DOS SANTOS Representante(s): OAB 9122-B - VERA LUCIA LIMA NERYS GOMES (ADVOGADO) OAB 20161 - LUCIANO LIMA NERYS DE SA (ADVOGADO) OAB 9970-B - ANA MARIA LIMA NERYS (ADVOGADO) REQUERIDO:AROLDO VICENTE OLDAKOSKI. ATO ORDINATÓRIO Considerando a decisão de fl. 211/213, fica a parte autora devidamente intimada a recolher custas judiciais intermediárias para cumprimento das diligências determinadas, no prazo de 05 (cinco) dias, conforme Provimento Nº 006/2009-CJCI c/c Art. 1º, § 2º, XI, do Provimento Nº 006/2006-CJRMB (guia de recolhimento juntada nos autos à fl. 219). Redenç¿o/PA, 28/06/2019. Vilene Adriana Souto Oliveira Diretora de Secretaria - Mat. 1218-1

SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE REDENÇÃO

Número do processo: 0801799-79.2019.8.14.0045 Participação: RECLAMANTE Nome: CIRENE BARBOSA SANTANA Participação: ADVOGADO Nome: NERO DIEMERSON ALVES SANTANAOAB: 28913/PA Participação: ADVOGADO Nome: RICARDO HENRIQUE QUEIROZ DE OLIVEIRAOAB: 11-B Participação: RECLAMADO Nome: VIVO S.A. Vistos, etc. INTIMESE a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos o extrato completo das faturas questionadas, onde conste os produtos e serviços cobrados no campo ?O QUE ESTÁ SENDO COBRADO?.As contas jungidas trazem somente o valor cobrado, o que é insuficiente para se fazer qualquer avaliação acerca da probabilidade do direito alegado.Escoado o prazo, com ou sem manifestação, certificando-se na última hipótese, volvem os autos conclusos para caixa de urgências. Redenção/PA, 27 de junho de 2.019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito

Número do processo: 0801237-07.2018.8.14.0045 Participação: EXEQUENTE Nome: ELIDISON RODRIGUES FEITOSA Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIA FABIANA MONTEIRO COSTAOAB: 10776/PA Participação: EXECUTADO Nome: FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS MULTSEGMENTOS NPL IPANEMA VI - NAO PADRONIZADO Participação: ADVOGADO Nome: ALESSANDRA DE ALMEIDA FIGUEIREDOOAB: 237754 Participação: ADVOGADO Nome: CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHIOAB: 357590/SPVARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE REDENÇÃO/PAAutos: 0801237-07.2018.8.14.0045 SENTENÇA Trata-se de cumprimento definitivo de sentença que reconheceu a exigibilidade de obrigação de pagar quantia certa.Intimado, o executado promoveu espontaneamente o pagamento da obrigação.Reconhecido o depósito e saque em excesso, a parte autora restituiu o excedente.Decido.A constatação do pagamento resulta de avaliação objetiva do comprovante juntado aos autos pelo executado, cuja higidez comprova a satisfação integral do provimento condenatório.Dessa forma, com fulcro nos arts. 771 e 924, II, ambos do Código de Processo Civil, extingo a presente etapa.Já expedido alvará de levantamento pela parte exequente.No que concerne ao resíduo constante da conta, expeça-se alvará de liberação em favor do executado, a quem fica facultada a indicação de conta bancária para transferência.Sem custas e honorários advocatícios nesta fase e instância.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Remetam-se os autos ao arquivo. Redenção/PA, 27 de junho de 2.019. ERICHSON ALVES PINTOJuiz de Direito

Número do processo: 0003176-94.2014.8.14.0045 Participação: EXEQUENTE Nome: SHIRLEY DE OLIVEIRA RODRIGUES Participação: ADVOGADO Nome: PEDRO CARNEIRO DE SOUSA FILHOOAB: 31PA Participação: EXECUTADO Nome: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PAVARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE REDENÇÃO/PAAutos: 0003176-94.2014.8.14.0045 SENTENÇA Trata-se de impugnação à penhora de ativos financeiros, opostos porBANCO BRADESCO S/A,já qualificado nos autos. O módulo de satisfação do julgado foi deflagrado e a parte executada instada a promover o pagamento espontâneo. Noticiado o não pagamento, foi formalizada a penhora de ativos financeiros de R$5.054,78. Intimado da penhora, o executado opôs a presente impugnação, aduzindo, em suma, excesso na execução. Argumentou ter efetuado o pagamento voluntário logo após o trânsito em julgado do acórdão, mediante depósito de R$4.536,11 (quatro mil, quinhentos e trinta e seis reais e onze centavos), na data de 22/10/2018. Em certidão, a Secretaria deste Juízo confirmou o mencionado depósito e salientou que, na data em que promovido, o valor correto da dívida era de R$4.468,92 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e noventa e dois centavos). Intimados dos cálculos do auxiliar do juízo, o exequente admitiu a tempestividade do pagamento e, portanto, o descabimento da multa de 10%, mas de outra banda requereu que fosse reconhecido como devido todo o montante depositado voluntariamente. O impugnante, por seu turno, pugnou pelo reconhecimento do excesso havido no depósito espontâneo, já que os cálculos apontaram para uma diferença de R$67,19 (sessenta e sete reais e dezenove centavos), bem ainda na penhora de ativos financeiros, promovida após o pagamento voluntário, requerendo, ao final, a restituição do excedente. Sendo este o relato do essencial, passo à prolação da decisão. Perscrutando cuidadosamente os autos e todo o ocorrido na fase de cumprimento,

verifico que as razões do impugnante merecem total acolhida. Com efeito, as contas da Secretaria do Juízo revelaram que o pagamento voluntário efetuado em 22/10/2018 foi feito a maior, no exato importe de R$67,19, e os demais documentos jungidos pelo réu comprovaram que o adimplemento integral da dívida se deu no prazo legal e, portanto, em momento anterior à constrição. Cumpre pontuar, notadamente com o escopo de rejeitar a pretensão do exequente, que o recebimento de quantia além da estritamente devida, ainda que tenha sido proveniente de iniciativa voluntária do executado, o qual, tão logo sabedor da diferença, cuidou em verbalizar a intenção de restituir, configura enriquecimento sem causa, que não pode ser referendado ou tolerado pelo Judiciário, pelo que não há que se falar em liberação de importância que supera a dívida. É preciso ressaltar, outrossim, que a parte autora não apresentou razões para contestar os cálculos da Secretaria, mas apenas se limitou a postular a liberação do total, o que, como já dito alhures, não se apresenta possível. Afastada tal possibilidade, importa registrar, para definição dos valores corretos, que, de acordo com a planilha do auxiliar do juízo, do total depositado espontaneamente pelo réu (R$4.536,11) 98,51% eram devidos, de modo que o restante (1,49%), em conjunto com toda a importância penhorada, deve ser restituída ao impugnante. À luz de todo o exposto,JULGO PROCEDENTEa impugnação para reconhecer o excesso havido no importe adimplido espontaneamente e, considerando o pagamento voluntário, determinar a desconstituição da penhora de ativos financeiros, declarando, com espeque no art. 924, II, do CPC, a satisfação integral do provimento condenatório e a extinção do módulo. Determino:a) Expeça-se alvará de levantamento de valores em favor do exequente e de seu patrono, no que diz aos honorários de sucumbência (alvará autônomo), no patamar de 98,51% da importância depositada pelo réu espontaneamente (R$4.536,11), com as correções do período;b) Expeça-se alvará de liberação em favor do executado/impugnante, na ordem de 1,49% do depósito voluntário e de toda a quantia constritada, com as correções do período.c) Aguarde-se o transcurso do prazo recursal a fim de que, sobrevindo inominado, seja avaliada a possibilidade de atribuição de efeito suspensivo.d) Certificado o escoamento ou sobrevindo renúncia do prazo recursal, expeçam-se alvarás de levantamento e liberação;e) Interposto recurso, certifique-se a tempestividade e o preparo e, após, conclusos; Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Redenção/PA, 28 de junho de 2.019. ERICHSON ALVES PINTOJuiz de Direito

Número do processo: 0801841-31.2019.8.14.0045 Participação: RECLAMANTE Nome: GILBERTO RIBEIRO DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: JANE DA CUNHA MACHADO RESENDEOAB: 065PA Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIA QUELMA DA SILVA SOUSAOAB: 27443/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE REDENÇÃO/PAAutos: 0801841-31.2019.8.14.0045Requerente: GILBERTO RIBEIRO DOS SANTOSRequerido: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA, CNPJ 04.895.728/0001-80, com sede na Av. José Carrion, n. 1019, Jardim Cumaru, Redenção/PA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA I ? Considerando que, consoante dispõe o art. 54, caput, da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial, em primeiro grau de jurisdição, independerá do pagamento de custas, taxas ou despesas, dou por prejudicado eventual pleito do benefício de assistência judiciária gratuita, que deverá, no momento oportuno (fase recursal), se ainda for o caso, ser reiterado;II - Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c repetição do indébito c/c indenização por danos morais, proposta porGILBERTO RIBEIRO DOS SANTOSem desfavor deCENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ S/A - REDE, já qualificados nos autos, sede em que o autor narra ter sofrido negativação indevida.Aduz o requerente, em breve resumo, ter sido surpreendido pela negativação de seus dados em razão de dívida já desconstituída em ação judicial cujo curso se deu nesta mesma sede, sob o n. 0800276-03.2018.8.140045, sobre a qual firmou acordo com a ré, que, inclusive, aceitou pagar indenização por danos morais por reconhecer como indevida a cobrança que agora novamente aponta para restrição.Vocifera que o acordo foi homologado por este juízo e a obrigação de pagar quantia devidamente cumprida, o que, contudo, não impediu que a concessionária apontasse novamente a mesma dívida nos órgãos de restrição ao crédito.Alicerçando-se na abusividade da conduta, a parte autora busca, em sede de tutela provisória de urgência, a exclusão da anotação negativa.Relatado o essencial. Decido.A parte demandante argumenta que sofreu restrição creditícia em razão de dívida desconstituída em ação judicial.É consabido que para concessão da tutela provisória de urgência se afigura necessário, consoante dispõe o art. 300 do novel CPC, que haja elementos evidenciadores da probabilidade do direito, do perigo de dano e não exista risco de irreversibilidade da medida vindicada.Sob o ponto de vista que deve nortear a cognição perfunctória ora realizada, os fundamentos deduzidos são relevantese a probabilidade do direito encontra amparo na prova documental inicialmente produzida e na demonstração, ao menos para construção de um juízo sumário, de que, com efeito, a dívida em questão foi objeto de avença firmada entre as partes, cujo teor indica que

houve desconstituição do débito, inclusive com pagamento de indenização.Inquestionavelmente presente, ainda, o perigo da demora, vez que a obviedade dos prejuízos provenientes da restrição creditícia dispensa até mesmo mais profundos argumentos, os quais seriam mera tautologia desnecessária.De outro turno, inexiste risco para reversibilidade da medida, sendo evidente que, eventualmente subtraída a tutela que ora se presta, a situação jurídica das partes voltará aostatus quo ante, sem qualquer prejuízo.Com esses fundamentos,DEFIROa tutela provisória de urgência para determinar a exclusão do nome do requerente (GILBERTO RIBEIRO DOS SANTOS ? CPF 104.015.982-68) do rol dos órgãos negativadores em relação ao débito ora discutido (contrato 0201609000128374, no valor de R$332,47 - CELPA),servindo o presente como ofício aos referidos órgãos, aos quais assinalo o prazo de 05 (cinco) dias para as providências de baixa.Cite-se e intime-se o réu acerca da decisão prolatada e para comparecimento à audiência já designada, consignando-se as consequências processuais decorrentes da ausência (art. 20 da Lei 9.099/95), bem ainda o dever de juntar eletronicamente aos autos, até a abertura da sessão de conciliação, atos constitutivos e documentos de representação que confira habilitação para transigir, sob pena de decretação da revelia.Registre-se, ainda, a advertência acerca da possibilidade de inversão do ônus da prova, que, se o caso, será invocada como regra decorrente da natureza consumerista da relação tratada nos autos e da hipossuficiência da parte demandante ou como resultado da distribuição dinâmica da carga probatória.VALE O PRESENTE COMO MANDADO/CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia29 DE AGOSTO DE 2.019, ÀS 09H00MIN. Intimem-se. Redenção/PA, 27 de junho de 2.019. ERICHSON ALVES PINTOJuiz de Direito

Número do processo: 0801470-67.2019.8.14.0045 Participação: RECLAMANTE Nome: ODILENE DE SOUZA MUNDOCO Participação: ADVOGADO Nome: WEMERSON GOMES FABRICIOOAB: 28851/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: EUGENIO COUTINHO DE OLIVEIRA JUNIOROAB: 19470/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRAOAB: 017515/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO LOBATO PAES NETOOAB: 017277/PA Vistos, etc. De proêmio, registro a impossibilidade da pretensão da parte autora de embutir no pedido, mês a mês, enquanto perdurar a demanda, faturas que, segundo seus critérios de avaliação, estejam em dissonância com a média que entende regular, notadamente porque, em hipóteses assim, onde as cobranças alegadamente exacerbadas não configurem questões pontuais, mas se tornem constantes, se revelaria indispensável a promoção de perícia técnica junto aos equipamentos de registro de consumo, prova cuja produção é incompatível com a ritualística dos Juizados Especiais.Não fosse isso suficiente, ainda é preciso considerar que a admissão contínua de novas faturas no pleito revisional resultaria em constante alteração do valor da causa, o que poderia impactar na limitação da competência do Juizado.Por derradeiro, não se pode deixar de anotar que o art. 329 do CPC veda a adição ou alteração do pedido ou da causa de pedir após a estabilização da demanda, exceto, via de regra, na hipótese de haver consentimento do réu.I - Por estas razões é que determino a intimação da requerida para, no prazo de 05 (cinco) dias, dizer se anui com a ampliação objetiva da demanda pretendida pela reclamante, que se operará com a inclusão, nos pedidos, da revisão da fatura alusiva ao mês de 06/2.019, de R$2.939,54, com vencimento em 11/06/2.019, ficando advertida de que o silêncio será tomado como anuência tácita.Saliento, outrossim, que, acaso as faturas vindouras revelem a permanência do impasse, este juízo avaliará sobre a necessidade da prova pericial alhures mencionada;II ? Escoado o prazo do item retro, com ou sem manifestação, certificando-se na última hipótese, volvem os autos conclusos.Intimem-se.Redenção/PA, 27 de junho de 2.019. ERICHSON ALVES PINTOJuiz de Direito

Número do processo: 0801722-70.2019.8.14.0045 Participação: RECLAMANTE Nome: THAYSA QUEIROZ OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: MARCOS NOLETO MENDONCA FILHOOAB: 39192/GO Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPAVistos, etc. I ? RECEBO a correção do endereçamento como parte integrante da inicial, devendo compor a contrafé,;II ? INTIME-SE a demandante para, no prazo de 10 (dez) dias:a) Esclarecer se, por ocasião da assunção e parcelamento da dívida, também firmou termo de transferência da titularidade da conta contrato 3010165864, já que a fatura emitida em fevereiro/2.019 consta em seu nome;b) Deve dizer, em igual prazo, se a relação locatícia foi verbal ou se pactuada em instrumento formal e qual o exato prazo de duração;c) Considerando que o endereço apontado na qualificação inicial não é o mesmo que consta das

faturas, deve a demandante dizer se ainda mora na aludida casa alugada e, caso já tenha se mudado, se pretende continuar com a titularidade daquela conta contrato;d) Por derradeiro, no mesmo prazo, deve a autora declinar com clareza quais razões a levam a questionar a conta alusiva a 01/2.019, no valor de R$552,44, cujo perfil não é de consumo não registrado, mas cobrança regular, e cujo importe só se apresenta elevado em virtude do embutimento da parcela de R$347,72, que diz respeito ao CNR também objeto desta ação;e) Caso entenda que o consumo registrado na referida cobrança, de 190 kWh, não corresponde à sua realidade de consumo, deverá apontar a média que entende devida, alterando o pleito para revisional, já que, na hipótese de ter usado o serviço no aludido mês, não pode pretender a isenção de qualquer pagamento.Após, conclusos.Intime-se.Redenção/PA, 27 de junho de 2.019. ERICHSON ALVES PINTOJuiz de Direito

Número do processo: 0801360-05.2018.8.14.0045 Participação: RECLAMANTE Nome: VITORIA REGIA AMORIM FONSECA Participação: ADVOGADO Nome: JORGE LUIS LORETO JUNIOROAB: 26693/PA Participação: RECLAMADO Nome: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEIOAB: 21678/PESENTENÇA Dispensando o relatório, como autoriza o art. 38 da Lei 9.099/95, passo à síntese dos fatos relevantes ao desate da lide. Narra a inicial, em suma, que a autora está sendo descontada indevidamente por um contrato consignado que não contratou, fora determinada tutela antecipada para se abster os descontos em folha da autora. O réu em sua peça de defesa aduz que o contrato fora realizado pela autora em uma de suas filiais. Os argumentos apresentados pelo autor carecem de verossimilhança com as provas acostadas aos autos. O autor afirma que não contratou o empréstimo consignado que rendeu em descontos do seu benefício previdenciário. Para provar o fato alegado, junta aos autos as folhas 1 e 2 do aludido contrato. O réu em sua contestação junta aos não só o contrato assinado pelo autor, bem como cópia de seu documento de identidade com assinatura, semelhante ao acostado à inicial. Com uma simples observação visual este magistrado verificou que a assinatura que consta do contrato, completo, juntado aos autos pelo banco, são semelhantes às assinaturas que a autora apôs na procuração e também em seu documento de identidade. No que concerne às alegações do autor de preclusão de juntada de provas pelo autor, desde já afasto. O princípio da boa-fé objetiva é norma cogente e imposição compulsória para todas as partes do processo, e quando a autora junta aos autos apenas o contrato incompleto e, após a juntada do contrato completo se manifesta com tamanha contundência, é atitude de fé duvidosa. O Poder Judiciário não é o local apropriado para aventuras. Ante o exposto, extinguindo o feito com resolução do mérito, com fulcro no art. 487, I, do CPC, eJULGO IMPROCEDENTESos pedidos da inicial. Sem custas e verbas honorárias, consoante dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95. Transcorrendo em branco o prazo recursal, certifique-se e remetam-se os autos ao arquivo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Redenção, Pará, 16 de maio de 2019. ERICHSON ALVES PINTOJuiz de Direito

Número do processo: 0800223-56.2016.8.14.0045 Participação: EXEQUENTE Nome: CLEUZI SALETE DUARTE DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: ADILSON VITORINO DA SILVAOAB: 19241/PA Participação: EXECUTADO Nome: LUCILDA APARECIDA LEITE Participação: ADVOGADO Nome: CASSILENE PEREIRA MILHOMEMOAB: 141PAATO ORDINATÓRIOEm cumprimento ao item I,a,da Decisão de ID nº 5877339, fica a parte exequente intimada da expedição do mandado de depósito retro, a fim de que acompanhe a diligência para assunção do encargo de fiel depositário e recebimento dos bens penhorados. NADA MAIS.

COMARCA DE PARAGOMINAS

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS - VARA: 1ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS PROCESSO: 00000741719958140039 PROCESSO ANTIGO: 19951000219 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXECUTADO:ANTONIO MATIAZE FILHO EXECUTADO:INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS FAMIL LTDA EXEQUENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 9127 - MARIA ROSA DO SOCORRO LOURINHO DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 8988 - ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 17640 - MYLLENA BORBUREMA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) OAB 10270 - LETICIA DAVID THOME (ADVOGADO) EXECUTADO:ARLINDO FELÍCIO DA SILVA. Processo nº 0000074-17.1995.8.14.0039 Ação de Execução Exequente: BANCO DO ESTADO DO PARA S/A Executado (s): ANTONIO MATIAZE FILHO, INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS FAMIL LTDA e ARLINDO FELÍCIO DA SILVA. Vistos, etc. Trata-se de Ação de Execução intentada por BANCO DO ESTADO DO PARA S/A, em face de ANTOINIO MATIAZE FILHO, INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS FAMIL LTDA e ARLINDO FELÍCIO DA SILVA. Às fls. 189 o exequente peticionou requerendo a desistência da ação. Diante disso, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, com fulcro no art. 485, Inciso VIII do CPC. Condeno o exequente nas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, com fundamento no art. 85, II do CPC. Após o Trânsito em Julgado, Certifique-se, Arquivando-se os autos em seguida, sem necessidade de nova conclusão. Cumpra-se. P.R.I. Paragominas (PA), 27/06/2019. homenagens, procedendo-se CERTI_____
_____Fernanda Azevedo Lucena Juíza de Direito 1 AJ PROCESSO: 00001493320098140039 PROCESSO ANTIGO: 200910000964 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 REPRESENTANTE:JOSE EDUARDO CERQUEIRA GOMES EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:FRIGORIFICO PARAGOMINAS SA FRIPAGO. DESPACHO: Defiro o pedido de fls. 141. Não sendo a executada localizado no seu endereço Fiscal, apresentando indícios de situação Irregular da Empresa, e de acordo com a Súmula 435 do STJ, redirecione-se a Execução aos Sócios da mesma. Providencie a Secretaria as alterações necessárias no Sistema Libra e Capa do Processo. Cite-se nos endereços fornecidos às fls. 141. Indefiro, no momento, o pedido de BACENJUD, vez que os Sócios sequer foram citados. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. homenagens, procedendo-se CERTI_____
_____Fernanda Azevedo Lucena Juíza de Direito 1 AJ PROCESSO: 00019539520128140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) OAB 10270 - LETICIA DAVID THOME (ADVOGADO) EXECUTADO:CAMILO ULIANA Representante(s): OAB 15837 - SERGIO RENATO FREITAS DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:MARLENE DEPRÁ ULIANA. Vistos, Defiro o pedido de alienação em leilão judicial. O leilão deverá ser realizado em dois pregões, pelo prazo mínimo de 20 dias entre o primeiro e o segundo. No primeiro pregão, não serão admitidos lances inferiores ao valor de avaliação do bem. Não havendo lance superior à importância da avaliação, seguir-se-á, sem interrupção, a segunda etapa, que se estenderá por no mínimo 20 (vinte) dias e se encerrará em dia e hora previamente definidos no edital. No segundo pregão serão admitidos lances não inferiores a 50% da última avaliação atualizada ou 80% do valor de avaliação atualizada, caso se trate de imóvel de incapaz. A atualização deverá ser pelo INPC. O pagamento deverá ser feito de uma única vez, em até 24 horas após ter sido declarado vencedor pelo leiloeiro. Para a realização do leilão, nomeio leiloeiro oficial o(a) Sr(a) Nomeio Leiloeiro para atuar no feito o Sr. PÉRICLES WEBER DE ALMEIDA, Matrícula PA-20050043986, que, conforme consta, é autorizado(a), credenciado(a) e habilitado(a) perante o E. Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Desde logo, fixo a comissão do leiloeiro em 5% sobre o valor da arrematação, a ser paga pelo arrematante, não se incluindo no valor do lance, o que deverá ser

informado previamente aos interessados. O leilão será presidido pelo leiloeiro oficial, no átrio deste Fórum, no qual serão captados lances, observados os patamares mínimos acima estabelecidos. Somente será realizada segunda tentativa de leilão caso o primeiro não conte com nenhum lance válido durante todo o período previsto. O procedimento do leilão deve observar o disposto nos artigos 886 a 903, do Código de Processo Civil. Caberá ao leiloeiro efetuar a publicação do edital nos termos do art. 886, NCPC, devendo conter todos os requisitos estabelecidos no art.887, do Código de Processo Civil. Deverá constar do edital, também, que: - os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia, constituindo ônus do interessado verificar suas condições, antes das datas designadas para as alienações judiciais eletrônicas. - o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional. - o arrematante arcará com os débitos pendentes que recaiam sobre o bem, exceto os decorrentes de débitos fiscais e tributários conforme o artigo 130, parágrafo único, do Código Tributário Nacional, e exceto os débitos de condomínio (que possuem natureza propter rem), os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação. - O interessado em adquirir o bem penhorado em prestações poderá apresentar: (i) até o início da primeira etapa, proposta por valor não inferior ao da avaliação; (ii) até o início da segunda etapa, proposta por valor que não seja inferior a 50% do valor de avaliação atualizado ou 80% do valor de avaliação atualizado, caso se trate de imóvel de incapaz. A proposta conterá, em qualquer hipótese, oferta de pagamento de pelo menos vinte e cinco por cento do valor do lance à vista e o restante parcelado, a critério do leiloeiro, em até 30 (trinta) meses, garantido por caução idônea, quando se tratar de móveis, e por hipoteca do próprio bem, quando se tratar de imóveis. A publicação do edital deverá ocorrer pelo menos 5 dias antes da data marcada para o leilão. Ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a providenciar o cadastro e agendamento dos interessados em vistoriar o bem penhorado, cabendo aos responsáveis pela guarda facultar o ingresso dos interessados, designando-se datas para as visitas. Igualmente, ficam autorizados os funcionários do leiloeiro, devidamente identificados, a obter diretamente, material fotográfico para divulga-lo, a fim de que os licitantes tenham pleno conhecimento das características do bem, que serão vendidos no estado em que se encontram. No mesmo prazo, deverão ser cientificados o executado e as demais pessoas previstas no art. 889, do Código de Processo Civil, cabendo à parte requerente requerer e providenciar o necessário. Sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio, fica autorizado que o próprio leiloeiro encaminhe também as comunicações pertinentes, juntando posteriormente aos autos. Comprovado o recolhimento das despesas necessárias, intime(m)-se executado(s), na pessoa de seu advogado, ou, na ausência ou quando representado pela Defensoria, pessoalmente, por via eletrônica ou carta direcionada ao endereço de citação ou último endereço cadastrado nos autos. Registre-se que, se o executado for revel e não tiver advogado constituído, não constando dos autos seu endereço atual ou, ainda, não sendo ele encontrado no endereço constante do processo, a intimação considerar-se-á feita por meio do próprio edital de leilão. A presente decisão servirá como carta, mandado ou ofício, para comunicação do executado e demais interessados, bem como ordem judicial para que os funcionários do leiloeiro possam ingressar no local onde o bem a ser leiloado se encontra. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. Paragominas, 27/06/2019 Fernanda Azevedo Lucena Juíza de Direito PROCESSO: 00029221320128140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ANA CAROLINA LOBO GLUCK PAUL PERACCHI (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:IMASEL INDUSTRIA MADEIREIRA SANTA ELIZA LTDA. DESPACHO: Indefiro o pedido de fls. 53/58. As demais ações não possuem a mesma origem do débito contida na CDA, e, cada um encontra-se em uma fase diferente. A reunião dos processos dificultará o andamento dos processos de forma individual, o que trará prejuízos ao cumprimento das metas determinadas pelo CNJ. Como se pode verificar, já são processos que se arrastam por um longo período. Quanto ao redirecionamento ao Sócio Uriel Zoppe Brandão, defiro-o, devendo o Fisco indicar o endereço atualizado para fins de citação, sob pena de Extinção. Fornecido o endereço, Cite-se, caso ainda não tenha sido diligenciado, por Carta com Aviso de Recepção e Mãos Próprias. Quanto aos demais pedidos, indefiro-os no momento. O Sócio ainda não foi devidamente Citado. Dentre os Princípio que regem o Processo de Execução temos o da Menor Onerosidade do Executado, devendo ser oportunizado a ele o Pagamento Voluntário e a Nomeação de Bens à Penhora. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. Fernanda Azevedo Lucena Juíza de Direito 1 AJ PROCESSO: 00043785120198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:GUSTAVO LOPES DA SILVA Representante(s): OAB 17746-A - REGINA SALLA DALACORT (ADVOGADO) REQUERIDO:DEPARTAMENTO DE TRANSITO DO ESTADO DO PARA DETRAN PA. Decisão Defiro a gratuidade de justiça. Trata-se de

ação de declaratória com pedido liminar de tutela provisória de urgência proposta por GUSTAVO LOPES DA SILVA em face de DETRAN, na qual alega que era proprietário do veículo descrito na inicial, o qual foi vendido para o Sr. André Luis de Matos Santos em 30/11/2017. Assevera que preencheu e assinou o DUT entregando ao novo proprietário, assim como comunicou ao réu sobre a transferência realizada, porém por equívoco do funcionário do réu não houve a correta inserção do nome do comprador, o que acarretou a manutenção do autor como proprietário do veículo. As dívidas do veículo não pagas pelo proprietário passaram a ser cobradas do autor assim como a pontuação de multas por ele cometidas incluídas na carteira de habilitação do autor, gerando-lhe óbvios prejuízos. Aduz que tentou resolver administrativamente a questão sem êxito. Sustentando a presença dos requisitos para deferimento da tutela provisória de urgência requer que seja determinando ao réu que se abstenha de promover os atos que ensejem a inclusão do nome do Requerente no rol de inadimplentes nos órgãos de proteção ao crédito, até ulterior deliberação do juízo, transferindo o veículo para o real proprietário e as multas e dívidas existentes a partir da data da venda e tradição. Inicial e documentos às fls. 02/52. DECIDO. O Art. 300 do CPC dispõe: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Mesmo em juízo sumário, verifica-se pela farta documentação encartada pela parte autora em sua inicial a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano. Senão vejamos: A parte autora comprova que, em 2017, foi feita a venda do veículo descrito na inicial. Resta evidenciada a tradição do veículo. De outro giro, constam dos autos diversas infrações e dívidas tributárias envolvendo o veículo a partir dessa tradição. Ademais, consta cópias do processo administrativo de transferência (fls. 26/38). A jurisprudência pátria corrobora com o entendimento de que a partir da tradição do veículo, as multas e despesas dele decorrentes são de responsabilidade do adquirente, novo proprietário do veículo, mesmo havendo regra que preveja a responsabilidade solidária de antigo proprietário que não tenha comunicado ao Detran a venda do veículo. A medida visa coibir o enriquecimento sem causa que é princípio de direito. Neste sentido: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ANTECIPADA. RESTRIÇÃO DE VEÍCULO. RENAJUD. IMPOSSBILIDADE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE ATUAL E ANTIGO PROPRIETÁRIOS. ART. 134 DO CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. RESPONSABILIDADE POR PENALIDADES SOBRE O VEÍCULO. SÚMULA 515 DO STJ. SÚMULA 132 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. 1. A transmissão da propriedade de bem móvel se dá com a tradição. Os procedimentos junto ao DETRAN, ou órgão que lhe faça as vezes, têm o condão de dar publicidade ao fato jurídico já consolidado, qual seja, transferência da propriedade. 2. Não comprovada a transferência da propriedade em favor do novo proprietário, a responsabilidade pelas penalidades impostas até a data da comunicação é solidária entre o antigo e o atual proprietário (Art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro), excepcionando-se os débitos de IPVA (Súmula 585 do STJ). 3. A possibilidade de o novo proprietário cometer acidente de trânsito não autoriza o bloqueio do veículo para transferência e circulação, ou para emissão de CRLV, em sede de ação em que se busca tutela jurisdicional para determinar a transferência de titularidade de veículo, em razão de negócio jurídico de compra e venda entabulado entre as partes. Súmula 132 do STJ. 4. Agravo de instrumento não provido. (Acórdão n.1082855, 07088218720178070000, Relator: ROBERTO FREITAS 1ª Turma Cível, Data de Julgamento: 14/03/2018, Publicado no PJe: 05/04/2018. Pág.: Sem Página Cadastrada.) CIVIL E PROCESSO CIVIL. OBRIGAÇÃO DE FAZER. TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULO. PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE ATIVA. NULIDADE SENTENÇA. PRECLUSÃO PRO JUDICATO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. REJEIÇÃO. ALIENAÇÃO POR PROCURAÇÃO PÚBLICA. POSSIBILIDADE. RÉU CITADO POR EDITAL. COMPARECIMENTO APÓS PROLAÇÃO DA SENTENÇA. JUNTADA DE DOCUMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. HONORÁRIOS RECURSAIS FIXADOS. (...). 2. Considerando que, pelo teor do art.1.267 do CC, a propriedade de veículo, que é bem móvel, é transmitida pela simples tradição, independentemente de registro no órgão administrativo competente, cujos registros cadastrais têm natureza meramente administrativa, pode ocupar o polo ativo da demanda aquele que adquiriu o bem e posteriormente o vendeu, ainda que o automóvel conste no cadastro do Detran em nome do antigo proprietário. (...). (Acórdão n.1135020, 20160111283028APC, Relator: FLAVIO ROSTIROLA 3ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 31/10/2018, Publicado no DJE: 08/11/2018. Pág.: 301/307). Restam evidenciados nos autos os elementos tanto da alta probabilidade do direito alegado pelo autor, quanto do perigo de dano, caso perdure com a inclusão de seu nome em cadastros de inadimplentes e a inclusão em sua CNH dos pontos decorrentes de multas de infrações relativas ao veículo que não está mais em sua posse e nem propriedade. Diante do exposto, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA pleiteada para determinar ao DETRAN/PA que suspenda atos de cobrança dos débitos relacionados ao veículo descrito na inicial em face do autor, retirando o nome do autor dos cadastros de inadimplentes, caso tenha tomado a medida, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (um mil reais), até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil

reais), no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, até ulterior deliberação deste juízo, bem como que suspenda os pontos relativos às infrações ocorridas após a tradição do veículo. O cancelamento dos registros e declaração de nulidade somente após a formação do contraditório e da ampla defesa, haja vista que depende de prova cujo ônus de sua produção é do réu. Citem-se e intimem-se. Considerando que as audiências designadas com fulcro no art. 334 do CPC, têm sido infrutíferas nesses casos, deixo de designá-la. Confiro a essa decisão força de mandado/ofício/precatória. O réu deverá ser intimado do teor da presente decisão para cumprimento através de carta precatória com cópia integral dos autos. Após o cumprimento da medida será encaminhado os autos por remessa para citação pessoal do ente público. Paragominas/PA, 27 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito PROCESSO: 00043860920118140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019 EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 7535 - SAMUEL NYSTRON DE ALMEIDA BRITO (ADVOGADO) OAB 6983-B - IZABELA RIBEIRO RUSSO RODRIGUES (ADVOGADO) EXECUTADO:LUCIA SANTIAGO LEMOS Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (CURADOR DE AUSENTE) . DESPACHO: Suspenda-se a Execução pelo prazo assinalado no art. 10 da Lei nº 13.340/2016, com alterações da lei nº 13.606/2018, por se tratar de FNO e/ou FNE. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. Fernanda Azevedo Lucena Juíza de Direito 1 AJ PROCESSO: 00044729620198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:NELMA DE JESUS EVANGELISTA VIEIRA Representante(s): OAB 24391 - DEUSDETE ALVES PEREIRA FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO DA PREVIDENCIA MUNICIPAL DE PARAGOMINAS IPMP. Decisão Defiro a gratuidade de justiça. Cite-se. Paragominas/PA, 27 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito PROCESSO: 00045685420098140039 PROCESSO ANTIGO: 200910029138 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução de Título Judicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:W. L. M. S. REQUERENTE:M. E. M. S. REPRESENTANTE:FRANCISCA LAERCIA MUNIZ FREITAS REQUERIDO:WENISON GALDINO DA SILVA. DESPACHO: Defiro o pedido de fls. 40/42. O(A) Executado(a) parcelou o débito em acordo junto a Defensoria pública conforme informado. Não se aplica à Execução a regra do art. 487, III do CPC/2015 se no curso de um Processo de Conhecimento as partes chegarem à Autocomposição de seu litígio, o processo será Extinto com Resolução do Mérito, se no curso de um procedimento Executivo as partes firmarem um Acordo de que resulte o prazo para que o devedor quite seu débito, Suspende-se a Execução até o Cumprimento Integral da Obrigação. Não se aplica à Suspensão Convencional da Execução a disposição do art. 313, §4º do CPC/2015 que limita a Suspensão ao prazo de seis meses. Seja qual for o prazo concedido pelo exequente ao executado (ainda que longo), já tendo sido visto na prática ao caso em que as partes ajustaram o pagamento em vinte e uma parcelas mensais, o Processo será Suspenso aguardando o Cumprimento Integral da Obrigação. Assim, Suspenda-se até março de 2021. Findo esse Prazo, Certifique a Secretaria se houve manifestação do Exequente, e, em caso Negativo, intime-se na forma do art. 485, §1º do CPC. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito. 1 AJ PROCESSO: 00046521520198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:TEOFILA COSTA DA SILVA Representante(s): LIANE BENCHIMOL DE MATOS ALBANO (DEFENSOR) REQUERIDO:ESTADO DO PARA. DECISÃO Trata-se de ação de obrigação de fazer proposta pela Defensoria Pública do Estado do Pará em favor de TEÓFILA COSTA DA SILVA, na qual foi deferida tutela provisória de urgência para que a autora fosse transferida do hospital regional deste município para hospital da rede pública ou privada que possa realizar procedimento cirúrgico vascular, a fim de evitar a perda de membros, diante do quadro grave apresentado pela autora, que está sem o devido atendimento na rede pública de saúde municipal. O Estado do Pará foi intimado da decisão conforme se verifica às fls. 44/6, quedando-se inerte. Sobreveio a decisão de fls. 51/51-v majorando a multa anteriormente aplicada e determinando-se nova intimação do réu para efetivação da tutela de urgência deferida por este juízo. O réu foi intimado (fls. 69/70) e novamente não deu cumprimento à decisão judicial, permanecendo a autora no hospital municipal no aguardo do seu atendimento. Não há notícias nos autos de qualquer recurso interposto e eventual concessão de efeito suspensivo às decisões proferidas pelo juízo. Na decisão proferida às fls. 51/51-v, já havia sido fixada multa de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais) e majorada para R$ 100.000,00 (cem mil reais). Transcorrido o prazo para cumprimento, ou seja, 24h, sem que fosse atendida a decisão judicial, incidi a multa majorada pelos 7 (sete) dias de descumprimento, perfazendo um total de R$ 760.000,00 (setecentos e sessenta mil reais). Diante da recalcitrância do réu em cumprir a decisão judicial, determino o bloqueio via Bacen Jud da multa fixada, a qual será utilizada para custeio do tratamento da autora na rede privada de saúde.

Dispõe o art. 297 do CPC: Art. 297. O juiz poderá determinar as medidas que considerar adequadas para efetivação da tutela provisória. Parágrafo único. A efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber. Na situação atual, a única medida eficaz para a tutela do direito material pleiteado nos autos é o bloqueio da multa aplicada ao réu e sua execução provisória. Diante da excepcionalidade das circunstâncias do caso concreto, diante da magnitude do direito material em litígio, qual seja, o direito inarredável à saúde em confronto com o direito financeiro do réu, abre-se a possibilidade de mitigação de alguns entendimentos jurisprudenciais que se firmam no sentido de não ser possível a execução provisória de multas arbitradas pelos descumprimentos de decisões judiciais. Tal medida visa dar efetividade à decisão judicial, cabendo ressaltar que não são poucos os casos perante este Juízo que, diante do descumprimento das decisões judiciais que antecipam a tutela provisória de urgência, os jurisdicionados estão evoluindo a óbito ou acabam tendo lesões permanentes em razão da falta de atendimento relativo a serviço essencial previsto constitucionalmente. Inarredável a obrigação estatal e inadmissível o descaso para com o jurisdicionado e a Justiça. Neste sentido, julgado do Egrégio TJPA. AGRAVO INTERNO. LIMINAR PARA TRATAMENTO DE SÁUDE. FIXAÇÃO DE ASTREINTES. POSSIBILIDADE. INEXEQUIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO. NÃO CONFIGURADA. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. NÃO CARACTERIZADO. DECISÃO MANTIDA. 1 - É licito ao Magistrado fixar multa para o cumprimento de medida liminar determinando o tratamento de saúde emergencial pelo Poder Público, inclusive com bloqueio de verbas públicas para tal finalidade, como resultado prático equivalente, na forma do art. 461, §5.º, do CPC/73 (Recurso Repetitivo REsp. 1.069.810/RS), ensejando a rejeição da alegação de impossibilidade de fixação de astreintes contra a Fazenda Pública; 2 ? Não se acolhe a alegação de inexequibilidade da obrigação, no prazo fixado de 10 (dez) dias, porque o prazo designado encontra respaldo na própria urgência do tratamento requerido, na recalcitrância do agravante em fornece-lo, inclusive após a judicialização da questão, e na necessidade de fixação de multa para o efetivo cumprimento; 2 ? In casu não houve efetivo bloqueio de valores da Fazenda Pública face o cumprimento da liminar antes da sua realização, motivo pelo qual, restaram prejudicadas as arguições de impossibilidade de execução provisória em desfavor da Fazenda Pública, vedação de sequestro de verbas públicas e desrespeito a regra do regime de precatórios; 3. Agravo interno conhecido, mas improvido à unanimidade. (2018.01884678-58, 189.773, Rel. LUZIA NADJA GUIMARAES NASCIMENTO, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2018-05-10, Publicado em 2018-05-11). Por oportuno, cabe colacionar julgado do Superior Tribunal de Justiça: ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. PRESERVAÇÃO DA SAÚDE E FORNECIMENTO DE REMÉDIOS. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE. ART. 461, § 5º, DO CPC. INEXISTÊNCIA DO APONTADO DISSENSO PRETORIANO. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA NÃO-PROVIDOS. 1. Em exame embargos de divergência manejados pelo Estado do Rio Grande do Sul, em impugnação a acórdão que entendeu cabível o bloqueio de verbas públicas em situações excepcionais, tais como a necessidade imediata da preservação da saúde da pessoa humana, mediante o fornecimento de medicação em caráter de urgência, sob risco de óbito do suplicante. O aresto embargado, proferido pela 2ª Turma, tem a ementa seguinte (fl. 111): "ADMINISTRATIVO PROCESSUAL CIVIL. CUSTEIO DE TRATAMENTO MÉDICO. MOLÉSTIA GRAVE. BLOQUEIO DE VALORES EM CONTAS PÚBLICAS. POSSIBILIDADE. ART. 461, CAPUT E § 5º DO CPC. 1. Além de prever a possibilidade de concessão da tutela específica e da tutela pelo equivalente, o CPC armou o julgador com uma série de medidas coercitivas, chamadas na lei de "medidas necessárias", que têm como escopo o de viabilizar o quanto possível o cumprimento daquelas tutelas. 2. As medidas previstas no § 5º do art. 461 do CPC foram antecedidas da expressão "tais como", o que denota o caráter não-exauriente da enumeração. Assim, o legislador deixou ao prudente arbítrio do magistrado a escolha das medidas que melhor se harmonizem às peculiaridades de cada caso concreto. 3. Submeter os provimentos deferidos em antecipação dos efeitos da tutela ao regime de precatórios seria o mesmo que negar a possibilidade de tutela antecipada contra a Fazenda Pública, quando o próprio Pretório Excelso já decidiu que não se proíbe a antecipação de modo geral, mas apenas para resguardar as exceções do art. 1º da Lei 9.494/97. 4. O disposto no caput do artigo 100 da CF/88 não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor, de modo que, ainda que se tratasse de sentença de mérito transitada em julgado, não haveria submissão do pagamento ao regime de precatórios. 5. Em casos como o dos autos, em que a efetivação da tutela concedida está relacionada à preservação da saúde do indivíduo, a ponderação das normas constitucionais deve privilegiar a proteção do bem maior que é a vida. 6. Recurso especial improvido." (REsp 770.969/RS, DJ 03/10/2005, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira) A título de paradigma, o Estado requerente indicou o Resp 766.480/RS, o qual, segundo alega, dispõe não ser possível o seqüestro de dinheiro ou de outros bens públicos. Confira-se: "PROCESSUAL CIVIL. TUTELA ANTECIPADA. MEIOS DE COERÇÃO AO DEVEDOR (CPC, ARTS. 273, §3º E 461, §5º).

FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELO ESTADO. BLOQUEIO DE VERBAS PÚBLICAS. IMPOSSIBILIDADE. 1. É cabível, inclusive contra a Fazenda Pública, a aplicação de multa diária (astreintes) como meio coercitivo para impor o cumprimento de medida antecipatória ou de sentença definitiva de obrigação de fazer ou entregar coisa, nos termos dos artigos 461 e 461A do CPC. Nesse sentido é a jurisprudência do STJ, como se pode verificar, por exemplo, nos seguintes precedentes: AgRg no Ag 646240/RS, 1ª T., Min. José Delgado, DJ de 13.06.2005; RESP 592132/RS, 5ª T., Min. José Arnaldo da Fonseca, DJ de 16.05.2005; AgRg no RESP 554776/SP, 6ª T., Min. Paulo Medina, DJ de 06.10.2003; AgRg no REsp 718011/TO, 1ª Turma, Min. José Delgado, DJ de 30.05.2005. 2. Todavia, não se pode confundir multa diária (astreintes), com bloqueio ou sequestro de verbas públicas. A multa é meio executivo de coação, não aplicável a obrigações de pagar quantia, que atua sobre a vontade do demandado a fim de compeli-lo a satisfazer, ele próprio, a obrigação decorrente da decisão judicial. Já o sequestro (ou bloqueio) de dinheiro é meio executivo de sub-rogação, adequado a obrigação de pagar quantia, por meio do qual o Judiciário obtém diretamente a satisfação da obrigação, independentemente de participação e, portanto, da vontade do obrigado. 3. Em se tratando da Fazenda Pública, qualquer obrigação de pagar quantia, ainda que decorrente da conversão de obrigação de fazer ou de entregar coisa, está sujeita a rito próprio (CPC, art. 730 do CPC e CF, art. 100 da CF), que não prevê, salvo excepcionalmente (v.g., desrespeito à ordem de pagamento dos precatórios judiciários), a possibilidade de execução direta por expropriação mediante sequestro de dinheiro ou de qualquer outro bem público, que são impenhoráveis. 4. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, provido." (REsp 766.480/RS, DJ 03/10/2005, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Zavascki) 2. Em situações reconhecidamente excepcionais, tais como a que se refere ao urgente fornecimento de medicação, sob risco de perecimento da própria vida, a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é reiterada no sentido do cabimento do bloqueio de valores diretamente na conta corrente do Ente Público. 3. Com efeito, o art. 461, § 5º, do CPC ao referir que o juiz poderá, de ofício ou a requerimento da parte, para a efetivação da tutela específica ou para obtenção do resultado prático equivalente, determinar as medidas necessárias, tais como a imposição de multa por tempo de atraso, busca e apreensão, remoção de pessoas ou cousas, desfazimento de obras e impedimento de atividade nociva, se necessário com requisição de força policial?, apenas previu algumas medidas cabíveis na espécie, não sendo, contudo, taxativa a sua enumeração. De tal maneira, é permitido ao julgador, à vista das circunstâncias do caso apreciado, buscar o modo mais adequado para tornar efetiva a tutela almejada, tendo em vista o fim da norma e a impossibilidade de previsão legal de todas as hipóteses fáticas. É possível, pois, em casos como o presente, o bloqueio de contas públicas. 4. Tal como se evidencia, não há divergência jurisprudencial a ser dirimida, ao contrário, como restou demonstrado, o acórdão embargado está em absoluta sintonia com o entendimento aplicado à questão por este Superior Tribunal de Justiça, que admite, em situações excepcionais, o bloqueio direto de verbas públicas. 5. No caso, a autorização excepcional para o bloqueio de valores públicos objetivou o fornecimento de medicação, em caráter de urgência, à parte suplicante, sob pena de comprometimento da própria vida. 6. Embargos de divergência não-providos. (EREsp 770.969/RS, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/06/2006, DJ 21/08/2006, p. 224) Oficie-se com urgência ao Hospital Beneficente Portuguesa para que informe ao juízo em 24h se há disponibilidade de leito e atendimento da autora para a realização do procedimento cirúrgico recomendando ao seu caso, encaminhando cópia integral dos documentos médicos que acompanham a inicial. Informando-lhe que todo o procedimento será custeado pelo Estado através dos valores bloqueados pelo juízo. Apresentada a informação positiva, oficie-se à Secretaria de Saúde deste município para que providencie em 24h a transferência da autora para o hospital beneficente Portuguesa. Cumpra-se com urgência. Servirá cópia desta decisão como mandado/ofício/carta precatória. Paragominas/PA, 27 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito PROCESSO: 00052697220198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:NOEME MARIA DE JESUS NASCIMENTO Representante(s): OAB 25406 - MAXWELL HONORATO SILVA SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL. DECISÃO/MANDADO/OFÍCIO DEFIRO A GRATUIDADE DE JUSTIÇA. Trata-se de ação de indenização c/c pedido de antecipação dos efeitos da tutela antecipada proposta por NOEME MARIA DE JESUS NASCIMENTO em face do DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO DISTRITO FEDERAL, na qual alega que é proprietária e possuidora do veículo moto Honda/CG 125, FAN ES, placa NVW 4721 e que foi informada por sua genitora que havia chegado em sua residência 3 notificações de multas registradas com o veículo nas estradas do Distrito Federal. Aduz que não estava na cidade onde ocorreram as multas, que as características do veículo e condutor não coincidem com as suas e registrou ocorrência dos fatos. Assevera que em razão destes fatos não poderá regularizar o veículo e terá o

lançamento de pontos em sua carteira de habilitação de forma indevida e que este fato lhe causará sérios danos. Em razão destes fatos apresentou pedido de tutela de urgência a fim de que seja determinado ao réu que tome providências para suspender a cobrança das multas sub judice e suspender a pontuação delas decorrentes em sua carteira de habilitação, até ulterior deliberação do juízo, sob pena de multa diária. Inicial e documentos às fls. 02/29. DECIDO. O Art. 300 do CPC dispõe: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Mesmo em juízo sumário, verifica-se pela documentação encartada pela parte autora em sua inicial a probabilidade do direito invocado e o perigo de dano. Senão vejamos: Tem sido cada vez mais comuns as clonagens de veículos, levando os verdadeiros proprietários a arcar com os ônus de buscar a tutela jurisdicional para desconstituir infrações administrativas no uso indevido de veículos que ostentam as placas dos veículos clonados. De outro giro, ressalte-se que, por ser um fato negativo, a alegação da parte autora de não estar com seu veículo no local dos registros, atrai para o réu o ônus de tal prova, o qual poderá comprovar com a juntada da documentação completa que pelo menos o veículo corresponda integralmente com as características do veículo da autora, recomendável o aguardo da formação do contraditório e da ampla defesa para o deslinde do fato negativo. Ademais, presume-se sua boa-fé em tal alegação, tendo inclusive a autora registrado ocorrência do fato perante a autoridade policial. Outrossim, a manutenção do registro dessas multas, impedirá que a autora obtenha a documentação necessária ao seu livre deslocamento com o veículo, sendo desnecessárias maiores digressões sobre os danos que tal fato ocorre por serem óbvios. Além de ter registrado em seu carteira de habilitação, os pontos decorrentes das multas ora questionadas. Ressalto que a medida pode ser revertida se, ao final da lide, ficar comprovado que as multas são devidas e que efetivamente foi a autora quem estava no local das infrações. Diante do exposto, DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA pleiteada para antecipar os efeitos da tutela satisfativa, a fim de determinar ao réu que suspenda a cobrança das multas sub judice, bem como a anotação na carteira de habilitação da autora dos pontos delas decorrentes, até ulterior deliberação deste juízo, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa diária de R$ 1.000,00 (mil reais), podendo a autora circular livremente com o veículo, após a quitação das taxas/impostos/multas pendentes de pagamento e que não sejam objeto da ação, até ulterior deliberação deste juízo. O cancelamento dos registros e declaração de nulidade somente após a formação do contraditório e da ampla defesa, haja vista que depende de prova cujo ônus de sua produção é do réu. Citem-se e intimem-se. Considerando que as audiências designadas com fulcro no art. 334 do CPC, têm sido infrutíferas nesses casos, deixo de designá-la. Confiro a essa decisão força de mandado/ofício/carta precatória. Paragominas/PA, 27 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito PROCESSO: 00053927020198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:ACACIO SOUZA SILVA Representante(s): OAB 27480-A - LUIZ OTAVIO SILVA ANGELINI (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Defiro a gratuidade de justiça. Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência na qual a autora alega que celebrou com o réu contratos de empréstimos consignados. Aduz que é servidora pública e que os descontos decorrentes de tais empréstimos chegam a 70% a 80% do seu salário, os quais têm comprometido sua renda de tal maneira a colocar em risco sua própria sobrevivência. Sustentando a presença dos requisitos para deferimento da tutela provisória de urgência, requer que os descontos sejam limitados a 30% do seu salário base. DECIDO. O deferimento da tutela provisória de urgência requer a presença dos requisitos previstos no art. 300 do CPC, quais sejam, elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano. A documentação apresentada pela autora não comprova suas alegações de que estão ocorrendo descontos de 70% a 80/% de seus vencimentos de maneira a comprometer o mínimo existencial. Assim, não vislumbro a presença de elementos que evidenciem a probabilidade do direito alegado, razão pela qual indefiro o pedido de tutela provisória de urgência. Deixo de designar audiência prevista no art. 334 do CPC, em razão da expressa manifestação da parte pelo desinteresse em conciliar. Cite-se e intimem-se. Paragominas/PA, 27 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito PROCESSO: 00054515820198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:TEREZINHA DE JESUS BATISTA DE CARVALHO Representante(s): OAB 392116 - OTAVIO SOCORRO ALVES SANTA ROSA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG S A. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PARAGOMINAS DECISÃO Trata-se de pedido de tutela provisória de urgência formulado por TEREZIHA DE JESUS BATISTA DE CARVALHO, em face do BANCO BMG S/A, no qual alega que foi surpreendido com um desconto em seu benefício denominado "Reserva de Margem de Cartão de Crédito", o qual não foi contratado pela autora. Em razão da violação ao dever de informação,

requer a antecipação dos efeitos da tutela de urgência a fim de que a ré se abstenha da RMC, sob pena de multa. DECIDO. DEFIRO A GRATUIDADE DE JUSTIÇA. O deferimento da tutela de urgência pleiteada exige a presença concomitante de elementos que corroborem com a probabilidade do direito alegado e o perigo de dano previstos no art. 300 do CPC. Na análise dos autos, vislumbro a existência dos dois requisitos. A experiência ordinária demonstra que tem sido cada vez mais comuns condutas abusivas de fornecedores de bens e serviços no mercado de consumo, os quais, descurando-se do dever de informação, celebram à revelia do consumidor contratos que o põem em evidentes desvantagens, muitas vezes o fazendo com a utilização de subterfúgios e/ou informações incompletas. A reserva de margem consignável sem a devida informação, bem como sem qualquer contratação, considera-se um ato abusivo e indevido praticado pela ré. Porta Quanto, verifico a existência de elementos que evidenciam a probabilidade do direito alegado pela parte autora. O perigo de dano para quem recebe um benefício previdenciário é presumido, haja vista a natureza alimentar deste benefício, sendo certo que a continuidade dos descontos causará danos à própria subsistência da parte e de sua família. Não é irreversível a medida, pois, caso ao final seja julgado improcedente o pedido, a dívida será restabelecida com todos os consectários decorrentes da mora a partir da suspensão operada por esta decisão. Ante o exposto, DEFIRO A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA PLEITEADA, a fim de suspender as RESERVAS DE MARGEM PARA CARTÃO DE CRÉDITO NB 169.309.199-0, referente aos Contratos de nº 12456088 até ulterior deliberação deste juízo, devendo ser expedido ofício à autarquia previdenciária para tal finalidade. Deixo de designar audiência do art. 334 do CPC, ante pedido expresso da parte autora. Cite-se e intimem-se. Servirá cópia dessa decisão como mandado/ofício. Paragominas/PA, 27 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito PROCESSO: 00054740420198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:EDILSON ALVES DA SILVA. DESPACHO DE CITAÇÃO E PENHORA OU ARRESTO: 1. Cite-se o (a) executado (a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa conforme art. 8º da Lei nº 6830/80, ou garantir a Execução, apresentando Bens à Penhora, devendo em caso de não apresentação pelo Executado, proceder o Oficial na forma do art. 7º, Incisos II, III, IV e V da mesma Lei. 2. Não ocorrendo o Pagamento, ao Exequente para que requeira o que entender de direito. 3. Cite-se por Carta com aviso de Recepção - AR 4. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito AJ PROCESSO: 00054758620198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:ROSA MADEIREIRA LTDA. DESPACHO: Compulsando os autos, verifica-se que os endereços fornecidos dos requeridos não fornecem a numeração do imóvel, além de estar localizado na Zona Rural. É de conhecimento público que os correios não entregam correspondências quando os endereços estão INCOMPLETOS, devolvem sem sequer diligenciar justamente com a observação "Endereço Incompleto". Assim, a única maneira de se proceder a Citação dos requeridos é através de Oficial de Justiça, por Mandado, e no caso em tela, por Carta Precatória. Diante disso, intimem-se os autores para que digam se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, e se tiverem, recolham as custas pertinentes, sob pena de extinção. Caso requeiram, desde já autorizo a emissão de nova (s) Guia (s) de Custas, se necessário. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito 1 AJ PROCESSO: 00054767120198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:PAULINO DE OLIVEIRA BARROS FILHO. DESPACHO DE CITAÇÃO E PENHORA OU ARRESTO: 1. Cite-se o (a) executado (a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa conforme art. 8º da Lei nº 6830/80, ou garantir a Execução, apresentando Bens à Penhora, devendo em caso de não apresentação pelo Executado, proceder o Oficial na forma do art. 7º, Incisos II, III, IV e V da mesma Lei. 2. Não ocorrendo o Pagamento, ao Exequente para que requeira o que entender de direito. 3. Cite-se por Carta com aviso de Recepção - AR 4. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito AJ PROCESSO: 00054775620198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:SEBASTIÃO BATISTA MATEUS. DESPACHO DE CITAÇÃO E PENHORA OU ARRESTO: 1. Cite-se o (a) executado (a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa conforme art. 8º da Lei nº 6830/80, ou garantir a

Execução, apresentando Bens à Penhora, devendo em caso de não apresentação pelo Executado, proceder o Oficial na forma do art. 7º, Incisos II, III, IV e V da mesma Lei. 2. Não ocorrendo o Pagamento, ao Exequente para que requeira o que entender de direito. 3. Cite-se por Carta com aviso de Recepção - AR 4. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito AJ PROCESSO: 00054792620198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REPRESENTANTE:EDSON RICARDO SOARES PEREIRA REQUERENTE:FABIO AUGUSTO SANTOS PEREIRA REPRESENTANTE:MARIZETE SANTOS PEREIRA Representante(s): OAB 5201 - ELDELY DA SILVA HUBNER (ADVOGADO) REQUERIDO:JUPARANA COMERCIAL AGRICOLA LTDA. Ação Ordinária Requerentes: EDSON RICARDO SOARES PEREIRA, FABIO AUGUSTO SANTOS PEREIRA E MARIZETE SANTOS PEREIRA. Mandado ao Oficial de Justiça: Requerido (s): Juparanã comercial agrícola Ltda. Endereço: na rodovia PA 256, KM 03, s/n, nova conquista, Paragominas/pa. Prazo de Cumprimento: 30 dias de acordo com o Manual de Rotinas do CNJ. DESPACHO/MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO: 1. Defiro a gratuidade. 2. Considerando que a matéria está afeta a direitos disponíveis e o disposto no artigo 334 do CPC, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320 do CPC e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido (CPC, artigo 332), designo audiência de conciliação para o dia ___/___/____, às ___/___ horas, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. 3. Proceda-se a intimação da parte requerente preferencialmente por meio eletrônico caso indicado na petição para recebimento de intimações, caso contrário, por D.J.E. 4. Expeça-se mandado de citação, com as advertências constantes do artigo 334, parágrafos 8º, 9º e 10º. 5. Tendo em vista o disposto no artigo 335 do Código de Processo Civil, conste também do mandado de citação que o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, §4º, inciso I (se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual); 6. Fica o autor intimado para a audiência na pessoa de seu advogado e por meio da publicação desta decisão na imprensa oficial (CPC, artigo 334, § 3º). 7. Advirto, com fulcro no artigo 334, §8º, do Código de Processo Civil que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. 8. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, §9º). 9. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, § 10º). 10. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito 1 AJ PROCESSO: 00054914020198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:ANA RITA DOS SANTOS BARROSO DA SILVA. DESPACHO DE CITAÇÃO E PENHORA OU ARRESTO: 1. Cite-se o (a) executado (a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa conforme art. 8º da Lei nº 6830/80, ou garantir a Execução, apresentando Bens à Penhora, devendo em caso de não apresentação pelo Executado, proceder o Oficial na forma do art. 7º, Incisos II, III, IV e V da mesma Lei. 2. Não ocorrendo o Pagamento, ao Exequente para que requeira o que entender de direito. 3. Cite-se por Carta com aviso de Recepção - AR 4. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito AJ PROCESSO: 00054922520198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:MAURO ALVES DOS SANTOS. DESPACHO DE CITAÇÃO E PENHORA OU ARRESTO: 1. Cite-se o (a) executado (a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa conforme art. 8º da Lei nº 6830/80, ou garantir a Execução, apresentando Bens à Penhora, devendo em caso de não apresentação pelo Executado, proceder o Oficial na forma do art. 7º, Incisos II, III, IV e V da mesma Lei. 2. Não ocorrendo o Pagamento, ao Exequente para que requeira o que entender de direito. 3. Cite-se por Carta com aviso de Recepção - AR 4. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito AJ PROCESSO: 00054931020198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL

EXECUTADO:ZULEIDE OLIVEIRA SILVA. DESPACHO DE CITAÇÃO E PENHORA OU ARRESTO: 1. Cite-se o (a) executado (a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa conforme art. 8º da Lei nº 6830/80, ou garantir a Execução, apresentando Bens à Penhora, devendo em caso de não apresentação pelo Executado, proceder o Oficial na forma do art. 7º, Incisos II, III, IV e V da mesma Lei. 2. Não ocorrendo o Pagamento, ao Exequente para que requeira o que entender de direito. 3. Cite-se por Carta com aviso de Recepção - AR 4. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito AJ PROCESSO: 00054949220198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 8890 - FABIO THEODORICO FERREIRA GOES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ARLAN TRANSPORTES LTDA. DESPACHO DE CITAÇÃO E PENHORA OU ARRESTO: 1. Cite-se o (a) executado (a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa conforme art. 8º da Lei nº 6830/80, ou garantir a Execução, apresentando Bens à Penhora, devendo em caso de não apresentação pelo Executado, proceder o Oficial na forma do art. 7º, Incisos II, III, IV e V da mesma Lei. 2. Não ocorrendo o Pagamento, ao Exequente para que requeira o que entender de direito. 3. Cite-se por Carta com aviso de Recepção - AR 4. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito AJ PROCESSO: 00054957720198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:PATRICIA SILVA LEITE. DESPACHO DE CITAÇÃO E PENHORA OU ARRESTO: 1. Cite-se o (a) executado (a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa conforme art. 8º da Lei nº 6830/80, ou garantir a Execução, apresentando Bens à Penhora, devendo em caso de não apresentação pelo Executado, proceder o Oficial na forma do art. 7º, Incisos II, III, IV e V da mesma Lei. 2. Não ocorrendo o Pagamento, ao Exequente para que requeira o que entender de direito. 3. Cite-se por Carta com aviso de Recepção - AR 4. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito AJ PROCESSO: 00054966220198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:J A SOUZA INDUSTRIA E COMERCIO DE CARVAO ME. DESPACHO: Compulsando os autos, verifica-se que os endereços fornecidos dos requeridos não fornecem a numeração do imóvel, além de estar localizado na Zona Rural. É de conhecimento público que os correios não entregam correspondências quando os endereços estão INCOMPLETOS, devolvem sem sequer diligenciar justamente com a observação "Endereço Incompleto". Assim, a única maneira de se proceder a Citação dos requeridos é através de Oficial de Justiça, por Mandado, e no caso em tela, por Carta Precatória. Diante disso, intimem-se os autores para que digam se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, e se tiverem, recolham as custas pertinentes, sob pena de extinção. Caso requeiram, desde já autorizo a emissão de nova (s) Guia (s) de Custas, se necessário. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito 1 AJ PROCESSO: 00055096120198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:MANOEL DE LIMA SILVA. DESPACHO DE CITAÇÃO E PENHORA OU ARRESTO: 1. Cite-se o (a) executado (a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa conforme art. 8º da Lei nº 6830/80, ou garantir a Execução, apresentando Bens à Penhora, devendo em caso de não apresentação pelo Executado, proceder o Oficial na forma do art. 7º, Incisos II, III, IV e V da mesma Lei. 2. Não ocorrendo o Pagamento, ao Exequente para que requeira o que entender de direito. 3. Cite-se por Carta com aviso de Recepção - AR 4. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito AJ PROCESSO: 00055104620198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:FRANCISCA PINTO DE MATOS. DESPACHO DE CITAÇÃO E PENHORA OU ARRESTO: 1. Cite-se o (a) executado (a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa conforme art. 8º da Lei nº 6830/80, ou garantir a Execução, apresentando Bens à Penhora, devendo em caso de não apresentação pelo Executado, proceder o Oficial na forma do art. 7º, Incisos II, III, IV e V da mesma Lei. 2. Não ocorrendo o Pagamento,

ao Exequente para que requeira o que entender de direito. 3. Cite-se por Carta com aviso de Recepção - AR 4. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito AJ PROCESSO: 00055113120198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:JOSE RODRIGUES NASCIMENTO FILHO. DESPACHO DE CITAÇÃO E PENHORA OU ARRESTO: 1. Cite-se o (a) executado (a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa conforme art. 8º da Lei nº 6830/80, ou garantir a Execução, apresentando Bens à Penhora, devendo em caso de não apresentação pelo Executado, proceder o Oficial na forma do art. 7º, Incisos II, III, IV e V da mesma Lei. 2. Não ocorrendo o Pagamento, ao Exequente para que requeira o que entender de direito. 3. Cite-se por Carta com aviso de Recepção - AR 4. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito AJ PROCESSO: 00055121620198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:J C DE SOUZA E CIA LTDA. DESPACHO DE CITAÇÃO E PENHORA OU ARRESTO: 1. Cite-se o (a) executado (a), para, no prazo de 5 (cinco) dias, pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa conforme art. 8º da Lei nº 6830/80, ou garantir a Execução, apresentando Bens à Penhora, devendo em caso de não apresentação pelo Executado, proceder o Oficial na forma do art. 7º, Incisos II, III, IV e V da mesma Lei. 2. Não ocorrendo o Pagamento, ao Exequente para que requeira o que entender de direito. 3. Cite-se por Carta com aviso de Recepção - AR 4. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito AJ PROCESSO: 00073381420188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:J T DA CRUZ EMPREENDIMENTOS E LOGISTICA - ME REQUERENTE:MALCO OTTO HUBNER Representante(s): OAB 15441-B - DIEGO SAMPAIO SOUSA (ADVOGADO) OAB 16520-A - TIBERIO CESAR SAMPAIO TEIXEIRA (ADVOGADO) OAB 17772-B - SERGIO DE BARROS BIANCHI COSTA (ADVOGADO) OAB 23249 - DANIELLY JÉSSICA CORDEIRO DE SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:VALDINEI LIMA FERREIRA EPP. DESPACHO: O CNPJ fornecido na exordial pertence a Empresa M R PANTOJA, diversa da VALDINEI LIMA FERREIRA EPP, pelo que deixei de efetuar a pesquisa. Ao autor para que apresente documentação comprobatória de que se trata da mesma Empresa com alteração do nome, ou, que se trata de sucessão de Empresas. Em seguida, voltem-me conclusos. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. Fernanda Azevedo Lucena Juíza de Direito 1 AJ PROCESSO: 00077946120188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Ação Civil Pública em: 27/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA AUTOR:DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:JOAO LEANDRO DA SILVA. DECISÃO É dever das partes manterem atualizados seus endereços para intimações, reputando-se válidas aquelas que forem realizadas nos endereços que constam dos autos. Intime-se o advogado do réu para atualizar o endereço de seu constituinte sob pena de revelia. Paragominas/PA, 27 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito PROCESSO: 00077963120188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Ação Civil Pública em: 27/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA AUTOR:DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:MARIA DE LOURDES ROCHA Representante(s): OAB 12399 - MAXIELY SCARAMUSSA BERGAMIN (ADVOGADO) . DECIS"O Mantenho a decisão agravada pelos seus próprios fundamentos, considerando que eventual efeito suspensivo não interferirá no prosseguimento do processo, passo ao saneamento. DA PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE Rejeito a preliminar de ilegitimidade, pois fundada em questão que se insere na análise do próprio mérito, qual seja, a excludente de responsabilidade consubstanciada no caso fortuito e força maior e nele será analisado. DA ILEGALIDADE DO INQUÉRITO CIVIL A questão já se encontra judicializada, sendo certo que eventuais ilegalidades praticadas no inquérito civil não contaminam a presente ação, na qual as partes terão direito à ampla defesa e ao contraditório e a análise das provas produzidas em conjunto. DA DENUNCIAÇ"O À LIDE. A denunciação à lide encontra previsão no art. 125 do CPC que assim dispõe: Art. 125. É admissível a denunciação da lide, promovida por qualquer das partes: I - ao alienante imediato, no processo relativo à coisa cujo domínio foi transferido ao denunciante, a fim de que possa exercer os direitos que da evicção lhe resultam; II - àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em aç"o regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo. Pelas alegações do réu, percebe-se que obviamente o enquadramento que pretende é aquele previsto no art. 125, II, do CPC, sustentando culpa

exclusiva do ente público que teria fornecido maquinário e pessoal para a construção da barragem em sua propriedade. Porém, consoante se depreende das alegações da parte autora, o fundamento da demanda é a responsabilidade civil, a qual, conforme disposto no art. 942 do Código Civil prevê que se a ofensa tiver mais de um autor, todos responderão solidariamente pela reparação. Ou seja, a responsabilidade de um não exclui a do outro, tendo o autor ajuizado inclusive ação contra o ente público. Assim, a tese do réu que embasa o pedido de denunciação à lide não possui um alto grau de probabilidade, considerando as alegações da parte autora e do próprio réu, sendo insuficiente, portanto, para justificar uma ampliação subjetiva da lide, razão pela qual indefiro o pedido de denunciação à lide. Outrossim, ressalte-se que o réu, na eventualidade de obter êxito com sua tese, poderá em caso de condenação valer-se de seu direito de regresso em ação autônoma. Não obstante a óbvia conexão entre as demandas, a reunião dos processos não se recomenda no presente caso, em razão dos inúmeros processos ajuizados, o que acarretará óbvia dificuldade no manuseio dos processos, acarretando ainda maior morosidade na solução das lides. PONTOS CONTROVERTIDOS Passo à fixação dos pontos controvertidos, sobre os quais deverão incidir a dilação probatória. 1) A construção no imóvel do réu da barragem que se rompeu durante as fortes chuvas com maquinário, pessoal e anuência do ente público, exclui a responsabilidade do réu por eventuais danos decorrentes de seu rompimento? 2) A ausência de licenciamento ambiental da barragem rompida, de per si, gera o dever de indenizar eventuais danos? 3) Há nexo causal entre o rompimento da sua barragem e os danos alegados? 4) As fortes chuvas, de per si, causaram os danos alegados? (excludente de responsabilidade: força maior) Considerando o princípio da colaboração e à vista dos pontos controvertidos acima fixados pelo juízo, digam as partes se concordam ou não com tais pontos, indicando, em caso negativo, quais os pontos que entendem controvertidos. Caso concordem com os pontos controvertidos ora fixados, digam ainda sobre quais provas pretendem produzir. Prazo sucessivo de 10 dias. Paragominas/PA, 27 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA JUÍZA DE DIREITO P R O C E S S O : 0 0 0 8 1 9 4 7 5 2 0 1 8 8 1 4 0 0 3 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Embargos de Terceiro em: 27/06/2019 EMBARGADO:BANCO DO ESTADO DO PARA SA Representante(s): OAB 9238 - ALLAN FABIO DA SILVA PINGARILHO (ADVOGADO) OAB 10270 - LETICIA DAVID THOME (ADVOGADO) EMBARGANTE:XERXES LOWWEL ULIANA Representante(s): OAB 15837 - SERGIO RENATO FREITAS DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 15638 - TANIA CRISTINA FREITAS DE OLIVEIRA LABAD (ADVOGADO) . DESPACHO: Cumpra-se o despacho de fls. 186. Paragominas (PA), 27/06/2019. Fernanda Azevedo Lucena Juíza de Direito 1 AJ PROCESSO: 00084943720188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Ação Civil Pública em: 27/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:ESTADO DO PARA INTERESSADO:ANTONIO AMBROSIO DE JESUS. Vistos, etc. Trata-se de Ação civil pública de Obrigação de Fazer Com Pedido de Tutela de Urgência formulado promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ em favor de ANTÔNIO AMBRÓSIO DE JESUS, qualificado nos autos, em face do ESTADO DO PARÁ, no qual alega que se encontra acometido de grave problema de saúde, apresentando INSUFICIÊNCIA RENAL CRÔNICA NÃO ESPECIFICADA (CID 10: N18.9), necessitando realizar tratamento dialítico especializado com um nefrologista, especialidade não existente no município. Informa que foi internado no hospital municipal em 08/07/2018 com quadro de dor em hipogastro, redução do volume urinário e hematúria macroscópia (...) onde foi constatado perda importante da função renal conforme laudo. (fls. 12). Ante tal quadro, alega necessidade urgente de acompanhamento e tratamento dialítico imprescindível para garantir a saúde, quiçá a vida do autor. Aduz que desde a internação aguarda atendimento, sem êxito e que, nos exames médicos, consta que o autor precisa ser atendido em caráter de urgência. Pugna pelo deferimento da tutela de urgência para que seja determinado ao réu que realize o procedimento cirúrgico indicado pelos médicos que acompanham o autor, bem como, todos os exames, medicamentos e/ou tratamento hospitalar necessário ao restabelecimento da saúde do autor, enquanto persistir sua necessidade, fixando-lhe o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, devido à URGÊNCIA que o caso requer, para o cumprimento da ordem judicial, sob pena de incorrerem em multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e, em havendo descumprimento da decisão judicial. Ao final requereu a confirmação da tutela de urgência. Inicial e documentos 02/24. Tutela Antecipada deferida às fls. 25/28. O Estado citado apresentou contestação às fls. 43/57, onde, em síntese, alegou as preliminares de falta de interesse processual por perda do objeto, da inépcia do pleito e ilegitimidade. No Mérito, aduz que a decisão judicial viola o princípio da separação dos poderes, alegou a reserva do possível. Pugnou pela improcedência do pedido, requerendo ainda, a reconsideração da decisão liminar anteriormente deferida. Réplica à Contestação às fls. 61verso. Manifestação do ESTADO DO PARÁ às fls. 63, alega a perda do objeto e requer extinção do processo sem resolução do mérito para fins do art. 485, inciso IV do CPC. Vieram-me os autos Conclusos. É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR.

Passo à análise das preliminares arguidas. Quanto a Preliminar de Perda do Objeto pela falta superveniente de Interesse, rejeito-a, haja vista que o atendimento foi realizado somente após a judicialização da demanda e após decisão que deferiu liminarmente o pedido da autora, portanto, patente o interesse de agir. Não há que se falar em perda superveniente do objeto. Sobre a preliminar de inépcia da inicial, rejeito-a, pois, o processo contém os documentos necessários para seu julgamento. Igualmente deve ser rejeitada a preliminar de Ilegitimidade Passiva do Estado pois, é pacífico na jurisprudência e doutrina pátrias que a responsabilidade em matéria de saúde, por imperativo constitucional, rege-se pelas regras da solidariedade. Portanto, todos os entes da federação são solidariamente responsáveis, podendo o administrado escolher aquele contra quem deverá litigar. Quanto a impossibilidade de responsabilização pessoal do gestor público, com razão o réu. Conforme se depreende dos julgados a seguir transcritos, tem-se afastado a responsabilização pessoal dos gestores públicos nos casos de saúde, razão pela qual acolho a preliminar para determinar a exclusão dos mesmos do pólo passivo da demanda. Neste sentido, o seguinte julgado: PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO - REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL Nº 0045685-19.2012.8.14.0301 RELATORA: DESEMBARGADORA LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO APELANTE: ESTADO DO PARÁ PROCURADORA DO ESTADO: RENATA DE CÁSSIA CARDOSO DE MAGALHÃES APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO PROMOTOR DE JUSTIÇA: JOSÉ MARIA COSTA LIMA JÚNIOR PROCURADOR DE JUSTIÇA: ESTEVAM ALVES SAMPAIO FILHO REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FORNECIMENTO DO MEDICAMENTO TRIPTORRELINA. MENOR. LAUDOS MÉDICOS COMPROBATÓRIOS DA NECESSIDADE DO MEDICAMENTO. DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS PELO DEVER DE PRESTAR ASSISTÊNCIA À SAÚDE. MATÉRIA DECIDIDA EM SEDE DE REPERCUSSÃO GERAL NO STF (RE 855178). RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO APENAS PARA AFASTAR A MULTA PESSOAL AO GESTOR DA SESPA.DECISÃO MONOCRÁTICA(...) 4. Recurso Especial provido.(REsp nº 1315719/SE, 27-8-2013, Rel. Min. Herman Benjamin)ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA ILEGITIMIDADE PASSIVA. AFASTADA. CONTRARIEDADE AO ART. 461, § 2.º DO CODEX PROCESSUAL. MULTA COMINATÓRIA NA PESSOA DO REPRESENTANTE DA ENTIDADE PÚBLICA.' IMPOSSIBILIDADE. (...)2. O entendimento deste Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que as pessoas do representante e da entidade pública não se confundem e, portanto, não é possível aplicar multa cominatória a quem não participou efetivamente do processo. Precedentes. 3. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 847.907/DF, Rel. Min. LAURITA VAZ, Quinta Turma, DJe 16/11/2011.)PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. APLICAÇÃO DE MULTA PREVISTA NO ART. 461, §§ 4º E 5º, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO AO GESTOR PÚBLICO. LEGITIMIDADE DO ENTE ESTATAL. RECURSO ESPECIAL PROVIDO. (...) O cerne da controvérsia cinge-se ao cabimento, ou não, de multa diária imposta aos representantes do ente público pelo descumprimento de ordem judicial. É pacífico o entendimento desta Corte, que admite a imposição da multa cominatória prevista no art. 461, § 4º, do CPC à Fazenda Pública, não sendo possível, contudo, estendê-la ao agente político que não participou do processo e, portanto, não exercitou seu constitucional direito de ampla defesa. Nesse sentido: "ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APLICAÇÃO DE MULTA PREVISTA NO ART. 461, §§ 4º E 5º, DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE REDIRECIONAMENTO AO GESTOR PÚBLICO POR NÃO SER PARTE NO FEITO. 1. Nos termos da jurisprudência pacífica desta Corte, em se tratando de obrigação de fazer, é permitido ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, a imposição de multa cominatória ao devedor (astreintes), mesmo contra a Fazenda Pública. 2. Não é possível, contudo, a extensão ao agente político de sanção coercitiva aplicada à Fazenda Pública em decorrência da sua não participação efetiva no processo. Entendimento contrário acabaria por violar os princípios do contraditório e da ampla defesa. Agravo regimental improvido." (AgRg no AREsp 196.946/SE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 16/5/2013 (...). (2018.03439435-32, Não Informado, Rel. LUZIA NADJA GUIMARAES NASCIMENTO, Órgão Julgador 2ª TURMA DE DIREITO PÚBLICO, Julgado em 2018-08-30, Publicado em 2018-08-30) No mérito A possibilidade de responsabilização civil do Estado é necessária como forma de controle da atuação dos órgãos e agentes públicos, visto que, enquanto defensor dos interesses da coletividade, o Administração Pública deve sempre buscar o atendimento desses interesses em seus atos, sob pena de violação de sua obrigação jurídica primordial. Devido ao Estado ser constitucionalmente responsável por garantir a saúde aos seus administrados, é pacífico o entendimento da possibilidade de aplicação das regras de Responsabilidade Civil, como forma de combater arbitrariedades, injustiças e negligências. CF/88: "Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e

serviços para sua promoção, proteção e recuperação". É dever do Estado proteger e propiciar o direito à saúde, importando no dever de agir do Estado para sua efetivação. A omissão do Estado se dá quando são constatadas falhas nos serviços públicos ou ausência de sua prestação. Conclui-se que a Responsabilidade quanto a prestação de serviços de Saúde e demais consectários é de natureza solidária entre os entes, incluindo-se no caso, o Estado, parte legítima a ser demandada. Seu pedido foi efetuado e fundamentado no art. 300 do CPC, e a Tutela deferida foi de Urgência, porém, não antecedente. Verifica-se ainda, que houve reconhecimento pelo requerido do pedido do Autor ao cumprirem a decisão sem oposição de recurso que viesse a ter provimento. Não há que se falar em perda do objeto, pois a tutela de urgência foi cumprida e a necessidade de atendimento foi patente. Segundo dispõe o art. 4º do novo código de processo civil, deve-se acolher o princípio da primazia da decisão com mérito, pois o objeto da presente ação foi cumprido. DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM JULGAMENTO DO MÉRITO, com fulcro no art. 487, I, do CPC. Confirmando a antecipação de tutela deferida. Sem custas e honorários e face da natureza da ação. Após o Trânsito em Julgado, Certifique-se e Arquivem-se os autos sem necessidade de nova conclusão. P.R.I. Cumpra-se. Paragominas/PA, 27/06/2019. homenagens, procedendo-se CERTI_____
_____Fernanda Azevedo Lucena Juíza de Direito 4 AJ PROCESSO: 00084943720188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Ação Civil Pública em: 27/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:ESTADO DO PARA INTERESSADO:ANTONIO AMBROSIO DE JESUS. Processo nº 0012262-68.2018.8.14.0039 Ação civil pública de Obrigação de Fazer Com Pedido de Tutela de Urgência. Requerente (s): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ Requerido (s): ESTADO DO PARÁ OUTROS. Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em face do ESTADO DO PARÁ, representado por seu Secretário de Saúde, Sr. VITOR MANUEL JESUS MATEUS; MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO POMBO TOCANTINS e pelo Secretário de Saúde, Sr. FLÁVIO DOS SANTOS GARAJAU, em benefício de MARIA DAS GRAÇAS MACIEL CLEMENTE, proposta em 11 de outubro de 2018, às 14h52min, em Plantão. Alega em síntese que, a Sra. MARIA DAS GRAÇAS MACIEL CLEMENTE, de 66 anos de idade, se encontra internada na Unidade de Pronto Atendimento do Município de Paragominas desde 24 de setembro de 2018, uma vez que é portadora de doença renal crônica, necessitando com urgência de leito para tratamento de diálise. Informou que houve solicitação de leito junto ao Município de Paragominas, contudo, não foi disponibilizado. E, que já houve anteriormente a negativa de disponibilidade de leito, em que pese o quadro clínico da requente ser classificado como urgente. Diante disso, requereu a concessão de antecipação de tutela inaudita altera pars, nos termos do artigo 12, da Lei nº 7.347/85, para obrigar os requeridos a fornecerem tratamento médico especializado a requente, MARIA DAS GRAÇAS MACIEL CLEMENTE, com disponibilidade imediata de vaga na UTI do Hospital Regional de Paragominas ou outro com condições para fazê-lo, para atender o seu quadro de saúde. Pugna a fim de que seja realizado tratamento especializado, qual seja, realizações de exames, cirurgias, caso necessário, e fornecimento de medicamentos imprescindíveis a sua sobrevivência, devido à URGÊNCIA que o caso requer, para o cumprimento da ordem judicial, sob pena de incorrer em multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Ao final requereu a confirmação da tutela de urgência. Inicial e documentos 02/50. Tutela Antecipada deferida às fls.51/52. O Estado citado apresentou contestação às fls. 81/93, onde, em síntese, alegou as preliminares de falta de interesse processual por perda do objeto e ilegitimidade do Estado. No Mérito, que a decisão judicial viola o princípio da separação dos poderes alegou a reserva do possível. Pugnou pela improcedência do pedido, requerendo ainda, a reconsideração da decisão liminar anteriormente deferida. O Município contestou às fls 96/109. Arguiu preliminares de ilegitimidade ativa do Ministério Público, da perda superveniente do objeto. Ao final pugnou pela improcedência do pedido. Réplica à Contestação às fls. 114. Requereu a extinção do processo sem resolução do mérito, o qual alega ter sido cumprido a obrigação contida na inicial. Vieram-me os autos Conclusos. É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR. Passo à análise das preliminares arguidas. Quanto as Preliminares de Perda do Objeto pela falta superveniente de Interesse, rejeito-a, haja vista que o atendimento foi realizado somente após a judicialização da demanda e após decisão que deferiu liminarmente o pedido da autora, portanto, patente o interesse de agir. Não há que se falar em perda superveniente do objeto. Igualmente deve ser rejeitada a preliminar de Ilegitimidade Passiva do Estado, pois é pacífico na jurisprudência e doutrina pátrias que a responsabilidade em matéria de saúde, por imperativo constitucional, rege-se pelas regras da solidariedade. Portanto, todos os entes da federação são solidariamente responsáveis, podendo o administrado escolher aquele contra quem deverá litigar. Sobre a ilegitimidade do Ministério Público,

rejeito-a tendo em vista que, o Ministério Público tem legitimidade para defender os interesses sociais, de maneira geral, confirmada pela Carta Magna, e resta evidente (presumido) o interesse público na tutela requerida. No mérito A possibilidade de responsabilização civil do Estado é necessária como forma de controle da atuação dos órgãos e agentes públicos, visto que, enquanto defensor dos interesses da coletividade, o Administração Pública deve sempre buscar o atendimento desses interesses em seus atos, sob pena de violação de sua obrigação jurídica primordial. Devido ao Estado ser constitucionalmente responsável por garantir a saúde aos seus administrados, é pacífico o entendimento da possibilidade de aplicação das regras de Responsabilidade Civil, como forma de combater arbitrariedades, injustiças e negligências. CF/88: "Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". É dever do Estado proteger e propiciar o direito à saúde, importando no dever de agir do Estado para sua efetivação. A omissão do Estado se dá quando são constatadas falhas nos serviços públicos ou ausência de sua prestação. Conclui-se que a Responsabilidade quanto a prestação de serviços de Saúde e demais consectários é de natureza solidária entre os entes, incluindo-se no caso, o Estado e Munícipio, que são partes legítimas a serem demandadas. Seu pedido foi efetuado e fundamentado no art. 300 do CPC, e a Tutela deferida foi de Urgência, porém, não antecedente. Verifica-se ainda, que houve reconhecimento pelos requeridos do pedido do Autor ao cumprirem a decisão sem oposição de recurso que viesse a ter provimento. Não há que se falar em perda do objeto, pois a tutela de urgência foi cumprida e a necessidade de atendimento foi patente. Segundo dispõe o art. 4º do novo código de processo civil, deve-se acolher o princípio da primazia da decisão com mérito, pois o objeto da presente ação foi cumprido. DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM JULGAMENTO DO MÉRITO, com fulcro no art. 487, I, do CPC. Confirmando a antecipação de tutela deferida. Sem custas e honorários e face da natureza da ação. Após o Trânsito em Julgado, Certifique-se e Arquivem-se os autos sem necessidade de nova conclusão. P.R.I. Cumpra-se. Paragominas/PA, 27/06/2019. homenagens, procedendo-se CERTI_____
_____Fernanda Azevedo Lucena Juíza de Direito 4 AJ PROCESSO: 00086632420188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:JOANA SANTANA DE SOUSA Representante(s): OAB 26338-A - OTÁVIO SOCORRO ALVES SANTA ROSA (ADVOGADO) OAB 392157 - RODOLFO FIASCHI RICCIARDI (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO S A TERCEIRO:ITAU UNIBANCO SA. SENTENÇA JOANA SANTANA DE SOUSA ajuizou ação declaratória de inexistência de relação jurídica com repetição do indébito, danos materiais e danos morais e tutela de urgência em face do BANCO ITAU CONSIGNADO S/A, alegando que foi surpreendida com a cobrança em duplicidade de um contrato de empréstimo consignado realizado com o réu. Que é analfabeta, idosa e sempre assinou todos documentos que o réu lhe passava acreditando em sua boa-fé, porém, ao verificar que os descontos do empréstimo realizado não se encerravam, procurou o extrato de seu benefício, tendo constatada a cobrança indevida, no valor de R$ 5.916,81(cinco mil novecentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos), contrato 540862449, com parcelas idênticas ao contrato 230594817, sendo descontado mensalmente um no valor de R$ 167,15 (cento e sessenta e sete reais e quinze centavos), tendo sido descontadas 10 parcelas do último contrato. Sustentando a existência dos requisitos da tutela provisória de urgência, requereu a suspensão dos descontos mensais em seu benefício. Ao final, requereu a declaração de inexistência do debito, repetição do indébito e condenação ao pagamento de danos morais no valor de 20.000,00 (vinte mil reais), mais acréscimos legais. Inicial e documentos às fls. 02/18. Deferida a tutela de urgência às fls. 19. Realizada a audiência de conciliação que restou infrutífera às fls. 34. Em contestação da ré às fls. 35/58, alegou que não estão presentes os requisitos da responsabilidade civil, sustentada a ausência do interesse de agir, a qual informa que o contrato de empréstimo consignado nº 230594817 foi cancelado desde 13/11/2014. Confirma que o contrato foi validamente celebrado entre as partes, que os descontos são legítimos. Afirmou que, não obstante as cautelas tomadas pode ter sido vítima de fraudadores. Sustenta a inexistência dos requisitos legais para a repetição do indébito e da responsabilidade civil, em especial, que não há dano, nexo causal entre qualquer ato ilícito do réu e o alegado dano. Pugna pela improcedência do pedido. Réplica às fls. 61/62, requereu o julgamento antecipado da lide, assim como o réu às fls. 64/70. DECIDO. Rejeito a preliminar de falta de interesse de agir, eis que houve descontos de parcelas dos contratos cancelados administrativamente pelo réu, valores estes não devolvidos, fazendo parte do pedido de repetição de indébito. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, passo ao mérito. Narra a parte autora que foi surpreendida com a cobrança de uma dívida indevida em sua aposentadoria, resultante de empréstimos consignado adquirido junto ao réu, no valor de R$ 5.916,81(cinco mil novecentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos),

contrato 540862449, com parcelas idênticas ao contrato 230594817, sendo descontado mensalmente um no valor de R$ 167,15(cento e sessenta e sete reais e quinze centavos). O réu alega a regularidade dos contratos que teriam decorrido de refinanciamentos. A documentação juntada pelo réu é imprestável para comprovar a regularidade da contratação. Os valores supostamente liberados em favor da autora não condizem com o valor financiado. As cópias quase ilegíveis dificultam a leitura e análise dos dados necessários para a perfeita compreensão da dinâmica das contratações que geraram os descontos no benefício da autora. Ressalte-se a negligência da ré na referida contratação é patente. Assim, resta evidenciado que o réu não foi diligente na contratação. Destarte, não se desincumbiu o réu de seu ônus probatório, nos termos do artigo 333, inciso II, do CPC, pois não demonstrou a legítima contratação que envolve os descontos no benefício da parte autora e o suposto refinanciamento. A ré deve juntar toda a documentação e demonstrar cabalmente o cumprimento de suas obrigações, não podendo deixar margens para dúvidas, pois vigora em favor da autora, parte hipossuficiente da relação consumerista, o princípio in dubio pro consumidor. Trata-se de fato negativo que atraí para o réu o ônus de provar que a contratação ocorreu de forma legítima. Frise-se que, como dito, a base da responsabilidade objetiva do Código de Defesa do Consumidor é a teoria do risco da atividade, sendo irrelevante a discussão acerca da culpa da parte requerida pelo evento ofensivo que causou. No presente caso, evidencia-se a irregularidade no serviço prestado pela instituição financeira ré diante da manifesta falha na segurança do serviço ao não tomar os cuidados necessários à formalização dos contratos. Ao disponibilizar os seus produtos e serviços, não forneceu a segurança que se espera na coleta e conferência de dados e documentos dos consumidores que os solicitam. Por essa razão, não há de se falar em culpa exclusiva de terceiro, pois o evento ilícito em foco decorreu diretamente do serviço fornecido pela demandada sem a segurança que lhe é exigida, descurando-se do dever de informação, violando a boa-fé objetiva, não havendo rompimento do nexo de causalidade. O dano está evidenciado no desconto indevido dos valores dos empréstimos ilegítimos nos rendimentos da autora. Trata-se de dano direto, objetivo e imediato, configurando-se na modalidade "in re ipsa", consoante forte construção doutrinária, seguida de forma harmônica pela jurisprudência. Presentes os elementos da responsabilidade civil, impõe-se o dever de indenizar. O valor da indenização por dano moral deve ser fixado moderadamente, levando-se em conta as condições do ofensor, do ofendido, a extensão do dano, os critérios de proporcionalidade e razoabilidade, além de ter caráter punitivo-pedagógico. O valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) revela-se razoável. Repara os danos causados, desestimula a negligência do réu no trato com seus clientes e não gera enriquecimento ilícito. Neste sentido, o seguinte julgado do Egrégio TJDFT: APELAÇÃO CÍVEL. DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO. REPACTUAÇÃO DE CONTRATO ANTERIOR. NÃO COMPROVAÇÃO. ALTERAÇÃO UNILATERAL DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS. COMPENSAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DESCONTOS INDEVIDOS EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. VERBA DE NATUREZA ALIMENTAR. DANO MORAL PRESUMIDO. É ônus da instituição bancária requerida comprovar a repactuação das condições de contrato de empréstimo consignado firmado com o consumidor, sob pena de violação do artigo 6º, inciso III, do Código de Defesa do Consumidor, relativo ao direito de informação. Os descontos realizados por instituição financeira em benefício previdenciário decorrentes de alteração unilateral de contrato de empréstimo devem ser restituídos ao consumidor na forma simples, uma vez que havia autorização prévia do consumidor para tal procedimento. Inviável o reconhecimento do direito de compensação pretendido pela instituição financeira, se não ficou demonstrada nos autos quer a existência de saldo devedor do empréstimo realizado pelo autor, quer o valor devido, não sendo a dívida líquida. São presumidos os danos morais decorrentes do desconto indevido em verbas de natureza alimentar, uma vez que comprometem a subsistência do consumidor. (Acórdão n.1137837, 20180510057897APC, Relator: ESDRAS NEVES 6ª TURMA CÍVEL, Data de Julgamento: 14/11/2018, Publicado no DJE: 20/11/2018. Pág.: 722/728) Restando evidenciado que os descontos foram indevidos, cabe a repetição do indébito conforme previsto no art. 42, parágrafo único do CDC que dispõe: Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável. DISPOSITIVO Por todo o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos e DECLARO a inexistência dos débitos decorrentes dos contratos de empréstimos consignados objetos do litígio e CONDENO o réu a pagar à parte autora R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, acrescido de juros de mora e correção monetária desde o arbitramento (súmula 362, STJ). Consequentemente, resolvo o mérito da demanda, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Condeno ainda o réu à repetição do indébito das parcelas descontadas do benefício da autora, a serem corrigidos monetariamente pelo INPC a partir dos respectivos descontos e juros de mora de 1% a

partir da citação. Condeno o réu ao pagamento de custas e honorários advocatícios estes fixados em 10% do valor da condenação. Confirmo a tutela provisória de urgência deferida liminarmente. Transitada em julgado e, não havendo outros requerimentos, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se e Intime-se. Paragominas, 27 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito PROCESSO: 00109817720188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 27/06/2019 REQUERIDO:ORLANDO LEONES DO NASCIMENTO REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS SICREDI LTDA Representante(s): OAB 34607 - VERA REGINA MARTINS (ADVOGADO) . Processo nº 0010981-77.2018.8.14.0039 Ação de Busca e Apreensão Requerente(s): ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS SICREDI LTDA Executado(s): ORLANDO LEONES DO NASCIMENTO. Vistos, etc. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão proposta por ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS SICREDI LTDA em face de ORLANDO LEONES DO NASCIMENTO, todos já devidamente qualificados na exordial. Certidão da UNAJ informando que as custas iniciais não foram devidamente recolhidas (fls. 22), sendo determinada a intimação do autor para que promovesse a Emenda à Inicial, recolhendo as custas complementares, com as advertências do art. 321, §1º do CPC. Devidamente intimado, o autor requereu às fls. 38 a Desistência da Ação, com a consequente Extinção sem Julgamento do Mérito, por não mais ter interesse no seu prosseguimento. Desnecessária a intervenção do Ministério Público por não se tratar de nenhum dos casos previstos no art. 178 do CPC. Homologo a desistência da ação impetrada pelo autor. Diante disso, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, com fulcro no art. 485, Inciso VIII do CPC. Custas pelo réu. Condeno ao réu ao pagamento de honorários advocatícios no percentual de 10% do valor da causa, em face do princípio da causalidade. Transitado em julgado, pago as custas, dar-se baixa e arquive-se os autos. Cumpra-se. P.R.I. Paragominas (PA), 27/06/2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito. 1 AJ PROCESSO: 00122626820188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA DAS GRACAS MACIEL CLEMENTE REQUERIDO:A COLETIVIDADE O ESTADO. Vistos, etc. Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DE URGÊNCIA proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em face do ESTADO DO PARÁ, representado por seu Secretário de Saúde, Sr. VITOR MANUEL JESUS MATEUS; MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. PAULO POMBO TOCANTINS e pelo Secretário de Saúde, Sr. FLÁVIO DOS SANTOS GARAJAU, em benefício de MARIA DAS GRAÇAS MACIEL CLEMENTE, proposta em 11 de outubro de 2018, às 14h52min, em Plantão. Alega em síntese que, a Sra. MARIA DAS GRAÇAS MACIEL CLEMENTE, de 66 anos de idade, se encontra internada na Unidade de Pronto Atendimento do Município de Paragominas desde 24 de setembro de 2018, uma vez que é portadora de doença renal crônica, necessitando com urgência de leito para tratamento de diálise. Informou que houve solicitação de leito junto ao Município de Paragominas, contudo, não foi disponibilizado. E, que já houve anteriormente a negativa de disponibilidade de leito, em que pese o quadro clínico da requente ser classificado como urgente. Diante disso, requereu a concessão de antecipação de tutela inaudita altera pars, nos termos do artigo 12, da Lei nº 7.347/85, para obrigar os requeridos a fornecerem tratamento médico especializado a requente, MARIA DAS GRAÇAS MACIEL CLEMENTE, com disponibilidade imediata de vaga na UTI do Hospital Regional de Paragominas ou outro com condições para fazê-lo, para atender o seu quadro de saúde. Pugna a fim de que seja realizado tratamento especializado, qual seja, realizações de exames, cirurgias, caso necessário, e fornecimento de medicamentos imprescindíveis a sua sobrevivência, devido à URGÊNCIA que o caso requer, para o cumprimento da ordem judicial, sob pena de incorrer em multa diária de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Ao final requereu a confirmação da tutela de urgência. Inicial e documentos 02/50. Tutela Antecipada deferida às fls.51/52. O Estado citado apresentou contestação às fls. 81/93, onde, em síntese, alegou as preliminares de falta de interesse processual por perda do objeto e ilegitimidade do Estado. No Mérito, que a decisão judicial viola o princípio da separação dos poderes alegou a reserva do possível. Pugnou pela improcedência do pedido, requerendo ainda, a reconsideração da decisão liminar anteriormente deferida. O Município contestou às fls 96/109. Arguiu preliminares de ilegitimidade ativa do Ministério Público, da perda superveniente do objeto. Ao final pugnou pela improcedência do pedido. Réplica à Contestação às fls. 114. Requereu a extinção do processo sem resolução do mérito, o qual alega ter sido cumprido a obrigação contida na inicial. Vieram-me os autos Conclusos. É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR. Passo à análise das preliminares arguidas. Quanto as Preliminares de Perda do Objeto pela falta superveniente de Interesse, rejeito-a, haja vista que o atendimento foi realizado somente após a judicialização da demanda e após decisão que deferiu liminarmente o pedido da autora, portanto, patente o interesse de agir. Não há que se falar em perda

superveniente do objeto. Igualmente deve ser rejeitada a preliminar de Ilegitimidade Passiva do Estado, pois é pacífico na jurisprudência e doutrina pátrias que a responsabilidade em matéria de saúde, por imperativo constitucional, rege-se pelas regras da solidariedade. Portanto, todos os entes da federação são solidariamente responsáveis, podendo o administrado escolher aquele contra quem deverá litigar. Sobre a ilegitimidade do Ministério Público, rejeito-a tendo em vista que, o Ministério Público tem legitimidade para defender os interesses sociais, de maneira geral, confirmada pela Carta Magna, e resta evidente (presumido) o interesse público na tutela requerida. No mérito A possibilidade de responsabilização civil do Estado é necessária como forma de controle da atuação dos órgãos e agentes públicos, visto que, enquanto defensor dos interesses da coletividade, o Administração Pública deve sempre buscar o atendimento desses interesses em seus atos, sob pena de violação de sua obrigação jurídica primordial. Devido ao Estado ser constitucionalmente responsável por garantir a saúde aos seus administrados, é pacífico o entendimento da possibilidade de aplicação das regras de Responsabilidade Civil, como forma de combater arbitrariedades, injustiças e negligências. CF/88: "Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação". É dever do Estado proteger e propiciar o direito à saúde, importando no dever de agir do Estado para sua efetivação. A omissão do Estado se dá quando são constatadas falhas nos serviços públicos ou ausência de sua prestação. Conclui-se que a Responsabilidade quanto a prestação de serviços de Saúde e demais consectários é de natureza solidária entre os entes, incluindo-se no caso, o Estado e Munícipio, que são partes legítimas a serem demandadas. Seu pedido foi efetuado e fundamentado no art. 300 do CPC, e a Tutela deferida foi de Urgência, porém, não antecedente. Verifica-se ainda, que houve reconhecimento pelos requeridos do pedido do Autor ao cumprirem a decisão sem oposição de recurso que viesse a ter provimento. Não há que se falar em perda do objeto, pois a tutela de urgência foi cumprida e a necessidade de atendimento foi patente. Segundo dispõe o art. 4º do novo código de processo civil, deve-se acolher o princípio da primazia da decisão com mérito, pois o objeto da presente ação foi cumprido. DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, COM JULGAMENTO DO MÉRITO, com fulcro no art. 487, I, do CPC. Confirmando a antecipação de tutela deferida. Sem custas e honorários e face da natureza da ação. Após o Trânsito em Julgado, Certifique-se e Arquivem-se os autos sem necessidade de nova conclusão. P.R.I. Cumpra-se. Paragominas/PA, 27/06/2019. homenagens, procedendo-se CERTI_____
_____Fernanda Azevedo Lucena Juíza de Direito 4 AJ PROCESSO: 00134864120188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:CAMPO E CONSTRUCAO LTDA Representante(s): OAB 15441-B - DIEGO SAMPAIO SOUSA (ADVOGADO) . Processo nº 0013486-41.2018.8.14.0039 Ação de Execução Fiscal Exequente(s): ESTADO DO PARÁ. Executado(s): CAMPO E CONTRUÇÃO LTDA. Vistos, etc. Trata-se de Ação de Execução Fiscal intentada pelo ESTADO DO PARÁ em desfavor de CAMPO E CONTRUÇÃO LTDA. O Executado peticiona às fls. 09/16, informando que houve o pagamento do débito tributário, e ao final, requereu a extinção da execução. Instado a se manifestar, o Fisco concorda com o pedido do autor, às fls. 18. É O RELATÓRIO. PASSO A DECIDIR. O pagamento do débito foi efetuado pelo Executado(a) conforme atesta às fls. 09/16. Diante disso, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, COM FUNDAMENTO NOS ARTS. 156, I do CTN c/c 924, INCISO II do Novo CPC. Custas Processuais, se houverem, pela Executado. P.R.I. Após o Trânsito em Julgado, Certifique-se e Arquivem-se os autos. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. Fernanda Azevedo Lucena Juíza de Direito. 1 AJ PROCESSO: 00147457120188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 14075 - JAIR SA MAROCCO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:L F RODRIGUES EPP. DESPACHO: providencie a Secretaria a inclusão da restrição, tomando por base o valor de fls. 11. Cumpra-se. Paragominas (PA), 27/06/2019. Fernanda Azevedo Lucena Juíza de Direito. 1 AJ PROCESSO: 00150080620188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FERNANDA AZEVEDO LUCENA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA EDINALVA LISBOA AVIZ Representante(s): OAB 21364 - YAGO OLIVEIRA DE SORDI (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSORCIO NACIONAL VOLKSWAGENS ADM DE CONSORCIO LTDA. DECISÃO O réu apresentou requerimento às fls. 64/66 para reabertura do prazo de resposta, considerando a nulidade da intimação, pois não enviada para o endereço correto do réu. Apresentou contestação às fls. 67/87. Decido. Indefiro o pedido de fls.

64/66, haja vista que o documento foi recebido por funcionário do réu e, caso não o fosse, sequer teria tomado conhecimento da ação. Na própria contestação juntada às fls. 67/87, o réu indica o mesmo endereço do AR encaminhado. Mantenho a decisão que decretou a revelia do réu. Indefiro a prova pericial requerida pelo réu, sendo totalmente inócua neste momento, haja vista que somente a partir da sentença, caso reconhecidas as cláusulas abusivas no contrato celebrado entre as partes e declaradas como tal pelo juízo, poderá o perito ter o parâmetro para a elaboração de eventual laudo pericial. Não havendo outras provas e sendo a matéria unicamente de direito, venham conclusos para sentença. Paragominas/PA, 27 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENA Juíza de Direito PROCESSO: 00006036220188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: L. R. M. L. REPRESENTANTE: A. P. M. Representante(s): OAB 22530 - LUANA PEIXOTO TOURINHO (ADVOGADO) OAB 26739 - RANIELE XAVIER DE JESUS SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: F. G. L. PROCESSO: 00032283520198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERENTE: A. C. S. Representante(s): OAB 18155-A - CARLINDO EUZEBIO BOGEA MENDES JUNIOR (ADVOGADO) OAB 27505 - DIOGO SILVA MAGALHAES (ADVOGADO) REQUERIDO: E. P. S. Representante(s): OAB 5201 - ELDELY DA SILVA HUBNER (ADVOGADO) PROCESSO: 00047552220198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Guarda em: REQUERENTE: S. F. J. Representante(s): OAB 12925 - ANA LAURA MACEDO SA (DEFENSOR) MENOR: A. B. N. L. MENOR: E. N. L. REQUERIDO: R. J. N. REQUERIDO: M. M. L. PROCESSO: 00049890420198140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERENTE: A. T. J. REQUERIDO: Y. O. T. REQUERIDO: I. F. O. REQUERIDO: Y. O. T. REQUERENTE: A. T. J. Representante(s): OAB 21344 - MAYCON TERRA COSTA (ADVOGADO) OAB 26723 - MURILO TERRA DEMACHKI (ADVOGADO) PROCESSO: 00131910420188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERENTE: J. M. R. S. REQUERIDO: G. A. L. R. S. REPRESENTANTE: R. A. L. S. Representante(s): OAB 26738 - JOSE WILSON ALVES DE LIMA SILVA (ADVOGADO) OAB 26739 - RANIELE XAVIER DE JESUS SILVA (ADVOGADO) PROCESSO: 00136588020188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Guarda em: REQUERENTE: S. A. M. O. Representante(s): OAB 16088-B - URSULA DINI MASCARENHAS (DEFENSOR) MENOR: T. B. O. S. REQUERIDO: J. M. O. REQUERIDO: A. M. L. S. PROCESSO: 00136778620188140039 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: M. B. S. A. REPRESENTANTE: E. M. L. S. REQUERIDO: R. J. G. A.

PROCESSO: 00034933720198140039 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: K. R. F.

REPRESENTANTE: C. L. D. R.

Representante(s):

OAB 26596 - BRUNA LIMA ARAUJO CORREA (ADVOGADO)

OAB 26875 - ROBERTTA MIWAKO TAKANASHI DA SILVA (ADVOGADO)

Vistos, etc. Trata-se de Ação de Alimentos com Pedido de Alimentos provisórios e regulamentação da Guarda intentada movido por K.R.F., representado por CHIARA LUBICH DAMASCENO RIBEIRO, em face de OSCAR DOS SANTOS FERREIRA JUNIOR, todos devidamente qualificados na exordial. Designada a audiência de Conciliação e Mediação, às fls. 21/23. O autor requereu a Desistência da Ação, por não mais ter interesse no seu prosseguimento. Desnecessária a intimação do requerido para os fins do art. 485 §4, por não haver sido citado. Diante disso, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, com fulcro no art. 485, Inciso VIII e V do CPC. Condeno a Requerente nas Custas Processuais e em Honorários Advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor atualizado da causa, com fundamento no art. 85, §2º do CPC, porém, em sendo beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita deferida, a cobrança fica sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderá ser executada se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que a certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário (art. 98, §3º do CPC). Após o Trânsito em Julgado, Certifique-se, arquivando-se os autos em seguida, sem necessidade de nova conclusão.

Cumpra-se. P.R.I. Paragominas (PA), 25/06/2019. Fernanda Azevedo Lucenahomenagens, procedendo-se CERTI_____
_____FFFf Juíza de Direito.

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS

Processo: 0002236-32.2007.8.14.0039. EXECUTADO: BUNGE FERTILIZANTES S/A. ADVOGADO: OAB/PR 10011 SADI BONATTO / OAB/PR 25698 FERNANDO JOSE BONATTO. EXEQUENTE: COAPAL COMERCIAL AGRICOLA PARA LTDA / DULCIMAR LUIZ PENSIN / JORGE PENSIN. ADVOGADO: OAB/PA 8798-B MARIO ALVES CAETANO. DESPACHO Proc. N° 0002236-32.2007.8.14.0039. Na forma do artigo 513 §2º do CPC, intime-se o executado para que, no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente indicar bens a penhora. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Intime-se. Paragominas, 03 de dezembro de 2018. Ana Louise Ramos dos Santos Juíza de Direito

Processo: 0000199-74.2009.8.14.0039. AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE INDENIZAÇÃO POR DANO MATERIAL E MORAL COLETIVO CAUSADOS AO MEIO AMBIENTE COM PEDIDO DE LIMINAR. AUTOR: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. REQUERIDO: WUP MADEIRAS LTDA. ATO ORDINATÓRIO Em cumprimento à Portaria nº 2/2007-GJ e ao provimento 006/2009-CJCI, procedo por meio desta, a intimação da parte requerida/executada, através de seu advogado (a), para que, no prazo de 15 dias, efetue o recolhimento das custas finais da presente ação, sob pena de inscrição na Dívida Ativa do Estado do Pará. Cientificando-o, ainda, de que o recolhimento deve ser feito no prazo assinalado acima (15 dias), contados desta intimação e não na data do vencimento impressa no boleto. Paragominas, 13 de 03 de 2019. JOSÉ FELIZARDO ESMRALDO NETO Diretor de Secretaria da 2ª Vara da Comarca de Paragominas.

Processo: 0000804-54.2018.8.14.0039. REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A. REQUERIDO: FRANCISCA DE PAULA PRESTES RIBEIRO. ADVOGADO: OAB/PA 20638-A ANTONIO BRAZ DA SILVA. ATO ORDINATÓRIO Em face das atribuições que me são atribuídas pelo Provimento 006/2009-CJRMB, cuja aplicabilidade foi estendida para as Comarcas do Interior pelo Provimento 006/2009-CJCI, procedo por meio desta, a intimação do BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A, através de seu advogado com publicação no Diário de Justiça Eletrônico, para que se manifeste dizendo se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, e se houver, manifeste-se sobre o documento de fls. 77-78, dentro do prazo legal, sob as penas da lei. Paragominas, 28/06/2019. ISMAEL FREIRES DE SOUSA Auxiliar Judiciário.

SECRETARIA DA 3ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE PARAGOMINAS

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 30 DIAS

O Dr. **ROGÉRIO TIBÚRCIO DE MORAES CAVALCANTI,** Juiz Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial,

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo e expediente da Secretaria da 3ª Vara Cível desta Comarca, processam os autos nº 0004652-49.2018.814.0039 da Ação de Interdição c/c Tutela de Urgência, requerido por **MARIA CREUSA DE SOUSA SILVA** a interdição de **ADRIANA DE SOUSA SILVA,** brasileiro(a), solteiro(a), portador(a) do RG. nº 8721518 PC/PA, nascido(a) em 16/05/1993, filho(a) de Benilson Conceição da Silva e Maria Creusa de Sousa Silva, portador(a) de doenças cadastradas no CID10 F.29, tendo sido prolatada ao final a sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Ex positis, com fulcro no art. 487, I do CPC, extingo o processo com resolução do mérito, e, por conseguinte, **julgo procedente o pedido** inicial para decretar a interdição total de **ADRIANA DE SOUSA SILVA**, com qualificação nos autos, declarando-o(a), incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, relativos aos direitos de natureza patrimonial e negocial, quais sejam, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração (art. 85, da Lei nº 13.146/2015 c/c art. 1.782, do Código Civil), o que faço na forma do art. 4º, III, c/c com o disposto no art. 1.767, I, ambos do CC. Por consequência, em virtude do acima exposto: 1-**nomeio** ao(à) interditando(a), em respeito ao art. 755, I, do CPC, **curador(a)** a pessoa de **MARIA CREUSA SOUSA SILVA**, brasileira, casada, portadora do RG n° 8721518 e CPF n° 990.234.823-87, a qual deverá exercer a curatela limitada aos atos e direitos de natureza patrimonial e negocial, conforme determina o art. 85, da Lei nº 13.146/2015, devendo ele(a) atuar como apoiadora no exercício dos demais atos da vida civil, representando-o(a) perante entidades civis, religiosas, terapêuticas e educacionais, INSS, instituições financeiras, etc.;2- fica o(a) curador(a) cientificado(a) de que, por ora, não precisará **prestar contas** da administração dos bens e valores do(a) interditando(a), até porque aquele(a) não possui bens e a sua renda resumir-se à benefício previdenciário recebido por conta de sua condição, conforme comprovado na exordial, que será consumido pelas suas necessidades, só precisando fazê-lo se e quando for instado(a) a tanto, devendo, por isso, manter registro de recebimentos e gastos relativos a gastos com saúde e alimentação do(a) curatelado(a), na forma disciplinada no art. 84, § 4º, da Lei nº 13.146/2015, ou ainda, nos termos do art. 763, § 2º, do CPC;3- ex vi do art. 755, § 3º, do CPC e do art. 9º, III, do CC, determino que a) a sentença de interdição seja inscrita no **Cartório de Registro de Pessoas Naturais**; b) imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJPA, c) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento; d) publique-se na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o(a) interdito(a) poderá praticar autonomamente; 4-em caso de concessão de justiça gratuita, fica dispensada a publicação na imprensa local, conforme inteligência do disposto no art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50, aos interessados os benefícios da justiça gratuita; 5- existindo bens imóveis registrados em nome do(a) curador(a), oficie-se ao respectivo **Cartório de Registro de Imóveis** para averbação da presente curatela na matrícula do(s) imóvel(is) mencionado(s) acima;6- em sendo caso de interdição total, oficie-se ao **Tribunal Regional Eleitoral** do respectivo Estado, comunicando o fato, o que faço nos termos do art. 15, I, da CF. Em caso de **interdição parcial,** observe-se nos capítulos acima se houve, ou não, suspensão do direito ao voto; 7- intime-se o(a) curador(a) nomeado(a) a comparecer perante a Secretaria Judicial desta Vara a fim de **firmar o termo de compromisso**, no prazo de 05 (cinco) dias, após o registro da sentença, nos termos do que prevê o art. 93, parágrafo único, da Lei nº 6.015/1973; 8- **custas** finais pela parte requerente, na forma da Lei Estadual nº 8.328/2015, caso não seja ela beneficiária da assistência judiciária; 9- caso o(a) interditado(a) seja beneficiário(a) de benefício previdenciário, oficie-se ao **Instituto Nacional de Seguridade Social**, comunicando a presente decisão. **IV ¿ DETERMINAÇ¿ES FINAIS:** Esta sentença produz efeitos desde logo (art. 1012, § 1º, inciso VI, do CPC). Na eventualidade de existência de **honorários periciais**, diante da concessão da justiça gratuita ao (a-s) demandante(s), deve-se observar o teor da Resolução nº 127 do CNJ, art. 6º, §§ 1º e 3º, e art. 9º; comunico que eventuais requisições de pagamento de honorários de

perito, tradutor ou intérprete, formuladas nas hipóteses tratadas na Resolução nº 127/2011 do CNJ, deverão ser encaminhadas diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, consoante prescreve o caput do art. 9º. Ato seguinte, à Secretaria Judicial para encaminhamento de requisição de pagamento dos honorários periciais à Presidência do Tribunal de Justiça do Pará, observando o disposto na Resolução nº 127, do CNJ. Cumpridas as deliberações supra, arquivem-se os autos. Paragominas (PA), 06 de junho de 2019. **ROGÉRIO** TIBÚRCIO **DE MORAES** CAVALCANTI Juiz de Direito¿. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, expedi o presente e outros iguais que serão publicados e afixados na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Paragominas, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho do ano 2019. Eu Viviany Almeida Loureiro, Diretora de Secretaria, o digitei e subscrevo nos termos do art. 93, XIV da CF/88, e, em cumprimento à Portaria n° 2/2007-GJ, que segue determinação do Provimento 006/2006-CJRMB.

VIVIANY ALMEIDA LOUREIRO

Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial

Comarca de Paragominas-PA

EDITAL DE INTIMAÇÃO COM O PRAZO DE 30 DIAS

O Dr. **ROGÉRIO TIBÚRCIO DE MORAES CAVALCANTI,** Juiz Titular da 3ª Vara Cível e Empresarial,

FAZ SABER aos que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, perante este Juízo e expediente da Secretaria da 3ª Vara Cível desta Comarca, processam os autos nº 0003261-59.2018.814.0039 da Ação de Interdição com pedido de Curatela Provisória, requerido por **MARIA DE JESUS COSTA** a interdição de **SAMUEL BASTOS RAMOS,** brasileiro(a), solteiro, portador(a) do RG. nº 6002044 PC/PA, nascido(a) em 10/12/1987, filho(a) de José Nelson Matos Ramos e Rosa Bastos, portador(a) de doenças cadastradas no CID F.20.9, tendo sido prolatada ao final a sentença, cuja parte final é a seguinte: ¿Ex positis, com fulcro no art. 487, I do CPC, extingo o processo com resolução do mérito, e, por conseguinte, **julgo procedente o pedido** inicial para decretar a interdição total de **SAMUEL BASTOS RAMOS**, com qualificação nos autos, declarando-o(a), incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, relativos aos direitos de natureza patrimonial e negocial, quais sejam, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração (art. 85, da Lei nº 13.146/2015 c/c art. 1.782, do Código Civil), o que faço na forma do art. 4º, III, c/c com o disposto no art. 1.767, I, ambos do CC. Por consequência, em virtude do acima exposto: 1-**nomeio** ao(à) interditando(a), em respeito ao art. 755, I, do CPC, **curador(a)** a pessoa de **MARIA DE JESUS COSTA**, brasileira, em união estável, do lar, portadora do RG n° 6320819 e CPF n° 014.325.022-12, a qual deverá exercer a curatela limitada aos atos e direitos de natureza patrimonial e negocial, conforme determina o art. 85, da Lei nº 13.146/2015, devendo ele(a) atuar como apoiadora no exercício dos demais atos da vida civil, representando-o(a) perante entidades civis, religiosas, terapêuticas e educacionais, INSS, instituições financeiras, etc.;2- fica o(a) curador(a) cientificado(a) de que, por ora, não precisará **prestar contas** da administração dos bens e valores do(a) interditando(a), até porque aquele(a) não possui bens e a sua renda resumir-se à benefício previdenciário recebido por conta de sua condição, conforme comprovado na exordial, que será consumido pelas suas necessidades, só precisando fazê-lo se e quando for instado(a) a tanto, devendo, por isso, manter registro de recebimentos e gastos relativos a gastos com saúde e alimentação do(a) curatelado(a), na forma disciplinada no art. 84, § 4º, da Lei nº 13.146/2015, ou ainda, nos termos do art. 763, § 2º, do CPC;3- ex vi do art. 755, § 3º, do CPC e do art. 9º, III, do CC, determino que a) a sentença de interdição seja inscrita no **Cartório de Registro de Pessoas Naturais**; b) imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJPA, c) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento; d) publique-se na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o(a) interdito(a) poderá praticar autonomamente; 4-em caso de concessão de justiça gratuita, fica dispensada a publicação na imprensa local, conforme

inteligência do disposto no art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50, aos interessados os benefícios da justiça gratuita; 5- existindo bens imóveis registrados em nome do(a) curador(a), oficie-se ao respectivo **Cartório de Registro de Imóveis** para averbação da presente curatela na matrícula do(s) imóvel(is) mencionado(s) acima;6- em sendo caso de interdição total, oficie-se ao **Tribunal Regional Eleitoral** do respectivo Estado, comunicando o fato, o que faço nos termos do art. 15, I, da CF. Em caso de **interdição parcial,** observe-se nos capítulos acima se houve, ou não, suspensão do direito ao voto; 7- intime-se o(a) curador(a) nomeado(a) a comparecer perante a Secretaria Judicial desta Vara a fim de **firmar o termo de compromisso**, no prazo de 05 (cinco) dias, após o registro da sentença, nos termos do que prevê o art. 93, parágrafo único, da Lei nº 6.015/1973; 8- **custas** finais pela parte requerente, na forma da Lei Estadual nº 8.328/2015, caso não seja ela beneficiária da assistência judiciária; 9- caso o(a) interditado(a) seja beneficiário(a) de benefício previdenciário, oficie-se ao **Instituto Nacional de Seguridade Social**, comunicando a presente decisão. **IV ¿ DETERMINAÇ¿ES FINAIS:** Esta sentença produz efeitos desde logo (art. 1012, § 1º, inciso VI, do CPC). Na eventualidade de existência de **honorários periciais**, diante da concessão da justiça gratuita ao (a-s) demandante(s), deve-se observar o teor da Resolução nº 127 do CNJ, art. 6º, §§ 1º e 3º, e art. 9º; comunico que eventuais requisições de pagamento de honorários de perito, tradutor ou intérprete, formuladas nas hipóteses tratadas na Resolução nº 127/2011 do CNJ, deverão ser encaminhadas diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, consoante prescreve o caput do art. 9º. Ato seguinte, à Secretaria Judicial para encaminhamento de requisição de pagamento dos honorários periciais à Presidência do Tribunal de Justiça do Pará, observando o disposto na Resolução nº 127, do CNJ. Cumpridas as deliberações supra, arquivem-se os autos. Paragominas (PA), 05 de junho de 2019. **ROGÉRIO** TIBÚRCIO **DE MORAES** CAVALCANTI Juiz de Direito¿. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, expedi o presente e outros iguais que serão publicados e afixados na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Paragominas, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho do ano 2019. Eu Viviany Almeida Loureiro, Diretora de Secretaria, o digitei e subscrevo nos termos do art. 93, XIV da CF/88, e, em cumprimento à Portaria n° 2/2007-GJ, que segue determinação do Provimento 006/2006-CJRMB.

VIVIANY ALMEIDA LOUREIRO

Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial

Comarca de Paragominas-PA

PROCESSO 0003261-59.2018.814.0039 AÇÃO DE INTERDIÇÃO COM PEDIDO DE CURATELA PROVISÓRIA, EM 20/03/2018 REQUERENTE: MARIA DE JESUS COSTA REQUERIDO: SAMUEL BASTOS RAMOS. SENTENÇA: Ex positis, com fulcro no art. 487, I do CPC, extingo o processo com resolução do mérito, e, por conseguinte, **julgo procedente o pedido** inicial para decretar a interdição total de **SAMUEL BASTOS RAMOS**, com qualificação nos autos, declarando-o(a), incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, relativos aos direitos de natureza patrimonial e negocial, quais sejam, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração (art. 85, da Lei nº 13.146/2015 c/c art. 1.782, do Código Civil), o que faço na forma do art. 4º, III, c/c com o disposto no art. 1.767, I, ambos do CC. Por consequência, em virtude do acima exposto: 1- **nomeio** ao(à) interditando(a), em respeito ao art. 755, I, do CPC, **curador(a)** a pessoa de **MARIA DE JESUS COSTA**, brasileira, em união estável, do lar, portadora do RG n° 6320819 e CPF n° 014.325.022-12, a qual deverá exercer a curatela limitada aos atos e direitos de natureza patrimonial e negocial, conforme determina o art. 85, da Lei nº 13.146/2015, devendo ele(a) atuar como apoiadora no exercício dos demais atos da vida civil, representando-o(a) perante entidades civis, religiosas, terapêuticas e educacionais, INSS, instituições financeiras, etc.; 2- fica o(a) curador(a) cientificado(a) de que, por ora, não precisará **prestar contas** da administração dos bens e valores do(a) interditando(a), até porque aquele(a) não possui bens e a sua renda resumir-se à benefício previdenciário recebido por conta de sua condição, conforme comprovado na exordial, que será consumido pelas suas necessidades, só precisando fazê-lo se e quando for instado(a) a tanto, devendo, por isso, manter registro

de recebimentos e gastos relativos a gastos com saúde e alimentação do(a) curatelado(a), na forma disciplinada no art. 84, § 4º, da Lei nº 13.146/2015, ou ainda, nos termos do art. 763, § 2º, do CPC;3- ex vi do art. 755, § 3º, do CPC e do art. 9º, III, do CC, determino que a) a sentença de interdição seja inscrita no **Cartório de Registro de Pessoas Naturais**; b) imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJPA, c) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento; d) publique-se na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o(a) interdito(a) poderá praticar autonomamente; 4- em caso de concessão de justiça gratuita, fica dispensada a publicação na imprensa local, conforme inteligência do disposto no art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50, aos interessados os benefícios da justiça gratuita; 5- existindo bens imóveis registrados em nome do(a) curador(a), oficie-se ao respectivo **Cartório de Registro de Imóveis** para averbação da presente curatela na matrícula do(s) imóvel(is) mencionado(s) acima;6- em sendo caso de interdição total, oficie-se ao **Tribunal Regional Eleitoral** do respectivo Estado, comunicando o fato, o que faço nos termos do art. 15, I, da CF. Em caso de **interdição parcial,** observe-se nos capítulos acima se houve, ou não, suspensão do direito ao voto; 7- intime-se o(a) curador(a) nomeado(a) a comparecer perante a Secretaria Judicial desta Vara a fim de **firmar o termo de compromisso**, no prazo de 05 (cinco) dias, após o registro da sentença, nos termos do que prevê o art. 93, parágrafo único, da Lei nº 6.015/1973; 8- **custas** finais pela parte requerente, na forma da Lei Estadual nº 8.328/2015, caso não seja ela beneficiária da assistência judiciária; 9- caso o(a) interditado(a) seja beneficiário(a) de benefício previdenciário, oficie-se ao **Instituto Nacional de Seguridade Social**, comunicando a presente decisão. **IV ¿ DETERMINAÇ¿ES FINAIS:** Esta sentença produz efeitos desde logo (art. 1012, § 1º, inciso VI, do CPC). Na eventualidade de existência de **honorários periciais**, diante da concessão da justiça gratuita ao (a-s) demandante(s), deve-se observar o teor da Resolução nº 127 do CNJ, art. 6º, §§ 1º e 3º, e art. 9º; comunico que eventuais requisições de pagamento de honorários de perito, tradutor ou intérprete, formuladas nas hipóteses tratadas na Resolução nº 127/2011 do CNJ, deverão ser encaminhadas diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, consoante prescreve o caput do art. 9º. Ato seguinte, à Secretaria Judicial para encaminhamento de requisição de pagamento dos honorários periciais à Presidência do Tribunal de Justiça do Pará, observando o disposto na Resolução nº 127, do CNJ. Cumpridas as deliberações supra, arquivem-se os autos. Paragominas (PA), 05 de junho de 2019. **ROGÉRIO** TIBÚRCIO **DE MORAES** CAVALCANTI Juiz de Direito.

PROCESSO 0004652-49.2018.814.0039 AÇÃO DE INTERDIÇÃO C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, EM 19/04/2018 REQUERENTE: MARIA CREUSA DE SOUSA SILVA REQUERIDO: ADRIANA DE SOUSA SILVA. SENTENÇA: Ex positis, com fulcro no art. 487, I do CPC, extingo o processo com resolução do mérito, e, por conseguinte, **julgo procedente o pedido** inicial para decretar a interdição total de **ADRIANA DE SOUSA SILVA**, com qualificação nos autos, declarando-o(a), incapaz de exercer pessoalmente todos os atos da vida civil, relativos aos direitos de natureza patrimonial e negocial, quais sejam, emprestar, transigir, dar quitação, alienar, hipotecar, demandar ou ser demandado e praticar, em geral, os atos que não sejam de mera administração (art. 85, da Lei nº 13.146/2015 c/c art. 1.782, do Código Civil), o que faço na forma do art. 4º, III, c/c com o disposto no art. 1.767, I, ambos do CC. Por consequência, em virtude do acima exposto: 1-**nomeio** ao(à) interditando(a), em respeito ao art. 755, I, do CPC, **curador(a)** a pessoa de **MARIA CREUSA SOUSA SILVA**, brasileira, casada, portadora do RG n° 8721518 e CPF n° 990.234.823-87, a qual deverá exercer a curatela limitada aos atos e direitos de natureza patrimonial e negocial, conforme determina o art. 85, da Lei nº 13.146/2015, devendo ele(a) atuar como apoiadora no exercício dos demais atos da vida civil, representando-o(a) perante entidades civis, religiosas, terapêuticas e educacionais, INSS, instituições financeiras, etc.;2- fica o(a) curador(a) cientificado(a) de que, por ora, não precisará **prestar contas** da administração dos bens e valores do(a) interditando(a), até porque aquele(a) não possui bens e a sua renda resumir-se à benefício previdenciário recebido por conta de sua condição, conforme comprovado na exordial, que será consumido pelas suas necessidades, só precisando fazê-lo se e quando for instado(a) a tanto, devendo, por isso, manter registro de recebimentos e gastos relativos a gastos com saúde e alimentação do(a) curatelado(a), na forma disciplinada no art. 84, § 4º, da Lei nº 13.146/2015, ou ainda, nos termos do art. 763, § 2º, do CPC;3- ex vi do art. 755, § 3º, do CPC e do art. 9º, III, do CC, determino que a) a sentença de interdição seja inscrita no **Cartório de Registro de Pessoas Naturais**; b) imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJPA, c) publique-se na plataforma de editais do Conselho Nacional

de Justiça (onde permanecerá pelo prazo de seis meses), ficando dispensado o cumprimento desta determinação enquanto a plataforma não for criada e estiver em efetivo funcionamento; d) publique-se na imprensa local, 1 (uma) vez, e no órgão oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do(a) interdito(a) e do(a) curador(a), a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o(a) interdito(a) poderá praticar autonomamente; 4- em caso de concessão de justiça gratuita, fica dispensada a publicação na imprensa local, conforme inteligência do disposto no art. 3º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50, aos interessados os benefícios da justiça gratuita; 5- existindo bens imóveis registrados em nome do(a) curador(a), oficie-se ao respectivo **Cartório de Registro de Imóveis** para averbação da presente curatela na matrícula do(s) imóvel(is) mencionado(s) acima;6- em sendo caso de interdição total, oficie-se ao **Tribunal Regional Eleitoral** do respectivo Estado, comunicando o fato, o que faço nos termos do art. 15, I, da CF. Em caso de **interdição parcial,** observe-se nos capítulos acima se houve, ou não, suspensão do direito ao voto; 7- intime-se o(a) curador(a) nomeado(a) a comparecer perante a Secretaria Judicial desta Vara a fim de **firmar o termo de compromisso**, no prazo de 05 (cinco) dias, após o registro da sentença, nos termos do que prevê o art. 93, parágrafo único, da Lei nº 6.015/1973; 8- **custas** finais pela parte requerente, na forma da Lei Estadual nº 8.328/2015, caso não seja ela beneficiária da assistência judiciária; 9- caso o(a) interditado(a) seja beneficiário(a) de benefício previdenciário, oficie-se ao **Instituto Nacional de Seguridade Social**, comunicando a presente decisão. **IV ¿ DETERMINAÇ¿ES FINAIS:** Esta sentença produz efeitos desde logo (art. 1012, § 1º, inciso VI, do CPC). Na eventualidade de existência de **honorários periciais**, diante da concessão da justiça gratuita ao (a-s) demandante(s), deve-se observar o teor da Resolução nº 127 do CNJ, art. 6º, §§ 1º e 3º, e art. 9º; comunico que eventuais requisições de pagamento de honorários de perito, tradutor ou intérprete, formuladas nas hipóteses tratadas na Resolução nº 127/2011 do CNJ, deverão ser encaminhadas diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, consoante prescreve o caput do art. 9º. Ato seguinte, à Secretaria Judicial para encaminhamento de requisição de pagamento dos honorários periciais à Presidência do Tribunal de Justiça do Pará, observando o disposto na Resolução nº 127, do CNJ. Cumpridas as deliberações supra, arquivem-se os autos. Paragominas (PA), 06 de junho de 2019. **ROGÉRIO** TIBÚRCIO **DE MORAES** CAVALCANTI Juiz de Direito.

PROCESSO 0002422-97.2019.814.0039 AÇÃO DE CURATELA COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, EM 12/03/2019 REQUERENTE: ADSON DIAS VERAS. REQUERIDO: AURISONIA ALVES DIAS. ATO ORDINATÓRIO: De ordem do Dr. ROGÉRIO TIBÚRCIO DE MORAES CAVALCANTI, Juiz titular da 3ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Paragominas, fica a parte requerente devidamente intimada a apresentar no prazo de 10 dias cópia do cartão do SUS do(a) interditando(a), documento necessário para o agendamento dos exames imprescindíveis à comprovação do estado mental do(a) interditando(a). Paragominas(PA), 08 de março de 2019. VIVIANY ALMEIDA LOUREIRO Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial Comarca de Paragominas/PA.

EDITAL DE CITAÇÃO COM O PRAZO DE 30 DIAS

O MM. Dr. **DAVID GUILHERME DE PAIVA ALBANO**, Juiz de Direito Respondendo pela 3ª Vara Cível e Empresarial,

FAZ SABER a quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que tem curso por este Juízo e Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial de Paragominas a Ação de Destituição do Poder Familiar, Processo n.º 0001422-96.2018.8.14.0039 que o Requerente **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ** move em face de **ELAYNE CRISTINA BORGES**, encontrando-se este(a) em lugar incerto e não sabido, fica por este edital devidamente **CITADO(A)** para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar Resposta por meio de advogado ou Defensor Público, sob pena de revelia e seus efeitos, ressalvados os direitos indisponíveis, ficando advertido(a) de que será nomeado curador especial em caso de revelia. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e não possam de futuro alegar ignorância, expedi o presente e outros iguais que serão publicados e afixados na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Paragominas, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de junho do ano 2019. Eu Viviany Almeida Loureiro, Diretora de Secretaria, o digitei e subscrevo nos termos do art. 93, XIV da CF/88, e, em cumprimento à Portaria n° 2/2007-GJ, que segue determinação do Provimento 006/2006-CJRMB.

VIVIANY ALMEIDA LOUREIRO

Diretora de Secretaria da 3ª Vara Cível e Empresarial

Comarca de Paragominas-PA

SECRETARIA DA VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PARAGOMINAS

Número do processo: 0800018-40.2019.8.14.0039 Participação: RECLAMANTE Nome: JOSÉ AUGUSTO SILVA SARMANHO Participação: RECLAMADO Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PA Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL SGANZERLA DURANDOAB: 16637/PA Processo n° 0800018-40.2019.8.14.0039RECLAMANTE: JOSÉ AUGUSTO SILVA SARMANHORECLAMADO: BANCO DO BRASIL SA DESPACHO Intime-se o Banco do Brasil para realizar o pagamento das custas pelo desarquivamento, nos termos do art.3, XVI c/c art.39 da Lei Estadual 8328/2015,no prazo de 05 dias.Pagas as custas, retornem conclusos.Intime-se. Cumpra-se.Paragominas, 26 de julho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENAJuíza de Direito

Número do processo: 0800515-25.2017.8.14.0039 Participação: RECLAMANTE Nome: NEYLSON MOURAO DE BARROS Participação: RECLAMADO Nome: CVC DISTRIBUIDORA ATACADISTA E VAREJISTA EIRELI - EPP Processo n° 0800515-25.2017.8.14.0039RECLAMANTE: NEYLSON MOURAO DE BARROSRECLAMADO: CVC DISTRIBUIDORA ATACADISTA E VAREJISTA EIRELI - EPP SENTENÇA Vistos, etc.Dispensado relatório na forma do art. 38 de Lei 9.099/95.Decido.Consta dos autos pedido de desistência da ação formulado pela parte autora (ID: 10867939).Conforme enunciado 90 do FONAJE, em sede de juizados especiais a desistência pode ocorrer até a audiência de instrução e antes da apresentação da contestação.ENUNCIADO 90 ? A desistência da ação, mesmo sem a anuência do réu já citado, implicará a extinção do processo sem resolução do mérito, ainda que tal ato se dê em audiência de instrução e julgamento, salvo quando houver indícios de litigância de má-fé ou lide temerária (nova redação ? XXXVIII Encontro ? Belo Horizonte-MG). Assim,HOMOLOGO o pedido de desistênciae julgo o presente feitoEXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITOnos termos do art. 485, VIII do CPC.Sem custas e honorários porque incabíveis em sede de primeiro grau, nos termos do art. 54, ?caput? e art. 55, ambos da Lei 9.099/95.Arquive-se.Serve a presente decisão como mandado/comunicação/ofício. Paragominas, 17 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENAJuíza de Direito

Número do processo: 0800363-06.2019.8.14.0039 Participação: RECLAMANTE Nome: JOAO PAULO JARDIM DE ANDRADE Participação: ADVOGADO Nome: EDUARDO GABRIEL FERREIRA DE ANDRADEOAB: 58941/PR Participação: RECLAMADO Nome: EBAZAR.COM.BR. LTDA Participação: RECLAMADO Nome: MERCADOPAGO.COM REPRESENTACOES LTDA. Proc.:0800363-06.2019.8.14.0039Requerente: JOAO PAULO JARDIM DE ANDRADERequerido: EBAZAR.COM.BR. LTDA e MERCADOPAGO.COM REPRESENTACOES LTDA. SENTENÇA Vistos.Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei 9.099/95.Decido.No presente caso tenho que as informações contidas nos autos demonstram desinteresse da parte autora em prosseguir com a demanda.Devidamente intimada a manifestar-se, a exequente quedou-se inerte, conforme certidão 10868539.Aliado o princípio da razoável duração do processo tenho a extinção da presente demanda é medida que se impõe vez que não pode ficar paralisada indefinidamente aguardando manifestação.Assim, julgo o presente feito EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, III do CPC.Sem custas e honorários nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95.Eventual recurso deverá ser interposto no prazo de dez dias úteis, contados da ciência da sentença, acompanhado das razões e do pedido do recorrente, que deverá efetuar, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, o preparo do recurso, consistente no pagamento de todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, na forma dos artigos 42, §1º e 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95.Caso interposto recurso inominado, ante a dispensa do juízo de admissibilidade nesta instância, remeta-se os presentes autos à Turma Recursal, nos termos do art. 1.010, §3º, NCPC c/c art. 41 da Lei 9.099/95 c/c Enunciado nº 474, do Fórum Permanente dos Processualistas Civis.Int.Defiro a gratuidade judicial.Transitada em julgado, arquive-se.Serve a presente decisão como mandado/comunicação/ofício.Paragominas/PA, 17 de junho de 2019.FERNANDA AZEVEDO LUCENAJuíza de Direito

Número do processo: 0800425-46.2019.8.14.0039 Participação: RECLAMANTE Nome: CARLOS MARCIO FERREIRA LIMA Participação: ADVOGADO Nome: DANIELLY JESSICA CORDEIRO DE SOUSAOAB: 23249/PA Participação: RECLAMADO Nome: ADELMO ALVES CASE JUNIOR Participação: RECLAMADO Nome: ARMAZEM FONSECA LTDA - EPPESTADO DO PARÁPODER JUDICIÁRIO VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE PARAGOMINAS FÓRUM DR. CÉLIO DE REZENDE MIRANDA, RUA ILHÉUS, S/N, BAIRRO INDUSTRIAL ? CEP 68.625-970, PARAGOMINAS/PA. Telefone: 91-3729-9717.e-mail:juizadocivelcriminal@tjpa.jus.br INTIMAÇÃO DE PAUTAProcesso n°0800425-46.2019.8.14.0039Assunto: [Acidente de Trânsito]Valor da Causa: $2,000.00DESTINATÁRIO: CARLOS MARCIO FERREIRA LIMATravessa Frederico Leda, 43, Laércio Cabeline, PARAGOMINAS - PA - CEP: 68627-431AudiênciaUna:Tipo: Una Sala: [Una]Vara do Juizado Especial Cível de Paragominas Data: 29/08/2019 Hora: 09:00 , na sala de audiências do JECCRIM de Paragominas, localizada no FÓRUM DR. CÉLIO DE REZENDE MIRANDA, RUA ILHÉUS, S/N, BAIRRO INDUSTRIAL ? CEP 68.625-970, PARAGOMINAS/PA.Pelo presente, está V. Sª. INTIMADO(A) e ciente que deverá comparecer à audiênciaUnana data, local e hora acima identificados.OBSERVAÇÃO: Este processo tramita através do sistema computacional E-CNJ (PJE), cujo endereço na web é http://pje.i.tj.pa.gov.br:8080/pje/login.seam.Paragominas, 28/06/2019MARIA ADRIANA GOMES / Auxiliar de Secretaria

Número do processo: 0800036-66.2016.8.14.0039 Participação: EXEQUENTE Nome: NEYLSON MOURAO DE BARROS Participação: EXECUTADO Nome: L R E RODRIGUES - ME Participação: EXECUTADO Nome: LEIDIANE RODRIGUES E RODRIGUES Processo n° 0800036-66.2016.8.14.0039EXEQUENTE: NEYLSON MOURAO DE BARROSEXECUTADO: L R E RODRIGUES - ME, LEIDIANE RODRIGUES E RODRIGUES SENTENÇAVistos, etc.Dispensado relatório na forma do art. 38 de Lei 9.099/95.Decido.Consta dos autos pedido de desistência da ação formulado pela parte autora (ID nº:10898856).Conforme o rito da Lei 9.099/95, não sendo encontrados bens em nome do executado o processo será extinto sem resolução do mérito: Art. 53.(...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor. Assim, julgo o presente feitoEXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO,nos termos do art. 485, III do CPC c/c art.53,§4º da Lei 9099/95.Arquive-se. Serve a presente decisão comomandado/comunicação/ofício.Cumpra-se. Intime-se.Paragominas, 17 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENAJuíza de Direito

Número do processo: 0800036-66.2016.8.14.0039 Participação: EXEQUENTE Nome: NEYLSON MOURAO DE BARROS Participação: EXECUTADO Nome: L R E RODRIGUES - ME Participação: EXECUTADO Nome: LEIDIANE RODRIGUES E RODRIGUES Processo n° 0800036-66.2016.8.14.0039EXEQUENTE: NEYLSON MOURAO DE BARROSEXECUTADO: L R E RODRIGUES - ME, LEIDIANE RODRIGUES E RODRIGUES SENTENÇAVistos, etc.Dispensado relatório na forma do art. 38 de Lei 9.099/95.Decido.Consta dos autos pedido de desistência da ação formulado pela parte autora (ID nº:10898856).Conforme o rito da Lei 9.099/95, não sendo encontrados bens em nome do executado o processo será extinto sem resolução do mérito: Art. 53.(...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor. Assim, julgo o presente feitoEXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO,nos termos do art. 485, III do CPC c/c art.53,§4º da Lei 9099/95.Arquive-se. Serve a presente decisão comomandado/comunicação/ofício.Cumpra-se. Intime-se.Paragominas, 17 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENAJuíza de Direito

Número do processo: 0800382-12.2019.8.14.0039 Participação: RECLAMANTE Nome: LUCIA HELENA MOTA DOS SANTOS Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVESOAB: 012358/PAProcesso n° 0800382-12.2019.8.14.0039RECLAMANTE: LUCIA HELENA MOTA DOS SANTOSRECLAMADO: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA SENTENÇA Dispensado o relatório na forma do art. 38 da Lei 9.099/95. Decido. Analisando os presentes autos, vejo que as partes

transigiram, requerendo a este juízo a homologação, conforme petição de ID:11088309.Assim,HOMOLOGOos termos do acordo entabulado entre as partes julgando o presente feitoEXTINTO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITOnos termos do art. 487, inc. III, b, do CPC.Retire de pauta a audiência marcada para 22.08.2019 ás 10.30hs.Isento de custas e honorários.Arquive-se com as cautelas legais.Serve a presente decisão como mandado/comunicação/ofício.P.R.I.C.Paragominas/PA,18 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENAJuíza de Direito

Número do processo: 0800413-32.2019.8.14.0039 Participação: EXEQUENTE Nome: FRIGORIFICO RIO MARIA LTDA Participação: ADVOGADO Nome: EVANDRO MARCELINO SANTANAOAB: 429PA Participação: ADVOGADO Nome: JOAO PATRICIO DE FARIA RIBEIROOAB: 23939/PA Participação: EXECUTADO Nome: DELIBERALI COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME Processo n° 0800413-32.2019.8.14.0039EXEQUENTE: FRIGORIFICO RIO MARIA LTDAEXECUTADO: DELIBERALI COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA - ME SENTENÇAVistos, etc.Dispensado relatório na forma do art. 38 de Lei 9.099/95.Decido.De acordo com os fatos narrados, o proveito econômico pretendido pelo autor ultrapassa o teto dos juizados especiais cíveis, qual seja, de quarenta salários mínimos, vez que o débito que o autor pretende discutir perfaz um montante deR$266.527,46 (Duzentos e sessenta e seis mil, quinhentos e vinte e sete reais e quarenta e seis centavos).Assim, ante a incompetência do juizado especial cível(art. 3º, inciso I, da Lei nº. 9.099/95) em razão do proveito econômico pretendido, julgo o presente feito EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITOnos termos do art. 485, inc. IV do CPC e ainda nos termos do art. 3, inc. I da Lei 9.099/95.Sentença sem condenação em custas e honorários (arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95).Eventual recurso deverá ser interposto no prazo dedez dias úteis, contados da ciência da sentença, acompanhado das razões e do pedido do recorrente, que deverá efetuar, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, o preparo do recurso, consistente no pagamento de todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, na forma dos artigos 42, §1º e 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95.Caso interposto recurso inominado, ante a dispensa do juízo de admissibilidade nesta instância, remeta-se os presentes autos à Turma Recursal, nos termos do art. 1.010, §3º, NCPC c/c art. 41 da Lei 9.099/95 c/c Enunciado nº 474, do Fórum Permanente dos Processualistas Civis.Após, arquive-se com as cautelas legais.Cumpra-se. Intime-se. Paragominas/PA,19 de junho de 2019.FERNANDA AZEVEDO LUCENAJuíza de Direito

Número do processo: 0800077-28.2019.8.14.0039 Participação: RECLAMANTE Nome: LAIS SOUZA DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: ADIRLENE TAVARES DA SILVAOAB: 26783/PA Participação: RECLAMADO Nome: UNOPAR (UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ Participação: ADVOGADO Nome: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCOOAB: 16780/BA Participação: ADVOGADO Nome: CELSO DAVID ANTUNESOAB: 033027/RJ NÚMERO DO PROCESSO:0800077-28.2019.8.14.0039 AUTOR:LAIS SOUZA DOS SANTOS RÉU:UNOPAR (UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ SENTENÇADispensado o relatório, nos termos do artigo 38,caput, da Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.DECIDO.Inicialmente, cumpre ressaltar que a relação jurídica envolvendo as partes tem natureza consumerista, tendo em vista que a parte requerida é fornecedora de serviços cuja destinatária final é a parte requerente.A controvérsia deve ser solucionada sob o prisma do sistema jurídico autônomo instituído pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), que por sua vez regulamenta o direito fundamental de proteção do consumidor (artigo 5º, inciso XXXII da Constituição Federal).Desta feita, quando a alegação do consumidor for verossímil, razoável diante da experiência comum, o CDC atribui a inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII). Assim, ao invés de o consumidor provar que foi lesado, o fornecedor é que terá de provar que forneceu ou produto ou serviço sem qualquer vício ou defeito, considerando-se, ainda, que a responsabilidade do fornecedor é objetiva.Cabe aqui ressaltar que resta decretada a Revelia da ré, posto que não compareceu à audiência designada e nem apresentou justificativa para sua ausência. Conforme ENUNCIADO 78 do FONAJE ?O oferecimento de resposta, oral ou escrita, não dispensa o comparecimento pessoal da parte, ensejando, pois, os efeitos da revelia? (XI Encontro ? Brasília-DF).Conforme o art. 20 da Lei 9.099/95, ?Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.? Já oart. 344, do CPC, diz que, ?Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor?, sob o mesmo prisma em relação a tal fato o

Superior Tribunal de Justiça já teve oportunidade de decidir que o réu deixa de contestar é revel.Nesse caso, a ré não só deixou de contestar como também não compareceu na audiência, mesmo sendo devidamente citada, conforme certidão 10516193. Prosseguindo nos autos, vejo que a autora argumenta que prestou o vestibular e, embora tenha sido aprovada, não efetivou a matrícula no curso ofertado pela ré, não tendo assinado qualquer contrato de prestação de serviços.Segundo alega, foi surpreendida as tentar resgatar uma carta de crédito, que lhe foi negada sob a justificativa da restrição em seu nome, ordenada pela ré.Na tentativa de uma solução imediata, pagou o valor de R$ 422,70 para que houvesse a baixa da restrição.A ré não juntou nos autos qualquer prova de que a autora tenha contratado o serviço.Assim, resta configurada uma falha na prestação de serviço, vez que a autora teve sua imagem creditícia maculada por débito inexistente.Caracterizado o débito indevido, vez que a requerida obteve lucro sem que a autora contratasse seus serviços, é devido o ressarcimento.A atitude a requerida não enquadra-se em ?engano justificável?. Nesse caso, incide a hipótese prevista no § único do art. 42 do CDC, de modo que o ressarcimento deve ocorrer equivalente ao dobro daquilo foi indevidamente pago.Considerando que a autora juntou aos autos prova do desembolso de R$ 422,70, tal valor dever ser ressarcido à autora, em dobro.Quanto ao dano moral, de acordo com o artigo 186 do Código Civil, comete ato ilícito aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.E conforme o artigo 927 e o seu parágrafo único, do Código Civil, estabelece que?Aquele que, por ato ilícito (artigos 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo;parágrafo único: Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem?.No que se refere à quantificação do valor da indenização, como assente doutrina e jurisprudência, se justifica, de um lado, pela ideia de punição ao infrator, e, de outro, como uma compensação pelo dano suportado pela vítima em virtude do comportamento daquele.Nesse tema, a indenização não deve ser tal que traduza enriquecimento sem causa, e nem tão ínfima, que traduza, por via reflexa, despreocupação com eventual reincidência na prática. Em hipóteses como a dos autos, de resto, e à falta de critério legal objetivo, sobrelevam as condições econômicas das partes e a intensidade da culpa.Presente essa conjugação de fatores limito a condenação a R$ 5.000,00 (cinco reais) quantidade que se mostra suficiente para a justa reparação e que não destoa do padrão usualmente entendido como razoável em casos análogos.Em face do exposto e considerando tudo o mais que consta dos autos, com fulcro no artigo 487, I do NCPC,JULGO PROCEDENTESos pedido e:a) CONFIRMO a tutela de urgência;b) DECLARO a inexistência de relação jurídica entre as partes;c) CONDENO a ré ao pagamento de R$ 845,04 (oitocentos e quarenta e cinco reais e quatro centavos) a título de repetição de indébito, com juros de mora de 1% ao mês a contar da citação (art. 405 do CC) a atualização monetária pelo IGP-m a contar de 27/06/2017 (Súm. 43 do STJ);d) CONDENO a ré ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) devendo o valor ser corrigido monetariamente pelo IGP-M e com juros de mora de 1% ao mês, ambos a partir da data do arbitramento (STJ. Recurso Especial nº 903258/RS).Fica a parte sucumbente instada ao cumprimento da sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, mediante comprovação nos autos e advertida de que o descumprimento ensejará sua execução forçada, nos moldes do artigo 52, inciso III da Lei n. 9.099/95e, ainda, de que a falta de cumprimento,no prazo de 15(quinze) dias, após o trânsito em julgado,independentemente de nova intimação(art. 52, inciso IV), implicarámulta de 10% (dez por cento), conforme preconiza o art. 523, § 1º do Novo Código de Processo Civil.Por fim, extingo a fase de conhecimento do presente feito com resolução sobre do mérito, conforme art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários porque incabíveis em sede de primeiro grau, nos termos do art. 54, ?caput? e art. 55, ambos da Lei 9.099/95.Defiro a gratuidade somente à parte autora.Ocorrido o trânsito em julgado, havendo o cumprimento voluntário da sentença inexistindo outras providências a serem adotadas, expeça-se o alvará de levantamento em favor da parte credora e em seguida arquive-se.Eventual recurso deverá ser interposto no prazo de dez dias corridos, contados da ciência da sentença, acompanhado das razões e do pedido do recorrente, que deverá efetuar, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, o preparo do recurso, consistente no pagamento de todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, na forma dos artigos 42, §1º e 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95.Caso interposto recurso inominado, ante a dispensa do juízo de admissibilidade nesta instância, remeta-se os presentes autos à Turma Recursal, nos termos do art. 1.010, §3º, NCPC c/c art. 41 da Lei 9.099/95 c/c Enunciado nº 474, do Fórum Permanente dos Processualistas Civis.Int.Serve a presente decisão como mandado/comunicação/ofício.Paragominas/PA, 03 de julho de 2019.WANDER LUÍS BERNARDOJuiz de Direito

Número do processo: 0800077-28.2019.8.14.0039 Participação: RECLAMANTE Nome: LAIS SOUZA DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: ADIRLENE TAVARES DA SILVAOAB: 26783/PA Participação: RECLAMADO Nome: UNOPAR (UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ Participação: ADVOGADO Nome: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCOOAB: 16780/BA Participação: ADVOGADO Nome: CELSO DAVID ANTUNESOAB: 033027/RJ NÚMERO DO PROCESSO:0800077-28.2019.8.14.0039 AUTOR:LAIS SOUZA DOS SANTOS RÉU:UNOPAR (UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ SENTENÇADispensado o relatório, nos termos do artigo 38,caput, da Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.DECIDO.Inicialmente, cumpre ressaltar que a relação jurídica envolvendo as partes tem natureza consumerista, tendo em vista que a parte requerida é fornecedora de serviços cuja destinatária final é a parte requerente.A controvérsia deve ser solucionada sob o prisma do sistema jurídico autônomo instituído pelo Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), que por sua vez regulamenta o direito fundamental de proteção do consumidor (artigo 5º, inciso XXXII da Constituição Federal).Desta feita, quando a alegação do consumidor for verossímil, razoável diante da experiência comum, o CDC atribui a inversão do ônus da prova (art. 6º, VIII). Assim, ao invés de o consumidor provar que foi lesado, o fornecedor é que terá de provar que forneceu ou produto ou serviço sem qualquer vício ou defeito, considerando-se, ainda, que a responsabilidade do fornecedor é objetiva.Cabe aqui ressaltar que resta decretada a Revelia da ré, posto que não compareceu à audiência designada e nem apresentou justificativa para sua ausência. Conforme ENUNCIADO 78 do FONAJE ?O oferecimento de resposta, oral ou escrita, não dispensa o comparecimento pessoal da parte, ensejando, pois, os efeitos da revelia? (XI Encontro ? Brasília-DF).Conforme o art. 20 da Lei 9.099/95, ?Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.? Já oart. 344, do CPC, diz que, ?Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor?, sob o mesmo prisma em relação a tal fato o Superior Tribunal de Justiça já teve oportunidade de decidir que o réu deixa de contestar é revel.Nesse caso, a ré não só deixou de contestar como também não compareceu na audiência, mesmo sendo devidamente citada, conforme certidão 10516193. Prosseguindo nos autos, vejo que a autora argumenta que prestou o vestibular e, embora tenha sido aprovada, não efetivou a matrícula no curso ofertado pela ré, não tendo assinado qualquer contrato de prestação de serviços.Segundo alega, foi surpreendida as tentar resgatar uma carta de crédito, que lhe foi negada sob a justificativa da restrição em seu nome, ordenada pela ré.Na tentativa de uma solução imediata, pagou o valor de R$ 422,70 para que houvesse a baixa da restrição.A ré não juntou nos autos qualquer prova de que a autora tenha contratado o serviço.Assim, resta configurada uma falha na prestação de serviço, vez que a autora teve sua imagem creditícia maculada por débito inexistente.Caracterizado o débito indevido, vez que a requerida obteve lucro sem que a autora contratasse seus serviços, é devido o ressarcimento.A atitude a requerida não enquadra-se em ?engano justificável?. Nesse caso, incide a hipótese prevista no § único do art. 42 do CDC, de modo que o ressarcimento deve ocorrer equivalente ao dobro daquilo foi indevidamente pago.Considerando que a autora juntou aos autos prova do desembolso de R$ 422,70, tal valor dever ser ressarcido à autora, em dobro.Quanto ao dano moral, de acordo com o artigo 186 do Código Civil, comete ato ilícito aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral.E conforme o artigo 927 e o seu parágrafo único, do Código Civil, estabelece que?Aquele que, por ato ilícito (artigos 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo;parágrafo único: Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem?.No que se refere à quantificação do valor da indenização, como assente doutrina e jurisprudência, se justifica, de um lado, pela ideia de punição ao infrator, e, de outro, como uma compensação pelo dano suportado pela vítima em virtude do comportamento daquele.Nesse tema, a indenização não deve ser tal que traduza enriquecimento sem causa, e nem tão ínfima, que traduza, por via reflexa, despreocupação com eventual reincidência na prática. Em hipóteses como a dos autos, de resto, e à falta de critério legal objetivo, sobrelevam as condições econômicas das partes e a intensidade da culpa.Presente essa conjugação de fatores limito a condenação a R$ 5.000,00 (cinco reais) quantidade que se mostra suficiente para a justa reparação e que não destoa do padrão usualmente entendido como razoável em casos análogos.Em face do exposto e considerando tudo o mais que consta dos autos, com fulcro no artigo 487, I do NCPC,JULGO PROCEDENTESos pedido e:a) CONFIRMO a tutela de urgência;b) DECLARO a inexistência de relação jurídica entre as partes;c) CONDENO a ré ao pagamento de R$ 845,04 (oitocentos e quarenta e cinco reais e quatro centavos) a título de repetição de indébito, com juros de mora de 1% ao mês a contar da citação (art. 405 do CC) a atualização monetária pelo IGP-m a contar de 27/06/2017 (Súm. 43 do STJ);d)

CONDENO a ré ao pagamento de indenização por dano moral no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) devendo o valor ser corrigido monetariamente pelo IGP-M e com juros de mora de 1% ao mês, ambos a partir da data do arbitramento (STJ. Recurso Especial nº 903258/RS).Fica a parte sucumbente instada ao cumprimento da sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, mediante comprovação nos autos e advertida de que o descumprimento ensejará sua execução forçada, nos moldes do artigo 52, inciso III da Lei n. 9.099/95e, ainda, de que a falta de cumprimento,no prazo de 15(quinze) dias, após o trânsito em julgado,independentemente de nova intimação(art. 52, inciso IV), implicarámulta de 10% (dez por cento), conforme preconiza o art. 523, § 1º do Novo Código de Processo Civil.Por fim, extingo a fase de conhecimento do presente feito com resolução sobre do mérito, conforme art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários porque incabíveis em sede de primeiro grau, nos termos do art. 54, ?caput? e art. 55, ambos da Lei 9.099/95.Defiro a gratuidade somente à parte autora.Ocorrido o trânsito em julgado, havendo o cumprimento voluntário da sentença inexistindo outras providências a serem adotadas, expeça-se o alvará de levantamento em favor da parte credora e em seguida arquive-se.Eventual recurso deverá ser interposto no prazo de dez dias corridos, contados da ciência da sentença, acompanhado das razões e do pedido do recorrente, que deverá efetuar, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, o preparo do recurso, consistente no pagamento de todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, na forma dos artigos 42, §1º e 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95.Caso interposto recurso inominado, ante a dispensa do juízo de admissibilidade nesta instância, remeta-se os presentes autos à Turma Recursal, nos termos do art. 1.010, §3º, NCPC c/c art. 41 da Lei 9.099/95 c/c Enunciado nº 474, do Fórum Permanente dos Processualistas Civis.Int.Serve a presente decisão como mandado/comunicação/ofício.Paragominas/PA, 03 de julho de 2019.WANDER LUÍS BERNARDOJuiz de Direito

Número do processo: 0800102-46.2016.8.14.0039 Participação: EXEQUENTE Nome: NEYLSON MOURAO DE BARROS Participação: EXEQUENTE Nome: AGROMINAS NUTRICAO ANIMAL LTDA - EPP Participação: EXECUTADO Nome: ANTONIO DA CRUZ VIEIRAProcesso n° 0800102-46.2016.8.14.0039EXEQUENTE: NEYLSON MOURAO DE BARROS, AGROMINAS NUTRICAO ANIMAL LTDA - EPPEXECUTADO: ANTONIO DA CRUZ VIEIRA SENTENÇAVistos, etc.Dispensado relatório na forma do art. 38 de Lei 9.099/95.Decido.Consta dos autos pedido de desistência da ação formulado pela parte autora (ID nº:10859663).Conforme o rito da Lei 9.099/95, não sendo encontrados bens em nome do executado o processo será extinto sem resolução do mérito: Art. 53.(...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor. Assim, julgo o presente feitoEXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO,nos termos do art. 485, III do CPC c/c art.53,§4º da Lei 9099/95.Arquive-se. Serve a presente decisão comomandado/comunicação/ofício.Cumpra-se. Intime-se.Paragominas, 17 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENAJuíza de Direito

Número do processo: 0800102-46.2016.8.14.0039 Participação: EXEQUENTE Nome: NEYLSON MOURAO DE BARROS Participação: EXEQUENTE Nome: AGROMINAS NUTRICAO ANIMAL LTDA - EPP Participação: EXECUTADO Nome: ANTONIO DA CRUZ VIEIRAProcesso n° 0800102-46.2016.8.14.0039EXEQUENTE: NEYLSON MOURAO DE BARROS, AGROMINAS NUTRICAO ANIMAL LTDA - EPPEXECUTADO: ANTONIO DA CRUZ VIEIRA SENTENÇAVistos, etc.Dispensado relatório na forma do art. 38 de Lei 9.099/95.Decido.Consta dos autos pedido de desistência da ação formulado pela parte autora (ID nº:10859663).Conforme o rito da Lei 9.099/95, não sendo encontrados bens em nome do executado o processo será extinto sem resolução do mérito: Art. 53.(...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor. Assim, julgo o presente feitoEXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO,nos termos do art. 485, III do CPC c/c art.53,§4º da Lei 9099/95.Arquive-se. Serve a presente decisão comomandado/comunicação/ofício.Cumpra-se. Intime-se.Paragominas, 17 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENAJuíza de Direito

Número do processo: 0800090-32.2016.8.14.0039 Participação: EXEQUENTE Nome: NEYLSON

MOURAO DE BARROS Participação: EXECUTADO Nome: G F PEREIRA - ME Participação: EXECUTADO Nome: GRACINETH FEITOZA PEREIRA Processo n° 0800090-32.2016.8.14.0039EXEQUENTE: NEYLSON MOURAO DE BARROSEXECUTADO: G F PEREIRA - ME, GRACINETH FEITOZA PEREIRA SENTENÇAVistos, etc.Dispensado relatório na forma do art. 38 de Lei 9.099/95.Decido.Consta dos autos pedido de desistência da ação formulado pela parte autora (ID nº:10860102).Conforme o rito da Lei 9.099/95, não sendo encontrados bens em nome do executado o processo será extinto sem resolução do mérito: Art. 53.(...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor. Assim, julgo o presente feitoEXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO,nos termos do art. 485, III do CPC c/c art.53,§4º da Lei 9099/95.Arquive-se. Serve a presente decisão comomandado/comunicação/ofício.Cumpra-se. Intime-se.Paragominas, 17 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENAJuíza de Direito

Número do processo: 0800090-32.2016.8.14.0039 Participação: EXEQUENTE Nome: NEYLSON MOURAO DE BARROS Participação: EXECUTADO Nome: G F PEREIRA - ME Participação: EXECUTADO Nome: GRACINETH FEITOZA PEREIRA Processo n° 0800090-32.2016.8.14.0039EXEQUENTE: NEYLSON MOURAO DE BARROSEXECUTADO: G F PEREIRA - ME, GRACINETH FEITOZA PEREIRA SENTENÇAVistos, etc.Dispensado relatório na forma do art. 38 de Lei 9.099/95.Decido.Consta dos autos pedido de desistência da ação formulado pela parte autora (ID nº:10860102).Conforme o rito da Lei 9.099/95, não sendo encontrados bens em nome do executado o processo será extinto sem resolução do mérito: Art. 53.(...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor. Assim, julgo o presente feitoEXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO,nos termos do art. 485, III do CPC c/c art.53,§4º da Lei 9099/95.Arquive-se. Serve a presente decisão comomandado/comunicação/ofício.Cumpra-se. Intime-se.Paragominas, 17 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENAJuíza de Direito

Número do processo: 0800327-61.2019.8.14.0039 Participação: EXEQUENTE Nome: WALDMAN COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Participação: ADVOGADO Nome: RODRIGO ROCHA LEAL GOMES DE SAOAB: 290061/SP Participação: EXECUTADO Nome: ILDEBRANDO GOMES BARROS 48899356149 Participação: EXECUTADO Nome: ILDEBRANDO GOMES BARROS Processo n° 0800327-61.2019.8.14.0039EXEQUENTE: WALDMAN COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDAEXECUTADO: ILDEBRANDO GOMES BARROS 48899356149, ILDEBRANDO GOMES BARROS SENTENÇA Dispensado o relatório nos termos da Lei 9.099/95. O art. 8, I, da lei 9099/95, confere legitimidade ativa às empresas de pequeno e porte e microempresa para ações nos juizados especiais cíveis. In verbis:?Art. 8º (...)§ 1o Somente serão admitidas a propor ação perante o Juizado Especial:(...)II - as pessoas enquadradas como microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte na forma daLei Complementar no123, de 14 de dezembro de 2006;? O enunciado 135 do FONAJE:?O acesso da microempresa ou empresa de pequeno porte no sistema dos juizados especiais depende da comprovação de sua qualificação tributária atualizada e documento fiscal referente ao negócio jurídico objeto da demanda. (XXVII Encontro ? Palmas/TO).?Devidamente intimada para apresentar os documentos comprovatórios de ser optante do Simples Nacional, a parte autora informou que não é optante do simples,portanto, não possui legitimidade ativa para interpor ação perante os juizados especiais.Neste sentido:?Todavia, o acesso excepcional da pessoa jurídica revestida da condição de micro ou empresa de pequeno porte nos juizados especiais deverá satisfazer a premissa consistente na comprovação de sua qualificação tributária (...)Ocorre que em consulta realizada junto ao site da Receita Federal, verifiquei que a parte autora não é optante do sistema ?Simples Nacional?, ou seja, está enquadrada no regime tributário ?Geral?, além de possuir natureza jurídica de sociedade por cotas de responsabilidade Limitada (fls. 09-12), o que evidencia a ausência de capacidade para propor ação no âmbito dos Juizados Especiais Cíveis.? (Recurso Inominado, Terceira Turma Recursal Cível, nº 71005884457, Comarca de Porto Alegre. Grifos não constam no original. Assim, na confluência do exposto, indefiro a petição inicial eJULGO EXTINTO o processo sem julgamento do méritonos termos do artigo 51, inc. IV da Lei nº 9.099/95 c/c art. 485, VI do CPC.Eventual recurso deverá ser interposto no prazo de dez dias úteis, contados da ciência da sentença, acompanhado das razões e do pedido do

recorrente, que deverá efetuar, nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, o preparo do recurso, consistente no pagamento de todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, na forma dos artigos 42, §1º e 54, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95.Caso interposto recurso inominado, ante a dispensa do juízo de admissibilidade nesta instância, remeta-se os presentes autos à Turma Recursal, nos termos do art. 1.010, §3º, NCPC c/c art. 41 da Lei 9.099/95 c/c Enunciado nº 474, do Fórum Permanente dos Processualistas Civis.Após, arquive-se com as cautelas legais. Paragominas, 12 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENAJuíza de Direito

Número do processo: 0800121-47.2019.8.14.0039 Participação: RECLAMANTE Nome: Wanderson Soares de Sousa Participação: ADVOGADO Nome: GUINTHER REINKEOAB: 148156/MG Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: FLAVIO AUGUSTO QUEIROZ MONTALVÃO DAS NEVESOAB: 012358/PANúmero:0800121-47.2019.8.14.0039 Requerente:Wanderson Soares de SousaRequerido:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA DESPACHO A ré ingressou com pedido de RECONSIDERAÇÃO DE SENTENÇA.Pediu:1) Reconsideração da decisão a condenação da requerida ao pagamento do valor da importância de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) ao autor; bem como declarou inexistente o débito de R$ 100,00 (cem reais); 2) Retificação da sentença, em relação à condenação solidária, uma vezque não há litisconsórcio passivo nesse processo; 3) Caso Vossa Excelência entenda pela Reconsideração, que sejadevolvido o prazo de recurso à Requerida. 4) Indicação do valor de uma eventual condenação. Quanto ao item 1 dos pedidos, não vejo o que reconsiderar.A fundamentação da sentença e o dispositivo estão perfeitamente congruentes, de acordo com os fatos narrados e os pedidos, destacando-se a restrição indevida do nome do autor.Além disso, não vejo qualquer teratologia em condenar a ré ao pagamento de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) por ter indevidamente maculado a imagem creditícia do consumidor, conforme exaustivamente argumentado na sentença.O valor arbitrado está de acordo a jurisprudência dos tribunais e dentro da razoabilidade da Turma Recursal deste Tribunal de Justiça.A insatisfação com o valor de condenação deveria ser ilidido pela via processual pertinente.Assim, REJEITO o pedido.Noutro ponto, no dispositivo da sentença, onde se lê ?CONDENAR solidariamente os requeridos?, considerando que no polo passivo, desde a petição inicial até a sentença, figura apenas um réu, resta evidente o erro material de digitação.Nesse caso, nos termos do art. 494, inc. I do CPC, corrijo o erro material, retificando o dispositivo, passando a consta a seguinte redação: (...) b) CONDERNAR a ré, CELPA ? CENTRAIS ELETRICA DO PARÁ- ao pagamento de indenização por dano moral correspondente a R$ 5.000,00 (cinco mil reais) que incidirá correção monetária pelo IGP-M e com juros de mora de 1% ao mês, ambos a partir da data da sentença (STJ. Recurso Especial nº 903258/RS) e por consequência lógica a inexistência dos contratos. Quanto ao pedido de devolução do prazo recursal, considerando que somente os embargos de declaração interrompem o prazo de interposição, e que o mesmo distingue-se de pedido de reconsideração e, considerado ainda que o art. 42 da Lei 9.099/95 estabelece o prazo de dez dias para interposição, sem qualquer exceção, não há como juízo modificar dispositivo legal taxativo.Além dissoa correção feita por despacho retificador não altera a substância do julgado e, portanto, não tem qualquer reflexo sobre o prazo recursal, podendo ser realizada a qualquer tempo, mesmo depois de transitada em julgado a sentença. Por fim, certifique-se o transito em julgado da sentença a contar da data da publicação do DJe.Inexistindo pedido de cumprimento de sentença, arquive-se.Paragominas, 1 de julho de 2019.WANDER LUÍS BERNARDOJuiz de Direito

Número do processo: 0800154-37.2019.8.14.0039 Participação: EXEQUENTE Nome: MARICELIS CAMARA FREITAS Participação: EXECUTADO Nome: SIDNEY RABELO SANTOS Processo n° 0800154-37.2019.8.14.0039EXEQUENTE: MARICELIS CAMARA FREITASEXECUTADO: SIDNEY RABELO SANTOS SENTENÇAVistos, etc.Dispensado relatório na forma do art. 38 de Lei 9.099/95.Decido.Devidamente intimado para se manifestar sobre a ineficácia de bloqueio Bacenjud, a parte autora permaneceu inerte.Conforme o rito da Lei 9.099/95, não sendo encontrados bens em nome do executado o processo será extinto sem resolução do mérito:Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: II - quando inadmissível o procedimento instituído por esta Lei ou seu prosseguimento, após a conciliação; Art. 53.(...) § 4º Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor. Assim, julgo o presente feitoEXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO,nos termos do art. 485, III do CPC c/c arts. 51,

II e 53,§4º da Lei 9099/95.Arquive-se. Serve a presente decisão comomandado/comunicação/ofício.Cumpra-se. Intime-se. Paragominas, 17 de junho de 2019. FERNANDA AZEVEDO LUCENAJuíza de Direito

COMARCA DE DOM ELISEU

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE DOM ELISEU

EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº 001/2019 COM PRAZO DE 5 DIAS. Fórum: ¿Juiz Clodomiro Dutra de Moraes¿, Rua Jequiê, 312, Esplanada, Dom Eliseu/PA. CEP: 68.633-000. Fone: (94) 3335.1479. Lei nº 13.105/2015. O(A) Doutor(a) DR. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MMº(ª) Juiz(a) de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere a lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele notícia tiverem, que será levado a leilão presencial a quem mais der e melhor lance oferecer, o(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos de execuções diversas abaixo mencionado(s), na forma. seguinte: 1º LEILÃO: 24.julho.2019, às 09:00 horas; 2º LEILÃO: 24.julho.2019, às 09:30 horas; LOCAL dos leilões públicos: no Plenário do Tribunal do Júri (Fórum), na sede do Juízo à Rua Jequiê, 312, Esplanada, Dom Eliseu/PA. Prorrogação do leilão: nas datas designadas, se for ultrapassado o horário do expediente forense, ou sendo determinado feriado nacional, estadual, municipal, ou forense, ou ainda, antecipação de encerramento ou sem expediente forense, ou interrupção no âmbito do Fórum, ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica que impossibilite totalmente a realização do leilão, será transferido o leilão público para o primeiro dia útil seguinte no mesmo local e à mesma hora em que teve início, independentemente de novo edital. Nos termos do art. 887, § 6o, CPC/2015, determino a reunião das execuções em lista consolidada a ser publicada ao final, a qual integra o presente Edital. NOTAS: 1) Não alcançando no 1º leilão lance superior à avaliação, seguir-se-á o 2º leilão, no qual o(s) bem(ns) poderá(ão) ser arrematado(s) por quem oferecer maior lance não vil, observando-se em tudo os dispositivos legais e na forma do presente Edital; em qualquer dos leilões as ofertas de valor para aquisição em prestações deverão indicar o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo, sendo que em caso de atraso do pagamento de qualquer das prestações incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, e o parcelamento será rescindido vencendo-se antecipadamente o saldo devedor; o adquirente deverá fazer prova, mensalmente, do pagamento da respectiva prestação, juntando-a nos autos do processo da arrematação; fica o Leiloeiro autorizado a cobrar do(s) adquirente(s) no ato do leilão o imediato pagamento dos valores da caução relativo à aquisição do(s) bem(ns); 2) O presente Edital será afixado no átrio deste Juízo no Quadro de Avisos, na íntegra, e publicado uma só vez, gratuitamente se o caso, como expediente judiciário, no Diário de Justiça Eletrônico; 3)Quem pretender arrematar, adjudicar, ou remir dito(s) bem(s), deverá estar ciente de que à espécie aplicam-se os preceitos do Código de Processo Civil, observada esta ordem de citação, a omissão e a compatibilidade, principalmente do último instituto, bem como as condições constantes no presente edital; 4) Da alienação em caráter Ad Corpus: os imóveis serão vendidos em caráter ¿ad corpus¿, no estado documental e de conservação e regularidade em que se encontram, inclusive no que tange à situação civil, ambiental, e registral perante o cartório de registro de imóveis onde estão matriculados, e nas condições fiscais em que se apresentarem perante os órgãos públicos, sendo que a(s) dimensão(ões) do(s) imóvel(is) mencionada(s) no edital, catálogos e outros veículos de comunicação são de caráter secundário sendo assim meramente enunciativas e repetitivas as referências às dimensões constantes do registro imobiliário, isto é, o arrematante adquire o(s) imóvel(eis) como se apresenta(m) como um todo, independentemente de suas exatas e verdadeiras limitações fáticas, sejam elas quais forem, não podendo, por conseguinte, reclamar eventuais mudanças nas disposições internas dos cômodos, muros ou cercas divisórias, dos imóveis apregoados, não podendo ainda, alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação e localização dos bens, seja a que tempo ou título for, não sendo cabível, portanto, pleitear seja considerada inválida a aquisição no leilão público judicial ou pleitear abatimento proporcional do preço sob tais alegações, ou seja, em tais hipóteses não haverá complementação de área de qualquer espécie (útil, de construção, livre, pastagem/cultivo, reserva florestal legal, APP-Área de Proteção Ambiental, etc) e nem devolução do excesso, e nem poderá o adquirente imputar ao Leiloeiro/Juízo/Partes qualquer responsabilidade neste sentido; 4.1) Da aquisição do(s) bem(ns) conforme o estado fiscal e documental dos mesmos e da responsabilidade por eventuais regularizações necessárias: é ônus exclusivamente do Adquirente, de maneira irrevogável e irretratável, promover regularizações de qualquer natureza, cumprindo ao mesmo inclusive quaisquer exigências de cartórios ou de repartições públicas, inclusive previdenciárias, que tenham por objeto a regularização do(s) imóvel(is) junto a cartórios e órgãos competentes, o que

ocorrerá portanto sob suas exclusivas expensas. De igual modo, o Leiloeiro/Juízo/Partes não responde por débitos não apurados junto ao INSS dos imóveis com construção em andamento, concluída ou reformada, não averbada no Registro de Imóveis competente, bem como quaisquer outros ônus, providências ou encargos necessários; 4.2) Da cientificação prévia acerca de exigências e restrições de uso dos imóveis: o Adquirente deverá se cientificar prévia e inequivocadamente, por conta própria, das exigências e restrições de uso impostas pela legislação e órgãos públicos (municipal, estadual e federal), especialmente no tocante à legislação e preservação ambiental, saneamento, situação enfitêutica, uso do solo e zoneamento, servidões de qualquer natureza e ainda, das obrigações e dos direitos decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, às quais estará obrigado a respeitar por força da aquisição do bem em leilão judicial, não ficando o Leiloeiro/Juízo/Partes, responsável por qualquer levantamento ou providências neste sentido. O Leiloeiro/Juízo/Partes não responde por eventual contaminação do solo ou subsolo ou passivos de caráter ambiental; 4.3) Fica portanto ciente o eventual adquirente de que o(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) no estado de conservação em que se encontrar(em) à data do leilão público judicial e sem qualquer garantia (Resolução 236 do CNJ), constituindo assim ônus exclusivo do interessado a prévia vistoria e a verificação da realidade fática das condições atuais dos bens móveis/imóveis e dos demais, não cabendo a essa Justiça ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos, reparos etc; Na hipótese de imóveis, caberá exclusivamente ao interessado previamente à oferta da proposta/lance identificar a exata localização geográfica do imóvel, se dispõe o mesmo de regular estado de conservação geral, a situação de posse do bem, se o caso se são ou não territorialmente contíguos/vizinhos, se há qualquer divergência quanto à metragem da área construída e/ou existência das benfeitorias descritas, se há necessidade de retificação da área real do imóvel e/ou de seus azimutes, e quando o caso se efetivamente possui e estão regularmente preservadas(os) a reserva florestal legal, as eventuais nascentes de água e áreas de preservação permanente-APP, as cercas internas/externas, os marcos delimitatórios, oficiais ou não, se há necessidade de recomposição/compensação da reserva florestal legal, se essa está ou não averbada na matrícula cartorária do imóvel, se essa ainda possui madeira-de-lei se o caso, se a atual área efetivamente disponível/viável para exploração econômica está ou não em exata conformidade com o teor da descrição contida em atualizada certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel, pelo interessado providenciada junto ao respectivo CRI, e com a legislação vigente aplicável à espécie, se possui ou não regular cadastro ambiental rural-CAR e se nesse consta eventual(is) sobreposição(ões) de área(s) da propriedade, se os eventuais rios são ou não perenes, se a fertilidade/topografia do solo e as vegetações são adequados ao fim econômico que se almeja para os mesmos, a real existência e condições da(s) via(s) de acesso ao bem, as questões pertinentes à existência e a todas as consequências sobre o imóvel ora em alienação judicial decorrentes de eventuais Planos de Manejo Sustentável e/ou eventual Contrato de Promessa de Compra e Venda de Produtos Florestais e/ou de eventual concessão de Direito Real de Servidão Administrativa e/ou de eventuais Contratos de Arrendamentos quaisquer e/ou de Passivos Ambientais, e tudo o mais relacionado ao imóvel; 4.4)Fica assim desde já previamente estabelecido que todas as ponderações depreciativas/valorativas constatadas na vistoria prévia serão pelo juízo consideradas como já incluídas na mensuração do valor do lance ofertado ao Leiloeiro; não exercido pelo interessado o direito de vistoria mas ofertado lance, por si ou através de preposto, através de proposta escrita, via internet, ou de viva-voz (presencial) no leilão público será o lance considerado válido, irrevogável e irretratável, não podendo o adquirente alegar posteriormente que desconhecia quaisquer características do(s) bem(ns) adquirido(s) se teve a oportunidade de previamente o(s) vistoriar e facultativamente não o fez, assumindo e aceitando assim os riscos daí decorrentes; ao sinalizar interesse, o adquirente formaliza para todos os fins de direito que tem prévio e pleno conhecimento detalhado do(s) objeto(s) adquirido(s) no leilão e do estado de conservação atual do(s) referido(s) bem(ns), o(s) qual(is) não possui(em) qualquer garantia, sendo portanto inaceitável a escusa do pagamento integral sob argumentações similares, a exemplo de que o(s) bem(ns) adquirido(s) não estava(m) nas condições que se imaginava eis que a presente alienação judicial se dará em caráter ¿ad corpus¿; 4.5) Fica previamente ciente o adquirente que ao ofertar lance(s) no leilão estará assumindo o risco de eventos decorrentes da ocupação irregular após a alienação judicial, tais como danos causados pelo ocupante; 4.6) Em caso de imóveis situado em terreno de marinha, é de responsabilidade do adquirente o pagamento do laudêmio quando necessário; 5)Nos casos de adjudicação e de arrematação em leilão público, face constituir-se em forma de aquisição originária os bens serão adquiridos livres de quaisquer ônus ou gravames eventualmente existentes anteriormente à data de aquisição, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação ressalvada a ordem de preferência legal; Caberá à parte interessada a verificação de outros débitos incidentes sobre os imóveis que eventualmente não constem dos autos (Resolução nº 236 CNJ); 6)Os leilões serão realizados pelo Bel. Péricles Weber de Almeida (91-9.9109.3900), Leiloeiro Público Judicial juramentado e com fé de

Oficial Público, matrícula PA-20050043986, devidamente nomeado pelo Juízo, ficando autorizado ao Leiloeiro a obter diretamente material fotográfico para divulgação, acompanhado ou não de interessados na adquirição dos bens, assim como a vistoria pelos interessados ao(s) bem(ns) em leilão, mesmo que depositado(s) em mãos do(a) Executado(a), se necessário acompanhados pelo Leiloeiro ou por quem for por ele indicado, devendo nessa hipótese ser apresentada cópia da publicação legal no Diário de Justiça Eletrônico-DJe/PA deste edital de leilão, ou do despacho judicial autorizador devidamente assinado por este juízo, aos quais se dá força de mandado judicial que possibilita o ingresso e a vistoria ao bem a ser alienado, devendo o agendamento da vistoria ser com antecedência razoável formalizado, por escrito, ao Leiloeiro; em se tratando de imóvel residencial, salvo consentimento do morador a vistoria somente poderá ocorrer durante o dia, segundo artigo 5º, inciso XI, da Constituição Federal; Se o Executado ou Depositário impedir(em) a visitação ao bem, o interessado deve peticionar ao M. Juízo requerendo ordem para a visitação acompanhado por Oficial de Justiça; pedidos estes que serão atendidos na medida das possibilidades da Justiça; é vedado aos depositários criarem embaraços à vistoria do bem sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC/2015, ficando desde logo autorizado o uso de força policial em caso de resistência ou obstrução aos auxiliares da justiça, caso a providência se mostre necessária; deve o depositário não impor obstáculos à entrada de pessoas interessados nos bens, as quais serão levadas pelo Exequente ou pelo Leiloeiro ao objeto desejado, sob pena de ensejar multa de R$ 2.000,00(dois mil reais) por cada resistência, cujo importe será destinado ao Exequente, e será executado na forma e moldes legais. 7)Havendo arrematação/adjudicação/remição, a comissão do Leiloeiro, que não se inclui no valor do lance, será paga diretamente ao mesmo pelo adquirente, ao final do leilão e à vista, salvo concessão formal por escrito do Leiloeiro; 8)Após a publicação do presente edital de leilão no DJe-PA, qualquer requerimento para exclusão de bem penhorado do leilão público em face de extinção ou suspensão do feito decorrentes de adjudicação/remição/acordo/parcelamento/assunção/etc somente será apreciado pelo Juízo mediante a prévia protocolização da comprovação do pagamento de todas as custas/taxas/emolumentos/despesas processuais pendentes, inclusive dos honorários advocatícios, e da comissão e despesas do Leiloeiro efetivamente despendidas para consecução do encargo, a título de remuneração pelo tempo de trabalho profissional despendido e de ressarcimento das despesas realizadas; 9)As propostas eventualmente apresentadas à Vara deverão ser juntadas aos autos e, se tempestivas, encaminhadas ao Leiloeiro na busca de maior valor de lance; 10)Após a confecção do Auto de Arrematação, que será lavrado de imediato e que poderá abranger bens penhorados em mais de uma execução, será assinado esse pelo Leiloeiro, pelo Adquirente ou por seu Procurador formalmente constituído, e pelo Juiz. Caso o adquirente efetue a compra via internet, deverá outorgar poderes ao Leiloeiro para que este assine o Auto em seu nome, sendo que em caso de Pessoa Jurídica deverá entregar em até 48 horas do encerramento do leilão uma cópia autenticada da procuração lavrada em cartório e da ata/alteração contratual em que se nomeia o respectivo procurador legal; o pagamento da arrematação, ou de sua 1ª parcela se o caso, será efetuado pelo arrematante ao Leiloeiro imediatamente após a assinatura do Auto; Incumbe: 10.a) à secretaria do Juízo, de imediato expedir o boleto bancário para o depósito do valor da arrematação e o entregar ao Leiloeiro; 10.b) ao Leiloeiro, depositar à ordem do Juiz o produto da alienação; 11) Terá o exequente, e as demais pessoas legitimadas, preferência para a adjudicação, desde que o seu pedido seja realizado nas mesmas condições da(o) maior proposta/lance ofertada(o) publicamente; havendo licitantes, o pedido de adjudicação deverá ser formulado durante o ato de alienação pública (e não, portanto, posteriormente), o que possibilitará ao interessado, em benefício da execução e no interesse do executado, majorar a oferta até que se proceda à arrematação ou à adjudicação; 12) Quando o caso, após a confecção do Auto de Adjudicação, que será lavrado de imediato, será assinado esse pelo Leiloeiro, pelo Juiz, pelo Adjudicatário ou por seu Procurador formalmente constituído, pelo escrivão ou chefe de secretaria, e, se estiver presente, pelo executado, expedindo-se: 12.a) a carta de adjudicação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel; 12.b) a ordem de entrega ao adjudicatário, quando se tratar de bem móvel; 12.c) A carta de arrematação e, conforme o caso, a ordem de entrega ou mandado de imissão na posse serão expedidos depois de transcorrido o prazo de dez dias (art. 903, §3º do CPC, e demais cominações legais); 13) Não serão aceitas desistências pelo(s) adquirente(s) ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste Edital para se eximirem das obrigações geradas, ciente o(s) mesmo(s) de que a não apresentação do comprovante de quitação da arrematação junto ao Leiloeiro ou à Secretaria da Vara no ato do leilão resultará em que, no aproveitamento dos atos processuais anteriores já praticados: a não-aperfeiçoada adquirição será automaticamente Resolvida restando sem efeito para fins de alienação, apenas para o inadimplente adquirente, o eventual auto de arrematação assinado pelo mesmo, no imediato retorno do bem ao leilão, e nas penalidades cíveis e criminais àquele que der causa, sem prejuízo da proibição de participar em outros leilões; 14) Não ocorrendo adquirição do(s) bem(ns) no derradeiro leilão e desde que

as partes não hajam manifestado dissentimento expresso, no prazo de cinco dias contados da data de realização desse evento (presunção de anuência tácita), fica autorizada a venda direta a particular por valor não vil, ficando dispensada a publicidade oficial, no prazo de noventa dias úteis após esse leilão, prorrogável por igual período por decisão deste juízo. Caberá ao Leiloeiro nomeado intermediar a alienação, mantidas as comissões dispostas nas Advertências Especiais mais as quantias que o Leiloeiro tiver efetivamente desembolsado para a consecução do encargo. Havendo proposta(s) de aquisição do(s) bem(ns) mediante venda direta, deverá o Leiloeiro de imediato formalizar a(s) mesma(s) ao Juízo para que seja(m) apreciada(s) e, se for o caso, confeccionado o respectivo auto. Advertências Especiais: A) Cabe à Executada, ou ao Terceiro interessado se o caso, na hipótese de remição ou formalização de acordo superveniente à designação da hasta pública, pagar a comissão ao Leiloeiro equivalente ao percentual de 2,5% calculada sobre o valor da avaliação do bem penhorado, mais as quantias que o Leiloeiro tiver efetivamente desembolsado para a consecução do encargo, a título de remuneração pelo tempo de trabalho despendido e de ressarcimento das despesas realizadas; B) Cabe ao Requerente, na remição de bem(ns) pelo executado, cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente, e à massa ou aos credores em concurso na hipótese do art. 877, § 4º, do CPC/2015, arcar com a(s) comissão(ões) do Leiloeiro retro estabelecida(s) na alínea ¿A)¿, 1ª parte, com a mesma ressalva temporal, mais as quantias que o Leiloeiro tiver efetivamente desembolsado para a consecução do encargo, caso ocorra em data superveniente à designação da hasta pública; C) Cabe ao Exeqüente, na hipótese de renúncia ou desistência da execução, pagar a(s) comissão(ões) do Leiloeiro ora estabelecida em cinco por cento sobre o valor do bem penhorado, mais as quantias que o Leiloeiro tiver efetivamente desembolsado para a consecução do encargo; D) Cabe ao Arrematante, ou a seu fiador se o caso, ao Exeqüente-Arrematante ocorrendo qualquer das hipóteses dos art. 892, §§ 1º, 2º e 3º, do CPC/2015, ao cônjuge, ao companheiro, ao descendente e ao ascendente do executado, na hipótese do art. 892, § 2º, do CPC/2015, à União, aos Estados e aos Municípios, na hipótese de leilão de bem tombado previsto no art. 892, § 3º, do CPC/2015, e ao Adjudicante nas hipóteses previstas no caput do art. 876 e nos §§ 5º, 6º e 7º, do CPC/2015, pagar a(s) comissão(ões) do Leiloeiro, estabelecida no percentual de cinco por cento, calculada(s) sobre o lance de maior valor ofertado a cada bem, mais as quantias que o Leiloeiro tiver efetivamente desembolsado para a consecução do encargo, assim como as custas no importe de três por cento sobre o valor da arrematação/adjudicação/alienação, até o limite de R$ 1.275,58 estabelecido se na tabela de custas/TJE-PA/2018, ressaltando-se que, para os bens imóveis, deverá o adquirente apresentar também a prova de quitação do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI junto à Prefeitura Municipal da situação do bem; E) Não honrado pelo Arrematante/Adjudicante o seu lance, o que configurará desistência ou arrependimento por parte do mesmo, ficará este obrigado a pagar ao Leiloeiro o valor da(s) comissão(ões) no percentual de cinco por cento, calculada(s) sobre o seu lance de maior valor ofertado a cada bem, mais as quantias que o Leiloeiro tiver efetivamente desembolsado para a realização do evento frustro, a título de remuneração pelo tempo de trabalho despendido e de ressarcimento das despesas realizadas, e na hipótese o Juiz impor-lhe-á multa de vinte por cento sobre o valor da avaliação, em benefício do exequente, valendo a decisão como título executivo, sujeitando-se ainda à execução, pelo exequente, do valor devido a ser formulado o pedido nos autos da execução em que se deu a arrematação; complementarmente, será encaminhada comunicação ao Ministério Público Estadual para adoção das providências cabíveis; e não havendo o pagamento no prazo estabelecido será a multa inscrita como Dívida Ativa do Estado; o Leiloeiro poderá demandar o arrematante/adquirente faltoso por Ação Executiva para recebimento da comissão de, conforme o caso supra discriminado, dois e meio por cento ou cinco por cento, mais as quantias que o Leiloeiro tiver efetivamente desembolsado para a consecução do encargo, a título de remuneração pelo tempo de trabalho despendido e de ressarcimento das despesas realizadas, ou ainda, solicitar o protesto ao Tabelionato de Protesto de Títulos (art. 19 c/c art. 35 e art. 39 do Decreto 21.981/32); F) Os legitimados ao exercício de preferência legal terão oportunidade de fazê-lo na data do leilão; G) encerrado o leilão, o(s) lance(s) será(ão) ato contínuo submetido(s) ao magistrado para fins de prévia apreciação quanto à validação do resultado; H)Objetivando a otimização dos trabalhos e a celeridade na prestação jurisdicional, após lavrado o auto de arrematação desde já considero o mesmo válido se nele mencionadas as condições nas quais foram alienados os bens, que o assinarão o arrematante, o Leiloeiro, e o Juiz; I) Correrão por conta do adquirente as eventuais despesas e custos relativos à desmontagem, remoção, transporte, georreferenciamento, se o caso, e a transferência patrimonial do(s) bem(ns) arrematado(s); J) O pagamento das despesas relativas à transferência de propriedade do(s) bem(s) adquirido(s) compete ao adquirente, nos termos da legislação vigente, observando-se o valor da arrematação/adjudicação como base de cálculo para a sua cobrança. INTIMAÇÃO: 1) Pelo presente, ficam intimados o(s) Executado(s), o(s) seu(s) sucessor(es) se o caso, o(s) corresponsável(eis), o(s) Credor(es) Hipotecário(s) e os demais regularmente averbados, Anticrético(s),

Pignoratício(s) ou Fiduciário(s), o(s) Senhorio(s) Direto, o(s) Condômino(s), o(s) Usufrutuário(s), o(a) Locatário(a), os respectivos cônjuges/companheiros se o caso e se houver, na(s) pessoa(s) de seu(s) respectivo(s) representante(s) legal(ais), o(s) Promitente(s) Comprador(es), o(s) Promitente(s) Vendedor(es), o(s) Enfiteuta(s), o Concessionário de uso especial para fins de moradia, o Concessionário de direito real de uso, o Administrador Provisório do Espólio se o caso, o(s) sucessor(es) se o caso, o Administrador Judicial da Falência/Recuperação Judicial, se o caso, o(s) Arrendatário(s), e o(s) sócio(s), os eventuais ocupantes, o(s) coproprietário(s), a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado, de todos os termos deste Edital, para todos os fins de direito, se porventura não forem encontrados para intimação/cientificação por qualquer outro meio idôneo de comunicação, inclusive pela via eletrônica (mídias sociais); sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio fica autorizado que o próprio Leiloeiro, face à fé-pública, também encaminhe as comunicações pertinentes, inclusive às Partes, as formalizando posteriormente aos autos, sendo que as eventuais despesas necessárias serão arcadas pela exequente (art. 82, § 1º, NCPC); 2) Fica(m) intimado(s) o Possuidor e/ou o Depositário Fiel, na pessoa de seu representante legal, de que se não entregar o(s) bem(ns) arrematado(s) incidirá, sob pena de responsabilidade patrimonial e de ser declarado infiel depositário se o caso, sem prejuízo de responsabilidade penal e da imposição de sanção, em multa de até 20%(vinte por cento) do valor atualizado do débito em execução, por ato atentatório à dignidade da Justiça e crime de desobediência, art. 330 CP, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material, e ficará, ainda, responsável por ressarcir os prejuízos desse ato decorrentes que, por dolo ou culpa, causar à parte e aos envolvidos, dentre os quais a comissão do Leiloeiro estipulada no item ¿E¿ das advertências especiais supra mais as quantias que o Leiloeiro tiver efetivamente desembolsado para a realização do evento frustro, a título de remuneração pelo tempo de trabalho despendido e de ressarcimento das despesas realizadas. Por meio do presente edital, dá-se ciência que todo aquele que tentar impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito a penalidade prevista no art. 358 do Código Penal, sem prejuízo da reparação do dano na esfera cível. Poderá haver, a qualquer tempo, a exclusão de bens do leilão independentemente de prévia comunicação. E para que chegue ao conhecimento do(s) executado(s) e dos terceiros interessados e não possam, no futuro, alegar ignorância a respeito, será o presente Edital publicado na forma da Lei e afixado na íntegra no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Dom Eliseu, Estado do Pará, em 27 de junho de 2019. Eu, Joás Pinheiro de Souza, Diretor(a) de Secretaria da Vara Única da Comarca de Dom Eliseu, digitei e o subscrevi. DR. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. Juiz(a) de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Dom Eliseu/PA. LISTA DE PROCESSOS DE EXECUÇÕES DIVERSAS EM LEILÃO PÚBLICO: 01) Processo : 00034242920188140107 ¿ (Carta Precatória Cível). Exequente: Ruy de Nazaré de Sousa Lima. Advogado: Cristovina Pinheiro de Macedo, OAB/PA nº: 5949. Assistência Judiciária: Sim (fls.9-v; 25 e 26). Executado: Isac Santos Lima. Advogado: Manoel Andre Cavalcante de Souza, OAB/PA nº: 10.680; Ivan Caldas Moura Filho, OAB/PA nº: 005205; Alessandro Pureza Castilho, OAB/PA nº: 014851. Juízo Deprecante: Juízo de Direito da 12ª VCE Belém-PA (Processo 00088733720118140301). Juízo Deprecado : Juízo de Direito da Comarca de Dom Eliseu-PA. DESCRIÇÃO do(s) bem(ns): 1) imóvel rural descrito como uma área de terras medindo 2.541hectares (2.541ha.00a.00ca), situado na BR-010, km 304, neste município de Dom Eliseu, Estado do Pará, com denominação de Fazenda ¿São João¿, limitando-se ao Norte com Geraldo do Sarkis; ao Sul, com José Reinaldo Cardoso; ao Leste, com Esmeraldo Neves Godom; e a Oeste, com Carlos Bitencourt. Registrado sob a matrícula nº. 17, fls. 017, livro 2-A RG, do Cartório de Registros de Imóveis da Comarca de Dom Eliseu/PA. O imóvel eventualmente está ocupado. Fiel Depositário: o executado. Avaliação: R$ 8.670.435,29 (oito milhões seiscentos e setenta mil quatrocentos e trinta e cinco reais e vinte e nove centavos). Valor da dívida em 21.mar.2011: R$ 350.000,00 (trezentos e cincoenta mil reais; fls. 09), a ser atualizada até a data do efetivo pagamento. Além desta penhora, inexiste outro ônus, recurso ou causa pendente sobre o(s) bem(ns) a ser(em) arrematado(s). Sobre a matrícula deste imóvel constam ainda as seguintes averbações/registros: a) conforme AV-1 em 09.11.2009, procede-se a esta averbação com base no artigo 167, inciso II, item 5, da Lei 6.015/73 e nos termos do TERMO DE RESPONSABILIDADE DE MANUTENÇÃO DE FLORESTA MANEJADA (TRMF-406/2009) celebrado pelo proprietário Isac Santos Lima, com a SEMA/PA- Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, CNPJ nº 34.921.783/0001-68, em 03/11/09, constando que a floresta e demais formas de vegetação existente na área de 1.500ha.00a.00ca do imóvel, objeto desta matrícula, conforme identificada na carta imagem de satélite impressa no verso do referido Termo, fica gravada como de utilização limitada, pelo período do ciclo de corte constante do PMFS, podendo nela ser feita somente a exploração dos produtos florestais sob forma de manejo florestal sustentado, desde que autorizado pela SEMA/PA.; b) conforme AV-2 em 29.09.11, procede-se a esta averbação com base no

artigo 167, inciso II, item 5, da Lei 6.015/73 e nos termos do TERMO DE COMPROMISSO PARA AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 53/2011, celebrado em 29/09/2011, pelo proprietário Isac Santos Lima, com a SEMA/PA- Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Pará, CNPJ nº 34.921.783/0001-68, com sede à Trav. Lomas Valentinas, 2.717, Belém-PA, constando a obrigação do proprietário, na recomposição da área de 22ha85a21ca, desmatada no interior da Reserva Legal do imóvel objeto da presente matrícula, conduzindo e mantendo a referida recomposição da Reserva Legal, no prazo máximo de trinta (30) anos a partir desta data. DR. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. Juiz(a) de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Dom Eliseu/PA

INTIMAÇÃO

Processo: 0004688-47.2019.8.14.0107, Requerente: AGENCIA BANCO DO BRASIL SA, Advogado(a)(s): Dr. SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS, OAB/MG 44.698, OAB/RR 479-A e JOSÉ ARNALDO DO JANSSEN NOGUEIRA, OAB/MG 79.757, OAB/RR 482-A, Requerido(s): ADELSON GERALDO. De Ordem do Exmo Senhor Doutor **DIOGO BONFIM FERNANDEZ**, MM. Juíz de Direito Respondendo por esta Comarca, Estado do Pará, fica intimado o requerente, por seu (s)(a) advogado(s)(a), do Despacho proferido nos autos. Despacho: R.H. 1. À UNAJ para recolhimento das custas. 2. Intime-se o autor para efetuar o pagamento no prazo de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Comprovado o pagamento, ao Oficial de Justiça para cumprimento. 3. Não sendo recolhido às custas, devolva-se a referida carta precatória. Dom Eliseu - PA, 29 de maio de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito

INTIMAÇÃO
Processo: 0004958-71.2019.8.14.0107, Requerente: B.R.A. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA, Advogado(a)(s): Dr. ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO, OAB/GO 17.394, OAB/PA 10.652-A e RAFAEL COELHO SANTORIO, OAB/PA 23.643, Requerido(s): JOÃO PAULO NERES DE LIMA. De Ordem do Exmo Senhor Doutor **DIOGO BONFIM FERNANDEZ**, MM. Juíz de Direito Respondendo por esta Comarca, Estado do Pará, fica intimado o requerente, por seu (s)(a) advogado(s)(a), do Despacho proferido nos autos. Despacho: R.H. 1. À UNAJ para recolhimento das custas. 2. Intime-se o autor para efetuar o pagamento no prazo de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Comprovado o pagamento, ao Oficial de Justiça para cumprimento. 3. Não sendo recolhido às custas, devolva-se a referida carta precatória. Dom Eliseu - PA, 06 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito

INTIMAÇÃO
Processo: 0004322-08.2019.8.14.0107, Requerente: AGENCIA DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL, Advogado(a)(s): Dr. RENAN JOSÉ RODRIGUES AZEVEDO, OAB 15498 e LIANA CUNHA MOUSINHO COELHO, OAB/PA 3.344, Requerido(s):NAILMA MACEDO CARVALHO. De Ordem do Exmo Senhor Doutor **DIOGO BONFIM FERNANDEZ**, MM. Juíz de Direito Respondendo por esta Comarca, Estado do Pará, fica intimado o requerente, por seu (s)(a) advogado(s)(a), do Despacho proferido nos autos. Despacho: R.H. 1. À UNAJ para recolhimento das custas. 2. Intime-se o autor para efetuar o pagamento no prazo de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Comprovado o pagamento, ao Oficial de Justiça para cumprimento. 3. Não sendo recolhido às custas, devolva-se a referida carta precatória. Dom Eliseu - PA, 15 de maio de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito

INTIMAÇÃO
Processo: 0004327-30.2019.8.14.0107, Requerente: VIENA SIDERURGICA DO MARANHÃO S/A, Advogado(a)(s): Dr. WANDERLEY M. DOS SANTOS, OAB/MA 3.624, Requerido(s):MAFUBIL ¿ MADEIRAS FURLAN LTDA. De Ordem do Exmo Senhor Doutor **DIOGO BONFIM FERNANDEZ**, MM. Juíz de Direito Respondendo por esta Comarca, Estado do Pará, fica intimado o requerente, por seu (s)(a) advogado(s)(a), do Despacho proferido nos autos. Despacho: R.H. 1. À UNAJ para recolhimento das custas. 2. Intime-se o autor para efetuar o pagamento no prazo de 30 dias, sob pena de cancelamento da distribuição. Comprovado o pagamento, ao Oficial de Justiça para cumprimento. 3. Não sendo recolhido às custas, devolva-se a referida carta precatória. Dom Eliseu - PA, 15 de maio de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - GABINETE DA VARA UNICA DE DOM ELISEU - VARA: VARA UNICA DE DOM ELISEU PROCESSO: 00002860620088140107 PROCESSO ANTIGO: 200810001666 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: ALVARÁ JUDICIAL em: 27/06/2019 REQUERENTE:ANDREIA DOS REIS SOARES Representante(s): DEFENSOR PUBLICO - RODRIGO AYAN (ADVOGADO) . DESPACHO Oficie-se ao INSS para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, informar ao juízo se existem dependentes previdenciários de Cleiton Martins dos Santos, RG nº 6110788-SSP/PA. Uma vez transcorrido o prazo sem resposta, certifique-se nos autos e renovem-se os ofícios para fornecer a informação ao juízo no mesmo prazo. Após, com a resposta, retornem conclusos. Dom Eliseu (PA), 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00011422320158140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 AUTOR:MARIA NILZA PIRES DE SOUSA Representante(s): OAB 15184-A - FRANCISCO RAIMUNDO CORREA (ADVOGADO) REU:BANCO VOTORANTIM SA. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00016791420188140107 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:JARDSON DONEI GONCAVES DENUNCIADO:CLEYTON DE OLIVEIRA DINIZ. DESPACHO Considerando que o réu foi citado(a) e não apresentou Resposta à Acusação, dê-se vista dos autos à Defensoria Pública para que, no prazo legal, apresente a resposta. Após, com a resposta, retornem conclusos. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00024612120188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:GERALDINA ALVES DA SILVA Representante(s): OAB 20184 - MARLONE SAMPAIO DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00025443720188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:TEREZINHA VIEIRA DE ARRUDA Representante(s): OAB 25346-A - SHELBY LIMA DE SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto

empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00028267520188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA DA LUZ ARAUJO CARDOSO Representante(s): OAB 25346-A - SHELBY LIMA DE SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece

ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00028665720188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA DA LUZ ARAUJO CARDOSO Representante(s): OAB 25346-A - SHELBY LIMA DE SOUSA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo,

declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00030934720188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA ALICE DA SILVA Representante(s): OAB 16.482 - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO SA TERCEIRO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00031332920188140107

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:GESSY GOMES DA COSTA Representante(s): OAB 16.482 - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO E FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 5546 - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (ADVOGADO) . SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00031368120188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCO DE ASSIS INACIO Representante(s): OAB 16.482 - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO Representante(s): OAB 16.330 - LARRISSA SENTO SE ROSSI (ADVOGADO) . SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida

trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00031572320198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL DENUNCIADO:MARCOS ANDRE DE SOUSA CARNEIRO DENUNCIADO:RAYFRAN REIS DA SILVA VULGO RAYBOY. DESPACHO Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 03 / 12 / 2019, às 14h00min, no Fórum desta Comarca. Na audiência proceder-se-á à inquirição das testemunhas arroladas pela acusação, pela defesa, e interrogatório dos réus. Intimem-se as testemunhas pessoalmente ou expeça-se carta precatória quando necessário para oitiva na comarca onde residem. Intimem-se os réus. Dê-se ciência ao Ministério Público e Defensoria Pública. ESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO, com fulcro no Provimento n. 003/2009 da CJRMB. Dom Eliseu - PA, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00031644920188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:JOACIR SOBRAL DE SOUSA Representante(s): OAB 16.482 - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO Representante(s): OAB 28247-A - ENY ANGE SOLEDADE BITTENCOURT DE ARAUJO (ADVOGADO) . SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos

termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00035464220188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:EVA PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 16.482 - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e

Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00035724020188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA PEREIRA SAMPAIO Representante(s): OAB 16.482 - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BRADESCO PROMOTORA. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios.

Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00036079720188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:FRANCINETE SOUSA SANTOS Representante(s): OAB 16.482 - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA Representante(s): OAB 5546 - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (ADVOGADO) . SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00037127420188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Alvará Judicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:LEANE FERREIRA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 17.193 - NILSON NORMANDES STRENZKE FILHO (ADVOGADO) . DESPACHO Ao Ministério Público para manifestar ou requerer o que entender de direito. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00041613220188140107 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA OMAR SANTOS BOMJARDIM Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00041726120188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA OMAR SANTOS BOMJARDIM Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais

elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00041734620188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA OMAR SANTOS BOMJARDIM Representante(s): OAB 16.482 - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre

seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00041778320188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA OMAR SANTOS BOMJARDIM Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil,

julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00044948120188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA MACHADO DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00051007520198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 FLAGRANTEADO:ANTONIO MARCOS DA SILVA MACEDO VITIMA:P. V. . DECISÃO Tratam os autos de Ação Penal ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO contra o (s) denunciado (s) indicado (s) na denúncia pela suposta prática do crime narrado na peça acusatória. O Ministério Público do Estado instruiu o pedido com documentos e peças de informações, bem como arrolou testemunhas. Durante a fase de investigação, foram ouvidas testemunhas, vítima e acusado. Vieram os autos conclusos. Era o que cabia relatar. Passo à fundamentação. Compulsando os

autos, constata-se que é hipótese de recebimento da peça acusatória. Explique-se com maior vagar. O artigo 395 do CPP estabelece as causas de rejeição da peça acusatória, verbis: Art. 395. A denúncia ou queixa será rejeitada quando: (Redação dada pela Lei nº 11.719, de 2008). I - for manifestamente inepta; (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008). II - faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal; ou (Incluído pela Lei nº 11.719, de 2008). III - faltar justa causa para o exercício da ação penal. No presente caso, os fatos constituem, em tese, a infração penal narrada com riqueza de detalhes na denúncia. Ademais, a peça acusatória preencheu todos os requisitos descritos no art. 41 do Código de Processo Penal, expondo o fato criminoso com todas as suas circunstâncias, qualificando-se o acusado, dando a classificação jurídica aos fatos, apresentando rol de testemunhas e pugnando pela produção de todas as provas necessárias para instrução do feito. O Ministério Público do Estado é parte legítima para a instauração da presente ação penal. O acusado é maior e capaz, não havendo impedimento para que seja submetido a processo e julgamento na seara criminal. Não ocorreu o instituto da prescrição ou outra causa extintiva da punibilidade prevista no artigo 107 do CP. Observa este Juízo ainda, que há justa causa para o exercício da pretensão acusatória do Ministério Público, tendo em vista as provas colhidas no procedimento inquisitório, as quais adequam à conduta do denunciado ao tipo descrito na exordial acusatória. Frise-se, portanto, que há indícios suficientes de autoria e prova da materialidade delitiva. Assim sendo, compulsando-se atentamente os presentes autos, verifica-se que não é o caso de rejeição da peça acusatória de ofício, eis que presentes a prática de ato aparentemente criminoso (fumus commissi delicti), a punibilidade concreta, a legitimidade das partes e a justa causa. Decido Posto isso, recebo a denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual contra o (s) denunciado (s) indicado (s), dando-o (s), provisoriamente, como incurso no tipo penal nela referido. Cite-se o (s) réu (s), por carta precatória, para apresentar resposta à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, com a advertência de que, na resposta, poderá arguir preliminar e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A, CPP). O Oficial de Justiça deverá orientá-lo que, caso não responda no prazo legal, ser-lhe-á nomeado Defensor Dativo para atuar em sua defesa técnica. Finalmente, caso o (s) denunciado (s) não possua (m) advogado constituído, não apresentando defesa, por economia processual, determino a imediata remessa dos autos à Defensoria Pública para oferecer resposta por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, devendo ser intimada, pessoalmente, de todos os atos do processo. Após, voltem os autos conclusos. A presente decisão já serve como mandado de citação. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00054388320188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA DAS DORES FREIRE OLIVEIRA Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença,

e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00054977120188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:EDVAN GERMANO ARAUJO Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BRADESCO FINANCIAMENTOS SA. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos

termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00055250520198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação de Alimentos em: 27/06/2019 MENOR:M. J. C. S. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) JOANA KATIA PORTAL DA CRUZ (REP LEGAL) MENOR:M. J. C. S. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) JOANA KATIA PORTAL DA CRUZ (REP LEGAL) REQUERIDO:MARCIO GOMES DA SILVA. éDECISÃO Defiro o pedido de gratuidade de justiça, na forma do artigo 98 do NCPC. Fixo os alimentos provisórios no percentual de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo vigente correspondente, a serem pagos pelo requerido a partir da data da citação válida. Cite-se o requerido, pessoalmente, para que, no dia 29/01/2020, às 11:00, compareça à audiência una de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada neste Fórum Judicial e, na oportunidade, caso queira o requerido, apresente contestação nos termos do art. 5º, caput e seu §1º, da Lei 5.478/681, devendo ele ser advertido, ainda, de que o seu não comparecimento importará a decretação de sua revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (art. 7º, da mesma lei). Intime-se a parte autora, por seu representante legal, a fim de que também compareça à audiência supra, advertindo-a de que sua ausência importará o arquivamento do feito (art. 7º, da Lei 5.478/68). Ressalte-se que eventuais testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação e em número máximo de 03 (três) para cada parte (art. 8º, idem). Ciência ao Ministério Público. CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 O escrivão, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, remeterá ao devedor a segunda via da petição ou do têrmo, juntamente com a cópia do despacho do Juiz, e a comunicação do dia e hora da realização da audiência de conciliação e julgamento. § 1º Na designação da audiência, o Juiz fixará o prazo razoável que possibilite ao réu a contestação da ação proposta e a eventualidade de citação por edital. PROCESSO: 00055268720198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação de Alimentos em: 27/06/2019 MENOR:I. O. E. S. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) SUELENE OLIVEIRA DA SILVA (REP LEGAL) REQUERIDO:JOSE CARLOS SILVA E SILVA. éDECISÃO Defiro o pedido de gratuidade de justiça, na forma do artigo 98 do NCPC. Fixo os alimentos provisórios no percentual de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo vigente correspondente, a serem pagos pelo requerido a partir da data da citação válida. Cite-se o requerido, pessoalmente, para que, no dia 29/01/2020, às 10:40, compareça à audiência una de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada neste Fórum Judicial e, na oportunidade, caso queira o requerido, apresente contestação nos termos do art. 5º, caput e seu §1º, da Lei 5.478/681, devendo ele ser advertido, ainda, de que o seu não comparecimento importará a decretação de sua revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (art. 7º, da mesma lei). Intime-se a parte autora, por seu representante legal, a fim de que também compareça à audiência supra, advertindo-a de que sua ausência importará o arquivamento do feito (art. 7º, da Lei 5.478/68). Ressalte-se que eventuais testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação e em número máximo de 03 (três) para cada parte (art. 8º, idem). Ciência ao Ministério Público. CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 O escrivão, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, remeterá ao devedor a segunda via da petição ou do têrmo, juntamente com a cópia do despacho do Juiz, e a comunicação do dia e hora da realização da audiência de conciliação e julgamento. § 1º Na designação da audiência, o Juiz fixará o prazo razoável que possibilite ao réu a contestação da ação proposta e a eventualidade de citação por edital. PROCESSO: 00055277220198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação de Alimentos em: 27/06/2019 MENOR:G. P. S. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) ERIKA MORAIS PINHEIRO (REP LEGAL) MENOR:J. P. S. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) ERIKA MORAIS PINHEIRO (REP LEGAL) REQUERIDO:ELIELTON PEREIRA DA SILVA. éDECISÃO Defiro o pedido de gratuidade de justiça, na forma do artigo 98 do NCPC. Fixo os alimentos provisórios no percentual de 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente correspondente, a serem pagos pelo requerido a partir da data da citação válida. Cite-se o requerido, pessoalmente, para que, no dia 29/01/2020, às 10:20, compareça à audiência una de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada neste Fórum Judicial e, na

oportunidade, caso queira o requerido, apresente contestação nos termos do art. 5º, caput e seu §1º, da Lei 5.478/681, devendo ele ser advertido, ainda, de que o seu não comparecimento importará a decretação de sua revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (art. 7º, da mesma lei). Intime-se a parte autora, por seu representante legal, a fim de que também compareça à audiência supra, advertindo-a de que sua ausência importará o arquivamento do feito (art. 7º, da Lei 5.478/68). Ressalte-se que eventuais testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação e em número máximo de 03 (três) para cada parte (art. 8º, idem). Ciência ao Ministério Público. CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 O escrivão, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, remeterá ao devedor a segunda via da petição ou do têrmo, juntamente com a cópia do despacho do Juiz, e a comunicação do dia e hora da realização da audiência de conciliação e julgamento. § 1º Na designação da audiência, o Juiz fixará o prazo razoável que possibilite ao réu a contestação da ação proposta e a eventualidade de citação por edital. PROCESSO: 00055323120188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:HILDA FEITOSA GOMES Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BRADESCO FINANCIAMENTOS SA. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00055358320188140107 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:EDVAN GERMANO ARAUJO Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BRADESCO FINANCIAMENTOS SA. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00055459320198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação de Alimentos em: 27/06/2019 MENOR:L. H. B. C. C. Representante(s): MICHELANGELA BRANDAO DE CARVALHO (REP LEGAL) OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REQUERIDO:RAMON DE SOUZA CARDOSO. éDECISÃO Defiro o pedido de gratuidade de justiça, na forma do artigo 98 do NCPC. Fixo os alimentos provisórios no percentual de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo vigente correspondente, a serem pagos pelo requerido a partir da data da citação válida. Cite-se o requerido, pessoalmente, para que, no dia 29/01/2020, às 10:00, compareça à audiência una de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada neste Fórum Judicial e, na oportunidade, caso queira o requerido, apresente contestação nos termos do art. 5º, caput e seu §1º, da Lei 5.478/681, devendo ele ser advertido, ainda, de que o seu não comparecimento importará a decretação de sua revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (art. 7º, da mesma lei). Intime-se a parte autora, por seu representante legal, a fim de que também compareça à audiência supra, advertindo-a de que sua ausência importará o arquivamento do feito (art. 7º, da Lei

5.478/68). Ressalte-se que eventuais testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação e em número máximo de 03 (três) para cada parte (art. 8º, idem). Ciência ao Ministério Público. CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 O escrivão, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, remeterá ao devedor a segunda via da petição ou do têrmo, juntamente com a cópia do despacho do Juiz, e a comunicação do dia e hora da realização da audiência de conciliação e julgamento. § 1º Na designação da audiência, o Juiz fixará o prazo razoável que possibilite ao réu a contestação da ação proposta e a eventualidade de citação por edital. PROCESSO: 00055467820198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação de Alimentos em: 27/06/2019 MENOR:C. S. P. Representante(s): MARLI DA SILVA SANTOS (REP LEGAL) OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) MENOR:A. C. S. P. Representante(s): MARLI DA SILVA SANTOS (REP LEGAL) OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REQUERIDO:RAIMUNDO PINTO. éDECISÃO Defiro o pedido de gratuidade de justiça, na forma do artigo 98 do NCPC. Fixo os alimentos provisórios no percentual de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo vigente correspondente, a serem pagos pelo requerido a partir da data da citação válida. Cite-se o requerido, pessoalmente, para que, no dia 29/01/2020, às 11:20, compareça à audiência una de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada neste Fórum Judicial e, na oportunidade, caso queira o requerido, apresente contestação nos termos do art. 5º, caput e seu §1º, da Lei 5.478/681, devendo ele ser advertido, ainda, de que o seu não comparecimento importará a decretação de sua revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (art. 7º, da mesma lei). Intime-se a parte autora, por seu representante legal, a fim de que também compareça à audiência supra, advertindo-a de que sua ausência importará o arquivamento do feito (art. 7º, da Lei 5.478/68). Ressalte-se que eventuais testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação e em número máximo de 03 (três) para cada parte (art. 8º, idem). Ciência ao Ministério Público. CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 O escrivão, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, remeterá ao devedor a segunda via da petição ou do têrmo, juntamente com a cópia do despacho do Juiz, e a comunicação do dia e hora da realização da audiência de conciliação e julgamento. § 1º Na designação da audiência, o Juiz fixará o prazo razoável que possibilite ao réu a contestação da ação proposta e a eventualidade de citação por edital. PROCESSO: 00055476320198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação de Alimentos em: 27/06/2019 MENOR:R. V. S. R. Representante(s): ANA CLEIDE DA SILVA RODRIGUES (REP LEGAL) OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REQUERIDO:ROMARIO RODRIGUES DE SOUSA. DECISÃO Redesigno audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 29 / 01 /2020, às 09 horas e 40 minutos; Cite-se o requerido, para comparecimento e apresentação de contestação em audiência; Intimem-se as partes, advertindo-as de que deverão comparecer à audiência acompanhados dos respectivos advogados e de suas testemunhas, no máximo de 03 (três), consoante art. 8º da Lei nº 5.478/68; O não comparecimento da parte autora implica no arquivamento do pedido e a ausência da parte requerida importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (art. 7º da citada lei); Ciência a Defensoria Pública e Ministério Público. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00055658420198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação de Alimentos em: 27/06/2019 MENOR:F. A. S. S. Representante(s): SAMARA SANTOS SILVA (REP LEGAL) OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) MENOR:J. M. S. S. Representante(s): SAMARA SANTOS SILVA (REP LEGAL) OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REQUERIDO:JEFFERSON DOS SANTOS SOUZA. éDECISÃO Defiro o pedido de gratuidade de justiça, na forma do artigo 98 do NCPC. Fixo os alimentos provisórios no percentual de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo vigente correspondente, a serem pagos pelo requerido a partir da data da citação válida. Cite-se o requerido, pessoalmente, para que, no dia 29/01/2020, às 09:20, compareça à audiência una de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada neste Fórum Judicial e, na oportunidade, caso queira o requerido, apresente contestação nos termos do art. 5º, caput e seu §1º, da Lei 5.478/681, devendo ele ser advertido, ainda, de que o seu não comparecimento importará a decretação de sua revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (art. 7º, da mesma lei). Intime-se a parte autora, por seu representante legal, a fim de que também compareça à audiência supra, advertindo-a de que sua ausência importará o arquivamento do feito (art. 7º, da Lei 5.478/68). Ressalte-se que eventuais testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação e em número máximo de 03 (três) para cada parte (art. 8º, idem). Ciência ao Ministério Público. CÓPIA DA

PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 O escrivão, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, remeterá ao devedor a segunda via da petição ou do têrmo, juntamente com a cópia do despacho do Juiz, e a comunicação do dia e hora da realização da audiência de conciliação e julgamento. § 1º Na designação da audiência, o Juiz fixará o prazo razoável que possibilite ao réu a contestação da ação proposta e a eventualidade de citação por edital. PROCESSO: 00055666920198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação de Alimentos em: 27/06/2019 MENOR:R. S. S. C. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (REP LEGAL) IEDA CAROLINE DA SILVA (REP LEGAL) REQUERIDO:DIONES SILVA DA CONCEICAO. éDECISÃO Defiro o pedido de gratuidade de justiça, na forma do artigo 98 do NCPC. Fixo os alimentos provisórios no percentual de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo vigente correspondente, a serem pagos pelo requerido a partir da data da citação válida. Cite-se o requerido, pessoalmente, para que, no dia 29/01/2020, às 09:00, compareça à audiência una de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada neste Fórum Judicial e, na oportunidade, caso queira o requerido, apresente contestação nos termos do art. 5º, caput e seu §1º, da Lei 5.478/681, devendo ele ser advertido, ainda, de que o seu não comparecimento importará a decretação de sua revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (art. 7º, da mesma lei). Intime-se a parte autora, por seu representante legal, a fim de que também compareça à audiência supra, advertindo-a de que sua ausência importará o arquivamento do feito (art. 7º, da Lei 5.478/68). Ressalte-se que eventuais testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação e em número máximo de 03 (três) para cada parte (art. 8º, idem). Ciência ao Ministério Público. CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 O escrivão, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, remeterá ao devedor a segunda via da petição ou do têrmo, juntamente com a cópia do despacho do Juiz, e a comunicação do dia e hora da realização da audiência de conciliação e julgamento. § 1º Na designação da audiência, o Juiz fixará o prazo razoável que possibilite ao réu a contestação da ação proposta e a eventualidade de citação por edital. PROCESSO: 00055675420198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação de Alimentos em: 27/06/2019 MENOR:M. C. S. L. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) MARIA MICHELLE ALVES DA SILVA (REP LEGAL) REQUERIDO:CLEITON DE OLIVEIRA LIMA. éDECISÃO Defiro o pedido de gratuidade de justiça, na forma do artigo 98 do NCPC. Fixo os alimentos provisórios no percentual de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo vigente correspondente, a serem pagos pelo requerido a partir da data da citação válida. Cite-se o requerido, pessoalmente, para que, no dia 05/02/2020, às 09:20, compareça à audiência una de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada neste Fórum Judicial e, na oportunidade, caso queira o requerido, apresente contestação nos termos do art. 5º, caput e seu §1º, da Lei 5.478/681, devendo ele ser advertido, ainda, de que o seu não comparecimento importará a decretação de sua revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (art. 7º, da mesma lei). Intime-se a parte autora, por seu representante legal, a fim de que também compareça à audiência supra, advertindo-a de que sua ausência importará o arquivamento do feito (art. 7º, da Lei 5.478/68). Ressalte-se que eventuais testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação e em número máximo de 03 (três) para cada parte (art. 8º, idem). Ciência ao Ministério Público. CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 O escrivão, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, remeterá ao devedor a segunda via da petição ou do têrmo, juntamente com a cópia do despacho do Juiz, e a comunicação do dia e hora da realização da audiência de conciliação e julgamento. § 1º Na designação da audiência, o Juiz fixará o prazo razoável que possibilite ao réu a contestação da ação proposta e a eventualidade de citação por edital. PROCESSO: 00055683920198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação de Alimentos em: 27/06/2019 MENOR:R. S. S. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) EVA VIEIRA DOS SANTOS (REP LEGAL) REQUERIDO:JOSE NAZARENO DE SOUSA. éDECISÃO Defiro o pedido de gratuidade de justiça, na forma do artigo 98 do NCPC. Fixo os alimentos provisórios no percentual de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo vigente correspondente, a serem pagos pelo requerido a partir da data da citação válida. Cite-se o requerido, pessoalmente, para que, no dia 05/02/2020, às 09:00, compareça à audiência una de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada neste Fórum Judicial e, na oportunidade, caso queira o requerido, apresente contestação nos termos do art. 5º, caput e seu §1º, da Lei 5.478/681, devendo ele ser advertido, ainda, de que o seu não comparecimento importará a decretação de sua revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (art. 7º, da mesma lei). Intime-se a parte autora, por seu representante

legal, a fim de que também compareça à audiência supra, advertindo-a de que sua ausência importará o arquivamento do feito (art. 7º, da Lei 5.478/68). Ressalte-se que eventuais testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação e em número máximo de 03 (três) para cada parte (art. 8º, idem). Ciência ao Ministério Público. CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 O escrivão, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, remeterá ao devedor a segunda via da petição ou do têrmo, juntamente com a cópia do despacho do Juiz, e a comunicação do dia e hora da realização da audiência de conciliação e julgamento. § 1º Na designação da audiência, o Juiz fixará o prazo razoável que possibilite ao réu a contestação da ação proposta e a eventualidade de citação por edital. PROCESSO: 00055874520198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:SAO PEDRO COMERCIALIZACAO DE GRAOS Representante(s): OAB 26250 - THAWANY VALADÃO FERRAZ (ADVOGADO) REQUERIDO:EQUIPAMENTOS RODOVIARIOS RODRIGUES LTDA. éDecisão Interlocutória Dos Fatos Trata-se de ação de obrigação de fazer c/c tutela de antecipada, ajuizada por São Pedro Comercialização de Grãos em face de Equipamentos Rodoviários Rodrigues Ltda. Segundo consta, o autor firmou com o requerido contrato de compra e venda de equipamentos rodoviários. Apesar de ter honrado sua parte na avença, o requerido não efetuou a entrega de todos os bens. Ante o exposto, requer, em sede liminar, seja o requerido obrigado a entregar os bens faltantes. DO DIREITO Recebimento da Petição inicial e citação Considerando o disposto no artigo 334 do CPC, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320 do CPC e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido (CPC, artigo 332), designo audiência de conciliação para o dia 23.01.2020, às 09h20min, a realizar-se no Fórum da presente comarca, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. Expeça-se mandado de citação, com as advertências constantes do artigo 334, parágrafos 8º, 9º e 10º. Tendo em vista o disposto no artigo 335 do Código de Processo Civil, conste também do mandado de citação que o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4o, inciso I (se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual); Fica o autor intimado para a audiência na pessoa de seu advogado e por meio da publicação desta decisão na imprensa oficial (CPC, artigo 334, § 3º). Advirto, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, § 9º) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, § 10º). Da relação de consumo O conceito de consumidor está estampado, dentre outros dispositivos, no art. 2º, do Código de Defesa do Consumidor, in verbis: Art. 2° Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final. Tangente a isso, nasceram 03(três) teorias, a saber: finalista, maximalista e finalista mitigada ou abrandada. Nos termos da teoria finalista, consumidor é toda pessoa física ou jurídica que ostenta a condição de destinatária fática e econômica do produto. Fático, porque não irá reinseri-lo no mercado de consumo; econômico, pois não empregará o produto em outra atividade econômica. Trata-se de um conceito restritivo de consumidor. Eis o entendimento da doutrina: "Destinatário final seria aquele destinatário fático e econômico do bem ou serviço, seja ele pessoa jurídica ou física. Logo, segundo esta interpretação teleológica, não basta ser destinatário fático do produto, retirá-lo da cadeia de produção, levá-lo para escritório ou residência " é necessário ser destinatário final econômico do bem, não adquiri-lo para revenda, não adquiri-lo para uso profissional, pois o bem seria novamente um instrumento de produção cujo preço será incluído no preço final do profissional que o adquiriu". (Herman V. Benjamin, A., Lima Marques, C., Roscoe Bessa, L. Manual de Direito do Consumidor, 8ª ed., rev. atual. e amp. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2017, p. 111-112) A teoria maximalista, a seu turno, abraça um conceito ampliado de consumidor, sustentando ser suficiente, para a caracterização, a pura condição de destinatário fático; sendo irrelevante eventual destinação econômica do bem ou serviço adquirido. Tal entendimento foi criticado porquanto retira do Código Civil quase todos os contratos comerciais, uma vez que comerciantes e profissionais consomem de forma intermediária insumos para a sua atividade-fim, de produção e de distribuição (idem, p. 114). Em terceiro lugar, tem-se a teoria finalista mitigada ou abrandada. Esta surgiu com vistas a abrandar o rigor da teoria finalista. Nos seus dizeres, alça-se ao patamar de consumidor a pessoa jurídica, ainda que não seja destinatária fática e

econômica, mas que transpareça vulnerabilidade (técnica, jurídica e fática). Na hipótese dos autos, o demandante atua no comércio de grãos. Certamente, os equipamentos rodoviários servem à atividade fim, e desempenham função de meio ou instrumental. Tanto é assim, que, conforme narrado, teve de contratar o serviço de terceiros. À luz da teoria finalista, não corresponde ao conceito de consumidor. Sob a teoria finalista mitigada, a tese também não prospera. A pretensão da autora é unicamente receber equipamentos adquiridos, sendo irrelevantes questões de ordem técnica, fática ou jurídica; logo, não apresenta vulnerabilidade alguma. Como discorrido acima, urge constatar algum tipo de vulnerabilidade por parte do comprador para se socorrer das normas protetivas. Portanto, não reconheço o caráter consumerista da relação. Da tutela de urgência Nos termos do art. 294, caput, e p. ú., NCPC, vislumbram-se dois tipos de tutela provisória, a saber: urgência e evidência. O requerente, na reclamação, pleiteou a concessão de tutela provisória de urgência. Pelo art. 300, do Novo Código de Processo Civil, a tutela de urgência haverá de ser concedida observando-se a "a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo". Cuidam-se das consagradas ideias de ´fumus boni iuris´ e ´periculum in mora´. Sabe-se que a averiguação destes elementos pode se dar em nível de cognição sumária, desnecessário juízo exauriente da matéria. Pois, do contrário, o propósito do instituto da tutela de urgência seria malogrado. Quanto ao ´fumus boni iuris´, há de se demonstrar que o autor faz jus a receber os equipamentos pleiteados. Conforme documentação anexa, o autor efetuou o pagamento de todos os equipamentos. Portanto, assiste-lhe o direito de ter os bens comprados. O periculum in mora está presente no tempo em que ficará sem poder usufruir os bens, especialmente na atividade empresarial desenvolvida. Não observo o "periculum in mora" inverso, haja vista a possibilidade de reversão da ordem caso o requerido demonstre já ter efetuado a entrega ou não ter o autor direito a tanto. Isto posto, reconheço o ´fumus boni iuris´ e "periculum in mora" e determino ao requerido que proceda à entrega dos bens relacionados no item "a" dos pedidos, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de multa diária no importe de R$1.000,00 (mil reais) por dia de atraso. Cumpra-se. Serve a presente decisão como mandado/comunicação/ofício. Dom Eliseu/PA, 26 de junho de 2019. DIOGO BONFIM FERNANDEZ Juiz de Direito PROCESSO: 00056073620198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação de Alimentos em: 27/06/2019 MENOR:L. V. S. A. Representante(s): MARIA FRANCILENE DOS SANTOS ESTEVAO (REP LEGAL) OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REQUERIDO:LUIS FELIPE SILVA ALVES. DESPACHO 1. Defiro o pedido de justiça gratuita nos termos do art. 98 do NCPC; 2. Designo audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 05/02/2020, às 10 horas e 20 minutos; 3. Cite-se o requerido para comparecimento e apresentação de contestação em audiência; 4. Intimem-se as partes, advertindo-as de que deverão comparecer à audiência acompanhados dos respectivos advogados e de suas testemunhas, no máximo de 03 (três), consoante art. 8º da Lei nº 5.478/68; 5. O não comparecimento da parte autora implica no arquivamento do pedido e a ausência da parte requerida importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (art. 7º da citada lei); 6. Cientifique-se o Ministério Público e a Defensoria Pública. Despacho publicado no DJE de 01/07/2019. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00056082120198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação de Alimentos em: 27/06/2019 MENOR:E. L. A. B. Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) ELAINE DO NASCIMENTO ARAUJO (REP LEGAL) REQUERIDO:LUCAS BARBOSA RODRIGUES. éDECISÃO Defiro o pedido de gratuidade de justiça, na forma do artigo 98 do NCPC. Fixo os alimentos provisórios no percentual de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo vigente correspondente, a serem pagos pelo requerido a partir da data da citação válida. Cite-se o requerido, pessoalmente, para que, no dia 05/02/2020, às 10:00, compareça à audiência una de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada neste Fórum Judicial e, na oportunidade, caso queira o requerido, apresente contestação nos termos do art. 5º, caput e seu §1º, da Lei 5.478/681, devendo ele ser advertido, ainda, de que o seu não comparecimento importará a decretação de sua revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (art. 7º, da mesma lei). Intime-se a parte autora, por seu representante legal, a fim de que também compareça à audiência supra, advertindo-a de que sua ausência importará o arquivamento do feito (art. 7º, da Lei 5.478/68). Ressalte-se que eventuais testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação e em número máximo de 03 (três) para cada parte (art. 8º, idem). Ciência ao Ministério Público. CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 O escrivão, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, remeterá ao devedor a segunda via da petição ou do têrmo, juntamente com a cópia do despacho do Juiz, e a comunicação do dia e hora da realização da audiência de conciliação e julgamento. § 1º Na designação da audiência, o Juiz fixará o prazo razoável

que possibilite ao réu a contestação da ação proposta e a eventualidade de citação por edital. PROCESSO: 00056090620198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: 27/06/2019 MENOR:L. C. S. E. S. Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) MARIA FRANCISCA CONCEICAO SOUSA (REP LEGAL) REQUERIDO:EVERSON FERREIRA SOUSA. úDESPACHO 1. Ao Ministério Público para manifestação. 2. Após, voltem os autos conclusos. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00056108820198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:AIANE KELLY SOBRINHO DA SILVA Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REQUERENTE:KAIQUE BORGES DA SILVA Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) . úDESPACHO 1. Ao Ministério Público para manifestação. 2. Após, voltem os autos conclusos. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00056117320198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:FREDSON GONCALVES BOMFIM Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REQUERENTE:VANESSA NASCIMENTO DOS SANTOS Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) . úDESPACHO 1. Ao Ministério Público para manifestação. 2. Após, voltem os autos conclusos. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 PROCESSO: 00056198420188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:EDVAN GERMANO ARAUJO Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE DOM ELISEU - VARA ÚNICA SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01(um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo que competiria à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. Todavia, não é o que se observa nos autos. A parte requerida não trouxe documento algum. Deste modo, acolho a tese autoral no sentido de que jamais celebrou acordo com a instituição financeira em questão e que não recebeu valor algum. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a inexistência de externalização da vontade de contratar. Logo, declaro inexistente o suposto contrato objeto da lide. Do direito Inexistindo preliminares, passo ao mérito. Da natureza consumerista da relação Não há dúvida de que a relação jurídica existente no presente caso concreto é relação de consumo, tendo em vista que há de um lado o autor (consumidor) e de outro lado a empresa requerida (fornecedor). Da obrigação de reparar Aplicável à hipótese o disposto no art. 14, do Código de Defesa do Consumidor. In verbis: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. No contexto de responsabilidade objetiva, para fins de responsabilização, a demonstração de culpa por parte do agente é prescindível. Contudo, ainda assim faz-se necessário constatar a presença dos elementos configuradores da responsabilidade, a saber: conduta, nexo de causalidade e resultado. Eis o entendimento doutrinário: "Quando isso acontece, diz-se que a responsabilidade é legal ou `objetiva",

porque prescinde da culpa e se satisfaz apenas com o dano e o nexo de causalidade". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civilcs0 . V. 4. 11ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 48) Portanto, urge sondar a presença do dano e nexo de causalidade. Conforme de conclui dos documentos colacionados, o requerente teve descontados de sua conta parcelas referentes a um contrato inexistente. Cumpre averiguar se a conduta da requerida deu causa ao dano. Não há dúvidas quanto a isso, uma vez que, analisando a documentação, observam-se os descontos efetuados. A instituição financeira não foi diligente o suficiente a fim de evitar fraude contra o consumidor. No contexto de responsabilidade objetiva, descabe averiguar eventual culpa. Nexo causal entre conduta e dano devidamente comprovado, tendo em vista que se não fosse a conduta dolosa e comissiva da requerida o resultado danoso ao autor não teria ocorrido. Estando presentes os elementos da responsabilidade civil, entende este juízo que a condenação da requerida a reparar o dano moral e material causados. Da repetição do indébito em dobro A autora invocou em seu favor o direito à repetição em dobro, previsto no art. 42, parágrafo único, do CDC: "Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável." É indubitável que os descontos foram efetuados como intuito de cobrança. Porém, dado que o contrato inexiste, segue-se que as cobranças são indevidas. Ademais, o requerido não ventilou nenhuma ocorrência de equívoco a justificar sua atitude e, assim, afastar a sanção. Destarte, a reparação do dano material deve se dar mediante devolução em dobro dos valores descontados. Da constatação e do quantum do dano moral A reparação por dano moral está prevista no art. 5, V e x, da Constituição Federal. E também no art. 927, do Código Civil: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo." A doutrina consigna 02(duas) modalidades de dano moral, qual sejam, o dano moral direto e o indireto. Aquele consiste na violação a um direito da personalidade, tal qual se extrai do dispositivo acima, ou nos atributos da pessoa (nome, capacidade, estado de família). O último se caracteriza pela impossibilidade de usufruir um direito patrimonial ou de lesão direta a um bem patrimonial. Veja-se: "O dano moral indireto consiste na lesão de um interesse tendente à satisfação ou gozo de bens jurídicos patrimoniais, que produz um menoscabo a um bem extrapatrimonial, ou melhor, é aquele que provoca prejuízo a qualquer interesse não patrimonial, devido a uma lesão a um bem patrimonial da vítima" (Idem, p. 387/388). Adiante, não se descuida que tal privação há de ensejar dor, humilhação, vexame no titular do direito, ou seja, exceder ao mero desconforto ou dissabor. A reparação pelo dano moral, ao contrário do dano patrimonial, não ostenta caráter de ressarcimento, dada a impossibilidade de remontar os fatos ao seu estado anterior. Cuida-se, em verdade, de uma forma de compensação pecuniária com vistas a amenizar e atenuar as violações padecidas. Atentando para o ocorrido, não vislumbro violação direta a imagem, honra, intimidade ou vida privada, do autor. Em contrapartida, observo o encimado dano moral indireto, pois o consumidor se viu privados de gozar de bens jurídicos patrimoniais, a saber, parcela de seu benefício. No tocante à fixação do quantum indenizatório, deve o juiz observar alguns critérios indicados pelo STJ em diversos julgados, dentre eles: condição econômica da vítima; condição econômica do lesante; repercussão social do dano e circunstâncias da prática do ato lesivo. Restou comprovado que o requerente é beneficiário do INSS, sendo pessoa de parcos recursos. Tal circunstância se apresenta como uma Face de Jano, ao tempo em que impele o quantum a patamares baixos, sob pena de se fomentar o enriquecimento ilícito (vedado no art. 884/CC), também agrava o sofrimento do consumidor, elevando o patamar da indenização. Adiante, não se olvida que a parte tenha dispensado valores com contratação de advogado particular. Porém, isso não pode ser levado em consideração para fins de fixação do quantum indenizatório. Cuida-se de opção da parte, que assume os respectivos gastos financeiros. Afora isso, se assim não fosse, estar-se-ia a tratar desigualmente aqueles que buscam os serviços da Defensoria Pública. Balizando tais parâmetros, tomo por bem em fixar os danos morais em R$2.000,00 (dois mil reais). Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente procedente o pedido formulado na inicial, para: i. Declarar inexistente o contrato objeto da lide; ii. Condenar a requerida a devolver, em dobro, os valores descontados, corrigidos pelo INPC, a partir do efetivo prejuízo, de acordo com a súmula 43/STJ, e com juros de mora de 1% (um por cento), a contar do evento danoso (súmula 54/STJ); iii. Condenar a requerida ao pagamento da quantia de R$2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais. Correção monetária pelo INPC, a contar do arbitramento, nos termos da súmula 362/STJ. Juros de mora em 1% (um por cento), a contar do evento danoso, conforme súmula 54/STJ. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. Intimem-se as partes, por seus advogados constituídos nos autos, via DJE. P.R.I. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10(dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o juízo de admissibilidade.

Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 DIOGO BONFIM FERNANDEZ Juiz de Direito PROCESSO: 00056215420188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:EDVAN GERMANO ARAUJO Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE DOM ELISEU - VARA ÚNICA SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01(um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo que competiria à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. Todavia, não é o que se observa nos autos. A parte requerida não trouxe documento algum. Deste modo, acolho a tese autoral no sentido de que jamais celebrou acordo com a instituição financeira em questão e que não recebeu valor algum. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a inexistência de externalização da vontade de contratar. Logo, declaro inexistente o suposto contrato objeto da lide. Do direito Inexistindo preliminares, passo ao mérito. Da natureza consumerista da relação Não há dúvida de que a relação jurídica existente no presente caso concreto é relação de consumo, tendo em vista que há de um lado o autor (consumidor) e de outro lado a empresa requerida (fornecedor). Da obrigação de reparar Aplicável à hipótese o disposto no art. 14, do Código de Defesa do Consumidor. In verbis: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. No contexto de responsabilidade objetiva, para fins de responsabilização, a demonstração de culpa por parte do agente é prescindível. Contudo, ainda assim faz-se necessário constatar a presença dos elementos configuradores da responsabilidade, a saber: conduta, nexo de causalidade e resultado. Eis o entendimento doutrinário: "Quando isso acontece, diz-se que a responsabilidade é legal ou `objetiva", porque prescinde da culpa e se satisfaz apenas com o dano e o nexo de causalidade". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civilcs0 . V. 4. 11ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 48) Portanto, urge sondar a presença do dano e nexo de causalidade. Conforme de conclui dos documentos colacionados, o requerente teve descontados de sua conta parcelas referentes a um contrato inexistente. Cumpre averiguar se a conduta da requerida deu causa ao dano. Não há dúvidas quanto a isso, uma vez que, analisando a documentação, observam-se os descontos efetuados. A instituição financeira não foi diligente o suficiente a fim de evitar fraude contra o consumidor. No contexto de responsabilidade objetiva, descabe averiguar eventual culpa. Nexo causal entre conduta e dano devidamente comprovado, tendo em vista que se não fosse a conduta dolosa e comissiva da requerida o resultado danoso ao autor não teria ocorrido. Estando presentes os elementos da responsabilidade civil, entende este juízo que a condenação da requerida a reparar o dano moral e material causados. Da repetição do indébito em dobro A autora invocou em seu favor o direito à repetição em dobro, previsto no art. 42, parágrafo único, do CDC: "Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável." É indubitável que os descontos foram efetuados como intuito de cobrança. Porém, dado que o contrato inexiste, segue-se que as cobranças são indevidas. Ademais, o requerido não ventilou nenhuma ocorrência de equívoco a justificar sua atitude e, assim, afastar a sanção. Destarte, a reparação do dano material deve se dar mediante devolução em dobro dos valores descontados. Da constatação e do quantum do dano moral A reparação por dano moral está prevista no art. 5, V e x, da Constituição Federal. E também no art. 927, do

Código Civil: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo." A doutrina consigna 02(duas) modalidades de dano moral, qual sejam, o dano moral direto e o indireto. Aquele consiste na violação a um direito da personalidade, tal qual se extrai do dispositivo acima, ou nos atributos da pessoa (nome, capacidade, estado de família). O último se caracteriza pela impossibilidade de usufruir um direito patrimonial ou de lesão direta a um bem patrimonial. Veja-se: "O dano moral indireto consiste na lesão de um interesse tendente à satisfação ou gozo de bens jurídicos patrimoniais, que produz um menoscabo a um bem extrapatrimonial, ou melhor, é aquele que provoca prejuízo a qualquer interesse não patrimonial, devido a uma lesão a um bem patrimonial da vítima" (Idem, p. 387/388). Adiante, não se descuida que tal privação há de ensejar dor, humilhação, vexame no titular do direito, ou seja, exceder ao mero desconforto ou dissabor. A reparação pelo dano moral, ao contrário do dano patrimonial, não ostenta caráter de ressarcimento, dada a impossibilidade de remontar os fatos ao seu estado anterior. Cuida-se, em verdade, de uma forma de compensação pecuniária com vistas a amenizar e atenuar as violações padecidas. Atentando para o ocorrido, não vislumbro violação direta a imagem, honra, intimidade ou vida privada, do autor. Em contrapartida, observo o encimado dano moral indireto, pois o consumidor se viu privados de gozar de bens jurídicos patrimoniais, a saber, parcela de seu benefício. No tocante à fixação do quantum indenizatório, deve o juiz observar alguns critérios indicados pelo STJ em diversos julgados, dentre eles: condição econômica da vítima; condição econômica do lesante; repercussão social do dano e circunstâncias da prática do ato lesivo. Restou comprovado que o requerente é beneficiário do INSS, sendo pessoa de parcos recursos. Tal circunstância se apresenta como uma Face de Jano, ao tempo em que impele o quantum a patamares baixos, sob pena de se fomentar o enriquecimento ilícito (vedado no art. 884/CC), também agrava o sofrimento do consumidor, elevando o patamar da indenização. Adiante, não se olvida que a parte tenha dispensado valores com contratação de advogado particular. Porém, isso não pode ser levado em consideração para fins de fixação do quantum indenizatório. Cuida-se de opção da parte, que assume os respectivos gastos financeiros. Afora isso, se assim não fosse, estar-se-ia a tratar desigualmente aqueles que buscam os serviços da Defensoria Pública. Balizando tais parâmetros, tomo por bem em fixar os danos morais em R$2.000,00 (dois mil reais). Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente procedente o pedido formulado na inicial, para: i. Declarar inexistente o contrato objeto da lide; ii. Condenar a requerida a devolver, em dobro, os valores descontados, corrigidos pelo INPC, a partir do efetivo prejuízo, de acordo com a súmula 43/STJ, e com juros de mora de 1% (um por cento), a contar do evento danoso (súmula 54/STJ); iii. Condenar a requerida ao pagamento da quantia de R$2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais. Correção monetária pelo INPC, a contar do arbitramento, nos termos da súmula 362/STJ. Juros de mora em 1% (um por cento), a contar do evento danoso, conforme súmula 54/STJ. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. Intimem-se as partes, por seus advogados constituídos nos autos, via DJE. P.R.I. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10(dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 DIOGO BONFIM FERNANDEZ Juiz de Direito PROCESSO: 00056220520198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Averiguação de Paternidade em: 27/06/2019 MENOR:J. M. S. A. Representante(s): NAIANE SOUSA DE ANDRADE (REP LEGAL) . úDESPACHO Trata-se de TERMO DE ALEGAÇÃO DE PATERNIDADE encaminhado pelo oficial de registro civil local, para o fim de averiguação oficiosa de paternidade, pelo qual comunica o registro de nascimento de João Miguel Sousa de Andrade, filho de NAIANE SOUSA DE ANDRADE, que informou o nome do suposto pai de seu filho, porém, não indicou maiores informações acerca da residência do mesmo. O procedimento de investigação oficiosa de paternidade é regulamentado pela Lei n. 8.560/1992. A referida lei estabelece o procedimento a ser seguido após a comunicação realizada pelo oficial, nesses termos: Art. 2° Em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada oficiosamente a procedência da alegação. § 1° O juiz, sempre que possível, ouvirá a mãe sobre a paternidade alegada e mandará, em qualquer caso, notificar o suposto pai, independentemente de seu estado civil, para que se manifeste sobre a paternidade que lhe é atribuída. § 2° O juiz, quando entender necessário, determinará que a diligência seja realizada em segredo de justiça. § 3° No caso do suposto pai confirmar expressamente a paternidade, será lavrado termo de reconhecimento e remetida certidão ao oficial do registro, para a devida averbação. § 4° Se o suposto pai não atender no prazo de trinta dias, a notificação judicial, ou negar a alegada paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante do Ministério Público para que intente, havendo elementos suficientes, a ação de investigação de paternidade. 5o Nas hipóteses previstas no § 4o deste artigo, é dispensável o ajuizamento de ação de investigação de paternidade pelo

Ministério Público se, após o não comparecimento ou a recusa do suposto pai em assumir a paternidade a ele atribuída, a criança for encaminhada para adoção. § 6o A iniciativa conferida ao Ministério Público não impede a quem tenha legítimo interesse de intentar investigação, visando a obter o pretendido reconhecimento da paternidade. (Incluído pela Lei nº 12,010, de 2009). (grifei) Ocorre que, no caso dos autos, certificou o oficial que a mãe declara o nome do suposto pai de seu filho, porém não indica informações sobre sua residência. Por essa razão, entendo inviável a realização do procedimento estabelecido no dispositivo retro. Porém, antes de ordenar o arquivamento do procedimento, em razão de envolver interesse de criança, incapaz, determino que os autos sejam encaminhados ao Ministério Público para manifestação. Dom Eliseu (PA), 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 P R O C E S S O : 0 0 0 5 6 2 2 3 9 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 7 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:EDVAN GERMANO ARAUJO Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE DOM ELISEU - VARA ÚNICA SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01(um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo que competiria à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. Todavia, não é o que se observa nos autos. A parte requerida não trouxe documento algum. Deste modo, acolho a tese autoral no sentido de que jamais celebrou acordo com a instituição financeira em questão e que não recebeu valor algum. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a inexistência de externalização da vontade de contratar. Logo, declaro inexistente o suposto contrato objeto da lide. Do direito Inexistindo preliminares, passo ao mérito. Da natureza consumerista da relação Não há dúvida de que a relação jurídica existente no presente caso concreto é relação de consumo, tendo em vista que há de um lado o autor (consumidor) e de outro lado a empresa requerida (fornecedor). Da obrigação de reparar Aplicável à hipótese o disposto no art. 14, do Código de Defesa do Consumidor. In verbis: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. No contexto de responsabilidade objetiva, para fins de responsabilização, a demonstração de culpa por parte do agente é prescindível. Contudo, ainda assim faz-se necessário constatar a presença dos elementos configuradores da responsabilidade, a saber: conduta, nexo de causalidade e resultado. Eis o entendimento doutrinário: "Quando isso acontece, diz-se que a responsabilidade é legal ou `objetiva", porque prescinde da culpa e se satisfaz apenas com o dano e o nexo de causalidade". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civilcs0 . V. 4. 11ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 48) Portanto, urge sondar a presença do dano e nexo de causalidade. Conforme de conclui dos documentos colacionados, o requerente teve descontados de sua conta parcelas referentes a um contrato inexistente. Cumpre averiguar se a conduta da requerida deu causa ao dano. Não há dúvidas quanto a isso, uma vez que, analisando a documentação, observam-se os descontos efetuados. A instituição financeira não foi diligente o suficiente a fim de evitar fraude contra o consumidor. No contexto de responsabilidade objetiva, descabe averiguar eventual culpa. Nexo causal entre conduta e dano devidamente comprovado, tendo em vista que se não fosse a conduta dolosa e comissiva da requerida o resultado danoso ao autor não teria ocorrido. Estando presentes os elementos da responsabilidade civil, entende este juízo que a condenação da requerida a reparar o dano moral e material causados. Da repetição do indébito em dobro A autora invocou em seu favor o direito à repetição em dobro, previsto no art. 42, parágrafo único, do CDC: "Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a

qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável." É indubitável que os descontos foram efetuados como intuito de cobrança. Porém, dado que o contrato inexiste, segue-se que as cobranças são indevidas. Ademais, o requerido não ventilou nenhuma ocorrência de equívoco a justificar sua atitude e, assim, afastar a sanção. Destarte, a reparação do dano material deve se dar mediante devolução em dobro dos valores descontados. Da constatação e do quantum do dano moral A reparação por dano moral está prevista no art. 5, V e x, da Constituição Federal. E também no art. 927, do Código Civil: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo." A doutrina consigna 02(duas) modalidades de dano moral, qual sejam, o dano moral direto e o indireto. Aquele consiste na violação a um direito da personalidade, tal qual se extrai do dispositivo acima, ou nos atributos da pessoa (nome, capacidade, estado de família). O último se caracteriza pela impossibilidade de usufruir um direito patrimonial ou de lesão direta a um bem patrimonial. Veja-se: "O dano moral indireto consiste na lesão de um interesse tendente à satisfação ou gozo de bens jurídicos patrimoniais, que produz um menoscabo a um bem extrapatrimonial, ou melhor, é aquele que provoca prejuízo a qualquer interesse não patrimonial, devido a uma lesão a um bem patrimonial da vítima" (Idem, p. 387/388). Adiante, não se descuida que tal privação há de ensejar dor, humilhação, vexame no titular do direito, ou seja, exceder ao mero desconforto ou dissabor. A reparação pelo dano moral, ao contrário do dano patrimonial, não ostenta caráter de ressarcimento, dada a impossibilidade de remontar os fatos ao seu estado anterior. Cuida-se, em verdade, de uma forma de compensação pecuniária com vistas a amenizar e atenuar as violações padecidas. Atentando para o ocorrido, não vislumbro violação direta a imagem, honra, intimidade ou vida privada, do autor. Em contrapartida, observo o encimado dano moral indireto, pois o consumidor se viu privados de gozar de bens jurídicos patrimoniais, a saber, parcela de seu benefício. No tocante à fixação do quantum indenizatório, deve o juiz observar alguns critérios indicados pelo STJ em diversos julgados, dentre eles: condição econômica da vítima; condição econômica do lesante; repercussão social do dano e circunstâncias da prática do ato lesivo. Restou comprovado que o requerente é beneficiário do INSS, sendo pessoa de parcos recursos. Tal circunstância se apresenta como uma Face de Jano, ao tempo em que impele o quantum a patamares baixos, sob pena de se fomentar o enriquecimento ilícito (vedado no art. 884/CC), também agrava o sofrimento do consumidor, elevando o patamar da indenização. Adiante, não se olvida que a parte tenha dispensado valores com contratação de advogado particular. Porém, isso não pode ser levado em consideração para fins de fixação do quantum indenizatório. Cuida-se de opção da parte, que assume os respectivos gastos financeiros. Afora isso, se assim não fosse, estar-se-ia a tratar desigualmente aqueles que buscam os serviços da Defensoria Pública. Balizando tais parâmetros, tomo por bem em fixar os danos morais em R$2.000,00 (dois mil reais). Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente procedente o pedido formulado na inicial, para: i. Declarar inexistente o contrato objeto da lide; ii. Condenar a requerida a devolver, em dobro, os valores descontados, corrigidos pelo INPC, a partir do efetivo prejuízo, de acordo com a súmula 43/STJ, e com juros de mora de 1% (um por cento), a contar do evento danoso (súmula 54/STJ); iii. Condenar a requerida ao pagamento da quantia de R$2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais. Correção monetária pelo INPC, a contar do arbitramento, nos termos da súmula 362/STJ. Juros de mora em 1% (um por cento), a contar do evento danoso, conforme súmula 54/STJ. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. Intimem-se as partes, por seus advogados constituídos nos autos, via DJE. P.R.I. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10(dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 DIOGO BONFIM FERNANDEZ Juiz de Direito PROCESSO: 00056238720198140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Ação de Alimentos em: 27/06/2019 MENOR:L. R. S. A. Representante(s): OAB oabpa - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) LUANA CRISTINA SILVA DE SOUZA (REP LEGAL) REQUERIDO:RAMON BARROS ARAUJO. éDECISÃO Defiro o pedido de gratuidade de justiça, na forma do artigo 98 do NCPC. Fixo os alimentos provisórios no percentual de 30% (trinta por cento) do salário-mínimo vigente correspondente, a serem pagos pelo requerido a partir da data da citação válida. Cite-se o requerido, pessoalmente, para que, no dia 05/02/2020, às 09:40, compareça à audiência una de conciliação, instrução e julgamento, a ser realizada neste Fórum Judicial e, na oportunidade, caso queira o requerido, apresente contestação nos termos do art. 5º, caput e seu §1º, da Lei 5.478/681, devendo ele ser advertido, ainda, de que o seu não comparecimento importará a decretação de sua revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (art. 7º, da mesma lei). Intime-se a parte autora, por seu representante legal, a fim de que também compareça

à audiência supra, advertindo-a de que sua ausência importará o arquivamento do feito (art. 7º, da Lei 5.478/68). Ressalte-se que eventuais testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação e em número máximo de 03 (três) para cada parte (art. 8º, idem). Ciência ao Ministério Público. CÓPIA DA PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ COMO MANDADO. Dom Eliseu, 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito 1 O escrivão, dentro em 48 (quarenta e oito) horas, remeterá ao devedor a segunda via da petição ou do têrmo, juntamente com a cópia do despacho do Juiz, e a comunicação do dia e hora da realização da audiência de conciliação e julgamento. § 1º Na designação da audiência, o Juiz fixará o prazo razoável que possibilite ao réu a contestação da ação proposta e a eventualidade de citação por edital. PROCESSO: 00056267620188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:EDVAN GERMANO ARAUJO Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE DOM ELISEU - VARA ÚNICA SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01(um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo que competiria à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. Todavia, não é o que se observa nos autos. A parte requerida não trouxe documento algum. Deste modo, acolho a tese autoral no sentido de que jamais celebrou acordo com a instituição financeira em questão e que não recebeu valor algum. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a inexistência de externalização da vontade de contratar. Logo, declaro inexistente o suposto contrato objeto da lide. Do direito Inexistindo preliminares, passo ao mérito. Da natureza consumerista da relação Não há dúvida de que a relação jurídica existente no presente caso concreto é relação de consumo, tendo em vista que há de um lado o autor (consumidor) e de outro lado a empresa requerida (fornecedor). Da obrigação de reparar Aplicável à hipótese o disposto no art. 14, do Código de Defesa do Consumidor. In verbis: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. No contexto de responsabilidade objetiva, para fins de responsabilização, a demonstração de culpa por parte do agente é prescindível. Contudo, ainda assim faz-se necessário constatar a presença dos elementos configuradores da responsabilidade, a saber: conduta, nexo de causalidade e resultado. Eis o entendimento doutrinário: "Quando isso acontece, diz-se que a responsabilidade é legal ou `objetiva", porque prescinde da culpa e se satisfaz apenas com o dano e o nexo de causalidade". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civilcs0 . V. 4. 11ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 48) Portanto, urge sondar a presença do dano e nexo de causalidade. Conforme de conclui dos documentos colacionados, o requerente teve descontados de sua conta parcelas referentes a um contrato inexistente. Cumpre averiguar se a conduta da requerida deu causa ao dano. Não há dúvidas quanto a isso, uma vez que, analisando a documentação, observam-se os descontos efetuados. A instituição financeira não foi diligente o suficiente a fim de evitar fraude contra o consumidor. No contexto de responsabilidade objetiva, descabe averiguar eventual culpa. Nexo causal entre conduta e dano devidamente comprovado, tendo em vista que se não fosse a conduta dolosa e comissiva da requerida o resultado danoso ao autor não teria ocorrido. Estando presentes os elementos da responsabilidade civil, entende este juízo que a condenação da requerida a reparar o dano moral e material causados. Da repetição do indébito em dobro A autora invocou em seu favor o direito à repetição em dobro, previsto no art. 42, parágrafo único, do CDC: "Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia

indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável." É indubitável que os descontos foram efetuados como intuito de cobrança. Porém, dado que o contrato inexiste, segue-se que as cobranças são indevidas. Ademais, o requerido não ventilou nenhuma ocorrência de equívoco a justificar sua atitude e, assim, afastar a sanção. Destarte, a reparação do dano material deve se dar mediante devolução em dobro dos valores descontados. Da constatação e do quantum do dano moral A reparação por dano moral está prevista no art. 5, V e x, da Constituição Federal. E também no art. 927, do Código Civil: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo." A doutrina consigna 02(duas) modalidades de dano moral, qual sejam, o dano moral direto e o indireto. Aquele consiste na violação a um direito da personalidade, tal qual se extrai do dispositivo acima, ou nos atributos da pessoa (nome, capacidade, estado de família). O último se caracteriza pela impossibilidade de usufruir um direito patrimonial ou de lesão direta a um bem patrimonial. Veja-se: "O dano moral indireto consiste na lesão de um interesse tendente à satisfação ou gozo de bens jurídicos patrimoniais, que produz um menoscabo a um bem extrapatrimonial, ou melhor, é aquele que provoca prejuízo a qualquer interesse não patrimonial, devido a uma lesão a um bem patrimonial da vítima" (Idem, p. 387/388). Adiante, não se descuida que tal privação há de ensejar dor, humilhação, vexame no titular do direito, ou seja, exceder ao mero desconforto ou dissabor. A reparação pelo dano moral, ao contrário do dano patrimonial, não ostenta caráter de ressarcimento, dada a impossibilidade de remontar os fatos ao seu estado anterior. Cuida-se, em verdade, de uma forma de compensação pecuniária com vistas a amenizar e atenuar as violações padecidas. Atentando para o ocorrido, não vislumbro violação direta a imagem, honra, intimidade ou vida privada, do autor. Em contrapartida, observo o encimado dano moral indireto, pois o consumidor se viu privados de gozar de bens jurídicos patrimoniais, a saber, parcela de seu benefício. No tocante à fixação do quantum indenizatório, deve o juiz observar alguns critérios indicados pelo STJ em diversos julgados, dentre eles: condição econômica da vítima; condição econômica do lesante; repercussão social do dano e circunstâncias da prática do ato lesivo. Restou comprovado que o requerente é beneficiário do INSS, sendo pessoa de parcos recursos. Tal circunstância se apresenta como uma Face de Jano, ao tempo em que impele o quantum a patamares baixos, sob pena de se fomentar o enriquecimento ilícito (vedado no art. 884/CC), também agrava o sofrimento do consumidor, elevando o patamar da indenização. Adiante, não se olvida que a parte tenha dispensado valores com contratação de advogado particular. Porém, isso não pode ser levado em consideração para fins de fixação do quantum indenizatório. Cuida-se de opção da parte, que assume os respectivos gastos financeiros. Afora isso, se assim não fosse, estar-se-ia a tratar desigualmente aqueles que buscam os serviços da Defensoria Pública. Balizando tais parâmetros, tomo por bem em fixar os danos morais em R$2.000,00 (dois mil reais). Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente procedente o pedido formulado na inicial, para: i. Declarar inexistente o contrato objeto da lide; ii. Condenar a requerida a devolver, em dobro, os valores descontados, corrigidos pelo INPC, a partir do efetivo prejuízo, de acordo com a súmula 43/STJ, e com juros de mora de 1% (um por cento), a contar do evento danoso (súmula 54/STJ); iii. Condenar a requerida ao pagamento da quantia de R$2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais. Correção monetária pelo INPC, a contar do arbitramento, nos termos da súmula 362/STJ. Juros de mora em 1% (um por cento), a contar do evento danoso, conforme súmula 54/STJ. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. Intimem-se as partes, por seus advogados constituídos nos autos, via DJE. P.R.I. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10(dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 DIOGO BONFIM FERNANDEZ Juiz de Direito PROCESSO: 00056276120188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:EDVAN GERMANO ARAUJO Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua

conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00056362320188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:EDVAN GERMANO ARAUJO Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE DOM ELISEU - VARA ÚNICA SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01(um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo que competiria à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. Todavia, não é o que se observa nos autos. A parte requerida não trouxe documento algum. Deste modo, acolho a tese autoral no sentido de que jamais celebrou acordo com a instituição financeira em questão e que não recebeu valor algum. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a inexistência de externalização da vontade de contratar. Logo, declaro inexistente o suposto contrato objeto da lide. Do direito Inexistindo preliminares, passo ao mérito. Da natureza consumerista da relação Não há dúvida de que a relação

jurídica existente no presente caso concreto é relação de consumo, tendo em vista que há de um lado o autor (consumidor) e de outro lado a empresa requerida (fornecedor). Da obrigação de reparar Aplicável à hipótese o disposto no art. 14, do Código de Defesa do Consumidor. In verbis: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. No contexto de responsabilidade objetiva, para fins de responsabilização, a demonstração de culpa por parte do agente é prescindível. Contudo, ainda assim faz-se necessário constatar a presença dos elementos configuradores da responsabilidade, a saber: conduta, nexo de causalidade e resultado. Eis o entendimento doutrinário: "Quando isso acontece, diz-se que a responsabilidade é legal ou `objetiva", porque prescinde da culpa e se satisfaz apenas com o dano e o nexo de causalidade". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civilcs0 . V. 4. 11ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 48) Portanto, urge sondar a presença do dano e nexo de causalidade. Conforme de conclui dos documentos colacionados, o requerente teve descontados de sua conta parcelas referentes a um contrato inexistente. Cumpre averiguar se a conduta da requerida deu causa ao dano. Não há dúvidas quanto a isso, uma vez que, analisando a documentação, observam-se os descontos efetuados. A instituição financeira não foi diligente o suficiente a fim de evitar fraude contra o consumidor. No contexto de responsabilidade objetiva, descabe averiguar eventual culpa. Nexo causal entre conduta e dano devidamente comprovado, tendo em vista que se não fosse a conduta dolosa e comissiva da requerida o resultado danoso ao autor não teria ocorrido. Estando presentes os elementos da responsabilidade civil, entende este juízo que a condenação da requerida a reparar o dano moral e material causados. Da repetição do indébito em dobro A autora invocou em seu favor o direito à repetição em dobro, previsto no art. 42, parágrafo único, do CDC: "Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável." É indubitável que os descontos foram efetuados como intuito de cobrança. Porém, dado que o contrato inexiste, segue-se que as cobranças são indevidas. Ademais, o requerido não ventilou nenhuma ocorrência de equívoco a justificar sua atitude e, assim, afastar a sanção. Destarte, a reparação do dano material deve se dar mediante devolução em dobro dos valores descontados. Da constatação e do quantum do dano moral A reparação por dano moral está prevista no art. 5, V e x, da Constituição Federal. E também no art. 927, do Código Civil: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo." A doutrina consigna 02(duas) modalidades de dano moral, qual sejam, o dano moral direto e o indireto. Aquele consiste na violação a um direito da personalidade, tal qual se extrai do dispositivo acima, ou nos atributos da pessoa (nome, capacidade, estado de família). O último se caracteriza pela impossibilidade de usufruir um direito patrimonial ou de lesão direta a um bem patrimonial. Veja-se: "O dano moral indireto consiste na lesão de um interesse tendente à satisfação ou gozo de bens jurídicos patrimoniais, que produz um menoscabo a um bem extrapatrimonial, ou melhor, é aquele que provoca prejuízo a qualquer interesse não patrimonial, devido a uma lesão a um bem patrimonial da vítima" (Idem, p. 387/388). Adiante, não se descuida que tal privação há de ensejar dor, humilhação, vexame no titular do direito, ou seja, exceder ao mero desconforto ou dissabor. A reparação pelo dano moral, ao contrário do dano patrimonial, não ostenta caráter de ressarcimento, dada a impossibilidade de remontar os fatos ao seu estado anterior. Cuida-se, em verdade, de uma forma de compensação pecuniária com vistas a amenizar e atenuar as violações padecidas. Atentando para o ocorrido, não vislumbro violação direta a imagem, honra, intimidade ou vida privada, do autor. Em contrapartida, observo o encimado dano moral indireto, pois o consumidor se viu privados de gozar de bens jurídicos patrimoniais, a saber, parcela de seu benefício. No tocante à fixação do quantum indenizatório, deve o juiz observar alguns critérios indicados pelo STJ em diversos julgados, dentre eles: condição econômica da vítima; condição econômica do lesante; repercussão social do dano e circunstâncias da prática do ato lesivo. Restou comprovado que o requerente é beneficiário do INSS, sendo pessoa de parcos recursos. Tal circunstância se apresenta como uma Face de Jano, ao tempo em que impele o quantum a patamares baixos, sob pena de se fomentar o enriquecimento ilícito (vedado no art. 884/CC), também agrava o sofrimento do consumidor, elevando o patamar da indenização. Adiante, não se olvida que a parte tenha dispensado valores com contratação de advogado particular. Porém, isso não pode ser levado em consideração para fins de fixação do quantum indenizatório. Cuida-se de opção da parte, que assume os respectivos gastos financeiros. Afora isso, se assim não fosse, estar-se-ia a tratar desigualmente aqueles que buscam os serviços da Defensoria Pública. Balizando tais parâmetros, tomo por bem em fixar os danos morais em R$2.000,00 (dois mil reais). Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente procedente o pedido formulado na inicial,

para: i. Declarar inexistente o contrato objeto da lide; ii. Condenar a requerida a devolver, em dobro, os valores descontados, corrigidos pelo INPC, a partir do efetivo prejuízo, de acordo com a súmula 43/STJ, e com juros de mora de 1% (um por cento), a contar do evento danoso (súmula 54/STJ); iii. Condenar a requerida ao pagamento da quantia de R$2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais. Correção monetária pelo INPC, a contar do arbitramento, nos termos da súmula 362/STJ. Juros de mora em 1% (um por cento), a contar do evento danoso, conforme súmula 54/STJ. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. Intimem-se as partes, por seus advogados constituídos nos autos, via DJE. P.R.I. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10(dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 DIOGO BONFIM FERNANDEZ Juiz de Direito PROCESSO: 00056370820188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:EDVAN GERMANO ARAUJO Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE DOM ELISEU - VARA ÚNICA SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01(um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo que competiria à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. Todavia, não é o que se observa nos autos. A parte requerida não trouxe documento algum. Deste modo, acolho a tese autoral no sentido de que jamais celebrou acordo com a instituição financeira em questão e que não recebeu valor algum. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a inexistência de externalização da vontade de contratar. Logo, declaro inexistente o suposto contrato objeto da lide. Do direito Inexistindo preliminares, passo ao mérito. Da natureza consumerista da relação Não há dúvida de que a relação jurídica existente no presente caso concreto é relação de consumo, tendo em vista que há de um lado o autor (consumidor) e de outro lado a empresa requerida (fornecedor). Da obrigação de reparar Aplicável à hipótese o disposto no art. 14, do Código de Defesa do Consumidor. In verbis: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. No contexto de responsabilidade objetiva, para fins de responsabilização, a demonstração de culpa por parte do agente é prescindível. Contudo, ainda assim faz-se necessário constatar a presença dos elementos configuradores da responsabilidade, a saber: conduta, nexo de causalidade e resultado. Eis o entendimento doutrinário: "Quando isso acontece, diz-se que a responsabilidade é legal ou `objetiva", porque prescinde da culpa e se satisfaz apenas com o dano e o nexo de causalidade". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civilcs0 . V. 4. 11ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 48) Portanto, urge sondar a presença do dano e nexo de causalidade. Conforme de conclui dos documentos colacionados, o requerente teve descontados de sua conta parcelas referentes a um contrato inexistente. Cumpre averiguar se a conduta da requerida deu causa ao dano. Não há dúvidas quanto a isso, uma vez que, analisando a documentação, observam-se os descontos efetuados. A instituição financeira não foi diligente o suficiente a fim de evitar fraude contra o consumidor. No contexto de responsabilidade objetiva, descabe averiguar eventual culpa. Nexo causal entre conduta e dano devidamente comprovado, tendo em vista que se não fosse a conduta dolosa e comissiva da requerida o resultado danoso ao autor não teria ocorrido. Estando presentes os elementos da responsabilidade civil, entende este juízo que a condenação da requerida a reparar o dano moral e material causados. Da repetição do indébito em dobro A autora invocou em seu favor o direito à repetição em dobro, previsto no art. 42, parágrafo único, do CDC: "Art. 42.

Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável." É indubitável que os descontos foram efetuados como intuito de cobrança. Porém, dado que o contrato inexiste, segue-se que as cobranças são indevidas. Ademais, o requerido não ventilou nenhuma ocorrência de equívoco a justificar sua atitude e, assim, afastar a sanção. Destarte, a reparação do dano material deve se dar mediante devolução em dobro dos valores descontados. Da constatação e do quantum do dano moral A reparação por dano moral está prevista no art. 5, V e x, da Constituição Federal. E também no art. 927, do Código Civil: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo." A doutrina consigna 02(duas) modalidades de dano moral, qual sejam, o dano moral direto e o indireto. Aquele consiste na violação a um direito da personalidade, tal qual se extrai do dispositivo acima, ou nos atributos da pessoa (nome, capacidade, estado de família). O último se caracteriza pela impossibilidade de usufruir um direito patrimonial ou de lesão direta a um bem patrimonial. Veja-se: "O dano moral indireto consiste na lesão de um interesse tendente à satisfação ou gozo de bens jurídicos patrimoniais, que produz um menoscabo a um bem extrapatrimonial, ou melhor, é aquele que provoca prejuízo a qualquer interesse não patrimonial, devido a uma lesão a um bem patrimonial da vítima" (Idem, p. 387/388). Adiante, não se descuida que tal privação há de ensejar dor, humilhação, vexame no titular do direito, ou seja, exceder ao mero desconforto ou dissabor. A reparação pelo dano moral, ao contrário do dano patrimonial, não ostenta caráter de ressarcimento, dada a impossibilidade de remontar os fatos ao seu estado anterior. Cuida-se, em verdade, de uma forma de compensação pecuniária com vistas a amenizar e atenuar as violações padecidas. Atentando para o ocorrido, não vislumbro violação direta a imagem, honra, intimidade ou vida privada, do autor. Em contrapartida, observo o encimado dano moral indireto, pois o consumidor se viu privados de gozar de bens jurídicos patrimoniais, a saber, parcela de seu benefício. No tocante à fixação do quantum indenizatório, deve o juiz observar alguns critérios indicados pelo STJ em diversos julgados, dentre eles: condição econômica da vítima; condição econômica do lesante; repercussão social do dano e circunstâncias da prática do ato lesivo. Restou comprovado que o requerente é beneficiário do INSS, sendo pessoa de parcos recursos. Tal circunstância se apresenta como uma Face de Jano, ao tempo em que impele o quantum a patamares baixos, sob pena de se fomentar o enriquecimento ilícito (vedado no art. 884/CC), também agrava o sofrimento do consumidor, elevando o patamar da indenização. Adiante, não se olvida que a parte tenha dispensado valores com contratação de advogado particular. Porém, isso não pode ser levado em consideração para fins de fixação do quantum indenizatório. Cuida-se de opção da parte, que assume os respectivos gastos financeiros. Afora isso, se assim não fosse, estar-se-ia a tratar desigualmente aqueles que buscam os serviços da Defensoria Pública. Balizando tais parâmetros, tomo por bem em fixar os danos morais em R$2.000,00 (dois mil reais). Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente procedente o pedido formulado na inicial, para: i. Declarar inexistente o contrato objeto da lide; ii. Condenar a requerida a devolver, em dobro, os valores descontados, corrigidos pelo INPC, a partir do efetivo prejuízo, de acordo com a súmula 43/STJ, e com juros de mora de 1% (um por cento), a contar do evento danoso (súmula 54/STJ); iii. Condenar a requerida ao pagamento da quantia de R$2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais. Correção monetária pelo INPC, a contar do arbitramento, nos termos da súmula 362/STJ. Juros de mora em 1% (um por cento), a contar do evento danoso, conforme súmula 54/STJ. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. Intimem-se as partes, por seus advogados constituídos nos autos, via DJE. P.R.I. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10(dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 DIOGO BONFIM FERNANDEZ Juiz de Direito PROCESSO: 00056389020188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:EDVAN GERMANO ARAUJO Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE DOM ELISEU - VARA ÚNICA SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01(um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo que competiria à parte

requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. Todavia, não é o que se observa nos autos. A parte requerida não trouxe documento algum. Deste modo, acolho a tese autoral no sentido de que jamais celebrou acordo com a instituição financeira em questão e que não recebeu valor algum. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a inexistência de externalização da vontade de contratar. Logo, declaro inexistente o suposto contrato objeto da lide. Do direito Inexistindo preliminares, passo ao mérito. Da natureza consumerista da relação Não há dúvida de que a relação jurídica existente no presente caso concreto é relação de consumo, tendo em vista que há de um lado o autor (consumidor) e de outro lado a empresa requerida (fornecedor). Da obrigação de reparar Aplicável à hipótese o disposto no art. 14, do Código de Defesa do Consumidor. In verbis: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. No contexto de responsabilidade objetiva, para fins de responsabilização, a demonstração de culpa por parte do agente é prescindível. Contudo, ainda assim faz-se necessário constatar a presença dos elementos configuradores da responsabilidade, a saber: conduta, nexo de causalidade e resultado. Eis o entendimento doutrinário: "Quando isso acontece, diz-se que a responsabilidade é legal ou `objetiva", porque prescinde da culpa e se satisfaz apenas com o dano e o nexo de causalidade". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civilcs0 . V. 4. 11ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 48) Portanto, urge sondar a presença do dano e nexo de causalidade. Conforme de conclui dos documentos colacionados, o requerente teve descontados de sua conta parcelas referentes a um contrato inexistente. Cumpre averiguar se a conduta da requerida deu causa ao dano. Não há dúvidas quanto a isso, uma vez que, analisando a documentação, observam-se os descontos efetuados. A instituição financeira não foi diligente o suficiente a fim de evitar fraude contra o consumidor. No contexto de responsabilidade objetiva, descabe averiguar eventual culpa. Nexo causal entre conduta e dano devidamente comprovado, tendo em vista que se não fosse a conduta dolosa e comissiva da requerida o resultado danoso ao autor não teria ocorrido. Estando presentes os elementos da responsabilidade civil, entende este juízo que a condenação da requerida a reparar o dano moral e material causados. Da repetição do indébito em dobro A autora invocou em seu favor o direito à repetição em dobro, previsto no art. 42, parágrafo único, do CDC: "Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável." É indubitável que os descontos foram efetuados como intuito de cobrança. Porém, dado que o contrato inexiste, segue-se que as cobranças são indevidas. Ademais, o requerido não ventilou nenhuma ocorrência de equívoco a justificar sua atitude e, assim, afastar a sanção. Destarte, a reparação do dano material deve se dar mediante devolução em dobro dos valores descontados. Da constatação e do quantum do dano moral A reparação por dano moral está prevista no art. 5, V e x, da Constituição Federal. E também no art. 927, do Código Civil: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo." A doutrina consigna 02(duas) modalidades de dano moral, qual sejam, o dano moral direto e o indireto. Aquele consiste na violação a um direito da personalidade, tal qual se extrai do dispositivo acima, ou nos atributos da pessoa (nome, capacidade, estado de família). O último se caracteriza pela impossibilidade de usufruir um direito patrimonial ou de lesão direta a um bem patrimonial. Veja-se: "O dano moral indireto consiste na lesão de um interesse tendente à satisfação ou gozo de bens jurídicos patrimoniais, que produz um menoscabo a um bem extrapatrimonial, ou melhor, é aquele que provoca prejuízo a qualquer interesse não patrimonial, devido a uma lesão a um bem patrimonial da vítima" (Idem, p. 387/388). Adiante, não se descuida que tal privação há de ensejar dor, humilhação, vexame no titular do direito, ou seja, exceder ao mero desconforto ou dissabor. A reparação pelo dano moral, ao contrário do dano patrimonial, não ostenta caráter de ressarcimento, dada a impossibilidade de remontar os fatos ao seu estado anterior. Cuida-se, em verdade, de uma forma de compensação pecuniária com vistas a amenizar

e atenuar as violações padecidas. Atentando para o ocorrido, não vislumbro violação direta a imagem, honra, intimidade ou vida privada, do autor. Em contrapartida, observo o encimado dano moral indireto, pois o consumidor se viu privados de gozar de bens jurídicos patrimoniais, a saber, parcela de seu benefício. No tocante à fixação do quantum indenizatório, deve o juiz observar alguns critérios indicados pelo STJ em diversos julgados, dentre eles: condição econômica da vítima; condição econômica do lesante; repercussão social do dano e circunstâncias da prática do ato lesivo. Restou comprovado que o requerente é beneficiário do INSS, sendo pessoa de parcos recursos. Tal circunstância se apresenta como uma Face de Jano, ao tempo em que impele o quantum a patamares baixos, sob pena de se fomentar o enriquecimento ilícito (vedado no art. 884/CC), também agrava o sofrimento do consumidor, elevando o patamar da indenização. Adiante, não se olvida que a parte tenha dispensado valores com contratação de advogado particular. Porém, isso não pode ser levado em consideração para fins de fixação do quantum indenizatório. Cuida-se de opção da parte, que assume os respectivos gastos financeiros. Afora isso, se assim não fosse, estar-se-ia a tratar desigualmente aqueles que buscam os serviços da Defensoria Pública. Balizando tais parâmetros, tomo por bem em fixar os danos morais em R$2.000,00 (dois mil reais). Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente procedente o pedido formulado na inicial, para: i. Declarar inexistente o contrato objeto da lide; ii. Condenar a requerida a devolver, em dobro, os valores descontados, corrigidos pelo INPC, a partir do efetivo prejuízo, de acordo com a súmula 43/STJ, e com juros de mora de 1% (um por cento), a contar do evento danoso (súmula 54/STJ); iii. Condenar a requerida ao pagamento da quantia de R$2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais. Correção monetária pelo INPC, a contar do arbitramento, nos termos da súmula 362/STJ. Juros de mora em 1% (um por cento), a contar do evento danoso, conforme súmula 54/STJ. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. Intimem-se as partes, por seus advogados constituídos nos autos, via DJE. P.R.I. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10(dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 DIOGO BONFIM FERNANDEZ Juiz de Direito PROCESSO: 00056561420188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:EDVAN GERMANO ARAUJO Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE DOM ELISEU - VARA ÚNICA SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01(um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo que competiria à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. Todavia, não é o que se observa nos autos. A parte requerida não trouxe documento algum. Deste modo, acolho a tese autoral no sentido de que jamais celebrou acordo com a instituição financeira em questão e que não recebeu valor algum. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a inexistência de externalização da vontade de contratar. Logo, declaro inexistente o suposto contrato objeto da lide. Do direito Inexistindo preliminares, passo ao mérito. Da natureza consumerista da relação Não há dúvida de que a relação jurídica existente no presente caso concreto é relação de consumo, tendo em vista que há de um lado o autor (consumidor) e de outro lado a empresa requerida (fornecedor). Da obrigação de reparar Aplicável à hipótese o disposto no art. 14, do Código de Defesa do Consumidor. In verbis: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos. No contexto de

responsabilidade objetiva, para fins de responsabilização, a demonstração de culpa por parte do agente é prescindível. Contudo, ainda assim faz-se necessário constatar a presença dos elementos configuradores da responsabilidade, a saber: conduta, nexo de causalidade e resultado. Eis o entendimento doutrinário: "Quando isso acontece, diz-se que a responsabilidade é legal ou `objetiva", porque prescinde da culpa e se satisfaz apenas com o dano e o nexo de causalidade". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro: responsabilidade civilcs0 . V. 4. 11ª ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 48) Portanto, urge sondar a presença do dano e nexo de causalidade. Conforme de conclui dos documentos colacionados, o requerente teve descontados de sua conta parcelas referentes a um contrato inexistente. Cumpre averiguar se a conduta da requerida deu causa ao dano. Não há dúvidas quanto a isso, uma vez que, analisando a documentação, observam-se os descontos efetuados. A instituição financeira não foi diligente o suficiente a fim de evitar fraude contra o consumidor. No contexto de responsabilidade objetiva, descabe averiguar eventual culpa. Nexo causal entre conduta e dano devidamente comprovado, tendo em vista que se não fosse a conduta dolosa e comissiva da requerida o resultado danoso ao autor não teria ocorrido. Estando presentes os elementos da responsabilidade civil, entende este juízo que a condenação da requerida a reparar o dano moral e material causados. Da repetição do indébito em dobro A autora invocou em seu favor o direito à repetição em dobro, previsto no art. 42, parágrafo único, do CDC: "Art. 42. Na cobrança de débitos, o consumidor inadimplente não será exposto a ridículo, nem será submetido a qualquer tipo de constrangimento ou ameaça. Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável." É indubitável que os descontos foram efetuados como intuito de cobrança. Porém, dado que o contrato inexiste, segue-se que as cobranças são indevidas. Ademais, o requerido não ventilou nenhuma ocorrência de equívoco a justificar sua atitude e, assim, afastar a sanção. Destarte, a reparação do dano material deve se dar mediante devolução em dobro dos valores descontados. Da constatação e do quantum do dano moral A reparação por dano moral está prevista no art. 5, V e x, da Constituição Federal. E também no art. 927, do Código Civil: "Aquele que, por ato ilícito (arts. 186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo." A doutrina consigna 02(duas) modalidades de dano moral, qual sejam, o dano moral direto e o indireto. Aquele consiste na violação a um direito da personalidade, tal qual se extrai do dispositivo acima, ou nos atributos da pessoa (nome, capacidade, estado de família). O último se caracteriza pela impossibilidade de usufruir um direito patrimonial ou de lesão direta a um bem patrimonial. Veja-se: "O dano moral indireto consiste na lesão de um interesse tendente à satisfação ou gozo de bens jurídicos patrimoniais, que produz um menoscabo a um bem extrapatrimonial, ou melhor, é aquele que provoca prejuízo a qualquer interesse não patrimonial, devido a uma lesão a um bem patrimonial da vítima" (Idem, p. 387/388). Adiante, não se descuida que tal privação há de ensejar dor, humilhação, vexame no titular do direito, ou seja, exceder ao mero desconforto ou dissabor. A reparação pelo dano moral, ao contrário do dano patrimonial, não ostenta caráter de ressarcimento, dada a impossibilidade de remontar os fatos ao seu estado anterior. Cuida-se, em verdade, de uma forma de compensação pecuniária com vistas a amenizar e atenuar as violações padecidas. Atentando para o ocorrido, não vislumbro violação direta a imagem, honra, intimidade ou vida privada, do autor. Em contrapartida, observo o encimado dano moral indireto, pois o consumidor se viu privados de gozar de bens jurídicos patrimoniais, a saber, parcela de seu benefício. No tocante à fixação do quantum indenizatório, deve o juiz observar alguns critérios indicados pelo STJ em diversos julgados, dentre eles: condição econômica da vítima; condição econômica do lesante; repercussão social do dano e circunstâncias da prática do ato lesivo. Restou comprovado que o requerente é beneficiário do INSS, sendo pessoa de parcos recursos. Tal circunstância se apresenta como uma Face de Jano, ao tempo em que impele o quantum a patamares baixos, sob pena de se fomentar o enriquecimento ilícito (vedado no art. 884/CC), também agrava o sofrimento do consumidor, elevando o patamar da indenização. Adiante, não se olvida que a parte tenha dispensado valores com contratação de advogado particular. Porém, isso não pode ser levado em consideração para fins de fixação do quantum indenizatório. Cuida-se de opção da parte, que assume os respectivos gastos financeiros. Afora isso, se assim não fosse, estar-se-ia a tratar desigualmente aqueles que buscam os serviços da Defensoria Pública. Balizando tais parâmetros, tomo por bem em fixar os danos morais em R$2.000,00 (dois mil reais). Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente procedente o pedido formulado na inicial, para: i. Declarar inexistente o contrato objeto da lide; ii. Condenar a requerida a devolver, em dobro, os valores descontados, corrigidos pelo INPC, a partir do efetivo prejuízo, de acordo com a súmula 43/STJ, e com juros de mora de 1% (um por cento), a contar do evento danoso (súmula 54/STJ); iii. Condenar a requerida ao pagamento da quantia de R$2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais. Correção monetária pelo INPC, a contar do arbitramento, nos termos da súmula 362/STJ. Juros de mora em 1% (um por cento), a contar do evento danoso, conforme súmula

54/STJ. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. Intimem-se as partes, por seus advogados constituídos nos autos, via DJE. P.R.I. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10(dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 DIOGO BONFIM FERNANDEZ Juiz de Direito PROCESSO: 00060051720188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDO JANUARIO DE AQUINO Representante(s): OAB 27106-A - THAYNA JAMYLLY DA SILVA GOMES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PANAMERICANO Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . SENTENÇA Relatório Dispensado, na forma do art. 38, da lei 9.099/95. Dos fatos Narra o autor ser pensionista do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, recebendo mensalmente benefício no montante de 01 (um) salário-mínimo. Porém, vem sofrendo descontos mensais referente a um suposto empréstimo contratado junto à instituição financeira requerida. Diz-se suposto, pois, segundo alegado, jamais firmou tal avença. A parte autora nega ter assinado qualquer tipo de contrato. Cuida-se de fato negativo geral, cuja ônus probatório não pode recair sobre si. Logo, entendo competir à parte requerida carrear aos autos documento demonstrando que procedeu aos descontos com assentimento do consumidor e comprovante de que o valor foi creditado ao autor. É o que se observa. A parte requerida trouxe aos autos contrato assinado pelo autor, bem como apresentou informações dando conta que o valor, objeto do mútuo, foi creditado em sua conta. Tais elementos desconstituem o direito do autor, nos termos do art. 373, II, CPC, e ilidem a narrativa segundo a qual não firmou avença alguma com o requerido. Eventual fragilidade nos documentos apresentados não pode vir em favor do autor, uma vez que bastaria a este colacionar aos autos o extrato de sua conta bancária atestando não ter recebido a quantia. Esta prova sobrevém unicamente ao autor, pois, neste tocante, não se mostra hipossuficiente e se cuida de informação sigilosa, portanto, não há que se falar em inversão do ônus da prova. Afora isso, não há nos autos boletim de ocorrência comunicando ter sido a autora vítima de crime, o que enfraquece ainda mais sua pretensão. Deste modo, acolho a tese defensiva no sentido de que o autor firmou o contrato. Do direito Segundo a doutrina de Carlos Roberto Gonçalves, contratos são espécie de negócio jurídico, cujo traço diferencial é a necessária manifestação de vontade de duas partes para a sua formação. A exteriorização da vontade tem como objeto direitos em geral. In verbis: "Contrato é, pois, um acordo de vontades, na conformidade da lei, e com a finalidade de adquirir, resguardar, transferir, conservar, modificar ou extinguir direitos". (Gonçalves, Carlos Roberto. Direito Civil Brasileiro. Contratos e Atos unilaterais, 13º ed. - São Paulo: Saraiva, 2016, p. 22). Como tal, possui entre seus requisitos de existência a manifestação de vontade. Isto é, ausente esta, tem-se por inexistente a avença, e não inválida. No caso em tela, o autor pleiteia seja declarado inexistente o contrato objeto, alegando jamais ter manifestado vontade na sua celebração. Ora, de acordo com os elementos colhidos no curso da instrução, restou certa a existência de externalização da vontade de contratar, bem como ter a parte contrária cumprido as suas obrigações. Por fim, não consta da inicial argumento algum relacionado a vícios do negócio jurídico, relembro que a inicial narrou jamais ter contratado acordo algum com o requerido. Logo, declaro existente o contrato objeto da lide. Daí, não há que se falar em repetição de indébito e dano moral. Da litigância de má-fé À luz da documentação carreada aos autos, concluo que a parte autora intentou alterar a verdade dos fatos e buscou, mediante pedido de repetição de indébito e indenização por dano moral, o enriquecimento ilícito, o que implica em litigância de má-fé, nos termos dos arts. 79 e 80, II e III, do CPC. Dada isso, fixo a multa de 5% (cinco por cento) do valor corrigido da causa, bem como a indenizar a parte contrária por eventuais prejuízos que sofreu e arcar com honorários advocatícios. Dispositivo: Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Novo Código de Processo Civil, julgo totalmente improcedente o pedido formulado na inicial e condeno o autor em litigância de má-fé, nos termos acima. Sem custas e honorários, haja vista se tratar de rito sumaríssimo. P.R.I. Serve a presente como mandado/comunicação/ofício. Em sendo apresentado recurso, intime-se a parte contrária para apresentar resposta em 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, §2º, da lei 9.009/95. Ato contínuo, remetam-se os autos à Turma Recursal, a quem compete exercer o ju* juízo de admissibilidade. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019 Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00069154420188140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 27/06/2019 REQUERENTE:BETANIA APARECIDA LIRA DOS SANTOS Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) . SENTENÇA Tratam os autos de pedido de "Alvará Judicial" movida por BETÂNIA APARECIDA LIRA DOS SANTOS, no bojo da qual pleiteiam a expedição de alvará judicial para levantamento da quantia em dinheiro deixada na Caixa Econômica Federal. Após a regular tramitação, vieram os autos conclusos. Eis o breve relatório. Passo a fundamentar. Compulsando os autos, verifico

que é hipótese de procedência do pedido. Explico. Nos termos do que dispõe o art. 1º da Lei 6.858/80, verbis; Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento. (Grifou-se). De seu turno, o art. 2º daquele mesmo diploma aduz: O disposto nesta lei se aplica às restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, aos saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional. (Grifou-se). Por fim, aduz o art. 1º e 2º do Decreto 85.845/81 que: Art. 1º - Os valores discriminados no parágrafo único deste artigo, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, ao seus dependentes habilitados na forma do artigo 2º. Parágrafo único. O disposto neste decreto aplica-se aos seguintes valores: V - saldos em contas bancárias, saldos de cadernetas de poupança e saldos de contas de fundos de investimentos, desde que não ultrapassem o valor de 500 (quinhentos) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e não existam, na sucessão, outros bens sujeitos a inventário. Art. 2º. A condição de dependente habilitado será declarada em documento fornecido pela instituição de Previdência ou, se for o caso, pelo órgão encarregado, na forma de legislação própria, do processamento do benefício por morte. Logo, não havendo quaisquer outros dependentes deixados pelo de cujus (conforme fl. 48), tendo-se comprovado o vínculo de parentesco entre a requerente e o de cujus, bem como inexistindo outros bens a inventariar, conforme documentação acostada aos autos, não há qualquer óbice a que sejam concedidos à requerente os valores depositados em conta bancária de titularidade de seu falecido companheiro. Decido Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido, de molde a que sejam entregues a requerente todos os valores depositados devidamente atualizados na Conta Bancária de titularidade daquele que em vida se chamou LUIS SOARES DOS SANTOS, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I do NCPC. Expeça-se o competente ALVARÁ DE LEVANTAMENTO, a ser apresentado na agência da CEF indicada nos autos, devendo a requerente ser advertida de que uma das vias do comprovante de saque deverá ser juntada aos autos para efeito de arquivamento. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais remanescentes em razão da gratuidade de justiça anteriormente deferida por este juízo. Publique-se. Registre-se. Intime-se a requerente por meio de seu Advogado, através do DJE. Após o cumprimento da presente sentença e o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos. Dom Eliseu (PA), 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00107316820178140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Alvará Judicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:ANA LUCIA FERRAZ DA SILVA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DE DOM ELISEU (DEFENSOR) . SENTENÇA Tratam os autos de pedido de "Alvará Judicial" movida por Ana Lucia Ferraz da Silva, no bojo da qual pleiteia a expedição de alvará judicial para levantamento de valores, referente a FGTS, deixada na Caixa Econômica Federal pertencente a José Ribamar Rodrigues dos Santos. Após a regular tramitação, vieram os autos conclusos. Eis o breve relatório. Passo a fundamentar. Compulsando os autos, verifico que é hipótese de procedência do pedido. Explico. Nos termos do que dispõe o art. 1º da Lei 6.858/80, verbis; Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento. De seu turno, o art. 2º daquele mesmo diploma aduz: O disposto nesta lei se aplica às restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, aos saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional. (Grifou-se). Por fim, aduz o art. 1º e 2º do Decreto 85.845/81 que: Art. 1º - Os valores discriminados no parágrafo único deste artigo, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, ao seus dependentes habilitados na forma do artigo 2º. Parágrafo único. O disposto neste decreto aplica-se aos seguintes valores: V - saldos em contas bancárias, saldos de cadernetas de poupança e saldos de contas de fundos de investimentos, desde que não ultrapassem o valor de 500 (quinhentos) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e não existam, na sucessão, outros bens sujeitos a inventário. Art. 2º. A condição de dependente habilitado será declarada em documento fornecido pela instituição de Previdência ou, se for o caso, pelo órgão encarregado, na forma de legislação própria, do processamento do benefício por morte. Logo,

considerando que os demais dependentes renunciaram ao direito de receber os valores do de cujus, tendo-se comprovado que a requerente conviveu em união estável com o mesmo, bem como inexistindo outros bens a inventariar, conforme documentação acosta aos autos, não há qualquer óbice a que sejam concedidos à requerente os valores depositados em conta bancária de titularidade do falecido José Ribamar Rodrigues dos Santos. Decido Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido, de molde a que seja entregue a requerente todos os valores depositados devidamente atualizados na Conta Bancária de titularidade daquele que em vida se chamou José Ribamar Rodrigues dos Santos, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I do NCPC. Expeça-se o competente ALVARÁ DE LEVANTAMENTO, a ser apresentado na agência da CEF indicada nos autos, devendo a requerente ser advertida de que uma das vias do comprovante de saque deverá ser juntada aos autos para efeito de arquivamento. Deixo de condenar a requerente as custas processuais remanescentes em razão da gratuidade de justiça anteriormente deferida por este juízo. Retifique-se o nome da requerente para Ana Lucia Ferraz da Silva. Intimem-se a requerente pessoalmente. Após o cumprimento da presente sentença e o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos. Dom Eliseu (PA), 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito PROCESSO: 00107515920178140107 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DIOGO BONFIM FERNANDEZ Ação: Alvará Judicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:ANA LUCIA FERRAZ DA SILVA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DE DOM ELISEU (DEFENSOR) . SENTENÇA Tratam os autos de pedido de "Alvará Judicial" movida por Ana Lucia Ferraz da Silva no bojo da qual pleiteia a expedição de alvará judicial para levantamento da quantia em dinheiro deixada em Consórcio de uma motocicleta firmado pelo seu ex-companheiro falecido. Após a regular tramitação, vieram os autos conclusos. Eis o breve relatório. Passo a fundamentar. Compulsando os autos, verifico que é hipótese de procedência do pedido. Explico. Nos termos do que dispõe o art. 1º da Lei 6.858/80, verbis; Os valores devidos pelos empregadores aos empregados e os montantes das contas individuais do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e do Fundo de Participação PIS-PASEP, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, aos dependentes habilitados perante a Previdência Social ou na forma da legislação específica dos servidores civis e militares, e, na sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial, independentemente de inventário ou arrolamento. De seu turno, o art. 2º daquele mesmo diploma aduz: O disposto nesta lei se aplica às restituições relativas ao Imposto de Renda e outros tributos, recolhidos por pessoa física, e, não existindo outros bens sujeitos a inventário, aos saldos bancários e de contas de cadernetas de poupança e fundos de investimento de valor até 500 (quinhentas) Obrigações do Tesouro Nacional. (Grifou-se). Por fim, aduz o art. 1º e 2º do Decreto 85.845/81 que: Art. 1º - Os valores discriminados no parágrafo único deste artigo, não recebidos em vida pelos respectivos titulares, serão pagos, em quotas iguais, ao seus dependentes habilitados na forma do artigo 2º. Parágrafo único. O disposto neste decreto aplica-se aos seguintes valores: V - saldos em contas bancárias, saldos de cadernetas de poupança e saldos de contas de fundos de investimentos, desde que não ultrapassem o valor de 500 (quinhentos) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional e não existam, na sucessão, outros bens sujeitos a inventário. Art. 2º. A condição de dependente habilitado será declarada em documento fornecido pela instituição de Previdência ou, se for o caso, pelo órgão encarregado, na forma de legislação própria, do processamento do benefício por morte. Logo, considerando que os demais dependentes renunciaram ao direito de receber os valores do de cujus, tendo-se comprovado que a requerente conviveu em união estável com o mesmo, bem como inexistindo outros bens a inventariar, conforme documentação acosta aos autos, não há qualquer óbice a que sejam concedidos à requerente os valores depositados em conta bancária de titularidade do falecido José Ribamar Rodrigues dos Santos. Decido Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela autora para autorizar a senhora Ana Lucia Ferraz da Silva a levantar todos os valores pagos pelo seu falecido companheiro (Sr. José Ribamar Rodrigues dos Santos) a título de participação em consórcio com a CONSÓRCIO NACIONAL HONDA, relativo a uma Motocicleta descrita nos autos, Grupo Cota nº. 41753/173/0-4, no valor total de R$ 6.245,00, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I do NCPC. Expeça-se o competente ALVARÁ DE LEVANTAMENTO, em nome da autora, devendo ela ser advertida de que uma das vias do comprovante de saque deverá ser juntada aos autos para efeito de arquivamento. Deixo de condenar o autor ao pagamento das custas processuais remanescentes em razão da gratuidade de justiça anteriormente deferida por este juízo. Intime-se o requerente, pessoalmente. Após o cumprimento da presente sentença e o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos. Dom Eliseu (PA), 27 de junho de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito

INTIMAÇÃO DE ATO ORDINATÓRIO descida dos autos. PROCESSO 0000272-85.2009.8.14.0107 Requerente: ADÃO CAMPOS DE ASSUNÇÃO FILHO. Dra. Luciana Aquino S. Braz OAB/MA 7.303. Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT E COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS. Advogado: Dr. Bruno Menezes Coelho de Souza OAB/PA 8.770. De ordem do Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, FICA A PARTE REQUERENTE INTIMADA, por meio do seu advogado, do seguinte Dispositivo: ¿ATO ORDINATÓRIO De acordo com o que dispõe o Provimento 006/2009 ¿ CJCI, e de ordem do Exmo. Sr. Dr. DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM Juiz de Direito desta Comarca, intimem-se as partes acerca da descida dos autos da Turma Recursal do TJ/PA. Dom Eliseu, 28 de junho de 2019 Joás Pinheiro de Souza Diretor de Secretaria¿. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 28 de junho de 2019. Eu, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

DECISÃO. INTIMAÇÃO. PROCESSO 0005796-14.2019.8.14.0107. Requerente: ALINY WILBERT LAMB. Advogados(as): ALINY WILBERT LAMB (OAB/PA nº 24.639). Requerido: CELPA ¿ REDE CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S/A. De ordem do Exmo. Senhor Doutor **DIOGO BONFIM FERNANDEZ**, MM. Juiz de Direito desta Comarca Dom Eliseu, Estado do Pará, **FICA A PARTE REQUERENTE**, atuando em causa própria, **INTIMADA** do seguinte dispositivo: **DECIS¿O** R. Hoje. Defiro à inicial, devendo o feito tramitar sob o rito da Lei 9.099/95. Trata-se de aç¿o declaratória de cobrança indevida c/c pedido de liminar e abstenç¿o de corte, proposta por **ALINY WILBERT LAMB** em face de **CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ ¿ CELPA**, todos regularmente qualificados. Consta nos autos que a autora é cliente da concessionária de energia elétrica reclamada, recebendo energia por meio da Unidade Consumidora nº.107273301. Afirma que seu consumo médio variava sempre de 207 a 448Kwats, por período de consumo no mês. Contudo foi surpreendida com a fatura do mês 05/2019 no valor de R$ 607,26 (seiscentos e sete reais e vinte e seis centavos) e com a fatura do mês 06/2019 no valor de R$ 510,03 (quinhentos e dez reais e três centavos). Informa ainda que ficou imprecisa as datas dos vencimentos, antes 03/06/2019 e passou pra 11/06/2019 e que a fatura do mês 05/2019 n¿o foi entregue em sua residência, tendo tomado conhecimento através de uma informaç¿o ao cliente emitida na fatura do mês 06/2019. Desta forma, no mérito, busca que seja declarada a inexistência dos débitos descritos na inicial e liminarmente requer que seja deferida e que a reclamada se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica do imóvel em virtude dos débitos discutidos nesta demanda. Segundo a nova sistemática processual a **tutela provisória** pode fundamentar-se em **urgência** ou **evidência**; a **tutela provisória de urgência** pode ser de natureza **cautelar** ou **satisfativa**, a qual pode ser concedida em caráter **antecedente** ou **incidental** (CPC, artigo 294). O regime geral das tutelas de urgência está preconizado no artigo 300 do Código de Processo Civil que **unificou** os pressupostos fundamentais para a sua concess¿o: ¿A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a **probabilidade do direito** e o **perigo de dano** ou o **risco ao resultado útil do processo**.¿ (grifei e destaquei). Daniel Mitidiero vaticina que: ¿No direito anterior a antecipaç¿o da tutela estava condicionada à existência de ¿prova inequívoca¿ capaz de convencer o juiz a respeito da ¿verossimilhança da alegaç¿o¿, express¿es que sempre foram alvo de acirrado debate na doutrina (Luiz Guilherme Marinoni, Antecipaç¿o da Tutela cit.; Daisson Flach, A Verossimilhança no Processo Civil, Ed. RT; o nosso, Antecipaç¿o da Tutela ¿ Da Tutela Cautelar à Técnica Antecipatória cit.). Com isso, o legislador procurou autorizar o juiz a conceder ¿tutelas provisórias¿ com base em cogniç¿o sumária, isto é, ouvindo apenas uma das partes ou ent¿o fundado em quadros probatórios incompletos (vale dizer, sem que tenham sido colhidas todas as provas disponíveis para o esclarecimento das alegaç¿es de fato, conforme o clássico conceito de cogniç¿o sumária de Hans Karl Briegleb, Einleitung in die Theori der summarischen Processe, Bernhard Tauchitz). A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica ¿ que é aquela que surge da confrontaç¿o das alegaç¿es e das provas com os elementos disponíveis nos autos, sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmaç¿o e menor grau de refutaç¿o nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder a ¿tutela provisória¿.¿ (em Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil, coordenaç¿o de Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie Didier Jr., Eduardo Talamini e Bruno Dantas, Thomsom Reuters RT, página 782). Cândido Rangel Dinamarco obtempera que o fumus boni iuris (fumaça do bom direito): ¿É a aparência de que o demandante tem o direito alegado, suficiente para legitimar a

concess¿o de medidas jurisdicionais aceleradas ¿ que de natureza cautelar, que antecipatória. Resolve-se em mera probabilidade, que é menos que a certeza subjetiva necessária para decidir o mérito, porém mais que a mera verossimilhança. O art. 273, caput, do Código de Processo Civil dá a impress¿o de exigir mais que essa probabilidade, ao condicionar as antecipaç¿es tutelares à existência de uma prova inequívoca ¿ mas pacificamente a doutrina e todos os tribunais se satisfazem com a probabilidade. Consiste esta na preponderância dos motivos convergentes à aceitaç¿o de determinada proposiç¿o, sobre os motivos divergentes. Essa é menos que a certeza, porque, lá, os motivos divergentes n¿o ficaram afastados, mas apenas suplantados; e mais que a mera verossimilhança, que se caracteriza pelo equilíbrio entre os motivos convergentes e motivos divergentes. Na prática, o juiz deve raciocinar mais ou menos assim: se eu fosse julgar agora, minha vontade seria julgar procedente a demanda.¿ (Vocabulário do processo civil, Malheiros, páginas 338/339). E o periculum in mora ou perigo na demora, segundo também Cândido Rangel Dinamarco: ¿Consiste na iminência de um mal ou prejuízo, causado ou favorecido pelo correr do tempo (o tempo-inimigo, de que falava Carnelutti), a ser evitado mediante as providências que o juiz determinará. Embora seja inevitável alguma dose de subjetivismo judicial na apreciaç¿o do periculum, sugere-se que o juiz leve em conta o chamado juízo do mal maior, em busca de um legítimo equilíbrio entre as partes ¿ indagando, em cada caso, se o autor sofreria mais se nada fosse feito para conter os males do tempo, ou se sofreria mais o réu em virtude da medida que o autor postula.¿ (op. cit., páginas 381/382). Destarte, em um juízo de **cogniç¿o sumária** (**superficial**), verifico a existência de elementos de prova que convergem ao reconhecimento da veracidade dos fatos pertinentes e evidenciam a **probabilidade do direito material** ¿ ¿giudizio di probabilità¿ - (fumus boni iuris ou plausibilidade do direito substancial afirmado). Da mesma forma, presentes o **perigo de dano** ou **risco ao resultado útil do processo** (perigo na demora, periculum in mora ou ¿pericolo di tardività¿), já que há o risco concreto de que haja o corte no fornecimento de energia e/ou a negativaç¿o do nome da parte autora. Ante o exposto, **DEFIRO a tutela antecipada pleiteada**, para determinar que a requerida **Centrais Elétricas do Pará S/A ¿ CELPA** suspenda as cobranças dos débitos referentes as faturas dos meses 05/2019 e 06/2019 e todos os seus efeitos, inclusive de interromper o fornecimento de energia elétrica à autora em virtude destes débitos, até o julgamento de mérito da presente demanda, sob pena de multa diária, que fixo o valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser revertido em favor da parte autora em caso de descumprimento. Designo o dia **23/01/2020, às 10h00min** para audiência de conciliaç¿o, instruç¿o e julgamento. Cite-se o réu, fazendo acompanhar cópia da inicial ao mandado, consigne-se no mandado as advertências da lei 9.099/95. Intime-se a parte autora, com as advertências da lei. Dom Eliseu/PA, 27 de junho de 2019. **DIOGO BONFIM FERNANDEZ** Juiz de Direito. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 28 de junho de 2019. Eu, Thiannetan Silva, Analista Judiciário, digitei

INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA. PROCESSO: 0003589-42.2019.8.14.0107. Requerente: GERSON FERREIRA DA LUZ. Advogados: Dr. Nilson Normandes Strenzke Filho OAB/PA 26.210-A e OAB/MA 17.193 e Dra. Wercelli Maria Andrade dos Santos OAB/AM 1.150-A e OAB/MA 10.965. Requerida: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT. De ordem do Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FENANDEZ, MM. Juiz de Direito da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, FICA A PARTE INTIMADA, por meio de seu(s) advogado(s), do seguinte dispositivo: ¿DESPACHO R. hoje,1. Defiro a inicial, porquanto preenchidos os requisitos do artigo 14 da Lei 9.099/95.2. **Designo o dia 12/09/2019 às 11h00min para audiência de conciliação, instrução e julgamento**,devendo as partes comparecerem acompanhadas de seus advogados e de testemunhas.3. Cite-se o requerido para que compareçam à audiência e apresentem suas defesas, fazendoacompanhar cópia da inicial ao mandado, consigne-se no mandado as advertências da lei 9.099/95.4. Intimem-se as partes autoras, com as advertências da lei.Dom Eliseu/PA, 23 de abril de 2019.DIOGO BONFIM FERNANDEZJuiz de DireitoSERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO PARA TODOS OS FINS DEDIREITO¿**.** Dado e passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 28 de junho de 2019. Eu, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA. PROCESSO: 0003567-81.2019.8.14.0107. Requerente: MARIA

TEIXEIRA DIAS. Advogados: Dr. Nilson Normandes Strenzke Filho OAB/PA 26.210-A e OAB/MA 17.193 e Dra. Wercelli Maria Andrade dos Santos OAB/AM 1.150-A e OAB/MA 10.965. Requerida: BANCO BRADESCO S/A. De ordem do Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FENANDEZ, MM. Juiz de Direito da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, FICA A PARTE INTIMADA, por meio de seu(s) advogado(s), do seguinte dispositivo: ¿DECISÃO R. hoje, 1. Defiro a inicial, porquanto preenchidos os requisitos do artigo 14 da Lei 9.099/95. 2. Por não vislumbrar, no presente momento processual, a existência de verossimilhança nas alegações da inicial como suficientes para o deferimento da tutela de urgência conforme pedido, indefiro o pedido de liminar. 3. **Designo o dia 19/09/2019 às 11h00min para audiência de conciliação, instrução e julgamento**. 4. Cite-se o réu, fazendo acompanhar cópia da inicial ao mandado, consigne-se no mandado as advertências da lei 9.099/95. 5. Intime-se a parte autora, com as advertências da lei. Dom Eliseu, 23 de abril de 2019. DIOGO BONFIM FERNANDEZ Juiz de Direito SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO PARA TODOS OS FINS DE DIREITO¿**.** Dado e passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 28 de junho de 2019. Eu, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA. PROCESSO: 0003641-38.2019.8.14.0107. Requerente: MARIA LIMA. Advogados: Dr. Nilson Normandes Strenzke Filho OAB/PA 26.210-A e OAB/MA 17.193 e Dra. Wercelli Maria Andrade dos Santos OAB/AM 1.150-A e OAB/MA 10.965. Requerida: BANCO BRADESCO S/A. De ordem do Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FENANDEZ, MM. Juiz de Direito da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, FICA A PARTE INTIMADA, por meio de seu(s) advogado(s), do seguinte dispositivo: ¿Decisão Interlocutória Dos Fatos Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Repetição de Indébito c/c Indenização por Danos Morais com Pedido de Tutela de Urgência. DO DIREITO Recebimento da Petição inicial Considerando o disposto no artigo 334 do CPC, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320 do CPC e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido (CPC, artigo 332). Da relação de consumo Quanto ao caráter consumerista do serviço prestado, entendo que assiste razão o autor, conforme arts. 6º, IX, e 22, caput, ambos do CDC. Daí, e levando em conta a hipossuficiência do consumidor ante o requerido, defiro o pedido de inversão do ônus da prova em seu favor. Da justiça gratuita Com fulcro no art. 98 e 99, §3º, do NCPC, e na credibilidade do relatado na inicial, dando conta da situação financeira do autor, defiro o pedido de justiça gratuita. Da tutela de urgência Nos termos do art. 294, caput, e p. ú., NCPC, vislumbram-se dois tipos de tutela provisória, a saber: urgência e evidência. A requerente, na reclamação, pleiteou a concessão de tutela provisória de urgência. Pelo art. 300, do Novo Código de Processo Civil, a tutela de urgência haverá de ser concedida observando-se a a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo". Cuidam-se das consagradas ideias de ´fumus boni iuris´ e ´periculum in mora´. Sabe-se que a averiguação destes elementos pode se dar em nível de cognição sumária, desnecessário juízo exauriente da matéria. Pois, do contrário, o propósito do instituto da tutela de urgência seria malogrado. Quanto ao ´fumus boni iuris´, há de se demonstrar que os descontos são indevidos e não ter a parte autora recebido o valor referente ao empréstimo. Esta comprovação, pode se dar mediante a juntada de extratos bancários, do período referente ao contrato, que comprovem que a autora não recebeu os valores. No caso dos autos, a autora não possui conta corrente, apenas conta benefício (o qual não tem extrato), logo, não resta outra saída senão conferir credibilidade ao relatado na petição inicial, no sentido de que a requerente não realizou os empréstimos junto ao requerido e não recebeu nenhum valor deste referente aos empréstimos. Isto posto, tomo por satisfeito o ´fumus boni iuris´. Acerca do ´periculum in mora´. Certamente, tais cobranças afetam de modo significativo as finanças do requerente, haja vista sua módica condição financeira De outro lado, não constato ocorrência de ´periculum in mora´ inverso. Caso comprovada a exigibilidade da cobrança, esta seguirá seu curso. Portanto, configurados, ainda que em cognição sumária, o ´fumus boni iuris´ e o ´periculum in mora´, concedo, liminarmente, a tutela de urgência pleiteada, na modalidade de antecipação de tutela, determinando o requerido que suspenda as cobranças referentes ao contrato questionado na inicial. Tudo sob pena de multa (astreintes), no importe de R$500,00 (quinhentos reais) para cada desconto efetuado em desobediência à presente ordem. **Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 19/09/2019, às 10h40min, a ser realizada na sede deste fórum**. Cite-se o réu, fazendo acompanhar cópia da inicial ao mandado, consigne-se no mandado as advertências da lei 9.099/95. Intime-se o requerente, por seu advogado, via DJE. Serve a presente decisão como mandado/comunicação/ofício. Dom Eliseu/PA, 23 de abril de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito¿**.** Dado e passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 28 de junho de 2019. Eu, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA. PROCESSO: 0000006-25.2014.8.14.0107. Requerente: ANIZIA RAMOS DE JESUS. Advogado: Dr. Francisco Raimundo Correa OAB/MA 5.415 e OAB/PA 15.184-A. Requerida: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A (BANCO FINASA BMC S/A).. De ordem do Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FENANDEZ, MM. Juiz de Direito da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, FICA A PARTE INTIMADA, por meio de seu(s) advogado(s), do seguinte dispositivo: ¿Decisão Interlocutória Dos Fatos Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade Contratual c/c Pedido de Danos Morais e Materiais, Ressarcimento de Valores com Pedido de Antecipação de Tutela de Liminar. DO DIREITO Recebimento da Petição inicial Considerando o disposto no artigo 334 do CPC, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320 do CPC e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido (CPC, artigo 332). Da relação de consumo Quanto ao caráter consumerista do serviço prestado, entendo que assiste razão o autor, conforme arts. 6º, IX, e 22, caput, ambos do CDC. Daí, e levando em conta a hipossuficiência do consumidor ante o requerido, defiro o pedido de inversão do ônus da prova em seu favor. Da justiça gratuita Com fulcro no art. 98 e 99, §3º, do NCPC, e na credibilidade do relatado na inicial, dando conta da situação financeira do autor, defiro o pedido de justiça gratuita. Da tutela de urgência Nos termos do art. 294, caput, e p. ú., NCPC, vislumbram-se dois tipos de tutela provisória, a saber: urgência e evidência. A requerente, na reclamação, pleiteou a concessão de tutela provisória de urgência. Pelo art. 300, do Novo Código de Processo Civil, a tutela de urgência haverá de ser concedida observando-se a a probabilidade do direito e o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo". Cuidam-se das consagradas ideias de ´fumus boni iuris´ e ´periculum in mora´. Sabe-se que a averiguação destes elementos pode se dar em nível de cognição sumária, desnecessário juízo exauriente da matéria. Pois, do contrário, o propósito do instituto da tutela de urgência seria malogrado. Quanto ao ´fumus boni iuris´, há de se demonstrar que os descontos são indevidos. O caso dos autos versa sobre prova geral negativa, em especial, não ter feito o empréstimo que deu causa aos descontos. Tal comprovação, ante a sua natureza, é de dificílima demonstração, razão pela qual foi doutrinariamente denominada de prova diabólica. Além do mais, não se pode olvidar ser pessoa com pouca instrução, o que traz dúvidas sobre as circunstâncias em que o contrato fora assinado, se porventura o foi. Logo, não resta outra saída senão conferir credibilidade ao relatado na petição inicial, no sentido de que o requerente não celebrou a avença, e que os débitos não possuem razão de ser Destarte, a existência do débito está por demais obscura, o que compromete a licitude da cobrança. Isto posto, tomo por satisfeito o ´fumus boni iuris´. Acerca do ´periculum in mora´. Certamente, tais cobranças afetam de modo significativo as finanças da requerente, haja vista sua módica condição financeira. De outro lado, não constato ocorrência de ´periculum in mora´ inverso. Caso comprovada a exigibilidade da cobrança, esta seguirá seu curso. Portanto, configurados, ainda que em cognição sumária, o ´fumus boni iuris´ e o ´periculum in mora´, concedo, liminarmente, a tutela de urgência pleiteada, na modalidade de antecipação de tutela, determinando o requerido que suspenda as cobranças referentes ao contrato questionado na inicial. Tudo sob pena de multa (astreintes), no importe de R$500,00 (quinhentos reais) para cada desconto efetuado em desobediência à presente ordem. **Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 25/09/2019, às 12h10min, a ser realizada na sede deste fórum**. Cite-se o réu, fazendo acompanhar cópia da inicial ao mandado, consigne-se no mandado as advertências da lei 9.099/95. Intime-se o requerente, por seu advogado, via DJE. Serve a presente decisão como mandado/comunicação/ofício. Dom Eliseu/PA, 02 de maio de 2019. Diogo Bonfim Fernandez Juiz de Direito¿**.** Dado e passado nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 28 de junho de 2019. Eu, Marlito Reis, Auxiliar Judiciário, digitei.

UNIDADE DE ARRECADAÇÃO JUDICIÁRIA DE DOM ELISEU - UNAJ

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA.O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0052470-89.2015.8.14.0107**, em que é requerente: MARIA APARECIDA BEZERRA DE ASSIS, e requerido: ALEXANDRE SETUBAL, nos termos abaixo: SENTENÇA: Tratam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA movida por MARIA APARECIDA BEZERRA DE ASSIS, em favor de ALEXANDRE SETUBAL, devidamente qualificada na inicial, objetivando sua nomeação como curadora da mesma. Narra o requerente que é filha do Interditando, sendo que o mesmo é incapaz para os atos da vida civil, necessitando de curador. Em audiência, foi constatado que o interditando é absolutamente incapaz para os atos da vida civil. Prejudicada a manifestação do Ministério Público. Brevemente relatados. Decido. O requerido deve, realmente, ser interditado, pois, examinado, concluiu-se que é portador(a)de doença que lhe deixa desprovido(a) de capacidade de fato. De fato, conforme certificado pelo oficial de justiça, às fls. 16, o interditando está acamado e não consegue sequer responder ao chamado em seu nome, restou evidente sua incapacidade. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de ALEXANDRE SETUBAL, brasileiro, portador do RG 5749575 SSP/PA, inscrito no CPF sob o nº 255.676.672-72, residente e domiciliado na Rua Conceição, nº 51, Centro, Dom Eliseu/PA, nomeando-lhe curador(a)o(a) requerente MARIA APARECIDA BEZERRA DE ASSIS, qualificado(a) nos autos. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará para os devidos fins. Expeça-se termo de curatela. Intime-se o curador nomeado para que compareça à secretaria deste Juízo, no prazo de 05(cinco) dias, com a finalidade de prestar compromisso (arts. 1.187 e 1.188 do Código Civil).Ciência ao Órgão Ministerial .Sem custas e honorários. Após o transito em julgado, arquive-se. P.R.I. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar a audiência, lavrando-se o respectivo termo, que foi por mim Uliana Salazar Costa Silva Barros, Analista judiciária, digitado, e por todos os presentes assinado. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA.DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0001315-76.2017.8.14.0107**, em que é requerente: FRANCISCO NOVAIS BORBA, e requerido: FRANCINALDO NOVAIS BORBA, nos termos abaixo: Vistos etc. Tratam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO movida por FRANCISCO NOVAISBORBA, em favor de seu irmão FRANCINALDO NOVAIS BORBA devidamente qualificado(a) na inicial, objetivando sua nomeação como curador(a) do(a) mesmo(a).Narra a requerente que é irmão do Interditando, sendo que a mesmo encontra-se atualmente totalmente incapacitado, pois apresenta retardo mental, conforme laudo de fl. 06.Em audiência, foi constatado que o(a) interditando(a) é absolutamente incapaz para os atos da vida civil. O Ministério Público se manifestou à fl. 18-v.Brevemente relatados. Decido. O(A) requerido(a) deve, realmente, ser interditado(a), pois, examinado(a), concluiu-se que é portador(a) de doença que lhe deixa desprovido(a) de capacidade de fato. De fato, na audiência realizada bem como na avaliação clínica, restou constatado que é evidente a incapacidade. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de FRANCINALDO NOVAIS BORBA ,brasileiro, filho de Florêncio Borba e de Antônia de Maria Borba de Novais, portador do CPF n.º 027.891.782-83, residente e domiciliado na Rua Emidia de Paula, nº 28,Bartolomeu, Dom Eliseu/PA, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil, nomeando-lhe curador(a) o(a) requerente FRANCISCO NOVAIS BORBA, qualificado(a) nos autos. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará para os devidos fins. Expeça-se termo de curatela. Intime-se a curadora nomeada para que compareça à secretaria deste Juízo, no prazo de 05(cinco) dias, com a finalidade de prestar compromisso (arts. 1.187 e

1.188 do Código Civil). Ciência ao Órgão Ministerial. Sem custas e honorários. Após o transito em julgado, arquive-se. P.R.I. Dom Eliseu/PA, 19 de setembro de 2017.THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito SERVE CÓPIA DA PRESENTE SENTENÇA COMO OFICIO/MANDADO PARATODOS OS FINS DE DIREITO. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0000701-18.2010.8.14.0107**, em que é requerente: GENILDA DUSSALE PEREIRA, e requerido: GILDENE PEREIRA OLIVEIRA, nos termos abaixo: SENTENÇA Trata-se de Ação de Interdição com nomeação de Curatela proposta pela Sra. GENILDA DUSSALE PEREIRA, em face de GILDENE PEREIRA OLIVEIRA, sob a alegação de que o interditando é portador de patologia de CID: F20, não tendo condições de gerir os atos da sua vida civil. Seguindo o rito fixado na lei o interrogatório do interditando foi realizado no dia 29.07.2010, conforme consta às fls. 19/20, ato no qual já se determinou às providências de praxe, dentre elas a realização de exame do interditando por profissional médico. O laudo médico foi anexado aos autos às fls.08/23, extraindo-se do seu conteúdo que o interditando é portador de patologia psiquiátrica, incapaz de desenvolver as atividades apropriadas para sua idade tanto social, como escolar e familiar. O Ministério Público estando a se manifesta, este foi de manifestação favorável, fls. 25-verso.É O RELATÓRIO. DECIDO.A presente ação é regulada pelo disposto nos arts. 1.767 a 1.783 do C.C. e 1.177 a 1.186 do C.P.C. Pelo que consta dos autos o interditando é portador de patologia psiquiátrica, o que o incapacita plenamente para exercer os atos de sua vida civil, enquadrando-se, assim no inciso I do art. 1.767 do C.C.A ação teve a sua tramitação regular e restou comprovada a deficiência psiquiátrica do interditando, tanto através dos laudos médicos de fls. 08 e 23, quanto por meio da prova testemunhal colhida em juízo, sendo que este vive sob os cuidados da autora, que é sua genitora, legitimando-a para propor apresente ação, nos termos do art. 1.177, I do CPC (fls. 30/31)O Ministério Público lançou nos autos o parecer de fl. 25v, manifestando-se favorável à Decretação da interdição do menor GILDENE PEREIRA OLIVEIRA e a nomeação da sua genitora GENILDA DUSSALEPEREIRA como a sua curadora. Ante o exposto, acolho o parecer ministerial referido acima e, com fulcro nos arts. 1.767 a 1.783 do Código Civil, JULGO PROCEDENTE os pedidos iniciais e, em consequência, DECRETO A INTERDIÇÃO DEGILDENE PEREIRA OLIVEIRA, e NOMEIO a sua genitora GENILDA DUSSALE PEREIRA, ambos qualificados nos autos, como sua curadora, dispensando-a da especialização de hipoteca em face da inexistência de patrimônio ou rendas em nome do interditando, à exceção de um benefício previdenciário (art.1.190, parte final do CPC c/c art. 1.745 § único do C.C.).A curadora nomeada deverá prestar compromisso e assinar o respectivo Termo de Curatela no prazo de 05dias, devendo constar no mesmo que a venda de eventuais imóveis em nome do curatelado deverá ser precedida de autorização judicial. Expeça-se Mandado de Inscrição da presente sentença no Cartório de Registro Civil onde o interditando foi registrado (fl. 10), devendo ser lançada à margem do respectivo assento, encaminhando a este Juízo uma certidão constando a inscrição para ser juntada aos autos no prazo de 10 dias. Intime-se a Defensoria Pública. Intime-se o Ministério Público. Sem custas ou honorários advocatícios nos termos da lei 1.060/50.Após o trânsito em julgado, arquive-se, com as cautelas de praxe. P. R. I. Cumpra-se. Dom Eliseu-PA, 03 de abril de 2014.MANOEL ANTONIO SILVA MACEDO Juiz de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0000562-61.2013.8.14.0107**, em que é requerente: MARIA DE FATIMA RODRIGUES DOS SANTOS, e requerido: KÁSSIA KELINE RODRIGUES DOS SANTOS, nos termos abaixo: SENTENÇA Trata-se de Ação de Interdição proposta pela Sra. MARIA DE FÁTIMA RODRIGUES DOS SANTOS, em face de KASSIA KELINE RODRIGUES DOS SANTOS, portadora de doença mental, não tendo condições de gerir os atos da sua vida civil. O laudo médico foi anexado aos autos às fls.05, extraindo-se do seu conteúdo que o interditando é portadora de retardo mental moderado, necessitando de auxilio de outras

pessoas. Designada a audiência de interrogatório, não foi possível ouvir a interditanda, uma vez que a mesma não respondeu a nenhuma das perguntas, tendo apenas emitidos alguns sons. O Ministério Público instando a se manifestar, este foi de manifestação favorável, fls. 18-v.É O RELATÓRIO. DECIDO.A presente ação é regulada pelo disposto nos arts. 1.767 a 1.783 do C.C. e 1.177 a 1.186 do C.P.C. Pelo que consta dos autos a interditanda encontra-se a incapacitada para exercer os atos de sua vida civil, enquadrando-se, assim no inciso I do art. 1.767 do C.C.A ação teve a sua tramitação regular e restou comprovada a deficiência psiquiátrica da interditanda, através do laudo médico de fls. 05, sendo que esta vive sob os cuidados da autora, que é sua genitora, legitimando-a para propor a presente ação, nos termos do art. 1.177, I do CPC (fls. 30/31)O Ministério Público lançou nos autos o parecer de fl. 18-v, manifestando-se favorável à Decretação da interdição de KASSIA KELINE RODRIGUES DOS SANTOS e a nomeação da sua mãe MARIA DEFATIMA RODRIGUES DOS SANTOS como a sua curadora. Ante o exposto, acolho o parecer ministerial referido acima e, com fulcro nos arts. 1.767 a 1.783 do Código Civil, JULGO PROCEDENTE os pedidos iniciais e, em consequência, DECRETO A INTERDIÇÃO DEKASSIA KELINE RODRIGUES DOS SANTOS, e NOMEIO a sua mãe MARIA DE FÁTIMA RODRIGUESDOS SANTOS, como sua curadora (art. 1.190, parte final do CPC c/c art. 1.745 § único do C.C.).A curadora nomeada deverá prestar compromisso e assinar o respectivo Termo de Curatela no prazo de 05dias.Expeça-se Mandado de Inscrição da presente sentença para o Cartório de Registro Civil onde a interditanda foi registrada, devendo ser lançada à margem do respectivo assento, encaminhando a este Juízo uma certidão constando a inscrição para ser juntada aos autos no prazo de 20 dias. Intime-se a Defensoria Pública. Intime-se o Ministério Público. Sem custas ou honorários advocatícios nos termos da lei 1.060/50.Após o trânsito em julgado, arquive-se, com as cautelas de praxe. P. R. I. Cumpra-se. Dom Eliseu-PA, 25 de novembro de 2014. MANOEL ANTONIO SILVA MACEDO. Juiz de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº 0000785-87.2008.8.14.0107, em que é requerente: ESTELITA OLIVEIRA SANTOS, e requerido: IARA OLIVEIRA SANTOS, nos termos abaixo: SENTENÇA ESTELITA OLIVEIRA SANTOS, qualificado na inicial, requereu a interdição de sua filha IARA OLIVEIRA SANTOS, alegando ser a mesma portadora de transtorno mental, tendo condições de gerir os atos da vida civil, precisando para tudo do auxílio da requerente. Alega ser a pessoa responsável por cuidar dela, não existindo outra pessoa que possa auxiliá-la, pelo que requer ser nomeada curadora. Requereu, também, o benefício da gratuidade judicial .Junta documentos. Realizada audiência, foram ouvidos a interditanda e a requerente, onde foi nomeado curador especial que apresentou contestação por negativa geral.Em seguida, a interditanda foi submetida a exame médico. O representante do Ministério Público pugnou pelo deferimento do pedido. É o relato. Decido.Com efeito, do interrogatório da interditanda já se verifica a existência de indícios de que não se trata de pessoa mentalmente sã. Ademais, o laudo médico afirmou ser a interditanda portadora da CID.:F.99, transtorno mental não especificado, não tendo condições de exercer, com regularidade, atividades acadêmicas, laborais ou gerir sua própria vida (fl. 06).Também a perícia determinada pelo Juízo chegou a mesma conclusão, conforme parecer médico de fl. 17.Destarte, inexistindo nos autos qualquer prova ou, sequer, indício que possa contrariar a conclusão a que chegou o Sr. Perito, não há porque deixar de acatá-la. Posto isto, julgo PROCEDENTE o pedido para declarar que IARA OLIVEIRA SANTOS é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e, por conseguinte, DECRETAR SUA INTERDIÇÃO, na forma dos artigos 3º, II; 1.767, I e seguintes do Código Civil Brasileiro. Nomeio curadora a requerente ESTELITA OLIVEIRA SANTOS, que deverá ser intimada para prestar compromisso no prazo de cinco dias. Publique-se edital por três vezes, com intervalo de dez dias, no Diário da Justiça, afixando o Edital, também, no átrio do Fórum local, como de costume, devendo constar os nomes da interditanda e da curadora, da causa da interdição e os limites da curatela. Oficie-se ao juízo eleitoral informado da interdição para o fim de cancelamento de seu registro de eleitor, se for o caso. Expeça-se o competente mandado para inscrição no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais. Sem custas por ser beneficiária da justiça gratuita. P.R.I. Dom Eliseu, 10 de setembro de 2010.ADRIANO FARIAS FERNANDES Juiz de Direito Substituto. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº 0000528-96.2007.8.14.0107, em que é requerente: FRANCISCA RODRIGUES SILVA, e requerido: LUCINEIDE NUNES DE SOUSA, nos termos abaixo: SENTENÇA FRANCISCA RODRIGUES ALVES ajuizou ação de Curatela e Interdição em face de LUCINEIDE NUNES DE SOUZA, ambas devidamente qualificadas, consubstanciada no fato de que a interditanda, sua amiga, possui patologia de CID F.03. Narra que a interditanda não possui vida independente, sempre necessitando de terceiros para a prática de atos que a vida requer. Ao final, juntado os documentos de f., requer o deferimento da interdição definitivamente. Foi posteriormente realizada audiência com oitiva da interditanda. Laudo médico acostado em f. Instado a se manifestar, após a não ocorrência de impugnação, o Ministério Público opinou favoravelmente ao pleito. É o relatório. Decido. A interdição apresenta-se como medida de proteção ao incapaz que não possui qualidades ou requisitos necessários e indispensáveis para o exercício e gozo de direitos, além de ser consideravelmente inapto à prática de todos ou de certos atos jurídicos. No caso em epígrafe, verifica-se que LUCINEIDE NUNES DE SOUZA é definitivamente incapaz para o exercício dos atos da vida civil, porquanto está acometida de patologia crônica irreversível, conforme laudo pericial de f., necessitando de acompanhamento contínuo de terceiros, sendo, pois, imprescindível, o decreto de interdição. Na confluência do exposto, e diante do parecer ministerial, julgo procedente a pretensão e DECRETO a interdição de LUCINEIDE NUNES DE SOUZA nomeando como curadora definitiva FRANCISCA RODRIGUES DA SILVA, nos termos dos arts. 1.767 do Código Civil c/c os arts.1.177 e 1.184 do CPC. Considerando que a sentença tem eficácia imediata, determino que seja oficiado ao Cartório de Registro de Pessoas Naturais, a fim de que o Oficial proceda anotações devidas. A referida decisão deverá ser publicada por 03 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando no edital o nome da interdita e curadora. Intime-se o(a) curador(a) definitivo(a) para conhecimento desta decisão e adoção das medidas cabíveis. Por fim, determino que seja oficiado ao Cartório Eleitoral. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Dê ciência ao MP. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Dom Eliseu, 27/07/2015. MANOEL ANTÔNIO SILVA MACÊDO Juiz de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc.FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0003821-64.2013.8.14.0107**, em que é requerente: RAIMUNDA SIQUEIRA DA CRUZ, e requerido: JOSÉ SIQUEIRA DA CRUZ, nos termos abaixo: SENTENÇA Processo n.: 0003821-64.2013.8.14.0107 (Interdição).Vistos etc. Tratam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO movida por Raimunda Siqueira da Cruz, em favor de seu filho José Siqueira da Cruz, devidamente qualificado(a) na inicial, objetivando sua nomeação como curador(a) do(a) mesmo(a).Narra o requerente que é mãe do Interditando, sendo que o mesmo encontra-se atualmente totalmente incapacitado, devido a agravos relacionados a transtornos mentais desde o ano de2001.Em audiência, foi constatado que o(a) interditando(a) é absolutamente incapaz para os atos da vida civil. O Ministério Público se manifestou favoravelmente à fl. 18.Brevemente relatados. Decido. O (A) requerido(a) deve, realmente, ser interditado(a), pois, examinado(a), concluiu-se que é portador(a) de doença que lhe deixa desprovido(a) de capacidade de fato. De fato, na audiência realizada bem como na avaliação clinica, restou constatado que é evidente a incapacidade. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de JOSÉ SIQUEIRA DA CRUZ, Brasileiro, solteiro, sem profissão, nascido em 15/10/1985, residente e domiciliado na BR222, km 56, Vila Nazaré, Dom Eliseu/PA, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil, nomeando-lhe curador(a) o(a) requerente RAIMUNDA SIQUEIRA DA CRUZ, qualificado(a) nos autos. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará para os devidos fins. Expeça-se termo de curatela. Intime-se a curadora

nomeada para que compareça à secretaria deste Juízo, no prazo de 05(cinco) dias, com a finalidade de prestar compromisso (arts. 1.187 e 1.188 do Código Civil).Ciência ao Órgão Ministerial. Sem custas e honorários. Após o transito em julgado, arquive-se. P.R.I. Dom Eliseu/PA, 11 de agosto de 2016.THIAGO CENDES ESCÓRCIO. Juiz de Direito.O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PADADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0001440-25.2009.8.14.0107**, em que é requerente: MARIA APARECIDA BEZERRA DE ASSIS, e requerido: ALEXANDRE SETUBAL, nos termos abaixo: S E N T E N Ç A(Tipo "A" com Mérito) ANTONIA REIS SILVA, qualificada na inicial, requereu a interdição de sua filha JUSSILENE REIS SILVA, alegando ser a mesma portadora de patologia psiquiátrica do tipo CID-10 F20.1, transtorno psiquiátrico de curso crônico. Alega ser a pessoa responsável por cuidar dela, não existindo outra pessoa que possa auxiliá-la, pelo que requer ser nomeada curadora. Requereu, também, o benefício da gratuidade judicial. Junta documentos. Realizada audiência, foram ouvidos a interditanda e o requerente, onde foi nomeado curador especial que apresentou contestação por negativa geral. Em seguida, a interditanda foi submetida a exame médico.O representante do Ministério Público pugnou pelo deferimento do pedido. É o relato. Decido.Com efeito, do interrogatório da interditanda já se verifica a existência de indícios de que não se trata de pessoa mentalmente sã. Ademais, o laudo médico afirmou ser a interditanda portadora de transtorno mental, apresentando a patologia mental esquizofrenia (CID.F.20.9).Concluiu ainda pela incapacidade para reger sua própria vida. Destarte, inexistindo nos autos qualquer prova ou, sequer, indício que possa contrariar a conclusão a que chegou o Sr. Perito, não há porque deixar de acatá-la. Posto isto, julgo PROCEDENTE o pedido para declarar que JUSSILENE REIS DA SILVA é absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil e, por conseguinte, DECRETAR SUA INTERDIÇÃO, na forma dos artigos 3º, II; 1.767, I e seguintes do Código Civil Brasileiro. Nomeio curadora a requerente Antonia Reis Silva, que deverá ser intimado para prestar compromisso no prazo de cinco dias. Publique-se edital por três vezes, com intervalo de dez dias, no Diário da Justiça, afixando o Edital, também, no átrio do Fórum local, como de costume, devendo constar os nomes da interditanda e do curador, da causa da interdição e os limites da curatela. Oficie-se ao juízo eleitoral informado da interdição para o fim de cancelamento de seu registro de eleitor, se for o caso. Expeça-se o competente mandado para inscrição no Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais. Sem custas por ser beneficiário da justiça gratuita. P.R.I. Dom Eliseu, 15 de fevereiro de 2011.ADRIANO FARIAS FERNANDES Juiz de Direito Substituto. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0005727-16.2018.8.14.0107**, em que é requerente: ANTÔNIA BARBOSA BORGES DA SILVA, e requerido: MARIA DILVA ALVES BARBOSA, nos termos abaixo: SENTENÇA: Vistos etc.Tratam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO movida por Antônia Barbosa Borges da Silva em favor de sua mãe Maria Dilva Alves Barbosa, devidamente qualificados na inicial, objetivando sua nomeação como curadora da mesma. Narra a requerente que é filha da Interditanda, sendo que a mesma encontra-se atualmente totalmente incapacitada, pois apresenta (CID 10. F 20.0), conforme laudo juntado nos autos(fl. 08).Em audiência, foi constatado que a Interditanda é absolutamente incapaz para os atos da vida civil. O Ministério Público se manifestou pela procedência do pedido nesta audiência. Brevemente relatados. Decido. A requerido deve, realmente, ser interditada, pois, examinado, concluiu-se que é portadora de doença que lhe deixa desprovida de capacidade de fato. De fato, na audiência realizada restou constatado que é evidente a incapacidade. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de MARIA DILVA ALVES BARBOSA, brasileira, filha de JUAREZ BARBOSA e MARIA ALVES DOS SANTOS, portadora do RG 035118992008-0 SSP/MA, residente e domiciliado na Rua São Mateus, nº 08, Bairro Boa Vista (Chinesa), Dom Eliseu/PA, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na

forma do art. 3º, II, do Código Civil, nomeando-lhe curadora a requerente ANTONIA BARBOSA BORGES DA SILVA, qualificada nos autos. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará para os devidos fins. Expeça-se termo de curatela e de compromisso. Cientes os presentes. Sem custas e honorários.Após o transito em julgado, arquive-se. P.R.I. Nada mais havendo, mandou a MMa. Juíza encerrar a audiência, lavrando-se o respectivo termo, que foi por mim Irapoã Mesquita, Auxiliar de Gabinete, digitado, e por todos presentes assinado. CÉLIA GADOTTI. Juíza de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0005772-20.2018.8.14.0107**, em que é requerente: EDILEIA JESUS DE SOUZA, e requerido: BRUNA DE JESUS DE SOUZA, nos termos abaixo: SENTENÇA: Vistos etc. Tratam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO movida por Edileia Jesus de Souza em favor de sua filha Bruna de Jesus de Souza, devidamente qualificadas na inicial, objetivando sua nomeação como curadora da mesma. Narra a requerente que é mãe da Interditanda, sendo que a mesma encontra-se atualmente totalmente incapacitada, pois apresenta (CID G40.9), conforme laudo juntado nos autos (fl.10).Em audiência, foi constatado que a Interditanda é absolutamente incapaz para os atos da vida civil. O Ministério Público se manifestou pela procedência do pedido nesta audiência. Brevemente relatados. Decido. A requerida deve, realmente, ser interditada, pois, examinada, concluiu-se que é portadora de doença que lhe deixa desprovida de capacidade de fato. De fato, na audiência realizada restou constatado que é evidente a incapacidade. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de BRUNA DE JESUS DE SOUZA, brasileira, filha de EDILEIA JESUS DE SOUZA, portadora do RG 5423464 SSP/PA, residente e domiciliado na Rua Capanema, nº 221, Bairro Bela Vista, Itinga do Pará, Dom Eliseu/PA, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil, nomeando-lhe curadora a requerente EDILEIAJESUS DE SOUZA, qualificada nos autos. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará para os devidos fins. Expeça-se termo de curatela e de compromisso. Cientes os presentes. Sem custas e honorários. Após o transito em julgado, arquive-se. P.R.I. Nada mais havendo, mandou a MMa. Juíza encerrar a audiência, lavrando-se o respectivo termo, que foi por mim Irapoã Mesquita, Auxiliar de Gabinete, digitado, e por todos presentes assinado.CÉLIA GADOTTI. Juíza de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0006409-10.2014.8.14.0107**, em que é requerente: MARIA AURIVETE DE OLIVEIRA NUNES, e requerido: EUCLIDES OLIVEIRA, nos termos abaixo: SENTENÇA: Vistos. etc. Tratam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO movida por MARIA AURIVETE DE OLIVEIRA NUNES, em favor de EUCLIDES OLIVEIRA, devidamente qualificado(a) na inicial, objetivando sua nomeação como curador(a) do(a) mesmo(a).No laudo médico de fl. 17, consta que o (a) interditando(a) é portador(a) de deficiência que lhe impede de exercer os atos da vida civil, como reger sua pessoa e negócios. Em audiência realizada na presente data, foi constatada que o(a) interditando(a) é absolutamente incapaz para os atos da vida civil, sendo portador(a) de transtornos metais graves (CID F03) e permanente. Brevemente relatados. Decido. O (A) requerido(a) deve, realmente, ser interditado(a), pois, examinado(a), concluiu-se que é portador(a) de doença que lhe deixa desprovido(a) de capacidade de fato. De fato, na presente audiência, restou constatado que é evidente a incapacidade Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de EUCLIDES OLIVEIRA, brasileiro, viuvo, incapaz, portador do RG nº 748160 PC/MA e do CPF n. 563.548.272-49, nascido aos 11/07/1932,residente e domiciliado à Travessa São José, 31, PDS, Dom

Eliseu/PA, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil, nomeando-lhe curador(a) o(a) requerente MARIA AURIVETE DE OLIVEIRA NUNES qualificado(a) nos autos. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3vezes, com intervalo de 10 dias. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará para os devidos fins. Expeça-se termo de curatela. Intime-se a curadora nomeada para que compareça à secretaria deste Juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, com a finalidade de prestar compromisso (arts. 1.187 e 1.188 do Código Civil). Processo extinto com resolução do mérito na forma do artigo 487, I, do CPC. Cientes os presentes. Ciência ao Órgão Ministerial. Sem custas e honorários. Transitada em julgado, arquive-se. P.R.I. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar a audiência, lavrando-se o respectivo termo, que foi por mim Irapoã de Jesus Mesquita, Auxiliar Judiciário, digitado, e por todos presentes assinados. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu.DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0005666-34.2013.8.14.0107**, em que é requerente: LUIZA DE OLIVEIRA LIMA, e requerido: VICENTE ALVES DE OLIVEIRA, nos termos abaixo: SENTENÇA: Vistos etc. Tratam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO movida por Luiza de Oliveira Lima em favor de Vicente Alves de Oliveira, devidamente qualificado(a) na inicial, objetivando sua nomeação como curador(a) do(a) mesmo(a). Narra a requerente que é filha do Interditando, sendo o mesmo encontra-se atualmente totalmente incapacitado, devido a agravos relacionados à sua audição e locomoção devido à idade avançada (93 anos na data da inicial). Em audiência, foi constatado que o interditando é absolutamente incapaz para os atos da vida civil. O Ministério Público se manifestou à fl. 20-v. Brevemente relatados. Decido. O (A) requerido(a) deve, realmente, ser interditado(a), pois, examinando(a), conclui-se que é portador de doença que o deixa desprovido(a) de capacidade de fato. De fato, na audiência realizada bem como na avaliação clínica, restou constatado que é evidente a incapacidade. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de VICENTE ALVES DE OLIVEIRA, brasileiro, portador do RG. 2557719 PC/GO E CPF. 457.601.791-87, residente e domiciliado na Rodovia BR 222 km 16, Vila Progresso, Dom Eliseu/Pa, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil, nomeando-lhe curador(a) o(a)requerente LUZIA DE OLIVEIRA LIMA, qualificado(a) nos autos. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará para os devidos fins. Expeça-se termo de curatela. Intime-se a curadora nomeada para que compareça à secretaria deste Juízo, no prazo de05 (cinco) dias, com a finalidade de prestar compromisso (arts. 1.187 e 1.188 do Código Civil). Ciência ao Órgão Ministerial. Sem custas e honorários. Após o trânsito em julgado, arquive-se. P.R.I. Dom Eliseu, 03 de agosto de 2016. THIAGO CENDES ESCÓRCIO. Juiz de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0028470-25.2015.8.14.0107**, em que é requerente: ANTÔNIO LOPES DA SILVA, e requerido: ANTÔNIA ALZIRA DE JESUS DA SILVA, nos termos abaixo: SENTENÇA: Vistos etc. Tratam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO movida por Antonio Lopes da SIlva, em favor de Antonia Alzira de Jesus da SIlva, devidamente qualificado(a) na inicial, objetivando sua nomeação como curador(a) do(a)

mesmo(a).No laudo médico de fl. 11, consta que o (a) interditando(a) é portador(a) de deficiência que lhe impede de exercer os atos da vida civil, como reger sua pessoa e negócios. Em audiência realizada na presente data, foi constatada que o(a) interditando(a) é absolutamente incapaz para os atos da vida civil, sendo portador(a) de psicose pós parto, doença mental grave e permanente. Brevemente relatados. Decido. O (A) requerido(a) deve, realmente, ser interditado(a), pois, examinado(a), concluiu-se que é portador(a) de doença que lhe deixa desprovido(a) de capacidade de fato. De fato, na presente audiência, restou constatado que é evidente a incapacidade. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de ANTONIA ALZIRA DE JESUS DA SILVA, brasileira, aposentada, portadora do RG nº 1553509 SSP/PA e CPF 281.293.342-91, filha de Alzira Francisca de Jesus e de Pedro Jose Nascimento, residente na Rua Manoel Augusto Miguel, nº 160, Vila Bela Vista, Itinga do Pará/PA, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil, nomeando-lhe curador(a) o(a) requerente ANTONIO LOPES DASILVA, qualificado(a) nos autos. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3vezes, com intervalo de 10 dias. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará para os devidos fins. Expeça-se termo de curatela. Intime-se a curadora nomeada para que compareça à secretaria deste Juízo, no prazo de 05 (cinco)dias, com a finalidade de prestar compromisso (arts. 1.187 e 1.188 do Código Civil).Processo extinto com resolução do mérito na forma do artigo 487, I, do CPC. Cientes os presentes. Ciência ao Órgão Ministerial. Sem custas e honorários. Transitada em julgado, arquive-se. P.R.I. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar a audiência, lavrando-se o respectivo termo, que foi por mim Uliana Salazar Costa Silva Barros, Analista Judiciária, digitado, e por todos presentes assinados.THIAGO CENDES ESCÓRCIO. Juiz de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0009688-33.2016.8.14.0107**, em que é requerente: MARIA CILDA ALVES FERNANDES, e requerido: ANTÔNIO JOSÉ ALVES FERNANDES, nos termos abaixo: SENTENÇA. Processo n.: 0009688-33.2016.8.14.0107 (Interdição).Vistos etc. Tratam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO movida por Maria Cilda Alves Fernandes, em favor de seu irmão Antônio Jose Alves Fernandes, devidamente qualificado(a) na inicial, objetivando sua nomeação como curador(a) do(a) mesmo(a).Narra a requerente que é irmã do Interditando, sendo que o mesmo encontra-se atualmente totalmente incapacitado, em decorrência de uma acidente de trânsito sofrido em 14/09/2015,que acarretou com a incapacidade mental para vida civil de forma permanente, conforme laudo de fls. 24/26.Em audiência, foi constatado que o(a) interditando(a) é absolutamente incapaz para os atos da vida civil. O Ministério Público se manifestou à fl. 37.Brevemente relatados. Decido. O (A) requerido(a) deve, realmente, ser interditado(a), pois, examinado(a), concluiu-se que é portador(a) de doença que lhe deixa desprovido(a) de capacidade de fato. De fato, na audiência realizada bem como na avaliação clinica, restou constatado que é evidente a incapacidade. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de ANTONIO JOSE ALVES FERNANDES, brasileiro, portador do RG n.º 6025342/PC-PA e do CPF n.º 765.883.602-91, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, n 281, Planalto, Dom Eliseu/PA, declarando-o(a)absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II,do Código Civil, nomeando-lhe curador(a) o(a) requerente MARIA CILDA ALVESFERNANDES, qualificado(a) nos autos. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará para os devidos fins. Expeça-se termo de curatela. Intime-se a curadora nomeada para que compareça à secretaria deste Juízo, no prazo de 05(cinco) dias, com a finalidade de prestar compromisso (arts. 1.187 e 1.188 do Código Civil).Ciência ao Órgão Ministerial. Sem custas e honorários. Após o transito em julgado, arquive-se. P.R.I. Dom Eliseu/PA, 31 de julho de 2017.THIAGO CENDES ESCÓRCIO. Juiz de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0009410-95.2017.8.14.0107**, em que é requerente: AUDINA DA CONCEIÇÃO BESSA, e requerido: VANESSA DA CONCEIÇÃO BESSA SILVA, nos termos abaixo: SENTENÇA: Vistos etc. Tratam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO movida por Audina da Conceição bessa em favor de sua filha Vanessa da Conceição Bessa Silva, devidamente qualificado(a) na inicial, objetivando sua nomeação como curador(a) do(a) mesmo(a).Narra a requerente que é mãe da Interditanda, sendo que a mesma encontra-se atualmente totalmente incapacitada, pois apresenta transtorno mental (CID G-93-4 + F-79), conforme laudo juntado nos autos (fl. 10).Em audiência, foi constatado que o(a) interditando(a) é absolutamente incapaz para os atos da vida civil. O Ministério Público se manifestou pela procedência do pedido nesta audiência. Brevemente relatados. Decido. O(A) requerido(a) deve, realmente, ser interditado(a), pois, examinado(a), concluiu-se que éportador(a) de doença que lhe deixa desprovido(a) de capacidade de fato. De fato, na audiência realizada restou constatado que é evidente a incapacidade, não conseguido sequer se estabelecer qualquer diálogo com o interditando. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de VANESSA DA CONCEIÇÃO BESSASILVA, brasileira, solteira, filha de AUDINA DA CONCEIÇÃO BESSA e MANOELPEDRO BESSA SILVA, portadora do RG 045640892012-0 SSP/MA, residente edomiciliada na Rua Afonso Pena, nº 683, Jardim América, Dom Eliseu/PA, declarando-o(a)absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II,do Código Civil, nomeando-lhe curador(a) o(a) requerente AUDINA DA CONCEIÇÃOBESSA, qualificado(a) nos autos. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará para os devidos fins. Expeça-se termo de curatela. Fica intimado o curador nomeada para que compareça à secretaria deste Juízo, no prazo de05 (cinco) dias, com a finalidade de prestar compromisso (arts. 1.187 e 1.188 do CódigoCivil). Cientes os presentes Sem custas e honorários. Após o transito em julgado, arquive-se. P.R.I. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar a audiência, lavrando-se o respectivo termo, que foi por mim Irapoã Mesquita, Auxiliar de Gabinete, digitado, e por todos presentes assinado. THIAGO CENDES ESCÓRCIO Juiz de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0006431-63.2017.8.14.0107**, em que é requerente: EDNA MARIA COSTA SOUSA, e requerido: ANA PAULA ARAÚJO COSTA, nos termos abaixo: SENTENÇA: Vistos etc. Tratam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO movida por Edna Maria Costa Sousa em favor de sua irmã Ana Paula Araújo Costa, devidamente qualificado(a) na inicial, objetivando sua nomeação como curador(a) do(a) mesmo(a).Narra a requerente que é irmã da Interditando, sendo que o mesmo encontra-se atualmente totalmente incapacitada, pois apresenta transtorno mental (CID F 70.8), conforme laudo juntado nos autos (fl. 08).Em audiência, foi constatado que o(a) interditando(a) é absolutamente incapaz para os atos da vida civil. O Ministério Público se manifestou pela procedência do pedido nesta audiência. Brevemente relatados. Decido. O(A) requerido(a) deve, realmente, ser interditado(a), pois, examinado(a), concluiu-se que é portador(a) de doença que lhe deixa desprovido(a) de capacidade de fato. De fato, na audiência realizada restou constatado que é evidente a incapacidade, não conseguido sequer se estabelecer qualquer diálogo com o interditando. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de ANA PAULA ARAUJO COSTA, brasileira, solteira, filha de Nemezio Gomes Costa e Terezinha Araujo Costa, portadora do RG 5557406 SSP/PA, residente e domiciliada na Rua 1º de maio, 122, casa 07, Vila Ligação, Dom Eliseu/PA, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil, nomeando-lhe curador(a) o(a)requerente EDNA MARIA ARAUJO COSTA, qualificado(a) nos autos. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará para os devidos fins. Expeça-se termo de curatela. Fica intimado o curador nomeada para que compareça à secretaria deste Juízo, no prazo de05 (cinco) dias, com a finalidade de prestar compromisso (arts. 1.187 e 1.188 do Código Civil). Cientes os presentes; Sem custas e honorários. Após o trânsito em julgado,

arquive-se. P.R.I. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar a audiência, lavrando-se o respectivo termo, que foi por mim Irapoã Mesquita, Auxiliar de Gabinete, digitado, e por todos presentes assinado. THIAGO CENDES ESCÓRCIO. Juiz de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0008373-96.2018.8.14.0107**, em que é requerente: MARLI BATISTA SANTANA, e requerido: CAROLANDO SANTANA ROCHA, nos termos abaixo: SENTENÇA: Vistos etc. Tratam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO movida por MARLI BATISTA SANTANA em favor de seu filho CAROLANDO SANTANA ROCHA, devidamente qualificados na inicial, objetivando sua nomeação como curadora do mesmo. Narra a requerente que é mãe do Interditando, sendo que o mesmo encontra-se atualmente totalmente incapacitado, pois apresenta doença (CID 10 F.71.8), conforme laudo junta donos autos (fl. 12).Em audiência, foi constatado que o interditando é absolutamente incapaz para os atos da vida civil. O Ministério Público se manifestou pela procedência do pedido nesta audiência. Brevemente relatados. Decido. O requerido deve, realmente, ser interditado, pois, examinado, concluiu-se que é portador de doença que lhe deixa desprovido de capacidade de fato. De fato, na audiência realizada restou constatado que é evidente a incapacidade do interditando. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de CAROLANDO SANTANA ROCHA, brasileiro, filho de CLAUDIVAN ALVES ROCHA e MARLI BATISTA SANTANA, portador do RG 7513069 SSP/PA, residente e domiciliado na Vila Concrém II, Dom Eliseu/PA, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil, nomeando-lhe curadora a requerente MARLI BATISTA SANTANA, qualificada nos autos. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará para os devidos fins. Expeça-se termo de curatela. Fica intimada a curadora nomeada para que compareça à secretaria deste Juízo, no prazo de05 (cinco) dias, com a finalidade de prestar compromisso (arts. 1.187 e 1.188 do Código Civil). Cientes os presentes Sem custas e honorários. Após o transito em julgado, arquive-se. P.R.I. Nada mais havendo, mandou a MMa. Juíza encerrar a audiência, lavrando-se o respectivo termo, que foi por mim Irapoã Mesquita, Auxiliar de Gabinete, digitado, e por todos presentes assinado. CÉLIA GADOTTI. Juíza de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº **0006538-73.2018.8.14.0107**, em que é requerente: MARIA MADALENA CARNEIRO NEVES, e requerido: FRANCISCO CARNEIRO NEVES, nos termos abaixo: SENTENÇA: Vistos etc. Tratam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO movida por Maria Madalena Carneiro Neves em face de seu irmão Francisco Carneiro Neves, devidamente qualificados na inicial, objetivando sua nomeação como curadora do mesmo. Narra a requerente que é irmã do Interditando, sendo que o mesmo encontra-se atualmente totalmente incapacitado, pois apresenta (CID 10 B 91), conforme laudo juntado nos autos(fl. 12).Em audiência, foi constatado que o Interditando é absolutamente incapaz para os atos da vida civil. O Ministério Público se manifestou pela procedência do pedido nesta audiência. Brevemente relatados. Decido. O requerido deve, realmente, ser interditado, pois, examinado, concluiu-se que é portador de doença que lhe deixa desprovida de capacidade de fato. De fato, na audiência realizada restou constatado que é evidente a incapacidade. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de FRANCISCO CARNEIRO NEVES, brasileiro, filho de GENÉSIO OLIVEIRA NEVES e TERCILIA NUNES CARNEIRONEVES, portador do RG 5482622 SSP/PA, residente e domiciliado na Av. Bernardo Sayão, nº 591, Bairro Bela Vista, Itinga do Pará, Dom Eliseu/PA, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil, nomeando-lhe curadora a requerente MARIA MADALENA CARNEIRO NEVES, qualificada nos autos. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do

Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará para os devidos fins. Expeça-se termo de curatela e de compromisso. Cientes os presentes. Sem custas e honorários. Após o transito em julgado, arquive-se. P.R.I. Nada mais havendo, mandou a MMa. Juíza encerrar a audiência, lavrando-se o respectivo termo, que foi por mim Irapoã Mesquita, Auxiliar de Gabinete, digitado, e por todos presentes assinado. CÉLIA GADOTTI. Juíza de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº 0108479-71.2015.8.14.0107, em que é requerente: ODILIA DE OLIVEIRA DA SILVA, e requerido: DIVACY OLIVEIRA DA SILVA, nos termos abaixo: SENTENÇA. ODILIA DE OLIVEIRA DA SILVA, qualificada nos autos, propôs Ação de Curatela e Interdição em face de seu irmão DIVACY OLIVEIRA DA SILVA, aduzindo que o mesmo se encontra impossibilitado de exercer suas atividades laborativas e suas responsabilidades civis e de cidadania.2. Informa que é irmã do interditando e sempre cuidou do mesmo, fornecendo auxilio material e moral, requerendo sua curatela.3. Juntou documentos (f. 05/09).4. Há parecer Ministerial favorável (f. 14/17).5. É o relato necessário.6. DECIDO.7. A requerente, por ser irmã do interditando, está legitimada a pleitear a interdição, nos termos do disposto no art. 1768, inciso II c/c art. 1775, §1º, ambos do CódigoCivil.8. A requerente apresentou laudo médico do Hospital Municipal de Dom Eliseu, onde foi atestado que o interditando é portador de retardo mental leve e que não apresenta condições de exercer atividades que envolvam raciocínio de média complexidade.9. As provas dos autos são contundentes no sentido da incapacidade absoluta do interditando para a prática dos atos da vida civil à luz do art. 3º, II do Código Civil, nos moldes do art. 1.767, inciso I do referido novel.10. De fato, o laudo médico concluiu que o interditando está incapacitado de exercer atividades que envolvam raciocínio de média complexidade, sendo, portanto, esta incapaz de gerir e administrar seus bens permanentemente.11. Assim, não há empecilho a nomeação da requerente como curadora do interditando, ademais, diante da gradação legal prevista no art. 1.768 do Código Civil, vê-se perfeitamente cabível o deferimento da medida pleiteada.12. Ante o exposto, considerando as provas documentais carreadas, e em consonância com o requerimento e parecer ministerial, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, por consequência: a) DECRETO a interdição de DIVACY OLIVEIRA DA SILVA e NOMEIO ODILIADE OLIVEIRA DA SIVA, já devidamente qualificada, como sua curadora, passando esta, a partir da publicação desta sentença, a responder pela prática dos atos da vida civil da curatelada. b) EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art.269, I, do CPC. c) Ressalto que a curatela aqui determinada é ampla, abrangendo todos os atos da vida civil da curatelada.13. Intime-se a curadora, para que, em 05 (cinco) dias, venha tomar compromisso (CPC, art. 1187), apresentando, na oportunidade, declaração de bens do interditado ou declaração de inexistência desses. Nessa ocasião deverá ser cientificada de suas obrigações de cuidado e zelo com a curatelada, notadamente as constantes do art. 1.740, do Código Civil, e por seus bens e direitos, nos termos dos art. 1.741, 1.747 e 1748, todos do mesmo Diploma legal, bem como das proibições constantes do art. 1.749 do Código Civil.15. Ressalte-se, também, a necessidade desta tomar ciência da necessidade de prestação de contas ao Juízo, nos termos do art. 1.775 e seguintes do Código Civil de 2002, no caso de existência de bens.16. Caso não haja bens em nome da curatelada, considerando as peculiaridades do caso, fica a nova curadora desde já dispensada da prestação de caução (CPC, art.1.190).17. Oficie-se ao Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca onde foi efetuado o registro da curatelada, acostando-se cópia desta decisão, para fins de inscrição da interdição nos livros próprios.18. Comunique-se esta decisão ao Cartório Eleitoral desta Comarca, para os fins do art. 15, inciso II, da Constituição Federal de 1988.19. Publique-se no órgão oficial por três vezes, com intervalo de dez dias, constando do edital os nomes da interdita e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela. 20. Sem custas, ante o deferimento da gratuidade processual. 21. Publique-se. 22. Registre-se. 23. Intimem-se. 24. Transitada em julgado, arquivem-se.

Dom Eliseu, 15 de fevereiro de 2016. ELAINE NEVES DE OLIVEIRA. Juíza de Direito ¿ Vara Única da Comarca de Ulianópolis Respondendo pela Comarca de Dom Eliseu. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA. O Exmo. Senhor Doutor DIOGO BONFIM FERNANDEZ, MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, na forma da lei, etc. FAZ SABER a todos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que foi proferida Sentença na ação de Interdição, nº 0125478-02.2015.8.14.0107, em que é requerente: ANTONIO SUTERIO NETO, e requerido: DORISVALDO CONCEIÇÃO SUTERIO, nos termos abaixo: SENTENÇA: Vistos etc. Tratam os autos de AÇÃO DE INTERDIÇÃO movida por Antonio Suterio Neto em favor de Dorisvaldo Conceição Suterio, devidamente qualificado(a) na inicial, objetivando sua nomeação como curador(a) do(a) mesmo(a). No laudo médico de fl. 11-V, consta que o (a) interditando(a) é portador de deficiência que lhe impede de exercer os atos da vida civil, como reger sua pessoa e negócios. Em audiência realizada na presente data, foi constatada que o interditando é absolutamente incapaz para os atos da vida civil, sendo portador de transtornos mentais graves (CID 10 F 20.0 + F. 19.5) permanente. Brevemente relatados. Decido. O(A) requerido(a) deve, realmente, ser interditado(a), pois, examinado(a), concluiu-se que é portador(a) de doença que lhe deixa desprovido(a) de capacidade de fato. De fato, na audiência realizada restou constatado que é evidente a incapacidade. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de DORISVALDO CONCEIÇÃO SUTERIO, brasileiro, solteiro, incapaz, portador do RG. 7853194 PC/PA, filho de Antônio Suterio Neto e Francisca Conceição Suterio, residente na Rua Bernardo Sayão, n° 142, Vila Ligação, Itinga/PA, declarando-o(a) absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do art. 3º, II, do Código Civil, nomeando-lhe curador(a) o(a)requerente ANTÔNIO SUTERIO NETO, qualificado(a) nos autos. Em obediência ao disposto no art. 1.184, do Código de Processo Civil e no art. 9°, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, 3 vezes, com intervalo de 10 dias. Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Pará para os devidos fins. Expeça-se termo de curatela. Intime-se a curadora nomeada para que compareça à secretaria deste Juízo, no prazo de05 (cinco) dias, com a finalidade de prestar compromisso (arts. 1.187 e 1.188 do Código Civil). Cientes os presentes. Ciência ao Órgão Ministerial. Sem custas e honorários. Transitada em julgado, arquive-se. P.R.I. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar a audiência, lavrando-se o respectivo termo, que foi por mim Uliana Salazar Costa Silva Barros, Analista Judiciária, digitado, e por todos presentes assinado. THIAGO CENDES ESCÓRCIO. Juiz de Direito. O presente edital será publicado nas dependências deste Fórum, em local de costume, e-DJe/PA. DADO E PASSADO nesta cidade e Comarca de Dom Eliseu, Estado do Pará, 31 de maio de 2019. Eu, Ana Campista, Auxiliar Judiciário, digitei e o MM Juiz de Direito subscreveu. DIOGO BONFIM FERNANDEZ. JUIZ DE DIREITO

COMARCA DE PACAJÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PACAJÁ

RESENHA: 24/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE PACAJA - VARA: VARA UNICA DE PACAJA PROCESSO: 00003416620118140069 PROCESSO ANTIGO: 201120001320 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCIEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 24/06/2019 REU:ANTONIO MACHADO DAS NEVES Representante(s): OAB 11597-A - JOSE DE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 4964 - VALDEMAR DE BRITO (ADVOGADO) VITIMA:C. P. B. . EDITAL DE INTIMAÇÃO PARA TRIBUNAL DO JÚRI. O Excelentíssimo Senhor ESDRAS MURTA BISPO, MM. Juiz de Direito Substituto respondendo pela Comarca de Pacajá, no uso de suas atribuições legais, etc. FAZ SABER a quem o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, pelo(a) MM. Juiz de Direito desta Comarca, foi proferido decisão no processo nº 0000341-66.2011.8.14.0069, e como o(s) réu(s) ANTONIO MACHADO DAS NEVES, vulgo ANTONIO SERGIPANO, brasileiro, casado, agricultor, residente na Ladeira da Velha, neste Município, não foi/foram encontrado(s) pessoalmente, fica o mesmo por meio do presente EDITAL, devidamente INTIMADO para comparecer perante este Juízo no dia 13/08/2019 às 09 horas, devidamente acompanhado de advogado, para ser submetido a julgamento pelo Júri Popular da Comarca de Pacajá. E, para que chegue ao conhecimento de todos e não possam de futuro alegar ignorância, mandou-se expedir o presente EDITAL que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico para os devidos fins. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Pacajá, Estado do Pará, aos 24 de junho de 2019. Eu, _____(Lucimar de Souza Lima), Auxiliar de Secretaria, o digitei, subscrevi. FRANCIEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA Diretor de Secretaria da Vara Única de Pacajá Mat. 18040/TJPA Assino nos termos do Provimento n° 006/2009-CJCI. PROCESSO: 00012911720078140069 PROCESSO ANTIGO: 200710008415 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERIDO:BANCO GE Representante(s): OAB 327026 - CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA ZELIA SANTOS ARAUJO Representante(s): JOSE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJÁ JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo: 00012911720078140069 DECISÃO Desarquivem-se os autos, procedendo-se às anotações requeridas à fl. 109. Após, intime-se o peticionante, para requerer o que entender de direito. Pacajá/PA, 18 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito respondendo pela Comarca de Pacajá Agenor Cássio de Andrade Correia Decisão Juiz de Direito Pág. de 1 Despacho Pág. de 1 PROCESSO: 00013177320118140069 PROCESSO ANTIGO: 201110008865 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS REQUERENTE:HELEN CRISTINA SILVA OLIVEIRA Representante(s): OAB 15739-A - BENTO BARBOSA DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00013177320118140069 Autor (a): HELEN CRISTINA SILVA OLIVEIRA Ré(u): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS SENTENÇA 1. RELATÓRIO: Trata-se de AÇÃO DE PENSÃO POR MORTE DE TRABALHADOR RURAL ajuizada por HELEN CRISTINA SILVA OLIVEIRA em face de INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. A parte requerente instrui a inicial com documentos de fls. 08/20. Em decisão de fl. 107, foi determinada a regularização do polo passivo com a inclusão de dependente do de cujus. O prazo assinalado transcorreu in albis. Vieram os autos conclusos. Decido. 2. FUNDAMENTAÇÃO: 2.1. DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA. A parte autora pleiteia os benefícios da gratuidade da Justiça. Com efeito, o art. 99, § 3º., do CPC/15 dispõe que "presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural". Nesse passo, só cabe ao juiz indeferir o pleito "se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos" (art. 99, § 2º, CPC/15). Inexistindo nos autos qualquer elemento contrário ao pedido de Justiça gratuita, defiro-o nos termos dos arts. 98 e seguintes do CPC/15. 2.2. DO MÉRITO. Da análise dos autos, verifica-se que a parte autora, devidamente intimada para regular o polo passivo da demanda, quedou-se inerte. Consabido, a legitimidade ad causam é pressuposto subjetivo de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo. Nesse passo,

determinado prazo à parte requerente, a fim de que proceda à correção do polo passivo, e não havendo atendido à determinação, a medida que se impõe é a extinção do feito, nos moldes do que prescreve o art. 485, IV, CPC/15. Esse é o caso que se afigura. 3. DISPOSITIVO: Tendo em vista que a parte autora deixou transcorrer in albis o prazo determinado para regularizar o polo passivo, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 485, IV, CPC/15. Após, não havendo mais pendências, arquivem-se os autos. Servirá a presente, por cópia digitada, como mandado/ofício/carta precatória, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 19 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00032483320198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCIMAR DE SOUZA LIMA Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 24/06/2019 FLAGRANTEADO:CLAUDIO IVAN MOREIRA DE SOUSA. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ ATO ORDINATÓRIO - C.C TERMO DE VISTA Inquérito: (Art. 306 e 309 da Lei nº.9.503/1997 do CTB) Indiciado: Claudio Ivan Moreira de Sousa Ante o que dispõe o art. 93, inciso XIV da CF/88, art. 1º da Emenda Constitucional nº 45/2004, Provimento nº 006/2009-CJCI e Portaria nº.004/2019-GJ, de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, faço estes autos com VISTA ao Representante do MINISTÉRIO PÚBLICO desta Comarca, para os devidos fins. Pacajá-Pa, 24 de junho de 2019. Lucimar de Souza Lima Auxiliar de Secretaria da Vara Única de Pacajá Mat. 88801314-TJPA PROCESSO: 00034276920168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 24/06/2019 REQUERENTE:ROBERTO ROCHA TEIXEIRA Representante(s): OAB 11597-A - JOSE DE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MARITIMA SEGUROS SA Representante(s): OAB 23289 - FRANCISCO DE ASSIS LELIS (ADVOGADO) OAB 20397 - MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (ADVOGADO) OAB 20741 - CASSIA PRISCILA FERREIRA DE MELLO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DE DIREITO VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00034276920168140069 S E N T E N Ç A Vistos os autos. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38 da Lei nº 9.099/95. DA PRELIMINAR Inicialmente, verifico que a requerida, em sede de contestação, suscitou como preliminar a fala de interesse de agir por parte do autor, eis que eis que não se recusara a proceder ao pagamento na esfera administrativa. A preliminar não merece acolhimento. Com efeito, a regra no ordenamento jurídico brasileiro - quer à luz da própria Constituição Federal,1 quer tendo em conta a legislação ordinária2 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal - é de que inexiste a obrigação de prévio exaurimento da via administrativa como condição de acesso ao Judiciário. Ademais, a requerida contestou o feito, havendo resistência portanto, razão pela qual subsiste o interesse processual no prosseguimento do processo. Firme nessas razões, REJEITO a preliminar. Verifico que a relação mantida entre a requerente e o requerido é tipicamente de consumo. O artigo 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor prevê que haverá inversão do ônus da prova, a critério do juiz, quando houver verossimilhança da alegação e hipossuficiência da parte consumidora. MÉRITO Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, superada a questão preliminar, não havendo irregularidades a serem sanadas, passo ao exame do mérito. Antes, porém, imperioso apreciar questão prejudicial de mérito suscitada pela ré, a saber, a prescrição da pretensão autoral. Sustenta a demandada que a pretensão do autor teria sido fulminada pelo fenômeno da prescrição ânua, prevista no art. 206, § 1º, alínea "b" do Código Civil. A prescrição, ao lado da decadência, é fenômeno que regula os inexoráveis efeitos do passar do tempo sobre as relações jurídicas. Por intermédio desses institutos, pune-se a negligência daquele que deixa fluir determinado prazo inerte, ao passo que também militam em favor da segurança jurídica, da paz social e da estabilidade das relações.3-4. A prescrição atinge a pretensão; a decadência, o próprio direito. A par dessas premissas, no caso específico da prescrição, urge definir o marco inicial de contagem do prazo prescricional, a actio nata, ou seja, o termo a inicial para contagem do prazo prescricional. As discussões doutrinárias ficaram centradas na possibilidade de se admitir um elemento subjetivo na definição desse marco ou se o parâmetro deveria ser puramente objetivo. Discorrendo sobre o tema, CLAUDIA GAMA GONDIM informa que No final da década de 80, mais de vinte anos antes da vigência do Código Civil de 2002, LEAL[9], entendendo ser a prescrição um castigo à negligência, já afirmava não ser racional admitir que a contagem do lapso prescricional se iniciasse sem a ciência (inequívoca) do titular do direito violado. Em outras palavras, não haveria prescrição sem negligência, nem negligência sem conhecimento da violação, pois, para que se pudesse considerar o comportamento desidioso, a inércia do titular teria que ser consciente. Em 1991, o Código de Defesa do Consumidor (CDC) reconheceu o caráter subjetivo da prescrição, como se pode inferir de seu artigo 27[10], segundo o qual, havendo acidente de consumo, o prazo prescricional de cinco anos tem início com o conhecimento do dano e de sua autoria, senão confira-

se: "Art. 27. Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria". Surge, assim, um novo dimensionamento da prescrição, valorizando a questão da informação e a boa-fé objetiva.5 Em contratos de seguro, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça tem caminhado no sentido de adotar como parâmetro para a deflagração do prazo prescricional a ciência inequívoca do segurado quanto à negativa de reembolso por parte do segurador. DIREITO SANITÁRIO CONSUMERISTA. PRESCRIÇÃO. SÚMULA. N. 83 DO STJ. DATA DA CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA NEGATIVA DE REEMBOLSO. TERMO A QUO DO PRAZO PRESCRICIONAL. SÚMULA N. 7 DO STJ. DANOS MORAIS. SÚMULA N. 5 E 7 DO STJ. ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. VIOLAÇÃO DO ART. 21, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. NÃO IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA N. 182 DO STJ. 1. Afasta-se a alegada violação do art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, integrado pelo julgado proferido nos embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais. 2. Incide o prazo prescricional de um ano do art. 206, § 1º, II, do Código Civil na hipótese de pretensão a reembolso de despesas médicas em razão de contrato de seguro de saúde. 3. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula n. 83 do STJ). 4. Afastar o entendimento do Tribunal a quo acerca da data em que se deu a ciência inequívoca da negativa de reembolso das despesas médicas (termo inicial do prazo prescricional) demanda o necessário reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial, nos termos da Súmula n. 7 do STJ. 5. A alteração das conclusões da Corte de origem acerca da legalidade da negativa de reembolso integral das despesas médicas e, por conseguinte, do não cabimento de indenização por danos morais, encontra óbice nas Súmulas n. 5 e 7 do STJ. 6. Aplica-se a Súmula n. 7 do STJ se o acolhimento da tese defendida no recurso especial reclamar a análise dos elementos probatórios produzidos ao longo da demanda. 7. "A simples interpretação de cláusulas contratuais não enseja recurso especial" (Súmula n. 5 do STJ). 8. "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada" (Súmula n. 182 do STJ). 9. Agravo regimental parcialmente conhecido e desprovido. (AGRG NO ARESP 174.616/SP, REL. MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, JULGADO EM 01/12/2015, DJE 04/12/2015). Grifamos A inteligência da Súmula 278 daquela Corte também permite a mesma conclusão: O termo inicial do prazo prescricional, na ação de indenização, é a data em que o segurado teve ciência inequívoca da incapacidade laboral. Grifos acrescidos. No caso presente, tenho que a ré não logrou comprovar o quanto alega acerca da prescrição. É que, para demonstrar a ocorrência do fenômeno por ele alegado em sede de contestação, limitou-se a juntar aos autos comunicação dirigida ao segurado especificando as condições para realização de reembolso. Tal comunicação, como se nota, não pode ser tomada como hábil a demonstrar a ciência inequívoca do requerente sobre a negativa, constituindo-se, em verdade, apenas uma etapa do procedimento para reembolso. Sendo assim, à míngua de evento apto a ser tomado como termo a quo da prescrição, a data da citação deve ser considerada para tal fim. Firme nessas razões, REJEITO a prejudicial suscitada. Passo ao exame do mérito propriamente dito. O caso em exame há de ser apreciado à luz das normas contidas no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor. Convém salientar, desde já, que a situação retratada nos autos possui nítida feição consumerista, eis que requerente e requerida se encaixam, respectivamente, nos conceitos estampados nos arts. 2º e 3º do CDC. Apresentam-se como fatos incontroversos: a)existência de contrato de seguro entre autor e ré; b)regularidade do pagamento do prêmio por parte do autor; c)ocorrência de sinistro coberto pela avença; d)autorização da requerida para realização dos reparos; e)despesas de reparo do veículo pagas pelo requerente (depoimento testemunhal de fl. 313; f)o quantum desembolsado pelo autor; e g)ciência da parte ré quanto à prestação dos serviços por parte da oficina contratada (fls. 183/185). A controvérsia, pois, cinge-se em perquirir: a)se há dever de a seguradora ré ressarcir as despesas custeadas pelo autor; e b)se a situação descrita nos autos foi capaz de gerar dano moral ao autor. Com razão o autor. O ordenamento jurídico brasileiro se apresenta infenso ao enriquecimento sem causa. Prova disso é a disposição contida no art. 864 do Código Civil, segundo a qual Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, feita a atualização dos valores monetários. O requerente logrou comprovar, por meio de prova testemunhal, que desembolsou os valores necessários ao reparo do veículo segurado. Por outro lado, os demais elementos constantes dos autos, muitos dos quais trazidos pela própria ré, denotam que a companhia seguradora não somente autorizou a realização dos reparos como manteve contato diretamente com o prestador de serviços (185/186). A alegação da ré, de que não realizara o reembolso em razão de o segurado não ter apresentado nota fiscal dos serviços, não é argumento bastante para justificar a negativa de reembolso a que se obrigara contratualmente. Tendo ela aquiescido com o reparo, participado, ainda que

indiretamente, da escolha do prestador de serviços, não é razoável que, após a conclusão dos trabalhos, se utilize de expedientes formais (exigência de nota fiscal), a fim de se eximir do pagamento. Chancelar referido comportamento redundaria em nítida afronta ao princípio do "non venire contra fatum proprium". Gize-se que a verificação de atendimento, por parte da oficina contratada, dos requisitos internos da companhia para realização de pagamento pelos serviços prestados, é tarefa do fornecedor, afigurando-se ilegítima e desproporcional a transferência de tal ônus ao consumidor. Ressalte-se que as relações contratuais, no Brasil, hão de ser travadas sob o pálio do princípio da boa-fé objetiva,6 em sua função integrativa, a exigir dos contratantes, tanto nas negociações preliminares, quanto no desenrolar da avença e na fase pós-contratual, o respeito aos deveres de proteção e cooperação com os interesses da outra parte - deveres anexos ou laterais -, o que propicia a realização positiva do fim contratual, na tutela aos bens e à pessoa da outra parte, estendendo-se às fases pré e pós-contratual.7 O agir da parte requerida foi de encontro aos deveres de cooperação/lealdade, que defluem da boa-fé objetiva, e impõem às partes a abstenção sobre qualquer conduta capaz de falsear o objetivo do negócio ou desequilibrar o jogo das prestações por elas consignado. Agir com deslealdade implica atingir a dignidade do outro contratante. Será lesiva ao dever de lealdade qualquer conduta que comprometa a utilidade procurada no contrato, o programa econômico que constitui a prestação.8 Referido princípio tem norteado a jurisprudência do STJ, conforme se pode notar do seguinte julgado: REsp1655139/DFRECURSOESPECIAL 2015/0093630-4 DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INEXISTÊNCIA. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. FUNÇÃO INTEGRATIVA DA BOA-FÉ OBJETIVA. VIOLAÇÃO DOS DEVERES DE INFORMAÇÃO E LEALDADE. INADIMPLEMENTO. EXCEÇÃO DO CONTRATO NÃO CUMPRIDO. CLÁUSULA PENAL. REDUÇÃO EQUITATIVA. DANO MORAL. NÃO CONFIGURADO. 1. Ação de indenização por danos materiais e compensação por dano moral ajuizada em 11/12/2007, de que foi extraído este recurso especial, interposto em 14/04/2014 e atribuído ao gabinete em 02/09/2016. 2. O propósito recursal é dizer sobre: (i) a negativa de prestação jurisdicional; (ii) o inadimplemento contratual das recorridas; (iii) a fixação da cláusula penal; (iv) o dano moral. 3. Ausente erro material, omissão ou contradição no acórdão recorrido, não há falar em violação do art. 535, I e II, do CPC/73. 4. A relação obrigacional não se exaure na vontade expressamente manifestada pelas partes, porque, implicitamente, estão elas sujeitas ao cumprimento de outros deveres de conduta, que independem de suas vontades e que decorrem da função integrativa da boa-fé objetiva. 5. Se à liberdade contratual, integrada pela boa-fé objetiva, acrescentam-se ao contrato deveres anexos, que condicionam a atuação dos contratantes, a inobservância desses deveres pode implicar o inadimplemento contratual. 6. Se as recorridas, por sua culpa, não cumpriram a obrigação, não podem exigir o implemento da obrigação dos recorrentes, daí porque se configura, em favor destes, a exceção do contrato não cumprido. 7. A jurisprudência do STJ orienta que não há uma relação de proporcionalidade matemática exata entre o grau de inexecução da prestação e o de redução do valor da cláusula penal. 8. Recurso especial conhecido e parcialmente provido. Grifei. Portanto, o dever de indenizar se apresenta estreme de dúvidas. Também amparado na vedação ao enriquecimento sem causa, do montante indenizável devido pela parte ré à parte autora há de se subtrair o valor pactuado a título de franquia, consoante demonstrado em contestação. No que toca aos danos morais, tenho que também assista razão ao autor. O dano moral é entendido como injusta ofensa aos direitos da personalidade, capaz de causar constrangimento, dor ou sofrimento moral, abalando o conceito ou a dignidade da pessoa (Código Civil, arts. 11 a 20). Para fins de indenização (Constituição Federal, art. 5º, inciso X; CDC, art. 6º, inciso VI), imperioso perquirir acerca da ocorrência do fato lesivo, do resultado danoso e da existência de nexo causal entre a ação ilícita e o dano. É certo que a demonstração concreta do dano moral, por sua natureza imaterial, segundo pacífica jurisprudência, é desnecessária, sendo suficiente, para justificar direito à compensação, a prova do fato apto a causar o sofrimento do ofendido e de sua ilicitude. Na hipótese em tela, conforme narrativa trazida na exordial e não refutada pela ré, o autor viu-se privado de seu veículo, bem essencial, por certo lapso temporal, dado que inegavelmente possui o condão de lhe impingir sofrimento, mormente tendo em conta as peculiaridades da região onde reside, desassistida por transporte público, com dificílimas condições de deslocamento. Nesse sentido, outro dado relevante diz respeito à quantia desembolsada pelo requerente para pagar os serviços prestados e ter acesso ao seu automóvel novamente. Inegável que, para a média da população brasileira, a quantia de R$ 16.035,18 se apresenta bastante significativa, para cujo dispêndio são exigidos sacrifícios igualmente relevantes. Tenho, portanto, como preenchidos os pressupostos do dever de indenizar, eis que a requerida praticou ato ilícito que extrapolou os limites da mera inexecução contratual, conduta da qual resultou violação dos direitos da personalidade do autor. No que se refere aos critérios para fixação do "quantum" indenizatório, orientam a doutrina e a jurisprudência de nossos tribunais que se deve levar em consideração: a capacidade econômica do ofensor, a condição pessoal do ofendido, a natureza e a

extensão do dano e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. No caso dos autos, a ofensora é instituição de grande porte, como é público e notório. A condição pessoal do ofendido apontada nos autos restringe-se ao fato de ser agricultor, sem maiores elementos para aferir sua condição financeira. Ausentes maiores reflexos da conduta, por indemonstrados, tenho por razoável a fixação da compensação no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Vai, pois, nesses termos fixada a indenização, a ser corrigida até a data do adimplemento, pelo índice do INPC, somada a juros de 1% ao mês, contados, respectivamente, do ajuizamento da ação e da citação. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES OS PEDIDOS contidos na inicial, resolvendo o mérito, com base no art. 487, I, do CPC, para o fim de CONDENAR a ré, MARÍTIMA SEGUROS, a a)PAGAR ao autor, a título de danos materiais, a quantia de 11.346,29 (onze mil trezentos e quarenta e seis reais e vinte e nove centavos), corrigida monetariamente pelo INPC a partir da citação, e acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da citação inicial, nos termos do art. 398 do CC; e b)PAGAR ao autor, a título de compensação pelos danos morais sofridos, a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), corrigíveis monetariamente pelo INPC, a contar da publicação desta sentença (súmula 362, do STJ), com juros moratórios de 1% ao mês, contados da citação. Descabe a condenação no pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 54 e 55 da Lei nº 9.099/95. Certificado o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquivem-se os autos, com as baixas respectivas. P.R.I. Pacajá/PA, 19 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito 1Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito; 2 Código de Processo Civil brasileiro, Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito. 3 Cf. FARIAS, Cristiano Chaves de; NETTO, Felipe Braga; ROSENVALD, Nelson. Manual de Direito Civil. Salvador: Juspodvim, 2017, p. 588. 4 No âmbito do Superior Tribunal de Justiça esse tem sido o tratamento dado à matéria, conforme se pode notar nos seguintes julgados: AgRg no AREsp 220.293/PA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/11/2015, DJe 16/11/2015. AgInt no REsp 1589295/PR, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/08/2016, DJe 25/08/2016. AgRg no REsp 1548737/SP, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/11/2015, DJe 19/11/2015. AgRg no AREsp 144.978/RJ, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 04/06/2013, DJe 19/06/2013. 5 "A teoria da actio nata e o termo a quo da contagem do prazo prescricional perante o STJ", disponível em ttp://www.ambitouridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=18302&revista_caderno=7. Consulta realizada em 14/06/2019, às 13h31. 6 Código Civil, Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé. 7 Cf. FARIAS, Cristiano Chaves de; NETTO, Felipe Braga; ROSENVALD, Nelson. Op. Cit., p. 896. 8 Idem, p. 898. Página de 9 PROCESSO: 00038900620198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ISADORA TATIANE LEITE DA SILVA Ação: Termo Circunstanciado em: 24/06/2019 AUTOR DO FATO:ADRIANO OLIVEIRA BRANDAO VITIMA:N. P. O. . Poder Judiciário TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO do Pará COMARCA DE PACAJA TCO Processo n.º 0003890-06.2019.8.14.0069 TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho (6) do ano de dois mil e dezenove (2019), às 10h15min nesta Cidade e Comarca de Pacajá/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências. Presente a conciliadora Isadora Tatiane Leite da Silva, designada para o ato pelo MM Juiz Esdras Murta Bispo. Presente o suposto autor do fato Adriano Oliveira Brandão, operador de máquinas, RG 5052948 SSP/PA, CPF n. 861.643.682-00, residente na Rua 23 de junho, n. 218, bairro PT, Pacajá/PA, celular: (91) 9244-0410, desacompanhado (a) de advogado (a). ABERTA A AUDIÊNCIA, foi lida a proposta de transação penal de fl. 26 e o suposto autor do fato a aceitou nos seguintes termos: O pagamento de um (1) salário mínimo (R$ 998,00 - novecentos e noventa e oito reais) a serem pagos em quatro (4) parcelas de R$ 249,50 (duzentos e quarenta e nove reais e cinquenta centavos) que o(a) autor(a) compromete-se a entregar o valor mediante recibo ao coordenador da Unidade de Acolhimento de Pacajá, Marcos Vinicius de Melo Oliveira (contato: (91)99369-3026)). A(s) parcela(s) será(ão) paga(s) no dia 26 de julho (7), 26 de agosto (8), 26 de setembro (9) e 28 de outubro (10) de 2019. A Unidade de Acolhimento de Pacajá deverá prestar contas acerca da utilização do recurso financeiro no prazo de 60 (sessenta) dias a contar do recebimento. Serve o presente como ofício/mandado, se necessário. O autor foi advertido de que não poderá ser beneficiado pelo instituto da transação penal pelo interregno de 5 (cinco) anos. Cientes os presentes. Intimados em audiência. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Conciliadora:_____ Suposto autor do fato: _____ PROCESSO: 00038900620198140069

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 24/06/2019 AUTOR DO FATO:ADRIANO OLIVEIRA BRANDAO VITIMA:N. P. O. . Poder Judiciário TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO do Pará COMARCA DE PACAJA Processo n.º 0003890-06.2019.8.14.0069 SENTENÇA Vistos etc. Adoto como relatório o que consta nos autos. Homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, a transação penal celebrada entre a suposta autora do fato e o Ministério Público, nos termos do art. 76, da lei 9.099/95. Decorrido o prazo para cumprimento, façam vistas ao Ministério Público e retornem-se os autos conclusos, para deliberação quanto à extinção da punibilidade, nos termos da Súmula Vinculante nº 35, do Supremo Tribunal Federal. Sem custas e honorários. P.R.I. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito PROCESSO: 00041508320198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 24/06/2019 REQUERENTE:ROSILDA BENTO SOBRINHO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo n.: 00041508320198140069 Autor (a): ROSILDA BENTO SOBRINHO, residente na Rua Central, nº. 01, Rua Getúlio Vargas, próximo à Chácara do Chico Tozetti, bairro Novo Horizonte, Pacajá/PA, telefone: (91) 99287-9178. Requerido: EMERSON DA SILVA COSTA URGENTE- MEDIDAS PROTETIVAS " PRAZO DE CUMPRIMENTO DO MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO - 48 (QUARENTA E OITO) HORAS DECISÃO INTERLOCUTÓRIA/MANDADO/OFÍCIO Trata-se de pedido de medidas protetivas de urgência, encaminhado pela autoridade policial, em favor de ROSILDA BENTO SOBRINHO em face de seu ex-companheiro EMERSON DA SILVA COSTA. De acordo com os autos, no dia 18/06/2019 por volta das 13h00, ROSILDA BENTO SOBRINHO fora vítima de violência doméstica praticada pelo seu então companheiro, EMERSON DA SILVA COSTA. Relata a vítima ter sido agredida com socos, chutes e tapas no rosto, sendo ainda ameaçada de morte pelo agressor, com uma faca. Narra, ademais, que por ocasião das lesões corporais praticadas, a agressão apenas não se prolongou em razão de o pai do acusado ter sido acionado para intervir e de a polícia militar ter sido chamada, após o que o agressor empreendeu fuga. A testemunha MARIZA NERES DANTAS afirmou ter encontrado a vítima, na residência desta, com marcas de violência física no pescoço e no braço. O informante FABRÍCIO DE OLIVEIRA COSTA declarou ter presenciado o tio, EMERSON DA SILVA COSTA, agredindo a ora ofendida com murros, arranhões e ainda tentando enforcar a vítima e que o agressor empreendeu fuga após saber que a polícia estava a caminho. Instruído os autos com boletim de ocorrência (fl. 08), depoimento da requerente (fl. 04), depoimentos de testemunha e informante (fls. 05/06), laudo de exame de corpo de delito constatando a lesão corporal de natureza leve (fl. 07) e cópia de documentos pessoais da vítima (fl. 09). É o relatório. Decido. Satisfeitos os requisitos do art. 12, §1º, da Lei 11.340/2006, passo à apreciação do (s) pedido (s) de medida (s) protetiva (s) de urgência formulado (s) pela vítima. A Lei 11.340/2006 estabelece um rol de medidas protetivas de urgência destinadas a salvaguardar a mulher vítima de violência de gênero no âmbito da unidade doméstica e familiar e em qualquer relação íntima de afeto. O elenco de medidas possui caráter exemplificativo e está previsto nos arts. 22 a 24 e em outras disposições esparsas da lei em comento. A mais abalizada doutrina entende que o fundamento das medidas em questão é assegurar à mulher em situação de risco o direito a uma vida sem violência, sendo certo que a adoção da providência cautelar ou satisfativa, pelo juiz está vinculada à vontade da vítima (DIAS, Maria Berenice, A Lei Maria da Penha na Justiça: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, 2ª ed, S"o Paulo: Revista dos Tribunais, 2010, p. 106). Note-se que as medidas protetivas não foram criadas para solucionar todos os conflitos entre casais, mas tentar inibir a violência doméstica e familiar dentro de um contexto sociocultural de opressão do gênero feminino. Como instrumento de combate a uma violência historicamente sedimentada, a Lei nº 11.340/2006 almeja muito mais do que a ampliação do âmbito de aplicação da lei penal ou do que a judicialização dos conflitos domésticos. Logo, deve-se observar caso a caso se realmente trata-se de um conflito entre o casal, baseado na opress"o de gênero que a lei visa coibir. Esclareço ainda que as medidas protetivas são concedidas independentemente da apuração da prática criminosa, bastando haver indícios de violência física ou psicológica contra mulher dentro do contexto acima mencionado, podendo, no entanto, serem revogadas a qualquer tempo, caso a suposta vítima da violência passe a não sentir-se mais ameaçada ou ainda se não restarem configurados os requisitos exigidos pela Lei 11.340/06, conforme acima indicados. No presente caso, vislumbra-se a plausibilidade da existência do direito invocado pela vítima de obtenção das medidas pleiteadas e o risco da demora do provimento jurisdicional a acarretar dano irreparável ou, ao menos, de difícil reparação à vida e integridade física, moral e psicológica da vítima. ISTO POSTO, diante dos fatos por ora apurados, configuradores de prática de violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei 11.340/2006, art. 7º) e demonstrado pelo depoimento colhido perante a autoridade policial, a fim de preservar a integridade física e psicológica da vítima, defiro

as medidas protetivas pelo prazo de 06 (seis) meses, a contar da intimação do requerido, sem prejuízo de novo pedido e nova apreciação dos elementos fáticos por este juízo. Determino, assim, que o requerido cumpra as seguintes medidas: 1. Afastamento do lar, o que deverá ser realizado de imediato pelo Oficial de Justiça, ficando desde já autorizado o auxílio de força policial e devendo o senhor Oficial de Justiça orientar o requerido a fazer a retirada de seus pertences de uso pessoal e os necessários ao exercício de sua profiss"o; 2. Proibição de aproximar-se da requerente, de seus familiares de e testemunhas a uma distância mínima de 300 (trezentos) metros; 3. Proibição de manter contato com a requerente, seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicaç"o; 4. Proibição de frequentar a residência da ROSE e BAR DA LIZETE que ficam na Rua Cícero Rodrigues, bairro Novo Horizonte, Pacajá/PA; 5. O requerido deverá, ainda, abster-se de praticar qualquer ato como perseguir, intimidar e ameaçar a requerente e praticar qualquer ato que ponha em risco a integridade física ou psicológica dela ou, ainda, cause danos de natureza patrimonial. Ressalte-se que havendo a necessidade de aplicação de outras medidas o pedido deverá ser apreciado, devendo ser instruído com as devidas informações/documentações (art.19 e segs., da Lei 11.340/2006). Deverão as partes, independentemente das medidas protetivas concedidas, buscar a Defensoria Pública ou assistência jurídica particular para, em caráter definitivo, buscar a tutela de seus direitos quanto às matérias de direito de família ou de cunho patrimonial. ADVIRTA-SE, também, ao agressor da possibilidade de decretação da prisão preventiva (art. 313, III, CPP) e da aplicação de outras medidas previstas na legislação em vigor, inclusive com a imposição de multa e requisição de auxílio da força policial, em caso de descumprimento da(s) medida(s) deferida(s) nesta decisão e/ou se houver necessidade para a manutenção da segurança da ofendida ou, ainda, se as circunstâncias assim o exigirem, bem como estará cometendo um crime e poderá ser preso em flagrante delito em caso de descumprimento da presente medida protetiva, conforme disposições do art. 24-A e §§ seguintes, da Lei 11.340/06. Visando a efetividade das medidas ora concedidas, FICA DESDE JÁ AUTORIZADO o auxílio da força policial (parágrafo 3º, do art.22, da Lei 11.340/2006), bem como o cumprimento do mandado fora do expediente forense, ainda que em domingos ou feriados. Em consequência: 1. Intime-se o requerido pessoalmente, informando que poderá contestar o pedido, caso queira, no prazo de 05 (cinco) dias, por meio de Defensor Público ou advogado particular. 2. Ficam ainda advertidas as partes de que deverão manter seus endereços atualizados para fins de comunicaç"o. 3. Caso o requerido não seja localizado no endereço indicado pela requerente, intime-a a fim de que informe endereço para intimação do requerido, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias não comparecendo a requerente, arquivem-se os autos. 4. Caso a requerente não seja encontrada no endereço indicado, aguarde-se o prazo de 30 (trinta) dias, não havendo manifestação da requerente nem do requerido, arquivem-se. 5. Sendo as partes devidamente intimadas, decorrido o prazo de 10 (dez) dias para apresentação de qualquer manifestação destas, certifique-se e arquivem-se os autos. 6. Dê-se vistas dos autos ao Ministério Público. 7. INTIMEM-SE E CUMPRA-SE POR PLANT"O. 8. SERVIRÁ ESTE COMO MANDADO/OFÍCIO, entregando-se às partes uma via deste despacho/decisão devidamente assinada. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 19 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Despacho Pág. de 1 PROCESSO: 00063933420188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 24/06/2019 REQUERENTE:DOMINGOS CUNHA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 11597-A - JOSE DE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO DE TAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00063933420188140069 Autor (a): DOMINGOS CUNHA DE OLIVEIRA Ré(u): FRANCISCO DE TAL SENTENÇA 1. RELATÓRIO: Trata-se de AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO COM PEDIDO LIMINAR ajuizada por DOMINGOS CUNHA DE OLIVEIRA em face de FRANCISCO DE TAL. A parte requerente instrui a inicial com documentos de fls. 06/10. Em decisão de fl. 11, foi determinada a emenda à inicial para o autor comprovar a adequação do valor da causa ao limite admitido sob o rito dos juizados especiais, bem como apresentar memorial descritivo do imóvel objeto de litígio, com as devidas especificações e informações técnicas. O prazo assinalado transcorreu in albis. Vieram os autos conclusos. Decido. 2. FUNDAMENTAÇÃO: 2.1. DO MÉRITO. Da análise dos autos, verifica-se que a parte autora, devidamente intimada para emendar a inicial com a adequação do valor da causa e a juntada de documento essencial ao andamento do feito, quedou-se inerte. A respeito, estabelecem os arts. 319 e 321 do CPC/15 que o autor deverá indicar na exordial o pedido e suas especificações e o valor da causa, além de instruir a peça de ingresso com os documentos essenciais à prova dos fatos alegados. Não observadas as prescrições do art. 319 do diploma processual civil, será determinada a emenda e, não atendida a determinação, a petição inicial será indeferida. De outro turno, o art. 485, I, CPC/15 dispõe que o juiz não resolverá o mérito quando indeferir a petição inicial. Esse é o caso que se afigura. 3. DISPOSITIVO: Tendo

em vista que a parte autora, intimada para emendar a inicial e corrigir os vícios apontados, deixou transcorrer in albis o prazo determinado, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, na forma do art. 485, I, CPC/15. Sem custas e honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei nº. 9.099/95. Após, não havendo mais pendências, arquivem-se os autos. Servirá a presente, por cópia digitada, como mandado/ofício/carta precatória, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 19 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00065925620188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:WELTON DE AQUINO Representante(s): OAB 19247 - ALCIONE MARCELINA FARIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:BELO MONTE TRANSMISSORA DE ENERGIA SPE SA REPRESENTANTE:REGINALDO GOMES DO NASCIMENTO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo n.: 00065925620188140069 Autor (a): WELTON DE AQUINO Ré (u): REGINALDO GOMES DO NASCIMENTO SENTENÇA 1. RELATÓRIO: Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MATERIAIS ajuizada por WELTON DE AQUINO em face de REGINALDO GOMES DO NASCIMENTO. A parte requerente instrui a inicial com documentos de fls. 09/17. Em despacho de fl. 18, foi determinada a comprovação da hipossuficiência financeira do autor, sob pena de extinção. Em petição de fls. 19/20, a parte autora requereu o pagamento das custas ao final do processo. Diante da ausência de amparo legal para o pleito do autor, este juízo deferiu o prazo de 15 (quinze) dias para a parte autora comprovar o recolhimento das custas devidas. O prazo assinalado transcorreu in albis. Vieram os autos conclusos. Decido. 2. FUNDAMENTAÇÃO: Da análise dos autos, verifico que, apesar de intimada para recolher as custas, a parte autora deixou transcorrer in albis o prazo. Com efeito, o recolhimento das custas processuais é pressuposto objetivo de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo. Assim, em conformidade com o disposto no art. 290 do CPC/15, intimada a parte, na pessoa do seu advogado, para recolher as custas iniciais e, ainda assim, quedar-se inerte, a medida que se impõe é o cancelamento da distribuição. No mesmo sentido, a jurisprudência tem assentado que a inobservância ao preenchimento desse pressuposto acarreta a extinção do processo, sem resolução do mérito e o cancelamento da distribuição, in verbis: APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. NÃO RECOLHIMENTO INTEGRAL DAS CUSTAS PROCESSUAIS. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PARA COMPLEMENTAÇÃO DAS CUSTAS. INCIDÊNCIA DO ARTIGO 290, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. O cancelamento da distribuição por falta de pagamento das custas iniciais parceladas prescinde de intimação da parte e de seu procurador para complementação do pagamento das custas. Aplicação da regra insculpida no artigo 290, do Novo Código de Processo Civil. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70079690020, Décima Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Beatriz Iser, Julgado em 05/12/2018) APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO TRIBUTÁRIO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. CUSTAS. INTIMAÇÃO PARA PAGAMENTO. NÃO RECOLHIMENTO. CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO. AUSÊNCIA DE SEGURANÇA DO JUÍZO. INADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS. APELAÇÃO DESPROVIDA. (Apelação Cível Nº 70077430312, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sergio Luiz Grassi Beck, Julgado em 23/05/2018) Na linha do entendimento jurisprudencial, tem-se que o caso dos autos demanda o cancelamento da distribuição e a extinção feito, sem apreciação do mérito. Ademais, tendo vista o disposto no art. 22 da Lei 8.328/2015 (Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará), segundo o qual "o cancelamento da distribuição não isenta o autor do recolhimento das custas processuais, salvo o caso de indeferimento do pedido prévio de assistência judiciária gratuita", determino a remessa dos autos à UNAJ para emissão de relatório de contas do processo e posterior intimação da parte autora, a fim de que proceda ao pagamento das custas existentes. . 3. DISPOSITIVO: Desse modo, considerando que a parte autora, devidamente intimada, deixou de recolher as custas iniciais devidas, DETERMINO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DOS PRESENTES AUTOS e DECLARO EXTINTO O FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 290 e 485, IV, todos do CPC/15. Transitada em julgado, à UNAJ para os fins do art. 22 da Lei n. 8.328/2015 (Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará). Após, intime-se a parte devedora por meio de seu(s) advogado(s), regularmente habilitado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comparecer à Unidade de Arrecadação Judicial desta Comarca, a fim de proceder ao recolhimento dos valores devidos, sob pena de inscrição em dívida ativa. Decorrido o prazo sem o devido recolhimento, encaminhem-se os autos à UNAJ para fins de atualização monetária e incidência de outros encargos, se existentes, e posterior inscrição do (s) débito (s) em dívida ativa. Após,

não havendo pendências, arquivem-se os autos. Servirá a presente, por cópia digitada, como mandado/ofício/carta precatória, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 19 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00078478320178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 24/06/2019 REQUERENTE:BANCO ITAUCARD S.A Representante(s): OAB 15799 - DIEGO FELIPE REIS PINTO (ADVOGADO) REQUERIDO:VANDERLEI DE OLIVEIRA SOUZA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo n.: 00078478320178140069 Autor (a): BANCO ITAUCARD S.A Ré (u): VANDERLEI DE OLIVEIRA SOUSA DESPACHO Considerando o teor da certidão de fl. 49, que informa a inexistência de custas pendentes de pagamento, bem como diante da certidão de trânsito em julgado de fl. 48, cumpra-se na íntegra a sentença de fl. 47 e dê-se baixa na distribuição. Após, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 19 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Despacho Pág. de 1 PROCESSO: 00009835820198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCIMAR DE SOUZA LIMA Ação: Inquérito Policial em: 25/06/2019 INDICIADO:CARLOS VULGO CABELO DE FOGO VITIMA:S. K. S. A. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ ATO ORDINATÓRIO - C.C TERMO DE VISTA Ação: INQUÉRITO POLICIAL Indiciado: CARLOS, VULGO "CABELO DE FOGO" Ante o que dispõe o art. 93, inciso XIV da CF/88, art. 1º da Emenda Constitucional nº 45/2004, Provimento nº 006/2009-CJCI e Portaria nº.004/2019-GJ, de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, remeta-se os autos à Delegacia de origem para cumprimento das diligências requestadas pelo Ministério Público fl. 24/25 e despacho de 26, no prazo de 20 (vinte) dias. Nesta data faço estes autos com VISTA a(o) Delegado de Polícia Civil de Pacajá. Pacajá-Pa, 25 de junho de 2019. Lucimar de Souza Lima Auxiliar de Secretaria da Vara Única de Pacajá Mat. 88801314-TJPA PROCESSO: 00009844320198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCIMAR DE SOUZA LIMA Ação: Inquérito Policial em: 25/06/2019 INDICIADO:DESCONHECIDO DE TAL VITIMA:J. C. R. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ ATO ORDINATÓRIO - C.C TERMO DE VISTA Ação: INQUÉRITO POLICIAL Indiciado: CARLOS, VULGO "CABELO DE FOGO" Ante o que dispõe o art. 93, inciso XIV da CF/88, art. 1º da Emenda Constitucional nº 45/2004, Provimento nº 006/2009-CJCI e Portaria nº.004/2019-GJ, de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, remeta-se os autos à Delegacia de origem para cumprimento das diligências requestadas pelo Ministério Público fl. 24/25 e despacho de 26, no prazo de 20 (vinte) dias. Nesta data faço estes autos com VISTA a(o) Delegado de Polícia Civil de Pacajá. Pacajá-Pa, 25 de junho de 2019. Lucimar de Souza Lima Auxiliar de Secretaria da Vara Única de Pacajá Mat. 88801314-TJPA PROCESSO: 00010632220198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCIMAR DE SOUZA LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:J F INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS EIRELI. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ ATO ORDINATÓRIO - C.C TERMO DE VISTA Ação: Penal (Art. 69-A da Lei 9.605/1998) Réu: J.F. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS-EIRELI Ante o que dispõe o art. 93, inciso XIV da CF/88, art. 1º da Emenda Constitucional nº 45/2004, Provimento nº 006/2009-CJCI e Portaria nº.004/2019-GJ, de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca e considerando a certidão de fls.225, faço estes autos com VISTA ao Representante do MINISTÉRIO PÚBLICO desta Comarca, para os devidos fins. Pacajá-Pa, 25 de junho de 2019. Lucimar de Souza Lima Auxiliar de Secretaria da Vara Única de Pacajá Mat. 88801314-TJPA PROCESSO: 00014702820198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOSE HELIO VERAS Representante(s): OAB 22157 - CLEVERSON ALEX MEZZOMO (ADVOGADO) VITIMA:M. V. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho " Tv. Inês Soares, 1, Pacajá, 68485-000 Processo: 00014702820198140069 Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO Denunciado: JOSÉ HÉLIO VERAS DECISÃO INTERLOCUTÓRIA / MANDADO 1. Cuida-se de resposta à acusação apresentada em favor de JOSÉ HÉLIO VERAS. A defesa sustenta que o acusado agiu em legítima defesa, uma vez que as lesões provocadas na vítima, MANOEL VALTINO SOARES, foram praticadas para repelir injusta agressão. Desse modo, por reputar estar sob o amparado por causa excludente de ilicitude prevista no art. 23, II,

CPB, sustenta a absolvição sumária. Em seguida, sustenta que o réu não foi autor de homicídio e sim do delito de lesões corporais, razão por que deve ser desclassificada a imputação expressa na exordial acusatória. Alega, ademais, que a denúncia é inepta por estarem ausentes indícios suficientes de autoria quanto ao crime imputado, estando ausente, por via de consequência, a justa causa para deflagrar a ação pena. 2. A par das alegações da defesa, não vislumbro qualquer hipótese de absolvição sumária e/ou de rejeição da denúncia, haja vista que a matéria suscitada pela defesa diz respeito à autoria delitiva e à comprovação de fato diverso do narrado na inicial acusatória, questões que deverão ser objeto de dilação probatória. Enfatizo, oportunamente, que o reconhecimento de causa justificante no limiar do processo representa verdadeiro julgamento antecipado da lide, o que demanda um grau elevado de convencimento do juízo. De acordo com abalizada doutrina1, esse juízo deve ser formado a partir da certeza fático-jurídica de que o acusado agiu sob o amparo de uma das hipóteses de causas descriminantes do art. 23 do diploma penal, pois vigora, nessa fase do processo, o princípio do indubio pro societate; havendo qualquer dúvida sobre a presença de excludente de ilicitude, o pedido de absolvição sumária deve ser rejeitado. No mesmo sentido está assentada a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, segundo a qual "a absolvição sumária exige a afirmação de certeza quanto à presença de alguma excludente de ilicitude" (AgRg no REsp 1756439/TO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 19/02/2019, DJe 11/03/2019). Com efeito, ao contrário do alegado pela defesa do réu, verifico presentes os indícios de autoria e a prova da materialidade de fato tipificado como crime de homicídio qualificado por motivo fútil, na forma tentada (art. 121, 2º, II c/c art. 14, II, CPB), elementos conformadores da justa causa para a ação penal. A peça acusatória encontra-se assente com os termos preconizados pelo art. 41 do CPP. Veja-se que o conteúdo da inicial acusatória não está desconectado do teor do inquérito policial que serviu de suporte à propositura da ação penal e que trouxe elementos mínimos para tanto. Para o oferecimento da denúncia e seu consequente recebimento, satisfaz-se a lei com o que fora apresentado em termos de elementos indiciários. Assim, rejeito os pedidos de indeferimento da inicial acusatória e de absolvição sumária, ratificando o recebimento da denúncia, vez que não se encontram presentes quaisquer das hipóteses de rejeição da peça acusatória previstas no artigo 395 do Código de Processo Penal, não sendo também caso de absolvição sumária conforme já alhures delineado, bem como na forma do artigo 397, CPP com redação dada pela Lei 11.719/08. 3. Desta forma, designo Audiência de Instrução e Julgamento para o DIA 25 DE JULHO DE 2019, às 09h00, devendo-se requisitar a apresentação do réu e intimar as testemunhas arroladas pelo Ministério Público. Expeça-se carta precatória, se necessário. 4. Intime-se a defesa constituída do réu. 5. Ciência pessoal ao Ministério Público. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado / ofício / carta precatória, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 24 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito 1 (DE LIMA, Renato Brasileiro. Manual de Direito Processual Penal. 4. ed. Salvador: JusPodivm, 2016, p. 1293) Decisão Interlocutória Pág. de 1 Decisão Interlocutória Pág. de 1 PROCESSO: 00052293420188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCIMAR DE SOUZA LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ROSINALDO SOUSA MUNIZ Representante(s): OAB 657-B - WANDER NUNES DE RESENDE (ADVOGADO) VITIMA:O. L. V. VITIMA:A. L. S. VITIMA:E. S. M. C. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ ATO ORDINATÓRIO - C.C TERMO DE VISTA Ação Penal: (Art. 121, § 2º, II C?C art. 14, II ambos do CPB) Denunciado: ROSINALDO SOUSA MUNIZ Fica o advogado do denunciado, habilitado nos autos, devidamente intimado de que foi expedida carta precatória para a Comarca de PARNAIBA-PI, para inquirição da testemunha ALEXSANDER LIMA DE SOUZA. Pacajá-Pa, 25 de junho de 2019. Lucimar de Souza Lima Auxiliar de Secretaria da Vara Única de Pacajá Mat. 88801314-TJPA PROCESSO: 00001239120188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 18261-B - GUSTAVO DA SILVA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos etc. 1. Proceda-se a inscrição na dívida ativa o que deverá ser procedido pelo Sr. Diretor de Secretaria na forma do item 2 da Atualização do Manual de Rotinas de Acordo com o Novo CPC do TJ/PA. 2. Após, não havendo pendências, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00001511120088140069 PROCESSO ANTIGO: 200810001385 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:MIGUEL GOMES DE ALMEIDA Representante(s): ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO

SOCIAL - INSS. DESPACHO Vistos etc. Proceda-se conforme requerido pela parte interessada na fl. retro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00002694020158140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Sumário em: 26/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCO SABINO DOS SANTOS Representante(s): OAB 18261-A - GUSTAVO DA SILVA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADOS SA Representante(s): OAB 3672 - SERGIO ANTONIO FERREIRA GALVAO (ADVOGADO) OAB 20741 - CASSIA PRISCILA FERREIRA DE MELLO (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos etc. 1. Recebo o recurso inominado em seu duplo efeito. 2. Encaminhem-se os autos a Turma Recursal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com as homenagens e cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00003408120118140069 PROCESSO ANTIGO: 201110002487 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERIDO:MARIA VIRGOLINA DE SOUZA Representante(s): OAB 15110-A - RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA S.A Representante(s): RUI FRAZAO DE SOUZA (ADVOGADO) NEIVA SILVA RAIOL (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO HILARIO DE SOUZA Representante(s): OAB 15110-A - RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO) . DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos etc. 1. Proceda-se a inscrição na dívida ativa o que deverá ser procedido pelo Sr. Diretor de Secretaria na forma do item 2 da Atualização do Manual de Rotinas de Acordo com o Novo CPC do TJ/PA. 2. Após, não havendo pendências, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00005612020188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 REQUERENTE:ANTONIO PAULO SILVA DOS SANTOS Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CCONSORCIOS DO SUGURO DPVAT Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos etc. Cumpra-se o despacho/decisão retro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00006505320128140069 PROCESSO ANTIGO: 201210003757 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Civil Pública em: 26/06/2019 PROMOTOR:RENATO BELINI DE OLIVEIRA COSTA AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:AILTON DA SILVA SANTOS. DESPACHO Vistos etc. Vistas ao Ministério Público para manifestar o que entender de direito no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00006513820128140069 PROCESSO ANTIGO: 201210003765 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Civil Pública em: 26/06/2019 PROMOTOR:RENATO BELINI DE OLIVEIRA COSTA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:JOSE ANTONIO DO PRADO Representante(s): OAB 9624-A - CANDIDA YVETE FORTE DE AMORIM (ADVOGADO) . DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Proceda-se conforme requerido pelo Ministério Público na manifestação retro. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00006629120178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCIEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA Ação: Monitória em: 26/06/2019 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:WESLEY LIMA SILVA. ATO ORDINATÓRIO Na forma do Provimento 006/2006-CJRM, Art. 1°, § 2°, inciso XXII, corroborado pelo Provimento 006/2009-CJCI, fica o REQUERENTE, através de seu advogado habilitado nos autos, devidamente INTIMADO para, no prazo legal, proceder a complementação das custas, no que se refere ao ato EXPEDIÇÃO DE UM MANDADO E DILIGÊNCIA DO OFICIAL DE JUSTIÇA, tendo em vista o despacho determinando a renovação de diligência requerida pela parte autora. Cientifique-se que o processo e boleto encontram-se em Secretaria à disposição da parte, bem como poderá ser reimpresso através do portal externo do TJPA. Pacajá, 26 de junho de 2019. Franciel da Conceição Ferreira Diretor de Secretaria PROCESSO: 00013705920088140069 PROCESSO ANTIGO: 200810012217 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Inventário em: 26/06/2019 INVENTARIANTE:ODETE GOMES DEMETRIO INVENTARIADO:ANGELO POLON NETO. DESPACHO Vistos etc. Cumpra-se o despacho/decisão retro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00014668820198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:FABIO SOUSA

ABREU Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. DESPACHO Vistos etc. Certifique-se a tempestividade da petição retro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00014668820198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:FABIO SOUSA ABREU Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. DESPACHO Vistos etc. Certifique-se a tempestividade da petição retro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00014893420198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:CLERISVAL FERREIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. DESPACHO Vistos etc. Certifique-se a tempestividade da petição retro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00014893420198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:CLERISVAL FERREIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. DESPACHO Vistos etc. Certifique-se a tempestividade da petição retro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00015664320198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:ADAILTON NASCIMENTO SILVA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. DESPACHO Vistos etc. Certifique-se a tempestividade da petição retro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00015664320198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:ADAILTON NASCIMENTO SILVA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. DESPACHO Vistos etc. Certifique-se a tempestividade da petição retro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00016822020178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:MUNICIPIO DE PACAJA Representante(s): OAB 24506-A - ALFREDO BERTUNES DE ARAUJO (ADVOGADO) REPRESENTANTE:FRANCISCO RODRIGUES DE OLIVEIRA REQUERIDO:ANTONIO MARES PEREIRA REQUERIDO:JOSE GERALDO TEIXEIRA JUNIOR. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Proceda-se conforme requerido pelo Ministério Público na manifestação retro. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00034691620198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:KLEUBER BARROS DE OLIVEIRA DENUNCIADO:JOSE RAIMUNDO DE SOUSA DA CONCEICAO VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho " Tv. Inês Soares, 1, Pacajá, 68485-000 Processo: 00034691620198140069 Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO Denunciados: KLEUBER BARROS DE OLIVEIRA E JOSÉ RAIMUNDO DE SOUSA CONCEIÇÃO DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Trata-se de denúncia formulada pelo Ministério Público em face de KLEUBER BARROS DE OLIVEIRA E JOSÉ RAIMUNDO DE SOUSA CONCEIÇÃO pela prática, em tese, dos crimes tráfico de drogas e associação (art. 33, § 1º, II e art. 35, todos da Lei nº. 11.343/2006). 2. A denúncia atende aos requisitos do art. 41 do CPP, pois contém a exposição do fato que em tese constitui crime, suas circunstâncias, o sujeito ativo, sua qualificação, as supostas condutas, o bem jurídico penalmente protegido e pretensamente afetado, o tempo e o lugar da notícia, a classificação do crime imputado e o rol de testemunhas. A denúncia contém a adequada indicação das condutas delituosas imputadas aos réus pautada em indícios suficientes de autoria e materialidade que indicam possível prática dos delitos expressos nos arts. 33 e 35, todos da Lei de Drogas, o que caracteriza plausibilidade jurídica apta a dar início à ação penal. 3. Dessa forma, RECEBO

A DENÚNCIA por estar em consonância com o disposto do artigo 41 do Código de Processo Penal e não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses de rejeição da peça acusatória, previstas no artigo 395 do diploma processual penal, conforme redação dada pela Lei 11.719/08. 4. Citem-se os réus KLEUBER BARROS DE OLIVEIRA E JOSÉ RAIMUNDO DE SOUSA CONCEIÇÃO para responder por escrito aos termos da acusação, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, de acordo com o que preconizam os arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O Sr. Oficial de Justiça deverá indagar ao(s) réu(s) se este(s) irá(ão) constituir advogado particular ou se deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, caso em que será nomeado defensor dativo, haja vista a ausência de defensor público lotado nesta Comarca. 5. Defiro os pedidos formulados pelo Ministério Público na fl. 05. Proceda-se à inclusão dos dados processuais no SINIC e oficie-se ao Delegado de Polícia para apresentação do laudo definitivo de drogas. 6. Junte-se certidão de antecedentes criminais atualizada dos réus. 7. Intime-se o Ministério Público. 8. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado de citação e intimação / ofício / carta precatória, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Decisão Interlocutória Pág. de 1 Decisão Interlocutória Pág. de 1 PROCESSO: 00034695020188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 26/06/2019 REQUERENTE:LEVI ALCANTARA DE JESUS Representante(s): OAB 18261-B - GUSTAVO DA SILVA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PANAMERICANO S A Representante(s): OAB 25542 - BRENDA TAYNARA ABREU PIMENTEL (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos etc. 1. Recebo o recurso inominado em seu duplo efeito. 2. Encaminhem-se os autos a Turma Recursal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com as homenagens e cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00036113020138140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Sumário em: 26/06/2019 REQUERENTE:LEONILIA FERREIRA PEREIRA Representante(s): OAB 11597-A - JOSE DE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA. DESPACHO Vistos etc. Cumpra-se o despacho/decisão retro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00043092620198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 26/06/2019 FLAGRANTEADO:EMERSON DA SILVA COSTA VITIMA:R. B. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho " Tv. Inês Soares, 1, Pacajá, 68485-000 Processo: 00043092620198140069 Indiciado: EMERSON DA SILVA COSTA DESPACHO Reservo-me a apreciar a legalidade da prisão em flagrante e proferir decisão nos moldes do art. 310, incisos I a III do CPP em audiência de custódia (Resolução nº. 213/2015, CNJ), a qual designo para o dia 26/06/2019, às 14h00. Solicite-se à autoridade policial a apresentação do custodiado EMERSON DA SILVA COSTA. Advirta-se ao custodiado que, não havendo indicação de advogado particular, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para assisti-lo ante a ausência de defensor público lotado nesta Comarca. Intime-se o Ministério Público para a audiência supra. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se com urgência. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Decisão Interlocutória Pág. de 1 Despacho Pág. de 1 PROCESSO: 00045284920138140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:GIZELE DO NASCIMENTO FREITAS VITIMA:I. F. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:AMANDA LUCIANA SALES LOBATO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00045284920138140069 Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO Denunciada: GIZELE DO NASCIMENTO FREITAS SENTENÇA O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu denúncia em face de GIZELE DO NASCIMENTO FREITAS pela prática, em tese, do delito descrito no art. 129, § 1º, II do CPB contra IRANILDE FELIX DE SOUSA. Foi apresentada proposta de suspensão condicional do processo à denunciada, consistente em prestação pecuniária à vítima, além de comparecimento mensal, proibição de frequentar certos lugares e de se ausentar da Comarca por mais de 30 (trinta) dias, sem prévia autorização judicial. A proposta foi aceita, sendo determinado o sobrestamento do feito por 02 (dois) anos. Na fl. 18, a vítima informa o descumprimento, pela denunciada, de uma das medidas impostas. Na fl. 20, o

Ministério Público requereu a revogação do sursis processual com o recebimento da denúncia e designação da instrução processual. Devidamente citada, a acusada ofereceu resposta à acusação (fls. 25/27). Foram prestadas informações sobre o trâmite processual à Corregedoria de Justiça do Interior (fls. 30/31). Em manifestação de fl. 37, o Ministério Público requereu a extinção da punibilidade da ré, por reconhecer o cumprimento integral das medidas restritivas de direito. Na fl. 39, foi certificado o cumprimento dos termos fixados para suspensão do processo. É breve relato. Decido. Considerando que a denunciada cumpriu as medidas restritivas de direitos (prestação pecuniária, comparecimento em juízo, proibição de frequentar certos lugares e de ausentar-se da Comarca por mais de 30 dias sem autorização judicial) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 89, § 5º da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de GIZELE DO NASCIMENTO FREITAS. Intime-se a denunciada e o Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00048425820148140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCIMAR DE SOUZA LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:MARCIO LAU Representante(s): OAB 66.724 - GERALDO APARECIDO DO LIVRAMENTO (ADVOGADO) VITIMA:J. A. C. AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR(A):ADRIANA PASSOS FERREIRA. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ ATO ORDINATÓRIO - C.C TERMO DE VISTA Ação Penal: (Art. 302 da Lei nº.9.503/97) Denunciado: MARCIO LAU Fica o advogado do denunciado, habilitado nos autos, devidamente intimado de que foi expedida carta precatória para a Comarca de TUCURUÍ-PA, para inquirição da testemunha EVANDRO MENDES DE ARAÚJO. Pacajá-Pa, 26 de junho de 2019. Lucimar de Souza Lima Auxiliar de Secretaria da Vara Única de Pacajá Mat. 88801314-TJPA PROCESSO: 00061708120188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 26/06/2019 REQUERENTE:EVA DA SILVA SILVEIRA Representante(s): OAB 18261-B - GUSTAVO DA SILVA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO S A Representante(s): OAB 29442 - ENY BITTENCOURT (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos etc. 1. Recebo o recurso inominado em seu duplo efeito. 2. Encaminhem-se os autos a Turma Recursal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com as homenagens e cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00062097820188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 26/06/2019 REQUERENTE:TEREZA PEREIRA COSTA Representante(s): OAB 18261-B - GUSTAVO DA SILVA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PANAMERICANO S A Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos etc. 1. Recebo o recurso inominado em seu duplo efeito. 2. Encaminhem-se os autos a Turma Recursal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com as homenagens e cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00066258020178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCIMAR DE SOUZA LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:IZAQUE FORTUNATO MELO Representante(s): OAB 9624-A - CANDIDA YVETE FORTE DE AMORIM (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:M. T. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ ATO ORDINATÓRIO Ação: PENAL (Art. 121, § 2º, Inc. II C/C art. 14 da Lei nº.11.340/06). Réu/: IZAQUE FORTUNAO DE MELO Na forma do Provimento 006/2009-CJCI E e Portaria nº.004/2019-GJ, fica(m) o/a(s) PARTE/s REQUEIRDA/s, através de seu(s) advogado(s) habilitado nos autos, devidamente intimado(s) para no prazo legal, apresentar as alegações finais, cujo processo encontra-se em Secretaria à disposição das partes. . Pacajá-Pa, 26 de junho de 2019. Lucimar de Souza Lima Auxiliar de Secretaria da Vara Única de Pacajá Mat. 88801314-TJPA PROCESSO: 00067692020188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ROBENILDO SANTOS DE SOUSA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho - Tv. Inês Soares, 1, Pacajá, 68485-000 Processo: 00067692020188140069 Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO Acusado: ROBENILDO SANTOS DE SOUSA DECISÃO 1. Compulsando os autos, verifico que a denúncia não foi recebida até o presente momento; a suspensão condicional do processo, por seu turno, pressupõe a admissibilidade da exordial

acusatória (art. 89, § 1º da Lei nº. 9.099/95 e HC - STF 120.144 - BA). Assim, chamo o feito à ordem e passo a analisar a admissibilidade da peça acusatória. 2. Trata-se de denúncia formulada pelo Ministério Público contra ROBENILDO SANTOS DE SOUSA pela prática, em tese, do delito insculpido no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro. 3. A denúncia atende aos requisitos do art. 41 do CPP, pois contém a exposição do fato que em tese constitui crime, suas circunstâncias, o sujeito ativo, sua qualificação, as supostas condutas, o bem jurídico penalmente protegido e pretensamente afetado, o tempo e o lugar da notícia, a classificação do crime imputado e o rol de testemunhas. A denúncia contém a adequada indicação das condutas delituosas imputadas ao réu consistente em indícios suficientes de autoria e materialidade que indicam possível prática da conduta delitiva insculpida no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro, o que caracteriza plausibilidade jurídica apta a dar início à ação penal. 4. Dessa forma, RECEBO A DENÚNCIA por estar em consonância com o disposto do artigo 41 do Código de Processo Penal e não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses de rejeição da peça acusatória, previstas no artigo 395 do diploma processual penal, conforme redação dada pela Lei 11.719/08. 5. Defiro o pedido formulado pelo Ministério Público na fl. 13 e designo o DIA 28 DE AGOSTO DE 2019, às 09h00, para audiência em que será apresentado ao réu proposta de suspensão condicional do processo. 6. Cite-se e intime-se o réu ROBENILDO SANTOS DE SOUSA no endereço indicado na fl. 13. Advirta-se ao réu de que este deverá comparecer à audiência acima pautada acompanhado de advogado, sob pena de ser nomeado defensor ad hoc, haja vista a ausência de defensor público lotado nesta Comarca. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado de citação e intimação / ofício / carta precatória, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Juiz de Direito Pág. de 2 PROCESSO: 00072042820178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019 AUTOR REU:COSMO GOMES SANTANA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00072042820178140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: COSMO GOMES SANTANA Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito previsto no art. 310 do CTB (permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada) por COSMO GOMES SANTANA. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal ao autor do fato, a qual foi aceita em audiência preliminar realizada no dia 25/10/2017, consistente em prestação pecuniária correspondente a 01 (um) salário mínimo vigente, dividido em quatro parcelas iguais de R$ 234,25 (duzentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos). Nas fl. 18, foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva de direitos. Na fl. 20, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade do autor do fato. É breve relato. Decido. Considerando que o autor do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de COSMO GOMES SANTANA, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se o autor do fato e o Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00075657920168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCIEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 26/06/2019 REQUERENTE:CAZUZA FRANCISCO SOARES Representante(s): OAB 18261-A - GUSTAVO DA SILVA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONDIGNADOS SA Representante(s): OAB 28181-A - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Na forma do Provimento n° 006/2006-CJRM, art. Art. 1°, § 2°, inciso XXII, corroborado pelo Provimento 006/2009-CJCI, tendo em vista o trânsito em julgado da sentença e/ou devolução dos autos a esta Secretaria com o Acórdão e/ou Decisão Monocrática de fls., requeira o(s) Autor(es), através de seu Representante legal, o que de direito, no prazo legal. Pacajá, PA, 26 de junho de 2019. FRANCIEL DA CONCEIÇÃO FERREIRA Diretor de Secretaria da Vara Única de Pacajá PROCESSO: 00077331320188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução de Alimentos em: 26/06/2019 REQUERENTE:ANDRESSA CORDEIRO GOMES Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REPRESENTANTE:ANDREIA DE ANDRADE CORDEIRO REQUERIDO:GENEILSON DA SILVA GOMES. DESPACHO Vistos etc. Proceda-se conforme requerido pela parte interessada na fl. retro. Publique-se.

Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00077456120178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento de Conhecimento em: 26/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 9348-A - NELSON WILLIANS FRANTONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 165399 - ALUIZIO JOSE DE ALMEIDA CHERUBINI (ADVOGADO) OAB 132932 - FERNANDO ANSELMO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 26416 - JANAINA BATISTA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE PACAJA Representante(s): OAB 24506-A - ALFREDO BERTUNES DE ARAUJO (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos etc. Cumpra-se o despacho/decisão retro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00524597720158140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 26/06/2019 AUTOR:WELLINGTON GONCALVES FREITAS Representante(s): OAB 18261-A - GUSTAVO DA SILVA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITORIOS MULTISEGMENTOS NPL IPANEMA II Representante(s): OAB 154694 - ALFREDO ZUCCA NETO (ADVOGADO) OAB 357.859 - CAUE TAUAN DE SOUZA YAEGASHI (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos etc. Cumpra-se o despacho/decisão retro. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00005624420148140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCIMAR DE SOUZA LIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:ALYSSON FABIANO COSTA Representante(s): OAB 221591 - CRISTIANE POSSES DE MACEDO (ADVOGADO) VITIMA:M. A. G. F. AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:ADRIANA PASSOS FERREIRA. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ ATO ORDINATÓRIO - C.C TERMO DE VISTA Ação Penal: (Art. 302 da Lei nº.9.503/97) Denunciado: ALYSSON FABIANO COSTA Fica o advogado do denunciado, habilitado nos autos, devidamente intimado de que foi expedida carta precatória para a Comarca de INDAIATUBA-SP, para inquirição da testemunha ADEMIR BASSETO. Pacajá-Pa, 27 de junho de 2019. Lucimar de Souza Lima Auxiliar de Secretaria da Vara Única de Pacajá Mat. 88801314-TJPA PROCESSO: 00009354620128140069 PROCESSO ANTIGO: 201210005886 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL REQUERENTE:ELIENE LUZ SOARES Representante(s): OAB 9624-A - CANDIDA YVETE FORTE DE AMORIM (ADVOGADO) . DESPACHO Diga a parte autora sobre o que entender de direito no prazo legal. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00010081320158140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE Ação: Procedimento Sumário em: 27/06/2019 REQUERENTE:ANTONIO RODRIGUES MERCEARIAS E ARMAZENSME Representante(s): OAB 11597-A - JOSE DE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) REPRESENTANTE:ANTONIO RODRIGUES REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ DESPACHO Processo n.: 00010081320158140069 Vistos etc. Considerando que o presente processo se encontra concluso ao gabinete desde o dia 13/01/2016 (fl. 29) sem nenhum tipo de impulsionamento, intime-se a parte requente, na pessoa do advogado constituído para que manifeste interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 dias. Com ou sem manifestaç"o, neste último caso devidamente certificado, façam-se os autos imediatamente conclusos com o decurso do prazo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 27 de fevereiro de 2019. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Titular da Comarca de Pacajá Página de Refresh 'F9' Fórum de: PACAJÁ Email: 1pacaja@tjpa.jus.br Endereço: Rua Inês Soares, s/n CEP: 68.485-000 Bairro: CENTRO Fone: (91)3798-1113 Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Decis"o Juiz de Direito Pág. de 2 PROCESSO: 00010667420198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:WALDEMAR MACHADO FILHO Representante(s): OAB 23989 - LORRANY ALVES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Representante(s): OAB 17277 - ANTONIO LOBATO PAES NETO (ADVOGADO) OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 19470 - EUGENIO COUTINHO DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 25542 - BRENDA TAYNARA ABREU PIMENTEL (ADVOGADO) OAB 27855 - DEBORA VASCONCELOS BRABO DE ARAUJO (ADVOGADO) . DESPACHO Diga a parte autora sobre o que entender de direito no prazo legal. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00011057120198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE

ANDRADE Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA DOLORES SOUZA BARRETO Representante(s): OAB 18829 - RENATO CARNEIRO HEITOR (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO S A. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Processo: 00011057120198140069 Classe: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Requerente: MARIA DOLORES SOUZA BARRETO Requerido: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Juiz: AGENOR CÁSSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos etc. A LEI N. 9.099/1995 rege o rito dos Juizados Especiais, contendo normas expressas, e, na hipótese de omissão, aplica-se o CPC/2015. Por isso, os requisitos da petição inicial, de forma geral, omissa a LEI N. 9.099/1995, são balizados conforme o disposto nos arts. 319 e 320, ambos do CPC/2015. Nesse passo, a competência do Juizado Especial Cível é delimitada pela norma inscrita nos arts. 3° e 4°, ambos da LEI N. 9.099/1995. Daí, sobressai-se a competência territorial, merecendo, por isso, dispositivo específico na Lei. Os arts. 319 e 320, do CPC/2015, determinam que a inicial deve preencher requisitos prévios de recebimento pelo Poder Judiciário. O art. 320, do CPC/2015, a propósito, é claro ao determinar que a petição inicial será instruída com os documentos indispensáveis à propositura da ação. Com isso, não preenchidos devidamente a petição inicial os requisitos dispostos nos arts. 319 e 320, do CPC/2015, a peça exordial não pode ser recebida, porquanto, desde sua gênese, apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito. Todavia, a norma do CPC/2015, com espeque no princípio da inafastabilidade da jurisdição (CPC/2015, art. 3°), celeridade processual (CPC/2015, art. 4°), oportuniza à parte autora o direito de emendar a inicial, sanando o vício verificado. I. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA: No presente caso, verifico que a parte autora juntou não fez prova de sua residência nesta comarca (LEI N. 9.099/1995, art. 4°, inciso III), constituindo, portanto, irregularidade capaz de dificultar o julgamento do mérito, nos termos do inciso III, do art. 51, da LEI N. 9.099/1995. II. EXTRATO BANCÁRIO: Determina o art. 2.035, § único, do Código Civil, que o juiz deve analisar, de ofício, a observância pelas partes contraentes, tanto na fase pré-contratual, das tratativas preliminar, como durante a execução do contrato e, ainda, depois de executado o contrato, do princípio da boa-fé objetiva, adotada expressamente pelo art. 422 do mesmo código. Dentre as manifestações da boa-fé objetiva, encontra-se o Venire contra factum proprium que, segundo Nelson Nery Junior: "(...) obriga as partes a não agirem em contradição com atos e comportamentos anteriores, praticados antes da conclusão do contrato, durante a execução ou depois de exaurido o objeto do contrato. Em outras palavras, a parte não pode venire contra factum proprium. A proibição incide objetiva e unilateralmente, independentemente do comportamento ou da atitude da contraparte, porque é dever de conduta de cada um dos contratantes isoladamente considerado. A proibição do venire também se caracteriza quando a parte, por seu comportamento pré-contratual ou manifestado durante a execução do contrato, gerou expectativa de legítima confiança na contraparte que pratica atos e espera resultados de acordo com o que vinha demonstrando o outro contratante" (Código Civil Comentado, RT, 2. ed. em e-book baseada na 12 ed. impressa). Considerando que a parte autora traz como causa de pedir contrato fraudulento de empréstimo consignado, mister se faz a verificação da existência ou não de depósito do valor do contrato na conta bancária de sua titularidade, bem como se utilizou-se de tais recursos, tudo para aferir se sua conduta está de acordo com os imperativos do princípio da boa-fé objetiva, sendo imprescindível à eventual/quantificação de eventual dano moral. Segundo Nery, é litigante de má-fé "a parte ou interveniente que, no processo, age de forma maldosa, como dolo ou culpa, causando dano processual à parte contrária. É o improbus litigator, que se utiliza de procedimentos escusos com o objetivo de vencer ou que, sabendo ser difícil ou impossível vencer, prolonga deliberadamente o andamento do processo procrastinando o feito. As condutas aqui previstas, definidas positivamente, são exemplos do descumprimento do dever de probidade estampado no art. 14 do CPC" (NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria Andrade. Código Civil Comentado. 3ª Ed. São Paulo/SP: Revista dos Tribunais, 2005). As condutas estão tipificadas no art. 80 do CPC, que dispõe: Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que: I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; II - alterar a verdade dos fatos; III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal; IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo; V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; VI - provocar incidente manifestamente infundado; VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório. (destacamos) Ora, expor os fatos conforme a verdade é um dever das partes (art. 77, I, CPC/2015) cuja infração acarreta prejuízo tanto para a parte contrária quanto para a dignidade da Justiça. Portanto, alegar em juízo que não recebeu uma verba contratual, tendo-a recebido, mentir em juízo e pedir indenização por um não cadastramento que, na verdade, sabia que estava realizado, é conduta absolutamente reprovável e que deve ser duramente repreendida pelo Poder Judiciário. III. VALOR DA CAUSA: No presente caso, observo ainda que o valor da causa indicado na peça inicial não é compatível com o proveito econômico pretendido pela parte autora, considerando os pleitos de ressarcimento e danos

morais, e, por conseguinte, em contrariedade aos parâmetros digitados no art. 292, do CPC/2015. O art. 292, do CPC/2015, visto, estipula os parâmetros que norteiam o valor da causa. No caso vertente, a parte requerente impugna a validade do contrato. Por outro lado, a parte autora pleiteia o ressarcimento, com o pleito de repetição em dobro, das parcelas descontadas. Nesse sentido, considerando que o valor de dano moral pleiteado, sua soma ao valor do contrato ou à parte controvertida, e ainda o pleito de repetição de indébito em dobro, não condiz com o valor atribuído à causa pela parte autora. Por isso, vê-se que há irregularidade capaz de dificultar o julgamento do mérito, sendo que o valor da causa deve ser balizado segundo a redação dos incisos II e VI, do art. 292, do CPC/2015, senão vejamos: Art. 292. O valor da causa constará da petição inicial ou da reconvenção e será: (...) II - na ação que tiver por objeto a existência, a validade, o cumprimento, a modificação, a resolução, a resilição ou a rescisão de ato jurídico, o valor do ato ou o de sua parte controvertida; (...) VI - na ação em que há cumulação de pedidos, a quantia correspondente à soma dos valores de todos eles; (...) (grifei) Destarte, em nome do espírito colaborativo que informa o art. 6°, do CPC/2015, assim como o postulado base do contraditório (CPC/2015, arts. 7º, 9º e 10) e as previsões específicas constantes dos arts. 139, inciso IX, 317, 321 e 352, todos do Novo Código de Processo Civil, intime-se a parte autora para, por meio de seu advogado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, devendo, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 321 e parágrafo único, do CPC/2015: (i) Juntar comprovante de residência em nome próprio, ou, alternativamente, declaração de residência, nos termos legais, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 51, inciso III, da LEI N. 9.099/1995, e; (ii) Informar ao Juízo se o valor do empréstimo consignado objeto da ação fora depositado em sua conta bancária, bem como se utilizou-se de tal numerário; caso negativo, deverá apresentar extrato bancário do período compreendido entre os 30 (trinta) dias anteriores e 30 (trinta) dias posteriores ao desconto da primeira parcela do empréstimo, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 321 e parágrafo único, do CPC/2015 (iii) Ajustar o valor da causa, segundo o que dispõe o art. 292, do CPC/2015. Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redação dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisão sirva como MANDADO DE INTIMAÇÃO. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de fevereiro de 2019. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Titular da Comarca de Pacajá Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Decisão Interlocutória Juiz de Direito Titular da Comarca de Pacajá Pág. de 6 PROCESSO: 00011631120188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR REU:ADRIELE SOUSA SANTOS VITIMA:L. S. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00043627520178140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: ADRIELE DE SOUSA SANTOS Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito de ameaça (art. 147 do CPB) por ADRIELE DE SOUSA SANTOS. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal à autora do fato, em audiência preliminar realizada no dia 28/03/2018, consistente em prestação pecuniária no valor de 01 salário mínimo vigente, o que foi aceito pela parte, para pagamento em 02 (duas) parcelas iguais de R$ 477,00 (quatrocentos e setenta e sete reais). Na fl. 20, foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva de direitos. Na fl. 22, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade da autora do fato. É breve relato. Decido. Considerando que a autora do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de ADRIELE DE SOUSA SANTOS, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se a autora do fato e o Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00019088820188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR REU:ROSA HELENA SOARES DA SILVA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00019088820188140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: ROSA HELENA SOARES DA SILVA Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito previsto no art. 310 do CTB (permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada) por ROSA HELENA SOARES DA SILVA. O MINISTÉRIO PÚBLICO

ofereceu proposta de transação penal à autora do fato, a qual foi aceita em audiência preliminar realizada no dia 12/09/2018, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), dividido em três parcelas iguais de R$ 318,00 (trezentos e dezoito reais). Na fl. 26, foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva de direitos. Na fl. 28, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade do autor do fato. É breve relato. Decido. Considerando que o autor do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de ROSA HELENA SOARES DA SILVA, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se a autora do fato e o Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00019285520138140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:E. L. F. VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOSE CARLOS DA COSTA SILVA Representante(s): OAB 12248 - JOSE ANTONIO MATTOSINHO G. DE OLIVEIRA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:FRANCISCA SUENIA FERNANDES DE SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00019285520138140069 Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO Denunciado: JOSÉ CARLOS DA COSTA SILVA SENTENÇA O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu denúncia em face de JOSÉ CARLOS DA COSTA SILVA pela prática, em tese, do delito descrito no art. 14, caput, da Lei nº. 10.826/03. Foi apresentada proposta de suspensão condicional do processo ao denunciado, consistente em comparecimento trimestral em juízo, proibição de frequentar certos lugares, de ingerir bebidas alcoólicas e/ou substâncias entorpecentes ilícitas, bem como proibição de se ausentar da Comarca por mais de 30 (trinta) dias, sem prévia autorização judicial. A proposta foi aceita, sendo determinado o sobrestamento do feito por 02 (dois) anos. Na fl. 36, foi certificado o cumprimento da medida restritiva de direitos. Na fl. 47, o Ministério Público requereu a extinção da punibilidade do réu, por reconhecer o cumprimento integral das medidas restritivas de direitos. É breve relato. Decido. Considerando que o denunciado cumpriu as medidas restritivas de direitos (comparecimento em juízo, proibição de frequentar certos lugares e de ingerir bebidas alcoólicas e substâncias entorpecentes ilícitas, bem como proibição de se ausentar da Comarca por mais de 30 dias sem autorização judicial) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 89, § 5º da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de JOSÉ CARLOS DA COSTA SILVA. Intime-se o denunciado e o Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00021553520198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:LUIZ JOSE DOS SANTOS Representante(s): OAB 26416 - JANAINA BATISTA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA. PROCESSO N° 00021553520198140069 REQUERENTE: LUIZ JOSÉ DOS SANTOS REQUERIDO: CELPA TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho, do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 11h10, nesta Cidade e Comarca de Pacajá/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontrava o Analista Judiciário ANDONIO MARCOS DE JESUS FERREIRA, atuando como Conciliador, por designação do MM. Juiz de Direito, ESDRAS MURTA BISPO, respondendo pela Comarca de Pacajá. Realizado o pregão, constatou-se a presença do(a) requerente, LUIZ JOSÉ DOS SANTOS, acompanhada da advogada JANAINA BATISTA COSTA, OAB/PA 26416, que requer prazo para a juntada de substabelecimento. Presente o Requerido CELPA S. A., representado por seu preposto KELLY SOUSA DE ARAUJO, CPF 037.510.142-09, acompanhada da advogada BRENDA TAYNARA ABREU PIMENTEL, OAB/PA 23542. O requerido requereu a juntada da contestação, carta de preposição, substabelecimento e atos constitutivos, o que foi deferido. ABERTA A AUDIÊNCIA, as partes não chegaram a um acordo e alegaram não ter outras provas a produzir. A parte requerente se manifestou nos seguintes termos: MM. Juiz, não merecer prosperar as alegações da contestação, tendo em vista que a parte requerida apenas confirmou o que fora alegado na inicial pela parte requerente, principalmente, ao comprovar que houve uma transferência de titularidade sem o seu consentimento para um desconhecido restando comprovado o dano que fora causado ao autor. Desse modo reitera-se os termos do pedido da inicial. É a manifestação. A parte requerida se manifestou nos seguintes termos: MM. Juiz, reitera os termos da contestação, especialmente quando diz que houve troca de titularidade, conforme

documentação em anexo. São os termos. DELIBERAÇÃO: conclusos para deliberação. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Conciliador: _____ Requerente: _____ Advogado(a) do(a) Requerente: _____ Preposto(a) do Requerido: _____ Advogado(a) do(a) Requerido: _____ PROCESSO: 00025713720188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR REU:GLENDA MAYARA SILVA SANTOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00025713720188140069 Autor (a): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Autora do fato: GLENDA MAYARA SILVA SANTOS DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Defiro o pedido formulado pelo Ministério Público na fl. 29. Expeça-se carta precatória à Comarca de Goiânia/GO, a fim de que seja apresentada à autora do fato a proposta de transação penal formulada na fl. 13. Instrua-se o pedido de cooperação com cópia do presente Termo Circunstanciado de Ocorrência e solicite-se ao juízo deprecado que sejam prestadas informações sobre a data da assentada, tão logo haja designação. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado / ofício / carta precatória, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Decisão Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00026120420188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR REU:MARIA EDNA BRITO AGUIAR VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00026120420188140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: MARIA EDNA BRITO AGUIAR Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito previsto no art. 310 do CTB (permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada) por MARIA EDNA BRITO AGUIAR. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal à autora do fato, a qual foi aceita em audiência preliminar realizada no dia 24/05/2018, consistente em prestação pecuniária em duas parcelas iguais de R$ 477,00 (quatrocentos e setenta e sete reais). Na fl. 17, foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva de direitos. Na fl. 19, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade do autor do fato. É breve relato. Decido. Considerando que o autor do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de MARIA EDNA BRITO AGUIAR, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se a autora do fato e o Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00027258920178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR REU:JOSE ALVES DIAS VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00027258920178140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: JOSÉ ALVES DIAS Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito previsto no art. 310 do CTB (permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada) por JOSÉ ALVES DIAS. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal ao autor do fato, sendo aceita em audiência preliminar realizada no dia 12/04/2017, para pagamento de prestação pecuniária no valor de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais), em 04 (quatro) parcelas iguais de R$ 300,00 (trezentos reais). Nas fl. 17, foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva de direitos. Na fl. 19, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade do autor do fato. É breve relato. Decido. Considerando que o autor do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de JOSÉ ALVES DIAS, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição

judicial. Intime-se o autor do fato e o Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00028502320188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR REU:JOSE BARBOSA BARROS VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00028502320188140069 Autor (a): MINISTÉRIO PÚBLICO Autora do fato: JOSÉ BARBOSA BARROS DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Defiro o pedido formulado pelo Ministério Público na fl. 29. Designo o DIA 28 DE AGOSTO DE 2019, às 09h40min, para audiência em que será apresentada ao autor do fato proposta de transação penal. Intime-se o autor do fato no endereço declinado na fl. 29, cientificando-o de que deverá comparecer à assentada acompanhado(a) de advogado sob pena de ser designado defensor ad hoc. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado / ofício / carta precatória, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00034089220188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR REU:VAGNER ALVES VASCONCELOS VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00034089220188140069 Autor (a): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL Autora do fato: VAGNER ALVES VASCONCELOS DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Defiro o pedido formulado pelo Ministério Público na fl. 29. Designo o DIA 28 DE AGOSTO DE 2019, às 09h20min, para audiência em que será apresentada ao autor do fato proposta de transação penal. Cientifique-se o (a) autor (a) do fato de que deverá comparecer à assentada acompanhado(a) de advogado sob pena de ser designado defensor ad hoc. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado / ofício / carta precatória, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Decisão Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00038829720178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 VITIMA:O. E. AUTOR DO FATO:MARLETE MACAL MEDEIROS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00038829720178140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: ROMÉRIO MARCOS MAÇAL DE LIMA Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito previsto no art. 310 do CTB (permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada) por ROMÉRIO MARCOS MAÇAL DE LIMA. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal ao autor do fato em audiência preliminar realizada no dia 26/04/2018, consistente em prestação pecuniária em quatro parcelas iguais de R$ 238,50 (duzentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), o que foi aceito pela parte. Nas fl. 20, foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva de direitos. Na fl. 22, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade do autor do fato. É breve relato. Decido. Considerando que o autor do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de ROMÉRIO MARCOS MAÇAL DE LIMA, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se o autor do fato e o Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00043627520178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR REU:MARIA CLEONEI MEDEIROS DE SOUZA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00043627520178140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: MARIA CLEONEI MEDEIROS DE SOUZA Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito previsto no art. 310 do CTB (permitir, confiar ou entregar a

direção de veículo automotor a pessoa não habilitada) por MARIA CLEONEI MEDEIROS DE SOUZA. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal à autora do fato, em audiência preliminar realizada no dia 08/11/2018, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), o que foi aceito pela parte, para pagamento em 04 (quatro) parcelas iguais de R$ 238,50 (duzentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos). Nas fl. 39 foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva de direitos. Na fl. 41, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade da autora do fato. É breve relato. Decido. Considerando que a autora do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de MARIA CLEONEI MEDEIROS DE SOUZA, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se a autora do fato e Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00044914620188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Busca e Apreensão em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 16637-A - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) REQUERIDO:LIDIO FELIX DE JESUS. DESPACHO Diga a parte autora sobre o que entender de direito no prazo legal. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00045705920178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR REU:DHIELLY DA SILVA MARINHO VITIMA:D. S. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00045705920178140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: DHIELLY DA SILVA MARINHO Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito de lesões corporais leves (art. 129, caput, CPB) por DHIELLY DA SILVA MARINHO. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal à autora do fato, em audiência preliminar realizada no dia 02/08/2017, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), o que foi aceito pela parte, para pagamento em 04 (quatro) parcelas iguais de R$ 234,35 (duzentos e trinta e quatro reais e trinta e cinco centavos). Na fl. 23, foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva de direitos. Na fl. 25, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade da autora do fato. É breve relato. Decido. Considerando que a autora do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de DHIELLY DA SILVA MARINHO, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se a autora do fato e Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00050500320188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARLONS PASCHOAL PASCHOALINI ME Representante(s): OAB 25542 - BRENDA TAYNARA ABREU PIMENTEL (ADVOGADO) OAB 351.579 - JOAQUIM LUIZ DE MORAES JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIELLE DE JESUS SILVA RIBEIRO. DESPACHO Diga a parte autora sobre o que entender de direito no prazo legal. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00056445120178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:ELIZETE BENTO FERREIRA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00056445120178140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: ELIZETE BENTO FERREIRA Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito previsto no art. 310 do CTB (permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada) por ELIZETE BENTO FERREIRA. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal à autora do fato, em audiência preliminar realizada no dia 27/09/2017, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais), o que foi aceito pela parte, para pagamento em quatro parcelas iguais de R$ 234,25 (duzentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos). Na fl. 18, foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva

de direitos. Na fl. 20, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade da autora do fato. É breve relato. Decido. Considerando que a autora do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de ELIZETE BENTO FERREIRA, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se a autora do fato e o Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00057141020138140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): AGENOR CASSIO NASCIMENTO CORREIA DE ANDRADE Ação: Notificação em: 27/06/2019 REQUERENTE:AQUINO PEREIRA CAMPOS Representante(s): OAB 14768-B - CESAR TADRA (ADVOGADO) REQUERIDO:WILTON GOMES VAZ. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ DESPACHO Processo n.: 00057141020138140069 Vistos etc. Considerando que o presente processo se encontra parado no gabinete desde o dia 10/02/2017 (fl. 16-v) sem nenhum tipo de impulsionamento, intime-se a parte requerente, na pessoa do advogado constituído para que manifeste interesse no prosseguimento do feito no prazo de 05 dias. Com ou sem manifestaç"o, neste último caso devidamente certificado, façam-se os autos imediatamente conclusos com o decurso do prazo. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 27 de fevereiro de 2019. AGENOR DE ANDRADE Juiz de Direito Titular da Comarca de Pacajá Página de Refresh 'F9' Fórum de: PACAJÁ Email: 1pacaja@tjpa.jus.br Endereço: Rua Inês Soares, s/n CEP: 68.485-000 Bairro: CENTRO Fone: (91)3798-1113 Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Decis"o Juiz de Direito Pág. de 2 PROCESSO: 00060455020178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:BENEDITO CIPRIANO DA SILVA Representante(s): OAB 18261-B - GUSTAVO DA SILVA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA. DESPACHO Diga a parte autora sobre o que entender de direito no prazo legal. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00065305020178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR REU:VILMAR LIMA DOS SANTOS VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00065305020178140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: WILMAR LIMA DOS SANTOS Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito previsto no art. 310 do CTB (permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada) por WILMAR LIMA DOS SANTOS. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal ao autor do fato, a qual foi aceita em audiência preliminar realizada no dia 12/04/2018, consistente em prestação pecuniária correspondente a 01 (um) salário mínimo vigente, dividido em três parcelas iguais de R$ 318,00 (trezentos e dezoito reais). Nas fl. 23, foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva de direitos. Na fl. 25, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade do autor do fato. É breve relato. Decido. Considerando que o autor do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de WILMAR LIMA DOS SANTOS, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se o autor do fato e o Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00068032920178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:EDUARDO BATISTA DA COSTA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00068032920178140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: EDUARDO BATISTA DA COSTA Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito previsto no art. 310 do CTB (permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada) por EDUARDO BATISTA DA COSTA. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal ao autor do fato, em audiência preliminar realizada no dia 25/10/2017, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), o que foi aceito pela parte, para pagamento em 04 (quatro) parcelas iguais de R$ 234,25 (duzentos

e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos). Nas fl. 23, foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva de direitos. Na fl. 25, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade do autor do fato. É breve relato. Decido. Considerando que o autor do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de EDUARDO BATISTA DA COSTA, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se o autor do fato e Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00068299020188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:EVANDRO JOSE DOS SANTOS VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00068299020188140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: EVANDRO JOSÉ DOS SANTOS Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito previsto no art. 309 do CTB (dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida Permissão para Dirigir ou Habilitação ou, ainda, se cassado o direito de dirigir, gerando perigo de dano) por EVANDRO JOSÉ DOS SANTOS. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal ao autor do fato, a qual foi aceita em audiência preliminar realizada no dia 08/11/2018, consistente em prestação pecuniária correspondente a 01 (um) salário mínimo vigente, dividido em quatro parcelas iguais de R$ 238,50 (duzentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos). Nas fl. 21, foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva de direitos. Na fl. 23, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade do autor do fato. É breve relato. Decido. Considerando que o autor do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de EVANDRO JOSÉ DOS SANTOS, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se o autor do fato e o Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00076128220188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR REU:JHONATAN GOMES VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00076128220188140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: JHONATAN GOMES Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito previsto no art. 250, § 2º do CPB (Causar incêndio, expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem) por JHONATAN GOMES. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal ao autor do fato, a qual foi aceita em audiência preliminar realizada no dia 08/11/2018, consistente em prestação pecuniária correspondente a 01 (um) salário mínimo vigente, dividido em quatro parcelas iguais de R$ 238,50 (duzentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos). Nas fl. 21, foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva de direitos. Na fl. 23, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade do autor do fato. É breve relato. Decido. Considerando que o autor do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de JHONATAN GOMES, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se o autor do fato e o Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00077447620178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Tutela Cautelar Antecedente em: 27/06/2019 REQUERENTE:JOSILENE SILVA PEREIRA Representante(s): OAB 18261-B - GUSTAVO DA SILVA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 6168 - LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS PORTO (ADVOGADO) OAB 5865 - MARCAL MARCELLINO DA SILVA NETO (ADVOGADO) OAB 2412 - KEYLA MARCIA GOMES ROSAL (ADVOGADO) OAB 2402 - ELAINE AYRES BARROS (ADVOGADO) OAB 2943 - JOSE FREDERICO

FLEURY CURADO BROM (ADVOGADO) . DESPACHO Diga a parte autora sobre o que entender de direito no prazo legal. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00081506320188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR REU:MARLY BRAGA DA SILVA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00081506320188140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: MARLY BRAGA DA SILVA Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito previsto no art. 310 do CTB (permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada) por MARLY BRAGA DA SILVA. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal à autora do fato, a qual foi aceita em audiência preliminar realizada no dia 08/11/2018, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 477,00 (quatrocentos e setenta e sete reais), dividido em duas parcelas iguais de R$ 238,50 (duzentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos). Nas fl. 23, foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva de direitos. Na fl. 25, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade do autor do fato. É breve relato. Decido. Considerando que o autor do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de MARLY BRAGA DA SILVA, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se o autor do fato e o Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00081514820188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR REU:MARIA LUCIA DOS SANTOS PEREIRA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00081514820188140069 Classe: TCO Autor(a) do fato: MARIA LUCIA DOS SANTOS PEREIRA Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito previsto no art. 310 do CTB (permitir, confiar ou entregar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada) por MARIA LUCIA DOS SANTOS PEREIRA. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal à autora do fato, a qual foi aceita em audiência preliminar realizada no dia 08/11/2018, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), dividido em quatro parcelas iguais de R$ 238,50 (duzentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos). Na fl. 28, foi certificado o cumprimento integral da medida restritiva de direitos. Na fl. 30, o Ministério Público se manifestou pela declaração da extinção da punibilidade do autor do fato. É breve relato. Decido. Considerando que o autor do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, acolho o pedido do Ministério Público e, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de MARIA LUCIA DOS SANTOS PEREIRA, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se o autor do fato e o Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00088149420188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARCIO RAMOS BRITO Representante(s): OAB 22362 - DIVANDRO KRAUSE RAMOS (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA. PROCESSO N° 00088149420188140069 REQUERENTE: MARCIO RAMOS BRITO REQUERIDO: CELPA AUSENTE O REQUERENTE MARCIO RAMOS BRITO TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho, do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 11h10, nesta Cidade e Comarca de Pacajá/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontrava o Analista Judiciário ANTÔNIO MARCOS DE JESUS FERREIRA, atuando como Conciliador, por designação do MM. Juiz de Direito, ESDRAS MURTA BISPO, respondendo pela Comarca de Pacajá. Realizado o pregão, constatou-se a ausência do requerente MARCIO RAMOS BRITO. Em seguida constatou-se a presença da advogada do requerente JANAINA BATISTA COSTA, OAB/PA 26416. Presente o Requerido CELPA S. A., representado por seu preposto KELLY SOUSA DE ARAUJO, CPF 037.510.142-09, acompanhada da advogada BRENDA TAYNARA ABREU PIMENTEL, OAB/PA 23542. O requerido requereu a juntada da carta de preposição, substabelecimento e atos constitutivos. ABERTA A

AUDIÊNCIA, não foi possível sua realização ante a ausência do requerente. A advogado do autor pediu a palavrar e manifestou nos seguintes termos: MM. Juiz requer que seja redesignada a presente audiência, considerando que o autor não conseguiu chegar a tempo, pois se encontra incomunicável e em viagem. A parte requerida manifestou nos seguintes termos: MM. Juiz requer a extinção do processo em face da ausência da parte autora, bem como multa por ato atentatório à dignidade da justiça. DELIBERAÇÃO: Conclusos para deliberação. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Conciliador: _____ Requerente: _____ Advogado(a) do(a) Requerente: _____ Preposto(a) do Requerido: _____ Advogado(a) do(a) Requerido: _____ PROCESSO: 00089768920188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:POSTO PANORAMA LTDA Representante(s): OAB 11946 - FERNANDO JOSE MARIN CORDERO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 25396 - GABRIELA DUARTE SCHALKEN (ADVOGADO) OAB 23313 - BRENDA ARAUJO TAVARES SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:VJ TEIXEIRA ME REPRESENTANTE:SUZANA MARGARETH SCARPARO LEITE REPRESENTANTE:LUIZ CARLOS AGUIAR LEITE. DESPACHO Diga a parte autora sobre o que entender de direito no prazo legal. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00093198520188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR REU:ELISVAN COSTA DE SOUZA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo: 00093198520188140069 Classe: TCO Autor do fato: ELISVAN COSTA DE SOUZA Juiz: ESDRAS MURTA BISPO SENTENÇA Cuidam os autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar o cometimento do delito de uso de drogas (art. 28 da Lei nº. 11.343/2006) por ELISVAN COSTA DE SOUZA. O MINISTÉRIO PÚBLICO ofereceu proposta de transação penal ao autor do fato, a qual foi aceita em audiência preliminar instalada no dia 19/03/2019, consistente no pagamento de 01 (um) salário mínimo vigente. Na fl. 23, foi certificado o cumprimento da medida restritiva de direitos. É breve relato. Decido. Considerando que o autor do fato cumpriu a medida restritiva de direitos (prestação pecuniária) na íntegra, conforme certificado nos autos, com fundamento no art. 84, parágrafo único da Lei nº. 9.099/95, declaro extinta a punibilidade em face de ELISVAN COSTA DE SOUZA, destacando que a transação penal não constará dos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial. Intime-se autor do fato e Ministério Público. Após, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 26 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00000251420158140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 15870 - ALFREDO TIBURCIO PAIVA FROTA - PROCURADOR FEDERAL (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:LEMA INDUSTRIA TRANSPORTES E COMERCIO DE MADEIRAS E FABRICA. DESPACHO Vistos etc. Diga o exequente sobre o que entender de direito no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00000783420118140069 PROCESSO ANTIGO: 201110000465 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 10261 - GUSTAVO DA SILVA LYNCH (ADVOGADO) EXECUTADO:TOZETTI INDUSTRIA E COMERCIO EXPORTACAO LTDA. DESPACHO Vistos etc. Diga o exequente sobre o que entender de direito no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00000831720158140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:FRANCYS FABIO LIMA PEREIRA VITIMA:O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR(A):ADRIANA PASSOS FERREIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme

preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00000858420158140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:ADAILTON PEREIRA DOS SANTOS VITIMA:A. A. S. AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR(A):ADRIANA PASSOS FERREIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para o que entender de direito. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00000874920188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:PRICILA SILVA DA CONCEICAO VITIMA:A. F. F. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00001577620128140069 PROCESSO ANTIGO: 20121000076 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:MADEIREIRA LOPES LTDA ME. DESPACHO Vistos etc. Diga o exequente sobre o que entender de direito no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00002831920188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO Representante(s): OAB 89774 - ACACIO FERNANDEZ ROBOREDO (ADVOGADO) EXECUTADO:C. A. P. DE SOUSA COMERCIO EXECUTADO:CINDY AGUIAR PINHEIRO SOUZA. Processo nº 0000283-19.2018.8.14.0069 SENTENÇA Trata-se de ação de execução de título extrajudicial, ajuizada pela parte requerente, devidamente qualificada, em face da requerida, igualmente qualificada. As partes acordaram juntando aos autos o respectivo termo de fls. 53/56. É o relatório. Decido. O acordo entabulado pelas partes afigura-se regular, sem vícios formais e materiais, atendendo satisfatoriamente aos interesses dos transatores. A solução consensual das querelas sociais é resultado exitoso e sempre preferencial a qualquer outra forma de intervenção heterônoma, pois revela a autonomia, capacidade e senso de responsabilidade social das partes e de todos aqueles que participaram da avença como estimuladores, em obediência ao que disposto pelo art. 3º, §3º, do NCPC. Isto posto, HOMOLOGO a transação de fl. 53/56, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, III, b, do NCPC. Condeno as partes transatoras ao pagamento das custas processuais (pro rata), nos termos do art. 90, §2º, do CPC. Transitada em julgado, à UNAJ. Após, ausentes outros requerimentos, ARQUIVEM-SE os autos, com baixa da sua distribuição no Sistema LIBRA. P.R.I.C. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00003256820188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 28/06/2019 REQUERENTE:CLOTILDES COSTA BOHRY Representante(s): OAB 14243 - KELY CRISTINA CHAVITO PONCHIO RAMOS (ADVOGADO) OAB 11764 - GEOVAM NATAL LIMA RAMOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BGN SA. DESPACHO Vistos etc. Considerando a certidão retro intime-se pessoalmente a parte autora para informar se possui interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, na forma do art. 485, §1º do CPC/15. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00003265320188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA

BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:SIRLANDRO MAGALHAES PEREIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00004827520178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 28/06/2019 REQUERENTE:PAULO SANTOS GUIMARAES NETO Representante(s): OAB 16187 - ANA SUENY LEITE SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJA. Processo nº 0000482-75.2017.8.14.0069 SENTENÇA Cuida-se de ação de cobrança ajuizada por PAULO SANTOS GUIMARÃES NETO em face do MUNICÍPIO DE PACAJÁ, ambos devidamente qualificados, aduzindo a parte autora que, por força de contrato administrativo firmado com o requerido, cujo objeto consistia na prestação de serviços técnicos especializados de engenharia com prazo de duração de janeiro a dezembro de 2016, o acionado lhe teria deixado de pagar a contraprestação correspondente aos últimos seis meses. Designada audiência de conciliação, não se logrou êxito na efetivação de acordo (fl. 24). O réu ofereceu contestação (fls. 28/31), em que alega a inobservância das normas financeiras relativas ao empenho, liquidação e pagamento das despesas públicas, bem como a falta de comprovação por parte da requerente dos serviços contratados nos meses subsequentes aos pagamentos recebidos. As partes quedaram-se inertes quanto à pretensão à produção de outras provas (fl. 35). É o relatório. Passo a fundamentar e decidir. É caso de julgamento antecipado do pedido, com base no art. 355, I, do CPC, ante a desnecessidade de produção de outras provas para o deslinde do feito. Presentes os pressupostos processuais e os requisitos de admissibilidade da demanda, passo ao exame do mérito. Ao caso em exame há que se aplicar o regime da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 4.320/64. Sem razão a parte autora. O contrato administrativo em questão fora firmado sob inexigibilidade de licitação e tinha por objeto a contratação de profissional do ramo da engenharia civil para fins de fiscalização e acompanhamento de obras públicas no âmbito do Município, no ano de 2016. Segundo ficou estabelecido no contrato, a avença tinha o valor total de R$ 83.090,64, a ser pago à parte autora em doze prestações de R$ 6.924,22, na medida em que as notas fiscais/faturas/recibos fossem devidamente atestados pelo setor competente. Analisando percucientemente os elementos probatórios constante dos autos, tem-se que a parte autora juntou aos autos cópia do contrato administrativo e dos comprovantes de pagamento de apenas seis meses, porém deixou de comprovar a prestação dos correspondentes serviços nos meses subsequentes. Com efeito, o contrato administrativo firmado com a parte acionada veiculava verdadeira relação jurídica continuativa ou de trato sucessivo, a demandar a comprovação da efetiva contraprestação por parte da autora para o fim de se exigir o pagamento das demais prestações pela parte acionada. Da análise do instrumento contratual que embasa a lide, os pagamentos devidos pela Administração estariam condicionados à prévia prestação do serviço pela parte postulante, mediante notas de empenho, fiscais/faturas devidamente atestadas pelo setor competente da acionada (cláusulas 3.3, 4.4 e 8.1). A ausência de tais documentos ou de outros documentos passíveis de produção pela própria postulante enseja a não comprovação dos serviços por ela pretensamente prestados, de modo que considero não provado o fato constitutivo do seu direito, nos termos do art. 373, I, do CPC. Nessa contextura, para o pagamento das prestações, tendo em vista a fase de liquidação da despesa (art. 63 da Lei 4.320/64), teria sido necessário documento, a cargo da parte autora, comprobatório dos serviços prestados. Contudo, não consta dos autos, qualquer documento nesse sentido. Desse modo, não se afigura razoável reconhecer a responsabilidade da parte acionada, quando sequer se logrou comprovar a efetiva prestação dos serviços que justificariam o respectivo pagamento. Entendimento contrário ensejaria a consagração do enriquecimento sem causa (art. 884 do CC). Noutra senda, é sabido que constitui motivo para rescisão do contrato administrativo o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração decorrentes de serviços já executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, nos termos do art. 78, XV, da Lei 8.666/93. Assim sendo, não se afigura crível que a parte autora tenha prestado serviços por seis meses, sob o inadimplemento da parte acionada, sem que tivesse tomado a iniciativa de requerer a rescisão do contrato ou pleitear a

suspensão da prestação dos seus serviços. Por fim, compulsando-se os autos, observa-se que o feito tramitou sob o rito do Juizado da Fazenda Pública (fl. 20), cujo procedimento, por força do art. 27, da Lei nº 12.153/09, recebe aplicação subsidiária da Lei nº 9.099/95, a qual prevê, em seu art. 54, a desnecessidade de adiantamento de custas processuais para o acesso em primeiro grau de jurisdição. Apesar disso, foi exigido da parte autora o adiantamento de custas processuais (fls. 36, 38, 40), cujo recolhimento se comprovou à fl. 49. Diante disso, tais valores deverão ser restituídos à postulante. Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado, com base no art. 487, I, do CPC. Transitada em julgado, remetam-se os autos à UNAJ para fins de viabilizar a restituição da quantia paga pela autora (f. 46). Com a restituição, ausentes quaisquer outros requerimentos, ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I.C. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito PROCESSO: 00005240820098140069 PROCESSO ANTIGO: 20091000364 5 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO Representante(s): OAB 8327 - ALEKSEY LANTER CARDOSO (ADVOGADO) EXECUTADO:MALACARNE MADEIRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME. Processo: 0000524-08.2009.8.14.0069 SENTENÇA Cuida-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado do Pará em face de Malacarne Madeiras Indústria e Comércio ltda, ambos devidamente qualificados. À fl. 69, a Fazenda Pública exequente informa a ocorrência do pagamento do débito, requerendo a extinção da execução. É o relatório. Decido. Tendo havido satisfação da obrigação, EXTINGO o feito, com base no art. art. 924, II, do CPC c/c art. 156, I, do CTN. Condeno o acionado ao pagamento das custas processuais, bem como em honorários sucumbenciais no percentual de 10% sobre o valor da causa, com base no art. 85, §§ e 2º e 3º, I, do CPC. Transitada em julgado, encaminhem-se os autos à UNAJ para relatório de contas e posterior intimação do executado para pagamento. Não havendo mais requerimentos, arquivem-se os autos, com a baixa respectiva. P.R.I.C. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito PROCESSO: 00005333320108140069 PROCESSO ANTIGO: 201010003238 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Processo de Execução em: 28/06/2019 EXEQUENTE:JESUINO RODRIGUES DOS SANTOS Representante(s): OAB 15110-A - RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO) EXECUTADO:JOSE DO ROSARIO OLIVEIRA. Processo nº 0000533-33.2010.8.14.0069 DESPACHO Compulsando os autos, verifica-se que foi determinada a intimação do autor - Jesuíno Rodrigues dos Santos (fl. 20), porém a certidão da intimação de fl. 22 é apontado que no endereço da diligência procurou-se a pessoa do réu - José do Rosário Oliveira. Isto posto, REITERE-SE a intimação pessoal do autor, na forma do despacho de fl. 20. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00005457620128140069 PROCESSO ANTIGO: 201210003179 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): JAIR SA MAROCCO PROCURADOR DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO) EXECUTADO:JUAREZ OLIVEIRA PINHEIRO. Processo: 0000545-76.2012.8.14.0069 SENTENÇA Cuida-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado do Pará em face de Juarez Oliveira Pinheiro, ambos devidamente qualificados. À fl. 39, a Fazenda Pública exequente informa a ocorrência do pagamento do débito, requerendo a extinção da execução. É o relatório. Decido. Tendo havido satisfação da obrigação, EXTINGO o feito, com base no art. art. 924, II, do CPC c/c art. 156, I, do CTN. Condeno o acionado ao pagamento das custas processuais, bem como em honorários sucumbenciais no percentual de 10% sobre o valor da causa, com base no art. 85, §§ e 2º e 3º, I, do CPC. Transitada em julgado, encaminhem-se os autos à UNAJ para relatório de contas e posterior intimação do executado para pagamento. Não havendo mais requerimentos, arquivem-se os autos, com a baixa respectiva. P.R.I.C. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito PROCESSO: 00006560220088140069 PROCESSO ANTIGO: 200810005741 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: COBRANÇA RESÍDUO DOMÍNIO-CÍVEL E COMÉRCIO em: 28/06/2019 REQUERENTE:JOSE LOPES DA SILVA Representante(s): LUIZ CARLOS FIN (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. DESPACHO Vistos etc. Considerando a certidão retro intime-se pessoalmente a parte autora para informar se possui interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, na forma do art. 485, §1º do CPC/15. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00008250820168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 14601-B - BIANCA ORMANES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:EDMIR JOSE DA SILVA Representante(s): OAB 888-A - FRANCISCO GILSON DE MIRANDA (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos etc. Diga o exequente sobre o que entender de direito no

prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00008432920168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): JAIR SA MAROCCO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:EDMIR JOSE DA SILVA Representante(s): OAB 888-A - FRANCISCO GILSON DE MIRANDA (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos etc. Diga o exequente sobre o que entender de direito no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00008441420168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXECUTADO:EDMIR JOSE DA SILVA Representante(s): OAB 888-A - FRANCISCO GILSON DE MIRANDA (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 14601-B - BIANCA ORMANES (PROCURADOR(A)) . DESPACHO Vistos etc. Diga o exequente sobre o que entender de direito no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00008459620168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXECUTADO:PEDRO THEODORO DE REZENDE EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 14601-B - BIANCA ORMANES (PROMOTOR(A)) . Processo: 000845-96.2016.8.14.0069 SENTENÇA Cuida-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado do Pará em face de Pedro Theodoro de Rezende, ambos devidamente qualificados. À fl. 21, a Fazenda Pública exequente informa a ocorrência do pagamento do débito, requerendo a extinção da execução. É o relatório. Decido. Tendo havido satisfação da obrigação, EXTINGO o feito, com base no art. art. 924, II, do CPC c/c art. 156, I, do CTN. Condeno o acionado ao pagamento das custas processuais, bem como em honorários sucumbenciais no percentual de 10% sobre o valor da causa, com base no art. 85, §§ e 2º e 3º, I, do CPC. Transitada em julgado, encaminhem-se os autos à UNAJ para relatório de contas e posterior intimação do executado para pagamento. Não havendo mais requerimentos, arquivem-se os autos, com a baixa respectiva. P.R.I.C. Pacajá/PA, 24 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito PROCESSO: 00008604120118140069 PROCESSO ANTIGO: 201110005613 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DE PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL EXECUTADO:VASCONCELOS DA SILVA ARAUJO. Processo: 0000860-41.2011.8.14.0069 SENTENÇA Cuida-se de execução fiscal ajuizada pelo Estado do Pará em face de Vasconcelos da Silva Araújo, ambos devidamente qualificados. À fl. 44, a parte exequente requereu a desistência da ação. É o relatório. Decido. Tendo havido o pedido de desistência da ação, ainda não citado o executado, EXTINGO o feito, com base no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Isento o exequente, com base no art. 40, I, da Lei Estadual nº 8.328/15. Sem condenação em honorários, eis que o acionado sequer foi citado. Transitada em julgado, não havendo mais requerimentos, arquivem-se os autos, com a baixa respectiva. P.I.C. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito PROCESSO: 00010433620168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 211.648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) REQUERIDO:LIDIO FELIX DE JESUS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Intime-se a parte autora/exequente para se manifestar acerca do documento de fl. retro e requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00010433620168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 211.648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) REQUERIDO:LIDIO FELIX DE JESUS. DESPACHO INTIME-SE a parte autora do resultado da pesquisa requerida e dê andamento ao feito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo ;Juiz de Direito PROCESSO: 00010452120078140069 PROCESSO ANTIGO: 200710006500 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 28/06/2019 REQUERENTE:WELDA INACIO PEREIRA REQUERENTE:MARIA DE JESUS ARAUJO PORTO REQUERIDO:BANCO BONSUCESSO BANCO DE CREDITO Representante(s): OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) OAB 15110-A - RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 16844-A - IVAN MERCEDO DE ANDRADE

MOREIRA (ADVOGADO) OAB 16846-A - CELSO HENRIQUE DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 16845-A - WILLIAM BATISTA NESIO (ADVOGADO) OAB 109730 - FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATTELA (ADVOGADO) OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) OAB 15110-A - RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 16844-A - IVAN MERCEDO DE ANDRADE MOREIRA (ADVOGADO) OAB 16846-A - CELSO HENRIQUE DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 16845-A - WILLIAM BATISTA NESIO (ADVOGADO) OAB 109730 - FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATTELA (ADVOGADO) REQUERENTE:LUIZA DE MELO SOUZA REQUERENTE:MARIA DOS ANJOS TOMAZ DA SILVA Representante(s): OAB 11597-A - JOSE DE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) OAB 11597-A - JOSE DE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Intime-se a parte autora/exequente para se manifestar acerca do documento de fl. retro e requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00010494820138140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:SEBASTIAO AZEVEDO NORONHA Representante(s): OAB 15148-A - JOSE ALEXANDRE DOMINGUES GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERIDO:WILTON FERNANDES PINHEIRO DA CRUZ ME. Processo: 0001049-48.2013.8.14.0069 SENTENÇA Cuida-se de ação declaratória de indébito c/c pedido de indenização por danos morais ajuizada pela parte autora em face da parte acionada, ambas devidamente qualificada. Às fls. 40/43 a parte acionada fora condenada em obrigação de pagar em sentença prolatada em 30/07/2013. A parte autora apenas requereu o cumprimento de sentença (fls. 64 e 65) no dia 08/02/2018, mais de quatro anos. Determinou-se a intimação das partes, com base no art. 9º, do CPC. É o sucinto relatório. Decido. Levando-se em conta que a lide versa caso de responsabilidade civil extracontratual, cujo prazo prescricional é de três anos (art. 206, §3º, V, CC), bem como que a execução prescreve no mesmo prazo da pretensão, forte no enunciado 150 da Súmula do STF, verifica-se que a pretensão ao cumprimento da sentença encontra-se alcançada pela prescrição. Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido de cumprimento de sentença, extinguindo o feito com base no art. 487, II, do CPC. Sem custas, com fundamento no art. 55 da Lei nº 9.099/95. P.R.I.C. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito PROCESSO: 00010624220168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO DENUNCIADO:GILSON SOARES PEREIRA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para o que entender de direito. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00011629420168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO DENUNCIADO:MARCO BANDEIRA DA SILVA VITIMA:L. P. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00011666320188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 28/06/2019 AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:GERSON ALBERTO DE FRANÇA DENUNCIADO:JONAS DE ASSIS BARBOSA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo

prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00012654320128140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:ANDRE SILVA DE MORAES VITIMA:O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:RENATO BELINI DE OLIVEIRA COSTA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para o que entender de direito. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00013060520158140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15763-A - GUSTAVO AMATO PISSINI (ADVOGADO) REQUERIDO:VICENTE JOSE TEIXEIRA Representante(s): OAB 18261-A - GUSTAVO DA SILVA VIEIRA (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos etc. Diga o exequente sobre o que entender de direito no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00013190420158140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:IUMARA SOARES COSTA VITIMA:A. P. M. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR(A):ADRIANA PASSOS FERREIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00014729520198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 28/06/2019 REQUERENTE:FATIMA DE SOUSA SANTOS Representante(s): OAB 24506-A - ALFREDO BERTUNES DE ARAUJO (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA PROCESSO N° 0001472.95.2019.8.14.0069 REQUERENTE: FÁTIMA DE SOUSA SANTOS REQUERIDO: CELPA TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho, do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 11h30, nesta Cidade e Comarca de Pacajá/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontrava o Analista Judiciário ANTONIO MARCOS DE JESUS FERREIRA, atuando como Conciliador, por designação do MM. Juiz de Direito, ESDRAS MURTA BISPO, respondendo pela Comarca de Pacajá. Realizado o pregão, constatou-se a presença da requerente, FÁTIMA DE SOUSA SANTOS, RG 3956673, CPF: 844.194.152-15, acompanhada do advogado ALFREDO BERTUNES DE ARAÚJO, OAB/PA 24506-B. Presente, também, a requerida, na pessoa da preposta KELLY SOUSA DE ARAUJO, CPF 037.510.142-09, acompanhada da advogada BRENDA TAYNARA ABREU PIMENTEL, OAB/PA 25.542. ABERTA A AUDIÊNCIA, a requerida fez a juntada de carta de preposição, contestação, atos constitutivos e substabelecimento. Formulou proposta de acordo nos seguintes termos: MM. Juiz, trata-se de fatura de CNR no valor de R$ 672,93. A requerida propõe o cancelamento da fatura, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de multa no importe de 50% (cinquenta por cento) do valor da fatura. A requerente deve abrir mão dos demais pedidos, inclusive o de danos morais. São os termos. Dada a palavra ao advogado da parte autora, assim e manifestou: MM Juiz, a parte autora aquiesce com os termos da proposta formulada pela ré. Pede deferimento. Em seguida, o conciliador fez os autos conclusos ao magistrado, que passou a proferir SENTENÇA: "Relatório dispensado, na forma do art. 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de AÇÃO DE

CONHECIMENTO, no bojo da qual as partes, plenamente capazes e devidamente assistidas por advogados, entabularam acordo. Compulsando os autos, verifico não haver óbice à homologação da avença, eis que de direitos disponíveis se trata. Sendo assim, HOMOLOGO o acordo acima realizado, o qual passa a fazer parte da presente sentença. Por conseguinte, extingo o feito, com base no art. 487, II, b, do Código de Processo Civil. Sem custas, na forma do art. 55 da Lei 9.099/95. Partes intimadas em audiência. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimentos, arquivem-se os autos, com as baixas respectivas." Esdras Murta Bispo Juiz de Direito, respondendo pela Comarca de Pacajá Nada mais havendo, eu, ANTONIO MARCOS DE JESUS FERREIRA, encerrei o presente termo, que, após lido e achado conforme, vai por todos assinado. Conciliador: _____ Requerente: _____ Advogado(a) do(a) Requerente: _____ Preposto(a) da Requerida: _____ Advogado(a) do(a) Requerido: _____ PROCESSO: 00015116820148140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:IBAMA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS NATURAIS E RENOVAVEIS Representante(s): REGINA COELI DE O. MOUTINHO DA CONCEICAO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:W. A. COSTA MADEIRAS - ME - PAU D ARCO MADEIRAS DO PARA. Processo nº 0001511-68.2014.8.14.0069 DESPACHO INTIME-SE a parte exequente para tomar ciência da inexistência de ativos financeiros penhoráveis do executado, bem como para, no prazo de 15 (quinze dias), requerer o que entender de direito. Pacajá/PA, 24 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00015116820148140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:IBAMA INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE DOS RECURSOS NATURAIS E RENOVAVEIS Representante(s): REGINA COELI DE O. MOUTINHO DA CONCEICAO (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:W. A. COSTA MADEIRAS - ME - PAU D ARCO MADEIRAS DO PARA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Intime-se a parte autora/exequente para se manifestar acerca do documento de fl. retro e requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00015477120188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOSIMAR DA SILVA SOUZA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00016296820198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 28/06/2019 REQUERENTE:ANA SIMOES DOS SANTOS Representante(s): OAB 23989 - LORRANY ALVES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA PROCESSO N° 00016296820198140069 REQUERENTE: ANA SIMÕES DOS SANTOS REQUERIDO: CELPA TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho, do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 13h30, nesta Cidade e Comarca de Pacajá/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontrava o Analista Judiciário ANTONIO MARCOS DE JESUS FERREIRA, atuando como Conciliador, por designação do MM. Juiz de Direito, ESDRAS MURTA BISPO, respondendo pela Comarca de Pacajá. Realizado o pregão, constatou-se a presença da requerente, ANA SIMÕES DOS SANTOS, RG 5266716, CPF: 269.557.092-91, telefone 91-991655150, acompanhada da advogada LORRANY ALVES VALADÃO, OAB/PA 23989. Presente, também, a requerida, na pessoa da preposta KELLY SOUSA DE

ARAUJO, CPF 037.510.142-09, acompanhada da advogada BRENDA TAYNARA ABREU PIMENTEL, OAB/PA 25.542. ABERTA A AUDIÊNCIA, a requerida fez a juntada de carta de preposição, contestação, atos constitutivos, substabelecimento e petição de chamamento do feito à ordem. Formulou proposta de acordo nos seguintes termos: MM. Juiz, a requerida propõe o parcelamento do débito, no valor de R$ 500,57, em até 20 (vinte) vezes, com entrada de 10% (dez por cento). São os termos. Dada a palavra à advogada da parte autora, assim e manifestou: MM Juiz, a parte autora reitera os termos e pedidos da exordial. São os termos. Não houve conciliação. Em seguida, o conciliador fez os autos conclusos ao magistrado. Nada mais havendo, eu, ANTONIO MARCOS DE JESUS FERREIRA, encerrei o presente termo, que, após lido e achado conforme, vai por todos assinado. Conciliador: _____ Requerente: _____ Advogado(a) do(a) Requerente: _____ Preposto(a) da Requerida: _____ Advogado(a) do(a) Requerido: _____ PROCESSO: 00016305320198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 28/06/2019 REQUERENTE:BELINA DE SOUZA COSTA Representante(s): OAB 23989 - LORRANY ALVES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA PROCESSO N° 000163053201.8.14.0069 REQUERENTE: BELINA DE SOUZA COSTA REQUERIDO: CELPA TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho, do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 11h30, nesta Cidade e Comarca de Pacajá/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontrava o Analista Judiciário ANDONIO MARCOS DE JESUS FERREIRA, atuando como Conciliador, por designação do MM. Juiz de Direito, ESDRAS MURTA BISPO, respondendo pela Comarca de Pacajá. Realizado o pregão, constatou-se a presença da requerente, BELINA DE SOUZA COSTA, RG 2034927, CPF: 269413412-20, telefone 91-992030816, acompanhada da advogada LORRANY ALVES VALADÃO, OAB/PA 23989. Presente, também, a requerida, na pessoa da preposta KELLY SOUSA DE ARAUJO, CPF 037.510.142-09, acompanhada da advogada BRENDA TAYNARA ABREU PIMENTEL, OAB/PA 25.542. ABERTA A AUDIÊNCIA, a requerida fez a juntada de carta de preposição, contestação e atos constitutivos e substabelecimento. Formulou proposta de acordo consistente em: a requerente alega na inicial que os valores das faturas que vem recebendo são altos por se ruma pessoa hipossuficiente. Assim, requer a suspensão do fornecimento das faturas dos meses de fevereiro de 2018 a fevereiro de 2019. A requerida propõe o parcelamento das faturas em aberto em até 24 vezes. São os termos. Dada a palavra à advogada da parte autora, manifestou-se nos seguintes termos: "MM. Juiz, a parte requerente não pede a suspensão das faturas, apenas a revisão dos débitos, para que seja constatado o real consumo da unidade, tendo em vista, conforme documentação em anexo, o consumo da autora oscila entre 150 a 249 kw/h. Vale ressaltar que a classe de consumo em que a requerente se insere é de residência rural, que, por imposição da ANEEL, a tarifa deveria ser mais baixa. Por isso, reitera os termos da inicial. Pede deferimento. Em seguida, o conciliador fez os autos conclusos ao magistrado. Nada mais havendo, eu, ANTONIO MARCOS DE JESUS FERREIRA, encerrei o presente termo, que, após lido e achado conforme, vai por todos assinado. Conciliador: _____ Requerente: _____ Advogado(a) do(a) Requerente: _____ Preposto(a) da Requerida: _____ Advogado(a) do(a) Requerido: _____ PROCESSO: 00017818720178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:BRUNO FERNANDES SILVA FREITAS DENUNCIADO:CARAJAS MADEIRAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA DENUNCIADO:CLAUDINEIA FERNANDES SOUSA VITIMA:O. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de

Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00018121520148140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:GEOVANE SILVA DA CONCEICAO VITIMA:O. E. AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR(A):ADRIANA PASSOS FERREIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para o que entender de direito. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00018444920168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO DENUNCIADO:ALTAMIRO ALEXO DA SILVA VITIMA:A. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para o que entender de direito. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00019893720188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXEQUENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 16637-A - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) EXECUTADO:ALEXANDRO DA SILVA SOARES EXECUTADO:OSVALDO GOMES TELXEIRA EXECUTADO:JANETE FAUSTINA DIAS EXECUTADO:WANDER FLAVIO MOREIRA TEIXEIRA EXECUTADO:JESSICA DE OLIVEIRA SILVA TEIXEIRA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos etc. Em que pese o princípio da cooperação previsto no atual CPC, entendo não competir à Justiça diligenciar sobre informações que cabem à própria parte colher, e que somente em casos em que fique demonstrado ter esta esgotado os meios a sua disposição para a obtenção do endereço solicitado é que tal diligência poderia ser deferida. Desta forma, não deve tal encargo ser assumido pelo Poder Judiciário, sem que a própria parte interessada tenha realizado e comprovado na realização de diligências neste sentido. Conforme pacífica orientação do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, somente em hipóteses excepcionais e desde que comprovado que o exequente esgotou todos os meios à sua disposição a fim de obter informações sobre a localização do executado e/ou de bens passíveis de penhora, é lícito ao juiz requisitar informações de órgãos públicos acerca do devedor e seu patrimônio, no exclusivo interesse do credor. Nesse sentido, confira-se: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS À RECEITA FEDERAL. NÃO ESGOTADAS PELO AGRAVANTE A TENTATIVA DE LOCALIZAÇÃO DE BENS PASSÍVEIS DE PENHORA. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO COM APLICAÇÃO DE MULTA. 1. O acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ no sentido de que a requisição judicial apenas se justifica desde que haja intransponível barreira para a obtenção dos dados solicitados por meio da via extrajudicial e, bem assim, a demonstração inequívoca de que a exequente envidou esforços para tanto, o que se não deu na espécie, ou, pelo menos, não foi demonstrado. 2. Falecendo demonstração cabal de que foram exauridas, sem êxito, as vias administrativas para obtenção de informações necessárias à confecção da conta, não há como acolher a pretensão recursal. 3. Agravo regimental a que se nega provimento com aplicação de multa. (STJ, AgRg no AREsp327.826/PA, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2013, DJe 01/07/2013). Tem-se, nesse diapasão, que a utilização do Sistema BACENJUD - instrumento de comunicação eletrônica desenvolvido e gerenciado pelo Banco Central do Brasil, viabilizando o acesso do Poder Judiciário às informações sobre a existência de contas e aplicações financeiras de clientes do Sistema Financeiro Nacional, e respectivos saldos, extratos, endereços, bem como se permitiu a determinação de bloqueio e desbloqueio de valores (penhora on line), com a finalidade de fornecer o endereço do devedor para fins de citação, só deve ser autorizada, excepcionalmente, quando o credor comprovar que todas as diligências extrajudiciais para localizar o endereço do devedor foram esgotadas, sobretudo em face do caráter sigiloso de tais dados. Pertinente destacar como diligências a cargo do exequente pesquisa nas Juntas Comerciais; pesquisa em site de lista telefônica; expedição de ofícios diretamente às concessionárias de serviço público, empresas e autarquias públicas, como, por exemplo, empresas de telefonia móvel e fixa. Ou seja, o credor deve exaurir todas as diligências específicas que lhe cabem, do contrário não caracterizará a excepcionalidade. Desta forma, não demonstrado o exaurimento de todos os meios existentes à sua disposição para encontrar o endereço

atual do executado e promover a imperiosa citação do mesmo INDEFIRO o pedido realizado pela parte à fl. 62/63. 2. Ao exequente, no prazo de 05 (cinco), para indicar novo endereço da parte executada, sob pena de extinção do feito. 3. Com ou sem manifestação, neste último caso devidamente certificado, voltem os autos conclusos para manifestação. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00021752620198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ALTAMIRA PA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:CLODOALDO PEREIRA DA SILVA. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJA PROCESSO Nº 0002175-26.2019.814.0069 TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho (6) do ano de dois mil e dezenove (2019), às 11h37min nesta Cidade e Comarca de Pacajá/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam o MM. Juiz de Direito Dr. Esdras Murta Bispo. Presente o RMP, Gerson Alberto de França. Ausente o denunciado CLODOALDO PEREIRA DA SILVA, não intimado conforme fl. 16 dos autos. ABERTA A AUDIENCIA, o MM Juiz PROFERIU O SEGUINTE DESPACHO: Ante a certidão de fl. 16, devolva-se a carta precatória com as homenagens de estilo. Após, arquive-se, dando-se baixa na distribuição. Cumpra-se. Serve como oficio. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO COMPROVANTE DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E, para constar, lavro o seguinte termo. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Juiz de Direito (Dr. Esdras Bispo): _____ RUA INES SOARES, S/N, CENTRO, CEP. 68485-000, Telefone: 3798-1113 - E-mail: 1pacaja@tjpa.jus.br PROCESSO: 00024317620138140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:WILTON GOMES VAZ Representante(s): OAB 9624-A - CANDIDA YVETE FORTE DE AMORIM (ADVOGADO) REQUERIDO:LEONALDO RODRIGUES MACHADO. DESPACHO Vistos etc. Considerando a certidão retro intime-se pessoalmente a parte autora para informar se possui interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, na forma do art. 485, §1º do CPC/15. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00024646120168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 16837-A - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:GLEDES SANTOS DO HORIZONTE. DESPACHO INTIME-SE a parte autora do resultado da pesquisa requerida e dê andamento ao feito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo ;Juiz de Direito PROCESSO: 00024646120168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 16837-A - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:GLEDES SANTOS DO HORIZONTE. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Intime-se a parte autora/exequente para se manifestar acerca do documento de fl. retro e requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00025413620178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:ARTINO FERREIRA DOS SANTOS VITIMA:P. O. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00026086420188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A):

ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXEQUENTE:AGENCIA BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) EXECUTADO:LEONARDO DE MATOS DUARTE. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Intime-se a parte autora/exequente para se manifestar acerca do documento de fl. retro e requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00026086420188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXEQUENTE:AGENCIA BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) EXECUTADO:LEONARDO DE MATOS DUARTE. DESPACHO INTIME-SE a parte autora do resultado da pesquisa requerida e dê andamento ao feito, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo ;Juiz de Direito PROCESSO: 00027494920198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCIMAR DE SOUZA LIMA Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 INDICIADO:EMERSON DOS SANTOS SOUSA VITIMA:C. R. L. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ ATO ORDINATÓRIO - C.C TERMO DE VISTA Inquérito: (Art.303, § 2º e art. 309 da lei 9.503/1997 do CTB) Indiciado: EMERSON DOS SANTOS SOUSA Ante o que dispõe o art. 93, inciso XIV da CF/88, art. 1º da Emenda Constitucional nº 45/2004, Provimento nº 006/2009-CJCI e Portaria nº.004/2019-GJ, de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, faço estes autos com VISTA ao Representante do MINISTÉRIO PÚBLICO desta Comarca, para os devidos fins. Pacajá-Pa, 28 de junho de 2019. Lucimar de Souza Lima Auxiliar de Secretaria da Vara Única de Pacajá Mat. 88801314-TJPA PROCESSO: 00029643020168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Interdito Proibitório em: 28/06/2019 REQUERENTE:AMILTON DE SOUSA PAULA Representante(s): OAB 657-B - WANDER NUNES DE RESENDE (ADVOGADO) REQUERIDO:CARLOS ALBERTO TEIXEIRA. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJA PROCESSO Nº 0002964-30.2016.814.0069 TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho (6) do ano de dois mil e dezenove (2019), às 11h31min nesta Cidade e Comarca de Pacajá/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam o MM. Juiz de Direito Dr. Esdras Murta Bispo. Ausentes o autor e o réu AMILTON DE SOUSA PAULA E CARLOS ALBERTO TEIXEIRA. ABERTA A AUDIENCIA, verificou-se a existência de petição de desistência às fl. 61. O MM Juiz PROFERIU A SEGUINTE SENTENÇA: Trata-se de AÇÃO DE INTERDITO PROIBITORIO proposta por AMILTON DE SOUSA PAULA, em face de CARLOS ALBERTO TEIXEIRA, ambos qualificados nos autos. O processo foi devidamente instruído com os documentos necessários à propositura da ação. Houve pedido de desistência às fls. 61.É o breve relatório. Decido. Não vislumbro óbice a homologação do pedido de desistência pleiteado pela parte requerente. Ademais, o referido pedido demonstra cabalmente a falta de interesse processual. Ante o exposto, e por tudo que dos autos consta, HOMOLOGO por sentença o pedido de desistência e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 485, VI e VIII, CPC. Condeno a parte autora, em custas e despesas processuais, caso houver, advertindo-se que na hipótese de não pagamento no prazo legal, o crédito dela decorrente sofrerá atualização monetária e incidência dos demais encargos legais e será encaminhado para inscrição na dívida ativa, nos termos do art. 46 da Lei n° 8.328/2015. Após o trânsito em julgado arquive-se, dando-se baixa na distribuição. P.R.I.C. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO COMPROVANTE DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E, para constar, lavro o seguinte termo. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Juiz de Direito (Dr. Esdras Bispo): _____ RUA INES SOARES, S/N, CENTRO, CEP. 68485-000, Telefone: 3798-1113 - E-mail: 1pacaja@tjpa.jus.br PROCESSO: 00030681720198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA DA CONCEICAO LIMA OLIVEIRA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho, Rua Inês Soares, s/n, Centro, Pacajá-PA, CEP 68485-000 Processo: 0003068-17.2019.8.14.0069 Ação: COBRANÇA Requerente: MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA OLIVEIRA Requerida: Seguradora Líder de Consórcios de

Seguro -DPVAT TERMO DE AUDIÊNCIA-MUTIRÃO (Sentença) Aos 28 (vinte e oito) dias de junho de 2019 (dois mil e dezenove), às 09:00 horas, nesta Cidade e Comarca de Pacajá, Estado do Pará, na Sala de Audiências do Fórum da comarca, onde se encontrava presente o MM. Juiz de Direito Substituto, Dr. Esdras Murta Bispo. Após as formalidades apregoadas as partes, constatou-se a presença do(a) requerente MARIA DA CONCEIÇÃO LIMA OLIVEIRA, acompanhado(a) do advogado Dr. Wayllon Rafael da Silva Costa, OAB/PA, Nº. 18255-B. Presente a requerida Seguradora Líder de Consórcios de Seguro - DPVAT, representada na pessoa da preposta LAYANE SOUSA DA SILVA, portador do RG: 4286068 PC/PA e CPF: 817.032.362-20, acompanhado do advogado Dr. HERBET LOUZADA OLIVEIRA, OAB/PA Nº. 20444. Presente a perita nomeada, Dr. ª TEREZINHA DE JESUS TEIXEIRA PITOL, CRM-PA 14.289. As partes renunciaram ao direito de trazer seus respectivos assistentes técnicos. Declarada aberta a audiência, o advogado da parte autora formulou o seguinte requerimento: "MM. Juiz, requer a juntada do contrato de honorários advocatícios, requerendo seja expedido alvará, referente ao percentual contratado, ou seja, 30% (trinta por cento), e, ainda, os honorários sucumbenciais, em nome do patrono do autor, CPF 061.450.576-37. São os termos. " Dada a palavra ao advogado da parte acionada, requereu a juntada de carta de preposição e substabelecimento. Tentada a conciliação entre as partes, restou infrutífera. Logo após, foi realizada a perícia (laudo anexo). Não houve impugnação ao Laudo Pericial. As partes informaram que além da prova pericial não possuem outras provas a produzir e requereram o julgamento da lide. A parte autora RENUNCIOU ao prazo recursal. Em seguida o MM. Juiz passou a SENTENCIAR: I - RELATÓRIO (CPC, art. 489, I) Adoto como relatório o termo de audiência. II - FUNDAMENTAÇÃO (CF/88, art. 93, IX, e CPC, arts. 11 e 489, § 1º) Inicialmente, rejeito a preliminar suscitada, eis que, à luz do inciso XXXV, do art. 5º da Constituição Federal, bem como do art. 3º do Código de Processo Civil, inexiste, em regra, o dever de o jurisdicionado esgotar previamente a via administrativa como condição de acesso ao Poder Judiciário. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, superada a preliminar e inexistente nulidade a ser decretada, passo à análise do mérito. Passo à análise do mérito. A controvérsia do presente caso cinge-se em saber se a requerente faz jus ao recebimento de indenização securitária em razão do sinistro descrito na exordial. Com razão a autora. Inicialmente, convém destacar que a matéria em análise é regida pela Lei 6.194/1974 e pelas regras do Código Civil acerca da prova (arts. 212 a 232). Conforme disposição do art. 212 do Código Civil, a existência do fato jurídico poderá ser provada por diversas formas, dentre elas a prova documental e a pericial. Há nos autos documentos que atestam a existência do sinistro, a exemplo do Boletim de Ocorrência Policial de fl. 12; e dos documentos médicos de fls. 13/14. Com efeito, conforme a legislação processual vigente, incumbe ao réu provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. No caso em tela, a requerida não logrou se desincumbir de referido ônus. Assente a ocorrência do evento causador de lesões na autora, passemos à aferição do montante indenizável que lhe é devido. O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) é espécie securitária especial, de feição eminentemente social, destinado a amparar vítimas de acidentes de trânsito que venham sofrer lesões em por veículos em circulação. Referida lei estipula valores a serem pagos àqueles que sejam vítimas de acidentes causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Para efeitos indenizatórios, o art. 3º estabelece os valores das coberturas oferecidas pelo DPVAT, a serem gagos à vítima ou a seus dependentes em caso de morte (R$ 13.500,00), invalidez permanente (até R$ 13.500,00), e despesas médicas (até R$2.700,00). A invalidez permanente, a seu turno, é dividida em total e parcial, sendo esta última, por sua vez, subdividida em completa e incompleta. Tais valores dialogam com grau da lesão sofrida e os percentuais estipulados na tabela anexa à Lei 6.194/74, conforme adiante delineado, existindo mesmo uma gradação da indenização, conforme se o grau de invalidez (Enunciado 474 da súmula do STJ). Pois bem. No presente caso, a par da conclusão a que chegou a perícia médica realizada em juízo, a lesão sofrida pela requerente em membro inferior se enquadra no grau médio, no percentual de 50%. Para se alcançar o quantum indenizatório, nesse caso, é necessário que se tenha como referência os percentuais contidos na tabela anexa à Lei 6.194/1974 - cuja constitucionalidade, convém salientar, fora assentada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADI"s 4.350 e 4.627, posição reafirmada nos RE"s 704.520 e 837.347 -, tomando-os com o todo. Em seguida, é imperioso que desse todo seja subtraído o percentual da perda funcional ou anatômica sofrido pela vítima, consoante as regras insculpidas nos incisos I e II do § 1º, do art. 3º, da mesma lei, que corresponderá à importância devida. Assim, em relação à lesão descrita na inicial, a autora faz jus a 50% (grau da lesão do membro inferior direito) dos 70% (percentual estipulado na tabela como máximo indenizatório para perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores) do valor integral da cobertura (previsto no inciso II do caput do art. 3º da Lei 6.194/74, ou seja, R$ 13.500,00). Vale dizer, a parte autora deveria ter sido indenizada com a quantia de R$ 4.725,00. III - DISPOSITIVO (CPC, art. 489, III) Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial,

resolvendo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para o fim de condenar a ré, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, a pagar à parte autora o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), a título de indenização do seguro DPVAT, corrigido monetariamente pelo INPC, a partir da data do evento danoso, ou seja, da data do acidente (Enunciados 43 e 580 da Súmula do STJ), acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da citação (Enunciado 426 da Súmula do STJ). Por conseguinte, condeno a ré ao pagamento de custas processuais (art. 82, § 2º, CPC) e honorários advocatícios, estes últimos no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. Os honorários periciais serão pagos através de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da documentação original na sede da Seguradora ré. Transitada em julgado a presente sentença e requerido o cumprimento da sentença pela parte autora, INTIME-SE a parte acionada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento voluntário, sob pena de incidência dos consectários legais previstos no art. 523, § 1º, do CPC. Inexistindo pagamento voluntário, EFETUE-SE penhora online de ativos em conta de titularidade da requerida, com força no art. 523, § 3º, do CPC. Penhorado o crédito, ausente impugnação da acionada, EXPEÇAM-SE alvarás conforme requerido pelo patrono em audiência, ARQUIVANDO-SE em seguida os autos, com baixa de sua distribuição no Sistema LIBRA. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito E como nada mais houvesse, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, às 10h30, que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, comigo _____ (ANTONIO MARCOS DE JESUS FERREIRA), que o digitei e subscrevi. Requerente:_____ Advogado do/a Requerente:_____ Preposto/a da Requerida:_____ Advogado/a da requerida:_____ A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei 6194/74, redação dada pela Lei 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. STJ. 2ª Seção. REsp 1.483.620-SC, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 27/5/2015 (Info 563). RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 543-C DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. 1. Para efeitos do artigo 543-C do CPC: 1.1. Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, os juros de mora são devidos a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida. 2. Aplicação ao caso concreto: 2.1. Recurso especial provido. (STJ. Recurso Repetitivo. 2ª Seção. REsp 1098365 / PR. RECURSO ESPECIAL 2008/0225191-0, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 28/10/2009. PROCESSO: 00030690220198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:HERNANDES ROCHA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho, Rua Inês Soares, s/n, Centro, Pacajá-PA, CEP 68485-000 Processo: 0003069-02.2019.8.14.0069 Ação: COBRANÇA Requerente: HERNANDES ROCHA DE OLIVEIRA Requerida: Seguradora Líder de Consórcios de Seguro -DPVAT TERMO DE AUDIÊNCIA-MUTIRÃO (DELIBERAÇÃO) Aos 28 (vinte e oito) dias de junho de 2019 (dois mil e dezenove), às 09:00 horas, nesta Cidade e Comarca de Pacajá, Estado do Pará, na Sala de Audiências do Fórum da comarca, onde se encontrava presente o MM. Juiz de Direito Substituto, Dr. Esdras Murta Bispo. Após as formalidades apregoadas as partes, constatou-se a presença do(a) requerente HERNANDES ROCHA DE OLIVEIRA, acompanhado(a) do advogado Dr. Wayllon Rafael da Silva Costa, OAB/PA, Nº. 18255-B. Presente a requerida Seguradora Líder de Consórcios de Seguro - DPVAT, representada na pessoa da preposta LAYANE SOUSA DA SILVA, portador do RG: 4286068 PC/PA e CPF: 817.032.362-20, acompanhado do advogado Dr. HERBET LOUZADA OLIVEIRA, OAB/PA Nº. 20444. DECLARADA ABERTA A AUDIÊNCIA, constatou-se a ausência da parte autora. O advogado da parte acionada requereu a juntada de substabelecimento e carta de preposição. Em seguida o MM. Juiz passou a DELIBERAR: "Acautelem-se os autos em Secretaria, para inclusão em novo mutirão, que será designado por este Juízo. " E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito Requerente:_____
Advogado do Requerente:_____

Preposto da Requerida:_____
Advogado da requerida:_____ A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei 6194/74, redação dada pela Lei 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. STJ. 2ª Seção. REsp 1.483.620-SC, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 27/5/2015 (Info 563). RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 543-C DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. 1. Para efeitos do artigo 543-C do CPC: 1.1. Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, os juros de mora são devidos a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida. 2. Aplicação ao caso concreto: 2.1. Recurso especial provido. (STJ. Recurso Repetitivo. 2ª Seção. REsp 1098365 / PR. RECURSO ESPECIAL 2008/0225191-0, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 28/10/2009. PROCESSO: 00030880820198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:GUIOMAR SUPRIANO DA SILVA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPAVT SA Representante(s): OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho, Rua Inês Soares, s/n, Centro, Pacajá-PA, CEP 68485-000 Processo: 0003088-08.2019.8.14.0069 Ação: COBRANÇA Requerente: GUIOMAR SUPRIANO DA SILVA Requerida: Seguradora Líder de Consórcios de Seguro -DPVAT TERMO DE AUDIÊNCIA-MUTIRÃO (Sentença) Aos 28 (vinte e oito) dias de junho de 2019 (dois mil e dezenove), às 10h30 horas, nesta Cidade e Comarca de Pacajá, Estado do Pará, na Sala de Audiências do Fórum da comarca, onde se encontrava presente o MM. Juiz de Direito Substituto, Dr. Esdras Murta Bispo. Após as formalidades apregoadas as partes, constatou-se a presença do(a) requerente GUIOMAR SUPRIANO DA SILVA, acompanhado(a) do advogado Dr. Wayllon Rafael da Silva Costa, OAB/PA, Nº. 18255-B. Presente a requerida, Seguradora Líder de Consórcios de Seguro - DPVAT, representada na pessoa da preposta LAYANE SOUSA DA SILVA, portador do RG: 4286068 PC/PA e CPF: 817.032.362-20, acompanhado do advogado Dr. HERBET LOUZADA OLIVEIRA, OAB/PA Nº. 20444. Presente a perita nomeada, Dr. ª TEREZINHA DE JESUS TEIXEIRA PITOL, CRM-PA 14.289. As partes renunciaram ao direito de trazer seus respectivos assistentes técnicos. Declarada aberta a audiência, o advogado da parte autora formulou o seguinte requerimento: "MM. Juiz, requer a juntada do contrato de honorários advocatícios, requerendo seja expedido alvará, referente ao percentual contratado, ou seja, 30% (trinta por cento), e, ainda, os honorários sucumbenciais, em nome do patrono do autor, CPF 061.450.576-37. São os termos. " Dada a palavra ao advogado da parte acionada, requereu a juntada de carta de preposição e substabelecimento. Tentada a conciliação entre as partes, restou infrutífera. Logo após, foi realizada a perícia (laudo anexo). Não houve impugnação ao Laudo Pericial. As partes informaram que além da prova pericial não possuem outras provas a produzir e requereram o julgamento da lide. A parte autora RENUNCIOU ao prazo recursal. Em seguida o MM. Juiz passou a SENTENCIAR: I - RELATÓRIO (CPC, art. 489, I) Adoto como relatório o termo de audiência. II - FUNDAMENTAÇÃO (CF/88, art. 93, IX, e CPC, arts. 11 e 489, § 1º) Inicialmente, rejeito a preliminar suscitada, eis que, à luz do inciso XXXV, do art. 5º da Constituição Federal, bem como do art. 3º do Código de Processo Civil, inexiste, em regra, o dever de o jurisdicionado esgotar previamente a via administrativa como condição de acesso ao Poder Judiciário. Presentes os pressupostos processuais e as condições da ação, superada a preliminar e inexistente nulidade a ser decretada, passo à análise do mérito. Passo à análise do mérito. A controvérsia do presente caso cinge-se em saber se o requerente faz jus ao recebimento de indenização securitária em razão do sinistro descrito na exordial. Com razão a parte autora. Inicialmente, convém destacar que a matéria em análise é regida pela Lei 6.194/1974 e pelas regras do Código Civil acerca da prova (arts. 212 a 232). Conforme disposição do art. 212 do Código Civil, a existência do fato jurídico poderá ser provada por diversas formas, dentre elas a prova documental e a pericial. Há nos autos documentos que atestam a existência do sinistro, a exemplo do Boletim de Ocorrência Policial de fl. 12; e dos documentos médicos de fls. 13/16. Com efeito, conforme a legislação processual vigente, incumbe ao réu provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor. No caso em tela, a requerida não logrou se desincumbir de referido ônus. Assente a ocorrência do evento causador de lesões na autora, passemos à aferição do montante indenizável que lhe é devido. O Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT) é espécie securitária especial, de feição eminentemente social, destinado a amparar vítimas de acidentes de trânsito que venham sofrer lesões em

por veículos em circulação. Referida lei estipula valores a serem pagos àqueles que sejam vítimas de acidentes causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não. Para efeitos indenizatórios, o art. 3º estabelece os valores das coberturas oferecidas pelo DPVAT, a serem gagos à vítima ou a seus dependentes em caso de morte (R$ 13.500,00), invalidez permanente (até R$ 13.500,00), e despesas médicas (até R$2.700,00). A invalidez permanente, a seu turno, é dividida em total e parcial, sendo esta última, por sua vez, subdividida em completa e incompleta. Tais valores dialogam com grau da lesão sofrida e os percentuais estipulados na tabela anexa à Lei 6.194/74, conforme adiante delineado, existindo mesmo uma gradação da indenização, conforme se o grau de invalidez (Enunciado 474 da súmula do STJ). Pois bem. No presente caso, a par da conclusão a que chegou a perícia médica realizada em juízo, a lesão sofrida pelo requerente em membro inferior se enquadra no grau médio, no percentual de 50%. Para se alcançar o quantum indenizatório, nesse caso, é necessário que se tenha como referência os percentuais contidos na tabela anexa à Lei 6.194/1974 - cuja constitucionalidade, convém salientar, fora assentada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento das ADI"s 4.350 e 4.627, posição reafirmada nos RE"s 704.520 e 837.347 -, tomando-os com o todo. Em seguida, é imperioso que desse todo seja subtraído o percentual da perda funcional ou anatômica sofrido pela vítima, consoante as regras insculpidas nos incisos I e II do § 1º, do art. 3º, da mesma lei, que corresponderá à importância devida. Assim, em relação à lesão descrita na inicial, a autora faz jus a 50% (grau da lesão do membro inferior direito) dos 70% (percentual estipulado na tabela como máximo indenizatório para perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores) do valor integral da cobertura (previsto no inciso II do caput do art. 3º da Lei 6.194/74, ou seja, R$ 13.500,00). Vale dizer, a parte autora deveria ter sido indenizada com a quantia de R$ 4.725,00. III - DISPOSITIVO (CPC, art. 489, III) Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, resolvendo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para o fim de condenar a ré, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, a pagar à parte autora o valor de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), a título de indenização do seguro DPVAT, corrigido monetariamente pelo INPC, a partir da data do evento danoso, ou seja, da data do acidente (Enunciados 43 e 580 da Súmula do STJ), acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da citação (Enunciado 426 da Súmula do STJ). Por conseguinte, condeno a ré ao pagamento de custas processuais (art. 82, § 2º, CPC) e honorários advocatícios, estes últimos no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. Os honorários periciais serão pagos através de ofício, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar do recebimento da documentação original na sede da Seguradora ré. Transitada em julgado a presente sentença e requerido o cumprimento da sentença pela parte autora, INTIME-SE a parte acionada para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento voluntário, sob pena de incidência dos consectários legais previstos no art. 523, § 1º, do CPC. Inexistindo pagamento voluntário, EFETUE-SE penhora online de ativos em conta de titularidade da requerida, com força no art. 523, § 3º, do CPC. Penhorado o crédito, ausente impugnação da acionada, EXPEÇAM-SE alvarás, conforme requerido pelo patrono em audiência. Após, remetam-se os autos à UNAJ, para verificação de eventuais custas complementares. Havendo custas a recolher, intime-se o devedor, para pagamento; não havendo, arquivem-se os autos, com baixa de sua distribuição no Sistema LIBRA. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito E como nada mais houvesse, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, às 10h40, que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, comigo _____ (ANTONIO MARCOS DE JESUS FERREIRA), que o digitei e subscrevi. Requerente:_____ Advogado do/a Requerente:_____ Preposto/a da Requerida:_____ Advogado/a da requerida:_____ A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei 6194/74, redação dada pela Lei 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. STJ. 2ª Seção. REsp 1.483.620-SC, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 27/5/2015 (Info 563). RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 543-C DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. 1. Para efeitos do artigo 543-C do CPC: 1.1. Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, os juros de mora são devidos a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida. 2. Aplicação ao caso concreto: 2.1. Recurso especial provido. (STJ. Recurso Repetitivo. 2ª Seção. REsp 1098365 / PR. RECURSO ESPECIAL 2008/0225191-0, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 28/10/2009. PROCESSO: 00032259220168140069 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO DENUNCIADO:FRANCISCO FERREIRA DE ASSIS VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00032429420178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:WESLE CAMARCO MARTINS VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00032507620148140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO DENUNCIADO:GEOVANE SILVA DA CONCEICAO VITIMA:T. S. C. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00034649620168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS QUINTANILHA FURLAN Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO REQUERIDO:ADOLFO RODRIGUES BORGES. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJA Processo n.º 0003464-96.2016.8.14.0069 DECISÃO Compulsando os autos, verifico que o requerido ADOLFO RODRIGUES BORGES não foi citado, encontrando-se em local incerto e não sabido, não havendo informações nos autos quanto ao endereço do mesmo. Deste modo, defiro o requerimento feito pelo Ministério Público à fl. 86, e determino a citação do requerido por edital, com prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem os autos conclusos. Cumpra-se. Pacajá, Pará, 28 de setembro de 2018. LUCAS QUINTANILHA FURLAN Juiz de Direito PROCESSO: 00037480220198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOAO VITOR DA CONCEICAO SILVA VITIMA:F. M. E. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho " Tv. Inês Soares, 1, Pacajá, 68485-000 Processo: 00037480220198140069 Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ Denunciado: JOÃO VITOR DA CONCEIÇÃO SILVA Juiz: ESDRAS MURTA BISPO DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Trata-se de denúncia formulada pelo Ministério Público em face de JOÃO VITOR DA CONCEIÇÃO SILVA pela prática, em tese, do crime de homicídio qualificado (motivo fútil e com uso de recurso que dificultou a defesa da vítima) consumado contra FRANCISCO DE MORAES SILVA, além do

crime de falsa identidade (art. 307 do CPB) por ter apresentado identidade diversa da sua, quando da prisão em flagrante. 2. A denúncia atende aos requisitos do art. 41 do CPP, pois contém a exposição do fato que em tese constitui crime, suas circunstâncias, o sujeito ativo, sua qualificação, as supostas condutas, o bem jurídico penalmente protegido e pretensamente afetado, o tempo e o lugar da notícia, a classificação do crime imputado e o rol de testemunhas. A denúncia contém a adequada indicação das condutas delituosas imputadas ao réu pautada em indícios suficientes de autoria e materialidade que indicam possível prática dos delitos expressos no art. 121, § 2º, II e IV e art. 307, todos do CPB, o que caracteriza plausibilidade jurídica apta a dar início à ação penal. 3. Dessa forma, RECEBO A DENÚNCIA por estar em consonância com o disposto do artigo 41 do Código de Processo Penal e não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses de rejeição da peça acusatória, previstas no artigo 395 do diploma processual penal, conforme redação dada pela Lei 11.719/08. 4. Cite-se o réu JOÃO VITOR DA CONCEIÇÃO SILVA para responder por escrito aos termos da acusação, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, de acordo com o que preconizam os arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. O Sr. Oficial de Justiça deverá indagar ao réu se este irá constituir advogado particular ou se deseja ser assistido pela Defensoria Pública, caso em que será nomeado defensor dativo, haja vista a ausência de defensor público lotado nesta Comarca. 6. Defiro o requerido pelo Ministério Público na fl. 08. Oficie-se à autoridade policial e ao Centro de Perícias Científicas em Tucuruí/PA para apresentarem, em 10 (dez) dias, o laudo cadavérico e demais perícias / documentos médicos relativos à vítima FRANCISCO DE MORAES SILVA. 7. Proceda-se à inclusão dos dados processuais no SINIC e junte-se certidão de antecedentes criminais atualizada do réu. 8. Intime-se o Ministério Público acerca desta decisão. 9. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado de prisão / mandado de citação e intimação / ofício / carta precatória, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Decisão Interlocutória Pág. de 1 Decisão Interlocutória Pág. de 1 PROCESSO: 00037930620198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCIMAR DE SOUZA LIMA Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 INDICIADO:GENNIS ARAUJO DE SOUZA VITIMA:A. V. B. S. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ ATO ORDINATÓRIO - C.C TERMO DE VISTA Inquérito: (Art.129 § 9º do CPB) Indiciado: GENNIS ARAÚJO DE SOUZA Ante o que dispõe o art. 93, inciso XIV da CF/88, art. 1º da Emenda Constitucional nº 45/2004, Provimento nº 006/2009-CJCI e Portaria nº.004/2019-GJ, de ordem do MM. Juiz de Direito desta Comarca, faço estes autos com VISTA ao Representante do MINISTÉRIO PÚBLICO desta Comarca, para os devidos fins. Pacajá-Pa, 28 de junho de 2019. Lucimar de Souza Lima Auxiliar de Secretaria da Vara Única de Pacajá Mat. 88801314-TJPA PROCESSO: 00040258620178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCA DA COSTA PINTO Representante(s): OAB 24506-A - ALFREDO BERTUNES DE ARAUJO (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 17277 - ANTONIO LOBATO PAES NETO (ADVOGADO) OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 19470 - EUGENIO COUTINHO DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 8770 - BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Intime-se a parte autora/exequente para se manifestar acerca do documento de fl. retro e requerer o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00041055020178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:JH SIQUEIRA INDUSTRIA E COMERCIO EPP Representante(s): OAB 16567 - EZEQUIAS MENDES MACIEL (ADVOGADO) OAB 9.146 - DEYVISON DOS SANTOS PEREIRA (ADVOGADO) OAB 25528-A - RENAN DA COSTA FREITAS (ADVOGADO) OAB 15148-B - JOSE ALEXANDRE DOMINGUES GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO ROSA DE SOUZA FILHO Representante(s): OAB 25926-A - CÂNDIDO LIMA JUNIOR (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJA PROCESSO Nº 0004105-50.2017.814.0069 TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho (6) do ano de dois

mil e dezenove (2019), às 09h52min nesta Cidade e Comarca de Pacajá/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam o MM. Juiz de Direito Dr. Esdras Murta Bispo. Presente o autor JH SIQUEIRA INDUSTRIA E COMERCIO EPP, por sua preposta SELMA PEREIRA SILVA GALHARDI, acompanhado do advogado EDSON GUILHERME MOREIRA LIMA FREITAS, OAB/PA 20808-A, o qual requer a juntada de carta de preposição e substabelecimento. Ausente o requerido FRANCISCO ROSA DE SOUZA FILHO (não intimado conforme certidão de fl. 103). Presente o advogado do requerido ANGELO SOUSA LIMA, OAB/PA 26226. ABERTA A AUDIENCIA, o advogado do requerido requereu prazo para a juntada de substabelecimento. O MM Juiz PROFERIU O SEGUINTE DESPACHO: 1) DEFIRO o prazo de 15 dias para que a parte requerida promova a juntada do substabelecimento, bem como apresente o seu endereço atualizado em igual prazo. 3) APRESENTADO o endereço da parte requerida, redesigne-se a audiência de instrução, INTIMANDO-SE AS PARTES. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO COMPROVANTE DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E, para constar, lavro o seguinte termo. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Juiz de Direito (Dr. Esdras Bispo): _____ Advogado (Angelo Sousa Lima): _____ Advogado (Edson Gilherme): _____ Preposta do requerente:_____ RUA INES SOARES, S/N, CENTRO, CEP. 68485-000, Telefone: 3798-1113 - E-mail: 1pacaja@tjpa.jus.br PROCESSO: 00041715920198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo n.: 00022688620198140069 Autor (a): MINISTÉRIO PÚBLICO Ré (u): ESTADO DO PARÁ DECISÃO Vistos, etc. 1. Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em face de ESTADO DO PARÁ, a fim de que o requerido seja compelido a proceder à reforma na estrutura física das Escolas Estaduais Dom José Elias Chaves e Aloísio Loch. Relata o parquet que as entidades de ensino se encontram em péssimo estado de conservação (rede elétrica, telhados, quadras de esportes, etc), comprometendo a segurança dos alunos, professores e funcionários. De acordo com a inicial, o Estado tem mostrado descaso com a manutenção das Escolas em questão, de modo que os gestores públicos estariam cientes dos problemas estruturais desde longa data sem que houvesse atendimento ao pedido de reforma. O órgão ministerial pontua que, conforme relatório técnico do Corpo de Bombeiros, as duas unidades de ensino não estão aptas a funcionar dadas as condições estruturais. De outro turno, afirma o Ministério Público, conforme relatório do Grupo Técnico de Apoio do MP/PA, que as Escolas apresentam grave quadro de precariedade das instalações. Diante da situação fática e, de outra banda, da obrigação constitucional do Estado de materializar os direitos fundamentais, neles incluído o direito social à educação, o parquet pugna pela determinação da obrigação de fazer ao Estado do Pará para a realização as reformas necessárias nas instalações das Escolas mencionadas, requerendo a concessão de tutela provisória, inaudita altera pars, para cumprimento da obrigação, bem como o bloqueio de verbas públicas em 01 (um) milhão de reais, para assegurar a efetivação da tutela pretendida. À inicial junta documentos de fls. 16/191. É a síntese do necessário. Decido. 3. Considerando a natureza da obrigação de fazer postulada, bem como a expressividade do valor que se pretende tornar indisponível, reservo-me a apreciar o pleito de tutela provisória de urgência após a oitiva do Estado do Pará. 4. Imperioso ponderar que é dedutível do novo sistema a atribuição ao juiz de poder geral de adaptabilidade procedimental às especificidades do litígio (art. 139, inciso VI, do CPC/2015), de modo que, verificando cuidar-se de causa que, pela natureza ou qualidade das partes, em geral, não se costuma lograr composição nesta oportunidade de incipiente trâmite processual, relegar a solenidade para momento posterior. E isto se faz em consideração ao dever do juiz de velar pela duração razoável do processo e pela possibilidade de promover a qualquer tempo, a autocomposição (art. 139, II e V, do CPC/2015). Por isto, tendo em conta a natureza da demanda, por ora, deixo de designar audiência, desde já alvitrando que a tentativa de composição se dê após a fixação dos pontos controvertidos e estabilização da demanda, de modo mais eficiente e proveitoso. Em outras palavras, trata-se de mero diferimento do momento procedimental para a realização da audiência, não se olvidando, nessa linha, que às partes é facultada manifestação quanto à conveniência de sua designação, circunstância esta que evidencia a total ausência de prejuízo, reitere-se, ao se postergar a realização do ato. 5. Nestes termos, cite-se o réu, com as advertências constantes do artigo 334, parágrafos 8º, 9º e 10º, do CPC, para querendo contestar a ação observado o prazo em dobro para contestar (CPC/2015, art. 183, § 1°), sob pena de revelia e confissão sob a matéria de fato alegada.

A citação da Fazenda Pública requerida será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial (art. 242, § 3°, CPC/15), devendo ser feita por oficial de Justiça (art. 247, III, CPC/15). 6. Após a contestação, voltem os autos conclusos para análise do pleito liminar. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado / ofício / carta precatória, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00041871820168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 AUTOR:CELSO VIANA COSTA Representante(s): OAB 35515 - ALFREDO BERTUNES DE ARAUJO (ADVOGADO) REQUERIDO:VALDIR GOMES SANTANA Representante(s): OAB 9624-A - CANDIDA YVETE FORTE DE AMORIM (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJA PROCESSO Nº 0004187-18.2016.814.0069 TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho (6) do ano de dois mil e dezenove (2019), às 10h10min nesta Cidade e Comarca de Pacajá/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam o MM. Juiz de Direito Dr. Esdras Murta Bispo. Presente o autor CELSO VIANA COSTA, RG 6147994 SSP/PA, acompanhado do advogado ALREDO BERTUNES DE ARAUJO, OAB/PA 24506-A. Presente o requerido VALDIR GOMES SANTANA, acompanhado da advogada CANDIDA YVETE FORTE DE AMORIM, OAB/PA 9624-A. Presente a testemunha Luiz Pereira dos Campos, RG 8617906 SSP/PA. ABERTA A AUDIENCIA, frustrada a tentativa de conciliação. Dada a palavra à parte autora requereu a oitiva das testemunhas trazidas independentemente de intimação, conforme manifestação de fl. 59, em seguida, o MM. Juiz indeferiu o requerimento com fundamento no art. 357, § 4º, do CPC, tendo em vista que na petição de fl. 59 não foi apresentado rol de tais testemunhas, o que inviabilizaria em tese o direito ao contraditório da parte adversa para fins de eventual alegação de suspeição e impedimento. O MM Juiz passou a instruir o feito, colhendo o depoimento pessoal da parte requerente, bem como respondeu as perguntas da advogada do requerido. Seguido do depoimento do requerente. A advogada do requerido contraditou a testemunha em razão de inimizade entre as partes, com base no documento de fl. 30. Dada a palavra ao advogado do requerente este se manifestou no sentido de que não procede a contradita, tendo em vista que o fato retratado no documento de fl. 30 data do ano de 2001, ocasião em que as partes se comprometeram a viver de forma pacifica. Em seguida deliberou o MM Juiz: INDEFIRO a alegação de contradita, por entender que o fato mencionado se refere a acontecimento pretérito datado do ano de 2001, ocasião em que as partes entraram em acordo de viver de forma harmoniosa, não se denotando deste registro a existência de indícios que revelem inimizade entre o requerido e a testemunha, sobretudo diante da ausência de novos e atuais elementos que revelem a existência de suspeição. Passou-se a ouvir a testemunha Luiz Pereira de Campos. O inteiro teor dos depoimentos encontra-se em mídia (DVD-R) anexada ao presente termo e arquivada uma cópia em secretaria. O MM Juiz PROFERIU O SEGUINTE DESPACHO: Dê-se vistas as partes para apresentar as alegações finais em forma de memoriais, pelo prazo sucessivo de 15 dias, primeiro o autor, após ao réu. Em seguida, venham os autos conclusos para sentença. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO COMPROVANTE DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E, para constar, lavro o seguinte termo. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Juiz de Direito (Dr. Esdras Bispo): _____ Advogado (Alfredo Bertunes de Araujo): _____

Requerente:_____

Advogado (Candida Yvete): _____

Requerido:_____

Testemunha:_____

RUA INES SOARES, S/N, CENTRO, CEP. 68485-000, Telefone: 3798-1113 - E-mail: 1pacaja@tjpa.jus.br PROCESSO: 00041891720188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:JOAO BATISTA MOREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) OAB 23989 - LORRANY ALVES FERREIRA (ADVOGADO) INTERDITANDO:ELIZENI MOREIRA GOMES. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJA PROCESSO Nº 0004189-17.2018.814.0069 TERMO DE AUDIÊNCIA (SENTENÇA) Aos 27 (vinte e sete) dias do mês de junho (6) do ano de dois mil e dezenove (2019), às 09h02min nesta Cidade e Comarca de Pacajá/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam o MM. Juiz de Direito Dr. Esdras Murta

Bispo. Presente o RMP, Gerson Alberto de França. Ausente o autor JOAO BATISTA MOREIRA DA SILVA. Presente a advogada DAIANE CASSIA P. CAMPOS, OAB/PA 24071. Presente a curadora especial LORRANY ALVES VALADÃO, OAB/PA 23989. ABERTA A AUDIENCIA, verificou-se que à fl. 44/45 foi informado o óbito da interditanda. O MM Juiz PROFERIU A SEGUINTE SENTENÇA: Trata-se de pedido de interdição de ELIZENI MOREIRA GOMES formulado por JOAO BATISTA MOREIRA SILVA. Às fl. 44/45, a advogada do autor informou o falecimento da interditanda, juntando aos autos, inclusive, sua certidão de óbito. É o Relatório. Decido. Diante das provas juntadas ao processo e o fato do falecimento da interditanda, tenho que houve a perda do objeto da ação, ocorrendo, portanto, a perda superveniente do interesse. Assim, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fulcro no artigo 485, VI, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado e cumprido as determinações deste juízo, arquive-se, dando-se baixa. P.R.I.C. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO COMPROVANTE DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E, para constar, lavro o seguinte termo. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Juiz de Direito (Dr. Esdras Bispo): _____
Promotor de Justiça: _____
Curadora (LORRANY ALVES VALADAO): _____
Advogado (DAIANE CASSIA): _____ RUA INES SOARES, S/N, CENTRO, CEP. 68485-000, Telefone: 3798-1113 - E-mail: 1pacaja@tjpa.jus.br PROCESSO: 00042276320178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXEQUENTE:BACO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 17066 - LUISE NUNES DE MELO (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) EXECUTADO:DELMA FEITOSA SILVA NOGUEIRA. DESPACHO Vistos etc. Diga o exequente sobre o que entender de direito no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00044097820198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Civil Pública em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE PACAJA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ Processo n.: 00044097820198140069 Autor (a): MINISTÉRIO PÚBLICO Ré (u): MUNICÍPIO DE PACAJÁ DECISÃO Vistos, etc. 1. Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA DE OBRIGAÇÃO DE FAZER movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em face de MUNICÍPIO DE PACAJÁ, a fim de que o requerido seja compelido a proceder à reforma na estrutura física das seguintes entidades de ensino municipais: Escola EMEI Elcione Barbalho, EMEI Pequeno Príncipe, EMEF 10 de Maio, EMEF Pacajá, EMEI Heliene e Elizabeth, EMEF Maria Florismar e EMEF Júlia Gonçalves Passarinho. Relata o parquet que as entidades de ensino se encontram em péssimo estado de conservação (rede elétrica, telhados, quadras de esportes, etc), comprometendo a segurança dos alunos, professores e funcionários. De acordo com a inicial, a municipalidade tem mostrado descaso com a manutenção das Escolas em questão, de modo que os gestores públicos estariam cientes dos problemas estruturais desde longa data sem que houvesse atendimento ao pedido de reforma. O órgão ministerial pontua que, conforme relatório técnico do Corpo de Bombeiros, as unidades educacionais ensino não estão aptas a funcionar dadas as condições estruturais. De outro turno, afirma o Ministério Público, conforme relatório do Grupo Técnico de Apoio do MP/PA, que as Escolas apresentam grave quadro de precariedade das instalações. Diante da situação fática e, de outra banda, da obrigação constitucional do Estado de materializar os direitos fundamentais, neles incluído o direito social à educação, o parquet pugna pela determinação da obrigação de fazer ao Município de Pacajá para a realização as reformas necessárias nas instalações das Escolas mencionadas, requerendo a concessão de tutela provisória, inaudita altera pars, para cumprimento da obrigação, bem como o bloqueio de verbas públicas em 01 (um) milhão de reais, para assegurar a efetivação da tutela pretendida. À inicial junta documentos de fls. 20/196. É a síntese do necessário. Decido. 3. Considerando a natureza da obrigação de fazer postulada, bem como a expressividade do valor que se pretende tornar indisponível, reservo-me a apreciar o pleito de tutela provisória de urgência após a oitiva do Município de Pacajá/PA. 4. Imperioso ponderar que é dedutível do novo sistema a atribuição ao juiz de poder geral de adaptabilidade procedimental às especificidades do litígio (art. 139, inciso VI, do CPC/2015), de modo que, verificando cuidar-se de causa que, pela natureza ou qualidade das partes, em geral, não se costuma lograr composição nesta oportunidade de incipiente trâmite processual, relegar a solenidade para momento posterior. E isto se faz em consideração ao dever do juiz de velar pela duração razoável do processo e pela possibilidade de promover a qualquer tempo, a autocomposição (art. 139, II e V, do CPC/2015). Por isto, tendo em conta a natureza da demanda, por ora, deixo de designar audiência, desde já alvitrando que

a tentativa de composição se dê após a fixação dos pontos controvertidos e estabilização da demanda, de modo mais eficiente e proveitoso. Em outras palavras, trata-se de mero diferimento do momento procedimental para a realização da audiência, não se olvidando, nessa linha, que às partes é facultada manifestação quanto à conveniência de sua designação, circunstância esta que evidencia a total ausência de prejuízo, reitere-se, ao se postergar a realização do ato. 5. Nestes termos, cite-se o réu, com as advertências constantes do artigo 334, parágrafos 8º, 9º e 10º, do CPC, para querendo contestar a ação observado o prazo em dobro para contestar (CPC/2015, art. 183, § 1°), sob pena de revelia e confissão sob a matéria de fato alegada. A citação da Fazenda Pública requerida será realizada perante o órgão de Advocacia Pública responsável por sua representação judicial (art. 242, § 3°, CPC/15), devendo ser feita por oficial de Justiça (art. 247, III, CPC/15). 6. Após a contestação, voltem os autos conclusos para análise do pleito liminar. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado / ofício / carta precatória, nos termos dos Provimentos 003/2009-CJCI, de 05.03.2009, e 003/2009-CJRMB, de 22.01.2009, com a redação que lhe deu o Provimento n. 011/2009-CJRMB, de 03.03.2009. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00044987720148140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO FAZENDA NACIONAL Representante(s): OAB 15870 - ALFREDO TIBURCIO PAIVA FROTA - PROCURADOR FEDERAL (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS ARATAU LTDA. DESPACHO Vistos etc. Diga o exequente sobre o que entender de direito no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00045105220188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRASIL SA Representante(s): OAB 17066 - LUISE NUNES DE MELO (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:EDNA DA CONCEICAO GENELHUD. DESPACHO Vistos etc. Diga o exequente sobre o que entender de direito no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00047694720188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 ADOLESCENTE:GUSTAVO OLIVEIRA DE SOUZA REPRESENTANTE:MARIA ROSA OLIVEIRA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 11307-A - ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos etc. Considerando o efeito modificativo dos embargos interpostos, ao Embargado, para se manifestar, caso queira, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos do artigo 1.023, CPC. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00048697520138140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:V. V. B. VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOSIAS PEREIRA AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:FRANCISCA SUENIA FERNANDES DE SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para o que entender de direito. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00049179720148140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:RAIMUNDO AGUIAR PINHEIRO VITIMA:O. E. AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR(A):ADRIANA PASSOS FERREIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00049707820148140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A):

ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MONICA BARBOSA Representante(s): OAB 19125-A - DERMIVON SOUZA LUZ (ADVOGADO) MONICA BARBOSA (REP LEGAL) REQUERIDO:EMBALE - EMBALAGEM DE PLASTICO E PAPEL LTDA Representante(s): OAB 6.364 - SAMARA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJA PROCESSO Nº 0004970-78.2014.814.0069 TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho (6) do ano de dois mil e dezenove (2019), às 11h54min nesta Cidade e Comarca de Pacajá/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam o MM. Juiz de Direito Dr. Esdras Murta Bispo. Presente o autor MONICA BARBOSA, acompanhado do advogado LORRANY ALVES VALADAO, OAB/PA 23989, que requer prazo para a juntada de substabelecimento. Presente o requerido EMABEL -EMBALAGEM DE PLASTICO E PAPEL LTDA, por seu preposto SERGIO LUIZ RODRIGUES CASTROVIEJO, RG 878079 SSP/TO, acompanhado do advogado SAMARA CRISTINA RIBEIRO DOS SANTOS, OAB/PA 6364, que requer prazo para a juntada de carta de preposição. Presente a testemunha Basílio Neto, rg 246.974 SSP/TO. ABERTA A AUDIENCIA, foi realizada a oitiva da testemunha. O MM Juiz PROFERIU O SEGUINTE DESPACHO: 1) Concedo prazo de 15 dias para a juntada da carta de preposição pela ré e do substabelecimento pela autora. 2) Dê-se vistas as partes para apresentar as alegações finais em forma de memoriais, pelo prazo sucessivo de 15 dias, primeiro o autor, após ao réu. Em seguida, venham os autos conclusos para sentença. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO COMPROVANTE DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E, para constar, lavro o seguinte termo. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Juiz de Direito (Dr. Esdras Bispo): _____
REQUERENTE:_____
Advogado (LORRANY ALVES VALADAO): _____
REQUERIDO:_____
Advogado (SAMARA CRISTINA RIBEIRO): _____
TESTEMUNHA: _____ RUA INES SOARES, S/N, CENTRO, CEP. 68485-000, Telefone: 3798-1113 - E-mail: 1pacaja@tjpa.jus.br PROCESSO: 00049866120168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) REQUERIDO:SEBASTIAO TRAVASCO DA COSTA REQUERIDO:WILLER ALVARENGA LIMA. DESPACHO Vistos etc. Considerando a certidão retro intime-se pessoalmente a parte autora para informar se possui interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção, na forma do art. 485, §1º do CPC/15. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00050723720138140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Sumário em: 28/06/2019 RECLAMANTE:JAIRO ALVES SILVA RECLAMADO:MUNICIPIO DE PACAJA - PREFEITURA MUNICIPAL. Processo nº 0005072-37.2013.8.14.0069 SENTENÇA Cuida-se de ação de cobrança ajuizada por JAIRO ALVES SILVA em face do MUNICÍPIO DE PACAJÁ, ambos devidamente qualificados, aduzindo o requerente que alugou seu veículo automotor para o acionado, pelo valor mensal de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), e que, havendo trabalhado por cinco meses, não lhe foi paga a respectiva contraprestação. Afirmou ainda que aludida contratação se através de uma assistente social e do então Secretário Municipal de Administração. Citado, o réu ofereceu contestação (fls. 14/23), em que alega em síntese a inépcia da inicial e no mérito a não comprovação do fato constitutivo do direito do postulante. Instado, o autor deixou transcorrer in albis o prazo para impugnação à contestação. É o relatório. Passo a fundamentar e decidir. É caso de julgamento antecipado do pedido, com base no art. 355, I, do CPC, ante a desnecessidade de produção de outras provas para o deslinde do feito. Presentes os pressupostos processuais e os requisitos de admissibilidade da demanda, passo ao exame do mérito. Sem razão a parte autora. O requerente não juntou aos autos o suposto contrato de aluguel que diz haver celebrado com o acionado. Demais disso, não faz prova por outros meios de que seu veículo esteve a serviço do acionado. A ausência de tais documentos ou de outros documentos passíveis de produção pela própria parte postulante enseja a não comprovação do aluguem aludido, de modo que considero não provado o fato constitutivo do seu direito, nos termos do art. 373, I, do CPC. Desse modo, não se afigura razoável reconhecer a responsabilidade da parte acionada, quando sequer se logrou comprovar os fatos que justificariam o respectivo pagamento. Entendimento contrário ensejaria a consagração do enriquecimento sem causa (art. 884 do CC). Por fim, compulsando-se os autos, reconheço que o feito

tramitou sob o rito do Juizado da Fazenda Pública, cujo procedimento, por força do art. 27, da Lei nº 12.153/09, recebe aplicação subsidiária da Lei nº 9.099/95, a qual prevê, em seu art. 54, a desnecessidade de adiantamento de custas processuais para o acesso em primeiro grau de jurisdição. Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado, com base no art. 487, I, do CPC. Transitada em julgado, ausentes quaisquer outros requerimentos, ARQUIVEM-SE os autos. P.R.I.C. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito PROCESSO: 00054075620138140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA DALVA ALVES DOS SANTOS Representante(s): OAB 9624-A - CANDIDA YVETE FORTE DE AMORIM (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) . Processo nº 0005407-56.2013.8.14.0069 SENTENÇA Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, ajuizada pela parte requerente, devidamente qualificada, em face da requerida, igualmente qualificada. Após prolação de sentença, as partes acordaram juntando aos autos o respectivo termo de fls. 100/101. É o relatório. Decido. Concedo à parte autora os benefícios da justiça gratuita. O acordo entabulado pelas partes afigura-se regular, sem vícios formais e materiais, atendendo satisfatoriamente aos interesses dos transatores. A solução consensual das querelas sociais é resultado exitoso e sempre preferencial a qualquer outra forma de intervenção heterônoma, pois revela a autonomia, capacidade e senso de responsabilidade social das partes e de todos aqueles que participaram da avença como estimuladores, em obediência ao que disposto pelo art. 3º, §3º, do NCPC. Isto posto, HOMOLOGO a transação de fl. 100/101, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, extinguindo o processo com resolução de mérito, com fundamento no art. 487, III, b, do NCPC. Condeno as partes transatoras ao pagamento das custas processuais (pro rata), nos termos do art. 90, §2º, do CPC, observada para a parte autora a condição suspensiva do art. 98, §3º, do CPC. Transitada em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com baixa da sua distribuição no Sistema LIBRA. P.R.I.C. Pacajá/PA, 24 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00054643520178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA INDICIADO:ROGERIO DA SILVA PINHEIRO VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para o que entender de direito. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00058457720168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO DENUNCIADO:NEYLON VITOR PEREIRA MARTINS DENUNCIADO:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00065288020178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JOAO DA SILVA SOUZA VITIMA:O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho " Tv. Inês Soares, 1, Pacajá, 68485-000 Processo: 00065288020178140069 Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO Acusado: JOÃO DA SILVA SOUZA Juiz: ESDRAS MURTA BISPO DECISÃO 1. Defiro o pedido formulado pelo Ministério Público na fl. 12. Cite-se o réu JOÃO DA SILVA SOUZA por edital, com o prazo de 15 (quinze) dias (art. 361, CPP), para apresentar resposta escrita, na qual poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua

intimação, quando necessário, de acordo com o que preconizam os arts. 396 e 396-A do Código de Processo Penal. 2. Decorrido in albis o prazo assinalado para citação, voltem os autos conclusos para os fins do art. 366 do diploma processual penal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito André dos Santos Canto Juiz de Direito Pág. de 1 Esdras Murta Bispo Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00068913320188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Tutela e Curatela - Nomeação em: 28/06/2019 REQUERENTE:MAURINA BRITO DE ALMEIDA Representante(s): OAB 11597-A - JOSE DE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) INTERDITANDO:SAMUEL NASCIMENTO REIS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PACAJA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA INTERDIÇÃO Processo n.: 0006891-33.2018.814.0069 Requerente: MAURINA BRITO DE ALMEIDA Interditanda: SAMUEL NASCIMENTO REIS TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 14h45min, nesta Cidade e Comarca de Pacajá/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam Juiz de Direito o Exmo. Sr. ESDRAS MURTA BISPO, o(a) Representante do Ministério Público o(a) Exmo.(a) Sr.(a) GERSON ALBERTO DE FRANÇA, para participarem da audiência. Presente a requerente MAURINA BRITO DE ALMEIDA, RG PC/PA, bem como seu advogado JOSE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR. Presente o interditando SAMUEL NASCIMENTO REIS, acompanhado de sua curadora especial LORRANY ALVES VALADÃO, OAB/PA 23.989, Aberta a audiência, O MM. JUIZ DELIBEROU: CHAMO O FEITO À ORDEM para adequá-lo ao ECA, tendo em vista que o que se pretende na presente ação é a regularização da guarda fática do menor, detida por sua tia desde o ano de 2015. Entendo presentes os requisitos do art. 300, do CPC, também levando em conta que o requerente já vem exercendo a guarda fática do menor. Isto posto: a) CONCEDO, com base no art. 300, do CPC, c/c art. 33,§ 2º, do ECA, a guarda provisória do menor SAMUEL NASCIMENTO REIS em favor da requerente MAURINA BRITO DE ALMEIDA. EXPEÇA-SE o respectivo termo de guarda provisória; b) DETERMINO a realização pelo CREAS, no prazo de 60 (sessenta) dias, de estudo social acerca da situação do menor e da requerente; c) acostado o respectivo estudo, remetam-se os autos ao MP. D) após conclusos para sentença. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Juiz de Direito:_____ Promotor de Justiça:_____ Requerente:_____ Advogado:_____ Interditanda:_____ Curador:_____ PROCESSO: 00073662320178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REQUERENTE:EDIVAL ALVES LUIZ ESPERANCA Representante(s): OAB 18261-B - GUSTAVO DA SILVA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BAANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 12450 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) OAB 25542 - BRENDA TAYNARA ABREU PIMENTEL (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos etc. Diga o exequente sobre o que entender de direito no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00074509220158140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Monitória em: 28/06/2019 REQUERENTE:CAIXA CONSORCIOS S/A Representante(s): OAB 86475 - ALBERTO BRANCO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:ANA KAROLLYNES PINHO BARBOSA. Processo nº 0007450-92.2015.8.14.0069 DESPACHO À UNAJ para conferir a correção do recolhimento de fls. 50. Após, conclusos. Pacajá/PA, 24 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito Substituto PROCESSO: 00076035720178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ZAQUEU FARIAS ARAUJO VITIMA:J. S. M. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista

ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00078832820178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:KEULLY RODRIGUES MOREIRA Representante(s): OAB 19125-A - DERMIVON SOUZA LUZ (ADVOGADO) REQUERIDO:ITAU SEGUROS S A Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . Processo nº 0007883-28.2017.8.14.0069 DESPACHO DEFIRO o pedido (fl. 23/24) de retificação do polo passivo para que nele conste como acionada a Seguradora Líder. Após a retificação, aguardem os autos em Secretaria para fins de designação de futuro mutirão. Pacajá/PA, 28 de junho de 2019. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito PROCESSO: 00081639620178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Execução Fiscal em: 28/06/2019 EXEQUENTE:ESTADO DO PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 13850 - AFONSO CARLOS PAULO DE OLIVEIRA JUNIOR (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:RIVELINO MACIEL DA SILVA. DESPACHO Vistos etc. Diga o exequente sobre o que entender de direito no prazo legal. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá, 25 de março de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito PROCESSO: 00090946520188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JOAO FRANCISCO DA SILVA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho, Rua Inês Soares, s/n, Centro, Pacajá-PA, CEP 68485-000 Processo: 00090946520188140069 Requerente: JOÃO FRANCISCO DA SILVA Ação: COBRANÇA Requerida: Seguradora Líder de Consórcios de Seguro-DPVAT Audiência: Conciliação TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho, do ano de 2018 (dois mil e dezoito), às 09:40 horas, nesta Cidade e Comarca de Pacajá, Estado do Pará, na Sala de Audiências do Fórum da comarca, onde se encontrava presente o MM. Juiz de Direito Substituto, Dr. Esdras Murta Bispo, comigo, Analista Judiciário ao final assinado. Após as formalidades apregoadas as partes, constatou-se a AUSÊNCIA do requerente, JOÃO FRANCISCO DA SILVA, qualificado nos autos. Presente o advogado do requerente DR. WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA, OAB/PA, Nº. 18255-B. Presente a perita nomeada, Dr. ª TEREZINHA DE JESUS TEIXEIRA PITOL, CRM-PA 14.289. Presente a requerida, SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DE SEGURO -DPVAT, representada na pessoa do preposto THALLES IGOR DOS SANTOS SILVA, portador do RG:5092789 PC/PA, CPF: 833.344.672-87, acompanhada da advogada Dr. ª PAULO VITOR DOS SANTOS SILVA, OAB/PA nº. 22.676. ABERTA A AUDIÊNCIA: não foi possível sua realização em razão da ausência da parte autora. EM SEGUIDA O MM. JUÍZO PASSOU A DECIDIR: Considerando que o intervalo entre a redesignação e a realização da presente audiência se deu de forma exígua, façam-se conclusos os autos para designação de novo mutirão. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito E como nada mais houvesse, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, às 10:00, que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, comigo _____ (Antonio Marcos de Jesus Ferreira), que o digitei e subscrevi. Requerente:_____ Advogado do Requerente:_____ Preposta da Requerida:_____ Advogada da requerida:_____ PROCESSO: 00091717420188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MAURO SERGIO PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho, Rua Inês Soares, s/n, Centro, Pacajá-PA, CEP 68485-000 Processo: 00091717420188140069 Requerente: MAURO SÉRGIO PEREIRA DA SILVA Ação: COBRANÇA Requerida: Seguradora Líder de Consórcios de Seguro-DPVAT Audiência: Conciliação TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho, do ano de 2018 (dois mil e dezoito), às 09:20 horas, nesta Cidade e Comarca de Pacajá, Estado do Pará, na Sala de Audiências do Fórum da comarca, onde se encontrava presente o MM. Juiz de Direito Substituto, Dr. Esdras Murta Bispo, comigo, Analista Judiciário ao final assinado. Após as formalidades apregoadas as partes, constatou-se a AUSÊNCIA do requerente, MÁRCIO ALVES DOS

SANTOS, qualificado nos autos. Presente o advogado do requerente DR. WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA, OAB/PA, Nº. 18255-B. Presente a perita nomeada, Dr. ª TEREZINHA DE JESUS TEIXEIRA PITOL, CRM-PA 14.289. Presente a requerida, SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DE SEGURO - DPVAT, representada na pessoa do preposto THALLES IGOR DOS SANTOS SILVA, portador do RG:5092789 PC/PA, CPF: 833.344.672-87, acompanhada da advogada Dr. ª PAULO VITOR DOS SANTOS SILVA, OAB/PA nº. 22.676. ABERTA A AUDIÊNCIA: não foi possível sua realização em razão da ausência da parte autora. EM SEGUIDA O MM. JUÍZO PASSOU A DECIDIR: Considerando que o intervalo entre a redesignação e a realização da presente audiência se deu de forma exígua, façam-se conclusos os autos para designação de novo mutirão. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito E como nada mais houvesse, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, às 10:00, que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, comigo _____ (Antonio Marcos de Jesus Ferreira), que o digitei e subscrevi. Requerente:_____ Advogado do Requerente:_____ Preposta da Requerida:_____ Advogada da requerida:_____ PROCESSO: 00091725920188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA FERNANDA ALMEIDA SILVA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:ELIZETE OLIVEIRA ALMEIDA REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho, Rua Inês Soares, s/n, Centro, Pacajá-PA, CEP 68485-000 Processo: 00091725920188140069 Requerente: MARIA FERNANDA ALMEIDA SILVA, representada por sua genitora ELIZETE OLIVEIRA ALMEIDA Ação: COBRANÇA Requerida: Seguradora Líder de Consórcios de Seguro-DPVAT Audiência: Conciliação TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho, do ano de 2019 (dois mil e dezoito), às 11:20 horas, nesta Cidade e Comarca de Pacajá, Estado do Pará, na Sala de Audiências do Fórum da comarca, onde se encontrava presente o MM. Juiz de Direito Substituto, Dr. Esdras Murta Bispo, comigo, Analista Judiciário ao final assinado. Após as formalidades apregoadas as partes, constatou-se a PRESENÇA da requerente, MARIA FERNANDA ALMEIDA SILVA, representada por sua genitora ELIZETE OLIVEIRA ALMEIDA, ambas qualificadas nos autos e acompanhadas do advogado DR. WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA, OAB/PA, Nº. 18255-B. Presente a perita nomeada, Dr.ª TEREZINHA DE JESUS TEIXEIRA PITOL, CRM-PA 14.289. Presente a requerida, SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DE SEGURO -DPVAT, representada na pessoa do preposto THALLES IGOR DOS SANTOS SILVA, portador do RG:5092789 PC/PA, CPF: 833.344.672-87, acompanhada do advogado Dr. PAULO VITOR DOS SANTOS SILVA, OAB/PA nº. 22.676. DECLARADA ABERTA A AUDIÊNCIA, o advogado da empresa requerida, requereu a juntada do substabelecimento, carta de preposição e comprovante de pagamento na via administrativa. O advogado da parte requerente pediu a palavra para requerer: a juntada do contrato de honorários advocatícios, requerendo que seja expedido o alvará do percentual constante do instrumento retro, ou seja, 30%, juntamente com os honorários sucumbenciais que seja expedido em nome do patrono da parte autora. Defiro, desde já, o pedido de juntada, determinando ainda a expedição de alvará na forma requerida pelo patrono da parte autora. Em seguida dada a oportunidade de conciliação, não sendo frutífera por ausência de proposta. Em seguida procedeu-se a realização de perícia pela Drª TEREZINHA DE JESUS TEIXEIRA PITOL, CRM-PA 14.289 A parte autora abriu mão do prazo recursal. Em seguida o MM. Juiz passou a SENTENCIAR: Adoto como relatório o termo de audiência. Em seguida foi realizada a perícia (Laudo pericial em anexo). As partes informaram que além da prova pericial não possuem outras provas a produzir e requereram o julgamento da lide. Vistos os autos. Trata-se de ação de cobrança de seguro obrigatório DPVAT, referente a acidente de trânsito no dia 12/06/2016, que resultou as lesões descritas na inicial sobre a parte autora MARIA FERNANDA ALMEIDA SILVA, qualificada nos autos. Em síntese, é o relatório. 1- PRELIMINARES: A) DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA INSTRUÇÃO DO PROCESSO: Compulsando os autos verifico que os documentos constantes são suficientes para a formulação do convencimento do julgador e hábeis à formulação de cognição exauriente, razão pela qual rejeito a preliminar apresentada. B) CARÊNCIA DA AÇÃO - INTERESSE DE AGIR: O interesse de agir deve ser analisado sob dois diferentes aspectos: a necessidade de obtenção da tutela jurisdicional reclamada e a adequação entre o pedido e a proteção jurisdicional que se pretende obter (STJ, 4ª Turma, REsp 954.505/RS, Rel. Min. Fernando Gonçalves, julgado em 28.08.2007). Em suma, haverá necessidade

sempre que o autor não puder obter o bem da vida pretendido sem a devida intervenção do Poder Judiciário. Em regra, havendo a lesão ou ameaça de lesão a direito, consubstanciada na lide tradicional, haverá interesse de agir, porque, ainda que exista a possibilidade de obtenção do bem da vida por meios alternativos de solução de conflitos, ninguém é obrigado a solucionar seus conflitos de interesse por essas vias alternativas. Já a adequação se entende que o pedido formulado pelo autor deve ser apto a resolver o conflito de interesses apresentado na petição inicial. Sendo a lide representada por uma resistência à uma resistência à pretensão de obtenção de um bem da vida, cabe ao autor requerer uma prestação jurisdicional que seja apta a afastar essa resistência (NEVES, Daniel Amorim Assunção. Novo Código de Processo Civil Comentado. 2016, fl. 43-44). No presente caso a tutela jurisdicional é necessária e a via eleita para sua proteção é adequada, razão pela qual encontra-se hígido o interesse de agir, no presente caso, razão pela qual rejeito a presente preliminar. 2- MÉRITO: Os pressupostos processuais e as condições da ação estão presentes. Não há nulidade a declarar de ofício, as preliminares levantadas foram rejeitadas e inexistem outras a analisar. Passa-se ao exame do mérito. No mérito, segundo a inicial, a parte autora foi vítima de acidente automobilístico, que segundo o laudo pericial anexo, resultou INCAPACIDADE FÍSICA PARCIAL INCOMPLETA NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO, NA ORDEM DE 50% - MÉDIA, o que resulta em um pagamento de R$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais), conforme tabela prevista na Lei nº 6.194/74. A seguradora ré comprovou o pagamento na via administrativa de R$ 843,75. Com esses fundamentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão inicial, resolvendo o processo com resolução do mérito com fundamento no art. 487, I, do CPC, nos termos da fundamentação supra para condenar a requerida, SEGURADORA LIDER S/A. a pagar à parte autora MARIA FERNANDA ALMEIDA SILVA o valor de R$ 3.881,25 (três mil oitocentos e oitenta e um reais e vinte e cinco centavos), a título de pagamento do seguro DPVAT, corrigido monetariamente a partir da data do efetivo prejuízo, ou seja, da data do acidente (súmula n. 43 do STJ)1, acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a contar da data da citação2. Por conseguinte, condeno a parte requerida ao pagamento de custas e despesas processuais, nos termos do art. 87 do NCPC, bem como em honorários advocatícios, o qual fixo em 15% (quinze por cento) do valor da condenação, conforme artigo 85, §2º do NCPC. Os honorários periciais serão pagos através de ofício, no prazo de 15 dias úteis, a contar do recebimento da documentação original na sede da Seguradora. À UNAJ PARA CUSTAS FINAIS. Com o trânsito em julgado, não havendo outras pendências, ARQUIVEM-SE os autos, com baixa da sua distribuição no Sistema LIBRA. Publique-se. Cumpra-se. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito E como nada mais houvesse, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, às 11:20, que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, comigo _____ (Antônio Marcos de Jesus Ferreira), que o digitei e subscrevi. Requerente:_____ Advogado do Requerente:_____ Preposto da Requerida:_____ Advogado da requerida:_____ 1 2 PROCESSO: 00091916520188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JENIVAN COSTA DA CONCEICAO Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho, Rua Inês Soares, s/n, Centro, Pacajá-PA, CEP 68485-000 Processo: 00091916520188140069 Requerente: JENIVAN COSTA DA CONCEIÇÃO Ação: COBRANÇA Requerida: Seguradora Líder de Consórcios de Seguro-DPVAT Audiência: Conciliação TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho, do ano de 2018 (dois mil e dezoito), às 10:40 horas, nesta Cidade e Comarca de Pacajá, Estado do Pará, na Sala de Audiências do Fórum da comarca, onde se encontrava presente o MM. Juiz de Direito Substituto, Dr. Esdras Murta Bispo, comigo, Analista Judiciário ao final assinado. Após as formalidades apregoadas as partes, constatou-se a AUSÊNCIA do requerente, JENIVAN COSTA DA CONCEIÇÃO, qualificado nos autos. Presente o advogado do requerente DR. WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA, OAB/PA, Nº. 18255-B. Presente a perita nomeada, Dr. ª TEREZINHA DE JESUS TEIXEIRA PITOL, CRM-PA 14.289. Presente a requerida, SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DE SEGURO -DPVAT, representada na pessoa do preposto THALLES IGOR DOS SANTOS SILVA, portador do RG:5092789 PC/PA, CPF: 833.344.672-87, acompanhada da advogada Dr. ª PAULO VITOR DOS SANTOS SILVA, OAB/PA nº. 22.676. ABERTA A AUDIÊNCIA: não foi possível sua realização em razão da ausência da parte autora. Dada a palavra ao advogado da parte autora este se

manifestou nos seguintes termos: o patrono do autor renuncia o direito de ação do autor, requerendo assim a extinção do feito nos termos do art. 487, III, c. Dada a palavra ao advogado da parte requerida este se manifestou nos seguintes termos: requer a extinção do feito. EM SEGUIDA O MM. JUÍZO PASSOU A DELIBERAR: Conclusos para sentença. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito E como nada mais houvesse, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, às 10:00, que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, comigo _____ (Antonio Marcos de Jesus Ferreira), que o digitei e subscrevi. Requerente:_____ Advogado do Requerente:_____ Preposta da Requerida:_____ Advogada da requerida:_____ PROCESSO: 00091925020188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 ENVOLVIDO:STERFANY SILVA DA ROCHA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REPRESENTANTE:VALDINEIA BATISTA DOS SANTOS SILVA REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho, Rua Inês Soares, s/n, Centro, Pacajá-PA, CEP 68485-000 Processo: 00093180320188140069 Processo: 00092314720188140069 Processo: 00091925020188140069 Ação: COBRANÇA Requerida: Seguradora Líder de Consórcios de Seguro-DPVAT Audiência: Conciliação TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho, do ano de 2018 (dois mil e dezoito), às 09:20 horas, nesta Cidade e Comarca de Pacajá, Estado do Pará, na Sala de Audiências do Fórum da comarca, onde se encontrava presente o MM. Juiz de Direito Substituto, Dr. Esdras Murta Bispo, comigo, Analista Judiciário ao final assinado. Após as formalidades apregoadas as partes, constatou-se a AUSÊNCIA da parte requerente, qualificado nos autos. Presente o advogado do requerente DR. WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA, OAB/PA, Nº. 18255-B. Presente a perita nomeada, Dr. ª TEREZINHA DE JESUS TEIXEIRA PITOL, CRM-PA 14.289. Presente a requerida, SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DE SEGURO -DPVAT, representada na pessoa do preposto THALLES IGOR DOS SANTOS SILVA, portador do RG:5092789 PC/PA, CPF: 833.344.672-87, acompanhada do advogado Dr. PAULO VITOR DOS SANTOS SILVA, OAB/PA nº. 22.676. ABERTA A AUDIÊNCIA: não foi possível sua realização em razão da ausência da parte autora. EM SEGUIDA O MM. JUÍZO PASSOU A DECIDIR: Considerando que o intervalo entre a redesignação e a realização da presente audiência se deu de forma exígua, façam-se conclusos os autos para designação de novo mutirão. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito E como nada mais houvesse, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, às 10:00, que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, comigo _____ (Antonio Marcos de Jesus Ferreira), que o digitei e subscrevi. Requerente:_____ Advogado do Requerente:_____ Preposta da Requerida:_____ Advogada da requerida:_____ PROCESSO: 00092159320188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDO NONATO TEIXEIRA DIAS Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho, Rua Inês Soares, s/n, Centro, Pacajá-PA, CEP 68485-000 Processo: 0009215-93.2018.8.14.0069 Ação: COBRANÇA Requerente: RAIMUNDO NONATO TEIXEIRA DIAS Requerida: Seguradora Líder de Consórcios de Seguro -DPVAT TERMO DE AUDIÊNCIA-MUTIRÃO (DELIBERAÇÃO) Aos 28 (vinte e oito) dias de junho de 2019 (dois mil e dezenove), às 09:00 horas, nesta Cidade e Comarca de Pacajá, Estado do Pará, na Sala de Audiências do Fórum da comarca, onde se encontrava presente o MM. Juiz de Direito Substituto, Dr. Esdras Murta Bispo. Após as formalidades apregoadas as partes, constatou-se a presença do(a) requerente RAIMUNDO NONATO TEIXEIRA DIAS, acompanhado(a) do advogado Dr. Wayllon Rafael da Silva Costa, OAB/PA, Nº. 18255-B. Presente a requerida, Seguradora Líder de Consórcios de Seguro - DPVAT, representada na pessoa da preposta LAYANE SOUSA DA SILVA, portadora do RG: 4286068 PC/PA e CPF: 817.032.362-20, acompanhado do

advogado Dr. HERBET LOUZADA OLIVEIRA, OAB/PA Nº. 20444. DECLARADA ABERTA A AUDIÊNCIA, constatou-se a ausência da parte autora. O advogado da parte acionada requereu a juntada de substabelecimento e carta de preposição. Em seguida o MM. Juiz passou a DELIBERAR: "Acautelem-se os autos em Secretaria, para inclusão em novo mutirão, que será designado por este Juízo. " E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito Substituto
Requerente:_____
Advogado do Requerente:_____
Preposto da Requerida:_____
Advogado da requerida:_____ A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei 6194/74, redação dada pela Lei 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. STJ. 2ª Seção. REsp 1.483.620-SC, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 27/5/2015 (Info 563). RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 543-C DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. 1. Para efeitos do artigo 543-C do CPC: 1.1. Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, os juros de mora são devidos a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida. 2. Aplicação ao caso concreto: 2.1. Recurso especial provido. (STJ. Recurso Repetitivo. 2ª Seção. REsp 1098365 / PR. RECURSO ESPECIAL 2008/0225191-0, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 28/10/2009. PROCESSO: 00092176320188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JUSCELINO FERREIRA DA CRUZ Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho, Rua Inês Soares, s/n, Centro, Pacajá-PA, CEP 68485-000 Processo: 0009217-63.2018.8.14.0069 Ação: COBRANÇA Requerente: JUSCELINO FERREIRA DA CRUZ Requerida: Seguradora Líder de Consórcios de Seguro -DPVAT TERMO DE AUDIÊNCIA-MUTIRÃO (DELIBERAÇÃO) Aos 28 (vinte e oito) dias de junho de 2019 (dois mil e dezenove), às 09:00 horas, nesta Cidade e Comarca de Pacajá, Estado do Pará, na Sala de Audiências do Fórum da comarca, onde se encontrava presente o MM. Juiz de Direito Substituto, Dr. Esdras Murta Bispo. Após as formalidades apregoadas as partes, constatou-se a presença do(a) requerente JUSCELINO FERREIRA DA CRUZ, acompanhado(a) do advogado Dr. Wayllon Rafael da Silva Costa, OAB/PA, Nº. 18255-B. DECLARADA ABERTA A AUDIÊNCIA, constatou-se a ausência da parte autora. O advogado da parte acionada requereu a juntada de substabelecimento e carta de preposição. Em seguida o MM. Juiz passou a DELIBERAR: "Acautelem-se os autos em Secretaria, para inclusão em novo mutirão, que será designado por este Juízo. " E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito
Requerente:_____
Advogado do Requerente:_____
Preposto da Requerida:_____
Advogado da requerida:_____ A incidência de atualização monetária nas indenizações por morte ou invalidez do seguro DPVAT, prevista no § 7º do art. 5º da Lei 6194/74, redação dada pela Lei 11.482/2007, opera-se desde a data do evento danoso. STJ. 2ª Seção. REsp 1.483.620-SC, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 27/5/2015 (Info 563). RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. JULGAMENTO NOS MOLDES DO ARTIGO 543-C DO CPC. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE - DPVAT. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO. 1. Para efeitos do artigo 543-C do CPC: 1.1. Em ação de cobrança objetivando indenização decorrente de seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, os juros de mora são devidos a partir da citação, por se tratar de responsabilidade contratual e obrigação ilíquida. 2. Aplicação ao caso concreto: 2.1. Recurso especial provido. (STJ. Recurso Repetitivo. 2ª Seção. REsp 1098365 / PR. RECURSO ESPECIAL 2008/0225191-0, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, julgado em 28/10/2009. PROCESSO: 00092314720188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:WASHINGTON JOSE DA SILVA

Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT Representante(s): OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho, Rua Inês Soares, s/n, Centro, Pacajá-PA, CEP 68485-000 Processo: 00093180320188140069 Processo: 00092314720188140069 Processo: 00091925020188140069 Ação: COBRANÇA Requerida: Seguradora Líder de Consórcios de Seguro-DPVAT Audiência: Conciliação TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho, do ano de 2018 (dois mil e dezoito), às 09:20 horas, nesta Cidade e Comarca de Pacajá, Estado do Pará, na Sala de Audiências do Fórum da comarca, onde se encontrava presente o MM. Juiz de Direito Substituto, Dr. Esdras Murta Bispo, comigo, Analista Judiciário ao final assinado. Após as formalidades apregoadas as partes, constatou-se a AUSÊNCIA da parte requerente, qualificado nos autos. Presente o advogado do requerente DR. WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA, OAB/PA, Nº. 18255-B. Presente a perita nomeada, Dr. ª TEREZINHA DE JESUS TEIXEIRA PITOL, CRM-PA 14.289. Presente a requerida, SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DE SEGURO -DPVAT, representada na pessoa do preposto THALLES IGOR DOS SANTOS SILVA, portador do RG:5092789 PC/PA, CPF: 833.344.672-87, acompanhada do advogado Dr. PAULO VITOR DOS SANTOS SILVA, OAB/PA nº. 22.676. ABERTA A AUDIÊNCIA: não foi possível sua realização em razão da ausência da parte autora. EM SEGUIDA O MM. JUÍZO PASSOU A DECIDIR: Considerando que o intervalo entre a redesignação e a realização da presente audiência se deu de forma exígua, façam-se conclusos os autos para designação de novo mutirão. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito E como nada mais houvesse, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, às 10:00, que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, comigo _____ (Antonio Marcos de Jesus Ferreira), que o digitei e subscrevi. Requerente:_____ Advogado do Requerente:_____ Preposta da Requerida:_____ Advogada da requerida:_____ PROCESSO: 00093180320188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:POLIANA DOS SANTOS OLIVEIRA Representante(s): OAB 18255-B - WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PACAJÁ Fórum Juiz Washington Costa Carvalho, Rua Inês Soares, s/n, Centro, Pacajá-PA, CEP 68485-000 Processo: 00093180320188140069 Processo: 00092314720188140069 Processo: 00091925020188140069 Ação: COBRANÇA Requerida: Seguradora Líder de Consórcios de Seguro-DPVAT Audiência: Conciliação TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho, do ano de 2018 (dois mil e dezoito), às 09:20 horas, nesta Cidade e Comarca de Pacajá, Estado do Pará, na Sala de Audiências do Fórum da comarca, onde se encontrava presente o MM. Juiz de Direito Substituto, Dr. Esdras Murta Bispo, comigo, Analista Judiciário ao final assinado. Após as formalidades apregoadas as partes, constatou-se a AUSÊNCIA da parte requerente, qualificado nos autos. Presente o advogado do requerente DR. WAYLLON RAFAEL DA SILVA COSTA, OAB/PA, Nº. 18255-B. Presente a perita nomeada, Dr. ª TEREZINHA DE JESUS TEIXEIRA PITOL, CRM-PA 14.289. Presente a requerida, SEGURADORA LÍDER DE CONSÓRCIOS DE SEGURO -DPVAT, representada na pessoa do preposto THALLES IGOR DOS SANTOS SILVA, portador do RG:5092789 PC/PA, CPF: 833.344.672-87, acompanhada do advogado Dr. PAULO VITOR DOS SANTOS SILVA, OAB/PA nº. 22.676. ABERTA A AUDIÊNCIA: não foi possível sua realização em razão da ausência da parte autora. EM SEGUIDA O MM. JUÍZO PASSOU A DECIDIR: Considerando que o intervalo entre a redesignação e a realização da presente audiência se deu de forma exígua, façam-se conclusos os autos para designação de novo mutirão. O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado. Esdras Murta Bispo Juiz de Direito E como nada mais houvesse, mandou o MM. Juiz que se encerrasse o presente termo, às 10:00, que, lido e achado conforme, vai por todos assinado, comigo _____ (Antonio Marcos de Jesus Ferreira), que o digitei e subscrevi. Requerente:_____ Advogado do Requerente:_____ Preposta da Requerida:_____ Advogada da requerida:_____ PROCESSO: 00554529320158140069

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:IZAQUEU DA SILVA PACHECO VITIMA:O. E. AUTOR:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR(A):ADRIANA PASSOS FERREIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para o que entender de direito. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00684690220158140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:JOSE PEREIRA DE SOUZA VITIMA:O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para o que entender de direito. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 01094541320158140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO DENUNCIADO:SIDNEY GOMES DA SILVA VITIMA:E. S. G. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para o que entender de direito. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 01154551420158140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:EDILSON VIANA DE FRANCA VITIMA:M. F. F. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para o que entender de direito. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 01414546620158140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:VALDEMILSON BRAS DE OLIVEIRA VITIMA:J. P. O. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para o que entender de direito. Após, conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 01594524720158140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ESDRAS MURTA BISPO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTOR:LUIZ ALBERTO ALMEIDA PRESOTTO DENUNCIADO:RAIMUNDO NONATO DA SILVA ANUNCIACAO VITIMA:V. M. A. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE PACAJÁ DESPACHO Considerando o certificado na fl. retro, determino a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional. Acautelem-se os autos em Secretaria, observando-se que "o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada", conforme preconiza a Súmula nº. 415 do STJ. Proceda-se às alterações necessárias no sistema Libra, devendo a Secretaria Judicial atentar para o término do prazo de suspensão processual, findo o qual será dada vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Pacajá/PA, 27 de junho de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correia de Andrade Sentença Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00001625420198140069 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: T. H. S. S. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REPRESENTANTE: D. A. S. REQUERIDO: R. G. S. PROCESSO: 00002222720198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: L. J. S. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REPRESENTANTE: J. J. S. REQUERIDO: E. L. S. PROCESSO: 00002612420198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: D. A. S. REPRESENTANTE: M. E. A. S. REQUERIDO: E. S. PROCESSO: 00007815220178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERENTE: M. C. S. Representante(s): OAB 18776 - RODNEY ITAMAR BARROS DAVID (ADVOGADO) REQUERIDO: S. A. S. REPRESENTANTE: L. S. A. PROCESSO: 00011922720198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: AUTOR: M. P. E. P. DENUNCIADO: C. B. S. F. Representante(s): OAB 11597-A - JOSE DE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR (DEFENSOR DATIVO) VITIMA: C. S. S. VITIMA: S. S. S. VITIMA: F. S. S. VITIMA: C. B. S. PROCESSO: 00021810420178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: T. K. M. S. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REPRESENTANTE: D. M. S. REQUERIDO: A. S. S. PROCESSO: 00024663120168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Divórcio Litigioso em: AUTOR: W. J. S. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO: L. E. S. PROCESSO: 00025304620138140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Providência em: AUTOR: O. M. P. E. P. PROMOTOR: L. A. A. C. P. J. MENOR: I. G. C. V. PROCESSO: 00026882820188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: AUTOR: M. P. E. P. DENUNCIADO: J. B. S. PROCESSO: 00028210720178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: W. R. S. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REPRESENTANTE: E. R. S. REQUERIDO: J. R. C. REQUERIDO: B. R. C. PROCESSO: 00028237420178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: F. S. S. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REPRESENTANTE: R. S. S. REQUERIDO: J. L. B. PROCESSO: 00028699220198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: AUTOR: M. P. E. P. DENUNCIADO: R. A. N. DENUNCIADO: J. P. S. PROCESSO: 00032648920168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: D. F. S. REPRESENTANTE: M. F. S. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO: R. H. C. N. Representante(s): OAB 15110-A - RAIMUNDO PEREIRA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 23467 - PRISCILA LARISSA DA CONCEIÇÃO FEITOSA (ADVOGADO) PROCESSO: 00033064120168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Guarda em: REQUERENTE: S. J. S. Representante(s): OAB 11597-A - JOSE DE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR (ADVOGADO) MENOR: H. S. S. REQUERIDO: E. G. S. PROCESSO: 00035081320198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: AUTOR: M. P. E. P. DENUNCIADO: V. C. VITIMA: M. S. R. PROCESSO: 00035081320198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: AUTOR: M. P. E. P. DENUNCIADO: V. C. VITIMA: M. S. R. PROCESSO: 00036638420178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: L. H. A. S. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REPRESENTANTE: T. A. S. REQUERIDO: L. S. PROCESSO: 00038493920198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Advertência em: AUTOR: O. M. P. E. P. ADOLESCENTE: M. P. S. PROCESSO: 00038892120198140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Perda ou Suspensão do Poder Familiar em: AUTOR: O. M. P. E. P. REQUERENTE: R. M. L. REQUERENTE: E. M. S. MENOR: C. H. O. S. REQUERIDO: M. A. O. S. PROCESSO: 00041558120148140069 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: REQUERENTE: E. C. C. C. Representante(s): OAB 23989 - LORRANY ALVES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO: P. S. C. Representante(s): OAB 18261-A - GUSTAVO DA SILVA VIEIRA (ADVOGADO) PROCESSO: 00046730820138140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: AUTOR: O. M. P. E. PROMOTOR: A. L. S. L. P. MENOR: R. S. O. INTERESSADO: M. C. S. REQUERIDO: G. R. S. REQUERIDO: J. F. S. O. PROCESSO: 00047091120178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: REQUERENTE: G. N. C. REQUERENTE: W. N. C. REQUERENTE: R. N. C. REPRESENTANTE: D. F. N. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO: E. S. C. PROCESSO: 00047117820178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: MENOR: K. F. C. REPRESENTANTE: L. F. C. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO: F. G. S. PROCESSO: 00051448220178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: MENOR: R. S. S. REPRESENTANTE: C. S. S. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO: A. S. T. PROCESSO: 00052460720178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: MENOR: W. S. A. REPRESENTANTE: J. G. S. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO: F. C. A. PROCESSO: 00053252020168140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: REQUERENTE: F. P. S. REQUERENTE: G. S. A. Representante(s): OAB 9624-A - CANDIDA YVETE FORTE DE AMORIM (ADVOGADO) PROCESSO: 00078868020178140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: REQUERENTE: C. O. C. REQUERENTE: J. M. T. M. Representante(s): OAB 23989 - LORRANY ALVES FERREIRA (ADVOGADO) ENVOLVIDO: C. F. S. REQUERIDO: D. B. S. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERIDO: M. F. S. PROCESSO: 00081913020188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: AUTOR: M. P. E. P. DENUNCIADO: A. S. B. Representante(s): OAB 18301-A - JULIANA DA GAMA RIBEIRO BRAGANCA (ADVOGADO) OAB 19379 - OLIRIOMAR AUGUSTO PANTOJA MONTEIRO (ADVOGADO) OAB 7320 - HUMBERTO FEIO BOULHOSA (ADVOGADO) OAB 26768 - BRUNA EDWIRGES CUNHA BOULHOSA (ADVOGADO) DENUNCIADO: J. A. A. O. Representante(s): OAB 27896 - RALLISON COSTA ALVES (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO: C. S. S. Representante(s): OAB 11597-A - JOSE DE ARIMATEA DOS SANTOS JUNIOR (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO: R. T. C. Representante(s): OAB 11957 - MAURO CESAR DA SILVA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 11651 - NELMA CATARINA OLIVEIRA MARTIRES COSTA (ADVOGADO) VITIMA: A. B. A. P. P. PROCESSO: 00082727620188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: M. D. B. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REPRESENTANTE: K. M. D. S. REQUERIDO: R. N. C. B. PROCESSO: 00089750720188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Guarda em: REQUERENTE: R. C. V. S. Representante(s): OAB 24071 - DAIANE CASSIA PEREIRA CAMPOS (ADVOGADO) REQUERENTE: M. M. L. G. S. ENVOLVIDO: L. C. S. REQUERIDO: L. C. S. PROCESSO: 00093519020188140069 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERENTE: G. A. C. Representante(s): OAB 18261-B - GUSTAVO DA SILVA VIEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO: N. S. A. S. Representante(s): OAB 28256 - TELVINA MADALENA NORONHA (ADVOGADO) PROCESSO: 00122132920168140061 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REPRESENTANTE: M. A. S. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERENTE: S. A. S. REQUERIDO: A. S. S.

COMARCA DE RONDON DO PARÁ

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL DE RONDON DO PARÁ

Número do processo: 0800518-22.2018.8.14.0046 Participação: EXEQUENTE Nome: JOSE SANTOS DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO RODRIGUES ALMEIDAOAB: 9881/PA Participação: EXECUTADO Nome: EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA Participação: PROCURADOR Nome: MARIA LUCILIA GOMESOAB: 9803/PASENTENÇA Vistos etc. Nos autos o requerente informa que não possui interesse na continuidade da ação, requerendo desistência.Desta feita não resta outra medida a ser tomada, se não a extinção do processo com base no Art. 485, VIII, do CPC.Sem custas e honorários de sucumbência.Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Rondon do Pará - PA, 27 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSA Juiz de Direito Titular

Número do processo: 0800518-22.2018.8.14.0046 Participação: EXEQUENTE Nome: JOSE SANTOS DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO RODRIGUES ALMEIDAOAB: 9881/PA Participação: EXECUTADO Nome: EMBRACON ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA Participação: PROCURADOR Nome: MARIA LUCILIA GOMESOAB: 9803/PASENTENÇA Vistos etc. Nos autos o requerente informa que não possui interesse na continuidade da ação, requerendo desistência.Desta feita não resta outra medida a ser tomada, se não a extinção do processo com base no Art. 485, VIII, do CPC.Sem custas e honorários de sucumbência.Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Rondon do Pará - PA, 27 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSA Juiz de Direito Titular

Número do processo: 0800277-48.2018.8.14.0046 Participação: AUTOR Nome: IVONE DOS SANTOS SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: SEBASTIANA APARECIDA SERPA SOUZA SAMPAIOOAB: 7035/PA Participação: RÉU Nome: MUNICIPIO DE RONDON DO PARASENTENÇA Vistos e etc. Cuida-se de ação ordinária com pedido liminar, no qual a requerente, servidora pública municipal, pleiteia em face do requerido gratificação de nível superior.Narra que o pedido foi negado em sede administrativa, com base no art. 86 do Estatuto dos Servidores Municipais de Rondon do Pará, em conjunto com o texto do Decreto 028/2012, que daria suporte à legislação local sobre o assunto em comento.Neste prumo, o supracitado Decreto regulamenta que a gratificação só será concedida ao servidor que tiver curso superior relacionado com a função técnica desempenhada, o que não seria o caso dos presentes autos.Expõe que o decreto municipal estaria em desacordo com a realidade fática de diversos servidores deste município, pois mesmo com a ausência de correlação das funções, estariam percebendo a vantagem. No mais, argumenta a violação de princípios jurídicos.Juntou documentos aos autos.O requerido foi devidamente citado.Contestação apresentada.É o breve relato. Decido. FUNDAMENTAÇÃO.Tenho que o pedido contido na inicial merece guarida.Verifico que não há inépcia da inicial, apresentando estas as condições e pressupostos válidos para seu regular prosseguimento.Iniciando o debate, entendo que a exigência referente à correlação entre a função desempenhada pela servidora municipal e formação a nível superior, deveria estar expressa no texto da lei municipal que dispõe sobre o estatuto dos servidores, ou em legislação equiparada.Continuando, apesar da lei em comento (LC n. 002/2011) regulamentar que cabe ao Poder Executivo as questões que dependem de decreto (art. 245), a mesma norma, referindo-se ao art. 86, é completa em si, não necessitando de demais regulamentações.Ademais, o art. 247 do Estatuto, deixa por conta de Lei Complementar Municipal as diretrizes do Pano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Direta e Indireta.Dessa forma, os requisitos referentes ao percebimento de gratificação de nível superior não podem estar vinculados à Decreto Executivo, pois configura-se defraudação de competência legislativa.Assim, devemos analisar o cumprimento dos quesitos estabelecidos apenas no Estatuto Local, sendo que, da análise minuciosa dos autos, tais pontos foram obedecidos pelo requerente através da documentação acostada.De todo o exposto, a jurisprudência pátria se posiciona, verbis: ?DECISÃO MONOCRÁTICA. REEXAME NECESSÁRIO.MANDADO DE

SEGURANÇA.GRATIFICAÇÃODE QUALIFICAÇÃO CONCEDIDA POR LEI MUNICIPAL A SERVIDOR DETENTOR DEDIPLOMADE GRADUAÇÃO.IMPETRANTE QUE PREENCHE OS REQUISITOS LEGAIS, SENDO DETENTOR DE DOIS DIPLOMAS DE GRADUAÇÃO, APENAS UM DELES NECESSÁRIO À INVESTIDURA DO CARGO ATUALMENTE EXERCIDO. HIPÓTESE QUE NÃO ESTÁ ABRANGIDA PELA AÇÃO DIRETA QUE QUESTIONA A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA CONCEDIDA. SENTENÇA MANTIDA EM GRAU DE REEXAME NECESSÁRIO. Vistos e examinados. Trata-se de Reexame Necessário da sentença proferida nos autos de mandado de segurança Impetrado por Luis Antonio Bispo em face de ato praticado pelo Chefe da Divisão de RH do Município de Arapoti, Sr. Irineu Barros, que concedeu a segurança para anular o ato administrativo que culminou com a interrupção do pagamento de adicional de qualificação ao Impetrante, confirmando a liminar concedida anteriormente. A douta Procuradoria de Justiça opinou no sentido da manutenção da sentença. É o relatório. Decido. Cuida-se de Reexame Necessário da sentença proferida nos autos de mandado de segurança Impetrado por Luis Antonio Bispo em face de ato praticado pelo Chefe da Divisão de RH do Município de Arapoti, Sr. Irineu Barros, que concedeu a segurança para anular o ato administrativo que culminou com a interrupção do pagamento de adicional de qualificação ao Impetrante, confirmando a liminar concedida anteriormente. O Impetrante alega, na petição inicial, que, na qualidade de servidor público municipal, ocupante do cargo de "Oficial Administrativo A", fazia jus ao adicional de graduação previsto no artigo 70 da Lei Municipal 411/1993, passando a receber o benefício que, por ato da autoridade Impetrada, foi indevidamente suspenso sem amparo legal. Nas informações prestadas, a autoridade coatora alegou a ilegitimidade passiva "ad causam", ausência de citação do Prefeito Municipal, na qualidade de litisconsorte necessário, e, ainda, a inexistência de pedido administrativo. No mérito, suscitou que o corte do adicional de graduação atendeu recomendação do Ministério Público que indicava ser inconstitucional o pagamento da verba, sendo promovida ação direta de inconstitucionalidade em face do artigo 7 da Lei 411/1993, que tramita sob o número 1238723-4 (OE). O Juízo "a quo" repeliu as preliminares e concedeu a segurança, sob o fundamento de que a decisão administrativa que julgou inconstitucional a norma municipal referida, deveria ser motivada e elaborada com a observância da ampla defesa e do contraditório.Destacou, ainda, que a ação direta de inconstitucionalidade em questão - questionando agratificaçãode qualificação aos ocupantes de cargos que exigem o nívelsuperiorcomo requisito de investidura - não poderia influenciar a situação do Impetrante, que detém dois diplomas de graduação.A sentença merece ser mantida integralmente. O entendimento do Juízo "a quo" sobre a aplicação da teoria da encampação, para fins de rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva "ad causam" e litisconsórcio necessário, está em conformidade com a orientação doSuperiorTribunal de Justiça "no sentido de que aplicável a teoria da encampação quando a autoridade apontada como coatora, ao prestar as informações, não se limita a alegar a sua ilegitimidade, mas defende a prática do ato impugnado." (MS 11.658/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/06/2015, DJe 22/06/2015). Por sua vez, não era indispensável para a impetração do mandado de segurança, a apresentação de recurso administrativo pelo Impetrante, no que tange ao ato coator. Segundo entendimento doSuperiorTribunal de Justiça: "o esgotamento da instância administrativa não é condição para o ingresso na via judicial. (v.g. AgRg no AREsp 217.998/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 24/09/2012) 3. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1320570/AM, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/09/2014, DJe 01/10/2014). Em relação ao mérito, verifica-se que a Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona o artigo 70 da Lei Municipal 411/1993,tem por finalidade a declaração de inconstitucionalidade parcial do dispositivo, sem redução de texto, a fim de que se exclua de sua incidência a hipótese do servidor, detentor dediplomade graduação - que constitui condição de acesso ao cargo que ocupa -, pretender o pagamento dagratificaçãoem questão. O caso do Impetrante é diametralmente distinto. Além de ter umdiplomade graduação, que lhe deu acesso ao cargo no qual está investido, logrou êxito na obtenção de mais um curso de graduação, o que lhe confere o direito àgratificação,nos termos da norma municipal em questão. E essa situação, vale frisar, não está abrangida pela pretendida declaração de inconstitucionalidade. O Impetrante comprovou, efetivamente, que detém duas graduações, uma delas suficiente para o preenchimento do requisito exigido no artigo 70 da Lei Municipal 411/1993, para o deferimento do adicional de qualificação. Havendo prova do alegado direito líquido e certo, impõe-se a integral manutenção da sentença. Em face dessas considerações, deve ser mantida a sentença em grau de reexame necessário. Diante do exposto, nos termos do artigo 557 "caput", do Código de Processo Civil, nego seguimento ao reexame necessário, ficando integralmente mantida a sentença. Expeça-se ofício ao d. Juízo "a quo", comunicando o teor desta decisão. Intimem-se. Curitiba, 3 de agosto de 2015. MARIA APARECIDA BLANCO DE LIMA Desembargadora Relatora.? Isto posto, julgoPROCEDENTEo pleito autoral, determinando ao município que conceda a gratificação de nível superior, inclusive mediante o

pagamento dos valores retroativos a partir da data do pedido administrativo, observado o regime de precatória ou RPV que se adeque ao caso. Implemente a gratificação na folha da requerente em 10 dias. Julgo extinto o processo com resolução do mérito, conforme art. 487, inciso I, do NCPC. Condeno o requerido em custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, a ser apurado em fase de liquidação. P.R.I. Rondon do Pará-PA, 27 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSAJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0800519-07.2018.8.14.0046 Participação: EXEQUENTE Nome: SARISA JANUTH ALMEIDA Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO RODRIGUES ALMEIDAOAB: 9881/PA Participação: EXECUTADO Nome: BANCO BANKPAR S.A. Participação: PROCURADOR Nome: RUBENS GASPAR SERRAOAB: 119859S E N T E N Ç A A parte requerente manifestou desinteresse em prosseguir com a ação. O breve relatório Decido. Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito por força do que dispõe o art. 485, VIII, do NCPC. Sem custas. Efetuem-se as baixas necessárias. P.R.I. Após, arquive-se. Rondon do Pará-(PA), 26 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSAJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0800519-07.2018.8.14.0046 Participação: EXEQUENTE Nome: SARISA JANUTH ALMEIDA Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO RODRIGUES ALMEIDAOAB: 9881/PA Participação: EXECUTADO Nome: BANCO BANKPAR S.A. Participação: PROCURADOR Nome: RUBENS GASPAR SERRAOAB: 119859S E N T E N Ç A A parte requerente manifestou desinteresse em prosseguir com a ação. O breve relatório Decido. Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito por força do que dispõe o art. 485, VIII, do NCPC. Sem custas. Efetuem-se as baixas necessárias. P.R.I. Após, arquive-se. Rondon do Pará-(PA), 26 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSAJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0800362-97.2019.8.14.0046 Participação: EXEQUENTE Nome: BANCO BRADESCO S/A Participação: ADVOGADO Nome: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCIOAB: 15674/PA Participação: EXECUTADO Nome: VALDIANA SANTANA PARDINHO 54040418549 Participação: EXECUTADO Nome: VALDIANA SANTANA PARDINHOSENTENÇAHOMOLOGO A DESISTÊNCIA REQUERIDA POR FORÇA DO ART. 485, VIII, CPC.CUSTAS, SE HOUVEREM, PELO REQUERENTE.P.R.I.CUMPRA-SE. SERVE DE MANDADO. RONDON DO PARÁ, 26 DE JUNHO DE 2019JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSAJUIZ DE DIREITO TITULAR.

Número do processo: 0800391-84.2018.8.14.0046 Participação: AUTOR Nome: JOSEVALDO JARDINS DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA ANDREY DINIZ LOPESOAB: 30PA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO DINIZ MACHADOOAB: 13506/PA Participação: AUTOR Nome: MARIA DAS GRACAS FRANCISCA DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO DINIZ MACHADOOAB: 13506/PA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA ANDREY DINIZ LOPESOAB: 30PA Participação: AUTOR Nome: ARICLENES FRANCISCO DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO DINIZ MACHADOOAB: 13506/PA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA ANDREY DINIZ LOPESOAB: 30PA Participação: AUTOR Nome: JULIA FRANCISCA DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO DINIZ MACHADOOAB: 13506/PA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA ANDREY DINIZ LOPESOAB: 30PA Participação: AUTOR Nome: ADRIANA FRANCISCA DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO DINIZ MACHADOOAB: 13506/PA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA ANDREY DINIZ LOPESOAB: 30PA Participação: RÉU Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Participação: ADVOGADO Nome: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCOOAB: 16780/BASENTENÇA Dispensado o relatório, na forma da Lei nº 9.099/95. DECIDO. O requerente ingressou com Ação de Repetição de Indébito c/c Indenização por Danos Morais em face do requerido, objetivando a restituição em dobro da quantia debitada em virtude de contratação

fraudulenta de empréstimo consignado, bem como a reparação pelos prejuízos psíquicos suportados oriundos da cobrança irregular.No transcorrer da ação o requerente veio a óbito, ingressando os herdeiros como substitutos processuais.Audiência Una realizada, proposto acordo pela requerida no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em contraproposta o polo ativo solicita R$10.000,00 para resolver tanto a repetição quanto o dano moral sofrido, sem êxito.Contestação já apresentada, a requerente afirma que houve cancelamento do empréstimo e liberação da margem consignável. Apesar de comprovante de TED acostado, verifica-se que é reconhecido a inexistência de vontade de pactuar negócio jurídico entre o extinto a requerida.Aplica-se ao caso presente, conforme exarado supra, o Código de Defesa do Consumidor. Logo, a apuração da responsabilidade civil da parte reclamada é analisada de acordo com a teoria do risco, invertendo-se o ônus da prova em favor da requerente, porquanto consumidor e parte mais fraca na relação contratual, a teor do que dispõem os arts. 4º, inciso I e 6º, inciso VIII, da Lei 8.078/90.Com efeito, para fins de responsabilidade civil objetiva, é certo que presentes o ato ilícito comissivo, o dano e o nexo causal entre este e aquele, exsurge evidente o dever de indenizar. Não há de se falar, na presente hipótese, do elemento culpa.Certo também, que pelas regras da responsabilidade objetiva, o dano moral não necessita de prova, ao contrário do dano material.Contudo, o ato ilícito causador do dano moral deve existir, e sem ato ilícito não há que se falar no dever de indenizar.Compulsando os autos, tenho que o abalo extrapatrimonial é patente e de fácil constatação.Não obstante, os documentos acostados prestam-se a subsidiar o pleito de repetição do indébito formulado pela requerente. Noutro diapasão, não se pode olvidar que em casos como este, incumbe ao fornecedor demonstrar que ocorreu equívoco justificável na cobrança indevida, devendo arcar com sua incúria sistemática nas hipóteses onde não lograr êxito em tal empreitada, ou, ainda, quando incorrer em erro crasso na providência aludida. Isto posto, resolvendo o mérito, na forma do art. 269, I do CPC,julgo PROCEDENTE , o pedido formulado com a inicial para DETERMINAR A REPETIÇÃO DO INDÉBITO em favor da consumidora, condenando as requerida a restituírem em dobro o importe pago pela requerente,corrigido monetariamente pelo INPC, desde o efetivo desembolso, e com juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação Assim como condeno a requeridaa pagar o montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à título de dano moralsofrido pela parte. Sem custas nem honorários. P.R.I Breu Branco, 26de junho de 2019. José Jonas Lacerda de SousaJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0800391-84.2018.8.14.0046 Participação: AUTOR Nome: JOSEVALDO JARDINS DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA ANDREY DINIZ LOPESOAB: 30PA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO DINIZ MACHADOOAB: 13506/PA Participação: AUTOR Nome: MARIA DAS GRACAS FRANCISCA DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO DINIZ MACHADOOAB: 13506/PA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA ANDREY DINIZ LOPESOAB: 30PA Participação: AUTOR Nome: ARICLENES FRANCISCO DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO DINIZ MACHADOOAB: 13506/PA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA ANDREY DINIZ LOPESOAB: 30PA Participação: AUTOR Nome: JULIA FRANCISCA DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO DINIZ MACHADOOAB: 13506/PA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA ANDREY DINIZ LOPESOAB: 30PA Participação: AUTOR Nome: ADRIANA FRANCISCA DE SOUZA Participação: ADVOGADO Nome: MAURICIO DINIZ MACHADOOAB: 13506/PA Participação: ADVOGADO Nome: ADRIANA ANDREY DINIZ LOPESOAB: 30PA Participação: RÉU Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Participação: ADVOGADO Nome: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCOOAB: 16780/BASENTENÇA Dispensado o relatório, na forma da Lei nº 9.099/95. DECIDO. O requerente ingressou com Ação de Repetição de Indébito c/c Indenização por Danos Morais em face do requerido, objetivando a restituição em dobro da quantia debitada em virtude de contratação fraudulenta de empréstimo consignado, bem como a reparação pelos prejuízos psíquicos suportados oriundos da cobrança irregular.No transcorrer da ação o requerente veio a óbito, ingressando os herdeiros como substitutos processuais.Audiência Una realizada, proposto acordo pela requerida no montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) em contraproposta o polo ativo solicita R$10.000,00 para resolver tanto a repetição quanto o dano moral sofrido, sem êxito.Contestação já apresentada, a requerente afirma que houve cancelamento do empréstimo e liberação da margem consignável. Apesar de comprovante de TED acostado, verifica-se que é reconhecido a inexistência de vontade de pactuar negócio jurídico entre o extinto a requerida.Aplica-se ao caso presente, conforme exarado supra, o Código de Defesa do Consumidor. Logo, a apuração da responsabilidade civil da parte reclamada é analisada de acordo com a teoria do risco, invertendo-se o ônus da prova em favor da requerente, porquanto consumidor e parte mais fraca na relação contratual, a teor do que dispõem os arts. 4º, inciso I e 6º, inciso VIII, da Lei 8.078/90.Com

efeito, para fins de responsabilidade civil objetiva, é certo que presentes o ato ilícito comissivo, o dano e o nexo causal entre este e aquele, exsurge evidente o dever de indenizar. Não há de se falar, na presente hipótese, do elemento culpa.Certo também, que pelas regras da responsabilidade objetiva, o dano moral não necessita de prova, ao contrário do dano material.Contudo, o ato ilícito causador do dano moral deve existir, e sem ato ilícito não há que se falar no dever de indenizar.Compulsando os autos, tenho que o abalo extrapatrimonial é patente e de fácil constatação.Não obstante, os documentos acostados prestam-se a subsidiar o pleito de repetição do indébito formulado pela requerente. Noutro diapasão, não se pode olvidar que em casos como este, incumbe ao fornecedor demonstrar que ocorreu equívoco justificável na cobrança indevida, devendo arcar com sua incúria sistemática nas hipóteses onde não lograr êxito em tal empreitada, ou, ainda, quando incorrer em erro crasso na providência aludida. Isto posto, resolvendo o mérito, na forma do art. 269, I do CPC,julgo PROCEDENTE , o pedido formulado com a inicial para DETERMINAR A REPETIÇÃO DO INDÉBITO em favor da consumidora, condenando as requerida a restituírem em dobro o importe pago pela requerente,corrigido monetariamente pelo INPC, desde o efetivo desembolso, e com juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação Assim como condeno a requeridaa pagar o montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) à título de dano moralsofrido pela parte. Sem custas nem honorários. P.R.I Breu Branco, 26de junho de 2019. José Jonas Lacerda de SousaJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0800010-42.2019.8.14.0046 Participação: EXEQUENTE Nome: JESSICA SILVA CAVALCANTE Participação: ADVOGADO Nome: JESSICA SILVA CAVALCANTEOAB: 28039/PA Participação: EXECUTADO Nome: ESTADO DO PARASENTENÇAVistos etc. JÉSSICA SILVA CAVALCANTE, qualificada nos autos, ajuizou Ação de Execução em face do ESTADO DO PARÁ, com base em Título Executivo Judicial consistente em decisões que arbitraram honorários em atuação como Defensor Dativo nomeado, perfazendo o valor descrito na inicial.Acostou documentos aos autos.O Juízo determinou a citação do executado.Citado, o executado apresentou Impugnação à Execução, a nulidade de título executivo, a ausência de citação,a ausência de intimação no processo em que foram formados os títulos executivos judiciais, não comprovação da situação de pobreza dos réu em benefício de quem o causídico foi nomeado, a existência de representação da OAB na comarca, excesso nos valores arbitrados, ônus do pagamento a ser suportado pela Defensoria Pública, impugnação à justiça gratuita.Manifestação quanto à impugnação apresentada.Vieram os autos conclusos.É O RELATO DO NECESSÁRIO.DECIDO.Trata-se de execução de título judicial consistente em arbitramento de honorários advocatícios em processos por atuação na qualidade de defensor nomeado.Depreende-se do capítulo do Código de Processo Civil que dispõe quanto ao CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE PAGAR QUANTIA CERTA PELA FAZENDA PÚBLICA:?Art. 534. No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, o exequente apresentará demonstrativo discriminado e atualizado do crédito contendo:I - o nome completo e o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do exequente;II - o índice de correção monetária adotado;III - os juros aplicados e as respectivas taxas;IV - o termo inicial e o termo final dos juros e da correção monetária utilizados;V - a periodicidade da capitalização dos juros, se for o caso;VI - a especificação dos eventuais descontos obrigatórios realizados.? Assim, cumpriu a parte autora/exequente visto que apresentou seu nome completo, seu CPF, acostou os executivos judiciais em que impostos os valores devidos pela Fazenda, procedendo a simples somatório das quantias, os quais totalizaram o valor apontado, sequer pretendendo atualização monetária ou juros, de modo que faz jus ao recebimento do valor pleiteado.No mesmo sentido, confiram-se os julgados abaixo: ?APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - HONORÁRIOS - ADVOGADO DATIVO NOMEADO PELO JUIZ - VERBA ARBITRADA POR SENTENÇA JUDICIAL - TÍTULO EXECUTIVO - PRESUNÇÃO DE VERACIDADE. - A cobrança de honorários advocatícios contra a Fazenda Pública, advinda da nomeação do profissional como advogado dativo, em locais onde não houver Defensoria Pública ou, havendo, for insuficiente para atender à demanda na comarca, prescinde de prévio procedimento administrativo. - É título executivo a sentença judicial condenatória que arbitrou os honorários advocatícios do defensor dativo, não havendo que se falar em liquidez ou inexigibilidade do crédito. - Conforme se depreende da Lei Estadual nº 13.166/99, não compete à Fazenda Pública fixar os honorários devidos ao advogado dativo, mas, sim, realizar o pagamento da verba já fixada pelo Poder Judiciário, em sentença judicial transitada em julgado, sob pena de enriquecimento ilícito. (TJMG - AC 10517130008652001 MG ? RELATOR Dárcio Lopardi Mendes ? J. 18/12/2014 ? Câmaras Cíveis/4ª CÂMARA CÍVEL ? P. 21/02/2015)??PROCESSO PENAL. PENAL. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. ALEGAÇÃO DE NULIDADE. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO

PESSOAL DO RÉU PARA A SESSÃO DO JULGAMENTO POPULAR. INACOLHIMENTO. RÉU QUE SE ENCONTRA FORAGIDO DESDE 2011. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO À REVELIA DO APELANTE. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS EM FAVOR DO DEFENSOR DATIVO. DEVER DO ESTADO ARCAR COM TAL ÔNUS. VALOR FIXADO EM ATENÇÃO À TABELA DA OAB/AL. 01 ? Encontrando-se o apelante em local incerto e não sabido, a comunicação pessoal, como era de se esperar, restou inviabilizada. Contudo, tal circunstância, por si só, desde a alteração implementada pela Lei nº11.689/2008, que alterou a redação do artigo420,parágrafo único, doCódigo de Processo Penal, não inviabiliza a possiblidade de intimação da pronúncia da parte por edital e posterior encaminhamento ao Tribunal do Júri. 02 ? Estando o réu foragido, não há como reconhecer a alegada nulidade suscitada pela parte, pois a impossibilidade de sua localização foi a causa justificadora da intimação editalícia, de caráter ficto, que o conduziu ao julgamento pelo Tribunal do Júri, inexistindo mais óbices quanto à submissão do réu ausente ao Conselho de Sentença. 03 ? O defensor dativo exerce uma atividade pública, atuando naquelas situações em que o Estado não consegue desempenhar, por meio da Defensoria Pública, o seu mister constitucional de proporcionar uma assistência judiciária integral e gratuita aos necessitados. 04 ? Desse modo, havendo a comprovação nos autos de que um Advogado atuou na defesa do apelante, a partir da sessão plenária do Tribunal do Júri, prestando assim, serviços ao réu, como Defensor Dativo, seu trabalho deve ser remunerado pelo Estado. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.(TJAL - APL 00000011120118020020 AL 0000001-11.2011.8.02.0020 ? RELATOR: Des. Fernando Tourinho de Omena Souza ? J. 04/06/2014 ? ÓRGÃO JULGADOR Câmara Criminal ? P. 05/06/2014) ?EMENTA: ?ADVOGADO DEFENSOR DATIVO - AÇÃO DE COBRANÇA DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - ARTS.22,§ 1º, DA LEI8.906/94, E138,§ 2º, DACONSTITUIÇÃO FEDERAL? PRELIMINARES DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO E DE INEXISTÊNCIA DE DIREITO AO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO A DEFENSOR DATIVO. REJEITADAS ? MÉRITO. PEDIDO PROCEDENTE ? JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. OMISSÃO SUPRIDA ? HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CRITÉRIO DE FIXAÇÃO. 1. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. Admite-se a nomeação de defensor dativo nas comarcas onde não existe Defensoria Pública em atividade ou ocorra a impossibilidade de designação de defensor público, não havendo falar, nesse caso, em impossibilidade jurídica do pedido. 2. PRELIMINAR DE INEXISTÊNCIA DE DIREITO AO PAGAMENTO DE REMUNERAÇÃO A DEFENSOR DATIVO. Descabe alegar inexistência de direito ao pagamento de remuneração a defensor dativo se a nomeação ocorreu de maneira legal, fazendo jus o nomeado a contraprestação devida, nos moldes do art. 22, § 1º do Estatuto da OAB, segundo o qual o ente federado deve suportar o pagamento da verba honorária na impossibilidade de prestação do serviço no local por parte da Defensoria Pública. 3. MÉRITO. Provada a prestação dos serviços pelo advogado dativo, julga-se procedente o pedido formulado na ação de cobrança. 4. JUROS DE MORA. Nas condenações remuneratórias contra a Fazenda Pública incide juros de mora a razão de 0,5% ao mês, nos termos do art. 1º-F da Lei nº9.494/97 e sendo eles devidos com a finalidade de remuneração do capital, incidem a partir da citação, nos termos do art.406doCódigo Civile do art.1ºda Lei Federal nº4.414/1964, além do art.219doCódigo de Processo Civil. 5. CORREÇÃO MONETÁRIA. Deve incidir a partir do ajuizamento da ação, conforme o art.1º,§ 2ºda Lei nº6.899/81, de acordo com o índice do INPC/IBGE, que se mostra o mais apropriado, consoante precedentes do STJ. 6. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Devem ser mantidos os honorários fixados na sentença, quando se verificar que se obedeceu aos parâmetros delineados no art.20,§ 3º, doCódigo de Processo Civil.?(TJPA ? Recurso APELAÇÃO CIVEL Processo nº 2011.3.025408-4 - Órgão julgador: 3ª Câmara Cível Isolada ? P. 14/04/2014)? De outra parte, também não devem prosperar as teses alegadas pela Fazenda Pública, vale dizer:a ausência de título executivo apto e de prova do trânsito em julgado.No ponto,o impugnante argumenta pela ineficácia do Art. 515, VI, do NCPC, como título executivo, diante da ausência de trânsito em julgado das decisões proferidas em audiência de custódia. Todavia, o título executivo formado à espécie refere-se ao Art. 515, V, NCPC, não havendo motivo para extinção liminar da execução.Ademais, fora alegada aNulidade do mandado de citação.Quanto à inobservância do rito insculpido no art. 535 do CPC, entendo que a ausência de citação pessoal da executada não trouxe qualquer prejuízo ao feito, porquanto a executada apresentou sua peça defensiva tempestivamente, narrou os fatos, demonstrou conhecer os títulos que instruem a peça vestibular, e realizou impugnação de mérito a contento. Ora, como se sabe, as nulidades somente devem ser reconhecidas caso exista algum prejuízo à parte, o que não se constatou, sequer foi alegado. Em sendo assim, em prestígio ao princípio da instrumentalidade das formas, bem como da primazia do julgamento do mérito, tais questões procedimentais devem ser relegadas a segundo plano, em prol da análise meritória.Há ainda impugnação afirmando danulidade do título ora executado, sob alegação de inexistência de intimação nos autos originais para se manifestar. Para tanto, o Estado executado consigna jurisprudência do STJ que, por si só, afasta sua própria tese, visto ser entendimento do Colendo Superior

Tribunal de Justiça que a atuação do Ministério Público no processo originário, como Órgão integrante e responsável pelas funções do Estado, supre atuação estatal no feito penal, pois faz as vezes da Fazenda Pública e a vincula.Ora, este é o caso destes títulos executados, pois emanados de processos nos quais atuou o Ministério Público, fazendo presente o Estado no feito, sem recorrer nem protestar por qualquer outra forma odecisumde nomeação de advogado e, consequente, arbitramento de honorários. Ou seja, as decisões ora executadas se encontram sob o manto da preclusão, pois não se insurgiu o Estado por meio do Ministério Público naqueles autos, sendo descabido o questionamento nesta oportunidade.A alegação quanto anão comprovação da situação de pobreza do acusadoao qual o executante foi nomeado comoad hocou dativo, para além de carecer de qualquer prova, beira ao descaso com a população, e com as normas vigentes no Código de Processo Penal (Art. 261: nenhumacusado, ainda que ausente ou foragido, será processado ou julgado sem defensor, restando óbvio ao Juízo que eventual prosseguimento do feito sem que haja nomeação de defensor ao réu, não se sustenta como ato eficaz à luz do artigo 5.º , LV , da Constituição e da Súmula n.º 523 do STF), no Novo Código de Processo Civil (Art. 98.A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais, e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei), e na lei diretiva da matéria (Lei n. 1060/50). Vale frisar que para o deferimento dos benefícios da gratuidade da justiça, basta a mera declaração da parte, não se exigindo outras provas, salvo se houver algum indício quanto à inconsistência da declaração de pobreza realizada, quando é legítimo ao juiz determinar que a parte comprove a situação de pobreza alegada. Além de que no ramo criminal, não se insurge o efeito da revelia e da não apresentação de defesa de réu citado, tal qual no ramo cível, visto que trata-se de proteção a bem jurídico de elevada importância.Lança ainda o Executado, teses de existência de Defensoria Pública na Comarca e Existência de representação da OAB/PA na Comarca. De fato, aparenta o Estado estar completamente desconectado da realidade das Comarcas do interior, mas, na verdade, não há outra pessoa (civil ou jurídica) mais ciente da ausência da Defensoria nos interiores do que o próprio Estado do Pará. Ademais, descreve dispositivos da lei da Assistência Judiciária, quando da ausência de representação ou Convênio com a OAB, dispondo esta lei que deve ser nomeado advogado, o que exatamente cumpre este juízo, de forma a suprir a agigantada falta.Contudo, a despeito de o Estado ser o responsável pela manutenção da Defensoria no interior, e, ainda assim, alegar a existência de Defensoria nesta Comarca à época, fato totalmente inverídico.Desprovido de fundamento legal também opleito do Executado de Excesso nos valores arbitrados e Autorização para Desconto de Orçamento da DefensoriaPública do Estado, pelo simples fato que se trata de Órgão despersonalizado. A corroborar: ?PROCESSUAL CIVIL. CONSTITUCIONAL. APELAÇÃO. AÇÃO PENAL. NOMEAÇÃO DE DEFENSOR DATIVO PELO JUÍZO. INEXISTÊNCIA DE DEFENSORIA PÚBLICA NO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA IMEDIATA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DE DEFENSORIA PÚBLICA INSTALADA NA CAPITAL DE ESTADO FEDERATIVO. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA CELERIDADE PROCESSUAL E DA DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. TABELA DA OAB. ÔNUS DO ESTADO. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR FEITA PELO PRÓPRIO JUIZ DA EXECUÇÃO DIRETAMENTE AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. DEVER DE OBSERVÂNCIA AO ARTIGO730DOCPC. ATO DE COMPETÊNCIA EXCLUSIVA DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL A QUE O JUIZ ESTÁ VINCULADO. I - A sentença que fixa a dotação honorária, em processo no qual atuou defensor dativo, faz título executivo judicial certo, líquido e exigível, sendo de responsabilidade do Estado o pagamento dos referidos honorários quando, na comarca, não houver Defensoria Pública. II - Nesse caso, o advogado indicado para patrocinar causa de juridicamente necessitado, dada a impossibilidade da defensoria Pública no local da prestação de serviço, tem direito aos honorários fixados pelo juiz, segundo tabela organizada pelo conselho Seccional da OAB, e pagos pelo Estado (§ 1º, do artigo22, da Lei nº8.906/94). Precedentes do STJ. III - Embora a Emenda constitucional nº45/04 tenha conferido à defensoria Pública autonomia funcional e administrativa, não se alterou o entendimento de que a defensoria Pública é órgão público do Poder Executivo, desprovido de personalidade jurídica própria, pelo que não lhe cabe assumir a obrigação de pagar honorários advocatícios devidos a advogado dativo, designado para assistir causa de juridicamente necessitado em comarca onde não há defensoria pública. IV - Entendimento pacífico deste Tribunal de Justiça: AC 18.659/2008-SÃO JOÃO DOS PATOS, Rel. Des. JORGE RACHID MUBÁRACK MALUF, Primeira Câmara Cível, j. em 16.04.09; AC 3.026/2010-ARAIOSES, Rel. Des. RAIMUNDO FREIRE CUTRIM, Segunda Câmara Cível, j. em 18.05.10; AC 10.052/2006-TIMON, Rel.ª Des.ª NELMA CELESTE SOUZA SILVA SARNEY COSTA, Segunda Câmara Cível, j. em 27.02.07; AC 3.021/2010-ARAIOSES, Rel. Des. CLEONES CARVALHO CUNHA, Terceira Câmara Cível, j. em 11.03.10; AC 5.198/2010-MIRADOR, Rel. Des. PAULO SÉRGIO VELTEN PEREIRA, Quarta Câmara Cível, j. em 29.03.11.V - Na execução por quantia certa contra a Fazenda Pública, deve o juiz da execução reportar-se

ao presidente do Tribunal ao qual está vinculado para a expedição da requisição, não podendo fazê-lo diretamente ao chefe do Poder Executivo. O pagamento será realizado mediante precatório ou por requisição de pequeno valor. Precedentes do STJ.VI - Apelação parcialmente provida. (TJMA - AC 51632011 MA ? RELATOR MARCELO CARVALHO SILVA ? J. ? 23/05/2011 ? ORGAO JULGADOR COROATA)? Além disso, os valores obedeceram estritamente a tabela de honorários fixados pela OAB. Primou-se pela realização da isonomia, aplicando ao advogado que exerce o múnus público, os mesmos valores praticados pelo advogado particular.Assim, afastadas as alegações impugnativas, como supra exaustivamente expendido, o decreto de procedência do pleito executivo é medida que se impõe.Diante do exposto, REJEITO AS ARGUIÇÕES DO EXECUTADO, nos termos do art. 535, § 3º, do Código de Processo Civil eHOMOLOGO POR SENTENÇA, PARA QUE PRODUZA SEUS JURÍDICOS E LEGAIS EFEITOS, OS CÁLCULOS apresentados pela parte Exequente, no montante total de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) DETERMINANDO/REQUISITANDO O PAGAMENTO DA OBRIGAÇÃO DE PEQUENO VALOR PELO ESTADO DO PARÁ, na forma do art. 535, § 3º, II, CPC c/c. art. 100, § 3º, da Constituição Federal.Intimem-se.Decorridos os prazos legais, certifiquem?se o trânsito em julgado e expeça-se o necessário para o pagamento.Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.Rondon do Pará(PA), 27 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSAJuiz de Direito Titular.

Número do processo: 0800125-97.2018.8.14.0046 Participação: AUTOR Nome: ALDRIN JANUTH Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO RODRIGUES ALMEIDAOAB: 9881/PA Participação: RÉU Nome: ESTADO DO PARASentença Nesta se julga os embargos interpostos por ambas as partes.O polo ativo alega que não houve julgamento da parte que toca aos danos materiais, ora, a improcedência contida no dispositivo refere-se ao pedido como um todo, tenho que não houve comprovação de dano material, posto que o desembolso por parte do requerente se deu em questões ordinárias do evento a que foi submetido, ante ao devido processo legal.No que tange a não condenação nos honorários sucumbenciais verifico o deferimento de gratuidade de acesso a justiça.Devidamente fundamentada. Extingo o feito com fulcro no Art.487,I do CPC.Serve de mandado. Rondon do Pará, 27 de junho de 2019 JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSAJUIZ DE DIREITO

Número do processo: 0800271-41.2018.8.14.0046 Participação: AUTOR Nome: JACSON FERREIRA DA CRUZ Participação: ADVOGADO Nome: SEBASTIANA APARECIDA SERPA SOUZA SAMPAIOOAB: 7035/PA Participação: RÉU Nome: MUNICIPIO DE RONDON DO PARASENTENÇA Vistos e etc. Cuida-se de ação ordinária com pedido liminar, no qual o requerente, servidor público municipal, pleiteia em face do requerido gratificação de nível superior.Narra que o pedido foi negado em sede administrativa, com base no art. 86 do Estatuto dos Servidores Municipais de Rondon do Pará, em conjunto com o texto do Decreto 028/2012, que daria suporte à legislação local sobre o assunto em comento.Neste prumo, o supracitado Decreto regulamenta que a gratificação só será concedida ao servidor que tiver curso superior relacionado com a função técnica desempenhada, o que não seria o caso dos presentes autos.Expõe que o decreto municipal estaria em desacordo com a realidade fática de diversos servidores deste município, pois mesmo com a ausência de correlação das funções, estariam percebendo a vantagem. No mais, argumenta a violação de princípios jurídicos.Juntou documentos aos autos.O requerido foi devidamente citado.Contestação apresentada.É o breve relato. Decido. FUNDAMENTAÇÃO.Tenho que o pedido contido na inicial merece guarida.Verifico que não há inépcia da inicial, apresentando estas as condições e pressupostos válidos para seu regular prosseguimento.Iniciando o debate, entendo que a exigência referente à correlação entre a função desempenhada pelo servidor municipal e formação a nível superior, deveria estar expressa no texto da lei municipal que dispõe sobre o estatuto dos servidores, ou em legislação equiparada.Continuando, apesar da lei em comento (LC n. 002/2011) regulamentar que cabe ao Poder Executivo as questões que dependem de decreto (art. 245), a mesma norma, referindo-se ao art. 86, é completa em si, não necessitando de demais regulamentações.Ademais, o art. 247 do Estatuto, deixa por conta de Lei Complementar Municipal as diretrizes do Pano de Cargos, Carreiras e Vencimentos da Administração Direta e Indireta.Dessa forma, os requisitos referentes ao percebimento de gratificação de nível superior não podem estar vinculados à Decreto Executivo, pois configura-se defraudação de competência legislativa.Assim, devemos analisar o cumprimento dos quesitos estabelecidos apenas no Estatuto Local, sendo que, da análise minuciosa dos autos, tais pontos foram obedecidos pelo requerente através da documentação acostada.De todo o exposto, a jurisprudência pátria se posiciona, verbis:

?DECISÃO MONOCRÁTICA. REEXAME NECESSÁRIO.MANDADO DE SEGURANÇA.GRATIFICAÇÃODE QUALIFICAÇÃO CONCEDIDA POR LEI MUNICIPAL A SERVIDOR DETENTOR DEDIPLOMADE GRADUAÇÃO.IMPETRANTE QUE PREENCHE OS REQUISITOS LEGAIS, SENDO DETENTOR DE DOIS DIPLOMAS DE GRADUAÇÃO, APENAS UM DELES NECESSÁRIO À INVESTIDURA DO CARGO ATUALMENTE EXERCIDO. HIPÓTESE QUE NÃO ESTÁ ABRANGIDA PELA AÇÃO DIRETA QUE QUESTIONA A INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI MUNICIPAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA CONCEDIDA. SENTENÇA MANTIDA EM GRAU DE REEXAME NECESSÁRIO. Vistos e examinados. Trata-se de Reexame Necessário da sentença proferida nos autos de mandado de segurança Impetrado por Luis Antonio Bispo em face de ato praticado pelo Chefe da Divisão de RH do Município de Arapoti, Sr. Irineu Barros, que concedeu a segurança para anular o ato administrativo que culminou com a interrupção do pagamento de adicional de qualificação ao Impetrante, confirmando a liminar concedida anteriormente. A douta Procuradoria de Justiça opinou no sentido da manutenção da sentença. É o relatório. Decido. Cuida-se de Reexame Necessário da sentença proferida nos autos de mandado de segurança Impetrado por Luis Antonio Bispo em face de ato praticado pelo Chefe da Divisão de RH do Município de Arapoti, Sr. Irineu Barros, que concedeu a segurança para anular o ato administrativo que culminou com a interrupção do pagamento de adicional de qualificação ao Impetrante, confirmando a liminar concedida anteriormente. O Impetrante alega, na petição inicial, que, na qualidade de servidor público municipal, ocupante do cargo de "Oficial Administrativo A", fazia jus ao adicional de graduação previsto no artigo 70 da Lei Municipal 411/1993, passando a receber o benefício que, por ato da autoridade Impetrada, foi indevidamente suspenso sem amparo legal. Nas informações prestadas, a autoridade coatora alegou a ilegitimidade passiva "ad causam", ausência de citação do Prefeito Municipal, na qualidade de litisconsorte necessário, e, ainda, a inexistência de pedido administrativo. No mérito, suscitou que o corte do adicional de graduação atendeu recomendação do Ministério Público que indicava ser inconstitucional o pagamento da verba, sendo promovida ação direta de inconstitucionalidade em face do artigo 7 da Lei 411/1993, que tramita sob o número 1238723-4 (OE). O Juízo "a quo" repeliu as preliminares e concedeu a segurança, sob o fundamento de que a decisão administrativa que julgou inconstitucional a norma municipal referida, deveria ser motivada e elaborada com a observância da ampla defesa e do contraditório.Destacou, ainda, que a ação direta de inconstitucionalidade em questão - questionando agratificaçãode qualificação aos ocupantes de cargos que exigem o nívelsuperiorcomo requisito de investidura - não poderia influenciar a situação do Impetrante, que detém dois diplomas de graduação.A sentença merece ser mantida integralmente. O entendimento do Juízo "a quo" sobre a aplicação da teoria da encampação, para fins de rejeição da preliminar de ilegitimidade passiva "ad causam" e litisconsórcio necessário, está em conformidade com a orientação doSuperiorTribunal de Justiça "no sentido de que aplicável a teoria da encampação quando a autoridade apontada como coatora, ao prestar as informações, não se limita a alegar a sua ilegitimidade, mas defende a prática do ato impugnado." (MS 11.658/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/06/2015, DJe 22/06/2015). Por sua vez, não era indispensável para a impetração do mandado de segurança, a apresentação de recurso administrativo pelo Impetrante, no que tange ao ato coator. Segundo entendimento doSuperiorTribunal de Justiça: "o esgotamento da instância administrativa não é condição para o ingresso na via judicial. (v.g. AgRg no AREsp 217.998/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 24/09/2012) 3. Agravo regimental não provido." (AgRg no REsp 1320570/AM, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23/09/2014, DJe 01/10/2014). Em relação ao mérito, verifica-se que a Ação Direta de Inconstitucionalidade que questiona o artigo 70 da Lei Municipal 411/1993,tem por finalidade a declaração de inconstitucionalidade parcial do dispositivo, sem redução de texto, a fim de que se exclua de sua incidência a hipótese do servidor, detentor dediplomade graduação - que constitui condição de acesso ao cargo que ocupa -, pretender o pagamento dagratificaçãoem questão. O caso do Impetrante é diametralmente distinto. Além de ter umdiplomade graduação, que lhe deu acesso ao cargo no qual está investido, logrou êxito na obtenção de mais um curso de graduação, o que lhe confere o direito àgratificação,nos termos da norma municipal em questão. E essa situação, vale frisar, não está abrangida pela pretendida declaração de inconstitucionalidade. O Impetrante comprovou, efetivamente, que detém duas graduações, uma delas suficiente para o preenchimento do requisito exigido no artigo 70 da Lei Municipal 411/1993, para o deferimento do adicional de qualificação. Havendo prova do alegado direito líquido e certo, impõe-se a integral manutenção da sentença. Em face dessas considerações, deve ser mantida a sentença em grau de reexame necessário. Diante do exposto, nos termos do artigo 557 "caput", do Código de Processo Civil, nego seguimento ao reexame necessário, ficando integralmente mantida a sentença. Expeça-se ofício ao d. Juízo "a quo", comunicando o teor desta decisão. Intimem-se. Curitiba, 3 de agosto de 2015. MARIA APARECIDA BLANCO DE LIMA Desembargadora Relatora.? Isto posto, julgoPROCEDENTEo pleito

autoral, determinando ao município que conceda a gratificação de nível superior, inclusive mediante o pagamento dos valores retroativos a partir da data do pedido administrativo, observado o regime de precatória ou RPV que se adeque ao caso. Implemente a gratificação na folha da requerente em 10 dias. Julgo extinto o processo com resolução do mérito, conforme art. 487, inciso I, do NCPC. Condeno o requerido em custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, a ser apurado em fase de liquidação. P.R.I. Rondon do Pará-PA, 27 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSAJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0800227-22.2018.8.14.0046 Participação: REQUERENTE Nome: EDGAR DOS SANTOS Participação: REQUERIDO Nome: HILDERLENY MARIA DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: KARINI SILVA COSTAOAB: 20606/PAPODER JUDICIÁRIO COMARCA DE RONDON DO PARÁAção: Homologação de acordo e Divórcio SENTENÇA Trata-se de ação de DIVÓRCIO LITIGIOSO, em que foi pleiteada a homologação de acordo. Parecer ministerial favorável. É o breve relato. DECIDO.Não há qualquer óbice legal ao deferimento do pedido, eis que as partes firmaram o acordo de forma livre e consciente.Em análise aos autos verifica-se que as partes do negócio jurídico são capazes, o objeto da avença é lícito, possível e determinado e o ordenamento jurídico reputa válida a forma usada para a prática do ato (CC/2002, art. 104 e Art. 487, III, b, do CPC).No mais, em consonância com o disposto no art.226, § 6º, parte final, daCF/88, c/c o art. 40 da Lei nº. 6.515/77é perfeitamente possível à desconstituição do vínculo matrimonial quando partes declaram que não têm mais interesse na convivência conjugal, sendo inclusive suprimido o instituto da separação judicial. Assim, diante da desnecessidade de comprovação do Lapso temporal da separação de fato para fins de decretação do divórcio, consoante o novo teor do artigo 226 da CF, dado pela Emenda Constitucional n° 66, bastando tão somente, a anuência das partes requerentes em romper o vínculo, e restando comprovado tal requisito no caso em comento, tenho por mim que a decretação do divórcio é medida que se impõe, dispensando a fase instrutóriaO representante do MP se manifestou pelo deferimento do pedido.Isto posto, DECRETO o divórcio entre as partescom fulcro noart. 226, § 6º da Constituição Federal c/c o art. 40 da Lei 6.515/77, pondo em definitivo fim ao casamento e aos seus efeitos civis, bem comoHOMOLOGOpor sentença os itens acordados e, consequentemente, extingo o processo, com fulcro no Art. 354, do CPC.Sem custas e emolumentos.A requerente ficará com seu nome de casada.Servirá a presente de ofício e de mandado para todos os fins que couber.Após o trânsito em julgado, certifique-se e arquivem os autos.Ciência ao MP.P.R.I. Rondon do Pará, 27 de JUNHO de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSA Juiz de Direito Titular.

Número do processo: 0800011-61.2018.8.14.0046 Participação: REQUERENTE Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: SERVIO TULIO DE BARCELOSOAB: 21148/PA Participação: REQUERIDO Nome: RAIMUNDO DE OLIVEIRA NUNESSENTENÇAVistos, etc. I - RELATÓRIO Cuida-se de Ação Monitória intentada pelo demandante em face do demandado, lastreada em prova escrita sem eficácia de título executivo, consoante o valor descrito na inicial. Alega que, como não obteve êxito quanto ao recebimento, busca a satisfação do seu crédito mediante a outorga da tutela jurisdicional competente.Juntou documentos aos autos.O requerido apresentou embargos concordando com os argumentos utilizados, contudo alega estar insolvente.Impugnação aos embargos apresentada.O processo encontra-se maduro para sentença. II - FUNDAMENTAÇÃO DECIDO.Tenho que a pretensão autoral merece ser contemplada.Compulsando os autos, verifico que restou devidamente realçado o crédito pertencente à requerente derivado de título escrito sem eficácia executiva.Incumbe ao réu a demonstração da ocorrência de fato impeditivo, modificativo e extintivo do direito do autor, de vez que, quedando-se inerte em evidenciá-los, apresentando contestação por negativa geral, o desenlace da demanda ocorrerá em seu prejuízo. No entanto, reconhece a dívida.Em sendo assim, não tendo a demandada se desincumbido de rechaçar de forma efetiva as alegações da exordial, forçoso concluir pela procedência da ação. III ? DISPOSITIVO Resolvendo o mérito, na forma do art. 487, III, a, do CPC,julgo PROCEDENTE, o pedido formulado com a inicial para condená-laa pagar ao Requerente a quantia devida a ser apurada em execução,corrigida monetariamente desde o inadimplemento e acrescido de juros moratórios de 1% ao mês a contar da citação, constituindo-se, de pleno direito, o título executivo judicial, com fulcro no art. 701, §2º, do CPC. Condeno também o réu no pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação. P.R.I Rondon do Pará, 27de junho

de 2019. José Jonas Lacerda de SousaJuiz de Direito Titular

Número do processo: 0800254-05.2018.8.14.0046 Participação: REQUERENTE Nome: HERMANO DE OLIVEIRA DIAS NETO Participação: ADVOGADO Nome: SELMA VIEIRA DE ANDRADEOAB: 49212/MG Participação: ADVOGADO Nome: RICARDO DE ANDRADE FERNANDESOAB: 7960-B/PA Participação: INVENTARIADO Nome: MARIO DE OLIVEIRA DIAS Participação: INVENTARIADO Nome: FLORIZA MARIA DE OLIVEIRAR.H Tendo em vista a ratificação das primeiras declarações, assim como o fato dos documentos pertinentes a ação estarem acostados, concedo prazo de 15 dias para apresentação do plano de partilha.Após conclusos. Rondon do Pará, 26 de junho de 2019 JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSAJUIZ DE DIREITO

Número do processo: 0800652-49.2018.8.14.0046 Participação: AUTOR Nome: JADINA SANTOS DOS ANJOS Participação: RÉU Nome: MARCELINO JANUTH Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO RODRIGUES ALMEIDAOAB: 9881/PASENTENÇA HOMOLOGO A DESISTÊNCIA REQUERIDA COM FULCRO NO ART. 485, III, CPC.SEM CUSTAS.P.R.I.CUMPRA-SE. SERVE DE MANDADO. RONDON DO PARÁ, 26 DE JUNHO DE 2019JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSAJUIZ DE DIREITO TITULAR

Número do processo: 0800091-25.2018.8.14.0046 Participação: REQUERENTE Nome: JOSE FERNANDES DE SOUZA Participação: REQUERIDO Nome: BANCO BRADESCO SA Participação: ADVOGADO Nome: WILSON BELCHIOROAB: 20601/PAR.H Tendo em vista que o requerido reconhece o pedido do autor já que alega que não irá contestar e sim depositar em juízo os documentos solicitados, tenho por bem determinar que se realize tal ato no prazo improrrogável de 05 dias , sob de pena de multa diária de R$500,00 (quinhentos reais) , podendo chegar ao montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).Extingo o feito com fulcro no Art.487, I do CPC.P.R.IApós, o trânsito em julgado, arquive-se.Serve de mandado.Rondon do Pará, 27 de junho de 2019 JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSAJUIZ DE DIREITO

PROCESSO: 0010913-43.2017.8.14.0046

CLASSE: AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER COM PERDAS E DANOS E PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA

REQUERENTE(S): IVANY NOGUEIRA RUAS

ADVOGADO(A)(S): FERNANDO VALENTIM DE SOUZA OAB/PA 5075

REQUERIDO(O)(S): REDE CELPA- CENTRAIS ELÉTRICA DO PARÁ S/A

ADVOGADO(A)(S): BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA OAB/PA 8770 e ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA OAB/PA 11.307-A

DESPACHO Em vista que às fls.68 contém sentença por abandono da parte autora, certifique-se se ocorreu o trânsito em julgado e arquive-se. Rondon do Pará, 17 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSA Juiz de Direito Titular

PROCESSO: 0000955-72.2013.8.14.0046

CLASSE: AÇÃO MONITORIA

REQUERENTE(S): ANGELO REZENDE SICILIA

ADVOGADO(A)(S): MARCIO RODRIGUES ALMEIDA OAB/PA 9881

REQUERIDO(O)(S): ELTON CASTRO PEREIRA OAB/PA

ADVOGADO(A)(S): FERNANDO VALENTIM DE SOUZA OAB/PA 5075

DESPACHO 1. Expeça-se os alvarás. Após, o desbloqueio. Rondon do Pará, 19 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSA Juiz de Direito Titular.

PROCESSO: 0006242-11.2016.8.14.0046

CLASSE: AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

REQUERENTE(S): PATRICIA DE SOUZA SANTOS

ADVOGADO(A)(S): EMILIANA CRISTINA MORAES DE CARVALHO OAB/PA 8770

REQUERIDO(O)(S): CIA. BRADESCO S/A e LÍDER SEGURADORA S.A

ADVOGADO(A)(S): BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA OAB/PA 8770

SENTENÇA Trata-se de ação de cobrança de diferença seguro DPVAT, ajuizada pelo requerente em face da seguradora requerida, por meio da qual busca o pagamento de complementação de indenização do referido seguro obrigatório. Juntou documentos aos autos.

Citação realizada para defesa. Contestação apresentada. Preliminares arguidas. É o breve relato. Decido. Rejeito as preliminares arguidas, pois inexistente fundamentação legal e/ou argumentação eficaz para o acolhimento das mesmas e consequente extinção do processo sem resolução do mérito. No mérito, o seguro obrigatório DPVAT será devido mediante a simples prova do acidente e o dano decorrente, conforme disposição do art.5º da Lei 6.194/1974. Com efeito, a leitura do § 5º do art. 5º da Lei 6.194, permite inferir que a gravidade da lesão há de ser atestada por laudo fornecido pelo Instituto Médico Legal. Tratando-se de ação que tencione complementação de valores administrativos, penso que seja a imperiosa a necessidade de que a parte requerente faça acostar aos autos tal documento. Neste prumo, o requerente comprovou o dano decorrente do acidente de trânsito, todavia, em análise aos autos, o laudo acostado se traduz em mera cópia, contém dados contraditórios ou omissos quanto ao pleito inicial, ou nem mesmo fora juntado ao processo, sendo que as hipóteses não demonstram efetivamente que o demandante foi acometido por invalidez ou debilidade permanente em qualquer membro ou função. Correto, portanto, o pagamento realizado pela seguradora na via administrativa, pois tal valor reflete os parâmetros disciplinados na legislação que envolve a matéria. Nesse sentido, verbis: Portanto, não resta alternativa senão o reconhecimento da improcedência do pedido. III ¿ DISPOSITIVO Isso posto, julgo IMPROCEDENTE o pedido deduzido pelo requerente em desfavor da requerida, extinguindo o presente

feito com resolução do mérito nos termos do artigo 487, inciso I do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Rondon do Pará, 18 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSA Juiz de Direito Titular.

PROCESSO: 0005631-58.2016.8.14.0046

CLASSE: AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

REQUERENTE(S): EDIVALDO OLIVEIRA DA ROCHA

ADVOGADO(A)(S): EMILIANA CRISTINA MORAES DE CARVALHO OAB/PA 10.650-A

REQUERIDO(O)(S): CIA. BRADESCO S/A e LÍDER SEGURADORA S.A

ADVOGADO(A)(S): ROBERTA MENEZES COELHO DE SOUZA OAB/PA 11.037-A

SENTENÇA Trata-se de ação de cobrança de diferença seguro DPVAT, ajuizada pelo requerente em face da seguradora requerida, por meio da qual busca o pagamento de complementação de indenização do referido seguro obrigatório. Juntou documentos aos autos.

Citação realizada para defesa. Contestação apresentada. Preliminares arguidas. É o breve relato. Decido. Rejeito as preliminares arguidas, pois inexistente fundamentação legal e/ou argumentação eficaz para o acolhimento das mesmas e consequente extinção do processo sem resolução do mérito. No mérito, o seguro obrigatório DPVAT será devido mediante a simples prova do acidente e o dano decorrente, conforme disposição do art.5º da Lei 6.194/1974. Com efeito, a leitura do § 5º do art. 5º da Lei 6.194, permite inferir que a gravidade da lesão há de ser atestada por laudo fornecido pelo Instituto Médico Legal. Tratando-se de ação que tencione complementação de valores administrativos, penso que seja a imperiosa a necessidade de que a parte requerente faça acostar aos autos tal documento. Neste prumo, o requerente comprovou o dano decorrente do acidente de trânsito, todavia, em análise aos autos, o laudo acostado se traduz em mera cópia, contém dados contraditórios ou omissos quanto ao pleito inicial, ou nem mesmo fora juntado ao processo, sendo que as hipóteses não demonstram efetivamente que o demandante foi acometido por invalidez ou debilidade permanente em qualquer membro ou função. Correto, portanto, o pagamento realizado pela seguradora na via administrativa, pois tal valor reflete os parâmetros disciplinados na legislação que envolve a matéria. Nesse sentido, verbis: Portanto, não resta alternativa senão o reconhecimento da improcedência do pedido. III ¿ DISPOSITIVO Isso posto, julgo IMPROCEDENTE o pedido deduzido pelo requerente em desfavor da requerida, extinguindo o presente feito com resolução do mérito nos termos do artigo 487, inciso I do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Rondon do Pará, 18 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSA Juiz de Direito Titular.

PROCESSO: 0001320-58.2015.8.14.0046

CLASSE: AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

REQUERENTE(S): RAONE PEREIRA REIS

ADVOGADO(A)(S): EMILIANA CRISTINA MORAES DE CARVALHO OAB/PA 8770

REQUERIDO(O)(S):CIA. BRADESCO S/A e LÍDER SEGURADORA S.A

ADVOGADO(A)(S): BRUNO MENEZES COELHO DE SOUZA OAB/PA 8770

SENTENÇA Trata-se de ação de cobrança de diferença seguro DPVAT, ajuizada pelo requerente em face da seguradora requerida, por meio da qual busca o pagamento de complementação de indenização do referido seguro obrigatório. Juntou documentos aos autos.

Citação realizada para defesa. Contestação apresentada. Preliminares arguidas. É o breve relato. Decido. Rejeito as preliminares arguidas, pois inexistente fundamentação legal e/ou argumentação eficaz para o acolhimento das mesmas e consequente extinção do processo sem resolução do mérito. No mérito, o seguro obrigatório DPVAT será devido mediante a simples prova do acidente e o dano decorrente, conforme disposição do art.5º da Lei 6.194/1974. Com efeito, a leitura do § 5º do art. 5º da Lei 6.194, permite inferir que a gravidade da lesão há de ser atestada por laudo fornecido pelo Instituto Médico Legal. Tratando-se de ação que tencione complementação de valores administrativos, penso que seja a imperiosa a necessidade de que a parte requerente faça acostar aos autos tal documento. Neste prumo, o requerente comprovou o dano decorrente do acidente de trânsito, todavia, em análise aos autos, o laudo acostado se traduz em mera cópia, contém dados contraditórios ou omissos quanto ao pleito inicial, ou nem mesmo fora juntado ao processo, sendo que as hipóteses não demonstram efetivamente que o demandante foi acometido por invalidez ou debilidade permanente em qualquer membro ou função. Correto, portanto, o pagamento realizado pela seguradora na via administrativa, pois tal valor reflete os parâmetros disciplinados na legislação que envolve a matéria. Nesse sentido, verbis: Portanto, não resta alternativa senão o reconhecimento da improcedência do pedido. III ¿ DISPOSITIVO Isso posto, julgo IMPROCEDENTE o pedido deduzido pelo requerente em desfavor da requerida, extinguindo o presente feito com resolução do mérito nos termos do artigo 487, inciso I do CPC. Sem custas e honorários. P.R.I.C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Rondon do Pará, 18 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSA Juiz de Direito Titular.

PROCESSO: 0000521-44.2017.8.14.0046

CLASSE: AÇÃO DE RECONHECIMENTO CUMULADA COM DISSOLUÇÃO UNIÃO ESTÁVEL E PARTILHA DOS BENS

REQUERENTE(S): JANGLEIA RODRIGUES DO PRADO SILVA

ADVOGADO(A)(S): WILMA GONÇALVES DE OLIVEIRA FERREIRA OAB/PA 21.154

REQUERIDO(O)(S): JOSE ANTONIO MARQUES DA SILVA

ADVOGADO(A)(S): FERNANDO VALENTIM DE SOUZA JUNIOR OAB/PA 5075

SENTENÇA. Vistos, etc. Trata-se de ação de reconhecimento de união estável ajuizada por JANGLEIA RODRIGUES DO PRADO SILVA em face de JOSÉ ANTÔNIO MARQUES DA SILVA, aduzindo a autora, em apertada síntese: que conviveu em união estável com o demandado de 24 de mio de 2008 a julho de 2015. Aduz que da união não sobrevieram filhos.

Assim, requer a prestação jurisdicional para o reconhecimento do período no qual conviveu com o suplicado cumulado com a divisão de bens. Juntou documentos aos autos. Parecer do MP no sentido de

não haver interesse que cabe-lhe intervir. Audiência de instrução realizada, momento em que testemunhas foram ouvidas em juízo. Autos conclusos para sentença. É O RELATÓRIO. DECIDO. II ¿ FUNDAMENTAÇÃO O Código Civil, em consonância com o mandamento constitucional da especial proteção à família e o disposto no § 3.º do artigo 226 da Carta Magna, disciplinou a união estável (artigos 1.723 e seguintes), definindo-a como a convivência pública, contínua e duradoura estabelecida com o objetivo de constituição de família, segundo os requisitos da afetividade, da estabilidade e da ostensibilidade já mencionados como elementos exigidos pela Constituição para a tutela da entidade familiar.

A união estável decorre do convívio afetivo entre companheiros, mantido ostensivamente, com publicidade suficiente para que se torne conhecido no meio social por eles frequentado. A convivência deverá também ser duradoura e contínua, mantida por lapso de tempo considerável, que indique a presença laços afetivos consistentes e sem interrupções, não se admitindo a união eventual, circunstancial, episódica; a continuidade porém, não desaparece quando haja separação por motivo justificável, sem prejuízo da afetividade que ensejou a união entre os conviventes. Além desses requisitos objetivos, é necessário, ainda, que a convivência preencha um requisito subjetivo, o desejo evidente de comunhão de vida, que se revela pela concessão mútua de tratamento, consideração e respeito entre os companheiros, que assumem perante as pessoas de seu círculo social comportamentos e atitudes de cooperação e de cuidados próprios de um estado com aparência de casamento, ou seja, a posse do estado de casados, mesmo que sem moradia comum, verifica-se que tal ocorreu nos autos. No caso em apreço, não há controvérsia acerca da efetiva constituição de uma união estável entre os litigantes, caracterizada pelo convívio permanente, contínuo, público e animado pelo propósito de se estabelecer comunhão de vida, o que foi reforçado pelas testemunhas ouvidas em juízo. Assim sendo, cabe a divisão dos bens adquiridos na constância deste relacionamento. Apesar de juntado documento de compra e venda de da casa também objeto de litigio, este é um contrato de compra e venda particular, não fora acostado aos autos a escritura com a matricula e registro do bem, visto que é por esta que se opõe a terceiros a propriedade do bem, além do que o prazo para apresentação de contestação venceu em 30/04/2018, sendo protocolada a defesa de forma intempestiva em 02/05/2018. Desta feita corroboram com as alegações da autora todo o lastro probatório debatido na instrução, perfazendo a meação direito seu. Ficam os bens arrolados ás fls.03 dos autos reconhecidos como havidos em constância de união estável das partes, portanto pertencente 50% a cada. Sem maiores delongas, passo ao dispositivo. III ¿ DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo PROCEDENTE o pedido contido na inicial, para declarar a existência da união estável mantida entre requerente e requerido durante o período de 24/05/2008 a julho de 2015, concedendo a requerente o direito a meação dos bens: 1- Casa na Rua Portela, nº357; 2- Terreno medindo 9,5x30 na rua Portela; 3- Lote situado na Rua José Martins 8,0x16, bairro Novo Horizonte; 4- Veiculo gol/1994;5- Kombi; 6- Honda Biz. Sendo assim, extingo o feito com resolução do mérito, com base no art. 487, I, do NCPC. Sem custas e honorários. P.R.I. Rondon do Pará-PA, 17 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSA Juiz De Direito titular

PROCESSO: 0002609-21.2018.8.14.0046

CLASSE: AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA C/C PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA E COBRANÇA DE VALORES ATRASADOS

REQUERENTE(S): CLAUDIA COSTA RODRIGUES

ADVOGADO(A)(S): RONALD VALENTIM G. SAMPAIO OAB/PA 5936 e SEBASTIANA APARECIDA S. S. SAMPAIO OAB/PA 7035

REQUERIDO(O)(S): MUNICÍPIO DE RONDON DO PARA -PA

ADVOGADO(A)(S): PROCURADOR DO MUNICÍPIO

SENTENÇA Vistos e etc. Cuida-se de ação ordinária com pedido liminar, no qual o requerente, servidor público municipal, pleiteia em face do requerido gratificação de nível superior. Narra que o pedido foi negado em sede administrativa, com base no art. 86 do Estatuto dos Servidores Municipais de Rondon do Pará, em conjunto com o texto do Decreto 028/2012, que daria suporte à legislação local sobre o assunto em comento. Neste prumo, o supracitado Decreto regulamenta que a gratificação só será concedida ao servidor que tiver curso superior relacionado com a função técnica desempenhada, o que não seria o caso dos presentes autos. Expõe que o decreto municipal estaria em desacordo com a realidade fática de diversos servidores deste município, pois mesmo com a ausência de correlação das funções, estariam percebendo a vantagem. No mais, argumenta a violação de princípios jurídicos. Juntou documentos aos autos. Contestação apresentada. É o breve relato. Decido. Isto posto, julgo PROCEDENTE o pleito autoral, determinando ao município que conceda a gratificação de nível superior, inclusive mediante o pagamento dos valores retroativos a partir da data do pedido administrativo, observado o regime de precatória ou RPV que se adeque ao caso. Implemente a gratificação na folha do requerente em 10 dias. Julgo extinto o processo com resolução do mérito, conforme art. 487, inciso I, do NCPC. Condeno o requerido em custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, a ser apurado em fase de liquidação. P.R.I. Rondon do Pará-PA, 17 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSA Juiz de Direito Titular

PROCESSO: 0001344-52.2016.8.14.0046

CLASSE: AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR

REQUERENTE(S): SINDICATO DOS LOJISTAS VAREJISTA DO COMERCIO DE RONDON DO PARA, ABEL FIGUEIREDO, BOM JESUS DO TOCANTINS, DOM ELISEU E ULIANOPOLIS- SINDILOJAS,

ADVOGADO(A)(S): ANTONIO JOSÉ FAÇANHA OAB/PA 12.686, CAMILLA MONTREUIL FAÇANHA OAB/PA 19.186, RONALD VALENTIM G. SAMPAIO OAB/PA 5936 e SEBASTIANA APARECIDA S. S. SAMPAIO OAB/PA 7035

REQUERIDO(O)(S): MUNICÍPIO DE RONDON DO PARA, CÂMARA MUNICIPAL DE RONDON DO PARA

ADVOGADO(A)(S): PROCURADOR DO MUNICÍPIO

SENTENÇA Vistos etc. Tratam os presentes autos de Mandado de Segurança impetrado pelo SINDICATO DOS LOJISTAS VAREJISTAS DO COMERCIO DO PARÁ, ABEL FIGUEIREDO, BOM JESUS DO TOCANTINS, DOM ELISEU ¿ RR DE SOUZA- P SILVA SANTOS/EPPLEITE E ROCHA LTDA- O DE D LIMA/ME, onde objetiva a modificação de horário de funcionamento dos comércios locais regulados pelas lei municipal 704/2015. Incidentalmente fora declarada a inconstitucionalidade de artigos da referida lei. Contestação apresentada. Juntou documentos aos autos. Parecer do Ministério Público pela denegação da segurança É o sucinto relatório. Decido. Insurge-se os impetrantes contra o horário determinado pela municipalidade para funcionamento de estabelecimento comerciais. Verifica-se que a matéria é objeto de súmula do STJ assim como de Súmula vinculante- 38: É competente o Município para fixar horário de funcionamento de estabelecimento comercial. Sendo a manifestação do MPE neste sentido. Em sendo assim, à luz das arguições supra e considerando que a matéria não cabe análise por este juízo, visto que à luz do entendimento dos tribunais superiores a segurança deve ser denegada. Isto posto, DENEGO a segurança pleiteada e julgo extinto o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas nem honorários. P.R.I. Rondon do Pará -PA, 17 de junho de 2019. JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSA Juiz de Direito Titular

PROCESSO: 95386-30.2015.814.0046

CLASSE: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO
REQUERENTE: ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA
ADVOGADO: JOSE LÍDIO ALVES DOS SANTOS OAB/PA 24.872-A e ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO OAB/PA 24.871-A
REQUERIDO: ROZANGELA SILVA DUTRA
ADVOGADO:

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COMARCA DE RONDON DO PARÁ
DECISAO
Entendo que é possível o pedido de conversão em execução de titulo extrajudicial , assim sendo , expeça-se mandado nos termos peticionado, devendo contudo a parte requerente recolher custas para tal ato , posto que a citação no rito anterior já fora expedida.
Remessa a UNAJ, após intime-se para pagamento.
Cumpra-se.
Rondon do Pará, 31 de maio de 2019.
JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSA
Juiz de Direito Titular.

Poder Judiciário
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DA LEI
Processo: 0005169-04.2016.8.14.0046
AÇÃO DE INDENIZAÇAO POR DANOS MORAIS
Requerente: MARIA HELENA PORTO LIMA
Requerido: ARNALDO SOUSA DA CONCEIÇÃO
FAZ SABER a todos os que virem o presente EDITAL ou dele tiverem conhecimento, o qual foi extraído dos autos, que através deste fica CITADO o requerido ARNALDO SOUSA DA CONCEIÇÃO domiciliado em lugar incerto e não sabido, ficando ciente o mesmo da presente ação que lhe é movida pelo requerente, bem como advertida de que deverá apresentar, no prazo da lei, o oferecimento da peça contestatória, sendo que este prazo começará a fluir da data da publicação do presente edital. E para que ninguém possa alegar ignorância, determino que seja o presente Edital afixado no lugar de costume e publicação na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Rondon do Pará, Estado do Pará, aos 28 de Junho de 2019. Eu, _____Valmir Victor de C Rosa, digitei e subscrevi.
JOSÉ JONAS LACERDA DE SOUSA
Juiz de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca
de Rondon do Pará/PA

SECRETARIA DA 1ª VARA CRIMINAL DE RONDON DO PARÁ

PRECATÓRIA N° 0003667-25.2019.8.14.0046

DENUNCIADO: ANTONIO ARAÚJO DA COSTA

ADVOGADO: Dra. Vilma Rosa Leal de Souza

R.h

CUMPRA-SE conforme requerido.

Designo a Audiência para oitiva da testemunha FRANCISCO DOS SANTOS ALMEIDA E JHONHY DE SÁ COSTA, para o dia **20.08.2019, às 13h00min**.

Lotado na 11° CIPM ¿ Rondon do Pará, SERVINDO COPIA DESTE COMO OFICIO DE APRESENTAÇÃO DAS TESTEMUNHAS, VEZ QUE SÃO POLICIAIS MILITARES, ENCAMINHE-SE CÓPIA AO COMANDO PARA APRESENTAÇÃO DOS MESMOS NO ATO DESIGNADO.

Ciência ao Ministério Público e os Advogados.

Após, devolva-se com as homenagens de praxe.

Rondon do Pará, 28 de junho de 2019.

JOÃO VALÉRIO DE MOURA JÚNIOR

Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara Criminal de Rondon do Pará

COMARCA DE OURÉM

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE OURÉM

RESENHA: 19/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE OUREM - VARA: VARA UNICA DE OUREM PROCESSO: 00001767820128140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:SIDNEY DOS SANTOS BARBOSA Representante(s): OAB 21266 - MARCELO FRANCISCO TEOTONIO OLIVEIRA (ADVOGADO) VITIMA:W. G. A. M. . DESPACHO Cumpra-se o solicitado pelo Ministério Público, expeça-se novas cartas precatórias para oitiva das citadas testemunhas. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00002194920118140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:C. A. V. A. DENUNCIADO:ADAILSON BATISTA DOS SANTOS. DESPACHO Cumpra-se o solicitado pelo Ministério Público, após retornem os autos ao Parquet. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00002837820198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Termo Circunstanciado em: 25/06/2019 AUTOR DO FATO:SAMIRA MARTINS COSTA VITIMA:A. C. G. S. . Processo: 0000283-78.2019.8.14.0038 DESPACHO 1. Designo o dia 17/09/2019 às 11 horas para a Audiência de Preliminar. 2. Expeça-se mandado e/ou requisições para intimação do autor do fato e da vítima, se houver. 3. Abra-se vistas ao Ministério Público para ciência. Ourém, 26 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00010640320198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:M. A. R. S. DENUNCIADO:SANDRO WALES CARDOSO MELO. Processo: 0001064-03.2019.8.14.0038 DECISÃO 1. Deste novembro de 2014 a Defensoria Pública não comparece as audiências designadas por este Juízo. Agora, a partir de 09/12/2015 o servidor de tal Órgão foi proibido de receber processos, pois assim a mesma não teria nenhuma demanda na Comarca. Saliente-se que em 20/09/2017, informou que sequer há possibilidade de atendimento nesta Comarca em alguns dias do mês (Of. 785/2017 - DP/DI). 2. Note-se que após a saída da Defensora Pública que regularmente trabalhava na Comarca (Dra. Adalgisa) a Defensoria Pública não enviou nenhum defensor para substituí-la regularmente, tornando-se a presença do Defensor Público na Comarca esporádica e irregular. Acarretando atrasos na solução de processos, inclusive os relacionados a réus presos, adiamentos de audiências e falta de assistência jurídica a população carente. 3. Em relação aos processos criminais de réus presos, a libertação automática dos mesmos pode acarretar instabilidade social, além de agravar a sensação de insegurança e impunidade. Em casos como estes é necessário e imperioso a continuidade dos trabalhos judiciais, devendo para os processos criminais e atos infracionais ser nomeado um advogado dativo, com os honorários pagos pelo Estado, o qual é o responsável pela falta de organização e/ou estrutura da Defensoria Pública, neste sentido: APELAÇÃO CÍVEL - EMBARGOS À EXECUÇÃO - NOMEAÇÃO DE ADVOGADO DATIVO À FALTA DE DEFENSOR PÚBLICO NA COMARCA - HONORÁRIOS FIXADOS - EXECUÇÃO MOVIDA CONTRA O ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL - ENTE PÚBLICO QUE NÃO INTEGROU O PROCESSO - VALIDADE DO TÍTULO - PRETENDIDA REDUÇÃO DOS HONORÁRIOS - IMPOSSIBILIDADE - FIXAÇÃO POR APRECIAÇÃO EQUITATIVA - PREQUESTIONAMENTO - INSUBSISTENTE - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO. (TJ-MS - AC: 10026 MS 2005.010026-4, Relator: Des. Joenildo de Sousa Chaves, Data de Julgamento: 20/05/2008, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 20/06/2008) PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. HONORÁRIOS. ADVOGADO DATIVO. FIXAÇÃO JUDICIAL. CERTIDÃO. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. CONFIGURAÇÃO. PRECEDENTES DO STJ. ALEGAÇÃO DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR E CONDIÇÃO DE PROCEDIBILIDADE. REJEIÇÃO. RECURSO IMPROVIDO. Conforme entendimento consagrado pelo colendo STJ, a sentença que fixa a verba honorária, em processo no qual atuou o defensor dativo, faz título executivo judicial certo, líquido e exigível, sendo de responsabilidade do Estado o pagamento da referida verba honorária, quando, na comarca, não houver Defensoria Pública ou for insuficiente o serviço

por ela prestado. O exaurimento da via administrativa não constitui condição da ação, nem é válida a jurisdição condicionada, estabelecida por norma infraconstitucional, quando em detrimento da garantia prevista no art. 5º, XXXV da Constituição Federal. O Estado não pode se abster de pagar os honorários advocatícios judicialmente arbitrados para o defensor dativo, em decorrência dos serviços profissionais prestados a litigantes carentes, mediante nomeação, e da inexistência de Defensoria Pública na Comarca. (TJ-MG - AC: 10016120078767001 MG, Relator: Antônio Sérvulo, Data de Julgamento: 22/01/2013, Câmaras Cíveis Isoladas / 6ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 01/02/2013). "a fixação dos honorários do defensor dativo é consectário da garantia constitucional de que todo o trabalho deve ser remunerado, e aquele, cuja contraprestação encarta-se em decisão judicial, retrata título executivo formado em juízo, tanto mais que a lista dos referidos documentos é lavrada em numerus apertus, porquanto o próprio Código admite 'outros títulos assim considerados por lei'. O advogado dativo, por força da lei, da jurisprudência do STJ e da doutrina, tem o inalienável direito aos honorários, cuja essência corporifica-se no título judicial que não é senão a decisão que os arbitra. É cediço que o ônus da assistência judiciária gratuita é do Estado. Não havendo ou sendo insuficiente a Defensoria Pública local, ao juiz é conferido o poder-dever de nomear um defensor dativo ao pobre ou revel. Essa nomeação ad hoc permite a realização dos atos processuais, assegurando ao acusado o cumprimento dos princípios constitucionais do Contraditório e da Ampla Defesa. A indispensabilidade da atuação do profissional do Direito para representar a parte no processo, gera ao defensor dativo o direito ao arbitramento de honorários pelos serviços prestados, cujo ônus deve ser suportado pelo Estado" (STJ, REsp nº 602005/RS, Rel. Min. Luiz Fux, DJ de 26/04/04) 4. Em vista disto e com base no artigo 5º, inciso LXXIV, e artigo 138, § 2º, ambos da Constituição Federal, nomeio a Dra. Camila Thayona Miranda Mesquita, OAB/PA 28.137, para assistir a ré no presente processo, inclusive na fase recursal, se houver. Fixo a mesma o valor de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) como verba honorária por tal serviço. 5. Intime-se a referida advogada acerca do encargo e para que apresente a defesa previa. 6. Sem prejuízo de tal determinação, designo o dia 17/09/2019, às 9 horas para a Audiência de Instrução e Julgamento. 7. Expeça-se mandado e/ou requisições para intimação das testemunhas arroladas. Devendo as testemunhas ser advertidas acerca da multa (de 1 a 10 salários mínimos) em causo de ausência, artigos 219, 458 e 436, § 2º, todos do CPP. Sem prejuízo do arrolamento de testemunhas pela defesa, as quais deverão ser intimadas após a apresentação da previa. 8. Intimem-se o réu ou requisite-se a apresentação do mesmo se for o caso, intime-se sua advogada (Dra. Camila Thayona Miranda Mesquita, OAB/PA 28.137) pelo DJ-E e abra-se vistas ao Ministério Público para ciência. 9. Intime-se o Estado do Pará, por meio de Carta Precatória, para que tenha ciência da decisão em relação a estipulação de honorários a suas expensas. Expeça-se o for necessário. Cumpra-se. Ourém, 26 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00011824720178140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:A. C. S. R. REU:WERLLEY CAIO CARVALHO RODRIGUES Representante(s): OAB 21266 - MARCELO FRANCISCO TEOTONIO OLIVEIRA (ADVOGADO) . Processo: 0001182-47.2017.8.14.0038 DECISÃO 1. O advogado nomeado renunciou ao mandato, pois assumiu o cargo de assessor de juiz junto a Comarca de Altamira e solicitou sua substituição no presente feito. Mas o referido advogado deve receber pelos trabalhos realizados, em relação aos quais arbitro o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais). 2. Considerando que até a presente data não foi restabelecido pela Defensoria Pública do Estado o atendimento a esta Comarca, designo com base no artigo 5º, inciso LXXIV, e artigo 138, § 2º, ambos da Constituição Federal, nomeio a a Dra. Camila Thayona Miranda Mesquita, OAB/PA 28.137 para assistir o representado no presente processo, inclusive fase recursal se houver. Fixo ao mesmo o valor de R$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais) como verba honorária por tal serviço. 3. Sem prejuízo da decisão acima, Designo o dia 17/09/2019, às 10 horas para a Audiência de interrogatório do réu. 4. Expeça-se intimação ao do réu. 5. Intimem-se o réu, seu advogado (Dra. Camila Thayona Miranda Mesquita, OAB/PA 28.137) pelo DJ-E e abra-se vistas ao Ministério Público para ciência. Expeça-se o for necessário. Cumpra-se. Ourém, 26 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00014044420198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Carta Precatória Criminal em: 25/06/2019 AUTOR DO FATO:ANTONIO ELISSANDRO OLIVEIRA GUIMARAES DEPRECANTE:CARTORIO DO TERCEIRO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO. Processo: 0001404-44.2019.8.14.0038 DESPACHO 1. Designo o dia 17/09/2019 às 10 horas e 30 minutos para a Audiência de Preliminar. 2. Expeça-se mandado e/ou requisições para intimação do autor do fato e da vítima, se houver. 3. Abra-se vistas ao Ministério Público para ciência. Ourém, 26 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de

Ourém PROCESSO: 00014044420198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Carta Precatória Criminal em: 25/06/2019 AUTOR DO FATO:ANTONIO ELISSANDRO OLIVEIRA GUIMARAES DEPRECANTE:CARTORIO DO TERCEIRO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO. Processo: 0001404-44.2019.8.14.0038 DESPACHO 1. Designo o dia 17/09/2019 às 10 horas e 30 minutos para a Audiência de Preliminar. 2. Expeça-se mandado e/ou requisições para intimação do autor do fato e da vítima, se houver. 3. Abra-se vistas ao Ministério Público para ciência. Ourém, 26 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00014052920198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Carta Precatória Criminal em: 25/06/2019 DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE GARRAFAO DO NORTE REU:ANTONIO PEREIRA DE ARAUJO E OUTROS TESTEMUNHA:ANTONIO ALCIMAR DA SILVA. Processo: 0001405-29.2019.8.14.0038 DESPACHO 1. Designo o dia 17/09/2019 às 11 horas e 15 minutos, para a Audiência da testemunha ANTONIO ALCIMAR DA SILVA. 2. Expeça-se mandado e/ou requisições para intimação da testemunha. Deve-se ainda advertir a mesma acerca da multa (de 1 a 10 salários mínimos) em caso de ausência, artigos 219, 458 e 436, § 2º, todos do CPP. 3. Informe-se o Juízo Deprecante acerca da data da audiência, salientando que caso queira realizar alguma pergunta o mesmo deve envia-las a este Juízo. 4. Intime-se o advogado do réu (Dr. Guilherme de Almeida, OAB/PA 4.533) por publicação no DJ-E. Abra-se vistas ao Ministério Público para ciência. Expeça-se o for necessário, cumpra-se. Ourém, 26 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00017442220188140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JONATHAN SILVA DO CARMO. DESPACHO Abra-se vistas ao Ministério Público para que indique o endereço atualizado do denunciado. Lembrando que o Parquet possui poder requisitório, cabendo a este requisitar informações aos órgãos que entender cabível. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00021070920188140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:M. R. F. M. REU:JOSE IVAN GONCALVES. DESPACHO Abra-se vistas ao Ministério Público para que indique o endereço atualizado do denunciado. Lembrando que o Parquet possui poder requisitório, cabendo a este requisitar informações aos órgãos que entender cabível. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00024426220178140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:VALDEMIR REIS SILVA. DESPACHO Abra-se vistas ao Ministério Público para que indique o endereço atualizado do denunciado. Lembrando que o Parquet possui poder requisitório, cabendo a este requisitar informações aos órgãos que entender cabível. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00024426220178140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:VALDEMIR REIS SILVA. DESPACHO Abra-se vistas ao Ministério Público para que indique o endereço atualizado do denunciado. Lembrando que o Parquet possui poder requisitório, cabendo a este requisitar informações aos órgãos que entender cabível. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00024434720178140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:MOACIR ABREU DA SILVA Representante(s): OAB 28137 - CAMILA THAYONA MIRANDA MESQUITA (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando que as testemunhas são policiais civis e não residem nesta Comarca expeça-se Carta Precatória para oitiva das mesmas nas Comarcas de Belém e Santa Luzia do Pará, local onde atualmente trabalham, informando ainda que a advogada que defende o réu foi nomeada por este Juízo em razão ausência da Defensoria Pública na Comarca. Intime-se o réu por meio do seu advogado (DJ-E) e abra-se vistas ao Ministério Público para ciência. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00026873920188140038 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:A. E. C. F. DENUNCIADO:IRACI LILIANE DIAS DOS SANTOS. DESPACHO 1. Satisfeitos os requisitos legais, recebo a denúncia formulada pelo Ministério Público. 2. Cite-se a ré, através de carta precatória se for o caso, entregando a esta cópia da denúncia e constando no mandado que a mesma deve responder através de advogado, no prazo de 10 dias, à Defesa Previa. Caso não possua condições de constituir um, deverá informar e firmar tal declaração no momento em que for citado pelo Oficial de Justiça, informando ainda um número de telefone para contato direto ou de algum familiar próximo. 3. Junte-se aos autos certidão acerca dos antecedentes da ré e em seguida abra-se vistas ao Ministério Público para que se manifeste sobre a possibilidade de suspensão condicional do processo. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00034070620188140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:A. C. O. E. REU:ANTONIO GILMAR SOARES DE ARAUJO Representante(s): OAB 8159 - AILTON SILVA DA FONSECA (ADVOGADO) . DESPACHO Cumpra-se o solicitado (item 2, folha 65) pela Relatora do recurso e, após a juntada do das contra razões ou declaração do réu que não possui condições de constituir advogado, proceda-se a devolução do feito ao TJPA, pois a Comarca não conta com Defensor Público há mais de 5 anos para fins de cumprimento do item 3 do despacho de folha 65. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00036638020178140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:O. E. REU:RAIMUNDO MARCELO DE OLIVEIRA DA SILVA. DESPACHO Considerando o descumprimento da transação acordada, abra-se vistas ao Ministério Público para opinio delicti. Indefiro o pedido de designação de audiência. Saliente-se que não se aplica ao caso a LEP, pois trata-se de transação penal e não execução de pena. Sobre o tema já se manifestou o TJDFT: APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 309. CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO. TRANSAÇÃO PENAL HOMOLOGADA. DESCUMPRIMENTO DO ACORDO. COISA JULGADA MATERIAL. NÃO OCORRÊNCIA. PROSSEGUIMENTO DA AÇÃO PENAL. POSSIBILIDADE. I - A sentença homologatória de transação penal não faz coisa julgada material, razão pela qual, se descumpridas suas condições, possibilita-se ao Ministério Público dar continuidade à persecução penal, com o oferecimento de denúncia e regular prosseguimento do feito. Precedentes do STF e STJ. II - Recurso conhecido e desprovido. (TJDFT, Acórdão 658790, 20100810033453APR, Relator: NILSONI DE FREITAS CUSTÓDIO 3ª Turma Criminal, Data de Julgamento: 28/02/2013, Publicado no DJE: 06/03/2013. Pág.: 331) Nada impede que o Ministério Público, por seus próprios meios, proceda a intimação do autor do fato e o alerte acerca das consequências do descumprimento, já adiantando este Juízo que uma vez demonstrado interesse do autor do fato poderá ser estendido o prazo para pagamento por mais 30 dias. Abra-se vistas ao Ministério Público. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00037689120168140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIADO:MANOEL FRUTUOSO DA SILVA VITIMA:O. E. . DESPACHO Cumpra-se o solicitado pelo Ministério Público, após retornem os autos ao Parquet. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00038878120188140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:D. V. B. DENUNCIADO:ANTONIO CLEDSON CRUZ DOS ANJOS DENUNCIADO:EDEVANE REIS DA CRUZ. Processo: 0003887-81.2018.8.14.0038 DESPACHO 1. Satisfeitos os requisitos legais, recebo a denúncia formulada pelo Ministério Público. 2. Citem-se os réus, através de carta precatória se for o caso, entregando a estes cópias da denúncia e constando no mandado que o mesmo deve responder através de advogado, no prazo de 10 dias, à Defesa Previa. Caso não possua condições de constituir um, deverá informar e firmar tal declaração no momento em que for citado pelo Oficial de Justiça, informando ainda um número de telefone para contato direto ou de algum familiar próximo. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 26 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00040878820188140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:O. E. REU:EWERTON

FLAVIO SILVA COSTA Representante(s): OAB 28137 - CAMILA THAYONA MIRANDA MESQUITA (DEFENSOR DATIVO) REU:JOAO VICTOR SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB 28137 - CAMILA THAYONA MIRANDA MESQUITA (DEFENSOR DATIVO) . DESPACHO Intime-se o réu, por meio de sua advogada, para que se manifeste em 10 dias sobre a testemunha por este arrolada em razão da certidão de folha 51 verso, salientando que o silencio demonstra que a Defesa não tem interesse na substituição da mesma. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00043875020188140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:L. S. R. DENUNCIADO:ELIELSON REIS ALMEIDA. DESPACHO Certifique-se se o réu encontra-se custodiado em alguma das casas penais do Estado. Em caso negativo, proceda-se a citação deste por edital, nos termos do artigo 361 do CPP. Devendo este constar no mandado que este deve, no prazo de 10 dias, proceder à Defesa Previa. Constando ainda no Mandado que tal defesa deverá ser apresentada por advogado, caso não possua condições de constituir um, deve procurar a Defensoria Pública para esta assisti-lo. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00044475720178140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:R. S. S. REU:OSMAR DA SILVA ALMEIDA. DESPACHO Abra-se vistas ao Ministério Público para que indique o endereço atualizado do denunciado. Lembrando que o Parquet possui poder requisitório, cabendo a este requisitar informações aos órgãos que entender cabível. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00280555520158140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Embargos à Execução em: 25/06/2019 EMBARGANTE:ESTADO DO PARA EMBARGADO:MARIA DA CONCEICAO DOS REIS SANTOS Representante(s): OAB 10855 - CIRIA NAZARE DO SOCORRO BATISTA DOS SANTOS (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando que o feito já foi resolvido, inclusive com o transito em julgado do mesmo e, proceda-se ao arquivamento dos autos. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 25 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00004032420198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:R. A. J. REU:RAIMUNDO JAILSON DE ASSUNCAO TRAVASSOS. Processo: 0000403-24.2019.8.14.0038 Réu: RAIMUNDO JAILSON DE ASSUNÇÃO TRAVASSOS PARA CUMPRIMENTO URGENTE - RÉU PRESO REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA 1. O indiciado no presente feito recluso em cumprimento da decisão de prisão preventiva, com fulcro no artigo 312 do Código de Processo Penal, em 26/02/2019. 2. O motivo fundamental que manteve a prisão preventiva foi a conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal. Atualmente já foram ouvidas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público, restando apenas um policial que atendeu a ocorrência e uma das filhas do réu. 3. Da análise dos autos constata-se que não há mais motivos para a segregação preventiva do réu, pois no caso não estão presentes nenhum dos motivos elencados no artigo 312, do CPP, vejamos: · Garantia da Ordem Pública: tem por objetivo evitar que o delinquente volte a cometer crimes ou porque o mesmo é acentuadamente propenso à praticas delituosas. 3. Segundo Roberto Delmanto Junior1: "Sem dúvida, não há como negar que a decretação de prisão preventiva com o fundamento de que o acusado poderá cometer novos delitos baseia-se, sobretudo, em dupla presunção: a primeira, de que o imputado realmente cometeu um delito; a segunda, de que , em liberdade e sujeito aos mesmos estímulos, praticará outro crime ou ainda, envidará esforços para consumar o delito tentado. Isto, obviamente, se não se estiver diante de grave perturbação da ordem pública, no sentido da sociedade se sentir totalmente desprovida de garantias, prejudicando-se a própria instrução criminal com a mantença do acusado em liberdade. Com a referida presunção de reiteração, restariam violadas, portanto, as garantias constitucionais da desconsideração prévia de culpabilidade (CR, art. 5º, LVII) e da presunção de inocência (CR, art. 5º, § 2º c/c os arts. 14, 2 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, e 8º, 2, 1ª parte, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos)". 6. O TJSP a respeito já se manifestou, quanto ao impacto social: "A ordem pública, no sentido em que deve ser entendida, de perturbação da ordem pública, evidentemente não ocorre. Nada diz que a liberdade do paciente possa causar perturbação de tal monta, que a sociedade venha a se sentir desprovida de garantias para a sua tranqüilidade" (HC 45.429, RT 239/66). · Garantia da Ordem Econômica - não se aplica ao caso em tela. · Conveniência da Instrução Criminal - tem por objetivo assegurar a prova processual contra a ação do criminoso, que pode fazer desaparecer provas do crime,

apagar vestígios, subornar, aliciar ou ameaçar testemunhas etc. 7. A respeito do tema afirma o STF: que não pode o decreto de prisão preventiva "se basear em meras suposições, cumprindo apontar fatos concretos, vinculados à atuação do acusado, que comprovem atitudes contrárias aos interesses da instrução" (HC 60.255, Rel. Min. Néri da Silveira, RT 576/446). Quando terminada a instrução criminal, entende o STJ: "Prisão preventiva, onde o único motivo materialmente justificado repousa na `conveniência da instrução criminal" (CPP, art. 312). Instrução terminada. Impossibilidade de manutenção da prisão cautelar, uma vez que os dois outros motivos (`ordem pública" e `aplicação da lei") só foram invocados in abstracto. A Constituição Federal exige motivação por parte do juiz, para que o cidadão fique preso antes do trânsito em julgado de sua condenação. Não basta, assim, invocar-se formalmente, no decreto prisional, dispositivos ensejadores da prisão cautelar (CPP, art. 312). Ao juiz cabe sempre demonstrar in concreto porque o indiciado ou acusado ou mesmo condenado necessita ficar confinado antes da hora. Recurso ordinário conhecido e provido" (RSTJ 73/105). · Assegura a aplicação da Lei Penal - enseja impedir o desaparecimento do autor da infração penal dos eventuais efeitos da condenação. 8. Tal possibilidade, também, apoiar-se em fatos e não apenas em possibilidades, neste sentido já se pronunciou o STF: "Habeas corpus. Custódia preventiva. Fundamentação incoveniente. Decreto de prisão fundamentado principalmente no temor de evasão do paciente. A custódia cautelar não pode se basear em conjecturas, mas na real necessidade de constrição que justifique a excepcionalidade da medida. Precedentes do STF. Recurso provido" (STF, 2ª Turma, RHC 67069-5-MG, Rel. Min. Francisco Rezek, RT 643/380). 9. As principais testemunhas arroladas pela acusação já foram ouvidas, restando apenas um policial que atendeu a ocorrência e a filha do réu. Portanto já não há risco de coação de testemunhas e o réu em liberdade conseguira vir a audiência já designada sem onerar o Estado. 10. Não se deve segregar alguém apenas pela possibilidade deste tentar fugir a aplicação da lei penal, pois caso isto venha a ocorrer o Estado possui os meios necessários para encontrar o indiciado, se tal sistema não é eficiente, isto além de não ser responsabilidade do acusado, não é motivo para manter o mesmo recluso. 11. Devendo os pressupostos e requisitos legais serem interpretados restritivamente, uma vez que liberdade é regra e a prisão provisória a exceção. Não existindo os requisitos legais para a segregação cautelar, nos termos do artigo 316, do CPP, REVOGO a prisão preventiva da indiciado RAIMUNDO JAILSON DE ASSUNÇÃO TRAVASSOS, nascido em 09/03/1990 em Ourém/PA, filho de Raimundo Travassos e Rosa Angélica de Assunção, RG 7844033, emitida em 05/12/2013, SSP/PA, Nos termos do artigo 319 do CPP deverá o indiciado comparecer mensalmente a Juízo para justificar suas atividades e não se ausentar da Comarca por mais de 30 dias sem autorização do Juízo, sob pena de decretação da prisão preventiva. 12. Expeça-se o respectivo ALVARÁ DE SOLTURA, salientando no mesmo que o indiciado deverá ser colocado em liberdade se por outro motivo não estiver preso. Advirta-se o indiciado que este não pode mudar de endereço sem comunicar ao Juízo o novo local de residência e caso o faça poderá lhes ser novamente decretada a prisão preventiva. Serve esta decisão também como mandado e ofício a Susipe. 13. Abra-se vistas ao Ministério Público para ciência. Expeça-se o for necessário, cumpra-se. Ourém, 26 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Comarca de Ourém 1 Delmanto Jr., Roberto, As Modalidades de Prisão Provisória e seu Prazo de Duração, RJ, Renovar, 1998, pág. 152/153 P R O C E S S O : 0 0 0 0 8 8 3 0 7 2 0 1 6 8 1 4 0 0 3 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:ANTONIO MARIANO DA SILVA Representante(s): OAB 10855 - CIRIA NAZARE DO SOCORRO BATISTA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL. Processo: 0000883-07.2016.8.14.0038 DESPACHO Intime-se o autor, nos termos do art. 103, CPC, para que se manifeste acerca da planilha de cálculo apresentada às fls. 100. Ourém, 26 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00011463920168140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIZ F S DA SILVA ME. DESPACHO Tendo em vista que o executado foi citado e não pagou ou indicou bens a penhora. Considerando o princípio da economicidade e de que o processo de execução é realizado em benefício do exequente, proceda-se a bloqueio de valores do executado via sistema BACENJUD. Em relação ao nome de fantasia da pessoa jurídica do executado é diferente do constante nos cadastrados da Receita Federal, mas o quadro societário é o mesmo, não existindo duvidas que o mesmo é parte legitima a figurar no polo passivo. Tendo em vista que o valor da execução deve ser acrescido das custas e honorários, bem como atualização monetária, proceda-se ao bloqueio de R$ 225.000,00 (duzentos e vinte e cinco mil reais), sendo que eventual excesso será liberado assim que liquidado o débito. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 26 de junho de 2019.

OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00015834620178140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDO ZACARIAS VIEIRA Representante(s): OAB 18060 - CEZAR AUGUSTO REZENDE RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CETELEM S A Representante(s): OAB 19792-A - FELIPE GAZOLA VIERA MARQUES (ADVOGADO) . DESPACHO Proceda-se a alteração de classe dos autos (Libra). Tendo em vista que não há demonstração do requerido acerca do pagamento espontâneo da condenação, deve incidir sobre o mesmo a multa prevista no artigo 523, § 1º do CPC. Salientando que o requerido foi intimado por publicação para a pagamento e aí iniciou-se o prazo para o pagamento espontâneo. Saliente-se que o requerido foi intimado a apresentar o comprovante de deposito que afirmou ter feito, mas permaneceu inerte. Considerando que não há demonstração do requerido acerca do pagamento espontâneo da condenação, deve incidir sobre o mesmo a multa prevista no artigo 523, § 1º do CPC (10%). Diante do exposto, proceda-se ao bloqueio pelo sistema BACENJUD do valor de R$ 8.232,10 (oito mil, duzentos e trinta e dois reais e dez centavos), salientando que perante os Juizados Especiais não há honorários advocatícios, se não houver recurso. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 26 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00029232520178140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 26/06/2019 MENOR:JOAO MIGUEL MACHADO DOS REIS REPRESENTANTE:HIDALENA CRISTINA FERREIRA MACHADO Representante(s): OAB 11969 - JACOB ALVES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIZ OTAVIO OLIVEIRA DOS REIS. DESPACHO Certifique-se o transito feito, procede-se ao arquivamento dos autos. Em relação aos honorários advocatícios fixados, caberá ao respectivo advogado, se quiser, promover a respectiva execução. Portanto deverá a parte interessada, e o Estado, dentro do prazo limite prescricional avaliar a possibilidade de executar tal débito. Diante do exposto, expeça-se certidão a respeito do débito de custas e encaminhe-se a mesma a Procuradoria Geral do Estado para eventual inscrição em dívida ativa e execução, com cópia a Coordenadoria Geral de Arrecadação do TJ/PA para ciência e controle financeiro. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 26 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00029279620168140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Execução de Título Judicial em: 26/06/2019 REQUERENTE:JLDE SOUSA ROSARIO Representante(s): OAB 22277 - TERCYO FEITOSA PINHEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:CARLINHO DO SOM PRODUCOES E EVENTROS LTDA. DESPACHO Intime-se o autor, nos termos do artigo 272 do CPC, para que se manifeste acerca da certidão do Oficial de Justiça (fls. 62). Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 26 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00050252020178140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Busca e Apreensão em: 26/06/2019 REQUERENTE:ITAU UNIBANCO S.A Representante(s): OAB 192649 - ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (ADVOGADO) OAB 156187 - JOSE LIDIO ALVES SOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE MARCILON BARROS DA SILVA. DESPACHO Expeça-se Carta precatória para citação do requerido, juntando-se a mesma cópia do documento de folhas 119. Intime-se o autor ao recolhimento das custas para a expedição da carta precatória em tela. Expeça-se o que for necessário, Cumpra-se. Ourém, 26 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00004032420198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:R. A. J. REU:RAIMUNDO JAILSON DE ASSUNCAO TRAVASSOS. Processo: 0000403-24.2019.814.0038 Réu: RAIMUNDO JAILSON DE ASSUNÇÃO TRAVASSOS (Adv. Camila Thayona Miranda Mesquita, OAB/PA 28.137) SENTENÇA - Tipo A com mérito Desconsidere-se a decisão anterior que revogou a prisão do réu, pois com a mesma perde a utilidade com prolação da presente sentença. 1. O Ministério Público desta Comarca, com respaldo em Inquérito Policial, ofereceu Denúncia contra RAIMUNDO JAILSON DE ASSUNÇÃO TRAVASSOS, já qualificado nos autos como incurso nas sanções punitivas do artigo 129, § 9º do Código Penal. 2. Narra a Peça Acusatória que no dia 24 de fevereiro de 2019, as 16 horas no interior do imóvel da família, localizada na Vila do Mocambo, Zona Rural, Ourem/PA, o réu teria agredido a vítima com dois socos nas costas. 3. A denúncia foi apresentada em 13/03/2019, sendo recebida em 26/03/2019, o réu foi citado e informou não possui condições de constituir um advogado. Tendo em vista a ausência da Defensoria Pública na Comarca, foi designado um advogado para assumir a defesa do réu, arbitrado os honorários do mesmo e este apresentou a defesa prévia (fls.

12/13 e 24/25). 4. Na instrução criminal foram ouvidas a vítima, uma testemunha e interrogado o réu. 5. Em alegações finais, o Ministério Público aduziu que a denúncia restou provada, considerando a materialidade e autoria delitiva, bem como a tipicidade legal e ausência de causas excludentes de antijuridicidade ou culpabilidade e pediu a condenação do réu nos termos do caput do artigo 129, § 9º do Código Penal. Já a Defesa pugnou pela absolvição do réu. É o relatório, DECIDO. 6. A vítima detalhou como teriam ocorridos os fatos, salientando que não foi agredida e sim ao levar seu filho, que estava embriagado, para dentro da residência ambos caíram junto com a máquina de lavar roupas, sendo de tal queda as lesões que sofreu. Afirma que não foi agredida pelo réu. 7. O réu afirma que não que agrediu a vítima, salientando que ambos caíram. Que estava embriagado. 8. Além do depoimento da vítima na fase policial, apenas uma menção no laudo médico, o qual sequer seguir as normas do artigo 159 do CPP, afirma que houve socos. A vítima ao ser ouvida em Juízo afirma que a lesão ocorreu em razão de uma queda, juntamente com o réu, e sobre os mesmos caiu uma máquina de lavar. Apesar de ser uma versão duvidosa, nada produzido em Juízo demonstrou o contrário, salientando que uma condenação não pode ter por base unicamente as provas produzidas na fase inquisitorial, neste sentido: "PROCESSO PENAL - INSUFICIÊNCIA DE PROVA - ABSOLVIÇÃO - Inadmissível a condenação fulcrada tão-somente na prova produzida em inquérito policial e na confissão nele contida, e posteriormente retratada em juízo, sem novas provas que infirmem a retratação, pois o direito pátrio veda a condenação fulcrada em presunções, conjecturas ou ilações, só a permitindo com suporte em prova inconcussa e convincente, ensejadora da certeza da responsabilidade delitual do acusado. Se, para a absolvição basta a dúvida, para a condenação urge a certeza, uma vez instalada a dúvida, há de aplicar-se o princípio in dubio pro reo". (TAMG - AC 0261901-8 - 2ª C.Crim. - Rel. Juiz Hyparco Immesi - J. 02.02.1999). 9. Em tal situação se deve aplicar o adagio in dubio pro reo, pois não há nos autos elementos para embasar um decreto condenatório. 10. Diante do exposto, julgo IMPROCEDENTE o pedido contido na denúncia formulada pelo Ministério Público, e ABSOLVO RAIMUNDO JAILSON DE ASSUNÇÃO TRAVASSOS, nos termos do artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal, da imputação de estar incurso nas penas do artigo 129, § 9º do Código Penal. 11. Confirmo a decisão que arbitrou os honorários ao advogado nomeado para réu, tendo o mesmo feito jus a remuneração estipulada (fls. 12/13). 12. Expeça-se o respectivo ALVARÁ DE SOLTURA, salientando no mesmo que o indiciado deverá ser colocado em liberdade se por outro motivo não estiver preso. Informe-se ao réu que este deve apresentar-se, assim que libertado, a secretaria deste Juízo e que o descumprimento desta determinação poderá lhe ser decretada a prisão preventiva em relação ao outro processo que responde na Comarca (0003727-56.2018.8.14.0038). P.R.I. Proceda-se a intimação da vítima nos termos do artigo 201 do CPP e abra-se vistas ao Ministério Público. Ourém, 26 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00008241420198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Execução da Pena em: 27/06/2019 APENADO:ALEXANDRE AUGUSTO SANTOS SILVA. DESPACHO 1. Designo o dia 15/07/2019, às 9 horas e 45 minutos para a Audiência de regressão. 2. Intime-se o réu e o advogado que patrocina o mesmo, este pelo DJ-E. 3. Abra-se vistas ao Ministério Público para ciência. Ourém, 27 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00008440520198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Execução da Pena em: 27/06/2019 APENADO:ALEXANDRE AUGUSTO SANTOS SILVA. DESPACHO 1. Designo o dia 15/07/2019, às 9 horas e 45 minutos para a Audiência de regressão. 2. Intime-se o réu e o advogado que patrocina o mesmo, este pelo DJ-E. 3. Abra-se vistas ao Ministério Público para ciência. Ourém, 27 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Ourém PROCESSO: 00010242120198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): OMAR JOSE MIRANDA CHERPINSKI Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:H. C. S. REU:ANTONIO EDESON OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 18060 - CEZAR AUGUSTO REZENDE RODRIGUES (ADVOGADO) . Processo: 0001024-21.2019.8.14.0038 Réu: ANTONIO EDESON OLIVEIRA SILVA PARA CUMPRIMENTO URGENTE - RÉU PRESO REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA 1. O indiciado no presente feito recluso em cumprimento da decisão de prisão preventiva, com fulcro no artigo 312 do Código de Processo Penal, em 30/04/2019. 2. O motivo fundamental que manteve a prisão preventiva foi a conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal. Atualmente já foram ouvidas as testemunhas arroladas pelo Ministério Público, restando apenas um policial que atendeu a ocorrência e uma das filhas do réu. 3. Da análise dos autos constata-se que não há mais motivos para a segregação preventiva do réu, pois no caso não estão presentes nenhum dos motivos elencados no artigo 312, do CPP, vejamos: · Garantia da Ordem Pública: tem por objetivo evitar que o delinquente volte a cometer crimes ou porque o

mesmo é acentuadamente propenso à praticas delituosas. 3. Segundo Roberto Delmanto Junior1: "Sem dúvida, não há como negar que a decretação de prisão preventiva com o fundamento de que o acusado poderá cometer novos delitos baseia-se, sobretudo, em dupla presunção: a primeira, de que o imputado realmente cometeu um delito; a segunda, de que , em liberdade e sujeito aos mesmos estímulos, praticará outro crime ou ainda, envidará esforços para consumar o delito tentado. Isto, obviamente, se não se estiver diante de grave perturbação da ordem pública, no sentido da sociedade se sentir totalmente desprovida de garantias, prejudicando-se a própria instrução criminal com a mantença do acusado em liberdade. Com a referida presunção de reiteração, restariam violadas, portanto, as garantias constitucionais da desconsideração prévia de culpabilidade (CR, art. 5º, LVII) e da presunção de inocência (CR, art. 5º, § 2º c/c os arts. 14, 2 do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, e 8º, 2, 1ª parte, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos)". 6. O TJSP a respeito já se manifestou, quanto ao impacto social: "A ordem pública, no sentido em que deve ser entendida, de perturbação da ordem pública, evidentemente não ocorre. Nada diz que a liberdade do paciente possa causar perturbação de tal monta, que a sociedade venha a se sentir desprovida de garantias para a sua tranqüilidade" (HC 45.429, RT 239/66). · Garantia da Ordem Econômica - não se aplica ao caso em tela. · Conveniência da Instrução Criminal - tem por objetivo assegurar a prova processual contra a ação do criminoso, que pode fazer desaparecer provas do crime, apagar vestígios, subornar, aliciar ou ameaçar testemunhas etc. 7. A respeito do tema afirma o STF: que não pode o decreto de prisão preventiva "se basear em meras suposições, cumprindo apontar fatos concretos, vinculados à atuação do acusado, que comprovem atitudes contrárias aos interesses da instrução" (HC 60.255, Rel. Min. Néri da Silveira, RT 576/446). Quando terminada a instrução criminal, entende o STJ: "Prisão preventiva, onde o único motivo materialmente justificado repousa na `conveniência da instrução criminal" (CPP, art. 312). Instrução terminada. Impossibilidade de manutenção da prisão cautelar, uma vez que os dois outros motivos (`ordem pública" e `aplicação da lei") só foram invocados in abstracto. A Constituição Federal exige motivação por parte do juiz, para que o cidadão fique preso antes do trânsito em julgado de sua condenação. Não basta, assim, invocar-se formalmente, no decreto prisional, dispositivos ensejadores da prisão cautelar (CPP, art. 312). Ao juiz cabe sempre demonstrar in concreto porque o indiciado ou acusado ou mesmo condenado necessita ficar confinado antes da hora. Recurso ordinário conhecido e provido" (RSTJ 73/105). · Assegura a aplicação da Lei Penal - enseja impedir o desaparecimento do autor da infração penal dos eventuais efeitos da condenação. 8. Tal possibilidade, também, apoiar-se em fatos e não apenas em possibilidades, neste sentido já se pronunciou o STF: "Habeas corpus. Custódia preventiva. Fundamentação incoveniente. Decreto de prisão fundamentado principalmente no temor de evasão do paciente. A custódia cautelar não pode se basear em conjecturas, mas na real necessidade de constrição que justifique a excepcionalidade da medida. Precedentes do STF. Recurso provido" (STF, 2ª Turma, RHC 67069-5-MG, Rel. Min. Francisco Rezek, RT 643/380). 9. As principais testemunhas arroladas pela acusação já foram ouvidas, restando apenas um policial que atendeu a ocorrência e a filha do réu. Portanto já não há risco de coação de testemunhas e o réu em liberdade conseguira vir a audiência já designada sem onerar o Estado. 10. Não se deve segregar alguém apenas pela possibilidade deste tentar fugir a aplicação da lei penal, pois caso isto venha a ocorrer o Estado possui os meios necessários para encontrar o indiciado, se tal sistema não é eficiente, isto além de não ser responsabilidade do acusado, não é motivo para manter o mesmo recluso. 11. Devendo os pressupostos e requisitos legais serem interpretados restritivamente, uma vez que liberdade é regra e a prisão provisória a exceção. Não existindo os requisitos legais para a segregação cautelar, nos termos do artigo 316, do CPP, REVOGO a prisão preventiva da indiciado ANTONIO EDESON OLIVEIRA DA SILVA, nascido em 22/12/1982 em Santa Luzia do Pará, filho de Cicero Pereira da Silva e Antonia Oliveira da Silva, RG 7571776, emitida em 29/08/2012, SSP/PA, Nos termos do artigo 319 do CPP deverá o indiciado comparecer mensalmente a Juízo para justificar suas atividades e não se ausentar da Comarca por mais de 30 dias sem autorização do Juízo, sob pena de decretação da prisão preventiva. 12. Expeça-se o respectivo ALVARÁ DE SOLTURA, salientando no mesmo que o indiciado deverá ser colocado em liberdade se por outro motivo não estiver preso. Advirta-se o indiciado que este não pode mudar de endereço sem comunicar ao Juízo o novo local de residência e caso o faça poderá lhes ser novamente decretada a prisão preventiva. Serve esta decisão também como mandado e ofício a Susipe. 13. Abra-se vistas ao Ministério Público para ciência. Expeça-se o for necessário, cumpra-se. Ourém, 27 de junho de 2019. OMAR JOSÉ MIRANDA CHERPINSKI Juiz de Direito da Comarca de Ourém 1 Delmanto Jr., Roberto, As Modalidades de Prisão Provisória e seu Prazo de Duração, RJ, Renovar, 1998, pág. 152/153 PROCESSO: 00005236720198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: Y. C. M. VITIMA: V. P. S. VITIMA: A. A. A. E. S. VITIMA: S. J. R. S. DENUNCIADO: R. O. R. N.

PROCESSO: 00007843220198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: A. L. O. C. REU: J. V. S. S. Representante(s): OAB 28137 - CAMILA THAYONA MIRANDA MESQUITA (DEFENSOR DATIVO) PROCESSO: 00007843220198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: A. L. O. C. REU: J. V. S. S. Representante(s): OAB 28137 - CAMILA THAYONA MIRANDA MESQUITA (DEFENSOR DATIVO) PROCESSO: 00011463420198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: M. Z. D. C. T. A. L. DENUNCIADO: J. C. F. DENUNCIADO: J. N. C. DENUNCIADO: F. N. C. N. AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00011463420198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: M. Z. D. C. T. A. L. DENUNCIADO: J. C. F. DENUNCIADO: J. N. C. DENUNCIADO: F. N. C. N. AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00011463420198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: M. Z. D. C. T. A. L. DENUNCIADO: J. C. F. DENUNCIADO: J. N. C. DENUNCIADO: F. N. C. N. AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00011463420198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: M. Z. D. C. T. A. L. DENUNCIADO: J. C. F. DENUNCIADO: J. N. C. DENUNCIADO: F. N. C. N. AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00011645520198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: D. N. N. V. M. REU: D. N. N. V. AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00011645520198140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: D. N. N. V. M. REU: D. N. N. V. AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00024275920188140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: R. P. L. DENUNCIADO: R. R. A. DENUNCIADO: K. F. S. Representante(s): OAB 4540 - EDSON ANTONIO PEREIRA RIBEIRO (ADVOGADO) PROCESSO: 00024275920188140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: R. P. L. DENUNCIADO: R. R. A. DENUNCIADO: K. F. S. Representante(s): OAB 4540 - EDSON ANTONIO PEREIRA RIBEIRO (ADVOGADO) PROCESSO: 00025639020178140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Guarda em: REQUERENTE: L. P. C. Representante(s): OAB 11969 - JACOB ALVES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) MENOR: M. P. C. REQUERIDO: M. R. M. P. PROCESSO: 00026882420188140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: M. A. C. C. REU: T. C. S. REU: H. P. N. A. PROCESSO: 00026882420188140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: M. A. C. C. REU: T. C. S. REU: H. P. N. A. PROCESSO: 00032429020178140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: A. J. B. DENUNCIADO: J. C. REU: A. C. S. B. Representante(s): OAB 9736 - FRANCIONE COSTA DE FRANCA (ADVOGADO) PROCESSO: 00033026320178140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: MENOR: A. K. L. S. REPRESENTANTE: M. G. L. REQUERIDO: V. S. N. PROCESSO: 00042272520188140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: A. C. O. E. REU: A. S. PROCESSO: 00055059520178140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: MENOR: R. M. S. C. REPRESENTANTE: R. M. S. Representante(s): OAB 21266 - MARCELO FRANCISCO TEOTONIO OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO: J. P. C. PROCESSO: 00059250320178140038 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: VITIMA: F. B. S. REPRESENTADO: R. S. S.

Número do processo: 0800008-33.2018.8.14.0038 Participação: AUTOR Nome: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: MOISES BATISTA DE SOUZAOAB: 11433/PA Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDO LUZ PEREIRAOAB: 147020/SP Participação: RÉU Nome: COSMO ARAUJO DA SILVATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA ÚNICA DA COMARCA DE OURÉM ATO ORDINATÓRIO Nos termos da Portaria Conjunta nº

001/2018 GP/VP do TJE-PA, nesta data INTIMO o Autor BV FINANCEIRA S/A. CRÉDITO E FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO a proceder o PAGAMENTO DAS CUSTAS inerentes aos presentes autos, consoante determinado pelo Magistrado. Ourém ? PA, 28 de junho de 2019. Ferdinando Duarte Ogorodnik JuniorAux. Judiciário / Mat. 107981

PROCESSO Nº 0001544-15.2018.814.0038 Ação de Alimentos Requerente: C. V. O. D. S. representada por DANIELI TEIXEIRA DE OLIVEIRA Advogado: JACOB ALVES DE OLIVEIRA (OAB/PA 11.969) Requerido: JOÃO CARLOS SOUZA SILVA Advogada: CAMILA THAYONA MIRANDA MESQUITA (OAB/PA 28.137) ATO ORDINATORIO Maria das Dores G. Soares, Diretora de Secretaria da Comarca de Ourém / PA, no uso de suas atribuições legais, etc. Nos termos do artigo 1º do Provimento nº 006/2009-CJCI e do art. 1º, § 3º do Provimento nº 006/2006-CJRMB, nesta data procedo à intimação da advogada CAMILA THAYONA MIRANDA MESQUITA (OAB/PA 28.137), para se manifestar nos autos, conforme despacho 20190135873439, de fls. 44, do referido processo. Ourém / PA, 28 de junho de 2019. Maria das Dores G. Soares Diretora de Secretaria.

COMARCA DE MONTE ALEGRE

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MONTE ALEGRE

Número do processo: 0800689-21.2018.8.14.0032 Participação: AUTOR Nome: MARIA ANTONIA DOS SANTOS BEZERRA Participação: ADVOGADO Nome: LUCIELLEN LIMA JARDINAOAB: 19842/PA Participação: RÉU Nome: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE Participação: ADVOGADO Nome: SALAZAR FONSECA JUNIOROAB: 14[1/3 de férias] - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - 0800689-21.2018.8.14.0032Nome: MARIA ANTONIA DOS SANTOS BEZERRAEndereço: Das Flores, 506, rua marcelino brazao - curaxi, Terra Amarela, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Advogado: LUCIELLEN LIMA JARDINA OAB: PA19842 Endereço: desconhecidoNome: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DO MUNICIPIO DE MONTE ALEGREEndereço: Das Flores, s/n, travessa frei bonifácio - serra oriental, Terra Amarela, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Advogado: SALAZAR FONSECA JUNIOR OAB: 14 Endereço: DESEMB. ALVARO PANTOJA, PAJUCARA, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000DECISÃO INTERLOCUTÓRIAVistos, etc.MARIA ANTONIA DOS SANTOS BEZERRA ajuizou AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO, em desfavor de INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE - IPMMA, partes devidamente qualificadas nos autos em epígrafe.Decisão exarada no ID nº. 11183809, determinando a produção de provas testemunhal e documental nos autos, para julgamento do mérito.É o breve relato. DECIDO.O inciso I, do artigo 494, do Código de Processo Civil, autoriza o Juiz a alterar sua própria sentença ?para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo;?.Erro material é aquele decorrente de equívoco evidente, assim entendido o erro datilográfico e aritmético, por exemplo.Em análise aos autos, verifico que na decisão exarada no ID nº. 11183809 consta evidente erro material, vez que no idem "2." erroneamente foi aprazado audiência para produção de prova quanto a suposto pedido de reconhecimento de união estável post mortem. No entanto, analisando os autos observo que o feito possui objeto diverso do anteriormente mencionado. De outra banda, observo que apenas neste ponto a decisão merece ser retificada, pois o feito necessita sim de produção de prova testemunhal para julgamento do mérito. Assim, mantenho a audiência em tela já designada.Assim, necessário que seja procedida à devida retificação, inclusive ?ex officio?, da referida decisão, apenas em parte.Por tais fundamentos, procedo à correção da decisão em questão nos seguintes termos: ONDE LÊ-SE: ?... 2. Designo audiência para produção de prova testemunhal, quanto ao pedido de reconhecimento de união estável post mortem, para o dia 14/11/2019, às 09hr00min. ...?, LEIA-SE CORRETAMENTE: ?...2. Designo audiência, para produção de prova testemunhal, para o dia 14/11/2019, às 09hr00min....?, permanecendo inalterado os demais termos da decisão em tela.P. R. I. C.Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.THIAGO TAPAJÓS GONÇALVESJuiz de Direito

Número do processo: 0800094-85.2019.8.14.0032 Participação: AUTOR Nome: RAIMUNDO BENTO DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZOAB: 143PA Participação: ADVOGADO Nome: OTACILIO DE JESUS CANUTOOAB: 2633PA Participação: RÉU Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A. Participação: ADVOGADO Nome: LARISSA SENTO SE ROSSIOAB: 16330/BAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVara Única da Comarca de Monte Alegre[Contratos Bancários, Defeito, nulidade ou anulação, Indenização por Dano Moral, Indenização por Dano Material] - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - 0800094-85.2019.8.14.0032Nome: RAIMUNDO BENTO DE OLIVEIRAEndereço: RUA DR. JOAO COELHO, 182, CIDADE ALTA, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Advogado: OTACILIO DE JESUS CANUTO OAB: 2633PA Endereço: desconhecido Advogado: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ OAB: 143PA Endereço: AVENIDA 15 DE MARÇO, 180, SERRA ORIENTAL, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.Endereço: Centro Empresarial Itaú Conceição, 100, Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Parque Jabaquara, SãO PAULO - SP - CEP: 04344-902Advogado: LARISSA SENTO SE ROSSI OAB: BA16330 Endereço: PROF MANOEL RIBEIRO, 1315, AP 503, STIEP, SALVADOR - BA - CEP: 41770-095SENTENÇA CÍVEL COM MÉRITOVistos, etc...Trata-se de Ação de Anulação de Contrato c/c Indenização por Danos Morais e Materiais ajuizada por RAIMUNDO BENTO DE OLIVEIRA, em desfavor de BANCO ITAÚ CONSIGNADO, partes devidamente

qualificadas, afirmando em resumo que descontos foram realizados de sua aposentadoria, sem que tenha celebrado qualquer tipo de negócio jurídico com a requerida. Posteriormente descobriu que teria uma suposta dívida com o requerido, no valor de R$ 4.226,15, referente a um contrato de empréstimo consignado. A medida liminar foi deferida. Citado, o requerido afirma que a contratação foi legítima e que a quantia requerida pelo autor foi creditada em conta bancária de sua titularidade. É o breve relato. Decido. A presente ação versa sobre descontos indevidos em benefício previdenciário do autor. Pois bem, inicialmente consigno que não existe a possibilidade da autora comprovar que jamais solicitou qualquer negócio jurídico com o requerido, eis que não há possibilidade jurídica de fazer prova de um fato negativo. Assim, o ônus da prova é da parte demandada, pois há negativa por parte da autora na celebração do negócio jurídico em questão, no caso, a celebração do contrato de empréstimo consignado. O requerido ratifica que a contração foi legítima, obedecendo todas as formalidades legais, trazendo aos autos cópia do suposto contrato celebrado entre as partes. Ocorre, porém, que a autora impugnou a autenticidade da assinatura constante do documento.Neste sentido, mesmo a ?olho nu?, é possível contatar-se que a assinatura aposta na cédula de crédito bancário é completamente diferente da assinatura da autora constante no termo de audiência, bem como dos documentos pessoais colacionados com a inicial. Verifica-se, portanto, tratar-se de uma falsificação grosseira, podendo ser, inclusive percebida sem qualquer perícia. Ressalte-se que nestes casos, sendo por demais grosseira a falsificação aí verificada, resta dispensada, inclusive, realização de perícia, como ilustra o seguinte precedente: INDENIZAÇÃO. COMPRA DE MERCADORIA. NEGATIVA DE CONTRATAÇÃO. SUPOSTA CLONAGEM DE DOCUMENTOS. FALSIFICAÇÃO GROSSEIRADAASSINATURADA AUTORA. DESNECESSIDADE DE PERÍCIA. DANO MORAL. Leitura singela de documentos mostra que as assinaturas nos papéis trazidos pela ré são grosseiras falsificações da assinatura real da autora, não sendo preciso perícia. Restando evidente que não foi ela quem contraiu a dívida, indevido o registro. Pela negligência da ré, que não se acautelou diante da falsidade grosseira, é responsável pela reparação moral in re ipsa. Valor até abaixo da média fixada pelas Turmas Recursais para situações similares, que não se altera por falta de recurso da contraparte. PRELIMINAR REJEITADA. RECURSO DESPROVIDO. UNÂNIME. (TJRS Recurso Cível Nº 71002183911, Terceira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Jerson Moacir Gubert, Julgado em 10/09/2009). Em conclusão, resta evidente que a parte demandada não comprovou que tenha sido a autora quem efetivamente celebrou o contrato de empréstimo consignado supra citado.Nesse contexto, depreende-se que terceira pessoa, fazendo se passar pela autora, se utilizou de seus dados, falsificando sua assinatura e documentos pessoais para o fim de formalizar negócio jurídico com a requerida. Nesse aspecto cumpre asseverar que houve a meu ver negligencia do banco demandado uma vez que não houve a verificação de indenidade e/ou dos dados pessoais apresentados uma vez que era de se esperar por ocasião da contratação que o banco demandado tivesse tomado outras cautelas necessárias para evitar ocorrências como esta, como por exemplo ter exigido que a pessoa que supostamente formalizou contrato apresentasse telefone de pessoas conhecidas a fim de certificar a veracidade das informações prestadas antes de aprovar o cadastro e formalizar a contratação uma vez que e público e notório que quadrilhas especializadas em fraudar bancos se alastram pelo país. Como nada disso ocorreu evidencia-se a negligencia do demandado, se afastando assim a incidência de qualquer excludente de responsabilidade devendo arcar pelos danos suportados pelo autor, uma vez que só se eximiria de sua responsabilidade se comprovasse a culpa exclusiva da vítima uma vez que pelo CDC a responsabilidade de fornecedores de serviço é objetiva, independente de demonstração de dolo, portanto não restam dúvidas que a declaração de inexistência de relação jurídica entre as partes com a restituição dos valores descontados do benefício previdenciário do autor é interativa, contudo a restituição deve ser realizada na forma simples e não em dobro, isso porque a previsão contida no parágrafo único do artigo 42 do CDC que supõe a má fé daquele que efetua a cobrança, o que entendo não ter restado caracterizado no caso em questão. A instituição bancaria não agiu com dolo e sim de forma negligente quando deixou de atestar a veracidade da documentação apresentada pelo fraudador, logo não houve intensão direta de prejudicar o demandante. A jurisprudência do STJ é neste sentido: ?REPETIÇÃO EM DOBRO DO INDÉBITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO. SUMULA 596/STF. O pagamento indevido deve ser restituído para o obviar o enriquecimento sem causa. A repetição será na forma simples quando não existir a má fé do credor ou encargo tenha sido objeto de controvérsia inicial (STJ. 3° turma. AgRg no Ag4947.169-RJ. Ministro relator Humberto Gomes de Barros julgado em 03/12/2010). Assim entendo que a restituição deve se operar na forma simples. Por fim o requerido impugna a existência de dano moral, alegando que houve mero aborrecimento. Entendo que o fato em si, qual seja descontos não autorizados decorrente de empréstimo não contraído pelo prejudicado já é fato suficiente para caracterizar dano moral experimentado pelo requerente uma vez que se encontra há vários meses sem poder contar com a integralidade da sua aposentadoria. Destaque-se que o desconto efetuado mês a mês valor de R$ 100,00

(cem reais), pode parecer irrisório para alguns, porem no caso de um aposentado, tal valor pode gerar serias consequências para sua subsistência pois é evidente que pessoais nestas condições necessitam mais cuidados com saúde e requer gastos complementares. Assim sendo a indenização por danos morais é medida que se impõe não havendo se falar em compensação uma vez que já explicitado que o demandante não usufruiu do empréstimo em questão. Com relação a fixação dos danos morais, deve-se levar em conta o grau de constrangimento e as consequências advindas para vítima, a situação econômica das partes envolvidas, bem como o caráter preventivo para coibir novas ocorrências, porém, evitando-se o enriquecimento indevido da parte, bem como a fixação em valor irrisório. Assim sendo entendo que o valor de 10 (dez) salários mínimos é suficiente para reparação dos danos suportados pelo autor. Ante o exposto JULGO PROCEDENTE os pedidos contidos na inicial para em via de consequência: 1) Condenar o réu à restituição na forma simples dos valores indevidamente descontados do autor, incluindo os eventuais descontos ocorridos no curso da ação, corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde a data de cada desconto tido como indevido e juros de mora de 1% a partir da citação; 2) Condenar o réu ao pagamento do valor de R$ 9.998,00 (nove mil novecentos e noventa e oito reais), com acréscimo de correção monetário pelo índice INPC com juro de 1% ao mês devidos desde a data do evento nos termos as sumula 54 do STJ. Em razão da sucumbência e por força do disposto nos artigos 82, § 2º, 84 e 85, todos do Código de Processo Civil, condeno o requerido ao pagamento das despesas processuais e honorários ao advogado do vencedor que fixo em 15% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, observado o disposto no parágrafo 16 do artigo 85 do Código de Processo Civil e tendo em vista os parâmetros delineados nos incisos I a IV do parágrafo 2º do artigo 85 também do Código de Processo Civil. P. R. I. Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.THIAGO TAPAJÓS GONÇALVESJuiz de Direito

Número do processo: 0800156-62.2018.8.14.0032 Participação: IMPETRANTE Nome: MARLIANE DE AVIZ FRAIA Participação: ADVOGADO Nome: OTACILIO DE JESUS CANUTOOAB: 2633PA Participação: ADVOGADO Nome: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZOAB: 143PA Participação: IMPETRADO Nome: CLOVIS LUIZ DA SILVA FREITAS Participação: IMPETRADO Nome: MUNICIPIO DE MONTE ALEGREPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVara Única da Comarca de Monte Alegre[Acumulação de Proventos] - MANDADO DE SEGURANÇA (120) - 0800156-62.2018.8.14.0032Nome: MARLIANE DE AVIZ FRAIAEndereço: TRAVESSA NINI CAVALCANTE, 408, CURAXI, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Advogado: OTACILIO DE JESUS CANUTO OAB: 2633PA Endereço: desconhecido Advogado: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ OAB: 143PA Endereço: AVENIDA 15 DE MARÇO, 180, SERRA ORIENTAL, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Nome: CLOVIS LUIZ DA SILVA FREITASEndereço: Av. Quinze de Março, s/n, Secretaria Municipal de Educação, Serra Oriental, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Nome: MUNICIPIO DE MONTE ALEGREEndereço: desconhecido SENTENÇA CÍVEL COM MÉRITOVistos, etc...Trata-se de Ação de Mandado de Segurança com pedido de liminar formulado porMARLIANE DE AVIZ FRAIA, já qualificada, contra ato em face do Secretário Municipal de Educação de Monte Alegre,CLÓVIS LUIZ DA SILVA FREITAS,igualmente qualificado,aduzindo em resumo que é servidora pública A Impetrante é servidora pública efetiva do município de Monte Alegre/PA, desde o ano de 2007, ocupando o cargo de Professora Nível Médio ? zona rural, ressaltando que reside juntamente com a sua família na sede da cidade, sempre foi lotada em Escolas do Ensino Fundamental, próximas à cidade (zona urbana), para que houvesse a possibilidade e tempo de locomoção da impetrante para o seu local de trabalho. Por sua vez, a professora ora impetrante esteve lotada no último ano (2017) na Escola Municipal de Ensino Fundamental Tia Cacilda, localizada na comunidade rural do Jurunduba, que fica, aproximadamente, 6 Km da sede do município de Monte Alegre/PA. Portanto, no ano de 2017, a professora lecionou para as turmas de multisseriado abrangendo alunos de 1º, 2º e 3º ano (ensino fundamental I), sendo que as aulas do ano de 2017 se encerraram no dia 22 de janeiro de 2018. Assevera que para o ano letivo de 2018, de forma repentina, o Secretário Municipal de Educação, notificou a professora, no dia 27 de março de 2018 (64 dias após o fim das aulas de 2017 e vésperas para o início das aulas de 2018), determinando o seu remanejamento/remoção para a Escola Municipal de Ensino Fundamental da comunidade rural de Lages, que fica mais de 30 km (trinta quilômetros) de distância da sede do município, e sequer a notificada conhece o caminho para a aludida comunidade. Na tentativa de dá transparência e legalidade no ato administrativo de remoção, a referida notificação da lavra do impetrado, concedeu o prazo de 5 dias para a mesma se manifestar, salientando que consta na referida notificação como motivação para a remoção da impetrante, de que houve redução de números de matrículas de alunos na Escola Municipal Tia Cacilda, e consequentemente da quantidade e disponibilidade de turmas e carga horária para o ano de 2018. Por sua

vez, como a sobredita notificação não trouxe nenhuma informação concreta acerca dos fundamentos e motivos para a remoção da impetrante, tendo em vista que apenas de forma abstrata alega que houve diminuição de matrículas de alunos para o ano de 2018,a notificada apresentou a sua, partindo da premissa de que não teriamanifestação no dia 02 de abril de 2018,como exercer o seu contraditório e ampla defesa, sem ter o conhecimento de fato, se houve redução de matrículas de alunos para o ano de 2018, e por qual razão foi a escolhida entre as outras professoras lotadas na Escola Municipal Tia Cacilda, para ser removida. Inobstante, com base na lei de acesso a informação, a impetrante requereu as seguintes informações,in verbis:?(i) a quantidade de matrícula de alunos de 2017 e 2018, para demonstrar a diminuição na quantidade de matrículas no ano de 2018, em todas as escolas da zona rural, do ensino fundamental, destacando os alunos do Ensino Fundamental I, que abrange os alunos das series iniciais (educação infantil e séries de 1º ao 5º ano);(ii) quantitativo de alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental Tia Cacilda da Educação infantil e das series de 1º ao 5º ano, referente ao ano de 2017 e 2018, demonstrando o déficit do quantitativo de alunos; (iii) quantitativo e nome dos alunos das turmas do de 1º ano, 2º ano e 3º ano, no ano de 2018, turmas que eram da Professora notificada no ano de 2017; (iv) qual o critério legal utilizado pelo Poder Público Municipal, para a professora notificada ter sido a escolhida para ser removida para a escola Municipal da comunidade rural de Lages, porque razão não foi escolhida outra professora; (v) qual o professor que estava lotado na Escola Municipal de Lages no ao de 2017, esclarecendo se ele foi removido para outra localidade e qual o motivo para a remoção; (vi) o quantitativo e nomes dos alunos matriculados na Escola Municipal de Lages, e qual a turma foi designada a lotação da professora notificada; (vi) lotação completa dos professores da zona rural, para o ano de 2017 e 2018, destacando todas as remoções dos professores e suas respectivas motivações para o ano de 2018; Requer que, após a resposta da diligência supra solicitadas, seja concedido prazo à professora notificada para se manifestar acerca dos documentos e esclarecimentos que eventualmente serão apresentados.? Nesse contexto, a impetrante solicitou a autoridade coatora, informações sobre o quantitativo de matrículas de alunos no ano de 2018, e a motivação e critério utilizado sobre a decisão da sua remoção, e não de outra professora de Escola Municipal Tia Cacilda, acontece que já se passaram mais de 20 dias, e até o momento o impetrado não concedeu nenhuma resposta, pelo contrário, se mostra bastante indiferente com a situação, deixando a impetrante totalmente desamparada e sem saber o que fazer acerca da sua situação funcional. Requereu a concessão de medida liminar ?inaudita altera parte? para que se determine à Autoridade impetrada que preste as seguintes informações solicitadas administrativamente. A medida liminar foi deferida. A Autoridade impetrada apresentou as informações necessárias. O Ministério Público se manifestou pela concessão da segurança pleiteada. É o relatório. DECIDO. Não existem questões preliminares a serem apreciadas. No mérito, não houve qualquer modificação no entendimento do Juízo, quando apreciou a medida liminar, nos seguintes termos: ?(...) No caso em apreço, conforme se depreende pelas razões expostas na impetração, a Autoridade impetrada teria procedido a remoção da impetrante com motivação questionável. Nesse contexto, a segurado impetrou o presente writ objetivando inicialmente a notificação da autoridade coatora para que apresentasse, em juízo informações para que pudesse questionar a legalidade do ato administrativo em questão. Pois bem, o art. 5º, XXXIV, a e b, da Constituição Federal, assegura a todos, o direito de receber resposta dos Poderes Públicos, quando formulado requerimento nesse sentido, devendo as questões apresentadas serem devidamente enfrentadas e resolvidas de forma motivada pelo administrado. Confira-se: Art. 5º. XXXIV - são a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas: a) o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder; b) a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal; Sobre o tema, trago à colação a obra de Alexandre de Moraes: ?O direito de petição possui eficácia constitucional, obrigando as autoridades públicas endereçadas ao recebimento, ao exame e se necessário for, à resposta em prazo razoável, sob pena de configurar-se violação ao direito líquido e certo do peticionário, sanável por intermédio de mandado de segurança (in Direito Constitucional - São Paulo - Editora Atlas - 2002. p. 191). Ainda nessa seara, cito o trabalho de Manoel Gonçalves Ferreira Filho: ?O direito à obtenção de certidão dos Poderes Públicos para esclarecimento de situações de interesse pessoal decorre do exercício do direito de petição, "aquele pelo qual qualquer um faz valer junto à autoridade competente a defesa de seus direitos ou do interesse coletivo (in Comentários à Constituição Brasileira - 6ª Ed. - Editora Saraiva - São Paulo - 1986 - p. 621). Nesse contexto, em juízo de cognição sumária, extrai-se claramente a possibilidade de impetração de mandado de segurança quando violado direito de resposta do requerente. Na espécie, verifica-se que o impetrante peticionou junto à Administração Pública do Município de Monte Alegre requerendo informações sobre o quantitativo de matrículas de alunos no ano de 2018, e a motivação e critério utilizado sobre a decisão da sua remoção, e não de outra professora de Escola Municipal do Airi em 13/11/2017. Todavia, ao que se colhe, até o

presente momento não houve resposta do ente municipal. Ora, sendo o direito à apreciação do pedido formulado perante a Administração Pública, decorrência lógica do direito de petição, na espécie, a negativa da Administração Municipal feriu norma de eficácia constitucional, configurando assim ilegalidade por omissão. Nesse sentido, leciona Celso Antônio Bandeira de Mello: ?Logo, se o administrado tem o direito de que o Poder Público se pronuncie em relação a suas petições, a Administração tem o dever de fazê-lo. Se se omite, viola o Direito. Decorrido o prazo legal previsto para a manifestação administrativa, se houver prazo normativo estabelecido, ou, não havendo, se já tiver decorrido tempo razoável, o administrado poderá, conforme a hipótese demandar judicialmente: a) que o juiz supra a ausência de manifestação administrativa e determine a concessão do que fora postulado, se o administrado tinha direito ao que pedira, isto é, se a Administração estava vinculada quanto ao conteúdo do ato e era obrigatório o deferimento da postulação. b) que o juiz assine prazo para que a Administração se manifeste, sob cominação de multa diária, se a Administração dispunha de discrição administrativa, no caso, pois o administrado fazia jus a um pronunciamento motivo, mas tão-somente a isto. Entendemos que, em princípio, haver-se-á de entender como prazo razoável - salvo hipóteses de urgência, em que o interesse pereceria se não houvesse definição em prazo menor- o tempo não excedente de 120 dias a partir do pedido, pois é este o prazo previsto para impetração de mandado de segurança, o qual pode ser adotado por analogia (in Curso de Direito Administrativo - 12ª Ed. - São Paulo - Malheiros - 2000 - p. 355/356). (...)?. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial e em via de consequência CONCEDO a segurança pleiteada, confirmando os efeitos da liminar concedida. Sem honorários, por força das Súmulas nº 512 do Supremo Tribunal Federal e 105 do Superior Tribunal de Justiça. A sentença está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, conforme dispõe o art. 14, caput, da Lei nº 12.016/2009. Destarte, decorrido o prazo para recurso voluntário, interposto ou não, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará. P. R. I. Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.THIAGO TAPAJÓS GONÇALVESJuiz de Direito

Número do processo: 0800786-84.2019.8.14.0032 Participação: IMPETRANTE Nome: PEDRO PAULO LIMA TAVARES Participação: ADVOGADO Nome: OTACILIO DE JESUS CANUTOOAB: 2633PA Participação: ADVOGADO Nome: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZOAB: 143PA Participação: IMPETRADO Nome: ELOIZA LEAL DE CARVALHO Participação: IMPETRADO Nome: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGREPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVara Única da Comarca de Monte Alegre[Abono de Permanência] - MANDADO DE SEGURANÇA (120) - 0800786-84.2019.8.14.0032Nome: PEDRO PAULO LIMA TAVARESEndereço: comunidade rural de Bacabalzinho, comunidade rural de Bacabalzinho, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Advogado: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ OAB: 143PA Endereço: desconhecido Advogado: OTACILIO DE JESUS CANUTO OAB: 2633PA Endereço: rua mendonça furtado, 408, pajuçara, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Nome: ELOIZA LEAL DE CARVALHOEndereço: avenida quinze de março, serra oriental, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Nome: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGREEndereço: praça tiradentes, 100, cidade baixa, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000 DECISÃO INTERLOCUTÓRIAVistos, etc.Tratando-se de pessoa pobre na acepção jurídica do termo (CPC, artigo 98,caput), defiro a gratuidade da justiça, conforme as isenções estabelecidas no artigo 98, § 1º, do Código de Processo Civil. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por PEDRO PAULO LIMA TAVARES, já qualificado, contra ato supostamente ilegal e abusivo do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Monte Alegre, JARDEL VASCONCELOS CARMO, na qual requer a concessão de liminar com finalidade de determinar a suspensão dos efeitos do ato administrativo que reduziu a carga horária da impetrante. Informa que o Município de Monte Alegre instaurou processo administrativo para apurar a carga horária de todos os professores que tiveram restabelecida a carga horária por força de concessão de liminares, sendo o processo concluído com a decisão de reduzir a carga horária Aduz que o processo administrativo está viciado pois se fundamentou no fato que há falsa alegação que não há turmas disponíveis para lotar o professor, bem como o limite previsto na lei de responsabilidade fiscal para gastos com pessoal já estaria ultrapassado. É o breve relato. DECIDO. Pois bem, é cediço que a validade de um ato administrativo se vincula aos motivos indicados como seu fundamento, de tal modo que, se inexistentes ou falsos, implicam em sua nulidade. Sabemos também que o ato administrativo dispõe de presunção de legitimidade, logo, cabe ao autor comprovar os fatos que alega. Nesse contexto, depreende-se que o Município requerido diminuiu a carga horária da autora, que mesmo dispondo de decisão judicial determinando o restabelecimento da mesma, resolveu aplicar a decisão contida no processo administrativo. Sem entrar no mérito, nesse momento, de tal fato representou desobediência à ordem judicial, certo é que a medida

adotada pela municipalidade acabou por revogar uma decisão judicial, o que a meu ver é inconcebível. Certo é que em nenhum momento houve ordem judicial garantindo à autora o direito de continuar exercendo as 200 horas, mas, admitir que o Município já execute sua decisão administrativa em confronto com a decisão judicial, não me parecer ser a medida mais coerente. Assim sendo, entendo que o ato administrativo, a princípio, alterou decisão judicial em vigor, que somente poderia ser reversível pelas vias recursas próprias, o que não restou comprovado nestes autos. Outrossim, quanto a motivação do ato administrativo questionado, mormente a redução da carga horária em face do limite imposto pela lei de responsabilidade fiscal, denota-se que a própria lei determina que para que haja redução de despesa com pessoal e a sua consequente adequação aos limites balizados, está a determinação que haja a suspensão da contratação temporária. A parte autora logrou êxito em comprovar que o Município de Monte Alegre, em que pese afirmar que existe necessidade de reduzir carga horária de servidores que já vinham exercendo há vários meses, contrata temporariamente para os mesmos cargos os quais reduziu a carga horária dos servidores. Me parece, portanto, que o ato administrativo apresenta vício de motivação, pois, se de fato há necessidade de reduzir carga horária para se adequar a LRF, a contratação temporária demonstra justamente o contrário, pois, aoanalisar os autos é possível constatar por meio da documentação anexa que existe nos quadros do Município de Monte Alegre alguns servidores a título precário, isto é, contratados de forma temporária para o mesmo cargo exercido pela parte autora. Depreende-se de tal fato que há necessidade premente de desempenho da função não transitória de professor, o que leva a concluir que não haveria razão plausível justificadora para a redução da carga horária, pois o município prescinde de tal mão-de-obra. Mesmo que se leve em consideração a discricionariedade facultada ao Administrador Público em fixar a carga horária dos professores de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade, entendo que no presente caso tal medida não se justifica, especialmente levando-se em conta a absurdez em se aumentar a carga horária dos servidores temporários em detrimento da carga horária dos servidores efetivos, o que é ilegal e fere o Princípio da Isonomia. Portanto, ficou demonstrado que o Município reduziu a jornada da impetrante, que é servidora concursada, porém contratou servidores temporários com jornada superior, exteriorizando a necessidade do ente estatal em contratar tais serviços. Constatando-se a imprescindibilidade do serviço público e tendo o Município em seu quadro servidora concursada apta a continuar prestando o serviço com a jornada necessária, qual seja 200 horas- aula mensais, não há justificativa para redução da mesma e contratação de novos servidores temporários, sob pena de contrariar o interesse público e o princípio da impessoalidade. Tal entendimento encontra-se pacificado no TJE/PA, vejamos: ?REEXAME DE SENTENÇA. REDUÇÃO DE JORNADA DE SERVIDOR CONCURSADO E CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO. ILEGALIDADE. IMPESSOALIDADE. SENTENÇA CONFIRMADA. I Acertada a sentença que concedeu a segurança a Servidora Pública concursada para evitar que a municipalidade reduzisse sua jornada de trabalho, vez que o ente estatal vem contratando servidores temporários para prestação do mesmo serviço. III - A unanimidade de votos, em reexame necessário, confirma-se a r. sentença monocrática. (TJPA. Reexame de Sentença Nº 2012.3.000922-2. Secretaria da 1ª Câmara Cível Isolada. Relator: DES. LEONARDO DE NORONHA TAVARES. Nº Acórdão: 112390. Data do julgamento: 17/09/2012. Data de publicação: 26/09/2012) ?EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA. MANDADO DE SEGURANÇA. REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE DUZENTAS E DEZ HORAS-AULA MENSAIS PARA CENTO E CINTO HORASAULA. É POSSÍVEL CONSTATAR POR MEIO DA DOCUMENTAÇÃO ANEXA (FLS.123/136) QUE EXISTE NOS QUADROS DAQUELE MUNICÍPIO ALGUNS SERVIDORES A TÍTULO PRECÁRIO, ISTO É, CONTRATADOS DE FORMA TEMPORÁRIA, COM A MESMA FORMAÇÃO DA IMPETRANTE, E COM A CARGA HORÁRIA DE 200 (DUZENTAS) HORAS-AULA MENSAIS. TAL SITUAÇÃO COMPROVA QUE EXISTE A NECESSIDADE DO DESEMPENHO DE UMA FUNÇÃO NÃO TRANSITÓRIA, COMO É A DE PROFESSOR, O QUE LEVA A CRER QUE NÃO HAVERIA RAZÕES PARA QUE FOSSE REDUZIDA A CARGA HORÁRIA DA IMPETRANTE. MÁCULA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. AUSENCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO QUE IMPORTOU NA REDUÇÃO DA JORNADA DA IMPETRANTE. IMPOSSIBILIDADE DE QUESTIONÁ-LO ADMINISTRATIVAMENTE OU MESMO NA VIA JUDICANTE, LANÇANDO MÃO DE SUA GARANTIA À AMPLA DEFESA. VIOLAÇÃO À DIREITO LÍQUIDO E CERTO DA IMPETRANTE. ESCORREITA A SENTENÇA QUE CONCEDEU A SEGURANÇA PARA DETERMINAR A AUTORIDADE COATORA QUE PROCEDESSE A ADEQUAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA IMPETRANTE EM 200 (DUZENTAS) HORAS-AULA MENSAIS. REEXAME CONHECIDO PARA CONFIRMAR A SENTENÇA EM SUA INTEGRALIDADE. DECISÃO UNÂNIME.? (TJPA. Reexame Necessário n.º 2012.3.000822-4. Secretaria da 1ª Câmara Cível Isolada. Relatora: DESA. GLEIDE PEREIRA DE MOURA. Nº Acórdão: 124383. Data do julgamento: 11/09/2013. Data de publicação: 12/09/2013) Por fim ressalto que a impetrante se encontra amparada por medida liminar determinando o

restabelecimento de sua carga horária, não havendo nos autos notícias que tal medida judicial tenha sido revogada ou cassada, logo, em que pese ter a Administração Pública ter o poder de rever seus próprios atos administrativos, tal decisão jamais poderá se sobrepor a uma decisão judicial em vigor. Entendo, assim, que estando a impetrante amparada por medida judicial que determinou o restabelecimento se sua carga horária, bem como os vencimentos correspondentes, o cumprimento da decisão exarada no processo administrativo levado a efeito pela Administração Pública Municipal só poderá ser executada após o encerramento da questão judicial sub judice, sob pena de configurar burla às ordens judiciais. Ante o exposto, DEFIRO o pedido de liminar para em via de consequência determinar que a Autoridade impetrada restabeleça, no prazo de 05 (cinco) dias, a carga horária da autora em 200 horas aula, bem como os vencimentos correspondentes, sob pena de arbitramento de multa em caso de descumprimento. Notifique-se a autoridade impetrada do conteúdo da decisão. Expeça-se com urgência ofício e/ou Mandado pertinente para a abstenção ou cessação dos efeitos do ato impugnado até a solução judicial final, autorizando o cumprimento no período de plantão. Notifique-se a autoridade impetrada a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que julgar necessárias (Lei nº 12.016/2009, art. 7º, inciso I) e cite-se o Município de Monte Alegre para, querendo, apresentar manifestação no mesmo prazo. Após o prazo supra, com ou sem reposta, dê-se vista ao Ministério Público para exame e parecer. A presente decisão serve como MANDADO e/ou OFÍCIO. Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.THIAGO TAPAJÓS GONÇALVESJuiz de Direito

Número do processo: 0801172-51.2018.8.14.0032 Participação: IMPETRANTE Nome: NILZIETE OLIVEIRA DO CARMO Participação: ADVOGADO Nome: OTACILIO DE JESUS CANUTOOAB: 2633PA Participação: ADVOGADO Nome: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZOAB: 143PA Participação: IMPETRADO Nome: JARDEL VASCONCELOS CARMO Participação: IMPETRADO Nome: MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVara Única da Comarca de Monte Alegre[Abono de Permanência] - MANDADO DE SEGURANÇA (120) - 0801172-51.2018.8.14.0032Nome: NILZIETE OLIVEIRA DO CARMOEndereço: Tv. Francisco Avelino, 410, terra amarela, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Advogado: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ OAB: 143PA Endereço: desconhecido Advogado: OTACILIO DE JESUS CANUTO OAB: 2633PA Endereço: rua mendonça furtado, 408, pajuçara, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Nome: JARDEL VASCONCELOS CARMOEndereço: Av. Des. Inácio Guilhon, 567, cidade alta, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Nome: MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE/PAEndereço: praça tiradentes, 100, cidade baixa, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por NILZETE OLIVEIRA DO CARMO, já qualificado, contra ato supostamente ilegal e abusivo do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Monte Alegre, JARDEL VASCONCELOS CARMO, na qual requer a concessão de liminar com finalidade de determinar a suspensão dos efeitos do ato administrativo que reduziu a carga horária da impetrante. Informa que o Município de Monte Alegre instaurou processo administrativo para apurar a carga horária de todos os professores que tiveram restabelecida a carga horária por força de concessão de liminares, sendo o processo concluído com a decisão de reduzir a carga horária Aduz que o processo administrativo está viciado pois se fundamentou no fato que há falsa alegação que não há turmas disponíveis para lotar o professor, bem como o limite previsto na lei de responsabilidade fiscal para gastos com pessoal já estaria ultrapassado. É o breve relato. DECIDO. Pois bem, é cediço que a validade de um ato administrativo se vincula aos motivos indicados como seu fundamento, de tal modo que, se inexistentes ou falsos, implicam em sua nulidade. Sabemos também que o ato administrativo dispõe de presunção de legitimidade, logo, cabe ao autor comprovar os fatos que alega. Nesse contexto, depreende-se que o Município requerido diminuiu a carga horária da autora, que mesmo dispondo de decisão judicial determinando o restabelecimento da mesma, resolveu aplicar a decisão contida no processo administrativo. Sem entrar no mérito, nesse momento, de tal fato representou desobediência à ordem judicial, certo é que a medida adotada pela municipalidade acabou por revogar uma decisão judicial, o que a meu ver é inconcebível. Certo é que em nenhum momento houve ordem judicial garantindo à autora o direito de continuar exercendo as 200 horas, mas, admitir que o Município já execute sua decisão administrativa em confronto com a decisão judicial, não me parecer ser a medida mais coerente. Assim sendo, entendo que o ato administrativo, a princípio, alterou decisão judicial em vigor, que somente poderia ser reversível pelas vias recursas próprias, o que não restou comprovado nestes autos. Outrossim, quanto a motivação do ato administrativo questionado, mormente a redução da carga horária em face do limite imposto pela lei de responsabilidade fiscal, denota-se que a própria lei determina que para que haja redução de despesa com

pessoal e a sua consequente adequação aos limites balizados, está a determinação que haja a suspensão da contratação temporária. A parte autora logrou êxito em comprovar que o Município de Monte Alegre, em que pese afirmar que existe necessidade de reduzir carga horária de servidores que já vinham exercendo há vários meses, contrata temporariamente para os mesmos cargos os quais reduziu a carga horária dos servidores. Me parece, portanto, que o ato administrativo apresenta vício de motivação, pois, se de fato há necessidade de reduzir carga horária para se adequar a LRF, a contratação temporária demonstra justamente o contrário, pois, aoanalisar os autos é possível constatar por meio da documentação anexa que existe nos quadros do Município de Monte Alegre alguns servidores a título precário, isto é, contratados de forma temporária para o mesmo cargo exercido pela parte autora. Depreende-se de tal fato que há necessidade premente de desempenho da função não transitória de professor, o que leva a concluir que não haveria razão plausível justificadora para a redução da carga horária, pois o município prescinde de tal mão-de-obra. Mesmo que se leve em consideração a discricionariedade facultada ao Administrador Público em fixar a carga horária dos professores de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade, entendo que no presente caso tal medida não se justifica, especialmente levando-se em conta a absurdez em se aumentar a carga horária dos servidores temporários em detrimento da carga horária dos servidores efetivos, o que é ilegal e fere o Princípio da Isonomia. Portanto, ficou demonstrado que o Município reduziu a jornada da impetrante, que é servidora concursada, porém contratou servidores temporários com jornada superior, exteriorizando a necessidade do ente estatal em contratar tais serviços. Constatando-se a imprescindibilidade do serviço público e tendo o Município em seu quadro servidora concursada apta a continuar prestando o serviço com a jornada necessária, qual seja 200 horas- aula mensais, não há justificativa para redução da mesma e contratação de novos servidores temporários, sob pena de contrariar o interesse público e o princípio da impessoalidade. Tal entendimento encontra-se pacificado no TJE/PA, vejamos: ?REEXAME DE SENTENÇA. REDUÇÃO DE JORNADA DE SERVIDOR CONCURSADO E CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO. ILEGALIDADE. IMPESSOALIDADE. SENTENÇA CONFIRMADA. I Acertada a sentença que concedeu a segurança a Servidora Pública concursada para evitar que a municipalidade reduzisse sua jornada de trabalho, vez que o ente estatal vem contratando servidores temporários para prestação do mesmo serviço. III - A unanimidade de votos, em reexame necessário, confirma-se a r. sentença monocrática. (TJPA. Reexame de Sentença Nº 2012.3.000922-2. Secretaria da 1ª Câmara Cível Isolada. Relator: DES. LEONARDO DE NORONHA TAVARES. Nº Acórdão: 112390. Data do julgamento: 17/09/2012. Data de publicação: 26/09/2012) ?EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA. MANDADO DE SEGURANÇA. REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE DUZENTAS E DEZ HORAS-AULA MENSAIS PARA CENTO E CINTO HORASAULA. É POSSÍVEL CONSTATAR POR MEIO DA DOCUMENTAÇÃO ANEXA (FLS.123/136) QUE EXISTE NOS QUADROS DAQUELE MUNICÍPIO ALGUNS SERVIDORES A TÍTULO PRECÁRIO, ISTO É, CONTRATADOS DE FORMA TEMPORÁRIA, COM A MESMA FORMAÇÃO DA IMPETRANTE, E COM A CARGA HORÁRIA DE 200 (DUZENTAS) HORAS-AULA MENSAIS. TAL SITUAÇÃO COMPROVA QUE EXISTE A NECESSIDADE DO DESEMPENHO DE UMA FUNÇÃO NÃO TRANSITÓRIA, COMO É A DE PROFESSOR, O QUE LEVA A CRER QUE NÃO HAVERIA RAZÕES PARA QUE FOSSE REDUZIDA A CARGA HORÁRIA DA IMPETRANTE. MÁCULA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. AUSENCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO QUE IMPORTOU NA REDUÇÃO DA JORNADA DA IMPETRANTE. IMPOSSIBILIDADE DE QUESTIONÁ-LO ADMINISTRATIVAMENTE OU MESMO NA VIA JUDICANTE, LANÇANDO MÃO DE SUA GARANTIA À AMPLA DEFESA. VIOLAÇÃO À DIREITO LÍQUIDO E CERTO DA IMPETRANTE. ESCORREITA A SENTENÇA QUE CONCEDEU A SEGURANÇA PARA DETERMINAR A AUTORIDADE COATORA QUE PROCEDESSE A ADEQUAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA IMPETRANTE EM 200 (DUZENTAS) HORAS-AULA MENSAIS. REEXAME CONHECIDO PARA CONFIRMAR A SENTENÇA EM SUA INTEGRALIDADE. DECISÃO UNÂNIME.? (TJPA. Reexame Necessário n.º 2012.3.000822-4. Secretaria da 1ª Câmara Cível Isolada. Relatora: DESA. GLEIDE PEREIRA DE MOURA. Nº Acórdão: 124383. Data do julgamento: 11/09/2013. Data de publicação: 12/09/2013) Por fim ressalto que a impetrante se encontra amparada por medida liminar determinando o restabelecimento de sua carga horária, não havendo nos autos notícias que tal medida judicial tenha sido revogada ou cassada, logo, em que pese ter a Administração Pública ter o poder de rever seus próprios atos administrativos, tal decisão jamais poderá se sobrepor a uma decisão judicial em vigor. Entendo, assim, que estando a impetrante amparada por medida judicial que determinou o restabelecimento se sua carga horária, bem como os vencimentos correspondentes, o cumprimento da decisão exarada no processo administrativo levado a efeito pela Administração Pública Municipal só poderá ser executada após o encerramento da questão judicial sub judice, sob pena de configurar burla às ordens judiciais. Ante o exposto, DEFIRO o pedido de liminar para em via de consequência determinar que a Autoridade

impetrada restabeleça, no prazo de 05 (cinco) dias, a carga horária do autor em 200 horas aula, bem como os vencimentos correspondentes, sob pena de arbitramento de multa em caso de descumprimento. Notifique-se a autoridade impetrada do conteúdo da decisão. Expeça-se com urgência ofício e/ou Mandado pertinente para a abstenção ou cessação dos efeitos do ato impugnado até a solução judicial final, autorizando o cumprimento no período de plantão. Após o prazo supra, com ou sem reposta, dê-se vista ao Ministério Público para exame e parecer. Serve a cópia desta decisão como mandado judicial. Monte Alegre/PA, 28 de junho de 2019.THIAGO TAPAJÓS GONÇALVESJuiz de Direito

Número do processo: 0800790-24.2019.8.14.0032 Participação: IMPETRANTE Nome: WALDECY LEMOS DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: OTACILIO DE JESUS CANUTOOAB: 2633PA Participação: ADVOGADO Nome: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZOAB: 143PA Participação: IMPETRADO Nome: ELOIZA LEAL DE CARVALHO Participação: IMPETRADO Nome: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGREPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVara Única da Comarca de Monte Alegre[Abono de Permanência] - MANDADO DE SEGURANÇA (120) - 0800790-24.2019.8.14.0032Nome: WALDECY LEMOS DOS SANTOSEndereço: comunidade rural de Jacarecapá, comunidade rural de Jacarecapá, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Advogado: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ OAB: 143PA Endereço: desconhecido Advogado: OTACILIO DE JESUS CANUTO OAB: 2633PA Endereço: rua mendonça furtado, 408, pajuçara, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Nome: ELOIZA LEAL DE CARVALHOEndereço: avenida quinze de março, serra oriental, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Nome: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGREEndereço: praça tiradentes, 100, cidade baixa, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000 DECISÃO INTERLOCUTÓRIAVistos, etc.Tratando-se de pessoa pobre na acepção jurídica do termo (CPC, artigo 98,caput), defiro a gratuidade da justiça, conforme as isenções estabelecidas no artigo 98, § 1º, do Código de Processo Civil. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por WALDECY LEMOS DOS SANTOS, já qualificado, contra ato supostamente ilegal e abusivo do Excelentíssimo Senhor Prefeito de Monte Alegre, JARDEL VASCONCELOS CARMO, na qual requer a concessão de liminar com finalidade de determinar a suspensão dos efeitos do ato administrativo que reduziu a carga horária da impetrante. Informa que o Município de Monte Alegre instaurou processo administrativo para apurar a carga horária de todos os professores que tiveram restabelecida a carga horária por força de concessão de liminares, sendo o processo concluído com a decisão de reduzir a carga horária Aduz que o processo administrativo está viciado pois se fundamentou no fato que há falsa alegação que não há turmas disponíveis para lotar o professor, bem como o limite previsto na lei de responsabilidade fiscal para gastos com pessoal já estaria ultrapassado. É o breve relato. DECIDO. Pois bem, é cediço que a validade de um ato administrativo se vincula aos motivos indicados como seu fundamento, de tal modo que, se inexistentes ou falsos, implicam em sua nulidade. Sabemos também que o ato administrativo dispõe de presunção de legitimidade, logo, cabe ao autor comprovar os fatos que alega. Nesse contexto, depreende-se que o Município requerido diminuiu a carga horária da autora, que mesmo dispondo de decisão judicial determinando o restabelecimento da mesma, resolveu aplicar a decisão contida no processo administrativo. Sem entrar no mérito, nesse momento, de tal fato representou desobediência à ordem judicial, certo é que a medida adotada pela municipalidade acabou por revogar uma decisão judicial, o que a meu ver é inconcebível. Certo é que em nenhum momento houve ordem judicial garantindo à autora o direito de continuar exercendo as 200 horas, mas, admitir que o Município já execute sua decisão administrativa em confronto com a decisão judicial, não me parecer ser a medida mais coerente. Assim sendo, entendo que o ato administrativo, a princípio, alterou decisão judicial em vigor, que somente poderia ser reversível pelas vias recursas próprias, o que não restou comprovado nestes autos. Outrossim, quanto a motivação do ato administrativo questionado, mormente a redução da carga horária em face do limite imposto pela lei de responsabilidade fiscal, denota-se que a própria lei determina que para que haja redução de despesa com pessoal e a sua consequente adequação aos limites balizados, está a determinação que haja a suspensão da contratação temporária. A parte autora logrou êxito em comprovar que o Município de Monte Alegre, em que pese afirmar que existe necessidade de reduzir carga horária de servidores que já vinham exercendo há vários meses, contrata temporariamente para os mesmos cargos os quais reduziu a carga horária dos servidores. Me parece, portanto, que o ato administrativo apresenta vício de motivação, pois, se de fato há necessidade de reduzir carga horária para se adequar a LRF, a contratação temporária demonstra justamente o contrário, pois, aoanalisar os autos é possível constatar por meio da documentação anexa que existe nos quadros do Município de Monte Alegre alguns servidores a título precário, isto é, contratados de forma temporária para o mesmo cargo exercido pela parte autora.

Depreende-se de tal fato que há necessidade premente de desempenho da função não transitória de professor, o que leva a concluir que não haveria razão plausível justificadora para a redução da carga horária, pois o município prescinde de tal mão-de-obra. Mesmo que se leve em consideração a discricionariedade facultada ao Administrador Público em fixar a carga horária dos professores de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade, entendo que no presente caso tal medida não se justifica, especialmente levando-se em conta a absurdez em se aumentar a carga horária dos servidores temporários em detrimento da carga horária dos servidores efetivos, o que é ilegal e fere o Princípio da Isonomia. Portanto, ficou demonstrado que o Município reduziu a jornada da impetrante, que é servidora concursada, porém contratou servidores temporários com jornada superior, exteriorizando a necessidade do ente estatal em contratar tais serviços. Constatando-se a imprescindibilidade do serviço público e tendo o Município em seu quadro servidora concursada apta a continuar prestando o serviço com a jornada necessária, qual seja 200 horas- aula mensais, não há justificativa para redução da mesma e contratação de novos servidores temporários, sob pena de contrariar o interesse público e o princípio da impessoalidade. Tal entendimento encontra-se pacificado no TJE/PA, vejamos: ?REEXAME DE SENTENÇA. REDUÇÃO DE JORNADA DE SERVIDOR CONCURSADO E CONTRATAÇÃO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO. ILEGALIDADE. IMPESSOALIDADE. SENTENÇA CONFIRMADA. I Acertada a sentença que concedeu a segurança a Servidora Pública concursada para evitar que a municipalidade reduzisse sua jornada de trabalho, vez que o ente estatal vem contratando servidores temporários para prestação do mesmo serviço. III - A unanimidade de votos, em reexame necessário, confirma-se a r. sentença monocrática. (TJPA. Reexame de Sentença Nº 2012.3.000922-2. Secretaria da 1ª Câmara Cível Isolada. Relator: DES. LEONARDO DE NORONHA TAVARES. Nº Acórdão: 112390. Data do julgamento: 17/09/2012. Data de publicação: 26/09/2012) ?EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. REEXAME NECESSÁRIO DE SENTENÇA. MANDADO DE SEGURANÇA. REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA DE DUZENTAS E DEZ HORAS-AULA MENSAIS PARA CENTO E CINTO HORASAULA. É POSSÍVEL CONSTATAR POR MEIO DA DOCUMENTAÇÃO ANEXA (FLS.123/136) QUE EXISTE NOS QUADROS DAQUELE MUNICÍPIO ALGUNS SERVIDORES A TÍTULO PRECÁRIO, ISTO É, CONTRATADOS DE FORMA TEMPORÁRIA, COM A MESMA FORMAÇÃO DA IMPETRANTE, E COM A CARGA HORÁRIA DE 200 (DUZENTAS) HORAS-AULA MENSAIS. TAL SITUAÇÃO COMPROVA QUE EXISTE A NECESSIDADE DO DESEMPENHO DE UMA FUNÇÃO NÃO TRANSITÓRIA, COMO É A DE PROFESSOR, O QUE LEVA A CRER QUE NÃO HAVERIA RAZÕES PARA QUE FOSSE REDUZIDA A CARGA HORÁRIA DA IMPETRANTE. MÁCULA AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA. AUSENCIA DE MOTIVAÇÃO DO ATO ADMINISTRATIVO QUE IMPORTOU NA REDUÇÃO DA JORNADA DA IMPETRANTE. IMPOSSIBILIDADE DE QUESTIONÁ-LO ADMINISTRATIVAMENTE OU MESMO NA VIA JUDICANTE, LANÇANDO MÃO DE SUA GARANTIA À AMPLA DEFESA. VIOLAÇÃO À DIREITO LÍQUIDO E CERTO DA IMPETRANTE. ESCORREITA A SENTENÇA QUE CONCEDEU A SEGURANÇA PARA DETERMINAR A AUTORIDADE COATORA QUE PROCEDESSE A ADEQUAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA IMPETRANTE EM 200 (DUZENTAS) HORAS-AULA MENSAIS. REEXAME CONHECIDO PARA CONFIRMAR A SENTENÇA EM SUA INTEGRALIDADE. DECISÃO UNÂNIME.? (TJPA. Reexame Necessário n.º 2012.3.000822-4. Secretaria da 1ª Câmara Cível Isolada. Relatora: DESA. GLEIDE PEREIRA DE MOURA. Nº Acórdão: 124383. Data do julgamento: 11/09/2013. Data de publicação: 12/09/2013) Por fim ressalto que a impetrante se encontra amparada por medida liminar determinando o restabelecimento de sua carga horária, não havendo nos autos notícias que tal medida judicial tenha sido revogada ou cassada, logo, em que pese ter a Administração Pública ter o poder de rever seus próprios atos administrativos, tal decisão jamais poderá se sobrepor a uma decisão judicial em vigor. Entendo, assim, que estando a impetrante amparada por medida judicial que determinou o restabelecimento se sua carga horária, bem como os vencimentos correspondentes, o cumprimento da decisão exarada no processo administrativo levado a efeito pela Administração Pública Municipal só poderá ser executada após o encerramento da questão judicial sub judice, sob pena de configurar burla às ordens judiciais. Ante o exposto, DEFIRO o pedido de liminar para em via de consequência determinar que a Autoridade impetrada restabeleça, no prazo de 05 (cinco) dias, a carga horária do autor em 150 horas aula, bem como os vencimentos correspondentes, sob pena de arbitramento de multa em caso de descumprimento. Notifique-se a autoridade impetrada do conteúdo da decisão. Expeça-se com urgência ofício e/ou Mandado pertinente para a abstenção ou cessação dos efeitos do ato impugnado até a solução judicial final, autorizando o cumprimento no período de plantão. Notifique-se a autoridade impetrada a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações que julgar necessárias (Lei nº 12.016/2009, art. 7º, inciso I) e cite-se o Município de Monte Alegre para, querendo, apresentar manifestação no mesmo prazo. Após o prazo supra, com ou sem reposta, dê-se vista ao Ministério Público para exame e parecer. Servirá a presente decisão, por cópias digitadas, como mandado judicial.Monte Alegre/PA, 28 de junho de

2019.THIAGO TAPAJÓS GONÇALVESJuiz de Direito

Número do processo: 0801181-13.2018.8.14.0032 Participação: AUTOR Nome: AUREA SILVA DE LIMA Participação: ADVOGADO Nome: OTACILIO DE JESUS CANUTOOAB: 2633PA Participação: ADVOGADO Nome: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZOAB: 143PA Participação: RÉU Nome: MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVara Única da Comarca de Monte Alegre[Anulação] - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - 0801181-13.2018.8.14.0032Nome: AUREA SILVA DE LIMAEndereço: Tv. Francisco Lourenço, 171, planalto, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Advogado: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ OAB: 143PA Endereço: desconhecido Advogado: OTACILIO DE JESUS CANUTO OAB: 2633PA Endereço: rua mendonça furtado, 408, pajuçara, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Nome: MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE/PAEndereço: praça tiradentes, 100, cidade baixa, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000 DECISÃO INTERLOCUTÓRIAVistos, etc. Na presente ação, a autora AUREA SILVA DE LIMA, já qualificada, afirma que o Município de Monte Alegre realizou o Concurso Público nº 004/2015, para provimento de diversos cargos efetivos, sendo o mesmo homologado no dia 23 de fevereiro de 2016, tendo o concurso vigência de 02 (dois) anos, portanto, a vigência do referido certame é até o dia 24 de fevereiro de 2018. Informa que concorreu ao cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, cujo certame ofereceu 06 (seis) vagas, obtendo a 9ª posição, esclarecendo que a Administração Municipal convocou os 06 (seis) classificados. Ressalta que os candidatos aprovados nas 6ª, 7ª e 8ª posições pediram exoneração ou desistiram de tomar posse. Por fim conclui defendendo que diante da desistência de candidatos nomeados e demonstrado a inequívoca necessidade de preenchimento dos cargos, nasceu seu direito líquido e certo em ser imediatamente nomeada. Pois bem, num exame perfunctório, próprio desta fase processual, verifico que a impetrante concorreu ao cargo de agente de Agente Comunitário de Saúde, cujo certame ofertou 06 (seis) vagas para o referido cargo, obtendo a impetrante o 9º lugar, restando, portanto, aprovada fora do número de vagas previstas no edital. Ocorre que a Administração Pública procedeu a nomeação de 06 candidatos para o cargo, e dentre esses, houve a desistência de três. Nesse contexto, oSuperior Tribunal de Justiça, à exaustão, tem decidido que, havendo renúncia, desistência ou exoneração de candidatos mais bem classificados do que o impetrante, este, inicialmente aprovado fora do número de vagas previstas no edital, passa a ter direito subjetivo à nomeação. Vejamos: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. DESISTÊNCIA OU DESCLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATO GERA PARA OS SEGUINTES NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. EXAME DAS REGRAS DO EDITAL. ÓBICE DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 1. O Tribunal a quo decidiu de acordo com jurisprudência desta Corte, no sentido de que a desistência ou desclassificação de candidato gera para os seguintes na ordem de classificação direito subjetivo à nomeação. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. Ademais, observa-se que Corte a quo fundamentou sua decisão com base nos princípios constitucionais do direito à educação e da razoabilidade, o que afasta a competência do STJ para rever a conclusão do referido órgão julgador. 3. Outrossim, o Tribunal de origem assentou seu entendimento com base nas normas previstas no edital do certame, o que atrai o óbice das Súmulas 5 e 7 desta Corte. Agravo regimental improvido. STJ, AgRg no REsp n. 1417528 SE 2013/0374902-3, T2 - Segunda Turma, Relator: Ministro Humberto Martins, Julgado em: 03.04.2014, Publicado em: 14.04.2014. AGRAVO INTERNO. REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. CONCURSO PÚBLICO. AUTOR APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS.ATO DE NOMEAÇÃO DE CANDIDATO MELHOR COLOCADO DESFEITO POSTERIORMENTE. SUPLICANTE QUE PASSA A INTEGRAR O NÚMERO DE CLARÕES PREVISTOS NO EDITAL. CARACTERIZAÇÃO DE DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO E AO RECURSO APELATÓRIO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE. AGRAVANTE QUE NÃO COLACIONA NENHUM JULGAMENTO EM SENTIDO CONTRÁRIO. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. DESPROVIMENTO DO RECURSO REGIMENTAL. - O candidato aprovado, inicialmente, fora do número de oportunidades oferecidos no edital, posicionando como primeiro da lista de espera, passa a integrar aquelas vagas, caso haja, dentro do prazo de validade do certame, concorrente com melhor classificação que seja nomeado e não venha a tomar posse. - Havendo renúncia, desistência ou exoneração de candidatos mais bem classificados que a impetrante, esta, inicialmente aprovada fora do número de vagas previstas no edital, passa a ter direito subjetivo à nomeação . (TJPB. Tribunal Pleno. MS nº 999.2010.000460-8/001. Rel. Des. Márcio Murilo da

Cunha Ramos. J. em 09/09/2011) - A desistência dos candidatos convocados, ou mesmo a sua desclassificação em razão do não preenchimento de determinados requisitos, gera para os seguintes na ordem de classificação direito subjetivo à nomeação, observada a quantidade das novas vagas disponibilizadas. (STJ. AgRg-REsp 1.347.487. Rel. Min. Benedito Gonçalves. J. em 26/02/2013). - O não preenchimento de todas as vagas ofertadas dentro do prazo de validade do concurso, em razão de exoneração de candidato, gera o direito subjetivo à nomeação daquele classificado na posição imediatamente subsequente na lista de classificados . (TJPB. ROAC nº 001.2010.023090-1/001. Rel. Des. Maria das Graças Morais Guedes. J. em 13/12/2011). - A desistência dos candidatos convocados, ou mesmo a sua desclassificação em razão do não preenchimento de determinados requisitos, gera para os seguintes na ordem de classificação direito subjetivo à nomeação, observada a quantidade das novas vagas disponibilizadas. (STJ. RMS 32105 / DF. Relª. Minª. Eliana Calmon. J. em 19/08/ 2010). É sabido que a aprovação em concurso público fora do número de vagas, de modo geral, gera mera expectativa de direito à nomeação, sem assegurar a investidura do candidato, em observância aos critérios de conveniência e oportunidade da Administração para prover os cargos. Entretanto, em se comprovando a superveniente existência de vagas por força da desistência de candidatos convocados ou de nomeações tornadas sem efeito pela Administração Pública, a expectativa de direito dos candidatos aprovados fora das vagas oferecidas no edital, em número suficiente para suprir as vagas surgidas, passa a constituir direito líquido à nomeação e posse. Assim sendo, o que se evidencia nessa ação é que a Administração Pública efetuou a nomeação de 41 (quarenta e um) candidatos aprovados, ilustrando tal situação ato inequívoco da Administração em torno da necessidade do preenchimento do quadro, de tal maneira que, não tendo servidores nomeados tomado posse ou requerido exoneração, subsiste o interesse da Administração no preenchimento das vagas na extensão do somatório dos cargos em relação aos quais houve nomeação mas não a efetiva tomada de posse ou permanência no cargo (nomeações tornadas sem efeito, exonerações), sob pena de ficar malferido o princípio da impessoalidade. Nesse cenário, resta também constatado que a posição da impetrante foi alcançada pelo número de aposentadorias ocorridas durante o prazo de validade concurso, nascendo, portanto,o direito líquido e certo à nomeação. Da mesma forma, a Portaria nº 087/2016, que dispôs sobre o prazo de validade do referido certame de 02 (dois) anos, demonstrando que oprazo de validade do concurso expirou-se no dia 24 de fevereiro de 2018, uma vez que pela certidão da lavra da Senhora Secretaria Municipal de Administração e Finanças, informa-se que o concurso público não teve a vigência prorrogada. Nessa senda, cabe esclarece que omomento danomeação, durante o prazo de validade do certame, é ato discricionário do Poder Público, de acordo com a sua conveniência e oportunidade. Contudo, expirado referido prazo, é dever da administração nomear os candidatos aprovados dentro das vagas ofertadas, sob pena de violação aos princípios da lealdade, da boa-fé administrativa, da confiança e da segurança jurídica. Ora, se a Administração Pública criou a expectativa nos candidatos de que havia escassez de recursos humanos para determinado cargo, prevendo, para tanto, a necessidade de preenchimento de um exato número de vagas, não se pode conceber como ?discricionário? o ato de nomeação daqueles concorrentes que obtiveram êxito em se classificar justamente dentro deste mesmo número de vagas. Acerca da matéria discutida nos autos, a saber, direito à nomeação do candidato aprovado em concurso público dentro das vagas ofertadas no edital quando expirado o prazo de validade, é válido trazer a lume decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento doRE nº 598.099,sob a relatoria do eminente Ministro Gilmar Mendes, submetido ao rito do art. 543-B, do Código de Processo Civil, de observância cogente: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. CONCURSO PÚBLICO. PREVISÃO DE VAGAS EMEDITAL. DIREITO À NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS. I. DIREITO À NOMEAÇÃO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. Dentro do prazo de validade do concurso, a Administração poderá escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, a qual, de acordo com o edital, passa a constituir um direito do concursando aprovado e, dessa forma, um dever imposto ao poder público.Uma vez publicadoo edital do concurso com número específico devagas, o ato da Administração que declara oscandidatos aprovados no certame cria um dever denomeação para a própria Administração e, portanto,um direito à nomeação titularizado pelo candidatoaprovado dentro desse número de vagas. II. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. BO -FÉ. PROTEÇÃO À CONFIANÇA. O dever de boa-fé da Administração Pública exige o respeito incondicional às regras do edital, inclusive quanto à previsão das vagas do concurso público. Isso igualmente decorre de um necessário e incondicional respeito à segurança jurídica como princípio do Estado de Direito. Tem-se, aqui, o princípio da segurança jurídica como princípio de proteção à confiança. Quando a Administração torna público um edital de concurso, convocando todos os cidadãos a participarem de seleção para o preenchimento de determinadas vagas no serviço público, ela impreterivelmente gera uma expectativa quanto ao seu

comportamento segundo as regras previstas nesse edital. Aqueles cidadãos que decidem se inscrever e participar do certame público depositam sua confiança no Estado administrador, que deve atuar de forma responsável quanto às normas do edital e observar o princípio da segurança jurídica como guia de comportamento. Isso quer dizer, em outros termos, que o comportamento da Administração Pública no decorrer do concurso público deve se pautar pela boa-fé, tanto no sentido objetivo quanto no aspecto subjetivo de respeito à confiança nela depositada por todos os cidadãos. III. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO. CONTROLE PELO PODER JUDICIÁRIO. Quando se afirma que a Administração Pública tem a obrigação de nomear os aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, deve-se levar em consideração a possibilidade de situações excepcionalíssimas que justifiquem soluções diferenciadas, devidamente motivadas de acordo com o interesse público. Não se pode ignorar que determinadas situações excepcionais podem exigir a recusa da Administração Pública de nomear novos servidores. Para justificar o excepcionalíssimo não cumprimento do dever de nomeação por parte da Administração Pública, é necessário que a situação justificadora seja dotada das seguintes características:a)SUPERVENIÊNCIA: os eventuais fatos ensejadoresde uma situação excepcional devem sernecessariamente posteriores à publicação do editaldo certame público; b) IMPREVISIBILIDADE: asituação deve ser determinada por circunstânciasextraordinárias, imprevisíveis à época dapublicação do edital; c) GRAVIDADE: osacontecimentos extraordinários e imprevisíveisdevem ser extremamente graves, implicandoonerosidade excessiva, dificuldade ou mesmoimpossibilidade de cumprimento efetivo das regrasdo edital; d) NECESSIDADE: a solução drástica eexcepcional de não cumprimento do dever denomeação deve ser extremamente necessária, deforma que a Administração somente pode adotartal medida quando absolutamente não existiremoutros meios menos gravosos para lidar com asituação excepcional e imprevisível.De toda forma, a recusa de nomear candidato aprovado dentro do número de vagas deve ser devidamente motivada e, dessa forma, passível de controle pelo Poder Judiciário. IV. FORÇA NORMATIVA DO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO. Esse entendimento, na medida em que atesta a existência de um direito subjetivo à nomeação, reconhece e preserva da melhor forma a força normativa do princípio do concurso público, que vincula diretamente a Administração. É preciso reconhecer que a efetividade da exigência constitucional do concurso público, como uma incomensurável conquista da cidadania no Brasil, permanece condicionada à observância, pelo Poder Público, de normas de organização e procedimento e, principalmente, de garantias fundamentais que possibilitem o seu pleno exercício pelos cidadãos. O reconhecimento de um direito subjetivo à nomeação deve passar a impor limites à atuação da Administração Pública e dela exigir o estrito cumprimento das normas que regem os certames, com especial observância dos deveres de boa-fé e incondicional respeito à confiança dos cidadãos. O princípio constitucional do concurso público é fortalecido quando o Poder Público assegura e observa as garantias fundamentais que viabilizam a efetividade desse princípio. Ao lado das garantias de publicidade, isonomia, transparência, impessoalidade, entre outras, o direito à nomeação representa também uma garantia fundamental da plena efetividade do princípio do concurso público. V. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. (RE 598099, Relator (a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10/08/2011, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe189 DIVULG 30-09-2011 PUBLIC 03-10-2011 EMENT VOL-02599-03 PP-00314 RTJ VOL-00222-01 PP00521) Outro não é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme se vê do seguinte aresto: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. RECORRENTES APROVADOS DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS NO CERTAME. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. PRAZO DO CONCURSO EXPIRADO. AUSÊNCIA DE DECLINAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO DE MOTIVOS RELEVANTES PARA A NÃO NOMEAÇÃO. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO EVIDENCIADA. RECLAMO PROVIDO. 1. Este Tribunal Superior, em observância ao entendimento da Suprema Corte no julgamento em sede de repercussão geral do RE 589.099/MS, pacificou entendimento no sentido de que a aprovação do candidato no limite do número de vagas definido no edital do concurso gera em seu favor o direito subjetivo à nomeação para o respectivo cargo. 2. Não é lícito à Administração, no prazo de validade do concurso público, omitir-se de praticar atos de nomeação dos aprovados dentro do limite das vagas ofertadas, em respeito às suas legítimas expectativas quanto à assunção do cargo público e aos investimentos realizados pelos concursantes, em termos financeiros, de tempo e emocionais. 3. Devidamente comprovado que os recorrentes foram aprovados dentro do número de vagas existentes no edital do concurso e que, expirado o prazo de validade do certame, não foram nomeados, nem houve, por parte da Administração, a declinação de motivos supervenientes de excepcional circunstância para não fazê-lo, impõe-se o acolhimento da pretensão recursal. 4. Recurso ordinário provido para conceder a ordem mandamental, determinando-se a imediata nomeação dos recorrentes no cargo de Agente Auxiliar de Perícia da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso do Sul. (STJ; RMS 26.013/MS, Rel. Ministro Leopoldo de Arruda Raposo

(Desembargador Convocado do TJ/PE), Quinta Turma, julgado em 22/09/2015, DJe 14/10/2015). Sendo assim, considerando os princípios da lealdade, da boa-fé administrativa, da confiança e da segurança jurídica, deve-se reconhecer que a impetrante tem direito à nomeação imediata, pois já expirado o prazo de validade do certame no qual restou aprovada dentro do número de vagas previsto no edital. Outro não é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme se vê do seguinte aresto: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. RECORRENTES APROVADOS DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS NO CERTAME. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. PRAZO DO CONCURSO EXPIRADO. AUSÊNCIA DE DECLINAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO DE MOTIVOS RELEVANTES PARA A NÃO NOMEAÇÃO. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO EVIDENCIADA. RECLAMO PROVIDO. 1. Este Tribunal Superior, em observância ao entendimento da Suprema Corte no julgamento em sede de repercussão geral do RE 589.099/MS, pacificou entendimento no sentido de que a aprovação do candidato no limite do número de vagas definido no edital do concurso gera em seu favor o direito subjetivo à nomeação para o respectivo cargo. 2. Não é lícito à Administração, no prazo de validade do concurso público, omitir-se de praticar atos de nomeação dos aprovados dentro do limite das vagas ofertadas, em respeito às suas legítimas expectativas quanto à assunção do cargo público e aos investimentos realizados pelos concursantes, em termos financeiros, de tempo e emocionais. 3. Devidamente comprovado que os recorrentes foram aprovados dentro do número de vagas existentes no edital do concurso e que, expirado o prazo de validade do certame, não foram nomeados, nem houve, por parte da Administração, a declinação de motivos supervenientes de excepcional circunstância para não fazê-lo, impõe-se o acolhimento da pretensão recursal. 4. Recurso ordinário provido para conceder a ordem mandamental, determinando-se a imediata nomeação dos recorrentes no cargo de Agente Auxiliar de Perícia da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso do Sul. (STJ; RMS 26.013/MS, Rel. Ministro Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador Convocado do TJ/PE), Quinta Turma, julgado em 22/09/2015, DJe 14/10/2015). Sendo assim, considerando os princípios da lealdade, da boa-fé administrativa, da confiança e da segurança jurídica, deve-se reconhecer que a impetrante tem direito à nomeação imediata, pois já expirado o prazo de validade do certame. Outro não é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme se vê do seguinte aresto: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. RECORRENTES APROVADOS DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS NO CERTAME. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. PRAZO DO CONCURSO EXPIRADO. AUSÊNCIA DE DECLINAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO DE MOTIVOS RELEVANTES PARA A NÃO NOMEAÇÃO. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO EVIDENCIADA. RECLAMO PROVIDO. 1. Este Tribunal Superior, em observância ao entendimento da Suprema Corte no julgamento em sede de repercussão geral do RE 589.099/MS, pacificou entendimento no sentido de que a aprovação do candidato no limite do número de vagas definido no edital do concurso gera em seu favor o direito subjetivo à nomeação para o respectivo cargo. 2. Não é lícito à Administração, no prazo de validade do concurso público, omitir-se de praticar atos de nomeação dos aprovados dentro do limite das vagas ofertadas, em respeito às suas legítimas expectativas quanto à assunção do cargo público e aos investimentos realizados pelos concursantes, em termos financeiros, de tempo e emocionais. 3. Devidamente comprovado que os recorrentes foram aprovados dentro do número de vagas existentes no edital do concurso e que, expirado o prazo de validade do certame, não foram nomeados, nem houve, por parte da Administração, a declinação de motivos supervenientes de excepcional circunstância para não fazê-lo, impõe-se o acolhimento da pretensão recursal. 4. Recurso ordinário provido para conceder a ordem mandamental, determinando-se a imediata nomeação dos recorrentes no cargo de Agente Auxiliar de Perícia da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso do Sul. (STJ; RMS 26.013/MS, Rel. Ministro Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador Convocado do TJ/PE), Quinta Turma, julgado em 22/09/2015, DJe 14/10/2015). Ante o exposto e o mais que dos autos consta, por ver configurado e de modo suficiente os requisitos previstos em lei, CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA para determinar que o MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE proceda a convocação e nomeação da autora AUREA SILVA DE LIMA,no Cargo de Agente Comunitário de Saúde,no prazo de 05 (cinco) dias, na forma prevista no Edital 001/2015-PMMA, cominando multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) em caso de descumprimento, até o limite de R$30.000,00 (trinta mil reais) ou efetivo implemento da decisão, a ser custeada pela ente público municipal. Após, sem prejuízo do eventual julgamento do mérito, diga a parte autora se ainda possui provas a produzir, no prazo de 15 (quinze) dias. Servirá a presente decisão, por cópias digitadas, como mandado judicial.Monte Alegre/PA, 28 de junho de 2019.THIAGO TAPAJÓS GONÇALVESJuiz de Direito

Número do processo: 0800965-52.2018.8.14.0032 Participação: AUTOR Nome: ANTONIA DE VASCONCELOS COSTA Participação: ADVOGADO Nome: OTACILIO DE JESUS CANUTOOAB: 2633PA Participação: ADVOGADO Nome: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZOAB: 143PA Participação: RÉU Nome: MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVara Única da Comarca de Monte Alegre[Anulação e Correção de Provas / Questões, Anulação] - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - 0800965-52.2018.8.14.0032Nome: ANTONIA DE VASCONCELOS COSTAEndereço: rua primeiro de maio, residente na comunidade rural da canp, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Advogado: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ OAB: 143PA Endereço: desconhecido Advogado: OTACILIO DE JESUS CANUTO OAB: 2633PA Endereço: rua mendonça furtado, 408, pajuçara, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Nome: MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE/PAEndereço: praça tiradentes, 100, cidade baixa, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000 DECISÃO INTERLOCUTÓRIAVistos, etc. Na presente ação, o autor ANTONIA DE VASCONCELOS COSTA afirma queconcorreu no concurso público realizado pelo MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE, para o cargo de Professor de Educação Infantil de 1ª a 5ª ano - Zona Urbana, cujo certame ofertou 20 (vinte) vagas para o referido cargo, obtendo a impetrante o 43º (quadragésimo terceiro) lugar, portanto, fora das vagas estabelecidas no edital. Asseverou que a Administração pública, no prazo de validade concurso, convocou e nomeou 39 (trinta e nove) candidatos, sendo 19 classificados, 01 PCD e vinte candidatos aprovados transparecendo, inequivocamente, a necessidade do provimento do cargo e do serviço público, bem como, a própria existência de vagas para o cargo de Professor de Educação Infantil e de 1ª a 5ª ano - Zona Rural. Afirmou, porém, que no prazo de validade do concurso, houve a desistência de duas candidatas em classificação anterior, o que nasceu o direto de nomeação dos classificados nas posições 40 e 41. Destaca que no ano de 2017 ocorreram aposentadorias de 12 professores, bem como a Administração Municipal procedeu a contratação de professores temporários no mês de agosto de 2017. Pois bem, num exame perfunctório, próprio desta fase processual, verifico que a impetrante concorreu ao cargo de agente de s Professor de Educação Infantil de 1ª a 5ª ano - Zona Urbana, cujo certame ofertou 20 (vinte) vagas para o referido cargo, obtendo a impetrante o 43º lugar, restando, portanto, aprovada fora do número de vagas previstas no edital. Ocorre que a Administração Pública procedeu a nomeação de 39 (trinta e nove) candidatos para o cargo, e dentre esses, houve a desistência, exonerações e aposentadorias, alcançando até a 41º posição. Ocorre que o autor demonstrou a contratação temporária, de 3 professores, no prazo de validade do concurso, para o mesmo cargo no qual o autor logrou aprovação. Nesse contexto, oSuperior Tribunal de Justiça, à exaustão, tem decidido que, havendo renúncia, desistência ou exoneração de candidatos mais bem classificados do que o impetrante, este, inicialmente aprovado fora do número de vagas previstas no edital, passa a ter direito subjetivo à nomeação. Vejamos: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. DESISTÊNCIA OU DESCLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATO GERA PARA OS SEGUINTES NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. EXAME DAS REGRAS DO EDITAL. ÓBICE DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 1. O Tribunal a quo decidiu de acordo com jurisprudência desta Corte, no sentido de que a desistência ou desclassificação de candidato gera para os seguintes na ordem de classificação direito subjetivo à nomeação. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. Ademais, observa-se que Corte a quo fundamentou sua decisão com base nos princípios constitucionais do direito à educação e da razoabilidade, o que afasta a competência do STJ para rever a conclusão do referido órgão julgador. 3. Outrossim, o Tribunal de origem assentou seu entendimento com base nas normas previstas no edital do certame, o que atrai o óbice das Súmulas 5 e 7 desta Corte. Agravo regimental improvido. STJ, AgRg no REsp n. 1417528 SE 2013/0374902-3, T2 - Segunda Turma, Relator: Ministro Humberto Martins, Julgado em: 03.04.2014, Publicado em: 14.04.2014. AGRAVO INTERNO. REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. CONCURSO PÚBLICO. AUTOR APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS.ATO DE NOMEAÇÃO DE CANDIDATO MELHOR COLOCADO DESFEITO POSTERIORMENTE. SUPLICANTE QUE PASSA A INTEGRAR O NÚMERO DE CLARÕES PREVISTOS NO EDITAL. CARACTERIZAÇÃO DE DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO E AO RECURSO APELATÓRIO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE. AGRAVANTE QUE NÃO COLACIONA NENHUM JULGAMENTO EM SENTIDO CONTRÁRIO. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. DESPROVIMENTO DO RECURSO REGIMENTAL. - O candidato aprovado, inicialmente, fora do número de oportunidades oferecidos no edital, posicionando como primeiro da lista de espera, passa a integrar aquelas vagas, caso haja, dentro do prazo de validade do certame, concorrente com melhor classificação que seja nomeado e não venha a tomar posse. -

Havendo renúncia, desistência ou exoneração de candidatos mais bem classificados que a impetrante, esta, inicialmente aprovada fora do número de vagas previstas no edital, passa a ter direito subjetivo à nomeação . (TJPB. Tribunal Pleno. MS nº 999.2010.000460-8/001. Rel. Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos. J. em 09/09/2011) - A desistência dos candidatos convocados, ou mesmo a sua desclassificação em razão do não preenchimento de determinados requisitos, gera para os seguintes na ordem de classificação direito subjetivo à nomeação, observada a quantidade das novas vagas disponibilizadas. (STJ. AgRg-REsp 1.347.487. Rel. Min. Benedito Gonçalves. J. em 26/02/2013). - O não preenchimento de todas as vagas ofertadas dentro do prazo de validade do concurso, em razão de exoneração de candidato, gera o direito subjetivo à nomeação daquele classificado na posição imediatamente subsequente na lista de classificados . (TJPB. ROAC nº 001.2010.023090-1/001. Rel. Des. Maria das Graças Morais Guedes. J. em 13/12/2011). - A desistência dos candidatos convocados, ou mesmo a sua desclassificação em razão do não preenchimento de determinados requisitos, gera para os seguintes na ordem de classificação direito subjetivo à nomeação, observada a quantidade das novas vagas disponibilizadas. (STJ. RMS 32105 / DF. Relª. Minª. Eliana Calmon. J. em 19/08/ 2010). É sabido que a aprovação em concurso público fora do número de vagas, de modo geral, gera mera expectativa de direito à nomeação, sem assegurar a investidura do candidato, em observância aos critérios de conveniência e oportunidade da Administração para prover os cargos. Entretanto, em se comprovando a superveniente existência de vagas por força da desistência de candidatos convocados ou de nomeações tornadas sem efeito pela Administração Pública, a expectativa de direito dos candidatos aprovados fora das vagas oferecidas no edital, em número suficiente para suprir as vagas surgidas, passa a constituir direito líquido à nomeação e posse. Assim sendo, o que se evidencia nessa ação mandamental é que a Administração Pública efetuou a nomeação de 41 (quarenta e um) candidatos aprovados, ilustrando tal situação ato inequívoco da Administração em torno da necessidade do preenchimento do quadro, de tal maneira que, não tendo servidores nomeados tomado posse ou requerido exoneração, subsiste o interesse da Administração no preenchimento das vagas na extensão do somatório dos cargos em relação aos quais houve nomeação mas não a efetiva tomada de posse ou permanência no cargo (nomeações tornadas sem efeito, exonerações), sob pena de ficar malferido o princípio da impessoalidade. Nesse cenário, resta também constatado que a posição da impetrante foi alcançada pelo número de aposentadorias ocorridas durante o prazo de validade concurso, nascendo, portanto,o direito líquido e certo à nomeação. Da mesma forma, a Portaria nº 087/2016, que dispôs sobre o prazo de validade do referido certame de 02 (dois) anos, demonstrando que oprazo de validade do concurso expirou-se no dia 24 de fevereiro de 2018, uma vez que pela certidão da lavra da Senhora Secretaria Municipal de Administração e Finanças, informa-se que o concurso público não teve a vigência prorrogada. Nessa senda, cabe esclarece que omomento danomeação, durante o prazo de validade do certame, é ato discricionário do Poder Público, de acordo com a sua conveniência e oportunidade. Contudo, expirado referido prazo, é dever da administração nomear os candidatos aprovados dentro das vagas ofertadas, sob pena de violação aos princípios da lealdade, da boa-fé administrativa, da confiança e da segurança jurídica. Ora, se a Administração Pública criou a expectativa nos candidatos de que havia escassez de recursos humanos para determinado cargo, prevendo, para tanto, a necessidade de preenchimento de um exato número de vagas, não se pode conceber como ?discricionário? o ato de nomeação daqueles concorrentes que obtiveram êxito em se classificar justamente dentro deste mesmo número de vagas. Acerca da matéria discutida nos autos, a saber, direito à nomeação do candidato aprovado em concurso público dentro das vagas ofertadas no edital quando expirado o prazo de validade, é válido trazer a lume decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento doRE nº 598.099,sob a relatoria do eminente Ministro Gilmar Mendes, submetido ao rito do art. 543-B, do Código de Processo Civil, de observância cogente: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. CONCURSO PÚBLICO. PREVISÃO DE VAGAS EMEDITAL. DIREITO À NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS. I. DIREITO À NOMEAÇÃO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. Dentro do prazo de validade do concurso, a Administração poderá escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, a qual, de acordo com o edital, passa a constituir um direito do concursando aprovado e, dessa forma, um dever imposto ao poder público.Uma vez publicadoo edital do concurso com número específico devagas, o ato da Administração que declara oscandidatos aprovados no certame cria um dever denomeação para a própria Administração e, portanto,um direito à nomeação titularizado pelo candidatoaprovado dentro desse número de vagas. II. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. BO -FÉ. PROTEÇÃO À CONFIANÇA. O dever de boa-fé da Administração Pública exige o respeito incondicional às regras do edital, inclusive quanto à previsão das vagas do concurso público. Isso igualmente decorre de um necessário e incondicional respeito à segurança jurídica como princípio do Estado de Direito. Tem-se, aqui, o princípio da segurança jurídica como princípio de

proteção à confiança. Quando a Administração torna público um edital de concurso, convocando todos os cidadãos a participarem de seleção para o preenchimento de determinadas vagas no serviço público, ela impreterivelmente gera uma expectativa quanto ao seu comportamento segundo as regras previstas nesse edital. Aqueles cidadãos que decidem se inscrever e participar do certame público depositam sua confiança no Estado administrador, que deve atuar de forma responsável quanto às normas do edital e observar o princípio da segurança jurídica como guia de comportamento. Isso quer dizer, em outros termos, que o comportamento da Administração Pública no decorrer do concurso público deve se pautar pela boa-fé, tanto no sentido objetivo quanto no aspecto subjetivo de respeito à confiança nela depositada por todos os cidadãos. III. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO. CONTROLE PELO PODER JUDICIÁRIO. Quando se afirma que a Administração Pública tem a obrigação de nomear os aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, deve-se levar em consideração a possibilidade de situações excepcionalíssimas que justifiquem soluções diferenciadas, devidamente motivadas de acordo com o interesse público. Não se pode ignorar que determinadas situações excepcionais podem exigir a recusa da Administração Pública de nomear novos servidores. Para justificar o excepcionalíssimo não cumprimento do dever de nomeação por parte da Administração Pública, é necessário que a situação justificadora seja dotada das seguintes características:a)SUPERVENIÊNCIA: os eventuais fatos ensejadoresde uma situação excepcional devem sernecessariamente posteriores à publicação do editaldo certame público; b) IMPREVISIBILIDADE: asituação deve ser determinada por circunstânciasextraordinárias, imprevisíveis à época dapublicação do edital; c) GRAVIDADE: osacontecimentos extraordinários e imprevisíveisdevem ser extremamente graves, implicandoonerosidade excessiva, dificuldade ou mesmoimpossibilidade de cumprimento efetivo das regrasdo edital; d) NECESSIDADE: a solução drástica eexcepcional de não cumprimento do dever denomeação deve ser extremamente necessária, deforma que a Administração somente pode adotartal medida quando absolutamente não existiremoutros meios menos gravosos para lidar com asituação excepcional e imprevisível.De toda forma, a recusa de nomear candidato aprovado dentro do número de vagas deve ser devidamente motivada e, dessa forma, passível de controle pelo Poder Judiciário. IV. FORÇA NORMATIVA DO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO. Esse entendimento, na medida em que atesta a existência de um direito subjetivo à nomeação, reconhece e preserva da melhor forma a força normativa do princípio do concurso público, que vincula diretamente a Administração. É preciso reconhecer que a efetividade da exigência constitucional do concurso público, como uma incomensurável conquista da cidadania no Brasil, permanece condicionada à observância, pelo Poder Público, de normas de organização e procedimento e, principalmente, de garantias fundamentais que possibilitem o seu pleno exercício pelos cidadãos. O reconhecimento de um direito subjetivo à nomeação deve passar a impor limites à atuação da Administração Pública e dela exigir o estrito cumprimento das normas que regem os certames, com especial observância dos deveres de boa-fé e incondicional respeito à confiança dos cidadãos. O princípio constitucional do concurso público é fortalecido quando o Poder Público assegura e observa as garantias fundamentais que viabilizam a efetividade desse princípio. Ao lado das garantias de publicidade, isonomia, transparência, impessoalidade, entre outras, o direito à nomeação representa também uma garantia fundamental da plena efetividade do princípio do concurso público. V. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. (RE 598099, Relator (a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10/08/2011, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe189 DIVULG 30-09-2011 PUBLIC 03-10-2011 EMENT VOL-02599-03 PP-00314 RTJ VOL-00222-01 PP00521) Outro não é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme se vê do seguinte aresto: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. RECORRENTES APROVADOS DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS NO CERTAME. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. PRAZO DO CONCURSO EXPIRADO. AUSÊNCIA DE DECLINAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO DE MOTIVOS RELEVANTES PARA A NÃO NOMEAÇÃO. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO EVIDENCIADA. RECLAMO PROVIDO. 1. Este Tribunal Superior, em observância ao entendimento da Suprema Corte no julgamento em sede de repercussão geral do RE 589.099/MS, pacificou entendimento no sentido de que a aprovação do candidato no limite do número de vagas definido no edital do concurso gera em seu favor o direito subjetivo à nomeação para o respectivo cargo. 2. Não é lícito à Administração, no prazo de validade do concurso público, omitir-se de praticar atos de nomeação dos aprovados dentro do limite das vagas ofertadas, em respeito às suas legítimas expectativas quanto à assunção do cargo público e aos investimentos realizados pelos concursantes, em termos financeiros, de tempo e emocionais. 3. Devidamente comprovado que os recorrentes foram aprovados dentro do número de vagas existentes no edital do concurso e que, expirado o prazo de validade do certame, não foram nomeados, nem houve, por parte da Administração, a declinação de motivos supervenientes de excepcional circunstância para não fazê-lo, impõe-se o

acolhimento da pretensão recursal. 4. Recurso ordinário provido para conceder a ordem mandamental, determinando-se a imediata nomeação dos recorrentes no cargo de Agente Auxiliar de Perícia da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso do Sul. (STJ; RMS 26.013/MS, Rel. Ministro Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador Convocado do TJ/PE), Quinta Turma, julgado em 22/09/2015, DJe 14/10/2015). Da mesma forma, cabe destacar que o STJ firmou entendimento de que a mera expectativa de direito do candidato aprovado fora do número de vagas do edital se transforma em direito subjetivo, quando comprovadas a existência de cargos vagos em quantitativo suficiente para a nomeação e a existência de contratação ilegal de servidores temporários para essas vagas, ou ainda, se houver abertura de novo certame, na vigência do anterior. Nesse sentido, trago a lume os seguintes julgados do STJ: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. SÚMULA 284/STF. CANDIDATAAPROVADAFORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL DO CERTAME. COMPROVAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE CONTRATAÇÃOTEMPORÁRIA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO. PRETERIÇÃO. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DA PARAÍBADESPROVIDO. 1. [...]. 3.A mera expectativa de direito se transforma em direitosubjetivo à nomeação para os candidatos aprovados fora do número devagas previsto no edital do concurso público nas seguintes hipóteses: (a)violação da ordem de classificação dos candidatos nomeados, emdesfavor do requerente; (b) contratação de outra (s) pessoa (s) de formaprecária para esta (s) vaga (s), ainda na vigência deste concurso público;e (c) abertura de novo certame ainda na vigência do anterior.4. [...]. (AgRg no AREsp 432.638/PB, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 4.8.2014). CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO À NOMEAÇÃO. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RECURSO NÃO PROVIDO.TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO ECOLETIVO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 74363/2014 - CLASSE CNJ - 120 COMARCACAPITAL1. [...]. 2.A jurisprudência do STJ manifesta-se pela necessidade deque o candidato aprovado fora do número de vagas constante do editalcomprove, de maneira efetiva, a existência de cargos vagos e acontratação ilegal de servidores temporários em quantitativo suficientepara a nomeação, o que não ocorreu na espécie. 6. [...]. (RMS nº 41.787/TO, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 13.5.2015) No presente caso, a contração de diversos professores temporários, para o mesmo cargo no qual o autor foi aprovado, demonstra de forma inequívoca a existência de vaga e horas aulas livres, de que a Administração necessita e não fora devidamente preenchida, situação que caracteriza o direito líquido e certo do autor à nomeação e posse, no cargo para o qual foi classificado. Ante o exposto e o mais que dos autos consta, CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA vindicada na inicial para, em via de consequência, DETERMINAR que o MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE proceda a convocação e nomeação da autora ANTONIA DE VASCONCELOS COSTAno Cargo de Professor de Educação Infantil de 1ª a 5ª ano - Zona Rural, no prazo de 05 (cinco) dias, na forma prevista no Edital 001/2015-PMMA, cominando multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) em caso de descumprimento, até o limite de R$30.000,00 (trinta mil reais) ou efetivo implemento da decisão, a ser custeado pelo Ente Público Municipal. Intimem-se. Após, considerando a certidão informando que o MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE não apresentou contestação, sem prejuízo de eventual julgamento do mérito, diga o autor se ainda possui interesse em produzir outras provas, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Servirá a presente decisão, por cópias digitadas, como mandado judicial.Monte Alegre/PA, 28 de junho de 2019.THIAGO TAPAJÓS GONÇALVESJuiz de Direito

Número do processo: 0800139-26.2018.8.14.0032 Participação: IMPETRANTE Nome: SHIRLEY REGINA AZEVEDO DE LIMA Participação: ADVOGADO Nome: OTACILIO DE JESUS CANUTOOAB: 2633PA Participação: IMPETRADO Nome: CLOVIS LUIZ DA SILVA FREITAS Participação: IMPETRADO Nome: MUNICIPIO DE MONTE ALEGREPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVara Única da Comarca de Monte Alegre[Acumulação de Proventos] - MANDADO DE SEGURANÇA (120) - 0800139-26.2018.8.14.0032Nome: SHIRLEY REGINA AZEVEDO DE LIMAEndereço: Rua 15 de novembro, 631, Terra Amarela, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Advogado: OTACILIO DE JESUS CANUTO OAB: 2633PA Endereço: desconhecidoNome: CLOVIS LUIZ DA SILVA FREITASEndereço: Av. Quinze de Março, s/n, Secretaria Municipal de Educação, Serra Oriental, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Nome: MUNICIPIO DE MONTE ALEGREEndereço: desconhecido SENTENÇA CÍVEL COM

MÉRITOVistos, etc... Trata-se de Mandado de Segurança com pedido de liminar impetrado porSHIRLEY REGINA AZEVEDO DE LIMA, já qualificada, contra ato do Senhor Secretário Municipal de Educação de Monte Alegre, aduzindo sinteticamente queé servidora pública efetiva do município de Monte Alegre/PA, desde o ano de 1989, ocupando o cargo de Professor Pedagógico MAG-1 e no ano letivo de 2017, a impetrante estava com 200 horas-aula, estando lotada em dois Centros Municipais de Educação Infantil: Creche João Pedro Lima da Silva e na Creche Abelhinha, contudo, para o ano letivo de 2018, a Administração Municipal, através da autoridade coatora, no dia 21 de fevereiro do corrente ano, notificou a impetrante informando de que a mesma teria a sua carga horária reduzida para 100 horas, sendo que no mesmo expediente, concedeu o prazo de 05 dias para que a professora se manifestasse acerca da supressão da sua carga horária. Ressalta que antes mesmos de qualquer manifestação do impetrante ou de qualquer decisão administrativa acerca da redução da carga horária da professora ora impetrante, a mesma (que foi notificada no dia 21 de fevereiro de 2018), já no mês de março de 2018 passou a trabalhar com a carga horária já reduzida para 100 horas, na Creche Abelhinha. A redução da carga horária antes da conclusão do procedimento administrativo gerado pela notificação submetida a impetrante, também está comprovada com o contracheque da professora referente ao mês de março, onde consta que a mesma trabalhou somente com 100 horas, por sua vez, a autoridade coatora, na tentativa de transparecer legalidade no procedimento administrativo em questão, já depois da impetrante ter trabalhado todo o mês de março e a maior parte do mês de abril de 2018, editou a Portaria nº 362/2018, com data retroativa de 26 de março de 2018, decidindo reduzir a carga horária para 100 horas da professora, ocorre que a Portaria supramencionada, foi submetida a impetrante, somente no dia 13 de abril de 2018, conforme se verifica na data assinada pela mesma no rodapé do referido documento. Nesse cenário, não resta dúvida de que a impetrante, teve o seu direito de defesa e contraditório e do devido processo legal violados, pois, teve a redução de sua carga horária bem antes de qualquer decisão administrativa devidamente fundamentada, devendo o ato administrativo que reduziu a carga horaria da professora, ser anulado. Por fim pondera que as consequências da redução da carga horária da impetrante são extremamente drásticas para as suas finanças, pois a sua remuneração foi reduzida pela metade para o ano de 2018. Requereu a concessão de liminar ?inaudita altera parte?, a ordem para que a Autoridade Coatora, no prazo de 05 dias, prestes as seguintes informações solicitadas administrativamente e que em caso de descumprimento da ordem judicial, que seja aplicada a multa diária no valor de R$ 1.000,00, e mais as aplicações das sanções previstas no art. 26, da Lei nº 12.016/2009. A Autoridade impetrada apresentou as informações necessárias. O Ministério Público se manifestou pela concessão da segurança pleiteada. É o relato necessário. DECIDO. Não existem questões preliminares a serem apreciadas. No mérito,não houve modificação no entendimento do Juízo acerca da questão controvertida, que ao analisar o pedido de liminar, assim decidiu:(...) No caso vertente, a impetrante impugna ato administrativoemanado do Senhor Secretário Municipal de Educação de Monte Alegre que reduziu sua carga horária, importando em redução significativa de seus vencimentos. Cabe salientar que, nesta fase processual, a análise da situação posta nos autos deve se restringir à apuração dos requisitos necessários à concessão de liminar em uma lide, a saber: ?simples verossimilhança do direito acautelado (fumus boni iuris)? e existência de risco ao resultado prático da ação em razão da demora na prestação jurisdicional (periculum in mora). Analisando o pedido inicial, constato a presença dopericulum in morae dofumus boni iuris, fato que enseja a concessão da medida liminar vindicada. Com relação ao fumus boni iuris, num exame perfunctório, próprio desta fase processual, é cediço que, entre os poderes da Administração Pública, está o da autotutela, por meio do qual o administrador está autorizado a rever os seus próprios atos. Contudo, tal privilégio não pode ser dissociado da regra constitucional insculpida no incisoLVdo art.5ºdaConstituição Federal, que estabelece o direito ao contraditório e à ampla defesa aos litigantes:Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:[...] LV - aos litigantes, em processo judicialou administrativo,e aos acusados em geralsão assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes; (grifos aditados) [...] Ressalte-se que tal direito foi prescrito não só para os litigantes em processo judicial, mas também para os do processo administrativo. Ademais, não obstante tenha o constituinte estabelecido esta regra para ambas as esferas, infere-se, no presente caso, a alegação que a redução dos vencimentos das requerentes foi desprovida de processo administrativo regular prévio, o que demonstra, claramente, que a elas não foram viabilizados o direito ao contraditório e à ampla defesa. Nessediapasão, considerando a inversão do procedimento administrativo, infere-se de plano que a redução da carga horária da requerente gerou para a mesma um impacto financeiro com o qual ela não contava, especialmente porque já vinha executando seu mister com carga horária de 200 horas mensais desde o ano de 2017, conforme se infere pela cópia dos contracheques anexados com a petição inicial. Desse modo, a ausência de procedimento administrativo

anteriormente à prática do ato fere a garantia prevista no artigo5º, incisoLV, da Constituição da República, o que poderá levar a nulidade do ato praticado. Nesse sentido, transcrevo alguns julgados do Supremo Tribunal Federal que tratam de tema idêntico:?Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Recurso que não demonstra o desacerto da decisão agravada. 3. Decisão em consonância com a jurisprudência desta Corte.Gratificação de Produção Suplementar-GPS. Redução. 4. Necessidade de procedimento administrativo prévio. Ampla defesa e Contraditório.5. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 492429 AgR, Relator (a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 6/2/2007, DJ 2-3-2007 PP-00044 EMENT VOL-02266-05 PP-00940)? (original sem grifos) ?CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSO ADMINISTRATIVO. DEVIDO PROCESSO LEGAL.C.F., art.5º,LV.I. - Gratificação incorporada à pensão, julgada esta, pelo TCU, sob o ponto de vista de sua legalidade.Sua ulterior redução por ato da Administração, sob color de que a gratificação fora majorada em procedimento administrativo irregular. A redução da gratificação, entretanto, somente poderia ocorrer num procedimento administrativo com observância do contraditório ou do devido processo legal administrativo.C.F., art.5º,LV. Precedentes. II. - Agravo não provido.(RE 421835 AgR, Relator (a): Min. CARLOS VELLOSO, Segunda Turma, julgado em 9/11/2004, DJ 3-12-2004 PP-00047 EMENT VOL-02175-05 PP-00823)?. Ainda que se tenha em mente o teor enunciado de nº 473 da súmula do Supremo Tribunal Federal: ?A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial?, não pode a administração adentrar na esfera individual do administrado, da forma como fez o Município, sem antes permitir o exercício do contraditório e da ampla defesa. Tal entendimento encontra-se pacificado no Superior Tribunal de Justiça, como é possível verificar nos julgados abaixo.AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSO CIVIL. CONTRARIEDADE AO ART535DOCPC. INOCORRÊNCIA. SERVIDOR PÚBLICO. REDUÇÃO DE VENCIMENTOS. VIOLAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AMPLA DEFESA. 1. Não há violação do artigo535doCPCquando o acórdão utiliza fundamentação suficiente para solucionar a controvérsia, sem incorrer em omissão, contradição ou obscuridade. 2.Este Superior Tribunal possui entendimento de que todo ato administrativo que repercuta na esfera individual do administrado, no caso, servidor público, tem de ser precedido de processo administrativo que assegure a este o contraditório e a ampla defesa.Trata-se de mitigação do enunciado da Súmula 473/STF, com intuito de conferir segurança jurídica ao administrado, bem como resguardar direitos conquistados por este. 3. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 882.200/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 23/3/2010, DJe 12/4/2010) MANDADO DE SEGURANÇA. MILITAR. AUSÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. PORTARIA Nº 931/MD. REDUÇÃO DO VALOR DE AUXÍLIO-INVALIDEZ. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA IRREDUTIBILIDADE DE VENCIMENTOS. SUPRESSÃO DE VANTAGEM. AUSÊNCIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO. ILEGALIDADE. ORDEM CONCEDIDA. (...) 3. Ao suprimir uma vantagem paga, consoante determinação legal, a Administração deve garantir ao servidor o exercício do contraditório e da ampla defesa. 4. Ordem concedida. (MS 11998/DF, Rel. Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 5/12/2008, DJe 18/12/2008)Ocorre que, seguindo esse entendimento, a Administração Pública instaurou em desfavor das autoras Processo Administrativo, sendo as mesmas notificadas para apresentarem manifestação, porém, sem que houvesse a conclusão do referido processo, o Município efetuou a redução das respectivas cargas horárias. Nesse contexto, indubitavelmente a redução da carga horária das autoras sem a conclusão do Processo Administrativo representa a meu ver inobservância dos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório. Assim, longe de se reconhecer ao servidor público direito à manutenção da carga horária, trata-se, aqui, de reafirmar a exigência constitucional do processo administrativo prévio para cancelamento de vantagens pecuniárias de servidor público. É necessário que o Administrador Público não apenas instaure o competente processo administrativo, mas que efetivamente garanta ao administrado a observância dos princípios da ampla defesa, e do contraditório, pois, nesse caso o ato administrativo só poderia ser executado após a finalização do processo, sob pena de tornar uma simulação. No caso, quando houve a notificação das autoras para que apresentassem manifestação, a decisão da Administração já teria sido de pronto executada. Ora, a decisão que reduz a carga horária, que ocasiona redução salarial de servidor público, deve necessariamente ser fundamentada e motivada, para que o administrado possa, querendo, interpor o recurso administrativo cabível ou procure a tutela judicial?.Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial e em via de consequência CONCEDO A SEGURANÇA pleiteada, confirmando os efeitos da liminar concedida e em via de consequência ANULO o ato administrativo da lavra do Senhor Secretário Municipal de Educação de Monte Alegre e DETERMINO que a Autoridade impetrada mantenha a carga horária do impetrante em 200 horas, com os vencimentos correspondentes, e se abstenha de reduzir a referida carga horária sem que haja o

prévio processo administrativo, bem como seja restituído os valores suprimidos desde impetração,devidamente atualizado, desde o vencimento até o efetivo pagamento. Sem honorários, por força das Súmulas nº 512 do Supremo Tribunal Federal e 105 do Superior Tribunal de Justiça. A sentença está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, conforme dispõe o art. 14, caput, da Lei nº 12.016/2009. Destarte, decorrido o prazo para recurso voluntário, interposto ou não, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará. P. R. I. Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.THIAGO TAPAJÓS GONÇALVESJuiz de Direito

Número do processo: 0801255-67.2018.8.14.0032 Participação: RECLAMANTE Nome: FRANCINELMA TORRES GOMES Participação: ADVOGADO Nome: SANDERSON ANDRE SILVA DE OLIVEIRAOAB: 26348/PA Participação: ADVOGADO Nome: VALERIA ALEXANDRA SOARES DA SILVAOAB: 27626/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO DO BRASIL SA PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVara Única da Comarca de Monte Alegre[Indenização por Dano Moral] - PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436) - 0801255-67.2018.8.14.0032Nome: FRANCINELMA TORRES GOMESEndereço: Trav. Cicero Rocha, Pajuçara, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Advogado: VALERIA ALEXANDRA SOARES DA SILVA OAB: PA27626 Endereço: desconhecido Advogado: SANDERSON ANDRE SILVA DE OLIVEIRA OAB: PA26348 Endereço: Das Flores, Terra Amarela, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Nome: BANCO DO BRASIL SAEndereço: Trav. Major Francisco Mariano, Cidade Alta, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000 DESPACHO R. H. 1. O processo deverá seguir o Rito Sumaríssimo da Lei nº. 9.099/95, conforme requerido à exordial. 2.Tratando-se de pessoa pobre na acepção jurídica do termo (CPC, artigo 98, ?caput?), DEFIRO a gratuidade da justiça, conforme as isenções estabelecidas no artigo 98, § 1º, do Código de Processo Civil.3.Cite-se o requerido para comparecimento à audiência de conciliação, instrução e julgamento que designo para o dia26/11/2019, às 12hr15min, ressaltando que a ausência injustificada do mesmo acarretará nos efeitos da revelia, com a presunção de veracidade dos fatos articulados pelo(a) autor(a). Ressalte-se, também, que eventual contestação deverá ser oferecida em audiência e que as testemunhas, no máximo de 03 (três) para cada parte, deverão comparecer independentemente de intimação.4. Intime-se o(a) requerente, para comparecimento à audiência, através de seu advogado, via DJE, ressaltando-se que a ausência injustificada daquele(a) acarretará na extinção do processo sem julgamento do mérito, e condenação no pagamento das custas processuais.5. Serve a cópia do presente despacho como mandado de citação/intimação das partes.Monte Alegre/Pará, 17 de junho de 2019. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVESJuiz de Direito

Número do processo: 0801053-90.2018.8.14.0032 Participação: AUTOR Nome: ELIAS PINHEIRO ANTUNES Participação: ADVOGADO Nome: OTACILIO DE JESUS CANUTOOAB: 2633PA Participação: ADVOGADO Nome: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZOAB: 143PA Participação: RÉU Nome: MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVara Única da Comarca de Monte Alegre[Anulação] - PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) - 0801053-90.2018.8.14.0032Nome: ELIAS PINHEIRO ANTUNESEndereço: rua Aviador Pinto Martins, 452, serra ocidental, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Advogado: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ OAB: 143PA Endereço: desconhecido Advogado: OTACILIO DE JESUS CANUTO OAB: 2633PA Endereço: rua mendonça furtado, 408, pajuçara, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000Nome: MUNICIPIO DE MONTE ALEGRE/PAEndereço: praça tiradentes, 100, cidade baixa, MONTE ALEGRE - PA - CEP: 68220-000 DECISÃO INTERLOCUTÓRIAVistos, etc. Na presente ação, o autor ELIAS PINHEIRO ANTUNES afirma queconcorreu no concurso público realizado pelo MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE, para o cargo de Professor de Educação Infantil de 1ª a 5ª ano - Zona Urbana, cujo certame ofertou 20 (vinte) vagas para o referido cargo, obtendo a impetrante o 44º (quadragésimo quarto) lugar, portanto, fora das vagas estabelecidas no edital. Asseverou que a Administração pública, no prazo de validade concurso, convocou e nomeou 39 (trinta e nove) candidatos, sendo 19 classificados, 01 PCD e vinte candidatos aprovados transparecendo, inequivocamente, a necessidade do provimento do cargo e do serviço público, bem como, a própria existência de vagas para o cargo de Professor de Educação Infantil e de 1ª a 5ª ano - Zona Rural. Afirmou, porém, que no prazo de validade do concurso, houve a desistência de duas candidatas em classificação anterior, o que nasceu o direto de nomeação dos classificados nas posições 40 e 41. Destaca que no ano de 2017 ocorreram aposentadorias de 12 professores, bem como a

Administração Municipal procedeu a contratação de professores temporários no mês de agosto de 2017. Pois bem, num exame perfunctório, próprio desta fase processual, verifico que a impetrante concorreu ao cargo de agente de s Professor de Educação Infantil de 1ª a 5ª ano - Zona Urbana, cujo certame ofertou 20 (vinte) vagas para o referido cargo, obtendo a impetrante o 44º lugar, restando, portanto, aprovada fora do número de vagas previstas no edital. Ocorre que a Administração Pública procedeu a nomeação de 39 (trinta e nove) candidatos para o cargo, e dentre esses, houve a desistência, exonerações e aposentadorias, alcançando até a 41º posição. Ocorre que o autor demonstrou a contratação temporária, de 3 professores, no prazo de validade do concurso, para o mesmo cargo no qual o autor logrou aprovação. Nesse contexto, oSuperior Tribunal de Justiça, à exaustão, tem decidido que, havendo renúncia, desistência ou exoneração de candidatos mais bem classificados do que o impetrante, este, inicialmente aprovado fora do número de vagas previstas no edital, passa a ter direito subjetivo à nomeação. Vejamos: ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. DESISTÊNCIA OU DESCLASSIFICAÇÃO DE CANDIDATO GERA PARA OS SEGUINTES NA ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA 83/STJ. PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS. ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE. EXAME DAS REGRAS DO EDITAL. ÓBICE DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. 1. O Tribunal a quo decidiu de acordo com jurisprudência desta Corte, no sentido de que a desistência ou desclassificação de candidato gera para os seguintes na ordem de classificação direito subjetivo à nomeação. Incidência da Súmula 83/STJ. 2. Ademais, observa-se que Corte a quo fundamentou sua decisão com base nos princípios constitucionais do direito à educação e da razoabilidade, o que afasta a competência do STJ para rever a conclusão do referido órgão julgador. 3. Outrossim, o Tribunal de origem assentou seu entendimento com base nas normas previstas no edital do certame, o que atrai o óbice das Súmulas 5 e 7 desta Corte. Agravo regimental improvido. STJ, AgRg no REsp n. 1417528 SE 2013/0374902-3, T2 - Segunda Turma, Relator: Ministro Humberto Martins, Julgado em: 03.04.2014, Publicado em: 14.04.2014. AGRAVO INTERNO. REMESSA OFICIAL E APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO ORDINÁRIA. CONCURSO PÚBLICO. AUTOR APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS.ATO DE NOMEAÇÃO DE CANDIDATO MELHOR COLOCADO DESFEITO POSTERIORMENTE. SUPLICANTE QUE PASSA A INTEGRAR O NÚMERO DE CLARÕES PREVISTOS NO EDITAL. CARACTERIZAÇÃO DE DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO REEXAME NECESSÁRIO E AO RECURSO APELATÓRIO. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DESTA CORTE. AGRAVANTE QUE NÃO COLACIONA NENHUM JULGAMENTO EM SENTIDO CONTRÁRIO. POSSIBILIDADE DE JULGAMENTO MONOCRÁTICO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. DESPROVIMENTO DO RECURSO REGIMENTAL. - O candidato aprovado, inicialmente, fora do número de oportunidades oferecidos no edital, posicionando como primeiro da lista de espera, passa a integrar aquelas vagas, caso haja, dentro do prazo de validade do certame, concorrente com melhor classificação que seja nomeado e não venha a tomar posse. - Havendo renúncia, desistência ou exoneração de candidatos mais bem classificados que a impetrante, esta, inicialmente aprovada fora do número de vagas previstas no edital, passa a ter direito subjetivo à nomeação . (TJPB. Tribunal Pleno. MS nº 999.2010.000460-8/001. Rel. Des. Márcio Murilo da Cunha Ramos. J. em 09/09/2011) - A desistência dos candidatos convocados, ou mesmo a sua desclassificação em razão do não preenchimento de determinados requisitos, gera para os seguintes na ordem de classificação direito subjetivo à nomeação, observada a quantidade das novas vagas disponibilizadas. (STJ. AgRg-REsp 1.347.487. Rel. Min. Benedito Gonçalves. J. em 26/02/2013). - O não preenchimento de todas as vagas ofertadas dentro do prazo de validade do concurso, em razão de exoneração de candidato, gera o direito subjetivo à nomeação daquele classificado na posição imediatamente subsequente na lista de classificados . (TJPB. ROAC nº 001.2010.023090-1/001. Rel. Des. Maria das Graças Morais Guedes. J. em 13/12/2011). - A desistência dos candidatos convocados, ou mesmo a sua desclassificação em razão do não preenchimento de determinados requisitos, gera para os seguintes na ordem de classificação direito subjetivo à nomeação, observada a quantidade das novas vagas disponibilizadas. (STJ. RMS 32105 / DF. Relª. Minª. Eliana Calmon. J. em 19/08/ 2010). É sabido que a aprovação em concurso público fora do número de vagas, de modo geral, gera mera expectativa de direito à nomeação, sem assegurar a investidura do candidato, em observância aos critérios de conveniência e oportunidade da Administração para prover os cargos. Entretanto, em se comprovando a superveniente existência de vagas por força da desistência de candidatos convocados ou de nomeações tornadas sem efeito pela Administração Pública, a expectativa de direito dos candidatos aprovados fora das vagas oferecidas no edital, em número suficiente para suprir as vagas surgidas, passa a constituir direito líquido à nomeação e posse. Assim sendo, o que se evidencia nessa ação mandamental é que a Administração Pública efetuou a nomeação de 41 (quarenta e um) candidatos aprovados, ilustrando tal situação ato inequívoco da Administração em

torno da necessidade do preenchimento do quadro, de tal maneira que, não tendo servidores nomeados tomado posse ou requerido exoneração, subsiste o interesse da Administração no preenchimento das vagas na extensão do somatório dos cargos em relação aos quais houve nomeação mas não a efetiva tomada de posse ou permanência no cargo (nomeações tornadas sem efeito, exonerações), sob pena de ficar malferido o princípio da impessoalidade. Nesse cenário, resta também constatado que a posição da impetrante foi alcançada pelo número de aposentadorias ocorridas durante o prazo de validade concurso, nascendo, portanto,o direito líquido e certo à nomeação. Da mesma forma, a Portaria nº 087/2016, que dispôs sobre o prazo de validade do referido certame de 02 (dois) anos, demonstrando que oprazo de validade do concurso expirou-se no dia 24 de fevereiro de 2018, uma vez que pela certidão da lavra da Senhora Secretaria Municipal de Administração e Finanças, informa-se que o concurso público não teve a vigência prorrogada. Nessa senda, cabe esclarece que omomento danomeação, durante o prazo de validade do certame, é ato discricionário do Poder Público, de acordo com a sua conveniência e oportunidade. Contudo, expirado referido prazo, é dever da administração nomear os candidatos aprovados dentro das vagas ofertadas, sob pena de violação aos princípios da lealdade, da boa-fé administrativa, da confiança e da segurança jurídica. Ora, se a Administração Pública criou a expectativa nos candidatos de que havia escassez de recursos humanos para determinado cargo, prevendo, para tanto, a necessidade de preenchimento de um exato número de vagas, não se pode conceber como ?discricionário? o ato de nomeação daqueles concorrentes que obtiveram êxito em se classificar justamente dentro deste mesmo número de vagas. Acerca da matéria discutida nos autos, a saber, direito à nomeação do candidato aprovado em concurso público dentro das vagas ofertadas no edital quando expirado o prazo de validade, é válido trazer a lume decisão proferida pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento doRE nº 598.099,sob a relatoria do eminente Ministro Gilmar Mendes, submetido ao rito do art. 543-B, do Código de Processo Civil, de observância cogente: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. CONCURSO PÚBLICO. PREVISÃO DE VAGAS EMEDITAL. DIREITO À NOMEAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS. I. DIREITO À NOMEAÇÃO. CANDIDATO APROVADO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTAS NO EDITAL. Dentro do prazo de validade do concurso, a Administração poderá escolher o momento no qual se realizará a nomeação, mas não poderá dispor sobre a própria nomeação, a qual, de acordo com o edital, passa a constituir um direito do concursando aprovado e, dessa forma, um dever imposto ao poder público.Uma vez publicadoo edital do concurso com número específico devagas, o ato da Administração que declara oscandidatos aprovados no certame cria um dever denomeação para a própria Administração e, portanto,um direito à nomeação titularizado pelo candidatoaprovado dentro desse número de vagas. II. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA. BO -FÉ. PROTEÇÃO À CONFIANÇA. O dever de boa-fé da Administração Pública exige o respeito incondicional às regras do edital, inclusive quanto à previsão das vagas do concurso público. Isso igualmente decorre de um necessário e incondicional respeito à segurança jurídica como princípio do Estado de Direito. Tem-se, aqui, o princípio da segurança jurídica como princípio de proteção à confiança. Quando a Administração torna público um edital de concurso, convocando todos os cidadãos a participarem de seleção para o preenchimento de determinadas vagas no serviço público, ela impreterivelmente gera uma expectativa quanto ao seu comportamento segundo as regras previstas nesse edital. Aqueles cidadãos que decidem se inscrever e participar do certame público depositam sua confiança no Estado administrador, que deve atuar de forma responsável quanto às normas do edital e observar o princípio da segurança jurídica como guia de comportamento. Isso quer dizer, em outros termos, que o comportamento da Administração Pública no decorrer do concurso público deve se pautar pela boa-fé, tanto no sentido objetivo quanto no aspecto subjetivo de respeito à confiança nela depositada por todos os cidadãos. III. SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO. CONTROLE PELO PODER JUDICIÁRIO. Quando se afirma que a Administração Pública tem a obrigação de nomear os aprovados dentro do número de vagas previsto no edital, deve-se levar em consideração a possibilidade de situações excepcionalíssimas que justifiquem soluções diferenciadas, devidamente motivadas de acordo com o interesse público. Não se pode ignorar que determinadas situações excepcionais podem exigir a recusa da Administração Pública de nomear novos servidores. Para justificar o excepcionalíssimo não cumprimento do dever de nomeação por parte da Administração Pública, é necessário que a situação justificadora seja dotada das seguintes características:a)SUPERVENIÊNCIA: os eventuais fatos ensejadoresde uma situação excepcional devem sernecessariamente posteriores à publicação do editaldo certame público; b) IMPREVISIBILIDADE: asituação deve ser determinada por circunstânciasextraordinárias, imprevisíveis à época dapublicação do edital; c) GRAVIDADE: osacontecimentos extraordinários e imprevisíveisdevem ser extremamente graves, implicandoonerosidade excessiva, dificuldade ou mesmoimpossibilidade de cumprimento efetivo das regrasdo edital; d) NECESSIDADE: a solução drástica eexcepcional de não cumprimento do dever denomeação deve ser

extremamente necessária, deforma que a Administração somente pode adotartal medida quando absolutamente não existiremoutros meios menos gravosos para lidar com asituação excepcional e imprevisível.De toda forma, a recusa de nomear candidato aprovado dentro do número de vagas deve ser devidamente motivada e, dessa forma, passível de controle pelo Poder Judiciário. IV. FORÇA NORMATIVA DO PRINCÍPIO DO CONCURSO PÚBLICO. Esse entendimento, na medida em que atesta a existência de um direito subjetivo à nomeação, reconhece e preserva da melhor forma a força normativa do princípio do concurso público, que vincula diretamente a Administração. É preciso reconhecer que a efetividade da exigência constitucional do concurso público, como uma incomensurável conquista da cidadania no Brasil, permanece condicionada à observância, pelo Poder Público, de normas de organização e procedimento e, principalmente, de garantias fundamentais que possibilitem o seu pleno exercício pelos cidadãos. O reconhecimento de um direito subjetivo à nomeação deve passar a impor limites à atuação da Administração Pública e dela exigir o estrito cumprimento das normas que regem os certames, com especial observância dos deveres de boa-fé e incondicional respeito à confiança dos cidadãos. O princípio constitucional do concurso público é fortalecido quando o Poder Público assegura e observa as garantias fundamentais que viabilizam a efetividade desse princípio. Ao lado das garantias de publicidade, isonomia, transparência, impessoalidade, entre outras, o direito à nomeação representa também uma garantia fundamental da plena efetividade do princípio do concurso público. V. NEGADO PROVIMENTO AO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. (RE 598099, Relator (a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10/08/2011, REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe189 DIVULG 30-09-2011 PUBLIC 03-10-2011 EMENT VOL-02599-03 PP-00314 RTJ VOL-00222-01 PP00521) Outro não é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme se vê do seguinte aresto: RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. RECORRENTES APROVADOS DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS NO CERTAME. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. PRAZO DO CONCURSO EXPIRADO. AUSÊNCIA DE DECLINAÇÃO PELA ADMINISTRAÇÃO DE MOTIVOS RELEVANTES PARA A NÃO NOMEAÇÃO. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO EVIDENCIADA. RECLAMO PROVIDO. 1. Este Tribunal Superior, em observância ao entendimento da Suprema Corte no julgamento em sede de repercussão geral do RE 589.099/MS, pacificou entendimento no sentido de que a aprovação do candidato no limite do número de vagas definido no edital do concurso gera em seu favor o direito subjetivo à nomeação para o respectivo cargo. 2. Não é lícito à Administração, no prazo de validade do concurso público, omitir-se de praticar atos de nomeação dos aprovados dentro do limite das vagas ofertadas, em respeito às suas legítimas expectativas quanto à assunção do cargo público e aos investimentos realizados pelos concursantes, em termos financeiros, de tempo e emocionais. 3. Devidamente comprovado que os recorrentes foram aprovados dentro do número de vagas existentes no edital do concurso e que, expirado o prazo de validade do certame, não foram nomeados, nem houve, por parte da Administração, a declinação de motivos supervenientes de excepcional circunstância para não fazê-lo, impõe-se o acolhimento da pretensão recursal. 4. Recurso ordinário provido para conceder a ordem mandamental, determinando-se a imediata nomeação dos recorrentes no cargo de Agente Auxiliar de Perícia da Polícia Civil do Estado do Mato Grosso do Sul. (STJ; RMS 26.013/MS, Rel. Ministro Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador Convocado do TJ/PE), Quinta Turma, julgado em 22/09/2015, DJe 14/10/2015). Da mesma forma, cabe destacar que o STJ firmou entendimento de que a mera expectativa de direito do candidato aprovado fora do número de vagas do edital se transforma em direito subjetivo, quando comprovadas a existência de cargos vagos em quantitativo suficiente para a nomeação e a existência de contratação ilegal de servidores temporários para essas vagas, ou ainda, se houver abertura de novo certame, na vigência do anterior. Nesse sentido, trago a lume os seguintes julgados do STJ: ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. SÚMULA 284/STF. CANDIDATAAPROVADAFORA DO NÚMERO DE VAGAS PREVISTO NO EDITAL DO CERTAME. COMPROVAÇÃO DE OCORRÊNCIA DE CONTRATAÇÃOTEMPORÁRIA DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE DO CONCURSO. PRETERIÇÃO. DIREITO SUBJETIVO À NOMEAÇÃO. ACÓRDÃO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DA JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL. AGRAVO REGIMENTAL DO ESTADO DA PARAÍBADESPROVIDO. 1. [...]. 3.A mera expectativa de direito se transforma em direitosubjetivo à nomeação para os candidatos aprovados fora do número devagas previsto no edital do concurso público nas seguintes hipóteses: (a)violação da ordem de classificação dos candidatos nomeados, emdesfavor do requerente; (b) contratação de outra (s) pessoa (s) de formaprecária para esta (s) vaga (s), ainda na vigência deste concurso público;e (c) abertura de novo certame ainda na vigência do anterior.4. [...]. (AgRg no AREsp 432.638/PB, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe 4.8.2014). CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. RECURSO ORDINÁRIO EM

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. DIREITO À NOMEAÇÃO. CANDIDATO APROVADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RECURSO NÃO PROVIDO.TURMA DE CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS DE DIREITO PÚBLICO ECOLETIVO MANDADO DE SEGURANÇA Nº 74363/2014 - CLASSE CNJ - 120 COMARCACAPITAL1. [...]. 2.A jurisprudência do STJ manifesta-se pela necessidade deque o candidato aprovado fora do número de vagas constante do editalcomprove, de maneira efetiva, a existência de cargos vagos e acontratação ilegal de servidores temporários em quantitativo suficientepara a nomeação, o que não ocorreu na espécie. 6. [...]. (RMS nº 41.787/TO, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 13.5.2015) No presente caso, a contração de diversos professores temporários, para o mesmo cargo no qual o autor foi aprovado, demonstra de forma inequívoca a existência de vaga e horas aulas livres, de que a Administração necessita e não fora devidamente preenchida, situação que caracteriza o direito líquido e certo do autor à nomeação e posse, no cargo para o qual foi classificado. Ante o exposto e o mais que dos autos consta, CONCEDO A TUTELA DE URGÊNCIA vindicada na inicial para, em via de consequência, DETERMINAR que o MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE proceda a convocação e nomeação do autor ELIAS PINHEIRO ANTUNESno Cargo de Professor de Educação Infantil de 1ª a 5ª ano - Zona Rural, no prazo de 05 (cinco) dias, na forma prevista no Edital 001/2015-PMMA, cominando multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais) em caso de descumprimento, até o limite de R$30.000,00 (trinta mil reais) ou efetivo implemento da decisão, a ser custeado pelo Ente Público Municipal. Intimem-se. Após, considerando a certidão informando que o MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE não apresentou contestação, sem prejuízo de eventual julgamento do mérito, diga o autor se ainda possui interesse em produzir outras provas, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Servirá a presente decisão, por cópias digitadas, como mandado judicial.Monte Alegre/PA, 28 de junho de 2019.THIAGO TAPAJÓS GONÇALVESJuiz de Direito

PROCESSO Nº 0801035-69.2018.8.14.0032 ALIMENTOS

AUTOR: MINISTERIO PÚBLICO DO ESTADO PARÁ

REQUERENTE: J. V. M. D. A

ADVOGADA: Dra. LEILA MARIA R. PINGARILHO OAB-PA 9.828

ADVOGADA: Dra. CÍNTHIA R. PINGARILHO VIEIRA OAB-PA 15.989

REP. LEGAL: WALTER FEITOSA DE AZEVEDO FILHO

REQUERIDO: JOSILENA MOITA DOS SANTOS

ADVOGADO: Dr. UBIRAJARA BENTES DE SOUZA FILHO OAB/PA Nº 7.216

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (25.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 09h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca**.** Feito o pregão, constatou-se a presença das partes, acompanhados de seus advogados. Compulsando dos autos verificou-se que as partes celebraram acordo, conforme se depreende pelo documento constante no **ID Nº 11150255**, no qual se convencionou que a requerida pagará alimentos ao autor no montante de 10% (dez por cento) de seus vencimentos brutos, incluindo decimo terceiro e férias, deduzindo os descontos obrigatórios como imposto de renda e contribuição previdenciária. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: O MM. Juiz a proferir SENTENÇA DE HOMOLOGAÇÃO**: Vistos e etc. Homologo por sentença, para que produza seus legítimos e legais efeitos, o acordo realizado entre as partes, nesta audiência. Extingo o presente feito, com resolução do mérito, nos termos doa art. 487, III, b, do CPC. Sem

custas. P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público, serve a presente como mandado e oficio, devendo ser encaminhado a fonte empregadora da requerida (SEDUC), para que averbe o valor da pensão alimentícia e repasse ao autor mediante transferência bancaria. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro, estagiário, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0800400-88.2018.8.14.0032 ¿ INDENIZAÇÃO

REQUERENTE: ZEUXIS DA SILVA PELEJA

ADVOGADO: Dr. FÁBIO LUIZ AMARAL FARIAS OAB/PA 16713

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S. A

ADVOGADO: ALEXSANDRO DA LUZ CAVALCANTE OAB/PA-18.304

ADVOGADO: DR. SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS, OAB/PA nº 21.148-A

ADVOGADO: DR. JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA, OAB/PA nº 21.078-A

PREPOSTO: ANTONIO DE PADUA DO CARMO ARNOUD

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (25.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 09hr30min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência do requerente **ZEUXIS DA SILVA PELEJA.** Presente o preposto da requerida, **Sr. ANTONIO DE PADUA DO CARMO ARNOUD**. Presente o advogado, **ALEXSANDRO DA LUZ CAVALCANTE**. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Passou o MM Juiz a proferir Sentença:** Vistos, etc... Dispensado o relatório. Dispõe o artigo 51, inciso I, da Lei nº. 9.099/1995 que: ¿**Art. 51.** Extingue-se o processo, além dos casos previstos em Lei: I ¿ quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo;...¿. Ainda, o Enunciado 20 do Fórum Nacional de Juizados Especiais assim estabelece: ¿**O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório**. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto.¿ (grifo nosso). Destarte, considerando que o demandante se fez ausente injustificadamente à audiência aprazada nos autos, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento no art. 51, inciso I, da Lei nº. 9.099/1995 e Enunciado 20 do FONAJE. Sem custas. P. R. I. C. Transitado em julgado esta, arquivem-se os autos. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº. 0003446-55.2017.8.14.0032 - AÇÃO PENAL

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: ANTÔNIO ENILSON COSTA DE SOUZA

VÍTIMA: F. A. C. D. S

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove (25.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 09hr45min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJOS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito

o pregão constatou-se a ausência do denunciado. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Considerando o pedido de adiamento da presente audiência, requerido pela defesa do réu, remarco a mesma para o dia **18/07/2019 ás 13hr00min**. Ciência a ao Ministério Público. Fica o réu intimado na pessoa de seus advogados, mediante publicação DJE, com as ressalvas exaradas no item 3 da decisão de fls. 05. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo, que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, __, Milene Ribeiro, estagiaria, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº. 0005729-17.2018.8.14.0032 - AÇÃO PENAL

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: LUCIANO FARIAS DOS SANTOS

ADVOGADO: Dr. EDSON FURTADO MACHADO ¿ OAB/PA Nº. 9.041

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e cinco dias do mês de abril do ano de dois mil e dezenove (25.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 10hr00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJOS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito o pregão constatou-se a presença do denunciado, devidamente acompanhado de seu patrono judicial, **Dr. EDSON FURTADO MACHADO**. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Considerando a ausência devidamente justificada do Ministério Público, remarco a presente audiência para o dia **03/10/2019 ás 09hr00min**, ficando os presentes intimados. Expeça-se mandado de intimação para as testemunhas que não foram intimadas e mandado de condução coercitiva para as testemunhas intimadas que se fizeram ausentes injustificadamente. Ciência ao Ministério Público. Serve a cópia da presente ata como mandado judicial. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo, que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, __, Milene Ribeiro, estagiaria, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0801027-92.2018.8.14.0032 ¿ INDENIZAÇÃO

REQUERENTE: RENILDE DE JESUS BARROS

ADVOGADO: Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS - OAB/PA n.º 8409

ADVOGADO: Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO - OAB/PA nº. 13.789

REQUERIDO: BRASIL CARD ADMINISTRADORA DE CARTAO DE

CREDITO LTDA

ADVOGADO: Dr. NEYIR SILVA BAQUIÃO OAB/MG 129.504.

ADVOGADA: Dra. ANA JAQUELINE DA SILVA OAB/PA n°. 16359

PREPOSTA: Sra. ELENI MOURA RODRIGUES

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (25.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 11hr00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a presença da requerente **RENILDE DE JESUS BARROS**, devidamente acompanhada de seus patronos judiciais, **Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS** e **Dr. CARIM**

JORGE MELÉM NETO. Presente a preposta da requerida, **Sra. ELENI MOURA RODRIGUES**. Presente a advogada **Dra. ANA JAQUELINE DA SILVA.** Dada a palavra ao patrono judicial da parte requerente, se manifestou-se oralmente através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos, acompanhado do CD-ROM. Passou o MM. Juiz a colher o depoimento da requerente **RENILDE DE JESUS BARROS,** através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos, acompanhado do CD-ROM. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Conclusos para sentença. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº0003247-62.2019.8.14.0032 - FLAGRANTE

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

FLAGRANTEADO: LENIL SOUZA DA CUNHA

ADVOGADO: Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO - OAB/PA nº. 13.789

ADVOGADO: Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS - OAB/PA n.º 8409

VÍTIMA: J. P. S

ASSIST. DE ACUSAÇÃO: Dr. RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO - OAB/PA nº. 26.925

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (25.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 11hr00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJOS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito o pregão de praxe constatou-se a presença do flagranteado, devidamente acompanhado de seus advogados, **Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO** e **Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS.** Presente o assistente de acusação **Dr. RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO.** Passou o MM. Juiz a colher o **depoimento do flagranteado LENIL SOUZA DA CUNHA**, através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos, acompanhado do CD-ROM. Dada a palavra ao patrono judicial do denunciado, se manifestou através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos, acompanhado do CD-ROM. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Conclusos para decisão.** Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo, que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0800583-25.2019.814.0032 ¿ MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE

REQUERENTE: CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

REQUERIDA: IRISLENE SILVA LEMOS

REQUERIDO: JOÃO BATISTA DE ASSUNÇÃO

MENOR: M. P. L. DE A.

MENOR: T. C. L. DE A.

MENOR: J. J. L. DE A.

MENOR: L. M. L. DE A.

INTERESSADO: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL ¿ ABRIGO ARCO IRIS

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (25.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 11h15min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito o pregão, constatou-se a presença dos representantes do abrigo **Sra. Fabricia Cristina Pantoja Batista** e **Sr. Benjamim de Paz Vasconcelos**. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Dê-se vista ao Ministério Público para se manifestar acerca do relatório encaminhado pelo serviço de acolhimento institucional do Município. Após retornem conclusos para decisão. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo, que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0800736-92.2018.8.14.0032 ¿ INDENIZAÇÃO

REQUERENTE: LEANDRO LIMA DA COSTA

ADVOGADO: Dr. EDSON FURTADO MACHADO ¿ OAB/PA Nº. 9.041

REQUERIDO: PEREIRA & SANTOS SERVICOS LTDA ¿ ME

ADVOGADO: WILLIAN JONATAS NUNES VIDAL

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (25.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 11hr30min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a presença da requerente **LEANDRO LIMA DA COSTA**, devidamente acompanhado de seu patrono judicial, **Dr. EDSON FURTADO MACHADO.** Passou o MM. Juiz a colher o depoimento do requerente **LEANDRO LIMA DA COSTA,** através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos, acompanhado do CD-ROM. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: **Passou o MM. Juiz a proferir SENTENÇA:** Vistos, etc. Dispensado o relatório, nos termos da Lei 9.099/95. Na presente ação o autor pleiteia a restituição do valor de R$ 440,00 referente ao pagamento realizado para a participação de um curso profissionalizante ofertado pela requerida, porém, não executado. Pleiteia também indenização por danos morais. Requerido citado, não compareceu à audiência, bem como não apresentou contestação. O pedido merece procedência. De plano, evidencia-se que o requerido, citado, não apresentou contestação no prazo legal, tornando-se, portanto, revel. A causa está madura para julgamento, na forma do artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil, porquanto o réu é revel, tendo ocorrido o efeito previsto no artigo 344 do Código de Processo Civil e diante da ausência de requerimento para a produção de prova. Com efeito, nos termos do art. 373 do Código de Processo Civil: Art. 373. O ônus da prova incumbe: I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito; II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor." De outra parte, dispõe, logo em seguida, o art. 374: "Art. 374. Não dependem de prova os fatos: I - notórios; II - afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária; ou de veracidade.' III - admitidos, no processo, como incontroversos; IV - em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade. Ora, a revelia do requerido induz à presunção de veracidade dos fatos narrados pelo autor em seu pleito inicial, conforme estabelece o Diploma Processual: "Art. 319. Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor." Desta forma, todo o alegado pelo autor em sua exordial independe de qualquer prova por parte deste, uma vez que se tornou incontroverso, ante a não contestação do réu, qual seja, a celebração no negócio jurídico celebrado. Assim, caberia ao requerido produzir prova acerca de eventual fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor,

notadamente quanto à eventual inverdade das assertivas por ele lançadas em sua inicial. Nelson Nery Júnior e Rosa Maria de Andrade Nery, na obra Código de Processo Civil Comentado e legislação extravagante, Ed. RT, 11ª edição, p. 624, em notas ao art. 326 do CPC, ensinam que: "Fato impeditivos. São os que obstam a procedência do pedido do autor. Acolhidos, fazem com que o juiz deva julgar improcedente o pedido do autor, total ou parcialmente, dependendo do caso. São fatos impeditivos, por exemplo, a exceção de contrato não cumprido (exceptio non adimpleti contractus) (...) Fatos modificativos. São os que impedem que o pedido do autor seja acolhido de forma integral, como pleiteado na inicial, em virtude de modificações ocorridas entre os negócios havidos entre autor e réu. O juiz pode julgar procedente o pedido do autor, mas com as modificações que a situação concreta impõe. São exemplos de fatos modificativos a novação, a compensação etc. Fatos extintivos. São os que tornam improcedente o pedido do autor, porque extintivos do direito posto em causa. São exemplos de atos extintivos do pedido do autor o pagamento, a prescrição, a decadência, a execução plena do contrato, a morte do titular do direto personalíssimo e intransmissível. Podem ser incluídas nessa categoria todas as formas de extinção das obrigações, desde que a extinção seja total". Destarte, presumidos verdadeiros os fatos alegados pela autora, e não havendo prova de fato elisivo de seu direito, outra não poderia ser a solução dada à lide se não a procedência do pedido autoral. Desta feita, cabe a restituição, em dobro, dos valores pagos pelo autor, uma vez que a relação estabelecida entre as partes é de consumo. No tocante aos danos morais, a jurisprudência mais recente já consagra entendimento segundo o qual ¿a demora ou a não entrega de produto ou serviço, em regra, dano moral, inclusive, as Turmas Recursais do Estado do Pará editou o Enunciado nesse sentido. Abaixo, seguem precedentes: CÍVEL. RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO C/C PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. E MATERIAIS. RELAÇÃO DE CONSUMO CONFIGURADA. **COMPRA PELA INTERNET. ATRASO NA ENTREGA DO PRODUTO. NÃO PAGAMENTO DO VALOR ANTE A NÃO ENTREGA DE PRODUTO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. SOLICITAÇÃO DE CANCELAMENTO NÃO ATENDIDA.** INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS ÓRGÃO DE PROTEÇÃO DE CRÉDITO. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 8.1 DAS TR¿S/PR. DEVER DE INDENIZAR. QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR - 1Âª Turma Recursal - 0003736-79.2014.8.16.0045/0 -Arapongas - Rel.: Renata Ribeiro Bau - - J. 24.11.2014) (grifei). RECURSO INOMINADO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS C/C OBRIGAÇÃO DE FAZER. RELAÇÃO DE CONSUMO. **COMPRA DE ULTRABOOK PELA INTERNET. NÃO ENTREGA DO PRODUTO. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. DANO IN RE IPSA. FRUSTRAÇÃO DAS EXPECTATIVAS DOCONSUMIDOR.** ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DO PRODUTO EM ESTOQUE. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 14DO CDC. DANO MORAL CONFIGURADO. DEVER DE INDENIZAR. APLICAÇÃO DO ENUNCIADO 8.1 DAS TR¿S/PR. VALOR DE R$ 6.000,00 (SEIS MIL REAIS) A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS FIXADO COM RAZOABILIDADE E EM CONSONÂNCIA COM AS PARTICULARIDADES DO CASO. FINALIDADES PUNITIVA, PEDAGÓGICA E COMPENSATÓRIA ATENDIDAS. OBRIGAÇÃO DE FAZER CONSISTENTE NO CUMPRIMENTO DA OFERTA AFASTADA. ESTORNO DOS VALORES PAGOS PELO PRODUTO COMPROVADA NOS AUTOS. FATURA 2 DO CARTÃO DE CRÉDITO DA AUTORA QUE DEMONSTRA O ESTORNO. CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO QUE OCASIONARIA ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. (TJPR - 1Âª Turma Recursal - 001411160.2013.8.16.0018/0 - Maringá - Rel.: Letícia Guimarães -- J. 11.11.2014) (grifei). RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. COMPRA PELA INTERNET. NÃO ENTREGA DE MERCADORIA. FALHA NO DEVER DE INFORMAÇÃO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. DANO MORAL FIXADO EM R$ 5.000,00. INSURGÊNCIA RECURSAL. ALEGAÇÕES DE AUSÊNCIA DE DANO MORAL E QUANTUM EXCESSIVO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. OBSERVÂNCIA DO ENUNCIADO 8.1. DANO MORAL FIXADO OBSERVANDO OS CRITÉRIOS LEGAIS, A PECULIARIDADE DO CASO CONCRETO, ASSIM COMO OS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJ-PR - 001060532.2012.8.16.0044/0 (Acórdão), Relator: Vitor Toffoli, Data de Julgamento: 21/10/2014, 1ª Turma Recursal, Data de Publicação: 24/10/2014). Assim, denota-se que o autor, até o momento, não fez o curso devidamente adquirido. O autor manteve contato inúmeras vezes, sem sucesso, restando configurado o desrespeito ao consumidor e o enriquecimento ilícito da empresa ré em prejuízo do patrimônio alheio, o que é proibido em nosso ordenamento jurídico. O dano moral, no presente caso, é medida que se faz em caráter pedagógico e inibitório para o ofensor, isto como forma de reprovação pela conduta desrespeitosa. Isentar o réu de indenizar o autor pelo dano moral sofrido, significaria estimular a continuação do desrespeito para com o consumidor. Assim, devidos os danos morais, bem como o ressarcimento pelos danos materiais, qual seja, a devolução em dobro pelo valor pago. No tocante ao quantum indenizatório, resta consolidado, tanto na doutrina, como na jurisprudência pátria o entendimento de que a fixação do

valor da indenização por dano moral deve ser feita com razoabilidade, levando-se em conta determinados critérios, como a situação econômica do autor, o porte econômico da ré, o grau de culpa e o valor do negócio, visando sempre à atenuação da ofensa, a atribuição do efeito sancionatório e a estimulação de maior zelo na condução das relações. Nesse contexto, deve-se sempre ter o cuidado de não proporcionar, por um lado, um valor que para o autor se torne inexpressivo e, por outro, que seja causa de enriquecimento injusto, nunca se olvidando, que a indenização do dano imaterial, tem efeito sancionatório ao causado do dano e compensatório a vítima, em observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Nesta linha de raciocínio entendo que o valor dos danos morais deve ser fixado e, R$ 5.000,00 (cinco mil reais), levando-se em consideração o caso concreto, juntamente com os critérios supra mencionados e aos parâmetros adotados pelas Turmas Recursais em casos análogos. Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE a demanda para o exato fim de condenar a ré pagar ao autor, a título de indenização por danos materiais, a quantia de 880,00 (oitocentos e oitenta reais), devidamente corrigido pelo índice INPC desde a data do desembolso e acrescida de juros de mora de 1% ao mês a contar da citação, e a pagar, a título de reparação por danos morais, a quantia de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), com correção monetária calculada pelo índice INPC desde a data do arbitramento (súmula 362 do STJ), e acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, incidentes desde a data da prática do ato ilícito (Súmula 54 do STJ). Sem custas e honorários, eis que incabíveis no 1º grau de jurisdição pelo rito da Lei 9.099/95. Sentença publicada em audiência, ficando os presentes intimados. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0801116-18.2018.8.14.0032 ¿ REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE

REQUERENTE: ZORAIDE JARDINA ARAGÃO

REQUERIDO: FRANCISCO NEI DA CUNHA XAVIER

ADVOGADO: Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO - OAB/PA nº. 13.789

ADVOGADO: Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS - OAB/PA n.º 8409

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (25.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 13h00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca**.** Feito o pregão, constatou-se a presença da requerente desacompanhada de seu advogado. Presente o requerido, devidamente acompanhado de seus advogados, **Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO** e **Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS**. Dada a apalavra ao patrono judicial da parte requerida, se manifestou nos seguintes termos: **MM. Juiz** no presente caso há advogado habilitado nos autos, mediante procuração, sem no entanto, qualquer documento que indique a revogação de mandato ou sua renúncia, o que na visão do autor implica em prosseguir o processo sem que realizada a audiência de justificação, e com a consequente obrigação da parte em manter o processo hígido se for do seu interesse. Tocante ao réu, cabe fazer a contestação, seguindo o rito ordinário ate o final processo. A defesa dos suscitados em escora no Art. 362 parágrafo 2º do CPC, o que se suscita para o efeito da continuidade do processo nos termos ora defendidos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: vistos etc...**Considerando que a parte autora compareceu desacompanhada de seu patrono judicial que foi devidamente intimado para audiência, deve ser aplicado o desposto no art. 362 parágrafo 2º do CPC desta feita se dispensa a produção da prova testemunha requerida em audiência de justificação em via de consequência se indefere o pedido de liminar, uma vez que a prova documental colacionada com a petição inicial é insuficiente para o deferimento da medida liminar. devendo a questão ser dirimida após a instrução processual. Fica o requerido citado para apresentar sua defesa legal. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo, que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0008950-08.2018.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: ADSON JOSOINO DA GAMA SANCHES

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 09hr00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a presença do autor do fato. Foi dada a palavra ao MP que propôs a suspensão condicional do processo ao autor do fato. Dada à palavra ao denunciado o mesmo aceitou a proposta de suspensão condicional do processo, e se comprometeu a comprar um colchão para os menores do abrigo, no prazo de 30 dias, destinado ao Abrigo Institucional de menores de Monte Alegre. Dada a palavra ao autor do fato, o mesmo aceitou a proposta aduzindo que o colchão será entregue diretamente ao Abrigo Institucional, situado a Rua das Flores, nº. 150, Bairro Terra Amarela, próximo a Praça Paituna. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Passou o MM Juiz a proferi Sentença: Vistos, etc...** Homologo a Suspensão Condicional do Processo, devendo os autos permanecer em cartório durante o período de prova, devendo ser certificado qualquer eventual descumprimento das medidas ora homologadas. Decorrido o período de prova, certifique-se tal ocorrência e façam-se os autos conclusos. P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público. Nada mais havendo a tratar, o Juiz mandou encerrar este termo, que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0008969-14.2018.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: JOSÉ CARLOS RAFAEL ALVES

VÍTIMA: L. G. DA C. G.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 09hr20min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência das partes. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 19, dê-se vista ao Ministério Público, para análise das alternativas legais cabíveis. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0008989-05.2018.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: MARKSON JOSÉ BARROS MEIRELES

AUTOR DO FATO: MARKNEI BATISTA MEIRELES

AUTOR DO FATO: ERICK MEIRELES RODRIGUES

AUTOR DO FATO: MARCIA BARROS DE MEIRELES TAVARES

AUTOR DO FATO: MARLISSON BARROS DE MEIRELES

ADVOGADO: Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS - OAB/PA n.º 8409

ADVOGADO: Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO - OAB/PA nº. 13.789

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 09hr40min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a presença das partes. Presente os advogados, **Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS** e **Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Foi proposta a transação penal aos autores do fato**, MARKNEI BATISTA MEIRELES, ERICK MEIRELES RODRIGUES, MARCIA BARROS DE MEIRELES TAVARES, MARLISSON BARROS DE MEIRELES,** consistente a doação de um colchão de espuma de solteiro para cada um destinado ao Abrigo Institucional de menores de Monte Alegre. Dada a palavra aos autores dos fatos, os mesmos aceitaram a proposta aduzindo que o os colchoes serão entregues diretamente ao Abrigo Institucional, situado a Rua das Flores, nº. 150, Bairro Terra Amarela, próximo a Praça Paituna, no prazo de 30 dias. Dada a palavra aos autores dos fatos, os mesmos aceitaram a proposta aduzindo que o os colchoes serão entregues diretamente ao Abrigo Institucional. Em relação ao autor do fato **MARKSON JOSÉ BARROS MEIRELES,** verificou-se que o mesmo possui registro de outro procedimento criminal em seu desfavor, o que prejudicou a proposta de transação penal. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: **1) Vistos, etc. HOMOLOGO** por sentença irrecorrível, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, o acordo de transação penal, com arrimo no art. 76 da Lei 9.099/95, conforme acima formulado entre as partes. **2)** Dê-se vista ao Ministério Público para analises das alternativas legais cabíveis em relação ao autor do fato **MARKSON JOSÉ BARROS MEIRELES.** Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0009009-93.2018.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: ODIVALDO CARNEIRO RODRIGUES

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 10hr00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência das partes. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 24, remarco a presente audiência para o **dia 02/10/2019 às 13hr0 5min**. Intime-se o autor do fato pessoalmente, com as ressalvas expostas no item ¿1.¿ do despacho exarado às fls. 21. Ciência ao Ministério Público. Serve a cópia desta ata como mandado judicial. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0009010-78.2018.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: RAIMUNDO NASCIMENTO DE ALMEIDA JUNIOR

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 10hr20min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a presença do autor do fato. Foi proposta a transação penal ao autor do fato**,** consistente a doação de um colchão de espuma de solteiro destinado ao Abrigo Institucional de menores de Monte Alegre. Dada a palavra ao autor do fato, os mesmos aceitaram a proposta aduzindo que o os colchoes serão entregues diretamente ao Abrigo Institucional, situado a Rua das Flores, nº. 150, Bairro Terra Amarela, próximo a Praça Paituna, no prazo de 15 (quinze) dias. Dada a palavra ao autor do fato, o mesmo aceitou a proposta aduzindo que o os colchoes serão entregues diretamente ao Abrigo Institucional. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: **Vistos, etc. HOMOLOGO** por sentença irrecorrível, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, o acordo de transação penal, com arrimo no art. 76 da Lei 9.099/95, conforme acima formulado entre as partes. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva,

estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0009029-84.2018.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: PAULO MIRANDA MARINHO

ADVOGADO: Dr. RUBENS LOURENÇO CARDOSO VIEIRA - OAB/PA nº. 8173

VÍTIMA: J. M. X. R

VÍTIMA: F. L. D. M

VÍTIMA: R. A. L

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 10hr40min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a presença do autor do fato, devidamente acompanhado de seu patrono judicial, **Dr. RUBENS LOURENÇO CARDOSO VIEIRA**. Ausente as vítimas. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça, remarco a presente audiência para o **dia 02/10/2019 às 12hr45min**. Intimem-se as vítimas pessoalmente. Ciência ao Ministério Público. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0009014-18.2018.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: JONAS LIMA FERREIRA

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 11hr00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência do autor do fato. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 21, remarco a presente audiência para o **dia 02/10/2019 às 13hr25min**. Intime-se o autor do fato pessoalmente, com as ressalvas expostas no item ¿1.¿ do despacho exarado às fls. 20. Ciência ao Ministério Público. Serve a cópia desta ata como mandado judicial. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0009016-85.2018.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: MARCOS ALEXANDRE MACEDO BATISTA

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 11hr20min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a presença do autor do fato. Foi proposta a transação penal ao autor do fato**,** consistente a prestação de serviços à comunidade pelo período de 6 (seis) meses durante 8 (oito) horas semanais a ser cumprido no posto de saúde do Bairro de Terra Amarela. Dada a palavra ao autor do fato,

o mesmo aceitou a proposta de Transação penal mediante a cumprimento de serviço ao posto de saúde de Terra Amarela. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: **PASSOU O MM. JUIZ A PROFERIR SENTENÇA:** Vistos, etc. **HOMOLOGO** por sentença irrecorrível, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, o acordo de transação penal, com arrimo no art. 76 da Lei 9.099/95, conforme acima formulado entre as partes. Oficie-se ao diretor do Posto de Saúde do Bairro de Terra Amarela para que fiscalize o cumprimento da medida e encaminhe a este juízo a frequência do autor do fato. Serve a presente ata como oficio. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0009210-85.2018.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: KAIO VICTOR DOS SANTOS LINS

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 11hr40min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a presença do autor do fato. Foi proposta a transação penal ao autor do fato**,** consistente ao pagamento de multa no valor de R$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais) destinado ao Abrigo Institucional de menores de Monte Alegre. Dada a palavra ao autor do fato, o mesmo aceitou a proposta de transação penal serão entregues diretamente ao Abrigo Institucional, situado a Rua São Francisco de Assis, nº. 72, Cidade Alta, no prazo de 10 (dez) dias. Dada a palavra ao autor do fato, o mesmo aceitou a proposta de transação penal. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: **Vistos, etc. HOMOLOGO** por sentença irrecorrível, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, o acordo de transação penal, com arrimo no art. 76 da Lei 9.099/95, conforme acima formulado entre as partes. Expeça-se guia de depósitos, devendo ser entregue ao autor do fato. Após notifique-se ao representante do abrigo para levantamento do valor mediante a alvará judicial. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0009229-91.2018.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: MARCIO BARROS MEIRELES

ADVOGADO: Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS - OAB/PA n.º 8409

ADVOGADO: Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO - OAB/PA nº. 13.789

VÍTIMA: J. V. F. N

VÍTIMA: J. C. M. DE S

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 12hr00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a presença do autor do fato, devidamente acompanhado de seus patronos judiciais **Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS** e **Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO.** Presente a vítima **J. C. M. DE S. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Passou o MM. Juiz a proferir Sentença.** Trata-se de TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA figurando como AUTOR DO FATO **MARCIO BARROS MEIRELES**, e como vitimas **J. V. F. N**. e **J. C. M. DE S**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, visando apurar ilícito tipificado no art. 138, ¿caput¿, do Código Penal Brasileiro, supostamente ocorrido em 06 de dezembro de 2018. Audiência preliminar de conciliação e transação penal ocorrida nesta, a vítima

não compareceu sendo que foi devidamente intimada para o presente, conforme certidão do Sr. Oficial de Justiça, s/n. É o breve relato. DECIDO. O Art. 103 do Código Penal c/c o Art. 38, do Código de Processo Penal estabelecem que o ofendido decairá do seu direito de queixa/representação se não o exercer dentro do prazo de seis (06) meses. In casu, e em outros taxativamente determinados na lei penal, permite-se que a persecutio crimines fique subordinada ao juízo de conveniência e oportunidade da vítima, dependendo, assim, imprescindivelmente, a ação penal relativa aos supostos crime em comento, de representação por parte desta (art. 88 da Lei nº. 9.099/1995). A falta de representação do ofendido, neste caso, tem reflexo na órbita penal, pois a ausência do direito de fazê-la acarreta a extinção da punibilidade do agente, que é matéria penal, em decorrência da existência da decadência (Art. 107, inciso IV, do CPB).A decadência no processo penal é causa extintiva da punibilidade consistente na perda do direito de queixa/representação em decorrência de não ter sido exercido no prazo previsto em lei. Por via de conseqüência, ela atinge o próprio direito de punir. Vejamos o ensinamento de Rogério Greco sobre o assunto: ¿A decadência é o instituto jurídico mediante o qual a vítima, ou quem tenha qualidade para representá-la, perde o seu direito de queixa ou de representação em virtude do decurso de um certo espaço de tempo.¿. (Código Penal Comentado. Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p. 333-334). No caso dos autos decorreu um lapso temporal superior àquele exigido pela lei. Assim sendo, nos termos do arts. 103, 107, inciso IV, ambos do Código Penal c/c art. 38, do Código de Processo Penal e art. 88 da Lei nº. 9.099/1995. DECLARO EXTINTA A PRETENSÃO PUNITIVA DE **MARCIO BARROS MEIRELES**, por possível ilícito tipificado nos art. 138, ¿caput¿, do Código Penal Brasileiro. Determino o arquivamento do feito, em virtude da incidência da decadência do direito de representação. P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0009309-55.2018.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: EDNELSON SANCHES DA SILVA

VÍTIMA: E. M. V

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 12hr20min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência das partes. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 20, remarco a presente audiência para o **dia 02/10/2019 às 13hr45min**. Intimem-se as partes pessoalmente, com as ressalvas expostas no item ¿1.¿ do despacho exarado às fls. 16. Ciência ao Ministério Público. Serve a cópia desta ata como mandado judicial. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0009391-86.2018.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: ADRIA PINHEIRO DOS SANTOS

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 12hr40min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência do autor do fato. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 16, dê-se vista ao Ministério Público, para análise das alternativas legais cabíveis. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0009392-71.2018.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: LUCAS MANOEL VALENTE DE JESUS

VÍTIMA: R. DOS. S. E. S

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 13hr00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência das partes. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça, dê-se vista ao Ministério Público, para análise das alternativas legais cabíveis. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0000101-13.2019.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: JOHN LENNON SILVA DE ASSUNÇÃO

VÍTIMA: J. M. DA. S

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 13hr20min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência das partes. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 23, remarco a presente audiência para o dia **03/10/2019 às 10hr30min**. Intimem-se as partes pessoalmente, com as ressalvas expostas no item ¿1.¿ do despacho exarado às fls. 22. Ciência ao Ministério Público. Serve a cópia desta ata como mandado judicial. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº0009791-71.2016.8.14-0032 ¿ AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTAVEL C/C PARTILHA DE BENS, GUARDA E ALIMENTOS

REQUERENTE: JOCENILDO COSTA ARÁUJO

ADVOGADA: Dra. ALINE MARA BATITSA PAULINO OAB/PA Nº 13.798

REQUERIDA: CLAUDIA SOLANGE PINHEIRO LINHARES

ADVOGADO: Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS - OAB/PA n.º 8409

ADVOGADO: Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO - OAB/PA nº. 13.789

MENOR: A. L. L. DE A.

MENOR: J. C. DE A. J

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 13hr30min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a presença do requerente**,** devidamente acompanhado de sua advogada, **Dra. ALINE MARA BATISTA PAULINO.** Presente a requerida, devidamente acompanhada de seus patronos judiciais **Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS** e **Dr. CARIM JORGE MELÉM NETO.** Feita a proposta de acordo, a mesma logrou êxito nos seguintes termos: **1)** Em relação a união estável, a mesma foi reconhecida de dezembro de 2010 e perdurou até abril de 2015 e em comum acordo as partes resolvem dissolver. **2)** Em relação aos bens a serem partilhados, neste ato o autor renuncia o direito e desiste do pedido. **3)** Que a guarda judicial dos menores **A. L. L. DE A.** e **J. C. DE A. J** será exercida de forma unilateral pela genitora, ora Requerida. **4)** Fica estabelecido o direito de visita ao genitor, ora requerente, da seguinte forma: que o genitor passará com os menores em finais de semanas alternados, sem que os menores pernoitem na casa do genitor, ficando convencionado que os menores serão deixados na residência do requerente pelos avós maternos ou a genitora e que o requerente se compromete a devolver os menores na casa da genitora. **5)** Que o Requerente continuará pagando os alimentos conforme acordo homologado judicialmente. **O MM. Juiz a proferir SENTENÇA DE HOMOLOGAÇÃO**: Vistos e etc. Homologo por sentença, para que produza seus legítimos e legais efeitos, o acordo realizado entre as partes, nesta audiência. Extingo o presente feito, com resolução do mérito, nos termos dos art. 487, inciso III, alínea b, do CPC. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Karoline Ferreira de Andrade, auxiliar judiciário, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0000121-04.2019.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: RAIMUNDA SOARES LEITE

VÍTIMA: C. A. DA C. P

VÍTIMA: R. DA S.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (27.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 09hr00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência das partes. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 25, remarco a presente audiência para o **dia 10/12/2019 às 12hr10min**. Intime-se as partes pessoalmente, com as ressalvas expostas no item ¿1.¿ do despacho exarado às fls. 24. Ciência ao Ministério Público. Serve a cópia desta ata como mandado judicial. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Moacir Oliveira, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0000122-86.2019.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: HENRIQUE BATISTA DE BRITO

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (27.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 09hr20min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência do autor do fato. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 22, dê-se vista ao Ministério Público, para análise das alternativas legais cabíveis. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Moacir Oliveira, estagiário, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0000141-92.2019.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: DILZA BATISTA DA SILVA

AUTOR DO FATO: ALDA BATISTA DA SILVA

VÍTIMA: A. A. O

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (27.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 09hr40min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência das partes. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 31, remarco a presente audiência para o **dia 03/10/2019 às 10hr50min**. Intime-se as partes pessoalmente, com as ressalvas expostas no item ¿1.¿ do despacho exarado às fls. 30. Ciência ao Ministério Público. Serve a cópia desta ata como mandado judicial. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Moacir Oliveira, estagiário, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0000123-71.2019.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO/ VÍTIMA: D. P. N

AUTOR DO FATO/ VÍTIMA: M. A. F

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (27.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 10hr00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência das partes. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 24, remarco a presente audiência para o **dia 03/10/2019 às 11hr10min**. Intime-se as partes pessoalmente, com as ressalvas expostas no item ¿1.¿ do despacho exarado às fls. 23. Ciência ao Ministério Público. Serve a cópia desta ata como mandado judicial. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Moacir Oliveira, estagiário, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0800617-97.2019.814.0032 ¿ MEDIDAS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

REQUERIDA: FRANCIANE SANTOS DA SILVA

MENOR: I. DA S. M

MENOR: A. V. DOS S. S

MENOR: B. DA S. M

MENOR: K. DOS S. DA. S

INTERESSADO: SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL - ABRIGO

ARCO IRIS

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e seis dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (26.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 10h15min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente a representante do Ministério Público **Dr. LUCIANO AUGUSTO ARAUJO DA COSTA**. Feito o pregão, constatou-se a presença dos representantes do abrigo **Sra. Fabricia Cristina Pantoja Batista** e **Sr. Benjamim de Paz Vasconcelos**. Presente a requerida Sra. **Franciane Santos da Silva.** Que o Ministério Público pediu vista dos autos. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** Dê-se vista ao Ministério Público para se manifestar acerca do relatório encaminhado pelo serviço de acolhimento institucional do Município. Após retornem conclusos para decisão. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo, que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro, estagiária, o digitei e subscrevi

PROCESSO Nº 0000124-52.2019.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: PATRIK SANTOS DE OLIVEIRA

VÍTIMA: O.E

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (27.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 10hr20min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente a representante do Ministério Público **Dr. LUCIANO AUGUSTO ARAUJO DA COSTA**. Feito pregão constatou-se a presença do autor do fato. Foi dada a palavra ao MP que propôs transação penal ao autor do fato consistente a 4 (quatro) litros de óleo 140 que custa aproximadamente R$ 72,00 (setenta e dois reais), 2 (dois) litros de óleo 90 custa aproximadamente R$ 40,00 (quarenta reais) e 6 (seis) litros de óleo 40 para motor que custa aproximadamente R$ 96,00 (noventa e seis reais) totalizando o valor de R$ 208,00 (duzentos e oito reais) objetos estes destinados a polícia militar Monte Alegre no prazo de (15) quinze dias. Dada a palavra ao autor do fato, o mesmo aceitou a proposta de transação penal, aduzindo que os produtos serão entregues diretamente a Policia Militar. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: PASSOU O MM. JUIZ A PROFERIR SENTENÇA:** Vistos, etc. **HOMOLOGO** por sentença irrecorrível, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, o acordo de transação penal, com arrimo no art. 76 da Lei 9.099/95, conforme acima formulado entre as partes. Sentença publicada em audiência. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0000125-41.2019.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: PABLO HERICK PEREIRA BARBOSA

VÍTIMA: O E.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (27.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 10hr40min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência das partes. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da

certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 22, dê-se vista ao Ministério Público, para análise das alternativas legais cabíveis. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Moacir Oliveira, estagiário, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0000126-26.2019.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: JOSÉ DE SOUZA PINTO

VÍTIMA: O E.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (27.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 11hr00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência das partes. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 25, remarco a presente audiência para o **dia 03/10/2019 às 10hr00min**. Intime-se o autor do fato pessoalmente, com as ressalvas expostas no item ¿1.¿ do despacho exarado às fls. 24. Ciência ao Ministério Público. Serve a cópia desta ata como mandado judicial. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Moacir Oliveira, estagiário, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0000561-97.2019.814.0032 ¿ PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

AUTOR DO FATO: NARCISO PEREIRA PIMENTA JUNIOR

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezoito (27.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 11h20min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente a representante do Ministério Público **Dr. LUCIANO AUGUSTO ARAUJO DA COSTA**. Feito pregão constatou-se a presença do autor do fato. Foi dada a palavra ao MP que propôs transação penal ao autor do fato consistente em doação de peças para veículos, conforme relação hora anexada ora apresentada pelo representante do Ministério Público, em favor 18º Batalhão de Polícia Militar Monte, totalizando o valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais). Dada a palavra ao autor do fato, o mesmo aceitou a proposta de transação penal, aduzindo que os produtos serão entregues diretamente a Batalhão de Policia Militar de Monte Alegre. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: PASSOU O MM. JUIZ A PROFERIR SENTENÇA:** Vistos, etc. **HOMOLOGO** por sentença irrecorrível, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, o acordo de transação penal, com arrimo no art. 76 da Lei 9.099/95, conforme acima formulado entre as partes. Sentença publicada em audiência. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0000601-79.2019.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: CLEUCIJONES GALVÃO DA SILVA

VÍTIMA: O. DA S. A.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (27.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 11hr40min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência das partes. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 22, remarco a presente audiência para o **dia 03/10/2019 às 10hr15min**. Intime-se o autor do fato pessoalmente, com as ressalvas expostas no item ¿1.¿ do despacho exarado às fls. 21. Ciência ao Ministério Público. Serve a cópia desta ata como mandado judicial. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Moacir Oliveira, estagiário, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0000621-70.2019.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: JANILSON CONCEIÇÃO DA SILVA

VÍTIMA: O. E

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (27.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 12hr00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a presença do autor do fato. Foi dada a palavra ao MP que propôs transação penal ao autor do fato consistente a prestação de serviços à comunidade pelo período de 2 (meses) meses durante 1 (uma) hora semanal a ser cumprido no posto de saúde do Bairro de Planalto. Dada a palavra ao autor do fato, o mesmo aceitou a proposta de Transação penal mediante a cumprimento de serviço ao posto de saúde de Planalto. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: PASSOU O MM. JUIZ A PROFERIR SENTENÇA:** Vistos, etc. **HOMOLOGO** por sentença irrecorrível, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, o acordo de transação penal, com arrimo no art. 76 da Lei 9.099/95, conforme acima formulado entre as partes. Oficie-se ao diretor do Posto de Saúde do Bairro de Planalto para que fiscalize o cumprimento da medida e encaminhe a este juízo a frequência do autor do fato. Serve a presente ata como oficio. Sentença publicada em audiência. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0000602-64.2019.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: PABLO HERIK PEREIRA BARBOSA

VÍTIMA: O E.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (27.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 12hr20min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência das partes. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 17, dê-se vista ao Ministério Público, para análise das alternativas legais cabíveis. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Moacir Oliveira, estagiário, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0000641-61.2019.8.14.0032 ¿ TCO

AUTOR DO FATO: NAILSON MENEZES DE OLIVEIRA

VÍTIMA: O E.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (27.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 12hr40min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a ausência das partes **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA**: Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça de fls. 20, dê-se vista ao Ministério Público, para análise das alternativas legais cabíveis. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Moacir Oliveira, estagiário, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº 0007750-63.2018.8.14.0032 ¿ TCO

AUTORA DO FATO: NEURILENE BENÍCIO TORRES

VÍTIMA: N. M. S

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (27.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 13hr00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito pregão constatou-se a presença da vítima e ausência da autora do fato. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA** : Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça às fls. 26, dê-se vista ao Ministério para se manifestar acerca da certidão do Oficial de Justiça. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro Silva, estagiária, o digitei e subscrevi.

PROCESSO Nº0000944-75.2019.8.14.0032 - AÇÃO PENAL

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: BENDITO QUIRINO DA FONSECA

ADVOGADO: Dr. RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO - OAB/PA nº. 26.925

DENUNCIADO: ILON DE SENA ARCANJO

ADVOGADO: Dr. WLANDRE GOMES LEAL OAB/PA Nº13.836

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (27.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 13hr30min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJOS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Presente a representante do Ministério Público **Dr. LUCIANO AUGUSTO ARAUJO DA COSTA**. Feito o pregão de praxe constatou-se a ausência dos denunciados. Presente do advogado, **Dr. RUAN PATRIK NUNES DO NASCIMENTO.** Presente o advogado **Dr. WLANDRE GOMES LEAL.** Passou o MM. Juiz a colher o **depoimento da testemunha de acusação IPC- AFONSO JOSÉ SOARES DE SOUSA**, através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos, acompanhado do CD-ROM. Passou o MM. Juiz a colher o **depoimento da testemunha 3º SGT PM ARILSON ROBERTO SOARES DA SILVA** através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos, acompanhado do CD-ROM. Passou o MM. Juiz a colher o **depoimento da testemunha CB PM CLEBERTON SCHMITT** através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original

permanecerá anexo nos autos, acompanhado do CD-ROM. Dada a palavra ao Ministério Público, nada requereu. Dada a palavra à defesa do réu Benedito, manifestou-se nos seguintes termos: MM juiz, a defesa de Benedito Quirino da Fonseca reitera o pedido de revogação da prisão preventiva. Pede deferimento. Dada a palavra à defesa do réu Ilon, manifestou-se nos seguintes termos: Reitera o pedido de revogação de prisão preventiva. Reitera o pedido de restituição de objetos apreendidos através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos, acompanhado do CD-ROM. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:** 1) Declaro encerrada a instrução processual. Abra-se vistas ao representante do MP para alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias, bem como para se manifestar sobre o pedido de restituição de bens apreendidos; após intime-se as defesas dos acusados para alegações finais no mesmo prazo. 2) Com relação ao pedido de revogação da prisão cautelar dos réus, depreende-se que os mesmos tiveram as prisões em flagrante convertidas em preventiva com fundamento na garantia da ordem pública uma vez que a prisão resultou de prévio monitoramento realizado pela Polícia Civil que culminou com o pedido de busca e apreensão domiciliar, resultando na apreensão de drogas que pelas circunstâncias da prisão bem como pela quantidade não se poderiam inferir de se tratarem-se de meros usuários. Consignou-se que havia monitoramento prévio em torno dos flagranteados por envolvimento em tráfico de drogas no município que traz indícios de que a atividade criminosa não era isolada e sim reiterada, fato concreto ensejador da manutenção da prisão conforme jurisprudência dos tribunais pátrios. Ademais, constatou-se que ambos os denunciados já foram presos anteriormente sendo que o denunciado Ilon não é réu primário, já tendo condenação transitada em julgado pela prática do crime do art. 33 da Lei nº 11.343/06. Nesse sentido também se vislumbra fato concreto apto ao decreto da prisão preventiva pois denota habitualidade criminosa, ressaltando-se que o denunciado Benedito obteve o alvará de soltura em maio de 2018 mediante condições, que em tese foram descumpridas, o que denota a sua falta de compromisso em assumir as cominações impostas. No decorrer da instrução criminal, não aportaram aos autos fatos novos que pudessem fragilizar os indícios da materialidade e da autoria imputados aos réus, logo entende-se que a prisão cautelar ainda se faz necessária, não havendo possibilidade da concessão de medidas cautelares diversas da prisão até por força do disposto no parágrafo único do art. 312 que dispõe que no caso de descumprimento de medidas cautelares anteriormente impostas, a prisão preventiva poderá ser decretada, bem como no caso específico do denunciado Ilon, onde o art. 313, II, do CPP dispõe que permitirá prisão preventiva se o denunciado tiver sido condenado por outro crime doloso em sentença transitada em julgado, o que é o caso do réu, pois como já dito, já foi condenado pela prática do crime de tráfico de drogas. Desta forma, não há possibilidade da concessão da liberdade na atual fase processual, sem prejuízo da reavaliação da medida por ocasião da sentença, cuja a mesma será realizada sob o prisma da proporcionalidade caso haja um decreto condenatório, motivo pelo qual se indefere o pedido de revogação da prisão de ambos os réus. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Juvenilson Bastos da Silva, Analista Judiciário, o digitei e subscrevi.

AÇÃO ORDINÁRIA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO ¿ APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU CONCESSÃO/RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA) ¿ PROCESSO Nº. 0000264-26.2008.8.14.0032

REQUERENTE: FRANCISCA DE OLIVEIRA SILVA

ADVOGADO: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA ¿ OAB/PA Nº. 13.253

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ¿ INSS

DESPACHO

R. H.

Certifique-se acerca da existência de eventual trânsito em julgado da sentença de fls. 242/243. Havendo trânsito em julgado expeça-se o respectivo ofício requisitório de valores ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com as informações apresentadas pela exequente às fls. 247/248, mormente quanto aos honorários advocatícios contratuais e de sucumbência. Não havendo trânsito em julgado, retornem conclusos.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇ¿O ORDINÁRIA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (AMPARO ASSISTENCIAL) ¿ PROCESSO Nº. 0000738-81.2008.814.0032

REQUERENTE: ANA BEATRIZ JARDIM FERREIRA

INTERESSADO: ANEMIRO VIEGAS FERREIRA

INTERESSADA: ZAIDA JARDIM FERREIRA

ADVOGADO: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA ¿ OAB/PA Nº. 13.253-A

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DESPACHO

R. H.

Considerando o pedido de sucessão processual da autora, determino a suspensão do processo até que se decida sobre o pedido de habilitação. Ato contínuo, cite-se o requerido, pessoalmente, por carga ou remessa dos autos, para, no prazo de 10 (dez) dias, se pronunciar sobre o pedido em tela.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

EXECUÇÃO DA PENA ¿ PROCESSO Nº. 0012657-88.2011.8.14.0051

APENADO: MANOEL DE OLIVEIRA PEREIRA

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência admonitória para o **dia 10/12/2019, às 13hr10min**. Intime-se o apenado, pessoalmente.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 24 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO, C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS, COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA) - PROCESSO Nº. 0001568-71.2012.8.14.0032

REQUERENTE: MARIA OSVALDINA SILVA DE FREITAS

INTERESSADA: ALESSANDRA SILVA DE FREITAS

INTERESSADA; ODEIZE SILVA DE FREITAS

INTERESSADA: OLIANA SILVA DE FREITAS

INTERESSADO: FABRICIO SILVA DE FREITAS

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

ADVOGADO: PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS ¿ OAB/PA Nº. 8.409

REQUERIDO: BANCO BMG S.A.

ADVOGADO: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES ¿ OAB/MG Nº. 76.696

DESPACHO

R. H.

Considerando o pedido de sucessão processual da autora, determino a suspensão do processo até que se decida sobre o pedido de habilitação. Ato contínuo, cite-se o requerido, através do advogado constituído nos autos, mediante publicação no DJE, para, no prazo de 05 (cinco) dias, se pronunciar sobre o pedido em tela.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0005541-63.2014.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DA COMARCA DE LARANJAL DO JARI/AMAPÁ (AP)

APENADO: CRISLEI DE SOUZA RODRIGUES MONTEIRO

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. 43, devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ¿ PROCESSO Nº. 0005641-18.2014.8.14.0032

REQUERENTE: ORACI PINTO DA SILVA

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

ADVOGADO: PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS ¿ OAB/PA Nº. 8.409

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A.

ADVOGADO: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB/PA 16.637-A

DESPACHO

R. H.

Cumpra-se conforme determinado no item ¿2.¿ do despacho exarado às fls. 162.

Monte Alegre, Pará (PA), 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0000015-81.2015.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DA PRIMEIRA VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTARÉM/PARÁ (PA)

EXEQUENTE: A UNIÃO FEDERAL

EXECUTADO: HELIO ONETE REBELO

EXECUTADO: EMIVALDO JOSÉ ONETI REBELO

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, determino a realização, no átrio do Fórum desta Vara, de leilão judicial presencial dos bens constantes no auto de penhora, avaliação e depósito, anexado nos autos. Assim deverá a Secretaria Judicial agendar a data para a realização do primeiro e segundo leilão, este último para o caso do bem não ter alcançado lanço superior à importância da avaliação no primeiro leilão, para a realização da venda a quem maior lanço oferecer.

2. Deverá ainda ser providenciada a publicação de edital e as intimações conforme art. 22 da Lei nº.

6.830/80 e, no que couber, artigos 879 e seguintes do Código de Processo Civil, bem como notifique-se o leiloeiro indicado nos autos e intimem-se os executados pessoalmente.

3. Informe ao juízo deprecante, bem como solicite que providencie a intimação do exequente para, até 10 (dez) dias antes da data designada para o leilão, que apresente cálculo atualizado do débito, com a necessária atualização da avaliação, se necessário.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0000684-37.2015.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTARÉM/PARÁ (PA)

REQUERENTE: ADILSON AUZIER CORDEIRO

REQUERIDA: ENEIDE LEMOS NUNES

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA ¿ PROCESSO Nº. 0000942-47.2015.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTARÉM/PARÁ (PA

DENUNCIADO: JAMES DA COSTA FEITOSA

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ¿ PROCESSO Nº. 0001196-20.2015.8.14.0032

REQUERENTE: ALESSANDRO TRINDADE MARRECO

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

ADVOGADO: RAIMUNDO SALIM LIMA SADALA OAB/PA Nº. 5.958

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S.A.

ADVOGADO: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB/PA 16.637-A

DESPACHO

R. H.

Remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, para julgamento do recurso interposto nos autos.

Monte Alegre, Pará (PA), 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA ¿ PROCESSO Nº. 0002449-43.2015.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE SANTARÉM/PARÁ (PA)

ENVOLVIDO: JANURÁRIA ROQUE PEREIRA

DESPACHO

R. H.

Intime-se o senhor Oficial de Justiça, para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, devolver o mandado expedido conforme fls. (não numerado), devidamente certificado quanto ao cumprimento ou não do mesmo.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO ANULATÓRIA DE DÉBITO C/C PEDIDO LIMINAR DE SUSPENSÃO DOS DESCONTOS E DANOS MORAIS - PROCESSO Nº. 0043479-58.2015.8.14.0032

REQUERENTE: BRÁZ SILVA DE AVIZ

ADVOGADA: WELLEN CAROLINE DA SILVA OLIVEIRA ¿ OAB/PA Nº. 22.133

REQUERIDO: BANCO BOMSUCESSO CONSIGNADO S.A.

ADVOGADA: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO ¿ OAB/MG Nº. 96.864

DESPACHO

R. H.

1. Nos termos do artigo 1.010, § 1º, do Código de Processo Civil, intime-se o apelado, ora requerente, para apresentar contrarrazões à Apelação interposta nos autos, no prazo legal para tanto.

2. Após, ex vi do disposto no parágrafo 3º, do artigo 1.010, do Código de Processo Civil, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, independentemente do juízo de admissibilidade, para julgamento do recurso interposto nos autos.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0045481-98.2015.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DA SÉTIMA VARA CÍVEL DA COMARCA DE BOA VISTA/RORAIMA (RR)

REQUERIDO: ALMIR PEREIRA LOPES JUNIOR

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0047480-86.2015.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DE MANAUS/AMAZONAS (AM)

ACUSADO: EUDINEN LIMA DA SILVA

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. 15, devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0047484-26.2015.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI DA COMARCA DE MANAUS/AMAZONAS (AM)

ACUSADO: ALEXANDRE PEREIRA DOS SANTOS

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0048479-39.2015.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE PRAINHA/PA

ACUSADO: ANTONIO DOS SANTOS BATISTA

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO CÍVEL PREVIDENCIÁRIA RURAL POR IDADE HÍBRIDA, COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA ¿ PROCESSO Nº. 0057475-26.2015.8.14.0032

REQUERENTE: FÁTIMA PEREIRA GOMES

ADVOGADO: RAIMUNDO ELDER DINIZ FARIAS ¿ OAB/PA Nº. 16.039

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DESPACHO

R. H.

1. Nos termos do artigo 1.010, § 1º, do Código de Processo Civil, intime-se a apelada, ora requerente, para apresentar contrarrazões à Apelação interposta nos autos, no prazo legal para tanto.

2. Após, ex vi do disposto no parágrafo 3º, do artigo 1.010, do Código de Processo Civil, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal Regional Federal da 1ª Região, independentemente do juízo de admissibilidade.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0061474-84.2015.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA DE SANTARÉM/PARÁ (PA)

AUTORA DO FATO: SUZETE VIEIRA ACACIO

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0132498-75.2015.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTANA ¿ AMAPÁ (AP)

ACUSADO: NIZOMAR LOUREIRA DA SILVA

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0000685-85.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTARÉM/PARÁ (PA)

DENUNCIADO: GILBERTO DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

EXECUÇÃO DA PENA - PROCESSO Nº. 0002042-03.2016.8.14.0032

APENADO: PAULO ROBSON SILVA DE OLIVEIRA

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência admonitória para o **dia 10/12/2019, às 13hr30min**. Intime-se o apenado, pessoalmente.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 24 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002124-34.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE SANTARÉM - PARÁ (PA)

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

REQUERIDA: JANUARIA ROQUE PEREIRA

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002344-32.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE GURUPÁ/PARÁ (PA)

REQUERENTE: T. P. G.

REPRESENTANTE LEGAL: ELAINE PANTOJA GONÇALVES

REQUERIDO: EDILBERTO BEZERRA DOS SANTOS

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO ORDINÁRIA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO ¿ APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU CONCESSÃO/RESTABELECIMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA ¿ PROCESSO Nº. 0000273-78.2008.8.14.0032

REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA IRINEU

INTERESSADO: ANTONIO IRINEU MIMORA

ADVOGADO: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA ¿ OAB/PA Nº. 13.253

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ¿ INSS

DESPACHO

R. H.

Considerando o pedido de sucessão processual da autora, determino a suspensão do processo até que se decida sobre o pedido de habilitação. Ato contínuo, cite-se o requerido, pessoalmente, por carga ou remessa dos autos, para, no prazo de 10 (dez) dias, se pronunciar sobre o pedido em tela.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002823-25.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE PORTO GRANDE/AMAPÁ (AP)

REQUERENTE: MARLY PINTO RAMOS E OUTROS

REQUERIDO: VICENTE AGAPITO DA SILVA

REQUERIDA: ANTONIA NEIDE SERAFIM DE FREITAS E OUTROS

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0003025-02.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE BENEVIDES/PARÁ (PA)

REQUERENTE: ELIANE RODRIGUES PEREIRA

REQUERIDO: ISAIAS DOS SANTOS PEREIRA

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0003665-05.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRAINHA/PARÁ (PA)

REQUERENTE: MAYARA PIRES PIMENTEL

REQUERIDO: EDIE JEFFERSON DA CRUZ BASTOS

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0005012-73.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE GURUPÁ/PARÁ (PA)

REQUERENTE: T. P. G.

REPRESENTANTE LEGAL: ELAINE PANTOJA GONÇALVES

ADVOGADO: ADAMOR GUIMARÃES MALCHER ¿ OAB/PA Nº. 5.361

REQUERIDO: EDILBERTO BEZERRA DOS SANTOS

REQUERIDO: ERINALDO BEZERRA DOS SANTOS

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0005423-19.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE INOCÊNCIA ¿ MATO GROSSO DO SUL (MS)

EXEQUENTE: MUNICÍPIO DE INOCÊNCIA ¿ MATO GROSSO DO SUL (MS)

ADVOGADA: MICHELE CRISTINE BELIZÁRIO CALDERAN ¿ OAB/MS Nº. 10.747

ADVOGADA: FERNANDA NUNES MARTELLI MIOTTO ¿ OAB/MS Nº. 13.291

EXECUTADO: FIDENS ENGENHARIA S.A.

ADVOGADO: RODOLFO DE LIMA GROPEN ¿ OAB/MG Nº. 53.069

ADVOGADO: JOÃO MANOEL MARTINS VIEIRA ROLLA - OAB/MG Nº. 78.122

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0006025-10.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTARÉM/PARÁ (PA)

ACUSADO: JONAS ASSIS DA SILVA

VÍTIMA: J. L. DA S. M.

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA DE ORDEM - PROCESSO Nº. 0006251-15.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: DESEMBARGADORA MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE ¿ PRESIDENTE DA 3ª CÂMARA CÍVEL ISOLADA

REQUERIDO: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/PARÁ (PA)

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo Ordenante, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0006472-95.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA QUINTA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MANAUS/AMAZONAS (AM)

REQUERENTE: H. T. T. M. U.

REQUERIDO: ELIETE TENÓRIO MORAIS

REQUERIDO: JORGE LUIS UCHÔA DE OLIVEIRA

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0006692-93.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE ALENQUER/PARÁ (PA)

AUTOR DO FATO: LEANDRO MORAIS DOS SANTOS

AUTOR DO FATO: ODAIR JOSÉ BANDEIRA TAVEIRA

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0007031-52.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CAPANEMA/PARÁ (PA)

RÉU: ANTONIO CLEBSON SAMPAIO DE SOUZA

TESTEMUNHA: O. R. DE S. P.

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA DE ORDEM - PROCESSO Nº. 0007910-59.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: DESEMBARGADORA MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES ¿ QUARTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

REQUERENTE: DIOGO DE JESUS ALBARADO DE VASCONCELOS

ADVOGADO: IB SALES TAPAJÓS ¿ OAB/PA Nº. 19.181

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/PARÁ (PA)

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo Ordenante, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0009530-09.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ÓBIDOS/PARÁ (PA)

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

DENUNCIADO: ALDENOR ALBARADO BAHIA

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. 16, devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA - PROCESSO Nº. 0667630-71.2016.8.14.0301

SÓCIO-EDUCANDO: S. DOS S. V.

DESPACHO

R. H.

1. Considerando o teor da Relatório Informativo de fls. 75/77, designo audiência de justificação para o **dia 01 de agosto de 2019, às 09hr15min**. Intimem-se a adolescente envolvida, observando-se o endereço indicado às fls. 65, e seus genitores e/ou responsáveis pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.

2. Serve a cópia do presente despacho judicial como mandado de intimação/notificação.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA DE ORDEM - PROCESSO Nº. 0010650-87.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: DESEMBARGADOR(A) RELATORA DIRACY NUNES ALVES - QUINTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SENTENCIADO: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/PARÁ (PA) ¿ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ADVOGADO: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ ¿ OAB/PA Nº. 13.143

ADVOGADA: CÍNTHIA RODRIGUES PINGARILHO VIEIRA ¿ OAB/PA Nº. 15.989

ADVOGADO: RAIMUNDO SALIM LIMA SADALA ¿ OAB/PA Nº. 5.958

ADVOGADA: LEILA MARIA RODRIGUES PINGARILHO ¿ OAB/PA Nº. 9.828

SENTENCIADO: PEDRO NETO DA SILVA LOPES

SENTENCIADA: LUANE FROIS DA SILVA

ADVOGADO: PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS ¿ OAB/PA Nº. 8.409

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo Ordenante, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA DE ORDEM - PROCESSO Nº. 0011152-26.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: DESEMBARGADOR(A) RELATORA DIRACY NUNES ALVES - QUINTA CÂMARA CÍVEL ISOLADA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

SENTENCIADO: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/PARÁ (PA) ¿ SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

ADVOGADO: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ ¿ OAB/PA Nº. 13.143

ADVOGADA: CÍNTHIA RODRIGUES PINGARILHO VIEIRA ¿ OAB/PA Nº. 15.989

ADVOGADO: RAIMUNDO SALIM LIMA SADALA ¿ OAB/PA Nº. 5.958

ADVOGADA: LEILA MARIA RODRIGUES PINGARILHO ¿ OAB/PA Nº. 9.828

SENTENCIADO: PEDRO NETO DA SILVA LOPES

SENTENCIADA: LUANE FROIS DA SILVA

ADVOGADO: PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS ¿ OAB/PA Nº. 8.409

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo Ordenante, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0011330-72.2016.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ÓBIDOS/PARÁ (PA)

DENUNCIADO: MANOEL DO CARMO RODRIGUES

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0000921-03.2017.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DA TERCEIRA VARA FEDERAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ/PA (SJPA)

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉU: EVALDO SANTANA DA SILVA

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA DE ORDEM - PROCESSO Nº. 0002181-18.2017.8.14.0032

APELANTE: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/PARÁ (PA)

ADVOGADO: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ ¿ OAB/PA Nº. 13.143

ADVOGADO: RUBENS LOURENÇO CARDOSO VIEIRA ¿ OAB/PA Nº. 8.173

APELADO: MÁRIO ISHIGURO

ADVOGADO: ISMAEL ANTÔNIO COELHO MORAES ¿ OAB/PA Nº. 6.942

ADVOGADA: LUDMILLA CAMPOS BERARDO ¿ OAB/PA Nº. 13.413

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo Ordenante, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA/EXECUÇÃO DA PENA - PROCESSO Nº. 0002862-85.2017.8.14.0051

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA REGIONAL DE EXECUÇÕES PENAIS DA COMARCA DE SÃO JOSÉ/SANTA CATARINA (SC)

APENADO: RUI NEY DINIZ DA SILVA

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

Trata-se de AUTOS DE EXECUÇÃO DA PENA do nacional RUY NEY DINIZ DA SILVA, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade. Autos originais da Comarca de São José/Santa Catarina (SC) remetidos para esta Comarca em decorrência do apenado informar que iria residir em Monte Alegre/Pará (PA). Em 19 de setembro de 2018 o apenado peticionou nos autos, requerendo o cumprimento da pena na cidade de São José/Santa Catarina (SC), pois voltou a morar na referida cidade.

É o Relatório. DECIDO.

Na hipótese dos autos, o apenado encontra-se residindo na cidade de São José/Santa Catarina (SC), por força de vínculo empregatício na referida cidade, não havendo informações sobre o retorno do mesmo à Comarca de Monte Alegre/Pará (PA).

Ao meu ver, a competência para promover o andamento da presente Execução é da Comarca de São José/Santa Catarina (SC), pois, tal providência concederia maior celeridade ao feito, que tem por objeto uma condenação de 2014, que até o presente momento não teve início, em decorrência das mudanças de domicílio do apenado, bem como o fato de que também propiciará maior garantia de ampla defesa e contraditório ao apenado, vez que constam nos autos informação de descumprimento das condições impostas na decisão que deferiu o livramento condicional do mesmo. Registre-se, ainda, que, à luz do disposto na alínea ¿g¿, do inciso V, do artigo 66, da Lei nº. 7.210/1984, compete ao Juiz da Execução Penal determinar o cumprimento de pena em Outra Comarca.

Ante o exposto, nos termos da motivação acima expendida, DECLINO DA COMPETÊNCIA e determino a baixa dos presentes autos e respectiva remessa ao douto Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca de São José/Santa Catarina (SC), para processamento e julgamento do feito em questão.

P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público.

Monte Alegre/PA, 19 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0003042-04.2017.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE SANTA CRUZ DO SUL/RIO GRANDE DO SUL (RS)

REQUERENTE: L. V. M. D.

REQUERIDO: JOSIMAR AMORIM ABREU

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA DE ORDEM - PROCESSO Nº. 0003122-65.2017.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DO SEGUNDO GRAU ¿ NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO ¿ PRIMEIRA TURMA DE DIREITO PÚBLICO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (PA)

SENTENCIADO: CONSTRUTORA BETEL COMÉRCIO E SERVIÇOS L.T.D.A. ¿ E.P.P.

ADVOGADA: ANA RAQUEL RIBERA FIGUEIREDO ¿ OAB Nº. 8.742

SENTENCIADO: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/PARÁ (PA)

ADVOGADO: MARCO AURÉLIO CASTRILLÓN NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.499

ADVOGADO: RUBENS LOURENÇO CARDOSO VIEIRA ¿ OAB/PA Nº. 8.173

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo Ordenante, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

EXECUÇÃO DA PENA - PROCESSO Nº. 0003482-97.2017.8.14.0032

APENADO: RONIVALDO PICANÇO DE SOUZA

DESPACHO

R. H.

1. Considerando o teor da certidão de fls. 43, designo audiência de justificação para o **dia 10/12/2019, às 13hr45min**.

2. Intime-se o apenado pessoalmente, observando a atualização de endereço constante às fls. 43.

3. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado judicial.

Monte Alegre/PA, 24 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA DE ORDEM - PROCESSO Nº. 0003702-95.2017.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DO SEGUNDO GRAU ¿ NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO ¿ PRIMEIRA TURMA DE DIREITO PÚBLICO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (PA)

SENTENCIADO: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/PARÁ (PA)

ADVOGADO: RUBENS LOURENÇO CARDOSO VIEIRA ¿ OAB/PA Nº. 8.173

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo Ordenante, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

EXECUÇÃO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA - PROCESSO Nº. 0006323-08.2017.8.14.0051

SÓCIO-EDUCANDO: V. DA S. M.

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da Relatório Informativo de fls. 151/168, dê-se vista ao Ministério Público, para análise das alternativas legais cabíveis.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0004522-17.2017.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA QUARTA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MANAUS/AMAZONAS (AM)

REQUERENTE: M. C. D. G.

REPRESENTANTE LEGAL: DANIELE DUARTE RODRIGUES

ADVOGADO: CARLOS ALBERTO RODRIGUES DE SOUZA ¿ OAB/AM Nº. 6.164

REQUERIDO: CLENILDO FERREIRA GOMES

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de

Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0006869-23.2017.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PORTO GRANDE/AMAPÁ (AP)

REQUERENTE: MAX ALMEIDA RODRIGUES

REQUERIDA: LIDIMARA MOITA RODRIGUES

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0006949-84.2017.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA QUINTA VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES DA COMARCA DE MANAUS/AMAZONAS (AM)

EXEQUENTE: D. V. M. DE M.

REPRESENTANTE LEGAL: ADELIA OLIVEIRA DA MATA

EXECUTADO: VAGNER FERREIRA DE MACEDO

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0009952-47.2017.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ORIXIMINÁ/PARÁ (PA)

REQUERENTE: Y. V. G. DOS S.

REPRESENTANTE LEGAL: JÉSSICA EVANGELISTA GATO

REQUERIDO: RAIMUNDO MAGALHÃES DOS SANTOS JÚNIOR

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0010009-65.2017.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ORIXIMINÁ/PARÁ (PA)

REQUERENTE: N. R. DOS S. F.

REQUERENTE: G. R. DOS S. F.

REPRESENTANTE LEGAL: VANDERLANDIA DOS SANTOS SILVA

REQUERIDO: FRANCISCO UCHÔA DE FIGUEIREDO NETO

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA DE ORDEM - PROCESSO Nº. 0010429-70.2017.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DO SEGUNDO GRAU ¿ NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO ¿ PRIMEIRA TURMA DE DIREITO PÚBLICO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (PA)

SENTENCIADO: PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/PARÁ (PA)

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo Ordenante, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0010450-46.2017.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE SANTARÉM/PARÁ (PA)

REQUERENTE: E. D. DOS S.

REPRESENTANTE LEGAL: ELISMARA MACIEL DUTRA

REQUERIDO: LENILSON DA SILVA SANTOS

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA DE ORDEM - PROCESSO Nº. 0011436-97.2017.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DO SEGUNDO GRAU ¿ NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO ¿ PRIMEIRA TURMA DE DIREITO PÚBLICO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (PA)

SENTENCIADO: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/PARÁ (PA)

REPRESENTANTE LEGAL: PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/PARÁ (PA)

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo Ordenante, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA - PROCESSO Nº. 0011776-41.2017.8.14.0032

REQUERENTE: ROSALINA TEIXEIRA

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

ADVOGADO: PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS ¿ OAB/PA Nº. 8.409

REQUERIDO: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S.A.

ADVOGADO: SERGIO ANTONIO FERREIRA GALVÃO ¿ OAB/PA Nº. 3.672

DESPACHO

R. H.

1. Determino a realização de laudo pericial datiloscópico, dos contratos acostados às fls. 88/89, 96/97 e 104/105, devendo a Secretaria Judicial providenciar o envio dos referidos documentos para perícia, ficando cópia nos autos.

2. Oficie-se ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, no Município de Santarém/PA, para que proceda a perícia datiloscópica dos documentos impugnados.

3. Com o agendamento da perícia, proceda-se a intimação da requerente, através de seus advogados, via ato ordinatório no DJE, para que compareça no dia designado para a perícia, levando consigo seus documentos pessoais originais.

4. Serve a cópia do presente despacho como ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO C/C INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO, COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA - PROCESSO Nº. 0011777-26.2017.8.14.0032

REQUERENTE: ROSALINA TEIXEIRA

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

ADVOGADO: PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS ¿ OAB/PA Nº. 8.409

REQUERIDO: BANCO CIFRA S.A.

ADVOGADO: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA ¿ OAB/SP Nº. 327.026

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc.

Trata-se de pedido de cumprimento de sentença entre as partes acima epigrafadas, onde a parte exequente pleiteia o pagamento do valor de R$ 31.037,16 (trinta e um mil e trinta e sete reais e dezesseis centavos) ¿ conforme demonstrativo discriminado e atualizado, apresentado pela credora às fls. 80/81.

Antes mesmo de ser intimado para adimplir a obrigação oriunda dos autos, o executado, às fls. 83/84 peticionou, informando o depósito em juízo da quantia de R$ 18.419,45 (dezoito mil, quatrocentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos), porém nada informou se tal valor seria para quitação da obrigação, com posterior extinção do feito, ou se seria o valor apenas a título de garantia do juízo para eventual apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença, nem apresentou memorial de cálculo do valor que entende ser o devido nos autos.

É o que basta relatar.

No caso concreto, tenho que é possível o levantamento de depósito de quantia incontroversa, sem a necessidade de ser prestada qualquer caução, pela exequente, pois tal valor não está sujeito ao efeito suspensivo, que venha a obstar o levantamento do montante em questão.

Entendo que no caso de eventual acolhimento de provável Impugnação tão-somente a parcela controversa da condenação restaria prejudicada. Neste sentido:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. CONTRATOS AGRÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ. VALOR INCONTROVERSO. POSSIBILIDADE. Estando o feito em fase de cumprimento de sentença e ocorrido o depósito em juízo de quantia incontroversa, cabível a imediata expedição de alvará referente a dita quantia em favor da parte exequente. Demais determinações da decisão recorrida ficam mantidas. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70067704866, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Gelson Rolim Stocker, Julgado em 09/12/2015).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROMESSA DE COMPRA E VENDA. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DO VALOR INCONTROVERSO. DECISÃO AGRAVADA REFORMADA. Em se tratando de valor incontroverso não há razão para impedir a expedição de alvará de tal valor, com o que vai reformada a decisão agravada. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO, POR DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravo de Instrumento Nº 70066350885, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liege Puricelli Pires, Julgado em 03/09/2015).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA

DA AÇÃO DE ORDINÁRIA DE REVISÃO DE CONTRATO. IMPUGNAÇÃO AO PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VALOR INCONTROVERSO. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ. O valor incontroverso depositado judicialmente pode ser levantado pelo exequente independentemente de caução, mesmo em execução provisória. A liberação do valor tido como incontroverso e depositado pelo banco agravado não está sujeito ao efeito suspensivo, inexistindo óbice ao seu levantamento. AGRAVO DE INSTRUMENTO PROVIDO. (Agravo de Instrumento Nº 70053785945, Décima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Ana Lúcia Carvalho Pinto Vieira Rebout, Julgado em 25/07/2013).

Ante o exposto, inexistindo óbice ao levantamento da quantia em questão, DEFIRO a expedição de Alvará Judicial para levantamento do valor de incontroverso nos autos, no importe de R$ 18.419,45 (dezoito mil, quatrocentos e dezenove reais e quarenta e cinco centavos), em favor da autora e/ou advogado desta.

P. R. I. C.

Dando-se regular prosseguimento ao feito: Após a expedição do alvará ora deferido, nos termos do parágrafo 1º do citado artigo 526 do Código de Processo Civil, manifeste-se o credor no prazo de 05 (cinco) dias, podendo impugnar o valor depositado, informado às fls. 83/84, ressaltando-se que se não se opuser o juiz declarará satisfeita a obrigação e extinguirá o processo (CPC, artigos 526, § 3º, e artigo 924, inciso II).

Fica o autor intimado através de seus patronos judiciais, mediante publicação no DJE.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 012135-88.2017.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE SANTARÉM/PARÁ (PA)

REQUERENTE: ANDRESA CASTRO DE OLIVEIRA

REQUERIDO: AMILTON SILVA CARRETEIRO

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE INVENTÁRIO ¿ PROCESSO Nº. 0012777-61.2017.8.14.0032

REQUERENTE/INVENTARIANTE: FRANCIVANE FERREIRA BATISTA

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

INVENTARIADA: FRANCISCA FERREIRA BATISTA

DESPACHO

R. H.

1. Considerando o teor da manifestação de fls. 20, intime-se a requerente, pessoalmente, observando-se o endereço atualizado às fls. 18, para, cumprir com o determinado nos itens ¿3.¿ e ¿4.¿ do despacho exarado às fls. 12 dos autos.

2. Serve a cópia da presente decisão como mandado judicial.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE ADOÇÃO DE MENOR IMPÚBERE, C/C PEDIDO DE MANUTENÇÃO DE GUARDA E DO PODER FAMILIAR ¿ PROCESSO Nº. 0012973-31.2017.8.14.0032

REQUERENTE: LEILA CINTHIA DE SOUZA XAVIER

REQUERENTE: ROBERTO CESAR LAVOR DOS SANTOS

ADVOGADA: ELLEN MONIQUE DE LUCENA ¿ OAB/PA Nº. 28.379

ADVOGADA: LUCIANA DA ROCHA BATISTA PESSOA ¿ OAB/PA Nº. 28.376

REQUERIDA: MARIA REGINA FONSECA DOS SANTOS

MENOR: C. F. DOS S.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

1. Trata-se de AÇÃO DE MENOR IMPÚBERE, C/C PEDIDO DE MANUNTENÇÃO DE GUARDA E DO PODER FAMILIAR, ajuizada por LEILA CINTHIA DE SOUZA XAVIER e ROBERTO CESAR LAVOR DOS SANTOS, em face de MARIA REGINA FONSECA DOS SANTOS, partes devidamente qualificadas nos autos em epígrafe, distribuída nesta Vara Única, com as partes autoras residindo em Santarém/Pará (PA), local onde a menor envolvida, C. F. DOS S., também reside, e, por tais motivos, reconheço a incompetência deste Juízo para processar a presente Ação, pelos motivos abaixo declinados:

2. A propositura da presente Ação em domicílio diverso da menor envolvida viola o Princípio do melhor interesse da criança, que prevalece sobre a estabilização de competência relativa, e deve ser preservado com todo o rigor.

3. A proximidade com a criança, torna possível atender de maneira mais eficaz aos objetivos colimados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como entrega-lhe a prestação jurisdicional de forma rápida e efetiva, por meio de uma interação próxima entre o juízo, o infante e seus pais ou responsáveis.

4. Ademais, o feito tramitando por esta Comarca também iria de encontro ao Princípio constitucional da Duração Razoável do Processo (artigo 5º, inciso LXXVIII, da CF/1988), na medida que, em regra, os atos processuais a serem praticados dependerão de expedição de carta precatória, onerando, assim, o Judiciário com excessivas diligências, contrapondo-se ao Princípio de Eficiência.

5. Assim, pela economia e celeridade processuais, e, sobretudo pela efetividade na prestação jurisdicional, mostra-se adequada a remessa dos autos à Comarca do domicílio dos autores, a saber: Santarém/Pará (PA)

6. Ante o exposto, DECLINO da competência para o processar e julgar o presente feito e determino a remessa dos autos à Comarca de Santarém/Pará (PA), devendo a mesma ser procedida ou pelo Processo Judicial Eletrônico, ou por autos físicos, caso a referida Comarca ainda não tenha implantado o PJe.

7. P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

EXECUÇÃO DA PENA - PROCESSO Nº. 0013173-38.2017.8.14.0032

APENADO: ONOFRE CAMPOS DE SOUZA

ADVOGADO: RAONNIR ABREU DE OLIVEIRA DANTAS ¿ OAB/CE Nº. 27.347

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

Trata-se de AUTOS DE EXECUÇÃO DA PENA do nacional ONOFRE CAMPOS DE SOUZA, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, condenado ao cumprimento de pena restritiva de direitos, e pena pecuniária. Processo originário da Comarca de Ipaumirim, Estado do Ceará (CE), foi remetido para a Comarca de Monte Alegre/Pará em decorrência do apenado informar que iria residir nesta Comarca, no entanto, quando da intimação do reeducando para audiência admonitória, este não foi encontrado no endereço indicado nos autos como sendo o seu.

É o Relatório. DECIDO.

Ao meu ver, a competência para promover o andamento da presente Execução é da Comarca de Ipaumirim, Estado do Ceará (CE), pois, tal providência concederia maior celeridade ao feito, que tem por objeto uma condenação de 2016, que até o presente momento não teve início, em decorrência das mudanças de domicílio do apenado, bem como o fato de que inexistem nos autos informações de que o mesmo chegou a residir nesta Comarca. Registre-se, ainda, que, à luz do disposto na alínea ¿g¿, do inciso V, do artigo 66, da Lei nº. 7.210/1984, compete ao Juiz da Execução Penal determinar o cumprimento de pena em Outra Comarca.

Ante o exposto, nos termos da motivação acima expendida, DECLINO DA COMPETÊNCIA e determino a baixa dos presentes autos e respectiva remessa ao douto Juízo da Vara de Execuções Penais da Comarca de Ipaumirim, Estado do Ceará (CE), para processamento e julgamento do feito em questão.

P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público.

Monte Alegre/PA, 19 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0000946-79.2018.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE SANTARÉM/PARÁ (PA)

REQUERENTE: R. C. L.

REPRESENTANTE LEGAL: ALCIONE COSTA LISBOA

ADVOGADA: ABIGAIL RIBEIRO CARNEIRO ¿ OAB/PA Nº. 11.124

REQUERIDO: CLEBER ALMEIDA VASCONCELOS

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0000983-09.2018.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA TERCEIRA VARA DA COMARCA DE TINGUÁ/CEARÁ (CE)

REQUERENTE: DAVI NETO DA PONTE

REQUERIDO: DAVI DE SOUSA PONTE

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA DE ORDEM - PROCESSO Nº. 0002637-31.2018.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DO SEGUNDO GRAU ¿ NÚCLEO DE SESSÃO DE JULGAMENTO ¿ SEGUNDA TURMA DE DIREITO PÚBLICO - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ (PA)

SENTENCIADO: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/PARÁ (PA)

REPRESENTANTE LEGAL: PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/PARÁ (PA), OU QUEM SUAS VEZES FIZER

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo Ordenante, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0008792-50.2018.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRAINHA/PARÁ (PA)

AUTOR DO FATO: RODRIGO DOS SANTOS RODRIGUES

AUTOR DO FATO: JANDERSON FERREIRA CORREA

AUTOR DO FATO: VANESON BEZERRA GOMES

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0001345-74.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRAINHA/PARÁ (PA)

DENUNCIADO: ALASON FURTADO FERREIRA

DENUNCIADO: IRANILDO RAMOS DA SILVA

DESPACHO

R. H.

Considerando que a data da audiência designada nos autos transcorreu sem que houvesse possibilidade de cumprir o ato deprecado, oficie-se ao Juízo de Origem solicitando nova data para audiência, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para resposta. Havendo resposta cumpra-se o ato deprecado, conforme a sua finalidade, servindo este como Mandado e, após, devolva-se ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição. Não havendo resposta devolva-se ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, independentemente de cumprimento.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0001365-65.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DA SEGUNDA VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DA COMARCA DE SANTARÉM/PARÁ (PA)

AUTOR DO FATO: RAIMUNDO EDISON DOS SANTOS

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência preliminar, para oferecimento de proposta de Transação Penal ao autor do fato, para o dia **01/08/2019, às 12hr15min**. Intime-se o autor do fato pessoalmente, ressaltando que deverá comparecer à audiência acompanhado de advogado, pois, caso contrário, será designado Defensor Público.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0001346-59.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRAINHA/PARÁ (PA)

DENUNCIADO: ELITON DA SILVA CORREA

DESPACHO

R. H.

Considerando que a data da audiência designada nos autos transcorreu sem que houvesse possibilidade de cumprir o ato deprecado, oficie-se ao Juízo de Origem solicitando nova data para audiência, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para resposta. Havendo resposta cumpra-se o ato deprecado, conforme a sua finalidade, servindo este como Mandado e, após, devolva-se ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição. Não havendo resposta devolva-se ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, independentemente de cumprimento.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0001385-56.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRAINHA/PARÁ (PA)

DENUNCIADO: ANTÔNIO CARLOS CONCEIÇÃO DA SILVA

DESPACHO

R. H.

Considerando que a data da audiência designada nos autos transcorreu sem que houvesse possibilidade de cumprir o ato deprecado, oficie-se ao Juízo de Origem solicitando nova data para audiência, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para resposta. Havendo resposta cumpra-se o ato deprecado, conforme a sua finalidade, servindo este como Mandado e, após, devolva-se ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição. Não havendo resposta devolva-se ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição, independentemente de cumprimento.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0001406-32.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MUCAJAI/RORAIMA (RR)

DENUNCIADO: ADAILSON SANTOS MEIRELES

DESPACHO

R. H.

Cumpra-se o ato deprecado conforme a sua finalidade, servindo este como Mandado. Após, devolva-se ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0001445-29.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA NONA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MANAUS/AMAZONAS (AM)

DENUNCIADO: AMINADABE ARAGÃO BATISTA

TESTEMUNHA: J. G. L.

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para inquirição da testemunha J. G. L. para o **dia 14/11/2019, às 10hr30min**. Intime-se.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0001645-36.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA OITAVA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MANAUS/AMAZONAS (AM)

DENUNCIADO: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO

DENUNCIADO: WALTER SILVA BRUNO

TESTEMUNHA: V. DA S. C.

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para inquirição da testemunha V. DA S. C. para o **dia 01/08/2019, às 10hr45min**. Intime-se.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0001989-17.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA CÍVEL, CRIMINAL, DA INFÂNCIA E JUVENTUDE, FAMÍLIA E SUCESSÕES, DAS FAZENDAS PÚBLICAS E DOS REGISTROS PÚBLICOS, DA COMARCA DE ACREÚNA/GOIÁS (GO)

DENUNCIADO: JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS

TESTEMUNHA: A. C. O. S.

TESTEMUNHA: A. T. DA S.

TESTEMUNHA: K. B. F.

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para inquirição das testemunhas A. C. O. S.; A. T. DA S.; e K. B. F. para o **dia 01/08/2019, às 13hr30min**. Intime-se.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002007-38.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE RURÓPOLIS/PARÁ (PA)

TESTEMUNHA: L. B. R.

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para inquirição da testemunha L. B. R. para o **dia 01/08/2019, às 12hr45min**. Intime-se.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0001990-02.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PORTO DE MOZ/PARÁ (PA)

AUTOR DO FATO: JOSÉ TARGINO DOS SANTOS

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência preliminar, para oferecimento de proposta de Transação Penal ao autor do fato, para o dia **01/08/2019, às 13hr10min**. Intime-se o autor do fato pessoalmente, ressaltando que deverá comparecer à audiência acompanhado de advogado, pois, caso contrário, será designado Defensor Público.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002027-29.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALMEIRIM/PARÁ (PA)

DENUNCIADO: JURACY GONÇALVES DA SILVA

ADVOGADO: AMIL ROBERTO MARINHO DE OLIVEIRA ¿ OAB/PA Nº. 23.523-A

ADVOGADO: ALESSANDRO MOURA SILVA ¿ OAB/PA Nº. 17.603

DENUNCIADO: FRANCISCO DAUTO MESQUITA DE SOUSA

ADVOGADO: AMIL ROBERTO MARINHO DE OLIVEIRA ¿ OAB/PA Nº. 23.523-A

ADVOGADO: ALESSANDRO MOURA SILVA ¿ OAB/PA Nº. 17.603

TESTEMUNHA: R. DOS S. S.

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para inquirição da testemunha R. DOS S. S. para o **dia 01/08/2019, às 09hr45min**. Intime-se.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002086-17.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALMEIRIM/PARÁ (PA)

DENUNCIADO: JURACY GONÇALVES DA SILVA

ADVOGADO: AMIL ROBERTO MARINHO DE OLIVEIRA ¿ OAB/PA Nº. 23.523-A

ADVOGADO: ALESSANDRO MOURA SILVA ¿ OAB/PA Nº. 17.603

DENUNCIADO: FRANCISCO DAUTO MESQUITA DE SOUSA

ADVOGADO: AMIL ROBERTO MARINHO DE OLIVEIRA ¿ OAB/PA Nº. 23.523-A

ADVOGADO: ALESSANDRO MOURA SILVA ¿ OAB/PA Nº. 17.603

TESTEMUNHA: D. P. L.

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para inquirição da testemunha D. P. L. para o **dia 01/08/2019, às 09hr30min**. Intime-se.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002068-93.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ (PA)

DENUNCIADO: JOSÉ IVAN PANTOJA ALVES

TESTEMUNHA: S. J. DA C. S.

TESTEMUNHA: T. I. DA S. S.

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para inquirição das testemunhas S. J. DA C. S. e T. I. DA S. S. para o **dia 14/11/2019, às 09hr30min**. Intime-se.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002071-48.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL RESIDUAL DA COMARCA DE BOA VISTA/RORAIMA (RR)

DENUNCIADO: MATEUS FERNANDES DE SOUSA

TESTEMUNHA: R. C. D.

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para inquirição da testemunha R. C. D. para o **dia 01/08/2019, às 11hr15min**. Intime-se.

2. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0001886-10.2019.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: ANASTÁCIO MORAES CUNHA (RÉU PRESO)

ADVOGADO: AFONSO OTÁVIO LINS BRASIL ¿ OAB/PA Nº. 10.628

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

Cuida-se de pedido de revogação de prisão preventiva do réu ANASTÁCIO MORAES CUNHA, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, preso desde 31 de março de 2019, visando apurar os crimes tipificados nos artigos 303 § 1º, c/c artigo 302, § 1º, incisos I e III, e artigo 306, § 2º, todos do Código de Trânsito Brasileiro, todos c/c artigo 70 do Código Penal.

É o Relatório. DECIDO.

A prisão preventiva pressupõe a existência dos requisitos gerais do fumus comissi delicti e periculum libertatis, tendo por norte, sempre, a sua excepcionalidade, pois impõe o cárcere antes de condenação criminal, quando vigora o princípio reitor da liberdade, além de suficientes indícios para imputação da autoria do crime e toda vez que assim o reclame o interesse da ordem pública, ou da instrução criminal, ou da efetiva aplicação da lei penal.

No caso dos autos, consideradas as peculiaridades do mesmo, que envolve o denunciado, atualmente não mais existe a necessidade de segregação cautelar deste, senão vejamos:

No presente caso, verifica-se que em que pese o réu possuir outros procedimentos criminais em seu desfavor, nenhum possui condenação transitada em julgado, o que, mesmo não sendo o momento oportuno, entendo que eventual condenação nos autos, considerando os crimes imputados ao mesmo, ensejaria em uma condenação a ser cumprida sob o regime aberto, ou seja, não haveria pena superior a

04 (quatro) anos de reclusão.

Ao Poder Judiciário cabe garantir a aplicação dos direitos e garantias fundamentais, impondo o mínimo mal-estar necessário ao réu. Nada autoriza que o Estado possa determinar, em sede de medida cautelar, regime mais gravoso do que aquele em que provavelmente o réu será condenado. Sua violação não serve a um processo penal democrático. É a aplicação do Princípio da Homogeneidade, corolário do Princípio da Proporcionalidade, onde mostra-se ilegítima uma prisão preventiva quando a medida for mais gravosa que a própria sanção a ser possivelmente aplicada na hipótese de condenação.

O Ínclito Desembargador Paulo Rangel, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em sua obra ¿Direito Processual Penal¿ (RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal: Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2010, p. 736), ao salientar sobre a homogeneidade a ser analisada como uma das características a ser observada na decretação de prisões processuais assim discorreu:

¿Homogeneidade: A medida cautelar a ser adotada deve ser proporcional a eventual resultado favorável ao pedido do autor, não sendo admissível que a restrição à liberdade, durante o curso do processo seja mais severa que a sanção que será aplicada caso o pedido seja julgado procedente. A homogeneidade da medida é exatamente a proporcionalidade que deve existir entre o que está sendo dado e o que será concedido... O mal causado durante o curso do processo é bem maior que aquele que, possivelmente, poderia ser infligido ao acusado quando de seu término. Entendemos, em uma visão sistemática do sistema penal como um todo, que, nos crimes de médio potencial ofensivo, ou seja, aqueles que admitem a suspensão condicional do processo (cf. art. 89 da Lei nº 9.099/95), não mais se admite prisão cautelar, seja a manutenção da prisão em flagrante ou a decretação da prisão preventiva. Não podemos confundir a prisão em flagrante o crime de furto simples (ou agora até o qualificado, diante do novo entendimento da suspensão condicional do processo em crimes com pena mínima de até 2 anos), por exemplo, com a sua manutenção até o final do processo. Preso em flagrante delito, deve ser concedida a liberdade provisória por ausência de homogeneidade. O mesmo deve ocorrer nos crimes que, em tese, admitem a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos. Assim, estaremos operando com uma visão sistemática das medidas cautelares (cf. obra Vicente Gimeno Sendra, Victor Moreno Catena e Valentín Cortés, Domínguez citada p. 475)¿.

De igual modo preleciona o nobre Mestre e Doutor em Direito Processual Penal, Dr. Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró, em sua obra ¿Direito Processual Penal, Tomo II¿ (BADARÓ, Gustavo Henrique. Direito Processual Penal: Campus Jurídico, Rio de Janeiro, 2ª Ed., p. 200/203):

¿Embora não prevista expressamente, toda prisão preventiva ¿ e cautelar, de maneira geral -, exige um outro requisito: a proporcionalidade entre a prisão cautelar e a provável pena a ser aplicada ao final do processo¿. ¿Toda medida cautelar deve guardar conexão com o provimento futuro que a irá substituir. Em outras palavras, a medida cautelar sempre deve ter em vista uma medida satisfativa e definitiva, resultado do reconhecimento do direito debatido no processo principal, que exige tempo para ser reconhecido. Assim, deve haver uma proporcionalidade entre a medida cautelar e a pena a ser aplicada¿. ¿Embora a prisão preventiva, do ponto de vista de sua finalidade, não seja uma ¿pena antecipada¿ na prática, o mal real causado pela prisão preventiva é parecido, quanto aos efeitos realmente produzidos aos da pena. Como adverte Zappalà (1996, p. 447), na prisão preventiva, o acusado não deve pagar um preço que ele provavelmente não será chamado a pagar nem mesmo depois da condenação¿. ¿Conseqüentemente, o juiz não se deve limitar a analisar ¿prova da existência do crime e indício suficiente de autoria¿ para a decretação da prisão preventiva (CPP, art. 312). Esses critérios são indicadores do denominado fumus commissi delicti, isto é, da probabilidade, baseada em uma cognição sumária, de que o acusado seja o autor de um delito. São elementos necessários, mas não suficientes para a prisão cautelar¿. ¿A análise do ¿direito hipotético¿ não se deve limitar à ¿probabilidade de uma condenação¿. Há mais a ser considerado neste juízo prognóstico. O juiz deverá também verificar a probabilidade de que ao final se tenha de executar uma pena privativa de liberdade¿. ¿Somente no caso em que se anteveja, com base nos elementos concretos existentes nos autos, que o acusado terá de se submeter a uma pena privativa de liberdade, a prisão cautelar será proporcional ao provimento definitivo que ela visa assegurar. Diversamente, caso o juiz anteveja que a pena a ser imposta será apenas uma pena de multa, ou uma pena privativa de liberdade que será substituída por pena restritiva de direito, ou ainda uma pena privativa de liberdade que será condicionalmente suspensa (sursis), ou, finalmente, uma

pena privativa de liberdade a ser cumprida em regime aberto, será ilegal a decretação da prisão preventiva, posto que desproporcional ao resultado final do processo, cuja utilidade se quer assegurar¿. ¿Se a prisão preventiva, ou qualquer outra prisão cautelar for mais gravosa que a pena que se espera ser ao final imposta, não será dotada do caráter de instrumentalidade e acessoriedade inerentes à tutela cautelar. Mesmo no que diz respeito à provisoriedade, não se pode admitir que a medida provisória seja mais severa que a medida definitiva que a irá substituir e que ela deve preservar¿. ¿Em suma, a prisão preventiva jamais poderá ser imposta quando, com base em cognição sumária, se antevir que a pena a ser imposta ao final, provavelmente, não será uma pena privativa de liberdade, ou esta terá sua execução suspensa. Não cabe a prisão preventiva, se ao final do processo, o acusado não terá de cumprir uma pena privativa de liberdade¿.

Neste sentido, leciona Eugênio Pacelli de Oliveira:

"[...] Nota-se, então, certo grau de proporcionalidade (no sentido da proibição do excesso!) entre a hipótese geral da prisão preventiva, conforme art. 313, I, CPP (crimes dolosos punidos com pena privativa superior a quatro anos) e a substituição da pena privativa da liberdade (art. 44, I, CP - condenação até quatro anos). No mesmo sentido, o disposto no art. 33, § 2º, b, CP, permite o início do cumprimento de pena em regime aberto àquele que tenha sido condenado à pena não superior a quatro anos. Na mesma direção, têm-se prudência e proporção na vedação de imposição de quaisquer medidas cautelares - incluindo a prisão preventiva - para as infrações às quais não seja prevista pena privativa da liberdade (art. 283, § 1º, CPP). Nenhuma providência cautelar pode ser superior ao resultado final do processo a que se destina tutelar." (OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal, 16.ª ed., São Paulo: Atlas, 2012, p. 500).

Sobre o tema, é a jurisprudência:

DIREITO PROCESSUAL PENAL. ILEGALIDADE DE PRISÃO PROVISÓRIA QUANDO REPRESENTAR MEDIDA MAIS SEVERA DO QUE A POSSÍVEL PENA A SER APLICADA. É ilegal a manutenção da prisão provisória na hipótese em que seja plausível antever que o início do cumprimento da reprimenda, em caso de eventual condenação, dar-se-á em regime menos rigoroso que o fechado. De fato, a prisão provisória é providência excepcional no Estado Democrático de Direito, só sendo justificável quando atendidos os critérios de adequação, necessidade e proporcionalidade. Dessa forma, para a imposição da medida, é necessário demonstrar concretamente a presença dos requisitos autorizadores da preventiva (art. 312 do CPP) ¿ representados pelo fumus comissi delictie pelo periculum libertatis ¿ e, além disso, não pode a referida medida ser mais grave que a própria sanção a ser possivelmente aplicada na hipótese de condenação do acusado. É o que se defende com a aplicação do princípio da homogeneidade, corolário do princípio da proporcionalidade, não sendo razoável manter o acusado preso em regime mais rigoroso do que aquele que eventualmente lhe será imposto quando da condenação. Precedente citado: HC 64.379-SP, Sexta Turma, DJe 3/11/2008.HC182.750-SP, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 14/5/2013.

Habeas Corpus. Artigo 155, § 4º, inciso IV, 129, 329, todos do Código Penal e 244-B da Lei 8.069/9. A defesa sustenta afronta ao principio da homogeneidade das penas. Segundo o princípio da homogeneidade, corolário do princípio da proporcionalidade, não se afigura legítima a custódia cautelar quando sua imposição se revelar mais severa do que a própria pena imposta ao final do processo em caso de condenação e, ao que parece, é o que ocorrerá na hipótese do caso vertente, pois sendo o acusado primário e portador de bons antecedentes, conforme demonstra a sua FAC, ao final do processo as penas restarão no mínimo legal e, ainda que em concurso material, admitirão a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito e a fixação de regime aberto. Ademais, o STJ já firmou o entendimento de que não restando demonstrada concretamente a ocorrência de ao menos uma das hipóteses autorizadoras da prisão preventiva, à luz do art. 312 do CPP, devida a concessão da liberdade provisória. ORDEM CONCEDIDA. (TJ-RJ - HC: 00676091020148190000 RJ 0067609-10.2014.8.19.0000, Relator: DES. MONICA TOLLEDO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 14/04/2015, TERCEIRA CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 20/04/2015 11:20)

DIREITO PROCESSUAL PENAL. INCOMPATIBILIDADE ENTRE PRISÃO PREVENTIVA E REGIME

ABERTO OU SEMIABERTO. Caso o réu seja condenado a pena que deva ser cumprida em regime inicial diverso do fechado, não será admissível a decretação ou manutenção de prisão preventiva na sentença condenatória. Inicialmente, insta consignar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. Nesse passo, a prisão preventiva, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do réu (STF: HC 93.498-MS, Segunda Turma, DJe de 18/10/2012; STJ: AgRg no RHC 47.220-MG, Quinta Turma, DJe de 29/8/2014; e RHC 36.642-RJ, Sexta Turma, DJe de 29/8/2014). Dessa forma, estabelecido o regime aberto ou semiaberto como o inicial para o cumprimento de pena, a decretação da prisão preventiva inviabiliza o direito de recorrer em liberdade, na medida em que impõe a segregação cautelar ao recorrente, até o trânsito em julgado, sob o fundamento de estarem presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva insertos no art. 312 do CPP. Ao admitir essa possibilidade, chegar-se-ia ao absurdo de ser mais benéfico ao réu renunciar ao direito de recorrer e iniciar imediatamente o cumprimento da pena no regime estipulado do que exercer seu direito de impugnar a decisão perante o segundo grau. Nessa medida, a manutenção ou a imposição da prisão cautelar consistiria flagrante vulneração do princípio da proporcionalidade. Além disso, a prevalecer o referido entendimento, dar-se-á maior efetividade e relevância à medida de natureza precária (manutenção da segregação cautelar) em detrimento da sentença condenatória (título judicial que, por sua natureza, realiza o exame exauriente da quaestio). Por conseguinte, a individualização da pena cederá espaço, indevidamente, à providência de cunho nitidamente provisório e instrumental, subvertendo a natureza e finalidade do processo e de suas medidas cautelares. É bem verdade que a jurisprudência ora dominante no âmbito do STJ tem se orientado pela compatibilidade entre o regime diverso do fechado imposto na sentença e a negativa do apelo em liberdade, desde que adequadas as condições da prisão provisória às regras do regime imposto. Entretanto, esse posicionamento implica, na prática, o restabelecimento da orientação jurisprudencial antes prevalente na jurisprudência STF, que admitia a execução provisória da pena, atualmente rechaçada, ao entendimento de que ela vulnera o princípio da presunção de não culpabilidade inserto no art. 5º, LVII, da CF. Isso porque, se a sentença condenatória ainda não transitou em julgado, só se permite a segregação em decorrência da imposição de prisão cautelar, cuja principal característica, como já ressaltado, significa segregação total do réu. Em outras palavras, a prisão cautelar não admite temperamento para ajustar-se a regime imposto na sentença diverso do fechado. Imposto regime mais brando, significa que o Estado-Juiz, ao aplicar as normas ao caso concreto, concluiu pela possibilidade de o réu poder iniciar o desconto da reprimenda em circunstâncias que não se compatibilizam com a imposição/manutenção de prisão provisória. Caso seja necessário, poderá se valer, quando muito, de medidas alternativas diversas à prisão, previstas no art. 319 do CPP, inquestionavelmente mais adequadas à hipótese. Precedentes citados do STF: HC 118.257-PI, Segunda Turma, DJe 6/3/2014; HC 115.786-MG, Segunda Turma, DJe 20/8/2013; e HC 114.288-RS, Primeira Turma, DJe 7/6/2013. RHC 52.407-RJ, Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 10/12/2014, DJe 18/12/2014 (Informativo 554).

PROCESSUAL PENAL ¿ HABEAS CORPUS- FURTO QUALIFICADO (ART. 155, § 4º, IV, DO CP)- PRISÃO EM FLAGRANTE RELAXADA - DECRETADA PRISÃO PREVENTIVA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - DESPROPORCIONAL - MEDIDAS CAUTELARES - ADEQUADAS E NECESSÁRIAS - ORDEM CONCEDIDA 1. No dia 18/07/2013, as pacientes subtraíram 30 (trinta) jogos de cama, perfazendo um total de R$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais) da Loja Casa das Colchas, localizada na Av. Sete de Setembro, nesta capital. Fatos praticados sem violência e/ou grave ameaça à pessoa. Pacientes primárias e residência fixa. Desproporcionalidade da manutenção da grave medida de prisão preventiva. À vista do princípio da homogeneidade, decorrente do princípio da proporcionalidade, não se mostra razoável manter-se alguém preso cautelarmente em regime muito mais rigoroso do que aquele que ao final eventualmente será imposto. 2. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ART. 282, DO CPP). As medidas cautelares se fazem necessárias e adequadas às pacientes para a concessão da liberdade provisória condicionada, determinando a imediata soltura, mediante as seguintes condições: 1. Comparecimento mensal no juízo processante, para informar e justificar suas atividades; 2. Comunicação imediata ao juízo processante de eventual troca de endereço; 3. Comparecimento a todos os atos processuais. Parecer da Procuradoria pela concessão da ordem. ORDEM CONHECIDA E CONCEDIDA. (TJ-BA - HC: 00147954520138050000 BA 0014795-45.2013.8.05.0000, Data de Julgamento: 15/10/2013, Primeira Câmara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 18/10/2013)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. RECEPTAÇAO. PRISÃO EM FLAGRANTE.

NECESSIDADE DO ENCARCERAMENTO. CAUTELARIDADE. AUSÊNCIA. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. INSUBSISTÊNCIA DA SEGREGAÇAO. 1. Sendo a liberdade a regra e a prisão providência absolutamente excepcional no Estado de Democrático de Direito, cumpre verificar a presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal a fim de se manter a segregação processual. 2. À luz do princípio da proporcionalidade, não se justifica manter a prisão processual motivada por suposta prática de infração cuja pena privativa de liberdade em tese projetada não seja superior a quatro anos. 2. Ordem concedida, na esteira do parecer ministerial, ratificada a liminar. (HC 64.379/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 16/10/2008, DJe 03/11/2008 - destacamos)

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ART. 241, INCISO II, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. NEGATIVA DO BENEFÍCIO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. FUNDAMENTAÇAO INIDÔNEA. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. RÉU PRIMÁRIO E DE BONS ANTECEDENTES. CRIME QUE ADMITE REGIME DIVERSO DO FECHADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. A situação flagrancial e a gravidade em abstrato do delito, dissociadas de qualquer outro elemento concreto e individualizado, não têm, por si sós, o condão de justificar a custódia cautelar. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 2. O fato de o flagrado ser primário, de bons antecedentes, e o crime permitir o regime menos gravoso, não impede a decretação da custódia cautelar, quando comprovada sua necessidade, contudo, deve-se guardar certa proporcionalidade entre a reprimenda cominada à conduta em tese praticada e a restrição à liberdade. 3. Em que pese a repugnância que esta espécie de crime traz à sociedade, mormente porque cometido mediante o abuso da inocência de menores de idade, creio que, no caso, a medida cautelar de privação da liberdade não se faz mais necessária, embora possa ter sido oportuna a sua manutenção na proximidade da consumação dos fatos. 4. Habeas corpus concedido para assegurar ao Paciente o benefício da liberdade provisória, mediante condições a serem estabelecidas pelo Juízo processante. (HC 123.422/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2009, DJe 30/03/2009)

Logo, atento ao princípio da necessidade e proporcionalidade, sendo a prisão antes do trânsito em julgado da sentença condenatória uma medida cautelar, não se pode perder de vista o resultado final do processo, sob pena da cautelar trazer conseqüências mais graves do que o provimento final buscado na ação penal, observo que se encontram presentes os requisitos ensejadores da revogação da prisão preventiva do réu em tela.

No entanto, entendo pertinente cumular à Liberdade Provisória com as medidas cautelares previstas nos incisos I, II, IV e V, do artigo 319, do Código de Processo Penal, ao autuado, quais sejam: o comparecimento mensal ao Juízo para informar e justificar suas atividades; proibição de frequentar bares, boates e congêneres; a proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização do juízo, por mais de 30 (trinta) dias; recolhimento domiciliar noturno; além da proibição de dirigir qualquer tipo de veículo, vez que o mesmo sequer possui carteira de habilitação para tal; sob pena de, descumprindo as medidas, ser revogada a liberdade provisória.

Por tais fundamentos, CONCEDO a Liberdade Provisória, sem fiança, ao nacional ANASTÁCIO MORAES CUNHA, já qualificado, pelos fundamentos supra, se por outro motivo não houver de permanecer custodiado.

Serve a presente decisão como Alvará de Soltura, devendo o acusado ser colocado em liberdade se por outro motivo não se encontrar preso.

P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público.

Dando-se regular prosseguimento ao feito, não havendo mais testemunhas a serem inquiridas, cumulado com a juntada de todos os documentos com fins para elucidação do caso, declaro encerrada a instrução processual. Dê-se vistas às partes para apresentação de Alegações Finais, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, primeiro ao Ministério Público e após a Defesa do réu, devendo este ser intimado, mediante ato ordinatório, por publicação no DJE.

Monte Alegre/Pará (PA), 24 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002326-06.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE TERRA NOVA DO NORTE/MATO GROSSO (MT)

DENUNCIADO: LUZIMAR QUIRINO MACHADO

DENUNCIADO: JAIME DE OLIVEIRA

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para interrogatório do réu LUZIMAR QUIRINO MACHADO para o dia **14/11/2019, às 11hr00min**.

2. Intime-se pessoalmente o réu, ressaltando-se ao mesmo que deverá comparecer à audiência acompanhado de advogado, pois, caso contrário, será designado Defensor Público, bem como o processo seguirá sem sua presença caso falte ao ato, vez que o mesmo já foi devidamente citado nos autos originais.

3. Ciência ao Ministério Público.

4. Informe ao Juízo Deprecante.

5. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002467-25.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE SANTARÉM/PARÁ (PA)

DENUNCIADO: LUIS CLAUDIO BOTELHO DOS SANTOS

DENUNCIADO: THIAGO MULLER CAMPOS GUIMARÃES

TESTEMUNHA: A. O. DE J.

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para inquirição da testemunha A. O. DE J. para o **dia 14/11/2019, às 09hr00min**. Intime-se.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002449-04.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ORIXIMINÁ/PARÁ (PA)

DENUNCIADO: LUCAS SANTOS DE SOUZA

DENUNCIADO: DIELSON DA SILVA CARDOSO

TESTEMUNHA: A. B. DA S.

TESTEMUNHA: G. L. G.

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para inquirição das testemunhas A. B. DA S. e G. L. G. para o **dia 01/08/2019, às 10hr30min**. Intime-se.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002746-11.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE URUARÁ/PARÁ (PA)

DENUNCIADO: WEMERSON GALDINO DOS SANTOS

ADVOGADO: ISRAEL JÚLIO MENEZES DE PÁDUA ¿ OAB/PA Nº. 26.166

DENUNCIADA: MARIA DE JESUS MONTELO MENDES

TESTEMUNHA: J. F. R.

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para inquirição da testemunha J. F. R. para o **dia 01/08/2019, às 12hr30min**. Intime-se.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002767-84.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALMEIRIM/PARÁ (PA)

DENUNCIADO: CLEBSON TRINDADE DA SILVA

ADVOGADO: ARIOSTO CARDOSO PAES JÚNIOR ¿ OAB/PA Nº. 6.469

TESTEMUNHA: D. G. B.

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para inquirição da testemunha D. G. B. para o **dia 01/08/2019, às 10hr15min**. Intime-se.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002946-18.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRAINHA/PARÁ (PA)

DENUNCIADO: LOURIVAL LEONEL DE SOUZA

DESPACHO

R. H.

Cumpra-se o ato deprecado conforme a sua finalidade, servindo este como Mandado. Após, devolva-se ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002966-09.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA NONA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MANAUS/AMAZONAS (AM)

DENUNCIADO: JOATHAS FARIAS COELHO

DENUNCIADO: HIURY VASCONCELOS RODRIGUES

DENUNCIADO: WELDER MELO CAMPOS

ADVOGADO: CLAUDIO AUGUSTO COLARES DA COSTA ¿ OAB/AM Nº. 8.429

DENUNCIADO: GABRIEL LOPES SANTANA

DENUNCIADO: CARLOS THIAGO FERNANDES RAMALHO

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para interrogatório do réu WELDER MELO CAMPOS para o dia **01/08/2019, às 11hr45min**.

2. Intime-se pessoalmente o réu, ressaltando-se ao mesmo que deverá comparecer à audiência acompanhado de advogado, pois, caso contrário, será designado Defensor Público, bem como o processo seguirá sem sua presença caso falte ao ato, vez que o mesmo já foi devidamente citado nos autos originais.

3. Fica o advogado do réu intimado mediante publicação deste no DJE.

4. Ciência ao Ministério Público.

5. Informe ao Juízo Deprecante.

6. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0002967-91.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PRAINHA/PARÁ (PA)

REQUERENTE: J. P. D. S.

REPRESENTANTE LEGAL: IRANICE PINTO DOS SANTOS

REQUERIDO: MANOEL JUNIOR PAIVA DA SILVA

DESPACHO

R. H.

Cumpra-se o ato deprecado conforme a sua finalidade, servindo este como Mandado. Após, devolva-se ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0003046-70.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DA JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO DO PARÁ (PA)

DENUNCIADO: TEMÍSTOCLES PAULO DA SILVA

ADVOGADO: ARLINDO DE JESUS SILVA COSTA ¿ OAB/PA Nº. 13.998

DENUNCIADO: NEUDSON DE JESUS DA SILVA

ADVOGADA: CAMILA GIANINO FRANCO ¿ OAB/PA Nº. 18.741

DENUNCIADO: HÉLIO CARDOSO COSTA NUNES

ADVOGADA: CAMILA GIANINO FRANCO ¿ OAB/PA Nº. 18.741

TESTEMUNHA: R. M. DE S.

TESTEMUNHA: W. F.

TESTEMUNHA: S. M.

TESTEMUNHA: V. S.

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para inquirição das testemunhas R. M. DE S., W. F., S. M. e V. S. para o **dia 08/08/2019, às 13hr15min**. Intime-se.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0003066-61.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DO FORO DE VÁRZEA PAULISTA/SÃO PAULO (SP)

DENUNCIADO: GUSTAVO SARTORATO KNUST DE SOUZA

DESPACHO

R. H.

Cumpra-se o ato deprecado conforme a sua finalidade, servindo este como Mandado. Após, devolva-se ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA ¿ PROCESSO Nº. 0003067-46.2019.8.14.0032

REQUERENTE: CARLOS EVANGELISTA DA SILVA

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

Cuida-se de pedido de revogação de prisão preventiva do indiciado CARLOS EVANGELISTA DA SILVA, devidamente qualificado nos autos em epígrafe, preso desde 03 de junho de 2019, visando apurar os crimes tipificados nos artigos 306 e 303 c/c artigo 302, § 1º, do Código de Trânsito Brasileiro. Aduz o autuado que se encontra preso por um crime que eventual condenação é remota uma pena acima de 04 (quatro) anos, o que não enseja prisão, pois a pena será substituída por restritivas de direito.

Inquérito Policial apresentado, com relatório conclusivo pelo indiciamento do autuado nos crimes tipificados nos artigos 306 e 309 do CTB.

É o Relatório. DECIDO.

A prisão preventiva pressupõe a existência dos requisitos gerais do fumus comissi delicti e periculum libertatis, tendo por norte, sempre, a sua excepcionalidade, pois impõe o cárcere antes de condenação criminal, quando vigora o princípio reitor da liberdade, além de suficientes indícios para imputação da autoria do crime e toda vez que assim o reclame o interesse da ordem pública, ou da instrução criminal, ou da efetiva aplicação da lei penal.

No caso dos autos, consideradas as peculiaridades do mesmo, que envolve o indiciado, atualmente não mais existe a necessidade de segregação cautelar deste, senão vejamos:

No presente caso, verifica-se que os crimes imputados ao autuado, conjuntamente, não possui pena superior à 04 (quatro) anos de reclusão, logo, não preenchendo a hipótese de cabimento prevista no inciso I, do art. 313, do CPP. O crime não foi praticado no âmbito de violência doméstica, bem como não há dúvidas sobre a identidade civil do acusado, de modo que restam igualmente afastadas as hipóteses previstas no inciso III e parágrafo único, do art. 313, do CPP.

Neste sentido, é a lição de Aury Lopes Jr.:

"Não cabe prisão preventiva por crime culposo, em nenhuma hipótese. Sendo doloso, o critério de proporcionalidade vem demarcado pela lei: a pena máxima cominada deve ser superior a 4 anos. Isso dá margem, de plano, ao seguinte questionamento: e nos (muitos) tipos penais em que a pena máxima é igual a 4 anos (e não superior), como nos crimes de furto (art. 155), apropriação indébita (art. 168), contrabando ou descaminho (art. 334) e tantos outros? O dispositivo é claro e não dá margem para interpretação extensiva (sempre vedada em matéria penal).¿. (Direito Processual Penal - 9ª Ed., pág. 832).

Ao Poder Judiciário cabe garantir a aplicação dos direitos e garantias fundamentais, impondo o mínimo mal-estar necessário ao réu. Nada autoriza que o Estado possa determinar, em sede de medida cautelar, regime mais gravoso do que aquele em que provavelmente o réu será condenado. Sua violação não serve a um processo penal democrático. É a aplicação do Princípio da Homogeneidade, corolário do Princípio da Proporcionalidade, onde mostra-se ilegítima uma prisão preventiva quando a medida for mais gravosa que a própria sanção a ser possivelmente aplicada na hipótese de condenação.

O Ínclito Desembargador Paulo Rangel, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em sua obra ¿Direito Processual Penal¿ (RANGEL, Paulo. Direito Processual Penal: Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2010, p. 736), ao salientar sobre a homogeneidade a ser analisada como uma das características a ser observada na decretação de prisões processuais assim discorreu:

¿Homogeneidade: A medida cautelar a ser adotada deve ser proporcional a eventual resultado favorável ao pedido do autor, não sendo admissível que a restrição à liberdade, durante o curso do processo seja mais severa que a sanção que será aplicada caso o pedido seja julgado procedente. A homogeneidade da

medida é exatamente a proporcionalidade que deve existir entre o que está sendo dado e o que será concedido... O mal causado durante o curso do processo é bem maior que aquele que, possivelmente, poderia ser infligido ao acusado quando de seu término. Entendemos, em uma visão sistemática do sistema penal como um todo, que, nos crimes de médio potencial ofensivo, ou seja, aqueles que admitem a suspensão condicional do processo (cf. art. 89 da Lei nº 9.099/95), não mais se admite prisão cautelar, seja a manutenção da prisão em flagrante ou a decretação da prisão preventiva. Não podemos confundir a prisão em flagrante o crime de furto simples (ou agora até o qualificado, diante do novo entendimento da suspensão condicional do processo em crimes com pena mínima de até 2 anos), por exemplo, com a sua manutenção até o final do processo. Preso em flagrante delito, deve ser concedida a liberdade provisória por ausência de homogeneidade. O mesmo deve ocorrer nos crimes que, em tese, admitem a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos. Assim, estaremos operando com uma visão sistemática das medidas cautelares (cf. obra Vicente Gimeno Sendra, Victor Moreno Catena e Valentín Cortés, Domínguez citada p. 475)¿.

De igual modo preleciona o nobre Mestre e Doutor em Direito Processual Penal, Dr. Gustavo Henrique Righi Ivahy Badaró, em sua obra ¿Direito Processual Penal, Tomo II¿ (BADARÓ, Gustavo Henrique. Direito Processual Penal: Campus Jurídico, Rio de Janeiro, 2ª Ed., p. 200/203):

¿Embora não prevista expressamente, toda prisão preventiva ¿ e cautelar, de maneira geral -, exige um outro requisito: a proporcionalidade entre a prisão cautelar e a provável pena a ser aplicada ao final do processo¿. ¿Toda medida cautelar deve guardar conexão com o provimento futuro que a irá substituir. Em outras palavras, a medida cautelar sempre deve ter em vista uma medida satisfativa e definitiva, resultado do reconhecimento do direito debatido no processo principal, que exige tempo para ser reconhecido. Assim, deve haver uma proporcionalidade entre a medida cautelar e a pena a ser aplicada¿. ¿Embora a prisão preventiva, do ponto de vista de sua finalidade, não seja uma ¿pena antecipada¿ na prática, o mal real causado pela prisão preventiva é parecido, quanto aos efeitos realmente produzidos aos da pena. Como adverte Zappalà (1996, p. 447), na prisão preventiva, o acusado não deve pagar um preço que ele provavelmente não será chamado a pagar nem mesmo depois da condenação¿. ¿Conseqüentemente, o juiz não se deve limitar a analisar ¿prova da existência do crime e indício suficiente de autoria¿ para a decretação da prisão preventiva (CPP, art. 312). Esses critérios são indicadores do denominado fumus commissi delicti, isto é, da probabilidade, baseada em uma cognição sumária, de que o acusado seja o autor de um delito. São elementos necessários, mas não suficientes para a prisão cautelar¿. ¿A análise do ¿direito hipotético¿ não se deve limitar à ¿probabilidade de uma condenação¿. Há mais a ser considerado neste juízo prognóstico. O juiz deverá também verificar a probabilidade de que ao final se tenha de executar uma pena privativa de liberdade¿. ¿Somente no caso em que se anteveja, com base nos elementos concretos existentes nos autos, que o acusado terá de se submeter a uma pena privativa de liberdade, a prisão cautelar será proporcional ao provimento definitivo que ela visa assegurar. Diversamente, caso o juiz anteveja que a pena a ser imposta será apenas uma pena de multa, ou uma pena privativa de liberdade que será substituída por pena restritiva de direito, ou ainda uma pena privativa de liberdade que será condicionalmente suspensa (sursis), ou, finalmente, uma pena privativa de liberdade a ser cumprida em regime aberto, será ilegal a decretação da prisão preventiva, posto que desproporcional ao resultado final do processo, cuja utilidade se quer assegurar¿. ¿Se a prisão preventiva, ou qualquer outra prisão cautelar for mais gravosa que a pena que se espera ser ao final imposta, não será dotada do caráter de instrumentalidade e acessoriedade inerentes à tutela cautelar. Mesmo no que diz respeito à provisoriedade, não se pode admitir que a medida provisória seja mais severa que a medida definitiva que a irá substituir e que ela deve preservar¿. ¿Em suma, a prisão preventiva jamais poderá ser imposta quando, com base em cognição sumária, se antevir que a pena a ser imposta ao final, provavelmente, não será uma pena privativa de liberdade, ou esta terá sua execução suspensa. Não cabe a prisão preventiva, se ao final do processo, o acusado não terá de cumprir uma pena privativa de liberdade¿.

Neste sentido, leciona Eugênio Pacelli de Oliveira:

"[...] Nota-se, então, certo grau de proporcionalidade (no sentido da proibição do excesso!) entre a hipótese geral da prisão preventiva, conforme art. 313, I, CPP (crimes dolosos punidos com pena privativa superior a quatro anos) e a substituição da pena privativa da liberdade (art. 44, I, CP - condenação até quatro anos). No mesmo sentido, o disposto no art. 33, § 2º, b, CP, permite o início do cumprimento de

pena em regime aberto àquele que tenha sido condenado à pena não superior a quatro anos. Na mesma direção, têm-se prudência e proporção na vedação de imposição de quaisquer medidas cautelares - incluindo a prisão preventiva - para as infrações às quais não seja prevista pena privativa da liberdade (art. 283, § 1º, CPP). Nenhuma providência cautelar pode ser superior ao resultado final do processo a que se destina tutelar." (OLIVEIRA, Eugênio Pacelli de. Curso de Processo Penal, 16.ª ed., São Paulo: Atlas, 2012, p. 500).

Sobre o tema, é a jurisprudência:

DIREITO PROCESSUAL PENAL. ILEGALIDADE DE PRISÃO PROVISÓRIA QUANDO REPRESENTAR MEDIDA MAIS SEVERA DO QUE A POSSÍVEL PENA A SER APLICADA. É ilegal a manutenção da prisão provisória na hipótese em que seja plausível antever que o início do cumprimento da reprimenda, em caso de eventual condenação, dar-se-á em regime menos rigoroso que o fechado. De fato, a prisão provisória é providência excepcional no Estado Democrático de Direito, só sendo justificável quando atendidos os critérios de adequação, necessidade e proporcionalidade. Dessa forma, para a imposição da medida, é necessário demonstrar concretamente a presença dos requisitos autorizadores da preventiva (art. 312 do CPP) ¿ representados pelo fumus comissi delictie pelo periculum libertatis ¿ e, além disso, não pode a referida medida ser mais grave que a própria sanção a ser possivelmente aplicada na hipótese de condenação do acusado. É o que se defende com a aplicação do princípio da homogeneidade, corolário do princípio da proporcionalidade, não sendo razoável manter o acusado preso em regime mais rigoroso do que aquele que eventualmente lhe será imposto quando da condenação. Precedente citado: HC 64.379-SP, Sexta Turma, DJe 3/11/2008.HC182.750-SP, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 14/5/2013.

Habeas Corpus. Artigo 155, § 4º, inciso IV, 129, 329, todos do Código Penal e 244-B da Lei 8.069/9. A defesa sustenta afronta ao principio da homogeneidade das penas. Segundo o princípio da homogeneidade, corolário do princípio da proporcionalidade, não se afigura legítima a custódia cautelar quando sua imposição se revelar mais severa do que a própria pena imposta ao final do processo em caso de condenação e, ao que parece, é o que ocorrerá na hipótese do caso vertente, pois sendo o acusado primário e portador de bons antecedentes, conforme demonstra a sua FAC, ao final do processo as penas restarão no mínimo legal e, ainda que em concurso material, admitirão a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direito e a fixação de regime aberto. Ademais, o STJ já firmou o entendimento de que não restando demonstrada concretamente a ocorrência de ao menos uma das hipóteses autorizadoras da prisão preventiva, à luz do art. 312 do CPP, devida a concessão da liberdade provisória. ORDEM CONCEDIDA. (TJ-RJ - HC: 00676091020148190000 RJ 0067609-10.2014.8.19.0000, Relator: DES. MONICA TOLLEDO DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 14/04/2015, TERCEIRA CAMARA CRIMINAL, Data de Publicação: 20/04/2015 11:20)

DIREITO PROCESSUAL PENAL. INCOMPATIBILIDADE ENTRE PRISÃO PREVENTIVA E REGIME ABERTO OU SEMIABERTO. Caso o réu seja condenado a pena que deva ser cumprida em regime inicial diverso do fechado, não será admissível a decretação ou manutenção de prisão preventiva na sentença condenatória. Inicialmente, insta consignar que a prisão cautelar deve ser considerada exceção, já que, por meio desta medida, priva-se o réu de seu jus libertatis antes do pronunciamento condenatório definitivo, consubstanciado na sentença transitada em julgado. Nesse passo, a prisão preventiva, enquanto medida de natureza cautelar, não pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do réu (STF: HC 93.498-MS, Segunda Turma, DJe de 18/10/2012; STJ: AgRg no RHC 47.220-MG, Quinta Turma, DJe de 29/8/2014; e RHC 36.642-RJ, Sexta Turma, DJe de 29/8/2014). Dessa forma, estabelecido o regime aberto ou semiaberto como o inicial para o cumprimento de pena, a decretação da prisão preventiva inviabiliza o direito de recorrer em liberdade, na medida em que impõe a segregação cautelar ao recorrente, até o trânsito em julgado, sob o fundamento de estarem presentes os requisitos ensejadores da prisão preventiva insertos no art. 312 do CPP. Ao admitir essa possibilidade, chegar-se-ia ao absurdo de ser mais benéfico ao réu renunciar ao direito de recorrer e iniciar imediatamente o cumprimento da pena no regime estipulado do que exercer seu direito de impugnar a decisão perante o segundo grau. Nessa medida, a manutenção ou a imposição da prisão cautelar consistiria flagrante vulneração do princípio da proporcionalidade. Além disso, a prevalecer o referido entendimento, dar-se-á maior efetividade e relevância à medida de natureza precária (manutenção da segregação cautelar) em detrimento da sentença condenatória (título judicial que, por sua natureza, realiza o exame exauriente da

quaestio). Por conseguinte, a individualização da pena cederá espaço, indevidamente, à providência de cunho nitidamente provisório e instrumental, subvertendo a natureza e finalidade do processo e de suas medidas cautelares. É bem verdade que a jurisprudência ora dominante no âmbito do STJ tem se orientado pela compatibilidade entre o regime diverso do fechado imposto na sentença e a negativa do apelo em liberdade, desde que adequadas as condições da prisão provisória às regras do regime imposto. Entretanto, esse posicionamento implica, na prática, o restabelecimento da orientação jurisprudencial antes prevalente na jurisprudência STF, que admitia a execução provisória da pena, atualmente rechaçada, ao entendimento de que ela vulnera o princípio da presunção de não culpabilidade inserto no art. 5º, LVII, da CF. Isso porque, se a sentença condenatória ainda não transitou em julgado, só se permite a segregação em decorrência da imposição de prisão cautelar, cuja principal característica, como já ressaltado, significa segregação total do réu. Em outras palavras, a prisão cautelar não admite temperamento para ajustar-se a regime imposto na sentença diverso do fechado. Imposto regime mais brando, significa que o Estado-Juiz, ao aplicar as normas ao caso concreto, concluiu pela possibilidade de o réu poder iniciar o desconto da reprimenda em circunstâncias que não se compatibilizam com a imposição/manutenção de prisão provisória. Caso seja necessário, poderá se valer, quando muito, de medidas alternativas diversas à prisão, previstas no art. 319 do CPP, inquestionavelmente mais adequadas à hipótese. Precedentes citados do STF: HC 118.257-PI, Segunda Turma, DJe 6/3/2014; HC 115.786-MG, Segunda Turma, DJe 20/8/2013; e HC 114.288-RS, Primeira Turma, DJe 7/6/2013. RHC 52.407-RJ, Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 10/12/2014, DJe 18/12/2014 (Informativo 554).

PROCESSUAL PENAL ¿ HABEAS CORPUS- FURTO QUALIFICADO (ART. 155, § 4º, IV, DO CP)- PRISÃO EM FLAGRANTE RELAXADA - DECRETADA PRISÃO PREVENTIVA - GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA - DESPROPORCIONAL - MEDIDAS CAUTELARES - ADEQUADAS E NECESSÁRIAS - ORDEM CONCEDIDA 1. No dia 18/07/2013, as pacientes subtraíram 30 (trinta) jogos de cama, perfazendo um total de R$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais) da Loja Casa das Colchas, localizada na Av. Sete de Setembro, nesta capital. Fatos praticados sem violência e/ou grave ameaça à pessoa. Pacientes primárias e residência fixa. Desproporcionalidade da manutenção da grave medida de prisão preventiva. À vista do princípio da homogeneidade, decorrente do princípio da proporcionalidade, não se mostra razoável manter-se alguém preso cautelarmente em regime muito mais rigoroso do que aquele que ao final eventualmente será imposto. 2. MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO (ART. 282, DO CPP). As medidas cautelares se fazem necessárias e adequadas às pacientes para a concessão da liberdade provisória condicionada, determinando a imediata soltura, mediante as seguintes condições: 1. Comparecimento mensal no juízo processante, para informar e justificar suas atividades; 2. Comunicação imediata ao juízo processante de eventual troca de endereço; 3. Comparecimento a todos os atos processuais. Parecer da Procuradoria pela concessão da ordem. ORDEM CONHECIDA E CONCEDIDA. (TJ-BA - HC: 00147954520138050000 BA 0014795-45.2013.8.05.0000, Data de Julgamento: 15/10/2013, Primeira Câmara Criminal - Primeira Turma, Data de Publicação: 18/10/2013)

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. RECEPTAÇAO. PRISÃO EM FLAGRANTE. NECESSIDADE DO ENCARCERAMENTO. CAUTELARIDADE. AUSÊNCIA. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. INSUBSISTÊNCIA DA SEGREGAÇAO. 1. Sendo a liberdade a regra e a prisão providência absolutamente excepcional no Estado de Democrático de Direito, cumpre verificar a presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal a fim de se manter a segregação processual. 2. À luz do princípio da proporcionalidade, não se justifica manter a prisão processual motivada por suposta prática de infração cuja pena privativa de liberdade em tese projetada não seja superior a quatro anos. 2. Ordem concedida, na esteira do parecer ministerial, ratificada a liminar. (HC 64.379/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 16/10/2008, DJe 03/11/2008 - destacamos)

HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. ART. 241, INCISO II, DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. NEGATIVA DO BENEFÍCIO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. FUNDAMENTAÇAO INIDÔNEA. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. RÉU PRIMÁRIO E DE BONS ANTECEDENTES. CRIME QUE ADMITE REGIME DIVERSO DO FECHADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. A situação flagrancial e a gravidade em abstrato do delito, dissociadas de qualquer outro elemento concreto e individualizado, não têm, por si sós, o condão de justificar a custódia cautelar. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 2. O fato de o flagrado ser primário, de bons antecedentes, e o crime permitir o regime menos gravoso, não impede a decretação da

custódia cautelar, quando comprovada sua necessidade, contudo, deve-se guardar certa proporcionalidade entre a reprimenda cominada à conduta em tese praticada e a restrição à liberdade. 3. Em que pese a repugnância que esta espécie de crime traz à sociedade, mormente porque cometido mediante o abuso da inocência de menores de idade, creio que, no caso, a medida cautelar de privação da liberdade não se faz mais necessária, embora possa ter sido oportuna a sua manutenção na proximidade da consumação dos fatos. 4. Habeas corpus concedido para assegurar ao Paciente o benefício da liberdade provisória, mediante condições a serem estabelecidas pelo Juízo processante. (HC 123.422/MT, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 03/03/2009, DJe 30/03/2009)

Logo, atento ao princípio da necessidade e proporcionalidade, sendo a prisão antes do trânsito em julgado da sentença condenatória uma medida cautelar, não se pode perder de vista o resultado final do processo, sob pena da cautelar trazer conseqüências mais graves do que o provimento final buscado na ação penal, observo que se encontram presentes os requisitos ensejadores da revogação da prisão preventiva do indiciado em tela.

No entanto, entendo pertinente cumular à Liberdade Provisória com as medidas cautelares previstas nos incisos I, II, IV e V, do artigo 319, do Código de Processo Penal, ao autuado, quais sejam: o comparecimento mensal ao Juízo para informar e justificar suas atividades; proibição de frequentar bares, boates e congêneres; a proibição de ausentar-se da Comarca, sem autorização do juízo, por mais de 30 (trinta) dias; recolhimento domiciliar noturno; além da proibição de dirigir qualquer tipo de veículo, vez que o mesmo sequer possui carteira de habilitação para tal; sob pena de, descumprindo as medidas, ser revogada a liberdade provisória.

Por tais fundamentos, CONCEDO a Liberdade Provisória, sem fiança, ao nacional CARLOS EVANGELISTA DA SILVA, já qualificado, pelos fundamentos supra, se por outro motivo não houver de permanecer custodiado.

Serve a presente decisão como Alvará de Soltura, devendo o acusado ser colocado em liberdade se por outro motivo não se encontrar preso.

P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público.

Monte Alegre/Pará (PA), 24 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0002766-02.2019.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: ALDENIZA CARVALHO FURTADO (RÉ PRESA)

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

1. Recebo a denúncia de fls. 02, oferecida em desfavor de ALDENIZA CARVALHO FURTADO, já qualificada, pois presentes os pressupostos de admissibilidade dispostos no art. 41 do Código de Processo Penal, uma vez constatada a prova da materialidade e indícios de autoria, não sendo o caso de rejeição liminar da peça acusatória.

2. Cite-se, pessoalmente, a denunciada, para apresentar, por meio de advogado, resposta à acusação, no

prazo de 10 (dez) dias, ressaltando que poderá arguir preliminares, alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. Deve o Oficial de Justiça, por ocasião da diligência, indagar da acusada se a mesma tem condições de constituir advogado particular e, em caso negativo, desde já certificar que a mesma deseja ser patrocinada pela Defensoria Pública do Estado, devendo os autos ser encaminhados com vistas, imediatamente, à Defensoria Pública, para apresentação de defesa escrita, no prazo legal para tanto, nos termos do art. 396-A, § 2º, do Código de Processo Penal.

3. Designo o dia **16/07/2019, às 14hr00min**, para audiência de interrogatório, instrução e julgamento. Requisitem-se a presença da ré presa, à audiência, ao CRASHM, ou à Central de Triagem, em Santarém, ou qualquer outro estabelecimento penal em que a denunciada esteja atualmente custodiada, sob responsabilidade da SUSIPE. Intimem-se pessoalmente as testemunhas arroladas pelo Ministério Público e pela defesa. Ciência ao Ministério Público.

4. Considerando que inexiste Defensor Público lotado nesta Comarca e em face da prioridade absoluta de tramitação do presente processo, que possui réu preso provisoriamente, nomeio o Dr. HIGO LUÍS NASCIMENTO PEREIRA, advogado militante nesta Comarca, como Defensor Dativo da ré. Assim, determino a intimação pessoal do causídico, para apresentação de resposta escrita, no prazo de 10 (dez) dias, independentemente da devolução da precatória com fins para citação do denunciada presa.

5. Serve a cópia da presente decisão como mandado de citação/intimação e ofício.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0003127-19.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DA AUDITORIA DA OITAVA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA MILITAR DA JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

DENUNCIADO: MAURÍCIO FERNANDES TEIXEIRA

TESTEMUNHA: W. DA S. B.

DESPACHO

R. H.

1. Para cumprimento do ato deprecado, designo audiência para inquirição da testemunha W. DA S. B. para o **dia 14/11/2019, às 10hr00min**. Intime-se.

2. Ciência ao Ministério Público.

3. Informe ao Juízo Deprecante.

4. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA ¿ PROCESSO Nº. 0003147-10.2019.8.14.0032

REQUERENTE: ELCIRLEY SABINA MAGALHÃES

ADVOGADO: RUAN PATRICK NUNES DO NASCIMENTO ¿ OAB/PA Nº. 26.925

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

Trata-se de pedido de REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA ajuizada por ELCIRLEY SABINA MAGALHÃES, devidamente qualificado nos autos em epígrafe. Alega o demandante que foi preso no dia 09 de junho de 2019, em decorrência de suposto ilícito tipificado no artigo129, § 9º do Código Penal Brasileiro, c/c artigo 7º, inciso I, da Lei nº. 11.340/2006. Ocorre que a vítima faltou com a verdade em suas declarações prestadas perante a autoridade policial, ocasião que mencionou condutas demasiadamente graves em desfavor do réu. Todavia, a própria vítima e a mãe da mesma, que prestaram esclarecimentos inverídicos na Delegacia de Polícia, elaboraram declarações devidamente assinadas registrando que as informações relatadas não são verdadeiras. Que a ofendida sofre alega sofrer de problema de depressão de terceiro grau e que sua atitude foi em razão de tal circunstância, e que sua genitora nada viu, apenas reproduziu o que aquela havia dito, ou seja, apenas mentiras, sendo que tais informações foram ratificadas em declarações acostadas aos autos.

Juntou documentos comprobatórios ao pleito às fls. 05/08, em especial declarações às fls. 05 da vítima e da mãe desta, às fls. 06, devidamente assinada por ambas, onde elas declaram que o réu em nenhum momento agrediu a ofendida, ou proferiu qualquer tipo de ameaça, e que não possuem receio do mesmo atentar contra a vida delas, ou da família delas, além do fato das declarações que prestaram na Delegacia de Polícia não serem verdadeiras.

É o relatório. DECIDO.

Depreende-se do disposto no art. 316 do Código de Processo Penal que o juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem. Guilherme de Souza Nucci, ao comentar este dispositivo legal, assim se manifesta:

¿... É possível que o juiz tenha indeferido o pedido do Ministério Público de decretação da prisão preventiva do réu, por não ter constatado causa válida para isso, espelhando-se nas provas de que dispunha no processo, naquele momento. Entretanto, surgindo nova prova, é natural que a situação fática tenha apresentado alteração, justificando outro pedido e, conseqüentemente, a decretação da medida cautelar. O mesmo raciocínio deve ser aplicado em via inversa. Se o acusado preso, logo no início, porque se dizia que ele ameaçava testemunhas, é possível que, em seguida aos depoimentos destas, que negam ao juiz as pretensas ameaças, caiba a revisão da medida, colocando-se o acusado em liberdade...¿ (Código de Processo Penal Comentado, 3ª ed., São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2004, p. 316)

Sabemos que a prisão provisória, dada sua natureza eminentemente cautelar, reclama a presença dos requisitos gerais do fumus comissi delicti e periculum libertatis, tendo por norte, sempre, a sua excepcionalidade, pois impõe o cárcere antes de condenação criminal, quando vigora o princípio reitor da liberdade.

Compulsando os autos, verifico que os fundamentos da decisão que decretou a prisão preventiva não mais persistem, uma vez que a vítima requereu em juízo, posteriormente à decretação da prisão cautelar, a revogação da referida ordem. Ainda que concorde que houve gravidade na prática delituosa, verifico que a ofendida e uma das testemunhas, ora mãe daquela, declararam que o réu em nenhum momento agrediu

a ofendida, ou proferiu qualquer tipo de ameaça, e que não possuem receio do mesmo atentar contra a vida delas, ou da família delas, além do fato das declarações que prestaram na Delegacia de Polícia não serem verdadeiras.

Mesmo sendo incabível nesta fase processual a valoração das provas já produzidas, este juízo não pode deixar de levar em consideração os documentos juntados com o pedido em tela, em especial as declarações anteriormente mencionadas. Por tais motivos, consideradas as peculiaridades do caso, não vislumbro haver, por ora, qualquer elemento probatório concreto a conduzir à conclusão de que, em liberdade, o réu prejudicará a ordem pública, a instrução processual ou a futura aplicação da lei penal, mormente levando em conta que a vítima e uma das testemunhas declararam, além do fato de inexistir Laudo de Lesão Corporal nos autos.

A nova sistemática adotada pelo ordenamento jurídico, com contornos dados pela Lei nº. 12.403/11, promoveu alterações para a decretação da prisão processual, onde, ressalvado respeitável entendimento em contrário, procurou harmonizar o processo penal brasileiro com as liberdades individuais garantidas pela Constituição Federal de 1988. E, sob o espírito da nova lei, a prisão preventiva, que já era medida cautelar extreme, revestiu-se de garantias processuais protetoras de sua excepcionalidade.

A Carta Magna estatui que: ¿ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou de crime propriamente militar, definidos em lei¿, bem como: ¿ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança¿. Ambas as garantias, complementadas pela lei processual penal, deixam clara a primazia da liberdade, que deve ser mantida como estado natural do indivíduo ou restituída quando não demonstrada a necessidade de recolhimento ao cárcere.

Entretanto, nítida era a dificuldade de se adotar a **ultima ratio** da prisão processual quando somente duas opções se abriam ao julgador: ou se mantinha o acusado em liberdade irrestrita e se referendava eventual risco de reiteração delitiva, prejuízo à instrução processual e esquiva do cumprimento de sanção penal, ou, na posição diametralmente oposta, impunham-se as severas condições do cárcere, idênticas àquelas dispensadas aos condenados ao desconto de sanção penal definitiva. Louvável, portanto, a lei, que abriu o leque de opções ao julgador, de modo a permitir a gradação das restrições oponíveis ao acusado, garantindo a excepcionalidade da prisão preventiva. Com efeito, a equação que expressa a problemática do **status libertatis** x **periculum societatis** não é matemática, insolúvel pela decisão: liberdade plena ou prisão em regime fechado, pois, por vezes, a garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e segurança da aplicação da lei penal justificam a restrição da liberdade, mas não em grau absoluto. Ademais, a previsão de medidas cautelares alternativas, diversas da prisão, vem em socorro de mais uma falha normativa: a desproporção entre o prognóstico da sanção penal final e o recolhimento ao cárcere durante a tramitação do processo. Acerca da adequação das medidas cautelares alternativas, Guilherme de Souza Nucci destaca que:

¿Esse fator, sem dúvida, concerne ao princípio constitucional da proporcionalidade. Observa-se, cada vez mais, a vinculação e a interligação entre os princípios constitucionais e processuais penais. (...) Agora, nota-se o vínculo entre cautelares e a proporcionalidade, ou seja, tal como se fosse uma autêntica individualização da pena, deve-se analisar o fato e seu autor, em detalhes, para aplicar a mais adequada medida cautelar restritiva de liberdade. Cuida-se da individualização da medida cautelar, vez que existem várias à disposição do Magistrado para a aplicação ao caso concreto.¿ (Prisão e Liberdade As reformas processuais penais introduzidas pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 27/28).

Este é o caso dos autos. Em que pese este Juízo ter decretado a prisão preventiva do requerente, fundamentado na garantia da ordem pública, levando-se em conta as circunstâncias em que praticado o crime imputado ao requerente, com violência ou grave ameaça contra pessoa, não subsistem, portanto, na presente ocasião qualquer dos motivos ensejadores da prisão preventiva àquela época.

Soma-se a isso que se trata de réu tecnicamente primário, sem condenações penais transitadas em julgado, o que reforça a revogação da custodia cautelar, eis que reúne condições para receber a liberdade

provisória.

Assim, verifico que não existe nos autos qualquer caso concreto que imponha a necessidade da segregação cautelar do réu, logo, se não há qualquer elemento objetivo dos autos que sinalize a necessidade da medida extrema, deve ser concedida a soltura ao acusado, nos termos de precedente do STJ:

¿PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. 1. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA DENEGADA. GRAVIDADE GENÉRICA. REQUISITOS NÃO DEMONSTRADOS IN CONCRETO. 2. ORDEM CONCEDIDA. 1. A necessidade da manutenção da prisão em flagrante deve ser demonstrada, concretamente, com alguma das hipóteses previstas no artigo 312 do Código de Processo Penal, não se admitindo a prisão ex legis. Em razão disso, não se justifica a manutenção em cárcere em razão da natureza do crime cometido ou mesmo porque genericamente se possa extrair o risco à ordem pública ou à aplicação da lei penal. 2. No caso, em se tratando de crime de tráfico em que muito reduzida a quantidade de entorpecentes, e em se tratando de ré primária e de bons antecedentes, é de rigor a soltura. 3. Ordem concedida para permitir que a paciente aguarde o trânsito em julgado da ação penal em liberdade, se por outro motivo não estiver preso.¿. (HC 129.854/MT, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2009, DJe 14/09/2009).

Nesse sentido, se mostram suficientes, para preservar a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, as medidas cautelares alternativas do art. 319, incisos I, III, e IV do CPP ao réu, quais sejam: o comparecimento mensal ao juízo para informar e justificar suas atividades, a proibição de manter contato com a vítima e testemunhas do caso e proibição de ausentar-se da Comarca.

Por tais fundamentos, REVOGO a prisão cautelar de ELCIRLEY SABINA MAGALHÃES, já qualificado, devendo o mesmo ser colocado em liberdade, se por outro motivo não se encontrar preso, impondo-lhe as medidas cautelares supramencionadas.

P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público.

Sem prejuízo das determinações anteriores, considerando as informações existentes nos autos, determino que seja enviado cópia dos mesmos, bem como dos autos em apenso, para a Polícia Civil, para apuração de possível ilícito tipificado no artigo 339 do Código Penal Brasileiro.

Serve a cópia da presente decisão como Alvará de Soltura/mandado judicial/ofício.

Monte Alegre ¿ Pará (PA), 24 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL - PROCESSO Nº. 0002826-72.2019.8.14.0032

DENUNCIADO: PABLO HERICK PEREIRA BARBOSA

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

Trata-se de AÇÃO PENAL oferecida em desfavor de PABLO HERICK PEREIRA BARBOSA, já

qualificado, no qual, por ocasião do oferecimento da denúncia, a nobre representante do Ministério Público pugnou pela instauração de Incidente de Insanidade Mental em desfavor do réu.

É o breve relato. DECIDO.

Havendo, no caso em comento, dúvida acerca da higidez mental do denunciado, em harmonia com a cota Ministerial e nos termos do artigo 149 do Código de Processo Penal, defiro o pedido em tela e:

a) DETERMINO a instauração de INCIDENTE DE INSANIDADE MENTAL de PABLO HERICK PEREIRA BARBOSA. Expeça-se a competente Portaria e formem-se autos autônomos referente ao Incidente, procedendo-se a juntada de cópia da presente decisão nos autos a serem ajuizados;

b) SUSPENDO a Ação Penal nº. 0002826-72.2019.8.14.0032, nos termos do artigo 149, § 2º, do Código de Processo Penal;

c) Considerando que inexiste Defensor Público lotado nesta Comarca e em face da prioridade absoluta de tramitação do presente processo, que possui réu preso/internado provisoriamente, nomeio o Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS, advogado militante nesta Comarca, como Defensor Dativo e curador do réu. Assim, determino a intimação pessoal do causídico, para prestar compromisso de seu grau;

d) Apresentada a qualificação do curador ora nomeado, intime-se o mesmo, para, no prazo de 10 (dez) dias, prestar compromisso de seu grau;

e) Depois, abram-se vistas às partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem os quesitos que julgarem necessários, nos termos do artigo 176 do CPP;

f) Após, oficie-se ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, solicitando a designação de data para que o réu seja submetido ao exame, respondendo aos quesitos formulados pelas partes, bem como aos seguintes quesitos formulados por este Juízo:

1. O acusado, ao tempo da ação ou omissão, era, por motivo de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, inteiramente incapaz de entender o caráter criminoso do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento?

2. O acusado, ao tempo da ação ou omissão, era, por motivo de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento?

3. O acusado oferece risco ao convívio familiar ou ao convívio social? É violento ou perigoso?

4. Sendo positiva a resposta aos quesitos ¿1¿ ou ¿2¿, qual a doença de que padece o acusado? (informar o respectivo CID)

5. A eventual doença de que padece o acusado é permanente, progressiva ou regressiva?

g) Apresentada a data para que o réu seja submetido ao exame, oficie-se ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Santa Izabel do Pará, requisitando a condução do denunciado ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves na data a ser aprazada;

h) Após a apresentação do Laudo, abram-se vistas às partes, para manifestação;

i) Em seguida retornem conclusos para decisão.

j) P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público e ao Defensor ¿Ad Hoc¿.

k) Sem prejuízo das determinações anteriores, oficie-se ao Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico de Santa Izabel do Pará, requisitando a transferência do réu da unidade prisional onde atualmente encontra-se custodiado para o referido Centro de Recuperação Psiquiátrica (CRP), informando, ainda, ao(à) Senhor(a) Diretor(a) da unidade prisional onde o denunciado encontra-se custodiado atualmente, acerca desta decisão.

l) Considerando que existe em tramitação nesta Comarca outro Incidente de Insanidade Mental instaurado em face do mesmo réu, distribuído sob o nº. 0000888-18.2014.8.14.0032, informe tal fato ao Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, para que as duas perícias sejam feitas na mesma data, para fins de celeridade processual.

m) Serve a cópia da presente decisão como mandado judicial/ofício.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE - PROCESSO Nº. 0003167-98.2019.8.14.0032

FLAGRANTEADO: JOSUÉ ARAÚJO DA SILVA

DESPACHO

R. H.

1. Considerando a notícia de que o flagranteado foi afiançado pela Autoridade Policial, e já se encontra em liberdade, oficie-se à Delegacia de Polícia Civil, solicitando, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, a guia de recolhimento de fiança, expedido pela SEFA, remetendo o referido boleto este Juízo, a fim de comprovar o depósito com a juntada da duplicata aos autos. Após, retornem conclusos.

2. Serve a cópia do presente despacho como ofício.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0003026-79.2019.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: ELCIRLEY SABINA MAGALHÃES

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

1. Recebo a denúncia de fls. 02, oferecida em desfavor de ELCIRLEY SABINA MAGALHÃES, já

qualificado, pois presentes os pressupostos de admissibilidade dispostos no art. 41 do Código de Processo Penal, uma vez constatada a prova da materialidade e indícios de autoria, não sendo o caso de rejeição liminar da peça acusatória.

2. Cite-se, pessoalmente, o denunciado, para apresentar, por meio de advogado, resposta à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, ressaltando que poderá arguir preliminares, alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. Deve o Oficial de Justiça, por ocasião da diligência, indagar do acusado se o mesmo tem condições de constituir advogado particular e, em caso negativo, desde já certificar que o mesmo deseja ser patrocinado pela Defensoria Pública do Estado, devendo os autos ser encaminhados com vistas, imediatamente, à Defensora Pública, para apresentação de defesa escrita, no prazo legal para tanto, nos termos do art. 396-A, § 2º, do Código de Processo Penal.

3. Serve a cópia da presente decisão como mandado de citação/intimação e ofício.

Monte Alegre/PA, 24 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0013096-29.2017.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE MANAUS/AMAZONAS (AM)

REQUERENTE: ELIELSON DA SILVA ROSA

REQUERENTE: ELBENICE SILVA ROSA

DESPACHO

R. H.

Considerando o teor da certidão de fls. (não numeradas), devolva-se a presente ao Juízo de Origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 14 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA ¿ PROCESSO Nº 0000747-78.2010.814.0032

IMPETRANTE: CARLOS SILVA DE ASSUNÇÃO

ADVOGADO: AFONSO OTÁVIO LINS BRASIL

IMPETRADO: JARDEL VASCONCELOS CARMO

ADVOGADO: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ

DESPACHO

R. H.

O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença, assim, determino que o Município de Monte Alegre seja intimado para cumprir a obrigação de fazer constante do título judicial transitado em julgado, no prazo de 05 (cinco) dias, devendo comprovar, no mesmo prazo, o cumprimento da sentença sob pena de arbitramento de multa diária, em caso de descumprimento. Intimem-se.

Monte Alegre/PA, 26 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR - PROCESSO Nº 0001643-42.2014.814.0032

IMPETRANTE: RAIMUNDO SERGIO DE SOUZA MONTEIRO

ADVOGADA: MARIA DO PERPETUO SOCORRO MACEDO VALENTE E OUTRO

IMPETRADOS: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE E OUTROS

ADVOGADO: RAIMUNDO SALIM LIMA SADALA

DESPACHO

R. H.

Arquivem-se os autos com as formalidades legais.

Monte Alegre/PA, 26 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO DE LIMINAR ¿ PROCESSO Nº 0001766-98.2018.814.0032

IMPETRANTE: LUIS GUSTAVO SALES XAVIER

ADVOGADO: ALEXSANDRO DA LUZ CAVALCANTE OAB/PA 18.304

IMPETRADO: PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

LISTISCONSORTE PASSIVO: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

PROCURADOR MUNICIPAL: AFONSO OTÁVIO LINS BRASIL OAB/PA 10.628

DESPACHO

R. H.

Considerando a informação constante às fls. 97/98, de que a ordem judicial contida na decisão interlocutória de fls. 72/74 não foi cumprida até a presente data, determino que a Autoridade impetrada comprove, no prazo de (quarenta e oito horas) o cumprimento da determinação judicial em questão. Intimem-se. Após o prazo, com ou sem manifestação, retornem conclusos pra providencias cabíveis.

Monte Alegre/PA, 26 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS ¿ PROCESSO Nº 0002921-39.2018.814.0032

REQUERENTE: ANGELA MARIA ALBARADO VASCONCELOS

ADVOGADO: SANDERSON ANDRÉ DA SILVA DE OLIVEIRA OAB/PA 26.348

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB/PA 16.637-A

SENTENÇA CÍVEL COM MÉRITO

Vistos, etc.

Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.009/95.

Depreende-se dos autos que, após sofrer um assalto na data de 27.01.2018, a única agência do banco réu localizada no Município de Monte Alegre fechou suas portas por aproximadamente uma semana. Após este período, a agência reabriu, entretanto, sem receber numerário, pelo que funcionou apenas com os valores provenientes da economia local por aproximadamente 60 (sessenta) dias.

A parte autora ajuizou a presente ação indenizatória, na qual alega que por ser servidor público, recebe seus vencimentos na agência do banco réu, que é a única do Município de Monte Alegre. Sustentou que em razão do fechamento da agência, não conseguiu sacar seus vencimentos e pagar suas contas, razão pela qual tiveram que se deslocar para as agências situadas em outros municípios ou efetuar transferências para a conta de terceiros.

Defendeu que o réu condicionou a reabertura da agência ao cumprimento de várias exigências e que o banco réu voltou a operar apenas com os recursos movimentados pela população da cidade, os quais eram insuficientes para atender todos os cidadãos, por aproximadamente sessenta dias, o que causou diversos prejuízos.

O requerido, por sua vez, alegou que não cometeu nenhum ato ilícito passível de reparação e que foi vítima de um evento criminoso.

Inicialmente, registre-se que o requerido, na qualidade de prestador de serviços, responde objetivamente pelos danos causados aos consumidores, conforme prevê a legislação consumerista. Vejamos:

Art. 3º - Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem

como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

(...)

§ 2º - Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Dizer que sua responsabilidade é objetiva significa que independe de aferição de culpa, conforme prevê o artigo 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 14 - O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Nesse contexto, para que seja afastada a responsabilidade do prestador de serviços, este deve comprovar a existência de uma das hipóteses excludentes previstas no § 3º do artigo supramencionado:

(...)

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Na casuística, verifica-se que o réu limitou-se a alegar que não pode ser responsabilizado pelos danos suportados pelos consumidores em decorrência do fechamento da agência, uma vez que tal medida foi necessária para a reconstrução do local, que ficou seriamente danificado em razão do assalto.

Contudo, verifica-se que a agência do banco réu só voltou a funcionar normalmente em 02/04/2018, ou seja, mais de dois meses após o assalto. Com efeito, deveria o requerido ter demonstrado que os danos causados à agência impossibilitaram a retomada do seu funcionamento normal por este longo período de tempo, o que não ocorreu.

Conforme acima narrado, restou incontroverso que a agência ficou totalmente fechada do dia 28.01.2018 até o dia 02.02.2018 e, quando reabriu, funcionou precariamente por mais 60 (sessenta) dias.

Ainda que se considere que os danos causados à agência demandaram seu fechamento por aproximadamente uma semana, o requerido não apresentou qualquer justificativa plausível para o período em que o banco funcionou apenas com os recursos movimentados pela população da cidade.

Verifica-se que o próprio preposto do requerido, ouvido em juízo, afirmou que quando o banco reabriu, sua estrutura física já havia sido consertada, entretanto, por entender que tal medida não era suficiente para coibir outros assaltos, a agência voltou a operar sem numerário, o que continuou a causar prejuízos aos consumidores, já que a quantia de dinheiro disponibilizada era insuficiente para atender a população.

Nesse contexto, observa-se que a conduta do banco de optar por funcionar sem numerário, em razão da suposta inexistência de condições seguras de trabalho, acabou por punir seus consumidores, que não possuem qualquer responsabilidade pelo ocorrido, mas tiveram que arcar com as consequências da alegada falta de segurança.

Portanto, conclui-se que houve falha nos serviços prestados pelo banco réu, que, na casuística, não logrou êxito em comprovar a ocorrência de qualquer excludente capaz de afastar sua responsabilidade pelo ocorrido.

Quanto à existência de dano, observa-se que o autor é servidor público, o que evidente tornou impossível receberem seus vencimentos nesta cidade, bem como a necessidade de deslocamento para as agências localizadas em cidades vizinhas, pelo período de mais de dois meses, causaram-lhes aborrecimentos e prejuízos que ultrapassam a esfera do mero dissabor. Destaque-se que a opção de saques disponibilizada pelo requerido, em agência lotérica ou banco postal, se demonstrou precária e insuficiente, na medida em que os saques eram limitados e em valores baixos, o que de fato não atendida a necessidade dos consumidores.

Portanto, restaram evidenciados todos os elementos da responsabilidade civil, a saber: **(i)** conduta do banco (falha na prestação de serviço adequado); **(ii)** danos morais; **(iii)** nexo causal (impossibilidade de o autor receber seu salário em decorrência da ausência de numerário na agência do banco réu).

Definida a reponsabilidade de indenizar, necessário fixar o quantum indenizatório.

No tocante ao valor arbitrado a título de danos morais, a doutrina esclarece que: [...] o dano que se prefere denominar extrapatrimonial consubstancia vulneração a direitos da personalidade e reclama fixação indenizatória que represente uma compensação à vítima, da mesma maneira que, simultaneamente, deve representar um desestímulo ao ofensor, ainda que, no caso concreto, se pondere o grau de culpabilidade do agente, se afinal não se arbitra o quantum indenizatório pela extensão de um prejuízo que não é materialmente mensurável. (PELUSO. Cezar. Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência. 6ª ed. Barueri: Manole, 2012, p. 950).

Igualmente, a jurisprudência aponta que:

CIVIL. DANO MORAL. QUANTIFICAÇÃO. [...] Para se estipular o valor do dano moral devem ser consideradas as condições pessoais dos envolvidos, evitando-se que sejam desbordados os limites dos bons princípios e da igualdade que regem as relações de direito, para que não importe em um prêmio indevido ao ofendido, indo muito além da recompensa ao desconforto, ao desagrado, aos efeitos do gravame suportado. Recurso parcialmente conhecido e nessa parte provido. (REsp 214.053/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2000, DJ 19/03/2001, p. 113)

Portanto, na fixação do quantum indenizatório, é necessário respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, as condições pessoais e econômicas dos envolvidos, bem como a gravidade e extensão do dano, a fim de evitar o enriquecimento indevido daquele que pleiteia a indenização.

Importante também acentuar que o valor arbitrado a título de indenização deve possuir tanto caráter compensatório como punitivo. Compensatório porque, ainda que não seja capaz de restabelecer o status quo ante, pode proporcionar à parte certo conforto material no sentido de lhe minorar o sofrimento. Punitivo ou educativo porque a condenação objetiva coibir condutas semelhantes, desestimulando assim a repetição do dano.

No caso concreto, constata-se, primeiro, que o requerido, por se tratar de um renomado banco, possui boa saúde financeira. Ademais, seu grau de culpa é considerado alto, já que atribuiu aos seus consumidores a responsabilidade de arcar com as consequências da suposta ausência de condições seguras de trabalho.

Segundo, é incontestável que os aborrecimentos enfrentados pelos autores em decorrência da impossibilidade de movimentar seus salários depositados na agência do réu, que é a única da cidade, ultrapassam a esfera do mero dissabor. Contudo, não há qualquer prova nos autos de que o requerente tenha sofrido prejuízos maiores do que os já presumidos pela falha na prestação do serviço, como, por exemplo, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito em razão do inadimplemento decorrente da impossibilidade de pagamento de uma conta vencida. Apesar disso, não se ignora os transtornos

decorrentes do deslocamento forçado para cidades vizinhas e isso tudo por mais de dois meses.

Nesse contexto, considerando as características do presente caso, entendo que deva ser fixado o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), quantia que se mostra suficiente e proporcional para ressarcir os ofendidos, bem como para punir a instituição financeira por sua conduta ilícita.

Em face do exposto, na forma do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil JULGO PROCEDENTE a demanda para o exato fim de CONDENAR o réu pagar a parte autora indenização por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com correção monetária pelo índice INPC e juros de mora, sendo que o termo inicial da fluência dos juros de mora, configurada a relação contratual existente entre as partes, incide o disposto nos artigos 405 e 406 do Código Civil, segundo o qual os juros moratórios, no percentual de 1% ao mês, devem fluir da citação.

Sem custas e honorários, pois incabíveis pelo rito do juizado especial no 1° grau de jurisdição.

P. R. I.

Monte Alegre/PA, 26 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS ¿ PROCESSO Nº 0003054-81.2018.814.0032

REQUERENTE: GILVANIA ARCANJO DA SILVA

ADVOGADO: SANDERSON ANDRÉ DA SILVA DE OLIVEIRA OAB/PA 26.348

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS OAB/PA 21.148-A

SENTENÇA CÍVEL COM MÉRITO

Vistos, etc.

Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.009/95.

Depreende-se dos autos que, após sofrer um assalto na data de 27.01.2018, a única agência do banco réu localizada no Município de Monte Alegre fechou suas portas por aproximadamente uma semana. Após este período, a agência reabriu, entretanto, sem receber numerário, pelo que funcionou apenas com os valores provenientes da economia local por aproximadamente 60 (sessenta) dias.

A parte autora ajuizou a presente ação indenizatória, na qual alega que por ser servidor público, recebe seus vencimentos na agência do banco réu, que é a única do Município de Monte Alegre. Sustentou que em razão do fechamento da agência, não conseguiu sacar seus vencimentos e pagar suas contas, razão pela qual tiveram que se deslocar para as agências situadas em outros municípios ou efetuar transferências para a conta de terceiros.

Defendeu que o réu condicionou a reabertura da agência ao cumprimento de várias exigências e que o banco réu voltou a operar apenas com os recursos movimentados pela população da cidade, os quais

eram insuficientes para atender todos os cidadãos, por aproximadamente sessenta dias, o que causou diversos prejuízos.

O requerido, por sua vez, alegou que não cometeu nenhum ato ilícito passível de reparação e que foi vítima de um evento criminoso.

Inicialmente, registre-se que o requerido, na qualidade de prestador de serviços, responde objetivamente pelos danos causados aos consumidores, conforme prevê a legislação consumerista. Vejamos:

Art. 3º - Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

(...)

§ 2º - Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Dizer que sua responsabilidade é objetiva significa que independe de aferição de culpa, conforme prevê o artigo 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 14 - O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Nesse contexto, para que seja afastada a responsabilidade do prestador de serviços, este deve comprovar a existência de uma das hipóteses excludentes previstas no § 3º do artigo supramencionado:

(...)

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Na casuística, verifica-se que o réu limitou-se a alegar que não pode ser responsabilizado pelos danos suportados pelos consumidores em decorrência do fechamento da agência, uma vez que tal medida foi necessária para a reconstrução do local, que ficou seriamente danificado em razão do assalto.

Contudo, verifica-se que a agência do banco réu só voltou a funcionar normalmente em 02/04/2018, ou seja, mais de dois meses após o assalto. Com efeito, deveria o requerido ter demonstrado que os danos causados à agência impossibilitaram a retomada do seu funcionamento normal por este longo período de tempo, o que não ocorreu.

Conforme acima narrado, restou incontroverso que a agência ficou totalmente fechada do dia 28.01.2018 até o dia 02.02.2018 e, quando reabriu, funcionou precariamente por mais 60 (sessenta) dias.

Ainda que se considere que os danos causados à agência demandaram seu fechamento por aproximadamente uma semana, o requerido não apresentou qualquer justificativa plausível para o período em que o banco funcionou apenas com os recursos movimentados pela população da cidade.

Verifica-se que o próprio preposto do requerido, ouvido em juízo, afirmou que quando o banco reabriu, sua estrutura física já havia sido consertada, entretanto, por entender que tal medida não era suficiente para coibir outros assaltos, a agência voltou a operar sem numerário, o que continuou a causar prejuízos aos consumidores, já que a quantia de dinheiro disponibilizada era insuficiente para atender a população.

Nesse contexto, observa-se que a conduta do banco de optar por funcionar sem numerário, em razão da suposta inexistência de condições seguras de trabalho, acabou por punir seus consumidores, que não possuem qualquer responsabilidade pelo ocorrido, mas tiveram que arcar com as consequências da alegada falta de segurança.

Portanto, conclui-se que houve falha nos serviços prestados pelo banco réu, que, na casuística, não logrou êxito em comprovar a ocorrência de qualquer excludente capaz de afastar sua responsabilidade pelo ocorrido.

Quanto à existência de dano, observa-se que o autor é servidor público, o que evidente tornou impossível receberem seus vencimentos nesta cidade, bem como a necessidade de deslocamento para as agências localizadas em cidades vizinhas, pelo período de mais de dois meses, causaram-lhes aborrecimentos e prejuízos que ultrapassam a esfera do mero dissabor. Destaque-se que a opção de saques disponibilizada pelo requerido, em agência lotérica ou banco postal, se demonstrou precária e insuficiente, na medida em que os saques eram limitados e em valores baixos, o que de fato não atendida a necessidade dos consumidores.

Portanto, restaram evidenciados todos os elementos da responsabilidade civil, a saber: **(i)** conduta do banco (falha na prestação de serviço adequado); **(ii)** danos morais; **(iii)** nexo causal (impossibilidade de o autor receber seu salário em decorrência da ausência de numerário na agência do banco réu).

Definida a reponsabilidade de indenizar, necessário fixar o quantum indenizatório.

No tocante ao valor arbitrado a título de danos morais, a doutrina esclarece que: [...] o dano que se prefere denominar extrapatrimonial consubstancia vulneração a direitos da personalidade e reclama fixação indenizatória que represente uma compensação à vítima, da mesma maneira que, simultaneamente, deve representar um desestímulo ao ofensor, ainda que, no caso concreto, se pondere o grau de culpabilidade do agente, se afinal não se arbitra o quantum indenizatório pela extensão de um prejuízo que não é materialmente mensurável. (PELUSO. Cezar. Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência. 6ª ed. Barueri: Manole, 2012, p. 950).

Igualmente, a jurisprudência aponta que:

CIVIL. DANO MORAL. QUANTIFICAÇÃO. [...] Para se estipular o valor do dano moral devem ser consideradas as condições pessoais dos envolvidos, evitando-se que sejam desbordados os limites dos bons princípios e da igualdade que regem as relações de direito, para que não importe em um prêmio indevido ao ofendido, indo muito além da recompensa ao desconforto, ao desagrado, aos efeitos do gravame suportado. Recurso parcialmente conhecido e nessa parte provido. (REsp 214.053/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2000, DJ 19/03/2001, p. 113)

Portanto, na fixação do quantum indenizatório, é necessário respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, as condições pessoais e econômicas dos envolvidos, bem como a gravidade e extensão do dano, a fim de evitar o enriquecimento indevido daquele que pleiteia a indenização.

Importante também acentuar que o valor arbitrado a título de indenização deve possuir tanto caráter compensatório como punitivo. Compensatório porque, ainda que não seja capaz de restabelecer o status quo ante, pode proporcionar à parte certo conforto material no sentido de lhe minorar o sofrimento. Punitivo ou educativo porque a condenação objetiva coibir condutas semelhantes, desestimulando assim a repetição do dano.

No caso concreto, constata-se, primeiro, que o requerido, por se tratar de um renomado banco, possui boa saúde financeira. Ademais, seu grau de culpa é considerado alto, já que atribuiu aos seus consumidores a responsabilidade de arcar com as consequências da suposta ausência de condições seguras de trabalho.

Segundo, é incontestável que os aborrecimentos enfrentados pelos autores em decorrência da impossibilidade de movimentar seus salários depositados na agência do réu, que é a única da cidade, ultrapassam a esfera do mero dissabor. Contudo, não há qualquer prova nos autos de que o requerente tenha sofrido prejuízos maiores do que os já presumidos pela falha na prestação do serviço, como, por exemplo, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito em razão do inadimplemento decorrente da impossibilidade de pagamento de uma conta vencida. Apesar disso, não se ignora os transtornos decorrentes do deslocamento forçado para cidades vizinhas e isso tudo por mais de dois meses.

Nesse contexto, considerando as características do presente caso, entendo que deva ser fixado o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), quantia que se mostra suficiente e proporcional para ressarcir os ofendidos, bem como para punir a instituição financeira por sua conduta ilícita.

Em face do exposto, na forma do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil JULGO PROCEDENTE a demanda para o exato fim de CONDENAR o réu pagar a parte autora indenização por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com correção monetária pelo índice INPC e juros de mora, sendo que o termo inicial da fluência dos juros de mora, configurada a relação contratual existente entre as partes, incide o disposto nos artigos 405 e 406 do Código Civil, segundo o qual os juros moratórios, no percentual de 1% ao mês, devem fluir da citação.

Sem custas e honorários, pois incabíveis pelo rito do juizado especial no 1° grau de jurisdição.

P. R. I.

Monte Alegre/PA, 26 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS ¿ PROCESSO Nº 0003056-51.2018.814.0032

REQUERENTE: MARIA CLEUSA VIANA HUTIM

ADVOGADO: SANDERSON ANDRÉ DA SILVA DE OLIVEIRA OAB/PA 26.348

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB/PA 16.637-A

SENTENÇA CÍVEL COM MÉRITO

Vistos, etc.

Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.009/95.

Depreende-se dos autos que, após sofrer um assalto na data de 27.01.2018, a única agência do banco réu localizada no Município de Monte Alegre fechou suas portas por aproximadamente uma semana. Após este período, a agência reabriu, entretanto, sem receber numerário, pelo que funcionou apenas com os valores provenientes da economia local por aproximadamente 60 (sessenta) dias.

A parte autora ajuizou a presente ação indenizatória, na qual alega que por ser servidor público, recebe seus vencimentos na agência do banco réu, que é a única do Município de Monte Alegre. Sustentou que em razão do fechamento da agência, não conseguiu sacar seus vencimentos e pagar suas contas, razão pela qual tiveram que se deslocar para as agências situadas em outros municípios ou efetuar transferências para a conta de terceiros.

Defendeu que o réu condicionou a reabertura da agência ao cumprimento de várias exigências e que o banco réu voltou a operar apenas com os recursos movimentados pela população da cidade, os quais eram insuficientes para atender todos os cidadãos, por aproximadamente sessenta dias, o que causou diversos prejuízos.

O requerido, por sua vez, alegou que não cometeu nenhum ato ilícito passível de reparação e que foi vítima de um evento criminoso.

Inicialmente, registre-se que o requerido, na qualidade de prestador de serviços, responde objetivamente pelos danos causados aos consumidores, conforme prevê a legislação consumerista. Vejamos:

Art. 3º - Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

(...)

§ 2º - Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Dizer que sua responsabilidade é objetiva significa que independe de aferição de culpa, conforme prevê o artigo 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 14 - O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Nesse contexto, para que seja afastada a responsabilidade do prestador de serviços, este deve comprovar a existência de uma das hipóteses excludentes previstas no § 3º do artigo supramencionado:

(...)

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Na casuística, verifica-se que o réu limitou-se a alegar que não pode ser responsabilizado pelos danos suportados pelos consumidores em decorrência do fechamento da agência, uma vez que tal medida foi necessária para a reconstrução do local, que ficou seriamente danificado em razão do assalto.

Contudo, verifica-se que a agência do banco réu só voltou a funcionar normalmente em 02/04/2018, ou seja, mais de dois meses após o assalto. Com efeito, deveria o requerido ter demonstrado que os danos causados à agência impossibilitaram a retomada do seu funcionamento normal por este longo período de tempo, o que não ocorreu.

Conforme acima narrado, restou incontroverso que a agência ficou totalmente fechada do dia 28.01.2018 até o dia 02.02.2018 e, quando reabriu, funcionou precariamente por mais 60 (sessenta) dias.

Ainda que se considere que os danos causados à agência demandaram seu fechamento por aproximadamente uma semana, o requerido não apresentou qualquer justificativa plausível para o período em que o banco funcionou apenas com os recursos movimentados pela população da cidade.

Verifica-se que o próprio preposto do requerido, ouvido em juízo, afirmou que quando o banco reabriu, sua estrutura física já havia sido consertada, entretanto, por entender que tal medida não era suficiente para coibir outros assaltos, a agência voltou a operar sem numerário, o que continuou a causar prejuízos aos consumidores, já que a quantia de dinheiro disponibilizada era insuficiente para atender a população.

Nesse contexto, observa-se que a conduta do banco de optar por funcionar sem numerário, em razão da suposta inexistência de condições seguras de trabalho, acabou por punir seus consumidores, que não possuem qualquer responsabilidade pelo ocorrido, mas tiveram que arcar com as consequências da alegada falta de segurança.

Portanto, conclui-se que houve falha nos serviços prestados pelo banco réu, que, na casuística, não logrou êxito em comprovar a ocorrência de qualquer excludente capaz de afastar sua responsabilidade pelo ocorrido.

Quanto à existência de dano, observa-se que o autor é servidor público, o que evidente tornou impossível receberem seus vencimentos nesta cidade, bem como a necessidade de deslocamento para as agências localizadas em cidades vizinhas, pelo período de mais de dois meses, causaram-lhes aborrecimentos e prejuízos que ultrapassam a esfera do mero dissabor. Destaque-se que a opção de saques disponibilizada pelo requerido, em agência lotérica ou banco postal, se demonstrou precária e insuficiente, na medida em que os saques eram limitados e em valores baixos, o que de fato não atendida a necessidade dos consumidores.

Portanto, restaram evidenciados todos os elementos da responsabilidade civil, a saber: **(i)** conduta do banco (falha na prestação de serviço adequado); **(ii)** danos morais; **(iii)** nexo causal (impossibilidade de o autor receber seu salário em decorrência da ausência de numerário na agência do banco réu).

Definida a reponsabilidade de indenizar, necessário fixar o quantum indenizatório.

No tocante ao valor arbitrado a título de danos morais, a doutrina esclarece que: [...] o dano que se prefere denominar extrapatrimonial consubstancia vulneração a direitos da personalidade e reclama fixação indenizatória que represente uma compensação à vítima, da mesma maneira que, simultaneamente, deve representar um desestímulo ao ofensor, ainda que, no caso concreto, se pondere o grau de culpabilidade do agente, se afinal não se arbitra o quantum indenizatório pela extensão de um prejuízo que não é materialmente mensurável. (PELUSO. Cezar. Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência. 6ª ed. Barueri: Manole, 2012, p. 950).

Igualmente, a jurisprudência aponta que:

CIVIL. DANO MORAL. QUANTIFICAÇÃO. [...] Para se estipular o valor do dano moral devem ser consideradas as condições pessoais dos envolvidos, evitando-se que sejam desbordados os limites dos bons princípios e da igualdade que regem as relações de direito, para que não importe em um prêmio indevido ao ofendido, indo muito além da recompensa ao desconforto, ao desagrado, aos efeitos do gravame suportado. Recurso parcialmente conhecido e nessa parte provido. (REsp 214.053/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2000, DJ 19/03/2001, p. 113)

Portanto, na fixação do quantum indenizatório, é necessário respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, as condições pessoais e econômicas dos envolvidos, bem como a gravidade e extensão do dano, a fim de evitar o enriquecimento indevido daquele que pleiteia a indenização.

Importante também acentuar que o valor arbitrado a título de indenização deve possuir tanto caráter compensatório como punitivo. Compensatório porque, ainda que não seja capaz de restabelecer o status quo ante, pode proporcionar à parte certo conforto material no sentido de lhe minorar o sofrimento. Punitivo ou educativo porque a condenação objetiva coibir condutas semelhantes, desestimulando assim a repetição do dano.

No caso concreto, constata-se, primeiro, que o requerido, por se tratar de um renomado banco, possui boa saúde financeira. Ademais, seu grau de culpa é considerado alto, já que atribuiu aos seus consumidores a responsabilidade de arcar com as consequências da suposta ausência de condições seguras de trabalho.

Segundo, é incontestável que os aborrecimentos enfrentados pelos autores em decorrência da impossibilidade de movimentar seus salários depositados na agência do réu, que é a única da cidade, ultrapassam a esfera do mero dissabor. Contudo, não há qualquer prova nos autos de que o requerente tenha sofrido prejuízos maiores do que os já presumidos pela falha na prestação do serviço, como, por exemplo, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito em razão do inadimplemento decorrente da impossibilidade de pagamento de uma conta vencida. Apesar disso, não se ignora os transtornos decorrentes do deslocamento forçado para cidades vizinhas e isso tudo por mais de dois meses.

Nesse contexto, considerando as características do presente caso, entendo que deva ser fixado o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), quantia que se mostra suficiente e proporcional para ressarcir os ofendidos, bem como para punir a instituição financeira por sua conduta ilícita.

Em face do exposto, na forma do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil JULGO PROCEDENTE a demanda para o exato fim de CONDENAR o réu pagar a parte autora indenização por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com correção monetária pelo índice INPC e juros de mora, sendo que o termo inicial da fluência dos juros de mora, configurada a relação contratual existente entre as partes, incide o disposto nos artigos 405 e 406 do Código Civil, segundo o qual os juros moratórios, no percentual de 1% ao mês, devem fluir da citação.

Sem custas e honorários, pois incabíveis pelo rito do juizado especial no 1° grau de jurisdição.

P. R. I.

Monte Alegre/PA, 26 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS ¿ PROCESSO Nº 0003062-58.2018.814.0032

REQUERENTE: EDILENA DE OLIVEIRA BELO

ADVOGADO: SANDERSON ANDRÉ DA SILVA DE OLIVEIRA OAB/PA 26.348

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS OAB/PA 21.078-A

SENTENÇA CÍVEL COM MÉRITO

Vistos, etc.

Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.009/95.

Depreende-se dos autos que, após sofrer um assalto na data de 27.01.2018, a única agência do banco réu localizada no Município de Monte Alegre fechou suas portas por aproximadamente uma semana. Após este período, a agência reabriu, entretanto, sem receber numerário, pelo que funcionou apenas com os valores provenientes da economia local por aproximadamente 60 (sessenta) dias.

A parte autora ajuizou a presente ação indenizatória, na qual alega que por ser servidor público, recebe seus vencimentos na agência do banco réu, que é a única do Município de Monte Alegre. Sustentou que em razão do fechamento da agência, não conseguiu sacar seus vencimentos e pagar suas contas, razão pela qual tiveram que se deslocar para as agências situadas em outros municípios ou efetuar transferências para a conta de terceiros.

Defendeu que o réu condicionou a reabertura da agência ao cumprimento de várias exigências e que o banco réu voltou a operar apenas com os recursos movimentados pela população da cidade, os quais eram insuficientes para atender todos os cidadãos, por aproximadamente sessenta dias, o que causou diversos prejuízos.

O requerido, por sua vez, alegou que não cometeu nenhum ato ilícito passível de reparação e que foi vítima de um evento criminoso.

Inicialmente, registre-se que o requerido, na qualidade de prestador de serviços, responde objetivamente pelos danos causados aos consumidores, conforme prevê a legislação consumerista. Vejamos:

Art. 3º - Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

(...)

§ 2º - Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Dizer que sua responsabilidade é objetiva significa que independe de aferição de culpa, conforme prevê o artigo 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 14 - O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Nesse contexto, para que seja afastada a responsabilidade do prestador de serviços, este deve comprovar a existência de uma das hipóteses excludentes previstas no § 3º do artigo supramencionado:

(...)

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Na casuística, verifica-se que o réu limitou-se a alegar que não pode ser responsabilizado pelos danos

suportados pelos consumidores em decorrência do fechamento da agência, uma vez que tal medida foi necessária para a reconstrução do local, que ficou seriamente danificado em razão do assalto.

Contudo, verifica-se que a agência do banco réu só voltou a funcionar normalmente em 02/04/2018, ou seja, mais de dois meses após o assalto. Com efeito, deveria o requerido ter demonstrado que os danos causados à agência impossibilitaram a retomada do seu funcionamento normal por este longo período de tempo, o que não ocorreu.

Conforme acima narrado, restou incontroverso que a agência ficou totalmente fechada do dia 28.01.2018 até o dia 02.02.2018 e, quando reabriu, funcionou precariamente por mais 60 (sessenta) dias.

Ainda que se considere que os danos causados à agência demandaram seu fechamento por aproximadamente uma semana, o requerido não apresentou qualquer justificativa plausível para o período em que o banco funcionou apenas com os recursos movimentados pela população da cidade.

Verifica-se que o próprio preposto do requerido, ouvido em juízo, afirmou que quando o banco reabriu, sua estrutura física já havia sido consertada, entretanto, por entender que tal medida não era suficiente para coibir outros assaltos, a agência voltou a operar sem numerário, o que continuou a causar prejuízos aos consumidores, já que a quantia de dinheiro disponibilizada era insuficiente para atender a população.

Nesse contexto, observa-se que a conduta do banco de optar por funcionar sem numerário, em razão da suposta inexistência de condições seguras de trabalho, acabou por punir seus consumidores, que não possuem qualquer responsabilidade pelo ocorrido, mas tiveram que arcar com as consequências da alegada falta de segurança.

Portanto, conclui-se que houve falha nos serviços prestados pelo banco réu, que, na casuística, não logrou êxito em comprovar a ocorrência de qualquer excludente capaz de afastar sua responsabilidade pelo ocorrido.

Quanto à existência de dano, observa-se que o autor é servidor público, o que evidente tornou impossível receberem seus vencimentos nesta cidade, bem como a necessidade de deslocamento para as agências localizadas em cidades vizinhas, pelo período de mais de dois meses, causaram-lhes aborrecimentos e prejuízos que ultrapassam a esfera do mero dissabor. Destaque-se que a opção de saques disponibilizada pelo requerido, em agência lotérica ou banco postal, se demonstrou precária e insuficiente, na medida em que os saques eram limitados e em valores baixos, o que de fato não atendida a necessidade dos consumidores.

Portanto, restaram evidenciados todos os elementos da responsabilidade civil, a saber: **(i)** conduta do banco (falha na prestação de serviço adequado); **(ii)** danos morais; **(iii)** nexo causal (impossibilidade de o autor receber seu salário em decorrência da ausência de numerário na agência do banco réu).

Definida a reponsabilidade de indenizar, necessário fixar o quantum indenizatório.

No tocante ao valor arbitrado a título de danos morais, a doutrina esclarece que: [...] o dano que se prefere denominar extrapatrimonial consubstancia vulneração a direitos da personalidade e reclama fixação indenizatória que represente uma compensação à vítima, da mesma maneira que, simultaneamente, deve representar um desestímulo ao ofensor, ainda que, no caso concreto, se pondere o grau de culpabilidade do agente, se afinal não se arbitra o quantum indenizatório pela extensão de um prejuízo que não é materialmente mensurável. (PELUSO. Cezar. Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência. 6ª ed. Barueri: Manole, 2012, p. 950).

Igualmente, a jurisprudência aponta que:

CIVIL. DANO MORAL. QUANTIFICAÇÃO. [...] Para se estipular o valor do dano moral devem ser consideradas as condições pessoais dos envolvidos, evitando-se que sejam desbordados os limites dos

bons princípios e da igualdade que regem as relações de direito, para que não importe em um prêmio indevido ao ofendido, indo muito além da recompensa ao desconforto, ao desagrado, aos efeitos do gravame suportado. Recurso parcialmente conhecido e nessa parte provido. (REsp 214.053/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2000, DJ 19/03/2001, p. 113)

Portanto, na fixação do quantum indenizatório, é necessário respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, as condições pessoais e econômicas dos envolvidos, bem como a gravidade e extensão do dano, a fim de evitar o enriquecimento indevido daquele que pleiteia a indenização.

Importante também acentuar que o valor arbitrado a título de indenização deve possuir tanto caráter compensatório como punitivo. Compensatório porque, ainda que não seja capaz de restabelecer o status quo ante, pode proporcionar à parte certo conforto material no sentido de lhe minorar o sofrimento. Punitivo ou educativo porque a condenação objetiva coibir condutas semelhantes, desestimulando assim a repetição do dano.

No caso concreto, constata-se, primeiro, que o requerido, por se tratar de um renomado banco, possui boa saúde financeira. Ademais, seu grau de culpa é considerado alto, já que atribuiu aos seus consumidores a responsabilidade de arcar com as consequências da suposta ausência de condições seguras de trabalho.

Segundo, é incontestável que os aborrecimentos enfrentados pelos autores em decorrência da impossibilidade de movimentar seus salários depositados na agência do réu, que é a única da cidade, ultrapassam a esfera do mero dissabor. Contudo, não há qualquer prova nos autos de que o requerente tenha sofrido prejuízos maiores do que os já presumidos pela falha na prestação do serviço, como, por exemplo, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito em razão do inadimplemento decorrente da impossibilidade de pagamento de uma conta vencida. Apesar disso, não se ignora os transtornos decorrentes do deslocamento forçado para cidades vizinhas e isso tudo por mais de dois meses.

Nesse contexto, considerando as características do presente caso, entendo que deva ser fixado o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), quantia que se mostra suficiente e proporcional para ressarcir os ofendidos, bem como para punir a instituição financeira por sua conduta ilícita.

Em face do exposto, na forma do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil JULGO PROCEDENTE a demanda para o exato fim de CONDENAR o réu pagar a parte autora indenização por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com correção monetária pelo índice INPC e juros de mora, sendo que o termo inicial da fluência dos juros de mora, configurada a relação contratual existente entre as partes, incide o disposto nos artigos 405 e 406 do Código Civil, segundo o qual os juros moratórios, no percentual de 1% ao mês, devem fluir da citação.

Sem custas e honorários, pois incabíveis pelo rito do juizado especial no 1° grau de jurisdição.

P. R. I.

Monte Alegre/PA, 26 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS ¿ PROCESSO Nº 0003074-72.2018.814.0032

REQUERENTE: IONI MUNHOZ DAMASCENO

ADVOGADO: SANDERSON ANDRÉ DA SILVA DE OLIVEIRA OAB/PA 26.348

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB/PA 16.637-A

SENTENÇA CÍVEL COM MÉRITO

Vistos, etc.

Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.009/95.

Depreende-se dos autos que, após sofrer um assalto na data de 27.01.2018, a única agência do banco réu localizada no Município de Monte Alegre fechou suas portas por aproximadamente uma semana. Após este período, a agência reabriu, entretanto, sem receber numerário, pelo que funcionou apenas com os valores provenientes da economia local por aproximadamente 60 (sessenta) dias.

A parte autora ajuizou a presente ação indenizatória, na qual alega que por ser servidor público, recebe seus vencimentos na agência do banco réu, que é a única do Município de Monte Alegre. Sustentou que em razão do fechamento da agência, não conseguiu sacar seus vencimentos e pagar suas contas, razão pela qual tiveram que se deslocar para as agências situadas em outros municípios ou efetuar transferências para a conta de terceiros.

Defendeu que o réu condicionou a reabertura da agência ao cumprimento de várias exigências e que o banco réu voltou a operar apenas com os recursos movimentados pela população da cidade, os quais eram insuficientes para atender todos os cidadãos, por aproximadamente sessenta dias, o que causou diversos prejuízos.

O requerido, por sua vez, alegou que não cometeu nenhum ato ilícito passível de reparação e que foi vítima de um evento criminoso.

Inicialmente, registre-se que o requerido, na qualidade de prestador de serviços, responde objetivamente pelos danos causados aos consumidores, conforme prevê a legislação consumerista. Vejamos:

Art. 3º - Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

(...)

§ 2º - Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Dizer que sua responsabilidade é objetiva significa que independe de aferição de culpa, conforme prevê o artigo 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 14 - O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Nesse contexto, para que seja afastada a responsabilidade do prestador de serviços, este deve comprovar a existência de uma das hipóteses excludentes previstas no § 3º do artigo supramencionado:

(...)

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Na casuística, verifica-se que o réu limitou-se a alegar que não pode ser responsabilizado pelos danos suportados pelos consumidores em decorrência do fechamento da agência, uma vez que tal medida foi necessária para a reconstrução do local, que ficou seriamente danificado em razão do assalto.

Contudo, verifica-se que a agência do banco réu só voltou a funcionar normalmente em 02/04/2018, ou seja, mais de dois meses após o assalto. Com efeito, deveria o requerido ter demonstrado que os danos causados à agência impossibilitaram a retomada do seu funcionamento normal por este longo período de tempo, o que não ocorreu.

Conforme acima narrado, restou incontroverso que a agência ficou totalmente fechada do dia 28.01.2018 até o dia 02.02.2018 e, quando reabriu, funcionou precariamente por mais 60 (sessenta) dias.

Ainda que se considere que os danos causados à agência demandaram seu fechamento por aproximadamente uma semana, o requerido não apresentou qualquer justificativa plausível para o período em que o banco funcionou apenas com os recursos movimentados pela população da cidade.

Verifica-se que o próprio preposto do requerido, ouvido em juízo, afirmou que quando o banco reabriu, sua estrutura física já havia sido consertada, entretanto, por entender que tal medida não era suficiente para coibir outros assaltos, a agência voltou a operar sem numerário, o que continuou a causar prejuízos aos consumidores, já que a quantia de dinheiro disponibilizada era insuficiente para atender a população.

Nesse contexto, observa-se que a conduta do banco de optar por funcionar sem numerário, em razão da suposta inexistência de condições seguras de trabalho, acabou por punir seus consumidores, que não possuem qualquer responsabilidade pelo ocorrido, mas tiveram que arcar com as consequências da alegada falta de segurança.

Portanto, conclui-se que houve falha nos serviços prestados pelo banco réu, que, na casuística, não logrou êxito em comprovar a ocorrência de qualquer excludente capaz de afastar sua responsabilidade pelo ocorrido.

Quanto à existência de dano, observa-se que o autor é servidor público, o que evidente tornou impossível receberem seus vencimentos nesta cidade, bem como a necessidade de deslocamento para as agências localizadas em cidades vizinhas, pelo período de mais de dois meses, causaram-lhes aborrecimentos e prejuízos que ultrapassam a esfera do mero dissabor. Destaque-se que a opção de saques disponibilizada pelo requerido, em agência lotérica ou banco postal, se demonstrou precária e insuficiente, na medida em que os saques eram limitados e em valores baixos, o que de fato não atendida a necessidade dos consumidores.

Portanto, restaram evidenciados todos os elementos da responsabilidade civil, a saber: **(i)** conduta do banco (falha na prestação de serviço adequado); **(ii)** danos morais; **(iii)** nexo causal (impossibilidade de o autor receber seu salário em decorrência da ausência de numerário na agência do banco réu).

Definida a reponsabilidade de indenizar, necessário fixar o quantum indenizatório.

No tocante ao valor arbitrado a título de danos morais, a doutrina esclarece que: [...] o dano que se prefere denominar extrapatrimonial consubstancia vulneração a direitos da personalidade e reclama fixação indenizatória que represente uma compensação à vítima, da mesma maneira que, simultaneamente, deve representar um desestímulo ao ofensor, ainda que, no caso concreto, se pondere o grau de culpabilidade do agente, se afinal não se arbitra o quantum indenizatório pela extensão de um prejuízo que não é

materialmente mensurável. (PELUSO. Cezar. Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência. 6ª ed. Barueri: Manole, 2012, p. 950).

Igualmente, a jurisprudência aponta que:

CIVIL. DANO MORAL. QUANTIFICAÇÃO. [...] Para se estipular o valor do dano moral devem ser consideradas as condições pessoais dos envolvidos, evitando-se que sejam desbordados os limites dos bons princípios e da igualdade que regem as relações de direito, para que não importe em um prêmio indevido ao ofendido, indo muito além da recompensa ao desconforto, ao desagrado, aos efeitos do gravame suportado. Recurso parcialmente conhecido e nessa parte provido. (REsp 214.053/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2000, DJ 19/03/2001, p. 113)

Portanto, na fixação do quantum indenizatório, é necessário respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, as condições pessoais e econômicas dos envolvidos, bem como a gravidade e extensão do dano, a fim de evitar o enriquecimento indevido daquele que pleiteia a indenização.

Importante também acentuar que o valor arbitrado a título de indenização deve possuir tanto caráter compensatório como punitivo. Compensatório porque, ainda que não seja capaz de restabelecer o status quo ante, pode proporcionar à parte certo conforto material no sentido de lhe minorar o sofrimento. Punitivo ou educativo porque a condenação objetiva coibir condutas semelhantes, desestimulando assim a repetição do dano.

No caso concreto, constata-se, primeiro, que o requerido, por se tratar de um renomado banco, possui boa saúde financeira. Ademais, seu grau de culpa é considerado alto, já que atribuiu aos seus consumidores a responsabilidade de arcar com as consequências da suposta ausência de condições seguras de trabalho.

Segundo, é incontestável que os aborrecimentos enfrentados pelos autores em decorrência da impossibilidade de movimentar seus salários depositados na agência do réu, que é a única da cidade, ultrapassam a esfera do mero dissabor. Contudo, não há qualquer prova nos autos de que o requerente tenha sofrido prejuízos maiores do que os já presumidos pela falha na prestação do serviço, como, por exemplo, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito em razão do inadimplemento decorrente da impossibilidade de pagamento de uma conta vencida. Apesar disso, não se ignora os transtornos decorrentes do deslocamento forçado para cidades vizinhas e isso tudo por mais de dois meses.

Nesse contexto, considerando as características do presente caso, entendo que deva ser fixado o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), quantia que se mostra suficiente e proporcional para ressarcir os ofendidos, bem como para punir a instituição financeira por sua conduta ilícita.

Em face do exposto, na forma do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil JULGO PROCEDENTE a demanda para o exato fim de CONDENAR o réu pagar a parte autora indenização por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com correção monetária pelo índice INPC e juros de mora, sendo que o termo inicial da fluência dos juros de mora, configurada a relação contratual existente entre as partes, incide o disposto nos artigos 405 e 406 do Código Civil, segundo o qual os juros moratórios, no percentual de 1% ao mês, devem fluir da citação.

Sem custas e honorários, pois incabíveis pelo rito do juizado especial no 1° grau de jurisdição.

P. R. I.

Monte Alegre/PA, 26 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS ¿ PROCESSO Nº 0003067-80.2018.814.0032

REQUERENTE: MARIA DE JESUS SOUZA BANDEIRA

ADVOGADO: SANDERSON ANDRÉ DA SILVA DE OLIVEIRA OAB/PA 26.348

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB/PA 16.637-A

SENTENÇA CÍVEL COM MÉRITO

Vistos, etc.

Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.009/95.

Depreende-se dos autos que, após sofrer um assalto na data de 27.01.2018, a única agência do banco réu localizada no Município de Monte Alegre fechou suas portas por aproximadamente uma semana. Após este período, a agência reabriu, entretanto, sem receber numerário, pelo que funcionou apenas com os valores provenientes da economia local por aproximadamente 60 (sessenta) dias.

A parte autora ajuizou a presente ação indenizatória, na qual alega que por ser servidor público, recebe seus vencimentos na agência do banco réu, que é a única do Município de Monte Alegre. Sustentou que em razão do fechamento da agência, não conseguiu sacar seus vencimentos e pagar suas contas, razão pela qual tiveram que se deslocar para as agências situadas em outros municípios ou efetuar transferências para a conta de terceiros.

Defendeu que o réu condicionou a reabertura da agência ao cumprimento de várias exigências e que o banco réu voltou a operar apenas com os recursos movimentados pela população da cidade, os quais eram insuficientes para atender todos os cidadãos, por aproximadamente sessenta dias, o que causou diversos prejuízos.

O requerido, por sua vez, alegou que não cometeu nenhum ato ilícito passível de reparação e que foi vítima de um evento criminoso.

Inicialmente, registre-se que o requerido, na qualidade de prestador de serviços, responde objetivamente pelos danos causados aos consumidores, conforme prevê a legislação consumerista. Vejamos:

Art. 3º - Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

(...)

§ 2º - Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Dizer que sua responsabilidade é objetiva significa que independe de aferição de culpa, conforme prevê o artigo 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 14 - O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação

dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Nesse contexto, para que seja afastada a responsabilidade do prestador de serviços, este deve comprovar a existência de uma das hipóteses excludentes previstas no § 3º do artigo supramencionado:

(...)

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Na casuística, verifica-se que o réu limitou-se a alegar que não pode ser responsabilizado pelos danos suportados pelos consumidores em decorrência do fechamento da agência, uma vez que tal medida foi necessária para a reconstrução do local, que ficou seriamente danificado em razão do assalto.

Contudo, verifica-se que a agência do banco réu só voltou a funcionar normalmente em 02/04/2018, ou seja, mais de dois meses após o assalto. Com efeito, deveria o requerido ter demonstrado que os danos causados à agência impossibilitaram a retomada do seu funcionamento normal por este longo período de tempo, o que não ocorreu.

Conforme acima narrado, restou incontroverso que a agência ficou totalmente fechada do dia 28.01.2018 até o dia 02.02.2018 e, quando reabriu, funcionou precariamente por mais 60 (sessenta) dias.

Ainda que se considere que os danos causados à agência demandaram seu fechamento por aproximadamente uma semana, o requerido não apresentou qualquer justificativa plausível para o período em que o banco funcionou apenas com os recursos movimentados pela população da cidade.

Verifica-se que o próprio preposto do requerido, ouvido em juízo, afirmou que quando o banco reabriu, sua estrutura física já havia sido consertada, entretanto, por entender que tal medida não era suficiente para coibir outros assaltos, a agência voltou a operar sem numerário, o que continuou a causar prejuízos aos consumidores, já que a quantia de dinheiro disponibilizada era insuficiente para atender a população.

Nesse contexto, observa-se que a conduta do banco de optar por funcionar sem numerário, em razão da suposta inexistência de condições seguras de trabalho, acabou por punir seus consumidores, que não possuem qualquer responsabilidade pelo ocorrido, mas tiveram que arcar com as consequências da alegada falta de segurança.

Portanto, conclui-se que houve falha nos serviços prestados pelo banco réu, que, na casuística, não logrou êxito em comprovar a ocorrência de qualquer excludente capaz de afastar sua responsabilidade pelo ocorrido.

Quanto à existência de dano, observa-se que o autor é servidor público, o que evidente tornou impossível receberem seus vencimentos nesta cidade, bem como a necessidade de deslocamento para as agências localizadas em cidades vizinhas, pelo período de mais de dois meses, causaram-lhes aborrecimentos e prejuízos que ultrapassam a esfera do mero dissabor. Destaque-se que a opção de saques disponibilizada pelo requerido, em agência lotérica ou banco postal, se demonstrou precária e insuficiente, na medida em que os saques eram limitados e em valores baixos, o que de fato não atendida a necessidade dos consumidores.

Portanto, restaram evidenciados todos os elementos da responsabilidade civil, a saber: **(i)** conduta do banco (falha na prestação de serviço adequado); **(ii)** danos morais; **(iii)** nexo causal (impossibilidade de o

autor receber seu salário em decorrência da ausência de numerário na agência do banco réu).

Definida a reponsabilidade de indenizar, necessário fixar o quantum indenizatório.

No tocante ao valor arbitrado a título de danos morais, a doutrina esclarece que: [...] o dano que se prefere denominar extrapatrimonial consubstancia vulneração a direitos da personalidade e reclama fixação indenizatória que represente uma compensação à vítima, da mesma maneira que, simultaneamente, deve representar um desestímulo ao ofensor, ainda que, no caso concreto, se pondere o grau de culpabilidade do agente, se afinal não se arbitra o quantum indenizatório pela extensão de um prejuízo que não é materialmente mensurável. (PELUSO. Cezar. Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência. 6ª ed. Barueri: Manole, 2012, p. 950).

Igualmente, a jurisprudência aponta que:

CIVIL. DANO MORAL. QUANTIFICAÇÃO. [...] Para se estipular o valor do dano moral devem ser consideradas as condições pessoais dos envolvidos, evitando-se que sejam desbordados os limites dos bons princípios e da igualdade que regem as relações de direito, para que não importe em um prêmio indevido ao ofendido, indo muito além da recompensa ao desconforto, ao desagrado, aos efeitos do gravame suportado. Recurso parcialmente conhecido e nessa parte provido. (REsp 214.053/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2000, DJ 19/03/2001, p. 113)

Portanto, na fixação do quantum indenizatório, é necessário respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, as condições pessoais e econômicas dos envolvidos, bem como a gravidade e extensão do dano, a fim de evitar o enriquecimento indevido daquele que pleiteia a indenização.

Importante também acentuar que o valor arbitrado a título de indenização deve possuir tanto caráter compensatório como punitivo. Compensatório porque, ainda que não seja capaz de restabelecer o status quo ante, pode proporcionar à parte certo conforto material no sentido de lhe minorar o sofrimento. Punitivo ou educativo porque a condenação objetiva coibir condutas semelhantes, desestimulando assim a repetição do dano.

No caso concreto, constata-se, primeiro, que o requerido, por se tratar de um renomado banco, possui boa saúde financeira. Ademais, seu grau de culpa é considerado alto, já que atribuiu aos seus consumidores a responsabilidade de arcar com as consequências da suposta ausência de condições seguras de trabalho.

Segundo, é incontestável que os aborrecimentos enfrentados pelos autores em decorrência da impossibilidade de movimentar seus salários depositados na agência do réu, que é a única da cidade, ultrapassam a esfera do mero dissabor. Contudo, não há qualquer prova nos autos de que o requerente tenha sofrido prejuízos maiores do que os já presumidos pela falha na prestação do serviço, como, por exemplo, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito em razão do inadimplemento decorrente da impossibilidade de pagamento de uma conta vencida. Apesar disso, não se ignora os transtornos decorrentes do deslocamento forçado para cidades vizinhas e isso tudo por mais de dois meses.

Nesse contexto, considerando as características do presente caso, entendo que deva ser fixado o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), quantia que se mostra suficiente e proporcional para ressarcir os ofendidos, bem como para punir a instituição financeira por sua conduta ilícita.

Em face do exposto, na forma do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil JULGO PROCEDENTE a demanda para o exato fim de CONDENAR o réu pagar a parte autora indenização por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com correção monetária pelo índice INPC e juros de mora, sendo que o termo inicial da fluência dos juros de mora, configurada a relação contratual existente entre as partes, incide o disposto nos artigos 405 e 406 do Código Civil, segundo o qual os juros moratórios, no percentual de 1% ao mês, devem fluir da citação.

Sem custas e honorários, pois incabíveis pelo rito do juizado especial no 1° grau de jurisdição.

P. R. I.

Monte Alegre/PA, 26 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0000300-95.2006.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

DENUNCIADO: OSÉIAS SILVA BRAZ

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO

R. H.

1. Considerando o teor da certidão de fls. 187, cumulado ao teor do Ofício nº. 119/2019, existente às fls. 200, dê-se vista ao Ministério Público, para análise das alternativas legais cabíveis.

2. Cumpra-se com urgência, vez que existe mandado de prisão expedido em desfavor do réu em tela, nos autos em epígrafe.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0000607-02.2010.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO: C. M. B. DE S.

ADVOGADO: CELSO LUIZ FURTADO ¿ OAB/PA Nº. 12.652

DENUNCIADO: ROMUALDO DE SOUZA VIANA

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: MADSON CARLOS DA SILVA DE SOUZA

DESPACHO

R. H.

1. Designo o dia **19/11/2019, às 10hr00min**, para audiência de instrução em continuação, para oitiva das testemunhas ¿IRMÃ DO ILON¿ e IDEMÉIA BARBOSA DOS SANTOS.

2. Intimem-se as referidas testemunhas observando-se as informações existentes às fls. 326-verso.

3. Intime-se pessoalmente o réu ROMUALDO DE SOUZA VIANA, e expeça-se edital de intimação, com prazo de 15 (quinze) dias, para o réu MADSON CARLOS DA SILVA DE SOUZA, ressaltando-se aos mesmos que deverão comparecer à audiência acompanhados de advogado, pois, caso contrário, será designado Defensor Público, bem como o processo seguirá sem a presença dos mesmos, caso faltem ao ato, vez que já foram devidamente citados nos autos.

4. Ciência ao Ministério Público a à Defensoria Pública.

5. Expeça-se edital de intimação, com prazo de 15 (quinze) dias, para o denunciado MADSON CARLOS DA SILVA DE SOUZA, constituir novo patrono judicial nos autos, pois, caso contrário, o referido patrocínio dar-se-á pela Defensoria Pública. Havendo constituição de novo causídico nos autos, deverá este ser intimado, mediante publicação de ato ordinatório no DJE, acerca da audiência acima aprazada. Não havendo constituição de novo advogado, abra-se vista à Defensoria Pública, para proceder o patrocínio do réu em tela, cumprindo o mencionado anteriormente.

6. Considerando o teor da certidão de fls. 318, reitere-se o ofício expedido conforme fls. 315, concedendo prazo de 30 (trinta) dias para resposta, ressaltando que caso não haja resposta ao ofício em questão, ou o devido cumprimento do mesmo, no prazo anteriormente estipulado, serão tomadas as medidas judiciais pertinentes ao caso. Cumpra-se.

7. Serve a cópia do presente despacho como mandado judicial/ofício.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI ¿ PROCESSO Nº. 0000734-68.2012.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: IVONILSON DE SOUZA PEREIRA

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO

R. H.

1. Designo o **dia 20/11/2019, às 09h00min**, para julgamento do réu pelo TRIBUNAL DO JÚRI desta Comarca.

2. Intime-se pessoalmente o réu, observando-se o endereço indicado às fls. 130, ressaltando-se ao mesmo que deverá comparecer à audiência acompanhado de advogado, pois, caso contrário, será designado Defensor Público, bem como o processo seguirá sem sua presença caso falte ao ato, vez que o mesmo já foi devidamente citado nos autos.

3. Intimem-se pessoalmente os jurados e as testemunhas arroladas pelas partes, para serem ouvidas em Plenário. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

4. Requisite-se policiamento para sessão.

5. Providencie-se e expeça-se o necessário.

6. Serve a cópia do presente despacho como mandado judicial e ofício.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS C/C RETIFICAÇÃO DE REGISTRO ¿ PROCESSO Nº. 0000959-88.2012.8.14.0032

REQUERENTE: K. S. DE O.

REPRESENTANTE LEGAL: ELCLEIDE SOUZA OLIVEIRA

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REQUERIDO: DOUGLAS LUCENA CHAVES

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento, para fins de estipulação do valor da prestação alimentícia em favor do requerente, para o **dia 10/12/2019, às 11hr50min**.

2. Intimem-se as partes pessoalmente.

3. Ressalte-se no mandado que a representante legal e o requerido comparecerão à audiência acompanhados de suas testemunhas independentemente de prévio depósito de rol e intimação, em 03 (três) no máximo. (Lei nº. 5.478/68, art. 8º).

4. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

5. Serve a cópia do presente despacho como mandado judicial.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE ALIMENTOS (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA) ¿ PROCESSO Nº. 0001985-24.2012.8.14.0032

REQUERENTE/EXEQUENTE: R. A. V. DOS S.

REPRESENTANTE LEGAL: FABIANA DE OLIVEIRA VALENTE

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REQUERIDO/EXECUTADO: AFONSO LINHARES DOS SANTOS

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

ADVOGADO: PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS ¿ OAB/PA Nº. 8.409

DESPACHO

R. H.

1. Considerando a informação constante às fls. 33/35 e 40/41, intime-se o exequente, pessoalmente, para, no prazo de 20 (vinte) dias, manifestar-se acerca da quitação, ou não, do débito alimentar, objeto da lide.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado judicial.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0000022-44.2013.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

DENUNCIADO: LUIZ ORLANDO RUFFEIL PIEDADE

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO

R. H.

1. Considerando a decisão proferida no Acórdão nº. 197.662 (fls. 169/177), transitada livremente em julgado (fls. 188), que concedeu parcialmente provimento à pretensão recursal do réu, no qual modificou para aberto o regime de cumprimento da sanção aplicada na sentença de fls. 99/111, mantendo os demais termos a referida sentença, determino o cumprimento das seguintes obrigações: a) Lance-se o nome do Réu no Rol dos Culpados; b) Oficie-se ao TRE para os fins do art. 15, inciso III, da Constituição Federal; c) Expeça-se Guia de Execução Criminal Definitiva e proceda-se a remessa desta à Vara de Execução Penal da Comarca responsável pela Execução provisória do réu, juntamente com as cópias da Sentença, do Acórdão e da certidão do trânsito em julgado acima mencionados.

2. Após, arquivem-se os presentes autos.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI ¿ PROCESSO Nº. 0000311-74.2013.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

DENUNCIADO: JOVANE BRITO RAMOS

ADVOGADO: WALDECI COSTA DA SILVA ¿ OAB/PA Nº. 12.841

DENUNCIADO: LUÍS CARLOS DE CRISTO DE MORAES

ADVOGADO: WALDECI COSTA DA SILVA ¿ OAB/PA Nº. 12.841

DENUNCIADO: LUCAS GUIMARÃES DOS SANTOS

ADVOGADO: WALDECI COSTA DA SILVA ¿ OAB/PA Nº. 12.841

DESPACHO

R. H.

1. Considerando o teor petição de fls. 435, c/c a certidão de fls. 360, expeçam-se editais de intimação, com prazo de 15 (quinze) dias, para os denunciados JOVANE BRITO RAMOS, LUÍS CARLOS DE CRISTO DE MORAES e LUCAS GUIMARÃES DOS SANTOS, constituírem novo patrono judicial nos autos, pois, caso contrário, o referido patrocínio dar-se-á pela Defensoria Pública. Havendo constituição de novo causídico nos autos, deverá este apresentar, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias, rol de testemunhas para prestarem depoimento por ocasião do julgamento dos réu em tela pelo Tribunal do Júri desta Comarca, conforme preconiza o art. 422 do Código de Processo Penal. Não havendo constituição de novo advogado, abra-se vista à Defensoria Pública, para proceder o patrocínio do réu em tela, cumprindo o mencionado anteriormente.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado judicial.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO ORDINÁRIA DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE, COM PEDIDO DE TUTEL ANTECIPADA (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA) ¿ PROCESSO Nº. 0000833-04.2013.8.14.0032

REQUERENTE: DÁRIA ALVES DE LIMA

ADVOGADO: RAIMUNDO ELDER DINIZ FARIAS ¿ OAB/PA Nº. 16.039

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DESPACHO

R. H.

1. O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença. Anote-se na capa dos autos.

2. Intime-se o requerido, na pessoa de seu representante judicial, por carga ou remessa, para, querendo, apresentar impugnação ao pedido de cumprimento de sentença, no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

2. I. Decorrido o prazo sem impugnação, ficam desde já homologados os cálculos apresentados pela parte autora, devendo ser expedido RPV ou Precatório, conforme o valor do crédito, e a forma solicitada pelo patrono da autora às fls. 181/186.

2. II. Apresentada impugnação sobre a integralidade do valor executado, intime-se a autora, através de seu advogado, mediante ato ordinatório, via DJE, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre, e aguarde-se a decisão definitiva sobre a impugnação.

2. II. a. Havendo discussão apenas sobre parte do crédito, intime-se a parte autora, através de seu advogado, mediante ato ordinatório, via DJE, para que, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, apresente planilha com os valores incontroversos, que serão requisitados desde logo (art. 535, § 4º, CPC):

2. II. a. A. - Vinda a informação, expeça-se requisição de pagamento da parte incontroversa, conforme a forma solicitada pelo patrono da autora às fls. 181/186;

2. II. a. B. - Caso contrário, enquanto não atendida a intimação, ainda que requerido novo prazo, o processo ficará suspenso aguardando o julgamento da impugnação ou a juntada da referida planilha.

3. Sem prejuízo das determinações anteriores, intime-se o requerido, também, para que cumpra a obrigação de implementar o benefício previdenciário do(a) autor(a) com a sua inclusão como beneficiário(a), no mesmo prazo indicado no item ¿2.¿ deste despacho, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) por dia em que persistir a desobediência até o limite de R$ 3.000,00 (três mil reais), para a hipótese de não implementação do benefício em tela.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS ¿ PROCESSO Nº. 0002710-76.2013.8.14.0032

REQUERENTE: OSWALDO DOS SANTOS ISHIGURO

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

REQUERIDO: ESTADO DO PARÁ

DESPACHO

R. H.

1. Nos termos do artigo 370 do Código de Processo Civil, para o julgamento do mérito, determino a produção de provas testemunhal e documental.

2. Designo audiência de instrução e julgamento para o **dia 05/12/2019, às 10hr10min**.

3. Intime-se o autor através de seu advogado, mediante publicação no DJE, para prestar depoimento pessoal, advertindo-o da possibilidade de aplicação da pena de confesso (CPC, artigo 389), caso não compareça ou, comparecendo, se recusar a depor (CPC, artigo 385, § 1º);

4. Nos termos do § 4º do artigo 357 do Código de Processo Civil, fixo o prazo comum de 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas, sob pena de preclusão, com os requisitos estabelecidos no artigo 450 do CPC (nome, a profissão, o estado civil, a idade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, o número de registro de identidade e o endereço completo da residência e do local de trabalho), observando-se o limite quantitativo disposto no § 6º do citado artigo 357, também do CPC;

5. Por força do disposto no artigo 445 do Código de Processo Civil, cabe ao advogado da parte informar ou intimar por carta com aviso de recebimento a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, à exceção da previsão constante no § 4º, do art. 455, do CPC.

6. A produção de prova documental, por sua vez, deverá observar o disposto no artigo 435, ¿caput¿, do Código de Processo Civil, sempre se observando, com relação ao que vier a ser trazido aos autos, o artigo 437, § 1º, do mesmo diploma legal.

7. Serve a cópia do presente despacho judicial como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE COBRANÇA ¿ PROCESSO Nº. 0004162-87.2014.8.14.0032

REQUERENTE: JORGE TORRES PINHEIRO

ADVOGADO: RAIMUNDO ELDER DINIZ FARIAS ¿ OAB/PA Nº. 16.039

REQUERIDO: MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE

DESPACHO

R. H.

1. Para dar-se cumprimento à veneranda Decisão Monocrática de fls. 64/66, transitada livremente em julgado (fls. 68), que anulou a sentença proferida às fls. 30/32, dando-se regular prosseguimento ao feito, assim determino: Especifiquem as partes, no prazo de 10 (dez) dias, se pretendem produzir mais provas, justificando a utilidade e a pertinência, sob pena de preclusão.

2. Consoante adverte o professor CÂNDIDO RANGEL DINAMARCO:

¿É necessário que o requerimento de provas seja especificado e justificado. A parte indicará quais meios de prova pretende e quais os pontos de fato a demonstrar mediante cada um deles. Não basta requerer prova pericial, é indispensável explicitar qual espécie pretende e qual o fim a que se destina; a parte requererá quantas perícias forem necessárias (médica, contábil, de engenharia etc.).¿ (...) ¿Além de requerer e especificar os meios de prova, é também ônus da parte demonstrar as razões por que a prova pretendida é necessária e admissível;¿ (Instituições de Direito Processual Civil, volume III, Malheiros, 6ª edição, páginas 578/579).

3. Advirto, desde já, que o descumprimento deste ônus processual, na forma acima delineada, acarretará a inadmissibilidade da prova proposta pela parte.

4. Intime-se a autor através de seu advogado, mediante publicação no DJE. Intime-se o requerido pessoalmente, por carga ou remessa dos autos.

5. Serve a cópia do presente despacho como mandado judicial.

Monte Alegre/PA, 07 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0004100-47.2014.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

DENUNCIADO: FÁBIO DA SILVA CUNHA

ADVOGADO: RAIMUNDO ELDER DINIZ FARIAS ¿ OAB/PA Nº. 16.039

DESPACHO

R. H.

1. Considerando a decisão proferida no Acórdão nº. 202.415 (fls. 219/220), transitada livremente em julgado (fls. 224), que negou provimento à pretensão recursal do réu, mantendo incólume a sentença condenatória proferida às fls. 168/173, determino o cumprimento das seguintes obrigações: a) Lance-se o nome do Réu no Rol dos Culpados; b) Oficie-se ao TRE para os fins do art. 15, inciso III, da Constituição Federal; c) Expeça-se Guia de Execução Criminal Definitiva e junte-a no Processo de Execução Provisória do réu, que já está em tramitação nesta Comarca, juntamente com as cópias da Sentença, do Acórdão e da certidão do trânsito em julgado acima mencionados, sendo desnecessária a conclusão dos autos de Execução a este Gabinete, vez que já foi realizada audiência admonitória nos referidos autos, devendo-se apenas fazer conclusão se houver qualquer incidente antes do término da pena.

2. Após, arquivem-se os presentes autos.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0000010-59.2015.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

ASSISTENTE DA ACUSAÇÃO: LUDIGERO CANEIRO DOS SANTOS

ADVOGADO: MARCO AURÉLIO CASTRILLÓN NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.499

DENUNCIADO: ELISON MACEDO BENTES

ADVOGADO: PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS ¿ OAB/PA Nº. 8.409

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

ADVOGADO: RUBENS LOURENÇO CARDOSO VIEIRA ¿ OAB/PA Nº. 8.173

DESPACHO

R. H.

Para dar-se cumprimento ao venerando Acórdão nº. 194.252 (fls. 209/213), transitado livremente em julgado (fls. 215), que anulou a sentença proferida às fls. 157/158, bem como determinou que o réu em tela fosse submetido a novo julgamento perante o Tribunal do Júri, determino o cumprimento das seguintes obrigações: a) Designo o **dia 11/12/2019, às 09hr00min**, para o julgamento do réu em questão pelo TRIBUNAL DO JÚRI desta Comarca. Intime-se pessoalmente o réu, ressaltando-se ao mesmo que deverá comparecer à audiência acompanhado de advogado, pois, caso contrário, será designado Defensor Público, bem como o processo seguirá sem sua presença caso falte ao ato, vez que o mesmo já foi devidamente citado nos autos. Intimem-se pessoalmente os jurados e as testemunhas arroladas pelas partes, para serem ouvidas em Plenário. Ciência ao Ministério Público. Ficam os advogados constituídos nos autos intimados mediante publicação no DJE. Requisite-se policiamento para sessão. Providencie-se e expeça-se o necessário. Serve a cópia do presente despacho como mandado judicial e ofício.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PREVIDENCIÁRIA ¿ PENSÃO POR MORTE, COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA) ¿ PROCESSO Nº. 0000926-93.2015.814.0032

REQUERENTE: TEREZINHA DE JESUS PEREIRA DA SILVA

ADVOGADO: PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS ¿ OAB/PA Nº. 8.409

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DESPACHO

R. H.

1. O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença. Anote-se na capa dos autos.

2. Intime-se o requerido, na pessoa de seu representante judicial, por carga ou remessa, para, querendo, apresentar impugnação ao pedido de cumprimento de sentença, no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

2. I. Decorrido o prazo sem impugnação, ficam desde já homologados os cálculos apresentados pela parte autora, devendo ser expedido RPV ou Precatório, conforme o valor do crédito, e a forma solicitada pelo patrono da autora às fls. 101/143.

2. II. Apresentada impugnação sobre a integralidade do valor executado, intime-se a autora, através de seu advogado, mediante ato ordinatório, via DJE, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre, e aguarde-se a decisão definitiva sobre a impugnação.

2. II. a. Havendo discussão apenas sobre parte do crédito, intime-se a parte autora, através de seu

advogado, mediante ato ordinatório, via DJE, para que, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, apresente planilha com os valores incontroversos, que serão requisitados desde logo (art. 535, § 4º, CPC):

2. II. a. A. - Vinda a informação, expeça-se requisição de pagamento da parte incontroversa, conforme a forma solicitada pelo patrono da autora às fls. 101/143;

2. II. a. B. - Caso contrário, enquanto não atendida a intimação, ainda que requerido novo prazo, o processo ficará suspenso aguardando o julgamento da impugnação ou a juntada da referida planilha.

3. Sem prejuízo das determinações anteriores, intime-se o requerido, também, para que cumpra a obrigação de implementar o benefício previdenciário do(a) autor(a) com a sua inclusão como beneficiário(a), no mesmo prazo indicado no item ¿2.¿ deste despacho, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) por dia em que persistir a desobediência até o limite de R$ 3.000,00 (três mil reais), para a hipótese de não implementação do benefício em tela.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO ORDINÁRIA DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL COM PEDIDO DE TUTEL ANTECIPADA (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA) ¿ PROCESSO Nº. 0021474-42.2015.8.14.0032

REQUERENTE: MARIA CLOTILDE NUNES DA CUNHA MEIRELES

ADVOGADO: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ ¿ OAB/PA Nº. 13.143

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS

DESPACHO

R. H.

1. O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença. Anote-se na capa dos autos.

2. Intime-se o requerido, na pessoa de seu representante judicial, por carga ou remessa, para, querendo, apresentar impugnação ao pedido de cumprimento de sentença, no prazo de 30 (trinta) dias úteis.

2. I. Decorrido o prazo sem impugnação, ficam desde já homologados os cálculos apresentados pela parte autora, devendo ser expedido RPV ou Precatório, conforme o valor do crédito, e a forma solicitada pelo patrono da autora às fls. 126/139.

2. II. Apresentada impugnação sobre a integralidade do valor executado, intime-se a autora, através de seu advogado, mediante ato ordinatório, via DJE, para, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestar sobre, e aguarde-se a decisão definitiva sobre a impugnação.

2. II. a. Havendo discussão apenas sobre parte do crédito, intime-se a parte autora, através de seu advogado, mediante ato ordinatório, via DJE, para que, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, apresente planilha com os valores incontroversos, que serão requisitados desde logo (art. 535, § 4º, CPC):

2. II. a. A. - Vinda a informação, expeça-se requisição de pagamento da parte incontroversa, conforme a forma solicitada pelo patrono da autora às fls. 126/139;

2. II. a. B. - Caso contrário, enquanto não atendida a intimação, ainda que requerido novo prazo, o processo ficará suspenso aguardando o julgamento da impugnação ou a juntada da referida planilha.

3. Sem prejuízo das determinações anteriores, intime-se o requerido, também, para que cumpra a obrigação de implementar o benefício previdenciário do(a) autor(a) com a sua inclusão como beneficiário(a), no mesmo prazo indicado no item ¿2.¿ deste despacho, sob pena de multa diária de R$ 100,00 (cem reais) por dia em que persistir a desobediência até o limite de R$ 3.000,00 (três mil reais), para a hipótese de não implementação do benefício em tela.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C PEDIDO DE ALIMENTOS ¿ PROCESSO Nº. 0084477-68.2015.8.14.0032

REQUERENTE: R. DA S. R.

REPRESENTANTE LEGAL: KATRINA DA SILVA ROCHA

ADVOGADA: LEILA MARIA RODRIGUES PINGARILHO ¿ OAB/PA Nº. 9.828

REQUERIDO: PAULO JOSÉ FREITAS DA COSTA

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

DESPACHO

R. H.

1. Considerando o teor da certidão de fls. 33, corroborada pelo documento acostado às fls. 34, designo audiência de conciliação, instrução e julgamento, para fins de estipulação do valor da prestação alimentícia em favor da requerente, para o **dia 03/12/2019, às 13hr15min**.

2. Intime-se a representante legal pessoalmente, e o requerido através de seu advogado, mediante publicação no DJE.

3. Ressalte-se no mandado que a representante legal e o requerido comparecerão à audiência acompanhados de suas testemunhas independentemente de prévio depósito de rol e intimação, em 03 (três) no máximo. (Lei nº. 5.478/68, art. 8º).

4. Ciência ao Ministério Público.

5. Serve a cópia do presente despacho como mandado judicial.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL DE COMPETÊNCIA DO JÚRI ¿ PROCESSO Nº. 0083478-18.2015.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: WILMAR RODRIGUES DE OLIVEIRA

ADVOGADO: RUBENS LOURENÇO CARDOSO VIEIRA ¿ OAB/PA Nº. 8.172

DESPACHO

R. H.

1. Designo o **dia 12/12/2019, às 09h00min**, para julgamento do réu pelo TRIBUNAL DO JÚRI desta Comarca.

2. Intime-se pessoalmente o réu, ressaltando-se ao mesmo que deverá comparecer à audiência acompanhado de advogado, pois, caso contrário, será designado Defensor Público, bem como o processo seguirá sem sua presença caso falte ao ato, vez que o mesmo já foi devidamente citado nos autos.

3. Intimem-se pessoalmente os jurados e as testemunhas arroladas pelas partes, para serem ouvidas em Plenário. Ciência ao Ministério Público.

4. Fica o advogado constituído nos autos intimado mediante publicação no DJE.

5. Requisite-se policiamento para sessão.

6. Providencie-se e expeça-se o necessário.

7. Serve a cópia do presente despacho como mandado judicial e ofício.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0065474-30.2015.8.14.0032

DENUNCIADO: JOSIMAR SOUZA DA CRUZ

DENUNCIADO: ALBERTO GONÇALVES DE MACEDO

ADVOGADO DATIVO: RAIMUNDO SALIM LIMA SADALA OAB/PA Nº. 5.958

DESPACHO

R. H.

1. Considerando a decisão proferida no Acórdão nº. 199.089 (fls. 158/164), transitada livremente em julgado (fls. 224), que deu parcial provimento à pretensão recursal dos réus, apenas para reformar o vetor antecedentes e afastar a agravante de reincidência, em relação a ambos os denunciados, restando, consequentemente reduzida a pena definitiva destes, entretanto mantido o regime inicial de cumprimento

da pena no fechado, bem como mantido os demais termos da sentença condenatória proferida às fls. 60/73, determino o cumprimento das seguintes obrigações: a) Lancem-se os nomes dos Réus no Rol dos Culpados; b) Oficie-se ao TRE para os fins do art. 15, inciso III, da Constituição Federal; c) Expeçam-se Guias de Execução Criminal Definitiva e juntem-nas no Processos de Execuções Provisórias dos réus, que já estão em tramitação nesta Comarca, juntamente com as cópias da Sentença, do Acórdão e da certidão do trânsito em julgado acima mencionados, sendo desnecessária a conclusão dos autos de Execuções a este Gabinete, vez que já foi realizada audiência admonitória nos referidos autos, devendo-se apenas fazer conclusão se houver qualquer incidente antes do término das penas.

2. Após, arquivem-se os presentes autos.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0004424-66.2015.8.14.0032

DENUNCIADO: JOSÉ ESQUERDO DA COSTA

SENTENÇA CRIMINAL COM MÉRITO

Vistos, etc...

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, ofereceu denúncia, em 14 de junho de 2016, em desfavor de JOSÉ ESQUERDO DA COSTA, já qualificado, por suposta infringência ao disposto no artigo 12 da Lei nº. 10.826/2003.

Denúncia recebida às fls. 04, em 21 de junho de 2016.

Exame pericial em Armas de Fogo e Munições às fls. 07/08.

Audiência preliminar ocorrida aos nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis (09.11.2016) onde o ¿Parquet¿ ofereceu proposta de suspensão condicional do processo ao denunciado, pelo período de prova de 02 (dois) anos, mediante o cumprimento das condições expostas na ata de audiência de fls. 15, tendo o referido réu aceitado o acordo, que, na mesma oportunidade, foi homologado pelo juízo.

Às fls. 16 foi certificado que o denunciado cumpriu o acordo homologado pelo juízo.

É o breve relato. DECIDO.

O artigo 89, § 5º, da Lei nº. 9.099/1995, dispõe que, expirado o período de prova, sem revogação, o Magistrado declarará extinta a punibilidade.

No caso dos autos, haja vista que durante o período de prova até a presente data não constou nos autos nenhuma informação de descumprimento das condições estabelecidas para a suspensão condicional do processo, bem como o réu ter cumprido as condições da suspensão condicional determinadas às fls. 15, DECRETO A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE do mesmo, com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei nº. 9.099/1995. Em conseqüência, determino o arquivamento dos presentes autos.

P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL - PROCESSO Nº. 0007230-74.2016.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: ANASTÁCIO MORAES CUNHA

ADVOGADO: AFONSO OTÁVIO LINS BRASIL ¿ OAB/PA Nº. 10.628

DESPACHO

R. H.

1. Ao analisar a defesa escrita do réu, verifico que não se encontram presentes nenhuma das hipóteses previstas no art. 397 do Código de Processo Penal, a ensejar a absolvição sumária do mesmo, pois, os fatos descrito na denúncia é típico e os argumentos trazidos não se encontram aptos para fundamentarem uma contra prova nessa fase do procedimento, a tornar manifesta a ilicitude de sua conduta, o que entendo que somente poderá ser suficiente após a instrução do feito, através do devido processo legal. Ademais, também não vislumbro a presença de nenhuma excludente de ilicitude ou culpabilidade, e também não visualizo qualquer situação autorizadora de extinção de punibilidade.

2. Desta forma, designo o dia **10/12/2019, às 10hr50min**, para audiência de interrogatório, instrução e julgamento.

3. Intime-se pessoalmente o réu, observando-se o endereço atualizado às fls. 13, ressaltando-se ao mesmo que deverá comparecer à audiência acompanhado de advogado, pois, caso contrário, será designado Defensor Público, bem como o processo seguirá sem sua presença caso falte ao ato, vez que o mesmo já foi devidamente citado nos autos, uma vez que voluntariamente constituiu advogado nos autos e apresentou Defesa Preliminar.

4. Providenciem-se as intimações pessoais das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa.

5. Ciência ao Ministério Público.

6. Fica o advogado constituído nos autos intimados mediante publicação no DJE.

7. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE NEGÓCIO JURÍDICO, CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, COM ANTECIPAÇÃO DE TUTELA - PROCESSO Nº. 0007411-75.2016.8.14.0032

REQUERENTE: MANOEL EUDOXIO DA TRINDADE

ADVOGADA: THAMMY EVELIN DA SILVA MATIAS ¿ OAB/PA Nº. 16.714

ADVOGADA: VALERIA PINTO DE LIMA ¿ OAB/PA Nº. 21.712

ADVOGADO: JOSIRES VIANA DE LIMA ¿ OAB/PA Nº. 23.673

REQUERIDO: BANCO VOTORANTIM S.A.

ADVOGADO: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI ¿ OAB/PE Nº. 21.678

DESPACHO

R. H.

1. Considerando que o demandado colacionou o(s) contrato(s) supostamente celebrado(s) pelo demandante, constando a assinatura deste, porém impugnada em sua autenticidade pelo mesmo, cabível a análise da veracidade das assinaturas em questão para se atestar eventual falsidade de documento essencial ao julgamento da Ação.

2. Nesse sentido, tendo em vista o poder geral de cautela inerente a este juízo determino que o demandado junte aos autos, no prazo de 15 (quinze) dias, o(s) contrato(s) original(is), juntado(s) com a contestação, ressaltando-se que em caso de inércia na exibição do documento será aplicada a regra do art. 359 do Código de Processo Civil, ou seja, se admitirão verdadeiros os fatos que por meio de documentos que a parte pretendia provar.

3. Sem prejuízo das determinações anteriores, uma vez que o feito tramita sob o rito sumaríssimo, intimem-se as partes através de seus respectivos advogados, mediante publicação no DJE, para comparecimento à audiência de conciliação, instrução e julgamento que designo para o dia **05/12/2019, às 12hr40min**, ressaltando que a ausência injustificada do requerido acarretará nos efeitos da revelia, com a presunção de veracidade dos fatos articulados pela autora, e a ausência injustificada do autor acarretará na extinção do processo sem julgamento do mérito, e condenação no pagamento das custas processuais.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE VISITAS, COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA ¿ PROCESSO Nº. 0000901-12.2017.8.14.0032

REQUERENTE: REINALDO ARAÚJO DA SILVA CARRETEIRO

ADVOGADA: WELLEN CAROLINE DA SILVA OLIVEIRA ¿ OAB/PA Nº. 22.133

REQUERIDA: FABÍOLA KELLY DE SOUZA CARRETEIRO DA SILVA

ADVOGADO: PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS ¿ OAB/PA Nº. 8.409

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

MENOR: M. C. DA S.

DESPACHO

R. H.

1. Considerando o requerimento de fls. 84, ¿in fine¿, cumulado ao fato de que compete ao Juiz, na direção do processo, tentar a qualquer tempo a conciliação das partes (art. 139, inciso V, do Código de Processo Civil), designo o **dia 04/12/2019, às 13hr15min**, para audiência de tentativa de conciliação.

2. Intimem-se as partes através de seus respectivos advogados, mediante publicação no DJE.

3. Ciência ao Ministério Público.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PREVIDENCIÁRIA CUMULADA COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ¿ PROCESSO Nº. 0003563-46.2017.8.14.0032

REQUERENTE: FRANCINETE SOUSA ROMÃO

ADVOGADO: HIGO LUÍS NASCIMENTO PEREIRA ¿ OAB/PA Nº. 25.189

ADVOGADO: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ ¿ OAB/PA Nº. 13.143

REQUERIDO: INSS ¿ INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DESPACHO

R. H.

1. Considerando o teor da certidão de fls. 53, para produção de prova oral, para a tomada de depoimento pessoal da autora e a oitiva de testemunhas, designo audiência de instrução e julgamento para o **dia 03/12/2019, às 10hr40min**.

2. Intime-se a autora através de seu advogado, mediante publicação no DJE, para prestar depoimento pessoal, advertindo-a da possibilidade de aplicação da pena de confesso (CPC, artigo 389), caso não compareça ou, comparecendo, se recusar a depor (CPC, artigo 385, § 1º);

3. Por força do disposto no artigo 445 do Código de Processo Civil, cabe ao advogado da parte informar ou intimar por carta com aviso de recebimento a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, à exceção da previsão constante no § 4º, do art. 455, do CPC.

4. Intime-se o requerido pessoalmente, através de carga ou remessa dos autos.

5. Serve a cópia do presente despacho judicial como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE CANCELAMENTO DOS EFEITOS DO PROTESTO C/C DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE CONSUMO E NULIDADE DE TÍTULO C/C DANO MORAL, COM PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA ¿ PROCESSO Nº. 0004842-67.2017.8.14.0032

REQUERENTE: G. M. CARVALHO ¿ M.E.

REPRESENTANTE LEGAL: GENIRA MARANHÃO DE CARVALHO

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

ADVOGADO: PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS ¿ OAB/PA Nº. 8.409

REQUERIDA: DELTAPAR COMÉRCIO DE LUBRIFICANTES L.T.D.A. ¿ EIRELI

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc.

1. O processo deverá seguir o Rito Sumaríssimo da Lei nº. 9.099/95, conforme requerido à exordial.

2. Consoante disposto no artigo 54 da Lei nº. 9.099/1995, fica dispensado, em primeiro grau, o pagamento de custas, taxas ou despesas, para acesso ao Juizado Especial, pela parte requerente.

3. Trata-se de concessão de tutela provisória de urgência em que a requerente requer que se determine a sustação dos efeitos do protesto levado a efeito pela requerida, contra àquela, bem como retire o nome da mesma dos órgãos de proteção ao crédito, sob alegação de que não possui nenhuma pendência financeira com a ré.

4. Segundo a nova sistemática processual a **tutela provisória** pode fundamentar-se em **urgência** ou **evidência**; a **tutela provisória de urgência** pode ser de natureza **cautelar** ou **satisfativa**, a qual pode ser concedida em caráter **antecedente** ou **incidental** (CPC, artigo 294).

5. O regime geral das tutelas de urgência está preconizado no artigo 300 do Código de Processo Civil, que **unificou** os pressupostos fundamentais para a sua concessão: ¿A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a **probabilidade do direito** e o **perigo de dano** ou o **risco ao resultado útil do processo**.¿ (grifei e destaquei).

6. Daniel Mitidiero vaticina que:

¿No direito anterior a antecipação da tutela estava condicionada à existência de ¿prova inequívoca¿ capaz de convencer o juiz a respeito da ¿verossimilhança da alegação¿, expressões que sempre foram alvo de acirrado debate na doutrina (Luiz Guilherme Marinoni, Antecipação da Tutela cit.; Daisson Flach, A Verossimilhança no Processo Civil, Ed. RT; o nosso, Antecipação da Tutela ¿ Da Tutela Cautelar à Técnica Antecipatória cit.). Com isso, o legislador procurou autorizar o juiz a conceder ¿tutelas provisórias¿ com base em cognição sumária, isto é, ouvindo apenas uma das partes ou então fundado em quadros probatórios incompletos (vale dizer, sem que tenham sido colhidas todas as provas disponíveis para o esclarecimento das alegações de fato, conforme o clássico conceito de cognição sumária de Hans Karl Briegleb, Einleitung in die Theori der summarischen Processe, Bernhard Tauchitz). A probabilidade que autoriza o emprego da técnica antecipatória para a tutela dos direitos é a probabilidade lógica ¿ que é aquela que surge da confrontação das alegações e das provas com os elementos disponíveis nos autos,

sendo provável a hipótese que encontra maior grau de confirmação e menor grau de refutação nesses elementos. O juiz tem que se convencer de que o direito é provável para conceder a ¿tutela provisória¿.¿ (em Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil, coordenação de Teresa Arruda Alvim Wambier, Fredie Didier Jr., Eduardo Talamini e Bruno Dantas, Thomsom Reuters RT, página 782).

7. Cândido Rangel Dinamarco obtempera que o fumus boni iuris (fumaça do bom direito):

¿É a aparência de que o demandante tem o direito alegado, suficiente para legitimar a concessão de medidas jurisdicionais aceleradas ¿ que de natureza cautelar, que antecipatória. Resolve-se em mera probabilidade, que é menos que a certeza subjetiva necessária para decidir o mérito, porém mais que a mera verossimilhança. O art. 273, caput, do Código de Processo Civil dá a impressão de exigir mais que essa probabilidade, ao condicionar as antecipações tutelares à existência de uma prova inequívoca ¿ mas pacificamente a doutrina e todos os tribunais se satisfazem com a probabilidade. Consiste esta na preponderância dos motivos convergentes à aceitação de determinada proposição, sobre os motivos divergentes. Essa é menos que a certeza, porque, lá, os motivos divergentes não ficaram afastados, mas apenas suplantados; e mais que a mera verossimilhança, que se caracteriza pelo equilíbrio entre os motivos convergentes e motivos divergentes. Na prática, o juiz deve raciocinar mais ou menos assim: se eu fosse julgar agora, minha vontade seria julgar procedente a demanda.¿ (Vocabulário do processo civil, Malheiros, páginas 338/339).

8. E o periculum in mora ou perigo na demora, segundo também Cândido Rangel Dinamarco:

¿Consiste na iminência de um mal ou prejuízo, causado ou favorecido pelo correr do tempo (o tempo-inimigo, de que falava Carnelutti), a ser evitado mediante as providências que o juiz determinará. Embora seja inevitável alguma dose de subjetivismo judicial na apreciação do periculum, sugere-se que o juiz leve em conta o chamado juízo do mal maior, em busca de um legítimo equilíbrio entre as partes ¿ indagando, em cada caso, se o autor sofreria mais se nada fosse feito para conter os males do tempo, ou se sofreria mais o réu em virtude da medida que o autor postula.¿ (op. cit., páginas 381/382).

9. Assim, há verossimilhança nas alegações da Autora, na medida em que a mesma nega possuir pendência com a empresa demandada, de modo que é impossível exigir da parte a produção de prova negativa. Quanto ao ¿periculum in mora¿, tenho que este está caracterizado porquanto a não suspensão dos efeitos do protesto resulta em corte imediato do crédito bancário e em repercussão negativa no conceito da requerente. Destarte, estando a suposta relação negocial estabelecida entre as partes em discussão e convencido da evidência dos requisitos exigidos para a concessão da tutela, cabível assim, a concessão da mesma. O provimento, ademais, não é irreversível, razão pela qual torna-se possível a antecipação dos efeitos da tutela.

10. Nesse sentido, a jurisprudência pátria assentou:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - MEDIDA CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO - TUTELA ANTECIPADA - DEFERIMENTO - PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS À SUA CONCESSÃO. Estando o débito em discussão em processo judicial, necessária a suspensão dos efeitos do protesto em caráter liminar, vez que presentes os requisitos ensejadores à sua concessão.". (TJMG. Agravo de Instrumento n.º 2.0000.00.426929-8/000, Quarta Câmara Cível, Rel. Juiz Antônio Sérvulo, j. 10.12.2003)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DECLARATÓRIA - TUTELA - ANTECIPAÇÃO - PROTESTO - EFEITOS - SUSPENSÃO - REQUISITOS - PRESENÇA - POSSIBILIDADE - RECURSO PROVIDO. Concede-se a antecipação da tutela para sustação dos efeitos do protesto, enquanto se discutem questões relativas ao negócio originário, desde que presentes os requisitos processuais e os elementos fáticos.". (TJMG. Agravo de Instrumento n.º 2.0000.00.425783-8/000, Oitava Câmara Cível, Rel. Juiz José Amâncio, j. 18.12.2003).

11. Ademais, a jurisprudência pacificou entendimento de que cabe a empresa emitente do título a produção de prova, não sendo de se exigir do sacado a comprovação de fatos negativos, como no caso dos autos.

12. Destaque-se ainda que a presente Ação possui índole negativa, nesse contexto, à emitente e somente à ela, incumbe destruir as alegativas da sacada, comprovando ser verdadeiro o enunciado existencial que deu margem à criação da cártula. Não há como se arremeter ao sacado, em tal contexto, a prova de fatos negativos. Ao autor cumpre provar o fato constitutivo de seu direito (CPC, art. 373, inciso I). No entanto, a regra não é absoluta; não se lhe pode impor produzir prova negativa. Aforada ação declaratória de inexistência de débito inscrito em duplicata, à sacadora transfere-se o ônus de comprovar, estreme de dúvida, a existência de justa causa para o saque.

13. Ocorre, porém, que o cancelamento do protesto de título é irreversível, assim, acertadamente, a autora pugnou apenas pela suspensão dos efeitos do ato cartorial até a decisão da presente ação originária.

14. De outra banda, quanto ao pedido de exclusão do nome da suplicante do SERASA, entendo também passível de deferimento, na medida em que nenhum prejuízo irá acarretar à empresa requerida, pois a antecipação de tutela apenas lhe obsta de apontar o débito a cadastro, em nada discorrendo quanto à legalidade ou não da cobrança, o que só será possível após o julgamento final da presente demanda.

15. Neste sentido é a jurisprudência pátria:

¿DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. ENERGIA ELÉTRICA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INCLUSÃO DO NOME DO CONSUMIDOR EM CADASTROS DE INADIMPLENTES. SPC E SERASA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. DEFERIMENTO. Impossibilidade de inscrição do nome da parte autora em Cadastros de Inadimplentes, ante a existência de demanda judicial em que se discute o débito pendente. RECURSO PROVIDO.¿. (Agravo de Instrumento Nº 70048761126, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Roberto Lofego Canibal, Julgado em 27/06/2012).

¿AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIO JURÍDICO BANCÁRIO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DA PARTE AUTORA DE INEXISTÊNCIA DO DÉBITO. 1. CADASTROS DE INADIMPLENTES. Enquanto tramita demanda que tenha por objeto a definição da existência do débito, mostra-se cabível o deferimento de liminar obstativa da inscrição do nome do devedor junto aos órgãos de restrição de crédito (SPC e SERASA). Ademais, a supressão do nome do autor de cadastros de inadimplentes não acarreta nenhum prejuízo ao banco réu, porquanto as informações sobre o demandante continuam em seu cadastro interno. 2. MULTA. VIÁVEL SUA REDUÇÃO, NO CASO CONCRETO. Na hipótese de ocorrer o descumprimento de ordem judicial, mostra-se viável a cominação de multa para forçar o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, em virtude de expressa previsão contida no artigo 461, § 4º, do CPC. Em decisão monocrática, dou parcial provimento ao agravo de instrumento.¿. (Agravo de Instrumento Nº 70014276323, Décima Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Glênio José Wasserstein Hekman, Julgado em 15/02/2006).

16. E do Superior Tribunal de Justiça:

¿PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. DEFICIÊNCIA RECURSAL. REEXAME DE PROVAS. CIVIL. CONTRATO. CRÉDITO BANCÁRIO. DISCUSSÃO. JUÍZO. INSCRIÇÃO SERASA. POSSIBILIDADE. 1 - Não decididas pelo Tribunal de origem as matérias referentes aos dispositivos tidos por violados, ressente-se o especial do necessário prequestionamento (súmula 211/STJ). 2 - Violação genérica de lei federal, sem indicação precisa e clara de qual ou quais dispositivos estariam vulnerados, denota deficiência recursal (súmula 284/STF). 3 - A aferição da ocorrência dos requisitos mínimos da cautelar (fumus boni juris e periculum in mora) é intento não condizente com o recurso especial, pois demanda revolvimento fático-probatório, vedado pela súmula 7/STJ. 4 - Na linha do entendimento pacificado pela Segunda Seção (Resp. nº 527.618/RS), somente fica impedida a inclusão dos nomes dos devedores em cadastros de proteção ao crédito se implementadas, concomitantemente, as seguintes condições: (a) o ajuizamento de ação, pelo devedor, contestando a existência parcial ou integral do débito, (b) a efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça e (c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado, requisitos, in casu, não

demonstrados nos autos e que, em última ratio, fazem incidir o óbice da súmula 83/STJ. 5 - Recurso especial não conhecido.¿. (REsp 604515 / S ; RECURSO ESPECIAL 2003/0200900-8 Ministro FERNANDO GONÇALVES (1107) T4 - QUARTA TURMA DJ 01.02.2006 p. 562).

17. Por fim, cabe referir que o apontamento em cadastro de inadimplentes poderá trazer prejuízos à parte autora, porquanto são de conhecimento geral os efeitos maléficos advindos da anotação, e em nada se beneficiaria a parte requerida.

18. Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela de urgência antecipada, para em via de consequência determinar à requerida, no prazo de 15 (quinze) dias, que proceda a suspensão dos efeitos do protesto lavrado pelo Cartório de Registros Civis de Monte Alegre, bem como a retirada da restrição cadastral existente em nome da autora, especificamente a descrita nestes autos, sob pena de incorrer em multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), que limito em 30 (trinta) dias, para o caso de descumprimento. Intime-se.

19. Determino que referido título deverá permanecer sob a guarda do(a) Tabelionato(a) supramencionado(a), em Cartório, com seu protesto sustado, até ulterior deliberação deste Juízo, que lhe será comunicada oportunamente.

20. Atente-se à ré que, nos termos do artigo 77, inciso IV, e parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, as partes têm o dever de cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação, sob pena da configuração de ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento (20%) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.

21. Atentem-se às partes que a efetivação da tutela provisória observará as normas referentes ao cumprimento provisório da sentença, no que couber (CPC, artigos 297, parágrafo único, e 519).

22. Cite-se a requerida para comparecimento à audiência de conciliação, instrução e julgamento que designo para o dia **03/12/2019, às 10hr10min**, ressaltando que a ausência injustificada do mesmo acarretará nos efeitos da revelia, com a presunção de veracidade dos fatos articulados pela autora. Ressalte-se, também, que eventual contestação deverá ser oferecida em audiência e que as testemunhas, no máximo de 03 (três) para cada parte, deverão comparecer independentemente de intimação.

23. Intime-se a requerente, para comparecimento à audiência, através de seus advogados, via DJE, ressaltando-se que a ausência injustificada daquela acarretará na extinção do processo sem julgamento do mérito, e condenação no pagamento das custas processuais.

24. P. R. I. C.

25. Serve a cópia do presente despacho como mandado de citação/intimação das partes.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS ¿ PROCESSO Nº. 0005406-46.2017.814.0032

REQUERENTE: I. C. F. A.

REPRESENTANTE LEGAL: APARECIDA CRISTINA CARDOSO FERREIRA

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ETADO DO PARÁ

REQUERIDA: ORLANILDA SANTOS DE ASSUNÇÃO

REQUERIDO: ANTONIO VIEIRA DE ASSUNÇÃO

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o **dia 04/12/2019, às 12hr00min**, em relação ao requerido ANTONIO VIEIRA DE ASSUNÇÃO.

2. Cite-se o requerido ANTONIO VIEIRA DE ASSUNÇÃO, para comparecimento e apresentação de contestação em audiência, observando-se o endereço indicado às fls. 31.

3. Ressalte-se no mandado que a representante legal e o requerido comparecerão à audiência acompanhados de suas testemunhas independentemente de intimação e prévio depósito de rol, 03 (três) no máximo. (Lei nº. 5.478/68, art. 8º).

4. O não comparecimento da representante legal implicará no arquivamento do pedido e ausência do requerido ou a não apresentação de contestação, no prazo legal, importará em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. (Lei nº. 5.478/68, art. 7º).

5. Intime-se o requerido em questão, também, acerca da decisão de fls. 09/10, quanto à tutela provisória indeferida nos autos.

6. Intime-se a representante legal pessoalmente.

7. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

8. Serve a cópia da presente decisão judicial como mandado de citação/intimação das partes.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE SOCIEDADE DE FATO ENTRE CONVIVENTES C/C SEPARAÇÃO DE BENS C/C ALIMENTOS - PROCESSO Nº. 0006706-43.2017.8.14.0032

REQUERENTE: LEIDE DAYANA FERREIRA MESQUITA

ADVOGADO: ÁPIO CAMPOS FILHO ¿ OAB/PA Nº. 6.580

ADVOGADA: MARIA SANTOS DA SILVA ¿ OAB/PA Nº. 20.458

REQUERIDO: RICHELLYSON ABREU DA SILVA

ADVOGADO: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ ¿ OAB/PA Nº. 13.143

ADVOGADO: OTACÍLIO DE JESUS CANUTO - OAB/PA Nº. 12.633

MENOR: L. G. M. DA S.

DESPACHO

R. H.

1. Nos termos do artigo 370 do Código de Processo Civil, para o julgamento do mérito, determino a produção de provas testemunhal e documental.

2. Havendo necessidade de produção de prova testemunhal, designo audiência de instrução para o dia **03/12/2019, às 12hr00min**. Intimem-se as partes através de seus respectivos advogados, via DJE. Ciência ao Ministério Público.

3. Nos termos do § 4º do artigo 357 do Código de Processo Civil, fixo o prazo comum de 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas, sob pena de preclusão, com os requisitos estabelecidos no artigo 450 do CPC (nome, a profissão, o estado civil, a idade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, o número de registro de identidade e o endereço completo da residência e do local de trabalho) e observado o limite quantitativo disposto no § 6º do citado artigo 357, também do CPC.

4. Por força do disposto no artigo 445 do Código de Processo Civil, cabe ao advogado da parte informar ou intimar por carta com aviso de recebimento a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo.

5. A produção de prova documental, por sua vez, deverá observar o disposto no artigo 435, ¿caput¿, do Código de Processo Civil, sempre se observando, com relação ao que vier a ser trazido aos autos, o artigo 437, § 1º, do mesmo diploma legal.

6. Ciência ao Ministério Público.

7. Serve a cópia do presente despacho judicial como mandado judicial.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE DE SEGURADO ESPECIAL (PESCADORA) ¿ PROCESSO Nº. 0008906-23.2017.8.14.0032

REQUERENTE: LUIZA DO CARMO FERNANDES

ADVOGADO: PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS ¿ OAB/PA Nº. 8.409

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ¿ INSS

DESPACHO

R. H.

1. Nos termos do artigo 370 do Código de Processo Civil, para o julgamento do mérito, determino a produção de provas testemunhal e documental.

2. Designo audiência de instrução e julgamento para o **dia 03/12/2019, às 11hr10min**.

3. Intime-se a autora, através de seus advogados, mediante publicação no DJE, para prestar depoimento pessoal, advertindo-o da possibilidade de aplicação da pena de confesso (CPC, artigo 389), caso não compareça ou, comparecendo, se recusar a depor (CPC, artigo 385, § 1º);

4. Nos termos do § 4º do artigo 357 do Código de Processo Civil, fixo o prazo comum de 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas, sob pena de preclusão, com os requisitos estabelecidos no artigo 450 do CPC (nome, a profissão, o estado civil, a idade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, o número de registro de identidade e o endereço completo da residência e do local de trabalho), observando-se o limite quantitativo disposto no § 6º do citado artigo 357, também do CPC;

5. Por força do disposto no artigo 445 do Código de Processo Civil, cabe ao advogado da parte informar ou intimar por carta com aviso de recebimento a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, à exceção da previsão constante no § 4º, do art. 455, do CPC.

6. A produção de prova documental, por sua vez, deverá observar o disposto no artigo 435, ¿caput¿, do Código de Processo Civil, sempre se observando, com relação ao que vier a ser trazido aos autos, o artigo 437, § 1º, do mesmo diploma legal.

7. Intime-se o requerido pessoalmente, através de carga ou remessa dos autos.

8. Serve a cópia do presente despacho judicial como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE ALIMENTOS - PROCESSO Nº. 0009231-95.2017.8.14.0032

REQUERENTE: J. V. S. DE L.

REPRESENTANTE LEGAL: VANUZA SILVA DOS SANTOS

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REQUERIDO: JAIMESON CARLOS DUTRA DE LIMA

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o **dia 05/12/2019, às 09hr00min**.

2. Cite-se o requerido, para comparecimento e apresentação de contestação em audiência.

3. Ressalte-se no mandado que a representante legal e o requerido comparecerão à audiência acompanhados de suas testemunhas independentemente de intimação e prévio depósito de rol, 03 (três) no máximo. (Lei nº. 5.478/68, art. 8º).

4. O não comparecimento da representante legal implicará no arquivamento do pedido e ausência do requerido ou a não apresentação de contestação, no prazo legal, importará em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato. (Lei nº. 5.478/68, art. 7º).

5. Intime-se o requerido em questão, também, acerca da decisão de fls. 09, quanto aos alimentos provisórios deferido nos autos.

6. Intime-se a representante legal pessoalmente.

7. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

8. Serve a cópia da presente decisão judicial como mandado de citação/intimação das partes.

9. Considerando a manifestação constante às fls. 21-verso, defiro o pedido de citação por hora certa. Assim, providencie-se a citação do requerido, conforme relatado às fls. anteriormente mencionadas, informando-se tal fato ao Juízo Deprecado.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE DIVÓRCIO CONSENSUAL (CUMPRIMENTO DE SENTENÇA) ¿ PROCESSO Nº. 0012733-42.2017.8.14.0032

REQUERENTE: EDILEUZA SANCHES PEREIRA

REQUERENTE: FRANCISCO RODRIGUES PEREIRA

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

MENOR: A. S. P.

MENOR: A. S. P.

DESPACHO

R. H.

1. O processo encontra-se em fase de cumprimento de sentença. Anote-se na capa dos autos.

2. Nos termos dos artigos 536 e 537 do Código de Processo Civil, intime-se pessoalmente o requerente FRANCISCO RODRIGUES PEREIRA para proceder o cumprimento da obrigação de fazer acordada à exordial e homologada às fls. 19, no tocante à venda da casa adquirida pelo ex-casal na constância do matrimônio.

3. Fixo o prazo de 15 (quinze) dias corridos para o devido cumprimento, pela parte em questão, a contar da data em que se der a comunicação (artigo 231, § 3º, do Código de Processo Civil), sendo inaplicável à espécie o disposto no artigo 219, caput, do CPC, segundo a mais abalizada doutrina processual:

¿Isso porque as disposições dos arts. 184, §§ 1º e 2º, e 241, ambos do CPC/1973 ¿ assim como as disposições dos arts. 219, 224, § 1º a 3º, e 231 do CPC/2015 ¿ dizem respeito a prazos para a prática de atos processuais tais como a apresentação de defesa, recurso, provas etc. Já o cumprimento das obrigações, ainda que determinadas em decisões proferidas no processo, se dá fora deste, e independe do horário do expediente forense ou mesmo da abertura do fórum. É claro que, devendo o cumprimento da obrigação se dar necessariamente em dia útil (por depender, por exemplo, do horário de funcionamento de estabelecimentos como bancos ou cartórios), caso o término do prazo se dê em dia não útil, deverá ser prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.¿ (Guilherme Rizzo Amaral, Breves Comentários ao Novo Código de Processo Civil, Thomson Reuters Revista dos Tribunais, obra coletiva coordenada por Teresa Arruda Alvim Wambier e outros, páginas 1407/1408).

4. Determino a imposição de multa diária (astreintes) a qual, considerando o valor em litígio e a capacidade econômica daquele a quem é dirigida, fixo no importe de R$ 50,00 (cinquenta reais), para o caso de descumprimento desta ordem judicial, limitado a 30 (trinta) dias.

5. Cumpre ressaltar que nos termos do artigo 537, § 4º, do CPC ¿a multa será devida desde o dia em que se configurar o descumprimento da decisão e incidirá enquanto não for cumprida a decisão que a tiver cominado.¿

6. Intime-se o requerido, ainda, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (CPC, artigo 219, caput), realizar o adimplemento voluntário da obrigação corporificada nestes autos, no importe de R$ 1.621,14 (um mil, seiscentos e vinte e um reais e quatorze centavos) ¿ conforme demonstrativo discriminado e atualizado, apresentado pela credora às fls. 33 -, sob pena de multa de 10% (dez por cento) e, também, de honorários de advogado de 10% (dez por cento), que serão agregados ao valor do débito principal, para todos os efeitos legais, (CPC, artigo 85, § 1º e § 13), tudo na forma do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.

7. Saliente-se que, nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, ¿transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação¿, observando-se que ¿será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo¿ (CPC, artigo 218, § 4º).

8. Sem prejuízo das determinações anteriores, oficie-se ao Juízo de Prainha/Pará (PA), solicitando informações quanto ao cumprimento ou não da carta precatória expedida conforme fls. 35/36, ressaltando-se que deverá juntamente com a devolução da missiva, ser remetido, também, a certidão de casamento das partes devidamente averbada.

9. Serve a cópia do presente despacho como mandado judicial/ofício.

Monte Alegre/PA, 04 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PARA CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (PENSÃO POR MORTE) ¿ PROCESSO Nº. 0000261-72.2018.8.14.0032

REQUERENTE: FRANCISCO LÚCIO DA COSTA

ADVOGADO: OTACÍLIO DE JESUS CANUTO ¿ OAB/PA Nº. 12.633

ADVOGADO: AFONSO OTÁVIO LINS BRASIL ¿ OAB/PA Nº. 10.628

ADVOGADO: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ ¿ OAB/PA Nº. 13.143

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ¿ INSS

DESPACHO

R. H.

1. Nos termos do artigo 370 do Código de Processo Civil, para o julgamento do mérito, determino a produção de provas testemunhal e documental.

2. Designo audiência de instrução e julgamento para o **dia 05/12/2019, às 12hr10min**.

3. Intime-se o autor, através de seus advogados, mediante publicação no DJE, para prestar depoimento pessoal, advertindo-o da possibilidade de aplicação da pena de confesso (CPC, artigo 389), caso não compareça ou, comparecendo, se recusar a depor (CPC, artigo 385, § 1º);

4. Nos termos do § 4º do artigo 357 do Código de Processo Civil, fixo o prazo comum de 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas, sob pena de preclusão, com os requisitos estabelecidos no artigo 450 do CPC (nome, a profissão, o estado civil, a idade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, o número de registro de identidade e o endereço completo da residência e do local de trabalho), observando-se o limite quantitativo disposto no § 6º do citado artigo 357, também do CPC;

5. Por força do disposto no artigo 445 do Código de Processo Civil, cabe ao advogado da parte informar ou intimar por carta com aviso de recebimento a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, à exceção da previsão constante no § 4º, do art. 455, do CPC.

6. A produção de prova documental, por sua vez, deverá observar o disposto no artigo 435, ¿caput¿, do Código de Processo Civil, sempre se observando, com relação ao que vier a ser trazido aos autos, o artigo 437, § 1º, do mesmo diploma legal.

7. Intime-se o requerido pessoalmente, através de carga ou remessa dos autos.

8. Serve a cópia do presente despacho judicial como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE CONCESSÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO (APOSENTADORIA POR IDADE RURAL) ¿ PROCESSO Nº. 0000523-22.2018.8.14.0032

REQUERENTE: MOISÉS ALVES DE FREITAS

ADVOGADO: DEIVISSON DA CRUZ ALVES ¿ OAB/PA Nº. 26.180

REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ¿ INSS

DESPACHO

R. H.

1. Nos termos do artigo 370 do Código de Processo Civil, para o julgamento do mérito, determino a produção de provas testemunhal e documental.

2. Designo audiência de instrução e julgamento para o **dia 10/12/2019, às 09hr00min**.

3. Intime-se o autor, através de seu advogado, mediante publicação no DJE, para prestar depoimento pessoal, advertindo-o da possibilidade de aplicação da pena de confesso (CPC, artigo 389), caso não compareça ou, comparecendo, se recusar a depor (CPC, artigo 385, § 1º);

4. Nos termos do § 4º do artigo 357 do Código de Processo Civil, fixo o prazo comum de 15 (quinze) dias para que as partes apresentem rol de testemunhas, sob pena de preclusão, com os requisitos estabelecidos no artigo 450 do CPC (nome, a profissão, o estado civil, a idade, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas, o número de registro de identidade e o endereço completo da residência e do local de trabalho), observando-se o limite quantitativo disposto no § 6º do citado artigo 357, também do CPC;

5. Por força do disposto no artigo 445 do Código de Processo Civil, cabe ao advogado da parte informar ou intimar por carta com aviso de recebimento a testemunha por ele arrolada do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo, à exceção da previsão constante no § 4º, do art. 455, do CPC.

6. A produção de prova documental, por sua vez, deverá observar o disposto no artigo 435, ¿caput¿, do Código de Processo Civil, sempre se observando, com relação ao que vier a ser trazido aos autos, o artigo 437, § 1º, do mesmo diploma legal.

7. Intime-se o requerido pessoalmente, através de carga ou remessa dos autos.

8. Serve a cópia do presente despacho judicial como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0013413-27.2017.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

DENUNCIADO: DANIEL VICTOR PEREIRA DE ALCÂNTARA

ADVOGADO: AFONSO OTÁVIO LINS BRASIL ¿ OAB/PA Nº. 10.628

DESPACHO

R. H.

1. Ao analisar a defesa escrita do réu, verifico que não se encontram presentes nenhuma das hipóteses previstas no art. 397 do Código de Processo Penal, a ensejar a absolvição sumária do mesmo, pois, os

fatos descrito na denúncia é típico e os argumentos trazidos não se encontram aptos para fundamentarem uma contra prova nessa fase do procedimento, a tornar manifesta a ilicitude de sua conduta, o que entendo que somente poderá ser suficiente após a instrução do feito, através do devido processo legal. Ademais, também não vislumbro a presença de nenhuma excludente de ilicitude ou culpabilidade, e também não visualizo qualquer situação autorizadora de extinção de punibilidade.

2. Desta forma, designo o dia **04/12/2019, às 10hr00min**, para audiência de interrogatório, instrução e julgamento.

3. Intime-se pessoalmente o réu, ressaltando-se ao mesmo que deverá comparecer à audiência acompanhado de advogado, pois, caso contrário, será designado Defensor Público, bem como o processo seguirá sem sua presença caso falte ao ato, vez que o mesmo já foi devidamente citado nos autos.

4. Providenciem-se as intimações pessoais das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa.

5. Ciência ao Ministério Público.

6. Fica o advogado constituído nos autos intimados mediante publicação no DJE.

7. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE REGULARIZAÇÃO DO DIREITO DE VISITA, COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA ¿ PROCESSO Nº. 0002787-12.2018.8.14.0032

REQUERENTE: RENAN PABLO LIMA DA SILVA

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

REQUERIDA: TÂNIA MARIA VASCONCELOS BAIA

MENOR: T. R. V. DA S.

MENOR: R. P. V. DA S.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

1. Recebo o aditamento à inicial constante às fls. 15/16, uma vez que o referido pedido apresenta consonância ao disposto no artigo 329 do Código de Processo Civil.

2. Tratando-se de pessoa pobre na acepção jurídica do termo (CPC, artigo 98, ¿caput¿), DEFIRO a gratuidade da justiça, conforme as isenções estabelecidas no artigo 98, § 1º, do Código de Processo Civil.

3. No caso vertente, entendo prudente estabelecer o contraditório, motivo pelo qual reservo-me para apreciar o pedido de tutela de urgência após a apresentação de defesa pela requerida.

4. Considerando o disposto no artigo 334 do CPC, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320, ambos do CPC, e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido (CPC, artigo 332), designo audiência de conciliação para o **dia 03 de dezembro de 2019, às 09hr40min**, devendo a ré ser citada com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

5. Expeça-se mandado de citação, **com as advertências constantes do artigo 334, parágrafos 8º, 9º e 10º, do CPC**.

6. Tendo em vista o disposto no artigo 335 do Código de Processo Civil, conste também do mandado de citação que a ré poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pela demandada, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I, do CPC.

7. Intime-se o requerente, da audiência anteriormente aprazada, pessoalmente.

8. Advirto, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil, que o não comparecimento injustificado das partes, à audiência de conciliação, é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento (2%) da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.

9. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, § 9º).

10. As partes poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, § 10º).

11. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

12. Serve a cópia do presente despacho como mandado judicial de citação/intimação das partes.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C PLEITO COMINATÓRIO E PEDIDO DE LIMINAR INAUDITA ALTERA PARS (POSSE NOVA) - PROCESSO Nº. 0003044-37.2018.8.14.0032

REQUERENTE: EDSON CARVALHO TAVARES

REQUERENTE: MARIA DOMINGAS GONÇALVES DA SILVA

ADVOGADO: EDSON FURTADO MACHADO ¿ OAB/PA Nº. 9.041

REQUERIDO: MANOEL CARVALHO TRINDADE

REQUERIDA: ESTEFANNE BACELAR

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

1. Recebo o aditamento à inicial constante às fls. 41/42, uma vez que o referido pedido apresenta consonância ao disposto no artigo 329 do Código de Processo Civil. Proceda-se, a Secretaria Judicial, a exclusão do requerido MANOEL CARVALHO TRINDADE do polo passivo da demanda junto ao Sistema.

2. Designo audiência de justificação do alegado na petição inicial e na emenda à inicial, para o **dia 05/12/2019, às 13hr10min**. Fica o requerente intimado através de seu advogado, mediante publicação no DJE. Citem-se/Intimem-se a requerida, observando os endereços indicados às fls. 41, e, ainda, eventuais ocupantes do imóvel objeto da lide.

3. Ressalte-se à requerida e demais ocupantes do imóvel objeto da lide, que estes poderão apenas formular contraditas e perguntas às testemunhas dos autores, na audiência aprazada no item anterior, não sendo admitida a oitiva, na oportunidade, de suas testemunhas, que serão ouvidas na fase instrutória, se for o caso.

4. O prazo para contestar a ação contar-se-á da intimação da decisão que deferir ou não a medida liminar (CPC, art. 564, parágrafo único).

5. Serve a cópia da presente decisão como mandado judicial.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA C/C PEDIDO DE CONDENAÇÃO EM DANOS MORAIS, C/C TUTELA ANTECIPADA ¿ PROCESSO Nº. 0002922-24.2018.814.0032

REQUERENTE: ANA LUZ DE MACEDO PEREIRA

ADVOGADO: SANDERSON ANDRÉ SILVA DE OLIVEIRA - OAB/PA 26.348

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO: RAFAEL SGANZERLA DURAND OAB/PA 16.637-A

SENTENÇA CÍVEL COM MÉRITO

Vistos, etc.

Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.009/95.

Depreende-se dos autos que, após sofrer um assalto na data de 27.01.2018, a única agência do banco réu localizada no Município de Monte Alegre fechou suas portas por aproximadamente uma semana. Após este período, a agência reabriu, entretanto, sem receber numerário, pelo que funcionou apenas com os valores provenientes da economia local por aproximadamente 60 (sessenta) dias.

A parte autora ajuizou a presente ação indenizatória, na qual alega que por ser servidora pública aposentada, onde recebe seus rendimentos na agência do banco réu, que é a única do Município de Monte Alegre. Sustentou que em razão do fechamento da agência, não conseguiu sacar seus vencimentos e pagar suas contas, razão pela qual tiveram que se deslocar para as agências situadas em outros

municípios ou efetuar transferências para a conta de terceiros.

Defendeu que o réu condicionou a reabertura da agência ao cumprimento de várias exigências e que o banco réu voltou a operar apenas com os recursos movimentados pela população da cidade, os quais eram insuficientes para atender todos os cidadãos, por aproximadamente sessenta dias, o que causou diversos prejuízos.

O requerido, por sua vez, alegou que não cometeu nenhum ato ilícito passível de reparação e que foi vítima de um evento criminoso.

Inicialmente, registre-se que o requerido, na qualidade de prestador de serviços, responde objetivamente pelos danos causados aos consumidores, conforme prevê a legislação consumerista. Vejamos:

Art. 3º - Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

(...)

§ 2º - Serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, mediante remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Dizer que sua responsabilidade é objetiva significa que independe de aferição de culpa, conforme prevê o artigo 14, caput, do Código de Defesa do Consumidor:

Art. 14 - O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

Nesse contexto, para que seja afastada a responsabilidade do prestador de serviços, este deve comprovar a existência de uma das hipóteses excludentes previstas no § 3º do artigo supramencionado:

(...)

§ 3º O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar:

I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste;

II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.

Na casuística, verifica-se que o réu limitou-se a alegar que não pode ser responsabilizado pelos danos suportados pelos consumidores em decorrência do fechamento da agência, uma vez que tal medida foi necessária para a reconstrução do local, que ficou seriamente danificado em razão do assalto.

Contudo, verifica-se que a agência do banco réu só voltou a funcionar normalmente em 02/04/2018, ou seja, mais de dois meses após o assalto. Com efeito, deveria o requerido ter demonstrado que os danos causados à agência impossibilitaram a retomada do seu funcionamento normal por este longo período de tempo, o que não ocorreu.

Conforme acima narrado, restou incontroverso que a agência ficou totalmente fechada do dia 28.01.2018 até o dia 02.02.2018 e, quando reabriu, funcionou precariamente por mais 60 (sessenta) dias.

Ainda que se considere que os danos causados à agência demandaram seu fechamento por aproximadamente uma semana, o requerido não apresentou qualquer justificativa plausível para o período em que o banco funcionou apenas com os recursos movimentados pela população da cidade.

Verifica-se que o próprio preposto do requerido, ouvido em juízo, afirmou que quando o banco reabriu, sua estrutura física já havia sido consertada, entretanto, por entender que tal medida não era suficiente para coibir outros assaltos, a agência voltou a operar sem numerário, o que continuou a causar prejuízos aos consumidores, já que a quantia de dinheiro disponibilizada era insuficiente para atender a população.

Nesse contexto, observa-se que a conduta do banco de optar por funcionar sem numerário, em razão da suposta inexistência de condições seguras de trabalho, acabou por punir seus consumidores, que não possuem qualquer responsabilidade pelo ocorrido, mas tiveram que arcar com as consequências da alegada falta de segurança.

Portanto, conclui-se que houve falha nos serviços prestados pelo banco réu, que, na casuística, não logrou êxito em comprovar a ocorrência de qualquer excludente capaz de afastar sua responsabilidade pelo ocorrido.

Quanto à existência de dano, observa-se que o autor é servidor público, o que evidente tornou impossível receberem seus vencimentos nesta cidade, bem como a necessidade de deslocamento para as agências localizadas em cidades vizinhas, pelo período de mais de dois meses, causaram-lhes aborrecimentos e prejuízos que ultrapassam a esfera do mero dissabor. Destaque-se que a opção de saques disponibilizada pelo requerido, em agência lotérica ou banco postal, se demonstrou precária e insuficiente, na medida em que os saques eram limitados e em valores baixos, o que de fato não atendida a necessidade dos consumidores.

Portanto, restaram evidenciados todos os elementos da responsabilidade civil, a saber: **(i)** conduta do banco (falha na prestação de serviço adequado); **(ii)** danos morais; **(iii)** nexo causal (impossibilidade de o autor receber seu salário em decorrência da ausência de numerário na agência do banco réu).

Definida a reponsabilidade de indenizar, necessário fixar o quantum indenizatório.

No tocante ao valor arbitrado a título de danos morais, a doutrina esclarece que: [...] o dano que se prefere denominar extrapatrimonial consubstancia vulneração a direitos da personalidade e reclama fixação indenizatória que represente uma compensação à vítima, da mesma maneira que, simultaneamente, deve representar um desestímulo ao ofensor, ainda que, no caso concreto, se pondere o grau de culpabilidade do agente, se afinal não se arbitra o quantum indenizatório pela extensão de um prejuízo que não é materialmente mensurável. (PELUSO. Cezar. Código Civil comentado: doutrina e jurisprudência. 6ª ed. Barueri: Manole, 2012, p. 950).

Igualmente, a jurisprudência aponta que:

CIVIL. DANO MORAL. QUANTIFICAÇÃO. [...] Para se estipular o valor do dano moral devem ser consideradas as condições pessoais dos envolvidos, evitando-se que sejam desbordados os limites dos bons princípios e da igualdade que regem as relações de direito, para que não importe em um prêmio indevido ao ofendido, indo muito além da recompensa ao desconforto, ao desagrado, aos efeitos do gravame suportado. Recurso parcialmente conhecido e nessa parte provido. (REsp 214.053/SP, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, QUARTA TURMA, julgado em 05/12/2000, DJ 19/03/2001, p. 113)

Portanto, na fixação do quantum indenizatório, é necessário respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, as condições pessoais e econômicas dos envolvidos, bem como a gravidade e extensão do dano, a fim de evitar o enriquecimento indevido daquele que pleiteia a indenização.

Importante também acentuar que o valor arbitrado a título de indenização deve possuir tanto caráter compensatório como punitivo. Compensatório porque, ainda que não seja capaz de restabelecer o status

quo ante, pode proporcionar à parte certo conforto material no sentido de lhe minorar o sofrimento. Punitivo ou educativo porque a condenação objetiva coibir condutas semelhantes, desestimulando assim a repetição do dano.

No caso concreto, constata-se, primeiro, que o requerido, por se tratar de um renomado banco, possui boa saúde financeira. Ademais, seu grau de culpa é considerado alto, já que atribuiu aos seus consumidores a responsabilidade de arcar com as consequências da suposta ausência de condições seguras de trabalho.

Segundo, é incontestável que os aborrecimentos enfrentados pelos autores em decorrência da impossibilidade de movimentar seus salários depositados na agência do réu, que é a única da cidade, ultrapassam a esfera do mero dissabor. Contudo, não há qualquer prova nos autos de que o requerente tenha sofrido prejuízos maiores do que os já presumidos pela falha na prestação do serviço, como, por exemplo, a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito em razão do inadimplemento decorrente da impossibilidade de pagamento de uma conta vencida. Apesar disso, não se ignora os transtornos decorrentes do deslocamento forçado para cidades vizinhas e isso tudo por mais de dois meses.

Nesse contexto, considerando as características do presente caso, entendo que deva ser fixado o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), quantia que se mostra suficiente e proporcional para ressarcir a ofendida, bem como para punir a instituição financeira por sua conduta ilícita.

Em face do exposto, na forma do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil JULGO PROCEDENTE a demanda para o exato fim de CONDENAR o réu pagar a parte autora indenização por danos morais no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), com correção monetária pelo índice INPC e juros de mora, sendo que o termo inicial da fluência dos juros de mora, configurada a relação contratual existente entre as partes, incide o disposto nos artigos 405 e 406 do Código Civil, segundo o qual os juros moratórios, no percentual de 1% ao mês, devem fluir da citação.

Sem custas e honorários, pois incabíveis pelo rito do juizado especial no 1° grau de jurisdição.

P. R. I.

Monte Alegre/PA, 26 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0003490-40.2018.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

DENUNCIADO: BENEDITO QUIRINO DA FONSECA

DENUNCIADA: DIVANILDA DIAS DE LIMA

ADVOGADO: OTACÍLIO DE JESUS CANUTO ¿ OAB/PA Nº. 12.633

ADVOGADO: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ ¿ OAB/PA Nº. 13.143

DESPACHO

R. H.

1. Ao analisar a defesa escrita dos réus, verifico que não se encontram presentes nenhuma das hipóteses previstas no art. 397 do Código de Processo Penal, a ensejar a absolvição sumária dos mesmos, pois, os fatos descrito na denúncia é típico e os argumentos trazidos não se encontram aptos para fundamentarem uma contra prova nessa fase do procedimento, a tornar manifesta a ilicitude de suas condutas, o que entendo que somente poderá ser suficiente após a instrução do feito, através do devido processo legal. Ademais, também não vislumbro a presença de nenhuma excludente de ilicitude ou culpabilidade, e também não visualizo qualquer situação autorizadora de extinção de punibilidade.

2. Desta forma, designo o dia **05/12/2019, às 11hr10min**, para audiência de interrogatório, instrução e julgamento.

3. Intimem-se pessoalmente os réus, observando-se o endereço atualizado às fls. 10, ressaltando-se aos mesmos que deverão comparecer à audiência acompanhados de advogado, pois, caso contrário, será designado Defensor Público, bem como o processo seguirá sem suas presenças caso faltem ao ato, vez que os mesmos já foram devidamente citados nos autos, uma vez que voluntariamente constituíram advogados nos autos e apresentaram Defesa Preliminar.

3. I) Considerando que atualmente o réu BENEDITO QUIRINO DA FONSECA é preso provisório desta Comarca, em outro procedimento penal, observem-se, a Secretaria Judicial, até o prazo de 30 (trinta) dias antes da audiência acima aprazada, se o mesmo ainda constará como integrante da população carcerária. Persistindo tal fato, requisitem-se a presença do réu preso, à audiência, ao CRASHM, ou à Central de Triagem, em Santarém, ou qualquer outro estabelecimento penal em que o mesmo esteja custodiado sob responsabilidade da SUSIPE.

4. Providenciem-se as intimações pessoais das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa.

5. Ciência ao Ministério Público.

6. Ficam os advogados constituídos nos autos intimados mediante publicação no DJE.

7. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

INQUÉRITO POLICIAL - PROCESSO Nº. 0004008-30.2018.8.14.0032

INDICIADO: RICHELLYSON ABREU DA SILVA

VÍTIMA: L. D. F. M.

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência, para fins do art. 16 da Lei nº. 11.340/2006, para o **dia 03.12.2019, às 11hr40min**. Intime-se a vítima pessoalmente, observando-se o endereço atualizado às fls. 34/35. Ciência ao Ministério Público.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL - PROCESSO Nº. 0000661-86.2018.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: ANASTÁCIO MORAES CUNHA

ADVOGADO: AFONSO OTÁVIO LINS BRASIL ¿ OAB/PA Nº. 10.628

DESPACHO

R. H.

1. Ao analisar a defesa escrita do réu, verifico que não se encontram presentes nenhuma das hipóteses previstas no art. 397 do Código de Processo Penal, a ensejar a absolvição sumária do mesmo, pois, os fatos descrito na denúncia é típico e os argumentos trazidos não se encontram aptos para fundamentarem uma contra prova nessa fase do procedimento, a tornar manifesta a ilicitude de sua conduta, o que entendo que somente poderá ser suficiente após a instrução do feito, através do devido processo legal. Ademais, também não vislumbro a presença de nenhuma excludente de ilicitude ou culpabilidade, e também não visualizo qualquer situação autorizadora de extinção de punibilidade.

2. Desta forma, designo o dia **10/12/2019, às 09hr50min**, para audiência de interrogatório, instrução e julgamento.

3. Intime-se pessoalmente o réu, observando-se o endereço atualizado às fls. 17, ressaltando-se ao mesmo que deverá comparecer à audiência acompanhado de advogado, pois, caso contrário, será designado Defensor Público, bem como o processo seguirá sem sua presença caso falte ao ato, vez que o mesmo já foi devidamente citado nos autos, uma vez que voluntariamente constituiu advogado nos autos e apresentou Defesa Preliminar.

4. Providenciem-se as intimações pessoais das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa.

5. Ciência ao Ministério Público.

6. Fica o advogado constituído nos autos intimados mediante publicação no DJE.

7. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação/ofício.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0003548-43.2018.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

DENUNCIADO: JADSON RAIMUNDO VIEIRA DOS SANTOS (RÉU PRESO)

ADVOGADO: RAIMUNDO ELDER DINIZ FARIAS ¿ OAB/PA Nº. 16.039

DENUNCIADO: JOSUÉ DE SOUSA SILVA

ADVOGADO: OTACÍLIO DE JESUS CANUTO ¿ OAB/PA Nº. 12.633

ADVOGADO: JORGE THOMAZ LAZAMETH DINIZ ¿ OAB/PA Nº. 13.143

DENUNCIADO: VALDENILSON DAS CHAGAS LIMA (RÉU PRESO)

ADVOGADO: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

1. Considerando a informação existente às fls. 165-verso, recebo o recurso interposto pelo réu VALDENILSON DAS CHAGAS LIMA, vez que tempestivo, haja vista o mesmo ser réu preso e ter manifestado interesse em recorrer por ocasião de sua intimação quanto ao teor da sentença proferida nos autos.

2. Assim, abram-se vistas à Defensoria Pública, para oferecer Razões ao recurso interposto pelo réu em tela, no prazo de 16 (dezesseis) dias.

3. Após, abram-se vistas ao Ministério Público para contra-arrazoar, pelo prazo de 08 (oito) dias.

4. Em seguida, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Monte Alegre/PA, 26 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

PEDIDO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA ¿ PROCESSO Nº. 0004610-21.2018.814.0032

AUTOR: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE MONTE ALEGRE

REQUERENTE: E. S. V. DE A.

REQUERIDO: E. M. DE A.

REQUERIDO: E. S. V. DE A.

ADVOGADO: SALAZAR FONSECA JÚNIOR ¿ OAB/PA Nº. 7.014

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência, para fins de oitiva da vítima/ofendida, quanto à possibilidade, ou não, de revogação das medidas protetivas deferidas nos autos, para o **dia 04.12.2019, às 09hr00min**. Intime-se a vítima pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA ¿ PROCESSO Nº. 0004628-42.2018.8.14.0032

AUTORA DO FATO: JOCINARA ROCHA DE ALMEIDA

VÍTIMA: G. DOS S. E.

SENTENÇA CRIMINAL

Vistos, etc...

Cuida-se de TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA, figurando como autora do fato a nacional JOCINARA ROCHA DE ALMEIDA, e como vítima G. DOS S. E., partes devidamente qualificadas nos autos em epígrafe.

Audiência preliminar ocorrida aos vinte e três dias, do mês de janeiro, do ano de dois mil e dezenove (23.01.2019), a autora do fato e vítima se fizeram ausentes, ante a não localização das mesmas nos endereços indicados nos autos, conforme certidão de fls. 21 (fls. 22).

Às fls. 24 consta parecer Ministerial pugnando pelo arquivamento do presente, ante a ausência de representação.

É o breve relato. DECIDO.

O Art. 103 do Código Penal c/c o Art. 38, do Código de Processo Penal estabelecem que o ofendido decairá do seu direito de queixa/representação se não o exercer dentro do prazo de seis (06) meses, contado do dia em que veio a saber quem é o autor do crime.

In casu, e em outros taxativamente determinados na lei penal, permite-se que a persecutio crimines fique subordinada ao juízo de conveniência e oportunidade da vítima, dependendo, assim, imprescindivelmente, a ação penal relativa ao suposto crime em comento, de representação ou queixa por parte desta.

A falta de representação da ofendida no caso em comento tem reflexo na órbita penal, pois a ausência do direito de fazê-la acarreta na extinção da punibilidade do agente, que é matéria penal, em decorrência da existência da decadência (Art. 107, inciso IV, do CPB).

A decadência no processo penal é causa extintiva da punibilidade consistente na perda do direito de queixa/representação em decorrência de não ter sido exercido no prazo previsto em lei. Por via de conseqüência, ela atinge o próprio direito de punir. Vejamos o ensinamento de Rogério Greco sobre o assunto: ¿A decadência é o instituto jurídico mediante o qual a vítima, ou quem tenha qualidade para representá-la, perde o seu direito de queixa ou de representação em virtude do decurso de um certo espaço de tempo.¿. (Código Penal Comentado. Rio de Janeiro: Impetus, 2008, p. 333-334).

No caso dos autos decorreu um lapso temporal superior àquele exigido pela lei. Assim sendo, nos termos do arts. 103, 107, inciso IV, ambos do Código Penal c/c art. 38, do Código de Processo Penal, DECLARO extinta a pretensão punitiva de JOCINARA ROCHA DE ALMEIDA, por possível ilícito tipificado no art. 147 do Código Penal Brasileiro, supostamente ocorrido em 19 de maio de 2018. Em conseqüência, determino o arquivamento do feito, em virtude da incidência da decadência do direito de queixa.

P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público.

Serve a cópia da presente sentença como mandado judicial.

Monte Alegre/Pará (PA), 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE COISAS APREENDIDAS ¿ PROCESSO Nº. 0004688-15.2018.8.14.0032

REQUERENTE: MARCOS DE VASCONCELOS VIEIRA

ADVOGADO: RAIMUNDO ELDER DINIZ FARIAS ¿ OAB/PA Nº. 16.039

SENTENÇA COM MÉRITO

Vistos, etc...

Trata-se de PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE COISA APREENDIDA formulado por MARCOS DE VASCONCELOS VIEIRA, devidamente qualificado à Exordial. Alega o Autor que negociou UMA (01) MOTOCICLETA HONDA/XRE 300, PLACA OSY-9316, com a senhora MARIA EULINDA VIEIRA DOS SANTOS, no entanto a mesma não honrou com o negócio, pagando apenas parte do débito para o autor. No entanto, por força da prisão do nacional JADSON RAIMUNDO VIEIRA DOS SANTOS, ora filho da senhora MARIA EULINDA, a motocicleta anteriormente foi apreendida. O demandante procurou a dona MARIA EULINDA, que informou está passando por dificuldades financeiras, em virtude da prisão do filho, vindo a desfazer o negócio que havia feito com o requerente, devolvendo o veículo ao mesmo. Desta forma, o autor requer a restituição do bem apreendido.

Juntou documentos às fls. 04/12.

Às fls. 17/18 o Ministério Público manifestou-se favorável à restituição da moto apreendida.

Às fls. 21/23 o requerente opôs Embargos de Declaração nos autos.

É o Relatório. DECIDO.

Inicialmente, não recebo os Embargos Aclaratórios de fls. 21/23, vez que, por interpretação do artigo 619 do Código de Processo Penal, Embargos de Declaração não são cabíveis em desfavor de despachos de mero expediente, e, conforme análise dos autos, ainda não foi proferido nenhuma Decisão Interlocutória ou Sentença nos presentes autos.

Pois bem, quanto ao mérito do pedido inicial, entendo importante consignar que a restituição dos bens apreendidos "condiciona-se à prova cabal de sua propriedade por parte do requerente" (TRF4, ACR 2006.71.00.050665-0, Oitava Turma, Relator Élcio Pinheiro de Castro, D.E. 17/10/2007).

Assim, analisando o caso em concreto observo que o autor, através dos documentos de fls. 05/12 comprovou a propriedade do bem apreendido, com apresentação de documentos sem vícios de identificação ou de individualização, não havendo dúvidas, assim, quanto ao direito do mesmo, conforme estabelece o artigo 120 do Código de Processo Penal: ¿a restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.¿.

Importa ponderar, ainda, que a manutenção da apreensão pode gerar a deterioração e a conseqüente desvalorização da motocicleta, o que pode ocorrer com a demora inerente aos inquéritos policiais e aos processos judiciais mais intrincados, revelando-se uma verdadeira ameaça ao exercício do direito de propriedade constitucionalmente assegurado ao postulante.

Ante o exposto, em consonância ao artigo 120 do CPP, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e DETERMINO a restituição da MOTOCICLETA HONDA/XRE 300, PLACA OSY-9316, de propriedade do Requerente, ao mesmo.

Sem custas, ante a gratuidade deferida na presente data.

P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público.

Observem-se as formalidades legais e após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

REPRESENTAÇÃO POR PRISÃO PREVENTIVA ¿ PROCESSO Nº. 0006189-04.2018.8.14.0032

REPRESENTANTE: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE MONTE ALEGRE

REPRESENTADO: A. F. B.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc.

Cuida-se de PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA formulado pelo Excelentíssimo DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE MONTE ALEGRE, em desfavor de A. F. B., ambos devidamente qualificados nos autos em epígrafe, aduzindo sinteticamente que foi instaurada investigação policial, para apuração do crime de furto, tendo como acusado o representado, que responde a vários crimes nesta Comarca, inclusive saiu recentemente do Sistema Penal. A vítima disse que o acusado furtou vários objetos na semana passada, e no dia 06.08.2018 novamente entrou na casa do ofendido com o mesmo objetivo, porém não logrou êxito devido ser surpreendido pelos proprietários da residência. A. F. B. é uma pessoa contumaz na prática criminosa, com alto grau de periculosidade. A prisão preventiva se constituiu necessária para garantia da ordem pública, para acautelar o meio social e a própria credibilidade da justiça. A impunidade reforça o ânimo criminoso do agente.

Instada a se manifestar, a representante do Ministério Público assim o fez, às fls. 15/16, contrária ao pedido inicial.

É o breve relato. DECIDO.

A prisão provisória, dada sua natureza eminentemente cautelar poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que consubstanciados nos requisitos do fumus comissi delicti e periculum libertatis, tendo por norte, sempre, a sua excepcionalidade, pois impõe o cárcere antes de condenação criminal, quando o que vigora é o princípio reitor da liberdade.

Existem também alguns requisitos para casos específicos, previstos no artigo 313 do Código de Processo Penal, quais sejam: ser o crime doloso punido com pena privativa de liberdade máxima superior a quatro anos, se tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do ¿caput¿ do artigo 64 do Código Penal, e sendo o crime com violência doméstica e familiar contra mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência.

Para decretação da medida se exige fundamentação e a análise, da autoridade judiciária, dos elementos apresentados. A prisão preventiva somente se justifica quando decretada com base no poder geral de cautela do Juiz, ou seja, desde que necessária para uma eficiente prestação jurisdicional. Caso contrário, não seria nada mais do que uma execução da pena privativa de liberdade antes da condenação transitada em julgado, o que atritaria, de forma irremediável, com o princípio da presunção da inocência.

Segundo Fernando da Costa Tourinho Filho:

¿Já sabemos que toda e qualquer prisão que anteceda à decisão definitiva do Juiz é medida drástica, ou, como dizia Bento de Faria, é uma injustiça necessária do Estado contra o indivíduo, e, portanto, deve ser reservada para casos excepcionais. Por isso mesmo, entre nós, a prisão preventiva somente poderá ser decretada dentro naquele mínimo indispensável, por ser de incontrastável necessidade e, assim mesmo, sujeitando-a a pressupostos e condições, evitando-se ao máximo o comprometimento do direito de liberdade que o próprio ordenamento jurídico tutela e ampara. [...] Os pressupostos da prisão preventiva estão contidos no art. 313 do CPP. São eles a "prova da existência do crime e indícios suficientes da autoria.". (Manual de Processo Penal. 4ª ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 542-543).

Pois bem, analisando o caso em comento, entendo ser incabível, ao menos por hora, a decretação da prisão preventiva do representado, senão vejamos:

No caso dos autos, identifico haver o fumus comissi delicti, consubstanciado na materialidade e autoria, notadamente em face do depoimento das testemunhas ouvidas perante à Autoridade Policial. Não obstante, tenho dúvidas em relação ao requisito do periculum libertatis, pois, esclareço que, consideradas as peculiaridades do caso que envolve o indiciado, realmente não existe ofensa à ordem pública com a liberdade do mesmo, ainda que concorde que, em tese, há reiteração delitiva. Qualquer que seja a gravidade da ação delitiva, não basta para legitimar a prisão preventiva a prova do crime e indícios suficientes de sua autoria, porquanto é preciso, além disso, a demonstração da ocorrência, em concreto, de motivos previstos no artigo 312 do CPP, não sendo suficiente, portanto, a simples menção, em abstrato, às hipóteses legais autorizativas.

Não se olvida que o crime imputado merece a devida apuração no âmbito de uma Ação Penal, contudo a mera referência à forma como os fatos ocorreram, que, aliás, correspondem à conduta já inerente à própria tipificação legal, não autorizam, por si só, a decretação da prisão cautelar.

Entendo que o autuado pode responder a eventual Ação Penal em liberdade, eis que reúnem as condições para tal. Ademais, inexiste qualquer indício de que o representado esteja obstaculizando a instrução criminal, a aplicação da lei penal, ou causando abalo à ordem pública; E, por fim, não há qualquer informação sobre eventual fuga do ofensor.

Para se sustentar a prisão preventiva pela garantia da ordem pública, conceito este indeterminado, a motivação há de ser forte e objetivamente apontada, o que não houve no presente caso, bem como há de se reconhecer que o pressuposto da conveniência da instrução criminal não encontra amparo em elementos concretos dos autos.

Confiram-se os seguintes precedentes:

HABEAS CORPUS . LESAO CORPORAL E AMEAÇA. CRIMES ABRANGIDOS PELA LEI Nº 11.340/2006 (LEI MARIA DA PENHA). PRISÃO PREVENTIVA. DESCUMPRIMENTO DE MEDIDA PROTETIVA DE URGÊNCIA. FUNDAMENTO INSUFICIENTE. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇAO DOS REQUISITOS QUE AUTORIZAM A CUSTÓDIA CAUTELAR. ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. ORDEM CONCEDIDA. 1. Muito embora o art. 313, IV, do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei nº 11.340/2006, admita a decretação da prisão preventiva nos crimes dolosos que envolvam violência doméstica e familiar contra a mulher, para garantir a execução de medidas protetivas de urgência, a adoção dessa providência é condicionada ao preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 daquele diploma. 2. É imprescindível que se demonstre, com explícita e concreta fundamentação, a necessidade da imposição da custódia para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, sem o que não se mostra razoável a privação da liberdade, ainda que haja descumprimento de medida protetiva de urgência, notadamente em se tratando de delitos punidos com pena de detenção. 3. Ordem concedida. (HC 100.512/MT, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 03/06/2008, DJe 23/06/2008)

HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. LIBERDADE PROVISÓRIA. FUNDAMENTAÇ¿O BASEADA NA NARRATIVA PRÓPRIA DO CRIME. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇ¿O DA ESPECIAL PERICULOSIDADE DO RÉU PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. ORDEM CONCEDIDA PARA CONFERIR AO PACIENTE A LIBERDADE PROVISÓRIA, MEDIANTE ASSINATURA DE TERMO. EXPEDIDO ALVARÁ DE SOLTURA, SALVO PRIS¿O POR OUTRO MOTIVO. 1. A prisão do paciente, antes do trânsito em julgado da condenação, somente pode ser mantida quando há elementos concretos nos autos indicando que a sua liberdade acarreta risco real para a ordem pública ou econômica, para instrução criminal ou para a aplicação da Lei Penal. 2. A menção à conduta do agente, própria de todo crime de estupro, não constitui motivação com base em dados concretos, mas sim, reflete o subjetivismo do julgador. 3. Ordem concedida, com recomendação. Expedir alvará de soltura, salvo prisão por outro motivo. (TJMG; HC 0748003-59.2010.8.13.0000; Nova Ponte; Sétima Câmara Criminal; Rel. Des. Marcílio Eustaquio Santos; Julg. 24/02/2011; DJEMG 25/03/2011).

De acordo com a nova sistemática adotada pelo ordenamento jurídico, com contornos dados pela Lei nº. 12.403/11, a prisão processual sofreu alterações que, ressalvado respeitável entendimento em contrário, procuram harmonizar o processo penal brasileiro com as liberdades individuais garantidas pela Constituição Federal de 1988. E, sob o espírito da nova Lei, a prisão preventiva, que já era medida cautelar extrema, revestiu-se de garantias processuais protetoras de sua excepcionalidade.

Com efeito, a Carta Magna estatui que: ¿ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou de crime propriamente militar, definidos em lei¿, (art. 5º, inciso LXI, da CF) bem como: ¿ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança¿. (art. 5º, inciso LXVI, da CF). Ambas as garantias, complementadas pela lei processual penal, deixam clara a primazia da liberdade, que deve ser mantida como estado natural do indivíduo ou restituída quando não demonstrada a necessidade de recolhimento ao cárcere.

Entretanto, nítida era a dificuldade de se adotar a ultima ratio da prisão processual quando somente duas opções se abriam ao julgador: ou se mantinha o acusado em liberdade irrestrita e se referendava eventual risco de reiteração delitiva, prejuízo à instrução processual e esquiva do cumprimento de sanção penal, ou, na posição diametralmente oposta, impunham-se as severas condições do cárcere, idêntica àquelas dispensadas aos condenados ao desconto de sanção penal definitiva.

Louvável, portanto, a lei que abriu o leque de opções ao julgador, de modo a permitir a gradação das restrições oponíveis aos acusados, garantindo a excepcionalidade da prisão preventiva.

Com efeito, a equação que expressa a problemática do status libertatis x periculum societatis não é matemática insolúvel pela decisão: liberdade plena ou prisão em regime fechado, pois, por vezes, a garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e segurança da aplicação da lei penal

justificam a restrição da liberdade, mas não em grau absoluto.

No caso dos autos não existe requisito concreto que imponha a necessidade da segregação cautelar do demandado. Logo, não há elemento objetivo dos autos que sinalize a necessidade da medida extrema. Eis os termos de precedentes do Superior Tribunal de Justiça:

¿PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. 1. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA DENEGADA. GRAVIDADE GENÉRICA. REQUISITOS NÃO DEMONSTRADOS IN CONCRETO. 2. ORDEM CONCEDIDA. 1. A necessidade da manutenção da prisão em flagrante deve ser demonstrada, concretamente, com alguma das hipóteses previstas no artigo 312 do Código de Processo Penal, não se admitindo a prisão ex legis. Em razão disso, não se justifica a manutenção em cárcere em razão da natureza do crime cometido ou mesmo porque genericamente se possa extrair o risco à ordem pública ou à aplicação da lei penal. 2. No caso, em se tratando de crime de tráfico em que muito reduzida a quantidade de entorpecentes, e em se tratando de ré primária e de bons antecedentes, é de rigor a soltura. 3. Ordem concedida para permitir que a paciente aguarde o trânsito em julgado da ação penal em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. (HC 129.854/MT, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2009, DJe 14/09/2009)¿.

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇ¿O ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇ¿O AO RECURSO ORDINÁRIO. IMPOSSIBILIDADE. RESPEITO AO SISTEMA RECURSAL PREVISTO NA CARTA MAGNA. N¿O CONHECIMENTO. 1. O Supremo Tribunal Federal, buscando dar efetividade às normas previstas na Constituição Federal e na Lei 8.038¿90, passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso ordinário cabível, entendimento que foi adotado por este Superior Tribunal de Justiça. 2. O constrangimento apontado na inicial será analisado, a fim de que se verifique a existência de flagrante ilegalidade que justifique a atuação de ofício por este Superior Tribunal de Justiça. ESTELIONATO E FORMAÇ¿O DE QUADRILHA. PRIS¿O PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NA FORMAÇ¿O DA CULPA. MATÉRIA N¿O APRECIADA PELA CORTE DE ORIGEM NO ACÓRD¿O COMBATIDO. N¿O CONHECIMENTO. 1. Inviável a apreciação, diretamente por esta Corte Superior de Justiça, do alegado excesso de prazo para a custódia cautelar, tendo em vista que tal questão não foi analisada pelo Tribunal impetrado no aresto combatido. CUSTÓDIA CAUTELAR. NEGATIVA DE PARTICIPAÇ¿O. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. PREVENTIVA. DESNECESSIDADE. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. PROPORCIONALIDADE, ADEQUAÇ¿O E SUFICIÊNCIA. CONDIÇ¿ES PESSOAIS FAVORÁVEIS. COAÇ¿O ILEGAL EM PARTE DEMONSTRADA. HABEAS CORPUS CONCEDIDO DE OFÍCIO. 1. A negativa de autoria é questão que não pode ser dirimida em sede de habeas corpus, por demandar o reexame aprofundado das provas colhidas no curso da instrução criminal, vedado na via sumária eleita. 2. A aplicação de medidas cautelares, aqui incluída a preventiva, requer a análise, pelo julgador, de sua necessidade e adequação, a teor do art. 282 do CPP, observando-se, ainda, se a constrição é proporcional ao gravame resultante de eventual condenação posterior. 3. A prisão somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar e quando realmente mostre-se necessária e adequada às circunstâncias em que cometido o delito e às condições pessoais do agente. Exegese do art. 282, § 6º, do CPP. 4. Evidenciado que os fins acautelatórios almejados quando da ordenação da preventiva podem ser alcançados com a aplicação de medidas cautelares diversas, presente o constrangimento ilegal apontado na inicial. 5. Observado o binômio proporcionalidade e adequação, devida e suficiente, diante das particularidades do caso concreto, a imposição de medidas cautelares diversas à prisão para garantir a ordem pública, evitando-se a reiteração delitiva, para assegurar a conveniência da instrução criminal e a aplicação da lei penal. 6. Condições pessoais favoráveis, mesmo não sendo garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas, quando demonstrada a possibilidade de substituição da prisão por cautelares diversas, proporcionais, adequadas e suficientes ao fim a que se propõem. 7. Habeas corpus não conhecido, concedendo-se, contudo, a ordem de ofício, para revogar a prisão preventiva do paciente, mediante a imposição das medidas alternativas previstas no art. 319, incisos I, IV, V e VII, do CPP, arbitrando-se a fiança no valor de 10 (dez) salários mínimos. (HABEAS CORPUS nº 287.208-SP ¿ 5ª Turma, Rel. Min. Jorge Mussi, julgado em 15.05.2014).

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de prisão preventiva de A. F. B., ante a ausência de preenchimento dos requisitos legais.

P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público.

Serve a cópia da presente decisão como mandado judicial/ofício.

Monte Alegre/Pará (PA), 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

PEDIDO DE MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA ¿ PROCESSO Nº. 0008349-02.2018.8.14.0032

AUTOR: DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE MONTE ALEGRE

REQUERENTE: O. F. DA S.

REQUERIDO: M. M. DE L.

ADVOGADO: RUAN PATRICK NUNES DO NASCIMENTO ¿ OAB/PA Nº. 26.925

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência de justificação, para fins de oitiva da vítima/ofendida, quanto à possibilidade, ou não, de revogação das medidas protetivas deferidas nos autos, para o **dia 10.12.2019, às 12hr50min**. Intime-se a vítima pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

INQUÉRITO POLICIAL - PROCESSO Nº. 0009211-70.2018.8.14.0032

INDICIADO: ARNALDO CORREA DA SILVA

VÍTIMA: C. L. B.

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência, para fins do art. 16 da Lei nº. 11.340/2006, para o **dia 10.12.2019, às 09hr30min**. Intime-se a vítima pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO CRIMINAL - PROCESSO Nº. 0009213-40.2018.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

AUTOR DO FATO: EMANUEL WANDERLEI DA SILVA GOMES

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência preliminar de transação penal para o **dia 03/12/2019, às 09hr20min**. Intime-se o autor do fato pessoalmente, ressaltando que deverá comparecer à audiência acompanhado de advogado, pois, caso contrário, será designado Defensor Público.

2. Dê-se ciência ao representante do Ministério Público.

3. Certifique-se nos autos se o autor do fato responde(eu) a outros processos criminais, se já foi condenado com sentença transitada em julgado e se foi beneficiado pela transação penal nos últimos 05 (cinco) anos.

4. SERVE A CÓPIA DO PRESENTE DESPACHO JUDICIAL COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO DAS PARTES.

Monte Alegre (PA), 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

COMUNICAÇÃO DE PRISÃO EM FLAGRANTE ¿ PROCESSO Nº. 0003247-62.2019.8.14.0032

FLAGRADO: LENIL SOUZA DA CUNHA

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

ADVOGADO: PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS ¿ OAB/PA Nº. 8.409

VÍTIMA: J. P. DOS S.

ADVOGADO: RUAN PATRICK NUNES DO NASCIMENTO ¿ OAB/PA Nº. 26.925

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc.

A Delegada de Polícia Civil de Monte Alegre, no cumprimento das exigências constitucionais, informa a este Juízo a prisão em flagrante delito do nacional LENIL SOUZA DA CUNHA, já qualificado, pela suposta prática do crime previsto no art. 121, c/c artigo 14, inciso II, do Código Penal Brasileiro.

Na análise das peças que compõem este auto, constato que as formalidades legais foram observadas, tendo sido lavrado por autoridade competente, com ouvida do condutor e testemunhas, conduzido sem qualquer irregularidade, estando o instrumento devidamente assinado por todos, notas de culpa e demais procedimentos, tendo sido remetido à justiça no prazo da lei. Constam do auto as advertências legais quanto aos direitos constitucionais do flagrado.

Note-se que quanto ao pressuposto básico da prisão em flagrante nada há que contestar, posto que houve perseguição logo após a prática do fato delituoso, ocorrendo situação que espelha a presunção de autoria do ilícito, existindo elementos que fazem constatar a materialidade da infração penal. Logo, a prisão foi efetuada legalmente e nos termos do art. 302, inciso III, do Código de Processo Penal.

Não existem, portanto, vícios formais ou materiais que venham macular a peça, razão porque HOMOLOGO o auto e mantenho a prisão em flagrante.

De outra banda, dispõe o art. 310 do Código de Processo Penal que ao receber o auto de prisão em flagrante, o Juiz deverá fundamentadamente: relaxar a prisão ilegal; ou converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou conceder liberdade provisória, com ou sem fiança.

Sabemos que a prisão preventiva pressupõe a existência de suficientes indícios para imputação da autoria do crime e poderá ser decretada toda vez que assim o reclame o interesse da ordem pública, ou da instrução criminal, ou da efetiva aplicação da lei penal.

A prisão provisória, dada sua natureza eminentemente cautelar, reclama a presença dos requisitos gerais do fumus comissi delicti e periculum libertatis, tendo por norte, sempre, a sua excepcionalidade, pois impõe o cárcere antes de condenação criminal, quando o que vigora é o princípio reitor da liberdade.

No caso dos autos, identifico haver fumus comissi delicti, consubstanciados na materialidade e autoria, notadamente em face do depoimento das testemunhas dando conta de que houve, de fato, a lesão à vítima.

Não obstante, tenho dúvidas em relação ao requisito do periculum libertatis, pois, esclareço que consideradas as peculiaridades do caso que envolve o flagrado, realmente não existe ofensa à ordem pública com a liberdade do mesmo, ainda que concorde que, em tese, houve grave ameaça à vítima. Soma-se a isso o fato que, conforme a Certidão de Antecedentes Criminais colacionada ao flagrante, não existem outros registros de procedimentos criminais instaurados em desfavor do flagrado. Portanto, trata-se de pessoa tecnicamente primária, o reforça a possibilidade de responder a eventual Ação Penal em liberdade, eis que reúne as condições para receber a liberdade provisória, mediante a imposição de medidas cautelares diversas da prisão.

De acordo com a nova sistemática adotada pelo ordenamento jurídico, com contornos dados pela Lei nº. 12.403/11, a prisão processual sofreu alterações que, ressalvado respeitável entendimento em contrário, procuram harmonizar o processo penal brasileiro com as liberdades individuais garantidas pela Constituição Federal de 1988. E, sob o espírito da nova Lei, a prisão preventiva, que já era medida cautelar extreme, revestiu-se de garantias processuais protetoras de sua excepcionalidade.

Com efeito, a Carta Magna estatui que: ¿ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente, salvo nos casos de transgressão militar ou de crime propriamente militar, definidos em lei¿, (art. 5º, inciso LXI, da CF) bem como: ¿ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança¿. (art. 5º, inciso LXVI, da CF). Ambas as garantias, complementadas pela lei processual penal, deixam clara a primazia da liberdade, que deve ser mantida como estado natural do indivíduo ou restituída quando não demonstrada a necessidade de recolhimento ao cárcere.

Entretanto, nítida era a dificuldade de se adotar a ultima ratio da prisão processual quando somente duas opções se abriam ao julgador: ou se mantinha o acusado em liberdade irrestrita e se referendava eventual risco de reiteração delitiva, prejuízo à instrução processual e esquiva do cumprimento de sanção penal, ou, na posição diametralmente oposta, impunham-se as severas condições do cárcere, idêntica àquelas dispensadas aos condenados ao desconto de sanção penal definitiva.

Louvável, portanto, a lei que abriu o leque de opções ao julgador, de modo a permitir a gradação das restrições oponíveis ao acusado, garantindo a excepcionalidade da prisão preventiva.

Com efeito, a equação que expressa a problemática do status libertatis x periculum societatis não é matemática, insolúvel pela decisão: liberdade plena ou prisão em regime fechado, pois, por vezes, a garantia da ordem pública, conveniência da instrução criminal e segurança da aplicação da lei penal justificam a restrição da liberdade, mas não em grau absoluto.

Ademais, a previsão de medidas cautelares alternativas, diversas da prisão, vem em socorro de mais uma falha normativa: a desproporção entre o prognóstico da sanção penal final e o recolhimento ao cárcere durante a tramitação do processo.

Acerca da adequação das medidas cautelares alternativas, Guilherme de Souza Nucci destaca que:

¿Esse fator, sem dúvida, concerne ao princípio constitucional da proporcionalidade. Observa-se, cada vez mais, a vinculação e a interligação entre os princípios constitucionais e processuais penais. (...) Agora, nota-se o vínculo entre cautelares e a proporcionalidade, ou seja, tal como se fosse uma autêntica individualização da pena, deve-se analisar o fato e seu autor, em detalhes, para aplicar a mais adequada medida cautelar restritiva de liberdade. Cuida-se da individualização da medida cautelar, vez que existem várias à disposição do Magistrado para a aplicação ao caso concreto.¿ (Prisão e Liberdade As reformas processuais penais introduzidas pela Lei nº 12.403, de 4 de maio de 2011, Editora Revista dos Tribunais, 2011, p. 27/28).

No caso dos autos não existe requisito concreto que imponha a necessidade da segregação cautelar do flagranteado. Logo, se não há elemento objetivo dos autos que sinalize a necessidade da medida extrema, deve ser concedida a soltura ao mesmo. Nesse sentido, se mostram suficientes, para preservar a ordem pública e assegurar a aplicação da lei penal, as medidas cautelares alternativas do art. 319 do Código de Processo Penal. Estes são os termos de precedente do Superior Tribunal de Justiça:

¿PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. 1. PRISÃO EM FLAGRANTE. LIBERDADE PROVISÓRIA DENEGADA. GRAVIDADE GENÉRICA. REQUISITOS NÃO DEMONSTRADOS IN CONCRETO. 2. ORDEM CONCEDIDA. 1. A necessidade da manutenção da prisão em flagrante deve ser demonstrada, concretamente, com alguma das hipóteses previstas no artigo 312 do Código de Processo Penal, não se admitindo a prisão ex legis. Em razão disso, não se justifica a manutenção em cárcere em razão da natureza do crime cometido ou mesmo porque genericamente se possa extrair o risco à ordem pública ou à aplicação da lei penal. 2. No caso, em se tratando de crime de tráfico em que muito reduzida a quantidade de entorpecentes, e em se tratando de ré primária e de bons antecedentes, é de rigor a soltura. 3. Ordem concedida para permitir que a paciente aguarde o trânsito em julgado da ação penal em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. (HC 129.854/MT, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/08/2009, DJe 14/09/2009)¿.

Assim, entendo cabível a aplicação das medidas alternativas previstas no art. 319, incisos I, III e IV do CPP à flagrada, quais sejam: o comparecimento mensal ao Juízo para informar e justificar suas atividades; a proibição de manter contato, de qualquer forma, ou por qualquer meio de comunicação, com a vítima e eventuais testemunhas; e a proibição de se ausentar da Comarca por um período superior a 30 (trinta) dias, sob pena de, descumprindo as medidas, ser revogada a liberdade provisória.

Ante o exposto, pelos fundamentos acima despendidos, CONCEDO a Liberdade Provisória, sem fiança, ao nacional LENIL SOUZA DA CUNHA, devendo o mesmo ser colocado em liberdade, se por outro motivo

não se encontrar preso, impondo-lhe as medidas cautelares expostas no parágrafo anterior.

P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público.

Serve a cópia da presente decisão como Alvará de Soltura/mandado judicial/ofício à autoridade policial local.

Monte Alegre ¿ Pará (PA), 26 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

INQUÉRITO POLICIAL - PROCESSO Nº. 0000261-38.2019.8.14.0032

INDICIADO: ADEILSON SOUZA SOARES

VÍTIMA: S. A. R.

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência, para fins do art. 16 da Lei nº. 11.340/2006, para o **dia 10.12.2019, às 12hr30min**. Intime-se a vítima pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

INQUÉRITO POLICIAL - PROCESSO Nº. 0000581-88.2019.8.14.0032

INDICIADO: EVANILSON LIMA DA COSTA

VÍTIMA: A. T. G.

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência, para fins do art. 16 da Lei nº. 11.340/2006, para o **dia 04.12.2019, às 09hr40min**. Intime-se a vítima pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

INQUÉRITO POLICIAL - PROCESSO Nº. 0000582-73.2019.8.14.0032

INDICIADO: ELIANO DA SILVA GUAPORÉ

VÍTIMA: M. E. L. DA S.

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência, para fins do art. 16 da Lei nº. 11.340/2006, para o **dia 03.12.2019, às 09hr00min**. Intime-se a vítima pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

INQUÉRITO POLICIAL - PROCESSO Nº. 0000685-80.2019.8.14.0032

INDICIADO: OCILEI DOS SANTOS MOREIRA

VÍTIMA: T. P. F.

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência, para fins do art. 16 da Lei nº. 11.340/2006, para o **dia 03.12.2019, às 13hr00min**. Intime-se a vítima pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

INQUÉRITO POLICIAL - PROCESSO Nº. 0001570-94.2019.8.14.0032

INDICIADO: JOSÉ MARIA BERNARDO DA SILVA

VÍTIMA: S. D. DOS S.

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência, para fins do art. 16 da Lei nº. 11.340/2006, para o **dia 05.12.2019, às 09hr50min**. Intime-se a vítima pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

INQUÉRITO POLICIAL - PROCESSO Nº. 0001548-36.2019.8.14.0032

INDICIADO: JOÃO NELSON CARVALHO BATISTA FILHO

VÍTIMA: S. M. S. DE S.

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência, para fins do art. 16 da Lei nº. 11.340/2006, para o **dia 03.12.2019, às 12hr40min**. Intime-se a vítima pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

INQUÉRITO POLICIAL - PROCESSO Nº. 0001550-06.2019.8.14.0032

INDICIADO: ELNAÃO DE JESUS ARAUJO

VÍTIMA: C. M. DE M.

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência, para fins do art. 16 da Lei nº. 11.340/2006, para o **dia 05.12.2019, às 09hr30min**. Intime-se a vítima pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

INQUÉRITO POLICIAL - PROCESSO Nº. 0001551-88.2019.8.14.0032

INDICIADO: LUIS NICOLAU LEMOS BARRETO MOREIRA

VÍTIMA: E. K. M. DA S.

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência, para fins do art. 16 da Lei nº. 11.340/2006, para o **dia 03.12.2019, às 13hr30min**. Intime-se a vítima pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

INQUÉRITO POLICIAL - PROCESSO Nº. 0001707-76.2019.8.14.0032

INDICIADO: ROBERTO RODRIGUES DA SILVA

VÍTIMA: R. DO N. A.

DESPACHO

R. H.

1. Designo audiência, para fins do art. 16 da Lei nº. 11.340/2006, para o **dia 04.12.2019, às 09hr20min**. Intime-se a vítima pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.

2. Serve a cópia do presente despacho como mandado de intimação.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0001412-51.2010.8.14.0032

DENUNCIADO: ESTER RODRIGUES DA SILVA

DENUNCIADO: EZAUL RODRIGUES DA SILVA

ADVOGADO: CARIM JORGE MELÉM NETO ¿ OAB/PA Nº. 13.789

ADVOGADO: PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS ¿ OAB/PA Nº. 8.409

DESPACHO

R. H.

Considerando a decisão proferida no Acórdão nº. 198.704 (fls. 311/312, 315/321), transitada livremente em julgado (fls. 327), que negou provimento à pretensão recursal do Ministério Público, mantendo incólume a sentença absolutória proferida às fls. 239/258, determino o cumprimento da seguinte obrigação: arquivem-se os presentes autos com as cautelas legais.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0002627-50.2019.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: VALDENIR FLEXA DOS SANTOS

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

1. Recebo a denúncia de fls. 02/04, oferecida em desfavor de VALDENIR FLEXA DOS SANTOS, já qualificado, pois presentes os pressupostos de admissibilidade dispostos no art. 41 do Código de Processo Penal, uma vez constatada a prova da materialidade e indícios de autoria, não sendo o caso de rejeição liminar da peça acusatória.

2. Cite-se, pessoalmente, o denunciado, para apresentar, por meio de advogado, resposta à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, ressaltando que poderá arguir preliminares, alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. Deve o Oficial de Justiça, por ocasião da diligência, indagar do acusado se o mesmo tem condições de constituir advogado particular e, em caso negativo, desde já certificar que o mesmo deseja ser patrocinado pela Defensoria Pública do Estado, devendo os autos ser encaminhados com vistas, imediatamente, à Defensora Pública, para apresentação de defesa escrita, no prazo legal para tanto, nos termos do art. 396-A, § 2º, do Código de Processo Penal.

3. Oficie-se à Autoridade Policial local, solicitando o cumprimento da diligência requerida às fls. 03, pela representante do Ministério Público, no prazo de 15 (quinze) dias.

4. Serve a cópia da presente decisão como mandado de citação/intimação e ofício.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0002406-67.2019.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: ÁTILA MACEDO DA SILVA

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

1. Recebo a denúncia de fls. 02/04, oferecida em desfavor de ÁTILA MACEDO DA SILVA, já qualificado, pois presentes os pressupostos de admissibilidade dispostos no art. 41 do Código de Processo Penal, uma vez constatada a prova da materialidade e indícios de autoria, não sendo o caso de rejeição liminar da peça acusatória.

2. Cite-se, pessoalmente, o denunciado, para apresentar, por meio de advogado, resposta à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, ressaltando que poderá arguir preliminares, alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. Deve o Oficial de Justiça, por ocasião da diligência, indagar do acusado se o mesmo tem condições de constituir advogado particular e, em caso negativo, desde já certificar que o mesmo deseja ser patrocinado pela Defensoria Pública do Estado, devendo os autos ser encaminhados com vistas, imediatamente, à Defensora Pública, para apresentação de defesa escrita, no prazo legal para tanto, nos termos do art. 396-A, § 2º, do Código de Processo Penal.

3. Serve a cópia da presente decisão como mandado de citação/intimação e ofício.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0002146-87.2019.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: PAULO GILBERTO SOARES DA SILVA

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

1. Recebo a denúncia de fls. 02/04, oferecida em desfavor de PAULO GILBERTO SOARES DA SILVA, já qualificado, pois presentes os pressupostos de admissibilidade dispostos no art. 41 do Código de Processo Penal, uma vez constatada a prova da materialidade e indícios de autoria, não sendo o caso de rejeição liminar da peça acusatória.

2. Cite-se, pessoalmente, o denunciado, para apresentar, por meio de advogado, resposta à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, ressaltando que poderá arguir preliminares, alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. Deve o Oficial de Justiça, por ocasião da diligência, indagar do acusado se o mesmo tem condições de constituir advogado particular e, em caso negativo, desde já certificar que o mesmo deseja ser patrocinado pela Defensoria Pública do Estado, devendo os autos ser encaminhados com vistas, imediatamente, à Defensora Pública, para apresentação de defesa escrita, no prazo legal para tanto, nos termos do art. 396-A, § 2º, do Código de Processo Penal.

3. Serve a cópia da presente decisão como mandado de citação/intimação e ofício.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0008030-34.2018.8.14.0032

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DENUNCIADO: ADAILSON BEZERRA DE SOUZA

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

1. Recebo a denúncia de fls. 02, oferecida em desfavor de ADAILSON BEZERRA DE SOUZA, já qualificado, pois presentes os pressupostos de admissibilidade dispostos no art. 41 do Código de Processo Penal, uma vez constatada a prova da materialidade e indícios de autoria, não sendo o caso de rejeição liminar da peça acusatória.

2. Cite-se, pessoalmente, o denunciado, para apresentar, por meio de advogado, resposta à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, ressaltando que poderá arguir preliminares, alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. Deve o Oficial de Justiça, por ocasião da diligência, indagar do acusado se o mesmo tem condições de constituir advogado particular e, em caso negativo, desde já certificar que o mesmo deseja ser patrocinado pela Defensoria Pública do Estado, devendo os autos ser encaminhados com vistas, imediatamente, à Defensora Pública, para apresentação de defesa escrita, no prazo legal para tanto, nos termos do art. 396-A, § 2º, do Código de Processo Penal.

3. Serve a cópia da presente decisão como mandado de citação/intimação e ofício.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0003287-44.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DA PRIMEIRA VARA FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTARÉM/PARÁ (PA)

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RÉU: JEZREEL SOUZA DE MEIRELES

DESPACHO

R. H.

Cumpra-se o ato deprecado conforme a sua finalidade, servindo este como Mandado. Após, devolva-se ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 27 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

TCO - PROCESSO Nº. 0005709-26.2018.8.14.0032

AUTOR DO FATO: JACILON DA SILVA PEREIRA

ADVOGADO: RUBENS LOURENÇO CARDOSO VIEIRA ¿ OAB/PA Nº. 8.173

VÍTIMA: M. A. M. B.

ADVOGADO: TANNUS BECHARA DE SOUZA SANTOS ¿ OAB/PA Nº. 9.869

SENTENÇA CRIMINAL

Vistos, etc...

Cuida-se de TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA, figurando como autor do fato o nacional JACILON DA SILVA PEREIRA, e como vítima M. A. M. B., partes devidamente qualificadas nos autos em epígrafe.

Audiência preliminar ocorrida aos seis dias, do mês de fevereiro, do ano de dois mil e dezenove (23.01.2019), presentes as partes, devidamente acompanhadas de seus respectivos advogados, foi feita tentativa de composição civil, que restou frustrada. (fls. 23).

Às fls. 26 consta manifestação Ministerial oferecendo proposta de Transação Penal ao autor do fato.

Às fls. 30 o autor do fato informar concorda com a proposta de Transação Penal oferecida pelo ¿Parquet¿ às fls. 26.

É o breve relato. DECIDO.

HOMOLOGO por sentença irrecorrível, para que produza seus legais e jurídicos efeitos, o acordo de transação penal, com arrimo no art. 76 da Lei 9.099/95, conforme formulado às fls. 26.

Fica o autor do fato, através de seu advogado, mediante publicação no DJE, ciente que o descumprimento injustificado da medida ora homologada importará na execução desta no Juizado Cível competente, e que, pelo lapso de 05 (cinco) anos, não poderá beneficiar-se dos institutos do Juizado Especial Criminal. Ressalte-se, ainda, que, o mesmo deverá, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovar o cumprimento da Transação Penal nos autos.

P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público.

Registre-se para efeito do artigo 76, § 4º, da Lei nº. 9.099/1995.

Serve a cópia da presente sentença como mandado judicial.

Monte Alegre/Pará (PA), 28 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ PROCESSO Nº. 0002592-90.2019.8.14.0032

DENUNCIADO: ELINALDO SILVA DO NASCIMENTO (RÉU PRESO)

DENUNCIADO: EDINALDO PEREIRA DA SILVA (RÉU PRESO)

ADVOGADO: RUAN PATRICK NUNES DO NASCIMENTO ¿ OAB/PA Nº. 26.925

DENUNCIADO: NEY ALVARENGA BARBOSA

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos, etc...

I ¿ DA DENÚNCIA OFERECIDA:

Recebo a denúncia de fls. 02/03, oferecida em desfavor de ELINALDO SILVA DO NASCIMENTO, EDINALDO PEREIRA DA SILVA e NEY ALVARENGA BARBOSA, já qualificados, pois presentes os pressupostos de admissibilidade dispostos no art. 41 do Código de Processo Penal, uma vez constatada a prova da materialidade e indícios de autoria, não sendo o caso de rejeição liminar da peça acusatória.

Citem-se, pessoalmente, os denunciados, para apresentarem, por meio de advogado, resposta à acusação, no prazo de 10 (dez) dias, ressaltando que poderão arguir preliminares, alegarem tudo o que interessa à sua defesa, oferecerem documentos e justificações, especificarem provas e arrolarem testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação. Deve o Oficial de Justiça, por ocasião da diligência, indagar dos acusados se os mesmos têm condições de constituírem advogado particular e, em caso negativo, desde já certificar que os mesmos desejam ser patrocinados pela Defensoria Pública do Estado, devendo os autos ser encaminhados com vistas, imediatamente, à Defensoria Pública, para apresentação de defesa escrita, no prazo legal para tanto, nos termos do art. 396-A, § 2º, do Código de Processo Penal.

Designo o dia **18/07/2019, às 14hr00min**, para audiência de inquirição das testemunhas arroladas nos autos, bem como eventual qualificação e interrogatório dos réus.

Requisitem-se a presença dos réus presos, à audiência, ao CRASHM, ou à Central de Triagem, em Santarém, ou qualquer outro estabelecimento penal em que os mesmos estejam atualmente custodiados, sob responsabilidade da SUSIPE.

Intimem-se pessoalmente as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa.

Ciência pessoal ao Ministério Público e ao Advogado constituído nos autos.

Considerando que os réus ELINALDO SILVA DO NASCIMENTO e EDINALDO PEREIRA DA SILVA constituíram advogado nos autos, fica o mesmo intimado, através do DJE, acerca da data da audiência acima aprazada, bem como para, no prazo de 10 (dez) dias apresentar, por meio de advogado, resposta à acusação em relação aos denunciados em questão, ressaltando que poderá arguir preliminares, alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar provas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação.

Oficie-se à Autoridade Policial local, solicitando a remessa a este juízo, no prazo de 20 (vinte) dias, do Laudo Definitivo de Exame Toxicológico referente aos autos em epígrafe, em relação aos réus EDINALDO PEREIRA DA SILVA e NEY ALVARENGA BARBOSA, bem como para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas informar ao Juízo sobre a conclusão do Inquérito Policial nº. 68/2019.000229-4, tendo em vista a proximidade do fim do prazo de 30 (trinta) dias.

II ¿ DA REPRESENTAÇÃO POR PRISÃO PREVENTIVA:

Trata-se de Representação por Prisão Preventiva do nacional NEY ALVARENGA BARBOSA, já qualificado, formulado pelo Delegado de Polícia Civil de Monte Alegre, pela suposta prática dos crimes de tráfico de drogas e associação para o tráfico, tipificados nos artigos 33 e 35 da Lei nº. 11.343/2006.

Afirma a Autoridade Policial que durante o cumprimento do mandado de busca e apreensão domiciliar realizado na casa do representado foram apreendidos 22 (vinte e duas) porções de possível substância ilícita vulgarmente conhecida por ¿crack¿ e 05 (cinco) ¿trouxinhas¿ de possível droga vulgarmente conhecida por ¿maconha¿, preparadas para venda, encontradas nas grades da cama do representado, dentro de um recipiente de cor amarela. O representado não se encontrava no local, apenas seu genitor, o qual relatou que seu filho estava se envolvendo com pessoas erradas, não sabendo informar onde seu filho estava. Foi expedido Ordem de Missão para localizar o representado, mas não foi logrado êxito. Diante de tais fatos, verifica-se que o fato criminoso atribuído ao representado é de extrema gravidade, necessitando da intervenção preventiva do Estado, no sentido de coibir a reiteração da conduta e garantir a ordem pública, conveniência da instrução criminal e aplicação da lei penal. A prisão preventiva do denunciado em tela se faz necessário para conter o avanço do tráfico de drogas que causam tantos delitos graves que assolam a cidade de Monte Alegre/Pará (PA). A liberdade do acusado faz brotar sensação de impunidade na comunidade local, incentivando a prática de atos dessa natureza. O representado fugiu do distrito da culpa após o cumprimento do mandado de busca e apreensão domiciliar em sua residência, pondo em risco a instrução criminal, na medida que podem desaparecer importantes fontes de provas caso ainda permaneça em liberdade, por isso também que a prisão é necessária para resguardar a aplicação da lei penal.

Parecer Ministerial, às fls. 05/07, se manifestando favorável à decretação da prisão preventiva.

É o breve relato. DECIDO.

Como se sabe, a prisão preventiva tem por objetivo impedir que eventuais condutas praticadas pelo suposto autor da infração penal possam colocar em risco a efetividade da fase de investigação ou do processo. No entanto, em razão da gravidade dessa medida, cuja consequência é a privação de liberdade, e como decorrência do sistema de garantias individuais constitucionais, a segregação preventiva somente será admitida por ordem escrita e fundamentada da autoridade competente. Essa exegese, aliás, vem consagrada no artigo 5º, LXI, da Constituição Federal.

No sistema processual penal vigente, a prisão preventiva encontra respaldo jurídico em âmbito dos artigos 311 e seguintes do Código de Processo Penal.

Com efeito, o legislador ordinário estabeleceu que ¿em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial¿ (CPP, art. 311).

Dispôs-se, ainda, que ¿a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria¿ (CPP, art. 312).

Observa-se, a partir desses dispositivos legais, que para a decretação da prisão preventiva, é imprescindível, em princípio, demonstrar a existência de indícios concretos de autoria e materialidade

delitiva. Outrossim, como pressuposto cumulativo, é necessário que a medida seja destinada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal.

Além disso, a segregação preventiva depende, também, da verificação de quaisquer das situações estampadas nos incisos do artigo 313 do Código de Processo Penal, a saber:

¿Nos termos do art. 312 deste Código, será admitida a decretação da prisão preventiva:

I - nos crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade máxima superior a 4 (quatro) anos;

II - se tiver sido condenado por outro crime doloso, em sentença transitada em julgado, ressalvado o disposto no inciso I do caput do art. 64 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal;

III - se o crime envolver violência doméstica e familiar contra a mulher, criança, adolescente, idoso, enfermo ou pessoa com deficiência, para garantir a execução das medidas protetivas de urgência;

IV ¿ (Revogado pela Lei nº. 12.403/2011)

Parágrafo único. Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida¿.

Diante desse contexto, a materialidade do fato delituoso e os indícios quanto à autoria estão demonstrados, e são suficientes, pelo Auto de Apresentação e Apreensão, pelo Laudo Provisório de Constatação em Entorpecentes, bem como pelos depoimentos testemunhais.

Destaco que embora não se trate de delito cometido mediante violência ou grave ameaça, a ordem pública encontra-se em risco, eis porque o tráfico ilícito de entorpecentes é, na atualidade, grande propulsor da criminalidade. Não bastasse a gravidade dos crimes em comento, que afeta diretamente a saúde pública e estimula a prática de outras espécies delitivas, o caso concreto demonstra a necessidade da prisão cautelar para o resguardo da ordem pública, nos termos do art. 312 do CPP.

Oportuno salientar que o problema da droga encerra questão complexa, abrangendo aspectos relacionados com desenvolvimento social, saúde e segurança pública, ressaltando-se que esta última é relevantemente atingida pelo elevado número de mortes associadas ao tráfico de drogas, que tem ligação com outros crimes, mostrando-se notória e intrínseca a inter-relação existente entre homicídios, receptação, furtos, roubos, portes de armas de fogo, corrupção e comércio de substâncias entorpecentes, pois este financia a compra das armas que sustentam as guerras entre organizações criminosas pelo controle de territórios e do tráfico.

Por isso que se trata o tráfico de drogas de crime grave, equiparado a hediondo, inclusive. E a repercussão social dele resultante, antes retratada, quer no âmbito da saúde pública, quer na esfera da criminalidade ¿ potencializada pelo uso e pelo comércio de substâncias entorpecentes, pois geradores de outras infrações igualmente graves ¿ está a evidenciar concreto risco à ordem pública, a tornar imperiosa a prisão cautelar e obstar a aplicação das medidas cautelares a que alude o art. 319 do Código de Processo Penal.

Ressalte-se que a preservação da ordem pública não se restringe às medidas preventivas da irrupção de conflitos e tumultos, mas abrange também a promoção daquelas providências de resguardo à integridade das instituições, à sua credibilidade social e ao aumento da confiança da população nos mecanismos oficiais de repressão às diversas formas de delinquência.

Acerca do tema, confiram-se os ensinamentos do eminente jurista EUGÊNIO PACELLI DE OLIVEIRA, in Curso de Processo Penal, 11ª edição, Ed. Lumen Juris, Rio de Janeiro, 2009, pág. 452:

¿(...) Percebe-se, de imediato, que a prisão para garantia da ordem pública não se destina a proteger o processo penal, enquanto instrumento de aplicação da lei penal. Dirige-se, ao contrário, à proteção da própria comunidade, coletivamente considerada, no pressuposto de que ela seria duramente atingida pelo não aprisionamento de autores de crimes que causassem intranquilidade social. (...) No Brasil, a jurisprudência, ao longo desses anos, tem se mostrado ainda um pouco vacilante, embora já dê sinais de ter optado pelo entendimento da noção de ordem pública como risco ponderável da repetição da ação delituosa objeto do processo, acompanhado do exame acerca da gravidade do fato e de sua repercussão¿.

A esse respeito, destaco o seguinte julgado:

¿HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE EM 31.01.08. LIBERDADE PROVISÓRIA. VEDAÇÃO LEGAL. NORMA ESPECIAL. LEI 11.343/2006. GRANDE QUANTIDADE DE DROGA (30 TROUXINHAS DE COCAÍNA). FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA. 1. A vedação de concessão de liberdade provisória, na hipótese de acusados da prática de tráfico ilícito de entorpecentes, encontra amparo no art. 44 da Lei 11.343/06 (nova Lei de Tóxicos), que é norma especial em relação ao parágrafo único do art. 310 do CPP e à Lei de Crimes Hediondos, com a nova redação dada pela Lei 11.464/2007. 2. Referida vedação legal é, portanto, razão idônea e suficiente para o indeferimento da benesse, de sorte que prescinde de maiores digressões a decisão que indefere o pedido de liberdade provisória, nestes casos. 3. Ademais, no caso concreto, além de comprovada a materialidade do delito e de indícios suficientes de autoria, a grande quantidade da droga apreendida na casa da paciente, aproximadamente 30 trouxinhas de cocaína, revela sua periculosidade e impõe a manutenção da custódia preventiva. 4. Ordem denegada, em que pese o parecer do MPF em sentido contrário. (Habeas Corpus nº 104116/MT (2008/0078429-5), 5ª Turma do STJ, Rel. Napoleão Nunes Maia Filho. j. 07.08.2008, unânime, DJe 15.09.2008)¿.

No caso vertente, registre-se a considerável quantidade da droga apreendida, e sua natureza, qual seja: 22 (vinte e duas) porções de possível substância ilícita vulgarmente conhecida por ¿crack¿ e 05 (cinco) ¿trouxinhas¿ de possível droga vulgarmente conhecida por ¿maconha¿.

Assim, com enfoque nesses aspectos, está comprovado que a conduta do representado, de fato, importou em ofensa à ordem pública. Isso porque, no caso em exame, em razão de suas particularidades, é indiscutível a presença dos requisitos legais e fundamentos necessários à decretação da segregação cautelar. As circunstâncias fáticas dos delitos penais são suficientes para indicar a gravidade concreta da conduta perpetrada, de modo a ensejar indicativos sobre a periculosidade do representado.

Ademais, vale frisar que o representado, conforme notícia nos autos, fugiu do distrito da culpa, na clara intenção de não querer sofrer a persecução penal, se furtando da aplicação da mesma.

A garantia da aplicação da lei penal consiste em uma tutela tipicamente cautelar, pois visa assegurar a eficácia e as consequências da sentença, tutelando, portanto, o próprio processo. A fuga do imputado é a uma forte hipótese que enseja em risco de ineficácia da lei penal, devendo o Estado atuar de forma a evitar tal fato.

Ante o exposto, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA de NEY ALVARENGA BARBOSA, já qualificado, com fundamento no art. 312 do Código de Processo Penal.

SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE PRISÃO, devendo ser encaminhado ao Oficial de Justiça plantonista para entrega imediata à Autoridade Policial.

P. R. I. C. Ciência ao Ministério Público.

Monte Alegre/PA, 18 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

CARTA PRECATÓRIA - PROCESSO Nº. 0003307-35.2019.8.14.0032

JUÍZO DEPRECANTE: JUÍZO DE DIREITO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA DA COMARCA DE MACAPÁ/AMAPÁ (AP)

RÉU: CARLOS EVANGELISTA DA SILVA

DESPACHO

R. H.

Cumpra-se o ato deprecado, conforme a sua finalidade, servindo este como Mandado/ofício e, após, devolva-se ao juízo de origem, dando-se baixa na distribuição.

Monte Alegre/PA, 28 de junho de 2019.

THIAGO TAPAJÓS GONÇALVES

Juiz de Direito

PROCESSO Nº0002592-90.2019.8.14.0032 - FLAGRANTE

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

FLAGRANTEADO: NEY ALVARENGA BARBOSA

ADVOGADO DATIVO: Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS - OAB/PA n.º 8409

ATA DE AUDIÊNCIA

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (25.06.2019), na sala de audiências do Fórum desta cidade e comarca de Monte Alegre, Estado do Pará, às 11hr00min, onde se achava presente o **Exmo. Sr. Dr. THIAGO TAPAJOS GONÇALVES**, Juiz de Direito Titular desta Comarca. Feito o pregão de praxe constatou-se a presença do flagranteado, sendo acompanhado neste ato pelo advogado dativo **Dr. PAULO BOAVENTURA MAIA MEDEIROS.** Passou o MM. Juiz a colher o **depoimento do flagranteado NEY ALVARENGA BARBOSA**, através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos, acompanhado do CD-ROM. O flagranteado foi indagado a respeito de constituir advogado particular, o mesmo esclareceu que não possui condições, assim será nomeado dativo para acompanha-lo durante o processo. Dada a palavra ao advogado dativo do denunciado, se manifestou oralmente, através de registro audiovisual, nos termos do Art. 405, § 2º do CPP, cuja cópia do registro original permanecerá anexo nos autos, acompanhado do CD-ROM. **DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: 1)** Considerando que o custodiado já fora devidamente citado da denuncia, deverá o mesmo transferido para outra unidade prisional a critério do sistema penal, sem prejuízo da reavaliação da prisão cautelar**. 1)** Após retornem conclusos. Serve a presente ata como mandado judicial. Nada mais havendo a tratar, o MM. Juiz mandou encerrar este termo, que lido e achado, vai devidamente assinado. Eu, _____, Milene Ribeiro, estagiária, o digitei e subscrevi.

Processo nº 0002363-67.2018.8.14.0032- AÇÃO DE INTERDITO PROIBITÓRIO.

Requerente: CARLOS FERREIRA DA SILVA

Advogado: RUBENS LOURENÇO CARDOSO VIEIRA, OAB/PA Nº 8.173

Requerente: DINAIR RODRIGUES NUNES

Advogado: RUBENS LOURENÇO CARDOSO VIEIRA, OAB/PA Nº 8.173

Requerido: RAIMUNDO BERNARDO RODRIGUES

Advogado: RAIMUNDO ELDER DINIZ FARIAS, OAB/PA Nº 16.039

Requerido: REGINALDO DA SILVA SALES

Advogado: RAIMUNDO ELDER DINIZ FARIAS, OAB/PA Nº 16.039

Requerido: MANOEL SILVA DE OLIVEIRA

Advogado: RAIMUNDO ELDER DINIZ FARIAS, OAB/PA Nº 16.039

ATO ORDINATÓRIO

Nos termos do artigo 162, §4º do CPC e artigo 93, XIV da CF/88 e com fundamento no Art. 1º, §2º, II, do Provimento 006/2006 ¿ CJRMB, que regulamentou a prática de atos de mero expediente, sem conteúdo decisório, cuja aplicabilidade foi estendida às Comarcas do interior através do Provimento 006/2009 ¿ CJCI, faço intimação da parte requerente, através de seu advogado, para se manifestar acerca da contestação e documentos de fls. 61/79, no prazo de 15 (quinze) dias.

Monte Alegre, 28 de junho de 2019.

Juvenilson Bastos da Silva

Diretor de Secretaria
109517-TJE

PROCESSO: 0060475-34.2015.814.0032- AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE.

REQUERENTE: L. V. R. S..

REPRESENTANTE LEGAL: L. R. S.

REQUERIDO: M. DE S. V.

ADVOGADO: RAIMUNDO ELDER DINIZ FARIAS, OAB/PA Nº 16.039

ATO ORDINATÓRIO

Com fulcro no artigo 162, §4° do CPC e art. 93, XVIV da CF/88, bem como no Provimento 006/2006 ¿ CJRMB, em seu Art. 1º, § 2º, XIX, mediante ato meramente ordinatório e/ou de expediente, sem conteúdo decisório, FAÇO intimação da parte requerida, através de seu advogado, para, querendo, manifestar-se acerca do laudo de fls. 39/41, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, FAÇA-SE vista ao Ministério Público.

Monte Alegre (PA), 28 de junho de 2019.

Juvenilson Bastos da Silva

Diretor de Secretaria

Mat. N° 109517- TJE/PA

COMARCA DE ORIXIMINA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ORIXIMINA

PROCESSO: 0000742.83.2019.8.14.0037 - AÇÃO DE PEDIDO DE PARCELAMENTO DE DÍVIDA COM PEDIDO DE TUTELA ANTECIPADA - Requerente:THIANA RIBEIRO SILVA (Adv:ALBERTO AUGUSTO DE ANDRADE SARUBI - OAB/PA Nº15.070); Requerido:CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ;DESPACHO - Nos termos dos artigos 350 e 351 do Código de Processo Civil, manifeste-se o autor em réplica, sobre a contestação e documentos no prazo de 15 (quinze) dias. Após, retornem os autos conclusos para saneamento. Expedientes necessários. Oriximiná/PA, 24 e junho de 2019 **CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA - JUIZ DE DIREITO.**

Proc. nº 0002887-15.219.8.14.0037. Ação Penal. Denunciados: **AMADEU DA CRUZ AUZIER FILHO E OUTRO (Adv. Dr. Alberto Augusto Andrade Sarubbi, OAB/PA nº 15.070)**. Fica o Advogado devidamente intimado para comparecer à **audiência de Instrução e Julgamento no dia 26/07/2019 às 10:00H**, nesta Comarca. Oriximiná/PA, 28 de junho de 2019. **CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA-JUIZ DE DIREITO.**

PROCESSO: 0001043.30.2019.8.14.0037 - AÇÃO DE ALVARÁ JUDICIAL - Requerente:ALDA MARIA REGO SOARES e OUTROS (Adv:Dra.JULCINEIDE VIEIRA DE MATTOS ARCE0 - OAB/PA Nº12.404-A); Requerido:ANTONIA REGO SOARES;SENTENÇA - Ante o exposto e de tudo o mais que dos autos consta, atendendo aos princípios e demais normas orientadoras da matéria, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, e o faço de oficio, nos termos do art. 485, III e IV do CPC. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes Necessários. Oriximiná/PA, 27 de junho de 2019. **CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA - Juiz de Direito**

PROCESSO: 0000438.79.2006.8.14.0037 - AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL LITIGIOSA - Requerente:MARIA DO SOCORRO FRANCO GOMES (Adv:Dra.RAIMUNDA LAURA SERRÃO DA SILVA SOUZA - OAB/PA Nº5.330); Requerido:RUBENILDO FARIAS GOMES(Adv:Dra.FILOMENA MARIA MILEO GUERREIRO - OAB/PA N°3.687); SENTENÇA - Ante o exposto e de tudo o mais que dos autos consta, atendendo aos princípios e demais normas orientadoras da matéria, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, e o faço de oficio, nos termos do art. 485, III e IV do CPC. Sem custas. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Expedientes Necessários. Oriximiná/PA, 25 de junho de 2019. **CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA - Juiz de Direito**

PROCESSO: 0002007.23.2019.8.14.0037 - AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL - Requerente:ESTADO DO PARÁ FAZENDA PUBLICA ESTADUAL;Requerido:ANTONIO DE SOUZA GEMAQUE(Adv:NELMA BENTES DA SILVA - OAB/PA N° 9.502);SENTENÇA - Em face do exposto, considerando que o

executado cumpriu integralmente com o débito, Julgo Extinto o processo de execução na forma disposta pelos artigos 924, inciso II, e 925, ambos do Código de processo Civil.Expedientes necessários. Oriximiná/PA, 25 de junho de 2019**.CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA - Juiz de Direito**

PROCESSO: 0006416.47.2016.8.14.0037 - AÇÃO DE EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA SENTENÇA - Requerente:JANAINA SOARES MARTINS e SUELEM SOARES FIGUEIRA(Adv:Dra.FRANCISCA DAS CHAGAS OLIVEIRA DIAS - OAB/PA N° 14.747) ;Requerido:MUNICÍPIO DE ORIXIMINÁ; SENTENÇA - Em face do exposto, considerando que o executado cumpriu integralmente a obrigação exequenda, Julgo Extinto o processo de execução na forma disposta pelos artigos 924, inciso II, e 925, ambos do Código de processo Civil. Expedientes necessários Oriximiná/PA, 25 de junho de 2019. **CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA - Juiz de Direito**

PROCESSO: 0000063.83.2019.8.14.0037 - AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE C/C TUTELA DE URGÊNCIA - Requerente:UBALDO DE ALMEIDA FARIAS (Adv:Dra.LIA FERNANDA GUIMARÃES FARIAS - OAB/PA N°9.428) ;Requerido:VERA FARIAS e DINELIS FARIAS ;DESPACHO - Ante a certidão de fl. 60, redesigno a audiência para o dia 29 de agosto de 2019, às 15:00h. Renovem-se as diligências necessárias para a realização do ato. Expeça-se o necessário. Oriximiná/PA, 27 de junho de 2019. **CLEMILTON SALOMÃO DE OLIVEIRA Juiz de Direito titular da Vara Única da Comarca de Óbidos, respondendo cumulativamente pela Vara Única da Comarca de Oriximiná/PA.**

Proc. nº 0002587-53.2019.8.14.0037. Processo de Ação Penal ¿ Tráfico de drogas. Denunciado: ALEXSANDER SOUZA DOS PASSOS. (**ELIEL CARDOSO DE SOUZA ¿ OAB 28.254/PA**). Fica o advogado devidamente intimado para comparecer audiência de instrução e julgamento no dia **17/07/2019, às 09h30min**, Oriximiná, 13 de junho de 2019. MARCELLO DE ALMEIDA LOPES ¿ JUIZ DE DIREITO.

COMARCA DE OBIDOS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE OBIDOS

PROCESSO Nº 0004256-60.2018.814.0035, AÇÃO PENAL, AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, RÉU: ERALDO SILVA BATISTA (adv. antines muller vinhote de vasconcelços ¿ oab/pa 20.527 e josé claudio galate moraes ¿ oab/pa 6373).

DESPACHO Nº 20190260410672. 1. Certifique-se a Secretaria a tempestividade do Recurso. Caso intempestivo desde logo **n¿o o recebo.** Em seguida, certifique-se o trânsito em julgado. Ciência ao MP e a DEFESA. Intime-se o Réu. **2**. Caso tempestivo recebo a medida de inconformismo, por ser própria e tempestiva, a teor da certid¿o juntada aos autos, no efeito **devolutivo,** conforme previs¿o do artigo 597, do CPP. **3**. Certifique-se, ainda, se transitou em julgado para o MP. **5**. Intime-se o MP para apresentar contrarrazões recursais, no prazo legal. **6**. Após, encaminhe-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Pará. **7.** Cumpra-se**.** Expedientes necessários. Óbidos (PA), 27 de junho de 2019. **Clemilton Salom¿o de Oliveira -** Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Óbidos.

PROCESSO Nº 0009097-25.2018.814.0035, AÇÃO PENAL, AUTOR: MIISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, RÉU: LUIZ DE ARAÚJO ALVES (Adv. Aucimário Ribeiro dos santos ¿ OAB/PA 19.762).

DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA. R. H. Trata-se de aç¿o penal proposta pelo Ministério Público Estadual em face do denunciado **LUIZ DE ARAÚJO ALVES** indicado na exordial acusatória, por suposta prática de crime capitulado no art. 129, § 9º, art. 147, todos do CPB c/c art.7º, I, da Lei 11.340/06. Recebida a denúncia, foi determinada a citaç¿o do réu para apresentar resposta preliminar, e, através de Advogado nomeado, apresentou a peça defensória às fls. 43/44. N¿o há elementos para, neste momento, afastar a prática do(s) delito(s) em relaç¿o ao denunciado necessitando de instruç¿o probatória para identificar a capitulaç¿o criminal em face deste, a par das teses defensivas de mérito. Ademais, n¿o vejo prejudiciais ou preliminares ao mérito e n¿o há lastro probatório, nesta hora, para rejeiç¿o da denúncia, ainda que parcialmente, ou pela absolviç¿o sumária, aptas a serem enfrentadas neste momento, em que pese a defesa preliminar. As questões acerca das provas s¿o próprias do mérito e como tal ser¿o enfrentadas, após regular instruç¿o. Desta feita, mantenho o recebimento da denúncia em relaç¿o ao denunciado **LUIZ DE ARAÚJO ALVES** e, nos termos do art. 399, do CPP, designo audiência de instruç¿o e julgamento para o dia **22/08/2019, às 17h00min**, pelo que determino a requisiç¿o do réu, se preso estiver, ou sua intimaç¿o, se solto estiver, ou, ainda, a publicaç¿o da data da audiência por meio de edital, caso esteja em local incerto e n¿o sabido. Intime-se o Ministério Público, a Assistência, se houver, assim como a Defesa. Intimem-se as testemunhas arroladas pela Acusaç¿o e Defesa. Cumpra-se. Expedientes necessários, inclusive Carta Precatória. Óbidos/PA, 26 de junho de 2019. **Clemilton Salom¿o de Oliveira -** Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Óbidos/PA.

PROCESSO Nº 0008152-38.2018.814.0035, AÇÃO PENAL, AUTOR: MIISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, RÉU: JOAQUIM JOSÉ MOUSINHO DA SILVA (Adv. Carlos Magno Biá Sarrazin ¿ OAB/PA 23.273).

DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA. R. H. **I ¿ RELATÓRIO.** Trata-se de aç¿o penal proposta pelo Ministério Público Estadual em face dos denunciados **JOAQUIM JOSÉ MOUSINHO DA SILVA** indicados na exordial acusatória, por suposta prática de crime previsto no art. 147 e art. 163, ambos do CPB c/c art. 7º, II, da Lei 11.340/06. Recebida a denúncia, foi determinada a citaç¿o do réu, tendo sido citado pessoalmente, apresentou resposta a acusaç¿o por meio de advogado constituído. É o relatório. Decido. **II ¿ FUNDAMENTAÇ¿O.** DA MANUTENÇ¿O DA DENÚNCIA. No caso dos autos, constata-se que o Ministério Público descreveu de forma individualizada a conduta supostamente praticada pelo denunciado, tendo narrado detalhadamente as circunstâncias e a suposta participaç¿o no fato criminoso. A conduta narrada na peça inaugural subsume-se, a priori, ao tipo penal nela descrito. Assim, a imputaç¿o fática encontra-se

suficientemente delineada na denúncia, visto que é possível identificar, nos termos do que disp¿e o artigo 41 do Código de Processo Penal, a responsabilidade dos denunciados, isto é, a conduta ilícita supostamente por eles praticada, sendo certo que se praticou ou n¿o o delito é matéria de mérito a ser analisada após a instruç¿o. Assim, n¿o há elementos para, neste momento, afastar a prática do(s) delito(s) em relaç¿o ao denunciado necessitando de instruç¿o probatória para identificar a capitulaç¿o criminal em face destes, a par das teses defensivas de mérito. Ademais, n¿o vejo prejudiciais ou preliminares ao mérito e n¿o há lastro probatório, nesta hora, para rejeiç¿o da denúncia, ainda que parcialmente, ou pela absolviç¿o sumária, aptas a serem enfrentadas neste momento, em que pese a defesa preliminar. As quest¿es acerca das provas s¿o próprias do mérito e como tal ser¿o enfrentadas, após regular instruç¿o. Assim, a denúncia deve ser mantida. **III - DISPOSITIVO:** Ante os fundamentos acima expostos adoto as seguintes providências: 1) Rejeito as preliminares arguidas e **mantenho o recebimento da denúncia** em face de **JOAQUIM JOSÉ MOUSINHO DA SILVA** e, nos termos do art. 399, do CPP, designo audiência de instruç¿o e julgamento para o dia **23/08/2019, às 09h e 30min**, pelo que determino a requisiç¿o do réu, se preso estiver, ou sua intimaç¿o, se solto estiver, ou, ainda, a publicaç¿o da data da audiência por meio de edital, caso esteja em local incerto e n¿o sabido. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público, a Assistência, assim como a Defesa. Intimem-se as testemunhas arroladas pela Acusaç¿o e Defesa. Cumpra-se. Expedientes necessários. Óbidos (PA), 26 de junho de 2019. **Clemilton Salom¿o de Oliveira -** Juiz de Direito Titular Vara Única da Comarca de Óbidos.

PROCESSO Nº 0009234-07.2018.814.0035, AÇÃO PENAL, AUTOR: MIISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, RÉU: MARLISON DA SILVEIRA RODRIGUES (Adv. Fernando Amaral Sarrazin Júnior ¿ OAB/PA 15.082).

DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA. R. H. **I ¿ RELATÓRIO.** Trata-se de aç¿o penal proposta pelo Ministério Público Estadual em face dos denunciados **MARLISON DA SILVEIRA RODRIGUES** indicados na exordial acusatória, por suposta prática de crime previsto no art. 129, § 9º, do CPB c/c art. 7º, I, da Lei 11.340/06. Recebida a denúncia, foi determinada a citaç¿o do réu, tendo sido citado pessoalmente, apresentou resposta a acusaç¿o por meio de Advogado Nomeado. É o relatório. Decido. **II ¿ FUNDAMENTAÇ¿O.** DA MANUTENÇ¿O DA DENÚNCIA. No caso dos autos, constata-se que o Ministério Público descreveu de forma individualizada a conduta supostamente praticada pelo denunciado, tendo narrado detalhadamente as circunstâncias e a suposta participaç¿o no fato criminoso. A conduta narrada na peça inaugural subsume-se, a priori, ao tipo penal nela descrito. Assim, a imputaç¿o fática encontra-se suficientemente delineada na denúncia, visto que é possível identificar, nos termos do que dispõe o artigo 41 do Código de Processo Penal, a responsabilidade dos denunciados, isto é, a conduta ilícita supostamente por eles praticada, sendo certo que se praticou ou n¿o o delito é matéria de mérito a ser analisada após a instruç¿o. Assim, n¿o há elementos para, neste momento, afastar a prática do(s) delito(s) em relaç¿o ao denunciado necessitando de instruç¿o probatória para identificar a capitulaç¿o criminal em face destes, a par das teses defensivas de mérito. Ademais, n¿o vejo prejudiciais ou preliminares ao mérito e n¿o há lastro probatório, nesta hora, para rejeiç¿o da denúncia, ainda que parcialmente, ou pela absolviç¿o sumária, aptas a serem enfrentadas neste momento, em que pese a defesa preliminar. As questões acerca das provas s¿o próprias do mérito e como tal ser¿o enfrentadas, após regular instruç¿o. Assim, a denúncia deve ser mantida. **III - DISPOSITIVO:** Ante os fundamentos acima expostos adoto as seguintes providências: 1) Rejeito as preliminares arguidas e **mantenho o recebimento da denúncia** em face de **MARLISON DA SILVEIRA RODRIGUES** e, nos termos do art. 399, do CPP, designo audiência de instruç¿o e julgamento para o dia **23/08/2019, às 11h e 30min**, pelo que determino a requisiç¿o do réu, se preso estiver, ou sua intimaç¿o, se solto estiver, ou, ainda, a publicaç¿o da data da audiência por meio de edital, caso esteja em local incerto e n¿o sabido. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público, a Assistência, assim como a Defesa. Intimem-se as testemunhas arroladas pela Acusaç¿o e Defesa. Cumpra-se. Expedientes necessários. Óbidos (PA), 26 de junho de 2019. **Clemilton Salom¿o de Oliveira -** Juiz de Direito Titular Vara Única da Comarca de Óbidos.

PROCESSO Nº 0009253-13.2018.814.0035, AÇÃO PENAL, AUTOR: MIISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, RÉU: LOURENÇO BATISTA MOUSINHO JÚNIOR (Adv. José Claudio Galate Moraes ¿ OAB/PA 6373).

DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA. R. H. Trata-se de aç¿o penal proposta pelo Ministério Público Estadual em face do denunciado **LOURENÇO BATISTA MOUSINHO JUNIOR** indicado na exordial acusatória, por

suposta prática de crime capitulado no art. 129, § 9º, art. 147 e art. 163, todos do CPB c/c art.7º, I, II e IV, da Lei 11.340/06. Recebida a denúncia, foi determinada a citaç¿o do réu para apresentar resposta preliminar, e, através de Advogado constituído, apresentou a peça defensória à fl. 43. N¿o há elementos para, neste momento, afastar a prática do(s) delito(s) em relaç¿o ao denunciado necessitando de instruç¿o probatória para identificar a capitulaç¿o criminal em face deste, a par das teses defensivas de mérito. Ademais, n¿o vejo prejudiciais ou preliminares ao mérito e n¿o há lastro probatório, nesta hora, para rejeiç¿o da denúncia, ainda que parcialmente, ou pela absolviç¿o sumária, aptas a serem enfrentadas neste momento, em que pese a defesa preliminar. As questões acerca das provas s¿o próprias do mérito e como tal ser¿o enfrentadas, após regular instruç¿o. Desta feita, mantenho o recebimento da denúncia em relaç¿o ao denunciado **LOURENÇO BATISTA MOUSINHO JUNIOR** e, nos termos do art. 399, do CPP, designo audiência de instruç¿o e julgamento para o dia **23/08/2019, às 10h30min**, pelo que determino a requisiç¿o do réu, se preso estiver, ou sua intimaç¿o, se solto estiver, ou, ainda, a publicaç¿o da data da audiência por meio de edital, caso esteja em local incerto e n¿o sabido. Intime-se o Ministério Público, a Assistência, se houver, assim como a Defesa. Intimem-se as testemunhas arroladas pela Acusaç¿o e Defesa. Cumpra-se. Expedientes necessários, inclusive Carta Precatória. Óbidos/PA, 26 de junho de 2019. **Clemilton Salom¿o de Oliveira -** Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Óbidos/PA.

COMARCA DE ALENQUER

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ALENQUER

Número do processo: 0800275-76.2019.8.14.0003 Participação: AUTOR Nome: CHIRLE CHAVES DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: ELCIO MARCELO QUEIROZ RAMOSOAB: 1658PA Participação: RÉU Nome: MUNICIPIO DE ALENQUERPoder JudiciárioComarca de Alenquer - Vara ÚnicaProcesso nº 0800275-76.2019.8.14.0003Processo ordinárioRequerente:CHIRLE CHAVES DE OLIVEIRA Requerido: MUNICÍPIO DE ALENQUER DESPACHO - MANDADO1. Considerando o disposto no artigo 334 do CPC, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320 do CPC e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido (CPC, artigo 332),designo audiência de conciliação para o dia 13.04.2020 às 14:50 horas, a realizar-se na Sala de Audiências do Fórum da Comarca de Alenquer localizado na Travessa São Antônio, s/n, Alenquer/PA, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.2. Tendo em vista o disposto no artigo 335 do Código de Processo Civil,o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de reputarem-se verdadeiros os fatos alegados na petição inicial na forma do artigo 344 do CPC, cujo termo inicial será a datada audiência de conciliação ou de mediação, independentemente do comparecimento das partes.3.Cite-sepor meio de mandado, considerando a inexistência de Procuradoria,intimando-a da audiência ora designada.4. Advirto, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil queo não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.5. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, § 9º)6. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, § 10º).7.Intime-se a parte autora por meio de seu patrono via DJe.8. Defiro o pedido de AJG, provisoriamente, nos termos da súmula nº 006/TJE-PA.9. SERVIRÁ CÓPIA DO PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO.10. O pedido de tutela de urgência já foi apreciado em momento anterior e INDEFERIDO, querendo, a parte deveria haver se valido do recurso processual próprio para sua reforma.Alenquer/PA, 26 de junho de 2019. FRANCISCO DANIEL BRANDÃO ALCÂNTARAJuiz de Direito da Comarca de Alenquer/PA

Número do processo: 0800055-15.2018.8.14.0003 Participação: RECLAMANTE Nome: FRANCISCA MACIEL MIRANDA MESQUITA Participação: ADVOGADO Nome: MARCOS ROBERTO DA CUNHA NADALONOAB: 016235/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A Participação: ADVOGADO Nome: CASSIO CHAVES CUNHAOAB: 12268/PAPoder JudiciárioComarca de Alenquer - Vara ÚnicaProcesso nº 0800055-15.2018.8.14.0003PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)DESPACHO 1. Intime-se o executado por meio de seus advogados para no prazo de 15 (quinze) dias úteis (CPC, artigo 219,caput) realizar o adimplemento voluntário da obrigação corporificada na sentença no importe de R$ 55.327,72 ? conforme demonstrativo discriminado e atualizado apresentado pelo credor, elaborado em 26.06.2019 -, sob pena de multa de 10% (dez por cento) que será agregada ao valor do débito principal, para todos os efeitos legais, tudo na forma do artigo 523, § 1º, do Código de Processo Civil.2. Advirto que eventual deposito judicial deverá ser realizada em subconta vinculada aos presentes autos junto ao BANPARÁ.3. Processo conforme o RMS 38.884 / AC. Alenquer/PA, 27 de junho de 2019.. FRANCISCO DANIEL BRANDÃO ALCÂNTARAJuiz de Direito da Comarca de Alenquer/PA

Número do processo: 0800296-52.2019.8.14.0003 Participação: IMPETRANTE Nome: PATRICIA ROFINO DA SILVA MAGALHAES Participação: ADVOGADO Nome: MARCOS ROBERTO DA CUNHA NADALONOAB: 016235/PA Participação: IMPETRADO Nome: ADIVANILDO LUCENA PEREIRAPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVara única da Comarca de Alenquer/Pa[Abuso de Poder]Processo nº0800296-52.2019.8.14.0003MANDADO DE SEGURANÇAIMPETRANTE:ANGELICA

DA SILVA DE SOUSAIMPETRADO:SECRETARIO DE EDUCAÇÃO DE ALENQUER(Rua José Rafael Valente, s/n, Bairro São Cristóvão)ENTE INTERESSADO:MUNICÍPIO DE ALENQUER(com sede na Praça Eloy Simões, nº 751 ? Centro - CEP: 68200-000). DECISÃO ? MANDADOVistos, etc;Cuida-se de Mandado de Segurança interposto porANGELICA DA SILVA DE SOUSA, qualificada, por intermédio de advogado, contra ato do Sr.Secretário Municipal de Educação, destacando:?A Secretaria de Educação do município de Alenquer juntamente com o Ministério Público e com o Sindicato dos Professores de Alenquer firmaram um TAC de nº 001/2019, onde o mesmo trata da redução de contratados no âmbito da educação municipal, o pagamento em dia dos professores e a necessidade de relotação de vários professores para a zona rural de Alenquer. E assim começou através do Secretário de Educação de Alenquer a fazer a relotação. dos professores para a zona rural de Alenquer, porém sem seguir uma justificativa plausível, inclusive misturando professores zona rural e zona urbana sem discricionariedade. Solicitou ao Secretário de Educação do município que não lhe fosse feita relotação devido a ter seu filho menor de idade estudando em escola do Estado, sendo que na zona rural não há nível médio para os alunos, sendo assim a ida da impetrante para a zona rural não será mais possível seu filho continuar a estudar. Destaca-se Excelência que o município continua atrasando pagamento dos professores, indo para o 3 mês vencido, continua contratando cuidadores para as escolas pelo valor de um salário mínimo, sendo que essas vagas seriam muito bem preenchidas pela impetrante com sua redução para 100horas de carga horaria, reduzindo custo para o município.Diante do exposto requer que seja suspensa sua relotação até ser avaliada pela junta Medica do município..?Juntou documentos.É o relatório.Fundamento e decido.Cuidam os presentes autos de Ação de Mandado de Segurança em que a impetrante pugna ilegal e abusivo praticado pelo Senhor Secretário de Educação de Alenquer/PA.Em uma análise perfunctória do caso, é possível vislumbrar a existência dos requisitos autorizadores para o deferimento da tutela de urgência em caráter antecedente.A tutela de urgência é instituto jurídico disciplinado pelo artigo 300 do Código de Processo Civil, que dispõe: ?Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.? Nesse dispositivo, encontram-se os requisitos autorizadores para o deferimento do pedido tutela de urgência. Assim, vê-se que é imprescindível para a adoção de medidas liminares pelo juízo o atendimento de elementos que apontem a probabilidade das alegações (fumus boni iuris) e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (periculum in mora).A probabilidade das alegações importa em dizer devem haver elementos indicativos acerca do direito alegado pelo postulante.Já o perigo de dano é verificado quando presente hipótese que impunha dano de difícil reparação ou irreparável decorrente da demora processual.Por primeiro, observo nesta análise perfunctória que houve declinação das razões, no interesse da administração, pela qual a impetrante seria relotada, verificando, ademais, queos motivos foram expostos em Termo de Ajuste de Conduta com participação da municipalidade, do Ministério Públicoe do próprio sindicato que representa a categoria.Sendo que a municipalidade destacou que a servidora (e os demais) estariam sem carga horária na zona urbana, ou seja, houve declinação ainda que sucinta, das razões que ensejaram o ato de remoção, presente, pois, o aparente interesse público para o resguardo aos princípios da eficiência e continuidade do serviço. A impetrante não demonstrou, documentalmente, a probabilidade de ato ilegal ou viciado, ou mesmo que as razões expostas não existem.Igualmente, não há a probabilidade do alegado direito, comprovado de forma verossímil quanto ao suposto desvio de finalidade ou ofensa a impessoalidade.O simples exercício das funções pela requerente na zona urbana desta cidade, não implica direito adquirido frente ao ato da municipalidade. O interesse a ser tutelado não é o individual da servidora, mas sim ao da Administração aquando da necessidade da continuidade do serviço público com eficiência. A administração pública é dotada de superioridade frente ao servidor público por força do princípio da hierarquia, enão havendo qualquer vício aparente no ato, presume-se sua legitimidade.No mais, não encontro a plausibilidade de alegado em relação ao problema clínico suportado pela impetrado, eis que o procedimento cirúrgico ocorreu há de 05 (cinco) dias e não há indicação médica atual que indique a necessidade da modificação de local de trabalho.Assim,INDEFIRO o pedido de tutela de urgência.Notifique-se a autoridade reputada como coatorapara que apresentem as informações no decêndio legal (art. 7º, inciso I da Lei nº 12.016/09), sob as penas da lei (artigo 344 do CPC).Intime-se a pessoa jurídica vinculada ao impetrado, na pessoa de seu representante legal para, querendo, intervir no feito.Após, ao Ministério Público para Parecer.Intime-se ainda a parte autora desta.Servirá a presente decisão, por cópia digitalizada, comoMANDADO DE NOTIFICAÇÃO e INTIMAÇÃO, nos termos do Prov. Nº 03/2009 da CJRMB ? TJE/PA, com a redação que lhe deu o Prov. Nº 011/2009 daquele órgão correcional. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei.Defiro a AJG.Alenquer/PA, 28 de junho de 2019. FRANCISCO DANIEL BRANDÃO ALCÂNTARAJuiz de Direito da Comarca de Alenquer/PA

Número do processo: 0800257-55.2019.8.14.0003 Participação: AUTOR Nome: Y. U. B. PEREIRA - ME Participação: ADVOGADO Nome: LUIZ RENATO JARDIM LOPESOAB: 5325/PA Participação: RÉU Nome: MUNICÍPIO DE CURUÁPoder JudiciárioComarca de Alenquer - Vara ÚnicaProcesso nº 0800257-55.2019.8.14.0003PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)REQUERENTE: Y.U.B. PEREIRAREQUERIDO: MUNICIPIO DE CURUÁDESPACHO - MANDADO1. Considerando o disposto no artigo 334 do CPC, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320 do CPC e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido (CPC, artigo 332),designo audiência de conciliação para o dia 30.01.2020 às 09 horas, a realizar-se na Sala de Audiências do Fórum da Comarca de Alenquer localizado na Travessa São Antônio, s/n, Alenquer/PA, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.2. Tendo em vista o disposto no artigo 335 do Código de Processo Civil,o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de reputarem-se verdadeiros os fatos alegados na petição inicial na forma do artigo 344 do CPC, cujo termo inicial será a datada audiência de conciliação ou de mediação, independentemente do comparecimento das partes.3.Cite-sepor meio de mandado,intimando-o da audiência ora designada.4. Advirto, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil queo não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado.5. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, § 9º)6. A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, § 10º).7.Intime-se a parte autora por meio de seu patrono via DJe.8. Defiro o pedido de AJG, provisoriamente, nos termos da súmula nº 006/TJE-PA.9. SERVIRÁ CÓPIA DO PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO e INTIMAÇÃO.Alenquer/PA, 28 de junho de 2019 FRANCISCO DANIEL BRANDÃO ALCÂNTARAJuiz de Direito da Comarca de Alenquer/PA.

COMARCA DE TERRA SANTA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE TERRA SANTA

RESENHA: 24/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE TERRA SANTA - VARA: VARA UNICA DE TERRA SANTA

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 5 3 9 3 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 25/06/2019---REQUERENTE:MANOEL PESSOA GODINHO Representante(s): OAB 9817 - ANTONIO CARLIFRANCE FERNANDES PORTELA (ADVOGADO) . DECISÃO/DESPACHO Vistos, etc. Tendo em vista que a parte autora não demonstrou sua hipossuficiência econômica, inclusive seu advogado postula a gratuidade da justiça sem poderes específicos, nos termos do artigo 105 do CPC, indefiro a Justiça Gratuita. Contudo, com o fito de assegurar o acesso ao Judiciário, poderá a parte autora efetuar o pagamento parcelado das custas iniciais no prazo de 30 (trinta) dias. Ressalte-se que de acordo com a Portaria Conjunta nº 03/2017 ¿ GP/VP/CJRMB/CJCI, o valor das custas iniciais pode ser parcelado em até 04 (quatro) vezes. Transcorrido o prazo, autos conclusos. Terra Santa/PA, 25 de junho de 2019. FLÁVIO OLIVEIRA LAUANDE Juiz de Direito (Assinatura Digital)

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 0 7 8 9 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019---REQUERENTE:I. A. L. Representante(s): OAB 9817 - ANTONIO CARLIFRANCE FERNANDES PORTELA (ADVOGADO) CASSIA ISABEL ANDRADE DE LIMA (REP LEGAL) REQUERIDO:WUILLER BRANDAO SOUZA. DESPACHO/DECISÃO Indefiro o pedido de alimentos provisórios, pois não há nos autos a prova do parentesco (art. 2º, da Lei 5.478/88 e arts. 1.695 e 1.696 do Código Civil. Aguarde-se a contestação do requerido. Após, conclusos. Terra Santa/PA, 25 de junho de 2019. FLÁVIO OLIVEIRA LAUANDE Juiz de Direito (Assinatura Digital)

P R O C E S S O : 0 0 0 3 2 5 1 0 5 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 26/06/2019---REQUERENTE:L. L. G. J. REQUERENTE:H. A. G. J. REPRESENTANTE:MARILEI REGO GATO Representante(s): OAB 9852 - EDNER VIEIRA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:ARMENIO DE JESUS. DESPACHO Havendo prova pré-constituída do parentesco (fls. 17/18), fixo os alimentos provisórios no valor de 20% (vinte por cento) do salário-mínimo, uma vez que não está comprovada, por ora, a renda mensal efetiva do réu, constituindo-se o requerido em débito a partir da citação. Oficie-se a fonte empregadora, para realizar o depósito mensal na conta da representante legal dos requerentes. No mais, à diligente secretaria para cumprir as demais determinações de fls. 21. Expedientes necessários. Terra Santa/PA, 25 de junho de 2019 FLÁVIO OLIVEIRA LAUANDE Juiz de Direito (Assinatura Digital)

P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 7 1 6 9 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 26/06/2019---REQUERENTE:G. PANTOJA COMERCIAL - ME Representante(s): OAB 22876 - JOCILAURA MACIEL CAVALCANTE (ADVOGADO) REQUERIDO:OLIVEIRA CONSTRUTORA SERVICOS LTDA. DESPACHO Intime-se a exequente para fazer juntada do título executivo, no caso a nota promissória nº 0033. Após, conclusos. Terra Santa/PA, 25 de junho de 2019 FLÁVIO OLIVEIRA LAUANDE Juiz de Direito (Assinatura Digital)

P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 7 2 5 4 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 26/06/2019---REQUERENTE:MARIA RAIMUNDA COSTA Representante(s): OAB 9817 - ANTONIO CARLIFRANCE FERNANDES PORTELA (ADVOGADO) . DESPACHO/DECISÃO Ao nobre advogado para corrigir o polo passivo da demanda, ante o falecimento do suposto convivente da

requerente. Após, conclusos. Terra Santa/PA, 25 de junho de 2019. FLÁVIO OLIVEIRA LAUANDE Juiz de Direito (Assinatura Digital)

P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 0 2 7 0 2 0 1 8 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Inventário em: 27/06/2019---INVENTARIANTE:ROSALVA BATISTA TAVARES Representante(s): OAB 15599 - ADALBERTO JATI DA COSTA (ADVOGADO) . DESPACHO/DECISÃO Intime-se a inventariante para comprovar o pagamento do ITCMD, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, com ou sem manifestação, conclusos. Expedientes necessários. Terra Santa/PA, 27 de junho de 2019. FLÁVIO OLIVEIRA LAUANDE Juiz de Direito (Assinatura Digital)

P R O C E S S O : 0 0 0 2 2 5 2 5 2 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Retificação de Registro de Imóvel em: 27/06/2019---REQUERENTE:SANTINHA PEREIRA DE SOUSA Representante(s): OAB 9817 - ANTONIO CARLIFRANCE FERNANDES PORTELA (ADVOGADO) . DESPACHO/DECISÃO Intime-se a requerente para atender à manifestação do Ministério Público de fl. 08, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, com ou sem manifestação, conclusos. Expedientes necessários. Terra Santa/PA, 27 de junho de 2019. FLÁVIO OLIVEIRA LAUANDE Juiz de Direito (Assinatura Digital)

P R O C E S S O : 0 0 0 3 3 3 2 5 1 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERENTE:LUCENE SILVA COSTA Representante(s): OAB 11858 - ALBERTO RAMON FREITAS SANTIAGO (ADVOGADO) REQUERIDO:HELBER ALMEIDA SOUSA. Vistos, etc. 1. Indefiro o pedido de alimentos provisórios, diante da inexistência nos autos de indícios que comprovem a paternidade alegada. 2. Determino à Secretaria que designe data para realização de audiência de conciliação, instrução e julgamento. 3. Cite-se o requerido para comparecer à audiência designada e, para, não havendo acordo, contestar a presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, que será contado a partir da data da audiência (art. 335, CPC), sob pena de caracterização de revelia nos termos dos artigos 344 e 345 do mesmo Código de Processual Civil, presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pela autora. 4. Citado o requerido e intime-se também o requerente a fim de que ambos compareçam à audiência acompanhados de seus advogados e testemunhas, independentemente de prévio depósito de rol, importando a ausência desta em extinção do processo e a daquele em confissão e revelia. (Art. 7º, Lei 5478/68). 5. Ficam as partes cientes de que o comparecimento na audiência é obrigatório (pessoalmente ou por intermédio de representante, por meio de procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa. As partes devem estar acompanhadas de seus advogados/defensores. 6. Deve o Sr. Oficial de Justiça cumprir todas as normas para o efetivo cumprimento da diligencia, inclusive, se for o caso, quanto à citação por hora certa que independe de autorização do juízo, nos termos do art. 252 do CPC, in verbis ¿Quando, por duas vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência, sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar a qualquer pessoa da família, ou em sua falta a qualquer vizinho, que, no dia útil imediato, voltará, a fim de efetuar a citação, na hora que designar¿. Intimem-se. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO/CARTA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Terra Santa, 27 de junho de 2019. FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Juiz de Direito (Assinatura Digital)

P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 5 2 6 3 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Guarda em: 27/06/2019---REQUERENTE:KALED VIEIRA TAVARES Representante(s): OAB 19622-A - ESAU A Z E V E D O F E R R E I R A (A D V O G A D O) M E N O R : Z A H I R A R I B E I R O T A V A R E S REPRESENTANTE:REJANE RIBEIRO RODRIGUES. R. h. 1- Defiro os benefícios da justiça gratuita. 2- Proceda-se ao estudo social do caso, cujo relatório deve ser feito pelo setor biopsicossocial e deverá ser apresentado antes da data designada para audiência. 3- Intimar as partes requerentes que deverão trazer os menores e duas testemunhas independentemente de intimação. 4- Intimar a Genitora a comparecer. 5- Designo audiência de mediação e conciliação, devendo a diligente Secretaria pautá-la conforme disponibilidade de agenda. 6- Sem prejuízo da diligência acima determino que seja juntada a certidão de antecedentes criminais das partes 7- Expedir os expedientes que forem necessários 8- Ciencia

ao MP Terra Santa, 27 de junho de 2019 Flavio Oliveira Lauande Juiz de Direito

PROCESSO: 00039916020198140128 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Guarda em: 27/06/2019---REQUERENTE:GERSON DUQUE FILHO Representante(s): OAB 19622-A - ESAU AZEVEDO FERREIRA (ADVOGADO) MENOR:GABRIEL SANTOS DUQUE REPRESENTANTE:GERLANE PANTOJA SANTOS. R. h. 1- Defiro os benefícios da justiça gratuita. 2- Proceda-se ao estudo social do caso, cujo relatório deve ser feito pelo setor biopsicossocial e deverá ser apresentado antes da data designada para audiência. 3- Intimar as partes requerentes que deverão trazer os menores e duas testemunhas independentemente de intimação. 4- Intimar a Genitora a comparecer. 5- Designo audiência de mediação e conciliação, devendo a diligente Secretaria pautá-la conforme disponibilidade de agenda. 6- Sem prejuízo da diligência acima determino que seja juntada a certidão de antecedentes criminais das partes 7- Expedir os expedientes que forem necessários 8- Ciencia ao MP Terra Santa, 27 de junho de 2019 Flavio Oliveira Lauande Juiz de Direito

PROCESSO: 00039924520198140128 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Guarda em: 27/06/2019---REQUERENTE:FRANCISCO JOSE DE JESUS MOTA Representante(s): OAB 19622-A - ESAU AZEVEDO FERREIRA (ADVOGADO) MENOR:JOSE LUCAS DA SILVA MOTA MENOR:CELIA HELENA DA SILVA REPRESENTANTE:MIZUE SOUZA DA SILVA. R. h. 1- Defiro os benefícios da justiça gratuita. 2- Proceda-se ao estudo social do caso, cujo relatório deve ser feito pelo setor biopsicossocial e deverá ser apresentado antes da data designada para audiência. 3- Intimar as partes requerentes que deverão trazer os menores e duas testemunhas independentemente de intimação. 4- Intimar a Genitora a comparecer. 5- Designo audiência de mediação e conciliação, devendo a diligente Secretaria pautá-la conforme disponibilidade de agenda. 6- Sem prejuízo da diligência acima determino que seja juntada a certidão de antecedentes criminais das partes 7- Expedir os expedientes que forem necessários 8- Ciencia ao MP Terra Santa, 27 de junho de 2019 Flavio

Oliveira Lauande Juiz de Direito

PROCESSO: 00036312820198140128 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Guarda em: 18/06/2019---REQUERENTE:JOÃO MACIEL E SANTANA GAMA MACIEL Representante(s): OAB 9817 ¿ ANTÔNIO CARLIFRANCE FERNANDES PORTELA (ADVOGADO) MENOR:ISADORA GAMA MACIEL CONSENTINE MENOR:JOÃO GAMA MACIEL MENOR: LUYIS FERNANDO MACIEL GUERREIRO MENOR: MARIA SOFIA MACIEL PINTO.

R.h.

1. Compulsando a inicial, verifico que são 03 (três) pais dos menores, sendo que o menor

João Neto Gama Maciel não possui registro de filiação paterna na certidão de nascimento.

Intime-se a parte autora indicar o polo passivo da demanda.

2. Intime-se a parte autora, por intermédio de seu advogado constituído, para, no prazo de 15

dias, emendar a inicial, sob pena de extinção.

3. Simples manifestação aduzindo interesse no prosseguimento, sem emendar o requerido,

será considerado como desistência;

4. Intime-se. Cumpra-se.

5. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, CERTIFIQUE-SE e venham os autos

conclusos.

Terra Santa¿PA, 18 de junho de 2019.

FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE

Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 2 7 1 5 8 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Execução de Alimentos em: 19/06/2019---EXEQUENTE:LARISSA MAGALHÃES PINTO E. O. REPRESENTANTE: LUCIANA DE SOUZA MAGALHÃES PINTO Representante(s): OAB 9817 ¿ ANTÔNIO CARLIFRANCE FERNANDES PORTELA (ADVOGADO).

DESPACHO

Intimo a requerente para fornecer novo endereço do requerido, uma vez que a

intimação no endereço anterior restou frustrada, consoante certidão de fls. 14.

Apresentado novo endereço, renove-se a diligência de fls. 12.

Expedientes necessários.

Terra Santa/PA, 19 de junho de 2019

FLÁVIO OLIVEIRA LAUANDE

Juiz de Direito

(Assinatura Digital)

P R O C E S S O : 0 0 0 3 0 5 3 6 5 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Liberdade Provisória em: 20/06/2019---REQUERENTE: HAMANDA DOS SANTOS MACIEL REQUERENTE: SHELDON JACAUNA CONCEIÇÃO Representante(s): OAB 10307 ¿ MANUEL MARCOS PIRES DA SILVA (ADVOGADO).

R.H.

Vistos, etc.

1. A Defesa apresentou pedido de revogação de prisão preventiva dos acusados SHELDON

JACAÚNA CONCEIÇÃO PRATA e HAMANDA DOS SANTOS MACIEL;

2. O Ministério Público pautou-se pela manutenção da decisão anterior, por não haver

qualquer modificação fática do posicionamento ministerial já exarado;

É O RELATÓRIO. DECIDO

3. De fato, não houve modificação no panorama probatório desde a decisão que converteu a prisão em flagrante em preventiva;

4. Presentes os requisitos do artigo 312, indícios de autoria, prova da materialidade e necessidade de prisão para garantia da ordem pública, da instrução criminal e da aplicação da lei penal;

5. Especificamente no que toca o acusado SHELDON JACAÚNA CONCEIÇÃO PRATA, mantenho os argumentos anteriores, eis que se trata de réu com péssimos antecedentes criminais, somado a quantidade de droga encontrada e modo em que foram encontrados. Já no que toca a acusada HAMANDA DOS SANTOS MACIEL, em que pese ser mãe, seu filho possui 12 anos de idade, não se encontrando nas exceções do artigo 318 (12 anos incompletos).

6. INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO, PELOS MOTIVOS ACIMA, E AINDA, COM SUPEDÂNEO NOS FUNDAMENTOS APRESENTADOS NA DECISÃO QUE CONVERTEU A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PREVENTIVA e ainda, no PARECER MINISTERIAL (fundamentação per relationem).

Intimem-se.

Terra Santa (PA), 20 de junho de 2019.

FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE

Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 3 6 7 1 1 0 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Execução de Alimentos em: 18/06/2019---EXEQUENTE: D.L.F.M. REPRESENTANTE: MARCELI DE SOUSA FONSECA Representante(s): OAB 9817 ¿ ANTÔNIO CARLIFRANCE FERNANDES PORTELA (ADVOGADO).

R.h.

1. Diante da certidão de fls 11 (verso), intime-se a exequente que apresente o titulo executivo

(sentença)

2. Intime-se a parte autora, por intermédio de seu advogado constituído, para, no prazo de 15

dias, emendar a inicial, sob pena de extinção.

3. Simples manifestação aduzindo interesse no prosseguimento, sem emendar o requerido,

será considerado como desistência;

4. Intime-se. Cumpra-se.

5. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, CERTIFIQUE-SE e venham os autos

conclusos.

Terra Santa¿PA, 18 de junho de 2019.

FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE

Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 3 0 7 3 5 6 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Execução de Alimentos em: 18/06/2019---EXEQUENTE: K.S.S. E. O. REPRESENTANTE: RENATA GARCIA DOS SANTOS Representante(s): OAB 9817 ¿ ANTÔNIO CARLIFRANCE FERNANDES PORTELA (ADVOGADO).

DESPACHO

Diga a exequente sobre a justificativa apresentada pelo executado às fls. 15/16.

Após, ao Ministério Público, na qualidade de fiscal da ordem jurídica (CPC, art.

178).

Oportunamente, conclusos.

Expedientes necessários.

Terra Santa/PA, 25 de junho de 2019

FLÁVIO OLIVEIRA LAUANDE

Juiz de Direito

(Assinatura Digital)

P R O C E S S O : 0 0 0 2 5 7 1 2 0 2 0 1 9 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Divórcio Religioso em: 27/06/2019---REQUERENTE: CHARLISSON MARTINS ARANHA Representante(s): OAB 15599 ¿ ADALBERTO JATI DA COSTA (ADVOGADO).

SENTENÇA

HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

Vistos etc.

Relatado tudo o que consta dos autos.

É O RELATÓRIO. DECIDO.

Consta dos autos termo de acordo assinado por ambas as partes.

O Ministério Público manifestou-se favoravelmente à homologação.

Posto isso, HOMOLOGO por sentença o acordo celebrado, para que produza seus efeitos jurídicos. Por corolário, declaro extinto o processo, com a resolução do mérito, consoante art. 487, III, ¿b¿, do Código de Processo Civil.

Oficie-se ao Cartório de Registro Civil para que seja averbado o divórcio celebrado entre as partes.

Havendo pedido, autorizo a mudança de nome pela parte requerente para que volte a usar o nome de solteira, se for o caso. Expeça-se mandado de averbação.

Havendo acordo quanto a guarda, serve a presente decisão como termo de compromisso.

Transitada em julgado, arquivem-se os presentes autos, com as cautelas legais.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Terra Santa, 27 de junho de 2019

FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE

Juiz de Direito

(Assinatura Digital)

P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 0 5 9 4 2 0 1 6 8 1 4 0 1 2 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FLAVIO OLIVEIRA LAUANDE Ação: Embargos de Terceiro em: 28/06/2019---EMBARGANTES: ROMUALDO PEREIRA FERREIRA E ROSA NASCIMENTO PEREIRA. Representante(s): OAB 9403 ¿ RÔMULO PINHEIRO DO AMARAL.

SENTENÇA

R.H

Trata-se de embargos de terceiro manejados por dependência ao processo de

conhecimento nº 0003905-94.2016.8.14.0128.

Acontece, porém, que tal feito já foi sentenciado, cuja sentença transitou em julgado em 07/11/2016, estando inclusive arquivado os autos.

Dúvida não há remanescer no sentido de que os embargos são intempestivos, nos termos do art. 675 do CPC.

ANTE O EXPOSTO, reconhecendo a intempestividade do embargos, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, IV, do CPC.

Sem custas, pois defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

Após, arquive-se.

Terra Santa, 28 de junho de 2019.

FLÁVIO OLIVEIRA LAUANDE

Juiz de Direito

(Assinatura Digital)

COMARCA DE CAPANEMA

SECRETARIA DA 1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA

Número do processo: 0801177-33.2018.8.14.0013 Participação: REQUERENTE Nome: B. J. S. S. Participação: ADVOGADO Nome: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTOOAB: 24871-A/PA Participação: REQUERIDO Nome: W. D. S. B.PODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ1ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMAProcesso: 0801177-33.2018.8.14.0013.Requerente: BANCO J. SAFRA S/A.Requerido: WALDINEIA DE SOUSA BARBOSA, com endereço na R Joaquim Costa, 02, LJ 2, Centro, CEP 68700-160, Capanema-PA.DECISÃO INTERLOCUTÓRIATrata-se de ação de Busca e Apreensão ajuizada por BANCO J. SAFRA S/A, em face de WALDINEIA DE SOUSA BARBOSA, objetivando a constrição de bem móvel. Alegou o requerente a inadimplência contratual da requerida, frisando que esta firmou um pacto com a garantia de alienação fiduciária de bem móvel. Reclama o requerente o pagamento da quantia indicada na inicial.A petição inicial está devidamente instruída.Sendo assim, nos termos do artigo 3º do Decreto-Lei nº 911/69, comprovada a mora do devedor, como na hipótese vertente, o caso é de deferir liminarmente a medida de busca e apreensão do seguinte bem: MARCA/MODELO:VOLKSWAGEN/FOX TRACK MCV; ANO: 2018, COR:VERMELHA, PLACA:QDZ1536, CHASSI:9BWAG45Z2J4001570, como descrito na peça inicial.Por ora, caso encontrado o bem, nomeio depositário do bem o patrono da Requerente, ou quem o mesmo indicar. Lavre-se o termo de compromisso de depositário fiel do bem.Cumprida ou não a medida liminar, cite-se o(a) demandado(a) para, querendo, em 15 (quinze) dias, oferecer resposta nos termos do artigo 3º, § 3º da LAF e/ou manifestar-se em 05 (cinco) dias a despeito do artigo 3º, § 2º da LAF.Cumpra-se.SIRVA-SE DESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO.Capanema/PA, 21de maio de 2019. ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELESJuiz de Direito respondendo pela 1ª Vara Cível de Capanema_____
_____INSTRUÇÕES PARA ACESSAR A CONTRAFÉ1º passo -> digite no navegador o seguinte link: pje.tjpa.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam2º passo -> aperte ?enter?3º passo -> insira no espaço ?Número do documento? o código: 18121921211713600000077355424º passo -> clique em ?consultar?5º passo -> clique no ícone que aparecerá ao lado direito do número do documento. # Caso a parte queira visualizar todos os documentos do processo, deverá solicitar cadastro no Sistema PJe, enviando e-mail para 1capanema@tjpa.jus.br, com nome completo, número do CPF e do processo, ou comparecendo pessoalmente à Secretaria deste Juízo.

Processo: 0000381-46.2016.814.0013. Aç¿o de Execução por quantia Certa contra devedor solvente. Exequente: Banco Bradesco S/A. Representante Legal: Cláudio Kazuyoshi Kawasaki OAB-PA 18335-A. Executados: Feitosa Castro & Feitosa Ltda ME.

Ato ordinatório.

Nos termos do artigo 1º, §2º, inciso XI do Provimento 006/2006 da CJRMB do TJE PA, ratificado pelo Provimento 006/2009 da CJI, intimo a parte autora para recolher as custas judiciais intermediárias em aberto, no valor de R$ 57,60, no prazo de 15 dias. Capanema (PA), 16 de janeiro 2018.

Luciana Felix M. de Souza.

Diretora de Secretaria da 1ª vara cível e empresarial da Comarca de Capanema-PA

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA

PROCESSO: 00027448220098140013 PROCESSO ANTIGO: 200910017802 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 24/06/2019---REQUERIDO:ALDO JOSE NETO DE OLIVEIRA REQUERENTE:BANCO DIBENS LEASING SA ARRENDAMENTO MERCANTIL Representante(s): JOAO LUIS BRASIL BATISTA ROLIM DE CASTRO (ADVOGADO) OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) . VISTOS ETC. Trata - se de AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE proposta por BANCO DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL em face de ALDO JOSÉ NETO DE OLIVEIRA, identificados e qualificados nos autos. Alega o autor, em síntese, que firmou com o réu um contrato de arrendamento mercantil tendo por objeto o veículo descrito na inicial, o qual deveria ser pago em 48 (quarenta e oito) parcelas de R$ 1.162,53 (um mil, cento e sessenta e dois reais e cinquenta e três centavos). Ocorre que o requerido quedou - se inadimplente a partir da 26ª parcela, vencida em 29/07/2009. Requer a reintegração de posse do veículo dado em arrendamento mercantil.

Juntou documentos. Em despacho de fls. 42, determinou - se a emenda da inicial para o autor, no prazo de 10 dias, comprovar a constituição em mora do devedor. Após a emenda da inicial, deferiu - se pela decisão de fls. 52, 53, a liminar de reintegração de posse. Ocorre que, conforme certificado às fls. 62, não foi possível cumprir a liminar por não terem sido encontrados nesta comarca nem o requerido nem o automóvel. Através de despacho publicado no dje de 26/03/2014, o autor foi intimado a se manifestar, em 10 dias, sobre a certidão negativa expedida pelo oficial de justiça. Conforme certificado às fls. 82, o autor não se manifestou. Os autos vieram conclusos ao gabinete em 27/02/2015. Relatei. Decido. Preliminarmente, anoto que, na forma do art. 206, § 5º, inciso I, do Código Civil, é quinquenal o prazo prescricional para demandar pretensão decorrente de contrato de arrendamento mercantil.

Precedente: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO (ART. 544 DO CPC) - AÇÃO DE COBRANÇA - ARRENDAMENTO MERCANTIL - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECURSO. IRRESIGNAÇÃO DO BANCO. 1. Violação ao art. 535, do Código de Processo Civil, não configurada. Acórdão estadual que enfrentou todos os aspectos essenciais à resolução da controvérsia de forma clara e fundamentada. 2. Prescrição. Aplicação do prazo quinquenal para dívidas fundadas em instrumento público ou particular, nos termos do art. 206, § 5°, I, do Código Civil. Inaplicabilidade do prazo decenal do art. 205 do Código Civil, no caso da ação de cobrança fundada em título de crédito sem força executiva, circunstância que remete a cobrança da dívida às vias ordinárias. 3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 268.753/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2015, DJe 20/03/2015). Conforme relatado, os autos encontram - se paralisados, por desídia do autor, desde o dia 07/04/2014, termo final do prazo de dez dias conferido ao autor pelo despacho de fls. 80, publicado em 26/03/2014, que determinou sua manifestação sobre a certidão negativa do oficial de justiça de fls. 62. Destarte, transcorrido mais de cinco anos de paralisação dos autos por desídia do autor, mister se faz declarar a prescrição intercorrente e extinguir o processo com resolução do mérito.

Precedentes: AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. PENHORA. SUSPENSÃO DO PROCESSO. INÉRCIA DO EXEQUENTE. PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INOCORRÊNCIA. ATO PROCESSUAL ANTERIOR AO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA JURÍDICA. NECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO DO EXEQUENTE PARA DAR ANDAMENTO AO FEITO PARA INÍCIO DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL. 1. A prescrição intercorrente ocorre no curso do processo e em razão da conduta do autor que, ao não prosseguir com o andamento regular ao feito, se queda inerte, deixando de atuar para que a demanda caminhe em direção ao fim colimado. 2. No tocante ao início da contagem desse prazo na execução, vigente o Código de Processo Civil de 1973, ambas as Turmas da Seção de Direito Privado sedimentaram a jurisprudência de que só seria possível o reconhecimento da prescrição intercorrente se, antes, o exequente fosse devidamente intimado para conferir andamento ao feito. 3. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp 1083358/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 29/08/2017, DJe 04/09/2017). Isto posto, frente à desídia do autor que não providenciou as medidas necessárias ao regular andamento do feito, acarretando a paralisação do feito pelo prazo superior ao prazo prescricional, DECLARO A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE e extingo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 206, § 5º, inciso I, do CC, c/c art. 487, inciso II, do CPC. P.R.I. Com o trânsito em julgado, não havendo custas a pagar, arquive - se. Havendo custas a pagar, intime - se o autor para efetuar o pagamento em trinta dias. Efetuado o pagamento, arquive - se; não efetuado, expeça - se certidão para inscrição em dívida ativa e arquive - se.

Capanema, 24 de junho de 2019. Alan Rodrigo Campos Meireles, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema.PROCESSO: 00049713720148140013 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: ALCILENE DOS SANTOS TEIXEIRA Representante(s): OAB 6842 - JORGE OTAVIO PESSOA DO NASCIMENTO (ADVOGADO) REQUERIDO: CLAUDIO MOURA TEIXEIRA SENTENÇA - DOC: 20190256571024 Processo n° 00049713720148140013. SENTENÇA Como é cediço, a inércia das partes diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que é condição para o regular exercício do direito de ação. No caso dos autos, verifica-se que a requerente, devidamente intimada, através de seu patrono, para manifestar-se sobre a proposta de acordo, não apresentou manifestação até o presente momento, (certidão fl. 57), inobservando a determinação à fl. 56, restando assim, ao meu Juízo, configurado o abandono de causa. Nesse contexto, penso que a insistência no prolongamento deste feito só iria reforçar a nova tendência de crítica, por ausência de gestão processual, arcada, no sistema de justiça, apenas pelo Poder Judiciário e, ao final, não se alcançaria o fim último que é a resolução de mérito, já que a falta de interesse, como visto, é o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse da requerente no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofício, em homenagem aos princípios da razoável duração da demanda e da racional gestão de processos, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo. Ante o exposto, julgo extinto o processo, com fundamento nos art. 485 III, do CPC/2015, sem resolução de mérito. Sem custas pela autora por ser beneficiária da justiça gratuita. Publique-se, registre-se, intimem-se e cumpra-se. Com o trânsito em julgado arquivem-se, dando-se baixa na Distribuição. Capanema/Pa, 25 de junho de 2019. ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Capanema.

PROCESSO: 00005820420178140013 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 14/05/2019---REQUERENTE:BANCO GMAC S A Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 10422 - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) OAB 10423 - ELIETE SANTANA MATOS (ADVOGADO) REQUERIDO:EDSON PEREIRA DO CARMO REQUERIDO:MARIA DA CONCEICAO PEREIRA DO CARMO. PROCESSO: 0000582-04.2017.8.14.0013 NATUREZA: BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE: BANCO GMAC S/A ADVOGADO: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB/CE 10.422) REQUERIDO: EDSON PEREIRA DO CARMO (NÃO CITADO) DESPACHO/MANDADO: R.H. Vistos, etc. Considerando que a tentativa de citação e busca e apreensão restou frustrada, conforme certidão de fls. 28, bem como intimada a REQUERENTE por advogado, para que se manifestasse sobre a mencionada certidão, escoou o prazo sem qualquer manifestação, conforme certidão de fls. 30. Vieram então os autos conclusos, então determino o seguinte: 1 - INTIME-SE a REQUERENTE pessoalmente, pela via postal, para que manifeste se ainda tem interesse na continuidade do feito, e tendo, que se manifeste sobre a certidão de fls. 28, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 485, §1º, do CPC, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito; 2 - Com o retorno do AR, escoado o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos conclusos para apreciação. SERVE O PRESENTE ATO COMO MANDADO. Expeçam-se o necessário. Capanema-PA, 14 de maio de 2019. ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES Juiz de Direito 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema.

PROCESSO: 00017342920138140013 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALAN RODRIGO CAMPOS MEIRELES Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 13/05/2019---REQUERENTE:BANCO GMAC SA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIELZA DA SILVA IGLESIAS. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. AUTOR: BANCO GMAC S/A, situado na Avenida Indianópolis, nº 3.096, Bloco A, CEP 04062-003, Cidade de São Paulo/SP. RÉU: MARIELZA SILVA IGLESIAS. R.H. Intime - se o autor, pessoalmente, através de correspondência com aviso de recebimento, para, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstrar interesse no prosseguimento do feito, pena de extinção do processo. Advirta - se ao autor de que, caso requeira consulta aos sistemas eletrônicos, deverá efetuar o recolhimento prévio das custas pertinentes. Após, conclusos. Capanema,

13 de maio de 2019. Alan Rodrigo Campos Meireles, Juiz de Direito da 2ª Vara Cível e Empresarial de Capanema.

COMARCA DE CURRALINHO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURRALINHO

RESENHA: 26/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE CURRALINHO - VARA: VARA UNICA DE CURRALINHO PROCESSO: 00070449220168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL MOTA PONTES Ação: Procedimento ordinário em: 26/06/2019 EXEQUENTE:BANCO DO BRADESCO SA Representante(s): OAB 7248 - ALLAN RODRIGUES FERREIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:EVANDRO FERREIRA RIBEIRO ME. ATO ORDINATÓRIO Ordinariamente determino, no uso das minhas atribuições legais, que: 1. Remeta-se os autos a UNAJ desta Comarca para cálculo das custas e intimação da parte requerente para pagamento voluntário, nos termos do decisum de fl. 29. Curralinho/PA, em 26/06/2019. RAFAEL MOTA PONTES Diretor de Secretaria Vara Única de Curralinho PROCESSO: 00031370720198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS QUINTANILHA FURLAN Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:E. S. S. C. REU:ROBSON TENORIO DOS SANTOS AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Vara Única da Comarca de Curralinho Processo nº: 0003137-07.2019.814.0010 DECISÃO Recebi hoje. Ao analisar a peça acusatória e os documentos que a instruem, em mero juízo prelibatório de admissibilidade, e observando-se o firme magistério jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (RTJ 165/877, Relator Ministro CELSO DE MELLO) e do Superior Tribunal de Justiça (HC 106253, Relator Ministro FÉLIX FISHER), verifico terem sido satisfeitos os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal, estando presentes, ademais, as condições da ação, os pressupostos processuais e a justa causa para a ação penal, não se mostrando inepta a inicial, inexistindo no caso, portanto, qualquer causa justificadora da sua rejeição prevista no artigo 395 do Código Processual Penal. Em razão disso, recebo a presente denúncia e determino a citação do réu ROBSON TENÓRIO DOS SANTOS, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias (art. 396 do CPP). Na resposta, o réu poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo suas intimações, quando necessário. A exceção, CASO EXISTA, será processada em apartado, nos termos dos arts. 95 e 112 do CPP. Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial de Justiça deverá perguntar ao réu se possui advogado ou se deseja que sua defesa seja patrocinada pela Defensoria Pública. Se declarar que não possui advogado, os autos deverão ser imediatamente encaminhados à Defensoria Pública para oferecimento da resposta por escrito, no prazo de 10 dias, conforme §2º, do art. 396-A do CPP. Retifique-se a autuação, de sorte a tão logo venha aos autos a peça de DEFESA ESCRITA, PROVIDENCIE-SE a devida INSERÇÃO da referência ao patrono do acusado, se houver. Caso o acusado, citado, apresentar resposta no prazo legal, e com ela suscitar questões preliminares, DÊ-SE VISTA dos autos ao Ministério Público, independentemente de nova conclusão, para se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, RETORNANDO os autos conclusos. Junte-se a Certidão de Antecedentes Criminais atualizada do acusado. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO. Cite-se. P.R.I.C Curralinho, 27 de Junho de 2019. Lucas Quintanilha Furlan Juiz de Direito | Página PROCESSO: 00031370720198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL MOTA PONTES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:E. S. S. C. REU:ROBSON TENORIO DOS SANTOS AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. CERTIDÃO Certifico, no uso das minhas atribuições legais, que: 1. Considerando os termos da decisão 2019.02579755-84 foram extraídas cópias integrais dos autos do flagrante delito 0004011-89.2019.814.0083 e juntadas nos autos dos processos 0000164-79.2019.814.0083 e 0003137-07.2019.814.0083. O Referido é verdade e dou fé. Curralinho/PA, em 27/06/2019. RAFAEL MOTA PONTES Diretor de Secretaria Vara Única de Curralinho PROCESSO: 00040118920198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL MOTA PONTES Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 27/06/2019 AUTORIDADE POLICIAL:LUCAS MACHADO DE SALES FLAGRANTEADO:ROBSON TENORIO DOS SANTOS. CERTIDÃO Certifico, no uso das minhas atribuições legais, que: 1. Considerando os termos da decisão 2019.02579755-84 foram extraídas cópias integrais dos autos do flagrante delito 0004011-89.2019.814.0083 e juntadas nos autos dos processos 0000164-79.2019.814.0083 e 0003137-07.2019.814.0083. O Referido é verdade e dou fé. Curralinho/PA, em 27/06/2019. RAFAEL MOTA

PONTES Diretor de Secretaria Vara Única de Curralinho PROCESSO: 00084848920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS QUINTANILHA FURLAN Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:M. R. A. REU:TAILSON CAMPOS ROMERO Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Comarca de Curralinho Processo nº: 0008484-89.2017.814.0083 DESPACHO Recebi hoje. Considerando as diligências requeridas em Cota Ministerial, remetam-se os autos ao Ministério Público para manifestação sobre documentos juntados às fls. 106/107 dos autos. Cumpra-se. Curralinho, 27 de junho de 2019. LUCAS QUINTANILHA FURLAN Juiz de Direito | Página PROCESSO: 00012237320178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL MOTA PONTES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:GUSTAVO MORAES DOS SANTOS Representante(s): OAB 24629 - MILENE SERRAT BRITO DOS SANTOS MARINHO (ADVOGADO) VITIMA:R. S. M. . CERTIDÃO Certifico, no uso de minhas atribuições legais, que: 1. Verifico a fl. 108 que a causídica que patrocina a defesa do réu foi devidamente intimada, com a publicação do expediente 2019.02307650-47 no DJE do dia 10/06/2019, para apresentar alegações finais e, até essa data, permanece inerte. 2. Nesse ato faço conclusos os autos a(o) MMº(ª) juiz(a). O Referido é verdade e dou fé. Curralinho/PA, em 28/06/2019. RAFAEL MOTA PONTES Diretor de Secretaria Vara Única de Curralinho PROCESSO: 00018273420178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS QUINTANILHA FURLAN Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:A. D. M. VITIMA:D. S. S. REU:ADENIL GONCALVES DE SOUZA Representante(s): OAB 24629 - MILENE SERRAT BRITO DOS SANTOS MARINHO (ADVOGADO) REU:KAROLINA MARTINS BATISTA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CURRALINHO Processo: 0001827-34.2017.814.0083 DECISÃO Vistos, I - Constato que o acusado ADENIL GONÇALVES DE SOUZA apresentou resposta à acusação (fls. 64/67), no bojo da qual pugna por sua absolvição sumária, com base no art. 386 do CPP. Compulsando os autos, verifico não haver ensejo para tal medida no presente momento processual, tendo em vista a inocorrência de quaisquer das hipóteses contidas nos arts. 397 e 415 da lei Processual. Por essa razão, INDEFIRO o pleito. II - Não havendo questões preliminares pendentes de apreciação, designo audiência de instrução para o dia 01/08/2019, às 09:00 h. III - Diante da Certidão de fls. 107, suspendo o processo e o curso do prazo prescricional, com base no art. 366 do CPP, no tocante a ré KAROLINA MARTINS BATISTA. IV - Em face da suspensão do feito com relação a acusada KAROLINA MARTINS BATISTA e, em razão de conveniência para a instrução processual, nos termos do art. 80 do CPP, determino o desmembramento do processo e formação de novos autos da ação penal, com a extração de cópias da denúncia, inquérito, a presente decisão e o que for necessário destes autos. Após, mantenham-se os novos autos em arquivo provisório até o comparecimento pessoal, oferecimento de qualquer defesa ou qualquer requerimento das partes, atentando-se para o fato de que o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada (Súmula 415 do STJ). V - Oficie-se a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, para ciência do desmembramento do processo e formação de novos autos. VI - Ciência ao Ministério Público e a Defesa do Acusado. VII - Requisite-se o réu ADENIL GONÇALVES DE SOUZA. Cumpra-se com urgência, por se tratar de pessoa presa. SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/MANDADO. Curralinho/PA, 27 de junho de 2019. LUCAS QUINTANILHA FURLAN Juiz de Direito PROCESSO: 00020926520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS QUINTANILHA FURLAN Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ALACI SOUZA DA SILVA Representante(s): OAB 26773 - CAIO AUGUSTO ALMEIDA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:CRISTIANE DUARTE GOMES VITIMA:A. S. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CURRALINHO Processo:0002092-65.2019.814.0083 DECISÃO Vistos, I - Constato que o acusado ALACI SOUZA DA SILVA apresentou resposta à acusação (fls. 74/75), no bojo da qual pugna por sua absolvição sumária, com base no art. 386 do CPP. Compulsando os autos, verifico não haver ensejo para tal medida no presente momento processual, tendo em vista a inocorrência de quaisquer das hipóteses contidas nos arts. 397 e 415 da lei Processual. Por essa razão, INDEFIRO o pleito. II - Diante da Certidão de fls. 78-v, DETERMINO a citação por edital da corré CRISTIANE DUARTE GOMES, com prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 361 do CPP. III- Transcorrido in albis o prazo do edital, certifique-se e venham-me conclusos com URGÊNCIA. IV - Ciência ao Ministério Público e a Defesa do Acusado. Cumpra-se com urgência, por se tratar de pessoa presa. SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/MANDADO. Curralinho/PA, 27 de junho de 2019. LUCAS

QUINTANILHA FURLAN Juiz de Direito PROCESSO: 00052965420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS QUINTANILHA FURLAN Ação: Execução de Alimentos em: 28/06/2019 MENOR:N. S. N. Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) MARIA IZABELA SILVA DOS SANTOS (REP LEGAL) MENOR:F. S. N. Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) MARIA IZABELA SILVA DOS SANTOS (REP LEGAL) REQUERIDO:JACKSON NAVEGANTE. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Comarca de Curralinho Processo nº: 0003406-51.2016.814.0083; 0009328-05.2018.814.0083; 0000245-28.2019.8.14.0083; 0005296-54.2018.8.14.0083; 0003508-78.2013.8.14.0083; 0004761-62.2017.8.14.0083. 0008704-87.2017.8.14.0083 Presos: CAIO LUAN NASCIMENTO MAGNO; GENIVAL BRABO DA COSTA; EDSON DE SOUZA PEREIRA; JACKSON NAVEGANTE; ANILSON DINIZ BATISTA; MACIEL SOUZA DA CONCEIÇÃO E JAKSON PRATA NOGUEIRA. DECISÃO Recebi hoje. Trata-se de Ofício 461/2019-DPC da autoridade policial requerendo a transferência dos presos, afirmando que a Delegacia de Polícia não dispõe de estrutura física nem pessoal suficiente para garantir sua dignidade e a proteção de suas integridades físicas. Considerando as informações supra, AUTORIZO a imediata transferência dos custodiados, devendo ser respeitada sua condição de preso civil. Ciência a autoridade policial e ao Ministério Público. Cumpra-se. Servirá cópia da presente como OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 - CJRMB. Curralinho, 27 de junho de 2019. LUCAS QUINTANILHA FURLAN Juiz de Direito | Página PROCESSO: 00001442520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: AUTOR: G. C. D. REQUERIDO: Z. P. D. PROCESSO: 00001442520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: AUTOR: G. C. D. REQUERIDO: Z. P. D. PROCESSO: 00001469220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: AUTOR: K. S. B. B. REQUERIDO: A. P. B. PROCESSO: 00001647920198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: AUTORIDADE POLICIAL: L. M. S. VITIMA: E. S. S. C. AUTOR DO FATO: R. T. S. PROCESSO: 00002452820198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: T. M. P. EXECUTADO: E. S. P. PROCESSO: 00002452820198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: T. M. P. EXECUTADO: E. S. P. PROCESSO: 00002452820198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: T. M. P. EXECUTADO: E. S. P. PROCESSO: 00003386920118140083 PROCESSO ANTIGO: 201110002809 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: REQUERIDO: R. O. S. D. MENOR: D. W. C. N. Representante(s): OAB 14414 - FRANCISCO ROBERIO CAVALCANTE PINHEIRO FILHO (DEFENSOR) PROCESSO: 00005022420178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. MENOR: C. H. P. Q. E. O. REQUERIDO: L. C. Q. S. PROCESSO: 00009413520178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: MENOR: J. K. S. R. Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (ADVOGADO) REQUERIDO: C. R. S. R. Representante(s): OAB 20561 - JOAO BATISTA SOUZA DE CARVALHO (ADVOGADO) PROCESSO: 00009413520178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: MENOR: J. K. S. R. Representante(s): OAB 6543 - HIDERALDO MARCELO DE AZEVEDO TAVARES (ADVOGADO) REQUERIDO: C. R. S. R. Representante(s): OAB 20561 - JOAO BATISTA SOUZA DE CARVALHO (ADVOGADO) PROCESSO: 00009838420178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: MENOR: D. F. L. REQUERIDO: M. P. R. L. PROCESSO: 00010043120158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: AUTOR: M. P. E. REU: M. R. A. REU: D. S. S. Representante(s): OAB 9284 - OLAVO PERES HENDERSON E SILVA JUNIOR (ADVOGADO) PROCESSO: 00010118120198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: J. T. F. REU: T. C. N. AUTOR: M. P. E. PROCESSO: 00012616120128140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: REQUERENTE: W. W. N. A. Representante(s): OAB 8464-A - CASSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS (ADVOGADO) REQUERENTE: W. S. A. J. Representante(s): OAB 8464-A - CASSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS (ADVOGADO) REQUERENTE: W. C.

N. S. Representante(s): OAB 8464-A - CASSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS (ADVOGADO) REQUERENTE: W. N. A. Representante(s): OAB 8464-A - CASSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS (ADVOGADO) REQUERIDO: W. S. A. Representante(s): OAB 20561 - JOAO BATISTA SOUZA DE CARVALHO (ADVOGADO) PROCESSO: 00014457520168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Título Judicial em: MENOR: C. K. A. R. Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO: O. D. S. J. PROCESSO: 00014457520168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Título Judicial em: MENOR: C. K. A. R. Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO: O. D. S. J. PROCESSO: 00014457520168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Título Judicial em: MENOR: C. K. A. R. Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO: O. D. S. J. PROCESSO: 00016036220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: REQUERENTE: D. S. F. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: D. S. F. PROCESSO: 00016682320198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Carta Precatória Cível em: MENOR: M. F. C. REQUERIDO: M. J. D. C. JUIZO DEPRECANTE: J. D. C. B. JUIZO DEPRECADO: J. D. C. C. PROCESSO: 00017554720178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: MENOR: I. C. M. MENOR: I. R. C. M. MENOR: Y. W. M. D. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: B. B. D. PROCESSO: 00021648620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIANTE: M. P. E. P. DENUNCIADO: E. S. P. Representante(s): OAB 3450 - MARIO LUCIO DAMASCENO (ADVOGADO) DENUNCIADO: R. S. B. Representante(s): OAB 20561 - JOAO BATISTA SOUZA DE CARVALHO (ADVOGADO) DENUNCIADO: S. S. B. Representante(s): OAB 20561 - JOAO BATISTA SOUZA DE CARVALHO (ADVOGADO) PROCESSO: 00021648620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIANTE: M. P. E. P. DENUNCIADO: E. S. P. Representante(s): OAB 3450 - MARIO LUCIO DAMASCENO (ADVOGADO) DENUNCIADO: R. S. B. Representante(s): OAB 20561 - JOAO BATISTA SOUZA DE CARVALHO (ADVOGADO) DENUNCIADO: S. S. B. Representante(s): OAB 20561 - JOAO BATISTA SOUZA DE CARVALHO (ADVOGADO) PROCESSO: 00022363920198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: REQUERENTE: E. L. J. M. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: E. C. M. PROCESSO: 00022372420198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: REQUERENTE: L. J. S. REQUERENTE: L. J. S. REQUERIDO: L. A. S. PROCESSO: 00022927220198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: REQUERENTE: S. V. C. C. Representante(s): OAB 0000 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: L. C. G. PROCESSO: 00023499020198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Guarda em: REQUERENTE: R. B. G. REQUERIDO: D. B. G. MENOR: E. R. P. PROCESSO: 00024064520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: B. C. A. S. EXECUTADO: O. S. S. PROCESSO: 00027278020188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: I. A. S. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) EXECUTADO: R. A. S. PROCESSO: 00028703520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: MENOR: I. C. S. REQUERIDO: S. M. S. PROCESSO: 00030894820198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: REQUERENTE: M. S. F. Representante(s): OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: R. P. F. PROCESSO:

00031734920198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: REQUERENTE: L. J. D. M. Representante(s): OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERENTE: L. R. D. M. Representante(s): OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: L. O. M. PROCESSO: 00033761620168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Título Judicial em: REQUERENTE: M. T. G. P. Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO: R. O. B. Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (CURADOR) PROCESSO: 00034056620168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: REQUERENTE: H. S. P. Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO: M. C. B. PROCESSO: 00034065120168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: REQUERENTE: J. O. S. Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO: C. L. N. M. Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (ADVOGADO) PROCESSO: 00035087820138140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERENTE: L. T. M. S. Representante(s): OAB 12605 - FLAVIO CESAR CANCELA FERREIRA (DEFENSOR) OAB 27852 - MARLON NOVAES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: A. D. B. Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) PROCESSO: 00035087820138140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERENTE: L. T. M. S. Representante(s): OAB 12605 - FLAVIO CESAR CANCELA FERREIRA (DEFENSOR) OAB 27852 - MARLON NOVAES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: A. D. B. Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) PROCESSO: 00035087820138140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERENTE: L. T. M. S. Representante(s): OAB 12605 - FLAVIO CESAR CANCELA FERREIRA (DEFENSOR) OAB 27852 - MARLON NOVAES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: A. D. B. Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) PROCESSO: 00038507920198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: AUTORIDADE POLICIAL: D. C. VITIMA: B. J. M. AUTOR DO FATO: V. S. B. PROCESSO: 00040318020198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Guarda em: REQUERENTE: R. C. S. MENOR: M. N. P. C. PROCESSO: 00041527920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: REQUERENTE: K. V. M. F. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: J. M. F. F. Representante(s): OAB 21214 - MANOEL BENEDITO PORTAL MELO (ADVOGADO) PROCESSO: 00041527920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: REQUERENTE: K. V. M. F. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: J. M. F. F. Representante(s): OAB 21214 - MANOEL BENEDITO PORTAL MELO (ADVOGADO) PROCESSO: 00042129120138140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: MENOR: L. G. L. Representante(s): OAB 27852 - MARLON NOVAES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: A. S. L. Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) PROCESSO: 00042129120138140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: MENOR: L. G. L. Representante(s): OAB 27852 - MARLON NOVAES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: A. S. L. Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) PROCESSO: 00044585320148140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: AUTOR: M. P. E. REU: E. S. O. Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (ADVOGADO) PROCESSO: 00047616220178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: MENOR: H. F. C. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: M. S. C. PROCESSO: 00047616220178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: MENOR: H. F. C. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: M. S. C. PROCESSO: 00048678720188140083 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: M. S. N. EXECUTADO: M. S. N. PROCESSO: 00048877820188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: J. V. M. B. EXECUTADO: G. R. B. PROCESSO: 00053461720178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: MENOR: J. P. C. N. E. O. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: J. N. PROCESSO: 00053461720178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: MENOR: J. P. C. N. E. O. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: J. N. PROCESSO: 00056464220188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: I. V. T. C. EXECUTADO: I. F. C. C. PROCESSO: 00064089220178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: MENOR: A. F. F. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) MENOR: M. F. F. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: A. M. S. F. PROCESSO: 00068315220178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: S. N. G. EXEQUENTE: S. N. G. EXEQUENTE: S. N. G. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) EXEQUENTE: S. N. G. EXECUTADO: S. A. G. PROCESSO: 00069033920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: L. B. C. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) REQUERIDO: D. F. C. PROCESSO: 00084083120188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: A. L. D. EXEQUENTE: A. L. D. EXECUTADO: R. O. S. D. PROCESSO: 00084724120188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: AUTORIDADE POLICIAL: L. M. S. VITIMA: O. J. B. AUTOR DO FATO: I. O. S. PROCESSO: 00086866620178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: S. F. C. EXECUTADO: A. B. C. PROCESSO: 00086875120178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: J. C. G. EXECUTADO: J. R. G. PROCESSO: 00087048720178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: D. Y. D. N. EXECUTADO: J. P. N. PROCESSO: 00087048720178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: D. Y. D. N. EXECUTADO: J. P. N. PROCESSO: 00093081420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: E. G. B. S. EXECUTADO: A. C. S. PROCESSO: 00093081420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: E. G. B. S. EXECUTADO: A. C. S. PROCESSO: 00093099620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: J. L. B. S. EXECUTADO: A. M. S. PROCESSO: 00093280520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: E. M. P. C. EXECUTADO: G. B. C. Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) PROCESSO: 00093280520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: E. M. P. C. EXECUTADO: G. B. C. Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) PROCESSO: 00093280520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: E. M. P. C. EXECUTADO: G. B. C. Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) PROCESSO: 00142491220158140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: J. F. M. C. REQUERIDO: A. M. S.

RESENHA: 26/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE CURRALINHO - VARA: VARA UNICA DE CURRALINHO PROCESSO: 00070449220168140083 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL MOTA PONTES Ação: Procedimento ordinário em: 26/06/2019 EXEQUENTE:BANCO DO BRADESCO SA Representante(s): OAB 7248 - ALLAN RODRIGUES FERREIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:EVANDRO FERREIRA RIBEIRO ME. ATO ORDINATÓRIO Ordinariamente determino, no uso das minhas atribuições legais, que: 1. Remeta-se os autos a UNAJ desta Comarca para cálculo das custas e intimação da parte requerente para pagamento voluntário, nos termos do decisum de fl. 29. Curralinho/PA, em 26/06/2019. RAFAEL MOTA PONTES Diretor de Secretaria Vara Única de Curralinho PROCESSO: 00012237320178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL MOTA PONTES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:GUSTAVO MORAES DOS SANTOS Representante(s): OAB 24629 - MILENE SERRAT BRITO DOS SANTOS MARINHO (ADVOGADO) VITIMA:R. S. M. . CERTIDÃO Certifico, no uso de minhas atribuições legais, que: 1. Verifico a fl. 108 que a causídica que patrocina a defesa do réu foi devidamente intimada, com a publicação do expediente 2019.02307650-47 no DJE do dia 10/06/2019, para apresentar alegações finais e, até essa data, permanece inerte. 2. Nesse ato faço conclusos os autos a(o) MMº(ª) juiz(a). O Referido é verdade e dou fé. Curralinho/PA, em 28/06/2019. RAFAEL MOTA PONTES Diretor de Secretaria Vara Única de Curralinho PROCESSO: 00018273420178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS QUINTANILHA FURLAN Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:A. D. M. VITIMA:D. S. S. REU:ADENIL GONCALVES DE SOUZA Representante(s): OAB 24629 - MILENE SERRAT BRITO DOS SANTOS MARINHO (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CURRALINHO Processo: 0001827-34.2017.814.0083 DECISÃO Vistos, I - Constato que o acusado ADENIL GONÇALVES DE SOUZA apresentou resposta à acusação (fls. 64/67), no bojo da qual pugna por sua absolvição sumária, com base no art. 386 do CPP. Compulsando os autos, verifico não haver ensejo para tal medida no presente momento processual, tendo em vista a inocorrência de quaisquer das hipóteses contidas nos arts. 397 e 415 da lei Processual. Por essa razão, INDEFIRO o pleito. II - Não havendo questões preliminares pendentes de apreciação, designo audiência de instrução para o dia 01/08/2019, às 09:00 h. III - Diante da Certidão de fls. 107, suspendo o processo e o curso do prazo prescricional, com base no art. 366 do CPP, no tocante a ré KAROLINA MARTINS BATISTA. IV - Em face da suspensão do feito com relação a acusada KAROLINA MARTINS BATISTA e, em razão de conveniência para a instrução processual, nos termos do art. 80 do CPP, determino o desmembramento do processo e formação de novos autos da ação penal, com a extração de cópias da denúncia, inquérito, a presente decisão e o que for necessário destes autos. Após, mantenham-se os novos autos em arquivo provisório até o comparecimento pessoal, oferecimento de qualquer defesa ou qualquer requerimento das partes, atentando-se para o fato de que o período de suspensão do prazo prescricional é regulado pelo máximo da pena cominada (Súmula 415 do STJ). V - Oficie-se a Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, para ciência do desmembramento do processo e formação de novos autos. VI - Ciência ao Ministério Público e a Defesa do Acusado. VII - Requisite-se o réu ADENIL GONÇALVES DE SOUZA. Cumpra-se com urgência, por se tratar de pessoa presa. SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/MANDADO. Curralinho/PA, 27 de junho de 2019. LUCAS QUINTANILHA FURLAN Juiz de Direito PROCESSO: 00020926520198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS QUINTANILHA FURLAN Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ALACI SOUZA DA SILVA Representante(s): OAB 26773 - CAIO AUGUSTO ALMEIDA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) DENUNCIADO:CRISTIANE DUARTE GOMES VITIMA:A. S. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CURRALINHO Processo:0002092-65.2019.814.0083 DECISÃO Vistos, I - Constato que o acusado ALACI SOUZA DA SILVA apresentou resposta à acusação (fls. 74/75), no bojo da qual pugna por sua absolvição sumária, com base no art. 386 do CPP. Compulsando os autos, verifico não haver ensejo para tal medida no presente momento processual, tendo em vista a inocorrência de quaisquer das hipóteses contidas nos arts. 397 e 415 da lei Processual. Por essa razão, INDEFIRO o pleito. II - Diante da Certidão de fls. 78-v, DETERMINO a citação por edital da corré CRISTIANE DUARTE GOMES, com prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 361 do CPP. III- Transcorrido in albis o prazo do edital, certifique-se e venham-me conclusos com URGÊNCIA. IV - Ciência ao Ministério Público e a Defesa do Acusado. Cumpra-se com urgência, por se tratar de pessoa presa. SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO/MANDADO. Curralinho/PA, 27 de junho de 2019. LUCAS QUINTANILHA FURLAN Juiz de Direito PROCESSO: 00021648620188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS QUINTANILHA FURLAN Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:EWANDERSON DE

SOUZA PEREIRA Representante(s): OAB 3450 - MARIO LUCIO DAMASCENO (ADVOGADO) DENUNCIADO:RONALDO SARAIVA BARATINHA Representante(s): OAB 20561 - JOAO BATISTA SOUZA DE CARVALHO (ADVOGADO) DENUNCIADO:SAMUEL SARAIVA BARATINHA Representante(s): OAB 20561 - JOAO BATISTA SOUZA DE CARVALHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Comarca de Curralinho Processo nº: 0002164-86.2018.814.0083 DESPACHO Recebi hoje. Considerando o requerimento da Defensoria Pública de fl.249-v intime-se pessoalmente os réus Ronaldo Saraiva Baratinha e Samuel Saraiva Baratinha se desejam ser assistidos por Defensor Público ou irão constituir advogado. Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública. Cumpra-se. Curralinho, 27 de junho de 2019. LUCAS QUINTANILHA FURLAN Juiz de Direito | Página PROCESSO: 00052965420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS QUINTANILHA FURLAN Ação: Execução de Alimentos em: 28/06/2019 MENOR:N. S. N. Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) MARIA IZABELA SILVA DOS SANTOS (REP LEGAL) MENOR:F. S. N. Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) MARIA IZABELA SILVA DOS SANTOS (REP LEGAL) REQUERIDO:JACKSON NAVEGANTE. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Comarca de Curralinho Processo nº: 0003406-51.2016.814.0083; 0009328-05.2018.814.0083; 0000245-28.2019.8.14.0083; 0005296-54.2018.8.14.0083; 0003508-78.2013.8.14.0083; 0004761-62.2017.8.14.0083. 0008704-87.2017.8.14.0083 Presos: CAIO LUAN NASCIMENTO MAGNO; GENIVAL BRABO DA COSTA; EDSON DE SOUZA PEREIRA; JACKSON NAVEGANTE; ANILSON DINIZ BATISTA; MACIEL SOUZA DA CONCEIÇÃO E JAKSON PRATA NOGUEIRA. DECISÃO Recebi hoje. Trata-se de Ofício 461/2019-DPC da autoridade policial requerendo a transferência dos presos, afirmando que a Delegacia de Polícia não dispõe de estrutura física nem pessoal suficiente para garantir sua dignidade e a proteção de suas integridades físicas. Considerando as informações supra, AUTORIZO a imediata transferência dos custodiados, devendo ser respeitada sua condição de preso civil. Ciência a autoridade policial e ao Ministério Público. Cumpra-se. Servirá cópia da presente como OFÍCIO, nos termos do Provimento n° 003/2009 - CJRMB. Curralinho, 27 de junho de 2019. LUCAS QUINTANILHA FURLAN Juiz de Direito | Página PROCESSO: 00084848920178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS QUINTANILHA FURLAN Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:M. R. A. REU:TAILSON CAMPOS ROMERO Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Comarca de Curralinho Processo nº: 0008484-89.2017.814.0083 DESPACHO Recebi hoje. Considerando as diligências requeridas em Cota Ministerial, remetam-se os autos ao Ministério Público para manifestação sobre documentos juntados às fls. 106/107 dos autos. Cumpra-se. Curralinho, 27 de junho de 2019. LUCAS QUINTANILHA FURLAN Juiz de Direito | Página PROCESSO: 00001442520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: AUTOR: G. C. D. REQUERIDO: Z. P. D. PROCESSO: 00002452820198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: T. M. P. EXECUTADO: E. S. P. PROCESSO: 00002452820198140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: T. M. P. EXECUTADO: E. S. P. PROCESSO: 00012616120128140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: REQUERENTE: W. W. N. A. Representante(s): OAB 8464-A - CASSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS (ADVOGADO) REQUERENTE: W. S. A. J. Representante(s): OAB 8464-A - CASSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS (ADVOGADO) REQUERENTE: W. C. N. S. Representante(s): OAB 8464-A - CASSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS (ADVOGADO) REQUERENTE: W. N. A. Representante(s): OAB 8464-A - CASSIA ROSANA MOREIRA DA SILVA E MARTINS (ADVOGADO) REQUERIDO: W. S. A. Representante(s): OAB 20561 - JOAO BATISTA SOUZA DE CARVALHO (ADVOGADO) PROCESSO: 00014457520168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Título Judicial em: MENOR: C. K. A. R. Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO: O. D. S. J. PROCESSO: 00034065120168140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: REQUERENTE: J. O. S. Representante(s): OAB 7533 - SEVERA ROMANA MAIA DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO: C. L. N. M. Representante(s): OAB 13151 - PAULO ALTAIR BURLAMAQUI ZEMERO (ADVOGADO) PROCESSO: 00035087820138140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em:

REQUERENTE: L. T. M. S. Representante(s): OAB 12605 - FLAVIO CESAR CANCELA FERREIRA (DEFENSOR) OAB 27852 - MARLON NOVAES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: A. D. B. Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) PROCESSO: 00035087820138140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERENTE: L. T. M. S. Representante(s): OAB 12605 - FLAVIO CESAR CANCELA FERREIRA (DEFENSOR) OAB 27852 - MARLON NOVAES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: A. D. B. Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) PROCESSO: 00042129120138140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: MENOR: L. G. L. Representante(s): OAB 27852 - MARLON NOVAES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO: A. S. L. Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO) PROCESSO: 00047616220178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: MENOR: H. F. C. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: M. S. C. PROCESSO: 00053461720178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: MENOR: J. P. C. N. E. O. Representante(s): OAB 24766 - GABRIEL MONTENEGRO DUARTE PEREIRA (DEFENSOR) REQUERIDO: J. N. PROCESSO: 00087048720178140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: D. Y. D. N. EXECUTADO: J. P. N. PROCESSO: 00093081420188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: E. G. B. S. EXECUTADO: A. C. S. PROCESSO: 00093280520188140083 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: EXEQUENTE: E. M. P. C. EXECUTADO: G. B. C. Representante(s): OAB 28605 - ARLEY TAFFAREL ARRUDA MARQUES (ADVOGADO)

COMARCA DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

Aç¿o de Guarda Judicial (Processo n. 0000606-56.2012.8.14.0094)

Requerente: W. I. dos S.

Adv.: Dr. Dilermando Oliveira Filho - OAB/PA n. 6.601

Requeridas: M. da S. P. e V. da S. C.

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇ¿O E JULGAMENTO
Aos treze (13) dias do mês de maio (05) do ano de dois mil e dezenove (2019), às 12h00min, na sala de audiências deste Juízo, onde presente se achava a Dra. IACY SALGADO VIEIRA DOS SANTOS, Juíza de Direito Titular desta Comarca, comigo Auxiliar Judiciário ao seu cargo ao final assinado, para a audiência de instruç¿o e julgamento nos autos da AÇ¿O DE GUARDA JUDICIAL em que é requerente W. I. DOS S. e requeridas M. DA S. P. e V. DA S. C. (Processo n. 0000606-56.2012.8.14.0094). Aberta a audiência e apregoadas às partes, constatou-se a presença da Dra. MÔNICA CRISTINA GONÇALVES MELO DA ROCHA, Promotora de Justiça Titular desta Comarca, ausentes, porém, o requerente W. I. DOS S. e o seu advogado constituído, isto é, o Dr. DILERMANDO OLIVEIRA FILHO, bem como as requeridas M. DA S. P. e V. DA S. C.. Dando prosseguimento, este Juízo exarou o seguinte despacho: Diante da ausência das partes e do advogado constituído do pleiteante, passo a palavra ao Ministério Público Estadual para que a sua representante requeira o que entenda oportuno. O Ministério Público Estadual vazou a sua manifestaç¿o nos termos seguintes: Senhora Juíza, trata-se de aç¿o de guarda intentada por W. I. dos S., o qual pretende obter a guarda unilateral ou compartilhada do infante W. P. dos S.. Ao petitório, o pleiteante apresentou documentos pessoais, bem como o do filho. A inicial foi recebida, determinando-se a citaç¿o das requeridas. Tempestivamente, as requeridas apresentaram contestaç¿o, alegando que o infante W. P. dos S. encontra-se sob a guarda da genitora M. da S. P., sendo cuidada pela avó materna V. da S. C., quando aquela precisa se ausentar para trabalhar. Ato contínuo, o requerente apresentou réplica à contestaç¿o, protocolizada em 19/05/2015. Desde a aludida data, o requerente n¿o mais demonstrou interesse processual, uma vez que n¿o manteve seu endereço devidamente atualizado, ocasionando, pois, a sua n¿o intimaç¿o para o comparecimento ao presente ato, conforme certid¿o produzida pelo Oficial de Justiça Anderson da Silva Carvalho Branco, que se encontra acostada aos autos. É evidente que, a conduta assumida pelo requerente revela a falta de interesse na obtenç¿o de um provimento jurisdicional para a demanda apresentada, o que, implica assim, na extinç¿o do presente feito. Assim sendo, requer o MPE que seja o processo extinto sem resoluç¿o do mérito, nos termos do artigo 485, VI, do Código de Processo Civil Brasileiro. Pede deferimento. Em seguida, este Juízo exarou a seguinte sentença: Adoto como relatório o que consta dos autos. DECIDO. Tratam os autos de AÇ¿O DE GUARDA JUDICIAL aforada por W. I. DOS S. contra M. DA S. P. e V. DA S. C., já qualificadas, onde o requerente alega, em síntese, que o seu filho W. P. DOS S. ficou sob a guarda da primeira requerida, que é sua m¿e, depois da separaç¿o de seus genitores, mas que apesar disso a mesma n¿o está participando da criaç¿o e educaç¿o da criança, já que a entregou para a avó materna, isto é, para a segunda demandada, e, ainda, vem impedindo o pleiteante de ter convivência com o infante. As acionadas, em sede de contestaç¿o, afirmaram que a criança W. P. DOS S. mora com a m¿e e com a avó materna, como também que a primeira contestante sempre arcou com todos os encargos e responsabilidades referentes a pessoa de seu filho e nunca criou obstáculos para que o infante convivesse com o seu pai. Este Juízo, através da decis¿o de fls. 76-78, declarou o processo saneado, apontou as quest¿es de fato e de direito relevantes para o deslinde da lide, realizou a distribuiç¿o do ônus da prova, destacou que a atividade probatória consistia na coleta do depoimento pessoal das partes, na oitiva da criança e das testemunhas, como também na produç¿o de estudo social, e, ainda, pautou audiência para a instruç¿o e julgamento do processo. O requerente, no entanto, n¿o foi localizado no endereço informado na exordial para ser convocado para esta audiência de instruç¿o e julgamento, conforme certid¿o firmada pelo Senhor Oficial

de Justiça (fls. 98). Ao se mudar sem comunicar o seu novo endereço na Secretaria Judicial, o requerente demonstrou que n¿o necessita mais da tutela vindicada, sendo, assim, forçoso concluir-se que o presente processo deve ser encerrado prematuramente. Ante ao exposto, julgo extinto o presente processo sem resoluç¿o de mérito, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, nos termos da fundamentaç¿o. Condeno o requerente no pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios, que arbitro em 10% do valor atualizado da causa, ficando, no entanto, suspensa a exigibilidade dessas verbas, salvo se dentro do intervalo de cinco anos, a contar do trânsito em julgado desta decis¿o, se demonstrar que a situaç¿o de insuficiência de recursos que ensejou a concess¿o da gratuidade da justiça aqui deferida já n¿o mais subsiste (CPC, artigos, 85, parágrafo 10, e 98, parágrafos 2º e 3º). Decorrido o prazo de cinco anos sem alteraç¿o da situaç¿o de insuficiência de recursos que justificou a gratuidade da justiça, extinta estará à obrigaç¿o do requerente de arcar com o pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, tudo em conformidade com o disposto no art. 98, parágrafo 3º, da Lei de Regência. Cessada a suspens¿o de exigibilidade, diante da alteraç¿o da situaç¿o de insuficiência de recursos, intime-se o requerente para realizar o pagamento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de encaminhamento do crédito correspondente para inscriç¿o em Dívida Ativa do Estado, sendo que nesse caso o débito respectivo sofrerá atualizaç¿o monetária e incidência dos demais encargos legais, parcelas essas que ser¿o calculadas pela Secretaria de Estado da Fazenda (Lei n. 8.328/2015, art. 46, caput, e parágrafo 4º). Sentença publicada em audiência. Registre-se. Em seguida, o Ministério Público Estadual pediu a palavra para desistir do prazo recursal, o que foi deferido. Nada mais para constar, dou por encerrado este termo, que, depois de lido e achado conforme, segue assinado pelos presentes. Eu_____, (Renato Lago Vieira), Auxiliar Judiciário, digitei e subscrevi.

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO FRANCISCO DO PARÁ

Número do processo: 0800046-65.2018.8.14.0096 Participação: AUTOR Nome: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. Participação: ADVOGADO Nome: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOROAB: 16837/PA Participação: RÉU Nome: EVERALDO MARQUES ALVES CAVALCANTE R.h. Vistos, etc.Trata-se deação de busca e apreensão, com pedido de liminar,formuladaporBradesco Administradora De Consórcios LTDAem face deEveraldo Marques Alves Cavalca.O requerente informou que não mais possui interesse de prosseguir com a ação conforme petição de ID 7564398.Vieram-me os autos conclusos.É o relatório. Decido.Depreende-se do disposto no art. 485, VIII, do CPC/2015 que o juiz não resolverá o mérito quando homologar a desistência da ação.No caso em tela, conforme petição de ID 7564398, o requerente informou não ter mais interesse na ação, não mais se revelando útil o prosseguimento do feito, motivo pelo qual deve ser extinto o processo sem resolução de mérito.Ante o exposto, homologo o pedido de desistência e, por conseguinte, julgo extinto o processo sem resolução de mérito nos termos do art. 485, VIII e art. 775, ambos do CPC/2015. Com base no princípio da causalidade, condeno o requerente ao pagamento das custas e despesas. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas legais. Anote-se como sentença do tipo sem mérito. P.R.I.C.Indefiro o pedido de desbloqueio e baixas de restrições judiciais por não terem sido determinadas por este juízo e por competir ao credor, após realizado o pagamento, efetivá-las extrajudicialmente.São Francisco do Pará, 26/06/2019.

COMARCA DE INHANGAPÍ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE INHANGAPÍ

PROCESSO N.º 0003122.66.2018.814.0085 ¿ AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Requerido: JOSÉ ALVES FEITOSA DE OLIVEIRA ¿ ADVOGADA ¿ VANESSA DE CÁSSIA PINHEIRO DE MACEDO - OAB/PA 21.806 e CARLOS AUGUSTO NOBRE, OAB/PA - 9316

Assunto: Intimação faz.

Pela presente, fica os advogados acima referidos devidamente INTIMADOS, de que os autos encontram-se com vistas para manifestação no prazo de 15 dias. Inhangapi, 28 de junho de 2019. Luana Karoline Brasil Souza ¿ Diretora de Secretaria Judicial.

COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS

RESENHA: 17/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE SAO CAETANO DE ODIVELAS - VARA: VARA UNICA DE SAO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00003616620178140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento ordinário em: 17/06/2019 REQUERENTE:LUANA RODRIGUES COUTO Representante(s): OAB 24024 - BEIDSON RODRIGUES COUTO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE SAO CAETANO DE ODIVELAS Representante(s): OAB 20726 - LUIZ HENRIQUE DE SOUZA REIMAO (ADVOGADO) OAB 21041 - THEO FABIO ALVES DE CRISTO MONTEIRO (ADVOGADO) . DESPACHO Em vista dos autos observei que a petição acostada na fl. 30 dos autos tem data de protocolo 30/01/2019, por protocolo integrado, porém, foi feito o protocolo neste fórum conforme etiqueta que consta na respectiva petição com data de 24/04/2019, o qual torno sem efeito, devendo ser considerada a data do protocolo integrado ocorrido em 31/01/2019. Ressalto, ainda, que este processo veio concluso em 22/05/2019, assim, para que não haja prejuízo para a parte autora, intime-se a mesma para proceder ao pagamento da segunda parcela das custas do processo, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00003802820118140095 PROCESSO ANTIGO: 201110002396 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Sumário em: 17/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDA SANTANA DOS SANTOS Representante(s): OAB 12617 - KEYLA OMURA DE CARVALHO (ADVOGADO) OAB 14628 - KESIA OMURA DE CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO SCHAHIN SA Representante(s): OAB 76696 - FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (ADVOGADO) . DECISÃO Considerando a informação constante da certidão acostada à fl. 220 e do documento de fl. 222, proceda ao arquivamento dos autos obedecendo às formalidades e cautelas legais. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00005706420198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 17/06/2019 AUTOR DO FATO:MARIA NERIANI SANTOS ARAUJO VITIMA:O. E. . DESPACHO Considerando a informação constante do termo de audiência constante dos autos, concedo vistas ao Ministério Público. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00006096120198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 17/06/2019 AUTOR DO FATO:JOAO BATISTA HOLANDA SANTOS AUTOR DO FATO:LUCIVALDO LIMA BARROSO VITIMA:O. E. . TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA ARTIGO: 28, da Lei nº 11.343/2006 AUTORES DO FATO: JOÃO BATISTA HOLANDA SANTOS E LUCIVALDO LIMA BARROSO SENTENÇA Cuidam os presentes autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência por estar em apuração crime de consumo de entorpecentes, descrito no Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, tendo como autores do fato JOÃO BATISTA HOLANDA SANTOS E LUCIVALDO LIMA BARROSO. O Ministério Público exarou parecer nos autos requerendo o arquivamento do presente em virtude da atipicidade dos fatos, sob a alegação de que a nova lei de tóxicos descriminaliza a conduta do uso de entorpecentes quando não comina pena de detenção ou de reclusão, tornando a conduta apenas um ilícito administrativo, baseando-se, ainda, no Artigo 1º, da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro, o qual descreve o que deve ser considerado crime. Relatei. Decido. Trata-se de procedimento para apurar prática de consumo de entorpecentes descrito no Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, no qual o Ministério Público entendeu ser atípica a conduta, conforme parecer exarado nos autos. Os supostos autores do fato foram encontrados de posse de uma porção de pequena quantidade de substância supostamente conhecida como maconha. Os ministros do Supremo Tribunal Federal Roberto Barroso e Edson Fachin, em julgamentos de recursos extraordinários, de repercussão geral, já entenderam pela inconstitucionalidade do Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, especificamente para a situação descrita no tipo penal que apresentasse conduta que tivesse exclusivamente como objeto material a maconha, para uso pessoal (RE 635659/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 10.9.2015). Coaduno do

entendimento dos ministros acima referidos, bem como concordo com a fundamentação constante do parecer ministerial, tendo em vista que o mesmo ao considerar atípica a conduta descrita no tipo penal em questão alega que lhe foi retirada a "etiqueta" de crime, pois que de modo algum permite a pena de prisão, como estabelece o Artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro. A atual Constituição Federal estabelece limites à atuação do Estado, conferindo direitos e garantias fundamentais. Sendo legitimado para apurar e punir condutas consideradas ilícitas, o Poder Judiciário (art. 92 e segs./CF), o Ministério Público (art. 127 e segs./CF), as Polícias (art. 144 e ss) e a própria previsão de um contencioso administrativo (art. 5º, LV), como é o caso. Pois bem, a garantia mínima de que ninguém será molestado sem o devido processo legal, e que o procedimento instaurado conterá indício da prática de um ato vedado pelo ordenamento jurídico vigente é uma realidade, pois se também existem dois conjuntos de normas constitucionais - os que propugnam a investigação e punição de ilícitos e os que protegem a honra e a imagem das pessoas, inclusive as pessoas jurídicas - o certo é que o direito reconhece e cria instrumentos aptos que evitam danos inúteis à imagem quando não haja elementos de suspeitas suficientes para constranger as pessoas físicas e jurídicas a determinados procedimentos. Com efeito, a necessidade de justa causa para a procedibilidade da denúncia tem o propósito de não submeter o indivíduo e ou a pessoa jurídica a uma situação que expõe sua reputação e imagem se não houver elementos suficientemente consistentes que indiquem sua necessidade. No Direito Penal dentre os princípios constitucionais explícitos, verificam-se os seguintes: da Legalidade, Anterioridade, Retroatividade da lei penal benéfica, Personalidade ou da responsabilidade pessoal, Individualização da pena e da Humanidade. Dentre os princípios implícitos tem-se: Intervenção mínima, Fragmentariedade, Culpabilidade, Taxatividade, Proporcionalidade, Vedação da dupla punição pelo mesmo fato. Quando se está a falar do Princípio da Insignificância deve-se ater de início a dois princípios constitucionais implícitos, a saber: Intervenção mínima e da Fragmentariedade. O Princípio da Intervenção mínima desenvolve que o Direito Penal não deve interferir em demasia na vida do indivíduo, a ponto de lhe retirar a autonomia da vontade. Isso significa que a lei penal não deve ser a primeira opção, prima ratio, do legislador para compor conflitos existentes em sociedade. Outros ramos do direito são capazes de solucionar desavenças humanas, deixando ao direito penal a última possibilidade, quando se entende que outra solução não pode haver. Assim, pela leitura do procedimento investigativo instaurado pelo Autoridade Policial, uma vez que o fato em apuração, conforme fundamentação acima, não configura crime, não cabe a essa julgadora senão a extinção do processo pela aplicação analógica do que estabelece o artigo 395, II e III do Código de Processo Penal. Isto posto, ACOLHO o parecer ministerial e determino o ARQUIVAMENTO por faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal, com a ressalva do que estabelece o artigo 18 do Código de Processo Penal. Cancelo a audiência designada neste processo. Sem custas. Publique-se. Registre-se, Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Arquivem-se os autos observando-se as formalidades e cautelas legais. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006243020198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 17/06/2019 AUTOR DO FATO:NADIELSON MONTEIRO SANTOS VITIMA:A. C. O. E. . TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA ARTIGO: 28, da Lei nº 11.343/2006 AUTOR DO FATO: NADIELSON MONTEIRO SANTOS SENTENÇA Cuidam os presentes autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência por estar em apuração crime de consumo de entorpecentes, descrito no Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, tendo como autor do fato NADIELSON MONTEIRO SANTOS. O Ministério Público exarou parecer nos autos requerendo o arquivamento do presente em virtude da atipicidade dos fatos, sob a alegação de que a nova lei de tóxicos descriminaliza a conduta do uso de entorpecentes quando não comina pena de detenção ou de reclusão, tornando a conduta apenas um ilícito administrativo, baseando-se, ainda, no Artigo 1º, da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro, o qual descreve o que deve ser considerado crime. Relatei. Decido. Trata-se de procedimento para apurar prática de consumo de entorpecentes descrito no Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, no qual o Ministério Público entendeu ser atípica a conduta, conforme parecer exarado nos autos. O suposto autor do fato foi encontrado de posse de uma porção de pequena quantidade de substância supostamente conhecida como maconha. Os ministros do Supremo Tribunal Federal Roberto Barroso e Edson Fachin, em julgamentos de recursos extraordinários, de repercussão geral, já entenderam pela inconstitucionalidade do Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, especificamente para a situação descrita no tipo penal que apresentasse conduta que tivesse exclusivamente como objeto material a maconha, para uso pessoal (RE 635659/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 10.9.2015). Coaduno do entendimento dos ministros acima referidos, bem como concordo com a fundamentação constante do parecer ministerial, tendo em vista que o mesmo ao considerar atípica a conduta descrita no tipo penal em questão alega que lhe foi retirada a "etiqueta" de crime, pois que de modo algum permite a pena de prisão,

como estabelece o Artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro. A atual Constituição Federal estabelece limites à atuação do Estado, conferindo direitos e garantias fundamentais. Sendo legitimado para apurar e punir condutas consideradas ilícitas, o Poder Judiciário (art. 92 e segs./CF), o Ministério Público (art. 127 e segs./CF), as Polícias (art. 144 e ss) e a própria previsão de um contencioso administrativo (art. 5º, LV), como é o caso. Pois bem, a garantia mínima de que ninguém será molestado sem o devido processo legal, e que o procedimento instaurado conterá indício da prática de um ato vedado pelo ordenamento jurídico vigente é uma realidade, pois se também existem dois conjuntos de normas constitucionais - os que propugnam a investigação e punição de ilícitos e os que protegem a honra e a imagem das pessoas, inclusive as pessoas jurídicas - o certo é que o direito reconhece e cria instrumentos aptos que evitam danos inúteis à imagem quando não haja elementos de suspeitas suficientes para constranger as pessoas físicas e jurídicas a determinados procedimentos. Com efeito, a necessidade de justa causa para a procedibilidade da denúncia tem o propósito de não submeter o indivíduo e ou a pessoa jurídica a uma situação que expõe sua reputação e imagem se não houver elementos suficientemente consistentes que indiquem sua necessidade. No Direito Penal dentre os princípios constitucionais explícitos, verificam-se os seguintes: da Legalidade, Anterioridade, Retroatividade da lei penal benéfica, Personalidade ou da responsabilidade pessoal, Individualização da pena e da Humanidade. Dentre os princípios implícitos tem-se: Intervenção mínima, Fragmentariedade, Culpabilidade, Taxatividade, Proporcionalidade, Vedação da dupla punição pelo mesmo fato. Quando se está a falar do Princípio da Insignificância deve-se ater de início a dois princípios constitucionais implícitos, a saber: Intervenção mínima e da Fragmentariedade. O Princípio da Intervenção mínima desenvolve que o Direito Penal não deve interferir em demasia na vida do indivíduo, a ponto de lhe retirar a autonomia da vontade. Isso significa que a lei penal não deve ser a primeira opção, prima ratio, do legislador para compor conflitos existentes em sociedade. Outros ramos do direito são capazes de solucionar desavenças humanas, deixando ao direito penal a última possibilidade, quando se entende que outra solução não pode haver. Assim, pela leitura do procedimento investigativo instaurado pelo Autoridade Policial, uma vez que o fato em apuração, conforme fundamentação acima, não configura crime, não cabe a essa julgadora senão a extinção do processo pela aplicação analógica do que estabelece o artigo 395, II e III do Código de Processo Penal. Isto posto, ACOLHO o parecer ministerial e determino o ARQUIVAMENTO por faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal, com a ressalva do que estabelece o artigo 18 do Código de Processo Penal. Cancelo a audiência designada neste processo. Sem custas. Publique-se. Registre-se, Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Arquivem-se os autos observando-se as formalidades e cautelas legais. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006269720198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 17/06/2019 AUTOR DO FATO:ADRIANA SARGES SILVA VITIMA:M. A. A. . Classe: TCO - ARTIGO 331, do CPB Autor(a) do Fato: ADRIANA SARGES SILVA SENTENÇA Vistos etc, Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência no qual o(a) autor(a) do fato teria, supostamente, cometido crime de desacato, previsto no Artigo 331, do CPB. Em audiência preliminar foi feita a proposta de transação penal ao autor(a) do fato, conforme Termo de Audiência constante dos autos. O(A) autor(a) do fato aceitou a proposta de transação penal em questão. Assim, HOMOLOGO, por sentença, a transação penal ofertada pelo MP e aceita pelo(a) Autor(a) do Fato, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, na forma do artigo 76 da Lei 9.099/95. Com o cumprimento da medida, CERTIFIQUE-SE e ARQUIVEM-SE os autos, com as cautelas legais. Não cumprida a medida até a data estipulada, CERTIFIQUE-SE e REMETAM-ME os autos AO MP. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00006433620198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 17/06/2019 AUTOR DO FATO:ELTON DE NAZARE PINHEIRO VITIMA:A. C. O. E. . TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA ARTIGO: 28, da Lei nº 11.343/2006 AUTOR(ES) DO FATO: ELTON DE NAZARÉ PINHEIRO SENTENÇA Cuidam os presentes autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência por estar em apuração crime de consumo de entorpecentes, descrito no Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, tendo como autor(es) do fato ELTON DE NAZARÉ PINHEIRO. O Ministério Público exarou parecer nos autos requerendo o arquivamento do presente em virtude da atipicidade dos fatos, sob a alegação de que a nova lei de tóxicos descriminaliza a conduta do uso de entorpecentes quando não comina pena de detenção ou de reclusão, tornando a conduta apenas um ilícito administrativo, baseando-se, ainda, no Artigo 1º, da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro, o qual descreve o que deve ser considerado crime. Relatei. Decido. Trata-se de procedimento para apurar prática

de consumo de entorpecentes descrito no Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, no qual o Ministério Público entendeu ser atípica a conduta, conforme parecer exarado nos autos. O suposto autor do fato foi encontrado de posse de uma porção de pequena quantidade de substância supostamente conhecida como cocaína. Os ministros do Supremo Tribunal Federal Roberto Barroso e Edson Fachin, em julgamentos de recursos extraordinários, de repercussão geral, já entenderam pela inconstitucionalidade do Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, especificamente para a situação descrita no tipo penal que apresentasse conduta que tivesse exclusivamente como objeto material a maconha, para uso pessoal (RE 635659/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 10.9.2015). Coaduno do entendimento dos ministros acima referidos. Mas também, concordo com a fundamentação constante do parecer ministerial, tendo em vista que o mesmo ao considerar atípica a conduta descrita no tipo penal em questão alega que lhe foi retirada a "etiqueta" de crime, pois que de modo algum permite a pena de prisão, como estabelece o Artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro. A atual Constituição Federal estabelece limites à atuação do Estado, conferindo direitos e garantias fundamentais. Sendo legitimado para apurar e punir condutas consideradas ilícitas, o Poder Judiciário (art. 92 e segs/CF), o Ministério Público (art. 127 e segs./CF), as Polícias (art. 144 e ss) e a própria previsão de um contencioso administrativo (art. 5º, LV), como é o caso. Pois bem, a garantia mínima de que ninguém será molestado sem o devido processo legal, e que o procedimento instaurado conterá indício da prática de um ato vedado pelo ordenamento jurídico vigente é uma realidade, pois se também existem dois conjuntos de normas constitucionais - os que propugnam a investigação e punição de ilícitos e os que protegem a honra e a imagem das pessoas, inclusive as pessoas jurídicas - o certo é que o direito reconhece e cria instrumentos aptos que evitam danos inúteis à imagem quando não haja elementos de suspeitas suficientes para constranger as pessoas físicas e jurídicas a determinados procedimentos. Com efeito, a necessidade de justa causa para a procedibilidade da denúncia tem o propósito de não submeter o indivíduo e ou a pessoa jurídica a uma situação que expõe sua reputação e imagem se não houver elementos suficientemente consistentes que indiquem sua necessidade. No Direito Penal dentre os princípios constitucionais explícitos, verificam-se os seguintes: da Legalidade, Anterioridade, Retroatividade da lei penal benéfica, Personalidade ou da responsabilidade pessoal, Individualização da pena e da Humanidade. Dentre os princípios implícitos tem-se: Intervenção mínima, Fragmentariedade, Culpabilidade, Taxatividade, Proporcionalidade, Vedação da dupla punição pelo mesmo fato. Quando se está a falar do Princípio da Insignificância deve-se ater de início a dois princípios constitucionais implícitos, a saber: Intervenção mínima e da Fragmentariedade. O Princípio da Intervenção mínima desenvolve que o Direito Penal não deve interferir em demasia na vida do indivíduo, a ponto de lhe retirar a autonomia da vontade. Isso significa que a lei penal não deve ser a primeira opção, prima ratio, do legislador para compor conflitos existentes em sociedade. Outros ramos do direito são capazes de solucionar desavenças humanas, deixando ao direito penal a última possibilidade, quando se entende que outra solução não pode haver. Assim, pela leitura do procedimento investigativo instaurado pelo Autoridade Policial, uma vez que o fato em apuração, conforme fundamentação acima, não configura crime, não cabe a essa julgadora senão a extinção do processo pela aplicação analógica do que estabelece o artigo 395, II e III do Código de Processo Penal. Isto posto, ACOLHO o parecer ministerial e determino o ARQUIVAMENTO por faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal, com a ressalva do que estabelece o artigo 18 do Código de Processo Penal. Cancelo a audiência designada neste processo. Sem custas. Publique-se. Registre-se, Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Arquivem-se os autos observando-se as formalidades e cautelas legais. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006450620198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 17/06/2019 AUTOR DO FATO:T. E. S. S. VITIMA:A. C. O. E. . TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA ARTIGO: 28, da Lei nº 11.343/2006 AUTORA DO FATO: THALITA DO ESPÍRITO SANTO SANTOS SENTENÇA Cuidam os presentes autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência por estar em apuração crime de consumo de entorpecentes, descrito no Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, tendo como autora do fato THALITA DO ESPÍRITO SANTO SANTOS. O Ministério Público exarou parecer nos autos requerendo o arquivamento do presente em virtude da atipicidade dos fatos, sob a alegação de que a nova lei de tóxicos descriminaliza a conduta do uso de entorpecentes quando não comina pena de detenção ou de reclusão, tornando a conduta apenas um ilícito administrativo, baseando-se, ainda, no Artigo 1º, da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro, o qual descreve o que deve ser considerado crime. Relatei. Decido. Trata-se de procedimento para apurar prática de consumo de entorpecentes descrito no Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, no qual o Ministério Público entendeu ser atípica a conduta, conforme parecer exarado nos autos. A suposta autora do fato foi encontrada de posse de uma porção de pequena quantidade de substância supostamente conhecida

como maconha. Os ministros do Supremo Tribunal Federal Roberto Barroso e Edson Fachin, em julgamentos de recursos extraordinários, de repercussão geral, já entenderam pela inconstitucionalidade do Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, especificamente para a situação descrita no tipo penal que apresentasse conduta que tivesse exclusivamente como objeto material a maconha, para uso pessoal (RE 635659/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 10.9.2015). Coaduno do entendimento dos ministros acima referidos, bem como concordo com a fundamentação constante do parecer ministerial, tendo em vista que o mesmo ao considerar atípica a conduta descrita no tipo penal em questão alega que lhe foi retirada a "etiqueta" de crime, pois que de modo algum permite a pena de prisão, como estabelece o Artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro. A atual Constituição Federal estabelece limites à atuação do Estado, conferindo direitos e garantias fundamentais. Sendo legitimado para apurar e punir condutas consideradas ilícitas, o Poder Judiciário (art. 92 e segs./CF), o Ministério Público (art. 127 e segs./CF), as Polícias (art. 144 e ss) e a própria previsão de um contencioso administrativo (art. 5º, LV), como é o caso. Pois bem, a garantia mínima de que ninguém será molestado sem o devido processo legal, e que o procedimento instaurado conterá indício da prática de um ato vedado pelo ordenamento jurídico vigente é uma realidade, pois se também existem dois conjuntos de normas constitucionais - os que propugnam a investigação e punição de ilícitos e os que protegem a honra e a imagem das pessoas, inclusive as pessoas jurídicas - o certo é que o direito reconhece e cria instrumentos aptos que evitam danos inúteis à imagem quando não haja elementos de suspeitas suficientes para constranger as pessoas físicas e jurídicas a determinados procedimentos. Com efeito, a necessidade de justa causa para a procedibilidade da denúncia tem o propósito de não submeter o indivíduo e ou a pessoa jurídica a uma situação que expõe sua reputação e imagem se não houver elementos suficientemente consistentes que indiquem sua necessidade. No Direito Penal dentre os princípios constitucionais explícitos, verificam-se os seguintes: da Legalidade, Anterioridade, Retroatividade da lei penal benéfica, Personalidade ou da responsabilidade pessoal, Individualização da pena e da Humanidade. Dentre os princípios implícitos tem-se: Intervenção mínima, Fragmentariedade, Culpabilidade, Taxatividade, Proporcionalidade, Vedação da dupla punição pelo mesmo fato. Quando se está a falar do Princípio da Insignificância deve-se ater de início a dois princípios constitucionais implícitos, a saber: Intervenção mínima e da Fragmentariedade. O Princípio da Intervenção mínima desenvolve que o Direito Penal não deve interferir em demasia na vida do indivíduo, a ponto de lhe retirar a autonomia da vontade. Isso significa que a lei penal não deve ser a primeira opção, prima ratio, do legislador para compor conflitos existentes em sociedade. Outros ramos do direito são capazes de solucionar desavenças humanas, deixando ao direito penal a última possibilidade, quando se entende que outra solução não pode haver. Assim, pela leitura do procedimento investigativo instaurado pelo Autoridade Policial, uma vez que o fato em apuração, conforme fundamentação acima, não configura crime, não cabe a essa julgadora senão a extinção do processo pela aplicação analógica do que estabelece o artigo 395, II e III do Código de Processo Penal. Isto posto, ACOLHO o parecer ministerial e determino o ARQUIVAMENTO por faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal, com a ressalva do que estabelece o artigo 18 do Código de Processo Penal. Cancelo a audiência designada neste processo. Sem custas. Publique-se. Registre-se, Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Arquivem-se os autos observando-se as formalidades e cautelas legais. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006502820198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 17/06/2019 AUTOR DO FATO:FERNANDO DIAS COSTA VITIMA:A. C. O. E. . DESPACHO Tendo em vista a informação constante da certidão de fl. 19 e do termo de audiência de fl. 21 dos autos, redesigno audiência preliminar para dia 17 de outubro de 2019, às 11horas e 40minutos. Intime-se o autor do fato para comparecer à audiência. Expeça-se o necessário. Ciência ao Ministério Público e à defensoria pública, caso haja na comarca. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006667920198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 17/06/2019 AUTOR DO FATO:EDIEL MARTINS FERREIRA VITIMA:A. C. O. E. . TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA ARTIGO: 28, da Lei nº 11.343/2006 AUTOR DO FATO: EDIEL MARTINS FERREIRA SENTENÇA Cuidam os presentes autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência por estar em apuração crime de consumo de entorpecentes, descrito no Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, tendo como autor do fato EDIEL MARTINS FERREIRA. O Ministério Público exarou parecer nos autos requerendo o arquivamento do presente em virtude da atipicidade dos fatos, sob a alegação de que a nova lei de tóxicos descriminaliza a conduta do uso de entorpecentes quando não comina pena de detenção ou de reclusão, tornando a conduta apenas um ilícito administrativo, baseando-se, ainda, no

Artigo 1º, da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro, o qual descreve o que deve ser considerado crime. Relatei. Decido. Trata-se de procedimento para apurar prática de consumo de entorpecentes descrito no Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, no qual o Ministério Público entendeu ser atípica a conduta, conforme parecer exarado nos autos. O suposto autor do fato foi encontrado de posse de uma porção de pequena quantidade de substância supostamente conhecida como maconha. Os ministros do Supremo Tribunal Federal Roberto Barroso e Edson Fachin, em julgamentos de recursos extraordinários, de repercussão geral, já entenderam pela inconstitucionalidade do Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, especificamente para a situação descrita no tipo penal que apresentasse conduta que tivesse exclusivamente como objeto material a maconha, para uso pessoal (RE 635659/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 10.9.2015). Coaduno do entendimento dos ministros acima referidos, bem como concordo com a fundamentação constante do parecer ministerial, tendo em vista que o mesmo ao considerar atípica a conduta descrita no tipo penal em questão alega que lhe foi retirada a "etiqueta" de crime, pois que de modo algum permite a pena de prisão, como estabelece o Artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro. A atual Constituição Federal estabelece limites à atuação do Estado, conferindo direitos e garantias fundamentais. Sendo legitimado para apurar e punir condutas consideradas ilícitas, o Poder Judiciário (art. 92 e segs./CF), o Ministério Público (art. 127 e segs./CF), as Polícias (art. 144 e ss) e a própria previsão de um contencioso administrativo (art. 5º, LV), como é o caso. Pois bem, a garantia mínima de que ninguém será molestado sem o devido processo legal, e que o procedimento instaurado conterá indício da prática de um ato vedado pelo ordenamento jurídico vigente é uma realidade, pois se também existem dois conjuntos de normas constitucionais - os que propugnam a investigação e punição de ilícitos e os que protegem a honra e a imagem das pessoas, inclusive as pessoas jurídicas - o certo é que o direito reconhece e cria instrumentos aptos que evitam danos inúteis à imagem quando não haja elementos de suspeitas suficientes para constranger as pessoas físicas e jurídicas a determinados procedimentos. Com efeito, a necessidade de justa causa para a procedibilidade da denúncia tem o propósito de não submeter o indivíduo e ou a pessoa jurídica a uma situação que expõe sua reputação e imagem se não houver elementos suficientemente consistentes que indiquem sua necessidade. No Direito Penal dentre os princípios constitucionais explícitos, verificam-se os seguintes: da Legalidade, Anterioridade, Retroatividade da lei penal benéfica, Personalidade ou da responsabilidade pessoal, Individualização da pena e da Humanidade. Dentre os princípios implícitos tem-se: Intervenção mínima, Fragmentariedade, Culpabilidade, Taxatividade, Proporcionalidade, Vedação da dupla punição pelo mesmo fato. Quando se está a falar do Princípio da Insignificância deve-se ater de início a dois princípios constitucionais implícitos, a saber: Intervenção mínima e da Fragmentariedade. O Princípio da Intervenção mínima desenvolve que o Direito Penal não deve interferir em demasia na vida do indivíduo, a ponto de lhe retirar a autonomia da vontade. Isso significa que a lei penal não deve ser a primeira opção, prima ratio, do legislador para compor conflitos existentes em sociedade. Outros ramos do direito são capazes de solucionar desavenças humanas, deixando ao direito penal a última possibilidade, quando se entende que outra solução não pode haver. Assim, pela leitura do procedimento investigativo instaurado pelo Autoridade Policial, uma vez que o fato em apuração, conforme fundamentação acima, não configura crime, não cabe a essa julgadora senão a extinção do processo pela aplicação analógica do que estabelece o artigo 395, II e III do Código de Processo Penal. Isto posto, ACOLHO o parecer ministerial e determino o ARQUIVAMENTO por faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal, com a ressalva do que estabelece o artigo 18 do Código de Processo Penal. Cancelo a audiência designada neste processo. Sem custas. Publique-se. Registre-se, Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Arquivem-se os autos observando-se as formalidades e cautelas legais. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006823320198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 17/06/2019 AUTOR DO FATO:MATHEUS FELIPE ARAUJO SOUSA VITIMA:A. C. O. E. . TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA ARTIGO: 28, da Lei nº 11.343/2006 AUTOR DO FATO: MATHEUS FELIPE ARAÚJO SOUSA SENTENÇA Cuidam os presentes autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência por estar em apuração crime de consumo de entorpecentes, descrito no Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, tendo como autor do fato MATHEUS FELIPE ARAÚJO SOUSA. O Ministério Público exarou parecer nos autos requerendo o arquivamento do presente em virtude da atipicidade dos fatos, sob a alegação de que a nova lei de tóxicos descriminaliza a conduta do uso de entorpecentes quando não comina pena de detenção ou de reclusão, tornando a conduta apenas um ilícito administrativo, baseando-se, ainda, no Artigo 1º, da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro, o qual descreve o que deve ser considerado crime. Relatei. Decido. Trata-se de procedimento para apurar prática de consumo de entorpecentes descrito no Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, no qual o

Ministério Público entendeu ser atípica a conduta, conforme parecer exarado nos autos. O suposto autor do fato foi encontrado de posse de uma porção de pequena quantidade de substância supostamente conhecida como maconha. Os ministros do Supremo Tribunal Federal Roberto Barroso e Edson Fachin, em julgamentos de recursos extraordinários, de repercussão geral, já entenderam pela inconstitucionalidade do Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, especificamente para a situação descrita no tipo penal que apresentasse conduta que tivesse exclusivamente como objeto material a maconha, para uso pessoal (RE 635659/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 10.9.2015). Coaduno do entendimento dos ministros acima referidos, bem como concordo com a fundamentação constante do parecer ministerial, tendo em vista que o mesmo ao considerar atípica a conduta descrita no tipo penal em questão alega que lhe foi retirada a "etiqueta" de crime, pois que de modo algum permite a pena de prisão, como estabelece o Artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro. A atual Constituição Federal estabelece limites à atuação do Estado, conferindo direitos e garantias fundamentais. Sendo legitimado para apurar e punir condutas consideradas ilícitas, o Poder Judiciário (art. 92 e segs./CF), o Ministério Público (art. 127 e segs./CF), as Polícias (art. 144 e ss) e a própria previsão de um contencioso administrativo (art. 5º, LV), como é o caso. Pois bem, a garantia mínima de que ninguém será molestado sem o devido processo legal, e que o procedimento instaurado conterá indício da prática de um ato vedado pelo ordenamento jurídico vigente é uma realidade, pois se também existem dois conjuntos de normas constitucionais - os que propugnam a investigação e punição de ilícitos e os que protegem a honra e a imagem das pessoas, inclusive as pessoas jurídicas - o certo é que o direito reconhece e cria instrumentos aptos que evitam danos inúteis à imagem quando não haja elementos de suspeitas suficientes para constranger as pessoas físicas e jurídicas a determinados procedimentos. Com efeito, a necessidade de justa causa para a procedibilidade da denúncia tem o propósito de não submeter o indivíduo e ou a pessoa jurídica a uma situação que expõe sua reputação e imagem se não houver elementos suficientemente consistentes que indiquem sua necessidade. No Direito Penal dentre os princípios constitucionais explícitos, verificam-se os seguintes: da Legalidade, Anterioridade, Retroatividade da lei penal benéfica, Personalidade ou da responsabilidade pessoal, Individualização da pena e da Humanidade. Dentre os princípios implícitos tem-se: Intervenção mínima, Fragmentariedade, Culpabilidade, Taxatividade, Proporcionalidade, Vedação da dupla punição pelo mesmo fato. Quando se está a falar do Princípio da Insignificância deve-se ater de início a dois princípios constitucionais implícitos, a saber: Intervenção mínima e da Fragmentariedade. O Princípio da Intervenção mínima desenvolve que o Direito Penal não deve interferir em demasia na vida do indivíduo, a ponto de lhe retirar a autonomia da vontade. Isso significa que a lei penal não deve ser a primeira opção, prima ratio, do legislador para compor conflitos existentes em sociedade. Outros ramos do direito são capazes de solucionar desavenças humanas, deixando ao direito penal a última possibilidade, quando se entende que outra solução não pode haver. Assim, pela leitura do procedimento investigativo instaurado pelo Autoridade Policial, uma vez que o fato em apuração, conforme fundamentação acima, não configura crime, não cabe a essa julgadora senão a extinção do processo pela aplicação analógica do que estabelece o artigo 395, II e III do Código de Processo Penal. Isto posto, ACOLHO o parecer ministerial e determino o ARQUIVAMENTO por faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal, com a ressalva do que estabelece o artigo 18 do Código de Processo Penal. Cancelo a audiência designada neste processo. Sem custas. Publique-se. Registre-se, Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Arquivem-se os autos observando-se as formalidades e cautelas legais. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00009023120198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 17/06/2019 INDICIADO:GIOVANE BARBOSA PAIXAO VITIMA:O. E. . TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA ARTIGO: 28, da Lei nº 11.343/2006 AUTOR DO FATO: GIOVANE BARBOSA PAIXÃO SENTENÇA Cuidam os presentes autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência por estar em apuração crime de consumo de entorpecentes, descrito no Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, tendo como autor do fato GIOVANE BARBOSA PAIXÃO. O Ministério Público exarou parecer nos autos requerendo o arquivamento do presente em virtude da atipicidade dos fatos, sob a alegação de que a nova lei de tóxicos descriminaliza a conduta do uso de entorpecentes quando não comina pena de detenção ou de reclusão, tornando a conduta apenas um ilícito administrativo, baseando-se, ainda, no Artigo 1º, da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro, o qual descreve o que deve ser considerado crime. Relatei. Decido. Trata-se de procedimento para apurar prática de consumo de entorpecentes descrito no Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, no qual o Ministério Público entendeu ser atípica a conduta, conforme parecer exarado nos autos. O suposto autor do fato foi encontrado de posse de uma porção de pequena quantidade de substância supostamente conhecida como maconha. Os ministros do Supremo Tribunal Federal Roberto Barroso e Edson Fachin, em julgamentos de recursos

extraordinários, de repercussão geral, já entenderam pela inconstitucionalidade do Artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, especificamente para a situação descrita no tipo penal que apresentasse conduta que tivesse exclusivamente como objeto material a maconha, para uso pessoal (RE 635659/SP, rel. Min. Gilmar Mendes, 10.9.2015). Coaduno do entendimento dos ministros acima referidos, bem como concordo com a fundamentação constante do parecer ministerial, tendo em vista que o mesmo ao considerar atípica a conduta descrita no tipo penal em questão alega que lhe foi retirada a "etiqueta" de crime, pois que de modo algum permite a pena de prisão, como estabelece o Artigo 1º da Lei de Introdução ao Código Penal Brasileiro. A atual Constituição Federal estabelece limites à atuação do Estado, conferindo direitos e garantias fundamentais. Sendo legitimado para apurar e punir condutas consideradas ilícitas, o Poder Judiciário (art. 92 e segs./CF), o Ministério Público (art. 127 e segs./CF), as Polícias (art. 144 e ss) e a própria previsão de um contencioso administrativo (art. 5º, LV), como é o caso. Pois bem, a garantia mínima de que ninguém será molestado sem o devido processo legal, e que o procedimento instaurado conterá indício da prática de um ato vedado pelo ordenamento jurídico vigente é uma realidade, pois se também existem dois conjuntos de normas constitucionais - os que propugnam a investigação e punição de ilícitos e os que protegem a honra e a imagem das pessoas, inclusive as pessoas jurídicas - o certo é que o direito reconhece e cria instrumentos aptos que evitam danos inúteis à imagem quando não haja elementos de suspeitas suficientes para constranger as pessoas físicas e jurídicas a determinados procedimentos. Com efeito, a necessidade de justa causa para a procedibilidade da denúncia tem o propósito de não submeter o indivíduo e ou a pessoa jurídica a uma situação que expõe sua reputação e imagem se não houver elementos suficientemente consistentes que indiquem sua necessidade. No Direito Penal dentre os princípios constitucionais explícitos, verificam-se os seguintes: da Legalidade, Anterioridade, Retroatividade da lei penal benéfica, Personalidade ou da responsabilidade pessoal, Individualização da pena e da Humanidade. Dentre os princípios implícitos tem-se: Intervenção mínima, Fragmentariedade, Culpabilidade, Taxatividade, Proporcionalidade, Vedação da dupla punição pelo mesmo fato. Quando se está a falar do Princípio da Insignificância deve-se ater de início a dois princípios constitucionais implícitos, a saber: Intervenção mínima e da Fragmentariedade. O Princípio da Intervenção mínima desenvolve que o Direito Penal não deve interferir em demasia na vida do indivíduo, a ponto de lhe retirar a autonomia da vontade. Isso significa que a lei penal não deve ser a primeira opção, prima ratio, do legislador para compor conflitos existentes em sociedade. Outros ramos do direito são capazes de solucionar desavenças humanas, deixando ao direito penal a última possibilidade, quando se entende que outra solução não pode haver. Assim, pela leitura do procedimento investigativo instaurado pelo Autoridade Policial, uma vez que o fato em apuração, conforme fundamentação acima, não configura crime, não cabe a essa julgadora senão a extinção do processo pela aplicação analógica do que estabelece o artigo 395, II e III do Código de Processo Penal. Isto posto, ACOLHO o parecer ministerial e determino o ARQUIVAMENTO por faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal, com a ressalva do que estabelece o artigo 18 do Código de Processo Penal. Cancelo a audiência designada neste processo. Sem custas. Publique-se. Registre-se, Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Arquivem-se os autos observando-se as formalidades e cautelas legais. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00011059020198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 17/06/2019 VITIMA:E. S. L. DENUNCIADO:ANTONIO KLEBSON SILVA DA SILVA Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) . DECISÃO Considerando a informação constante da certidão do sr. Oficial de Justiça à fl. 50v dos autos, bem como, que não há Defensor Público nesta comarca desde maio/2014 e tendo em vista a necessidade de garantir assistência judiciária gratuita a todos que dela necessitam, dever este que incumbe exclusivamente ao Estado nomeio defensor dativo a denunciado ANTÔNIO KLEBSON SILVA DA SILVA o advogado Dr. WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA, OAB-PA 23.481. Intime-se o advogado dativo Dr. WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA, OAB-PA 23.481, para apresentação de resposta escrita, no prazo legal. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de JUNHO de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00035432620188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento ordinário em: 17/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCO FERREIRA Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 5546 - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (ADVOGADO) OAB 23381 - MIREILLY SOUZA DA SILVA (ADVOGADO) . DECISÃO Defiro a prova pericial requerida pela parte ré na fl. 77 dos autos. Designo para a realização da perícia em questão um

dos profissionais habilitados para tal finalidade no Centro de Perícias Científicas Renato Chaves, independente de compromisso. Para tanto, oficie-se ao CPC - Renato Chaves para que, no prazo de 30 (trinta) dias, indique perito, nos termos do Artigo 466, do CPC, para realização de perícia grafotécnica, indicada na petição inicial. Deve constar no respectivo ofício que o perito deverá comunicar junto à Secretaria deste Fórum, através de ofício, a data e a hora da realização da perícia (Art. 474, do CPC). Assim que o CPC - Renato Chaves apresentar as informações acima, as partes devem ser intimadas da programação para realizarem os acompanhamentos necessários, caso queiram, indicarem assistente técnico e apresentarem quesitos, no prazo de 15 (quinze) dias (Art. 465, §1º, do CPC). Concluídas as diligências, o laudo deve ser apresentado a este Juízo nos moldes do Artigo 473, do CPC, no prazo de 30 (trinta) dias e, em seguida, procedida e intimação das partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, apresentarem suas manifestações (Art. 477, §1º, do CPC). Intimem-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00039832220188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 17/06/2019 DENUNCIADO:LUANDERSON FIGUEIREDO SANTA ROSA Representante(s): OAB 21041 - THEO FABIO ALVES DE CRISTO MONTEIRO (ADVOGADO) VITIMA:O. E. TESTEMUNHA:FERNANDO MAX DA CRUZ PINTO TESTEMUNHA:ELIAS CHARLES FIGUEIREDO DA SILVA TESTEMUNHA:ELIAS BRITO LOBATO. DECISÃO Preenchidos os requisitos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade recursal, RECEBO, em seu duplo efeito a apelação interposta pelo sentenciado LUANDERSON FIGUEIREDO SANTA ROSA. Nos termos do artigo 600, §4º, do CPB, tendo em vista que o apelante requereu apresentar as razões recursais na instância superior, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Cumpra-se, expedindo o necessário e observando as cautelas legais. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00040845920188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento ordinário em: 17/06/2019 REQUERENTE:MARIA DA SILVA DOS REMEDIOS Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BCO VOTORANTIM SA. DECISÃO Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito com Restituição de Valores c/c Indenização por Danos Morais e Materiais e Pedido de Tutela Antecipada, ajuizada pela autora em face do Banco BCO Votorantim S/A. Alega a autora, em síntese, que é aposentado do INSS e no dia mês de abril/2018 desconfiou de descontos em seu benefício e se dirigiu até uma agência do INSS, tendo sido lá informado de que havia um empréstimo consignado em seu nome no valor total de R$ 6.638,21 (seis mil seiscentos e trinta e oito reais e vinte e um centavos), para ser descontado em 72 (setenta e duas) parcelas no valor de R$ 186,60 9cento e oitenta e seis reais e sessenta centavos), já tendo sido pagas 40 (quarenta) parcelas, que totaliza a quantia de R$ 7.464,00 (sete mil quatrocentos e sessenta e quatro reais), conforme números de cédula de crédito bancária e contratos informados na exordial. Aduz, na exordial que não realizou e nem autorizou terceiros a fazerem tal empréstimo, que o valor do empréstimo nunca foi disponibilizado em sua conta bancária. Que foi até a agência do banco requerido no município de Vigia e pediu o cancelamento do empréstimo, mas não obteve êxito. Requereu, em sede de tutela de urgência antecipada o cancelamento do empréstimo em questão. A parte requerida apresentou contestação e documentos nas fls. 11/19. Passo a analisar o pedido de tutela de urgência antecipada. Quanto ao pedido de tutela antecipada de urgência constante da petição inicial esclareço que a mesma deverá ser concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito (fumus boni iuris ou plausibilidade do direito substancial) e o perigo de dano (tutela satisfativa) ou o risco ao resultado útil do processo (tutela cautelar), nos termos do artigo 300, "caput", do NCPC. Com a petição inicial a ora requerente juntou, além de seus documentos pessoais, extrato emitido pelo INSS onde consta o empréstimo discutido nesta ação. A parte ré juntou com a contestação o contrato de empréstimo com suposta assinatura da autora desta demanda. Nenhuma das partes juntou aos autos extrato bancário comprovando a realização ou não do depósito dos valores dos empréstimos, razão pela qual entendo que, por ora, o pedido de tutela de urgência deve ser indeferido. Assim, no caso em questão observo que não estão presentes os requisitos, tendo em vista que há nos autos documentos que comprovem que a autora não tenha recebido o valor do empréstimo. Diante disso, indefiro o pedido de tutela antecipada de urgência requerido na petição inicial, pelos fundamentos acima expostos. Intimem-se as partes para apresentar e especificar as provas que pretendem produzir, individualizando e justificando a finalidade de cada uma delas, no prazo legal. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00086106820188140063 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 17/06/2019 REQUERENTE:DIEGO RODRIGUES SOARES Representante(s): PAULA MICHELLY MELO DE BRITO - DEFENSORA PUBLICA (DEFENSOR) REQUERIDO:ALINNE CORDOVIL SALDANHA. AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS REQUERENTE: DIEGO RODRIGUES SOARES REQUERIDOS: L.S.S., L.S.S., H.D.S.S. e J.S.S. REPRESENTANTE LEGAL: ALINE CORDOVIL SALDANHA SENTENÇA DIEGO RODRIGUES SOARES devidamente qualificado, ajuizou a presente AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS em face de L.S.S., L.S.S., H.D.S.S. e J.S.S. representados por sua genitora ALINE CORDOVIL SALDANHA, alegando, em síntese, que foi julgado procedente ação de pensão alimentício na qual o ora requerente deve pagar o valor de R$ 1.908,00 (mil, novecentos e oito reais) aos ora requerido, porém, encontra-se desempregado, trabalhando esporadicamente na roça, auferindo, em média o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais). Pede que os alimentos sejam minorados para 8% (oito por cento) do salário mínimo vigente para cada filho, totalizando 32% (trinta e dois por cento) do salário mínimo vigente. Foi designada audiência para a qual a representante legal dos requeridos compareceu e o ora requerente não foi intimado, conforme certidão de fl. 23 dos autos, onde consta a informação de que o mesmo teria se mudado para o estado de Santa Catarina. É o que importa relatar. Decido. No caso dos autos, observa-se que se configura a falta de interesse superveniente da parte autora quanto à tutela jurisdicional, prevista no art. 485, inciso VI, do CPC, tendo em vista que não mais apresentou qualquer manifestação processual. Acrescente-se que o princípio constitucional da razoável duração do processo, previsto no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, deve ser observado também pelas partes e advogados, e não somente pelo Poder Judiciário, que se encontra notoriamente sobrecarregado diante do considerável aumento da litigiosidade. Vislumbra-se, assim, no caso em comento, a ofensa ao mencionado princípio constitucional, considerando que a parte autora, maior interessada no andamento do presente processo, deixou de diligenciar no sentido do andamento do feito e sua inércia diante de deveres e ônus processuais, ocasiona prejuízo do interesse de outros jurisdicionados que cumprem com o dever processual no sentido da celeridade na tramitação de seu processo. Ademais, não podem os presentes autos permanecer por tempo indeterminado na Secretaria, pois, como visto o impulso oficial não cabe somente ao Judiciário, devendo ser cumprido por todos os integrantes da relação jurídica existente. Cabe ressaltar que a tentativa de intimação da parte autora não obteve êxito, conforme certidão de fl. 23, onde inclusive foi feito contato telefônico com o requerente que se comprometeu a fornecer seu endereço atualizado nestes autos, mas não o fez, conforme certificado na fl. 24. É dever do Autor manter seu endereço atualizado nos autos em face do que dispõe o Artigo 274, parágrafo único, do Novo Código de Processo Civil que assim estabelece: "Art. 274. (...) Parágrafo único. Presumem-se válidas as comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial ou profissional declinado na inicial, contestação ou embargos, cumprindo às partes atualizar o respectivo endereço sempre que houver modificação temporária ou definitiva." Caracterizados, portanto, a ausência de pressuposto processual de existência para o regular andamento da lide e a ofensa ao mencionado princípio da duração razoável do processo previsto no art. 5º, inciso LXXVIII, da Constituição Federal, bem como, impõe-se a extinção do mesmo nos termos do art. 485, inciso IV, do NCPC c/c a referida disposição constitucional. Pelo exposto, havendo a superveniência da ausência de uma das condições da ação, qual seja o interesse processual extingo o processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VI, do CPC. Deixo de condenar a parte autora em custas processuais diante dos benefícios da justiça gratuita deferidos. Proceda-se ao desentranhamento dos documentos que forem pleiteados pela parte requerente com observâncias das cautelas devidas, certificando-se nos autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o cumprimento das formalidades legais, arquive-se. São Caetano de Odivelas/PA, 17 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00001817920198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento ordinário em: 18/06/2019 REQUERENTE:RAIMIUNDA GONCALVES MONTEIRO Representante(s): OAB 26695 - CARLOS FELIPE ROCHA LIMA (ADVOGADO) BRENDA NAIMER GONCALVES MONTEIRO (REPRESENTANTE/NOTICIANTE) REQUERIDO:ROSENDA BARBOSA CARDOSO. DECISÃO Trata-se de Ação Ordinária Impeditiva de Obra c/c Pedido de Tutela Antecipada, ajuizada pela autora, Raimunda Gonçalves Monteiro, através de sua representante, Brenda Naimer Gonçalves Monteiro, em face de Rosenda Barbosa Cardoso. Alega a autora, em síntese, que é proprietária e possuidora do imóvel descrito na petição inicial, onde reside por vários anos, havendo residências dos sois lados, mas que apesar de haver metragem determinada pela matrícula do imóvel não havia muro ou cerca construído entre o imóvel da autora e o da ré. Aduz, em continuação, que em meados do ano de 2018 a ré iniciou a construção de um muro para separar os dois terrenos, contudo, a referida construção além de adentrar em parte do

terreno da autora, está obstruindo a passagem de ventilação e raios solares para o interior da casa da mesma. Ademias, relata que nos períodos de chuva a água acumulará nas paredes da casa da autora, pois não terá meios de escoamento, o que causará danos na estrutura de sua casa, com infiltrações, aumento da umidade interna e futuras rachaduras, o que afetará a saúde dos moradores e principalmente da requerente que possui idade avançada e saúde frágil. Requereu, em sede de tutela de urgência antecipada que a ré proceda as modificações suficientes na estrutura da obra do muro já construído para permitir o escoamento da água da chuva e a mínima ventilação, evitar danos na estrutura do imóvel da autora no decurso do tempo, bem como garantir a sua saúde íntegra, sob pena de multa diária a ser arbitrada por este Juízo. Com a exordial juntou os documentos de fls. 07/16. Foi designada audiência de conciliação na qual as partes não realizaram acordo, fl. 21. À fl. 22 consta despacho determinando que se aguarde o prazo da contestação, seguido de certidão da secretaria deste Juízo informando que a ré não apresentou contestação. Passo a analisar o pedido de tutela de urgência antecipada. Quanto ao pedido de tutela antecipada de urgência constante da petição inicial esclareço que a mesma deverá ser concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito (fumus boni iuris ou plausibilidade do direito substancial) e o perigo de dano (tutela satisfativa) ou o risco ao resultado útil do processo (tutela cautelar), nos termos do artigo 300, "caput", do NCPC. Com a petição inicial a ora requerente juntou, além de seus documentos pessoais, fotos impressas a fim de demonstrar a construção do muro e documentos para o fim de demonstrar a propriedade e posse do imóvel em questão, porém, não comprovou que o suposto muro em construção pela ré tenha causado os transtornos descritos da exordial e não tem como este Juízo vislumbrar a metragem alegada pela autora, razão pela qual entendo que, por ora, o pedido de tutela de urgência deve ser indeferido. Assim, no caso em questão observo que não estão presentes os requisitos, tendo em vista que não há nos autos documentos que comprovem as alegações constantes da petição inicial para fins de deferimento da tutela antecipada de urgência. Diante disso, indefiro o pedido de tutela antecipada de urgência requerido na petição inicial, pelos fundamentos acima expostos. Conforme certidão da Diretora de Secretaria de fl. 23 a parte requerida não apresentou contestação, diante disso decreto a revelia da ré, nos termos do Artigo 344, do CPC. Intime-se a parte autora para apresentação e especificação das provas no prazo de 10 (dez) dias. Intime-se a ré nos moldes do artigo 346, parágrafo único do CPC. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00005013220198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/06/2019 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:JOSE CARLOS COSTA. DECISÃO Em vista dos autos observei que consta na peça de defesa prévia à acusação alegação preliminar de inépcia da peça acusatória sob o fundamento de que os fatos não condizem com a realidade, a denúncia é genérica e que o Ministério Público não teria considerado o depoimento do ora acusado que afirmou que não é traficante e sim pescador, que a droga foi forjada e que o valor de r$ 4.180,00 encontrado com ele é proveniente da venda de peixe. Requereu a absolvição sumária nos termos do Artigo 397, inciso III, do CPP. O Ministério Público se manifestou acerca da preliminar acima aduzindo que a peça acusatória descreve a conduta do crime de tráfico de drogas, como foi encontrado o entorpecente, na residência do denunciado onde ele estava comercializando o entorpecente, constando nos autos o laudo toxicológico definitivo que confirmou que a droga apreendida se tratava de "cocaína", e requereu o prosseguimento do feito nos termos do artigo 399, do CPP. Entendo que a peça inicial está revestida das formalidades legais. Estando de acordo com as determinações constantes do artigo 41, do CPP, pois que contem a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e, ainda, o rol de testemunhas. Assim, corroborando com a manifestação ministerial, indefiro as alegações preliminares feitas pela defesa. Não há fundamento para absolvição sumária (artigo 397, CPP). Recebo a denúncia por satisfazer os requisitos do artigo 41 do Código de Processo Penal. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 27 de agosto de 2019, às 08h30m, para Audiência de Instrução e Julgamento. Cite-se o acusado, na forma legal, para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 396 do CPP, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário. Quando da citação deverá ser perguntado ao denunciado se o mesmo irá constituir advogado, caso negativo dê-se vista dos autos ao defensor dativo nomeado na fl. 58 para apresentação de resposta no prazo legal. Intimem-se/requisitem-se as testemunhas arroladas na denúncia para comparecerem à audiência. Dê-se ciência ao Ministério Público e à defesa. A Secretaria deve juntar aos presentes autos a certidão de antecedentes criminais do acusado atualizada. Oficie-se conforme requerido pelo MP na fl. 69. Apenas a título de esclarecimento ressalto o que está informado no relatório de saúde do ora denunciado de que o mesmo apresenta saúde

satisfatória, conforme lá descrito. Expeça-se o que for necessário para cumprimento desta decisão. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas-PA, 18 de junho de 2019 ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00005731920198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 18/06/2019 AUTOR DO FATO:REGINALDO DA COSTA ALVES VITIMA:R. C. M. S. . DESPACHO Recebo este Termo Circunstanciado de Ocorrência e designo audiência preliminar para o dia 26 de setembro de 2019, às 10horas. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de conciliação entre as partes. Intime-se o(a) autor(a) do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o(a) da necessidade de comparecimento acompanhado(a) de advogado. Ciência à Defensoria Pública, caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00005758620198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 18/06/2019 AUTOR DO FATO:ERASMO LOPES SOARES VITIMA:E. B. M. . DESPACHO Designo audiência preliminar para o dia 31 de outubro de 2019, às 09horas e 40minutos. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de acordo entre as partes e da proposta de transação penal, podendo o autor do fato aceitar a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta, ou oferecer denúncia. Intime-se autor do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o da necessidade de comparecimento acompanhado de advogado. Certifique-se a senhora Diretora de Secretaria se o(a) autor(a) do fato foi contemplado ou não com transação penal nos últimos 05(cinco) anos nos termos do art. 76, §4º da Lei 9.099/95, bem como não possui condenação pela prática de crime e junte-se aos autos a certidão de antecedentes criminais atualizada. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006226020198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 18/06/2019 VITIMA:V. S. T. AUTOR DO FATO:MARIA ELIANA DOS SANTOS. DESPACHO Designo audiência preliminar para o dia 31 de outubro de 2019, às 10horas. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de acordo entre as partes e da proposta de transação penal, podendo o autor do fato aceitar a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta, ou oferecer denúncia. Intime-se autor do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o da necessidade de comparecimento acompanhado de advogado. Certifique-se a senhora Diretora de Secretaria se o(a) autor(a) do fato foi contemplado ou não com transação penal nos últimos 05(cinco) anos nos termos do art. 76, §4º da Lei 9.099/95, bem como não possui condenação pela prática de crime e junte-se aos autos a certidão de antecedentes criminais atualizada. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006303720198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 18/06/2019 AUTOR DO FATO:MARIA JUCIMARA SOARES DO NASCIMENTO VITIMA:L. P. S. . DESPACHO Recebo este Termo Circunstanciado de Ocorrência e designo audiência preliminar para o dia 26 de setembro de 2019, às 10horas e 30minutos. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de conciliação entre as partes. Intime-se o(a) autor(a) do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o(a) da necessidade de comparecimento acompanhado(a) de advogado. Ciência à Defensoria Pública, caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006312220198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 18/06/2019 AUTOR DO FATO:DRIELE DA SILVA AUTOR DO FATO:MARCOS RAFAEL DE OLIVEIRA SOUSA VITIMA:M. C. A. R. . DESPACHO Recebo este Termo Circunstanciado de Ocorrência e designo audiência preliminar para o dia 26 de setembro de 2019, às 11horas. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de

conciliação entre as partes. Intime-se o(a) autor(a) do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o(a) da necessidade de comparecimento acompanhado(a) de advogado. Ciência à Defensoria Pública, caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006355920198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 18/06/2019 AUTOR DO FATO:DIDIMO MONTEIRO FERNANDES VITIMA:T. P. R. . DESPACHO Recebo este Termo Circunstanciado de Ocorrência e designo audiência preliminar para o dia 26 de setembro de 2019, às 11horas e 30minutos. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de conciliação entre as partes. Intime-se o(a) autor(a) do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o(a) da necessidade de comparecimento acompanhado(a) de advogado. Ciência à Defensoria Pública, caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006372920198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 18/06/2019 AUTOR DO FATO:ANTONIO FARIAS DO NASCIMENTO AUTOR DO FATO:MARCOS MORAES DA SILVA AUTOR DO FATO:RUAN RIQUELMI SOUSA DUARTE VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:R. J. L. D. . DESPACHO Designo audiência preliminar para o dia 31 de outubro de 2019, às 11horas. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de acordo entre as partes, em sendo ação penal condicionada à representação e da proposta de transação penal, podendo o autor do fato aceitar a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta, ou oferecer denúncia. Intime-se autor do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o da necessidade de comparecimento acompanhado de advogado. Certifique-se a senhora Diretora de Secretaria se o(a) autor(a) do fato foi contemplado ou não com transação penal nos últimos 05(cinco) anos nos termos do art. 76, §4º da Lei 9.099/95, bem como não possui condenação pela prática de crime e junte-se aos autos a certidão de antecedentes criminais atualizada. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006416620198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 18/06/2019 AUTOR DO FATO:JURACY DA CONCEICAO LIMA JUNIOR VITIMA:A. C. O. E. . DESPACHO Designo audiência preliminar para o dia 31 de outubro de 2019, às 10horas e 40minutos. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de acordo entre as partes e da proposta de transação penal, podendo o autor do fato aceitar a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta, ou oferecer denúncia. Intime-se autor do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o da necessidade de comparecimento acompanhado de advogado. Certifique-se a senhora Diretora de Secretaria se o(a) autor(a) do fato foi contemplado ou não com transação penal nos últimos 05(cinco) anos nos termos do art. 76, §4º da Lei 9.099/95, bem como não possui condenação pela prática de crime e junte-se aos autos a certidão de antecedentes criminais atualizada. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006442120198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 18/06/2019 AUTOR DO FATO:MAURICIO FERREIRA SARMENTO VITIMA:M. H. F. S. . DESPACHO Designo audiência preliminar para o dia 31 de outubro de 2019, às 09horas. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de acordo entre as partes e da proposta de transação penal, podendo o autor do fato aceitar a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta, ou oferecer denúncia. Intime-se autor do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o da necessidade de comparecimento acompanhado de advogado. Certifique-se a senhora Diretora de Secretaria se o(a) autor(a) do fato foi contemplado ou não com transação penal nos últimos 05(cinco) anos

nos termos do art. 76, §4º da Lei 9.099/95, bem como não possui condenação pela prática de crime e junte-se aos autos a certidão de antecedentes criminais atualizada. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006546520198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 18/06/2019 AUTOR DO FATO:MAYARA MICHELE DA CUNHA MONTEIRO VITIMA:A. M. S. R. M. . DESPACHO Designo audiência preliminar para o dia 31 de outubro de 2019, às 10horas e 20minutos. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de acordo entre as partes e da proposta de transação penal, podendo o autor do fato aceitar a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta, ou oferecer denúncia. Intime-se autor do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o da necessidade de comparecimento acompanhado de advogado. Certifique-se a senhora Diretora de Secretaria se o(a) autor(a) do fato foi contemplado ou não com transação penal nos últimos 05(cinco) anos nos termos do art. 76, §4º da Lei 9.099/95, bem como não possui condenação pela prática de crime e junte-se aos autos a certidão de antecedentes criminais atualizada. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006615720198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 18/06/2019 AUTOR DO FATO:ANTONIO SOARES DO NASCIMENTO VITIMA:H. F. P. . DESPACHO Designo audiência preliminar para o dia 31 de outubro de 2019, às 09horas e 20minutos. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de acordo entre as partes e da proposta de transação penal, podendo o autor do fato aceitar a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta, ou oferecer denúncia. Intime-se autor do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o da necessidade de comparecimento acompanhado de advogado. Certifique-se a senhora Diretora de Secretaria se o(a) autor(a) do fato foi contemplado ou não com transação penal nos últimos 05(cinco) anos nos termos do art. 76, §4º da Lei 9.099/95, bem como não possui condenação pela prática de crime e junte-se aos autos a certidão de antecedentes criminais atualizada. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00006641220198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 18/06/2019 AUTOR DO FATO:JOZIELE DA SILVA VITIMA:F. N. C. R. . DESPACHO Designo audiência preliminar para o dia 31 de outubro de 2019, às 11horas e 20minutos. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de acordo entre as partes, em sendo ação penal condicionada à representação e da proposta de transação penal, podendo o autor do fato aceitar a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta, ou oferecer denúncia. Intime-se autor do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o da necessidade de comparecimento acompanhado de advogado. Certifique-se a senhora Diretora de Secretaria se o(a) autor(a) do fato foi contemplado ou não com transação penal nos últimos 05(cinco) anos nos termos do art. 76, §4º da Lei 9.099/95, bem como não possui condenação pela prática de crime e junte-se aos autos a certidão de antecedentes criminais atualizada. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00008218220198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 18/06/2019 VITIMA:B. S. G. DENUNCIADO:THALITA DO ESPIRITO SANTO SANTOS DENUNCIADO:MILENA CAROLINA SILVA DA LUZ. DECISÃO Em vista dos autos observei que consta na peça de resposta à acusação alegação preliminar de inépcia da peça acusatória sob o fundamento de que os fatos não condizem com a realidade, a denúncia é genérica e que o

Ministério Público não teria considerado o depoimento das denunciadas que negaram o cometimento do crime, dizendo que quem as agrediu primeiramente foi a vítima e que elas teriam se defendido. Requereu a absolvição sumária nos termos do Artigo 397, inciso III, do CPP ou subsidiariamente que seja aplicado o instituto da emendatio libelli, nos termos do Artigo 383, §§1º e 2º, do CPP para que as acusadas respondam pelo crime de lesão corporal, previsto no Artigo 129, do CPB. O Ministério Público se manifestou acerca da preliminar acima aduzindo que a peça acusatória descreve a conduta do crime de tentativa de homicídio, não havendo o que se falar em atipicidade da conduta das rés e requereu o prosseguimento do feito nos termos do artigo 399, do CPP. Entendo que a peça inicial está revestida das formalidades legais. Estando de acordo com as determinações constantes do artigo 41, do CPP, pois que contem a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação das acusadas, a classificação do crime e, ainda, o rol de testemunhas, não havendo o que se falar em emendatio libelli para que as rés respondam pelo delito de lesão corporal. Assim, corroborando com a manifestação ministerial, indefiro as alegações preliminares feitas pela defesa. Não há fundamento para absolvição sumária (artigo 397, CPP). Ratifico o recebimento da denúncia e designo o dia 06 de agosto de 2019, às 08horas e 15minutos, para Audiência de Instrução e Julgamento. Intime(m)-se ou requisite(m)-se a(s) testemunha(s) com as advertências legais (art. 218 c/c art. 219 do CPP) Intime(m) e requisite(m)-se o(s) réu(s) Dê-se ciência ao Ministério Público e ao advogado do(s) réu(s) Expeça(m)-se o(s) mandado(s) e ofício(s), se necessário e, se for o caso, carta(s) precatória(s). Cumpra-se. São Caetano de Odivelas-PA, 18 de junho de 2019 ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00011526420198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/06/2019 VITIMA:I. S. M. VITIMA:M. S. C. DENUNCIADO:AMARILDO DA CONCEICAO SANTOS Representante(s): OAB 13325 - ARACELY DOS SANTOS EVANGELISTA (ADVOGADO) OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) OAB 28091 - FELIPE AUGUSTO FORMIGOSA PINHEIRO (ADVOGADO) . DECISÃO Considerando a informação constante da certidão do sr. Oficial de Justiça à fl. 54 dos autos, bem como, que não há Defensor Público nesta comarca desde maio/2014 e tendo em vista a necessidade de garantir assistência judiciária gratuita a todos que dela necessitam, dever este que incumbe exclusivamente ao Estado nomeio defensor dativo a denunciado AMARILDO DA CONCEIÇÃO SANTOS o advogado Dr. WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA, OAB-PA 23.481. Intime-se o advogado dativo Dr. WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA, OAB-PA 23.481, para apresentação de resposta escrita, no prazo legal. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de JUNHO de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00017849520168140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/06/2019 DENUNCIADO:NILTON MONTEIRO PINHEIRO Representante(s): OAB 11373 - DENILSON SILVA AMORIM (ADVOGADO) VITIMA:I. C. M. A. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS AV.SÃO BENEDITO, S/N, CENTRO, CEP. 68775 - 000, FONE 3767 - 1204 - E - mail: 1odivelas@tjpa.jus.br PROCESSO Nº 0001784-95.2016.814.0095 Ação Penal - Artigo 96, §1º, da Lei nº 10.741/2003 TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Aos dezoito (18) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019), à hora designada, nesta Cidade e Comarca de São Caetano de Odivelas/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam a MM Juíza de Direito Titular desta Comarca, Dra. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS e o Promotor de Justiça DR. ISAAC SACRAMENTO DA SILVA. Ausente o denunciado NILTON MONTEIRO PINHEIRO, não intimado conforme certificado na fl. 83. Presente a testemunha de acusação IZAURA DA COSTA MONTEIRO ALVES, RG. 4122283, PC-PA . Ausentes as testemunhas de acusação REGINALDO DA COSTA ALVES e RAIMUNDO DE ALMEIDA ALVES, não intimados conforme certificado na fl. 83 dos autos. Aberta a audiência a MM. Juíza passou a deliberar nos seguintes termos: "tendo em vista a ausência do denunciado e das testemunhas de acusação, conforme informação constante da certidão acostada à fl. 83 dos autos, redesigno a audiência para o dia 01 de outubro de 2019, às 12horas. Renovem-se as diligências para a audiência. Intimados os presentes. E de tudo, para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada por todos. Juíza de Direito: _____ Promotor de Justiça: _____ Testemunha: _____ PROCESSO: 00019849720198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 18/06/2019 AUTOR DO FATO:JEFETI DE JESUS

TRINDADE SILVA VITIMA:R. S. A. VITIMA:A. C. O. E. . DESPACHO Designo audiência preliminar para o dia 31 de outubro de 2019, às 11horas e 40minutos. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de acordo entre as partes, em sendo ação penal condicionada à representação e da proposta de transação penal, podendo o autor do fato aceitar a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta, ou oferecer denúncia. Intime-se autor do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o da necessidade de comparecimento acompanhado de advogado. Certifique-se a senhora Diretora de Secretaria se o(a) autor(a) do fato foi contemplado ou não com transação penal nos últimos 05(cinco) anos nos termos do art. 76, §4º da Lei 9.099/95, bem como não possui condenação pela prática de crime e junte-se aos autos a certidão de antecedentes criminais atualizada. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00020247920198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Curatela em: 18/06/2019 REQUERENTE:RAMIRA CLAUDIA DE OLIVEIRA Representante(s): LUCIANA TARCILA VIEIRA GUEDES-DEFENSORA PUBLICA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REQUERIDO:CHARLES HENRIQUE DE OLIVEIRA SALES. AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA REQUERENTE: RAMIRA CLAÚDIA DE OLIVEIRA REQUERIDO: CHARLES HENRIQUE DE OLIVEIRA SALES DECISÃO Defiro os benefícios da justiça gratuita. Trata-se de Ação de Interdição e Curatela ajuizada por RAMIRA CLAÚDIA DE OLIVEIRA requerendo a interdição de seu filho CHARLES HENRIQUE DE OLIVEIRA SALES, sob a alegação de que o mesmo é portador de paralisia cerebral hipoxicoisquêmica com retardo mental severo de difícil controle, CID 10; G40, conforme laudo médico, em anexo, o que o impossibilita de praticar os atos da vida civil. Aduz, ainda, que o benefício de seu filho está suspenso necessitando que a ora requerente proceda ao cadastramento regular no órgão no INSS para que o receba. Requer ser nomeada curadora provisória de seu filho. E, ao final a procedência do pedido para decretação da interdição de seu filho nomeando-a como curadora definitiva. Juntou documentos nas fls. 04/10. Passo à análise do pedido de curatela provisória. Segundo consta nos autos o curatelado é portador de patologia identificada pelo CID 10; G40, possui enfermidade de caráter definitivo e incapacitante, sendo incapaz de exercer suas funções básicas cotidianas sem assistência ou reger por si só os atos da vida civil (laudo de fl. 08). Os documentos acostados aos autos demonstram que o curatelado é portador de patologia de caráter permanente que o impede de realizar suas atividades cotidianas e de ter o necessário discernimento para os atos da vida civil. Como não consta dos autos notícia que desabone a idoneidade da requerente que, inclusive, é mãe do curatelado, estando acostado aos autos na fl. 09 laudo médico atestando que a ora requerida possui plenas capacidades físicas e mentais, não possuindo restrições do ponto de vista médico. Assim, entendo estarem preenchidos os requisitos constantes dos artigos 749, § único c/c 750, do CPC, razão pela qual, DEFIRO O PEDIDO DE CURATELA PROVISÓRIA de CHARLES HENRIQUE DE OLIVEIRA SALES para que seja sua curadora, sua mãe RAMIRA CLAÚDIA DE OLIVEIRA, a qual deverá cumprir com as obrigações referentes ao encargo, nos termos do artigo 1.782, do CC, administrando todos os atos da vida civil do curatelado. Intime-se a requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, prestar o compromisso a que se refere o art. 759 do NCPC. Cite-se o interditando para que compareça a audiência designada para o dia 08 de outubro de 2019, às 10 horas e 15 minutos, para realização de entrevista, nos termos do artigo 751, "caput" do CPC. Intime-se a requerente para comparecer à audiência designada, a qual deverá apresentar suas testemunhas no dia da audiência. Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja nesta comarca. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00022646820198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 18/06/2019 REQUERENTE:JADY MATOS DOS SANTOS REQUERIDO:JOHN LENNON SANTOS DOS SANTOS. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS Av. São Benedito, s/n, Centro, cep: 68.775-000. Fone: (91) 3767-1204, São Caetano de Odivelas - Pará. Requerimento de Medidas Protetivas Representado: JOHN LENNON SANTOS DOS SANTOS Capitulação Provisória: Lei nº 11.340/2006 - Lei Maria da Penha. VÍTIMA: JADY MATOS DOS SANTOS ENDEREÇO: LOCALIDADE DE BOA VISTA, RUA PRINCIPAL, ZONA RURAL, BAIRRO CENTRAL, SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA DECISÃO / MANDADO Trata-se de pedido de Medida Protetiva contra JOHN LENNON SANTOS DOS SANTOS tendo como vítima JADY MATOS DOS SANTOS, requerido pela vítima na delegacia de polícia deste município, na qual aduz, em síntese, que conviveu em união estável com o ora

representado, por cerca de 08 (oito) meses e está separada do mesmo há aproximadamente 03 (três) anos. Que no dia 12 do corrente mês o ora representado surpreendeu a vítima que estava na companhia de seu atual companheiro pilotando uma motocicleta, momento em que o representado deu cum golpe de terçado na vítima, mas seu atual companheiro desviou rapidamente a motocicleta evitando a lesão. Em seguida, ao pararem a motocicleta o representado começou a chamar a depoente e seu companheiro: "volta, volta aqui seus otários", quando o casal saiu do local. O Ministério Público se manifestou nas fls. 09/10 pelo deferimento das medidas protetivas. É o que importa relatar. Decido. DAS MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA Quanto à Representação pela concessão de medidas protetivas de urgência, situadas no cerne do arcabouço jurídico formado em torno da proteção e dignificação da mulher, as medidas protetivas de urgência que obrigam ao agressor, juntamente com as medidas protetivas de urgência à ofendida, constituem importantes ferramentas na proteção de possíveis discrímens inconstitucionais do gênero masculino sobre o feminino, na medida em que possibilitam a sistemática cautelar no âmbito da coerção à violência doméstica. Com efeito, tratando-se de medidas materialmente cautelares, é inegável que o juízo de processamento e admissibilidade destas está intimamente informado pelos mesmos princípios das cautelares presentes nas ciências processuais, quais sejam: sumariedade e celeridade no processamento e julgamento, bem como, a identificação do fumus comissio delict/boni iuris e periculum in mora no mérito das medidas protetivas. Outrossim, fruto do paralelismo jurídico existente entre as medidas cautelares e as protetivas, é autorizado ao juízo proceder ex officio, podendo ainda, proferir suas decisões, quando necessário e razoável, in audita altera pars. Tudo em conformidade com a urgência e o resguardo da efetividade da medida necessária. A necessidade da presente tutela pode ser justificada em um dos eminentes ensinamentos do renomado mestre Sergio Ricardo de Souza, acerca da constitucionalidade das medidas protetivas: Destaque-se que na histórica e filosoficamente, inclusive no período do Iluminismo e das grandes Revoluções do século XVIII, à mulher sempre foi reservado um papel familiar e social inferior ao do homem, fortalecendo a cultura da subordinação e até mesmo da coisificação...esse processo, semelhante ao que norteou a relação social entre homens livres e escravos, precisa ser energicamente combatido por todos os meios republicanos admitidos. (DE SOUZA, Sérgio Ricardo. Comentários à lei de Combate à Violência Contra a Mulher. Editora Juruá. 2009. p. 30) Neste sentido, é exaustiva a jurisprudência pátria dos mais diversos Tribunais, senão vejamos: "A reparação ou compensação dos fatores de desigualdade Factual com medidas de superioridade jurídica constitui política de ação afirmativa que se inscreve nos quadros da sociedade fraterna que se lê desde o preâmbulo da Constituição de 1988..." (STF - RMS 26071/DF - Rel. Min. Carlos Britto - Dje - 12.05.2008) Pois bem, após as breves considerações ao norte suscitadas, entendo, em juízo de cognição sumária, pela existência de indícios de violência doméstica e familiar contra a mulher. E, diante deste quadro fático, considerando que o art. 5º, inciso I da Constituição Federal estabelece a isonomia entre homens e mulheres, bem como, ser fundamento da República Federativa a dignidade humana, sendo direito inalienável a incolumidade física e psíquica, em especial a das mulheres envolvidas no contexto doméstico, princípio este, pertencente ao bloco de constitucionalidade que transcende o corpo escrito dos direitos fundamentais, tudo isto em conformidade com a presença fulgurante das elementares periculum in mora (perigo da demora) e o fumus boni juris (aparência do bom direito), DEFIRO as seguintes medidas protetivas pleiteadas pela vítima em desfavor do agressor, corroborada com o parecer ministerial, conforme previsto no artigo 22, da Lei nº: 11.340/2006: 1) Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, caso ainda esteja no local, no momento do cumprimento da medida; 2) Proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixo desde já o limite mínimo de 200 metros; 3) Proibição de contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação; 4) Proibição de frequentar a residência da vítima e/ou quaisquer outros lugares que a mesma frequente diariamente a fim de preservar a integridade física e psicológica da mesma. O renomado Promotor de Justiça Militar Renato Brasileiro de Lima, e nos termos do artigo 311, caput do CPP, entende que a prisão preventiva pode ser decretada em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal. LIMA, Renato Brasileiro. Nova Prisão Cautelar de Acordo com a Lei nº 12.403/2011. Niterói, RJ, Editora Impetus. 2011. p.226. O Artigo 20, parágrafo único, da Lei nº 11.340/2006 prevê que poderá ser decretada a prisão preventiva do ofensor no caso de descumprimento das medidas protetivas: Assim estabelece: "Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial. Parágrafo único. O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem." Para fins de efetivação da decisão: a) Oficie-se a Autoridade Policial, encaminhando-lhe cópia da decisão para fins de efetivá-la. b) Oficie-se ao CREAS no tocante ao cumprimento a inclusão da vítima em programa oficial ou comunitário de proteção ou de atendimento, para que desenvolva trabalho de orientação, prevenção,

devendo apresentar relatório em até 30 (trinta) dias. c) Proceda-se a intimação pessoal da vítima, com as cautelas devidas, para que no prazo de até 30 (trinta) dias, informe ao juízo sobre a efetividade das medidas protetivas deferidas, bem como se há necessidade de que sejam alteradas e/ou adequadas as medidas para uma maior efetividade. d) Intime-se, pessoalmente, o ora ofensor, informando-o que em caso de descumprimento poderá ser decretada a sua prisão preventiva. Informe-o, também, que, caso ainda esteja morando com a vítima, deverá se retirar do local imediatamente com o cumprimento deste mandado o que deverá ser devidamente certificado. e) Dê ciência ao Ministério Público. VALVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO JUDICIAL São Caetano de Odivelas-PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00026252220188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Cumprimento de sentença em: 18/06/2019 REQUERENTE:ANA LUCIA RIBEIRO ALVES Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (ADVOGADO) REQUERENTE:ANDREZA CAROLINE ALVES DE SOUSA Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (ADVOGADO) REQUERENTE:BRUNO ALVES DE SOUSA Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (ADVOGADO) ENVOLVIDO:MARIO MONTEIRO DE SOUSA. DESPACHO Defiro o requerimento constante da petição de fls. 59/60 para que a genitora do requerente Bruno Alves de Sousa receba os alvarás expedido em nome do mesmo neste processo, tendo em vista as informações prestadas na referida petição e a procuração acostada na fl. 61 dos autos. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00029231420188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 18/06/2019 AUTORIDADE POLICIAL:DPC ALAN PINHEIRO CAVALCANTE DENUNCIADO:REINALDO GURJAO RODRIGUES Representante(s): OAB 25102 - CRISTIANE BENTES DAS CHAGAS (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS AV.SÃO BENEDITO, S/N, CENTRO, CEP. 68775 - 000, FONE 3767 - 1204 - E - mail: 1odivelas@tjpa.jus.br PROCESSO Nº 0002923-14.2018.814.0095 Ação Penal - Artigo 33, da Lei nº 11.343/2006 TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Aos dezoito (18) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019), à hora designada, nesta Cidade e Comarca de São Caetano de Odivelas/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam a MM Juíza de Direito Titular desta Comarca, Dra. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS e o Promotor de Justiça DR. ISAAC SACRAMENTO DA SILVA. Presente o denunciado REINALDO GURJÃO RODRIGUES. Ausentes as testemunhas de acusação FERNANDO MAX DA CRUZ PINTO, ANTÔNIO CLÁUDIO DA COSTA BORGES e ELIAS BRITO LOBATO, conforme informação constante da certidão acostada à fl. 89 dos autos. Aberta a audiência a MM. Juíza passou a deliberar nos seguintes termos: "tendo em vista a ausência das testemunhas de acusação, conforme informação constante da certidão acostada à fl. 89 dos autos, redesigno a audiência para o dia 15 de outubro de 2019, Às 10horas. Renovem-se as diligências para a audiência. Intimados os presentes. E de tudo, para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada por todos. Juíza de Direito: _____ Promotor de Justiça: _____ Réu: _____ PROCESSO: 00035034420188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/06/2019 DENUNCIADO:JOSIELSON FERREIRA DA SILVA DENUNCIADO:LEANDRO HENRIQUE CHAGAS ATAIDE BRITO VITIMA:M. H. P. R. VITIMA:S. P. R. . DECISÃO Em vista dos autos observei que consta na peça de resposta à acusação alegação preliminar de inépcia da peça acusatória sob o fundamento de que os fatos não condizem com a realidade, a denúncia é genérica e que o Ministério Público não teria considerado o depoimento do ora acusado Josielson Ferreira Silva e o acusado Leandro Henrique Chagas Ataíde Brito não foi ouvido em sede policial e nem em Juízo. Requereu a absolvição sumária nos termos do Artigo 397, inciso III, do CPP. O Ministério Público se manifestou acerca da preliminar acima aduzindo que a peça acusatória descreve a conduta dos crimes de roubo qualificado e de estupro de vulnerável, não havendo o que se falar em atipicidade da conduta dos réus e requereu o prosseguimento do feito nos termos do artigo 399, do CPP. Entendo que a peça inicial está revestida das formalidades legais. Estando de acordo com as determinações constantes do artigo 41, do CPP, pois que contem a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação dos acusados, a classificação dos crimes e,

ainda, o rol de testemunhas. Assim, corroborando com a manifestação ministerial, indefiro as alegações preliminares feitas pela defesa. Não há fundamento para absolvição sumária (artigo 397, CPP). Ratifico o recebimento da denúncia e designo o dia 06 de agosto de 2019, às 08horas, para Audiência de Instrução e Julgamento. Intime(m)-se ou requisite(m)-se a(s) testemunha(s) com as advertências legais (art. 218 c/c art. 219 do CPP) Intime(m) e requisite(m)-se o(s) réu(s) Dê-se ciência ao Ministério Público e ao advogado do(s) réu(s) Expeça(m)-se o(s) mandado(s) e ofício(s), se necessário e, se for o caso, carta(s) precatória(s). Cumpra-se. São Caetano de Odivelas-PA, 18 de junho de 2019 ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00038239420188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Interdição em: 18/06/2019 REQUERENTE:MARIA NORMA DE NAZARE SOARES Representante(s): OAB 12925 - ANA LAURA MACEDO SA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REQUERIDO:MARIA SANTA ROSA DE NAZARE. AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA REQUERENTE: MARIA NORMA DE NAZARÉ SOARES REQUERIDA: MARIA SANTA ROSA DE NAZARÉ SENTENÇA Vistos etc. MARIA NORMA DE NAZARÉ SOARES requereu a interdição e curatela em face de sua genitora MARIA SANTA ROSA DE NAZARÉ, ambos qualificados nos autos, com fundamento no art. 747 e seguintes, do CPC c/c artigo 1.767, do CC, sob a alegação de que a mesma apresenta enfermidade de caráter definitivo e incapacitante o que a impede de realizar suas funções básicas cotidianas sem assistência ou reger por si só os atos da vida civil, não possui plena capacidade de ambulação e nem autonomia. É portadora do CID R54, conforme laudo médico, em anexo. Ressaltou que é a requerente que cuida da ora requerida, sua mãe, para quem dispensa todos os cuidados necessários para que tenha uma vida digna, além de lhe dispensar amor e carinho. A inicial veio instruída com os documentos de fl. 07/17. Decisão deferindo a curatela provisória nas fls. 18/19. Termo de Audiência de Inspeção na fl. 29, onde foi nomeado defensor dativo para exercer a defesa da interditanda e designada audiência de instrução e julgamento para oitiva dos filhos da interditanda Termo de Compromisso de Curatela Provisória na fl. 31. Impugnação à curatela acostada nas fls. 32/33 dos autos. Em audiência de fls. 34 foram ouvidos cinco irmãos da requerente e filhos da requerida. A representante do Ministério Público se manifestou favoravelmente à decretação da interdição da requerida, com a nomeação da requerente como sua curadora, fls. 36/37. É O RELATÓRIO. DECIDO. Trata-se de pedido de interdição e de curatela movida por MARIA NORMA DE NAZARÉ SOARES em face de sua mãe MARIA SANTA ROSA DE NAZARÉ. Em laudo de fls. 11 que atesta que a interditanda possui enfermidade de caráter definitivo e incapacitante o que a impede de realizar atividades de vida diária sem assistência de outra pessoa, bem como de reger por si só os atos da vida civil, pois não apresenta capacidade de deambulação ou atonomia e, ainda, por tudo que foi afirmado em audiência, restou demonstrada a incapacidade da interditanda de pessoalmente reger os atos de sua vida civil, nos termos do art. 3º do CC, segundo o qual são absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil, aquele que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiver o necessário discernimento para a pratica desses atos. A requerente é filha da interditanda, sendo parte legítima para promover a interdição da requerida, assim como para exercer o ônus de sua curatela, nos termos do art. 747, II, do NCPC c/c art. 1768, II, do CC, tendo em vista que é ela quem cuida da ora interditanda e que os seus irmãos estão todos de acordo que seja ela a curadora da mesma, tendo eles assinado declarações de que não se opõem que a ora requerente seja a curadora da mãe deles. Em audiência de inspeção realizada por este Juízo a interditanda foi encontrada na casa onde reside com a ora requerente bem alimentada, com higiene impecável e estava feliz no local onde vive (fl. 29) No depoimento da requerida esta afirmou que mora com ela sua filha. Que tem quatro filhos e todos moram perto de sua casa. Que a ora requerente quem lhe dá seus remédios. Que seus filhos lhe visitam e que se locomove com ajuda. Em audiência de instrução e julgamento designada por este Juízo compareceram cinco filhos da requerida os quais afirmaram que estão de acordo com a nomeação da requerente como curadora de sua mãe (fl. 34). Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil e corroborando com a manifestação do Ministério Público, acolho o pedido inaugural para JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO de interdição de MARIA SANTA ROSA DE NAZARÉ, declarando-a absolutamente incapaz de exercer, pessoalmente os atos da vida civil. Assim como para, nos termos do art. 747, II, do CPC c/c art. 1768, do Código Civil, nomear curadora da interditada a Sra. MARIA NORMA DE NAZARÉ SOARES salientando que o compromisso é ato pessoal e não poderá ser prestado através de procurador. Diante da ausência de defensor público nesta comarca, foi nomeado advogado dativo para exercer a defesa da interditanda, o Dr. WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA, OAB/PA nº 23.481, para o qual arbitro honorários advocatícios no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), valores estes que deverão ser pagos pelo Estado do Pará aos advogados dativos referidos. Em obediência do disposto no artigo 755, § 3º, do Novo Código de Processo Civil , e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil , inscreva-se a presente sentença no Registro

de Pessoas Naturais e publique-se imediatamente, na rede mundial de computadores, no sítio do TJPA e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 meses, na imprensa local (uma vez) e no órgão oficial (por três vezes, com intervalo de 10 dias), constando no edital os nomes da Interdita e da Curadora, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que a Interdita poderá praticar autonomamente. Sem condenação em custas e despesas processuais em razão da justiça gratuita deferida, fl. 18. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C. São Caetano de Odivelas, 18 de julho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00039035820188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 18/06/2019 DENUNCIADO:JEAN VITOR SARMENTO ARAUJO Representante(s): OAB 25102 - CRISTIANE BENTES DAS CHAGAS (ADVOGADO) DENUNCIADO:JACILENE LOPES SANTOS Representante(s): OAB 25102 - CRISTIANE BENTES DAS CHAGAS (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. TESTEMUNHA:ELIAS BRITO LOBATO TESTEMUNHA:ANTONIO CANDIDO HAYDEN DE ALBUQUERQUE. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS Av. São Benedito, s/nº - Centro CEP: 68.775-000 Fone/Fax: (91) 3767-1204 PROCESSO Nº 0003903-58.2018.814.0095 DECISÃO Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva em pedido subsidiário de substituição por medidas cautelares diversas da prisão em favor de JEAN VITOR SARMENTO ARAÚJO feito pela sua defesa sob a alegação de que o denunciado está preso há mais de 180 (cento e oitenta) dias sem que a instrução processual tenha sido concluída e nem que a sua defesa tenha provocado atraso na mesma. Aduz, ainda que o ora requerente é primário, tem bons antecedentes, é trabalhador, possui residência nesta comarca e que se compromete a comparecer a todos os atos processuais para os quais for intimado. O Ministério Público se manifestou nas fls. 129/132 pelo indeferimento do pedido e pugnou pela manutenção da prisão preventiva do ora requerente. Analisando os autos observei que o ora requerente está sendo acusado do crime de tráfico de drogas e teve sua prisão preventiva decretada em 30/11/2018, para garantia da ordem pública, por, supostamente, ter praticado o crime descrito no artigo 33, da Lei nº 11.343/2009, no dia 30 de novembro de 2019. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva e o ora requerente permanece preso até os dias atuais para garantia da ordem pública. A Recomendação Conjunta nº 01/2018 CJRMB/CJCI que dispõe sobre a necessidade de observância do Princípio constitucional da razoável duração do processo em processos criminais de presos provisórios e estabelece que: "... a todos os Juízes de competência criminal no Estado do Pará, para que observem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão da instrução criminal em processos que envolvem réus presos provisórios." No caso em questão o processo ainda não iniciou a fase de instrução, razão pela qual, entendo por bem, para evitar excesso de prazo da prisão do ora denunciado revogar a prisão preventiva do mesmo aplicando as medidas cautelares previstas no Artigo 319, do CPP. Diante disso, em atendimento à Recomendação Conjunta nº 02/2018 - CJRMB/CJCI, para evitar excesso de prazo da prisão do réu e sendo a liberdade a regra e a prisão a exceção, concedo a LIBERDADE PROVISÓRIA de JEAN VITOR SARMENTO ARAÚJO, o que faço com fundamento nos termos da Recomendação do CNJ acima mencionada mediante as seguintes obrigações, conforme Artigo 319, do CPP: 1- Comunicar qualquer mudança de endereço; 2- Não cometer ilícitos penais; 3- Não se ausentar da Comarca onde reside por mais de 30 dias sem informar o local onde possa ser encontrado; 4- comparecimento periódico em juízo (todo o dia 20 de cada mês), até ulterior deliberação para informar e justificar atividades; 5- Proibição de acesso ou frequência a bares, boates e congêneres; 6- Recolhimento domiciliar no período noturno, a partir das 20hrs e nos dias de folga. LOGO QUE O RÉU FOR SOLTO, TEM QUE COMPARECER, URGENTEMENTE, ATÉ O DIA 24/06/2019, AO JUÍZO DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PARA PRESTAR COMPROMISSO. Lavre-se os Termos de Comparecimento, sob pena de revogação do benefício ora concedido. Expeça-se ALVARÁ DE SOLTURA, salientando no mesmo que o réu deverá ser colocado em liberdade exceto se por outro motivo não estiver preso. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 29 de outubro de 2019, às 10horas e 30minutos. Intimem-se os réus e requisitem-se as testemunhas. Ciência ao Ministério Público e à defesa. Expeça-se o que necessário. Cumpra-se observando as cautelas legais. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00040230420188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento ordinário em: 18/06/2019 REQUERENTE:NERI RAPOUSO DOS REMEDIOS Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 17314 - WAGNER LEAO SERRAO (ADVOGADO) OAB 8502 - ANASTACIO MARINHO (ADVOGADO) . DECISÃO Trata-se de Ação

Declaratória de Inexistência de Débito com Restituição de Valores c/c Indenização por Danos Morais e Materiais e Pedido de Tutela Antecipada, ajuizada pelo autor em face do Banco Bradesco Financiamentos S/A. Alega o autor, em síntese, que é aposentado do INSS e no mês de abril/2018 desconfiou de descontos em seu benefício e se dirigiu até uma agência do INSS, tendo sido lá informado de que havia um empréstimo consignado em seu nome no valor total de R$ 5.330,98 (cinco mil trezentos e trinta reais e noventa e oito centavos), para ser descontado em 72 (setenta e duas) parcelas no valor de R$ 150,92 (cento e cinquenta reais e noventa e dois centavos), já tendo sido pagas 39 (trinta e nove) parcelas, que totaliza a quantia de R$ 5.885,88 (cinco mil oitocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito), conforme contrato nº 802892351, informado na exordial. Aduz, na exordial que não realizou e nem autorizou terceiros a fazerem tal empréstimo, que o valor do empréstimo nunca foi disponibilizado em sua conta bancária. Que foi até a agência do banco requerido no município de Vigia e pediu o cancelamento do empréstimo, mas não obteve êxito. Requereu, em sede de tutela de urgência antecipada o cancelamento do empréstimo em questão. A parte requerida apresentou contestação e documentos nas fls. 24/32, requerendo a substituição do polo passivo para que passe a consta como réu o Banco Bradesco Financiamentos S/A, alegou, preliminarmente, ausência de fato constitutivo do direito da autora e ausência de prova e de requerimento pela via administrativa. No mérito, pugnou pelo julgamento improcedente dos pedidos do autor. A alegação preliminar de Indeferimento da Petição Inicial por ausência de fato constitutivo do direito do autor deve ser rejeitada, tendo em vista que há demonstração do fato constitutivo do direito do autor, devidamente comprovado pelo documento de fl. 16 dos autos. Rejeito, também, a preliminar de ausência de interesse de agir por ausência de prova de requerimento pela via administrativa, pois que o prévio esgotamento da via administrativa não é requisito para demandar em Juízo por força do preceito instituído pelo Artigo 5º, inciso XXXV, da Constituição Federal. Passo a analisar o pedido de tutela de urgência antecipada. Quanto ao pedido de tutela antecipada de urgência constante da petição inicial esclareço que a mesma deverá ser concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito (fumus boni iuris ou plausibilidade do direito substancial) e o perigo de dano (tutela satisfativa) ou o risco ao resultado útil do processo (tutela cautelar), nos termos do artigo 300, "caput", do NCPC. Com a petição inicial o ora requerente juntou, além de seus documentos pessoais, extrato emitido pelo INSS onde consta o empréstimo discutido nesta ação. A parte ré não juntou com a contestação documentos além dos pessoais da instituição. Nenhuma das partes juntou aos autos extrato bancário comprovando a realização ou não do depósito dos valores dos empréstimos, razão pela qual entendo que, por ora, o pedido de tutela de urgência deve ser indeferido. Assim, no caso em questão observo que não estão presentes os requisitos, tendo em vista que há nos autos documentos que comprovem que o autor não tenha recebido o valor do empréstimo. Diante disso, indefiro o pedido de tutela antecipada de urgência requerido na petição inicial, pelos fundamentos acima expostos. Intimem-se as partes para apresentar e especificar as provas que pretendem produzir, individualizando e justificando a finalidade de cada uma delas, no prazo legal. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 18 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00040447720188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 18/06/2019 DENUNCIADO:RICARDO LUIS MONTEIRO SILVA Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:A. C. O. E. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS AV.SÃO BENEDITO, S/N, CENTRO, CEP. 68775 - 000, FONE 3767 - 1204 - E - mail: 1odivelas@tjpa.jus.br PROCESSO Nº 0004044-77.2018.814.0095 Ação Penal - Artigo 33, da Lei nº 11.343/2006 TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Aos dezoito (18) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019), à hora designada, nesta Cidade e Comarca de São Caetano de Odivelas/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam a MM Juíza de Direito Titular desta Comarca, Dra. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS e o Promotor de Justiça DR. ISAAC SACRAMENTO DA SILVA. Ausente o denunciado RICARDO LUIS MONTEIRO SILVA, sem informação acerca de sua condução pela SUSIPE para este Fórum. Ausentes as testemunhas JHONNY DE SANTANA FERREIRA, ANDERSON ROBERTO SILVA PEDROSO e MILENE DO SOCORRO ROSÁRIO SOUSA, constando nos autos na fl. 90 ofício solicitando o comparecimento dos mesmos para esta audiência, porém, sem comprovação do respectivo encaminhamento ao destinatário. Aberta a audiência a MM. Juíza passou a deliberar nos seguintes termos: tendo em vista que consta nos autos, na fl. 90, ofício solicitando o comparecimento dos mesmos para esta audiência, porém, sem comprovação do respectivo encaminhamento ao destinatário, determino à secretaria judicial que certifique acerca da intimação das testemunhas, sem prejuízo, e considerando a ausência do denunciado, sem informação acerca de sua condução pela SUSIPE para este Fórum, redesigno a audiência para o dia 06 de agosto de 2019, às

09horas. Renovem-se as diligências para a audiência. Intimados os presentes. E de tudo, para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada por todos. Juíza de Direito: _____ Promotor de Justiça: _____ PROCESSO: 00040638320188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 18/06/2019 VITIMA:J. N. L. DENUNCIADO:CLEBSON CAMPOS SALES Representante(s): OAB 23192 - LEONARDO PAULO RASSY SOUZA (DEFENSOR DATIVO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS AV.SÃO BENEDITO, S/N, CENTRO, CEP. 68775 - 000, FONE 3767 - 1204 - E - mail: 1odivelas@tjpa.jus.br PROCESSO Nº 0004063-83.2018.814.0095 Ação Penal - Artigo 147, 129, §9º e 148, §1º, do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Aos dezoito (18) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019), à hora designada, nesta Cidade e Comarca de São Caetano de Odivelas/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam a MM Juíza de Direito Titular desta Comarca, Dra. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS e o Promotor de Justiça DR. ISAAC SACRAMENTO DA SILVA. Ausente o denunciado CLEBSON CAMPOS SALES, que não foi conduzido a este Fórum por falta de viatura, conforme contato telefônico com servidora deste Fórum. Presente a testemunha JOSIELE NASCIMENTO DE LIMA, RG. 7514894, PC-PA . Ausentes as testemunhas MAURO SÉRGIO ALMEIDA SALDANHA, Identidade Funcional nº 24862 - PM/PA, NAZARENO GOMES DOS SANTOS, Identidade Funcional nº 34974 - PM/PA e SUSANA SANTANA DA SILVA, RG. - PC/PA. Presente o advogado do denunciado Dr. WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA, OAB n° 23.481. Aberta a audiência a MM. Juíza, tendo em vista que foi informado pela SUSIPE, através de contato telefônico, para a servidora deste Fórum, Emanuele Silva, que o denunciado não comparecerá a audiência por falta de viatura, com a anuência da defesa e do RMP entendeu por bem dar prosseguimento à instrução criminal, considerando que o advogado do réu está presente não haverá prejuízo a sua defesa. Passou qualificar e ouvir a vítima, sem a presença do réu, JOSIELE NASCIMENTO DE LIMA, brasileira, natural de Vigia/PA, filha de Natalia Santana do Nascimento e Antônio Miguel de Lima, nascida em 01/09/1994. Testemunha devidamente advertida e compromissada na forma da lei que às perguntas do MP respondeu: "que conviveu por dois anos com o acusado; que começou a conviver com o acusado desde 2013 e após dois anos de relacionamento se separou do réu, porque ele lhe agredia muito, inclusive quando estava grávida; que tem um filho com o réu de quatro anos de idade; que agredia a depoente porque tinha ciúmes e quando estava sob efeito de álcool e de drogas; que se separou do réu no ano de 2014; que no ano de 2017 o réu voltou a procurar a depoente; que o filho que teve com o réu foi registrado pelo seu companheiro atual; que no intervalo teve um outro relacionamento; que seu atual é companheiro Raimundo Nonato Lopes; que em 13/08/2018 retornou o relacionamento com o réu, rompendo com Raimundo Nonato; que de setembro até dezembro de 2018 manteve relacionamento com o réu e ele voltou a agredi-la e ameaça-la; que no dia 05 de dezembro saiu de casa, rompendo com o réu porque já não aguentava mais apanhar e queria uma outra vida então se mudou para a casa de seu avô no interior de São Caetano, localidade Mussuã; que no dia dos fato foi atrás da depoente na casa de seu avô; que o réu já chegou na casa de seu avô abrindo a PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS AV.SÃO BENEDITO, S/N, CENTRO, CEP. 68775 - 000, FONE 3767 - 1204 - E - mail: 1odivelas@tjpa.jus.br porta com um chute; que logo ao entrar na casa o réu já se armou com um terçado que estava no quarto e passou a desferir uma terçadada no dedo mínimo da mão esquerda, em seguida na cabeça, não conseguindo atingi-la porque a rede armada estava entre os dois; que no momento dos fatos estavam presentes seus três filhos, sua mãe e seu irmão; que o réu ainda ameaçava de morte afirmando que se não vivesse com ele, não viveria com mais ninguém; que para que o réu cessasse as agressões a depoente lhe afirmou que retornaria o relacionamento amoroso e, em razão disso, o réu parou de lhe agredir e ameaçar; que nos dois dias seguintes o réu permaneceu na casa do avô da depoente com ela e seus filhos; que o réu a impedia de sair de casa, inclusive para trabalhar com a venda de caranguejo; que depois que o réu foi preso não teve mais contato com ele; que ainda se sente ameaçada e tem medo de ser assassinada pelo réu; que seu atual companheiro, Elson de Lima Sousa, também teme por sua vida." Sem perguntas pela defesa. Às perguntas do Juízo respondeu: "que no momento dos fatos a mãe da depoente pedia que o réu parasse de agredir a depoente; que enquanto o réu lhe desferia terçadada não conseguiu correr, ficou completamente sem ação, parada no local; que seus filhos vendo toda a agressão ficavam chorando e pedindo que o réu não matasse a sua mãe; que seu irmão tem 10 anos; que não tinha o desejo de reatar o relacionamento com o réu, apenas afirmou a ele que retornaria para que não fosse morta por ele; que a depoente queria sair de casa, mas ele não deixava ela sair; que a irmã da depoente, Susana Santana da Silva e seu pai, Antônio, compareceram na delegacia e narraram toda a situação; que no mesmo dia,

08.12 a polícia foi até o local e levou o réu preso; que ao ser lesionada na mão com o terçado foi impedida pelo réu de ir até o atendimento médico/hospitalar; que ficou cicatriz no dedo mindinho da depoente; que ficou por mais de uma semana sem exercer suas atividades domésticas normais porque não podia pegar nada com sua mão em razão das dores e inchaço; que no dia da prisão do réu a depoente foi submetida a exame de lesão corporal, no hospital de Vigia; que nunca foi agredida pelo seu ex companheiro, Raimundo Nonato, assim como também nunca foi agredida pelo seu companheiro atual Elson; que atualmente mora no Marabazinho, na casa do Pastor." O RMP insiste na oitiva das testemunhas faltosas e requer a oitiva como testemunha do Juízo a mãe da vítima, sra. Natalia Santana do Nascimento, tendo em vista que a mesma presenciou os fatos. E ratifica a manifestação de fls. 67/69. A vítima informa que o endereço de sua mãe é o mesmo de Susana, sua irmã. DELIBERAÇÃO: Defiro a oitiva da mãe da vítima, Natalia Santana do Nascimento. Designo audiência de continuação para o dia 05 de agosto de 2019, às 09 horas. Renovem-se as diligências para intimação das testemunhas faltosas, ressaltando-se que a testemunha Susana Santana da Silva não é policial militar e sim irmã da vítima, residente na Rua Caminho da Ponta, s/n, próximo ao campo de futebol, Pepeua, onde também PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS AV.SÃO BENEDITO, S/N, CENTRO, CEP. 68775 - 000, FONE 3767 - 1204 - E - mail: 1odivelas@tjpa.jus.br reside a mãe da vítima, Natalia Santana do Nascimento. Sobre o pedido de revogação da prisão preventiva formulado pela defesa do denunciado entendo por bem que nada se alterou quanto à necessidade de manter a prisão preventiva de Clebson Campos Sales em especial, nesta ocasião, após a oitiva da vítima a qual relatou e confirmou a conduta violenta e personalidade perigosa do réu em reiteradas vezes praticar violência, constrangimento e ameaça de morte no decorrer de vários anos de relacionamento afetivo. Razão pela qual, estando presente os requisitos do Artigo 312 do CPP, notadamente para garantia da ordem pública, proteção da vítima de violência doméstica, no melhor espírito da Lei 11.340/2006, mantenho a prisão preventiva do réu mencionado. Intimados os presentes. E de tudo, para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada por todos. Juíza de Direito: _____ Promotor de Justiça: _____ Advogado:_____ Testemunha: _____ PROCESSO: 00001417320148140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Cumprimento de sentença em: 19/06/2019 REQUERENTE:DANIELLE BEMERGUY MELLO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES SA Representante(s): OAB 156.541 - PATRIK CAMARGO NEVES (ADVOGADO) . DECISÃO Considerando as informações constantes das certidões acostadas às fls. 177, 178 e 179, proceda ao arquivamento dos autos obedecendo às formalidades e cautelas legais. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 19 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00019032220178140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 19/06/2019 REQUERIDO:ENILSON TOLOSA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO) REQUERENTE:REGIANA CRISTINA BARBOSA DE SOUSA Representante(s): IZABEL CRISTINA BARBOSA (REP LEGAL) OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando a manifestação do Ministério Público acostada à fl. 55 dos autos, designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 29 de outubro de 2019, às 11horas. Intimem-se as partes. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública, caso haja na comarca. À Secretaria Judicial, expeça o necessário para realização da audiência. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 19 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00020646120198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 19/06/2019 REQUERENTE:ESTEVAM ROBERTO DE MELO BARBOSA Representante(s): LUCIANA TARCILA VIEIRA GUEDES-DEFENSORA PUBLICA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REQUERIDO:DOMINGOS DOS SANTOS LEAL. AÇÃO DE MANUTENÇÃO DE POSSE Autor: ESTEVAM ROBERTO DE MELO BARBOSA Réu: DOMINGOS DOS SANTOS LEAL DECISÃO Defiro os benefícios da justiça gratuita ao autor. Trata-se de pedido de manutenção de posse formulado por ESTEVAM ROBERTO DE MELO BARBOSA em face de DOMINGOS DOS SANTOS LEAL, com suporte nos artigos 560 e segs, do CPC; Segundo à fl. 03v, o imóvel turbado está localizado neste município, medindo 60metros de frente por 120metros de fundo, a margem esquerda

do igarapé Itapepoca, onde o ora requerente reside e é fonte de sua subsistência. Refere o autor que comprou o terreno do irmão do ora requerido, o sr. Manoel dos Santos Leal no ano de 2003, mas a negociação foi formalizada no ano de 2011, porém, após o falecimento sr. Manoel o requerido, que é irmão do falecido, tenta invadir o terreno juntamente com os familiares dele, destrói plantações, corta árvores, leva frutos de sua propriedade. Alega, ainda, que a invasão se iniciou no ano de 2017 se perdurando até os dias atuais. A inicial veio acompanhada pelos documentos de fls. 09/20. Isto posto, decido. O autor informou na petição inicial que a turbação começou no ano de 2017 e se perdura até os dias atuais. Para que a medida liminar possa ser invocada e admitida, para a caracterização do direito possessório, devem estar preenchidos os requisitos inseridos no art. 560 do CPC, ou seja: a prova da posse do autor, a prova do esbulho ou da turbação há menos de um ano e dia e a continuação da posse. As informações prestadas e as provas documentais juntadas aos autos mostram-se insuficientes para que seja deferida a liminar pleiteada, tendo em vista que a presente ação não foi proposta dentro do prazo de ano e dia da turbação, conforme afirmado pelo próprio autor na exordial. Assim, nos termos do Artigo 558, parágrafo único do CPC, será comum o procedimento se passado o prazo de ano e dia referido no caput do artigo mencionado. Ante o exposto, não tendo sido preenchidos os pressupostos necessários ao deferimento da medida liminar de manutenção de posse, indefiro a liminar pleiteada, na forma do art. 558 e segs, do CPC e passo a adotar o procedimento ordinário previsto no Artigo 334 e segs, do CPC. Considerando o disposto no artigo 334 do CPC, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320 do CPC e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido (CPC, artigo 332), designo audiência de conciliação para o dia 26 de setembro de 2019, às 12horas, a realizar-se neste Fórum, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. Tendo em vista o disposto no artigo 335 do Código de Processo Civil, o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver auto composição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4o, inciso I (se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual); Intime-se a parte autora pessoalmente, tendo em vista que estar sendo patrocinada pela Defensoria Pública e não há Defensor Público nesta comarca desde o ano de 2014. Advirto, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e poderá ser sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, § 9º) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, § 10º). Cumpra-se. São Caetano de Odivelas, 19 de julho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00022854420198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Carta de Ordem Cível em: 19/06/2019 DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DO NUCLEO DE SESSAO DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DO SEGUNDO GRAU TJPA DEPRECADO:JUIZO DA COMARCA DE SAO CAETANO DE ODIVELAS ENVOLVIDO:MUNICIPIO DE SAO CAETANO DE ODIVELAS. Processo nº 0002285-44.2019.814.0095 DESPACHO CUMPRA-SE EM CARÁTER DE URGÊNCIA CONFORME DETERMINADO PELO TJPA. INTIME-SE. São Caetano de Odivelas/PA, 19 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00024238420148140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 19/06/2019 DENUNCIADO:IRINEU CASTRO DE ASSIS Representante(s): OAB 6012 - JOSE ALYRIO WANZELER SABBA (ADVOGADO) OAB 22831 - DANIEL BENAYON OLIVEIRA SABBA (ADVOGADO) OAB 22830 - NAYZE SABA CASTELO BRANCO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTDO DO PARA TESTEMUNHA:ROBERTA PATRICIA DOS SANTOS TAVARES TESTEMUNHA:CRISTINA NEVES FONSECA TESTEMUNHA:RENATO LIMA FIALHO TESTEMUNHA:RUBENS DE OLIVEIRA BARBALHO. DESPACHO Considerando a manifestação do Ministério Público acostada à fl. 153 dos autos, designo a audiência de instrução e julgamento para o dia 22 de outubro de 2019, às 10horas e 30minutos. Intimem-se as testemunhas Renato Lima Fialho e Rubens de Oliveira Barbalho. Intime-se o denunciado. Ciência ao Ministério Público. À Secretaria Judicial, expeça o necessário para realização da audiência. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 19 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00030236620188140095

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 19/06/2019 REQUERENTE:CAIXA CONSORCIO SA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO Representante(s): OAB 88492 - JOSE FRANCISCO DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANDERSON CHAGAS BARROS. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO REQUERENTE: CAIXA CONSÓRCIO S/A - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO (qualificado na inicial) REQUERIDO: ANDERSON CHAGAS BARROS (qualificado na inicial) ENDEREÇO: AV. SÃO BENEDITO, S/Nº, CENTRO, SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA. DECIS"O/MANDADO Trata-se de Ação de Busca e Apreensão proposta por CAIXA CONSÓRCIO S/A - ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIO, em face de ANDERSON CHAGAS BARROS. Alega a instituição requerente que as partes celebraram Contrato de Financiamento para aquisição de um bem móvel, com crédito no valor de R$ 61.246,50 (sessenta e um mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), com início em 14/09/2016 e fim em 16/06/2022, com parcelas mensais no valor de R$ 394,72 (trezentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos), cada uma, porém, o requerido teria deixado de proceder ao pagamento das parcelas a partir de 15/09/2017, estando a dívida na quantia de R$ 22.926,36 (vinte e dois mil novecentos e vinte e seis reais e trinta e seis centavos). O autor requer a concessão de liminar, tendo juntado aos autos documentos da empresa, o Contrato de Alienação Fiduciária em Garantia - Consórcio Auto Caixa, Extrato do Consorciado, a planilha de cálculo e a notificação extrajudicial. É o que importa relatar. Decido. Tenho por satisfeitos os requisitos para a concessão da liminar, considero os argumentos constantes da petição de fls. 31/37 acerca da notificação extrajudicial encaminhada para o endereço do devedor, constante do contrato de alienação, o qual foi fornecido pelo próprio requerido/consorciado. Satisfaz-se o Decreto-Lei nº 911/69, para a concessão da medida, apenas com a comprovação da mora ou inadimplemento do devedor (art. 3º, caput, súmula 72-STJ), desde que presentes as demais condições da ação - as gerais, próprias de qualquer ação (CPC, arts. 282 e 283), e as específicas. A comprovação da mora, a seu turno, pode ser feita por qualquer meio, a critério do credor, seja por protesto ou notificação extrajudicial. Com a edição da Lei nº 10.931/2004, que promoveu sensíveis alterações no DL - 911/69, ficou estabelecido que, cinco dias após o cumprimento da liminar, ocorrerá a consolidação da propriedade e posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor. No mesmo prazo, o devedor deverá pagar o valor integral do débito - e não mais requerer a purgação da mora, que foi suprimida - para poder reaver o bem. Esse é o entendimento de Luís Eduardo Freitas de Vilhena (in Manual de Procedimentos Especiais Cíveis de Legislação Extravagante, coordenado por Fernando da Fonseca Gajardoni e Márcio Henrique Mendes da Silva, Ed. Método, p. 493), verbis: Assim, ao devedor fiduciante demandado na ação de busca e apreensão e que queira reaver o bem objeto da alienação fiduciária, não restará outra alternativa senão pagar, no prazo de cinco dias após a execução da medida liminar, o valor do débito total do contrato (vencido e vincendo). Registra-se ainda, a recente Decisão no RECURSO ESPECIAL Nº 1.418.593 - MS (2013/0381036-4), do relator, MINISTRO LUIS FELIPE SALOM"O, que decidiu sobre a controvérsia existente. EMENTA: ALIENAÇ"O FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇ"O DE BUSCA E APREENS"O. DECRETO-LEI N. 911/1969. ALTERAÇ"O INTRODUZIDA PELA LEI N. 10.931/2004. PURGAÇ"O DA MORA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA NO PRAZO DE 5 DIAS APÓS A EXECUÇ"O DA LIMINAR. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: "Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária". 2. Recurso especial provido. Nesses termos, DEFIRO a liminar pleiteada para determinar a busca e apreensão do bem descrito na exordial, para tanto: 1. Serve esta decisão como mandado de busca e apreensão, nos termos do art. 1º da Resolução 03/2009 da Corregedoria de Justiça da Região Metropolitana de Belém. 2. Após o cumprimento da diligência, deposite-se o bem na posse da representante da parte autora indicada os autos (fl.28), lavrando-se o Termo de Compromisso de Depositário Fiel. 3. Através do mesmo mandado a que se refere o item 1 acima, cite-se a parte ré para, querendo, apresentar resposta, em 15 (quinze) dias, a partir da execução da liminar. 4. Nomeio perito ad hoc o Sr. Oficial de Justiça que for dar cumprimento ao mandado, a fim de que proceda à vistoria do veículo e arbitramento do seu valor, devendo descrever o estado em que se encontra o bem, individualizando-o, no prazo de 10 (dez) dias. 5. Advirta-se a parte devedora de que, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do cumprimento da busca e apreensão, poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena e exclusiva da coisa no patrimônio da parte credora. 6. Informe a parte demandada, outrossim, de que a resposta poderá

ser apresentada ainda que tenha solvido o débito, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição (art. 3º, §§ 1º a 4º, do Decreto-lei nº 911/69, com a redação dada pelo art. 56 da Lei nº 10.931/2004). Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 19 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00035282820168140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação de Alimentos em: 19/06/2019 REQUERENTE:D. G. L. M. Representante(s): GESSICA LENA BARBOSA LEAL (REP LEGAL) REQUERIDO:ANDERSON ANTONIO SANTA ROSA MENDES REPRESENTANTE:DIOGO MARCELL SILVA NASCIMENTO ELUAN-DEFENSOR PUBLICO. AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA REQUERENTE: D.G.L.M. REPRESENTANTE LEGAL: GÉSSICA LENA BARBOSA LEAL ENDEREÇO: RUA PRESIDENTE MÉDICE, Nº 400, MARABAZINHO, SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA REQUERIDO: ANDERSON ANTÔNIO SANTA ROSA MENDES DESPACHO/MANDADO Considerando as informações contraditórias existentes nas certidões de fls. 23 e 29 dos autos, intime-se a representante legal do requerente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, compareça na Secretaria deste Juízo para informar se o requerido está pagando a pensão alimentícia regularmente ou se está em débito, neste caso deverá a sra. Secretária certificar nos autos os meses em atraso especificando se se referem às parcelas vencidas antes do ajuizamento desta ação ou às que se venceram no curso do processo. SERVE COMO MANDADO. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 19 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00039085120168140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/06/2019 VITIMA:C. E. P. S. C. DENUNCIADO:WEVERTON PANTOJA CHAGAS Representante(s): OAB 6634 - FRANCISCO CANINDE MIRANDA DE VASCONCELOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:IZAIAS MUNIZ RODRIGUES NETO Representante(s): OAB 25063 - JOERCIO OLIVEIRA DE BARROS (ADVOGADO) DENUNCIADO:ZARIFE FRANCISCA ROCHA DE ARAUJO Representante(s): OAB 25063 - JOERCIO OLIVEIRA DE BARROS (ADVOGADO) . DECISÃO Em vista dos autos observei que consta nas peças de resposta à acusação dos denunciados Izaias Muniz Rodrigues Neto e Zarife Francisca Rocha de Araújo a alegação preliminar de inépcia da peça acusatória sob o fundamento de que a denúncia não expõe o fato criminoso e nem descreve como o denunciado teria praticado o crime e que a peça acusatória não pode ser genérica. Requerem a inépcia da denúncia nos termos do Artigo 395, inciso I, do CPP, a suspensão condicional do processo até o cumprimento da obrigação do parcelamento da dívida e a absolvição sumária nos termos do Artigo 397, inciso IV, do CPP. O Ministério Público se manifestou acerca da preliminar acima aduzindo que a materialidade do delito restou suficientemente demonstrada pelo Laudo Provisório UC 477 (fl. 31). Que não foram juntados aos autos o comprovante das faturas pagas para o fim de comprovar o pagamento do débito antes do oferecimento da denúncia e não há comprovação de que o pagamento integral efetivamente ocorreu. Relata que a denúncia está regular em seu aspecto formal pois que preenche os requisitos legais exigidos pelo Artigo 41, do CPP. Requereu o prosseguimento do feito nos termos do artigo 399, do CPP. Entendo que a peça inicial está revestida das formalidades legais. Estando de acordo com as determinações constantes do artigo 41, do CPP, pois que contem a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação dos acusados, a classificação do crime e, ainda, o rol de testemunhas, não havendo o que se falar em inépcia da denúncia. Além disso, como bem relatou o MP não foi acostado aos autos os comprovantes de pagamento das faturas de energia elétrica para o fim de comprovar o pagamento do débito antes do oferecimento da denúncia, não havendo comprovação de que o pagamento integral efetivamente ocorreu. Assim, corroborando com a manifestação ministerial, rejeito as alegações preliminares feitas pela defesa. Não há fundamento para absolvição sumária (artigo 397, CPP). Ratifico o recebimento da denúncia e designo o dia 22 de outubro de 2019, às 09horas e 30minutos, para Audiência de Instrução e Julgamento. Intime(m)-se ou requisite(m)-se a(s) testemunha(s) com as advertências legais (art. 218 c/c art. 219 do CPP) Intime(m) e requisite(m)-se o(s) réu(s) Dê-se ciência ao Ministério Público e ao advogado do(s) réu(s) Expeça(m)-se o(s) mandado(s) e ofício(s), se necessário e, se for o caso, carta(s) precatória(s). Cumpra-se. São Caetano de Odivelas-PA, 19 de junho de 2019 ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00040031320188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Inquérito Policial em: 19/06/2019 INDICIADO:LUANDERSON FIGUEIREDO SANTA ROSA VITIMA:O. E. . INQUÉRITO POLICIAL ARTIGO: 12 da Lei nº 10.826/2003 INDICIADO: LUANDERSON FIGUEIREDO SANTA ROSA SENTENÇA Vistos etc... Cuidam os presentes autos de Inquérito Policial por suposto crime de posse de arma que estava em apuração em desfavor do ora indiciado, após ter sido encontra a arma

descrita nos autos na residência do indiciado durante cumprimento de mandado de busca e apreensão. O Ministério Público exarou parecer requerendo o arquivamento dos autos em virtude da atipicidade da conduta, por considerar que ficou demonstrado, através do laudo pericial, a ineficácia da arma. Relatei. Decido. A atual Constituição Federal estabelece limites à atuação do Estado, conferindo direitos e garantias fundamentais. Sendo legitimado para apurar e punir condutas consideradas ilícitas, o Poder Judiciário (art. 92 e segs./CF), o Ministério Público (art. 127 e segs./CF), as Polícias (art. 144 e ss) e a própria previsão de um contencioso administrativo (art. 5º, LV), como é o caso. Pois bem, a garantia mínima de que ninguém será molestado sem o devido processo legal, e que o procedimento instaurado conterá indício da prática de um ato vedado pelo ordenamento jurídico vigente é uma realidade, pois se também existem dois conjuntos de normas constitucionais - os que propugnam a investigação e punição de ilícitos e os que protegem a honra e a imagem das pessoas, inclusive as pessoas jurídicas - o certo é que o direito reconhece e cria instrumentos aptos que evitam danos inúteis à imagem quando não haja elementos de suspeitas suficientes para constranger as pessoas físicas e jurídicas a determinados procedimentos. Com efeito, a necessidade de justa causa para a procedibilidade da denúncia tem o propósito de não submeter o indivíduo e ou a pessoa jurídica a uma situação que expõe sua reputação e imagem se não houver elementos suficientementes consistentes que indiquem sua necessidade. Em recente decisão do Supremo Tribunal Federal, de relatoria do Ministro Celso de Mello, em sede de "Habeas Corpus" nº 98.152-6/MG, o postulado da insignificância voltou a ser tema central do debate. Diferentemente do que conduziu o Superior Tribunal de Justiça ao extinguir a punibilidade dos fatos, mesmo diante da insignificância, a Corte Suprema revisando tal decisão, acordou por reconhecer a atipicidade da conduta, absolvendo o réu. No Direito Penal dentre os princípios constitucionais explícitos, verificam-se os seguintes: da Legalidade, Anterioridade, Retroatividade da lei penal benéfica, Personalidade ou da responsabilidade pessoal, Individualização da pena e da Humanidade. Dentre os princípios implícitos tem-se: Intervenção mínima, Fragmentariedade, Culpabilidade, Taxatividade, Proporcionalidade, Vedação da dupla punição pelo mesmo fato. Quando se está a falar do Princípio da Insignificância deve-se ater de início a dois princípios constitucionais implícitos, a saber: Intervenção mínima e da Fragmentariedade. O Princípio da Intervenção mínima desenvolve que o Direito Penal não deve interferir em demasia na vida do indivíduo, a ponto de lhe retirar a autonomia da vontade. Isso significa que a lei penal não deve ser a primeira opção, prima ratio, do legislador para compor conflitos existentes em sociedade. Outros ramos do direito são capazes de solucionar desavenças humanas, deixando ao direito penal a última possibilidade, quando se entende que outra solução não pode haver. Assim, pela leitura do procedimento investigativo instaurado pelo Autoridade Policial, uma vez que o fato em apuração, não configura crime, não cabe a essa julgadora senão a extinção do processo pela aplicação analógica do que estabelece o artigo 395, II e III do Código de Processo Penal. Isto posto, ACOLHO o parecer ministerial e determino o ARQUIVAMENTO por faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal, com a ressalva do que estabelece o artigo 18 do Código de Processo Penal. Sem custas. Publique-se. Registre-se. INTIME-SE o Ministério Público e o Autor. Após o transito em julgado, arquivem-se os autos. São Caetano de Odivelas/PA, 19 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito da Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00043643020188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Interdição em: 19/06/2019 REQUERENTE:RUTHNEIDE DE FIGUEIREDO CHAGAS Representante(s): OAB 22639 - CARLOS FELIPE FERREIRA FERREIRA (ADVOGADO) OAB 15069 - MARCELO GUSTAVO COELHO DA COSTA (ADVOGADO) INTERDITANDO:VALTER JUNIOR CANELAS DE FIGUEIREDO. AÇÃO DE INTERDIÇÃO E CURATELA REQUERENTE: RUTHNEIDE DE FIGUEIREDO CHAGAS REQUERIDO: VALTER JUNIOR CANELAS DE FIGUEIREDO SENTENÇA Vistos etc. RUTHNEIDE DE FIGUEIREDO CHAGAS requereu a interdição e curatela em face de seu irmão VALTER JUNIOR CANELAS DE FIGUEIREDO, ambos qualificados nos autos, com fundamento no art. 747 e seguintes, do CPC c/c artigo 1.767, do CC, sob a alegação de que o mesmo é portador de transtorno mental de esquizofrenia grave, não tem capacidade laborativa, não é capaz de exercer por si só os atos da vida civil, necessita de cuidados e auxílio permanente de seus familiares. É portador do CID F29, conforme laudo médico, em anexo. Ressaltou que é a requerente que cuida do ora requerido, seu irmão, para quem dispensa todos os cuidados necessários para que tenha uma vida digna. A inicial veio instruída com os documentos de fl. 05/18. Decisão deferindo a curatela provisória nas fls. 30/31. Termo de Compromisso de Curatela Provisória na fl. 32. Termo de Audiência de Entrevista do Interditando na fl. 38, onde foi ouvido o interditando e a requerente, nomeado defensor dativo para exercer a defesa do interditando e designada audiência de instrução e julgamento para oitiva de testemunhas. Em audiência de fls. 39 foram ouvidas três testemunhas. O representante do Ministério Público se manifestou favoravelmente à decretação da

interdição do requerido, com a nomeação da requerente como sua curadora, fls. 41/42. É O RELATÓRIO. DECIDO. Trata-se de pedido de interdição e de curatela movida por RUTHNEIDE DE FIGUEIREDO CHAGAS em face de seu irmão VALTER JUNIOR CANELAS DE FIGUEIREDO. Em laudo de fls. 14/15 que atesta que o interditando é portador de enfermidade mental grave, crônica, irreversível quanto a possibilidade de uma normalidade psíquica, de evolução desfavorável, CID F29, que o incapacita de exercer por si só todos os atos da vida civil, sendo de caráter definitivo e permanente. E, ainda, por tudo que foi afirmado em audiência, restou demonstrada a incapacidade do interditando de pessoalmente reger os atos de sua vida civil, nos termos do art. 3º do CC, segundo o qual são absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil, aquele que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiver o necessário discernimento para a pratica desses atos. O requerente é irmão do interditando, sendo parte legítima para promover a interdição do requerido, assim como para exercer o ônus de sua curatela, nos termos do art. 747, II, do NCPC c/c art. 1768, II, do CC, tendo em vista que é ela quem cuida do ora interditando, conforme foi demonstrado nos autos. Em audiência realizada por este Juízo, ouvido o interditando, este afirmou que mora com a requerente, que é ela quem lhe dá seus remédios e que sua mãe é falecida (fl. 39) No depoimento da requerida esta afirmou que o interditando é portador de esquizofrenia, que mora com a requerente, que o seu pai tem 77 anos e já não apresenta lucidez. Que parte do medicamento do interditando recebe na unidade de saúde e a outra parte compra com a ajuda de seu marido e da pensão de seu pai. Que o interditando não tem condições de morar sozinho. Que é a requerente quem cuida e administra a saúde e todos o resto dos atos civis do interditando e de seu pai. Em audiência de instrução e julgamento designada por este Juízo compareceram três testemunhas as quais afirmaram que conhecem a requerente e o interditando e sabem da doença que acomete o mesmo (fl. 39). Ante o exposto, nos termos do art. 487, inciso I, do Novo Código de Processo Civil e corroborando com a manifestação do Ministério Público, acolho o pedido inaugural para JULGAR PROCEDENTE O PEDIDO de interdição de VALTER JUNIOR CANELAS DE FIGUEIREDO, declarando-a absolutamente incapaz de exercer, pessoalmente os atos da vida civil. Assim como para, nos termos do art. 747, II, do CPC c/c art. 1768, do Código Civil, nomear curadora do interditado a Sra. RUTHNEIDE DE FIGUEIREDO CHAGAS salientando que o compromisso é ato pessoal e não poderá ser prestado através de procurador. Diante da ausência de defensor público nesta comarca, foi nomeado advogado dativo para exercer a defesa do interditando, o Dr. WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA, OAB/PA nº 23.481, para o qual arbitro honorários advocatícios no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), valores estes que deverão ser pagos pelo Estado do Pará aos advogados dativos referidos. Em obediência do disposto no artigo 755, § 3º, do Novo Código de Processo Civil , e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil , inscreva-se a presente sentença no Registro de Pessoas Naturais e publique-se imediatamente, na rede mundial de computadores, no sítio do TJPA e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 meses, na imprensa local (uma vez) e no órgão oficial (por três vezes, com intervalo de 10 dias), constando no edital os nomes do Interdito e da Curadora, a causa da interdição, os limites da curatela e, não sendo total a interdição, os atos que o Interdito poderá praticar autonomamente. Sem condenação em custas e despesas processuais em razão da justiça gratuita deferida, fl. 19. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.C. São Caetano de Odivelas, 19 de julho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00001826420198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:RAIMUNDO FARIAS LAGOIA VITIMA:M. A. O. S. R. . DECISÃO Considerando a informação constante da certidão do sr. Oficial de Justiça à fl. 28 dos autos, bem como, que não há Defensor Público nesta comarca desde maio/2014 e tendo em vista a necessidade de garantir assistência judiciária gratuita a todos que dela necessitam, dever este que incumbe exclusivamente ao Estado nomeio defensor dativo a denunciado RAIMUNDO FARIAS LAGOIA o advogado Dr. WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA, OAB-PA 23.481. Intime-se o advogado dativo Dr. WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA, OAB-PA 23.481, para apresentação de resposta escrita, no prazo legal. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de JUNHO de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00014644020198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Curatela em: 24/06/2019 REQUERENTE:FAUSTA RODRIGUES LEAL Representante(s): OAB 28737 - ANTONIO CESAR SALDANHA CEI (ADVOGADO) INTERDITANDO:JOSE MARIA RODRIGUES. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS AÇÃO DE CURATELA PROCESSO Nº 0001464-40.2019.814.0095 TERMO DE AUDIÊNCIA Aos vinte e quatro (24) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019), à hora designada, nesta Cidade e Comarca de São Caetano de

Odivelas/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam a MM Juíza de Direito Titular desta Comarca, Dra. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS, a Promotora de Justiça, Dra. MARILUCIA SANTOS SALES. Presente a requerente FAUSTA RODRIGUES LEAL, RG nº 1923413, 4ª via, PC/PA, acompanhada de seu advogado Dr. ANTÔNIO CESAR SALDANHA CEI, OAB-PA 28.737. Presente o requerido JOSÉ MARIA RODRIGUES, RG nº 1911607, 2ª via, PC-PA. Aberta a audiência, a MM Juíza, passou a ouvir a requerente, que às perguntas da MM Juíza respondeu: "que o interditado sempre morou com a depoente; que são irmãos; que os outros irmãos do interditado moram em São João de Ramos; que tem mais três irmãos; que tem consciência das obrigações que voltará a assumir como curadora do interditado, dentre elas receber e administrar o benefício dele, que deverá ser aplicado em benefício do interditado; que o requerido Jonas Fonte Leal mora em Belém e não está visitando o pai aqui em São Caetano; que o benefício do interditado est´ suspenso desde 2015; que o interditado está vivendo sob o sustento da depoente e com ajuda de vizinhos; que está com dificuldade para comparar os remédios do interditado por falta de dinheiro." Às perguntas do Ministério Público respondeu: "que interditado tem uma outra filha de nome Silviane, que nunca cuidou do pai e nem o visita; que tem condições de cuidar do interditado; que o interditado mora na casa da depoente onde tem um quarto para ele." Sem perguntas pelo advogado. Impressão judicial: que o interditando estava bem alimentado, com higiene impecável, bem cuidado. Sobre o pedido de manifestou a RMP: "MM Juíza considerando os documentos acostados aos autos e ainda as declarações prestadas nesta audiência, o Ministério Público manifesta-se favoravelmente à substituição do curador de José Maria Rodrigues, conforme pleiteado na petição inicial, nos termos do Artigo 1.767, I, do CC e 747, II, do CPC. São os termos." DELIBERAÇÃO: tendo em vista a extensa pauta de audiências, venham os autos conclusos para sentença. Intimados os presentes. E de tudo, para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada por todos. Juíza de Direito: _____ Promotora de Justiça: _____ Advogado:_____ Requerente: _____ AV.SÃO BENEDITO, S/N, CENTRO, CEP. 68775-000, FONE 3767-1204 - E-mail: 1odivelas@tjpa.jus.br PROCESSO: 00015461820128140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Cumprimento de sentença em: 24/06/2019 REQUERENTE:CARLOS EDUARDO NEVES DE NAZARE Representante(s): OAB 19214 - JEAN DOS PASSOS LIMA (DEFENSOR DATIVO) REQUERIDO:INSTITUTO DE EDUCACAO SUPERIOR E SERVICO SOCIAL DO BRASIL - IESSB.. DESPACHO À secretaria judicial cumpra-se com a determinação de fl. 107 para fins de juntar aos autos os documentos de fls. 88/101 do processo nº 0001421-50.2012.814.0095. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00016429120168140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): OAB 14601-B - BIANCA ORMANES (PROCURADOR(A)) EXECUTADO:ESPOLIO DE JACOB GUEDES VALENTIN. DECISÃO Considerando a informação constante da certidão da secretaria judicial e tendo em vista o Memorando nº PA-MEM-2018/17898 que divulgou a admissão pelo egrégio TJE/PA de IRDR visando dirimir a questão sobre a inclusão do pagamento antecipado das diligências dos oficiais de justiça nas execuções fiscais da Gratificação de Atividade Externa - GAE, bem como que o seguimento da ação em curso está a depender do julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas de Tema 03 - processo nº 0800701- 34.2018.814.0000 que tramita perante o Tribunal de Justiça. Muito embora o citado incidente já se encontre julgado desde 19/09/2018, a decisão não transitou em Julgado. Como a tese jurídica eleita pelo Colegiado e doravante a ser adotada pelos demais Julgadores nesse Estado, inclusive, esse Juízo, pressupõe a sua definitividade, com a finalidade de preservar a unicidade de entendimento e com fulcro no poder geral de cautela, determino, na forma do art. 928, inc. I, do CPC, a suspensão de todas as ações de execução fiscal em que versada a questão afetada. Aguarde-se em secretaria até a deliberação final do Plenário do Egrégio TJ/ PA acerca do processo acima referido. Após, conclusos. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de JUNHO de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00016445620198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Interdição em: 24/06/2019 REQUERENTE:PAULO SERGIO RODRIGUES DOS SANTOS INTERDITANDO:BRAZ GUILHERME DOS SANTOS TERCEIRO:ADELIA RODRIGUES DOS SANTOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS AÇÃO DE SUBSTITUIÇÃO DE CURADOR PROCESSO Nº 0001644-56.2019.814.0095

TERMO DE AUDIÊNCIA Aos vinte e quatro (24) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019), à hora designada, nesta Cidade e Comarca de São Caetano de Odivelas/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam a MM Juíza de Direito Titular desta Comarca, Dra. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS, a Promotora de Justiça, Dra. MARILUCIA SANTOS SALES. Presente o requerente PAULO SÉRGIO RODRIGUES DOS SANTOS, RG nº 1695166, 2ª via, PC/PA. Presente o requerido BRAZ GUILHERME DOS SANTOS, RG nº 2541208, 4ª via, PC-PA. Presentes as testemunhas EVALDO ZEFERINO MIRANDA, RG. 2300470, PC-PA e EDVALDO ZEFERINO PINHEIRO, CNH 05002939916, DETRAN-PA. Presente o defensor dativo, Dr. ANTÔNIO CESAR SALDANHA CEI, OAB-PA 28.737, nomeado por este Juízo diante da ausência de Defensor Público nesta comarca desde o ano de 2014. Aberta a audiência, a MM Juíza, passou a ouvir o requerente, que às perguntas da MM Juíza respondeu: "que a mãe e curadora do interditado faleceu em outubro de 2018 e desde o falecimento de Adelia o interditado mora com o depoente e depende do depoente para se alimentar, para sua higiene pessoal e etc; que é irmão do interditado e tem amis dois irmãos, Antônio Rodrigues do Santos e Telma Maria Ferreira dos Santos, que moram em Belém; que Antônio e Telma nunca quiseram ficar com o interditado porque ele não se acostuma a morar em Belém; que seus irmãos estão de acordo que seja nomeado curador do Braz." Sem perguntas pelo Ministério Público. Sem perguntas pelo defensor dativo. Passou a ouvir a testemunha EDVALDO ZEFERINO PINHEIRO, nascido em 26/09/1965, filho de Milton de Nazaré Pinheiro e Maria Lidia Pereira Zeferino, testemunha advertida e compromissada na forma da lei. Às perguntas da Juíza respondeu: "que conhece o requerente e o interditado desde criança, posto que são vizinhos, desde então; que o interditado vivia sob os cuidados de sua mãe Adelia e que o requerente, o Braz e Adelia moravam todos juntos; que desde o falecimento de Adelia o interditado vive sob os cuidados do requerente; que o requerente tem companheira e uma filha adolescente, os quais tem bom relacionamento com o Braz; que o interditado e tranquilo, não é agressivo; que o interditado é bem cuidado pelo requerente e sua família; que o interditado tem outros irmãos que moram em Belém, a Telma e o Antônio; que nunca soube que Antônio e Telma tivessem vindo buscar o Braz para morar com eles e nem que tivessem esse interesse; que Antônio e Telma não costumam visitar o interditado; que os viu em algumas datas comemorativas enquanto Adelia estava viva." Sem perguntas pelo Ministério Público. Sem perguntas pelo defensor dativo. Passou a ouvir a testemunha EVALDO ZEFERINO MIRANDA, nascido em 08/04/1972, filho de Dionisio Rodrigues de Miranda e Maria Lidia Zeferino Miranda, testemunha advertida e compromissada na forma da lei. Às perguntas da Juíza respondeu: "que conhece o requerente e o interditado desde criança, posto que são vizinhos, desde então; que o interditado vivia sob os cuidados de sua mãe Adelia, que já é falecida desde 28/10/2018; que desde o falecimento da mãe do interditado este passou a viver sob os cuidados do requerente; que o requerente tem companheira e uma filha adolescente, os quais tem bom relacionamento com o Braz; que o interditado é bem cuidado pelo requerente e sua família; que o interditado tem outros irmãos que moram em Belém, a Telma e o Antônio; que nunca soube que Antônio e Telma tivessem vindo buscar o Braz para morar com eles e nem que tivessem esse interesse; que Antônio e Telma não costumam visitar o interditado." Às perguntas do Ministério Público respondeu: "que o interditado costuma estar sempre com higiene impecável e bem alimentado." Sem perguntas pelo defensor dativo. Sobre o pedido de manifestou a RMP: "MM Juíza considerando os documentos acostados aos autos e ainda as declarações prestadas nesta audiência, o Ministério Público manifesta-se favoravelmente à substituição do curador de Braz Guilherme dos Santos conforme pleiteado na petição inicial, nos termos do Artigo 1.767, I, do CC e 747, II, do CPC. São os termos. DELIBERAÇÃO: tendo em vista a extensa pauta de audiências, venham os autos conclusos para sentença. Intimados os presentes. E de tudo, para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada por todos. Juíza de Direito: _____ Promotora de Justiça: _____ Advogado:_____ Requerente: _____ Testemunha: _____ Testemunha:_____ AV.SÃO BENEDITO, S/N, CENTRO, CEP. 68775-000, FONE 3767-1204 - E-mail: 1odivelas@tjpa.jus.br PROCESSO: 00016902120148140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:EDIVALDO FIGUEIREDO RODRIGUES Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE SAO CAETANO DE ODIVELAS - PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 20072 - VANESSA AMANCIO DE LIMA (PROCURADOR(A)) . AÇÃO DE COBRANÇA REQUERENTE: EDIVALDO FIGUEIREDO RODRIGUES REQUERIDO: MUNICÍPIO DE

SÃO CAETANO DE ODIVELAS SENTENÇA Trata-se AÇÃO DE COBRANÇA ajuizada por EDIVALDO FIGUEIREDO RODRIGUES em face de MUNICÍPIO DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS, alegando, em síntese, que é funcionário comissionado no requerido, ocupante de cargo na Guarda Municipal. Tendo sido contratado em 02/01/2005 e exonerado em 30/12/2012. Requer o pagamento dos salários de dezembro/2012, 13º salário de 2012, férias referentes ao período de janeiro/2008 a janeiro/2013. O processo teve sua tramitação regular, porém, determinada a intimação do autor desta ação para se manifestar acerca da contestação este informou, conforme certificado na fl. 137 pelo sr. Oficial de Justiça, que não possui mais interesse no prosseguimento do feito. À fl. 139 foi determinada a intimação da ré para se manifestar acerca da manifestação do autor a qual permaneceu inerte, conforme certificado na fl. 141. É o que importa relatar. Decido. A parte autora requereu a desistência da presente ação á fl. 137 dos autos. Assim, no caso em questão, apesar de ter sido intimada a parte ré para se manifestar, esta não apresentou manifestação nos autos, conforme certificado na fl. 141, diante disso, entendo cabível a homologação da desistência desta ação. A regra do Artigo 485, inciso VIII do Código de Processo Civil é clara: o juiz não resolverá o mérito quando: homologar a desistência da ação. Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: VIII - homologar a desistência da ação; Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução de mérito, na forma do art. 485, VIII, do CPC. Intime-se a parte autora que poderá requerer o desentranhamento de documentos permanecendo nos autos as respectivas cópias. Após o transito em julgado. Arquivem-se os autos com as baixas necessárias. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDNÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA PROCESSO: 00017416120168140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento ordinário em: 24/06/2019 REQUERENTE:WALDENOR RAMOS DE BRITO Representante(s): OAB 21357 - WILLIAM VIANA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL Representante(s): OAB 5403 - JOSE MARIA DOS SANTOS RODRIGUES FILHO (PROCURADOR(A)) . DESPACHO Devolvam-se os autos à secretaria judiciária para cumprimento do despacho de fl. 109, para apresentação de memoriais finais na forma e no prazo legal. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00018888220198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 24/06/2019 AUTOR DO FATO:JONIL SANTOS DOS SANTOS VITIMA:J. A. F. . DESPACHO Designo audiência preliminar para o dia 14 de novembro de 2019, às 09horas. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de acordo entre as partes, em sendo ação penal condicionada à representação e da proposta de transação penal, podendo o autor do fato aceitar a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta, ou oferecer denúncia. Intime-se autor do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o da necessidade de comparecimento acompanhado de advogado. Certifique-se a senhora Diretora de Secretaria se o(a) autor(a) do fato foi contemplado ou não com transação penal nos últimos 05(cinco) anos nos termos do art. 76, §4º da Lei 9.099/95, bem como não possui condenação pela prática de crime e junte-se aos autos a certidão de antecedentes criminais atualizada. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00019242720198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 24/06/2019 AUTOR DO FATO:ROSIVALDO CHAGAS DE NAZARE VITIMA:B. A. F. . DESPACHO Designo audiência preliminar para o dia 14 de novembro de 2019, às 09horas e 30minutos. Intime(m)-se o(s) autor(es) do fato e a(s) vítima(s). Na audiência, haverá a possibilidade de acordo entre as partes, em sendo ação penal condicionada à representação e da proposta de transação penal, podendo o autor do fato aceitar a aplicação imediata de pena não privativa de liberdade. Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta, ou oferecer denúncia. Intime-se autor do fato, nos termos do artigo 67 da Lei nº 9.099/95, informando-o da necessidade de comparecimento acompanhado de advogado. Certifique-se a senhora Diretora de Secretaria se o(a) autor(a) do fato foi contemplado ou não com transação penal nos últimos 05(cinco) anos nos termos do art. 76, §4º da Lei 9.099/95, bem como não possui condenação pela prática de crime e junte-se aos autos a certidão de antecedentes criminais

atualizada. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja na comarca. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00020034020188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Execução Fiscal em: 24/06/2019 REQUERENTE:A FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): AFONSO CARLOS PAULO DE OLIVEIRA JUNIOR (REPRESENTANTE/NOTICIANTE) REQUERIDO:GRAO NORTE COMERCIAL LTDA. DECISÃO Considerando a informação constante da certidão da secretaria judicial e tendo em vista o Memorando nº PA-MEM-2018/17898 que divulgou a admissão pelo egrégio TJE/PA de IRDR visando dirimir a questão sobre a inclusão do pagamento antecipado das diligências dos oficiais de justiça nas execuções fiscais da Gratificação de Atividade Externa - GAE, bem como que o seguimento da ação em curso está a depender do julgamento do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas de Tema 03 - processo nº 0800701- 34.2018.814.0000 que tramita perante o Tribunal de Justiça. Muito embora o citado incidente já se encontre julgado desde 19/09/2018, a decisão não transitou em Julgado. Como a tese jurídica eleita pelo Colegiado e doravante a ser adotada pelos demais Julgadores nesse Estado, inclusive, esse Juízo, pressupõe a sua definitividade, com a finalidade de preservar a unicidade de entendimento e com fulcro no poder geral de cautela, determino, na forma do art. 928, inc. I, do CPC, a suspensão de todas as ações de execução fiscal em que versada a questão afetada. Aguarde-se em secretaria até a deliberação final do Plenário do Egrégio TJ/PA acerca do processo acima referido. Após, conclusos. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de JUNHO de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00022854420198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Carta de Ordem Cível em: 24/06/2019 DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DO NUCLEO DE SESSAO DA UNIDADE DE PROCESSAMENTO JUDICIAL DO SEGUNDO GRAU TJPA DEPRECADO:JUIZO DA COMARCA DE SAO CAETANO DE ODIVELAS ENVOLVIDO:MUNICIPIO DE SAO CAETANO DE ODIVELAS. DESPACHO Considerando a informação constante da certidão de fl. 19, acostada aos autos, devolva-se a Carta de Ordem ao remetente. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00023025120178140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento ordinário em: 24/06/2019 REQUERENTE:CAETANO BRANDAO DE OLIVEIRA NETO Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE ANANINDEUA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE Representante(s): OAB 6137 - LUIZ ROBERTO JARDIM MACHADO (PROCURADOR(A)) ENVOLVIDO:DANIEL MARTINS MOREIRA. DESPACHO Intimem-se as partes para apresentar e especificar as provas que pretendem produzir, individualizando e justificando a finalidade de cada uma delas, no prazo legal. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00028235920188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Monitória em: 24/06/2019 REQUERENTE:AGENCIA BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:J B DA S MATOS COMERCIO Representante(s): OAB 25102 - CRISTIANE BENTES DAS CHAGAS (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA GRACI OLIVEIRA SOUSA. DESPACHO À Secretaria Judicial certifique-se acerca da tempestividade dos embargos monitórios. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019 ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00031033020188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 24/06/2019 AUTOR DO FATO:MARILDA NEVES ALVES DA SILVA VITIMA:K. J. D. S. . DESPACHO Considerando a proposta de suspensão condicional do processo constante da denúncia, designo a audiência, nos termos do Artigo 89, da Lei nº 9.099/1995, para o dia 05 de novembro de 2019, às 10horas. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público e ao Defensor Público, caso haja na comarca. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00031195720138140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:HELIELMA CAMPOS NAZARE Representante(s): OAB xxxx - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE SAO CAETANO DE ODIVELAS - PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 20072 - VANESSA AMANCIO DE LIMA

(PROCURADOR(A)) . DESPACHO Intimem-se a parte autora para cumprir com o despacho de fl. 40, para apresentar e especificar as provas que pretendem produzir, individualizando e justificando a finalidade de cada uma delas, no prazo legal. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00031232120188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 24/06/2019 AUTOR DO FATO:JOHN MAIKO DA SILVA ZEFERINO VITIMA:E. M. S. Z. . _____ TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA ACUSADO: JOHN MAIKO DA SILVA ZEFERINO SENTENÇA Vistos, etc. VALDO FARIAS DA SILVA, identificado nos autos, está sendo acusado da prática do crime previsto no Art. 129, do CPB. À fl. 24, foi juntado Registro de Óbito do ora acusado. É o relatório. Decido. Extingue-se a punibilidade pela morte do agente, em decorrência do princípio mors omnia solvit e pelo princípio constitucional de que nenhuma pena passará da pessoa do delinquente, conforme disposto no art. 5º, XLV, 1ª parte da CF/88. Está comprovado o óbito do denunciado através do documento acostado à fl.24 dos autos. Com efeito, verifica-se que ocorreu uma das causas de extinção da punibilidade, qual seja, a morte do agente, conforme preceitua o art. 107, inciso I do Código Penal. Diante de todo o exposto declaro extinta a punibilidade do nacional JOHN MAIKO DA SILVA ZEFERINO, nos termos do art. 107, I do Código Penal Brasileiro. Sem custas Transitada em julgado, procedam-se as anotações e comunicações necessárias e arquive-se. Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas-PA, 24 de JUNHO de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00031267320188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 24/06/2019 AUTOR DO FATO:ELDA MARIA PEREIRA DA COSTA VITIMA:O. E. . DESPACHO Considerando a proposta de suspensão condicional do processo constante da denúncia, designo a audiência, nos termos do Artigo 89, da Lei nº 9.099/1995, para o dia 05 de novembro de 2019, às 10horas e 30minutos. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público e ao Defensor Público, caso haja na comarca. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00034183420138140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Cumprimento de sentença em: 24/06/2019 REQUERENTE:NIVEA ALMEIDA RODRIGUES Representante(s): OAB 19032 - ANDRE AUGUSTO SERRA DIAS (ADVOGADO) OAB 18910 - CAIO BRITTO RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANIF BRASIL BM SA Representante(s): OAB 17167 - MARCEL CEZAR DA CRUZ (ADVOGADO) OAB 1745 - FRANCISCO GOMES COELHO (ADVOGADO) . DESPACHO À secretaria judicial cumpra-se integralmente com a decisão de fl. 218 dos autos. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00039234920188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 24/06/2019 REQUERIDO:PAULO HENRIQUE FERREIRA VITIMA:V. R. P. AUTORIDADE POLICIAL:DPC ALAN PINHEIRO CAVALCANTE. DESPACHO Considerando a informação constante da certidão de fl. 17, concedo vistas ao Ministério Público. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00529102420158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:ADAELSON SOUZA MAIA Representante(s): OAB 17145 - MAXWELL CAVALCANTE DOS SANTOS GERALDO (ADVOGADO) VITIMA:W. B. S. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO Nº 0052910-24.2015.814.0095 AÇÃO PENAL - ARTIGO 157, DO CPB TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Aos vinte e quatro (24) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019), à hora designada, nesta Cidade e Comarca de São Caetano de Odivelas/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam a MM Juíza de Direito Titular desta Comarca, Dra. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS, a Promotora de Justiça, Dra. MARILUCIA SANTOS SALES. Ausente o denunciado ADAELSON SOUZA MAIA. Ausentes as testemunhas LUCAS PALHETA DIAS, JOÃO BATISTA DA LUZ DE BRITO, MAYANE FAVACHO MORAES. Presente o defensor dativo, Dr. ANTÔNIO CESAR SALDANHA CEI, OAB-PA 28.737, nomeado por este Juízo diante da ausência de Defensor Público nesta comarca desde o ano de 2014. Aberta a audiência a MM. Juíza passou a palavra para a RMP que insiste na oitiva das testemunhas faltosas e que

as mesmas sejam conduzidas para a audiência designada por este Juízo, tendo em vista que foram devidamente intimadas para esta audiência e não compareceram. Deliberação: Determino à secretaria judicial que certifique acerca do cumprimento da carta precatória para oitiva das testemunhas Domingos Paulo Matos Favacho e Warlisson Barros da Silva para a comarca de Marituba, com expedição de nova carta se for o caso. Redesigno a audiência para o dia 29 de outubro de 2019, às 11horas e 30minutos. Intimem-se as testemunhas faltosas para comparecerem à audiência sob pena de serem conduzidas coercitivamente para o ato. Intimados os presentes. E de tudo, para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada por todos. Juíza de Direito: _____ Promotora de Justiça: _____ Advogado:_____ AV.SÃO BENEDITO, S/N, CENTRO, CEP. 68775-000, FONE 3767-1204 - E-mail: 1odivelas@tjpa.jus.br PROCESSO: 00609084320158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 24/06/2019 DENUNCIADO:MANOEL ADEVALDO RODRIGUES SANTOS Representante(s): OAB 17145 - MAXWELL CAVALCANTE DOS SANTOS GERALDO (ADVOGADO) OAB 19214 - JEAN DOS PASSOS LIMA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . DESPACHO Intime-se o defensor dativo nomeado para o denunciado na audiência de fl. 77 para apresentação de memoriais finais na forma e no prazo legal. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00779085620158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 24/06/2019 DENUNCIADO:EDIVAL PALHETA SOARES Representante(s): OAB 25102 - CRISTIANE BENTES DAS CHAGAS (ADVOGADO) VITIMA:P. J. P. TESTEMUNHA:OSVALDINO SERRAO DE MORAES. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO Nº 0077908-56.2015.814.0095 AÇÃO PENAL - ARTIGO 121, DO CPB TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Aos vinte e quatro (24) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019), à hora designada, nesta Cidade e Comarca de São Caetano de Odivelas/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam a MM Juíza de Direito Titular desta Comarca, Dra. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS, a Promotora de Justiça, Dra. MARILUCIA SANTOS SALES. Presente o denunciado EDIVAL PALHETA SOARES, RG nº 5075349, 2ª via, PC/PA, acompanhado de advogada Dra. CRISTIANE BENTES DAS CHAGAS, OAB-PA N° 25.102. Ausentes as testemunhas JOÃO CLÁUDIO DE JESUS PINTO, EDVAN GUSTAVO SOUSA SERRÃO e MOISES FURTADO PINTO ILHO. Aberta a audiência a MM. Juíza passou a palavra para a RMP que insiste na oitiva das testemunhas faltosas, com condução coercitiva. Deliberação: Redesigno a audiência para o dia 05 de novembro de 2019, às 09horas. As testemunhas faltosas deverão ser conduzidas coercitivamente para a audiência. Expeça-se carta precatória para a oitiva da testemunha Moises Furtado Pinto Filho para a comarca onde ele estiver preso. Intimados os presentes. E de tudo, para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada por todos. Juíza de Direito: _____ Promotora de Justiça: _____ Advogada: _____ Denunciado:_____ AV.SÃO BENEDITO, S/N, CENTRO, CEP. 68775-000, FONE 3767-1204 - E-mail: 1odivelas@tjpa.jus.br PROCESSO: 01189083620158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 24/06/2019 DENUNCIADO:CLEBERTON SILVA DA COSTA FERNANDES Representante(s): OAB 23192 - LEONARDO PAULO RASSY SOUZA (DEFENSOR DATIVO) INDICIADO:APURACAO VITIMA:L. R. L. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO Nº 0118908-36.2015.814.0095 Ação Penal - ART. 157, §2º, I e II, do CPB TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Aos vinte e quatro (24) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019), à hora designada, nesta Cidade e Comarca de São Caetano de Odivelas/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam a MM Juíza de Direito Titular desta Comarca, Dra. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS, a Promotora de Justiça, Dra. MARILUCIA SANTOS SALES. Ausente o denunciado CLEBERTON SILVA DA COSTA FERNANDES, conforme informação prestada pela SUSIPE pelo telefone para servidora deste Fórum. Ausentes as testemunhas LETÍCIA RODRIGUES DA LUZ, LUANA DA CONCEIÇÃO, LUIZ FELIPE SOUZA DA LUZ e LUCIANE RODRIGUES DA LUZ. Aberta a audiência a MM. Juíza passou deliberar nos

seguintes termos: "tendo em vista a ausência do denunciado e das testemunhas, apesar de devidamente intimadas, concedo vista dos autos ao Ministério Público." Intimados os presentes. E de tudo, para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai devidamente assinada por todos. Juíza de Direito: _____ Promotora de Justiça: _____ AV.SÃO BENEDITO, S/N, CENTRO, CEP. 68775-000, FONE 3767-1204 - E-mail: 1odivelas@tjpa.jus.br PROCESSO: 01199104120158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:SINDICATO DOS TRABALADORES EM SAUDE PUBLICA NO ESTADO DO PARA SINDSAUDE Representante(s): OAB 8106 - SOLANGE DE NAZARE DE SOUZA RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 12397 - KAREM LIMA CAVALCANTI BARRETO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE SAO CAETANO DE ODIVELAS Representante(s): OAB 20072 - VANESSA AMANCIO DE LIMA (PROCURADOR(A)) . DECISÃO Defiro a produção da prova pericial requerida na fl. 1081, no item "1". À parte requerida concedo o prazo de 05 (cinco) dias para recolhimento antecipado dos honorários periciais do Juízo, devendo juntar aos autos o respectivo comprovante de pagamento. Com a juntada aos autos do comprovante de recolhimento dos honorários acima mencionados, encaminhem-se os autos ao contador do Juízo, na comarca de Ananindeua, para realização da perícia. Defiro a produção da prova documental requerida no item "2", devendo a parte ré juntar aos autos os respectivos documentos no prazo de 05 (cinco) dias. Indefiro a prova oral requerida no item "3" da petição de fl. 1082, tendo em vista que se trata de matéria que pode ser provada por via documental. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 01329075620158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa em: 24/06/2019 REQUERIDO:MAURO RODRIGUES CHAGAS Representante(s): OAB 3016 - JOSE CLOVIS FERREIRA BASTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:RUBENS DE OLIVEIRA BARBALHO Representante(s): OAB 2816-B - EVALDO PINTO (ADVOGADO) REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROCESSO Nº 0132907-56.2015.8.14.0095 TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Aos vinte e quatro (24) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019), à hora designada, nesta Cidade e Comarca de São Caetano de Odivelas/PA, no prédio do Fórum, na sala de audiências, onde presentes se encontravam a MM Juíza de Direito Titular desta Comarca, Dra. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS, a Promotora de Justiça, Dra. MARILUCIA SANTOS SALES. Presente o requerido MAURO RODRIGUES CHAGAS, CNH nº 00097772543, DETRAN-PA, acompanhado de sua advogada Dra. ERIKA AUZIER DA SILVA, OAB/PA nº 22.036 Presente o requerido RUBENS DE OLIVEIRA BARBALHO, CNH nº 03430127175, DETRAN-PA, acompanhado de sua advogada Dra. DANIELA DE MOURA BRAGA, OAB/PA nº 26.709. presente a testemunha sra. DELMA MARIA CUNHA DOS SANTOS, RG. 2540819, 4ª VIA, PC-PA Aberta a audiência, a MM Juíza, passou a palavra para a defesa do requerido Mauro Rodrigues Chagas que desiste da oitiva das demais testemunhas ausentes. Em seguida, passou a ouvir a o requerido MAURO RODRIGUES CHAGAS, nascido em 05/11/1959, na cidade de São Caetano de Odivelas, filho de Francisco Ramos das Chagas e Cebila Rodrigues das Chagas, que às perguntas do juízo respondeu: "que é o atual prefeito de São Caetano. Que seu mandato começou em janeiro de 2013, está no segundo mandato; que lhe perguntado sobre os fatos que lhe são imputados na exordial, de não repassar ao BANIF parcelas de consignados descontados em folha de pagamento dos servidores da prefeitura respondeu que oficiou ao prefeito anterior solicitando que fosse realizada transição de governo; que não foi respondido pelo sr. Rubens e não foi realizado qualquer processo de transição der governo; que o depoente sequer sabia da existência de tal irregularidade e de tal dívida da prefeitura; que só teve conhecimento da dívida após receber cobrança do BANIF, em razão de que entrou em conciliação com o BANIF, com o parcelamento da dívida, já tendo pago uma boa parte do valor devido; que as parcelas de empréstimo referentes aos anos de 2014 e 2015 também entraram em acordo com o BANIF, posto que não foram repassadas regularmente de forma mensal corresponde aos descontos das folhas de pagamento dos servidores; que não chamou o prefeito anterior para tentar qualquer tipo de acordo; que o Banif só lhe cobrava os repasses a partir do ano de 2013." Às perguntas do MP respondeu: "que quando entrou não tinha conhecimento de que eram descontados valores de empréstimos nas folhas de pagamento dos servidores da prefeitura; que eram e são responsáveis pelas folhas de pagamentos dos servidores a sra. Delma Maria Cunah dos Santos e a Sra. Rose; que as referidas foram nomeadas pelo depoente para exercer os cargos de Departamento de pessoal e Folha de pagamento, respectivamente; que não se recorda se Delma ou Rose lhe informaram se estavam ocorrendo descontos de parcelas de empréstimos

consignados nas folhas de servidores da prefeitura; que não se recorda em que foi aplicado o dinheiro descontado em folhas de pagamento dos servidores da prefeitura e não repassados ao BANIF; que não sabe informar a origem, de onde saiu o dinheiro para o pagamento do acordo feito com o BANIF; que o setor jurídico da prefeitura chegou a informar os servidores sobre o não repasse das parcelas de empréstimo ao BANIF; que outros servidores tiveram a iniciativa própria de procurar informação e providência administrativamente junto à prefeitura; que lhe perguntado sobre o ofício do MP de fl. 22 dos autos, pelo qual o MP requisita informações sobre o não repasse de parcelas de consignado ao BANIF, datado de dezembro/2014, o depoente informa que não teve conhecimento do referido ofício, não tendo chegado em suas mãos o documento, mas, posteriormente, o setor jurídico lhe informou do que se tratava o ofício do MP; que imaginou que os valore descontados das folhas de pagamento estavam sendo repassados regularmente ao BANIF; que Rose e Delma não desviaram dinheiro referente a esses empréstimos consignados, cujas parcelas não foram repassadas ao BANIF e nem o depoente; que hoje o servidor responsável pelo repasse do pagamento do acordo com o BANIF é Clóvis Junior Chagas, que está trabalhando a prefeitura a pouco mais de sete meses; que antes o responsável era o servidor: no ano de 2013 era Evaldo Soares; depois Jocenildo Soares, atual Secretário de Agricultura; após assumiu o sr. Carlos (Carlinho), depois desse assumiu o atual; que o setor jurídico, atualmente, está conversando com o BANIF para quitar o débito; que o Secretário de Finanças deve saber a origem do dinheiro do pagamento do acordo com o BANIF; que não sabe informar se houve qualquer distrato do acordo com o BANIF durante a sua gestão; que o setor jurídico da prefeitura é composto pelos doutores Vanessa, Márcia e Marcos; que há uma controvérsia entre o restante do débito entre a prefeitura e o BANIF, referente ao qual o setor jurídico não ingressou com ação judicial, mas está em negociação administrativa com o BANIF. Sem perguntas pela defesa de Rubens Barbalho. Às perguntas da advogada de sua defesa respondeu: "que a prefeitura tem convênio de empréstimo consignado também com o BANPARÁ e com o Banco do Brasil." Passou a ouvir o requerido RUBENS DE OLIVEIRA BARBALHO, nascido em 31/10/1964, na cidade de São Caetano de Odivelas, filho de Lutercio de Barros Barbalho e Maria Augusta de Oliveira Barbalho, que às perguntas do juízo respondeu: "que foi prefeito de São Caetano desde março/2008 até dezembro/2012; que são verdadeiros os fatos de que em outubro, novembro e dezembro de 2012 não foram repassados ao BANIF os valores descontados de folhas de pagamentos dos servidores da prefeitura que realizaram empréstimos consignados junto ao BANIF; que não sabe informar o valor que não foi repassado ao BANIF; que a prefeitura deixou de repassar os valores descontados das folhas de pagamentos dos servidores referentes a empréstimos consignados porque o depoente precisava priorizar pagamento de salário dos servidores, tendo em vista que no final de sua gestão houve uma queda significativa na arrecadação municipal; que, portanto, teve conhecimento da falta de repasse ao BANIF do valor referido na exordial; que o próprio depoente fez a transição de governo com o gestor que estava assumindo; que todos os seus secretários fizeram parte da transição de governo com o gestor que estava assumindo; que é graduado em administração de empresas; que já foi empresário na área de comunicação, servidor público estadual durante 12 anos e atualmente trabalha com projeto de agricultura e está com um cargo na COSANPA; que tem amplo conhecimento de como se dá o processo de empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento de devedores; que lhe perguntado sobre sua obrigação de repassar o dinheiro que foi descontado dos servidores para o BANIF respondeu que: `poderia ser repassada para posterior a sua gestão"." Às perguntas do MP respondeu: "que não se recorda se pessoalmente informou ao gestor que estava assumindo a prefeitura sobre o débito; mas houve processo de transição de governo regular e tem certezas que durante este processo todas as pendências de sua gestão foram informadas à gestão que estava assumindo; que recebeu ofícios do MP referente ao débito junto ao BANIF; que nunca entrou em contato com o BANIF para saldar o débito porque não entendia como uma dívida pessoal, mas sim da prefeitura; que que era um valor devido da prefeitura; que foi orientado por sua assessoria jurídica; que acredita que era um débito da prefeitura com o banco, que poderia ser pago posteriormente, em outros meses; que reconhece como sua a assinatura apostada no documento de fl. 98 dos autos; Às perguntas da defesa de Mauro Chagas respondeu: "que lhe perguntado se tem conhecimento que em processo de transição de gestão publica deve ser confeccionado um relatório de transição de governo, respondeu que não tem conhecimento; que com certeza houve levantamento, que foi informado ao gestor que lhe sucedeu a existência de contratos com a prefeitura, dívidas, obrigações e etc; que não se recorda se tais informações foram de forma verbal ou por documento." Às perguntas da advogada de sua defesa respondeu: "que os documentos referentes ao convênio com o BANIF e os empréstimos dos servidores foram todos repassados ao gestor que lhe sucederam; que o sistema de empréstimo consignado com desconto em folha de servidor continuou o mesmo, não foi alterado pelo gestor que lhe sucedeu e no sistema estavam todas as informações necessárias referentes aos processo com o BANIF." Em seguida, passou a ouvir a testemunha do

requerido Mauro Rodrigues Chagas, sra. DELMA MARIA CUNHA DOS SANTOS, nascida em 23/12/1973, na cidade de São Caetano de Odivelas-Pa, filha de Ismael Ferreira dos Santos e Nadir Cunha dos Santos. Testemunhas devidamente advertida e compromissada na forma da lei. Às perguntas do juízo respondeu: "que é servidora pública municipal efetiva desde 2013; que ingressou mediante aprovação de concurso público de provas e títulos para o cargo de agente administrativo; que atualmente exerce cargo comissionado de diretora de recurso humanos, desde o início da atual gestão; que na gestão anterior não exerceu nenhum cargo comissionado, mas trabalha no setor de recurso humanos; que os processos de empréstimos consignados de servidores passam pela sua pasta para que expeça as cartas de margem disponíveis dos servidores; que realiza esta função desde que assumiu a direção do RH; que hoje a prefeitura só tem convênio com o BANPARÁ, mas já teve com o BANIF e com o Banco do Brasil; que o convênio com o BANIF foi encerrado entre os anos de 2015 e 2016, mas não se recorda ao certo; que não tem conhecimento que deixaram de ser repassados ao BANIF as parcelas de empréstimos descontadas das folhas de pagamento dos servidores, mas tem conhecimento que as parcelas foram descontadas das folhas de pagamento; que o responsável pelo repasse do dinheiro descontado da folha de pagamento ao BANIF é o secretário de finanças públicas do município, que em 2013 foi exercido pelo sr. Evaldo Soares, que a partir de 2014 foi o Jocenildo Soares Soares, não se recordando quem assumiu a secretaria de finanças públicas após o Jocenildo; que recebeu alguns servidores públicos reclamando de que estavam com os seus nomes negativados nos serviços de proteção ao crédito em razão de empréstimos consignados cuja prefeitura não estava fazendo repasse ao BAJNIF; que a depoente sempre informava a reclamação dos servidores ao secretário de finanças." Às perguntas do MP respondeu: "que informava ao secretario de finanças verbalmente e ele lhe informava ora que havia feito o repasse e ora que estavam em acordo com o BANIF; que lhe informaram, inclusive, que foi apresentado à advogada Gabriele comprovantes de repasse de parcelas de consignado, mas que não viu tais comprovantes; que é responsável pela folha de pagamento a sra. Luziene Cardoso desde o ano de 2013; que apresentado o documento de fl. 09 a depoente confirmou que a responsável pela confecção da folha de pagamento é a Luziene Cardoso; que Luziene Cardoso é lotada no gabinete da prefeitura num cargo em comissão; que acredita que em junho/2015 encerrou o convênio da prefeitura com o BANIF porque a partir desse mês não recebeu mais e-mail daquele banco com a relação dos servidores cobrando as parcelas dos empréstimos; que atualmente o secretário de finanças públicas é o Clóvis Junior; que a depoente não é subordinada Clóvis Junior, que é subordinada ao Secretário de Administração Adalberto Junior." Às perguntas da defesa de Mauro Chagas respondeu: "que referente aos empréstimos consignados junto ao BANIF nunca houve um sistema informatizado de confecção, controle, liberação, margem de consignação e etc dos servidores da prefeitura, que era feito tudo manualmente com documentos físicos; que referentes aos empréstimos do BANPARÁ há sistema informatizado; que com relação aos processo de empréstimos consignados junto ao BANIF não havia um arquivo." Às perguntas da defesa de Rubens Barbalho respondeu: "que esclarece que no setor de recurso humanos onde sempre trabalhou nunca houve um arquivo dos processos de empréstimos com o BANIF, não sabendo informar se havia em outros setores." As partes nada mais requereram. DELIBERAÇÃO: Encerrada a instrução processual. Dê-se vista dos autos às partes para apresentarem memoriais finais, no prazo de na forma legal, iniciando pelo Ministério Público. Após, concluso para sentença. Intimados os presentes. E de tudo, para constar, lavrou-se a presente ata, que lida e achada Juíza de Direito: _____ Promotora de Justiça: _____ Requerido: _____ Advogada: _____ Requerido: _____ Advogada: _____ Testemunha:_____ AV.SÃO BENEDITO, S/N, CENTRO, CEP. 68775-000, FONE 3767-1204 - E-mail: 1odivelas@tjpa.jus.br PROCESSO: 00000331720118140095 PROCESSO ANTIGO: 201120000207 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Execução da Pena em: 25/06/2019 APENADO:ANTONIO FRANCELINO MALCHER GOES. DECISÃO Considerando a sentença de extinção de punibilidade prolatada nestes autos, pois que o apenado cumpriu com a pena, bem como a certidão de trânsito em julgado, determino à Secretaria Judicial que cumpra com os termos da sentença que extinguiu a punibilidade do apenado. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 25 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito da Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00001419720198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 25/06/2019 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:CARLOS

TAVARES DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (ADVOGADO) TESTEMUNHA:F. M. C. P. TESTEMUNHA:A. C. C. B. TESTEMUNHA:RONALD BESSA BELEM. DECISÃO Em vista dos autos observei que o ora denunciado foi preso em flagrante pela guarnição da polícia militar no dia 17/01/2019 quando guardava consigo, em sua residência, 21 (vinte e uma) petecas de droga conhecida popularmente como "maconha". Em 27/02/2019 foi determinada a notificação do acusado para apresentar defesa prévia, o qual devidamente notificado informou que pretendia ser patrocinado pela defensoria pública, certidão de fl. 42v. Nomeado defensor dativo ao acusado na fl. 44, que apresentou defesa prévia com alegações preliminares nas 51/54, razão pela qual foi concedida vista dos autos ao Ministério Público (fls. 56/57), seguida de decisão deste Juízo, proferida em 08/05/2019, rejeitando as preliminares, recebendo a denúncia, designando audiência de instrução e julgamento e determinando a citação do réu, nas fls. 58. O ora denunciado está sendo acusado do crime de tráfico de drogas e teve sua prisão preventiva decretada em 17/01/2019, para garantia da ordem pública, por, supostamente, ter praticado o crime descrito no artigo 33, da Lei nº 11.343/2009. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva e o ora denunciado permanece preso até os dias atuais para garantia da ordem pública. A Recomendação Conjunta nº 01/2018 CJRMB/CJCI que dispõe sobre a necessidade de observância do Princípio constitucional da razoável duração do processo em processos criminais de presos provisórios e estabelece que: "... a todos os Juízes de competência criminal no Estado do Pará, para que observem o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão da instrução criminal em processos que envolvem réus presos provisórios." No caso em questão o processo ainda não iniciou a fase de instrução, razão pela qual, entendo por bem, para evitar excesso de prazo da prisão do ora denunciado revogar a prisão preventiva do mesmo aplicando as medidas cautelares previstas no Artigo 319, do CPP. Diante disso, em atendimento à Recomendação Conjunta nº 02/2018 - CJRMB/CJCI, para evitar excesso de prazo da prisão do réu e sendo a liberdade a regra e a prisão a exceção, concedo a LIBERDADE PROVISÓRIA de CARLOS TAVARES DO NASCIMENTO, o que faço com fundamento nos termos da Recomendação do CNJ acima mencionada mediante as seguintes obrigações, conforme Artigo 319, do CPP: 1- Comunicar qualquer mudança de endereço; 2- Não cometer ilícitos penais; 3- Não se ausentar da Comarca onde reside por mais de 30 dias sem informar o local onde possa ser encontrado; 4- comparecimento periódico em juízo (todo o dia 20 de cada mês), até ulterior deliberação para informar e justificar atividades; 5- Proibição de acesso ou frequência a bares, boates e congêneres; 6- Recolhimento domiciliar no período noturno, a partir das 20hrs e nos dias de folga. LOGO QUE O RÉU FOR SOLTO, TEM QUE COMPARECER, URGENTEMENTE, ATÉ O DIA 27/06/2019, AO JUÍZO DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PARA PRESTAR COMPROMISSO. Lavre-se os Termos de Comparecimento, sob pena de revogação do benefício ora concedido. Expeça-se ALVARÁ DE SOLTURA, salientando no mesmo que o réu deverá ser colocado em liberdade exceto se por outro motivo não estiver preso. Resigno audiência de instrução e julgamento para o dia 05 de novembro de 2019, às 11horas. Intimem-se os réus e requisitem-se as testemunhas. Ciência ao Ministério Público e à defesa. Expeça-se o que necessário. Cumpra-se observando as cautelas legais. São Caetano de Odivelas/PA, 24 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00008616420198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 25/06/2019 REQUERENTE:ADRIELE SANTA ROSA DE OLIVEIRA Representante(s): LUCIANA TARCILA VIEIRA GUEDES-DEFENSORA PUBLICA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) REQUERIDO:DENISON ANJOS DE JESUS. DESPACHO Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, juntar aos autos o Termo de Audiência mencionado na fl. 03 da petição inicial, o qual, conforme informação constante da exordial, comprova a posse do imóvel objeto da presente. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 25 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00010227420198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Tutela em: 25/06/2019 REQUERENTE:VALDOENE FERREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (ADVOGADO) REQUERIDO:JUSCELINA CHIRLEY BARBOSA CARDOSO Representante(s): OAB 12300 - ANTONIO HUMBERTO GOMES DA SILVA (ADVOGADO) . DESPACHO À Secretaria Judicial certifique acerca do depósito das demais parcelas requeridas pelo autor na petição inicial, após, retornem conclusos. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 25 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00011012420178140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019

REQUERENTE:PEDRO SOARES DE FREITAS Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (ADVOGADO) REQUERIDO:PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO CAETANO DE ODIVELAS Representante(s): OAB 20072 - VANESSA AMANCIO DE LIMA (PROCURADOR(A)) . DESPACHO Em vista dos autos verifiquei que a petição e documento acostados nas fls. 115/116 não se refere a este processo, assim, determino o desentranhamento de tais documentos e juntada ao processo nº 0001022-74.2019.814.0095, ao qual se refere. Após, retornem conclusos para análise do pedido de fls. 117/118. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 25 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00014245820198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Outros procedimentos de jurisdição voluntária em: 25/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDA DOS ANJOS MONTEIRO Representante(s): OAB 25102 - CRISTIANE BENTES DAS CHAGAS (ADVOGADO) INTERDITANDO:HENRIQUE CEREJA DE SOUSA. Ação de Registro de Óbito Tardio Requerente: RAIMUNDA DOS ANJOS MONTEIRO SENTENÇA Vistos, etc. RAIMUNDA DOS ANJOS MONTEIRO, qualificada à fl. 02 dos autos, requer, através da presente demanda, o registro de Óbito do seu companheiro Henrique Cereja de Souza, falecido no dia 11/07/2018, conforme faz prova a declaração de óbito acostada aos autos com a causa do falecimento. Alega a requerente que o registro de óbito de seu companheiro não foi registrado no prazo legal, em cartório competente, porque a ora requerente ficou abalada com o falecimento repentino do de cujus. Juntou documentos de fls. 06/16. Instado, o Ministério Público manifestou-se de forma favorável ao pedido (fl. 17v). É o relatório. Decido. Trata-se de pedido de registro de óbito fora do prazo legal, com fundamento na Lei nº 6.015/73. A parte requerente juntou aos autos documentos suficientes para a comprovação de suas alegações. Tendo a Ilustre Representante do MP emitido parecer favorável ao pedido constante da exordial. Ante o exposto, defiro o pedido, e determino que o(a) Sr(a). Oficial (a) do Cartório de Registro Civil da Comarca de São Caetano de Odivelas proceda o registro de óbito de HENRIQUE CEREJA DE SOUSA, brasileiro, nascido em 14/04/1959, em São Caetano de Odivelas/Pará, RG. 1842398, 2ª via, PC/PA, filho de Henrique de Sousa pereira e Genil Cereja de Sousa, falecido em 11/07/2018, no prazo legal, sob as penas da lei, sem custas, nos termos do art. 46, § 2º da Lei nº 6.015/73, sendo a causa mortis asfixia mecânica com fratura na cabeça, nas observações constar que DEIXOU QUATRO FILHOS e NÃO DEIXOU BENS. Após o transito em julgado, expeça-se o competente mandado. Parte isenta de custas. Ciência à Representante do Ministério Público e a parte autora. Transitado em julgado, arquive-se. São Caetano de Odivelas/PA, 25 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00015810220178140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:ISAILTON SIQUEIRA ALMEIDA Representante(s): OAB 20855 - LEANDRO ATHAYDE FERNANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIS CARLOS FARIAS DA SILVA Representante(s): OAB 11373 - DENILSON SILVA AMORIM (ADVOGADO) . DESPACHO À Secretaria Judicial certifique acerca da tempestividade da contestação. Em sendo tempestiva a contestação intime-se a parte autora para, querendo, se manifestar acerca da mesma, no prazo legal. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 25 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00015865320198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Regularização de Registro Civil em: 25/06/2019 REQUERENTE:EDVAN DOS SANTOS FERREIRA Representante(s): OAB 3752 - ANTONIO CARLOS DE ANDRADE MONTEIRO (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) . AÇÃO DE JUSTIFICAÇÃO PARA ASSENTO DE REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO AUTOR: EDVAN DOS SANTOS FERREIRA (Qualificado na inicial) ENDEREÇO: TRAV. ALUÍSIO CHAVES, RUA DAS FLORES, S/Nº, PRÓXIMO AO CEMITÉRIO, BAIRRO PEPEUA, SÃO CAETANO DE ODIVELAS. DESPACHO/MANDADO Tendo em vista a manifestação ministerial de fl. 19, designo audiência para justificação do alegado na petição inicial e oitiva de testemunhas para o dia 03 de setembro de 2019, às 11horas e 15minutos. Intime-se a parte REQUERENTE. As testemunhas da requerente deverão comparecer independentemente de intimação. Ciência da data da audiência ao Ministério Público e à Defensoria Pública, caso haja na comarca. Cumpra-se expedindo o necessário e observando as cautelas legais. SERVE COMO MANDADO. São Caetano de Odivelas/PA, 25 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00015873820198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 25/06/2019 REQUERENTE:ALDENIRA DOS SANTOS SILVA Representante(s): LUCIANA TARCILA VIEIRA GUEDES-DEFENSORA PUBLICA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) . AÇÃO DE RESTAURAÇÃO

REGISTRO CIVIL REQUERENTE: ALDENIRA DOS SANTOS SILVA SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVL, proposta por ALDENIRA DOS SANTOS SILVA, devidamente qualificada nos autos, alega, em síntese, que a sua certidão de nascimento foi lavrada pelo Cartório do distrito de Perseverança de Registro Civil, neste município de São Caetano de Odivelas e ao solicitar uma segunda via foi informada que não foi localizado o seu registro de nascimento, conforme certidão negativa anexada com a exordial, razão pela qual propôs a presente ação com a finalidade de ter restaurado o seu registro de nascimento para fins de regularizar a situação de seus documentos civis. O processo veio instruído com documentos de fls. 05/10. Em manifestação à fl. 12 a representante do Ministério Público foi favorável ao pleito da autora. É o que importa relatar. Decido. Conforme estabelece o artigo 109, da LRP quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. Constam nos autos, documentos suficientes para o deferimento do pedido, bem como o Ministério Público se manifestou favoravelmente ao pedido da inicial, por estarem acostados aos autos a certidão negativa do cartório e os documentos pessoais da requerente. Ante o exposto, com fundamento no artigo 109, §4º da Lei nº 6.015/73, julgo PROCEDENTE o pedido e resolvo o mérito, nos termos do artigo 487, I do Novo Código de Processo Civil, para determinar que seja ASSENTADO o registro civil de nascimento de ALDENIRA DOS SANTOS SILVA, nascida em 02 de agosto de 1977, filha de Maria dos Santos e Raimundo Silva, avós maternos Darzina Rodrigues dos Santos, avós paternos Cantidio Modesto e Venância Silva, dados indicados nos documentos em anexo para proceder ao assentamento ora determinado. Ciência à Representante do Ministério Público. Transitado em Julgado EXPEÇA-SE MANDADO ao Cartório de Registro Civil de São Caetano de Odivelas. A parte requerente irá proceder a retirada, sem custas ou emolumentos, deferindo-se a Justiça Gratuita. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas, 25 de junho de 2018. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00016885120148140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 25/06/2019 REQUERENTE:JOSE LUIZ RODRIGUES DA SILVA Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) REQUERIDO:EDRICIA DA SILVA CABRAL. DESPACHO Diante do tempo decorrido desde o ajuizamento desta ação, intime-se, pessoalmente, a parte autora, para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, informar em que situação está o imóvel objeto desta demanda e se irá constituir advogado ou pretende assistência da Defensoria Pública, o que deverá ser devidamente certificado pelo sr. Oficial de Justiça. Decorrido o prazo, certifique-se o que houver e encaminhe conclusos os autos. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 25 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00017874520198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 INTERESSADO:IDALETE DA CONCEICAO MONTEIRO REQUERIDO:DARIANE CONCEICAO MONTEIRO REQUERIDO:DANUSA DA CONCEICAO MONTEIRO REQUERIDO:DUCELIA DA CONCEICAO MONTEIRO REQUERIDO:RUDSON DA CONCEICAO MONTEIRO REQUERIDO:BENEDITO JUNIO MONTEIRO PINHEIRO REQUERIDO:DAIANA MONTEIRO PINHEIRO REQUERENTE:BENEDITO MANOEL DE SOUSA PINHEIRO Representante(s): OAB 21041 - THEO FABIO ALVES DE CRISTO MONTEIRO (ADVOGADO) . AÇÃO DE RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL "POST MORTEM" REQUERENTE: BENEDITO MANOEL DE SOUSA PINHEIRO (qualificado nos autos) Endereço: Rua Rodrigues dos Santos, nº 42, bairro Pepeua, São Caetano de Odivelas-PA. REQUERIDOS: DARIANE DA CONCEIÇÃO MONTEIRO, DUCELIA DA CONCEIÇÃO MONTEIRO, RUDSON DA CONCEIÇÃO MONTEIRO, DAIANA MONTEIRO PINHEIRO (qualificados nos autos) Endereço: Rua Rodrigues dos Santos, nº 42, bairro Pepeua, São Caetano de Odivelas-PA. REQUERIDA: DANUZA DA CONCEIÇÃO MONTEIRO (qualificada nos autos) Endereço: Localidade de Alto Camapú, São Caetano de Odivelas-PA. REQUERIDO: BENEDITO JUNIO MONTEIRO PINHEIRO (qualificado nos autos) Endereço: Rua Antônio Ataíde de Aquino, s/n, São Caetano de Odivelas-PA. DECISÃO/MANDADO Defiro os benefícios da justiça gratuita. Considerando o disposto no artigo 334 do CPC, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320 do CPC e não sendo o caso de improcedência liminar do pedido (CPC, artigo 332), designo audiência de conciliação para o dia 26 de setembro de 2019, às 11h15m, a realizar-se neste Fórum, devendo o(s) réu(s) ser(em) citado(s) com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. Tendo em vista o disposto no artigo 335 do Código de Processo Civil, o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação,

quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4o, inciso I (se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual); Fica o autor intimado para a audiência na pessoa de seu advogado e por meio da publicação desta decisão na imprensa oficial (CPC, artigo 334, § 3º). Advirto, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, § 9º) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, § 10º). Cumpra-se. São Caetano de Odivelas-PA, 25 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas-PA PROCESSO: 00018844520198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Civil Pública em: 25/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE SAO CAETANO DE ODIVELAS REPRESENTANTE:MAURO RODRIGUES CHAGAS. DESPACHO Nos termos do artigo 17, §7º, da Lei n.º 8.429/92, notifique(m)-se o(s) Requerido(s) para oferecer(em) manifestação, por escrito, que poderá ser instruída com documentos e justificações, dentro do prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo para manifestação e após tudo certificado pela sra. Diretora de Secretaria, tragam os autos conclusos para o fim do estatuído no §8º, do Artigo 17, da Lei nº 8.429/1992. E, no caso de recebida a exordial, para apreciação do pedido de tutela antecipada. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 25 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00021442520198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação de Alimentos em: 25/06/2019 REQUERENTE:THAUA OLIVEIRA SILVA Representante(s): OAB 10449 - JOSEANE ROCHA GODOY SANTANA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) MICILENY DO SOCORRO PEREIRA DE OLIVEIRA (REP LEGAL) REQUERIDO:GABRIEL AMILTON SOUSA DA SILVA. AÇÃO DE ALIMENTOS REQUERENTE: T.O.S. (qualificado na inicial) REPRESENTANTE LEGAL: MICILENY DO SOCORRO PEREIRA DE OLIVEIRA (qualificada na inicial) Endereço: RUA VINTE E OITO DE SETEMBRO, S/N, SÃO CAETANO DE ODIVELAS/PA. REQUERIDO: GABRIEL AMILTON SOUSA DA SILVA (qualificado na inicial) DECISÃO/MANDADO Defiro os benefícios da justiça gratuita. Os documentos que instruem os autos comprovam que o(s) requerente(s) é(são) menor(es), constando à(s) fl(s). 08 a(s) sua(s) Certidão(ões) de Nascimento, onde o ora requerido é pai do(s) mesmo(s), de modo a se presumir a necessidade da verba alimentar para sua sobrevivência, a qual não concedida acarretará dano irreparável ao alimentando, colocando em risco sua própria existência Lado outro, previsto no ordenamento jurídico pátrio a possibilidade dos filhos incapazes de obter a prestação alimentícia de seus genitores, indispensável à sua sobrevivência, sendo certo que nem mesmo o desemprego afasta o dever dos pais de sustentar sua prole incapaz. Existem elementos a evidenciar a probabilidade do direito e o perigo de dano irreparável ou de difícil ou incerta reparação, porém, não há elementos concretos quanto às reais necessidades da parte Requerente e a real possibilidade da parte Requerida. Tendo em vista que a obrigação pelo sustento dos filhos cabe aos dois genitores e que apesar de requerer na inicial que os alimentos provisórios sejam arbitrados no valor De 40% (quarenta por cento) do salário mínimo, entendo razoável, neste momento processual, que seja arbitrado em 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, hoje correspondente a R$ 299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), entendo que seja razoável o valor de alimentos provisórios conforme requerido. Diante disso, concedo a tutela provisória de urgência antecipada, em caráter incidental (CPC, arts. 294 e 300) e, ao fazê-lo, arbitro os alimentos provisórios devidos pela parte Requerida em favor de THAUÃ OLIVEIRA DA SILVA, no valor correspondente a 30% (trinta por cento) do salário mínimo vigente, hoje correspondente a R$ 299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos), a ser pago até o dia 05 de cada mês para a representante legal do(s) menor(es), mediante recibo ou depósito em conta bancária de sua titularidade da mesma, o que faço com base apenas nas informações constantes da peça de ingresso e nos documentos que a instruem, ressalvando a possibilidade de revisão nestes próprios autos para majoração ou redução, caso não haja acordo e apresentem as partes dados mais concretos quanto a possibilidade do alimentante e a necessidade da parte alimentanda, de modo a adequar a tutela provisória aos requisitos da razoabilidade e proporcionalidade. Considerando o disposto no artigo 334 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia 26 de setembro de 2019, às 10horas e 15minutos, a realizar-se neste Fórum, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. Tendo em vista o disposto no artigo 335 do

Código de Processo Civil, o réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4o, inciso I (se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual); Intime-se a parte autora. Advirto, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, § 9º) A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, § 10º). Dê ciência ao Ministério Público. Serve como mandado. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas-PA, 25 de JUNHO de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00043837520148140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa em: 25/06/2019 REQUERENTE:MUNICIPIO DE SAO CAETANO DE ODIVELAS Representante(s): OAB 20072 - VANESSA AMANCIO DE LIMA (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:PEDRO PAULO SOUZA DE ALMEIDA Representante(s): OAB 10375 - MAURICIO BLANCO DE ALMEIDA (ADVOGADO) OAB 17317 - ANDRE LUIZ TRINDADE NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:RUBENS DE OLIVEIRA BARBALHO REQUERIDO:ESPOLIO DE JACOB GUEDES VALENTIN Representante(s): LAURINEIA SALDANHA VALENTIN (REP LEGAL) . DESPACHO Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, juntar aos autos os documentos referidos na fl. 74. Redesigno a audiência de instrução e julgamento para o dia 24 de setembro de 2019, às 11horas e 15minutos. Intimem-se para a audiência conforme determinado na decisão de fl. 105 dos autos. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 25 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00899175020158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:MANOEL MOURA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 9029 - FRANCY NARA DIAS FERNANDES (ADVOGADO) OAB 21440-B - MYLLENE OLIVEIRA SANTIAGO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO SA. DESPACHO Em vista dos requerimentos de fl. 46 dos autos, do perito criminal do CPC Renato Chaves para fins de realização da perícia grafotécnica determinada nestes autos, cumpra-se como requer o perito. Intime-se. São Caetano de Odivelas/PA, 25 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 01219075920158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 25/06/2019 DENUNCIADO:MAURICIO NEWTON MONTEIRO PEREIRA Representante(s): OAB 17301 - EDIVALDO GRAIM DE MATOS (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANA MARIA SANTOS SILVA Representante(s): OAB 17301 - EDIVALDO GRAIM DE MATOS (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . DECISÃO Tendo em vista que o réu Maurício Newton Monteiro Pereira está cumprindo a pena determinada na sentença, conforme fls. 146/148 dos autos e que Ana Maria Santos silva foi absolvida, constando nos autos as determinações da sentença, proceda ao arquivamento do processo, observando-se as formalidades e cautelas legais. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 25 de JUNHO de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00001011820198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 INDICIADO:EDUARDO TIBIRICA RODRIGUES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 7388 - ROBERTO LAURIA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . AÇÃO PENAL - ARTIGO 299, parágrafo único, do CPB DENUNCIADO: EDUARDO TIBIRIÇÁ RODRIGUES DE OLIVEIRA DECISÃO O Ministério Público ofereceu denúncia contra EDUARDO TIBIRIÇÁ RODRIGUES DE OLIVEIRA pelo crime descrito no ARTIGO 299, parágrafo único, do CPB. Recebo a denúncia porque presentes os pressupostos processuais e as condições para o regular exercício da ação. Cite-se o réu a fim de que ofereça resposta escrita no prazo de 10 dias em relação aos fatos alegados na denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual, a qual segue em anexo, podendo arrolar testemunhas, arguir preliminares e alegar tudo o que interessar a sua defesa, ASSIM COMO DEVERÁ DIZER SE POSSUI ADVOGADO PARTICULAR OU SE DESEJA O PATROCÍNIO DA DEFENSORIA PÚBLICA. Apresentada a resposta, conclusos para que este Juízo possa analisar as hipóteses de absolvição sumária e, após, se for o caso, ratificar o recebimento da

denúncia e designar audiência de instrução e julgamento. Não apresentada a resposta, desde que, pessoalmente citado e não tenha advogado habilitado nos autos, fica, desde já, nomeado o Defensor Público vinculado a este juízo para apresentá-la, caso haja. Caso haja advogado habilitado nos autos e transcorrido o prazo de dez dias não tenha sido apresentada a resposta escrita, notifique-se o patrono do réu, via Diário de Justiça, para que apresente a peça defensiva, sob pena de tais fatos serem encaminhados à OAB/PA para que tome as providências que entender cabíveis. Juntem-se aos autos as certidões de praxe, caso ainda não tenham sido juntadas. Dê-se ciência ao Ministério Público e à defesa. Expeça-se o que for necessário. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de JUNHO de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00006012620158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:GLAUBER AVNER SANTOS SARMENTO Representante(s): OAB 25102 - CRISTIANE BENTES DAS CHAGAS (ADVOGADO) VITIMA:J. V. V. S. . DESPACHO Intime-se o apenado para comparecer na secretaria deste fórum, no prazo de 05 (cinco) dias, para iniciar o cumprimento da pena. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00006477320198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019 AUTOR DO FATO:EDERSON BARBOSA MORAES VITIMA:E. P. S. . DESPACHO Aguarde-se pela audiência designada na fl. 24. Cumpra-se com as respectivas diligências. Intime-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00006555020198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019 AUTOR DO FATO:AUGUSTO DA SILVA SOARES VITIMA:G. S. P. . Classe: TCO - ARTIGO 129, do CPB Autor do Fato: AUGUSTO DA SILVA SOARES Vítima: GENIVALDO SOARES FERREIRA SENTENÇA Vistos etc, Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência no qual o autor do fato teria, supostamente, cometido crime de lesão, previsto no Artigo 129, do CPB, contra a vítima GENIVALDO SOARES FERREIRA. Em audiência preliminar, as partes conciliaram, assinando um "Termo de Bom Viver", o autor do fato se comprometeu a não mais lesionar a vítima, disseram que se conheciam antes do fato, pois que a tia da vítima é vizinha do autor do fato. Que depois desse fato nada mais ocorreu. A vítima aceitou conciliar com o autor do fato. Ante o exposto HOMOLOGO, por sentença, a conciliação realizada entre as partes, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, na forma do artigo 74, parágrafo único, da Lei 9.099/95. Com o trânsito em julgado desta decisão, CERTIFIQUE-SE e ARQUIVEM-SE os autos, com as cautelas legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA, 26 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00007011520148140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:SANDRO ALISON MACEDO FIGUEIREDO Representante(s): OAB 18718 - MARIANA PALHETA RODRIGUES (ADVOGADO) VITIMA:S. M. C. TESTEMUNHA:CLAITO JOSE FERREIRA NUNES TESTEMUNHA:SIMONE SILVA CAMPOS TESTEMUNHA:WESLEY FAVACHO CHAGAS TESTEMUNHA:VALDO FARIAS DA SILVA TESTEMUNHA:MARCELO CHARLES LAMEIRA COSTA. DESPACHO Intime-se o apenado para comparecer na secretaria deste fórum, no prazo de 05 (cinco) dias, para iniciar o cumprimento da pena. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00009416220188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 26/06/2019 VITIMA:V. P. S. INDICIADO:HIRTON DOS SANTOS REIS. DESPACHO Considerando a informação constante da certidão acostada na fl. 20, concedo vista dos autos ao Ministério Público. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00011818520178140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:FABIO JUNIOR DIAS DE ANDRADE Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO:IVANILDO PEREIRA PEREIRA Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) . DECISÃO Em vista dos autos observei que consta na peça de defesa prévia à

acusação alegação preliminar de inépcia da peça acusatória sob o fundamento de que os fatos não condizem com a realidade fática e que não estão expostos pormenorizados dificultando a ampla defesa e o contraditório do acusado. Requereu a absolvição sumária nos termos do Artigo 397, inciso III, do CPP. O Ministério Público se manifestou acerca da preliminar acima aduzindo que a peça acusatória descreve a conduta do crime disposto no artigo 12, da Lei nº 10.826/2003, tendo em vista que os réus estavam de posse de dois cartuchos da marca CBC, calibre 20, de plástico, na cor amarela, sustentando que não há que se falar em atipicidade na conduta dos mesmos e requereu o prosseguimento do feito nos termos do artigo 399, do CPP. Entendo que a peça inicial está revestida das formalidades legais. Estando de acordo com as determinações constantes do artigo 41, do CPP, pois que contem a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e, ainda, o rol de testemunhas. Assim, corroborando com a manifestação ministerial, indefiro as alegações preliminares feitas pela defesa. Não há fundamento para absolvição sumária (artigo 397, CPP). Ratifico o recebimento da denúncia e designo o dia 05 de novembro de 2019, às 11horas e 30minutos, para Audiência de Instrução e Julgamento. Intime(m)-se ou requisite(m)-se a(s) testemunha(s) com as advertências legais (art. 218 c/c art. 219 do CPP) Intime(m) e requisite(m)-se o(s) réu(s) Dê-se ciência ao Ministério Público e ao advogado do(s) réu(s) Expeça(m)-se o(s) mandado(s) e ofício(s), se necessário e, se for o caso, carta(s) precatória(s). Cumpra-se. São Caetano de Odivelas-PA, 26 de junho de 2019 ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00014217920148140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:MARCELO MIRANDA FARIAS Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:A. C. O. E. . DESPACHO Diante da alegação de preliminar na resposta à acusação, concedo vista dos autos ao Ministério Público para manifestação. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00020048820198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 INDICIADO:ADAILSON RAIMUNDO OLIVEIRA SALDANHA VITIMA:A. M. S. . AÇÃO PENAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INDICIADO(A): ADAILSON RAIMUNDO OLIVEIRA SALDANHA VÍTIMA: ADRIANA MACIEL DOS SANTOS ENDEREÇO: LOCALIDADE SANTA MARIA DA BARRETA, SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA DESPACHO/MANDADO Tendo em vista que se trata de suposto delito de ameaça, antes de receber a denúncia, nos termos do Artigo 16, da Lei nº 11.340/2006, designo a audiência para o dia 16 de julho de 2019, às 10 horas e 30 minutos. Intime-se a vítima. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja na comarca. Expeça-se o necessário. SERVE COMO MANDADO. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00022432920188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:H. S. S. . INQUÉRITO POLICIAL ARTIGO 121, do CPB INDICIADO: EM APURAÇÃO SENTENÇA Cuidam os presentes autos de Inquérito por Portaria para apurar possível crime de homicídio contra a vítima Hailton de Sousa e Sousa, porém, após diligências policiais na conclusão constante do relatório do inquérito está a informação de que até o presente momento não indicaram suspeitos. O Ministério Público exarou parecer requerendo o arquivamento sob a alegação de que os elementos e indícios carreados aos autos não estão aptos a ensejar a propositura da ação penal, por ser desconhecida a autoria delitiva, fls. 25/26. Relatei. Decido. A atual Constituição Federal estabelece limites à atuação do Estado, conferindo direitos e garantias fundamentais. Sendo legitimado para apurar e punir condutas consideradas ilícitas, o Poder Judiciário (art. 92 e segs./CF), o Ministério Público (art. 127 e segs./CF), as Polícias (art. 144 e ss) e a própria previsão de um contencioso administrativo (art. 5º, LV), como é o caso. Pois bem, a garantia mínima de que ninguém será molestado sem o devido processo legal, e que o procedimento instaurado conterá indício da prática de um ato vedado pelo ordenamento jurídico vigente é uma realidade, pois se também existem dois conjuntos de normas constitucionais - os que propugnam a investigação e punição de ilícitos e os que protegem a honra e a imagem das pessoas, inclusive as pessoas jurídicas - o certo é que o direito reconhece e cria instrumentos aptos que evitam danos inúteis à imagem quando não haja elementos de suspeitas suficientes para constranger as pessoas físicas e jurídicas a determinados procedimentos. Com efeito, a necessidade de justa causa para a procedibilidade da denúncia tem o propósito de não submeter o indivíduo e ou a pessoa jurídica a uma situação que expõe sua reputação e imagem se não houver elementos suficientes consistentes que indiquem sua necessidade. Em recente decisão do Supremo Tribunal Federal, de relatoria do Ministro

Celso de Mello, em sede de "Habeas Corpus" nº 98.152-6/MG, o postulado da insignificância voltou a ser tema central do debate. Diferentemente do que conduziu o Superior Tribunal de Justiça ao extinguir a punibilidade dos fatos, mesmo diante da insignificância, a Corte Suprema revisando tal decisão, acordou por reconhecer a atipicidade da conduta, absolvendo o réu. No Direito Penal verificam-se dentre os constitucionais explícitos os princípios: da Legalidade, Anterioridade, Retroatividade da lei penal benéfica, Personalidade ou da responsabilidade pessoal, Individualização da pena e da Humanidade. Dentre os implícitos tem-se: Intervenção mínima, Fragmentariedade, Culpabilidade, Taxatividade, Proporcionalidade, Vedação da dupla punição pelo mesmo fato. Quando se está a falar do Princípio da Insignificância deve-se ater de início a dois princípios constitucionais implícitos, a saber: Intervenção mínima e da Fragmentariedade. O Princípio da Intervenção mínima desenvolve que o Direito Penal não deve interferir em demasia na vida do indivíduo, a ponto de lhe retirar a autonomia da vontade. Isso significa que a lei penal não deve ser a primeira opção, prima ratio, do legislador para compor conflitos existentes em sociedade. Outros ramos do direito são capazes de solucionar desavenças humanas, deixando ao direito penal a última possibilidade, quando se entende que outra solução não pode haver. O Ministério Público exarou parecer requerendo o arquivamento dos autos em virtude do desconhecimento da autoria delitiva. Assim, pela leitura do procedimento investigativo instaurado pelo Autoridade Policial, uma vez que o fato em apuração, não configura crime, não cabe a essa julgadora senão a extinção do processo pela aplicação analógica do que estabelece o artigo 395, II e III do Código de Processo Penal. Isto posto, ACOLHO o parecer ministerial e determino o ARQUIVAMENTO por faltar pressuposto processual ou condição para o exercício da ação penal, com a ressalva do que estabelece o artigo 18 do Código de Processo Penal. Sem custas. Publique-se. Registre-se. INTIME-SE o Ministério Público. Após o transito em julgado, arquivem-se os autos. São Caetano de Odivelas-PA, 26 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00023252620198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 26/06/2019 AUTORIDADE POLICIAL:LEANDRO JORGE LIMA DE SOUZA FLAGRANTEADO:ANTONIO CARLOS SILVA. AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE. INQUÉRITO POLICIAL Nº 00093/2019.100091-1 INDICIADO: ANTÔNIO CARLOS SILVA Capitulação provisória: Artigo 129, do CPB c/c a Lei 11.340/2006. Vistos, Colhe-se do auto de prisão em flagrante que o indiciado é maior de idade; foi detido em estado de flagrância, reconhecido pela vítima como autor do delito de lesão corporal no âmbito doméstico; tendo sido ouvidos, no respectivo auto, na seqüência legal, o condutor, as testemunhas e a vítima, estando os respectivos documentos do Auto de Prisão em Flagrante, devidamente assinados por todos estes. O flagranteado não foi ouvido e nem colhida sua assinatura nos documentos de Nota de Culpa, Ciência dos Direitos e Garantias Constitucionais e Comunicação à família, tendo em vista a informação constante da certidão de lavra do escrivão de polícia que atesta que deixaram de ouvir e pegar a assinatura do indiciado, pois que o mesmo foi baleado no pé e está no hospital municipal de São Caetano de Odivelas. No momento em que a guarnição da polícia militar estava em via pública a mãe da vítima relatou ao policial, sargento da guarnição, que sua filha tinha sido agredida e estava sendo mantida presa na residência dela pelo companheiro dela, ocasião em que a guarnição da PM se deslocou ao endereço indicado pena mãe da vítima e lá chegando cercaram a residência de deram voz de prisão ao ora flagranteado, que estava no quintal da casa. O acusado correu, tendo sido pego pelos policiais e entrou em luta corporal com o policial Pedro da Silva, pegou a pistola do policial e saiu correndo, momento em que foi disparado um tiro no pé do indiciado no intuito de este largar a arma. O indiciado empreendeu fuga mas largou a arma a alguns metros do local, no mato, que foi pega pelo policial. Relata, ainda, o auto de flagrante, que os policiais diligenciaram nas proximidades do local com a finalidade de encontrar o indiciado, mas foram acionados pelo motorista da ambulância dando a informação de que o ora indiciado havia dado entrada no hospital deste município. A polícia se dirigiu ao hospital e efetuou a prisão d mesmo. A prisão foi efetuada legalmente, nos termos do art. 302 do CPP e comunicada ao Juízo, no prazo legal. Não existem, portanto, vícios formais ou materiais que venham a macular a peça, razão por que HOMOLOGO O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE de ANTÔNIO CARLOS SILVA. Considerando a reforma da legislação processual penal introduzida pela Lei nº 12.403/2011, ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente relaxar a prisão ilegal ou converter a prisão em flagrante em preventiva ou, ainda, conceder liberdade provisória, com ou sem fiança (art. 310, incisos I, II e III), não podendo, portanto, perdurar a prisão em flagrante no curso do processo, havendo a necessidade de se imprimir efeito cautelar ao eventual encarceramento provisório do investigado, sendo certo que a autoridade policial formulou representação de prisão preventiva em desfavor do indiciado, razão pela qual passo ao exame dos requisitos para a custódia cautelar do mesmo. Do exame dos autos, bem como dos documentos constantes dos autos, verifica-se que estão configurados os motivos autorizadores para a prisão

preventiva do flagranteado representado, senão vejamos. A prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria resultam demonstrados quantum satis pelos depoimentos colhidos em sede policial, condutor, testemunhas e vítima. Acresça-se que tais declarações já são suficientes para demonstrar a existência da infração penal e os indícios de autoria já que para custódia cautelar não se exige juízo de certeza. Nesse sentido: "Prisão Preventiva. Prova bastante da existência do crime e suficientes indícios de autoria, para efeito de tal prisão. Não se pode exigir, para esta, a mesma certeza que se exige para condenação. Princípio da confiança nos juizes próximos das provas em causa, dos fatos e das provas, assim como meios de convicção mais seguros do que os juizes distantes. O in dubio pro reo vale ao ter o juiz que absolver ou condenar, não porém ao decidir se decreta ou não, a custódia preventiva" (RTJ. STF. 64/777). "Não se pode exigir para a prisão preventiva a mesma certeza que se exigi para a condenação. Vigora o princípio da confiança nos juizes próximos das pessoas em causa, dos fatos e das provas, assim como meios de convicção mais seguros que dos juizes distantes. O in dubio pro reo vale ao ter o juiz que absolver ou condenar. Não porém ao decidir se decreta ou não a custódia provisória" (RT 554/386-7). Verifica-se, ainda, que a constrição cautelar em questão é fundamental, no caso em comento, para garantia da ordem pública, eis que as graves circunstâncias em que o crime de lesão corporal no âmbito doméstico foi cometido tendo o indiciado, após ter agredido a vítima a mantido presa em sua residência demonstrou, a princípio, desvio de conduta e periculosidade do acusado, sendo mais um motivo para o decreto de prisão preventiva, senão vejamos: "A periculosidade do réu, evidenciada pelas circunstâncias em que o crime foi cometido, basta, por si só, para embasar a custódia cautelar no resguardo da ordem pública e mesmo por conveniência da instrução criminal" (JSTJ 8/154). No mesmo sentido, STF: RT 656/374 e STJ JSTJ 2/318. Acrescente-se que em se tratando de delito que compromete a paz pública, como é o caso dos autos, são irrelevantes a primariedade, antecedentes e residência fixa. Neste sentido os seguintes julgados: TJSP: "Prisão Preventiva - Decretação - Réu primário, sem antecedentes, com residência certa e ocupação lícita - irrelevância - Prática de delito gravíssimo, violento e nitidamente comprometedor da paz pública - Constrangimento ilegal inocorrente - Ordem denegada" (JTJ 232/361). STF: "Esta corte, por ambas as suas Turmas, já firmou o entendimento de que a prisão preventiva pode ser decretada em face da periculosidade demonstrada pela gravidade e violência do crime, ainda que primário o agente"(RT 648/347). Ademais, perdura a necessidade de se resguardar a aplicação da lei penal, eis que o indiciado tentou empreender fuga ao verificar a chegada da guarnição da policial militar , tendo, inclusive, entrado em luta corporal com um dos policiais e pego a arma do mesmo. "Ex positis", considerando que estão presentes os pressupostos da custódia cautelar, acolho a representação formulada pela autoridade policial para CONVERTER A PRISÃO EM FLAGRANTE DE ANTÔNIO CARLOS SILVA EM PRISÃO PREVENTIVA, para garantia da ordem pública e para aplicação da lei penal, com arrimo nos artigos. 311 a 313 do Código de Processo Penal. Tendo em vista que não há defensor público na comarca, bem como não há qualquer tio de segurança que se possa garantir para o flagranteado e nem para qualquer das pessoas participantes da Audiência de Custódia. Da mesma forma, resta prejudicado o ato em questão em razão de que no município há apenas um delegado de polícia, um escrivão e um investigador, sendo impossível, portanto, a observância do Artigo 4º, parágrafo único, da Resolução nº 213, do CNJ, considerando, ainda a informação atestada na certidão de lavra do escrivão de policial civil constante do auto de flagrante. Comunique-se à autoridade policial acerca da decisão em questão, solicitando a remessa do inquérito no prazo legal. Assim, que o flagranteado receber alta do hospital onde está internado, deverá ser encaminhado para o Centro de Triagem Metropolitano 1 - CTM1 ou para o Centro de Triagem Metropolitano 2 - CTM2, conforme melhor conveniência da SUSIPE. Servirá a presente, por cópia digitada, como mandado, de acordo com o Provimento 003/2009 alterado pelo Provimento 11/2009 da CJRMB. Cumpra-se na forma da lei. P.R.I.C. São Caetano de Odivelas/PA, 22 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00023836320188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:JOEL SOARES DO NASCIMENTO Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO:EDILSON RODRIGUES FERREIRA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO:PEDRO SOARES FEITOSA Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO PARA (DEFENSOR PÚBLICO - NAEM) OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) . DESPACHO Tendo em vista a informação constante da certidão de fl. 117 dos autos, torno sem efeito a decisão de fl. 106 que nomeou defensor dativo para a defesa dos denunciados. Diante da alegação de preliminar na resposta à acusação,

acostada nas fls. 81/98, concedo vista dos autos ao Ministério Público para manifestação. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00024266320198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Execução Criminal em: 26/06/2019 INDICIADO:DELCIDIO LISBOA FERREIRA VITIMA:A. C. O. E. . AÇÃO DE EXECUÇÃO PENAL EXECUTADO: DELCIDIO LISBOA FERREIRA DESPACHO Designo audiência admonitória para o dia 16 de julho de 2019, às 10horas. Intime-se o apenado. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja nesta comarca. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00026841020188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 INDICIADO:RAIMUNDO DE ALMEIDA ALVES VITIMA:I. C. M. A. . AÇÃO PENAL - VIOLÊNCIA DOMÉSTICA INDICIADO(A): RAIMUNDO DE ALMEIDA ALVES VÍTIMA: IZAURA DA COSTA MONTEIRO ALVES ENDEREÇO: AV. PRESIDENTE VARGAS, BAIRRO UMARIZAL, SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA DESPACHO/MANDADO Tendo em vista que se trata de suposto delito de ameaça, antes de receber a denúncia, nos termos do Artigo 16, da Lei nº 11.340/2006, designo a audiência para o dia 12 de agosto de 2019, às 12 horas. Intime-se a vítima. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública caso haja na comarca. Expeça-se o necessário. SERVE COMO MANDADO. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00027858620148140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo em: 26/06/2019 DENUNCIADO:FAGNE DEIVIDY LOPES DA SILVA Representante(s): OAB 14599 - ALESSANDRO CRISTIANO DA COSTA RIBEIRO (ADVOGADO) DENUNCIADO:MAIC LOPES PANTOJA DE SOUZA Representante(s): OAB 14599 - ALESSANDRO CRISTIANO DA COSTA RIBEIRO (ADVOGADO) DENUNCIADO:FABIO DA SILVA ALVES Representante(s): OAB 10465 - JOSUE DUTRA DE MORAES (ADVOGADO) OAB 19506 - ZANANDREA CARLA ALENCAR OLIVEIRA (ADVOGADO) VITIMA:J. O. L. TESTEMUNHA:ELIAS BRITO LOBATO TESTEMUNHA:RILDO RODRIGO PALHETA COSTA TESTEMUNHA:DAILSON CARLOS BRITO BAARS. DESPACHO Considerando a informação constante da certidão acostada na fl. 71, concedo vista dos autos ao Ministério Público. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00032485720168140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 DENUNCIADO:JOAO ROBERTO SILVA SANTA BRIGIDA Representante(s): OAB 21411 - DANDARA FERREIRA LERAY (ADVOGADO) VITIMA:S. C. A. C. . DESPACHO Intime(m)-se o(s) apenado(s) para comparecer(em) na secretaria deste fórum, no prazo de 05 (cinco) dias, para iniciar(em) o cumprimento da pena. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00034449520148140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 26/06/2019 INDICIADO:HILDO ALVES BARBOSA Representante(s): OAB 19115 - WANESSA ALBUQUERQUE CASTRO (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:A. C. O. E. TESTEMUNHA:GILBERTO LUIS PADILHA JAQUES. DESPACHO Considerando a informação constante da petição de fls. 131/133, concedo vistas dos autos ao Ministério Público. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00042456920188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:E. B. M. DENUNCIADO:SAMUEL MONTEIRO DA SILVA Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) . DECISÃO Em vista dos autos observei que consta na peça de defesa prévia à acusação alegação preliminar de inépcia da peça acusatória sob o fundamento de que os fatos não condizem com a realidade fática e que não estão expostos pormenorizados dificultando a ampla defesa e o contraditório do acusado. Requereu a absolvição sumária nos termos do Artigo 397, inciso III, do CPP. O Ministério Público se manifestou acerca da preliminar acima aduzindo que a peça acusatória descreve a conduta do crime de lesão corporal do modo como foi praticado pelo ora denunciado em relação à vítima, constando nos autos o exame de corpo de delito, e requereu o prosseguimento do feito nos termos do artigo 399, do CPP. Entendo que a peça inicial está revestida das

formalidades legais. Estando de acordo com as determinações constantes do artigo 41, do CPP, pois que contem a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação do crime e, ainda, o rol de testemunhas. Assim, corroborando com a manifestação ministerial, indefiro as alegações preliminares feitas pela defesa. Não há fundamento para absolvição sumária (artigo 397, CPP). Ratifico o recebimento da denúncia e designo o dia 12 de novembro de 2019, às 09horas e 30minutos, para Audiência de Instrução e Julgamento. Intime(m)-se ou requisite(m)-se a(s) testemunha(s) com as advertências legais (art. 218 c/c art. 219 do CPP) Intime(m) e requisite(m)-se o(s) réu(s) Dê-se ciência ao Ministério Público e ao advogado do(s) réu(s) Expeça(m)-se o(s) mandado(s) e ofício(s), se necessário e, se for o caso, carta(s) precatória(s). Cumpra-se. São Caetano de Odivelas-PA, 26 de junho de 2019 ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00042639020188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:MAILSON PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:C. T. A. A. . DECISÃO Em vista dos autos observei que consta na peça de defesa prévia à acusação alegação preliminar de inépcia da peça acusatória sob o fundamento de que os fatos não estão expostos pormenorizados dificultando a ampla defesa e o contraditório do acusado, faltando nexo no que narra o inquérito policial e a denúncia. Requereu a absolvição sumária nos termos do Artigo 397, inciso III, do CPP. O Ministério Público se manifestou acerca da preliminar acima aduzindo que a peça acusatória descreve a conduta dos crimes de ameaça e lesão corporal do modo como foram causados pelo ora denunciado em relação à vítima, constando nos autos o exame de corpo de delito, e requereu o prosseguimento do feito nos termos do artigo 399, do CPP. Entendo que a peça inicial está revestida das formalidades legais. Estando de acordo com as determinações constantes do artigo 41, do CPP, pois que contem a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado, a classificação dos crimes e, ainda, o rol de testemunhas. Assim, corroborando com a manifestação ministerial, indefiro as alegações preliminares feitas pela defesa. Não há fundamento para absolvição sumária (artigo 397, CPP). Ratifico o recebimento da denúncia e designo o dia 12 de novembro de 2019, às 09horas, para Audiência de Instrução e Julgamento. Intime(m)-se ou requisite(m)-se a(s) testemunha(s) com as advertências legais (art. 218 c/c art. 219 do CPP) Intime(m) e requisite(m)-se o(s) réu(s) Dê-se ciência ao Ministério Público e ao advogado do(s) réu(s) Expeça(m)-se o(s) mandado(s) e ofício(s), se necessário e, se for o caso, carta(s) precatória(s). Cumpra-se. São Caetano de Odivelas-PA, 26 de junho de 2019 ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00043846020148140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 REQUERENTE:MUNICIPIO DE SAO CAETANO DE ODIVELAS Representante(s): OAB 12313 - CAROL DA SILVA LOBO (ADVOGADO) OAB 20072 - VANESSA AMANCIO DE LIMA (PROCURADOR(A)) REQUERIDO:ESPOLIO DE JACOB GUEDES VALENTIN Representante(s): OAB 2815 - VALTER SILVA SANTOS (ADVOGADO) OAB 8641 - EURICO FREIRE LUIS (ADVOGADO) LAURINEIA SALDANHA VALENTIN (REP LEGAL) REQUERIDO:RUBENS DE OLIVEIRA BARBALHO Representante(s): OAB 2816-B - EVALDO PINTO (ADVOGADO) . DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Considerando a informação constante da certidão de fl. 186 dos autos, bem como o requerimento na petição acostada à fl. 182, determino a senhora Diretora de Secretaria que proceda ao bloqueio de bens no sistema RENAJUD até o limite do valor da execução, para posterior homologação por esta magistrada. Expeça-se o necessário. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas (PA), 26 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Vara Única de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00179070820158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 26/06/2019 INDICIADO:ANTONIO GONCALVES LEAL VITIMA:A. C. O. E. . DESPACHO Intime(m)-se o(s) apenado(s) para comparecer(em) na secretaria deste fórum, no prazo de 05 (cinco) dias, para iniciar(em) o cumprimento da pena. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00389093420158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 26/06/2019 DENUNCIADO:MARIA JUDITE SILVA DOS REIS Representante(s): OAB 23192 - LEONARDO PAULO RASSY SOUZA (ADVOGADO) DENUNCIADO:WARLEY JUNIO CABRAL DAMASCENA Representante(s): OAB 23192 - LEONARDO PAULO RASSY SOUZA (ADVOGADO) . DESPACHO Intime(m)-se o(s) apenado(s) para comparecer(em) na secretaria deste fórum, no prazo de 05 (cinco) dias, para iniciar(em) o cumprimento da pena. Cumpra-

se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 01159074320158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:MARIO COUTO FILHO Representante(s): OAB 18546 - EDGAR LIMA FLORENTINO (ADVOGADO) VITIMA:M. R. C. . DESPACHO Dê-se vista dos autos ao Ministério Público, conforme determinado na audiência de fl. 88. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 01299074820158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:J. O. L. DENUNCIADO:MAGNO NAPONUCENO RODRIGUES Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) . DESPACHO Intime-se o apenado para comparecer na secretaria deste fórum, no prazo de 05 (cinco) dias, para iniciar o cumprimento da pena. Cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 26 de junho de 2019. ALDINÉIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00005775620198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:MANOEL PEREIRA DA SILVA NETO VITIMA:J. P. R. . DESPACHO Tendo em vista a informação constante do Termo de Audiência, determino à Secretaria Judicial que certifique acerca da intimação do autor do fato para a audiência. Caso não tenham sido intimado, redesigne-se a audiência, conforme pauta deste Juízo e renovem-se as diligências. Caso tenha sido devidamente intimado para a audiência, dê-se vista dos autos ao Ministério Público. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 27 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00005792620198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 VITIMA:M. C. N. AUTOR DO FATO:LUCIA CARLA ALBUQUERQUE CHAGAS. Classe: TCO - ARTIGO 140, do CPB Autor(a) do Fato: LUCIA CARLA ALBUQUERQUE CHAGAS Vítima: MANARA CRISTINA DO NASCIMENTO SENTENÇA Vistos etc, Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência no qual o(a) autor(a) do fato teria, supostamente, cometido crime de injúria, previsto no Artigo 140, do CPB, contra a vítima MANARA CRISTINA DO NASCIMENTO. Em audiência preliminar, as partes conciliaram, assinando um "Termo de Bom Viver", o(a) autor do fato se comprometeu a não mais injuriar a vítima, disseram que se conheciam antes do fato, pois que são vizinhas. Que depois desse fato nada mais ocorreu. A vítima aceitou conciliar com o(a) autor(a) do fato. Ante o exposto HOMOLOGO, por sentença, a conciliação realizada entre as partes, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, na forma do artigo 74, parágrafo único, da Lei 9.099/95. Com o trânsito em julgado desta decisão, CERTIFIQUE-SE e ARQUIVEM-SE os autos, com as cautelas legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA, 27 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00006295220198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:CRISTIANY FIGUEIREDO PIEDADE VITIMA:M. B. M. M. . Classe: TCO - ARTIGO 140, do CPB Autor(a) do Fato: CRISTIANY FIGUEIREDO PIEDADE Vítima: MARIA BENEDITA DE MELO MORAES SENTENÇA Vistos etc, Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência no qual o(a) autor(a) do fato teria, supostamente, cometido crime de injúria, previsto no Artigo 140, do CPB, contra a vítima MARIA BENEDITA DE MELO MORAES. Em audiência preliminar, as partes conciliaram, assinando um "Termo de Bom Viver", o(a) autor do fato se comprometeu a não mais injuriar a vítima, disseram que se conheciam antes do fato, pois que são vizinhas. Que depois desse fato nada mais ocorreu. A vítima aceitou conciliar com o(a) autor(a) do fato. Ante o exposto HOMOLOGO, por sentença, a conciliação realizada entre as partes, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, na forma do artigo 74, parágrafo único, da Lei 9.099/95. Com o trânsito em julgado desta decisão, CERTIFIQUE-SE e ARQUIVEM-SE os autos, com as cautelas legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA, 27 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00006494320198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:MARILDA PEREIRA SARMENTO VITIMA:J. S. R. . Classe: TCO - ARTIGO 140, do CPB Autor(a) do Fato: MARILDA PEREIRA SARMENTO Vítima: JOSEANE DOS SANTOS RODRIGUES SENTENÇA Vistos etc, Trata-se de Termo Circunstanciado de

Ocorrência no qual o(a) autor(a) do fato teria, supostamente, cometido crime de injúria, previsto no Artigo 140, do CPB, contra a vítima JOSEANE DOS SANTOS RODRIGUES. Em audiência preliminar, as partes conciliaram, assinando um "Termo de Bom Viver", o(a) autor do fato se comprometeu a não mais injuriar a vítima, disseram que se conheciam antes do fato, pois que são vizinhas. Que depois desse fato nada mais ocorreu. A vítima aceitou conciliar com o(a) autor(a) do fato. Ante o exposto HOMOLOGO, por sentença, a conciliação realizada entre as partes, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, na forma do artigo 74, parágrafo único, da Lei 9.099/95. Com o trânsito em julgado desta decisão, CERTIFIQUE-SE e ARQUIVEM-SE os autos, com as cautelas legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA, 27 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00006624220198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:ANTONIEL ROBERTH FAVACHO DOS SANTOS VITIMA:B. S. N. . Classe: TCO - ARTIGO 140, do CPB Autor(a) do Fato: ANTONIEL ROBERTH FAVACHO DOS SANTOS Vítima: BENEDITA SOARES DO NASCIMENTO SENTENÇA Vistos etc, Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência no qual o(a) autor(a) do fato teria, supostamente, cometido crime de injúria, previsto no Artigo 140, do CPB, contra a vítima BENEDITA SOARES DO NASCIMENTO. Em audiência preliminar, as partes conciliaram, assinando um "Termo de Bom Viver", o(a) autor do fato se comprometeu a não mais injuriar a vítima, disseram que se conheciam antes do fato e que antes nunca se desentenderam. Que depois desse fato nada mais ocorreu. A vítima aceitou conciliar com o(a) autor(a) do fato. Ante o exposto HOMOLOGO, por sentença, a conciliação realizada entre as partes, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, na forma do artigo 74, parágrafo único, da Lei 9.099/95. Com o trânsito em julgado desta decisão, CERTIFIQUE-SE e ARQUIVEM-SE os autos, com as cautelas legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA, 27 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00006814820198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:JEANNE PEREIRA BOCEM VITIMA:A. B. S. . Classe: TCO - ARTIGO 140, do CPB Autor(a) do Fato: JEANNE PEREIRA BORCEM Vítima: ADRIENNE BRAGA DA SILVA SENTENÇA Vistos etc, Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência no qual o(a) autor(a) do fato teria, supostamente, cometido crime de injúria, previsto no Artigo 140, do CPB, contra a vítima ADRIENNE BRAGA DA SILVA. Em audiência preliminar, as partes conciliaram, assinando um "Termo de Bom Viver", o(a) autor do fato se comprometeu a não mais injuriar a vítima, disseram que se conheciam antes do fato e que antes nunca se desentenderam. Que depois desse fato nada mais ocorreu. A vítima aceitou conciliar com o(a) autor(a) do fato. Ante o exposto HOMOLOGO, por sentença, a conciliação realizada entre as partes, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, na forma do artigo 74, parágrafo único, da Lei 9.099/95. Com o trânsito em julgado desta decisão, CERTIFIQUE-SE e ARQUIVEM-SE os autos, com as cautelas legais. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se SÃO CAETANO DE ODIVELAS-PA, 27 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00010634120198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:JERRY ADRIANI BARROS FERREIRA VITIMA:T. F. P. . DESPACHO Tendo em vista a informação constante do Termo de Audiência, acerca da ausência da vítima, aguarde-se em secretaria pelo prazo da representação, nos termos legais. Decorrido o prazo certifique o que houver e encaminhem os autos conclusos. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 27 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00010850220198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019 AUTOR DO FATO:PABLO BENTES DAS CHAGAS JUNIOR VITIMA:A. C. . Classe: TCO - ARTIGO 42, I, LCP Autor(a) do Fato: PABLO BENTES DAS CHAGAS JUNIOR SENTENÇA Vistos etc, Trata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência no qual o(a) autor(a) do fato teria, supostamente, cometido crime de perturbação da coletividade, previsto no Artigo 42, I, LCP. Em audiência preliminar foi feita a proposta de transação penal ao autor(a) do fato, conforme Termo de Audiência constante dos autos. O(A) autor(a) do fato aceitou a proposta de transação penal em questão. Assim, HOMOLOGO, por sentença, a transação penal ofertada pelo MP e aceita pelo(a) Autor(a) do Fato, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, na forma do artigo 76 da Lei 9.099/95. Com o cumprimento da medida, CERTIFIQUE-SE e ARQUIVEM-SE os autos, com as cautelas legais. Não cumprida a medida até a data estipulada, CERTIFIQUE-SE e REMETAM-ME os autos AO MP. Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se SÃO

CAETANO DE ODIVELAS-PA, 27 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00021840720198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019 INDICIADO:JERRY ADRIANI BARROS FERREIRA VITIMA:M. F. C. . poder judiciário tribunal de justiça do estado do pará comarca de SÃO CAETANO DE ODIVELAS/pa AÇÃO PENAL - ARTIGOS 121, §2º, incisos II e IV c/c 14, II, do CPB DENUNCIADO: JERRY ADRIANI BARROS FERREIRA DECISÃO O Ministério Público ofereceu denúncia contra JERRY ADRIANI BARROS FERREIRA, pelo crime descrito no ARTIGOS 121, §2º, incisos II e IV c/c 14, II, do CPB. Recebo a denúncia porque presentes os pressupostos processuais e as condições para o regular exercício da ação. Cite-se o réu a fim de que ofereça resposta escrita no prazo de 10 dias em relação aos fatos alegados na denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual, a qual segue em anexo, podendo arrolar testemunhas, arguir preliminares e alegar tudo o que interessar a sua defesa, ASSIM COMO DEVERÁ DIZER SE POSSUI ADVOGADO PARTICULAR OU SE DESEJA O PATROCÍNIO DA DEFENSORIA PÚBLICA. Apresentada a resposta, conclusos para que este Juízo possa analisar as hipóteses de absolvição sumária e, após, se for o caso, ratificar o recebimento da denúncia e designar audiência de instrução e julgamento. Não apresentada a resposta, desde que, pessoalmente citado e não tenha advogado habilitado nos autos, fica, desde já, nomeado o Defensor Público vinculado a este juízo, caso haja, para apresentá-la. Caso tenha advogado habilitado nos autos e transcorrido o prazo de dez dias não tenha sido apresentada a resposta escrita, notifique-se o patrono do réu, via Diário de Justiça, para que apresente a peça defensiva, sob pena de tais fatos serem encaminhados à OAB/PA para que tome as providências que entender cabíveis. Juntem-se aos autos as certidões de praxe, caso ainda não tenham sido juntadas. Oficie-se à autoridade policial para que encaminhe para este Juízo o laudo pericial requisitado na fl. 20 dos autos. Consta nos autos pedido de representação do delegado de polícia civil deste município pela prisão preventiva de JERRY ADRIANI BARROS FERREIRA, para garantir a aplicação da lei penal, pois que o mesmo teria cometido o crime de tentativa de homicídio contra a vítima Milton Ferreira Cardoso e diante das alegações constantes dos depoimentos das testemunhas e da própria vítima prestados durante o inquérito restam comprovadas materialidade do fato e indícios suficientes de autoria, tendo depois se evadido deste município. No dia 14/04/2019 quando a vítima estava assistindo televisão em um estabelecimento comercial, de costas para a rua, o ora representado desferiu-lhe um golpe de terçado que decepou a sua mão esquerda. Que o motivo do crime teria sido ciúmes da companheira do denunciado que havia dançado no dia anterior com a vítima. Foi instaurado inquérito policial, onde foram colhidos os depoimentos de testemunhas, da vítima e a qualificação indireta do ora denunciado por estar foragido, conforme, inclusive foi informado por sua companheira nos autos de inquérito. A testemunha, proprietário do estabelecimento comercial onde ocorreu o fato em seu depoimento disse que presenciou quando o representado chegou no local e perguntou pela vítima e logo em seguida desferiu o golpe de terçado na mesma que caiu no chão. Consta nos autos relatório de missão policial com a informação de que foram procedidas diligências com o objetivo de localizar, intimar e qualificar o denunciado, mas o mesmo não foi encontrado. A Representante do Ministério Público se manifestou favoravelmente ao pedido da autoridade policial para a decretação da prisão preventiva do representado JERRY ADRIANI BARROS FERREIRA por ser imprescindível para a apuração dos fatos, bem como por restarem previstos os requisitos legais Passo ao exame dos requisitos para a custódia cautelar do ora representado. Do exame do inquérito, considerando os fatos relatados pela autoridade policial, os depoimentos das testemunhas e da vítima, verifica-se que estão configurados os motivos autorizadores para a prisão preventiva do representado, senão vejamos. A prova da existência dos crimes e indícios suficientes de autoria resultam demonstrados quantum satis pelos documentos constantes do inquérito e pelos depoimentos colhidos em sede policial. Ademais, acresça-se que as declarações colhidas durante o inquérito policial, além dos documentos que demonstram a ocorrência do delito, já são suficientes para demonstrar a existência da infração penal e os indícios de autoria já que para custódia cautelar não se exige juízo de certeza. Nesse sentido: "Prisão Preventiva. Prova bastante da existência do crime e suficientes indícios de autoria, para efeito de tal prisão. Não se pode exigir, para esta, a mesma certeza que se exige para condenação. Princípio da confiança nos juízes próximos das provas em causa, dos fatos e das provas, assim como meios de convicção mais seguros do que os juízes distantes. O in dubio pro reo vale ao ter o juiz que absolver ou condenar, não, porém ao decidir se decreta ou não, a custódia preventiva" (RTJ. STF. 64/777). "Não se pode exigir para a prisão preventiva a mesma certeza que se exigi para a condenação. Vigora o princípio da confiança nos juízes próximos das pessoas em causa, dos fatos e das provas, assim como meios de convicção mais seguros que dos juízes distantes. O in dubio pro reo vale ao ter o juiz que absolver ou condenar. Não porém ao decidir se decreta ou não a custódia provisória" (RT 554/386-7). O Supremo Tribunal Federal entende que a prisão preventiva pode

ser decretada se for demonstrada a periculosidade diante da gravidade e violência do crime, independentemente de ser primário o agente (RT 648/347). No presente caso, os elementos configuradores do abalo à ordem pública acham-se presentes e demonstram que o denunciado, em liberdade, representa risco para a vítima. Ademais, perdura a necessidade de se resguardar a aplicação da lei penal, pois que após o cometimento do crime o denunciado fugiu para local incerto. Além disso, o crime em questão possui pena máxima superior a 04 (quatro) anos, o que autoriza a decretação da prisão preventiva, nos termos do Artigo 313, inciso I, do CPP. "Ex positis", considerando que estão presentes os pressupostos da custódia cautelar, estando comprovada a materialidade do crime, fortes indícios de autoria e para aplicação da lei penal e corroborando com a manifestação do Ministério Público, acolho a representação formulada pela autoridade policial para DECRETAR A PRISÃO PREVENTIVA DE JERRY ADRIANI BARROS FERREIRA, com arrimo nos artigos. 311, 312 e 313, inciso I, do Código de Processo Penal. Comunique-se à autoridade policial acerca da decisão em questão. Cumprido o respectivo mandado de prisão encaminhe-se o ora denunciado para o Centro de Triagem Metropolitano I - CTM I ou para o Centro de Triagem Metropolitano II - CTM II, conforme melhor conveniência da SUSIPE, caso ainda não esteja em algum desses locais. Servirá a presente, por cópia digitada, como mandado, de acordo com o Provimento 003/2009 alterado pelo Provimento 11/2009 da CJRMB. Cumpra-se na forma da lei. SERVE COMO MANDADO DE PRISÃO. Dê-se ciência ao Ministério Público e à defesa. Expeça-se o que for necessário. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 27 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE SÃO CAETANO DE ODIVELAS PROCESSO: 00022655320198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Carta Precatória Criminal em: 27/06/2019 DEPRECANTE:TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA TERCEIRA REGIAO DEPRECADO:JUIZO DA COMARCA DE SAO CAETANO DE ODIVELAS FLAGRANTEADO:CHIDOZIE EMMANUEL MADUEGBUNAM TESTEMUNHA:EDRIZIA DA SILVA CABRAL DAMASCENO. CARTA PRECATÓRIA TESTEMUNHA: EDRIZIA DA SILVA CABRAL DAMASCENO DESPACHO Designo audiência para oitiva da testemunha EDRIZIA DA SILVA CABRAL DAMASCENO, qualificada nos autos, no dia 16 de julho de 2019, às 09horas e 30minutos. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública, caso haja nesta comarca. Intime-se e cumpra-se. São Caetano de Odivelas/PA, 27 de JUNHO de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00023053520198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Carta de Ordem Cível em: 27/06/2019 DEPRECANTE:SECRETARIA DA SECAO DE DIREITO PUBLICO E PRIVADO DEPRECADO:JUIZO DA COMARCA DE SAO CAETANO DE ODIVELAS AUTOR:GLAUCIA ASSAYAG DA SILVA. DESPACHO Cumpra-se com a Carta de Ordem em questão. Após, devolva-se à Secretaria da Seção de Direito Público e Privado do TJPA com as homenagens de estilo. Intime-se. São Caetano de Odivelas/PA, 27 de JUNHO de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00023868120198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Ação: Carta Precatória Cível em: 27/06/2019 DEPRECANTE:JUIZ FEDERAL DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIAO DEPRECADO:JUIZO DA COMARCA DE SAO CAETANO DE ODIVELAS EXECUTADO:NOVAST INDUSTRIA DE COLCHOES EIRELI. DESPACHO Cumpra-se com a Carta Precatória em questão obedecendo as formalidades e cautelas legais. Porém, para cumprimento verifique se existem custas de diligências pendentes. Após, devolva-se ao Juízo Deprecante com as homenagens de estilo. Intime-se. São Caetano de Odivelas/PA, 27 de junho de 2019. ALDINEIA MARIA MARTINS BARROS Juíza de Direito Titular da Comarca de São Caetano de Odivelas PROCESSO: 00004225320198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: J. C. S. Representante(s): OAB 21520 - BRUNO COSTA MENDONÇA (ADVOGADO) OAB 22737 - TEREZINHA BEZERRA DE BARROS (ADVOGADO) VITIMA: B. B. C. TESTEMUNHA: S. E. R. C. PROCESSO: 00004615520168140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: ADOLESCENTE: T. J. P. T. Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA: A. C. O. E. PROCESSO: 00005714920198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Termo Circunstanciado em: AUTOR DO FATO: M. G. C. C. VITIMA: M. J. F. R. PROCESSO: 00006659420198140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Termo Circunstanciado em: AUTOR DO FATO: M. M. R. VITIMA: R. N. S. PROCESSO: 00021412920148140133 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A):

---- Ação: Execução de Título Judicial em: MENOR: J. F. F. C. EXECUTADO: M. F. S. PROCESSO: 00024056320148140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Título Judicial em: MENOR: R. V. P. R. MENOR: A. G. P. R. REPRESENTANTE: C. P. P. Representante(s): OAB 111111111111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO) REQUERIDO: A. P. R. PROCESSO: 00026235220188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: M. A. S. Representante(s): OAB 23481 - WANDYR MARCELO TRINDADE DA FONSECA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA: M. S. P. PROCESSO: 00029093520158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: J. S. P. Representante(s): OAB 17145 - MAXWELL CAVALCANTE DOS SANTOS GERALDO (ADVOGADO) DENUNCIADO: M. S. M. Representante(s): OAB 17145 - MAXWELL CAVALCANTE DOS SANTOS GERALDO (ADVOGADO) TESTEMUNHA: M. R. S. PROCESSO: 00031648520188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Seção Infracional em: ADOLESCENTE: J. S. L. VITIMA: L. B. D. B. PROCESSO: 00041841420188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERENTE: C. K. L. S. REQUERENTE: T. R. L. S. REQUERIDO: C. V. S. PROCESSO: 00042032020188140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERENTE: O. F. A. P. Representante(s): OAB 4587 - IVANETE SOCORRO FREIRE DAS CHAGAS MACEDO (ADVOGADO) REQUERIDO: O. A. P. PROCESSO: 00519090420158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: ADOLESCENTE: J. B. L. B. Representante(s): OAB 17301 - EDIVALDO GRAIM DE MATOS (ADVOGADO) VITIMA: W. B. S. PROCESSO: 00799082920158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Seção Infracional em: REQUERENTE: D. S. G. ADOLESCENTE: G. S. G. INTERESSADO: C. T. S. C. O. PROCESSO: 01029094320158140095 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: REQUERENTE: A. C. S. C. REQUERIDO: H. C. C. REPRESENTANTE: W. S. S. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (ADVOGADO)

COMARCA DE SALINÓPOLIS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SALINÓPOLIS

RESENHA: 01/07/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE SALINOPOLIS - VARA: VARA UNICA DE SALINOPOLIS PROCESSO: 00003213720098140048 PROCESSO ANTIGO: 200920002083 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 01/07/2019 DENUNCIADO:JOSE BALBINO LOPES DE ALMEIDA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SENTENÇA Trata-se de Denúncia oferecida pelo Ministério Público em face de JOSÉ BALBINO LOPES DE ALMEIDA, pela prática do crime descrito no art. 163, § único, inciso III do CPB. A pena máxima para os que infringem o citado artigo é de 03 (três) anos de reclusão e, de acordo com o artigo 109, inciso IV, do Código Penal, a prescrição ocorre em 08 anos. Como desde o recebimento da denúncia, já transcorreram mais de dez anos, é certo que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva. Quanto a pena de multa, conforme o artigo 114, inciso II, do Código Penal, a prescrição ocorre no mesmo prazo da pena privativa de liberdade, estando, portanto, também prescrita. Diante do exposto, considerando ainda que o parquet manifestou-se favorável a prescrição, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato JOSÉ BALBINO LOPES DE ALMEIDA, já qualificado, diante da prescrição da pretensão punitiva, com base nos artigos 107, inciso IV, primeira figura, c.c. artigo 109, inciso IV, ambos do Código Penal. Após o trânsito em julgado, arquive-se, procedendo-se as baixas necessárias. Salinópolis/PA, 25 de junho de 2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito, titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis Celso Quim Filho Sentença Juiz Substituto Pág. de 1 PROCESSO: 00005623420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MANOEL DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00005631920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MANOEL DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00005849220198140048 PROCESSO ANTIGO: -

--- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MANOEL DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00005857720198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MANOEL DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00005944920138140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 01/07/2019 DENUNCIADO:AILTON OLIVEIRA DOS SANTOS VITIMA:T. P. L. VITIMA:K. C. S. S. DENUNCIANTE:PROMOTORIA DE JUSTICA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ R.H. Dê-se vista a Defensoria Pública para alegações finais. Salinópolis (PA), 25 de junho de 2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis Agenor Cássio de Andrade Correia Decisão Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00006247420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARINA DA COSTA E SILVA Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00006255920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARINA DA COSTA E SILVA Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA

PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00006628620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARINA DA COSTA E SILVA Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTARANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00006637120198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARINA DA COSTA E SILVA Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTARANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00006645620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARINA DA COSTA E SILVA Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA

MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00006654120198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARINA DA COSTA E SILVA Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00006662620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARINA DA COSTA E SILVA Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S A BANRISUL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00006671120198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARINA DA COSTA E SILVA Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTARANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00006819220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARINA DA COSTA E SILVA Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora

emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00006827720198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARINA DA COSTA E SILVA Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTARANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00006836220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARINA DA COSTA E SILVA Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTARANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00006844720198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARINA DA COSTA E SILVA Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00006888420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARINA DA COSTA E SILVA Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a

procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00007035320198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ONEIDE SOUZA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00007043820198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ONEIDE SOUZA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00007052320198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ONEIDE SOUZA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO OLE BONSUCESSO CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00007060820198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY

Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERIDO:ONEIDE SOUZA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO OLE BONSUCESSO CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00007079020198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ONEIDE SOUZA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00007104520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IRACY DA FONSECA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00007113020198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IRACY DA FONSECA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a

assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00007242920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ONEIDE SOUZA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00007251420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ONEIDE SOUZA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00007269620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ONEIDE SOUZA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00007416520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ONEIDE SOUZA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve

ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00007425020198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ONEIDE SOUZA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 24859 - ANNA CAROLINA PARIZOTTO SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00007624120198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IRACY DA FONSECA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00007676320198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IRACY DA FONSECA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00008030820198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IRACY DA FONSECA

Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00008049020198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IRACY DA FONSECA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00008212920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IRACY DA FONSECA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00008221420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IRACY DA FONSECA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO OLE BONSUCESSO CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com

fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00008239620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IRACY DA FONSECA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO OLE BONSUCESSO CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00011610720188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento de Conhecimento em: 01/07/2019 REQUERENTE:EDIZIO PEREIRA DE MIRANDA Representante(s): OAB 19547 - RODRIGO CARDOSO DA MOTTA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A Representante(s): OAB 19792-A - FELIPE GAZOLA VIERA MARQUES (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos. Considerando os princípios do Novo Código de Processo Civil, intimem-se as partes, para que se manifestem sobre a possibilidade de conciliação. Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 10 (dez) dias, para que apontem as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Diante da existência de questão de fato controversa, deverão especificar as provas que pretendem produzir justificando sua relevância e pertinência. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho saneador e designação de audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 357, do Código de Processo Civil, ou ainda, julgamento antecipado do mérito, de acordo com o artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se. Salinópolis/PA, 17/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00011797020078140048 PROCESSO ANTIGO: 200720005782 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 01/07/2019 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:IZAIAS FREITAS DA SILVA. RH 1. Renovem-se as diligencias para o dia 16/10/2019 às 13h30min. Salinópolis, 11/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis PROCESSO: 00033493620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os

autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033502120198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033510620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033528820198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033528820198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a

assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033545820198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033554320198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033562820198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da

Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033571320198140048 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033589520198140048 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033598020198140048 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033606520198140048 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CETELEM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por

intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033615020198140048 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CETELEM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033623520198140048 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CETELEM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033632020198140048 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CETELEM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033640520198140048 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO)

OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CETELEM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033658720198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033667220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033684220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso

IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033692720198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033701220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033883320198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033891820198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a

assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033900320198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033918520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033927020198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C.

Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033935520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033944020198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CETELEM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033952520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00033996220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ALZIRA SARMENTO DA SILVA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º

do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034004720198140048 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ALZIRA SARMENTO DA SILVA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034013220198140048 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ALZIRA SARMENTO DA SILVA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CETELEM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034021720198140048 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ALZIRA SARMENTO DA SILVA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CETELEM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034030220198140048 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ALZIRA SARMENTO DA SILVA

Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CETELEM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034048420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:LAIDE BORGES DOS REMEDIOS Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORATIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034056920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:LAIDE BORGES DOS REMEDIOS Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORATIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034065420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:LAIDE BORGES DOS REMEDIOS Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena

de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034073920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034082420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:Banco Cruzeiro do Sul SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034090920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA RITA DE SOUSA AMARO Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA SA CREDITO FIN E INVEST. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034281520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA JUCILENE DOS SANTOS Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante

aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034299720198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA JUCILENE DOS SANTOS Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034325220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IVANEIDE NASCIMENTO SANTA BRIGIDA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034472120198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:ALZIRA SARMENTO DA SILVA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA SA CREDITO FIN E INVEST. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C.

Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034480620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:LAIDE BORGES DOS REMEDIOS Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034671220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA JUCILENE DOS SANTOS Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034731920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IVANEIDE NASCIMENTO SANTA BRIGIDA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034740420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IVANEIDE NASCIMENTO SANTA BRIGIDA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De

acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA P R O C E S S O : 0 0 0 3 4 7 5 8 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 4 8 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IVANEIDE NASCIMENTO SANTA BRIGIDA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034870320198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IVANEIDE NASCIMENTO SANTA BRIGIDA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CETELEM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00034888520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IVANEIDE NASCIMENTO SANTA BRIGIDA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CCB BRASIL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA

PROCESSO: 00034897020198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IVANEIDE NASCIMENTO SANTA BRIGIDA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO OLE BONSUCESSO CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00035079120198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:IVANEIDE NASCIMENTO SANTA BRIGIDA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CCB BRASIL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00035555020198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00035563520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA

KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00035572020198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00035580520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso

conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00035701920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00035710420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00035745620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Inquérito Policial em: 01/07/2019 INDICIADO:JORGE ALMEIDA DOS SANTOS. DECISÃO

É cediço que, de acordo com o art. 316 do CPP o juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem. No presente, verifico que apesar da gravidade do crime imputado ao acusado, não se dispõe nos autos de outras informações mais concretas das quais se possa aferir a necessidade de prisão preventiva, uma vez que inexiste até o presente momento elementos suficientes de que o apenado, pretenda efetivamente causar prejuízo a instrução criminal, quando solto, como evadir-se do distrito da culpa. Assiste-lhe, pois, o direito de responder ao processo em liberdade. Com esses fundamentos, decido de ofício REVOGAR A PRISÃO PREVENTIVA de JORGE ALMEIDA DOS SANTOS. Porém, em substituição à prisão provisória, aplico ao indiciado as seguintes medidas cautelares, sem prejuízo da adoção de outras medidas que se fizerem necessárias: a) COMPARECER perante a autoridade competente todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e do processo; b) NÃO mudar de endereço sem prévia comunicação à autoridade competente; c) NÃO praticar outro crime ou contravenção; d) NÃO praticar deliberadamente atos de obstrução ao andamento do processo; e) PROIBIÇÃO de manter qualquer tipo de contato com as testemunhas, e de aproximar-se delas a uma distância inferior a 200 (duzentos) metros; f) RECOLHER-SE a sua residência até às 22:00 horas, todos os dias da semana, exceto quando estiver trabalhando. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ DE SOLTURA, para que seja posto em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, ciente de que o descumprimento de alguma das medidas cautelares acima acarretará na decretação da preventiva. Dê-se ciência ao MP e defesa. Cumpra-se. Salinópolis, 26 de junho de 2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis PROCESSO: 00035875520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00035884020198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator:

Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00035892520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00037532420188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Petição Criminal em: 01/07/2019 AUTOR:DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE SALINOPOLIS REPRESENTANTE:RAFAELLA LACERDA FIGUEIREDO DELEGADA DE POLICIA CIVIL. SENTENÇA Trata-se de pedido de incineração de drogas requerida pela autoridade policial. Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. Com base no art. 50 e §§ 3º, 4º e 5º da Lei nº 11.343/2006, defiro o pedido de incineração de drogas formulado, através de ofício nº 113/2019-CARTÓRIO, devendo o requerente ser comunicado, a fim de que observe o seguinte: a) a diligência deverá ser presidida pela autoridade de polícia judiciária; b) comunicação prévia a esta Vara Única, ao Ministério Público e à autoridade sanitária competente, sobre o dia, hora e local da diligência; c) efetivação de perícia no local da incineração; d) lavratura e auto circunstanciado. No mais, transitado em julgado, arquive-se. Cumpra-se. Salinópolis, 27 de junho de 2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis PROCESSO: 00037706020188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Petição Criminal em: 01/07/2019 AUTOR:DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE SALINOPOLIS REPRESENTANTE:DANIELLE MARIA DE SOUSA E SILVA DELEGADA DE POLICIA CIVIL. SENTENÇA Trata-se de pedido de incineração de drogas requerida pela autoridade policial. Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. Com base no art. 50 e §§ 3º, 4º e 5º da Lei nº 11.343/2006, defiro o pedido de incineração de drogas formulado, através de ofício nº 113/2019-CARTÓRIO, devendo o requerente ser comunicado, a fim de que observe o seguinte: a) a diligência deverá ser presidida pela autoridade de polícia judiciária; b) comunicação prévia a esta Vara Única, ao Ministério Público e à autoridade sanitária competente, sobre o dia, hora e local da diligência; c) efetivação de perícia no local da incineração; d) lavratura e auto circunstanciado. No mais, transitado em julgado, arquive-se. Cumpra-se. Salinópolis, 27 de junho de 2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis PROCESSO: 00038075320198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: 01/07/2019 REQUERENTE:RICARDO

DIOGO DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 12515-A - GLEUSE SIEBRA DIAS (ADVOGADO) REQUERENTE:ELANE SOARES DA SILVA ENVOLVIDO:R. D. O. F. . SENTENÇA Vistos. RICARDO DIOGO DE OLIVEIRA pugnou pela homologação de acordo referente ao exercício do direito de visita, bem como ao pagamento de pensão alimentícia ao menor RICARDO DIOGO DE OLIVEIRA FILHO, representado por sua genitora, a Sra. ELANE SOARES DA SILVA, todos devidamente qualificados nos autos do processo em epígrafe. A petição inicial foi instruída com documentos (fls. 03/05). Instado a se manifestar, o Ministério Público do Estado do Pará pugnou pelo total acolhimento do pedido formulado na exordial (fl. 09). É o breve relatório. DECIDO. Da análise dos fólios, constata-se que as partes celebraram pacto (fls. 03/05), o qual não possui vícios que maculam sua existência ou validade, portanto, não há óbice à produção de efeitos jurídicos. Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, o acordo firmado entre as partes às fls. 03/05, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, nos termos do art. 487, inciso III, "b", do Código de Processo Civil Brasileiro e, por conseguinte, EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Sem custas processuais e sem honorários advocatícios, em razão da hipossuficiência financeira das partes. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 12/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00039885420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00039893920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da

petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00039902420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00039910920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ORIGINAL SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00040283620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual.

A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00040474220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00040474220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do

prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00040491220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CETELEM SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00040509420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA CORREA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BVC BANCO DE CREDITO E VAREJO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante foi aposta em instrumento procuratório particular, no entanto, a parte autora é pessoa analfabeta, logo, inviável a observância do art. 105 do CPC/15, devendo a procuração que outorga poderes ao causídico ser pública. Dessa feita, deve ser sanada a representação processual. A jurisprudência pátria manifesta-se nesse sentido, veja-se: EMENTA-APELAÇÃO CÍVEL-AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA-AUTORA ANALFABETA-PROCURAÇÃO PÚBLICA- EXTINÇÃO DO PROCESSO- SENTENÇA MANTIDA. O não atendimento à determinação de emenda da inicial implica, nos termos do art. 321, do CPC, no seu indeferimento e na extinção do processo sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Recurso conhecido e desprovido. (TJ-MS-APL: 08026750420178120031 MS 0802675-04.2017.8.12.0031, Relator: Des. Marcelo Câmara Rasslan, Data de Julgamento: 13/03/2019, 1ª Câmara Cível, Data de Publicação: 14/03/2019). Assim, considerando que a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado, determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00040907620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:DALVA DE OLIVEIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) OAB 22273 - ILTON GIUSSEPP S M DA R LOPES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da

lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00041285920178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento de Conhecimento em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARIA DAS GRACAS MOISES OLIVEIRA Representante(s): OAB 20864-A - GILDO LEOBINO DE SOUZA JÚNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 20601-A - WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO) OAB 15492 - HALANNA DENISE DE OLIVEIRA DEMETRIO (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos. Considerando os princípios do Novo Código de Processo Civil, intimem-se as partes, para que se manifestem sobre a possibilidade de conciliação. Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 10 (dez) dias, para que apontem as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Diante da existência de questão de fato controversa, deverão especificar as provas que pretendem produzir justificando sua relevância e pertinência. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho saneador e designação de audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 357, do Código de Processo Civil, ou ainda, julgamento antecipado do mérito, de acordo com o artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se. Salinópolis/PA, 17/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044276520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PINE S.A.. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044285020198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044293520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA

Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044302020198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044310520198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044328720198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com

ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044371220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Inquérito Policial em: 01/07/2019 AUTOR DO FATO:EM APURAÇÃO VITIMA:T. S. F. F. . SENTENÇA Trata-se de INQUÉRITO policial de nº 00075/2019.100152-7, com o intuito de apurar suposto delito. O inquérito foi encaminhado ao Ministério Público e restituído com parecer pelo arquivamento do feito. Decisão. Assiste razão ao Ministério Público por ora. Além do mais, o arquivamento do inquérito não proíbe no caso do surgimento de novas provas que a ação penal seja iniciada, conforme Súmula nº 524 do STF: "Arquivado o inquérito policial por despacho do juiz, a requerimento do Promotor de Justiça, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas." Desta forma, incumbe ao Ministério Público avaliar os elementos para apresentação ou não da Denúncia, em optando pelo arquivamento do inquérito deverá expressar seus motivos, conforme faz em manifestação acostada nos autos. A jurisprudência é unânime em relação ao assunto: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. ARQUIVAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL DE OFÍCIO PELO MAGISTRADO. IMPOSSIBILIDADE. "Incumbe exclusivamente ao Parquet avaliar se os elementos de informação de que dispõe são ou não suficientes para a apresentação da denúncia, entendida esta como ato-condição de uma bem caracterizada ação penal. Pelo que nenhum inquérito é de ser arquivado sem o expresso requerimento ministerial público." (HC 88589, 1ª Turma, Rel. Min. Carlos Britto, DJU de 23/03/2007). Ordem denegada. (HC 142.219/DF, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2009, DJe 26/04/2010) Em face do exposto, HOMOLOGO o arquivamento do Inquérito nº 00075/2019.100152-7, formulado pelo representante do Ministério Público. Após as formalidades legais arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Salinópolis, 25 de junho de 2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis PROCESSO: 00044475620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA SA CREDITO FIN E INVEST. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044484120198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044492620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA

Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044501120198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044519320198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044527820198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com

ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044536320198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044544820198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044553320198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044674720198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por

intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044683220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044691720198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 27/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044700220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044718420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044726920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044735420198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00044743920198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:SEBASTIANA SANTA BRIGIDA DE SOUSA Representante(s): OAB 12614 - DIORGEO DIOVANNY S. M. DA ROCHA L. DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA 1. Da análise dos documentos que instruem a peça vestibular, constata-se que a assinatura do(a) outorgante aposta no instrumento procuratório particular foi digitalizada, pois a procuração é uma fotocópia. De acordo com o art. 105 do CPC/15, a procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular, deve ser assinada pela parte, destarte, o §1º do aludido dispositivo legal autoriza a assinatura digital, na forma da lei. Assim, a outorga de poderes por intermédio de mandato está sujeita à forma exigida por lei para o ato ser praticado. Determino que a parte autora emende a petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, com fundamento no art. 321 do CPC, para fins de juntada ao caderno processual da procuração com a assinatura original do(a) outorgante, sob pena de indeferimento da petição vestibular, nos moldes do inciso IV do art. 330 do aludido diploma legal. 2. Após o decurso do prazo, remetam-se os autos conclusos com ou sem manifestação do autor. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 28/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da

Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00047073620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Carta Precatória Criminal em: 01/07/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANCA E ADOLESCENTES DE BELEM REU:V. B. D. Representante(s): OAB 20648 - LUCIDY MONTEIRO (ADVOGADO) TESTEMUNHA:A. F. B. P. . RH. Considerando que a testemunha a ser inquirida reside em Goiânia, devolva-se a presente carta, servindo esta como mandado, com os cumprimentos de estilo. Intime-se. Cumpra-se. Salinópolis, 25 de junho de 2019 ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito, titular da Comarca de Salinópolis PROCESSO: 00050312620198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 01/07/2019 REQUERENTE:BANCO HONDA S A Representante(s): OAB 10423 - ELIETE SANTANA MATOS (ADVOGADO) OAB 10422 - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO:ROBERTO FONSECA. DECISÃO Vistos. 1. Determino que a parte autora emende a inicial, no prazo legal, para que corrija o valor da causa, tendo em vista o art. 1º do Decreto nº 911/69, o qual determina que a petição inicial deverá atribuir o valor da causa ao total da dívida, isto é, o valor total do contrato, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 330, IV, do CPC/15. 2. Após, conclusos. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 12 de junho de 2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00050494720198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 01/07/2019 REQUERENTE:BANCO HONDA S/A Representante(s): OAB 10423 - ELIETE SANTANA MATOS (ADVOGADO) OAB 10422 - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO:CARLOS EDUARDO SOUZA ROSA. DECISÃO Vistos. 1. Determino que a parte autora emende a inicial, no prazo legal, para que corrija o valor da causa, tendo em vista o art. 1º do Decreto nº 911/69, o qual determina que a petição inicial deverá atribuir o valor da causa ao total da dívida, isto é, o valor total do contrato, sob pena de indeferimento da inicial, nos termos do art. 330, IV, do CPC/15. 2. Após, conclusos. 3. P.R.I.C. Salinópolis/PA, 12 de junho de 2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00050503220198140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 01/07/2019 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:EDIMAR DOS SANTOS E SANTOS VITIMA:A. M. C. S. VITIMA:P. P. R. S. . DECISÃO/MANDADO I - Nos termos da lei vigente, recebo a denúncia em seus termos por satisfazer os requisitos do art. 41 do CPP, como também por verificar ausente as hipóteses do art. 395 do CPP. II - Cite-se o defendente para que responda por escrito a acusação que lhe é feita, no prazo de dez (10) dias, na forma do art. 396 do Código de Processo Penal, com as alterações da lei 11.718/08. Devendo nesta, alegar tudo o que lhe interessa a sua defesa, indicando provas que pretenda produzir durante a instrução processual, juntar documentos, justificativas e requerer perícias, bem como arguir execuções. III - Não sendo apresentada a defesa no prazo legal, devidamente certificado, em nome da economia e celeridade processual, desde já designo o Douto Defensor Público para procedê-la. Caso assim seja, abra-se vista a Defensoria Pública. Após a citação do acusado, abra-se vista ao MP para apresentar manifestação sobre o pedido de revogação da preventiva. Servirá o presente, por cópia digitada, como mandado, nos termos do provimento nº 003/2009 - CJCI c/c provimento nº 003/2009 - CRMB. P.R.I. CUMPRA-SE. Salinópolis, 25 de junho de 2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis PROCESSO: 00054739420168140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:RAIMUNDA MIRANDA DA CUNHA Representante(s): OAB 14245-A - THAISA CRISTINA CANTONI FRANCA (ADVOGADO) OAB 53400 - ROBERTO CESAR GOUVEIA MAJCHSZAK (ADVOGADO) REQUERIDO:SEGURADORA LIDER CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT SA Representante(s): OAB 14351 - MARILIA DIAS ANDRADE (ADVOGADO) OAB 16292 - LUANA SILVA SANTOS (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos. Considerando os princípios do Novo Código de Processo Civil, intimem-se as partes, para que se manifestem sobre a possibilidade de conciliação. Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 10 (dez) dias, para que apontem as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Diante da existência de questão de fato controversa, deverão especificar as provas que pretendem produzir justificando sua relevância e pertinência. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem

ao processo. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho saneador e designação de audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 357, do Código de Processo Civil, ou ainda, julgamento antecipado do mérito, de acordo com o artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se. Salinópolis/PA, 17/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00060500420188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Petição Criminal em: 01/07/2019 REPRESENTANTE:DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE SALINOPOLIS. SENTENÇA Trata-se de pedido de incineração de drogas requerida pela autoridade policial. Os autos vieram conclusos. É o relatório. Decido. Com base no art. 50 e §§ 3º, 4º e 5º da Lei nº 11.343/2006, defiro o pedido de incineração de drogas formulado, através de ofício nº 113/2019-CARTÓRIO, devendo o requerente ser comunicado, a fim de que observe o seguinte: a) a diligência deverá ser presidida pela autoridade de polícia judiciária; b) comunicação prévia a esta Vara Única, ao Ministério Público e à autoridade sanitária competente, sobre o dia, hora e local da diligência; c) efetivação de perícia no local da incineração; d) lavratura e auto circunstanciado. No mais, transitado em julgado, arquive-se. Cumpra-se. Salinópolis, 27 de junho de 2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis PROCESSO: 00104696720188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 01/07/2019 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:JANDERSON TEIXEIRA DO ROSARIO VITIMA:V. A. L. . RH. I - Recebo o recurso de apelação. II- Retornem os autos a Defensoria para apresentar razões e, por conseguinte ao MP para contrarrazões. III- Por fim, remetam-se os autos ao E. TJPA com as cautelas legais. IV - Cumpra-se. Salinópolis, 25 de junho de 2019 ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis PROCESSO: 00112381220178140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 01/07/2019 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MATHEUS DAMASCENO DE AVIZ VITIMA:E. N. M. . RH Considerando juntada do laudo, dê-se vista as partes para entender o que de direito. Cumpra-se. Salinópolis, 27 de junho de 2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis PROCESSO: 00126504120188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 01/07/2019 DENUNCIANTE:O MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:RAUL SILVA DO ROSARIO Representante(s): OAB 12515-A - GLEUSE SIEBRA DIAS (ADVOGADO) VITIMA:A. O. M. . RH. I - Recebo o recurso de apelação. II- Considerando que já foram apresentadas as razões pela Defensoria Pública, encaminhe-se os autos ao MP para contrarrazões. II- Por fim, remetam-se os autos ao E. TJPA com as cautelas legais. IV - Cumpra-se. Salinópolis, 14 de junho de 2019 ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis PROCESSO: 00135510920188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:OSVALDINA MARIA DIAS MACHADO Representante(s): OAB 26948-B - MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN S A Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos. Considerando os princípios do Novo Código de Processo Civil, intimem-se as partes, para que se manifestem sobre a possibilidade de conciliação. Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 10 (dez) dias, para que apontem as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Diante da existência de questão de fato controversa, deverão especificar as provas que pretendem produzir justificando sua relevância e pertinência. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho saneador e designação de audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 357, do Código de Processo Civil, ou ainda, julgamento antecipado do mérito, de acordo com o artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se. Salinópolis/PA, 17/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00135719720188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:OSVALDINA MARIA DIAS MACHADO Representante(s): OAB 26948-B - MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (ADVOGADO)

REQUERIDO:BANCO PAN S A Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos. Considerando os princípios do Novo Código de Processo Civil, intimem-se as partes, para que se manifestem sobre a possibilidade de conciliação. Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 10 (dez) dias, para que apontem as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Diante da existência de questão de fato controversa, deverão especificar as provas que pretendem produzir justificando sua relevância e pertinência. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho saneador e designação de audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 357, do Código de Processo Civil, ou ainda, julgamento antecipado do mérito, de acordo com o artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se. Salinópolis/PA, 17/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00135728220188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:OSVALDINA MARIA DIAS MACHADO Representante(s): OAB 26948-B - MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN S A Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos. Considerando os princípios do Novo Código de Processo Civil, intimem-se as partes, para que se manifestem sobre a possibilidade de conciliação. Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 10 (dez) dias, para que apontem as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Diante da existência de questão de fato controversa, deverão especificar as provas que pretendem produzir justificando sua relevância e pertinência. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho saneador e designação de audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 357, do Código de Processo Civil, ou ainda, julgamento antecipado do mérito, de acordo com o artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se. Salinópolis/PA, 13/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00135918820188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:OSVALDINA MARIA DIAS MACHADO Representante(s): OAB 26948-B - MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA Representante(s): OAB 60359 - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos. Considerando os princípios do Novo Código de Processo Civil, intimem-se as partes, para que se manifestem sobre a possibilidade de conciliação. Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 10 (dez) dias, para que apontem as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Diante da existência de questão de fato controversa, deverão especificar as provas que pretendem produzir justificando sua relevância e pertinência. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho saneador e designação de audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 357, do Código de Processo Civil, ou ainda, julgamento antecipado do mérito, de acordo com o artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se. Salinópolis/PA, 25/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 00135935820188140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Procedimento Comum em: 01/07/2019 REQUERENTE:OSVALDINA MARIA DIAS MACHADO Representante(s): OAB 26948-B - MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN S A Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . DESPACHO Vistos. Considerando os princípios do Novo Código de Processo Civil, intimem-se as partes, para que se manifestem sobre a possibilidade de conciliação. Com fundamento nos arts. 6º e 10º, do Código de Processo Civil, faculto às partes o prazo comum de 10 (dez) dias, para que apontem as questões de fato e de direito que entendam pertinentes ao julgamento da lide. Diante da existência de questão de fato controversa, deverão especificar as provas que pretendem produzir justificando sua relevância e pertinência. Quanto às questões de direito, para que não se alegue prejuízo, deverão, desde logo, manifestar-se sobre a matéria cognoscível de ofício pelo juízo, desde que interessem ao processo. Após, voltem-me os autos conclusos

para despacho saneador e designação de audiência de instrução e julgamento, nos termos do artigo 357, do Código de Processo Civil, ou ainda, julgamento antecipado do mérito, de acordo com o artigo 355, I, do Código de Processo Civil. Publique-se. Intimem-se. Registre-se. Cumpra-se. Salinópolis/PA, 17/06/2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA PROCESSO: 01804795220158140048 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Ação: Inventário em: 01/07/2019 REQUERENTE:MARCIO AURELIO DA SILVA SANTOS Representante(s): OAB 8419 - FRANCISCO LINDOLFO COELHO DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE:MARCOS AUGUSTO DA SILVA SANTOS REQUERENTE:MAGALI DA SILVA SANTOS REQUERENTE:MARILZA DA SILVA SANTOS DE LIMA REQUERENTE:MARINETE DA SILVA SANTOS LIMA REQUERENTE:MARIA LUIZA PORTILHO DOS SANTOS REPRESENTANTE:GIOVANA COSTA LEMOS PORTILHO ENVOLVIDO:MANOEL FERREIRA DOS SANTOS. SENTENÇA 1. RELATÓRIO Vistos. MÁRCIO AURÉLIO DA SILVA SANTOS, MARCOS AUGUSTO DA SILVA SANTOS, MAGALI DA SILVA SANTOS, MARILZA DA SILVA SANTOS DE LIMA, MARINETE DA SILVA SANTOS LIMA, MARIA LUIZA PORTILHO DOS SANTOS, representada por GIOVANA COSTA LEMOS PORTILHO, devidamente qualificados nos presentes autos, ajuizaram Ação de Inventário pelo Rito de Arrolamento em face de MANOEL FERREIRA DOS SANTOS, pelas razões fáticas e de direito declinadas na exordial. A petição inicial foi instruída com documentos (fls. 10/34). À fl. 36, deferiu-se o pedido de gratuidade da justiça e foi determinada a emenda à inicial. Porém, houve o decurso do prazo sem manifestação, conforme dispõe o teor da certidão à fl. 38. É o relatório. Decido. 2. FUNDAMENTAÇÃO O art. 321 do Código de Processo Civil dispõe que quando o juiz constatar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado. Destarte, de acordo com o parágrafo único do art. 321, caso o autor não cumpra a diligência, o juiz indeferirá a petição inicial. Portanto, o magistrado deverá indeferir a petição inicial, quando a emenda ou a sucessão delas, não tiver sido apta a sanar a irregularidade ou vício, ou nos casos de omissão do autor em realizar a emenda no prazo de 15 (quinze) dias (art. 330, IV, CPC). No caso em tela, não houve o saneamento do vício pela parte Requerente, mantendo-se a irregularidade processual, motivo pelo qual deve ser aplicado o art. 321 do CPC. 3. DISPOSITIVO Considerando a certidão à fl. 38, haja vista que não houve emenda à petição inicial, conforme determinado pelo Juízo, com fundamento no parágrafo único do art. 321 do CPC, INDEFIRO a petição inicial e JULGO EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 330, inciso I, do Diploma Legal acima mencionado. Salinópolis/PA, 03 de junho de 2019. ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY Juiz de Direito titular da Vara Única da Comarca de Salinópolis/PA

COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ

SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ

Número do processo: 0800656-43.2019.8.14.0049 Participação: RECLAMANTE Nome: JOAO BATISTA PEREIRA Participação: ADVOGADO Nome: CAMILLA ELIZABETH SILVA CAMPOS GONCALVESOAB: 21688/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BRADESCO S/A Participação: ADVOGADO Nome: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELIOAB: 5546/ROPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁJUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA IZABELDECISÃOPROCESSO Nº 0800656-43.2019.8.14.0049RECLAMANTE: JOAO BATISTA PEREIRARECLAMADO: BANCO BRADESCO S/AVistos etc.,1 - Vejo que a requerente não demonstrou o descumprimento da decisão de tutela de urgência, motivo pelo qual, neste momento, indefiro o pedido da Requerente de ID 11047211.2 - Por fim, aguarde-se a realização da audiência de instrução e julgamento, ocasião em que poderá ser reanalisado eventual descumprimento de decisão de tutela de urgência. Santa Izabel do Pará, 17 de junho de 2019.EVERALDO PANTOJA E SILVAJUIZ DE DIREITO

Número do processo: 0800783-78.2019.8.14.0049 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA CLARICE DE SOUZA GOMES Participação: ADVOGADO Nome: DOMINGOS BRUNO GONCALVES MARQUESOAB: 20366/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BMG SA Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETOOAB: 23255/PEPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁJUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA IZABELDECISÃOPROCESSO Nº 0800783-78.2019.8.14.0049RECLAMANTE: MARIA CLARICE DE SOUZA GOMESRECLAMADO: BANCO BMG SAVistos etc.,Tratam os autos de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO c/c pedido de tutela antecipada em face de empréstimo consignado que alega não ter realizada com a parte reclamada.Requereu a parte autora, inicialmente, pedido de tutela de urgência para que houvesse abstenção dos descontos realizados em sua conta, pedido este deferido em razão de um juízo sumário dos fatos e provas juntadas aos autos.A reclamada insurgiu-se contra tal decisão propugnando umpedido de reconsideração/retrataçãoda citada tutela antecipada concedida.Verifica-se que os fatos e fundamentos que motivaram a decisão de tutela de ID 10324539 não sofreram alteração que importasse na mudança de entendimento deste juízo.A propósito, a reclamada não juntou provas capazes de infirmar a conclusão adotada anteriormente.Reitere-se que a aludida medida questionada não é dotada do caráter da irreversibilidade, e caso o julgamento de mérito seja pela improcedência, toda e qualquer dívida oriunda do contrato discutido nos autos poderá ser cobrada pela reclamada.Nestes termos, mantenho a decisão de ID 10324539 em todos os seus fundamentos.Intime-se.Aguarde-se em Secretaria na pauta da audiência de conciliação, instrução e julgamento aprazada.06/06/2019. EVERALDO PANTOJA E SILVA Juiz de Direito

Número do processo: 0800166-55.2018.8.14.0049 Participação: EXEQUENTE Nome: JAIR CARLOS LOPES DA ROCHA Participação: ADVOGADO Nome: LUANA OLIVIA SA FRANCAOAB: 21546/PA Participação: EXECUTADO Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRAOAB: 21078/PA Participação: ADVOGADO Nome: SERVIO TULIO DE BARCELOSOAB: 21148/PADECISÃO PROCESSO Nº0800166-55.2018.8.14.0049EXEQUENTE:JAIR CARLOS LOPES DA ROCHAEXECUTADO:BANCO DO BRASIL SAVistos etc., Considerando que a parte exequente ofereceupedido de cumprimento de sentença, DETERMINO prosseguimento na fase de cumprimento de sentença, inicialmente com a INTIMAÇÃO da parte devedora/executada (art. 513, § 2º, do CPC), para proceder ao pagamento do valor devido no prazo de quinze dias, sob pena de multa de 10% do valor devido. Fica advertida a parte executada de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523, do CPC, sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (art. 525, do CPC). Nos termos do art. 525, § 6º, do CPC, a apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos. Assim, caso a parte credora/exequente tenha interesse em levar a protesto a decisão judicial

transitada em julgado, deve proceder nos termos do art. 517, do CPC.Realizado o pagamento, expeça-se o necessário para o levantamento ou conversão em renda do valor depositado em favor do Credor.Satisfeito o débito, faça conclusão para SENTENÇA DE EXTINÇÃO PELO PAGAMENTO.Não sendo realizado o pagamento, aplico a multa de 10%, nos termos da Súmula n. 517, do STJ e art. 523, § 1º, do CPC.Em não sendo realizado o pagamento, determino a penhora, pelo Sistema BACENJUD e também pelo Sistema RENAJUD.Realizada(s) penhora(s), intime-se a parte executada, por seu advogado, ou pessoalmente, de preferência, por via postal, para eventual impugnação.Não havendo impugnação, serão levadas a efeito as medidas necessárias para a transferência da propriedade do(s) bem(ns) para a parte exequente. Cumpra-se. Santa Izabel do Pará (PA), 24 de junho de 2019. EVERALDO PANTOJA E SILVAJuiz de DireitoTitular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminalda comarca de Santa Izabel do Pará

Número do processo: 0800459-88.2019.8.14.0049 Participação: RECLAMANTE Nome: ALDENIRA FERREIRA BRITTO Participação: ADVOGADO Nome: MARCIA ADRIANA DE MORAIS FERREIRAOAB: 27843/PA Participação: ADVOGADO Nome: HERCULES PAIVA DE OLIVEIRAOAB: 26872/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: JIMMY SOUZA DO CARMOOAB: 18329/PATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINALATO ORDINATÓRIOEm cumprimento ao disposto no Provimento nº 006/2006-CJRMB, ficaINTIMADO(A) o(a)(s) RECORRIDO(A)(S),na pessoa de seu(s) advogado(s), para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar Contrarrazões ao Recurso Inominado interposto nos autos, nos termos do art. 42,§2º da Lei nº 9.099/95.Santa Izabel do Pará/PA, 28 de junho de 2019. Rômulo Augusto Almeida da Silva. Diretor de Secretaria da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Santa Izabel do Pará.

Número do processo: 0001961-03.2016.8.14.0049 Participação: RECLAMANTE Nome: ABILIO TEIXEIRA DA COSTA JUNIOR Participação: ADVOGADO Nome: MARCELO DE OLIVEIRA CASTRO RODRIGUES VIDINHAOAB: 10491/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIROOAB: 12436/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINALATO ORDINATÓRIONos termos do art. 203, §4º, do CPC/2015, procedo a intimação da(s) parte(s) credora(s) quanto a expedição de ALVARÁ, conforme disponibilizado nos autos eletrônicos. Santa Izabel do Pará, 28 de junho de 2019. ROMULO AUGUSTO ALMEIDA DA SILVA. Diretor de Secretaria da Vara do Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Santa Izabel do Pará.

Número do processo: 0800109-03.2019.8.14.0049 Participação: RECLAMANTE Nome: BENEDITA BENTES FERREIRA Participação: ADVOGADO Nome: IZABELLE FERNANDES DA COSTA MACIELOAB: 21124 Participação: ADVOGADO Nome: FELIPE DE LIMA RODRIGUES GOMESOAB: 21472 Participação: RECLAMADO Nome: BANCO CETELEM S.A. Participação: ADVOGADO Nome: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSAOAB: 24532A/PADECISÃO PROCESSO No.0800109-03.2019.8.14.0049 Vistos etc. Trata-se deEMBARGOS DE DECLARAÇÃOoferecidos da decisão que proferiusentença de mérito. O embargante apresentou EMBARGOS DE DECLARAÇÃO alegando omissão/contradição da sentença na tentativa de modificar o julgado pela adoção de efeitos infringentes. Por cautela, fora concedido prazo para o embargado apresentar contrarrazões, na forma do CPC/2015. É o que importa relatar.Decido. A discussão tratada nestes embargos envolve eventual omissão/contradição do julgador ao proferir sentença. Recebo os embargos de declaração, eis que tempestivos, e no mérito analiso o pedido conforme fundamentação abaixo. Conforme dispõe o art. 1.022, II do NCPC, somente cabem embargos de declaração quando forem para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; corrigir erro material; ou suprir omissãode ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento. Sabe-se que o cabimento dos Aclaratórios revela finalidade estritamente voltada para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, que se quer seja cumprida com a

efetiva cooperação das partes. Em suma, o objeto do presente recurso cinge-se a análise da omissão ou não quanto a alguns pedidos e manifestações do embargante. Verifica-se que a sentença do juízo está em conformidade com a motivação utilizada na sentença, refletindo a convicção do magistrado. As matérias alegadas e supostamente não mencionadas/enfrentadas pelo magistrado não tinham o condão de alterar a sua convicção diante do caso concreto, além do quê, há clara presunção de rejeição das mesmas, e preclusão nesta instância, posto que não envolvem nenhuma matéria de ordem pública que mereça ser revolvida por este juízo. O STJ recentemente pacificou o entendimento de que os embargos de declaração sobre eventuais omissões cometidas só devem servir quando as mesmas forem capazes de alterar a decisão do juiz, o que não é caso aqui tratado. Vejamos:?O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. O julgador possui o dever de enfrentarapenas as questões capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada na decisão recorrida. Assim, mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra a decisão que não se pronunciou sobre determinado argumento que era incapaz de infirmar a conclusão adotada.?(STJ. 1ª Seção. EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), julgado em8/6/2016(Info 585). Portanto, no NCPC, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. Por outra, os embargos aclaratórios só servirão quando a omissão for capaz de, ao menos, enfraquecer a decisão do magistrado. Assim, na sistemática do Juizado Especial Cível, os embargos de declaração pressupõem a existência de algum vício contemplado no art. 48 da Lei nº 9.099/95, não servindo para mera pretensão modificativa do julgado. A função do presente recurso é o de integrar o julgado (efeito integrativo), não o de lhe conceder indiscriminadamente o efeito infringente e modificativo, posto que esse é exceção e só acolhido em casos excepcionais. Isto é a jurisprudência dominante:"Ementa: JUIZADOSESPECIAIS. PROCESSO CIVIL.EMBARGOSDE DECLARAÇÃO NÃO FUNDAMENTADOS EM VÍCIOS.PROPÓSITO DE REDISCUTIR A MATÉRIA JULGADA. DESCABIMENTO.EMBARGOSREJEITADOS. 1.Osembargosde declaração têm caráter integrativo e seu cabimento pressupõe a existência de algum dos vícios contemplados no art. 48 da Lei 9.099 /95,não se servindo à pretensão modificativa do julgado, como é o que pretende o embargante. 2.Mesmo quando interpostos para o fim de prequestionamento, a existência de omissão, contradição ou obscuridade permanece como requisito essencial dosembargosdeclaratórios. 3.Inexistindo, portanto, quaisquer dos vícios indicados no art. 535 do CPC capazes de ensejar o reexame da causa, rejeito osembargosde declaração interpostos. 4.Embargosde declaração conhecidos e rejeitados. 5.A súmula de julgamento servirá como acórdão, conforme regra do art. 46 da Lei dosJuizadosEspeciaisEstaduais Cíveis e ainda por força dos arts. 12, inciso IX, 98, parágrafo único e 99, do Regimento Interno das Turmas Recursais.(TJ-DF - Embargos Declaratórios no Juizado Especial Apelação Cível do Juizado Especial EDJ1 20140710295517 (TJ-DF).Data de publicação: 05/10/2015)" Inexistindo, portanto, quaisquer dos vícios indicados no art. 1.022 do CPC/2015, capazes de ensejar o reexame da causa,rejeito os embargos de declaraçãointerpostos. Desta forma, conheço dos embargos, eis que tempestivos, e no méritonego provimento. Mantenho o dispositivo da sentença em todos os seus fundamentos. Cumpra-se. Observe-se também o que segue.a) INTIMEM-SEas partes da presente decisão, CIENTE A SECRETARIA da nova redação dos arts. 50º e 83, § 2.º, da Lei 9.099/95 (efeito interruptivo), dada pelos arts. 1.065 e 1.066 do CPC/15, respectivamente, para posterior certificação nos autos. b) Tento sido apresentado contrarrazões no ID 10418055, remetam-se os autos à douta Turma Recursal. PRIC. Santa Izabel do Pará, 17 de junho de 2019.EVERALDO PANTOJA E SILVAJuiz de Direito

Número do processo: 0801497-72.2018.8.14.0049 Participação: EXEQUENTE Nome: MARCIO RODRIGO RAMOS FRANCA Participação: ADVOGADO Nome: ELIZANE DE FATIMA MORAES FARIASOAB: 26851/PA Participação: ADVOGADO Nome: CAROLINE PINHEIRO DIASOAB: 23487/PA Participação: EXECUTADO Nome: FIUZA SERVICOS E COMERCIO LTDA. Participação: EXECUTADO Nome: GLOCK DO BRASIL S.A. Participação: ADVOGADO Nome: REGINA CELIA BARALDI BISSONOAB: 61338/SP Participação: ADVOGADO Nome: FERNANDA PEREIRA LEITEOAB: 141216/SPTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA ISABEL/PADESPACHO0801497-72.2018.8.14.0049EXEQUENTE: MARCIO RODRIGO RAMOS FRANCAEXECUTADO: FIUZA SERVICOS E COMERCIO LTDA., GLOCK DO BRASIL S.A. 1) Intime-se a parte autora para apresentar, no prazo de 05 (cinco) dias, cálculos atualizados conforme os índices estipulados na sentença. 2) Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, certifique-se e voltem

conclusos. Cumpra-se.Santa Isabel do Pará (PA), 25 de junho de 2019. EVERALDO PANTOJA E SILVA Juiz de Direito

Número do processo: 0801863-14.2018.8.14.0049 Participação: EXEQUENTE Nome: SHEILA ALMEIDA LOPES KUPRIAN Participação: ADVOGADO Nome: ALFREDO DA SILVA LISBOA NETOOAB: 16392/PA Participação: EXECUTADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: JIMMY SOUZA DO CARMOOAB: 18329/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIROOAB: 12436/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PAVistos etc., Considerando que a parte exequente ofereceupedido de cumprimento de sentença, DETERMINO prosseguimento na fase de cumprimento de sentença, inicialmente com a INTIMAÇÃO da parte devedora/executada (art. 513, § 2º, do CPC), para proceder ao pagamento do valor devido no prazo de quinze dias, sob pena de multa de 10% do valor devido. Fica advertida a parte executada de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523, do CPC, sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (art. 525, do CPC). Nos termos do art. 525, § 6º, do CPC, a apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos. Assim, caso a parte credora/exequente tenha interesse em levar a protesto a decisão judicial transitada em julgado, deve proceder nos termos do art. 517, do CPC.Realizado o pagamento, expeça-se o necessário para o levantamento ou conversão em renda do valor depositado em favor do Credor.Satisfeito o débito, faça conclusão para SENTENÇA DE EXTINÇÃO PELO PAGAMENTO.Não sendo realizado o pagamento, aplico a multa de 10%, nos termos da Súmula n. 517, do STJ e art. 523, § 1º, do CPC.Em não sendo realizado o pagamento, determino a penhora, pelo Sistema BACENJUD e também pelo Sistema RENAJUD.Realizada(s) penhora(s), intime-se a parte executada, por seu advogado, ou pessoalmente, de preferência, por via postal, para eventual impugnação.Não havendo impugnação, serão levadas a efeito as medidas necessárias para a transferência da propriedade do(s) bem(ns) para a parte exequente. Cumpra-se. Santa Izabel do Pará (PA), 06 de junho de 2018. EVERALDO PANTOJA E SILVAJuiz de DireitoTitular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminalda comarca de Santa Izabel do Pará

Número do processo: 0801754-97.2018.8.14.0049 Participação: EXEQUENTE Nome: ANTONIA DANIELE DA COSTA CUNHA Participação: ADVOGADO Nome: KARINA DE NAZARE VALENTE BARBOSAOAB: 13740/PA Participação: EXECUTADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: JIMMY SOUZA DO CARMOOAB: 18329/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDREZA NAZARE CORREA RIBEIROOAB: 12436/PA Participação: ADVOGADO Nome: LUIS OTAVIO LOBO PAIVA RODRIGUESOAB: 4670/PADECISÃO PROCESSO Nº0801754-97.2018.8.14.0049EXEQUENTE:ANTONIA DANIELE DA COSTA CUNHAEXECUTADO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPAVistos etc., Considerando que a parte exequente ofereceupedido de cumprimento de sentença, DETERMINO prosseguimento na fase de cumprimento de sentença, inicialmente com a INTIMAÇÃO da parte devedora/executada (art. 513, § 2º, do CPC), para proceder ao pagamento do valor devido no prazo de quinze dias, sob pena de multa de 10% do valor devido. Fica advertida a parte executada de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523, do CPC, sem pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação (art. 525, do CPC). Nos termos do art. 525, § 6º, do CPC, a apresentação de impugnação não impede a prática dos atos executivos. Assim, caso a parte credora/exequente tenha interesse em levar a protesto a decisão judicial transitada em julgado, deve proceder nos termos do art. 517, do CPC.Realizado o pagamento, expeça-se o necessário para o levantamento ou conversão em renda do valor depositado em favor do Credor.Satisfeito o débito, faça conclusão para SENTENÇA DE EXTINÇÃO PELO PAGAMENTO.Não sendo realizado o pagamento, aplico a multa de 10%, nos termos da Súmula n. 517, do STJ e art. 523, § 1º, do CPC.Em não sendo realizado o pagamento, determino a penhora, pelo Sistema BACENJUD e também pelo Sistema RENAJUD.Realizada(s) penhora(s), intime-se a parte executada, por seu advogado, ou pessoalmente, de preferência, por via postal, para eventual impugnação.Não havendo impugnação, serão levadas a efeito as medidas necessárias para a transferência da propriedade do(s) bem(ns) para a parte exequente. Cumpra-se. Santa Izabel do Pará (PA), 24 de junho de 2019. EVERALDO PANTOJA E SILVAJuiz de DireitoTitular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminalda comarca de Santa Izabel do Pará

Número do processo: 0800558-58.2019.8.14.0049 Participação: RECLAMANTE Nome: RAIMUNDO GUILHERME REIS DE FIGUEIREDO Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: JIMMY SOUZA DO CARMOOAB: 18329/PA Vistos etc., Compulsando os autos, observo que a presente demanda versa sobre matéria referida noIRDR 12085, denº 0801254-63.2017.8.14.0000. Acerca deste Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, leciona a norma do Art. 982, inciso I, do CPC/2015, que ?Admitido o incidente, o relator suspenderá: I ? os processos pendentes, individuais ou coletivos, que tramitam no Estado ou na Ãregião, conforme o caso.? Por conseguinte, nos autos do IRDR retro mencionado, o qual fora suscitado pelo juízo da 3ª Vara do Juizado Especial Cível de e Criminal da Comarca de Ananindeua/PA, foi proferida decisão suspensiva ?de todos os processos cujacausa de pedir se mostre diretamente relacionadaà matéria deste incidente?. Diante do exposto, com a ressalva de que há tutela antecipada resguardando provisoriamente direitos ao autor desta ação, e com a tentativa frustrada de conciliação em audiência, determino então asuspenção do feitoaté o deslinde do julgamento do IRDR citado, pelo Órgão Julgador competente, assim permanecendo por até 1 ano, conforme o art. 980, parágrafo único do CPC/2015, salvo se houver decisão fundamentada do Relator em sentido contrário. Intimem-se as partes desta decisão. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Santa Izabel/PA, 07/06/2019. EVERALDO PANTOJA E SILVAJuiz de DireitoTitular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminalda Comarca de Santa Izabel do Pará

Número do processo: 0800073-58.2019.8.14.0049 Participação: EXEQUENTE Nome: C G NEVES STUDIO FOTOGRAFICO LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: RAFAEL FONDAZZIOAB: 58844/PR Participação: EXECUTADO Nome: EDSON JOSE DA SILVAPROCESSO: 080007358.2019.8140049. Defiro o pedido de sobrestamento do feito pelo prazo de trinta dias, ocasião em que as partes deverão confirmar o acordo, caso contrario será extinto o feito, sem resolução do mérito.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, conclusos, para decisão. Intime-se. EVERALDO PANTOJA E SILVAJUIZ DE DIREITO

Número do processo: 0800446-26.2018.8.14.0049 Participação: RECLAMANTE Nome: IZABEL MARTINS GOMES Participação: ADVOGADO Nome: ALFREDO DA SILVA LISBOA NETOOAB: 16392/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO CETELEM S.A. Participação: ADVOGADO Nome: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSAOAB: 24532A/PAPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁJUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE SANTA IZABELDECISÃOPROCESSO Nº 0800446-26.2018.8.14.0049RECLAMANTE: IZABEL MARTINS GOMESRECLAMADO: BANCO CETELEM S.A.Vistos etc.,1 - Comprovado nos autos o cumprimento voluntário da obrigação de pagar ou o bloqueio (Bacenjud), autorizo desde já a liberação dos valores por meio de Alvará, podendo ocorrer em nome da parte da autora ou do seu patrono (permissão na procuração), assim como autorizo a transferência dos valores entre contas, caso solicitado por qualquer das partes. 2 - INTIME-SE o executado para pagar o valor remanescente conforme memoriais de cálculos apresentados (ID 8608642).Cumpra-se.06/06/2019.EVERALDO PANTOJA E SILVAJUIZ DE DIREITO

Número do processo: 0801726-32.2018.8.14.0049 Participação: RECLAMANTE Nome: JOSILENE DE JESUS CONDE DE ASSIS Participação: ADVOGADO Nome: THAISA CAMILA LOPES BARBOSA SHIMIZUOAB: 21183/PA Participação: ADVOGADO Nome: EWERTON PEREIRA SANTOSOAB: 745PA Participação: ADVOGADO Nome: JULIETH PINHEIRO NEGRAOOAB: 21034/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO PAN S.A Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETOOAB: 23255/PEDECISÃO PROCESSO No.0801726-32.2018.8.14.0049 Vistos etc. Trata-se deEMBARGOS DE DECLARAÇÃOoferecidos da decisão que proferiusentença de mérito. O embargante apresentou EMBARGOS DE DECLARAÇÃO alegando omissão/contradição da sentença na tentativa de modificar o julgado pela adoção de efeitos infringentes. Por cautela, fora concedido prazo para o embargado apresentar contrarrazões, na forma do CPC/2015. É o que importa relatar.Decido. A discussão tratada nestes embargos envolve eventual omissão/contradição do julgador ao proferir

sentença. Recebo os embargos de declaração, eis que tempestivos, e no mérito analiso o pedido conforme fundamentação abaixo. Conforme dispõe o art. 1.022, II do NCPC, somente cabem embargos de declaração quando forem para esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; corrigir erro material; ou suprir omissãode ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento. Sabe-se que o cabimento dos Aclaratórios revela finalidade estritamente voltada para o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, que se quer seja cumprida com a efetiva cooperação das partes. Em suma, o objeto do presente recurso cinge-se a análise da omissão ou não quanto a alguns pedidos e manifestações do embargante. Verifica-se que a sentença do juízo está em conformidade com a motivação utilizada na sentença, refletindo a convicção do magistrado. As matérias alegadas e supostamente não mencionadas/enfrentadas pelo magistrado não tinham o condão de alterar a sua convicção diante do caso concreto, além do quê, há clara presunção de rejeição das mesmas, e preclusão nesta instância, posto que não envolvem nenhuma matéria de ordem pública que mereça ser revolvida por este juízo. O STJ recentemente pacificou o entendimento de que os embargos de declaração sobre eventuais omissões cometidas só devem servir quando as mesmas forem capazes de alterar a decisão do juiz, o que não é caso aqui tratado. Vejamos:?O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. O julgador possui o dever de enfrentarapenas as questões capazes de infirmar (enfraquecer) a conclusão adotada na decisão recorrida. Assim, mesmo após a vigência do CPC/2015, não cabem embargos de declaração contra a decisão que não se pronunciou sobre determinado argumento que era incapaz de infirmar a conclusão adotada.?(STJ. 1ª Seção. EDcl no MS 21.315-DF, Rel. Min. Diva Malerbi (Desembargadora convocada do TRF da 3ª Região), julgado em8/6/2016(Info 585). Portanto, no NCPC, o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. Por outra, os embargos aclaratórios só servirão quando a omissão for capaz de, ao menos, enfraquecer a decisão do magistrado. Assim, na sistemática do Juizado Especial Cível, os embargos de declaração pressupõem a existência de algum vício contemplado no art. 48 da Lei nº 9.099/95, não servindo para mera pretensão modificativa do julgado. A função do presente recurso é o de integrar o julgado (efeito integrativo), não o de lhe conceder indiscriminadamente o efeito infringente e modificativo, posto que esse é exceção e só acolhido em casos excepcionais. Isto é a jurisprudência dominante:"Ementa: JUIZADOSESPECIAIS. PROCESSO CIVIL.EMBARGOSDE DECLARAÇÃO NÃO FUNDAMENTADOS EM VÍCIOS.PROPÓSITO DE REDISCUTIR A MATÉRIA JULGADA. DESCABIMENTO.EMBARGOSREJEITADOS. 1.Osembargosde declaração têm caráter integrativo e seu cabimento pressupõe a existência de algum dos vícios contemplados no art. 48 da Lei 9.099 /95,não se servindo à pretensão modificativa do julgado, como é o que pretende o embargante. 2.Mesmo quando interpostos para o fim de prequestionamento, a existência de omissão, contradição ou obscuridade permanece como requisito essencial dosembargosdeclaratórios. 3.Inexistindo, portanto, quaisquer dos vícios indicados no art. 535 do CPC capazes de ensejar o reexame da causa, rejeito osembargosde declaração interpostos. 4.Embargosde declaração conhecidos e rejeitados. 5.A súmula de julgamento servirá como acórdão, conforme regra do art. 46 da Lei dosJuizadosEspeciaisEstaduais Cíveis e ainda por força dos arts. 12, inciso IX, 98, parágrafo único e 99, do Regimento Interno das Turmas Recursais.(TJ-DF - Embargos Declaratórios no Juizado Especial Apelação Cível do Juizado Especial EDJ1 20140710295517 (TJ-DF).Data de publicação: 05/10/2015)" Inexistindo, portanto, quaisquer dos vícios indicados no art. 1.022 do CPC/2015, capazes de ensejar o reexame da causa,rejeito os embargos de declaraçãointerpostos. Desta forma, conheço dos embargos, eis que tempestivos, e no méritonego provimento. Mantenho o dispositivo da sentença em todos os seus fundamentos. Cumpra-se. Observe-se também o que segue.a) INTIMEM-SEas partes da presente decisão, CIENTE A SECRETARIA da nova redação dos arts. 50º e 83, § 2.º, da Lei 9.099/95 (efeito interruptivo), dada pelos arts. 1.065 e 1.066 do CPC/15, respectivamente, para posterior certificação nos autos. PRIC. Santa Izabel do Pará, 17 de junho de 2019.EVERALDO PANTOJA E SILVAJuiz de Direito

Número do processo: 0801586-95.2018.8.14.0049 Participação: EXEQUENTE Nome: RODRIGO FREITAS DE CASTRO LEAO Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO BRAZ FERNANDEZ MILEOOAB: 124 Participação: EXECUTADO Nome: GAZIN INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS E ELETRODOMESTICOS LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ARMANDO SILVA BRETASOAB: 31997/PR Participação: EXECUTADO Nome: MALTA ASSESSORIA DE COBRANCAS LTDASENTENÇA AUTOS Nº0801586.95.2018.8.14.0049EMBARGOS A EXECUÇÃO EXECUTADO/IMPUGNANTE:GAZIN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA

EXEQUENTE/IMPUGANADO:RODRIGO FREITAS DE CASTRO LEÃO Vistos e etc. Versam os presentes autos sobreCUMPRIMENTO PROVISÓRIA DA SENTENÇAintentada pela exequente contraa executada,ora impugnante, ambas qualificadas nos autos, que ratificou a tutela antecipada mantendo seus efeitos. O Exequente/impugnado ingressou com Ação Indenizatória pelos transtornos sofridos e nulidade das cobranças indevidas, com retirada do nome do SPC/SERASA. Em suma, a impugnada alega que a impugnante descumpriu sentença proferida por este juízo, onde condenou a reclamada a pagar o valor deR$ 15.000,00a título de danos morais, confirmando a tutela antecipada anterior. A impugnante apresentourecurso inominado ainda pendentede apreciação. O impugnado requereu então ocumprimento provisório da sentençasob alegação de que houve a confirmação da tutela antecipada sentença. Após a realização de penhora peloBACENJUD, a impugnada interpôsEMBARGOSjustificando no cumprimento da tutela de urgência, retirada do nome do autor dos cadastros de proteção ao crédito, ausência de coisa julgada material na determinação de astreintes, eliminação das cobranças objeto da ação, falta de provas do autor exequente de que o réu executado descumprira a obrigação de fazer determinada na tutela, pugnando pela procedência dos embargos. A parte embargada, o autor, fora devidamente intimado e apresentou contrarrazões.É o que importa relatar.DECIDO.Cinge-se a discussão dos autos a cobrança de eventual crédito exequente decorrente do suposto descumprimento reiterado da decisão de tutela antecipada, confirmada posteriormente na sentença, mantendo-se seus efeitos.Diante do pedido da exequente, cobrandoastreintese informando que houve supostodescumprimento de obrigação de fazerpor parte da executada, cabe a análise das provas juntadas ao presente expediente para se averiguar a veracidade das informações narradas. A executada/impugnante, em síntese,justifica o cumprimento da tutela de urgência após ser intimada para o cumprimento da tutela de urgência. Informa quea executada foi intimada de referida decisão em 18/04/2018, conforme AR juntado aoID nº 5314217. Esclarece que quando do recebimento da citada decisão já não havia qualquer inscrição nos órgãos de proteção ao crédito em nome do exequente, e imediatamente a executada cessou as cobranças por meio da empresa Malta Assessoria (litisconsorte passiva), ou seja,em 18/04/2018, cumpriu com a liminar deferida. Alega também que o exequente não apresentou aos autos, qualquer nova cobrança efetuada pela executada. Por fim, mencionou que após a sentença proferida, a executada apresentourecurso inominado, e o mesmo está pendente de julgamento pela Turma Recursal, o que ocorrerá em 31/07/2019. Julgoprocedenteos embargos. Justifico.Sabe-se que o processo civil moderno impõe o dever das partescooperaramentre si na busca da justiça do caso concreto e da efetivação da tutela jurisdicional prestada pelo Estado, conforme disposto no Código de Processo Civil:Art. 5oAquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé.Art. 6oTodos os sujeitos do processodevem cooperarentre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. Os artigos citados acima, apesar de estarem na parte geral do Código de Processo Civil, servem de fundamento principiológico para os tipos de procedimento e fases do processo, invocando o dever de boa-fé processual.Não encontro nos autos prova que justifique a execução provisória da sentença, sobretudo do descumprimento da obrigação de fazer estipulada da decisão de tutela antecipada.Ademais,não há evidência concreta de que houve constrangimentos em face de qualquer cobrança formal, inclusão do nome do autor no SPC/SERASA ou prejuízos causados pelo eventual descumprimento da tutela mencionada.Entendo então pelo de devido cumprimento da obrigação estipulada, satisfazendo-se de forma adequada a pretensão do autor obtida com o provimento jurisdicional.O cumprimento da sentença ocorre devido à obrigação de fazer ou não fazer, de entregar coisa certa, de entregar quantia certa. Dessa forma, o processo pode se dar porEXTINTO, uma vez que a parte autora teve sua pretensão efetivada oportunamente, exaurindo-se a missão do presente processo (Art. 924, II, CPC/2015).Por último, anoto também aausência de direito líquido e certo ou de coisa julgada materialsobre as astreintes aplicadas em qualquer decisão ou sentença, conforme entendimento da balizada jurisprudência dos tribunais superiores brasileiros, visto que possuem finalidade meramente coercitiva, sem correspondência direta com o mérito da causa originária. É instrumento de coerção indireta que serve exclusivamente à garantia da efetivação da tutela específica, evitando danos ao autor. ISTO POSTO, julgoPROCEDENTEos presentesEMBARGOS À EXECUÇÃOpara determinar a EXTINÇÃO DO FEITO, em razão da inexistência da obrigação de pagamento atualpela anterior satisfação da obrigação de fazer, com fulcro no Art. 924, II do CPC/2015. Desta feita, intimem-se as partes. Desbloqueie-se os valores bloqueados via BACENJUD, e libere-se por alvará, conforme for necessário, para a transferência dos valores bloqueados para conta bancária indicada pelas executadas. Após, arquivem-se os autos, dando-se baixa no sistema.Sem custas.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitado em julgado, arquivem-se. Eventual recurso deverá ser interposto no prazo de 10 diasúteis, contados da ciência da sentença, acompanhado das razões e do pedido do recorrente, que deverá efetuar nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, o preparo do recurso, consistente no pagamento de todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, na forma

do Art. 42, §1º e 54, parágrafo único, da Lei nº 9099/95, salvo se o recurso for interposto pelo autor que defiro a justiça gratuita em seu favor. Caso interposto Recurso Inominado, ante a dispensa do juízo de admissibilidade nesta instância, remeta-se os presentes autos à Turma Recursal, nos termos do Art. 1.010, §3º, NCPC c/c Art. 41 da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 474, do Fórum Permanente dos Processualistas Civis.Serve a presente decisão como mandado/comunicação/ofício. Cumpra-se. Santa Izabel do Pará, 31 de maio de 2019. EVERALDO PANTOJA E SILVAJuiz de DireitoTitular da Vara do Juizado Especial Cível e Criminalda Comarca de Santa Izabel do Pará

Número do processo: 0800631-30.2019.8.14.0049 Participação: RECLAMANTE Nome: ROSANGELA TEIXEIRA DA COSTA Participação: RECLAMADO Nome: WALDECY CORDOVIL DOS SANTOSPROCESSO: 0800631-30.2019.814.0049.RECLAMANTE: ROSANGELA TEIXEIRA DA COSTA.RECLAMADA:WALDECY CORDOVIL DOS SANTOS. SENTENÇA Vistos etc,Dispensado o relatório, na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.Trata-se de pedido de reembolso de valor pago, em decorrência de descumprimento de contrato de prestação de serviço. Alega a parte reclamante que contratou os serviços da parte reclamada para fabricação e instalação de um portão de ferro, no valor de R$ 1.400,00, devidamente pago pela reclamante. Contudo, diz a parte reclamante, que o portão não ficou adequado em sua casa, fazendo com que pagasse o valor de R$ 200,00 (duzentos reais) para outro profissional, a fim de finalizar o serviço de instalação do portão na forma adequada. Ao final, requer o reembolso deste valor de R$ 200,00 (duzentos reais).A parte reclamada não compareceu na audiência de conciliação, apesar de devidamente citado, motivo pelo qual decreto sua revelia, nos termos do artigo 20 da Lei 9099/95, e reputo verdadeiros os fatos articulados na inicial.Então, pretende a parte autora a condenação da parte ré a lhe pagar o valor de R$ 200,00 (duzentos reais), referente à contratação de terceiro que finalizou o serviço de instalação de um portão de ferro em sua casa.Ante ao efeito da revelia acima apontado, conclui-se que a parte requerida deve à parte autora o valor apontado na inicial, já que era parte de sua obrigação contratual.A revelia leva à presunção da veracidade dos fatos articulados na inicial.A inadimplência de sua obrigação, gera ônus à parte reclamante, respondendo, então, por perdas e danos, conforme dispõe o artigo 389 do Código Civil.Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado. Diante da ausência de provas da parte reclamada, sua condenação em efetuar o pagamento do valor devido é medida que se impõe, já que restou demonstrada sua inadimplência contratual.Portanto, impõe-se a procedência do pedido inicial, visto que os fatos articulados e as provas carreadas no processo são suficientes para demonstrar a realização do contrato entre as partes e o não cumprimento das obrigações contratuais pela parte reclamada.Ressalte-se, por outro lado, que não se pode acolher o pedido de dano moral, visto que não restou sobejamente provado nos autos qualquer fato que causasse dissabor ou constrangimento que ultrapassasse a barreira do mero aborrecimento.Assim, não havendo prova documental ou testemunhal que viesse a corroborar a alegação da parte autora que sofreu grave constrangimento, entendo por julgar improcedente o pedido de indenização por dano moral.Reitera-se, aindenização por dano moral tem lugar quando alguns dos direitos da personalidade são atingidos por ato ilícito de terceiros. Evidentemente que não é qualquer fato da vida cotidiana que constitui o ilícito civil e faz nascer o direito a tal indenização.Os aborrecimentos causados pelos fatos da vida que, aliás podem variar de intensidade de pessoas para pessoa, não constituem ato ilícito, fazem parte da condição da existência humana, pelo que não vislumbro elementos para concessão do pedido de dano moral. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do NCPC, o pedido inicial formulada por ROSANGELA TEIXEIRA DA COSTA para condenar a parte reclamada WALDECY CORDOVIL DOS SANTOS a realizar o pagamento de R$ 200,00 (duzentos reais) para o requerente, referente ao negócio jurídico firmado entre eles, conforme descrito na inicial, acrescidos de juros de 1% a.m., e correção monetária, desde a citação. Isento de custas e honorários no primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55, da Lei No. 9.099/1995. Defiro a gratuidade somente a parte autora. Ocorrido o trânsito em julgado, se necessário e havendo cumprimento voluntário da sentença, inexistindo outras providências a serem adotadas, caso seja necessário expeça-se o alvará de levantamento em favor da parte credora e em seguida arquive-se. Eventual recurso deverá ser interposto no prazo de 10 diasúteis, contados da ciência da sentença, acompanhado das razões e do pedido do recorrente, que deverá efetuar nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, o preparo do recurso, consistente no pagamento de todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, na forma do Art. 42, §1º e 54, parágrafo único, da Lei nº 9099/95. Caso interposto Recurso Inominado, ante

adispensa do juízo de admissibilidadenesta instância, intime-se a parte recorridasem necessidade de conclusão a este gabinete,para apresentação de contrarrazões também em 10 diasúteis, e remeta-se automaticamente os presentes autos à Turma Recursal, nos termos do Art. 1.010, §3º, NCPC c/c Art. 41 da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 474, do Fórum Permanente dos Processualistas Civis.Serve a presente decisão como mandado/comunicação/ofício. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. P.R.I. Santa Isabel/PA, 19 de junho de 2019. EVERALDO PANTOJA E SILVAJuiz de Direito

Número do processo: 0800051-97.2019.8.14.0049 Participação: RECLAMANTE Nome: PAULO EDSON BRAGA CORDEIRO Participação: RECLAMADO Nome: NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PA Participação: RECLAMADO Nome: PHILIPS DO BRASIL LTDA Participação: ADVOGADO Nome: FABIO RIVELLIOAB: 21074/PAPROCESSO:0800051-97.2019.814.0049.Autor:PAULO EDSON BRAGA CORDEIRO Réus:NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA EPHILIPS DO BRASIL LTDA SENTENÇA Vistos etc,Dispensado o relatório na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.Trata-se de ação proposta por PAULO EDSON BRAGA CORDEIRO em face de NOVO MUNDO AMAZONIA MÓVEIS E UTILIDADES LTDA e PHILIPS DO BRASIL LTDA, na qual a parte autora alega que comprou uma panela de pressão, no valor de R$ 747,92 (setecentos e quarenta e sete reais, e noventa e dois centavos). Aduz que após seis meses de uso, o produto apresentou vício. Pleiteia a condenação das requeridas à restituição do valor pago e danos morais.PASSO A DECIDIR.Preliminarmente, a ré NOVO MUNDO suscita ilegitimidade passiva, ao argumento de que não é fabricante do produto. No mérito, afirma que o vício do produto é de responsabilidade exclusiva do fabricante. Pugna pelo reconhecimento da improcedência da pretensão inicial.Quanto a alegação de ilegitimidade passiva, saliento que a empresa requerida NOVO MUNDO participou da relação negocial tratada, sendo parte legítima para figurar na lide. Eventual inexistência de responsabilidade é questão inerente ao mérito.Com tais considerações, rejeito a preliminar.O artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor estabelece a responsabilidade solidária do fornecedor de produtos de consumo duráveis ou não duráveis pelos vícios de qualidade ou quantidade.Seu § 1º expressa que, não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir a substituição do produto (inciso I) ou a restituição imediata da quantia paga, devidamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos (inciso II).No caso, a aquisição do produto junto à Loja da ré NOVO MUNDO é incontroversa.O Código de Defesa do Consumidor é muito claro ao estabelecer a responsabilidade solidária dos fornecedores de produtos duráveis ou não duráveis pelos vícios de qualidade ou quantidade, estendendo-se, portanto, a todos os que integram a cadeia de fornecedores, desde o fabricante até o revendedor no varejo, como é o caso da requerida NOVO MUNDO.Aliás, a disposição do CDC não deixa nenhuma margem para dúvidas, sendo lamentável a conduta da referida ré ao tentar se esquivar de sua responsabilidade.O vício do produto previsto no artigo 18 do diploma legal em referência é situação bem diversa do acidente de consumo retratado no artigo 12 do mesmo Código, sendo que esse último dispositivo legal se refere a danos causados aos consumidores por defeitos, enquanto que o vício é ínsito ao produto. Portanto, quem vendeu um produto viciado tem, evidentemente, a obrigação de substituí-lo ou de restituir o valor pago, conforme opção do consumidor.Vale destacar que é o caso de inversão do ônus da prova (artigo 6º, VIII, do CDC), pois é evidente a hipossuficiência técnica da parte autora.Contudo, as partes reclamadas não produziram qualquer prova capaz de afastar as alegações do autor, vale dizer, não provaram que o produto não tinha qualquer vício.A panela de pressão de fabricação da ré PHILIPS apresentou vício. Seu uso, conforme propõe o fabricante, foi comprometido pelo vício.Diante disso, já que transcorreu mais de trinta dias sem a solução do problema, tem direito o consumidor de exigir a restituição do valor, como ocorrido.Relativamente ao pedido de dano moral, não merece prosperar. Não há, nos autos, demonstração de fato que gerasse dano moral. No que pese o fato causar grande aborrecimento ao autor, não há que se falar em dano moral indenizável.Vê-se no caso, simplesmente vício no produto, nos termos do artigo 18 do CDC. ANTE O EXPOSTO, julgo parcialmente procedente a pretensão da parte autora, na forma do artigo 487, I, do CPC, para condenar solidariamente as reclamadas à restituição do valor pago devidamente atualizado, no montante original de R$ 747,92 (setecentos e quarenta e sete reais, e noventa e dois centavos), com incidência de correção monetária (IGPM) a partir do pagamento e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, o que fica desde logo determinado para o caso de decurso do prazo, sem prejuízo da multa, ficando a cargo das empresas rés as providências para o recolhimento do produto viciado que se encontra em poder da parte requerente após o cumprimento da obrigação.IIsento de custas e honorários no primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55, da Lei No.

9.099/1995. Defiro a gratuidade somente a parte autora. Ocorrido o trânsito em julgado, se necessário e havendo cumprimento voluntário da sentença, inexistindo outras providências a serem adotadas, caso seja necessário expeça-se o alvará de levantamento em favor da parte credora e em seguida arquive-se. Eventual recurso deverá ser interposto no prazo de 10 diasúteis, contados da ciência da sentença, acompanhado das razões e do pedido do recorrente, que deverá efetuar nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, o preparo do recurso, consistente no pagamento de todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, na forma do Art. 42, §1º e 54, parágrafo único, da Lei nº 9099/95. Caso interposto Recurso Inominado, ante adispensa do juízo de admissibilidadenesta instância, intime-se a parte recorridasem necessidade de conclusão a este gabinete,para apresentação de contrarrazões também em 10 diasúteis, e remeta-se automaticamente os presentes autos à Turma Recursal, nos termos do Art. 1.010, §3º, NCPC c/c Art. 41 da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 474, do Fórum Permanente dos Processualistas Civis.Serve a presente decisão como mandado/comunicação/ofício. Transitada em julgado, arquivem-se os autos.P.R.I.Santa Isabel do Pará, 17 de junho de 2019. EVERALDO PANTOJA E SILVAJuiz de Direito

Número do processo: 0800051-97.2019.8.14.0049 Participação: RECLAMANTE Nome: PAULO EDSON BRAGA CORDEIRO Participação: RECLAMADO Nome: NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PA Participação: RECLAMADO Nome: PHILIPS DO BRASIL LTDA Participação: ADVOGADO Nome: FABIO RIVELLIOAB: 21074/PAPROCESSO:0800051-97.2019.814.0049.Autor:PAULO EDSON BRAGA CORDEIRO Réus:NOVO MUNDO AMAZONIA MOVEIS E UTILIDADES LTDA EPHILIPS DO BRASIL LTDA SENTENÇA Vistos etc,Dispensado o relatório na forma do artigo 38 da Lei nº 9.099/95.Trata-se de ação proposta por PAULO EDSON BRAGA CORDEIRO em face de NOVO MUNDO AMAZONIA MÓVEIS E UTILIDADES LTDA e PHILIPS DO BRASIL LTDA, na qual a parte autora alega que comprou uma panela de pressão, no valor de R$ 747,92 (setecentos e quarenta e sete reais, e noventa e dois centavos). Aduz que após seis meses de uso, o produto apresentou vício. Pleiteia a condenação das requeridas à restituição do valor pago e danos morais.PASSO A DECIDIR.Preliminarmente, a ré NOVO MUNDO suscita ilegitimidade passiva, ao argumento de que não é fabricante do produto. No mérito, afirma que o vício do produto é de responsabilidade exclusiva do fabricante. Pugna pelo reconhecimento da improcedência da pretensão inicial.Quanto a alegação de ilegitimidade passiva, saliento que a empresa requerida NOVO MUNDO participou da relação negocial tratada, sendo parte legítima para figurar na lide. Eventual inexistência de responsabilidade é questão inerente ao mérito.Com tais considerações, rejeito a preliminar.O artigo 18 do Código de Defesa do Consumidor estabelece a responsabilidade solidária do fornecedor de produtos de consumo duráveis ou não duráveis pelos vícios de qualidade ou quantidade.Seu § 1º expressa que, não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir a substituição do produto (inciso I) ou a restituição imediata da quantia paga, devidamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos (inciso II).No caso, a aquisição do produto junto à Loja da ré NOVO MUNDO é incontroversa.O Código de Defesa do Consumidor é muito claro ao estabelecer a responsabilidade solidária dos fornecedores de produtos duráveis ou não duráveis pelos vícios de qualidade ou quantidade, estendendo-se, portanto, a todos os que integram a cadeia de fornecedores, desde o fabricante até o revendedor no varejo, como é o caso da requerida NOVO MUNDO.Aliás, a disposição do CDC não deixa nenhuma margem para dúvidas, sendo lamentável a conduta da referida ré ao tentar se esquivar de sua responsabilidade.O vício do produto previsto no artigo 18 do diploma legal em referência é situação bem diversa do acidente de consumo retratado no artigo 12 do mesmo Código, sendo que esse último dispositivo legal se refere a danos causados aos consumidores por defeitos, enquanto que o vício é ínsito ao produto. Portanto, quem vendeu um produto viciado tem, evidentemente, a obrigação de substituí-lo ou de restituir o valor pago, conforme opção do consumidor.Vale destacar que é o caso de inversão do ônus da prova (artigo 6º, VIII, do CDC), pois é evidente a hipossuficiência técnica da parte autora.Contudo, as partes reclamadas não produziram qualquer prova capaz de afastar as alegações do autor, vale dizer, não provaram que o produto não tinha qualquer vício.A panela de pressão de fabricação da ré PHILIPS apresentou vício. Seu uso, conforme propõe o fabricante, foi comprometido pelo vício.Diante disso, já que transcorreu mais de trinta dias sem a solução do problema, tem direito o consumidor de exigir a restituição do valor, como ocorrido.Relativamente ao pedido de dano moral, não merece prosperar. Não há, nos autos, demonstração de fato que gerasse dano moral. No que pese o fato causar grande aborrecimento ao autor, não há que se falar em dano moral indenizável.Vê-se no caso, simplesmente vício no produto, nos termos

do artigo 18 do CDC. ANTE O EXPOSTO, julgo parcialmente procedente a pretensão da parte autora, na forma do artigo 487, I, do CPC, para condenar solidariamente as reclamadas à restituição do valor pago devidamente atualizado, no montante original de R$ 747,92 (setecentos e quarenta e sete reais, e noventa e dois centavos), com incidência de correção monetária (IGPM) a partir do pagamento e de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, o que fica desde logo determinado para o caso de decurso do prazo, sem prejuízo da multa, ficando a cargo das empresas rés as providências para o recolhimento do produto viciado que se encontra em poder da parte requerente após o cumprimento da obrigação.IIsento de custas e honorários no primeiro grau de jurisdição, nos termos do art. 55, da Lei No. 9.099/1995. Defiro a gratuidade somente a parte autora. Ocorrido o trânsito em julgado, se necessário e havendo cumprimento voluntário da sentença, inexistindo outras providências a serem adotadas, caso seja necessário expeça-se o alvará de levantamento em favor da parte credora e em seguida arquive-se. Eventual recurso deverá ser interposto no prazo de 10 diasúteis, contados da ciência da sentença, acompanhado das razões e do pedido do recorrente, que deverá efetuar nas quarenta e oito horas seguintes à interposição, o preparo do recurso, consistente no pagamento de todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, na forma do Art. 42, §1º e 54, parágrafo único, da Lei nº 9099/95. Caso interposto Recurso Inominado, ante adispensa do juízo de admissibilidadenesta instância, intime-se a parte recorridasem necessidade de conclusão a este gabinete,para apresentação de contrarrazões também em 10 diasúteis, e remeta-se automaticamente os presentes autos à Turma Recursal, nos termos do Art. 1.010, §3º, NCPC c/c Art. 41 da Lei 9.099/95 c/c o Enunciado nº 474, do Fórum Permanente dos Processualistas Civis.Serve a presente decisão como mandado/comunicação/ofício. Transitada em julgado, arquivem-se os autos.P.R.I.Santa Isabel do Pará, 17 de junho de 2019. EVERALDO PANTOJA E SILVAJuiz de Direito

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SANTA IZABEL DO PARÁ

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE SANTA IZABEL PROCESSO: 00008412220168140049 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PAULO PEREIRA DA SILVA EVANGELISTA Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:LINHAS BONFIO SA Representante(s): OAB 85028 - EDUARDO JORGE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:PLASTSPUMA PARA INDUSTRIA E COMERCIO DE COLCHOES LTDA. Processo n.º 0000841-22.2016.814.0049 DESPACHO 1. Considerando a certidão de fl. 56, intimem-se os exequentes, pessoalmente, para dizer, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 485, § 1º do CPC), se possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção; 2. Em caso positivo, e em igual prazo, deverá cumprir o despacho de fl. 53; 3. Após o decurso do prazo, certifique-se e retornem conclusos; 4. Intimem-se e cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas legais. Santa Izabel do Pará, 27 de junho de 2019. Paulo Pereira da Silva Evangelista Juiz de Direito PROCESSO: 00143814020168140049 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PAULO PEREIRA DA SILVA EVANGELISTA Ação: Execução de Título Judicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:CREFISA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS Representante(s): OAB 128457 - LEILA MEJDALANI PEREIRA (ADVOGADO) OAB 19282 - EDUARDO HENRIQUE LEAL DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 88237 - DANIEL CARVALHO ARMOND (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO RICARDO LOPES CORREIA. Processo n.º 0014381-40.2016.814.0049 DESPACHO 1. Considerando a certidão de fl. 60, intimem-se os exequentes, pessoalmente, para dizer, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 485, § 1º do CPC), se possui interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção; 2. Em caso positivo, e em igual prazo, deverá se manifestar sobre o resultado do Bacenjud; 3. Após o decurso do prazo, certifique-se e retornem conclusos; 4. Intimem-se e cumpra-se, expedindo-se o necessário, com as cautelas legais. Santa Izabel do Pará, 27 de junho de 2019. Paulo Pereira da Silva Evangelista Juiz de Direito

COMARCA DE MOJÚ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MOJÚ

PROC: 0000262-60.2018.8.14.0031

AÇÃO DE EXECUÇÃO FISCAL

Requerente: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recurso Naturais Renováveis - IBAMA

Requerido: Madeireira Paiva Ltda ¿ EPP

Advogado: Dra. ALCINA SALES GIROTTO, OAB/PA 18.468

Advirto ao requerido que os embargos à execução apresentado deve ser ajuizado no Juízo Deprecante, vez ser este o Juízo competente para processamento e julgamento do pleito suscitado.

Dessa forma, cumpra-se a presente ordem, nos seus exatos termos.

Após, devolva-se com as formalidades legais.

Moju/PA, 25/06/2019.

Juiz WALTENCIR ALVES GONÇALVES

Titular da Vara Única da Comarca de Moju

COMARCA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

SECRETARIA DA 1ª VARA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Processo 0010292-36.2017.814.0017 Ação Ordinária de Cobrança c/c Pedido de Tutela de Evidência Requerente: FRANCISCO DE SOUZA SANTOS (Advogado PEDRO HENRIQUE SOUZA VIEIRA OAB/PA 23.072) Requerido: MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA Ato Ordinatório Pelo presente instrumento, extraído dos autos supramencionados, fica a parte autora, através de seu advogado, devidamente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se em réplica à contestação. Conceição do Araguaia, 28 de junho de 2019. Al Jarreaux D¿Cesares V. da S. Barbosa Diretor de Secretaria 1ª Vara (Autorizado pelo Provimento n.°006/2009-CJCI c/c Art. 1° § 2º, inciso II, do Provimento n.° 006/2006-CJRMB)

Processo 0007136-06.2018.814.0017 Ação de Cobrança de Licença Prêmio Requerente: SEBASTIÃO RIBEIRO DE ALMEIDA (Advogadas KRISLAYNE DE ARAUJO GUEDES OAB/PA 19.392-A e GISLAYNE DE ARAUJO GUEDES OLIVEIRA OAB/TO 7.349) Requerido: MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA Ato Ordinatório Pelo presente instrumento, extraído dos autos supramencionados, fica a parte autora, através de suas advogadas, devidamente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se em réplica à contestação. Conceição do Araguaia, 28 de junho de 2019. Al Jarreaux D¿Cesares V. da S. Barbosa Diretor de Secretaria 1ª Vara (Autorizado pelo Provimento n.°006/2009-CJCI c/c Art. 1° § 2º, inciso II, do Provimento n.° 006/2006-CJRMB)

Processo 0011281-08.2018.814.0017 Ação de Cobrança de Licença Prêmio Requerente: MESSIAS ALMEIDA DUARTE (Advogadas KRISLAYNE DE ARAUJO GUEDES OAB/PA 19.392-A e GISLAYNE DE ARAUJO GUEDES OLIVEIRA OAB/TO 7.349) Requerido: MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA Ato Ordinatório Pelo presente instrumento, extraído dos autos supramencionados, fica a parte autora, através de suas advogadas, devidamente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se em réplica à contestação. Conceição do Araguaia, 28 de junho de 2019. Al Jarreaux D¿Cesares V. da S. Barbosa Diretor de Secretaria 1ª Vara (Autorizado pelo Provimento n.°006/2009-CJCI c/c Art. 1° § 2º, inciso II, do Provimento n.° 006/2006-CJRMB)

Processo 0011572-42.2017.814.0017 Ação Ordinária de Cobrança c/c Danos Morais e Pedido de Antecipação de Tutela Requerente: A.B. GAMA PAPELARIA (Advogados PEDRO HENRIQUE SOUZA VIEIRA OAB/PA 23.072 e KEURYA NUNES RODRIGUES OAB/PA 25.203) Requerido: MUNICIPIO DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA Ato Ordinatório Pelo presente instrumento, extraído dos autos supramencionados, fica a parte autora, através de seus advogados, devidamente intimada para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se em réplica à contestação. Conceição do Araguaia, 28 de junho de 2019. Al Jarreaux D¿Cesares V. da S. Barbosa Diretor de Secretaria 1ª Vara (Autorizado pelo Provimento n.°006/2009-CJCI c/c Art. 1° § 2º, inciso II, do Provimento n.° 006/2006-CJRMB)

Processo n. 0000859-52.2007.814.0017 Ação de Busca e Apreensão Requerente: BANCO VOLKSWAGEN S.A. (Advogado MAURICIO PEREIRA DE LIMA OAB/PA 10.219) Requerido: Dionizia Gomes da Silva Neta ATO ORDINATÓRIO Pelo presente instrumento, extraído dos autos supramencionados, na forma do Provimento 006/2009- CJCI c/c art. 1º, §2º, XI - CRMB, fica a parte requerente, devidamente intimada, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar e

comprovar nos autos o pagamento de custas processuais finais, sob pena de inscrição na dívida ativa, segundo dispõe a Lei Estadual 8.328/2015. Conceição do Araguaia, 28 de junho de 2019. Al Jarreaux Dcesares Vasconcelos da Silva Barbosa Diretor de Secretaria 1ª Vara (Autorizado pelo Provimento n.°006/2009-CJCI c/c Art. 1° § 2º, inciso XI, do Provimento n.° 006/2006-CJRMB)

Processo n. 0012712-14.2017.8.14.0017 Ação de Execução de Título Extrajudicial Exequente: Banco Bradesco S.A. (Advogado OSMARINO JOSE DE MELO OAB/PA 15.101-A) Executados: J R Santos Produções ME e Jefferson Rodrigo Santos ATO ORDINATÓRIO Pelo presente instrumento, extraído dos autos supramencionados, na forma do Provimento 006/2009- CJCI c/c art. 1º, §2º, XI - CRMB, fica a parte exequente, devidamente intimada, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, providenciar e comprovar nos autos o pagamento de custas processuais intermediárias. Conceição do Araguaia, 28 de junho de 2019. Al Jarreaux Dcesares Vasconcelos da Silva Barbosa Diretor de Secretaria 1ª Vara (Autorizado pelo Provimento n.°006/2009-CJCI c/c Art. 1° § 2º, inciso XI, do Provimento n.° 006/2006-CJRMB)

PROCESSO Nº 0001823-74.2012.8.14.0017

AUTOS DE AÇÃO DE ADOÇÃO

REQUERENTE: M.L.R.D.N. REPRESENTANTE: DEFENSORIA PÚBLICA

REQUERIDO: J.D.R.M. REPRESENTANTE OAB/PA 18.612 FILEMON DIONÍSIO FILHO (ADVOGADO)

SENTENÇA: COMPARECER EM SECRETARIA PARA VISTA DOS AUTOS

SECRETARIA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA

Número do processo: 0800175-79.2019.8.14.0017 Participação: RECLAMANTE Nome: FRANCISCO MILITAO DE FREITAS Participação: ADVOGADO Nome: JOELIO ALBERTO DANTASOAB: 24 Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BMG SA Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETOOAB: 23255/PEATO ORDINATÓRIO Nos termos do art. 93, XIV da CF/88, e, em cumprimentodo provimento n.°006/2009-CJCI c/c art. 1°, § 3º, do Provimento n.° 006/2006-CJRMB:Tendo em vista o nada opor do M.M. Juiz,designe-se a Audiência Una de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 28/08/2019 às 11h30min. Intimem-se as partes, através de seus advogados.Conceição do Araguaia-PA, 27 de Junho de 2019. WANGLES MARTINS CARVALHOSecretário do Juizado Especial Cível e Criminalda Comarca de Conceição do Araguaia-PA

Número do processo: 0800271-94.2019.8.14.0017 Participação: RECLAMANTE Nome: EVA GUIDA DE SALES Participação: ADVOGADO Nome: ANA MARIA LIMA NERYSOAB: 70-B Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BRADESCO S/A Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PAtermo anexo

Número do processo: 0800174-94.2019.8.14.0017 Participação: RECLAMANTE Nome: FRANCISCO MILITAO DE FREITAS Participação: ADVOGADO Nome: JOELIO ALBERTO DANTASOAB: 24 Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BONSUCESSO CONSIGNADO S/A Participação: ADVOGADO Nome: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHOOAB: 96864termo anexo

Número do processo: 0800176-64.2019.8.14.0017 Participação: RECLAMANTE Nome: FRANCISCO MILITAO DE FREITAS Participação: ADVOGADO Nome: JOELIO ALBERTO DANTASOAB: 24 Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BMG SA Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETOOAB: 23255/PEtermo anexo

Número do processo: 0800734-70.2018.8.14.0017 Participação: RECLAMANTE Nome: CASSIMIRO BISPO VILA NOVA Participação: ADVOGADO Nome: SHERLEANO LUCIO DE PAULA SILVA FERREIRAOAB: 6608MG Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BMG ATO ORDINATÓRIO Nos termos do art. 93, XIV da CF/88, e, em cumprimentodo provimento n.°006/2009-CJCI c/c art. 1°, § 3º, do Provimento n.° 006/2006-CJRMB:Tendo em vista o nada opor do M.M. Juiz,designe-se a Audiência Una de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 06/08/2019 às 12h00. Intimem-se as partes, através de seus advogados.Conceição do Araguaia-PA, 28 de Junho de 2019. WANGLES MARTINS CARVALHOSecretário do Juizado Especial Cível e Criminalda Comarca de Conceição do Araguaia-PA

Número do processo: 0800303-02.2019.8.14.0017 Participação: RECLAMANTE Nome: RISELDA BARROS DE SOUSA Participação: ADVOGADO Nome: ROGERIO MACIEL MERCEDESOAB: 966 Participação: RECLAMADO Nome: ELIZABETE DORACI DA SILVA BRITOATO ORDINATÓRIO Nos termos do art. 93, XIV da CF/88, e, em cumprimentodo provimento n.°006/2009-CJCI c/c art. 1°, § 3º, do Provimento n.° 006/2006-CJRMB:Tendo em vista o nada opor do M.M. Juiz,designe-se a Audiência Una de Conciliação, Instrução e Julgamento para o dia 20/08/2019 às 09h00. Intimem-se as partes, através de seus advogados.Conceição do Araguaia-PA, 28 de Junho de 2019. WANGLES MARTINS CARVALHOSecretário do Juizado Especial Cível e Criminalda Comarca de Conceição do Araguaia-PA

COMARCA DE GURUPÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GURUPÁ

PROCESSO: 00021047420198140020 PROCESSO ANTIGO: - MAGISTRADA: LUANA ASSUNCAO PINHEIRO Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 25/06/2019 - FLAGRANTEADO:ANTONIO DIRLON CORREA PIMENTEL AUTORIDADE POLICIAL:DELEGADO DE POLICIA CIVIL. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará VARA ÚNICA DA COMARCA DE GURUPÁ Processo nº 0002104-74.2019.8.14.0020 AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE Autuado: ANTONIO DIRLON CORREA PIMENTEL, brasileiro, solteiro, paraense, natural de Gurupá/PA, desocupado, RG n. 5113726-PA/PA, nascido em 06/06/1984, 35 anos de idade, filho de Milse do Socorro Correa e pai não declarado, residente e domiciliado nas casas populares, Gurupá/PA. DECISÃO/MANDADO R.h. Vistos etc. Cuida-se de comunicação de prisão em flagrante feita pelo Delegado de Polícia atuante em Gurupá em desfavor de ANTONIO DIRLON CORREA PIMENTEL. De acordo com os autos, na data de 24/06/2019, o autuado foi preso em flagrante pela prática de crime tipificado no art. 33 da Lei n. 11.343/06. Foram ouvidos, no respectivo auto, na sequência legal, o condutor, testemunha(s) e conduzido, estando o instrumento devidamente assinado por todos. Anexa, ainda, Nota de Culpa, Termo de Ciência dos Direitos e das Garantias Constitucionais, Certidão de Comunicação de Prisão à Família ou Pessoa Indicada. A prisão foi efetuada legalmente e nos termos do art. 302, II, do CPP. Não existindo, portanto, vícios formais ou materiais que venham a macular a peça, HOMOLOGO o auto de prisão em flagrante de ANTONIO DIRLON CORREA PIMENTEL. 1. Ademais, deixo de realizar audiência de custódia, no dia de hoje, considerando a inexistência de Defensor Público neste município; em razão de o acusado não possuir advogado constituído nos autos, e, ainda, ante a ausência de estrutura neste fórum, visto que são poucos policiais lotados neste município e a ausência de segurança nesta Comarca. Por consequência, realizarei, de pronto, a análise quanto à necessidade da concessão da liberdade provisória, da conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva ou da necessidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Do cotejo do processado, verifico haver necessidade de conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, pelos motivos que passo a expor: Inicialmente, insta relembrar que é cabível a prisão preventiva quando presentes o fumus comissi delicti e o periculum libertatis. Entende-se configurado o fumus comissi delicti quando há prova da materialidade e indícios suficientes de autoria. De outra parte, verifica-se o periculum libertatis toda vez que a manutenção do acusado ou investigado em liberdade puder acarretar prejuízo à ordem pública, ordem econômica, à conveniência da instrução criminal, ou à aplicação da lei penal. Pois bem, dito isto, tenho que, na espécie, a materialidade delitiva e os indícios da autoria restaram bem evidenciados, na medida em que o flagranteado foi encontrado pela polícia na posse de 27 (vinte e sete) petecas de substância de forte odor, supostamente pedra OXI embaladas em embalagens plásticas; e a quantia de R$ 70,00 (setenta reais), sendo 02 notas de R$ 20,00 (vinte reais), 02 notas de R$ 10,00 (dez reais) e 05 notas de R$ 2,00 (dois reais), e, ainda, foi confirmado pelas testemunhas que a droga era de propriedade de Antonio Dirlon Correa Pimentel. De outra parte, a manutenção do acusado em cárcere se faz necessária para garantia da ordem pública. Isto porque o autuado é suspeito de ter praticado o crime de tráfico de drogas, crime este que aterroriza a sociedade local, na medida em que é responsável pela gênese de tantos outros crimes, tais como furtos, roubos, ameaças e até homicídios. Permitir que os protagonistas desta trama permaneçam soltos, além de incentivar o vício de jovens, reféns do tráfico, e que, muitas vezes, pagam o preço de seu vício com suas vidas, provoca inevitável sentimento de impunidade tanto para a sociedade quanto para o próprio acusado, o qual acaba se sentindo estimulado a desenvolver práticas delitivas. Verifico, ainda, que o flagranteado possui antecedentes criminais (fls. 20/21). Além disso, o decreto prisional também se revela necessário a fim de resguardar a aplicação da lei penal, bem como a instrução processual, porquanto em crimes desta espécie a produção probatória é eminentemente testemunhal, e, estando o flagranteado solto, a atuação da Polícia fica comprometida, tendo em vista que o autuado facilmente poderá exercer influência sobre as testemunhas. Assim, salutar a medida, inclusive, para a segurança e higidez dos depoimentos das testemunhas. Outrossim, atendido ainda a exigência do inciso I, do art. 313, do CPP, na medida em que o crime tráfico possui pena em abstrato superior a 4 (quatro) anos. Por fim, esclareço que a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão não seriam adequadas e suficientes para afastar o periculum libertatis. 2. Diante do exposto, HOMOLOGO a prisão em flagrante de ANTONIO DIRLON CORREA PIMENTEL e converto a prisão em flagrante em prisão preventiva com fulcro nos arts. 310, II, 312, e 313,

I, do CPP, porquanto presente os pressupostos e requisitos autorizadores, consoante exposto na fundamentação. Comunique-se à DEPOL para as providências. Oficie-se ao Delegado de Polícia informando quanto a necessidade das prisões em flagrante serem comunicadas ao Ministério Público e Defensoria Pública, quando houver. Ciência ao MP e à Defensoria Pública. Oficie-se o necessário. SERVE ESTA DECISÃO COMO MANDADO. Gurupá/PA, 25 de junho de 2019. LUANA ASSUNÇÃO PINHEIRO Juíza de Direito

PROCESSO: 00039437120188140020 PROCESSO ANTIGO: - MAGISTRADA: LUANA ASSUNCAO PINHEIRO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 - DENUNCIADO:BENEDITO ANDRE MAUES PIMENTEL Representante(s): OAB 24539-A - FABIO MONTEIRO LIMA (ADVOGADO) DENUNCIADO:JOAO PAULO RODRIGUES MATIAS Representante(s): OAB 103003 - FABIO MONTEIRO (ADVOGADO) VITIMA:B. A. S. E. S. . PROCESSO Nº 0003943-71.2018.8.14.0020 DECISÃO Vistos e etc. R.H. Trata-se de pedido de revogação da prisão preventiva formulado pelos acusados BENEDITO ANDRÉ MAUÉS PIMENTEL e JOÃO PAULO RODRIGUES MATIAS. O Ministério Público se manifestou desfavorável ao pedido às fls. 06/11. É o relato do essencial. Decido. Conforme o entendimento doutrinário contemporâneo são pressupostos para a decretação e manutenção de qualquer prisão cautelar o fumus commissi delicti e o periculum libertatis. Em outras palavras, primeiro hão de ser constatadas a materialidade do delito e a existência de graves indícios de sua autoria (que são os pressupostos da prisão cautelar); em seguida, deverá ser aferida a ocorrência do perigo concreto que a manutenção da liberdade do acusado representa para a sociedade, instrução processual ou para a futura aplicação da lei penal (seus requisitos). Sabe-se que, indiscutivelmente, no processo penal pátrio vige a regra de que a prisão de caráter processual é exceção, só podendo ser decretada ou mantida quando houver razões suficientes para sua concretização. Nesse contexto, observa-se que para subsistir a prisão cautelar, mister se faz necessário que estejam presentes os pressupostos e um dos requisitos da prisão preventiva. No caso em exame, numa análise dos documentos constantes da Ação Penal, percebe-se que restou demonstrado o fumus delicti, em razão dos fortes e contundentes indícios acerca da materialidade e da autoria delitiva. Estando, pois, presentes os pressupostos, faz-se necessário que se observe a existência de pelo menos um dos requisitos da custódia preventiva, ou seja, o periculum libertatis, consubstanciado ou na garantia da ordem pública, ou na conveniência da instrução criminal, ou na garantia de aplicação da lei penal. No caso dos autos, entendo que o periculum libertatis está sobejamente comprovado a medida que se faz necessário GARANTIR-SE A ORDEM PÚBLICA, sobretudo em razão da gravidade do delito imputado aos acusados. Além disso, a periculosidade em concreta ainda restou evidenciada pelo próprio ¿modus operandi¿ da suposta associação criminosa. Ademais, entendo que as supostas condições subjetivas favoráveis dos réus não são capazes de infirmar a prisão preventiva decretada em seu desfavor, sobretudo em se tratando de crime de roubo, crime este que, foi cometido com emprego de arma de fogo, mediante grave ameaça. Com relação ao tema, assim é o posicionamento de nossos Tribunais: 1ª EMENTA: ¿É providência acautelatória, inserindo - se no conceito de ordem pública, visando não só prevenir a reprodução de fatos criminosos, mas acautelar o meio social e a própria credibilidade da Justiça, em face da gravidade do crime e de sua repercussão, convindo a medida quando revelada pela sensibilidade do juiz à reação do meio à ação criminosa.¿ (TJSP. HC 288.405-3, Bauru, 3ª C, Rel. Dês Walter Guilherme, 10.08.99, vu). 2ª EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS - TORTURA E ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR - TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - ARGÜIÇÃO DE INÉPCIA DA DENÚNCIA, POR FALTA DE JUSTA CAUSA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE MATERIALIDADE - NÃO-CONFIGURAÇÃO - PLEITO DE REVOGAÇÃO DA CUSTÓDIA CAUTELAR POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO - NÃO-OCORRÊNCIA - 1. A teor do entendimento pacífico desta Corte, o trancamento da ação penal pela via de habeas corpus é medida de exceção, que só é admissível quando emerge dos autos, de forma inequívoca, a inocência do acusado, a atipicidade da conduta ou a extinção da punibilidade. Precedentes do STJ. 2. Na hipótese dos autos, a peça vestibular descreve, com todos os elementos indispensáveis, a existência de crime em tese, capitulado no arts. 1.º, inciso II, § 4.º, inciso II, da Lei n.º 9.455/97 e 214, parágrafo único, do Código Penal, bem como a respectiva autoria, com indícios suficientes para a deflagração da persecução penal, decorrendo de seus próprios termos a justa causa para a ação penal. 3. O pleito de trancamento da ação penal é arrimado, essencialmente, na alegação de que a materialidade restou prejudicada, na medida em que o resultado dos laudos periciais seria incompatível com as acusações descritas na denúncia. Contudo, consoante observou o Tribunal a quo, meras irregularidades não têm o condão de ensejar a nulidade da peça acusatória por ausência de materialidade, que, ao revés, restou sobejamente demonstrada. 4. Tem-se por válida a fundamentação constante do Decreto prisional, com expressa menção à situação concreta que justifica a segregação por

conveniência da instrução criminal - Tendo em vista que "o denunciado procurou subjugar a pequena vítima" - Bem como para a aplicação da Lei Penal - Já que "o indiciado deixou o distrito da culpa" -, quaisquer delas suficientes, por si só, para justificar a imposição da medida constritiva. 5. Ademais, ainda é necessária a prisão preventiva para a garantia da ordem pública. A justiça não pode ficar indiferente, deixando de tomar medidas urgentes diante de fatos como os narrados nos presentes autos, onde o clamor público, em razão da gravidade e forma de execução dos crimes praticados contra menor, exige ação imediata, enérgica e eficaz do Judiciário, sob pena de cair em descrédito e alimentar a intolerável sensação de impunidade. 6. Recurso desprovido. (STJ - RHC 200400664389 - (16145 PR) - 5ª T. - Relª Min. Laurita Vaz - DJU 09.05.2005 - p. 00433). De tal sorte, resta impossibilitado o deferimento do pedido encampado. Registre-se, também, que se encontram presentes os requisitos que autorizariam a custódia cautelar dos acusados, com vista na segurança de futura aplicação da lei penal e a conveniência da instrução criminal. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva formulado pelos acusados BENEDITO ANDRÉ MAUÉS PIMENTEL e JOÃO PAULO RODRIGUES MATIAS, por estarem presentes os motivos autorizadores da prisão cautelar. Intimem-se. Ciência ao MPE e a DEFESA. Cumpra-se. Após, arquivem-se. Gurupá/PA, 25 de junho de 2019. LUANA ASSUNÇÃO PINHEIRO Juíza de Direito

PROCESSO: 00000218520198140020 PROCESSO ANTIGO: - MAGISTRADA: LUANA ASSUNCAO PINHEIRO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 - DENUNCIADO: SEBASTIAO DE JESUS SILVA, Representante(s): OAB 10633 - HERON DE SOUSA COELHO (ADVOGADO) VITIMA:U. R. R. L. L. AUTOR:A REPRESENTANTE DO MINISTERIO PUBLICO DENUNCIADO: BRENO BELO TORRES Representante(s): OAB 16090 - HESROM GRACIANDRO ARAUJO MARTINS (ADVOGADO) . Processo nº 0000021-85.2019.8.14.0020 Réus: BRENO BELO TORRES e SEBASTIÃO DE JESUS SILVA DECISÃO Ultrapassada a fase do art. 396-A do Código de Processo Penal, verifico que não há nos autos causa excludente da ilicitude do fato ou da culpabilidade dos agentes, e tampouco situação capaz de demonstrar que o fato narrado na denúncia de fls. 03/06 não constitui crime ou que esteja extinta a punibilidade dos acusados. Ademais, a denúncia foi instruída com documentos que comprovam a existência do crime imputado aos referidos réus e dos quais é possível extrair indícios suficientes de autoria, conforme inquérito incluso. Por sua vez, a defesa do acusado, não levantou qualquer questão preliminar, obstando assim o prosseguimento do presente feito, limitando-se a justificar a prática do crime imputado na peça acusatória. Desse modo, é inaplicável a norma contida no art. 397 do CPP ao presente caso. Ante o exposto, não sendo o caso de absolvição sumária, ratifico o recebimento da denúncia e designo o dia 08/08/2019, às 10:00hs, para realização de audiência de instrução e julgamento, na qual serão realizadas as oitivas das testemunhas de acusação declinada à fl. 06, testemunhas de defesa e os interrogatórios dos réus. Intimem-se as testemunhas de acusação e as de defesa. Intimem-se os acusados e o Ministério Público. Cumpra-se. Gurupá/PA, 26 de junho de 2019. LUANA ASSUNÇÃO PINHEIRO Juíza de Direito

PROCESSO: 00018284320198140020 PROCESSO ANTIGO: - MAGISTRADA: LUANA ASSUNÇÃO PINHEIRO - Ação: procedimento ordinário - DENUNCIADO: CHARLES DOS SANTOS MELO; DENUNCIADO: JOSIAS MENDONÇA MONTEIRO; DENUNCIANTE: MINISTÈRIO PÚBLICO; VITIMA: J. M. C. R.; VITIMA: J. S. R.; VITIMA: R. G. V. - Processo nº 0001828-43.2019.8.14.0020 DENUNCIADOS: JOSIAS MENDONÇA MONTEIRO, brasileiro, paraense, belenense, uni¿o estável, braçal, RG 8000474 PC/PA, nascido em 13/11/1995, filho de Luiz de Souza Monteiro e Vilma Mendonça Monteiro, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora de Nazaré, s/n., bairro Icuí, Ananindeua/PA. CHARLES DOS SANTOS MELO, brasileiro, paraense, belenense, uni¿o estável, RG 8332572 PC/PA, nascido em 03/01/1998, filho de Charles Oliveira Melo e Regina Rodrigues dos Santos, residente e domiciliado na 6ª Rua, s/n., entre Travessas Souza Franco e Barreiros, bairro n¿o informado, Belém/PA. DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA/MANDADO 1. RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Representante do Ministério Público com atribuiç¿es perante esta Comarca, em todos os seus termos, pois preenchidos os requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, eis que exposto o fato criminoso com todas as suas circunstâncias, qualificando-se o acusado, dando a classificaç¿o jurídica aos fatos, apresentando rol de testemunhas e pugnando pela produç¿o de todas as provas necessárias para instruç¿o do feito. 2. Observa este Juízo, ainda, que há justa causa para o exercício da pretens¿o acusatória do Ministério Público, tendo em vista elementos informativos colhidos no procedimento inquisitório, as quais adequam a conduta do denunciado ao tipo descrito na exordial acusatória. Frise-se, portanto, que há indícios suficientes de autoria e prova da materialidade delitiva. 3. CITE(M)-SE o(s) denunciado(s) para

responder(em) à acusaç¿o, nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, por escrito, no prazo de 10(dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificaç¿es, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimaç¿o quando necessário. No mandado de citaç¿o deverá constar ainda que n¿o sendo apresentada resposta no prazo ou se n¿o constituir defensor, será nomeado defensor dativo para oferecê-la (art. 396-A, § 2º, CPP) e advertência ao acusado solto que a partir do recebimento da denúncia, haverá o dever de informar ao Juízo sobre quaisquer mudanças de endereço, para fins de adequada intimaç¿o e comunicaç¿o oficial, sob pena de revelia (CPP, art. 367). Além disso e visando a celeridade processual, o Oficial de Justiça, no momento da citaç¿o da pessoa acusada, deverá indagar esta possui advogado, se pretende constituir um ou se deseja ser patrocinada pela Defensoria Pública Estadual. Em havendo suspeita de ocultaç¿o fica autorizado o Oficial de Justiça a proceder à citaç¿o por hora certa, nos termos do artigo 252 a 254 do NCPC, conforme autorizaç¿o do artigo 362 do CPP. 4. N¿o apresentada defesa no prazo supracitado e n¿o constituído advogado, desde logo nomeio a Defensoria Pública para exercer a defesa do(s) réu(s), com vistas dos autos. 5. Caso haja necessidade, solicite-se o laudo. 6. Ciência ao Ministério Público. 7. Expeça-se o necessário. 8. A presente decis¿o serve como mandado de citaç¿o/carta precatória. P.R.I. Gurupá/PA, 25 de junho de 2019. LUANA ASSUNÇ¿O PINHEIRO Juíza de Direito

PROCESSO: 00018240620198140020 PROCESSO ANTIGO: - MAGISTRADA: LUANA ASSUNÇÃO PINHEIRO - Ação: procedimento ordinário - DENUNCIADO: FRANCISCO DE ASSIS MONTEIRO, Representante(s): OAB 24539-A - FABIO MONTEIRO LIMA (ADVOGADO); DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO; VITIMA: A. P. M. N. ¿ PROCESSO Nº 0001824-06.2019.8.14.0020 DENUNCIADO: FRANCISCO DE ASSIS MONTEIRO PEREIRA, vulgo FOGUETE, brasileiro, paraense, natural de Gurupá, solteiro, trabalhador rural, RG n. 5113730 PC/PA, nascido em 13/09/1957, filho de Maria Gerdina Sampaio e Francisco Pereira da Silva, residente e domiciliado nas Margens do Rio Pucuruí, Comunidade do Perpetuo Socorro, Zona Rural, Gurupá/PA. DECIS¿O Vistos e etc. R.H. Trata-se de pedido de revogaç¿o da pris¿o preventiva em favor do acusado FRANCISCO DE ASSIS MONTEIRO PEREIRA, vulgo FOGUETE. O Ministério Público se manifestou desfavorável ao pedido às fls. 31/36. É o relato do essencial. Decido. Conforme o entendimento doutrinário contemporâneo s¿o pressupostos para a decretaç¿o e manutenç¿o de qualquer pris¿o cautelar o fumus commissi delicti e o periculum libertatis. Em outras palavras, primeiro h¿o de ser constatadas a materialidade do delito e a existência de graves indícios de sua autoria (que s¿o os pressupostos da pris¿o cautelar); em seguida, deverá ser aferida a ocorrência do perigo concreto que a manutenç¿o da liberdade do acusado representa para a sociedade, instruç¿o processual ou para a futura aplicaç¿o da lei penal (seus requisitos). No caso em exame, numa análise dos documentos constantes do APF, percebe-se que restou demonstrado o fumus delicti, em raz¿o dos fortes e contundentes indícios acerca da materialidade e da autoria delitiva. Por outro lado, no que tange ao periculum libertatis, a priori, existem elementos suficientes nos autos a indicar o seu comportamento delituoso. Isto porque, segundo as circunstâncias fáticas que circundaram a pris¿o preventiva, verifica-se que o agente é acusado pela suposta prática de estupro de vulnerável. De tal sorte, resta impossibilitado o deferimento do pedido encampado. Registre-se, também, que se encontram presentes os requisitos que autorizariam a custódia cautelar do acusado, com vista a garantia da ordem pública e segurança de futura aplicaç¿o da lei penal. POSTO ISSO, INDEFIRO O PEDIDO REVOGAÇ¿O DE PRIS¿O PREVENTIVA C/C LIBERDADE PROVISÓRIA DE FRANCISCO DE ASSIS MONTEIRO PEREIRA, vulgo FOGUETE, por estarem presentes os motivos autorizadores da pris¿o cautelar, como a garantia da ordem Pública e a segurança de futura aplicaç¿o da Lei penal. Intimem-se. Ciência ao MPE e a DEFESA. A presente decis¿o serve como mandado. Cumpra-se. P.R.I. Gurupá/PA, 25 de junho de 2019. LUANA ASSUNÇ¿O PINHEIRO Juíza de Direito

PROCESSO: 00018240620198140020 PROCESSO ANTIGO: - MAGISTRADA: LUANA ASSUNÇÃO PINHEIRO - Ação: procedimento ordinário - DENUNCIADO: FRANCISCO DE ASSIS MONTEIRO, Representante(s): OAB 24539-A - FABIO MONTEIRO LIMA (ADVOGADO); DENUNCIANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO; VITIMA: A. P. M. N. Processo nº 0001824-06.2019.8.14.0020 DENUNCIADO: FRANCISCO DE ASSIS MONTEIRO PEREIRA, vulgo FOGUETE, brasileiro, paraense, natural de Gurupá, solteiro, trabalhador rural, RG n. 5113730 PC/PA, nascido em 13/09/1957, filho de Maria Gerdina Sampaio e Francisco Pereira da Silva, residente e domiciliado nas Margens do Rio Pucuruí, Comunidade do Perpetuo Socorro, Zona Rural, Gurupá/PA. DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA/MANDADO 1. RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Representante do Ministério Público com atribuiç¿es perante esta Comarca, em todos os

seus termos, pois preenchidos os requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, eis que exposto o fato criminoso com todas as suas circunstâncias, qualificando-se o acusado, dando a classificaç¿o jurídica aos fatos, apresentando rol de testemunhas e pugnando pela produç¿o de todas as provas necessárias para instruç¿o do feito. 2. Observa este Juízo, ainda, que há justa causa para o exercício da pretens¿o acusatória do Ministério Público, tendo em vista elementos informativos colhidos no procedimento inquisitório, as quais adequam a conduta do denunciado ao tipo descrito na exordial acusatória. Frise-se, portanto, que há indícios suficientes de autoria e prova da materialidade delitiva. 3. CITE(M)-SE o(s) denunciado(s) para responder(em) à acusaç¿o, nos termos do art. 396 do Código de Processo Penal, por escrito, no prazo de 10(dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificaç¿es, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimaç¿o quando necessário. No mandado de citaç¿o deverá constar ainda que n¿o sendo apresentada resposta no prazo ou se n¿o constituir defensor, será nomeado defensor dativo para oferecê-la (art. 396-A, § 2º, CPP) e advertência ao acusado solto que a partir do recebimento da denúncia, haverá o dever de informar ao Juízo sobre quaisquer mudanças de endereço, para fins de adequada intimaç¿o e comunicaç¿o oficial, sob pena de revelia (CPP, art. 367). Além disso e visando a celeridade processual, o Oficial de Justiça, no momento da citaç¿o da pessoa acusada, deverá indagar esta possui advogado, se pretende constituir um ou se deseja ser patrocinada pela Defensoria Pública Estadual. Em havendo suspeita de ocultaç¿o fica autorizado o Oficial de Justiça a proceder à citaç¿o por hora certa, nos termos do artigo 252 a 254 do NCPC, conforme autorizaç¿o do artigo 362 do CPP. 4. N¿o apresentada defesa no prazo supracitado e n¿o constituído advogado, desde logo nomeio a Defensoria Pública para exercer a defesa do(s) réu(s), com vistas dos autos. 5. Caso haja necessidade, solicite-se o laudo. 6. Ciência ao Ministério Público. 7. Defiro o pedido do RMP à fl. 07. 8. Expeça-se o necessário. 9. A presente decis¿o serve como mandado de citaç¿o/carta precatória. P.R.I. Gurupá/PA, 25 de junho de 2019. LUANA ASSUNÇ¿O PINHEIRO Juíza de Direito

PROCESSO: 00021832420178140020 PROCESSO ANTIGO: - MAGISTRADA: LUANA ASSUNCAO PINHEIRO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 - DENUNCIADO:REBECA DA SILVA BARRIGA DENUNCIADO: ANANDA CARDOSO MONTEIRO. Processo n. 0002183-24.2017.8.14.0020 RH 1. Diante do ofício retro (autos encaminhados à Defensoria, retornando sem manifestação), e repetindo-se a situação em inúmeros processos, sobretudo criminais, expeça-se oficio único, relacionando todos os feitos na mesma situação, para respectivo Órgão Correicional (Órgão da Corregedoria da Defensoria Pública deste Estado) para, se o caso, apuração da conduta funcional dos (as) agentes públicos retro mencionados. Instrua-se o expediente com cópias a partir da remessa à Defensoria até a presente decisão. 2. Oficie-se, também de modo único, à CJCI e Presidência do TJ para comunicação, bem como em cumprimento da decisão retro. Instrua-se da mesma forma supra. 3. No mais, tendo em vista que merece prosseguimento o feito, ademais diante das Metas, NOMEIO para atuar como advogado o Dr. HESRON GRACIANDRO ARAÚJO MARTINS, OAB/PA nº 16.090. Intime-se o advogado para apresentar resposta à acusação em favor das rés REBECA DA SILVA BARRIGA e ANANDA CARDOSO MONTEIRO, no prazo legal. 4. Desde já, arbitro o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) a título de honorários referente a esta manifestação, condenando o Estado do Pará ao pagamento em favor do causídico supra. 5. Cumpra-se. Gurupá/PA, 27 de junho de 2019. LUANA ASSUNÇÃO PINHEIRO Juíza de Direito

COMARCA DE CACHOEIRA DO ARARI

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CACHOEIRA DO ARARI

PROCESSO Nº: 0000884-81.2019.8.14.1979

CLASSE: INVENTÁRIO

INVENTARIANTE (s): RAIMUNDA CABRAL DA SILVA, IVANETE CABRAL DA SILVA E OUTROS

INVENTARIADO: ELEUTERIO CABRAL PAMPLONA DA SILVA

ADVOGADO: Dr. BRUNO DE LIMA GEMAQUE OAB/PA 13.326

ADVOGADO: Dr. JOÃO FREDERICK MARÇAL E MACIEL OAB/PA 8.875

Vistos etc.

Intimem-se os Requerentes, por seu advogado constituído, para que comprovem o preenchimento dos requisitos necessários à concess¿o dos benefícios da gratuidade de justiça, em cinco dias, por meio de cópia da Declaraç¿o anual de Imposto de Renda Pessoa Física (exercício 2018) e afirmaç¿o de hipossuficiência recente, nos termos do art. 99, § 2º, do CPC/15.

N¿o sendo apresentados os referidos documentos e/ou n¿o sendo recolhidas as custas, no prazo legal, cancele-se a Distribuiç¿o.

Cumpra-se.

Cachoeira do Arari, 18 de junho de 2019

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito titular da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo de Santa Cruz do Arari

Processo: Nº. 0000663-56.2017.8.14.0011

Classe: Roubo Majorado

Vítimas: W. B. B, P. D. S. G e outros¿

Denunciado: Luis Andre Araujo Boulhosa

Advogado: Dr. Gerson Estevam de Oliveira OAB/PA 20.781

Advogado: Dr. Mario Renan Cabral Prado Sá OAB/PA 20.818

DESPACHO

Vistos os autos.

Considerando que os presentes autos tratam de Ação Penal em desfavor de **LUIS ANDRE ARAUJO BOULHOSA, VULGO ¿¿CARACOL¿¿**, desentranhe-se os documentos acostados às fls. 18/20.

Acautelem-se os autos em secretaria, até o momento oportuno de encaminhamento dos mesmos para realização de audiência.

CUMPRA-SE.

Cachoeira do Arari/PA, 18 de junho de 2019.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito Juiz Titular da Comarca de Cachoeira do Arari

PROCESSO Nº: 0001770-04.2018.8.14.0011

CLASSE: PAGAMENTO

AUTOR: MARIA DE FATIMA BARBOSA MARTINS

REU: MUNICIPIO DE CACHOEIRA DO ARARI

ADVOADO: Dr. GILVAN RABELO NORMANDES OAB/PA 17.983

ADVOGADA: Dra. ADRIANE DA CONCEIÇÃO GAMA OAB/PA 20.882

Vistos, etc.

Intime-se as partes para manifestarem interesse em produzir outras provas, no prazo de (05) cinco dias.

Havendo manifestaç¿o, certifique e faça os autos conclusos.

Sem manifestaç¿o, intime-se para apresentarem alegaç¿es finais, no prazo de cinco dias, primeiro o Município de Cachoeira do Arari, depois a parte autora.

Após, conclusos.

Cumpra-se.

Cachoeira do Arari/PA, 25 de junho de 2019.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito Titular da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo de Santa Cruz do Arari

PROCESSO Nº: 0001769-19.2018.8.14.0011

CLASSE: PAGAMENTO

AUTOR: ANAZETE FIGUEIREDO MIRANDA DA CRUZ

REU: MUNICIPIO DE CACHOEIRA DO ARARI

ADVOGADO: Dr. GILVAN RABELO NORMANDES OAB/PA 17.983

ADVOGADA: Dra. ADRIANE DA CONCEIÇÃO GAMA OAB/PA 20.882

Vistos, etc.

Intime-se as partes para manifestarem interesse em produzir outras provas, no prazo de (05) cinco dias.

Havendo manifestaç¿o, certifique e faça os autos conclusos.

Sem manifestaç¿o, intime-se para apresentarem alegaç¿es finais, no prazo de cinco dias, primeiro o Município de Cachoeira do Arari, depois a parte autora.

Após, conclusos.

Cumpra-se.

Cachoeira do Arari/PA, 25 de junho de 2019.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito Titular da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo de Santa Cruz do Arari

Processo: Nº. 0001523-57.2017.8.14.0011

Classe: Roubo Majorado

Menor: W. B. B

Vítima: L. D. F. G

Advogada: Dra. Adriane da Conceição Gama OAB/PA 20882

Advogado: Dr. Otoniel Santos de Freitas OAB/PA 25882

DESPACHO

Vistos etc.

Considerando que já existe sentença condenatória, certifique-se acerca do cumprimento.

Se verificado que já fora cumprido integralmente, arquive-se os autos.

CUMPRA-SE.

Cachoeira do Arari, 18 de junho de 2019.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito Titular da Comarca de Cachoeira do Arari

PROCESSO Nº: 0002930-64.2018.8.14.0011

CLASSE: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS

EXEQUENTE: AMANDA JAQUES VIEIRA

REP. LEGAL: EDJANE BARROS JAQUES

EXECUTADO: VANDO DA CONCEIÇÃO VIEIRA

Vistos, etc.

Vistas ao Ministério Público para manifestação.

Cachoeira do Arari, 26 de junho de 2019

Leonel Figueiredo Cavalcanti

Juiz de Direito da Comarca de Cachoeira do Arari

Processo: Nº. 0000925-50.2018.8.14.0011

Classe: Seguro Apagão

Impetrado: Marcelo José Beltrão Pamplona

Impetrante: Grimário Soares

Advogado: Dr. Alex Andrey Lourenço Soares OAB/PA 6459

Advogado: Dr. Sidnei Rodrigues OAB/PA 1795-A

Advogado: Dr. Diego Oliveira Teles da Silva OAB/PA 21.541

Vistos, etc.

À Secretaria para que cumpra o despacho de fls.92.

Sem prejuízo, que esclareça o motivo pelo qual a peça de fls. 94/100, datada de 08/01/2016 e acompanhada dos documentos de fls. 102/123 foram juntadas após a decisão de fls.92 datada de 17.05.2018.

Após, vistas ao MP para medidas que entender cabíveis acerca das informações do impetrante as fls.94/100

Cachoeira do Arari, 11 de dezembro de 2018.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito

Processo: Nº 0002583-65.2017.8.14.0011

Classe: Alimentos

Exequente: A. L. B

Representante: Maria de Nazaré dos Santos Lalor

Executado: Adriano Meireles Barbosa

Tratam-se de Execução de Alimentos proposta por A.L.B, representada por MARIA DE NAZARE DE SANTOS LALOR em face de ADRIANO MEIRELES BARBOSA

A parte autora juntou os documentos hábeis à propositura da ação

Executado NÃO FOI CITADO.

EXEQUENTE manifesta o desinteresse e prosseguir com a ação (fls.21

Ministério Público se manifesta pela extinção. (FLS.22

É o breve Relatório.

Decido

Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PRESENTE AÇÃO EXECUTIVA, nos termos do artigo 924, II, do CPC.

Ciência ao MP.

Sem condenação em custas por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita.

Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se.

Cumpra-se.

Cachoeira do Arari/PA, 19 de junho de 2019

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito Titular da Comarca de Cachoeira do Arari

Processo: Nº. 0003621-15.2017.8.14.0011

Classe: Injúria

Autor: Maria do Rosário Olímpia Rodrigues

Vítima: Idalquina de Oliveira Silva

SENTENÇA

Vistos, etc.

Tratam-se os presentes autos de Termo Circunstanciado de Ocorrência instaurado para apurar a prática de autoria, materialidade e existência de nexo de causalidade de supostas infrações penais de crime de injúria, previsto no artigo 140 do Código Penal Brasileiro, praticado pela envolvida MARIA DO ROSÁRIO OLIMPIA RODRIGUES, contra IDALQUINA DE OLIVEIRA SILVA.

É a descrição síntese e o relatório. Decido.

Considerando tratar-se de crime de ação penal privada e tendo a vítima sido devidamente citada da audiência, não atualizou endereço para receber as intimações posteriores, desistindo tacitamente, da ação penal privada, conforme certificado pela secretaria desse juízo. Assim, decreto a EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, com fulcro no artigo 107, IV do Código Penal, infra:

(..)

Art. 107 - Extingue-se a punibilidade: (Redação dada pela Lei nº 7.209, de 11.7.1984)

(..)

IV - pela prescrição, decadência ou perempção;

(..)

Pela análise da questão operou-se a renúncia da vítima em prosseguir no feito.

Determino a secretaria que proceda a numeração e rubrica das folhas sem esse expediente.

Após o trânsito em julgado. ARQUIVE-SE.

Cachoeira do Arari, 04 de junho de 2019.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Cachoeira do Arari

Processo: N°. 0004023-96.2017.8.14.0011

Classe: Investigação de Paternidade

Requerente: E. G. M. D

Representante Legal: Edna Moraes Dantas

Requerido: Raimundo Vasconcelos de Oliveira Filho

SENTENÇA

Cuida-se de AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE c/c ALIMENTOS, proposta pelo Ministério Público como substituto processual de por EGMD., representado por sua genitora EDNA MORAES DANTAS, em desfavor de RAIMUNDO VASCONCELOS OLIVEIRA FILHO, todos qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos expendidos na inicial.

Em síntese, afirma-se na inicial que a materna teve um relacionamento com o requerido por três meses, desse relacionamento adveio o infante. Afirma ainda a materna que o requerido nega a paternidade, e que foi feito o Registro de NASCIMENTO somente no nome dela. Ressalta que não existe dúvida alguma da paternidade alegada.

Diante disso, enfatiza a peça que o requerido não procedeu a realização do registro de nascimento do filho. Assim, realçando as demais questões fáticas e jurídicas, a autora pugnou pela procedência do pedido com a produção de provas e a condenação em alimentos de 20% (vinte por cento) do salário mínimo do requerido.

Com a petição inicial juntou documentos de fls. 11/15.

Recebida a inicial (fls. 17) o requerido foi devidamente citado fls 19

Por ocasião da audiência de conciliação (fl. 23), a parte requerente compareceu, bem como o requerido, que foi devidamente citado, tendo rechaçado o reconhecimento espontâneo da paternidade a si atribuída e concordou em realizar o exame pericial de DNA.

.

Às fls. 26/30, consta o resultado do exame de DNA realizado pelas partes.

As partes intimadas para se manifestarem sobre o resultado do exame de DNA, compareceram e em nada se opuseram (fls.34)

Ministério Público pugnou pela procedência total da ação (fls. 36)

.

É o Relatório. Decido.

O direito material em discussão refere-se ao reconhecimento de paternidade biológica.

A ação de investigação de paternidade afigura-se como remédio jurídico destinado a confirmar a relação de parentesco, em consonância com o art. 27 do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei 8.069/90):

O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, observado o segredo de Justiça.

Ademais, o art 267, §6º da Constituição Federal qo reconhecimento da filiação ¿ direito personalíssimo, indisponível e garantia constitucional, consoante artigo 267, § 6º, da Constituição da República (CR).

Em ação de investigação de paternidade, a prova pericial científica concernente ao exame de DNA constitui prova determinante ¿ não havendo outros elementos capazes de desconstituir sua veracidade ¿ e deve ser considerada incontestável na formação do livre convencimento do Julgador. Destaca-se, ainda, que a relevante evolução científica ocorrida no ramo da genética produz, atualmente, prova técnica de alto grau de confiabilidade com forte probabilidade (quiçá certeza) do fato, aproximando-se da verdade real.

Não se deve olvidar que, conforme previsto no artigo 479 do CPC/2015, o Juiz não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar sua convicção com outros elementos ou fatos provados nos autos.

Por outro lado, nada o impede de tê-lo como fundamento de sua convicção, na busca da verdade real com o fim de uma prestação jurisdicional justa, quando deve prevalecer a evidência da prova técnica

irrefragável.

Na redação dos art. 479 c/c art. 371 do Novo Código de Processo Civil, o Juiz apreciará a prova constante nos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento, indicando, inclusive os motivos que o levaram a considerar ou a deixar de considerar as conclusões do laudo, levando em conta o método utilizado pelo perito.

No presente caso, o laudo técnico do exame de investigação de paternidade realizado com o suposto pai, apontou que o requerente EGMD possui probabilidade de vínculo genético de 99,9999999%, com o suposto pai o Sr. RAIMUNDO VASCONCELOS OLIVEIRA FILHO.

Assim, incontestável a prova pericial juntada aos autos, quanto a paternidade do requerido em relação ao requerente, conforme laudo juntado às fls. 28/29.

Ademais, a despeito de não se vincular o Juiz ao resultado da prova técnica, tal não pode ocorrer quando o laudo foi elaborado com estrita observância de normas técnicas que lhe são inerentes, sendo certo que tal exame constitui prova científica de grande relevância, mormente quando as demais provas não forem capazes de desconstituir o resultado.

No tocante a fixação dos alimentos definitivos,

'"Reconhecida a paternidade, a obrigação de alimentar exsurge, de forma inconteste, desde o momento em que exercido aquele direito, com o pedido de constrição judicial, qual seja, quando da instauração da relação processual válida, que se dá com a citação do réu, no caso, o investigado. A ação de alimentos, embora cumulada com a investigatória, é de natureza condenatória e, consequentemente, em consonância com a regra geral, há de retrotrair à da propositura da demanda, melhor explicando, a contar da previsão legal, como afirmado, da data da citação. Há que se examinar, ainda, a possibilidade de se aplicar à espécie, a norma contida no § 2º do artigo 13, da Lei n. 5.478/68, por se tratar de regra de natureza genérica, em contraste com a da antiga Lei n. 883/49, art 5º, a qual se restringe à verba alimentícia em apreço, resultante da investigatória da paternidade, que é de natureza específica. A última diz respeito aos alimentos provisionais, enquanto que a outra se refere tanto aos provisórios quanto aos definitivos.'" (REsp 78563 GO, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/1996, DJ 16/12/1996, p. 50865).

Ante o exposto, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO confirmando o vínculo paterno- filial e EXTINGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. Assim, **DETERMINO** ao Sr. Oficial do Cartório do 2º Ofício de Registro Civil de Cachoeira do Arari/PA que proceda a AVERBAÇÃO na certidão de nascimento **ENZO GABRIEL MORAES DANTAS,** nascimento nº 067793.01.55.2017.1.00063.066.0004331.92, fazendo constar os dados atinentes à filiação paterna de **RAIMUNDO VASCONCELOS OLIVEIRA FILHO**, com a inclusão dos avós paternos, RAIMUNDO VASCONCELOS DE OLIVEIRA e MARIA DAS GRAÇAS CAMARA OLIVEIRA mantendo-se os dados referentes a filiação materna e passando o infante a se chamar **ENZO GABRIEL MORAES DANTAS OLIVEIRA. FIXO OS ALIMENTOS DEFINITIVOS EM FAVOR DO AUTOR em 20% (vinte por cento) do**

salário mínimo vigente a serem pagos diretamente à Rep. Legal EDNA MORAES DANTAS, mediante recibo, até o quinto dia útil de cada mês.

A presente sentença servirá de **MANDADO DE AVERBAÇÃO**, ao Cartório competente.

Sem custas, ante o deferimento da Justiça Gratuita para as partes.

Ciência ao Ministério Público.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se.

Cachoeira do Arari, 17 de junho de 2019

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo de Santa Cruz do Arari

'"Reconhecida a paternidade, a obrigação de alimentar exsurge, de forma inconteste, desde o momento em que exercido aquele direito, com o pedido de constrição judicial, qual seja, quando da instauração da relação processual válida, que se dá com a citação do réu, no caso, o investigado. A ação de alimentos, embora cumulada com a investigatória, é de natureza condenatória e, consequentemente, em consonância com a regra geral, há de retrotrair à da propositura da demanda, melhor explicando, a contar da previsão legal, como afirmado, da data da citação. Há que se examinar, ainda, a possibilidade de se aplicar à espécie, a norma contida no § 2º do artigo 13, da Lei n. 5.478/68, por se tratar de regra de natureza genérica, em contraste com a da antiga Lei n. 883/49, art 5º, a qual se restringe à verba alimentícia em apreço, resultante da investigatória da paternidade, que é de natureza específica. A última diz respeito aos alimentos provisionais, enquanto que a outra se refere tanto aos provisórios quanto aos definitivos.'" (REsp 78563 GO, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/11/1996, DJ 16/12/1996, p. 50865).

Processo: n° 0001784-98.2018.8.14.1979

Classe: Fixação

Requerente: J. N. D. S. D

Requerido: Gledson Nascimento Daher

Aos 14 dias do mês de fevereiro de 2019, à hora designada, na Sala de Audiências do Fórum da Comarca de Cachoeira do Arari, Estado do Pará, presente o Dr. LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI Juiz de Direito Titular da Comarca de Cachoeira do Arari, juntamente comigo, conciliador ad doc., adiante declarado. Aberta a audiência e feito o pregão de praxe, verificou-se a ausência justificada do Promotor de Justiça Dr. ANDRÉ CAVALCANTI DE OLIVEIRA, presente a autora MERIELEM COSTA DOS SANTOS e ausente o requerido GLEDSON NASCIMENTO DAHER que mesmo intimado não compareceu, conforme fl.16. Dando início à audiência, considerando a ausência do requerido, mesmo estando formalmente CITADO e INTIMADO, restando infrutífera a tentativa de conciliação.

DELIBERAÇÃO. SENTENÇA: Vistos, etc. cuida-se de ação de alimentos ajuizada por J. N. S. D. representado por sua genitora MERIELEM COSTA DOS SANTOS, ambos qualificados na inicial em face de GLEDSON NASCIMENTO DAHER, pleiteando a fixação de pensão alimentícia equivalente a 30% por cento do salário mínimo percebido por este. Designada a audiência para esta data, o requerido não compareceu e nem justificou a sua ausência, restando prejudicada a tentativa de conciliação, bem como ausente a resposta do réu, razão pela qual decreto a sua revelia, nos termos do artigo 344 do CPC. Decretada à revelia do requerido neste ato, uma vez que, devidamente citado, conforme a fl. 16, deixou comparecer em audiência e não apresentou resposta à presente ação, entendo possível o julgamento antecipado da lide com base no artigo 355, inciso II, do CPC relatado. Decido. Incontroversa a relação de parentesco entre os requerentes e o requerido pelas provas carreadas aos autos, sendo devido o pagamento de pensão alimentícia à autora. A obrigação alimentar de que ora se trata é expressamente prevista no artigo 229 da Constituição Federal de 1988 e nos 1.694/1. 710 do CC/2002. Em favor da autora existe uma presunção de necessidade, dada a sua menoridade, que não foi elidida por prova em

contrário, nem pela alegação paterna quanto a insuficiência de recursos financeiros, uma vez que não comprovada nos autos. Posto isso, com fruco nos dispositivos legais dantes mencionados e no artigo 487, inciso I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, ficando o pensionamento alimentar DEFINITIVO à autora em 30% (trinta por cento) do salário mínimo, que corresponde atualmente ao valor de R$ 299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) sendo devido desde de o mês de novembro de 2018 data em que o requerido tomou ciência da decisão que determinou os alimentos provisórios fl. 16, que deverá ser pago mediante depósito bancário na conta do Banco Bradesco, Agência: 0487, conta 0007930-8, pertencente a representante legal do requerente senhora MERIELEM COSTA DOS SANTOS. Intime-se o requerido da sentença, sem custas antes os benefícios da justiça gratuita já deferidos. Sentença publicada em audiência compartes intimadas¿. Após as providências necessárias arquivem-se os autos com baixa no sistema¿. Os presentes já saem intimados. Registre-se. E, como nada mais foi dito nem perguntado, MM. Juiz mandou encerrar o presente. Eu, (.....), Sanderson Morote, Asessor do Juiz, digitei e assino.

JUIZ DE DIREITO :_____

REPRESENTANTE LEGAL :_____

Processo: 0003469-69.2014.8.14.0011

Classe: Roubo

Denunciados: João Fernando de França Pantoja, Alielson Vieira Cordeiro Filho e outros¿

Vítima: S. G. D. S

Advogado: Dr. Jaime da Silva Barbosa OAB/PA 4839

SENTENÇA

Vistos etc.

O **Ministério Público do Estado do Pará** ajuizou a presente ação penal, em face dos denunciados JOÃO FERNANDO FRANÇA PANTOJA, vulgo ¿FERNANDINHO¿, ALIELSON VIEIRA CORDEIRO FILHO, vulgo ¿NETO¿ e RODRIGO LEAL FERREIRA, vulgo ¿TISSÃO¿, todos devidamente qualificados no caderno processual como incursos nas penas dos artigos 157, § 2º, incisos I, II e V, e art. 288 todos do Código Penal c/c art. 244-B do ECA, em decorrência dos seguintes fatos:

A vítima, S.G. dos S., no dia 10.12.2014, por volta das 17:00 horas, estava retornando do trabalho conduzindo uma motocicleta marca Honda, modelo FAN, de cor vermelha, e próximo à sua residência, na

localidade do Caracará, desceu do veículo para retirar um pau que obstruía a passagem, momento em que foi surpreendida pelos acusados, os quais estava na companhia de um menor de idade, de nome HIAGO PEREIRA DOS SANTOS, os quais estavam armados e encapuzados, sendo que os mesmos saíram do mato e anunciaram o assalto.

Os denunciados Fernando e Rodrigo, vulgo ¿¿TISSÃO¿¿, pegaram a motocicleta da vítima, enquanto que Alielson, vulgo Neto, e o aludido adolescente, pegaram os paus que obstruíam o caminho para esperarem uma outra vítima, enquanto isso, mantiveram a vítima S.G dos S. como refém, porém, em dado momento, mandaram esta tirar suas roupas e, ainda sob mira de armas de fogo, mandaram que a mesma andasse pela estrada, até que ela foi liberada.

Após ser acionada, a Polícia Militar montou barreiras nas estradas e conseguiram recuperar a motocicleta roubada, mas as duas pessoas que a conduziam conseguiram fugir pelo mato. Momentos depois, o réu Fernando foi capturado por populares e, quando da chegada da Polícia, o mesmo declinou os nomes dos outros envolvidos no crime.

IPL de fls. 08 a 17.

Com a denúncia esse Juízo determinou a citação dos requeridos para apresentarem defesa preliminar (fls. 18).

O réu ALIELSON foi citado pessoalmente, tendo oferecido resposta escrita à acusação (fls. 27 a 28).

Os réus JOÃO FERNANDO e RODRIGO LEAL não foram localizados para serem citados, motivo pelo qual foram citados por Edital (fls. 26), sendo que os mesmos não compareceram aos autos para se defenderem, motivo pelo qual foi determinado a suspensão do processo e do curso do prazo prescricional (fl. 30). A presente ação prosseguiu somente com relação ao réu ALIELSON.

Esse juízo através da decisão de fls. 31 recebeu a denúncia e designou audiência de instrução e julgamento para 05.08.2015.

Audiência de instrução e julgamento de fls. 39 a 41. Interrogatório de fls. 60 (mídia gravada).

O Ministério Público, às fls. 64 a 68, apresentou suas alegações finais alegando estarem provadas as materialidades e autoria para condenação do réu nos crimes previstos no artigo 157, § 2º, incisos I, II e V, e art. 288 todos do Código Penal c/c art. 244-B do ECA.

A Defensa apresentou defesa final as fls. 72 a 79 requerendo a absolvição do acusado

Após os autos vieram conclusos.

Esse é o relatório.

Trata-se de Ação Penal Pública que o Ministério Público promove contra os acusados JOÃO FERNANDO FRANÇA PANTOJA, vulgo ¿FERNANDINHO¿, ALIELSON VIEIRA CORDEIRO FILHO, vulgo ¿NETO¿ e RODRIGO LEAL FERREIRA, vulgo ¿TISSÃO¿, já qualificados nos autos, acusando-os de terem praticado os ilícitos penais capitulados nos artigos 157, § 2º, incisos I, II e V, e art. 288 todos do Código Penal c/c art. 244-B do ECA conforme se depreende da denúncia. Ressalte-se que, por não terem sido localizados para serem citados pessoalmente e, após citados pela via editalícia, os réus JOÃO FERNANDO FRANÇA PANTOJA, vulgo ¿FERNANDINHO¿, e RODRIGO LEAL FERREIRA, vulgo ¿TISSÃO¿, foram excluídos da presente ação.

Urge inicialmente verificar as provas contidas nos autos. Ipso Facto, passo à análise do conjunto probatório que, em todos os processos, em que pese o caráter científico da colheita das provas, tende a

revelar-se disperso ao final da instrução, emergindo como obrigação do julgador aglutiná-lo por ocasião do decisório e dele extraindo o convencimento motivado, sem hierarquizar qualquer meio probatório.

Embora seja refratário ao testemunho prestado perante a autoridade policial, bem como à importação de fatos apurados na fase do Inquérito Policial, em determinadas ocasiões devem ser considerados, mormente considerando que dentro da sistemática instituída pelo Código de Processo Penal na avaliação da prova (art. 157), conclui-se que vigora em nosso ordenamento jurídico o princípio da livre convicção, livre convencimento ou verdade real, subordinando o juiz, apenas, à sua consciência na apreciação e valoração do conjunto probatório.

Por outras palavras, pode-se dizer que, apesar do julgador estar obrigado a indicar no decisório os motivos de seu convencimento, não está ele adstrito a qualquer meio probatório específico, podendo extrair a verdade real de qualquer elemento que integre os autos. Assim passo a analisar crime a crime.

A materialidade do crime de roubo qualificado restou comprovado quando da subtração mediante violência e grave ameaça da motocicleta da vítima, conforme depoimentos colhidos e o laudo de fls. 20. Com relação ao crime do artigo 288, resta corporificado quando os acusados se juntaram em número de quatro pessoas para cometer crimes (saliente-se que, após render a vítima S.G. dos S., os meliantes voltaram a bloquear a estrada com o intuito de cometerem mais um crime). Com relação ao crime previsto no artigo 244-B do ECA, a mesma se consumou quando os meliantes cometeram o crime de roubo associados e na presença de um menor de idade.

Urge, no entanto, verificar a autoria do delito.

De um a análise dos depoimentos temos:

A **vítima**, em seu depoimento em juízo declarou que:

¿...foi abordada por quatro elementos encapuzados. Que um estava armado e mandou para que deixasse a moto, então dois subiram na moto e saíram do local e dois ficaram com o depoente no mato. Que os elementos colocaram novamente os paus na estrada para esperar outras vítimas. Que ficou nas mãos dos bandidos por cerca de trinta minutos. Que os elementos mandaram o declarante tirar a roupa. Que o declarante ficou totalmente despido. Que em seguida lhe apontaram a arma e mandaram ir andando pela rodovia. Que entrou no mato e foi para sua casa, então acionou a polícia. Que momentos depois a polícia telefonou informando que havia encontrado a moto. Que um rapaz lhe informou que um dos elementos tinha sido pego pela população e que era para o declarante ligar para a polícia se não matariam o elemento...¿.

A testemunha **Izailton Miranda dos Santos**, em seu depoimento, disse:

¿...que ao chegar ao local dos fatos teve a notícia que roubaram a moto do Samuel. Que também tinham corrido atrás de seu irmão Francisquinho, inclusive atiraram contra o mesmo, mas sem acertar. Que ficou no local com mais outro colega. Que já estava escuro quando o informante avistou a aproximação de dois elementos, que vinham conversando e diziam, textuais: ¿se a gente pegasse aquela moto¿. Que o informante focou a lanterna neles e estes mandaram apagar a lanterna, então disseram que queriam uma carona para a Soledade, Que os elementos ao se aproximarem da moto do informante este percebeu que estavam armados. Que o informante conseguiu tomar o revólver. Que um deles conseguiu fugir e o outro foi contido pela população...¿.

A testemunha **Isac de Azevedo Cunha**, em seu depoimento declarou:

¿Que estava como comandante de policiamento do dia dos fatos e que recebeu uma ligação no telefone interativo, dando conta da ocorrência de um assalto no Caracará. Que no caminho viram dois elementos em uma moto e que ao avistarem a VTR deixaram a moto na estrada e fugiram para o omato, isso em torno de 19:30h. Que recuperaram a moto e trouxeram para a DEPOL, mas logo após recebeu outra denúncia de que estava ocorrendo um tiroteio no mesmo local do roubo da moto. Que ao chegar ao local se deparou com (um) elemento baleado na perna e outro tinha fugido para o mato, mas estava baleado, cujo nome era Tição. Que o elemento que estava preso e baleado era João Fernando. Que João Fernando falou que estava com ele seus comparsas Tição, Neto (Elielson) e Hiago, este último menor de idade. Que João Fernando confessou ser um dos autores do crime. Que conhece o acusado por nome de Elielson. Que sabe dizer que o réu foi preso por mandado de prisão em função do assalto no Caracará. Que soube da participação de Elielson no assalto através da prisão de João Fernando.¿.

A testemunha **Guilherme Soares da Costa**, em seu depoimento declarou:

¿Que integrava a guarnição que prendeu João Fernando. Que o preso informou que estavam com ele outros elementos. Que no local dos fatos o preso informou que estava com ele seus comparsas Hiago, Neto e Tição...¿.

A testemunha **Newton dos Santos Araújo**, em seu depoimento declarou:

¿...Que foi até o local onde estava o preso. Que perguntou ao preso se ele tinha participado do assalto, este respondeu que queriam vender uma moto. Que o preso falou que estava acompanhado pelos comparsas Tição, Neto e não lembra o nome do terceiro ... Que o preso lhe falou que tinha sido desramado no local de sua prisão e que foi o senhor Izailton¿.

Durante o seu interrogatório o réu negou a autoria dos crimes. Disse que no momento dos crimes estava em seu lar na companhia de sua esposa, mas não arrolou está como testemunha de sua defesa. Também disse que não conhecia nenhum dos outros denunciados, contudo, o denunciado João Fernando disse para os policiais e para a testemunha Izailton que o réu (Alielson) estava com ele no assalto.

A alegação de falta de prova para condenar o réu não merece prosperar por falta de fundamento fático e jurídico, pois além de terem sidos colhidos quatro depoimentos, sendo dois de policiais que atenderam à ocorrência, o simples fato da testemunha ser policial que participou da diligência não torna suspeito ou inválido o seu testemunho, como bem decidiu a 2ª Turma do nosso Supremo Tribunal Federal nos autos do Habeas Corpus nº 77.974/RS, cuja ementa segue transcrita, in verbis:

¿Penal. Processual Penal. Habeas corpus. Tráfico de entorpecentes. Sacola ou bolsa em que era acondicionada a droga: não-apreensão. Testemunha policial. Insuficiência de prova para condenação. I ¿ A não-apreensão de sacola ou bolsa em que a droga, envolvida em plástico, estava acondicionada é de pequena ou nenhuma importância, dado que a materialidade do crime está plenamente comprovada nos autos. II ¿ O SIMPLES FATO DE SER POLICIAL NÃO TORNA SUSPEITO OU INVÁLIDO O SEU TESTEMUNHO. PRECEDENTES DO STF: HC 51.577-SP, Rodrigues Alckmin, RTJ 68/64; RHC 66.359-SP, Moreira Alves, DJ 14-10-88; HC 67.648-PR, Aldir Passarinho, RTJ 133/693; HC 71.422-DF, Velloso, DJ 25-8-95 e HC 76.381-SP, Velloso, DJ 14-8-98. III ¿ omissis¿ ¿ grifo nosso (RTJSTF 173/899).

É imperioso ainda transcrever parte do voto do Ministro Relator Carlos Velloso (RTJSTF 173/901), senão vejamos:

¿Quanto à prova testemunhal colhida mediante depoimentos de policiais que participaram das diligências, esta Corte tem decidido que o simples fato de ser policial não torna suspeito ou inválido o seu testemunho. Nesse sentido decidiu em Plenário desta Corte no HC 67.648-PR, Rel. Ministro Aldir Passarinho, ficando assim ementado o acórdão: ¿Habeas Corpus. Impetração por advogado: inexistência de obrigatoriedade. Auto de prisão em flagrante: testemunha policial. Matéria de prova. (...). NÃO INVALIDA O AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE QUE POLICIAL QUE PARTICIPOU DA DILIGÊNCIA SIRVA DE TESTEMUNHA, SEGUNDO ORIENTAÇÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.¿¿ - grifamos ¿ DJ 14.8.98.

A defesa, em alegações finais, aduziu que João Fernando, em seu depoimento perante a Autoridade Policial não mencionou o nome de Alielson. Isso é verdade, mas por qual motivo as testemunhas iriam inventar que o réu estava envolvido no fato, não vejo plausibilidade melhor nesta versão do que a versão de ser verdadeira a acusação.

Desta feita não assiste razão à defesa para este Juízo não valorar os depoimentos prestados pelas pessoas que participaram da diligência, ou seja, pelos policiais. Neste sentido nosso Egrégio Tribunal de Justiça do Estado já decidiu em recente julgado proferido em 09.07.2001, por unanimidade, cuja presidência foi exercida pelo Eminente **Desembargador Milton Augusto de Brito Nobre** e Relator o Ilustre Desembargador Jaime dos Santos Rocha, cujo acórdão tomou nº 39.587, o que pedimos vênia para transcrever parte do voto do relator, a saber:

¿(...) De outro lado, a autoria do delito apontada na Polícia pela acusada (...), é corroborada pelas testemunhas de acusação. Da mesma forma se infere, da peça policial que os depoimentos dos investigadores são consentâneos e coerentes com as provas produzidas nos autos. Em assim sendo, afora a qualidade de servidores públicos, que tem a função precípua de preservar a ordem pública e, como tal, o interesse social, as suas declarações não podem ser desprezadas pelo douto Magistrado ¿a quo¿ na formação de seu convencimento. Aliás, sobre o tema, a jurisprudência dos nossos Tribunais é, unânime ao proclamar que: ¿**Salvo demonstração em contrário, é válida e eficiente a prova em auto de flagrante constituída do testemunho exclusivo de policiais participantes da diligência, pois as hipóteses de suspeição e impedimento têm previsão legal exaustiva** (TJRS ¿ Rel. Luiz Gonzaga Hofmeister ¿ RF 320.239). **O testemunho de policiais se constitui prova como outra qualquer, pois, do contrário, muitos crimes restariam sem punições** (TACRIM-SP: JUTACRIM 48/310)¿ ¿ grifo nosso ¿ RTJ 81/184.

Reitera-se que as provas produzidas encontram-se harmônicas e entrelaçadas entre si, não restando nenhuma dúvida a este Juízo de que o réu participou do assalto no qual foi vítima S.G. dos S., isso em sociedade com as pessoas de JOÃO FERNANDO FRANÇA PANTOJA, vulgo ¿FERNANDINHO¿, RODRIGO LEAL FERREIRA, vulgo ¿TISSÃO¿, e um menor de idade de nome Yago.

Posto isso e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO PROCEDENTE** a denúncia de fls. 02/05 e por isso **CONDENO** o réu ALIELSON VIEIRA CORDEIRO FILHO, vulgo ¿NETO¿, nas sanções punitivas dos artigos 157, § 2º, incisos I, II e V, e art. 288 todos do Código Penal c/c art. 244-B do ECA. Além disso, atendendo as diretrizes dos arts. 59 e 68 do Código Penal Brasileiro, passo a fixar as penas, como segue:

DA FIXAÇÃO DA PENA BASE

Em análise das diretrizes traçadas pelo art. 59, do Código Penal, verifica-se:

Crime do artigo 157, § 2º, incisos I, II e IV.

a) O réu agiu com **culpabilidade** normal à espécie, sendo sua conduta reprovável por sua própria natureza, agiu com vontade livre e consciente de praticar o crime, sendo NEGATIVO;

b) Consta da certidão criminal vários delitos praticados pelo acusado, conforme certidão antecedentes criminal nos autos, sendo NEGATIVO;

c) Quanto à sua **conduta social**, entendida esta como ¿o comportamento do agente perante a sociedade¿, nada há a valorar nos autos, sendo POSITIVO.

d) No que atine à sua **personalidade**, visto a imagem e o comportamento do acusado durante seu interrogatório, considero o mesmo de perfil frio e calculista, sendo NEGATIVO;

e) Quanto aos **motivos** que levaram o acusado a cometer o delito, não há nenhum mérito na prática de ROUBO, pois o único motivo para tal é a obtenção de lucro, sendo, pois, NEGATIVO;

f) Já quanto às **circunstâncias do crime**, compreendidas como aquelas que ¿apesar de não especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliação discricionária do juiz, acarretar uma diminuição ou aumento de pena¿, há que se dizer que o delito foi praticado em uma comunidade pacata onde predomina pessoas evangélicas, retas, ordeiras, o que causa muito temos e intranquilidade nos membros desta comunidade, sendo NEGATIVO;

g) Por fim, quanto ao **comportamento da vítima**, nada há a valorar, tendo em vista que a vítima só estava retornando para sua residência quando foi assaltada, sendo NEGATIVO.

Diante de tais circunstâncias, analisadas individualmente, é que fixo a **pena base** em 09 (anos) **anos de reclusão.**

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÓDIGO PENAL)

Na segunda fase da dosimetria legal, não há nem circunstâncias atenuantes nem agravantes, restando a pena anterior (09 anos).

DAS CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E AUMENTO DE PENA

Na última das fases da dosimetria da pena, verifica-se que está presente uma causa de aumento de pena, previstas no Código Penal art. 157, §2º. Podendo o juiz majorar a pena já calculada entre 1/3 e ½. Como o réu tem tido uma vida de envolvimento com vários crimes, eu majoro a pena calculada em ½, ou seja, em mais 04 (quatro) anos e 06 (seis) meses, restando a pena de 13 (treze) anos e 06 (seis) meses de reclusão e **pagamento de 100 (cem) dias-multa.**

Crime do artigo 288, § 1º.

a) O réu agiu com **culpabilidade** normal à espécie, sendo sua conduta reprovável por sua própria natureza, agiu com vontade livre e consciente de praticar o crime, sendo NEGATIVO;

b) Consta da certidão criminal vários delitos praticados pelo acusado, conforme certidão antecedentes criminal nos autos, sendo NEGATIVO;

c) Quanto à sua **conduta social**, entendida esta como ¿o comportamento do agente perante a sociedade¿, nada há a valorar nos autos, sendo POSITIVO.

d) No que atine à sua **personalidade**, visto a imagem e o comportamento do acusado durante seu interrogatório, considero o mesmo de perfil frio e calculista, sendo NEGATIVO;

e) Quanto aos **motivos** que levaram o acusado a cometer o delito, não há nenhum mérito, pois o único motivo para tal é garantir a prática de crimes, aumentando a eficiência dos criminosos aos se associarem, sendo, pois, NEGATIVO;

f) Já quanto às **circunstâncias do crime**, compreendidas como aquelas que ¿apesar de não especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliação discricionária do juiz, acarretar uma diminuição ou aumento de pena¿, há que se dizer que o delito foi praticado em uma comunidade pacata onde predomina pessoas evangélicas, retas, ordeiras, o que causa muito temos e intranquilidade nos membros desta comunidade, sendo NEGATIVO;

g) Por fim, quanto ao **comportamento da vítima**, nada há a valorar, tendo em vista que a vítima é o Estado, sendo NEGATIVO.

Diante de tais circunstâncias, analisadas individualmente, é que fixo a **pena base** em 02 (anos) **e 06 (seis) meses de reclusão.**

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÓDIGO PENAL)

Na segunda fase da dosimetria legal, não há nem circunstâncias atenuantes nem agravantes, restando a pena anterior (02 anos e 06 meses).

DAS CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E AUMENTO DE PENA

Na última das fases da dosimetria da pena, verifica-se que está presente uma causa de aumento de pena, previstas no Código Penal art. 288, §1º, para o caso de quadrilha ou bando armado, prevendo a lei a majoração em ½ da pena já dosada (01 ano e 03 meses), assim resta a pena de 03 (três) anos e 09 (nove) meses, restando a pena de 13 (treze) anos e 06 (seis) meses de reclusão e **pagamento de 50 (cinquenta) dias-multa.**

Crime do artigo 244-B.

a) O réu agiu com **culpabilidade** normal à espécie, sendo sua conduta reprovável por sua própria natureza, agiu com vontade livre e consciente de praticar o crime, sendo NEGATIVO;

b) Consta da certidão criminal vários delitos praticados pelo acusado, conforme certidão antecedentes criminal nos autos, sendo NEGATIVO;

c) Quanto à sua **conduta social**, entendida esta como ¿o comportamento do agente perante a sociedade¿, nada há a valorar nos autos, sendo POSITIVO.

d) No que atine à sua **personalidade**, visto a imagem e o comportamento do acusado durante seu interrogatório, considero o mesmo de perfil frio e calculista, sendo NEGATIVO;

e) Quanto aos **motivos** que levaram o acusado a envolver um menor na prática de vários crimes não vislumbra-se mérito algum, a não ser jogar a culpa na costa do menor sabedores os adultos que as sanções contra menores são bem mais brandas, NEGATIVO;

f) Já quanto às **circunstâncias do crime**, compreendidas como aquelas que ¿apesar de não especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliação discricionária do juiz, acarretar uma diminuição ou aumento de pena¿, há que se dizer que o delito foi praticado em uma comunidade pacata onde predomina pessoas evangélicas, retas, ordeiras, o que causa muito temos e

intranquilidade nos membros desta comunidade, sendo NEGATIVO;

g) Por fim, quanto ao **comportamento da vítima**, nada há a valorar, tendo em vista que a vítima é a sociedade que tem seus jovens sendo incentivados e levados ao mundo do crime, sendo NEGATIVO.

Diante de tais circunstâncias, analisadas individualmente, é que fixo a **pena base** em 03 (três) **anos de reclusão.**

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÓDIGO PENAL)

Na segunda fase da dosimetria legal, não há nem circunstâncias atenuantes nem agravantes, restando a pena anterior (03 anos).

DAS CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E AUMENTO DE PENA

Na última das fases da dosimetria da pena, não causa nem de aumento nem de diminuição da pena, restando a pena calculada na fase anterior, ou seja, 03 (três) anos de reclusão e **pagamento de 50 (cinquenta) dias-multa.**

PENA DEFINITIVA

Diante disso, fica o réu, **em definitivo**, condenado ao cumprimento da pena de 20 **(anos) anos e 05 (cinco) meses de reclusão e pagamento de 200 (duzentos) dias-multa, cada qual equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente á época do fato,** nos termos do artigo 60 e 49, §1º do CP.

DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA

Com o advento da Lei 12.736/2012, o juiz, ao fixar o regime inicial de cumprimento de pena, deverá aplicar o instituto da detração penal, ou seja, deverá levar em consideração o tempo de prisão ou internação provisória quando for fixar o regime inicial de cumprimento de pena.

Em que pese o disposto no § 2º, ¿b¿, do art. 33, do Código Penal, é de se notar que tal norma serve tão-somente como um norte a ser seguido pelo magistrado, mas nunca como critério e parâmetros absolutos.

O próprio § 3º do art. 33, do Código Penal aconselha que a fixação do regime de cumprimento da pena leve em conta as circunstâncias previstas no art. 59, do Código Penal.

Desta feita, aplicando os requisitos legais e em observância ao disposto no artigo 387, §2º do CPP, deverá o acusado iniciar o cumprimento da pena em **regime fechado.**

CONSIDERAÇÕES GERAIS.

Considerando que a atual sistemática processual extirpou de nosso ordenamento jurídico a prisão automática decorrente de sentença penal condenatória recorrível, há que se frisar, neste momento, a permanência ou não dos requisitos previstos nos artigos 311 e 312, do Código de Processo Penal e que autorizam a prisão preventiva do condenado.

Após bem compulsar os autos, verifica-se que estão presentes os requisitos relativos á decretação da prisão preventiva do acusado. Explico.

No que tange á materialidade do delito e indícios de autoria (fumus comissi delict) estes restam devidamente comprovados, conforme analisado na fundamentação desta sentença.

No que se refere ao periculum libertatis, vale lembrar, que o acusado responde por outros delitos (quatro ao todo, além deste). Dessa forma, se permanecer em liberdade, há imenso risco de o acusado fugir, ressalte-se que o mesmo foi embora do distrito da culpa, e assim aumentam as chances de se subtrair á aplicação da lei penal, razão pela qual decreto a prisão preventiva do réu, nos termos do artigo 311 e seguintes do CPPB

Condeno, ainda, o réu ao pagamento das custas judiciais.

***Da Impossibilidade de Substituição da Pena Privativa de Liberdade por Restritiva de Direitos**

Como é cediço, o benefício da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos reclama, para sua concessão, a presença cumulativa dos requisitos constantes do art. 44, do Código Penal, quais sejam: I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o réu não for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

Com efeito, in casu, diante do quantum de pena aplicado, deixo de procedo à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direito.

***Da Impossibilidade de Suspensão Condicional da Pena**

Considerando o quantum de pena privativa de liberdade aplicada ao condenado, deixo de conceder-lhe o benefício da suspensão condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, do Código Penal.

Considerando a ausência de provas concretas quanto ao prejuízo patrimonial sofrido pela vítima em razão do delito, deixo de fixar o valor mínimo para indenização cível, previsto no art. 387, IV, do Código de Processo Penal.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Oportunamente, após o trânsito em julgado desta sentença, tomem-se as seguintes providências:

a) Lance-se o nome do réu no rol dos culpados;

b) Proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de pena pecuniária, conforme art. 686, do Código de Processo Penal;

c) Expeça-se a guia de execução provisória do réu e envie os autos do referido processo á Vara de Execuções Penais de Belém ¿ PA, tendo em vista que o acusado deverá cumprir a pena no Complexo Penitenciário;

d) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do réu, com sua devida identificação, acompanhada de fotocópia da presente decisão, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, § 2º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição Federal.

Notifique-se o Ministério Público.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Cachoeira do Arari (PA), 05 de novembro de 2018.

Leonel Figueiredo Cavalcanti

Juiz de Direito.

PROCESSO Nº: 0002468-10.2018.8.14.0011

CLASSE: TUTELA E CURATELA

INTERDITANTO: CARLOS ALBERTO SEABRA GONÇALVES

INTERDITO: RAIMUNDA SEABRA GONÇALVES

ADVOGADA: Dra. MAGDA PORTAL GONÇALVES OAB/PA 22.665

ADVOGADO: Dr. ALESSANDRO JOSÉ SEABRA GONÇALVES FEIO OAB/PA 21.514

Vistos, etc.

Trata-se de AÇ¿O DE SUBSTITUIÇ¿O DE CURATELA de RAIMUNDA SEABRA GONÇALVES COM PEDIDO DE ANTECIPAÇ¿O DE TUTELA, proposta por CARLOS ALBERTO SEABRA GONÇALVES.

Juntou documentos (fls. 06/22)

Despacho (fls. 23)

Parecer Ministerial (fls.26) com pedido de apresentaç¿o e juntada de documentos (fls. 26)

Juntada de documentos (29/33)

O Ministério Público se manifestou favorável ao pedido (fls. 39/39v.)

É o Relatório. Decido.

Inicialmente, insta registrar que o procedimento instaurado deve seguir o rito dos artigos 719 e seguintes do Código de Processo Civil, n¿o só pela ausência de procedimento específico na lei processual, mas também pela própria natureza do provimento almejado. A propósito:

¿APELAÇ¿O CÍVEL - AÇ¿O DE INTERDIÇ¿O - ALEGAÇ¿O DE QUE, COM A MORTE DO CURADOR, EXTINGUE-SE A INTERDIÇ¿O -PROCEDIMENTO QUE VISA, COM A INTERDIÇ¿O, A NOMEAÇ¿O DO AUTOR-REQUERENTE NO OFÍCIO DE CURADOR -IMPOSSIBILIDADE. - PEDIDO DE SUBSTITUIÇ¿O DO CURADOR É MERO INCIDENTE A SER POSTULADO NOS PRÓPRIOS AUTOS DA INTERDIÇ¿O E N¿O POR MEIO DE NOVO PROCEDIMENTO DE INTERDIÇ¿O - SENTENÇA MANTIDA - APELAÇ¿O DESPROVIDA. Uma vez já verificada a interdiç¿o, por meio de processo próprio e pertinente, o pedido de nomeaç¿o de curador, face a morte do anterior, é mero incidente a ser suscitado nos próprios autos da

interdiç¿o, a ser exercido por simples petiç¿o e n¿o através de processo de nova interdiç¿o, pois ¿a reediç¿o do mesmo pedido importaria em ofensa à coisa julgada¿ (TJ/ RJ - AC 2004 001 16280, 15ª CC, Rel. Henrique Magalh¿es de Almeida, Julgamento: 22/09/2004) (TJ-PR, Relator: Luiz Antônio Barry, Data de Julgamento: 15/10/2008, 11ª Câmara Cível).¿

Tendo em vista que as partes n¿o podem sofrer prejuízos e a urgência que essa demanda requer, mantenho os autos apartados.

Superada essa premissa, passo à análise do pedido.

O pedido de remoç¿o ou substituiç¿o do tutor ou curador deve estar apoiado em causas relevantes relacionadas a sua pessoa, ensejadoras da incapacidade para o encargo (1.735, CC) ou ao modo de seu exercício, nas hipóteses de descumprimento dos deveres a ele inerentes (Arts. 1740 a 1751, CC) de negligencia ou prevaricaç¿o (art1766, CC)

No caso em tela, trata-se de pedido de substituiç¿o do curador JOSÉ MARIA GONÇAVES FILHO que veio a óbito em 30/03/2018, certid¿o em anexo (fls. 09), pelo Requerente CARLOS ALBERTO SEABRA GONÇALVES, irm¿o da Interdita, conforme comprovado as fls. 19.

Somado a isso, foi apresentado o Termo de Anuência (fls. 14) assinado pelos demais irm¿os da interdita dando conta de que n¿o há óbices quanto a nomeaç¿o do Requerente a Curador da Interdita.

N¿o houve audiência de justificaç¿o por entender esse juízo que os documentos acostados aos autos e a imprescindível manifestaç¿o Ministerial instruíram esse feito dispensando realizaç¿o de novos atos processuais.

Nos termos do art.762 do CPC e em raz¿o dos argumentos expostos e documentos atrelados na petiç¿o inicial, e particular os de fls.09,14,19 e 37, restou comprovada a verossimilhança e plausibilidade dos fatos alegados pela parte autora, consistentes em caso de extrema gravidade, caso este o óbito do CURADOR e o estado de saúde da INTERDITA (fls. 37).

Isto posto, com fulcro no art.755, I, § 1º, do NCPC, DECLARO EXTINTA A NOMEAÇ¿O DE JOSÉ MARIA GONÇALVES FILHO do exercício da curatela de RAIMUNDA SEABRA GONÇALVES, nomeando doravante como CURADOR CARLOS ALBERTO SEABRA GONÇALVES, filho de JOSÉ MARIA GONÇALVES FILHO e de MILTA SEABRA GONÇALVES que deverá assumir o encargo e a administraç¿o dos bens da interditada RAIMUNDA SEABRA GONÇALVES (art 759,§2º CPC). JULGO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇ¿O DE MÉRITO. (art. 487,I do NCPC)

Intime-se o curador nomeado para, no prazo de cinco dias assinar o compromisso a que se refere o art. 759 do NCPC e para prestar contas, a cada dois anos, da utilizaç¿o dos bens da interditada em benefício desta (art. 1.757 do CC), além de no fim de cada ano de administraç¿o apresentar o balanço respectivo

Oficie-se ao cartório de registro de pessoas naturais onde a interditada está registrada, para que proceda à inscriç¿o da sentença (CPC, art. 1.184).

Oficie-se, outrossim, ao Cartório Eleitoral informando o teor da sentença.

Sem custas, dada a gratuidade da justiça. Sem honorários advocatícios, ante a ausência de litígio.

Publique-se na forma prescrita no art. 755, §3º NCPC

A sentença de interdiç¿o será inscrita no registro de pessoas naturais e imediatamente publicada na rede mundial de computadores, no sítio do tribunal a que estiver vinculado o juízo e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, onde permanecerá por 6 (seis) meses, na imprensa local, 1 (uma) vez, e no

órg¿o oficial, por 3 (três) vezes, com intervalo de 10 (dez) dias, constando do edital os nomes do interdito e do curador, a causa da interdiç¿o, os limites da curatela e, n¿o sendo total a interdiç¿o, os atos que o interdito poderá praticar autonomamente. art. 1.184 do CPC.

Registre-se. Intimem-se. Dê-se ciência ao Ministério Público.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Cachoeira do Arari, 24 de junho de 2019.

Leonel Figueiredo Cavalcanti

Juiz de Direito da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo de Santa Cruz do Arari

Processo: Nº 0001743-68.2017.8.14.1979

Classe: Roubo Majorado

Réus: Edilson Jorge dos Anjos Ferreira, Alfredo Medeiros Ramos e outros.

Vítima: A. A. C. N

Advogado: Dr. Claudionor dos Santos Costa OAB/PA 6.771

Advogada: Dra. Simone Gemaque dos Santos OAB/PA 17.543

Advogada: Dra. Cordolina do Socorro Ribeiro de Brito OAB/PA 6766

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos etc.

Ausentes as hipóteses de rejeição da inicial (art. 395 do CPP), RECEBO o presente aditamento de denúncia em todos os seus termos, por entender que preenche os requisitos legais previstos no art. 41 do CPP, nos termos do art. 396 do mesmo codex, com redação dada pela lei nº 11.719/2008.

Cite-se os denunciados PAULO AFONSO CALANDRINE GAMA, vulgo ¿¿PAULO CACHORRA¿¿ e LOURIBALDO DA COSTA SERAFIM, vulgo ¿¿PELÉ¿¿, para responderem à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, ocasião em que poderão arguir preliminares e tudo que interesse às suas defesas, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (art. 396-A do CPP).

Caso os acusados, citados, não apresentem defesa escrita no prazo legal por ausência de poder aquisitivo para constituir advogado particular, será nomeado Advogado Dativo para apresentação de defesa nos autos, visto que esta Comarca está desprovida de Defensor Público há mais de cinco anos.

Apresentada as respostas à denúncia, voltem-me os autos conclusos para análise de eventual aplicação do art. 397 do Código de Processo Penal.

Uma via desta decisão será utilizada como MANDADO, devendo ser cumprido por Oficial de Justiça, que fica autorizado a fazer uso das prerrogativas do art. 172, § 2º, do Código de Processo Civil, aplicado por analogia.

Cumpra-se com URGÊNCIA.

Cachoeira do Arari/PA, 07 de maio de 2019.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito Titular da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo de Santa Cruz do Arari/PA

Processo: Nº 0001943-75.2017.8.14.1979

Classe: Crimes do Sistema Nacional de Armas

Denunciado: Mitiel Medeiros dos Santos

Advogada: Dra. Yone Rosely Frances Lopes Pimentel OAB/PA 7456

Advogado: Dr. Humberto Feio Boulhosa 7.320

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Vistos os autos.

Trata-se de Ação Penal oriunda de denúncia oferecida pelo representante do Ministério Público em desfavor de **MITIEL MEDEIROS DOS SANTOS**, pela suposta prática do crime de posse ilegal de arma, previsto no art. 16, IV da Lei nº 10.826/03.

Compulsando os autos, verifica-se que a instrução criminal já se findou, bem como, a Defesa requereu

perícia para avaliar o potencial lesivo da arma apreendida em posse do denunciado, o que fora deferido pelo Juízo, porém, até a presente data não se obteve o resultado da perícia.

Desta feita, passo a versar sobre a possibilidade de restrição diversa a ser imposta ao acusado, também, acerca da possibilidade de concessão de liberdade provisória, que possui fundamento constitucional no artigo 5º, LXIV. Vejamos:

LXVI - ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança;

Compulsando os autos, verifica-se que estão presentes os requisitos que autorizam o juiz a decretar medidas cautelares diversas da prisão. Explico.

O CPP disciplina o tema no artigo 282 e parágrafos. Vejamos:

Art. 282. As medidas cautelares previstas neste título deverão ser aplicadas observando-se a:

I ¿ necessidade para a aplicação da lei penal, para a investigação ou a instrução criminal e, nos casos expressamente previstos, para evitar a prática de infrações penais;

II ¿ adequação da medida á gravidade do crime, circunstâncias do fato e condições pessoais do indiciado ou acusado.

§ 1º As medidas cautelares poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente.

O CPP, em seu artigo 319, traz o rol de medidas cautelares diversas da prisão.

A decretação de medidas cautelares diversas da prisão pode ser feita de ofício pelo juiz, conforme preleciona a Andrey Borges de Mendonça (2011, p. 81):

¿Foi justamente neste sentido que a jurisprudência criou e passou a admitir com frequência a medida cautelar de retenção de passaporte como forma de evitar a prisão do acusado. Como assevera Marcellus Polastri Lima, ¿ao fazer uso do poder geral de cautela, o juiz poderá ter uma alternativa não prevista em lei para se evitar uma desproporcional decretação de prisão cautelar que, assim, passa, inclusive, a ser uma opção de aplicação de hipótese cautelas mais benéficas ao acusado¿.

Decido.

Diante do acima exposto, REVOGO A PRISÃO PREVENTIVA OUTRORA DECRETADA, assim o fazendo com fulcro no artigo 5º, LXVI da CF, devendo ainda ser impostas ao denuncido as seguintes medidas cautelares, com:

Comparecimento MENSAL em juízo, no prazo e nas condições fixadas pelo juiz, para informar e justificar atividades;

Proibição de ausentar-se da Comarca de Cachoeira do Arari e do Termo Judiciário de Santa Cruz do Arari por mais de 08 (oito) dias;

Não se embriagar ou apresentar-se embriagado publicamente;

Não portar armas de qualquer espécie;

Não frequentar, bares, casas de jogos, boates e congêneres;

Recolhimento domiciliar, a partir das 20 horas até às 06 horas;

Obrigação de Comunicar este Juízo qualquer mudança de endereço;

Comparecer a todos os atos processuais.

Fica o denunciado **MITIEL MEDEIROS DOS SANTOS** advertido de que o descumprimento das medidas cautelares imposta poderá implicar na revogação do benefício e decretação de nova prisão preventiva, nos termos do parágrafo único, do art. 312, do Código de Processo Penal.

OFICIE-SE à Depol de Cachoeira do Arari para que apresente a arma descrita no documento de fl. 79, INDEPENDENTEMENTE ONDE SE ENCONTRE, devendo a Autoridade Policial empreender os esforços necessários para a efetiva apresentação.

CIÊNCIA ao Ministério Público e à Defesa.

Cumpra-se com a máxima URGÊNCIA.

Cachoeira do Arari/PA, 13 de junho de 2019.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito Titular da Comarca de Cachoeira do Arari/PA

e do Termo Judiciário de Santa Cruz do Arari/PA

PROCESSO Nº: 0002303-73.2018.8.14.1979

CLASSE: PAGAMENTO

AUTOR: JOVENIANO CALANDRINE LEAL

REU: FUNDITUBA INDUSTRIA METALUGICA LTDA

ADVOGADO: Dr. WELLINGTON SILVA DOS SANTOS OAB/PA 24.541

ADVOGADA: Dra. VANESSA GERALDINNE DA ROCHA RAIOL OAB/PA 11.898

DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA

Vistos os autos.

Compulsando os autos, verifico que há uma quest¿o de ordem que precisa ser enfrentada.

Note-se que, conforme prescreve os artigos 53, III, alínea ¿¿a¿¿ do Código de Processo Civil, é competente para processar e julgar aç¿es de reparaç¿o de danos movidas contra pessoa jurídica o foro do local onde o suposto fato lesivo teria ocorrido. Colaciono abaixo o referido artigo em sua literalidade:

Art. 53. É competente o foro:

(...)

III - do lugar:

a) onde está a sede, para a aç¿o em que for ré pessoa jurídica;

Dessa forma, declino a competência para comarca de Idaiatua-SP, em raz¿o da localizaç¿o territorial da sede da parte requerida.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se com MÁXIMA URGÊNCIA.

Cachoeira do Arari/PA, 03 de junho de 2019

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito Titular da Comarca de Cachoeira do Arari

PROCESSO: 0001244-16.2019.8.14.1979

RÉUS: EDIVALDO PEREIRA FERREIRA NETO E CLEBERSON TRINDADE BARBOSA

Vistos, etc.

ADVOGADA: Dra. SIMONE GEMA QUE DOS SANTOS OAB/PA 17.543

ADVOGADA: Dra. MARIA DE LOUDES SOUSA COSTA OAB/PA 22901

ADVOGADO: Dr. CARLOS DE SOUZA GONÇALVES NETO OAB/PA 11.406-A

DECIS¿O

Passo a deliberar.

Notifique-se os acusados para no termo do artigo 55, da Lei 11.343/06 (Lei de tóxicos) **oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias**, informando-os que na resposta, consistente em defesa preliminar e exceç¿es, poder¿o argüir preliminares e invocar todas as raz¿es de defesa, oferecer documentos e justificaç¿es, especificar as provas que pretende produzir e, até o número de 5 (cinco), arrolar testemunhas.

DA MANUTENÇ¿O DA PRIS¿O CAUTELAR

Nesta análise inicial, vislumbro que os autuados representam ameaça à ordem pública, devido ao modo como o delito fora possivelmente praticado, conforme o relatado nos autos. Trata-se de um crime de grande reprovabilidade, dada a natureza do tipo penal e os efeitos deletérios das condutas definidas nos artigos 33 e 35 da Lei 11.343/06(Lei de tóxicos), a demandar uma maior reprovabilidade e que causa grande impacto no meio social.

As raz¿es para a manutenç¿o da segregaç¿o cautelar s¿o inúmeras e se somam nesse caso concreto. Primeiramente, o crime de tráfico, denota uma expertise e organizaç¿o dos autores desses delitos, que inclui considerável poder econômico, podendo ser utilizado em muitos dos casos para a evas¿o dos envolvidos, colocados em liberdade, o que possui reflexos na aplicaç¿o da lei penal em caso de condenaç¿o ou em fase anterior de instruç¿o do feito.

Na prática hodierna, o poder econômico, a aç¿o às margens da lei, denotam que esse poder ilegal desses autores de delitos de tráfico, tende a ser intimidador, notadamente nas comunidades nas quais eles est¿o inseridos, gerando a coaç¿o em face das testemunhas e influindo em muitas situaç¿es, no deslinde da apuraç¿o do fato delituoso. Os assim denominados ¿traficantes¿, estando em liberdade, podem tentar coagir testemunhas, de modo a perturbar a instruç¿o do feito que se inicia e consequentemente, evitar a aplicaç¿o da lei penal.

A prática também demonstra com exemplos diários, que indivíduos associados a traficância de substâncias entorpecentes, tentam impor a lei do silêncio nas comunidades em que vivem, justamente

evitando que as práticas delituosas praticadas por eles, venham a lume e gerem a devida aplicaç¿o da lei penal.

Em outras situaç¿es, quando a comunidade rompe a lei do silêncio e se disp¿e a noticiar fatos criminosos ou depor em processos, s¿o colocadas sob ameaça ou coaç¿o física, atitudes essa a interferir na aplicaç¿o da lei penal e com reflexos na instruç¿o processual.

Cediço na jurisprudência e na doutrina pátrias que a pris¿o preventiva, uma das modalidades de pris¿o provisória, possui natureza cautelar, devendo estar presentes, para sua decretaç¿o e manutenç¿o, os requisitos do fumus boni iuris e do periculum libertatis.

Contudo, o deferimento dela n¿o pode ser feito apenas baseado em afirmaç¿es genéricas da potencialidade de danos decorrentes da conduta do agente a ser preso cautelarmente preventivamente, restando ao juízo demonstrar faticamente na fundamentaç¿o, o risco, por exemplo, a ordem pública ou a aplicaç¿o da lei penal, causado pela colocaç¿o em liberdade de agentes detidos por associaç¿o para o tráfico e tráfico de substância entorpecente.

Assim é que, em seu art. 312, do CPP determina que ¿a pris¿o preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instruç¿o criminal, ou para assegurar a aplicaç¿o da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente da autoria.

No caso em apreço, os depoimentos colhidos na fase de inquérito policial que lastreou a denúncia do Ministério Público, apontam para o envolvimento dos autuados nos crimes em quest¿o, estando presentes, portanto, as circunstâncias em que se justifica a manutenç¿o da custódia preventiva (prova da materialidade e indícios da autoria) e que caracterizam o requisito do fumus commissis delicti.

Cumpre destacar nessa oportunidade, que as situaç¿es ensejadoras da decretaç¿o da pris¿o ainda existem, n¿o vislumbrando esse juiz no momento atual, modificaç¿o a subsidiar a aplicaç¿o de medida diversa da cautelar de pris¿o preventiva ou o deferimento da liberdade provisória do réu.

A quest¿o analisada nesse campo de deferimento no caso concreto, exige desse juízo ponderar sobre a concreta necessidade do encarceramento e essa é demonstrada por todo o já exposto.

A lei penal e a processual ou o juízo n¿o lida com achismos, sendo atrelada a estrita legalidade e aos fatos e esses denotam que os investigados apresentam a possibilidade concreta de que voltar¿o a delinquir. Somando a isso, dada a natureza do crime a ser investigado, existe a real possibilidade de que esses agentes poder¿o perturbar a regular instruç¿o do feito ou mesmo furtar-se à aplicaç¿o da lei penal como já expresso.

Presentes, pois, os pressupostos que autorizam a pris¿o preventiva dos autuados (art. 312 e 313, I e parágrafo único do CPP) e a manutenç¿o dela e entendendo, inicialmente, revelarem-se inadequadas ou insuficientes a aplicaç¿o de medidas cautelares diversas de pris¿o, bem como desaconselhável a liberdade provisória, mantenho as PRIS¿ES PREVENTIVAS de **EDIVALDO PEREIRA FERREIRA NETO E CLEBERSON TRINDADE BARBOSA**, com fundamento nos art. 312 e incisos e 313, I e parágrafo único do CPP e de acordo com o que prescreve o art. 310, inciso II, do CPP.

Comunique-se esta decis¿o, recomendando a autoridade policial responsável pelo acautelamento dos custodiados.

Dê-se ciência ao Ministério Público e ao réu.

Intime-se a Defensoria Pública para ciência da decis¿o.

Expeça-se o necessário.

Cumpra-se com urgência.

Servirá o presente despacho, por cópia, como mandado de intimaç¿o ao réu.

Uma via desta decis¿o será utilizada como MANDADO, devendo ser cumprido por Oficial de Justiça, que fica autorizado a fazer uso das prerrogativas do art. 172, § 2º, do Código de Processo Civil, aplicado por analogia.

Cumpra-se com URGÊNCIA.

Cachoeira do Arari/PA, 27 de junho de 2019.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito Titular da Comarca de Cachoeira do Arari/PA e do Termo de Sta. Cruz do Arari/PA.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aç¿o de Alimentos

Proc. 0005268-11.2018.8.14.0011

Representante Legal da Requerente: EDIVANA DIAS RIBEIRO DE LIMA

Requerido: TIAGO RIBEIRO BARBOSA

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove (26/02/2019), à hora designada, na sala de audiências do Fórum da Comarca de Cachoeira do Arari, presente o Dr. LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI, Juiz de Direito. Ausente justificadamente o RMP. Foi feito o preg¿o de praxe: PRESENTE(S): a autora EDIVANA DIAS RIBEIRO DE LIMA, o requerido, TIAGO RIBEIRO BARBOSA. **DECLARADA ABERTA A AUDIÊNCIA**. Em seguida o MM. Juiz realizou proposta de conciliaç¿o, está restou frutífera nos seguintes termos: ¿ **1. A título de à pens¿o alimentícia, as partes conciliaram, da seguinte forma: Que o requerido pagará aos seus filhos pens¿o alimentícia mensal no valor de 13,02% (treze vírgula zero dois por cento) do salário mínimo, o que corresponde atualmente ao o valor de R$ 130,00 (cento e trinta reais); Que este valor será pago através de depósito em conta bancária de titularidade da Requerente, qual seja; BANCO CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, AGÊNCIA 1314, OPERAÇ¿O 013, CONTA POUPANÇA 00061195-8, a ser pago todo dia 10 (dez), a começar por março de 2019; As partes renunciam ao prazo recursal¿.**: **DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: SENTENÇA**. ¿Vistos etc. Adoto como relatório o que dos autos consta. Considerando que as partes s¿o capazes e de livre e espontânea vontade resolveram conciliar, n¿o havendo nenhum vício que macule o presente acordo e que os interesses dos menores est¿o resguardados com os termos acordados, **HOMOLOGO** por **SENTENÇA**, nos termos do Art. 487, III b, do CPC. O acordo de vontades firmado entre as partes nestes autos de alimentos para que produza seus legais e jurídicos efeitos. Isento do pagamento das custas. Após, arquive-se. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo, que lido e achado conforme vai assinado por todos. Sem custas, face à gratuidade processual já deferida. Sentença publicada em audiência com partes intimadas e trânsito em julgado em face da renúncia ao prazo recursal. Após, as providências necessárias, arquivem-se os autos com baixa no sistema.¿ Nada mais para constar, do que lavrei este termo. Eu, _____, (Sanderson Morote), Assessor de Juiz, digitei e o subscrevi.

Juiz de Direito: _____

Representante Legal da Requerente: _____

Requerido: _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aç¿o de Alimentos

Proc. 0005330-51.2018.8.14.0011

Representante Legal dos Requerentes: HELOIZA MELO BELTR¿O

Requerido: DIELSON SILVA DO NASCIMENTO

Aos sete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezenove (07/02/2019), à hora designada, na sala de audiências do Fórum da Comarca de Cachoeira do Arari, presente o Dr. LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI, Juiz de Direito. Ausente justificadamente o RMP, que, conforme oficiado, encontra-se respondendo pela Comarca de Salvaterra. Foi feito o preg¿o de praxe: PRESENTE(S): a autora HELOIZA MELO BELTR¿O, o requerido, DIELSON SILVA DO NASCIMENTO. **DECLARADA ABERTA A AUDIÊNCIA**. Em seguida o MM. Juiz realizou proposta de conciliaç¿o, está restou frutífera nos seguintes termos: ¿ **1. A título de à pens¿o alimentícia, as partes conciliaram, da seguinte forma: Que o requerido pagará aos seus filhos E.B.D.N. e E.B.D.N pens¿o alimentícia mensal no valor de 10,02% (dez vírgula zero dois por cento) do salário mínimo, o que corresponde atualmente ao o valor de R$ 100,00 (cem reais); Que este valor será pago através de depósito em conta bancária de titularidade da Requerente, qual seja; BANCO CEF, AGÊNCIA 885, OP. 023, CONTA CAIXA FÁCIL 00023225-6, a começar pelo dia 05 de março de 2019; As partes renunciam ao prazo recursal¿.**: **DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: SENTENÇA**. ¿Vistos etc. Adoto como relatório o que dos autos consta. Considerando que as partes s¿o capazes e de livre e espontânea vontade resolveram conciliar, n¿o havendo nenhum vício que macule o presente acordo e que os interesses dos menores est¿o resguardados com os termos acordados, **HOMOLOGO** por **SENTENÇA**, nos termos do Art. 487, III b, do CPC. O acordo de vontades firmado entre as partes nestes autos de alimentos para que produza seus legais e jurídicos efeitos. Sem custas, face à gratuidade processual já deferida. Sentença publicada em audiência com partes intimadas e trânsito em julgado em face da renúncia ao prazo recursal. Após, as providências necessárias, arquivem-se os autos com baixa no sistema. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo, que lido e achado conforme vai assinado por todos.¿ Nada mais para constar, do que lavrei este termo. Eu, _____, (Sanderson Morote), Assessor de Juiz, digitei e o subscrevi.

Juiz de Direito: _____

Representante Legal dos Requerentes: _____

Requerido: _____

Processo nº. 0129385-79.2015.8.14.0011

Classe: Decorrente de Violência Doméstica

Vitima: S. X. L

Denunciado: Aluízio Pamplona Medeiros Júnior

Advogado: Dr. Maurício do Socorro Araújo de França, OAB/PA 10.339

TERMO DE AUDIÊNCIA ADMONITÓRIA

Aos dezenove dias do mês de junho de dois mil e dezenove (19/06/2019), à hora designada, na sala de audiências do Fórum da Comarca de Cachoeira do Arari, presente o Dr. LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI, Juiz de Direito, presente o Representante do Ministério Público, Dr. GUILHERME CHAVES COELHO, Promotor de Justiça Titular da PJ de Soure, respondendo cumulativamente pela PJ de Cachoeira do Arari, foi aberta a audiência do processo em epígrafe. Feito o pregão, foram constatadas as presenças das seguintes pessoas elencadas a seguir:

Presente o acusado ALUÍZIO PAMPLONA MEDEIROS JÚNIOR, acompanhado por seu advogado DR. MAURÍCIO DO SOCORRO ARAÚJO DE FRANÇA, OAB/PA 10.339.

DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: O MM Juiz determinou que a secretaria certificasse se o acusado tinha comparecido em secretaria para justificar mensalmente suas atividades, a diretora de secretaria certificou. Considerando o cumprimento conforme certidão de fls. 189, arquive-se**.** Nada mais havendo mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo, que foi lido e achado conforme por todos. Eu, Greeyciane Procópio Simões (Aux. Judiciário),_____, o digitei e os presentes subscrevem.

LEONEL FIGUEIREDO CAVALCANTI

Juiz de Direito

Dr. GUILHERME CHAVES COELHO

Promotor de Justiça

DR. MAURÍCIO DO SOCORRO ARAÚJO DE FRANÇA, OAB/PA 10.339.

Advogado

ALUÍZIO PAMPLONA MEDEIROS JÚNIOR

Acusado

COMARCA DE XINGUARA

SECRETARIA DA 2ª VARA DE XINGUARA

Número do processo: 0800654-59.2018.8.14.0065 Participação: RECLAMANTE Nome: DORACI SALAZAR DE SOUSA Participação: ADVOGADO Nome: EDSON FLAVIO SILVA COUTINHOOAB: 23824-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: BRUNO ASSUNCAO PAIVAOAB: 20015-A/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO CETELEM S.A. Participação: ADVOGADO Nome: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSAOAB: 24532A/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO DO BRASIL SA Participação: ADVOGADO Nome: JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRAOAB: 21078/PAProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE XINGUARADESPACHO ORDINATÓRIOHerica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara desta Comarca de Xinguara, Estado do Pará, na forma da Lei, etc.Conforme as atribuições a mim conferidas pelo provimento 006/2009 ? CJCI, INTIMO as partes autora e requerida do despacho de ID. 11258402. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Herica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara da cidade e Comarca de Xinguara, em 28 de junho de 2019.Herica Gonçalves SilvaAnalista Judiciário

Número do processo: 0800023-81.2019.8.14.0065 Participação: REQUERENTE Nome: SEBASTIAO DE LIMA GODINHO FILHO Participação: ADVOGADO Nome: LINCON MAGALHAES MACHADOOAB: 233PA Participação: REQUERIDO Nome: DOMINGOS VALADAO LIMAProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE XINGUARADESPACHO ORDINATÓRIOHerica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara desta Comarca de Xinguara, Estado do Pará, na forma da Lei, etc.Conforme as atribuições a mim conferidas pelo provimento 006/2009 ? CJCI, INTIMO as partes autora e requerida da decisão de ID 11196254. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Herica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara da cidade e Comarca de Xinguara, em 28 de junho de 2019.Herica Gonçalves SilvaAnalista Judiciário

Número do processo: 0800174-47.2019.8.14.0065 Participação: RECLAMANTE Nome: G BERNARDINO DE SOUZA EIRELI - ME Participação: ADVOGADO Nome: DIEGO LIMA MOREIRAOAB: 19114/PA Participação: RECLAMADO Nome: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PAProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE XINGUARADESPACHO ORDINATÓRIOHerica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara desta Comarca de Xinguara, Estado do Pará, na forma da Lei, etc.Conforme as atribuições a mim conferidas pelo provimento 006/2009 ? CJCI, INTIMO as partes autora e requerida do despacho de ID 11258571. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Herica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara da cidade e Comarca de Xinguara, em 28 de junho de 2019.Herica Gonçalves SilvaAnalista Judiciário

Número do processo: 0803914-25.2018.8.14.0040 Participação: REQUERENTE Nome: BURITI IMOVEIS LTDA Participação: ADVOGADO Nome: ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHOOAB: 10652-A/PA Participação: REQUERIDO Nome: ODIMAR GONCALVES BELASProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará2 ° VARA CÍVEL E CRIMINAL DE XINGUARAPROCESSO 0803914-25.2018.8.14.0040CLASSE REINTEGRAÇÃO / MANUTENÇÃO DE POSSE (1707)ASSUNTO [Esbulho / Turbação / Ameaça]Requerente: BURITI IMOVEIS LTDARequerido: ODIMAR GONCALVES BELASEndereço: desconhecidoDESPACHO Defiro o pedido de consulta com objetivo de localizar novo endereço (id 10229806). Considerando as respostas anexas, intime-se o requerente para, no prazo de 15

(quinze) dias, requerer o que entender devido. Intime-se via DJE. Cumpra-se. Xinguara, 27 de junho de 2019 CESAR LEANDRO PINTO MACHADOJuiz de Direito Avenida Xingu, S/N°, Centro, CEP: 68555-010, FONE: (94) 3426-1816

Número do processo: 0801065-68.2019.8.14.0065 Participação: AUTOR Nome: BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: EDNEY MARTINS GUILHERMEOAB: 7167SP Participação: RÉU Nome: CARLOS ALBERTO SILVA DA SILVAProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE XINGUARADESPACHO ORDINATÓRIOHerica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara desta Comarca de Xinguara, Estado do Pará, na forma da Lei, etc.Conforme as atribuições a mim conferidas pelo provimento 006/2009 ? CJCI, INTIMO a parte autora, por meio de seu advogado, para,no prazo de 30 (trinta) dias,recolher as custas iniciais, sob pena de cancelamento da distribuição. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Herica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara da Cidade e Comarca de Xinguara, em 28 de junho de 2019.Herica Gonçalves SilvaAnalista Judiciário

Número do processo: 0800683-12.2018.8.14.0065 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA DO SOCORRO DOS SANTOS AGUIAR Participação: ADVOGADO Nome: KARITA CARLA DE SOUZA SILVAOAB: 25637/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO SAFRA S A Participação: ADVOGADO Nome: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELIOAB: 5546/ROProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE XINGUARADESPACHO ORDINATÓRIOHerica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara desta Comarca de Xinguara, Estado do Pará, na forma da Lei, etc.Conforme as atribuições a mim conferidas pelo provimento 006/2009 ? CJCI, ante a apresentação de parecer técnico (ID. 10966523), INTIMO as partes autora e requerida para,no prazo de 05 (cinco) dias,apresentarem alegações finais nos termos da decisão de ID. 10121288. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Herica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara da cidade e Comarca de Xinguara, em 28 de junho de 2019.Herica Gonçalves SilvaAnalista Judiciário

Número do processo: 0800601-44.2019.8.14.0065 Participação: RECLAMANTE Nome: SUELI TAVARES DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: JANE KELLY THULER MARIANO FERNANDESOAB: 25380/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO CETELEM S.A.Processo Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE XINGUARADESPACHO ORDINATÓRIOHerica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara desta Comarca de Xinguara, Estado do Pará, na forma da Lei, etc.Conforme as atribuições a mim conferidas pelo provimento 006/2009 ? CJCI, INTIMO a parte autora para,no prazo de 05 (cinco) dias,manifestar-se sobre a certidão do Oficial de Justiça de ID. 11268382. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Herica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara da cidade e Comarca de Xinguara, em 28 de junho de 2019.Herica Gonçalves SilvaAnalista Judiciário

Número do processo: 0800703-03.2018.8.14.0065 Participação: RECLAMANTE Nome: VIVA VIDA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA - EPP Participação: ADVOGADO Nome: GISELLY FERREIRA ALVES DE SIQUEIRAOAB: 23931-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: LAYLLA SILVA MAIAOAB: 018649/PA Participação: RECLAMADO Nome: EDNALVA GEREMIAS SILVAProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE XINGUARADESPACHO ORDINATÓRIOHerica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara desta Comarca de Xinguara, Estado do Pará, na forma da Lei, etc.Conforme as atribuições a mim conferidas pelo provimento 006/2009 ? CJCI, INTIMO as partes autora e requerida da sentença de ID. 11195592. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Herica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da

Secretaria da 2ª Vara da cidade e Comarca de Xinguara, em 28 de junho de 2019.Herica Gonçalves SilvaAnalista Judiciário

Número do processo: 0800064-82.2018.8.14.0065 Participação: RECLAMANTE Nome: J3 ELETRICOS EIRELI - ME Participação: ADVOGADO Nome: FELIPY DA SILVA FARIAOAB: 20915/PA Participação: ADVOGADO Nome: HUMBERTO TAVARES DOS SANTOSOAB: 016593/PA Participação: ADVOGADO Nome: JORDELINO ROSALVES DE ALMEIDAOAB: 6228/PA Participação: RECLAMADO Nome: SAMUEL OLIVEIRA REISProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE XINGUARADESPACHO ORDINATÓRIOHerica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara desta Comarca de Xinguara, Estado do Pará, na forma da Lei, etc.Conforme as atribuições a mim conferidas pelo provimento 006/2009 ? CJCI, INTIMO as partes autora e requerida da sentença de ID. 11198894. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Herica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara da cidade e Comarca de Xinguara, em 28 de junho de 2019.Herica Gonçalves SilvaAnalista Judiciário

Número do processo: 0800193-53.2019.8.14.0065 Participação: RECLAMANTE Nome: LUIZ ALBERTO DA SILVA VILARINHO Participação: ADVOGADO Nome: RIBAMAR GONCALVES PINHEIROOAB: 20858/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPA Participação: ADVOGADO Nome: EUGENIO COUTINHO DE OLIVEIRA JUNIOROAB: 19470/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO LOBATO PAES NETOOAB: 017277/PA Participação: ADVOGADO Nome: ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRAOAB: 017515/PA Participação: ADVOGADO Nome: NICOLLE SUELY RODRIGUES XAVIEROAB: 24969/PAProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE XINGUARADESPACHO ORDINATÓRIOHerica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara desta Comarca de Xinguara, Estado do Pará, na forma da Lei, etc.Conforme as atribuições a mim conferidas pelo provimento 006/2009 ? CJCI, INTIMO as partes autora e requerida da sentença de ID. 11265704. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Herica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara da cidade e Comarca de Xinguara, em 28 de junho de 2019.Herica Gonçalves SilvaAnalista Judiciário

Número do processo: 0800565-36.2018.8.14.0065 Participação: RECLAMANTE Nome: A NERES MINEIRO - ME Participação: ADVOGADO Nome: GISELLY FERREIRA ALVES DE SIQUEIRAOAB: 23931-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: LAYLLA SILVA MAIAOAB: 018649/PA Participação: RECLAMADO Nome: FABIO SARAIVA VARELA CHAVESProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE XINGUARADESPACHO ORDINATÓRIOHerica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara desta Comarca de Xinguara, Estado do Pará, na forma da Lei, etc.Conforme as atribuições a mim conferidas pelo provimento 006/2009 ? CJCI, INTIMO as partes autora e requerido da sentença de ID. 11195613. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Herica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara da cidade e Comarca de Xinguara, em 28 de junho de 2019.Herica Gonçalves SilvaAnalista Judiciário

Número do processo: 0800030-73.2019.8.14.0065 Participação: RECLAMANTE Nome: LAURO DE MATOS MACEDO Participação: ADVOGADO Nome: JOAO PATRICIO DE FARIA RIBEIROOAB: 23939/PA Participação: RECLAMADO Nome: SKY SERVICOS DE BANDA LARGA LTDA. Participação: ADVOGADO Nome: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSAOAB: 24532A/PAProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará2ª VARA CÍVEL E CRIMINAL DE XINGUARADESPACHO ORDINATÓRIOHerica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da Secretaria da 2ª Vara desta Comarca de Xinguara, Estado do Pará, na forma da Lei, etc.Conforme as atribuições a mim conferidas pelo provimento 006/2009 ? CJCI, INTIMO as partes autora e requerida da sentença de ID. 11210493. NADA MAIS. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Xinguara, Herica Gonçalves Silva, Analista Judiciário da

Secretaria da 2ª Vara da cidade e Comarca de Xinguara, em 28 de junho de 2019.Herica Gonçalves SilvaAnalista Judiciário

Número do processo: 0800783-64.2018.8.14.0065 Participação: RECLAMANTE Nome: A NERES MINEIRO - ME Participação: ADVOGADO Nome: GISELLY FERREIRA ALVES DE SIQUEIRAOAB: 23931-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: LAYLLA SILVA MAIAOAB: 018649/PA Participação: RECLAMADO Nome: SANIA DA SILVA CARNEIROProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará2 ° VARA CÍVEL E CRIMINAL DE XINGUARAPROCESSO 0800783-64.2018.8.14.0065CLASSE PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)ASSUNTO [Liquidação / Cumprimento / Execução]Exequente: A NERES MINEIRO - MEExecutada: SANIA DA SILVA CARNEIROEndereço: Rua Petrônio Portela, 834, Centro, XINGUARA - PA - CEP: 68555-233DESPACHO Considerando que a executada, embora devidamente citada para efetuar o pagamento (id 8583447), deixou transcorrer o prazoin albis,procedo à penhora dos ativos financeiros por meio do sistema Bacenjud. Contudo, não foram encontrados valores nas contas bancárias consultadas. Intime-se a parte exequente, por sua advogada, para diligenciar, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo informar a existência de bens passíveis de penhora ou requerer o que entender de direito, com a ressalva de que,não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto nos termos do artigo 53, §4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se. Xinguara, 27 de junho de 2019 CESAR LEANDRO PINTO MACHADOJuiz de Direito Avenida Xingu, S/N°, Centro, CEP: 68555-010, FONE: (94) 3426-1816

SECRETARIA DA 1ª VARA DE XINGUARA

Número do processo: 0800281-91.2019.8.14.0065 Participação: REQUERENTE Nome: J. C. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: ERIKA DA SILVA PIMENTELOAB: 21131/PA Participação: REQUERIDO Nome: R. G. D. O. Processo Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará1ª Vara Cível da Comarca de XinguaraProcesso: 08002819120198140065Requerente: José Carlos da SilvaAdvogada: Érika da Silva Pimentel OAB-PA 21.131Requerida: Rosangela Gomes de Oliveira, residente na Rua Cinco, 18, Setor Planalto, Água Azul do Norte-PA DECISÃO Processo em segredo de justiça (art. 189, II do CPC). À luz do art. 695 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia06 de agosto de 2019, às 11 horas e 20 minutos, ressaltando que a parte ré ainda não precisa contestar o feito, pois em não havendo a composição das partes, será oportunamente aberto o prazo de 15 dias para a demandada contestar a ação, nos termos do art. 335 do CPC. Após, caso a requerida alegue na contestação alguma preliminar do artigo 337 do CPC, alegue fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor ou junte algum documento, intime-se a parte autora, na pessoa de sua advogada e via DJE, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias ou se manifestar sobre o documento. Cite-se e intime-se a parte ré por Oficial de Justiça ? arts. 693 c/c 695, §3º e 247, I do CPC. Já a parte autora deverá ser intimada por publicação no DJE. Servirá o presente, por cópia digitada, acompanhado de cópia da inicial, como mandado, conforme Provimento n. 003/2009-CJCI. Xinguara, 07 de junho de 2019. Flávia Oliveira do RosárioJuíza de Direito Titular da 1ª Vara de Xinguara-PA Avenida Xingu, s/n - CENTRO - CEP: 68555-010 - FONE (94) 34261816

Número do processo: 0800077-81.2018.8.14.0065 Participação: AUTOR Nome: JOSE RIBAMAR DE OLIVEIRA Participação: ADVOGADO Nome: WILLIAN DA SILVA FALCHIOAB: 23133/PA Participação: ADVOGADO Nome: NILSON JOSE DE SOUTO JUNIOROAB: 16534/PA Participação: RÉU Nome: NAILDE FRANCISCA DE SOUSA SOARES Processo Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará1ª Vara Cível da Comarca de XinguaraProcesso: 08000778120188140065Requerente: José Ribamar de OliveiraAdvogados:Nilson José de Souto Júnior OAB-PA 16.534 e Willian da Silva Falchi OAB-PA 23.133 Requerida: Nailde Francisca de Sousa Soares, residente na Rua 5, Setor Bela Vista II, nº. 02, Xinguara-PA DECISÃO Defiro assistência judiciária gratuita. Processo em segredo de justiça (art. 189, II do CPC). À luz do art. 695 do CPC, designo audiência de conciliação para o dia06 de agosto de 2019, às 11 horas e 40 minutos, ressaltando que a parte ré ainda não precisa contestar o feito, pois em não havendo a composição das partes, será oportunamente aberto o prazo de 15 dias para a demandada contestar a ação, nos termos do art. 335 do CPC. Após, caso a requerida alegue na contestação alguma preliminar do artigo 337 do CPC, alegue fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor ou junte algum documento, intime-se a parte autora, na pessoa de sua advogada e via DJE, para apresentar réplica no prazo de 15 (quinze) dias ou se manifestar sobre o documento. Cite-se e intime-se a parte ré por Oficial de Justiça ? arts. 693 c/c 695, §3º e 247, I do CPC. Já a parte autora deverá ser intimada por publicação no DJE. Servirá o presente, por cópia digitada, acompanhado de cópia da inicial, como mandado, conforme Provimento n. 003/2009-CJCI. Xinguara, 07 de junho de 2019. Flávia Oliveira do RosárioJuíza de Direito Titular da 1ª Vara de Xinguara-PA Avenida Xingu, s/n - CENTRO - CEP: 68555-010 - FONE (94) 34261816

Número do processo: 0800432-57.2019.8.14.0065 Participação: RECLAMANTE Nome: EVANDRO DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: HONAYRA VICTOR DA SILVAOAB: 26993/PA Participação: RECLAMADO Nome: CENTRAIS ELETRICAS DO PARA S.A. - CELPAPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do Pará1ª Vara da Comarca de XINGUARAAvenida Xingu, s/n, Centro, Edifício do Fórum, CEP: 68555.010 Xinguara-PA ? Fone: 94-3426-1816. E-mail: 1xinguara@tjpa.jus.brProcesso nº 0800432-57.2019.8.14.0065. DESPACHO ORDINATÓRIO(Provimento nº 006/2006-CJRMB, aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI) INTIME-SEa parte autora, por meio de seus advogado(s) habilitado(s) nos autos, via DJE, para informar o dígito da agência bancária, noprazo de 10 (dez) dias, afim de que seja expedido alvará judicial. Xinguara-PA, 28 de junho de 2019. DOUGLAS DOS SANTOS ALMEIDA

PROCESSO: nº. 0001347-52.2013.814.0065. Ação. Busca e Apreensão. Requerente: Banco Volkswagen s/a. Advogado: Roberta Beatriz do Nascimento OAB/PA 24.871-A e Jose Lídio Alves dos Santos OAB/PA 24.872-A. Requerido: Edmar Sousa Brito. DESPACHO ORDINATÓRIO (Provimento nº 006/2006-CJRMB ¿ Aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI) Conforme dispõe o Provimento nº 006/2006-CJRMB, aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI, intime-se o requerente BANCO VOLKSWAGEN S/A, via DJE, por meio de seu procurador habilitado nos autos, para proceder ao recolhimento das custas intermediária, calculadas as fls. 31-32, dos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. O boleto encontra-se disponível na Secretaria da 1º vara, para retirada e pagamento pela parte. Xinguara-PA, 28 de junho de 2019. Antonizio Fontes de Sousa Diretor de Secretaria da 1ª Vara, em exercício Assinado nos termos do art. 1º, § 1º, IX, do Provimento nº 006/2009-CJRMB, aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

COMARCA DE CAPITÃO POÇO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CAPITÃO POÇO

Número do processo: 0800337-83.2019.8.14.0014 Participação: RECLAMANTE Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS DO NASCIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: WILSON KEN SHIBATA JUNIOROAB: 27881/PA Participação: RECLAMANTE Nome: JOSE FLAVIO DO NASCIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: WILSON KEN SHIBATA JUNIOROAB: 27881/PA Participação: RECLAMADO Nome: CARTORIO DE REGISTRO CIVIL DO OFICIO UNICOPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE CAPITÃO POÇO ? VARA ÚNICANUMERO: 0800337-83.2019.8.14.0014CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)ASSUNTO: [Obrigação de Fazer / Não Fazer]Nome: FRANCISCO DAS CHAGAS DO NASCIMENTOEndereço: Vila Igapo, SN, Rural, GARRAFãO DO NORTE - PA - CEP: 68665-000Nome: JOSE FLAVIO DO NASCIMENTOEndereço: Vila Marapinima, SN, Rural, GARRAFãO DO NORTE - PA - CEP: 68665-000Nome: CARTORIO DE REGISTRO CIVIL DO OFICIO UNICOEndereço: AVENIDA 29 DE DEZEMBRO, SN, CARTORIO JOAO MOURA, CENTRO, CAPITãO POçO - PA - CEP: 68650-000SENTENÇATrata-se de pedido de expedição de certidão, pelo Cartório do Único Ofício da Comarca de Capitão Poço, relacionado a imóvel localizado no município de Garrafão do Norte-PA. Juntou documentos. DECIDO. Da análise dos documentos apresentados pelo autor, constato que o imóvel questionado nos autos está localizado no município de Garrafão do Norte-PA, sendo, portanto, da circunscrição e competência do Cartório Extrajudicial da Comarca de Ourém-PA. Não há ato do Poder Judiciário do Estado do Pará alterando a jurisdição na esfera extrajudicial relacionada ao Município de Garrafão do Norte-PA para o Cartório do Único Ofício da Comarca de Capitão Poço. Considerando que não há cartório de registro de imóveis na Comarca de Garrafão do Norte-PA e que o município de Garrafão do Norte-PA foi desmembrado do município de Ourém-PA, deve a certidão do imóvel objeto da ação ser emitida pelo cartório extrajudicial do Município de Ourém-PA. Conforme decisão da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior, datada de 05/11/2018, relacionada aos processos 2018.7.003606-5, 2018.7.004540-4, 2018.7.007467-7 e 2018.7.007531-0, o registro de imóvel localizado no município de Garrafão do Norte-PA e realizado no Cartório do Único Ofício de Capitão Poço, não foi convalidado. Ante o exposto, nos termos do art. 17, do Código de Processo Civil,indefiroo pedido inicial em decorrência da ilegitimidade do requerido para a prática do ato, ora requerido e julgo extinto o processo sem resolução do mérito. P.R.I Dê-se ciência a parte requerida. Sem condenação em custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 54 e 55, da Lei 9.099/95. Após, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Capitão Poço, 28 de maio de 2019. Caroline Slongo AssadJuíza de Direito

Número do processo: 0800157-04.2018.8.14.0014 Participação: RECLAMANTE Nome: EVANGELISTA FERREIRA SALES Participação: ADVOGADO Nome: CEZAR AUGUSTO REZENDE RODRIGUESOAB: 8060 Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BMG SA Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETOOAB: 23255/PEPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE CAPITÃO POÇO ? VARA ÚNICANUMERO: 0800157-04.2018.8.14.0014CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)ASSUNTO: [DIREITO DO CONSUMIDOR]Nome: EVANGELISTA FERREIRA SALESEndereço: TV TATAJUBA, 136, TATAJUNA, CAPITãO POçO - PA - CEP: 68650-000Nome: BANCO BMG SAEndereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, - de 3253 ao fim - lado ímpar, Itaim Bibi, SãO PAULO - SP - CEP: 04538-133SENTENÇAAdoto como relatório o que consta dos autos com base no permissivo contido no art. 38 da Lei 9.099/95. Decido. Tramite-se com prioridade, nos termos da Lei nº 10.741/2003. Atualize-se o Sistema Libra. Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais c/c requerimento de tutela de urgência na qual alega, a parte requerente, que é aposentada/pensionista e que estão sendo descontados de sua aposentadoria/pensão parcelas relacionadas a um empréstimo não contratado, realizado na reserva de margem para cartão de crédito o que, por sua vez, lhe tem causado diversos constrangimentos e aborrecimentos. Sustenta que restaram infrutíferas todas as tentativas amigáveis para obter o cancelamento do empréstimo e, consequentemente, dos descontos indevidamente realizados em sua aposentadoria/pensão. Ao final, pugna pela procedência da ação a fim de que o réu seja condenado ao

pagamento: a) em dobro dos valores descontados indevidamente, a título de repetição de indébito; b) de indenização por danos morais no valor de 30 (trinta) salários mínimos. Requer, ainda, a condenação da parte requerida no ônus da sucumbência, no percentual de 20 (vinte por cento) sobre o valor da causa. O pedido foi instruído com documentos. Decisão deferindo o pedido de liminar de suspensão dos descontos, ID. 6557204. Após ter sido devidamente citado, o réu ofereceu contestação com adição de documentos. A Constituição Federal consigna: Art. 98. Os Estados criarão: I ? juizados especiais (...) competentes para conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade (...). O artigo 3º da Lei nº 9.099/95, por sua vez, estabelece: Art. 3º. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade (...). Analisando os autos, constato que há dúvidas quanto a legalidade do contrato de nº 13283216, supostamente celebrado entre as partes, o que somente seria dirimido com a realização de exame grafotécnico. Neste sentido, e tendo em vista os Princípios do Juizado, consubstanciados na Simplicidade, Informalidade e Celeridade, entendo inviável a aplicação do rito sumaríssimo no presente feito. Nesse sentido a jurisprudência: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. FRAUDE CONTRATUAL. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO SUPOSTAMENTE ASSINADO PELO REQUERENTE. NECESSIDADE DE EXAME GRAFOTÉCNICO. INVIABILIDADE DO RITO SUMARÍSSIMO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Quando a defesa da requerida acosta documentos cujo teor oferece indícios de contratação supostamente válida, o ponto controverso da lide se torna carente de exame pericial. A Lei dos Juizados Especiais restou criada com o intuito de oferecer aos jurisdicionados uma justiça célere e que prescindisse de maior dilação probatória, razão por que estabeleceu como princípios norteadores a simplicidade, informalidade e celeridade. Havendo ponto de divergência para a convicção do magistrado cuja elucidação dependa de exame grafotécnico, correta a sentença que extingue o processo sem resolução do mérito.Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, com súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. Suspendo a exigibilidade dos consectários da sucumbência nos termos do art. 12, da Lei Federal 1.060/50. É como voto.(20090710278317ACJ, Relator ARILSON RAMOS DE ARAUJO, PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO DF, julgado em 30/08/2010, DJ 02/09/2010 p. 245) Diante do exposto, revogo a liminar deferida ID. 6557204 e com fundamento no art. 51, inciso II, da Lei 9.099/95, julgo extinto o processo sem resolução do mérito em razão da complexidade probatória exigida para a solução da demanda. Sem custas e honorários advocatícios (Lei nº 9.099/95, artigo 55). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observando-se as formalidades legais.Capitão Poço, 28 de maio de 2019.CAROLINE SLONGO ASSADJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0800157-04.2018.8.14.0014 Participação: RECLAMANTE Nome: EVANGELISTA FERREIRA SALES Participação: ADVOGADO Nome: CEZAR AUGUSTO REZENDE RODRIGUESOAB: 8060 Participação: RECLAMADO Nome: BANCO BMG SA Participação: ADVOGADO Nome: ANTONIO DE MORAES DOURADO NETOOAB: 23255/PEPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE CAPITÃO POÇO ? VARA ÚNICANUMERO: 0800157-04.2018.8.14.0014CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)ASSUNTO: [DIREITO DO CONSUMIDOR]Nome: EVANGELISTA FERREIRA SALESEndereço: TV TATAJUBA, 136, TATAJUNA, CAPITãO POçO - PA - CEP: 68650-000Nome: BANCO BMG SAEndereço: Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3477, - de 3253 ao fim - lado ímpar, Itaim Bibi, SãO PAULO - SP - CEP: 04538-133SENTENÇAAdoto como relatório o que consta dos autos com base no permissivo contido no art. 38 da Lei 9.099/95. Decido. Tramite-se com prioridade, nos termos da Lei nº 10.741/2003. Atualize-se o Sistema Libra. Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais c/c requerimento de tutela de urgência na qual alega, a parte requerente, que é aposentada/pensionista e que estão sendo descontados de sua aposentadoria/pensão parcelas relacionadas a um empréstimo não contratado, realizado na reserva de margem para cartão de crédito o que, por sua vez, lhe tem causado diversos constrangimentos e aborrecimentos. Sustenta que restaram infrutíferas todas as tentativas amigáveis para obter o cancelamento do empréstimo e, consequentemente, dos descontos indevidamente realizados em sua aposentadoria/pensão. Ao final, pugna pela procedência da ação a fim de que o réu seja condenado ao pagamento: a) em dobro dos valores descontados indevidamente, a título de repetição de indébito; b) de indenização por danos morais no valor de 30 (trinta) salários mínimos. Requer, ainda, a condenação da

parte requerida no ônus da sucumbência, no percentual de 20 (vinte por cento) sobre o valor da causa. O pedido foi instruído com documentos. Decisão deferindo o pedido de liminar de suspensão dos descontos, ID. 6557204. Após ter sido devidamente citado, o réu ofereceu contestação com adição de documentos. A Constituição Federal consigna: Art. 98. Os Estados criarão: I ? juizados especiais (...) competentes para conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade (...). O artigo 3º da Lei nº 9.099/95, por sua vez, estabelece: Art. 3º. O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade (...). Analisando os autos, constato que há dúvidas quanto a legalidade do contrato de nº 13283216, supostamente celebrado entre as partes, o que somente seria dirimido com a realização de exame grafotécnico. Neste sentido, e tendo em vista os Princípios do Juizado, consubstanciados na Simplicidade, Informalidade e Celeridade, entendo inviável a aplicação do rito sumaríssimo no presente feito. Nesse sentido a jurisprudência: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DO CONSUMIDOR. RESPONSABILIDADE CIVIL. FRAUDE CONTRATUAL. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO SUPOSTAMENTE ASSINADO PELO REQUERENTE. NECESSIDADE DE EXAME GRAFOTÉCNICO. INVIABILIDADE DO RITO SUMARÍSSIMO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. Quando a defesa da requerida acosta documentos cujo teor oferece indícios de contratação supostamente válida, o ponto controverso da lide se torna carente de exame pericial. A Lei dos Juizados Especiais restou criada com o intuito de oferecer aos jurisdicionados uma justiça célere e que prescindisse de maior dilação probatória, razão por que estabeleceu como princípios norteadores a simplicidade, informalidade e celeridade. Havendo ponto de divergência para a convicção do magistrado cuja elucidação dependa de exame grafotécnico, correta a sentença que extingue o processo sem resolução do mérito.Recurso conhecido e improvido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos, com súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do art. 46 da Lei nº 9.099/95. Condeno o recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa. Suspendo a exigibilidade dos consectários da sucumbência nos termos do art. 12, da Lei Federal 1.060/50. É como voto.(20090710278317ACJ, Relator ARILSON RAMOS DE ARAUJO, PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO DF, julgado em 30/08/2010, DJ 02/09/2010 p. 245) Diante do exposto, revogo a liminar deferida ID. 6557204 e com fundamento no art. 51, inciso II, da Lei 9.099/95, julgo extinto o processo sem resolução do mérito em razão da complexidade probatória exigida para a solução da demanda. Sem custas e honorários advocatícios (Lei nº 9.099/95, artigo 55). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após, certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos, observando-se as formalidades legais.Capitão Poço, 28 de maio de 2019.CAROLINE SLONGO ASSADJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0800050-57.2018.8.14.0014 Participação: REQUERENTE Nome: MARIA MOTA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: FRANCISCO SILAS DA SILVA SENAOAB: 23962/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE CAPITÃO POÇO ? VARA ÚNICANUMERO: 0800050-57.2018.8.14.0014CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)ASSUNTO: [Registro de Óbito após prazo legal]Nome: MARIA MOTA DA SILVAEndereço: TRAV VIRGILIO AGUIAR, 181, TATAJUBA, CAPITãO POçO - PA - CEP: 68650-000SENTENÇATrata-se de pedido extemporâneo de registro de óbito formulado por Maria Mota da Silva, identificada nos autos, sob a alegação de que o falecimento de seu esposo, o Sr. Francisco Pedro da Silva não foi devidamente registrado no prazo estabelecido pela Lei 6.015/73. O pedido foi instruído com documentos. O Ministério Público se manifestou favorável ao deferimento do pedido. Vieram os autos conclusos. É o relatório. DECIDO. Da análise dos documentos juntados aos autos, em especial da declaração de óbito emitida pelo Ministério da Saúde (ID. 5526205, pág. 3),entendo perfeitamente viável o deferimento do pedido, vez que não se vislumbra qualquer prejuízo a terceiros ou ao interesse público que a lavratura possa ocasionar. Assim sendo, considerando as provas que dos autos constam e com fundamento nos artigos 77 e seguintes da Lei nº 6.015/73, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e determino, por conseguinte, que seja lavrado o registro de óbito de FRANCISCO PEDRO DA SILVA, nascido em 04/10/1940, no município de Baturite/CE, falecido no dia 13/05/2018, às 02:00 horas, na Travessa 14 de Março, s/nº, Bairro Umarizal, Belém, Estado do Pará, sepultado no Cemitério Municipal de Nova Timboteua/PA, sem testamento conhecido, sem bens, do sexo masculino, cor parda, aposentado, casado com Maria Mota da Silva, era filho de Antônio Pedro da Silva e Maria Vitória da Conceição, deixou dez filhos, todos maiores e plenamente capazes (ANTONIA RITA DE CASSIA MOTA DA SILVA, ANTONIA ZENILDA PEDRO DA SILVA, LUIS ELINALDO PEDRO DA SILVA, ANTONIO ERIVALDO

PEDRO DA SILVA, MARIA ZILENE PEDRO DA SILVA, FRANCISCO EGUINALDO PEDRO DA SILVA, RAIMUNDO REGINALDO MOTA DA SILVA, JOSE AIRTON PEDRO, MARIA ZUILA MOTA DA SILVA, MARIA ZAIRA PEDRO),a causa da morte: Pneumonia Adquirida, atestada pela médica Dra. Jackley Serodio, CRM nº 12.946. Processo extinto com resolução de mérito (art. 487, I, do CPC). Sem custas e demais despesas processuais, tendo em vista o deferimento da Justiça Gratuita a autora. Dê ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Certificado o trânsito em julgado da decisão, servirá a presente sentença como mandado de registro de óbito, cabendo o(a) Sr(a). Oficial(a) comunicar este juízo acerca de seu cumprimento. Após, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.Capitão Poço, 01 de maio de 2019.CAROLINE SLONGO ASSADJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0800081-77.2018.8.14.0014 Participação: RECLAMANTE Nome: CAPITAO POCO TECIDOS LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: JEDYANE COSTA DE SOUZAOAB: 657PA Participação: RECLAMADO Nome: TIM CELULAR S.A. Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTROOAB: 410-APA Participação: ADVOGADO Nome: CASSIO CHAVES CUNHAOAB: 12268/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE CAPITÃO POÇO ? VARA ÚNICANUMERO: 0800081-77.2018.8.14.0014CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)ASSUNTO: [Direito de Imagem]Nome: CAPITAO POCO TECIDOS LTDA - MEEndereço: AVENIDA 23 DE DEZEMBRO, 856, CENTRO, CAPITãO POçO - PA - CEP: 68650-000Nome: TIM CELULAR S.A.Endereço: Avenida Governador José Malcher, 2803-A, 2 andar, São Brás, BELéM - PA - CEP: 66090-100SENTENÇADispenso o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de ?Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito c/c Tutela de Urgência c/c Indenização por Danos Morais? ajuizada por CAPITÃO POÇO TECIDOS LTDA. - ME em face de TIM CELULAR S/A, alegando, em síntese, que teve seu nome inscrito nos cadastros de proteção ao crédito em razão de um suposto débito com a requerida, do qual desconhece. Relata que já fora cliente da parte requerida, contudo, em novembro/2017, fez a portabilidade numérica da ré para a operadora CLARO, quitando quaisquer débitos existentes. Foi deferido o pedido de tutela de urgência, ID. 5860474. Citada, a parte requerida apresentou contestação. Verifico que a lide versa sobre a legitimidade da cobrança dos valores de R$ 1.308,19 (um mil, trezentos e oito reais e dezenove centavos) contrato nº GSM0051787027262 e de R$ 8.384,35 (oito mil, trezentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos) contrato GSM0051783796094. Denoto que resta incontroverso que a autora já fora cliente da requerida e que houve a rescisão do contrato por parte da requerente, todavia, em contestação, a ré sustenta o argumento de que a cobrança que negativou o nome da autora refere-se à multa contratual pela quebra do contrato de permanência, ou seja, relaciona-se ao prazo de fidelidade. Com efeito, a ré juntou o contrato de permanência ajustado entre as partes, por meio do qual consta a assinatura do representante legal da parte requerente. Ressalte-se que o contrato prevê permanência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da assinatura, qual seja, 14 de setembro de 2017. Como é cediço, o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento de que, a fidelidade exigida pelas operadoras de telefonia móvel, em si, não é ilegal, desde que em troca a empresa telefônica proporcione alguma vantagem efetiva ao cliente. Contudo, a fidelidade superior a 12 (doze) meses, foge à razoabilidade e fere os direitos do consumidor. A Norma Geral de Telecomunicações nº 23/96, regulamenta o prazo mínimo de fidelidade para 12 (doze) meses. Nota-se que, em que pese a rescisão contratual pela parte requerente tenha se dado em prazo inferior a 12 (doze) meses, a requerida falhou ao não fornecer à empresa autora a informação adequada, àquela prevista em lei. Sobre o assunto: RECURSO ESPECIAL Nº 1.445.560 - MG (2014/0070012-9)RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO RECORRENTE : CTBC CELULAR S/A ADVOGADOS : ANDRÉ MYSSIOR HENRIQUE ABI-ACKEL TORRES LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA ÉRICO DA GAMA TORRES E OUTRO (S) RECORRENTE : TIM CELULAR S.A ADVOGADO : CARLOS SUPLICY DE FIGUEIREDO FORBES E OUTRO (S) RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS 1. É firme a jurisprudência do STJ de que a chamada cláusula de fidelização em contrato de telefonia é legítima, na medida em que se trata de condição que fica ao alvedrio do assinante, o qual recebe benefícios por tal fidelização, bem como por ser uma necessidade de assegurar às operadoras de telefonia um período para recuperar o investimento realizado com a concessão de tarifas inferiores, bônus, fornecimento de aparelhos e outras promoções. 2. Precedentes desta Corte Superior: AgRg no AREsp 253.609/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 05.02.2013; REsp. 1.097.582/MS, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 08.04.2013; AREsp 248.857/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 20.03.2014; REsp. 1.236.982/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIM, DJe 08.05.2013 e REsp. 1.337.924/DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 30.10.2012. 3. As tutelas judiciais de proteção ao consumidor, sem

embargo da essencialidade de sua macro-função nos mercados mono ou oligopolísticos, não devem ir ao ponto de exercer impedimentos ou constrições à vontade jurídica livremente manifestada pelos indivíduos, como se fossem devolvidos à incapacidade de contratar ou de cuidar da defesa dos seus próprios interesses; essas tutelas devem ter atuação eficaz nos casos de abusos caracterizados ou se uma das partes prevalecer-se de sua posição dominante para impor à outra quaisquer avenças ou acordos. 4. Recursos Especiais providos para, considerando legítima a cláusula de fidelização, cassar o acórdão recorrido, restabelecendo in totum a sentença de 1a. Grau, que julgou improcedente a Ação Civil Pública ajuizada pelo MP do Estado de Minas Gerais. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da PRIMEIRA Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, dar provimento aos recursos especiais, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Ari Pargendler e Arnaldo Esteves Lima votaram com o Sr. Ministro Relator. Brasília/DF, 16 de junho de 2014 (Data do Julgamento). Por oportuno, tenho que a requerente rescindiu o contrato após dois meses de tê-lo firmado. Nesse sentido, entendo que à requerida é devida a multa pela rescisão contratual, desde que calculada com base no prazo legal, qual seja, doze meses. No tocante ao dano moral, tenho que resta configurado como decorrência da própria anotação indevida, vez que a cálculo de multa fora feito com base em clausula abusiva, e, portanto, dispensa comprovação acerca da real experimentação do prejuízo não patrimonial por parte de quem o alega, bastando, para tanto, que se demonstre a ocorrência do ato ilegal. Nesse sentido: STJ-0463096) AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE. PEDIDO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO QUE SE ADMITE TÃO SOMENTE NOS CASOS EM QUE O VALOR SE APRESENTAR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência consolidada nesta Corte, "a cessão de crédito não vale em relação ao devedor, senão quando a ele notificada" (AgRg no REsp nº 1.171.617/PR, Relatora a eminente Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 28.02.2011). 2. O dano moral decorrente da negativação indevida do nome do devedor em cadastros de maus pagadores é sempre presumido - in re ipsa - não sendo necessária, portanto, a prova do prejuízo. Precedentes.3. O valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela, de modo que a sua revisão fica obstada pelo enunciado da Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 518.538/MS (2014/0118455-6), 4ª Turma do STJ, Rel. Raul Araújo. j. 24.06.2014, unânime, DJe 04.08.2014). Convém anotar que não há nos autos qualquer registro da existência de inscrições preexistentes à anotação indevida capaz a elidir a indenização por danos morais, nos termos da Súmula 385 do STJ. Assim, entendo que uma indenização no valor deR$ 5.000,00 (cinco mil reais)mostra-se razoável e proporcional à lesão causada e aos constrangimentos sofridos pela requerente. Diante do exposto,julgo parcialmente procedentesos pedidos formulados na inicial para fins de: 1) determinar que a requerida proceda o cálculo relacionado à multa contratual prevista no contrato de permanência, com base no prazo de fidelidade de 12 (doze) meses; b) condenar a parte requerida a pagar à parte autora o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, sobre o qual incide correção monetária pelo INPC e juros simples de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da presente decisão até o seu efetivo pagamento; Decreto por fim a extinção do processo com resolução de mérito, com base no art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após certificado o trânsito em julgado, em não havendo requerimento formulado pelas partes, arquivem-se os autos, observando-se as formalidades legais.Capitão Poço, 28 de maio de 2019.CAROLINE SLONGO ASSADJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0800081-77.2018.8.14.0014 Participação: RECLAMANTE Nome: CAPITAO POCO TECIDOS LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: JEDYANE COSTA DE SOUZAOAB: 657PA Participação: RECLAMADO Nome: TIM CELULAR S.A. Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTROOAB: 410-APA Participação: ADVOGADO Nome: CASSIO CHAVES CUNHAOAB: 12268/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE CAPITÃO POÇO ? VARA ÚNICANUMERO: 0800081-77.2018.8.14.0014CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)ASSUNTO: [Direito de Imagem]Nome: CAPITAO POCO TECIDOS

LTDA - MEEndereço: AVENIDA 23 DE DEZEMBRO, 856, CENTRO, CAPITãO POçO - PA - CEP: 68650-000Nome: TIM CELULAR S.A.Endereço: Avenida Governador José Malcher, 2803-A, 2 andar, São Brás, BELéM - PA - CEP: 66090-100SENTENÇADispenso o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de ?Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito c/c Tutela de Urgência c/c Indenização por Danos Morais? ajuizada por CAPITÃO POÇO TECIDOS LTDA. - ME em face de TIM CELULAR S/A, alegando, em síntese, que teve seu nome inscrito nos cadastros de proteção ao crédito em razão de um suposto débito com a requerida, do qual desconhece. Relata que já fora cliente da parte requerida, contudo, em novembro/2017, fez a portabilidade numérica da ré para a operadora CLARO, quitando quaisquer débitos existentes. Foi deferido o pedido de tutela de urgência, ID. 5860474. Citada, a parte requerida apresentou contestação. Verifico que a lide versa sobre a legitimidade da cobrança dos valores de R$ 1.308,19 (um mil, trezentos e oito reais e dezenove centavos) contrato nº GSM0051787027262 e de R$ 8.384,35 (oito mil, trezentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos) contrato GSM0051783796094. Denoto que resta incontroverso que a autora já fora cliente da requerida e que houve a rescisão do contrato por parte da requerente, todavia, em contestação, a ré sustenta o argumento de que a cobrança que negativou o nome da autora refere-se à multa contratual pela quebra do contrato de permanência, ou seja, relaciona-se ao prazo de fidelidade. Com efeito, a ré juntou o contrato de permanência ajustado entre as partes, por meio do qual consta a assinatura do representante legal da parte requerente. Ressalte-se que o contrato prevê permanência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da assinatura, qual seja, 14 de setembro de 2017. Como é cediço, o Superior Tribunal de Justiça já firmou entendimento de que, a fidelidade exigida pelas operadoras de telefonia móvel, em si, não é ilegal, desde que em troca a empresa telefônica proporcione alguma vantagem efetiva ao cliente. Contudo, a fidelidade superior a 12 (doze) meses, foge à razoabilidade e fere os direitos do consumidor. A Norma Geral de Telecomunicações nº 23/96, regulamenta o prazo mínimo de fidelidade para 12 (doze) meses. Nota-se que, em que pese a rescisão contratual pela parte requerente tenha se dado em prazo inferior a 12 (doze) meses, a requerida falhou ao não fornecer à empresa autora a informação adequada, àquela prevista em lei. Sobre o assunto: RECURSO ESPECIAL Nº 1.445.560 - MG (2014/0070012-9)RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO RECORRENTE : CTBC CELULAR S/A ADVOGADOS : ANDRÉ MYSSIOR HENRIQUE ABI-ACKEL TORRES LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA ÉRICO DA GAMA TORRES E OUTRO (S) RECORRENTE : TIM CELULAR S.A ADVOGADO : CARLOS SUPLICY DE FIGUEIREDO FORBES E OUTRO (S) RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS 1. É firme a jurisprudência do STJ de que a chamada cláusula de fidelização em contrato de telefonia é legítima, na medida em que se trata de condição que fica ao alvedrio do assinante, o qual recebe benefícios por tal fidelização, bem como por ser uma necessidade de assegurar às operadoras de telefonia um período para recuperar o investimento realizado com a concessão de tarifas inferiores, bônus, fornecimento de aparelhos e outras promoções. 2. Precedentes desta Corte Superior: AgRg no AREsp 253.609/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 05.02.2013; REsp. 1.097.582/MS, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 08.04.2013; AREsp 248.857/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 20.03.2014; REsp. 1.236.982/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIM, DJe 08.05.2013 e REsp. 1.337.924/DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 30.10.2012. 3. As tutelas judiciais de proteção ao consumidor, sem embargo da essencialidade de sua macro-função nos mercados mono ou oligopolísticos, não devem ir ao ponto de exercer impedimentos ou constrições à vontade jurídica livremente manifestada pelos indivíduos, como se fossem devolvidos à incapacidade de contratar ou de cuidar da defesa dos seus próprios interesses; essas tutelas devem ter atuação eficaz nos casos de abusos caracterizados ou se uma das partes prevalecer-se de sua posição dominante para impor à outra quaisquer avenças ou acordos. 4. Recursos Especiais providos para, considerando legítima a cláusula de fidelização, cassar o acórdão recorrido, restabelecendo in totum a sentença de 1a. Grau, que julgou improcedente a Ação Civil Pública ajuizada pelo MP do Estado de Minas Gerais. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da PRIMEIRA Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, dar provimento aos recursos especiais, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Ari Pargendler e Arnaldo Esteves Lima votaram com o Sr. Ministro Relator. Brasília/DF, 16 de junho de 2014 (Data do Julgamento). Por oportuno, tenho que a requerente rescindiu o contrato após dois meses de tê-lo firmado. Nesse sentido, entendo que à requerida é devida a multa pela rescisão contratual, desde que calculada com base no prazo legal, qual seja, doze meses. No tocante ao dano moral, tenho que resta configurado como decorrência da própria anotação indevida, vez que a cálculo de multa fora feito com base em clausula abusiva, e, portanto, dispensa comprovação acerca da real experimentação do prejuízo não patrimonial por parte de quem o alega, bastando, para tanto, que se demonstre a ocorrência do ato ilegal. Nesse sentido: STJ-0463096) AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO

ESPECIAL. CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE. PEDIDO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO QUE SE ADMITE TÃO SOMENTE NOS CASOS EM QUE O VALOR SE APRESENTAR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência consolidada nesta Corte, "a cessão de crédito não vale em relação ao devedor, senão quando a ele notificada" (AgRg no REsp nº 1.171.617/PR, Relatora a eminente Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 28.02.2011). 2. O dano moral decorrente da negativação indevida do nome do devedor em cadastros de maus pagadores é sempre presumido - in re ipsa - não sendo necessária, portanto, a prova do prejuízo. Precedentes.3. O valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela, de modo que a sua revisão fica obstada pelo enunciado da Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 518.538/MS (2014/0118455-6), 4ª Turma do STJ, Rel. Raul Araújo. j. 24.06.2014, unânime, DJe 04.08.2014). Convém anotar que não há nos autos qualquer registro da existência de inscrições preexistentes à anotação indevida capaz a elidir a indenização por danos morais, nos termos da Súmula 385 do STJ. Assim, entendo que uma indenização no valor deR$ 5.000,00 (cinco mil reais)mostra-se razoável e proporcional à lesão causada e aos constrangimentos sofridos pela requerente. Diante do exposto,julgo parcialmente procedentesos pedidos formulados na inicial para fins de: 1) determinar que a requerida proceda o cálculo relacionado à multa contratual prevista no contrato de permanência, com base no prazo de fidelidade de 12 (doze) meses; b) condenar a parte requerida a pagar à parte autora o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, sobre o qual incide correção monetária pelo INPC e juros simples de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da presente decisão até o seu efetivo pagamento; Decreto por fim a extinção do processo com resolução de mérito, com base no art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após certificado o trânsito em julgado, em não havendo requerimento formulado pelas partes, arquivem-se os autos, observando-se as formalidades legais.Capitão Poço, 28 de maio de 2019.CAROLINE SLONGO ASSADJUÍZA DE DIREITO

Número do processo: 0800081-77.2018.8.14.0014 Participação: RECLAMANTE Nome: CAPITAO POCO TECIDOS LTDA - ME Participação: ADVOGADO Nome: JEDYANE COSTA DE SOUZAOAB: 657PA Participação: RECLAMADO Nome: TIM CELULAR S.A. Participação: ADVOGADO Nome: CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTROOAB: 410-APA Participação: ADVOGADO Nome: CASSIO CHAVES CUNHAOAB: 12268/PAPODER JUDICIÁRIOTRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE CAPITÃO POÇO ? VARA ÚNICANUMERO: 0800081-77.2018.8.14.0014CLASSE: PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (436)ASSUNTO: [Direito de Imagem]Nome: CAPITAO POCO TECIDOS LTDA - MEEndereço: AVENIDA 23 DE DEZEMBRO, 856, CENTRO, CAPITãO POçO - PA - CEP: 68650-000Nome: TIM CELULAR S.A.Endereço: Avenida Governador José Malcher, 2803-A, 2 andar, São Brás, BELéM - PA - CEP: 66090-100SENTENÇADispenso o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95. Trata-se de ?Ação Declaratória de Inexigibilidade de Débito c/c Tutela de Urgência c/c Indenização por Danos Morais? ajuizada por CAPITÃO POÇO TECIDOS LTDA. - ME em face de TIM CELULAR S/A, alegando, em síntese, que teve seu nome inscrito nos cadastros de proteção ao crédito em razão de um suposto débito com a requerida, do qual desconhece. Relata que já fora cliente da parte requerida, contudo, em novembro/2017, fez a portabilidade numérica da ré para a operadora CLARO, quitando quaisquer débitos existentes. Foi deferido o pedido de tutela de urgência, ID. 5860474. Citada, a parte requerida apresentou contestação. Verifico que a lide versa sobre a legitimidade da cobrança dos valores de R$ 1.308,19 (um mil, trezentos e oito reais e dezenove centavos) contrato nº GSM0051787027262 e de R$ 8.384,35 (oito mil, trezentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos) contrato GSM0051783796094. Denoto que resta incontroverso que a autora já fora cliente da requerida e que houve a rescisão do contrato por parte da requerente, todavia, em contestação, a ré sustenta o argumento de que a cobrança que negativou o nome da autora refere-se à multa contratual pela quebra do contrato de permanência, ou seja, relaciona-se ao prazo de fidelidade. Com efeito, a ré juntou o contrato de permanência ajustado entre as partes, por meio do qual consta a assinatura do representante legal da parte requerente. Ressalte-se que o contrato prevê permanência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data da assinatura, qual seja, 14 de setembro de 2017. Como é cediço, o Superior Tribunal de Justiça já

firmou entendimento de que, a fidelidade exigida pelas operadoras de telefonia móvel, em si, não é ilegal, desde que em troca a empresa telefônica proporcione alguma vantagem efetiva ao cliente. Contudo, a fidelidade superior a 12 (doze) meses, foge à razoabilidade e fere os direitos do consumidor. A Norma Geral de Telecomunicações nº 23/96, regulamenta o prazo mínimo de fidelidade para 12 (doze) meses. Nota-se que, em que pese a rescisão contratual pela parte requerente tenha se dado em prazo inferior a 12 (doze) meses, a requerida falhou ao não fornecer à empresa autora a informação adequada, àquela prevista em lei. Sobre o assunto: RECURSO ESPECIAL Nº 1.445.560 - MG (2014/0070012-9)RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO RECORRENTE : CTBC CELULAR S/A ADVOGADOS : ANDRÉ MYSSIOR HENRIQUE ABI-ACKEL TORRES LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA ÉRICO DA GAMA TORRES E OUTRO (S) RECORRENTE : TIM CELULAR S.A ADVOGADO : CARLOS SUPLICY DE FIGUEIREDO FORBES E OUTRO (S) RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS 1. É firme a jurisprudência do STJ de que a chamada cláusula de fidelização em contrato de telefonia é legítima, na medida em que se trata de condição que fica ao alvedrio do assinante, o qual recebe benefícios por tal fidelização, bem como por ser uma necessidade de assegurar às operadoras de telefonia um período para recuperar o investimento realizado com a concessão de tarifas inferiores, bônus, fornecimento de aparelhos e outras promoções. 2. Precedentes desta Corte Superior: AgRg no AREsp 253.609/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 05.02.2013; REsp. 1.097.582/MS, Rel. Min. MARCO BUZZI, DJe 08.04.2013; AREsp 248.857/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 20.03.2014; REsp. 1.236.982/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIM, DJe 08.05.2013 e REsp. 1.337.924/DF, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 30.10.2012. 3. As tutelas judiciais de proteção ao consumidor, sem embargo da essencialidade de sua macro-função nos mercados mono ou oligopolísticos, não devem ir ao ponto de exercer impedimentos ou constrições à vontade jurídica livremente manifestada pelos indivíduos, como se fossem devolvidos à incapacidade de contratar ou de cuidar da defesa dos seus próprios interesses; essas tutelas devem ter atuação eficaz nos casos de abusos caracterizados ou se uma das partes prevalecer-se de sua posição dominante para impor à outra quaisquer avenças ou acordos. 4. Recursos Especiais providos para, considerando legítima a cláusula de fidelização, cassar o acórdão recorrido, restabelecendo in totum a sentença de 1a. Grau, que julgou improcedente a Ação Civil Pública ajuizada pelo MP do Estado de Minas Gerais. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da PRIMEIRA Turma do Superior Tribunal de Justiça, na conformidade dos votos e das notas taquigráficas a seguir, por unanimidade, dar provimento aos recursos especiais, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Ari Pargendler e Arnaldo Esteves Lima votaram com o Sr. Ministro Relator. Brasília/DF, 16 de junho de 2014 (Data do Julgamento). Por oportuno, tenho que a requerente rescindiu o contrato após dois meses de tê-lo firmado. Nesse sentido, entendo que à requerida é devida a multa pela rescisão contratual, desde que calculada com base no prazo legal, qual seja, doze meses. No tocante ao dano moral, tenho que resta configurado como decorrência da própria anotação indevida, vez que a cálculo de multa fora feito com base em clausula abusiva, e, portanto, dispensa comprovação acerca da real experimentação do prejuízo não patrimonial por parte de quem o alega, bastando, para tanto, que se demonstre a ocorrência do ato ilegal. Nesse sentido: STJ-0463096) AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO CONTRA A INADMISSÃO DE RECURSO ESPECIAL. CESSÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE NOTIFICAÇÃO DO DEVEDOR. INSCRIÇÃO INDEVIDA NOS CADASTROS DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. DANOS MORAIS. COMPROVAÇÃO. DESNECESSIDADE. PEDIDO DE REDUÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. REVISÃO QUE SE ADMITE TÃO SOMENTE NOS CASOS EM QUE O VALOR SE APRESENTAR IRRISÓRIO OU EXORBITANTE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Nos termos da jurisprudência consolidada nesta Corte, "a cessão de crédito não vale em relação ao devedor, senão quando a ele notificada" (AgRg no REsp nº 1.171.617/PR, Relatora a eminente Ministra NANCY ANDRIGHI, DJe 28.02.2011). 2. O dano moral decorrente da negativação indevida do nome do devedor em cadastros de maus pagadores é sempre presumido - in re ipsa - não sendo necessária, portanto, a prova do prejuízo. Precedentes.3. O valor estabelecido pelas instâncias ordinárias a título de indenização por danos morais pode ser revisto tão somente nas hipóteses em que a condenação se revelar irrisória ou exorbitante, distanciando-se dos padrões de razoabilidade, o que não se evidencia no caso em tela, de modo que a sua revisão fica obstada pelo enunciado da Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 518.538/MS (2014/0118455-6), 4ª Turma do STJ, Rel. Raul Araújo. j. 24.06.2014, unânime, DJe 04.08.2014). Convém anotar que não há nos autos qualquer registro da existência de inscrições preexistentes à anotação indevida capaz a elidir a indenização por danos morais, nos termos da Súmula 385 do STJ. Assim, entendo que uma indenização no valor deR$ 5.000,00 (cinco mil reais)mostra-se razoável e proporcional à lesão causada e aos constrangimentos sofridos pela requerente. Diante do exposto,julgo parcialmente procedentesos pedidos

formulados na inicial para fins de: 1) determinar que a requerida proceda o cálculo relacionado à multa contratual prevista no contrato de permanência, com base no prazo de fidelidade de 12 (doze) meses; b) condenar a parte requerida a pagar à parte autora o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de indenização por danos morais, sobre o qual incide correção monetária pelo INPC e juros simples de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da presente decisão até o seu efetivo pagamento; Decreto por fim a extinção do processo com resolução de mérito, com base no art. 487, inciso I, do CPC. Sem custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos dos artigos 54 e 55, da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após certificado o trânsito em julgado, em não havendo requerimento formulado pelas partes, arquivem-se os autos, observando-se as formalidades legais.Capitão Poço, 28 de maio de 2019.CAROLINE SLONGO ASSADJUÍZA DE DIREITO

COMARCA DE BAIÃO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BAIÃO

PROCESSO N.º 0130285-74.2015.8.14.0007

REQUERENTE: ANA MIRA VALENTE FERREIRA (ADV. MIZAEL VIRGILINO LOBO DIAS, OAB/PA Nº 18.312)

REQUERIDO: ESTADO DO PARÁ

Aplicando-se por analogia o artigo 475-P, parágrafo único, do CPC, a exequente deve emendar a inicial, em 10 dias, sob pena de indeferimento, a fim de juntar, com a inicial, prova de seu domicílio e as cópias de seus documentos pessoais, além da cópia do título executivo judicial, dando conta de seu trânsito em julgado, inclusive.

Deverá informar, ainda, o juízo em que se processou a ação original, em conhecimento, mencionando o número do processo, e requerendo o envio, a este juízo, de cópia deste.

Depois, conclusos.

Baião, 28 de outubro de 2015.

WEBER LACERDA GONÇALVES

Juiz de Direito Titular

COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTE

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE GARRAFÃO DO NORTE

Número do processo: 0800784-77.2019.8.14.0109 Participação: REQUERENTE Nome: ANTONIO BENEDITO DA LUZ NASCIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: TEREZINHA BEZERRA DE BARROSOAB: 22737/PA Participação: REQUERIDO Nome: ANTONIA JOSIANE LOPES DA SILVAPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800784-77.2019.8.14.0109LP.AÇÃO DE ALIMENTOS.REQUERENTE: ANTONIO BENEDITO DA LUZ NASCIMENTO, Endereço: RUA JOAO PINHEIRO, 18, VILA NOVO HORIZONTE, VILA NOVO HORIZONTE, NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ - PA - CEP: 68618-000.REQUERIDO: ANTONIA JOSIANE LOPES DA SILVA, Endereço: RUA DA TORRE, S/N, AO LADO DO SR BURETA, DA TORRE, NOVA ESPERANÇA DO PIRIÁ - PA - CEP: 68618-000.DESPACHO - MANDADO1. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Processe-se em segredo de justiça (art. 189, do CPC).2. Arbitro os alimentos provisórios em 15% (quinze por cento) do salário mínimo, a ser pago diretamente em mão da genitora da requerida, até o dia 05 de cada mês.3. Nos termos do art. 695, do CPC, designo audiência de conciliação parao dia 30/07/2019, às 08:30hs.4. CITE-SE a parte requerida através de mandado desacompanhado da inicial, intimando-o com a antecedência mínima de quinze dias para comparecimento à audiência. Se a parte requerida residir em outra comarca, cite-se mediante carta precatória. Cientifique-se à parte requerida dos alimentos provisórios fixados bem como que o prazo de quinze dias para contestação começará a fluir a partir da audiência de conciliação, caso infrutífera uma solução amigável.5. O não comparecimento injustificado de qualquer das partes à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, devendo as partes estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art. 334, §§ 8º e 9º. CPC).6. Intime-se a parte autoraatravés de seu advogado e via DJE (art. 334, § 3º, CPC). Não possuindo advogado, intime-se pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.Garrafão do Norte, 10 de junho de 2019.CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

Número do processo: 0800192-33.2019.8.14.0109 Participação: REQUERENTE Nome: M. M. D. S. G. Participação: ADVOGADO Nome: JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIOOAB: 9620PA Participação: REQUERIDO Nome: A. A. P. D. S.Poder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800192-33.2019.8.14.0109LP.AÇÃO DE ALIMENTOS.Cls. 1.Intime-se parte autora, através de seu advogado e via DJE, para que no prazo de quinze dias se manifeste sobre a certidão ID nº10787333, informandoo endereço atual do requerido. 2.Findo o prazo, certifique-se e volvam conclusos. Garrafão do Norte, 14 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

Número do processo: 0800427-34.2018.8.14.0109 Participação: AUTOR Nome: MARIA CIRLETE DOS SANTOS SILVA Participação: ADVOGADO Nome: BIANCA OLIVEIRA DO NASCIMENTOOAB: 25884/PA Participação: RÉU Nome: MUNICIPIO DE NOVA ESPERANCA DO PIRIAPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800427-34.2018.8.14.0109LP.AÇÃO DE COBRANÇA.Cls. 1.Considerando que a parte requerida não apresentou contestação, apesar de regularmente citada, decreto-lhe a revelia sem aplicação dos efeitos.2.Intime-se a parte autora, através de seu advogado e via DJE, para que no prazo de quinze informe se deseja produzir mais alguma prova no feito.3.Findo o último prazo, certifique-se e retornem conclusos.Garrafão do Norte, 13 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

Número do processo: 0800502-39.2019.8.14.0109 Participação: EXEQUENTE Nome: M. R. B. D.

Participação: ADVOGADO Nome: JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIOOAB: 9620PA Participação: EXECUTADO Nome: J. T. D. C.Poder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800502-39.2019.8.14.0109LP.AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. Cls. 1.Verifica-se que o executado compareceu em Secretaria para informar que durante o período do débito cobrado na inicial a criança estaria sob os seus cuidados, conforme Certidão ID nº10689783.2. Diante disso, intime-se a exequente, através de seu advogado e via DJE, para que no prazo de quinze dias se manifeste sobre as informações apresentadas pelo executado e constantes na certidão indicada acima.3. Findo o prazo, certifique-se e volvam conclusos. Garrafão do Norte, 11 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

Número do processo: 0800027-20.2018.8.14.0109 Participação: REQUERENTE Nome: KEILA KATIANE DE ALMEIDA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: TEREZINHA BEZERRA DE BARROSOAB: 22737/PA Participação: REQUERIDO Nome: GEOVANE MARQUES DA SILVAPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800027-20.2018.8.14.0109LP.AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO. Cls. 1.Verifica-se que o requerido foi regularmente citado e não apresentou contestação no feito (ID nº10680829), razão pela qual lhe decreto a revelia sem aplicação dos efeitos. 2.Designo audiência de instrução parao dia 23/08/2019 às 11:30hs, ocasião em que serão ouvidas as partes e até duas testemunhas de cada parte, as quais comparecerão independentemente de intimação. 3. Intime-se a parte requerente através de sua advogada, e via DJE.4. Ciência ao Ministério Público. Garrafão do Norte, 11 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

Número do processo: 0800818-52.2019.8.14.0109 Participação: RECLAMANTE Nome: MARIA ROSA DO NASCIMENTO Participação: ADVOGADO Nome: IGOR CRUZ DE AQUINOOAB: 26637/PA Participação: RECLAMADO Nome: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S.A.Poder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800818-52.2019.8.14.0109MR.AÇÃO INDENIZATÓRIA (JUIZADO ESPECIAL). Cls.1. Intime-se a autora, através de seu advogado e via DJE, para que no prazo de quinze dias emende a inicial, apresentando cópia legíveldo comprovante de residência da autora para que se comprovem os dados da qualificação alegados, sob pena de indeferimento da inicial.2. Findo o prazo, volvam conclusos.Garrafão do Norte, 26 de junho de 2019.CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

Número do processo: 0800236-86.2018.8.14.0109 Participação: AUTOR Nome: BRADESCO ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA. Participação: ADVOGADO Nome: AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOROAB: 16837/PA Participação: RÉU Nome: CYNTHIA GABRIELLA DA SILVA E SILVAPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800236-86.2018.8.14.0109MR.AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO EM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. Cls.1. Verifica-se que a parte autora não cumpriu com o determinado na decisão ID nº 8402052, deixando de indicar fiel depositário para recebimento do bem, caso frutífera a penhora.2. Deste modo, acautelem-se os autos em secretaria pelo prazo de três meses aguardando manifestação de interesse da parte autora.3. Havendo manifestação dentro do prazo, volvam conclusos.4. Findo o prazo sem manifestação, intime-se a pessoalmente a parte autora (via postal com AR) para manifestar interesse no prosseguimento do feito no prazo de cinco dias, a teor do disposto no art. 485, § 2º, do CPC, sob pena de extinção do processo. Garrafão do Norte, 11 de junho de 2019.CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

Número do processo: 0800795-09.2019.8.14.0109 Participação: REQUERENTE Nome: R. D. C. M. Participação: ADVOGADO Nome: JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIOOAB: 9620PA Participação: REQUERIDO Nome: A. L. A. D. C.Poder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA

COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800795-09.2019.8.14.0109LP.AÇÃO DE ALIMENTOS.REQUERENTE: RUTHE DA CRUZ MEDEIROS, Endereço: Rua Presidente Vargas, s/n, próximo a casa do Cícero Claudino, Bairro Paraense, GARRAFãO DO NORTE - PA - CEP: 68665-000.REQUERIDO: ANTONIO LEONARDO ALVES DA CONCEIÇÃO, Endereço: Rua Sérgio Mota, s/n, próximo ao antigo Bar da Rosa, Bairro Bela Vista, GARRAFãO DO NORTE - PA - CEP: 68665-000.DESPACHO - MANDADO1. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Processe-se em segredo de justiça (art. 189, do CPC).2. Arbitro os alimentos provisórios em 15% (quinze por cento) do salário mínimo, a ser pago diretamente em mão da genitora do requerente, até o dia 05 de cada mês.3. Nos termos do art. 695, do CPC, designo audiência de conciliação parao dia 14/08/2019, às 08:30hs.4. CITE-SE a parte requerida através de mandado desacompanhado da inicial, intimando-o com a antecedência mínima de quinze dias para comparecimento à audiência. Se a parte requerida residir em outra comarca, cite-se mediante carta precatória. Cientifique-se à parte requerida dos alimentos provisórios fixados bem como que o prazo de quinze dias para contestação começará a fluir a partir da audiência de conciliação, caso infrutífera uma solução amigável.5. O não comparecimento injustificado de qualquer das partes à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, devendo as partes estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art. 334, §§ 8º e 9º. CPC).6. Intime-se a parte autoraatravés de seu advogado e via DJE (art. 334, § 3º, CPC). Não possuindo advogado, intime-se pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.Garrafão do Norte, 17 de junho de 2019.CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

Número do processo: 0800548-62.2018.8.14.0109 Participação: AUTOR Nome: BANCO BRADESCO S/A Participação: ADVOGADO Nome: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUESOAB: 15201/PA Participação: RÉU Nome: ENDERSON FERNANDES PEREIRAPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800548-62.2018.8.14.0109MR.AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. Cls.01. Intime-se a parte autora, através de seu advogado e via DJE, para que no prazo de quinze dias comprove a mora do requerido, nos termos do § 2º, do art. 2º, do Decreto Lei nº 911/69,uma vez que não hácomprovante do envio da notificação extrajudicialde ID nº 7708291.02. Findo o prazo, conclusos. Garrafão do Norte, 18 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

Número do processo: 0800424-45.2019.8.14.0109 Participação: REQUERENTE Nome: MARIA JANAINA SOUSA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: TEREZINHA BEZERRA DE BARROSOAB: 22737/PA Participação: REQUERIDO Nome: JOSE WALDIRLEY FEITOSA AGUIARPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800424-45.2019.8.14.0109MR.AÇÃO DE ALIMENTOS.Cls.1.Intime-se a parte autora, através de seu advogado e via DJE, para que tome ciência da certidão do ID nº 11183209 eno prazo de quinze dias informe o atual e correto endereço do requerido ou requeira o que entender de direito.2. Devolvidos os autos, conclusos. Garrafão do Norte, 26 de junho de 2019.CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

Número do processo: 0800769-11.2019.8.14.0109 Participação: RECLAMANTE Nome: TAYNARA BASTOS MENEZES Participação: ADVOGADO Nome: TAYNARA BASTOS MENEZESOAB: 274PA Participação: RECLAMADO Nome: SOCIEDADE DE ADVOGADOS SOUZA E MUNIZPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800769-11.2019.8.14.0109LP.AÇÃO DE JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. Cls.1.Considerando que o pedido visa a cobrança de valores relativos à execução de diligências e realização de audiências, as quais supostamente possuem valores de contraprestação diversos, havendo na inicial a descrição genérica de atividades realizadas nos meses de agosto a novembro/2017, sem especificar quais se referem à simples diligências e quais se referem à realização de audiências, intime-se a autora via DJE para que, no prazo de quinze dias, emende a inicial descrevendo de forma pormenorizada cada ato realizado e o respectivo valor acordado, sob pena de indeferimento da inicial.2.Findo o prazo, volvam conclusos.Garrafão do Norte, 14 de junho de 2019.CORNÉLIO JOSÉ

HOLANDA Juiz de Direito

Número do processo: 0800381-11.2019.8.14.0109 Participação: EXEQUENTE Nome: A. M. A. S. Participação: ADVOGADO Nome: JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIOOAB: 9620PA Participação: EXECUTADO Nome: A. G. D. S. R.Poder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800381-11.2019.8.14.0109LP.AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. Cls. 1.Verifica-se que o executado pagou os últimos três meses executados, não sendo localizados bens deste para suportar a execução do saldo restante.2.Deste modo, intime-se a exequente, através de seu advogado e via DJE, para que no prazo de quinze dias indique bens do executado passíveis de penhora.3. Findo o prazo, certifique-se e volvam conclusos. Garrafão do Norte, 11 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

Número do processo: 0800800-31.2019.8.14.0109 Participação: REQUERENTE Nome: A. C. B. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIOOAB: 9620PA Participação: REQUERIDO Nome: G. A. D. A.Poder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800800-31.2019.8.14.0109MR.AÇÃO DE ALIMENTOS.REQUERENTE: ANTONIA CLAUDIA BARROS DA SILVA.Endereço: Travessa Maria Espinoza, s/n, próximo casa da Antonia Braga, Bairro Bela Vista, GARRAFÃO DO NORTE - PA - CEP: 68665-000.REQUERIDO: GENILSON AQUINO DE ABREU.Endereço: Rua Raimundo Araújo, s/n, próximo ao Môza, Bairro Novo, GARRAFÃO DO NORTE - PA - CEP: 68665-000.DESPACHO - MANDADO1. Defiro os benefícios da justiça gratuita. Processe-se em segredo de justiça (art. 189, do CPC).2. Arbitro os alimentos provisórios em 15% (quinze por cento) do salário mínimo, a ser pago diretamente em mão da genitora do requerente, até o dia 05 de cada mês.3. Nos termos do art. 695, do CPC, designo audiência de conciliação parao dia 14/08/2019, às 09:00hs.4. CITE-SE a parte requerida através de mandado desacompanhado da inicial, intimando-o com a antecedência mínima de quinze dias para comparecimento à audiência. Se a parte requerida residir em outra comarca, cite-se mediante carta precatória. Cientifique-se à parte requerida dos alimentos provisórios fixados bem como que o prazo de quinze dias para contestação começará a fluir a partir da audiência de conciliação, caso infrutífera uma solução amigável.5. O não comparecimento injustificado de qualquer das partes à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, devendo as partes estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art. 334, §§ 8º e 9º. CPC).6. Intime-se a parte autoraatravés de seu advogado e via DJE (art. 334, § 3º, CPC). Não possuindo advogado, intime-se pessoalmente. Ciência ao Ministério Público.Garrafão do Norte, 17 de junho de 2019.CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

Número do processo: 0800793-39.2019.8.14.0109 Participação: REQUERENTE Nome: ANTONIO JOSE DA SILVA MENEZES Participação: ADVOGADO Nome: JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIOOAB: 9620PA Participação: REQUERIDO Nome: ESMERALDA FERREIRA MENEZEZ Participação: REQUERIDO Nome: IZAURA FERREIRA MENEZEZ Participação: REQUERIDO Nome: MARIA DE NAZARÉ NASCIMENTO FERREIRAPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800793-39.2019.8.14.0109LP.AÇÃO NEGATÓRIA DE PATERNIDADE.REQUERENTE: ANTONIO JOSE DA SILVA MENEZES, Endereço: Travessa Projetada, s/n, próximo casa do Joel, Bairro Portão, GARRAFãO DO NORTE - PA - CEP: 68665-000.REQUERIDOS: ESMERALDA FERREIRA MENEZEZ, Endereço: Rua Anely Gomes, s/n, Bairro Vila Nova, NOVA ESPERANçA DO PIRIá - PA - CEP: 68618-000; IZAURA FERREIRA MENEZEZ, Endereço: Rua Anely Gomes, s/n, Bairro Vila Nova, GARRAFãO DO NORTE - PA - CEP: 68665-000; MARIA DE NAZARÉ NASCIMENTO FERREIRA, Endereço: Rua Anely Gomes, s/n, Bairro Vila Nova, GARRAFãO DO NORTE - PA - CEP: 68665-000. Cls. 1.Defiro os benefícios da justiça gratuita. Processe-se em segredo de justiça (art. 189, do CPC).2.Retifique-se a autuação mudando o nome da ação para NEGATÓRIA DE PATERNIDADE.3.Nos termos do art. 695, do CPC, designo audiência preliminar de conciliação parao dia 14/08/2019, às 09:30hs.4.CITE-SE a parte requerida através de mandado desacompanhado da inicial,

intimando-o com a antecedência mínima de quinze dias para comparecimento à audiência. Se a parte requerida residir em outra comarca, cite-se mediante Carta Precatória/Central de Mandados. Cientifique-se à parte requerida que o prazo de quinze dias para contestação começará a fluir a partir da audiência de conciliação, caso infrutífera uma solução amigável.5.O não comparecimento injustificado de qualquer das partes à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado, devendo as partes estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (art. 334, §§ 8º e 9º. CPC).6.Intime-se a parte autora através de seu advogado e via DJE, e Ciência ao Ministério Público. Garrafão do Norte, 17 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

Número do processo: 0800267-72.2019.8.14.0109 Participação: REQUERENTE Nome: JOSE DE ANCHIETA ASSIS DO NASCIMENTO JUNIOR Participação: ADVOGADO Nome: KAMILA HOSANA DE MENEZESOAB: 24587/PAPoder JudiciárioTribunal de Justiça do Estado do ParáVARA ÚNICA DA COMARCA DE GARRAFÃO DO NORTEPROCESSO Nº 0800267-72.2019.8.14.0109MR.AÇÃO DE REGISTRO DE ÓBITO EXTEMPORÂNEO. Cls.1. Defiro os benefícios da justiça gratuita.2. Nos termos do art. 719 e seguintes do CPC, designo audiência de instrução parao dia 23/08/2019, às 12:00hs, ocasião em que serão ouvidas a parte requerente, a qual deverá comparecer à audiência acompanhado de até duas testemunhas, as quais comparecerão independentemente de intimação.3. Intime-se a parte requerente e seu advogado, se houver, este via DJE. Ciência à Defensoria Pública caso assistido por ela.4. Ciência ao Ministério Público. Garrafão do Norte, 11 de junho de 2019.CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 1 6 5 0 5 5 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: J. N. M. E. REPRESENTANTE: C. M. E.Representante(s): OAB 9620 - JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIO (ADVOGADO) REQUERIDO: D. T. S.Representante(s): OAB 26062 - HEVERTON ANTONIO DA SILVA BEZERRA (ADVOGADO) DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: ¿Designo audiência de instruç¿o para o dia 11/09/2019, às 14:00hs, ocasi¿o em que ser¿o ouvidas as partes e atéduas testemunhas de cada parte, as quais comparecer¿o independentemente de intimaç¿o. Intimados em audiência os presentes. Intime-se o advogado do requerido e via DJE. Ciência ao Ministério Público.¿. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 0 5 5 2 2 0 1 9 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:JOSE MARIA PEREIRA DOS SANTOS VITIMA:L. S. M. . PROCESSO Nº 0002605-52.2019.8.14.0109 MR. TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA. Cls. 1. Junte-se certidão de antecedentes do(s) autor(es) do, se ainda não tiver sido feito. 2. Nos termos do art. 72 da Lei 9.099/95, designo Audiência Preliminar para o dia 04/09/2019 às 08:30hs, ocasião em que será oferecida ao(s) réu(s) possibilidade de composição de danos civis ou transação penal. 3. Cite-se e intime-se o(a-s) autor(a-es) do fato, constando da intimação que, nos termos do art. 68 da mencionada Lei, ser faz necessário o comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á nomeado Defensor. Se residir em outra comarca, cite-se via postal com AR. 4. Intime(m)-se a(s) vítima(s) para comparecimento à audiência, e sendo esta menor, intime-se também seu representante legal. Se residente em outra comarca, intime-se via postal com AR. 5. Dê-se ciência ao Ministério Público. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00026436420198140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:RAFAEL SOUSA DE ARAUJO VITIMA:K. S. E. S. . PROCESSO Nº 0002643-64.2019.8.14.0109 MR. TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA. Cls. 1. Junte-se certidão de antecedentes do(s) autor(es) do, se ainda não tiver sido feito. 2. Nos termos do art. 72 da Lei 9.099/95, designo Audiência Preliminar para o dia 04/09/2019 às 09:00hs, ocasião em que será oferecida ao(s) réu(s) possibilidade de composição de danos civis ou transação penal. 3. Cite-se e intime-se o(a-s) autor(a-es) do fato, constando da intimação que, nos termos do art. 68 da mencionada Lei, ser faz necessário o comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á nomeado Defensor. Se residir em outra comarca, cite-se via postal com AR. 4. Intime(m)-se a(s) vítima(s) para comparecimento à audiência, e sendo esta menor, intime-se também seu representante legal. Se residente em outra comarca, intime-se via postal com AR. 5. Dê-se ciência ao Ministério Público. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00026245820198140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:FRANCISCO HUANDERSON DA SILVA PINTO VITIMA:O. E. . PROCESSO Nº 0002624-58.2019.8.14.0109 MR. TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA. Cls. 1. Junte-se certidão de antecedentes, se ainda não tiver sido feito. 2. Nos termos do art. 72 da Lei 9.099/95, designo Audiência Preliminar para o dia 21/08/2019 às 10:30hs, ocasião em que será oferecida ao(s) réu(s) transação penal. 3. CITE-SE e INTIME-SE o(a-s) autor(a-es) do fato, constando da intimação que, nos termos do art. 68 da mencionada Lei, ser faz necessário o comparecimento acompanhado de advogado, com a advertência de que, na sua falta, ser-lhe-á nomeado Defensor. Se residir em outra comarca, cite-se via Carta Precatória. 4. Dê-se ciência ao Ministério Público. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00026453420198140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:WALKELLE FERREIRA AGUIAR VITIMA:E. L. P. A. . PROCESSO Nº 0002645-34.2019.8.14.0109 MR. TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA. Cls. 1. Tratando-se de crime contra a honra (Calúnia, Difamação ou Injúria) e crime de dano, no qual somente se procede através de ação penal privada, aguarde-se até o dia 09/11/2019 a apresentação de queixa-crime pela suposta vítima. 2. Intime-se a vítima pessoalmente para que, querendo, apresente queixa-crime através de advogado ou defensor público, no prazo fixado acima. 3. Findo o prazo, certifique-se e venham conclusos. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00012476220138140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:VALDO DOS SANTOS SANTOS Representante(s): OAB 11969 - JACOB ALVES DE OLIVEIRA (DEFENSOR) DENUNCIADO:TIAGO MAIA DOS SANTOS Representante(s): OAB 11969 - JACOB ALVES DE OLIVEIRA (DEFENSOR) VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA TESTEMUNHA:MOISES RODRIGUES DIAS TESTEMUNHA:ANTONIO MESSIAS LUZ MACEDO TESTEMUNHA:ALESSANDRO GILVAN FREIRE DE PEIXOTO. PROCESSO Nº 0001247-62.2013.8.14.0109 MR. EXECUÇÃO PENAL. Cls. 1. Considerando o trânsito em julgado do feito, designo audiência admonitória para início do cumprimento da pena para o dia 05/09/2019, às 08:30hs. 2. Intimem-se os apenados. 3. Ciência ao Ministério Público. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00055542020178140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Execução de Título Judicial em: 27/06/2019---REQUERENTE:MENDANHA COMERCIAL DE PECAS LTDA Representante(s): OAB 37845 - ELIENAI MONTEIRO DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO IVAN CARNEIRO JUNIOR REQUERIDO:ANTONIO IVAN CARNEIRO JUNIOR. PROCESSO Nº 0005554-

20.2017.8.14.0109 MR. PEDIDO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. Cls. 1. Considerando do Senhor Oficial de Justiça, CITE-SE o executado, via carta precatória, nos termos do despacho anterior (fl. 45) observando, desta feita, o endereço informado à fl. 47. 2. Em seguida, acautelem-se os autos em Secretaria pelo prazo de três meses aguardando a devolução da carta. 3. Devolvida carta ou findo o prazo, volvam conclusos. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 0 3 8 2 2 0 1 9 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---INDICIADO:EM APURAÇÃO VITIMA:J. P. C. . PROCESSO Nº 0002603-82.2019.8.14.0109 MR INQUÉRITO POLICIAL INDICIADO: NÃO HÁ SENTENÇA SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO Vistos etc. Acolho o parecer da ilustre representante do Ministério Público, à fl. 23, e cujos fundamentos nele expostos adoto como razões de decidir. Com efeito, da análise de todas as provas colhidas no inquérito policial até o momento, não se vislumbra elementos suficientes de identificação do suposto autor do delito. Deste modo, o conjunto probatório colhido no inquérito policial efetivamente não autoriza, por ora, a propositura da ação penal. Determino, como requerido, o arquivamento do inquérito policial, ressalvada a hipótese do art. 18 do Código de Processo Penal. Também ressalvo eventuais direitos ou postulações na área cível, já que a responsabilidade civil é independente da criminal. Publique-se, registre-se e intimem-se. Após as anotações de praxe, dê-se baixa nos autos e arquivem-se, cientificando ao Ministério Público. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 1 4 7 4 2 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---INDICIADO:RENATO SOUSA DA SILVA VITIMA:C. M. G. A. . PROCESSO Nº 0004147-42.2018.8.14.0109 MR. INQUÉRITO POLICIAL. Cls. 1. Considerando que até a presente data a Autoridade Policial não cumpriu as diligências requeridas às fls. 28/29v, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para dar o necessário andamento ao Inquérito Policial e/ou apurar a eventual responsabilidade da Autoridade Policial. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 3 6 6 6 7 9 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---INDICIADO:ADAUTO PEREIRA DE OLIVEIRA VITIMA:F. M. A. S. . PROCESSO Nº 0003666-79.2018.8.14.0109 MR. INQUÉRITO POLICIAL. Cls. 1. Considerando que até a presente data a Autoridade Policial não cumpriu as diligências requeridas às fls. 23/23v, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para dar o necessário andamento ao Inquérito Policial e/ou apurar a eventual responsabilidade da Autoridade Policial. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 3 6 4 8 5 8 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---INDICIADO:ANTONIO FRANCIEUDO PAULA DE LIMA VITIMA:A. P. L. . PROCESSO Nº 0003648-58.2018.8.14.0109 MR. INQUÉRITO POLICIAL. Cls. 1. Considerando que até a presente data a Autoridade Policial não cumpriu as diligências requeridas às fls. 38/39, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para dar o necessário andamento ao Inquérito Policial e/ou apurar a eventual responsabilidade da Autoridade Policial. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 5 4 2 7 4 8 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:C. C. E. P. . PROCESSO Nº 0005427-

48.2018.8.14.0109 MR. INQUÉRITO POLICIAL. Cls. 1. Considerando que até a presente data a Autoridade Policial não cumpriu as diligências requeridas à fl. 31, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para dar o necessário andamento ao Inquérito Policial e/ou apurar a eventual responsabilidade da Autoridade Policial. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00025279220188140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---VITIMA:V. S. C. INDICIADO:ANTONIO RONALDO SILVA PINTO. PROCESSO Nº 0002527-92.2018.8.14.0109 MR. INQUÉRITO POLICIAL. Cls. 1. Considerando que até a presente data a Autoridade Policial não cumpriu as diligências requeridas às fls. 43/44v, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para dar o necessário andamento ao Inquérito Policial e/ou apurar a eventual responsabilidade da Autoridade Policial. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00011611820188140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---VITIMA:J. E. M. S. DENUNCIADO:GILSON CARLOS DE OLIVEIRA DA SILVA Representante(s): OAB 9620 - JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIO (DEFENSOR DATIVO) TESTEMUNHA:SGT PM EMANOEL OLIVEIRA DE ALMEIDA TESTEMUNHA:SGT PM ANTONIO ADENIR DE SOUSA FARIAS TESTEMUNHA:CB PM JOSE ALEXANDRE SILVA QUEIROZ AUTOR:MINISTERIO PUBLICO. PROCESSO Nº 0001161-18.2018.8.14.0109 MR. AÇÃO PENAL. Cls. 1. Considerando a pena aplicada, deixo de decretar a prisão do condenado. 2. Cumpridas integralmente as disposições da sentença condenatória, dê-se baixa nos autos e arquivem-se. 3. Realizada a localização do condenado, enquanto não prescrita a pretensão executória, desarquivem-se os autos e retornem conclusos para cumprimento da pena aplicada. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 01372141120158140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 27/06/2019---VITIMA:J. E. O. DENUNCIADO:AIRTON SUWELITON NUNES DA SILVA Representante(s): OAB 24587 - KAMILA HOSANA DE MENEZES (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO TESTEMUNHA:CRISTINA MARIA LIMA SOARES TESTEMUNHA:FABIO DA SILVA OLIVEIRA LIMA TESTEMUNHA:MARINA ROCHA LIMA TESTEMUNHA:SUELI CLARO DA SILVA TESTEMUNHA:MARIA RAQUEL RODRIGUES SILVA TESTEMUNHA:MARCOS CLEY DIAS SA. PROCESSO Nº 0137214-11.2015.8.14.0109 MR. AÇÃO PENAL. Cls. 1. Considerando a certidão de fl. 83 e o despacho de fl. 84, dê-se vista dos autos ao representante do Ministério Público para se manifestar sobre a testemunha não localizada MARCOS CLEY DIAS SÁ. 2. Devolvido aos autos, volvam conclusos. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00005666320118140109 PROCESSO ANTIGO: 201120003144 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO VITIMA:O. E. DENUNCIADO:NILZA NASCIMENTO RODRIGUES Representante(s): OAB 15502 - THIAGO RAMOS DO NASCIMENTO (ADVOGADO) DENUNCIADO:FRANCISCO FERREIRA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 15502 - THIAGO RAMOS DO NASCIMENTO (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0000566-63.2011.8.14.0109 MR. AÇÃO DE EXECUÇÃO CRIMINAL. Cls. 1. Reitere-se o ofício de fl. 93, fixando um prazo de quinze dias para resposta, sob pena de responsabilidade, devendo o ofício ser entregue via Oficial de Justiça pessoalmente ao Diretor (a) da Escola Antônio Cearense. 2. Findo o prazo, certifique-se e volvam conclusos. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00035839720178140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Ação Penal -

Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:JOSE LUIS NASCIMENTO SILVA Representante(s): OAB 18824 - SAMUEL FERNANDES DIAS LUZ (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO TESTEMUNHA:SGT PM PAULO DOS SANTOS SANTANA TESTEMUNHA:SDPM JEFFERSON JUNIOR RAMOS COSTA TESTEMUNHA:CBPM ALEXANDRE DE SOUSA AMARAL. PROCESSO Nº 0003583-97.2017.8.14.0109 MR. AÇÃO PENAL. Cls. 1. Considerando que o laudo pericial da arma apreendida não se encontra disponível nos documentos de Perícias Científicas do sistema Libra, e tendo em vista a certidão de fl. 43, reitere-se o ofício de fl. 35, fixando um prazo de 30 dias para resposta. 2. Após, com resposta ou não do ofício, volvam conclusos. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00005184120108140109 PROCESSO ANTIGO: 201020003517 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO VITIMA:O. E. REU:EDVALDO SALES. PROCESSO Nº 0000518-41.2010.8.14.0109 MR. AÇÃO DE EXECUÇÃO CRIMINAL. Cls. 1. Reitere-se o ofício de fl. 102, fixando um prazo de quinze dias para resposta, devendo o ofício ser entregue via Oficial de Justiça pessoalmente ao Secretário de Obras do Município de Nova Esperança do Piriá. 2. Findo o prazo, certifique-se e volvam conclusos. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00066677220188140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Petição Criminal em: 27/06/2019---QUERELANTE:M. A. S. M. QUERELADO:MARIA ELIETE DE FREITAS SOUZA. PROCESSO Nº 0006667-72.2018.8.14.0109 MR. AÇÃO PENAL PRIVADA. Cls. 1. As ações penais de iniciativa privada possuem características específicas em nosso ordenamento jurídico, dentre elas, temos a necessidade de procuração com poderes especiais, conforme previsão contida nos art. 39 e 44, ambos do Código de Processo Penal. 2. Nos termos do a art. 44 do CPP, deverá constar na procuração com poderes especiais o nome do querelado e a menção do fato criminoso. 3. Verifico que o advogado da querelante, em manifestação às fls. 09/10, juntou a mesma procuração anteriormente anexada com a peça inaugural, as quais não estão em consonância com os moldes previstos no CPP. 4. Deste modo, concedo prazo suplementar de quinze dias para que a querelante apresente procuração com poderes especiais, nos moldes supramencionados, sob pena de arquivamento do feito. 5. Intime-se o advogado da querelante, com vista dos autos. Findo o prazo ou havendo manifestação, volvam conclusos. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00026425020178140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---VITIMA:O. E. DENUNCIADO:MAIKON SOARES DOS SANTOS DENUNCIADO:ALOISIO MOREIRA FURTADO DENUNCIADO:THARLES PEREIRA Representante(s): OAB 24587 - KAMILA HOSANA DE MENEZES (ADVOGADO) DENUNCIADO:ANTONIO CARLOS SOARES DOS SANTOS AUTOR:MINISTERIO PUBLICO TESTEMUNHA:SGT PM FRANCISCO MONTEIRO SILVA TESTEMUNHA:SGT PM FRANCISCO HEVERTON COSTA CARVALHO TESTEMUNHA:SD PM WILLIAN GOMES MONTEIRO. PROCESSO Nº 0002642-50.2017.8.14.019 MR. AÇÃO PENAL. Cls. 1. Tendo em vista a certidão de fls. 17, oficie-se aos Cartórios de Registro Civil de Pessoa Natural de Garrafão do Norte, Nova Esperança do Piriá, para certificar, no prazo de cinco dias, sobre a existência de registro de óbito em nome do réu. 2. Sem prejuízo, reitere-se o ofício de fl. 19, fixando um prazo de cinco dias para resposta. 3. Em seguida, apresentada a declaração de óbito, vistas dos autos ao Ministério Público, não apresentada, volvam conclusos. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 01402133420158140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:JOAO DE DEUS DOS SANTOS PIRES Representante(s): OAB 19657 - MAINÁ JAILSON SAMPAIO CUNHA (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E.

VITIMA:R. O. C. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO TESTEMUNHA:SGT PM FRANCISCO MONTEIRO SILVA TESTEMUNHA:SGT PM GERALDO MATEUS DE SOUSA TESTEMUNHA:BENEDITO OLIVEIRA CONCEICAO. PROCESSO Nº 0140213-34.2015.8.14.0109 MR. AÇÃO DE EXECUÇÃO CRIMINAL. Cls. 1. Reitere-se o ofício de fl. 45, fixando um prazo de quinze dias para resposta, sob pena de responsabilidade, devendo o ofício ser entregue via Oficial de Justiça pessoalmente ao Diretor (a) da ESCOLA MUNICIPAL PACÍFICO LEÃO DA VILA DO LIVRAMENTO. 2. Findo o prazo, certifique-se e volvam conclusos. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00060940520168140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 27/06/2019---VITIMA:L. F. V. DENUNCIADO:DAVI TRINDADE NASCIMENTO Representante(s): OAB 16938 - SEBASTIAO LOPES BORGES (DEFENSOR DATIVO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO TESTEMUNHA:ANTONIO LUCIANO VIEIRA TESTEMUNHA:CARLOS ANTONIO ALVES DE OLIVEIRA TESTEMUNHA:LUCIANA FONSECA VIEIRA TESTEMUNHA:LUIZ FELIPE DA CRUZ OLIVEIRA TESTEMUNHA:ANTONIO PAULINO ALVES DE FARIAS TESTEMUNHA:ANTONIO ILSON DOS SANTOS TESTEMUNHA:FRANCISCO ABENILSON BANDEIRA MENDES TESTEMUNHA:ELIAS SILVA DO NASCIMENTO. PROCESSO Nº 0006094-05.2016.8.14.0109 MR. AÇÃO PENAL. Cls. 1. Verifica-se que a carta precatória nº 050/2019 (fl. 97) não foi integralmente cumprida, havendo somente informações sobre o cumprimento em relação a testemunha de acusação ELIAS (certidão à fl. 104v), restando pendente o cumprimento referente ao interrogatório do acusado DAVI TRINDADE NASCIMENTO. 2. Deste modo, expeça-se nova carta precatória objetivando o interrogatório do réu, instruindo-se a carta precatória com os documentos necessários (cópias do inquérito, denúncia e defesa preliminar). 3. Em seguida, dê-se vista dos autos ao representante do Ministério Público para se manifestar sobre a testemunha não localizada ELIAS SILVA DO NASCIMENTO. 4. Devolvido aos autos, volvam conclusos. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00050131520168140014 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Regulamentação de Visitas em: 27/06/2019---REQUERENTE:EDENILSON ALMEIDA DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 0000 - DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) MENOR:D. W. S. O. REQUERIDO:DIANA DOS SANTOS SOUZA. PROCESSO Nº 0005013-15.2016.8.14.0014. AÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE DIREITO DE VISITA. Cls. 1. Processe-se sob o pálio da justiça gratuita. 2. Designo audiência preliminar para o dia 21/08/2019 às 09:30hs. 3. Intime-se o requerente pessoalmente, via Central de Mandados. Intime-se a requerida via Oficial de Justiça. Intime-se a Defensoria Pública de Capitão Poço via postal com AR. 4. Ciência ao Ministério Público. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00003007620118140109 PROCESSO ANTIGO: 201120001619 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO VITIMA:O. E. DENUNCIADO:MARIA ELIZABETE GOMES DA SILVA. PROCESSO Nº 00003000-76.2011.8.14.0109 MR. AÇÃO PENAL. Cls. 1. Considerando a pena aplicada, deixo de decretar a prisão da condenada. 2. Cumpridas integralmente as disposições da sentença condenatória, dê-se baixa nos autos e arquivem-se. 3. Realizada a localização da condenada, enquanto não prescrita a pretensão executória, desarquivem-se os autos e retornem conclusos para cumprimento da pena aplicada. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00004455920168140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:ANTONIO MESQUITA DE MELO Representante(s): OAB 13657 - JEDYANE COSTA DE SOUZA (DEFENSOR DATIVO) OAB 23326 - ERICA DE KASSIA COSTA DA SILVA (ADVOGADO) OAB 14039 - BRUNO AUGUSTO TEIXEIRA ERICEIRA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO TESTEMUNHA:FRANCISCO HEVERTON COSTA CARVALHO TESTEMUNHA:SGTPM MARCO

ANTONIO MORAES DE MELO TESTEMUNHA:CBPM ALEXANDRE DE SOUSA AMARAL TESTEMUNHA:SDPM PHELLIPE CARVALHO COIMBRA. PROCESSO Nº 0000445-59.2016.8.14.0109 MR. EXECUÇÃO PENAL. Cls. 1. Considerando o trânsito em julgado do feito, designo audiência admonitória para início do cumprimento da pena para o dia 04/09/2019, às 10:30hs. 2. Intime-se o apenado. 3. Ciência ao Ministério Público. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00025908820168140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:IDALBERTO DA SILVA VIEIRA Representante(s): OAB 13657 - JEDYANE COSTA DE SOUZA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:O. E. DENUNCIADO:ARLISSON ALVES RODRIGUES Representante(s): OAB 13657 - JEDYANE COSTA DE SOUZA (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO:EVANILDO NAZARENO COSME LIRA Representante(s): OAB 6977 - LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO TESTEMUNHA:SGTPM MARCO ANTONIO MORAES DE MELO TESTEMUNHA:CBPM JOSE ADOMAR SOUZA FARIAS TESTEMUNHA:EDSON DOS REIS DE LIMA TESTEMUNHA:ROSILENE MONTEIRO NUNES TESTEMUNHA:FRANCISCO DINAILSON SANTOS DOS SANTOS TESTEMUNHA:ANTONIA EDIVANIA SALES SOUZA TESTEMUNHA:ADRIANO MONTEIRO DA SILVA. PROCESSO Nº 0002590-88.2016.8.14.0109 MR. AÇÃO PENAL. Cls. 1. Considerando as certidões de trânsito em julgado às fls. 117/119, nada mais havendo a providenciar, dê-se baixa nestes autos e arquivem-se. Garrafão do Norte, 27 de jumho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00064477420188140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---VITIMA:R. J. R. S. DENUNCIADO:VALDENOR DAMASCENO SILVA Representante(s): OAB 24548 - FABIELLE TORQUATO DE LIMA (DEFENSOR DATIVO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO TESTEMUNHA:SGT PM FRANCISCO DE ASSIS QUEIROZ DOS SANTOS TESTEMUNHA:DAYVISON WILHAMES DE OLIVEIRA TESTEMUNHA:SD PM ALTEMAR AMORIM MARTINS TESTEMUNHA:IASMIM ALVES DA SILVA. PROCESSO Nº 0006447-74.2018.8.14.0109 MR. EXECUÇÃO PENAL. Cls. 1. Considerando o trânsito em julgado do feito, designo audiência admonitória para início do cumprimento da pena para o dia 24/09/2019, às 11:00hs. 2. Intime-se o apenado. 3. Ciência ao Ministério Público. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00075453120178140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Processo de Execução em: 27/06/2019---REQUERENTE:BANCO DO BRASIL SA Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 16637-A - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) REQUERIDO:TRANSLOGISTICA DIAS LTDA EPP REQUERIDO:IVANDO BARROS DIAS REQUERIDO:ELILANE PEREIRA SAMPAIO DIAS. PROCESSO Nº 0007545-31.2017.8.14.0109 MR. AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. Cls. 1. Intime-se a parte autora, através de seu advogado e via DJE, para que tome ciência das certidões de fl. 96 e 98 e no prazo de trinta dias requeira o que entender de direito. 2. Findo o prazo ou havendo manifestação, volvam conclusos. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00000905920108140109 PROCESSO ANTIGO: 201010001141 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 27/06/2019---EXECUTADO:JOSENIL FREITAS FONTES EXEQUENTE:BANCO MATONE S A Representante(s): OAB 173.477 - PAULO ROBERTO VIGNA (ADVOGADO) . PROCESSO Nº 0000090-59.2010.8.14.0109 MR. AÇÃO DE EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL. Cls. 1. Verifica-se que a parte autora não se manifestou, conforme determinado à fl. 146. 2. Deste modo, acautelem-se os autos em secretaria pelo prazo de três meses aguardando manifestação de interesse da parte autora. 3. Havendo manifestação dentro do prazo, volvam conclusos. 4. Findo o prazo sem manifestação,

intime-se a parte autora pessoalmente, via postal com AR, para manifestar interesse no prosseguimento do feito no prazo de cinco dias, requerendo o que entender de direito, a teor do disposto no art. 485, § 2º, do CPC, sob pena de extinção do processo. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00019317920168140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Busca e Apreensão em: 27/06/2019---REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDO NONATO DE JESUS. PROCESSO Nº. 0001931-79.2016.8.14.0109 MR. AÇÃO ORDINÁRIA. Cls. 1. Trata-se de recurso interposto pela parte requerida, vencida (art. 996, do CPC). 2. Intime-se a parte recorrida através de seu advogado e via DJE para, querendo, no prazo de quinze dias, apresente contrarrazões ao recurso interposto (art. 1.010, § 1º, do CPC). 3. Findo o prazo para resposta certifique-se e remetam-se os autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Pará para julgamento do apelo (art. 1.010, § 3º, do CPC). Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito 0

PROCESSO: 00024334120188140014 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Divórcio Litigioso em: 27/06/2019---REQUERENTE:JOSE EDIVALDO DE SOUZA MOTA REQUERIDO:MARIA MELO MOTA. PROCESSO Nº 0002433-41.2018.8.14.0109 MR. AÇÃO DE DIVÓRCIO LITIGIOSO. Cls. 1. Decreto a revelia da requerida MARIA MELO MOTA, sem aplicação dos efeitos. 2. Nos termos do art. 72, inciso II, do CPC, nomeio Curadora da ré revel, citada por edital, a Dra. ALANA ALDENIRA MENDES CHAGAS, OAB/PA nº 26.373, advogada em atuação nesta comarca. 3. Vista dos autos à curadora para apresentação de contestação, no prazo de quinze dias. 4. Devolvidos os autos, retornem conclusos. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00010278820188140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Busca e Apreensão em: 27/06/2019---REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 15530 - LAYSA AGENOR LEITE (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:GLEIBSON JOSE ALMEIDA DOS SANTOS. PROCESSO Nº 0001027-88.2018.8.14.0109 MR. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. Cls. 1. Intime-se a parte autora, através de seu advogado e via DJE, para que tome ciência da certidão de fl. 74 e no prazo de trinta dias requeira o que entender de direito. 2. Findo o prazo ou havendo manifestação, volvam conclusos. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00025469820188140109 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019---AUTOR DO FATO:ANTONIO EDUARDO CORDEIRO DE OLIVEIRA AUTOR DO FATO:FRANCISCO NAIRO DA SILVA SALES VITIMA:O. E. . PROCESSO Nº 0002546-98.2018.8.14.0109 MR. TERMO CIRCUNSTANCIADO DE OCORRÊNCIA. Cls. 1. Verifica-se que o autor do fato FRANCISCO NAIRO DA SILVA SALES cumpriu a transação penal oferecida pelo Representante do Ministério Público. 2. Por outro lado, constata-se que o autor do fato ANTÔNIO EDUARDO CORDEIRO DE OLIVEIRA não comprovou o pagamento integral da transação penal proposta em audiência. 3. Deste modo, considerando a certidão de fl. 51, dê-se vista dos autos ao Ministério Público para requerer o que entender de direito em relação ao autor do fato ANTÔNIO EDUARDO. Garrafão do Norte, 26 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

PROCESSO: 00006791720118140109 PROCESSO ANTIGO: 201110004342 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Averiguação de Paternidade em: 26/06/2019---REQUERIDO:GERSON SOARES CUNHA

REPRESENTANTE:VANESSA LOPES DOS SANTOS Representante(s): OAB 9620 - JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIO (ADVOGADO) REQUERENTE:Y. L. S. . DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: ?Encaminhe-se o material coletado para o endereço constante nos autos fl. 62. Em seguida, acautelem-se os autos em secretaria pelo prazo de três meses aguardando o resultado do exame de DNA. Findo o prazo ou chegado o resultado, volvam conclusos. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Intimados em audiência os presentes. Ciente o representante do Ministério Público.?.

P R O C E S S O : 0 0 0 3 0 1 2 6 3 2 0 1 6 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: F. S. R. REPRESENTANTE: M. F. S. R.
Representante(s): OAB 19657 - MAINÁ JAILSON SAMPAIO CUNHA (ADVOGADO) REQUERIDO: J. S. N. Representante(s): OAB 9620 - JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIO (ADVOGADO) ANTE O EXPOSTO, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO, extinguindo o feito com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas ou honorários advocatícios, face ao deferimento da Justiça Gratuita para ambas as partes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público. Após, certificado o trânsito em julgado, arquive-se com as cautelas da lei. Existindo nos autos documento original, autorizo seu desentranhamento e devolução à requerente, deixando-se cópia. Garrafão do Norte, 27 de junho de 2019. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 6 0 5 6 5 6 2 0 1 7 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: H. R. C. REPRESENTANTE: S. R. C.
Representante(s): OAB 9620 - JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIO (ADVOGADO) REQUERIDO: I. O. F. DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: ¿Encaminhe-se o material coletado para o endereço constante nos autos fl. 25. Em seguida, acautelem-se os autos em secretaria pelo prazo de três meses aguardando o resultado do exame de DNA. Findo o prazo ou chegado o resultado, volvam conclusos. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Intimados em audiência os presentes. Ciente o representante do Ministério Público.¿. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 1 3 4 7 4 1 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: R. M. P. R. REPRESENTANTE: F. P. R.
Representante(s): OAB 9620 - JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIO (ADVOGADO) REQUERIDO: F. F. S. DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: ¿Encaminhe-se o material coletado para o endereço constante nos autos fl. 22. Em seguida, acautelem-se os autos em secretaria pelo prazo de três meses aguardando o resultado do exame de DNA. Findo o prazo ou chegado o resultado, volvam conclusos. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Intimados em audiência os presentes. Ciente o representante do Ministério Público.¿ CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 1 4 9 0 3 0 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: C. D. S. REPRESENTANTE: A. E. S.
Representante(s): OAB 9620 - JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIO (ADVOGADO) REQUERIDO: C. A. DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: ¿Encaminhe-se o material coletado para o endereço constante nos autos fl. 20. Em seguida, acautelem-se os autos em secretaria pelo prazo de três meses aguardando o resultado do exame de DNA. Findo o prazo ou chegado o resultado, volvam conclusos. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Intimados em audiência os presentes. Ciente o representante do Ministério Público.¿. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 5 2 3 4 0 4 2 0 1 6 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: A. E. G. A.
Representante(s): OAB 23274 - TAYNARA BASTOS MENEZES (ADVOGADO) REQUERIDO: A. M. S. F.
REPRESENTANTE: A. F. E. S. REQUERIDO: E. L. F. DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: ¿Encaminhe-se o material coletado para o endereço constante nos autos fl. 28. Em seguida, acautelem-se os autos em secretaria pelo prazo de três meses aguardando o resultado do exame de DNA. Findo o prazo ou chegado

o resultado, volvam conclusos. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Intimados em audiência os presentes. Ciente o representante do Ministério Público.¿. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 8 1 7 9 2 0 1 4 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Averiguação de Paternidade em: 26/06/2019---REQUERENTE:A. D. N. REQUERENTE:A. D. N. REQUERENTE:M. V. N. REPRESENTANTE:ANTONIA CLAUDIANE DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 12552 - REINALDO MARTINS JUNIOR (DEFENSOR) REQUERIDO:EVANDRO FONTELES DE ARAUJO. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: ?Acautelem se os autos em Secretaria pelo prazo de três meses aguardando manifestação de interesse. Havendo manifestação, retornem conclusos. Inexistindo manifestação no prazo, intime-se a parte autora, através de sua advogada e via DJE, para que no prazo de cinco dias demonstre interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 485, § 2º, do CPC. Intimados em audiência os presentes. Ciente o representante do Ministério Público?. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 9 8 4 9 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: E. S. P. R. Representante(s): OAB 22737 - TEREZINHA BEZERRA DE BARROS (ADVOGADO) REQUERIDO: L. P. R.
Representante(s): OAB 20587 - DEYSE HELLEM DA SILVA LIMA (ADVOGADO)
OAB 26637 - IGOR CRUZ DE AQUINO (CURADOR) ISTO POSTO, com arrimo no art. 26 da Lei n. 6.515/77 c/c o art. 1.580, § 2°, do Código Civil, reconheço a separaç¿o de fato do casal, e por consequência, JULGO PROCEDENTE A PRESENTE AÇ¿O DE DIVÓRCIO DIRETO, decretando a dissoluç¿o do vínculo matrimonial, homologando o acordo no que concerne ao patrimônio do casal, DETERMINANDO ao Sr. Oficial de Registro Civil da Comarca de Ananindeua/PA que PROCEDA À RESPECTIVA AVERBAÇ¿O DESTE DECISUM, bem como EXPEÇA UMA NOVA CERTID¿O DE CASAMENTO devidamente atualizada, sem a cobrança de custas ou emolumentos, remetendo-a este juízo a qual será entregue à parte requerente. A requerente voltará a usar seu nome de solteira, qual seja EDILANE SILVA PANTOJA. Esta sentença servirá de Mandado de Averbaç¿o a ser cumprida mediante carta precatória à comarca de Ananindeua. Sem condenaç¿o em custas ou honorários advocatícios. Considerando o serviço realizado pelo Curador do réu revel, Dr. Igor Cruz Aquino, OAB/PA 26.637, ante a ausência de Defensor Público na comarca, nos termos do art. 22, § 1º, da Lei n° 8.906/94, fixo seus honorários advocatícios em R$ 500,00 (quinhentos reais), valor a ser suportado pelo Estado do Pará. Após o trânsito em julgado, intime-se o Estado do Pará para adimplir os honorários. Publicada em audiência. Intimados os presentes. Ciência ao curador do revel. Intime-se o requerido via edital, com prazo de vinte dias. Ciente o representante do Ministério Público. Após as formalidades legais, arquivem-se com as cautelas de lei.¿. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 1 3 4 6 5 6 2 0 1 8 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: W. Y. G. S. B. REPRESENTANTE: J. S. B.
Representante(s): OAB 9620 - JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIO (ADVOGADO) REQUERIDO: A. E. S. C. DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: ¿Encaminhe-se o material coletado para o endereço constante nos autos fl. 20. Em seguida, acautelem-se os autos em secretaria pelo prazo de três meses aguardando o resultado do exame de DNA. Findo o prazo ou chegado o resultado, volvam conclusos. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Intimados em audiência os presentes. Ciente o representante do Ministério Público.¿. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 3 0 2 5 2 8 2 0 1 7 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: M. S. P. REPRESENTANTE: M. M. S. P.
Representante(s): OAB 9620 - JOSE LINDOMAR ARAGAO SAMPAIO (ADVOGADO) REQUERIDO: A. C. N. DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: ¿Considerando a ausência do requerido, expeça-se Carta Precatória a comarca de Tailândia/PA objetivando coleta do material genético do requerido e encaminhamento a este Juízo para remessa, juntamente com o material genético coletado na data de hoje, para a realizaç¿o de exame de DNA. Expedida a carta acautelem-se em secretaria pelo prazo de três meses aguardando a

devoluç¿o. Findo o prazo ou devolvida a carta, volvam conclusos. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Intimados em audiência os presentes. Ciente o representante do Ministério Público.¿ CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 5 8 2 5 2 9 2 0 1 7 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: E. L. S. Representante(s): OAB 22737 - TEREZINHA BEZERRA DE BARROS (ADVOGADO) REPRESENTANTE: N. L. S.
REQUERIDO: V. G. N. DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: ¿Designo audiência de instruç¿o para o dia 24/09/2019, às 10:00hs, ocasi¿o em que ser¿o ouvidas as partes e até duas testemunhas de cada parte, as quais comparecer¿o independentemente de intimaç¿o. Intimados em audiência os presentes. Intime-se o advogado do requerido e via DJE. Ciente o representante do Ministério Público.¿. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 6 5 9 4 7 1 2 0 1 6 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Averiguação de Paternidade em: 26/06/2019---REQUERENTE:C. D. F. B. REPRESENTANTE:ANTONIA VALDILENE FIRMO BANDEIRA Representante(s): OAB 16090 - LETICIA CAVALCANTE DAMIAO (ADVOGADO) REQUERIDO:CARLOS JOSE ESTEVAO Representante(s): OAB 23652 - MARA TAMIRES BEZERRA LIMA (CURADOR) . DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: ?Redesigno a audiência de instrução para o dia 11/09/2019 às 14:30hs, ocasião em que serão ouvidas as partes e eventuais testemunhas as quais comparecerão independentemente de intimação. Intime-se pessoalmente a requerente. Intime-se a curadora do revel via DJE. Ciente o representante do Ministério Público.?. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 8 1 7 9 2 0 1 4 8 1 4 0 1 0 9 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CORNELIO JOSE HOLANDA Ação: Averiguação de Paternidade em: 26/06/2019---REQUERENTE:A. D. N. REQUERENTE:A. D. N. REQUERENTE:M. V. N. REPRESENTANTE:ANTONIA CLAUDIANE DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 12552 - REINALDO MARTINS JUNIOR (DEFENSOR) REQUERIDO:EVANDRO FONTELES DE ARAUJO. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: ?Acautelem se os autos em Secretaria pelo prazo de três meses aguardando manifestação de interesse. Havendo manifestação, retornem conclusos. Inexistindo manifestação no prazo, intime-se a parte autora, através de sua advogada e via DJE, para que no prazo de cinco dias demonstre interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento, nos termos do art. 485, § 2º, do CPC. Intimados em audiência os presentes. Ciente o representante do Ministério Público?. CORNÉLIO JOSÉ HOLANDA Juiz de Direito

COMARCA DE MELGAÇO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MELGAÇO

ATO ORDINATÓRIO

PROCESSO Nº 0000129-24.2007.8.14.0089

Classe: CRIME DE ROUBO.

RÉU: JOELSON NOGUEIRA XAVIER.

ADVOGADO: FABIO MONTEIRO OAB/PA ¿ 103003

VITIMAS: E.A.S.C, R.D.N.S, R.J.C.M, A.G.P e E.M.V

INTIMAÇÃO

Nos termos do que dispõe o Provimento nº 006/2009 ¿ CJCI, procedo a INTIMAÇÃO do advogado do Réu, acima informadas, para que o mesmo compareça à Audiência de Instrução e Julgamento, a ser realizada no dia 24/09/2019, às 10:30h, no Fórum da Comarca de Melgaço.

Melgaço, 28 de junho de 2019.

Marystella M. Gonçalves

Auxiliar Judiciário.

ATO ORDINATÓRIO

Processo nº: 0000428-25.2012.8.14.0089

Ação Penal - Denúncia

Denunciado: Jeaziel Soares de Oliveira.

Advogado(a): Hélyton Feitosa Pinto OAB/PA Nº 7163

Vítima: Laelson de Lima Pena.

Fica ao Acusado(a), através de seu Advogado(a), INTIMADA(o), para apresentar

alegações finais no prazo legal.

Melgaço, 30 de abril de 2019.

Marystella Monteiro Gonçalves. Auxiliar Judiciário.

Prov. 006/2006, art. 1º, §3º ¿ CJRMB e Prov. 006/2009 - CJCI

COMARCA DE TUCUMÃ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE TUCUMÃ

PROCESSO Nº 0001918-66.2012.8.14.0062. AÇÃO CÍVEL. SENTENÇA. Requerente: E. M. D. S. e E. D. S. E. S.. Requerido: C. M. D. S.. ¿**SENTENÇA** Vistos, etc. Trata-se de Ação de Guarda ajuizada por **E. M. D. S.** e **E. D. S. S.**, postulando a guarda dos menores **A. B. M. D. S.**, **G. H. M. D. S.** e **J. M. M. D. S.** em desfavor de **C. M. D. S..** Aduz, em suma, que a requerente é tia materna dos infantes e que os mesmos encontravam-se acolhidos na Casa de Passagem Tia Doralice, por encontrarem-se em situação de total abandono, material e afetivo por conta da requerida. Pleiteou liminarmente a guarda provisória dos menores, que foi concedida em audiência de justificação às fls. 42/43. Houve a citação editalícia da requerida à fl.77, sendo decretada sua revelia e nomeado curador à fl. 82. Foi juntado estudo social às fls. 54/55 e contestação à fl.85 O Ministério Público manifestou-se pela procedência do pedido de guarda definitiva. (fls.89/91). **É o sucinto e necessário relato. Decido.** O feito não contém nulidades, estando apto para receber a jurisdição pretendida, sendo garantido o amplo direito de petição à autora, e intervindo o Ministério Público em todas as fases do processo, nele se manifestando regularmente. A guarda judicial, fora das hipóteses de adoção e tutela, foi criada pelo legislador exatamente para atender às situações peculiares de cada caso concreto. Ademais, a situação de risco e abandono em que se encontravam os infantes, sendo acolhidos em abrigo municipal, demostra a necessidade dessas crianças serem acolhidas por alguém que lhes ampare afetiva e materialmente. Em se tratando de guarda de menores, há que se encaminhar o julgamento basicamente no sentido de garantir-lhes, tanto quanto possível, tranqüilidade e bem-estar. Na esteira deste entendimento, o estudo social confeccionado pela Assistência Social do município deu conta de que os menores encontravam-se em situação de vulnerabilidade e os requerentes apresentaram-se aptos a exercerem a guarda das crianças. Deve-se destacar, ainda, que na apreciação do pedido de guarda é prudente que se leve em conta o grau de parentesco, a relação de afinidade e afetividade, a fim de minorar o duro e natural sofrimento advindo do abandono da genitora. Tais fatos são perfeitamente ajustáveis ao caso ora examinado, uma vez que a requerente é tia materna dos menores. Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na ação de guarda ajuizada por **E. M. D. S.** e **E. D. S. E SOUZA**, para declarar definitivos os efeitos da tutela antecipadamente concedida (fls. 42/43), conferindo a guarda, instituto que é sempre provisório e revogável, dos menores **ANA BEATRIZ M. D. S.**, **G. H. M. D. S.** e **J. M. M. D. S.**, todos já qualificados nos autos, aos requerentes, os quais se obrigarão a prestar assistência moral, material e educacional, mediante termo de compromisso nos autos, de bem e fielmente desempenhar o encargo de guarda. Deixo de condenar ao pagamento das custas processuais e verbas honorárias, em virtude de ser a autora beneficiária da justiça gratuita. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Transcorrido o prazo recursal sem manifestação, certifique-se o trânsito em julgado e remetam-se os autos ao arquivo. Tucumã, 21 de fevereiro de 2017. **ÊNIO MAIA SARAIVA** Juiz de Direito Substituto¿.

Número do processo: 0800367-71.2019.8.14.0062 Participação: REQUERENTE Nome: L. S. D. O. Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO ALVES FERREIRAOAB: 62-BPA Participação: REQUERIDO Nome: PAULO RICARDO DA SILVA VIEIRAProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará [Alimentos]ALIMENTOS - LEI ESPECIAL Nº 5.478/68 (69)13 de junho de 2019Nome: LUCIANA SILVEIRA DE OLIVEIRAEndereço: AVENIDA BRASILIA, S/N, AO LADO DO SINDICATO - SINTEP, BOA ESPERANÇA, TUCUMã - PA - CEP: 68385-000Nome: PAULO RICARDO DA SILVA VIEIRAEndereço: RUA ALENQUER, 210, BAIRRO DAS FLORES, TUCUMã - PA - CEP: 68385-0000800367-71.2019.8.14.0062Vara Única de TucumãREQUERENTE: LUCIANA SILVEIRA DE OLIVEIRAREQUERIDO: PAULO RICARDO DA SILVA VIEIRA Decisão InterlocutóriaRecebo a Inicial.Defiro os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do art. 98 e 99 do CPC. Consoante o disposto

no parágrafo único do artigo 693 do Novo Código de Processo Civil a Ação de Alimentos observará o procedimento previsto em lei específica, aplicando-se, no que couber, as disposições do Novo Código. DESIGNO o dia 08 DE AGOSTO DE 2019, às 09h30min, para a realização da audiência de conciliação, instrução e julgamento,devendo as partes comparecerem acompanhadas de suas testemunhas, independente de intimação, no endereço constante no rodapé. Não havendo acordo em audiência, o(s) Requerido(s) poderá(ão) contestar(em) os termos da petição inicial,sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial - desde que o faça por intermédio de seu advogado ou defensor, passando-se, em seguida, para a oitiva das testemunhas e a prolação da sentença. Dos alimentos provisórios Considerando, de modo ainda liminar, que a única prova da capacidade financeira do Requerente é a sua própria declaração, arbitro os alimentos provisórios em favor do Requeridono valor deR$299,40 (duzentos e noventa e nove reais e quarenta centavos) importância equivalente a 30% (quarenta por cento)do salário mínimo vigente no país, devendo ser pago até o dia 10 (dez) de cada mês, diretamente à genitora do menor, ora requerente ou em conta por ela indicada, a contar da data da propositura da ação, valor que deverá serreajustado na mesma proporção e na mesma época do reajuste do salário mínimo nacional. Demais deliberações Cite-se/Intime-se o(s) requerido(s) e intime-se a parte requerente para comparecerem à audiência acompanhados de seus advogados e testemunhas. Caso a(s) parte(s) requerida(s) não possua(m) condições financeiras de contratar um advogado, ser-lhe-á(ão) nomeado um defensor dativo no ato. Intime-seo(as) Requerente(s), por seu advogado constituído, via DJE, e pessoalmente, na hipótese de substituído processualmente pelo Ministério Público ou patrocinado pela Defensoria Pública, advertindo-o(s) que a ausência à audiência injustificadamente acarretará a extinção do processo por desinteresse. Dê-se ciência ao Ministério Público. SERVE ESTE INSTRUMENTO COMO MANDADO/CARTA CITAÇÃO POSTAL/OFÍCIO/CARTA PRECATÓRIA. Publique-se. Cumpra-se. Tucumã-PA, 13 de junho de 2019. LIBERIO HENRIQUE DE VASCONCELOSJuiz de DireitoRespondendo pela Comarca de Tucumã.

Número do processo: 0800223-97.2019.8.14.0062 Participação: REQUERENTE Nome: CLEUCY RIBAMAR DINIZ DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: MARCIO ALVES FERREIRAOAB: 62-BPA Participação: REQUERIDO Nome: LETICIA PEREIRA GOMES DA SILVAProcesso Judicial EletrônicoTribunal de Justiça do Pará [Dissolução]DIVÓRCIO LITIGIOSO (99)14 de junho de 2019Nome: CLEUCY RIBAMAR DINIZ DA SILVAEndereço: AVENIDA DO OURO, S/N, NO CALDO TOCANTINS, RODOVIARIO, TUCUMã - PA - CEP: 68385-000Nome: LETICIA PEREIRA GOMES DA SILVAEndereço: NO SITIO ROSA DE SARON, S/N, PROXIMO A VILA LINDOESTE, VICINAL BARRA BONITA, SãO FéLIX DO XINGU - PA - CEP: 68380-0000800223-97.2019.8.14.0062Vara Única de TucumãREQUERENTE: CLEUCY RIBAMAR DINIZ DA SILVAREQUERIDO: LETICIA PEREIRA GOMES DA SILVADECISÃO Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. I- DESIGNO audiência de conciliação/mediação, nos termos do artigo 334 do CPC, para oDIA 07 DE AGOSTO DE 2019 ÀS 12H00MIN. II- INTIME-SE a parte requerente, na pessoa do advogado, para comparecimento. III- CITE-SE a parte requerida para comparecimento. IV- Fiquem as partes cientes de que o comparecimento é obrigatório (pessoalmente ou por representante com procuração específica, com outorga de poderes para negociar e transigir). A ausência injustificada é considerada ato atentatório à dignidade da justiça, sendo sancionada com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa (art. 334, § 8º, CPC). V- As partes devem estar acompanhadas de seus advogados (art. 334, § 9º, CPC). VI- Na hipótese do parágrafo anterior, caso infrutífera a conciliação ou verificada a ausência de qualquer parte, o prazo para a parte requerida contestar a ação terá início na data da audiência (art. 335, I, CPC). VII- Caso a parte ré faça uso da previsão do § 5º do art. 334 do CPC, o termo inicial do prazo para a contestação será a data do protocolo da manifestação do seu desinteresse na audiência de conciliação. VIII- Decorrido o prazo para contestar o pedido, e no intento de facilitar a adoção das providências preliminares (art. 347 do CPC), INTIME-SE a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente manifestação, a teor do art. 348 e seguintes do CPC, nos seguintes termos: 1. Havendo revelia, informe se quer produzir outras provas ou se deseja o julgamento antecipado;2. Havendo contestação, deverá se manifestar em réplica, inclusive com contrariedade e apresentação de provas relacionadas a eventuais questões incidentais;3. Em sendo apresentada reconvenção com a contestação ou no seu prazo, deverá apresentar resposta à reconvenção. IX- Após, INTIMEM-SE as partes para que, no prazo comum de 05 (cinco) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando, objetiva e fundamentadamente, a sua relevância. X- Registre-se, ainda, que não serão consideradas relevantes as questões não adequadamente delineadas e fundamentadas nas peças processuais, além de todos os demais

argumentos insubsistentes ou ultrapassados pela jurisprudência reiterada. Cumpra-se, servindo a cópia desta decisão, em via digitalizada, como mandado. Tucumã-PA, 14 de junho de 2019. LIBERIO HENRIQUE DE VASCONCELOS Juíza de Direito

PROCESSO Nº 0000357-37.2009.8.14.0062. AÇÃO DE APOSENTADORIA. DECISÃO. Requerente: IRACI MARIA RUTZEN. Advogados: LUIZ HENRIQUE MILARÉ DE CARVALHO, OAB/PA Nº 13218, CARLOS APARECIDO DE ARAUJO, OAB/SP Nº 44094. Requerido: INSS. ¿Vistos em correição. 1. As circunstâncias da causa indicam ser improvável a conciliação, razão pela qual me abstenho de designar audiência para tal finalidade, conforme faculta o CPC, 331, § 3º, passando ao saneamento do feito. 2. As partes estão bem representadas e não há questões preliminares pendentes, razão pela qual declaro o feito saneado. 3. Intimem-se as partes, sendo o Requerido com a remessa dos autos, para indicar as provas que ainda pretendem produzir, em 05 dias. Tucumã ¿ PA., 09 de março de 2015. Helena de Oliveira Manfroi Juíza de Direito¿.

PROCESSO Nº 0007412-33.2017.8.14.0062. AÇÃO DE APOSENTADORIA. DECISÃO. Requerente: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A.. Advogados: ANTONIO BRAZ DA SILVA, OAB/PA Nº 20638A, LAYSA AGENOR LEITE, OAB/PA Nº 15530. Requerido: JOSÉ ORLANDO LINO CIRQUEIRA. Advogados: MARCOS ANTONIO SOUSA PINHEIRO, OAB/GO 51775, MAYRON SOUSA PINHEIRO, OAB/PA Nº 26515. ¿**ATO ORDINATÓRIO** Com fulcro no art. 1º, § 2º, Inc. II, do Provimento 006/2006, da Corregedoria de Justiça do TJE/PA, após nada a se opor o Magistrado, e havendo questões preliminares suscitadas, INTIME-SE a autora para, querendo, manifestar-se sobre a contestação/embargos/justificativa e documentos juntados pela requerida no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se. Expeça-se o necessário. Tucumã-PA, 02 de maio de 2019. **MANOEL VARGAS LUCINDO** Diretor de Secretaria ¿ Mat. 11625-4 TJE/PA Subscrevo com base no art. 1º do Prov. 06/2009 ¿ CJCI c/c art. 1º, § 1º, IX do Provimento nº 006/2006 ¿ CJRMB¿.

Processo N° 0142408-36.2015.814.0062. AÇÃO PENAL. Réus: ROMMEO DA SILVA ARAUJO e JOÃO PAULO DA SILVA SANTOS. Advogado do réu: RENATO ANDRE BARBOSA DOS SANTOS, OAB/PA N° 12.682. Vitima: M.A.F. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. ¿Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão cautelar de JOÃO PAULO DA SILVA SANTOS, nos termos da fundamentação, pelo que, MANTENHO o decreto de prisão preventiva do réu, para assegurar a aplicação da lei penal. Ciência ao Ministério Público e a Defesa.¿ Tucumã-PA, 27 de maio de 2019. HAENDEL MOREIRA RAMOS. Juiz de Direito

COMARCA DE AFUÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AFUÁ

TERMO DE AUDIÊNCIA/SENTENÇA

Processo 0002124-56.2018.8.14.0002

No dia 21 de novembro de 2018, na Sala de Audiências do Fórum da Comarca de Afuá, Estado do Pará, presentes o Dr. ERICK COSTA FIGUEIRA, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca, juntamente comigo a conciliadora/mediadora adiante declarada, bem como o Promotor de Justiça MÁRCIO DE ALMEIDA FARIAS. Aberta a audiência e feito o pregão de praxe, verificou-se a presença da Requerente FABIANA BARROS SANDIM e da interditanda LAIANE BARROS GOMES. Iniciada a audiência, o MM. Juiz nomeou o advogado Agnaldo Alves Ferreira, OAB/AP 990, como curador especial da interditanda. Após, deixou de realizar o interrogatório da interditanda, a pedido do Ministério Público e considerando a total impossibilidade de comunicação, em virtude de problemas neurológicos. Consultado sobre o interesse de impugnar o pedido, o curador especial respondeu negativamente, renunciando ao prazo legal. Ouvido, o Ministério Público posicionou-se pela decretação da interdição, uma vez que a interditanda não está apta à prática dos atos da vida civil, sendo necessária a nomeação da Requerente como curadora da interditanda. Em seguida, o MM. Juiz proferiu a seguinte SENTENÇA EM AUDIÊNCIA: FABIANA BARROS SANDIM, qualificada nos autos, por intermédio do Ministério Público, ingressou com a presente ação de interdição de LAIANE BARROS GOMES, alegando, em síntese, que a interditanda está acometida de grave doença mental; que se encontra incapacitada para o trabalho e não pode, por si só, praticar os atos da vida civil; que é irmã da interditanda e é a responsável por ela e seu filho de 03 (três) anos, uma vez que a interditanda não possui condições de cuidar de seu próprio filho. Requereu, assim, a interdição e sua nomeação como curadora. Juntou documentos pessoais e laudo médico (fl. 16). A Decisão de fls. 23-24 deferiu a curatela provisória, determinou a citação da interroganda e designou data para a realização do seu interrogatório. Citada, compareceu à audiência, mas não pôde ser interrogada, tendo em vista suas condições pessoais. Instado, o curador especial manifestou não ter interesse em impugnar o pedido. Em seu parecer, o Representante do Ministério Público requereu o julgamento antecipado da lide, por considerar desnecessária a realização de nova perícia e a produção de prova oral, dando parecer favorável ao pedido do autor. É o relatório. PASSO A DECIDIR. Primeiramente, consigno que o caso realmente está a exigir julgamento antecipado. As circunstâncias do caso, a existência de laudo médico e o contato direto com a interditanda em audiência revelam-me a desnecessidade de realização de nova perícia e a produção de prova oral. Da análise dos autos, verifico que o Laudo Médico que instrui a inicial (fl. 16), devidamente firmado por profissional da área médica, constatou que a interditanda é realmente portadora de doença que a torna incapaz para os atos da vida civil. Mas não é só. Quando da realização do interrogatório, previsto no artigo 751 do Código de Processo Civil (CPC/2015), o contato direto com a interditanda confirmou, extreme de dúvidas, o atestado médico que instrui a inicial. Em que pese posições doutrinárias e jurisprudenciais em contrário, entendo que, no presente caso, não há que se falar na necessidade da realização de novo exame médico. Consoante asseverado, nos autos já existe o referido laudo médico, firmado por profissional idôneo, onde se constatam as deficiências da interditanda e a sua impossibilidade de exercer as atividades diárias normais e as relativas ao trabalho. Por isso, não haverá qualquer violação à disposição contida no artigo 753 do CPC/2015, o qual prevê, tão somente, a realização de um exame por profissional habilitado, que já foi trazido aos autos desde a propositura da ação. A circunstância do exame médico ter sido realizado já antes da propositura da presente ação, por si só, não é suficiente para que se determine a realização de novo exame, até porque, caso contrário, haveria grave ofensa aos princípios da economia processual e da celeridade, ambos inerentes ao moderno direito processual civil pátrio. É exatamente o que ocorre na hipótese ora colocada a deslinde judicial, uma vez que o pedido contido na inicial deixa claro que se trata de curatela, com o fim específico de proporcionar a interditanda a possibilidade de obter o benefício previdenciário. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de LAIANE BARROS GOMES, declarando-a incapaz de exercer, por si só, as atividades da vida diária e do trabalho. Em consequência, de acordo com o artigo 755, inciso I, do CPC/2015, nomeio como curadora da interditanda a requerente FABIANA BARROS SANDIM, limitado aos

específicos poderes para representá-la perante as Repartições Públicas, Federal, Estadual, Municipal, Secretarias e Departamentos, Autarquias e Paraestatais, em todo o território nacional; Previdência Social do Brasil e Instituto Nacional do Seguro Social, para requerer benefícios, revisão e interpor recursos, receber mensalidades de benefícios, receber quantias atrasadas e firmar recibos de pagamentos, cadastrar senha para extratos e consultas previdenciárias via internet e agência, realizar outros procedimentos relativos a um benefício ou processo administrativo; Empresas e Instituições Públicas ou Privadas, Planos de Saúde, Clínicas, Hospitais, Laboratórios, Bancos, inclusive podendo movimentar contas correntes nos bancos e estabelecimentos de crédito em geral, desta praça, depositar e retirar dinheiro, requisitar cartão eletrônico, movimentar conta corrente com cartão eletrônico, sustar, cancelar e encerrar contas, solicitar saldos e extratos, cadastrar, alterar e desbloquear senhas; resolvendo todos e quaisquer assuntos de seu interesse, podendo assinar propostas, contratos, papéis e quaisquer documentos, transigir, receber, pagar, firmar recibos e aceitar quitação, cobrar e receber amigavelmente e judicialmente toda a importância ou documentos que lhe for devido por qualquer título, pessoa ou proveniência; podendo, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento desta específica curatela-mandato mediante termo de compromisso. Extingo o feito com resolução de mérito, com base no inciso I do artigo 487 do CPC/2015. EXPEÇA-SE termo de curatela. Proceda-se com as cautelas do § 3º do artigo 755 do CPC. Diante da ausência de comprovação de bens em nome da interditanda, dispenso, desde logo, a especialização em hipoteca legal. Sem custas, ante o deferimento da gratuidade de justiça. Sem honorários advocatícios, porque não houve resistência à pretensão. Certificado o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e adotando as medidas necessárias. Nada mais havendo, lavrei o presente termo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Brenda Brabo Moura, conciliadora/mediadora, digitei, conferi e assino.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo 0003142-83.2016.8.14.0002

No dia 14 de junho de 2018, na Sala de Audiências do Fórum da Comarca de Afuá, Estado do Pará, presentes o Dr. ERICK COSTA FIGUEIRA, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca, juntamente comigo, Secretário de Audiências ad hoc, adiante declarado, bem como o Promotor de Justiça MÁRCIO DE ALMEIDA FARIAS. Aberta a audiência e feito o pregão de praxe, verificou-se a presença do Requerente ZEZINHO RAMOS e da interditanda MARIA ANITA RAMOS. Iniciada a audiência, o MM. Juiz nomeou o Dr. Wilker Ramon Salomão Fernandes, OAB/AP 1861, como curador especial da interditanda. Após, deixou de realizar o interrogatório da interditanda, a pedido do Ministério Público e considerando a total impossibilidade de comunicação, em virtude de problemas neurológicos. Consultado sobre o interesse de impugnar o pedido, o curador especial respondeu negativamente, renunciando ao prazo legal. Ouvido, o Ministério Público posicionou-se pela decretação da interdição, uma vez que a interditanda não está apta à prática dos atos da vida civil, sendo necessária a nomeação do Requerente como curador da interditanda. Em seguida, o MM. Juiz proferiu a seguinte SENTENÇA EM AUDIÊNCIA: ZEZINHO RAMOS, qualificado nos autos, por meio da Defensoria Pública, ingressou com a presente ação de interdição de MARIA ANITA RAMOS, alegando, em síntese, que a interditanda está acometida de grave doença mental; que se encontra incapacitada para o trabalho e não pode, por si só, praticar os atos da vida civil; que é irmão da interditanda e sempre foi o responsável por ela; que a presente interdição destina-se a possibilitar o recebimento de benefícios junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Requereu, assim, a interdição e sua nomeação como curador. Juntou documentos pessoais e laudo médico (fl. 11). A Decisão de fl. 13 deferiu a curatela provisória, determinou a citação da interroganda e designou data para a realização do seu interrogatório. Citada, compareceu à audiência, mas não pôde ser interrogada, tendo em vista suas condições pessoais. Instado, o curador especial manifestou não ter interesse em impugnar o pedido. Em seu parecer, o Representante do Ministério Público requereu o julgamento antecipado da lide, por considerar desnecessária a realização de nova perícia e a produção de prova oral, dando parecer favorável ao pedido do autor. É o relatório. PASSO A DECIDIR. Primeiramente, consigno que o caso realmente está a exigir julgamento antecipado. As circunstâncias do caso, a existência de laudo médico e o contato direto com a interditanda em audiência revelam-me a desnecessidade de realização de nova perícia e a produção de prova oral. Da análise dos autos, verifico que o Laudo Médico que instrui a inicial (fl. 11), devidamente firmado por profissional da área médica, constatou que a interditanda é realmente

portadora de doença que a torna incapaz para os atos da vida civil. Mas não é só. Quando da realização do interrogatório, previsto no artigo 751 do Código de Processo Civil (CPC/2015), o contato direto com a interditanda confirmou, extreme de dúvidas, o atestado médico que instrui a inicial. Em que pese posições doutrinárias e jurisprudenciais em contrário, entendo que, no presente caso, não há que se falar na necessidade da realização de novo exame médico. Consoante asseverado, nos autos já existe o referido laudo médico, firmado por profissional idôneo, onde se constatam as deficiências da interditanda e a sua impossibilidade de exercer as atividades diárias normais e as relativas ao trabalho. Por isso, não haverá qualquer violação à disposição contida no artigo 753 do CPC/2015, o qual prevê, tão somente, a realização de um exame por profissional habilitado, que já foi trazido aos autos desde a propositura da ação. A circunstância do exame médico ter sido realizado já antes da propositura da presente ação, por si só, não é suficiente para que se determine a realização de novo exame, até porque, caso contrário, haveria grave ofensa aos princípios da economia processual e da celeridade, ambos inerentes ao moderno direito processual civil pátrio. É exatamente o que ocorre na hipótese ora colocada a deslinde judicial, uma vez que o pedido contido na inicial deixa claro que se trata de curatela, com o fim específico de proporcionar a interditanda a possibilidade de obter o benefício previdenciário. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de MARIA ANITA RAMOS, declarando-a incapaz de exercer, por si só, as atividades da vida diária e do trabalho. Em consequência, de acordo com o artigo 755, inciso I, do CPC/2015, nomeio como curador da interditanda o requerente ZEZINHO RAMOS, limitado aos específicos poderes para representá-la perante as Repartições Públicas, Federal, Estadual, Municipal, Secretarias e Departamentos, Autarquias e Paraestatais, em todo o território nacional; Previdência Social do Brasil e Instituto Nacional do Seguro Social, para requerer benefícios, revisão e interpor recursos, receber mensalidades de benefícios, receber quantias atrasadas e firmar recibos de pagamentos, cadastrar senha para extratos e consultas previdenciárias via internet e agência, realizar outros procedimentos relativos a um benefício ou processo administrativo; Empresas e Instituições Públicas ou Privadas, Planos de Saúde, Clínicas, Hospitais, Laboratórios, Bancos, inclusive podendo movimentar contas correntes nos bancos e estabelecimentos de crédito em geral, desta praça, depositar e retirar dinheiro, requisitar cartão eletrônico, movimentar conta corrente com cartão eletrônico, sustar, cancelar e encerrar contas, solicitar saldos e extratos, cadastrar, alterar e desbloquear senhas; resolvendo todos e quaisquer assuntos de seu interesse, podendo assinar propostas, contratos, papéis e quaisquer documentos, transigir, receber, pagar, firmar recibos e aceitar quitação, cobrar e receber amigavelmente e judicialmente toda a importância ou documentos que lhe for devido por qualquer título, pessoa ou proveniência; podendo, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento desta específica curatela-mandato mediante termo de compromisso. Extingo o feito com resolução de mérito, com base no inciso I do artigo 487 do CPC/2015. EXPEÇA-SE termo de curatela. Proceda-se com as cautelas do § 3º do artigo 755 do CPC. Diante da ausência de comprovação de bens em nome da interditanda, dispenso, desde logo, a especialização em hipoteca legal. Sem custas, ante o deferimento da gratuidade de justiça. Sem honorários advocatícios, porque não houve resistência à pretensão. Certificado o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, com as baixas e anotações necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e adotando as medidas necessárias. Nada mais havendo, lavrei o presente termo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Ruberlon Guimarães Pantoja, Secretário de Audiências, digitei, conferi e assino.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo 0000603-76.2018.8.14.0002

No dia 20 de setembro de 2018, na Sala de Audiências do Fórum da Comarca de Afuá, Estado do Pará, presentes o Dr. ERICK COSTA FIGUEIRA, MM. Juiz de Direito Titular desta Comarca, juntamente comigo, Secretário de Audiências ad hoc, adiante declarado, bem como o Promotor de Justiça MÁRCIO DE ALMEIDA FARIAS. Aberta a audiência e feito o pregão de praxe, verificou-se a presença da Requerente ROSILÉIA GOMES DO ANJOS e da interditanda DOMINGAS SANTOS DOS ANJOS. Iniciada a audiência, o MM. Juiz nomeou a Dra. Cleoci Rodrigues Sarges, OAB/AP 4045, como curadora especial da interditanda. Consultada sobre o interesse de impugnar o pedido, a curadora especial respondeu negativamente, renunciando ao prazo legal. Após, foi realizado o interrogatório da interditanda e colhido o depoimento pessoal da requerente, cujo ato foi registrado em mídia no Sistema Kenta de gravação audiovisual. Ouvido, o Ministério Público posicionou-se pela decretação da interdição, uma vez que a

interditanda não está apta à prática dos atos da vida civil, sendo necessária a nomeação da Requerente como curadora da interditanda. Em seguida, o MM. Juiz proferiu a seguinte SENTENÇA EM AUDIÊNCIA: ROSILÉIA GOMES DO ANJOS, qualificada nos autos, por meio de advogado habilitado, ingressou com a presente ação de interdição de DOMINGAS SANTOS DOS ANJOS, alegando, em síntese, que a interditanda está acometida de doença mental; que se encontra incapacitada para o trabalho e não pode, por si só, praticar os atos da vida civil; que é irmã da interditanda e ajuda nos cuidados; que a presente interdição destina-se a possibilitar o recebimento de benefícios junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Requereu, assim, a interdição e sua nomeação como curadora. Juntou documentos (fls. 09-12). A Decisão de fl. 15 determinou o agendamento de audiência para o interrogatório da interditanda e para oitiva da requerente, que ocorreu nesta data. Instada, a curadora especial manifestou não ter interesse em impugnar o pedido. Em seu parecer, o Representante do Ministério Público requereu o julgamento antecipado da lide, por considerar desnecessária a realização de nova perícia e a produção de prova oral, dando parecer favorável ao pedido da autora. É o relatório. PASSO A DECIDIR. Primeiramente, consigno que o caso realmente está a exigir julgamento antecipado. As circunstâncias do caso, a existência de laudo médico e o contato direto com a interditanda em audiência revelam-me a desnecessidade de realização de perícia e a produção de outras provas. Da análise dos autos, verifico que o Laudo Médico que foi apresentado em audiência, devidamente firmado por profissional da área médica (Dra. Daniele Boulhosa, Psiquiatra, CRM-AP 1305), constatou que a interditanda é realmente portadora de doença que a torna incapaz para os atos da vida civil (CID 10: G40 + F71) e que ?apresenta crises convulsivas desde a infância, tem déficit cognitivo, é analfabeta, não conhece dinheiro, necessita de ajuda de terceiros nos deslocamentos. Em uso de anticonvulsivante. Não apresenta condições para os atos da vida civil, de auto reger-se ou reger seus bens se os tiver.? Mas não é só. Quando da realização do interrogatório, previsto no artigo 751 do Código de Processo Civil (CPC/2015), o contato direto com a interditanda confirmou, extreme de dúvidas, o que foi atestado pela médica psiquiatra. Em que pese posições doutrinárias e jurisprudenciais em contrário, entendo que, no presente caso, não há que se falar na necessidade da realização de novo exame médico. Consoante asseverado, nos autos já existe o referido laudo médico, firmado por profissional idôneo, onde se constatam as deficiências da interditanda e a sua impossibilidade de exercer as atividades diárias normais e as relativas ao trabalho. Por isso, não haverá qualquer violação à disposição contida no artigo 753 do CPC/2015, o qual prevê, tão somente, a realização de um exame por profissional habilitado, que já foi trazido aos autos em audiência. A circunstância do exame médico ter sido apresentado em audiência, por si só, não é suficiente para que se determine a realização de novo exame, até porque, caso contrário, haveria grave ofensa aos princípios da economia processual e da celeridade, ambos inerentes ao moderno direito processual civil pátrio. É exatamente o que ocorre na hipótese ora colocada a deslinde judicial, uma vez que o pedido contido na inicial deixa claro que se trata de curatela, com o fim específico de proporcionar a interditanda a possibilidade de obter o benefício previdenciário. Ante o exposto, DECRETO A INTERDIÇÃO de DOMINGAS SANTOS DOS ANJOS, declarando-a incapaz de exercer, por si só, as atividades da vida diária e do trabalho. Em consequência, de acordo com o artigo 755, inciso I, do CPC/2015, nomeio como curadora da interditanda a requerente ROSILÉIA GOMES DOS ANJOS, limitado aos específicos poderes para representá-la perante as Repartições Públicas, Federal, Estadual, Municipal, Secretarias e Departamentos, Autarquias e Paraestatais, em todo o território nacional; Previdência Social do Brasil e Instituto Nacional do Seguro Social, para requerer benefícios, revisão e interpor recursos, receber mensalidades de benefícios, receber quantias atrasadas e firmar recibos de pagamentos, cadastrar senha para extratos e consultas previdenciárias via internet e agência, realizar outros procedimentos relativos a um benefício ou processo administrativo; Empresas e Instituições Públicas ou Privadas, Planos de Saúde, Clínicas, Hospitais, Laboratórios, Bancos, inclusive podendo movimentar contas correntes nos bancos e estabelecimentos de crédito em geral, desta praça, depositar e retirar dinheiro, requisitar cartão eletrônico, movimentar conta corrente com cartão eletrônico, sustar, cancelar e encerrar contas, solicitar saldos e extratos, cadastrar, alterar e desbloquear senhas; resolvendo todos e quaisquer assuntos de seu interesse, podendo assinar propostas, contratos, papéis e quaisquer documentos, transigir, receber, pagar, firmar recibos e aceitar quitação, cobrar e receber amigavelmente e judicialmente toda a importância ou documentos que lhe for devido por qualquer título, pessoa ou proveniência; podendo, enfim, praticar todos os atos necessários ao bom e fiel cumprimento desta específica curatela-mandato mediante termo de compromisso. Extingo o feito com resolução de mérito, com base no inciso I do artigo 487 do CPC/2015. EXPEÇA-SE TERMO DE CURATELA. Proceda-se com as cautelas do § 3º do artigo 755 do CPC. Diante da ausência de comprovação de bens em nome da interditanda, dispenso, desde logo, a especialização em hipoteca legal. Sem custas, ante o deferimento da gratuidade de justiça. Sem honorários advocatícios, porque não houve resistência à pretensão. Certificado o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos,

com as baixas e anotações necessárias. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário e adotando as medidas necessárias. Nada mais havendo, lavrei o presente termo, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Ruberlon Guimarães Pantoja, Secretário de Audiências, digitei, conferi e assino.

COMARCA DE SANTANA DO ARAGUAIA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTANA DO ARAGUAIA

RESENHA: 17/06/2019 A 27/06/2019 - GABINETE DA VARA UNICA DE SANTANA DO ARAGUAIA - VARA: VARA UNICA DE SANTANA DO ARAGUAIA PROCESSO: 00019079720178140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Carta Precatória Criminal em: 19/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA UNICA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE ARAGUACEMA TO ACUSADO:ZELIA BATISTA GOMES. DESPACHO/ MANDADO Em vista da certidão de fls. retro, devolva-se a carta com as nossas homenagens. Cumpra-se. Santana do Araguaia/PA, 19 de junho de 2019 ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00035043320198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Inquérito Policial em: 19/06/2019 INDICIADO:LUIZ CARLOS FERREIRA DOS SANTOS VITIMA:H. B. V. . DECISÃO Compulsando os autos, verifica-se que este Juízo concedeu liberdade provisória mediante a imposição de fiança. Todavia, perpassando mais de 01 (um) mês, o denunciado não realizou o seu pagamento. É imperativo constitucional que ninguém pode ser preso ou permanecer em cárcere em vista de limitação financeira, quando reúne os demais requisitos para estar em liberdade. Ante o exposto, resta claro que o autuado não possui condições econômicas de arcar com a fiança arbitrada para a sua Liberdade, pelo que o ISENTO do pagamento desta, na forma do Artigo 350, do Código de Processo Penal, devendo cumprir todas as demais medidas impostas. Ressalta-se que o autuado possui o contra si a aplicação de medidas cautelares constantes do art. 319 do CPP, devendo cumpri-las integralmente sob pena de lhe ser decretada a prisão preventiva. Comunique-se à SUSIPE/DEPOL a ordem de soltura do nacional LUIS CARLOS FERREIRA DOS SANTOS, se por outro motivo não deva permanecer preso. Servirá a presente decisão como Alvará de Soltura/Mandado/Ofício/Termo de Compromisso. Dê-se ciência ao Ministério Público, devendo se manifestar acerca do Inquérito Policial e à Defesa. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Santana do Araguaia/PA, 19 de junho de 2019 ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00047860920198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/06/2019 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:BRUNO SILVA DE SOUSA VITIMA:E. E. S. . DECIS"O RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo representante do Ministério Público em todos os seus termos, em virtude de preencher os requisitos do art. 41 do CPP, dando os acusados como incursos nas sanções punitivas dos tipos penais respectivos elencados na exordial. Cite o(s) denunciado(s) pessoalmente para, no prazo legal de 10 (dez) dias, apresentar Resposta à Acusação por escrito, na qual poderá arguir preliminar e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretende produzir e arrolar testemunhas até o número de 08 (oito), qualificando-as e requerendo que elas sejam intimadas se necessário (art. 396-A do CPP). Em busca da celeridade processual, designo desde logo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇ"O e JULGAMENTO para o dia ___/___/___, às ____h___min, neste Fórum Des. Antônio Koury, Santana do Araguaia/PA. INTIMEM-SE o(s) acusado(s), bem como OFICIE o órg"o responsável pelas respectivas custódias - caso o acusado esteja preso - para que apresente o preso a este Fórum de Justiça na data e hora acima declinadas. Caso o acusado n"o esteja custodiado nesta comarca, expeça-se carta precatória para a realizaç"o de sua inquiriç"o. INTIME-SE/EXPEÇA-SE OFICIO REQUISITÓRIO às testemunhas arroladas pelo Ministério Público e pela defesa. DEVE o Sr. Oficial de Justiça, inquirir o denunciado se pretende constituir advogado particular ou se aceita o patrocínio da Defensoria Pública. Se for o caso de aceitação da assistência ou expirado o prazo sem defesa, fica a Defensoria Pública nomeada para, através de um de seus integrantes, apresentar a Resposta à Acusação em nome do réu, bem como, para patrocinar toda a sua defesa, salvo se no futuro houver constituição de advogado pelo réu. Se for um dos casos acima encaminhe os autos a Defensoria. Serve a presente como MANDADO de CITAÇ"O/INTIMAÇ"O DO RÉU e OFÍCIO. Expeça os demais mandados, cartas e ofícios oportunamente. Defiro os demais requerimentos do MP. Ciência ao MPE e ao advogado do (s) réu (s). Cumpra-se com urgência por se tratar de réu preso. Santana do Araguaia/PA, 19 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00047860920198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 19/06/2019 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA

DENUNCIADO:BRUNO SILVA DE SOUSA VITIMA:E. E. S. . DECISÃO Compulsando os autos, verifica-se que este Juízo concedeu liberdade provisória mediante a imposição de fiança. Todavia, perpassando quase 01 (um) mês desde sua prisão, o denunciado não realizou o seu pagamento. É imperativo constitucional que ninguém pode ser preso ou permanecer em cárcere em vista de limitação financeira, quando reúne os demais requisitos para estar em liberdade. Ante o exposto, resta claro que o autuado não possui condições econômicas de arcar com a fiança arbitrada para a sua Liberdade, pelo que o ISENTO do pagamento desta, na forma do Artigo 350, do Código de Processo Penal, devendo cumprir todas as demais medidas impostas. Ressalta-se que o autuado possui o contra si a aplicação de medidas cautelares constantes do art. 319 do CPP, devendo cumpri-las integralmente sob pena de lhe ser decretada a prisão preventiva. Comunique-se à SUSIPE/DEPOL a ordem de soltura do nacional BRUNO SILVA DE SOUSA, se por outro motivo não deva permanecer preso. Servirá a presente decisão como Alvará de Soltura/Mandado/Ofício/Termo de Compromisso. Dê-se ciência ao Ministério Público, devendo se manifestar acerca do Inquérito Policial e à Defesa. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Santana do Araguaia/PA, 19 de junho de 2019 ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00051464120198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Carta Precatória Criminal em: 19/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE SENADOR CANEDO GO ACUSADO:GERSI ALVES DA SILVA. DESPACHO/ MANDADO DESIGNO o dia ___/___/2019, às ___h___min, para a realização de Audiência requerida pelo Juízo Deprecante, neste Fórum Des. Antônio Koury. INTIMEM-SE. DÊ-SE vistas a DPE-PA e ao MPE-PA conforme o caso. SERVE O PRESENTE, EM VIAS, COMO MANDADO/OFICIO PARA AS COMUNICAÇÕES NECESSÁRIAS. Santana do Araguaia/PA, 19 de junho de 2019 ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00052226520198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Carta Precatória Criminal em: 19/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA PRIMEIRA VARA CIVEL E CRIMINAL DA COMARCA DE CONCEICAO DO ARAGUAIA ACUSADO:NATALINO LIMA BARBOSA REQUERIDO:ANTONIO ELDER ALMADA ALVES. DESPACHO/ MANDADO DESIGNO o dia ___/___/2019, às ___h___min, para a realização de Audiência requerida pelo Juízo Deprecante, neste Fórum Des. Antônio Koury. INTIMEM-SE. DÊ-SE vistas a DPE-PA e ao MPE-PA conforme o caso. SERVE O PRESENTE, EM VIAS, COMO MANDADO/OFICIO PARA AS COMUNICAÇÕES NECESSÁRIAS. Santana do Araguaia/PA, 19 de junho de 2019 ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 01455776720158140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Inquérito Policial em: 19/06/2019 INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:A. E. B. . DESPACHO Ao MP para se manifestar. Após, conclusos. Santana do Araguaia/PA, 18 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00013313620198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 24/06/2019 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GISELE MARTINS DO NASCIMENTO VITIMA:R. F. M. . DESPACHO Intime-se novamente o causídico nomeado para que apresente resposta acusação. Serve o presente como mandado/ofício. Santana do Araguaia/PA, 24 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00000751520068140050 PROCESSO ANTIGO: 200610001163 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Ação Civil Pública em: 25/06/2019 AUTOR:MUNICIPIO DE SANTANA DO ARAGUAIA - PA Representante(s): OAB 6512-B - FERNANDO PEREIRA BRAGA (ADVOGADO) CLAUDIONOR VIEIRA (ADVOGADO) REU:ISAIAS DE SOUSA NETO Representante(s): OAB 5277-A - NAILDE DO CARMO LOBO (ADVOGADO) . Inicialmente, cancelo a audiência de instrução e julgamento anteriormente designada, pois, não há sequer decisão de saneamento do feito organizando os pontos controvertidos da demanda. Em razão do despacho de fls. 143, dê-se vistas ao autor, o Município de Santana do Araguaia para que cumpra o referido comando. Após sua resposta, dê-se vistas ao Ministério Público. Por fim, voltem conclusos. Cumpra-se Santana do Araguaia, Pará, 25 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00003817120128140050 PROCESSO ANTIGO: 201210003088 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Justificação em: 25/06/2019 REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTORIA DE JUSTICA REQUERIDO:GILCLEIDER ALTINO RIBEIRO. Inicialmente, cancelo a audiência de instrução e julgamento anteriormente designada. Chamo o feito à ordem para que os autos sejam remetidos ao Ministério Público e este proceda a correta atualização e individualização de pedido, qual seja, o valor do prejuízo do ato tido como improbo, acrescido da respetiva multa civil, pois, no estado em que o pedido se encontra, não guarda verossimilhança e efetividade com o comando normativo da Lei de Improbidade Administrativa. Ademais, diga o Parquet sobre o pedido de tutela de evidência disposto no art. 7º da lei

supra. Por fim, com a manifestação do autor, voltem os autos conclusos para decisão. Dê-se vistas ao Ministério Público. Cumpra-se. Santana do Araguaia, Pará, 25 de fevereiro de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00005635720128140050 PROCESSO ANTIGO: 201210004143 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa em: 25/06/2019 REQUERIDO:GILCLEIDER ALTINO RIBEIRO Representante(s): OAB 13033-A - LUCIBALDO BONFIM GUIMARAES FRANCO (ADVOGADO) REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA PROMOTORIA DE JUSTICA DE SANTANA DO ARAGU. Inicialmente, cancelo a audiência de instrução e julgamento anteriormente designada, pois, não há sequer decisão de saneamento do feito organizando os pontos controvertidos da demanda. Em razão do despacho de fls. 80, dê-se vistas ao autor, o MPPA para que cumpra, efetivamente, o referido comando. Por fim, voltem conclusos. Cumpra-se Santana do Araguaia, Pará, 25 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00008066920108140050 PROCESSO ANTIGO: 201010003717 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Outros Procedimentos em: 25/06/2019 REQUERIDO:ASSOCIAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS DA ESTRADA DA PRODUÇÃO REQUERENTE:JEFFSON LIMA ALVES Representante(s): OAB 23896 - WILIANE RODRIGUES AMORIM (ADVOGADO) . Intime-se a parte, na pessoa de seu patrono constituído nos autos, via D.J.E., ou caso não o tenha, via A.R. com aviso de recebimento, para que no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, devendo comprovar o prévio recolhimento das taxas, calculadas por cada diligência a ser efetuada. Certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Santana do Araguaia, 25 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00012410920118140050 PROCESSO ANTIGO: 201110008782 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 REQUERENTE:DELCINO DA SILVA VIEIRA Representante(s): OAB 23896 - WILIANE RODRIGUES AMORIM (ADVOGADO) REQUERIDO:EDIVALDO RODRIGUES DA LUZ. Intime-se a parte, na pessoa de seu patrono constituído nos autos, via D.J.E., ou caso não o tenha, via A.R. com aviso de recebimento, para que no prazo de 15 (quinze) dias, pague o valor indicado no demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, acrescido de custas, se houver. Fica a parte advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Não ocorrendo pagamento voluntário no prazo do artigo 523 do CPC, o débito será acrescido de multa de dez por cento e, também, de honorários de advogado de dez por cento. Ademais, não efetuado o pagamento voluntário no prazo de 15 (quinze) dias, independentemente de nova intimação do credor, poderá a parte exequente efetuar pedido de pesquisas junto aos sistemas informatizados à disposição do juízo, devendo comprovar o prévio recolhimento das taxas, calculadas por cada diligência a ser efetuada. Certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523, mediante o recolhimento das respectivas taxas, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se. Santana do Araguaia, 25 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00027760220138140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 REQUERENTE:JURANDI FERREIRA SILVA Representante(s): OAB 23896 - WILIANE RODRIGUES AMORIM (ADVOGADO) REQUERIDO:TIM CELULAR SA Representante(s): OAB 12268 - CASSIO CHAVES CUNHA (ADVOGADO) OAB 15410-A - CARLOS ROBERTO DE SIQUEIRA CASTRO (ADVOGADO) . SENTENÇA Dispensando o relatório, como autoriza o art. 38 da Lei 9.099/95, passo à síntese dos fatos relevantes ao desate da lide. Trata-se de cumprimento de sentença adimplido pela parte executada, consoante manifestação acostada aos autos. Desta forma, com fulcro no art. 924, inciso II do CPC, julgo extinta a presente execução. Expeça-se o respectivo alvará, consoante a procuração acostada aos autos. Após, dê-se baixa no sistema com o necessário arquivamento. Publique-

se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Santana do Araguaia/PA, 25 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00039682820178140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 ACUSADO:ANTONIO JUNIOR VENANCIO SOARES Representante(s): OAB 23925-A - HECTOR ALCANTARA LIMA (ADVOGADO) ACUSADO:GILDEMAR PEREIRA DE QUEIROZ Representante(s): OAB 23925-A - HECTOR ALCANTARA LIMA (ADVOGADO) ACUSADO:ELEONCIO DE ARRUDA SILVA VITIMA:E. S. C. VITIMA:W. P. C. VITIMA:A. F. S. O. ACUSADO:ELIO DA SILVA GAMA Representante(s): OAB 23925-A - HECTOR ALCANTARA LIMA (ADVOGADO) VITIMA:A. M. M. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DESPACHO Cumpra-se a decisão de fls. 294/301, bem como a decisão que recebeu o aditamento da denúncia, determinando a citação dos demais réus. Defiro o requerimento de fls. 337. Comunique a autoridade policial acerca do pleito. Desde já, considerando o lapso temporal, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇ"O e JULGAMENTO para o dia 23/08/2019, às 11h30min, neste Fórum Des. Antônio Koury, Santana do Araguaia/PA. INTIMEM-SE e CITE-SE o(s) acusado(s), bem como OFICIE o órg"o responsável pelas respectivas custódias - caso o acusado esteja preso - para que apresente o preso a este Fórum de Justiça na data e hora acima declinadas. Caso o acusado não esteja custodiado nesta comarca, expeça-se carta precatória para a realização de sua inquirição. INTIME-SE/EXPEÇA-SE OFICIO REQUISITÓRIO às testemunhas arroladas pelo Ministério Público e pela defesa. Expeça os demais mandados, cartas e ofícios oportunamente Ciência ao MPE e ao advogado do réu. Cumpra-se com urgência por se tratar de réu preso. SERVE ESTA DECISÃO COMO MANDADO E OFÍCIO. Santana do Araguaia/PA, 25 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00039682820178140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019 ACUSADO:ANTONIO JUNIOR VENANCIO SOARES Representante(s): OAB 23925-A - HECTOR ALCANTARA LIMA (ADVOGADO) ACUSADO:GILDEMAR PEREIRA DE QUEIROZ Representante(s): OAB 23925-A - HECTOR ALCANTARA LIMA (ADVOGADO) ACUSADO:ELEONCIO DE ARRUDA SILVA VITIMA:E. S. C. VITIMA:W. P. C. VITIMA:A. F. S. O. ACUSADO:ELIO DA SILVA GAMA Representante(s): OAB 23925-A - HECTOR ALCANTARA LIMA (ADVOGADO) VITIMA:A. M. M. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DECISÃO/MANDADO/OFÍCIO Trata-se de pedido de revogação da prisão preventiva em favor de ELEONCIO DE ARRUDA SILVA, preso preventivamente conforme folhas de nº 396, datada de 15/05/2019. Alega a defesa, em suma, a ausência dos requisitos ensejadores do cárcere, evidenciando a existência de condições pessoais que garantam a liberdade do custodiado. O Ministério Público, instado a se manifestar acerca do pleito liberatório, opinou pelo indeferimento do pedido formulado pelas defesas, através de Parecer Ministerial, argumentando que a conduta criminosa imputada ao acusado é de gravidade elevada, sendo que algumas condições favoráveis, por si só, não afastam a medida ora imposta. Por fim, argumenta também a necessidade de se garantir a aplicação da lei penal, uma vez que o acusado estava foragido. Era o que cabia relatar. DECIDO. Analisando os autos, verifico estarem presentes os motivos para a manutenção da prisão dos acusados. Antes, no entanto, cumpre registrar que não se desconhece que somente em casos excepcionais e comprovada a imperiosa necessidade da medida acauteladora, deve-se restringir a liberdade do cidadão. Nesse passo, dispõe a Constituição Federal, que "ninguém será levado a prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança" (art. 5º, LXVI). Havendo, assim, motivos para decretação da prisão cautelar, deve o juízo restringir a liberdade do denunciado, quando o caso concreto revelar a sua necessidade, ou seja, exista motivos que possam prejudicar o andamento da instrução criminal, risco para garantia da ordem pública ou possibilidade de frustração da aplicação da lei penal. Depreende-se dos autos em análise, que há indícios de autoria e prova da materialidade do crime exposto na denúncia, devendo ser lembrado que para decretação da medida cautelar não se exige prova plena, bastando meros indícios. É o caso dos autos. É consabido também, que para decretação da segregação cautelar devem estar presentes os pressupostos para tanto, quais sejam o fumus comissi delicti e periculum libertatis. Os elementos mencionados no parágrafo anterior restam demonstrados na decisão que decretou a prisão, oportunidade em que este Juízo explicitou que a referida medida cautelar é norteada pela cláusula rebus sic stantibus, isto é, permanecendo os fundamentos ensejadores da medida restritiva, a sua manutenção torna-se imperativa, situação que ainda se apresenta no caso em análise. É de se ressaltar que a prisão do acusado, somente neste momento, evidencia o seu ânimo de não querer se submeter aos desígnios legais, tendo em conta que se encontrava foragido. Por sua vez, os documentos acostados aos pedidos, visando comprovar as circunstâncias favoráveis aos acusados, não garantem por si só a revogação da prisão preventiva. Nesse sentido, a jurisprudência pátria: STJ: "(...) 4. É entendimento do Superior Tribunal de Justiça que as condições

favoráveis do paciente, por si sós, não impedem a manutenção da prisão cautelar quando devidamente fundamentada.5. Inaplicável medida cautelar alternativa quando as circunstâncias evidenciam que as providências menos gravosas seriam insuficientes para a manutenção da ordem pública. (...).(HC 400.927/MS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 28/08/2017). A par disso, a periculosidade do acusado resta patente, sendo cristalina a grave ofensividade a paz social, rezando a jurisprudência o quanto segue: STF: "Esta Corte, por ambas as suas Turmas, já firmou o entendimento de que a prisão preventiva pode ser decretada em face da periculosidade demonstrada pela gravidade e violência do crime, ainda que primário o agente" (RT 648/347). STJ: "(...) 2. Havendo prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, a prisão preventiva, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, poderá ser decretada para garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal. 3. No caso dos autos, conforme consignado no decreto de prisão preventiva, o paciente já respondeu processos por diversos crimes e havia acabado de ser solto, pois estava cumprindo pena pelo delito de furto. A sua reincidência autoriza a segregação cautelar, nos termos do art. 313, II, do CPP, e justifica a custódia para garantia da ordem pública, como forma de evitar a reiteração delitiva, nos moldes do art. 312 do mesmo Código. 4. É inviável a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão, pois a gravidade concreta da conduta delituosa e a periculosidade do paciente indicam que a ordem pública não estaria acautelada com sua soltura. 5. O argumento de desproporcionalidade da custódia cautelar à provável futura pena do paciente não comporta acolhimento, pois apenas a conclusão do processo será capaz de revelar se o acusado será beneficiado com a fixação de regime prisional diverso do fechado, sendo inviável tal discussão neste momento preliminar." STJ - HC 412452 / SP - 5ª Turma - Rel. Min. RIBEIRO DANTAS - 23/11/2017. (grifo nosso). Ante o exposto e mais do que dos autos consta, INDEFIRO o pedido formulado pela defesa e MANTENHO a Prisão Preventiva do acusado ELEONCIO DE ARRUDA SILVA, uma vez que subsistem os requisitos para tanto. Dê-se ciência ao MPE e a defesa do acusado. P.R.I.C SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES NECESSÁRIAS. Santana do Araguaia/PA, 25 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00050615520198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GUIDSON MINEIRO DOS SANTOS VITIMA:O. E. . DECISÃO Trata-se de pedido de isenção de fiança em favor de GUIDSON MINEIRO DOS SANTOS, devidamente qualificado nos autos, sob a alegação de que o segregado não possui condições financeiras de arcar com o valor arbitrado. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugnou pelo indeferimento do pleito. Fundamento Decido Compulsando os autos, verifica-se que este Juízo concedeu liberdade provisória mediante a imposição de fiança. Todavia, perpassando quase 01 (um) mês desde a decisão, o denunciado não realizou o seu pagamento. É imperativo constitucional que ninguém pode ser preso ou permanecer em cárcere em vista de limitação financeira, quando reúne os demais requisitos para estar em liberdade. Ante o exposto, resta claro que o autuado não possui condições econômicas de arcar com a fiança arbitrada para a sua Liberdade, pelo que o ISENTO do pagamento desta, na forma do Artigo 350, do Código de Processo Penal, devendo cumprir todas as demais medidas impostas. Ressalta-se que o autuado possui o contra si a aplicação de medidas cautelares constantes do art. 319 do CPP, devendo cumpri-las integralmente sob pena de lhe ser decretada a prisão preventiva. Comunique-se à SUSIPE/DEPOL a ordem de soltura do nacional GUIDSON MINEIRO DOS SANTOS, se por outro motivo não deva permanecer preso. Servirá a presente decisão como Alvará de Soltura/Mandado/Ofício/Termo de Compromisso. Dê-se ciência ao Ministério Público, devendo se manifestar acerca do Inquérito Policial. Ciência à Defesa. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Santana do Araguaia/PA, 25 de junho de 2019 ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00058626820198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Autorização judicial em: 25/06/2019 REQUERENTE:LUCIANO GOMES DOS SANTOS REQUERENTE:ALINE COSTA BEZERRA MENOR:GUSTAVO AVELINO BEZERRA DOS SANTOS. DESPACHO Vistas ao MP com urgência. Após, conclusos. Serve o presente como mandado/ofício. Santana do Araguaia/PA, 25 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00002225520178140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019 AUTOR DO FATO:MARCELO GABRIEL RODRIGUES VITIMA:O. E. . Processo: 0000222-55.2017.8.14.0050 Autor do Fato: MARCELO GABRIEL RODRIGUES TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (onze) dias do mês de junho do ano de 2019, às 11h00min, no Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, na Sala de Audiências da Vara Única do Fórum desta Comarca, onde se encontrava presente a Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca, Dr. ERICHSON ALVES PINTO comigo

Auxiliar Judiciário. Feita a chamada: Ausente do RMP. Tendo em vista a certidão de fls. 38, dê-se vistas ao MP. Nada mais havendo, encerro o presente termo, que vai devidamente assinado. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito Autor do fato:____ Vítima do fato: _ Advogado: ____ PROCESSO: 00002416120178140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019 AUTOR DO FATO:JHONATAN DE OLIVEIRA FARIAS VITIMA:O. E. . Processo: 0000241-61.2017.8.14.0050 Autor do Fato: JHONATAN DE OLIVEIRA FARIAS TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (onze) dias do mês de junho do ano de 2019, às 10h00min, no Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, na Sala de Audiências da Vara Única do Fórum desta Comarca, onde se encontrava presente a Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca, Dr. ERICHSON ALVES PINTO comigo Auxiliar Judiciário. Feita a chamada: Ausente do RMP. Tendo em vista a certidão de fls. 40, dê-se vistas ao MP. Nada mais havendo, encerro o presente termo, que vai devidamente assinado. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito Autor do fato:____ Vítima do fato: _ Advogado: ____ PROCESSO: 00002416120178140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019 AUTOR DO FATO:JHONATAN DE OLIVEIRA FARIAS VITIMA:O. E. . Processo: 0000241-61.2017.8.14.0050 Autor do Fato: JHONATAN DE OLIVEIRA FARIAS TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (onze) dias do mês de junho do ano de 2019, às 10h00min, no Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, na Sala de Audiências da Vara Única do Fórum desta Comarca, onde se encontrava presente a Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca, Dr. ERICHSON ALVES PINTO comigo Auxiliar Judiciário. Feita a chamada: Ausente do RMP. Tendo em vista a certidão de fls. 40, dê-se vistas ao MP. Nada mais havendo, encerro o presente termo, que vai devidamente assinado. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito Autor do fato:____ Vítima do fato: _ Advogado: ____ PROCESSO: 00045473920188140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:ALEXANDRE EURICO FLORES DENUNCIADO:LUIZ FERNANDO RIBEIRO MASCARENHAS VITIMA:H. S. L. VITIMA:S. S. S. . DESPACHO Não havendo causa para absolvição sumária, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇ"O e JULGAMENTO para o dia 04/09/2019, às 09h00min, neste Fórum Des. Antônio Koury, Santana do Araguaia/PA. INTIMEM-SE o(s) acusado(s), bem como OFICIE o órg"o responsável pelas respectivas custódias - caso o acusado esteja preso - para que apresente o preso a este Fórum de Justiça na data e hora acima declinadas. Caso o acusado não esteja custodiado nesta comarca, expeça-se carta precatória para a realização de sua inquirição. INTIME-SE/EXPEÇA-SE OFICIO REQUISITÓRIO às testemunhas arroladas pelo Ministério Público e pela defesa. Desde já nomeio o Dr. Hector de Alcântara Lima para patrocinar o réu Luiz Fernando Mascarenhas. Expeça os demais mandados, cartas e ofícios oportunamente. Ciência ao MPE e ao advogado do réu. Cumpra-se com urgência por se tratar de réu preso. SERVE ESTA DECISÃO COMO MANDADO E OFÍCIO. Santana do Araguaia/PA, 26 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00050615520198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GUIDSON MINEIRO DOS SANTOS VITIMA:O. E. . DESPACHO Vistas ao MP com urgência. Após, conclusos. Serve o presente como mandado/ofício. Santana do Araguaia/PA, 26 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00057613120198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 26/06/2019 FLAGRANTEADO:CARLOS ANDRE ARAUJO SOUZA VITIMA:M. D. S. R. . Decisão Vistos etc. Trata-se de Auto de Prisão em Flagrante em que o Delegado de Polícia desta Comarca informa a este Juízo a prisão do nacional CARLOS ANDRÉ ARAÚJO SOUZA, por suposta infringência ao art. 121, § 2º, incisos II c/c art. 14, inciso II, todos do Código Penal. As circunstâncias relatadas nos autos demonstram que a prisão foi legal, pois claro o estado de flagrância, bem como os demais requisitos, como as advertências quanto aos direitos do autuado, comunicação à família, Auto de Exame de Corpo de Delito e a regular Nota de Culpa, entregues no prazo legal. Foram remetidos ofícios ao Ministério Público. Por fim, a Autoridade Policial informou que deixou de arbitrar fiança, pugnando pela transferência dos custodiados para uma das unidades prisionais do Estado. É o relatório. Decido. Do compulsa os autos, extrai-se que a prisão ocorreu dentro dos ditames do CPP, que

em seu art. 302 dispõe o seguinte: Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: I - está cometendo a infração penal; II - acaba de cometê-la; III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração. Impõe-se reconhecer também, que o procedimento encartado nos autos de prisão em flagrante delito referenciado guardou observância à norma de regência, não se vislumbrando a existência de vícios formais ou materiais que se lhe possam opor, recomendando, destarte, sua homologação. Nessa ordem, nos moldes da novel legislação que rege a apreciação do status libertatis de todos quantos tenham sua liberdade restringida por força de imputação de condutas tipificadas no Código Penal ou em legislação extravagante, é de ser examinado, num primeiro momento, se no caso concreto fazem-se presentes os requisitos autorizadores da decretação ou manutenção da custódia preventiva, bem como, suplementarmente, para os casos em que estejam presentes aqueles requisitos, se é cabível e recomendável, na espécie, a substituição da custódia cautelar por uma das medidas cautelares previstas no art. 319, do CPP. Nessa esteira, registro que o delito imputado ao flagrado refere-se ao crime insculpido no art. 121, § 2º, incisos II c/c art. 14, inciso II, todos do Código Penal. Assim, observa-se que os requisitos gerais de decretação da custódia cautelar estão presentes, quais sejam o fumus commissi delicti, consistente na comprovação sumária da materialidade do delito, demonstrada pelas declarações acostadas aos autos, bem como pelos Auto de Corpo de Delito, os quais não deixam dúvidas quanto ao tema, tanto que foi preso e autuado em flagrante, havendo depoimentos que confirmam prima facie a prática delituosa. Esses fatos, pois, são fortes e contundentes no sentido de demonstrar a existência de indícios de autoria quanto ao delito em questão, pressuposto da prisão de caráter processual, juntamente com a materialidade, a qual, no caso em tela, possui lastro relevante, conforme os depoimentos colhidos durante a lavratura do flagrante. Quanto ao requisito de cautelaridade do periculum libertatis, de igual modo se faz presente, na hipótese consubstanciado pelos requisitos da manutenção da ordem pública, face a gravidade em concreto do crime, tendo em conta que o autuado tentou ceifar a vida de um conhecido de infância, que confraternizava consigo no momento do fato, usando um expediente de dissimulação. É, portanto, temerária a soltura do autor neste momento ante o evidente risco de reiteração do delito. Nesse sentido: STJ: "A periculosidade do réu, evidenciada pelas circunstâncias em que o crime foi cometido, basta, por si só, para embasar a custódia cautelar, no resguardo da ordem pública e mesmo por conveniência da instrução criminal" (JSTJ 8/154). Pelas mesmas razões alhures desenvolvidas, descabe a substituição da prisão cautelar ora imposta por alguma das medidas cautelares alternativas à prisão, por não vislumbrar presentes os elementos autorizadores de sua concessão. Logo, diante da situação narrada, a conduta perpetrada pelos investigados evidencia periculosidade acentuada de modo que as medidas cautelares diversas da prisão preventiva acima referidas não são suficientes para a garantir o regular andamento do processo e a ordem pública, sendo imprescindível a decretação da prisão preventiva, conforme acima demonstrado. POSTO ISTO, HOMOLOGO o auto de prisão em flagrante delito em tela, ao mesmo tempo em que CONVERTO a prisão em flagrante em PRISÃO PREVENTIVA, pelas razões alhures expendidas. Em razão disso, EXPEÇA-SE o competente MANDADO DE PRISÃO PREVENTIVA em desfavor dos flagrados CARLOS ANDRÉ ARAÚJO SOUZA, para imediato cumprimento. Deixo de realizar audiência de custódia em vista da ausência de atuação da Defensoria Pública nesta comarca, bem como de Defensor constituído. Quanto ao pleito inerente à transferência do autuado, DEFIRO o pedido, sobretudo, ante a superlotação carcerária, evidenciada pelos constantes ofícios de informação protocolados pela Autoridade Policial neste juízo, devendo ser encaminhado a estabelecimento prisional de acordo com os critérios estabelecido pela SUSIPE. Oficie-se à autoridade policial, dando-se ciência de seu conteúdo, comunicando-lhe, complementarmente, que os autos do inquérito deverão ser remetidos ao Poder Judiciário no prazo legal, nos termos do que preconiza o art. 10, do CPP. Intime-se a Defensoria Pública e Ministério Público. Insira o Mandado de Prisão no BNMP. EXPEÇA-SE o necessário. SERVE A PRESENTE COMO MANDADO DE PRISÃO PREVENTIVA e OFÍCIO para as comunicações necessárias. Santana do Araguaia/PA, 24 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00091904020188140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019 AUTOR DO FATO:JUCICLEY OLIVEIRA ROCHA VITIMA:A. C. . Processo: 0009190-40.2018.8.14.0050 Autor do Fato: JUCICLEY OLIVEIRA ROCHA TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (onze) dias do mês de junho do ano de 2019, às 11h40min, no Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, na Sala de Audiências da Vara Única do Fórum desta Comarca, onde se encontrava presente a Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca, Dr. ERICHSON ALVES PINTO. Feita a chamada: Ausente do RMP. Presente a suposta autora do fato JUCICLEY OLIVEIRA ROCHA. Aberta a audiência, dada a palavra o magistrado apresentou a Proposta de Transação Penal ofertada pelo Ministério Público e encartada aos à representante do Ministério Público,

formulou proposta de transação penal: "Apresentada a proposta, o autor do fato resolveu anuir com o pagamento da prestação proposta pelo Ministério Público, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 100,00 (cem reais), até o dia 30/06/2016, destinadas à ASSOCIAÇÃO CRISTÃ JOVENS DE CRISTO, situada na av. Dr. Raul Claudio Prates nº 167, Treze Casas, nesta. Telefone: 094 99460-8655/ 99233-4433. O valor será pago mediante depósito judicial, a ser emitido via boleto SDJ a ser emitido pela Secretaria Judicial da Vara, colhendo recibo do servidor da Secretaria Criminal na cópia xerox do recibo e guardando-a consigo para eventual necessidade, para juntada do recibo original aos autos, CERTIFICANDO-SE o cumprimento e ARQUIVANDO-SE os autos. SENTENÇA: "Dispensado o relatório dos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/1995. Tendo a parte manifestado de forma livre e segura sua anuência à proposta de transação penal, é de ser homologada a transação penal, proposta pelo Ministério Público, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 100,00 (cem reais), até o dia 30/06/2016, destinadas à ASSOCIAÇÃO CRISTÃ JOVENS DE CRISTO, situada na av. Dr. Raul Claudio Prates nº 167, Treze Casas, nesta. Telefone: 094 99460-8655/ 99233-4433. O valor será pago mediante depósito judicial, a ser emitido via boleto SDJ a ser emitido pela Secretaria Judicial da Vara, colhendo recibo do servidor da Secretaria Criminal na cópia xerox do recibo e guardando-a consigo para eventual necessidade, para juntada do recibo original aos autos CERTIFICANDO-SE o cumprimento e ARQUIVANDO-SE os autos. Em caso contrário, CONCLUA-SE. DIANTE DO EXPOSTO, HOMOLOGO a transação penal no que diz ao autor do fato. Nada mais havendo, encerro o presente termo, que vai devidamente assinado. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito Autor do fato:_____ PROCESSO: 00094103820188140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019 AUTOR DO FATO:FLAVIO ARAUJO LEITE VITIMA:O. E. . Processo: 0009410-38.2018.8.14.0050 Autor do Fato: FLAVIO ARAÚJO LEITE - RG 4945423-PCPA Advogado: Hector Alcântara Lima. OAB-PA 23.925-A TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (onze) dias do mês de junho do ano de 2019, às 10h21min, no Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, na Sala de Audiências da Vara Única do Fórum desta Comarca, onde se encontrava presente a Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca, Dr. ERICHSON ALVES PINTO. Feita a chamada: Ausente do RMP. Presente a suposta autora do fato FLAVIO ARAÚJO LEITE. Aberta a audiência, dada a palavra o magistrado apresentou a Proposta de Transação Penal ofertada pelo Ministério Público e encartada aos à representante do Ministério Público, formulou proposta de transação penal: "Apresentada a proposta, o autor do fato resolveu anuir com o pagamento da prestação proposta pelo Ministério Público, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 500,0 (quinhentos reais), mediante pagamento em 2 parcelas de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais), com a primeira parcela a ser paga até o dia 30/06/2019 e a segunda parcela a ser paga até 30/07/2019, destinadas à ASSOCIAÇÃO CRISTÃ JOVENS DE CRISTO, situada na av. Dr. Raul Claudio Prates nº 167, Treze Casas, nesta. Telefone: 094 99460-8655/ 99233-4433. O valor será pago mediante depósito judicial, a ser emitido via boleto SDJ a ser emitido pela Secretaria Judicial da Vara, colhendo recibo do servidor da Secretaria Criminal na cópia xerox do recibo e guardando-a consigo para eventual necessidade, para juntada do recibo original aos autos, CERTIFICANDO-SE o cumprimento e ARQUIVANDO-SE os autos. SENTENÇA: "Dispensado o relatório dos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/1995. Tendo a parte manifestado de forma livre e segura sua anuência à proposta de transação penal, é de ser homologada a transação penal, proposta pelo Ministério Público, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 500,0 (quinhentos reais), mediante pagamento em 2 parcelas de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais), com a primeira parcela a ser paga até o dia 30/07/2019 e a segunda parcela a ser paga até 30/08/2019, destinadas à ASSOCIAÇÃO CRISTÃ JOVENS DE CRISTO, situada na av. Dr. Raul Claudio Prates nº 167, Treze Casas, nesta. Telefone: 094 99460-8655/ 99233-4433. O valor será pago mediante depósito judicial, a ser emitido via boleto SDJ a ser emitido pela Secretaria Judicial da Vara, colhendo recibo do servidor da Secretaria Criminal na cópia xerox do recibo e guardando-a consigo para eventual necessidade, para juntada do recibo original aos autos CERTIFICANDO-SE o cumprimento e ARQUIVANDO-SE os autos. Em caso contrário, CONCLUA-SE. DIANTE DO EXPOSTO, HOMOLOGO a transação penal no que diz ao autor do fato. Nada mais havendo, encerro o presente termo, que vai devidamente assinado. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito Autor do fato:_____ Vítima do fato: _____ Advogado: _____ PROCESSO: 00094112320188140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019 AUTOR DO FATO:MARLENE SILVA DE OLIVEIRA VITIMA:O. E. . Processo: 0009411-23.2018.8.14.0050 Autor do Fato: MARLENE SILVA DE OLIVEIRA - RG 4877238 Advogado: Lucibaldo Bonfim Guimarães Franco. OAB-PA 13.033 TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (onze)

dias do mês de junho do ano de 2019, às 11h20min, no Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, na Sala de Audiências da Vara Única do Fórum desta Comarca, onde se encontrava presente a Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca, Dr. ERICHSON ALVES PINTO. Feita a chamada: Ausente do RMP. Presente a suposta autora do fato MARLENE SILVA DE OLIVEIRA. Aberta a audiência, dada a palavra o magistrado apresentou a Proposta de Transação Penal ofertada pelo Ministério Público e encartada aos à representante do Ministério Público, formulou proposta de transação penal: "Apresentada a proposta, o autor do fato resolveu anuir com o pagamento da prestação proposta pelo Ministério Público, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 500,0 (quinhentos reais), mediante pagamento em 2 parcelas de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais), com a primeira parcela a ser paga até o dia 30/07/2019 e a segunda parcela a ser paga até 30/08/2019, destinadas à ASSOCIAÇÃO CRISTÃ JOVENS DE CRISTO, situada na av. Dr. Raul Claudio Prates nº 167, Treze Casas, nesta. Telefone: 094 99460-8655/ 99233-4433. O valor será pago mediante depósito judicial, a ser emitido via boleto SDJ a ser emitido pela Secretaria Judicial da Vara, colhendo recibo do servidor da Secretaria Criminal na cópia xerox do recibo e guardando-a consigo para eventual necessidade, para juntada do recibo original aos autos, CERTIFICANDO-SE o cumprimento e ARQUIVANDO-SE os autos. SENTENÇA: "Dispensado o relatório dos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/1995. Tendo a parte manifestado de forma livre e segura sua anuência à proposta de transação penal, é de ser homologada a transação penal, proposta pelo Ministério Público, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 500,0 (quinhentos reais), mediante pagamento em 2 parcelas de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais), com a primeira parcela a ser paga até o dia 30/07/2019 e a segunda parcela a ser paga até 30/08/2019, destinadas à ASSOCIAÇÃO CRISTÃ JOVENS DE CRISTO, situada na av. Dr. Raul Claudio Prates nº 167, Treze Casas, nesta. Telefone: 094 99460-8655/ 99233-4433. O valor será pago mediante depósito judicial, a ser emitido via boleto SDJ a ser emitido pela Secretaria Judicial da Vara, colhendo recibo do servidor da Secretaria Criminal na cópia xerox do recibo e guardando-a consigo para eventual necessidade, para juntada do recibo original aos autos CERTIFICANDO-SE o cumprimento e ARQUIVANDO-SE os autos. Em caso contrário, CONCLUA-SE. DIANTE DO EXPOSTO, HOMOLOGO a transação penal no que diz ao autor do fato. Nada mais havendo, encerro o presente termo, que vai devidamente assinado. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito Autor do fato:_____ Vítima do fato: _____ Advogado: _____ PROCESSO: 00121108420188140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019 AUTOR DO FATO:ANTONIO GERALDO FRANCO DOS SANTOS VITIMA:J. R. B. . Processo: 0012110-84.2018.8.14.0050 Autor do Fato: ANTONIO GERALDO FRANCO DOS SANTOS Advogado: Lucibaldo Bonfim Guimarães Franco. OAB-PA 13.033 TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (onze) dias do mês de junho do ano de 2019, às 12h00min, no Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, na Sala de Audiências da Vara Única do Fórum desta Comarca, onde se encontrava presente a Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca, Dr. ERICHSON ALVES PINTO. Feita a chamada: Ausente do RMP. Presente a suposta autora do fato ANTONIO GERALDO FRANCO DOS SANTOS. Aberta a audiência, dada a palavra o magistrado apresentou a Proposta de Transação Penal ofertada pelo Ministério Público e encartada aos à representante do Ministério Público, formulou proposta de transação penal: "Apresentada a proposta, o autor do fato resolveu anuir com o pagamento da prestação proposta pelo Ministério Público, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), mediante pagamento em 2 parcelas de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais), com a primeira parcela a ser paga até o dia 30/07/2019 e a segunda parcela a ser paga até 30/08/2019, destinadas à ASSOCIAÇÃO CRISTÃ JOVENS DE CRISTO, situada na av. Dr. Raul Claudio Prates nº 167, Treze Casas, nesta. Telefone: 094 99460-8655/ 99233-4433. O valor será pago mediante depósito judicial, a ser emitido via boleto SDJ a ser emitido pela Secretaria Judicial da Vara, colhendo recibo do servidor da Secretaria Criminal na cópia xerox do recibo e guardando-a consigo para eventual necessidade, para juntada do recibo original aos autos, CERTIFICANDO-SE o cumprimento e ARQUIVANDO-SE os autos. SENTENÇA: "Dispensado o relatório dos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/1995. Tendo a parte manifestado de forma livre e segura sua anuência à proposta de transação penal, é de ser homologada a transação penal, proposta pelo Ministério Público, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), mediante pagamento em 2 parcelas de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais), com a primeira parcela a ser paga até o dia 30/07/2019 e a segunda parcela a ser paga até 30/08/2019, destinadas à ASSOCIAÇÃO CRISTÃ JOVENS DE CRISTO, situada na av. Dr. Raul Claudio Prates nº 167, Treze Casas, nesta. Telefone: 094 99460-8655/ 99233-4433. O valor será pago mediante depósito judicial, a ser emitido via boleto SDJ a ser emitido pela Secretaria Judicial da Vara, colhendo recibo do servidor da Secretaria Criminal na cópia xerox do recibo e guardando-a consigo para eventual necessidade, para

juntada do recibo original aos autos CERTIFICANDO-SE o cumprimento e ARQUIVANDO-SE os autos. Em caso contrário, CONCLUA-SE. DIANTE DO EXPOSTO, HOMOLOGO a transação penal no que diz ao autor do fato. Nada mais havendo, encerro o presente termo, que vai devidamente assinado. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito Autor do fato:_____ Vítima do fato: _ Advogado: _____ PROCESSO: 00121133920188140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019 AUTOR DO FATO:MARIA DOS AFLITOS RODRIGUES DE SOUSA VITIMA:W. A. C. . Processo: 0012113-39.2018 Autor do Fato: Maria dos Aflitos Rodrigues de Sousa Advogado: Hector Alcântara Lima. OAB-PA 23.925-A TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 (onze) dias do mês de junho do ano de 2019, às 10h00min, no Município de Santana do Araguaia, Estado do Pará, na Sala de Audiências da Vara Única do Fórum desta Comarca, onde se encontrava presente a Exmo. Sr. Juiz de Direito da Comarca, Dr. ERICHSON ALVES PINTO comigo Auxiliar Judiciário. Feita a chamada: Ausente do RMP. Presente a suposta autora do fato Maria dos Aflitos Rodrigues de Sousa. Aberta a audiência, dada a palavra o magistrado apresentou a Proposta de Transação Penal ofertada pelo Ministério Público e encartada aos à representante do Ministério Público, formulou proposta de transação penal: "Apresentada a proposta, o autor do fato resolveu anuir com o pagamento da prestação proposta pelo Ministério Público, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 500,0 (quinhentos reais), mediante pagamento em 2 parcelas de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais), com a primeira parcela a ser paga até o dia 30/06/2019 e a segunda parcela a ser paga até 30/07/2019, destinadas à ASSOCIAÇÃO CRISTÃ JOVENS DE CRISTO, situada na av. Dr. Raul Claudio Prates nº 167, Treze Casas, nesta. Telefone: 094 99460-8655/ 99233-4433. O valor será pago mediante depósito judicial, a ser emitido via boleto SDJ a ser emitido pela Secretaria Judicial da Vara, colhendo recibo do servidor da Secretaria Criminal na cópia xerox do recibo e guardando-a consigo para eventual necessidade, para juntada do recibo original aos autos, CERTIFICANDO-SE o cumprimento e ARQUIVANDO-SE os autos. SENTENÇA: "Dispensado o relatório dos termos do art. 38, da Lei nº 9.099/1995. Tendo a parte manifestado de forma livre e segura sua anuência à proposta de transação penal, é de ser homologada a transação penal, proposta pelo Ministério Público, consistente em prestação pecuniária no valor de R$ 500,0 (quinhentos reais), mediante pagamento em 2 parcelas de R$250,00 (duzentos e cinquenta reais), com a primeira parcela a ser paga até o dia 30/07/2019 e a segunda parcela a ser paga até 30/08/2019, destinadas à ASSOCIAÇÃO CRISTÃ JOVENS DE CRISTO, situada na av. Dr. Raul Claudio Prates nº 167, Treze Casas, nesta. Telefone: 094 99460-8655/ 99233-4433. O valor será pago mediante depósito judicial, a ser emitido via boleto SDJ a ser emitido pela Secretaria Judicial da Vara, colhendo recibo do servidor da Secretaria Criminal na cópia xerox do recibo e guardando-a consigo para eventual necessidade, para juntada do recibo original aos autos CERTIFICANDO-SE o cumprimento e ARQUIVANDO-SE os autos. Em caso contrário, CONCLUA-SE. DIANTE DO EXPOSTO, HOMOLOGO a transação penal no que diz ao autor do fato. Nada mais havendo, encerro o presente termo, que vai devidamente assinado. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito Autor do fato:_____ Vítima do fato: _ Advogado: _____ PROCESSO: 00123706420188140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:GABRIEL DA SILVA LEITE Representante(s): OAB 28326-A - LEONARDO BRAGA DUARTE (ADVOGADO) DENUNCIADO:ADRIANO ALVES DE OLIVEIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 28326-A - LEONARDO BRAGA DUARTE (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . DECISÃO/MANDADO/OFÍCIO Trata-se de pedido de revogação da prisão preventiva em favor de GABRIEL DA SILVA LEITE, já qualificado nos autos. Alega a defesa, em suma, a ausência dos requisitos ensejadores do cárcere, evidenciando a existência de condições pessoais que garantam a liberdade do custodiado, ressaltando possuir residência fixa e uma proposta. O Ministério Público, instado a se manifestar acerca do pleito liberatório, opinou pelo indeferimento do pedido formulado pela defesa, através de Parecer Ministerial, argumentando que as circunstâncias pessoais ensejadoras da decisão que decretou a liberdade continuam presentes. Alegou, por fim, que os motivos ensejadores do cárcere permanecem intactos. Era o que cabia relatar. DECIDO. Analisando os autos, verifico continuarem presentes os motivos para a manutenção da prisão do custodiado. Antes, no entanto, cumpre registrar que não se desconhece que somente em casos excepcionais e comprovada a imperiosa necessidade da medida acauteladora, deve-se restringir a liberdade do cidadão. Nesse passo, dispõe a Constituição Federal, que "ninguém será levado a prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança" (art. 5º, LXVI). Havendo, assim, motivos para decretação da prisão cautelar, deve o

juízo restringir a liberdade do denunciado, quando o caso concreto revelar a sua necessidade, ou seja, exista motivos que possam prejudicar o andamento da instrução criminal, risco para garantia da ordem pública ou possibilidade de frustração da aplicação da lei penal. Depreende-se dos autos em análise, que há indícios de autoria e prova da materialidade dos crimes pelos quais foi acusado, devendo ser lembrado que para decretação da medida cautelar não se exige prova plena, bastando meros indícios. É o caso dos autos. É consabido também, que para decretação da segregação cautelar devem estar presentes os pressupostos para tanto, quais sejam o fumus comissi delicti e periculum libertatis. Os elementos mencionados no parágrafo anterior restam demonstrados na decisão que decretou a prisão, oportunidade em que este Juízo explicitou que a referida medida cautelar é norteada pela cláusula rebus sic stantibus, isto é, permanecendo os fundamentos ensejadores da medida restritiva, a sua manutenção torna-se imperativa, situação que ainda se apresenta no caso em análise. Ante o exposto e mais do que dos autos consta, INDEFIRO o pedido formulado pela defesa e MANTENHO a Prisão Preventiva do acusado GABRIEL DA SILVA LEITE, uma vez que subsistem os requisitos para tanto. Ademais, ressalta-se que já há audiência de instrução e julgamento designada, ocasião em que o mérito será analisado. SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES NECESSÁRIAS. Ciência ao advogado do réu. Ciência ao MP. Arquivem-se Cumpra-se. Santana do Araguaia/PA, 26 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00035849420198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:LUIZ NUNES DE OLIVEIRA VITIMA:L. S. O. . DECISÃO/MANDADO/OFÍCIO Trata-se de pedido de revogação da prisão preventiva em favor de LUIZ NUNES DE OLIVEIRA, já qualificado nos autos. Alega a defesa, em suma, a ausência dos requisitos ensejadores do cárcere, evidenciando a existência de condições pessoais que garantam a liberdade do custodiado. Ademais, aduz o patrono do segregado que a sua transferência prisional traz iminente risco para sua vida. O Ministério Público, instado a se manifestar acerca do pleito liberatório, opinou pelo indeferimento do pedido formulado pela defesa, através de Parecer Ministerial, argumentando que as circunstâncias pessoais ensejadoras da decisão que decretou a liberdade continuam presentes. Alegou, por fim, que o peticionante não trouxe elementos que corroborassem o alegado. Era o que cabia relatar. DECIDO. Analisando os autos, verifico continuarem presentes os motivos para a manutenção da prisão do custodiado. Antes, no entanto, cumpre registrar que não se desconhece que somente em casos excepcionais e comprovada a imperiosa necessidade da medida acauteladora, deve-se restringir a liberdade do cidadão. Nesse passo, dispõe a Constituição Federal, que "ninguém será levado a prisão ou nela mantido quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança" (art. 5º, LXVI). Havendo, assim, motivos para decretação da prisão cautelar, deve o juízo restringir a liberdade do denunciado, quando o caso concreto revelar a sua necessidade, ou seja, exista motivos que possam prejudicar o andamento da instrução criminal, risco para garantia da ordem pública ou possibilidade de frustração da aplicação da lei penal. Depreende-se dos autos em análise, que há indícios de autoria e prova da materialidade dos crimes pelos quais foi acusado, devendo ser lembrado que para decretação da medida cautelar não se exige prova plena, bastando meros indícios. É o caso dos autos. É consabido também, que para decretação da segregação cautelar devem estar presentes os pressupostos para tanto, quais sejam o fumus comissi delicti e periculum libertatis. Os elementos mencionados no parágrafo anterior restam demonstrados na decisão que decretou a prisão, oportunidade em que este Juízo explicitou que a referida medida cautelar é norteada pela cláusula rebus sic stantibus, isto é, permanecendo os fundamentos ensejadores da medida restritiva, a sua manutenção torna-se imperativa, situação que ainda se apresenta no caso em análise. Ademais, em que pese as alegações da defesa acerca das condições pessoais do segregado, bem como do risco à sua vida, não há elemento algum que corrobore isso nestes autos, de modo a ensejar o deferimento do pleito. Ante o exposto e mais do que dos autos consta, INDEFIRO o pedido formulado pela defesa e MANTENHO a Prisão Preventiva do acusado LUIZ NUNES DE OLIVEIRA, uma vez que subsistem os requisitos para tanto. Oficie-se a SUSIPE para informar o local em que o denunciado se encontra segregado, declinando o diretor do presídio se em tal estabelecimento prisional há a materialização de algum risco à sua vida. SERVE A PRESENTE COMO MANDADO/OFÍCIO PARA AS COMUNICAÇÕES NECESSÁRIAS. Ciência ao advogado do réu. Ciência ao MP. Arquivem-se Cumpra-se. Santana do Araguaia/PA, 27 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00058626820198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Autorização judicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:LUCIANO GOMES DOS SANTOS REQUERENTE:ALINE COSTA BEZERRA MENOR:GUSTAVO AVELINO BEZERRA DOS SANTOS. Poder Judiciário Tribunal de Justiça do Estado do Pará Vara Única da Comarca de Santana do Araguaia/PA Autor(a): GUSTAVO AVELINO BEZERRA DOS SANTOS, Natural de Santana do Araguaia/PA, RG nº 930454 2º via, CPF nº

062.674.961-12, residente e domiciliado em Palmas/TO, nascido em 19/08/2004, filho de Aline Costa Bezerra e Luciano Gomes dos Santos, representado por seus genitores. SENTENÇA Trata-se de demanda intitulada de Autorização Judicial, proposta por GUSTAVO AVELINO BEZERRA DOS SANTOS, já qualificado, representado por seus genitores Aline Costa Bezerra e Luciano Gomes dos Santo, também devidamente identificados, pelos fatos e fundamentos a seguir expostos. O menor requerente é residente no Município de Palmas/TO, local de seu domicílio estudantil. Em vista das férias escolares, pretende vir à esta cidade, cidade em que seus genitores residem. Neste sentido, requer autorização para realizar a viagem. A autorização judicial se faz necessária, tendo em conta a idade da peticionante, que é nascido em 19/08/2004, conforme Carteira de identidade em anexo. Documentos apresentados. Instado a se manifestar, o MP pugnou pelo deferimento do pleito. Esse é o relatório, passo a decidir. Analisando os autos, percebe-se que é situação de jurisdição voluntária em que a parte autora necessita da análise e autorização judicial. Há nos autos prova suficiente de que os representantes são os genitores do menor, conforme as respectivas carteiras de identidade. As respectivas qualificações também asseguram o domicílio dos genitores nesta comarca. No mesmo sentido, verifica-se a urgência do pleito autoral, haja vista que a viagem é atinente ao pedido de férias escolares. Deste modo, entendo que se encontram totalmente resguardados os interesses e a proteção do menor GUSTAVO AVELINO BEZERRA DOS SANTOS, Natural de Santana do Araguaia/PA, RG nº 930454 2º via, CPF nº 062.674.961-12, residente e domiciliado em Palmas/TO, nascido em 19/08/2004, filho de Aline Costa Bezerra e Luciano Gomes dos Santos, representado por seus genitores, pois realizará a viagem entre os Municípios de Palmas/TO e Santana do Araguaia/PA. Ante o exposto, nos termos do art. 487, I do CPC, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e AUTORIZO o MENOR GUSTAVO AVELINO BEZERRA DOS SANTOS, Natural de Santana do Araguaia/PA, RG nº 930454 2º via, CPF nº 062.674.961-12, residente e domiciliado em Palmas/TO, nascido em 19/08/2004, filho de Aline Costa Bezerra e Luciano Gomes dos Santos, representado por seus genitores, a viajar entre os Municípios de Palmas/TO e Santana do Araguaia/PA. Cópia da presente sentença servirá como documento de AUTORIZAÇÃO JUDICIAL PARA VIAGEM/MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ, para os devidos fins de direito, devendo ser recebida pelo representante em secretaria. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Ciência ao Ministério Público. Esta autorização é válida por 90 (noventa dias). Após a intimação dos representantes, arquive-se. Santana do Araguaia/PA, 27 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00059414720198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICHSON ALVES PINTO Ação: Autorização judicial em: 27/06/2019 REQUERENTE:FREDIVAN MARINHO SILVEIRA REQUERENTE:LINDINALVA RIBEIRO DE FREITAS MENOR:KAUAN FREITAS SILVEIRA. DESPACHO Vistas ao MP com urgência. Após, conclusos. Serve o presente como mandado/ofício. Santana do Araguaia/PA, 27 de junho de 2019. ERICHSON ALVES PINTO Juiz de Direito PROCESSO: 00010637920198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIANTE: M. P. E. P. DENUNCIADO: A. S. G. DENUNCIADO: C. M. A. Representante(s): OAB 28326-A - LEONARDO BRAGA DUARTE (ADVOGADO) VITIMA: M. A. M. PROCESSO: 00057621620198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: RECLAMANTE: E. E. S. A. RECLAMADO: L. S. L. PROCESSO: 00057812220198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: RECLAMANTE: A. L. S. E. S. RECLAMADO: A. S. G. PROCESSO: 00058618320198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Autorização judicial em: REQUERENTE: R. S. B. REQUERENTE: F. G. S. MENOR: K. S. S. B. S. PROCESSO: 00058618320198140050 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Autorização judicial em: REQUERENTE: R. S. B. REQUERENTE: F. G. S. MENOR: K. S. S. B. S.

Processo n° 00066675520188140050

Requerente: SANY IMPORTAÇÔES DA AMÉRICA DO SUL LTDA - ADV. MICHEL DAVID MORENO - OAB/SP 315.975. ADV. EDUARDO JOSÉ DE ANDRADE - OAB/SP 315.257. ADV. WILIANE RODRIGUES AMORIM, OAB/PA 23.896.

Requerido: EXCLUSIVA TRANPOSTES E LOCAÇÕES LTDA.

SENTENÇA

Trata-se de requerimento de busca e apreensão pelo procedimento especial previsto no art. 3º, §12 do Decreto Lei 911/1969, proposta por SANY IMPORTAÇÔES DA AMÉRICA DO SUL LTDA.

O mencionado dispositivo, assim dispõe, in verbis:

Art. 3o O proprietário fiduciário ou credor poderá, desde que comprovada a mora, na forma estabelecida pelo § 2o do art. 2o, ou o inadimplemento, requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, podendo ser apreciada em plantão judiciário. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014)

(...)

§ 12. A parte interessada poderá requerer diretamente ao juízo da comarca onde foi localizado o veículo com vistas à sua apreensão, sempre que o bem estiver em comarca distinta daquela da tramitação da ação, bastando que em tal requerimento conste a cópia da petição inicial da ação e, quando for o caso, a cópia do despacho que concedeu a busca e apreensão do veículo. (Incluído pela Lei nº 13.043, de 2014)

Como se vê, o procedimento pressupõe que o processo originário tramite em Comarca diversa, bem como dever ser instruído com cópia da petição inicial e do despacho/decisão que concedeu a busca e apreensão do bem.

No caso em tela, a parte interessada acostou os seguintes documentos: 1) Carta Precatória oriunda da 8ª Vara Vara Cível do Foro de São José dos Campos para o Juízo de Direito da Comarca de Tucumã ¿ PA, com a finalidade de proceder o arresto da escavadeira modelo SY135C, nº de série SANSY135CFE102778, do devedor, que ficará depositada em mãos do exequente SANY IMPORTAÇÔES DA AMÉRICA DO SUL LTDA (fls. 05); 2) Cópia da petição inicial da ação de execução por quantia certa (fls. 06/04); 3) Instrumento particular de alteração contratual da empresa requerente (fls. 18/45).

Assim, da análise dos documentos acostados, verifico que foi eleita via equivocada para proceder a apreensão do bem, vez que não se enquadra nos requisitos do rito específico previsto no Decreto Lei 911/1969, que estabelece normas exclusivamente acerca de processos sobre alienação fiduciária.

Como se verifica da leitura da cópia da inicial de fls. 06/14, a relação jurídica entre as partes se iniciou por meio de contrato de compra e venda com reserva de domínio (arts. 521 a 258 do CC), instituto que se difere da alienação fiduciária (Decreto Lei 911/1969). É cediço que ambos institutos têm em comum a transferência da posse direta do bem para o sujeito que pretende obter seu domínio, todavia se distinguem nos seguintes pontos: 1) na venda com reserva de domínio há uma venda sob condição suspensiva,embora a posse direta do bem já seja transferida, enquanto que na alienação há uma venda para uma entidade financeira com condição resolutiva, ou seja, o pagamento da dívida consolida a propriedade no possuidor direto; 2) a venda com reserva pode ser feita diretamente entre comprador e vendedor, enquanto na alienação há a presença indispensável de um financiador; 3) A venda com reserva se restringe a bens móveis, enquanto a alienação pode ser aplicada também para a venda de imóveis.

Ademais, não consta nos autos decisão que concedeu a busca e apreensão, e sim, Carta Precatória com a finalidade de proceder o arresto da escavadeira objeto da presente demanda (fls. 06/04), sendo o arresto uma medida que difere da busca e apreensão, vez que consiste na apreensão do bem para garantir a futura cobrança da dívida.

Isto posto, INDEFIRO O PEDIDO, ante a ausência dos requisitos previstos no art. 3º, §12 do Decreto Lei 911/1969 para o procedimento em questão, DECLARANDO EXTINTO o presente processo sem resolução do mérito, vez que não preenche os pressupostos de constituição válido e regular do processo, nos termos do art. 486, I, do CPC, em razão a inadequação a via eleita.

Após as cautelas de praxe e legais, ARQUIVE-SE.
Em, 01 de agosto de 2018.
MARCIO DANIEL COELHO CARUNCHO
Juiz de Direito
SANTANA DO ARAGUAIA

Processo n° 00066675520188140050.
EMBARGOS DE DECLARAÇÃO (Processo nº 00066675520188140050)
Embargante: SANY IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL LTDA - ADV. MICHEL DAVID MORENO - OAB/SP 315.975. ADV. EDUARDO JOSÉ DE ANDRADE - OAB/SP 315.257. ADV. WILIANE RODRIGUES AMORIM, OAB/PA 23.896.
Embargado: EXCLUSIVA TRANPOSRTE & LOCAÇÃO LTDA EPP
DECISÃO
Vistos, etc.
Trata-se de Embargos de Declaração (fls. 56/62) interpostos por SANY IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL LTDA em face da sentença prolatada às fls. 51/52, nos autos de Requerimento de Busca e Apreensão pelo procedimento especial previsto no art. 3º, §12 do Decreto Lei 911/69.
Alegou, em apertada síntese, que o embargante requereu equivocadamente cumprimento de busca e apreensão, razão pela qual postulou pela reforma da sentença de fls. 51/52 para declarar o erro material que o embargante incorreu e acolher a emenda à peça equivocada.
É o breve relatório. DECIDO.
Tempestivos os embargos, uma vez que, compulsando os autos, verifico que foram interportos antes da publicação da sentença no DJE-PA, pelo que conheço do recurso.
Acerca das hipóteses de cabimento dos embargos de declaração, dispõe o art. 1.022, caput e incisos do CPC:
Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para:
I - esclarecer obscuridade ou eliminar contradição;
II - suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento;
III - corrigir erro material.
Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que:
I - deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento;
II - incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1o.
Vejamos o dispõe o mencionado art. 489, §1 do mesmo diploma legal:
Art. 489. São elementos essenciais da sentença:
(...)
§ 1o Não se considera fundamentada qualquer decisão judicial, seja ela interlocutória, sentença ou acórdão, que:
I - se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida;
II - empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso;
III - invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão;
IV - não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador;
V - se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos;
VI - deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem

demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento.
(...)
É cediço que os embargos de declaração, nos termos dos dispositivos colacionados acima, configuram espécie de recurso dirigido ao próprio Juízo que prolatou a decisão ou sentença, sendo cabíveis nas hipóteses legais supratranscritas, deixando a tarefa de reanálise do mérito para os recursos a serem analisados pelas instâncias sobrepostas ao Juízo a quo, em que pese, excepcionalmente, o mérito possa ser modificado por meio de efeitos infringentes conferidos aos embargos de declaração. Os efeitos referidos ocorrem como consequência, e não como causa direta a ser enfrentada nos declaratórios, entendimento há muito sedimentado na doutrina e jurisprudência pátria.
No presente caso, a decisão embargada não apresenta qualquer um dos vícios previstos em lei. Em verdade, o embargante postula pelo reexame da sentença com o objetivo de que seja reformada, em ponto afeto ao próprio mérito, o que não é admitido, ao menos diretamente, pela via eleita.
Vejamos.
O embargante informa que requereu equivocadamente cumprimento de busca e apreensão, razão pela qual postulou pela reforma da sentença de fls. 51/52 para declarar o erro material que o embargante diz ter incorrido e acolher a emenda à peça equivocada.
Verifico que em momento algum alega que na sentença mencionada há qualquer omissão, obscuridade, contradição ou erro material, requisito para a interposição de embargos, conforme apontado acima.
Dessa feita, não assiste razão ao embargante, pois a sentença guerreada não padece dos vícios citados no parágrafo anterior, pois explicitamente analisou as questões suscitadas nos autos, culminando com a extinção do processo sem julgamento do mérito, em razão da ausência dos requisitos previstos no procedimento especial previsto no art. 3º, §12 do Decreto Lei 911/69.
A oposição de embargos de declaração, no caso em apreço, revela-se inadequado para a discussão do tema proposto, pois demonstra a irresignação quanto à apreciação do mérito da decisão, hipótese que ensejaria a interposição de diferente recurso.
Como dito, os motivos suscitados pela embargante para taxar a sentença de omissa não se fazem presentes, devendo o embargante combater a decisão através do recurso próprio para modificá-la, não existindo omissão pelo simples fato de não concordar o embargante com a decisão.
Nesse sentido, o Superior Tribuna de Justiça:
Efeitos modificativos. Não cabimento. Os embargos, prestam-se a esclarecer, se existentes, dúvidas, omissões ou contradições no julgado. Não para que se adeque a decisão ao entendimento do embargante (STJ, 1ª T., EdclAgREsp 10270-DF, rel. Min. Pedro Acioli, j. 28.8.1991, DJU 23.9.1991, p. 13067).
Isso posto, ante a ausência de omissão, erro material ou contradição na sentença embargada, conheço dos presentes embargos, porém nego-lhes provimento, permanecendo a sentença tal como está lançada.
Intimem-se as partes da presente decisão.
Em, 08 de agosto de 2018.
Marcio Daniel Coelho Caruncho
Juiz de Direito

Processo n° 0001847-27.2017.8.14.0050.

APELANTE: SANTANA PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - ADV.WALTER GOMES REZENDE, OAB/PA 8.228-B - ADV. ALEX CRISTIANO GOMES - OAB/PA 12.871-B - ADV. BRUNO TIMOTEO SILVA REZENDE - OAB/PA 19.393.

APELADO: RAIMUNDO MONTEL DA COSTA.

CONSIDERANDO o Provimento n.º 006/2006-CJRMB, o Provimento 006/2009-CJCI e o Provimento 008-2014-CJRMB.

DESPACHO ORDINATÓRIO

INTIME-SE o recorrido, por meio de seu advogado e via DJE/PA, para apresentar CONTRARRAZÕES, no prazo legal.

Santana do Araguaia-PA, 28 de junho de 2019

JOÃO MURILLO BARROSO DE BRITO

ANALISTA JUDICIÁRIO

Mat. n° 170496

COMARCA DE BRAGANÇA

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE BRAGANÇA

PROCESSO: 0001705-49.2017.8.14.0009

ACÃO: DIVÓRCIO LITIGIOSO C/C GUARDA E ALIMENTOS

REQUERENTE: L.T. N. B (Rep. Legal). ADV. CAMILO RAMOS CAVALCANTE, OAB/PA 21.486

REQUERIDO: W.S.B. ADV. DOUGLAS TARCISIO REIS DA SILVA, OAB/PA 16.759

1- Renovem-se as diligências de audiência de instrução e julgamento para o dia 08.08.2019, às 09:00 horas.

2- Intime-se o requerido no endereço às fls. 36, informado pelo mesmo a este Juízo, para

comparecer à audiência, juntamente com suas testemunhas (máximo de três), acompanhado de advogado ou defensor.

3- Intime-se a representante do autor para comparecer à audiência juntamente com suas

testemunhas (máximo de três), acompanhada de advogado ou defensor.

4- Dê-se ciência à DP e ao MP.

Cumpra-se.

Bragança, 26 de fevereiro de 2019

Roberto Ribeiro Valois

Juiz de Direito

SECRETARIA DA VARA CRIMINAL DE BRAGANÇA

PROCESSO: 0000202-56.2018.8.14.0009 PROCESSO ANTIGO: MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 15/02/2018---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL VITIMA:A.B.S DENUNCIADO:JORLANIO BARBOSA DE SOUZA Representante: OAB 19.109 ¿ IVANILZA TOBIAS (ADVOGADA) PROMOTOR:BRUNO BECKEMBAUER SANCHES DAMASCENO. DECISÃO: 1. À vista da defesa preliminar apresentada, não se verifica a incidência de nenhuma das hipóteses de absolvição sumária previstas no art. 397 do CPP, urgindo o regular prosseguimento da ação penal. 2. Assim, mantenho o recebimento da Denúncia em todos os seus termos. 3. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 30/07/2019 às 09:00 horas. 4. Intimem-se e Requisite-se. 5. Intimem-se as testemunhas arroladas pelas partes. 6. Ciência ao Ministério Público e Defesa. Bragança, 05/12/2018. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito Respondendo pela Vara Criminal da Comarca de Bragança

COMARCA DE AURORA DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AURORA DO PARÁ

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - GABINETE DA VARA UNICA DE AURORA DO PARA - VARA: VARA UNICA DE AURORA DO PARA PROCESSO: 00003604720098140100 PROCESSO ANTIGO: 200920001994 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 VITIMA:R. S. M. DENUNCIADO:ELTON DION FREITAS DOS SANTOS.

Processo nº Natureza : : 0000360-47.2009.8.14.0100 ART. 121 C/C ART. 14, AMBOS DO CPB. Demandante(s) : MINISTÉRIO PÚBLICO Demandado(a-s) : ELTON DION FREITAS DOS SANTOS DESPACHO Vistos os autos. Considerando a certidão de fl. 48, e em consonância com a manifestação ministerial retro (fl. 50), RENOVE-SE o ato de citação do denunciado ELTON DION FREITAS DOS SANTOS, no novo endereço fornecido à fl. 51, mediante carta precatória, com a finalidade de que tome ciência da presente ação penal e apresente resposta à acusação. Cumpra-se. Aurora do Pará/PA, 20 de maio de 2019. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do Pará PROCESSO: 00009247420198140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 AUTOR DO FATO:CLEDIOMAR LOPES MARTINS VITIMA:A. C. O. E. . PROCESSO Nº: 0000924-74.2019.8.14.0100 INDICIADO (A): CLEDIOMAR LOPES MARTINS VÍTIMA: A.C - O.E CAPITULAÇÃO PENAL: ART. 180, CAPUT, DO CPB. DECISÃO Vistos os autos. I - RELATÓRIO: Trata-se de Inquérito Policial instaurado para apurar o crime de receptação supostamente praticado por CLEDIOMAR LOPES MARTINS. Concluído o IPL, a Autoridade Policial absteve-se de indiciar o suspeito, submetendo a questão à apreciação deste Juízo. Foram aos autos remetidos ao Ministério Público para adoção das providências pertinentes, tendo seu Representante opinado pelo arquivamento, porque não há qualquer indício de crime, inexistindo assim, justa causa para o oferecimento da denúncia (fls. 24/28). É o que de importante há a relatar, passo a fundamentar (art. 93, IX, CF), para, ao final, decidir. II - FUNDAMENTAÇÃO: O art. 28, do CPP, dispõe que, caso discorde do pedido de arquivamento, poderá o Juiz encaminhar os autos ao procurador para que designe outro Promotor de Justiça para oferecer a denúncia. No caso dos autos, todavia, observa-se que as investigações policiais não apontaram as mínimas condições de procedibilidade da ação penal, uma vez que elas, a priori, não deram certeza da existência de indícios mínimos de materialidade de eventual crime, motivo pelo qual tenho que o pedido de arquivamento merece ser acolhido, reservando-se ao Ministério Público o direito de requerer o desarquivamento, caso surjam indícios de autoria que autorizem o oferecimento da denúncia. Como muito bem anunciou o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL, "o parquet pode e deve fazer um juízo prévio em torno dos fatos antes de submete-lo ao crivo judicial. Isto não corresponde, de modo algum, a afirmação de estar o parquet dispondo da ação penal. Equivale a dizer que, revelando os fatos a atipicidade da conduta ou a ausência de provas, como na hipótese vertida, obrigatoriamente deverá a acusação se abster de oferecer denúncia, ou, se o fizer, deverá o juiz rejeita-la (artigo 43 do CPP). " Com efeito, se o parquet, com rigoroso acerto, promoveu pelo arquivamento, não há porque determinar a remessa dos autos ao Procurador Geral de Justiça, na forma do art. 28 do CPP. Corroborando o entendimento supra, MIRABETTE assevera o seguinte: "O arquivamento do inquérito cabe ao juiz, a requerimento do Ministério Público. Este, de acordo com o princípio da obrigatoriedade, deve formular um juízo de valor sobre o seu conteúdo, para avaliar da existência, ou não de elementos suficientes para fundamentar a acusação. Caso não encontre tais elementos (tipicidade do fato, indícios de autoria, condições de procedibilidade ou de punibilidade, etc.), cumpre-lhe requerer ao juiz ao arquivamento. ". III - CONCLUSÃO: Ante o exposto, com fulcro no Art. 18 do Código de Processo Penal Brasileiro, acolho o parecer ministerial e determino o ARQUIVAMENTO destes autos. Com o trânsito desta em julgado, arquive-se com a devida baixa na distribuição. Publique-se, registre-se e intime-se. Aurora do Pará (PA), 20 de maio de 2019. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito titular da comarca de Aurora do Pará PROCESSO: 00014252820198140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 DENUNCIADO:JAILSON ALVES DOS SANTOS VITIMA:V. A. S. .

PROCESSO Nº: 0001425-28.2019.8.14.0100 DENUNCIADO(A): JAILSON ALVES DOS SANTOS VÍTIMA:

V.A.D.S. CAPITULAÇÃO PENAL: ART. 157, §2º, II, CPB, E NO ART. 244-B, DA LEI Nº 8.069/90, EM CONCURSO MATERIAL (ART. 69, CPB). DECISÃO Trata-se de denúncia oferecida pelo Ministério Público contra o acusado em epígrafe, já qualificado nos autos, imputando-lhe a prática, em tese, do delito descrito no art. 157, §2º, II, CPB, e no art. 244-B, da Lei nº 8.069/90, em concurso material (art. 69, CPB"). Destarte, após compulsar os autos, entendo presentes os requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal, especificamente, a narração do fato delituoso, com suas circunstâncias, a qualificação do denunciado, a classificação do crime, bem como o rol de testemunhas, motivo pelo qual recebo a Denúncia, à luz da dicção do art. 396, do mencionado código de ritos, ao tempo em que defiro os requerimentos do Ministério Público constantes da denúncia. Ressalto, ademais, que neste primeiro momento vigora o princípio do in dubio pro societate, o qual, a bem da ordem pública e da paz social, relativiza, a priori, o princípio do estado de inocência em favor do interesse maior da Administração Pública, que é a instauração da persecução criminal judicial, com vistas à apuração de fatos criminosos. Cite-se o Denunciado, com cópia da Denúncia, para apresentar Resposta à Acusação por escrito em 10 (dez) dias, cientificando-lhe que poderá arguir preliminares, oferecer documentos, justificações, especificar provas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo, se entender necessário, sua intimação para audiência de instrução e julgamento, na forma do art. 396-A, do CPP. Após transcurso do prazo acima referido e não apresentada a resposta por escrito, ou se o acusado citado não constituir defensor, manifestando interesse em assistência judiciária, nomeio lhe, desde já, e sob as aludidas condições, o(a-s) Defensor(a) Público(a) com atuação nesta Vara, com vistas à patrocinar sua defesa técnica ad finem (§ 2º, art. 396-A, CPP), o(a) qual deverá ser intimado(a), mediante vista - observadas as regras da Lei Complementar nº 80/94 e da Lei nº 1.060/50. Se ainda não providenciado, requisite-se os antecedentes da pessoa acima referida junto ao Instituto de Criminalística e à Distribuição local. Com a apresentação da resposta, venha-me os autos conclusos para decisão. Aurora do Pará/PA, 24 de abril de 2019. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do Pará PROCESSO: 00014252820198140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 DENUNCIADO:JAILSON ALVES DOS SANTOS VITIMA:V. A. S. . Poder Judiciário do Estado do Pará Tribunal de Justiça do Estado Vara Única da Comarca de Aurora do Pará Juízo de 1ª Instância PROCESSO Nº: 0001425-28.2019.8.14.0100 INVESTIGADO (A): JAILSON ALVES DOS SANTOS VÍTIMA V.A.D.S CAPITULAÇÃO PENAL: ART. 157, §2º, II, DO CPB e ART. 244-B, DA LEI Nº 8.069/90, EM CONCURSO MATERIAL (ART. 69 CP). DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Trata-se de pedido de representação da prisão preventiva proposta pelo Ministério Público em desfavor do nacional JAILSON ALVES DOS SANTOS, pela suposta prática dos crimes de roubo circunstanciado e corrupção de menor, previstos no art. 157, §2º, II, do Código Penal, e no art. 244-B, do ECA, em concurso material (art. 69 CP). Narra a presente representação que no dia 16/02/2019, por volta das 20h00, na invasão Novo Horizonte, nesta cidade e Comarca, o denunciado, previamente associado a um adolescente em conflito com a lei, subtraiu, mediante grave ameaça exercido com o uso de faca, pertences da vítima Vanilson Almeida da Silva. Ainda, após a prática do crime, o suspeito evadiu-se do distrito de culpa, estando em local incerto e não sabido, evidenciando, assim, o intuito de furtar-se à aplicação da lei penal. É o relatório. Decido. Em homenagem ao princípio da presunção de inocência, o decreto de prisão preventiva é uma medida de natureza cautelar que faz parte de uma exceção à regra dos acusados que podem responder ao processo em liberdade, já que nossa Constituição Federal tem como fundamento maior a dignidade da pessoa humana, de tal modo que a privação da liberdade do cidadão só se justifica quando preenchidos os requisitos legais para sua decretação ou manutenção. Assim, a prisão cautelar de um acusado só deve ser decretada quando presentes fatos concretos que ensejem a necessidade do resguardo da garantia da ordem pública ou da ordem econômica, da conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, além da prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, todos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. No presente caso, de crime contra o patrimônio, verifico estarem presentes os motivos para a decretação da prisão do representado, posto que em liberdade, poderá vir a prejudicar o andamento da instrução criminal, ou se furtar à aplicação da lei penal, vez que se evadiu do distrito de culpa, estando atualmente em local desconhecido, ou ainda para a garantia da ordem pública. Cediço que, para sustentação da medida cautelar de restrição da liberdade, são requisitos a prova da materialidade e, ao menos indícios, da autoria delitivas. É o caso dos autos. Depreende-se dos autos que há indícios de autoria e materialidade do crime formulado no pedido de representação pela decretação da prisão preventiva, ofertada pelo órgão ministerial. Quanto à ocorrência delitiva e sua autoria, a priori, não vejo mácula nos depoimentos das vítimas, prestados em sede policial, as quais ratificaram os relatos, que apontam o réu como autor do crime. Sabe-se que para a aplicação da medida cautelar devem estar presentes os pressupostos para tal, quais sejam o fumus comissi delicti e periculum libertatis. Conforme

anteriormente já delineado, da existência e autoria do delito, prima facie, resta evidenciado, pela prova testemunhal já produzida. A necessidade da custódia repousa na necessidade de preservar a ordem pública desta cidade, que se encontra seriamente ameaçada, vez que os roubos se tornaram rotineiros, provocando na população sentimento de insegurança, impotência e revolta por se verem privados de bens adquiridos com sacrifício e trabalho árduo. Ressalto, ainda, que em casos como este a jurisprudência tem dado grande valor à palavra da vítima, consoante se extrata do seguinte julgado: "Não há desmerecer o valor da palavra da vítima; ao revés, sua condição de protagonista do evento delituoso é a que a credencia, sobre todos, a discorrer das circunstâncias dele. Tão só em casos excepcionais, de manifesta contravenção da verdade sabida, será lícito opor restrições ao teor de suas palavras. No geral, a palavra da vítima é a primeira luz que afugenta as sombras sob que se pretende abrigar a impunidade" (TACRIM-SP - Relator Juiz Carlos Biasotti - Apelação nº 1.047.937/5 - v.u. - j. 03/04/97). E ainda: (TJAP-001337) PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. ROUBO. EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE AGENTES. PROVA. RECONHECIMENTO PESSOAL DO AGENTE PELA VÍTIMA. DOSIMETRIA PENAL. NULIDADE. Comete o ilícito do artigo 157, § 2º, I e II, do Código Penal - roubo com utilização de arma e em concurso de duas ou mais pessoas, o agente que, auxiliado por um comparsa e mediante o uso de faca como ameaça, subtrai para si coisa alheia móvel. Reconhecido o agente pela vítima do roubo e localizada a res furtiva, restam perfeitamente configuradas a autoria e a materialidade do delito. Nos crimes contra o patrimônio, a palavra da vítima, demonstrando plena convicção dos autores do roubo, reveste-se de relevante valor probatório e consistente elemento para formar o convencimento do juiz sentenciante. Conquanto a análise única das circunstâncias judiciais para todos os réus, na dosimetria penal, constitua irregularidade grave, por economia processual, é possível, em segunda Instância, retificar os equívocos cometidos pelo juiz na sentença. A fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade deve considerar, além da quantidade da pena aplicada (art. 33, § 2º, do CP), as condições pessoais do réu (art. 33, § 3º, c/c art. 59, ambos do CP), sendo vedado, em regra, avaliar apenas a gravidade genérica do crime. Não cabe, por isso, o regime inicial fechado, se a quantidade da pena imposta pela sentença permite que seja estabelecido o semi-aberto e as circunstâncias judiciais não são todas desfavoráveis ao réu. Recurso parcialmente provido.(Apelação Criminal nº 2137/05 (8274), Câmara Única do TJAP, Macapá, Rel. Carmo Antônio. j. 26.07.2005, unânime, DOE 25.08.2005). A garantia da ordem pública restou comprometida. Conforme a doutrina de Fernando da Costa Tourinho Filho, "entende-se por ordem pública a situação e o estado de legalidade normal em que as autoridades exercem suas precípuas atribuições e os cidadãos as respeitam e acatam, sem constrangimento ou protesto (...). Ordem pública é a paz, a tranquilidade no meio social". Ainda, de acordo com a lição de PACELLI e COSTA: "(...) feita, embora, a ressalva do papel de última ratio a ela reservada, não será necessário o esgotamento de todas as cautelares antes que se chegue à preventiva. A condição de última ratio não significa ser a última cautelar a ser manejada!" e "Aliás, o tão só fato de estar encerrada a instrução, seja no processo comum, seja no rito do Júri, não pode ser tomado como argumento pronto e intransponível à configuração do excesso motivador do relaxamento da prisão.". No presente caso, não resta dúvida de que o bem jurídico protegido é expressivamente relevante, qual seja, roubo com faca ("arma branca") mediante grave ameaça. É inegável o abalo à ordem pública nos casos de crime dessa natureza. A medida cautelar se faz necessária para a manutenção da ordem pública e para garantia da aplicação da lei penal. Diante do exposto, DECRETO a PRISÃO PREVENTIVA do nacional JAILSON ALVES DOS SANTOS, o que faço com fundamento no art. 312 e seguintes, do Código de Processo Penal. Ciência ao Ministério Público. Servirá a presente decisão por Mandado de Prisão Preventiva, a ser imediatamente cumprido por qualquer autoridade das Polícias Civil ou Militar. Oficie-se a Autoridade Policial comunicando a presente decisão e para que encaminhe o inquérito policial, no prazo legal. Aurora do Pará, 24 de abril de 2019. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do Pará/PA FÓRUM JUIZ JOSÉ ANTÔNIO GONÇALVES ALVES BR - 010, RODOVIA BERNARDO SAYÃO, S/N, BAIRRO CENTRO, CEP: 68.658-000, Fone: (91) 3802-1384. E-mail: 1aurora@tjpa.jus.br Página de 4 Breno Melo da Costa Braga Juiz de Direito PROCESSO: 00025251820198140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 DENUNCIADO:CLEVERSON LEONARDO FOGACA DA SILVA DENUNCIADO:MAILSON GONCALVES DE JESUS VITIMA:F. C. S. G. VITIMA:K. E. A. C. . PROCESSO Nº: 0002525-18.2019.8.14.0100 DENUNCIADOS (A): CLEVERSON LEONARDO FOGAÇA DA SILVA e MAILSON GONGALVES DE JESUS VÍTIMA (S): F.C.D.S.G e K.E.A.C CAPITULAÇÃO PENAL: ART. 157, §2º, II, E §2º-A, I, C/C ART. 29, DO CPB DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Trata-se de pedido de representação da prisão preventiva proposta pelo Ministério Público em desfavor dos nacionais CLEVERSON LEONARDO FOGAÇA DA SILVA e MAILSON GONGALVES DE JESUS, pela suposta prática do crime de roubo circunstanciado, previsto no art. 157,

§2º, II, e §2º-A, I c/c art. 29, todos do Código Penal. Narra a presente representação que no dia 14/04/2019, por volta das 20h00, nesta cidade e comarca, os denunciados, previamente associados e com desígnios de vontade, subtraíram, mediante grave ameaça exercido com o uso de arma de fogo caseira, pertences das vítimas Francisco César de Sousa Guedes e Karen Evelin Aguiar Coelho. É o relatório. Decido. Em homenagem ao princípio da presunção de inocência, o decreto de prisão preventiva é uma medida de natureza cautelar que faz parte de uma exceção à regra dos acusados que podem responder ao processo em liberdade, já que nossa Constituição Federal tem como fundamento maior a dignidade da pessoa humana, de tal modo que a privação da liberdade do cidadão só se justifica quando preenchidos os requisitos legais para sua decretação ou manutenção. Assim, a prisão cautelar de um acusado só deve ser decretada quando presentes fatos concretos que ensejem a necessidade do resguardo da garantia da ordem pública ou da ordem econômica, da conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal, além da prova da materialidade e indícios suficientes de autoria, todos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. No presente caso, de crime contra o patrimônio, verifico estarem presentes os motivos para a decretação da prisão dos representados, posto que em liberdade, poderão vir a prejudicar o andamento da instrução criminal, ou se furtarem à aplicação da lei penal, ou ainda para a garantia da ordem pública. Cediço que, para sustentação da medida cautelar de restrição da liberdade, são requisitos a prova da materialidade e, ao menos indícios, da autoria delitivas. É o caso dos autos. Depreende-se dos autos que há indícios de autoria e materialidade do crime formulado no pedido de representação pela decretação da prisão preventiva, ofertada pelo órgão ministerial. Quanto à ocorrência delitiva e sua autoria, a priori, não vejo mácula nos depoimentos das vítimas e testemunhas, prestados em sede policial, as quais ratificaram os relatos, que apontam os réus como autores do crime. Sabe-se que para a aplicação da medida cautelar devem estar presentes os pressupostos para tal, quais sejam o fumus comissi delicti e periculum libertatis. Conforme anteriormente já delineado, da existência e autoria do delito, prima facie, resta evidenciado, pela prova testemunhal já produzida. A necessidade da custódia repousa na necessidade de preservar a ordem pública desta cidade, que se encontra seriamente ameaçada, vez que os roubos se tornaram rotineiros, provocando na população sentimento de insegurança, impotência e revolta por se verem privados de bens adquiridos com sacrifício e trabalho árduo. Gize-se, por oportuno, que os réus registram extensa folha de antecedentes criminais, sendo, inclusive, Mailson foragido do sistema penitenciário e integrante da organização criminosa conhecida por "Comando Vermelho". Ressalto, ainda, que em casos como este a jurisprudência tem dado grande valor à palavra da vítima, consoante se extrai do seguinte julgado: PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO. ROUBO. EMPREGO DE ARMA E CONCURSO DE AGENTES. PROVA. RECONHECIMENTO PESSOAL DO AGENTE PELA VÍTIMA. DOSIMETRIA PENAL. NULIDADE. Comete o ilícito do artigo 157, § 2º, I e II, do Código Penal - roubo com utilização de arma e em concurso de duas ou mais pessoas, o agente que, auxiliado por um comparsa e mediante o uso de faca como ameaça, subtrai para si coisa alheia móvel. Reconhecido o agente pela vítima do roubo e localizada a res furtiva, restam perfeitamente configuradas a autoria e a materialidade do delito. Nos crimes contra o patrimônio, a palavra da vítima, demonstrando plena convicção dos autores do roubo, reveste-se de relevante valor probatório e consistente elemento para formar o convencimento do juiz sentenciante. Conquanto a análise única das circunstâncias judiciais para todos os réus, na dosimetria penal, constitua irregularidade grave, por economia processual, é possível, em segunda Instância, retificar os equívocos cometidos pelo juiz na sentença. A fixação do regime inicial de cumprimento da pena privativa de liberdade deve considerar, além da quantidade da pena aplicada (art. 33, § 2º, do CP), as condições pessoais do réu (art. 33, § 3º, c/c art. 59, ambos do CP), sendo vedado, em regra, avaliar apenas a gravidade genérica do crime. Não cabe, por isso, o regime inicial fechado, se a quantidade da pena imposta pela sentença permite que seja estabelecido o semi-aberto e as circunstâncias judiciais não são todas desfavoráveis ao réu. Recurso parcialmente provido.(Apelação Criminal nº 2137/05 (8274), Câmara Única do TJAP, Macapá, Rel. Carmo Antônio. j. 26.07.2005, unânime, DOE 25.08.2005)." A garantia da ordem pública restou comprometida. Conforme a doutrina de Fernando da Costa Tourinho Filho, "entende-se por ordem pública a situação e o estado de legalidade normal em que as autoridades exercem suas precípuas atribuições e os cidadãos as respeitam e acatam, sem constrangimento ou protesto (...). Ordem pública é a paz, a tranquilidade no meio social". Ainda, de acordo com a lição de PACELLI e COSTA: "(...) feita, embora, a ressalva do papel de última ratio a ela reservada, não será necessário o esgotamento de todas as cautelares antes que se chegue à preventiva. A condição de última ratio não significa ser a última cautelar a ser manejada! " e "Aliás, o tão só fato de estar encerrada a instrução, seja no processo comum, seja no rito do Júri, não pode ser tomado como argumento pronto e intransponível à configuração do excesso motivador do relaxamento da prisão.". No presente caso, não resta dúvida de que o bem jurídico protegido é expressivamente relevante, qual seja, roubo com arma de fogo mediante grave ameaça. É inegável o abalo à ordem pública nos casos de

crime dessa natureza. A medida cautelar se faz necessária para a manutenção da ordem pública e para garantia da aplicação da lei penal. Diante do exposto, DECRETO a PRISAO PREVENTIVA dos nacionais CLEVERSON LEONARDO FOGAÇA DA SILVA e MAILSON GONÇALVES DE JESUS, o que faço com fundamento no art. 312 e seguintes, do Código de Processo Penal. Ciência ao Ministério Público. Servirá a presente decisão por Mandado de Prisão Preventiva, a ser imediatamente cumprido por qualquer autoridade das Polícias Civil ou Militar. Oficie-se a Autoridade Policial comunicando a presente decisão e para que encaminhe o inquérito policial, no prazo legal. Aurora do Pará, 21 de maio de 2019. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do Pará/PA PROCESSO: 00055220820188140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019 AUTOR DO FATO:MARCELO MONTEIRO PAIXAO VITIMA:A. C. O. E. . PROCESSO Nº: 0005522-08.2018.8.14.0100 INVESTIGADO (S): MARCELO MONTEIRO PAIXÃO VÍTIMA (S): A. C. - O. E. CAPITULAÇÃO PENAL: ART. 33, § 3º, LEI Nº 11.343/2006 DECISÃO Vistos os autos. I - RELATÓRIO: Trata-se de Procedimento Investigatório instaurado para apurar o delito previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/2006 ocorrido em 27/09/2018, em que figura como investigado MARCELO MONTEIRO PAIXÃO. Foram os autos remetidos ao Ministério Público para adoção das providências pertinentes, tendo sua Representante opinado pelo arquivamento do MARCELO MONTEIRO PAIXÃO, por ausência de justa causa para oferecimento da denúncia, em razão de existir outro processo que narram os mesmos fatos. É o que de importante há a relatar, passo a fundamentar (art. 93, IX, CF), para, ao final, decidir. II - FUNDAMENTAÇÃO: O art. 28, do CPP, dispõe que, caso discorde do pedido de arquivamento, poderá o Juiz encaminhar os autos ao procurador para que designe outro Promotor de Justiça para oferecer a denúncia. No caso dos autos, todavia, observa-se que as investigações policiais não apontaram as mínimas condições de procedibilidade da ação penal, uma vez que elas, a priori, não deram certeza da existência de indícios mínimos de autoria de eventual crime, motivo pelo qual tenho que o pedido de arquivamento merece ser acolhido, reservando-se ao Ministério Público o direito de requerer o desarquivamento, caso surjam indícios de autoria que autorizem o oferecimento da denúncia. Como muito bem anunciou o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL, "o parquet pode e deve fazer um juízo prévio em torno dos fatos antes de submete-lo ao crivo judicial. Isto não corresponde, de modo algum, a afirmação de estar o parquet dispondo da ação penal. Equivale a dizer que, revelando os fatos a atipicidade da conduta ou a ausência de provas, como na hipótese vertida, obrigatoriamente deverá a acusação se abster de oferecer denúncia, ou, se o fizer, deverá o juiz rejeita-la (artigo 43 do CPP). " Com efeito, se o parquet, com rigoroso acerto, promoveu pelo arquivamento, não há porque determinar a remessa dos autos ao Procurador Geral de Justiça, na forma do art. 28 do CPP. Corroborando o entendimento supra, MIRABETTE assevera o seguinte: "O arquivamento do inquérito cabe ao juiz, a requerimento do Ministério Público. Este, de acordo com o princípio da obrigatoriedade, deve formular um juízo de valor sobre o seu conteúdo, para avaliar da existência, ou não de elementos suficientes para fundamentar a acusação. Caso não encontre tais elementos (tipicidade do fato, indícios de autoria, condições de procedibilidade ou de punibilidade, etc.), cumpre-lhe requerer ao juiz ao arquivamento.". III - CONCLUSÃO: Ante o exposto, com fulcro no Art. 18 do Código de Processo Penal Brasileiro, acolho o parecer ministerial e determino o ARQUIVAMENTO destes autos. Com o trânsito desta em julgado, arquive-se com a devida baixa na distribuição. Publique-se, registre-se e intime-se. Aurora do Pará/PA, 25 de junho de 2019. BRENO MELO DA COSTA BRAGA Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do Pará/PA PROCESSO: 00569798420158140100 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): BRENO MELO DA COSTA BRAGA Ação: Execução de Alimentos em: 28/06/2019 REQUERENTE:ROGERIO DA SILVA OLIVEIRA E OUTROS REPRESENTANTE:MARIA ROSANGELA PASTANA DA SILVA REQUERIDO:EDIMARIO DA CONCEICAO OLIVEIRA. Processo n°0056979-84.2015.8.14.0100 SENTENÇA Trata-se de ação de execução de alimentos, ajuizada pela parte requerente, ROGÉRIO DA SILVA OLIVEIRA, RONESSA DA SILVA OLIEIRA e RAMIRA DA SILVA OLIVEIRA, devidamente qualificados e representados por sua genitora, MARIA ROSÂNGELA PASTANA DA SILVA - mais conhecida por "SANTA" e "NEGA", em face de EDIMÁRIO DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA, igualmente qualificado nos autos do processo em epígrafe. Segundo a inicial, a parte executada, em 01 de dezembro de 2008, realizou acordo de alimentos com a parte interessada através da Defensoria Pública do Estado do Pará. Em relação ao termo acordado, verificou-se que a guarda dos menores permaneceria com sua genitora. Sobre a obrigação alimentar, o executado ficou responsável pelo fornecimento, no importe de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo vigente no País à época. Por fim, a autora aduziu, que o valor correspondente a 40% (quarenta por cento) correspondeu a quantia de R$ 166,00 (cento e sessenta e seis reais), tendo em vista que o salário mínimo perfazia R$ 415,00 (quatrocentos e quinze reais). Requereu ao final, a procedência da ação sobre os

valores em atraso no total de R$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais). Juntou documentos, às fls.05/11. Recebida a presente ação, este Juízo, determinou a citação do executado para pagar no prazo de 03 (três) dias as três parcelas do débito em atraso, o que, conforme certificado pela Secretaria Judicial, à fl.34, a parte requerida, embora regularmente intimada, não se manifestou. Sendo assim, os autos seguiram ao Ministério Público, que se manifestou pela decretação da prisão civil do executado, tendo em vista o inadimplemento, como se observa às fls.35/36. Decisão do Juízo decretando a prisão civil do executado, fls.37/37v, a qual foi devidamente cumprida, de acordo com a certidão, à fl.40. Ato consequente, a parte executada, realizou o pagamento integral dos valores em atraso, conforme petitório, às fls.43/45, requerendo, inclusive, a expedição do devido alvará de soltura. Decisão do Juízo, em relação a quitação da dívida com expedição do alvará de soltura, às fls.48/49. Dessa forma, para confirmar a autenticidade dos recibos apresentados ela parte executada, se fez necessário a intimação da interessada, ocorre, que o Oficial de Justiça desta Comarca, por meio da certidão, à fl.52 dos autos, deixou de intimar a autora, em razão da mesma não mais residir na Comunidade indicada em sua inicial. É o relatório. Decido. Sabe-se que o interesse processual se verifica pela presença da utilidade do provimento jurisdicional vindicado pelo demandante, utilidade esta aferida pela necessidade e adequação da tutela pretendida. No caso dos autos, verificou-se a necessidade da intimação da parte autora a fim de confirmar sobre a autenticidade dos recibos apresentados pelo executado, ocorre que, o Oficial de Justiça desta Comarca, ao proceder com a diligência, não a encontrou no endereço indicado no início do processo. Ora, é de conhecimento que trata-se de obrigação do interessado informar seus dados atualizados, como endereço, telefone de contato, para devida intimação, por exemplo. Verifica-se ainda, que o processo já se encontrada parado pelo lapso temporal de aproximadamente 06 (seis) meses, sem nenhuma diligência da parte requerente. Uma vez sendo o demandante o principal interessado no processamento de sua pretensão, ao provocar o exercício da jurisdição, possui o dever processual de movimentar o processo. Desse modo, fica evidente a inércia da parte autora quanto ao prosseguimento do feito, revelando a perda superveniente do interesse processual no sentido de não se encontrar mais demonstrada a necessidade/utilidade do provimento jurisdicional vindicado inicialmente, fato esse que enseja a extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, VI, do CPC. Ao lado disso, ressalte-se que também se constitui em causa que igualmente enseja a extinção do processo, o fato deste ficar paralisado por mais de 30(trinta) dias em virtude da ausência da promoção, pela autora, das diligências que lhe competir, como se verifica no art. 485, III, do CPC. Pelo exposto, configurada a falta de interesse processual superveniente, com fundamento no art. 485, III e VI, do Código de Processo Civil, declaro extinto o processo sem resolução do mérito. P.R.I.C. e, após certificado o trânsito em julgado, arquivem-se, observadas as formalidades legais, dando-se baixa na distribuição e no sistema Libra. Aurora do Pará, 25 de junho de 2019. BRENO MELO DA COSTA BRAGA JUIZ DE DIREITO TITULAR DA COMARCA DE AURORA DO PARÁ

PROCESSO Nº 0001205-30.2019.8.14.0100

INFRAÇ¿O PENAL: ART. 33, CAPUT, LEI Nº 11.343/2006, E NO ART. 244-B, DA LEI Nº 8.069/90, POR DUAS VEZES, TODOS EM CONCURSO MATERIAL DE CRIMES (ART. 69, CPB)

DENUNCIADO: CLEITON DO CARMO OLIVEIRA

VÍTIMAS: O.E.

ADVOGADO(A): LÍVIA VIDAL CABRAL, OAB/PA 26.945

DECISÃO

Trata-se de **Resposta à Acusação** ofertada pela defesa técnica do acusado em epígrafe, já qualificado nos autos, o qual se encontra denunciado pela prática, em tese, do delito descrito no art. 33, caput, Lei nº 11.343/2006, e no art. 244-b, da Lei nº 8.069/90, por duas vezes, todos em concurso material de crimes (art. 69, CPB).

Compulsando os autos, observo **não ser caso de absolvição sumária** do acusado constante da denúncia, já que, em sua defesa preliminar, não observei estar presente quaisquer das hipóteses do art. 397, do Código de Processo Penal, motivo pelo qual, com arrimo no art. 399, já estando recebida a denúncia, **designo audiência de instrução e julgamento** para o dia **17 / 07 / 2019, às 09h 00min.**

Intime-se o acusado, seu defensor, o Ministério Público (art. 370, § 4º, do CPP) e, se for o caso, o querelante e o assistente da promotoria, para comparecerem à audiência supra.

Intime-se as testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa técnica, caso estas não tenham se comprometido a apresentá-las espontaneamente na audiência de instrução.

P.R.I.C.

Aurora do Pará/PA, 30 de maio de 2019.

BRENO MELO DA COSTA BRAGA

Juiz de Direito Titular da Comarca de Aurora do Pará

COMARCA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO GERALDO DO ARAGUAIA

PROCESSO: 00048298020178140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 30/05/2019---REQUERENTE:ADELAIDE FERREIRA GOMES Representante(s): OAB 6.185 - PRISCILA HOLANDA PASSOS MEDEIROS (ADVOGADO) OAB 21025 - BRUNO VINICIUS BARBOSA MEDEIROS (ADVOGADO) ENVOLVIDO:NIVALDO VENANCIO GOMES DESPACHO 1- Defiro o requerido pelo Ministério Público de fls. 42 SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 30 de maio de 2019. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia. Republicada por erro material.

PROCESSO: 00031050720188140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Procedimento Sumário em: 30/04/2019---REQUERENTE:JOAO BERNARDES DE SOUZA Representante(s): OAB 25382 - GISELE NOLETO MARTINS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S A Representante(s): OAB 28181-A - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) TERCEIRO:BANCO BMG SA. DECISÃO 1. Não havendo mais providencias a serem adotadas, arquivem-se; 2. Autorizo desde já, em havendo custas a recolher, a emissão de certidão de divida ativa e encaminhar a procuradoria Fazendária. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 29 de abril de 2019. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia. Republicada por erro material.

PROCESSO: 00073266720178140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EUZIANE PEREIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 27/05/2019---REQUERENTE:ELIOMAR RODRIGUES DE SOUSA Representante(s): OAB 4718 - BRUNO HENRIQUE MASTIGUIN ROMANINI (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS. ATO ORDINATÓRIO De Ordem do Excelentíssimo Juiz Titular de Direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, fica a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de fls. 52, REDESIGNADA para o dia 12/11/2019 às 11:00 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada, em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 27 de maio de 2019.Euziane Pereira da Silva Auxiliar Judicial. Republicada por erro material

PROCESSO: 00078041220168140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EUZIANE PEREIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 27/05/2019---REQUERENTE:LEILA REGINA PEREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 16078 - EDUARDO RODRIGUES AMORIN (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. ATO ORDINATÓRIO De Ordem do Excelentíssimo Juiz Titular de Direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, fica a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de fls. 60, REDESIGNADA para o dia 12/11/2019 às 12:45 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada, em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 27 de maio de 2019.

Euziane Pereira da Silva Auxiliar Judicial. Republicada por erro material

PROCESSO: 00038658720178140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EUZIANE PEREIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 27/05/2019---REQUERENTE:DAIANE NUNES DA SILVA Representante(s): OAB 19129 - NORDENSKIOLD JOSE DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ATO ORDINATÓRIO De Ordem do Excelentíssimo Juiz Titular de Direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, fica a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de fls. 41, REDESIGNADA para o dia 12/11/2019 às 10:45 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada, em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 27 de maio de 2019. Euziane Pereira da Silva Auxiliar Judicial.. Republicada por erro material

PROCESSO: 00069066220178140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Procedimento Comum em: 27/05/2019---REQUERENTE:MARIA ARLETE DE ANDRADE Representante(s): OAB 19129 - NORDENSKIOLD JOSE DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS. ATO ORDINATÓRIO De Ordem do Excelentíssimo Juiz Titular de Direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, fica a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de fls. 71, REDESIGNADA para o dia 12/11/2019 às 10:30 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada, em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 27 de maio de 2019.

Euziane Pereira da Silva Auxiliar Judicial. Republicada por erro material

PROCESSO: 00073275220178140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EUZIANE PEREIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 27/05/2019---REQUERENTE:MARIA DE FATIMA PEREIRA DA COSTA Representante(s): OAB 19129 - NORDENSKIOLD JOSE DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS. ATO ORDINATÓRIO De Ordem do Excelentíssimo Juiz Titular de Direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, fica a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de fls. 54, REDESIGNADA para o dia 12/11/2019 às 10:00 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada, em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 27 de maio de 2019. Euziane Pereira da Silva Auxiliar Judicial. Republicada por erro material

PROCESSO: 00095281720178140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EUZIANE PEREIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 27/05/2019---REQUERENTE:TEREZINHA TEIXEIRA DE SOUZA Representante(s): OAB 5.061 - EMITERIO RODRIGUES DA ROCHA NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL - INSS. ATO ORDINATÓRIO De Ordem do Excelentíssimo Juiz Titular de Direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, fica a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de fls. 135, REDESIGNADA para o dia 12/11/2019 às 11:15

horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada, em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 27 de maio de 2019. Euziane Pereira da Silva Auxiliar Judicial. Republicada por erro material

P R O C E S S O : 0 0 0 0 4 6 3 6 1 2 0 1 8 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EUZIANE PEREIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 27/05/2019---REQUERENTE:AGENOR ALVES CAMPELO Representante(s): OAB 13210 - DANIELLA SCHIMIDT SILVEIRA MARQUES (ADVOGADO) OAB 20317-B - LISIANE PETRY PEDRO (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. ATO ORDINATÓRIO De Ordem do Excelentíssimo Juiz Titular de Direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, fica a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de fls. 77, REDESIGNADA para o dia 12/11/2019 às 11:30 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada, em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 27 de maio de 2019. Euziane Pereira da Silva Auxiliar Judicial. Republicada por erro material

P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 6 8 9 4 2 0 1 7 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EUZIANE PEREIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 27/05/2019---REQUERENTE:JOSE RODRIGUES DE VASCONCELOS Representante(s): OAB 12064 - JULIO CESAR FREITAS LIMA (ADVOGADO) OAB 11426 - VANDERLEI ALMEIDA OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. ATO ORDINATÓRIO De Ordem do Excelentíssimo Juiz Titular de Direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, fica a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de fls. 86, REDESIGNADA para o dia 12/11/2019 às 11:45 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada, em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 27 de maio de 2019. Euziane Pereira da Silva. Auxiliar judicial. Republicada por erro material

P R O C E S S O : 0 0 0 7 4 5 4 8 7 2 0 1 7 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EUZIANE PEREIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 27/05/2019---REQUERENTE:ANDREIA ALVES LIMA Representante(s): OAB 12064 - JULIO CESAR FREITAS LIMA (ADVOGADO) OAB 11426 - VANDERLEI ALMEIDA OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. ATO ORDINATÓRIO

De Ordem do Excelentíssimo Juiz Titular de Direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, fica a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de fls. 72, REDESIGNADA para o dia 12/11/2019 às 12:00 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada, em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 27 de maio de 2019. Euziane Pereira da Silva. Auxiliar Judicial. Republicada por erro material

P R O C E S S O : 0 0 0 0 4 6 4 4 6 2 0 1 8 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EUZIANE PEREIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 27/05/2019---REQUERENTE:DJALMA MORAIS DA CONCEICAO Representante(s): OAB 13210 - DANIELLA SCHIMIDT SILVEIRA MARQUES (ADVOGADO) OAB 20317-B - LISIANE PETRY PEDRO (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. ATO ORDINATÓRIO De Ordem do Excelentíssimo Juiz Titular de Direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, fica a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de fls. 80, REDESIGNADA para o dia 12/11/2019 às 09:00 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada, em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 27 de maio de 2019. Euziane Pereira da Silva Auxiliar Judicial. Republicada por erro material

P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 0 1 5 9 2 0 1 8 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EUZIANE PEREIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 27/05/2019---REQUERENTE:DEUSDETE GOMES OLIVEIRA Representante(s): OAB 22223 - ANDRÉ BARROS DE ALENCAR (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL ATO ORDINATÓRIO De Ordem do Excelentíssimo Juiz Titular de Direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, fica a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de fls. 46, REDESIGNADA para o dia 12/11/2019 às 09:30 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada, em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 27 de maio de 2019. Euziane Pereira da Silva. Auxiliar judicial. Republicada por erro material

P R O C E S S O : 0 0 0 4 0 2 3 4 5 2 0 1 7 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EUZIANE PEREIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 27/05/2019---REQUERENTE:ANTONIO MARQUES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 12064 - JULIO CESAR FREITAS LIMA (ADVOGADO) OAB 11426 - VANDERLEI ALMEIDA OLIVEIRA (CURADOR) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. ATO ORDINATÓRIO De Ordem do Excelentíssimo Juiz Titular de Direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, fica a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de fls. 119, REDESIGNADA para o dia 12/11/2019 às 12:15 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada, em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 27 de maio de 2019. Euziane Pereira da Silva. Auxiliar judicial. Republicada por erro material

P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 6 5 4 2 2 0 1 7 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): EUZIANE PEREIRA DA SILVA Ação: Procedimento Comum em: 27/05/2019---REQUERENTE:HEROTILDES ROQUE DA CRUZ Representante(s): OAB 12064 - JULIO CESAR FREITAS LIMA (ADVOGADO) OAB 11426 - VANDERLEI ALMEIDA OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. ATO ORDINATÓRIO

De Ordem do Excelentíssimo Juiz Titular de Direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, fica a audiência de INSTRUÇÃO E JULGAMENTO de fls. 74, REDESIGNADA para o dia 12/11/2019 às 12:30 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada,

em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 27 de maio de 2019. Euziane Pereira da Silva Auxiliar Judicial Republicada por erro material

Processo nº 0001501-50.2014.8.14.0125/Indenização por Dano Moral Parte Requerente: LUCILEIDE SANTOS DA SILVA e JOSÉ DA SILVA BARROS Parte Requerida: ADRIANO DA SILVA atualmente em lugar incerto e não sabido. EDITAL DE E INTIMAÇÃO De ordem do Exmo. Dr. Antônio José dos Santos, MM. Juiz de Direito desta Cidade e Comarca de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, na forma da lei etc. FAÇO SABER a todos quantos o presente edital de intimação, com prazo determinado de vinte (20) dias, virem, ou dele conhecimentos tiverem, que por este Juízo e Respectivo Cartório Judicial Cível desta comarca, tramitam os autos cíveis acima. Desta forma, estando a parte requerida atualmente em lugar incerto e não sabido, fica a(o) mesma(o) através deste devidamente CITADA do inteiro conteúdo da ação, para, no prazo legal de quinze (15) dias, querendo, ofereçam CONTESTAÇÃO, sob pena de revelia, bem como para comparecer perante este juízo, em audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 13 de agosto de 2019, as 10:00 horas. O presente edital foi expedido para que ninguém possa alegar ignorância no presente e no futuro, e será publicado na forma lei e afixado nos lugares públicos na sede desta Comarca. NADA MAIS. Dado e passado nesta Cidade de São Geraldo do Araguaia, Estado do Pará, aos 06/06/2019, _____Wanderson Ferreira Dias, Diretor em Secretaria, este digitei e conferi. Wanderson Ferreira Dias Diretor em Secretaria Republicada por erro material

PROCESSO: 00022864120168140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): WANDERSON FERREIRA DIAS Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Civil em: 17/01/2019---REQUERENTE:LAZARO FERREIRA FERNANDES Representante(s): OAB 7908 - LUSILEA DA SILVA TORQUATO (ADVOGADO) ATO ORDINATÓRIO De Ordem do Excelentíssimo Juiz Titular de Direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia o Dr. ANTONIO JOSE DOS SANTOS e com fulcro no art. 1º, § 2º, XI, do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, fica a audiência DE INSTRUÇÃO de fls. 30, DESIGNADA para o dia 13/08/2019 às 09:30 horas. As partes e seus advogados serão intimados para comparecerem na sala de audiências do fórum de São Geraldo do Araguaia/PA, na data acima aprazada, em caso de audiência de instrução as partes devem apresentar as testemunhas independentemente de intimação, se houver necessidade de intimação deverá protocolar o pedido com antecedência de 30 dias da data. Este Ato ao publicado no DJE (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de INTIMAÇÃO para os advogados. São Geraldo do Araguaia, 17 de janeiro de 2019. WANDERSON DIAS Diretor de Secretaria. Republicada por erro material

PROCESSO: 00030377820108140028 PROCESSO ANTIGO: 201010019251 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Procedimento Comum em: 24/09/2018---REQUERENTE:ANA CRISTINA WIZIACK MARINHO Representante(s): OAB 7908 - LUSILEA DA SILVA TORQUATO (ADVOGADO) OAB 13210 - DANIELLA SCHIMIDT SILVEIRA MARQUES (ADVOGADO) OAB 11434 - POLIANA JESSICA DUARTE MORAES (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA SEDUC SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCACAO Processo n. 0003037-78.2010.8.14.0028 Autor Ana Cristina Wiziack Marinho Requerido Estado do Pará Fund. Ordinária de cobrança SENTENÇA I. Relatório Ana Cristina Wiziack Marinho, por Advogado, apresentou a presente ação de cobrança em face do Estado do Pará, afirmando que trabalhou para a reclamada de 05 de fevereiro de 2004 a 19 de novembro de 2008, em dois turnos e que foi demitida sem justa causa, requerendo a reintegração ao cargo. Requer ainda o pagamento de R$ 5.001,92 (cinco mil e um reais e noventa e dois centavos) que foram descontados de seus vencimentos, quando estava de licença maternidade e as diferenças de salários a partir de setembro de 2007, férias e 1/3 do ano de 2004 e 13º salário do ano de 2008. Por fim requer o pagamento de aviso prévio, 13º salário, férias, 1/3 de férias, multa do art. 144 da CLT, atraso da multa de 40%. O referido processo incialmente foi proposto na Justiça Trabalhista que entendendo ser incompetente declinou para este Juízo. (f. 07,141) A justiça trabalhista realizou o calculo fixando em R$ 29.854,68. (f. 08) Citado, o Estado do Pará contestou, alegando em preliminar incompetência da justiça trabalhista, falta de interesse processual, no mérito a legalidade das contratações de servidores temporários, conforme a lei estadual n. 07/91 e n. 47/2004, que a ação é improcedente porque a natureza do vínculo não gera direito a permanência, sendo precário,

impossibilidade de pagamento do FGTS a esse tipo de vínculo, sustenha o acordo celebrado na ação civil pública n. 0187- 2005-013-08-00-7, para restringir as contratações temporárias, descabimento das parcelas do salário pleiteadas, não cabendo verbas rescisória previstas na CLT . (f. 40/57, 174) Impugnação. (f. 164/170) Decisão saneadora. (f. 190) Audiência. (f. 196/198) Alegações finais em audiência. Vieram conclusos. II. Fundamentação 1. Preliminares O interesse processual existe quando há a necessidade da tutela judicial para garantir o direito, o que se apresenta no caso, porque a parte diz que não recebeu seus vencimentos como servidora de forma correta e mesmo apresentando pedido administrativo não teve o direito assegurado. Assim não pode ser aceita essa preliminar. Sem mais preliminares, passa-se ao exame do mérito. 2. Mérito A parte autora, Ana Cristina Wiziack Marinho, ingressou com ação de cobrança objetivando o recebimento de FGTS, diferenças salariais e demais verbas indenizatórias previstas na legislação trabalhista. Ficou devidamente comprovado o vínculo de emprego para com a parte ré, Estado do Pará, sob contrato de natureza temporária e, segundo consta da inicial e peça contestatória, é incontroverso que a servidora trabalhou para o governo, pelo período afirmado. O art. 37, IX, da Constituição Federal, afirma que as contratações temporárias realizadas pela Administração Pública destinam-se a atender necessidade temporária de excepcional interesse público. In litteris: "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: II- a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração. IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público Sobre a matéria, a lição de MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO no sentido de que Estados e Municípios que queiram contratar servidores temporários com base no artigo 37, IX, têm que estabelecer, por suas próprias leis, as hipóteses em que essa contratação é possível e o regime jurídico em que a mesma se dará (Direito Administrativo, 19.ª ed., Ed. Atlas, p. 512). No caso dos autos, trata-se de relação jurídico administrativo de caráter temporário, cujo fundamento está no art. 37, IX, da Constituição Federal e leis estaduais n. 07/1991 e n. 47/2004, que se desvirtuou tornando-se nulo em razão da prorrogação do mesmo e da inexistência de concurso público. No entanto, apesar do contrato ter se tornado nulo em razão da prorrogação, seja tácita ou expressa, tem-se que tal nulidade não torna o contrato jurídico administrativo em celetista. È feito assim porque o legislador procurou impedir que a contratação temporária sirva para contornar a exigência de concurso público, levando à admissão indiscriminada de pessoal, em detrimento do funcionalismo público, isto é, não os torna servidores públicos detentores de cargo efetivo, o que afasta a possibilidade de pleitearem direitos inerentes a essa categoria ou meso reintegração ao cargo. Não se aplica o regime dos empregados públicos, previsto na Carta Magna, qual seja, o regime trabalhista, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, isto porque o Supremo Tribunal Federal suspendeu por vício formal a redação dada ao art. 39, pela EC nº 19/98, com efeito ex nunc, em ação direta de inconstitucionalidade, restabelecendo a obrigatoriedade do regime jurídico único, seja porque não há lei no caso prevendo o regime celetista, razão pela qual, inclusive, a Justiça do Trabalho é incompetente para julgar a presente ação. No mesmo sentido, o Ministro Joaquim Barbosa, no julgamento da Reclamação 5.863/MT, asseverou que "o fato de o contrato de trabalho temporário ser nulo 'ou se tornado nulo em razão de sucessivas e ilegais prorrogações' não transforma automaticamente o seu caráter jurídico-administrativo em celetista. A sua natureza é e continua sendo jurídico administrativa, a atrair a competência da justiça comum, estadual ou federal". "APELAÇÃO CÍVEL. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. SERVIDORA TEMPORÁRIA CONTRATADA COMO AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE. ARTIGO 37, INCISO IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, E LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 145, DE 19.4.2001. INAPLICABILIDADE DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO CLT. VÍNCULO QUE É REGIDO PELO ESTATUTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO. MATÉRIA CONTROVERTIDA QUE NÃO DEPENDIA DE PRODUÇÃO DE PROVA. RECURSO DESPROVIDO. 1. Admite-se o julgamento antecipado da lide se o deslinde da controvérsia não reclamava a dilação probatória. 2. O servidor contratado temporariamente, conforme a autorização encontrada no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, não faz jus aos direitos disciplinados na Consolidação das Leis do Trabalho CLT". (TJSC - Ap. Cív. n. 2010.027392-7, de Lages, Rel. Des. Subst. Jânio Machado, j. em 27.05.2010). Neste sentido o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça: 1. A contratação temporária de trabalho, nos termos do art. 37, IX, da CF, tem natureza nitidamente administrativa, excluindo-se a competência da Justiça do Trabalho para a apreciação dos feitos relativos a esse vínculo. 2. A Emenda Constitucional 1998, que permitia a pluralidade de regimes jurídicos pela administração, foi suspensa, neste ponto, pelo Supremo Tribunal Federal, impossibilitando a contratação

de servidor público pelo regime trabalhista (ADI 2.135-MCDF). 3. A Suprema Corte adotou o entendimento de que a mera prorrogação do prazo de contratação de servidor temporário não tem o condão de transmudar o vínculo administrativo que este mantinha com o Estado em relação de natureza trabalhista (RE 573.202AM, Rel. Min. Ricardo Lewandowski). 4. Conflito de competência conhecido declarar competente o Juízo de Direito da Vara da Fazenda Pública de PetrolinaPE, o suscitante. (CC 100.271PE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 25-03-2009, DJe 06-04-2009) No mesmo sentido o TJPA: Servidor público contratado para a função de vigia, sem prévia aprovação em concurso público, sendo demitido, posteriormente, sem justa causa. 2. Formação de vínculo jurídico-administrativo. (Apelação Cível nº 20103023203-1 (94422), 5ª Câmara Cível Isolada do TJPA, Rel. Luzia Nadja Guimarães Nascimento. j. 27.01.2011, DJe 07.02.2011). Estabelecido que se trata de relação de caráter jurídica administrativa, evidente que não há como incidir as regras da CLT, somente o FGTS e a diferença salarial, descontadas indevidamente e sem justa causa, pois ausente direitos trabalhistas (verba própria da CLT), apenas sendo de se impor, a evitar enriquecimento ilícito por parte do réu, o pagamento de dias trabalhados, a contraprestação à mão-de-obra prestada. EMENTA Recurso extraordinário. Direito Administrativo. Contrato nulo. Efeitos. Recolhimento do FGTS. Artigo 19-A da Lei nº 8.036/90. Constitucionalidade. 1. É constitucional o art. 19-A da Lei nº 8.036/90, o qual dispõe ser devido o depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço na conta de trabalhador cujo contrato com a Administração Pública seja declarado nulo por ausência de prévia aprovação em concurso público, desde que mantido o seu direito ao salário. 2. Mesmo quando reconhecida a nulidade da contratação do empregado público, nos termos do art. 37, § 2º, da Constituição Federal, subsiste o direito do trabalhador ao depósito do FGTS quando reconhecido ser devido o salário pelos serviços prestados. 3. Recurso extraordinário ao qual se nega provimento.(STF, Relator: Min. ELLEN GRACIE. Relator (a) p/ Acórdão: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 13/06/2012, Tribunal Pleno. REPERCURSÃO GERAL. Div. 28.02.2013. P. 01/03/2013. Trânsito em julgado 09.03.2015). No tocante a ação de cobrança observa-se que pressupõe uma obrigação não cumprida, baseada em uma relação jurídica anterior. Conforme diz o Codigo Civil quando afirma que o devedor não cumprindo a dita obrigação no dia do vencimento já caracteriza inadimplemento, senão vejamos: Art. 389. Não cumprida a obrigação, responde o devedor por perdas e danos, mais juros e atualização monetária segundo índices oficiais regularmente estabelecidos, e honorários de advogado. Preleciona Orlando Gomes, que a obrigação é um vínculo jurídico em virtude do qual uma pessoa fica adstrita a satisfazer uma prestação em proveito de outra (GOMES, Orlando. Obrigações. Rio de Janeiro: Forense, 2004.2004, p. 15). A questão da reparação ao credor é ressaltada por Maria Helena Diniz (2004, p. 398) nos seguintes termos: Pelos prejuízos sujeitar-se-ão o inadimplente e o contratante moroso ao dever de reparar as perdas e danos sofridos pelo credor, inserindo o dano como pressuposto da responsabilidade civil contratual [...] A responsabilidade civil consiste na obrigação de indenizar, e só haverá indenização quando existir prejuízo a reparar. DINIZ, Maria Helena. Curso de Direito Civil Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2004. v.2. Serviços prestados. Vedação ao enriquecimento ilícito. Dever de indenizar. Cumpre destacar que o requerido não desconhece o labor prestado pela requerente, fato incontroverso pela sua inercia em se manifestar neste processo. Assiste direito ao requerente, eis que há prova efetiva de que trabalhou em dois horários de sala de aula na Escola Estadual Macário Dantas, na cidade de São Geraldo do Araguaia-PA, é o que se infere na prova testemunhal que trouxe em audiência e até mesmo dos contracheques juntados. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONHECIMENTO. PRELIMINAR DE INÉPCIA DA INICIAL. REJEIÇAO. MÉRITO: ADICIONAL NOTURNO. SERVIDOR PÚBLICO. REGIME DE PLANTÃO OU REVEZAMENTO. DIREITO RECONHECIDO. 1. EVIDENCIADO QUE O AUTOR DELIMITOU ADEQUADAMENTE A PRETENSÃO DEDUZIDA EM JUÍZO, NÃO HÁ COMO SER RECONHECIDA A INÉPCIA DA INICIAL. 2. O DIREITO À PERCEPÇÃO DE ADICIONAL NOTURNO, PREVISTA NA LEI N.º 8.112 /90, É APLICÁVEL AOS TÉCNICOS PENITENCIÁRIOS DO DISTRITO FEDERAL, HAVENDO PREVISÃO CONSTITUCIONAL EXPRESSA DETERMINANDO QUE A REMUNERAÇÃO DO TRABALHO NOTURNO SEJA SUPERIOR À DO DIURNO (ART. 7º , IX , CF). 2. NOS TERMOS DA SÚMULA 213 DO COLENDO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, É DEVIDO O ADICIONAL DE SERVIÇO NOTURNO, AINDA QUE SUJEITO O EMPREGADO AO REGIME DE REVEZAMENTO. 3. PRELIMINAR REJEITADA. REMESSA OFICIAL CONHECIDA E NÃO PROVIDA. (RMO 20100112279935 DF 0072127-15.2010.8.07.0001. NÍDIA CORRÊA LIMA) Constitucional, administrativo e processo civl. Apelação cível. Ação de cobrança. Adicional noturno. Servidor público municipal. Prova do pagamento. Ônus do réu. Art. 333, ii, cpc. Verbas devidas. Enriquecimento ilícito do poder público vedado. Direito constitucional. Arts. , ix e , , da . Suncumbência recíproca. Art 21 do cpc. Honorários advocatícios compensados. Custas processuais. Fazenda pública. Isenção. Índice e data de incidência de juros e correção monetária. Matérias de ordem pública. Apreciação de ofício. Art. 1º-f, da lei nº. /97. I-Incumbe ao réu comprovar a existência de fato

impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, nos termos do art. , , do , não sendo caso de acolher-se alegações de quem não comprovou estar quite com o servidor municipal que consigo litiga. II-O servidor público municipal que presta jornada noturna tem direito ao recebimento deste adicional, nos termos dos artigos , e , , da . III- As custas e os honorários advocatícios, quando as partes restarem vencedoras e vencidas ao mesmo tempo, deverão ser recíproca e proporcionalmente distribuídos e compensados entre si, a teor do disposto no artigo do , ainda que uma delas seja beneficiária de assistência judiciária gratuita. IV-A Fazenda Pública só pagará custas processuais, a despeito do contido no art. 12, inciso I, da Lei Estadual n.º 9.109/2009 e do art. , , da Lei nº /80, se restar vencida no litígio e a parte vencedora as houver adiantado. V-Se a parte autora é beneficiária da Assistência Judiciária Gratuita, portanto, não antecipou nenhuma despesa processual, deve a Fazenda Pública ser isenta do pagamento desta. VI- Omissa ou equivocada que seja a sentença e mesmo não tendo sido a matéria objeto de apelação pelas partes, nada impede que o Tribunal, de ofício, dentro do seu poder/dever de rever as decisões judiciais, esclareça o índice e a data de incidência da correção monetária e dos juros a serem pagos pelo vencido, por se tratar de questões de ordem pública. Precedentes. VII-A correção monetária, nas ações de cobrança de servidor público, deve ser feita pelo IPCA e incidir a partir da data do vencimento das parcelas remuneratórias devidas, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração Pública Municipal. VIII - Os juros moratórios devem ser calculados com base no índice oficial de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança, nos termos da regra do art. 1º-F da Lei /97, com redação da Lei /09. IX-Apelação conhecida e parcialmente provida para aplicar a sucumbência recíproca e de ofício completada a sentença no que se refere à data de incidência da correção monetária e dos juros, por se tratar de matérias de ordem pública. (APL 0485442014 MA 0000947-61.2012.8.10.0137. Relator RICARDO TADEU BUGARIN DUAILIBE) É vedado o locupletamento ilícito da Administração Pública, mormente se reconhecido o trabalho a ela prestado e admitida a existência do débito, não se havendo como eximir a municipalidade do pagamento devido, ainda que sob alegação de que originário em administração do anterior alcaide, pois, por certo, os serviços foram prestados pelo autor ao Município e, não, à pessoa física do prefeito, sendo o ente público, então, quem deve arcar com os valores devidos. Assim, o não pagamento configurar-se-á locupletamento ilícito e enriquecimento sem causa por parte da Administração Pública, sendo certo que, reconhecida à existência do labor prestado perante a municipalidade, não há como devolver ao requerente a sua força de trabalho expendida na execução das atividades prestadas ao requerido, surtindo o ato os efeitos pecuniários daí decorrentes, não podendo concordar que o Município venha a levar vantagem com a sua própria torpeza, ensejando o seu ENRIQUECIMENTO ILÍCITO, arcando, ainda, o trabalhador pelos desmandos do administrador público. AÇÃO DE COBRANÇA. MUNICÍPIO. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA ESTADUAL. LIMINAR EM ADI Nº 3395/DF. SERVIDOR PÚBLICO. VERBA SALARIAL RETIDA. CRÉDITO. RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO. ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DESSE. VEDAÇÃO. ÔNUS DA PROVA. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. NÃO CONFIGURAÇÃO. - Em face de liminar concedida na ADI nº 3395 foi afastada toda e qualquer interpretação ao inciso I do art. 114 da CR/88 na redação dada pela EC nº 45/04 que inclua na competência da Justiça de Trabalho a apreciação de causas que sejam instauradas entre o Poder Público e seus servidores. - Constitui direito do servidor a percepção de remuneração pelo tempo efetivamente trabalhado quando do rompimento do contrato, cabendo ao Município e não ao ex-Prefeito a responsabilidade pelo pagamento dos salários atrasados. -Ausente a prova de pagamento das verbas salariais reivindicadas pelo ex-servidor público a dívida existe e deve ser solvida, pena de enriquecimento ilícito do Poder Público mediante jactância do particular e afronta aos princípios da legalidade e moralidade que devem nortear a Administração Pública. -A teor do art. 333 II do CPC é do Município o "onus probandi" da quitação da obrigação resultante da prestação de serviços pelo servidor, não se mostrando razoável a inversão daquele ônus, impondo àquele a obrigação de produção de prova de fato negativo. - Absurda se mostra a pretensão de aplicação da penalidade por litigância de má-fé àquele que se vale do Judiciário apenas e tão somente para postular o que lhe é devido e já reconhecido por sentença judicial. (TJ/MG. Número do processo: 1.0327.05.015779-8/001(1). Relator: BELIZÁRIO DE LACERDA. Data do acórdão: 05/12/2006. Data da publicação: 12/01/2007). Uma vez que a dívida é de responsabilidade do Estado, deverá o requerente exercer seu direito para recebimento junto à Administração a qualquer tempo. III. Dispositivo Isto posto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para CONDENAR o Estado do Pará a pagar a autora, Ana Cristina Wiziack Marinho, o FGTS e salario retido, no valor de R$ 9.172,23 (nove mil cento e setenta e dois reais e vinte e três centavos), atualizados pelos índices da poupança e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados desde a citação (Art. 406 do novo Código Civil), tudo conforme for apurado em liquidação. Condeno o requerido em honorários advocatícios fixados em 15% sobre a condenação, e na forma do art. 85, §3º, I, do NCPC, justifica-se que o percentual observou o desempenho do trabalho do profissional e tempo dedicado a este processo, pois tem domicilio profissional em outro

ente da Federação, demonstrando o zelo no trato do serviço que lhe foi confiado. Sentença não sujeito ao duplo grau de jurisdição em virtude do seu quantum. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 16 de maio de 2019. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito. Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia. Republicada por erro material

P R O C E S S O : 0 0 0 2 8 9 2 6 9 2 0 1 6 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS em: 22/05/2019 EXEQUENTE: L. K. S. L. C. Representante(s): OAB 19129 - NORDENSKIOLD JOSE DA SILVA (ADVOGADO) MENOR: M. J. L. L. EXECUTADO: J. L. S. R.H. 1. Ao Ministério Público para manifestação. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. São Geraldo do Araguaia, 22 de maio de 2019. ANTONIO JOSE DOS SANTOS. Juiz de Direito. Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia. Republicada por erro material

P R O C E S S O : 0 0 0 1 7 5 0 3 0 2 0 1 6 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Separação Litigiosa em: 08/05/2019---REQUERENTE:EDNA APARECIDA DOS SANTOS VIANA Representante(s): OAB 5573 - TEREZA CRISTINA SANTANA DE SOUSA CUNHA (ADVOGADO) REQUERIDO:VALDIER GREGORIO VIANA Representante(s): OAB 19839 - LETICIA DA COSTA BARROS (ADVOGADO) . DESPACHO 1. As alegações da autora foram enfrentadas na decisão de f. 83, entretanto sobre a manifestação do laudo, poderá ser feito por ocasião das alegações finais, sem quaisquer prejuízos as partes, já que este Juízo já indeferiu o pedido de nova avaliação. 2. Por fim, lembrar que o processo é uma marcha para frente não fazendo sentido ficar a todo momento voltando ao estado anterior, em prejuízo ao princípio da razoável duração do processo. 3. determino que seja pautada audiência de instrução e julgamento. SERVIRÁ A PRESENTE DECIS¿O, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 08 de maio de 2019. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia. Republicada por erro material

P R O C E S S O : 0 0 0 1 7 5 0 3 0 2 0 1 6 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Separação Litigiosa em: 08/05/2019---REQUERENTE:EDNA APARECIDA DOS SANTOS VIANA Representante(s): OAB 5573 - TEREZA CRISTINA SANTANA DE SOUSA CUNHA (ADVOGADO) REQUERIDO:VALDIER GREGORIO VIANA Representante(s): OAB 19839 - LETICIA DA COSTA BARROS (ADVOGADO) DESPACHO 1. Analisando os autos verifica-se que já consta designado audiência em fls. 139, diante disso, torno sem efeito o item 3. Do despacho de fls. 191. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 30 de maio de 2019. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia. Republicada por erro material

P R O C E S S O : 0 0 0 3 3 9 0 7 3 2 0 1 3 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Execução de Alimentos em: 20/08/2018---REQUERENTE:SIMARIA DE SOUSA SILVA Representante(s): OAB xxxx - DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) MENOR:H. C. S. A. REQUERIDO:GEDEAN DA SILVA ARAUJO. SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de ação de Execução de Alimentos proposta por Simaria de Sousa Silva, em face de Gedeon da Silva Araújo. No tramite processual, a Defensoria Pública peticionou informando que a parte autora não compareceu para atualizar o endereço nem o valor da dívida. É o relatório, DECIDO. Inicialmente ressalta-se que são três as condições da ação: possibilidade jurídica do pedido, interesse de agir e legitimidade ad causam. A falta de uma das condições da ação impossibilita o julgamento de mérito e leva e extinção do processo, como é previsto na lei processual: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; V - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada; VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; VII - acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência; VIII - homologar a desistência da ação; IX - em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal; e X - nos demais casos prescritos neste Código. Sobre o tema a Professora Ada Pelegrini descreve o instituto: Essa condição da ação assenta-se na premissa de

que, tendo embora o Estado o interesse na jurisdição (função indispensável para manter a paz e a ordem na sociedade) não lhe convém acionar o aparato judiciário sem que dessa atividade se possa extrair algum resultado útil. É preciso, pois, sob esse prisma que, em cada caso concreto, a prestação jurisdicional solicitada seja necessária e adequada. (GRINOVER, Ada Pelegrini. Teoria Geral do Processso) Neste sentido: ALIMENTOS PROVISIONAIS ¿ FIXAÇÃO DA PENSÃO ALIMENTÍCIA ¿ SENTENÇA PROFERIDA PELO JUÍZO A QUO. HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO ¿ PERDA DO OBJETO ¿ Sendo proferida sentença, na qual foi homologado acordo firmado entre as partes, perde-se o objeto do pleito recursal, posto que alcançado o objetivo do recorrente. Agravo de instrumento prejudicado. (TJMG ¿ AG 000.274.855-6/00 ¿ 3ª C.Cív. ¿ Rel. Des. Kildare Carvalho ¿ Neste sentido, acolho a preliminar de falta de interesse processual e JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLVER O MÉRITO, conforme art. 485, III, do CPC. Sem custas e honorários. Após as intimações arquive-se. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 30 de maio de 2018. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS. Juiz de Direito. Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia/PA. Republicada por erro material

P R O C E S S O : 0 0 0 3 1 6 2 5 9 2 0 1 7 8 1 4 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: Medida Protetiva em: 28/05/2019- REQUERENTE: M. P. E. P. ADOLESCENTE: N. A. P. Processo n. 0003162-59.2017.8.14.0125 Autor Ministério Público Requerido Nagilson Alves Pereira Fundamento medidas de proteção à criança e adolescente SENTENÇA I. Relatório Cuidam os autos de procedimento instaurado, à luz do Estatuto da Criança do Adolescente, onde o Ministério Público requereu medida protetiva em favor da adolescente Nagilson Alves Pereira, de 16 anos a época. Inicialmente o menor foi acolhido e passou a viver na tutela do Estado após foram feitas tentativas de aproximação de sua família. O Menor chegou a sua maioridade em 01 de abril de 2019. O Ministério Público requereu a o arquivamento. (f. 54V) Vieram conclusos.II. Fundamentação Fazendo uma análise sistemática das normas protetivas do Estatuto da Criança e do Adolescente, percebe-se que seu interesse maior é proteger o menor que está em situação de risco, colocando-o a salvo e, sobretudo, procurando reeducá-lo, já que está em desenvolvimento. O princípio do melhor interesse da criança adotado pelo Brasil, definitivamente, em seu sistema jurídico, tem representado um norteador importante para a modificação das legislações internas e atos dos agentes públicos, no que concerne à proteção da infância em nosso continente. A própria Constituição prevê prioridade máxima para tutela das crianças: Art. 227 CF/88. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010) O procedimento para aplicação destas medidas tem esta razão de ser, ou seja, o processo tem a utilidade se alcançar o objetivo de proteger a criança ou o adolescente, porque as medidas de constrição a direito devem ser excepcionais e comprovadamente necessárias tendo como norte o princípio da proporcionalidade. No caso dos autos a adolescente alcançou a maioridade, podendo gerir os atos de sua vida civil e não justificando a tutela estatal. Por todo o exposto é de reconhecer a perda de objeto. III. Dispositivo Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLVER O MÉRITO, pela perda de objeto, na forma do art. 485, VI, do NCPC. Ciência ao Ministério Público. Sem custas e honorários. Após as intimações e publicações, arquivem-se. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 28 de maio de 2019. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia Republicada por erro material

P R O C E S S O : 0 0 0 4 0 3 2 - 1 2 . 2 0 1 4 . 8 . 1 4 . 0 1 2 5 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS AÇÃO: RETIFICAÇÃO DE REGISTRO REQUERENTE: TAINI SURUI DATA: 30/04/2019 HORÁRIO: 11:30min LOCAL: Sala de audiências do Fórum ¿ Comarca de São Geraldo-PA. PRESENTES: MM. Juiz de Direito, Antônio Jose dos Santos, Juiz de direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia, comigo assessora judicial ao seu cargo e ao final assinado; a requerente acompanhada do advogado nomeado para o ato Dr. Rafael da Silva Nery OAB/PA18175. ABERTA AUDIENCIA: 1) O MM. juiz passou a ouviu a requerente: que tem registro de nascimento e está errado o local de nascimento; que o registro foi feito no cartório desta cidade; que na realidade tem registro no cartório desta cidade e quer somente alterar o local de nascimento para São Geraldo do Araguaia; que junta em audiência a certidão administrativa de nascimento da FUNAI e a sua certidão de nascimento no Cartório de São Geraldo; que confirma que nasceu na Aldeia Sororo na cidade de São Geraldo do Araguaia/PA. As perguntas do advogado: que

nasceu na aldeia, aos cuidados de parteiras; que era comum os partos serem feitas na própria aldeia; 2) A seguir passou-se a ouvir a testemunha da autora, a Sr. ARACY SURUI, convivente, do lar, Carteira de Trabalho 161.34505.18-9, residente na Aldeia Ipirahy, neste município, testemunha não compromissada em razão de ser mãe da autora. As perguntas respondeu: que confirma que a requerente nasceu na Aldeia Sororo em São Geraldo do Araguaia/PA; que o parto foi feito por uma parteira na própria aldeia; Sem perguntas do advogado. 2) SETENÇA: Adoto como relatório o que consta do processo, esclarecendo que a autora juntou copia d sua certidão de nascimento do Cartório De são Geraldo do Araguaia, citando que que nasceu na parte da Aldeia pertencente a este município. Considerando o direito indisponível da pessoa humana de ter seus dados corretos nos seus registros públicos e a vasta prova juntada nos autos, JULGO PROCEDENTE o pedido para retificar o registro de nascimento de Taini Suruí para constar como local de nascimento: Aldeia Sororó, Município de São Geraldo do Araguaia. Após as publicações, expeça-se mandado de retificação. Nada mais havendo a registrar, mandou o MM. Juiz lavrar o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos, Eu Euziane Pereira da Silva, Assistente Judicial que o digitei e subscrevi. Juiz de Direito: Republicada por erro material

PROCESSO: 0003189-08.2018.8.14.0125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS AÇÃO: DIVORCIO LITIGIOSO REQUERENTE: SONIA MARIA DA SILVA FEITOSA REQUERIDO: RAIMUNDO NONATO FERREIRA DATA:15/04/2019 HORÁRIO: 11:40min LOCAL: Sala de audiências do Fórum ¿ Comarca de São Geraldo-PA. PRESENTES: MM. Juiz de Direito, Antônio Jose dos Santos, Juiz de direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia, comigo Assistente judicial ao seu cargo e ao final assinado; a requerente acompanhada do Defensor Púbico Defensor Público Dr. Rogerio Siqueira e o requerido. ABERTA AUDIÊNCIA: 1) As partes não possuem filhos menores nem bens a partilhar; 2) A seguir o MM Juiz passou a prolatar a seguinte SENTENÇA: Adoto como relatório o que consta dos autos. Observando que as partes são capazes e objeto do acordo é licito, nada impede a homologação do acordo. Isto posto, HOMOLOGO O ACORDO CELEBRADO PELAS PARTES, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, na forma do art. 487, III, b, do NCPC e DECRETO O DIVORCIO de Sonia Maria da Silva Feitosa e Raimundo Nonato Feitosa. A mulher voltará a usar seu nome de solteira: SONIA MARIA RIBEIRO DA SILVA. Sentença publicada em audiência, sendo dela intimadas as partes. Após o transito em julgado oficie-se ao Cartório Extrajudicial para averbação do divórcio. Sem custas e honorários. Nada mais havendo a registrar, mandou o MM. Juiz lavrar o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos, Eu Euziane Pereira da Silva, Assistente Judicial que o digitei e subscrevi. Republicada por erro material

PROCESSO: 00031276520188140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: Procedimento Comum em: 28/05/2019 REQUERENTE: A. C. M. R. Representante(s): OAB 11582-B - ANTONIO CESAR SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO: J. C. L. SENTENÇA O Advogado da parte autora pediu arquivamento do feito, desistindo da presente demanda, conforme petição retro. O caso em tela é previsto na lei processual: Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: I - indeferir a petição inicial; II - o processo ficar parado durante mais de 1 (um) ano por negligência das partes; III - por não promover os atos e as diligências que lhe incumbir, o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias; IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; V - reconhecer a existência de perempção, de litispendência ou de coisa julgada; VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual; VII - acolher a alegação de existência de convenção de arbitragem ou quando o juízo arbitral reconhecer sua competência; VIII - homologar a desistência da ação; IX - em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal; e X - nos demais casos prescritos neste Código. Diante do pedido formulado pela parte autora, HOMOLOGO a desistência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos moldes do artigo 485, VIII, do NCPC. Caso de não ser beneficiário da AJG, condeno o autor nas custas judiciais, intime-se para pagamento. Após a intimações, arquivem-se, observando que em caso de não pagamento das custas deverá ser encaminhado para cobrança via Fazenda Estadual. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 28 de maio de 2019. ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS. Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia. Republicada por erro material

PROCESSO: 00009351420088140125 PROCESSO ANTIGO: 200810017069

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTÔNIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: EXECUÇÃO DE ALIMENTOS em: 22/05/2019 EXECUTADO: C. G. M. Representante(s): OAB 5324 - LUMARA CABRAL GONCALVES PARENTE (ADVOGADO) REP LEGAL: M. E. A. S. EXEQUENTE: B. A. G. SENTENÇA Trata-se de ação execução de alimentos. A rquerente compareceu em Juízo dizendo que o requerido pagou o debito alimentar. Para haver um julgamento de mérito há necessidade de se preencher as condições da ação, , para ser conhecida e solucionada, com requisitos de admissibilidade. São os chamados condições da ação e pressupostos processuais. In casu, houve o pagamento voluntario, estando ausente um das condições da ação, no caso o interese processual, este deve ser extinto: CIVIL - HABEAS CORPUS - PENSÃO ALIMENTÍCIA - PAGAMENTO - ORDEM REVOGADA - PERDA DO OBJETO -PREJUDICADO.1 ¿ O EXECUTADO-PACIENTE EFETUOU O PAGAMENTO INTEGRAL DA PENSÃO ALIMENTÍCIA, RAZÃO PELA QUAL FOI REVOGADA A ORDEM DE PRISÃO E DETERMINADA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA.2 - TENDO EM VISTA A PERDA DO SEU OBJETO, JULGASE PREJUDICADO O PRESENTE HABEAS CORPUS.3 - JULGOU-SE PREJUDICADO (Processo: HC 20050020027050 DF. Relator(a): JOÃO MARIOSA) Isto posto, considerando que ação perdeu seu objeto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VI, do CPC. Art. 485. Extingue-se o processo, sem resolução de mérito: Vl - quando não concorrer qualquer das condições da ação, como a possibilidade jurídica, a legitimidade das partes e o interesse processual; Sem custas e honorários. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. São Geraldo do Araguaia, 22 de maio de 2019. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia Republicada por erro material

PROCESSO: 00056496520188140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Ação: ALIMENTOS em: 28/05/2019 REQUERENTE: A. D. S. F. REPRESENTANTE: M. J. S. S. REQUERIDO: A. A. O. F. SENTENÇA Trata-se de execução de alimentos, onde as partes chegaram a um acordo extrajudicial e pediram homologação deste Juízo. As partes estipularam os termos do acordo e por ser um negócio jurídico, requer para a sua validade agente capaz, objeto lícito e forma prescrita ou não defesa em lei, nada impedindo a sua homologação. Isto posto, HOMOLOGO O ACORDO CELEBRADO PELAS PARTES, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, na forma do art. 487, III, b, do NCPC. Sem custas e honorários em face da AJG. SERVIRÁ A PRESENTE DECISÃO, POR CÓPIA, COMO MANDADO. P.R.I.C. São Geraldo do Araguaia, 28 de maio de 2019. ANTONIO JOSÉ DOS SANTOS Juiz de Direito Titular da Comarca de São Geraldo do Araguaia. Republicada por erro material

PROCESSO: 00071976220178140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Procedimento Sumário em: 11/04/2019---REQUERENTE:CLAUDIO MENDES DA SILVA Representante(s): OAB 19129 - NORDENSKIOLD JOSE DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG Representante(s): OAB 28181-A - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) TERCEIRO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA. TERMO DE AUDIÊNCIA DE UNA DE CONCILIAÇÃO INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PROCESSO: 0007197-62.2017.8.14.0125 AÇÃO: INDENIZAÇÃO REQUERENTE: CLAUDIO MENDES DA SILVA REQUERIDO: BANCO ITAÚ BMG DATA: 11/04/2019 HORÁRIO: 10:20min LOCAL: Sala de audiências do Fórum ¿ Comarca de São Geraldo-PA. PRESENTES: MM. Juiz de Direito, Antônio Jose dos Santos, Juiz de direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia, comigo Assessora Judicial ao seu cargo e ao final assinado; o advogado da parte requerente Dr. Nordenskiold Jose da Silva OAB/PA 19129 e a Preposta da parte Requerida Sra. Alyne Santos Santana, CPF nº 000.482.452-08, acompanhada da advogada Dr. Debora Barbosa dos Santos Oliveira OAB/PA 25.779, a qual juntou Contestação, carta de preposto, Substabelecimento, procuração, estatuto Social da empresa, contrato, TED e extrato de pagamento. ABERTA A AUDIÊNCIA: 1) Foi dada a palavra ao advogado da parte autora, que requereu a desistência e o desentranhamento dos documentos. 2) SENTENÇA: Adoto como relatório oque consta dos autos. Diante do pedido da parte autor julgo extinto o processo sem resolver o mérito, homologando a desistência, na forma do art. 485, VIII, do CPC. Defiro o pedido de desentranhamento e após as publicações determino o arquivamento. Sem custas e honorários. Nada mais havendo a registrar, mandou o MM Juiz mandou lavrar o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos, Eu Euziane Pereira da Silva, Assistente Judicial, que o digitei e subscrevi. Juiz de Direito: Republicada por erro material

PROCESSO: 00036467420178140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Procedimento Sumário em: 04/04/2019---REQUERENTE:PEDRO DA SILVA Representante(s): OAB 20162 - WJEFFSON BARBOSA ALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO SA Representante(s): OAB 28181-A - NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) TERCEIRO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA.TERMO DE AUDIÊNCIA DE UNA DE CONCILIAÇÃO INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PROCESSO: 0003646-74. 2017.8.14.0125 AÇÃO: INDENIZAÇÃO REQUERENTE: PEDRO DA SILVA REQUERIDO: BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S/A DATA: 04/04/2019 HORÁRIO: 10:40min LOCAL: Sala de audiências do Fórum ¿ Comarca de São Geraldo-PA. PRESENTES: MM. Juiz de Direito, Antônio Jose dos Santos, Juiz de direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia, comigo Assessora Judicial ao seu cargo e ao final assinado; a Preposta da parte Requerida Sra. Alyne Santos Santana, CPF nº 000.482.452-08, acompanhada da advogada Dr. Debora Barbosa dos Santos Oliveira OAB/PA 25.779, a qual juntou Contestação, carta de preposto, Substabelecimento, procuração, Atos Constitutivos e estatuto Social da empresa BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S/A, cédula de credito bancário e DOC ficha de compensação. AUSENTE: a parte autora. SENTENÇA: Adoto como relatório o que consta dos autos. Diante do ausência injustificada da parte autor julgo extinto o processo sem resolver o mérito, na forma do art. 51, I, da lei 9099/95. Defiro o pedido de desentranhamento e após as publicações determino o arquivamento. Sem custas e honorários. Nada mais havendo a registrar, mandou o MM Juiz mandou lavrar o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos, Eu Euziane Pereira da Silva, Republicada por erro material

PROCESSO: 00055901420178140125 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANTONIO JOSE DOS SANTOS Ação: Procedimento Comum em: 07/11/2017---REQUERENTE:MARIA CREUDES NUNES PEREIRA Representante(s): OAB 19129 - NORDENSKIOLD JOSE DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:ODEBRECHT AMBIENTAL SEVICCO DE ABASTECIMENTO DE AGUA E COLETA DE ESGOTO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 97282 - WALTER OHOFUGI JUNIOR (ADVOGADO) OAB 7680 - BRUNA BENVINDO DA COSTA (ADVOGADO) TERMO DE AUDIÊNCIA DE UNA DE CONCILIAÇÃO INSTRUÇÃO E JULGAMENTO PROCESSO: 0005590-14.2017.8.14.0125 AÇÃO: INDENIZAÇÃO REQUERENTE: MARIA CREUDES NUNES PEREIRA REQUERIDO: ODEBRECHT AMBIENTAL DATA: 11/04/2019 HORÁRIO: 12:10min LOCAL: Sala de audiências do Fórum ¿ Comarca de São Geraldo-PA. PRESENTES: MM. Juiz de Direito, Antônio Jose dos Santos, Juiz de direito da Comarca de São Geraldo do Araguaia, comigo Assessora Judicial ao seu cargo e ao final assinado; o advogado da parte autora do Dr. Nordenskiold Jose da Silva OAB/PA 19129. AUSENTE: o requerente e a requerida. A seguir o MM Juiz passou a prolatar a seguinte SENTENÇA: Adoto como relatório o que consta dos autos. Observando que as partes são capazes e objeto do acordo é licito, nada impede a homologação do acordo juntado aos autos fls. 18/23. Isto posto, HOMOLOGO O ACORDO CELEBRADO PELAS PARTES, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, na forma do art. 487, III, b, do NCPC. Sentença publicada em audiência, sendo dela intimadas as partes. Sem custas e honorários. Nada mais havendo a registrar, mandou o MM Juiz mandou lavrar o presente termo que, lido e achado conforme, vai devidamente assinado por todos, Eu Euziane Pereira da Silva, Assistente Judicial, que o digitei e subscrevi. Juiz de Direito: Republicada por erro material

COMARCA DE CHAVES

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CHAVES

RESENHA: 12/06/2019 A 12/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE CHAVES - VARA: VARA UNICA DE CHAVES
P R O C E S S O : 0 0 0 0 0 2 1 6 8 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/06/2019---DENUNCIADO:JACKSON HAMILTON ABDON JUNIOR Representante(s): HELIO PAULO SANTOS FURTADO-DEFENSOR PUBLICO (DEFENSOR) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO VITIMA:O. E. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DA COMARCA DE CHAVES Processo: 0000021-68.2017.8.14.0016 Classe: Ação Penal Pública. Autor: Ministério Público do Estado do Pará Réu: Jackson Hamilton Abdon Junior Capitulação Penal: art. 33, caput, da Lei nº 11.343/06 SENTENÇA O Ministério Público Estadual, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatória em face de JACKSON HAMILTON ABDON JUNIOR atribuindo-lhe, em tese, a conduta descrita no art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006 (tráfico de drogas).

Consta da peça acusatória, elaborada com base nas informações colhidas no inquérito policial, resumidamente, que, no dia 14.01.2017, por volta das 11h, policiais militares, após receberem informação de que o acusado estaria realizando comércio de drogas em sua residência, efetuaram diligência, e surpreenderam o denunciado tendo em depósito, para fins de comércio, 14 (quatorze) papelotes de substância semelhante a maconha, todas individualizadas para venda na forma de ¿petecas¿, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar. Informa, ainda, que o acusado, em seu depoimento extrajudicial, confessou a prática do crime, arguindo necessidades financeiras.

Laudo de constatação provisório da natureza e substância da droga colacionado às fls. 16.

Prisão em flagrante do acusado no dia 14.01.2017, tendo havido decisão de homologação auto de prisão em flagrante, e a concessão de liberdade provisória preventiva, em 18.01.2017. Decisão de recebimento da denúncia em 24.04.2017 (fl. 26), ocorrendo o primeiro marco interruptivo da prescrição da pretensão punitiva. Devidamente citado (fl. 32), o acusado apresentou defesa preliminar às fls. 40/42.

Laudo de constatação definitivo da natureza e substância da droga às fls. 76. No dia 30.01.2018 foi realizada audiência de instrução e julgamento, oportunidade na qual fora ouvida as testemunhas Jorvandra Brito de Almeidas e Jordy Barros Barbosa, e realizado o interrogatório do acusado, cujos depoimentos foram gravados por meio de recurso audiovisual (fls. 63/63v). No dia 26.10.2018 foi realizada audiência para a oitiva da testemunha SGT/PM Humberto Gomes Duarte, por meio de carta precatória, cujo depoimento fora gravado através de recurso audiovisual (fls. 88/89). Em 25.02.2019 foi realizada audiência para a oitiva da testemunha Isaías Ferreira da Silva, cujo depoimento fora gravado por meio de recurso audiovisual (fls. 90/90v) Alegações finais do Ministério Público às fls. 91/93, pugnando pela condenação do réu JACKSON HAMILTON ABDON JUNIOR, como incurso nas penas do artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/2006. Alegações finais da defesa (fls. 97/98v) pugnando pela a condenação do acusado na pena mínima, e reconhecimento da causa de diminuição de pena prevista no art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/06, bem como das atenuantes previstas nos arts. 66 e 65, III, d, ambos do Código Penal. Era o que cabia relatar. Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisão. O Ministério Público Estadual, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatória em desfavor de JACKSON HAMILTON ABDON JUNIOR, atribuindo-lhes a conduta descrita no art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06. Com efeito, a materialidade delitiva encontra-se perfeitamente demonstrada, notadamente em razão do auto de apreensão de fl. 17, e do laudo de constatação de substância entorpecente de fl. 76, que concluiu tratar-se de 14 (quatorze) papelotes de maconha, apresentando peso bruto de 8,123g, substância que está no rol da portaria 344/98 da ANVISA como enquadrada no conceito de droga. No que atine à autoria delitiva, deve ser levada em consideração todo o lastro probatório produzido nos autos, especialmente o depoimento da testemunha de acusação e do interrogatório do réu, colhidos quando da audiência de instrução e julgamento. A testemunha SGT/PM Humberto Gomes Duarte, policial responsável pela prisão em flagrante do acusado, afirmou, que no dia dos fatos, em uma ocorrência, abordou o nacional Isaías, que estava consumindo maconha, e ao ser indagado informou que tinha comprado a droga do acusado, conhecido por ¿geleia¿ (...) que após realizou diligência na casa do acusado, encontrando certa quantidade de maconha (...) que

foram encontrados mais de 10 (dez) papelotes fracionados para venda (...) que em seguida efetuou a prisão do acusado. A testemunha Isaías Ferreira da Silva, em seu depoimento em Juízo, afirmou que confirmava seu depoimento perante a autoridade policial (...) que era usuário de maconha (...) que soube que o acusado estava vendendo a droga (...) que comprou uma cabeça de maconha por R$ 10,00 (dez reais) (...) que comprou do acusado apenas uma vez em sua residência. Em seu interrogatório judicial, o acusado Jackson Hamilton Abdon Junior informou que confirmava ser verdadeira a acusação que lhe foi imputada, e afirmou que vendeu uma ou duas (papelotes) ao nacional Isaías Ferreira da Silva (...) que vendeu a outras pessoas, mas não recordava o nome (...) que a droga adquirida era maconha (...) que adquiriu a droga na virada daquele ano de um indivíduo que lhe ofereceu por R$ 80,00 (oitenta reais) a droga equivalente a 20 (vinte) papelotes para vender (...) que possuía 14 (quatorze) papelotes no dia dos fatos (...) que foi a primeira vez que tinha adquirido a droga para vender. As testemunhas arroladas pela defesa, Jorvandra Brito de Almeida e Jordy Barros Barbosa, em seus depoimentos em juízo, nada contribuiu para o esclarecimento dos fatos. Diante do acervo probatório, por tudo que foi coletado durante a instrução processual, este magistrado está convencido da materialidade do delito e da autoria delituosa do acusado. É de ressaltar que o depoimento do policial está em consonância com a prova colhida nos autos e nada há que o desabone ou desqualifique. Nesse sentido: ¿A jurisprudência desta Corte entende que os depoimentos de policiais constituem prova idônea, como a de qualquer outra testemunha que não esteja impedida ou suspeita, notadamente quando prestados em juízo sob o crivo do contraditório, aliado ao fato de estarem em consonância com o conjunto probatório dos autos, como ocorre in casu¿. (STJ - 5.ª Turma - AgRg no REsp 1312089/AC - Rel. Min. Moura Ribeiro - Dje 28/10/2013.)

Destaque-se, ainda, que para a consumação do crime do tráfico de drogas, previsto no art. 33, caput, da Lei 11.343/06, basta que o agente pratique um dos núcleos do tipo penal, pois o crime é de ação múltipla. No caso dos autos, o acusado tinha plena consciência e vontade de realizar os núcleos do tipo nas modalidades ¿vender¿ e ¿ter em depósito¿, tanto o é que em seu depoimento confirma que adquiriu a droga para fins de comercialização, sem que houvesse autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, pelo que não há dúvidas quanto ao crime previsto art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06. Portanto, restando devidamente comprovada a prática do delito, seja pela documentação constante dos autos, seja pelo depoimento da testemunha de acusação, e do próprio acusado, em outro sentido não se poderia concluir senão naquele que converge para a procedência da presente ação penal em relação ao acusado. Entretanto, é possível reconhecer a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4.º do art. 33 da Lei n. 11.343/2006, uma vez que estou demonstrado nos autos que o réu é primário, e não há qualquer fato que evidencie maus antecedentes do acusado, ou que indique que o mesmo participe de atividades criminosas ou integre organização criminosa, pelo que faz jus a referida causa de diminuição da pena. Verifica-se ainda a incidência da atenuante prevista no art. 65, III, d, do CP, relativa a confissão do acusado, eis que colhida de forma voluntária, e efetivamente utilizada em conjunto com outras provas para embasar a presente decisão. Decido.

Diante do acima exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e CONDENO o acusado JACKSON HAMILTON ABDON JUNIOR, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 33, caput, c/c art. 33, §4, ambos da Lei n. 11.343/06, c/ art. 65,III, d, do CP, razão pela qual passo a dosar as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do Código Penal c/c art. 5º, XLVI, da Constituição Federal. DA FIXAÇÃO DA PENA BASE Em análise das diretrizes traçadas pelo art. 59, do Código Penal1, verifica-se: a) O réu agiu com culpabilidade normal à espécie, sendo sua conduta reprovável por sua própria natureza, nada tendo a se valorar; b) Não há nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notícia de já ter sido o acusado condenado, com sentença judicial transitada em julgado, pela prática de qualquer outro delito de natureza penal, razão porque não há que se falar na existência de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juízo, apoiado no entendimento majoritário do E. Superior Tribunal de Justiça, é o de que inquéritos policiais ou processos em andamento não servem para caracterização de maus antecedentes, forte no princípio da não-culpabilidade, gravado no art. 5º, LVII, da Constituição Federal e Súmula 444 do STJ 5. c) Quanto à sua conduta social, entendida esta como ¿o comportamento do agente perante a sociedade¿2, nada há a valorar nos presentes autos; d) No que atine à sua personalidade, pouco se pode dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e) Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, nada há a valorar nos autos; f) Já quanto às circunstâncias do crime, compreendidas como aquelas que ¿apesar de não especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliação discricionária do juiz, acarretar uma diminuição ou aumento de pena¿3, nada a valorar nos autos; g) No que atine às consequências do crime, nada a valorar nos autos; h) Por fim, quanto ao comportamento da vítima, nada há a valorar tendo em vista que a vítima no crime de tráfico de drogas é a coletividade. i)

Natureza e quantidade da substância ou do produto: ficou constatada nos autos a apreensão, em poder do acusado, de 14 (quatorze) papelotes de maconha, conforme laudo definitivo de substância entorpecente. Ademais, nos termos do art. 42 da Lei n. 11.343/2006, a quantidade e a natureza da droga apreendida não justificam maior repreensão penal, já que são quantidades diuturnamente encontradas com traficantes comuns e não indicam traficância de grande porte. Dessa forma, considerando a natureza e a quantidade da substância, não se caracteriza circunstância judicial desfavorável ao acusado. Diante de tais circunstâncias, analisadas individualmente, é que fixo a pena base em 05 (cinco) anos de reclusão, e pagamento de 500 dias-multas, cada uma equivalente a um trigésimo do valor do salário mínimo vigente, em observância ao disposto no art. 60, do Código Penal4. DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÓDIGO PENAL) No que tange à segunda fase da dosimetria legal, reconheço a circunstância atenuante da confissão espontânea do acusado, prevista no art. 65, III, d, do CP, não obstante, com fundamento na Súmula 231 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, deixo de atenuar a pena por já ter sido fixada no mínimo, razão pela qual, mantenho a pena em 05 (cinco) anos de reclusão, e pagamento de 500 dias-multas. DAS CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E AUMENTO DE PENA Na última das fases de dosimetria da pena, é possível verificar a existência da causa de diminuição de pena prevista no artigo 33, §4º, da Lei 11.343/06, eis demonstrado que o acusado é primário, possui bons antecedentes e não integra organização criminosa, pelo que atenuo a pena em 2/3, e fixo a pena definitiva ou in concreto em 01 (um) ano, 08 (oito) meses de reclusão, e pagamento de 166 dias-multas. DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA Considerando a pena privativa de liberdade aplicada e não ser o réu reincidente, nos termos do art. 33, § 2º, ¿c¿, do Código Penal, fixo o regime aberto para o início do cumprimento da pena. Por outro lado, considerando a inexistência de casas de albergado ou outro estabelecimento adequado para os efeitos do disposto no art. 33, § 1º, ¿c¿, do Código de Processo Penal5, deverá o condenado cumprir a pena em prisão domiciliar, conforme entendimento do E. STJ6. CONSIDERAÇÕES GERAIS Considerando que o STF, a partir do julgamento do HC 97.256/RS, passou a permitir a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, em casos de tráfico privilegiado (art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/06), sendo essa a hipótese dos autos, passo a análise da possibilidade da referida substituição. Como é cediço, o benefício da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos reclama, para sua concessão, a presença cumulativa dos requisitos constantes do art. 44, do Código Penal, quais sejam: I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o réu não for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

Com efeito, in casu, diante do quantum de pena aplicado, e preenchidos os demais requisitos legais, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade aplicada, por 02 (duas) restritiva de direito, nos termos do art. 44, §2º, do Código de Processo Penal. A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS; B) PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA, consistente no pagamento de 01 (um) salário mínimo a ser revertido ao Fundo do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chaves. Em virtude de não estarem presentes quaisquer requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, bem como pelo fato de ter respondido o processo em liberdade, concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade.

Deixo de condenar o réu no pagamento das custas processuais, em virtude de reconhecer sua condição de hipossuficiência econômica. Considerando que a vítima do crime é a coletividade, deixo de fixar o valor mínimo para indenização cível, previsto no art. 387, IV, do Código de Processo Penal. DISPOSIÇÕES FINAIS Oportunamente, após o trânsito em julgado desta sentença, tomem-se as seguintes providências: a) Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; b) Expeça-se a carta de execução do réu; c) Proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de pena de multa, conforme art. 686, do Código de Processo Penal7; d) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do réu, com sua devida identificação, acompanhada de fotocópia da presente decisão, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, § 2º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição Federal. e) Voltem os autos conclusos para a designação de audiência admonitória.

Notifique-se o Ministério Público. Publique-se a presente sentença do Diário de Justiça Eletrônico. Registre-se. Intimem-se. Chaves (PA), 12 de Junho de 2019. ARNALDO JOSÉ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: 2 SUM. 444 STJ. É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena base. 3 Idem, p. 142. 4 Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu. 5 § 1º Considera-se: c) regime aberto a execução da pena

em casa de albergado ou estabelecimento adequado. 6 STJ-062266) HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO PARA O REGIME PRISIONAL ABERTO. INEXISTÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. DESVIO DE FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Configura constrangimento ilegal ao jus libertatis, sanável pela via do habeas corpus, o cumprimento de pena em condições mais rigorosas que as estabelecidas pelo juízo sentenciante ou pelo juízo das execuções penais. 2. É dever do Poder Público promover a efetividade da resposta penal, na dupla perspectiva da prevenção geral e especial; entretanto, não se podem exceder os limites impostos ao cumprimento da condenação, sob pena de desvio da finalidade da pretensão executória. 3. Inexistindo vaga em casa de albergado, mostra-se possível, em caráter excepcional, permitir ao sentenciado, a quem se determinou o cumprimento da reprimenda em regime aberto, o direito de recolher-se em prisão domiciliar. Precedentes: STF - HC 95.334/RS, Rel. p/ Acórdão Min. Marco Aurélio; STJ - REsp 1.112.990/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; STJ - HC 97.940/RS, Rel. Min. Laurita Vaz; STJ - RHC 12.470/SP, Rel. Min. Laurita Vaz. 4. Habeas Corpus concedido para restabelecer a decisão do Juízo das Execuções que determinou o cumprimento da pena em regime domiciliar, até a eventual instalação de albergue na Comarca Caxias do Sul/RS. (Habeas Corpus nº 162055/RS (2010/0023958-2), 5ª Turma do STJ, Rel. Laurita Vaz. j. 20.05.2010, unânime, DJe 14.06.2010). 7 A pena de multa será paga dentro em 10 (dez) dias após haver transitado em julgado a sentença que a impuser. ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de Chaves
P R O C E S S O : 0 0 0 1 9 4 2 9 6 2 0 1 6 8 1 4 0 0 1 6 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ARNALDO JOSE PEDROSA GOMES Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 12/06/2019---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:MAYK DIONESE DO EGITO FIGUEIREDO Representante(s): OAB 2669 - DANIELE PINTO FIGUEIREDO (ADVOGADO) OAB 9589 - NILZA MARIA BARBOSA CARDOSO DA ROCHA (ADVOGADO) VITIMA:O. E. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO VARA ÚNICA DA COMARCA DE CHAVES Processo: 0001942-96.2016.8.14.0016 Classe: Ação Penal Pública. Autor: Ministério Público do Estado do Pará Réu: Maik Dionese do Egito Figueiredo Capitulação Penal: art. 33, caput, c/c art. 40, III, ambos da Lei nº 11.343/06 SENTENÇA O Ministério Público Estadual, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatória em face de MAIK DIONESE DO EGITO FIGUEIREDO atribuindo-lhe, em tese, a conduta descrita no art. 33, caput, c/c art. 40, III, ambos da Lei nº 11.343/2006 (tráfico de drogas). Consta da peça acusatória, elaborada com base nas informações colhidas no inquérito policial, resumidamente, que, no dia 31/05/2016, por volta das 14h30min, policiais militares, surpreenderam o denunciado trazendo consigo, para fins de comércio, 08 (oito) papelotes de substância entorpecente. E que após a abordagem, diligenciou até a residência do denunciado, onde foi encontrada em depósito mais quantidade de droga, perfazendo o total de 22 (vinte e dois) papelotes de substância semelhante a cocaína, e 34 (trinta e quatro) papelotes de substância semelhante a pasta de cocaína, todas individualizadas para venda em forma de ¿dólar¿. Laudo de constatação provisório da natureza e substância da droga colacionado às fls. 19 do IPL131/2016.000021-3. Prisão em flagrante do acusado no dia 31.05.2016, tendo havido decisão de homologação auto de flagrante, e sua conversão em prisão em flagrante em preventiva, em 02.06.2016. Decisão de recebimento da denúncia em 13.07.2016 (fl. 28), ocorrendo o primeiro marco interruptivo da prescrição da pretensão punitiva. Devidamente citado (fl. 31), o acusado apresentou defesa preliminar às fls. 35/36. Laudo de constatação definitivo da natureza e substância da droga às fls. 47. Às fls. 53v consta informação que o alvará de soltura do acusado fora cumprido, tendo sido posto em liberdade no dia 21.02.2017. No dia 27.04.2017 foi realizada audiência de instrução e julgamento, oportunidade na qual foi ouvida a testemunha de acusação, e realizado o interrogatório do acusado, cujos depoimentos foram gravados por meio de recurso audiovisual (fls. 62/62v). No dia 08.08.2017 foi realizada audiência para a oitiva da testemunha de defesa, por meio de carta precatória, cujo depoimento fora gravado através de recurso audiovisual (fls. 104/105). Alegações finais do Ministério Público às fls. 78/82, pugnando pela condenação do réu MAIK DIONESE DO EGITO FIGUEIREDO, como incurso nas penas do artigo 33, caput, da Lei n. 11.343/2006. Alegações finais da defesa (fls. 109/113) pugnando pela absolvição do acusado por ausência de provas, e, subsidiariamente, pela desclassificação para o crime de porte/posse para consumo (art. 28 da Lei n. 11.343/2006), ou, ainda, a condenação do acusado na pena mínima. Era o que cabia relatar. Tudo bem visto e ponderado, passo a fundamentar a decisão. O Ministério Público Estadual, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, ofertou a exordial acusatória em desfavor de MAIK DIONESE DO EGITO FIGUEIREDO, atribuindo-lhes a conduta descrita no art. 33, caput, c/c art. 40, III, ambos da Lei n. 11.343/06. Com efeito, a materialidade delitiva encontra-se perfeitamente demonstrada, notadamente em razão do auto de apreensão de fl. 14, e do laudo de constatação de substância entorpecente de fl. 47, que concluiu tratar-se de 22 (vinte e dois)

papelotes de cocaína, e 34 (trinta e quatro) papelotes de pasta de cocaína, substância que está no rol da portaria 344/98 da ANVISA como enquadrada no conceito de droga. No que atine à autoria delitiva, deve ser levada em consideração todo o lastro probatório produzido nos autos, especialmente o depoimento da testemunha de acusação e do interrogatório do réu, colhidos quando da audiência de instrução e julgamento. A testemunha CB/PM Marcos Santos dos Santos, policial responsável pela prisão em flagrante do acusado, afirmou, que na data de 31/05/2016, o grupamento da Polícia Militar de Chaves deslocou-se para a localidade de Arapixi, a fim averiguar denúncias dos moradores daquela comunidade, que relataram ser frequente a comercialização de drogas no local, durante a festividade. Que, durante o evento, identificou o acusado com atitude suspeita, e passou a observá-lo. Que o acusado se dirigiu a um local ermo, quando passou a segui-lo, momento em que, por meio de busca pessoal, flagrou o réu portando certa quantidade de drogas. Que encontrou com ele cerca de 07 papelotes de drogas, e, que, posteriormente, ele mostrou onde estava a sacola dele, quando foi encontrado o resto da droga. Que o acusado trazia consigo também um pouco mais de cem reais. Que durante abordagem o réu confessou o crime, assumindo ser o proprietário dos entorpecentes apreendidos, que era a primeira vez que estava vendendo, e que tinha comprado em Belém. Em seu interrogatório judicial, o acusado Maik Dionese do Egito Figueiredo informou que não confirmava a versão apresentada em seu depoimento perante a autoridade policial, e afirmou que recebeu a droga do indivíduo conhecido por ¿Chocolate de Cachoeira¿ no período da tarde, e que este iria pegá-la noutro dia pela manhã, porque a casa em que ele estava hospedado tinha muita gente (...) que ele mora no bairro do choque (...) que o conhece em razão de ter trabalhado embarcado de Cacheira para Santa Cruz, e que brincava de bola no bairro do choque (...) e que na hora da abordagem tentou escapar, mas foi cercado pela polícia (...) que trazia consigo quatro papelotes de cocaína (...) que tinha mais droga em sua bolsa (...) que estava tudo embalado (...) que não estava vendendo droga (...) que guardou pra ele (¿chocolate de cachoeira¿) (...) que a droga que estava consigo era pra consumir (...) que a droga que estava em sua bolsa era pra traficar, porém que iria traficar era ele (¿chocolate de cachoeira¿) (...). A testemunha arrolada pela defesa, Sra. Maria de Belém Moreira Gemaque, ouvida por meio de carta precatória, em seu depoimento em juízo, nada contribuiu para o esclarecimento dos fatos. Diante do acervo probatório, por tudo que foi coletado durante a instrução processual, este magistrado está convencido da materialidade do delito e da autoria delituosa do acusado. É de ressaltar que o depoimento do policial está em consonância com a prova colhida nos autos e nada há que o desabone ou desqualifique. Ademais, desnecessária se mostra a presença de outras testemunhas para a comprovação do delito. Nesse sentido: ¿A jurisprudência desta Corte entende que os depoimentos de policiais constituem prova idônea, como a de qualquer outra testemunha que não esteja impedida ou suspeita, notadamente quando prestados em juízo sob o crivo do contraditório, aliado ao fato de estarem em consonância com o conjunto probatório dos autos, como ocorre in casu¿. (STJ - 5.ª Turma - AgRg no REsp 1312089/AC - Rel. Min. Moura Ribeiro - Dje 28/10/2013.)

Destaque-se, ainda, que para a consumação do crime do tráfico de drogas, previsto no art. 33, caput, da lei 11.343/06, basta que o agente pratique um dos núcleos do tipo penal, pois o crime é de ação múltipla e de mera conduta, não necessitando que realize efetivamente a venda da droga. No caso dos autos, o acusado tinha plena consciência e vontade de realizar os núcleos do tipo nas modalidades ¿trazer consigo¿ e ¿guarda¿, tanto o é que em seu depoimento afirmou que tinha conhecimento que a droga seria usada para comercialização, pelo que não há dúvidas quanto ao crime previsto art. 33, caput, da Lei n. 11.343/06. Nesse sentido: EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES - ABSOLVIÇÃO - IMPOSSIBILIDADE - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA - EXCLUDENTE NÃO VERIFICADA - CONDENAÇÃO MANTIDA. RECURSO NÃO PROVIDO. 01. Se as provas colacionadas ao caderno processual não deixam dúvidas acerca da materialidade e da autoria do delito de tráfico ilícito de entorpecentes, evidenciando, ainda, que o acusado guardava o entorpecente, de forma voluntária, a pedido de terceiro, não há falar-se em absolvição da conduta imputada ao agente. 02. Para a caracterização do crime de tráfico ilícito de drogas, não é necessariamente exigível a prática de atos de comércio, pois o delito resta configurado, também, nas hipóteses em que a substância proscrita é mantida sob a guarda voluntária de alguém. 03. Configura-se a excludente de culpabilidade de inexigibilidade de conduta diversa apenas nas hipóteses em que restar comprovado a inexistência de alternativas para que o sujeito agisse em conformidade com a lei. (TJ-MG - APR: 10301180041982001 MG, Relator: Rubens Gabriel Soares, Data de Julgamento: 14/05/2019, Data de Publicação: 20/05/2019). Portanto, restando devidamente comprovada a prática do delito, seja pela documentação constante dos autos, seja pelo depoimento da testemunha de acusação, e do próprio acusado, em outro sentido não se poderia concluir senão naquele que converge para a procedência da presente ação penal em relação ao acusado.

Entretanto, é possível reconhecer a aplicação da causa de diminuição de pena prevista no § 4.º do

art. 33 da Lei n. 11.343/2006, uma vez que estou demonstrado nos autos que o réu é primário, e não há qualquer fato que evidencie maus antecedentes do acusado, ou que indique que o mesmo participe de atividades criminosas ou integre organização criminosa, pelo que faz jus a referida causa de diminuição da pena. Por outro lado, verifica-se a incidência da causa de aumento de pena prevista no art. 40, III, da Lei de Drogas, como pedido na denúncia, já que o réu foi preso traficando nas imediações de local onde estava sendo realizada as festividades das comunidades (local que realize diversões de qualquer natureza), com o objetivo de tirar proveito e facilidade na disseminação da droga em razão do local de grande circulação de pessoas. Decido. Diante do acima exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia e CONDENO o acusado MAIK DIONESE DO EGITO FIGUEIREDO, anteriormente qualificado, como incurso nas penas do art. 33, caput, c/c art. 40, III, c/c art. 33, §4, todos da Lei n. 11.343/06, razão pela qual passo a dosar as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do Código Penal c/c art. 5º, XLVI, da Constituição Federal. DA FIXAÇÃO DA PENA BASE Em análise das diretrizes traçadas pelo art. 59, do Código Penal1, verifica-se: a) O réu agiu com culpabilidade normal à espécie, sendo sua conduta reprovável por sua própria natureza, nada tendo a se valorar; b) Não há nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notícia de já ter sido o acusado condenado, com sentença judicial transitada em julgado, pela prática de qualquer outro delito de natureza penal, razão porque não há que se falar na existência de registros em seus antecedentes criminais. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juízo, apoiado no entendimento majoritário do E. Superior Tribunal de Justiça, é o de que inquéritos policiais ou processos em andamento não servem para caracterização de maus antecedentes, forte no princípio da não-culpabilidade, gravado no art. 5º, LVII, da Constituição Federal e Súmula 444 do STJ 5. c) Quanto à sua conduta social, entendida esta como ¿o comportamento do agente perante a sociedade¿2, nada há a valorar nos presentes autos; d) No que atine à sua personalidade, pouco se pode dizer diante dos dados colhidos nos autos que nada ou quase nada refletem de tal instituto; e) Quanto aos motivos que levaram o acusado a cometer o delito, nada há a valorar nos autos; f) Já quanto às circunstâncias do crime, compreendidas como aquelas que ¿apesar de não especificadas em nenhum texto legal, podem, de acordo com uma avaliação discricionária do juiz, acarretar uma diminuição ou aumento de pena¿3, nada a valorar nos autos; g) No que atine às consequências do crime, nada a valorar nos autos; h) Por fim, quanto ao comportamento da vítima, nada há a valorar tendo em vista que a vítima no crime de tráfico de drogas é a coletividade. i) Natureza e quantidade da substância ou do produto: ficou constatada nos autos a apreensão, em poder do acusado, de 22 (vinte e dois) papelotes de cocaína e 34 (trinta e quatro) papelotes de pasta de cocaína, conforme laudo definitivo de substância entorpecente. Nos termos do art. 42 da Lei n. 11.343/2006, apesar do alto grau de lesividade da droga (cocaína), as quantidades apreendidas não justificam maior repreensão penal, já que diuturnamente são encontradas com traficantes comuns e não indicam traficância de grande porte. Dessa forma, considerando a natureza e a quantidade da substância, não se caracteriza circunstância judicial desfavorável ao acusado.

Diante de tais circunstâncias, analisadas individualmente, é que fixo a pena base em 05 (cinco) anos de reclusão, e pagamento de 500 dias-multas, cada uma equivalente a um trigésimo do valor do salário mínimo vigente, em observância ao disposto no art. 60, do Código Penal4. DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 61 A 66 DO CÓDIGO PENAL) No que tange à segunda fase da dosimetria legal, reconheço a circunstância atenuante, prevista no art. 65, I, do CP, eis que o acusado era menor de 21 (vinte um) anos na data do fato, não obstante, com fundamento na Súmula 231 do Egrégio Superior Tribunal de Justiça, deixo de atenuar a pena por já ter sido fixada no mínimo, razão pela qual, mantenho a pena em 05 (cinco) anos de reclusão, e pagamento de 500 dias-multas. DAS CAUSAS DE DIMINUIÇÃO E AUMENTO DE PENA Na última das fases de dosimetria da pena, é possível verificar a existência da causa de aumento de pena prevista no art. 40, III, da Lei 11.343/06, eis que o crime foi praticado nas imediações do local onde estava sendo realizado os festejos da comunidade (recinto onde se realize diversão de qualquer natureza), pelo que aumento a pena em 1/6 (um sexto), e fixo a pena provisoriamente em 05 (cinco) anos e 10 (dez) meses de reclusão, e pagamento de 583 dias-multas. Por outro lado, reconheço a causa de diminuição de pena prevista no artigo 33, §4º, da Lei 11.343/06, eis demonstrado que o acusado é primário, possui bons antecedentes e não integra organização criminosa, pelo que atenuo a pena em 2/3, e fixo a pena definitiva ou in concreto em 01 (um) ano, 11 (onze) meses, e 09 (nove) dias de reclusão, e pagamento de 194 dias-multas. DO REGIME DE CUMPRIMENTO DA PENA Considerando a pena privativa de liberdade aplicada e não ser o réu reincidente, nos termos do art. 33, § 2º, ¿c¿, do Código Penal, fixo o regime aberto para o início do cumprimento da pena. Por outro lado, considerando a inexistência de casas de albergado ou outro estabelecimento adequado para os efeitos do disposto no art. 33, § 1º, ¿c¿, do Código de Processo Penal5, deverá o condenado cumprir a pena em prisão domiciliar, conforme entendimento do E. STJ6.

CONSIDERAÇÕES GERAIS Considerando que o STF, a partir do julgamento do HC 97.256/RS, passou a permitir a substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, em casos de tráfico privilegiado (art. 33, §4º, da Lei nº 11.343/06), sendo essa a hipótese dos autos, passo a análise da possibilidade da referida substituição. Como é cediço, o benefício da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos reclama, para sua concessão, a presença cumulativa dos requisitos constantes do art. 44, do Código Penal, quais sejam: I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; II - o réu não for reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente. Com efeito, in casu, diante do quantum de pena aplicado, e preenchidos os demais requisitos legais, SUBSTITUO a pena privativa de liberdade aplicada, por 02 (duas) restritiva de direito, nos termos do art. 44, §2º, do Código de Processo Penal. A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMUNITÁRIOS; B) INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS, consistente na proibição de frequentar festividades, bares, boates e estabelecimentos congêneres; Em virtude de não estarem presentes quaisquer requisitos que autorizam a decretação da prisão preventiva, bem como pelo fato de ter respondido o processo em liberdade, concedo ao réu o direito de recorrer em liberdade. Deixo de condenar o réu no pagamento das custas processuais, em virtude de reconhecer sua condição de hipossuficiência econômica. Considerando que a vítima do crime é a coletividade, deixo de fixar o valor mínimo para indenização cível, previsto no art. 387, IV, do Código de Processo Penal. DISPOSIÇÕES FINAIS Oportunamente, após o trânsito em julgado desta sentença, tomem-se as seguintes providências: a) Lance-se o nome do réu no rol dos culpados; b) Expeça-se a carta de execução do réu; c) Proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de pena de multa, conforme art. 686, do Código de Processo Penal7; d) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenação do réu, com sua devida identificação, acompanhada de fotocópia da presente decisão, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, § 2º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituição Federal. e) Voltem os autos conclusos para a designação de audiência admonitória. Notifique-se o Ministério Público. Publique-se a presente sentença do Diário de Justiça Eletrônico. Registre-se. Intimem-se. Chaves (PA), 10 de Junho de 2019. ARNALDO JOSÉ PEDROSA GOMES Juiz de Direito 1 O juiz, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, às circunstâncias e consequências do crime, bem como ao comportamento da vítima, estabelecerá, conforme seja necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime: 2 SUM. 444 STJ. É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena base. 3 Idem, p. 142. 4 Na fixação da pena de multa o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu. 5 § 1º Considera-se: c) regime aberto a execução da pena em casa de albergado ou estabelecimento adequado. 6 STJ-062266) HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO PARA O REGIME PRISIONAL ABERTO. INEXISTÊNCIA DE VAGA EM ESTABELECIMENTO PRISIONAL ADEQUADO. DESVIO DE FINALIDADE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO. ORDEM CONCEDIDA. 1. Configura constrangimento ilegal ao jus libertatis, sanável pela via do habeas corpus, o cumprimento de pena em condições mais rigorosas que as estabelecidas pelo juízo sentenciante ou pelo juízo das execuções penais. 2. É dever do Poder Público promover a efetividade da resposta penal, na dupla perspectiva da prevenção geral e especial; entretanto, não se podem exceder os limites impostos ao cumprimento da condenação, sob pena de desvio da finalidade da pretensão executória. 3. Inexistindo vaga em casa de albergado, mostra-se possível, em caráter excepcional, permitir ao sentenciado, a quem se determinou o cumprimento da reprimenda em regime aberto, o direito de recolher-se em prisão domiciliar. Precedentes: STF - HC 95.334/RS, Rel. p/ Acórdão Min. Marco Aurélio; STJ - REsp 1.112.990/RS, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima; STJ - HC 97.940/RS, Rel. Min. Laurita Vaz; STJ - RHC 12.470/SP, Rel. Min. Laurita Vaz. 4. Habeas Corpus concedido para restabelecer a decisão do Juízo das Execuções que determinou o cumprimento da pena em regime domiciliar, até a eventual instalação de albergue na Comarca Caxias do Sul/RS. (Habeas Corpus nº 162055/RS (2010/0023958-2), 5ª Turma do STJ, Rel. Laurita Vaz. j. 20.05.2010, unânime, DJe 14.06.2010). 7 A pena de multa será paga dentro em 10 (dez) dias após haver transitado em julgado a sentença que a impuser. ASC Gabinete do Juiz de Direito Comarca de Chaves

COMARCA DE CONCÓRDIA DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CONCÓRDIA DO PARÁ

Número do processo: 0800219-62.2018.8.14.0105 Participação: REQUERENTE Nome: KELVIANE DA SILVA E SILVA Participação: REQUERIDO Nome: EDUARDO FERREIRA FELIZARDO EDITAL DE INTIMAÇÃO PRAZO: 30 DIAS O Exmo. Sr.Dr. Adelino Arrais Gomes da Silva,MM. Juiz de Direito Titular da Comarca de Concórdia do Pará, Estado do Pará, no uso das atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos quanto o presente edital vierem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Secretaria respectiva, se processam aos termos legais, aAÇÃO DE ALIMENTOS, tendo como ExequenteE.B.S.F, representado por KELVIANE DA SILVA E SILVA, residente à época da distribuição do feito, na Rua Dom Evaristo, Bairro Guadalupe, neste município, em face deEDUARDO FERREIRA FELIZARDO, epor estar a representante legalem lugar incerto e não sabido, mandou que se expedisse o presente edital e que fosse afixado no lugar de costume,por meio do qual fica INTIMADO a representante legalacerca da SENTENÇA que extinguiu o processo, sem resolução do mérito. Dado e passado nesta cidade de Concórdia do Pará (PA), aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho do ano de 2019 (dois mil e dezenove). Eu,_____Denise Rente, Diretora de Secretaria, digitei e subscrevi. Denise RenteDiretora de SecretariaMat. 158721

COMARCA DE OURILÂNDIA DO NORTE

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE OURILÂNDIA DO NORTE

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE OURILANDIA DO NORTE - VARA: VARA UNICA DE OURILANDIA DO NORTE PROCESSO: 00003642120188140116 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSÉ ALBERTO DOS SANTOS MACIE Ação: Ação de Alimentos em: 28/06/2019 REPRESENTANTE:E. S. S. Representante(s): OAB 24631 - JACKSON PIRES CASTRO FILHO (ADVOGADO) REQUERENTE:I. S. A. Representante(s): OAB 20764 - JAKSON PIRES CASTRO (ADVOGADO) REQUERIDO:V. J. L. A. Representante(s): OAB 24246 - IRENE DE CALDAS SOUSA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento nº 006/2009-CJCI de 26/05/2009, INTIMO a parte recorrida para apresentar suas contrarrazões, no prazo de 15 dias. Ourilândia do Norte-PA, 28 de junho de 2019. JOSÉ ALBERTO DOS SANTOS MACIEL Diretor de Secretaria Comarca de Ourilândia do Norte-PA

COMARCA DE RIO MARIA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE RIO MARIA

Número do processo: 0800026-27.2018.8.14.0047 Participação: AUTOR Nome: JEAN REZENDE PINTO Participação: ADVOGADO Nome: MIRIA KELLY RIBEIRO DE SOUSAOAB: 22807/PA Participação: RÉU Nome: YMPACTUS COMERCIAL S/ATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO MARIA/PAPROCESSO: 0800026-27.2018.8.14.0047CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)ASSUNTO: LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇAAUTOR: JEAN REZENDE PINTORÉU: YMPACTUS COMERCIAL S/AVistos,D E S P A C H O I ? Cite-se o requerido, na pessoa de seu advogado ou da sociedade de advogados a que estiver vinculado, para, querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias.II - Após, voltem conclusos. Rio Maria, 26 de junho de 2019. CÉSAR LEANDRO PINTO MACHADOJuiz de Direito Designado

Número do processo: 0800147-21.2019.8.14.0047 Participação: REQUERENTE Nome: R. A. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: GENAISSON CAVALCANTE FEITOSAOAB: 765PA Participação: REQUERIDO Nome: K. M. G. C.TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVARA ÚNICA DA COMARCA DE RIO MARIA/PAPROCESSO: 0800147-21.2019.8.14.0047CLASSE: GUARDA (1420)ASSUNTO: [Guarda]REQUERENTE: RONALDO ALVES DE SAREQUERIDA: KESIA MONIELY GOMES CAMPIRAVistos,DESPACHOI ? Determino a intimação do autor, por seu advogado, para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial e juntar aos autos cópias dos documentos de identificação das crianças cuja guarda unilateral ora é pretendida, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 321, parágrafo único, do CPC.II ? Após, voltem conclusos, para análise do pedido de tutela de urgência.III - Intime-se.IV - Expeça-se o necessário.Rio Maria/PA, 27 de junho de 2019CESAR LEANDRO PINTO MACHADOJuiz de DireitoDesignado

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE RIO MARIA - VARA: VARA UNICA DE RIO MARIA PROCESSO: 00061206320148140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXECUTADO:VANDERLEY LUIZ PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 21149-A - LUCAS DE QUEIROZ CLEMENTE (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESPOLIO DE JOSE VAZ DA COSTA Representante(s): OAB 10102-A - SERGIO LUIZ SANTANA (ADVOGADO) OAB 12065 - JANE DA CUNHA MACHADO RESENDE (ADVOGADO) . Processo: 0006120-63.2014.8.14.0047 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 ? CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 0006120-63.2014.8.14.0047. Rio Maria, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Diretor de Secretaria em exercício Portaria n. 004/2019-GJRM Ato delegado, conforme provimento nº. 006/2009-CJCI

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE RIO MARIA - VARA: VARA UNICA DE RIO MARIA PROCESSO: 00007238620158140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERENTE:YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO

LTDA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:ROMARIO JOSE GOMES SOUSA . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00007238620158140047. . Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00007780520108140047 PROCESSO ANTIGO: 201010006034 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:GENIVAL DIAS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 13475 - LUIS DENIVAL NETO (ADVOGADO) OAB 17765 - GENAISSON CAVALCANTE FEITOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:ONOGAS ENGARRAFADOURA E DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA Representante(s): OAB 4420 - UBIACI PIRES DE FARIA (ADVOGADO) . Processo: 00007780520108140047 ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c o Provimento nº 006/2006 CJRMB/TJE-PA, fica a parte Requerida, através do seu patrono, devidamente intimado para recolher o valor das Custas Processuais pendentes, sob pena de ter seus dados inscritos na Dívida Ativa, no prazo de 05 (cinco) dias. Para impressão do(s) boleto(s) acesse o seguinte portal do TJ/PA https://apps.tjpa.jus.br/custas clique na opção 2ª Via da Conta do Processo e Boleto Bancário e, em seguida, digite o seguinte número de processo $CDPROCESSO. Rio Maria, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00007997520098140045 PROCESSO ANTIGO: 200910005063 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Procedimento ordinário em: 28/06/2019 REQUERIDO:MUNICIPIO DE BANNACH- PREFEITURA MUNICIPAL REQUERENTE:VINICIUS MOURA MACHADO Representante(s): OAB 12069 - FERNANDA SOUZA TEODORO (ADVOGADO) OAB 12088 - CARLOS EDUARDO TEIXEIRA CHAVES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00007997520098140045. Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00009142520118140047 PROCESSO ANTIGO: 201110008550 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERIDO:CARLUCIO BATISTA DA ROCHA REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): EDEMILSON KOJI MOTADA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00009142520118140047. . Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00013465820128140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERENTE:BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCEAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:NICOLAU TAVARES. ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de

Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00013465820128140047 . Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00020478220138140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 14918 - TALITA MARIA CARMONA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:LEILA LEITE RIBEIRO. ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00020478220138140047. Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00021603620138140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERIDO:NEUZA RIBEIRO DA SILVA REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO Representante(s): OAB 91.811 - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) OAB 59.216 - LUCIANA MYRRHA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00021603620138140047. . Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00027747520128140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO SAFRA SA Representante(s): OAB 11518 - BRENO CESAR C PRADO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSÉ WILSON PEREIRA SILVEIRA. ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00027747520128140047. Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00028470320198140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 ACUSADO:ISAEL ALVES DE ALEXANDRIA VITIMA:A. C. O. E. . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 1º, I, e Provimento nº 006/2006 CJRMB/TJE-PA, abro vistas dos presentes autos de Inquérito Policial ao Ministério Público. Rio Maria, 28 de junho de 2019. CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Diretor de Secretaria em Exercício PROCESSO: 00032506920198140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 ACUSADO:JOAO GONCALVES DE SOUSA VITIMA:M. J. D. S. J. . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 1º, I, e Provimento nº 006/2006 CJRMB/TJE-PA, abro vistas dos presentes autos de Inquérito Policial ao Ministério Público. Rio Maria, 28 de junho de 2019. CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Diretor de Secretaria em Exercício PROCESSO: 00033719720198140047 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 ACUSADO:CLEVIONOR CABRAL BACANELI VITIMA:B. R. C. . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 1º, I, e Provimento nº 006/2006 CJRMB/TJE-PA, abro vistas dos presentes autos de Inquérito Policial ao Ministério Público. Rio Maria, 28 de junho de 2019. CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Diretor de Secretaria em Exercício PROCESSO: 00033989020138140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERENTE:YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 14918 - TALITA MARIA CARMONA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 16837-A - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:EXPEDITO FIRMINO JUNIOR. Processo: 00033989020138140047 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00033989020138140047. Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00061206320148140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXECUTADO:VANDERLEY LUIZ PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 21149-A - LUCAS DE QUEIROZ CLEMENTE (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESPOLIO DE JOSE VAZ DA COSTA Representante(s): OAB 10102-A - SERGIO LUIZ SANTANA (ADVOGADO) OAB 12065 - JANE DA CUNHA MACHADO RESENDE (ADVOGADO) . Processo: 0006120-63.2014.8.14.0047 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 ? CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 0006120-63.2014.8.14.0047. Rio Maria, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Diretor de Secretaria em exercício Portaria n. 004/2019-GJRM Ato delegado, conforme provimento nº. 006/2009-CJCI PROCESSO: 00024943620148140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: REQUERENTE: B. S. S. S. REPRESENTANTE: H. S. S. S. Representante(s): OAB 4420 - UBIACI PIRES DE FARIA (ADVOGADO) REQUERIDO: G. S. S. Representante(s): OAB 16536 - DJAIR BATISTA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 11638 - RONE MESSIAS DA SILVA (ADVOGADO) PROCESSO: 00029077320198140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Inquérito Policial em: ACUSADO: C. H. S. S. VITIMA: E. G. S. S. PROCESSO: 00032523920198140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Inquérito Policial em: ACUSADO: M. M. A. S. VITIMA: K. S. B. PROCESSO: 00033311820198140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Inquérito Policial em: ACUSADO: H. S. A. VITIMA: G. M. S. S. PROCESSO: 00033502420198140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Inquérito Policial em: ACUSADO: E. R. B. VITIMA: N. C. F. S. A.

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE RIO MARIA - VARA: VARA UNICA DE RIO MARIA PROCESSO: 00007238620158140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERENTE:YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIO LTDA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:ROMARIO JOSE GOMES SOUSA . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos

autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00007238620158140047. . Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00007780520108140047 PROCESSO ANTIGO: 201010006034 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:GENIVAL DIAS DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 13475 - LUIS DENIVAL NETO (ADVOGADO) OAB 17765 - GENAISSON CAVALCANTE FEITOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:ONOGAS ENGARRAFADOURA E DISTRIBUIDORA DE GAS LTDA Representante(s): OAB 4420 - UBIACI PIRES DE FARIA (ADVOGADO) . Processo: 00007780520108140047 ATO ORDINATÓRIO DE INTIMAÇÃO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c o Provimento nº 006/2006 CJRMB/TJE-PA, fica a parte Requerida, através do seu patrono, devidamente intimado para recolher o valor das Custas Processuais pendentes, sob pena de ter seus dados inscritos na Dívida Ativa, no prazo de 05 (cinco) dias. Para impressão do(s) boleto(s) acesse o seguinte portal do TJ/PA https://apps.tjpa.jus.br/custas clique na opção 2ª Via da Conta do Processo e Boleto Bancário e, em seguida, digite o seguinte número de processo $CDPROCESSO. Rio Maria, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00007997520098140045 PROCESSO ANTIGO: 200910005063 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Procedimento ordinário em: 28/06/2019 REQUERIDO:MUNICIPIO DE BANNACH- PREFEITURA MUNICIPAL REQUERENTE:VINICIUS MOURA MACHADO Representante(s): OAB 12069 - FERNANDA SOUZA TEODORO (ADVOGADO) OAB 12088 - CARLOS EDUARDO TEIXEIRA CHAVES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00007997520098140045. Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00009142520118140047 PROCESSO ANTIGO: 201110008550 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERIDO:CARLUCIO BATISTA DA ROCHA REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): EDEMILSON KOJI MOTADA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00009142520118140047. . Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00013465820128140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERENTE:BV FINANCEIRA SA CREDITO FINANCEAMENTO E INVESTIMENTO Representante(s): OAB 13846-A - CRISTIANE BELINATI GARCIA LOPES (ADVOGADO) REQUERIDO:NICOLAU TAVARES. ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA

DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00013465820128140047 . Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00020478220138140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 14918 - TALITA MARIA CARMONA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:LEILA LEITE RIBEIRO. ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00020478220138140047. Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00021603620138140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERIDO:NEUZA RIBEIRO DA SILVA REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO Representante(s): OAB 91.811 - MAURICIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (ADVOGADO) OAB 59.216 - LUCIANA MYRRHA (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00021603620138140047. . Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00027747520128140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO SAFRA SA Representante(s): OAB 11518 - BRENO CESAR C PRADO (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSÉ WILSON PEREIRA SILVEIRA. ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00027747520128140047. Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00028470320198140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 ACUSADO:ISAEL ALVES DE ALEXANDRIA VITIMA:A. C. O. E. . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 1º, I, e Provimento nº 006/2006 CJRMB/TJE-PA, abro vistas dos presentes autos de Inquérito Policial ao Ministério Público. Rio Maria, 28 de junho de 2019. CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Diretor de Secretaria em Exercício PROCESSO: 00032506920198140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 ACUSADO:JOAO GONCALVES DE SOUSA VITIMA:M. J. D. S. J. . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 1º, I, e Provimento nº 006/2006 CJRMB/TJE-PA, abro vistas dos presentes autos de Inquérito Policial ao Ministério Público. Rio Maria, 28 de junho de 2019. CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Diretor de Secretaria em Exercício PROCESSO: 00033719720198140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019 ACUSADO:CLEVIONOR CABRAL BACANELI VITIMA:B. R. C. . ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA c/c art. 1º, § 1º, I, e Provimento nº

006/2006 CJRMB/TJE-PA, abro vistas dos presentes autos de Inquérito Policial ao Ministério Público. Rio Maria, 28 de junho de 2019. CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Diretor de Secretaria em Exercício PROCESSO: 00033989020138140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERENTE:YAMAHA ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 14918 - TALITA MARIA CARMONA DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 16837-A - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:EXPEDITO FIRMINO JUNIOR. Processo: 00033989020138140047 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 - CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 00033989020138140047. Rio Maria-PA, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO MATRICULA 172197 PROCESSO: 00061206320148140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXECUTADO:VANDERLEY LUIZ PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 21149-A - LUCAS DE QUEIROZ CLEMENTE (ADVOGADO) EXEQUENTE:ESPOLIO DE JOSE VAZ DA COSTA Representante(s): OAB 10102-A - SERGIO LUIZ SANTANA (ADVOGADO) OAB 12065 - JANE DA CUNHA MACHADO RESENDE (ADVOGADO) . Processo: 0006120-63.2014.8.14.0047 ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009 ? CJCI/TJE-PA, tendo em vista a existência de custas/despesas pendentes de recolhimento nos autos, fica o requerente, por seu advogado, devidamente INTIMADO(A), por meio do presente, para proceder o pagamento do(s) boleto(s) de CUSTAS/DESPESAS, gerado(s) pela UNAJ de Rio Maria, ficando a realização de atos no processo suspenso até o ulterior pagamento e comprovação nos autos, conforme Lei Estadual n. 8.328, de 29 de dezembro de 2015. Para impressão do(s) boleto(s), JÁ GERADOS, acesse o seguinte portal do TJ/PA: https://apps.tjpa.jus.br/custas, clique na opção, 2ª VIA DA CONTA DO PROCESSO E BOLETO BANCÁRIO, e, em seguida, digite o seguinte número de processo: 0006120-63.2014.8.14.0047. Rio Maria, 28 de junho de 2019. (Assinado Digitalmente) CHARLES WILLIAN NUNES CARDOSO Diretor de Secretaria em exercício Portaria n. 004/2019-GJRM Ato delegado, conforme provimento nº. 006/2009-CJCI PROCESSO: 00024943620148140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: REQUERENTE: B. S. S. S. REPRESENTANTE: H. S. S. S. Representante(s): OAB 4420 - UBIACI PIRES DE FARIA (ADVOGADO) REQUERIDO: G. S. S. Representante(s): OAB 16536 - DJAIR BATISTA DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 11638 - RONE MESSIAS DA SILVA (ADVOGADO) PROCESSO: 00029077320198140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Inquérito Policial em: ACUSADO: C. H. S. S. VITIMA: E. G. S. S. PROCESSO: 00032523920198140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Inquérito Policial em: ACUSADO: M. M. A. S. VITIMA: K. S. B. PROCESSO: 00033311820198140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Inquérito Policial em: ACUSADO: H. S. A. VITIMA: G. M. S. S. PROCESSO: 00033502420198140047 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Inquérito Policial em: ACUSADO: E. R. B. VITIMA: N. C. F. S. A.

COMARCA DE MOCAJUBA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MOCAJUBA

Número do processo: 0800420-37.2019.8.14.0067 Participação: REQUERENTE Nome: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ Participação: REQUERENTE Nome: ROSENILDA DA COSTA LEITE Participação: REQUERIDO Nome: HENOC FERREIRA DOS SANTOSSENTENÇA / MANDADO / OFÍCIO Processo nº:0800420-37.2019.8.14.0067 Assunto:[Fixação]Requerente:REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, ROSENILDA DA COSTA LEITE Advogado Requerente: Endereço Requerente:Nome: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁEndereço: Rua João Diogo, 100, Campina, BELéM - PA - CEP: 66015-165Nome: ROSENILDA DA COSTA LEITEEndereço: RUA BENJAMIM CONSTANT, 600, PRANCHINHA, MOCAJUBA - PA - CEP: 68420-000Requerido:REQUERIDO: HENOC FERREIRA DOS SANTOS Endereço Requerido:Nome: HENOC FERREIRA DOS SANTOSEndereço: LOCALIDADE DE BRAÇÃO, 00, PASSANDO TAMBAÍ MIRI, ZONA RURAL, BAIãO - PA - CEP: 68465-000 Advogado Requerido: Vistos.DADOS DO PROCESSO:ALIMENTOSProcesso n.:08004201720198140067Data da audiência:12/06/2019Horário de realização:09h52minPRESENTES AO ATO:Magistrado:RAFAEL DO VALE SOUZAPromotor (a) de Justiça:TIAGO TAKADA PEREIRAAUSENTE AO ATO:Requerente:R. V. L. D. S.Rep. Legal:ROSENILDA DA COSTA LEITE, embora devidamente intimada conforme certidão ID nº. 10192077Requerido(a):HENOC FERREIRA DOS SANTOS, vez que não fora citado/intimado conforme ID nº. 10978867 TERMO DE AUDIÊNCIA_DE CONCILIAÇÃOABERTA A AUDIÊNCIA,constatou-se a ausência das partes, apesar do(a) requerente por sua representante legal ser devidamente intimada (certidão ID nº. 10192077) e o requerido, vez que não fora citado/intimado conforme ID nº. 10978867.Ausente o Defensor Público porque não há nenhum designado para esta Comarca e não há previsão de designação(Ofício nº 518/2016-GAB-DPG, de 27 de outubro de 2016).Em seguida, o Ministério Público se manifestou: ?MM. Juiz, considerando que a genitora do(a) Requerente foi intimada e não compareceu, nem apresentou justificativa de ausência, o Ministério PúblicoPUGNApela extinção do feito por desistência?.EM SEGUIDA, O MM. JUIZ SENTENCIOU:Vistos etc. Trata-se de Ação de Alimentos proposta pela genitora do(a) Requerente intimada, não compareceu à audiência, nem apresentou justificativa. É o relatório. Decido. O artigo 7º da Lei N.º 5.478/68 estabelece que o não comparecimento importa em arquivamento. O não comparecimento da parte Requerente é interpretado como desistência, considerando o seu desinteresse na causa e em resolver a lide. Isto posto,JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, por analogia. Sem custas, em razão da hipossuficiência das partes. Intimem-se somente pelo Diário da Justiça Eletrônico. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO DAS PARTES EM AUDIÊNCIA. E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado.Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redação dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisão sirva como MANDADO DE INTIMAÇÃO.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Mocajuba,12 de junho de 2019. ASSINATURA ELETRÔNICARAFAEL DO VALE SOUZAJUIZ DE DIREITO

Número do processo: 0800385-77.2019.8.14.0067 Participação: AUTOR Nome: MARIA LUZIA PORTILHO DOS PRAZERES Participação: ADVOGADO Nome: ALESSANDRO SERRA DOS SANTOS COSTAOAB: 13370/PA Participação: RÉU Nome: BANCO DAYCOVAL S/ATRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁVara Única da Comarca de Mocajuba DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo:0800385-77.2019.8.14.0067 Assunto:[Indenização por Dano Moral]Classe:PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)Requerente: Nome: MARIA LUZIA PORTILHO DOS PRAZERESEndereço: RUA JOÃO PROCÓPIO, 186, CIDADE NOVA, MOCAJUBA - PA - CEP: 68420-000Advogado Requerente:Advogado(s) do reclamante: ALESSANDRO SERRA DOS SANTOS COSTARequerido:Nome: BANCO DAYCOVAL S/AEndereço: Avenida Governador José Malcher, 168, SALAS 503 E 503, Nazaré, BELéM - PA - CEP: 66035-065 R. H. ALEI N. 9.099/1995rege o rito dos Juizados Especiais, contendo normas expressas, e, na hipótese de omissão, aplica-se o CPC/2015. Por isso, os requisitos da petição inicial, de forma geral,

omissa aLEI N. 9.099/1995, são balizados conforme o disposto nos arts. 319 e 320, ambos do CPC/2015. Nesse passo, acompetênciado Juizado Especial Cível édelimitadapela norma inscrita nos arts. 3° e 4°, ambos daLEI N. 9.099/1995. Daí, sobressai-se a competência territorial, merecendo, por isso, dispositivo específico na Lei. Os arts. 319 e 320, do CPC/2015, determinam que a inicial deve preencher requisitos prévios de recebimento pelo Poder Judiciário. O art. 320, do CPC/2015, a propósito, é claro ao determinar que a petição inicial será instruída com osdocumentosindispensáveisàproposituradaação. Com isso, não preenchidos devidamente a petição inicial os requisitos dispostos nos arts. 319 e 320, do CPC/2015, a peça exordial não pode ser recebida, porquanto, desde sua gênese, apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito. Todavia, a norma do CPC/2015, com espeque no princípio da inafastabilidade da jurisdição (CPC/2015, art. 3°), celeridade processual (CPC/2015, art. 4°), oportuniza à parte autora o direito de emendar a inicial, sanando o vício verificado. I. COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA: No presente caso, verifico que a parte autora juntou não fez prova de sua residência nesta comarca (LEI N. 9.099/1995, art. 4°, inciso III), constituindo, portanto, irregularidade capaz de dificultar o julgamento do mérito, nos termos do inciso III, do art. 51, daLEI N. 9.099/1995. Destarte, em nome do espírito colaborativo que informa o art. 6°, do CPC/2015, assim como o postulado base do contraditório (CPC/2015, arts. 7º, 9º e 10) e as previsões específicas constantes dos arts. 139, inciso IX, 317, 321 e 352, todos do Novo Código de Processo Civil,intime-seaparteautorapara, por meio de seu advogado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, noprazode10(dez)dias,emendarapetiçãoinicial, devendo, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 321 e parágrafo único, do CPC/2015: (i) Juntar comprovante de residência em nome próprio, ou, alternativamente, declaração de residência, nos termos legais,sobpenadeextinçãodoprocessosemresoluçãodomérito,nostermosdoart.51,incisoIII,daLEI N. 9.099/1995, e; Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redação dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisão sirva como MANDADO DE INTIMAÇÃO. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Mocajuba,29 de março de 2019. DANIEL BEZERRA MONTENEGRO GIRAOJuiz de Direito

Número do processo: 0800424-74.2019.8.14.0067 Participação: REQUERENTE Nome: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ Participação: REQUERENTE Nome: DANIELE NUNES FERREIRA Participação: REQUERIDO Nome: ANGELO NETO RODRIGUES MORAESSENTENÇA / MANDADO / OFÍCIO Processo nº:0800424-74.2019.8.14.0067 Assunto:[Fixação]Requerente:REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, DANIELE NUNES FERREIRA Advogado Requerente: Endereço Requerente:Nome: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁEndereço: Rua João Diogo, 100, Campina, BELéM - PA - CEP: 66015-165Nome: DANIELE NUNES FERREIRAEndereço: RUA SABINO WANZELER, 2, EM FRENTE A IGREJA MONTE DAS OLIVEIRA, MONTE ALEGRE, MOCAJUBA - PA - CEP: 68420-000Requerido:REQUERIDO: ANGELO NETO RODRIGUES MORAES Endereço Requerido:Nome: ANGELO NETO RODRIGUES MORAESEndereço: RUA JOSÉ BONIFÁCIO, 490, PRANCHINHA, MOCAJUBA - PA - CEP: 68420-000 Advogado Requerido: Vistos.DADOS DO PROCESSO:ALIMENTOSProcesso:08004247420198140067Data da audiência:14/06/2019Horário de realização:09h42min. PRESENTES AO ATO:Magistrado:Rafael do Vale SouzaPromotor (a) de Justiça:Tiago Takada PereiraRequerente:R.F.M. e P.F.M.Rep. Legal:Daniele Nunes FerreiraRequerido:Ângelo Neto Rodrigues Moraes TERMO DE CONCILIAÇÃO ABERTA A AUDIÊNCIA, analisando os autos verificou-se que a parte autora requereu a desistência da ação à certidão ID nº 9948698. Tendo em vista que até a presente data a parte requerida não fora citada da presente ação, deixo de determinar sua intimação para manifestação quanto ao pedido de desistência. O Ministério Público nada tem a opor.EM SEGUIDA O MM. JUIZ SENTENCIOU:Vistos etc. Trata-se de pedido deAÇÃO DE ALIMENTOS,proposta porRIAN FERREIRA MORAES e PABLO FERREIRA MORAES,através de sua representante legalDANIELE NUNES FERREIRA,assistidos pelo Ministério Público, em face deÂNGELO NETO RODRIGUES MORAES. Conforme certificado à fl. ID nº 9948698 dos autos, a representante legal dos requerentes compareceu em secretaria e informou que não possui mais interesse no prosseguimento do feito. O Ministério Público nada tem a opor. Sem manifestação pela parte requerida quanto ao pedido de desistência, em razão desta não ter sido citada até a presente data.É o relatório. Decido. O pedido merece prosperar, pois se trata de direito disponível e não cabe ao Estado impor à parte a vontade de litigar. A desistência da ação é um instituto puramente processual e que, até o momento da prolação da sentença, permite a extinção sem resolução do mérito, nos termos do §5º, art. 485, do Código de Processo Civil. No processo ordinário, o autor poderá desistir, unilateralmente, até a

citação válida. Oferecida a contestação, somente poderá desistir com a anuência do réu (art. 485, § 4º, do CPC). Considerando que houve o pedido de desistência pela parte autora,HOMOLOGO O PEDIDO DE DESISTÊNCIAeEXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fundamento do art. 485, VIII, do Novo Código de Processo Civil. Sem custas, despesas processuais e honorários advocatícios, pois concedida a gratuidade ao autor. Ciente o MP. Publique-se. Registre-se. Intime-se as partessomentepelo DJE. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.O PRESENTE TERMO VALERÁ COMO CERTIDÃO DE COMPARECIMENTO.E como nada mais houvesse, foi tomado este termo por findo, que lido e achado conforme, vai por todos assinado.Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redação dada pelo provimento n. 011/2009, que esta decisão sirva como MANDADO DE INTIMAÇÃO.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.Mocajuba,14 de junho de 2019. ASSINATURA ELETRÔNICARAFAEL DO VALE SOUZAJUIZ DE DIREITO

RESENHA: 24/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE MOCAJUBA - VARA: VARA UNICA DE MOCAJUBA PROCESSO: 00000102720108140067 PROCESSO ANTIGO: 201010000086 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADIEL DE MORAES FAYAL Ação: Interdição em: 24/06/2019 REQUERENTE:JUCILENE GAIA LOPES Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (DEFENSOR) INTERDITANDO:JOCIVALDO GAIA LOPES Representante(s): OAB 6156 - SEBASTIAO MAX DOS PRAZERES GUIMARAES (CURADOR) . ATO ORDINATÓRIO Considerando a apresentação de peça contestatória às fls. 54/58, bem como princípio constitucional do devido processo legal, compreendido o contraditório, INTIMO o(a) Requerente, por meio de seu advogado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônica (DJe), para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar MANIFESTAÇÃO À CONTESTAÇÃO E DOCUMENTOS. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00000474420168140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Cumprimento de sentença em: 24/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDA XAVIER NUNES Representante(s): OAB 17051 - SERGIO SILVA LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BONSSUCESO SA Representante(s): OAB 19357 - CARLOS ANTONIO HARTEN FILHO (ADVOGADO) OAB 20397 - MANUELA MOTTA MOURA DA FONTE (ADVOGADO) OAB 22446 - FLÁVIA WANZELER CARVALHO (ADVOGADO) OAB 19353 - BRUNO NOVAES BEZERRA CAVALCANTE (ADVOGADO) OAB 28490 - SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE (ADVOGADO) OAB 24213 - PRESSILA PEREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 131972 - FERNANDO DE VASCONCELOS PORTUGAL TORRES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA Processo n. 00000474420168140067 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos etc. Considerando à sentença de fl.174/174v, bem como a intempestividade da manifestação de fl.179/187, indefiro o pedido de fl.180v. À UNAJ para apuração e cálculo de eventuais custas e/ou despesas processuais pendentes de recolhimento. Havendo custas e/ou despesas processuais pendentes, proceda-se a atualização monetária e incidência de outros encargos, se existentes, e posterior inscrição do(s) débito(s) em dívida ativa. Inexistindo custas e despesas processuais pendentes, não havendo mais pendências, arquivem-se os autos, com as cautelas legais. Certifique-se a publicação desta DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 18 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00001038720108140067 PROCESSO ANTIGO: 201010000565 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 24/06/2019 EXEQUENTE:CIMENTOS DO BRASIL - CIBRASA Representante(s): OAB 15142-B - ALESSANDRA VIALOGO DA CUNHA (ADVOGADO) EXECUTADO:CARVALHO E FURTADO COMERCIO LTDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA Processo n. 00001038720108140067 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos etc. Considerando à certidão de fl.83, à UNAJ para que proceda a atualização monetária e incidência de outros encargos, se existentes, e posterior inscrição do(s) débito(s) em dívida ativa. Inexistindo custas e despesas processuais pendentes, não havendo mais pendências, arquivem-se os autos, com as cautelas legais. Certifique-se a publicação desta DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 18 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00003486920088140067 PROCESSO ANTIGO: 200810001963 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Processo de Execução em: 24/06/2019 EXECUTADO:DAVID PEREIRA VIANA ME EXEQUENTE:BANCO DO BRASIL

SA Representante(s): OAB 211.648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) OAB 18246-A - ALEXANDRE BRANDAO BASTOS FREIRE (ADVOGADO) OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 15403 B - MICHELE ANDREA DA ROCHA OLIVEIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:FRANCINEY MORAES DE SOUZA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n.: 00003486920088140067 DESPACHO À UNAJ para análise e apuração de eventuais custas, taxas e/ou despesas processuais pendentes de recolhimento. Caso positivo, intime-se a parte por meio de seu(s) advogado(s), regularmente habilitado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comparecer à Unidade de Arrecadação Judicial desta Comarca a fim de proceder ao recolhimento da taxa, custas e/ou despesas processuais pendentes nos autos, sob pena de inscrição dos referidos valores em dívida ativa. Considerando a certidão de fl. 88, intime-se o requerente, para que também no prazo acima citado, junte o boleto bancário para fins de comprovação do pagamento das custas iniciais de fl.35, ou recolha as custas iniciais pendentes, sob pena de extinção do feito sem julgamento do mérito. Havendo quitado a taxa, custas e/ou despesas processuais pendentes nos autos, cumpra-se a decisão de fl.153, no endereço de fl.157. Não sendo sanadas as pendencias no prazo acima descrito, certifique e façam os autos conclusos. Mocajuba/PA, 17 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00007972720088140067 PROCESSO ANTIGO: 200810004917 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Averiguação de Paternidade em: 24/06/2019 REQUERIDO:URBANO RODRIGUES REQUERENTE:M. R. F. A. Representante(s): JOSIANE FERREIRA DE ALMEIDA (REP LEGAL) OAB 26850 - ISAAC WILLIANS MEDEIROS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA Processo n. 00007972720088140067 Classe Processual: AVERIGUAÇÃO DE PATERNIDADE Requerente: MELYSSA RAPHAELLY DE ALMEIDA RODRIGUES Requerido: URBANO BARATA RODRIGUES DESPACHO Vistos. Cumpra-se o despacho de fl.79, no endereço de fl.81. Certifique-se a publicação deste DESPACHO. Mocajuba/PA, 18 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00012077020178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 24/06/2019 REQUERENTE:BENEDITO MORAES ABNASSIF Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) OAB 19131 - MAYCO DA COSTA SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MOCAJUBA Representante(s): OAB 24213 - PRESSILA PEREIRA DE SOUZA (PROCURADOR(A)) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n. 00012077020178140067 Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM Assunto: PAGAMENTO ATRASADO Requerente: BENEDITO MORAES ABNASSIF Requerido: MUNICÍPIO DE MOCAJUBA-PREFEITURA MUNICIPAL DECISÃO INTERLOCUTÓRIA R. H. Vistos etc. Considerando, que é público e notório o falecimento do requerente, intime-se o espólio, sucessores ou herdeiros do autor no endereço constante na inicial, para que se manifestem sobre o interesse na sucessão processual e promovam a habilitação, no prazo de 30(trinta) dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito. Decorrido o prazo, venham os autos conclusos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Certifique-se a publicação desta DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. Mocajuba, 6/18/19. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00029479220198140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 24/06/2019 FLAGRANTEADO:TALISON DA SILVA MACIEL VITIMA:S. E. C. C. . AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE Processo: nº 0002947-92.2019.8.14.0067 Flagranteado: TALISON DA SILVA MACIEL DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Cuida-se de comunicação de prisão em flagrante em face de TALISON DA SILVA MACIEL, qualificado nos autos, pela prática, em tese, do crime tipificado no artigo 157, §2º, II do CP c/c Art. 244-B do ECA. De acordo com os autos, no dia 20.06.2019, por volta das 11h30min, o flagranteado e mais um adolescente, subtraíram, mediante grave ameaça com uso de uma faca e uma arma de fogo caseira, dois aparelhos celulares. O flagranteado foi encontrado logo após o cometimento do delito, na posse do objeto do crime, sendo efetuada sua prisão no mesmo dia. Ressalta-se que ele foi reconhecido pela vítima como um dos autores. Com os autos vieram os depoimentos dos policiais e do condutor que participou da prisão, testemunha e da vítima. Além disso, consta nos autos, Exame de Lesão Corporal, Qualificação e interrogatório, Nota de Culpa, Ciência dos Direitos e Garantias Constitucionais, Comunicação à Família. É o Relatório. Decido. Passo a analisar os requisitos do flagrante: O Art. 310, do Código de Processo Penal dispõe: Art. 310. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá

fundamentadamente: I - relaxar a prisão ilegal; ou II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. Ademais, o art. 302 do Código de Processo Penal estabelece os requisitos ensejadores da prisão em flagrante, quais sejam: Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: I - está cometendo a infração penal; II - acaba de cometê-la; III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração. No presente caso, vislumbram-se presentes os requisitos que autorizam a prisão em flagrante de acordo com o inciso III do art. 302, isto porque, conforme informações colhidas nos presentes autos, os policiais conseguiram realizar a prisão do flagranteado logo após o cometimento do crime. Desta forma, HOMOLOGO o AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE por estar revestido das formalidades previstos na Constituição da República e no Código de Processo Penal. Passo a analisar a representação pela Prisão Preventiva Os pressupostos e fundamentos para a prisão preventiva do flagranteado estão robustamente comprovados, pois presentes os requisitos e as hipóteses que a admitem (arts. 312 e 313 do CPP). Como qualquer medida cautelar, a preventiva pressupõe a existência de periculum in mora (ou periculum libertatis) e fumus boni iuris (ou fumus comissi delicti), o primeiro significando o risco de que a liberdade do agente venha a causar prejuízo à segurança social, à eficácia das investigações policiais/apuração criminal e à execução de eventual sentença condenatória, e o segundo, consubstanciado na possibilidade de que tenha ele praticado uma infração penal, em face dos indícios de autoria e da prova da existência do crime verificados no caso concreto. Restam-se comprovadas a materialidade do crime através do depoimento da vítima e da testemunha, bem como da própria confissão do flagranteado perante à autoridade policial. Presentes os requisitos autorizadores para a decretação da prisão preventiva disposto no caput do art. 312 do CPP, na medida em que há prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria, passa-se a analisar os fundamentos para a decretação da preventiva. São de quatro ordens estes fundamentos: garantia da ordem pública, garantia da ordem econômica, conveniência da instrução criminal e segurança da aplicação da lei penal. No entanto, a prisão preventiva poderá ser decretada a partir da presença de apenas um destes elementos, não sendo necessária a coexistência de todos ao mesmo tempo. O fundamento que legitima a prisão preventiva de TALISON DA SILVA MACIEL no presente caso é a garantia da ordem pública. Os presentes autos demonstraram a periculosidade do agente, que planejou a ação criminosa juntamente com terceira pessoa. Diante do exposto, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM CUSTÓDIA PREVENTIVA de TALISON DA SILVA MACIEL para a garantia da ordem pública. Em Consequência: 1. Oficie-se a autoridade policial comunicando-lhe os termos dessa decisão, oportunidade em que deverá ser requisitada a remessa do inquérito policial, no prazo legal. 2. Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redação dada pelo Provimento n. 011/2009, que esta decisão sirva como MANDADO DE PRISÃO PREVENTIVA E OFÍCIO À AUTORIDADE POLICIAL. 3. Cumpra-se na forma e sob as penas da Lei. 4. Cumpra-se. Mocajuba, 20 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00043073320178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 24/06/2019 REQUERENTE:MARIA DE NAZARE MEDEIROS DE SOUZA Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG Representante(s): OAB 3672 - SERGIO ANTONIO FERREIRA GALVAO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo n. 00043073320178140067 Classe Processual: JUIZADO ESPECIAL Requerente: MARIA DE NAZARÉ MEDEIROS DE SOUZA Requerido: BANCO ITAÚ CONSIGNADO S.A. Vistos etc. Recebo o recurso inominado de fls. 100/112 em seu duplo efeito. Certifique a Secretaria a tempestividade das contrarrazões ao recurso inominado de fls. 115/118. Encaminhem-se os autos a Turma Recursal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com as homenagens e cautelas de estilo. Certifique-se a publicação desta DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 17 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00063478520178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 24/06/2019 REQUERENTE:MARIA JOSE DOS SANTOS Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n. 0006347-85.2017.8.14.0067 DECISÃO Intime-se a parte exequente, pessoalmente no endereço fornecido na inicial,

para no prazo de 05 (cinco) dias, indicar o prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo. Mocajuba, 18 de junho de 2019 RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00086402820178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 24/06/2019 REQUERENTE:EDMUNDO PEREIRA DUTRA Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 5546 - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA Processo n. 0008640-28.2017.8.14.0067 Classe Processual: JUIZADO ESPECIAL Requerente: EDMUNDO PEREIRA DUTRA Requerido: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos etc. Recebo o recurso inominado de fls. 49/60 em seu duplo efeito. Encaminhem-se os autos a Turma Recursal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com as homenagens e cautelas de estilo. Certifique-se a publicação desta DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 18 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00087148220178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 24/06/2019 REQUERENTE:EDMUNDO PEREIRA DUTRA Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO OLE CONSIGNADO SA Representante(s): OAB 28490 - SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA Processo n. 0008714-82.2017.8.14.0067 Classe Processual: JUIZADO ESPECIAL Requerente: EDMUNDO PEREIRA DUTRA Requerido: BANCO OLE CONSIGNADO S.A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos etc. Recebo o recurso inominado de fls. 80/85 em seu duplo efeito. Encaminhem-se os autos a Turma Recursal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com as homenagens e cautelas de estilo. Certifique-se a publicação desta DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 18 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00087347320178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 24/06/2019 REQUERENTE:EDMUNDO PEREIRA DUTRA Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 5546 - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA Processo n. 00087347320178140067 Classe Processual: JUIZADO ESPECIAL Requerente: EDMUNDO PEREIRA DUTRA Requerido: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos etc. Recebo o recurso inominado de fls. 45/57v em seu duplo efeito. Encaminhem-se os autos a Turma Recursal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com as homenagens e cautelas de estilo. Certifique-se a publicação desta DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 18 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00431746620158140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Busca e Apreensão em: 24/06/2019 REQUERENTE:ADIMINISTRACAO DE CONSORCIO NACIONAL HONDA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 16354 - DRIELLE CASTRO PEREIRA (ADVOGADO) OAB 20868-A - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO: IRENILDE DE FATIMA DA COSTA RODRIGUES . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n. 0043174-66.2015.8.14.0067 DESPACHO Intime a parte requerente, pessoalmente, por Carta com Aviso de Recebimento, para que diga, no prazo de 05 (cinco) dias, se tem interesse no prosseguimento do feito. Com ou sem manifestação, façam-se os autos conclusos. Mocajuba, 18 de junho de 2019 RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00003257420188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): STELIO NAZARENO ALMEIDA ROSARIO Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 25/06/2019 REQUERENTE:MARIA ROSA TEIXEIRA CALDAS Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 63440 - MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (ADVOGADO) OAB 109730 - FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATTELA (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO e dou fé que o recurso apresentado pelo réu, às fls. _____, É TEMPESTIVO. O referido é verdade e dou fé. Mocajuba, 25 de junho de 2019 Stelio Nazareno Almeida do Rosário Analista Judiciário Comarca de Mocajuba/PA ATO ORDINATÓRIO Na forma do Art. 1º, § 2º, XX, do provimento 006/2006,

considerando o recurso as fls. _____, intimo o autor para que apresente as contrarrazões no prazo de legal. Mocajuba, 25 de junho de 2019 Stelio Nazareno Almeida do Rosário Analista Judiciário Comarca de Mocajuba/PA digitado por: r. Stelio do Rosário. PROCESSO: 00011424120188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 25/06/2019 REQUERENTE:LUIZA DE SOUZA SERRAO Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 109730 - FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATTELA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ SENTENÇA Processo n. : 00011424120188174006 7 Requerente : LUZIA DE SOUZA SERRÃO Requerido (a) : BANCO BMG S.A. Vistos. 1. RELATÓRIO Relatório dispensado (artigo 38, caput, Lei 9.099/95). 2. FUNDAMENTAÇÃO: Trata-se de ação proposta por LUZIA DE SOUZA SERRÃO em face do BANCO BMG S.A. , no qual narra que foi realizado em seu nome o contrato de empréstimo nº 220747610, valor total de R$ 3.650,22 (três mil seiscentos e cinquenta reais e vinte e dois centavos) a ser pago em 58 (cinquenta e oito) parcelas de R$ 113,96 (cento e treze reais e noventa e seis centavos), com início dos descontos em 09/2012. Narra a parte autora que desconhece o contrato contraído e que as parcelas são indevidas pois são oriundas de negócio jurídico nunca avençado entre as partes. Requer a indenização pelos danos materiais, repetição do indébito em dobro, danos morais e a inversão do ônus da prova. Juntou documentos pessoais e comprovação da existência de empréstimo consignado vinculado a seu benefício previdenciário. Em contestação, a promovida manifestou-se aduzindo a regularidade da contratação e pugnando pela improcedência dos pleitos autorais. O Banco requerido juntou documentos comprobatórios da relação jurídica e comprovante de disponibilização de valores à fl. 40-v no valor de R$ 1.221,27, oriundo do refinanciamento do contrato de empréstimo, conforme demonstrado à fl. 41-v. O processo encontra-se pronto para julgamento, nos termos do art. 355, inc. I, do Código de Processo Civil, uma vez que os elementos de prova constantes dos autos são suficientes para o deslinde da controvérsia, remanescendo tão somente questões de direito, que prescindem da dilação probatória. Os pressupostos de existência e desenvolvimento válido e regular estão presentes. A petição inicial preencheu adequadamente os requisitos dos artigos 319 e 320, do novo Código de Processo Civil, e os documentos utilizados para instruí-la são suficientes para amparar os fatos narrados e o pedido realizado. As condições da ação devem ser analisadas em abstrato, ou seja, de acordo com a fundamentação fática e jurídica exposta na petição inicial. As partes são legítimas e estão bem representadas. O interesse de agir foi comprovado e a via escolhida é adequada. Passo a analisar o mérito. 2.1 MÉRITO: A parte autora fundamenta sua pretensão na alegação de que sofreu um golpe e teve realizado empréstimo consignado em seu benefício previdenciário, sem sua anuência, sofrendo danos financeiros e morais em decorrência da fraude. 2.1.1 RESPONSABILIDADE OBJETIVA: Para que surja o dever de indenizar a partir da prática de ato ilícito, é necessária a presença dos seguintes elementos: a) ato ilícito; b) resultado danoso; c) nexo de causalidade. a) A ação voluntária ilícita da ré não deve ser reconhecida. A parte autora afirma que foi realizado em seu nome, e sem o seu consentimento, o contrato de empréstimo nº 220747610, valor total de R$ 3.650,22 (três mil seiscentos e cinquenta reais e vinte e dois centavos) a ser pago em 58 (cinquenta e oito) parcelas de R$ 113,96 (cento e treze reais e noventa e seis centavos), com início dos descontos em 09/2012. Em contestação, a promovida manifestou-se aduzindo a regularidade da contratação e pugnando pela improcedência dos pleitos autorais. A parte requerida juntou comprovante de efetiva disponibilização de valores contratados com a parte requerente, à fl. 40-v no valor de R$ 1.221,27, oriundo do refinanciamento do contrato de empréstimo, conforme demonstrado à fl. 41-v.. O referido documento comprova que o requerido disponibilizou o valor objeto do contrato de empréstimo debatido nesta ação, desincumbindo-se do ônus de comprovar a licitude de seus atos. Assim, comprovada a existência do contrato, bem como o seu efetivo cumprimento não há que se perquirir ocorrência de ato ilícito praticado pelo réu. b) Resultado danoso O resultado danoso não se configurou, pois a realização dos descontos no benefício previdenciário do autor decorreu de empréstimo devidamente realizado e pactuado pela parte autora com o requerido. c) Nexo de causalidade Diante da falta do ato ilícito, o nexo de causalidade não se faz presente, ficando afastada a responsabilidade do requerido por danos materiais e morais. Assim, não há como se considerar ilegal a cobrança que obedeceu aos ditames legais e contratuais. Portanto, não há que se declarar a inexistência desse débito. Por consequência, fica prejudicado qualquer pleito a fim de restituir valores pagos, uma vez que são devidos os valores advindos da relação contratual avençada entre as partes. Passo à análise do pleito relativo aos danos morais. O dano moral está disciplinado nos seguintes dispositivos: Art. 5º CF (omissis): X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação; Art. 6º do CDC. São direitos básicos do consumidor: VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos; Art. 186 do CC. Aquele que, por ação ou

omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito. Em sede de responsabilidade civil objetiva (conforme o disposto no artigo 14 do CDC), deve ser comprovada a existência dos elementos conformadores de responsabilidade dessa natureza, a saber: I) Conduta comissiva ou omissiva; II) dano; III) Nexo causal entre conduta e dano. No presente caso concreto, incabível a condenação em danos morais porque ausente um dos elementos da responsabilidade que é o dano e o nexo causal. Não houve nexo causal porque a empresa requerida agiu no estrito cumprimento do dever legal, na medida em que simplesmente procedeu à cobrança de um valor correspondente a um contrato de consignação usufruído pela parte autora, mas não pago, o que acarreta enriquecimento sem causa por parte da requerente, o que é amplamente vedado pelo ordenamento jurídico. O exercício regular de um direito afasta, também, a ilicitude do ato, verbis: Art. 188. Não constituem atos ilícitos: I - os praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido (grifo nosso); Por fim, incabível o pleito de indenização por danos morais. O pedido contido na ação é improcedente. Desta feita, nada mais resta a ser feito que não proferir uma sentença de improcedência dos pedidos formulados na inicial. 2.1.2 DA LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ: Verificando que se tratava de ação em que se trouxe como causa de pedir a existência de contrato fraudulento de empréstimo consignado, observou-se a necessidade de se explicitar a ocorrência ou não de depósito do valor do contrato em conta de titularidade da parte requerente, utilizando-se de tais recursos para aferir se sua conduta estaria de acordo com os imperativos do princípio da boa-fé objetiva. Segundo Nery, é litigante de má-fé "a parte ou interveniente que, no processo, age de forma maldosa, como dolo ou culpa, causando dano processual à parte contrária. É o improbus litigator, que se utiliza de procedimentos escusos com o objetivo de vencer ou que, sabendo ser difícil ou impossível vencer, prolonga deliberadamente o andamento do processo procrastinando o feito. As condutas estão tipificadas no art. 80 do CPC, que dispõe: Art. 80. Considera-se litigante de má-fé aquele que: I - deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso; II - alterar a verdade dos fatos; III - usar do processo para conseguir objetivo ilegal; IV - opuser resistência injustificada ao andamento do processo; V - proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo; VI - provocar incidente manifestamente infundado; VII - interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório. No presente caso, o autor nitidamente mentiu na inicial quando afirmou que desconhecia a existência de empréstimo consignado perante o requerido, sendo este originado em fraude, ademais, diante do acervo probatório constante dos autos verificou que a relação se deu de forma completamente escorreita. Ora, expor os fatos conforme a verdade é um dever das partes (art. 77, I, CPC/2015) cuja infração acarreta prejuízo tanto para a parte contrária quanto para a dignidade da Justiça. Portanto, alegar em juízo que não recebeu uma verba contratual, tendo-a recebido, mentir em juízo e pedir indenização por um não cadastramento que, na verdade, sabia que estava realizado, é conduta absolutamente reprovável e que deve ser duramente repreendida pelo Poder Judiciário. Como não pode o Poder Judiciário compactuar com comportamentos desta estirpe, sendo obrigação do Juiz prevenir e reprimir qualquer ato contrário à dignidade da Justiça (art. 139, inciso III, NCPC), configurada, pois, a necessidade de imposição de sanção processual. Assim, aplico MULTA POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ à parte requerente fixada no valor de R$ 2.281,31, ou seja, em 10% (dez por cento) do valor da causa (art.80 c/c 81, NCPC). 3. DISPOSITIVO: Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE OS PEDIDOS da inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno o(a) requerente a pagar ao requerido multa por litigância de má-fé, correspondente a 10 % do valor da causa, conforme art. 80, incisos III e V, do NCPC, no valor de R$ 2.281,31. Sem custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, arquivem-se. Mocajuba, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00014637620188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 25/06/2019 REQUERENTE:MARIA DE JESUS PANTOJA MAGALHAES Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MOCAJUBA PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA SENTENÇA Processo n. : 0001463-76.2018.8.14.0067 Foi informado pelas partes que resolveram compor o litígio extrajudicialmente em cumprimento de sentença. Poderes especiais dos procuradores das partes para transigir e receber valores explícitos nos autos. É o relatório. Decido. Presentes os requisitos legais, HOMOLOGO o presente acordo firmado às fls. 115/125 para que surta os efeitos legais. Diante do exposto, JULGO EXTINTO o presente cumprimento de sentença, com resolução do mérito nos termos do artigo 487, IIII, "b", do art. 924, III e art. 925 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado,

não havendo pendências, arquivem-se. Mocajuba/PA, 17 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00019683320198140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:U. C. C. DENUNCIADO:ERINALDO FERREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA AÇÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO Nº. 0001968-33.2019.8.14.0067 DECISÃO A defesa de ERINALDO FERREIRA DOS SANTOS requereu a revogação da prisão preventiva do denunciado às fls. 35/42 dos autos. Apresentou ainda, Resposta à Acusação às fls. 44/60 dos autos. No que toca à resposta à acusação, afasto categoricamente as preliminares suscitadas pela defesa, considerando que da leitura da peça acusatória percebe-se que há indicação precisa do tipo penal supostamente violado pelo acusado, ainda que, a rigor, seja essa indicação desnecessária, já que doutrina e jurisprudência majoritárias entendem que basta a narrativa precisa dos fatos que ensejaram a propositura da ação penal. É dele que o réu se defende. Com relação à suposta ausência de justa causa, não há razões fáticas ou jurídicas para acolhê-la. Os indícios de autoria e prova da materialidade foram analisados quando do recebimento da inicial acusatória, estando devidamente demonstrados, inclusive, pelo reconhecimento levado a efeito pela vítima. Não há a obrigatoriedade de se demonstrar a certeza da prática do crime, neste momento processual, bastando que esteja evidenciado elementos indiciários que apontem para o acusado. Conforme frisado, a vítima reconheceu o réu Erinaldo Ferreira e tal prova, a despeito de necessitar de ratificação posterior em fase de instrução em juízo, é suficiente para que se entenda como preenchida a condição para a ação penal, especificamente no que tange aos indícios de autoria delitiva. As demais argumentações trazidas pela defesa, a meu juízo, ligam-se ao mérito da ação, devendo ser analisadas por ocasião da instrução e julgamento. Assim, ratifico o recebimento da denúncia, vez que não se encontram presentes quaisquer das hipóteses de rejeição da peça acusatória previstas no artigo 395 do Código de Processo Penal, não sendo também caso de absolvição sumária conforme preconizado pelo artigo 397, CPP com redação dada pela Lei 11.719/08 e nos termos da fundamentação supra. Desta forma, designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 03 DE JULHO DE 2019, ÀS 10H30M. Passo a decidir acerca do pedido de revogação de prisão preventiva. Em seus articulados a defesa alega que o acusado é primário, ostentando bons antecedentes, com residência fixa e ocupação laboral lícita. Em manifestação, o Ministério Público opinou contrariamente à liberdade do réu. Esclareça-se que o fato de supostamente contar com condições favoráveis ao deferimento do pedido, não significa exatamente que tal será efetivamente deferido. Isto porque nada impede que o acusado, em liberdade, volte a praticar delitos, representando risco concreto à ordem pública. Segundo constante dos autos, o requerente foi denunciado por crime de significativa gravidade. Em companhia de terceira pessoa não identificada nos autos, e mediante o uso de arma de fogo rendeu a vítima, subtraindo-lhe sua motocicleta. Os delitos contra o patrimônio levados a efeitos com o uso de arma de fogo e em concurso de pessoas são de ocorrência significativa na cidade de Mocajuba e em alguns casos resultando em lesões graves e/ou prejuízo financeiro de monta para as vítimas. A ousadia cada vez maior com que são praticados, denota a periculosidade concreta dos agentes envolvidos na prática criminosa, o que resulta na necessidade de se acautelar o meio social, diga-se de passagem, já bastante alarmado com a crescente de violência na comunidade local. Desse modo, a meu juízo, estando presentes os requisitos para a decretação ou a manutenção da prisão preventiva, a medida extrema se impõe de plano, ainda que apenas um dos critérios do art. 312 esteja evidenciado concretamente, caso da garantia da ordem pública, já evidenciada. Sobre o tema, anote-se a seguinte jurisprudência: "ACORDÃO Nº 3.0654/2012 HABEAS CORPUS - TRÁFICO DE DROGAS ART. 33 LEI Nº 11.343/06. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. EXCESSO DE PRAZO. INOCORRÊNCIA. PRETENDIDA CONCESSÃO DA ORDEM LIBERATÓRIA. ALEGADO REQUISITOS AUTORIZADORES DA MEDIDA CAUTELAR ART. 312 CPP. IMPOSSIBILIDADE. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA POR UNANIMIDADE. EMENTA: HABEAS CORPUS - PRISÃO PREVENTIVA- PRIMÁRIO - BONS ANTECEDENTES - RESIDÊNCIA FIXA - EXCESSO DE PRAZO - ORDEM DENEGADA. 1. A alegação de primariedade, bons antecedentes e residência fixa não está acompanhada de qualquer prova, o que inviabiliza o seu exame. 2. Ademais, o fato do paciente ter residência fixa, ser primário e ter bons antecedentes não constitui óbice para custódia preventiva, se presentes os requisitos autorizativos previstos no artigo 312, do CPP. 3. A Autoridade Coatora sustenta a necessidade da custódia para a garantia da ordem pública, não havendo que se falar em constrangimento ilegal. 4. Quanto a alegação de excesso de prazo, também não pode prosperar, uma vez que, na esteira da orientação já consagrada pela jurisprudência pátria, assinalo que o exame acerca da ocorrência de excesso de prazo não pode decorrer de simples soma matemática. Ao revés, cabe o julgador analisar individualmente cada caso, sempre com apoio no princípio da razoabilidade[...]" (TJ-AL -

Habeas Corpus HC 00011722920128020000 AL 0001172-29.2012.8.02.0000) - grifei. A meu juízo, a liberdade do acusado neste momento representa risco concreto à garantia da ordem pública, motivo pelo qual deve ele permanecer custodiado. Por todo o exposto, firme na motivação acima expendida, tenho por certo a necessidade de manter preso o requerente e, desse modo, INDEFIRO O PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DE ERINALDO FERREIRA DOS SANTOS. Cumpra-se as diligências necessárias à realização da audiência designada acima, intimando as testemunhas arroladas pelo Ministério Público. Expeça-se ofício à casa penal para que apresente o réu. Expeça-se carta Precatória, se necessário. Ciência ao Ministério Público. Publique-se Cumpra-se. Mocajuba (PA), 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00021277320198140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019 VITIMA:R. C. B. DENUNCIADO:ADINALDO SILVA SOUSA Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA AÇÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO Nº. 0002127-73.2019.8.14.0067 Recebo a denúncia por estar em consonância com o disposto do artigo 41 do Código de Processo Penal e não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses de rejeição da peça acusatória, previstas no artigo 395, conforme redação dada pela Lei 11.719/08. Assim, cite-se o acusado ADINALDO SILVA SOUSA, para responder por escrito aos termos da acusação, no prazo de 10 (dez) dias, podendo arguir preliminares e alegar tudo o que interessar à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, de acordo com o que preconiza o art. 396-A do Código de Processo Penal. Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá indagar ao acusado se possui advogado ou se deseja que sua defesa seja patrocinada pela Defensoria Pública. Caso o acusado informe que não tem advogado e que deseja ser assistido pela Defensoria Pública, os autos devem vir conclusos para a nomeação de um Defensor Dativo. No que toca ao pedido de Revogação de Prisão preventiva, passo a decidir: Trata-se de pedido Revogação de prisão Preventiva em favor do acusado Adinaldo Silva Sousa. Em seu petitório, a defesa sustenta que o acusado preenche os requisitos legais para a concessão do benefício, tais como, residência fixa, ocupação laboral lícita, além do fato de que o suplicante é responsável pelo sustento de todos os 7 (sete) filhos. Instado, o Ministério Público opinou pelo deferimento do pedido. Decido. O acusado encontra-se preso desde o dia 17 de maio de 2019, por força de decisão que determinou sua prisão preventiva em virtude da prático dos crimes descritos nos arts. 129, §9º e 147 do Código Penal e Art. 12 da Lei 10.826/03. Ressalto, de início, que a prisão em um Estado Democrático de Direito, possui fisionomia marcadamente excepcional, constituindo a liberdade ambulatorial, direito de elevado valor humanitário, devendo, desse modo, nortear em grande medida as decisões judiciais. A doutrina pátria é pródiga em ensinar que o direito à liberdade constitui verdadeiro dogma dos direitos humanos, estes, de 1ª geração - ou como atualmente se prefere denominar, de 1ª dimensão. A regra é a liberdade, prisão apenas em caráter excepcional e desde que revestida de necessidade, adequação e proporcionalidade. Eis a "regra de ouro" do Processo Penal Constitucional. A prisão do denunciado se deu em consideração aos indícios de autoria e materialidade delitiva e na necessidade de garantia da ordem pública e mesmo da integridade física e psicológica da vítima. Entretanto, devo considerar que no caso em tela e neste momento, a prisão preventiva não mais se reveste do caráter de imprescindibilidade., tampouco vejo risco à ordem pública local e a segurança da vítima, que inclusive manifestou de forma documental o interesse em ver seu companheiro em liberdade. (vide documento de fl. 43 - apenso) Nesse momento, as medidas alternativas, são suficientes a meu ver, para, a princípio, resguardar, de forma relativamente tranquila, a ordem local e a integridade física e psicológica da vítima. ASSIM, VEJO COMO APLICÁVEIS AO RÉU, COMO ALTERNATIVA À PRISÃO PREVENTIVA, AS SEGUINTES MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ARTIGO 319, DO CPP, SENÃO VEJAMOS: I - Comparecimento mensal em juízo, até o 10º dia de cada mês, sendo prorrogável para o dia útil posterior, caso termine em sábado, domingo ou feriado, enquanto durar o processo-crime. Deve o acusado comparecer na secretaria criminal deste Fórum, no dia imediatamente posterior a sua soltura; II- Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares, tais como, bares, boates, casa de shows, de jogatina e congêneres; III - Proibição de ausentar-se da comarca por período superior a 07 (sete) dias, sem autorização do juízo; V - Recolhimento domiciliar no período noturno, às 19h00m, inclusive em finais de semana e feriados, não devendo sair de sua residência antes das 06h:00m; VI - Proibição de portar arma de fogo ou qualquer instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem. ALÉM DISSO, DECRETO EM FAVOR DA VÍTIMA, AS SEGUINTES MEDIDAS PROTETIVAS: - Afastamento do lar ou domicílio do casal; - Proibição de aproximar-se da requerente a uma distância mínima de 100 (cem) metros e de seus familiares e eventuais testemunhas; - Proibição de manter contato

com a requerente, por qualquer meio de comunicação, assim como de seus familiares; - Proibição de frequentar o local de estudo ou trabalho da requerente; - O requerido deverá ainda abster-se de praticar qualquer ato, como: perseguir, intimidar e ameaçar a requerente, que ponha em risco a integridade física ou psicológica da mesma ou ainda cause danos de natureza patrimonial. - Deverá também a requerente, abster-se de aproximar do requerido, pois tal ato caracterizaria a falta de interesse nas medidas ora concedidas e sua consequente revogação. Do mesmo modo, em caso de descumprimento e inércia da requerente em comunicar ao juízo, dou por revogadas as medidas protetivas. À luz de tais considerações, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA AO RÉU ADINALDO SILVA SOUSA, DEVENDO OBSERVAR AS CONDIÇÕES ACIMA ESTABELECIDAS, SOB PENA DE LHE SER DECRETADA NOVAMENTE A PRISÃO. Expeça-se ALVARÁ DE SOLTURA em favor do réu, devendo ser posto imediatamente em liberdade, salvo se por outro motivo deva permanecer preso. Serve como ofício e Alvará de Soltura. Ciência ao Ministério Público e à vítima. Cumpra-se. Mocajuba (PA), 25 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUSA Juiz de Direito PROCESSO: 00025868020168140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): STELIO NAZARENO ALMEIDA ROSARIO Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:LEOCY CORREA BALIEIRO Representante(s): OAB 16007 - SANDRO CHRISTIAN DIAS CORREA (ADVOGADO) OAB 17520 - CAMILLA TAYNA DAMASCENO DE SOUZA (ADVOGADO) MARIA RAIMUNDA RODRIGUES DE VASCONCELOS (REP LEGAL) OAB 23058-B - ALINE PAMPOLHA TAVARES (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA LUCIA DUTRA Representante(s): OAB 14261 - SILAS DUTRA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 13671 - GILVANA RODRIGUES PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARTINHA VALENTE CAMARGO Representante(s): OAB 14261 - SILAS DUTRA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 13671 - GILVANA RODRIGUES PEREIRA (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO e dou fé que o recurso apresentado pelo réu, às fls. _____, É TEMPESTIVO. O referido é verdade e dou fé. Mocajuba, 25 de junho de 2019 Stelio Nazareno Almeida do Rosário Analista Judiciário Comarca de Mocajuba/PA ATO ORDINATÓRIO Na forma do Art. 1º, § 2º, XX, do provimento 006/2006, considerando o recurso as fls. _____, intimo o autor para que apresente as contrarrazões no prazo de legal. Mocajuba, 25 de junho de 2019 Stelio Nazareno Almeida do Rosário Analista Judiciário Comarca de Mocajuba/PA digitado por: r. Stelio do Rosário. PROCESSO: 00027232820178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:MARIA DA CONCEICAO BRITO Representante(s): OAB 21607 - RODMAN MARCIO CORREA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE:SARA VIANA DE ALMEIDA Representante(s): OAB 21607 - RODMAN MARCIO CORREA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE:ANGELA MARIA DE ALMEIDA GONCALVES Representante(s): OAB 21607 - RODMAN MARCIO CORREA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE:PAULO LISBOA RIBEIRO Representante(s): OAB 21607 - RODMAN MARCIO CORREA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MOCAJUBA PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 21321 - GERCIONE MOREIRA SABBÁ (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MOCAJUBA SENTENÇA Processo n. : 0002723-28.2017.8.14.0067 Foi informado pelas partes que resolveram compor o litígio extrajudicialmente. Poderes especiais do(a) procurador(a) da parte requerente para transigir e receber valores explícitos nos autos. É o relatório. Decido. Presentes os requisitos legais, HOMOLOGO o presente acordo firmado às fls. 115/116 para que surta os efeitos legais. Diante do exposto, JULGO EXTINTO o presente processo, com resolução do mérito nos termos do artigo 487, IIII, "b". À UNAJ para análise e apuração de eventuais custas, taxas e/ou despesas processuais pendentes de recolhimento. Caso positivo, intime-se a parte por meio de seu(s) advogado(s), regularmente habilitado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comparecer à Unidade de Arrecadação Judicial desta Comarca a fim de proceder ao recolhimento das taxas, custas e/ou despesas processuais pendentes nos autos, sob pena de inscrição dos referidos valores em dívida ativa. Decorrido o prazo sem o devido recolhimento, encaminhem-se os autos à UNAJ para fins de atualização monetária e incidência de outros encargos, se existentes, e posterior inscrição do (s) débito (s) em dívida ativa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, não havendo pendências, arquivem-se. Mocajuba/PA, 19 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito Titular PROCESSO: 00038879120188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADIEL DE MORAES FAYAL Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 25/06/2019 REQUERENTE:DEUZA GOMES BATISTA Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA. ATO ORDINATÓRIO Considerando o disposto na Portaria nº 004/2010-GJ e no Provimento nº. 006/2009-CJCI, art. 1º, § 2º, xi, que delegaram ao diretor de secretaria, atribuições para praticar atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, intimo a parte

Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se em neste Juízo sobre a necessidade de produção de provas em audiência, sob pena de preclusão temporal, conforme determinado em decisão de fl. 43/43v (DJe n° 6.612, de 07/03/2019). Mocajuba/PA, 25 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00043280920178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADIEL DE MORAES FAYAL Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:MARIA DE FATIMA RODRIGUES DOS SANTOS Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MOCAJUBA PREFEITURA MUNICIPAL. ç ATO ORDINATÓRIO Considerando o disposto na Portaria nº 004/2010-GJ e no Provimento nº. 006/2009-CJCI, art. 1º, § 2º, xi, que delegaram ao diretor de secretaria, atribuições para praticar atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, intimo a parte Requerente, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônica, por meio de seu advogado, regularmente habilitado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar memoriais finais escritos, sob pena de preclusão temporal. Mocajuba/PA, 25 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00047438920178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADIEL DE MORAES FAYAL Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 25/06/2019 REQUERENTE:MAXIMIANA MEDEIROS TENORIO Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN AMERICANO SA Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO, usando das atribuições que me são conferidas por lei que as razões do recurso inominado de fls. 192/199 são TEMPESTIVAS, pois o ato ordinatório foi publicado no DJe, edição n° 6.681, de 17 de junho de 2019. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba ATO ORDINATÓRIO Considerando o disposto na Portaria nº 004/2010-GJ e no Provimento nº. 006/2009-CJCI, art. 1º, § 2º, xi, que delegaram ao diretor de secretaria, atribuições para praticar atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, intimo a parte requerida recorrida para, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, § 2°, da Lei n° 9.099/1995, apresentar as contrarrazões ao recurso de fls. 192/199, sob pena de preclusão temporal. Mocajuba/PA, 25 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00053258920178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Cumprimento de sentença em: 25/06/2019 EXEQUENTE:SEBASTIAO MAX DOS PRAZERES GUIMARAES Representante(s): OAB 6156 - SEBASTIAO MAX DOS PRAZERES GUIMARAES (ADVOGADO) EXECUTADO:BENEDITO JUNIOR CORREA MACHADO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MOCAJUBA SENTENÇA Processo n. : 0005325-89.2017.8.14.0067 Foi informado pela parte exequente à fl. 56 o efetivo pagamento do valor do débito objeto do presente cumprimento de sentença. Diante do exposto, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, nos termos do artigo 924, II, c/c art. 925 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Não havendo pendências, arquivem-se. Mocajuba/PA, 25 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00054445020178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:EULER VICTOR VILHENA DA SILVA Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) OAB 19131 - MAYCO DA COSTA SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MOCAJUBA PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 24213 - PRESSILA PEREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) . AUTOS DO PROCESSO Nº 0005444-50.2017.8.14.0067 REQUERENTE: EULER VICTOR VILHENA DA SILVA REQUERIDO: MUNICÍPIO DE MOCAJUBA SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA, cuja a parte autora objetiva o recebimento do valor de R$ 945,00 (novecentos e quarenta e cinco reais) a título de 13º Salário; R$ 2.640,00 (dois mil, seiscentos e quarenta reais) por não pagamento de salário nos meses de setembro, outubro e novembro de 2016; e R$ 1.075,54 (um mil e setenta e cinco reais e cinquenta e quatro centavos) a título de férias proporcionais acrescida de 1/3 e FGTS, em face da requerida, por exercer o cargo de Vigia para a requerida. A requerida apresentou Contestação (fl. 22/45) aduzindo que não há provas que o autor não recebeu os valores expressos na inicial, bem como não é possível o pagamento de FGTS aos trabalhadores do regime jurídico-administrativo. Houve manifestação da parte autora sobre a Contestação (fls. 46/51), em síntese, que não é dever seu fazer provas dos pedidos da inicial e que há possibilidade de receber o FGTS. Este juízo proferiu decisão de saneamento às fls. 52/53, incumbindo ao autor juntar as provas da natureza de seu vinculo jurídico, o contrato temporário estabelecido com o município e juntar as portarias de nomeação, exoneração e termo de posse. Houve audiência de instrução (fl. 64/65), sendo feito o depoimento do autor. Abrindo-se prazo para

memorias finais, contudo, não apresentado por nenhuma das partes, conforme certidão de fl. 66. Vieram os autos conclusos. É o relatório. Decido. Pela análise dos documentos da exordial, percebe-se que o autor juntou contracheques de dezembro/2015 a setembro/2016, porém, não há qualquer prova como da contratação, na qualidade de temporário, entre o autor e o Município de Mocajuba/PA, e por consequência da própria existência da dívida objeto de cobrança nos presentes autos. A parte autora, por ter que comprovar os fatos constitutivos do seu direito nos termos do art. 373, I, do CPC, não conseguiu provar que os salários pedidos na inicial estão atrasados ou se existem por direito. Ressalta-se que em depoimento o autor se mostrou contraditório e confuso, pois não confirmou se há atraso no salário de setembro/2016 (mesmo sendo pedido na inicial) e o período contratual afirmado em audiência difere daquele expresso na inicial. Assim, por não haver provas suficientes da existência da contratação como servidor temporário do Município de Mocajuba/PA, na função de vigilante, e nem do próprio direito em receber os valores pedidos da inicial, resta julgar improcedente todos os pedidos da inicial, inclusive o FGTS com multa de 40%. DISPOSITIVO Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE OS PEDIDOS da inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno a parte autora a arcar com as custas processuais e com os honorários sucumbenciais, os quais fixo em 10% (vinte por cento) do valor da causa, fixado segundo as disposições do art. 85, § 2°, do CPC/2015, tendo sido considerados (i) o grau de zelo do profissional, (ii) o lugar de prestação do serviço, (iii) a natureza e a importância da causa, (iv) o trabalho realizado pelo advogado e o tempo exigido para o seu serviço, o qual, todavia, estão suspensas, nos termos do artigo 98, § 3°, do CPC/2015. Intime-se a parte requerente, por meio de seu advogado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, e, a Fazenda Pública, na forma do disposto no art. 183, § 1°, do CPC/2015. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, arquivem-se. Mocajuba, 19 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00055314020168140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADIEL DE MORAES FAYAL Ação: Procedimento Comum em: 25/06/2019 REQUERENTE:FABIANO LOURENCO FURTADO Representante(s): OAB 21683 - ALEXANDRE JULIÃO DA SILVA (ADVOGADO) OAB 23381 - MIREILLY SOUZA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:RODOLFO ANDERSON C BACHA TELA INFORMATICA ME Representante(s): OAB 21780 - CAROLINE CRISTINE DE SOUSA BRAGA CARDOSO (ADVOGADO) RODOLFO ANDERSON CONTENTE BACHA (REP LEGAL) . çATO ORDINATÓRIO Considerando o disposto na Portaria nº 004/2010-GJ e no Provimento nº. 006/2009-CJCI, art. 1º, § 2º, xi, que delegaram ao diretor de secretaria, atribuições para praticar atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, intimo a parte requerida recorrida para, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 42, § 2°, da Lei n° 9.099/1995, apresentar as contrarrazões ao recurso de fls. 56/58, sob pena de preclusão temporal. Mocajuba/PA, 25 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00064482520178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 25/06/2019 REQUERENTE:SALIMAL RIBEIRO COSTA Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MOCAJUBA SENTENÇA Processo n. : 0006448-25.2017.8.14.0067 Foi informado pelas partes que resolveram compor o litígio extrajudicialmente. Poderes especiais do(a) procurador(a) da parte requerente para transigir e receber valores explícitos nos autos. É o relatório. Decido. Presentes os requisitos legais, HOMOLOGO o presente acordo firmado às fls. 107/110 para que surta os efeitos legais. Diante do exposto, JULGO EXTINTO o presente processo, com resolução do mérito nos termos do artigo 487, IIII, "b". À UNAJ para análise e apuração de eventuais custas, taxas e/ou despesas processuais pendentes de recolhimento. Caso positivo, intime-se a parte por meio de seu(s) advogado(s), regularmente habilitado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comparecer à Unidade de Arrecadação Judicial desta Comarca a fim de proceder ao recolhimento das taxas, custas e/ou despesas processuais pendentes nos autos, sob pena de inscrição dos referidos valores em dívida ativa. Decorrido o prazo sem o devido recolhimento, encaminhem-se os autos à UNAJ para fins de atualização monetária e incidência de outros encargos, se existentes, e posterior inscrição do (s) débito (s) em dívida ativa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, não havendo pendências, arquivem-se. Mocajuba/PA, 19 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00077026720168140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADIEL DE MORAES FAYAL Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 25/06/2019 REQUERENTE:EMILIANA GONCALVES DAS NEVES Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) OAB 19131 - MAYCO DA

COSTA SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM S A Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) OAB 18736 - CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO, usando das atribuições que me são conferidas por lei que as razões do recurso inominado de fls. 100/106 são TEMPESTIVAS, pois o ato ordinatório foi publicado no DJe, edição n° 6.681, de 17/06/2019. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba ATO ORDINATÓRIO Considerando o disposto na Portaria nº 004/2010-GJ e no Provimento nº. 006/2009-CJCI, art. 1º, § 2º, xi, que delegaram ao diretor de secretaria, atribuições para praticar atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, intimo a parte requerida recorrida para, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, § 2°, da Lei n° 9.099/1995, apresentar as contrarrazões ao recurso de fls. 100/106, sob pena de preclusão temporal. Mocajuba/PA, 25 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00084177520178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 25/06/2019 REQUERENTE:JOSE DA CRUZ RIBEIRO Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO SAFRA S.A Representante(s): OAB 5546 - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE MOCAJUBA SENTENÇA Processo n. : 0008417-75.2017.8.14.0067 Foi informado pelas partes que resolveram compor o litígio extrajudicialmente. Poderes especiais do(a) procurador(a) da parte requerente para transigir e receber valores explícitos nos autos. É o relatório. Decido. Presentes os requisitos legais, HOMOLOGO o presente acordo firmado às fls. 35/36 para que surta os efeitos legais. Diante do exposto, JULGO EXTINTO o presente processo, com resolução do mérito nos termos do artigo 487, IIII, "b". À UNAJ para análise e apuração de eventuais custas, taxas e/ou despesas processuais pendentes de recolhimento. Caso positivo, intime-se a parte por meio de seu(s) advogado(s), regularmente habilitado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comparecer à Unidade de Arrecadação Judicial desta Comarca a fim de proceder ao recolhimento das taxas, custas e/ou despesas processuais pendentes nos autos, sob pena de inscrição dos referidos valores em dívida ativa. Decorrido o prazo sem o devido recolhimento, encaminhem-se os autos à UNAJ para fins de atualização monetária e incidência de outros encargos, se existentes, e posterior inscrição do (s) débito (s) em dívida ativa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, não havendo pendências, arquivem-se. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00093972220178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADIEL DE MORAES FAYAL Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 25/06/2019 REQUERENTE:NAZARE COELHO DO CARMO Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO, usando das atribuições que me são conferidas por lei que as razões do recurso inominado de fls. 63/68 são TEMPESTIVAS, pois o ato ordinatório foi publicado no DJe, edição n° 6.681, de 17 de junho de 2019. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba ATO ORDINATÓRIO Considerando o disposto na Portaria nº 004/2010-GJ e no Provimento nº. 006/2009-CJCI, art. 1º, § 2º, xi, que delegaram ao diretor de secretaria, atribuições para praticar atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, intimo a parte requerida recorrida para, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, § 2°, da Lei n° 9.099/1995, apresentar as contrarrazões ao recurso de fls. 63/68, sob pena de preclusão temporal. Mocajuba/PA, 25 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00093980720178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADIEL DE MORAES FAYAL Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 25/06/2019 REQUERENTE:DINALVA DA SILVA MIRANDA Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN SA Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO, usando das atribuições que me são conferidas por lei que as razões do recurso inominado de fls. 124/130 são TEMPESTIVAS, pois o ato ordinatório foi publicado no DJe, edição n° 6.681, de 17 de junho de 2019. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba ATO ORDINATÓRIO Considerando o disposto na Portaria nº 004/2010-GJ e no Provimento nº. 006/2009-CJCI, art. 1º, § 2º, xi, que delegaram ao diretor de secretaria, atribuições para praticar atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, intimo a parte requerida recorrida para, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, § 2°, da Lei n° 9.099/1995, apresentar as contrarrazões ao recurso de fls. 124/130, sob pena de preclusão

temporal. Mocajuba/PA, 25 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00094137320178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADIEL DE MORAES FAYAL Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 25/06/2019 REQUERENTE:NAZARE COELHO DO CARMO Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 63440 - MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (ADVOGADO) OAB 109730 - FLAVIA ALMEIDA MOURA DI LATTELA (ADVOGADO) . çCERTIDÃO CERTIFICO, usando das atribuições que me são conferidas por lei que as razões do recurso inominado de fls. 137/142 são TEMPESTIVAS, pois o ato ordinatório foi publicado no DJe, edição n° 6.681, de 17 de junho de 2019. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba ATO ORDINATÓRIO Considerando o disposto na Portaria nº 004/2010-GJ e no Provimento nº. 006/2009-CJCI, art. 1º, § 2º, xi, que delegaram ao diretor de secretaria, atribuições para praticar atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, intimo a parte requerida recorrida para, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, § 2°, da Lei n° 9.099/1995, apresentar as contrarrazões ao recurso de fls. 137/142, sob pena de preclusão temporal. Mocajuba/PA, 25 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00002295920188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 26/06/2019 REQUERENTE:JOSE DE MORAIS RAMOS Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S A Representante(s): OAB 20601-A - WILSON SALES BELCHIOR (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n.: 0000229-59.2018.8.14.0067 Requerente: JOSE DE MORAIS RAMOS Requerido (a): BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A SENTENÇA I- RELATÓRIO: Relatório dispensado (artigo 38, caput, Lei 9.099/95). II - PRELIMINARES 2.1 DA FALTA DE INTERESSE DE AGIR Alega a parte requerida que falta à autora da ação interesse de agir. O fundamento de tal pedido tem como base o fato de a parte não ter notificado extrajudicialmente o banco sobre o evento que supostamente teria lhe causado danos. Tal alegação não merece prosperar. Segundo Daniel Amorim Assumpção Neves "o interesse de agir deve ser analisado sob dois diferentes aspectos: a necessidade de obtenção da tutela jurisdicional reclamada e a adequação entre o pedido e a proteção jurisdicional que se pretende obter" (ASSUMPÇÃO NEVES, DANIEL. 2016). Sendo assim, não vislumbro a falta de interesse, haja vista que a autora recorreu ao judiciário na eminência de uma provável lesão a seu direito (descontos na sua aposentadoria por uma contratação inexistente/irregular) e requereu uma tutela adequada do Poder Judiciário (devolução dos descontos e indenização por danos morais), cumprindo os requisitos do interesse de agir. Portanto, indefiro tal preliminar. 2.2 DA CONEXÃO Alega a parte requerida em Contestação que há conexão dos presentes autos com os processos n. 0000228-74.2018.8.14.0067 e 0000230-44.2018.8.14.0067, tal alegação não merece prosperar. Os processos possuem como objeto, respectivamente, a regularidade dos contratos nº 777030497 e 775663212, ou seja, diversos do contrato em discussão nos presentes autos (802947971), sendo, por isso, não acolho a preliminar de conexão. III- FUNDAMENTAÇÃO: A parte autora fundamenta sua pretensão na alegação de que sofreu um golpe e teve realizado empréstimo consignado materializado contrato nº 802947971 em um valor total de R$ 7.186,13 (sete mil, cento e oitenta e seis reais e treze centavos), em parcelas de R$ 203,08 (duzentos e três reais e oito centavos), com início em 07/03/2015 e sem informações de que foi excluído, em seu benefício previdenciário, sem sua anuência, sofrendo danos materiais e morais em decorrência da fraude. 3.1.1 - RESPONSABILIDADE OBJETIVA: Para que surja o dever de indenizar a partir da prática de ato ilícito, é necessária a presença dos seguintes elementos: a) ato ilícito; b) resultado danoso; c) nexo de causalidade. a) A ação voluntária ilícita da ré deve ser reconhecida. O autor nega a realização das transações financeiras concernentes às contratações de Empréstimo no valor e apresenta demonstrativo em que comprova a ocorrência dos descontos. Na oportunidade a parte requerida alegou a inexistência de dano moral, pugnando, por fim, pela improcedência dos pedidos autorais, porém sem juntar eventual contrato ou algum comprovante de efetiva disponibilização de valores em conta de titularidade do promovente, não se desincumbindo, portanto, de seu ônus de demonstrar fato impeditivo ou modificativo do direito do autor (art. 373, II, do CPC/15). Dessa forma, presente o ato ilícito a ensejar a responsabilidade da requerida. b) Resultado danoso O desconto indevido, oriundo de relação jurídica inexistente gerou danos evidentes, vez que fração relevante dos proventos do promovente foram suprimidos para pagamento de parcelas não contratadas, inviabilizando seu uso para outras atividades do autor, bem como seu sustento próprio e de sua família. Verifico dos autos que, o empréstimo foi contraído para ser pago em parcelas de R$ 203,08

(duzentos e três reais e oito centavos), com início em 07/03/2015 e sem informações de que foi encerrado/excluído, contando atualmente com 52 parcelas já descontadas (03/2015 à 06/2019). Ante o exposto, temos que atualmente o referido negócio jurídico consolidou um valor total de desconto de R$ 10.560,16 (dez mil, quinhentos e sessenta reais e dezesseis centavos). c) Nexo de causalidade De resto, patente a existência de nexo de causalidade entre a fraude realizada em na conta do autor e a cobrança indevida do banco, pois a parte sofreu os prejuízos com a cobrança de valores ilegais pelo requerido. Demonstrado o dano e o nexo de causalidade, a responsabilidade do requerido só ficaria afastada se provada uma das excludentes do art. 14, § 3º, do CDC, do que o requerido não se desincumbiu. Como é cediço, a legislação protetiva do consumidor, adotando a teoria do risco do negócio, responsabiliza de forma objetiva o fornecedor pela deficiência na prestação dos serviços postos à disposição da coletividade (art. 14), exceto em casos de culpa exclusiva da vítima ou de terceiro (§ 3º, inciso II), inocorrentes à espécie. Registro também que as instituições bancárias respondem objetivamente pelos danos causados por fraudes ou delitos praticados por terceiros, porquanto tal responsabilidade decorre do risco do empreendimento, caracterizando-se como fortuito interno. De acordo com a Súmula 479 do Superior Tribunal de Justiça: "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias". O STJ afirma que a responsabilidade do banco (fornecedor do serviço) decorre da violação a um dever contratualmente assumido, qual seja o de gerir com segurança as movimentações bancárias de seus clientes (Min. Luis Felipe Salomão). A jurisprudência do STJ entende que a ocorrência de fraudes ou delitos contra o sistema bancário, dos quais resultam danos a terceiros ou a correntistas, insere-se na categoria doutrinária de fortuito interno, porquanto fazem parte do próprio risco do empreendimento (REsp 1197929/PR). No presente caso, ocorreu um fortuito interno na operação bancária relacionado com uma fraude praticada por terceiro, configurando um defeito no serviço bancário, sendo isso configurado fato do serviço, em razão de um acidente de consumo provocado por serviço defeituoso (art. 14 do CDC). Entende-se que não houve fortuito externo porque o caso em análise está relacionado com a organização da empresa, é um fato ligado aos riscos da atividade desenvolvida pelo fornecedor, visto que não houve a garantia da segurança das informações pelo banco promovido, na medida em que não criou equipamentos hábeis a coibir que outras pessoas pudessem visualizar senhas dos clientes e as instituições financeiras não proporcionaram segurança a seus clientes no ambiente de seus estabelecimentos. Assim, o banco não pode alegar culpa exclusiva de terceiro para isentar-se de sua responsabilidade, na medida em que a culpa exclusiva de terceiros somente elide a responsabilidade objetiva do fornecedor caso configurada situação de fortuito externo. Se o caso for de fortuito interno, persiste a obrigação de indenizar. Jurisprudência dos nossos Tribunais Pátrios confirmam tal entendimento: "Ação de ressarcimento de valores cumulada com danos morais. Famigerado golpe do caixa eletrônico. Correntista abordada para retornar ao caixa e fechar o sistema que se encontrava aberto. Solicitação de senha para finalização. Cópia dos dados secundada de transações ilícitas. Procedência. Prestígio. Responsabilidade objetiva. Culpa pelo fortuito interno. Fraudes e delitos praticados por terceiros, no âmbito de operações bancárias, a teor da Súmula 479 do STJ. As instituições financeiras devem proporcionar segurança a seus clientes não apenas no ambiente de seus estabelecimentos, mas, também, em todos os sítios em que forneçam serviços. Teoria do risco da atividade. Imperiosa devolução das quantias indevidamente retiradas. Danos morais. Prejuízo. Justa indenização. R$ 7.000,00. Dosimetria imune a críticas. Escorreita valoração do grau de culpa, condição econômica do ofensor, freio inibitório, na salvaguarda da recidiva sem descurar do flagelo do enriquecimento ilícito. Sucumbência delineada a contento. Sentença mantida. Recurso improvido. (TJ-SP - APL: 10142268120148260008 SP 1014226-81.2014.8.26.0008, Relator: Sérgio Rui, Data de Julgamento: 25/02/2016, 22ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/02/2016)." Resta demonstrado, portanto, a falha na prestação dos serviços do réu. Há nexo causal entre a referida falha e os danos alegados em inicial. Estes, por sua vez, restaram cabalmente demonstrados nos autos. 3.1.2 - DO DANO MATERIAL Passo a analisar o pleito autoral quanto à ocorrência de dano material em relação ao contrato nº 9842209, vinculado requerido. O autor logrou êxito ao demonstrar a realização de descontos em seu benefício previdenciário. O direito à reparação por danos está plenamente consagrado em nosso ordenamento jurídico (Art. 5º, X da CF c/c Arts. 186 e 927 do CC). No que diz respeito ao dano material, salvo as exceções expressamente previstas em lei, as perdas e danos devidos ao credor abrangem, além do que ele efetivamente perdeu, o que razoavelmente deixou de lucrar (Art. 402 do CC). O ato praticado pela parte requerida, ao autorizar os descontos de empréstimo não contratados pelo requerente geraram um prejuízo efetivo, os quais devem ser restituídos pelo presente promovido, à título de reparação dos danos materiais suportados, no limite das parcelas descontadas. 3.1.3 - DA REPETIÇÃO DO INDÉBITO É certo que o consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros

legais, salvo hipótese de engano justificável (Art. 42, §u, do CDC). A norma tem incidência nas hipóteses em que o consumidor é cobrado de indébito, havendo o pagamento da dívida indevida, a justificar a ação de repetição de indébito (actio in rem verso). Assim, a mera cobrança indevida não é motivo para o pagamento em dobro do que está sendo cobrado. Expõe Rizzatto Nunes que é necessário o preenchimento de dois requisitos para a subsunção da norma: "a) cobrança indevida; b) pagamento pelo consumidor do valor indevidamente cobrado" (RIZZATTO NUNES, Luiz Antonio. Comentários ao Código de Defesa do Consumidor. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2007. p. 522). Quando ocorreu o pagamento indevido, dá-se o enriquecimento sem causa. Sim, pois quem recebe pagamento a que não tinha direito está, evidentemente, a locupletar-se de forma injusta. Seja porque a dívida em si mesma considerada inexistia (pagamento objetivamente indevido), o fato é que o Banco que recebeu quantia imerecida enriqueceu às custas de outrem. E quem enriquecesse dessa maneira está a enriquecer sem causa idônea a legitimar o locupletamento. A lei consumerista garante ao consumidor lesado pelo credor que cobre débito indevido o direito à sua repetição. O Direito brasileiro definitivamente não se compraz com a conduta daquele que "quer se dar bem às custas dos outros", isto é, lograr proveito sem cumprir obrigação, ganhar dinheiro fácil, sem o merecimento pertinente. Isso porque A função social do contrato, como elemento de justiça social, impondo igualdade de sacrifícios entre as partes contratantes, carrega o princípio que obsta o enriquecimento sem causa como um indicador de justa relação contratual. (NANNI, 2004, p. 416apud FARIAS e ROSENVALD, 2012, p. 128). Ante o exposto, defiro o pedido de repetição do indébito em dobro. 3.1.4 - DANO MORAL: Sustenta a parte autora que sofreu dano moral diante da situação que passou em face de ter sofrido descontos indevidos por empréstimos que não realizou. Reconheceu-se acima que o requerente não firmou o contrato de empréstimo com o réu. Deste modo, impõe-se que foram indevidos os descontos realizados em seus proventos. Assim, tenho que restou evidenciado nos presentes autos o dano moral sofrido pelo autor, vez que este foi surpreendido com possíveis cobranças mensais em seus proventos sem que houvesse celebrado empréstimos junto ao banco demandado, transtorno este que extrapola o mero aborrecimento normal do cotidiano, causando sentimentos negativos de insegurança, merecendo compensação pecuniária razoável e prudente, conforme entende jurisprudência pátria: DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. EMPRÉSTIMO FRAUDULENTO EM BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO REALIZADO JUNTO AO BANCO DE MINAS GERAIS - BMG. REGRAS DE EXPERIÊNCIA (ART. 375, CPC) DESCONTOS EFETUADOS DIRETAMENTE PELO INSS SOBRE O BENEFÍCIO E REPASSADOS AO BANCO BMG. AUSÊNCIA DE CONDUTA IMPUTADA AO BANCO DA AMAZÔNIA S.A. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA MANTENEDORA DE CONTA BENEFÍCIO DO AUTOR/APELANTE - E NEXO DE CAUSALIDADE A CARACTERIZAR SUA RESPONSABILIDADE NO CASO CONCRETO. FALTA DE CONEXÃO LÓGICA ENTRE OS FATOS NARRADOS E O PEDIDO DE CONDENAÇÃO IMPOSTO AO BASA. SENTENÇA MANTIDA. Apelação conhecida e desprovida (TJPA. Número do processo CNJ: 0027250-60.2013.8.14.0301. Número do documento: 2017.02676028-35. Número do acórdão: 177.266. Apelação. Órgão Julgador: 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO. Relator: MARIA DO CEO MACIEL COUTINHO. Data de Julgamento: 26/06/2017, Data de Publicação: 27/06/2017) APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATORIA DE DÉBITO C/C CANCELAMENTO DE CONTRATO E EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. APOSENTADO. DESCONTOS INDEVIDOS EM SUA CONTA REFERENTE A CONTRATO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO NÃO REALIZADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO JURÍDICA. SENTENÇA QUE FIXOU DANOS MORAIS EM R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). DANOS MORAIS. EXISTENTES. SUBTRAÇÃO INDEVIDA E SIGNIFICATIVA NA FOLHA DE PAGAMENTO DO AUTOR APOSENTADO, CAUSANDO-LHE AFLIÇÕES. QUANTUM INDENIZATÓRIO FIXADO EM R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). VALOR RAZOÁVEL E PROPORCIONAL AO ATO. VALOR EM CONSONÂNCIA COM JULGADOS ANTERIORES. APELAÇÃO IMPROVIDA. (TJ-BA - APL: 00000801420108050158 BA 0000080-14.2010.8.05.0158, Relator: José Olegário Monção Caldas, Data de Julgamento: 17/12/2013, Quarta Câmara Cível, Data de Publicação: 30/01/2014). A responsabilidade civil objetiva pressupõe a existência de três elementos: ação ou omissão, nexo de causalidade e dano. Neste passo, o dano moral restou devidamente comprovado, visto que tal problema trouxe inegável transtorno ao autor, vez que teve seu benefício drasticamente reduzido por descontos indevidos. A fixação do dano moral é tema tormentoso em doutrina e jurisprudência. De acordo com a doutrina e jurisprudência, na fixação do dano moral, deve o juiz ser razoável, tomando as cautelas para que a indenização não seja fonte de enriquecimento sem causa, ao mesmo tempo em que não seja meramente simbólica. Também têm decidido assim nossos tribunais: DIREITO CIVIL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - DANOS MORAIS - INSCRIÇÃO INDEVIDA NO SPC - CRITÉRIOS PARA A FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - RECURSO IMPROVIDO - UNÂNIME - O dano moral resta incontroverso quando advindo da indevida

inclusão do nome do autor no cadastro dos maus pagadores (spc), cujos efeitos deletérios dispensam maiores comentários. Restando demonstrado o dano moral e o nexo de causalidade entre este e a conduta negligente do recorrente, enseja a obrigação de reparar. O conceito de ressarcimento abrange duas finalidades: uma de caráter punitivo, visando castigar o causador do dano, pela ofensa que praticou; outra, de caráter compensatório, que proporcionará à vítima algum bem em contrapartida ao mal sofrido. A indenização fixada pelo MM. Juiz obedeceu aos critérios da moderação e da eqüidade, norteadores da boa doutrina e jurisprudência e por isso deve ser prestigiada (TJDF - APC 19980110316582 - 4ª T.Cív. - Rel. Des. Lecir Manoel da Luz - DJU 01.03.2001 - p. 45.) Alguns outros requisitos a serem levados em conta pelo julgador são lembrados no seguinte aresto, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo: Na verdade, com relação à questão da fixação do valor na reparação civil por danos morais, há princípios legais, decisões jurisprudenciais e soluções doutrinárias a serem considerados, mas deverá atentar o julgador, no caso concreto, para: a) as condições das partes; b) a gravidade da lesão e sua repercussão; c) as circunstâncias fáticas (TJSP 2ª C. de Direito Privado, AI, nº 008.515-4/3.). É natural que, numa situação dessas, a parte autora tenha ficado consideravelmente abalada com os descontos indevidos de sua conta, pois cada valor descontado faz grande diferença e para sua subsistência, o que causa, por si só, aflição, preocupação, sofrimento e angústia. Não se olvide que tais sintomas são decorrentes da má-prestação de serviços por parte do réu, eis que não forneceu a segurança que dele poderia se esperar. Há de se considerar ainda que o autor é idoso e as pessoas nessa idade, no limiar da existência, são mais sugestionáveis, em virtude de sua maior fragilidade físico-emocional aos dissabores da vida. Daí porque se lhes deve dispensar mais cuidado e atenção. Sopesados esses fatores, considerando-se o porte econômico do reclamado, empresa de grande porte; a extensão e duração do dano, descontos em sua fonte de subsistência; a condição de pessoa idosa da reclamante, considerada mais vulnerável, a exigir maior atenção por parte do fornecedor, e; o efeito punitivo e pedagógico da pena, sempre em respeito aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, evitando-se também o enriquecimento sem causa do reclamante, tudo a fim de que seja proferida a decisão mais justa e equânime para o caso concreto, pelo que fixo, no caso dos autos, a importância de R$ 2.000,00 (dois mil reais). 4 - DISPOSITIVO: Por todo o exposto, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS da inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para o fim de: I) DECLARAR A INEXISTÊNCIA do contrato nº 802947971 em um valor total de R$ 7.186,13 (sete mil, cento e oitenta e seis reais e treze centavos), em parcelas de R$ 203,08 (duzentos e três reais e oito centavos), com início em 07/03/2015 e sem informações de exclusão, devendo qualquer lançamento ser cancelado pelo reclamado, sob pena de multa diária de R$ 200,00 (duzentos reais), até o limite de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser revertida em favor do autor, com fundamento no art. 500 e no art. 537 do CPC/15. ii) CONDENAR o réu a pagar à parte autora INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS e a título de REPETIÇÃO DO INDÉBITO EM DOBRO, o valor de R$ 21.120,32 (vinte e um mil, cento e vinte reais e trinta e dois centavos), corrigidas monetariamente pelo INPC a partir da data do desconto indevido de cada parcela, e acrescida de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados da citação inicial, nos termos do art. 398 do CC. iii) CONDENAR o réu a pagar à parte autora INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS no valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais), corrigíveis monetariamente pelo INPC, a contar da publicação desta sentença (súmula 362, do STJ), com juros moratórios de 1% ao mês, contados da citação, o que faço com fundamento nos artigos 186, 406 e 927, do CC de 2002. Sem custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Transitada em julgado, arquivem-se. Mocajuba (PA), 03 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de direito P R O C E S S O : 0 0 0 1 4 0 4 5 9 2 0 1 6 8 1 4 0 0 6 7 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADIEL DE MORAES FAYAL Ação: Cumprimento de sentença em: 26/06/2019 EXEQUENTE:JOSÉ RANOLFO BRAGA CUNHA Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) EXECUTADO:JORGE FARIAS DIAS. ATO ORDINATÓRIO Considerando o disposto na Portaria nº 004/2010-GJ e no Provimento nº. 006/2009-CJCI, art. 1º, § 2º, xi, que delegaram ao diretor de secretaria, atribuições para praticar atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, intimo a parte Exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que é de direito. Mocajuba/PA, 26 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00014629120188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADIEL DE MORAES FAYAL Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:ANTONIO DE OLIVEIRA SOUZA Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM S A Representante(s): OAB 5546 - GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO, usando das atribuições que me são conferidas por lei que as razões do recurso inominado de fls. 49/54 são TEMPESTIVAS, pois a sentença foi publicado no DJe,

edição n° 6.671, de 03 de junho de 2019. Mocajuba/PA, 26 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba ATO ORDINATÓRIO Considerando o disposto na Portaria nº 004/2010-GJ e no Provimento nº. 006/2009-CJCI, art. 1º, § 2º, xi, que delegaram ao diretor de secretaria, atribuições para praticar atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, intimo a parte requerida recorrida para, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, § 2°, da Lei n° 9.099/1995, apresentar as contrarrazões ao recurso de fls. 49/54, sob pena de preclusão temporal. Mocajuba/PA, 26 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00015226420188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADIEL DE MORAES FAYAL Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 26/06/2019 REQUERENTE:CECILIA RODRIGUES Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG SA Representante(s): OAB 63440 - MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (ADVOGADO) OAB 109.730 - FLAVIA ALMEIDA MURA DI LATELLA (ADVOGADO) . CERTIDÃO CERTIFICO, usando das atribuições que me são conferidas por lei que as razões do recurso inominado de fls. 65/76 são TEMPESTIVAS, pois a sentença foi publicado no DJe, edição n° 6.671, de 03 de junho de 2019. Mocajuba/PA, 26 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba ATO ORDINATÓRIO Considerando o disposto na Portaria nº 004/2010-GJ e no Provimento nº. 006/2009-CJCI, art. 1º, § 2º, xi, que delegaram ao diretor de secretaria, atribuições para praticar atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, intimo a parte requerida recorrida para, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do art. 42, § 2°, da Lei n° 9.099/1995, apresentar as contrarrazões ao recurso de fls. 65/76, sob pena de preclusão temporal. Mocajuba/PA, 26 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00029071320198140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 26/06/2019 FLAGRANTEADO:ROBERTO NETO DOS SANTOS Representante(s): OAB 23735 - AYRTON COSTA FERREIRA (ADVOGADO) . AÇÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO Nº. 0002907-13.2019.8.14.0067 DECISÃO Refiro-me ao pedido de Revogação de Prisão Preventiva em favor do acusado Roberto Neto dos Santos. Alega a defesa, em resumo, a desnecessidade da custódia cautelar do requerente, considerando que os pressupostos do periculum libertatis e o fumus comissi delicti não estão presentes, bem como, não incidem, de igual modo, os requisitos apontados pelo art. 312 do Código de Processo Penal. Instado, o Ministério Público opinou pelo deferimento do benefício. (vide fl. 46 dos autos) Decido. Sabe-se que a prisão, num Estado Democrático de Direito, possui fisionomia marcadamente excepcional, constituindo a liberdade ambulatorial, direito de elevado valor humanitário, devendo, desse modo, nortear em grande medida as decisões judiciais. A doutrina pátria ensina que o direito à liberdade constitui verdadeiro dogma dos direitos humanos, estes, de 1ª geração - ou como atualmente se prefere denominar, de 1ª dimensão. A regra é a liberdade, prisão apenas em caráter excepcional e desde que revestida de necessidade, adequação e proporcionalidade. Eis a "regra de ouro" do Processo Penal Constitucional. A jurisprudência corrobora o que fora aqui afirmado. Confira-se. RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. HOMICÍDIOS QUALIFICADOS CONSUMADOS. INDEFERIMENTO DE PRISÃO PREVENTIVA. INCONFORMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO. A peça recursal, na forma como apresentada, descreveu suficientemente a causa de pedir, razão pela qual é o caso de conhecimento do recurso do Ministério Público. Vencido o Relator que não o conhecia. No mérito, contudo, ao contrário do que aduzido nas razões recursais, inexistem nos autos elementos que apontem a imperiosa necessidade de segregação dos recorridos. Não se nega, aqui, a gravidade do fato e sua repercussão. Consta que o crime foi cometido em decorrência do tráfico de drogas e seus consectários comerciais, praticado por meio de recurso que lhe dificultou a defesa e resultou perigo comum. Não se refuta que esses dados possam configurar abalo à ordem pública, e que em outros processos esta Relatora tem decretado prisões preventivas em situações semelhantes. Ocorre que a gravidade do delito, por si só, não é suficiente para o decreto da medida extrema. A prisão fundamentada apenas na gravidade do crime acaba se transmutando mais em antecipação de pena do que propriamente em provimento cautelar. Logo, presume-se que a ordem pública, a instrução criminal e a aplicação da lei penal não estejam sendo prejudicadas, motivo pelo qual não subsiste, no caso concreto, a necessidade da segregação com base no art. 312 do CPP. POR MAIORIA, CONHECERAM DO RECURSO VENCIDO O RELATOR QUE NÃO O CONHECIA E, NO MÉRITO, Á UNANIMIDADE NEGARAM-LHE PROVIMENTO. (Recurso em Sentido Estrito Nº 70066594003, Segunda Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Victor Luiz Barcellos Lima, Julgado em 25/08/2016) Entretanto, devo considerar que no caso em tela e neste momento, a prisão preventiva do acusado Roberto Neto dos Santos não mais se mostra imprescindível ao processo ou mesmo representa risco à garantia da ordem pública local, considerando

que o requerente possui residência fixa no distrito da culpa e não há nada que apontem para a conclusão de que não pretende ele acompanhar o trâmite processual. ENTENDO, TODAVIA, SER O CASO DE APLICAR AO ACUSADO AS SEGUINTES MEDIDAS CAUTELARES PREVISTAS NO ARTIGO 319, DO CPP, SENÃO VEJAMOS: I - Comparecimento mensal em juízo, até o 10º dia de cada mês, sendo prorrogável para o dia útil posterior, caso termine em sábado, domingo ou feriado, enquanto durar o processo-crime. Deve o acusado comparecer na secretaria criminal deste Fórum, no dia imediatamente posterior a sua soltura; II- Proibição de acesso ou frequência a determinados lugares, tais como, bares, boates, casa de shows, de jogatina e congêneres; III - Proibição de ausentar-se da comarca por período superior a 07 (sete) dias, sem autorização do juízo; V - Recolhimento domiciliar no período noturno, às 20h00m, inclusive em finais de semana e feriados, não devendo sair de sua residência antes das 06h:00m; VI - Proibição de portar arma de fogo ou qualquer instrumento capaz de ofender a integridade física de outrem. Tecidas tais considerações e restando assente a desnecessidade da custódia cautelar do réu, CONCEDO LIBERDADE PROVISÓRIA AO ACUSADO ROBERTO NETO DOS SANTOS. Expeça-se alvará de soltura, devendo o acusado ser posto, incontinenti em liberdade, se por outro motivo não deva permanecer custodiado. Serve como ALVARÁ DE SOLTURA E OFÍCIO. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Cumpra-se. Mocajuba (PA), 26 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUSA Juiz de Direito PROCESSO: 00000207120108140067 PROCESSO ANTIGO: 201010000177 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Inventário em: 27/06/2019 REQUERENTE:TEREZINHA DE JESUS CARVALHO FURTADO Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA DE MOCAJUBA (DEFENSOR) ENVOLVIDO:RAIMUNDO DE SOUZA FURTADO. Processo nº 0000020-71.2010.8.14.0067 DESPACHO Intimem-se pessoalmente os herdeiros, sobretudo aqueles já citados, para indicarem, no prazo de 10 (dez), o endereço daqueles não citados conforme certidão de fl.92, bem como para que promovam, no mesmo prazo, a respectiva habilitação do espólio ou do sucessor, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Decorrido o prazo, façam-se os autos conclusos. Mocajuba/PA, 25 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00000288220098140067 PROCESSO ANTIGO: 200910000112 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Busca e Apreensão em: 27/06/2019 REQUERIDO:RODOLFO COSTA DE OLIVEIRA REQUERIDO:SOCORRO DOS SANTOS NEVES MEDEIROS REQUERIDO:BERNADINO DOS SANTOS GOMES REQUERIDO:BERNARDINO DOS SANTOS GOMES ME REQUERENTE:BANCO DO BRASIL Representante(s): OAB 211.648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) OAB 17433 - JOAO PAULO BACELAR MAIA (ADVOGADO) . Processo n. 0000028-82.2009.8.14.0067 DESPACHO Intime-se o autor para dizer, no prazo de 05 (cinco) dias, entre os requeridos, a quem pertence cada endereço indicado à fl. 146. Bem como, comprovar, no mesmo prazo, o pagamento referente às custas do oficial de justiça. Após, façam-se os autos conclusos. Mocajuba-PA, 25 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00000363520048140067 PROCESSO ANTIGO: 200410001272 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Execução de Alimentos em: 27/06/2019 EXECUTADO:GABRIEL MORAES PROGENIO EXEQUENTE:S. G. S. P. Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REPRESENTANTE:SILVANIA FERNANDES DOS SANTOS Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) . DECISÃO Processo n. 0000036-35.2004.8.14.0067 Requerente: S.G.D.S.P Representante Legal: SILVANIA FERNANDES DOS SANTOS Requerido: GABRIEL MORAES PROGENIO R. H. Vistos etc. Consabido, o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende até as 3 (três) prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que se vencerem no curso do processo (art. 528, §7º, do CPC/15). Analisando a petição de fl. 72, nota-se que o débito se refere a prestações desde o ano de 2007. Havendo ingressado com a presente execução da obrigação de pagar alimentos, aparentemente, pelo rito da prisão civil, intime-se a parte exequente para adequar seu pedido conforme o art. 528, §7º, do CPC/15, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Certifique-se a publicação desta DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Serve a presente decisão como mandado. Mocajuba/PA, 25 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00000747620068140067 PROCESSO ANTIGO: 200610002640 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Processo de Execução em: 27/06/2019 REQUERIDO:JORGE LUIS FARIAS PINTO REQUERENTE:T. J. B. REP LEGAL:ROSELI DE JESUS BARROSO Representante(s): SEBASTIAO MAX DOS PRAZERES GUIMARAES (ADVOGADO) . SENTENÇA Processo n. : 0000074-76.2006.8.14.0067 Foi informado pelo Ministério Público às fls. 78/80 o efetivo pagamento do débito. Diante do exposto, JULGO EXTINTO o cumprimento de sentença, nos termos do artigo 924, II, c/c art. 925 do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Não havendo pendências, arquivem-se. Mocajuba/PA, 26 de junho de 2019.

RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00000960820048140067 PROCESSO ANTIGO: 200410002410 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERIDO:MARIA DO CARMO SACRAMENTO CUNHA Representante(s): OAB 10680 - MANOEL ANDRE CAVALCANTE DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:WILDE LEITE COLARES Representante(s): OAB 10680 - MANOEL ANDRE CAVALCANTE DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERENTE:W J COMERCIO E EXPORTACAO LTDA Representante(s): OAB 9130 - EDUARDO ANDRE MULHO DE SOUZA (ADVOGADO) TARZILIO MOREIRA DE OLIVEIRA (REP LEGAL) TERCEIRO:EDUARDO ANDRE MULHO DE SOUZA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Processo n. 0000096-08.2004.8.14.0067 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Encaminhem-se os autos à UNAJ para fins de atualização monetária e incidência de outros encargos, se existentes, e posterior inscrição do (s) débito (s) em dívida ativa. Após, tendo em vista que não houve manifestação da parte exequente, bem como a sentença de fls. 103/103-v, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Mocajuba, 25 de junho de 2019 RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00001919620088140067 PROCESSO ANTIGO: 200810001020 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:CLEISON CALDAS RIBEIRO Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REQUERIDO:ELETROSAT LOJA Representante(s): SIDINEY CORREA ROSA (REP LEGAL) . AUTOS DO PROCESSO Nº 0000191-96.2008.8.14.0067 DECISÃO Tendo em vista o teor da certidão de fl. 77, considero a parte requerida intimada da sentença de fl. 76, aplicando-se o teor do art. 274, parágrafo único, do CPC. Encaminhem-se os autos à UNAJ para fins de atualização monetária e incidência de outros encargos, se existentes, e posterior inscrição do (s) débito (s) em dívida ativa. Certifique-se o trânsito em julgado, não havendo pendências, arquivem-se. Mocajuba/PA, 25 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00002179420088140067 PROCESSO ANTIGO: 200810001228 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERIDO:MUNICÍPIO DE MOCAJUBA - PREFEITURA MUNICIPAL REQUERENTE:DARLENE CORREA ABOES Representante(s): OAB 6156 - SEBASTIAO MAX DOS PRAZERES GUIMARAES (ADVOGADO) . AUTOS DO PROCESSO Nº 0000217-94.2008.8.14.0067 DECISÃO Defiro o pedido de Justiça Gratuita. Nos termos do art. 534 e seguintes do CPC, intime-se o executado MUNICÍPIO DE MOCAJUBA - PREFEITURA MUNICIPAL, na pessoa de seu representante judicial, mediante carga ou remessa, para, no prazo de 30 (trinta) dias, nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art.535 NCPC. Impugnada a execução, vistas ao exequente para manifestação. Após, façam-se os autos conclusos. Certifique-se a publicação desta decisão. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00003416220178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA RAIMUNDA MARTINS MEIRELES Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) OAB 19131 - MAYCO DA COSTA SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MOCAJUBA PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 24213 - PRESSILA PEREIRA DE SOUZA (PROCURADOR(A)) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Processo n. 0000341-62.2017.8.14.0067 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Encaminhem-se os autos à UNAJ para fins de atualização monetária e incidência de outros encargos, se existentes, e posterior inscrição do (s) débito (s) em dívida ativa. Após, não havendo mais pendências, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Mocajuba, 25 de junho de 2019 RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00003635720168140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Busca e Apreensão em: 27/06/2019 REQUERENTE:ADMINISTRADORA CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) OAB 16354 - DRIELLE CASTRO PEREIRA (ADVOGADO) OAB 20867-A - ELIETE SANTANA MATOS (ADVOGADO) OAB 20868-A - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) REQUERIDO:BRENO CORREA DOS SANTOS. Processo n. 0000363-57.2016.8.14.0067 DESPACHO Intime-se a parte requerente, por carta, com aviso de recebimento, para dizer, no prazo de 05 (cinco) dias, se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Em seguida, conclusos. Mocajuba/PA, 27 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00004002620128140067 PROCESSO ANTIGO: 201210001793 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCA DA CRUZ Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIN SA Representante(s): OAB 38534 - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA Processo n. 00004002620128140067 DESPACHO Vistos. Intime-se a parte autora por seu advogado, para no prazo de 05(cinco) dias, requerer o que entender devido. Certifique-se a publicação deste DESPACHO. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00004233520138140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Execução de Alimentos em: 27/06/2019 EXEQUENTE:E. C. F. V. Representante(s): OAB XLR8 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) MARIA DO CARMO FERREIRA DOS SANTOS (REP LEGAL) EXECUTADO:ELIELSON MENDES VIEIRA. Processo n. 0000423-35.2013.8.14.0067 DESPACHO Intime-se pessoalmente a representante legal da exequente para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre as alegações feitas pelo executado às fls. 81/83. Após, intime-se a parte executada para indicar a localização do imóvel informado à fl. 81. Em seguida, conclusos. Mocajuba/PA, 26 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00005476220068140067 PROCESSO ANTIGO: 200610003995 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERIDO:MUNICIPIO DE MOCAJUBA PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 24213 - PRESSILA PEREIRA DE SOUZA (PROCURADOR(A)) REQUERENTE:RISELDA FERREIRA GONCALVES PAES Representante(s): OAB 6156 - SEBASTIAO MAX DOS PRAZERES GUIMARAES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA Processo n. 00005476220068140067 Requerente: Riselda Ferreira Gonçalves Paes (Residente à Rua 15 de Novembro, 1300, Centro, Mocajuba/PA) DESPACHO/MANDADO Vistos. Intime-se pessoalmente a parte autora, para no prazo de 05(cinco) dias, requerer o que entender de direito. Certifique-se a publicação deste DESPACHO. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00006465120148140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 20868-A - HIRAN LEAO DUARTE (ADVOGADO) OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:SIDINE DOS SANTOS DE SOUSA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Processo n. 0000646-51.2014.8.14.0067 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Encaminhem-se os autos à UNAJ para fins de atualização monetária e incidência de outros encargos, se existentes, e posterior inscrição do (s) débito (s) em dívida ativa. Após, não havendo mais pendências, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Mocajuba, 25 de junho de 2019 RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00006994220088140067 PROCESSO ANTIGO: 200810004305 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS em: 27/06/2019 REQUERIDO:TADEU MENDES VIEIRA REQUERENTE:JOSE FRANCISCO DA SILVA VERAS Representante(s): DEFENSORIA PUBLICA (ADVOGADO) . AUTOS DO PROCESSO Nº 0000699-42.2008.8.14.0067 DECISÃO Tendo em vista o teor da certidão de fl. 52, considero a parte requerente intimada da sentença de fls. 16/17 e da decisão de fls. 36/39, aplicando-se o teor do art. 274, parágrafo único, do CPC. Sem custas, tendo em vista o trânsito em julgado, não havendo pendências, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Mocajuba/PA, 26 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00007748120088140067 PROCESSO ANTIGO: 200810004751 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Divórcio Litigioso em: 27/06/2019 REQUERIDO:SANDRO ELILSON LEAO RAMALHO Representante(s): OAB 6156 - SEBASTIAO MAX DOS PRAZERES GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERENTE:ANDREA TAMARA CAPELA MELO RAMALHO Representante(s): OAB 11842 - MARIA DE JESUS QUARESMA DE MIRANDA (ADVOGADO) . Processo n. 0000774-81.2008.8.14.0067 DESPACHO Considerando a ausência de manifestação, intime-se a parte requerente, por carta, com aviso de recebimento, para dizer, no prazo de 05 (cinco) dias, se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Em seguida, conclusos. Mocajuba/PA, 27 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00012411120188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 27/06/2019 REQUERENTE:CRISTINA FRAZAO OTONI CUNHA Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO DENEVAL PINHEIRO COSTA Representante(s): OAB 21780 - CAROLINE CRISTINE DE SOUSA BRAGA CARDOSO (ADVOGADO) REQUERENTE:RAIMUNDO ARI MAX MARTINS CUNHA. AUTOS DO PROCESSO Nº 0001241-11.2018.8.14.0067 DESPACHO Às partes, intimadas através de seus advogados pelo Diário da Justiça Eletrônico, para especificar as provas que pretendem produzir ou informar se desejam o julgamento

antecipado da lide, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, conclusos. Mocajuba, 25 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00013234220188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA SOTERIA BATISTA RIBEIRO Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MOCAJUBA PREFEITURA MUNICIPAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n. 00013234220188140067 Requerente: Maria Soteria Batista Ribeiro Requerido: Município de Mocajuba - Prefeitura Municipal DESPACHO Designo o dia 29 de outubro de 2019 às 10h30min, para a audiência de Instrução. Saliento que as partes deverão obedecer ao art 455 do CPC. Intimem-se as partes e seus procuradores, se houver. Ciência ao Ministério Público, se necessário. Publique-se. Certifique-se a publicação deste DESPACHO. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba. PROCESSO: 00014420320188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA RAIMUNDA GONCALVES Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CETELEM S A Representante(s): OAB 24532-A - DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (ADVOGADO) . Processo n. 0001442-03.2018.8.14.0067 DESPACHO Intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre a impugnação apresentada pela executada às fls. 73/77. Após, façam-se os autos conclusos. Mocajuba/PA, 26 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00014845220188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA DE JESUS PANTOJA MAGALHAES Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO DE FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 128.341 - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Processo n. 0001484-52.2018.8.14.0067 DESPACHO Intime-se pessoalmente a requerente, no endereço fornecido nos autos, para dizer, no prazo de 05 (cinco) dias, se tem interesse no prosseguimento do feito. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam-se os autos conclusos. Mocajuba, 19 de junho de 2019 RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00015852620178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:ODAILSON DO SOCORRO ALVES BALIEIRO Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) OAB 19131 - MAYCO DA COSTA SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MOCAJUBA PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 24213 - PRESSILA PEREIRA DE SOUZA (PROCURADOR(A)) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n. 00015852620178140067 Requerente: Odailson do Socorro Alves Balieiro Requerido: Município de Mocajuba - Prefeitura Municipal DESPACHO Designo o dia 29 de outubro de 2019 às 11h00min, para a audiência de Instrução. Saliento que as partes deverão obedecer ao art 455 do CPC. Intimem-se as partes e seus procuradores, se houver. Ciência ao Ministério Público, se necessário. Publique-se. Certifique-se a publicação deste DESPACHO. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00017025620138140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:R. B. L. Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (DEFENSOR) ELIZANGELA VIANA BATISTA (REP LEGAL) REQUERIDO:FRANKLINO CAMILO DE LIMA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Processo n. 0001702-56.2013.8.14.0067 DESPACHO Intime-se a parte requerente para indicar, no prazo de 05 (cinco) dias, o prosseguimento do feito. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam-se os autos conclusos. Mocajuba, 19 de junho de 2019 RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00017819320178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:HELENA PATRICIA CONCEICAO BASILIO Representante(s): OAB 6156 - SEBASTIAO MAX DOS PRAZERES GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERENTE:MUNICÍPIO DE MOCAJUBA - PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 24213 - PRESSILA PEREIRA DE SOUZA (PROCURADOR(A)) . Processo n. 0001781-93.2017.8.14.0067 Subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Mocajuba/PA, 25 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO:

00019683320198140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:U. C. C. DENUNCIADO:ERINALDO FERREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA AÇÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO Nº. 0001968-33.2019.8.14.0067 DECISÃO/OFÍCIO Acolho o pedido da defesa à fl. 75-v. Redesigno a audiência do dia 03/07/2019, para o dia 04/07/2019, às 09 horas. Cumpra-se as determinações contidas às fls. 73 dos autos, no que respeita as diligências necessárias para realização do ato processual. Serve como ofício. Publique-se. Cumpra-se. Mocajuba, (PA) 27 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correa de Andrade Decisão Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00025437520188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:ONESSIMO BENASSULY DOS SANTOS Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA Processo n. 0002543-75.2018.8.14.0067 Requerente: Onéssimo Benassuly dos Santos (Residente à Rua João Pedro Dias, nº 37, Monte Alegre, Mocajuba/PA) DESPACHO/MANDADO Intime-se pessoalmente a parte autora, para no prazo de 05(cinco) dias, dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, haja vista que não houve manifestação quanto ao despacho de fl. 24 (certificado à fl. 25). Após, façam-se os autos conclusos. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00027677620198140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Carta Precatória Criminal em: 27/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA QUARTA VARA FEDERAL DA SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DO PARA JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE MOCAJUBA TESTEMUNHA:ROMULO COELHO PAES. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Processo n. 0002767-76.2019.8.14.0067 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA R. H. Vistos etc. Cumpra-se a carta precatória na íntegra, intimando a testemunha Rômulo Coelho Paes, para comparecer na audiência de inquirição designada para o dia 30 de julho de 2019, às 09h30min, com as formalidades de praxe e advertências de lei. Após, devolva-se ao juízo deprecante com as homenagens de estilo. Certifique-se a publicação desta DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Mocajuba, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00034037620188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Averiguação de Paternidade em: 27/06/2019 AUTOR:MINISTERIO DO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERENTE:EDUARDO JULIO GONZAGA CARDOSO Representante(s): JULIANE GONZAGA CARDOSO (REP LEGAL) REQUERIDO:EVERTON SOUZA DOS SANTOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n. 0003403-76.2018.8.14.0067 DESPACHO Vistas ao Ministério Público para requerer o que é de direito no devido prazo legal. Após, façam-se os autos conclusos. Mocajuba, 19 de junho de 2019 RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00034643420188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:CLAUDIO ROBERTO VIANA OLIVEIRA Representante(s): OAB 6156 - SEBASTIAO MAX DOS PRAZERES GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE MOCAJUBA PREFEITURA MUNICIPAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n. 0003464-34.2018.8.14.0067 DESPACHO Tendo em vista a certidão de fl.22, intime-se o autor, por publicação no diário de Justiça Eletrônico, para dizer, no prazo de 05 (cinco) dias, se ainda há provas a produzir ou se requer o julgamento antecipado do mérito. Após, façam-se os autos conclusos. Mocajuba, 24 de junho de 2019 RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00038449120178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador em: 27/06/2019 REQUERENTE:OLIMPIA NETA BARRADAS DOS SANTOS Representante(s): OAB 6156 - SEBASTIAO MAX DOS PRAZERES GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE RODRIGUES LIMA FILHO. Processo n. 0003844-91.2017.8.14.0067 DESPACHO Cumpra-se a decisão de fl. 26 nos endereços fornecidos à fl. 30. Mocajuba-PA, 25 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00038665720148140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento

Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:NELMA DE FATIMA GUIMARAES BARROS Representante(s): OAB 2411 - HILDENOR CRUZ BARROS (ADVOGADO) REQUERIDO:AMILCAR LEAO GONCALVES DIAS Representante(s): OAB 15136 - JHAYANNE RODRIGUES BARROS (ADVOGADO) OAB 14139 - DANIEL LIMA DE SOUZA (ADVOGADO) OAB 16662 - JOAO JORGE DE OLIVEIRA SILVA (ADVOGADO) OAB 21563 - ROMULO CALADO MOURA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA Processo n. 00038665720148140067 Requerente: Nelma de Fátima Guimarães Barros (Residente à Fazenda Cristo Redentor, km 3,5 sentido Mocajuba - Baião, Mocajuba/PA, e/ou Rodovia Br 316, km 02, Condomínio City Park, Rua Paris, Casa 07, Ananindeua/PA) DESPACHO/MANDADO Vistos. Intime-se pessoalmente a parte autora, para no prazo de 05(cinco) dias, dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, e cumprir o despacho de fl.76, devendo o Sr. Oficial de Justiça consignar em sua certidão o interesse ou não no prosseguimento da presente ação. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00039631820188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Execução Contra a Fazenda Pública em: 27/06/2019 EXEQUENTE:THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) EXECUTADO:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA. Processo n. 0003963-18.2018.8.14.0067 Subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Mocajuba/PA, 19 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00041035220188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:LEONARDO BASTO PAES Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM S A. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA Processo n. 0004103-52.2018.8.14.0067 Requerente: Leonardo Bastos Paes (Residente à Rua Nossa Senhora das Graças, nº 311, Bairro Pranchinha, Mocajuba/PA) DESPACHO/MANDADO Intime-se pessoalmente a parte autora, para no prazo de 05(cinco) dias, dizer se tem interesse no prosseguimento do feito, haja vista que não houve manifestação quanto ao despacho de fl. 20 (certificado à fl. 21). Após, façam-se os autos conclusos. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00041225820188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA SIMITA DA TRINDADE COSTA Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S A Representante(s): OAB 16780 - LUIS CARLOS LOURENCO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo n. 00041225820188140067 Classe Processual: JUIZADO ESPECIAL Requerente: MARIA SIMITA DA TRINDADE COSTA Requerido: BANCO ITAÚ BMG CONSIGNADO S.A. Vistos etc. Chamo o feito a ordem, torno sem efeito o despacho de fl.111. Recebo o recurso inominado de fls. 88/101 em seu duplo efeito. Certifique a Secretaria a tempestividade das contrarrazões ao recurso inominado de fls. 103/110. Encaminhem-se os autos a Turma Recursal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com as homenagens e cautelas de estilo. Certifique-se a publicação desta DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00041433420188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA SIMITA DA TRINDADE COSTA Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S A Representante(s): OAB 16780 - LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENCO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n.: 0004143-34.2018.8.14.0067 DESPACHO Reitera-se a intimação da parte requerente para se manifestar, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre o acordo noticiado nos autos e o pagamento realizado à fl. 91, sob pena de não recebimento do recurso inominado de fls. 83/87 e o consequente trânsito em julgado da sentença de fls. 77/78. Após, façam-se os autos conclusos. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00041659220188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA SIMITA DA TRINDADE COSTA Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (REP LEGAL) REQUERIDO:BANCO BMG SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA - VARA ÚNICA Processo n. 0004165-92.2018.8.14.0067 Requerente: Maria Simita da

Trindade Costa (localidade de Baratinha, Mocajuba/PA) DESPACHO/MANDADO Intime-se pessoalmente a parte autora para dizer, no prazo de 05(cinco) dias, se tem interesse no prosseguimento do feito, haja vista que não houve manifestação quanto ao despacho de fl. 21 (certificado à fl. 22). Após, façam-se os autos conclusos. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00042507820188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Averiguação de Paternidade em: 27/06/2019 AUTOR:MINISTERIO DO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:MARTINHO FILGUEIRA REQUERENTE:J. F. D. Representante(s): JOANA FURTADO DIAS (REP LEGAL) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n. 00042507820188140067 Requerente: J.F.D. Rep. Legal: Joana Furtado Dias (Residente à Travessa Raimundo Cunha, 331, Campina, Mocajuba/PA). Requerido: Martinho Filgueira (Residente à Rua Nossa Senhora do Carmo, 161, em frente ao MEST, Fazenda, Mocajuba/PA). DESPACHO/MANDADO Designo o dia 25 de julho de 2019, às 09h15min, para a realização de coleta de material para exame de DNA. Intime-se as partes, expedindo-se o necessário. Ao setor de DISTRIBUIÇÃO para que proceda a alteração do nome do requerente no sistema LIBRA, conforme certidão de nascimento-fl.06. Certifique-se a publicação deste DESPACHO. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba. PROCESSO: 00043252020188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 27/06/2019 REQUERENTE:CARLA ALINE CONTENTE BACHA Representante(s): OAB 24213 - PRESSILA PEREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:EDINOILDO DE TAL REQUERIDO:ANTONIO DE TAL. AUTOS DO PROCESSO Nº 0004325-20.2018.8.14.0067 DECISÃO Considerando a certidão de fl. 32 e o pedido de fl. 38/39, vistas ao Ministério Público para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre a necessidade de eventual intervenção do parquet no feito, haja vista que o imóvel, onde será cumprida a liminar de Reintegração, está de posse suspostamente de uma pessoa com deficiência. Após, façam-se conclusos. Mocajuba/PA, 27 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00056552320168140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:ADEMAR RIBEIRO COSTA Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM Representante(s): OAB 21678 - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) OAB 18736 - CELSO ROBERTO DE MIRANDA RIBEIRO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 24213 - PRESSILA PEREIRA DE SOUZA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Processo n. 0005655-23.2016.8.14.0067 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Tendo em vista a certidão de fl. 108, intime-se a parte requerida para realizar o pagamento das despesas referentes ao protocolo integrado n. 2019.00296595-06 de fl. 95, no prazo de 05 (cinco) dias. Caso não seja realizado o pagamento, encaminhem-se os autos à UNAJ para fins de atualização monetária e incidência de outros encargos, se existentes, e posterior inscrição do (s) débito (s) em dívida ativa. Após, não havendo mais pendências, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Mocajuba, 25 de junho de 2019 RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00069705220178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:ADEMAR CORREA CALDAS Representante(s): OAB 17678 - BARBARA BITAR DE LIMA MOREIRA (ADVOGADO) OAB 17839 - ANA TEONILA AMERICO ROSA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n. 0006970-52.2017.8.14.0067 DESPACHO Intime-se pessoalmente a requerente, no endereço fornecido nos autos, para dizer, no prazo de 05 (cinco) dias, se tem interesse no prosseguimento do feito. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, façam-se os autos conclusos. Mocajuba, 19 de junho de 2019 RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00076690920188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: 27/06/2019 INFRATOR:ARIELSON TAVARES DOS PRAZERES INFRATOR:DEYVID SEPEDA PIXUNA INFRATOR:ELLON BRENDO DE SOUZA FURTADO INFRATOR:MARCELO DAS MERCES DIAS VITIMA:R. A. P. . AUTOS DO PROCESSO Nº 0007669-09.2018.8.14.0067 SENTENÇA Tendo em vista que o BOC foi equivocadamente cadastrado como processo, proceda-se o cancelamento da presente distribuição. Após, desentranha-se os documentos e remetam-se ao Ministério Público para requerer o que

é de direito. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 26 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00077217320168140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA DOMINGAS DOS PRAZERES Representante(s): OAB 17983 - GILVAN RABELO NORMANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n.: 0007721-73.2016.8.14.0067 DESPACHO Vistas dos autos ao INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS, para contrarrazões no prazo legal. Após, ao E. Tribunal de Justiça, com nossas homenagens de estilo, para processamento e julgamento do recurso. Serve como ofício. Publique-se. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 17 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00077338720168140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA JOANA DA COSTA Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) OAB 19131 - MAYCO DA COSTA SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOAO DOS SANTOS PEREIRA ENVOLVIDO:ADEMIR DOS SANTOS PEREIRA. Processo n. 0007733-87.2016.8.14.0067 DECISÃO Vistos etc. 1. Defiro, por ora, a Gratuidade da Justiça em favor da parte autora, nos termos do art. 99, da L. 13.105/2015. 2. Recebo a petição inicial por preencher os requisitos essenciais dos arts. 319 e 320, da L. 13.105/2015 e não se tratar de caso de improcedência liminar do pedido (NCPC, art. 332). 3. Processe-se a presente ação, conforme disposto no art. 334 e seguintes, da L. 13.105/2015. 4. Designo desde já, nos termos do art. 334, caput, do NCPC, audiência de CONCILIAÇÃO, para o dia 15 de outubro de 2019, às 10h30min, observando que os requeridos deverão ser citados com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência, e, conforme as regras estatuídas pelo Capítulo II, do Título II, do Livro IV, do NCPC. 5 - Expeça-se mandado a fim de citar os Requeridos com as advertências constante do artigo 334, parágrafos 8º, 9º e 10º. 6 - INTIME-SE o Requerente, por intermédio de seu advogado (Art. 334, §3º, NCPC) para comparecer à audiência acima designada. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Mocajuba, 25 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00078284920188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 DENUNCIADO:JOAO FILHO RODRIGUES CALDAS Representante(s): OAB 26850 - ISAAC WILLIANS MEDEIROS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA AÇÃO PENAL AUTOS DO PROCESSO Nº. 0007828-49.2018.8.14.0007 DESPACHO Considerando a proximidade da audiência no juízo deprecado para oitiva da testemunha Alana França dos Santos, designada para o dia 09 de julho de 2019, bem como a iminência do fim da instrução, deixo para decidir acerca do pedido de Revogação de Prisão Preventiva de fls. 152/159 dos autos após o retorno da Carta Precatória. Deve a secretaria diligenciar no sentido de providenciar, de preferência no dia posterior à realização do ato deprecado, a juntada da referida carta, fazendo conclusos os autos. Publique-se. Cumpra-se. Mocajuba/PA, 27 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito Agenor Cássio Nascimento Correa de Andrade Decisão Juiz de Direito Pág. de 1 PROCESSO: 00091746920178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDO OLIVEIRA DIAS Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA Representante(s): OAB 16780 - LUIS CARLOS MONTEIRO LOURENCO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n.: 00091746920178140067 DESPACHO Compulsando os autos do Proc. nº. 00091971520178140067, verificou-se na certidão de fl.97 e Proc. nº. 00091989720178140067, certidão de 82 que o falecido Sr. Raimundo Oliveira Dias, deixou além da esposa, 10(dez) filhos. Contudo, às fls.73/99 somente 09(nove) filhos se habilitaram, nos presentes autos. Destarte, em nome do espírito colaborativo que informa o art. 6°, do CPC/2015, assim como o postulado base do contraditório (CPC/2015, arts. 7º, 9º e 10) e as previsões específicas constantes dos arts. 139, inciso IX, 317, 321 e 352, todos do Novo Código de Processo Civil, intime-se a parte autora por meio de seu advogado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para, no prazo de 10 (dez) dias: I- Juntar cópias legíveis de seus documentos pessoais, nos termos legais; II- Se manifestar sobre a certidão de fl. 97 dos autos do Proc. nº. 00091971520178140067, e da certidão de fl. 82 dos autos do Proc. nº. 00091989720178140067, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 321 e parágrafo único, do CPC/2015. Com ou sem manifestação, certifique e façam os autos conclusos. Mocajuba/PA, 19 de junho de 2019.

RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00091963020178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDO OLIVEIRA DIAS Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG S A Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n.: 00091963020178140067 DESPACHO Compulsando os autos do Proc. nº. 00091971520178140067, verificou-se na certidão de fl.97 e Proc. nº. 00091989720178140067, certidão de 82 que o falecido Sr. Raimundo Oliveira Dias, deixou além da esposa, 10(dez) filhos. Contudo, às fls.86/112 somente 09(nove) filhos se habilitaram, nos presentes autos. Destarte, em nome do espírito colaborativo que informa o art. 6°, do CPC/2015, assim como o postulado base do contraditório (CPC/2015, arts. 7º, 9º e 10) e as previsões específicas constantes dos arts. 139, inciso IX, 317, 321 e 352, todos do Novo Código de Processo Civil, intime-se a parte autora por meio de seu advogado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para, no prazo de 10 (dez) dias: I- Juntar cópias legíveis de seus documentos pessoais, nos termos legais; II- Se manifestar sobre a certidão de fl. 97 dos autos do Proc. nº. 00091971520178140067, e da certidão de fl. 82 dos autos do Proc. nº. 00091989720178140067, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 321 e parágrafo único, do CPC/2015. Com ou sem manifestação, certifique e façam os autos conclusos. Mocajuba/PA, 19 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00091971520178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDO OLIVEIRA DIAS Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PANAMERICANO S A Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n.: 00091971520178140067 DESPACHO Compulsando os autos, verificou-se, que a parte autora juntou cópias ilegíveis de seus documentos pessoais, portanto, são documentos indispensáveis à propositura da ação (art.320 do CPC). Certificado à fl.97 dos presentes autos, que o falecido Sr. Raimundo Oliveira Dias, deixou além da esposa, 10(dez) filhos. Contudo, às fls.98/123 somente 09(nove) filhos se habilitaram, nos presentes autos. Destarte, em nome do espírito colaborativo que informa o art. 6°, do CPC/2015, assim como o postulado base do contraditório (CPC/2015, arts. 7º, 9º e 10) e as previsões específicas constantes dos arts. 139, inciso IX, 317, 321 e 352, todos do Novo Código de Processo Civil, intime-se a parte autora por meio de seu advogado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para, no prazo de 10 (dez) dias: I- Juntar cópias legíveis de seus documentos pessoais, nos termos legais; II- Se manifestar sobre a certidão de fl. 97 dos autos presentes autos, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 321 e parágrafo único, do CPC/2015. Com ou sem manifestação, certifique e façam os autos conclusos. Mocajuba/PA, 19 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00091989720178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDO OLIVEIRA DIAS Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSEGNADO SA Representante(s): OAB 16.330 - LARRISSA SENTO SE ROSSI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n.: 00091989720178140067 DESPACHO Compulsando os autos, verificou-se, que a parte autora juntou cópias ilegíveis de seus documentos pessoais, portanto, são documentos indispensáveis à propositura da ação (art.320 do CPC). Certificado à fl.82 dos presentes autos, que o falecido Sr. Raimundo Oliveira Dias, deixou além da esposa, 10(dez) filhos. Contudo, às fls.83/109 somente 09(nove) filhos se habilitaram, nos presentes autos. Destarte, em nome do espírito colaborativo que informa o art. 6°, do CPC/2015, assim como o postulado base do contraditório (CPC/2015, arts. 7º, 9º e 10) e as previsões específicas constantes dos arts. 139, inciso IX, 317, 321 e 352, todos do Novo Código de Processo Civil, intime-se a parte autora por meio de seu advogado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para, no prazo de 10 (dez) dias: I- Juntar cópias legíveis de seus documentos pessoais, nos termos legais; II- Se manifestar sobre a certidão de fl. 82 dos autos presentes autos, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do

art. 321 e parágrafo único, do CPC/2015. Com ou sem manifestação, certifique e façam os autos conclusos. Mocajuba/PA, 19 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00091998220178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019 REQUERENTE:RAIMUNDO OLIVEIRA DIAS Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU CONSIGNADO SA Representante(s): OAB 16330 - LARISSA SENTOSE ROSSI (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE MOCAJUBA JUÍZO DE DIREITO DE VARA ÚNICA Processo n.: 00091998220178140067 DESPACHO Compulsando os autos do Proc. nº. 00091971520178140067, verificou-se na certidão de fl.97 e Proc. nº. 00091989720178140067, certidão de 82, que o falecido Sr. Raimundo Oliveira Dias, deixou além da esposa, 10(dez) filhos. Contudo, às fls.77/123 somente 09(nove) filhos se habilitaram, nos presentes autos. Destarte, em nome do espírito colaborativo que informa o art. 6°, do CPC/2015, assim como o postulado base do contraditório (CPC/2015, arts. 7º, 9º e 10) e as previsões específicas constantes dos arts. 139, inciso IX, 317, 321 e 352, todos do Novo Código de Processo Civil, intime-se a parte autora por meio de seu advogado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para, no prazo de 10 (dez) dias: I- Juntar cópias legíveis de seus documentos pessoais, nos termos legais; II- Se manifestar sobre a certidão de fl. 97 dos autos do Proc. nº. 00091971520178140067, e da certidão de fl. 82 dos autos do Proc. nº. 00091989720178140067, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 321 e parágrafo único, do CPC/2015. Com ou sem manifestação, certifique e façam os autos conclusos. Mocajuba/PA, 19 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito respondendo pela Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00095367120178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 27/06/2019 REQUERENTE:JOSE GONCALVES BALIEIRO Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) OAB 19131 - MAYCO DA COSTA SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:MANOEL DIAS CRUZ. Processo n. 0009536-71.2017.8.14.0067 DESPACHO Intime-se pessoalmente a parte requerida para se manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, sobre o croqui apresentado às fls. 24/30. Em seguida, conclusos. Mocajuba/PA, 27 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00211781220158140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:OTICA ISABELLY Representante(s): OAB 21306 - GUSTAVO LIMA BUENO (ADVOGADO) OAB 11505 - VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICÍPIO DE MOCAJUBA - PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 24213 - PRESSILA PEREIRA DE SOUZA (PROCURADOR(A)) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ Processo n. 0021178-12.2015.8.14.0067 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Encaminhem-se os autos à UNAJ para fins de atualização monetária e incidência de outros encargos, se existentes, e posterior inscrição do (s) débito (s) em dívida ativa. Após, não havendo mais pendências, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Mocajuba, 25 de junho de 2019 RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00791729520158140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Busca e Apreensão em: 27/06/2019 REQUERENTE:ADMINISTRADORA DE CONSORCIO NACIONAL HONDA LTDA Representante(s): OAB 84206 - MARIA LUCILIA GOMES (ADVOGADO) OAB 16837-A - AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA FRANCINELMA CRUZ DIAS. AUTOS DO PROCESSO Nº 0079172-95.2015.8.14.0067 DECISÃO Tendo em vista o teor da certidão de fl. 125, considero a parte requerida intimada da sentença de fl.122, aplicando-se o teor do art. 274, parágrafo único, do CPC. À UNAJ para análise e apuração de eventuais custas, taxas e/ou despesas processuais pendentes de recolhimento. Caso positivo, intime-se a parte por meio de seu(s) advogado(s), regularmente habilitado, através de publicação no Diário da Justiça Eletrônico, para, no prazo de 15 (quinze) dias, comparecer à Unidade de Arrecadação Judicial desta Comarca a fim de proceder ao recolhimento das taxas, custas e/ou despesas processuais pendentes nos autos, sob pena de inscrição dos referidos valores em dívida ativa. Decorrido o prazo sem o devido recolhimento, encaminhem-se os autos à UNAJ para fins de atualização monetária e incidência de outros encargos, se existentes, e posterior inscrição do (s) débito (s) em dívida ativa. Certifique-se o trânsito em julgado, não havendo pendências, arquivem-se. Mocajuba/PA, 24 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00891820420158140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Procedimento ordinário em: 27/06/2019 REQUERENTE:MARIA LUCIA DE OLIVEIRA SILVA Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA

(ADVOGADO) REQUERIDO:IGREJA EVANGELICA ASSEMBLEIA DE DEUS Representante(s): OAB 7444 - JESIEL ROBERTO DE FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO:ROSINELIA SERRAO DA CRUZ. Processo n. 0089182-04.2015.8.14.0067 Decisão/Mandado/Ofício Vistos, etc. Em relação à obrigação de fazer, nos termos do art. 537, do NCPC, intime-se a parte executada para, em dez dias, cumprir a(o) sentença/acórdão transitado(a) em julgado, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada em R$ 10.000,00 (dez mil reais), que poderá ser aumentada. Advirta-se ainda, nos termos do art. 536, § 3º, do NCPC, que o descumprimento injustificado da ordem também implica em litigância de má-fé e crime de desobediência. Esta serve na qualidade de ofício e mandado. Mocajuba-PA, 25 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 01411792620158140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:LINDALVA DA PAIXAO DA CRUZ Representante(s): OAB 16842 - RAQUEL BRAGA VIEIRA (ADVOGADO) OAB 24524 - ANDREA LIDICE DO NASCIMENTO SOUZA QUEIROZ (ADVOGADO) REQUERIDO:JANI DA CRUZ ESTUMANO Representante(s): OAB 6156 - SEBASTIAO MAX DOS PRAZERES GUIMARAES (ADVOGADO) . Processo n. 0141179-26.2015.8.14.0067 DECISÃO O artigo 5º, LXXIV, da Constituição Federal preconiza que o "o Estado prestará assistência judiciária integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos" (grifei). E na legislação infraconstitucional, o artigo 98, caput, do Código de Processo Civil define que "a pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei." (grifei). Considerando as certidões de fls. 73/74, chamo o feito a ordem para tornar sem efeito a decisão de fl. 72, tendo em vista que nos autos há elementos que evidenciam a falta dos pressupostos legais para a gratuidade, com fulcro no artigo 99, § 2º, do Código de Processo Civil, assino o prazo de 10 dias para que a parte requerida traga aos autos os comprovantes de rendimentos, a última declaração de bens e rendimentos entregue à Receita Federal, bem como o extrato atualizado de conta corrente e de aplicações financeiras, fatura do cartão de crédito e inclusive de poupança, anotando-se o sigilo dos documentos apresentados. Mocajuba/PA, 26 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 01431808120158140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Monitória em: 27/06/2019 REQUERENTE:PARAENSE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA Representante(s): OAB 0701 - SERGIO FONTANA (ADVOGADO) REQUERIDO:ROSALVO CORREA SACRAMENTO Representante(s): OAB 21780 - CAROLINE CRISTINE DE SOUSA BRAGA CARDOSO (ADVOGADO) . Processo n. 0143180-81.2015.8.14.0067 DESPACHO Considerando a ausência de manifestação, intime-se a parte requerente, por carta, com aviso de recebimento, para dizer, no prazo de 05 (cinco) dias, se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito. Em seguida, conclusos. Mocajuba/PA, 27 de junho de 2019. RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00005019720118140067 PROCESSO ANTIGO: 201110002453 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADIEL DE MORAES FAYAL Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERIDO:MUNICÍPIO DE MOCAJUBA - PREFEITURA MUNICIPAL REQUERENTE:SABINO MOTA VANZELER Representante(s): RAIMUNDO MARCAL GUIMARAES (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO Considerando o disposto na Portaria nº 004/2010-GJ e no Provimento nº. 006/2009-CJCI, art. 1º, § 2º, xi, que delegaram ao diretor de secretaria, atribuições para praticar atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, intimo a parte REQUERENTE, SABINO MOTA VANZELER para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que é de direito, sob pena de arquivamento Mocajuba/PA, 28 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00009381220098140067 PROCESSO ANTIGO: 200910006665 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JADIEL DE MORAES FAYAL Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:OTILA MARTINS OLIVEIRA Representante(s): PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR (ADVOGADO) JOSE BRAZ MELLO LIMA (ADVOGADO) PAULO HENRIQUE MENEZES CORREA JUNIOR (ADVOGADO) JOSE BRAZ MELLO LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICÍPIO DE MOCAJUBA - PREFEITURA MUNICIPAL. ATO ORDINATÓRIO Considerando o disposto na Portaria nº 004/2010-GJ e no Provimento nº. 006/2009-CJCI, art. 1º, § 2º, xi, que delegaram ao diretor de secretaria, atribuições para praticar atos de administração e de mero expediente, sem caráter decisório, intimo a parte REQUERENTE, OTILA MARINS OLIVEIRA para, no prazo de 15 (quinze) dias, requerer o que é de direito, sob pena de arquivamento Mocajuba/PA, 28 de junho de 2019. JADIEL DE MORAES FAYAL Analista Judiciário " Mat. 16051-2 Vara Única da Comarca de Mocajuba PROCESSO: 00031271120198140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAEL DO VALE SOUZA Ação: Auto de Prisão

em Flagrante em: 28/06/2019 FLAGRANTEADO:ERICK DA SILVA DO AMARAL VITIMA:F. B. S. . AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE Processo: nº 0003127-11.2019.8.14.0067 Flagranteado: ERICK DA SILVA DO AMARAL DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos, etc. Cuida-se de comunicação de prisão em flagrante em face de ERICK DA SILVA DO AMARAL, qualificado nos autos, pela prática, em tese, do crime tipificado no artigo 155, §1º, do CP. De acordo com os autos, no dia 26/06/2019, por volta de 01h25min, o flagranteado, teria entrando na residência de Francisco Bezerra da Silva, e furtado uma máquina de lavar da marca Mueller. A vítima foi à delegacia, onde reconheceu o flagranteado como autor do fato, vindo este a ser preso em sua residência no mesmo dia. Com os autos vieram os depoimentos dos policiais e do condutor que participou da prisão, testemunhas e da vítima. Além disso, consta nos autos, Exame de Lesão Corporal, Termo de fiança, Qualificação e interrogatório, Nota de Culpa, Ciência dos Direitos e Garantias Constitucionais, Comunicação à Família. É o Relatório. Decido. Passo a analisar os requisitos do flagrante: O Art. 310, do Código de Processo Penal dispõe: Art. 310. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente: I - relaxar a prisão ilegal; ou II - converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste Código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou III - conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. Ademais, o art. 302 do Código de Processo Penal estabelece os requisitos ensejadores da prisão em flagrante, quais sejam: Art. 302. Considera-se em flagrante delito quem: I - está cometendo a infração penal; II - acaba de cometê-la; III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração; IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração. No presente caso, vislumbram-se presentes os requisitos que autorizam a prisão em flagrante de acordo com o inciso III do art. 302, isto porque, conforme informações colhidas nos presentes autos, os policiais conseguiram realizar a prisão do flagranteado logo após o cometimento do fato delituoso. Desta forma, HOMOLOGO o AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE por estar revestido das formalidades previstas na Constituição da República e no Código de Processo Penal. No caso em análise, o delito em tese praticado é passível de arbitramento de fiança. O delito imputado ao conduzido admite a prestação de fiança, já que inexiste vedação no âmbito constitucional ou infraconstitucional, mormente em relação aos arts. 323 e 324 do CPP. A fiança é necessária para assegurar o desenvolvimento regular das fases policial e judicial da persecução, mediante comparecimento do indiciado aos atos pertinentes, pois o valor estipulado abaixo servirá de vínculo entre aquele e o procedimento (CPP, arts. 282, I e 319, VIII). Diante do exposto, tenho como legal e regular o arbitramento da fiança pela autoridade policial, no importe de R$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais). Devendo ser comunicado a este juízo, no prazo de até 48 horas, se houve o efetivo recolhimento do valor arbitrado. Em decorrência, cumpram-se as seguintes determinações: 1- Oficie-se a autoridade policial comunicando-lhe os termos dessa decisão, oportunidade em que deverá ser requisitada a remessa do inquérito policial no prazo legal. 2- Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redação dada pelo Provimento n. 011/2009, que esta decisão sirva como MANDADO E OFÍCIO. 3- Proceda-se as anotações e comunicações necessárias. 4- Após a juntada do inquérito policial, vistas ao Ministério Público. 5- Dê-se ciência da presente decisão ao Ministério Público. Mocajuba, 28 de junho de 2019 (Assinado Eletronicamente) RAFAEL DO VALE SOUZA Juiz de Direito PROCESSO: 00000485820188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: AUTOR: M. P. E. P. REQUERENTE: T. S. C. REQUERIDO: C. N. C. PROCESSO: 00003016120098140067 PROCESSO ANTIGO: 200910002069 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: EXEQUENTE: J. A. C. Representante(s): OAB 17839 - ANA TEONILA AMERICO ROSA (ADVOGADO) EXECUTADO: J. R. C. PROCESSO: 00003497820138140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERIDO: G. P. M. Representante(s): OAB 6156 - SEBASTIAO MAX DOS PRAZERES GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERENTE: O. G. M. M. Representante(s): OAB XLR8 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) PROCESSO: 00012741120128140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: EXEQUENTE: C. E. M. S. EXEQUENTE: A. C. M. S. EXECUTADO: F. S. C. S. PROCESSO: 00013424820188140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: REQUERENTE: J. S. R. R. REQUERIDO: N. C. A. AUTOR: M. P. E. P. PROCESSO: 00036060920168140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. P. EXEQUENTE: R. P. B. EXECUTADO: I. P. B. PROCESSO: 00044034820178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Divórcio Litigioso em: REQUERENTE: S. R. M. C. Representante(s): OAB 6156 - SEBASTIAO MAX DOS PRAZERES

GUIMARAES (ADVOGADO) REQUERIDO: T. C. C. PROCESSO: 00044043320178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: REQUERENTE: R. V. R. P. Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ADVOGADO) REQUERIDO: R. A. P. PROCESSO: 00051312620168140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: AUTOR: M. P. E. P. REQUERENTE: Y. V. R. A. Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) OAB 26850 - ISAAC WILLIANS MEDEIROS (ADVOGADO) REQUERIDO: F. J. M. A. PROCESSO: 00061795420158140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: EXEQUENTE: P. V. A. R. EXEQUENTE: G. A. R. EXECUTADO: M. M. R. PROCESSO: 00072918720178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: REPRESENTANTE: M. P. E. P. Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) INFRATOR: R. V. S. Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) VITIMA: A. C. M. L. PROCESSO: 00072918720178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: REPRESENTANTE: M. P. E. P. Representante(s): OAB 17456 - THYAGO BENEDITO BRAGA SABBA (ASSISTENTE DE ACUSAÇÃO) INFRATOR: R. V. S. Representante(s): OAB 17571 - TONY HEBER RIBEIRO NUNES (ADVOGADO) VITIMA: A. C. M. L. PROCESSO: 00096544720178140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: INFRATOR: R. P. F. REPRESENTANTE: M. P. E. P. PROCESSO: 00431772120158140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: EXEQUENTE: E. J. L. B. Representante(s): OAB 11505 - VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO: M. M. P. M. Representante(s): OAB 11660 - EMERSON ROCHA DE ALMEIDA (PROCURADOR(A)) PROCESSO: 01081802020158140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: REPRESENTANTE: E. P. M. P. E. P. REQUERENTE: A. V. P. L. EXECUTADO: L. A. S. L. PROCESSO: 01081889420158140067 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: REPRESENTANTE: E. P. M. P. E. P. REQUERENTE: H. P. D. REQUERIDO: D. D. PROCESSO: 05846463020168140301 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Liberdade Assistida em: SOCIO-EDUCANDO: E. R. V.

COMARCA DE BONITO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BONITO

INTIMAÇAÕ DE ADVOGADO

PROCESSO: 0000882-22.2018.8.14.0080

AÇÃO: DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO

REQUERENTE: RAIMUNDO NONATO RODRIGUES

ADVOGADO: NICKERSON CAVALCANTE DOS SANTOS GERALDO, OAB/PA 21.102

REQUERIDO: BANCO YAMAHA MOTOR DO BRASIL S/A

ADVOGADO: EDUARDO LUIZ BROCK, OAB/SP 91.311

R.H.

Diante do cumprimento retro, manifeste-se a parte autora no prazo de 5 dias, decorridos sem manifestação, arquivem-se. Cynthia B. Zanlochi Vieira, Bonito, 09/04/2019.

COMARCA DE MEDICILÂNDIA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MEDICILÂNDIA

SECRETARIA DA VARA UNICA DE MEDICILANDIA - VARA: VARA UNICA DE MEDICILANDIA PROCESSO: 00000505720118140072 PROCESSO ANTIGO: 201110000605 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ADAUTO ALVES DE ARAÚJO Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019---EXEQUENTE:ESTADO DE PARA FAZENDA PUBLICA ESTADUAL Representante(s): ELIZABETE DE OLIVEIRA PEREIRA (ADVOGADO) EXECUTADO:JOAO JUVINO DA SILVA. EDITAL DE INTIMAÇÃO - prazo 20 (vinte) dias O Doutor ANTONIO FERNANDO DE CARVALHO VILAR, Juiz de Direito respondendo pela Comarca de Medicilândia, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc. FAZ SABER aos que lerem ou conhecimento tiverem deste EDITAL que, por este Juízo e Cartório da Vara Única desta Comarca, tramitam os autos da Ação de Execução Fiscal - Processo nº.0000050-57.2011.8.14.0072, que tem como exequente O ESTADO DO PARÁ - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL, e executado JOÃO JUVINO DA SILVA, CPF: 041.677.752-04, fica INTIMADO o Sr. JOÃO JUVINO DA SILVA, CPF: 041.677.752-04 que se encontra em lugar incerto e não sabido, para no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar Contrarrazões ao Recurso de Apelação, interposto os autos em epigrafe. E para que não se alegue ignorância, mandou o Meritíssimo Juiz expedir o presente Edital que será publicado na forma da Lei e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Medicilândia, Estado do Pará, aos vinte e sete (27) dias do mês de junho (06) do ano de dois mil e dezenove (2019). Eu.....Rozângela Almeida da Silva, Servidora Cedida, digitei. Adauto Alves de Araújo Diretor de Secretaria Vara Única da Comarca de Medicilândia-PA Página de 1 Fórum de: MEDICILÂNDIA Email: 1medicilandia@tjpa.jus.br Endereço: Rua Doze de Maio, 1041 CEP: 68.145-000 Bairro: CENTRO; Fone: (93)3531-1311

COMARCA DE PRIMAVERA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PRIMAVERA

Ação Penal ¿ Art. 157 do CPB - Autora: Justiça Pública ¿ Denunciados: ROBSON LISBOA DA SILVA e ANDRE RAMOS DA SILVA. art. 33 da Lei nº 11.343/2006 ¿- DESPACHO - (processo nº 0001942-95.2019.8.14.0144) - 1. **Recebo a denúncia**, pois descreve, adequadamente, o fato, segundo os dados colhidos na investigação policial, permitindo a compreensão e a devida defesa, além disso, traz aos autos elementos de informação, como se depreende dos depoimentos prestados na esfera policial, aptos à formação da justa causa da ação penal, enfim, preenche os requisitos do art. 41. 2. **Citem-se** os acusados para responderem à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, as exceções serão processadas em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do Código de Processo Penal. No mandado deve constar que o Oficial de Justiça, no ato da citação, deve questionar ao acusado se possui advogado, caso declare que n¿o possui, deve questionar se deseja o patrocínio da Defensoria Pública e certificar todo o ocorrido. Não apresentada a resposta no prazo legal, encaminhe-se os autos ao defensor para oferecê-la em até 10 (dez) dias, concedendo-lhe vista dos autos. 3. Cumpram-se as diligências de fl. 05. Primavera-PA, 27 de junho de 2019. **Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito.

Ação Penal ¿ Art. 157 do CPB - Autora: Justiça Pública ¿ Denunciados: ROBSON LISBOA DA SILVA(Advogado: Geovano Honório Silva da Silva-OAB/PA. 15927) e ANDRE RAMOS DA SILVA. art. 33 da Lei nº 11.343/2006 ¿- DESPACHO - (processo nº 0001942-95.2019.8.14.0144) ¿ 1. Concedo-se vistas ao Ministério Público para manifestação em 10 dias a respeito do pedido de revogação da prisão, após, conclusos para julgamento de ambos requerimentos. Primavera-PA, 27 de junho de 2019. **Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito.

Ação Penal - Art. 157, §, II do CPB - Autora: Justiça Pública ¿ Denunciados: ROBSON LISBOA DA SILVA(advogada SAMAYA SILVA BARGAXIA ¿ OAB/PA. 24.979) - DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA - (processo nº 0000361-54.2019.8.14.0044).1. As respostas à acusação têm como base a ausência de autoria. Em que pese os argumentos da defesa, os elementos de informação colhidos no inquérito policial são favoráveis à ocorrência do fato na forma imputada na inicial e, apesar de não serem definitivos, configuram indícios hábeis necessários ao recebimento da inicial. **Do exposto, ratifico o recebimento da denúncia**.2. **Designo audiência de instrução e julgamento** para 24/09/2019, às 12:30hs, onde serão ouvidos vítima (s), testemunha (s) e acusado (s). Requisitem-se os acusados, intimem-se as testemunhas e, havendo testemunha com endereço fora a Comarca, expeça-se precatória para oitiva da testemunha pelo juízo deprecado.3. Intime-se. Dê-se ciência ao Ministério Público.4. Considerando a habilitação do **Dr. CÉZAR AUGUSTO REIS TRINDADE** e a renúncia da advogada **SAMAYA SILVA BARGAXIA**, determino que sejam feitas as atualizações no sistema, além disso, os autos não devem mais ser encaminhados à Defensoria Pública.Primavera-PA, 27 de junho de 2019.**Charles Claudino Fernandes-** Juiz de Direito

Ação Penal - Art. 157, §, II do CPB - Autora: Justiça Pública ¿ Denunciados: ROBSON LISBOA DA SILVA(advogada SAMAYA SILVA BARGAXIA ¿ OAB/PA. 24.979) - DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA - (processo nº 0000361-54.2019.8.14.0044) - Processo nº 0000361-54.2019.8.14.0044. Classe: Ação Penal. Requerente: Gilberto Filho dos Santos Pereira. 1. Trata-se de requerimento de relaxamento da prisão preventiva por excesso de prazo ou substituição por medidas cautelares diversas da prisão

formulado por Gilberto Filho dos Santos Pereira. 2. É o que importa relatar. Decido. 3. Vou trazer os mesmos argumentos da decisão que indeferiu o mesmo pedido no processo em apenso, pois não há fatos novos. Falece razão ao requerente, eis que ainda estão presentes nos autos os motivos que ensejam a decretação da prisão preventiva.5. O pedido de revogação de prisão preventiva deve ser indeferido, pois ainda presentes o fumus delicti comissi e o periculum libertatis. 6. A defesa, inicialmente, centra a argumentação em relação aos indícios de autoria. Em que pese a argumentação, considerando que, para a custódia cautelar, são necessários apenas os indícios, entendo que estão presentes, havendo recebimento da denúncia. Repito a argumentação trazida na decisão que decretou a preventiva. Os indícios de autoria do crime estão presentes nos depoimentos trazidos com o procedimento investigatório, vide depoimentos de CARMELINDA ALVES DO NASCIMENTO LIMA, JANDERSON JOSÉ SILVA DOS SANTOS e EDINELSON ALVES CORREA. Esses depoimentos trazem dados que apontam indícios de autoria em 03 roubos, sendo praticados com o mesmo modus operandi, qual seja, os assaltantes agem em dupla, um fica na motocicleta e outro aborda a vítima com a arma de fogo. A autoria em relação ao representado CARLOS está bem mais clara (com reconhecimento pelo físico, voz e até pela própria face, como relatou EDINELSON), mas também há indícios suficientes em relação a GILBERTO, quando este pedia água em companhia de CARLOS nas casas da zona rural, sendo ouvida por testemunhas que CARLOS e GILBERTO tratavam de dinheiro e em situação parecida de quem tinham participado de um assalto. 7. A prisão preventiva faz-se necessária para garantia da ordem pública. Assegurar a ordem pública, no seu sentido mais corriqueiro, significa impedir a repetição de condutas criminosas, o que se faz necessário no caso apresentado, visto que os representados são suspeitos da prática de três delitos de roubo, em pouco espaço de tempo, utilizando-se de um mesmo modus operandi, com uma motocicleta, um para dar fuga e outro para abordar as vítimas com a arma de fogo, o que demonstra a necessidade premente de prisão para evitar o cometimento de novos delitos, além do mais, verifico no sistema que o requerente possui antecedente criminal por roubo, o que reforça a necessidade de prisão para a garantia da ordem pública.8. O fato de ter trabalho e residência fixa não impede a decretação da preventiva quando presentes seus pressupostos. As medidas cautelares diversas da prisão são insuficientes para garantir a ordem pública. 9. Por fim, no tocante ao excesso de prazo, não está caracterizado, havendo apenas 06 meses de prisão, não se verificando extrapolamento não razoável dos prazos e o processo vem tendo despachos frequentes.10. Ante o exposto: 10.1. presentes os fundamentos e pressupostos da prisão preventiva, indefiro os pedidos de revogação de preventiva e de concessão de medidas cautelares diversas da prisão, além do pedido de relaxamento por excesso de prazo.10.2. intime-se, ciência ao Ministério Público. Primavera, 27 de junho de 2019.Charles Claudino Fernandes-Juiz de Direito

Ação Cível ¿ Repetição de Indébito: Requerente: JOANA FARIAS DA LUZ(advogado: DIORGEO MENDES¿OAB/PA. 12614 e BRENO ALCANTARÁ-OAB/PA. 21820). Requerido: BANCO BRADESCO S.A DECISÃO INTERLOCUTÓRIA (processo nº 0002605-53.2019.8.14.0044) A requerente alegou que tomou conhecimento que foram realizados 01 empréstimo em seu nome sem sua autorização, qual seja, Contrato 0123349842708 no valor de R$ 961,37 em 56 parcelas de R$ 29,64.Pede tutela de urgência para suspender os descontos em seu benefício relativos aos contratos referidos até o trânsito em julgado da sentença. É o que importa relatar. No caso dos autos, entendo que é razoável o alegado pela requerente, corroborado pelos documentos onde constam descontos em seus benefícios em nome do Banco reclamando, devendo ser dado credibilidade à palavra da parte requerente nessa fase do processo, pois se trata de prova de fato negativo, havendo assim, probabilidade do direito. Também temos o perigo de dano, pois há desconto em benefícios previdenciários que tem caráter alimentar. Presentes os requisitos do art. 300 do CPC, a probabilidade do direito e o perigo de dano ao resultado útil do processo, deve ser deferida a tutela de urgência. **Do exposto, concedo a tutela de urgência, para determinar a suspensão dos descontos no benefício da requerente relativos ao contrato nº 0123349842708 até posterior deliberação, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00 por descumprimento até o teto de R$ 5.000,00. Oficie-se ao INSS e intime-se o Réu para cumprimento.** O autor pugna o benefício da justiça gratuita previsto na Lei n.º 1.060/50, declarando ser hipossuficiente o que gera presunção juris tantum de que a parte não possui condições de pagar as despesas processuais. **Defiro o pedido de justiça gratuita.**Deve ser deferido o benefício da inversão do ônus da prova. Dispõe o art. 6º do C.D.C. em seu inciso sexto ¿São direitos básicos do consumidor: ... VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiências;...¿. A inversão do ônus da prova deve ser deferida, pois a prova ao consumidor poder ser, especialmente, dificultada, eis que há vários documentos relacionados à prova do processo que são formados unilateralmente pela requerida. **Do exposto, defiro o pedido de inversão do ônus da prova**.**Designo**

audiência de conciliação para 19/09/2019, às 12:15hs.No mandado de citação para a audiência e intimação das tutelas concedidas deverá constar, nos termos do art. 334[1] e incisos do CPC, que (i) a intimação do autor para a audiência será feita na pessoa de seu advogado; (ii) A audiência não será realizada ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual, devendo o autor revelar seu interesse na petição inicial e o réu por petição protocolada em até 10 dias contados da data da audiência; (iii) o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado; (iv) as partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos; (v) a parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir e (vi) a autocomposição obtida será reduzida a termo e homologada por sentença. **Não havendo autocomposição na audiência de conciliação**, resta intimado o Requerido para apresentar resposta, tendo para tanto o prazo de **15 (trinta) dias**, que terá por termo inicial. data da audiência de conciliação que terá termo inicial a data da audiência de conciliação[2], fazendo-se no mandado as advertências do art. 344[3] e 355, I[4] do CPC.Primavera-PA, 24 de Junho de 2019.**Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito

[1] art. 334, NCPC - Se a petição inicial preencher os requisitos essenciais e não for o caso de improcedência liminar do pedido, o juiz designará audiência de conciliação ou de mediação com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, devendo ser citado o réu com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência.

[2] art. 335, I, CPC - O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: ... I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposiç¿o;

[3] art. 344, NCPC - Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor

[4] art. 344, NCPC - O juiz julgará antecipadamente o pedido, proferindo sentença com resolução de mérito, quando: I - não houver necessidade de produção de outras provas; ...

Ação Penal - Art. 157, §, 2º, II do CPB - Autor: Justiça Pública ¿ Denunciados: ADRIANO RIBEIRO GOMES ¿ ANDRÉ GOMES DA CRUZ (Defensora Pública: ANA LAURA MACEDO SÁ ¿ advogada: CAROLINE FERREIRA DA ROSA-OAB/PA. 23.714) - DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA (processo nº 0005008-29.2018.8.14.0044)1. A resposta à acusação resguardar-se para aprofundar a tese meritória para a fase de alegações finais. **Do exposto, ratifico o recebimento da denúncia**.2. **Designo audiência de instrução e julgamento para 15/10/2019, às 11:30 hs**, onde serão ouvidos vítima (s), testemunha (s) e acusado (s). Se houver testemunha com residência com endereço fora da Comarca, deve ser expedida precatória para oitiva pelo juízo de seu domicílio.3. Intime-se. Dê-se vistas ao Ministério Público para manifestação em 10 dias a respeito do pedido de revogação da prisão preventiva. Primavera-PA, 19 de junho de 2019. **Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito.

Ação Penal - Art. 157, caput do CPB - Autor: Justiça Pública ¿ Denunciados: MARCELO DE SOUSA COSTA, ANDERSON PATRICK AZEVEDO PIMENTEL (Geovano Honório Silva da Silva-OAB/PA. 15927, Cezar Augusto Reis Trindade-OAB/PA. 12.489) - DESPACHO (processo nº 0001244-98.2019.8.14.0044)-1. Passada a fase de citação, verificamos) MARCELO e ANDERSON foram citados e apresentaram defesa; ii) ANTÔNIO e LUIZ foram citados e apresentaram defesa; iii) ELITON não foi encontrado no endereço dos autos, estando em local incerto e não sabido.2. Dando-se continuidade ao

processo: i) promova-se a citação de ELITON SANTOS PINHEIRO por edital, com prazo de 15 dias; ii) após a expedição do edital, encaminhar os autos à Defensoria Pública para apresentar defesa em favor de LUIZ ALEX DA CONCEIÇ¿O COSTA e ANTÔNIO GENÍCIO DOS REIS GOMES. Primavera-PA, 19 de junho de 2019.**Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito

AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ¿ REQUERENTE: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA/PA - Procurador: Antônio Eduardo dos Santos Rodrigues. Requeridos: CLEUMA MARIA BEZERRA DE OLIVEIRA(Adv.Samaya Silva Bargaxia ¿ OAB/PA 24.979) - DESPACHO (processo nº 0000743-18.2017.8.14.0044) -1. Promova-se o cumprimento do despacho anterior em sua integralidade, devendo haver intimação de todas partes para manifestação em provas, observando a prerrogativa da intimação da Fazenda Pública e do Ministério Público.2. A Secretaria deve cumprir IMEDIATAMENTE o despacho anterior, o processo está devidamente identificado como processo de meta 4, que tem preferência legal. Primavera-PA, 14 de junho de 2019.**Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito.

AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ¿ REQUERENTE: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA/PA - Procurador Municipal: LUIZ CLÁUDIO DE SOUZA ALMEIDA ¿ OAB/PA 24.092. Requeridos: CLEUMA MARIA BEZERRA DE OLIVEIRA, MARIA DAS GARÇAS TRINDADE DE OLIVEIRA - DESPACHO (processo nº 0003505-70.2018.8.14.0044)-1. A Secretaria deve cumprir IMEDIATAMENTE o despacho anterior, estando o processo parado há quase um ano sem cumprimento do despacho inaugural, além do mais, o processo está devidamente identificado como processo de meta 4, que tem preferência legal. Primavera-PA, 14 de junho de 2019.**Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito.

AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ¿ REQUERENTE: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA/PA - Procurador: Antônio Eduardo dos Santos Rodrigues. Requeridos: CLEUMA MARIA BEZERRA DE OLIVEIRA, ADELINA BEZERRA GOMES - DESPACHO (processo nº 0000081-20.2018.8.14.0044)-1. A Secretaria deve cumprir IMEDIATAMENTE o despacho anterior, estando o processo parado há quase um ano sem cumprimento do despacho inaugural, além do mais, o processo está devidamente identificado como processo de meta 4, que tem preferência legal. Primavera-PA, 14 de junho de 2019.**Charles Claudino Fernandes-** Juiz de Direito.

AÇÃO CIVIL DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ¿ REQUERENTE: MUNICÍPIO DE PRIMAVERA/PA ¿ Procurador: Antônio Eduardo dos Santos Rodrigues. Requeridos: CLEUMA MARIA BEZERRA DE OLIVEIRA, PAULO SERGIO DE SOUSA DA SILVA(ADVOGADOS: (Jucenilda Tavares da Silva-OAB/PA. 15.462, Orlando Nogueira de Freitas Junior-OAB/PA. 21322) DESPACHO (processo nº 0001441-24.2017.8.14.0044)-1. Promova-se o cumprimento do despacho anterior em sua integralidade, devendo haver intimação de todas partes para manifestação em provas, observando a prerrogativa da intimação da Fazenda Pública e do Ministério Público.2. A Secretaria deve cumprir IMEDIATAMENTE o despacho anterior, o processo está devidamente identificado como processo de meta 4, que tem preferência legal. Primavera-PA, 14 de junho de 2019.**Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito.

AÇÃO PENAL ¿ Art.33 da Lei nº 11.343/06. Autor: Justiça Pública. Réu:.WANDERLEY TEODORO DE PAULA (Adv. Geovano Honório Silva da Silva-OAB/PA. 15927) - DESPACHO (processo nº 0002862-83.2016.8.14.0044)-1. Cumpra-se o despacho do Desembargado Relator, abrindo-se vistas ao Ministério Público para contrarrazoar no prazo legal, após, devolver os autos ao Egrégio TJPA. Primavera-PA, 14 de junho de 2019.**Charles Claudino Fernandes-** Juiz de Direito

AÇÃO PENAL ¿ Art.155, § 4º, inciso IV do CPB. Autor: Justiça Pública. Réu: Art.155, § 4º, inciso IV do CPB. Autor: Justiça Pública. Réu: FERNANDO LOBO SANTA BRIGIDA e NERISMAR RIBEIRO

DE LINO (Adv. Lana Claudia Lucena da Cunha-OAB/PA. 22046-B) - SENTENÇA-Processo nº 0047009-34.2015.8.14.0044.Classe: Ação Penal Pública Incondicionada/Furto Qualificado. Autor: Ministério Público Estadual. Réu: Fernando Lobo Santa Brígida. Sentença com resolução de mérito. **RELATÓRIO.** O Ministério Público Estadual ofertou denúncia em face de Fernando Lobo Santa Brígida e Nerismar Ribeiro de Lino atribuindo-lhes a conduta prevista no art. 155, §1º, IV do Código Penal. A denúncia relata que: ¿... no dia 23 de fevereiro de 2015, por volta das 17horas e 30minutos, o policial militar Denio Oliveira dos Santos, foi acionado através da Delegacia de Polícia, para atender a uma ocorrência de furto de açaí, comunicando pela segurança da firma Votorantim e que dava conta de que haviam sido subtraídas 03 (três) latas de açaí e que o fruto pertencia as árvores de açaí de propriedade da referida firma. ... O acusado FERNANDO confessou, ainda, que vendeu o açaí para o Sr. Manoel Meireles, conhecido por ¿NENECO¿, pelo valor de R$ 90,00 (noventa reais). Sendo que foram três latas de açaí a R$ 30,00 (trinta reais) casa ...¿.O processo vem instruído com Inquérito Policial nº 192/2015.000095-9, em apenso. Recebimento da denúncia (fl. 06). Na fl. 14, foi determinada a citação por edital do acusado NERISMAR RIBEIRO DE LINO. Na fl. 22, houve a apresentação de resposta à acusação em favor de NERISMAR RIBEIRO DE LINO (observo que houve um erro material peça, pois constou o nome de NERISMAR, que não foi citado e não FERNANDO, que foi citado e postulou o patrocínio da Defensoria Pública).Na fl. 23, houve decisão onde houve a ratificação do recebimento da inicial, separação do processo em relação ao acusado NERISMAR RIBEIRO DE LINO e a instrução do processo. Audiência (fl. 29), onde foi ouvido a testemunha MANOEL MEIRELES e interrogado o acusado, havendo desistência de oitiva das demais testemunhas. Alegações finais (fls. 31 a 33), pelo Ministério Público, pedindo a absolvição do acusado em face à atipicidade material pela insignificância da lesão jurídica. Foi nomeada a Dra. LANA CLAÚDIA LUCENA DA CUNHA na condição de advogada dativa. Alegações finais (fls. 36 a 38), pela defesa, pedindo a absolvição do acusado, em face ao princípio da insignificância. Os autos vieram conclusos para sentença. **FUNDAMENTAÇ¿O**-Antes de analisar as consequências jurídicas, passo ao acertamento do fato. Observo que o processo está tramitando apenas em desfavor de Fernando Lobo Santa Brígida. Houve um erro material na resposta à acusação, pois constou o nome de NERISMAR, que n¿o foi citado. De fato, a defesa foi feita em favor de FERNANDO, que foi citado e postulou o patrocínio da Defensoria Pública 1. Tenho como fato provado que Fernando Lobo Santa Brígida e Nerismar Ribeiro de Lino, acompanhados de terceira pessoa, subtraíram três latas de açaí da propriedade da empresa VOTORANTIM. Após, venderam o açaí para MANOEL MEIRELES pelo valor de R$ 90,00, tendo ficado R$ 30,00 para cada um. A prova não demanda dificuldade. Materialidade e autoria estão comprovadas. A materialidade está comprovada pelos depoimentos da testemunha e do próprio acusado, além de auto de apresentação e apreensão de fl. 22, onde fica a apreensão dos bens subtraídos. A autoria também está clara, em especial, pela confissão do acusado e o depoimento de MANOEL MEIRELES, onde informa ter comprado o açaí do acusado. **Ante o exposto, com base na prova testemunhal e documental, entendo presentes a autoria e materialidade do fato, como antes descrito, ante a reconstrução dos fatos para fins do processo**. Passo agora à análise das consequências jurídicas.**1. Do Fato Típico, Antijurídico e Culpável.** Ocorre o fato típico quando presentes todos seus elementos: conduta, resultado, nexo causal (nos crimes com resultado naturalístico) e tipicidade. O acusado subtraiu açaí. Assim agindo, praticou a conduta, agindo dolosamente, pois tinha consciência do ato que praticava e agiu de acordo com esse entendimento. Ocorreu o resultado, pois houve a subtração do objeto material do crime, havendo nexo causal, pois a subtração originou-se da conduta do acusado. Conduta é **atípica**, pois, apesar de se amoldar à descrição legal (Art. 155. Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: ...), há subsunção formal, não se verifica a subsunção material. A tipicidade penal, modernamente, não se vale apenas do seu conceito meramente formal para sua configuração. Ao lado da subsunção formal, deve haver a subsunção material, para configurar a tipicidade penal. A tipicidade material visa adequar a tipicidade formal à proteção ao bem jurídico tutelado penalmente. Milhares de condutas praticadas no dia a dia são formalmente típicas, mas não ao bem jurídico protegido pela norma penal. Nesses casos, quando não há ofensa ao bem jurídico protegido pela norma penal, o direito penal não deve intervir, a reprovação da conduta deve decorrer da consciência dos agentes, da reprovação dos familiares, para os religiosos, o castigo decorrente do cometimento do pecado, com a reprovação divina (não furtaras), para o empregado, a falta pode gera a sanção trabalhista (advertência, despedida por justa causa etc), para o servidor público, pode vir sanção administrativa (suspensão, demissão etc), podem advir sanções no âmbito civil através das ações de indenização. Sendo o direito penal a ultima ratio, as condutas insignificantes do ponto de vista penal devem ser reprovadas por outros meios de contenção social, sejam oficiais, com as sanções decorrentes da lei (trabalhista, administrativa, civil etc), morais, religiosas etc, reservando-se ao direito penal as condutas relevantes, pois essas ofendem o bem protegido pela norma penal. O problema do princípio da insignificância não é sua aceitação, que é generalizada, mas identificar o que é

insignificante. Não há balizas legais. A jurisprudência vem firmando determinadas premissas, mas ainda com dificuldades, pois há entendimentos diversos no STJ e STF. Uma coisa é certa, o caso concreto é que firmará o que é insignificante. Para a caracterização da insignificância do bem vários critérios têm sido adotados vários critérios, mas sem pacificação. A dificuldade de fixar os critérios deve-se ao fato que o princípio da insignificância é extraído de formulação doutrinaria do cotejo dos dispositivos constitucionais e legais, mas não há dispositivo específico sobre a matéria. Dessa forma, a cada dia a jurisprudência e doutrina vêm moldando o conceito, fixando os critérios. Alguns pontos são certos (ou pelo menos mais adotados), como o pequeno valor da coisa e o valor da coisa em cotejo com a capacidade econômico-financeira da vítima e com base neles analisarei se o bem subtraído é insignificante ou não do ponto de vista da norma penal. Vejamos a jurisprudência: PENAL. FURTO DE PEQUENO VALOR. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. O valor ínfimo da res furtiva, sem qualquer repercussão no patrimônio da firma vítima, não tem repercussão na seara penal, à míngua de efetiva lesão do bem jurídico tutelado, enquadrando-se a hipótese no princípio da insignificância. Recurso especial conhecido e desprovido. Decisão: Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, conhecer do recurso especial, mas negar-lhe provimento, na conformidade dos votos e notas taquigráficas a seguir. Participaram do julgamento os Srs. Ministros Fernando Gonçalves, Hamilton Carvalhido e Fontes de Alencar. Ausente, por motivo de licença, o Sr. Ministro William Patterson. (Recurso Especial nº 264633/MG, 6ª Turma do STJ, Rel. Min. Vicente Leal. j. 03.10.2000, Publ. DJU 23.10.2000, p. 210). A respeito do tema, trago à colação lição de Alexandre Cebrian e Victor Eduardo, em Direito Processual Penal Esquematizado, 2012, Editora Saraiva. fl. 245:¿Os Tribunais, inclusive os superiores, têm, todavia, dado amplitude ao conceito de bagatela, para abarcar não apenas bens que tenham valor próximo de zero mas também objetos que se aproximam a dez ou até vinte por cento do salário mínimo vigente, ou mais.¿. Na análise do caso concreto, o valor do bem subtraído é R$ 90,00. A norma penal de furto tutela o patrimônio, no caso, o patrimônio da empresa VOTORANTIM. De início, observamos que a vítima, empresa com patrimônio na casa dos bilhões, não teve seu patrimônio afetado. Essas circunstâncias nos revelam a insignificância do fato imputado ao acusado, acrescido na inexistência de antecedentes criminais em desfavor do acusado. Como dito, a tipicidade penal é formada pela tipicidade formal e tipicidade material. O bem subtraído é insignificante, é irrelevante penalmente, dessa forma, não há tipicidade material, em consequência, não tipicidade penal. **Ausente a tipicidade, inexiste fato típico e, em consequência, não há crime**. Nos termos do art. 386, III (O juiz absolverá o réu, mencionando a causa na parte dispositiva, desde que reconheça: ... III - não constituir o fato infração penal ...) o acusado deve ser absolvido se o fato não constituir infração penal. Considerando que o fato não é infração penal, em consequência, a absolvição é medida que se impõe. **DISPOSITIVO .** Ante o exposto, julgo improcedente a pretensão punitiva estatal, absolvendo o acusado Fernando Lobo Santa Brígida, da imputação do art. 155, § 1º, I do Código Penal, nos termos do art. 386, III, C.P.P. P.R.I.C. O cartório deve cumprir a decisão de fl. 23, no tocante à separação. Transitado em julgado, voltem os autos conclusos para fixar os honorários da advogada dativa. Primavera-PA, 13 de junho de 2019. Charles Claudino Fernandes- Juiz de Direito

Ação Penal - Autor: Ministério Público Estadual. Réu: ANDERSON FARIAS DA SILVA(Adv. ANTONIO AFONSO NAVEGANTES-OAB/PA. 3334) - SENTENÇA-Processo nº 0002964-28.2018.8.14.0144.Classe: Ação Penal Pública Incondicionada/Art. 14 da Lei nº 10.826/2003 e art. 244 ¿ B da Lei nº 8.069/1990.**Autor: Ministério Público Estadual. Réu: Anderson Farias da Silva**. Sentença com resolução de mérito. **RELATÓRIO.** O Ministério Público Estadual ofertou denúncia em face de ANDERSON FARIAS DA SILVA, atribuindo-lhe a conduta prevista no art. 14 da Lei n° 10.826/2003 e art. 244 ¿ B da Lei nº 8.069/1990.A denúncia relata o seguinte fato: ¿Consta dos inclusos autos de inquérito policial que, no dia 08/09/2018, por volta das 21h, na Rua Bernardino Gomes, s/n, CEP: 68709-000, Centro, Quatipurú-PA, o DENUNCIADO ANDERSON FARIAS DA SILVA, portava e mantinha sob sua guarda, uma arma tipo caseira, Calibre 38, com 1 munição intacta, sem autorização legal e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, a qual foi apreendida conforme autor de apresentação e apreensão de fl. 13; bem como, corrompeu M. V. da S. da C., menor de 18 anos, induzindo-o à prática de

infração penal, roubo. Infere-se ainda dos autos do Inquérito, que por volta das 21h, o Policial Militar Condutor (f. 06) recebeu informações via informantes que o denunciado, juntamente com M. V. da S. da C., adolescente em conflito com a Lei, estariam sentados em frente à igreja evangélica, no centro da cidade, planejando a execução de um Roubo. Consta ainda, que ao se dirigir até o local indicado na denúncia, a guarnição da Polícia Militar, na aproximação ao denunciado e ao adolescente, ensejou na evasão dos mesmos, os quais na tentativa de empreenderem fuga, despacharam uma arma tipo caseira, Calibre 38 e uma faca tipo terçado, conforme depoimento de fls. 06 e 07...¿. O processo vem instruído com Inquérito Policial nº 00193/2018.100061-9 (em apenso).Recebimento da denúncia (fl. 06).Resposta à acusação (fls. 13 a 16). Decisão interlocutória (fl. 17) ratificando o recebimento da denúncia e designando audiência de instrução e julgamento. Na fl. 25, audiência onde foram ouvidas as testemunhas da acusação, defesa e qualificado e interrogado o acusado. Os depoimentos foram gravados, estando nos autos à fl. 31 em DVD. Laudo pericial nº 2019.02.000077-BAL (fls. 33/34). Alegações finais, pelo Ministério Público, pedindo a condenação do acusado pela prática do crime previsto no art. 14 da Lei n° 10.826/2003 e art. 244 ¿ B da Lei nº 8.069/1990, analisando a prova dos autos e chegando à conclusão pela ocorrência da materialidade e autoria. Alegações finais, pela defesa, onde argumenta no sentido de ser uma pessoa íntegra, pai de família, de bons antecedentes, que vem cumprindo regularmente sua pena, assinando o livro regularmente, sendo injusto seu encarceramento; que não há prova da autoria, uma vez que os indícios baseiam-se apenas nos depoimentos dos policiais e no interrogatório policial; que a polícia apenas tem uma suposição que os acusados se desfizeram da arma e, de fato, não estavam nas mãos do acusado no momento da prisão, até por que vinha de uma partida de futebol e não seria compatível estar com um terçado e uma arma de fogo nesse momento, ao fim, pede absolvição pela insuficiência de prova. Os autos vieram conclusos para sentença. **FUNDAMENTAÇ¿O.** Não há questões processuais pendentes. O processo está maduro para sentença. Antes de analisar as consequências jurídicas, **passo ao acertamento do fato**.1. Tenho como fato provado que, no dia 08/09/2018, por volta das 21h, os policiais militares MARCOS ANTÔNIO DA COSTA DOS SANTOS e SEBASTI¿O SÉRGIO DOS SANTOS SOUSA faziam ronda na cidade de Quatipurú quando foram informados por um popular que duas pessoas estavam no canto da Assembleia pretendendo praticar roubos, ato contínuo, os policiais foram ao local, situado na Rua Bernardino Gomes, s/n, Centro, Quatipurú-PA, e, ao se aproximarem, as duas saíram do local onde estavam, mas foram abordados pelos policiais, que voltaram ao local onde estavam e apreenderam uma arma tipo caseira, Calibre 38, com 1 munição intacta, que estava em poder de ANDERSON FARIAS DA SILVA e um terçado, que estava em poder de M. V. D. S. D. C. Esse é menor, conforme documento de fl. 10 do inquérito policial. 2. Também está provado que ANDERSON se desfez da arma quando houve a abordagem policial. A materialidade está provada, depoimentos do acusado e testemunhas, além do laudo de folhas 32/33, que prova a funcionalidade e potencialidade da arma, conforme exposto no tópico conclusão ¿4 ¿ CONCLUS¿O: Ante o que foi observado e exposto conclui o Perito que arma de fogo periciada apresentava pesquisa positiva para vestígio compatível com tiro (s) anterior (es) ao exame, porém, n¿o foi possível precisar a recentidade dos (s) dos mesmo(s). No momento da perícia a arma de fogo questionada encontrava-se em condições de funcionamento, possuindo características e desempenho detalhado conforme explanado nos Itens dos Exames¿. No tocante à autoria, temos duas linhas muito comuns nos processos, a firmada pelos policiais e a trazida pelo acusado em seu interrogatório, havendo também o depoimento da testemunha MARIA DAS GRAÇAS para lhe coadjuvar. Vou transcrever o que de mais importante foi colhido na prova testemunhal. MARCOS ANTÔNIO DA COSTA DOS SANTOS declarou ser Policial Militar, que estavam em ronda e foram acionados no sentido de haver dois cidadãos no canto da Assembleia que estavam querendo cometer roubos e ao chegaram lá encontraram o maior com uma arma e o menor com um terçado, que eles foram presos e levados à Delegacia de Polícia, que sabe que o acusado já cometeu crimes, que ele estava com uma garrucha, que reconheceu o acusado como a pessoa que prendeu, que no ação estava apenas o depoente o policial S. SANTOS, que avistou o acusado há uns 5 a 10 metros, que ao chegar, viu o acusado jogando a arma, que estava um pouco escuro, que o acusado não estava com a arma na mão no momento da prisão. SEBASTI¿O SÉRGIO DOS SANTOS SOUSA declarou ser Policial Militar, que estavam próximo de uma praça onde estava jogos, quando passou um senhor dizendo que ouviu dois rapazes dizendo que iriam fazer assaltos, que foram ao local, quando os dois avistaram a viatura e saíram do local, separando-se, que os dois foram abordados e não tinham nada, mas voltaram ao local onde estavam e apreenderam uma arma de fogo e um terçado, que eles jogaram a arma, que o acusado era conhecido por ¿nome¿, que reconhece o acusado como a pessoa que estava com a arma, que, questionado posteriormente, disse que não viu o acusado e o menor jogarem as armas, apenas eles saíram do lugar, foram abordados, estavam sem as armas e quando voltaram ao lugar onde eles estavam, as arma foram encontradas, que o local era iluminado. EDILSON SANTOS DA SILVA declarou que é

vizinho do acusado, que ele trabalha catando caranguejo, que o acusado cria uma menina. MARIA DAS GRAÇAS MONTEIRO DA SILVA declarou que conhece o acusado há oito anos, que no dia que ele foi preso, reuniram-se, que têm dois netos que estavam lá para a quadra, que o acusado também foi com a depoente, que olharam o jogo e ele veio junto, mas quando chegou em frente à igreja, ele encontrou um homem, ficou conversando, enquanto que a depoente seguiu, depois, já disseram que ele foi preso, que não viu a prisão, que o acusado jogou à tarde, mas à noite não, que ele mora com o pai e tem uma mulher, que o acusado não é envolvido em confusão, que ele vestia bermuda e camisa, que ele não trazia arma, que ele não estava bebendo, que ele trabalha com caranguejo e roça. Interrogado, o acusado declarou estava havendo jogos olímpicos na quadra e gosta muito de jogar futebol, que foi com o pessoal de seu bairro para a quadra no período da noite, que estava voltando com o pessoal e encontrou um menor que reside próximo à sua casa e ficou conversando com ele, que não estava armado e não viu o menor armado, que não fugiram à abordagem policial, que os policiais disseram para ficaram parados e foram a uma casa próxima, onde acharam a arma e o terçado, mas não era do depoente, nem do menor, que nem sabia por que estavam algemados, que não estava com a arma de fogo, nem o terçado, que não viu qualquer pessoa jogando arma, nem com arma, que a distância da abordagem até o local onde a arma foi encontrada era pouca. Analiso a prova. O depoimento da testemunha EDILSON SANTOS DA SILVA é apenas para antecedentes. De imediato, alguns pontos são comuns, não havendo dúvidas. No dia, ocorria um evento esportivo. Houve a prisão de ANDERSON e do menor. No contexto da prisão, houve a apreensão de arma de fogo e do terçado. Em seu interrogatório, ANDERSON declarou que não portava a arma. A testemunha MARIA DAS GRAÇAS declarou que foi com ANDERSON e outras pessoas para o local onde ocorria o evento esportivo e voltou com ele, até que ele parou no canto da Igreja e ficou falando com uma pessoa, tendo a depoente seguido seu caminho e soube posteriormente da prisão do acusado, declarando também que ele não portava arma de fogo. Os policias declararam que uma pessoa informou que duas pessoas estavam no canto da Assembleia, foram lá e prenderam ANDERSON e o menor, sendo que o acusado jogou a arma antes de sua prisão. Qual a versão condiz com a realidade? Entendo que é a dos policiais. Em primeiro lugar, não há, nos autos, qualquer elemento indicando qualquer indisposição, intriga, rixa ou qualquer outra coisa entre o acusado e os policiais que pudesse gerar suspeição a respeito dos depoimentos dos policiais militares. Os policiais militares, desde o inquérito, vêm com a mesma versão. Há pequenos pontos, como a luminosidade do local, o momento em que foi jogado a arma, mas nada essencial que retire o ponto central do processo, qual seja, a prisão do acusado com uma arma sob seu poder após abordagem policial. A mera negativa do acusado, dissociada de outro elemento, não é capaz de infirmar os testemunhos dos policiais. Ressalto que o depoimento de MARIA DAS GRAÇAS é insuficiente para reverter esse quadro, até por que não estava no momento da prisão, pois continuar o caminho para casa, enquanto o acusado ficou conversando com uma pessoa no canto da Assembleia. Por fim, a mera negativa do acusado, sem base em outra prova relevante (o depoimento de MARIA DAS GRAÇAS não tem essa força), não é capaz de infirmar a tese acusatória havendo depoimento claro dos policiais quanto a prisão de ANDERSON no momento que esse se desfazia da arma, não havendo qualquer elemento dos autos que gerem suspeição dos policiais. **Ante o exposto, com base na prova testemunhal e documental, entendo presentes a autoria e materialidade do fato, como antes descrito, para fins do processo**. Passo agora à **análise das consequências jurídicas**.**1. Do Fato Típico, Antijurídico e Culpável em relação ao crime de Porte Ilegal de Arma de Fogo (art. 14, Lei nº 10.826/2003).**Ocorre o fato típico quando presentes todos seus elementos: conduta, resultado, nexo causal (nos crimes com resultado naturalístico) e tipicidade. O acusado detinha arma de fogo em seu poder. Assim agindo, praticou a conduta, agindo dolosamente, pois tinha consciência do ato que praticava e agiu de acordo com esse entendimento. Trata-se de crime de mera conduta, não há resultado naturalístico, nem nexo causal. Conduta é típica, pois se amolda a um tipo penal. Vejamos o tipo penal a que se imputa, na denúncia, ao acusado: ¿Lei n° 10.826/03. Art. 14. Portar, deter, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso permitido, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar:¿. ANDERSON FARIAS DA SILVA portava/detinha uma arma de fogo sem autorização, em consequência, o fato subsume-se ao prescrito no art. 14. Ante o exposto, entendo que o acusado praticou o crime previsto no art. 14 da Lei n° 10.826/03, não havendo excludente de ilicitude ou culpabilidade.**2. Do Fato Típico, Antijurídico e Culpável em relação ao art. 244 ¿ B da Lei nº 8.069/1990.**Ocorre o fato típico quando presentes todos seus elementos: conduta, resultado, nexo causal (nos crimes com resultado naturalístico) e tipicidade. O acusado detinha arma de fogo em seu poder, estando ao lado do menor M. V. da S. da C., que foi encaminhado à Autoridade Policial, sendo entregue para a genitora mediante termo de compromisso. Assim agindo, praticou a conduta, agindo dolosamente, pois tinha consciência do ato que praticava e agiu

de acordo com esse entendimento. Trata-se de crime de mera conduta, não há resultado naturalístico, nem nexo causal. Conduta é atípica, pois não se amolda a um tipo penal. Vejamos o tipo penal a que se imputa, na denúncia, ao acusado: ¿Lei n° 8.069/1990. Art. 244 ¿ B. Corromper ou facilitar a corrupção de menor de 18 (dezoito) anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la:...¿.Segundo o escólio de PAULO HENRIQUE, GUILHERME e FLÁVIO MARTINS o crime somente se consuma se o adolescente pratica ato infracional. Transcrevo trecho de sua obra: ¿A corrupção ou a sua facilitação deve ser consequência direta da prática de infração penal (ato infracional) pelo menor de 18 anos (criança ou adolescente), juntamente com o adulto ou sozinho, mas por ele induzido. Trata-se de crime remetido, que exige prova da existência de ato infracional praticado por criança ou adolescente, prescindindo, contudo, de sentença socioeducativa sancionatória em caso de adolescente (a aplicação de remissão, v.g., não impede a configuração do crime do art. 244-B do ECA).Como se percebe, a existência de ato infracional praticado por criança ou adolescente constitui questão prejudicial homogénea (não devolutiva), a ser dirimida incidentalmente pelo juízo criminal competente para a apreciação do crime do art. 244-B do ECA. Eventual sentença socioeducativa absolutória do adolescente, no entanto, se fundada em "estar provada a inexistência do fato" ou em "não constituir o fato ato infracional" (art. 189,1 e III, do ECA), induz a atipicidade da conduta do maior a quem era imputada a corrupção ou a sua facilitação.¿. PAULO HENRIQUE ARANDA FULLER, GUILHERME MADEIRA DEZEM e FLÁVIO MARTINS ALVES NUNES FILHO, Estatuto de Criança e do Adolescente, 2ª Edição, editora RT, fl. 234.Na forma estipulada pela doutrina, faço análise da existência de ato infracional apenas para verificação da existência do crime imputado a ANDERSON. Na instrução processual, verificamos que o menor foi apreendido com um terçado e a maior com a arma de fogo. Essa situação ficou bem clara. Não foi uma coautoria em porte da arma de fogo. As situações ficaram isoladas, por conseguinte, o maior praticou o delito de porte de arma de fogo, já o menor, não houve ato infracional do delito equivalente ao porte de arma de fogo. Ressalto que a denúncia relata que o acusado corrompeu o menor induzindo-o à prática de roubo, no entanto, não se sabe se o adolescente praticou um roubo incentivado pelo acusado. A menção ao roubo foi trazida aos autos através do informante da polícia, que disse que duas pessoas estavam planejando um roubo, ocorre que não há relato de qualquer roubo, com vítima. Segundo o informante, as pessoas estavam comentando que iriam praticar roubos, mas, enfim, não há relato de roubo no processo. Dessa forma, firmo o entendimento, incidentalmente, que n¿o houve ato infracional de porte de arma do menor, nem há relato da ocorrência de roubo, havendo, em consequência, atipicidade da conduta de corrupção de menor atribuída ao acusado. **DISPOSITIVO. Ante o exposto, julgo procedente, em parte, a pretensão punitiva estatal, condenando o acusado ANDERSON FARIAS DA SILVA, como incurso no art. 14 da Lei nº 10.826/2003, e absolvendo-o da imputação relativa ao art. 244 ¿ B da Lei nº 8.069/1990, na forma do art. 386, III, CPP.** Passo à DOSIMETRIA DA PENA do art. 14 da Lei nº 10.826/2003:Circunstâncias Judiciais: Culpabilidade, grau de dolo leve; Antecedentes, já possui condenação com trânsito em julgado; Conduta social, pelos autos, é conhecido pela polícia como pessoa envolvida em atividades criminosas, sendo desfavorável; Personalidade do agente, normal; Motivos, não se sabe ao certo; Circunstâncias, nada a declarar pelos autos; Consequências do crime, não há consequências extra tipo a ser objeto de menção; Comportamento da vítima, não contribuiu para o crime. Havendo duas circunstâncias desfavoráveis, aumentando 03 (três) meses por circunstância, aumento a pena-base em 06 (seis) meses, fixando-a em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 24 (vinte e quatro) dias-multa. O dia-multa, em consideração ao fato do acusado ter pequena condição econômica, será de 1/30 do salário mínimo. Não há circunstâncias agravantes, nem atenuantes. Não há causa de aumento, nem causa de diminuição de pena. Não havendo mais elementos que, em razão do delito de posse de arma de fogo, possam influenciar na pena, torna-a definitiva em 02 (dois) anos e 06 (seis) meses de reclusão e 24 (vinte e quatro) dias-multa, sendo o dia multa no valor de 1/30 do salário mínimo vigente ao tempo do fato. Regime de cumprimento da pena, considerando a reincidência, é o fechado (art. 33 do Código Penal).O réu não poderá apelar em liberdade, em face aos antecedentes criminais e a condenação no regime fechado, continuam os motivos da custódia cautelar. **Passo a analisar a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos**. Não cabe, pois é reincidente em crime doloso. **Passo a analisar a possiblidade da suspensão condicional da pena**. Não cabe, pois é reincidente em crime doloso. DELIBERAÇÕES FINAIS. Após o trânsito em julgado, lance-se o nome do réu no rol dos culpados, oficie-se ao TRE para fins de suspensão dos direitos políticos, deve ser formado processo de execução de pena alternativa, observando-se as cautelas de estilo. P.R.I.C. Primavera-PA, 13 de junho de 2019. **Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito.

Ação de Execução por Quantia Certa ¿ Exequente: LEIDE ANA SILVA DA COSTA PINHEIRO(Adv. Shirlene Ribeiro Rocha-OAB/PA. 22.505) ¿ Executado: MUNICÍPIO DE QUATIPURU ¿ PREFEITURA

DE QUATIPURU ¿ Procurador: Jefferson Almeida Silva-OAB/PA. 15.001) - DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Processo 0003462-95.2016.8.14.0144 -No que atine à impugnação ao cumprimento de sentença, quando este versar sobre excesso de execução, é ônus obrigatório do impugnante apontar imediatamente o valor que entende correto e instruir sua a peça contestatória com demonstrativo discriminado e atualizado do seu cálculo. As consequências da inobservância deste dever do impugnante acarreta a rejeição liminar de sua impugnação, quando esta esteja adstrita ao excesso de impugnação. Tais conclusões encontram-se expressamente capituladas no art. 535, §2º do CPC/2015, os quais colaciono a seguir: Art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir:(...)IV - excesso de execução ou cumulação indevida de execuções; (...)§ 2º Quando se alegar que o exequente, em excesso de execução, pleiteia quantia superior à resultante do título, cumprirá à executada declarar de imediato o valor que entende correto, sob pena de não conhecimento da arguição. Conclui-se que é dever do executado, em impugnação ao cumprimento de sentença, apresentar sua irresignação relativa ao excesso de execução de modo específico e demonstrando pontualmente as razões que o levaram a encontrar valor diverso e inferior daquele incluso no cumprimento proposto pelo exequente, devendo fazê-lo através da apresentação de documento próprio, qual seja, memorial descritivo e atualizado de seus cálculos. A Impugnação à Execução limita-se a pugnar que seja ¿realizado novos cálculos pelo contador do Juízo com índices e juros adotados pelo Egrégio Supremo Tribunal Federal (...)¿, porém sem apresentar cálculos. Caso não realizada a impugnação deste modo, o impugnante/executado encontrará óbice legal ao regular processamento de seu pleito. É nesse sentido que a jurisprudência pátria consolidou seu posicionamento até os dias atuais, in verbis: AGRAVO DE INSTRUMENTO ¿ PROCESSO CIVIL ¿ CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ¿ FAZENDA PÚBLICA ¿ IMPUGNAÇ¿O ¿ ALEGAÇ¿O DE EXCESSO NA EXECUÇ¿O ¿ AUSÊNCIA DE APRESENTAÇ¿O DE CÁLCULOS ¿ REJEIÇ¿O DA IMPUGNAÇ¿O ¿ POSSIBILIDADE ¿ RECURSO DESPROVIDO. I ¿ Nos termos do art. 535, §2º, do CPC/15, aquele que alega excesso de execução não pode meramente argumentar neste sentido, devendo apresentar, de pronto, o valor que entende correto, bem como os cálculos por meio dos quais chegou ao referido montante. II - Em face dessa disposição legal (art. 535, §2º, CPC/15) e por conta da preclusão consumativa, inaceitável a retificação ou a emenda posterior da impugnação ofertada. (TJMG ¿ Agravo de Instrumento 10000180384810001- Data de Publicação 22/05/2019).AGRAVO DE INSTRUMENTO ¿ CUMPRIMENTO DE SENTENÇA ¿ HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ¿ EXCESSO DE EXECUÇ¿O ¿ NECESSIDADE DE LIQUIDAÇ¿O DO JULGADO ¿ INOCORRÊNCIA - AUSÊNCIA DE APRESENTAÇ¿O DE PLANILHA DE CÁLCULO ¿¿ ÔNUS DO IMPUGNANTE ¿ RECURSO IMPROVIDO. I - **Alegando a parte excesso de execução e não tendo apresentado os cálculos que entende corretos, deve ser rejeitada a impugnação ao cumprimento de sentença, uma vez que é ônus do impugnante demonstrar o valor que entende devido.** II - Recurso não provido. (TJ-ES - AI: 00123289520178080024, Relator: MANOEL ALVES RABELO, Data de Julgamento: 02/10/2017, QUARTA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 17/10/2017).Cingindo-se o Impugnante a lastrear sua irresignação em alegações de juros elevados e correção monetária por índice indevido pautado em jurisprudências, a veracidade de tais fatos resta prejudicada quando não cumprido o dever expresso do art. 535, §2º do CPC/2015.Assim, decido pela rejeição da impugnação ao cumprimento de sentença, por ausência de impugnação específica aos cálculos apresentados pelo Exequente/Impugnado. Em peça de exceção de pré-executividade, o Executado, argui: a) ausência de elementos capazes de tornar o título líquido, certo e exigível (ausência de percentual de juros de mora; período de correição monetário e índice para elaboração dos cálculos); b) correção monetária e os juros de mora como consectários legais da condenação principal possuem natureza de ordem pública (STJ); e c) excesso na execução, pois o exequente estaria atualizando duas vezes seu salário. Não sendo matérias pertinentes às hipóteses previstas no art. 525, §11, NCPC, a arguição de exceção de pré-executividade regula-se pelo art. 518, NCPC que não estipula prazo legal para sua apresentação. Considerando que a matéria de inexequibilidade do título (a) (b) e excesso de execução/cumulação indevida de execuções arguida (c) é matéria específica de impugnação (art. 535, III e IV, NCPC), portanto, preclusas dado que arguidas em exceção de pré-executividade em momento posterior ao prazo do art. 535, NCPC. Esgotado o prazo para recursos, certifique-se e, nos termos do art. 535, §3º, II, CPC, determino a expedição de requisição de pequeno valor para a Prefeitura de Quatipurú realizar o pagamento no prazo de 2 (dois) meses contado da entrega da requisição, mediante depósito na agência de banco oficial mais próxima da residência do exequente, sob pena de sequestro do crédito (art. 100, §6º da CF). Primavera/PA, 10 de Junho de 2019. **Charles Claudino Fernandes-Juiz de Direito.**

Ação Penal ¿ Art. 155 caput CP ¿ Autor: Justiça Pública. Réu: JORGE BRITO SANTANA -

DESPACHO (processo nº 0001662-27.2019.8.14.0144)-1. **Recebo a denúncia**, pois descreve, adequadamente, o fato, segundo os dados colhidos na investigação policial, permitindo a compreensão e a devida defesa, além disso, traz aos autos elementos de informação, como se depreende dos depoimentos prestados na esfera policial, aptos à formação da justa causa da ação penal, enfim, preenche os requisitos do art. 41.2. **Cite-se** o acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, as exceções serão processadas em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do Código de Processo Penal. No mandado deve constar que o Oficial de Justiça, no ato da citação, deve questionar ao acusado se possui advogado, caso declare que não possui, deve questionar se deseja o patrocínio da Defensoria Pública e certificar todo o ocorrido. Não apresentada a resposta no prazo legal, encaminhe-se os autos ao defensor para oferecê-la em até 10 (dez) dias, concedendo-lhe vista dos autos.3. Chegando aos autos a defesa, será reanalisada a possibilidade de liberdade do denunciado, de preferência, à vista de documentos. Primavera-PA, 18 de junho de 2019.**Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito

Ação Penal ¿ Art. 129, § 9º do CPB ¿ Autor do fato: FRANCIVAL GOMES DOS SANTOS - DESPACHO (processo nº 0000541-66.2016.8.14.0144)-1. Certifique-se se há processo penal ou inquérito envolvendo as partes, em caso negativo, oficie-se à autoridade policial requisitando inquérito concluído no prazo de 10 dias. Primavera-PA, 19 de junho de 2019.**Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito

Ação Penal ¿ Art. 180 do CPB ¿ Denunciado: MANOEL DE OLIVEIRA PINHEIRO - DESPACHO (processo nº 0001822-52.2019.8.14.0144).1. **Recebo a denúncia**, pois descreve, adequadamente, o fato, segundo os dados colhidos na investigação policial, permitindo a compreensão e a devida defesa, além disso, traz aos autos elementos de informação, como se depreende dos depoimentos prestados na esfera policial, aptos à formação da justa causa da ação penal, enfim, preenche os requisitos do art. 41.2. **Cite-se** o acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, as exceções serão processadas em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do Código de Processo Penal. No mandado deve constar que o Oficial de Justiça, no ato da citação, deve questionar ao acusado se possui advogado, caso declare que não possui, deve questionar se deseja o patrocínio da Defensoria Pública e certificar todo o ocorrido. Não apresentada a resposta no prazo legal, encaminhe-se os autos ao defensor para oferecê-la em até 10 (dez) dias, concedendo-lhe vista dos autos. Primavera-PA, 19 de junho de 2019.**Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito

Ação Penal ¿ Art. 28, DE Lei nº 11.343/06 ¿ Autor do fato: PAULO RENAN DE SOUSA SILVA - DESPACHO (processo nº 0062085-89.2015.8.14.0144).1. À fl. 18, temos ofício expedido por esse Juízo e recebido por LUCIDALVA REIS, Secretária Adjunta, para que prestasse informação. Ultrapassado o prazo, não apresentou manifestação. Tal providência é importante para o regular andamento do processo e a consequente prestaç¿o jurisdicional.2. Qualquer pessoa, mesmo não sendo parte no processo, pode ter deveres, decorrentes de sua condiç¿o pessoal, com a prestaç¿o do serviço jurisdicional, como o é caso da Secretária Municipal, que tem o dever de prestar uma informação decorrente de seu cargo.3. Disp¿e o art. 77 do CPC, que pode ser utilizado subsidiariamente: ¿Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:...IV - cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação;...§ 1º Nas hipóteses dos incisos IV e VI, o juiz advertirá qualquer das pessoas mencionadas no caput de que sua conduta poderá ser punida como ato atentatório à dignidade da justiça.§ 2º A violação ao disposto nos incisos IV e VI constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.§ 3 º Não sendo paga no prazo a ser fixado pelo juiz, a multa prevista no § 2º será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou, e sua execução observará o procedimento da execução fiscal, revertendo-se aos fundos previstos no art. 97 ....¿.4. Como a agente pública n¿o cumprir a providência que lhe foi determinada, determino sua intimação pessoal para cumprir

a providência anterior no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária pessoal de R$ 300,00, além de outras sanções de natureza administrativa ou penal cabíveis ao caso. Primavera-PA, 19 de junho de 2019. **Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito

Ação Penal ¿ Art. 147 caput ¿ Autor do fato: JAIME SILVA DE ARAÚJO, PAULO ARAUJO FERNANDES, MADISON VANDERSON DA COSTA E SILVA - DESPACHO (processo nº 0107086-97.2015.8.14.0144) - 1. Considerando o novo Delegado, oficie-se solicitando o cumprimento da diligência em 10 dias. Primavera-PA, 19 de junho de 2019. **Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito.

Ação Penal ¿ Autor: Justiça Pública: Denunciado: FERNANDO RAMOS DA SILVA - DESPACHO (processo nº 0001783-55.2019.8.14.0144).1. **Recebo a denúncia**, pois descreve, adequadamente, o fato, segundo os dados colhidos na investigação policial, permitindo a compreensão e a devida defesa, além disso, traz aos autos elementos de informação, como se depreende dos depoimentos prestados na esfera policial, aptos à formação da justa causa da ação penal, enfim, preenche os requisitos do art. 41.2. **Cite-se** o acusado para responder a acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo que interesse a sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (oito), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário, as exceções serão processadas em apartado, nos termos dos arts. 95 a 112 do Código de Processo Penal. No mandado deve constar que o Oficial de Justiça, no ato da citação, deve questionar ao acusado se possui advogado, caso declare que não possui, deve questionar se deseja o patrocínio da Defensoria Pública e certificar todo o ocorrido. Não apresentada a resposta no prazo legal, encaminhe-se os autos ao defensor para oferecê-la em até 10 (dez) dias, concedendo-lhe vista dos autos.3. O Cartório deve atualizar a capa e o sistema, pois o preso está foragido do sistema penal.Primavera-PA, 19 de junho de 2019.**Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito

Ação Penal ¿ Autor do fato: ADAILSON SILVA SOUSA - DESPACHO (processo nº 0001051-16.2015.8.14.0144).1. À fl. 39, temos ofício expedido por esse Juízo e recebido por LUCIDALVA DOS SANTOS REIS, Secretaria de Assistência Social, para que prestasse informação. Ultrapassado o prazo, não apresentou manifestação. Tal providência é importante para o regular andamento do processo e a consequente prestaç¿o jurisdicional.2. Qualquer pessoa, mesmo não sendo parte no processo, pode ter deveres, decorrentes de sua condiç¿o pessoal, com a prestaç¿o do serviço jurisdicional, como o é caso da Secretária Municipal, que tem o dever de prestar uma informação decorrente de seu cargo.3. Disp¿e o art. 77 do CPC, que pode ser utilizado subsidiariamente: ¿Além de outros previstos neste Código, são deveres das partes, de seus procuradores e de todos aqueles que de qualquer forma participem do processo:..IV - cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais, de natureza provisória ou final, e não criar embaraços à sua efetivação;..§ 1º Nas hipóteses dos incisos IV e VI, o juiz advertirá qualquer das pessoas mencionadas no caput de que sua conduta poderá ser punida como ato atentatório à dignidade da justiça.§ 2º A violação ao disposto nos incisos IV e VI constitui ato atentatório à dignidade da justiça, devendo o juiz, sem prejuízo das sanções criminais, civis e processuais cabíveis, aplicar ao responsável multa de até vinte por cento do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta.§ 3 ^{o} Não sendo paga no prazo a ser fixado pelo juiz, a multa prevista no § 2º será inscrita como dívida ativa da União ou do Estado após o trânsito em julgado da decisão que a fixou, e sua execução observará o procedimento da execução fiscal, revertendo-se aos fundos previstos no art. 97 ...¿.4. Como a agente pública não cumprir a providência que lhe foi determinada, determino sua intimação pessoal para cumprir a providência anterior no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária pessoal de R$ 300,00, além de outras sanções de natureza administrativa ou penal cabíveis ao caso. Primavera-PA, 19 de junho de 2019. **Charles Claudino Fernandes-**Juiz de Direito

COMARCA DE CAMETÁ

SECRETARIA DA 2ª VARA DE CAMETÁ

Número do processo: 0801547-78.2019.8.14.0012 Participação: RECLAMANTE Nome: ELAINE CRISTINA FILGUEIRA VALENTE Participação: ADVOGADO Nome: IZABELLE CHRISTINA FERREIRA NUNES E SILVAOAB: 28903/PA Participação: ADVOGADO Nome: PAULO CESAR CAMPOS DAS NEVESOAB: 013995/PA Participação: ADVOGADO Nome: CARMELINO AUGUSTO NUNES E SILVAOAB: 017912/PA Participação: RECLAMADO Nome: SIND TRAB NO COM VAR E AT DE PROD FARM DO ESTADO DO PAR Participação: RECLAMADO Nome: MAURO AUGUSTO RIOS BRITO ADVOCACIA E CONSULTORIA S/S - EPPDECISÃO INTERLOCUTÓRIA Defiro a gratuidade judiciária e recebo a ação pelo rito da Lei 9.099/95. Trata-se de ação indenização por danos materiais e morais proposta por ELAINE CRISTINA FILGUEIRA VALENTE em face de SINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DO PARÁ ? STCVAFEP e MAURO AUGUSTO RIOS BRITO ADVOCACIA E CONSULTORIA S/S, em que a requerente alega que ajuizou demanda trabalhista contra a Distribuidora Big Benn através dos demandados ? o primeiro como substituto processual da sua categoria profissional, e o segundo como advogado contratado pelo sindicato. Afirma que na mencionada ação foi celebrado acordo pelo qual a requerente receberia de sua ex-empregadora a quantia de R$7.318,62 (sete mil, trezentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos), conforme sentença homologada pelo Juízo da 8ª Vara do Trabalho de Belém (id 10836215). Contudo, embora o ajuste tenha sido cumprido pela reclamada (id 10836217 e 10836218), o segundo demandado levantou o valor através de alvará judicial (id 10836219) e não repassou à autora. Aduz que realizou várias tentativas de resolver a questão extrajudicialmente, inclusive através de seu atual patrono, porém não obteve êxito, razão pela qual postula a restituição da quantia indevidamente apropriada pelos demandados, indenização por danos morais e, em sede de tutela provisória, a imediata devolução da quantia no prazo de 24h. Decido. O art. 294 do CPC autoriza a concessão de tutela provisória fundamentada em urgência, consistente no pedido em análise. O art. 300 e seguintes estabelece os requisitos gerais para sua concessão, quais sejam a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, bem como inexistência de perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. Sobre a probabilidade do direito, Marcus Vinicius Rios Gonçalves (in Direito Processual Civil Esquematizado. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2017. p. 494) observa que a redação do atual CPC é mais cuidadosa que a do art. 273, caput, do CPC já revogado, o qual exigia prova inequívoca e verossimilhança da alegação como requisitos para antecipação dos efeitos da tutela, senão vejamos: ?A crítica que se fazia a essa redação é que a expressão ?prova inequívoca? traduziria a ideia de uma prova definitiva, feita em cognição aprofundada, ao passo que a ?verossimilhança? transmitiria a ideia de algo examinado em cognição superficial. O CPC atual exige elementos de convicção que evidenciem a probabilidade do direito. As evidências exigidas não são da existência ou da realidade do direito postulado, mas da sua probabilidade. O legislador preferiu falar em ?probabilidade? em vez de ?plausibilidade?. [...] Em ambos os casos, a cognição é superficial, e o que se exige é sempre que haja a ?fumaça do bom direito?, o fumus boni juris. O que é fundamental para o juiz conceder a medida, seja satisfativa ou cautelar, é que se convença de que as alegações são plausíveis, verossímeis, prováveis. ? No caso em exame, entendo que a probabilidade do direito restou demonstrada com a sentença homologatória do acordo entre a autora e sua ex-empregadora, na qual está expressa que, da quantia total de R$40.697,86 devida a 4 (quatro) reclamantes, R$7.318,62 (sete mil, trezentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos) eram destinados ao pagamento das verbas indenizatórias da requerente. Da mesma forma, restou evidenciado que o acordo foi cumprido, tendo o segundo demandado levantado o valor integral através de alvará judicial expedido em nome de advogados integrantes de seu escritório, constituídos pelo primeiro requerido (id 10836214, p. 2 e 10836219). O perigo do dano decorre da própria natureza alimentar do valor que foi retido, supostamente, indevidamente, pois é inegável que o trabalhador busca, com a ação trabalhista, o reconhecimento de verbas protegidas constitucionalmente (artigo 7º, X, da Constituição Federal), que deixaram de ser pagas no curso do contrato de trabalho, e sem as quais sua subsistência e necessidades básicas ficam comprometidas. Enfatize-se não haver risco de irreversibilidade da medida, pois a quantia permanecerá depositada judicialmente até que seja oportunizado o contraditório aos demandados, a fim de se esclarecer se há valores a serem deduzidos (a título de honorários, por exemplo). Ante o exposto, defiro parcialmente a tutela provisória de urgência requerida pela autora e determino a intimação do

demandadoSINDICATO DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO VAREJISTA E ATACADISTA DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS DO ESTADO DO PARÁ ? STCVAFEP - substituto processual e responsável pela contratação do segundo requerido- para depositar em conta judicial vinculada ao presente feito, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), a quantia de R$7.318,62 (sete mil, trezentos e dezoito reais e sessenta e dois centavos), sob pena de serem adotadas as medidas cabíveis à efetivação, inclusive penhora on line através do BACENJUD, nos termos do art. 301 do CPC. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 12/08/2019, às 10h30 (dez horas e trinta minutos). Citem-se os requeridos, advertindo-os de que caso não compareçam ao ato ou, comparecendo, não apresentarem defesa, considerar-se-ão verdadeiras as alegações iniciais, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz. Intime-se a parte requerente, por seu advogado via DJE, cientificando-a de que a ausência injustificada resultará na extinção do feito sem julgamento do mérito. Servirá o presente como mandado (Provimento 003/2009 -CJCI). Cametá, 25 de junho de 2019. José Matias Santana DiasJuiz de Direito Titular da 2ª Vara de Cametá

COMARCA DE SANTA LUZIA DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SANTA LUZIA DO PARÁ

PROCESSO: 00018425520198140140 - Ação: Processo de Conhecimento em: 25/06/2019--- REQUERENTE: JOSE PEREIRA Representante(s): OAB 26948-B - MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BAANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 22970 - DANIELLE FEITOSA COSTA (ADVOGADO) . SENTENÇA: Considerando que a parte autora, regularmente intimada, não compareceu à audiência, conforme fls. verso, JULGO EXTINTO O FEITO, sem apreciação do mérito, com fulcro no art. 51, I, da Lei nº 9.099/95. Sem custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. SENTENÇA PUBLICADA EM AUDIÊNCIA. Cumpra-se. Transitada em julgado, arquivem-se. ROBERTO RODRIGUES BRITO JUNIOR Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Pará e do Termo Judiciário de Cachoeira do Piriá

PROCESSO: 00018434020198140140 - Ação: Processo de Conhecimento em: 25/06/2019--- REQUERENTE: JOSE PEREIRA Representante(s): OAB 26948-B - MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO PAN S A Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORAES DOURADO NETO (ADVOGADO) . SENTENÇA: Considerando que a parte autora, regularmente intimada, não compareceu à audiência, conforme fls. verso, JULGO EXTINTO O FEITO, sem apreciação do mérito, com fulcro no art. 51, I, da Lei nº 9.099/95. Sem custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. SENTENÇA PUBLICADA EM AUDIÊNCIA. Cumpra-se. Transitada em julgado, arquivem-se. ROBERTO RODRIGUES BRITO JUNIOR Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Pará e do Termo Judiciário de Cachoeira do Piriá

PROCESSO: 00018442520198140140 - Ação: Processo de Conhecimento em: 25/06/2019--- REQUERENTE: JOSE PEREIRA Representante(s): OAB 26948-B - MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BAANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 22970 - DANIELLE FEITOSA COSTA (ADVOGADO) . SENTENÇA: Considerando que a parte autora, regularmente intimada, não compareceu à audiência, conforme fls. verso, JULGO EXTINTO O FEITO, sem apreciação do mérito, com fulcro no art. 51, I, da Lei nº 9.099/95. Sem custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. SENTENÇA PUBLICADA EM AUDIÊNCIA. Cumpra-se. Transitada em julgado, arquivem-se. ROBERTO RODRIGUES BRITO JUNIOR Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Pará e do Termo Judiciário de Cachoeira do Piriá

PROCESSO: 00018451020198140140 - Ação: Processo de Conhecimento em: 25/06/2019--- REQUERENTE: JOSE PEREIRA Representante(s): OAB 26948-B - MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG. SENTENÇA: Considerando que a parte autora, regularmente intimada, não compareceu à audiência, conforme fls. verso, JULGO EXTINTO O FEITO, sem apreciação do mérito, com fulcro no art. 51, I, da Lei nº 9.099/95. Sem custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. SENTENÇA PUBLICADA EM AUDIÊNCIA. Cumpra-se. Transitada em julgado, arquivem-se. ROBERTO RODRIGUES BRITO JUNIOR Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Pará e do Termo Judiciário de Cachoeira do Piriá

PROCESSO: 00018633120198140140 - Ação: Processo de Conhecimento em: 25/06/2019--- REQUERENTE: JOSE PEREIRA Representante(s): OAB 26948-B - MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BMG. SENTENÇA: Considerando que a parte autora, regularmente intimada, não compareceu à audiência, conforme fls. verso, JULGO EXTINTO O FEITO, sem apreciação do mérito, com fulcro no art. 51, I, da Lei nº 9.099/95. Sem custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. SENTENÇA PUBLICADA EM AUDIÊNCIA. Cumpra-se. Transitada em julgado, arquivem-se. ROBERTO RODRIGUES BRITO JUNIOR

Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Pará e do Termo Judiciário de Cachoeira do Piriá

PROCESSO: 00018668320198140140 - Ação: Processo de Conhecimento em: 26/06/2019--- REQUERENTE: MARIA JOSE DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 26948-B - MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO VOTORANTIM S. A. Representante(s): OAB 27477-A - BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (ADVOGADO) . PROCESSO Nº. 0001866-83.2019.814.0140 SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA DE ACORDO Vistos etc. Trata-se de AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIXTÊNCIA DE DÉBITO c/c REPETIÇÃO DE INDÉBITO e INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, proposta por MARIA JOSÉ DO NASCIMENTO em face de BANCO VOTORANTIM S/A, ambos(as) devidamente qualificados(as). À fl. 35 houve audiência na qual foi feita e aceita proposta de conciliação entre as partes, cujos termos foram reduzidos a termo pelo(a) servidor(a) Conciliador(a) nomeado(a) pelo Juízo. Permaneceram os autos conclusos para os devidos fins. É o sucinto relatório. DECIDO. Compulsando os autos, vislumbro que as partes, em sede de audiência, entabularam acordo regulando os direitos e obrigações decorrentes da relação fática e jurídico-processual entre si existentes. Nesse sentido, constata-se que o acordo firmado prescinde de qualquer irregularidade ou óbice à homologação do mesmo, sendo as partes plenamente detentoras de capacidade e legitimidade para tanto. ANTE AO EXPOSTO, com base no Art. 487, III, ¿b¿, do NCPC/2015, HOMOLOGO, por sentença, o ACORDO realizado entre as partes constantes dos presentes autos, para que surta seus jurídicos e legais efeitos e preste-se a todos os fins de direito. Caso requerido posteriormente por qualquer das partes interessadas, desde já autorizo o desentranhamento de documentos, em tudo certificado. Sem custas. Por fim, contemplando que o ato conciliatório estabelecido entre as partes constitui ausência de admissibilidade recursal, considere-se desde já configurado o trânsito em julgado e, portanto, ARQUIVEM-SE os autos imediatamente, com as devidas cautelas legais e, em especial, com baixa na distribuição junto ao Sistema Libra. P.R.I.C. Santa Luzia do Pará/PA, 26 de junho de 2019. ROBERTO RODRIGUES BRITO JUNIOR Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Pará e do Termo Judiciário de Cachoeira do Piriá

PROCESSO Nº 0001865-98.2019.814.0140 AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DEBITO COM REPETIÇÃO DEINDÉBITO - REQUERENTE: MARIA JOSE DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 26948-B - MARCIO FERNANDES LOPES FILHO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU BMG CONSIGNADO S. A. Representante(s): AO/RJB 60359 ¿ NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (ADVOGADO) Aos vinte e quatro (24) dias do mês de junho de 2019 (dois mil e dezenove), à hora designada, na sala de audiências deste Juízo da Comarca de Santa Luzia do Pará, presente o MM. Juiz de Direito Dr. ROBERTO RODRIGUES BRITO JUNIOR, respondendo por esta comarca, comigo, abaixo assinado, foi aberta audiência nos autos acima epigrafados. Apregoada as partes: Ausente o requerente. Presente seu advogado, Dr. FERNANDESLOPES FILHO, 26948 OAB/PA. Presente a preposta do , Sra. MICHELE ANDREA DAROCHA OLIVEIRA, acompanhada do advogado Dr. HASSEN SALES RAMOS FILHO,OAB/PA Nº 22311. ABERTA A AUDIÊNCIA: primeiramente, a parte requerida requereu ajuntada da carta de preposição e atos constitutivos, o que foi deferido. Ademais, verificou-se a ausência da parte requerente, ainda que devidamente intimada (fls. 19 e 19v). Em seguida, o MM juiz passou a proferir a seguinte SENTENÇA: Considerando que a parte autora, regularmente intimada, não compareceu à audiência, conforme fls. 19 e 19v, JULGOEXTINTO O FEITO, sem apreciação do mérito, com fulcro no art. 51, I, da Lei nº 9.099/95.Sem custas, despesas processuais e honorários advocatícios, nos termos do art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. SENTENÇA PUBLICADA EM AUDIÊNCIA. Cumpra-se. Transitada em julgado, arquivem-se. Santa Luzia do Pará/PA, 26 de junho de 2019. ROBERTO RODRIGUES BRITO JUNIOR Juiz de Direito Titular da Comarca de Santa Luzia do Pará e do Termo Judiciário de Cachoeira do Piriá

COMARCA DE BREU BRANCO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BREU BRANCO

Processo nº:0003606-87.2019.8.14.0104. Magistrado: Andrey Magalhães Barbosa. Ação: Divorcio Consensual Requerentes: Francisco Claudio da Silva Costa e Juliana Maia de Castro Costa Advogado: Rochael Onofre Meira OAB/PA 18.808 DESPACHO Vistos, etc. 1. Compulsando os autos, observo que a petição inicial não foi instruída com cópia de documento de residência e certidão de casamento do requerente. 2. Diante disso, intime-se as partes, por seu advogado constituído, para no prazo de 15 (quinze) dias emendar a petição inicial, sob pena de indeferimento da inicial, após, retornem os autos conclusos. 3. Expeça-se o necessário. Breu Branco (PA), 17 de maio de 2019. ANDREY MAGALHÃES BARBOSA Juiz de Direito.

Processo nº:0005516-86.2018.8.14.0104. Magistrado: Andrey Magalhães Barbosa. Ação: Declaratória de Inexistência de Débito c/c Repetição de Indébito c/c Indenização por dano moral e Pedido de Liminar; Requerente: Ivanilson Alves Costa Advogada: Taygra dos Santos Aguiar OAB/MA 10.948 Requerido: Banco BMG DESPACHO Vistos, etc. O autor em sua peça exordial informa ser residente no Município de Breu Branco - Pará, porém ao juntar o comprovante de residência o fez em nome de terceira pessoa, sem acostar declaração de endereço firmada pelo titular. Desta feita, com fulcro no art. 4º, III, da Lei 9.099/95 c/c os arts. 319 e 321 do NCPC, faculto ao autor, através de seu advogado constituído, que emende a inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, para comprovar que efetivamente reside no local indicado, sob pena de indeferimento da mesma. P.R.I.C. Breu Branco/PA, 27 de maio de 2019. ANDREY MAGALHÃES JUIZ DE DIREITO.

Processo nº: 0004705-29.2018.8.14.0104. Magistrado: Andrey Magalhães Barbosa. Ação: Embargos à Execução; Requerente/Embargado: Pedro Paulo Amorim Barata Junior Advogado: Pedro Paulo Amorim Barata Junior OAB/PA 20.988 Requerido/Embargante: Estado do Pará; DESPACHO Vistos, etc. 01. Em homenagem à participação dialética das partes, determino a intimação da parte autora/embargada para, no prazo de 10 dias, se manifestar acerca dos embargos à execução interpostos. 02. Escoado o prazo, com ou sem manifestação, certificando-se na última hipótese, retornem os autos conclusos. P.R.I.C Breu Branco, 06 de maio de 2019. ANDREY MAGALHÃES BARBOSA JUIZ DE DIREITO.

Processo nº 0010999-97.2018.8.14.0104 ¿ Ação: Art. 344 do CPB ¿ Denunciante: Ministério Público do Estado do Para ¿ Autor do fato: Mikael de Souza Valente - Advogado: Rafael Rolla Siqueira OAB/PA n°14.468 e Amanda Vieira Martins OAB/PA n°20.758 ¿ DECISÃO: 1- Dê-se vistas dos autos às partes para que apresentem alegações finais em forma de memoriais no prazo de 5 (cinco) dias sucessivamente, primeiro ao Ministério Público e após à defesa constituída; 2- Cumprido o item anterior, façam os autos conclusos para sentença. Exmo. Dr. Andrey Magalhães Barbosa, MM. Juiz de Direito Titular desta Vara Única da Comarca de Breu Branco/PA.

EDITAL DE INTIMAÇÃO/CITAÇÃO (Com prazo de 20 dias) **Autos nº.** 0001706-69.2019.8.14.0104 **Ação:** Guarda Judicial **Requerente:** Lenilza dos Anjos Silva **Requerido:** Ana Keyte da Silva de Sousa e Mizael Mendonça Oliveira. O Exmo. Dr. Andrey Magalhães Barbosa, MM. Juíz de Direito da Comarca de Breu Branco, Estado do Pará, na forma da Lei, etc., Faz saber a todos quanto o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem que, por este Juízo e Cartório respectivos, tramitam os autos do processo acima identificado, estando Requerido Mizael Mendonça Oliveira, procedido as devidas diligências não conseguindo encontrar-se, pois está em lugar incerto e não sabido, sendo assim expeça-se o presente EDITAL, para que o mesmo fique CITADO, bem como, querendo, apresente CONTESTAÇÃO sobre os autos do processo nº 0001706-69.2019.8.14.0104, da Ação Guarda. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, mandou o MM. Juíz expedir o presente Edital que será afixado no lugar público de costume e publicado conforme determina a Lei. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Breu Branco, Estado do Pará, aos 28 de junho de 2019. Eu,_____(Gabriela Bonatto Boaretto), Estagiária, o digitei e subscrevi. Ilnete Pavão Soares Diretora de Secretaria Portaria 3831/2018-GP

Processo nº 0001454-42.2014.8.14.0104 ¿ Ação declaratória de Inexistência de indébito c/c indenização por danos morais por ato ilícito com pedido de Tutela antecipada e repetição de indébito em dobro pelo rito da Lei 9.099/95 ¿ Requerente: Maria da Luz de Souza Pereira - Advogado: Alysson Vinicius Mello Slongo OAB/PA n°14033 ¿ Requerido: Banco Mercantil do Brasil - Advogado: Felipe Ganzola Vieira Marques OAB/PA n°19.792-A. ATO ORDINATORIO (Provimento n°006/2009-CJCI c/c Provimento n°006/2006-CJRMB) Tendo em vista o retorno dos presentes autos da Instancia Superior, intime-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, procederem aos requerimentos pertinentes, nos termos do Art. 1°, §2°, XXII, do Provimento n°006/2006-CJRMB, aplicável as Comarcas do Interior por forca do Provimento n°006/2009-CJCI. Breu Branco/PA, 27 de junho de 2019. ILNETE PAVAO SOARES Diretora de Secretaria Portaria 3831/2018 ¿ GP.

Processo nº 0010454-32.2015.8.14.0104 ¿ Ação de indenização por danos morais¿ Requerente: Sophia de Paula Sousa dos Santos - Advogado: Mauricio de Alencar Batistela OAB/PA n°13.886-B ¿ Requerido: Gol Linhas Aéreas Inteligentes - Advogado: Marcio Vinicius Costa Pereira OAB/RJ n°84.367 e Karla de Carvalho Gouvea OAB/RJ n°113.268. ATO ORDINATORIO (Provimento n°006/2009-CJCI c/c Provimento n°006/2006-CJRMB) Tendo em vista o retorno dos presentes autos da Instancia Superior, intime-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, procederem aos requerimentos pertinentes, nos termos do Art. 1°, §2°, XXII, do Provimento n°006/2006-CJRMB, aplicável as Comarcas do Interior por forca do Provimento n°006/2009-CJCI. Breu Branco/PA, 27 de junho de 2019. ILNETE PAVAO SOARES Diretora de Secretaria Portaria 3831/2018 ¿ GP.

Processo nº 0001545-93.2018.8.14.0104 ¿ Ação declaratória de Inexistência de negócio jurídico c/c indenização por danos morais, materiais e pedido de tutela antecipada pelo rito da Lei 9.099/95 ¿ Requerente: Adalgisa Sodre Tiquireira - Advogado: Sophia de Paula Sousa dos Santos OAB/PA n°25.178 ¿ Requerido: Banco Itau BMG Consignado SA - Advogado: Larissa Sento Se Rossi OAB/BA n°16.330.

ATO ORDINATORIO (Provimento n°006/2009-CJCI c/c Provimento n°006/2006-CJRMB) Tendo em vista o retorno dos presentes autos da Instancia Superior, intime-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, procederem aos requerimentos pertinentes, nos termos do Art. 1°, §2°, XXII, do Provimento n°006/2006-CJRMB, aplicável as Comarcas do Interior por forca do Provimento n°006/2009-CJCI. Breu Branco/PA, 27 de junho de 2019. ILNETE PAVAO SOARES Diretora de Secretaria Portaria 3831/2018 ¿ GP.

COMARCA DE BRASIL NOVO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BRASIL NOVO

INTIMAÇÃO DE ADVOGADO - O Doutor ANDRE MONTEIRO GOMES, Juiz de Direito respondendo pela Comarca de Brasil Novo, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc... INTIMA através deste mandado o advogado ANTONIO JOSE DARWICH DA ROCHA, inscrito na OAB/PA sob o nº 9013, para tomar conhecimento da audiência de oitiva de testemunha designada para o dia 12 de julho de 2019, as 13h30min - ação penal n. 0003127-33.2018.8.14.0071, art. 121, § 2º, II, III e IV c/c art. 14 do CPB e art. 1º, I da Lei 8.072/90, art. 12 da Lei 10.826/03, em que é réu ANATIVO AUGUSTO DA SILVA - a ser realizada na sala de audiências da Vara Única da Comarca de Uruará, Fórum sito a Av. Marques Tamandaré, s/n, Migrantes, Uruará-PA (carta precatória). Expedido nesta cidade de Brasil Novo, Estado do Pará, em 28 de junho de 2019. Eu ..... Jean Cordovil da Silva, auxiliar judiciário, digitei e conferi. Lucirene de Sousa Rodrigues Lima, Diretora de Secretaria - Portaria 001/2013 prov. 006/2006-CJRMB e prov. 006/2009-CJCI.

INTIMAÇÃO DE ADVOGADO - O Doutor ANDRE MONTEIRO GOMES, Juiz de Direito respondendo pela Comarca de Brasil Novo, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, na forma da Lei etc... INTIMA através deste mandado a advogada ANDREIA DE SOUSA LEAL, inscrita na OAB/PA sob o nº 20.005, para tomar conhecimento da audiência de oitiva de testemunha designada para o dia 12 de julho de 2019, as 13h30min - ação penal n. 0003127-33.2018.8.14.0071, art. 121, § 2º, II, III e IV c/c art. 14 do CPB e art. 1º, I da Lei 8.072/90, art. 12 da Lei 10.826/03, em que é réu ANATIVO AUGUSTO DA SILVA - a ser realizada na sala de audiências da Vara Única da Comarca de Uruará, Fórum sito a Av. Marques Tamandaré, s/n, Migrantes, Uruará-PA (carta precatória). Expedido nesta cidade de Brasil Novo, Estado do Pará, em 28 de junho de 2019. Eu ..... Jean Cordovil da Silva, auxiliar judiciário, digitei e conferi. Lucirene de Sousa Rodrigues Lima, Diretora de Secretaria - Portaria 001/2013 prov. 006/2006-CJRMB e prov. 006/2009-CJCI.

COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO SEBASTIÃO DA BOA VISTA

AUDIÊNCIA

Número do Processo: **0000922-42.2019.8.14.0056**

Natureza: Aç¿o Cível ¿ Interdiç¿o e Curatela

Juiz de Direito: DR. EMANOEL JORGE DIAS MOUTA

Promotor de Justiça: DRA. PATRÍCIA CARVALHO MEDRADO ASSMANN

Requerente: ADRIELLI LE¿O DOS SANTOS

Advogada: DRA. GIOVANA A. DOS SANTOS GONÇALVES ¿ OAB/PA 7767

Interditando: ADRIENE LE¿O DOS SANTOS

Data: 29 de maio de 2019

Hora: 14h00min

Local: Comarca de S¿o Sebasti¿o da Boa Vista

TERMO DE AUDIÊNCIA

ABERTA A AUDIÊNCIA, feito o preg¿o o MM Juiz verificou a presença da Representante do Ministério Público. Verificou a presença das partes. Presente a Dra. Giovana Augusta dos Santos Gonçalves ¿ OAB/PA 7767, designada Curadora Especial.

Passou-se o MM Juiz a inquirir a interditanda **ADRIENE LE¿O DOS SANTOS**. Perguntada qual o seu nome, respondeu ser Adrieni; perguntada sua idade, respondeu ter 16 anos; perguntada se sai na rua sozinha e se estuda, respondeu que n¿o; perguntada com que mora, respondeu morar com seu pai, sua m¿e e seus irm¿os; perguntada se quer estudar e voltar para escola, respondeu que sim; perguntada quem cuida da interditanda, respondeu ser a Adriele, sua irm¿. Nada mais lhe foi perguntado.

Passou o MM Juiz a oitiva da requerente **ADRIELLI LE¿O DOS SANTOS**, as perguntas respondeu: Que é irm¿ da interditanda; que a interditanda mora com a depoente desde o seu nascimento; que a interditanda é portadora de equizofrenia; que a interditanda fala normalmente; que a interditanda em raz¿o da doença possui atraso no desenvolvimento da linguagem, coordenaç¿o motora fina; que a interditanda n¿o sai sozinha, apenas na companhia da requerente, que a interditanda precisa de auxílio para realizar tarefas básicas, como toma banho, se alimentar, se arrumar e outros; que é a responsável por levar a interditanda a todas as consultas médicas; que é a responsável por administrar a medicaç¿o prescrita para a interditanda.

Passou a inquirir a testemunha **FRANCISCO CARLOS RODRIGUES LOPES JUNIOR**, brasileiro, funcionário público, residente na Rua 21 de Abril, s/n, nesta cidade de S¿o Sebasti¿o da Boa Vista, as perguntas respondeu: Que conhece há muito tempo a família da requerente; que tomou conhecimento da

doença da interditanda quando esta veio morar com sua família nessa cidade; que sabe que a requerente cuida bem da interditanda; que vê sempre a interditanda na companhia da requerente, indo para a Igreja e outros locais.

Dada a palavra a representante do Ministério Público, a mesma ratifica os termos da inicial.

Dada a palavra a Curador Especial, ¿¿MM Juiz, tendo em vista que a interditanda já se encontra sobre os cuidados da requerente, desde o seu nascimento e n¿o se tem nenhum registro de que a interditanda se encontre em situaç¿o de vulnerabilidade. Assim esta se manifesta pela negativa geral, com base no art. 76 do CPC¿.

Tendo em Vista a manifestaç¿o ministerial, bem como a manifestaç¿o da Curadora Especial, passo a sentenciar:

SENTENÇA EM AUDIÊNCIA: ¿Vistos e examinados os autos, presentes os pressupostos processuais e as condiç¿es da aç¿o, n¿o havendo nulidades a serem apreciadas, passo ao exame do mérito. Verifico que restou demonstrado que a interditanda n¿o tem suficiente compreens¿o do mundo ao seu redor, sendo incapaz de levar uma vida totalmente independente, enquadrando-se, pois, perfeitamente na hipótese legal do art. 1.767, I, e art. 4º, III, do CC/02. A curatela tem por pressuposto fático a incapacidade, que pode inclusive ser somente física, a depender do caso concreto. A interdiç¿o é uma medida extrema, sendo recomendável a cautela, uma vez que coloca o indivíduo na zona limítrofe da sanidade, porque retira dele a capacidade de gerir seus bens e dirigir sua pessoa. No caso dos autos, está perfeitamente comprovado que a interditanda n¿o possui plena capacidade de discernimento, notadamente para gest¿o de assuntos de natureza patrimonial e negocial. Desta forma, a medida visa preservar os interesses da curatelada, atendendo, pois, aos ditames da lei de regência. Quanto ao prazo da medida, a doença que acomete a interditanda possui caráter irreversível. Desta forma, a medida se dará sine die, sem prejuízo do levantamento da curatela, em caso de comprovada revers¿o da doença. III - Dispositivo: Ante o exposto, nos termos do art. 755 do NCPC, combinado com artigos 84 e 85 da Lei 13.146 de 2015, **JULGO PROCEDENTE** o pedido inicial, para sujeitar a interditanda **ADRIENE LE¿O DOS SANTOS** à curatela, especificamente para a prática de atos de natureza patrimonial e negocial, mantendo incólume os direitos ao corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educaç¿o, à saúde, ao trabalho e ao voto. Nomeio curadora a requerente **ADRIELLI LE¿O DOS SANTOS**, a qual deverá representar a interditanda nos termos acima, com poderes limitados à gest¿o e administraç¿o de negócios e bens e que n¿o importem em transferência ou renúncia de direito, inclusive para fins de recebimento de aposentadoria e benefício previdenciário, determinando ainda que seja expedida certid¿o e Termo de Curadoria, servindo a presente sentença como Mandado de Averbaç¿o a qual deverá ser inscrita para os fins de direito no Cartório do 2º Subdistrito do Rio Atatá, Município e Comarca de Muaná-PA, onde a foi registrada a Certid¿o de nascimento nº 4.258, fls. 282-V, do Livro nº A-5, sem ônus para a requerente em vista a gratuidade da justiça, tudo com fundamento no art. 1.775, § 1º, do Código Civil e demais disposiç¿es legais pertinentes à matéria. Lavre-se termo de curatela, intimando-se para assinatura, em 05 (cinco) dias. Dispenso a especializaç¿o de hipoteca legal, tendo em vista a inexistência de bens em nome da curatelada. A curadora deverá prestar contas, anualmente, conforme disposto no artigo 84, parágrafo 4º da Lei 13.146/2015, diretamente ao Ministério Público. Cumpra-se a Secretaria o disposto no parágrafo 3º do artigo 755 do NCPC. Sem custas, face à assistência judiciária. Ciente o parquet. Transitada em julgado, ARQUIVEM-SE, dando-se baixa na distribuiç¿o e no LIBRA. P.R.I.C.¿. Nada mais havendo determinou o MM Juiz o encerramento do presente termo digitado e subscrito por mim _____ José Rosa Pereira, Aux. Judiciário, bem como pelos demais.

Juiz:

Promotora:

Requerente:

Curadora Especial:

Interditanda:

Testemunha:

COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS

SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS

RESENHA: 27/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE CANAA DOS CARAJAS - VARA: 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE CANAA DOS CARAJAS PROCESSO: 00032777620198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Carta Precatória Cível em: 27/06/2019 DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ARARI MA DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CANAA DOS CARAJAS PA REQUERENTE:LAIS FERNANDES SILVA REQUERENTE:MIKAELE FERNANDES SILVA REQUERENTE:MATHEUS FERNANDES SILVA REQUERIDO:MIGUEL SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0003277-76.2019.8.14.0136 DECISÃO Trata-se de preso civil por dívida alimentícia. A petição de fl.06-07, informa que a credora reside na Cidade de Arari/MA, onde tem curso o processo de execução de alimentos n.º 0000627-76.2016.8.10.0070. Após a prisão, familiares do devedor compareceram neste Fórum de Canaã dos Carajás/PA querendo adimplir com a dívida no valor de R$7.320,00. Entretanto, informam que a conta da genitora não recebe depósito diário superior a R$1.500,00 reais. O Defensor Público desta Comarca tentou contato telefônico com a Comarca de origem, com o Ministério Público de Arari e também com a defensoria pública do Município deprecante, mas não obteve sucesso. Determino que a parte devedora efetue o pagamento no valor de R$7.320,00 por meio de depósito em conta judicial aberta pela Secretaria deste Juízo. Com o pagamento, tendo em consideração que a prisão é medida grave e excepcional, sobretudo a prisão civil por dívida alimentícia mostra-se imprescindível que havendo pagamento da dívida seja o executado posto exatamente em liberdade, sobretudo pelo fato do estado em que se encontram as prisões brasileiras, determino a expedição de ALVARÁ DE SOLTURA. Em seguida, deve a Secretaria desta Vara manter contato com a Comarca deprecante para que a credora informe conta corrente para que o valor seja liberado por alvará e automaticamente depositado. Ao final, devolva-se a precatória cumprida com nossas homenagens SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL, ETC., CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás, 27 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00001021120188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Tutela e Curatela - Nomeação em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA DE SANTANA EVANGELISTA Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERIDO:EDSON SANTANA EVANGELISTA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0000102-11.2018.8.14.0136 DECISÃO Compulsando os autos, verifico que o interditando não foi submetido a entrevista pessoal, conforme determina o art. 751 do CPC. Nessa senda, a entrevista prevista no art. 751 do CPC tem por escopo a formação do convencimento do julgador acerca da real extensão da incapacidade alegada, além de revestir importante meio de defesa do próprio interditando. Isto posto, chamo o feito à ordem para o fim de DETERMINAR a intimação do interditando e da parte autora, via Oficial de Justiça, para comparecerem à audiência de instrução e julgamento para fins de colheita da entrevista pessoal do interditando, no dia 22/08/2019, às 12:00h, onde as partes deverão comparecer acompanhadas de seus advogados/defensor público, testemunhas e provas, independentemente de rol prévio. Caso o meirinho constate a real impossibilidade de locomoção do interditando, deverá certificar tal fato, devendo a Secretaria proceder a retirada de pauta da audiência ora designada, vindo os autos conclusos. Intime-se o Ministério Público e a Defensoria. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO E CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/OFÍCIO/EDITAL, ETC, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás, 26 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00003048520188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 28/06/2019 REQUERENTE:ERICA VANESSA MIRANDA Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE

JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0000304-85.2018.8.14.0136 DESPACHO Vistas ao Ministério Público. Após conclusos para decisão. Canaã dos Carajás, 18 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00006314020128140136 PROCESSO ANTIGO: 201220003383 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: 28/06/2019 EXEQUENTE:CLAUDIMAR MARQUES DA SILVA EXECUTADO:FRANCISCO ISAC DOS SANTOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0000631-40.2012.8.14.0136 DECISÃO Considerando os comprovantes de depósito juntados aos autos às fls. 3944, em que a parte executada informa que já cumpriu com o pagamento do débito exequente, intime-se a parte exequente pessoalmente, no endereço indicado às fls. 52-53, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar sobre a quitação do débito, se tem interesse no feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção e arquivamento. Após, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás, 18 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00007011320198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Divórcio Consensual em: 28/06/2019 REQUERENTE:ARLINDO DOS SANTOS ARAUJO Representante(s): OAB 13895-B - VINICIUS DOMINGUES BORBA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0000701-13.2019.8.14.0136 DECISÃO Verifico que a parte autora foi devidamente intimada por seu Advogado, via DJ-e, para emendar a inicial no prazo de 15(quinze) dias para incluir a genitora do de cujus no polo passivo da demanda (fl. 56v), quedando silente (fl. 57). Deste modo, pela derradeira vez, intime-se a parte autora pessoalmente, no prazo de 05 (cinco) dias, para manifestar interesse no feito, promovendo o seu regular prosseguimento, sob pena de extinção e arquivamento. Após, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos. Canaã dos Carajás, 21 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00008215620198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ALINE ARIELE AZEVEDO SIMOES Representante(s): OAB 14506 - KARLA IZABEL DE OLIVEIRA PINTO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9343 - FABIO MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 10744 - EDVALDO CARIBE COSTA FILHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0000821-56.2019.8.14.0136 REQUERENTE(S): ALINE ARIELE AZEVEDO SIMÕES REQUERIDO(A): BANCO DO ESTADO DO PARÁ TERMO DE AUDIÊNCIA Hoje, dia 27 de junho de 2019, às 10:00 horas, na sala de audiência do fórum desta comarca, onde presente se achava o Exmo. Sr. Dr. DANIEL GOMES COELHO, Juiz de Direito Titular desta 2ª Vara Cível e Empresarial. Feito o pregão, constatou-se presente a parte autora, acompanhada de sua Advogada, Dra. KARLA IZABEL DE OLIVEIRA PINTO, OAB/PA 14506, presente a Requerida, representada por sua preposta REBECA ALENCAR GUIMARÃES, RG. 16863022001-4, acompanhada de sua Advogada, Dra. DANIELE DOS SANTOS GALDINO, OAB/CE 34031. Aberta a audiência, o MM. Juiz tentou conciliação, a qual restou infrutífera. A seguir foi juntado aos autos via protocolo integrado petição em 03 laudas, contestação em 08 laudas, além de documentos em 23 laudas, carta de preposição e substabelecimento. Em face do contraditório foi deferido vistas a advogada da autora para que se manifestasse sobre a contestação e documentos. A qual manifestou-se nos termos: reitera todos os termos da inicial. SENTENÇA EM AUDIÊNCIA: Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9099/95. Processo encontra-se instruído, não havendo necessidade de provas em audiência. Inicialmente, no que tange à alegação de impedimento deste magistrado em relação à parte autora que é servidora lotada como diretora de secretaria desta unidade jurisdicional, há de se ter em mente que existe sim o impedimento da mesma em atuar neste processo em que é parte, mas não deste magistrado. Destaque-se que não existe qualquer vínculo de amizade, quiçá amizade íntima impedindo este julgador, ainda que seja em face da servidora subordinada à sua chefia imediata. Frise-se que este magistrado é recém chegado na comarca e mantem sua imparcialidade para o presente processo. Assim, considerando que a petição da parte ré é pleiteando o impedimento apenas da parte autora, tal pedido tem fundamento e resta acolhido. Neste diapasão, indico o servidor FABRÍCIO para atuar como diretor de secretaria na condução administrativa do presente processo, estando IMPEDIDA, a partir de então, a parte autora de praticar qualquer ato na presente

demanda na qualidade de servidora desta unidade jurisdicional. No que tange à contestação, indefiro a preliminar de inépcia da exordial, eis que é plenamente possível entender o pedido e causa de pedir, estando instruída com os documentos necessários para propositura da demanda. Superada a preliminar, passo ao mérito. No mérito, percebe-se que o cerne da presente lide reside em saber se os descontos em folha decorrentes de um mútuo feneratício, na modalidade conhecida como Empréstimo Consignado, permaneceram sendo debitados na conta corrente da parte autora mesmo após a quitação da dívida junto ao banco demandado. São fatos incontroversos nos autos: o empréstimo, e confessa a quitação, sendo rebatido na defesa apenas a existência de má-fé/culpa e a consequente existência do dever indenizatório por danos morais e materiais. Analisando os autos, percebe-se que a parte autora juntou à fl. 41, documento emitido pela instituição ré em 13/12/2018 atestando a quitação integral do débito. Do mesmo modo, no próprio corpo da contestação o BANPARÁ informa que: "...no dia 24/08/2018, liquidando, assim, o consignado da parte autora." (pág. 05 da contestação). Existe ainda nos autos, comprovação de que até a presente data os descontos são efetivados nos contracheques da demandante (vide fl. 68), descumprindo, deste modo, inclusive, a medida antecipatória deferida por este juízo em decisão de fl. 45, cuja ciência da parte ré ocorreu em 16/04/2019 (fl. 48v). Vale ressaltar que as partes são uníssonas em reconhecer que, embora os descontos estejam ocorrendo, o valor debitado nos contracheques é devolvido à autora em forma de depósito em sua conta corrente. Neste cenário, é fácil perceber que os descontos efetuados em folha de pagamento são indevidos, pois segundo a própria ré, o consignado está quitado desde 24/08/2018. Há ainda confissão da parte ré quando afirma que "...por uma inconsistência sistêmica, possivelmente gerada por esta regra do sistema, houve uma falha de comunicação entre PD Cred e o SCMC. Em consequência disto, o SCMC continuou eniando à folha de pagamento da consignante a informação de queo contrato ainda estaria ativo e que a folha deveria averbar a cliente em contracheque". Deste modo, a culpa (negligência) resta comprovada de forma confessa, tendo a ré praticado "falha" em suas operações (fortuito interno). No que diz respeito aos danos, constata-se que, a despeito de ter havido estorno do valor cobrado e debitado/pago no contracheques, a lei consumeirista impõe a obrigatoriedade do pagamento em dobro para as cobranças indevidas que tenham sido pagas, fato que indiscutivelmente aconteceu nesta causa. Desta forma, deve o banco demandado pagar a parte autora em dobro o valor descontado de sua folha de pagamento (art. 42, parágrafo único do CDC). Em relação aos alegados danos morais, há de se ter em mente que a conduta culposa da parte ré supera os "meros aborrecimentos" tão mencionados na nossa jurisprudência. Apenas a título de exemplo, se restringiriam aos meros aborrecimentos se a instituição financeira tivesse em tempo razoável resolvido a situação da demandante sem impor à mesma a necessidade de buscar o poder judiciário. A parte autora, ao contrário, mesmo após obter decisão liminar favorável, continuou a ter descontos indevidos em seu contracheque, o que demonstra verdadeira violação aos seus direitos personalíssimos, sobretudo: integridade psicológia e tranquilidade, tendo sido compelida a buscar a proteção do já sobrecarregado poder judiciário brasileiro. Nesta senda, havendo conduta culposa, nexo e resultado danoso, existe o dever de indenizar e reparar os danos. Deste modo, fixo de forma prudente e razoável o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização pelos danos morais sofridos, valor esse, mínimo necessário para cumprir com as finalidades: reparatória, inibitória e punitiva da indenização por danos morais. Saliente-se que na fixação de tal valor são consideradas a situação e capacidade econômica das partes, a fim de evitar enriquecimento ilícito e para que se cumpra com as finalidades acima mencionadas. Outrossim, deve a parte ré cumprir com a liminar que vem descumprindo desde sua citação/intimação em 16/04/2019 (fl. 53v), razão pela qual declaro devidos os valores de R$5.000,00 por cada débito realizado, conforme decisão de fl. 45), o que até o presente momento totaliza R$10.000,00 (dez mil reais), uma vez que ocorreram descontos em maio/2019 e junho/2019. Ademais, considerando que além desse valor já devido pelo descumprimento até a presente data, percebe-se que a parte ré continua a efetuar descontos, mostrando-se ineficaz a multa cominatória frente a conduta recalcitrante do BANPARÁ, razão pela qual exaspero o valor para R$6.000,00 por cada novo desconto. Ante todo o exposto, nos termos do art. 487, I do CPC, ACOLHO O PEDIDO AUTORAL, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, para condenar A PARTE RÉ: 1 - No pagamento de indenização a título de danos morais no importe de R$5.000,00 (cinco mil reais), com juros de mora de 1% ao mês a partir do evento danoso - art. 398 do CC e Súm 54 do STJ; além de correção monetária pelo INPC a partir do presente arbitramento;; 2 - No pagamento da repetição do indébito, abatendo do valor dobrado a parte já estornada em favor da consumidora até junho/2019, pelo que resulta um valor de R$16.446,30 (dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta centavos), a ser corrigido com juros de mora de 1% ao mês a contar da data do fato/evento danoso (art. 398 CC e Súmula 54 do STJ), além de correção monetária pelo INPC a partir do prejuízo - Súm. 43 do STJ; 3 - No pagamento da astreinte pretérita que até a presente data já atinge R$10.000,00 (dez Mil reais); 4 - Na obrigação de, confirmando a tutela antecipada, não efetuar novos descontos em folha da

demandante, sob pena de multa por desconto de R$6.000,00. 5 - Sem custas ou honorários por se tratar de processo regido pela Lei 9.099/95. 6 - Saem os presentes intimados. 7 - PUBLIQUE-SE EM NOME DOS AVOGADOS DR. FABIO MONTEIRO DE OLIVEIRA OAB/PA 9343 e DR EDVALDO CARIBÉ, OAB/PA 10.744, conforme requerido na última página da contestação. Não havendo nada mais a tratar, dou por encerrado o presente termo. Juiz de Direito: ______________________________________ (Daniel Gomes Coêlho) Requerente: ____ Advogada: _ Requerida/Preposta:____ Advogada:____ PROCESSO: 00008215620198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ALINE ARIELE AZEVEDO SIMOES Representante(s): OAB 14506 - KARLA IZABEL DE OLIVEIRA PINTO (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO ESTADO DO PARA Representante(s): OAB 9343 - FABIO MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 10744 - EDVALDO CARIBE COSTA FILHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0000821-56.2019.8.14.0136 REQUERENTE(S): ALINE ARIELE AZEVEDO SIMÕES REQUERIDO(A): BANCO DO ESTADO DO PARÁ TERMO DE AUDIÊNCIA Hoje, dia 27 de junho de 2019, às 10:00 horas, na sala de audiência do fórum desta comarca, onde presente se achava o Exmo. Sr. Dr. DANIEL GOMES COELHO, Juiz de Direito Titular desta 2ª Vara Cível e Empresarial. Feito o pregão, constatou-se presente a parte autora, acompanhada de sua Advogada, Dra. KARLA IZABEL DE OLIVEIRA PINTO, OAB/PA 14506, presente a Requerida, representada por sua preposta REBECA ALENCAR GUIMARÃES, RG. 16863022001-4, acompanhada de sua Advogada, Dra. DANIELE DOS SANTOS GALDINO, OAB/CE 34031. Aberta a audiência, o MM. Juiz tentou conciliação, a qual restou infrutífera. A seguir foi juntado aos autos via protocolo integrado petição em 03 laudas, contestação em 08 laudas, além de documentos em 23 laudas, carta de preposição e substabelecimento. Em face do contraditório foi deferido vistas a advogada da autora para que se manifestasse sobre a contestação e documentos. A qual manifestou-se nos termos: reitera todos os termos da inicial. SENTENÇA EM AUDIÊNCIA: Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9099/95. Processo encontra-se instruído, não havendo necessidade de provas em audiência. Inicialmente, no que tange à alegação de impedimento deste magistrado em relação à parte autora que é servidora lotada como diretora de secretaria desta unidade jurisdicional, há de se ter em mente que existe sim o impedimento da mesma em atuar neste processo em que é parte, mas não deste magistrado. Destaque-se que não existe qualquer vínculo de amizade, quiçá amizade íntima impedindo este julgador, ainda que seja em face da servidora subordinada à sua chefia imediata. Frise-se que este magistrado é recém chegado na comarca e mantem sua imparcialidade para o presente processo. Assim, considerando que a petição da parte ré é pleiteando o impedimento apenas da parte autora, tal pedido tem fundamento e resta acolhido. Neste diapasão, indico o servidor FABRÍCIO para atuar como diretor de secretaria na condução administrativa do presente processo, estando IMPEDIDA, a partir de então, a parte autora de praticar qualquer ato na presente demanda na qualidade de servidora desta unidade jurisdicional. No que tange à contestação, indefiro a preliminar de inépcia da exordial, eis que é plenamente possível entender o pedido e causa de pedir, estando instruída com os documentos necessários para propositura da demanda. Superada a preliminar, passo ao mérito. No mérito, percebe-se que o cerne da presente lide reside em saber se os descontos em folha decorrentes de um mútuo feneratício, na modalidade conhecida como Empréstimo Consignado, permaneceram sendo debitados na conta corrente da parte autora mesmo após a quitação da dívida junto ao banco demandado. São fatos incontroversos nos autos: o empréstimo, e confessa a quitação, sendo rebatido na defesa apenas a existência de má-fé/culpa e a consequente existência do dever indenizatório por danos morais e materiais. Analisando os autos, percebe-se que a parte autora juntou à fl. 41, documento emitido pela instituição ré em 13/12/2018 atestando a quitação integral do débito. Do mesmo modo, no próprio corpo da contestação o BANPARÁ informa que: "...no dia 24/08/2018, liquidando, assim, o consignado da parte autora." (pág. 05 da contestação). Existe ainda nos autos, comprovação de que até a presente data os descontos são efetivados nos contracheques da demandante (vide fl. 68), descumprindo, deste modo, inclusive, a medida antecipatória deferida por este juízo em decisão de fl. 45, cuja ciência da parte ré ocorreu em 16/04/2019 (fl. 48v). Vale ressaltar que as partes são uníssonas em reconhecer que, embora os descontos estejam ocorrendo, o valor debitado nos contracheques é devolvido à autora em forma de depósito em sua conta corrente. Neste cenário, é fácil perceber que os descontos efetuados em folha de pagamento são indevidos, pois segundo a própria ré, o consignado está quitado desde 24/08/2018. Há ainda confissão da parte ré quando afirma que "...por uma inconsistência sistêmica, possivelmente gerada por esta regra do sistema, houve uma falha de comunicação entre PD Cred e o

SCMC. Em consequência disto, o SCMC continuou eniando à folha de pagamento da consignante a informação de queo contrato ainda estaria ativo e que a folha deveria averbar a cliente em contracheque". Deste modo, a culpa (negligência) resta comprovada de forma confessa, tendo a ré praticado "falha" em suas operações (fortuito interno). No que diz respeito aos danos, constata-se que, a despeito de ter havido estorno do valor cobrado e debitado/pago no contracheques, a lei consumeirista impõe a obrigatoriedade do pagamento em dobro para as cobranças indevidas que tenham sido pagas, fato que indiscutivelmente aconteceu nesta causa. Desta forma, deve o banco demandado pagar a parte autora em dobro o valor descontado de sua folha de pagamento (art. 42, parágrafo único do CDC). Em relação aos alegados danos morais, há de se ter em mente que a conduta culposa da parte ré supera os "meros aborrecimentos" tão mencionados na nossa jurisprudência. Apenas a título de exemplo, se restringiriam aos meros aborrecimentos se a instituição financeira tivesse em tempo razoável resolvido a situação da demandante sem impor à mesma a necessidade de buscar o poder judiciário. A parte autora, ao contrário, mesmo após obter decisão liminar favorável, continuou a ter descontos indevidos em seu contracheque, o que demonstra verdadeira violação aos seus direitos personalíssimos, sobretudo: integridade psicológia e tranquilidade, tendo sido compelida a buscar a proteção do já sobrecarregado poder judiciário brasileiro. Nesta senda, havendo conduta culposa, nexo e resultado danoso, existe o dever de indenizar e reparar os danos. Deste modo, fixo de forma prudente e razoável o valor de R$5.000,00 (cinco mil reais) a título de indenização pelos danos morais sofridos, valor esse, mínimo necessário para cumprir com as finalidades: reparatória, inibitória e punitiva da indenização por danos morais. Saliente-se que na fixação de tal valor são consideradas a situação e capacidade econômica das partes, a fim de evitar enriquecimento ilícito e para que se cumpra com as finalidades acima mencionadas. Outrossim, deve a parte ré cumprir com a liminar que vem descumprindo desde sua citação/intimação em 16/04/2019 (fl. 53v), razão pela qual declaro devidos os valores de R$5.000,00 por cada débito realizado, conforme decisão de fl. 45), o que até o presente momento totaliza R$10.000,00 (dez mil reais), uma vez que ocorreram descontos em maio/2019 e junho/2019. Ademais, considerando que além desse valor já devido pelo descumprimento até a presente data, percebe-se que a parte ré continua a efetuar descontos, mostrando-se ineficaz a multa cominatória frente a conduta recalcitrante do BANPARÁ, razão pela qual exaspero o valor para R$6.000,00 por cada novo desconto. Ante todo o exposto, nos termos do art. 487, I do CPC, ACOLHO O PEDIDO AUTORAL, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, para condenar A PARTE RÉ: 1 - No pagamento de indenização a título de danos morais no importe de R$5.000,00 (cinco mil reais), com juros de mora de 1% ao mês a partir do evento danoso - art. 398 do CC e Súm 54 do STJ; além de correção monetária pelo INPC a partir do presente arbitramento;; 2 - No pagamento da repetição do indébito, abatendo do valor dobrado a parte já estornada em favor da consumidora até junho/2019, pelo que resulta um valor de R$16.446,30 (dezesseis mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e trinta centavos), a ser corrigido com juros de mora de 1% ao mês a contar da data do fato/evento danoso (art. 398 CC e Súmula 54 do STJ), além de correção monetária pelo INPC a partir do prejuízo - Súm. 43 do STJ; 3 - No pagamento da astreinte pretérita que até a presente data já atinge R$10.000,00 (dez Mil reais); 4 - Na obrigação de, confirmando a tutela antecipada, não efetuar novos descontos em folha da demandante, sob pena de multa por desconto de R$6.000,00. 5 - Sem custas ou honorários por se tratar de processo regido pela Lei 9.099/95. 6 - Saem os presentes intimados. 7 - PUBLIQUE-SE EM NOME DOS AVOGADOS DR. FABIO MONTEIRO DE OLIVEIRA OAB/PA 9343 e DR EDVALDO CARIBÉ, OAB/PA 10.744, conforme requerido na última página da contestação. Não havendo nada mais a tratar, dou por encerrado o presente termo. Juiz de Direito: _____ (Daniel Gomes Coêlho) Requerente: _____ Advogada: _____ Requerida/Preposta: _____ Advogada:_____ PROCESSO: 00008414720198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ELISANE MARQUES BARCELOS Representante(s): OAB 21915 - WERLEY MACIEL RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:JONAILSON DE LIMA MONTEIRO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0000841-47.2019.8.14.0136 DECISÃO Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 29 / 10 / 2019, às 09:00 horas, neste Juízo. Oficie-se ao Juízo deprecado solicitando o cumprimento da Carta Precatória. SERVE ESTA DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO. CUMPRA-SE. Canaã dos Carajás, 18 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00009410220198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Inventário em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA FELIX CHAVES SILVA Representante(s): OAB 36610 - JADSON

CESAR MOREIRA BIANGULO (ADVOGADO) REQUERENTE:EDNA CHAVES SILVA Representante(s): OAB 36610 - JADSON CESAR MOREIRA BIANGULO (ADVOGADO) REQUERENTE:EDVALDO CHAVES SILVA Representante(s): OAB 36610 - JADSON CESAR MOREIRA BIANGULO (ADVOGADO) REQUERENTE:ROSINETE CHAVES DA SILVA Representante(s): OAB 36610 - JADSON CESAR MOREIRA BIANGULO (ADVOGADO) REQUERENTE:EDVANIA CHAVES DA SILVA Representante(s): OAB 36610 - JADSON CESAR MOREIRA BIANGULO (ADVOGADO) REQUERENTE:ERIVALDO CHAVES DA SILVA Representante(s): OAB 36610 - JADSON CESAR MOREIRA BIANGULO (ADVOGADO) REQUERENTE:EDILANIA CHAVES DA SILVA Representante(s): OAB 36610 - JADSON CESAR MOREIRA BIANGULO (ADVOGADO) REQUERENTE:CLEUDIVANIA CHAVES DA SILVA RODRIGUES Representante(s): OAB 36610 - JADSON CESAR MOREIRA BIANGULO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0000941-02.2019.8.14.0136 DECISÃO Defiro o pedido em relação a retificação do valor da causa de fl. 66, devendo a secretaria retificar as informações no sistema e na capa dos autos. Confiro que apesar das partes te promovido a juntada dos documentos de fls. 56-65 a fim de comprovar a hipossuficiência, ainda persistem os indícios de capacidade econômica das partes demandantes, uma vez que não foi promovida a juntada do comprovante de renda das partes MARIA FELIX CHAVES SILVA e EDVALDO CHAVES SILVA, respectivamente enfermeira e servidor público do município de Goiânia-GO. Tais indícios estão aptos a implicar no indeferimento da gratuidade, uma vez que considerando a quantidade de interessados e o valor das custas correspondentes ao valor da causa, não ensejaria em prejuízo próprio ou familiar. Portanto, deve ser juntado aos autos comprovante de renda das partes faltantes ou o recolhimento das custas processuais. Verifico ainda que as partes indicaram às fls. 07-08, o Sr. JOÃO PEREIRA DE MACEDO para ser nomeado como inventariante, entretanto, posto que a ordem de preferência para nomeação de inventariante deve seguir o rol previsto no art. 617 e ss do CPC, devem as partes esclarecer qual o vínculo existente com o de cujus, promovendo, inclusive a juntada dos documentos pessoais e a outorga de poderes aos Advogados constituídos nos autos. Assim, nos termos do art. 321 do NCPC, defiro o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora EMENDE a inicial para: a) Pagar as custas1; ou b) Juntar documentação que comprove a hipossuficiência de todas as partes interessadas; c) Esclarecer a ordem de preferência para a indicação do Sr. JOÃO PEREIRA DE MACEDO como inventariante nos termos do art. 617 do CPC, promovendo ainda a juntada de seus documentos pessoais e outorga de poderes aos Advogados subscritores da inicial. Em não sendo cumprida a diligência no prazo, o processo será extinto sem resolução do mérito por indeferimento da inicial (art. 485, I do NCPC). Intime-se. Canaã dos Carajás/PA, 12 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás 1 Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias JDM PROCESSO: 00009622720098140136 PROCESSO ANTIGO: 20091000748 1 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Averiguação de Paternidade em: 28/06/2019 REPRESENTANTE:IRAIDE DA LUZ ARAUJO Representante(s): OAB 20950-A - DIOGO CAETANO PADILHA (ADVOGADO) OAB 19629-B - EDERSON SOUZA SILVA (ADVOGADO) AUTOR:SAMILA DA LUZ ARAUJO REQUERIDO:DENILSON SOUSA ALMEIDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0000962-27.2009.8.14.0136 DESPACHO Vistas ao Ministério Público. Após conclusos para decisão. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00010292120118140136 PROCESSO ANTIGO: 201110008443 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERIDO:PROVIDENCIA INDUSTRIA COMERCIO E SERVICOS LTDA Representante(s): OAB 16539-B - MARCOS TAVARES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE:FLORISVALDO GOMES DE CASTRO Representante(s): OAB 10539 - MARILDA NATAL (ADVOGADO) OAB 25.011 - BETTENSON CLAYDE MENESES CABRAL (ADVOGADO) REQUERIDO:FLORIVALDO VIEIRA DE CASTRO Representante(s): OAB 16539-B - MARCOS TAVARES DA SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0001029-21.2011.8.14.0136 Demandante(s): FLORISVALDO GOMES DE CASTRO Demandado(a)(s): FLORIVALDO VIEIRA DE CASTRO E PROVIDENCIA INDÚSTRIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA SENTENÇA (sem resolução de mérito) Trata-se de demanda intitulada de AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA C/C CANCELAMENTO DE REGISTRO PÚBLICO, todos identificados e qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos exarados na exordial. No entanto, foi atravessada petição da parte autora à fl. 68, informando que não tem mais interesse no prosseguimento do feito em razão de

composição amigável entre as partes, pleiteando a desistência. Esse é o breve relatório, passo a decidir. Não havendo óbice à desistência da ação, homologo-a. Ante o exposto, nos termos do art. 485, VIII do NCPC, EXTINGO O PRESENTE PROCESSO sem resolução de mérito. Calcule a ULA - (Unidade Local de Arrecadação), eventuais custas finais, devendo, em caso positivo, a parte deve ser intimada para promover o pagamento das custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. Em seguida, diante de eventual inadimplemento, certifique-se e Expeça-se ofício ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará comunicando o débito para que providencie a inscrição em dívida ativa, conforme ofício circular da presidência 009/2016. Determino que seja retirada da pauta a audiência designada nos autos. Publique-se, registre-se e intime-se. Canaã dos Carajás/PA, 03 de maio de 2019. ESDRAS MURTA BISPO Juiz de Direito Substituto Respondendo pela 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00011440320158140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MASTER LABORATÓRIO CLINICO LTDA Representante(s): OAB 0905 - JAVIER ALVES JAPIASSU (ADVOGADO) REPRESENTANTE:JOACIL ALVES JAPIASSU REQUERIDO:PROSAUDE ASSOCIACAO BENEFICENTE DE ASSISTENCIA SOCIAL E HOSPITALAR Representante(s): OAB 279794 - WANESSA PORTUGAL (ADVOGADO) OAB 310.376 - ROBERTO RICOMINI PICCELLI (ADVOGADO) REQUERIDO:VALE.S.A. Representante(s): OAB 12816 - PEDRO BENTES PINHEIRO NETO (ADVOGADO) OAB 17830 - DANIELLE SERRUYA SORIANO DE MELLO (ADVOGADO) OAB 17905 - ALEXANDRA DA COSTA NEVES (ADVOGADO) OAB 20110 - IGOR DINIZ KLAUTAU DE AMORIM FERREIRA (ADVOGADO) OAB 3210 - PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0001144-03.2015.8.14.0136 DESPACHO 1. Considerando a petição de fls. 590/593 apresentada pela 2ª Requerida, pugnando pelo julgamento antecipado da lide. 2. Considerando ainda a petição de fls. 603/605 que a 1ª ré desiste da produção de provas em audiência, torno sem efeito o despacho de fls. 600, e determino a Secretaria Judicial a retirada dos autos da pauta de audiência e venham estes conclusos para Sentença. Intimem-se as partes via DJ-e. Canaã dos Carajás, 17 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00013259620188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação de Alimentos em: 28/06/2019 REQUERENTE:EMANUELLY SANDES FARIAS Representante(s): OAB 10539 - MARILDA NATAL (ADVOGADO) YANES PASSOS SANDES (REP LEGAL) REQUERENTE:ISAAC SANDES FARIAS REQUERIDO:RAIMUNDO OTAVIO MARQUES FARIAS Representante(s): OAB 23077 - WILSON CORRÊA SANTANA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0001325-96.2018.8.14.0136 DESPACHO Considerando a petição e documentos juntados pela parte autora às fls. 54-64, defiro, em contraditório, o prazo de 05 (cinco) dias, para que a parte ré se manifeste. Intime-se a parte ré, via DJE/PA, por seu(s) Advogado(s) habilitado(s) nos autos. Escoado o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao Ministério Público para emissão de parecer. Após, conclusos. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 25 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00013830720158140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:LUCIANO FONSECA Representante(s): OAB 19871 - ALESSANDRA DIAS MARANHAO (ADVOGADO) REQUERIDO:THIAGO MONTEIRO DE FREITAS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0001383-07.2015.8.14.0136 DECISÃO A jurisprudência é uníssona em relação a eventual impossibilidade de identificação dos ocupantes em feitos de conteúdo possessório, não podendo tal motivo servir de obstáculo ao prosseguimento da ação. À vista disso, DEFIRO o pedido formulado pela parte autora às fls. 72-74, condicionado ao pagamento das custas processuais correspondentes, devendo a parte autora ser intimada para recolhe-las no prazo de 05(cinco) dias. Com as custas processuais pagas, CITE(M)-SE os ocupantes do imóvel descrito na inicial, para contestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados na inicial (arts. 336 e 344 do NCPC), devendo o Oficial de Justiça, por ocasião da citação, identificar e qualificar os ocupantes, que posteriormente passarão a figurar no polo passivo da demanda. Em ato contínuo, CITE(M)-SE os demais ocupantes que não forem encontrado, nos termos do art. 554, §1º do CPC por EDITAL com prazo de 30 (trinta) dias, por uma vez, fluindo da data da publicação única o prazo de 15 dias para a apresentação de contestação, observado o artigo 231, IV, do CPC. Em havendo revelia, nomeio a Defensoria Pública como Curador Especial. Intime-se. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO E CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA

POSTAL/OFÍCIO/EDITAL, ETC CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00013845020198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Divórcio Consensual em: 28/06/2019 REQUERENTE:EDILLENY DA SILVA FERNANDES Representante(s): OAB 21915 - WERLEY MACIEL RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERENTE:LUCAS PEREIRA DA SILVA Representante(s): OAB 21915 - WERLEY MACIEL RIBEIRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0001384-50.2019.8.14.0136 Demandante(s): EDILLENY DA SILVA FERNANDES LUCAS PEREIRA DA SILVA SENTENÇA (com resolução de mérito) Trata-se de DIVÓRCIO CONSENSUAL envolvendo guarda, alimentos e direito de visita, para o qual as partes requerem homologação judicial, proposta e assinada por ambas as partes, devidamente qualificado(a)(s) nos autos. Documentos juntados às fls. 06-17. Por a demanda envolver interesse de menor incapaz foi deferido vista dos autos para manifestação pelo Ministério Público. O Ministério Público se manifestou de forma favorável à homologação do acordo, por entender estarem preservados os interesses do(s) incapaz(es) às fls. 20. Esse é o relatório, passo a decidir. As partes capazes apresentaram termo de acordo, que segundo manifestação do Ministério Público preserva os interesses do(s) incapaz(es) envolvido(s). Some-se a isso o fato de que o divórcio consensual é ação de jurisdição voluntária, que em certos casos pode ser procedida até de forma extrajudicial. A prova do casamento está presente nos autos, e a intensão das partes em não mais manter o vínculo conjugal foi claramente demonstrada na peça inicial devidamente assinada por ambos. Dispõe a nova redação do art. 226, §6º, da CRFB, dada pela EC 66/2010, que o "casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio", suprimindo, assim, o requisito de prévia separação judicial por mais de 01 (um) ano, ou de comprovada separação de fato por mais de 02 (dois) anos ('mens legis' essa inferível do preâmbulo da própria Emenda Constitucional 66/2010 e que se concatena com a interpretação 'teleológica' da norma). O novel regramento, por sua vez, teve por condão também consubstanciar em potestativo o direito de qualquer dos cônjuges em obter o divórcio. O que já deveria existir na prática, agora é lei. Potestativo é o direito que pode ser exercido por qualquer das partes interessadas, independentemente da vontade da outra, bastando expressar a vontade. Ademais, ninguém pode ser obrigado a manter relação eminentemente afetiva contra sua vontade. Ante todo o exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO CELEBRADO, julgando extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC, AO DECRETAR O DIVÓRCIO de EDILLENY DA SILVA FERNANDES E LUCAS PEREIRA DA SILVA, para que surtam todos os efeitos patrimoniais e extrapatrimoniais. As partes declaram que na inicial que não adquiriram bens móveis e imóveis a serem partilhados. O Cônjuge virago não alterou o nome quando do matrimônio. Seja AVERBADO o divórcio junto ao CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS/PA - COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS/PA, Certidão de Casamento registrada sob a MATRÍCULA 130443 01 55 2010 3 00001 134 0000134 15. A guarda, direito de visitas e pensão alimentícia do(a)(s) filho(a)(s) ocorrerá na forma acordada, observando que a guarda dos menores permanecerá com a genitora, visto que o genitor, é quem arcará com a pensão alimentícia conforme termos do acordo. Defiro o pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária, uma vez que, a princípio, a simples declaração do(a) postulante pessoa física/natural sobre a impossibilidade de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, a teor do disposto no art. 99, §3º do NCPC, goza de presunção relativa de veracidade e por si só é suficiente para o deferimento do benefício legal. Observe a Secretaria desta Vara as informações e documentos que devem ser encaminhados em anexo ao Cartório de Registro Civil, atendendo o disposto no Art. 732, I do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, alterado pelo PROVIMENTO CONJUNTO N° 002/2019- CJRMB/CJCI. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO/INTIMAÇÃO E CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/OFÍCIO/EDITAL CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o Trânsito em julgado, arquive-se. Canaã dos Carajás/PA, 21 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00014884220198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:ELIANIA DA COSTA LIMA Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERENTE:GILMAR VIEIRA DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0001488-

42.2019.8.14.0136 Demandante(s): ELIANIA DA COSTA LIMA GILMAR VIEIRA DA SILVA SENTENÇA (com resolução de mérito) Trata-se de UM TERMO DE ACORDO envolvendo guarda, alimentos e direito de visita, para o qual as partes requerem homologação judicial, proposta e assinada por ambas as partes, devidamente qualificado(a)(s) nos autos. Documentos juntados às fls. 08-13. Por a demanda envolver interesse de menor incapaz foi deferido vista dos autos ao Ministério Público, que manifestou à fl.16. Manifestação da Defensoria Pública do Estado à fl. 17v. Esse é o relatório, passo a decidir. As partes capazes apresentaram termo de acordo, que preserva os interesses do(s) incapaz(es) envolvido(s). Ante todo o exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO CELEBRADO, julgando extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC, para que surtam todos os efeitos patrimoniais e extrapatrimoniais. No que tange à guarda, por acordo prever que o genitor pagará alimentos, pressupõe-se que a guarda ficará com a genitora, sendo livre o direito de visitas. Neste sentido, manifestação de fl. 17v. Defiro o pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária, uma vez que, a princípio, a simples declaração do(a) postulante pessoa física/natural sobre a impossibilidade de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, a teor do disposto no art. 99, §3º do NCPC, goza de presunção relativa de veracidade e por si só é suficiente para o deferimento do benefício legal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o Trânsito em julgado, arquive-se. Canaã dos Carajás, 27 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00016694320198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Divórcio Consensual em: 28/06/2019 REQUERENTE:MAURICIO RODRIGUES PONTES Representante(s): OAB 16539-B - MARCOS TAVARES DA SILVA (ADVOGADO) REQUERENTE:EYLA OLIVEIRA DE SOUSA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0001669-43.2019.8.14.0136 DECISÃO Analisando os autos, verifico que existem indícios de capacidade econômica das partes demandantes, aptos a implicar no indeferimento da gratuidade, devendo ser juntado aos autos documentos que comprovem a hipossuficiência como por exemplo, comprovante de renda atualizado, declaração de imposto de renda, etc. Além disso, verifico também que não ficou consignado nos autos até que dia de cada mês o pagamento da prestação alimentícia dos menores será efetuado, nem a forma de pagamento, se mediante recibo ou depósito bancário, Assim, nos termos do art. 321 do NCPC, defiro o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora EMENDE a inicial para: a) Pagar as custas1; ou b) Juntar documentação que comprove a hipossuficiência; c) Indicar a data limite e a forma em que será efetuado o pagamento da prestação alimentícia dos menores. Em não sendo cumprida a diligência no prazo, o processo será extinto sem resolução do mérito por indeferimento da inicial (art. 485, I do NCPC) Intime-se. Canaã dos Carajás/PA, 21 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás 1 Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias PROCESSO: 00016888320188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:AIMORE CREDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA Representante(s): OAB 115665 - MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (ADVOGADO) REQUERENTE:AYMORE CREDITO FINACIAMENTO E INVESTIMENTO SA REQUERIDO:LAERCIO PEREIRA MOTA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0001688-83.2018.8.14.0136 Demandante(s): AYMORÉ CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A Demandado(s): LAERCIO PEREIRA MOTA SENTENÇA (sem resolução de mérito) Trata-se de demanda intitulada de AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO, proposta por AYMORÉ CREDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A, em desfavor de LAERCIO PEREIRA MOTA, identificados e qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos exarados na exordial. Em decisão de fl. 44, foi determinado a intimação da parte autora por seu(a) Advogado(a), manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de extinção. Intimada por seu(a) Advogado(a) habilitado(a) nos autos, via DJ-e/PA, edição n.º 6642/2019, pág. 2192 à fl. 44v, quedou-se silente, conforme certidão de fl. 46. Esse é o breve relato, passo a decidir. Percebe-se das folhas acima mencionadas que a parte autora, devidamente intimada por seu Advogado, em nada se manifestou, presumindo que abandonou o processo. Além disso, a demanda encontrava-se parada há mais de 30 dias, sem que a parte autora promovesse qualquer diligência a fim de viabilizar a conclusão do processo. Assim, EXTINGO A PRESENTE DEMANDA, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III do NCPC. Calcule a ULA - (Unidade Local de Arrecadação), eventuais custas finais, devendo, em caso positivo, a parte autora ser intimada para

promover o pagamento das custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. Em seguida, diante de eventual inadimplemento, certifique-se e Expeça-se ofício ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará comunicando o débito para que providencie a inscrição em dívida ativa, conforme ofício circular da presidência 009/2016. Publique-se, registre-se e intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa no sistema. Canaã dos Carajás/PA, 21 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito PROCESSO: 00016997820198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:BRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA BURITI REALIZANDO SONHOS Representante(s): OAB 18265 - JADIR LOIOLA RODRIGUES JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:PAULO DA CRUZ CALDAS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0001699-78.2019.8.14.0136 REQUERENTE(S): BRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REQUERIDO(A): PAULO DA CRUZ CALDAS TERMO DE AUDIÊNCIA Hoje, dia 21 de maio de 2019, às 09:30 horas, na sala de audiência do fórum desta comarca, presente o Exmo. Sr. Dr. DANIEL GOMES COELHO, Juiz de Direito Titular desta 2ª Vara Cível e Empresarial. Feito o pregão, constatou-se a presença do Requerente, representado por sua Preposta MARIA LUCIA CANDIDO DA SILVA, RG. 3810024-SSP/PA, acompanhada de seu Advogado, Dr. JADIR LOIOLA RODRIGUES JUNIOR, OAB/PA 18.265. Ausente o Requerido PAULO DA CRUZ CALDAS. Aberta a audiência, o advogado da Requerida manifestou-se nos termos: MM. Juiz, embora o requerido tenha efetuado termo de renegociação contratual, o mesmo persistiu no descumprimento das obrigações pactuadas, estando inadimplente desde o mês de março/2017 e, sequer pagou o sinal de negociação vencido em 02/09/2017, permanecendo inerte, embora devidamente notificado, para efetuar a quitação do débito, assim, inexiste justificativa plausível para o inadimplemento contratual e resta patente o descumprimento do contrato pelo requerido. Encontram-se presentes os requisitos do artigo 561 do CPC, pois estão efetivamente comprovado nos autos o esbulho possessório, restando reiterar o pedido constante na inicial de deferimento de tutela liminar para reintegração de posse. Requer ainda que o requerido seja citado no endereço que segue: Rua A5, quadra 06A, Lote 04, residencial Jardim Europa, primeira etapa, neste Município, termos em que pede deferimento. DECISÃO: defiro o pedido de citação no endereço do contrato, devendo ser expedido Mandado de Citação e Constatação, devendo o oficial de justiça descrever em detalhes os bens eventualmente ali existentes (construções e acessões físicas). No que tange ao pedido liminar, torna-se necessário se averiguar inicialmente a situação do imóvel e se existe posse direta por alguém. Saem os presentes intimados. SERVE COPIA DESTE TERMO COMO MANDADO. Nada mais havendo, este digitei e subscrevi. Juiz de Direito: ____ (Daniel Gomes Coêlho) Req/Preposto: _ Advogado: ____________________________________ Requerida: ____________________________________ Advogado: ______________________________________ PROCESSO: 00017092520198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:BRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SA Representante(s): OAB 18265 - JADIR LOIOLA RODRIGUES JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:REINALDO BARROS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0001709-25.2019.8.14.0136 REQUERENTE(S): BRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS REQUERIDO(A): REINALDO BARROS TERMO DE AUDIÊNCIA Hoje, dia 21 de maio de 2019, às 09:00 horas, na sala de audiência do fórum desta comarca, presente o Exmo. Sr. Dr. DANIEL GOMES COELHO, Juiz de Direito Titular desta 2ª Vara Cível e Empresarial. Feito o pregão, constatou-se a presença do Requerente, representado por sua Preposta MARIA LUCIA CANDIDO DA SILVA, RG. 3810024-SSP/PA, acompanhada de seu Advogado, Dr. JADIR LOIOLA RODRIGUES JUNIOR, OAB/PA 18.265. Ausente o Requerido REINALDO BARROS. Aberta a audiência, o advogado da Requerida manifestou-se nos termos: MM. Juiz, diante da certidão de fls. 165, verso, onde foi informado pelo morador do lote 11, ao oficial de justiça, que o mesmo desconhece o requerido se pressupõe que aquele que não exerce a posse direta do imóvel, obrigação essa constante do contrato, sendo patente a necessidade do deferimento da tutela antecipada de reintegração de posse para evitar possível esbulho possessório, além dos argumentos já espojados quanto da petição inicial e pedido liminar, os quais vosso Juízo deixou para apreciar na presente audiência, restando assim reiterado o pedido. Requer ainda, consultas via Bacenjud e Renajud para localização do endereço atual do Requerido, termos em que pede deferimento. Requer a juntada de carta de preposição. DECISÃO: Analisando a inicial, constata-se da fl. 113 a 124 contrato de promessa de compra e venda entre as partes, bem como acordo extrajudicial, fls. 132/133, reconhecendo a existência de dívida, em que também esse não foi cumprido. O réu foi notificado extrajudicialmente já do

descumprimento do acordo (fls 135). Importante mencionar ainda a certidão do oficial de justiça de fls. 165, verso, atestando que existe uma construção inacabada, sem ninguém residindo no imóvel, objeto da presente reintegração de posse. Assim, dentro do poder geral de cautela imposto ao judiciário, determino a imissão na posse da parte autora, sem no entanto autorizar qualquer demolição ou modificação fática nas construções até ulterior decisão, medida essa imprescindível para garantir que outras pessoas não pratiquem esbulho. Defiro o pedido de pesquisa de endereço pelo Bacenjud, custas pelo Requerente. Após, cite-se e intime-se o réu desta decisão. Saem os presentes intimados. SERVE COPIA DESTE TERMO COMO MANDADO DE IMISSÃO DE POSSE. Nada mais havendo, este digitei e subscrevi. Juiz de Direito: ____ (Daniel Gomes Coêlho) Req/Preposto: _ Advogado: _______________________________________ PROCESSO: 00017326820198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Divórcio Litigioso em: 28/06/2019 REQUERENTE:ALZINEIDE RODRIGUES DA SILVA Representante(s): OAB 10539 - MARILDA NATAL (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO JOSE PEREIRA LIMA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0001732-68.2019.8.14.0136 Demandante(s): ALZINEIDE RODRIGUES DA SILVA LIMA ANTONIO JOSÉ PEREIRA LIMA SENTENÇA (com resolução de mérito) Trata-se de DIVÓRCIO CONSENSUAL envolvendo guarda, alimentos e direito de visita, para o qual as partes requerem homologação judicial, proposta e assinada por ambas as partes, devidamente qualificado(a)(s) nos autos. Documentos juntados às fls. 07-13 e 18-21. Por a demanda envolver interesse de menor incapaz foi deferido vista dos autos para manifestação pelo Ministério Público. O Ministério Público se manifestou de forma favorável à homologação do acordo, por entender estarem preservados os interesses do(s) incapaz(es) às fls. 24. Esse é o relatório, passo a decidir. As partes capazes apresentaram termo de acordo, que segundo manifestação do Ministério Público preserva os interesses do(s) incapaz(es) envolvido(s). Some-se a isso o fato de que o divórcio consensual é ação de jurisdição voluntária, que em certos casos pode ser procedida até de forma extrajudicial. A prova do casamento está presente nos autos, e a intensão das partes em não mais manter o vínculo conjugal foi claramente demonstrada na peça inicial devidamente assinada por ambos. Dispõe a nova redação do art. 226, §6º, da CRFB, dada pela EC 66/2010, que o "casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio", suprimindo, assim, o requisito de prévia separação judicial por mais de 01 (um) ano, ou de comprovada separação de fato por mais de 02 (dois) anos ('mens legis' essa inferível do preâmbulo da própria Emenda Constitucional 66/2010 e que se concatena com a interpretação 'teleológica' da norma). O novel regramento, por sua vez, teve por condão também consubstanciar em potestativo o direito de qualquer dos cônjuges em obter o divórcio. O que já deveria existir na prática, agora é lei. Potestativo é o direito que pode ser exercido por qualquer das partes interessadas, independentemente da vontade da outra, bastando expressar a vontade. Ademais, ninguém pode ser obrigado a manter relação eminentemente afetiva contra sua vontade. Ante todo o exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO CELEBRADO, julgando extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC, AO DECRETAR O DIVÓRCIO de ALZINEIDE RODRIGUES DA SILVA LIMA E ANTONIO JOSÉ PEREIRA LIMA, para que surtam todos os efeitos patrimoniais e extrapatrimoniais. As partes declaram que na inicial que não adquiriram bens móveis e imóveis a serem partilhados. O Cônjuge virago opta por voltar a usar o nome de solteira, qual seja: ALZINEIDE RODRIGUES DA SILVA. Seja AVERBADO o divórcio junto ao CARTÓRIO DE REGISTRO DE PESSOAS NATURAIS DE AMARANTE DO MARANHÃO/MA, Certidão de Casamento registrada sob a MATRÍCULA n.º 0311380155 2011 2 00022 051 0005335 52, devendo o CARTÓRIO remeter a este Juízo, cópia da certidão de casamento atualizada com a averbação. A guarda, direito de visitas e pensão alimentícia do(a)(s) filho(a)(s) ocorrerá na forma acordada, observando que a guarda dos menores permanecerá com a genitora, visto que o genitor, é quem arcará com a pensão alimentícia conforme termos do acordo. Defiro o pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária, uma vez que, a princípio, a simples declaração do(a) postulante pessoa física/natural sobre a impossibilidade de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, a teor do disposto no art. 99, §3º do NCPC, goza de presunção relativa de veracidade e por si só é suficiente para o deferimento do benefício legal. Observe a Secretaria desta Vara as informações e documentos que devem ser encaminhados em anexo ao Cartório de Registro Civil, atendendo o disposto no Art. 732, I do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, alterado pelo PROVIMENTO CONJUNTO N° 002/2019- CJRMB/CJCI. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO/INTIMAÇÃO E CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/OFÍCIO/EDITAL CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o Trânsito em julgado, arquive-se. Canaã dos Carajás/PA, 21 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00020461420198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Divórcio Consensual em: 28/06/2019 REQUERENTE:JACIARA DA CONCEICAO MACEDO Representante(s): OAB 20872-B - FERNANDO LUIZ GONÇALVES (ADVOGADO) REQUERENTE:FRANCIMARIO SILVA DA COSTA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0002046-14.2019.8.14.0136 Demandante(s): JACIARA DA CONCEIÇÃO MACEDO FRANCIMARIO SILVA DA COSTA SENTENÇA (com resolução de mérito) Trata-se de AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL CONSENSUAL C/C REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA E VISITAS, para o qual, proposta por ambas as partes requerem homologação judicial, devidamente qualificado(a)(s) nos autos. Por a demanda envolver interesse de menor incapaz foi deferido vista dos autos para manifestação pelo Ministério Público. O Ministério Público se manifestou de forma favorável à homologação do acordo, por entender estarem preservados os interesses do(s) incapaz(es) às fls. 22. Esse é o relatório, passo a decidir. As partes capazes apresentaram termo de acordo, que segundo manifestação do Ministério Público preserva os interesses do(s) incapaz(es) envolvido(s). Some-se a isso o fato de que a dissolução da união estável é direito potestativo das partes. Ante todo o exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO CELEBRADO, julgando extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC, AO RECONHECER E DISSOLVER a união estável entre JACIARA DA CONCEIÇÃO MACEDO e FRANCIMARIO SILVA DA COSTA, sem contudo, especificar o termo inicial para tanto. A guarda, direito de visitas e pensão alimentícia do(a)(s) filho(a)(s) ocorrerá na forma acordada. Defiro o pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária, uma vez que, a princípio, a simples declaração do(a) postulante pessoa física/natural sobre a impossibilidade de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, a teor do disposto no art. 99, §3º do NCPC, goza de presunção relativa de veracidade e por si só é suficiente para o deferimento do benefício legal. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO INTIMAÇÃO, CITAÇÃO E AVERBAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/EDITAL, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o Trânsito em julgado, arquive-se. Canaã dos Carajás/PA, 21 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00020920320198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:DIVA RIBEIRO FAGUNDES Representante(s): OAB 24702 - ITALO RAFAEL DIAS (ADVOGADO) REQUERIDO:PARAKANA RESIDENCIAL LTDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0002092-03.2019.8.14.0136 Demandante(s): DIVA RIBEIRO FAGUNDES Demandado(a)(s): PARAKANÃ RESIDENCIAL LTDA DECISÃO 1. Considerando que na presente comarca não existem núcleos ou servidores voltados à conciliação e mediação, torna-se impossível a observância do rito previsto no NCPC no que tange à audiência prevista no art. 334, razão pela qual a parte ré será citada para apresentação de defesa, na forma do art. 335 e subsequentes do mesmo diploma legal 2. Cite-se a parte ré para contestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados na inicial (arts. 336 e 344 do NCPC). SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO E CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/OFÍCIO/EDITAL, ETC CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás, 20 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00021613520198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARCELO SOARES DE OLIVEIRA Representante(s): OAB 16008 - JOAO PAULO DA SILVEIRA MARQUES (ADVOGADO) REQUERIDO:BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S A. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0002161-35.2019.8.14.0136 Demandante(s): MARCELO SOARES DE OLIVEIRA Demandado(a)(s): BRADESCO VIDA E PREVIDENCIA S.A DECISÃO 1. Defiro o pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária, uma vez que, a princípio, a simples declaração do(a) postulante pessoa física/natural sobre a impossibilidade de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, a teor do disposto no art. 99, §3º do NCPC, goza de presunção relativa de

veracidade e por si só é suficiente para o deferimento do benefício legal. Ademais, no presente caso não existem elementos de prova contrários, aptos a implicar no indeferimento da gratuidade ou em seu parcelamento/desconto percentual (arts. 98, §§5º e 6º; e 99, §3º, ambos do NCPC). 2. Considerando que na presente comarca não existem núcleos ou servidores voltados à conciliação e mediação, torna-se impossível a observância do rito previsto no NCPC no que tange à audiência prevista no art. 334, razão pela qual a parte ré será citada para apresentação de defesa, na forma do art. 335 e subsequentes do mesmo diploma legal 3. Cite-se a parte ré para contestar, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de presumirem-se como verdadeiros os fatos alegados na inicial (arts. 336 e 344 do NCPC). SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO E CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/OFÍCIO/EDITAL, ETC CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás, 20 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00022887020198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCA ANTONIA DE SOUSA Representante(s): OAB 20950-A - DIOGO CAETANO PADILHA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO S A Representante(s): OAB 15201-A - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0002288-70.2019.8.14.0136 REQUERENTE(S): FRANCISCA ANTONIA DE SOUSA REQUERIDO(A): BANCO BRADESCO S/A TERMO DE AUDIÊNCIA Hoje, dia 27 de junho de 2019, às 11:30 horas, na sala de audiência do fórum desta comarca, onde presente se achava o Exmo. Sr. Dr. DANIEL GOMES COELHO, Juiz de Direito Titular desta 2ª Vara Cível e Empresarial. Feito o pregão, constatou-se presente a parte autora, acompanhada de seu Advogado, Dr. VINICIUS FERRAZ LIMA, OAB/PA 25636-B, que foi reconhecido pela autora como seu advogado e lhe atribuiu os poderes gerais de foro. Presente o Requerido, representado por seu Preposto, RICARDO VITORINO DOS SANTOS, RG. 7482330-SSP/PA, acompanhado de seu advogado, Dr. LUCIANO SATURNINO DA MOTA, OAB/PA 24479. Aberta a audiência, o MM. Juiz tentou conciliação, a qual restou infrutífera. Pela ordem, o Patrono do Requerido requer a juntada de contestação (13 laudas) atos constitutivos (03 laudas), substabelecimento e carta de preposição. Em seguida foi dado vistas ao advogado do Requerente, para manifestação acerca da contestação e documentos apresentados, o qual manifestou-se nos termos: o Patrono da requerente contesta toda contestação da parte ré, principalmente quanto aos pontos de alegação da inépcia da inicial, de que trata ser idôneo os documentos apresentados pela requerente, por esta ter retirado da internet, o que não se pode prosperar, isso só vem a comprovar a inexistência de vinculo com a parte requerida, pois seria o único meio de comprovação de prova via eletrônica. Da falta de interesse de agir e da ausência de pretensão resistida. A parte requerida alega que a autora não fez requerimento administrativo para poder sanar tal problema, o que pugna desde já, visto que tal problema foi sanado pelo processo de n° 0004180-82.2017.814.0136 primeira vara cível dessa comarca, onde o Douto Juiz julgou procedente o pedido declarando extinta a obrigação de vinculo da requerente com a requerida, que por si só exclui a alegação da requerida nessa peça de contestação, e nesse mesmo sentido os demais pontos apresentados se veem sanados do escopo fático apresentado item 02 da realidade fática e do mérito item 03 e da legalidade das cobranças item 03.1, item 3.2 da inexistência de qualquer danos indenizáveis. Da litigância de má fé item 3.3 neste ponto especial, tá mais que comprovado a materialidade das cobranças inexistentes constrangendo a requerente. Pugna também com relação da não ocorrência do dano moral item 3.3. Portanto, contesta todos os demais termos existentes juntados pela parte requerida. São os termos. SENTENÇA EM AUDIÊNCIA: Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9099/95. As preliminares existentes na contestação não possuem qualquer fundamento. A que diz respeito a inépcia da inicial menciona documento inidôneo extraído da internet, mais não é possível saber sequer de qual documento se está falando. Não há no presente caso jurisdição condicionada, não havendo necessidade de pedido administrativo, prevalecendo a regra da inafastabilidade da jurisdição. No mérito, a parte autora alega que encerrou sua relação jurídica com o banco em 2014, e que não reconhece empréstimo bancário no valor de R$ 2.180,40 ocorrido em 21/02/2017. A esse respeito a contestação não observa minimamente o princípio da impugnação especificada dos fatos, não mencionando nada a respeito da alegação autoral, ou pelo menos, sobre os fatos que tratam o presente processo. Desta forma, prevalece como verdade o que consta da inicial, vez que caberia a parte ré comprovar a existência e validade da cobrança, mais se quer abordou este ponto. Assim sendo, tem-se que o empréstimo é inexistente, por manifesta ausência de manifestação de vontade da parte autora, elemento este necessário para se reconhecer a existência de qualquer ato jurídico. Em que pese a inexistência do negócio jurídico, a parte ré além de efetuar cobranças indevidas inscreveu o

nome da parte autora nos cadastros de restrição ao crédito do SPC/SERASA. A despeito de haver inscrição previa no SPC, em consulta ao site deste Tribunal de Justiça é possível constatar que em 10/08/2017 há Sentença declarando indevida a cobrança no valor anterior (proc. 0004180-82.2017.814.0136). deste modo, não incide no caso a sumula do STJ, devendo haver indenização por danos morais em face da negativação indevida pela quantia de R$ 2.180,40, sendo presumido o dano aos direitos personalíssimos, principalmente honra, nome, e integridade psicológica, vez que intitula a demandante como mal pagadora e impede os mínimos negócios no comércio. Diante, da conduta culposa, do nexo e do dano (IN RE IPSA), fixo de forma razoável e proporcional, indenização no importe de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), valor este mínimo possível para cumprir com as finalidades: reparatória, inibitória e punitiva de tal indenização, sem ainda tirar os olhos da capacidade econômica da parte ré. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, acolher totalmente o pedido autoral, para: 1- condenar a parte ré a a título de danos morais indenização no importe de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser corrigido a partir do presente arbitramento, com juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC. 2- Declarar a inexistência do debito no valor de R$ 2.180,40. 3- Condenar a parte ré na obrigação de cancelar toda e qualquer cobrança decorrente deste valor e, cancelar a inscrição no SPC/SERASA no prazo de 05 dias, da efetiva intimação desta Sentença, sob pena de multa diária de R$ 300,00. Determino a intimação VIA Diário Oficial em nome do Advogado NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES, OAB/SP 128.341. Sem custas ou honorários por ser Juizado Especial. Saem os presentes intimados. Não havendo nada mais a tratar, dou por encerrado o presente termo. Juiz de Direito: _____ (Daniel Gomes Coêlho) Requerente/Preposto: _ Advogado: _____ Requerido:_____ Advogado:_____ PROCESSO: 00022895520198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 28/06/2019 REQUERENTE:DHYENNETY GABRIELLY GOMES DA SILVA Representante(s): DHYESSIA DA SILVA GOMES (REP LEGAL) OAB 20950-A - DIOGO CAETANO PADILHA (ADVOGADO) REQUERENTE:VITORIA BRIGIDA GOMES DA SILVA Representante(s): DHYESSIA DA SILVA GOMES (REP LEGAL) REQUERIDO:WEDER DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0002289-55.2019.8.14.0136 DESPACHO 01. Manifeste-se o Exequente, por sua Advogada, no prazo de 05 dias, acerca da Certidão Negativa de fls. 28 dos autos. Após conclusos. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00023848520198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:FRANCILEUDE BATISTA SILVA Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERENTE:MARCOS DENES DA SILVA SOUSA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0002384-85.2019.8.14.0136 Demandante(s): FRANCILEUDE BATISTA SILVA MARCOS DENIS DA SILVA SOUSA SENTENÇA (com resolução de mérito) Trata-se de UM TERMO DE ACORDO envolvendo guarda, alimentos e direito de visita, para o qual as partes requerem homologação judicial, proposta e assinada por ambas as partes, devidamente qualificado(a)(s) nos autos. Por a demanda envolver interesse de menor incapaz foi deferido vista dos autos ao Ministério Público, que se manifestou de forma favorável à homologação do acordo, por entender estarem preservados os interesses do(s) incapaz(es) à fl. 17. Esse é o relatório, passo a decidir. As partes capazes apresentaram termo de acordo, que segundo manifestação do Ministério Público, preserva os interesses do(s) incapaz(es) envolvido(s). Ante todo o exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO CELEBRADO, julgando extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC, para que surtam todos os efeitos patrimoniais e extrapatrimoniais. A guarda, direito de visitas e pensão alimentícia do(a)(s) filho(a)(s) ocorrerá na forma acordada. Defiro o pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária, uma vez que, a princípio, a simples declaração do(a) postulante pessoa física/natural sobre a impossibilidade de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, a teor do disposto no art. 99, §3º do NCPC, goza de presunção relativa de veracidade e por si só é suficiente para o deferimento do benefício legal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o Trânsito em julgado, arquive-se. Canaã dos Carajás, 21 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito JDM PROCESSO: 00024445820198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:VALDECIR DE ALMEIDA BARROS Representante(s): OAB

25494-A - MANACÉS MOREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO S A Representante(s): OAB 19792-A - FELIPE GAZOLA VIERA MARQUES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0002444-58.2019.8.14.0136 REQUERENTE(S): VALDECIR DE ALMEIDA BARROS REQUERIDO(A): BANCO BRADESCO S/A TERMO DE AUDIÊNCIA Hoje, dia 27 de junho de 2019, às 13:30 horas, na sala de audiência do fórum desta comarca, onde presente se achava o Exmo. Sr. Dr. DANIEL GOMES COELHO, Juiz de Direito Titular desta 2ª Vara Cível e Empresarial. Feito o pregão, constatou-se presente a parte autora, acompanhada de seu Advogado, Dr. WERLEY MACIEL RIBEIRO, OAB/PA 21915, que foi reconhecido pela parte autora como seu advogado e lhe deu os poderes gerais, presente a Requerida, representada por seu Preposto, RICARDO VITORINO DOS SANTOS, RG. 7482330-SSP/PA, acompanhado de seu advogado, Dr. LUCIANO SATURNINO DA MOTA, OAB/PA 24479. Aberta a audiência, o MM. Juiz tentou conciliação, a qual restou infrutífera. Pela ordem, o Patrono do Requerido requer a juntada de substabelecimento e carta de preposição. Em seguida foi dado vistas ao advogado do Requerente, o qual manifestou-se nos termos: em réplica o advogado do requerente ratifica em todos os seus termos a inicial. SENTENÇA EM AUDIÊNCIA: Relatório dispensado nos termos do artigo 38 da Lei 9099/95. Não existem preliminares na contestação. No mérito a demanda se resume no fato de que o autor alega ter efetuado apenas um saque no valor de R$ 800,00 no dia 17/09/2018, sendo que em sua conta foram efetuados 03 descontos: dois no valor de R$ 800,00 e um no valor de R$ 1.250,00. Ocorre que a parte ré teria reconhecido a irregularidade e devolvido apenas um dos saques de R$ 800,00. Em contestação o Banco Bradesco não juntou qualquer documento de mérito, alegando que por culpa exclusiva do demandante um terceiro teria obtido o cartão de crédito do demandante e a senha deste, sendo esta a única forma possível para justificar os saques não reconhecidos pelo correntista. Embora tenha alegado tal tese em defesa, o Banco não se desincumbiu do ônus de provar que a suposta fraude tenha ocorrido por culpa do autor. Destaco que não se trata aqui de inversão do ônus da prova, mais na regra de que a prova em alegação de fato negativo cabe a parte ré. Deveria o Banco demandado ter juntado pelo menos foto/imagens da pessoa que efetuou os saques naquele dia e hora, na agencia/terminal de caixa eletrônico, pois, é publico e notório que todos os caixas eletrônicos possuem câmera, seja no próprio caixa eletrônico, seja na agência. Destaco, que a cautela pelas instituições financeiras em suas atividades devem ser a mais ampla possível em tais momentos, o que levou à necessidade de implantação em quase todos os locais de leitor das impressões digitais do correntista. Importa salientar, que a cautela para impedir fraudes cabe a instituição financeira, mostrando-se na espécie como hipótese de fortuito interno, cabendo a responsabilidade por eventual dano ao banco. Não se está aqui a desconsiderar a existência da "culpa exclusiva da vitima", como forma de exclusão da responsabilidade objetiva, mais a prova desta alegação não foi levada minimamente a efeito pela parte demandada nos presentes autos. Havendo conduta, nexo e dano, deve o banco demandado ser responsabilizado pelos valores debitados indevidamente da parte autora, o que totaliza R$ 2050,00 vez que os outros R$ 800,00 já foram estornados. Em relação ao dano moral, a parte autora se viu premida pela falta da quantia que foi descontada de sua conta. Ademais, a conduta da parte ré vai além do que a jurisprudência costumou chamar de "mero aborrecimento", pois o banco obrigou o cliente a procurar o judiciário, por não ter procedido com a resolução do problema de forma administrativa, nem sequer junto ao PROCON. Diante, da conduta culposa, do nexo e do dano, fixo de forma razoável e proporcional, indenização no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais), valor este mínimo possível para cumprir com as finalidades: reparatória, inibitória e punitiva de tal indenização, sem ainda tirar os olhos da capacidade econômica da parte ré. Por fim, não cabe na espécie a repetição do indébito, nos termos do artigo 42, § único do CDC, pois não ocorreu cobrança com o pagamento indevido. Ante o exposto, nos termos do artigo 487, inciso I do CPC, acolher totalmente o pedido autoral, para: 1- condenar a parte ré a a título de danos morais indenização no importe de R$ 3.000,00 (três mil reais), a ser corrigido a partir do presente arbitramento, com juros de 1% ao mês e correção monetária pelo INPC. 2- Condenar a parte ré a pagar a titulo de danos materiais o valor de R$ 2.050,00 (dois mil e cinquenta reais) a ser corrigido a juros de 1% ao mês a contar da data do fato/evento danoso (17/09/2018), além de correção monetária pelo INPC a partir desta mesma data (sumula 43 STJ). Determino a intimação VIA Diário Oficial em nome do Advogado FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES, OAB/PA 19792-A. Sem custas ou honorários por ser Juizado Especial. Saem os presentes intimados. Não havendo nada mais a tratar, dou por encerrado o presente termo. Juiz de Direito: _____ (Daniel Gomes Coêlho) Requerente/Preposto: _____ Advogado: _____ Requerido:_____ Advogado:_____ PROCESSO: 00025363620198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES

COELHO Ação: Monitória em: 28/06/2019 REQUERENTE:LAURENCA DA SILVA COSTA Representante(s): OAB 25494-A - MANACÉS MOREIRA DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:WAGNE COSTA MACHADO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0002536-36.2019.8.14.0136 DECISÃO 1. Defiro o pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária, uma vez que, a princípio, a simples declaração do(a) postulante pessoa física/natural sobre a impossibilidade de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, a teor do disposto no art. 99, §3º do NCPC, goza de presunção relativa de veracidade e por si só é suficiente para o deferimento do benefício legal. Ademais, no presente caso não existem elementos de prova contrários, aptos a implicar no indeferimento da gratuidade ou em seu parcelamento/desconto percentual (arts. 98, §§5º e 6º; e 99, §3º, ambos do NCPC). 2. Entendo como prudente, o deferimento, em contraditório, do prazo de 15 (quinze) dias para, querendo, a parte ré embargar a presente ação monitória, nos termos dos arts. 700, §7º; 701 e 702; todos do NCPC. Nos termos do art. 701, §2º do NCPC, se não opuser embargos "Constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial". Cite-se. Com ou sem manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, certifique-se e voltem-me os autos conclusos para decisão. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO E CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/OFÍCIO/EDITAL, ETC CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás, 25 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00025699420178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A Representante(s): OAB 13904-A - ACACIO FERNANDES ROBOREDO (ADVOGADO) OAB 23097 - JOYCE SILVEIRA DA SILVA OLIVEIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:ELIOMAR MATIAS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0002569-94.2017.8.14.0136 REQUERENTE(S): BANCO SANTANDER BRASIL S/A REQUERIDO(A): ELIOMAR MATIAS SENTENÇA (com resolução do mérito) Trata-se de ação de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL, movida por BANCO SANTANDER BRASIL S/A em face de ELIOMAR MATIAS, partes identificadas e já qualificadas na exordial. A parte autora promoveu a juntada de petição às fls. 102-105, informando que houve celebração de acordo extrajudicial referente ao objeto discutido na presente lide. Esse é o relatório, passo a decidir. No presente caso concreto, conclui-se que a manifestação das partes, indicando que houve transação extrajudicial e pleiteando a extinção da demanda, é perfeitamente possível, pois o direito abstrato que se irá extinguir com resolução de mérito pertence à demandante, sem prejudicar direitos de defesa da parte ré. Ante o exposto, nos termos do art. 487, III, b, do NCPC, HOMOLOGO o acordo celebrado, extinguindo o processo com resolução de mérito. Em relação ao pedido de suspensão do processo pelo até o cumprimento integral do acordo, entendo restar prejudicado em razão do decurso do prazo, devendo a parte exequente, em caso de inadimplemento, promover o que entender de direto para ver cumprida a obrigação. Calcule a ULA - (Unidade Local de Arrecadação), eventuais custas finais, devendo, em caso positivo, a parte autora ser intimada para promover o pagamento das custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. Em seguida, diante de eventual inadimplemento, certifique-se e Expeça-se ofício ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará comunicando o débito para que providencie a inscrição em dívida ativa, conforme ofício circular da presidência 009/2016. Publique-se, registre-se, intimem-se e arquive-se com baixa no sistema. Canaã dos Carajás, 21 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00027124920188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Monitória em: 28/06/2019 REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO DO SUDOESTE MT PA Representante(s): OAB 20916-A - ANDRE DE ASSIS ROSA (ADVOGADO) REQUERIDO:G A MATERIAIS DE CONSTRUCAO EIRELI ME Representante(s): OAB 24090-A - PLINIO ANDRADE SIQUEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0002712-49.2018.8.14.0136 DECISÃO Compulsando os autos, verifico que a parte autora até a presente data não cumpriu com a determinação de fl. 91v, item "2", do último parágrafo da decisão. Deste modo, pela derradeira vez, intime-se a parte autora por seu(s) Advogado(s) habilitado(s), via DJ-e, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no feito, promovendo o seu regular prosseguimento, sob pena de extinção. Canaã dos Carajás, 21 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00028496520178140136 PROCESSO ANTIGO: -

--- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:SONIA MARIA BRITO DOS SANTOS Representante(s): OAB 20048 - LARISSA DE OLIVEIRA ANDRADE (ADVOGADO) REQUERIDO:JLS SA JULIO SIMOES Representante(s): OAB 88098 - FLAVIO LUIZ YARSHELL (ADVOGADO) OAB 210.065 - ELIZANDRA MENDES DE CAMARGO DA ANA (ADVOGADO) REQUERIDO:NOBRE SEGURADORA DO BRASIL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0004550-03.2013.8.14.0136 DECISÃO Oficie-se ao Juízo de Paraiso do Tocantins/TO, para que aquele Juízo informe acerca de tramitação naquela Comarca de Ação de Inventário em nome do de cujus BENICIO SANTOS DA CRUZ, em caso positivo, forneça Certidão circunstanciada do feito. Após, conclusos. Canaã dos Carajás, 18 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00028903220178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO RCI BRASIL SA Representante(s): OAB 7248 - ALLAN RODRIGUES FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:CLEIDE RIBEIRO DE OLIVEIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0002890-32.2017.8.14.0136 DECISÃO Considerando o pedido de desistência do Recurso de Apelação de fl. 56, remetam-se os autos à ULA - (Unidade Local de Arrecadação), a fim de calcular eventuais custas finais, devendo, em caso positivo, a parte deve ser intimada para promover o pagamento das custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. Em seguida, diante de eventual inadimplemento, certifique-se e Expeça-se ofício ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará comunicando o débito para que providencie a inscrição em dívida ativa, conforme ofício circular da presidência 009/2016. Comunique-se ao E. Tribunal acerca da desistência do recurso de apelação, encaminhando cópia da petição de fl. 56. Certificado o trânsito em julgado da sentença de fl. 36-37, arquive-se com baixa no sistema. Publique-se, registre-se e intime-se. Canaã dos Carajás/PA, 17 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível da Comarca de Canaã dos Carajás JDM PROCESSO: 00029316220188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JOAO DE SOUSA LIMA ALENCAR Representante(s): OAB 19871 - ALESSANDRA DIAS MARANHAO (ADVOGADO) REQUERENTE:KAREN SAMARA BARROS DIAS ALENCAR Representante(s): OAB 19871 - ALESSANDRA DIAS MARANHAO (ADVOGADO) REQUERIDO:VACATIONS TRAVEL ADVISORY SA REQUERIDO:ROYAL HOLIDAY BRASIL REQUERIDO:BEST ROYAL HOLLIDAY BEST TURISMO E SERVICOS DE COBRANCA LTDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0002931-62.2018.8.14.0136 DECISÃO Defiro o pedido de conversão do rito especial (Lei 9.099/95) em rito comum, devendo a Secretaria desta Vara promover as devidas retificações e autuações. Verifico, entretanto, que existem indícios de capacidade econômica das partes demandantes, aptos a implicar no indeferimento da gratuidade, devendo ser juntado aos autos documentos que comprovem a hipossuficiência como por exemplo, comprovante de renda atualizado de ambos, declaração de imposto de renda, etc. Assim, nos termos do art. 321 do NCPC, defiro o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora EMENDE a inicial para: a) Pagar as custas ; ou b) Juntar documentação que comprove a hipossuficiência; Em não sendo cumprida a diligência no prazo, o processo será extinto sem resolução do mérito por indeferimento da inicial (art. 485, I do NCPC) Cumpra-se. Canaã dos Carajás/PA, 23 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00029642320168140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:VALE SA Representante(s): OAB 12816 - PEDRO BENTES PINHEIRO NETO (ADVOGADO) OAB 17830 - DANIELLE SERRUYA SORIANO DE MELLO (ADVOGADO) OAB 17905 - ALEXANDRA DA COSTA NEVES (ADVOGADO) OAB 20110 - IGOR DINIZ KLAUTAU DE AMORIM FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:INVASORES DE QUALIFICAÇÃO DESCONHECIDA Representante(s): OAB 19428 - ANDREIA APARECIDA SILVERIO DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO JOSE DA SILVA SOUSA Representante(s): OAB 19428 - ANDREIA APARECIDA SILVERIO DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:EDUARDO SILVA DO NASCIMENTO Representante(s): OAB 19428 - ANDREIA APARECIDA SILVERIO DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO LOPES DE SOUSA FILHO Representante(s): OAB 19428 - ANDREIA APARECIDA SILVERIO DOS SANTOS (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0002964-23.2016.8.14.0136 DECISÃO Ciente do recurso de Agravo de Instrumento interposto. Mantenho a decisão de fls. 188 em todos os seus termos e fundamentos. Analisando os autos,

verifico que foi juntada à fl. 211-213, decisão em Agravo de Instrumento (0801647-69.2019.8.14.0000), que conferiu a concessão de liminar com efeito devolutivo e suspensivo, nos termos do art. 1.019, I do CPC. Certifique-se esta secretaria se o agravo foi julgado ou se foi conferida liminar com efeito suspensivo, em caso negativo, cumpra-se com as determinações da decisão de fl. 188. Em caso positivo, AGUARDE-SE em Secretaria os autos até o julgamento do agravo, e somente após o julgamento, devem voltar conclusos. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00030257320198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS em: 28/06/2019 ENVOLVIDO:CARTORIO DE PRIMEIRO OFICIO DE CANAA DOS CARAJAS PA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0003025-73.2019.8.14.0136 Demandante(s): CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS SENTENÇA Trata-se de procedimento administrativo envolvendo SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA proposta pelo OFICIAL CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS, ante o requerimento do Conselho Tutelar. O Oficial do Cartório de 1º Ofício da Comarca e Cidade de Canaã dos Carajás, ingressou com o presente feito suscitando dúvida em relação a requisição realizada pelo Conselho Tutelar Municipal com o objetivo de promover o registro de nascimento extemporâneo da menor MAYRA ELLEN DA SILVA SANTOS, de 05(cinco) anos de idade. Juntou documentos às fls. 04/13. Instado a se manifestar, o Ministério Público emitiu parecer pela rejeição da pretensão ante a ausência de legitimidade para agir de ofício do registrador. Esse é o relatório, passo a decidir. Verifico pela documentação juntada à inicial, ausência de legitimidade da parte requerente para suscitar a presente dúvida, uma vez que não foi baseada na existência de um conflito ou um fato específico da lei registros. O art. 198 da Lei 6.015/73, dispõe que: "Havendo exigência a ser satisfeita, o oficial indicá-la-á por escrito. Não se conformando o apresentante com a exigência do oficial, ou não podendo satisfazer, será o título, a seu requerimento e com a declaração da dúvida, remetido ao juízo competente para dirimi-la[...]". No caso sob análise, embora o Conselho Tutelar Municipal tenha apresentado requerimento junto ao Cartório de 1º Ofício desta Comarca, o oficial deveria, a princípio ter apresentado resposta por escrito, onde ante a insatisfação e o inconformismo do órgão requerente, é que seria promovida a suscitação de dúvida e remetido a este Juízo elucida-las. Assim, à luz do novo Código de Processual Civil, que no seu art. 485, § 3º do novo CPC, autoriza ao juízo conhecer de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado, as matérias constantes dos incisos IV e VI. Em assim sendo, reconheço a ilegitimidade da parte requerente neste feito, e consequentemente EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VI, do CPC/2015. Sem custas processuais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquivem-se os autos, com as providências de praxe. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/OFÍCIO, ETC., CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás/PA, 25 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00030473420198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:CLEUDIANE MARTINS TOCANTINS Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERENTE:LEONILSON FERREIRA DE AZEVEDO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0003047-34.2019.8.14.0136 Demandante(s): CLEUDIANE MARTINS TOCANTINS LEONILSON FERREIRA DE AZEVEDO SENTENÇA (com resolução de mérito) Trata-se de UM TERMO DE ACORDO envolvendo guarda, alimentos e direito de visita, para o qual as partes requerem homologação judicial, proposta e assinada por ambas as partes, devidamente qualificado(a)(s) nos autos. Por a demanda envolver interesse de menor incapaz foi deferido vista dos autos ao Ministério Público, que se manifestou de forma favorável à homologação do acordo, por entender estarem preservados os interesses do(s) incapaz(es) à fl. 19. Esse é o relatório, passo a decidir. As partes capazes apresentaram termo de acordo, que segundo manifestação do Ministério Público, preserva os interesses do(s) incapaz(es) envolvido(s). Ante todo o exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO CELEBRADO, julgando extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC, para que surtam todos os efeitos patrimoniais e extrapatrimoniais. A guarda, direito de visitas e pensão alimentícia do(a)(s) filho(a)(s) ocorrerá na forma acordada. Defiro o pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária, uma vez que, a princípio, a simples declaração do(a) postulante pessoa física/natural sobre a impossibilidade de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, a teor do disposto no art. 99, §3º do

NCPC, goza de presunção relativa de veracidade e por si só é suficiente para o deferimento do benefício legal. Dê-se ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o Trânsito em julgado, arquive-se. Canaã dos Carajás, 21 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito JDM PROCESSO: 00030508620198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:BAANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 15530 - LAYSA AGENOR LEITE (ADVOGADO) OAB 20638-A - ANTONIO BRAZ DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:D B MOREIRA DA SILVA EPP. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0003050-86.2019.8.14.036 DECISÃO 1. O contrato de alienação fiduciária em garantia, transfere o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada ao credor, tornando o devedor em possuidor direto e depositário, com todos os encargos de acordo com a legislação civil. Assim, provado por escrito o inadimplemento e a mora do devedor, assiste ao proprietário fiduciário, dentre outras medidas, a faculdade de, com fundamento no art. 3º do Decreto-lei n.º 911/69, de 01.10.69, alterado pela Lei 10931/04, perseguir a coisa confiada mediante busca e apreensão, a qual será concedida liminarmente. Atualmente o STJ fixou entendimento de que a parte devedora só poderá ficar com o bem se pagar a integralidade da dívida, conforme julgado abaixo realizado nos termos do art. 543-C do CPC (recurso repetitivo) - unificando assim a jurisprudência. Não é mais válida, portanto, a purgação da mora das parcelas vincendas nos termos da redação original do Decreto e da Súm. 284 do STJ. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO.DECRETO-LEI N. 911/1969. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N.10.931/2004. PURGAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA NO PRAZO DE 5 DIAS APÓS A EXECUÇÃO DA LIMINAR. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: "Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária". 2. Recurso especial provido.(REsp 1418593/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 27/05/2014). Dessa forma, DEFIRO A LIMINAR REQUERIDA, determinando a expedição de mandado de busca e apreensão e citação. 2. Executada a liminar, cite-se a parte ré para: 2.1. No prazo de 05 (cinco) dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial. 2.2. No prazo de 15(quinze) dias: contestar o pedido, consignando-se no respectivo mandado citatório, ainda, a advertência a que se referem os arts. 336 e 3441 do NCPC. 3. Conste-se do mandado que a autora ficará com a guarda do bem, na qualidade de fiel depositária, até ulterior decisão do Juízo, observando a legislação para alienação do bem. 4. Intime-se a parte autora. Canaã dos Carajás/PA, 25 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás 1 Art. 336. Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir. Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. PROCESSO: 00030551120198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:GUILHERME RIBEIRO GOULART REQUERENTE:TATIANA HOLLANDERS MOURA REQUERENTE:GUSTAVO DE MOURA GOULART Representante(s): TATIANA HOLLANDERS MOURA (REP LEGAL) REQUERIDO:OCEANAIR LINHAS AEREAS S A REQUERIDO:MM TURISMO E VIAGENS LTDA ME. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Juizado Especial Cível Processo nº 0003055-11.2019.8.14.0136 DECISÃO 1. Recebo a inicial pelo rito da lei 9.099/95. 2. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias ou durante a audiência de instrução, caso não seja obtida a conciliação. 3. Seguindo o rito da Lei 9.099/95, designo, desde logo, audiência una de conciliação, instrução e julgamento a ser realizada em 15/10/2019 às 11:00h, devendo as partes comparecer, sob pena de revelia (art. 20 da Lei 9.099/95). 4. Intimem-se as partes desta decisão. 5. Cite-se a parte ré para contestar na forma da lei dos juizados. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA, CARTA POSTAL, ETC, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás/PA, 19 de junho de 2019. _____ DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO:

00030647020198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA DE JESUS DO NASCIMENTO SILVA Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0003064-70.2019.8.14.0136 Demandante(s): MARIA DE JESUS NASCIMENTO SILVA SENTENÇA (com resolução de mérito) Trata-se de demanda proposta por MARIA DE JESUS NASCIMENTO SILVA, pedindo o REGISTRO TARDIO DO ÓBITO de BENEDITA CLARA DO NASCIMENTO, devidamente identificado(a)(s) nos autos. O(A) autor(a) é filha do(a) falecido(a) acima indicado(a), e teria deixado escoar o prazo sem requerer o registro do óbito. Documentos acostados às fls. 09-15. Esse é o relatório, passo a decidir. Analisando os autos, verifica-se dos documentos apresentados que o pedido da parte interessada deve ser deferido. Destaque-se que há nos autos a 2ª via da Declaração de Óbito sob o número 26878332-2, atestando o óbito. Assim, resta satisfatoriamente comprovado o óbito e a imperiosa necessidade de seu registro. Ante o exposto, e em consonância com o parecer ministerial, nos termos do art. 487, I do NCPC e art. 78 e 50 da Lei 6.015/73, ACOLHO O PEDIDO DA PARTE AUTORA JULGANDO EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, em consequência determino que seja comunicado ao Cartório de Registros para que proceda com o assentamento do óbito de BENEDITA CLARA DO NASCIMENTO, ocorrido na data de 13/07/2018 às 19:45 no HOSPITAL MUNICIPAL DANIEL GONÇALVES, na Av. JK, n.º 35, Centro, Canaã dos Carajás/PA, CEP 68.531-000, era natural de VALENÇA DO PIAUI/PI, portadora do RG nº 22009872002-0 e CPF n.º 697.243.933-72, filha de ANTONIA CLARA DO NASCIMENTO. Intime-se a parte autora para que compareça a este fórum em 15 dias, e caso queira, leve o ofício e cópia da sentença em mãos até o cartório para proceder conforme decidido. Defiro o pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária, uma vez que, a princípio, a simples declaração do(a) postulante pessoa física/natural sobre a impossibilidade de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, a teor do disposto no art. 99, §3º do NCPC, goza de presunção relativa de veracidade e por si só é suficiente para o deferimento do benefício legal. Intime-se o Ministério Público Publique-se, registre-se, intimem-se. Após arquive-se com baixa no sistema. Canaã dos Carajás, 27 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00030672520198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 28/06/2019 REQUERENTE:ELIZEU DA SILVA BARRETO Representante(s): OAB 20872-B - FERNANDO LUIZ GONÇALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:RENATA DA SILVA SANTOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0003067-25.2019.8.14.0136 DESPACHO Vistas ao Ministério Público. Após conclusos para decisão. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00033271520138140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:VALDIVINO CANDIDO DE JESUS Representante(s): OAB 15629 - NAYARA CRISTINA MELO ARAUJO (ADVOGADO) REQUERIDO:MIZAEL SOUZA PONTE REQUERIDO:ESPOLIO DE AFONSO MENESES Representante(s): OAB 21961 - RAYSSA CHAVES MOTA (ADVOGADO) OAB 2272 - BETANIA MARIA AMORIM VIVEIROS CASTRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0003327-15.2013.8.14.0136 DECISÃO Analisando os autos, verifico que a parte autora requereu o cumprimento de sentença por meio da petição de fls. 286-289, bem como a Advogada da parte ré requereu o cumprimento de sentença em relação aos honorários advocatícios às fls. 293-296. Deste modo, intime-se a parte ré na pessoa do Advogado, via DJ-e, para em 15 dias efetuar o pagamento atualizado da condenação, sob pena da incidência da multa de 10% e honorários de 10%, nos termos do art. 523 do CPC e expedição de mandado de penhora física ou via BACENJUD, conforme memorial de cálculo apresentado pela parte autora. No mesmo ato, intime-se a parte autora na pessoa do Advogado, via DJ-e, para em 15 dias efetuar o pagamento atualizado dos honorários sucumbenciais, sob pena da incidência da multa de 10% e honorários de 10%, nos termos do art. 523 do CPC e expedição de mandado de penhora física ou via BACENJUD, conforme memorial de cálculo apresentado pela parte. Cumpre destacar que nos termos do artigo 525 do CPC "transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação", observando-se que "será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo" (CPC, artigo 218, § 4º). Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 21 de junho de 2019. Daniel Gomes

Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00033282420188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REQUERENTE:GLEYSON AMARO DA SILVA Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) JULIANA DA SILVA FRANCA (REP LEGAL) REQUERENTE:THAWANY FRANCA DA SILVA Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERENTE:GLEICIANY FRANCA DA SILVA Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERIDO:GLEDSON AMARIO DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CIVEL DA COMARCA DE CANAA DOS CARAJÁS Processo nº 0003328-24.2018.14.0136 Demandante(s): G.A.S., T.F.S., e G.F.S., Rep. JULIANA DA SILVA FRANÇA Demandado (a)(s): GLEDSON AMARIO DA SILVA DECISÃO Trata-se de demanda envolvendo CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE ALIMENTOS, proposta por G.A.S., T.F.S., e G.F.S., Rep. JULIANA DA SILVA FRANÇA em face de seu pai GLEDSON AMARIO DA SILVA, todos devidamente qualificados nos autos. A parte autora comprovou com o documento de fl. 26, que existe título executivo judicial (sentença) impondo obrigação alimentar em face do executado. Citado para pagar as 3 últimas parcelas vencidas e as vincendas, o mesmo se manteve inerte, conforme se observa das certidões de fls. 30 e 31. A dívida alimentar até presente mês, neste processo, já totaliza R$6.383,93, conforme memória de cálculo apresentada à fl. 33-34. Instado a se manifestar, o Ministério Público manifestou favorável ao pedido e prisão. É o relatório necessário. Passo a decidir. Sabe-se que em nosso ordenamento jurídico é descabida a prisão de natureza civil, salvo nos casos excepcionados pela Carta Política de 1988, sendo eles a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável da obrigação alimentícia e do depositário infiel (art. 5°, item LXVII CF/88). A falta de alimentos e de apoio por parte dos responsáveis é situação tão grave que permite a prisão do devedor civil. No caso dos autos, percebe-se que o demandado, responsável pela obrigação alimentar do(a)(s) menor(es), não vem cumprindo com o seu dever. Regularmente citado e intimado o devedor de alimentos não apresentou defesa fazendo prevalecer que está descumprindo sentença judicial sem pagar alimentos. Dessa feita, estando em atraso as três prestações anteriores à citação e as que se venceram no curso desta execução, outra alternativa não resta que não seja a decretação de sua prisão civil, nos termos do que dispõe o art.528, §3º do NCPC (antigo art. 733 § 1° do CPC/1973). Nesse sentido é o entendimento do STJ: HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PRISÃO. DÉBITO QUE SE ESTENDE AO LONGO DO TEMPO. CONSTRIÇÃO QUE SE LIMITA AO ADIMPLEMENTO DAS PRESTAÇÕES MAIS RECENTES. SÚMULA N. 309/STJ. DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR. ORDEM NÃO CONHECIDA. I. O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem no curso do processo - Súmula n. 309/STJ. II. Não cabe habeas corpus contra indeferimento liminar por relator de Tribunal (HC n. 35.355/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, 3ª Turma, unânime, DJU de 23.08.2004; HC n. 26.667/PR, Rel. Min. Barros Monteiro, 4ª Turma, unânime, DJU de 22.09.2003). III. Ordem não conhecida. (HC n° 48892/SC - Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior - julg. Em 11/04/2006). Diante do exposto, DECRETO A PRISÃO CIVIL do executado GLEDSON AMARIO DA SILVA, pelo prazo inicial de 01 (UM) MÊS a contar da prisão, ex vi do que dispõe o art. 5°, LXVII da CF/88, c/c art. 528, §3º do NCPC. Determino ainda a expedição de cópia da presente decisão para que o cartório de títulos efetue o protesto em desfavor do devedor de alimentos. Deve ser expedido o respectivo mandado, incluído no cadastro de mandados do CNJ e deve o preso cumprir REGIME FECHADO, mas em sela separado dos presos comuns, conforme prevê o §4º do art. 528 do NCPC. O pagamento que seja feito após esta decisão deverá ser efetuado mediante depósito em conta CORRENTE/POUPANÇA do alimentando ou da represente legal, ou mediante depósito em conta judicial. A comprovação se fará por extrato do depósito ou certidão desta secretaria. O pagamento feito mediante recibo particular não terá efetividade imediata, pois existem situações de fraude ao direito de alimentos de incapazes, que não pode ser renunciado. Intime-se o Ministério Público. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA, CARTA POSTAL, ETC, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás/PA, 20 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00033906420188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Guarda em: 28/06/2019 REQUERENTE:DEUZENIRA PEREIRA COSTA Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERENTE:JULIANA PEREIRA DA SILVA Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERIDO:JOSE ANANIAS PEREIRA DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0003390-64.2018.8.14.0136 Demandante(s): J.P.S., Rep. DEUZENIRA PEREIRA

COSTA Demandado (a)(s): JOSÉ ANANIAS PEREIRA DA SILVA SENTENÇA Embargos de Declaração conhecidos e acolhidos (com resolução de mérito) Trata-se de RECURSO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO interpostos pela DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARÁ em face de JOSÉ ANANIAS PEREIRA DA SILVA, pelos fundamentos a seguir sintetizados. A parte embargante alega que a sentença de fl. 29, teria incidido em "omissão", pois embora tenha julgado o pedido inicial procedente, não teria condenado a parte embargada ao pagamento da competente verba honorária. Esse é o breve relatório, passo a decidir. São hipóteses de cabimento do recurso de embargos de declaração: a omissão, contradição ou a obscuridade de uma decisão. Pode-se acrescentar ainda a dúvida e a necessidade de se corrigir erro material, o que poderia, inclusive, ser feito de ofício. No presente caso concreto, verifica-se que a sentença embargada se omitiu quanto ao pedido de condenação da parte embargada aos honorários sucumbenciais em favor da Defensoria Pública do Estado do Pará. Entretanto, constato que a parte embargada é garimpeiro, conforme informado na inicial, presumindo que também é hipossuficiente. Ante o exposto, considerando a OMISSÃO em se pronunciar quanto à fixação de honorários advocatícios em favor da Defensoria Pública do Estado do Pará, nos termos dos arts. 1022 e ss do NCPC, recebo o presente recurso, conhecendo-o do mérito, para ACOLHENDO-O PARCIALMENTE, SUPRIR a OMISSÃO na sentença impugnada, inserindo no dispositivo, o julgamento do pedido de que trata da fixação de honorários, para que passe a constar da seguinte forma: "CONDENO a parte ré ao pagamento das custas processuais e de honorários advocatícios sucumbenciais à Defensoria Pública do Estado do Pará, estes fixados em 20% sobre o valor da condenação (art. 98, §2º, CPC), e SUSPENDO a obrigação pelo prazo de 05 anos, nos termos previstos no art. 98, §3º, CPC, por ser a parte ré garimpeiro, presumindo que também é hipossuficiente.". Permanece o restante do dispositivo e da sentença na forma como foi prolatada. Publique-se, registre-se, intimem-se e com o trânsito em julgado, arquive-se com baixa no LIBRA. Canaã dos Carajás/PA, 20 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00034076620198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Divórcio Consensual em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARINALVA MARTINS DA LUZ Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERENTE:FRANCISCO DE ASSIS MELO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0003407-66.2019.8.14.0136 DECISÃO Defiro o pedido formulado pelo Ministério Público à fl. 16. Assim, nos termos do art. 321 do NCPC, defiro o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora EMENDE a inicial para: a) Consignar nos autos o acordo em relação a guarda dos filhos e regime de visitas Em não sendo cumprida a diligência no prazo, o processo será extinto sem resolução do mérito por indeferimento da inicial (art. 485, I do NCPC) Remetam-se os autos à Defensoria Pública do Estado. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 20 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00034656920198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Divórcio Consensual em: 28/06/2019 REQUERENTE:ANTONIO FABRICIO VASCONSELOS Representante(s): OAB 19912-B - ANTONIA VANDERLY DA SILVA CASTRO (ADVOGADO) REQUERENTE:RITA DE CASSIA RODRIGUES DE MATOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0003465-69.2019.8.14.0136 Demandante(s): ANTONIO FABRÍCIO VASCONCELOS RITA DE CASSIA RODRIGUES DE MATOS VASCONCELOS SENTENÇA (com resolução de mérito) Trata-se de DIVÓRCIO CONSENSUAL envolvendo guarda, alimentos e direito de visita, para o qual as partes requerem homologação judicial, proposta e assinada por ambas as partes, devidamente qualificado(a)(s) nos autos. Documentos juntados às fls. 07-15. Por a demanda envolver interesse de menor incapaz foi deferido vista dos autos para manifestação pelo Ministério Público. O Ministério Público se manifestou de forma favorável à homologação do acordo, por entender estarem preservados os interesses do(s) incapaz(es) às fls. 18. Esse é o relatório, passo a decidir. As partes capazes apresentaram termo de acordo, que segundo manifestação do Ministério Público preserva os interesses do(s) incapaz(es) envolvido(s). Some-se a isso o fato de que o divórcio consensual é ação de jurisdição voluntária, que em certos casos pode ser procedida até de forma extrajudicial. A prova do casamento está presente nos autos, e a intensão das partes em não mais manter o vínculo conjugal foi claramente demonstrada na peça inicial devidamente assinada por ambos. Dispõe a nova redação do art. 226, §6º, da CRFB, dada pela EC 66/2010, que o "casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio", suprimindo, assim, o requisito de prévia separação judicial por mais de 01 (um) ano, ou de comprovada separação de fato por mais de 02 (dois) anos ('mens legis' essa inferível do preâmbulo da própria Emenda Constitucional 66/2010 e que se concatena com a interpretação 'teleológica' da norma). O novel regramento, por sua vez, teve por condão também consubstanciar em potestativo o direito de qualquer dos

cônjuges em obter o divórcio. O que já deveria existir na prática, agora é lei. Potestativo é o direito que pode ser exercido por qualquer das partes interessadas, independentemente da vontade da outra, bastando expressar a vontade. Ademais, ninguém pode ser obrigado a manter relação eminentemente afetiva contra sua vontade. Ante todo o exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO CELEBRADO, julgando extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC, AO DECRETAR O DIVÓRCIO de ANTONIO FABRÍCIO VASCONCELOS E RITA DE CASSIA RODRIGUES DE MATOS VASCONCELOS, para que surtam todos os efeitos patrimoniais e extrapatrimoniais. As partes declaram que na inicial que não adquiriram bens móveis e imóveis a serem partilhados. O Cônjuge virago opta por voltar a usar o nome de solteira, qual seja: RITA DE CASSIA RODRIGUES DE MATOS. Seja AVERBADO o divórcio junto ao CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS/PA - COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS/PA, Certidão de Casamento registrada sob a MATRÍCULA n.º 130443 01 55 2016 2 00003 112 0000712 93. A guarda, direito de visitas e pensão alimentícia do(a)(s) filho(a)(s) ocorrerá na forma acordada, observando que a guarda dos menores permanecerá com a genitora, visto que o genitor, é quem arcará com a pensão alimentícia conforme termos do acordo. Defiro o pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária, uma vez que, a princípio, a simples declaração do(a) postulante pessoa física/natural sobre a impossibilidade de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, a teor do disposto no art. 99, §3º do NCPC, goza de presunção relativa de veracidade e por si só é suficiente para o deferimento do benefício legal. Observe a Secretaria desta Vara as informações e documentos que devem ser encaminhados em anexo ao Cartório de Registro Civil, atendendo o disposto no Art. 732, I do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, alterado pelo PROVIMENTO CONJUNTO N° 002/2019- CJRMB/CJCI. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO/INTIMAÇÃO E CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/OFÍCIO/EDITAL CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o Trânsito em julgado, arquive-se. Canaã dos Carajás/PA, 21 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00036459520138140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERIDO:WILSON ANDRE DA SILVA Representante(s): OAB 14549-A - JOAO NETO DA SILVA CASTRO (ADVOGADO) REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA Representante(s): OAB 18629-A - ROSANGELA DA ROSA CORREA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0003645-95.2013.8.14.0136 DECISÃO Considerando a petição de fl. 109-112, informando o recolhimento das custas processuais, defiro o bloqueio eletrônico, inicialmente via sistema RENAJUD, para realização do bloqueio de veículos registrados em nome da parte executada. Restando positivo o bloqueio, intime-se a parte executada para, querendo ofertar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias. Apresentada tempestivamente a impugnação, venham-me os autos conclusos. Caso negativo, cumpra-se com a informação, mediante sistema on-line, INFOJUD, de declaração de bens perante a Receita Federal. Em ato contínuo, não havendo bens em nome da parte executada, intime-se a parte exequente, por seu(s) Advogado(s) habilitado(s), para manifestar no prazo de 05 (cinco) dias, promovendo o prosseguimento regular da execução, sob pena de extinção do feito. Canaã dos Carajás/PA, 20 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás JDM PROCESSO: 00036963320188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:SET HOTEIS LTDA Representante(s): OAB 16420 - TIAGO NASSER SEFER (ADVOGADO) OAB 19057-B - JULIANA SILVIA SIQUEIRA VIANA (ADVOGADO) REQUERIDO:MINAS IMOBILIARIA LTDA REQUERIDO:EMPREENDIMENTOS PAGUE MENOS Representante(s): OAB 7.755 - FERNANDO MENEZES ROCHA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0003696-33.2018.8.14.0136 DECISÃO A citação por edital é medida excepcional admitida mediante comprovação de medidas exaurientes voltados à localização do endereço da parte executada, sob pena de desrespeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Deste modo, intime-se a parte exequente para no prazo de 05 (cinco) dias, indicar meios de localização atualmente disponíveis (Bacenjud, Renajud, etc.), recolhendo as custas processuais correspondentes. Cumpra-se. Canaã dos Carajás/PA, 20 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00038092120178140136

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO GMAC SA Representante(s): OAB 21593-A - MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (ADVOGADO) OAB 24647-A - STENIA RAQUEL ALVES DE MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:CARLOS ALBERTO SILVA DE ALENCAR. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0003809-21.2017.8.14.0136 DECISÃO 1. Chamo o feito à ordem e em efeito regressivo ACOLHO o pedido de fls. 94-98. Verifico que a parte autora promoveu o recolhimento das custas processuais, bem como indicou fiel depositário à fl. 94, seguindo assim com a marcha processual. O contrato de alienação fiduciária em garantia, transfere o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada ao credor, tornando o devedor em possuidor direto e depositário, com todos os encargos de acordo com a legislação civil. Assim, provado por escrito o inadimplemento e a mora do devedor, assiste ao proprietário fiduciário, dentre outras medidas, a faculdade de, com fundamento no art. 3º do Decreto-lei n.º 911/69, de 01.10.69, alterado pela Lei 10931/04, perseguir a coisa confiada mediante busca e apreensão, a qual será concedida liminarmente. Atualmente o STJ fixou entendimento de que a parte devedora só poderá ficar com o bem se pagar a integralidade da dívida, conforme julgado abaixo realizado nos termos do art. 543-C do CPC (recurso repetitivo) - unificando assim a jurisprudência. Não é mais válida, portanto, a purgação da mora das parcelas vincendas nos termos da redação original do Decreto e da Súm. 284 do STJ. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO.DECRETO-LEI N. 911/1969. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N.10.931/2004. PURGAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA NO PRAZO DE 5 DIAS APÓS A EXECUÇÃO DA LIMINAR. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: "Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária". 2. Recurso especial provido.(REsp 1418593/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 27/05/2014) Dessa forma, DEFIRO A LIMINAR REQUERIDA, determinando a expedição de mandado de busca e apreensão e citação. 2. Executada a liminar, cite-se a parte ré para: 2.1. No prazo de 05 (cinco) dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial. 2.2. No prazo de 15(quinze) dias: contestar o pedido, consignando-se no respectivo mandado citatório, ainda, a advertência a que se referem os arts. 336 e 3441 do NCPC. 3. Conste-se do mandado que a autora ficará com a guarda do bem, na qualidade de fiel depositária, até ulterior decisão do Juízo, observando a legislação para alienação do bem. 4. Intime-se a parte autora. Canaã dos Carajás/PA, 19 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás 1 Art. 336. Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir. Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. PROCESSO: 00039682720188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO DO SUDOESTE MTPA SICREDI SUDOESTE MTPA Representante(s): OAB 13311 - EDUARDO ALVES MARCAL (ADVOGADO) REQUERIDO:R C S COELHO E CIA LTDA EPP BOUTIQUE DA CARNE SOBERANO REQUERIDO:RAQUEL CRISTINA SOUSA COELHO REQUERIDO:FRANCIMAR ALVES DE SOUZA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0003968-27.2018.8.14.0136 DECISÃO 01 - CITEM-SE os Requeridos no endereço fornecido pela parte autoral às fls. 115/116 dos autos. Intimem-se. SERVE ESTA COMO OFÍCIO/MANDADO. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00040485420198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Outras medidas provisionais em: 28/06/2019 REQUERENTE:ANA PAULA DO NASCIMENTO SANTOS Representante(s): ROSINEI RODRIGUES DA SILVA CASTRO (DEFENSOR) ENVOLVIDO:H. S. P. F. REQUERIDO:RENATO SILVA FIGUEIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0004048-54.2019.8.14.0136 DECISÃO 1. Defiro o pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária, uma vez que, a princípio, a simples declaração do(a) postulante pessoa física/natural sobre a impossibilidade de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio

sustento ou de sua família, a teor do disposto no art. 99, §3º do NCPC, goza de presunção relativa de veracidade e por si só é suficiente para o deferimento do benefício legal. Ademais, no presente caso não existem elementos de prova contrários, aptos a implicar no indeferimento da gratuidade ou em seu parcelamento/desconto percentual (arts. 98, §§5º e 6º; e 99, §3º, ambos do NCPC). 2. Considerando que na presente comarca não existem núcleos ou servidores voltados à conciliação e mediação, torna-se impossível a observância do rito previsto no NCPC no que tange à audiência prevista no art. 334, razão pela qual a parte ré será citada para apresentação de defesa, na forma do art. 335 e subsequentes do mesmo diploma legal. 3. Quanto ao pedido de tutela de urgência, INDEFIRO, por ora a liminar, deixando para analisar o pedido em audiência. 4. Designo desde logo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 17/10/2019, às 9:00 horas, onde as partes deverão comparecer acompanhadas do(a) menor, de seus advogados/defensor público, testemunhas e provas, independentemente de rol prévio. 5. Intime-se a parte demandante, e, Cite(m)-se de forma pessoal a(s) parte(s) requerida(s), o ilustre representante do Ministério Público e a Defensoria/Assistência caso esteja atuando no feito. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/EDITAL, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás, 17 de junho de 2019. _____ DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00041065720198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:LEANDRO FERNANDES ALVES CAVALCANTE Representante(s): OAB 26073 - LIDYANE BANDEIRA MACIEL CARVALHO (ADVOGADO) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARÁ CELPA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0004106-57.2019.8.14.0136 Demandante(s): LEANDRO FERNANDES ALVES CAVALCANTE Demandado(a)(s): CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ - CELPA DECISÃO Trata-se de demanda proposta por LEANDRO FERNANDES ALVES CAVALCANTE em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ - CELPA, todos devidamente qualificado(a)(s) e identificado(a)(s) nos autos, pelos fatos e fundamentos a seguir delineados. A parte demandante alega que a CELPA teria emitido uma fatura no valor de R$ 707,17 (setecentos e sete reais, e dezessete centavos), referente ao mês de novembro de 2018, em razão de um suposto desvio no ramal de entrega. No entanto diz ser consumidor com faturas bem abaixo desta quantia. Indica ainda que sua unidade consumidora tem o nº 105026544. Esse é o relatório, passo a decidir. No que concerne ao rito processual, considerando que na presente comarca não existem núcleos ou servidores voltados à conciliação e mediação, torna-se impossível a observância do rito previsto no NCPC no que tange à audiência prevista no art. 334, razão pela qual a parte ré será citada para apresentação de defesa, na forma do art. 335 e subsequentes do mesmo diploma legal O pedido da parte demandante consiste em Tutela de Urgência Incidente prevista no art. 300 e ss do CPC/2015. Nos termos do referido dispositivo legal, são requisitos para concessão de tal medida a existência de: "probabilidade do direito", "perigo de dano ou perigo ao resultado útil", além da reversibilidade da medida. Em outros termos, é a existência do fumus boni iuris e do periculum in mora. O perigo na demora no caso posto é explícito, pois a permanência ou inclusão do nome da pessoa nos cadastros de restrição ao crédito, implica em restrição às mais variadas espécies de negócios jurídicos, impingindo ainda a etiqueta de inadimplente e mal pagador. Do mesmo modo, o corte ou interrupção no fornecimento de energia elétrica, por ser serviço considerado essencial pelo Código de Defesa do Consumidor, implica em situação que dificulta a vida do cidadão. A aparência do direito, a princípio, NÃO está demonstrada na exordial, pois apesar de comprovar a cobrança no valor acima mencionado, não juntou comprovação de que pagaria valores menores nos meses anteriores, sendo, portanto, impossível comparação a fim de aquilatar a disparidade alegada. Ante o exposto, nos termos do art. 300 do NCPC, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, em sede liminar, por ausência de seus requisitos legais. Seguindo o rito da Lei 9.099/95, designo, desde logo, audiência una de conciliação, instrução e julgamento a ser realizada em 29 / 10 / 2019 às 11:00h, devendo as partes comparecer, sob pena de revelia (art. 20 da Lei 9.099/95). Intimem-se as partes desta decisão. Cite-se a parte ré para contestar na forma da lei dos juizados. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO INTIMAÇÃO, CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/EDITAL, ETC., CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00041256320198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:RUY ARAUJO DE FRANCA DOS SANTOS Representante(s):

OAB 20950-A - DIOGO CAETANO PADILHA (ADVOGADO) REQUERIDO:LOJAS AMERICANAS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Juizado Especial Cível Processo nº 0004125-63.2019.8.14.0136 DECISÃO 1. Recebo a inicial pelo rito da lei 9.099/95. 2. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias ou durante a audiência de instrução, caso não seja obtida a conciliação. 3. Do ônus da prova - Sendo impossível a parte autora provar fato negativo (que não recebeu o produto adquirido junto ré)1, este é um ônus nitidamente da própria parte ré, pois quando a parte autora traz na exordial alegação de fato negativo, inverte-se a regra do ônus probatório, cabendo a parte demandada provar fato constitutivo de seu direito (crédito). Essa, na verdade é a regra, não se trata da inversão positivada pelo NCPC nos arts. 373, §§1º a 3º, mas sim imposição do próprio caput. 4. Designo, desde logo, audiência una de conciliação, instrução e julgamento a ser realizada em 15/10/2019 às 12:00h, devendo as partes comparecer, sob pena de revelia (art. 20 da Lei 9.099/95). 5. Intimem-se. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA, CARTA POSTAL, ETC, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás/PA, 17 de junho de 2019. _____ DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás 1 Imposição essa que geraria a denominada "Prova Diabólica" ou de difícil produção. PROCESSO: 00041285220188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Busca e Apreensão em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO BMAC SA Representante(s): OAB 4482 - MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (ADVOGADO) OAB 24647-A - STENIA RAQUEL ALVES DE MELO (ADVOGADO) REQUERIDO:LEILA DA ROCHA CARVALHO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0004128-52.2018.8.14.0136 DECISÃO 1. Chamo o feito à ordem e em efeito regressivo ACOLHO o pedido de fls. 52-56. Verifico que a parte autora promoveu o recolhimento das custas processuais, bem como indicou fiel depositário à fl. 52, seguindo assim com a marcha processual. O contrato de alienação fiduciária em garantia, transfere o domínio resolúvel e a posse indireta da coisa móvel alienada ao credor, tornando o devedor em possuidor direto e depositário, com todos os encargos de acordo com a legislação civil. Assim, provado por escrito o inadimplemento e a mora do devedor, assiste ao proprietário fiduciário, dentre outras medidas, a faculdade de, com fundamento no art. 3º do Decreto-lei n.º 911/69, de 01.10.69, alterado pela Lei 10931/04, perseguir a coisa confiada mediante busca e apreensão, a qual será concedida liminarmente. Atualmente o STJ fixou entendimento de que a parte devedora só poderá ficar com o bem se pagar a integralidade da dívida, conforme julgado abaixo realizado nos termos do art. 543-C do CPC (recurso repetitivo) - unificando assim a jurisprudência. Não é mais válida, portanto, a purgação da mora das parcelas vincendas nos termos da redação original do Decreto e da Súm. 284 do STJ. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C DO CPC. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO.DECRETO-LEI N. 911/1969. ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELA LEI N.10.931/2004. PURGAÇÃO DA MORA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DE PAGAMENTO DA INTEGRALIDADE DA DÍVIDA NO PRAZO DE 5 DIAS APÓS A EXECUÇÃO DA LIMINAR. 1. Para fins do art. 543-C do Código de Processo Civil: "Nos contratos firmados na vigência da Lei n. 10.931/2004, compete ao devedor, no prazo de 5 (cinco) dias após a execução da liminar na ação de busca e apreensão, pagar a integralidade da dívida - entendida esta como os valores apresentados e comprovados pelo credor na inicial -, sob pena de consolidação da propriedade do bem móvel objeto de alienação fiduciária". 2. Recurso especial provido.(REsp 1418593/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/05/2014, DJe 27/05/2014) Dessa forma, DEFIRO A LIMINAR REQUERIDA, determinando a expedição de mandado de busca e apreensão e citação. 2. Executada a liminar, cite-se a parte ré para: 2.1. No prazo de 05 (cinco) dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial. 2.2. No prazo de 15(quinze) dias: contestar o pedido, consignando-se no respectivo mandado citatório, ainda, a advertência a que se referem os arts. 336 e 3441 do NCPC. 3. Conste-se do mandado que a autora ficará com a guarda do bem, na qualidade de fiel depositária, até ulterior decisão do Juízo, observando a legislação para alienação do bem. 4. Intime-se a parte autora. Canaã dos Carajás/PA, 19 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás 1 Art. 336. Incumbe ao réu alegar, na contestação, toda a matéria de defesa, expondo as razões de fato e de direito com que impugna o pedido do autor e especificando as provas que pretende produzir. Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor. PROCESSO: 00041472420198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A):

DANIEL GOMES COELHO Ação: Divórcio Litigioso em: 28/06/2019 REQUERENTE:ROSINEIDE LARANJEIRA DO NASCIMENTO NUNES Representante(s): OAB 27711-A - SERGIO MENEZES DANTAS MEDEIROS (ADVOGADO) REQUERIDO:EMERSON ANTONIO DO CARMO GOMES. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0004147-24.2019.8.14.0136 DECISÃO Nos termos do art. 321 do NCPC, defiro o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora EMENDE a inicial para: a) Pagar as custas1; ou b) Juntar documentação que comprove a hipossuficiência; Em não sendo cumprida a diligência no prazo, o processo será extinto sem resolução do mérito por indeferimento da inicial (art. 485, I do NCPC). Intime-se. Canaã dos Carajás/PA, 17 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás 1 Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias PROCESSO: 00042079420198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Averiguação de Paternidade em: 28/06/2019 REQUERENTE:EDSON DOUGLAS SILVA CARDOSO Representante(s): OAB 44.412 - JOAO PAULO DOS SANTOS MENEZES (ADVOGADO) ENVOLVIDO:DOUGLAS RAFAEL CAMARA CARDOSO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0004207-94.2019.8.14.0136 DECISÃO Analisando os autos, verifico que existem indícios de capacidade econômica da parte demandante, aptos a implicar no indeferimento da gratuidade, devendo ser juntado aos autos documentos que comprovem a hipossuficiência como por exemplo cópia da CTPS com baixa, comprovante de renda atualizado, declaração de imposto de renda, etc. Assim, nos termos do art. 321 do NCPC, defiro o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora EMENDE a inicial para: a) Pagar as custas1; ou b) Juntar documentação que comprove a hipossuficiência; Em não sendo cumprida a diligência no prazo, o processo será extinto sem resolução do mérito por indeferimento da inicial (art. 485, I do NCPC) Intime-se. Canaã dos Carajás/PA, 19 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás 1 Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias PROCESSO: 00042875820198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCO JOCIMAR ALVES Representante(s): OAB 20950-A - DIOGO CAETANO PADILHA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO BRADESCO S A. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0004287-58.2019.8.14.0136 Demandante(s): FRANCISCO JOCIMAR ALVES Demandado(a)(s): BANCO BRADESCO S.A DECISÃO Trata-se de demanda proposta por FRANCISCO JOCIMAR ALVES em face de BANCO BRADESCO S.A, todos devidamente qualificado(a)(s) e identificado(a)(s) nos autos, pelos fatos e fundamentos a seguir delineados. A parte demandante alega que não efetuou qualquer contrato de empréstimo (consignado) junto ao banco demandado, e mesmo assim teria sido descontado em seu benefício parcelas da dívida, cujo desconto das parcelas até o ingresso da ação seria de R$394,22. Afirma ainda que foi surpreendido com outros valores descontados de maneira indevida em sua conta bancária desde setembro de 2018, decorrentes de tarifas, títulos de capitalização e seguro de vida, etc. Juntou documentos, dentre eles a certidão do INSS e extrato bancário, que comprova os descontos oriundos do banco demandado. Esse é o relatório, passo a decidir. Inicialmente, defiro o pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária, uma vez que, a princípio, a simples declaração do(a) postulante pessoa física/natural sobre a impossibilidade de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, a teor do disposto no art. 99, §3º do NCPC, goza de presunção relativa de veracidade e por si só é suficiente para o deferimento do benefício legal. Ademais, no presente caso não existem elementos de prova contrários, aptos a implicar no indeferimento da gratuidade ou em seu parcelamento/desconto percentual (arts. 98, §§5º e 6º; e 99, §3º, ambos do NCPC). O pedido liminar da parte demandante consiste em Tutela de Urgência Incidente prevista no art. 300 e ss do CPC/2015. Nos termos do referido dispositivo legal, são requisitos para concessão de tal medida a existência de: "probabilidade do direito", "perigo de dano ou perigo ao resultado útil", além da reversibilidade da medida. Em outros termos, é a existência do fumus boni iuris e do periculum in mora. O perigo na demora no caso posto é explícito, pois a permanência dos descontos dificulta ainda mais a sobrevivência da parte autora que tem renda mensal pequena e insuficiente para manutenção de um ser humano com dignidade. A aparência do direito, a princípio, está demonstrada pela apresentação na exordial da certidão que comprova ter o banco réu efetuado descontos mensais em desfavor da parte autora, sendo impossível a parte autora provar fato negativo (que não celebrou contrato

com a ré), sendo este um ônus da própria parte ré, pois quando a parte autora traz na exordial alegação de fato negativo, inverte-se a regra do ônus probatório, cabendo a parte demandada provar fato constitutivo de seu direito (crédito). Ante o exposto, nos termos do art. 300 do NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência, em sede liminar, e determino que a parte ré no prazo de 05 (cinco) dias da efetiva intimação, se abstenha de efetuar qualquer cobrança/desconto referente ao empréstimo consignado até ulterior decisão, sob pena de multa diária de R$300,00. Seguindo o rito da Lei 9.099/95, designo, desde logo, audiência una de conciliação, instrução e julgamento a ser realizada em 29/10/2019 às 12:00h, devendo as partes comparecer, sob pena de revelia (art. 20 da Lei 9.099/95). Intimem-se as partes desta decisão. Cite-se a parte ré para contestar na forma da lei dos juizados. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás, 24 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00044478320198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Divórcio Litigioso em: 28/06/2019 REQUERENTE:JARDEL CANDIDO DE ARAUJO Representante(s): OAB 21915 - WERLEY MACIEL RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:ALINE DA SILVA PINHEIRO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0004447-83.2019.8.14.0136 DECISÃO Analisando os autos, verifico que existem indícios de capacidade econômica da parte demandante, aptos a implicar no indeferimento da gratuidade, devendo ser juntado aos autos documentos que comprovem a hipossuficiência como por exemplo, declaração de imposto de renda atualizado, etc. Além disso, considerando o pedido de regulamentação de alimentos, deve a parte autora atribuir o valor da causa conforme a exigência do art. 292 do CPC. Assim, nos termos do art. 321 do NCPC, defiro o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora EMENDE a inicial para: a) Pagar as custas1; ou b) Juntar documentação que comprove a hipossuficiência; c) Retifique o valor da causa adequando ao proveito econômico perseguido; Em não sendo cumprida a diligência no prazo, o processo será extinto sem resolução do mérito por indeferimento da inicial (art. 485, I do NCPC) Intime-se. Canaã dos Carajás/PA, 26 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás 1 Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias PROCESSO: 00044677420198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A Representante(s): OAB 10219 - MAURICIO PEREIRA DE LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARIA IRAPUAM MENESES DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0004467-74.2019.8.14.0136 DECISÃO Analisando os autos, verifico que a inicial indica às fls. 04, que o débito integral objeto do presente feito, é de R$ 64.514,47. Não obstante, o valor dado à causa foi R$ 11.211,97. Assim nos termos do art. 321 do NCPC, defiro o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora EMENDE a inicial para: a) Adequar o valor da causa ao valor integral do débito, objeto da ação, nos termos do art. 292 do CPC; b) Pagar as custas1 sobre o montante atualizado; Em não sendo cumprida a diligência no prazo, o processo será extinto sem resolução do mérito por indeferimento da inicial (art. 485, I do NCPC) Intime-se. Canaã dos Carajás/PA, 25 de junho de 2019. _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás 1 Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias PROCESSO: 00045084120198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ROSANEIDE DOS SANTOS COSTA REQUERIDO:BV FINANCEIRA S A. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0004508-41.2019.8.14.0136 DECISÃO Analisando os autos, verifico que existem indícios de capacidade econômica da parte demandante, aptos a implicar no indeferimento da gratuidade, devendo ser juntado aos autos documentos que comprovem a hipossuficiência como por exemplo, comprovante de renda atualizado, declaração de imposto de renda, etc. Observo que a certidão de fl. 03 e documentos de fls. 04-07, informa que os Advogados habilitados nos autos, se encontram com o registro na OAB suspenso, devendo assim, tal situação ser ajustada a fim de regularizar a representação processual no feito. Assim, nos termos do art. 321 do NCPC, defiro o prazo de 15 (quinze) dias para que a parte autora EMENDE a inicial para: a) Pagar as custas1; ou b) Juntar documentação que comprove a hipossuficiência;

c) Regularizar a representação processual no feito. Em não sendo cumprida a diligência no prazo, o processo será extinto sem resolução do mérito por indeferimento da inicial (art. 485, I do NCPC). Determino à Secretaria desta Vara que promova a organização os documentos iniciais juntados por ordem cronológica, certificando e renumerando, uma vez que os documentos de fls. 03-07 devem ser juntados após a petição inicial e seus documentos. Intime-se a parte autora pessoalmente, visto que, pelos motivos acima expostos, seus Advogados não puderam ser cadastrados no sistema LIBRA. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL, ETC., CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás/PA, 25 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás 1 Art. 290. Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias PROCESSO: 00045283220198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Divórcio Litigioso em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARLINE SOUSA CORDEIRO Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERIDO:IZAQUE DUARTE CORDEIRO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0004528-32.2019.8.14.0136 DECISÃO 1. Defiro o pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária, uma vez que, a princípio, a simples declaração do(a) postulante pessoa física/natural sobre a impossibilidade de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, a teor do disposto no art. 99, §3º do NCPC, goza de presunção relativa de veracidade e por si só é suficiente para o deferimento do benefício legal. Ademais, no presente caso não existem elementos de prova contrários, aptos a implicar no indeferimento da gratuidade ou em seu parcelamento/desconto percentual (arts. 98, §§5º e 6º; e 99, §3º, ambos do NCPC). 2. Considerando que na presente comarca não existem núcleos ou servidores voltados à conciliação e mediação, torna-se impossível a observância do rito previsto no NCPC no que tange à audiência prevista no art. 334, razão pela qual a parte ré será citada para apresentação de defesa, na forma do art. 335 e subsequentes do mesmo diploma legal. 3. Tratando-se de ação de alimentos requeridos por 02 filho(a)(s), torna-se imperioso a fixação initio litis de verba provisória, visto que as necessidades são presumíveis e a obrigação alimentar da parte demandada é certa, sendo decorrente do dever de sustento que é imposto aos pais em relação aos filhos, e cujo pagamento é devido por quem não detém a guarda. 4. Assim, diante da prova pré-constituída da relação de parentesco, conforme certidão de nascimento colacionada aos autos, e da ausência de outros documentos comprobatórios do binômio necessidade/possibilidade, fixo os alimentos provisórios no valor de R$300,00,(duzentos reais) em favor da parte autora, devidamente representada. Os alimentos ora fixados deverão ser depositados na conta bancária já informada na petição inicial ou entregue mediante recibo nas mãos da representante legal do(a)(s) menor(es) até o dia 10 de cada mês, iniciando-se após a efetiva intimação desta decisão. 5. Designo desde logo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 12/11/2019, às 09:00 horas, onde as partes deverão comparecer acompanhadas de seus advogados/defensor público, testemunhas e provas, independentemente de rol prévio. Na mesma oportunidade, não sendo possível a conciliação, a parte Suplicada oferecerá defesa, se ainda estiver no prazo para contestar, seguida da instrução. A sentença final será proferida na própria audiência. Advirtam-se Suplicante e Suplicado de que o não comparecimento do primeiro resulta em arquivamento do pedido, e a ausência do segundo importa em revelia, além de confissão quanto à matéria de fato, tudo com base nos arts. 7º e seguintes da lei 5.478/68 (Lei de Alimentos). 6. Cite-se a parte demandada, pessoalmente, de todos os termos da Ação, intimando-o(a) no mesmo expediente para comparecer à audiência designada no item 5, munido de seus documentos pessoais, comprovante de rendimentos, certidões de nascimento de outros filhos e documentos que indiquem seus gastos e suas possibilidades econômicas, na qual, malograda a conciliação, poderá oferecer sua defesa oral ou escrita, através de advogado ou da defensoria (se ainda estiver no prazo). Após o que será proferida sentença final. Remeta-se ao Suplicado(a), outrossim, segunda via da petição, bem como cópia do presente despacho. 7. Intime-se a parte demandante, e, de forma pessoal o ilustre representante do Ministério Público e a Defensoria caso esteja atuando no feito. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/EDITAL, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás, 25 de junho de 2019. _____ DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00045500320138140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Alimentos em: 28/06/2019 REQUERENTE:FERNANDA

KAROLYNNE OLIVEIRA DA SILVA REPRESENTANTE:FRANCIMAR OLIVEIRA DA SILVA REQUERIDO:ARUZAN DA SILVA PARENTE. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0004550-03.2013.8.14.0136 DECISÃO Oficie-se ao Juízo de Paraiso do Tocantins/TO, para que aquele Juízo informe acerca de tramitação naquela Comarca de Ação de Inventário em nome do de cujus BENICIO SANTOS DA CRUZ, em caso positivo, forneça Certidão circunstanciada do feito. Após, conclusos. Canaã dos Carajás, 18 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00045681420198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:GRASIELI ALVES RIBEIRO Representante(s): OAB 22227-A - JOATAN TORRES CARVALHO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:CONSORCIO NACIONAL HONDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Juizado Especial Cível Processo nº 0004568-14.2019.8.14.0136 DECISÃO Recebo a inicial pelo rito da lei 9.099/95. Cite-se a parte ré para, querendo, contestar a presente ação no prazo de 15 (quinze) dias ou durante a audiência de instrução, caso não seja obtida a conciliação. Da tutela de urgência - a situação narrada na exordial pela parte autora apta a justificar a concessão da tutela de urgência, NÃO foi demonstrada nos autos, uma vez que embora apresente documento que exiba a negativação junto ao Serviço de Proteção ao crédito, à fl. 15, e constando o mesmo número de contrato consignado nos boletos de fls. 17, verifico que o valor não é idêntico ao da restrição, o que poderia se referir a qualquer parcela do contrato. Além disso, constato que a consulta foi realizada na data 16/03/2018, ou seja, há mais de um ano. Assim, não espelha situação de urgência que implicará em inutilidade da tutela, caso esta seja proferida em momento posterior, seja após a contestação, seja ao final da fase de conhecimento. Deste modo, indefiro a liminar por ora, podendo ser reavaliado o pedido durante todo o curso processual. Do ônus da prova - Sendo impossível a parte autora provar fato negativo (que não celebrou contrato com a ré)1, este é um ônus nitidamente da própria parte ré, pois quando a parte autora traz na exordial alegação de fato negativo, inverte-se a regra do ônus probatório, cabendo a parte demandada provar fato constitutivo de seu direito (crédito). Essa, na verdade é a regra, não se trata da inversão positivada pelo NCPC nos arts. 373, §§1º a 3º, mas sim imposição do próprio caput. Designo, desde logo, audiência una de conciliação, instrução e julgamento a ser realizada em 29/10/2019 às 13:00h, devendo as partes comparecer, sob pena de revelia (art. 20 da Lei 9099/95). Intimem-se. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA, CARTA POSTAL, ETC, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás/PA, 26 de junho de 2019. _____ DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás 1 Imposição essa que geraria a denominada "Prova Diabólica" ou de difícil produção. PROCESSO: 00047982720178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:CARLOS CESARIO MARTINS Representante(s): OAB 13817 - YHORRANA MAYRLA DA SILVA COIMBRA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO GMAC S A Representante(s): OAB 23123-A - ADAHILTON DE OLIVEIRA PINHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0004798-27.2017.8.14.0136 DECISÃO Manifeste-se a parte requerida, prazo de 05 dias, acerca do acordo apresentado às fls. 181/189 dos autos. Após, conclusos para Sentença. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00050381620178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REQUERENTE:ESTER ARAUJO RODRIGUES Representante(s): OAB 15333 - MAYANA BARROS JORGE JOAO (DEFENSOR) DAYANA CRISTINA ARAUJO SOARES (REP LEGAL) REQUERIDO:EDUARDO APARECIDO LOPES RODRIGUES. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0005038-16.2017.8.14.0136 Demandante(s): E.A.R., Rep. DAYANA CRISTINA ARAÚJO SOARES Demandado(s): EDUARDO APARECIDO LOPES RODRIGUES SENTENÇA (sem resolução de mérito) Trata-se de demanda intitulada de AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE ALIMENTOS, proposta por E.A.R., Rep. DAYANA CRISTINA ARAÚJO SOARES em desfavor de EDUARDO APARECIDO LOPES RODRIGUES, todos identificados e qualificados nos autos. Em decisão de fl. 24, foi determinada a intimação da exequente pessoalmente, para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar o atual endereço do executado, sob pena de extinção. Não obstante, conforme consta na certidão de fl. 26, a intimação pessoal da parte autora restou frustrada, em razão de haver mudado de endereço sem

comunicar nos autos. Esse é o breve relato, passo a decidir. Percebe-se que a parte não forneceu seu endereço completo e atualizado nos autos, presumindo que abandonou o processo. Neste contexto, emerge como dever da parte manter atualizado seu endereço no processo sempre que houver modificação temporária e definitiva, a teor do que dispõe o artigo 77, V do Novo Código de Processo Civil. Além disso, a demanda encontrava-se parada há muitos meses, sem que a parte autora promovesse qualquer diligencia a fim de viabilizar a conclusão do processo. Assim, EXTINGO A PRESENTE DEMANDA, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III do NCPC. Condeno a parte exequente ao pagamento das custas processuais. A exigibilidade fica suspensa pelo prazo de 05 anos em virtude do deferimento da gratuidade da justiça, nos termos do art. 98, § 3º do CPC. Publique-se, registre-se e intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa no sistema. Canaã dos Carajás/PA, 21 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juíza de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00050580720178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Ação de Alimentos em: 28/06/2019 REQUERENTE:THAINA LIMA REIS Representante(s): ADRIANA DA SILVA LIMA (REP LEGAL) OAB 15333 - MAYANA BARROS JORGE JOAO (DEFENSOR) REQUERIDO:PEDRO DE JESUS REIS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0005058-07.2017.8.14.0136 Demandante(s): T.L.R. e M.L.R., Rep. ADRIANA DA SILVA LIMA Demandado(s): PEDRO DE JESUS REIS SENTENÇA (sem resolução de mérito) Trata-se de demanda intitulada de AÇÃO DE ALIMENTOS, proposta por T.L.R. e M.L.R., Rep. ADRIANA DA SILVA LIMA, em desfavor de PEDRO DE JESUS REIS, identificados e qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos exarados na exordial. Em decisão de fl. 29, foi determinada a intimação da parte autora pessoalmente, para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção e arquivamento. Intimada pessoalmente à fl. 30, sequer respondeu à convocação judicial. Esse é o breve relato, passo a decidir. Percebe-se das folhas acima mencionadas que a parte autora, devidamente intimada pessoalmente interesse no prosseguimento do feito, em nada se manifestou, presumindo que abandonou o processo. Além disso, a demanda encontrava-se parada há vários meses, sem que a parte autora promovesse qualquer diligência a fim de viabilizar a conclusão do processo. Assim, EXTINGO A PRESENTE DEMANDA, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III do NCPC. Deixo de condenar a parte exequente ao pagamento das custas processuais em vista de ser beneficiário de assistência judiciária gratuita. Publique-se, registre-se e intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa no sistema. Canaã dos Carajás, 27 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00051611420178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Interdição em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA GORETE SILVA Representante(s): OAB 14538 - PATRICIA ALVES DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 24479 - LUCIANO SATURNINO DA MOTA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARINETE PEREIRA DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0005161-14.2017.8.14.0136 DECISÃO Compulsando os autos, verifico que a parte autora devidamente intimada por seu(s) Advogado(s) constituído(s), via DJ-e, Edição n.º 6627/2019, pag. 1997 em 28/03/2019, quedou-se silente. Deste modo, pela última vez, intime-se a parte autora pessoalmente para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no feito, promovendo o seu regular prosseguimento, sob pena de extinção sem resolução de mérito e arquivamento. Após, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL, ETC., CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás, 25 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00053182120168140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Título Judicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:FRANCISCA PATRICIA LEITE GOMES Representante(s): OAB 19629-B - EDERSON SOUZA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:WIUCONFLAY OLIVEIRA SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0005318-21.2016.8.14.0136 Demandante(s): FRANCISCA PATRÍCIA LEITE GOMES E OUTROS Demandado(s): WIUCONFLAY OLIVEIRA SILVA SENTENÇA (sem resolução de mérito) Trata-se de demanda intitulada de EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL, proposta por FRANCISCA PATRÍCIA LEITE GOMES E OUTROS, em desfavor de WIUCONFLAY OLIVEIRA SILVA, identificados e qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos exarados na exordial. Em decisão de fl. 48, foi determinado a intimação da parte autora por seu(a) Advogado(a), manifestar sobre a certidão do

Oficial de Justiça, bem como requerer o que achar necessário no prazo de 10(dez) dias. Intimada por seu(a) Advogado(a) habilitado(a) nos autos, via DJ-e/PA, edição n.º 6627/2019, pág. 1198 à fl. 48v, quedou-se silente, conforme certidão de fl. 49. Esse é o breve relato, passo a decidir. Percebe-se das folhas acima mencionadas que a parte autora, devidamente intimada por seu Advogado, em nada se manifestou, presumindo que abandonou o processo. Além disso, a demanda encontrava-se parada há mais de 30 dias, sem que a parte autora promovesse qualquer diligência a fim de viabilizar a conclusão do processo. Assim, EXTINGO A PRESENTE DEMANDA, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III do NCPC. Condeno a parte exequente ao pagamento das custas processuais. A exigibilidade fica suspensa pelo prazo de 05 anos em virtude do deferimento da gratuidade da justiça, nos termos do art. 98, § 3º do CPC. Publique-se, registre-se e intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa no sistema. Canaã dos Carajás/PA, 21 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00053338720168140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:DISAL ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 231747 - EDMILSON KOJI MOTODA (ADVOGADO) REQUERIDO:ERIOO FABIO DO CARMO PINTO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0005333-87.2016.8.14.0136 DECISÃO 01 - CITE-SE o Executado no endereço fornecido pela parte autora às fls. 44 destes autos. Custas Intermediárias pela Exequente. Intimem-se. SERVE ESTA COMO OFÍCIO/MANDADO. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00054718320188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Monitória em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRASIL SA Representante(s): OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) REQUERIDO:R E CONSTRUTORA MATHEUS LTDA EPP Representante(s): OAB 23073 - JOSÉ OMAR LOPES ARRAIS (ADVOGADO) REQUERIDO:RAIMUNDA MIRTHES UCHOA DE ARAUJO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0005471-83.2018.8.14.0136 DESPACHO 1. Manifeste-se o Requerente acerca dos Embargos apresentados, prazo de 15 dias. Após conclusos. Canaã dos Carajás, 18 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00058303320188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:PEDRO ANTENOR ONOFRE NETO Representante(s): OAB 20614 - MARCOS VINICIUS LOPES DE FARIAS (ADVOGADO) OAB 23174 - OSVALDO NETO LOPES RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Representante(s): OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0005830-33.2018.8.14.0136 DESPACHO Intime-se a parte autora, para contrarrazões em 10 (dez) dias. Após, certifique-se. Em seguida, remetam-se os autos para o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, independentemente de nova conclusão ou despacho deste juízo, nos termos do art. 1.010, §3º do NCPC. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00058502420188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JANILDA DA SILVA SANTOS Representante(s): OAB 20950-A - DIOGO CAETANO PADILHA (ADVOGADO) OAB 19629-B - EDERSON SOUZA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:FRANCISCO BARROSO DOS SANTOS REQUERIDO:ANTONIO BARROSO DOS SANTOS REQUERIDO:FERNANDO BARROSO DOS SANTOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0005850-24.2018.8.14.0136 DECISÃO Considerando a necessidade de instrução nos presentes autos, designo audiência para o dia 17/10/2019, às 11:00 horas, onde as partes deverão comparecer acompanhadas de seus advogados, testemunhas e provas, independentemente de rol prévio. DEFIRO o pedido de fl. 51. Intime-se as Testemunhas no endereço indicado. Intimem-se as partes por seu(s) procurador(es) habilitado(s) nos autos. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/EDITAL, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás, 17 de junho de 2019. _____ DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás JDM PROCESSO: 00059089520168140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Título Judicial em: 28/06/2019 REQUERIDO:FENIX

CONSULTORIA AMBIENTAL EIRELI REQUERIDO:ALCIONE PEREIRA SANTA ROSA REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DO SUDOESTE DE MATO GROSSO SICREDI SUDOESTE MT Representante(s): OAB 21929 - THAIZA SILVA BRITO (ADVOGADO) OAB 27435-A - EDUARDO ALVES MARCAL (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0005908-95.2016.8.14.0136 DECISÃO A parte exequente informa que as custas foram devidamente recolhidas (fls. 128-129). INDEFIRO o pedido de tentativa de localização do atual endereço da parte executada junto à receita federal por meio do sistema INFOJUD, por entender que a natureza do feito e a fase que se encontra, não demanda tal incursão e manifesta quebra de sigilo fiscal da parte exequente. DEFIRO, todavia, a pesquisa de endereço atualizado da parte executada, via sistema BACENJUD e RENAJUD. Promovida a pesquisa, aguarde-se a resposta das instituições bancárias. Intime-se. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 20 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00060353320168140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUDESTE PARAENSE - SICREDI CARAJAS - PA Representante(s): OAB 21.929 - THAIZA SILVA BRITO (ADVOGADO) OAB 27435-A - EDUARDO ALVES MARCAL (ADVOGADO) REQUERIDO:KENIA LIMA MIGUEL Representante(s): OAB 21915 - WERLEY MACIEL RIBEIRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0006035-33.2016.8.14.0136 DECISÃO Acolho o pedido de folhas 147 dos autos, e designo audiência de conciliação para o dia 31/10/2019, as 09:00 horas. Intimem-se as partes, por seus Advogados constituídos. CUMPRA-SE. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00061291020188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:FELIPE PINTO DE LIMA Representante(s): OAB 23558-O - WHASHINGTON RENATO RODRIGUES AGUIAR BELEM (ADVOGADO) REQUERIDO:GRANDE RIO TRANSPORTE E TURISMO EIRELI EPP. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0006129-10.2018.8.14.0136 DECISÃO Indefiro o pedido de fl. 33, nos termos do art. 18 da Lei 9.099/95, §2º, que dispõe: "Não se fará citação por edital". Intime-se a parte autora por seu Advogado constituído, via DJ-e, para no prazo de 05(cinco) dias, requerendo e promovendo o que entender de direito, sob pena de extinção sem julgamento do mérito. Cumpra-se. Canaã dos Carajás/PA, 23 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00064097820188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXEQUENTE:BANCO BRADESCO SA Representante(s): OAB 20455-A - MAURO PAULO GALERA MARY (ADVOGADO) REQUERIDO:ODILIO RAIMUNDO MENDES PEREIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0006409-78.2018.8.14.0136 DECISÃO Considerando as certidões de fls. 79 e 84, bem como a petição de fl. 87, remetam-se os autos à ULA - Unidade Local de Arrecadação, a fim de que certifique a existência ou não de custas intermediárias pendentes. Em caso positivo, intime-se a parte autora para promover o recolhimento das custas no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de extinção. Em caso negativo, cumpra-se a decisão de fl. 72. Cumpra-se. Canaã dos Carajás/PA, 17 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00064637820178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Alimentos em: 28/06/2019 REQUERENTE:LUIZ HENRIQUE FOSALUSA MARQUES Representante(s): OAB 15333 - MAYANA BARROS JORGE JOAO (DEFENSOR) MICHELAINE DOS SANTOS FOSALUSA MARQUES (REP LEGAL) REQUERIDO:IDEYR CARDOSO MARQUES. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0006463-78.2017.8.14.0136 DESPACHO 01. Vistas à Defensoria para manifestação em 10 dias. Canaã dos Carajás, 18 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00066952720168140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS DO SUDESTE PARAENSE Representante(s): OAB 20916-A - ANDRE DE ASSIS ROSA (ADVOGADO) REQUERIDO:J V C SANTA ROSA E CIA LTDA ME. PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0006695-27.2016.8.14.0136 DESPACHO Verifico que a parte executada JVC SANTA ROSA í CIA LTDA ME, "LOCADORA SANTA ROSA", foi devidamente citada por edital às fls. 88, tendo decorrido o prazo da citação, deixou de oferecer embargos, conforme certidão de fl. 89. Bem por isso e, conforme preceitua o Art. 72, II, c/c parágrafo único do CPC, (e Súmula 196 do STJ), NOMEIO a Defensoria Pública para exercer a curatela especial, observado o disposto no artigo 186 também do Código de Processo Civil. Abre-se vista ao curador para apresentar embargos à execução no prazo legal. Em seguida, intime-se a parte exequente para impugnação aos embargos. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 18 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00067784320168140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:VALE S/A Representante(s): OAB 17830 - DANIELLE SERRUYA SORIANO DE MELLO (ADVOGADO) OAB 17905 - ALEXANDRA DA COSTA NEVES (ADVOGADO) OAB 3210 - PEDRO BENTES PINHEIRO FILHO (ADVOGADO) OAB 12816 - PEDRO BENTES PINHEIRO NETO (ADVOGADO) REQUERIDO:INVASORES DO SITIO DECA REQUERIDO:INVASORES DE QUALIFICAÇÃO DESCONHECIDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0006778-43.2016.8.14.0136 DECISÃO Ciente do recurso de Agravo de Instrumento interposto. Mantenho a decisão de fls. 91 em todos os seus termos e fundamentos. Certifique-se esta secretaria se o agravo foi julgado ou se foi conferida liminar com efeito suspensivo, em caso negativo, cumpra-se com as determinações da decisão de fl. 91. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00068107720188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REQUERENTE:NAYRA GABRIELE VIEIRA SERRA Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) EDILENE SILVA VIEIRA (REP LEGAL) REQUERENTE:RICARDO VIEIRA SERRA Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERIDO:VAGNER COSTA SILVA SERRA Representante(s): OAB 14506 - KARLA IZABEL DE OLIVEIRA PINTO (ADVOGADO) OAB 26073 - LIDYANE BANDEIRA MACIEL CARVALHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0006810-77.2018.8.14.0136 DECISÃO A parte exequente foi intimada pessoalmente para manifestar acerca do acordo ofertado e quedou-se silente, conforme certidão de fls. 40 e 42. O executado foi devidamente intimado à fl. 41, não apresentou defesa, certidão de fl.42. Deste modo, remetam-se os autos à Defensoria Pública do Estado para no prazo de 10 (dez) dias manifestar-se, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção e arquivamento. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 18 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00068497420188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXEQUENTE:SS EMPRENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Representante(s): OAB 22227-A - JOATAN TORRES CARVALHO JUNIOR (ADVOGADO) EXECUTADO:MAXXIN NORTE LTDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0006849-74.2018.8.14.0136 DECISÃO O pedido de fl. 52-54, implica na necessidade de desconsideração da personalidade da pessoa jurídica, devendo a parte interessada comprovar, no prazo de 10(dez) dias, os requisitos do Código Civil para que haja a desconsideração e, após isso, será observado o art. 133 do CPC e ss, citando inicialmente os sócios e a pessoa jurídica. Intime-se. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00069718720188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ANTONIO JUVENAL DE SOUSA ABREU Representante(s): OAB 19871 - ALESSANDRA DIAS MARANHAO (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA Representante(s): OAB 17277 - ANTONIO LOBATO PAES NETO (ADVOGADO) OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) OAB 19470 - EUGENIO COUTINHO DE OLIVEIRA JUNIOR (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0006971-87.2018.8.14.0136 DESPACHO Remetam-se os autos para uma das Turmas Recursais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com nossas homenagens. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00073108020178140136 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Consignação em Pagamento em: 28/06/2019 REQUERENTE:FERNANDO WTENBERGUE DE SOUZA Representante(s): OAB 325.478 - BRUNO ALVES DAUFENBACK (ADVOGADO) OAB 349.410 - RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL S.A Representante(s): OAB 211.648 - RAFAEL SGANZERLA DURAND (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0007310-80.2017.8.14.0136 Demandante(s): FERNANDO WTENBERGUE DE SOUZA Demandado(s): BANCO DO BRASIL S/A SENTENÇA (sem resolução de mérito) Trata-se de demanda intitulada AÇAO REVISIONAL C/C CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO, proposta por FERNANDO WTENBERGUE DE SOUZA, em desfavor de BANCO DO BRASIL S/A, identificados e qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos exarados na exordial. Em decisão de fl. 146, foi determinado a intimação da parte autora para no prazo de 15(quinze) dias comprovar o pagamento tempestivo do valor incontroverso de cada parcela vencida a partir da decisão de fl. 85, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. A parte foi intimada por seu(a) Advogado(a) habilitado(a) nos autos, via DJ-e/PA, edição n.º 6646/2019, pág. 2414 à fl. 146v, quedou-se silente, conforme certidão de fl. 147. Esse é o breve relato, passo a decidir. Percebe-se das folhas acima mencionadas que a parte autora, devidamente intimada por seu Advogado, em nada se manifestou, presumindo que abandonou o processo. Além disso, a demanda encontrava-se parada há mais de 30 dias, sem que a parte autora promovesse qualquer diligência a fim de viabilizar a conclusão do processo. Assim, EXTINGO A PRESENTE DEMANDA, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III do NCPC. Condeno a parte exequente ao pagamento das custas processuais. A exigibilidade fica suspensa pelo prazo de 05 anos em virtude do deferimento da gratuidade da justiça, nos termos do art. 98, § 3º do CPC. Publique-se, registre-se e intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa no sistema. Canaã dos Carajás/PA, 21 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00073445520178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Interdição em: 28/06/2019 INTERDITANDO:LAERTE DIAS DA SILVA Representante(s): OAB 24090-A - PLINIO ANDRADE SIQUEIRA (ADVOGADO) INTERDITANDO:MAXIMO DIAS DA SILVA Representante(s): OAB 24090-A - PLINIO ANDRADE SIQUEIRA (ADVOGADO) INTERDITANDO:LEANDRO DIAS DA SILVA Representante(s): OAB 24090-A - PLINIO ANDRADE SIQUEIRA (ADVOGADO) INTERDITANDO:CLAUDIO DIAS DA SILVA Representante(s): OAB 24090-A - PLINIO ANDRADE SIQUEIRA (ADVOGADO) INTERDITANDO:AGMAR DIAS DA SILVA Representante(s): OAB 24090-A - PLINIO ANDRADE SIQUEIRA (ADVOGADO) INTERDITANDO:JOSE ANTONIO DIAS DA SILVA Representante(s): OAB 24090-A - PLINIO ANDRADE SIQUEIRA (ADVOGADO) INTERDITO:ANTONIO PEDRO DA SILVA Representante(s): OAB 3.513 - GIOVANNI JOSE DA SILVA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0007344-55.2017.8.14.0136 DECISÃO Cumpra-se o despacho de fl. 77. Canaã dos Carajás, 28 de maio de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00075206520168140040 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERIDO:ANTONIO PEREIRA DA SILVA REQUERIDO:REGINALDO NASCIMENTO ALENCAR REQUERIDO:MARCELINO SILVA SANTOS REQUERIDO:SERGIO GONÇALVES REQUERIDO:AUDI PEREIRA DE SOUSA REQUERIDO:JOFRE ALVES DE LIMA FILHO REQUERIDO:RENATO REQUERENTE:VALE SA Representante(s): OAB 12816 - PEDRO BENTES PINHEIRO NETO (ADVOGADO) OAB 17830 - DANIELLE SERRUYA SORIANO DE MELLO (ADVOGADO) OAB 17905 - ALEXANDRA DA COSTA NEVES (ADVOGADO) OAB 20110 - IGOR DINIZ KLAUTAU DE AMORIM FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:JOFRE ALVES DE LIMA SILVA REQUERIDO:E OUTROS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0007520-65.2016.8.14.0040 DECISÃO Ciente do recurso de Agravo de Instrumento interposto. Mantenho a decisão de fls. 118 em todos os seus termos e fundamentos. Certifique-se esta secretaria se o agravo foi julgado ou se foi conferida liminar com efeito suspensivo, em caso negativo, cumpra-se com as determinações da decisão de fl. 118. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00075538720188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JR SOUZA MOREIRA LTDAME Representante(s): OAB 7010 - EUZAPIA DICLA RAMOS SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO ITAU SA Representante(s): OAB 25.254 - GUSTAVO GERBASI GOMES DIAS (ADVOGADO) . PODER

JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0007553-87.2018.8.14.0136 DECISÃO Intimem-se as partes, por seus Advogados constituídos, para que informem se pretendem produzir provas, indicando quais e precisamente a que fatos se referem. Informem ainda se concordam com o julgamento do processo no estado em que se encontra. CUMPRA-SE. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00076441720178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Inventário em: 28/06/2019 INVENTARIANTE:ELIETE DE SOUSA SILVA Representante(s): OAB 8113-A - ISABEL PEREIRA CRUZ (ADVOGADO) INVENTARIADO:ALFREDO JOSE DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0007644-17.2017.8.14.0136 DECISÃO 01 - CITEM-SE a Fazenda Pública Estadual e Municipal, aos termos da presente ação de inventário, para manifestar interesse, prazo de 15 dias. Intimem-se. SERVE ESTA COMO OFÍCIO/MANDADO. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00077902420188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Averiguação de Paternidade em: 28/06/2019 REQUERENTE:IROMAR TENORIO DO NASCIMENTO REPRESENTANTE:ANDRIANE JEANE RIBEIRO DA SILVA REQUERIDO:JHULIA LUANE RIBEIRO TENORIO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIA DA COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0007790-24.2018.8.14.0136 REQUERENTE(S): IROMAR TENÓRIO DO NASCIMENTO REQUERIDO(A): J.L.R.T., Rep. ANDRIANE JEANE RIBEIRO DA SILVA SENTENÇA (com resolução de mérito) Trata-se de demanda intitulada de AÇÃO DECLARATÓRIA NEGATÓRIA DE PATERNIDADE, proposta por IROMAR TENÓRIO DO NASCIMENTO em face de J.L.R.T., Rep. ANDRIANE JEANE RIBEIRO DA SILVA, todos devidamente individualizados e qualificados nos autos. Alega o demandante que conviveu em união estável com a genitora da demandada entre novembro de 2016 a abril de 2018, ocorrendo nesse período a gravidez e o consequente nascimento da menor, momento em que teria registrado como sua filha, pois acreditava que seria o seu pai biológico. Continua aduzindo que após o rompimento da relação com a genitora da menor, ante as dúvidas que lhe teriam surgido em relação à paternidade atribuída, realizou exame de DNA, que atestou não ser o demandante pai biológico da menor. A inicial veio instruída com os documentos de fls. 14-22, entre os quais, o Laudo de Investigação de vínculo genético de filiação negativo. Em audiência de conciliação/mediação realizada, (fl. 32) a representante legal da menor anuiu com o pedido inicial para exclusão da paternidade atribuída. Instado a se manifestar, o Ministério Público manifestou pelo deferimento do pedido da parte autora à fl. 34. Esse é o relatório, passo a decidir. Verifica-se, inicialmente, que o presente feito comporta julgamento antecipado da lide, nos moldes do art. 355, II do NCPC (Revelia). Analisando os autos, verifico que a parte autora afirma que teria sido induzido a erro ao registrar a menor demandada, acreditando que fosse sua filha, mas que após a realização de exame de DNA, restou comprovada a inexistência de vínculo genético. Por outro lado, em audiência de conciliação/mediação, a representante legal da menor, anuiu com os pedidos elencados na inicial, para exclusão do nome do demandante do registro civil de nascimento da menor. Ressalto que o fato de a demandada concordar com os pedidos iniciais e não contestar a ação não enseja, por si só, a procedência do pedido, porquanto os efeitos da revelia não se aplicam em ações que versem sobre direitos indisponíveis, conforme dispõe os arts. 345, II e 392 do CPC. Entretanto, diante da juntada pela parte autora de laudo de Investigação de vínculo genético de filiação negativo, se faz necessária a comprovação de eventual relação sócio afetiva, o que não restou evidenciada no presente feito. Observa-se que a menor nasceu em 03/09/2017 e o autor afirma que a união estável se findou em abril de 2018, ou seja, apenas 07 (sete) meses após o nascimento da menor, findando após o rompimento qualquer relação de afinidade entre as partes. Constato, portanto, que não é razoável exigir de uma pessoa, que sabidamente não é pai de uma criança, se comporte como tal, e se aproxime e conviva com quem não construiu qualquer vínculo afetivo. Por outro aspecto, saber a verdade sobre sua paternidade é um legítimo interesse da criança. Um direito humano que não pode ser frustrado, pois a verdade real sobre a ascendência biológica é concebida hoje como um direito fundamental da personalidade humana. No que tange ao pedido formulado, nos termos do parecer ministerial, evidencia-se a falta de laços afetivos ante a anuência da representante legal da demandada, além de erro patente no qual foi induzido a parte autora (pai registral), sendo que tal vício invalida o negócio jurídico: casamento e registro de nascimento. Assim, em que pese o prejuízo do menor não ter que ficar sem pai na certidão de nascimento, no caso posto, ante a ausência de vínculo afetivo formado, mostra-se muito mais prejudicial ter um pai no registro de forma fraudada, e que não lhe prestará apoio psicológico ou afetivo. Torna-se mais prudente permitir a exclusão do nome deste, e uma possível e futura investigação e inclusão do pai verdadeiro. As provas do erro são

incontestes nos autos, destacando-se o poder probatório do exame de DNA que possui grau de certeza próximo dos 100%, além do consentimento da representante legal da parte ré, restando demonstrada a inexistência de vínculo genético e sócio afetivo em relação ao demandante. Ante o exposto, nos termos do art. 487, I, do NCPC, ACOLHO TOTALMENTE O PEDIDO CONTIDO NA EXORDIAL, extinguindo o presente feito com resolução de mérito, para: I. DETERMINAR a expedição de ofício ao CARTÓRIO DE 1º OFÍCIO DE REGISTRO CÍVEL DA CIDADE E COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS/PA, para promover junto ao registro de nascimento da menor JHÚLIA LUANE RIBEIRO TENÓRIO (matrícula 130443 01 55 2017 1 00031 107 0009107 74), a EXCLUSÃO do nome de IROMAR TENÓRIO DO NASCIMENTO e dos avós paternos, permanecendo os demais dados na forma como está. II. DETERMINAR em relação aos dados do registro de nascimento, a exclusão do sobrenome do pai registral (TENÓRIO) e a inclusão do sobrenome da genitora (DA SILVA), para que JHÚLIA LUANE RIBEIRO TENÓRIO passe a se chamar JHÚLIA LUANE RIBEIRO DA SILVA. III. CONDENAR ainda, a PARTE RÉ ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, fixados desde logo em R$400,00 (quatrocentos reais) em favor da Defensoria Pública do Estado, e SUSPENDER a obrigação pelo prazo de 05 anos, nos termos previstos no art. 98, §3º, CPC, por ser a parte ré presumidamente hipossuficiente. IV. DETERMINAR que após o cartório proceder na forma decidida, deve entregar cópia da nova certidão ao demandante independente de custas e emolumentos em razão de ter sido considerado beneficiário da justiça gratuita. Observe a Secretaria desta Vara as informações e documentos que devem ser encaminhados em anexo ao Cartório de Registro Civil, atendendo o disposto no Art. 732, I do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, alterado pelo PROVIMENTO CONJUNTO N° 002/2019-CJRMB/CJCI. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO OFÍCIO, MANDADO INTIMAÇÃO, CITAÇÃO E AVERBAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/EDITAL, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Publique-se, Registre-se e Intimem-se pessoalmente as partes (por mandado), o Ministério Público e a Defensoria, se estiver atuando no caso. Após o trânsito em julgado desta decisão, arquivem-se os autos com baixa no sistema. Canaã dos Carajás/PA, 22 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00078304020178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Prestação de Contas em: 28/06/2019 AUTOR:JORGE HANAI Representante(s): OAB 206.244 - GUSTAVO MARTINIANO BASSO (ADVOGADO) OAB 135.562 - MARCELO AUGUSTO DA SILVEIRA (ADVOGADO) AUTOR:MITSUNO SAKAMOTO HANAI Representante(s): OAB 206.244 - GUSTAVO MARTINIANO BASSO (ADVOGADO) OAB 135.562 - MARCELO AUGUSTO DA SILVEIRA (ADVOGADO) AUTOR:ESPOLIO DE JOSE NIUTON DA SILVEIRA Representante(s): OAB 206.244 - GUSTAVO MARTINIANO BASSO (ADVOGADO) OAB 135.562 - MARCELO AUGUSTO DA SILVEIRA (ADVOGADO) AUTOR:SILVIA CRISTINA CARVALHO SILVEIRA SOUSA Representante(s): OAB 206.244 - GUSTAVO MARTINIANO BASSO (ADVOGADO) OAB 135.562 - MARCELO AUGUSTO DA SILVEIRA (ADVOGADO) AUTOR:LINO GILBERTO DE SOUSA Representante(s): OAB 206.244 - GUSTAVO MARTINIANO BASSO (ADVOGADO) OAB 135.562 - MARCELO AUGUSTO DA SILVEIRA (ADVOGADO) AUTOR:THAIS CANDIDO DA SILVEIRA SOUSA Representante(s): OAB 206.244 - GUSTAVO MARTINIANO BASSO (ADVOGADO) AUTOR:MARCELO GUIMARAES RIBEIRO Representante(s): OAB 206.244 - GUSTAVO MARTINIANO BASSO (ADVOGADO) OAB 135.562 - MARCELO AUGUSTO DA SILVEIRA (ADVOGADO) REU:VALE SA Representante(s): OAB 369.267 - ARMANDO MICELI FILHO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0007830-40.2017.8.14.0136 DECISÃO Verifico que o Ofício 24/2019-01cciv de fl. 531, informa que foi proferido acórdão de fls. 531-533 nos Embargos de Declaração no Agravo de Instrumento n.º 0064761-50.2014.8.19.0000, que tramita junto ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, conferiu a concessão de liminar com efeito suspensivo. Deste modo, AGUARDE-SE em Secretaria os autos até o julgamento dos referidos embargos, e somente após o julgamento, devem voltar conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 26 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00081578220178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA DA CONCEICAO GOMES Representante(s): OAB 22227-A - JOATAN TORRES CARVALHO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO CIFRA SA Representante(s): OAB 23255 - ANTONIO DE MORARES DOURADO NETO (ADVOGADO) TERCEIRO:BANCO BMG SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0008157-82.2017.8.14.0136 DECISÃO Nos termos do art. 396 do CPC, defiro o

pedido de fl. 111 em relação a juntada do contrato original pela parte ré, na forma requerida. Intime-se a parte ré para promover a juntada no prazo de 10 (dez) dias. Após, voltem-me os autos conclusos. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00081939020188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Averiguação de Paternidade em: 28/06/2019 REQUERENTE:EDUARDO SOARES LUCIO Representante(s): OAB 20950-A - DIOGO CAETANO PADILHA (ADVOGADO) REQUERIDO:PEDRO HENRIQUE COELHO DUTRA REQUERIDO:DIONES PEREIRA DUTRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0008193-90.2018.8.14.0136 DECISÃO Analisando os autos, entendo que não se pode prescindir da citação do pai registral, pois é aquele que figura como pai na certidão de nascimento do menor, devendo integrar a relação processual na condição de litisconsórcio passivo necessário, sob pena de nulidade da sentença nos termos do art. 115, parágrafo único do CPC. Deste modo, uma vez que as partes afirmam que o pai registral se encontra em local incerto e não sabido, CITE-SE a segunda parte ré DIONES PEREIRA DUTRA por edital, via publicação eletrônica no sítio do TJPA e na plataforma de editais do CNJ. Observem-se os requisitos do artigo 257, do CPC, com prazo de 30 (trinta) dias, por uma vez, fluindo da data da publicação única o prazo de 15 dias para a apresentação de contestação, observado o artigo 231, IV, do CPC. Em havendo revelia, nomeio a Defensoria Pública como Curador Especial. Canaã dos Carajás, 22 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00084796820188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Adoção c/c Destituição do Poder Familiar em: 28/06/2019 REQUERENTE:SEBASTIAO FERREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 19912-B - ANTONIA VANDERLY DA SILVA CASTRO (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA EDNA DA SILVA Representante(s): OAB 19912-B - ANTONIA VANDERLY DA SILVA CASTRO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:JONATAS FERREIRA REQUERIDO:JOSENE FERREIRA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0008479-68.2018.8.14.0136 DECISÃO 1. Designo desde logo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 30 / 10 / 2019, às 11:00 horas, onde as partes deverão comparecer acompanhadas de seus advogados/defensor público, testemunhas e provas, independentemente de rol prévio. 2. Intime-se a parte demandante, e, de forma pessoal o ilustre representante do Ministério Público e a Defensoria. CUMPRA-SE. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00084926720188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Adoção em: 28/06/2019 REQUERENTE:SEBASTIAO FERREIRA DOS SANTOS Representante(s): OAB 19912-B - ANTONIA VANDERLY DA SILVA CASTRO (ADVOGADO) REQUERENTE:MARIA EDNA DA SILVA Representante(s): OAB 19912-B - ANTONIA VANDERLY DA SILVA CASTRO (ADVOGADO) ENVOLVIDO:ANDREZA DOS SANTOS SILVA REQUERIDO:GIVAL DA SILVA REQUERIDO:ADRIANA REGIA DOS SANTOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0008492-67.2018.8.14.0136 DECISÃO Acolho o pedido do Ministério Público, e designo audiência para oitiva do adotando o dia 30/10/2019, as 10:00 horas. Intimem-se e cientifique-se o representante do Ministério Público. CUMPRA-SE. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00091318520188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REQUERENTE:ENZO GABRIEL PEREIRA FRANQUES Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) ALESSANDRA COSTA PEREIRA (REP LEGAL) REQUERIDO:ADONIAS JUNIOR FRANQUES DE LIRA Representante(s): OAB 21915 - WERLEY MACIEL RIBEIRO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0009131-85.2018.8.14.0136 Demandante(s): E.G.P.F., Rep. ALESSANDRA COSTA PEREIRA Demandado(a)(s): ADONIAS JUNIOR FRANQUES DE LIRA SENTENÇA Trata-se de demanda envolvendo AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA DE ALIMENTOS, proposta por E.G.P.F., Rep. ALESSANDRA COSTA PEREIRA em face de ADONIAS JUNIOR FRANQUES DE LIRA, todos devidamente qualificados nos autos. A parte exequente informou nos autos às fls. 25, que a parte executada cumpriu voluntariamente com sua obrigação. Esse é o relatório, passo a decidir. Analisando os autos, observa-se que a parte executada consignou nos autos informações acerca do cumprimento do débito, confirmada pela parte exequente às fls. 18-21 e 25, requerendo a extinção da ação pela satisfação da dívida. Ante o exposto, nos termos do art. 924, II do NCPC (antigo art. 794, I CPC/73), extingo o presente processo de execução/cumprimento de sentença,

remetendo-o ao arquivo. Isentos de custas e despesas processuais, face o deferimento da justiça gratuita. Canaã dos Carajás/PA, 16 de abril de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás JDM PROCESSO: 00092106420188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ALINE ARIELE AZEVEDO SIMOES Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REQUERENTE:JOAO MIGUEL DE OLIVEIRA PONTES Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) CINTIA DE OLIVEIRA DA SILVA (REP LEGAL) REQUERIDO:CLEBSON FREITAS PONTES. ATO ORDINATÓRIO Por este ato, faço a remessa dos presentes autos à Defensoria Pública em Cana? dos Carajás para que se manifeste acerca da certid?o do oficial de justiça. Cana? dos Carajás, ___/___/___ ALINE ARIELE AZEVEDO SIM?ES Diretora de Secretaria 2ª Vara Cível de Cana? dos Carajás PROCESSO: 00092539820188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Inventário em: 28/06/2019 REQUERENTE:ESPOLIO DE LAILSON COSTA DA SILVA Representante(s): DANIELA MORAES SANTOS (REP LEGAL) OAB 20950-A - DIOGO CAETANO PADILHA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0009253-98.2018.8.14.0136 DECISÃO 1. DEFIRO os benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do artigo 98 do CPC/2015. 2. Considerando que a parte autora promoveu a juntada dos documentos requeridos pelo Ministério Público às fls. 34-37, e ainda a urgência informada por meio da petição de fl. 38-40, NOMEIO como inventariante o menor DOUGLAS SANTOS DA SILVA, por sua representante legal DANIELA MORAES SANTOS, nos termos do Art. 617, IV do CPC, a qual deverá ser intimado para prestar compromisso no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 617, parágrafo único do CPC. 3. Dê-se ciência ao Ministério Público. 4. No prazo de 20 (vinte) dias, contado da data do compromisso, deverá o inventariante prestar as primeiras declarações, das quais se lavrará termo circunstanciado, conforme dispõe o art. 620 do CPC. 5. Após, CITEM-SE com prazo de 15 dias, a(s) parte(s) interessada(s), os herdeiros e legatários (preferencialmente por carta com AR), bem como os terceiros incertos ou desconhecidos, esses últimos por edital com prazo de 20 dias (CPC, 259, III, c/c o art. 626 e §§), para acompanhar os termos do inventário e da partilha, convocando-lhes para participarem do processo (art. 626, §1º, do NCPC), 6. Para os termos do inventário e partilha, intimem-se ainda a Fazenda Estadual (CPC, § 4º do art. 626) e a Fazenda Pública, fazendo constar da carta de intimação que essa deverá, em 15 dias, se manifestar sobre os valores atribuídos aos bens; caso deles discorde, poderá a(s) Fazenda(s) juntar prova concernente ao cadastro (CPC, art. 629) ou atribuir valores que poderão ser aceitos pelos interessados (CPC, art. 634), desde que haja expressa manifestação nesse sentido. 7. Em seguida, aguarde em Secretaria a manifestação das partes sobre as primeiras declarações durante o prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 627 do CPC. 8. Após, façam os autos conclusos. Canaã dos Carajás, 25 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00094124120188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ADRIANA DE LIMA SANTOS DA SILVA Representante(s): OAB 22227-A - JOATAN TORRES CARVALHO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITORIOS NAO PADRONIZADOS Representante(s): OAB 78403 - CHRISTIANO DRUMOND PATRUS ANANIAS (ADVOGADO) OAB 179.235 - LUCIANO DA SILVA BURATTO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0009412-41.2018.8.14.0136 REQUERENTE(S): ADRIANA DE LIMA SANTOS DA SILVA REQUERIDO(A): ITAPEVA VII MULTICARTEIRA FUNDO INVESTIMENTOS TERMO DE AUDIÊNCIA Hoje, dia 27 de junho de 2019, às 10:30 horas, na sala de audiência do fórum desta comarca, onde presente se achava o Exmo. Sr. Dr. DANIEL GOMES COELHO, Juiz de Direito Titular desta 2ª Vara Cível e Empresarial. Feito o pregão, constatou-se presente o advogado da Requerente, Dr. JOATAN TORRES CARVALHO JUNIOR, OAB/PA 22227-A, presente a Preposta da Requerida, LUDIMILLA BARBOSA LIMA, RG. 651248-SSP/TO, desacompanhada de advogado. Aberta a audiência, o MM. Juiz tentou conciliação, a qual restou infrutífera. A parte ré juntou contestação em 06 laudas, e documentos (08 laudas) atos constitutivos (10 laudas), e carta de preposição. A seguir foi dado vistas dos autos ao Requerente para manifestação acerca da contestação e documentos juntados, o qual manifestou-se nos termos: MM. Juiz, a empresa ré apresenta cópia de contrato, que ensejou a negativação indevida e é, o objeto da ação que se pede a nulidade, tal documento não possui os atos de validade do negócio jurídico, em comparação com a assinatura que o banco diz ser da autora, com a simples comparação com a assinatura constante em fls. 11 e 12 percebe-se que os traços das letras são diferentes, assim, reitera todos os pedidos da inicial. São os termos. DELIBERAÇÃO: Defiro o prazo de 10 dias para que a parte ré comprove que efetuou o deposito do valor em favor da parte autora, uma vez que em replica o advogado manteve a tese de que a autora não efetuou o contrato. Não se trata de inversão do ônus da prova, mais

de prova de fato negativo que cabe a parte ré. Após voltem-me conclusos para decisão. Intimados os presentes. Eu,_____, este digitei e subscrevi. . Juiz de Direito: _____ (Daniel Gomes Coêlho) Advogado/Requerente: _____ Requerido: _____ PROCESSO: 00094615320168140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MASSEY FERGUSON ADMINISTRADORA DE CONSORCIOS LTDA Representante(s): OAB 234665 - JOAO MARCELO GUERRA SAAD (ADVOGADO) OAB 24956 - GILBERTO SAAD (ADVOGADO) REQUERIDO:ANTONIO DE OLIVEIRA SILVA Representante(s): OAB 21915 - WERLEY MACIEL RIBEIRO (ADVOGADO) REQUERIDO:ELIANE ARAUJO LIMA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0009461-53.2016.8.14.0136 REQUERENTE(S): MASSEY FERGUSON ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA REQUERIDO(A): ANTONIO DE OLIVEIRA SILVA e outros TERMO DE AUDIÊNCIA Hoje, dia 27 de junho de 2019, às 13:00 horas, na sala de audiência do fórum desta comarca, onde presente se achava o Exmo. Sr. Dr. DANIEL GOMES COELHO, Juiz de Direito Titular desta 2ª Vara Cível e Empresarial. Feito o pregão, constatou-se presente a parte autora, representado pela Preposta BRUNA NAZARENO SCOBAR, RG. 1050640-SSP/TO, acompanhada de seu Advogado, Dr. ERICK BRUNO DE SÁ LIMA, OAB/PA24198-A, presente o Requerido, acompanhado de seu advogado, Dr. WERLEY MACIEL RIBEIRO, OAB/PA 21915. Aberta a audiência, a parte autora requer a juntada de substabelecimento e carta de preposição. Pela ordem, o patrono do Executado manifestou-se nos termos: o Requerido reconhece o valor da dívida ora executada e oferece as seguintes propostas: 01 - entrada do lote penhorado no valor de R$ 35.000,00 e os valores bloqueados em contas dos requeridos, e o valor remanescente dividido em 20 parcelas de R$ 2.340,0; 02 - a devolução do bem, objeto da demanda, em prazo razoável de 30 dias, após a avaliação da exequente. DELIBERAÇÃO: Suspendo o processo por 30 dias, saindo a parte autora desde já intimada, para que até o termino deste prazo se manifeste sobre a viabilidade de acordo, ou requeira o que entende de direito. Intimados os presentes. Eu, _____, este digitei e subscrevi. Juiz de Direito: _____ (Daniel Gomes Coêlho) Requerente/Preposto: _____ Advogado: _____ Requerido:_____ Advogado:_____ PROCESSO: 00094979520168140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO DO ESTADO DO PARÁ Representante(s): OAB 8988 - ANA CRISTINA SILVA PEREIRA (ADVOGADO) OAB 7847-E - NATASHA SAMANTA BRIGLIA GUERRA (ADVOGADO) REQUERIDO:FYAMMA CRISTINA DA SILVA COSTA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0009497-95.2016.8.14.0136 DECISÃO Verifico que a parte autora foi devidamente intimada para manifestar promover o recolhimento das custas processuais junto ao Juízo Deprecado (fl. 50), quedando silente (fl. 51). Deste modo, intime-se a parte autora por seu(s) Advogado(s) constituído(s), via DJ-e, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar interesse no feito, promovendo o seu regular prosseguimento, sob pena de extinção e arquivamento. Após, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos. Canaã dos Carajás, 21 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00094996520168140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 11471 - FABRICIO DOS REIS BRANDAO (ADVOGADO) REQUERIDO:M DA SILVA SANTOS MOTOS ME REQUERIDO:MARCOS DA SILVA SANTOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0009499-65.2016.8.14.0136 DECISÃO A parte exequente informa que as custas foram devidamente recolhidas (fls. 61-64). DEFIRO o pedido relativos a pesquisa de endereço atualizado da parte executada, via sistema BACENJUD e RENAJUD. Promovida a pesquisa, aguarde-se a resposta das instituições. Intime-se. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 20 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00095726620188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:ATILLA TUCHTLER SILVEIRA Representante(s): OAB 24090-A - PLINIO ANDRADE SIQUEIRA (ADVOGADO) REQUERENTE:KACIANE GOMES DOS SANTOS TCHUTLER Representante(s): OAB 24090-A - PLINIO ANDRADE SIQUEIRA (ADVOGADO) .

PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CIVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0009572-66.2018.8.14.0136 DESPACHO Intime-se pessoalmente a parte autora para que em 05 dias, manifeste se tem interesse no feito, procedendo desde logo o recolhimento das custas judiciais, sob pena de extinção sem resolução de mérito. SERVE ESTE COMO MANDADO. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00097712520178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ALCIONE GONCALVES COHEN Representante(s): OAB 19871 - ALESSANDRA DIAS MARANHAO (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0009771-25.2017.8.14.0136 DECISÃO Considerando a petição de fl. 118, juntando comprovante de depósito (fl. 119), informando que cumpriu integralmente com a obrigação, INTIME-SE a parte autora, por sua Advogada, para manifestar no prazo de 05(cinco) dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00102187620188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA DE LOURDES SILVA Representante(s): OAB 20872-A - FERNANDO LUIZ GONÇALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTITUTO APRENDA MAIS REQUERIDO:WIVIANE RIBEIRO DE SOUSA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0010218-76.2018.8.14.0136 REQUERENTE(S): MARIA DE LOURDES SILVA REQUERIDO(A): INSTITUTO APRENDA MAIS TERMO DE AUDIÊNCIA Hoje, dia 27 de junho de 2019, às 11:00 horas, na sala de audiência do fórum desta comarca, onde presente se achava o Exmo. Sr. Dr. DANIEL GOMES COELHO, Juiz de Direito Titular desta 2ª Vara Cível e Empresarial. Feito o pregão, constatou-se presente a parte autora, acompanhada de seu Advogado, Dr. FERNANDO LUIZ GONÇALVES, ausente o Requerido. Aberta a audiência, DELIBERAÇÃO: Concedo ao requerente o prazo de 10 dias para apresentação do endereço do Requerido, sob pena de extinção. Intimados os presentes. Eu, _____, este digitei e subscrevi. Juiz de Direito: _____ (Daniel Gomes Coêlho) Requerente/Preposto: _____ Advogado: _____ PROCESSO: 00102351520188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Divórcio Consensual em: 28/06/2019 REQUERENTE:VANY ARRAES MARTINS Representante(s): OAB 20872-A - FERNANDO LUIZ GONÇALVES (ADVOGADO) REQUERENTE:JOSE NILTON CALIXTO DE BARROS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0010235-15.2018.8.14.0136 Demandante(s): VANY ARRAIS MARTINS JOSÉ NILTON CALIXTO DE BARROS SENTENÇA (com resolução de mérito) Trata-se de DIVÓRCIO CONSENSUAL envolvendo guarda, alimentos e direito de visita, para o qual as partes requerem homologação judicial, proposta e assinada por ambas as partes, devidamente qualificado(a)(s) nos autos. Documentos juntados às fls. 09-20. Por a demanda envolver interesse de menor incapaz foi deferido vista dos autos para manifestação pelo Ministério Público. O Ministério Público se manifestou de forma favorável à homologação do acordo, por entender estarem preservados os interesses do(s) incapaz(es) às fls. 37. Esse é o relatório, passo a decidir. As partes capazes apresentaram termo de acordo, que segundo manifestação do Ministério Público preserva os interesses do(s) incapaz(es) envolvido(s). Some-se a isso o fato de que o divórcio consensual é ação de jurisdição voluntária, que em certos casos pode ser procedida até de forma extrajudicial. A prova do casamento está presente nos autos, e a intensão das partes em não mais manter o vínculo conjugal foi claramente demonstrada na peça inicial devidamente assinada por ambos. Dispõe a nova redação do art. 226, §6º, da CRFB, dada pela EC 66/2010, que o "casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio", suprimindo, assim, o requisito de prévia separação judicial por mais de 01 (um) ano, ou de comprovada separação de fato por mais de 02 (dois) anos ('mens legis' essa inferível do preâmbulo da própria Emenda Constitucional 66/2010 e que se concatena com a interpretação 'teleológica' da norma). O novel regramento, por sua vez, teve por condão também consubstanciar em potestativo o direito de qualquer dos cônjuges em obter o divórcio. O que já deveria existir na prática, agora é lei. Potestativo é o direito que pode ser exercido por qualquer das partes interessadas, independentemente da vontade da outra, bastando expressar a vontade. Ademais, ninguém pode ser obrigado a manter relação eminentemente afetiva contra sua vontade. Ante todo o exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO CELEBRADO, julgando extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC, AO DECRETAR O

DIVÓRCIO de VANY ARRAIS MARTINS E JOSÉ NILTON CALIXTO DE BARROS, para que surtam todos os efeitos patrimoniais e extrapatrimoniais. As partes declaram que na inicial que não adquiriram bens móveis e imóveis a serem partilhados. O Cônjuge virago não alterou o nome quando do matrimônio. Seja AVERBADO o divórcio junto ao CARTÓRIO DO 1º OFÍCIO DE CANAÃ DOS CARAJÁS/PA - COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS/PA, Certidão de Casamento registrada sob a MATRÍCULA n.º 130443 01 55 2012 3 00001 183 0000183 14. A guarda, direito de visitas e pensão alimentícia do(a)(s) filho(a)(s) ocorrerá na forma acordada, observando que a guarda dos menores permanecerá com a genitora, visto que o genitor, é quem arcará com a pensão alimentícia conforme termos do acordo. Calcule a ULA - (Unidade Local de Arrecadação), eventuais custas finais, devendo, em caso positivo, a parte autora ser intimada para promover o pagamento das custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. Em seguida, diante de eventual inadimplemento, certifique-se e Expeça-se ofício ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará comunicando o débito para que providencie a inscrição em dívida ativa, conforme ofício circular da presidência 009/2016. Observe a Secretaria desta Vara as informações e documentos que devem ser encaminhados em anexo ao Cartório de Registro Civil, atendendo o disposto no Art. 732, I do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, alterado pelo PROVIMENTO CONJUNTO N° 002/2019- CJRMB/CJCI. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE AVERBAÇÃO/INTIMAÇÃO E CITAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL/OFÍCIO/EDITAL CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o Trânsito em julgado, arquive-se. Canaã dos Carajás/PA, 21 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00102736120178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MONICA DOS REIS COSTA Representante(s): OAB 19871 - ALESSANDRA DIAS MARANHAO (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA SA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0010273-61.2017.8.14.0136 DECISÃO Considerando a petição de fl. 112, juntando comprovante de depósito (fl. 113), informando que cumpriu integralmente com a obrigação, INTIME-SE a parte autora, por sua Advogada, para manifestar no prazo de 05(cinco) dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de arquivamento. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00104100920188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:BRE EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS SA Representante(s): OAB 10652-A - ROSEVAL RODRIGUES DA CUNHA FILHO (ADVOGADO) OAB 18265 - JADIR LOIOLA RODRIGUES JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:TARLISON MARQUES DE ANDRADE. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0010410-09.2018.814.0136 DECISÃO A parte autora informa que as custas foram devidamente recolhidas (fls. 122-124). DEFIRO o pedido de fl. 121, inicialmente, relativos a pesquisa de endereço atualizado da parte executada, via sistema BACENJUD e RENAJUD. Promovida a pesquisa, aguarde-se a resposta das instituições bancárias. Intime-se. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 20 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00104213820188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARYA CLARA NASCIMENTO DA CUNHA Representante(s): CASSIA MARCELA DO NASCIMENTO COELHO (REP LEGAL) BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERIDO:IVANILDO ROBERTO DA CUNHA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CIVEL DA COMARCA DE CANAA DOS CARAJÁS Processo nº 0010421-38.2018.8.14.0136 Demandante(s): M.C.N.C., Rep. CASSIA MARCELA DO NASCIMENTO COELHO Demandado (a)(s): IVANILDO ROBERTO DA CUNHA DECISÃO Trata-se de demanda envolvendo EXECUÇÃO DE ALIMENTOS, proposta por M.C.N.C., Rep. CASSIA MARCELA DO NASCIMENTO COELHO em face de seu pai IVANILDO ROBERTO DA CUNHA, todos devidamente qualificados nos autos. A parte autora comprovou com o documento de fl. 12, que existe título executivo judicial (sentença) impondo obrigação alimentar em face do executado. Citado para pagar as 3 últimas parcelas vencidas e as vincendas, o mesmo se manteve inerte, conforme se observa das certidões de fls. 15 e 18. A dívida alimentar até presente mês, neste processo, já totaliza R$2.720,74, SEM CORREÇÕES. É o relatório necessário. Passo a decidir. Sabe-se que em nosso ordenamento jurídico é descabida a prisão de natureza civil, salvo nos casos

excepcionados pela Carta Política de 1988, sendo eles a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável da obrigação alimentícia e do depositário infiel (art. 5°, item LXVII CF/88). A falta de alimentos e de apoio por parte dos responsáveis é situação tão grave que permite a prisão do devedor civil. No caso dos autos, percebe-se que o demandado, responsável pela obrigação alimentar do(a)(s) menor(es), não vem cumprindo com o seu dever. Regularmente citado e intimado o devedor de alimentos não apresentou defesa fazendo prevalecer que está descumprindo sentença judicial sem pagar alimentos. Dessa feita, estando em atraso as três prestações anteriores à citação e as que se venceram no curso desta execução, outra alternativa não resta que não seja a decretação de sua prisão civil, nos termos do que dispõe o art.528, §3º do NCPC (antigo art. 733 § 1° do CPC/1973). Nesse sentido é o entendimento do STJ: HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PRISÃO. DÉBITO QUE SE ESTENDE AO LONGO DO TEMPO. CONSTRIÇÃO QUE SE LIMITA AO ADIMPLEMENTO DAS PRESTAÇÕES MAIS RECENTES. SÚMULA N. 309/STJ. DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR. ORDEM NÃO CONHECIDA. I. O débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o que compreende as três prestações anteriores ao ajuizamento da execução e as que vencerem no curso do processo - Súmula n. 309/STJ. II. Não cabe habeas corpus contra indeferimento liminar por relator de Tribunal (HC n. 35.355/SP, Rel. Min. Humberto Gomes de Barros, 3ª Turma, unânime, DJU de 23.08.2004; HC n. 26.667/PR, Rel. Min. Barros Monteiro, 4ª Turma, unânime, DJU de 22.09.2003). III. Ordem não conhecida. (HC n° 48892/SC - Rel. Min. Aldir Passarinho Júnior - julg. Em 11/04/2006). Diante do exposto, DECRETO A PRISÃO CIVIL do executado IVANILDO ROBERTO DA CUNHA, pelo prazo inicial de 01 (UM) MÊS a contar da prisão, ex vi do que dispõe o art. 5°, LXVII da CF/88, c/c art. 528, §3º do NCPC. Determino ainda a expedição de cópia da presente decisão para que o cartório de títulos efetue o protesto em desfavor do devedor de alimentos. Deve ser expedido o respectivo mandado, incluído no cadastro de mandados do CNJ e deve o preso cumprir REGIME FECHADO, mas em sela separado dos presos comuns, conforme prevê o §4º do art. 528 do NCPC. Intime-se o Ministério Público. Cumpra-se. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA, CARTA POSTAL, ETC, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás/PA, 18 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00108301420188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:DULCINEIA CRISTIANA DE ANDRADE Representante(s): OAB 20950-A - DIOGO CAETANO PADILHA (ADVOGADO) REQUERIDO:RENATO RIBEIRO DE LIMA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0010830-14.2018.8.14.0136 Demandante(s): DULCINEIA CRISTINA DE ANDRADE Demandado(s): RENATO RIBEIRO DE LIMA SENTENÇA (sem resolução de mérito) Trata-se de demanda intitulada de LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA PELO PROCEDIMENTO COMUM, proposta por DULCINEIA CRISTINA DE ANDRADE, em desfavor de RENATO RIBEIRO DE LIMA, identificados e qualificados nos autos, pelos fatos e fundamentos exarados na exordial. Em decisão de fl. 55, foi determinado a intimação da parte autora por seu(a) Advogado(a), para no prazo de 05(cinco) dias, manifestar interesse no feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção. Intimada por seu(a) Advogado(a) habilitado(a) nos autos, via DJ-e/PA, edição n.º 6625/2019, à fl. 55v, quedou-se silente, conforme certidão de fl. 56. Esse é o breve relato, passo a decidir. Percebe-se das folhas acima mencionadas que a parte autora, devidamente intimada por seu Advogado, em nada se manifestou, presumindo que abandonou o processo. Além disso, a demanda encontrava-se parada há mais de 30 dias, sem que a parte autora promovesse qualquer diligência a fim de viabilizar a conclusão do processo. Assim, EXTINGO A PRESENTE DEMANDA, sem resolução de mérito, nos termos do art. 485, III do NCPC. Calcule a ULA - (Unidade Local de Arrecadação), eventuais custas finais, devendo, em caso positivo, a parte deve ser intimada para promover o pagamento das custas no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa. Em seguida, diante de eventual inadimplemento, certifique-se e Expeça-se ofício ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará comunicando o débito para que providencie a inscrição em dívida ativa, conforme ofício circular da presidência 009/2016.Publique-se, registre-se e intime-se. Publique-se, registre-se e intime-se. Após o trânsito em julgado, arquive-se com baixa no sistema. Canaã dos Carajás/PA, 21 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00109153420178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:DULCIVANE FERREIRA DE ARAUJO Representante(s): OAB 20533 - ALEX RODRIGUES SILVEIRA (ADVOGADO) OAB 23588 - LAIS PAIVA CLAUDINO PROTASIO (ADVOGADO) OAB 23927-B - DANIELA MAYANA SILVA DE ARAUJO (ADVOGADO)

REQUERIDO:REAL MAIA TURISMO E CARGAS LTDA EPP Representante(s): OAB 18128 - SIVALDO PEREIRA CARDOSO (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0010915-34.2017.8.14.0136 DECISÃO As partes pugnaram pela realização de audiência de instrução e julgamento (fls. 89-90 e 91). Deste modo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 31/10/2019, às 11:00 horas, onde as partes deverão comparecer acompanhadas de seu(s) Advogado(s), testemunhas e provas, independentemente de rol prévio. Intime-se as testemunhas indicadas à fl. 91, na forma requerida. Intimem-se as partes por seu(s) procurador(es) habilitado(s) nos autos. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00111531920188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JOSE WILSON GOMES DE SOUZA Representante(s): OAB 7873 - MANOEL VERA CRUZ DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERIDO:CENTRAIS ELETRICAS DO PARA CELPA Representante(s): OAB 17515 - ANDRE LUIZ MONTEIRO DE OLIVEIRA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0011153-19.2018.8.14.0136 REQUERENTE(S): JOSÉ WILSON GOMES DE SOUZA REQUERIDO(A): CENTRAIS ELÉTRICAS DO PARÁ TERMO DE AUDIÊNCIA Hoje, dia 27 de junho de 2019, às 09:00 horas, na sala de audiência do fórum desta comarca, onde presente se achava o Exmo. Sr. Dr. DANIEL GOMES COELHO, Juiz de Direito Titular desta 2ª Vara Cível e Empresarial. Feito o pregão, constatou-se presente a parte autora, acompanhada de seu Advogado, Dr. MANOEL VERA CRUZ DOS SANTOS, presente a Requerida, representada por sua Preposta LUCILEIA DOS SANTOS NERY, RG. 5413078-SSP/PA, acompanhada de sua Advogada, Dra. DANIELE DOS SANTOS GALDINO, OAB/CE 34031. Aberta a audiência, o MM. Juiz tentou conciliação, a qual restou infrutífera. Pela ordem, a Advogada da Requerida requer a juntada de contestação, procuração, atos constitutivos e documentos. A seguir o Advogado do Requerente manifestou-se nos termos: MM Juiz, não procede totalmente a defesa da empresa ré, uma vez que não ficou comprovado por perícia o alegado desvio de energia na unidade consumidora. Assim, se requer a procedência da ação, com a devida aplicação da multa determinada pelo Juízo, quando da concessão da medida cautelar, que determinada para que no prazo de 05 dias, fosse efetivada a religação da energia na residência do autor. E, com a aplicação da pena de confissão a reclamada, por não ter apresentado documentação de preposto na audiência de instrução, e julgamento. A seguir o Juiz, deferiu a palavra a parte ré para que se manifeste sob a alegação de descumprimento da decisão liminar, a qual manifestou-se: o motivo que ensejou o corte da unidade consumidora do requerente em razão da fatura de consumo do mês 05/2018, no valor de R$ 386,01 não sendo portanto em razão da fatura CNR discutida nesse processo, pois esta tem como mês de referência 04/2018 e o valor de 3.793,95, nesse caso, não há que se falar em descumprimento de decisão liminar. Passou o MM. Juiz a proferir a seguinte DECISÃO: Defiro o prazo de 05 dias para que a parte ré junte carta de preposição, em nome da preposta LUCILEIA DOS SANTOS NERY, RG. 5412078-SSP/PA, sob pena dos efeitos da revelia. A respeito do descumprimento da liminar, defiro o prazo de 05 dias para a parte autora comprovar o pagamento da fatura de R$ 386,01 e as demais faturas regulares, uma vez que a liminar impede o corte pela fatura impugnada na inicial, com o valor elevado de R$ 3.793,95. Por fim, apesar de ser possível analisar as medidas de urgência, em face do IRDR 0801251-63.2017.8.14.0000, restam suspensas, por meio de decisão deste egrégio Tribunal, todos os processos que envolvam CNR-Consumo não registrado, envolvendo a CELPA. Determino que este e todos os outros processos abrangidos pelo IRDR aguardem em local separado na Secretaria. Intimados os presentes. Eu _____, este digitei e subscrevi. Juiz de Direito: _____ (Daniel Gomes Coêlho) Requerente/Preposto: _____ Advogado: _____ Requerida/Preposta: _____ Advogada:_____ PROCESSO: 00112701020188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:ELIANE FRANCISCA DA SILVA REQUERENTE:CARLOS FERNANDES MARTINS Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 00111270-10.2018.8.14.0136 DESPACHO Vistas ao Ministério Público. Após conclusos para decisão. Canaã dos Carajás, 19 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00112909820188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES

COELHO Ação: Guarda em: 28/06/2019 REQUERENTE:MARIA DE LOURDES FERREIRA DA SILVA Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) MENOR:E. V. S. S. REQUERIDO:ADACICLEIA DA SILVA SOUZA REQUERIDO:SAMUEL SILVA DOS SANTOS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0011290-98.2018.8.14.0136 DECISÃO 1. Defiro o pleito de concessão dos benefícios da assistência judiciária, uma vez que, a princípio, a simples declaração do(a) postulante pessoa física/natural sobre a impossibilidade de arcar com as custas processuais e com os honorários advocatícios sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família, a teor do disposto no art. 99, §3º do NCPC, goza de presunção relativa de veracidade e por si só é suficiente para o deferimento do benefício legal. Ademais, no presente caso não existem elementos de prova contrários, aptos a implicar no indeferimento da gratuidade ou em seu parcelamento/desconto percentual (arts. 98, §§5º e 6º; e 99, §3º, ambos do NCPC). 2. Considerando que na presente comarca não existem núcleos ou servidores voltados à conciliação e mediação, torna-se impossível a observância do rito previsto no NCPC no que tange à audiência prevista no art. 334, razão pela qual a parte ré será citada para apresentação de defesa, na forma do art. 335 e subsequentes do mesmo diploma legal. 3. Da narrativa contida na exordial, percebe-se que o(a) menor possui genitor ou genitora vivo(s), e não se encontra em situação de abandono ou risco de vida. Desta forma, INDEFIRO, por ora, a GUARDA PROVISÓRIA em favor do(a)(s) requerente(s), sobretudo pela ausência dos requisitos da tutela de urgência (fumus boni iuris e o periculum in mora). 4. Designo desde logo audiência de instrução e julgamento para o dia 30/10/2019, às 12:00 horas, onde as partes deverão comparecer acompanhadas do(a) menor, de seus advogados/defensor público, testemunhas e provas, independentemente de rol prévio. 5. Intime-se a parte demandante, e, Cite(m)-se de forma pessoal a(s) parte(s) requerida(s), o ilustre representante do Ministério Público e a Defensoria/Assistência caso esteja atuando no feito. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA, CARTA POSTAL, EDITAL, ETC, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás, 20 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00114303520188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: 28/06/2019 REQUERENTE:FABIO DE JESUS NOGUEIRA Representante(s): OAB 19551 - TALITA REIS MAGALHAES (ADVOGADO) REQUERIDO:LUIZ FERNANDO GOMES LIMA Representante(s): ROMARIA GOMES LIMA (REP LEGAL) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0011430-35.2018.8.14.0136 Demandante(s): FABIO DE JESUS NOGUEIRA Demandado(s): L.F.G.L., Rep. ROMARIA GOMES LIMA SENTENÇA (com resolução de mérito) Trata-se de AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS, para o qual as partes requerem homologação judicial, devidamente qualificado(a)(s) nos autos. A parte demandante propôs em audiência a redução da prestação alimentar de 50% para 31% do salário mínimo, no momento não aceito pela parte ré, que fez uma contraproposta de 40% por cento do salário mínimo. Na mesma audiência ficou a parte ré intimada para ofertar contestação no prazo de 15(quinze) dias. Não obstante, a parte ré por meio da petição de fl. 37, concordou com a redução percentual proposta pela parte autora em audiência, ou seja, de 50% para 31% do salário mínimo. Esse é o relatório, passo a decidir. A parte ré, capaz, aceitou o acordo, para reduzir a pensão alimentícia do menor, de 50% para 31% (trinta e um por cento) do salário mínimo vigente, preservando o interesse do(s) incapaz(es) envolvido(s). Ante todo o exposto, HOMOLOGO POR SENTENÇA O ACORDO CELEBRADO, julgando extinto o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, III, "b" do CPC, para que surtam todos os efeitos patrimoniais e extrapatrimoniais. A pensão alimentícia do(a)(s) filho(a)(s) ocorrerá na forma requerida na inicial. Sem custas, em vista de ser(em) beneficiário(a)(s) de assistência judiciária gratuita. Dê-se ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o Trânsito em julgado, arquive-se. Canaã dos Carajás, 21 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00117537420178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:JAIRES CARNEIRO DE DEUS ARAUJO Representante(s): OAB 144.479 - FERNANDO TORBAY GORAYEB (ADVOGADO) REQUERIDO:JOSE ALEUDO RICARTI CLARES Representante(s): OAB 25530-A - IDELCI FERREIRA DE LIMA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0011753-74.2017.8.14.0136 DECISÃO A parte exequente informa que as custas foram devidamente recolhidas (fls. 51-54). DEFIRO o pedido relativo à penhora e bloqueio via sistema BACENJUD e DETERMINO o bloqueio eletrônico de

valores porventura existentes nas correntes e outras aplicações financeiras do devedor, provisoriamente, de acordo com os cálculos constantes dos autos. Promovido o bloqueio, aguarde-se a resposta das instituições bancárias. Intime-se. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 20 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00117719520178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXEQUENTE:COOPERATIVA DE CREDITO POUPANCA E INVESTIMENTO DO SUDOESTE MT PA Representante(s): OAB 13311 - EDUARDO ALVES MARCAL (ADVOGADO) OAB 21929 - THAIZA SILVA BRITO (ADVOGADO) EXECUTADO:DEILTON PEREIRA DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0011771-95.2017.8.14.0136 DECISÃO A citação por Edital é medida excepcional admitida mediante comprovação de medidas exaurientes voltados à localização do endereço da parte requerida, sob pena de desrespeito aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Deste modo, intime-se a parte autora para no prazo de 05 (cinco) dias, indicar meios de localização atualmente disponíveis. Após, conclusos. Canaã dos Carajás, 18 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00118928920188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Divórcio Litigioso em: 28/06/2019 REQUERENTE:LARISSA OLIVEIRA ESTEVES Representante(s): OAB 25608 - LISSANDRO TAVARES DA COSTA (ADVOGADO) REQUERIDO:MARCOS VINICIUS ROCHA ESTEVES. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0011892-89.2018.8.14.0136 DECISÃO 1. Analisando o contracheque da parte autora juntada à fl. 29, no valor Bruto de R$8.081,16, sem descontos legais, constato a capacidade econômica que permite pagar as custas. 2. Defiro, portanto, o pleito de parcelamento das custas e despesas processuais nos termos da portaria conjunta nº 3/2017-GP/VP/CJRMB/CJCI, publicada no DJE nº 6250/2017, até o máximo de 4 (quatro) parcelas mensais sucessivas, para que sejam recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias. Fica a parte autora advertida que enquanto não houver o pagamento da primeira parcela, nenhum ato processual de interesse da parte beneficiária do parcelamento poderá ser cumprido e que o inadimplemento de qualquer parcela ensejará a automática suspensão do processo. No caso de não pagamento das custas no prazo legal, certifique-se e conclusos. Após comprovado o recolhimento da primeira parcela das custas processuais, dê a Secretaria, prosseguimento no feito. 3. Considerando que na presente comarca não existem núcleos ou servidores voltados à conciliação e mediação, torna-se impossível a observância do rito previsto no NCPC no que tange à audiência prevista no art. 334, razão pela qual a parte ré será citada para apresentação de defesa, na forma do art. 335 e subsequentes do mesmo diploma legal 4. Cite-se a parte ré para querendo contestar no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados na exordial. No mesmo expediente intime-se para comparecimento à audiência abaixo designada, sob as advertências legais. 5. Designo desde logo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 12/11/2019, às 10:00 horas, onde as partes deverão comparecer acompanhadas de seus advogados/defensor público, testemunhas e provas, independentemente de rol prévio. 6. Intime-se a parte demandante, e, de forma pessoal o ilustre representante do Ministério Público e a Defensoria caso esteja atuando no feito. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA/CARTA POSTAL, ETC., CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI. Canaã dos Carajás/PA, 25 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00119121720178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:ADILSON JOSE BELO FRAZAO Representante(s): OAB 20950-A - DIOGO CAETANO PADILHA (ADVOGADO) OAB 25636-B - VINICIUS FERRAZ LIMA (ADVOGADO) REQUERIDO:FENABB FEDERAÇÃO NACIONAL DAS FEDERAÇÕES ATLETICAS DO BANCO DO BRASIL Representante(s): OAB 9754 - ANDREA RAMOS DENSER (ADVOGADO) REQUERIDO:ALIANÇA DO BRASIL CIA DE SEGUROS Representante(s): OAB 9446 - JAIME AUGUSTO FREIRE DE CARVALHO MARQUES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0011912-17.2017.8.14.0136 DECISÃO A parte ré pugnou pela realização de audiência de instrução e julgamento, apresentando rol de testemunhas (fl. 232). Defiro o pedido e designo audiência de instrução e julgamento para o dia 31/10/2019, às 10:00 horas, onde as partes deverão comparecer acompanhadas de seu(s) Advogado(s), testemunhas e provas, independentemente de rol prévio. Intime-se as testemunhas indicadas à fl. 232, na forma requerida. Intimem-se as partes por seu(s) procurador(es) habilitado(s) nos autos. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito

Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00120513220188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:VIVA VIDA COMERCIO DE CONFECCOES LTDA ME Representante(s): OAB 18649 - LAYLLA SILVA MAIA (ADVOGADO) REQUERIDO:MAURA NETA BRITO SALES ME. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0012051-32.2018.8.14.0136 DECISÃO Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 15 / 10 / 2019, às 13:00 horas, neste Juízo. Cite-se a Requerida no endereço fornecido pela Requerente às fls. 22 dos presentes autos. SERVE ESTA DECISÃO COMO OFÍCIO/MANDADO. CUMPRA-SE. Canaã dos Carajás, 18 de junho de 2019 _____ Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito PROCESSO: 00123934320188140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 REQUERENTE:COOPERATIVA DE CREDITO DE LIVRE ADMISSAO DE ASSOCIADOS DO SUDOESTE DE MATO GROSSO Representante(s): OAB 20916-A - ANDRE DE ASSIS ROSA (ADVOGADO) OAB 24479 - LUCIANO SATURNINO DA MOTA (ADVOGADO) REQUERIDO:JS SERVICE LTDA ME. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0012393-43.2018.8.14.0136 DECISÃO Chamo o feito à ordem e em efeito regressivo e exerço o juízo de retratação, nos termos do art. 485, §7º do CPC. Determino a intimação pessoal da parte autora a fim de manifestar no prazo de 05(cinco) dias, para seguir com a marcha processual promovendo o recolhimento das custas e despesas processuais relativas ao mandado de citação e às diligências do Oficial de Justiça, sob pena de extinção sem julgamento do mérito. SERVIRÁ O PRESENTE, POR CÓPIA DIGITADA, COMO MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO/CARTA PRECATÓRIA, CARTA POSTAL, ETC, CONFORME PROVIMENTO 003/2009, alterado pelo PROVIMENTO Nº 011/2009-CJRMB TJE/PA. CUMPRA-SE NA FORMA E SOB AS PENAS DA LEI Canaã dos Carajás/PA, 19 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00125721120178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Divórcio Litigioso em: 28/06/2019 REQUERENTE:S. S. S. Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERIDO:P. R. F. C. Representante(s): OAB 23558-O - WHASHINGTON RENATO RODRIGUES AGUIAR BELEM (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0012572-11.2017.8.14.0136 DECISÃO Defiro o pedido formulado pelo Ministério Público à fl. 53. Deste modo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 30/10/2019, às 13:00 horas, onde as partes deverão comparecer acompanhadas de seu(s) Advogado(s), testemunhas e provas, independentemente de rol prévio. DETERMINO a realização de estudo psicossocial a ser realizado pela Equipe Multidisciplinar desta Comarca, para oitiva da criança, dos requerentes e quem mais a Equipe entender necessário, no prazo de 60(sessenta dias). Dê-se ciência à Defensoria Pública e ao Ministério Público. Intimem-se as partes por seu(s) procurador(es) habilitado(s) nos autos. Canaã dos Carajás, 21 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00125721120178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Divórcio Litigioso em: 28/06/2019 REQUERENTE:S. S. S. Representante(s): BRUNO CURY DE MORAES (DEFENSOR) REQUERIDO:P. R. F. C. Representante(s): OAB 23558-O - WHASHINGTON RENATO RODRIGUES AGUIAR BELEM (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0012572-11.2017.8.14.0136 DECISÃO Defiro o pedido formulado pelo Ministério Público à fl. 53. Deste modo, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 30/10/2019, às 13:00 horas, onde as partes deverão comparecer acompanhadas de seu(s) Advogado(s), testemunhas e provas, independentemente de rol prévio. DETERMINO a realização de estudo psicossocial a ser realizado pela Equipe Multidisciplinar desta Comarca, para oitiva da criança, dos requerentes e quem mais a Equipe entender necessário, no prazo de 60(sessenta dias). Dê-se ciência à Defensoria Pública e ao Ministério Público. Intimem-se as partes por seu(s) procurador(es) habilitado(s) nos autos. Canaã dos Carajás, 21 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00128519420178140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Título Extrajudicial em: 28/06/2019 EXEQUENTE:BANCO DA AMAZONIA SA Representante(s): OAB 18292 - BRUNA CAROLINE BARBOSA PEDROSA (ADVOGADO) OAB 8200-B - ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (ADVOGADO) EXECUTADO:ELLEN CRISTINA GUERRA MACEDO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E

EMPRESARIAL DA COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0012851-94.2017.8.14.0136 DECISÃO A parte exequente informa que as custas foram devidamente recolhidas (fls. 54-56). DEFIRO o pedido relativos a pesquisa de endereço atualizado da parte executada, via sistema BACENJUD. Promovida a pesquisa, aguarde-se a resposta das instituições bancárias. Intime-se. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 20 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00204531020158140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Execução de Alimentos em: 28/06/2019 EXEQUENTE:YAN GABRIEL BOTELHO CUNHA Representante(s): OAB 20801-A - RICARDO GOMES PARÉ (ADVOGADO) OAB 20872-A - FERNANDO LUIZ GONÇALVES (ADVOGADO) REPRESENTANTE:LETICIA DA SILVA CUNHA EXECUTADO:SHAULO BOTELHO FEITOSA Representante(s): OAB 14495 - MARCO ANTONIO SCAFF MANNA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0020453-10.2015.8.14.0136 REQUERENTE(S): Y.G.B.C., Rep. LETÍCIA DA SILVA CUNHA REQUERIDO(A): SHAULO BOTELHO FEITOSA SENTENÇA (com resolução do mérito) Trata-se de ação de AÇÃO DE EXECUÇÃO DE ALIMENTOS, movida por Y.G.B.C., Rep. LETÍCIA DA SILVA CUNHA em face de SHAULO BOTELHO FEITOSA, partes identificadas e já qualificadas na exordial. A parte autora promoveu a juntada de petição às fls. 80-83, informando que houve celebração de acordo extrajudicial referente ao objeto discutido na presente lide. Esse é o relatório, passo a decidir. No presente caso concreto, conclui-se que a manifestação das partes, indicando que houve transação extrajudicial e pleiteando a extinção da demanda, é perfeitamente possível, pois o direito abstrato que se irá extinguir com resolução de mérito pertence à demandante, sem prejudicar direitos de defesa da parte ré. Ante o exposto, nos termos do art. 487, III, b, do NCPC, HOMOLOGO o acordo celebrado, extinguindo o processo com resolução de mérito. Em relação ao pedido de suspensão do processo pelo até o cumprimento integral do acordo, entendo restar prejudicado em razão do decurso do prazo, devendo a parte exequente, em caso de inadimplemento, promover o que entender de direto para ver cumprida a obrigação. Isentos de custas e despesas processuais, face o deferimento da justiça gratuita. Dê-se ciência ao Ministério Público. Publique-se, registre-se, intimem-se e arquive-se com baixa no sistema. Canaã dos Carajás, 21 de junho de 2019. DANIEL GOMES COÊLHO Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00334554720158140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:VALE SA Representante(s): OAB 17905 - ALEXANDRA DA COSTA NEVES (ADVOGADO) REQUERENTE:VALE S/A Representante(s): OAB 12816 - PEDRO BENTES PINHEIRO NETO (ADVOGADO) OAB 20110 - IGOR DINIZ KLAUTAU DE AMORIM FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:INVASORES DA FAZENDA INACIO REQUERIDO:ACAMPAMENTO PLANALTO DA SERRA DOURADA Representante(s): OAB 10611 - JOSE BATISTA GONCALVES AFONSO (ADVOGADO) EDMILSON DE TAL (REP LEGAL) VALDIVINO DE TAL (REP LEGAL) OAB 19428 - ANDREIA APARECIDA SILVERIO DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 22142 - LARISSA GABRIELE DA COSTA TAVARES (ADVOGADO) BIANO DE TAL (REP LEGAL) RENATO DE TAL (REP LEGAL) CLEILSON DE TAL (REP LEGAL) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0033455-47.2015.8.14.0136 DECISÃO Ciente do recurso de Agravo de Instrumento interposto. Mantenho a decisão de fls. 195 em todos os seus termos e fundamentos. Certifique-se esta secretaria se o agravo foi julgado ou se foi conferida liminar com efeito suspensivo, em caso negativo, cumpra-se com as determinações da decisão de fl. 195. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 23 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00394521120158140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Reintegração / Manutenção de Posse em: 28/06/2019 REQUERENTE:VALE SA Representante(s): OAB 12816 - PEDRO BENTES PINHEIRO NETO (ADVOGADO) OAB 17905 - ALEXANDRA DA COSTA NEVES (ADVOGADO) OAB 20110 - IGOR DINIZ KLAUTAU DE AMORIM FERREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:INVASORES DA FAZENDA BOA SORTE III Representante(s): OAB 10611 - JOSE BATISTA GONCALVES AFONSO (ADVOGADO) OAB 19428 - ANDREIA APARECIDA SILVERIO DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 22142 - LARISSA GABRIELE DA COSTA TAVARES (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2 VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo(s) nº 0039452-11.2015.8.14.0136 DECISÃO Ciente do recurso de Agravo de Instrumento interposto. Mantenho a decisão de fls. 176 em todos os seus termos e fundamentos. Certifique-se esta secretaria se o agravo foi julgado ou se foi conferida liminar com efeito suspensivo, em caso negativo, cumpra-se com as determinações da decisão de fl. 176. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 23 de junho de

2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00884718320158140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Processo de Execução em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCO DA AMAZÔNIA S/A Representante(s): OAB 8562 - ROSIMAR SOCORRO DE SOUZA RAMOS (ADVOGADO) OAB 18292 - BRUNA CAROLINE BARBOSA PEDROSA (ADVOGADO) OAB 8200-B - ROBERTO BRUNO ALVES PEDROSA (ADVOGADO) REQUERIDO:ANA LÚCIA NASCIMENTO DE OLIVEIRA REQUERIDO:MARCOS ANTONIO DO NASCIMENTO OLIVEIRA REQUERIDO:JOSEILTON DO NASCIMENTO OLIVEIRA Representante(s): OAB 22227-A - JOATAN TORRES CARVALHO JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:INDUSTRIA E COMERCIO LATICINIO CANAA LTDA ME. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0088471-83.2015.8.14.0136 DECISÃO Defiro o pedido de fls. 149. Intime-se a parte exequente para promover o recolhimento das custas respectivas no prazo de 05(cinco) dias. Após, conclusos. Intime-se. Cumpra-se. Canaã dos Carajás, 20 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 01224771920158140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): DANIEL GOMES COELHO Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:IRACEMA CONCEICAO OLIVEIRA Representante(s): OAB 20801-A - RICARDO GOMES PARÉ (ADVOGADO) OAB 20872-A - FERNANDO LUIZ GONÇALVES (ADVOGADO) REQUERIDO:OI SA Representante(s): OAB 13866-A - ELADIO MIRANDA LIMA (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ 2ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DE CANAÃ DOS CARAJÁS Processo nº 0122477-19.2015.8.14.0136 DECISÃO Considerando o teor da Impugnação ao cumprimento de sentença de fls. 148-153, intime-se a parte exequente por meio do(s) seu(s) Advogado(s), via DJ-e, para responder no prazo de 15 (quinze) dias. Após, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos. Canaã dos Carajás, 20 de junho de 2019. Daniel Gomes Coêlho Juiz de Direito Titular da 2ª Vara Cível e Empresarial de Canaã dos Carajás PROCESSO: 00025355120198140136 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Busca e Apreensão em: AUTOR: A. J. S. REU: P. S. C. S. MENOR: V. M. C. S.

COMARCA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO DOMINGOS DO CAPIM

SECRETARIA DA VARA UNICA DE SAO DOMINGOS DO CAPIM

VARA: VARA UNICA DE SAO DOMINGOS DO CAPIM

PROCESSO: 00001365120128140052

VITIMA: F. Y. S.

DENUNCIADO: A. S. F.

VITIMA: M. R. B. S.

DENUNCIADO: L. A. C.

Representante(s):

OAB 20071 - EUGENIO DIAS DOS SANTOS (ADVOGADO)

DECISÃO

R.H.

Passo ao saneamento:

1 ¿ CITE-SE PESSOALMENTE O RÉU L. A. C. que está custodiado .... para tomar ciência dos termos desta acusação, tudo na forma do artigo 396 e 396-A ¿ CPP;

2 ¿ Após, intimem-se o seu advogado de defesa via DJE para ratificar ou não sua defesa preliminar.

3 ¿ Expeça-se Carta Precatória para oitiva das testemunhas de acusação cujos dados e endereços estão de fls. 281.

4 ¿ Sem prejuízo, designo audiência para a oitiva das testemunhas de defesa arroladas de fls. 315 que comparecerão independente de intimação, conforme dito e também para interrogatório do réu L. A. C., sendo este deverá ser REQUISITADO junto ao local onde está preso, PARA O DIA 24 DE SETEMBRO DE 2019 ÀS 08:30.

São Domingos do Capim, 28 de maio de 2019.

LUIZ GUSTAVO VIOLA CARDOSO

Juiz de Direito Titular

COMARCA DE ALMERIM

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ALMERIM

RESENHA: 26/06/2019 A 26/06/2019 - GABINETE DA VARA UNICA DE ALMEIRIM - VARA: VARA UNICA DE ALMEIRIM PROCESSO: 00000120720018140004 PROCESSO ANTIGO: 200110000300 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 AUTOR:JOSE MARIA MARTINS DA SILVA Representante(s): OAB 7036 - CARLOS BENEDITO MORAES (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALMEIRIM - PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 14671 - JOSE FERNANDO SANTOS DOS SANTOS (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00000412720198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:A. A. S. M. DENUNCIADO:ADISOM SOARES PINHEIRO Representante(s): OAB 27303 - EDER DOS SANTOS BEZERRA (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIADO:PATRICK DE OLIVEIRA TOSCANO Representante(s): OAB 6469 - ARIOSTO CARDOSO PAES JUNIOR (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO. DECISÃO Apresentada resposta à acusação em favor do(s) acusado(s), verifico a inexistência de causas que autorizem a absolvição sumária, motivo pelo qual MANTENHO o recebimento da denúncia, uma vez que a defesa não arguiu qualquer matéria que me convencesse a reconsiderar o recebimento da peça acusatória, notadamente as matérias ventiladas no art. 397 do CPP. Deste modo, DETERMINO: a) Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 30/09/2019 às 10 horas e 30 minutos; b) Intimem-se, o(s) a(s) acusado(s), pessoalmente se solto(s) e/ou através da publicação da data da audiência por meio de edital, caso esteja(m) em local incerto e/ou não sabido, de tal modo, conforme requerido pelo(a) Representante do MP; c) Intimem-se as testemunhas de acusação e de defesa, conforme requerido; d) Oficie-se ao Sistema Carcerário e/ou DEPOL para apresentação do(s) acusado(s) e respectiva(s) testemunha(s) caso esteja(m) custodiada(s); e) Oficie-se à Polícia Civil e ou Militar, caso as testemunhas sejam policiais; f) Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CREAS, caso a(s) vítima(s) seja(m) menor(es) de 18 (dezoito) anos; g) Intime-se a Defensoria Pública, caso o(s) a(s) autor(es) sejam por ela representado(s); h) Intime-se o(s) advogado(s) constituído, caso haja, por meio de publicação no DJe; i) Dê ciência ao Ministério Público, com vistas dos autos; Intime-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Expeça-se o que for necessário, do mesmo modo, carta precatória para oitiva das testemunhas que morem fora desta jurisdição nos termos do art. 222 do CPP, para qual, fixo o prazo razoável de 60 (sessenta) dias para cumprimento, sendo necessário, prorrogável pelo juízo deprecado. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00000890620078140004 PROCESSO ANTIGO: 200710000677 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERIDO:FUNDACAO HOSPITALAR VALE DO JARI - FUNVALE Representante(s): OAB 1747 - ELIAS PINHEIRO MOREIRA NETO (ADVOGADO) REQUERENTE:ELON F. DE AGUIAR - ME Representante(s): OAB 10366 - ALCIDES DA SILVEIRA SANTOS C. SOBRINHO (ADVOGADO) OAB 15994 - ALVARO CAJADO DE AGUIAR (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00001719520118140004 PROCESSO ANTIGO: 201110001116 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALMEIRIM - PREFEITURA

MUNICIPAL REQUERENTE:ANA MARIA VALENTE DOS SANTOS Representante(s): OAB 386/AP - MARCIO VALERIO PICANCO REGO (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00002394520118140004 PROCESSO ANTIGO: 201110001504 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:REGIANE CRISTINA CARNEIRO MARQUES Representante(s): OAB 10185 - ANTONIO DOS SANTOS PAES (ADVOGADO) OAB 386/AP - MARCIO VALERIO PICANCO REGO (ADVOGADO) REQUERIDO:FUNVALE - FUNDACAO HOSPITALAR VALE DO JARI Representante(s): OAB 10185 - ANTONIO DOS SANTOS PAES (ADVOGADO) ISLA TAIANE SANTANA LIMA (ADVOGADO) OAB 21552 - SUSANA MARTINS SANTOS (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00003803020128140004 PROCESSO ANTIGO: 201210001925 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:REINALDO DE ABREU PAIVA Representante(s): OAB 10185 - ANTONIO DOS SANTOS PAES (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALMEIRIM PREFEITURA MUNICIPAL. DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00004181820078140004 PROCESSO ANTIGO: 200710003598 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALMEIRIM - PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 23635 - IVO JORDAN VERAS DOS SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE:MIGUEL NICOLAU BEZERRA Representante(s): OAB 10185 - ANTONIO DOS SANTOS PAES (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00004408120048140004 PROCESSO ANTIGO: 200410000133 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:MARIA DA COSTA BALIEIRO Representante(s): OAB 10185 - ANTONIO DOS SANTOS PAES (ADVOGADO) REQUERENTE:ADREANE DO SOCORRO DA COSTA BALIEIRO REQUERENTE:ADNALDO GAMA BALIEIRO REQUERENTE:ARINALDO GAMA BALIEIRO Representante(s): HERON DE SOUSA COELHO (ADVOGADO) REQUERENTE:ANTONIO SERGIO GAMA BALIEIRO REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALMEIRIM - PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 14671 - JOSE FERNANDO SANTOS DOS SANTOS (ADVOGADO) OAB 17343 - EMANUEL CLAUDIO TAVARES ARAUJO (ADVOGADO) ADVOGADO:HERON DE SOUSA COELHO. DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00005235320118140004 PROCESSO ANTIGO: 201120002146 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 26/06/2019 DENUNCIADO:ROBSON FERREIRA VIANA

Representante(s): OAB 13739 - KAROL SARGES SOUZA (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:F. C. V. DENUNCIADO:GENILSON PALHETA VIANA, VULGO DODOSO AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Apresentada resposta à acusação em favor do(s) acusado(s), verifico a inexistência de causas que autorizem a absolvição sumária, assim, não obstante o disposto no art. 409, do CPP, tendo em vista que não foram apresentados documentos ou suscitada qualquer preliminar na resposta escrita, entendo desnecessária a abertura de vista ao Ministério Público, que tomará ciência da peça defensiva quando intimado para a audiência, motivo pelo qual MANTENHO o recebimento da denúncia, uma vez que a defesa não arguiu qualquer matéria que me convencesse a reconsiderar o recebimento da peça acusatória. Deste modo, DETERMINO: a) Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 01/10/2019 às 08 horas e 30 minutos; b) Intimem-se, o(s) a(s) acusado(s), pessoalmente se solto(s) e/ou através da publicação da data da audiência por meio de edital, caso esteja(m) em local incerto e/ou não sabido, de tal modo, conforme requerido pelo(a) Representante do MP; c) Intimem-se as testemunhas de acusação e de defesa, conforme requerido; d) Oficie-se ao Sistema Carcerário e/ou DEPOL para apresentação do(s) acusado(s) e respectiva(s) testemunha(s) caso esteja(m) custodiada(s); e) Oficie-se à Polícia Civil e ou Militar, caso as testemunhas sejam policiais; f) Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CREAS, caso a(s) vítima(s) seja(m) menor(es) de 18 (dezoito) anos; g) Intime-se a Defensoria Pública, caso o(s) a(s) autor(es) sejam por ela representado(s); h) Intime-se o(s) advogado(s) constituído, caso haja, por meio de publicação no DJe; i) Dê ciência ao Ministério Público, com vistas dos autos; Intime-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Expeça-se o que for necessário, do mesmo modo, carta precatória para oitiva das testemunhas que morem fora desta jurisdição nos termos do art. 222 do CPP, para qual, fixo o prazo razoável de 60 (sessenta) dias para cumprimento, sendo necessário, prorrogável pelo juízo deprecado. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00005905720078140004 PROCESSO ANTIGO: 20071000507 3 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALMEIRIM PREFEITURA MUNICIPAL REQUERENTE:MARIA DE NAZARE MUNIZ Representante(s): OAB 10185 - ANTONIO DOS SANTOS PAES (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00006016620198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 26/06/2019 VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:F. P. T. DENUNCIADO:KLEBER DE JESUS REIS DA GAMA DENUNCIADO:MANOEL RAIMUNDO DA SILVA JUNIOR DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, dando o(s) denunciado(s) como incurso nas sanções do tipo penal declinado na peça acusatória Deste modo, DETERMINO: 1. CITEM-SE o(s) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que poderá(ao) fazer arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 2. Após a(s) resposta(s) à acusação ou não apresentada(s) a(s) resposta(s) no prazo legal, assim como, caso o(s) denunciado(s) informe(m) ao oficial de justiça que não tenham condições de pagar(em) advogado(s) particular(es) e/ou o interesse de ser(em) representado(s) pela Defensoria Pública, RETORNEM-ME OS AUTOS CONCLUSOS ante a ausência de Representante deste órgão defensor nesta Comarca. 3. Advirto que o OFICIAL DE JUSTIÇA deverá certificar se o(s) acusado(s) tem interesse em constituir advogado particular ou se pretende ser patrocinado pela defensoria pública. 4. Expeça-se o necessário, sendo o caso, inclusive carta precatória em caso de residência fora desta jurisdição. 5. Não logrando êxito, DÊ-SE VISTA DOS AUTOS AO MP, nos termos do Prov. 006/2009 e 008/2014, ambos do CJRMB, conjuntamente com Prov. 006/2009 da CJCI. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal fim, assim, CUMPRA-SE. Intime-se e Publique-se, com a cautela devida. Registre-se. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de

Almeirim PROCESSO: 00007061420178140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:FABIANO DE OLIVEIRA RODRIGUES Representante(s): OAB 10185 - ANTONIO DOS SANTOS PAES (ADVOGADO) VITIMA:M. R. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DECISÃO Apresentada resposta à acusação em favor do(s) acusado(s), verifico a inexistência de causas que autorizem a absolvição sumária, motivo pelo qual MANTENHO o recebimento da denúncia, uma vez que a defesa não arguiu qualquer matéria que me convencesse a reconsiderar o recebimento da peça acusatória, notadamente as matérias ventiladas no art. 397 do CPP. Deste modo, DETERMINO: a) Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02/10/2019 às 11 horas e 30 minutos; b) Intimem-se, o(s) a(s) acusado(s), pessoalmente se solto(s) e/ou através da publicação da data da audiência por meio de edital, caso esteja(m) em local incerto e/ou não sabido, de tal modo, conforme requerido pelo(a) Representante do MP; c) Intimem-se as testemunhas de acusação e de defesa, conforme requerido; d) Oficie-se ao Sistema Carcerário e/ou DEPOL para apresentação do(s) acusado(s) e respectiva(s) testemunha(s) caso esteja(m) custodiada(s); e) Oficie-se à Polícia Civil e ou Militar, caso as testemunhas sejam policiais; f) Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CREAS, caso a(s) vítima(s) seja(m) menor(es) de 18 (dezoito) anos; g) Intime-se a Defensoria Pública, caso o(s) a(s) autor(es) sejam por ela representado(s); h) Intime-se o(s) advogado(s) constituído, caso haja, por meio de publicação no DJe; i) Dê ciência ao Ministério Público, com vistas dos autos; Intime-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Expeça-se o que for necessário, do mesmo modo, carta precatória para oitiva das testemunhas que morem fora desta jurisdição nos termos do art. 222 do CPP, para qual, fixo o prazo razoável de 60 (sessenta) dias para cumprimento, sendo necessário, prorrogável pelo juízo deprecado. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00007869020088140004 PROCESSO ANTIGO: 200810005692 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALMEIRIM - PREFEITURA MUNICIPAL REQUERENTE:GEOVANA DE SOUSA FELIPE Representante(s): KAROL SARGES (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00008298520128140004 PROCESSO ANTIGO: 201210004458 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERIDO:FUNDACAO HOSPITALAR VALE DO JARI - FUNVALE REQUERENTE:THAYANA SOUSA DA SILVA CORREA Representante(s): OAB 14335 - TATIANA SOUSA DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALMEIRIM PREFEITURA MUNICIPAL. DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00010021720098140004 PROCESSO ANTIGO: 200910007267 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALMEIRIM - PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 21552 - SUSANA MARTINS SANTOS (ADVOGADO) REQUERENTE:E. D. DA S. LUZ - DROGARIA MILLAMED Representante(s): OAB 10185 - ANTONIO DOS SANTOS PAES (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00010449020148140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:ALCIJANE PEREIRA DA CRUZ Representante(s): OAB 11658 - ELCIO MARCELO QUEIROZ RAMOS (ADVOGADO) OAB 19181 - IB SALES TAPAJOS

(ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALMEIRIM. DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00011767420198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:R. M. B. DENUNCIADO:EVERSON LUAN GONZAGA BENICIO DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, dando o(s) denunciado(s) como incurso nas sanções do tipo penal declinado na peça acusatória Deste modo, DETERMINO: 1. CITEM-SE o(s) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que poderá(ao) fazer arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 2. Após a(s) resposta(s) à acusação ou não apresentada(s) a(s) resposta(s) no prazo legal, assim como, caso o(s) denunciado(s) informe(m) ao oficial de justiça que não tenham condições de pagar(em) advogado(s) particular(es) e/ou o interesse de ser(em) representado(s) pela Defensoria Pública, RETORNEM-ME OS AUTOS CONCLUSOS ante a ausência de Representante deste órgão defensor nesta Comarca. 3. Advirto que o OFICIAL DE JUSTIÇA deverá certificar se o(s) acusado(s) tem interesse em constituir advogado particular ou se pretende ser patrocinado pela defensoria pública. 4. Expeça-se o necessário, sendo o caso, inclusive carta precatória em caso de residência fora desta jurisdição. 5. Não logrando êxito, DÊ-SE VISTA DOS AUTOS AO MP, nos termos do Prov. 006/2009 e 008/2014, ambos do CJRMB, conjuntamente com Prov. 006/2009 da CJCI. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal fim, assim, CUMPRA-SE. Intime-se e Publique-se, com a cautela devida. Registre-se. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00012541520128140004 PROCESSO ANTIGO: 201210007080 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERIDO:SKY DO BRASIL SERVICOS LTDA Representante(s): OAB 12724 - GUSTAVO FREIRE DA FONSECA (ADVOGADO) REQUERENTE:CARLOS MAX DA SILVA AGUILA Representante(s): OAB 10185 - ANTONIO DOS SANTOS PAES (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00013421420168140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 VITIMA:M. S. F. DENUNCIADO:DOUGLAS LIMA DOS SANTOS DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, dando o(s) denunciado(s) como incurso nas sanções do tipo penal declinado na peça acusatória Deste modo, DETERMINO: 1. CITEM-SE o(s) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que poderá(ao) fazer arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 2. Após a(s) resposta(s) à acusação ou não apresentada(s) a(s) resposta(s) no prazo legal, assim como, caso o(s) denunciado(s) informe(m) ao oficial de justiça que não tenham condições de pagar(em) advogado(s) particular(es) e/ou o interesse de ser(em) representado(s) pela Defensoria Pública, RETORNEM-ME OS AUTOS CONCLUSOS ante a ausência de Representante deste órgão defensor nesta Comarca. 3. Advirto que o OFICIAL DE JUSTIÇA deverá certificar se o(s) acusado(s) tem interesse em constituir advogado particular ou se pretende ser patrocinado pela defensoria pública. 4. Expeça-se o necessário, sendo o caso, inclusive carta precatória

em caso de residência fora desta jurisdição. 5. Não logrando êxito, DÊ-SE VISTA DOS AUTOS AO MP, nos termos do Prov. 006/2009 e 008/2014, ambos do CJRMB, conjuntamente com Prov. 006/2009 da CJCI. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal fim, assim, CUMPRA-SE. Intime-se e Publique-se, com a cautela devida. Registre-se. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00013814020188140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 26/06/2019 DENUNCIADO:HIGO ARAUJO SARRAFF Representante(s): OAB 6469 - ARIOSTO CARDOSO PAES JUNIOR (ADVOGADO) VITIMA:R. S. N. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO. DECISÃO Apresentada resposta à acusação em favor do(s) acusado(s), verifico a inexistência de causas que autorizem a absolvição sumária, assim, não obstante o disposto no art. 409, do CPP, tendo em vista que não foram apresentados documentos ou suscitada qualquer preliminar na resposta escrita, entendo desnecessária a abertura de vista ao Ministério Público, que tomará ciência da peça defensiva quando intimado para a audiência, motivo pelo qual MANTENHO o recebimento da denúncia, uma vez que a defesa não arguiu qualquer matéria que me convencesse a reconsiderar o recebimento da peça acusatória. Deste modo, DETERMINO: a) Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 01/10/2019 às 09 horas e 30 minutos; b) Intimem-se, o(s) a(s) acusado(s), pessoalmente se solto(s) e/ou através da publicação da data da audiência por meio de edital, caso esteja(m) em local incerto e/ou não sabido, de tal modo, conforme requerido pelo(a) Representante do MP; c) Intimem-se as testemunhas de acusação e de defesa, conforme requerido; d) Oficie-se ao Sistema Carcerário e/ou DEPOL para apresentação do(s) acusado(s) e respectiva(s) testemunha(s) caso esteja(m) custodiada(s); e) Oficie-se à Polícia Civil e ou Militar, caso as testemunhas sejam policiais; f) Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CREAS, caso a(s) vítima(s) seja(m) menor(es) de 18 (dezoito) anos; g) Intime-se a Defensoria Pública, caso o(s) a(s) autor(es) sejam por ela representado(s); h) Intime-se o(s) advogado(s) constituído, caso haja, por meio de publicação no DJe; i) Dê ciência ao Ministério Público, com vistas dos autos; Intime-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Expeça-se o que for necessário, do mesmo modo, carta precatória para oitiva das testemunhas que morem fora desta jurisdição nos termos do art. 222 do CPP, para qual, fixo o prazo razoável de 60 (sessenta) dias para cumprimento, sendo necessário, prorrogável pelo juízo deprecado. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00015257720198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:N. S. C. DENUNCIADO:GILBERTO MONTEIRO DE BRITO DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, dando o(s) denunciado(s) como incurso nas sanções do tipo penal declinado na peça acusatória Deste modo, DETERMINO: 1. CITEM-SE o(s) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que poderá(ao) fazer arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 2. Após a(s) resposta(s) à acusação ou não apresentada(s) a(s) resposta(s) no prazo legal, assim como, caso o(s) denunciado(s) informe(m) ao oficial de justiça que não tenham condições de pagar(em) advogado(s) particular(es) e/ou o interesse de ser(em) representado(s) pela Defensoria Pública, RETORNEM-ME OS AUTOS CONCLUSOS ante a ausência de Representante deste órgão defensor nesta Comarca. 3. Advirto que o OFICIAL DE JUSTIÇA deverá certificar se o(s) acusado(s) tem interesse em constituir advogado particular ou se pretende ser patrocinado pela defensoria pública. 4. Expeça-se o necessário, sendo o caso, inclusive carta precatória em caso de residência fora desta jurisdição. 5. Não logrando êxito, DÊ-SE VISTA DOS AUTOS AO MP, nos termos do Prov. 006/2009 e 008/2014, ambos do CJRMB, conjuntamente com Prov. 006/2009 da CJCI. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal fim, assim, CUMPRA-SE. Intime-se e Publique-se, com a cautela devida. Registre-se. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00015638920198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 VITIMA:J. C. B.

DENUNCIADO:SEBASTIAO SOARES CARVALHO DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, dando o(s) denunciado(s) como incurso nas sanções do tipo penal declinado na peça acusatória Deste modo, DETERMINO: 1. CITEM-SE o(s) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que poderá(ao) fazer arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 2. Após a(s) resposta(s) à acusação ou não apresentada(s) a(s) resposta(s) no prazo legal, assim como, caso o(s) denunciado(s) informe(m) ao oficial de justiça que não tenham condições de pagar(em) advogado(s) particular(es) e/ou o interesse de ser(em) representado(s) pela Defensoria Pública, RETORNEM-ME OS AUTOS CONCLUSOS ante a ausência de Representante deste órgão defensor nesta Comarca. 3. Advirto que o OFICIAL DE JUSTIÇA deverá certificar se o(s) acusado(s) tem interesse em constituir advogado particular ou se pretende ser patrocinado pela defensoria pública. 4. Expeça-se o necessário, sendo o caso, inclusive carta precatória em caso de residência fora desta jurisdição. 5. Não logrando êxito, DÊ-SE VISTA DOS AUTOS AO MP, nos termos do Prov. 006/2009 e 008/2014, ambos do CJRMB, conjuntamente com Prov. 006/2009 da CJCI. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal fim, assim, CUMPRA-SE. Intime-se e Publique-se, com a cautela devida. Registre-se. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00015647420198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:O. C. S. DENUNCIADO:HILAIR MOREIRA DE SOUZA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, dando o(s) denunciado(s) como incurso nas sanções do tipo penal declinado na peça acusatória Deste modo, DETERMINO: 1. CITEM-SE o(s) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que poderá(ao) fazer arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 2. Após a(s) resposta(s) à acusação ou não apresentada(s) a(s) resposta(s) no prazo legal, assim como, caso o(s) denunciado(s) informe(m) ao oficial de justiça que não tenham condições de pagar(em) advogado(s) particular(es) e/ou o interesse de ser(em) representado(s) pela Defensoria Pública, RETORNEM-ME OS AUTOS CONCLUSOS ante a ausência de Representante deste órgão defensor nesta Comarca. 3. Advirto que o OFICIAL DE JUSTIÇA deverá certificar se o(s) acusado(s) tem interesse em constituir advogado particular ou se pretende ser patrocinado pela defensoria pública. 4. Expeça-se o necessário, sendo o caso, inclusive carta precatória em caso de residência fora desta jurisdição. 5. Não logrando êxito, DÊ-SE VISTA DOS AUTOS AO MP, nos termos do Prov. 006/2009 e 008/2014, ambos do CJRMB, conjuntamente com Prov. 006/2009 da CJCI. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal fim, assim, CUMPRA-SE. Intime-se e Publique-se, com a cautela devida. Registre-se. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00017024120198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Carta Precatória Criminal em: 26/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DA QUARTA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE MACAPA AP AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO AMAPA REU:FRANCELE LIMA DE SOUZA. Processo: 0001702-41.2019.8.14.0004. Classe: Carta Precatória Criminal. Processo de Origem: 0022127-75.2017.8.03.0001. Juízo Deprecante: 4ª Vara Criminal da Comarca de Macapá. Réus: Francele Lima de Souza e Outros. Advogada: Dra. Nilza Maria Magalhães Correa - OAB/AP 416. DESPACHO R.H. Em face a impossibilidade de cumprimento da Carta Precatória, conforme certidão de fl. 123-verso, devolva-se ao Juízo Deprecante com homenagens desta Magistrada. Dê-se baixa. Almeirim - Pará, 26 de Junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00023854920178140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação:

Ação Penal - Procedimento Sumário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:CARLOS DA COSTA SANTANA Representante(s): OAB 26035 - RIALDO VALENTE FREIRE (ADVOGADO) VITIMA:J. C. S. . DESPACHO Considerando a necessidade de readequação de pauta para a designação de sessão do tribunal do júri, redesigno a audiência designada à fl. 55 para o dia 26/11/2019, às 09:30 horas. Assim sendo, DETERMINO: a) Intimem-se, o(s) a(s) acusado(s), pessoalmente se solto(s) e/ou através da publicação da data da audiência por meio de edital, caso esteja(m) em local incerto e/ou não sabido, de tal modo, conforme requerido pelo(a) Representante do MP; b) Intimem-se as testemunhas de acusação e de defesa, conforme requerido; c) Oficie-se ao Sistema Carcerário e/ou DEPOL para apresentação do(s) acusado(s) e respectiva(s) testemunha(s) caso estejam custodiada(s); d) Oficie-se à Polícia Civil e ou Militar, caso as testemunhas sejam policiais; e) Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CREAS, caso a(s) vítima(s) seja(m) menor(es) de 18 (dezoito) anos; f) Intime-se a Defensoria Pública, caso o(s) a(s) autor(es) sejam por ela representado(s); g) Intime-se o(s) advogado(s) por meio de publicação no DJe; h) Dê ciência ao Ministério Público, com vistas dos autos. Expeça-se o que for necessário, do mesmo modo, carta precatória para oitiva das testemunhas que morem fora desta jurisdição, nos termos do art. 222 do CPP, para qual, fixo o prazo razoável de 60 (sessenta) dias para cumprimento, sendo necessário, poderá ser prorrogado pelo juízo deprecado. Expeça-se o que for necessário. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00028880220198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Carta Precatória Criminal em: 26/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ANANINDEUA ACUSADO:ADALBERTO ARAUJO DA SILVA. Processo: 0002888-02.2019.8.14.0004. Classe: Carta Precatória Criminal. Processo de Origem: 0005095-92.2010.8.14.0006. Juízo Deprecante: Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Ananindeua. Réu: Adalberto Araújo da Silva. Advogado: Defensoria Pública. DESPACHO R.H. Em face a impossibilidade de cumprimento da Carta Precatória, conforme certidão de fl. 08-verso, devolva-se ao Juízo Deprecante com homenagens desta Magistrada. Dê-se baixa. Almeirim - Pará, 26 de Junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00030933620168140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 26/06/2019 REQUERENTE:MARIA DE NAZARE SANCHES DIAS Representante(s): OAB 24271 - JOSE CARLOS DA SILVA BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:INSS INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL. DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00031667120178140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:C. J. D. A. DENUNCIADO:LEANDRO DUTRA ANDRADE VULGO SAPO DENUNCIADO:BETO JUNIOR DUTRA ANDRADE VULGO BELO DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, dando o(s) denunciado(s) como incurso nas sanções do tipo penal declinado na peça acusatória Deste modo, DETERMINO: 1. CITEM-SE o(s) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que poderá(ao) fazer arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 2. Após a(s) resposta(s) à acusação ou não apresentada(s) a(s) resposta(s) no prazo legal, assim como, caso o(s) denunciado(s) informe(m) ao oficial de justiça que não tenham condições de pagar(em) advogado(s) particular(es) e/ou o interesse de ser(em) representado(s) pela Defensoria Pública, RETORNEM-ME OS AUTOS CONCLUSOS ante a ausência de Representante deste órgão defensor nesta Comarca. 3. Advirto que o OFICIAL DE JUSTIÇA deverá certificar se o(s) acusado(s) tem interesse em constituir advogado particular ou se pretende ser patrocinado pela defensoria pública. 4. Expeça-se o necessário, sendo o caso, inclusive carta precatória em caso de residência fora desta jurisdição. 5. Não logrando êxito, DÊ-SE VISTA DOS AUTOS AO MP, nos termos do Prov. 006/2009 e 008/2014, ambos do CJRMB, conjuntamente com Prov. 006/2009 da CJCI. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional

da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal fim, assim, CUMPRA-SE. Intime-se e Publique-se, com a cautela devida. Registre-se. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00035677520148140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:PAULO ROBSON COSTA DA SILVA VULGO TICO TICO Representante(s): OAB 6469 - ARIOSTO CARDOSO PAES JUNIOR (ADVOGADO) VITIMA:S. S. A. . DESPACHO Considerando a necessidade de readequação de pauta para a designação de sessão do tribunal do júri, redesigno a audiência designada à fl. 55 para o dia 26/11/2019, às 11:00 horas. Assim sendo, DETERMINO: a) Intimem-se, o(s) a(s) acusado(s), pessoalmente se solto(s) e/ou através da publicação da data da audiência por meio de edital, caso esteja(m) em local incerto e/ou não sabido, de tal modo, conforme requerido pelo(a) Representante do MP; b) Intimem-se as testemunhas de acusação e de defesa, conforme requerido; c) Oficie-se ao Sistema Carcerário e/ou DEPOL para apresentação do(s) acusado(s) e respectiva(s) testemunha(s) caso estejam custodiada(s); d) Oficie-se à Polícia Civil e ou Militar, caso as testemunhas sejam policiais; e) Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CREAS, caso a(s) vítima(s) seja(m) menor(es) de 18 (dezoito) anos; f) Intime-se a Defensoria Pública, caso o(s) a(s) autor(es) sejam por ela representado(s); g) Intime-se o(s) advogado(s) por meio de publicação no DJe; h) Dê ciência ao Ministério Público, com vistas dos autos. Expeça-se o que for necessário, do mesmo modo, carta precatória para oitiva das testemunhas que morem fora desta jurisdição, nos termos do art. 222 do CPP, para qual, fixo o prazo razoável de 60 (sessenta) dias para cumprimento, sendo necessário, poderá ser prorrogado pelo juízo deprecado. INTIME-SE o advogado de defesa, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, com base no art. 104 do CPC/2015, junte respectivo(s) mandato(s), uma vez que assim requereu ou não fez. Restando apresentado o instrumento procuratório, FAÇA-SE constar no sistema de gestão de processo judicial LIBRA. Expeça-se o que for necessário. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00039785520138140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:JUCINEIDE TELES PEREIRA Representante(s): OAB 10185 - ANTONIO DOS SANTOS PAES (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALMEIRIM - PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 1747 - ELIAS PINHEIRO MOREIRA NETO (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00040694320168140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 26/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:VALDINEI TOMAS VIEGAS Representante(s): OAB 7806 - LUCIANO AZEVEDO COSTA (ADVOGADO) VITIMA:J. G. C. . DESPACHO Considerando a necessidade de readequação de pauta para a designação de sessão do tribunal do júri, redesigno a audiência designada à fl. 55 para o dia 26/11/2019, às 10:30 horas. Assim sendo, DETERMINO: a) Intimem-se, o(s) a(s) acusado(s), pessoalmente se solto(s) e/ou através da publicação da data da audiência por meio de edital, caso esteja(m) em local incerto e/ou não sabido, de tal modo, conforme requerido pelo(a) Representante do MP; b) Intimem-se as testemunhas de acusação e de defesa, conforme requerido; c) Oficie-se ao Sistema Carcerário e/ou DEPOL para apresentação do(s) acusado(s) e respectiva(s) testemunha(s) caso estejam custodiada(s); d) Oficie-se à Polícia Civil e ou Militar, caso as testemunhas sejam policiais; e) Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CREAS, caso a(s) vítima(s) seja(m) menor(es) de 18 (dezoito) anos; f) Intime-se a Defensoria Pública, caso o(s) a(s) autor(es) sejam por ela representado(s); g) Intime-se o(s) advogado(s) por meio de publicação no DJe; h) Dê ciência ao Ministério Público, com vistas dos autos. Expeça-se o que for necessário, do mesmo modo, carta precatória para oitiva das testemunhas que morem fora desta jurisdição, nos termos do art. 222 do CPP, para qual, fixo o prazo razoável de 60 (sessenta) dias para cumprimento, sendo necessário, poderá ser prorrogado pelo juízo deprecado. Expeça-se o que for necessário. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00043291820198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:RAFAELA SALDANHA

ARAUJO MIRALHA Representante(s): OAB 23166 - RAFAELA SALDANHA ARAUJO MIRALHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00043300320198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:RAFAELA SALDANHA ARAUJO MIRALHA Representante(s): OAB 23166 - RAFAELA SALDANHA ARAUJO MIRALHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00043318520198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:RAFAELA SALDANHA ARAUJO MIRALHA Representante(s): OAB 23166 - RAFAELA SALDANHA ARAUJO MIRALHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00043327020198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:RAFAELA SALDANHA ARAUJO MIRALHA Representante(s): OAB 23166 - RAFAELA SALDANHA ARAUJO MIRALHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00043335520198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:RAFAELA SALDANHA ARAUJO MIRALHA Representante(s): OAB 23166 - RAFAELA SALDANHA ARAUJO MIRALHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe

quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00043352520198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:FABRICIO AUGUSTO SALOMAO DA CRUZ ROCHA Representante(s): OAB 28246 - FABRICIO AUGUSTO SALOMAO DA CRUZ ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00043361020198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:FABRICIO AUGUSTO SALOMAO DA CRUZ ROCHA Representante(s): OAB 28246 - FABRICIO AUGUSTO SALOMAO DA CRUZ ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00043490920198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:RAFAELA SALDANHA ARAUJO MIRALHA Representante(s): OAB 23166 - RAFAELA SALDANHA ARAUJO MIRALHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00043517620198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:FABRICIO AUGUSTO SALOMAO DA CRUZ ROCHA Representante(s): OAB 28246 - FABRICIO AUGUSTO SALOMAO DA CRUZ ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00043708220198140004 PROCESSO

ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:RAFAELA SALDANHA ARAUJO MIRALHA Representante(s): OAB 23166 - RAFAELA SALDANHA ARAUJO MIRALHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00043716720198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:FABRICIO AUGUSTO SALOMAO DA CRUZ ROCHA Representante(s): OAB 28246 - FABRICIO AUGUSTO SALOMAO DA CRUZ ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00043725220198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:FABRICIO AUGUSTO SALOMAO DA CRUZ ROCHA Representante(s): OAB 28246 - FABRICIO AUGUSTO SALOMAO DA CRUZ ROCHA (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00044288520198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019 FLAGRANTEADO:THIAGO DE SOUZA LOPES VITIMA:A. G. R. . DECISÃO Trata-se de oficio nº 037/2019 - C.AL/SUSIPE subscrito pela Gerente de Segurança da Carceragem desta Comarca onde relata que o pres provisório THIAGO DE SOUZA LOPES, vulgo "THIAGUINHO", encontra-se custodiado naquela unidade prisional desde o dia 17/06/2019, tendo solicitado à direção da casa penal que fosse colocado em cela destinada aos presos que correm rico de vida. Aduz, ainda, que o custodiado informou que sofre ameaças de morte de pessoas ligadas a facções criminosas, pessoas estas que se encontram em liberdade. Diante do exposto, o Gerente de Segurança da unidade prisional solicitou autorização para transferir o interno para outra unidade penal do Estado, considerando que a carceragem desta Comarca não possui policiamento interno. Ante a urgência da demanda, deixo de encaminhar previamente os autos para manifestação do Ministério Público. É o relatório. Decido. Os fatos noticiados no ofício oriundo da casa penal são deveras de significativa gravidade. Tal situação deve ser seriamente considerada por este juízo. Cabe ao Poder Judiciário e mais especificamente à administração penitenciária, tomar providências no sentido de resguardar de forma plena a integridade física e moral dos presos provisórios, evitando ao máximo que comportamentos contrários à boa ordem e à disciplina venham a causar turbação na rotina normal e ordeira da casa penal, a qual, cediço que garantida a enorme custo. Manter o preso provisório THIAGO DE SOUZA LOPES naquela unidade penal é no mínimo temerário diante da iminente possibilidade de que seja ele vítima da

fúria membros de facções criminosas. Recomendando o bom senso, a transferência imediata do interno. Diante do exposto, firme na fundamentação supra e amparado pela faculdade conferida pelo provimento 004/2011-CJCI, que autoriza a transferência de presos provisórios em caráter excepcional, bem como, pela gravidade dos fatos ora em análise e bem assim, a excepcionalidade da medida, determino a imediata transferência do interno THIAGO DE SOUZA LOPES para o uma das casas penais do Estado a critério da administração penitenciária. Oficie-se à Direção da Carceragem de Almeirim dando ciência desta decisão, para que seja providenciada a transferência imediata do preso, devendo informar a este juízo quando tal se efetivar, bem como para qual estabelecimento prisional o acusado foi encaminhado. Dê-se ciência ao Ministério Público. Determino, na forma do provimento nº 003/2009 da CJMB-TJE/PA, com redação dada pelo Provimento nº011/2009, que esta decisão sirva como, INTIMAÇÃO, NOTIFICAÇÃO/ CITAÇÃO E OFÍCIO. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00044686720198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:ANDRE FERREIRA PINHO Representante(s): OAB 20416 - ANDRE FERREIRA PINHO (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00045084920198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:ANDRE FERREIRA PINHO Representante(s): OAB 20416 - ANDRE FERREIRA PINHO (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00045284020198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:ANDRE FERREIRA PINHO Representante(s): OAB 20416 - ANDRE FERREIRA PINHO (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00045483120198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Processo de Execução em: 26/06/2019 REQUERENTE:ANDRE FERREIRA PINHO Representante(s): OAB 20416 - ANDRE FERREIRA PINHO (ADVOGADO) REQUERIDO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. DESPACHO RECEBO a petição inicial em seu regular plano, eis que presentes os pressupostos de constituição e validade previstos no Código de Processo Civil. DEFIRO os benefícios da justiça gratuita, pois os créditos cobrados na presente demanda consubstanciam verbas de natureza

alimentar, cuja satisfação por parte do Estado, ocorrerá por meio de precatório ou requisição de pequeno valor, em momento que não se sabe quando. Determino a intimação do Estado do Pará, nos termos do art. 535 do CPC, na pessoa de seu representante judicial (Procurador Geral do Estado), com remessa dos autos, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir as matérias previstas no citado artigo. Cumpra-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00045881320198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 26/06/2019 FLAGRANTEADO:MARIA DELENILZA ALMEIDA DA COSTA VITIMA:M. L. G. T. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALMEIRIM Rod. Almeirim-Panaicá, nº. 668, Centro, Almeirim/PA, CEP: 68230-000 Fone: (93) 3737-1103 Auto de Prisão em Flagrante 0004588-13.2019.8.14.0004 Art. 155, caput, do CP c/c art. 14, II, ambos do Código Penal Presa(s): MARIA DELENILZA ALMEIDA DA COSTA, devidamente qualificada no auto de prisão em flagrante. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA O Delegado de Polícia desta Comarca informou a este Juízo a prisão em flagrante de MARIA DELENILZA ALMEIDA DA COSTA, por suposta infringência ao Art. 155, caput, do CP c/c art. 14, II, ambos do Código Penal. Sabe-se que o flagrante é a única modalidade de prisão que pode ocorrer sem que haja determinação judicial, de modo que a análise da legalidade ou não da custódia tem caráter diferido, sendo observada, posteriormente, pelo juiz quando da verificação de seus requisitos legais. Além do aspecto material (ter sido a conduzida encontrada em estado de flagrância) é importante observar o aspecto formal para lavratura do auto de prisão em flagrante, sob pena de relaxamento da prisão manifestamente ilegal (art.5º, LXV, CF/88). Segundo os artigos 304 a 310 do Código de Processo Penal, o conduzido é apresentado coercitivamente à autoridade competente; neste momento, tem direito de comunicar imediatamente sua prisão a pessoa livremente indicada (art.306 do CPP); o condutor da prisão será ouvido; a vítima será ouvida; oitiva das testemunhas; o capturado é interrogado; lavratura e assinatura dos termos, autos e laudos; análise de fiança pelo delegado conforme arts. 322 a 325 do CPP; expedição da Nota de Culpa em até 24 horas após a captura (art.306, §2º, do CPP), devendo conter os direitos do conduzido, a assinatura da autoridade, o motivo da prisão, o nome do condutor e das testemunhas. Por fim, O auto de prisão em flagrante será encaminhado em até 24 horas ao Juiz e Promotor com competência e atribuição, respectivamente, para conhecer da infração penal (art.306, §1º, do CPP). As circunstâncias relatadas nos autos demonstram que a prisão não preenche todos os requisitos legais, uma vez que não consta nos autos a comunicação da prisão em flagrante ao Ministério Público. Diante do exposto, com fundamento no art. 310, I, do CPP, RELAXO a prisão em flagrante da autuada MARIA DELENILZA ALMEIDA DA COSTA. Expeçam-se alvará de soltura, para que seja colocada imediatamente em liberdade se por outro motivo não tiver que permanecer presa. Comunique-se esta decisão à Autoridade Policial, recomendando-se a remessa do inquérito no prazo legal. Cientifique-se o Ministério Público. Determino, na forma do provimento n. 003/2009, da CJMB - TJE/PA, com redação dada pelo Provimento n. 011/2009, que esta decisão sirva como ALVARÁ DE SOLTURA E OFÍCIO À AUTORIDADE POLICIAL. Almeirim/PA, 24 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00049066920148140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:GRACIONE DOS SANTOS OLIVEIRA Representante(s): OAB 19181 - IB SALES TAPAJOS (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALMEIRIM Representante(s): OAB 14671 - JOSE FERNANDO SANTOS DOS SANTOS (PROCURADOR(A)) . DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00049663720178140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:G. B. A. DENUNCIADO:VALDELINO DE OLIVEIRA ROBERTO DO AMARAL Representante(s): OAB 27303 - EDER DOS SANTOS BEZERRA (ADVOGADO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO Apresentada resposta à acusação em favor do(s) acusado(s), verifico a inexistência de causas que autorizem a absolvição sumária, motivo pelo qual MANTENHO o recebimento da denúncia, uma vez que a defesa não arguiu qualquer matéria que me convencesse a reconsiderar o recebimento da peça acusatória, notadamente as

matérias ventiladas no art. 397 do CPP. Deste modo, DETERMINO: a) Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 08/10/2019 às 11 horas e 00 minutos; b) Intimem-se, o(s) a(s) acusado(s), pessoalmente se solto(s) e/ou através da publicação da data da audiência por meio de edital, caso esteja(m) em local incerto e/ou não sabido, de tal modo, conforme requerido pelo(a) Representante do MP; c) Intimem-se as testemunhas de acusação e de defesa, conforme requerido; d) Oficie-se ao Sistema Carcerário e/ou DEPOL para apresentação do(s) acusado(s) e respectiva(s) testemunha(s) caso esteja(m) custodiada(s); e) Oficie-se à Polícia Civil e ou Militar, caso as testemunhas sejam policiais; f) Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CREAS, caso a(s) vítima(s) seja(m) menor(es) de 18 (dezoito) anos; g) Intime-se a Defensoria Pública, caso o(s) a(s) autor(es) sejam por ela representado(s); h) Intime-se o(s) advogado(s) constituído, caso haja, por meio de publicação no DJe; i) Dê ciência ao Ministério Público, com vistas dos autos; Intime-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Expeça-se o que for necessário, do mesmo modo, carta precatória para oitiva das testemunhas que morem fora desta jurisdição nos termos do art. 222 do CPP, para qual, fixo o prazo razoável de 60 (sessenta) dias para cumprimento, sendo necessário, prorrogável pelo juízo deprecado. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00049889520178140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:JUCELINO DOS PASSOS CARDOSO JUNIOR Representante(s): OAB 20416 - ANDRE FERREIRA PINHO (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:A. J. S. S. VITIMA:J. F. S. E. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO Apresentada resposta à acusação em favor do(s) acusado(s), verifico a inexistência de causas que autorizem a absolvição sumária, motivo pelo qual MANTENHO o recebimento da denúncia, uma vez que a defesa não arguiu qualquer matéria que me convencesse a reconsiderar o recebimento da peça acusatória, notadamente as matérias ventiladas no art. 397 do CPP. Deste modo, DETERMINO: a) Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 08/10/2019 às 09 horas e 00 minutos; b) Intimem-se, o(s) a(s) acusado(s), pessoalmente se solto(s) e/ou através da publicação da data da audiência por meio de edital, caso esteja(m) em local incerto e/ou não sabido, de tal modo, conforme requerido pelo(a) Representante do MP; c) Intimem-se as testemunhas de acusação e de defesa, conforme requerido; d) Oficie-se ao Sistema Carcerário e/ou DEPOL para apresentação do(s) acusado(s) e respectiva(s) testemunha(s) caso esteja(m) custodiada(s); e) Oficie-se à Polícia Civil e ou Militar, caso as testemunhas sejam policiais; f) Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CREAS, caso a(s) vítima(s) seja(m) menor(es) de 18 (dezoito) anos; g) Intime-se a Defensoria Pública, caso o(s) a(s) autor(es) sejam por ela representado(s); h) Intime-se o(s) advogado(s) constituído, caso haja, por meio de publicação no DJe; i) Dê ciência ao Ministério Público, com vistas dos autos; Intime-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Expeça-se o que for necessário, do mesmo modo, carta precatória para oitiva das testemunhas que morem fora desta jurisdição nos termos do art. 222 do CPP, para qual, fixo o prazo razoável de 60 (sessenta) dias para cumprimento, sendo necessário, prorrogável pelo juízo deprecado. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00053295820168140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:G. M. C. DENUNCIADO:JUBERTO FERREIRA FELIX DENUNCIADO:JOSE FILHO MARTINS DOS SANTOS DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, dando o(s) denunciado(s) como incurso nas sanções do tipo penal declinado na peça acusatória Deste modo, DETERMINO: 1. CITEM-SE o(s) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que poderá(ao) fazer arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 2. Após a(s) resposta(s) à acusação ou não apresentada(s) a(s) resposta(s) no prazo legal, assim como, caso o(s) denunciado(s) informe(m) ao oficial de justiça que não tenham condições de pagar(em) advogado(s) particular(es) e/ou o interesse de ser(em) representado(s) pela Defensoria Pública, RETORNEM-ME OS AUTOS CONCLUSOS ante a ausência de Representante deste órgão defensor nesta Comarca. 3. Advirto que o OFICIAL DE JUSTIÇA deverá certificar se o(s) acusado(s) tem interesse em constituir advogado particular ou se pretende ser patrocinado pela defensoria pública. 4. Expeça-se o necessário, sendo o caso, inclusive carta precatória em caso de residência fora desta jurisdição. 5. Não logrando êxito, DÊ-SE VISTA DOS AUTOS AO MP, nos termos do Prov. 006/2009 e 008/2014, ambos do CJRMB, conjuntamente com Prov. 006/2009 da CJCI. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO, para fins de possibilitar o seu célere

cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal fim, assim, CUMPRA-SE. Intime-se e Publique-se, com a cautela devida. Registre-se. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00058458320138140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 DENUNCIADO:B. S. C. DENUNCIADO:EDEUS BALIEIRO DA SILVA VULGO DIDEUS Representante(s): OAB 20416 - ANDRE FERREIRA PINHO (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA. DECISÃO Apresentada resposta à acusação em favor do(s) acusado(s), verifico a inexistência de causas que autorizem a absolvição sumária, motivo pelo qual MANTENHO o recebimento da denúncia, uma vez que a defesa não arguiu qualquer matéria que me convencesse a reconsiderar o recebimento da peça acusatória, notadamente as matérias ventiladas no art. 397 do CPP. Deste modo, DETERMINO: a) Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 08/10/2019 às 08 horas e 30 minutos; b) Intimem-se, o(s) a(s) acusado(s), pessoalmente se solto(s) e/ou através da publicação da data da audiência por meio de edital, caso esteja(m) em local incerto e/ou não sabido, de tal modo, conforme requerido pelo(a) Representante do MP; c) Intimem-se as testemunhas de acusação e de defesa, conforme requerido; d) Oficie-se ao Sistema Carcerário e/ou DEPOL para apresentação do(s) acusado(s) e respectiva(s) testemunha(s) caso esteja(m) custodiada(s); e) Oficie-se à Polícia Civil e ou Militar, caso as testemunhas sejam policiais; f) Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CREAS, caso a(s) vítima(s) seja(m) menor(es) de 18 (dezoito) anos; g) Intime-se a Defensoria Pública, caso o(s) a(s) autor(es) sejam por ela representado(s); h) Intime-se o(s) advogado(s) constituído, caso haja, por meio de publicação no DJe; i) Dê ciência ao Ministério Público, com vistas dos autos; Intime-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Expeça-se o que for necessário, do mesmo modo, carta precatória para oitiva das testemunhas que morem fora desta jurisdição nos termos do art. 222 do CPP, para qual, fixo o prazo razoável de 60 (sessenta) dias para cumprimento, sendo necessário, prorrogável pelo juízo deprecado. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00059083520188140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:R. B. F. S. DENUNCIADO:CLAYTON OLIVEIRA CORREA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, dando o(s) denunciado(s) como incurso nas sanções do tipo penal declinado na peça acusatória Deste modo, DETERMINO: 1. CITEM-SE o(s) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que poderá(ao) fazer arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 2. Após a(s) resposta(s) à acusação ou não apresentada(s) a(s) resposta(s) no prazo legal, assim como, caso o(s) denunciado(s) informe(m) ao oficial de justiça que não tenham condições de pagar(em) advogado(s) particular(es) e/ou o interesse de ser(em) representado(s) pela Defensoria Pública, RETORNEM-ME OS AUTOS CONCLUSOS ante a ausência de Representante deste órgão defensor nesta Comarca. 3. Advirto que o OFICIAL DE JUSTIÇA deverá certificar se o(s) acusado(s) tem interesse em constituir advogado particular ou se pretende ser patrocinado pela defensoria pública. 4. Expeça-se o necessário, sendo o caso, inclusive carta precatória em caso de residência fora desta jurisdição. 5. Não logrando êxito, DÊ-SE VISTA DOS AUTOS AO MP, nos termos do Prov. 006/2009 e 008/2014, ambos do CJRMB, conjuntamente com Prov. 006/2009 da CJCI. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal fim, assim, CUMPRA-SE. Intime-se e Publique-se, com a cautela devida. Registre-se. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00062586220148140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:GENIVALDO DUTRA GUERRA Representante(s): OAB 11658 - ELCIO MARCELO QUEIROZ RAMOS (ADVOGADO) OAB 19181 - IB SALES TAPAJOS (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE ALMEIRIM Representante(s): OAB 14671 - JOSE FERNANDO SANTOS DOS SANTOS (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem

como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00062678220188140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:M. A. DENUNCIADO:RICARDO MORAES PAMPLONA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, dando o(s) denunciado(s) como incurso nas sanções do tipo penal declinado na peça acusatória Deste modo, DETERMINO: 1. CITEM-SE o(s) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que poderá(ao) fazer arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 2. Após a(s) resposta(s) à acusação ou não apresentada(s) a(s) resposta(s) no prazo legal, assim como, caso o(s) denunciado(s) informe(m) ao oficial de justiça que não tenham condições de pagar(em) advogado(s) particular(es) e/ou o interesse de ser(em) representado(s) pela Defensoria Pública, RETORNEM-ME OS AUTOS CONCLUSOS ante a ausência de Representante deste órgão defensor nesta Comarca. 3. Advirto que o OFICIAL DE JUSTIÇA deverá certificar se o(s) acusado(s) tem interesse em constituir advogado particular ou se pretende ser patrocinado pela defensoria pública. 4. Expeça-se o necessário, sendo o caso, inclusive carta precatória em caso de residência fora desta jurisdição. 5. Não logrando êxito, DÊ-SE VISTA DOS AUTOS AO MP, nos termos do Prov. 006/2009 e 008/2014, ambos do CJRMB, conjuntamente com Prov. 006/2009 da CJCI. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal fim, assim, CUMPRA-SE. Intime-se e Publique-se, com a cautela devida. Registre-se. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00078500520188140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Carta Precatória Cível em: 26/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZ DE DIREITO DA PRIMEIRA VARA DA COMARCA DE LARANJAL DO JARI AP REQUERENTE:BANCO DA AMAZONIA SA REQUERIDO:VALDECIR NAST. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE ALMEIRIM SECRETARIA DA VARA ÚNICA Fórum: "Des. Ignácio C. Guilhon D"Oliveira", Av. Rodovia Almeirim/Panaica, 668, Centro, Almeirim-PA, CEP: 68.230-000, Fone: (93) 3737.1103. EDITAL DE LEILÃO PÚBLICO Nº. 001/2019 COM PRAZO DE 5 DIAS Lei nº. 13.105/2015 A Doutora RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA, MMª. Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim, Estado do Pará, no uso das atribuições que lhe confere a lei, FAZ SABER, aos que o presente Edital virem ou dele notícia tiverem, que será levado a leilão presencial a quem mais der e melhor lance oferecer, o(s) bem(ns) penhorado(s) nos autos de Execução abaixo mencionado(s), na forma seguinte: 1º LEILÃO: 11.julho.2019, às 09:00 horas; 2º LEILÃO: 11.julho.2019, às 09:15 horas. LOCAL dos leilões públicos: no átrio do Fórum, na sede do Juízo à Av. Rodovia Almeirim/Panaica, 668 ("Fórum"), Centro, CEP: 68.230-000, Almeirim-PA. Prorrogação do leilão: nas datas designadas, se for ultrapassado o horário do expediente forense, ou sendo determinado feriado nacional, estadual, municipal, ou forense, ou ainda, antecipação de encerramento ou sem expediente forense, ou interrupção no âmbito do Fórum, ou houver indisponibilidade da comunicação eletrônica que impossibilite totalmente a realização do leilão, será transferido o leilão público para o primeiro dia útil seguinte no mesmo local e à mesma hora em que teve início, independentemente de novo edital. Notas: 1) Não alcançando no 1º leilão lance superior à avaliação, seguir-se-á o 2º leilão, no qual o(s) bem(ns) poderá(ão) ser arrematado(s) por quem oferecer maior lance não vil, observando-se em tudo os dispositivos legais e na forma do presente Edital; em qualquer dos leilões as ofertas de valor para aquisição em prestações deverão indicar o indexador de correção monetária e as condições de pagamento do saldo, sendo que em caso de atraso do pagamento de qualquer das prestações incidirá multa de dez por cento sobre a soma da parcela inadimplida com as parcelas vincendas, e o parcelamento será rescindido vencendo-se antecipadamente o saldo devedor; o adquirente deverá fazer prova, mensalmente, do pagamento da respectiva prestação, juntando-a nos autos do processo da arrematação; fica o Leiloeiro autorizado a cobrar do(s) adquirente(s) no ato do leilão o imediato pagamento dos valores da caução relativo à aquisição do(s) bem(ns); 2) O presente Edital será afixado no átrio deste Juízo no Quadro de Avisos, na íntegra, e publicado uma só vez, gratuitamente se o caso, como expediente

judiciário, no Diário de Justiça Eletrônico; 3) Quem pretender arrematar, adjudicar, ou remir dito(s) bem(s), deverá estar ciente de que à espécie aplicam-se os preceitos do Código de Processo Civil, observadas as condições constantes no presente edital; 4) Da alienação em caráter Ad Corpus: os imóveis serão vendidos em caráter "ad corpus", no estado documental e de conservação e regularidade em que se encontram, inclusive no que tange à situação civil, ambiental, e registral perante o cartório de registro de imóveis onde estão matriculados, sendo que a(s) dimensão(ões) do(s) imóvel(is) mencionada(s) no edital, catálogos e outros veículos de comunicação são de caráter secundário sendo assim meramente enunciativas e repetitivas as referências às dimensões constantes do registro imobiliário, isto é, o arrematante adquire o(s) imóvel(eis) como se apresenta(m) como um todo, independentemente de suas exatas e verdadeiras limitações fáticas, sejam elas quais forem, não podendo, por conseguinte, reclamar eventuais mudanças nas disposições internas dos cômodos, muros ou cercas divisórias, dos imóveis apregoados, não podendo ainda, alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação e localização dos bens, seja a que tempo ou título for, não sendo cabível, portanto, pleitear seja considerada inválida a aquisição no leilão público judicial ou pleitear abatimento proporcional do preço sob tais alegações, ou seja, em tais hipóteses não haverá complementação de área de qualquer espécie (útil, de construção, livre, pastagem/cultivo, reserva florestal legal, APP-Área de Proteção Ambiental, etc) e nem devolução do excesso, e nem poderá o adquirente imputar ao Leiloeiro/Juízo/Partes qualquer responsabilidade neste sentido; 4.1) Da aquisição do(s) bem(ns) conforme o estado fiscal e documental dos mesmos e da responsabilidade por eventuais regularizações necessárias: é ônus exclusivamente do Adquirente, de maneira irrevogável e irretratável, promover regularizações de qualquer natureza, cumprindo ao mesmo inclusive quaisquer exigências de cartórios ou de repartições públicas que tenham por objeto a regularização do(s) imóvel(is) junto a cartórios e órgãos competentes, o que ocorrerá portanto sob suas exclusivas expensas. De igual modo, o Leiloeiro/Juízo/Partes não respondem por débitos não apurados junto ao INSS dos imóveis com construção em andamento, concluída ou reformada, não averbada no Registro de Imóveis competente, bem como quaisquer outros ônus, providências ou encargos necessários; 4.2) Da cientificação prévia acerca de exigências e restrições de uso dos imóveis: o Adquirente deverá se cientificar prévia e inequivocadamente, por conta própria, das exigências e restrições de uso impostas pela legislação e órgãos públicos (municipal, estadual e federal), especialmente no tocante à legislação e preservação ambiental, saneamento, uso do solo e zoneamento, e/ou servidões de qualquer natureza, às quais estará obrigado a respeitar por força da aquisição do bem em leilão judicial, não ficando o Leiloeiro/Juízo/Partes responsável por qualquer levantamento ou providências neste sentido. O Leiloeiro/Juízo/Partes não respondem por eventual contaminação do solo ou subsolo ou passivos de caráter ambiental; 4.3) Fica portanto ciente o eventual adquirente de que o(s) bem(ns) será(ão) alienado(s) no estado de conservação em que se encontrar(em) à data do leilão público judicial e sem qualquer garantia (Resolução 236 do CNJ), constituindo assim ônus exclusivo do interessado a prévia vistoria e a verificação da realidade fática das condições atuais dos bens móveis/imóveis e dos demais, não cabendo a essa Justiça ou ao Leiloeiro quaisquer responsabilidades quanto a consertos, reparos etc; Na hipótese de imóveis, caberá exclusivamente ao interessado previamente à oferta da proposta/lance identificar a exata localização geográfica do imóvel, se dispõe o mesmo de regular estado de conservação geral, a situação de posse do bem, se o caso se são ou não territorialmente contíguos/vizinhos, se há qualquer divergência quanto à metragem da área construída e/ou existência das benfeitorias descritas, se há necessidade de retificação da área real do imóvel e/ou de seus azimutes, e quando o caso se efetivamente possui e estão regularmente preservadas(os) a reserva florestal legal, as eventuais nascentes de água e áreas de preservação permanente-APP, as cercas internas/externas, os marcos delimitatórios, oficiais ou não, se há necessidade de recomposição/compensação da reserva florestal legal, se essa ainda possui madeira-de-lei se o caso, se a atual área efetivamente disponível/viável para exploração econômica está ou não em exata conformidade com o teor da descrição contida em atualizada certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel, pelo interessado providenciada junto ao respectivo CRI, e com a legislação vigente aplicável à espécie, se possui ou não regular cadastro ambiental rural-CAR e se nesse consta eventual(is) sobreposição(ões) de área(s) da propriedade, se os eventuais rios são ou não perenes, se a fertilidade/topografia do solo e as vegetações são adequados ao fim econômico que se almeja para os mesmos, a real existência e condições da(s) via(s) de acesso ao bem, as questões pertinentes à existência e a todas as consequências sobre o imóvel ora em alienação judicial decorrentes de eventuais Planos de Manejo Sustentável e/ou eventual Contrato de Promessa de Compra e Venda de Produtos Florestais e/ou de eventual concessão de Direito Real de Servidão Administrativa e/ou de eventuais Contratos de Arrendamentos quaisquer e/ou de Passivos Ambientais, e tudo o mais relacionado ao imóvel; 4.4) Fica assim desde já previamente estabelecido que todas as ponderações depreciativas/valorativas constatadas na vistoria prévia serão pelo juízo consideradas como já incluídas na

mensuração do valor do lance ofertado ao Leiloeiro; não exercido pelo interessado o direito de vistoria mas ofertado lance, por si ou através de preposto, através de proposta escrita, via internet, ou de viva-voz (presencial) no leilão público será o lance considerado válido, irrevogável e irretratável, não podendo o adquirente alegar posteriormente que desconhecia quaisquer características do(s) bem(ns) adquirido(s) se teve a oportunidade de previamente o(s) vistoriar e facultativamente não o fez, assumindo e aceitando assim os riscos daí decorrentes; ao sinalizar interesse, o adquirente formaliza para todos os fins de direito que tem prévio e pleno conhecimento detalhado do(s) objeto(s) adquirido(s) no leilão e do estado de conservação atual do(s) referido(s) bem(ns), o(s) qual(is) não possui(em) qualquer garantia, sendo portanto inaceitável a escusa do pagamento integral sob argumentações similares, a exemplo de que o(s) bem(ns) adquirido(s) não estava(m) nas condições que se imaginava eis que a presente alienação judicial se dará em caráter "ad corpus"; 4.5) Fica previamente ciente o adquirente que ao ofertar lance(s) no leilão estará assumindo o risco de eventos decorrentes da ocupação irregular após a alienação judicial, tais como danos causados pelo ocupante; 4.6) Em caso de imóveis situado em terreno de marinha, é de responsabilidade do adquirente o pagamento do laudêmio quando necessário; 5)Nos casos de adjudicação e de arrematação em leilão público de imóveis, face constituir-se em forma de aquisição originária os bens serão adquiridos livres de quaisquer ônus ou gravames eventualmente existentes anteriormente à data de aquisição, os quais ficam sub-rogados no preço da arrematação ressalvada a ordem de preferência legal; Caberá à parte interessada a verificação de outros débitos incidentes sobre os imóveis que eventualmente não constem dos autos (Resolução nº 236 CNJ); 6) Os leilões serão realizados pelo Bel. Péricles Weber de Almeida (91-9.9109.3900), Leiloeiro Público Judicial juramentado e com fé de Oficial Público, matrícula PA-20050043986, devidamente nomeado pelo Juízo, ficando autorizado ao Leiloeiro a obter diretamente material fotográfico para divulgação, acompanhado ou não de interessados na adquirição dos bens, assim como a vistoria pelos interessados ao(s) bem(ns) em leilão, se necessário acompanhados pelo Leiloeiro ou por quem for por ele indicado, devendo nessa hipótese ser apresentada cópia da publicação legal no Diário de Justiça Eletrônico-DJe/PA deste edital de leilão, ou do despacho judicial autorizador devidamente assinado por este juízo, aos quais se dá força de mandado judicial que possibilita o ingresso e a vistoria ao bem a ser alienado, devendo o agendamento da vistoria ser com antecedência razoável formalizado, por escrito, ao Leiloeiro; é vedado aos depositários criarem embaraços à vistoria do bem sob sua guarda, sob pena de ofensa ao art. 77, inciso IV, do CPC/2015, ficando desde logo autorizado o uso de força policial em caso de resistência ou obstrução aos auxiliares da justiça, caso a providência se mostre necessária; deve o depositário não impor obstáculos à entrada de pessoas interessados nos bens, as quais serão levadas pelo Exequente ou pelo Leiloeiro ao objeto desejado, sob pena de ensejar multa de R$ 1.000,00 (mil reais) por cada resistência, cujo importe será destinado ao Exequente, e será executado na forma e moldes legais. 7) Havendo arrematação/adjudicação, a comissão do Leiloeiro, que não se inclui no valor do lance, será paga diretamente ao mesmo pelo adquirente, ao final do leilão e à vista, salvo concessão formal por escrito do Leiloeiro; 8) Após a publicação do presente edital de leilão no DJe-PA, qualquer requerimento para exclusão de bem penhorado do leilão público em face de extinção ou suspensão do feito decorrentes de adjudicação/remição/acordo/parcelamento/assunção/etc somente será apreciado pelo Juízo mediante a prévia protocolização da comprovação do pagamento de todas as custas/taxas/emolumentos/despesas processuais pendentes, inclusive dos honorários advocatícios, e da comissão e despesas do Leiloeiro efetivamente despendidas para consecução do encargo, a título de remuneração pelo tempo de trabalho profissional despendido e de ressarcimento das despesas realizadas; 9) As propostas eventualmente apresentadas à Vara deverão ser juntadas aos autos e, se tempestivas, encaminhadas ao Leiloeiro na busca de maior valor de lance; 10) Após a confecção do Auto de Arrematação, que será lavrado de imediato, será assinado esse pelo Leiloeiro, pelo Adquirente ou por seu Procurador formalmente constituído, e pelo Juiz. Em caso de Pessoa Jurídica deverá entregar ao Leiloeiro em até 48 horas do encerramento do leilão uma cópia autenticada da procuração lavrada em cartório e da ata/alteração contratual em que se nomeia o respectivo procurador legal; o pagamento da arrematação, ou de sua 1ª parcela se o caso, será efetuado pelo arrematante ao Leiloeiro imediatamente após a assinatura do Auto; Incumbe: 10.a) à secretaria do Juízo, de imediato expedir o boleto bancário para o depósito do valor da arrematação e o entregar ao Leiloeiro; 10.b) ao Leiloeiro, depositar à ordem do Juiz o produto da alienação; 11) Terá o exequente, e as demais pessoas legitimadas preferência para a adjudicação, desde que o seu pedido seja realizado nas mesmas condições da(o) maior proposta/lance ofertada(o) publicamente; havendo licitantes, o pedido de adjudicação deverá ser formulado durante o ato de alienação pública (e não, portanto, posteriormente), o que possibilitará ao interessado, em benefício da execução e no interesse do executado, majorar a oferta até que se proceda à arrematação ou à adjudicação; 12) Quando o caso, após a confecção do Auto de Adjudicação, que será lavrado de imediato,

será assinado esse pelo Leiloeiro, pelo Juiz, pelo Adjudicatário ou por seu Procurador formalmente constituído, pelo escrivão ou chefe de secretaria, e, se estiver presente, pelo executado, expedindo-se: 12.a) de imediato, pela secretaria do Juízo, o boleto bancário para o depósito do valor da adjudicação, se o caso, e o entregar ao Leiloeiro; 12.b) a carta de adjudicação e o mandado de imissão na posse, quando se tratar de bem imóvel; 13) Não serão aceitas desistências pelo(s) adquirente(s) ou alegações de desconhecimento das cláusulas deste Edital para se eximirem das obrigações geradas, ciente o(s) mesmo(s) de que a não apresentação do comprovante de quitação da arrematação junto ao Leiloeiro ou à Secretaria da Vara no ato do leilão resultará em que, no aproveitamento dos atos processuais anteriores já praticados: a não-aperfeiçoada adquirição será automaticamente Resolvida restando sem efeito para fins de alienação, apenas para o inadimplente adquirente, o eventual auto de arrematação/adjudicação assinado pelo mesmo, no imediato retorno do bem ao leilão, e nas penalidades cíveis e criminais àquele que der causa, sem prejuízo da proibição de participar em outros leilões; 14) Não ocorrendo adquirição do(s) bem(ns) no derradeiro leilão e desde que as partes não hajam manifestado dissentimento expresso, no prazo de cinco dias contados da data de realização desse evento (presunção de anuência tácita), fica autorizada a venda direta a particular por valor não vil, ficando dispensada a publicidade oficial, no prazo de noventa dias úteis após esse leilão, prorrogável por igual período por decisão deste juízo. Caberá ao Leiloeiro nomeado intermediar a alienação, mantidas as comissões dispostas nas Advertências Especiais mais as quantias que o Leiloeiro tiver desembolsado para a consecução do encargo. Havendo proposta(s) de aquisição do(s) bem(ns) mediante venda direta, deverá o Leiloeiro de imediato formalizar a(s) mesma(s) ao Juízo para que seja(m) apreciada(s) e, se for o caso, confeccionado o respectivo auto. Advertências Especiais: A) Cabe à Executada, ou ao Terceiro interessado se o caso, na hipótese de remição ou formalização de acordo, pagar a comissão ao Leiloeiro equivalente ao percentual de cinco por cento calculada sobre o valor atribuído a cada bem na última avaliação atualizada monetariamente, mais as quantias que o Leiloeiro tiver efetivamente desembolsado para a consecução do encargo, a título de remuneração pelo tempo de trabalho despendido e de ressarcimento das despesas realizadas, salvo se o pagamento ou a notícia do acordo, no caso, for protocolizada ao Juízo antes da data da publicação no DJe-Diário de Justiça Eletrônico do presente Edital de Leilão Público; nos Processos levados a leilão unicamente para satisfação das despesas e custas processuais, havendo pagamento destas o(a) Executado(a), ou o Terceiro interessado se o caso, arcará com a comissão do Leiloeiro no importe de 4% das despesas processuais efetivamente pagas exceto se ocorrido antes da data da publicação do respectivo edital de leilão público; B) Cabe ao Requerente, na remição de bem(ns) pelo executado, cônjuge, companheiro, descendente ou ascendente, arcar com a(s) comissão(ões) do Leiloeiro retro estabelecida(s) na alínea "A)", 1ª parte, com a mesma ressalva temporal, mais as quantias que o Leiloeiro tiver efetivamente desembolsado para a consecução do encargo; C) Cabe ao Exequente, na hipótese de renúncia ou desistência da execução, pagar a(s) comissão(ões) do Leiloeiro retro estabelecida(s) na alínea "A)", 1ª parte, com a mesma ressalva temporal, mais as quantias que o Leiloeiro tiver efetivamente desembolsado para a consecução do encargo; D) Cabe ao Arrematante, ou a seu fiador se o caso, ao Exequente-Arrematante ocorrendo qualquer das hipóteses legais, ao cônjuge, ao companheiro, ao descendente e ao ascendente do executado, na hipótese do art. 892, § 2º, do CPC/2015, à União, aos Estados e aos Municípios, na hipótese de leilão de bem tombado previsto no art. 892, § 3º, do CPC/2015, assim como também na hipótese de desapropriação do bem por interesse público formalizada nos autos somente após a publicação desse edital de leilão no DJe-PA, e ao Adjudicante nas hipóteses previstas no caput do art. 876 e nos §§ 5º e 6º, do CPC/2015, pagar a(s) comissão(ões) do Leiloeiro, estabelecida no percentual de cinco por cento calculada(s) sobre o lance de maior valor ofertado a cada bem, mais as quantias que o Leiloeiro tiver efetivamente desembolsado para a consecução do encargo, assim como as custas no importe de três por cento sobre o valor da arrematação/adjudicação/alienação, até o limite de R$ 1.320,99 estabelecido na tabela de custas, ressaltando-se que, para os bens imóveis, deverá o adquirente apresentar também a prova de quitação do Imposto de Transmissão de Bens Imóveis - ITBI junto à Prefeitura Municipal da situação do bem; E) Não honrado pelo Arrematante o seu lance, o que configurará desistência ou arrependimento por parte do mesmo, ficará este obrigado a pagar ao Leiloeiro o valor da(s) comissão(ões) no percentual de cinco por cento calculada(s) sobre o seu lance de maior valor ofertado a cada bem, mais as quantias que o Leiloeiro tiver efetivamente desembolsado para a realização do evento frustro, a título de remuneração pelo tempo de trabalho despendido e de ressarcimento das despesas realizadas, e na hipótese o Juiz impor-lhe-á multa de vinte por cento sobre o valor da avaliação, em benefício do exequente, valendo a decisão como título executivo, sujeitando-se ainda à execução, pelo exequente, do valor devido a ser formulado o pedido nos autos da execução em que se deu a arrematação; complementarmente, será encaminhada comunicação ao Ministério Público Estadual para adoção das providências cabíveis; e não havendo o pagamento no prazo estabelecido será a multa

inscrita como Dívida Ativa do Estado; F) Os legitimados ao exercício de preferência legal terão oportunidade de fazê-lo na data do leilão; G) encerrado o leilão, o(s) lance(s) será(ão) ato contínuo submetido(s) ao magistrado para fins de prévia apreciação quanto à validação do resultado. Objetivando a otimização dos trabalhos e a celeridade na prestação jurisdicional, após lavrado o auto de arrematação desde já considero o mesmo válido se nele mencionadas as condições nas quais foram alienados os bens, que o assinarão o adquirente, o Leiloeiro, e o Juiz. Correrão por conta do adquirente as eventuais despesas e custos relativos a transporte, georreferenciamento, se o caso, e a transferência patrimonial do(s) bem(ns) adquirido(s). O pagamento das despesas relativas à transferência de propriedade do(s) bem(s) adquirido(s) compete ao adquirente, nos termos da legislação vigente, observando-se o valor da arrematação/adjudicação como base de cálculo para a sua cobrança. INTIMAÇÃO: 1) Pelo presente, ficam intimados o(s) Executado(s), o(s) seu(s) sucessor(es) se o caso, o(s) corresponsável(eis), o(s) Credor(es) Hipotecário(s) e os demais regularmente averbados, Anticrético(s), Pignoratício(s) ou Fiduciário(s), o(s) Senhorio(s) Direto, o(s) Condômino(s), o(s) Usufrutuário(s), o(a) Locatário(a), os respectivos cônjuges/companheiros se o caso e se houver, na(s) pessoa(s) de seu(s) respectivo(s) representante(s) legal(ais), o(s) Promitente(s) Comprador(es), o(s) Promitente(s) Vendedor(es), o(s) Enfiteuta(s), o Concessionário de uso especial para fins de moradia, o Concessionário de direito real de uso, o Administrador Provisório do Espólio se o caso, o(s) sucessor(es) se o caso, o Administrador Judicial da Falência/Recuperação Judicial, se o caso, o(s) Arrendatário(s), e o(s) sócio(s), os eventuais ocupantes, o(s) coproprietário(s), a União, o Estado e o Município, no caso de alienação de bem tombado ou com desapropriação por interesse público, de todos os termos deste Edital, para todos os fins de direito, se porventura não forem encontrados para intimação/cientificação por qualquer outro meio idôneo de comunicação, inclusive pela via eletrônica (mídias sociais); sem prejuízo, para a garantia da higidez do negócio fica autorizado que o próprio Leiloeiro, face à fé-pública, também encaminhe as comunicações pertinentes, inclusive às Partes e Terceiros, as formalizando posteriormente aos autos, sendo que as eventuais despesas necessárias serão arcadas pela exequente (art. 82, § 1º, CPC), ressalvado o ressarcimento em caso de apenas uma das partes ou o leiloeiro arcar com as despesas inclusive das publicações necessárias; 2) Fica(m) intimado(s) o Possuidor e/ou o Depositário Fiel, na pessoa de seu representante legal, de que se não entregar o(s) bem(ns) arrematado(s) incidirá, sob pena de responsabilidade patrimonial e de ser declarado infiel depositário se o caso, sem prejuízo de responsabilidade penal e da imposição de sanção, em multa de até 20%(vinte por cento) do valor atualizado do débito em execução, por ato atentatório à dignidade da Justiça, e crime de desobediência, sem prejuízo de outras sanções de natureza processual ou material, e ficará, ainda, responsável por ressarcir os prejuízos desse ato decorrentes que, por dolo ou culpa, causar à parte e aos envolvidos, dentre os quais a comissão do Leiloeiro estipulada no item "E" das advertências especiais supra mais as quantias que o Leiloeiro tiver efetivamente desembolsado para a realização do evento frustro, a título de remuneração pelo tempo de trabalho despendido e de ressarcimento das despesas realizadas. Por meio do presente edital, dá-se ciência que todo aquele que tentar impedir, perturbar ou fraudar arrematação judicial, afastar ou procurar afastar concorrente ou licitante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem, estará sujeito a penalidade prevista no art. 358 do Código Penal, sem prejuízo da reparação do dano na esfera cível. E para que chegue ao conhecimento do(s) executado(s) e dos terceiros interessados e não possam, no futuro, alegar ignorância a respeito, será o presente Edital publicado na forma da Lei e afixado na íntegra no lugar de costume. DADO E PASSADO nesta cidade de Almeirim, Estado do Pará, em 28 de junho de 2019. Eu, Rafael Bentes Pinto, Diretor(a) de Secretaria da Vara Única da Comarca de Almeirim, digitei. DRª. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim LISTA DE PROCESSOS DE EXECUÇÕES DIVERSAS EM LEILÃO PÚBLICO: 01) Processo: 0007850-05.2018.8.14.0004 - (Carta Precatória Cível). Exequente: Banco da Amazônia S.A.- BASA. Advogado: Dr. Fabrício dos Reis Brandão - OAB/PA 11.471. Executados: Valdecir Nast e Dalimar Tenório Nast. Advogados: (não constituídos). Juízo Deprecante: Juízo de Direito da 1ª Vara da Comarca de Laranjal do Jari-AP (Proc. Origem: 0005299-17.2016.8.03.0008 - Execução de Título Extrajudicial). Juízo Deprecado: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Almeirim. DESCRIÇÃO do(s) bem(ns): 1) imóvel rural com 416ha94a57ca (quatrocentos e dezesseis hectares, noventa e quatro ares, e cinquenta e sete centiares), denominada de Fazenda Rio Grande, localizada no Ramal Puxuri, neste município de Almeirim-PA, destacada da Gleba Paru II. Característica do imóvel: perímetro de 8.595,16 metros. Formato do polígono: irregular, de cinco lados. Confrontantes: do DYR-M-0037 ao DYR-M-0032 a uma distância de 2.348,78, confinante Ramal Puxuri; do DYR-M-0032 ao DYR-M-0033 a uma distância de 1.965,30, confinante Antônio Soares de Oliveira; do DYR-M-0033 ao DYR-M-0035 a uma distância de 1.565,65, confinante Antônio Soares de Oliveira; do DYR-M-0035 ao DYR-M-0036 a uma distância de 435,82 metros, confinante Jeanebas Carvalho Almeida; do DYR-M-0036

ao DYR-M-0037 a uma distância de 2.279,61 metros, confinante André Flávio Silveira. Registrado sob a matrícula nº. 258, fls. 270, livro 2-A, do Cartório do Único Ofício Notarial e Registral da Comarca de Almeirim/PA. Reserva florestal averbada na matrícula. O imóvel rural eventualmente está ocupado. Fiel Depositário: o executado. Avaliação: R$ 900.000,00 (novecentos mil reais). Sobre a matrícula deste imóvel constam apenas seguintes averbações/registros: a pertinente hipoteca Prefixo 181-14/00015-6 do Banco da Amazônia S/A- BASA na AV-02 no valor de R$ 697.627,77; a averbação AV-03 da reserva legal de oitenta vírgula oitenta e um por cento; e a AV-04 com Termo de Responsabilidade de Manutenção de Floresta Manejada TRMF nº 1852/2016, Protocolo nº 2013/0000023913. Valor da dívida (fls. 15-CP): R$ 750.775,66 (setecentos e cinquenta mil setecentos e setenta e cinco reais e sessenta e seis centavos), a ser atualizada até a data do efetivo pagamento. Além desta penhora, inexiste outro ônus, recurso ou causa pendente sobre o(s) bem(ns) a ser(em) arrematado(s). DRª. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00078686020178140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA DENUNCIADO:REINALDO CARDOSO DA SILVA Representante(s): OAB 20821 - NADSON SEIXAS DE SOUSA (ADVOGADO) OAB 20416 - ANDRE FERREIRA PINHO (DEFENSOR DATIVO) VITIMA:O. E. . DECISÃO RECEBO o recurso de apelação interposto pelo advogado de defesa do réu por ser adequado, tempestivo e preencher os requisitos do art. 593 do CPP. Restando superada a apresentação de razões do condenado, por meio de advogado nomeado para o ato, dê-se VISTA dos autos ao Ministério Público para que apresente as contrarrazões no prazo de 8 (oito) dias, nos termos do art. 600 do CPP. Cumprido o item acima, encaminhem-se os autos IMEDIATAMENTE ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com as homenagens de estilo. Publique-se, com as cautelas devidas. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. À Secretaria, para as providências de estilo. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00080077520188140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:R. C. A. P. DENUNCIADO:RANILSON DE ABREU PAIVA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, dando o(s) denunciado(s) como incurso nas sanções do tipo penal declinado na peça acusatória Deste modo, DETERMINO: 1. CITEM-SE o(s) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que poderá(ao) fazer arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 2. Após a(s) resposta(s) à acusação ou não apresentada(s) a(s) resposta(s) no prazo legal, assim como, caso o(s) denunciado(s) informe(m) ao oficial de justiça que não tenham condições de pagar(em) advogado(s) particular(es) e/ou o interesse de ser(em) representado(s) pela Defensoria Pública, RETORNEM-ME OS AUTOS CONCLUSOS ante a ausência de Representante deste órgão defensor nesta Comarca. 3. Advirto que o OFICIAL DE JUSTIÇA deverá certificar se o(s) acusado(s) tem interesse em constituir advogado particular ou se pretende ser patrocinado pela defensoria pública. 4. Expeça-se o necessário, sendo o caso, inclusive carta precatória em caso de residência fora desta jurisdição. 5. Não logrando êxito, DÊ-SE VISTA DOS AUTOS AO MP, nos termos do Prov. 006/2009 e 008/2014, ambos do CJRMB, conjuntamente com Prov. 006/2009 da CJCI. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal fim, assim, CUMPRA-SE. Intime-se e Publique-se, com a cautela devida. Registre-se. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00081670320188140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:M. S. P. AUTORIDADE POLICIAL:UIPP DE ALMEIRIM DENUNCIADO:DOLIVALDO RODRIGUES COSTA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, dando o(s) denunciado(s) como incurso nas sanções do tipo penal declinado na peça acusatória Deste modo, DETERMINO: 1. CITEM-SE o(s) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que poderá(ao) fazer arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer

documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 2. Após a(s) resposta(s) à acusação ou não apresentada(s) a(s) resposta(s) no prazo legal, assim como, caso o(s) denunciado(s) informe(m) ao oficial de justiça que não tenham condições de pagar(em) advogado(s) particular(es) e/ou o interesse de ser(em) representado(s) pela Defensoria Pública, RETORNEM-ME OS AUTOS CONCLUSOS ante a ausência de Representante deste órgão defensor nesta Comarca. 3. Advirto que o OFICIAL DE JUSTIÇA deverá certificar se o(s) acusado(s) tem interesse em constituir advogado particular ou se pretende ser patrocinado pela defensoria pública. 4. Expeça-se o necessário, sendo o caso, inclusive carta precatória em caso de residência fora desta jurisdição. 5. Não logrando êxito, DÊ-SE VISTA DOS AUTOS AO MP, nos termos do Prov. 006/2009 e 008/2014, ambos do CJRMB, conjuntamente com Prov. 006/2009 da CJCI. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal fim, assim, CUMPRA-SE. Intime-se e Publique-se, com a cautela devida. Registre-se. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00097883520188140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:D. B. M. DENUNCIADO:EDELITO FERREIRA RODRIGUES DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, dando o(s) denunciado(s) como incurso nas sanções do tipo penal declinado na peça acusatória Deste modo, DETERMINO: 1. CITEM-SE o(s) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que poderá(ao) fazer arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 2. Após a(s) resposta(s) à acusação ou não apresentada(s) a(s) resposta(s) no prazo legal, assim como, caso o(s) denunciado(s) informe(m) ao oficial de justiça que não tenham condições de pagar(em) advogado(s) particular(es) e/ou o interesse de ser(em) representado(s) pela Defensoria Pública, RETORNEM-ME OS AUTOS CONCLUSOS ante a ausência de Representante deste órgão defensor nesta Comarca. 3. Advirto que o OFICIAL DE JUSTIÇA deverá certificar se o(s) acusado(s) tem interesse em constituir advogado particular ou se pretende ser patrocinado pela defensoria pública. 4. Expeça-se o necessário, sendo o caso, inclusive carta precatória em caso de residência fora desta jurisdição. 5. Não logrando êxito, DÊ-SE VISTA DOS AUTOS AO MP, nos termos do Prov. 006/2009 e 008/2014, ambos do CJRMB, conjuntamente com Prov. 006/2009 da CJCI. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal fim, assim, CUMPRA-SE. Intime-se e Publique-se, com a cautela devida. Registre-se. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00101901920188140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:M. F. D. DENUNCIADO:WELLISON GOMES BASTOS Representante(s): OAB 13739 - KAROL SARGES SOUZA (DEFENSOR DATIVO) DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO. DECISÃO Apresentada resposta à acusação em favor do(s) acusado(s), verifico a inexistência de causas que autorizem a absolvição sumária, motivo pelo qual MANTENHO o recebimento da denúncia, uma vez que a defesa não arguiu qualquer matéria que me convencesse a reconsiderar o recebimento da peça acusatória, notadamente as matérias ventiladas no art. 397 do CPP. Deste modo, DETERMINO: a) Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02/10/2019 às 09 horas e 30 minutos; b) Intimem-se, o(s) a(s) acusado(s), pessoalmente se solto(s) e/ou através da publicação da data da audiência por meio de edital, caso esteja(m) em local incerto e/ou não sabido, de tal modo, conforme requerido pelo(a) Representante do MP; c) Intimem-se as testemunhas de acusação e de defesa, conforme requerido; d) Oficie-se ao Sistema Carcerário e/ou DEPOL para apresentação do(s) acusado(s) e respectiva(s) testemunha(s) caso esteja(m) custodiada(s); e) Oficie-se à Polícia Civil e ou Militar, caso as testemunhas sejam policiais; f) Oficie-se ao Conselho Tutelar e ao CREAS, caso a(s) vítima(s) seja(m) menor(es) de 18 (dezoito) anos; g) Intime-se a Defensoria Pública, caso o(s) a(s) autor(es) sejam por ela representado(s); h) Intime-se o(s) advogado(s) constituído, caso haja, por meio de publicação no DJe; i) Dê ciência ao Ministério Público, com vistas dos autos; Intime-se. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Expeça-se o que for necessário, do mesmo modo, carta precatória para oitiva das testemunhas que morem fora desta

jurisdição nos termos do art. 222 do CPP, para qual, fixo o prazo razoável de 60 (sessenta) dias para cumprimento, sendo necessário, prorrogável pelo juízo deprecado. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00364374220158140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 26/06/2019 DENUNCIADO:JOEL BEZERRA DE HOLANDA Representante(s): OAB 6469 - ARIOSTO CARDOSO PAES JUNIOR (ADVOGADO) OAB 13739 - KAROL SARGES SOUZA (ADVOGADO) VITIMA:D. B. G. DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. DESPACHO Não existindo irregularidades a serem sanadas, tenho por preparado o presente processo, determinando que o réu JOEL BEZERRA DE HOLANDA seja submetido a julgamento, cuja sessão designo para o dia 06 de agosto de 2019, às 09:00h. Junte-se certidões de antecedentes criminais atualizada do réu. Intime-se o réu, seus Advogados, o Ministério Público, o assistente de acusação, se houver, assim como as testemunhas arroladas pelo Ministério Público e Defesa, para serem ouvidas em Plenário. Requisite-se a apresentação do réu preso. Expedidos os mandados, venham os autos conclusos para a elaboração de relatório. Expeça-se o que for necessário. Cumpra-se. Intimem-se. Almeirim/PA, 27 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00584373620158140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019 VITIMA:D. D. U. DENUNCIADO:JOSE EDGAR CAMPOS DE ALMEIDA DENUNCIANTE:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL DENUNCIADO:JAIRO BASTOS DO NASCIMENTO DENUNCIADO:MAIZAEL DOS SANTOS SANTANA DENUNCIADO:GERDSON CAMELO VILELA. DECISÃO RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo Ministério Público por preencher os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal, e não incidir qualquer das hipóteses de rejeição previstas no art. 395 do mesmo diploma legal, dando o(s) denunciado(s) como incurso nas sanções do tipo penal declinado na peça acusatória Deste modo, DETERMINO: 1. CITEM-SE o(s) acusado(s) para responder(em) à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias, consignando que poderá(ao) fazer arguição de preliminares e de tudo que interessar à defesa, bem como, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo a intimação quando necessário. 2. Após a(s) resposta(s) à acusação ou não apresentada(s) a(s) resposta(s) no prazo legal, assim como, caso o(s) denunciado(s) informe(m) ao oficial de justiça que não tenham condições de pagar(em) advogado(s) particular(es) e/ou o interesse de ser(em) representado(s) pela Defensoria Pública, RETORNEM-ME OS AUTOS CONCLUSOS ante a ausência de Representante deste órgão defensor nesta Comarca. 3. Advirto que o OFICIAL DE JUSTIÇA deverá certificar se o(s) acusado(s) tem interesse em constituir advogado particular ou se pretende ser patrocinado pela defensoria pública. 4. Expeça-se o necessário, sendo o caso, inclusive carta precatória em caso de residência fora desta jurisdição. 5. Não logrando êxito, DÊ-SE VISTA DOS AUTOS AO MP, nos termos do Prov. 006/2009 e 008/2014, ambos do CJRMB, conjuntamente com Prov. 006/2009 da CJCI. ATRIBUO AO PRESENTE ATO FORÇA DE MANDADO, para fins de possibilitar o seu célere cumprimento, em consagração ao princípio constitucional da razoável duração do processo, servindo a segunda via como instrumento hábil para tal fim, assim, CUMPRA-SE. Intime-se e Publique-se, com a cautela devida. Registre-se. Cumpra-se. Almeirim/PA, 25 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00724478520158140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Seção Infracional em: 26/06/2019 ADOLESCENTE:THIAGO DE SOUZA LOPES VITIMA:J. F. V. REPRESENTANTE:MINISTERIO PUBLICO. Proc. n.º: 0072447-85.2015.8.14.0004 Representação para apuração de ato infracional e aplicação de medida sócio educativa Requerente: Ministério Público Representado: THIAGO DE SOUZA LOPES SENTENÇA Vistos etc. Trata-se de representação para apuração de ato infracional e aplicação de medida sócio educativa em face de THIAGO DE SOUZA LOPES, já qualificado, pela prática de ato infracional similar ao crime tipificado no art. 155, do Código Penal. A Certidão constante à fl. retro atesta a tramitação de processos criminais contra o representado nesta Vara Única da Comarca de Almeirim, bem como na 1ª Vara Criminal de Santarém e Vara de Execução Penal de Santarém. É o que importa relatar. Decido. Com efeito, tendo o representado atingido os 18 anos de idade, conforme certidão de nascimento de fl. 15, cessa a inimputabilidade penal prevista nos arts. 228 da CF, 27 do CP e 104 do ECA, aplicando-se o ECA aos jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos vinculados às medidas sócio educativas por força do parágrafo único do art. 2º do ECA. Tal dispositivo deve contemplar às pessoas entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos aptas a sujeitarem-se ao duplo caráter das medidas sócio educativas: jurídico-sancionatório e ético-pedagógico. Em tese a prática de crime após a maioridade penal frustra a dimensão

substancial ético-pedagógica de eventual medida sócio educativa a ser aplicada e gera o risco ao processo sócio educativo grupal. Por todo o exposto, com fulcro no art. 485, VI, do CPC, DECLARO EXTINTO o presente processo sem resolução do mérito, determinando o seu arquivamento com as cautelas legais e de praxe. Ciência ao Ministério Público. P.R.I. Após, arquive-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 01364375020158140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 26/06/2019 REQUERENTE:MARIA LUIZA SERRA FLEXA Representante(s): OAB 6469 - ARIOSTO CARDOSO PAES JUNIOR (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS. DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 01364418720158140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 26/06/2019 REQUERENTE:ADILSON MIRANDA DA PAIXAO Representante(s): OAB 1792 - BRUNO DAGOSTIM CAMARGO (ADVOGADO) REQUERIDO:INSTUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL-INSS. DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 01454385920158140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Ação: Procedimento Comum em: 26/06/2019 REQUERENTE:LESLANE PRISCYLA DA CRUZ MEDEIROS Representante(s): OAB 11658 - ELCIO MARCELO QUEIROZ RAMOS (ADVOGADO) REQUERIDO:BANCO DO BRASIL ALMEIRM Representante(s): OAB 21078-A - JOSE ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (ADVOGADO) OAB 21148-A - SERVIO TULIO DE BARCELOS (ADVOGADO) . DESPACHO Considerando os termos da certidão de encerramento de trâmite físico de processo, em que se certifica que o presente processo foi convertido do suporte físico para eletrônico, migrado e registrado no Sistema de Processo Eletrônico (PJE), bem como considerando que os autos tramitarão somente por meio do sistema eletrônico (PJE) no 2ª Grau, arquivem-se provisoriamente estes autos físicos até o julgamento do recurso. Cumpra-se. Almeirim/PA, 26 de junho de 2019. RAFAELLA MOREIRA LIMA KURASHIMA Juíza de Direito Titular da Vara Única da Comarca de Almeirim PROCESSO: 00000855120168140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Boletim de Ocorrência Circunstanciada em: REPRESENTANTE: M. P. E. ADOLESCENTE: T. S. L. VITIMA: E. A. F. PROCESSO: 00006221320178140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: J. J. V. Representante(s): OAB 10185 - ANTONIO DOS SANTOS PAES (ADVOGADO) VITIMA: A. F. S. DENUNCIANTE: M. P. E. PROCESSO: 00013892720128140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERENTE: A. F. G. Representante(s): OAB 13739 - KAROL SARGES SOUZA (ADVOGADO) REQUERIDO: M. A. PROCESSO: 00014039820188140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Pedido de Prisão Preventiva em: AUTORIDADE POLICIAL: U. A. INDICIADO: R. F. S. PROCESSO: 00018419520168140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Boletim de Ocorrência Circunstanciada em: AUTOR: M. P. E. ADOLESCENTE: T. S. L. VITIMA: O. F. T. N. PROCESSO: 00036638520178140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Processo de Apuração de Ato Infracional em: AUTOR: M. P. E. ADOLESCENTE: T. S. L. VITIMA: A. C. O. E. PROCESSO: 00042097220198140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Civil Pública em: AUTOR: M. P. E. INTERESSADO: L. M. C. V. REQUERIDO: O. E. REQUERIDO: M. A. PROCESSO: 00062877320188140004 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: DENUNCIADO: A. C. B. Representante(s): OAB 6469 - ARIOSTO CARDOSO PAES JUNIOR (ADVOGADO) VITIMA: J. A. O. DENUNCIANTE: M. P. E.

P R O C E S S O : 0 0 0 6 6 4 9 7 5 2 0 1 8 8 1 4 0 0 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: J. L. B. G. Representante(s): OAB 13739 - KAROL SARGES SOUZA (ADVOGADO) OAB 26530-A - JOSE REINALDO SOARES (ADVOGADO) VITIMA: A. K. N. S. DENUNCIANTE: M. P. E. P R O C E S S O : 0 1 7 2 4 3 7 4 9 2 0 1 5 8 1 4 0 0 0 4 P R O C E S S O A N T I G O : - - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Seção Infracional em: ADOLESCENTE: T. S. L. VITIMA: D. D. M. R. REPRESENTANTE: M. P. A.

COMARCA DE ANAJAS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ANAJAS

RESENHA: 24/06/2019 A 01/07/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE ANAJAS - VARA: VARA UNICA DE ANAJAS PROCESSO: 00002438120168140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Cumprimento de sentença em: 27/06/2019 REQUERENTE:LEONIZA CHARMONT ANDRADE Representante(s): OAB 9573 - MANOEL DE DEUS ALCANTARA PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:JULIO DE PAULA ANDRADE. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0000243-81.2016.8.14.0077 DESPACHO Vistos os autos. Consta à fl. 40 termo de acordo extrajudicial firmado entre as partes com a finalidade de quitar o débito alimentar. Analisando detidamente os autos vejo que a decisão que determinou a prisão civil do executado foi proferida em 04/08/2017 e o acordo entre as partes ocorreu em 25/06/2019. Entre a decisão e o acordo transcorreu lapso temporal de 01 (um) ano e 10 (dez) meses, sendo que o valor da dívida não sofreu atualização desde a decisão.

Assim, determino a intimação da representante legal do exequente para que se manifeste sobre o valor atualizado do débito. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Anajás (PA), 27 de junho de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás PROCESSO: 00026416420178140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 27/06/2019 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:VANUZA CRISTO DE ABREU Representante(s): OAB 18151 - HUGO SALES FURTADO (ADVOGADO) AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0002641-64.2017.8.14.0077 DESPACHO Vistos os autos.

De acordo com a certidão de fl. 140, o patrono da acusada não apresentou alegações finais no prazo legal, embora intimado para o ato. Assim sendo, e com vistas a não gerar prejuízo demasiado aos direitos e garantias da acusada presa, notadamente a garantia da razoável duração do processo, DETERMINO que seja dada vista dos autos à Defensoria Pública, para fins de apresentação da peça defensiva. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. Anajás (PA), 26 de junho de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás PROCESSO: 00033050320148140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019 VITIMA:A. C. O. E. DENUNCIADO:FRANCICLEYSON LOBATO DE SOUZA DENUNCIADO:CLEBSON DA SILVA MARINHO DENUNCIADO:MIQUEIAS DE SOUZA LOUREIRO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0003305-03.2014.8.14.0077 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Considerando os termos do Ofício nº 119/2019, oriundo da Delegacia de Polícia Civil de Anajás, em que consta a informação de recaptura do Réu CLEBSON DA SILVA MARINHO ("TIO CAT"), AUTORIZO a transferência imediata para Unidade Prisional adequada, com observância das cautelas legais. Na ocasião, verifico que não consta nos autos comprovação do pagamento das custas fixadas em sentença, a mesma é considerada dívida de valor, aplicando-se as regras tributárias, sendo a execução promovida pela Procuradoria da Fazenda. Logo, diante do transcurso do prazo sem pagamento, comunique-se a Fazenda Pública para fins de inscrição em dívida ativa. Expeça-se o necessário. CUMPRA-SE.

Anajás/PA, 18 de junho de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás PROCESSO: 00001990420128140077 PROCESSO ANTIGO: 201210001545 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Execução de Alimentos em: 28/06/2019 REPRESENTANTE:ALCINEIA PEREIRA DA COSTA EXECUTADO:GIUSSEPE RODRIGUES DOS SANTOS EXEQUENTE:NTC COMERCIO ATACADISTA DE PRODUTOS MADEREIROS LTDA EXEQUENTE:A.G.C. DOS S. EXEQUENTE:F.P. DA C. N. EXEQUENTE:G.R. DOS S. J.. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0000199-04.2012.8.14.0077 DESPACHO

Considerando a certidão retro, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação. Após, retornem os autos conclusos. CUMPRA-SE, expedindo e promovendo os atos necessários.

Anajás/PA, 08 de maio de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás PROCESSO: 00005815020198140077

PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Carta Precatória Cível em: 28/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE AFUA EXECUTADO:GILSON DOS ANJOS BATISTA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0000581-50.2019.8.14.0077 DESPACHO Vistos os autos. Cumpra-se na forma deprecada. Após o cumprimento, devolva-se com as nossas homenagens. CUMPRA-SE, expedindo o necessário Anajás (PA), 09 de maio de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás Página de 1 PROCESSO: 00006000320128140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:JARDELINA LOBATO CONCEICAO Representante(s): OAB 9573 - MANOEL DE DEUS ALCANTARA PEREIRA (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE ANAJAS REPRESENTANTE:EDSON DA SILVA BARROS. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 000600-03.2012.8.14.0077 SENTENÇA JARDELINA LOBATO CONCEIÇÃO, qualificada na inicial, aforou AÇÃO DECLARATÓRIA DE VINCULO EFETIVO C/C REINTEGRAÇÃO EM FUNÇÃO PÚBLICA E ANTECIPAÇÃO DA TUTELA contra o MUNICÍPIO DE ANAJÁS. Alega em suma que é funcionária pública municipal, tendo sido nomeada em 28 de fevereiro de 2003, em razão de concurso público, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (decreto de nomeação contido á fl. 13). Afirma ter exercido suas funções na Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social até o final de 2008, quando foi informada de que não fazia mais parte do quadro de servidores do Município estando exonerada sem que tenha havido nenhum tipo de processo administrativo que lhe permitisse o contraditório e ampla defesa. A parte ré estando devidamente intimada não apresentou contestação e por consequência teve sua revelia decretada à fl.19v. Às fls. 52-54 consta termo de audiência de instrução e julgamento, tendo as partes feito suas alegações finais de forma oral e reduzidas a termo. Em audiência, a testemunha RAIMUNDO CANDIDO, afirma "que trabalha na prefeitura tendo ingressado por concurso público em 2003; que entrou no mesmo concurso da autora; que quando mudou a gestão do prefeito Raimundo Nogueira para seu Edson Barros, o novo prefeito tirou a autora do trabalho; que soube que a autora estava doente e viajou e quando retornou tinha sido demitida; que não tem certeza quanto tempo a autora passou fora, mas acha que foi uns dois meses". A autora por sua vem em sede de depoimento aduz "que trabalhou na prefeitura durante a gestão do senhor Mundico e quando entrou o prefeito Edson lhe tirou do trabalho; que a secretaria Silvia Nogueira lhe chamou e disse que a depoente estava demitida e que não era mais para ir trabalhar; que então a depoente não foi mais ao trabalho e logo depois adoeceu e foi para Belém fazer tratamento por uns 03 meses; que não é verdade que a depoente tenha trabalhado até o ano de 2004 e depois abandonado o serviço como afirma a requerida". A última testemunha ouvida em audiência, THAYS CÁSSIA DA FONSECA afirma "que existe na secretaria registro dos funcionários a partir de 2013 quando iniciou a atual gestão, não sabendo dizer se existe registros anteriores a essa época; que a informação que sabe sobre a autora é o que consta no processo".

Em alegações finais feitas oralmente e reduzidas a termo a parte autora reiterou todos os termos da inicial e a requerida pugnou pela total improcedência dos pedidos da autora, alegando abandono de labor pela requerente. É o relatório. PASSO A DECIDIR. É sedimentada a matéria a respeito da demissão de servidores públicos, e não se pode aceitar que servidores estejam sujeitos à demissão sem o mínimo de formalidade e entregue ao mero arbítrio do administrador. Os fatos alegados pela requerida de que a requerente abandonou o emprego público, deve ser provado, o qual poderia ser feito com a juntada do processo administrativo que culminou com a referida demissão, porém não o fez.

Ainda que seja verdade as alegações da requerida de que a requerente abandonou o emprego, deve-se garantir o processo legal e ampla defesa, com publicação de edital de convocação e demais atos legais, para ao fim e ao cabo, tomar medida legalmente prevista, o que ora não ocorreu, sendo a requerente demitida ilegalmente e sem nenhuma oportunidade de defesa. Os documentos acostados aos autos, entre os quais estão o decreto de nomeação n° 358/2003 comprovam o vínculo efetivo da autora com a requerida. Assim, após a análise dos autos se verifica que há documentos que demonstram a veracidade das alegações bem como os depoimentos colhidos na instrução processual. Na confluência do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão da requerente, resolvendo o mérito, na forma do art. 487, I do CPC/15 e determino a sua reintegração imediata em caráter efetivo para a função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS. Fixo o valor de R$ 100,00 (cem reais), por dia, em caso de descumprimento, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

Publique-se. Registre-se. Intime-se Anajás, 10 de maio de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás Página de 2 PROCESSO: 00006225120188140077 PROCESSO ANTIGO: ----

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Carta Precatória Cível em: 28/06/2019 JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA QUARTA VARA DE FAMILIA OFAOS E SUCESSOES DE MACAPA JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ANAJAS REQUERIDO:JUBERTO FERREIRA DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0000622-51.2018.8.14.0077 DESPACHO Vistos os autos. Considerando a certidão de fl. 20, devolva-se com as nossas homenagens. CUMPRA-SE, expedindo o necessário Anajás (PA), 27 de junho de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás Página de 1 PROCESSO: 00006490520168140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:NILSON DE SOUZA DE LIMA VITIMA:A. C. AUTOR:MINISTEERIO PUBLICO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0000649-05.2016.8.14.0077 DESPACHO Vistos os autos. Verifico que houve transito em julgado do último recurso interposto pela Defesa, conforme certidão de fl. 217, sendo mantida a condenação do acusado nos termos do acordão de fls. 207/209v. Assim, cumpra-se as disposições finais da sentença de fls. 140/145, em observância ao dispositivo do acordão supramencionado. Expedientes necessários. CUMPRA-SE. Anajás (PA), 18 de junho de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás PROCESSO: 00008620620198140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DA PARA REQUERENTE:CARLOS CLEI PEREIRA DE FREITAS REQUERENTE:ELLEN DO SOCORRO CAVALCANTE DE LIMA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0000862-06.2019.8.14.0077 SENTENÇA Trata-se de autos de homologação de acordo firmado junto ao Ministério Público, entre CARLOS CLEI PEREIRA DE FREITAS e ELLEN DO SOCORRO CAVALCANTE DE LIMA. As partes pactuaram que o primeiro acordante pagará ao filho menor CARLOS EDUARDO LIMA FREITAS, a título de pensão alimentícia 20% de seus rendimentos líquidos, descontados em folha e transferidos à conta de titularidade da representante legal do menor, senhora ELLEN DO SOCORRO CAVALCANTE DE LIMA, banco Banpará, conta corrente 0423397-2, agência 0074. A cláusula quarta do termo trata dos bens adquiridos na constância da união e partilha destes, estando ambos de comum acordo quanto à divisão realizada. É o relatório. DECIDO. Segundo o Código Civil de 2002, uma das formas de extinção da obrigação consiste na transação, entendida como estabelecimento de concessões mútuas, com vistas à extinção ou prevenção do litígio (artigos 840 e ss. do CC/2002). Simultaneamente, prevê o Código de Processo Civil que a transação deve ser homologada e o processo extinto com resolução do mérito.

Nesses casos, compete ao julgador, antes da homologação, tão somente averiguar a razoabilidade do acordo efetivado, a fim de aferir se foram resguardados eventuais direitos consignados em lei e evitar lesão ou onerosidade excessiva a uma das partes. No presente caso, verifico que os termos do acordo celebrado atende aos interesses das partes, razão porque não verifico nenhum vício formal ou material que impeça a homologação pretendida. Demais disso, observo que há manifestação de vontade livre e de boa-fé, partes capazes e legitimadas, objeto lícito, possível e determinado, além de forma adequada. Posto isso, e com fundamento no artigo 487, inciso III, alínea b, do CPC/2015, HOMOLOGO POR SENTENÇA a transação efetuada pelas partes e extingo o processo com resolução do mérito. Oficie-se à Prefeitura Municipal de Anajás para que proceda ao desconto em folha de pagamento. Sem custas. Ciência ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se, expedindo o necessário. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Anajás, 30 de maio de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás Página de 1 PROCESSO: 00009285920148140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 REQUERENTE:JULINHO ALVES PINHEIRO REQUERENTE:LEONICE MORAES AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0000924-59.2014.8.14.0077 SENTENÇA Trata-se de autos de cumprimento de sentença, proposta por LEONICE MORAES em face de JULINHO ALVES PINHEIRO, buscando quitação de débito. Verifico que a parte autora informou que o requerido adimpliu voluntariamente a obrigação, conforme depreende-se da fl.34 e por este motivo requereu a desistência da ação. Os autos vieram conclusos para decisão. É o relatório. PASSO A DECIDIR. Considerando a certidão de fl. 34, entendo que o pedido de desistência da

ação deve ser acolhido. Em face do exposto, considerando o adimplemento da obrigação, HOMOLOGO POR SENTENÇA e EXTINGO o presente processo na forma do artigo 924, inciso II do CPC/15. Sem custas, por serem as partes beneficiárias da justiça gratuita. Após o trânsito em julgado e observadas as cautelas legais, arquive-se. Expedientes necessários. Cumpra-se Anajás, 10 de maio de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás Página de 1 PROCESSO: 00010214620198140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos em: 28/06/2019 VITIMA:O. E. DENUNCIADO:MOISES DA COSTA BARBOSA PROMOTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO JUSTIÇA FEDERAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO AMAPÁ PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0001021-46.2019.8.14.0077 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA NOTIFIQUE-SE o denunciado MOISÉS DA COSTA BARBOSA, para oferecer defesa prévia por escrito no prazo de 10 (dez) dias, nos termos do artigo 55, "caput", da Lei 11.343/06, oportunidade em que poderá suscitar exceções e invocar todas as razões de defesa, bem como especificar todas as provas que pretende produzir e arrolar até o máximo de 5 (cinco) testemunhas. Não sendo oferecida a defesa prévia no prazo assinalado, fica desde já nomeada a Defensoria Pública para promover a defesa dativa dos acusados, que deverá ser cientificada pessoalmente da nomeação e ter vista dos autos para produzir a defesa prévia por escrito no prazo legal. DEFIRO os pedidos de diligência formulados pelo Ministério Público, devendo ser expedido ofício à Autoridade Policial para informar sobre as providências adotadas para destruição da droga por incineração e para que junte antes da audiência de instrução de julgamento o Laudo Toxicológico Definitivo da droga apreendida. CIÊNCIA ao Ministério Público. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO OFÍCIO/MANDADO. Anajás/PA, 27 de junho de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás PROCESSO: 00017135020168140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:E. J. S. N. DENUNCIADO:JOSE LUIZ PANTOJA TRINDADE AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0001713-50.2016.8.14.0077 DESPACHO Vistos os autos. Considerando o pedido de habilitação de assistente de acusação à fl. 78, vistas ao Ministério Público. Após, conclusos. Expedientes necessários. Cumpra-se. Anajás (PA), 09 de maio de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz titular da Comarca de Afuá respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás PROCESSO: 00017143520168140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:NILSON DE SOUZA DE LIMA VITIMA:C. J. N. S. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0001714-35.2016.8.14.0077 DESPACHO Vistos os autos. Considerando a interposição do recurso de apelação e suas razões, fls. 294-301v, vistas ao Ministério Público para contrarrazões. Após, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com a nossas homenagens. Expedientes necessários. CUMPRA-SE. Anajás (PA), 18 de junho de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás PROCESSO: 00022078020148140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:MUNICIPIO DE ANAJAS REQUERIDO:RAIMUNDO NOGUEIRA FILHO. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0002207-80.2014.8.14.0077 SENTENÇA Vistos os autos. Trata-se de AÇÃO DE RESSARCIMENTO COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, proposta pelo MUNICÍPIO DE ANAJÁS em face de RAIMUNDO NOGUEIRA FILHO, todos devidamente qualificados nos autos. O requerido mesmo estando devidamente intimado não apresentou contestação (fl.14). Conforme certidão de fl. 21, a requerente foi intimada para se manifestar quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito e não se manifestou em tempo hábil. Vieram os autos conclusos. É o relatório. FUNDAMENTO e DECIDO. Como é cediço, a inércia das partes diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que é condição para o regular exercício do direito de ação. No caso dos autos, a requerente embora ciente do ato que deveria praticar não o fez, conforme teor da certidão de fls. 27-28, além de não constar nos autos habilitação de patrono, o que, a meu juízo, configura o abandono da causa por ausência superveniente de

interesse na resolução da demanda. Nesse contexto, penso que a insistência no prolongamento deste feito só iria reforçar a nova tendência de crítica, por ausência de gestão processual, arcada, no sistema de justiça, apenas pelo Poder Judiciário e, ao final, não se alcançaria o fim último que é a resolução de mérito, já que a falta de interesse, como visto, é o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse da parte Requerente no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofício, em homenagem aos princípios da razoável duração da demanda e da racional gestão de processos, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo. Ante o exposto, EXTINGO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III do CPC/15. Isento de custas e honorários. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos e dê-se as baixas devidas. Expedientes necessários. Cumpra-se. Anajás (PA), 09 de maio de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás PROCESSO: 00032926220188140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 VITIMA:F. G. L. N. VITIMA:J. D. P. L. VITIMA:E. A. L. VITIMA:B. P. L. DENUNCIADO:NICODEMOS DE SOUZA FREITAS DENUNCIADO:JOSE DE SOUZA DENUNCIADO:FABIO CARDOSO DE SOUZA AUTOR:MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DENUNCIADO:JAZIEL CARDOSO GOMES Representante(s): OAB 7163 - HELYTON FEITOSA PINTO (ADVOGADO). PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0003292-62.2018.8.14.0077 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Trata-se de pedido de revogação de prisão preventiva proposto pela Defesa de JAZIEL CARDOSO GOMES ("JAJÁ"), qualificado nos autos, argumentando que os elementos autorizadores da prisão preventiva não subsistem.

Instado, o Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pleito. De acordo com o artigo 316 do Código de Processo Penal (CPP), o juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no curso do processo, verificar a falta de motivo para que ela subsista. No presente caso, adianto que o presente pleito não merece ser acolhido, em que pese a argumentação deduzida no pleito liberatório formulado pela Defesa, porquanto não houve mudança no panorama processual. O peticionamento não traz nenhum elemento apto a modificar a situação fática e processual em epígrafe, de maneira que as argumentações coligidas traduzem mera retórica defensiva, que a meu ver não afastam os fundamentos da segregação cautelar. No caso dos autos, observo que as medidas cautelares diversas da prisão preventiva não são suficientes para garantir o regular andamento do processo e a ordem pública, uma vez que consta na denúncia relato de que o indiciado e outros elementos teriam rendido a vítima com armas de fogo em punho e ainda dispararam contra a comunidade, sendo, portanto, imprescindível a manutenção da prisão preventiva do acusado, pois, uma vez em liberdade, por conta da conduta a si atribuída, há indicativos de alta periculosidade, devendo ser preservada a ordem pública. Ressalto também que a existência de bons antecedentes, a suposta primariedade e residência fixa do agente não são aptas a garantir-lhe a revogação da medida extrema. O fato é gravíssimo, a prática de crimes dessa gravidade contribui para o sentimento de insegurança e medo que aflige a sociedade, põe em risco a ordem pública e autoriza a manutenção da prisão, sem contar que a liberação, pelo menos neste momento, implicaria certamente um reforço na sensação de impunidade que domina o senso comum. Estão claras as provas da existência do crime, bem como os indícios suficientes de sua autoria, ou seja, o "fumus comissi delict".

Quanto ao "periculum libertatis", de igual modo se faz presente, vez que há a necessidade de ser garantida a ordem pública, uma vez que a gravidade do crime e seu "modus operandi" demonstram que o réu, em liberdade, oferece risco à coletividade, pois demonstra ser uma pessoa de elevada periculosidade, na medida em que tem imputado contra si delito de roubo e formação de quadrilha. Destaco que os motivos que levaram este juízo a decretar a prisão processual não dizem respeito a gravidade em tese do crime, mas sim a periculosidade evidenciada com a conduta perpetrada e o risco a integridade física e psicológica dos cidadãos anajaenses, que são situações totalmente distintas. Por tudo o que foi exposto, entendo que a prisão preventiva do requerente continua sendo necessária para resguardar a ordem pública, além de ser necessária para garantir a instrução processual penal e assegurar a aplicação da lei penal. Tais as circunstâncias, INDEFIRO o presente pleito liberatório e mantenho a prisão preventiva de JAZIEL CARDOSO GOMES ("JAJÁ"). INTIMEM-SE. CIÊNCIA ao Ministério Público. CUMPRA-SE, expedindo o necessário. CÓPIA DESTA DECISÃO SERVIRÁ COMO OFÍCIO/MANDADO. Anajás/PA, 19 de junho de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás PROCESSO: 00037435820168140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Procedimento Sumário em: 28/06/2019 REQUERENTE:AMILTON SERGIO PEREIRA DIAS REQUERENTE:DEUZALINA FARIAS DE ANDRADE REQUERENTE:EDNA FARIAS DE ANDRADE REQUERENTE:ELLEN DO SOCORRO CAVALCANTE DE LIMA REQUERENTE:MARLENE CORREA

MORAES REQUERENTE:ODILEUMA MORAES DOS REIS REQUERIDO:CDC EDUCAÇÃO LTDA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0003743-58.2016.8.14.0077 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Promova-se consulta e bloqueio via BACENJUD do valor de R$ 14.787,23 (quatorze mil setecentos e oitenta e sete reais e vinte e três centavos), havendo bloqueio, formalizem a penhora, intimando-se o executado para querendo, impugná-la no prazo de 5 (cinco) dias, não havendo impugnação, proceda-se a transferência para a conta do juízo e expeça-se alvará de levantamento. Saliento que, na forma do art. 854, caput, a parte executada não deve ser intimada desta decisão. Anajás/PA, 8 de maio de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás PROCESSO: 00043864520188140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Execução Contra a Fazenda Pública em: 28/06/2019 EXEQUENTE:MANOEL DE DEUS ALCANTARA PEREIRA EXECUTADO:ESTADO DO PARA - FAZENDA PUBLICA ESTADUAL. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0004386-45.2018.8.14.0077 SENTENÇA MANOEL DE DEUS ALCANTARA PEREIRA, devidamente qualificado na inicial, advogando em causa própria, propôs a presente Ação de Execução em face do ESTADO DO PARÁ. Foi juntada petição inicial, fls. 02/04v, em que a parte Exequente afirma ter sido nomeado Advogado Dativo, fazendo jus aos honorários advocatícios arbitrados em seu favor, apresentando planilha discriminando os processos, parte beneficiada e valor dos honorários, totalizando R$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais).

Juntamente com a inicial, foram juntados documentos de fls. 05/52. Em decisão de fl. 54, foi determinada a citação da parte Executada. Verifico que foi apresentada impugnação às fls. 55/57v, em que a parte Executada ataca a tese da parte autora alegando que o arbitramento da quantia de R$ 6.900 em 05 processos em favor do exequente não merece prosperar, pois tal valor revela-se explicitamente excessivo levando em consideração a realidade local e a complexidade técnica. Os autos vieram conclusos para decisão. É o relatório. PASSO A DECIDIR. Compulsando os autos, verifico que se trata de execução de título judicial em face da Fazenda Pública, na qual a parte Exequente pleiteia o recebimento de honorários advocatícios arbitrados em razão de nomeação como advogado dativo. Sabe-se que a Constituição Federal no inciso LXXIV do artigo 5º, assegura a assistência judiciária gratuita aos que comprovarem a insuficiência de recursos, bem como o art. 261 do CPP também garante que nenhum acusado será processado ou julgado sem defensor, máximas que devem ser consideradas para o presente caso. Embora haja a previsão de comprovação da insuficiência financeira, este dispositivo não deve ser considerado sem uma análise contextual da legislação vigente e a realidade social. É de amplo conhecimento, tanto no meio jurídico como para os jurisdicionados, que os casos que envolvem matéria penal acabam exigindo esforço impar para a contratação de um advogado particular, tanto por parte do acusado como dos familiares. É cristalina a realidade pátria, em que o infrator da lei penal ou seus familiares e amigos, na falta de recursos financeiros, lançam mão de bens para angariar fundos para a contratação de advogado para patrocinar um processo criminal. Assim, em regra, a maioria dos indivíduos assistidos por defensor público ou advogado dativo não dispõem de recursos financeiros ou de patrimônio para tanto. Assim, entendo que no processo criminal, considerando as suas severas consequências, a assistência gratuita de um defensor não é uma opção, mas uma necessidade, quando utilizada. Quanto a atuação do advogado como dativo, faço a ressalva da obrigação instituído no artigo 264 do CPP, em que impõe ao profissional o dever de prestar patrocino ao acusado quando nomeado pelo Juiz, não sendo uma faculdade. Diante deste múnus público, o §1º do art. 22 da Lei n.º 8.906/94 prevê o direito a fixação de honorários ao advogado indicado a patrocinar causa de juridicamente necessitado. Com efeito, o que se depreende da exegese da legislação aplicada ao contexto social brasileiro, a assistência do defensor dativo no processo criminal não é uma opção do acusado, mas um direito e uma necessidade para garantia de seus direitos, assim como não é uma faculdade do advogado quando nomeado pelo Juiz. Destarte, em que pese o esforço do Poder Público em cumprir com suas obrigações, tanto o jurisdicionado como o profissional nomeado não podem ser prejudicados por omissões da Administração Pública. Por todo o exposto, rejeito parcialmente as arguições da parte Executada e JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial, com base no artigo 487, inciso I do CPC/15 c/c o art. 534 e seguintes do CPC/15, condenando a parte Executada ao pagamento do valor de R$ 38.500,00 (trinta e oito mil e quinhentos reais) por meio de RPV, nos termos do inciso II, do §3º do art. 535 do CPC/15, os quais devem ser devidamente corrigidos monetariamente. Fixo honorários advocatícios em 10% (dez por cento) do valor da condenação.

Isento de custas nos termos legais. Intimem-se as partes observando as formalidades legais.

Com o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas e as baixas devidas.

Expedientes necessários. CUMPRA-SE. Anajás, 30 de maio de 2019. ERICK COSTA

FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás Página de 2 PROCESSO: 00762955520158140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ERICK COSTA FIGUEIRA Ação: Cumprimento de sentença em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL REQUERENTE:ALEANDRO DOS SANTOS BELO REQUERENTE:PALOMA CARDOSO BATISTA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE ANAJÁS Processo 0076295-55.2015.8.14.0077 SENTENÇA Vistos os autos. Trata-se de cumprimento de sentença, proposta por PALOMA CARDOSO BATISTA em face de ALEANDRO DOS SANTOS BELO, todos devidamente qualificados nos autos. Conforme certidões do Oficial de Justiça de fl. 27, a requerente foi intimada para se manifestar quanto ao seu interesse no prosseguimento do feito e não se manifestou em tempo hábil (fl.28). Vieram os autos conclusos. É o relatório. FUNDAMENTO e DECIDO.

Como é cediço, a inércia das partes diante dos deveres e ônus processuais, acarretando a paralisação do processo, faz presumir desistência da pretensão à tutela jurisdicional. Equivale, pois, ao desaparecimento do interesse, que é condição para o regular exercício do direito de ação. No caso dos autos, a requerente embora ciente do ato que deveria praticar não o fez, conforme teor das certidões de fls. 27-28, além de não constar nos autos habilitação de patrono, o que, a meu juízo, configura o abandono da causa por ausência superveniente de interesse na resolução da demanda.

Nesse contexto, penso que a insistência no prolongamento deste feito só iria reforçar a nova tendência de crítica, por ausência de gestão processual, arcada, no sistema de justiça, apenas pelo Poder Judiciário e, ao final, não se alcançaria o fim último que é a resolução de mérito, já que a falta de interesse, como visto, é o que impera no caso. Assim, diante do desinteresse da parte Requerente no seguimento normal da demanda, deve o Juiz, de ofício, em homenagem aos princípios da razoável duração da demanda e da racional gestão de processos, após as providências legais, determinar a extinção e arquivamento do processo. Ante o exposto, EXTINGO O PROCESSO, SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, inciso III do CPC/15. Isento de custas e honorários, em virtude da concessão dos benefícios da justiça gratuita. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos e dê-se as baixas devidas. Expedientes necessários. Cumpra-se.

Anajás (PA), 09 de maio de 2019. ERICK COSTA FIGUEIRA Juiz de Direito Titular da Comarca de Afuá, respondendo cumulativamente pela Comarca de Anajás PROCESSO: 00000662520138140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: AUTOR: A. D. P. REQUERENTE: A. C. G. B. REPRESENTANTE: E. G. B. REQUERIDO: L. A. S. C. PROCESSO: 00001063620158140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: C. E. S. M. REPRESENTANTE: K. M. S. REQUERIDO: E. R. M. PROCESSO: 00001534420148140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. EXEQUENTE: R. L. F. EXEQUENTE: E. L. F. EXEQUENTE: E. L. F. EXEQUENTE: E. L. F. EXEQUENTE: S. L. F. REPRESENTANTE: M. R. S. L. EXECUTADO: F. S. F. PROCESSO: 00002341720198140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Divórcio Consensual em: REQUERENTE: Z. M. S. Representante(s): OAB 24659 - RICHELLE SAMANTA PINHEIRO FREITAS (ADVOGADO) REQUERENTE: J. R. S. PROCESSO: 00006502420158140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. EXEQUENTE: C. R. M. EXEQUENTE: C. R. M. EXECUTADO: F. S. M. REPRESENTANTE: M. L. C. M. PROCESSO: 00007019320198140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: S. S. R. S. DENUNCIADO: J. A. R. P. PROMOTOR: M. P. E. PROCESSO: 00007218420198140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: VITIMA: M. F. L. L. DENUNCIADO: R. P. B. PROMOTOR: M. P. E. PROCESSO: 00007737120058140077 PROCESSO ANTIGO: 200510002211 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: REQUERIDO: J. A. G. R. REP LEGAL: M. F. M. REQUERENTE: A. M. R. REQUERENTE: A. M. R. REQUERENTE: J. M. R. AUTOR: M. P. E. PROCESSO: 00008335820168140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. EXEQUENTE: R. S. C. REPRESENTANTE: R. S. S. EXECUTADO: E. C. C. PROCESSO: 00008526420168140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. EXEQUENTE: M. P. S. EXEQUENTE: N. P. S. REPRESENTANTE: E. L. P. EXECUTADO: M. L. S. PROCESSO: 00009684120148140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em:

AUTOR: M. P. E. EXEQUENTE: A. C. D. EXEQUENTE: A. C. D. EXEQUENTE: J. C. D. REPRESENTANTE: I. C. C. EXECUTADO: A. A. D. PROCESSO: 00009836820188140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. P. REQUERENTE: A. A. B. S. REPRESENTANTE: G. L. B. REQUERIDO: S. M. T. S. PROCESSO: 00010093720168140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. EXEQUENTE: K. K. L. G. REPRESENTANTE: J. L. F. EXECUTADO: J. S. G. PROCESSO: 00011427420198140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: AUTOR: M. P. E. P. REQUERENTE: C. B. R. P. REQUERENTE: H. S. P. PROCESSO: 00011895320168140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. EXEQUENTE: A. G. S. REPRESENTANTE: A. G. M. EXECUTADO: A. S. S. PROCESSO: 00012446720178140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: REQUERENTE: F. P. R. F. Representante(s): OAB 24659 - RICHELLE SAMANTA PINHEIRO FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO: C. M. R. REQUERIDO: C. M. R. REPRESENTANTE: C. M. M. PROCESSO: 00020928820168140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: A. G. G. P. REPRESENTANTE: M. C. G. REQUERIDO: A. G. P. PROCESSO: 00020937320168140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: C. V. S. REPRESENTANTE: E. S. V. REQUERIDO: R. F. S. PROCESSO: 00021817720178140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Tutela e Curatela - Nomeação em: INTERDITANDO: M. S. F. S. Representante(s): OAB 11111 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR) INTERDITO: A. S. C. PROCESSO: 00022314020168140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: REQUERENTE: R. D. L. REPRESENTANTE: R. D. F. REQUERIDO: J. L. A. PROCESSO: 00023840520188140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: L. G. N. REQUERENTE: E. V. G. N. REPRESENTANTE: R. P. G. REQUERIDO: F. Q. N. PROCESSO: 00024739620168140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: R. S. N. REQUERENTE: R. S. N. REQUERENTE: R. S. N. REQUERENTE: I. S. N. REPRESENTANTE: D. V. S. REQUERIDO: R. S. N. PROCESSO: 00032530720148140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: O. F. S. REQUERENTE: R. A. S. PROCESSO: 00039618620168140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: DENUNCIADO: F. S. S. VITIMA: J. A. C. C. DENUNCIADO: D. S. S. AUTOR: M. P. E. PROCESSO: 00045232720188140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Divórcio Litigioso em: REQUERENTE: A. U. M. Representante(s): OAB 24659 - RICHELLE SAMANTA PINHEIRO FREITAS (ADVOGADO) REQUERIDO: D. M. R. PROCESSO: 01222917620158140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. EXEQUENTE: J. R. L. EXEQUENTE: J. R. L. EXEQUENTE: J. R. L. REPRESENTANTE: W. C. R. EXECUTADO: J. F. L. PROCESSO: 01222934620158140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. EXEQUENTE: R. S. R. REPRESENTANTE: E. S. S. EXECUTADO: P. M. B. R. PROCESSO: 01232938120158140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. EXEQUENTE: E. L. F. EXEQUENTE: R. L. F. EXEQUENTE: S. L. F. EXEQUENTE: E. L. F. EXEQUENTE: E. L. F. REPRESENTANTE: M. R. S. L. EXECUTADO: F. F. S. PROCESSO: 01242958620158140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: H. S. O. REPRESENTANTE: E. M. S. REQUERIDO: A. D. O. PROCESSO: 01252918420158140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: W. S. C. REPRESENTANTE: M. L. S. REQUERIDO: G. M. C. PROCESSO: 01403103320158140077 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Execução de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. EXEQUENTE: L. A. C. REPRESENTANTE: M. A. C. EXECUTADO: E. S. C.

COMARCA DE AUGUSTO CORREA

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE AUGUSTO CORREA

Audiência doc: 2017.04585423-88

Proc. N.º: 0004207-12.2016.8.14.0068

Autos de: AÇ¿O PENAL PÚBLICA

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO

Acusado: JOSÉ DILSON SILVA COSTA

Imputaç¿o: Art. 129, §1º, I, do CPB

Vítima: J.S.R

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos 20 (vinte) dias de março do ano de 2018 (dois mil e dezoito), na sala de audiências, do Prédio do Fórum desta Comarca, às 09H00MIN, onde presentes estavam Excelentíssimo Senhor Dr. **ANTONIO FRANCISCO GIL BARBOSA,** acompanhado do Promotor de Justiça titular da Comarca, o Dr. **LUIZ DA SILVA SOUZA**, e também por mim, Auxiliar de Secretaria, adiante nomeada. Feito o preg¿o de praxe respondeu presente o acusado **JOSÉ DILSON SILVA COSTA**. Aberta a audiência, o MM. Juiz indagou ao acusado quanto a seu advogado, respondeu que n¿o tinha e requereu que lhes fosse nomeado um Defensor Dativo, pois n¿o tinha condiç¿o de contratar um advogado particular. Diante do requerimento do acusado, para regularizar a representaç¿o dos acusados**, o MM. JUIZ DELIBEROU O SEGUINTE: ¿Vistos etc. Considerando a ausência de patrono constituído pelo autor, que informou n¿o possuir condiç¿o financeira para tanto, requereu que fosse defendido pela Defensoria Pública, todavia diante da inexistência de Defensor Público lotado nesta Comarca, que n¿o é atendida, nem mesmo de forma itinerante, pela Defensoria Pública do Estado do Pará, apesar de inúmeras solicitaç¿es à Procuradoria Geral do órg¿o citado e comunicaç¿es à Presidência e a Corregedoria de Justiça, esta inclusive confirmou a situaç¿o durante a realizaç¿o de Correiç¿o Ordinária no ano de 2015, nesta Comarca, e para que se evite que os acusados fiquem sem defesa, nomeio como ADVOGADA DATIVA, a Dr.ª MARIA CLÁUDIA DA SILVA SANTOS - OAB/PA Nº 15.393-A, aqui presente e mediante compromisso de seu grau, desde já fixando o valor de seus honorários, que, nos termos do art. 22, § 1º da Lei n.º 8.906/94 (Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil,), e, com base no item XXIX ¿ JUIZADOS ESPECIAIS - 1 ¿ ATUAÇ¿O EM 1ª INSTÂNCIA - 1.1 ¿ somente para realizaç¿o de audiência R$ 600,00, fixo os honorários do advogado dativo acima nomeado a ser suportado pelo Estado do Pará no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais). Cumpra-se.¿** Em seguida, já com a presença da Advogada Dativa, deu-se prosseguimento a audiência. Ao denunciado presente **JOSÉ DILSON SILVA COSTA,** a quem se imputa a prática do crime tipificado no Art. 129, § 1º, I, do Código Penal Brasileiro, que estipula como pena mínima abstrata de 01 (um) ano. Por se tratar de crime abrangido pelo art. 89, da Lei 9.099/95 e que foi proposta pelo Ministério Público na denúncia as seguintes condiç¿es: **SUSPENS¿O CONDICIONAL DO PROCESSO por 02 (dois) anos, mediante as condiç¿es de: a) n¿o frequentar casas de jogos, bares, festas e similares; b) comparecer mensalmente em juízo para informar suas atividades; e c) n¿o se ausentar da comarca onde reside sem prévia autorizaç¿o judicial.** Dada a palavra ao acusado **JOSÉ DILSON SILVA COSTA**, assim se manifestou: Que aceita as condiç¿es impostas, sendo a aceitaç¿o ratificada pela patrona nomeada. O MP manifestou-se pela homologaç¿o da suspens¿o. Em seguida, o MM. Juiz de Direito proferiu a seguinte **DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA: ¿Vistos etc. Em face do acusado JOSÉ DILSON SILVA COSTA,**

qualificado nos autos, foi proposta Aç¿o Penal respectiva. O Ministério Público fez a proposta da suspens¿o do processo de acordo com o art. 89, da lei nº 9.099/95. O acusado aceitou mediante as condiç¿es estatuídas no artigo 89, da Lei nº 9.099/95 acima especificadas. Diante disso, acatando a proposta do Ministério Público, nos termos do § 1º, do artigo 89, da mencionada Lei HOMOLOGO E DECLARO SUSPENSO O PROCESSO PELO PRAZO DE 02 (DOIS) ANOS, mediante as seguintes condiç¿es: 1) n¿o frequentar casas de jogos, bares, festas e similares; 2) comparecer mensalmente em juízo para informar suas atividades; e 3) n¿o se ausentar da comarca onde reside sem prévia autorizaç¿o judicial. Fica o acusado advertido de que n¿o cumprindo tais cláusulas importará no prosseguimento do feito. O início do cumprimento das medidas é a data da aceitaç¿o da suspens¿o do processo pelo denunciado e seu defensor, iniciando-se nesta data e termo final previsto para 20 de março de 2020. Expirado o prazo da suspens¿o sem motivos para revogaç¿o, será declarada extinta a punibilidade. Determino as seguintes providências para o cumprimento das medidas estabelecidas: a) Autue-se em apartado ¿ separadamente ¿ um expediente de ¿EXECUÇ¿O DE MEDIDAS EM PROCESSO CRIMINAL SUSPENSO¿ nos termos da Lei n.º 9.099/95¿, e registre-se em livro próprio da Serventia; b) Constará do expediente da Execuç¿o das Medidas as seguintes peças processuais: 1. Cópia da denúncia, 2. Documentos de qualificaç¿o da acusada; 3. Cópia da decis¿o judicial homologando a suspens¿o e do termo de audiência em que o acusado e seu defensor aceitaram a referida suspens¿o do processo; c) Se as medidas impostas para suspens¿o do processo tiverem que ser cumpridas em outra localidade, o Expediente de Execuç¿o será remetido ao Juízo do local onde estiver o denunciado, para fiscalizaç¿o das condiç¿es impostas, ou será expedida carta precatória para tanto. O processo Originário permanecerá neste Juízo, aguardando a expiraç¿o do período de prova; d) A qualquer tempo, se for revogado o benefício, o Expediente de Execuç¿o será apensado no processo originário, que terá seguimento normal com o interrogatório do agente, a defesa prévia e audiência de instruç¿o. DECIS¿O PUBLICADA EM AUDIÊNCIA CIENTES E INTIMADOS OS PRESENTES. CUMPRA-SE¿. Nada mais. Do que para constar foi lavrado o presente que depois de lido e achado de conforme vai devidamente assinado. Eu, _____, (Mônica Valéria Quadros de almeida), o digitei e subscrevi.

JUIZ: _____

MINISTÉRIO PÚBLICO: _____

ACUSADO: _____

ADVOGADA DATIVA: _____

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA DOC: 2019.02316970-23

PROCESSO: 0003328.73.2014.814.0068

AUTOS DE: INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS

AUTOR: LAUDIRA MONTEIRO DA COSTA

ADVOGADO: JO¿O DUAN MENDONÇA DA SILVA OAB/PA 26.217

RÉU: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

ADVGADO: RUBENS GASPAR SERRA OAB/SP 119.859, FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES OAB/MG 76.692, DEUSDEDITH DA SILVA OAB/PA 18.165-A

DECIS¿O

Certifique-se o Cartório quanto o trânsito em julgado.

Cuida-se de Cumprimento de Sentença, no qual o requerido foi condenado ao pagamento de danos morais no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), e honorários de 20% sobre o valor da causa, sentença prolatada em 09.12.2016.

Publicaç¿o da Sentença fls. 34, no dia 28.06.2017.

Dessa forma, INTIME-SE O DEVEDOR, nos termos do art. 513, §2º, I do CPC, por diário, na pessoa de seu Advogado constituído, para cumprir a sentença no prazo de 15 dias.

N¿o havendo o pagamento voluntário, o débito será acrescido de multa de 10% e de honorários de advogado de 10%, nos termos do art. 523, §1º do CPC.

Caso n¿o efetuado tempestivamente o pagamento voluntário, será expedido, desde logo mandado de penhora e avaliaç¿o, seguindo-se os atos de expropriaç¿o.

Cumpra-se.

Decis¿o servindo de Mandado

P.R.I

Augusto Corrêa, 07 de junho de 2019

Angela Graziela Zottis

Juíza de Direito Titular da Comarca de Augusto Corrêa

ATO ORDINATÓRIO

Processo n. 0006992-73.2018.8.14.0068

Autos de Representaç¿o Criminal (Roubo)

Adolescente: V. F. D. S

Advogada Dativa: Deusdedith da Silva, OAB/PA: 18.165 A

Em cumprimento ao Despacho de fls. 75, intime-se o Advogado do adolescente; DEUSDEDITH DA SILVA, OAB/PA 18.165-A; para apresentação de suas alegações finais no prazo legal.

Augusto Corrêa/PA, 28 de junho de 2019.

BRENDA NEVES DE SOUSA FIGUEIRA

Diretor de Secretaria

Portaria 3195/2017-GP-TJE/PA

ATO ORDINATÓRIO

Processo n. 0005072-64.2018.8.14.0068

Autos de Ação Penal (Roubo e Extorsão)

Denunciado: Eloilton Carlos Miranda Vidal

Advogada: Ana Maria Barbosa Bichara, OAB/PA: 26.646

Em cumprimento ao Despacho de fls. 59, intime-se a Advogada do Denunciado; Ana Maria Barbosa Bichara OAB/PA 26.646; para apresentação de suas alegações finais no prazo legal.

Augusto Corrêa/PA, 28 de junho de 2019.

BRENDA NEVES DE SOUSA FIGUEIRA

Diretor de Secretaria

Portaria 3195/2017-GP-TJE/PA

COMARCA DE BREVES

SECRETARIA DA 1ª VARA DE BREVES

DECISÃO
Processo n.: 0003051-66.2016.8.14.0010
Vistos os autos.
JOSIANE PENA GONÇALVES, parte qualificada, ingressou com pedido de interdição de seu filho MARCOS VINÍCIUS GONÇALVES DE ALMEIDA, qualificado, sustentando que o interditando não tem condições de gerir sua vida civil, porquanto sofreu ¿malformação arteriovenosa rota¿ (CID Q 28.2, 160.9 e 169.1). Pediu a interdição. Pediu sua nomeação como curadora. Juntou documentos.
O feito foi recebido e foi designada audiência para interrogatório do interditando. Na audiência, houve a constatação diante, inclusive, da possibilidade de entrevistar o interditando, o que restou consignado no termo.
O Ministério Público manifestou-se Pelo deferimento do pedido com estipulação de prazo.
Vieram os autos conclusos.
É o relatório.
Decido.
Estou por DEFERIR o pedido, estipulando, entretanto, prazo para nova avaliação.
Os documentos dos autos emprestam a certeza da incapacidade atual do interditando. A prova documental é suficiente ao deferimento do pedido. Os documentos das folhas 8, 13 e 16 emprestam a certeza da necessidade da interdição. Veja se que no documento da folha 16, inclusive dá conta de tetraplegia!
Ocorre que na audiência, constata-se que o interditando vem superando o quadro que antes, afirmava-se imensamente mais restritivo e, de forma positiva, vem respondendo ao tratamento, sem que, contudo, já esteja em condições de retomar os atos da vida civil.
Assim é que entendo que atualmente, é o caso de decretar a interdição, porém, com esperanças de que o interditando possa retomar a gerência de seus atos. Por tais motivos é que estipulo prazo de dois (2) anos para a interdição.
A pretensa curadora e o interditando são pobres. É daqueles casos típicos e tristes das realidades brasileiras que a curadora não há de administrar qualquer bem do interditando, mas, antes, haverá de administrar-lhe a sobrevivência.
Embora o processo civil pátrio imponha procedimento moroso e com mais fases ao pedido de interdição (o que se justifica em muitos casos, sobretudo em que estão envolvidos grandes patrimônios) o seguimento de todos os procedimentos tal qual vem no Código de Processo Civil seria consagrar a igualdade para desiguais. O direito material TEM de ser maior do que a forma. Assim é que entendo desnecessários demais atos.
Cumprisse o Estado as obrigações impostas em normas programáticas na constituição federal, haveria condições de realizar a perícia, porquanto esta seria célere. Ocorre que determinar a perícia seria submeter as partes à espera de no

mínimo um ano, eis que é este o prazo médio das respostas às perícias solicitadas ao órgão pericial do Estado.
Assim é que, diante da evidente deficiência do interditando, estou CONVENCIDO de que não tem atualmente, capacidade civil, estando em processo, porém, de recuperação desta.
ISSO POSTO, DEFIRO o pedido e DECLARO a incapacidade DECRETANDO a interdição TOTAL de MARCUS VINÍCIUS GONÇALVES DE ALMEIDA, qualificado, nomeando como curadora sua mãe JOSIANE PENA GONÇALVES, também qualificada A PRESENTE DECRETAÇÃO DA INTERDIÇÃO TEM PRAZO DE DOIS (2) ANOS A PARTIR DESTA SENTENÇA, DEVENDO SER REAVALIADA AO FINAL DO PRAZO. CASO A CURADORA, OU OUTRA PESSOA LEGITIMADA A TAL NÃO PROMOVA NOVA AÇÃO DE INTERDIÇÃO, O INTERDITANDO SERÁ CONSIDERADO, AO FINAL DO PRAZO, APTO AOS ATOS DA VIDA CIVIL.
EXPEÇA-SE o termo de compromisso com prazo MÍNIMO de dois (2) anos.
Cumpram-se as disposições do § 3º do Código de Processo Civil:
Expeça-se mandado para inscrição no registro civil das pessoas naturais;
Publique-se no site do Tribunal de Justiça do Estado do Pará e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça (devendo permanecer por seis (6) meses;
Publique-se na imprensa local por (1) vez;
Publique-se no Diário da Justiça por 3 vezes, com intervalo de dez dias, contando os nomes do interdito e curador, causa da interdição.
Publique-se.
Registre-se.
Intimem-se a curadora e o interditando;
Intime-se o Ministério Público.
Intime-se a Defensoria Pública.
Breves, 3 de novembro de 2016.
Luís Augusto da Encarnação MENNA BARRETO Pereira
Juiz de Direito titular da 1a Vara de Breves
Respondendo pelo Termo Judiciário de Bagre por meio da Portaria 2987/2016, de 28 de junho de 2016, publicada no DJ ed. 5999/2016, de 29.06.2016

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 1ª VARA DE BREVES - VARA: 1ª VARA DE BREVES
PROCESSO: 00014395620118140010 PROCESSO ANTIGO: 201110012329 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE:JOSE NILTON DUARTE CUNHA Representante(s): CLAUDEMIR MINGORANCE OAB/MA 8.885-A E OAB/PA 16515-A (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES TERMO DE AUDIÊNCIA Número do processo: 0001439-56.2011.814.0010 Natureza: APOSENTADORIA POR INVALIDEZ Requerente: JOSÉ NILTON DUARTE CUNHA Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Data da realização: 25 de junho de 2019 Horário: 10:30 horas Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves PRESENTES Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Iniciada a audiência às 10h30min, feito o pregão, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realização do ato. DELIBERAÇÃO: 1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do

interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instrução e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinção nos termos do artigo 485 §1º do CPC. 2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos. Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei. Juiz _____

PROCESSO: 00014405120118140010 PROCESSO ANTIGO: 201110012337 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE:MANOEL BALIEIRO LADISLAU Representante(s): CLAUDEMIR MINGORANCE OAB/MA 8.885-A E OAB/PA 16515-A (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES TERMO DE AUDIÊNCIA Número do processo: 0000769-11.2011.814.0010 Natureza: APOSENTADORIA Requerente: OSVALDO PAULINO DO CARMO Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Data da realização: 25 de junho de 2019 Horário: 12:00 horas Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves PRESENTES Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Iniciada a audiência às 12h00min, feito o pregão, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realização do ato. DELIBERAÇÃO: 1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instrução e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinção nos termos do artigo 485 §1º do CPC. 2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos. Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei. Juiz _____

PROCESSO: 00031653420188140010 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:LUCAS DE SOUZA DIAS VITIMA:J. L. L. VITIMA:J. L. A. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL . ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE Processo: 0003165-34.2018.8.14.0010 Réu(s): LUCAS SOUZA DIAS SENTENÇA Vistos etc. O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio de seu representante legal, no uso de suas atribuições, com base no incluso auto de inquérito policial, ofereceu denúncia contra LUCAS SOUZA DIAS, alcunha ¿LUQUINHA¿, devidamente qualificado nos autos, dando-o como incurso nas sanções previstas pelo artigo 157, §2º, I, na forma do art. 71, ambos do Código Penal Brasileiro.

Consta da denúncia que, no dia 14/03/2018, por volta de 21 horas, na Rua Coronel Portilho, neste Município de Breves, LUCAS SOUZA DIAS, mediante grave ameaça de causar mal grave e injusto, utilizando-se de uma arma de fogo, abordou e assaltou JEFERSON DE LIMA LOBO, 1ª vítima, que, na ocasião, estava em frente à casa de um amigo, lhe subtraindo um aparelho celular e fugindo em seguida.

Ato contínuo, após a primeira empreitada criminosa, LUQUINHA abordou JESSIELE DE LIMA ALVES, 2ª vítima, utilizando-se o mesmo modus operandi, subtraindo seu aparelho celular e evadindo-se para local não sabido. Inconformadas com o ocorrido, as vítimas acionaram uma guarnição da Polícia Militar, que, em diligências empreendidas, logrou êxito em localizar, individualizar e conduzir o acusado à Delegacia de Polícia para as diligências pertinentes, ocasião em que LUCAS negou a autoria do crime em comento, contudo, foi reconhecido pelas vítimas. A prisão em flagrante do denunciado fora convertida em prisão preventiva pelo Juízo competente (f. 23/24 do expediente de flagrante). A denúncia fora recebida, conforme decisão prolatada nos autos (f. 36). O denunciado fora citado, conforme certidão lavrada pelo oficial de justiça, ocasião em que o réu requereu o patrocínio da Defensoria Pública (f. 43/44).

A resposta a acusação foi apresentada, cumulativamente com pedido de revogação da prisão preventiva, através da Defensoria Pública (f. 45/46). O Juízo, não identificando fundamentos legais para a absolvição sumária, designou audiência de instrução e julgamento para o dia 30/10/2018, conforme decisão proferida nos autos (f. 47). O Ministério Público se manifestou contrário ao pleito da Defesa (f. 54/56). A audiência de instrução fora realizada em 30/10/2018, presentes o acusado, acompanhado de seu Defensor Público, o Representante do Ministério Público - RMP e o Juiz de Direito, ocasião em que foram ouvidas as testemunhas de acusação JESSIELE DE LIMA ALVES e LUCIANO MACHADO ALVES, contudo, diante da ausência das demais testemunhas, o RMP desistiu da oitiva da testemunha ALAIR e insistiu na oitiva da testemunha JEFERSON, requerendo vista dos autos para localizar o endereço deste, tudo conforme termo de audiência (f. 64/66). O RMP apresentou novo endereço da testemunha de acusação (f. 67), pelo que fora designado data de audiência de continuação para o dia 20/02/2019 (f. 68).

O termo da audiência de instrução foi aberto registrando a presença do acusado, acompanhado de seu Defensor Público, o Representante do Ministério Público - RMP e o Juiz de Direito, contudo as

testemunhas se fizeram ausentes, pelo que o RMP insistiu na oitiva da testemunha JEFERSON, requerendo vista dos autos para localizar o endereço deste, sendo determinada a condução coercitiva da testemunha FERNANDA DA SILVA BRAGA e designada audiência de continuação para o dia 10/04/2019, tudo conforme termo de audiência (f. 77). A audiência de continuação foi realizada em 09/04/2019, presentes o acusado, acompanhado de seu Defensor Público, o Representante do Ministério Público - RMP, o Juiz de Direito e as testemunhas restantes, ocasião em que foram ouvidos JEFERSON DE LIMA LOBO e FERNANDA BRAGA SILVA também foi realizado o interrogatório do denunciado, sendo registrado que as alegações finais seriam apresentadas em memoriais escritos, tudo conforme termo de audiência (f. 85/87). O Ministério Público, em sede de alegações finais em memorais escritos, através do seu representante legal em exercício neste Juízo, após analisar o conjunto probatório, ficou patentemente comprovado a autoria e materialidade do denunciado no sentido que este efetivamente perpetrou os delitos descritos na exordial acusatória, pugnando por sua condenação nos termos da peça inicial acusatória (f. 91/92). A Defesa do denunciado, em sede de alegações finais em memorais escritos, pleiteia a absolvição de LUCAS SOUZA DIAS por absoluta falta de provas, subsidiariamente o afastamento da incidência da causa de aumento relativa ao emprego de arma, por n]ao ter sido periciada ou apreendida e, na aplicação da pena, caso houver, que seja fixada nos patamares mínimos, pois favoráveis as circunstâncias judiciais, com aplicação das causas de diminuição de pena e circunstâncias atenuantes pertinentes (menoridade relativa), fixando-se o regime aberto para o início do cumprimento de eventual penal privativa de liberdade (f. 94/100). Vieram os autos conclusos É o, sucinto, relatório.

Tudo bem visto e ponderado, passo a DECIDIR: A materialidade do crime de roubo está plenamente comprovada pelas declarações prestadas em sede policial e em juízo. A autoria do referido crime também é inconteste, não só pelas declarações das vítimas prestadas em sede policial, mas, também, durante a instrução processual. A vítima JESSIELE DE LIMA ALVES descreveu, detalhadamente, a empreitada criminosa do acusado, relatando que viu que o acusado havia acabado de assaltar um menino (JEFERSON) do outro lado da rua, o qual gritou para a declarante, tentando alertá-la do acusado, contudo, quando se deu conta, o acusado já estava com a arma na cara da declarante anunciando o assalto, pelo que a vítima não teve reação, passando o celular para o assaltante, o qual fugiu em seguida. A vítima JESSIELE relata que tem certeza de que o acusado estava com uma arma de fogo e que reconheceu muito bem o rosto do denunciado, pois ele lhe assaltou de cara limpa e estava debaixo da luz, com boa visibilidade. Após o assalto, acionou a polícia, sendo que, no dia seguinte, foi chamada para a Delegacia de Polícia, ocasião em que reconheceu o acusado, com certeza absoluta. A testemunha LUCIANO MACHADO ALVES, policial militar, que estava de serviço na data do fato, foi acionado em razão do roubo, chegando no local, encontrou a vítima, que narrou o ocorrido e descreveu o acusado, pelo que, o declarante empreendeu diligências junto com sua guarnição para encontrar o assaltante, o qual foi encontrado no dia seguinte, pela manhã, sendo que, em sede policial verificou que a vítima reconheceu o acusado com certeza. A vítima JEFERSON DE LIMA LOBO, no dia do fato, estava na casa de um amigo, de noite, por volta de 21h, quando um sujeito se aproximou e puxou uma arma de fogo, que lhe apontou e anunciou o assalto, subtraindo seu celular, posteriormente, o sujeito atravessou a rua e assaltou uma moça (JESSIELE) que estava do outro lado, fugindo em seguida. JEFERSON relata que identificou a arma de fogo como real, reparou que era do tipo de arma que possui um ¿tambor¿. A outra vítima acionou a polícia, sendo que no dia seguinte lhe chamaram para reconhecer o denunciado na delegacia. Em sede policial o declarante não soube reconhecer o acusado com certeza, pois não reparou direito no acusado na hora do assalto, mas acompanhou a JESSIELE que reconheceu o denunciado, sem sombra de dúvidas, como a pessoa que lhes assaltou. Desse modo, a autoria do delito de roubo qualificado imputado ao acusado está ampla e suficientemente comprovada, com a conduta típica revelada com clareza, não restando dúvida alguma acerca do fato de ter assaltado as vítimas, mediante uma única ação, o que se depreende dos depoimentos prestados. O roubo caracteriza-se pela subtração, com a utilização de violência ou grave ameaça à pessoa, esses fatos, nitidamente descritos e consubstanciados nos autos, são insofismáveis. Nos crimes de roubo a palavra da vítima, bem como a dos policiais militares, tem relevante peso probatório na reconstituição dos fatos, não podendo ser desprezada sem que argumentos contrários sérios e graves se levantem. Portanto, a prova inquisitorial e a judicializada são convincentes e determinantes na testificarão da ocorrência do delito e no estabelecimento de sua autoria. Há provas robustas do elemento subjetivo do tipo penal e do "domínio do fato¿, elementos definidores da autoria (direta, indireta ou coautoria), da cooperação dolosa e da participação. Não vislumbro nos autos qualquer interesse específico ou animosidade entre o réu e a vítima, que possa comprometer o depoimento colhidos. A prova oral conjugada e prestigiada pelos demais elementos conformados nos autos, emergem como um conjunto probatório convincente, não permitindo vislumbrar dúvidas acerca dos eventos. O uso de arma de fogo, reduziu a capacidade de

reação das vítimas, gerando fundado temor de mal grave, de modo a anular a capacidade de resistir, caracterizando a grave ameaça, pressuposto do delito de roubo e do aumento da reprimenda. No caso, as vítimas foram taxativas quando asseveraram que o réu apontou uma arma de fogo. Para o reconhecimento da majorante no delito de roubo, é desnecessária a apreensão da arma e sua consequente submissão à perícia para a comprovação da potencialidade lesiva. A causa de aumento pode ser demonstrada por outros elementos convincentes extraídos dos autos, como a palavra das vítimas.

Nesse sentido, recente julgado do STJ: HABEAS CORPUS. PENAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ARMA DE FOGO. EXAME PERICIAL. DISPENSABILIDADE PARA A CARACTERIZAÇ¿O DA CAUSA ESPECIAL DE AUMENTO, QUANDO PROVADO O SEU EMPREGO NA PRÁTICA DO CRIME. ORIENTAÇ¿O FIRMADA PELA TERCEIRA SEÇ¿O DESTA CORTE, NO JULGAMENTO DO ERESP N.º 961.863/RS. AUMENTO DA REPRIMENDA, NA TERCEIRA FASE DA DOSIMETRIA, ACIMA DA RAZ¿O MÍNIMA PREVISTA NA LEGISLAÇ¿O. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇ¿O CONCRETA. MERA UTILIZAÇ¿O DE CRITÉRIO MATEMÁTICO (OBJETIVO). IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 443/STJ. PATRIMÔNIOS DISTINTOS. CONCURSO FORMAL DE CRIMES. REGIME INICIAL FECHADO DEVIDAMENTE MOTIVADO. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. SÚMULAS N.os 440 DESTA CORTE, 718 E 719, AMBAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. OBSERVÂNCIA. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA EM PARTE. 1. A ausência de perícia na arma, quando impossibilitada sua realização, não afasta a causa especial de aumento correspondente ao emprego de arma de fogo, desde que existentes outros meios aptos a comprovar o seu efetivo uso na ação delituosa. Precedentes. 2. Consoante dispõe o enunciado da Súmula n.º 443 deste Tribunal Superior: "[o] aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes". Desse modo, impõe-se a aplicação do quantum de aumento, em razão das majorantes do roubo, no grau mínimo legal, visto que a fração aplicada - 3/8 (três oitavos) - foi fundamentada, exclusivamente, em critério matemático, sem base em elementos concretos, entendimento que não se coaduna com a jurisprudência desta Corte Superior. 3. Caracteriza-se o concurso formal de crimes quando praticado o roubo, mediante uma só ação, contra vítimas distintas, pois atingidos patrimônios diversos. Precedentes. 4. Inexiste violação das Súmulas n.os 440 desta Corte Superior, 718 e 719, ambas do Supremo Tribunal Federal, quando a fixação do regime prisional é baseada na gravidade concreta do delito. No caso, considerou-se, para a fixação do regime inicial fechado, a audácia do Paciente, que praticou os delitos, em concurso de agentes e com emprego de arma de fogo, em via pública e à noite, circunstância que demonstra maior reprovabilidade da conduta delituosa. Precedentes. 5. Ordem de habeas corpus parcialmente concedida para reduzir a fração da majorante, aplicada na terceira fase, de 3/8 (três oitavos) para 1/3 (um terço), redimensionando as penas, nos termos explicitados no voto. (HC 459.546/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 13/12/2018, DJe 04/02/2019) Estando configurado o roubo próprio, consumado pela inversão da posse, com ameaça e violência cometida com arma de fogo, a condenação se impõe. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR LUCAS SOUZA DIAS, alcunha ¿LUQUINHA¿, já qualificado, nas penas do 157, §2º-A, I, na forma do art. 71, ambos do Código Penal Brasileiro, passando a dosar as respectivas penas a ser-lhe aplicada, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do CPB. DOSIMETRIA Analisadas as circunstâncias previstas no art. 59 do Código Penal, verifico que o sentenciado agiu com Culpabilidade: normal à espécie, nada tendo a se valorar; Antecedentes: não registra antecedentes criminais, em face da súmula 444 do STJ; Conduta social: Poucos elementos foram coletados a respeito de sua conduta social, razão pela qual deixo de valorá-la; Personalidade do agente: Poucos elementos foram coletados a respeito da personalidade do agente, razão pela qual deixo de valorá-la; Motivos do crime são próprios à espécie, qual seja, a busca do lucro fácil propiciada pelo crime, o que já é punido pela própria tipicidade e previsão do delito, de acordo com a própria objetividade jurídica dos crimes contra o patrimônio, razão pela qual deixo de valorar; Circunstâncias: As circunstâncias do crime se encontram relatadas nos autos, sendo que se constituem em causas de aumento de pena (f. art. 157, §2º-A, I, do CPB), razão pela qual deixo de valorar neste momento para não incorrer em bis in idem; Consequências: nada a valorar; Comportamento da vítima: em nada influenciou na prática do delito. A vista dessas destas circunstâncias analisadas individualmente é que fixo a pena-base em 04 (QUATRO) ANOS DE RECLUSÃO para o crime do art. 157, §2º-A, I do Código Penal Brasileiro e 10 (DEZ) DIAS MULTA. Reconheço a circunstância atenuante de confissão espontânea, prevista no art. 65, I, do CPB, e atenuo a pena em 6 (seis) meses, todavia, deixo de computá-la em respeito a Súmula 131 do STJ, ¿A incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal¿.

Não há circunstância agravante. Não há causa de diminuição. Reconheço a causa de aumento de pena no patamar de 2/3, pelo emprego de arma de fogo, por ser mais benéfico ao réu, considerando que o fato foi praticado após alteração trazida pela Lei n.º 13.654/2018, que prevê o aumento da pena em

1/3 até metade pelo concurso de agentes e em 2/3 pelo uso de arma de fogo, observadas as circunstâncias do caso, especialmente, pelo modus operandi, ante à dinâmica delitiva realizada com emprego ostensivo de arma e durante a noite com objetivo de facilitar a execução, razão pela qual torno a reprimenda em 06 (SEIS) ANOS E 08 (OITO) MESES DE RECLUS¿O E 20 (VINTE) DIAS-MULTA. Em razão da continuidade delitiva, na forma do art. 71 do CPB, aumento a pena em um sexto (1/6), ficando o réu LUCAS SOUZA DIAS, alcunha ¿LUQUINHA¿, condenado em DEFINITIVO a pena de 7 (SETE) ANOS E 6 (SEIS) MESES DE RECLUS¿O E A 25 (VINTE E CINCO) DIAS-MULTA, fixando o valor do dia-multa em 1/30 (um trigésimo) do valor do salário mínimo ao tempo do fato delituoso. REGIME (art. 33, CP) Inicialmente SEMI ABERTO, conforme art. 33, § 2º, letra ¿b¿, do CPB. CUSTAS PROCESSUAIS Isento de custas e de despesas processuais, de acordo com o Provimento nº 005/2006, da Corregedoria de Justiça do TJE-PA, por se tratar de ação penal pública. SUBSTITUIÇ¿O POR PENA RESTRITIVA Incabível ante a grave ameaça/violência inerente ao crime e a pena aplicada, art. 44 do CPB. SUSPENS¿O CONDICIONAL DA PENA Incabível ante o total de pena aplicada (art. 77, do CPB). DA REPARAÇÃO DOS DANOS Deixo de fixar um valor mínimo para a reparação dos danos sofridos pelas vítimas, vez que inexiste pedido expresso na peça inaugural não oportunizando as partes demonstrar a procedência ou o descabimento da reparação almejada, o que feriria os princípios corolários da ampla defesa e do contraditório. Este é o entendimento albergado pelos Tribunais Superiores, senão vejamos: PENAL. RECURSO ESPECIAL. HOMICÍDIO. REPARAÇ¿O PELOS DANOS CAUSADOS ÀVÍTIMA. ART. 387, IV, DO CPP. PEDIDO FORMAL E OPORTUNIDADE DEPRODUÇ¿O DE CONTRAPROVA. AUSÊNCIA. OFENSA AO PRINCÍPIO DA AMPLADEFESA. RECURSO DESPROVIDO. I. O art. 387, IV, do Código de Processo Penal, na redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, estabelece que o Juiz, ao proferir sentença condenatória fixará um valor mínimo para a reparação dos danos causados pela infração, considerando os prejuízos sofridos pelo ofendido. II. Hipótese em que o Tribunal a quo afastou a aplicação do valor mínimo para reparação dos danos causados à vítima porque a questão não foi debatida nos autos. III. Se a questão não foi submetida ao contraditório, tendo sido questionada em embargos de declaração após a prolação da sentença condenatória, sem que tenha sido dada oportunidade ao réu de se defender ou produzir contraprova, há ofensa ao princípio da ampla defesa. IV. Recurso desprovido. DETRAÇÃO Saliento que o tempo de prisão provisória deverá ser computado na forma do artigo 387, §2º, do CPP, efetuando-se a respectiva detração por ocasião da execução da pena. DA PRIS¿O PROCESSUAL O réu está atualmente preso por força de decreto preventivo. Entendo que estão presentes os motivos que ensejaram a decretação da prisão preventiva, não havendo nenhum fato novo apto a modificar esse entendimento. Subsistem os motivos para a manutenção da custódia cautelar do réu, sobretudo a necessidade de garantia da ordem pública e aplicação da lei penal, ante as circunstâncias em que foi preso e do decreto condenatório. Deste modo, ratifico o teor da decisão de decretação da prisão preventiva descrita nos autos. Entretanto, observa-se que o condenado deverá iniciar o cumprimento da pena em regime semiaberto. Assim, não pode aguardar o trânsito em julgado da sentença penal condenatória em regime mais gravoso do que aquele estabelecido acima, qual seja, regime semiaberto. Deste modo, a segregação cautelar imposta deve ser cumprida em regime semiaberto, e não em regime fechado, evitando-se, assim, que o condenado se submeta a regime mais gravoso do que o imposto, em conformidade com a SÚMULA 716 do STF, ¿Admite-se a progressão de regime de cumprimento da pena ou a aplicação imediata de regime menos severo nela determinada, antes do trânsito em julgado da sentença condenatória¿. EXPEÇA-SE IMEDIATAMENTE guia de recolhimento provisório em favor do réu, encaminhando-a ao Juízo da Execução Penal Competente. TRANSITADA EM JULGADO A SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA: a) lance-se o nome do acusado no rol dos culpados; b) preencha-se o boletim individual, encaminhando-o ao Instituto de Identificação do Estado (artigo 809 do CPP); c) oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral, comunicando a condenação do sentenciado, com a sua devida qualificação, acompanhada de cópia da presente decisão, para cumprimento do estabelecido pelos artigos 71, §2º do Código Eleitoral c/c art. 15, III, da Constituição Federal; d) expeça-se guia definitiva para a execução, encaminhando-a à Vara de Execução Penal competente; e) proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de pena de multa, observando-se o disposto no art. 686 do CPP; e f) arquivem-se os autos, na forma e com as cautelas legais. Intime-se a vítima, na pessoa de sua representante legal, no endereço constante dos autos (art. 201, §2º, do CPP). Publique-se. Registre-se. Intimem-se sucessivamente as partes. Cumpra-se. Breves, 25 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito Fórum de: BREVES - Email: 1breves@tjpa.jus.br Página de 8 Endereço: Av. Rio Branco, nº 432, Bairro: Centro, CEP: 68.800-000. Fone: (91)3783-1370

P R O C E S S O : 0 0 0 3 1 6 6 1 9 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação:

Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 27/06/2019---REQUERENTE:ALDENORA SANTANA DE MORAES. Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1º VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIARIO DE BAGRE DESPACHO Vistos etc. INTIME a parte, através de seu procurador, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte aos autos a cópia da certidão de óbito do sr. Sandoval Lopes de Moraes. Publique-se. Intime-se. Breves, 24 de junho de 2019. ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 9 5 6 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Carta Precatória Cível em: 27/06/2019---JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA QUARTA VARA CIVEL E DE FAZENDA PUBLICA DE MACAPA EXEQUENTE:COMERCIAL NORTE LTDA EXECUTADO:M LUCIA DA SILVA COMERCIO ME. 1ª Vara da Comarca de Breves Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE Processo n.º 0003995-63.2019.8.14.0010 DECISÃO Vistos os autos. À Secretaria, identifique-se os presentes autos com a ¿fita branca¿ correspondente a autos de carta precatória, bem como, trate com a devida urgência. Considerando que não consta informação de deferimento da justiça gratuita, bem como, pelo que dispõe a Lei nº 8.328/15 - Dispõe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, DETERMINO a remessa dos presentes autos à UNAJ para emissão das custas processuais pertinentes, no intuito que seja dado o efetivo cumprimento da presente Precatória. Após, à Secretaria, COMUNIQUE-SE o Juízo deprecante acerca da presente decisão, bem como, encaminhe o boleto bancário e o relatório da conta processo, para intimação da parte para providenciar o seu pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de devolução sem cumprimento da presente carta precatória ao Juízo de origem, inteligência do art. 6º, parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 002/2017-CJRMB/CJCI c/c art. 30 e 31 da Lei nº 8.328/15. Havendo a possibilidade de intimar o exequente/requerente ou seu patrono, através de correio eletrônico ou Diário de Justiça Eletrônico - DJE, levando em consideração o princípio da celeridade e economia processual, INTIME-SE a parte autora para que proceda o recolhimento das custas processuais, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de devolução da Carta Precatória ao Juízo deprecante sem cumprimento da mesma, em razão da inércia da parte interessada (art. 6º, parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 002/2017-CJRMB/CJCI c/c art. 31 da Lei nº 8.328/15). Havendo o pagamento das custas processuais, CUMPRA-SE a carta precatória em sua finalidade, na forma da lei. Após, devidamente cumprida, remeta-se ao juízo deprecante, com as cautelas legais e as homenagens de estilo. Não havendo o pagamento das custas, CERTIFIQUE-SE e DEVOLVA-SE a Carta Precatória. Expeça-se o necessário. P. R. I. Cumpra-se. Breves, 24 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 4 3 2 0 7 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---VITIMA:L. N. S. AUTOR DO FATO:MIRANILSON CABRAL DA COSTA AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DE POLICIA DE BREVES. 1ª Vara da Comarca de Breves Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE Processo n.º 0004432-07.2019.8.14.0010 DECISÃO Vistos etc. Compulsando os autos, verifico o nome da vítima e do representado apresentado na representação da Autoridade Policial (f. 02), difere do nome da vítima e do representado constante no termo de declarações (f. 04) e no termo de ciências de medidas protetivas (f. 05/06). Ante o exposto, chamo o feito a ordem e torno sem efeito a decisão de concessão de medidas protetivas proferida (f. 08/10), bem como, determino a intimação da Autoridade Policial competente para que retifique sua representação policial e apresente o documento de identificação da vítima, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. P. R. I. Cumpra-se. Breves, 24 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 5 1 3 5 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---VITIMA:A. S. R. M. ACUSADO:RENAN RODRIGUES VIEIRA. Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE REPRESENTAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA Processo: 0004513-53.2019.8.14.0010 DECISÃO Vistos etc. Cuida-se de Representação de Medida Protetivas em favor de ANA DO SOCORRO RODRIGUES MARTINS, suposta vítima de violência doméstica, no que dispõe a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), tendo como acusado o sr. RENAN RODRIGUES VIEIRA. Narra a vítima que o representado praticou violência doméstica e/ou familiar, nos termos do art. 7º, da Lei nº 11.340/06 (Lei

maria da Penha), se fazendo necessária a adoção de medidas protetivas para prevenir novos episódios de violência ou, quiçá, um resultado indesejado ainda pior. A vítima teme pela sua integridade física, emocional e psicológica, solicitando a aplicação das medidas protetivas. Com o pedido foi apresentado documentos, em especial, os requisitados no art. 12, §1º da Lei 11.340/06. Vieram os autos conclusos. É o, sucinto, Relatório. Decido. Medidas cautelares autônomas diversas da prisão devem ser aplicadas quando forem necessárias para aplicação da lei penal, para a investigação ou instrução criminal ou para evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, caput, I do CPP). Como estabelecido em diversas medidas cautelares, o requisito básico para a decretação está condicionado à presença do fumus comissi delicti e do periculum in mora. O fumus comissi delicti é entendido como a plausibilidade de que se trata de um fato criminoso, constatada por meio de elementos de informação que configure a presença da prova da materialidade e de indícios de autoria do delito. O periculum in mora é entendido como o prejuízo na demora da prestação da medida pleiteada. Conforme depreende-se do expediente da autoridade policial, os depoimentos da vítima expõem a conduta do acusado e das agressões deste, dentro do que preceitua a Lei nº 11.340/06. Nesse sentido, é evidente a necessidade da adoção da medida cautelar, do contrário, a Lei Maria da Penha perderia muito de seu sentido, que é, justamente, intensificar a repressão/punição nos casos de violência doméstica, visando a uma profilaxia nessas situações. Considera-se que, neste momento, a palavra da vítima possui especial relevância, portanto, faz-se mister a aplicação das medidas protetivas, presentes os requisitos do fumus comissi delicti frente materialidade e de indícios de autoria do delito, apontados pela vítima e do periculum in mora frente ao receio da prática de novas infrações penais. Em que pese a aplicação da medida protetiva, não se demonstra prejuízo para as partes, ao contrário, somente o objetivo cristalino de resguardar a integridade dos envolvidos, uma vez que o magistrado pode revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem, tudo, conforme inteligências do art. 282, § 5º do CPP. A legitimidade ativa para a promoção das medidas cautelares cabe, diante do CPP: ¿Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a: (..) §2º As medidas cautelares serão decretadas pelo Juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.¿ No que tange as Medidas Protetivas cabe, frente a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha): ¿Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal: (..) III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com pedido da ofendida, para concessão de medidas protetivas de urgência.¿ Diante do exposto, com fundamento no arts. 282, §2º e 319 do CPP e arts. 19, 22, 23 e 24 da Lei 11.340/06, DEFIRO O PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA, determinando ao sr RENAN RODRIGUES VIEIRA o I - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; II - que não se aproxime da ofendida, de seus familiares e das testemunhas a uma distância menor que 100 metros; III - que evite frequentar os mesmos lugares que a vítima esteja, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV - que evite contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação, SERVINDO A PRESENTE DECISÃO COMO TERMO DE COMPROMISSO NESSE SENTIDO, ficando advertido de que o seu não cumprimento poderá acarretar na decretação de prisão preventiva, nos termos do art. 282, §4º e 312, parágrafo único, ambos do CPP. No caso de existência de filho(s) do casal: ASSEVERA-SE às partes que as medidas protetivas de urgência não se estendem aos filhos, devendo o contato com estes ser intermediado por um terceiro, exceto se existente determinação judicial em sentido contrário. Caso necessário, a requerente deverá entrar com ação própria em juízo competente para pleitear prestação de alimentos provisionais e restrição ou suspensão do direito de visita. CITE-SE o requerido para, querendo, contestar o presente feito cautelar, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de serem reputados verdadeiros os fatos alegados pela requerente. DÊ-SE vistas dos autos ao Ministério Público para que se manifeste, nos termos do art. 18, inciso III da lei nº 11.340/06. NOTIFIQUE-SE a vítima, da presente decisão, nos termos do art. 21 da Lei nº 11.340/06. OFICIE-SE à Autoridade Policial para que remeta o inquérito pertinente a presente representação, com suas conclusões, ao juízo, caso ainda não tenha sido feito. OFICIE-SE o Comando da Polícia Militar e Civil desta Comarca, para que tome ciência da presente decisão, devendo comunicar este juízo no caso de constatação de descumprimento das medidas cautelares impostas ao acusado. À SECRETARIA, quando o inquérito policial do presente caso for remetido, proceda-se o apensamento dos presentes autos de medida cautelar aos autos do inquérito, caso ainda não tenha sido feito. As medidas protetivas aqui deferidas terão validade de 6 meses a contar da data da intimação do possível agressor, devendo a ofendida requerer, após esse prazo e caso entenda necessário, novas medidas protetivas. Serve o presente, por cópia, como

mandado/ofício, conforme autorizado pelo Provimento 003/2009 CJCI. CIÊNCIA à Autoridade Policial, o Ministério Público, a Defesa/Defensoria Pública e à vítima. INTIME-SE o acusado da presente decisão. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. EXPEÇA-SE o necessário. P. R. I. C. Breves, 25 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito Página 0
P R O C E S S O : 0 0 0 4 7 5 8 6 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Carta Precatória Cível em: 27/06/2019---JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA SEGUNDA VARA FEDERAL DA SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DO PARA REU:LEONEL PAVANELLO FILHO TESTEMUNHA:FABIO DE ALMEIDA PAES. 1ª Vara da Comarca de Breves Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE Processo n.º 0004758-64.2019.8.14.0010 DECISÃO Vistos os autos.

Trata-se de Carta Precatória, a qual é regida pelo Provimento Conjunto nº 002/2017-CJRMB/CJCI que dispõe sobre as normas gerais atinentes a expedição e cumprimento de cartas precatórias e dá outras providências. O art. 8º do citado Provimento Conjunto aduz que ¿os juízes deverão promover a devolução de todas as cartas precatórias que aguardam, há mais de 30 (trinta) dias, sem manifestação ou providência da parte interessada, desde que já tenham oficiado ao Juízo deprecante solicitando a respectiva providência e não tenha sido atendida (manifestação sobre certidões, pagamentos de diligências e outras despesas processuais, indicação ou complementação de endereço etc) naquele prazo¿. No caso em comento, a ordem deprecada é de ¿INTIMAR a testemunha para comparecer a este Juízo, pra realização de audiência na data de 23/07/2019 as 15:00 horas, a fim de ser ouvida como testemunha arrolada pelo Ministério Público Federal nos autos da ação da referência¿, ocorre que não consta a qualificação necessária da testemunha, conforme certidão retro. Sendo assim, COMUNIQUE-SE/OFICIE-SE o Juízo deprecante acerca da presente decisão, bem como, para que forneça as informações pertinentes, em tempo hábil, sob pena de prejuízo no cumprimento da intimação com brevidade suficiente à audiência designada no Juízo deprecante. Havendo a prestação/apresentação das informações e documentos indispensáveis/requisitados, CUMPRA-SE a carta precatória em sua finalidade, na forma da lei. Após, devidamente cumprida, remeta-se ao juízo deprecante, com as cautelas legais e as homenagens de estilo. Todavia, transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias in albis, sem a prestação/apresentação das informações e documentos indispensáveis/requisitados, CERTIFIQUE-SE e REMETA-SE os autos ao Juízo deprecante, na forma e com as cautelas legais, bem como, com as homenagens de estilo, inteligência do art. 8º, do Provimento Conjunto nº 002/2017-CJRMB/CJCI. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Breves, 24 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito
P R O C E S S O : 0 0 0 4 8 2 9 3 7 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:REYLAN DE JESUS MENDES ALVES VITIMA:S. S. F. PROMOTOR(A):MINISTERIO PUBLICO . 1ª Vara da Comarca de Breves Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE Processo n.º 0004829-37.2017.8.14.0010 DECISÃO Vistos etc. Considerando que o denunciado se encontra preso preventivamente (f. 49/53), COMUNIQUE-SE o oficial de justiça competente pelo mandado de citação do acusado (f. 47/48) para que empreenda agilidade no cumprimento da missiva, em razão da segregação cautelar do réu, bem como, para que proceda a citação no estabelecimento prisional em que estiver custodiado, qual seja o Centro de Recuperação Regional de Breves - CRRB. Expeça-se o necessário. P. R. I. Cumpra-se.

Breves, 26 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito
P R O C E S S O : 0 0 0 5 0 8 0 8 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---VITIMA:S. L. B. AUTOR DO FATO:ALEX BALIEIRO FRANCA AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DA POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARA BREVES. Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE REPRESENTAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA Processo: 0005080-84.2019.8.14.0010 DECISÃO Vistos etc. Cuida-se de Representação de Medida Protetivas em favor de SAMARA LEÃO BARBOSA, suposta vítima de violência doméstica, no que dispõe a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), tendo como acusado o sr. ALEX BALIEIRO FRANÇA. Narra a vítima que o representado praticou violência doméstica e/ou familiar, nos termos do art. 7º, da Lei nº 11.340/06 (Lei maria da Penha), conforme depoimento (f. 07) e exame pericial de corpo de delito (f. 10), se fazendo necessária a adoção de medidas protetivas para prevenir novos episódios de violência ou, quiçá, um resultado indesejado ainda pior. A vítima teme pela sua

integridade física, emocional e psicológica, solicitando a aplicação das medidas protetivas. Com o pedido foi apresentado documentos, em especial, os requisitados no art. 12, §1º da Lei 11.340/06.

Vieram os autos conclusos. É o, sucinto, Relatório. Decido. Medidas cautelares autônomas diversas da prisão devem ser aplicadas quando forem necessárias para aplicação da lei penal, para a investigação ou instrução criminal ou para evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, caput, I do CPP). Como estabelecido em diversas medidas cautelares, o requisito básico para a decretação está condicionado à presença do fumus comissi delicti e do periculum in mora. O fumus comissi delicti é entendido como a plausibilidade de que se trata de um fato criminoso, constatada por meio de elementos de informação que configure a presença da prova da materialidade e de indícios de autoria do delito. O periculum in mora é entendido como o prejuízo na demora da prestação da medida pleiteada. Conforme depreende-se do expediente da autoridade policial, os depoimentos da vítima expõem a conduta do acusado e das agressões deste, dentro do que preceitua a Lei nº 11.340/06.

Nesse sentido, é evidente a necessidade da adoção da medida cautelar, do contrário, a Lei Maria da Penha perderia muito de seu sentido, que é, justamente, intensificar a repressão/punição nos casos de violência doméstica, visando a uma profilaxia nessas situações. Considera-se que, neste momento, a palavra da vítima possui especial relevância, portanto, faz-se mister a aplicação das medidas protetivas, presentes os requisitos do fumus comissi delicti frente materialidade e de indícios de autoria do delito, apontados pela vítima e do periculum in mora frente ao receio da prática de novas infrações penais.

Em que pese a aplicação da medida protetiva, não se demonstra prejuízo para as partes, ao contrário, somente o objetivo cristalino de resguardar a integridade dos envolvidos, uma vez que o magistrado pode revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem, tudo, conforme inteligências do art. 282, § 5º do CPP. A legitimidade ativa para a promoção das medidas cautelares cabe, diante do CPP: ¿Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a: (..) §2º As medidas cautelares serão decretadas pelo Juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.¿ No que tange as Medidas Protetivas cabe, frente a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha): ¿Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal: (..) III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com pedido da ofendida, para concessão de medidas protetivas de urgência.¿

Diante do exposto, com fundamento no arts. 282, §2º e 319 do CPP e arts. 19, 22, 23 e 24 da Lei 11.340/06, DEFIRO O PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA, determinando ao sr ALEX BALIEIRO FRANÇA o I - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; II - que não se aproxime da ofendida, de seus familiares e das testemunhas a uma distância menor que 100 metros; III - que evite frequentar os mesmos lugares que a vítima esteja, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV - que evite contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação, SERVINDO A PRESENTE DECISÃO COMO TERMO DE COMPROMISSO NESSE SENTIDO, ficando advertido de que o seu não cumprimento poderá acarretar na decretação de prisão preventiva, nos termos do art. 282, §4º e 312, parágrafo único, ambos do CPP. No caso de existência de filho(s) do casal: ASSEVERA-SE às partes que as medidas protetivas de urgência não se estendem aos filhos, devendo o contato com estes ser intermediado por um terceiro, exceto se existente determinação judicial em sentido contrário. Caso necessário, a requerente deverá entrar com ação própria em juízo competente para pleitear prestação de alimentos provisionais e restrição ou suspensão do direito de visita. CITE-SE o requerido para, querendo, contestar o presente feito cautelar, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de serem reputados verdadeiros os fatos alegados pela requerente. DÊ-SE vistas dos autos ao Ministério Público para que se manifeste, nos termos do art. 18, inciso III da lei nº 11.340/06. NOTIFIQUE-SE a vítima, da presente decisão, nos termos do art. 21 da Lei nº 11.340/06.

OFICIE-SE à Autoridade Policial para que remeta o inquérito pertinente a presente representação, com suas conclusões, ao juízo, caso ainda não tenha sido feito. OFICIE-SE o Comando da Polícia Militar e Civil desta Comarca, para que tome ciência da presente decisão, devendo comunicar este juízo no caso de constatação de descumprimento das medidas cautelares impostas ao acusado. À SECRETARIA, quando o inquérito policial do presente caso for remetido, proceda-se o apensamento dos presentes autos de medida cautelar aos autos do inquérito, caso ainda não tenha sido feito. As medidas protetivas aqui deferidas terão validade de 6 meses a contar da data da intimação do possível agressor, devendo a ofendida requerer, após esse prazo e caso entenda necessário, novas medidas protetivas. CIÊNCIA à Autoridade Policial, o Ministério Público, a Defesa/Defensoria Pública e à vítima. Serve o presente, por cópia, como mandado/ofício. INTIME-SE o acusado da presente

decisão. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. EXPEÇA-SE o necessário. P. R. I. C. Breves, 25 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito Página 0

PROCESSO: 00050816920198140010 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Tutela Antecipada Antecedente em: 27/06/2019---REQUERENTE:HIRIX ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA Representante(s): OAB 7895 - TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA (ADVOGADO) OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 22119 - RENATO REBELO BARRETO (ADVOGADO) OAB 23343 - AMANDA REBELO BARRETO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE BREVES. Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1º VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIARIO DE BAGRE Processo: 0005081-69.2019.8.14.0010 DECISÃO Vistos etc. INTIME-SE a requerente, através de seu advogado, para que emende a inicial, comprovando em qual (is) data (s) se dará o processo licitatório, no prazo de 5 (cinco) dias. P.R.I.C Breves, 27 de junho de 2019. ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Breves

PROCESSO: 00051665520198140010 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 27/06/2019---AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE BREVES FLAGRANTEADO:RIVALDO JUNIOR GUIMARAES BAIANO VITIMA:R. S. C. . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES TERMO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA Número do processo: 0005166-55.2019.814.0010 Natureza: ROUBO MAJORADO Flagrado (s): RIVALDO JUNIOR GRIMARAES BAIANO Data da realização: 25 de junho de 2019 Horário: 10:00 horas Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves PRESENTES Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ministério Público: JOÃO BATISTA CAVALEIRO DE MACEDO JUNIOR Defensora Pública: GRAZIELA PARO CAPONI Iniciada a audiência às 11h56min, feito o pregão respondeu o custodiado. Em seguida, gravada em Mídia de CD/ROM, passou o MM Juiz a ouvir o flagrado. Nome: RIVALDO JUNIOR GUIMARAES BAIANO Naturalidade: brasileiro, nasceu em Melgaço/Pa. Idade: 18 anos de idade, nasceu em 10/05/2001 Profissão: lavrador Filiação: Lucidalva Guimarães Baiano. Grau de escolaridade: estudou até a 5ª serie Se foi apreendido arma: não. Se faz uso de entorpecente: não. Endereço: Rua Diva Rebelo, próximo a caixa d¿agua do bairro Riacho Doce, Breves/Pa. Se já foi preso ou processado: Em seguida, gravada em Mídia de CD/ROM, procedeu-se a entrevista do flagranteado. RESPONDEU QUE: foi preso em via pública. Alega ter sido agredido pelos policiais que o prenderam. DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO: requer que seja juntado aos laudos o laudo do exame de corpo de delito. Nada tem a opor quanto a decisão que homologou o auto e decretou a prisão preventiva do Flagranteado. DADA A PALAVRA A DEFESA: (requerimento gravado em áudio/vídeo). Em resumo: requer a concessão de liberdade provisória com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. DECISÃO: 1- RATIFICO a decisão de folhas 27/28, que HOMOLOGOU o auto e DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA do custodiado. 2- OFICIE-SE a autoridade Policial para que encaminhe a este juízo o laudo do exame de corpo de delito realizado no Flagranteado. CADASTRE-SE NO SISTAC. CIENTES E INTIMADOS OS PRESENTES. CUMPRA-SE. Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei. Juiz _____
Promotor: _____ Defensora Pública _____
Flagranteado_____

PROCESSO: 00052392720198140010 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 27/06/2019---FLAGRANTEADO:SIDENEI DE SOUSA CUSTODIO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES TERMO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA Número do processo: 0005239-27.2019.814.0010 Natureza: TRÁFICO DE ENTORPECENTE Flagrado (s): SIDENEI DE SOUSA CUSTODIO Data da realização: 25 de junho de 2019 Horário: 09:30 horas Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves PRESENTES Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ministério Público: JOÃO BATISTA CAVALEIRO DE MACEDO JUNIOR Defensora Pública: GRAZIELA PARO CAPONI Iniciada a audiência às 11h00min, feito o pregão respondeu o custodiado. Em seguida, gravada em Mídia de CD/ROM, passou o MM Juiz a ouvir o flagrado. Nome: SIDENEI DE SOUSA CUSTODIO Naturalidade: brasileiro, nasceu em Breves/Pa. Idade: 36 anos de idade, nasceu em 01/06/1983 Profissão: moto taxi Filiação: Benedita Sousa Custodio e Henrique Sousa Custodio Grau de escolaridade: estudou até a 1º ano Se foi apreendido arma: não. Se faz uso de entorpecente: sim, maconha. Endereço: Rua Magalhães

Barata, 414, bairro Santa Cruz, Breves/Pa. Se já foi preso ou processado: já foi preso, por trafico de entorpecente. Em seguida, gravada em Mídia de CD/ROM, procedeu-se a entrevista do flagranteado. RESPONDEU QUE: não foi agredido nem torturado pelos policiais que o prenderam. DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO: manifesta-se pela homologação do auto bem como pela decretação de sua prisão preventiva. DADA A PALAVRA A DEFESA: (requerimento gravado em mídia de CD/DVD) em resumo: manifesta-se pela Liberdade Provisória, com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. DECISÃO: 1- RATIFICO a decisão de folhas 26/27, que DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA do custodiado. CADASTRE-SE NO SISTAC. CIENTES E INTIMADOS OS PRESENTES. CUMPRA-SE. Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei. Juiz _____ Promotor: _____ Defensora Pública _____ Flagranteado_____

PROCESSO: 00052886820198140010 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 27/06/2019---AUTORIDADE POLICIAL:FILIPE AMORIM MELO DPC FLAGRANTEADO:MIGUEL BENEDITO MORAES DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES TERMO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA Número do processo: 0005288-68.2019.814.0010 Natureza: TRÁFICO DE ENTORPECENTES Flagrado (s): MIGUEL BENEDITO MORAES DA SILVA Data da realização: 25 de junho de 2019 Horário: 10:00 horas Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves PRESENTES Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ministério Público: JOÃO BATISTA CAVALEIRO DE MACEDO JUNIOR Defensora Pública: GRAZIELA PARO CAPONI Iniciada a audiência às 12h06min, feito o pregão respondeu o custodiado. Em seguida, gravada em Mídia de CD/ROM, passou o MM Juiz a ouvir o flagrado. Nome: MIGUEL BENEDITO MORAES DA SILVA Naturalidade: brasileiro, nasceu em Melgaço/Pa. Idade: 33 anos. Profissão: pedreiro. Filiação: Domingos Vaz da Silva e Ivanilda Moraes Pereira Grau de escolaridade: estudou até o 3º ano. Se foi apreendido arma: não. Se faz uso de entorpecente: não, mas já usou. Endereço: Ru Jânio Diniz, 4076, bairro Jardim Tropical, Breves/Pa. Se já foi preso ou processado: sim. Em seguida, gravada em Mídia de CD/ROM, procedeu-se a entrevista do flagranteado. RESPONDEU QUE: foi preso em sua residência, alega que não foi agredido nem torturado pelos policiais que o prenderam. DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO: nada tem a opor quanto à decisão que homologou o auto e decretou a prisão preventiva do custodiado. DADA A PALAVRA A DEFESA: (requerimento gravado em áudio/vídeo). Em resumo: requer a concessão de liberdade provisória com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. DECISÃO: 1- RATIFICO a decisão de folhas 21/22, que HOMOLOGOU o auto e DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA do custodiado. CADASTRE-SE NO SISTAC. CIENTES E INTIMADOS OS PRESENTES. CUMPRA-SE. Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei. Juiz _____ Promotor: _____ Defensora Pública _____ Flagranteado_____

PROCESSO: 00053406420198140010 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Ação Civil Pública em: 27/06/2019---REQUERENTE:MINISTERIO PUBLICO DE BREVES INTERESSADO:PABLO DO NASCIMENTO DUARTE REQUERIDO:ESTADO DO PARA REQUERIDO:MUNICIPIO DE BREVES. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIARIO DE BAGRE Processo n.º 0005340-64.2019.8.14.0010 DECISÃO Vistos etc. Trata-se de Ação Civil Pública c/c pedido de antecipação de tutela, recepcionada durante o plantão judiciário, tendo como autor o Ministério Público do Estado do Pará e como requeridos o Município de Breves e o Estado do Pará, através das Secretarias de Município e Estado de Saúde Pública. O Ministério Público foi procurado por Neuza Rosa Almeida Barreto, para informar que seu companheiro, PABLO DO NASCIMENTO DUARTE, está internado no Hospital Municipal de Breves, desde o dia 24/06/19, apresentando diagnostico de encefalite viral não especificada, aguardando leito com urgência no Hospital Regional Público do Marajó, necessitando ser transferido, em caráter de extrema urgência, para hospital com suporte clínico geral, procedimento não disponibilizado pelo nosocômio em que encontra-se atualmente internado. Segundo o relato do Parquet em análise do espelho do SISREG do paciente, PABLO fora regulado no dia 24/06/2019, com diagnostico de 12 (doze)

dias com febre elevada e renite, cefaleia holocraniana e mialgia generalizada, apresentando há 04 (quatro) dias paraplegia, principalmente à esquerda, com diminuição de força muscular nos membros superiores e estado geral torporoso, razão pela qual a médica do paciente solicitou sua transferência, em caráter de urgência, para Unidade referenciada em clínica geral,com aparato de suporte para o tratamento. Diante da situação aludida, o Ministério Público pleiteia providências para que seja garantido o ENCAMINHAMENTO e TRATAMENTO URGENTE, conforme laudo médico em anexo. Com a inicial fez a juntada de documentos as f. 09/13. Vieram os autos conclusos. É o, sucinto, relatório.

Passo a decidir. Destarte, é válido salientar a urgência do quadro diante dos documentos apresentados. O documento médico constante a f. 11, que informa: ¿(..)DIAGNOSTICO INICIAL - CID: ENCEFALITE VIRAL, NÃO ESPECIFICADA (..)¿ (Grifei e sublinhei). ¿(..)CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: urgência, atendimento o mais rápido possível. CARÁTER: urgência. PROCEDIMENTO SOLICITADO: Tratamento para infecções virais do sistema nervoso central. PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS: Paciente há 12 dias vem apresentando febre elevada e renite, cefaleia holocraniana e mialgia generalizada. Há 04 dias vem apresentando paraplegia principalmente a esquerda/ diminuição de força muscular nos membros superiores e estado geral torporoso (..)¿ (Grifei e sublinhei).

Em que pese o(a) paciente estar internado, em estado grave, e a solicitação pertinente do seu caso ter sido solicitada, sob a justificativa emergencial, até o momento não houve atendimento do caso em comento, tanto é, que parente(s) do(a) paciente provocou(ram) o Ministério Público e, por conseguinte, o Poder Judiciário, para providências diante da inércia de resposta do pleito na via administrativa. O direito à saúde está inserto no rol dos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988, expresso no art. 6º do diploma referido, que trata dos direitos sociais. ¿Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ¿ (grifei e sublinhei) Os direitos socais consistem em verdadeiros poderes de se exigir perante o Estado, responsável por atender a esses direitos, a contraprestação sob forma de prestação dos serviços de natureza social (FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 49-51), dentre os quais se insere o direito à saúde, conforme se constata dos artigos supramencionados. Portanto, convém concluir que os direitos sociais, enquanto dimensão dos direitos fundamentais, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condiç¿es de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualizaç¿o de situações sociais desiguais. (SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 29 ed. S¿o Paulo: Malheiros, 2007, p. 286). Como se observa, o litígio em questão gira em torno de um bem tutelado de notória importância: a saúde que, enquanto direito social, cumpre ao Estado proteger, recuperar e promover através de ações que viabilizem o livre acesso dos cidadãos de forma universal e igualitária, de modo a dar efetividade à norma constitucional. Na mesma linha de raciocínio, temos a Lei nº 8.080/90 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Valendo transcrever o art. 7º, inciso II, in verbis: Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios: I - (..) II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; (Grifei e sublinhei) Nesse sentido, com o suporte na diretriz Constitucional, o princípio do atendimento integral, bem como da hipossuficiência do(a) paciente/interessado(a) angariaram níveis constitucionais de aplicação imediata e incondicional. Não se pode deixar de notar, ainda, que a saúde é indissociável do direito à vida, eis que este direito, esculpido no art. 5º da Constituiç¿o Federal, transcende o direito de não ser morto, de permanecer vivo, mas também refere-se ao direito de ter uma vida digna (LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 14 ed. S¿o Paulo: Saraiva, 2010, p. 748). A parte interessada recorre ao Judiciário, pois necessita que o Estado do Pará e o Município de Breves atuem para satisfazer necessidade de tratamento indicado para sua enfermidade, pois a obtenção da tutela pretendida representa, em consequência, a afirmaç¿o de sua propria dignidade com a melhoria de sua qualidade de vida. Ocorre que, embora o(a) paciente/interessado(a) tenha buscado a assistência, isso não lhe foi garantido. Assim, não pode este Juízo permitir que essa situação permaneça, eis que seria ilegal e sobremaneira desumano. E não há que se olvidar do federalismo cooperativo acolhido pela Constituição que consagrou, no tema da saúde pública, a solidariedade entre os entes federados, na perspectiva de que a competência da União, não exclui a dos Estados e a dos Municípios (artigo 23, inciso II, CRFB/88). Adiante, a Carta Constitucional, disciplina a Saúde no art. 196, dispondo o seguinte: Art.

196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (grifei e sublinhei) Dessarte, não pode o Estado, sob o argumento algum, especialmente o de não possuir profissional especialista ou vaga disponível para realização do tratamento, deixar de prestar o atendimento do qual necessita o(a) paciente que lhe recorre. N¿o havendo em sua rede pública serviço médico adequado para o caso, deve valer-se da rede privada, sem ônus ao paciente. Nesse sentido, clara é a redação da parte final do artigo 197 da Constituição da República, quando refere que o Estado haverá de valer-se, inclusive, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado para a execução das ações e serviços de saúde. Evidencia-se aí, a obrigaç¿o subsidiária de, não podendo atender a todos na rede pública, que se valha da rede privada. Nesse diapasão, a disposição legal apresentada, bem como os ensinamentos jurídicos embasam o pedido pleiteado pelo Ministério Público em benefício da parte interessada, que necessita do tratamento especializado, com encaminhamento desta para Hospital especializado no Estado do Pará ou outro Hospital adequado de qualquer Estado da Federação, com disponibilidade de leito, em razão do mesmo ser hipossuficiente e não ter condições financeiras de arcar com os ônus do tratamento. Com efeito, percebe-se que o caso em comento é de EXTREMA URGÊNCIA, pois trata-se de família hipossuficiente, de baixa renda, sem condições de arcar com tratamento particular, sendo assistida pelo Ministério Público (Promotoria de Justiça de Breves), cujo(a) paciente/carecedor(a) do direito está objetivando tratamento para melhorar sua atual condição, pois se encontra gravemente enfermo(a). O(A) paciente corre risco iminente de agravamento irreversível do quadro, com a possibilidade, diante da evolução do quadro do(a) paciente, desde que adentrou no hospital. Qual outro argumento seria necessário à urgência do deferimento do pedido? Nem se fale em impossibilidade de reversão da medida em caso de insucesso ao final da demanda (artigo. 300, § 3º, do Código de Processo Civil (NCPC), porquanto, no choque de interesses irreversíveis, IRREVERSÍVEL DE PLENO É A VIDA DO(A) PACIENTE! Esta não se poderá reverter em caso de demora na prestação do serviço médico. Ante o exposto, RECEBO a inicial porque apta e DEFIRO o pedido de tutela antecipada para DETERMINAR que o ESTADO DO PARÁ e o MUNICIPIO DE BREVES, SOLIDARIAMENTE, ATENDAM IMEDIATAMENTE à necessidade de tratamento do(a) paciente PABLO DO NASCIMENTO DUARTE, para que seja no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, ou menos, se assim for verificada maior urgência, transferida para leito em UTI de HOSPITAL ou OUTRA INSTITUIÇÃO DE BREVES, NA CAPITAL ou OUTRO LOCAL QUE CONTE COM A ESPECIALIDADE NECESSÁRIA PARA O TRATAMENTO MÉDICO DE QUE PRECISA, providenciando em tudo que o que for preciso ao paciente, uma vez que é hipossuficiente e não tem condições financeiras de arcar com o ônus do tratamento. Para tanto, intime-se: 1) a Procuradoria do Município de Breves, para cumprimento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa diária no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais); 2) a Procuradoria do Estado do Pará, para cumprimento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa diária no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais); 3) o Secretário Municipal de Saúde, pessoalmente, para cumprimento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de: 3.1) multa diária no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), mediante bloqueio do valor no BACENJUD e restrição no RENAJUD; 3.2) além de responder por crime de desobediência; e 3.3) caso advenha resultado indesejado pela inércia imotivada do gestor, implicará na análise da incidência da lei de improbidade administrativa por violação do princípio constitucional, bem como sua incursão no crime de omissão imprópria (art. 13 c/c art. 121 do CPB). 4) o Secretário Estadual de Saúde, pessoalmente, para cumprimento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de: 4.1) multa diária no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), mediante bloqueio do valor no BACENJUD e restrição no RENAJUD; 4.2) além de responder por crime de desobediência; e 4.3) caso advenha resultado indesejado pela inércia imotivada do gestor, implicará na análise da incidência da lei de improbidade administrativa por violação do princípio constitucional, bem como sua incursão no crime de omissão imprópria (art. 13 c/c art. 121 do CPB); A presente decisão deverá ser cumprida sem prejuízo de qualquer outro paciente que esteja, já, em tratamento ou em lista de prioridade. CITEM-SE os requeridos para, querendo, apresentarem contestação, no prazo legal. AUTORIZO/DETERMINO o cumprimento da presente decisão durante o plantão judiciário e a decisão servirá como mandado/ofício. Intime-se o beneficiário da presente decisão. Dê-se ciência ao Ministério Público. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. Expeça-se o necessário. P. R. I. C. Breves, 26 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito Titular Página 0

P R O C E S S O : 0 0 0 5 4 0 0 3 7 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:TOMAS BALIEIRO SANTOS VITIMA:M. M. M. AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DA POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARA BREVES. Fls.

ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE Processo: 0005400-37.2019.8.14.0010 DECISÃO (PLANTÃO JUDICIÁRIO) Vistos etc. Trata-se de comunicação da prisão em flagrante de TOMAS BALIEIRO SANTOS, pela suposta prática do crime previsto no art. 155, §1º do CPB. Segundo o art. 310, I a III, do CPP, o juiz, ao receber o auto de prisão em flagrante, deve fundamentadamente: a) relaxar a prisão ilegal; b) converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 do CPP, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou c) conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. O auto de prisão em flagrante noticia a prática de infração penal, o agente capturado estava em uma das situações legais que autorizam o flagrante e foram observadas as formalidades estabelecidas pelo art. 5º, LXI, LXII. LXIII da Constituição Federal e art. 302 do CPP. Ressalta-se, ainda, que não se vislumbra caracterizada qualquer das hipóteses do art. 23 do Código Penal. Com efeito, a medida constritiva mostra-se legal, não havendo se falar em relaxamento. Feitas tais considerações, HOMOLOGO o auto de prisão em flagrante, porque formalmente perfeito. Sobre a audiência de custódia, compulsando os presentes autos, numa análise preliminar, não verifico ilegalidade, necessidade de prisão, ocorrência de tortura ou violação de direitos assegurados ao preso (PL n. 544/2011), nos termos do art. 4º, §2º do Provimento Conjunto nº 01/2015 e da Resolução nº 213 do CNJ. Ademais, a presente decisão está sendo proferida durante o plantão judiciário, torno prejudicada a realização de audiência de custódia, sendo a mesma inviável no plantão, tendo em vista a impossibilidade de apresentação do custodiado nos termos da Resolução nº 213 do CNJ e do Provimento Conjunto nº 01/2016 do TJE/PA. Passo a manifestar-me sobre a possibilidade de conversão da prisão preventiva, concessão de liberdade ou imposição de outra medida cautelar, nos termos do art. 282, c/c 310 e 319 do CPP. Não há qualquer dúvida que vivemos sob a égide de uma Constituição que garante ao acusado, respeitados os requisitos previstos em lei, que sua liberdade seja uma regra onde a prisão é a exceção. Analisando o caso, não é situação de converter a prisão em flagrante em preventiva, pela ausência dos pressupostos e fundamentos previstos no art. 312 do CPP. Analisando o caso em comento, seja pelas condições subjetivas, seja pelo modo de agir do agente, o crime não demonstra reprovabilidade capaz de justificar a custodia cautelar, lembrando que a gravidade em abstrato não pode, de per si, fundamentá-la. Assim, a decretação ou manutenção da prisão cautelar retira do acusado um direito constitucionalmente garantido, portanto, é sempre dever dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público a realização de uma análise acurada acerca de seus requisitos. No presente caso, entendo que, em uma análise perfunctória, as medidas cautelares diversas da prisão se apresentam suficientes, não restando evidenciados, neste momento, os requisitos da prisão preventiva, pelo que resta cabível a concessão do benefício da liberdade provisória, nos termos do art. 310, III, do CPP. Do exposto, CONCEDO-LHE LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIANÇA, a qual, arbitro no valor de dois salários mínimos, equivalente a R$1.996,00 (mil novecentos e noventa e seis reais), com base nos arts. 310, III, 321 e 325, todos do CPP, ficando sujeito as obrigações constantes do art. 319, I, II, III, IV e V, 327 e 328 do mesmo diploma, bem como, se comprometendo a não se envolver em novos ilícitos. SOB PENA DE REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO e DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA, nos termos do art. 312, parágrafo único, SERVINDO A PRESENTE DECISÃO COMO TERMO DE COMPROMISSO NESSE SENTIDO. Servirá a cópia desta decisão como mandado/ofício (Provimento n.º 003/2009 CJCI). I - comparecimento em juízo sempre que lhe for determinado; II - proibição de acesso ou frequência a bares, boates, festas, shows e congêneres; III - proibição de se aproximar a uma distância inferior a 100 metros da vítima; IV - proibição de ausentar-se da Comarca, por mais de 8 (oito) dias, sem prévia autorização judicial; V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, a partir das 21h00min; Esta Decisão serve como Alvará de soltura, porém, o flagranteado só será posto em liberdade após o efetivo pagamento da fiança, salvo se por outro motivo não estiver preso. Oficie-se o Comando da Polícia Militar e Civil desta Comarca, para que tome ciência da presente decisão, devendo comunicar este juízo no caso de constatação de descumprimento das medidas cautelares impostas ao acusado. INTIME-SE a vítima acerca da presente decisão e da liberação do denunciado (art. 201, §2º, do CPP). Ciência ao Ministério Público, ao flagranteado e a Defesa. P.R.I.C. Breves/PA, 26 de julho de 2019 Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito Página de 2 P R O C E S S O : 0 0 0 5 4 8 1 8 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Ação Civil Pública em: 27/06/2019---REQUERENTE:CRISTOVAO COSTA ARAUJO PROMOTOR(A):MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REQUERIDO:Estado do Pará REQUERIDO:MUNICIPIO DE BREVES. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIARIO DE BAGRE Processo n.º 0005481-

83.2019.8.14.0010 DECISÃO Vistos etc. Trata-se de Ação Civil Pública c/c pedido de antecipação de tutela, tendo como autor o Ministério Público do Estado do Pará e como requeridos o Município de Breves e o Estado do Pará, através das Secretarias de Município e Estado de Saúde Pública. O Ministério Público foi procurado pelo Sr. Romildo Castor Araújo, para informar que CRISTOVÃO COSTA ARAÚJO, de 61 (sessenta e um) anos de idade, está internado no Hospital Municipal de Breves, com quadro de insuficiência renal aguda, necessitando de tratamento médico que o referido hospital não dispõe, pelo que se faz necessária a transferência do paciente para hospital especializado que contenha leito e especialista clínico em nefrologia. Segundo o relato do Parquet, o atendimento do paciente foi solicitado à Central Reguladora de Belém no dia 21/06/2019, as 17h51min, conforme SISREG código 293912219, relatando ser caso de URGÊNCIA, com atendimento o mais rápido possível e, obteve como resposta da Central de Regulação que não há leito disponível. Diante da situação aludida, o Ministério Público pleiteia providências para que seja garantido o ENCAMINHAMENTO e TRATAMENTO URGENTE, conforme laudo médico em anexo. Com a inicial fez a juntada de documentos as f. 12/25.

Vieram os autos conclusos. É o, sucinto, relatório. Passo a decidir. Destarte, é válido salientar a urgência do quadro diante dos documentos apresentados. Os documentos médicos constantes as f. 15,16 e 18 que informam: ¿(..)CONCLUSÃO: paciente diabético de longa data, evoluindo com episódios de hipoglicemia severa, apresentando náuseas intensas, vômitos alimentares frequentes, tontura intensa palidez cutâneo acentuada. Dra. Yara Rodrigues médica CRM-PA 5232 (..)¿(Grifei e sublinhei). ¿(..)DIAGNOSTICO: insuficiência renal aguda não não especificada¿ (Grifei e sublinhei).

¿(..)CARÁTER: urgência. CLASSIFICAÇÃO DE RISCO: atendimento o mais rápido possível Em que pese o(a) paciente estar internado há tempo considerável, em estado grave, e a solicitação pertinente do seu caso ter sido solicitada, sob a justificativa emergencial, até o momento não houve atendimento do caso em comento, tanto é, que parente(s) do(a) paciente provocou(ram) o Ministério Público e, por conseguinte, o Poder Judiciário, para providências diante da inércia de resposta do pleito na via administrativa. O direito à saúde está inserto no rol dos direitos e garantias fundamentais da Constituição Federal de 1988, expresso no art. 6º do diploma referido, que trata dos direitos sociais. ¿Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. ¿ (grifei e sublinhei) Os direitos socais consistem em verdadeiros poderes de se exigir perante o Estado, responsável por atender a esses direitos, a contraprestação sob forma de prestação dos serviços de natureza social (FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. Direitos humanos fundamentais. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2008, p. 49-51), dentre os quais se insere o direito à saúde, conforme se constata dos artigos supramencionados. Portanto, convém concluir que os direitos sociais, enquanto dimensão dos direitos fundamentais, são prestações positivas proporcionadas pelo Estado direta ou indiretamente, enunciadas em normas constitucionais, que possibilitam melhores condiç¿es de vida aos mais fracos, direitos que tendem a realizar a igualizaç¿o de situações sociais desiguais. (SILVA, José Afonso da. Curso de direito constitucional positivo. 29 ed. S¿o Paulo: Malheiros, 2007, p. 286). Como se observa, o litígio em questão gira em torno de um bem tutelado de notória importância: a saúde que, enquanto direito social, cumpre ao Estado proteger, recuperar e promover através de ações que viabilizem o livre acesso dos cidadãos de forma universal e igualitária, de modo a dar efetividade à norma constitucional. Na mesma linha de raciocínio, temos a Lei nº 8.080/90 que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Valendo transcrever o art. 7º, inciso II, in verbis: Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são desenvolvidos de acordo com as diretrizes previstas no art. 198 da Constituição Federal, obedecendo ainda aos seguintes princípios: I - (..) II - integralidade de assistência, entendida como conjunto articulado e contínuo das ações e serviços preventivos e curativos, individuais e coletivos, exigidos para cada caso em todos os níveis de complexidade do sistema; (Grifei e sublinhei)

Nesse sentido, com o suporte na diretriz Constitucional, o princípio do atendimento integral, bem como da hipossuficiência do(a) paciente/interessado(a) angariaram níveis constitucionais de aplicação imediata e incondicional. Não se pode deixar de notar, ainda, que a saúde é indissociável do direito à vida, eis que este direito, esculpido no art. 5º da Constituiç¿o Federal, transcende o direito de não ser morto, de permanecer vivo, mas também refere-se ao direito de ter uma vida digna (LENZA, Pedro. Direito constitucional esquematizado. 14 ed. S¿o Paulo: Saraiva, 2010, p. 748). A parte interessada recorre ao Judiciário, pois necessita que o Estado do Pará e o Município de Breves atuem para satisfazer necessidade de tratamento indicado para sua enfermidade, pois a obtenção da tutela pretendida representa, em consequência, a afirmaç¿o de sua propria dignidade com a melhoria de sua qualidade de vida. Ocorre que, embora o(a) paciente/interessado(a) tenha buscado a assistência, isso não lhe foi

garantido. Assim, não pode este Juízo permitir que essa situação permaneça, eis que seria ilegal e sobremaneira desumano. E não há que se olvidar do federalismo cooperativo acolhido pela Constituição que consagrou, no tema da saúde pública, a solidariedade entre os entes federados, na perspectiva de que a competência da União, não exclui a dos Estados e a dos Municípios (artigo 23, inciso II, CRFB/88). Adiante, a Carta Constitucional, disciplina a Saúde no art. 196, dispondo o seguinte: Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (grifei e sublinhei) Dessarte, não pode o Estado, sob o argumento algum, especialmente o de não possuir profissional especialista ou vaga disponível para realização do tratamento, deixar de prestar o atendimento do qual necessita o(a) paciente que lhe recorre. N¿o havendo em sua rede pública serviço médico adequado para o caso, deve valer-se da rede privada, sem ônus ao paciente. Nesse sentido, clara é a redação da parte final do artigo 197 da Constituição da República, quando refere que o Estado haverá de valer-se, inclusive, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado para a execução das ações e serviços de saúde. Evidencia-se aí, a obrigaç¿o subsidiária de, não podendo atender a todos na rede pública, que se valha da rede privada. Nesse diapasão, a disposição legal apresentada, bem como os ensinamentos jurídicos embasam o pedido pleiteado pelo Ministério Público em benefício da parte interessada, que necessita do tratamento especializado, com encaminhamento desta para Hospital especializado no Estado do Pará ou outro Hospital adequado de qualquer Estado da Federação, com disponibilidade de leito, em razão do mesmo ser hipossuficiente e não ter condições financeiras de arcar com os ônus do tratamento. Com efeito, percebe-se que o caso em comento é de URGÊNCIA, pois trata-se de família hipossuficiente, de baixa renda, sem condições de arcar com tratamento particular, sendo assistida pelo Ministério Público (Promotoria de Justiça de Breves), cujo(a) paciente/carecedor(a) do direito é um idoso de 61 (sessenta e um) anos de idade, objetivando tratamento para melhorar sua atual condição, pois se encontra gravemente enfermo(a). O(A) paciente corre risco iminente de agravamento irreversível do quadro, com a possibilidade, inclusive, de risco de ir a óbito, diante da evolução do quadro do(a) paciente, desde que adentrou no hospital. Qual outro argumento seria necessário à urgência do deferimento do pedido? Nem se fale em impossibilidade de reversão da medida em caso de insucesso ao final da demanda (artigo. 300, § 3º, do Código de Processo Civil (NCPC), porquanto, no choque de interesses irreversíveis, IRREVERSÍVEL DE PLENO É A VIDA DO(A) PACIENTE! Esta não se poderá reverter em caso de demora na prestação do serviço médico. Ante o exposto, RECEBO a inicial porque apta e DEFIRO o pedido de tutela antecipada para DETERMINAR que o ESTADO DO PARÁ e o MUNICIPIO DE BREVES, SOLIDARIAMENTE, ATENDAM IMEDIATAMENTE à necessidade de tratamento do(a) paciente CRISTÓVÃO COSTA ARAÚJO, para que seja no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, ou menos, se assim for verificada maior urgência, transferida para leito de HOSPITAL ou OUTRA INSTITUIÇÃO NA CAPITAL ou OUTRO LOCAL QUE CONTE COM A ESPECIALIDADE NECESSÁRIA PARA O TRATAMENTO MÉDICO DE QUE PRECISA, providenciando em tudo que o que for preciso ao paciente, uma vez que é hipossuficiente e não tem condições financeiras de arcar com o ônus do tratamento. Para tanto, intime-se: 1) a Procuradoria do Município de Breves, para cumprimento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa diária no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais); 2) a Procuradoria do Estado do Pará, para cumprimento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de multa diária no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais); 3) o Secretário Municipal de Saúde, pessoalmente, para cumprimento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de: 3.1) multa diária no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), mediante bloqueio do valor no BACENJUD e restrição no RENAJUD; 3.2) além de responder por crime de desobediência; e 3.3) caso advenha resultado indesejado pela inércia imotivada do gestor, implicará na análise da incidência da lei de improbidade administrativa por violação do princípio constitucional, bem como sua incursão no crime de omissão imprópria (art. 13 c/c art. 121 do CPB). 4) o Secretário Estadual de Saúde, pessoalmente, para cumprimento, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de: 4.1) multa diária no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), mediante bloqueio do valor no BACENJUD e restrição no RENAJUD; 4.2) além de responder por crime de desobediência; e 4.3) caso advenha resultado indesejado pela inércia imotivada do gestor, implicará na análise da incidência da lei de improbidade administrativa por violação do princípio constitucional, bem como sua incursão no crime de omissão imprópria (art. 13 c/c art. 121 do CPB); A presente decisão deverá ser cumprida sem prejuízo de qualquer outro paciente que esteja, já, em tratamento ou em lista de prioridade. CITEM-SE os requeridos para, querendo, apresentarem contestação, no prazo legal. AUTORIZO/DETERMINO o cumprimento da presente decisão durante o plantão judiciário e a decisão servirá como mandado/ofício (Provimento nº 003/2009 - CJCI). Intime-se o beneficiário da presente decisão. Dê-se ciência ao Ministério Público. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA e expeça-se o necessário. P.R.I.C. Breves, 27 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz

de Direito Titular Página 0
P R O C E S S O : 0 0 1 4 4 8 2 6 3 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Monitória em: 27/06/2019---REQUERENTE:CICLO CAIRU Representante(s): OAB 2518 - JEAN DE JESUS SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:NELSON VIEIRA PANTOJA. 1ª Vara da Comarca de Breves Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE Processo n.º 0014482-63.2017.8.14.0010 DECISÃO

Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que o presente expediente se trata de Carta Precatória, a qual foi determinada/expedida pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno/RO (f. 38). Extrai-se dos autos que a Carta Precatória foi encaminhada em mãos à Distribuição da Comarca de Breves (Art. 4º, parágrafo único, do Provimento 002/2017-CJRMB/CJCI), através do patrono da parte interessada, Dr. JEAN DE JESUS SILVA, OAB/RO 2.518, por intermédio da advogada DANÚBIA DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PA 20.807 (f. 02). As custas judiciais referentes ao cumprimento da presente carta precatória (art. 5º, do Provimento 002/2017-CJRMB/CJCI) constam nos autos (f. 40/41), contudo, não consta o comprovante de pagamento das aludidas custas judiciais. Os presentes autos foram distribuídos equivocadamente como ¿ação monitória¿ na distribuição do Fórum da Comarca de Breves/PA. Vieram os autos conclusos. É o, sucinto, relatório. Passo a decidir.

A PRIORI, DETERMINO a remessa dos autos à Distribuição do Fórum da Comarca de Breves, para que proceda a regularização do presente expediente, cadastrando-o como ¿Carta Precatória¿.

Considerando que não consta informação de deferimento da justiça gratuita, que fora apresentado os documentos de f. 40/41, contudo, sem comprovante de pagamento, bem como, pelo que dispõe a Lei nº 8.328/15 - Dispõe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, DETERMINO a remessa dos presentes autos à UNAJ para certificar se houve o pagamento das custas processuais ao presente caso ou, em caso negativo, que proceda a emissão das custas pertinentes, no intuito que seja dado o efetivo cumprimento da presente Precatória.

Após, havendo pendencia de pagamento de custas, à Secretaria, COMUNIQUE-SE o Juízo deprecante acerca da presente decisão, bem como, encaminhe o boleto bancário e o relatório da conta processo, para intimação da parte para providenciar o seu pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de devolução sem cumprimento da presente carta precatória ao Juízo de origem, inteligência do art. 6º, parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 002/2017-CJRMB/CJCI c/c art. 30 e 31 da Lei nº 8.328/15.

Havendo a possibilidade de intimar o exequente/requerente ou seu patrono, através de correio eletrônico ou Diário de Justiça Eletrônico - DJE, levando em consideração o princípio da celeridade e economia processual, INTIME-SE a parte autora para que proceda o recolhimento das custas processuais, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de devolução da Carta Precatória ao Juízo deprecante sem cumprimento da mesma, em razão da inércia da parte interessada (art. 6º, parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 002/2017-CJRMB/CJCI c/c art. 31 da Lei nº 8.328/15). Havendo o pagamento das custas processuais, CUMPRA-SE a carta precatória em sua finalidade, na forma da lei. Após, devidamente cumprida, remeta-se ao juízo deprecante, com as cautelas legais e as homenagens de estilo. Não havendo o pagamento das custas, CERTIFIQUE-SE e DEVOLVA-SE a Carta Precatória ao Juízo deprecante, qual seja, o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno/RO. Expeça-se o necessário. P. R. I. Cumpra-se. Breves, 24 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0002449-50.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: MARLY NOGUEIRA DOS SANTOS

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 26 de junho de 2019

Horário: 13:40 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 14h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realizaç¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0000589-38.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: RAIMUNDA DAS GRAÇAS LIMA DE OLIVEIRA

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 26 de junho de 2019

Horário: 13:40 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 14h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realiza¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0002807-06.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: MANOEL DOMINGOS CORREA NUNES

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realiza¿o: 26 de junho de 2019

Horário: 13:40 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 14h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realiza¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0001440-51.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: MANOEL BALIEIRO LADISLAU

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 26 de junho de 2019

Horário: 13:55 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 14h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realizaç¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0000769-11.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: OSVALDO PAULINO DO CARMO

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 25 de junho de 2019

Horário: 12:00 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 12h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realizaç¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0002805-16.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: CLAUDIO PANTOJA DO AMARAL

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 25 de junho de 2019

Horário: 13:00 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 13h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realizaç¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0001446-21.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: MARIA TATIANA PEREIRA MACHADO

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 25 de junho de 2019

Horário: 13:40 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 13h40min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realiza¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0001340-66.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: OSVALDINA DA GRAÇA DE SOUZA

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realiza¿o: 25 de junho de 2019

Horário: 11:00 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 11h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realiza¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0000661-66.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: EDILZA RIBEIRO LIMA

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 25 de junho de 2019

Horário: 11:30 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 11h30min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realizaç¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0001418-64.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: ELIETE DA SILVA SOUZA

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 25 de junho de 2019

Horário: 08:45 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 09h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realizaç¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0000646-44.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA POR IDADE

Requerente: BENEDITA DA GRAÇA SILVA

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 25 de junho de 2019

Horário: 09:00 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 09h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realizaç¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0000739-64.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: TEOFILO GUEDES FERREIRA

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 26 de junho de 2019

Horário: 12:00 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 12h20min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realiza¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0000772-93.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: GENILSON DEMES MEIRELES

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realiza¿o: 26 de junho de 2019

Horário: 11:30 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 12h20min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realiza¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0001343-51.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: FABI FERREIRA FURTADO

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 26 de junho de 2019

Horário: 11:00 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 11h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realizaç¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0001343-51.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: FABI FERREIRA FURTADO

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 26 de junho de 2019

Horário: 11:00 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 11h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realizaç¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0001358-73.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: LIDIMAR MENDES SOUZA

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 26 de junho de 2019

Horário: 10:00 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 10h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realizaç¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0000740-59.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: VICENTE ALVES DE FREITAS

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 26 de junho de 2019

Horário: 08:45 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 09h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realiza¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0002439-03.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: FLORIANO DA SILVA PANTOJA

Advogado: JOSÉ CARLOS PIRES ORTEGA

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realiza¿o: 26 de junho de 2019

Horário: 09:00 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 09h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realiza¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando

fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0001419-59.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: JOSÉ SEBASTI¿O MARQUES

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 26 de junho de 2019

Horário: 19:30 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 10h00min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realizaç¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

TERMO DE AUDIÊNCIA

Número do processo: 0001376-80.2011.814.0010

Natureza: APOSENTADORIA

Requerente: MERIAN RODRIGUES AMORIM

Advogado: JEAN FABIO MATSUYAMA OAB/SP 281.625

Advogado: CLAUDEMIR MINGNORANCE OAB/MA 8885-A

Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL

Data da realizaç¿o: 26 de junho de 2019

Horário: 13:20 horas

Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves

PRESENTES

Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE

Iniciada a audiência às 13h20min, feito o preg¿o, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realizaç¿o do ato.

DELIBERAÇ¿O:

1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instruç¿o e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinç¿o nos termos do artigo 485 §1º do CPC.

2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos.

Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei.

Juiz _____

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA 1ª VARA DE BREVES - VARA: 1ª VARA DE BREVES
PROCESSO: 00014395620118140010 PROCESSO ANTIGO: 201110012329 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE:JOSE NILTON DUARTE CUNHA Representante(s): CLAUDEMIR MINGORANCE OAB/MA 8.885-A E OAB/PA 16515-A (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES TERMO DE AUDIÊNCIA Número do processo: 0001439-56.2011.814.0010 Natureza: APOSENTADORIA POR INVALIDEZ Requerente: JOSÉ NILTON DUARTE CUNHA Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Data da realização: 25 de junho de 2019 Horário: 10:30 horas Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Juízo: 1ª Vara da Comarca de

Breves PRESENTES Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Iniciada a audiência às 10h30min, feito o pregão, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realização do ato. DELIBERAÇÃO: 1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instrução e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinção nos termos do artigo 485 §1º do CPC. 2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos. Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei. Juiz _____

PROCESSO: 00014405120118140010 PROCESSO ANTIGO: 201110012337 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERIDO:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL REQUERENTE:MANOEL BALIEIRO LADISLAU Representante(s): CLAUDEMIR MINGORANCE OAB/MA 8.885-A E OAB/PA 16515-A (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES TERMO DE AUDIÊNCIA Número do processo: 0000769-11.2011.814.0010 Natureza: APOSENTADORIA Requerente: OSVALDO PAULINO DO CARMO Requerido: INSTITUTO NACIONAL DE SEGURO SOCIAL Data da realização: 25 de junho de 2019 Horário: 12:00 horas Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves PRESENTES Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Iniciada a audiência às 12h00min, feito o pregão, ninguém respondeu. Pelo MM Juiz foi dito que diante da ausência das partes restou prejudicada a realização do ato. DELIBERAÇÃO: 1- INTIME-SE a parte autora para manifestar do interesse quanto ao prosseguimento do feito, justificando fundamentadamente a ausência na presente audiência de instrução e julgamento, no prazo de cinco dias sob pena de extinção nos termos do artigo 485 §1º do CPC. 2- Decorrido o prazo, CERTIFIQUE-SE e voltem conclusos. Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei. Juiz _____

PROCESSO: 00031661920188140010 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80 em: 27/06/2019---REQUERENTE:ALDENORA SANTANA DE MORAES. Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1º VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIARIO DE BAGRE DESPACHO Vistos etc. INTIME a parte, através de seu procurador, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte aos autos a cópia da certidão de óbito do sr. Sandoval Lopes de Moraes. Publique-se. Intime-se. Breves, 24 de junho de 2019. ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Juiz de Direito

PROCESSO: 00039956320198140010 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Carta Precatória Cível em: 27/06/2019---JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA QUARTA VARA CIVEL E DE FAZENDA PUBLICA DE MACAPA EXEQUENTE:COMERCIAL NORTE LTDA EXECUTADO:M LUCIA DA SILVA COMERCIO ME. 1ª Vara da Comarca de Breves Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE Processo n.º 0003995-63.2019.8.14.0010 DECISÃO Vistos os autos. À Secretaria, identifique-se os presentes autos com a ¿fita branca¿ correspondente a autos de carta precatória, bem como, trate com a devida urgência. Considerando que não consta informação de deferimento da justiça gratuita, bem como, pelo que dispõe a Lei nº 8.328/15 - Dispõe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, DETERMINO a remessa dos presentes autos à UNAJ para emissão das custas processuais pertinentes, no intuito que seja dado o efetivo cumprimento da presente Precatória. Após, à Secretaria, COMUNIQUE-SE o Juízo deprecante acerca da presente decisão, bem como, encaminhe o boleto bancário e o relatório da conta processo, para intimação da parte para providenciar o seu pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de devolução sem cumprimento da presente carta precatória ao Juízo de origem, inteligência do art. 6º, parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 002/2017-CJRMB/CJCI c/c art. 30 e 31 da Lei nº 8.328/15. Havendo a possibilidade de intimar o exequente/requerente ou seu patrono, através de correio eletrônico ou Diário de Justiça Eletrônico - DJE, levando em consideração o princípio da celeridade e economia processual, INTIME-SE a parte autora para que proceda o recolhimento das custas processuais, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de devolução da Carta Precatória ao Juízo deprecante sem cumprimento da mesma, em razão da inércia da parte interessada (art. 6º, parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 002/2017-CJRMB/CJCI c/c art. 31 da Lei nº 8.328/15). Havendo o pagamento das custas processuais, CUMPRA-SE a carta precatória em sua finalidade, na forma da lei. Após, devidamente cumprida, remeta-se ao juízo deprecante, com as cautelas legais e as homenagens de estilo. Não

havendo o pagamento das custas, CERTIFIQUE-SE e DEVOLVA-SE a Carta Precatória. Expeça-se o necessário. P. R. I. Cumpra-se. Breves, 24 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 4 3 2 0 7 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---VITIMA:L. N. S. AUTOR DO FATO:MIRANILSON CABRAL DA COSTA AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DE POLICIA DE BREVES. 1ª Vara da Comarca de Breves Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE Processo n.º 0004432-07.2019.8.14.0010 DECISÃO Vistos etc. Compulsando os autos, verifico o nome da vítima e do representado apresentado na representação da Autoridade Policial (f. 02), difere do nome da vítima e do representado constante no termo de declarações (f. 04) e no termo de ciências de medidas protetivas (f. 05/06). Ante o exposto, chamo o feito a ordem e torno sem efeito a decisão de concessão de medidas protetivas proferida (f. 08/10), bem como, determino a intimação da Autoridade Policial competente para que retifique sua representação policial e apresente o documento de identificação da vítima, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. P. R. I. Cumpra-se. Breves, 24 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 5 1 3 5 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---VITIMA:A. S. R. M. ACUSADO:RENAN RODRIGUES VIEIRA. Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE REPRESENTAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA Processo: 0004513-53.2019.8.14.0010 DECISÃO Vistos etc. Cuida-se de Representação de Medida Protetivas em favor de ANA DO SOCORRO RODRIGUES MARTINS, suposta vítima de violência doméstica, no que dispõe a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), tendo como acusado o sr. RENAN RODRIGUES VIEIRA. Narra a vítima que o representado praticou violência doméstica e/ou familiar, nos termos do art. 7º, da Lei nº 11.340/06 (Lei maria da Penha), se fazendo necessária a adoção de medidas protetivas para prevenir novos episódios de violência ou, quiçá, um resultado indesejado ainda pior. A vítima teme pela sua integridade física, emocional e psicológica, solicitando a aplicação das medidas protetivas. Com o pedido foi apresentado documentos, em especial, os requisitados no art. 12, §1º da Lei 11.340/06. Vieram os autos conclusos. É o, sucinto, Relatório. Decido. Medidas cautelares autônomas diversas da prisão devem ser aplicadas quando forem necessárias para aplicação da lei penal, para a investigação ou instrução criminal ou para evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, caput, I do CPP). Como estabelecido em diversas medidas cautelares, o requisito básico para a decretação está condicionado à presença do fumus comissi delicti e do periculum in mora. O fumus comissi delicti é entendido como a plausibilidade de que se trata de um fato criminoso, constatada por meio de elementos de informação que configure a presença da prova da materialidade e de indícios de autoria do delito. O periculum in mora é entendido como o prejuízo na demora da prestação da medida pleiteada. Conforme depreende-se do expediente da autoridade policial, os depoimentos da vítima expõem a conduta do acusado e das agressões deste, dentro do que preceitua a Lei nº 11.340/06. Nesse sentido, é evidente a necessidade da adoção da medida cautelar, do contrário, a Lei Maria da Penha perderia muito de seu sentido, que é, justamente, intensificar a repressão/punição nos casos de violência doméstica, visando a uma profilaxia nessas situações. Considera-se que, neste momento, a palavra da vítima possui especial relevância, portanto, faz-se mister a aplicação das medidas protetivas, presentes os requisitos do fumus comissi delicti frente materialidade e de indícios de autoria do delito, apontados pela vítima e do periculum in mora frente ao receio da prática de novas infrações penais. Em que pese a aplicação da medida protetiva, não se demonstra prejuízo para as partes, ao contrário, somente o objetivo cristalino de resguardar a integridade dos envolvidos, uma vez que o magistrado pode revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem, tudo, conforme inteligências do art. 282, § 5º do CPP. A legitimidade ativa para a promoção das medidas cautelares cabe, diante do CPP: ¿Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a: (..) §2º As medidas cautelares serão decretadas pelo Juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.¿ No que tange as Medidas Protetivas cabe, frente a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha): ¿Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de

Processo Penal: (..) III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com pedido da ofendida, para concessão de medidas protetivas de urgência.¿ Diante do exposto, com fundamento no arts. 282, §2º e 319 do CPP e arts. 19, 22, 23 e 24 da Lei 11.340/06, DEFIRO O PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA, determinando ao sr RENAN RODRIGUES VIEIRA o I - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; II - que não se aproxime da ofendida, de seus familiares e das testemunhas a uma distância menor que 100 metros; III - que evite frequentar os mesmos lugares que a vítima esteja, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV - que evite contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação, SERVINDO A PRESENTE DECISÃO COMO TERMO DE COMPROMISSO NESSE SENTIDO, ficando advertido de que o seu não cumprimento poderá acarretar na decretação de prisão preventiva, nos termos do art. 282, §4º e 312, parágrafo único, ambos do CPP. No caso de existência de filho(s) do casal: ASSEVERA-SE às partes que as medidas protetivas de urgência não se estendem aos filhos, devendo o contato com estes ser intermediado por um terceiro, exceto se existente determinação judicial em sentido contrário. Caso necessário, a requerente deverá entrar com ação própria em juízo competente para pleitear prestação de alimentos provisionais e restrição ou suspensão do direito de visita. CITE-SE o requerido para, querendo, contestar o presente feito cautelar, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de serem reputados verdadeiros os fatos alegados pela requerente. DÊ-SE vistas dos autos ao Ministério Público para que se manifeste, nos termos do art. 18, inciso III da lei nº 11.340/06. NOTIFIQUE-SE a vítima, da presente decisão, nos termos do art. 21 da Lei nº 11.340/06. OFICIE-SE à Autoridade Policial para que remeta o inquérito pertinente a presente representação, com suas conclusões, ao juízo, caso ainda não tenha sido feito. OFICIE-SE o Comando da Polícia Militar e Civil desta Comarca, para que tome ciência da presente decisão, devendo comunicar este juízo no caso de constatação de descumprimento das medidas cautelares impostas ao acusado. À SECRETARIA, quando o inquérito policial do presente caso for remetido, proceda-se o apensamento dos presentes autos de medida cautelar aos autos do inquérito, caso ainda não tenha sido feito. As medidas protetivas aqui deferidas terão validade de 6 meses a contar da data da intimação do possível agressor, devendo a ofendida requerer, após esse prazo e caso entenda necessário, novas medidas protetivas. Serve o presente, por cópia, como mandado/ofício, conforme autorizado pelo Provimento 003/2009 CJCI. CIÊNCIA à Autoridade Policial, o Ministério Público, a Defesa/Defensoria Pública e à vítima. INTIME-SE o acusado da presente decisão. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. EXPEÇA-SE o necessário. P. R. I. C. Breves, 25 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito Página 0
P R O C E S S O : 0 0 0 4 7 5 8 6 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Carta Precatória Cível em: 27/06/2019---JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DA SEGUNDA VARA FEDERAL DA SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DO PARA REU:LEONEL PAVANELLO FILHO TESTEMUNHA:FABIO DE ALMEIDA PAES. 1ª Vara da Comarca de Breves Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE Processo n.º 0004758-64.2019.8.14.0010 DECISÃO Vistos os autos.

Trata-se de Carta Precatória, a qual é regida pelo Provimento Conjunto nº 002/2017-CJRMB/CJCI que dispõe sobre as normas gerais atinentes a expedição e cumprimento de cartas precatórias e dá outras providências. O art. 8º do citado Provimento Conjunto aduz que ¿os juízes deverão promover a devolução de todas as cartas precatórias que aguardam, há mais de 30 (trinta) dias, sem manifestação ou providência da parte interessada, desde que já tenham oficiado ao Juízo deprecante solicitando a respectiva providência e não tenha sido atendida (manifestação sobre certidões, pagamentos de diligências e outras despesas processuais, indicação ou complementação de endereço etc) naquele prazo¿. No caso em comento, a ordem deprecada é de ¿INTIMAR a testemunha para comparecer a este Juízo, pra realização de audiência na data de 23/07/2019 as 15:00 horas, a fim de ser ouvida como testemunha arrolada pelo Ministério Público Federal nos autos da ação da referência¿, ocorre que não consta a qualificação necessária da testemunha, conforme certidão retro. Sendo assim, COMUNIQUE-SE/OFICIE-SE o Juízo deprecante acerca da presente decisão, bem como, para que forneça as informações pertinentes, em tempo hábil, sob pena de prejuízo no cumprimento da intimação com brevidade suficiente à audiência designada no Juízo deprecante. Havendo a prestação/apresentação das informações e documentos indispensáveis/requisitados, CUMPRA-SE a carta precatória em sua finalidade, na forma da lei. Após, devidamente cumprida, remeta-se ao juízo deprecante, com as cautelas legais e as homenagens de estilo. Todavia, transcorrido o prazo de 30 (trinta) dias in albis, sem a prestação/apresentação das informações e documentos indispensáveis/requisitados, CERTIFIQUE-SE e REMETA-SE os autos ao Juízo deprecante, na forma e com as cautelas legais, bem como, com as homenagens de estilo, inteligência do art. 8º, do Provimento

Conjunto nº 002/2017-CJRMB/CJCI. Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Breves, 24 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 8 2 9 3 7 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---DENUNCIADO:REYLAN DE JESUS MENDES ALVES VITIMA:S. S. F. PROMOTOR(A):MINISTERIO PUBLICO . 1ª Vara da Comarca de Breves Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE Processo n.º 0004829-37.2017.8.14.0010 DECISÃO Vistos etc. Considerando que o denunciado se encontra preso preventivamente (f. 49/53), COMUNIQUE-SE o oficial de justiça competente pelo mandado de citação do acusado (f. 47/48) para que empreenda agilidade no cumprimento da missiva, em razão da segregação cautelar do réu, bem como, para que proceda a citação no estabelecimento prisional em que estiver custodiado, qual seja o Centro de Recuperação Regional de Breves - CRRB. Expeça-se o necessário. P. R. I. Cumpra-se.

Breves, 26 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 5 0 8 0 8 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---VITIMA:S. L. B. AUTOR DO FATO:ALEX BALIEIRO FRANCA AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DA POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARA BREVES. Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE REPRESENTAÇÃO DE MEDIDA PROTETIVA Processo: 0005080-84.2019.8.14.0010 DECISÃO Vistos etc. Cuida-se de Representação de Medida Protetivas em favor de SAMARA LEÃO BARBOSA, suposta vítima de violência doméstica, no que dispõe a Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), tendo como acusado o sr. ALEX BALIEIRO FRANÇA. Narra a vítima que o representado praticou violência doméstica e/ou familiar, nos termos do art. 7º, da Lei nº 11.340/06 (Lei maria da Penha), conforme depoimento (f. 07) e exame pericial de corpo de delito (f. 10), se fazendo necessária a adoção de medidas protetivas para prevenir novos episódios de violência ou, quiçá, um resultado indesejado ainda pior. A vítima teme pela sua integridade física, emocional e psicológica, solicitando a aplicação das medidas protetivas. Com o pedido foi apresentado documentos, em especial, os requisitados no art. 12, §1º da Lei 11.340/06.

Vieram os autos conclusos. É o, sucinto, Relatório. Decido. Medidas cautelares autônomas diversas da prisão devem ser aplicadas quando forem necessárias para aplicação da lei penal, para a investigação ou instrução criminal ou para evitar a prática de novas infrações penais (art. 282, caput, I do CPP). Como estabelecido em diversas medidas cautelares, o requisito básico para a decretação está condicionado à presença do fumus comissi delicti e do periculum in mora. O fumus comissi delicti é entendido como a plausibilidade de que se trata de um fato criminoso, constatada por meio de elementos de informação que configure a presença da prova da materialidade e de indícios de autoria do delito. O periculum in mora é entendido como o prejuízo na demora da prestação da medida pleiteada. Conforme depreende-se do expediente da autoridade policial, os depoimentos da vítima expõem a conduta do acusado e das agressões deste, dentro do que preceitua a Lei nº 11.340/06.

Nesse sentido, é evidente a necessidade da adoção da medida cautelar, do contrário, a Lei Maria da Penha perderia muito de seu sentido, que é, justamente, intensificar a repressão/punição nos casos de violência doméstica, visando a uma profilaxia nessas situações. Considera-se que, neste momento, a palavra da vítima possui especial relevância, portanto, faz-se mister a aplicação das medidas protetivas, presentes os requisitos do fumus comissi delicti frente materialidade e de indícios de autoria do delito, apontados pela vítima e do periculum in mora frente ao receio da prática de novas infrações penais.

Em que pese a aplicação da medida protetiva, não se demonstra prejuízo para as partes, ao contrário, somente o objetivo cristalino de resguardar a integridade dos envolvidos, uma vez que o magistrado pode revogar a medida cautelar ou substituí-la quando verificar a falta de motivo para que subsista, bem como voltar a decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem, tudo, conforme inteligências do art. 282, § 5º do CPP. A legitimidade ativa para a promoção das medidas cautelares cabe, diante do CPP: ¿Art. 282. As medidas cautelares previstas neste Título deverão ser aplicadas observando-se a: (..) §2º As medidas cautelares serão decretadas pelo Juiz, de ofício ou a requerimento das partes ou, quando no curso da investigação criminal, por representação da autoridade policial ou mediante requerimento do Ministério Público.¿ No que tange as Medidas Protetivas cabe, frente a Lei 11.340/06 (Lei Maria da Penha): ¿Art. 12. Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial adotar, de imediato, os seguintes procedimentos, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal: (..) III - remeter, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, expediente apartado ao juiz com pedido da ofendida, para concessão de medidas protetivas de urgência.¿

Diante do exposto, com fundamento no arts. 282, §2º e 319 do CPP e arts. 19, 22, 23 e 24 da Lei 11.340/06, DEFIRO O PEDIDO DE MEDIDA PROTETIVA, determinando ao sr ALEX BALIEIRO FRANÇA o I - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; II - que não se aproxime da ofendida, de seus familiares e das testemunhas a uma distância menor que 100 metros; III - que evite frequentar os mesmos lugares que a vítima esteja, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida; IV - que evite contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação, SERVINDO A PRESENTE DECISÃO COMO TERMO DE COMPROMISSO NESSE SENTIDO, ficando advertido de que o seu não cumprimento poderá acarretar na decretação de prisão preventiva, nos termos do art. 282, §4º e 312, parágrafo único, ambos do CPP. No caso de existência de filho(s) do casal: ASSEVERA-SE às partes que as medidas protetivas de urgência não se estendem aos filhos, devendo o contato com estes ser intermediado por um terceiro, exceto se existente determinação judicial em sentido contrário. Caso necessário, a requerente deverá entrar com ação própria em juízo competente para pleitear prestação de alimentos provisionais e restrição ou suspensão do direito de visita. CITE-SE o requerido para, querendo, contestar o presente feito cautelar, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de serem reputados verdadeiros os fatos alegados pela requerente. DÊ-SE vistas dos autos ao Ministério Público para que se manifeste, nos termos do art. 18, inciso III da lei nº 11.340/06. NOTIFIQUE-SE a vítima, da presente decisão, nos termos do art. 21 da Lei nº 11.340/06.

OFICIE-SE à Autoridade Policial para que remeta o inquérito pertinente a presente representação, com suas conclusões, ao juízo, caso ainda não tenha sido feito. OFICIE-SE o Comando da Polícia Militar e Civil desta Comarca, para que tome ciência da presente decisão, devendo comunicar este juízo no caso de constatação de descumprimento das medidas cautelares impostas ao acusado. À SECRETARIA, quando o inquérito policial do presente caso for remetido, proceda-se o apensamento dos presentes autos de medida cautelar aos autos do inquérito, caso ainda não tenha sido feito. As medidas protetivas aqui deferidas terão validade de 6 meses a contar da data da intimação do possível agressor, devendo a ofendida requerer, após esse prazo e caso entenda necessário, novas medidas protetivas. CIÊNCIA à Autoridade Policial, o Ministério Público, a Defesa/Defensoria Pública e à vítima. Serve o presente, por cópia, como mandado/ofício. INTIME-SE o acusado da presente decisão. CUMPRA-SE COM URGÊNCIA. EXPEÇA-SE o necessário. P. R. I. C. Breves, 25 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito Página 0

P R O C E S S O : 0 0 0 5 0 8 1 6 9 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Tutela Antecipada Antecedente em: 27/06/2019---REQUERENTE:HIRIX ENGENHARIA DE SOFTWARE LTDA Representante(s): OAB 7895 - TEULY SOUZA DA FONSECA ROCHA (ADVOGADO) OAB 6861 - FRANCISCO EDSON LOPES DA ROCHA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 22119 - RENATO REBELO BARRETO (ADVOGADO) OAB 23343 - AMANDA REBELO BARRETO (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE BREVES. Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1º VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIARIO DE BAGRE Processo: 0005081-69.2019.8.14.0010 DECISÃO Vistos etc. INTIME-SE a requerente, através de seu advogado, para que emende a inicial, comprovando em qual (is) data (s) se dará o processo licitatório, no prazo de 5 (cinco) dias. P.R.I.C Breves, 27 de junho de 2019. ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara de Breves

P R O C E S S O : 0 0 0 5 1 6 6 5 5 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 27/06/2019---AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE BREVES FLAGRANTEADO:RIVALDO JUNIOR GUIMARAES BAIANO VITIMA:R. S. C. . PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES TERMO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA Número do processo: 0005166-55.2019.814.0010 Natureza: ROUBO MAJORADO Flagrado (s): RIVALDO JUNIOR GRIMARAES BAIANO Data da realização: 25 de junho de 2019 Horário: 10:00 horas Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves PRESENTES Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ministério Público: JOÃO BATISTA CAVALEIRO DE MACEDO JUNIOR Defensora Pública: GRAZIELA PARO CAPONI Iniciada a audiência às 11h56min, feito o pregão respondeu o custodiado. Em seguida, gravada em Mídia de CD/ROM, passou o MM Juiz a ouvir o flagrado. Nome: RIVALDO JUNIOR GUIMARAES BAIANO Naturalidade: brasileiro, nasceu em Melgaço/Pa. Idade: 18 anos de idade, nasceu em 10/05/2001 Profissão: lavrador Filiação: Lucidalva Guimarães Baiano. Grau de escolaridade: estudou até a 5ª serie Se foi apreendido arma: não. Se faz uso de entorpecente: não. Endereço: Rua Diva Rebelo, próximo a caixa d¿agua do bairro Riacho Doce, Breves/Pa. Se já foi preso ou processado: Em seguida, gravada em Mídia de CD/ROM, procedeu-se a entrevista do flagranteado. RESPONDEU QUE: foi preso em via pública.

Alega ter sido agredido pelos policiais que o prenderam. DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO: requer que seja juntado aos laudos o laudo do exame de corpo de delito. Nada tem a opor quanto a decisão que homologou o auto e decretou a prisão preventiva do Flagranteado. DADA A PALAVRA A DEFESA: (requerimento gravado em áudio/vídeo). Em resumo: requer a concessão de liberdade provisória com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. DECISÃO: 1- RATIFICO a decisão de folhas 27/28, que HOMOLOGOU o auto e DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA do custodiado. 2- OFICIE-SE a autoridade Policial para que encaminhe a este juízo o laudo do exame de corpo de delito realizado no Flagranteado. CADASTRE-SE NO SISTAC. CIENTES E INTIMADOS OS PRESENTES. CUMPRA-SE. Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei. Juiz _____
Promotor: _____ Defensora Pública _____
Flagranteado_____

PROCESSO: 00052392720198140010 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 27/06/2019---FLAGRANTEADO:SIDENEI DE SOUSA CUSTODIO. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES TERMO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA Número do processo: 0005239-27.2019.814.0010 Natureza: TRÁFICO DE ENTORPECENTE Flagrado (s): SIDENEI DE SOUSA CUSTODIO Data da realização: 25 de junho de 2019 Horário: 09:30 horas Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves PRESENTES Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ministério Público: JOÃO BATISTA CAVALEIRO DE MACEDO JUNIOR Defensora Pública: GRAZIELA PARO CAPONI Iniciada a audiência às 11h00min, feito o pregão respondeu o custodiado. Em seguida, gravada em Mídia de CD/ROM, passou o MM Juiz a ouvir o flagrado. Nome: SIDENEI DE SOUSA CUSTODIO Naturalidade: brasileiro, nasceu em Breves/Pa. Idade: 36 anos de idade, nasceu em 01/06/1983 Profissão: moto taxi Filiação: Benedita Sousa Custodio e Henrique Sousa Custodio Grau de escolaridade: estudou até a 1º ano Se foi apreendido arma: não. Se faz uso de entorpecente: sim, maconha. Endereço: Rua Magalhães Barata, 414, bairro Santa Cruz, Breves/Pa. Se já foi preso ou processado: já foi preso, por trafico de entorpecente. Em seguida, gravada em Mídia de CD/ROM, procedeu-se a entrevista do flagranteado. RESPONDEU QUE: não foi agredido nem torturado pelos policiais que o prenderam. DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO PÚBLICO: manifesta-se pela homologação do auto bem como pela decretação de sua prisão preventiva. DADA A PALAVRA A DEFESA: (requerimento gravado em mídia de CD/DVD) em resumo: manifesta-se pela Liberdade Provisória, com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. DECISÃO: 1- RATIFICO a decisão de folhas 26/27, que DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA do custodiado. CADASTRE-SE NO SISTAC. CIENTES E INTIMADOS OS PRESENTES. CUMPRA-SE. Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei. Juiz _____
Promotor: _____ Defensora Pública _____
Flagranteado_____

PROCESSO: 00052886820198140010 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 27/06/2019---AUTORIDADE POLICIAL:FILIPE AMORIM MELO DPC FLAGRANTEADO:MIGUEL BENEDITO MORAES DA SILVA. PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES TERMO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA Número do processo: 0005288-68.2019.814.0010 Natureza: TRÁFICO DE ENTORPECENTES Flagrado (s): MIGUEL BENEDITO MORAES DA SILVA Data da realização: 25 de junho de 2019 Horário: 10:00 horas Juiz: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Juízo: 1ª Vara da Comarca de Breves PRESENTES Juiz de Direito: ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ministério Público: JOÃO BATISTA CAVALEIRO DE MACEDO JUNIOR Defensora Pública: GRAZIELA PARO CAPONI Iniciada a audiência às 12h06min, feito o pregão respondeu o custodiado. Em seguida, gravada em Mídia de CD/ROM, passou o MM Juiz a ouvir o flagrado. Nome: MIGUEL BENEDITO MORAES DA SILVA Naturalidade: brasileiro, nasceu em Melgaço/Pa. Idade: 33 anos. Profissão: pedreiro. Filiação: Domingos Vaz da Silva e Ivanilda Moraes Pereira Grau de escolaridade: estudou até o 3º ano. Se foi apreendido arma: não. Se faz uso de entorpecente: não, mas já usou. Endereço: Ru Jânio Diniz, 4076, bairro Jardim Tropical, Breves/Pa. Se já foi preso ou processado: sim. Em seguida, gravada em Mídia de CD/ROM, procedeu-se a entrevista do flagranteado. RESPONDEU QUE: foi preso em sua residência, alega que não foi agredido nem torturado pelos policiais que o prenderam. DADA A PALAVRA AO MINISTÉRIO

PÚBLICO: nada tem a opor quanto à decisão que homologou o auto e decretou a prisão preventiva do custodiado. DADA A PALAVRA A DEFESA: (requerimento gravado em áudio/vídeo). Em resumo: requer a concessão de liberdade provisória com a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. DECISÃO: 1- RATIFICO a decisão de folhas 21/22, que HOMOLOGOU o auto e DECRETOU A PRISÃO PREVENTIVA do custodiado. CADASTRE-SE NO SISTAC. CIENTES E INTIMADOS OS PRESENTES. CUMPRA-SE. Nada mais havendo, mandou o Juiz, que encerrasse o termo. Eu, Claudiane S. da Silva,_____, escrevente designada ad hoc, digitei. Juiz _____ Promotor: _____ Defensora Pública _____ Flagranteado_____

PROCESSO: 00054003720198140010 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:TOMAS BALIEIRO SANTOS VITIMA:M. M. M. AUTORIDADE POLICIAL:DELEGACIA DA POLICIA CIVIL DO ESTADO DO PARA BREVES. Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE Processo: 0005400-37.2019.8.14.0010 DECISÃO (PLANTÃO JUDICIÁRIO) Vistos etc. Trata-se de comunicação da prisão em flagrante de TOMAS BALIEIRO SANTOS, pela suposta prática do crime previsto no art. 155, §1º do CPB. Segundo o art. 310, I a III, do CPP, o juiz, ao receber o auto de prisão em flagrante, deve fundamentadamente: a) relaxar a prisão ilegal; b) converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 do CPP, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou c) conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. O auto de prisão em flagrante noticia a prática de infração penal, o agente capturado estava em uma das situações legais que autorizam o flagrante e foram observadas as formalidades estabelecidas pelo art. 5º, LXI, LXII. LXIII da Constituição Federal e art. 302 do CPP. Ressalta-se, ainda, que não se vislumbra caracterizada qualquer das hipóteses do art. 23 do Código Penal. Com efeito, a medida constritiva mostra-se legal, não havendo se falar em relaxamento. Feitas tais considerações, HOMOLOGO o auto de prisão em flagrante, porque formalmente perfeito. Sobre a audiência de custódia, compulsando os presentes autos, numa análise preliminar, não verifico ilegalidade, necessidade de prisão, ocorrência de tortura ou violação de direitos assegurados ao preso (PL n. 544/2011), nos termos do art. 4º, §2º do Provimento Conjunto nº 01/2015 e da Resolução nº 213 do CNJ. Ademais, a presente decisão está sendo proferida durante o plantão judiciário, torno prejudicada a realização de audiência de custódia, sendo a mesma inviável no plantão, tendo em vista a impossibilidade de apresentação do custodiado nos termos da Resolução nº 213 do CNJ e do Provimento Conjunto nº 01/2016 do TJE/PA. Passo a manifestar-me sobre a possibilidade de conversão da prisão preventiva, concessão de liberdade ou imposição de outra medida cautelar, nos termos do art. 282, c/c 310 e 319 do CPP. Não há qualquer dúvida que vivemos sob a égide de uma Constituição que garante ao acusado, respeitados os requisitos previstos em lei, que sua liberdade seja uma regra onde a prisão é a exceção. Analisando o caso, não é situação de converter a prisão em flagrante em preventiva, pela ausência dos pressupostos e fundamentos previstos no art. 312 do CPP. Analisando o caso em comento, seja pelas condições subjetivas, seja pelo modo de agir do agente, o crime não demonstra reprovabilidade capaz de justificar a custodia cautelar, lembrando que a gravidade em abstrato não pode, de per si, fundamentá-la. Assim, a decretação ou manutenção da prisão cautelar retira do acusado um direito constitucionalmente garantido, portanto, é sempre dever dos órgãos do Poder Judiciário e do Ministério Público a realização de uma análise acurada acerca de seus requisitos. No presente caso, entendo que, em uma análise perfunctória, as medidas cautelares diversas da prisão se apresentam suficientes, não restando evidenciados, neste momento, os requisitos da prisão preventiva, pelo que resta cabível a concessão do benefício da liberdade provisória, nos termos do art. 310, III, do CPP. Do exposto, CONCEDO-LHE LIBERDADE PROVISÓRIA COM FIANÇA, a qual, arbitro no valor de dois salários mínimos, equivalente a R$1.996,00 (mil novecentos e noventa e seis reais), com base nos arts. 310, III, 321 e 325, todos do CPP, ficando sujeito as obrigações constantes do art. 319, I, II, III, IV e V, 327 e 328 do mesmo diploma, bem como, se comprometendo a não se envolver em novos ilícitos. SOB PENA DE REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO e DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA, nos termos do art. 312, parágrafo único, SERVINDO A PRESENTE DECISÃO COMO TERMO DE COMPROMISSO NESSE SENTIDO. Servirá a cópia desta decisão como mandado/ofício (Provimento n.º 003/2009 CJCI). I - comparecimento em juízo sempre que lhe for determinado; II - proibição de acesso ou frequência a bares, boates, festas, shows e congêneres; III - proibição de se aproximar a uma distância inferior a 100 metros da vítima; IV - proibição

de ausentar-se da Comarca, por mais de 8 (oito) dias, sem prévia autorização judicial; V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga, a partir das 21h00min; Esta Decisão serve como Alvará de soltura, porém, o flagranteado só será posto em liberdade após o efetivo pagamento da fiança, salvo se por outro motivo não estiver preso. Oficie-se o Comando da Polícia Militar e Civil desta Comarca, para que tome ciência da presente decisão, devendo comunicar este juízo no caso de constatação de descumprimento das medidas cautelares impostas ao acusado. INTIME-SE a vítima acerca da presente decisão e da liberação do denunciado (art. 201, §2º, do CPP). Ciência ao Ministério Público, ao flagranteado e a Defesa. P.R.I.C. Breves/PA, 26 de julho de 2019 Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito Página de 2

P R O C E S S O : 0 0 1 4 4 8 2 6 3 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE Ação: Monitória em: 27/06/2019---REQUERENTE:CICLO CAIRU Representante(s): OAB 2518 - JEAN DE JESUS SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:NELSON VIEIRA PANTOJA. 1ª Vara da Comarca de Breves Fls. ESTADO DO PARÁ - PODER JUDICIÁRIO JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE BREVES E DO TERMO JUDICIÁRIO DE BAGRE Processo n.º 0014482-63.2017.8.14.0010 DECISÃO

Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que o presente expediente se trata de Carta Precatória, a qual foi determinada/expedida pelo Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno/RO (f. 38). Extrai-se dos autos que a Carta Precatória foi encaminhada em mãos à Distribuição da Comarca de Breves (Art. 4º, parágrafo único, do Provimento 002/2017-CJRMB/CJCI), através do patrono da parte interessada, Dr. JEAN DE JESUS SILVA, OAB/RO 2.518, por intermédio da advogada DANÚBIA DE OLIVEIRA LIMA, OAB/PA 20.807 (f. 02). As custas judiciais referentes ao cumprimento da presente carta precatória (art. 5º, do Provimento 002/2017-CJRMB/CJCI) constam nos autos (f. 40/41), contudo, não consta o comprovante de pagamento das aludidas custas judiciais. Os presentes autos foram distribuídos equivocadamente como ¿ação monitória¿ na distribuição do Fórum da Comarca de Breves/PA. Vieram os autos conclusos. É o, sucinto, relatório. Passo a decidir.

A PRIORI, DETERMINO a remessa dos autos à Distribuição do Fórum da Comarca de Breves, para que proceda a regularização do presente expediente, cadastrando-o como ¿Carta Precatória¿.

Considerando que não consta informação de deferimento da justiça gratuita, que fora apresentado os documentos de f. 40/41, contudo, sem comprovante de pagamento, bem como, pelo que dispõe a Lei nº 8.328/15 - Dispõe sobre o Regimento de Custas e outras despesas processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará, DETERMINO a remessa dos presentes autos à UNAJ para certificar se houve o pagamento das custas processuais ao presente caso ou, em caso negativo, que proceda a emissão das custas pertinentes, no intuito que seja dado o efetivo cumprimento da presente Precatória.

Após, havendo pendencia de pagamento de custas, à Secretaria, COMUNIQUE-SE o Juízo deprecante acerca da presente decisão, bem como, encaminhe o boleto bancário e o relatório da conta processo, para intimação da parte para providenciar o seu pagamento no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de devolução sem cumprimento da presente carta precatória ao Juízo de origem, inteligência do art. 6º, parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 002/2017-CJRMB/CJCI c/c art. 30 e 31 da Lei nº 8.328/15.

Havendo a possibilidade de intimar o exequente/requerente ou seu patrono, através de correio eletrônico ou Diário de Justiça Eletrônico - DJE, levando em consideração o princípio da celeridade e economia processual, INTIME-SE a parte autora para que proceda o recolhimento das custas processuais, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de devolução da Carta Precatória ao Juízo deprecante sem cumprimento da mesma, em razão da inércia da parte interessada (art. 6º, parágrafo único, do Provimento Conjunto nº 002/2017-CJRMB/CJCI c/c art. 31 da Lei nº 8.328/15). Havendo o pagamento das custas processuais, CUMPRA-SE a carta precatória em sua finalidade, na forma da lei. Após, devidamente cumprida, remeta-se ao juízo deprecante, com as cautelas legais e as homenagens de estilo. Não havendo o pagamento das custas, CERTIFIQUE-SE e DEVOLVA-SE a Carta Precatória ao Juízo deprecante, qual seja, o Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno/RO. Expeça-se o necessário. P. R. I. Cumpra-se. Breves, 24 de junho de 2019. Andrew Michel Fernandes Freire Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 5 3 4 0 6 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: M. P. B.
INTERESSADO: P. N. D.
REQUERIDO: E. P.
REQUERIDO: M. B.

P R O C E S S O : 0 0 0 5 4 8 1 8 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: C. C. A.
PROMOTOR(A): M. P. E. P.

REQUERIDO: E. d. P.
REQUERIDO: M. B.

SECRETARIA DA 2ª VARA DE BREVES

Proc. nº 0010074-92.2018.8.14.0010
Acusados: EDINALDO FERREIRA, vulgo Tatuagem e MARIA CELIA DE LIMA RODRIGUES DOS SANTOS.
Vítima: M.S.P.D.S.
Imputação penal provisória: art. 121, §2º, IV c/c art. 14, II, ambos do CPB.
DECISÃO
Vistos etc.
Trata-se da Ação Penal ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Pará em que denuncia os acusados Edinaldo Ferreira, vulgo Tatuagem e Maria Celia de Lima Rodrigues dos Santos, como incursos no crime tipificado no art. 121, §2º, IV c/c art. 14, II, todos do Código Penal Brasileiro.
Na peça acusatória, o Parquet narra que no dia 12.08.2018, por volta das 23:00h, nas imediações do bar de nome fantasia Tio Branco, localizado na Rua Duque de Caxias, nº 290, Bairro Cidade Nova, neste Município de Breves, Pará, os réus tentaram matar a vítima Maria Santana Pacheco de Souza, mediante o uso de uma arma branca do tipo faca e força física, não consumando o crime por circunstâncias alheias à vontade.
Segundo o Órgão Ministerial, a vítima estava adentrando no Bar Tio Branco para ingerir bebidas alcoólicas, ocasião na qual foi surpreendida pela ação do acusado Edinaldo, o qual, imediatamente no momento que viu a vítima, sem qualquer motivo aparente, teria afirmado: Tu vai morrer, eu vou te matar.
A vítima, aterrorizada e sem compreender o que estava ocorrendo, ainda teria indagado ao acusado a razão pela qual pretendia lhe matar, tendo o réu respondido: vou te matar porque eu sou ladrão.
Ato contínuo, o acusado teria desferido duas facadas no seio de Maria Santana, porém, a mesma conseguiu fugir para dentro do bar. Após, passou a ser perseguida, oportunidade na qual o acusado desferiu uma facada em sua cabeça, fato que fez com que a faca entortasse e evitasse o resultado morte.
O Ministério Público afirmou que as agressões cessaram somente após a intervenção de populares, que conseguiram conter o acusado.
A exordial acusatória narra, ainda, que na hora em que a vítima tentou sair do local, foi novamente surpreendida, agora pela ação da acusada Maria Celia de Lima Rodrigues dos Santos, a qual teria pulado em sua direção, segurado o cabelo da vítima e tentou bater a cabeça da mesma em uma perna-manca (pedaço de madeira). O resultado morte não teria ocorrido em razão da intervenção de terceiros que impediram a acusada.
Após o crime, os acusados evadiram-se do local, tendo sido localizados pela polícia somente no dia posterior aos fatos.
A prisão preventiva do acusado EDINALDO FERREIRA foi decretada no dia 14 de agosto de 2018 (Proc. nº 0010074-92.2018.8.14.0010 em apenso ¿ fl.60), permanecendo o acusado custodiado no CRRBreves até o presente momento.
A prisão em flagrante da acusada Maria Célia de Lima Rodrigues dos Santos foi homologada em 14 de agosto de 2018, no entanto, fora convertida em medidas cautelares, impostas a fls. 60-v dos autos em apenso.
A denúncia foi oferecida no dia 30.08.2018.
Na defesa escrita apresentada, a fls.55/58, não houve apresentação de preliminares.
A denúncia foi ratificada no dia 14.02.2019 e designada audiência de instrução e julgamento para o dia 26.02.2019.
Na audiência de instrução foram ouvidas três testemunhas de acusação (fls. 103/104).
A continuação da audiência de instrução foi designada para o dia 10/04/2019, ocasião na qual foram ouvidas a vítima, uma testemunha de acusação e procedido o interrogatório dos réus.
A defesa requereu a revogação da prisão preventiva do acusado Edinaldo Ferreira, pedido o qual foi indeferido.
Não havendo mais requerimentos pelas partes, foi aberto prazo para a apresentação de memoriais, tendo o Parquet requerido a pronúncia dos acusados, a fls. 130/131-v, e a Defesa requereu a absolvição ou impronúncia em relação à acusada Maria Célia de Lima Rodrigues dos Santos, bem como a desclassificação para o crime de lesão corporal com relação ao acusado Edinaldo Ferreira, a fls. 133/136-v.

É o relatório.
Cumpre sempre esclarecer que nos processos penais relativos aos crimes dolosos contra a vida, cabe ao Juiz singular verificar a existência da materialidade do fato e de elementos mínimos, porém seguros, de que o acusado seja o seu autor ou que tenha participado, além de eventuais qualificadoras. Nesse sentido: EMENTA Habeas corpus. Processual Penal. Júri. Homicídios qualificados por motivo torpe, consumados e tentados. Artigo 121, § 2º, I; e art. 121, § 2º, I, c/c o art. 14, II, por duas vezes, combinados com o art. 29, todos do Código Penal. Pronúncia. Excesso de linguagem. Não ocorrência. Decisão que, fundamentadamente, demonstrou, com base empírica idônea, a materialidade dos crimes, a existência de indícios suficientes de autoria e da qualificadora do motivo torpe. Dever de motivação. Afirmações de colorido maior que tiveram, na própria decisão, o necessário contraponto. Nulidade. Inexistência. Impossibilidade de alusão à decisão de pronúncia nos debates perante o Tribunal do Júri. Artigo 478, I, do Código de Processo Penal. Precedentes. Ordem denegada. 1. O dever de motivação exige que haja na decisão de pronúncia fundamentação adequada quanto à prova da materialidade e aos indícios suficientes de autoria, bem como a indicação de base empírica idônea para o reconhecimento das qualificadoras. [¿] (STF - HC: 113293 SC, Relator: Min. DIAS TOFFOLI, Data de Julgamento: 03/02/2015, Primeira Turma, Data de Publicação: DJe-034 DIVULG 20-02-2015
PUBLIC 23-02-2015) Assim, passo à análise dos elementos contidos no caderno processual.
1- DA EXISTÊNCIA DE MATERIALIDADE
No decorrer do processo se verificou que o fato realmente existiu.
Além dos exames de corpo de delito acostados, as fls. 19/19-v, a vítima, as testemunhas e os acusados corroboram a sequência dos acontecimentos, embora apresentem versões distintas sobre como se deu os acontecimentos e os motivos determinantes.
2- DOS INDÍCIOS DE AUTORIA
Analisando o conjunto probatório, nota-se a existência de indícios suficientes de autoria que autorizam a pronúncia dos acusados.
No decorrer dos depoimentos, perante a autoridade policial e em Juízo, a vítima relatou que:
[¿] foi acompanhada por mais três pessoas ao bar tio branco, porém não tinha conhecimento de que uma das pessoas que lhe acompanhava já tinha inimizade com EDINALDO, vulgo Tatuagem; Que a pessoa que já teria inimizade se chama Rodrigo, vulgo Lágrima; Que não conhecia Tatuagem; Que quando estavam subindo para o bar, ouviu quando a acusada Maria Célia gritou para a Vilma que o seu marido, Edinaldo, estava armado para agredir Lágrima; Que como não conhecia Tatuagem não se moveu do local, momento em que Rodrigo correu; Que quando Edinaldo a viu, afirmou: tu ta com ele né? Eu vou te matar (textuais); Que se apresentou como bandido; Que Edinaldo desferiu as facadas em seu peito[...]
Que pegou um taco para se proteger; Que Rodrigo e Vilma foram buscá-la; Que quando desceu e o acusado avistou o Rodrigo, Lágrima, se exaltou novamente, momento em que passou a tentar se defender com o taco, oportunidade na qual levou uma facada na cabeça; Que levou mais duas facadas, uma no peito e outra nas costas; Que se defendeu segurando a faca; Que uma pessoa impediu que o acusado a matasse [...]
Que conhecia a acusada Maria Célia de vista; Que quando estava saindo do bar, a acusada a puxou pelo cabelo e bateu com a sua cabeça na perna manca; Que as pessoas que estavam no bar seguraram a acusada para que não continuasse com as agressões; Que se não fosse por conta
das outras pessoas que estavam no bar, acredita que os acusados teriam lhe matado [...]
[...] Que a acusada Maria Célia lhe parou na rua e pediu que tirasse a queixa, afirmando que tem dois filhos presos; Que em uma segunda vez, pelo natal, foi abordada pela acusada na casa de parentes de seu ex-marido, a qual a ameaçou por não conseguir visitar os filhos em razão de estar respondendo a processo criminal e afirmou que a mesma poderia pagar por ela não conseguir visitar os filhos (depoimento em juízo da vítima Maria Santana Pacheco).
Portanto, há indícios de que os autores tentaram a prática do crime de homicídio.
Assim sendo, eventual apuração de animus necandi dos acusados em relação à vítima e a verificação da ocorrência de desclassificação ou de existência de condutas distintas, depende de apuração e valoração probatória a serem realizados pelo Tribunal do Júri.
A tese ventilada pela defesa, portanto, não pode ser acolhida, uma vez que há indícios de autoria e prova da materialidade do crime, demonstradas por meio do conjunto probatório, sendo impossível, neste momento, declarar a absolvição sumária, a impronúncia ou promover a desclassificação da(s) conduta(s) dos acusados.
3- DA QUALIFICADORA ¿ À traição, emboscada ou dissimulação (art. 121, IV, CP)
No que tange à qualificadora titulada acima, entendo que a mesma não repousa nas provas produzidas nos autos, vez que não há elementos que indicam que os fatos ocorreram de forma a

dificultar a defesa da vítima. Não basta, tão somente, narrar uma situação na qual genericamente se poderia supor a impossibilidade ou dificuldade de defesa. Essa deve restar provada e, ademais, para sua caracterização indispensável o elemento insidioso.
Sendo assim, afasto a referida qualificadora.
Não obstante, há elementos suficientes a demonstrar a ocorrência da qualificadora pelo motivo fútil, prevista no inciso II, §2º, do art. 121 do CPB, tendo em vista que os fatos se deram meramente em razão da vítima estar na companhia de Rodrigo, vulgo Lágrima, o qual teria uma suposta desavença com o acusado Edinaldo Ferreira.
4- DO PEDIDO DE REVOGAÇÃO DA PREVENTIVA
Quanto ao pedido de revogação da prisão preventiva, entendo que ainda se sustentam os motivos para a manutenção da preventiva, considerando a existência do fato e de indícios suficientes de autoria, além do que não foram apontadas nenhuma alteração da ordem da custódia cautelar até o presente momento, o que autoriza a manutenção da segregação cautelar do acusado para a asseguração da lei penal e conveniência da instrução criminal.
5- DISPOSITIVO
Ante o exposto, com fulcro no dispositivo do art. 413, do CP, PRONUNCIO os acusados EDINALDO FERREIRA e MARIA CELIA DE LIMA RODRIGUES DOS SANTOS como incursos no art. 121, §2º, II c/c art. 14, II, do CP.
Mantenho a prisão preventiva do acusado EDINALDO FERREIRA, nos termos do art. 413, §3º, pelos motivos apontados anteriormente.
Intime-se pessoalmente os acusados, a Defensoria Pública e o Ministério Público.
Autorizo a intimação por edital dos acusados, caso este não forem encontrados.
Decorrido o prazo recursal, intimem-se as partes para que, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem rol de testemunhas que irão depor em plenário, até o máximo de 5 (cinco), oportunidade em que poderão juntar documentos e requerer diligência.
Publique-se, registre-se, cumpra-se.
Breves/PA, 26 de junho de 2019.

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA - DOC: 20190261556436
ANDREW MICHEL FERNANDES FREIRE
Juiz de Direito da 2ª Vara Cumulativa de Breves

COMARCA DE CURUÇÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE CURUÇÁ

PROCESSO: 00075287120178140019

AÇÃO: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRA JUDICIAL

EXEQUENTE: MARQUES E MELO LTDA

EXECUTADO: MANOEL DO CARMO CONCEIÇÃO DA SILVA

ADVOGADO: GUSTAVO PINHEIRO DO NASCIMENTO SÁ (OAB/PA: 8846

RENATO ROCHA BARBOSA (OAB/PA: 21448)

ANE RUTH CORREA CARVALHO (OAB/PA: 23007)

DESPACHO

Vistos dos autos.

1) Cite(m)-se o(s) executado(s), para no prazo de 03 (três) dias, efetuar(em) o pagamento da dívida.

2) Na hipótese de pronto pagamento ou não oferecimento de embargos, fixo os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa.

3) Em caso de não pagamento, deverá o oficial de justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o exequente e os executados, bem como advertindo-os que poderão indicar bens à penhora, conforme preceitua o art. 829, §2º, do NCPC.

4) Expeça-se o necessário.

5) Cumpra-se.

Curuçá/PA, 08 de novembro de 2017

Dr. José Maria Pereira Campos e Silva

Juiz de Direito

PROCESSO: 00002851020078140019

AÇÃO: EXECUÇÃO FISCAL

EXEQUENTE: CLAUDIO FAVACHO

ADVOGADO: PAULO ROBERTO BRAGA OLIVEIRA BENTES (OAB/PA: 12565)

FABIO BRAGA DE OLIVEIRA BENTES (OAB/PA: 13382)

ALEXANDRE ANTONIO JOSE DE MESQUITA (OAB/PA: 10433)

EXECUTADO: EDINALDO CABRAL COSTA

DESPACHO

Vistos, etc...

1) Diante do teor da certidão de fls. 91 dos autos, bem como da certidão às fls. 83. Intime-se o Autor, através de seu causídico, para que se manifeste nos autos, no prazo de 10 dias.

2) Intime-se.

3) Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

4) Após, conclusos.

Curuçá, 06 de dezembro de 2017.

JOSÉ MARIA PEREIRA CAMPOS E SILVA

Juiz de Direito Titular

Comarca de Curuçá

PROCESSO: 00003021520178140019

AÇÃO: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRA JUDICIAL

EXEQUENTE: J. MOTA CIA LTDA

ADVOGADO: WILLIAN DE OLIVEIRA RAMOS (OAB/PA: 18934)

WOTSON VALADÃO DE MOURA (OAB/PA: 22229)

EXECUTADO: ROSALIA ELIAS DA SILVA

DESPACHO

R.H

1 ¿ Face o teor da certidão de fls. 22 dos autos, intime-se o autor, através de seu represente legal, para que se manifeste no prazo de 10 dias.

2 ¿ Após, conclusos.

3 ¿ Cumpra-se.

Curuçá, 09 de maio de 2018.

JOSÉ MARIA PEREIRA CAMPOS E SILVA

Juiz de Direito Titular

Comarca de Curuçá

PROCESSO: 00000785420068140019

AÇÃO: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL

EXEQUENTE: BANCO DA AMAZONIA

ADVOGADO: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB/PA: 10176)

REQUERIDO: ANA SILVA CAMPOS DIAS

DESPACHO

R.H.

01 ¿ Considerando a manifestação do exequente 100/101 às fls. 94 dos autos, onde o mesmo através de seu representante legal, requer a suspensão do processo até o dia 29/12/2017, de acordo com a Lei 10.340/2016.

02 ¿ Levando em consideração o período acima mencionado e a data em que os autos vieram conclusos ((03/05/2018), intime-se o exequente, através de seus representes legais, para que se manifestem sobre a execução em tela.

03 ¿ Expeça-se o necessário. Cumpra-se com urgência por se tratar de processo elencado na meta do CNJ.

Curuçá/PA, 16 de maio de 2018.

Dr. José Maria Pereira Campos e Silva

Juiz de Direito

PROCESSO: 00040829420168140019

AÇÃO: EXECUÇÃO DE TITULO EXTRA JUDICIAL

EXEQUENTE: ALEXANDRE MAGNO TAVEIRA DE LIMA

Advogado: LARISSA GEMAQUE DE LIMA DA SILVA (OAB/PA: 17076)

EXECUTADO: DANIEL MARCO BERNARDO DOS SANTOS

DECIS¿O

R.H.

Vistos etc.

1. O autor foi intimado (fls. 22) para que recolhesse as custas processuais, de acordo com o despacho de fls. 14, ocasião em que não o fez (fls. 25).

2. Destarte, em consequência, nos termos do artigo 330, inciso III, do NCPC, **INDEFIRO** a inicial.

3. Intime-se o autor e seu respectivo patrono e, ocorrendo o transito em julgado arquivem-se os autos, dando-se baixa na distribuição.

Curuçá/PA, 19 de setembro de 2017.

Dr. JOSÉ MARIA PEREIRA CAMPOS E SILVA

Juiz de Direito, Titular da Comarca de

Curuçá e Terra Alta/PA.

PROCESSO: 00000408420038140019

AÇÃO: EXECUÇÃO

EXEQUENTE: JOSE ROBERTO GOUVEA

ADVOGADO: RAIMUNDO NONATO PORPINO (OAB/PA:4525)

STELIO JOSE CARDOSO MELO (OAB/PA: 4921)

EXECUTADO: PREFEITURA DE TERRA ALTA

DESPACHO

R.H.

1 ¿ Face o teor da certidão acostada aos autos, bem como o fato de as formalidades legais já terem sido cumpridas, no que concerne ao Precatório Requisitório.

2 ¿ Proceda-se o arquivem-se dos presentes autos com as cautelas de praxe.

3 ¿ Intimem-se

4 ¿ Expeça-se o necessário. Cumpra-se.

Curuçá, 06 de setembro de 2017.

JOSE MARIA PEREIRA CAMPOS E SILVA

Juiz de Direito titular da Comarca de Curuçá/Terra Alta

COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE IGARAPÉ-AÇU

EDITAL DE CITAÇÃO (30 DIAS)

CRISTIANO MAGALHÃES GOMES, Juiz de Direito Titular desta Comarca de Igarapé-Açu, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso de suas atribuições legais etc...

F A Z S A B E R, a todos quantos o presente **EDITAL DE CITAÇÃO** virem e dele conhecimento tiverem que tramita por este Juízo, os Autos **CÍVEIS DE GUARDA - (PROC. Nº 0001246-50.2013.8. 14.0021)**, em que é Requerente: ROSIANE MONTEIRO BORCEM **,** brasileira, convivente, doméstica, portadora do RG Nº 3436984 PC/PA, residente e domiciliada na Travessa do 40, nº 82 Pau Cheiroso, Município de Igarapé-Açu/PA, e pelo presente **EDITAL**, fica desde logo **CITADA** a Requerida: ARIANE DOS SANTOS FERREIRA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Vila de Cafezal, Magalhães Barata, encontrando-se atualmente em lugar incerto e não sabido, para RESPONDER, no prazo legal de 30 (TRINTA), dias aos termos da presente Ação, sob pena de não sendo **CONTESTADA,** se presumirão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos articulados pelo autor, art. 285, do CPC. Dado e passado nesta cidade de Igarapé-Açu, Estado do Pará, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho de 2019 (dois mil e dezenove). Eu,....., Diretora de Secretaria, subscrevi.

Joana Benedita da Cruz Magalhães Diretora de Secretaria

INTIMAÇÃO Igarapé-Açu, 28 de junho de 2019.

PROC. 0800519-48.2019.814.0021 ¿ AUTOS CRIMINAIS - PJE.

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO

Réu: FLADSON FELIPE FARIAS RAMALHO

A SUA SENHORIA

Dra. SAMARA SOBRINHA DOS SANTOS ALVES BARATA ¿ OAB/PA ¿ 21.140

De ordem do Dr. CRISTIANO MAGALHÃES GOMES, Juiz de Direito Titular da Comarca de Igarapé-Açu, fica pelo presente, Vossa Senhoria, como Patrono do réu acima citado, INTIMADO(A) de que este Juízo designou a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o próximo dia 25/07/2019, às 09:00h , referente aos autos acima mencionado, em tramitação neste Juízo.

JOANA BENEDITA DA CRUZ MAGALHÃES

Diretora de Secretaria

INTIMAÇÃO

Igarapé-Açu, 28 de junho de 2019.

PROC. 0800040-55.2019.814.0021 ¿ AUTOS CRIMINAIS - PJE.

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO

Réu: MANOEL DA SILVA TRINDADE

A SUA SENHORIA

Dra. PAULO COSTA DA SILVA ¿ OAB/PA ¿ 21.426

Dra. EDERLIN AUGUSTO RIBEIRO DE FREITAS ¿ 26.129

De ordem do Dr. CRISTIANO MAGALHÃES GOMES, Juiz de Direito Titular da Comarca de Igarapé-Açu, fica pelo presente, Vossa Senhoria, como Patrono do réu acima citado, INTIMADO(A) de que este Juízo designou a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o próximo dia 25/07/2019, às 09:15h , referente aos autos acima mencionado, em tramitação neste Juízo.

JOANA BENEDITA DA CRUZ MAGALHÃES

Diretora de Secretaria

MANDADO DE INTIMAÇÃO

PROCESSO 0008295-74.2015.8.14.0021

CLASSE: CRIME CONTRA A ADMINISTRAÇÃO

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO

RÉU(S): OSMARINO COSTA MELO, ADEMIR LIMA PINTO, WALISSON ANTONIO FIGUEIREDO LEAL, ANTONIO JUNIOR NOGUEIRA DE SOUZA, LUIZ HERLONE SANTOS CRUZ, PAULO AGUIAR DA SILVA.

A(s) sua(s) senhoria(s):

DR. ANDRÉ ARAÚJO PINHEIRO ¿ OAB/PA 22819

Pelo presente, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) Intimado(s), para participar(em) da **AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**, a ser realizada nesta comarca, no Fórum localizado na Av. Barão do Rio Branco, s/n, designada para o dia **22/08/2019** às **09:20 horas**, conforme ato ordinatório proferido nos

autos supra identificados. JOANA DA CRUZ MAGALHÃES, Diretora de Secretaria da Comarca de Igarapé-Açu. Conforme Provimento 006/09, CJCI.

MANDADO DE INTIMAÇÃO

PROCESSO 0008295-74.2015.8.14.0021

CLASSE: CRIME CONTRA A ADMINSITRAÇÃO

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO

RÉU(S): OSMARINO COSTA MELO, ADEMIR LIMA PINTO, WALISSON ANTONIO FIGUEIREDO LEAL, ANTONIO JUNIOR NOGUEIRA DE SOUZA, LUIZ HERLONE SANTOS CRUZ, PAULO AGUIAR DA SILVA.

A(s) sua(s) senhoria(s):

DR. EVANDRO SOUZA MUNIZ ¿ OAB/PA 7578

Pelo presente, fica(m) Vossa(s) Senhoria(s) Intimado(s), para participar(em) da **AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO**, a ser realizada nesta comarca, no Fórum localizado na Av. Barão do Rio Branco, s/n, designada para o dia **22/08/2019** às **09:20 horas**, conforme ato ordinatório proferido nos autos supra identificados. JOANA DA CRUZ MAGALHÃES, Diretora de Secretaria da Comarca de Igarapé-Açu. Conforme Provimento 006/09, CJCI.

INTIMAÇÃO

Igarapé-Açu, 28 de junho de 2019.

PROC. 0800293-43.2019.814.0021 ¿ AUTOS CRIMINAIS - PJE.

Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO

Réu: MANOEL MARTINS BAIA

A SUA SENHORIA

Dr. CARLOS FELIPE ALVES GUIMARÃES ¿ OAB/PA ¿ 18.307

De ordem do Dr. CRISTIANO MAGALHÃES GOMES, Juiz de Direito Titular da Comarca de Igarapé-Açu, fica pelo presente, Vossa Senhoria, como Patrono do réu acima citado, INTIMADO(A) de que este Juízo designou a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o próximo dia 20/08/2019, às 10:00h , referente aos autos acima mencionado, em tramitação neste Juízo.

JOANA BENEDITA DA CRUZ MAGALHÃES

Diretora de Secretaria

COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

SENTENÇA

processo nº 0001464-73.2016..8.14.0021

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL

AUTOR: DARLAN WELKSON COSTA SILVA

REQUERIDA: B2W COMPANHIA DIGITAL - LOJAS AMERICANAS

Nobres Advogados: DJALMA LEITE FEITOSA FILHO, OAB/PA N° 15.670

FELIPE GAZOLA V. MARQUES, OAB/PA Nº 19.792

THIAGO M. VEZZI, OAB/PA Nº 21.114-A

Pela presente, ficam os Nobres Advogados, devidamente intimados do dispositivo teor da R. Sentença

Vistos, etc. Dispensado o relatório nos termos do artigo 38 da Lei 9.099/95. Decido. Afirmou o autor que comprou um CONSOLE SONY PLAYSTATION 4 500GB (PS4), 2 CONTROLES, CÂMERA SONY, pelo valor de R$1.696,50, porém, referido produto não foi entregue, causando-lhe prejuízos e danos morais. A requerida suscitou a preliminar de ilegitimidade passiva, alegando que seria parte ilegítima para o polo passivo em razão de o autor ter adquirido o produto sub judice através do Americanas MarketPlace, serviço através do qual um parceiro utiliza o sítio eletrônico do requerido para comercialização de seus produtos. Essa preliminar se refere a possível responsabilidade da requerida pelos fatos relatados na inicial, tratando-se na verdade de matéria de mérito, visto que se confunde com este. Assim, enfrentado esse tema diretamente no mérito. Analisando os autos observo que a requerida participou ativamente da relação com o autor, conforme se verifica nos documentos de fls. 16/28, embora, como alega, teria desempenhado um papel de mediação, mas, participou e contribuiu para a comercialização do produto e recebeu os créditos da compra mediante lançamento no cartão de crédito do autor. Além disso, a requerida se comunicou com o consumidor mediante troca de mensagens eletrônicas (e-mails) tratando sobre o produto e comunicando o cancelamento do pedido. Por essas razões, evidentemente, a requerida se insere na cadeia de fornecedores do produto, havendo legitimidade para figurar no polo passivo, nos termos dos artigos 3º, parágrafo único do 7º, 12, 13 e 18 do CDC. A fabricante do produto está identificada e compõe o polo passivo da lide, podendo responder a demanda proposta. Nesse mesmo tido, já existem diversos precedentes judiciais: DIREITO DO CONSUMIDOR. RECURSO ESPECIAL. SISTEMA ELETRÔNICO DE MEDIAÇ¿O DE NEGÓCIOS. MERCADO LIVRE. OMISS¿O INEXISTENTE. FRAUDE. FALHA DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA DO PRESTADOR DO SERVIÇO. (...) 2. O prestador de serviços responde objetivamente pela falha de segurança do serviço de intermediação de negócios e pagamentos oferecido ao consumidor. 3. O descumprimento, pelo consumidor (pessoa física vendedora do produto), de providência não constante do contrato de adesão, mas mencionada no site, no sentido de conferir a autenticidade de mensagem supostamente gerada pelo sistema eletrônico antes do envio do produto ao comprador, não é suficiente para eximir o prestador do serviço de intermediação da responsabilidade pela segurança do serviço por ele implementado, sob pena de transferência ilegal de um ônus próprio da atividade empresarial explorada. 4. A estipulação pelo fornecedor de cláusula exoneratória

ou atenuante de sua responsabilidade é vedada pelo art. 25 do Código de Defesa do Consumidor. 5. Recurso provido." (REsp 1107024/DF, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 01/12/2011, DJe 14/12/2011). EMENTA: JUIZADO ESPECIAL CIVEL. COMPRA DE PRODUTO PELA INTERNET. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA EMPRESA RESPONSÁVEL PELA GEST¿O DO PAGAMENTO. REJEITADA. N¿O ENTREGA DO PRODUTO. ESTORNO EM DOIS MESES. DANOS MORAIS N¿O CONFIGURADOS. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. 1. Participa da cadeia de consumo quem aufere vantagem econômica ou de qualquer outra natureza, por intermediar transações entre o consumidor e terceiros. Por essa razão, responde solidariamente aos prejuízos causados ao comprador (parágrafo único do art. 7º e §1º do art. 25, CDC). Ademais, responsabilidade civil é objetiva, ou seja, independe da demonstração da culpa, porque fundada no risco da atividade econômica. Preliminar rejeitada. 2. Alega o recorrente que em 06/10/2015 efetuou a compra de um telefone celular pela internet com previsão de chegar ao endereço indicado em 23/10/2015. Já no dia 09/10/2015, registrou reclamação junto às requeridas, conforme documento id. 959.172. Em 15/10/2015, a requerida em resposta a disputa registrada informou ao consumidor acerca do cancelamento da compra (id. 959.164) que foi efetivado em 22/12/2015, conforme se verifica no documento acostado (id. 959.129). Além disso, o documento id. 959.156 comprova que o cancelamento foi solicitado pelo cliente e que houve integral ressarcimento do valor pago pelo consumidor. 3. O mero descumprimento contratual não traduz, por si só, a ocorrência de dano moral. No presente caso, verifica-se que o consumidor obteve resposta das requeridas após seis dias do registro da reclamação, bem como que a finalização do processamento ocorreu decorridos dois meses da data prevista para a entrega do produto. Assim, não há conduta desidiosa hábil a ensejar danos morais. Ademais, não restou evidenciado, por outras provas acostadas aos autos, que tal fato, por si só, foi capaz de macular os direitos da personalidade da parte recorrida. 4. Recurso conhecido. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. Improvido. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. 5. Condenado o recorrente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes fixados em 10% do valor atribuído à causa, cuja exigibilidade fica suspensa em razão da concessão dos benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, §3º, do CPC/2015. 6. A súmula de julgamento servirá de acórdão, conforme regra do art. 46 da Lei 9099/95. (Acórdão n. 986238, Relator Juiz EDUARDO HENRIQUE ROSAS, 3ª Turma Recursal, Data de Julgamento: 7/12/2016, Publicado no DJe: 13/12/2016). JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CONSUMIDOR. COMPRA E VENDA DE MICROCOMPUTADOR PELA INTERNET. PRODUTO N¿O ENTREGUE. INADIMPLEMENTO ABSOLUTO DO FORNECEDOR. RESCIS¿O CONTRATUAL. DEVOLUÇ¿O DO PREÇO PAGO. DANO MORAL, NA HIPÓTESE, INEXISTENTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO PARA JULGAR IMPROCEDENTE A PRETENS¿O DE INDENIZAÇ¿O POR DANOS MORAIS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. I. A apelante é controladora da empresa ré - e ambas compõem um único grupo empresarial -, sendo, portanto, legítimas para responder pelos danos do processo. II. Responde solidariamente a empresa responsável pelo site de vendas, que deve zelar pela segurança das operações realizadas com o vendedor do produto anunciado. Eventual falha da prestação do serviço de intermediação, com prejuízo ao consumidor, resulta em responsabilidade da empresa, a teor do que dispõem os artigos. 7º e 20 do CDC. III. A não entrega do produto adquirido faz surgir ao consumidor direito à restituição da quantia paga, conforme regra dos artigos 389 e 475 do Código Civil. IV. Noutro giro, não há mínima indicação nos autos de violação a atributo da personalidade do autor. O dano moral, que sequer foi indicado adequadamente na inicial, não se configura pelo aborrecimento, frustração, descontentamento, ou qualquer outro sentimento correlato. O dano moral se configura quando violada a dignidade. E verificado que o fato que fundamenta a pretensão indenizatória por dano moral configura mero aborrecimento, sem outros desdobramentos com habilidade técnica de violar direito da personalidade, o pedido deve ser julgado improcedente. V. Recurso conhecido e parcialmente provido, para julgar improcedente o pedido de dano moral, mantidos os demais termos da sentença. Súmula do julgamento servirá de acórdão nos termos do artigo 46 da Lei 9.099/95. Sem custas e sem honorários. (Acórdão n.961492, 07079698320158070016, Relator: EDILSON ENEDINO DAS CHAGAS 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 24/08/2016, Publicado no DJE: 01/09/2016. Pág.: Sem Página Cadastrada.) No mesmo sentido: Acórdão n.949340, 07034769720148070016, Relator: FLÁVIO FERNANDO ALMEIDA DA FONSECA 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Julgamento: 22/06/2016, Publicado no DJE: 30/06/2016; Acórdão n.934115, 07231217420158070016, Relator: FÁBIO EDUARDO MARQUES 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, Data de Julgamento: 13/04/2016, Publicado no DJE: 20/04/2016. Nos autos, restam comprovados compra dos produtos e o cancelamento do pedido, que inclusive está indisponível, conforme documento de fls. 22. Assim, resta evidente o dever de a requerida ressarcir os valores pagos pelo autor pelo produto adquirido, mas que não foi entregue pela requerida em

razão da indisponibilidade. Da mesma forma que consta nos precedentes, entendo que no caso do autos, os fatos declinados na inicial são insuficientes para acarretar danos morais, pois não é razoável inferir que a ausência do produto acarretasse danos extrapatrimoniais ou alguma violação aos direitos da personalidade. Não se trata de produto imprescindível e essencial. O dano moral não decorre única e exclusivamente da violação de um direito ou da prática de um ato ilícito, é preciso a evidência de que a conduta tenha causado danos extrapatrimoniais, violado a honra, a boa fama, ou qualquer outro direito da personalidade, o que não ocorreu no presente caso. A parte autora não comprovou que os transtornos vivenciados superaram os meros aborrecimentos da vida em sociedade que fossem suficientes para configurar efetivo abalo moral. **DISPOSITIVO** Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a requerida, **B2W COMPANHIA DIGITAL - LOJAS AMERICANAS** a pagar ao autor **DARLAN WELKSON COSTA SILVA**, o valor de R$1.696,45 (hum mil seiscentos e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos), a título de restituição do valor pago pelo produto que não foi entregue, corrigido monetariamente pelo INPC e acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, incidente a partir da citação, nos termos do arts. 7º, parágrafo único, 12, 13, 14 e 18, todos do Código de Defesa do Consumidor. Extingo o processo com resolução de mérito, nos termos dos arts. 487, I, do CPC. Sem custas e honorários, de acordo com o disposto nos artigos 54 e 55, da Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995. Publicar. Registrar. Intimar. Expeça-se o necessário. Igarapé-Açu, 15 de maio de 2019. Cristiano Magalhães Gomes

Juiz de Direito DA COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

SENTENÇA

Processo n. 00041279720138140021

REQUERENTE: AUGUSTO CESAR DOS PASSOS BARRAL

REQUERENTE: VANDERLEA RODRIGUES DA COSTA

Sentença. Trata-se de ação de oferecimento de alimentos que tinha como autor AUGUSTO CESAR DOS PASSOS BARRAL em face de Vanderlea Rodrigues da Costa. Observo que tentou-se a citação do requerido e não se obteve êxito. Dada vista dos autos à Defesa, esta ficou silente. Decido. Tendo em vista que o processo encontra-se parado por mais de 01 anos, sendo impossibilitado o seu prosseguimento em face de inadequação da inicial em relação ao endereço da requerida. Assim, nos termos do art. 485, I do CPC, determino o arquivamento do feito. Sem custas. P.R.I. Igarapé-açu, 30 de maio de 2019. Cristiano Magalhães Gomes. Juiz de Direito

COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

SENTENÇA

PROCESSO Nº 0001575-96.2012.814.0021

REQUERENTE: RAIMUNDO DE SOUSA FREITAS

INTERDITADO: RAIMUNDO VALTER DE FREITAS ALEXANDRE

Vistos etc. RAIMUNDO DE SOUSA FREITAS ingressou com a presente Ação de Interdição e curatela em face de seu sobrinho RAIMUNDO VALTER DE FREITAS ALEXANDRE. Na inicial o requerente alude que o requerido é portador da patologia CID F10/F71. A inicial esta instruída com a documentação hábil para a pretensão (fls. 05/15). Audiência de instrução de fls. 21, foram ouvidas o requerido e o requerente. O Ministério Público se manifestou favorável à concessão do pedido (fls. 23). É o relatório. Decido. O pedido está devidamente amparado nos artigos 1.177 e segs., do Código de Processo Civil. Realizada a audiência determinada pelo artigo 1.181, do CPC (fls. 21), verificou-se a veracidade dos fatos alegados pelo requerente na peça inicial. O interditando submeteu-se a exame pericial, onde se constatou que o mesmo é portador de doença sob CID F10/F71, sendo impossibilitado de desenvolver suas atividades laborativas ou ser responsável por seus atos perante a sociedade (...)¿, conforme Laudo Médico, acostado aos autos, constante à fl. 12. Ante o exposto e por estarem preenchidos os pressupostos legais, acompanho o parecer Ministerial e DECRETO A INTERDIÇÃO DE RAIMUNDO VALTER DE FREITAS ALEXANDRE, declarando-o absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida na forma do artigo 3°, II do Código Civil, e de acordo com o artigo 1.774 do Código Civil, nomeio-lhe curador o requerente RAIMUNDO DE SOUSA FREITAS, ambos devidamente qualificados nos autos. Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil e publique-se na imprensa local e no órgão oficial. Sem custas e honorários advocatícios. Concedo AJG ao requerido. Depois de cumpridas as formalidades legais, arquive-se. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Igarapé-Açu, 02 de março de 2016. **ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOUR** Juiz de Direito Titular da Comarca de Igarapé-Açu

COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

SENTENÇA

PROCESSO Nº 0003450-62.2016.8.14.0021

AÇÃO DE INTERDIÇÃO

REQUERENTE: ANA RIBEIRO DA SILVA

INTERDITANDO: ANTONIA FLEXA RIBEIRO

SENTENÇA EM AUDIÊNCIA: ¿Vistos, etc. Trata-se de pedido de interdição formulado por ANA RIBEIRO DA SILVA em face de ANTONIA FELIX RIBEIRO, haja vista que o mesmo possui doença de **CID 10 F72.1 (retardo mental grave), nos termos de laudos de fls. 09**, não podendo por si só praticar os atos da vida civil. O Ministério Público se manifesta pela procedência do pedido.¿. **DECIS¿O:** O pedido merece provimento judicial. Com efeito resultou provado que o interditando ANTONIA FELIX RIBEIRO não tem condições de, por si só, praticar os atos da vida civil, pelo fato de apresentar a patologia, **CID 10 F72.1 (retardo mental grave), nos termos de laudos de fls. 09**. Reitero que o Ministério Público foi favorável à interdição. Em face do exposto, decreto a interdição de **ANTONIA FELIX RIBEIRO**, declarando absolutamente incapaz de exercer os atos da vida civil. Com fundamento no artigo 1.767, I do Código Civil, nomeio-lhe curadora **ANA RIBEIRO DA SILVA**. Em atenção ao Código de Processo Civil artigo 1.184, inscreva-se a presente no livro de registro civil e publique-se por três vezes. Sem custas e honorários. Deve a curadora assinar termo definitivo na secretaria. Sentença publicada em audiência. Intimados os presentes. P.R.I.C. Expeça-se Curatela Definitiva. Arquive-se sem nova conclusão. Intimados os presentes. Cumpra-se. **ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY** . Juiz de Direito Titular da

Comarca de Igarapé-Açu

COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

SENTENÇA

PROCESSO Nº 0004168-64.2013.8.14.0021

REQUERENTE: S. V. M. L.

REQUERIDO: EDINELSON DOS SANTOS LOPES

REPRESENTANTE LEGAL: DEUZIANE MIRANDA MONTEIRO

SENTENÇA. Trata-se de embargos de declaração oposto por ETERFANE VITORIA MONTEIRO LOPES.. Não conheço do declaratório em razão da sua intempestividade, conforme certidão de fls. 18.. Ademais, a sentença apenas homologou aquilo que foi estabelecido pelas próprias partes, de modo que não há nenhuma omissão, contradição, obscuridade ou erro material, conforme define o art. 1.022, do Código de Processo Civil. Caso queiram, as partes podem alterar as bases e os termos do acordo que firmaram livremente. Intime-se. Cumpra-se. Igarapé-Açu/PA, 29 de maio de 2019..**CRISTIANO** MAGALH¿ES **GOMES**. JUIZ DE DIREITO DA COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

COMARCA DE IGARAPÉ-AÇU

INTIMAÇÃO

PROCESSO Nº 0000348-32.20116.8.14.0021

REQUERENTE: JULIO NUNES DA SILVA

REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A

Ao Nobre Advogado: MARCIO DE FARIAS FIGUEIRA, OAB/PA Nº 16.489

Pela presente, fica devidamente intimado do dispositivo teor, do R. despacho

R. H 1. Diga o Autor sobre a certidão de fls. 45. Igarapé-Açu/PA, 08/09/2016. **ANTONIO CARLOS DE SOUZA MOITTA KOURY**

Juiz de Direito da Comarca de Igarapé-Açu

SECRETARIA DO TERMO JUDICIÁRIO DE MAGALHÃES BARATA

Número do processo: 0000541-10.2008.8.14.0221 Participação: AUTOR Nome: MARIA DA CONCEICAO COSTA Participação: ADVOGADO Nome: MARCO AURELIO DE JESUS MENDESOAB: 007363/PA Participação: RÉU Nome: THAYANA KACTHELEN MENDES DA COSTAPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁProcesso n. 0000541-10.2008.8.14.0221AUTOR: MARIA DA CONCEICAO COSTARÉU: THAYANA KACTHELEN MENDES DA COSTA Vistos, etc... O autor foi intimado para manifestar interesse no feito e nao se maniestou. Assim, extingo o processo nos termos do art. 485, III do CPC. Custas e honorários pela Autora. No caso, o sucumbente é beneficiário da gratuidade da justiça; entretanto, tal benesse não o desobriga de pagar por verbas sucumbenciais, tão somente milita em seu favor o benefício da suspensão da execução pelo prazo de 05 (cinco) anos, período pelo qual o devedor fica obrigado a pagá-las, caso possa vir a fazê-lo, sem prejuízo do sustento próprio ou da família. Publique-se. Após, arquive-se não havendo recurso. Magalhães Barata, 28 de junho de 2019 Cristiano Magalhães GomesJuiz de Direito

Número do processo: 0000001-69.2002.8.14.0221 Participação: EXEQUENTE Nome: SUELY MARIA RAMOS MONTEIRO Participação: EXEQUENTE Nome: MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA Participação: EXECUTADO Nome: AUGUSTO JOSE SANTA BRIGIDA RODRIGUES PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE MAGALHÃES BARATAProcesso nº 0000001-69.2002.8.14.0221EXECUÇÃO DE ALIMENTOS - CÍVEL (1112)EXEQUENTE: SUELY MARIA RAMOS MONTEIRO, MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARAEXECUTADO: AUGUSTO JOSE SANTA BRIGIDA RODRIGUESVistos. O Ministério Público ingressou com a presente execução de alimentos, ocorre que os beneficiários alcançaram a maioridade, informando que não possuem mais interesse. Observo que assiste razão a manifestação ministerial.Não tendo promovido os atos e diligências que lhe competia, por mais de 30 (trinta) dias, determino o arquivamento do feito nos termos do art. 485, VI do CPC. P.R.I e Arquive-se. Magalhães Barata, 28 de junho de 2019 Cristiano Magalhães GomesJuiz de Direito

Número do processo: 0800076-16.2018.8.14.0221 Participação: REQUERENTE Nome: MARIA CELIA RODRIGUES DE OLIVEIRAPODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁCOMARCA DE MAGALHÃES BARATAProcesso n. 0800076-16.2018.8.14.0221REQUERENTE: MARIA CELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA Vistos, etc. I ? Relatório MARIA CELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA,através da Defensoria Pública, ingressou com a presente ação de retificação do assento de óbito de WILKER RODRIGUES DE OLIVEIRA, pelo fato de constar erroneamente o nome de sua genitora, requerendo o deferimento do pedido. Instruiu a peça inicial, com os documentos dos autos. O Ministério Público opinou favoravelmente. Dou por sucintamente relatado o que estes autos contêm. II ? Fundamentação Na presente ação, pretende a autora a retificação do registro de óbito, em face de constar o nome de sua genitora de forma errada. Da análise das peças dos autos, constata-se através das certidões de nascimento juntadas, que o nome da genitora correto é MARIA CELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA, tornando-se evidente que houve um erro de digitação quando da lavratura da certidão. Contudo, através da presente ação, torna-se possível a retificação do erro ocorrido. III ? Dispositivo Face ao exposto, considerando a documentação apresentada, bem como a expressa concordância do Ministério Público, defiro o presente pedido, determinando ao Sr. Oficial do Registro Civil competente, para que proceda à retificação no registro de nascimento, fazendo constar como genitora de Wilker Rodrigues de Oliveira o nome de MARIA CELIA RODRIGUES DE OLIVEIRA. Oficie-se ao Cartório de Registro Civil competente, determinando a retificação, arquivem-se. Publique-se.Registre-se eIntime-se. Magalhães Barata, 28 de junho de 2019 Cristiano Magalhães GomesJuiz de Direito

Número do processo: 0000301-16.2011.8.14.0221 Participação: RECLAMANTE Nome: ALEANDRA SOUSA BRAGA LOPES Participação: RECLAMADO Nome: MARIA DE NAZARE MONTEIRO DE LIMA

Participação: ADVOGADO Nome: MARCOS BENEDITO FARIAS RODRIGUESOAB: 8765/PA Participação: RECLAMADO Nome: ELISANDRA DA SILVA LOPES Participação: ADVOGADO Nome: MARCOS BENEDITO FARIAS RODRIGUESOAB: 8765/PAAUTOS DE PROCEDIMENTO DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL Processo:0000301-16.2011.8.14.0221Reclamante(s):ALEANDRA SOUSA BRAGA LOPES - CPF: 85153583287Reclamado(s):MARIA DE NAZARE MONTEIRO DE LIMA - CPF: 22293582272 e ELISANDRA DA SILVA LOPES - CPF: 88069826215 TERMO DE AUDIÊNCIA Aos 26 de junho de 2019,às 11:00h, na Sala de Audiência do Fórum do Termo de Magalhães Barata, onde se achava presente o MM. CRISTIANO MAGALHAES GOMES, Juiz de Direito, comigo Diretor de Secretaria. Feito o pregão, presentes: a reclamada.ABERTA AUDIÊNCIA,o MM. Juiz de Direito verificou a ausência da parte reclamante e reclamada.SENTENÇA EM AUDIÊNCIA: Tendo em vista a ausência da parte autora, extingo o processo sem resolução do mérito, nos termos do Art. 51, I, da Lei nº9.099/95. Não sendo o caso do Art. 51,§2º, da Lei nº9.099/95, vistaàUNAJ para verificação das custas, após se intime para o pagamento. Intimados os presentes. Transitada em julgado, arquive-se. P.I.R. Cumpra-se. Como nada mais houve, deu-se esta por encerrada, que vai devidamente assinada pelos presentes. Eu, Diretor de Secretaria, o digitei. CRISTIANO MAGALHÃES GOMESJuiz de Direito Titular da Comarca de Igarapé-Açu,respondendo pela jurisdição do Termo Judiciário de Magalhães Barata

COMARCA DE MÃE DO RIO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MÃE DO RIO

Processo nº 0007959-81.2017.8.14.0027

Demanda: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C REQUERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Requerente: MARIA ALEXANDRINA RIBEIRO

Requerido: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

Advogado do Requerido: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB/RO 5.546 e OAB/PA 28.178-A

Defiro o pedido de prorrogação do prazo para apresentação do documento por 20 dias.

Mãe do Rio ¿ PA., 10 de junho de 2019.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito.

Processo nº 0007961-51.2017.8.14.0027

Demanda: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C REQUERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Requerente: MARIA ALEXANDRINA RIBEIRO

Requerido: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

Advogado do Requerido: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB/RO 5.546 e OAB/PA 28.178-A

Defiro o pedido de prorrogação do prazo para apresentação do documento por 20 dias.

Mãe do Rio ¿ PA., 10 de junho de 2019.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito.

Processo nº 0007962-36.2017.8.14.0027

Demanda: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C REQUERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Requerente: MARIA ALEXANDRINA RIBEIRO

Requerido: BANCO BRADESCO S/A

Advogado do Requerido: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB/RO 5.546 e OAB/PA 28.178-A

Defiro o pedido de prorrogação do prazo para apresentação do documento por 20 dias.

Mãe do Rio ¿ PA., 10 de junho de 2019.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito.

Processo nº 0007958-96.2017.8.14.0027

Demanda: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C REQUERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Requerente: MARIA ALEXANDRINA RIBEIRO

Requerido: BANCO PAN S/A

Advogado do Requerido: JOÃO VITOR CHAVES MARQUES OAB/CE 30.348

Defiro o pedido de prorrogação do prazo para apresentação do documento por 20 dias.

Mãe do Rio ¿ PA., 10 de junho de 2019.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito.

Processo nº 0001564-39.2018.8.14.0027

Demanda: AÇÃO ORDINÁRIA DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS ORIUNDAS DO MESMO FATO

Requerente: MARIA ALEXANDRINA RIBEIRO

Requerido: BANCO BRADESCO S/A

Advogado do Requerido: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB/RO 5.546

Defiro o pedido de prorrogação do prazo para apresentação do documento por 20 dias.

Mãe do Rio ¿ PA., 10 de junho de 2019.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito.

Processo nº 0008859-64.2017.8.14.0027

Demanda: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C REQUERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Requerente: FRANCISCA MARIA DE ARAÚJO FONTELE

Requerido: BANCO PAN S/A

Advogado do Requerido: JOÃO VITOR CHAVES MARQUES OAB/CE 30.348

Defiro o pedido de prorrogação do prazo para apresentação do documento por 20 dias.

Mãe do Rio ¿ PA., 10 de junho de 2019.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito.

Processo nº 0008860-49.2017.8.14.0027

Demanda: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C REQUERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Requerente: FRANCISCA MARIA DE ARAÚJO FONTELE

Requerido: BANCO ITAU BMG S/A

Advogados do Requerido: LUIS CARLOS LAURENÇO OAB/BA 16.780 e MARIANA BARROS DE MENDONÇA OAB/MG 103.751

Defiro o pedido de prorrogação do prazo para apresentação do documento por 20 dias.

Mãe do Rio ¿ PA., 10 de junho de 2019.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito.

Processo nº 0008861-34.2017.8.14.0027

Demanda: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C REQUERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Requerente: FRANCISCA MARIA DE ARAÚJO FONTELE

Requerido: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

Advogado do Requerido: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB/RO 5.546 e OAB/PA 28.178-A

Defiro o pedido de prorrogação do prazo para apresentação do documento por 20 dias.

Mãe do Rio ¿ PA., 10 de junho de 2019.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito.

Processo nº 0008878-70.2017.8.14.0027

Demanda: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C REQUERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Requerente: FRANCISCA MARIA DE ARAÚJO FONTELE

Requerido: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

Advogado do Requerido: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB/RO 5.546 e OAB/PA

28.178-A

Defiro o pedido de prorrogação do prazo para apresentação do documento por 20 dias.

Mãe do Rio ¿ PA., 10 de junho de 2019.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito.

Processo nº 0008862-19.2017.8.14.0027

Demanda: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C REQUERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Requerente: FRANCISCA MARIA DE ARAÚJO FONTELE

Requerido: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

Advogado do Requerido: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB/RO 5.546 e OAB/PA 28.178-A

Defiro o pedido de prorrogação do prazo para apresentação do documento por 20 dias.

Mãe do Rio ¿ PA., 10 de junho de 2019.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito.

Processo nº 0008858-79.2017.8.14.0027

Demanda: AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS C/C REQUERIMENTO DE TUTELA DE URGÊNCIA

Requerente: FRANCISCA MARIA DE ARAÚJO FONTELE

Requerido: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTO S/A

Advogado do Requerido: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI OAB/RO 5.546 e OAB/PA 28.178-A

Defiro o pedido de prorrogação do prazo para apresentação do documento por 20 dias.

Mãe do Rio ¿ PA., 10 de junho de 2019.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito.

Processo nº 00052931020178140027

Demanda Judicial: HOMOLOGAÇÃO DE ACORDO

Requerentes: MARIA CLAUDIANE FORTUNATO DA SILVA e ELIAS DE SOUSA CORREIA

Advogado: JUNIOR ALVES DA COSTA Nº 23.178

DESPACHO

Vistos, etc.

1. Intimem-se os Acordantes a juntar prova da posse ou propriedade do imóvel mencionado no termo de acordo, no prazo de 15 dias, sob pena da homologação não abrange-lo.

M¿e do Rio ¿ PA., 02 de novembro de 2018.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito

Processo nº 0094440-18.2015.8.14.0027

Demanda: AÇÃO REVISIONAL DE ALIMENTOS

Requerente: JOSÉ CLAUDIONOR TAVARES DOS SANTOS

Advogado do Requerente: MIZAEL DIAS OAB/PA 18.312

Requeridos: M.K.S.S, J.S.S, D.S.S, S.S.S e L.S.S, representados por ELINETE CHAVES DA SILVA

Advogado dos Requeridos: ALLAN FURTADO MENEZES OAB/PA 21.925

Vistos, etc.

1. Com amparo no art. 139, V, NCPC, designo audiência de conciliação para o dia 11.07.2019, às 10:30 horas.

2. Intimem-se as partes e dê-se ciência ao Ministério Público.

Mãe do Rio ¿ PA., 28 de junho de 2019.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito

PROCESSO: 0007271-85.2018.814.0027

AÇÃO PENAL ¿ ART. 14, CAPUT, DA LEI 8.826/2003

RÉUS: VINICIUS DE SOUZA CORDEIRO e VITOR SOUZA CORDEIRO

ADVOGADA: DRA. NAYANA DINIZ TULIO OAB/PA 22.396.

FICA V.SA. INTIMADA PARA PARTICIPAR DE AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 21.08.2019, ÀS 13:00 HORAS.

_____

Mauro André Figueiredo Pena

Diretor de Secretaria

PROCESSO: 0005550-98.2018.814.0027

AÇÃO PENAL ¿ ART. 121, § 2º, INCISOS II e IV, DO CPB e ART. 244-B DO ESTATUTO DA CRIANÇA e ADOLESCENTE C/C ART. 29 DO CPB.

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉUS: PATRICK WALASC MOURA DA SILVA e OUTROS

ADVOGADOS: DR. HALEX BRYAN SARGES DA SILVA OAB/PA 25286.

DRA. NAYANA DINIZ TULIO OAB/PA 22.396.

FICA V.SA. INTIMADOS PARA PARTICIPAREM DE AUDIÊNCIA DESIGNADA PARA O DIA 21.08.2019, ÀS 13:20 HORAS.

_____

Mauro André Figueiredo Pena

Diretor de Secretaria

Comarca de mãe do rio/PA

Processo nº 00013643220188140027

Demanda Judicial: AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C DANOS MORAIS COM PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA ANTECIPADA.

Requerentes: ANDRESSA ÉRICA ÁVILA PINHEIRO

Advogado: GLAUBER DANIEL BASTOS BORGES OAB /PA 16502

Requeridos: MARINA DE IRACEMA PARK S/A

BB ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CREDITO S/A

BILHETE CERTO

Advogados: KAMILA CONCEIÇÃO BARBOSA SILVA OAB/PA 26.355

TOMÁS BRITO DE MORAIS OAB/CE 30.184

SENTENÇA

Vistos, etc.

Relatório dispensado na forma do artigo 38 da Lei 9.099/95.

Passo à fundamentaç¿o.

Decido.

Sem preliminares a analisar.

A relaç¿o processual se formou validamente, de modo a n¿o denotar qualquer nulidade, vez que a integraç¿o à lide aconteceu por apresentaç¿o espontânea da contestaç¿o das rés Marina de Iracema Park (fls. 26/34) e da Administradora de Cart¿es do Banco do Brasil (fls. 52/64) e por meio de citaç¿o válida (fls. 91;93) ou pelo comparecimento à audiência inaugural das primeiras demandas (fls. 51).

Quanto ao réu Bilhete Certo, decretou-se sua revelia (fls. 94/95), uma vez que citado em 24/08/2018, apenas peticionou juntando a peça de defesa em 20/09/2018, conforme Certid¿o de fls. 111, deixando, ainda, de comparecer à audiência de instruç¿o, de modo que a regra do art. 344 do Código de Processo Civil deixa de ser aplicada pela incidência da hipótese prevista no inciso 1, do art. 345 do mesmo diploma legal.

As partes est¿o perfeitas e legalmente representadas, sob o pálio da justiça gratuita em raz¿o da adoç¿o do procedimento da Lei nº 9.099/95 e há legitimidade das partes, portanto, presentes os pressupostos processuais para conhecimento do mérito do pedido.

Em relaç¿o à preliminar de carência de aç¿o, suscitada pelo requerido Banco do Brasil, vislumbro que n¿o foi levantado qualquer argumento atinente à matéria discutida no presente feito, rejeitando-a.

A autora sustenta que as requeridas descumpriram com seu dever de cobrar apenas o serviço que delas foi adquirido quando cobraram, na fatura de janeiro e abril de 2018 do cart¿o Bandeira Mastercard, o valor de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais) indevidamente, em vistas de que aquela somente adquiriu três ingressos para o Réveillon na Marina de Iracema Park.

Alegou que se viu obrigada a usar saldo de sua conta poupança para efetuar o pagamento das faturas de janeiro e abril de 2018 após verificar as cobranças dobradas dos ingressos para o evento em epígrafe, feitas pela demandada Bilhete Certo.

Aduziu que contatou todas as pessoas jurídicas envolvidas na relaç¿o jurídica em comento, tendo percebido o estorno de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) em sua conta corrente no dia 19/01/2018.

Afirmou que n¿o teve consignaç¿o das parcelas na fatura de fevereiro de 2018, contudo, nas seguintes, especialmente na de março, o erro persistiu, momento em que ajuizou a presente aç¿o.

Requer a condenaç¿o em danos materiais para devolver em dobro as cobranças indevidas e danos morais de R$ 12.680,00.

A Marina de Iracema Park S/A argumentou que prestou seus serviços corretamente, colacionando cópias dos ingressos (fls. 48/50), n¿o tem responsabilidade objetiva pela cobrança triplicada, muito menos foi beneficiada com tal fato, pugnando pela improcedência dos danos materiais e morais contra si.

A Administradora de Cart¿es do Bando do Brasil arguiu que foi estornado o valor de R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais) diretamente na conta corrente da postulante, assim como o valor de R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais) na fatura de fevereiro a fim de as quantias equivalentes à débito e crédito se igualassem a zero, perquirindo a improcedência da aç¿o contra si.

Em relaç¿o à empresa Bilhete Certo, conquanto n¿o se apliquem os efeitos da revelia por conta da pluralidade de réus e os outros terem contestado, a peça de defesa fora protocolada intempestivamente, raz¿o pela qual n¿o influenciaram a análise probatória.

Nos termos do art. 371 do NCPC, compete ao juiz apreciar a prova constante dos autos, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado e indicar as raz¿es do seu convencimento.

No novo modelo processual - o cooperativo, adotado pelo CPC/15 (art. 6º), o juiz e as partes atuam juntas, de forma coparticipativa, na construç¿o em contraditório do resultado do processo. Todos atuam para um mesmo fim comum: um processo justo.

Desta forma, ao proferir a decis¿o, incumbe ao juiz, apresentar uma valoraç¿o discursiva da prova, justificando seu convencimento acerca da veracidade das alegaç¿es, e indicando os motivos pelos quais acolhe ou rejeita cada elemento do conjunto probatório.

Em outros termos, cabe ao juiz, na valoraç¿o da prova, encontrar a verdade que tenha sido demonstrada no processo através dos elementos de prova a ele fornecidos. E como n¿o pode haver duas verdades, cabe ao juiz, através da valoraç¿o da prova, encontrar esta verdade para que se produza uma decis¿o correta ao caso concreto.

Estabelece o Código de Defesa do Consumidor que até pessoas jurídicas possam ser protegidas pelas suas normas, sendo a pedra de toque de sua aplicaç¿o o princípio da vulnerabilidade, quiçá a pessoa física que pouco entende dos procedimentos financeiros adotados pelas requeridas.

Considerando o reconhecimento da relaç¿o de consumo, a imposiç¿o da invers¿o do ônus da prova foi a medida correta a ser adotada, uma vez presente a vulnerabilidade jurídica frente às grandes pessoas jurídicas do polo passivo.

O requerido se desincumbiu, parcialmente, do mister a si imposto, explico, por mais que se trate de relaç¿o consumerista, n¿o pode e n¿o foram os fornecedores responsabilizados por toda a instruç¿o probatória, vez que a consumidora provou minimamente que é digna da tutela jurisdicional e detentora do direito invocado. Nesse sentido, o ilustre doutrinador Humberto Theodoro Júnior leciona que:

¿N¿o há um dever de provar, nem à parte contrária assiste o direito de exigir a prova do adversário. Há um simples ônus, de modo que o litigante assume o risco de perder a causa se n¿o provar os fatos alegados dos quais depende a existência do direito subjetivo que pretende resguardar através da tutela jurisdicional. Insto porque, segundo máxima antiga, fato alegado e n¿o provado é o mesmo que fato inexistente.¿ (g.n.)

Ainda que uma relaç¿o seja regida pela legislaç¿o consumerista, cabe ao consumidor a mínima comprovaç¿o de que pode imputar-se ao fornecedor a responsabilidade pelos fatos narrados, de forma que, comprovado tal nexo, passaria este a fazer prova em contrário. É o caso.

A eventual invers¿o do ônus probatório n¿o implicou na produç¿o de prova impossível pelo fornecedor em vistas de que imprescindível ter posse de documentos comprobatórios dos fatos que aventa, logo o próprio princípio da ampla defesa n¿o foi ferido. Nesse ponto, pede-se vênia para colacionar outro trecho da doutrina de Humberto Theodoro Junior, segundo o qual:

¿Sem prova alguma, por exemplo, da ocorrência do fato constitutivo do direito do consumidor (autor), seria diabólico exigir do fornecedor (réu) a prova negativa do fato passado fora da sua área de conhecimento e controle. Estar-se-ia, na verdade, a impor prova impossível, a pretexto de invers¿o de ônus probandi, o que repugna à garantia do devido processo legal, com as características do contraditório e ampla defesa.¿

Assim, a atribuiç¿o de constituir provas dos fatos impeditivos, modificativos e extintivos do direito do autor n¿o teve o cond¿o de cercear o direito de defesa em vistas de que as partes Rés n¿o apresentaram qualquer prova contrária ao pleito autoral.

Compulsando os autos, verifico que os documento de fls. 83/90 comprovam que a postulante pagou indevidamente o valor de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais). Explico: verificou-se que, na fatura de janeiro/2018, o valor foi rapidamente estornado em crédito na conta corrente da consumidora, fato este incontroverso.

Na fatura de fevereiro, a parte Bilhete Certo, ao invés de apenas cobrar uma parcela de R$ 1.600,00 (mil e seiscentos reais), registrou duas compras de R$ 1.600,00 e dois estornos de R$ 1.600,00, zerando essa conta; cobrou um crédito em conta de R$ 4.800,00 e um de R$ 1.600,00, estornando duas parcelas de R$ 4.800,00, gerando o saldo para a requerente de R$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais), o qual subtraído do valor real daquela fatura (R$ 3.334,76) resultou na cobrança de R$ 134,76 (cento e trinta e quatro reais e setenta e seis centavos), n¿o controverso pelas partes.

Em março, a administradora do site onde foram comprados os tickets lançou três parcelas de R$ 1.600,00 e, em abril, mais duas parcelas de R$ 1.600,00, pelo que, em cotejo com as quantias assinaladas acima, após todo essa balbúrdia para cobrar corretamente o valor que a autora devia às rés, gerou valor igual a zero, pelo que improcede o pedido de restituiç¿o em dobro a título de danos materiais.

Ressalta-se que o montante cobrado em março equivale ao valor total dos três ingressos efetivamente

comprados e utilizados, contudo a quantia cobrada em abril equivale à restituiç¿o pelo saldo gerado em fevereiro.

É cediço que, sendo as empresas demandadas respondem objetivamente, pelos danos que, na consecuç¿o de seu mister, por aç¿o ou omiss¿o, houver dado causa, bastando à vítima a comprovaç¿o do evento lesivo e do nexo axiológico entre este e a conduta do agente.

Para a quest¿o da prestaç¿o do serviço defeituosa o fornecedor também responderá independente de culpa (responsabilidade objetiva) por decorrência do risco assumido, e, aqui o pacto realizado vincula diretamente os contratantes. Nesse caso, mesmo que o serviço prestado n¿o seja realizado pela empresa contratada, essa será responsabilizada totalmente pela prestaç¿o do serviço por força contratual, salvo em prestaç¿es personalíssimas, da qual n¿o poderá ser arbitrada por terceiros, obrigando apenas a empresa contratada para aquele respectivo fim.

Defeito é tudo o que gera dano além do vício. Fala-se em "acidente de consumo" ou, como a própria lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) denomina: "fato do produto e do serviço". Defeito poderia ser ligado a "falha de segurança", enquanto que vício a "falha de adequaç¿o".

A responsabilidade civil encontra-se no rompimento do equilíbrio patrimonial provocado por um dano, ou seja, é o dever contraído pela parte que provocou o dano a outrem ante a inobservância de uma das obrigaç¿es que estabelecem um contrato, de indenizar a parte afetada pelo dano ocorrido trazendo o patrimônio agredido ao estado inicial, compensar a dor sofrida injustamente ou restituiç¿o de valores com ou sem indenizaç¿o (perdas e danos) a depender do caso concreto.

Em suma, ante ao que foi exposto neste artigo, se conclui que o fornecedor de produtos ou serviços (Marina de Iracema Park e Administradora de Cart¿es do Banco do Brasil S/A) responderá solidariamente, independente de culpa, pela reparaç¿o de danos gerados por produtos ou serviços (defeituosos ou viciados).

Neste ponto é necessário definir que se caracterizará prestaç¿o de serviço quando a prestaç¿o for mediante remuneraç¿o, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relaç¿es de caráter trabalhista. Ou seja, n¿o resta duvidas no âmbito das relaç¿es de consumo que o fornecedor será aquele que desenvolve qualquer tipo de atividade seja na comercializaç¿o de produtos ou na prestaç¿o de serviços.

Em sede de responsabilidade civil objetiva, comprovou-se a existência dos elementos conformadores de responsabilidade dessa natureza, a saber: I) conduta comissiva ou omissiva; II) dano; III) nexo causal entre conduta e dano, portando comprovada, nos autos, a falha do serviço, consistente na cobrança indevida por três vezes.

Circunstâncias que poderiam ter sido evitadas com o simples estorno, já em janeiro, do valor exigido a mais, e a posterior cobrança de apenas uma parcela de R$ 1.600,00 nos meses de fevereiro e março.

Evidenciada a falha na prestaç¿o dos serviços da ré, privando a autora do uso do seu dinheiro da maneira que melhor lhe conviesse, está caracterizado o dano moral, sobretudo, por ter desbordado o mero dissabor da vida cotidiana, consubstanciado na incerteza de por quanto tempo aquela situaç¿o se repetiria, configurando-se abalos profundos da sua honra subjetiva repetidamente em março e abril.

Danos morais caracterizados, ainda que o fato n¿o tenha desbordado na negativaç¿o do nome do autor, cuja fixaç¿o da indenizaç¿o deve atender ao caráter punitivo/pedagógico, no que respeita ao Reclamado, a fim de desestimular novas condutas ilícitas ou negligentes, e compensatório, no que respeita ao Reclamante, visando recompor seu patrimônio moral desgastado em decorrência do evento.

Fixo os danos morais em R$ 10.000,00 (dez mil reais), atualizado monetariamente pelo INPC, e juros de mora, fixados em 1% (um por cento) ao mês, sendo o primeiro fator de atualizaç¿o calculado e incidente a

partir do arbitramento da indenizaç¿o (Súmula 362 do STJ) e o segundo a partir do evento danoso (Súmula 54 do STJ).

A presente sentença se encontra devidamente fundamentada, conforme disciplina o art. 489 do NCPC.

Desde logo advirto as partes que a interposiç¿o de embargos de declaraç¿o com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1026, §2º, do NCPC.

Decido

Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos de danos morais nos termos acima e IMPROCEDENTE o pedido de danos materiais, extinguindo o processo com resoluç¿o do mérito, assim o fazendo com base no artigo 487, I do NCPC.

Declaro a responsabilidade subsidiária das demandadas Marina de Iracema Park S/A e Administradora de Cart¿es do Banco do Brasil S/A.

Sem condenaç¿o em honorários advocatícios e despesas processuais, na forma do artigo 55 da Lei 9099/95.

Publique-se. Registre-se.

Intimem-se as partes nas pessoas de seus advogados via DJE.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os presentes autos.

M¿e do Rio/PA, 05 de junho de 2019.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito

fcan

PROCESSO: 0010537-80.2018.814.0027

AÇÃO PENAL ¿ ART. 157, §2º, INCISOS I e II, DO CPB C/C ART. 70 DO CP.

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

RÉUS: WANDSON JESUS DA SILVA e OUTRO

ADVOGADO: DR. JULIO DE OLIVEIRA BASTOS OAB/PA Nº 6510.

Vistos, etc.

1. Acolho a emenda a inicial formulada na fl. 17 e determino que a Secretaria promova as retificaç¿es necessárias.

2. Após, CITE o denunciado WANDSON JESUS DA SILVA para oferecer a defesa preliminar, no prazo de 10 dias, nos termos do despacho de fl. 04.

3. Caso a defesa n¿o seja oferecida no prazo e tendo em vista a ausência de Defensor Público na Comarca, fica desde já nomeado o Dr. Julio Bastos para promover a defesa do Réu.

M¿e do Rio ¿ PA., 25 de junho de 2019.

Helena de Oliveira Manfroi

Juíza de Direito

COMARCA DE MARAPANIM

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MARAPANIM

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MARAPANIM/PA

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ ¿ TJE/PA

REPUBLICADOS

PROCESSO: 00021232120178140030 ¿ Ação de Divórcio Litigioso ¿ Requerente: BENEDITO FAVACHO GARCIA ¿ Requerida: JOSILENE DE LIMA PINHEIRO Magistrado/Serventuário: GABRIEL COSTA RIBEIRO EDITAL DE CITAÇ¿O COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS O DR. GABRIEL COSTA RIBEIRO, Juiz de Direito Titular da Comarca de Marapanim, Estado do Pará, no uso de suas atribuiç¿es legais, etc. FAZ SABER, a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que por este Juízo e Secretaria Judicial da Única Vara desta Comarca, processam-se os termos de uma Aç¿o de DIVÓRCIO LITIGIOSO, em que figura como requerente o(a) senhor(a) BENEDITO FAVACHO GARCIA, brasileiro(a), casado(a), vigilante, residente e domiciliado na Av. Euvaldo da Gama, 1643, Bairro Alemanha, nesta Cidade, em face de JOSILENE DE LIMA PINHEIRO e ou JOSILENE PINHEIRO GARCIA, brasileiro(a), casado(a), natural de Igarapé-Açú de Cima-Irituia-PA, nascida em 12/11/1979, filho(a) de Galicano Pinheiro de Nazaré e dona Jardelina de Lima Pinheiro, que se encontra atualmente em lugar incerto e n¿o sabido, e por meio deste fica CITADO(A) para no prazo de 15 dias, contestar querendo a presente aç¿o, sob pena de revelia. Ficando ainda ciente de que n¿o sendo apresentada contestaç¿o, presumir-se-¿o como verdadeiros todos os fatos alegados pelo autor na inicial. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz, expedir o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado conforme determina a lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Marapanim, aos catorze (14) dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (2019). Eu, Rosa Maria Lopes dos Reis, Auxiliar Judiciário, digitei e Tatiane de Cássia da Conceiç¿o Alvarez, Diretora de Secretaria Judicial, conferi. GABRIEL COSTA RIBEIRO JUIZ DE DIREITO

PROCESSO: 00029117420138140030 ¿ Ação de Divórcio Litigioso ¿ Requerente: Manoel Vitalino da Silva Filho ¿ Requerida: Regina Maria Nunes da Silva ¿ Magistrado/Serventuário: GABRIEL COSTA RIBEIRO EDITAL DE CITAÇ¿O COM PRAZO DE 15 (QUINZE) DIASO DR. GABRIEL COSTA RIBEIRO, Juiz de Direito Titular da Comarca de Marapanim, Estado do Pará, no uso de suas atribuiç¿es legais, etc. FAZ SABER, a todos quantos o presente EDITAL virem ou dele notícia tiverem que por este Juízo e Secretaria Judicial da Única Vara desta Comarca, processam-se os termos de uma Aç¿o de DIVÓRCIO LITIGIOSO, em que figura como requerente o(a) senhor(a) MANOEL VITALINO DA SILVA FILHO, brasileiro(a), casado(a), aposentado, residente e domiciliado na Rua José Bonifácio, s/s, Bairro do Sossego, no Distrito de Marudanópolis, neste município, em face de REGINA MARIA NUNES DA SILVA, brasileiro(a), casado(a), natural de Maracan¿-PA, nascida em 30/05/1960, filho(a) de Laudelino Nunes Esteves e Geralda Gonçalves Nunes, residente e domiciliada na Av. Engenheiro José Machado, 253-B, entre Santa Maria e Santa Rosa, Bairro do Bengui, na Cidade de Belém-PA, que se encontra atualmente em lugar incerto e n¿o sabido, e por meio deste fica CITADO(A) para no prazo de 15 dias, contestar querendo a presente aç¿o, sob pena de revelia. Ficando ainda ciente de que n¿o sendo apresentada contestaç¿o, presumir-se-¿o como verdadeiros todos os fatos alegados pelo autor na inicial. E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, determinou o MM. Juiz, expedir o presente Edital, que será afixado no local de costume e publicado conforme determina a lei. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Marapanim, aos catorze (14) dias do mês de junho do ano de dois mil e dezenove (2019). Eu, Rosa Maria Lopes dos Reis, Auxiliar Judiciário, digitei e Tatiane de Cássia da Conceiç¿o Alvarez, Diretora de Secretaria Judicial, conferi. GABRIEL COSTA RIBEIRO JUIZ DE DIREITO

PUBLICAÇÕES MANUAIS

PROCESSO: 00037428320178140030 ¿ Mandado de Segurança ¿ Requerente: RONALDO JOSÉ NEVES TRINDADE Representante: Dr. ROBÉRIO ABDON D¿OLIVEIRA, **OAB/PA n° 7.698** ¿ Impetrado: SÁVIO RÔMULO DO LAGO VIEIRA; ENVOLVIDO: Câmara Municipal de Marapanim/PA; Representante: Dr. LEONARDO SILVA DA PAIXÃO, OAB/PA n° 4.382 Magistrado/Relator/Serventuário: GABRIEL COSTA RIBEIRO S E N T E N Ç A Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por Ronaldo Trindade, em face de ato administrativo do, ent¿o, Sr. Savio Lago, Presidente da câmara municipal de Marapanim/PA, perfectibilizado no Decreto Legislativo nº 004/2017. Alega o impetrante, em sucinto relato, que na última Sess¿o Ordinária da Câmara Municipal de Marapanim/PA, realizada em 30 de junho de 2017, foram colocadas em votaç¿o duas denúncias apresentadas pelas senhoras Liliane Alves Pereira e Marta Cristina Gomes da Paix¿o, acusando o Prefeito Municipal, ora Impetrante, da suposta prática de infraç¿es político-administrativas. As denúncias foram recebidas sumariamente pelos vereadores que integram a Câmara Municipal de Marapanim. Após o sorteio e constituiç¿o da Comiss¿o Processante, o pedido de afastamento temporário do Prefeito Municipal formulado nas denúncias foi posto em votaç¿o secreta, tendo os vereadores, por 08 (oito) votos a 03 (três), acatado o afastamento do Prefeito Municipal por 90 (noventa dias). Ressaltaram, ainda, que ato do legislativo, carece de amparo legal, pois n¿o apresentou qualquer dispositivo ou fundamentaç¿o jurídica que motivasse a sua realizaç¿o ou a sua existência. Que inexiste previs¿o legal que legitime a câmara municipal a declarar afastamento do prefeito municipal, nos moldes do Decreto-Lei 201/67. Sustentaram, por fim, que a matéria é reconhecidamente inconstitucional, já que inexiste previs¿o legal para o Presidente da câmara e ou Comiss¿o Processante decretar o afastamento temporário do prefeito. Pugnaram, pela concess¿o da liminar a fim de que se decrete a suspens¿o de afastamento do Impetrante do cargo de Prefeito Municipal de Marapanim/PA. Foi deferida media liminar para o seu imediato retorno ao cargo, em face da ilegalidade. Pede, ao final, a concess¿o definitiva da segurança pleiteada, no sentido de anular o ato que determinou o afastamento temporário do prefeito. Juntaram documentos, fls. 22/44 e 48/133 dos autos. O Ministério Público, em parecer de fls. 165/172, manifestou-se pela procedência do pedido, com anulaç¿o do Decreto Legislativo, confirmando-se a liminar deferida às fls. 134/138. Para a análise dos autos, mister verificar a incidência dos pressupostos da medida de urgência, a saber: a relevância do direito invocado na impetraç¿o e o receio de dano irreparável ou de difícil reparaç¿o que a subsistência do ato questionado pode causar ao impetrante, estando de forma hialina o malferimento de direito líquido e certo, como ocorre no caso concreto. DA NULIDADE DA VOTAÇ¿O SECRETA E INVAS¿O DE COMPETÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO O ponto principal da lide refere-se quanto à possibilidade de afastamento temporário do impetrante de seu cargo de prefeito municipal por meio de procedimento de apuraç¿o de infraç¿es político-administrativas de competência da Câmara de Vereadores, somando-se a fatos descritos na lei de improbidade. In casu, foi determinado o afastamento temporário do impetrante de seu cargo, mediante Decreto legislativo municipal nº 004/2017 amparado no art. 20, da Lei 8429/92 e art. 5º, Decreto Lei 201/67. A votaç¿o que determinou o afastamento do prefeito por 90 dias foi realizada na sess¿o da câmara no dia 30/06/2017, com votaç¿o secreta, culminando em 08 (oito) votos a favor e 03 (três) contrário. Ocorre que a referida decis¿o da câmara municipal ¿ manifestada no Decreto Legislativo 004/2017, n¿o encontra consonância com as disposiç¿es do Decreto-Lei nº 201/67 que rege a matéria, como também n¿o encontra amparo no art. 20 da lei 8429/92, que, como sabido, trata-se de crime de improbidade administrativa, cuja apreciaç¿o, de fato, à primeira vista, foge da competência do Legislativo municipal. Consoante reiterado entendimento jurisprudencial "o processo e o julgamento do Prefeito pelos crimes de responsabilidade de competência do Poder Judiciário e pelas infraç¿es político-administrativas de competência da Câmara de Vereadores é regulado pelo Decreto-lei n. 201/67, n¿o podendo o Município ditar normas a respeito, ante a competência legislativa da Uni¿o para elaborar normas em matéria processual (art. 23, I, da CF/88). Ressalto ainda, que a votaç¿o secreta realizada pelos os vereadores ¿ embora permitida pela lei orgânica da câmara municipal ¿ também n¿o encontra amparo constitucional, sendo manifestamente inconstitucional e deve ser assim declarada incidentalmente. Ora, n¿o havendo, como n¿o há, norma nesse sentido na lei federal disciplinadora da matéria e falecendo ao município competência para legislar sobre o assunto, inconstitucional se afigura o dispositivo da Lei Orgânica Municipal que embasou o ato impugnado. Em assim sendo, qualquer votaç¿o da Câmara referente a casos similares ao juridicamente vivenciado, inexoravelmente, tem de ser obrigatoriamente por voto nominal e aberto, para controle, inclusive, de eventuais abusos de autoridade por parte dos vereadores, caso haja, como dito, invas¿o da competência exclusiva do Poder Judiciário, condutas temerárias em face do Executivo municipal, causando danos ao erário público com o afastamento ilegal do Prefeito Municipal, como ocorreu no caso concreto, configurando danos ao erário público desestabilizando completamente a administraç¿o pública municipal em clara afronta à lei. Logo, DECLARO INCONSTITUCIONAL a votaç¿o secretar prevista no art. XVI da Lei orgânica do Município, devendo ser

anulado todo o procedimento desde sua origem. Como restou dito, analisando detidamente os autos, verifica-se que a denúncia ofertada contra o impetrante, atribuindo-lhe a prática de infraç¿es político-administrativas, foi formulada nos termos do art. 20 da Lei 8.429/92 (fls. 36) que, como sabido, trata-se de crime de improbidade administrativa, cuja apreciaç¿o, de fato, foge da competência do Legislativo municipal. Disp¿e a Lei de Improbidade, sobre as sanç¿es aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou funç¿o na administraç¿o pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. ¿Art. 20. A perda da funç¿o pública e a suspens¿o dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória. Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou funç¿o, sem prejuízo da remuneraç¿o, quando a medida se fizer necessária à instruç¿o processual.¿ De outro giro, estabelece o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que disp¿e sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores: ¿Art. 1º ¿ S¿o crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores: I ¿ apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio; II ¿ utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos; III ¿ desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas; (¿) V ¿ ordenar ou efetuar despesas n¿o autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes; VI ¿ deixar de prestar contas anuais da administraç¿o financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órg¿o que a Constituiç¿o do Estado indicar, nos prazos e condiç¿es estabelecidos; VII ¿ deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órg¿o competente, da aplicaç¿o de recursos, empréstimos subvenç¿es ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título; (¿) XI ¿ adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei; (¿) XIII ¿ nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposiç¿o de lei; XIV ¿ negar execuç¿o a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente;(¿) § 1º ¿ Os crimes definidos neste artigo s¿o de aç¿o pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclus¿o, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenç¿o, de três meses a três anos. (...) Art. 4º ¿ S¿o infraç¿es político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassaç¿o do mandato: I ¿ impedir o funcionamento regular da Câmara; II ¿ impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificaç¿o de obras e serviços municipais, por comiss¿o de investigaç¿o da Câmara ou auditoria, regularmente instituída; III ¿ desatender, sem motivo justo, as convocaç¿es ou os pedidos de informaç¿es da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular; IV ¿ retardar a publicaç¿o ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade; V ¿ deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária; VI ¿ descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro; VII ¿ praticar, contra expressa disposiç¿o de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática; VIII ¿ omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administraç¿o da Prefeitura; IX ¿ ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorizaç¿o da Câmara dos Vereadores; X ¿ proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.¿ Pela simples leitura dos dispositivos legais, vê-se que ocorrendo as hipóteses elencadas no art. 1º, a atribuiç¿o legal para o julgamento é do Poder Judiciário, enquanto que os fatos inseridos no art. 4º, de índole apenas política, s¿o de competência da Câmara de Vereadores O art. 1º, do Decreto-Lei nº 201/67, atribui ao Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, o julgamento dos crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, de crimes que afetem a administraç¿o pública e os direitos coletivos ou individuais, como de apropriaç¿o de bens, desvio em proveito próprio ou alheio, utilizaç¿o indevida de bens, rendas ou serviços públicos, entre outros. Por sua vez, o art. 4º atribui o julgamento à Câmara dos Vereadores apenas quando se tratar de infraç¿es político-administrativas dos Prefeitos Municipais, sancionadas com a cassaç¿o do mandato, quando se tratar de fatos que afetem as próprias atividades do legislativo, como impedir o funcionamento regular da Câmara, impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos dos arquivos da Prefeitura, desatender, sem motivo justo, as convocaç¿es ou os pedidos de informaç¿es da Câmara, retardar a publicaç¿o ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade, entre outros. Pelo Decreto-lei 201/1967, o prefeito é processado e julgado, por qualquer crime de responsabilidade, pelo Judiciário, independentemente de autorizaç¿o da Câmara e de afastamento de suas funç¿es, e a perda do cargo resultará da aplicaç¿o desta pena acessória, juntamente com a da inabilitaç¿o para o exercício de qualquer outra funç¿o pública pelo prazo de cinco anos, se condenado à pena principal (art. 1º, § 2º). Por infraç¿o político-administrativa o prefeito será julgado pelo Plenário da Câmara, que poderá cassar o mandato na forma taxativamente expresso na lei e n¿o há se falar em

afastamento preventivo do Prefeito Municipal por parte dos Vereadores, muito menos em votaç¿es secretas/sigilosas para tal finalidade. Verifica-se pelo exposto que restou violado o devido processo legal e contraditório, malferindo-se normas constitucionais. Chega-se a essa conclus¿o com a simples leitura da ata da Sess¿o Ordinária da Câmara Municipal, fls. 33/34, em que vereadores teriam levado ao conhecimento dos seus pares denúncias formuladas pelas senhoras Maria Cristina Gomes da Paix¿o e Liliane Alves Pereira, in vebis: ¿...em seguida o Presidente determinou a leitura das denúncias formuladas pelas Senhoras Maria Cristina Gomes da Paix¿o e Liliane Aves Pereira, que depois de lidas foram admitidas pela Mesa. O presidente colocou em votaç¿o a admissibilidade dos documentos que foram aprovados por UNANIMIDADE do Plenário...¿ (ata da sess¿o do dia 30.06.2017, fls. 33/34. Por fim, consta que, na retrocitada sess¿o, após ser criada a comiss¿o constituída por vereadores para averiguar e investigar as ¿supostas denúncias¿ realizadas pelas senhoras acima nominadas, por oito votos secretos os vereadores decidiram afastar LIMINARMENTE O PREFEITO DEMOCRATICAMENTE ELEITO DO CARGO, de forma manifestamente ilegal e inconstitucional. Logo, o afastamento LIMINAR é manifestamente ilegal n¿o encontrando respaldo no ordenamento jurídico pátrio. D I S P O S I T I V O Presentes os pressupostos autorizadores: DECLARO inconstitucional a norma prevista na Lei orgânica do Município que disp¿e, por analogia, sobre votaç¿es secretas para instaurar, processar e julgar o Prefeito Municipal, art. XVI, do art. 24 (fls. 58) e DECLARO inconstitucionais as normas que permitem votaç¿o secretas previstas nos artigos 107 e 120 do Regimento interno da Câmara Municipal de Marapanim, que foram utilizadas no caso concreto (fls. 131 e 125). CONCEDER A SEGURANÇA para declarar totalmente nulos, desde sua origem, todos os atos que culminaram no Decreto Legislativo nº 004/2017 (fls. 35/36), que firmaram o afastamento liminar do Cargo de Prefeito Municipal do impetrante. CONFIRMAR integralmente a liminar deferida às fls. 134/138. SERVIRÁ cópia do decisum como mandado de intimaç¿o da autoridade impetrada, para dar cumprimento IMEDIATO, e do impetrante. Caso n¿o haja recurso voluntário, os autos dever¿o ser encaminhados para o Colendo Tribunal de Justiça para reexame necessário. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Marapanim/PA, 26 de junho de 2019. GABRIEL COSTA RIBEIRO Juiz de Direito

PROCESSO: 00037627420178140030 ¿ Mandado de Segurança ¿ Requerente: RONALDO JOSÉ NEVES TRINDADE Representante: Dr. ROBÉRIO ABDON D¿OLIVEIRA, **OAB/PA n° 7.698** ¿ Impetrado: SÁVIO RÔMULO DO LAGO VIEIRA; ENVOLVIDO: Câmara Municipal de Marapanim/PA; Representante: Dr. LEONARDO SILVA DA PAIXÃO, OAB/PA n° 4.382 Magistrado/Relator/Serventuário: GABRIEL COSTA RIBEIRO S E N T E N Ç A Cuida-se De mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por Ronaldo Trindade, em face de ato administrativo do, ent¿o, Sr. Savio Lago, Presidente da câmara municipal de Marapanim/PA, perfectibilizado no Decreto Legislativo nº 04, 05 e 06 de 2017. Alega o impetrante, em sucinto relato, que na última Sess¿o Ordinária da Câmara Municipal de Marapanim/PA, realizada em 30 de junho de 2017, foram colocadas em votaç¿o duas denúncias apresentadas pelas senhoras Liliane Alves Pereira e Marta Cristina Gomes da Paix¿o, acusando o Prefeito Municipal, ora Impetrante, da suposta prática de infraç¿es político-administrativas. As denúncias foram recebidas sumariamente pelos vereadores que integram a Câmara Municipal de Marapanim. Após o sorteio e constituiç¿o da Comiss¿o Processante, o pedido de afastamento temporário do Prefeito Municipal formulado nas denúncias foi posto em votaç¿o secreta, tendo os vereadores, por 08 (oito) votos a 03 (três), acatado o afastamento do Prefeito Municipal por 90 (noventa dias). Ressaltaram, ainda, que ato do legislativo, carece de amparo legal, pois n¿o apresentou qualquer dispositivo ou fundamentaç¿o jurídica que motivasse a sua realizaç¿o ou a sua existência. Que inexiste previs¿o legal que legitime a câmara municipal a declarar afastamento do prefeito municipal, nos moldes do Decreto-Lei 201/67. Sustentaram, por fim, que a matéria é reconhecidamente inconstitucional, já que inexiste previs¿o legal para o Presidente da câmara e ou Comiss¿o Processante decretar o afastamento temporário do prefeito. Pugnaram, pela concess¿o da liminar a fim de que se decrete a suspens¿o de afastamento do Impetrante do cargo de Prefeito Municipal de Marapanim/PA. Foi deferida media liminar nos autos do Mandado de Segurança nº 0003742-83.2017.814.0030 para o seu imediato retorno ao cargo, em face da ilegalidade. Pede, ao final, a concess¿o definitiva da segurança pleiteada, no sentido de anular o ato que determinou o afastamento temporário do prefeito. Juntaram documentos, fls. 17/121 dos autos. O Ministério Público, em parecer de fls. 137/144, manifestou-se pela procedência do pedido, com anulaç¿o do Decreto Legislativo. Para a análise dos autos, mister verificar a incidência dos pressupostos da medida de urgência, a saber: a relevância do direito invocado na impetraç¿o e o receio de dano irreparável ou de difícil reparaç¿o que a subsistência do ato questionado pode causar ao impetrante, estando de forma hialina o malferimento de direito líquido e certo, como ocorre no caso concreto. DA NULIDADE DA VOTAÇ¿O SECRETA E INVAS¿O DE COMPETÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO O ponto principal da lide refere-se quanto à

possibilidade de afastamento temporário do impetrante de seu cargo de prefeito municipal por meio de procedimento de apuraç¿o de infraç¿es político-administrativas de competência da Câmara de Vereadores, somando-se a fatos descritos na lei de improbidade. In casu, foi determinado o afastamento temporário do impetrante de seu cargo, mediante Decreto legislativo municipal nº 004/2017 amparado no art. 20, da Lei 8429/92 e art. 5º, Decreto Lei 201/67. A votaç¿o que determinou o afastamento do prefeito por 90 dias foi realizada na sess¿o da câmara no dia 30/06/2017, com votaç¿o secreta, culminando em 08 (oito) votos a favor e 03 (três) contrário. Ocorre que a referida decis¿o da câmara municipal ¿ manifestada no Decreto Legislativo 004/2017, n¿o encontra consonância com as disposiç¿es do Decreto-Lei nº 201/67 que rege a matéria, como também n¿o encontra amparo no art. 20 da lei 8429/92, que, como sabido, trata-se de crime de improbidade administrativa, cuja apreciaç¿o, de fato, à primeira vista, foge da competência do Legislativo municipal. Consoante reiterado entendimento jurisprudencial "o processo e o julgamento do Prefeito pelos crimes de responsabilidade de competência do Poder Judiciário e pelas infraç¿es político-administrativas de competência da Câmara de Vereadores é regulado pelo Decreto-lei n. 201/67, n¿o podendo o Município ditar normas a respeito, ante a competência legislativa da Uni¿o para elaborar normas em matéria processual (art. 23, I, da CF/88). Ressalto ainda, que a votaç¿o secreta realizada pelos os vereadores ¿ embora permitida pela lei orgânica da câmara municipal ¿ também n¿o encontra amparo constitucional, sendo manifestamente inconstitucional e deve ser assim declarada incidentalmente. Ora, n¿o havendo, como n¿o há, norma nesse sentido na lei federal disciplinadora da matéria e falecendo ao município competência para legislar sobre o assunto, inconstitucional se afigura o dispositivo da Lei Orgânica Municipal que embasou o ato impugnado. Em assim sendo, qualquer votaç¿o da Câmara referente a casos similares ao juridicamente vivenciado, inexoravelmente, tem de ser obrigatoriamente por voto nominal e aberto, para controle, inclusive, de eventuais abusos de autoridade por parte dos vereadores, caso haja, como dito, invas¿o da competência exclusiva do Poder Judiciário, condutas temerárias em face do Executivo municipal, causando danos ao erário público com o afastamento ilegal do Prefeito Municipal, como ocorreu no caso concreto, configurando danos ao erário público desestabilizando completamente a administraç¿o pública municipal em clara afronta à lei. Logo, DECLARO INCONSTITUCIONAL a votaç¿o secretar prevista no art. XVI da Lei orgânica do Município, bem como do art. 107 e 120 do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores, devendo ser anulado todo o procedimento desde sua origem. Como restou dito, analisando detidamente os autos, verifica-se que a denúncia ofertada contra o impetrante, atribuindo-lhe a prática de infraç¿es político-administrativas, foi formulada nos termos do art. 20 da Lei 8.429/92 (fls. 36) que, como sabido, trata-se de crime de improbidade administrativa, cuja apreciaç¿o, de fato, foge da competência do Legislativo municipal. Disp¿e a Lei de Improbidade, sobre as sanç¿es aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou funç¿o na administraç¿o pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. ¿Art. 20. A perda da funç¿o pública e a suspens¿o dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória. Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou funç¿o, sem prejuízo da remuneraç¿o, quando a medida se fizer necessária à instruç¿o processual.¿ De outro giro, estabelece o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que disp¿e sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores: ¿Art. 1º ¿ S¿o crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores: I ¿ apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio; II ¿ utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos; III ¿ desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas; (¿) V ¿ ordenar ou efetuar despesas n¿o autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes; VI ¿ deixar de prestar contas anuais da administraç¿o financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órg¿o que a Constituiç¿o do Estado indicar, nos prazos e condiç¿es estabelecidos; VII ¿ deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órg¿o competente, da aplicaç¿o de recursos, empréstimos subvenç¿es ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título; (¿) XI ¿ adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei; (¿) XIII ¿ nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposiç¿o de lei; XIV ¿ negar execuç¿o a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente; (¿) § 1º ¿ Os crimes definidos neste artigo s¿o de aç¿o pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclus¿o, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenç¿o, de três meses a três anos. (...) Art. 4º ¿ S¿o infraç¿es político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassaç¿o do mandato: I ¿ impedir o funcionamento regular da Câmara; II ¿ impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da

Prefeitura, bem como a verificaç¿o de obras e serviços municipais, por comiss¿o de investigaç¿o da Câmara ou auditoria, regularmente instituída; III ¿ desatender, sem motivo justo, as convocaç¿es ou os pedidos de informaç¿es da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular; IV ¿ retardar a publicaç¿o ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade; V ¿ deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária; VI ¿ descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro VII ¿ praticar, contra expressa disposiç¿o de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática; VIII ¿ omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administraç¿o da Prefeitura; IX ¿ ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorizaç¿o da Câmara dos Vereadores; X ¿ proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.¿ Pela simples leitura dos dispositivos legais, vê-se que ocorrendo as hipóteses elencadas no art. 1º, a atribuiç¿o legal para o julgamento é do Poder Judiciário, enquanto que os fatos inseridos no art. 4º, de índole apenas política, s¿o de competência da Câmara de Vereadores O art. 1º, do Decreto-Lei nº 201/67, atribui ao Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, o julgamento dos crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, de crimes que afetem a administraç¿o pública e os direitos coletivos ou individuais, como de apropriaç¿o de bens, desvio em proveito próprio ou alheio, utilizaç¿o indevida de bens, rendas ou serviços públicos, entre outros. Por sua vez, o art. 4º atribui o julgamento à Câmara dos Vereadores apenas quando se tratar de infraç¿es político-administrativas dos Prefeitos Municipais, sancionadas com a cassaç¿o do mandato, quando se tratar de fatos que afetem as próprias atividades do legislativo, como impedir o funcionamento regular da Câmara, impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos dos arquivos da Prefeitura, desatender, sem motivo justo, as convocaç¿es ou os pedidos de informaç¿es da Câmara, retardar a publicaç¿o ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade, entre outros. Pelo Decreto-lei 201/1967, o prefeito é processado e julgado, por qualquer crime de responsabilidade, pelo Judiciário, independentemente de autorizaç¿o da Câmara e de afastamento de suas funç¿es, e a perda do cargo resultará da aplicaç¿o desta pena acessória, juntamente com a da inabilitaç¿o para o exercício de qualquer outra funç¿o pública pelo prazo de cinco anos, se condenado à pena principal (art. 1º, § 2º). Por infraç¿o político-administrativa o prefeito será julgado pelo Plenário da Câmara, que poderá cassar o mandato na forma taxativamente expresso na lei e n¿o há se falar em afastamento preventivo do Prefeito Municipal por parte dos Vereadores, muito menos em votaç¿es secretas/sigilosas para tal finalidade. Verifica-se pelo exposto que restou violado o devido processo legal e contraditório, malferindo-se normas constitucionais. Chega-se a essa conclus¿o com a simples leitura da ata da Sess¿o Ordinária da Câmara Municipal, fls. 33/34, em que vereadores teriam levado ao conhecimento dos seus pares denúncias formuladas pelas senhoras Maria Cristina Gomes da Paix¿o e Liliane Alves Pereira, in vebis: ¿...em seguida o Presidente determinou a leitura das denúncias formuladas pelas Senhoras Maria Cristina Gomes da Paix¿o e Liliane Aves Pereira, que depois de lidas foram admitidas pela Mesa. O presidente colocou em votaç¿o a admissibilidade dos documentos que foram aprovados por UNANIMIDADE do Plenário...¿ (ata da sess¿o do dia 30.06.2017, fls. 33/34. Por fim, consta que, na retrocitada sess¿o, após ser criada a comiss¿o constituída por vereadores para averiguar e investigar as ¿supostas denúncias¿ realizadas pelas senhoras acima nominadas, por oito votos secretos os vereadores decidiram afastar LIMINARMENTE O PREFEITO DEMOCRATICAMENTE ELEITO DO CARGO, de forma manifestamente ilegal e inconstitucional. Logo, o afastamento LIMINAR é manifestamente ilegal n¿o encontrando respaldo no ordenamento jurídico pátrio. D I S P O S I T I V O Presentes os pressupostos autorizadores: DECLARO inconstitucional a norma prevista na Lei orgânica do Município que disp¿e, por analogia, sobre votaç¿es secretas para instaurar, processar e julgar o Prefeito Municipal, art. XVI, do art. 24 (fls. 58) e DECLARO inconstitucionais as normas que permitem votaç¿o secretas previstas nos artigos 107 e 120 do Regimento interno da Câmara Municipal de Marapanim, que foram utilizadas no caso concreto (fls. 131 e 125). CONCEDER A SEGURANÇA para declarar totalmente nulos, desde sua origem, todos os atos que culminaram nos Decretos Legislativo nº 04, 05 e 06 de 2017 (fls. 29/32), que determinaram ilegalmente e inconstitucionalmente o afastamento liminar do Cargo de Prefeito Municipal do impetrante. SERVIRÁ cópia do decisum como mandado de intimaç¿o da autoridade impetrada, para dar cumprimento IMEDIATO, e do impetrante. Caso n¿o haja recurso voluntário, os autos dever¿o ser encaminhados para o Colendo Tribunal de Justiça para reexame necessário. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Marapanim/PA, 26 de junho de 2019. GABRIEL COSTA RIBEIRO Juiz de Direito

PROCESSO: 00014612320188140030 ¿ Mandado de Segurança ¿ Requerente: RONALDO JOSÉ NEVES TRINDADE Representante: Dr. DARTES DOS SANTOS VASQUES, **OAB/PA n° 16.703** ¿ Impetrado: EDSON BENTES NAIFF JÚNIOR Representante: Dr. LEONARDO SILVA DA PAIXÃO,

OAB/PA n° 4.382 Magistrado/Relator/Serventuário: GABRIEL COSTA RIBEIRO S E N T E N Ç A Cuida-se de mandado de segurança, com pedido de liminar, impetrado por Ronaldo Trindade, em face de ato administrativo do, ent¿o, Sr. EDSON BENTES NAIFF, Presidente da câmara municipal de Marapanim/PA, perfectibilizado no Decreto Legislativo nº 002/2018. Alega o impetrante, em sucinto relato, que na última Sess¿o Ordinária da Câmara Municipal de Marapanim/PA, realizada em 16 de março de 2018, foi colocada em votaç¿o denúncia apresentada por Paulo Jo¿o do Nascimento, acusando o Prefeito Municipal, ora Impetrante, da suposta prática de infraç¿es político-administrativas. A denúncia foi recebida sumariamente pelos vereadores que integram a Câmara Municipal de Marapanim. Após o sorteio e constituiç¿o da Comiss¿o Processante, o pedido de afastamento temporário do Prefeito Municipal formulado na denúncia foi posto em votaç¿o secreta, tendo os vereadores, por 08 (oito) votos a 03 (três), acatado o afastamento do Prefeito Municipal por 90 (noventa dias). Ressaltaram, ainda, que ato do legislativo, carece de amparo legal, pois n¿o apresentou qualquer dispositivo ou fundamentaç¿o jurídica que motivasse a sua realizaç¿o ou a sua existência. Que inexiste previs¿o legal que legitime a câmara municipal a declarar afastamento do prefeito municipal, nos moldes do Decreto-Lei 201/67. Sustentaram, por fim, que a matéria é reconhecidamente inconstitucional, já que inexiste previs¿o legal para o Presidente da câmara e ou Comiss¿o Processante decretar o afastamento temporário do prefeito. Pugnaram, pela concess¿o da liminar a fim de que se decrete a suspens¿o de afastamento do Impetrante do cargo de Prefeito Municipal de Marapanim/PA. Foi deferida media liminar para o seu imediato retorno ao cargo, em face da ilegalidade. Pede, ao final, a concess¿o definitiva da segurança pleiteada, no sentido de anular o ato que determinou o afastamento temporário do prefeito. Juntaram documentos, fls. 7/57 e 82/221 dos autos. O Ministério Público, em parecer de fls. 223/228, manifestou-se pela procedência do pedido, com anulaç¿o do Decreto Legislativo, confirmando-se a liminar deferida às fls. 6163. Para a análise dos autos, mister verificar a incidência dos pressupostos da medida de urgência, a saber: a relevância do direito invocado na impetraç¿o e o receio de dano irreparável ou de difícil reparaç¿o que a subsistência do ato questionado pode causar ao impetrante, estando de forma hialina o malferimento de direito líquido e certo, como ocorre no caso concreto DA NULIDADE DA VOTAÇ¿O SECRETA E INVAS¿O DE COMPETÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO O ponto principal da lide refere-se quanto à possibilidade de afastamento temporário do impetrante de seu cargo de prefeito municipal por meio de procedimento de apuraç¿o de infraç¿es político-administrativas de competência da Câmara de Vereadores, somando-se a fatos descritos na lei de improbidade. In casu, foi determinado o afastamento temporário do impetrante de seu cargo, mediante Decreto legislativo municipal nº 002/2018 amparado no art. 20, da Lei 8429/92 e art. 5º, Decreto Lei 201/67. A votaç¿o que determinou o afastamento do prefeito por 90 dias foi realizada na sess¿o da câmara no dia 16.03.2018, com votaç¿o secreta, culminando em 08 (oito) votos a favor e 03 (três) contrário. Ocorre que a referida decis¿o da câmara municipal ¿ manifestada no Decreto Legislativo 002/2018, n¿o encontra consonância com as disposiç¿es do Decreto-Lei nº 201/67 que rege a matéria, como também n¿o encontra amparo no art. 20 da lei 8429/92, que, como sabido, trata-se de crime de improbidade administrativa, cuja apreciaç¿o, de fato, à primeira vista, foge da competência do Legislativo municipal. Consoante reiterado entendimento jurisprudencial "o processo e o julgamento do Prefeito pelos crimes de responsabilidade de competência do Poder Judiciário e pelas infraç¿es político-administrativas de competência da Câmara de Vereadores é regulado pelo Decreto-lei n. 201/67, n¿o podendo o Município ditar normas a respeito, ante a competência legislativa da Uni¿o para elaborar normas em matéria processual (art. 23, I, da CF/88). Ressalto ainda, que a votaç¿o secreta realizada pelos os vereadores ¿ embora permitida pela lei orgânica da câmara municipal ¿ também n¿o encontra amparo constitucional, sendo manifestamente inconstitucional e deve ser assim declarada incidentalmente. Ora, n¿o havendo, como n¿o há, norma nesse sentido na lei federal disciplinadora da matéria e falecendo ao município competência para legislar sobre o assunto, inconstitucional se afigura o dispositivo da Lei Orgânica Municipal que embasou o ato impugnado. Em assim sendo, qualquer votaç¿o da Câmara referente a casos similares ao juridicamente vivenciado, inexoravelmente, tem de ser obrigatoriamente por voto nominal e aberto, para controle, inclusive, de eventuais abusos de autoridade por parte dos vereadores, caso haja, como dito, invas¿o da competência exclusiva do Poder Judiciário, condutas temerárias em face do Executivo municipal, causando danos ao erário público com o afastamento ilegal do Prefeito Municipal, como ocorreu no caso concreto, configurando danos ao erário público desestabilizando completamente a administraç¿o pública municipal em clara afronta à lei. Logo, DECLARO INCONSTITUCIONAL a votaç¿o secreta prevista no art. XVI da Lei orgânica do Município, bem como no Regimento Interno da Câmara de Vereadores, artigos 107 e 120, devendo ser anulado todo o procedimento desde sua origem. Como restou dito, analisando detidamente os autos, verifica-se que a denúncia ofertada contra o impetrante, atribuindo-lhe a prática de infraç¿es político-administrativas, foi formulada nos termos do art. 20 da Lei 8.429/92 (fls. 16/17) que, como sabido, trata-se de crime de

improbidade administrativa, cuja apreciaç¿o, de fato, foge da competência do Legislativo municipal. Disp¿e a Lei de Improbidade, sobre as sanç¿es aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou funç¿o na administraç¿o pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências. ¿Art. 20. A perda da funç¿o pública e a suspens¿o dos direitos políticos só se efetivam com o trânsito em julgado da sentença condenatória. Parágrafo único. A autoridade judicial ou administrativa competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, emprego ou funç¿o, sem prejuízo da remuneraç¿o, quando a medida se fizer necessária à instruç¿o processual.¿ De outro giro, estabelece o Decreto-Lei nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, que disp¿e sobre a responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores: ¿Art. 1º ¿ S¿o crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipal, sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores: I ¿ apropriar-se de bens ou rendas públicas, ou desviá-los em proveito próprio ou alheio; II ¿ utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos; III ¿ desviar, ou aplicar indevidamente, rendas ou verbas públicas; (¿) V ¿ ordenar ou efetuar despesas n¿o autorizadas por lei, ou realizá-las em desacordo com as normas financeiras pertinentes; VI ¿ deixar de prestar contas anuais da administraç¿o financeira do Município a Câmara de Vereadores, ou ao órg¿o que a Constituiç¿o do Estado indicar, nos prazos e condiç¿es estabelecidos; VII ¿ deixar de prestar contas, no devido tempo, ao órg¿o competente, da aplicaç¿o de recursos, empréstimos subvenç¿es ou auxílios internos ou externos, recebidos a qualquer título; (¿) XI ¿ adquirir bens, ou realizar serviços e obras, sem concorrência ou coleta de preços, nos casos exigidos em lei; (¿) XIII ¿ nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposiç¿o de lei; XIV ¿ negar execuç¿o a lei federal, estadual ou municipal, ou deixar de cumprir ordem judicial, sem dar o motivo da recusa ou da impossibilidade, por escrito, à autoridade competente; (¿) § 1º ¿ Os crimes definidos neste artigo s¿o de aç¿o pública, punidos os dos itens I e II, com a pena de reclus¿o, de dois a doze anos, e os demais, com a pena de detenç¿o, de três meses a três anos. (...) Art. 4º ¿ S¿o infraç¿es político-administrativas dos Prefeitos Municipais sujeitas ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionadas com a cassaç¿o do mandato: I ¿ impedir o funcionamento regular da Câmara; II ¿ impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos que devam constar dos arquivos da Prefeitura, bem como a verificaç¿o de obras e serviços municipais, por comiss¿o de investigaç¿o da Câmara ou auditoria, regularmente instituída; III ¿ desatender, sem motivo justo, as convocaç¿es ou os pedidos de informaç¿es da Câmara, quando feitos a tempo e em forma regular; IV ¿ retardar a publicaç¿o ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade; V ¿ deixar de apresentar à Câmara, no devido tempo, e em forma regular, a proposta orçamentária; VI ¿ descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro; VII ¿ praticar, contra expressa disposiç¿o de lei, ato de sua competência ou omitir-se na sua prática; VIII ¿ omitir-se ou negligenciar na defesa de bens, rendas, direitos ou interesses do Município sujeito à administraç¿o da Prefeitura; IX ¿ ausentar-se do Município, por tempo superior ao permitido em lei, ou afastar-se da Prefeitura, sem autorizaç¿o da Câmara dos Vereadores; X ¿ proceder de modo incompatível com a dignidade e o decoro do cargo.¿ Pela simples leitura dos dispositivos legais, vê-se que ocorrendo as hipóteses elencadas no art. 1º, a atribuiç¿o legal para o julgamento é do Poder Judiciário, enquanto que os fatos inseridos no art. 4º, de índole apenas política, s¿o de competência da Câmara de Vereadores. O art. 1º, do Decreto-Lei nº 201/67, atribui ao Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores, o julgamento dos crimes de responsabilidade dos Prefeitos Municipais, de crimes que afetem a administraç¿o pública e os direitos coletivos ou individuais, como de apropriaç¿o de bens, desvio em proveito próprio ou alheio, utilizaç¿o indevida de bens, rendas ou serviços públicos, entre outros. Por sua vez, o art. 4º atribui o julgamento à Câmara dos Vereadores apenas quando se tratar de infraç¿es político-administrativas dos Prefeitos Municipais, sancionadas com a cassaç¿o do mandato, quando se tratar de fatos que afetem as próprias atividades do legislativo, como impedir o funcionamento regular da Câmara, impedir o exame de livros, folhas de pagamento e demais documentos dos arquivos da Prefeitura, desatender, sem motivo justo, as convocaç¿es ou os pedidos de informaç¿es da Câmara, retardar a publicaç¿o ou deixar de publicar as leis e atos sujeitos a essa formalidade, entre outros. Pelo Decreto-lei 201/1967, o prefeito é processado e julgado, por qualquer crime de responsabilidade, pelo Judiciário, independentemente de autorizaç¿o da Câmara e de afastamento de suas funç¿es, e a perda do cargo resultará da aplicaç¿o desta pena acessória, juntamente com a da inabilitaç¿o para o exercício de qualquer outra funç¿o pública pelo prazo de cinco anos, se condenado à pena principal (art. 1º, § 2º). Por infraç¿o político-administrativa o prefeito será julgado pelo Plenário da Câmara, que poderá cassar o mandato na forma taxativamente expresso na lei e n¿o há se falar em afastamento preventivo do Prefeito Municipal por parte dos Vereadores, muito menos em votaç¿es secretas/sigilosas para tal finalidade. Verifica-se pelo exposto que restou violado o devido processo legal e contraditório, malferindo-se normas constitucionais. Chega-se a essa conclus¿o

com a simples leitura da ata da Sess¿o Ordinária da Câmara Municipal, fls. 33/34, em que vereadores teriam levado ao conhecimento dos seus pares denúncias formuladas pelas senhoras Maria Cristina Gomes da Paix¿o e Liliane Alves Pereira, in vebis: ¿...em seguida o Presidente determinou a leitura das denúncias formuladas pelas Senhoras Maria Cristina Gomes da Paix¿o e Liliane Aves Pereira, que depois de lidas foram admitidas pela Mesa. O presidente colocou em votaç¿o a admissibilidade dos documentos que foram aprovados por UNANIMIDADE do Plenário...¿ (ata da sess¿o do dia 30.06.2017, fls. 33/34. Por fim, consta que, na retrocitada sess¿o, após ser criada a comiss¿o constituída por vereadores para averiguar e investigar as ¿supostas denúncias¿ realizadas pelas senhoras acima nominadas, por oito votos secretos os vereadores decidiram afastar LIMINARMENTE O PREFEITO DEMOCRATICAMENTE ELEITO DO CARGO, de forma manifestamente ilegal e inconstitucional. Logo, o afastamento LIMINAR é manifestamente ilegal e inconstitucional n¿o encontrando respaldo no ordenamento jurídico pátrio. D I S P O S I T I V O Presentes os pressupostos autorizadores: DECLARO inconstitucional a norma prevista na Lei orgânica do Município que disp¿e, por analogia, sobre votaç¿es secretas para instaurar, processar e julgar o Prefeito Municipal, art. XVI, do art. 24 (fls. 58) e DECLARO inconstitucionais as normas que permitem votaç¿o secretas previstas nos artigos 107 e 120 do Regimento interno da Câmara Municipal de Marapanim, que foram utilizadas no caso concreto. DETERMINO que o impetrante junte, também, aos presentes autos o Regimento Interno e Lei Orgânica do Município, que já foram juntados nos mandados de segurança de nº 0003742-83.2017.814.0030 e nº 0003762-74.2017.814.0030. CONCEDER A SEGURANÇA para declarar totalmente nulos, desde sua origem, todos os atos que culminaram nos Decretos Legislativos nº 01 e 02 de 2018 (fls. 16/17 e 200/201), que determinou ilegalmente e inconstitucionalmente o afastamento liminar do impetrante do Cargo de Prefeito Municipal. CONFIRMAR integralmente a liminar deferida às fls. 61/63. SERVIRÁ cópia do decisum como mandado de intimaç¿o da autoridade impetrada, para dar cumprimento IMEDIATO, e do impetrante. Caso n¿o haja recurso voluntário, os autos dever¿o ser encaminhados para o Colendo Tribunal de Justiça para reexame necessário. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Marapanim/PA, 26 de junho de 2019. GABRIEL COSTA RIBEIRO Juiz de Direito

COMARCA DE NOVO PROGRESSO

SECRETARIA DA VARA CÍVEL DE NOVO PROGRESSO

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA VARA CIVEL DE NOVO PROGRESSO - VARA: VARA CIVEL DE NOVO PROGRESSO

PROCESSO: 00086724920188140115 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/ RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MANOEL FERREIRA DE OLIVEIRA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019---REQUERENTE:BEATRIZ ROSANE MATICK Representante(s): OAB 23291-A - ROSANGELA PENDLOSKI (ADVOGADO) DEPRECADO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Representante(s): OAB 8049 - LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIRO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO CONSIDERANDO o disposto no provimento 006/2006 - CJRBM, corroborado pelo Provimento nº 006/2009 - CJCI; Intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Novo Progresso/PA, 27/06/2019. MANOEL FERREIRA DE OLIVEIRA Diretor de Secretaria da Vara Cível Comarca de Novo Progresso/PA

PROCESSO: 00088327420188140115 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/ RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MANOEL FERREIRA DE OLIVEIRA Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019---REQUERENTE:ALCEU JOAO SANCHES Representante(s): OAB 23291-A - ROSANGELA PENDLOSKI (ADVOGADO) REQUERIDO:CELPA CENTRAIS ELETRICAS DO PARA Representante(s): OAB 8049 - LIBIA SORAYA PANTOJA CARNEIRO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO CONSIDERANDO o disposto no provimento 006/2006 - CJRBM, corroborado pelo Provimento nº 006/2009 - CJCI; Intime-se a parte autora para requerer o que entender de direito, no prazo de 15 (quinze) dias. Novo Progresso/PA, 27/06/2019. MANOEL FERREIRA DE OLIVEIRA Diretor de Secretaria da Vara Cível Comarca de Novo Progresso/PA

PROCESSO: 00107995720188140115 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/ RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JULIANO MIZUMA ANDRADE Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível em: 27/06/2019---REQUERENTE:ASSISPEC REPRODUCAO ANIMAL LTDA ME Representante(s): OAB 22111-B - PRISCILA LETICIA DOS SANTOS KERBER (ADVOGADO) OAB 12445 - CARLA SANTORE (ADVOGADO) REQUERIDO:TELEMAR NORTE LESTE S/A OI FIXO Representante(s): OAB 86235 - ELADIO MIRANDA LIMA (ADVOGADO) . Processo Nº: 0010799-57.2018.8.14.0115 Requerente: ASSISPEC REPRODUCAO ANIMAL LTDA ME Requerida: TELEMAR NORTE LESTE S/A OI FIXO TERMO DE AUDIÊNCIA Ao vigésimo sexto (26) dia do mês de Junho (06) de dois mil e dezenove (2019), às 09h00min, nesta cidade e Comarca de Novo Progresso, Estado do Pará. PRESENTES: Juiz de Direito: Juliano Mizuma Andrade Rep. da requerente: Alessandro Boeing RG nº 887971 SSP/MT Advogado do Requerente: Carla Santore OAB/PA 12.445 Preposta da requerida: Kelly Cristina de Souza Azevedo Compagnoni RG nº 7465914 PC/PA Advogada da Requerida: Sabrina Nonato OAB/PR 45058 ABERTA A AUDIÊNCIA: Tentada conciliação, a requerida ofertou um chip da OI com 22.500min, para ligações móvel mais fixo de qualquer operadora local e LDN 31; 45.000 SMS, 73 Gigabytes de internet 3G/4G e OI WIFI ilimitado aonde houver Hotspot da OI no prazo de 60 dias, informando que a empresa não tem realizado proposta em obrigação de pagar por se encontrar em recuperação judicial. Tal proposta foi recusada pela autora em razão do município de Novo Progresso não funciona os serviços moveis da operadora OI. Assim infrutífera a conciliação. Pela advogada da requerida foi juntado carta de preposição e informado que as demais documentações contestação, substabelecimento, procuração e atos constitutivos foram juntadas via protocolo integrado. Pela parte requerida foi pleiteado que a suspensão do processo em razão dos recursos especiais que tramitam no STJ de números 1.525.134RS e 1.525.174RS, que por seguinte suspenderam todas as demandas que versem há cerca da ocorrência de dano moral decorrente da má prestação de serviço. Pela advogada da

autora sobre os novos fatos ditos em contestação: Com relação aos parcelamentos que a requerida informa na contestação, os mesmo nunca foram requeridos nem mesmos aceitos pelo autor, e o nº 3528-0957 o autor desconhece, haja visto que o número informado nas faturas ser totalmente diverso de qualquer número existente neste município. Após o juiz instou as partes a especificar as provas que pretendem produzir. Pelas partes foi dito que não há provas a produzirem. DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA: Dou por encerrada a instrução. Diante da afetação do tema em análise pelo C.STJ, ao analisar o tema 954, verifico que esse diz respeito a danos decorrentes da má prestação de serviços, retratando este caderno processual hipótese diversa de não prestação de serviços, situação diversa do precedente mencionado. Razão pela qual reputo inviável a pretensão pretendida. SENTENÇA EM AUDIENCIA: Vistos. Relatório Dispensado nos termos do art. 38 da lei 9.099/95. Passo a decidir. De início cumpre assinalar que a relação existente entre as partes é tipicamente de consumo, motivo pelo qual de rigor a aplicação das disposições do Código de Defesa do Consumidor. Lembro aqui que quando do deferimento da medida liminar, já fora aplicado o artigo 6º, inciso VIII, dispõe que é direito do consumidor a inversão do ônus da prova quando for verossímil sua alegação ou for ele hipossuficiente. Por sua vez, constato que os documentos juntados pela parte autora comprovam que esta teve seu nome negativado. Assim era incumbência da requerida comprovar a existência da prestação de serviços, minimamente comprovando a instalação da linha ou o fornecimento mínimo de referida linha, colacionando aos autos por exemplo o histórico de ligação, o que comprovaria indiretamente o funcionamento e instalação de referida linha, mas deixou de apresentar tal documentação, devendo assim arcar com o ônus decorrente da ausência dessa prova. Ademais destaco que entendimento em contrário caracterizaria verdadeira prova diabólica, pois a parte autora não tem condições de provar que não recebeu serviço algum. Logo, considerando que cabia a requerida o ônus de comprovar a plena exigibilidade dos valores por ela cobrados, o que como se viu alhures, ela não logrou êxito em fazer no transcurso dos processos, informando inclusive não possuir outras provas a produzir. A título de obter dictum, menciono que no caso dos Autos pode-se até mesmo dizer que a aplicação do CDC acima mencionada era desnecessária uma vez que a lide poderia ser solucionada pelas regras básicas e ordinárias do direito civil, e conforme saudosas lições de Pontes de Miranda, tradicionalmente, atribui-se ao negócio jurídico três dimensões: o plano da existência, o da validade e o da eficácia. Para que o negócio produza seus efeitos, ou seja, alcance o plano da eficácia, é essencial que seja válido; para que atinja o plano da validade, é necessário que exista. Dentro do plano da existência, há elementos que são inerentes a todos os negócios jurídicos, sendo inconcebível a sua existência sem um deles. E no caso o objeto era inexistente pois o serviço nunca foi fornecido ou prestado de modo que o próprio contrato sem um de seus requisitos essenciais deve ser reconhecido como inexistente consoante art. 104 do CC. Pois bem, diante desses fatos a procedência do pedido inaugural é medida impositiva, devendo a ré promover a restituição em dobro do valor pago pelo Autor referente as faturas onde cobradas sem a prestação do serviço, na forma do art. 42, parágrafo único do CDC. Ora se o serviço não estava sequer instalado obviamente não deveria haver cobrança alguma, e qualquer cobrança da empresa sem ter realizado qualquer serviço não se caracteriza como engano justificável que permitiria a restituição em sua forma simples. No mais quanto ao dano moral, considerando a responsabilidade do requerido ao tomar todas às providencias para que erros como esse não ocorram, considerando que houve negativação do nome do consumidor por dívida de contrato inexistente, posto que o objeto jamais fora fornecido, inexorável a conclusão de que a ré incorreu em ato ilícito ao incluir, de modo indevido, o nome do autor junto ao cadastro restritivo de crédito, inexistindo qualquer causa apta a elidir sua responsabilidade. É claro que ¿existe um mínimo de incômodos, inconvenientes ou desgostos que, pelo dever de convivência social, sobretudo nas grandes cidades, em que os problemas fazem com que todos estejam mal-humorados, há um dever geral de suportá-los¿ (Antônio Jeová Santos, Dano moral indenizável. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 112). Por outro lado, o dano moral, neste caso, é presumido diante da inscrição indevida no rol de inadimplentes. Afinal, nos dias atuais, o crédito é um bem extremamente valorizado, já que sem a comprovação de idoneidade financeira ninguém consegue fazer compras para pagamento em prestações. O indivíduo que tem seus dados lançados em órgão de proteção ao crédito, na atualidade, é alijado de seus direitos, sendo transformado em marginal. Cabível, por tudo quanto exposto, o reconhecimento dos danos morais. No que se refere ao montante da indenização, não há parâmetros legais específicos para sua fixação, de maneira que os Tribunais têm indicado que o quantum deve ser ¿estipulado em razão das peculiaridades do caso concreto, levando em consideração o grau da lesividade da conduta ofensiva e a capacidade econômica da parte pagadora, a fim de cumprir dupla finalidade: (a) amenização da dor sofrida pela vítima e (b) punição do causador do dano, evitando-se novas ocorrências¿. Não pode ser ínfimo, nem desproporcional (STJ, AgRg no REsp nº 1.395.716/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, j. 25/02/2014). Ponderando essas diretrizes e as provas carreadas nos autos, entendo razoável e proporcional a fixação do valor do dano

moral ou extrapatrimonial no patamar de R$ 5.000,00, valor que indeniza moderadamente, sem gerar enriquecimento sem causa. É a decisão. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido nesta ação, extinguindo o feito com resolução de mérito nos termos do art. 487, I, do Código Civil, e, por conseguinte REPUTO INEXISTENTE o contrato diante da inexistência de objeto, e por isso CONDENO a parte ré a: 1- restituir em dobro a quantia de R$ 632,60, com atualização monetária pelo INPC desde o ajuizamento da demanda e acrescido de juros moratórios à razão de 1% ao mês, contados da citação (com fulcro no artigo 405 do Código Civil), na forma do art. 42 parágrafo único do CDC; 2- indenizar a parte autora em R$ 5000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais, devidamente atualizados pelo INPC a partir da publicação desta sentença (Súmula nº 362 do STJ) e acrescido de juros moratórios à razão de 1% ao mês, contados da citação (com fulcro no artigo 405 do Código Civil). Sem condenação em custas e honorários advocatícios nesta instância (Lei 9.099/95, art. 55). Sentença Publicada em audiência e dela intimados os presentes. Nada mais havendo, mandou o MM. Juiz encerrar o presente termo que vai ser devidamente assinado, às 09h30min. JULIANO MIZUMA ANDRADE Juiz de Direito Rep. da requerente: Alessandro Boeing RG nº 887971 SSP/MT Advogado do Requerente: Carla Santore OAB/PA 12.445 Preposta da requerida: Kelly Cristina de Souza Azevedo Compagnoni RG nº 7465914 PC/PA Advogada da Requerida: Sabrina Nonato OAB/PR 45058

COMARCA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

A Doutora KÁTIA TATIANA AMORIM DE SOUSA, Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional ANTENOR FERREIRA UCHÔA, brasileiro, paraense de Monte Alegre, nascido aos 06/03/1947, portador do RG nº 7430316 PC/PA, filho de Raimunda Ferreira Sombra e de Antenor Ferreira Uchôa, com endereço declarado nos autos como sendo Rua Bodocó, nº 968, bairro Bela Vista, cidade de Senador José Porfírio, porém por não ter sido possível ter sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 05/06/2019, nos autos da Ação de Medidas Protetivas de Urgência nº 0004729-98.2018.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ¿PROCESSO Nº 0004729-98.2018.8.14.0058. SENTENÇA. Trata-se de autos de pedido de Medidas Protetivas de Urgência, encaminhados pela Autoridade Policial em favor de ANTENOR FERREIRA UCHOA, idoso, vítima de violência doméstica e familiar, onde consta como agressor IRISNEI RODRIGUES UCHOA, todos qualificados nos autos. Foram deferidas Medidas Protetivas à vítima, com fundamento no Estatuto do Idoso (fls. 14). Certidão da oficiala de justiça, onde consta a informação de que a vítima está residindo na comarca de Altamira/PA (fls. 18). Manifestação do RMP, no sentido de revogação das medidas protetivas, por não subsistir os motivos ensejadores da aplicação (fls. 19). Os autos vieram-me conclusos. Brevemente relatado. Decido. A Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, estabeleceu medidas protetivas em face das vítimas dos delitos previstos, cabendo ao juiz conhecer do pedido e decidir a respeito da necessidade das medidas protetivas de urgência. Para tanto, como medida cautelar, basta que se verifiquem os requisitos do fumus boni iuris e periculum in mora. A medida foi deferida liminarmente, já que, naquele momento, verificava-se a presença dos requisitos ensejadores, devendo-se, por hora, avaliar a necessidade de sua conservação, levando em consideração que o fato que deu origem ao presente procedimento, já se encontrando superado pelo tempo. Entendo que as medidas protetivas possuem caráter satisfativo e prescindem da existência ou ajuizamento de outra ação, ressalto que, atingindo, de imediato, seu objetivo e exaurindo-se em seu cumprimento, devem as mesmas serem arquivadas. Compulsando os autos, verifico que, quando da intimação para manifestar-se acerca da cessação ou permanência do risco para fins e revogação ou manutenção das medidas protetivas, foi certificado pela oficiala de justiça que o requerente havia mudado de endereço, intimação que considero válida, nos termos do art. 274, parágrafo único, do CPC. Ora, a vítima não mais reside nesta comarca, corroborando ainda o fato de que não informou ao juízo seu atual endereço e nem se persistem os motivos autorizadores da decretação da medida, embora intimada, o que revela o abandono processual. Insta mencionar que, in casu, descabe a providência do art. 485, parágrafo §1º, do CPC, porquanto inviável a intimação pessoal do requerente, já que mudou de endereço e não informou a juízo, ao passo de que foi intimado para informar acerca da necessidade de permanência das medidas impostas, nos termos do art. 274, parágrafo único, do CPC. Ante o exposto, julgo extinto o processo, sem resolução de mérito, com fundamento no artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, e revogo as medidas protetivas de urgência deferida em decisão liminar. Sem custas processuais. Cientifique-se o Ministério Público. Intimem-se as partes. Caso não as encontre para intimação, defiro a intimação por edital. De outra forma, havendo mudança de endereço, definitiva ou temporária, sem prévia comunicação ao juízo, desde já, tenho por válida a intimação (art. 274, parágrafo único, do CPC). Após, certifique o trânsito em julgado e arquivem-se. Senador José Porfírio-PA, 05 de junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa. Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio.¿. Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho do ano de 2019. Eu, Elder Sávio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

RESENHA: 27/06/2019 A 28/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO - VARA: VARA UNICA DE SENADOR JOSE PORFIRIO PROCESSO: 00000147220028140058 PROCESSO ANTIGO: 200210000078 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:FAZENDA NACIONAL PROCURADOR(A):RODRIGO THOMAZ VICTOR EXECUTADO:LAMINADORA SOUSELENSE LTDA. PROCESSO Nº 0000014-72.2002.8.14.0058 01 - Arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, §2º, da LEF. 02 - Decorridos 05 anos do arquivamento, sejam os autos encaminhados à Fazenda Pública, para os fins do que dispõe o art. 40, §4º, da LEF. Senador José Porfírio-PA, 27 de junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio PROCESSO: 00000316420098140058 PROCESSO ANTIGO: 200910000203 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXECUTADO:PORBRAS MADEIRAS LTDA EXEQUENTE:PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL DO PARA. PROCESSO Nº 0000031-64.2009.8.14.0058 01 - Arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, §2º, da LEF. 02 - Decorridos 05 anos do arquivamento, sejam os autos encaminhados à Fazenda Pública, para os fins do que dispõe o art. 40, §4º, da LEF. Senador José Porfírio-PA, 26 de junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio PROCESSO: 00000512620078140058 PROCESSO ANTIGO: 200710001542 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL - PARA EXECUTADO:PORBRAS MADEIRAS LTDA. PROCESSO Nº 0000051-26.2007.8.14.0058 01 - Arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, §2º, da LEF. 02 - Decorridos 05 anos do arquivamento, sejam os autos encaminhados à Fazenda Pública, para os fins do que dispõe o art. 40, §4º, da LEF. Senador José Porfírio-PA, 26 de junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio PROCESSO: 00000930720098140058 PROCESSO ANTIGO: 200910000724 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXEQUENTE:A UNIAO EXECUTADO:PORBRAS MADEIRAS LTDA. PROCESSO Nº 0000093-07.2009.8.14.0058 01 - Arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, §2º, da LEF. 02 - Decorridos 05 anos do arquivamento, sejam os autos encaminhados à Fazenda Pública, para os fins do que dispõe o art. 40, §4º, da LEF. Senador José Porfírio-PA, 26 de junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio PROCESSO: 00004199320118140058 PROCESSO ANTIGO: 201110001926 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA Ação: Execução Fiscal em: 27/06/2019 EXECUTADO:IVANILDO VIEIRA PEREIRA EXEQUENTE:A UNIAO PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL. PROCESSO Nº 0000419-93.2011.8.14.0058 01 - Arquivem-se provisoriamente os autos, nos termos do art. 40, §2º, da LEF. 02 - Decorridos 05 anos do arquivamento, sejam os autos encaminhados à Fazenda Pública, para os fins do que dispõe o art. 40, §4º, da LEF. Senador José Porfírio-PA, 27 de junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio PROCESSO: 00013496720188140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019 REQUERENTE:BANCO BRADESCO S. A Representante(s): OAB 12363 - JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO (ADVOGADO) OAB 118.685 - EDUARDO DE ARRUDA ALVIM (ADVOGADO) OAB 132932 - FERNANDO ANSELMO RODRIGUES (ADVOGADO) OAB 212.281 - LAISA D FAUSTINO DE MOURA (ADVOGADO) OAB 256.753 - PATRICIA SCHOEPS DA SILVA (ADVOGADO) OAB 128.341 - NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (ADVOGADO) REQUERIDO:MUNICIPIO DE SENADOR JOSE PORFIRIOPA. PROCESSO Nº 0001349-67.2018.8.14.0058 01 - Ante a manifestação de fls. 235/236, e observando o que preceitua o §3º, do art. 3º, do CPC, designo AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 08 de agosto de 2019, às 14h, devendo a secretaria intimar as partes. 02 - Certifique a secretaria a tempestividade da contestação apresentada às fls. 228/234. Senador José Porfírio-PA, 27 de junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio PROCESSO: 00030665120178140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa em: 27/06/2019 REQUERENTE:MUNICIPIO DE SENADOR JOSE PORFIRIO PREFEITURA MUNICIPAL Representante(s): OAB 18417 - PAULO VITOR NEGRAO REIS (ADVOGADO) REPRESENTANTE:DIRCEU BIANCARDI REQUERIDO:CARLOS JOSE DA SILVA Representante(s): OAB 43 - JOSE CARLOS JORGE MELEM (ADVOGADO) . PROCESSO N° 0003066-51.2017.8.14.0058 01 - Compulsando os autos, verifico que o Autor apresentou petição inicial com documentos às fls. 02/19, não juntando provas que embasem suas alegações, especialmente a

comprovação da alegada inserção do Município no cadastro de inadimplentes do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFEM), em dissonância com o art. 17, § 6º, da Lei nº 8.429/92, c/c art. 320 do CPC. 02 - Em decorrência, visando o necessário convencimento acerca do recebimento ou não da petição inicial, determino a intimação do Promovente para que junte as provas necessárias ao deslinde da presente demanda, sob pena de indeferimento da petição inicial, no prazo de 15 (quinze) dias, conforme previsão do art. 321 do CPC. 03 - Por outro lado, o Réu fora notificado para apresentar defesa prévia, tendo juntado manifestação intitulada de contestação, motivo pelo qual, passo a reconhecê-la como defesa prévia, com base no princípio da fungibilidade. 04 - Após o prazo acima consignado, com ou sem manifestação Autoral, façam-me os autos conclusos. Senador José Porfírio-PA, 27 de junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio PROCESSO: 00034830420178140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA Ação: Processo de Execução em: 27/06/2019 EXEQUENTE:A FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DO PARA EXECUTADO:ANSELMO AZEVEDO. PROCESSO Nº 0003483-04.2017.8.14.0058 01 - Ante a certidão de fl. 13, dê-se vistas à Fazenda Pública exequente para indicar endereço idôneo do executado, no prazo de 30 dias (já dobrados pelo art. 183, do CPC). 02 - Após o retorno dos autos, certifique-se e façam-me conclusos. Senador José Porfírio-PA, 27 de junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio PROCESSO: 00004012820188140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 REU:ROGERIO ANDRADE DA SILVA VITIMA:W. M. S. . PROCESSO N° 0000401-28.2018.8.14.0058 SENTENÇA O Ministério Público Estadual ofereceu Denúncia, no dia 02/02/2018, em desfavor de ROGÉRIO ANDRADE DA SILVA, qualificado nos autos, pela prática do crime descrito no art. 217-A, § 1º, do CPB, cometido contra WANDERLÚCIA MATOS DE SOUSA. Narra a peça acusatória que no dia 07/01/2018 o Réu estava numa festa com a Vítima e outras pessoas na localidade de Marituba, zona rural deste Município, ocasião em que várias pessoas estavam ingerindo bebidas alcóolicas, tendo a Vítima ficado em total estado de embriaguez, de modo que o Réu, cunhado da Vítima, aproveitou que esta estava desacordada e praticou ato libidinoso contra a mesma. O Ministério Público relata, ainda, que a Vítima e o Réu não se recordam do ato devido ao estado recíproco de embriaguez, de modo que ambos tomaram ciência da acusação de crime após terem sido acordados na mesma cama pelos familiares e amigos presentes. O exame sexológico forense não foi realizado, em razão da Vítima só ter comparecido à Delegacia de Polícia após cerca de 36h (trinta e seis horas) do suposto ato. A denúncia foi recebida às fls. 16. Citação realizada às fls. 24. Resposta à Acusação apresentada por defensora dativa às fls. 27/30, pugnando pela rejeição da denúncia e absolvição sumária do Réu. Decisão ratificadora do recebimento da Denúncia e designando audiência de instrução e julgamento às fls. 31. Audiência de instrução e julgamento às fls. 37/40, na qual se colheram os depoimentos das informantes Maria Dalgisa Matos de Sousa e Maria Darcilia Matos de Sousa. Audiência de Continuação às fls. 41/44, colhendo-se os depoimentos da Vítima e do Réu. Em Alegações Finais às fls. 46/48, o Parquet requereu a absolvição do Acusado, por ausência de acervo probatório a ensejar sua condenação. A Defesa, em Memoriais Finais apresentados às fls. 49/55, ratificou o pedido de absolvição do Réu. Os autos vieram-me conclusos para sentença. É o relatório. Decido. Trata-se de ação penal pública incondicionada, instaurada para apurar a responsabilidade criminal do réu ROGÉRIO ANDRADE DA SILVA, pela prática do crime previsto no art. 217-A, § 1º, do CPB. Não havendo preliminares a serem apreciadas, passo à análise do mérito. Inicialmente, a Acusação deu por satisfeitos os requisitos à imputação do Réu quanto ao crime de estupro de vulnerável, com base no acervo policial. Mais adiante, após a instrução processual, o próprio Ministério Público alterou o seu entendimento sobre os fatos, requerendo a absolvição do Acusado com base na presunção de inocência e no princípio do in dubio pro reo, vez que o conjunto probatório produzido nos autos "revela-se frágil, permeado por inconsistências, completamente incapaz de evidenciar, acima de qualquer dúvida razoável, que o réu tenha procedido da forma como denunciado" (fls. 47-V). Pois bem, embora o livre convencimento do juiz seja instituto consagrado no ordenamento jurídico pátrio, há de se destacar a conversão no direcionamento do presente caso pelo Parquet, uma vez que o Órgão Ministerial figura como autor da presente ação penal. Notadamente, a mudança da inicial imputação criminal para ulterior pedido de absolvição decorreu da falta de solidez quanto à materialidade do crime, posto que a acusação de estupro de vulnerável partiu da Vítima, porém, o comportamento da mesma na instrução processual causou uma margem de dúvida que sobrepôs, substancialmente, qualquer convicção acerca da necessária ação delituosa. Nesse sentido, evidencio que o seu depoimento se pautou unicamente em informações veiculadas por suas irmãs, pois a Vítima estava em total estado de embriaguez. Por sua vez, ambas as irmãs da Vítima, em seus depoimentos, afirmaram categoricamente que ao chegarem no quarto em que o

Réu e a Vítima estavam, não viram o Acusado mantendo ou tentando manter conjunção carnal ou ato libidinoso com a Vítima. Inclusive, a informante Maria Dalgisa, que na ocasião ingeriu bebida alcóolica, mas não estava embriagada, relatou às fls. 38/39 que: "o Acusado estava deitado ao lado de sua irmã (...) sua irmã Wanderlúcia falou que não houve relação sexual (...) [Vítima] ficou chateada pelo fato de o Acusado ter deitado ao seu lado na cama, e, por conta disso, resolveu registrar o boletim de ocorrência na Delegacia (...) a Depoente foi quem tirou a blusa de Wanderlúcia ao coloca-la na cama (...) é hábito de Wanderlúcia dormir somente com roupas íntimas". Ato contínuo, a informante Maria Darcilia, companheira do Réu, afirmou em depoimento às fls. 40 que: "não consumiu bebidas alcóolicas (...) o Acusado e a Vítima estavam com roupas íntimas (...) não viu o Acusado mantendo relação sexual ou molestando a Vítima". Ademais, os depoimentos são uníssonos no sentido de afirmarem o estado comum de embriaguez da Vítima e do Réu, ambos que relataram não se lembrar dos seus atos, tendo este afirmado que entrou em estado de inconsciência a partir do momento em que deitou numa rede, até o instante em que foi acordado por familiares o acusando do ato criminoso. Ora, como as únicas provas produzidas nos autos foram de caráter testemunhal, e as Informantes, a Vítima e o Réu não relataram, perante este Juízo, que houve prática de ato libidinoso ou sexual, o delito não restou devidamente comprovado a ponto de reconhecer a materialidade e a consequente autoria do crime. Ressalto que a Vítima abriu mão de realizar o significativo exame sexológico, tendo se encaminhado à DEPOL após quase 02 (dois) dias após os fatos alegados, bem como o Réu negou a todo instante a prática do crime. Diante de todo esse cenário instrutório, verifico que há indícios da materialidade do crime, inclusive por haver convicção que o Acusado e a Vítima estavam deitados numa cama seminus, o que culminou no recebimento da Denúncia, todavia, não foi possível extrair a certeza de que o Acusado praticou ato libidinoso ou manteve relação sexual com a Vítima em momento que a mesma não poderia oferecer resistência devido ao seu estado de embriaguez. Portanto, sendo a materialidade bastante duvidosa, bem como havendo depoimentos em audiência de instrução e julgamento sem acusação de prática de ato libidinoso ou prática sexual, é imperiosa a absolvição do Acusado, devendo prevalecer o princípio do in dubio pro reo, pois é menos danoso absolver um culpado do que condenar um inocente, o que se coaduna com a manifestação derradeira do Ministério Público e com o entendimento do E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, a seguir transcrito: "Ementa: APELAÇÃO CRIME. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. MANTIDA SENTENÇA ABSOLUTÓRIA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. MATERIALIDADE E AUTORIA DUVIDOSAS. PRINCÍPIO DO IN DUBIO PRO REO. Não restou comprovado na instrução que o acusado tocou no corpo da vítima e exibiu filmes pornográficos, bem como de que a genitora tinha conhecimento dos fatos. Declarações da vítima repletas de contradições e lacunas. Uma condenação criminal, com todos os seus gravames e consequências, só pode ser admitida com apoio em prova cabal e afastada de dúvidas. Presunções e indícios, isoladamente considerados, não se constituem em prova dotada dessa qualidade, de modo a serem insuficientes para amparar a procedência da denúncia. APELAÇÃO IMPROVIDA". (Apelação Crime Nº 70079475737, Sexta Câmara Criminal, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, Julgado em 30/04/2019) Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na Denúncia para ABSOLVER o réu ROGÉRIO ANDRADE DA SILVA, nos termos do art. 386, VI, do CPP, por haver acentuada dúvida sobre a existência da infração penal, absolvendo-o do crime imputado. Fixo honorários advocatícios à defensora dativa, a Dra. Rutileia Emiliano de Freitas Tozetti - OAB-PA 25.676-A, nos termos do art. 85, § 2º, c/c § 8º, do CPC, na importância de R$ 1.000,00 (um mil reais). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Ciência ao Ministério Público. Arquivem-se os autos após o decurso do prazo recursal, dando-se baixa na distribuição. Senador José Porfírio-PA, 28 de junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio PROCESSO: 00038283320188140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:WERBSON LIMA DE JESUS Representante(s): OAB 11946 - FERNANDO JOSE MARIN CORDERO DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MANUEL JOSE BARBOSA LOUREIRO CONSTRUCOES EIRELIME. PROCESSO Nº 0003828-33.2018.8.14.0058 01 - Compulsando os autos, verifico que até o momento não houve a citação e intimação da empresa MANUEL JOSÉ BARBOSA LOUREIRO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, posteriormente modificada para BARBOSA E FLOR LTDA., uma vez que desconhecida sua localização, mesmo após tentativa do Requerente em obtê-la. 02 - Em consulta ao INFOJUD (fls. 48/49), as informações obtidas não indicam os nomes e/ou endereços dos sócios da Promovida, motivo pelo qual, determino que seja oficiada a Junta Comercial do Estado de Alagoas - JUCEAL, a fim de enviar a este Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias, o contrato social e respectivas alterações da requerida BARBOSA E FLOR - ME, CNPJ/MF nº 21.110.965/0001-07. Atente-se, a Secretaria, ao respectivo endereço declinado às fls. 42. 03 - Com a resposta, façam-me os autos conclusos. Em caso de inércia do Órgão supracitado, reitere-se o ofício. Senador José Porfírio-PA, 28 de

junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio PROCESSO: 00038473920188140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019 REQUERENTE:LEILIANE LIMA DE JESUS Representante(s): OAB 11946 - FERNANDO JOSE MARIN CORDERO DA SILVA (ADVOGADO) REQUERIDO:MANUEL JOSE BARBOSA LOUREIRO CONSTRUCOES EIRELIME. PROCESSO Nº 0003847-39.2018.8.14.0058 01 - Compulsando os autos, verifico que até o momento não houve a citação e intimação da empresa MANUEL JOSÉ BARBOSA LOUREIRO CONSTRUÇÕES EIRELI - ME, posteriormente modificada para BARBOSA E FLOR LTDA., uma vez que desconhecida sua localização, mesmo após tentativa da Promovente em obtê-la. 02 - Em consulta ao INFOJUD (fls. 51/52), as informações obtidas não indicam os nomes e/ou endereços dos sócios da Promovida, motivo pelo qual, determino que seja oficiada a Junta Comercial do Estado de Alagoas - JUCEAL, a fim de enviar a este Juízo, no prazo de 30 (trinta) dias, o contrato social e respectivas alterações da requerida BARBOSA E FLOR - ME, CNPJ/MF nº 21.110.965/0001-07. Atente-se, a Secretaria, ao respectivo endereço declinado às fls. 45. 03 - Com a resposta, façam-me os autos conclusos. Em caso de inércia do Órgão supracitado, reitere-se o ofício. Senador José Porfírio-PA, 28 de junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio PROCESSO: 00806688920158140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA Ação: Execução de Alimentos em: 28/06/2019 AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL EXEQUENTE:AGNA NICOLE ALMEIDA GONCALVES DA SILVA REPRESENTANTE:EUNICE BEZERRA DE ALMEIDA EXECUTADO:IRINEU GONCALVES DA SILVA. PROCESSO Nº 0080668-89.2015.8.14.0058 SENTENÇA Vistos, etc. O RMP, em substituição processual de A.N.A.G. da S., representada por sua genitora, E. B. de A., devidamente qualificadas, ingressou, com fulcro no art. 528 do CPC, com Cumprimento de Sentença contra I. G. da S., igualmente qualificado, alegando, em síntese, que o executado é devedor de alimentos fixados em título judicial, no montante de R$ 1.167,66 (mil cento e sessenta e sete reais e sessenta e seis centavos) referentes aos meses de janeiro/2019, fevereiro/2019 e março/2019, motivo pelo qual a parte exequente requer que o executado seja compelido ao respectivo pagamento, sob pena de aplicação das medidas constritivas legais. O executado foi devidamente intimado, nos termos da certidão de fls. 24. Não tendo efetuado o pagamento do débito, foi determinada a prisão civil do executado (fls. 27). Posteriormente à prisão, o executado comprovou o pagamento do débito alimentar, juntando aos autos recibo e comprovantes bancários (fls. 28/29). Em parecer de fls. 30, o Representante do Ministério Público opinou pela extinção da execução com a satisfação da obrigação, tendo em vista a quitação integral do débito alimentar. Postulou, também, a expedição de alvará de soltura. É o relatório. Decido. Ora, como se vê, o regular pagamento extingue a obrigação. Na Execução de Alimentos não é diferente, sendo considerado válido o pagamento feito respeitado o valor fixado em decisum anterior, é imperiosa a extinção do processo pela satisfação da pretensão executória, a teor do que dispõe o Art.924, II e III do CPC: Art. 924. Extingue-se a execução quando: II - a obrigação for satisfeita; No caso em exame, verifica-se que a parte executada efetuou o pagamento do débito alimentar na sua totalidade. Portanto, outro caminho não resta que não seja a extinção da presente demanda pela satisfação do débito, incidindo na espécie a legislação supracitada. Isto Posto, com fulcro no Art. 924, II e III do CPC, no parecer ministerial e na correta aplicação da Lei, julgo procedente a presente ação executória e EXTINGO O PROCESSO, pela presunção de adimplemento do débito. Assim sendo, revogo a prisão civil do executado. Expeça-se Alvará de soltura, devendo o executado ser posto imediatamente em liberdade se por outro motivo não estiver preso. Intimem-se as partes, dando ciência ao Ministério Público. Sem custas e honorários advocatícios, ante o deferimento da gratuidade judiciária, nos termos do art. 98 do CPC. Senador José Porfírio, 28 de junho de 2019. KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio PROCESSO: 00001199720128140058 PROCESSO ANTIGO: 201210000688 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Procedimento Comum em: REQUERIDO: J. F. C. REQUERENTE: I. C. A. PROCESSO: 00002005120098140058 PROCESSO ANTIGO: 200910001293 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Homologação de Transação Extrajudicial em: AUTOR: M. P. E. EXECUTADO: E. S. P. REQUERENTE: L. C. P. REPRESENTANTE: L. G. C. REQUERENTE: M. C. P. PROCESSO: 00004118220128140058 PROCESSO ANTIGO: 201210002486 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: AUTOR: A. D. P. E. REQUERIDO: I. V. P. REQUERENTE: O. G. P. PROCESSO: 00004118220128140058 PROCESSO ANTIGO: 201210002486 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: AUTOR: A. D. P. E. REQUERIDO: I. V. P. REQUERENTE: O. G. P. PROCESSO: 00007428820178140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação

de Paternidade em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: M. E. S. L. REPRESENTANTE: R. S. L. REQUERIDO: E. M. O. PROCESSO: 00009061920188140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Averiguação de Paternidade em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: D. C. L. REPRESENTANTE: D. S. L. REQUERIDO: C. C. O. PROCESSO: 00009411320178140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: W. A. M. C. REPRESENTANTE: A. L. M. M. REQUERIDO: D. L. C. PROCESSO: 00011042220198140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE em: REQUERENTE: W. S. PROCESSO: 00011068920198140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: I. B. D. S. REPRESENTANTE: P. S. D. REQUERIDO: G. F. S. PROCESSO: 00011269020138140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: REQUERENTE: M. P. D. Representante(s): OAB xxxx - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REPRESENTANTE: M. N. A. P. REQUERIDO: P. F. D. PROCESSO: 00033078820188140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: L. C. P. S. REPRESENTANTE: L. T. S. P. REQUERIDO: J. C. L. S. PROCESSO: 00048303820188140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação de Alimentos em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: M. S. R. REPRESENTANTE: E. G. S. REQUERIDO: R. N. R. S. PROCESSO: 00386635220158140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: E. L. F. S. REQUERENTE: R. E. M. A. PROCESSO: 00856687020158140058 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Cumprimento de sentença em: AUTOR: M. P. E. REQUERENTE: W. M. F. REQUERENTE: A. F. S. C.

EDITAL DE CITAÇÃO

COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

A excelentíssima Sra. Dra. KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA, Juíza de Direito da Comarca de Senador Jose Porfírio, Estado do Pará, Republica Federativa do Brasil, no uso das atribuições a mim conferidas por lei, ETC...FAZ SABER, aos que lerem ou dele tomarem conhecimento que por este Juízo e expediente da Secretaria da Vara Única desta Comarca, tramita os autos da Ação de Doação c/c Destituição do Poder Familiar e Colocação de Criança em Família Substituta, distribuída em 18/09/2017 sob n° 0002842-16.2017.8.14.0058, AUTOR: MINISTÉRIO PUBLICO ESTADUAL, REQUERENTES: DAIANE LIMA DOS SANTOS COSTA E CRISTOVÃO FONSECA ALVES DA COSTA, REQUERIDOS: ADEMAR ALVES DA CONCEIÇÃO E PATRICIA RODRIGUES DOS SANTOS, como não há como ser encontrado para ser Citados pessoalmente Expede o presente Edital com prazo de 20 (vinte) dias, pelo qual Citados os REQUERIDOS, ADEMAR ALVES DA CONCEIÇÃO E PATRICIA RODRIGUES DOS SANTOS, plenamente capazes do inteiro teor da decisão deste Juízo as fls, 41, que na integra diz: ¿ Trata-se de pedido de antecipação de tutela formulado pelo Ministério Público Estadual, em favor de DAIANE LIMA DOS SANTOS COSTA e CRISTOVÃO FONSECA ALVES DA COSTA, no qual se requer o deferimento de guarda provisória de A.K.D.S.D.C., tendo em vista que seus genitores a abandonaram e se encontram em lugar incerto e não sabido. Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público juntou os documentos faltantes (fls. 31/40). Brevemente relatado. Decido. O art. 33, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que, em casos excepcionais, fora os casos de tutela e de adoção, a guarda pode ser deferida para atender situações peculiares ou suprir a falta eventual dos pais ou responsáveis. No caso em apreço, restou comprovado em sede de cognição sumária que os requerentes, detém a guarda de fato da adolescente, e reúnem condições afetivas e sócio econômicas para prover as necessidades básica. Ademais, não há fato algum que desabone sua conduta social. Assim, considerando as circunstâncias e os fatos narrados no pedido inicial, nos termos dos artigos 33 a 35, da Lei nº 8.069/90, DEFIRO O PEDIDO DE GUARDA PROVISÓRIA de A.K.D.S.D.C. aos requerentes DAIANE LIMA DOS SANTOS COSTA e CRISTOV¿O FONSECA ALVES DA COSTA, sem prejuízo de ulterior revogação a qualquer tempo. Lavre-se o Termo de Guarda Provisória, intimando-se os requerentes a prestarem

compromisso de bem e fielmente desempenhar o encargo. Oficie-se ao Setor Psicossocial e Pedagógico do TJPA para agendamento de visita e entrevista à jovem e às pessoas com as quais reside, emitindo relatório. Citem-se e intimem-se, por edital (com prazo de 20 dias) os requeridos para tomarem conhecimento da presente decisão, bem como para apresentarem, no prazo legal de 15 dias, sua contestação. Ultrapassado o prazo sem manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, como curadora especial, a advogada Rutileia Emiliano de Freitas Tozetti, OAB/PA 25.676-A, a qual deverá ser intimada, pessoalmente, para oferecer defesa. Intime-se, pessoalmente, os requerentes. Ciência ao Ministério Público. Defiro o pedido de justiça gratuita. Processe-se em segredo de justiça. Senador José Porfírio-PA, 13 de dezembro de 2018. Comarca de Senador José Porfírio Kátia Tatiana Amorim de Sousa Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam no futuro alegar ignorância, expediu-se este Edital que será publicado na forma da lei. Dado e passado nesta cidade de Senador Jose Porfirio, Estado do Pará, aos quatro dias do mês de junho de dois mil e dezenove. Eu, (Lucineide do Socorro Sales Pena), que digitei e subscrevo.

EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 20 dias

PROCESSO Nº 0002263-68.2017.8.14.0058. AÇÃO PENAL. ARTIGO 180, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. DENUNCIADO: DANILO VIANA DOS SANTOS. VÍTIMA: O ESTADO. A EXCELENTÍSSIMA SENHORA KÁTIA TATIANA AMORIM DE SOUSA, JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC... FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo(a) Nobre Representante do Ministério Público Estadual foi denunciado(a) DANILO VIANA DOS SANTOS, brasileiro, paraense de Pacajá, nascido no dia 12/09/1991, filho de Maria Elena Alves Viana e de Marino Dutra dos Santos, com endereço declarado nos autos como sendo Rua Acatauassu Nunes, s/nº, bairro Maranhense, cidade de Senador José Porfírio, pelo cometimento do crime tipificado no artigo 180, caput, do Código Penal. E como não foi encontrado(a) para ser citado(a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 20 (vinte) dias (art. 361 e 365 todos do CPP), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta o(a) acusado(a) poderá arguir preliminares, alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas até o número de oito, qualificando e requerendo sua intimação, quando necessário. Advertindo-o(a) de que se forem arroladas testemunhas residentes em Comarcas contíguas ou regiões metropolitanas, elas serão ouvidas na Comarca de sua residência e, intimadas, afirmarem a impossibilidade de comparecimento e recusa da defesa em providenciar seu comparecimento espontâneo. Ficando ciente que, uma vez não apresentada a referida defesa no prazo legal, ser-lhe-á nomeado Defensor Público (art. 396-A c/c 406, §3º, ambos do CPP) vinculado a esta Vara para oferecê-la e igual procedimento será adotado se declarar que não possui advogado constituído. Assim, para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, na forma da Lei. Dado e passado nesta comarca de Senador José Porfírio, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho de 2019 (dois mil e dezenove). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o artigo 1º, § 1º, inciso IX, do Provimento 006/2006-CJRMB, com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo de 20 dias

PROCESSO Nº 0002263-68.2017.8.14.0058. AÇÃO PENAL. ARTIGO 180, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. DENUNCIADO: DANILO VIANA DOS SANTOS. VÍTIMA: O ESTADO. A EXCELENTÍSSIMA SENHORA KÁTIA TATIANA AMORIM DE SOUSA, JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA

DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC... FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo(a) Nobre Representante do Ministério Público Estadual foi denunciado(a) DANILO VIANA DOS SANTOS, brasileiro, paraense de Pacajá, nascido no dia 12/09/1991, filho de Maria Elena Alves Viana e de Marino Dutra dos Santos, com endereço declarado nos autos como sendo Rua Acatauassu Nunes, s/nº, bairro Maranhense, cidade de Senador José Porfírio, pelo cometimento do crime tipificado no artigo 180, caput, do Código Penal. E como não foi encontrado(a) para ser citado(a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 20 (vinte) dias (art. 361 e 365 todos do CPP), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta o(a) acusado(a) poderá arguir preliminares, alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas até o número de oito, qualificando e requerendo sua intimação, quando necessário. Advertindo-o(a) de que se forem arroladas testemunhas residentes em Comarcas contíguas ou regiões metropolitanas, elas serão ouvidas na Comarca de sua residência e, intimadas, afirmarem a impossibilidade de comparecimento e recusa da defesa em providenciar seu comparecimento espontâneo. Ficando ciente que, uma vez não apresentada a referida defesa no prazo legal, ser-lhe-á nomeado Defensor Público (art. 396-A c/c 406, §3º, ambos do CPP) vinculado a esta Vara para oferecê-la e igual procedimento será adotado se declarar que não possui advogado constituído. Assim, para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, na forma da Lei. Dado e passado nesta comarca de Senador José Porfírio, aos 26 (vinte e seis) dias do mês de junho de 2019 (dois mil e dezenove). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, subscrevi e assino em conformidade com o artigo 1º, § 1º, inciso IX, do Provimento 006/2006-CJRMB, com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

EDITAL DE CITAÇÃO

PROCESSO: 0003323-13.2016.8.14.0058. AÇÃO PENAL. ARTIGO 129, §9º, DO CÓDIGO PENAL. RÉU: MANOEL BARBOSA PEREIRA. VÍTIMA: J.P.M. A EXCELENTÍSSIMA SENHORA KÁTIA TATIANA AMORIM DE SOUSA, JUÍZA DE DIREITO TITULAR DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE SENADOR JOSÉ PORFÍRIO, ESTADO DO PARÁ, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, ETC... FAZ SABER aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento, que pelo(a) Nobre Representante do Ministério Público Estadual foi denunciado(a) MANOEL BARBOSA PEREIRA, brasileiro, paraense de Breves, nascido aos 28/07/1952, portador do RG nº 2954312 SSP/PA, filho de Maria Barbosa Pereira e de Marinho Sabbas Pereira, com endereço declarado nos autos como sendo Rua Coronel Tenório, nº 162, bairro Piquiá, cidade de Senador José Porfírio, pelo cometimento do crime tipificado no artigo 129, §9º, do Código Penal. E como não foi encontrado(a) para ser citado(a) pessoalmente, expede-se o presente EDITAL, com o prazo de 15 (quinze) dias (art. 361 e 365 todos do CPP), para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias. Na resposta o(a) acusado(a) poderá arguir preliminares, alegar tudo o que interessa à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas até o número de oito, qualificando e requerendo sua intimação, quando necessário. Advertindo-o(a) de que se forem arroladas testemunhas residentes em Comarcas contíguas ou regiões metropolitanas, elas serão ouvidas na Comarca de sua residência e, intimadas, afirmarem a impossibilidade de comparecimento e recusa da defesa em providenciar seu comparecimento espontâneo. Ficando ciente que, uma vez não apresentada a referida defesa no prazo legal, ser-lhe-á nomeado Defensor Público (art. 396-A c/c 406, §3º, ambos do CPP) vinculado a esta Vara para oferecê-la e igual procedimento será adotado se declarar que não possui advogado constituído. Assim, para que chegue ao conhecimento do interessado e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente Edital, na forma da Lei. Dado e passado nesta comarca de Senador José Porfírio, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho de 2019 (dois mil e dezenove). Eu, Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância, digitei e subscrevo, em conformidade com o artigo 1º, § 1º, inciso IX, do Provimento 006/2006-CJRMB, com aplicação autorizada pelo Provimento nº 006/2009-CJCI.

EDITAL DE CITAÇÃO

COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

A Excelentíssima Senhora KÁTIA TATIANA AMORIM DE SOUSA, Juíza de Direito Titular da Comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições a mim conferidas por Lei, etc... FAZ SABER, aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que por este Juízo e expediente da Secretaria da Vara Única desta Comarca, tramitam os autos da Ação de Execução Fiscal sob o n° 0001263-38.2014.8.14.0058, na qual o IBAMA ¿ INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS move em face de LAMINADORA SOUZELENSE LTDA, inscrita no cadastro Geral de Contribuinte sob o nº 83750042/0001-77, com paradeiro incerto e não sabido, do que, como não há como ser encontrada para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com prazo de 30 (trinta) dias, pelo qual CITA-SE o executado LAMINADORA SOUZELENSE LTDA, plenamente capaz. Ciente de que se não o fizer, ser-lhe-á nomeado Defensor Público. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam no futuro alegar ignorância, expediu-se este Edital que será publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Senador José Porfírio, Estado do Pará, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de dois mil e dezenove. Eu, _____ (José Edilson de Oliveira) Diretor de Secretaria.

EDITAL DE CITAÇÃO

COM PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS

A Excelentíssima Senhora KÁTIA TATIANA AMORIM DE SOUSA, Juíza de Direito Titular da Comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições a mim conferidas por Lei, etc... FAZ SABER, aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que por este Juízo e expediente da Secretaria da Vara Única desta Comarca, tramitam os autos da Ação de Execução Fiscal sob o n° 0001263-38.2014.8.14.0058, na qual o IBAMA ¿ INSTITUTO BRASILEIRO DE MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS move em face de ANTÔNIO GERALDO LAZARINI, Residente na Rua dos Tucumãs, nº 512, Loteamento Açaí, Macapá- AP Cep: 68909-151, com paradeiro incerto e não sabido, do que, como não há como ser encontrada para ser citado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com prazo de 30 (trinta) dias, pelo qual CITA-SE o executado ANTÔNIO GERALDO LAZARINI, plenamente capaz. Ciente de que se não o fizer, ser-lhe-á nomeado Defensor Público. E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam no futuro alegar ignorância, expediu-se este Edital que será publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Senador José Porfírio, Estado do Pará, aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de junho de dois mil e dezenove. Eu, _____ (José Edilson de Oliveira) Diretor de Secretaria.

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA

PROCESSO Nº 0000104-60.2014.8.14.0058. AÇÃO PENAL. ARTIGO 163, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO III, DO CÓDIGO PENAL. SENTENCIADO: IVO CORDEIRO DO NASCIMENTO. A Doutora KÁTIA TATIANA AMORIM DE SOUSA, Juíza de Direito do Estado do Pará, Titular da Vara Única da comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao sentenciado IVO CORDEIRO DO NASCIMENTO, brasileiro, paraense

de Senador José Porfírio, nascido aos 21/02/1988, portador do RG nº 4913324 PC/PA, filho de Joana D¿Arque Cordeiro do Nascimento e de Messias Pacheco do Nascimento, que, devido não ter sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL para que o sentenciado ao norte identificado compareça a este Juízo no prazo de 90 (noventa) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo Criminal em 25/04/2019, nos autos do Processo Crime nº 0000104-60.2014.8.14.058, a qual ABSOLVEU o réu da acusação de cometimento do delito previsto no artigo 163, parágrafo único, III, do Código Penal. Ficando desde já ciente de que não comparecendo e findo o prazo acima indicado sem a interposição de competente Recurso de Apelação, ocorrerá o transito em julgado da referida sentença. Senador José Porfírio, 13 de maio do ano de 2019. Elder Savio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria de 1ª Entrância

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

A excelentíssima Sra. Dra. KATIA TATIANA AMORIM DE SOUSA, Juíza de Direito da Comarca de Senador Jose Porfírio, Estado do Pará, Republica Federativa do Brasil, no uso das atribuições a mim conferidas por lei, ETC...FAZ SABER, aos que lerem ou dele tomarem conhecimento que por este Juízo e expediente da Secretaria da Vara Única desta Comarca, tramita os autos da ação de Dissolução de União Estável Cumulada Com Partilha de Bens e Fixação de Alimentos, distribuída sob n° 0000781-22.2016.8.14.0058, AUTOR: MINISTÉRIO PUBLICO ESTADUAL, REQUERENTE: GLAUCENIRA MACHADO DA SILVA, REQUERIDO: ANTONIO ALVES DE SOUSA, como não há como ser encontrado para ser Intimado pessoalmente Expede o presente Edital com prazo 20 (vinte) dias, pelo qual Intime-se O REQUERIDO, ANTONIO ALVES DE SOUSA, plenamente capaz do inteiro teor da sentença prolatada por este Juízo, as fls. 61/63, e para que pague as custas Judicias finais do proc. com documento n° 2016.01107948-18 Relatório de conta do processo e n° do boleto 2019178461, que na integra diz: ¿Trata-se de ação Ordinária proposta pelo Ministério Público do Estado do Pará, em substituição processual de A.B.D.S.D.S. e GLAUCENIRA MACHADO DA SILVA em face de ANTONIO ALVES DE SOUSA, ambos qualificados nos autos, pela qual se requer o reconhecimento e dissolução da união estável, cumulada com partilha de bens, regulamentação de guarda e fixação de alimentos à filha do casal. A requerente alega que conviveu em união estável com o requerido por sete anos, adquirindo, em comunhão de esforços, alguns bens. Relatou, ainda, que desse relacionamento nasceu uma filha, A.B.D.S.D.S. Os bens que a requerente diz ter adquirido na constância da relação são: a) um imóvel no Município de Brasil Novo, no valor de R$ 10.000,00; b) outro imóvel localizado na Rua Acatauaçu Nunes, nº 721, bairro Linhares, neste Município de Senador José Porfírio, valorado em R$ 20.000,00; c) uma motocicleta, no valor de R$ 3.500,00; d) outra motocicleta, no valor de R$ 2.500,00, que foi vendida após o término do relacionamento, pelo requerido. No entanto, afirma que os documentos referentes a esses bens estão em posse do requerido. Quanto à guarda da criança, requer lhe seja deferida de forma unilateral, com direito a visitação do requerido. No que concerne aos alimentos à criança, pleiteia-se a quantia de R$ 250,00, mas dispensa alimentos para si. Juntou-se documentos (fls. 04/10). Em audiência de conciliação (fl. 18), não foi possível acordo, em razão da ausência do requerido, posto que não foi encontrado para citação e intimação. O magistrado determinou a citação por edital do requerido, fixou alimentos provisórios em 25% do salário mínimo e concedeu a guarda provisória da criança à genitora. Contestação por negativa geral apresentada pela defensora dativa (fls. 29/32). Em audiência de instrução (fls. 46/49), foram ouvidas a requerente e as testemunhas Jania Maria Tenório da Costa, Vicente Costa de Oliveira. A parte requerente pediu a juntada dos recibos de compra e venda do imóvel localizado neste Município, o que foi deferido pelo juízo. Brevemente relatado. Decido. Analiso inicialmente a união estável estabelecida entre a requerente e o requerido. O instituto da união estável tem sede constitucional, conforme preceitua o §3º, do art. 226, da Constituição Federal, tendo sido regulamentada pelo Código Civil, havendo igual proteção desta entidade familiar, tal como o casamento, pelo Estado. Estando configurada a existência da união estável deverá o Poder Judiciário reconhecê-la para todos os fins de direito, pois se trata de entidade familiar protegida juridicamente. A requerente relata que conviveu com o requerido durante sete anos.

Afirmou em seu depoimento perante à autoridade judicial, que a união estável se iniciou no ano de 2008 e finalizou em 14 de novembro de 2014. As testemunhas, ouvidas como informantes, atestaram que entre a requerente e o requerido houve união estável, inclusive desse relacionamento foi gerada uma filha. Restou evidenciado, ainda, que o requerido abandonou a família, indo morar, supostamente, em outro Estado da federação, não se sabendo ao certo seu atual paradeiro. Desta forma, deve ser reconhecida a união estável entre a requerente e o requerido, bem como a dissolução desta. Passo à análise da partilha de bens adquiridos pelo casal, na constância do relacionamento. A requerente afirma ter adquirido, em comunhão de esforços com o requerido, os seguintes bens: a) um imóvel no Município de Brasil Novo, no valor de R$ 10.000,00; b) outro imóvel localizado na Rua Acatauaçu Nunes, nº 721, bairro Linhares, neste Município de Senador José Porfírio, valorado em R$ 20.000,00; c) uma motocicleta, no valor de R$ 3.500,00; d) outra motocicleta, no valor de R$ 2.500,00, que foi vendida após o término do relacionamento, pelo requerido. Em relação ao imóvel localizado na rua Novo Horizonte, sem número, bairro Cidade Alta, no Município de Brasil Novo-PA, restou provado pelos depoimentos colhidos em audiência, bem como pelo que consta da certidão de fl. 17, na qual a Sra. Fabiane da Silva declarou ao oficial de justiça que o requerido havia vendido o imóvel à Sra. Lucia da Silva (sua genitora). Quanto ao imóvel localizado na rua Acatauaçu Nunes, nº 721, bairro Linhares, neste Município de Senador José Porfírio, também restou comprovado pelas provas constantes dos autos (depoimentos em juízo e documentos de fls. 50/51 e 52/53) que o bem foi adquirido pelo casal na constância da união estável. Observo, no entanto, que nenhum dos imóveis relacionados pela requerente obedeceram aos ditames legais para a transferência da propriedade. Assim, tem-se a questão da possibilidade de partilha de bens imóveis quando ausente escritura pública capaz de comprovar a propriedade. Todavia, este fato, no meu entender, não impede que haja a partilha dos bens, pois a falta de registro de propriedade, ou, ainda, de averbação na respectiva matrícula, não pode sobrelevar à realidade probatória dos autos, vez que, indubitavelmente, o aludido negócio jurídico foi realizado, e o bens ingressaram no patrimônio jurídico, passando a compor o acervo do casal. Este é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, cuja ementa colaciono abaixo. APELAÇ¿O CÍVEL. AÇ¿O DE DIVÓRCIO CONSENSUAL C/C ALIMENTOS, REGULAMENTAÇ¿O DE GUARDA E DIVIS¿O DE BENS. IMÓVEL N¿O REGISTRADO. PARTILHA DE BENS. POSSIBILIDADE. HOMOLOGAÇ¿O POSSUI NATUREZA MERAMENTE DECLARATÓRIA. REGULAMENTANDO DOS BENS PARTILHADOS. N¿O POSSUI CARÁTER DE DIREITO REAL PATRIMONIAL. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (2018.02102785-02, Não Informado, Rel. MARIA FILOMENA DE ALMEIDA BUARQUE, Órgão Julgador 1ª TURMA DE DIREITO PRIVADO, Julgado em 2018-05-28, Publicado em 2018-05-28) No acórdão, ficou consignado que ¿a posse constitui direito real plenamente passível de partilha¿. E continua afirmando que ¿as jurisprudências dos Tribunais pátrios se posicionam no sentido de ser possível a homologação de acordo prevendo partilha de bens, haja vista que esta homologação possui natureza meramente declaratória, regulamentando as obrigações do casal em relação aos bens partilhados, não possuindo, contudo, caráter de direito real patrimonial oponível contra terceiros que não participaram do processo.¿. Conquanto a propriedade não tenha sido formalmente transferida, houve a tradição (concessão de título) e há o exercício da posse, de modo que não se pode permitir a omissão de tais bens do patrimônio divisível do ex-casal e, por conseguinte, da respectiva partilha, conforme se requer nesta demanda. Pelos motivos acima expostos, os imóveis em análise deverão integrar a partilha. No que concerne aos demais bens listados pela requerente (duas motocicletas), não há qualquer indício de provas constante dos autos que convença este juízo, nem mesmo nos depoimentos colhidos em audiência. Sequer a requerente indicou a placa das motocicletas para que se averiguasse a cadeia dominial de tais bens. Desta feita, não ingressão na partilha. Passo à análise do pedido de alimentos em favor da filha do casal. A requerente ingressou com a presente ação cumulando-a com pedido de alimentos para a filha do casal, os quais foram provisoriamente arbitrados em 25% do salário mínimo. O dever de alimentar é inerente à condição de genitor, não podendo esquivar-se de referida responsabilidade sob qualquer pretexto, responsabilidade esta que variará de acordo com a real possibilidade do alimentante e necessidade do alimentado. No caso dos autos, certa é a obrigação alimentar, uma vez que há prova da paternidade (certidão de nascimento à fl. 09) e a obrigação do requerido em prestar alimentos, sendo necessário estipular o quantum a ser pago. Nesse sentido, no que tange ao valor requerido, deve restar configurado o binômio necessidade-possibilidade, devendo-se perquirir sobre a necessidade de quem pleiteia os alimentos e possibilidade do devedor em prestar o encargo alimentar, atendendo-se ao princípio da proporcionalidade. No caso em tela entendo que os alimentos devam ser fixados no patamar de 25% do salário mínimo. Quanto à guarda da criança, deverá permanecer com a requerente, já que esta é quem está desde o término da convivência, efetivamente, criando a infante, tendo melhores condições de atender suas necessidades. Isto posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos para reconhecer e declarar dissolvida a união estável entre GLAUCENIRA MACHADO DA SILVA e ANTONIO

ALVES DE SOUSA, determinando a partilha dos bens, devendo a requerente ficar na posse total do imóvel localizado na rua Acatauaçu Nunes, nº 721, bairro Linhares, neste Município de Senador José Porfírio, e o requerido com a quantia recebida da venda do imóvel localizado na rua Novo Horizonte, sem número, bairro Cidade Alta, no Município de Brasil Novo-PA. Ademais, condeno o requerido a pagar pensão alimentícia a filha A.B.D.S.D.S., no montante de 25% do salário mínimo, até o dia 10 de cada mês, devendo o valor ser entregue diretamente à mãe da criança. Ainda, concedo a guarda unilateral definitiva de A.B.D.S.D.S. à sua genitora Glauce irá Machado da Silva. Assim, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC. Expeça-se o competente Formal de Partilha. Custas pelo requerido. Honorários advocatícios em R$ 500,00 à defensora dativa. P.R.I.C. Senador José Porfírio-PA, 21 de maio de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio

E D I T A L DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA -

PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

A Doutora KÁTIA TATIANA AMORIM DE SOUSA, Juíza de Direito da Vara Única da Comarca de Senador José Porfírio, faz saber ao nacional JONIELSON SOARES GALENO, brasileiro, paraense de Porto de Moz, nascido aos 11/08/1991, com endereço declarado nos autos como sendo localidade Croari, zona rural do município de Senador José Porfírio-PA, que por não ter sido possível ter sido localizado para ser intimado pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com o prazo de 20 (vinte) dias a fim de tomar ciência da sentença prolatada por este Juízo em 05/06/2019, nos autos da Ação Penal nº 0002164-06.2014.8.14.0058, que, na íntegra, diz: ¿PROCESSO Nº 0002164-06.2014.8.14.0058. SENTENÇA. Trata-se de Ação Penal a qual foi julgada procedente, condenando-se JONIELSON SOARES GALENO à pena de 10 meses de reclusão, convertida em restritiva de direitos, pela prática do cometimento do crime capitulado no art. 148, §1º, c/c art. 14, inciso II, do CPB. Instado a se manifestar, o Ministério Público pugnou pelo reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva executória (fl. 95). Brevemente relatado. Decido. Em análise do que consta nos presentes autos, verifico que a pretensão executória do Estado foi atingida pela prescrição. Em conformidade com o que preceitua o art. 110, do Código Penal, a prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada, verificando-se os prazos fixados no artigo 109. O § 1º, do art. 110 explica que a prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada. Conjugado a isso, o art. 112, inciso I, do mesmo diploma legal indica que a prescrição começa a correr do dia em que transita em julgado a sentença condenatória, para a acusação, ou a que revoga a suspensão condicional da pena ou o livramento condicional. No caso dos autos, verifico que a sentença condenou o réu à pena de 10 meses de reclusão, transitou em julgado para a acusação, em 14.03.2016. Considerando que o prazo prescricional é de 03 anos, conforme art. 109, VI, do CPB, verifico que se operou a prescrição da pretensão executória da pena, pois, entre a data do trânsito em julgado para a acusação e o início do cumprimento da pena (que sequer iniciou), o prazo de 03 anos foi ultrapassado. Ante o exposto, julgo extinta a punibilidade de JONIELSON SOARES GALENO pela prescrição, de conformidade com os artigos arts. 109, inciso VI; 110, §1º; e 112, todos do CPB. Ciência ao Ministério Público. Intime-se Jonielson Soares Galeno por edital. Com o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Senador José Porfírio-PA, 05 de junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa. Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio¿. Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho do ano de 2019. Eu, Elder Sávio Alves Cavalcanti, Diretor de Secretaria, subscrevi e assino em conformidade com o Provimento 006/2009 da Corregedoria de Justiça das Comarcas do Interior.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

A Excelentíssima Senhora Katia Tatiana Amorim de Sousa, Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições a mim conferidas por Lei, etc... FAZ SABER, aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que por este Juízo e expediente da Secretaria da Vara Única desta Comarca, tramita os autos da Ação Execução de Alimentos, sob o n° 0003887-21.2018.8.14.0058, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, em favor de W.M representada por sua genitora Sr.ª Silvana de Souza Miranda em face de Raimundo Nonato de Oliveira Cardoso, atualmente em lugar ignorado, como não há como ser encontrado para ser INTIMADO pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com prazo de 20 (vinte) dias, pelo qual INTIME-SE o requerido RAIMUNDO NONATO DE OLIVEIRA CARDOSO, plenamente capaz, do inteiro teor da SENTENÇA prolatada por este juízo, que na íntegra, diz: ¿Trata-se de Ação de Investigação de Paternidade proposta pelo Ministério Público Estadual, em favor de W.M., representada por sua genitora S.D.S.M., em face de R.N.D.O.C. Em fase de instrução probatória, foi realizado exame de DNA, no qual se atestou que o requerido não é o pai biológico da criança (fl. 11 e sós). As partes não apresentaram manifestação. Brevemente relatado. Decido. Trata-se de ação de investigação de paternidade, na qual a parte autora pugna pelo reconhecimento judicial da paternidade do investigado. Para instrução do feito, foi determinada a realização de exame de DNA, com intimação e comparecimento das partes. O laudo técnico, emitido por profissional habilitado, atesta que o requerido não é o pai biológico do investigante. Ante o exposto, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pedidos formulados pela parte requerente, e com fundamento no art. 487, inciso I, do CPC extingo o processo com resolução de mérito. Ciência ao Ministério Público. Intimem-se as partes. Caso não as encontre para intimação, defiro a intimação por edital, pelo prazo de 20 dias. De outra forma, havendo mudança de endereço, definitiva ou temporária, sem prévia comunicação ao juízo, desde já, tenho por válida a intimação (art. 274, parágrafo único, do CPC). Custas e honorários a serem suportados pela parte requerente, ficando suspensa a exigibilidade, consoante previsão do §3º, do art. 98, do CPC, tendo em vista a gratuidade de justiça deferida após o trânsito em julgado, arquive-se. Senador José Porfírio-PA, 26 de junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa. Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio. ¿ E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam no futuro alegar ignorância, expediu-se este Edital que será publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Senador José Porfírio, Estado do Pará, aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dezenove. Eu, _____ (José Edilson Oliveira), Diretor de Secretaria que digitei e subscrevi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

A Excelentíssima Senhora Katia Tatiana Amorim de Sousa, Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições a mim conferidas por Lei, etc... FAZ SABER, aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que por este Juízo e expediente da Secretaria da Vara Única desta Comarca, tramita os autos da Ação Execução de Alimentos, sob o n° 0042665-65.2015.8.14.0058, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, em favor de A.F.L e Y.F.L representada por sua genitora Sr.ª Raimunda Ferreira da Silva em face de Renilson de Oliveira Lima, atualmente em lugar ignorado, como não há como ser encontrado para ser INTIMADO pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com prazo de 20 (vinte) dias, pelo qual INTIME-SE o requerido Renilson de Oliveira Lima, plenamente capaz, do inteiro teor da SENTENÇA prolatada por este juízo, que na íntegra, diz: ¿ SENTENÇA Cuidam os presentes autos de Ação de Alimentos proposta pelo Ministério Público Estadual. De acordo com certidão à fl. 60 dos autos, a parte requerente, por meio de sua representante legal, não apresentou manifestação de interesse no feito, apesar de devidamente intimada para tanto (fl. 59). Brevemente relatado. Decido. Em face do exposto, configurada a desídia da parte autora, declaro extinto o processo sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, inciso III, do CPC. Ciência ao Ministério

Público. Intime-se a parte requerente, por sua representante legal. Caso não seja encontrada por mudança temporária ou definitiva de endereço, sem aviso prévio ao juízo, dê-se, desde já por intimada (art. 274, parágrafo único, do CPC). Se por outro motivo não for encontrado, defiro a intimação por edital. Intime-se a parte requerida por edital. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Sem custas, em razão da justiça gratuita deferida. Senador José Porfírio, 06 de junho de 2019. Kátia Tatiana Amorim de Sousa Juíza de Direito da Comarca de Senador José Porfírio ¿ E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam no futuro alegar ignorância, expediu-se este Edital que será publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Senador José Porfírio, Estado do Pará, aos vinte e seis dias do mês de junho de dois mil e dezenove. Eu, _____ (José Edilson Oliveira), Diretor de Secretaria que digitei e subscrevi.

EDITAL DE INTIMAÇÃO

COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

A Excelentíssima Senhora Na Priscila da Cruz, Juíza Substituto da Comarca de Senador José Porfírio, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no uso das atribuições a mim conferidas por Lei, etc... FAZ SABER, aos que este lerem ou dele tomarem conhecimento que por este Juízo e expediente da Secretaria da Vara Única desta Comarca, tramita os autos da Ação Execução de Alimentos, sob o n° 0000722-97.2017.8.14.0058, movida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO, em favor de K.S.D.J representado por sua genitora Sr.ª Benigna Gomes Soares, altamente em lugar ignorado, em face de Josimar Sousa de Jesus, atualmente em lugar ignorado, como não há como serem encontrados para serem INTIMADOS pessoalmente, expede-se o presente EDITAL com prazo de 20 (vinte) dias, pelo qual INTIME-SE o requerente K.S.D.J através de sua genitora Sr.ª BENIGNA GOMES SOARES e o requerido JOSIMAR SOUSA DE JESUS, plenamente capazes, do inteiro teor da SENTENÇA prolatada por este juízo, que na íntegra, diz: ¿SENTENÇA: Vistos, etc. Trata-se de ação de alimentos proposta pelo Ministério Público, atuando em favor do Menor K.S.D.J., por sua Representante Legal B.G.S. em face de J.S..D.J. No que tange à Representante do Autor, a mesma foi devidamente intimada (FLS. 50), porém não compareceu à presente audiência, o que autoriza a extinção do feito. Nos termos da Lei de Ação de Alimentos, no seu art. 7º, o não comparecimento da parte autora determina o arquivamento dos autos. Isto posto, EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com base no art. 7º da Lei nº 5.478/68 C/C art. 485, VI, do CPC. Sentença publicada em audiência. Intime-se o Requerente, através de sua Representante Legal, por meio do DJE. Intime-se o Requerido, também por DJE. Ciência ao MP. Isentos de custas. Após o trânsito em julgado, arquive-se.¿ E para que chegue ao conhecimento de todos os interessados e não possam no futuro alegar ignorância, expediu-se este Edital que será publicado na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Senador José Porfírio, Estado do Pará, aos vinte e sete dias do mês de junho de dois mil e dezenove. Eu, _____ (José Edilson de Oliveira), Diretor de Secretaria que digitei e subscrevo.

COMARCA DE PORTEL

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE PORTEL

RESENHA: 27/06/2019 A 27/06/2019 - SECRETARIA DA VARA UNICA DE PORTEL - VARA: VARA UNICA DE PORTEL

P R O C E S S O : 0 0 0 1 9 8 0 2 2 2 0 1 9 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA Ação: Execução da Pena em: 27/06/2019---APENADO:MAGNO DE MELO PEREIRA VITIMA:J. W. M. C. VITIMA:R. R. S. . ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo n° 0001980-22.2019.8.14.0043 De ordem, bem como em observação ao disposto no art. 1°, §2°, IV, do Provimento n° 006/2016 - CJRMB, estendido às Comarcas do interior do Estado pelo Provimento n° 006/2006 - CJCI, fica desde já redesignada a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, para o dia 02/07/2019 às 08 horas e 30 minutos. Saem os presentes intimados. Portel, 27 de junho de 2019. Carlos Rodrigues da Silva Auxiliar Judiciário

P R O C E S S O : 0 0 0 1 9 8 2 8 9 2 0 1 9 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA Ação: Execução da Pena em: 27/06/2019---APENADO:VINICIUS SALES DE SENA. ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo n° 0001982-89.2019.8.14.0043 De ordem, bem como em observação ao disposto no art. 1°, §2°, IV, do Provimento n° 006/2016 - CJRMB, estendido às Comarcas do interior do Estado pelo Provimento n° 006/2006 - CJCI, fica desde já redesignada a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, para o dia 02/07/2019 às 08 horas e 33 minutos. Saem os presentes intimados. Portel, 27 de junho de 2019. Carlos Rodrigues da Silva Auxiliar Judiciário

P R O C E S S O : 0 0 0 1 9 8 4 6 9 2 0 1 3 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA Ação: Execução da Pena em: 27/06/2019---APENADO:CARLOS DA CONCEICAO DE SOUZA SANTANA VITIMA:A. C. O. E. . ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo n° 0001984-69.2013.8.14.0043 De ordem, bem como em observação ao disposto no art. 1°, §2°, IV, do Provimento n° 006/2016 - CJRMB, estendido às Comarcas do interior do Estado pelo Provimento n° 006/2006 - CJCI, fica desde já redesignada a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, para o dia 02/07/2019 às 08 horas e 32 minutos. Saem os presentes intimados. Portel, 27 de junho de 2019. Carlos Rodrigues da Silva Auxiliar Judiciário

P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 0 4 6 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA Ação: Execução da Pena em: 27/06/2019---APENADO:DEWERSON DE FREITAS PINTO. ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo n° 0002404-64.2019.8.14.0043 De ordem, bem como em observação ao disposto no art. 1°, §2°, IV, do Provimento n° 006/2016 - CJRMB, estendido às Comarcas do interior do Estado pelo Provimento n° 006/2006 - CJCI, fica desde já redesignada a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, para o dia 02/07/2019 às 08 horas e 31 minutos. Saem os presentes intimados. Portel, 27 de junho de 2019. Carlos Rodrigues da Silva Auxiliar Judiciário

P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 1 9 3 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA Ação: Execução Criminal em: 27/06/2019---APENADO:GEANDERSON SOUZA DA SILVA. ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo n° 0002419-33.2019.8.14.0043 De ordem, bem como em observação ao disposto no art. 1°, §2°, IV, do Provimento n° 006/2016 - CJRMB, estendido às Comarcas do interior do Estado pelo Provimento n° 006/2006 - CJCI, fica desde já redesignada a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, para o dia 02/07/2019 às 08 horas e 34 minutos. Saem os presentes intimados. Portel, 27 de junho de 2019. Carlos Rodrigues da Silva Auxiliar Judiciário

P R O C E S S O : 0 0 0 4 4 1 6 5 1 2 0 1 9 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS QUINTANILHA FURLAN Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---VITIMA:S. T. S. TERCEIRO:DELEGACIA DE POLICIA CIVIL DE PORTEL ACUSADO:WADSON BARBOSA DOS SANTOS ACUSADO:ALESSANDRA CRISTINA MONTEIRO DA COSTA Representante(s): OAB 6812 - SOLANGE DO SOCORRO PEREIRA JARDIM (ADVOGADO) ACUSADO:MAILA DE ALMEIDA BARBOZA Representante(s): OAB 6812 - SOLANGE DO SOCORRO PEREIRA JARDIM (ADVOGADO) TESTEMUNHA:DORALICE SILVA DE ANDRADE TESTEMUNHA:ELION CORDEIRO DA COSTA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE PORTEL Processo n° 0004416-51.2019.8.14.0043 DECIS¿O 1- Recebo a denúncia oferecida pelo representante do Ministério Público em todos os seus termos, em virtude de preencher os requisitos do art. 41 do CPP, dando o(s) acusado(s) como incurso no(s) crimes capitulados na denúncia. 2- Nos termos do artigo 396 do Código de Processo Penal, CITE-SE O(S) denunciado(s), pessoalmente no endereço constante na Denúncia (e/ou onde se encontre custodiado) para, no prazo legal de 10 (dez) dias, apresentar(em) sua RESPOSTA ESCRITA A ACUSAÇ¿O, na qual poderá (¿o) arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificaç¿es, especificar as provas que pretendem produzir e arrolar testemunhas até o número de 08 (oito), qualificando-as e requerendo que elas sejam intimadas se necessário (art. 396-A do CPP). 3- DEVE o Sr. Oficial de Justiça, inquirir o(s) denunciado(s) se pretende(m) constituir advogado particular, declinando o nome e os dados de contato (telefone, endereço, número da OAB), devendo o Oficial de Justiça fazer constar de sua certid¿o tais dados fornecidos pelo réu ou se aceitam o patrocínio da Defensoria Pública. 4- Cumpram-se as diligências requeridas pelo Ministério Público. 5 - OFICIE-SE À SUSIPE PARA, NO PRAZO DE 05 DIAS, ENCAMINHAR OS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇ¿O DO RÉU WADSON BARBOSA DOS SANTOS. 6 - SERVIRÁ CÓPIA DESTA DECIS¿O COMO MANDADO DE CITAÇ¿O/ OFÍCIO conforme autorizado pelo PROVIMENTO CJCI 003/2009, devendo o Sr. Diretor observar o disposto em seus artigos 3º e 4º. 7 - Após apresentaç¿o de RESPOSTA ESCRITA, voltem-me os autos conclusos nos termos do art. 397 do CPP. Dê-se ciência ao Ministério Público. P.I.C. 27 de junho de 2019. Lucas Quintanilha Furlan Juiz de Direito Página de 1 Fórum de: PORTEL Email: 1portel@tjpa.jus.br Endereço: FÓRUM DES. ANTÔNIO HOLANDA CHACON AV. AUGUSTO MONTENEGRO, 510 CEP: 68.480-000 Bairro: MANGUEIRÃO Fone: (91)3784-1198

P R O C E S S O : 0 0 0 5 1 2 0 7 1 2 0 1 6 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA Ação: Execução da Pena em: 27/06/2019---APENADO:ELITON COSTA FERREIRA Representante(s): OAB 17396 - ALEX DUARTE DE AQUINO (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo n° 0005120-71.2016.8.14.0010 De ordem, bem como em observação ao disposto no art. 1°, §2°, IV, do Provimento n° 006/2016 - CJRMB, estendido às Comarcas do interior do Estado pelo Provimento n° 006/2006 - CJCI, fica desde já redesignada a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, para o dia 02/07/2019 às 08 horas e 36 minutos. Saem os presentes intimados. Portel, 27 de junho de 2019. Carlos Rodrigues da Silva Auxiliar Judiciário

P R O C E S S O : 0 0 0 5 2 7 4 8 2 2 0 1 9 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS QUINTANILHA FURLAN Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---ACUSADO:CARLOS PAZ LACERDA VITIMA:A. L. S. V. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PORTEL Processo n°: 0005274-82.2019.8.14.0043 Requerente: DELEGADO DE POLÍCIA Ofendida: ANA LÚCIA DOS SANTOS VASONCELOS (RUA CORONEL GUEDES, N° 222, SEDE GUAJARÁ CLUB, CEP: 68480000, BAIRRO: TIJUCA). Requerido: CARLOS PAZ LACERDA (RUA CORONEL GUEDES, N° 222, SEDE GUAJARÁ CLUB, CEP: 68480000, BAIRRO: TIJUCA) DECISÃO Vistos os autos. 1. Os elementos de informação trazidos aos autos demonstram os indícios necessários para a concessão das medidas protetivas. Assim, reputo necessárias e concedo as medidas protetivas elencadas no artigo 22, inciso III, alíneas ¿a¿, ¿b¿ e ¿c¿, da Lei 11.340/2006, requeridas pela autoridade policial, pelo prazo de 6 (seis) meses, sem prejuízo de sua renovação, caso haja necessidade. Em consequência, fixo as seguintes medidas em face de CARLOS PAZ LACERDA: a) Proibição de aproximar-se da ofendida, de seus familiares (inclusive os filhos em comum do casal), consistente no afastamento mínimo de 200 (duzentos) metros de distância entre estes e o requerido e o consequente afastamento do lar; b)

Não manter contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação; c) Não frequentar lugares onde a vítima estiver (local de trabalho, lazer...), a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida. Nos termos do art. 22, §1, da Lei 11.340/2006, determino, ainda, que o Sr. Oficial de Justiça acompanhe o requerido para a retirada de seus pertences da residência, onde permanecerá a ofendida. 2.1. Intime-se o requerido para que cumpra as medidas protetivas estabelecidas, ciente de que o descumprimento poderá ensejar sua prisão preventiva. 2.2. Em atenção ao disposto no art. 21 da Lei n° 11.340/06, intime-se a vítima do teor das medidas acima impostas. 3. Abra-se vistas dos autos ao Ministério Público, para requer o que entender necessário. A PRESENTE DECISÃO SERVIRÁ DE MANDADO/OFÍCIO, BEM COMO TERMO DE CUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. Cumpra-se - urgente. Expeça-se o necessário. 27 de junho de 2019. Lucas Quintanilha Furlan Juiz de Direito Decisão Pág. de 2 Decisão Pág. de 2

P R O C E S S O : 0 0 0 5 3 5 4 4 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): LUCAS QUINTANILHA FURLAN Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 27/06/2019---FLAGRANTEADO:JOHNNATAS FERNANDES TAVARES FLAGRANTEADO:WENDERSON ARAUJO DOS SANTOS VITIMA:A. C. O. E. . Processo n. 0005354-46.2019.8.14.0043 AUTO DE PRISÃO EM FLAGRANTE. Conduzidos: JHONNATAS FERNANDES TAVARES e WENDERSON ARAÚJO DOS SANTOS Imputação Penal: Art. 33, caput, e Art. 35, da Lei 11.343/06. Vistos. Colhe-se do auto de prisão em flagrante que o autuado foi detido em estado de flagrância, tendo sido ouvidos no respectivo auto, na sequência legal, condutor, testemunha e conduzidos, estando os documentos devidamente assinados por todos. Havendo a expedição da nota de culpa assinada dentro do prazo legal e observância dos direitos constitucionais assegurados aos flagranteados. As prisões foram efetuadas legalmente nos termos do art. 302 do CPP e comunicadas ao Juízo, no prazo legal. Não existem, portanto, vícios formais ou materiais que venham a macular a peça, razão pela qual HOMOLOGO o auto e mantenho as prisões em flagrante, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos. CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA de JHONNATAS FERNANDES TAVARES e WENDERSON ARAÚJO DOS SANTOS na forma do art. 310, II, c/c o art. 312 e 313, I, do CPP, visando a garantia da ordem pública e da aplicação da lei penal, posto que há prova suficiente da existência do crime, indício suficiente de autoria, bem como por estar presente circunstância elencada no inciso I, do art. 313 do referido diploma legal, eis que o crime de tráfico de drogas trata-se de crime doloso com pena máxima prevista superior a 4(quatro) anos de reclusão. Diante do exposto, CONVERTO A PRISÃO EM FLAGRANTE EM PRIS¿O PREVENTIVA de JHONNATAS FERNANDES TAVARES e WENDERSON ARAÚJO DOS SANTOS, nos termos dos arts. 310, II, 312 e 313, I, todos do CPP. Ressalto que deixo de realizar a Audiência de Custódia, tendo em vista que a Comarca não dispõe dos requisitos necessários à realização do mencionado ato, previsto na Resolução 213, de 15/12/2016, uma vez que conta com reduzido efetivo da Polícia Militar, não havendo segurança necessária para a sua realização 1. Comunique-se, solicitando da autoridade policial a conclusão do Inquérito dentro do prazo legal, bem como a imediata realização do exame de corpo de delito nos custodiados. Autorizo, desde já, a transferência dos presos, conforme vagas disponibilizadas pela SUSIPE. Intime-se. Dê ciência ao Ministério Público. SERVIRÃO AS DEMAIS VIAS DESTA DECISÃO COMO MANDADO DE PRISÃO E INSTRUMENTO DE COMUNICAÇÃO À AUTORIDADE POLICIAL CONFORME AUTORIZA O PROVIMENTO. 003/2009-CJRM. 27 de junho de 2019. Lucas Quintanilha Furlan Juiz de Direito 1 STJ - HABEAS CORPUS HC 344989 RJ 2015/0314333-8 (STJ) Encontrado em: 323026-SP STJ - HC 315151-RS HABEAS CORPUS HC 344989 RJ 2015/0314333-8 (STJ) Ministro REYNALDO... CAUTELAR - SUPERAÇÃO DA INEXISTÊNCIA) STJ - RHC 63199-MG STJ - RHC 47461-RN STJ - HC 345069-SP STJ - RHC... 65353-MG STJ - HC 321882-RJ (PRISÃO PREVENTIVA - QUANTIDADE E VARIEDADE DAS DROGAS APREENDIDAS (...) 2 - A não realização de audiência de custódia, por si só, não é apta a ensejar a ilegalidade da prisão cautelar imposta ao paciente, uma vez respeitados os direitos e garantias previstos na constituição federal e no Código de Processo Penal. Ademais, operada a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva, fica superada a alegação de nulidade na ausência de apresentação do preso ao Juízo de origem, logo após o flagrante (...). Precedentes. Data de publicação: 28/04/2016 (grifo nosso).

P R O C E S S O : 0 0 1 3 0 0 0 4 6 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): CARLOS RODRIGUES DA SILVA Ação: Execução da Pena em: 27/06/2019---APENADO:DANIEL CAMPOS NICACIO Representante(s): OAB 19721 - YURI

ADALBERTO MASCARENHAS PARANHOS (ADVOGADO) . ATO ORDINATÓRIO - DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo n° 0013000-46.2018.8.14.0010 De ordem, bem como em observação ao disposto no art. 1°, §2°, IV, do Provimento n° 006/2016 - CJRMB, estendido às Comarcas do interior do Estado pelo Provimento n° 006/2006 - CJCI, fica desde já redesignada a audiência de conciliação prevista no art. 334 do CPC, para o dia 02/07/2019 às 08 horas e 35 minutos. Saem os presentes intimados. Portel, 27 de junho de 2019. Carlos Rodrigues da Silva Auxiliar Judiciário

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 6 3 8 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: M. A. M.

REPRESENTANTE: A. C. A. S.

Representante(s):

OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERIDO: M. B. M.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 8 2 9 2 2 0 1 9 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: K. C. S.

REQUERENTE: A. C. S.

REQUERENTE: K. C. S.

REQUERENTE: A. C. S.

REQUERENTE: A. C. S.

REQUERENTE: R. C. S.

REPRESENTANTE: A. F. C.

Representante(s):

OAB 101010 - DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DO PARA (DEFENSOR)

REQUERIDO: A. S. C. S.

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 5 7 9 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---EXEQUENTE: J. L. S. B.

REPRESENTANTE: D. L. S.

EXECUTADO: E. L. B.

P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 4 5 3 5 2 0 1 9 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---EXEQUENTE: R. R. G.

REPRESENTANTE: M. E. D. R.

EXECUTADO: J. P. G.

P R O C E S S O : 0 0 0 3 9 7 5 7 0 2 0 1 9 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---EXEQUENTE: A. S. S.

REPRESENTANTE: C. S. S.

EXECUTADO: M. R. S.

P R O C E S S O : 0 0 0 4 8 1 6 6 5 2 0 1 9 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: T. S. M.

INTERDITANDO: E. R. S. M.

P R O C E S S O : 0 0 0 8 2 8 4 7 1 2 0 1 8 8 1 4 0 0 4 3 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): --- Ação: --- em: ---REQUERENTE: E. C. P.

REQUERIDO: J. M. S. A.

MENOR: R. E. P. B.

REQUERIDO: A. V. C. D.

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE SÃO MIGUEL DO GUAMÁ

Processo nº 0000247-54.2011.8.14.0055

Requerente: TRES PINHEIROS DO PARÁ

ADVOGADOS: DR. JOÃO MAURÍCIO MENASSEH NAHON OAB/PA 4.662; DR. MARCO ANTÕNIO ANJOS TANGERINO OAB/PA 4.742 E DR. JOÃO CARLOS LEÃO RAMOS OAB/PA 9.111.

Requerido: MANOEL IVO SERR¿O DE FREITAS

ADVOGADOS: DR. FRANCISCO MIRANDA JUNIOR OAB/PA 8278; DRA. JULIANNE MAIA DE SOUSA OAB/PA 16.142

AÇ¿O DE DESPEJO

DESPACHO

1. Considerando os argumentos apresentados na petiç¿o inicial e os respectivos documentos, bem como, a contestaç¿o do requerido, embora seja uma quest¿o de direito e de fato, entendo que é o caso de julgamento antecipado da lide.

2. Todavia, em atenç¿o ao princípio do contraditório e da ampla defesa, MANIFESTEM-SE as partes, no prazo de 05 (cinco) dias, se pretendem produzir provas, e em caso positivo, indique-as apontando de forma objetiva, precisa e fundamentada a necessidade de sua produç¿o.

S¿o Miguel do Guamá/PA, 22 de fevereiro de 2018.

HORACIO DE MIRANDA LOBATO **NETO**

Juiz de Direito

Marcele Sousa

Diretora de secretaria

INTIMAÇÃO DE ADVOGADO.

PROCESSO: 0005233-79.2019.814.0055¿ Transferência de Preso

Réu: M.H.D.P

ADVOGADO (A): DR. JOÃO BOSCO PEREIRA DE ARAÚJO JUNIOR-OAB/PA 17.838

Fica Vossa senhoria intimado para se manifestar, no prazo de 5 (cinco) dias nos autos em epígrafe.

São Miguel do Guamá/PA, 28/06/2018

Marcele Sousa

Diretora de Secretaria

INTIMAÇÃO DE ADVOGADO.

Processo nº 0000803-84.2019.8.14.0055

EXEQUENTE: ESPOLIO DE JO¿O FERREIRA DE LIMA MUNICIPIO DE S¿O MIGUEL DO GUAMÁ

EXECUTADO: BANCO DO BRASIL S/A

ADVOGADO (A): DR. MARCELO SILVA DE FREITAS- OAB/PA5077; MARIA CHRISANTINA SÁ SOUSA-OAB/PA 4560, CARLOS AUGUSTO DAMOUS DE QUEIROZ-OAB/PA 21273

Fica Vossa senhoria intimada da seguinte sentença:

SENTENÇA EM HABILITAÇ¿O

Decido.O pedido de habilitaç¿o deve ser deferido.Com efeito, nos termos dos artigos 687 a 692 do Código de Processo Civil, falecendo a parte autora no curso do processo, proceder-se-á à habilitaç¿o dos sucessores do de cujus.O Código de Processo Civil permite que o juiz decida de plano o pedido de habilitaç¿o (art. 691, primeira parte) quando n¿o houver impugnaç¿o ou necessidade de dilaç¿o probatória. Ou seja, se o cônjuge supérstite e todos os sucessores comparecerem espontaneamente aos autos, o pedido será imediatamente apreciado.Compulsando os autos, verifica-se a certid¿o de óbito encartada a fl. 11, bem como a informaç¿o de que há Processo de Inventário tombado sob nº 0526708-77.2016.8.14.0301 na 7ª Vara Cível e Empresarial de Belém, tendo sido nomeado como inventariante o Sr. Joao Haroldo de Paulo Silva de Lima (fls. 10). Sendo assim, considerando a presença do espólio de Jo¿o Ferreira de Lima, representado por seu inventariante Jo¿o Haroldo de Paulo Silva de Lima, legítimo no polo ativo do pedido de habilitaç¿o, perfeitamente possível a habilitaç¿o para prosseguimento do feito.Diante do exposto, DEFIRO a habilitaç¿o do ESPÓLIO DE JO¿O FERREIRA DE LIMA.Com fulcro no art. 692 do CPC, intime-se as partes e oportunamente certifique o trânsito em julgado e voltem os autos conclusos para apreciaç¿o da execuç¿o provisória. Cumpra-se. SMG/PA, ____ maio de 2019. **HORACIO** DE MIRANDA LOBATO **NETO**Juiz de Direito

São Miguel do Guamá/PA, 28/06/2018

Marcele Sousa

Diretora de Secretaria

EDITAL DE CITAÇÃO

PRAZO 20 DIAS

PROCESSO N.: 0004546-73.2017.8.14.0055

O Exmo. Senhor Dr. HORÁCIO, DE MIRANDA LOBATO NETO, Juiz de Direito desta Comarca de São Miguel do Guamá, Estado do Pará, na forma da lei etc.

FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele tiverem conhecimento que por este Juízo e Secretaria se processam os autos da ação em epígrafe, na qual **CITA-SE** WEBER BARBOSA DA CRUZ, brasileiro, residente e domiciliado a Rua BR 06, quadra 21, lote 25, Recanto do Bosque, Goiânia/GO, CEP: 74474-315, para que tome ciência da ação de DIVÓRCIO LITIGIOSO registrada sob. o nº 0004546-73.2017.8.14.0055, que lhe move IRENE GAMA SOARES, e, querendo, responda aos seus termos no prazo legal de 15 (vinte) dias, conforme artigo 335, do CPC, ciente de que não sendo contestada a ação ser-lhe-á nomeado defensor dativo.

Expedido e subscrito por ordem do MM. Juiz de Direito, Dr. HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO, nos termos da Portaria n. 020/2007-GJ, devendo ser publicado na forma da lei e afixado no local de costume.

São Miguel do Guamá/PA, 04 de maio de 2019.

HORÁCIO DE MIRANDA LOBATO NETO

JUIZ DE DIREITO

COMARCA DE ULIANÓPOLIS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ULIANÓPOLIS

PROCESSO 00015068120198140130 REQUERENTE: WDSA. REP. POR Maria Antônia Raposo da Silva. ADVOGADO Dr. Walter Almeida Araújo. OAB/PA 13.905-A REQUERIDO Fabio Sousa Araújo. DECIS¿O. Defiro o pedido de gratuidade de justiça na forma do artigo 98 do NCPC. Fixo os alimentos provisórios no percentual de 20% (vinte por cento) do salário mínimo vigente correspondente a **R$ 199,60 (cento e noventa e nove reais e sessenta centavos)**, a serem pagos pelo requerido a partir da data da citação válida. Cite-se o requerido, pessoalmente, para que, no dia **02/07/2019**, às **09h00min**, compareça à **audiência una de conciliação, instrução e julgamento**, a ser realizada neste Fórum Judicial e, na oportunidade, caso queira o requerido, apresente **contestação** nos termos do art. 5º, caput e seu §1º, da Lei 5.478/68[1], devendo ele ser advertido, ainda, de que o seu não comparecimento importará a decretação de sua revelia, além de confissão quanto à matéria de fato (art. 7º, da mesma lei). Intime-se a parte autora, por seu advogado, via DJE, a fim de que também compareça à audiência supra, advertindo-a de que sua ausência importará o arquivamento do feito (art. 7º, da Lei 5.478/68). Ressalte-se que eventuais testemunhas deverão comparecer independentemente de intimação e em número máximo de 03 (três) para cada parte (art. 8º, idem).Ciência ao Ministério Público. Decisão publicada no DJE de 13/03/2019.CÓPIA DA PRESENTE DECIS¿O SERVIRÁ COMO MANDADO. Ulianópolis, 11 de março de 2019.Jo¿o Valério de Moura Júnior. Juiz de Direito Titular.

COMARCA DE CAMETA

SECRETARIA DA 1º VARA DE CAMETA

P R O C E S S O : 0 0 0 0 5 4 5 0 9 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019---ACUSADO:RAIMUNDO MAGNO FERREIRA GUEDES VITIMA:F. C. C. R. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0000545-09.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 19 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 8 9 0 7 2 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019---VITIMA:D. M. Q. ACUSADO:DHEMISON FREITAS LEITE. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0000890-72.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do

Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 19 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 1 7 5 2 4 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:CLAUDIVAN ESTUMANO POMPEU. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0001752-43.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 19 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 0 5 2 0 5 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019---ACUSADO:SEM AUTORIA VITIMA:L. P. S. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002052-05.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 19 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 2 8 1 6 2 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019---ACUSADO:BENAELSON FERREIRA FARIAS VITIMA:M. C. C. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002281-62.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em

epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 19 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 7 3 2 8 7 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 24/06/2019---ACUSADO:SANDRO LOPES VEIGA VITIMA:M. A. G. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002732-87.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 19 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 3 3 3 3 1 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 24/06/2019---FLAGRANTEADO:JONILSON LOPES DE MELO VITIMA:N. R. M. . PRISÃO EM FLAGRANTE PROCESSO Nº 0004333-31.2019.8.14.0012 DECISÃO Vistos e examinados os autos. Inicialmente, ressalvo que deixo de aplicar o Provimento Conjunto nº 01/2016 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que regulamenta a Audiência de Custódia no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará (DJe 25.04.2016), tendo em vista a inexistência física de Defensor Público nesta Comarca ou de advogado constituído pelo acusado(a)(s), o que poderia gerar uma prisão em flagrante por tempo excessivo e impede a aplicação do artigo 3º: ¿Será garantida à pessoa autuada em flagrante entrevista prévia com seu advogado constituído ou com Defensor Público, sem a

presença de agentes policiais¿. Entendo, assim, ser o caso da aplicação do artigo 6º do Provimento que permite ao magistrado a dispensa de tal ato processual, ¿considerando-se a realidade de cada Comarca¿.

O Delegado de Polícia do Município de Portel, DR. CELSO DE JESUS PEREIRA SALDANHA SANTIAGO, informou a este Juízo as prisões em flagrante de JONILSON LOPES DE MELO efetuada no dia 24.06.2019, pela conduta prevista no artigo 157, §2º, inciso II do Código Penal Brasileiro (CPB): roubo majorado. No caso concreto, o Auto de Prisão em Flagrante (APF) narra que o acusado teria supostamente agredido a vítima para lhe subtrair o valor de R$ 220,00 (duzentos e vinte reais) juntamente com outro agente. A vítima relata, ainda, que fora agredida com um soco na boca por um dos assaltantes, tendo acionado a polícia militar imediatamente para relatar os acontecimentos. Ato contínuo, os policiais militares diligenciaram, mas os acusados empreenderam fuga, tendo sido perseguidos até que um deles fora capturado pelos próprios populares, os quais apresentaram o acusado no posto da polícia militar da Vila do Curuçambaba. Perante a autoridade policial, o acusado fora reconhecido pela vítima, porém nega a prática delitiva. Vieram os autos conclusos. É a síntese do necessário. Doravante, decido.

Deveras, o flagrante é a única modalidade de prisão que pode ocorrer sem que haja determinação judicial, de modo que a análise da legalidade ou não da custódia tem caráter diferido, sendo observada, posteriormente, pelo juiz quando da verificação de seus requisitos legais. O Código de Processo Penal (CPP) estabelece os requisitos ensejadores da prisão em flagrante, quais sejam: Art. 302. Considera- se em flagrante delito quem: I - está cometendo a infração penal (flagrante próprio ou perfeito)¿ II - acaba de cometê-la (flagrante próprio ou perfeito)¿ III - é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração (flagrante impróprio ou imperfeito)¿ IV - é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração (flagrante presumido). No presente caso, vislumbram-se presentes os requisitos que autorizam a prisão em flagrante de acordo com o inciso IV do artigo 302, do CPP, isto porque, conforme informações colhidas nos presentes autos, logo depois, o flagranteado foi preso e reconhecido pelas vítimas (fls. retro) com o objeto que fazia presumir ser ele o autor do delito (fl. 10). Enfim, compulsando os autos, observo que todos os requisitos formais do auto de prisão em flagrante foram observados pela autoridade policial, tais como: a) Nota de culpa; b) Nota de Ciência dos Direitos Constitucionais; c) Nota de Ciência das Garantias Constitucionais; d) Nota de Comunicação da Prisão à Família do Flagranteado ou a Pessoa por Indicada; e) Auto de Reconhecimento de Pessoa. Diante do exposto, homologo o presente auto de prisão em flagrante do acusado JONILSON LOPES DE MELO, conservando por ora a capitulação penal. Doravante, analiso a possibilidade da revogação da preventiva ou conversão em preventiva. Deveras, entendo presente dois requisitos legais da preventiva: assegurar aplicação da lei penal e ordem pública (artigo 312, do CPP).

Inicialmente, como qualquer medida cautelar, a preventiva pressupõe a existência de PRESSUPOSTOS: periculum in mora (ou periculum libertatis) e fumus boni iuris (ou fumus comissi delicti). O primeiro significando o risco de que a liberdade do agente venha a causar prejuízo à segurança social, à eficácia das investigações policiais/apuração criminal e à execução de eventual sentença condenatória. Já o segundo pode ser entendido na possibilidade de que tenha ele praticado uma infração penal, em face dos indícios de autoria e da prova da existência do crime verificados no caso concreto. No caso concreto, o acusado fora reconhecido pela vítima, tendo sido identificado por diversas testemunhas da localidade e residentes na Comunidade Curuçambaba. Sobre a presença dos REQUISITOS LEGAIS, entendo presente a GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA, pois verifico que os depoimentos prestados em âmbito policial revelam que o autuado é dotado de elevado grau de periculosidade e contumaz, uma vez que o delito foi cometido com grave ameaça e violência, inclusive, com o emprego de arma de fogo, emprego de violência física e com a participação de um comparsa, o que configura mais uma causa de aumento especial do delito em questão. Com efeito, os crimes contra o patrimônio afligem esta Comarca e devem ser combatidos pelas autoridades competentes, assegurando-se assim segurança aos demais cidadãos, sobretudo, quando há o emprego de grave ameaça ou violência. Do mesmo modo, entendo necessário ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, já que percebo o risco de fuga da Comarca, pois não há comprovação de residência fixa nos autos. Logo, há que se assegurar o cumprimento de eventual sentença condenatória, sob pena de verdadeiro menoscabo das autoridades de segurança pública e do próprio Poder Judiciário. Em relação à CONDIÇÃO LEGAL prevista no artigo 313, do CPP, observo que também se encontra atendida, posto que apenas um dos crimes sob análise (¿roubo majorado¿) possui previsão em abstrato de penas privativas de liberdade superior a 04 (quatro) anos (artigo 313, inciso I, do CPP), o que por si só atende a este requisito sem levar consideração o concurso de crime existente na capitulação realização pela autoridade policial, a qual por ora será mantida por este juízo. Diante do exposto, inexistindo vícios materiais ou formais que maculem a peça, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA do(a) acusado(a) JONILSON LOPES DE MELO, a fim de

GARANTIR A ORDEM PÚBLICA e ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL (artigo 312, do CPP). Por conseguinte, DETERMINO: 01. SERVIRÁ esta decisão como mandado de prisão em desfavor do(a)(s) acusado(a)(s), na forma dos Provimentos nº 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), devendo ser enviada uma cópia desta ao Diretor do Centro de Recuperação Regional de Cametá (CRRCAM), local para onde deve(m) ser transferido(a)(s) o(a)(s) acusado(a)(s) IMEDIATAMENTE; 02. CIÊNCIA ao Ministério Público para, se entender oportuno e conveniente, proceder com a denúncia do(a)(s) acusado(a)(s); 03. CIÊNCIA à defesa (Defensoria Pública ou advogado constituído). Registre-se. Cumpra-se. Intimem-se. Cametá (PA), 24 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 5 5 6 1 7 5 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 24/06/2019---AUTOR DO FATO:KLEBER LUIZ ALVES FIGUEIREDO VITIMA:A. C. O. E. . Processo: 0005561-75.2018.8.14.0012 Autor do fato: KLEBER LUIZ ALVES FIGUEIREDO DESPACHO Trata-se de Ação Penal que deve seguir o rito sumaríssimo, conforme art.78 e seguintes da lei nº 9. 099/95. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04 de setembro de 2019, às 10h30min. Cite-se o autor do fato para comparecer ao ato processual designado, dando-lhe cópia da denúncia e cientificando-o de que deverá comparecer ao ato processual designado acompanhado de advogado e de suas testemunhas ou apresentar requerimento para intimação destas, no mínimo, 05(cinco) dias antes de sua realização (art.78, §1º da lei 9.099/95). Dê-se ciência ao Ministério Público. SERVE O PRESENTE COMO MANDADO DE CITAÇÃO. Cametá/PA, 19 de junho de 2019. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara desta Comarca

P R O C E S S O : 0 0 0 0 0 2 5 9 3 2 0 1 2 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 25/06/2019---AUTOR DO FATO:MAX DE MATOS ALMEIDA VITIMA:A. P. F. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0000025-93.2012.8.14.0012 SENTENÇA Visto os autos. htrchTrata-se de Termo Circunstanciado de Ocorrência cujo(a) AUTOR(A) DO FATO, já qualificado nos autos, teria supostamente praticado um delito de menor potencial ofensivo. O processo tramitou normalmente até que ocorreu a extinção da punibilidade pela prescrição do fato delituoso narrado no Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO). Vieram os autos conclusos. É a síntese do necessário. Doravante, decido. Sobre a prescrição, conceitua o jurista Fernando Capez: É a perda do direito-poder-dever de punir pelo Estado em face do não exercício da pretensão punitiva (interesse em aplicar a pena) ou da pretensão executória (interesse de executá-la) durante certo tempo. O não exercício da pretensão punitiva acarreta a perda do direito de impor a sanção. Então, só ocorre antes de transitar em julgado a sentença final (RT, 601/433). O não exercício da pretensão executória extingue o direito de executar a sanção imposta. Só ocorre, portanto, após o trânsito em julgado da sentença condenatória. (Curso de Direito Penal - Parte Geral - Volume 1, Editora Saraiva, p. 614) Compulsando os autos, verifico que já ocorreu a extinção da punibilidade do(a) AUTOR(A) DO FATO, uma vez que o suposto fato delituoso ocorreu há mais de 03 (três) anos. Logo, iniciando-se a contagem do prazo prescricional do dia em que o crime se consumou (inciso I, artigo 111, do Código Penal Brasileiro - CPB), tem-se, no presente caso, a prescrição da pretensão punitiva estatal, nos termos dos incisos V e/ou VI, do Código Penal Brasileiro (CPB). Pois bem. Neste sentido, apenas por apego à argumentação, trago para discussão a lição dos professores Luiz Flávio Gomes e Antonio García Pablos de Molina, para os quais é ¿ilógico (e juridicamente inviável) movimentar a máquina judiciária quando se vislumbra, desde o início, a sua inutilidade¿ (Luiz Flávio Gomes e Antonio García-Pablos de Molina. Direito penal: parte geral. São Paulo: RT, 2007, p. 927/928). Por conseguinte, não tendo o Estado exercido seu ius puniendi em tempo hábil, o reconhecimento da extinção da punibilidade pela ocorrência da prescrição é medida que se impõe, sob pena de prosseguir numa persecução criminal totalmente tirânica e desnecessária. Diante do exposto, de acordo com o disposto no artigo 61 do Código de Processo Penal (CPP), considerando tudo o que mais consta dos autos, reconheço a prescrição da pretensão punitiva do Estado, declarando EXTINTA A PUNIBILIDADE do(a) AUTOR DO FATO, pelos fatos narrados nestes autos, com fundamento no artigo 107, inciso IV, do Código Penal Brasileiro (CPB). Sem custas. Publique-se. Registre-se. CIÊNCIA ao parquet. INTIME-SE o acusado e, se houver advogado constituído, seu causídico apenas pelo Diário da Justiça Eletrônico (DJe). Após o trânsito em julgado, proceda-se as anotações necessárias e ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa da distribuição no Sistema Libra. Cametá (PA), 25 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 0 4 1 7 1 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019---VITIMA:L. L. C. ACUSADO:OSVALDO COSTA CALDAS JUNIOR. ãATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0000041-71.2017.8.14.0012 ¿ Furto Qualificado. Data: 18 de junho de 2019. Hora: 08h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Cap. Penal: Art. 155, § 4º, inciso II, do CPB. PARTES: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Ausente. Advogada Nomeada: Drª. Dione Maria Batista Caldas ¿ OAB/PA Nº 20.113. Acusado: Osvaldo Costa Caldas Júnior. Vítima: Leomara Lobato Cardoso. Testemunhas de Acusação: João Paulo de Freitas Medeiros; Vítor Marques da Costa Neto; Adelino Oliveira Lima Neto; José Haroldo Tenório Teles. ABERTA A AUDIÊNCIA, feito o pregão das partes, verificou-se a ausência da Representante do Ministério Público, ciente do ato. AUSENTE a testemunha de acusação ADELINO OLIVEIRA LIMA NETO, justificado através do Of. nº 422/2019-1ª Seção/32º BPM. DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO: Pela ordem, no que se refere ao direito de defesa do acusado para fins de Resposta à Acusação, o causídico nomeado informa que se reserva para apresentar suas alegações de mérito oportunamente na fase das alegações finais. DECIDO: A DEFESA do acusado não fez argumentações em sede preliminar, nem indicou a ocorrência de qualquer nulidade ou incidente processual que fizesse óbice ao prosseguimento da ação penal, reservando-se para adentrar no mérito por ocasião dos Memoriais. Assim, considerando o teor da Resposta à Acusação, não sendo o caso de absolvição sumária ou nulidade do processo, dou prosseguimento ao feito e mantenho a audiência de instrução e julgamento para esta data. A AUDIÊNCIA estará disponível em mídia gravada, através do sistema KENTA, com a autorização dos depoentes em relação à exibição de suas imagens. AUDIÊNCIA realizada sem o uso de algemas. A DENÚNCIA foi lida para os presentes. A VÍTIMA e a testemunha de acusação JOSÉ HAROLDO TENÓRIO TELES solicitaram que fosses ouvidas sem a presença do acusado, sendo este colocado em uma sala separada, sem comunicação e/ou contato com a sala de audiências. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da VÍTIMA: LEOMARA LOBATO CARDOSO ¿ RG Nº 7216504-PC/PA; CPF Nº 014.071.832-06, qualificado nos autos. A vítima não presta compromisso. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Defesa e pelo MM. Juiz. DADA a confissão do acusado, as demais testemunhas foram dispensadas. ENCERRADA a oitiva das testemunhas, procedeu-se a QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO DO ACUSADO. Qual o seu nome? R: OSVALDO COSTA CALDAS JÚNIOR ¿ RG Nº 6753755-PC/PA; CPF NÃO INFORMADO. De onde é natural? R: CAMETÁ/PA. Qual o seu estado Civil? R: UNIÃO ESTÁVEL. Qual a sua idade? R: 24 ANOS ¿ NASCIDO EM 18/12/1994. Qual a sua filiação? R: OSVALDO COSTA CALDAS e SUELY CARDOSO COSTA. Qual a sua residência? RUA SÃO BENEDITO, Nº 792, PRÓXIMO DA DO COMERCIAL VANISON (PADARIA E MERCEARIA), BAIRRO CASTANHAL, MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA. Quais os seus meios de vida? R: VENDEDOR DE CHURRASCO. Qual o seu local de trabalho? R: TRABALHA POR CONTA PRÓPRIA. Sabe Ler e Escrever? R: SIM (ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO ¿ 9º ANO). É eleitor? R: SIM. Possui CPTS? R: SIM. Se já foi preso ou processado anteriormente? R: SIM (FURTO). Cor? R: PARDA. É Usuário de Drogas? R: SIM (MACONHA); Bebe e/ou Fuma? R: NÃO BEBE E NÃO FUMA CIGARROS; Recebe Ajuda de Programas do Governo? R: NÃO. Possui Filhos? R: NÃO (POSSUI UMA ENTEADA DE 03 ANOS DE IDADE). Sofre de alguma doença contagiosa? R: NÃO. Toma medicamentos de uso controlado? R: NÃO. Depois de cientificado da acusação, foram-lhe formuladas as perguntas, de acordo com o art. 188 do mesmo Código e art. 5º LXIII da Constituição Federal, ciente do seu direito constitucional de permanecer em silêncio, sem que isso lhe cause prejuízo. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pelo MM. Juiz e pela Defesa. FINALMENTE o MM. Juiz, PROFERIU A SEGUINTE DECISÃO: FINALMENTE O MM. JUIZ, PROFERIU A SEGUINTE DELIBERAÇÃO: 1. VISTAS ao Ministério Público e, imediatamente em seguida, à Defesa, para, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias corridos apresentarem suas alegações finais escritas; 2. Após, CONCLUSOS para sentença; 3. CIENTES os presentes. NADA MAIS HAVENDO, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada, com exceção da vítima, cuja presença encontra-se registrada na mídia gravada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 3 0 2 9 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 25/06/2019---INDICIADO:EM APURAÇÃO VITIMA:I. V. A. . DECISÃO O Ministério Público manifestou-se pelo arquivamento dos presentes autos, instaurado em face do falecimento da menor I.V.A., em razão de suposta prática de maus tratos. Em seu parecer o Parquet opina pelo arquivamento, face a atipicidade da conduta apurada, uma vez que, carreando os autos, observou-se tratar-se de conduta atípica, sobrevindo a morte da menor por motivo de doença. É

sabido que: ¿Recebendo os autos de inquérito policial, pode, como vimos, o Promotor de Justiça requerer o seu arquivamento. E assim procede quando a) o fato é atípico; b) a autoria é desconhecida; c) não há prova razoável do fato ou de sua autoria¿. (Tourinho Filho. Prática de Processo Penal, p. 78).

Não havendo indícios de pratica de fato típico e não se vislumbrando a necessidade de outras diligências, DEFIRO o pedido e determino o arquivamento dos autos, sem prejuízo do que dispõe o artigo 18 do CPP. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Ciência ao MP. Cametá (PA), 25 de Junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 7 9 7 5 1 2 0 1 5 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019---ACUSADO:ROGERIO VALENTE DE MELO Representante(s): OAB 11505 - VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) VITIMA:M. P. F. S. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 0000.7975.12015.8.14.0012 Apenado: ROGÉRIO VALENTE DE MELO SENTENÇA ROGÉRIO VALENTE DE MELO foi condenado, em 19/12/2016, ao cumprimento da pena de 03 (três) anos e 08 (oito) meses de reclusão e 10 (dez) dias-multa, por violação ao art.157, §2, I do CPB c/c art. 7 da Lei 11340/06, que foi imposta para ser cumprida em regime prisional aberto. Em 06/07/2017, o juiz decretou a sua internação provisória como forme de garantir a ordem pública. O Ministério Público, em manifestação pugnou pela extinção da pena de internação, tendo o condenado cumprido os termos da desinternação.

Verifico, pelos documentos constantes dos autos que o apenado cumpriu integralmente a reprimenda que lhe foi imposta. A extinção da punibilidade faz-se necessária por se tratar de disposição cogente. Deve ser decretada de ofício pelo julgador, nos termos do artigo 61, caput, do Código de Processo Penal e art. 146 da lei de execução penal. Assim sendo, considerando a manifestação do órgão Ministério Público, DECLARO EXTINTA A PENA DE 03 (TRES) ANOS E 08 (OITO) MESES DE RECLUSÃO, IMPOSTA AO RECUPERANDO ROGÉRIO VALENTE DE MELO e DETERMINO O ARQUIVAMENTO DESTE FEITO. CIÊNCIA ao parquet. INTIME-SE o(a) (s) acusado (a) (s) apenas pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cametá/Pa, 25/06/2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 1 1 7 2 1 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Pedido de Prisão Preventiva em: 25/06/2019---REPRESENTANTE:R. S. G. REPRESENTADO:E. J. S. M. REPRESENTADO:L. G. C. REPRESENTADO:M. P. C. REPRESENTADO:J. R. N. C. REPRESENTADO:P. M. B. S. REPRESENTADO:F. F. S. REPRESENTADO:A. C. R. G. REPRESENTADO:D. S. G. REPRESENTADO:A. M. L. REPRESENTADO:E. C. C. REPRESENTADO:N. P. B. REPRESENTADO:E. G. C. REPRESENTADO:M. B. S. REPRESENTADO:I. S. B. REPRESENTADO:J. T. P. REPRESENTADO:A. M. M. S. F. M. S. REPRESENTADO:M. C. V. A. REPRESENTADO:P. G. S. C. REPRESENTADO:N. P. B. REPRESENTADO:W. B. REPRESENTADO:CARLOS VICTOR FLEXA FERREIRA REPRESENTADO:R. G. M. . INQUÉRITO / MEDIDA CAUTELAR PROCESSO Nº 0001172-13.2019.8.14.0012 SENTENÇA Vistos e examinados os autos. Cuida-se de PEDIDO DE PRISÃO PREVENTIVA / MEDIDA CAUTELAR (BUSCA E APREENSÃO, INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA ETC.) / INQUÉRITO POLICIAL em desfavor do(a)(s) acusado(a)(s), sendo que não houve ainda o oferecimento de denúncia ou mesmo a prisão cautelar do representado, em que pese o lapso temporal significativo já ocorrido desde o início desta persecução criminal. É a síntese do necessário. Doravante, decido. Pois bem. Não observo fundamento para manutenção do feito em tramitação, sendo que a extinção do feito é, em poucas palavras, uma aplicação prática do princípio da eficiência processual (artigo 3º, do Código de Processo Penal - CPP c/c artigo 8º, do Código de Processo Civil - CPC). Deveras, tenho por pertinente a seguinte lição: Quem faz essas ferramentas muitas vezes não percebe que elas deveriam servir para cortar. Alguns se preocupam com a beleza, outros como o material utilizado, outros se preocupam com o peso ou com o tamanho da faca, mas tudo que alguém que precisa de uma faca para cortar queijo quer é que a faca corte o queijo. (JORGE NETO, Nagibe de Melo Jorge. Abrindo a caixa preta: por que a Justiça não funciona no Brasil. 2ª ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Editora Juspodivm, 2018, p. 22) Com efeito, a ¿faca não cortou¿, a prisão não ocorreu e tal mandado de prisão não pode se manter em aberto por prazo indefinido, vez que tal prisão preventiva outrora decretada já não encontra amparo nos requisitos legais do artigo 312, do CPP, o que impõe a extinção feito, sob pena de se contrariar o princípio da presunção de inocência e da duração razoável do processo (artigo 5º, inciso LIV e LXXVIII, da Carta Magna). Outrossim, não há mais contemporaneidade para eventual decretação da prisão preventiva em questão. Do mesmo modo, a persecução criminal já não se justifica, vez que não se pode manter um

cidadão na condição de acusado por prazo indeterminado, consoante jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ): HABEAS CORPUS PREVENTIVO. TRANCAMENTO DE INQUÉRITO POLICIAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA. ESTELIONATO CONTRA ENTE PÚBLICO E FALSIDADE IDEOLÓGICA. ALEGAÇÃO DE QUE OS FATOS INVESTIGADOS JÁ FORAM OBJETO DE OUTRO INQUÉRITO POLICIAL, ARQUIVADO A PEDIDO DO MPF. FRAUDE NA OBTENÇÃO DE FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS PELO FINAM E PELA SUDAM E DESVIO DE RECURSOS. NÃO APURAÇÃO DE QUALQUER FATO QUE PUDESSE AMPARAR EVENTUAL AÇÃO PENAL, TANTO QUE NÃO OFERECIDA A DENÚNCIA. EXCESSO DE PRAZO. INVESTIGAÇÃO QUE DURA MAIS DE 7 ANOS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EXISTENTE. ORDEM CONCEDIDA 1. Alega-se, em síntese, que o constrangimento ilegal advém da manutenção as investigações no Inquérito Policial 521/01, em trâmite na Polícia Federal do Estado do Maranhão, em que se apuram os crimes de estelionato e falsidade ideológica, supostamente cometidos pelos pacientes em detrimento da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), uma vez que os mesmos fatos foram investigados pela Polícia Federal de Tocantins, tendo sido arquivado o procedimento, a pedido do Ministério Público Federal, por inexistência de irregularidades. Ademais, flagrante o excesso de prazo, pois a investigação perdura por mais de 7 anos, sem que tenha sido oferecida a denúncia. 2. O trancamento do Inquérito Policial por meio do Habeas Corpus, conquanto possível, é medida de todo excepcional, somente admitida nas hipóteses em que se mostrar evidente, de plano, a ausência de justa causa, a inexistência de qualquer elemento indiciário demonstrativo de autoria ou da materialidade do delito ou, ainda, a presença de alguma causa excludente de punibilidade. 3. Na hipótese, a investigação tem objeto idêntico ao de outro Inquérito Policial instaurado no Estado de Tocantins, que, após diversas diligências e auditorias, inclusive da Receita Federal, concluiu pela inexistência de fraude na obtenção ou desvios na aplicação dos recursos do FINAN geridos pela SUDAM pelas empresas geridas pelos pacientes, bem como de que não houve emissão de notas frias, pois os serviços foram efetivamente prestados. 4. Segundo ressai dos autos, notadamente do relatório do Departamento da Polícia Federal do Maranhão (fls. 82/89) e da própria decisão que não acolheu o pedido de trancamento da Ação Penal, a investigação lá conduzida objetiva esclarecer exatamente a suposta falsificação/apresentação/utilização de notas fiscais emitidas pela empresa HAYASHI e CIA LTDA., em favor da NOVA HOLANDA AGROPECUÁRIA S/A, com a finalidade de justificar despesas, em tese, fictícias, desta última junto à SUDAM, em razão de financiamento anteriormente obtido para a implantação de projeto. Tal questão restou elucidada no anterior IPL do Estado do Tocantins, que, após analisar a mesma documentação, concluiu serem infundadas as suspeitas levantadas contra o projeto Nova Holanda em relação à fraude para obtenção de recursos e desvios em sua aplicação. 5. No caso, passados mais de 7 anos desde a instauração do Inquérito pela Polícia Federal do Maranhão, não houve o oferecimento de denúncia contra os pacientes. É certo que existe jurisprudência, inclusive desta Corte, que afirma inexistir constrangimento ilegal pela simples instauração de Inquérito Policial, mormente quando o investigado está solto, diante da ausência de constrição em sua liberdade de locomoção (HC 44.649/SP, Rel. Min. LAURITA VAZ, DJU 08.10.07); entretanto, não se pode admitir que alguém seja objeto de investigação eterna, porque essa situação, por si só, enseja evidente constrangimento, abalo moral e, muitas vezes, econômico e financeiro, principalmente quando se trata de grandes empresas e empresários e os fatos já foram objeto de Inquérito Policial arquivado a pedido do Parquet Federal. 6. Ordem concedida, para determinar o trancamento do Inquérito Policial 2001.37.00.005023-0 (IPL 521/2001), em que pese o parecer ministerial em sentido contrário. (STJ, HC 96.666/MA, Relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, j. 04.09.2008) Ante o exposto, DETERMINO O ARQUIVAMENTO do procedimento distribuído nos presentes autos: inquérito policial, medida cautelar (busca e apreensão, interceptação telefônica etc.) e/ou pedido de prisão preventiva.

REVOGO, ainda, eventual prisão preventiva outrora decretada nestes autos (fls. retro).

CIÊNCIA ao parquet. SERVIRÁ a presente sentença como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

ARQUIVEM-SE os autos com baixa da distribuição no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se.

Cametá (PA), 25 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00011983220088140012 PROCESSO ANTIGO: 200820005434 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019---INDICIADO:ALEX SANDRO GAIA CARVALHO VITIMA:C. G. P. . ãATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0001198-32.2008.8.14.0012 - Roubo Majorado. Data: 18 de junho de 2019. Hora: 11h00min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Cap. Penal: Art. 157, § 2º, inciso I, do CPB. PARTES: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Jeanne Maria Farias de Oliveira.

Advogada Nomeada: Drª. Martha Pantoja Assunção ¿ OAB/PA Nº 17.854. Acusado: Alex Sandro Gaia Carvalho. Vítima: Cléia Gonçalves Portilho. Testemunhas de Acusação: Maria Rita Martins Corrêa. COMO também não há, no momento, Representante da Defensoria Pública, foi nomeado para o ato a advogada, Drª. MARTHA PANTOJA ASSUNÇÃO ¿ OAB/PA nº 17.854. A Advogada requereu ao MM. Juiz que fossem fixados honorários advocatícios a serem pagos pelo Estado, conforme resolução nº 19/2015-OAB/PA. Considerando o presente pedido, arbitro como honorários advocatícios o valor de R$ 1.200,00 (Mil e duzentos reais), embora este Juízo tenha ciência de que este valor está aquém do valor estipulado na Tabela da Ordem dos Advogados do Brasil ¿ OAB/PA, trata-se de uma forma de evitar o enriquecimento sem causa, promovida pelo Estado do Pará que deixou de providenciar a presença da Defensoria Pública nesta Comarca. DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO: Pela ordem, no que se refere ao direito de defesa do acusado para fins de Resposta à Acusação, o causídico nomeado informa que se reserva para apresentar suas alegações de mérito oportunamente na fase das alegações finais. DECIDO: A DEFESA do acusado não fez argumentações em sede preliminar, nem indicou a ocorrência de qualquer nulidade ou incidente processual que fizesse óbice ao prosseguimento da ação penal, reservando-se para adentrar no mérito por ocasião dos Memoriais. Assim, considerando o teor da Resposta à Acusação, não sendo o caso de absolvição sumária ou nulidade do processo, dou prosseguimento ao feito e mantenho a audiência de instrução e julgamento para esta data. A AUDIÊNCIA estará disponível em mídia gravada, através do sistema KENTA, com a autorização dos depoentes em relação à exibição de suas imagens. AUDIÊNCIA realizada sem o uso de algemas. A DENÚNCIA foi lida para os presentes. A VÍTIMA e a testemunha de acusação solicitaram que fosses ouvidas sem a presença do acusado, sendo este colocado em uma sala separada, sem comunicação e/ou contato com a sala de audiências. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da VÍTIMA: CLÉIA GONÇALVES PORTILHO ¿ RG Nº 3400374-PC/PA; CPF Nº 611.575.112-87, qualificada nos autos. A vítima não presta compromisso. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Defesa e pelo MM. Juiz. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: MARIA RITA MARTINS CORRÊA ¿ RG e CPF NÃO APRESENTADOS, qualificada nos autos. Testemunha compromissada. Inquirida, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, pela Defesa e pelo MM. Juiz. A DEFESA não arrolou testemunhas. ENCERRADA a oitiva das testemunhas, procedeu-se a QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO DO ACUSADO. Qual o seu nome? R: ALEX SANDRO GAIA CARVALHO ¿ RG e CPF NÃO APRESENTADOS. De onde é natural? R: CAMETÁ/PA. Qual o seu estado Civil? R: UNIÃO ESTÁVEL. Qual a sua idade? R: 39 ANOS ¿ NASCIDO EM 29/02/1980. Qual a sua filiação? R: UBALDO DE CARVALHO e MARIA LÚCIA GAIA. Qual a sua residência? TRAVESSA 14 ABRIL, S/Nº, PRÓXIMO DA EMEF NOÊMIA MARTINS E DO POSTO DE SAÚDE, BAIRRO NOVO, MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA. Quais os seus meios de vida? R: VENDEDOR AMBULANTE (TAPIOQUINHA/PEIXE). Qual o seu local de trabalho? R: FEIRA MUNICIPAL. Sabe Ler e Escrever? R: SIM (ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO ¿ 4º SÉRIE). É eleitor? R: NÃO. Possui CPTS? R: NÃO. Se já foi preso ou processado anteriormente? R: SIM (ROUBO). Cor? R: PARDA. É Usuário de Drogas? R: NÃO; Bebe e/ou Fuma? R: NÃO; Recebe Ajuda de Programas do Governo? R: SIM (BOLSA FAMÍLIA). Possui Filhos? R: SIM, 02 (08 e 06 ANOS DE IDADE). Sofre de alguma doença contagiosa? R: NÃO. Toma medicamentos de uso controlado? R: NÃO. Depois de cientificado da acusação, foram-lhe formuladas as perguntas, de acordo com o art. 188 do mesmo Código e art. 5º LXIII da Constituição Federal, ciente do seu direito constitucional de permanecer em silêncio, sem que isso lhe cause prejuízo. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pelo MM. Juiz e pela Defesa. AS ALEGAÇÕES FINAIS foram apresentadas na modalidade oral tanto pelo Ministério Público quanto pela Defesa, nos termos do artigo 405, §1°, do Código de Processo Penal (CPP). FINALMENTE O MM. JUIZ, PROFERIU A SEGUINTE DELIBERAÇÃO: 1. AUTOS CONCLUSOS para sentença; 2. CIENTES os presentes. NADA MAIS HAVENDO, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada, com exceção da vítima e da testemunha, cujas presenças encontram-se registradas na mídia gravada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 3 9 9 0 8 2 0 1 6 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 25/06/2019---INDICIADO:JOSE HIDELBERTO CORDEIROS DOS REIS VITIMA:J. D. R. G. VITIMA:J. F. M. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ DESPACHO Considerando o que requer o MP, pauto o dia 29 de outubro de 2019, às 13:00 horas, para audiência de aceitação da Proposta de Suspensão do Processo, formulada pelo Ministério Público. Junte-se certidão de antecedentes criminais do(a/s) ré(u/s), assim como certidão de primariedade. Cientifique-se o Ministério Público e a defesa. Intime-se. Cumpra-se.

Expeça-se o necessário, inclusive carta precatória, se for o caso. SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO Cametá/PA, 25 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00017759120168140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019---ACUSADO:HERUNDINO DA SILVA FREITAS VITIMA:I. C. P. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ AUTOS: 0001775-91.2016.8.14.0012 AUTOR DO FATO: HERUDINO DA SILVA FREITAS SENTENÇA Trata-se da apuração do crime, supostamente praticado em 28/01/2016, pelo (a) indiciado (a) HERUDINO DA SILVA FREITAS, qualificado (a) nos autos; por haver infringido, em tese, as normas do Art. 180 § 3º do CPB, cuja pena é de 01 (um) mês a 01 (um) ano. Folheando os autos, verifica-se que ocorreu a prescrição da pretensão punitiva do Estado, nos termos do Art. 107, IV, c/c art. 109, VI do Código Penal. Com essas considerações, verifico que há questão prejudicial de mérito, consistente na extinção da pretensão punitiva estatal pela ocorrência da prescrição da pena em abstrato vez que, considerando a dos fatos, não se tendo configurado qualquer outra causa interruptiva da prescrição, ainda que houvesse sentença penal condenatória desfavorável ao autor, considerando que a maioria das circunstancias judiciais lhes são favoráveis, o quantum de pena aplicada não atingiria o máximo de 01 (um) ano. Com efeito, transcorreram mais de três (03) anos desde a data dos fatos e está sentença, razão pela qual deve ser declarada a prescrição da pretensão punitiva relativamente ao delito do art. 180 §3º do CPB, imputado ao autor do fato, conforme prescreve o art. 109, inc. VI do CPB.

Ante o exposto reconheço prescrita a pretensão punitiva do Estado, quanto ao(s) nacional (is) qualificado(s) nos autos, pela prática do crime de receptação culposa, declaro extinta a punibilidade do autor HERUDINO DA SILVA FREITAS nos moldes do Art. 107, IV c/c Art. 109, VI, todos do Código Penal.

CIÊNCIA ao parquet. INTIME-SE o(a) (s) acusado (a) (s) apenas pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cametá/Pa, 25/06/2019. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito

PROCESSO: 00020745920108140012 PROCESSO ANTIGO: 201020009317 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019---TESTEMUNHA:JOSE MARIA BORGES RIBEIRO DENUNCIADO:RODINEI CARDOSO CARVALHO VITIMA:S. P. R. TESTEMUNHA:ANTONIO ELSON SANTOS DA COSTA. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 0002074-59.2010.8.14.0012 SENTENÇA Trata-se de Ação Penal movida pela Justiça Pública em face de RODINEI CARDOSO CARVALHO, por haver infringido, em tese, as normas do art. 155, do Código Penal cujo preceito incriminador impunha pena de detenção, de seis meses a dois anos, ou multa. Inicialmente, chamo o Feito à ordem para tornar sem efeito a decisão de 16/12/2011 que determinou a suspensão do processo e prazo prescricional, sem a observância da legislação processual vigente à época dos fatos, consoante entendimento pacificado nos Tribunais Superiores. Observado os fatos ocorreram em 12/11/2010, até a presente data não houve recebimento da denúncia, pelo que me atenho a data de ocorrência dos fatos para fins de contagem de prazo prescricional. Friso que desde a data de ocorrência dos fatos narrados na denúncia até a presente data transcorreram aproximadamente 09 (nove) anos. Quanto ao (s) delito (s) capitulado (s) na denúncia, valido que ainda que houvesse sentença condenatória em desfavor do denunciado aplicando a pena máxima prevista no dispositivo, o instituto da prescrição já fulminou a pretensão punitiva do Estado em face do acusado, conforme art. 109, e incisos. Por todo exposto, por se tratar de matéria de interesse público, acolho a manifestação do Ministério Público, e JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do (a) (s) nacional (is) RODINEI CARDOSO CARVALHO, pela (s) respectiva (s) conduta (s) que lhe é (são) atribuída (s), em face da prescrição da pretensão punitiva do Estado, nos termos do art. 107, IV, c/c art. 109, e ss todos do Código Penal.

CIÊNCIA ao parquet. INTIME-SE o(a) (s) acusado (a) (s) apenas pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cametá/Pa, 25/06/2019. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito

PROCESSO: 00021706420108140012 PROCESSO ANTIGO: 201020009705 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:ODIFLEX TENORIO GONCALVES Representante(s): DEFENSORA LUCIANA SOUZA DOS ANJOS (ADVOGADO) INDICIADO:IVANILSON SOUSA MELO Representante(s): OAB 9689 - SYDNEY DA SILVA SALES (ADVOGADO) TESTEMUNHA:MARINALDO PEREIRA BRITO TESTEMUNHA:ALDO MEDEIROS.

ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 000217064.2010.8.14.0012 Apenado: IVANILSON SOUZA DE MELO SENTENÇA IVANILSON SOUZA DE MELO foi condenado ao cumprimento da pena de 05 (CINCO) anos e 04 (QUATRO) meses de reclusão e 533 (quinhentos e trinta e três) dias-multa, por violação ao art.33, §4 da Lei 11343/06.

Verifico, pelos documentos constantes dos autos que o apenado cumpriu integralmente a reprimenda que lhe foi imposta e obteve alvará de soltura em razão deste feito em 04/04/2019. A extinção da punibilidade faz-se necessária por se tratar de disposição cogente. Deve ser decretada de ofício pelo julgador, nos termos do artigo 61, caput, do Código de Processo Penal e art. 146 da lei de execução penal.

Assim sendo, considerando o seu cumprimento integral, DECLARO EXTINTA A PENA DE 05 (CINCO) anos e 04 (QUATRO) meses de reclusão, IMPOSTA AO RECUPERANDO IVANILSON SOUZA DE MELO. CIÊNCIA ao parquet. INTIME-SE o(a) (s) acusado (a) (s) apenas pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cametá/Pa, 25/06/2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 1 8 2 9 2 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 25/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:MADIANO SANTOS ASSUNCAO. TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0002182-92.2019.8.14.0012 - Tráfico de Drogas. Data: 19 de junho de 2019. Hora: 13h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Incidência Penal: Art. 33, da Lei nº 11.343/2006. Partes: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo campos Farache. Ministério Público: Jeanne Maria farias de Oliveira. Advogada: Drª. Martha Pantoja Assunção ¿ OAB/PA Nº 17.854. Acusado: Madiano dos Santos Assunção. Vítima: A Coletividade ¿ O Estado. Testemunhas de Acusação: Marcelino Girard Reimão; Robson José Dias Baia; João Paulo de Freitas Medeiros. ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a ausência das testemunhas de acusação MARCELINO GIRARD REIMÃO, sendo informado pelas demais testemunhas que o mesmo encontra-se em tratamento de saúde, não podendo estar presente ao ato. DA DEFESA PRÉVIA: A DEFESA do acusado não fez argumentações em sede preliminar, nem indicou a ocorrência de qualquer nulidade ou incidente processual que fizesse óbice ao prosseguimento da ação penal. Assim, considerando o teor da Defesa Prévia, não sendo o caso de absolvição sumária ou nulidade, RECEBO A DENÚNCIA, nos termos do art. 55, §4º da Lei nº 11.343/2006. Mantenho a audiência de instrução e julgamento designada para esta data. A AUDIÊNCIA estará disponível em mídia gravada, através do sistema KENTA, com a autorização das partes para a utilização de suas imagens. A AUDIÊNCIA está sendo realizada sem o uso de algemas. A DENÚNCIA foi lida para os presentes. EM SEGUIDA, passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: ROBSON JOSÉ DIAS BAIA ¿ RG Nº 40.101-PM/PA; CPF Nº 804.809.342-15. Qualificado nos autos. Testemunha compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas da Representante do Ministério Público, da Defesa e do MM. Juiz. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: JOÃO PAULO DE FREITAS MEDEIROS ¿ RG Nº 26.949-PM/PA; CPF Nº 453.388.842-91, qualificada nos autos. Testemunha compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, pela Defesa e pelo MM. Juiz. A REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO desistiu da oitiva da testemunha ausente. A DEFESA não arrolou testemunhas. ENCERRADA a oitiva das testemunhas, procedeu-se a QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO DO ACUSADO. Qual o seu nome? R: MADIANO SANTOS ASSUNÇÃO ¿ RG Nº 7611200-PC/PA; CPF Nº 549.212.012-34. De onde é natural? R: CAMETÁ/PA. Qual o seu estado Civil? R: UNIÃO ESTÁVEL. Qual a sua idade? R: 27 ANOS ¿ NASCIDO EM 06/09/1991. Qual a sua filiação? R: PAI NÃO DECLARADO e MARIA DO ESPÍRITO SANTO ASSUNÇÃO. Qual a sua residência? RUA SANDOVAL DE OLIVEIRA, Nº 132, PRÓXIMO DO HOSPITAL REGIONAL, BAIRRO NOVO, MUNICÍPIO DE CAMETÁ. Quais os seus meios de vida? R: PINTOR. Qual o seu local de trabalho? R: TRABALHOS AUTÔNOMOS. Sabe Ler e Escrever? R: SIM (ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ¿ 1º ANO). É eleitor? R: SIM. Possui CPTS? R: SIM. Se já foi preso ou processado anteriormente? R: SIM (ROUBO/TRÁFICO DE DROGAS). Cor? R: PARDA. É usuário de drogas? R: SIM (MACONHA; ÓXI); Bebe e/ou Fuma? R: SIM; Recebe Ajuda de Programas do Governo? R: SIM (BOLSA FAMÍLIA). Possui Filhos? R: SIM, 02 (08 E 06 ANOS e sua mulher etá grávida). É Portador de doenças contagiosas? R: NÃO. Faz uso de medicamentos de uso controlado? R: NÃO. Depois de cientificado da acusação, foram-lhe formuladas as perguntas, de acordo com o art. 188 do mesmo Código e art. 5º LXIII da Constituição Federal, ciente do seu direito constitucional de permanecer em silêncio, sem que isso lhe cause prejuízo. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pelo MM. Juiz, pela Representante do Ministério Público e pela Defesa. A DEFESA manifestou nos seguintes termo: A Defesa reitera o pedido de Revogação da Prisão Preventiva. FINALMENTE O MM. JUIZ, PROFERIU A SEGUINTE DELIBERAÇÃO: 1. VISTAS ao Ministério Público para manifestar-se sobre o pedido da

Defesa de Revogação da Prisão do acusado, bem como para, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias corridos apresentar suas alegações finais escritas. Em seguida, dê-se vista à Defesa para, no mesmo prazo, apresentar suas alegações finais; 2. Após, CONCLUSOS para sentença; 3. CIENTES os presentes. NADA MAIS HAVENDO, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada, com exceção das testemunhas, cujas presenças encontram-se registradas na mídia gravada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 1 2 3 7 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 25/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:DOMINGOS DO CARMO FREITAS CORREA. TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0002412-37.2019.8.14.0012 - Tráfico de Drogas. Data: 19 de junho de 2019. Hora: 09h00min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Incidência Penal: Art. 33, da Lei nº 11.343/2006. Partes: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo campos Farache. Ministério Público: Ausente. Advogada: Drª. Martha Pantoja Assunção ¿ OAB/PA Nº 17.854. Acusado: Domingos do Carmo Freitas Corrêa. Vítima: A Coletividade ¿ O Estado. Testemunhas de Acusação: Deivison Rodrigues Silva; Lucian Erlan dos Santos Costa; Liana Sousa de Azevedo. ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a ausência da Representante do Ministério Público, ciente do ato. NESTA OPORTUNIDADE, chamo o processo a ordem e decido: A DEFESA DO ACUSADO não fez argumentações em sede preliminar, nem indicou a ocorrência de qualquer nulidade ou incidente processual que fizesse óbice ao prosseguimento da ação penal. Assim, considerando o teor da Defesa Prévia, não sendo o caso de absolvição sumária ou nulidade: RECEBO A DENÚNCIA, nos termos do art. 55, §4º da Lei nº 11.343/2006. Mantenho a audiência de instrução e julgamento designada para esta data. A AUDIÊNCIA estará disponível em mídia gravada, através do sistema KENTA, com a autorização das partes para a utilização de suas imagens. AUDIÊNCIA realizada com o uso de algemas, por questões de segurança. A DENÚNCIA foi lida para os presentes. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: LUCIAN ERLAN DOS SANTOS COSTA ¿ RG Nº 42.432-PM/PA; CPF Nº 006.255.442-50, qualificado nos autos. Testemunha Compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, pela Defesa e pelo MM. Juiz. A DEFESA não tinha nada a requerer. FINALMENTE O MM. JUIZ, PROFERIU A SEGUINTE DELIBERAÇÃO: 1. DESIGNO audiência de continuação para o dia 07 de agosto de 2019, às 13h30min; 2. INTIMEM-SE as testemunhas ausentes, requisitando a apresentação das mesmas junto aos seus respectivos órgãos (32º BPM e DP. Cametá), com a devida antecedência; 3. SAI O ACUSADO INTIMADO, devendo a Secretaria Judicial solicitar a apresentação do mesmo junto ao CRRCAM; 4. A DEFESA deverá apresentará suas testemunhas caso as tenha ou queira, independentemente de intimação; 5. DÊ-SE ciência ao Ministério Público; 6. CIENTES os presentes. NADA MAIS HAVENDO, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada, com exceção das testemunhas, cujas presenças encontram-se registradas na mídia gravada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 5 7 2 9 6 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 25/06/2019---ACUSADO:MAXIMINO VALENTE GOMES JUNIOR VITIMA:T. N. R. . ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0002572-96.2018.8.14.0012 - Homicídio Qualificado. Data: 19 de junho de 2019. Hora: 10h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Cap. Penal: Art. 121, § 2º, inciso II, do CPB. PARTES: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Ausente. Advogado Dativo: Dr. Laércio Patriarcha Pereira. Acusado: Maximino Valente Gomes Júnior. Vítimas: Tharlem Nunes Ribeiro. Testemunhas de Acusação: Celso de Jesus Pereira Saldanha Santiago; Evilásio Neto de Oliveira Nunes; Arleson Simões Martins. Iniciada a audiência, feito o pregão das partes, verificou-se a ausência da Representante do Ministério Público, ciente do ato. AUSENTE a testemunha ARLESON SIMÕES MARTINS, não se encontrava no local por ocasião da diligência e moradores do local não souberam dar informações sobre o paradeiro do mesmo, conforme Certidão do Oficial de Justiça. A AUDIÊNCIA estará disponível em mídia gravada através do sistema KENTA, com a autorização dos depoentes para o uso de suas imagens. AUDIÊNCIA realizada sem o uso de algemas. A DENÚNCIA foi lida aos presentes. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: EVILÁSIO NETO DE OLIVEIRA NUNES

¿ RG e CPF NÃO APRESENTADOS, qualificado nos autos. Testemunha não compromissada. Era irmão da vítima. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Defesa e pelo MM. Juiz. EM SEGUIDA, procedeu-se a oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: CELSO DE JESUS PEREIRA SALDANHA SANTIAGO ¿ RG Nº 40925935-SSP/MA; CPF Nº 761.591.833-20, qualificada nos autos. Testemunha compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Defesa e pelo MM. Juiz. A DEFESA não arrolou testemunhas. Encerrada as oitivas das testemunhas, procedeu-se a QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO DO ACUSADO. Qual o seu nome? R: MÁXIMO VALENTE GOMES, vulgo ¿JÚNIOR¿, ¿JUNINHO¿, ¿JÚNIOR MAX¿ e ¿MAX¿ ¿ RG Nº 7831693-PC/PA; CPF Nº 700.330.822-35. De onde é natural? R: CAMETÁ-PA. Qual o seu estado Civil? R: UNIÃO ESTÁVEL. Qual a sua idade? R: 25 ANOS ¿ NASCIDO EM 13/06/1993. Qual a sua filiação? R: PAI NÃO DECLARADO e NILDA DO SOCORRO LIMA DOS SANTOS. Qual a sua residência? R: RUA SÃO BENEDITO, Nº 688, PRÓXIMO DA APAMUC, BAIRRO SÃO BENEDITO, MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA (RUA 7 DE JANEIRO, Nº 3135, BAIRRO NOVA CAMETÁ, MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA). Quais os seus meios de vida? R: AUXILIAR DE ELETRICISTA. Qual o seu local de trabalho? R: TRABALHADOR AUTÔNOMO. Sabe Ler e Escrever? R: SIM (ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO ¿ 6ª SÉRIE). É eleitor? R: SIM. Possui CPTS? R: SIM. Se já foi preso ou processado anteriormente? R: NÃO. É Usuário de Drogas Ilícitas? R: NÃO. Bebe e/ou Fuma? R: NÃO. Possui Filhos? R: SIM, 01 (06 ANOS, MAS AINDA NÃO É REGISTRADO EM SEU NOME). Cor? R: PARDA. Recebe Ajuda de Programas do Governo? R: NÃO. Possui Filhos? R: SIM. Sofre de doenças contagiosas? R: NÃO. Faz uso de medicamentos de uso controlado? R: NÃO. Depois de cientificado da acusação, foram-lhe formuladas as perguntas, de acordo com o art. 188 do mesmo Código e art. 5º LXIII da Constituição Federal, ciente do seu direito constitucional de permanecer em silêncio, sem que isso lhe cause prejuízo. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pelo MM. Juiz e pela Representante do Ministério Público. A Defesa nada perguntou. DELIBERAÇÃO: 1. DÊ-SE vista ao Ministério para dizer se insiste na oitiva da testemunha ausente. Caso insista, autos imediatamente conclusos para adequação à pauta de audiências. Caso não insista, desde já, concedo-lhe o prazo de 05 (cinco) dias para apresentar suas Alegações finais, ao final dos quais, dê-se vista à Defensoria Pública para, em igual prazo, apresentar suas Alegações Finais; 2. APÓS, autos conclusos. Nada mais havendo, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada, com exceção das testemunhas de acusação, cujas presenças encontram-se registradas na mídia gravada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 0 3 2 6 3 4 7 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 25/06/2019---DENUNCIADO:WALDEMAR LOPES DE MENEZES FILHO VITIMA:A. C. O. E. AUTOR:MINISTERIO PUBLICO PROMOTORIA CAMETA. ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0003263-47.2017.8.14.0012 - Crime Ambiental. Data: 18 de junho de 2019. Hora: 12h30min Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá Capitulação Penal: Artigo 45, ¿caput¿, art. 54, inciso V, art. 46, Parágrafo Único e art. 60, todos da Lei nº 9.605/1998. Partes: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Advogado: Dr. Jocelindo Francês Medeiros ¿ OAB/PA Nº 3.630. Acusado: Waldemar Menezes Filho. Vítima: A Coletividade ¿ O Estado. Testemunhas de Acusação: Célio Gelmirez Barros De Queiroz; Roseth de Nazaré Valente de Queiroz; Dione Ferraz da Cruz. ABERTA A AUDIÊNCIA, feito o pregão das partes, verificou-se a presença do acusado e das testemunhas. DADO a palavra à Defesa, esta se manifestou nos seguintes termos: MM. Julgador, verifica-se que o acusado não foi citado na forma do despacho deste Juízo a apresentar Defesa Preliminar. Assim, requer-se a devolução do prazo para que oa cusado, na forma da lei, apresente sua Defesa Preliminar na forma do artigo 396 do CPP. São os termos. DELIBERAÇÃO: 1. DÊ-SE vistas dos autos à Defesa, a fim de que, no prazo 10 (dez) dias apresente Resposta Escrita à Acusação; 2. APÓS, autos imediatamente conclusos. 3. CIENTES os presentes. NADA MAIS HAVENDO, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi

P R O C E S S O : 0 0 0 3 3 9 0 8 7 2 0 1 4 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Execução da Pena em: 25/06/2019---APENADO:JOSE MARIA DE MELO BARRA. EXECUÇÃO DA PENA PROCESSO Nº 0003390-87.2014.8.14.0012 SENTENÇA Visto os autos. Acolho o

parecer do representante do Ministério Público, bem como adoto seus fundamentos como razões de decidir. Compulsando os autos, observo que o acusado já cumpriu integralmente sua pena privativa de liberdade, bem como demais condições impostas em audiência admonitória (fls. retro). O parquet manifestou-se pela extinção da punibilidade (fl. retro). Diante do exposto e com fulcro nas disposições contidas no artigo 90 do Código Penal Brasileiro (CPB), artigo 733 do Código de Processo Penal e art. 146 da Lei de Execução Penal (LEP), DECLARO EXTINTA a pena imposta ao apenado pela prática do delito a que foi condenado. Dispenso ciência ao parquet, uma vez que já há manifestação ministerial favorável recente nos autos (fl. retro). ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa do registro no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se. Cametá (PA), 25 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00035539120198140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Carta Precatória Criminal em: 25/06/2019---JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL DE BELEM JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETA ACUSADO:EDUARDO VIEIRA DE OLIVEIRA. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO (OITIVA DE TESTEMUNHA) Carta Precatória Penal Carta Precatória: 0003553-91.2019.8.14.0012. Processo de Origem: 0003566-58.2017.8.14.0401. Juízo Deprecante: Juízo de Direito da 4ª Vara Criminal da Comarca de Belém/PA. Data: 18 de junho de 2019. Hora: 10h00min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá Incidência Penal: Art. 171, "caput", do CPB. Partes: PRESENTES Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Acusado: Eduardo Vieira. Testemunha de Acusação: Gustavo Henrique Pampolha de Oliveira. ABERTA A AUDIÊNCIA, feito o pregão das partes, verificou-se a ausência da testemunha, não encontrada no endereço fornecido, tendo moradores do local informado que a mesma não mais residia no local, tratando-se de um imóvel de aluguel, ido embora há vários anos, não sanendo informar o seu endereço atual, conforme Certidão do Oficial de Justiça. DELIBERAÇÃO: 1. CONSIDERANDO as informações trazidas aos autos, devolva-se a presente Carta Precatória com os cumprimentos de estilo. NADA MAIS HAVENDO, o magistrado mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

PROCESSO: 00041549720198140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 25/06/2019---FLAGRANTEADO:OSVALDO COSTA CALDAS JUNIOR VITIMA:K. D. F. . TERMO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA Tribunal: Tribunal de Justiça do Estado do Pará Grau: 1º GRAU - TJPA Comarca: Cametá Vara: 1ª Vara Cível e Criminal de Cametá Data da audiência: 18/06/2019 - Hora: 10h00min PRESENÇAS Juiz: JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Advogada: Drª. MARTHA PANTOJA ASSUNÇÃO - OAB/PA Nº 17.854. Ministério Público: AUSENTE DADOS DO AUTUADO Nome: OSVALDO COSTA CALDAS JÚNIOR Nome da mãe: SUELY CARDOSO COSTA Nome de pai: OSVALDO COSTA CALDAS Data de nascimento: 18/12/1994 TIPO PENAL FURTO (Artigo 155, ¿caput¿, do CPB) DETALHAMENTO DO TIPO PENAL O flagranteado foi preso e autuado pela prática, em tese, de crime de Furto, previsto no Artigo 155, ¿caput¿, do CPB, tendo como vítima K.D.F. FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO DECISÃO INTERLOCUTÓRIA: Processo: 0004154.97.2019.8.14.0012; FLAG/IPL: 00054/2019.100452-5 ¿ O Delegado de Polícia Civil de Cametá comunicou a prisão em flagrante de OSVALDO COSTA CALDAS JÚNIOR, qualificado nos autos, sob a acusação de ter praticado, em tese, o delito de furto, tipificado no Artigo 155, ¿caput¿, do CPB, tendo como vítima K.D.F., fato ocorrido nesta cidade, na manhã no dia 16/06/2019. Consta do procedimento, que o autuado foi preso por haver supostamente subtraído bens da vítima: R$ 30,00 (trinta) reais e uma bolsa feminina. Analisando os autos, observo que o flagrante foi lavrado de acordo com as garantias constitucionais (CF, art. 5º, XLIX, LVIII, LXI e seguintes), que as circunstâncias fáticas resultantes na prisão se amoldam ao art. 302 do CPP e que foram atendidas as exigências formais dos arts. 304 e 306 do mesmo diploma legal. Destarte, sem vislumbrar vícios de qualquer natureza, HOMOLOGO O FLAGRANTE. Indefiro o pedido de liberdade provisória apresentado pela defesa, considerando que a prisão processual se mostra justificada, pois resta comprovada a materialidade e havendo fortes indícios de autoria (PRESSUPOSTOS), conforme reconhecimento realizado pela vítima perante autoridade policial. Verifica-se que o autuado voltou a praticar novo crime (crimes contra o patrimônio), constatando-se que não pretende buscar outro meio de sobrevivência senão a prática de delitos. Ademais, responde a outros processos criminais nesta Comarca, como pode se observar em seus antecedentes criminais. Por conseguinte, observo que o acusado quando posto em liberdade não respeita os demais cidadãos e reincide repetidamente. Diante do exposto, com

fundamento no art. 310, II, do CPP, CONVERTO A PRISÃO EM PREVENTIVA, entendendo que, por ora, a medida se faz concretamente necessária para manutenção da ordem pública. SERVE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE PRISÃO. Decorrido, no máximo, 20 dias da prisão, voltem-me os autos conclusos para verificar a necessidade de ser mantida ou revogada a custódia. Comunique-se a Autoridade Policial e a direção do CRRCAM. Dê-se ciência ao Ministério Público. Cientes os presentes. Nada mais havendo, a magistrada mandou encerrar a presente audiência que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Eu, _____, VALDEMIR SANTANA MARTINS REIS, Analista Judiciário, digitei e conferi. DECISÃO - Conversão em Prisão Preventiva.

P R O C E S S O : 0 0 0 4 3 5 5 8 9 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 25/06/2019---FLAGRANTEADO:FELIPE DAMASCENO WANZELER VITIMA:A. C. O. E. . Processo: 0004355-89.2019.8.14.0012 Flagranteado: FELIPE DAMASCENO WANZELER DECISÃO INTERLOCUTÓRIA O Delegado de Polícia Civil de Cametá comunicou a prisão em flagrante de FELIPE DAMASCENO WANZELER, qualificado nos autos, sob a acusação de ter praticado, em tese, os delitos de adulteração de placa de veículo e receptação, tipificados, respectivamente, nos artigos 311 e 180, ambos, do CPB, fato ocorrido nesta cidade, na noite do dia 23/06/2019. Consta do procedimento, que o autuado, na noite do referido dia, foi preso, juntamente com o menor F.S.C.J., apreendido, após a guarnição da Polícia Militar receber a informação, via interativo, de que havia dois nacionais utilizando uma motocicleta para efetuar delitos. Os policiais militares abordaram ambos em via público e constataram que a placa do veículo utilizado pela dupla era adulterada, conforme pesquisa realizada no sítio do Detran/Pa. Que em razão disso ambos foram conduzidos à Delegacia de Polícia para os procedimentos legais de praxe. Consta ainda no procedimento que a motocicleta ficou apreendida no pátio da delegacia, e que a sua placa estava realmente alterada e divergente daquela constante do banco de dados do órgão responsável. A Autoridade Policial representou pela conversão do flagrante em prisão preventiva. Sem vislumbrar vícios formais ou materiais, HOMOLOGO o auto de prisão em flagrante. De acordo com o art. 310 do CPP, na redação dada pela lei 12.403/2011, ao receber o flagrante o juiz deve relaxar a prisão, se ilegal; converter em preventiva, se presentes os seus requisitos, ou; conceder a liberdade provisória, com ou sem fiança.

Não observo, por ora, elementos que justifiquem a conversão em prisão preventiva. Assim, defiro, em parte, o pedido da Defesa, concedendo-lhe Liberdade Provisória, mediante fiança, que arbitro em 01 (um) salário mínimo vigente, como também aplico-lhe as seguintes medidas cautelares diversas da prisão: I - Deverá comparecer a todos os atos processuais para os quais for intimado; II - Não mudar de residência sem comunicar a este juízo; III - Deverá comparecer no prazo de 03 (três) dias, após ser colocado em liberdade, à Secretaria Judicial da 1ª Vara desta Comarca, para informar e justificar suas atividades e assinar frequência, que o fará mensalmente, entre os dias 01 e 10, pelo prazo de 01 (um) ano; IV - Recolher-se a seu respectivo lar diariamente até as 22h00min. REALIZADO O PAGAMENTO DA FIANÇA, EXPEÇA-SE ALVARÁ DE SOLTURA, devendo o autuado ser colocado imediatamente em liberdade, salvo se estiver preso por outro motivo. Enquanto não houver o pagamento da fiança, o autuado deverá permanecer recolhido no CRRCAM. Comunique-se a direção do CRRCAM.

Passados 15 (quinze) dias sem que haja o recolhimento da fiança, retornem-me os autos conclusos para nova análise Faça-se o devido registro no Banco Nacional do CNJ. Comunique-se à autoridade policial: (i) para que encaminhe os autos do inquérito, no prazo legal; (ii) das condições impostas para a liberdade provisória, devendo esta comunicar ao Juízo acerca de eventual transgressão aos termos da liberdade provisória. Deixo de realizar a audiência de custódia em razão da ausência dos requisitos previstos no Provimento Conjunto nº 01/2016 do TJPA, ratificando os termos da resolução n. 213 do CNJ. Ademais foi analisada na presente decisão a legalidade da prisão em flagrante e a necessidade de sua conversão em preventiva, e não há indícios de violência sofrida pelo indiciado por parte dos agente policiais que efetuaram a sua detenção. Comunique-se o presente flagrante ao Juízo da Vara de Execução Penal da RMB. Dê-se conhecimento da presente decisão ao autuado. Ciência ao MP e à Defensoria Pública. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. SERVE A PRESENTE COMO OFÍCIO. Cametá/PA, 25 de junho de 2018 JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 3 9 4 8 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 25/06/2019---FLAGRANTEADO:EVERALDO PINTO DE SOUZA VITIMA:R. C. S. S. . Processo: 0004394-86.2019.8.14.0012 Flagranteado: EVERALDO PINTO DE SOUZA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Consta deste procedimento que EVERALDO PINTO DE SOUZA, qualificado nos autos, incorreu, em tese, no delito tipificado no art. 129,§9 c/c art. 7, I da Lei 11.340/2006,

tendo sido conduzido por policiais militares à Delegacia de Polícia, fato ocorrido aproximadamente às 04 horas do dia 24/06/2019. Sem vislumbrar vícios formais ou materiais, HOMOLOGO O FLAGRANTE.

O flagranteado, consoante documentos insertos nos autos, foi colocado em liberdade, mediante pagamento de fiança arbitrada pelo Delegado. Em face do exposto, dê-se ciência desta decisão à Autoridade Policial e aguarde-se a remessa do IPL no prazo legal. Dê-se vista ao Ministério Público.

Cametá/PA, 25 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 1 2 6 7 1 6 2 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 25/06/2019---INDICIADO:WELLINGTON DOS SANTOS RODRIGUES VITIMA:J. M. C. M. VITIMA:E. S. L. . ãATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0012671-62.2017.8.14.0012 - Roubo Majorado. Data: 18 de junho de 2019. Hora: 11h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Cap. Penal: Art. 157, § 2º, inciso I, do CPB. PARTES: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Advogado Nomeado: Dr. Altino Cruz e Silva ¿ OAB/PA Nº 17.057. Acusado: Wellington dos Santos Rodrigues. Vítimas: Edinaldo Sepeda Lopes; Licharde Corrêa Caldas. Testemunhas de Acusação: José do Carmo Portilho dos Praseres. ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se que, no momento, não há Representante da Defensoria Pública na Comarca para a Defesa do acusado, sendo nomeado para este ato o advogado, Dr. ALTINO CRUZ E SILVA ¿ OAB/PA Nº 17.057. O Advogado requereu ao MM. Juiz que fossem fixados honorários advocatícios a serem pagos pelo Estado, conforme resolução nº 19/2015-OAB/PA. Considerando o presente pedido, arbitro como honorários advocatícios o valor de R$ 800,00 (oitocentos reais), embora este Juízo tenha ciência de que este valor está aquém do valor estipulado na Tabela da Ordem dos Advogados do Brasil ¿ OAB/PA, trata-se de uma forma de evitar o enriquecimento sem causa, promovida pelo Estado do Pará que deixou de providenciar a presença da Defensoria Pública nesta Comarca. AUSENTE o acusado WELLINGTON DOS SANTOS RODRIGUES, não intimado, segundo certidão do Oficial de Justiça, todavia, foi informado pela Secretaria Judicial que o mesmo se encontra recolhido atualmente na Colônia Agrícola de Santa Isabel do Pará ¿ CPASI. DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO: Pela ordem, no que se refere ao direito de defesa do acusado para fins de Resposta à Acusação, o causídico nomeado informa que se reserva para apresentar suas alegações de mérito oportunamente na fase das alegações finais. Na oportunidade, não se opôs que audiência fossse realizada sem a presença do acusado. DECIDO: A DEFESA do acusado não fez argumentações em sede preliminar, nem indicou a ocorrência de qualquer nulidade ou incidente processual que fizesse óbice ao prosseguimento da ação penal, reservando-se para adentrar no mérito por ocasião dos Memoriais. Assim, considerando o teor da Resposta à Acusação, não sendo o caso de absolvição sumária ou nulidade do processo, dou prosseguimento ao feito e mantenho a audiência de instrução e julgamento para esta data. A AUDIÊNCIA estará disponível no sistema KENTA, com a autorização dos depoentes quanto à utilização de suas imagens. A DENÚNCIA foi lida aos presentes. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da VÍTIMA: EDINALDO SEPEDA LOPES ¿ RG Nº 5015536-PC/PA; CPF 740.168.492-68, qualificado nos autos. A vítima não presta compromisso. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, pela Defesa e pelo MM. Juiz. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da VÍTIMA: LICHARDE CORRÊA CALDAS ¿ RG Nº 3940830-PC/PA; CPF 688.169.872-00, qualificado nos autos. A vítima não presta compromisso. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, pela Defesa e pelo MM. Juiz. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: JOSÉ DO CARMO PORTILHO DOS PRASERES ¿ RG Nº 14.780-PM/PA; CPF Nº 228.605.092-91, qualificado nos autos. Testemunha compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas da Representante do Ministério Público, da Defesa e do MM. Juiz. A DEFESA não arrolou testemunhas. A DEFESA não tinha nada a requerer. DELIBERAÇÃO: 1. EXPEÇA-SE CARTA PRECATÓRIA ao Juízo da Vara Criminal da Comarca de Santa Izabel do Pará a fim de proceder a Qualificação e Interrogatório do acusado WELLINGTON DOS SANTOS RODRIGUES, recolhido na Colônia Agrícola de Santa Isabel do Pará ¿ CPASI, em data e hora por ele designadas, no prazo legal, devendo a Secretaria Judicial desta Vara encaminhar a documentação necessária para a realização do ato (Denúncia, Defesa Resposta à acusação, Depoimento na Depol, Ata da Audiência, etc.), informando que a mídia gravada encontrar-se-á disponível no Sistema KENTA. 2. COM O RETORNO DA CARTA PRECATÓRIA, dê-se vista, primeiramente ao Ministério Público e, em seguida à Defensoria Pública para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem suas Alegações Finais; 3. CIENTES os presentes. Nada mais havendo, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada, com exceção das vítimas e da testemunha, cujas presenças se encontram registradas na mídia gravada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

PROCESSO: 00137117920178140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 25/06/2019---INDICIADO:THYAGO VEIGA DE SOUZA VITIMA:D. G. C. VITIMA:A. T. M. N. . ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0013711-79.2017.8.14.0012 - Roubo Majorado. Data: 18 de junho de 2019. Hora: 10h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá Incidência Penal: Art. 157, § 2º, inciso I e II, do CPB. Partes: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Acusado: Thyago Veiga de Souza. Vítima: Ana Talita Monteiro Nascimento; Deise Gomes Cardoso. Testemunhas de Acusação: Eduardo Henrique Lopes Viana; Adriano Henrique de Souza Pacheco; Paulo Afonso Diniz de Moraes; Benedita Goms Machado. ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a ausência das vítimas e das testemunhas de acusação EDUARDO HENRIQUE LOPES VIANA e PAULO AFONSO DINIZ DE MORAES (não justificadas pelo comando do 32º BPM), bem como da testemunha de acusação ADRIANO HENRIQUE DE SOUZA PACHECO, regularmente intimado. NA OPORTUNIDADE, o acusado declarou que não possui advogado e nem condições financeiras de patrocinar um, alegando ser pobre no sentido da lei. DELIBERAÇÃO: 1. DÊ-SE VISTA à Defensoria pública para apresentar Resposta Escrita, dado a declaração do acusado de que não possui advogado e nem condições de patrocinar um; 2. SEM PREJUÍZO, redesigno audiência para as 11h30min do dia 21 de novembro de 2019; 3. EXPEÇA-SE Mandado de Condução Coercitiva para as vítimas e a testemunha ADRIANO; 4. INTIMEM-SE as testemunhas EDUARDO HENRIQUE LOPES VIANA e PAULO AFONSO DINIZ DE MORAES, requsiitando a apresentação das mesmas junto ao Comando do 32º BPM; 5. SAEM a testemunha presente e o acusado intimados do ato, devendo este último trazer suas testemunhas caso as tenha ou queira, ciente de que, caso não compareça ao ato e não justifique sua ausência, poderá ser decretada sua revelia; 6. CIENTES os presentes. Dê-se ciência à Defensoria Pública; NADA MAIS HAVENDO, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi

PROCESSO: 00141153320178140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 25/06/2019---INDICIADO:GLEIDIANO VIANA DE SOUZA VITIMA:I. Y. L. C. . ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0014115-33.2017.8.14.0012 - Latrocínio. Data: 18 de junho de 2019. Hora: 09h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Cap. Penal: Art. 157, § 2º, incisos I e § 3º, parte final, do CPB. PARTES: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Ausente. Acusado: Gleidiano Viana de Souza. Vítima: Igor Yan Leão Coelho. Testemunhas de Apresentação: Fabiano Bahia de Souza Ana Leão Alves; Rodrigo de Sousa Borges; Helinho de Jesus Martins Freitas; Ingrid Stefani Leão Coelho; Leidiane Viana de Souza. ABERTA A AUDIÊNCIA, feito o pregão das partes, verificou-se a ausência do acusado, não encontrado no endereço fornecido, sendo informado por seus familiares que o mesmo se encontra em local incerto e não sabido, conforme certidão do Oficial de Justiça. AUSENTE ainda as testemunhas RODRIGO DE SOUZA BORGES (não reside mais no endereço fornecido), INGRID STEFANI LEÃO COELHO (encontra-se para Belém estudando), LEIDIANE VIANA DE SOUZA (encontra-se para Barcarena trabalhando), tudo conforme Certidão do Oficial de Justiça. DELIBERAÇÃO: 1. CONSIDERANDO a certidão do Oficial de Justiça, dê-se ao Ministério Público para manifestação; 2. APÓS, CONCLUSOS. Nada mais havendo, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

PROCESSO: 00001915720148140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019---INDICIADO:FRANCISCO ALBERTO MARGALHO RIBEIRO VITIMA:K. F. B. M. . AÇÃO ORDINÁRIA / AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0000191-57.2014.8.14.0012 DESPACHO 01. VISTA dos autos ao Ministério Público para requerer o que entender de direito; 02. Após, CONCLUSOS para decisão do magistrado; 03. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 25 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00003858620168140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação:

Ação Penal de Competência do Júri em: 26/06/2019---ACUSADO:JOSIAS MARTINS NASCIMENTO VITIMA:C. C. B. . AÇ¿O PENAL PROCESSO Nº 0000385-86.2016.8.14.0012 DECIS¿O 01. Considerando que estão presentes os requisitos de admissibilidade recursal, RECEBO a presente apelação apenas no seu efeito devolutivo; 02. REMETAM-SE os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) com as homenagens de estilo. Cumpra-se. Registre-se. Intime-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00004017420158140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019---INDICIADO:MARIA NATALINA RODRIGUES CUNHA VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:JOAO BATISTA BRAGA MEIRELES. AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0000401-74.2015.8.14.0012 DESPACHO 01. Como REQUER o Ministério Público; 02. DESIGNO audiência para o dia _____ as _____; 03. EXPEÇA-SE o necessário; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00008993820118140012 PROCESSO ANTIGO: 201120004580 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 26/06/2019---VITIMA:W. C. B. R. INDICIADO:JOSUE PINTO DOS SANTOS. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0000899-38.2011.8.14.0012 DECISÃO 01. TORNO sem efeito a decisão de 13.05.2019 (fls. retro); 02. Considerando que estão presentes os requisitos de admissibilidade recursal, RECEBO a presente apelação no seu efeito devolutivo e no suspensivo, sendo que este último com fundamento na própria sentença de pronúncia que permitiu ao acusado o direito de recorrer em liberdade (fls. 291/293); 03. Considerando ainda que o acusado requer o direito de apresentar suas razões na segunda instância, REMETAM-SE os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) com as homenagens de estilo. Cumpra-se. Registre-se. Intime-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00012938520128140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019---ACUSADO:BRUNO SILVA ALVES Representante(s): OAB 0002 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) ACUSADO:DOUGLAS SILVA Representante(s): OAB 0002 - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) VITIMA:B. F. G. M. . EXECUÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0001293-85.2012.8.14.0012 DECISÃO Considerando o trânsito em julgado da sentença penal condenatória em desfavor do acusado DOUGLAS SILVA (fl. 214): 01. CUMPRA-SE o disposto na sentença de fls. 88/96, em especial, em suas disposições finais; 02. EXPEÇA-SE a guia de recolhimento definitiva; 03. Se o acusado estiver solto ou foragido, EXPEÇA-SE mandado de prisão em desfavor deste acusado apenas e CADASTRE-SE esta ordem de prisão no Banco Nacional de Mandados de Prisão 2.0 (BNMP 2.0); 04. Enfim, ARQUIVEM-SE os autos com baixa da distribuição no Sistema Libra; 05. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA) 13 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00013036120148140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Interdição em: 26/06/2019---REQUERENTE:MERANDOLINA LACERDA Representante(s): OAB 10788 - WALBERT PANTOJA DE BRITO (DEFENSOR) INTERDITANDO:MADSON LACERDA DOS PRAZERES. AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0001303-61.2014.8.14.0012 DESPACHO 01. CADASTRE(M)-SE o(s) advogado(s) no Sistema Libra; 02. INTIME(M)-SE o(a)(s) requerente(s) pessoalmente (se não possuir(em) causídico(s) constituído(s) e/ou for(em) assistido(s) pela Defensoria Pública) ou através do seu patrono apenas pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJe) para se manifestar(em) no prazo de 05 (cinco) dias úteis (artigo 219, do Código de Processo Civil - CPC) se, ainda, possui(em) interesse no prosseguimento deste feito, sob pena de extinção sem resolução do mérito (§1º, artigo 485, do CPC); 03. Após, com ou sem manifestação, CERTIFIQUE-SE e CONCLUSOS imediatamente para apreciação do magistrado; Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cametá (PA), 25 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00013622020128140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019---AUTOR:JOAO CARDOSO DOS SANTOS VITIMA:E. D. A. C. . TCO /

INQUÉRITO POLICIAL PROCESSO Nº 0001362-20.2012.8.14.0012 SENTENÇA Visto707423 d10707423 s e examinados os autos. Acolho o parecer do representante do Ministério Público, bem como adoto seus fundamentos como razões de decidir. Em análise ao conjunto probatório colhido no Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) ou Inquérito Policial, entendo que não se encontram presentes indícios suficientes de autoria, materialidade, ou seja, a justa causa necessária prosseguimento da persecução criminal na área judicial. Ressalto, ainda, que filio-me ao entendimento de que, nos casos de ausência de justa causa para o início da ação penal, o inquérito ou o TCO devem ser encerrados por sentença, considerando sua natureza terminativa, aplicando-se ainda a condição rebus sic stantibus.

Diante do exposto e do requerimento do parquet, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL ou TCO, ressalvada a hipótese do artigo 18 do Código de Processo Penal, a saber: ¿Depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade judiciária, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia¿.

Dispenso ciência ao parquet, uma vez que já há manifestação ministerial favorável nos autos (fl. retro). ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa do registro no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se. Cametá, 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00015241720118140012 PROCESSO ANTIGO: 201120007667 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019---ACUSADO:ALEXANDRE TRINDADE GOUVEIA. AÇÃO ORDINÁRIA / AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0001524-17.2011.8.14.0012 DESPACHO 01. VISTA dos autos ao Ministério Público novamente para que aponte o endereço atualizado em que o acusado ALEXANDRE TRINDADE GOUVEIA possa ser citado e assim a persecução criminal possa prosseguir; 02. Após, CONCLUSOS para decisão do magistrado; 03. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00015432120128140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019---ACUSADO:RAIMUNDO MOREIRA BARBOSA Representante(s): OAB 17581 - CASSIO EGON RODRIGUES ITAPARICA (ADVOGADO) OAB 17580 - ANA ROSA GONCALVES MENDES (ADVOGADO) VITIMA:C. P. L. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0001543-21.2012.8.14.0012 DESPACHO 01. Como REQUER a Defensoria Pública; 02. Após, não sendo constituído causídico pelo acusado, VISTA dos autos para Defensoria Pública apresentar alegações finais no prazo de 05 (cinco) dias corridos; 03. Enfim, CONCLUSOS para sentença.

04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00020321420198140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019---VITIMA:R. S. T. ACUSADO:NERIVALDA VIANA DE SOUZA. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002032-14.2019.8.14.0012 DECISÃO 01. Não sendo o caso de absolvição sumária (artigo 397, do Código de Processo Penal - CPP), não tendo sido arguidas preliminares e consistindo as razões tecidas pela defesa matéria de mérito que serão melhor dirimidas quando da instrução, DESIGNO audiência de instrução e julgamento para a data de _____ as _____; 02. INTIMEM-SE as partes e as testemunhas respectivamente arroladas, desde que tendo sido oferecidos os respectivos endereços; 03. JUNTE-SE aos autos Certidão(ões) de Antecedente(s) Criminal(is) do(s) Acusado(s), caso tal providência não tenha ainda sido adotada pela Secretaria; 04. CIÊNCIA ao parquet e à Defesa (Defensoria Pública ou advogado constituído).

Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Cametá (PA), 25 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00021127520198140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019---INDICIADO:JOAO BATISTA ALHO PINTO VITIMA:I. R. O. VITIMA:J. S. C. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 0002112-75.2019.8.14.0012 DECISÃO 1- Defiro o requerido pelo Ministério Público à fl. s/n, devendo os autos serem remetidos para a delegacia de origem, a fim de que a autoridade policial cumpra as diligências requeridas, no prazo de 10 (dez) dias; 2- Com o retorno, encaminhem-se os autos ao Ministério

Público para manifestação; 3- Transcorrido o prazo sem resposta, oficie-se à Corregedoria da Polícia Civil para a adoção de providências, na esfera de suas atribuições, bem como para que providencie a remessa dos autos a este Juízo, no prazo de 48 (quarenta e oito horas); 4- Se ainda assim não haver resposta, deve a Secretaria Judicial certificar os fatos e oficiar ao Ministério Público, para providências; 5- Para efeito de controle dos prazos, deve a Secretaria Judicial fazer o registro no Sistema Libra, devendo acompanhar as notificações emitidas pelo Sistema. Cametá (PA), 25 de junho de 2019. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 9 2 9 8 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Pedido de Prisão Preventiva em: 26/06/2019---AUTORIDADE POLICIAL:R. S. G. REPRESENTADO:J. G. C. . PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA PROCESSO Nº 0002492-98.2019.8.14.0012 DECISÃO

O acusado JOAQUIM GARCIA DE CARVALHO vem, através de seu advogado constituído, requerer a revogação de prisão preventiva (fls. 42/51). Em síntese, alega a defesa que o acusado é idoso, é portador de doença supostamente grave, possui uma esposa doente que precisa de seus cuidados. Enfim, a defesa entende que não estão mais presentes os requisitos da prisão preventiva. Instado a se manifestar, o representante do Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido de liberdade provisória por entender que se encontram presentes ainda os requisitos da preventiva, bem como que a prisão cautelar é medida que se impõe (fls. retro). Vieram os autos conclusos. É a síntese do necessário. Doravante, decido. Analisando os autos, tenho por pertinente a seguinte lição: Quem faz essas ferramentas muitas vezes não percebe que elas deveriam servir para cortar. Alguns se preocupam com a beleza, outros como o material utilizado, outros se preocupam com o peso ou com o tamanho da faca, mas tudo que alguém que precisa de uma faca para cortar queijo quer é que a faca corte o queijo. (JORGE NETO, Nagibe de Melo Jorge. Abrindo a caixa preta: por que a Justiça não funciona no Brasil. 2ª ed. rev., atual. e ampl. Salvador: Editora Juspodivm, 2018, p. 22) Com efeito, a ¿faca não cortou¿, a prisão não ocorreu e tal mandado de prisão não pode se manter em aberto por prazo indefinido, vez que tal prisão preventiva outrora decretada já não encontra amparo nos requisitos legais do artigo 312, do CPP, o que impõe a extinção feito, sob pena de se contrariar o princípio da presunção de inocência e da duração razoável do processo (artigo 5º, inciso LIV e LXXVIII, da Carta Magna). Outrossim, não há mais contemporaneidade para eventual decretação da prisão preventiva em questão. Deveras, o acusado JOAQUIM GARCIA DE CARVALHO é idoso e a condição de sua esposa se enquadra na previsão do artigo 318, inciso III, do Código de Processo Penal (CPP), mais especificamente, cuidados especiais de pessoa com deficiência, conforme Laudo Médico de fl. 50. No mais, entendo por prejudicada esta preventiva tanto porque não fora executada efetivamente até o presente momento como por entender necessária a reavaliação de sua necessidade para presente persecução criminal. Neste sentido, aplico o §6º, artigo 282, do CPP, que preceitua que A PRISÃO PREVENTIVA É EXCEPCIONAL e só pode ser determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida, o que entende este magistrado já ser possível, viável e recomendável. Diante do exposto, DEFIRO a prisão domiciliar para JOAQUIM GARCIA DE CARVALHO sob as seguintes condições: 01. COMPARECIMENTO a todos os atos processuais futuros do presente processo-crime, desde que intimado; 02. PERMANECER em sua residência durante todo o dia, exceto se houver necessidade de ir ao médico ou a um hospital para realizar tratamento; 03. INFORMAR suas atividades neste juízo a cada 03 (três) meses. O descumprimento de qualquer destas medidas ocasionará a decretação imediata da prisão preventiva do(a) acusado(a) em regime fechado, de acordo com a análise oportuna do magistrado competente! servirá a presente decisão como mandado/ALVARÁ DE SOLTURA/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA).

Se não fora feito ainda, EXCLUA-SE o processo de segredo de justiça. CIÊNCIA ao Ministério Público e à defesa (Defensoria Pública ou advogado constituído). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 25 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 6 8 5 8 4 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA JOSIANE RODRIGUES DA SILVA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019---VITIMA:J. C. C. P. ACUSADO:SANDRO LOPES VEIGA. Ato Ordinatório De ordem do Dr. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE, Juiz de direito respondendo pela 1ª VCC de Cametá, de acordo com o provimento 006/2009 CJCI que determina a pratica de atos pelo Diretor de Secretaria, com a finalidade de impulsionar a marcha processual, tendo em vista a extensa audiência do processo de nº0000461-08.2019.814.0012, da operação Rouge, fica a audiência remarcada para o dia 05/12/2019, às 10h:00m. De ciência aos presentes e intime-se os ausentes, inclusive o acusado que atualmente encontra-se custodiado no CRRCAM. Cametá, 25 de junho

de 2019. MARIA JOSIANE RODRIGUES DA SILVA Diretora de Secretaria, em exercício da1ª VCC de Cametá.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 9 3 9 8 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:FABRICIO MARQUES RIBEIRO. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002939-86.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. Nos termos do artigo 55, da Lei nº 11.343/2006, NOTIFIQUE(M)-SE o(a)(s) acusado(a)(s) para apresentar defesa prévia por escrito através de advogado(a) ou de Defensor(a) no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o que, caso não ofereça, serão os autos encaminhados para Defensoria Pública ou ser-lhe-á nomeado defensor dativo para tal finalidade; 02. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 03. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 04. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 05. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 06. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 25 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 3 1 3 4 7 1 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:WILLER GARCIA DE CARVALHO. PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA PROCESSO Nº 0003134-71.2019.8.14.0012 DECISÃO O acusado WILLER GARCIA DE CARVALHO vem, através de advogado(a) constituído(a), requerer a revogação de sua prisão preventiva (fls. 80/124). Em síntese, alega a defesa que o acusado está preso, porém possui ocupação lícita, é primário, possui 02 (dois) filhos menores e possivelmente será favorecido pelo benefício do tráfico privilegiado previsto no artigo 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas). Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido de liberdade provisória por entender estarem presentes ainda os requisitos ensejadores da prisão preventiva na espécie (fls. 126/130). Vieram os autos conclusos. É o relatório. Doravante, decido. Analisando os autos, observo que o acusado é primário. Do mesmo modo, há que se ponderar que o acusado possui residência fixa e que possivelmente será beneficiado pelo instituto do tráfico privilegiado, reduzindo eventual pena condenatória (artigo 33, §4º, da Lei nº 11.343/2006). Por conseguinte, não se pode advogar a tese de que o perigo em abstrato dos crimes de tráfico de drogas impediria a concessão da liberdade provisória. Em sentido semelhante, já decidiu o Supremo Tribunal Federal (STF) quando analisou a vedação de liberdade provisória existente no artigo 44, da Lei nº 11.343/2006, in verbis: Habeas corpus. 2. Paciente preso em flagrante por infração ao art. 33, caput, c/c 40, III, da Lei 11.343/2006. 3. Liberdade provisória. Vedação expressa (Lei n. 11.343/2006, art. 44). 4. Constrição cautelar mantida somente com base na proibição legal. 5. Necessidade de análise dos requisitos do art. 312 do CPP. Fundamentação inidônea. 6. Ordem concedida, parcialmente, nos termos da liminar anteriormente deferida. (HC 104339, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 10/05/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-239 DIVULG 05-12-2012 PUBLIC 06-12-2012)

Por conseguinte, manter a prisão já se mostra desnecessário, pois a pena aplicada ao final da instrução pode, provavelmente, estipular o regime semiaberto ou quiçá aberto, não sendo, portanto, adequado se aplicar o regime fechado através da prisão preventiva ora decretada nestes autos. Em relação ao outro delito em questão: a posse ilegal de arma de uso permitido (artigo 12, da Lei nº 10.826/2003). Entendo que, mesmo em caso de concurso material de crimes (artigo 69, do Código Penal Brasileiro - CPB), será muito pouco provável que o acusado fique em regime fechado de cumprimento de pena, vez que a pena muito provavelmente será fixada no seu mínimo previsto abstratamente no tipo penal. Neste sentido, aplico o §6º, artigo 282, do Código de Processo Penal (CPP), que preceitua que A PRISÃO PREVENTIVA É EXCEPCIONAL e só pode ser determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida, o que entende este magistrado já ser possível, viável e recomendável.

Com efeito, a custódia provisória do acusado não se justifica no vertente caso. Não vislumbro situação que configure qualquer das circunstâncias elencadas no artigo 312, do CPP. A prisão cautelar

reclama a comprovação de circunstância indicativa de que a liberdade do acusado representa risco para o regular curso da persecução penal. Pressupõe a necessidade de encarceramento antes da sentença condenatória definitiva como única forma de assegurar a regularidade da instrução criminal ou a efetividade da aplicação da lei penal. E nada vejo, na espécie, que me convença desta necessidade. Muito pelo contrário, a manutenção do cárcere coloca em risco a integridade física do acusado quiçá de forma irreversível, conforme laudos médicos juntados pela defesa no seu pleito. Diante do exposto, revogo a prisão preventiva de WILLER GARCIA DE CARVALHO (artigo 316, do CPP), concedendo a LIBERDADE PROVISÓRIA, bem como o cumprimento de medidas cautelares (artigo 319, do CPP), são elas: 01. APRESENTAR um comprovante de residência na Secretaria desta Comarca no prazo de 05 (cinco) dias corridos após sua soltura; 02. COMPARECIMENTO a todos os atos processuais futuros do presente processo-crime, desde que intimado; 03. RECOLHIMENTO domiciliar no período noturno, diariamente, no período compreendido das 22 até as 06 horas. O descumprimento de qualquer destas medidas ocasionará a decretação imediata da prisão preventiva do acusado, de acordo com a análise oportuna do magistrado competente! servirá a presente decisão como mandado/ALVARÁ DE SOLTURA/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). CIÊNCIA ao Ministério Público e à defesa (Defensoria Pública ou advogado constituído). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 25 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 3 6 0 7 2 8 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA JOSIANE RODRIGUES DA SILVA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019---VITIMA:E. M. B. ACUSADO:ELIEL DO SOCORRO GAIA LEAO. Ato Ordinatório De ordem do Dr. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE, Juiz de direito respondendo pela 1ª VCC de Cametá, de acordo com o provimento 006/2009 CJCI que determina a pratica de atos pelo Diretor de Secretaria, com a finalidade de impulsionar a marcha processual, tendo em vista a certidão do oficial de justiça, abram-se vista ao Ministério Público para o que entender de direito. Cametá, 25 de junho de 2019. MARIA JOSIANE RODRIGUES DA SILVA Diretor de Secretaria, em exercício da1ª VCC de Cametá.

P R O C E S S O : 0 0 0 3 6 7 2 5 2 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019---VITIMA:O. J. R. A. INDICIADO:BENAELSON FERREIRA FARIAS. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ `Processo nº 0003672-52.2019.8.14.0012 Autor: Ministério Público Acusado: BENAELSOPN FERREIRA FARIAS DECISÃO/MANDADO 1- DO RECEBIMENTO DA DENÚNCIA A denúncia apresentada preenche os requisitos do art. 41 do CPP, contendo circunstanciada exposição dos fatos criminosos, materiais e bens apreendidos e os locais em que foram encontrados, assim como qualificação do denunciado, classificação do crime e rol de testemunhas. Por estas razões, RECEBO A DENÚNCIA oferecida pelo representante do Ministério Público em todos os seus termos, dando o (s) acusado(s) BENAELSON FERREIRA FARIAS, como incurso(s) nos crimes capitulados na denúncia. 2- Nos termos do artigo 396 do Código de Processo Penal, CITE-SE o denunciado, pessoalmente, no local onde residem ou onde encontra-se custodiado para, no prazo legal de 10 (dez) dias, apresentar sua RESPOSTA ESCRITA A ACUSAÇÃO, na qual poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, INCLUSIVE MANIFESTAÇÃO ACERCA DE EVENTUAL REPARAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS PELO CRIME (ART. 91, I DO CÓDIGO PENAL), oferecer documentos e justificações, especificar as provas que pretendem produzir e arrolar testemunhas até o número de 08 (oito), qualificando-as e requerendo que elas sejam intimadas se necessário (art. 396-A do CPP). Observe o Sr. Oficial de Justiça que o acusado deverá ser citado no endereço constante na denúncia, caso já tenha sido posto em liberdade, na ocasião do cumprimento do mandado. 3- DEVE o Sr. Oficial de Justiça, inquirir os denunciados se pretendem constituir advogado particular, declinando o nome e os dados de contato (telefone, endereço, número da OAB), devendo o Oficial de Justiça fazer constar de sua certidão tais dados fornecidos pelo réu ou se quer o patrocínio da Defensoria Pública. Se for o caso de assistência da Defensoria Pública ou expirado o prazo sem defesa, fica a Defensoria Pública nomeada, para através de um de seus integrantes, apresentar a defesa preliminar em nome do réu, bem como, para patrocinar toda a sua defesa, salvo se no futuro houver constituição de advogado pelo réu. Se for um dos casos acima encaminhe-se os autos a Defensoria para apresentação de RESPOSTA ESCRITA. 4- Juntem-se antecedentes criminais. 5- Nos termos do art. 399 do Código de Processo Penal e SEM PREJUÍZO DA ANÁLISE e decisão sobre a RESPOSTA ESCRITA, por medida de celeridade, DESIGNO AUDIENCIA de instrução e julgamento a se realizar em 28/08/2019 às 09:30 horas, na qual serão ouvidas as testemunhas arroladas, e em seguida, interrogado o acusado. Para audiência acima designada, INTIMEM-SE / REQUISITE-SE O(s)

ACUSADO(s), TESTEMUNHAS ARROLADAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO, DEFESA E VÍTIMA, SE FOR O CASO. 5.1- A testemunha que deixar de comparecer sem motivo justificado será conduzida à presença do juízo por Oficial de Justiça com o auxílio da força policial; 5.2- Será aplicada a testemunha faltosa e sem justificativa, multa de 01 (um) a 10 (dez) salários mínimos, sem prejuízo do processo penal por crime de desobediência e condenação ao pagamento das custas da diligência. 6- Após apresentação de RESPOSTA ESCRITA, voltem-me os autos conclusos nos termos do art. 397 do CPP. 7- Decorrido o prazo sem resposta, abra-se vista à Defensoria Pública. 8- Se for o caso de réu preso, oficie-se o estabelecimento onde se encontram para que os apresentem. 9- Expeça-se o necessário, inclusive carta precatória, se for o caso. 10- Serve a presente como MANDADO de CITAÇÃO e INTIMAÇÃO DO(s) RÉU(s). Expeçam-se os demais mandados, cartas e ofícios, oportunamente. Quanto ao pedido de Liberdade provisória de folhas 38/39, vistas ao Ministério Público para manifestação. Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública. P.R.I. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito, respondendo pela 1ª Vara desta Comarca de Cametá/PA

P R O C E S S O : 0 0 0 4 3 0 2 7 9 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019---ACUSADO:MARIA SUELI DAS MERCES MOIA VITIMA:W. J. P. N. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0004302-79.2017.8.14.0012 DESPACHO 01. DESIGNO audiência admonitória para a data de _____ as _____, a fim de advertir o condenado acerca das consequências de nova infração penal e do descumprimento das condições impostas (artigo 160, da Lei de Execução Penal - LEP); 02. INTIME-SE somente o apenado; Ciência ao parquet. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se Cametá (PA), 25 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 6 7 9 6 1 4 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 26/06/2019---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:CF INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA ME BATUC MADEIRAS REU:DAIANA MATOS DE SOUZA REU:RICARDO LUIZ FALEIRO DA SILVA VITIMA:A. C. O. E. . AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0006796-14.2017.8.14.0012 DESPACHO 01. Como REQUER o Ministério Público; 02. Após, VISTA ao parquet para se manifestar novamente; 03. Enfim, CONCLUSOS para apreciação do magistrado; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 7 3 0 3 7 2 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA JOSIANE RODRIGUES DA SILVA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019---ACUSADO:TAGNO RODRIGUES DOS SANTOS VITIMA:C. M. M. . Ato Ordinatório De ordem do Dr. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE, Juiz de direito respondendo pela 1ª VCC de Cametá, de acordo com o provimento 006/2009 CJCI que determina a pratica de atos pelo Diretor de Secretaria, com a finalidade de impulsionar a marcha processual, tendo em vista a certidão do oficial de justiça, abram-se vista ao Ministério Público para informar o endereço atualizado da vítima. Cametá, 25 de junho de 2019. MARIA JOSIANE RODRIGUES DA SILVA Diretora de Secretaria, em exercício da1ª VCC de Cametá.

P R O C E S S O : 0 0 0 8 2 4 6 8 9 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): MARIA JOSIANE RODRIGUES DA SILVA Ação: Inquérito Policial em: 26/06/2019---INDICIADO:JONAS VULCAO DOS SANTOS VITIMA:R. B. D. . Ato Ordinatório De ordem do Dr. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE, Juiz de direito respondendo pela 1ª VCC de Cametá, de acordo com o provimento 006/2009 CJCI que determina a pratica de atos pelo Diretor de Secretaria, com a finalidade de impulsionar a marcha processual, tendo em vista a extensa audiência do processo de nº0000461-08.2019.814.0012, da operação Rouge, fica a audiência remarcada para o dia 05/125/2019, às 9:30m. De ciência aos presentes e intime-se os ausentes. Cametá, 25 de junho de 2019. MARIA JOSIANE RODRIGUES DA SILVA Diretor de Secretaria, em exercício da1ª VCC de Cametá.

P R O C E S S O : 0 0 0 8 5 7 9 0 7 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 26/06/2019---ACUSADO:EDUARDO MARQUES ACUSADO:FLAVIO BARATA MONTEIRO ACUSADO:OZIEL DE SOUZA PANTOJA ACUSADO:REVISON FERREIRA BARRADAS ACUSADO:SANDRO MARQUES BATISTA ACUSADO:TIAGO GOMES DE SOUZA VITIMA:B. G. B. . PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA PROCESSO Nº 0008579-07.2018.8.14.0012 DECISÃO O acusado REVISON FERREIRA BARRADAS, através de advogada

constituída, requereu a revogação da prisão preventiva (fls. 264/271). Alega, em síntese, que o acusado está preso provisoriamente e o processo já se arrasta por alguns meses sem que tenha sido apurado ao término da instrução efetiva participação do acusado na prática delitiva. Enfim, aduz a defesa que as provas produzidas em juízo são frágeis e não permitem a manutenção da prisão cautelar. Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido de liberdade provisória por entender estarem presentes ainda os requisitos ensejadores da prisão preventiva na espécie (fls. 274/276). Vieram os autos conclusos. É a síntese do necessário. Doravante, decido. Analisando os autos e revendo a instrução realizada até o presente momento, verifico que assiste razão à defesa. Deveras, ninguém coloca o acusado REVISON FERREIRA BARRADAS na cena do crime com uma certeza mínima necessária para uma prisão cautelar e, a fortiori, para um eventual decreto condenatório. In casu, apenas a testemunha JAIDE DAS GRAÇAS GUEDES BENTES aponta para uma possível participação do acusado no delito, mas não o faz com certeza, ou seja, é apenas um juízo de possibilidade, o que é insuficiente para manutenção de uma prisão cautelar. Por conseguinte, entendo que não se encontra mais presente um dos PRESSUPOSTOS da prisão preventiva, qual seja: ¿fumus comissi delicti¿, vez que, conforme já expostos alhures, simplesmente não há prova testemunhal produzida em juízo que coloque o acusado REVISON FERREIRA BARRADAS na cena do crime. Logo, a inexistência de um dos pressupostos impõe a revogação da prisão cautelar outrora decretada nestes autos e até o momento vigente. Diante do exposto, revogo a prisão preventiva de REVISON FERREIRA BARRADAS (artigo 316, do CPP), concedendo LIBERDADE PROVISÓRIA, desde que haja o cumprimento de medidas cautelares DIVERSAS DA PRISÃO (artigo 319, do CPP), são elas: 01. PROIBIÇÃO de frequentar bares e utilizar drogas; 02. RECOLHIMENTO domiciliar no período noturno, diariamente, no período compreendido das 22 até as 06 horas; O descumprimento de qualquer destas medidas ocasionará a decretação imediata da prisão preventiva do acusado, de acordo com a análise oportuna do magistrado! servirá esta decisão como mandado/ALVARÁ DE SOLTURA/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). CIÊNCIA ao Ministério Público e à defesa (Defensoria Pública e/ou advogado constituído). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 25 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 1 0 1 6 0 9 1 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 26/06/2019---AUTOR DO FATO:SID WILLIAMS DO CARMO DE OLIVIERA VITIMA:A. C. O. E. . AÇÃO ORDINÁRIA / AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0010160-91.2017.8.14.0012 DESPACHO 01. VISTA dos autos ao Ministério Público para requerer o que entender de direito; 02. Após, CONCLUSOS para decisão do magistrado; 03. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 4 1 5 5 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---VITIMA:A. V. P. ACUSADO:DOUGLAS MARTINS BARROS. AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0000141-55.2019.8.14.0012 DESPACHO 01. Como REQUER o Ministério Público; 02. DESIGNO audiência para o dia _____ as _____; 03. EXPEÇA-SE o necessário; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 6 3 8 4 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---ACUSADO:SEBASTIAO DA COSTA PANTOJA VITIMA:O. S. R. S. E. O. . AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0000163-84.2017.8.14.0012 DESPACHO 01. Como REQUER o Ministério Público; 02. Após, VISTA ao parquet para se manifestar novamente; 03. Enfim, CONCLUSOS para apreciação do magistrado; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 2 9 1 3 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:MARLESSON MARCOS RODRIGUES VITIMA:A. C. O. E. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0000291-36.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. Nos termos do artigo 55, da Lei nº 11.343/2006, NOTIFIQUE(M)-SE o(a)(s) acusado(a)(s) para apresentar defesa prévia por escrito através de advogado(a) ou de Defensor(a) no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o que, caso não ofereça, serão os autos encaminhados para Defensoria Pública ou ser-lhe-á nomeado defensor dativo para tal finalidade; 02. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 03. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 04. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 05. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 06. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 3 4 2 8 1 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 27/06/2019---VITIMA:R. P. J. VITIMA:L. M. C. DENUNCIADO:JOSIELSON PEREIRA DE OLIVEIRA. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0000342-81.2018.8.14.0012 AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL ACUSADO(A): _____. VÍTIMA(S): _____. CAPITULAÇ¿O PENAL: _____. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA RELATÓRIO SUCINTO (ARTIGO 423, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - CPP) 01. Adoto como relatório aquele da sentença de pronúncia de fls. retro, acrescentando que, transitada em julgado a sentença de pronúncia (fl. ____), o Ministério Público, na fase no artigo 422, do CPP, arrolou _____ (_____) testemunhas, sem pedido de diligências, ao passo que a defesa do réu arrolou _____ (_____) testemunhas e também não requereu diligências (fls. _____); 02. É a síntese do necessário. Doravante, decido. 03. Desse modo, DESIGNO sessão de julgamento perante o Tribunal do Júri para o dia _____/_____/_____, às _____:_____ horas, no salão do Tribunal do Júri. 04. INTIMEM-SE os jurados, o réu, o defensor do acusado (advogado constituído ou defensor dativo nomeado com poderes vigentes), se houver, o Defensor Público atuante nesta Comarca e o Representante do Ministério Público, assim como as testemunhas arroladas pelas partes, em especial, as que possuem cláusula de imprescindibilidade apontada pela parte que a arrolou, a fim de que sejam ouvidas em plenário; 05. OFICIE-SE ao TJPA solicitando o suprimento necessário à realização do julgamento; 06. JUNTE-SE aos autos Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) atualizada do acusado para o dia do julgamento em Plenário; 07. OFICIE-SE ainda ao Comando da Polícia Militar requisitando policiamento para a sessão; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO DE INTIMAÇÃO e/ou OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), o qual deverá ser cumprido sob o regime de medidas urgentes. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se e expeça-se o necessário. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 6 4 1 6 3 2 0 1 5 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---ACUSADO:SIDNEI GOMES DE SOUZA VITIMA:R. C. A. ACUSADO:MARIA DAS GRACAS RODRIGUES DE MORAES. AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0000641-63.2015.8.14.0012 DESPACHO 01. Como REQUER o Ministério Público; 02. Após, VISTA ao parquet para se manifestar novamente; 03. Enfim, CONCLUSOS para apreciação do magistrado; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 9 2 6 6 1 2 0 1 2 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---TESTEMUNHA:NATAL DE JESUS DE FREITAS

CALDAS TESTEMUNHA:ELVYS PACHECO MAGALHAES INDICIADO:EDIVAN BRITO GARCIA TESTEMUNHA:FRANCINELMA DO CARMO LEAO VITIMA:M. T. T. . EXECUÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0000926-61.2012.8.14.0012 DECISÃO Considerando o trânsito em julgado da sentença penal condenatória em desfavor do acusado EDIVAN BRITO GARCIA (fls. 74/79): 01. EXPEÇA-SE mandado de prisão em desfavor do acusado EDIVAN BRITO GARCIA; 02. CADASTRE-SE esta ordem de prisão no Banco Nacional de Mandados de Prisão 2.0 (BNMP 2.0); 03. Oportunamente, EXPEÇA-SE a guia de recolhimento definitiva; 04. CUMPRA-SE as demais determinações da sentença de fls. 74/79; 05. Enfim, ARQUIVEM-SE os autos com baixa da distribuição no Sistema Libra; 06. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA) 21 de março de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00009513020198140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:JARIELSON PANTOJA ESTUMANO. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0000951-30.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. Nos termos do artigo 55, da Lei nº 11.343/2006, NOTIFIQUE(M)-SE o(a)(s) acusado(a)(s) para apresentar defesa prévia por escrito através de advogado(a) ou de Defensor(a) no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o que, caso não ofereça, serão os autos encaminhados para Defensoria Pública ou ser-lhe-á nomeado defensor dativo para tal finalidade; 02. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 03. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 04. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 05. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 06. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00011473820108140012 PROCESSO ANTIGO: 201020005125 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) em: 27/06/2019---REPRESENTANTE:LEA MARIA PANTOJA DA SILVA REPRESENTANTE:LEIA MARIA PANTOJA DA SILVA VITIMA:W. M. C. VITIMA:M. A. B. C. INDICIADO:DIONISIO DO CARMO COSTA CORREA Representante(s): OAB 11505 - VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) VITIMA:R. P. S. REPRESENTANTE:MARIA DIANA DAS MERCES COSTA. EXECUÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0001147-38.2010.8.14.0012 DECISÃO Considerando o trânsito em julgado da sentença penal condenatória em desfavor do acusado DIONÍSIO DO CARMO COSTA CORRÊA (fl. 273): 01. EXPEÇA-SE guia de recolhimento definitiva, a fim de que seja cumprida a pena restritiva de direito fixada na sentença condenatória de fls. 179/189; 02. CUMPRA-SE as demais determinações da sentença de fls. 179/189; 03. Enfim, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa da distribuição no Sistema Libra; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA) 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00012527420198140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---VITIMA:L. A. V. C. INDICIADO:HELDER JUNIOR FONSECA NASCIMENTO. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0001252-74.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria

Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 1 4 0 2 8 9 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:LUCENIL RODRIGUES LOPES VITIMA:A. C. O. E. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0001402-89.2018.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 1 5 7 2 2 7 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---VITIMA:E. B. V. C. B. INDICIADO:EDIVAM DE SOUZA DA SILVA. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0001572-27.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais

(CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 1 6 5 2 8 8 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:LIDUINA COSTA RODRIGUES. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0001652-88.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. Nos termos do artigo 55, da Lei nº 11.343/2006, NOTIFIQUE(M)-SE o(a)(s) acusado(a)(s) para apresentar defesa prévia por escrito através de advogado(a) ou de Defensor(a) no prazo de 10 (dez) dias, advertindo-o que, caso não ofereça, serão os autos encaminhados para Defensoria Pública ou ser-lhe-á nomeado defensor dativo para tal finalidade; 02. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 03. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 04. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 05. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 06. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 1 7 1 4 3 1 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:NILZA DOS SANTOS CASTRO. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0001714-31.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 0 3 4 8 1 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - -

MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---VITIMA:A. M. L. INDICIADO:BENEDITO LIMA DOS SANTOS. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002034-81.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 1 3 2 6 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---INDICIADO:ADENIL GOMES MACHADO VITIMA:M. O. M. C. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002132-66.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 2 3 4 3 5 2 0 1 0 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 1 0 2 0 0 1 0 1 4 0 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL ACUSADO:LUZIA BRAGA CONTENTE RANIERI. AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0002234-35.2010.8.14.0012 DESPACHO 01. Como REQUER o Ministério Público; 02. Após, VISTA ao parquet para se manifestar novamente; 03. Enfim, CONCLUSOS para apreciação do magistrado; 04. SERVIRÁ o presente despacho como

MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00022372020108140012 PROCESSO ANTIGO: 201020010158 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Procedimento Investigatório Criminal (PIC-MP) em: 27/06/2019---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO ESTADUAL ACUSADO:JOSE RODRIGUES QUARESMA. AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0002237-20.2010.8.14.0012 DESPACHO 01. Como REQUER o Ministério Público; 02. DESIGNO audiência para o dia _____ as _____; 03. EXPEÇA-SE o necessário; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00022720320198140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---VITIMA:C. G. S. INDICIADO:AGENOR GONCALVES DE SOUSA. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002272-03.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00022841720198140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---VITIMA:L. W. B. INDICIADO:PEDRO WANZELER BATISTA. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002284-17.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo,

ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 2 9 3 7 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---VITIMA:L. A. S. INDICIADO:BENEDITO ADINALDO MARQUES PANTOJA. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002293-76.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 4 3 3 8 2 0 1 1 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---INDICIADO:JACKSON CARDOSO RIBEIRO Representante(s): OAB 8062 - NELMA MARIA DOS SANTOS VELOSO (ADVOGADO) VITIMA:C. B. S. F. . EXECUÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002443-38.2011.8.14.0012 DECISÃO Considerando o trânsito em julgado da sentença penal condenatória em desfavor do acusado JACKSON CARDOSO RIBEIRO (fl. 144): 01. EXPEÇA-SE mandado de prisão em desfavor do acusado JACKSON CARDOSO RIBEIRO; 02. CADASTRE-SE esta ordem de prisão no Banco Nacional de Mandados de Prisão 2.0 (BNMP 2.0); 03. Oportunamente, EXPEÇA-SE a guia de recolhimento definitiva; 04. CUMPRA-SE as demais determinações da sentença de fls. 90/95; 05. Enfim, ARQUIVEM-SE os autos com baixa da distribuição no Sistema Libra; 06. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 4 9 9 9 0 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---INDICIADO:DAVID EDER DA CRUZ CAMPOS VITIMA:E. M. R. C. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002499-90.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser

assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 5 5 1 2 3 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---ACUSADO:CHIMARLE BATISTA TELES Representante(s): OAB 17854 - MARTHA PANTOJA ASSUNCAO (ADVOGADO) VITIMA:D. C. G. VITIMA:L. C. S. S. . PEDIDO DE LIBERDADE PROVISÓRIA PROCESSO Nº 0002551-23.2018.8.14.0012 DECISÃO O acusado CHIMARLE BATISTA TELES, através de advogado constituído, requereu a revogação da prisão preventiva (fls. 141/154). Alega, em síntese, que o acusado está preso provisoriamente e possui enfermidade psicológica, necessitando de remédios e cuidados especiais. Ademais, assevera que não se encontram presentes os requisitos da prisão preventiva. Instado a se manifestar, o Ministério Público opinou pelo indeferimento do pedido de liberdade provisória por entender estarem presentes ainda os requisitos ensejadores da prisão preventiva na espécie (fls. 157/160). Vieram os autos conclusos. É a síntese do necessário. Doravante, decido. De início, assevero que indefiro o pleito. Primeiramente, a situação me lembra as palavras de Francesco Carnelutti, ¿Tudo de pede e tudo se espera do Estado¿ (As Misérias do Processo Penal, Russel Editores, p. 85). Primeiramente, afasto a tese de omissão deste juízo, pois tal argumento não pode prosperar. A um, porque não há que se falar em constrangimento ilegal, vez que se trata de rito complexo em que o acusado já fora pronunciado. A dois, vislumbro ainda a presença dos REQUISITOS pelos mesmos fundamentos já expostos na decisão que decretou a prisão do acusado em questão aos quais faço remissão per relationem (STF, AI 791292 QO-RG, Relator(a): Min. Gilmar Mendes, julgado em 23/06/2010, Repercussão Geral - Mérito). A três, entendo que é possível o acompanhamento do acusado pelo Sistema Penitenciário e pelos profissionais que trabalham na área. A quatro, pondero que a pena em caso de eventual condenação será possivelmente superior à 04 (quatro) anos de reclusão, o que atende também à CONDIÇÃO legal do artigo 313, inciso I, do Código de Processo Penal (CPP). Enfim, não observo mudança fática relevante. A instrução segue sua normalidade possível, inclusive, já tendo sido o acusado pronunciado para ser julgado pelo juiz natural: o Tribunal do Júri. Por conseguinte, filio-me ao entendimento de que eventual excesso de prazo deve ser visto sob a ótica do princípio da razoabilidade, consoante ensina jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ): PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO NÃO VERIFICADO. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA DEMONSTRADA. GRAVIDADE CONCRETA DO DELITO. REITERAÇÃO DELITIVA. PERICULOSIDADE DO RÉU. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. 1. O excesso de prazo para o término da instrução criminal, segundo entendimento jurisprudencial deste Tribunal, deve ser aferido dentro dos limites da razoabilidade, considerando circunstâncias excepcionais que venham a retardar a instrução criminal e não se restringindo à simples soma aritmética de prazos processuais. 2. Não se vislumbra constrangimento ilegal por excesso de prazo quando o retardo no processamento do feito criminal advém da complexidade da causa. 3. Hipótese em que o feito tramita normalmente, tendo sido retardado apenas em parte, devido à necessidade de suspensão da audiência de inquirição das testemunhas, que não compareceram ao ato. 4. Exige-se concreta motivação do decreto de prisão preventiva, com base em fatos que efetivamente justifiquem a excepcionalidade da medida. 5. Circunstâncias descritas nos autos que corroboram a necessidade de manutenção da segregação acautelatória do paciente para a garantia da ordem pública, diante da gravidade concreta do delito, considerando o modus operandi empregado _ golpes de ferro e de faca, além do uso de pedras e tijolos quando a vítima já estava no chão, bem como a recidiva criminosa, uma vez constatado que ele responde a várias outras ações penais, o que demonstra a sua periculosidade. 6. Recurso ordinário desprovido.

(RHC 52.456/PI, Relator Ministro Gurgel de Faria, Quinta Turma, julgado em 07.04.2015, DJe 16.04.2015).

Não obstante, o Plano de Gestão de Varas Criminais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também considera nos prazos processuais de acusados presos os lapsos temporais oriundos de atos processuais inerentes ao processo criminal, tal como: atos de secretária, cumprimento de mandados de judiciais etc. Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de revogação de prisão preventiva de CHIMARLE BATISTA TELES. CIÊNCIA ao Ministério Público e à defesa (Defensoria Pública ou advogado constituído). Servirá esta decisão, se for necessário, como mandado/ALVARÁ DE SOLTURA/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019.

Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 8 9 3 9 7 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---ACUSADO:CLAUDIO LUIZ PINTO CARDOSO VITIMA:D. F. P. . AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0002893-97.2019.8.14.0012 DESPACHO 01. Como REQUER o Ministério Público; 02. Após, VISTA ao parquet para se manifestar novamente; 03. Enfim, CONCLUSOS para apreciação do magistrado;

04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 3 8 7 2 5 9 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---AUTOR:CLEBER DOS SANTOS TRINDADE VITIMA:O. A. F. . AÇÃO ORDINÁRIA / AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0003872-59.2019.8.14.0012 DESPACHO 01. VISTA dos autos ao Ministério Público para requerer o que entender de direito; 02. Após, CONCLUSOS para decisão do magistrado; 03. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 0 5 2 7 5 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 27/06/2019---AUTOR:BRUNO GOMES MONTEIRO VITIMA:J. K. P. V. . MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - LEI MARIA DA PENHA PROCESSO Nº 0004052-75.2019.8.14.0012 DECIS¿O Cuida-se da solicitação de Medidas Protetivas de Urgência requeridas por J.K.P.V., já qualificada nos autos, em desfavor de BRUNO GOMES MONTEIRO, pois seria vítima de suposto crimes contra honra no contexto de violência doméstica, conforme relatado nestes autos, apresentado pela autoridade de Polícia Civil desta circunscrição. É a síntese do necessário. Doravante, decido. Analisando os autos, verifico que há indícios de autoria e materialidade, sendo necessárias as medidas elencadas para que seja garantida a integridade física e psicológica da vítima. Assim sendo, DEFIRO o requerido e determino as seguintes medidas:

CONTRA O AGRESSOR: 01.Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; 02. Proibiç¿o de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximaç¿o da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, devendo manter a distância mínima de100 (cem) metros; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação (WhatsApp, mensagem, telefonema etc.); c) frequentar determinados lugares, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida, em especial, a residência desta; O descumprimento de qualquer destas medidas ocasionará a decretação imediata da prisão preventiva do acusado, a ser apurado oportunamente pelo magistrado. As demais medidas não abarcadas por esta decisão foram afastadas por serem incompatíveis com as demais, inexistirem parâmetros objetivos para sua fixação (guarda e alimentos provisórios) e/ou por não se mostrarem pertinentes no caso concreto. INTIMEM-SE a vítima e o suposto agressor para que cumpram as medidas, sob pena do crime de desobediência (artigo 330, do Código Penal). O oficial de justiça deverá certificar no mandado se a vítima deseja ou não continuar com a ação e qual a sua situação física e psicológica quanto ao suposto agressor. Cite-se o Requerido para, querendo, apresentar defesa nos autos da medida protetiva, no prazo de 5 (cinco) dias e alertando-o que, em caso de ausência de manifestação, estabilizar-se-á a presente medida (artigo 304, do Código de Processo Civil - CPC), extinguindo-se o processo apenas com a presente tutela provisória de natureza cautelar antecedente, a qual tornar-se-á definitiva após 02 (dois) anos (§5º, artigo 304, do

CPC). À autoridade policial para instaurar o inquérito policial para apuração de possível ilícito penal. Por questão de eficiência processual (artigo 8º, do CPC), SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ DE SOLTURA, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache J uiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 0 8 2 8 1 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:MIVALDO DE JESUS SILVA DA SILVA. AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0004082-81.2017.8.14.0012 DESPACHO 01. Como REQUER o Ministério Público; 02. Após, VISTA ao parquet para se manifestar novamente; 03. Enfim, CONCLUSOS para apreciação do magistrado; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 1 1 3 3 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 27/06/2019---FLAGRANTEADO:PAULO HENRIQUE DE BRITO GONCALVES VITIMA:C. L. S. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0004113-33.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 1 9 4 7 9 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Carta de Ordem Criminal em: 27/06/2019---ORDENANTE:SECRETARIA DA TERCEIRA TURMA DE DIREITO PENAL PA ORDENADO:JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETA APELANTE:ADRIAO DE OLIVEIRA NUNES. CARTA DE ORDEM PROCESSO Nº 0004194-79.2019.8.14.0012 DESPACHO 01. Considerando a certidão de fls. retro, DEVOLVA-SE a carta de ordem ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) com os votos de elevada estima e distinta consideração; 02. EXPEÇA-SE o necessário; 03. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 1 9 5 6 4 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Carta de Ordem Criminal em: 27/06/2019---ORDENANTE:SECRETARIA DA TERCEIRA TURMA DE DIREITO PENAL DO TJE PA ORDENADO:JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETA APELANTE:ARTUR BARBOSA MORAES. CARTA DE ORDEM PROCESSO Nº 0004195-64.2019.8.14.0012 DESPACHO 01. Considerando a certidão de fls. retro, DEVOLVA-SE a carta de

ordem ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) com os votos de elevada estima e distinta consideração; 02. EXPEÇA-SE o necessário; 03. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 3 5 5 8 9 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 27/06/2019---FLAGRANTEADO:FELIPE DAMASCENO WANZELER VITIMA:A. C. O. E. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0004355-89.2019.8.14.0012 DECISÃO

Considerando a informação recebida pela SUSIPE de que o acusado apresentou nome falso no presente flagrante, bem como que é foragido do sistema penal, DETERMINO: 01. RETIFIQUE-SE a capa dos autos para inclusão do nome correto do acusado; 02. Em prosseguimento, verifico que é hipótese de decretação da prisão preventiva do(a)(s) acusado(a)(s). A um, porque há prova da materialidade e indícios de autoria suficientes nos elementos informativos acostados aos autos (PRESSUPOSTOS). A dois, porque encontra-se presente o REQUISITO LEGAL de ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL, tendo em vista que o(a)(s) acusado(a)(s) já demonstrou(ram) nos autos sua inequívoca intenção de se subtrair à aplicação da lei penal, vez que é atualmente foragido do Sistema Penal, razão pela qual a decretação de sua custódia cautelar se faz necessária. A três, porque a pena máxima cominada abstrata e cumulativamente dos crimes em questão supera os quatros anos de prisão, o que atende à CONDIÇÃO LEGAL prevista no artigo 313, inciso I, do CPP. Assim sendo, DECRETO a prisão preventiva do acusado PAULO DE JESUS WANZELER supramencionado, assim o fazendo com base nos artigos 312, 313, inciso I e 366 todos do CPP; 03. CADASTRE-SE esta ordem de prisão no Banco Nacional de Mandados de Prisão 2.0 (BNMP 2.0); 04. REVOGO a liberdade provisória com fiança concedida nestes autos fls. 19/20; 05. CIÊNCIA ao Ministério Público e à defesa (Defensoria Pública ou advogado constituído); 06. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 3 7 5 8 0 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Carta Precatória Criminal em: 27/06/2019---JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA SEGUNDA VARA DE JUIZADO DE VIOLENCIA DOMESTICA DA COMARCA DE BELEM JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA COMARCA DE CAMETA ACUSADO:ESTEFANIO TENORIO DE FARIAS VITIMA:E. A. S. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0004375-80.2019.8.14.0012 DESPACHO 01. DESIGNO audiência admonitória para a data de _____ as _____, a fim de advertir o condenado acerca das consequências de nova infração penal e do descumprimento das condições impostas (artigo 160, da Lei de Execução Penal - LEP); 02. INTIME-SE somente o apenado; Ciência ao parquet. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se

Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 5 0 2 7 3 4 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 27/06/2019---AUTOR DO FATO:JOSE ROSIVALDO DE SOUSA PINTO VITIMA:A. C. O. E. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0005027-34.2018.8.14.0012 DECISÃO

Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do

processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 5 4 6 4 1 2 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:JHONATAN ALMEIDA DE BRITO. AÇÃO ORDINÁRIA / AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0005464-12.2017.8.14.0012 DESPACHO 01. VISTA dos autos ao Ministério Público para requerer o que entender de direito; 02. Após, CONCLUSOS para decisão do magistrado; 03. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 5 7 2 2 5 6 2 0 1 6 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERENTE:BENEDITA RAIMUNDA SOLENE SOUZA DE OLIVEIRA REPRESENTANTE:SEBASTIAO DO SOCORRO ALVES DE OLIVEIRA Representante(s): MARCIO DA SILVA CRUZ (DEFENSOR) REQUERIDO:MUNICIPIO DE CAMETA. AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0005722-56.2016.8.14.0012 DESPACHO 01. Como REQUER o Ministério Público; 02. Após, VISTA ao parquet para se manifestar novamente; 03. Enfim, CONCLUSOS para apreciação do magistrado; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 6 5 3 0 2 7 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Interdição em: 27/06/2019---REQUERENTE:ANA DO SOCORRO RODRIGUES BATISTA Representante(s): OAB 9698 - MARCIO DA SILVA CRUZ (DEFENSOR) INTERDITANDO:CHIMARLE BATISTA TELES. AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0006530-27.2017.8.14.0012 SENTENÇA

Adoto como relatório os fatos constantes nos presentes autos. Vieram os autos conclusos.

É a síntese do necessário. Doravante, decido. Como é cediço, o Código de Processo Civil arrola como uma das causas de extinção do processo sem resolução do mérito a inação do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este é devidamente chamado para a realização de determinada diligência ou ato processual, mas se queda inerte. Analisando os autos, é possível perceber que houve inércia do requerente/exequente, restando caracterizado está seu total desinteresse no prosseguimento do processo, merecendo a sua extinção. Compulsando os autos, verifica-se que a ausência, pelos motivos expostos, de manifestação dos requerentes propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfação da tutela jurisdicional. No presente caso, constata-se que o requerente foi intimado de despacho em que se determinava que ele manifestasse interesse no prosseguimento do feito ou praticasse algum ato processual, todavia, tal parte quedou-se inerte, deixando transcorrer in albis o prazo processual, razão pela qual a medida mais acertada é extinção do processo por abandono de causa. Ora, a marcha processual não pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneça em Secretaria Judicial ou ocupando a máquina judiciária com providências infrutíferas, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder Judiciário. Outrossim, cumpre destacar que a presente extinção não impede que a parte intente nova ação. Por conseguinte, resta evidente o abandono do processo, pelo que tenho caracterizado a perda superveniente do interesse processual. Nesse sentido: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. BUSCA COBRANÇA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR (CONSUBSTANCIADO PELO ABANDONO DA CAUSA). ESCORREITA A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO (ART. 267, INC. III, DO CPC). O desatendimento imotivado aos comandos judiciais para dar andamento ao feito, notadamente quanto ao cumprimento de diligências que dependem de providências por parte do requerente, com vistas ao bom andamento da ação, caracteriza a perda superveniente do interesse de agir (consubstanciado, in casu, pelo abandono da causa), com a consequente extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267 , inc. III , do CPC), haja vista que essa inércia esvazia o conteúdo de eventual provimento judicial quanto

ao mérito. Recurso conhecido e não provido. (TJ-DF - Apelação Cível APC 20080110774173 (TJ-DF) - Data de publicação: 05/06/2015). Enfim, o abandono da causa pela parte requerente/exequente demonstra a ausência de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional, o que enseja a extinção do feito. Pelo exposto, configurada a falta de interesse processual superveniente, consubstanciado, pelo abandono da causa, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no inciso III, artigo 485, Código de Processo Civil (CPC). Não há custa, pois foi DEFIRO/MANTENHO o benefício da justiça gratuita, nos termos da presunção legal do §3º, artigo 99, do CPC. INTIMEM-SE as partes através de seus causídicos apenas pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Registre-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa da distribuição no Sistema Libra. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 7 7 1 8 2 1 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---INDICIADO:HAGIL DE ARAGAO MONTEIRO VITIMA:L. G. P. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0007718-21.2018.8.14.0012 DESPACHO 01. DESIGNO audiência de instrução e julgamento para a data de _____ as _____; 02. INTIMEM-SE as partes e as testemunhas respectivamente arroladas, desde que tendo sido oferecidos os respectivos endereços; 03. JUNTE-SE aos autos Certidão(ões) de Antecedente(s) Criminal(is) do(s) Acusado(s), caso tal providência não tenha ainda sido adotada pela Secretaria; 04. CIÊNCIA ao parquet e à Defesa (Defensoria Pública ou advogado constituído). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se

Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 1 1 2 0 1 3 0 2 0 1 6 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 27/06/2019---INDICIADO:APURACAO VITIMA:F. P. C. . AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0011201-30.2016.8.14.0012 DESPACHO 01. Como REQUER o Ministério Público; 02. Após, VISTA ao parquet para se manifestar novamente; 03. Enfim, CONCLUSOS para apreciação do magistrado; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 1 1 7 6 1 9 8 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:J. V. S. . AÇÃO ORDINÁRIA / AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0011761-98.2018.8.14.0012 DESPACHO 01. VISTA dos autos ao Ministério Público para requerer o que entender de direito; 02. Após, CONCLUSOS para decisão do magistrado; 03. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 1 1 7 6 3 6 8 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 27/06/2019---INDICIADO:DESCONHECIDO VITIMA:B. S. F. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0011763-68.2018.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo,

ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 1 5 6 6 0 1 2 2 0 1 5 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Carta Precatória Criminal em: 27/06/2019---JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA QUINTA VARA CRIMINAL DE ANANINDEUA JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETA ACUSADO:FELIPE MATHEUS TRAJANO FELIX VITIMA:C. L. A. . CARTA PRECATÓRIA PROCESSO Nº 0015660-12.2015.8.14.0012 DESPACHO 01. Considerando a certidão de fls. retro, DEVOLVA-SE a presente carta precatória ao juízo deprecante com os votos de elevada estima e distinta consideração; 02. EXPEÇA-SE o necessário; 03. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 2 0 1 9 8 5 4 2 0 1 5 8 1 4 0 2 0 0 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Procedimentos Investigatórios em: 27/06/2019---ENCARREGADO:AILTON JOSE SILVA DE FREITAS INDICIADO:BENEDITO ADINALDO MARQUES PANTOJA VITIMA:M. S. G. VITIMA:M. G. M. . AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0020198-54.2015.8.14.0200 DESPACHO 01. Como REQUER o Ministério Público; 02. Após, VISTA ao parquet para se manifestar novamente; 03. Enfim, CONCLUSOS para apreciação do magistrado; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 4 4 6 4 4 0 6 2 0 1 5 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Guarda em: 27/06/2019---REQUERENTE:B. A. G. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) REQUERENTE:L. M. G. Representante(s): OAB -- - DEFENSORIA PUBLICA (DEFENSOR) ENVOLVIDO:S. G. D. ENVOLVIDO:S. G. D. ENVOLVIDO:S. G. D. REQUERIDO:N. N. D. . AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0044644-06.2015.8.14.0012 SENTENÇA Adoto como relatório os fatos constantes nos presentes autos. Vieram os autos conclusos. É a síntese do necessário. Doravante, decido. Como é cediço, o Código de Processo Civil arrola como uma das causas de extinção do processo sem resolução do mérito a inação do autor por mais de 30 (trinta) dias, que resta caracterizada quando este é devidamente chamado para a realização de determinada diligência ou ato processual, mas se queda inerte. Analisando os autos, é possível perceber que houve inércia do requerente/exequente, restando caracterizado está seu total desinteresse no prosseguimento do processo, merecendo a sua extinção. Compulsando os autos, verifica-se que a ausência, pelos motivos expostos, de manifestação dos requerentes propicia tacitamente o desinteresse no prosseguimento da demanda e na satisfação da tutela jurisdicional. No presente caso, constata-se que o requerente foi intimado de despacho em que se determinava que ele manifestasse interesse no prosseguimento do feito ou praticasse algum ato processual, todavia, tal parte quedou-se inerte, deixando transcorrer in albis o prazo processual, razão pela qual a medida mais acertada é extinção do processo por abandono de causa. Ora, a marcha processual não pode ficar ao alvedrio das partes, fazendo com que o processo permaneça em Secretaria Judicial ou ocupando a máquina judiciária com providências infrutíferas, quando o principal interessado no andamento do feito sequer demonstra empenho em receber a resposta do Poder Judiciário. Outrossim, cumpre destacar que a presente extinção não impede que a parte intente nova ação. Por conseguinte, resta evidente o abandono do processo, pelo que tenho caracterizado a perda superveniente do interesse processual. Nesse sentido: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. BUSCA COBRANÇA. PERDA SUPERVENIENTE DO INTERESSE DE AGIR (CONSUBSTANCIADO PELO ABANDONO DA CAUSA). ESCORREITA A EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM ANÁLISE DO MÉRITO (ART. 267, INC. III, DO CPC). O desatendimento imotivado aos comandos judiciais para dar andamento ao feito, notadamente quanto ao cumprimento de diligências que dependem de providências por parte do requerente, com vistas ao bom

andamento da ação, caracteriza a perda superveniente do interesse de agir (consubstanciado, in casu, pelo abandono da causa), com a consequente extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267 , inc. III , do CPC), haja vista que essa inércia esvazia o conteúdo de eventual provimento judicial quanto ao mérito. Recurso conhecido e não provido. (TJ-DF - Apelação Cível APC 20080110774173 (TJ-DF) - Data de publicação: 05/06/2015). Enfim, o abandono da causa pela parte requerente/exequente demonstra a ausência de necessidade/utilidade do provimento jurisdicional, o que enseja a extinção do feito. Pelo exposto, configurada a falta de interesse processual superveniente, consubstanciado, pelo abandono da causa, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com fulcro no inciso III, artigo 485, Código de Processo Civil (CPC). Não há custa, pois foi DEFIRO/MANTENHO o benefício da justiça gratuita, nos termos da presunção legal do §3º, artigo 99, do CPC. INTIMEM-SE as partes através de seus causídicos apenas pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Registre-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando-se baixa da distribuição no Sistema Libra. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 9 5 6 5 0 5 2 2 0 1 5 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---INDICIADO:EM APURACAO VITIMA:A. B. S. X. . AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0095650-52.2015.8.14.0012 DESPACHO 01. Como REQUER o Ministério Público; 02. Após, VISTA ao parquet para se manifestar novamente; 03. Enfim, CONCLUSOS para apreciação do magistrado; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 1 2 1 6 4 9 0 7 2 0 1 5 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 27/06/2019---ACUSADO:ELDEN VIANA FERREIRA VITIMA:R. R. B. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 0121649-07.2015.8.14.0012 SENTENÇA Versa a presente demanda sobre aç¿o penal intentada pelo Parquet com o fito de obter a condenaç¿o do (s) denunciado (s) ELDEN VIANA FERREIRA, incurso (s), supostamente, pela pratica do (s) delito (s) capitulado (s) no (s) Art. 129 (Pena - detenç¿o, de três meses a um ano) do CPB. Observado os fatos ocorreram em 25/01/2015, sendo esta data, portanto, o termo inicial para a contagem da prescriç¿o da pretens¿o punitiva do Estado em face do autor do delito. Desde a ocorrência dos fatos narrados na peça acusatória até a presente data transcorreram mais de 04 (quatro) anos. Com relaç¿o ao crime capitulado no art. 129, do CPB, ainda que houvesse sentença condenatória desfavorável ao autor do fato, o quantum de pena aplicada n¿o ultrapassaria 01 (um) ano, logo, restaria fulminada a pretens¿o punitiva do Estado face a incidência do instituto da prescriç¿o ficta, com fundamento no art. 109, inciso VI do CPB. Por todo exposto, por se tratar de matéria de interesse público, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do (a) (s) nacional (is) ELDEN VIANA FERREIRA, pela (s) respectiva (s) conduta (s) que lhe é (s¿o) atribuída (s), em face da prescriç¿o da pretens¿o punitiva do Estado, nos termos do art. 107, IV, c/c art. 109, e ss todos do Código Penal. CIÊNCIA ao parquet. INTIME-SE o(a) (s) acusado (a) (s) apenas pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cametá/Pa, 26/06/2019. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito Página de 2 Fórum de: CAMETÁ Email: 1cameta@tjpa.jus.br Endereço: Rua Trilha da Juventude, s/nº, ao lado da Prefeitura de Cametá CEP: 68.400-000 Bairro: Centro Fone: (91)3781-1744

P R O C E S S O : 0 0 0 0 0 0 1 2 1 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---VITIMA:M. M. A. ACUSADO:DJAVAN DA CONCEICAO DOS SANTOS Representante(s): OAB 11505 - VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) . TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0000001-21.2019.8.14.0012 - Roubo Majorado. Data: 26 de junho de 2019. Hora: 09h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Incidência Penal: Art. 157, § 2º-A, inciso I, do CPB. Partes: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Advogado: Drª. Martha Pantoja Assunção ¿ OAB/PA Nº 17.854. Acusado: Djavan da Conceição dos Santos. Vítima: Max Móia Alves. Testemunhas de Acusação: Wlander Albuquerque Sabóia; Edilson Nepomuceno de Oliveira Júnior; Felipe Pereira Osmar. A ADVOGADA do acusado requereu prazo para juntar procuração. ABERTA A AUDIÊNCIA, feito o pregão das partes, verificou-se a presença do

acusado, das testemunhas da Representante do Ministério Público e da Defesa. DA RESPOSTA À ACUSAÇÃO: Pela ordem, atesto que a defesa do acusado não fez argumentações em sede preliminar, nem indicou a ocorrência de qualquer nulidade ou incidente processual que fizesse óbice ao prosseguimento da ação penal, reservando-se para adentrar no mérito por ocasião dos Memoriais. Assim, considerando o teor da Resposta à Acusação, não sendo o caso de absolvição sumária ou nulidade do processo, dou prosseguimento ao feito e mantenho a audiência de instrução e julgamento para esta data. A AUDIÊNCIA estará disponível em mídia gravada, através do sistema KENTA, com a autorização das partes para a utilização de suas imagens. A AUDIÊNCIA está sendo realizada sem o uso de algemas. A DENÚNCIA foi lida para os presentes. A VÍTIMA solicitou que fosse ouvida sem a presença do acusado, sendo este retirado e colado em um local sem contato com a sala de audiências, a vítima e as testemunhas. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da VÍTIMA: MAX MÓIA ALVES ¿ RG Nº 5049818/PA; CPF Nº 789.224.612-68, qualificado nos autos. A vítima não presta compromisso. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, pela Defesa e pelo MM. Juiz. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: EDILSON NEPOMUCENO DE OLIVEIRA JÚNIOR ¿ RG Nº 42.402-PM/PA; CPF Nº 669.822.513-49, qualificado nos autos. Testemunha compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, pela Defesa e pelo MM. Juiz. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: WLANDER ALBUQUERQUE SABÓIA ¿ RG Nº 42.934-PM/PA; CPF Nº 959.403.592-72, qualificado nos autos. Testemunha compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Defesa e pelo MM. Juiz. EM SEGUIDA, procedeu-se a oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: FELIPE PEREIRA OSMAR ¿ RG Nº 42.606-PM/PA; CPF Nº 036.304.992-44, qualificado nos autos. Testemunha Compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, pela Defesa e pelo MM. Juiz. ENCERRADA a oitiva das testemunhas, procedeu-se a QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO DO ACUSADO. Qual o seu nome? R: DJAVAN DA CONCEIÇÃO DOS SANTOS ¿ RG E CPF NÃO APRESENTADOS. De onde é natural? R: CAMETÁ/PA. Qual o seu estado Civil? R: SOLTEIRO. Qual a sua idade? R: 19 ANOS ¿ NASCIDO EM 10/01/2000. Qual a sua filiação? R: JEOVAL FERREIRA DOS SANTOS e JANDIRA EVARISTA DA CONCEIÇÃO. Qual a sua residência? RUA VALDA VALENTE, Nº 3211, PRÓXIMO DA EMEF SANTA TEREZINHA, BAIRRO CIDADE NOVA, MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA. Quais os seus meios de vida? R: LAVRADOR. Qual o seu local de trabalho? R: LAVOURA/ROÇA/CAMPO. Sabe Ler e Escrever? R: SIM (ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO ¿ 4ª SÉRIE). É eleitor? R: NÃO. Possui CPTS? R: NÃO. Se já foi preso ou processado anteriormente? R: NÃO. Cor? R: NEGRA. É usuário de drogas? R: SIM (MACONHA). Bebe e/ou Fuma? R: NÃO. Recebe Ajuda de Programas do Governo? R: NÃO. Possui Filhos? R: NÃO. É Portador de doenças contagiosas? R: NÃO. Faz uso de medicamentos de uso controlado? R: NÃO. Depois de cientificado da acusação, foram-lhe formuladas as perguntas, de acordo com o art. 188 do mesmo Código e art. 5º LXIII da Constituição Federal, ciente do seu direito constitucional de permanecer em silêncio, sem que isso lhe cause prejuízo. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pelo MM. Juiz, pela Representante do Ministério Público e pela Defesa. A DEFESA não tinha nada a requerer. DELIBERAÇÃO: 1. CONCEDO que a procuração seja juntada aos autos quando da apresentação de alegações finais pela causídica que ora patrocinou o acusado neste ato processual; 2. VISTAS ao Ministério Público e, imediatamente em seguida, à Defesa, para, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias corridos apresentarem suas alegações finais escritas; 3. Após, CONCLUSOS para sentença; 4. CIENTES os presentes. NADA MAIS HAVENDO, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada, com exceção da vítima e das testemunhas, cujas presenças encontram-se registradas na mídia gravada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

PROCESSO: 00000172020088140012 PROCESSO ANTIGO: 200820000187 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 28/06/2019---VITIMA:E. TESTEMUNHA:RENATO MORAES DA CUNHA TESTEMUNHA:EVERALDO MOREIRA DE AQUINO INDICIADO:JOAO RAIMUNDO MARTINS PEREIRA Representante(s): NELMA MARIA DOS SANTOS VELOSO (ADVOGADO) ROSINEIDE MACHADO MORAES (ADVOGADO) TESTEMUNHA:GLEIDSON SANTOS DA SILVEIRA VITIMA:J. A. S. C. . Nos termos dos artigos 1º e 3º da Resolução/TJEPA nº 010 de 20 de junho de 2018, redistribua-se os presentes autos a 1ª Vara Criminal de Cametá, competente para o prosseguimento do feito em razão da matéria. Cametá, 25 de junho de 2019. José Matias Santana Dias Juiz de Direito

PROCESSO: 00000330320118140012 PROCESSO ANTIGO: 201120000091 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS Ação: Ação Penal de Competência do Júri em: 28/06/2019---AUTOR:A JUSTICA PUBLICA REU:IPC JOSE MARIA MIRANDA DOS SANTOS Representante(s): OAB 14948 - FRANCELINO DA SILVA PINTO NETO

(ADVOGADO) VITIMA:C. C. B. . Nos termos dos artigos 1º e 3º da Resolução/TJEPA nº 010 de 20 de junho de 2018, redistribua-se os presentes autos a 1ª Vara Criminal de Cametá, competente para o prosseguimento do feito em razão da matéria. Cametá, 25 de junho de 2019. José Matias Santana Dias Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 2 7 7 6 2 0 1 6 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:ELIVALDO CASTOR DA SILVA. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 0000127-76.2016.8.14.0012 Denunciado (s): ELIVALDO CASTOR DA SILVA SENTENÇA

Versa a presente demanda sobre ação penal intentada pelo Parquet com o fito de obter a condenação do denunciado ELIVALDO CASTOR DA SILVA como incurso no (s) tipo (s) penal (is) descrito (s) no Art. 12, caput da Lei n. 10.826/2003 (pena detenção de 01 a 03 anos). Data a ocorrência dos fatos de 21/12/2015. Ante o lapso temporal perpassado desde a ocorrência dos fatos, pelo que calculo terem transcorridos mais de 03 (três) anos, resta concluir que o instituto da prescrição fulminou a pretensão punitiva do Estado em face do acusado, nos termos do art. 109, inc. VI do CPB. Ante ao exposto, acolho a manifestação do Ministério Público e DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE, com fundamento nos artigos 107, V, 109 e seus incisos, 117, I, todos do CPB, do (s) denunciado (s) ELIVALDO CASTOR DA SILVA, pela(s) respectiva(s) conduta(s) que lhe (s) foi imputada (s) nos termos da denúncia descrita nesse feito. Dê-se ciência ao Ministério Público. Proceda-se a intimação do acusado apenas pelo Diário da Justiça Eletrônico (DJE). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se com a devida baixa na distribuição. Cametá (PA), 26 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 1 6 1 4 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---VITIMA:M. N. O. ACUSADO:JOSIAS VILENA DOS SANTOS ACUSADO:ISRAEL DOS SANTOS MORAES Representante(s): OAB 12945 - LAERCIO PATRIARCHA PEREIRA (ADVOGADO) . ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0000161-46.2019.8.14.0012 - Furto Qualificado. Data: 26 de junho de 2019. Hora: 13h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá Referência Penal: Artigo 155, § 1º e § 4º, inciso IV, do CPB. PARTES: Juiz de Direito: José Matias Santana Dias. Ministério Público: Ausência Justificada. Advogado Dativo: Dr. Laércio Patriarcha Pereira ¿ OAB/PA Nº 12.945. Acusados: Josias Vilena dos Santos; Israel dos Santos Moraes. Vítima: Maria de Nazaré de Oliveira. Testemunhas de Acusação: Felipe Pereira Osmar; José Ricardo de Almeida. ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a ausência justificada da Representante do Ministério Público, a qual solicitou que tinha que participar de uma audiência em seu cargo, de interesse público. AUSENTES a testemunha de acusação JOSÉ RICARDO DE ALMEIDA, o qual se encontra em gozo de Licença Especial, conforme Oficio Nº 467/2019 ¿ 1ª Seção/32º BPM, acostado aos autos. AUSENTE o acusado JOSIAS VILENA DOS SANTOS, já falecido, conforme Processo: 0002208-90.2019.8.14.0012, que apura o crime em que foi vítima. A AUDIÊNCIA estará disponível em mídia gravada, através do sistema KENTA, com a autorização dos depoentes quanto ao uso de suas imagens. AUDIÊNCIA realizada sem o uso de algemas. A REPRESENTAÇÃO do Ministério Público foi lida aos presentes. A VÍTIMA e a testemunha solicitaram que fossem ouvidas sem a presença do acusado, o qual foi colocado em uma sala separada e sem contato com a Sala de Audiências. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da VÍTIMA: MARIA DE NAZARÉ DE OLIVEIRA ¿ RG Nº 4036620-PC/PA; CPF Nº 650.235..602-87, qualificada nos autos. A Vítima não presta compromisso. Inquirida, respondeu às perguntas formuladas pela Defesa e pelo MM. Juiz. EM SEGUIDA, procedeu-se a oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: FELIPE PEREIRA OSMAR ¿ RG Nº 42.606-PM/PA; CPF Nº 036.304.992-44, qualificado nos autos. Testemunha Compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Defesa e pelo MM. Juiz. NESTA OPORTUNIDADE registrou-se o retorno da Representante do Ministério Público. A REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO desistiu da oitiva da testemunha ausente. A DEFESA não arrolou testemunhas. ENCERRADA a oitiva das testemunhas, procedeu-se a QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO DO ACUSADO. Qual o seu nome? R: ISRAEL DOS SANTOS MORAES, vulgo ¿ZERADO¿ ¿ RG Nº 6729893-PC/PA e CPF NÃO APRESENTADO. De onde é natural? R: CAMETÁ/PA. Qual o seu estado Civil? R: SOLTEIRO. Qual a sua idade? R: 26 ANOS ¿ NASCIDO EM 02/07/1992. Qual a sua filiação? R: GALIANO DOS SANTOS e ELIZABETE EDILENA DOS SANTOS. Qual a sua residência? R: RUA MURURÉ, S/Nº, PRÓXIMO DA CASA DO TOSTÃO, BAIRRO PRIMAVERA, MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA. Quais os seus meios de vida? R: LAVRADOR. Qual o seu local de trabalho? R: LAVOURA/CAMPO/ROÇA. Sabe Ler e Escrever? R: SIM (ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO ¿ 2ª SÉRIE). É eleitor? R: SIM. Possui CPTS? R: SIM. Se já foi preso ou

processado anteriormente? R: SIM (ROUBO). Cor? R: PARDA. Bebe e/ou Fuma? R: BEBE; FUMA CIGARROS. É usuário de drogas? R: NÃO. Recebe Ajuda de Programas do Governo? R: NÃO. Possui Filhos? R: NÃO. Sofre de doenças contagiosas? R: NÃO. Faz uso de medicamentos de uso controlado? R: NÃO. Depois de cientificado da acusação, foram-lhe formuladas as perguntas, de acordo com o art. 188 do mesmo Código e art. 5º LXIII da Constituição Federal, ciente do seu direito constitucional de permanecer em silêncio, sem que isso lhe cause prejuízo. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pelo MM. Juiz. A Representante do Ministério Público e a Defesa nada perguntaram. FINALMENTE O MM. JUIZ, PROFERIU A SEGUINTE DELIBERAÇÃO: 1. VISTAS ao Ministério Público e, imediatamente em seguida, à Defesa, para, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias corridos apresentarem suas alegações finais escritas; 2. Após, CONCLUSOS para sentença; 3. CIENTES os presentes. Nada mais havendo, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada, com exceção da vítima e da testemunha, cuja presença. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 0 0 5 2 1 7 8 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:LUAN DA SILVA COUTINHO Representante(s): OAB 25865 - MAURILO ANDRADE CARDOSO (ADVOGADO) . TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0000521-78.2019.8.14.0012 - Tráfico de Drogas. Data: 26 de junho de 2019. Hora: 08h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Incidência Penal: Art. 33, da Lei nº 11.343/2006. Partes: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Advogado Dativo: Dr. Maurilo Andrade Cardoso ¿ OAB/PA Nº 25.865. Acusado: Luan da Silva Coutinho. Vítima: A Coletividade ¿ O Estado. Testemunhas de Acusação: Helinho Ferreira Costa; Edilson Nepumoceno de Oliveira Júnior; Edgar Melquíades Pereira Neto. ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a ausência justificada do advogado dativo, o qual teve que se ausentar por problemas particulares e, como não há, no momento, Representante da Defensoria Pública na Comarca, foi nomeado como ad hoc, para o ato, o advogado, Dr. VENINO TOURÃO PANTOJA JÚNIOR ¿ OAB/PA Nº 11.505, sem que houvesse oposição por parte do acusado. O Juízo agradece a contribuição incondicional deste ilustre causídico e dos demais advogados militantes na Comarca para a realização dos atos judiciais, em face da ausência de representante da Defensoria Pública. DA DEFESA PRÉVIA: A DEFESA DO ACUSADO não fez argumentações em sede preliminar, nem indicou a ocorrência de qualquer nulidade ou incidente processual que fizesse óbice ao prosseguimento da ação penal. Assim, considerando o teor da Defesa Prévia, não sendo o caso de absolvição sumária ou nulidade: RECEBO A DENÚNCIA, nos termos do art. 55, §4º da Lei nº 11.343/2006. Mantenho a audiência de instrução e julgamento designada para esta data. A AUDIÊNCIA estará disponível em mídia gravada, através do sistema KENTA, com a autorização das partes para a utilização de suas imagens. A AUDIÊNCIA está sendo realizada sem o uso de algemas. A DENÚNCIA foi lida para os presentes. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: EDILSON NEPOMUCENO DE OLIVEIRA JÚNIOR ¿ RG Nº 42.402-PM/PA; CPF Nº 669.822.513-49, qualificado nos autos. Testemunha compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, Defesa e pelo MM. Juiz. EM SEGUIDA, procedeu-se a oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: EDGAR MELQUÍADES PEREIRA NETO ¿ RG Nº 42.603-PC/PA; CPF Nº 877.473.752-04, qualificada nos autos. Testemunha Compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas da Representante do Ministério Público, da Defesa e do MM. Juiz. EM SEGUIDA, procedeu-se a oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: HELINHO FERREIRA COSTA ¿ RG Nº 42.603-PC/PA; CPF Nº 877.473.752-04, qualificada nos autos. Testemunha Compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas da Representante do Ministério Público, da Defesa. O MM. Juiz nada perguntou. A DEFESA não arrolou testemunhas. ENCERRADA a oitiva das testemunhas, procedeu-se a QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO DO ACUSADO. Qual o seu nome? R: LUAN DA SILVA COUTINHO ¿ RG Nº 8241424-PC/PA; CPF NÃO APRESENTADO. De onde é natural? R: BELÉM/PA. Qual o seu estado Civil? R: UNIÃO ESTÁVEL. Qual a sua idade? R: 20 ANOS ¿ NASCIDO EM 13/12/1988. Qual a sua filiação? R: PAI NÃO DECLARADO e SIMONE FERREIRA DA SILVA. Qual a sua residência? RUA CAMPOS SALES, Nº 426, PRÓXIMO DO COMERCIAL BAIANO/COMUNIDADE, BAIRRO TRIGUEIRO, MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA. Quais os seus meios de vida? R: PADEIRO. Qual o seu local de trabalho? R: PANIFICADORA BOM JESUS. Sabe Ler e Escrever? R: SIM (ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO ¿ 6ª SÉRIE). É eleitor? R: NÃO. Possui CPTS? R: NÃO. Se já foi preso ou processado anteriormente? R: SIM (TRÁFICO DE DROGAS). Cor? R: BRANCA. É usuário de drogas? R: SIM (MACONHA); Bebe e/ou Fuma? R: NÃO BEBE, MAS FUMA CIGARROS; Recebe Ajuda de Programas do Governo? R: NÃO. Possui Filhos? R: SIM, 01 (03 ANOS). É

Portador de doenças contagiosas? R: NÃO. Faz uso de medicamentos de uso controlado? R: NÃO. Depois de cientificado da acusação, foram-lhe formuladas as perguntas, de acordo com o art. 188 do mesmo Código e art. 5º LXIII da Constituição Federal, ciente do seu direito constitucional de permanecer em silêncio, sem que isso lhe cause prejuízo. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pelo MM. Juiz, pela Representante do Ministério Público. A Defesa nada perguntou. A DEFESA não tinha nada a requerer. DELIBERAÇÃO: 1. VISTAS ao Ministério Público e, imediatamente em seguida, à Defesa, para, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias corridos apresentarem suas alegações finais escritas; 2. Após, CONCLUSOS para sentença; 3. CIENTES os presentes. NADA MAIS HAVENDO, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada, com exceção das testemunhas, cujas presenças encontram-se registradas na mídia gravada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

PROCESSO: 00006442320128140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---REU:MANOEL RODRIGUES RAMOS NETO REU:SAMUEL MORAES DA COSTA VITIMA:P. P. V. S. . EXECUÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0000644-23.2012.8.14.0012 DECISÃO Considerando o trânsito em julgado da sentença penal condenatória em desfavor dos acusados MANOEL RODRIGUES RAMOS NETO e SAMUEL MORAES DA COSTA (fls. retro): 01. EXPEÇA-SE guia de recolhimento definitiva, a fim de que sejam cumpridas as penas privativas de liberdade fixadas na sentença condenatória de fls. retro datada de 10.09.2012; 02. CUMPRA-SE as demais determinações da sentença de fls. retro; 03. Enfim, ARQUIVEM-SE os autos com baixa da distribuição no Sistema Libra; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA) 28 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00008139320078140012 PROCESSO ANTIGO: 200720004461 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---VITIMA:O. E. INDICIADO:EDILSON BALIEIRO FARIAS INDICIADO:LOURIVAL BORGES PINTO INDICIADO:OTACIVALDO XAVIER DO CARMO INDICIADO:SEBASTIAO MORAES NETO INDICIADO:JOELSON DE SOUZA VASCONCELOS INDICIADO:LEONEL FURTADO PINTO INDICIADO:LEONEI RAIMUNDO MENEZES PINTO. AÇÃO ORDINÁRIA / AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0000813-93.2007.8.14.0012 DESPACHO 01. VISTA dos autos ao Ministério Público para requerer o que entender de direito; 02. Após, CONCLUSOS para decisão do magistrado; 03. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00008158320078140012 PROCESSO ANTIGO: 200720004536 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---TESTEMUNHA:SAUL SERGIO DINIZ DE MORAES TESTEMUNHA:MOISES MONTEIRO DOS SANTOS VITIMA:R. C. C. INDICIADO:DENIS FERREIRA FEITOSA DA SILVA TESTEMUNHA:JOAO LUDOVICO TELES DE OLIVEIRA. ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0000815-83.2007.8.14.0012 - Roubo Majorado. Data: 26 de junho de 2019. Hora: 10h30min Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá Capitulação Penal: Artigo 157, ¿caput¿, do CPB. Partes: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Acusado: Denis Ferreira Feitosa da Silva. Vítima: Raimundo da Cruz Cardoso. Testemunhas de Acusação: Ludovico Teles de Oliveira. ABERTA A AUDIÊNCIA, feito o pregão das partes, verificou-se a ausência da vítima (não intimada, uma vez que, segundo moradores locais, a mesma encontra-se em tratamento médico em Belém, internada na UTI do Hospital da Santa Casa de Misericórdia), bem como do acusado JOSÉ CARLOS DA CRUZ CARDOSO (não localizado no endereço fornecido e moradores locais não souberam dar informações sobre o mesmo). DELIBERAÇÃO: 1. AUTOS conclusos. Nada mais havendo, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi

PROCESSO: 00008899872019814 0012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação:

Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---ACUSADO:RENATO PINTO PITEIRA VITIMA:A. C. O. E. VITIMA:P. I. G. C. . TCO PROCESSO Nº 0000889-87.2019.8.14.0012 SENTENÇA 1. RELATÓRIO Dispensado o relatório, nos temos do permissivo legal previsto no artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais). É a síntese do necessário. Doravante, decido. 2. FUNDAMENTAÇÃO Não há registro de representação ou queixa-crime nestes autos, mesmo após 6 (seis) meses da data dos fatos e do conhecimento de sua autoria pela vítima (fls. retro). Neste sentido, o Código de Processo Penal é expresso no seu artigo 38, in verbis: Art. 38. Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia. Do mesmo modo, não há qualquer manifestação da vítima pelo prosseguimento da persecução criminal, conforme orienta o Enunciado nº 25 do FONAJE, a saber: ¿O início do prazo para o exercício da representação do ofendido começa a contar do dia do conhecimento da autoria do fato, observado o disposto no Código de Processo Penal ou legislação específica. Qualquer manifestação da vítima que denote intenção de representar vale como tal para os fins do art. 88 da Lei 9.099/95.¿ Em relação ao transcurso do prazo decadencial, pertinente é a lição de Eugênio Pacelli de Oliveira (Curso de Processo Penal, Ed. Lumen Juris, 10ª ed., p. 144), in verbis: Observe-se, por fim, que, em regra, como visto, os prazos decadenciais não se submetem a causas interruptivas ou suspensivas, fluindo, portanto, independentemente da data do início ou da eventual morosidade das investigações, dede que, por óbvio, já se saiba previamente acerca da autoria do fato. Logo, o prazo transcorreu sem qualquer manifestação necessária da vítima, no caso concreto em análise, restando assim configurada a decadência penal. 3. DISPOSITIVO Diante do exposto, extingo a punibilidade do(a) Autor(a) do Fato, em relação aos fatos noticiados, com fulcro no inciso IV, artigo 107, do Código Penal Brasileiro (CPB), ou seja, a decadência penal. Dispenso a intimação da Autora do Fato, consoante Enunciado 105 do FONAJE, por questões de celeridade e eficiência processuais (artigo 8º, do Código de Processo Civil - CPC). CIÊNCIA ao Ministério Público. Após, não havendo recurso, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado e ARQUIVEM-SE estes autos com a respectiva baixa do registro no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 0 9 9 9 9 6 2 0 1 3 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:EDINALDO BARRA GUEDES VITIMA:L. M. G. F. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 0000999-96.2013.8.14.0012 SENTENÇA Trata-se de procedimento desencadeado pela Autoridade de Polícia Judiciária e tramita em face de EDINALDO BARRA GUEDES, incurso (s), supostamente, pela pratica do (s) delito (s) capitulado (s) no (s) Art. 129 (Pena - detenção, de três meses a um ano). Observado os fatos ocorreram em 04/02/2013, sendo esta data, portanto, o termo inicial para a contagem da prescrição da pretensão punitiva do delito praticado pelo indiciado. Desde a ocorrência dos fatos narrados na peça policial até a presente data transcorreram mais de 06 (seis) anos. Com relação ao crime capitulado no art. 129, do CPB, ainda que houvesse sentença condenatória desfavorável ao autor do fato, o quantum de pena aplicada não ultrapassaria 01 (um) ano, logo, restaria fulminada a pretensão punitiva do Estado face a incidência do instituto da prescrição ficta, com fundamento no art. 109, inciso VI do CPB. Por todo exposto, por se tratar de matéria de interesse público, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do (a) (s) nacional (is) EDINALDO BARRA GUEDES, pela (s) respectiva (s) conduta (s) que lhe é (são) atribuída (s), em face da prescrição da pretensão punitiva do Estado, nos termos do art. 107, IV, c/c art. 109, e ss todos do Código Penal. CIÊNCIA ao parquet. INTIME-SE o(a) (s) acusado (a) (s) apenas pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cametá/Pa, 28/06/2019. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 1 3 9 3 9 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019---JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA VARA CRIMINAL DA COMARCA DE BENEVIDES PA JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETA DENUNCIADO:MARIO VIANA VANZELER. PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CAMETÁ FÓRUM DES. MANOEL CACELLA ALVES JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CUMULATIVA SALA DE AUDIÊNCIAS ¿ GABINETE DO MAGISTRADO ãAUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO (OITIVA DE TESTEMUNHA) Carta Precatória Penal Carta Precatória: 00013939320198140012 Processo de Origem: 00016189120158140097. Juízo Deprecante: Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de

Oeiras do Pará/PA. Data: 27 de junho de 2019. Hora: 10h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá Incidência Penal: Art. 121, § 2º, incisos II e IV, do CPB. Partes: PRESENTES Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Advogado: Dr. Vinicius Victor Costa ¿ OAB/PA Nº 18032. Acusado: MARIO VIANA VANZELER. Testemunha de Acusação: Ornades Arnaud Valente; Pedro Camilo da Silva Filho Testemunha de defesa: Nadir Vanda Teles Castro; Evaldo De Freitas Brito O advogado do acusado juntou substabelecimento. ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a ausência das testemunhas Ornades Arnaud Valente(NÃO INTIMADO) e Evaldo De Freitas Brito(REGULARMENTE INTIMADO). A PRESENTE AUDIÊNCIA estará disponível em mídia gravada, através do sistema KENTA, com autorização do depoente para o uso de sua imagem. A DENÚNCIA foi lida para os presentes. Em seguida passou-se à oitiva da testemunha de defesa: PEDRO CAMILO DA SILVA FILHO ¿ RG 1861361 e CPF 050.490.832-49, qualificado nos autos. Testemunha Compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Defesa e pelo MM. Juiz. DELIBERAÇÃO: 1. DESIGNO audiência de continuação para o dia 25 de julho de 2019, às 14h00min. 2. Intime-se a testemunha de acusação ORNADES ARNAUD VALENTE e expeça-se mandado de condução coercitiva para a testemunha evaldo de freitas brito. 3. SAI intimada a testemunha nadir vanda teles castro. 4. CIENTES os presentes. Nada mais havendo, o magistrado mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes, com exceção da testemunha, cuja presença se encontra registrada na mídia gravada. Eu, _____, RENAN FARIAS MONTEIRO, Auxiliar Judiciário, digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 4 3 7 1 5 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019---INDICIADO:RONALDO MORAES BARBOSA VITIMA:R. O. M. B. VITIMA:V. G. B. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0001437-15.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 1 6 3 2 9 3 2 0 0 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : 2 0 0 8 2 0 0 0 8 1 5 7 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Procedimento Comum em: 28/06/2019---TESTEMUNHA:DELCIO COSTA SANTOS INDICIADO:JOSE EDIVAN NUNES TAVARES TESTEMUNHA:NILSON PANTOJA DE VASCONCELOS JUNIOR INDICIADO:LIDUINA GONCALVES MELO Representante(s): RAIMUNDO NONATO O. NERY (ADVOGADO) INDICIADO:FERNANDA GONCALVES MELO. ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0001632-93.2008.8.14.0012 Tráfico de Drogas. Data: 26 de junho de 2019. Hora: 13h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Cap. Penal: Art. 33 e art. 35, ambos da Lei nº 11.343/2006. PARTES: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Acusados: Liduína Gonçalves Melo; José Edivam Nunes Tavares; Fernanda Gonçalves Melo. Vítima: A Coletividade ¿ O Estado. Testemunhas de Acusação: Nílson Pantoja de Vasconcelos Júnior; João Maria Lopes dos Santos; Aldemax Marques Rodrigues.

ABERTA A AUDIÊNCIA, feito o pregão das partes, verificou-se a ausência da acusada LIDUÍNA GONÇALVES MELO, não encontrada no endereço fornecido, sendo informado que a mesma encontra-se custodiada no Centro de Recuperação Feminino ¿ CRF. Ausentes ainda as testemunhas de acusação, sendo requisitado pelo DPC DELCIO COSTA SANTOS que fosse expedida Carta Precatória para a oitiva de NILSON PANTOJA DE VASCONCEOS JUNIOR na comarca de Belém, enquanto que as demais não foram localizadas nos endereços fornecidos e moradores locais não souberam dar informações acerca das mesmas, conforme Certidão do Oficial de Justiça. DELIBERAÇÃO: 1. CONSIDERANDO as certidões do Oficial de Justiça, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação; 2. APÓS, CONCLUSOS. Nada mais havendo, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 0 1 6 4 4 5 3 2 0 1 5 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---ACUSADO:GIAN CARLOS DA SILVA MOREIRA VITIMA:C. S. M. S. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 0001644-53.2015.8.14.0012 Denunciado (s): GIAN CARLOS DA SILVA MOREIRA SENTENÇA Versa a presente demanda sobre ação penal intentada pelo Parquet com o fito de obter a condenação do (s) denunciado (s) GIAN CARLOS DA SILVA MOREIRA, como incurso (s) no (s) tipo (s) penal (is) descrito (s) no art. 155, §4, inc. II do CPB, cuja pena é de reclusão de dois a oito anos. Data a ocorrência dos fatos de 03/05/2015. Desde então, até a data desta Sentença transcorreram mais de 04 (quatro) anos.

Compulsando os autos, verifica-se a possibilidade de aplicação da prescrição em perspectiva, já que ainda que houvesse sentença condenatória em desfavor do (s) denunciado (s), o quantum de pena aplicada não ultrapassaria 02 (dois) anos, haja vista a maioria das circunstâncias judiciais serem favoráveis ao (s) denunciado (s), portanto o prazo para ocorrência da prescrição da pretensão punitiva do Estado em face do denunciado resta depurado em 04 (quatro) anos de acordo com art. 109, inc. V do CPB. Ante ao exposto, com fundamento nos artigos 107, V, 109 e seus incisos, todos do CPB, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE do (s) acusado (s) GIAN CARLOS DA SILVA MOREIRA quanto aos termos da denúncia descrita nesse feito. CIÊNCIA ao parquet. INTIME-SE o(a) (s) acusado (a) (s) apenas pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cametá/Pa, 26/06/2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 1 7 1 3 4 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Carta Precatória Criminal em: 28/06/2019---JUIZO DEPRECANTE:JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA FEDERAL DA SECAO JUDICIARIA DO ESTADO DO PARA JUIZO DEPRECADO:JUIZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETA AUTOR:MINISTERIO PUBLICO FEDERAL ACUSADO:RAIMUNDO CANDIDO DOS SANTOS ACUSADO:ELDICIONE GUIMARAES MOREIRA. PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CAMETÁ FÓRUM DES. MANOEL CACELLA ALVES JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CUMULATIVA SALA DE AUDIÊNCIAS ¿ GABINETE DO MAGISTRADO ãAUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO (OITIVA DE TESTEMUNHA) Carta Precatória Penal Carta Precatória: 00017134620198140012 Processo de Origem: 133134620134013900. Juízo Deprecante: Justiça Federal. Data: 27 de junho de 2019. Hora: 10h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá Partes: PRESENTES Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Advogado: Dr. Arthur vasconcelos de almeida ¿ OAB/PA Nº 28443. Acusado: raimundo candido dos santos; Advogada: Dr. Martha pantoja assunção ¿ OAB/PA Nº 17854. Acusado: maria do socorro demetrio itaparica ABERTA A PRESENTE AUDIÊNCIA, observou-se que há repetição entre as pessoas arroladas como testemunha e acusados, assim como não há comprovação nos autos que a acusada ELDICIONE GUIMARÃES MOREIRA fora intimada para o ato. Assim sendo, o MM JUIZ deliberou: 01. REDESIGNO a audiência para o dia 08.08.2019 as 13h30min; 02 SAEM intimados os presentes; 03, INTIME-SE para o ato pessoalmente apenas a acusada ELDICIONE GUIMARÃES MOREIRA no endereço que consta informado na precatória recebida. Nada mais havendo, o magistrado mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes, com exceção da testemunha, cuja presença se encontra registrada na mídia gravada. Eu, _____, Renan Farias Monteiro, Auxiliar Judiciário, digitei e conferi. PROCESSO: 00019126820198140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019---ACUSADO:MARCOS CORREA LOPES VITIMA:F. T. F. VITIMA:F. T. F. . ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0001912-68.2019.8.14.0012 - Roubo Majorado. Data: 25 de junho de 2019. Hora: 13h00min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da

Comarca de Cametá Incidência Penal: Art. 157, § 2º, inciso II e § 2º-A, inciso I, do CPB. Partes: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Acusado: Marcos Corrêa Lopes. Vítima: Fábio Trindade Ferreira; Francinaldo Trindade Ferreira. Testemunhas de Acusação: Marcelino Girard Reimão; Paulo Afonso Diniz de Moraes; Dirceu da Veiga Miranda. ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a ausência da vítima FÁBIO TRINDADE FERREIRA, regularmente intimado, bem como da vítima FRANCINALDO TRINDADE FERREIRA, não intimada, conforme Certidão do Oficial de Justiça. DELIBERAÇÃO: 1. REDESIGNO audiência para as 13h30min do dia 31 de julho de 2019; 2. INTIMEM-SE as vítimas e as testemunhas de acusação, requsiitando a apresentação destas últimas junto ao Comando do 32º BPM; 3. INTIMEM-SE o acusado intimado, devendo o mesmo trazer suas testemunhas caso as tenha ou queira, ciente de que, caso não compareça ao ato e não justifique sua ausência, poderá ser decretada sua revelia; 4. CIENTES os presentes. Dê-se ciência à Defensoria Pública; NADA MAIS HAVENDO, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi

P R O C E S S O : 0 0 0 1 9 9 2 3 2 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:UANDRIESSON PANTOJA SANCHES Representante(s): OAB 11505 - VENINO TOURAO PANTOJA JUNIOR (ADVOGADO) . PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CAMETÁ FÓRUM DES. MANOEL CACELLA ALVES JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CUMULATIVA SALA DE AUDIÊNCIAS ¿ GABINETE DO MAGISTRADO TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 00019923220198140012 Data: 27 de junho de 2019. Hora: 13h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Incidência Penal: Art. 33 da Lei nº 11.343/2006. Partes: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Advogado: Dr. LAERCIO PATRIARCHA PEREIRA ¿ OAB/PA Nº 12945. Acusados: UANDRIESSON PANTOJA SANCHES Vítima: A Coletividade ¿ O Estado. Testemunhas de Acusação: LUCIAN ERLAN DOS SANTOS COSTA; ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a ausência do policial militar DEIVISON RODRIGUES DA SILVA em virtude de estar de férias, assim como a representante do MP não está presente na sala de audiência. A AUDIÊNCIA estará disponível em mídia gravada, através do sistema KENTA. A AUDIÊNCIA está sendo realizada sem o uso de algemas. A DENÚNCIA foi lida para os presentes. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: LUCIAN ERLAN DOS SANTOS, qualificada nos autos. Testemunha Compromissada. Inquirida, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, pela Defesa e pelo MM. Juiz. A DEFESA não arrolou testemunhas. ENCERRADA a oitiva das testemunhas, procedeu-se a QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO DO ACUSADO. Qual o seu nome? R: UANDRIESSON PANTOJA SANCHES ¿ RG Nº 9123758-PC/PA; De onde é natural? R: CAMETÁ-PA. Qual o seu estado Civil? R: UNIÃO ESTÁVEL. Qual a sua idade? R: 22 ANOS ¿ NASCIDO EM 16/04/1997. Qual a sua filiação? R: SAMUEL MORAES SANCHES E DILCINHA MARIA CORREA COSTA PANTOJA. Qual a sua residência? R: RUA 25 DE DEZEMBRO, VILA DO PORTO GRANDE, MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA. Quais os seus meios de vida? R: AGRICULTOR. Qual o seu local de trabalho? R: TRABALHOS AUTÔNOMOS. Sabe Ler e Escrever? R: SIM (ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO). É eleitor? R: SIM. Possui CPTS? R: SIM. Se já foi preso ou processado anteriormente? R: SIM; É usuário de drogas: R: NÃO. Depois de cientificado da acusação, foram-lhe formuladas as perguntas, de acordo com o art. 188 do mesmo Código e art. 5º LXIII da Constituição Federal, ciente do seu direito constitucional de permanecer em silêncio, sem que isso lhe cause prejuízo. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pelo MM. Juiz, pela Representante do Ministério Público e pela Defesa. A DEFESA não tinha nada a requerer. DELIBERAÇÃO: 1. DÊ-SE vista ao Ministério e, imediatamente, à Defesa, para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem suas Alegações finais; 2. APÓS, autos conclusos para sentença. 3. SERVIRÁ o presente despacho como OFÍCIO, nos termos dos Provimentos n° 03/2009 da CJRMB e da CJCI do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA); NADA MAIS HAVENDO, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____, Renan Farias Monteiro, Auxiliar Judiciário, digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 0 2 0 1 2 2 3 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019---INDICIADO:EM APURAÇÃO VITIMA:B. O. C. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ DECISÃO Cuida-se de inquérito policial instaurado cujas investigações o Ministério Público requereu o arquivamento dos autos, aduzindo que o fato narrado nos autos se amolda à figura do estrito cumprimento do dever lega/legitima defesa,

estando, portanto, presente as causas de exclusão de ilicitude, nos termos dos artigos 23 e 25 do CPB.

Ante o exposto, acolho a manifestação da Representante do Ministério Público, em todos os seus termos, relativamente a este Inquérito Policial e lhe determino o arquivamento, com fulcro no Artigo 28, do Código de Processo Penal. Dê-se baixa na distribuição e efetuem-se as anotações e comunicações de estilo. Intime-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019 Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00020258920098140012 PROCESSO ANTIGO: 200920007009 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---TESTEMUNHA:WALTER RAYOL BRITO VITIMA:S. R. C. TESTEMUNHA:NAZARENO XAVIER DE AMORIM INDICIADO:ANDERSON PINTO DE MORAES TESTEMUNHA:GILLI ADAM BARROSO PANTOJA. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 000202589.2009.8.14.0012 Autor: Ministério Público SENTENÇA Trata-se de ação penal intentada pelo órgão Ministerial segundo a qual foram denunciados os nacionais ANDERSON PINTO MORAES, à época do fato contava 19 (dezenove) anos de idade quando cometeu o crime de furto, capitulado no art. 155, caput e NAZARENO XAVIER DE AMORIM, pela pratica, supostamente, do crime de receptação capitulado no art. 180 do CPB. Em 23/04/2015 foi exarada sentença em desfavor do primeiro denunciado, aplicando-lhe o quantum de 02 (dois) anos e 03 (três) meses de reclusão e 24 dias-multa. Válido mencionar que na data de 14/05/2015 a defesa tomou ciência da decisão, tendo ocorrido o trânsito em julgado para esta parte. Desde esta última data até então transcorreram mais de 04 (quatro) anos, portanto, resta prescrita a pretensão executória do Estado em face ao acusado, nos termos do art. 109, inc.V c/c art. 115, ambos do CPB. Na mesma sentença que condenou o nacional Anderson, foi determinado o recebimento da denúncia do acusado NAZARENO XAVIER DE AMORIM, pela prática do delito do art. 180 do CPB, cuja pena é de reclusão de 01 (um) a 04 (quatro) anos. A respeito deste delito, ainda que prolatada sentença desfavorável ao acusado, o quantum de pena aplicada não ultrapassaria 02 (dois) anos, portanto, acima do mínimo legal, pelo que passo a aplicar desde já a prescrição em perspectiva da pretensão executória do Estado em face do acusado, nos termos do art. 109, inc. V. A prescrição retroativa antecipada, é criação doutrinária e jurisprudência brasileiras, e consiste na possibilidade de se aplicar a prescrição retroativa antes mesmo do recebimento da denúncia ou queixa ou da prolação da sentença nos casos de processo em curso, ao se obter o prazo prescricional com fulcro em uma pena hipotética que venha a ser aplicada pelo magistrado de acordo com as circunstâncias do caso concreto. Vê-se que embora a Súmula 438 do Superior Tribunal de Justiça enuncie acerca da inadmissibilidade de extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva com fundamento em pena hipotética, independentemente da existência ou sorte do processo penal, contudo, o referido verbete não impede a arguição da chamada prescrição virtual ou em perspectiva. Permito, na situação concreta, dissentir daquela orientação, pois se afigura inconcebível que tamanho formalismo da Lei tenha o condão de forçar o Julgador a levar adiante uma instrução de relação jurídica processual fulminada e, pior do que isso, fazer com que tal atraso venha a fazer que processos ainda úteis trilhem tal caminho, por causa do inútil dispêndio de tempo. Diante de tais circunstâncias, assim já se pronunciou o Egrégio Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo: ¿De nenhum efeito a persecução penal com dispêndio de tempo e desgaste do prestígio da Justiça Pública, se, considerando-se a pena em perspectiva, diante das circunstâncias do caso concreto, se antevê o reconhecimento da prescrição retroativa na eventualidade de futura condenação. Falta, na hipótese, o interesse teleológico de agir, a justificar a concessão ex officio de habeas corpus para trancar a ação penal (TACrimSP -HC - Rel. Sérgio Carvalhosa - RT 669/315... Não há sentido lógico, nem jurídico em prosseguir com um processo contaminado pelo vírus da autodestruição. Levá-lo às últimas consequências, apenas para cumprir um formalismo é fazer prevalecer a forma sobre o conteúdo, o que atenta contra o bom senso. A prescrição, qualquer que seja sua modalidade, é matéria de ordem pública. No dizer de Espínola: ¿Perde toda significação a ação, desde que esteja extinta a punibilidade. Daí, constituir um princípio de economia do processo o de que, extinta a punibilidade do réu deve isso ser logo declarado, esteja em que pé estiver a ação penal que, assim tem o seu curso definitivamente paralisado¿. Por que prolongar para o réu a agonia de espera e para a sociedade a decepção de uma condenação inútil e ineficaz? Argumenta-se que assim é o sistema, posto que a prescrição retroativa pressupõe a existência de uma condenação. Mas o Tribunal pode por construção jurisprudencial reconhecer a prescrição retroativa com base na pena fixada em sentença anulada, por que não admitir também ao juiz de primeiro grau a aplicação de semelhante política criminal. Afinal, sentença nula é ato inexistente, portanto, sem pena concretizada. Verificando-se que o réu, se fosse condenado, a pena jamais chegaria ao máximo e constatando-se que transcorreu o lapso prescricional, decreta-se corretamente a prescrição - TACRIMSP RSE 824.727-4). Assim, praticado um ato penalmente ilícito e

tendo em vista as circunstâncias judiciais que seriam utilizadas pelo Juiz na fixação da pena base (art. 59, CP), primeiro momento na dosimetria penal, presume-se que o indiciado receberá uma pena dentro de certo limite, de tal forma que, adequando-se ao art. 109 do CP, verificar-se-á que, da prática da infração penal ou do recebimento da denúncia, terá ocorrido o decurso do prazo prescricional. Com a aplicação da prescrição retroativa antecipada há a economia processual e a efetividade da tutela jurisdicional, pois, além de dispendioso para o Estado, seria um desperdício temporal submeter alguém a um processo criminal que, ao final, o sabe-se será absolvido pelo advento da prescrição. É o que importa. Decido. Diante do exposto, com fundamento no art.61 do Código de Processo Penal c/c os artigos 109 e incisos c/c artigo 107, IV, ambos do Código Penal Brasileiro, declaro extinta a punibilidade de ANDERSON PINTO MORAES e NAZARENO XAVIER DE AMORIM pela prática do delito em que foram, respectivamente, incursos na denúncia, em face da incidência da prescrição, e, consequentemente, determino o arquivamento dos autos com baixa na distribuição e demais cautelas legais. CIÊNCIA ao parquet. INTIME-SE o(a) (s) acusado (a) (s) apenas pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cametá/Pa, 27/06/2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 1 1 3 6 0 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019---VITIMA:F. S. L. INDICIADO:ERENILSON JOSE VIANA TELES. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002113-60.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 1 2 9 1 9 2 0 1 6 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---ACUSADO:DAMASCENO ATAIDE VITIMA:J. A. F. A. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 0002129-19.2016.8.14.0012 Autor do Fato: DAMASCENO ATAÍDE SENTENÇA Trata-se de procedimento desencadeado pelo Ministério Público Estadual e tramita em face de DAMASCENO ATAÍDE, incurso, supostamente, pela pratica dos delitos capitulados nos Art. 129, §1, inc. I do CPB (Pena - reclusão, de um a cinco anos). Observado os fatos ocorreram em 10/02/2016, sendo esta data, portanto, o termo inicial para a contagem da prescrição da pretensão punitiva do delito praticado pelo denunciado. Friso que até a presente data mais de 03 (três) anos da data dos fatos. Observo que em razão do crime capitulado na denuncia ocorreu a prescrição da pretensão punitiva do Estado em Face do Art. 109, inc. VI do CPB. Vejamos, ainda que em razão do delito consignado no art. 129, §1, inc. II do CPB, ainda que seja proferida sentença condenatória em desfavor do denunciado a pena máxima prevista para o tipo, qual seja, 01 (um) ano, restaria, desde já, fulminada a pretensão punitiva do Estado em razão da incidência do instituto da prescrição conforme art. 109, inc. VI do CPB. Por todo exposto, por se tratar de matéria de interesse público, considerando parecer do órgão Ministerial o qual pugna pela aplicação do instituto da

Prescrição, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do nacional DAMASCENO ATAÍDE, pelas respectivas condutas que lhe foram atribuídas, em face da prescrição da pretensão punitiva do Estado, nos termos do art. 107, IV, c/c art. 109, e incisos todos do Código Penal. Servirá a presente sentença, por cópia digitada, como mandado, conforme provimento 011/2009-CJRMB. CIÊNCIA ao parquet.

INTIME-SE o(a) (s) acusado (a) (s) apenas pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cametá/Pa, 26/06/2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 2 0 5 3 8 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019---INDICIADO:EWERTON DE OLIVEIRA E OLIVEIRA VITIMA:A. J. V. P. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002205-38.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos;

05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 2 8 2 1 8 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---ACUSADO:KLEBSON LOPES MENDES VITIMA:C. W. A. ACUSADO:MAYK GUIMARAES CARDOSO Representante(s): OAB 17854 - MARTHA PANTOJA ASSUNCAO (ADVOGADO) . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002282-18.2017.8.14.0012 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Analisando os autos do processo em epígrafe, observo que estes já se encontram conclusos para sentença a tempo razoável. Logo, é indicado que se atualize a Certidão de Antecedentes Criminais dos acusados para fins de eventual dosimetria da pena em caso de condenação. Assim sendo, DETERMINO: 1. JUNTE-SE aos autos Certidão de Antecedentes Criminais atualizada do(s) acusado(s); 2. Após, CONCLUSOS. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá, 28 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 2 2 8 3 3 2 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019---INDICIADO:EM APURAÇÃO VITIMA:J. P. M. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 0002283-32.2019.8.14.0012 DECISÃO Trata-se de procedimento policial para apurar fato ocorrido nesta Comarca, onde fora encontrado morto o nacional J.P.M. Conforme carreado nos autos, embora haja indícios suficientes de materialidade que configurem a ação narrada na peça policial, é sabido que o direito penal, conforme princípio da alteridade, não se ocupa de condutas que não causem prejuízo a bem jurídico que não ultrapasse a esfera de interesse do próprio interessado. Em razão disso, ante a conduta narrada nos autos, demonstrando que o autor do fato cometeu suicídio, não resta outra conclusão a não ser entender pela atipicidade da conduta perpetrada pelo autor do fato. Pelo exposto, considerando a manifestação do Parquet, DETERMINO O ARQUIVAMENTO DO PROCESSO, sem prejuízo do estatuído nos termos do Art. 18, do CPP. Servirá a presente sentença, por cópia digitada, como mandado, conforme provimento 011/2009-CJRMB. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cametá/Pa, 27/06/2019.

JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito
PROCESSO: 00022885420198140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019---INDICIADO:OLACI VEIGA BASTOS VITIMA:A. C. O. E. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002288-54.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito
PROCESSO: 00023020920178140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---VITIMA:N. G. M. A. ACUSADO:DIEGO CARVALHO SOUZA. PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CAMETÁ FÓRUM DES. MANOEL CACELLA ALVES JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CUMULATIVA SALA DE AUDIÊNCIAS ¿ GABINETE DO MAGISTRADO ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0002302-09.2007.8.14.0012 ¿ Furto. Data: 27 de junho de 2019. Hora: 11h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Cap. Penal: Art. 155, "caput", do CPB. PARTES: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Acusado: Diego Carvalho Souza. Vítima: Neylane Gabriely de Moraes Alves. Testemunhas de Acusação: Álvaro Jorge dos Santos Corrêa; Daniely Beatriz Alves Tenório. ABERTA A AUDIÊNCIA, feito o pregão das partes, verificou-se a ausência do acusado, o qual reside para Belém/PA, todavia não souberam fornecer o endereço atualizado do mesmo. Ausentes ainda a vítima e a testemunha de acusação DANIELY BEATRIZ ALVES TENÓRIO, as quais não mais residem no município, tudo conforme Certidão do Oficial de Justiça. DELIBERAÇÃO: 1. CONSIDERANDO as certidões do Oficial de Justiça, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação; 2. APÓS, CONCLUSOS. Nada mais havendo, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi. Juiz de Direito: _____ Ministério Público: _____
PROCESSO: 00027337220198140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019---VITIMA:M. J. P. M. INVESTIGADO:MARCELO CLEITON LOPES MORAIS. AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0002733-72.2019.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser

assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 4 1 3 9 2 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 28/06/2019---FLAGRANTEADO:MATEUS PRESTES BASTOS VITIMA:M. J. L. B. . TERMO DE AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA Tribunal: Tribunal de Justiça do Estado do Pará Grau: 1º GRAU ¿ TJPA Comarca: Cametá Vara: 1ª Vara Cível e Criminal de Cametá Data da audiência: 26/03/2019 ¿ Hora: 14h30min PRESENÇAS Juiz: JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE. Advogado: Dr. LAÉRCIO PATRIARCHA PEREIRA ¿ OAB/PA Nº 12.945. Ministério Público: GRUCHENHKA OLIVEIRA BAPTISTA FREIRE. DADOS DO AUTUADO Nome: MATEUS PRESTES BASTOS. Nome Social: MATEUS Nome da mãe: ILDA CARMEN PINTO PRESTES Nome de pai: PAULO ROBERTO DE ASSUNÇÃO BASTOS Data de nascimento: 20/05/2001 TIPO PENAL ROUBO MAJORADO (Artigo 157, § 2º, inciso II, e 2º ¿ A, inciso I do CPB) DETALHAMENTO DO TIPO PENAL O flagranteado foi preso e autuado pela prática, em tese, de crime de Roubo Majorado, previsto no Artigo 157, § 2º, inciso II, e 2º ¿ A, inciso I do CPB, tendo como vítimas M.D.J.L.B. FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO DECISÃO INTERLOCUTÓRIA: Processo: 00044139220198140012 ¿ IPL/FLAG: 00054/2019.100483-0 ¿ DP. Cametá ¿ O Delegado de Polícia Civil de Cametá comunicou a prisão em flagrante de MATEUS PRESTES BASTOS, qualificados nos autos, sob a acusação de terem praticado, em tese, o delito de Roubo Majorado, previsto no Artigo 157, §2°, inciso II, §2º-A, inciso I, ambos do CPB, tendo como vítima M.D.J.L.B., fato ocorrido nesta cidade, na manhã do dia 24.06.2019. Consta do procedimento, que o autuado foi preso por haver, durante a noite do dia 24.06.2019, mediante grave ameaça, uso de uma arma de fogo e em concurso de agentes, tomado de assalto a vítima foi rendida. Após o ato, empreenderam fuga, sendo perseguidos por uma guarnição da Policia Militar, a qual o perseguiu e obteve êxito na captura deste acusado apenas. Ao final, foi contido e conduzido para a delegacia de polícia, para as formalidades legais. Analisando os autos, observo que o flagrante foi lavrado de acordo com as garantias constitucionais (CF, art. 5º, XLIX, LVIII, LXI e seguintes), que as circunstâncias fáticas resultantes na prisão se amoldam ao art. 302, II e IV, do CPP e que foram atendidas as exigências formais dos arts. 304 e 306 do mesmo diploma legal. Diante do exposto, HOMOLOGO O FLAGRANTE. Acompanho a manifestação da Representante do Ministério Público e Indefiro o pedido da Defesa, pois além de restar comprovada a materialidade e serem consistentes os indícios de autoria, o roubo ocorreu em via pública, com uso de uma suposta arma de fogo e em concurso de agentes, denotando ousadia e periculosidade do agente. Diante disso, com fundamento no art. 310, inciso II, do CPP, CONVERTO O FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA, entendendo que, por ora, a medida se faz necessária para evitar que em liberdade reiterem em condutas delituosas, tendo em vista suas possíveis contumácias na pratica delituosa, e que suas prisões preventivas desestimulem a repetição de condutas dessa natureza, que tornam ainda maior a sensação de insegurança da população, já demasiadamente afetada pela crescente onda de violência que atemoriza a coletividade. Assim sendo, considerando a própria confissão dos acusados, o que atende aos PRESSUPOSTOS da decretação da prisão preventiva, quais sejam fumus comissi delicti ou periculum libertatis. No que tange aos REQUISITOS LEGAIS previstos no artigo 312, do CPP, entendo presente a necessidade de manutenção da ORDEM PÚBLICA. Enfim, resta atendida também a CONDIÇÃO LEGAL prevista no artigo 313, inciso I, do CPP, ou seja, pena máxima superior a 04 (quatro) anos de reclusão. SERVE ESTA DECISÃO COMO MANDADO DE PRISÃO, lancem-se no BNMP/CNJ. OFICIE-SE ao Comando da Polícia Militar para apurar possíveis abusos da guarnição da polícia militar na prisão deste acusado. Cientes os presentes. Comunique-se a Autoridade Policial, inclusive para que encaminhe os autos do Inquérito Policial no prazo legal. Nada mais

havendo, o MM. Juiz mandou encerrar o presente termo que, lido e achado conforme, vai assinada pelos presentes. Eu, _____, Valdemir Reis, digitei e conferi. DECISÃO - Prisão Preventiva ASSINATURAS

P R O C E S S O : 0 0 0 4 4 1 4 7 7 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 28/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. FLAGRANTEADO:WELLINGTON RODRIGO DAMASCENO VALENTE. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 0004414-77.2019.8.14.0012 Flagranteado: WELLINGTON RODRIGO DAMASCENO VALENTE Vistos os autos. O Delegado de Polícia desta Comarca, informou a este Juízo a prisão em flagrante de WELLINGTON RODRIGO DAMASCENO VALENTE, por infringir, em tese, o art. 33 da lei nº 11.343/06, ocorrida na data de 24/06/2016, por volta das 23H30Min. As circunstâncias relatadas nos autos demonstram que a prisão foi legal, razão pela qual HOMOLOGO o flagrante. Exponho as razões a seguir: Acerca da conversão do flagrante em prisão preventiva, à luz das alterações determinadas pela Lei nº 12.403/2011, estabelece o art. 310 do CPP, que ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz deverá fundamentadamente: I-Relaxar a prisão ilegal, ou II - Converter a prisão em flagrante em preventiva, quando presentes os requisitos constantes do art. 312 deste código, e se revelarem inadequadas ou insuficientes às medidas cautelares diversas da prisão; ou III - Conceder liberdade provisória, com ou sem fiança. Com relação ao delito previsto no art. 33 da lei 11.343/06, é certo que o art. 44 do referido diploma legal, que vedava a concessão de liberdade provisória nos casos de crime de tráfico, foi declarado inconstitucional pelo STF, no julgamento do HC 104339. A decisão da Suprema Corte destaca a exigência de verificação, no caso concreto, dos requisitos da prisão provisória, estabelecidos no art. 312 do CPP. Nem poderia ser diferente, sob pena de estabelecer-se uma presunção ex lege de exigência absoluta da prisão provisória, sem consideração ao caso particular, suprimindo do juiz o poder de interpretar e aplicar a lei à situação submetida à sua apreciação. O tráfico de drogas, equiparado a hediondo, é um dos delitos mais graves do nosso ordenamento jurídico, tamanho é o seu poder deletério para o usuário - consumido lentamente pelo vício - quanto para a coletividade. O tráfico está na raiz de muitos crimes graves, causando verdadeiro caos social onde sua prática é disseminada. É manifesta a periculosidade dos agentes que se dão a essa prática, que se dissemina de forma extratificada, numa verdadeira cadeia criminosa, que começa com o grande produtor, passando por diversos níveis de fornecedores até chegar normalmente à ¿boca de fumo¿, onde é vendida ao pequeno consumidor. O comércio de droga, chaga que assola o País de ponta a ponta, é sentida com mais intensidade em alguns lugares, como no caso da comarca de Cametá, onde são frequentes as ocorrências dessa natureza e não se descarta que uma série de outros crimes contraídos na Comarca tem alguma relação com o tráfico. O laudo de constatação provisório da droga apreendida encontra-se nos autos do flagrante, havendo, portanto, prova da existência do crime (materialidade). Atesto, outrossim, indícios suficientes de sua autoria, ou seja, o fumus comissi delic. Conforme os autos policiais, a guarnição da Polícia Militar estava em patrulhamento pelo município quando receberam a denúncia de que o nacional WELLINGTON RODRIGO, conhecido vulgarmente por ¿Sapinho¿, estava vendendo drogas no interior do banheiro de uma festa que estava acontecendo na sede ¿Estação Tucumã¿ e ao enxergar a polícia adentrando o local jogou as drogas pela chão do banheiro, porém em meio ao tumulto causado, a polícia conseguiu apreender o indiciado, e junto com ele o valor de R$ 40,00 (vinte reais) fracionado em duas notas de vinte reais, tendo ainda, em ato contínuo, apreendido outro nacional, de nome NONATO DA COSTA PREIREA, com o qual fora encontrada a quantidade de 03 (três) porções pequenas de substância conhecida popularmente como ¿Maconha¿. Em seguida foram conduzidos para a Delegacia para as formalidades previstas em Lei.

Conforme termo de exibição de objetos frutos da apreensão foram apresentados: 10 (dez) petecas, cerca de 5 gramas, de substância ¿cocaína¿; 03 (três) porções pequenas, cerca de 1 grama, de substância ¿maconha¿ e o valor em espécie de R$ 40,00 (quarenta reais). O Laudo de Constatação Provisória foi acostado aos autos atestando a natureza ilícita das substâncias entorpecentes apreendidas.

Portanto, presentes os indícios de autoria, prova da materialidade e o estado de flagrância da conduta criminosa do flagranteado, amoldando-se a prisão em flagrante à hipótese do art. 302, I, do CPP.

Observo que o indiciado, conforme certidão de antecedentes atualizada acostada aos autos, não possui outros procedimentos de natureza criminal contra si, respondendo, portanto, até o momento, tão somente por este feito. Tem-se que o advento da Lei nº. 12.403/2011 não altera esse estado de coisas. Impõe tratamento diferenciado para casos também diferenciados, nos quais não se inclui o caso em comento, pelas razões acima expostas. Deste modo, as demais medidas cautelares instituídas pela lei em questão não se mostram idôneas à prevenção dos fins do processo penal, enquanto não sobrevém sentença definitiva, até por inefetividade dos meios de fiscalização de seu cumprimento. Assim,

considerando a quantidade de substância apreendida, sua natureza e o contexto da prisão, estão preenchidos os pressupostos da prisão em flagrante (indícios de autoria e prova da materialidade) e preenchida a hipótese autorizadora da garantia da ordem pública a fim de se evitar a continuação da prática desse nefasto crime nesta cidade. Entendo, porém, que, embora grave o delito atribuído, em princípio, não há outros elementos indicativos da necessidade conversão do flagrante em prisão preventiva. O indiciado comprovou, através de declaração escolar, estar regularmente matriculado no ano letivo corrente, além de afirmar trabalhar licitamente como ajudante de pedreiro, apresenta residência fixa, e sua companheira estar grávida de 05 (cinco) meses. Seguem cópias de documentos comprobatórios acostados aos autos. Somado a isso, não há nos autos notícias de que o indiciado é recorrente na prática delituosa relacionada ao tráfico de entorpecentes ilícitos. Cabível, pois, a concessão de liberdade provisória, aplicadas as seguintes medidas cautelares, sem prejuízo da adoção de outras medidas que se fizerem necessárias: I - Deverá comparecer a todos os atos processuais para os quais for intimado; II - Não mudar de residência sem comunicar a este juízo; III - Deverá comparecer no prazo de 03 (três) dias, após ser colocado em liberdade, à Secretaria Judicial da 1ª Vara desta Comarca, para informar e justificar suas atividades e assinar frequência, que o fará mensalmente, entre os dias 01 e 10; IV - Recolher-se a seu respectivo lar até as 22h00min; V - Não frequentar estabelecimentos controlados pela Polícia (Bares, shows/espetáculos, dançarás, estádios e outros congêneres). SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ DE SOLTURA, para que o flagranteado WELLINGTON RODRIGO DAMASCENO VALENTE seja incontinenti posto em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. Comunique-se à Autoridade Policial a decisão de homologação flagrante, conversão em prisão preventiva em desfavor do indiciado José do Carmo Rodrigues e a liberdade provisória concedida a Jacson Portilho Pinto, informando-a que deverá encaminhar a conclusão do inquérito policial, no prazo legal. Faça-se o devido registro no Banco Nacional do CNJ. Deixo de realizar a audiência de custódia tendo em vista que este juízo já decidiu pela legalidade da prisão em flagrante e necessidade da decretação da prisão preventiva, e, também, ante ausência de notícia de tortura contra os indiciados, instando salientar ser remansoso na jurisprudência das tribunas que a ausência deste ato não implica em nulidade da prisão e da possível a ação penal. Comunique-se a Autoridade Policial acerca das condições impostas para a liberdade provisória de WELLINGTON RODRIGO DAMASCENO VALENTE, devendo esta comunicar ao Juízo acerca de eventual transgressão aos termos da decisão. Comunique-se ainda à direção do CRRCAM. Dê-se conhecimento da presente decisão aos autuados. Aguarde-se a conclusão do inquérito, no prazo legal. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO MANDADO DE PRISÃO/OFICIO/ALVARÁ DE SOLTURA. Cametá/PA, 26 de junho de 2019. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito

PROCESSO: 00044346820198140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 28/06/2019---FLAGRANTEADO:FRANCINALDO PEREIRA FOINQUINOS VITIMA:A. C. O. E. . Processo: 0004434-68.2019.8.14.0012 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Consta deste procedimento que FRANCINALDO PEREIRA FOINQUINOS, qualificado nos autos, incorreu, em tese, no delito capitulado no art. 306 do Código de Transito Brasileiro, tendo sido conduzido por policiais militares à Delegacia de Polícia, em razão, fato ocorrido aproximadamente às 11:47 horas do dia 25/06/2019. Sem vislumbrar vícios formais ou materiais, HOMOLOGO O FLAGRANTE. O flagranteado, consoante documentos insertos nos autos, foi colocado em liberdade, mediante pagamento de fiança arbitrada pelo delegado. Em face do exposto, dê-se ciência desta decisão à Autoridade Policial e aguarde-se a remessa do IPL no prazo legal. Dê-se vista ao Ministério Público. Cametá/PA, 26 de Junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

PROCESSO: 00044358720188140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. INDICIADO:EMERSON BAIA DA CRUZ. ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 0004435-87.2018.8.14.0012 DESPACHO Considerando a manifestação do Órgão Ministerial, renovem-se as diligências de citação para o acusado EMERSON BAIA DA CRUZ, no endereço informado pelo MP. Numerem-se os autos. Cumpra-se, observadas as cautelas de lei. Cametá (PA), 28 de junho de 2019. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito respondendo pela 1ª Vara desta Comarca

PROCESSO: 00044736520198140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) em: 28/06/2019---AUTOR:MANOEL ALVIM

BATISTA DA SILVA VITIMA:E. A. P. . PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ MEDIDAS PROTETIVAS DE URGÊNCIA - LEI MARIA DA PENHA PROCESSO Nº 0004473-65.2019.8.14.0012 DECISÃO Cuida-se da solicitação de Medidas Protetivas de Urgência requeridas por E.A.D.P., já qualificada nos autos, em desfavor de MANOEL ALVIM BATISTA DA SILVA, pois seria vítima de suposto crime de ameaça no ambiente de violência doméstica, conforme relatado nestes autos, apresentado pela autoridade de Polícia Civil desta circunscrição. É a síntese do necessário. Doravante, decido. Analisando os autos, verifico que há indícios de autoria e materialidade, sendo necessárias as medidas elencadas para que seja garantida a integridade física e psicológica da vítima. Assim sendo, DEFIRO o requerido e determino as seguintes medidas: CONTRA O AGRESSOR: 01.Afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida; 02. Proibição de determinadas condutas, entre as quais: a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, devendo manter a distância mínima de100 (cem) metros; b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação (WhatsApp, mensagem, telefonema etc.); c) frequentar determinados lugares, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida, em especial, a residência desta; EM FAVOR DA VÍTIMA: 01. RECONDUÇÃO da ofendida e de seus dependentes ao respectivo domicílio, após o afastamento do agressor do local; 02. SEPARAÇÃO de corpos; 03. ENCAMINHAMENTO da ofendida, se esta entender necessário, e seus dependentes a programa oficial comunitário de proteção e/ou atendimento. DIREITOS RELATIVOS À PROTEÇÃO PATRIMONIAL DA VÍTIMA: 01. PROIBIÇÃO temporária de celebrar contratos ou atos jurídicos relativos a bens de propriedade comum do casal, tais como compra, venda, locação etc., salvo expressa e prévia autorização judicial; 02. SUSPENSÃO de eventuais procurações conferidas pela ofendida ao agressor; 03. RESTITUIÇÃO de bens indevidamente subtraídos pelo agressor à ofendida. O descumprimento de qualquer destas medidas ocasionará a decretação imediata da prisão preventiva do acusado, a ser apurado oportunamente pelo magistrado. As demais medidas não abarcadas por esta decisão foram afastadas por serem incompatíveis com as demais, inexistirem parâmetros objetivos para sua fixação (alimentos provisórios) e/ou por não se mostrarem pertinentes no caso concreto. INTIMEM-SE a vítima e o suposto agressor para que cumpram as medidas, sob pena do crime de desobediência (artigo 330, do Código Penal). O oficial de justiça deverá certificar no mandado se a vítima deseja ou não continuar com a ação e qual a sua situação física e psicológica quanto ao suposto agressor. Cite-se o Requerido para, querendo, apresentar defesa nos autos da medida protetiva, no prazo de 5 (cinco) dias e alertando-o que, em caso de ausência de manifestação, estabilizar-se-á a presente medida (artigo 304, do Código de Processo Civil - CPC), extinguindo-se o processo apenas com a presente tutela provisória de natureza cautelar antecedente, a qual tornar-se-á definitiva após 02 (dois) anos (§5º, artigo 304, do CPC). À autoridade policial para instaurar o inquérito policial para apuração de possível ilícito penal. Por questão de eficiência processual (artigo 8º, do CPC), SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO/ALVARÁ DE SOLTURA, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB ambos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 28 de JUNHO de 2019. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito Pamela Carneiro Lameira Sentença Juíza de Direito Pág. de 2 Pág. de 2
P R O C E S S O : 0 0 0 4 4 9 3 5 6 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 28/06/2019---FLAGRANTEADO:EDILSON DOS SANTOS SANTOS VITIMA:A. G. E. G. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 0004493-56.2019.8.14.0012 Vistos Inicialmente, ressalvo que deixo de aplicar o Provimento Conjunto nº 01/2016 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que regulamenta a Audiência de Custódia no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará (DJE 25.04.2016), tendo em vista a inexistência física de Defensor(a) Público(a) nesta Comarca ou advogado constituído pelo acusado(a)(s), o que impede a aplicação do artigo 3º: Será garantida à pessoa autuada em flagrante entrevista prévia com seu advogado constituído ou com Defensor Público, sem a presença de agentes policiais. Entendo, assim, ser o caso da aplicação do artigo 6º do Provimento que permite ao magistrado a dispensa de tal ato processual, considerando-se a realidade de cada Comarca. O(A) Delegado(a) de Polícia desta Comarca informou a este Juízo a prisão em flagrante de EDILSON DOS SANTOS SANTOS, por infringir, em tese, o(s) art(s) 155 caput do CPB. As circunstâncias relatadas nos autos demonstraram que a prisão foi legal, tendo sido cumprido todos os requisitos, razão pela qual HOMOLOGO o flagrante. DECIDO Com a entrada em vigor da Lei nº 12.403/2001, ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz decidirá fundamentadamente pelo relaxamento da prisão ilegal; conversão da prisão em flagrante em preventiva,

quando presentes os requisitos constantes do art. 312 do CPP, e se revelarem inadequadas ou insuficientes as medidas cautelares diversas da prisão; ou pela concessão de liberdade provisória, com ou sem fiança (art.310, CPP). Compulsando os autos do flagrante, verifico que, apesar da gravidade do crime, não se dispõe nos autos de outras informações mais concretas, das quais se possa aferir a necessidade de prisão preventiva, cediço que a gravidade do delito, por si só, não justifica a medida constritiva de liberdade. Além do mais, folheando os autos de flagrante, atesto que o objeto subtraído foi recuperado pela vítima. Assim, dada a natureza do crime em questão que não envolveu violência ou grave ameaça, entendo cabível, no caso, a concessão de liberdade provisória, mediante fiança (ou não), cumulada com outras medidas cautelares. Na espécie, tendo em conta as disposiç¿es do art. 282 do CPP, na redaç¿o da Lei 12.403/2011, a adoç¿o de medidas cautelares faz-se necessária para resguardar a aplicaç¿o da lei penal, entendido o processo como instrumento de prevenç¿o geral e especial, considerando-se a gravidade do crime e as circunstâncias do fato, pois o objeto da . Nos termos do art. 325, I, do CPP, a fiança será fixada entre de 1 (um) a 100 (cem) salários mínimos, quando se tratar de infração cuja pena privativa de liberdade, no grau máximo, não for superior a 4 (quatro) anos, como no presente caso, observando de qualquer modo, as deposiç¿es do § 1º do art. 325 do CPP. Com esses fundamentos, concedo ao flagranteado EDILSON DOS SANTOS SANTOS, a Liberdade Provisória sem fiança, cumulada com as seguintes medidas cautelares, sem prejuízo da adoção de outras medidas que se fizerem necessárias: I - Comparecimento mensal em juízo todo dia entre os dias 05 a 10 de cada mês, para informar e justificar atividades, e sempre que intimado para os atos do processo; II - Proibição de frequência a bares, boates, casas de jogo e assemelhados; III - proibição de manter contato com as vítimas dos fatos; IV - Proibição de ausentar-se da Comarca sem autorização judicial; V- Recolhimento domiciliar no período noturno em dias úteis, a partir de 222:00 horas até às 05:30horas da manhã, e integralmente nos dias de folga. SERVE A PRESENTE DECISÃO COMO ALVARÁ DE SOLTURA, para que o flagranteado EDILSON DOS SANTOS SANTOS seja incontinenti posto em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. Comunique-se à autoridade policial da decisão e das medidas cautelares aplicadas, bem como para encaminhar os autos do inquérito, no prazo legal. Comunique-se ainda à direção do CRRCAM. Dê-se conhecimento da presente decisão ao autuado. Aguarde-se a conclusão do inquérito, no prazo legal. Ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública. Cametá/PA, 28 de junho de 2019. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito P R O C E S S O : 0 0 0 4 5 1 3 4 7 2 0 1 9 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Auto de Prisão em Flagrante em: 28/06/2019---FLAGRANTEADO:GLAUBENILSON MOURO SERRAO VITIMA:J. S. M. . PRISÃO EM FLAGRANTE PROCESSO Nº 0004513-47.2019.8.14.0012 DECISÃO Vistos e examinados os autos. Inicialmente, ressalvo que deixo de aplicar o Provimento Conjunto nº 01/2016 do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Pará, que regulamenta a Audiência de Custódia no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Pará (DJe 25.04.2016), tendo em vista a inexistência física de Defensor Público nesta Comarca ou de advogado constituído pelo acusado(a)(s), o que poderia gerar uma prisão em flagrante por tempo excessivo e impede a aplicação do artigo 3º: ¿Será garantida à pessoa autuada em flagrante entrevista prévia com seu advogado constituído ou com Defensor Público, sem a presença de agentes policiais¿. Entendo, assim, ser o caso da aplicação do artigo 6º do Provimento que permite ao magistrado a dispensa de tal ato processual, ¿considerando-se a realidade de cada Comarca¿.

O Delegado de Polícia do Município de Cametá, DR. CELSO DE JESUS PEREIRA SALDANHA SANTIAGO, informou a este Juízo a prisão em flagrante de GLAUBENILSON MOURO SERRÃO, efetuada no dia 27.06.2019, por infringir, supostamente, o artigo 155, §1º c/c artigo 14, inciso II, ambos do Código Penal Brasileiro (CPB): furto majorado tentado. Sabe-se que o flagrante é a única modalidade de prisão que pode ocorrer sem que haja determinação judicial, ou seja, a análise da legalidade ou não da custódia tem caráter diferido, sendo observada posteriormente pelo juiz, de forma que, sendo tipo de segregação em que não há ordem judicial, deve observar na íntegra, todos os requisitos legais, sob pena de relaxamento. De acordo com os autos, o acusado teria subtraído supostamente uma sandália do pátio da casa da vítima, porém foi detido por populares e o objeto foi recuperado. Perante a autoridade policial, confessa a prática delitiva, afirmando que é viciado e por isso cometeu o delito. Vieram os autos conclusos. É a síntese do necessário. Doravante, decido. Analisando os autos, observo que todos os requisitos formais do auto de prisão em flagrante foram observados pela autoridade policial, tais como: a) Nota de Culpa; b) Nota de Ciência dos Direitos Constitucionais; c) Nota de Ciência das Garantias Constitucionais; d) Nota de Comunicação da Prisão à Família do Flagranteado ou a Pessoa por Indicada; e) Auto de Apresentação e Apreensão. Diante do exposto, homologo o presente auto de prisão em flagrante de GLAUBENILSON MOURO SERRÃO, conservando por ora a capitulação penal. Passo a manifestar-me sobre a possibilidade de conversão da prisão em

preventiva, a concessão de liberdade provisória ou a imposição de outra medida cautelar, nos termos do artigo 282 c/c artigos 310 e 319, todos do Código de Processo Penal (CPP). Penso que NÃO se encontram presentes os requisitos para prisão preventiva, o fumus comissi delicti e o periculum libertatis, nos termos dos artigos 311 e 312, do CPP. De acordo com o §6º do artigo 282, do CPP, a prisão preventiva é excepcional e será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida.

Apenas por apego à argumentação, o delito não representaria, mesmo em caso de condenação do acusado, em regra, a segregação deste em regime fechado ou mesmo semiaberto de cumprimento de pena, tendo em vista a pena máxima em abstrato do delito, ou seja, 04 (quatro) anos. Logo, não há razoabilidade para a decretação de tal reprimenda em caráter cautelar. Apesar de todos os argumentos para uma punição mais severa no caso concreto, tendo em vista a reincidência do acusado. In casu, entendo muito desproporcional enviar um cidadão para cadeia pública por causa de um par de sandálias. Pelo acima exposto, CONCEDO a liberdade provisória mediante a aplicação das MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO abaixo elencadas, consoante previsão do artigo 319, incisos I a V, do CPP, a saber: 01. MANTER distância de 50 (cinquenta) metros da vítima e/ou de seus familiares; 02. EVITAR qualquer contato com a vítima e/ou de seus familiares por qualquer meio de comunicação (telefone, WhatsApp, SMS, etc.); 03. Apresentar um comprovante de residência atual e um número de telefone para contato na Secretaria deste Fórum de Portel até o dia 10 de junho de 2018; 04. Proibição de frequentar bares e similares; 05. Comparecer a todos os atos processuais, desde que intimado de sua realização; 06. Recolhimento domiciliar no período noturno, diariamente, no período compreendido das 22 até as 06 horas; SERVIRÁ a presente decisão como ALVARÁ DE SOLTURA, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), para que o acusado seja posto em liberdade, assim que houver a comprovação do pagamento da fiança e se por outro motivo não estiver preso, devendo prestar o termo de compromisso das condições acima expostas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas na Secretaria desta Vara Única, sob pena de revogação do benefício em caso de descumprimento. COMUNIQUE-SE a Autoridade Policial e a concessão de liberdade provisória com fiança. INTIME-SE. CIÊNCIA ao Ministério Público e à defesa (Defensoria Pública ou advogado constituído). Após a remessa do respectivo inquérito policial, apense os presentes autos, dando-se baixa no Sistema Libra. Cumpra-se. Cametá (PA), 28 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache J uiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 4 9 8 2 6 4 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---VITIMA:J. S. O. ACUSADO:SANDRO LOPES VEIGA. PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CAMETÁ FÓRUM DES. MANOEL CACELLA ALVES JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CUMULATIVA SALA DE AUDIÊNCIAS ¿ GABINETE DO MAGISTRADO ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0004982-64.2017.8.14.0012 ¿ Roubo. Data: 27 de junho de 2019. Hora: 09h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá Incidência Penal: Art. 155, ¿caput¿, do CPB. PARTES: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Acusado: Sandro Lopes Veiga. Vítima: Juscelino de souza Oliveira. Testemunhas de Acusação: Saul Sérgio Diniz de Moraes; Janilson Nery Lima; Sebastião de Lima Peixoto. ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a ausência da vítima, não localizada. AUSENTE o acusado, ciente do ato, todavia, foi informado pela Secretaria Judicial que o mesmo se encontra atualmente recolhido no CRRCAM. DELIBERAÇÃO: 1. DÊ-SE VISTA AO MP para dizer se insiste na oitiva da vítima. Caso positivo, fornecer o endereço atualizado da mesma. 2. SE PREJUÍZO, REDESIGNO a audiência para as 11h30min do dia 05 de dezembro de 2019; 3. INTIMEM-SE as testemunhas de acusação, requisitando a apresentação das mesmas junto ao Comando do 32º BPM; 4. INTIME-SE o acusado, requisitando sua apresentação junto ao CRRCAM/SUSIPE, se porventura ainda estiver preso; 5. CIENTES os presentes. Dê-se ciência à Defensoria Pública. Nada mais havendo, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi

P R O C E S S O : 0 0 0 5 2 2 2 5 3 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---VITIMA:J. D. L. M. VITIMA:R. S. T. ACUSADO:ANTONIO SERGIO LOPES SILVA. PODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CAMETÁ FÓRUM DES. MANOEL CACELLA ALVES JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CUMULATIVA SALA DE AUDIÊNCIAS ¿ GABINETE DO MAGISTRADO ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 00052225320178140012 Data: 27 de junho de 2019. Hora:12h00min. Local: Sala de Audiências

da 1ª Vara da Comarca de Cametá Incidência Penal: Art. 157, §2º, INCISOS I E II, do CPB E ART. 244-B DO ECA. PARTES: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Acusado: ANTONIO SERGIO LOPES SILVA. Vítimas: RAILENE DOS SANTOS TAVARES. JOANA DARC LEITE MACIEL Testemunhas de Acusação: SAUL SERGIO DINIZ DE MORAES; ARTUR TEIXEIRA MARTINS NETO; ROBSON JOSÉ DIAS BAIA; ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a ausência das vítimas e do acusado, cientes do ato. DECISÃO: 1. CONSIDERANDO a ausência do acusado, ciente do ato, bem como de que deveria ter procurado este juízo para fornecer seus endereços atualizados e/ou justificar sua ausência, estando ciente ainda dos atos do processo por ocasião de sua citação em 04/09/2017, com fulcro no art. 367 do CPP, aplico-lhes a revelia. 2. DÊ-SE AO MP PARA DIZER SE INSISTE NA OITIVA DA VITIMA RAILENE DOS SANTOS TAVARES, CASO POSITIVO, FORNECER O ENDEREÇO ATUALIZADO DA MESMA. 3. Sem prejuízo, redesigno audiência para as 10h30min do dia 05 de dezembro de 2019; 4. EXPEÇA-SE Mandado de Condução Coercitiva para a vitima JOANA DARC LEITE MACIEL; 5. INTIMEM-SE as demais testemunhas de acusação, requisitando a apresentação das mesmas junto ao Comando do 32º BPM; 6. CIENTES os presentes. Nada mais havendo, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi

P R O C E S S O : 0 0 0 5 5 4 5 2 4 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:BRUNO GUEDES BENTES VITIMA:W. J. S. E. S. . AÇÃO ORDINÁRIA / AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0005545-24.2018.8.14.0012 DESPACHO 01. VISTA dos autos ao Ministério Público para requerer o que entender de direito; 02. Após, CONCLUSOS para decisão do magistrado; 03. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 5 5 5 6 5 3 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---INFRATOR:S. S. M. VITIMA:A. C. O. E. . AÇÃO ORDINÁRIA / AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0005556-53.2018.8.14.0012 DESPACHO 01. VISTA dos autos ao Ministério Público para requerer o que entender de direito; 02. Após, CONCLUSOS para decisão do magistrado; 03. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 6 3 0 6 8 9 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:IRAN RODRIGUES MOREIRA VITIMA:T. C. F. . TCO PROCESSO Nº 0006306-89.2017.8.14.0012 SENTENÇA 1. RELATÓRIO Dispensado o relatório, nos temos do permissivo legal previsto no artigo 38, da Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais). É a síntese do necessário. Doravante, decido. 2. FUNDAMENTAÇÃO

Não há registro de representação ou queixa-crime nestes autos, mesmo após 6 (seis) meses da data dos fatos e do conhecimento de sua autoria pela vítima (fls. retro). Neste sentido, o Código de Processo Penal é expresso no seu artigo 38, in verbis: Art. 38. Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia. Do mesmo modo, não há qualquer manifestação da vítima pelo prosseguimento da persecução criminal, conforme orienta o Enunciado nº 25 do FONAJE, a saber: ¿O início do prazo para o exercício da representação do ofendido começa a contar do dia do conhecimento da autoria do fato, observado o disposto no Código de Processo Penal ou legislação específica. Qualquer manifestação da vítima que denote intenção de representar vale como tal para os fins do art. 88 da Lei 9.099/95.¿ Em relação ao transcurso do prazo decadencial, pertinente é a lição de Eugênio Pacelli de Oliveira (Curso de Processo Penal, Ed. Lumen Juris, 10ª ed., p. 144), in verbis: Observe-se, por fim, que, em regra, como visto, os prazos decadenciais não se submetem a causas interruptivas ou suspensivas, fluindo, portanto, independentemente da data do início ou da eventual morosidade das investigações, dede que, por óbvio, já se saiba previamente acerca da autoria do fato. Logo, o prazo transcorreu sem qualquer manifestação necessária da vítima, no caso concreto

em análise, restando assim configurada a decadência penal. 3. DISPOSITIVO Diante do exposto, extingo a punibilidade do(a) Autor(a) do Fato, em relação aos fatos noticiados, com fulcro no inciso IV, artigo 107, do Código Penal Brasileiro (CPB), ou seja, a decadência penal. Dispenso a intimação da Autora do Fato, consoante Enunciado 105 do FONAJE, por questões de celeridade e eficiência processuais (artigo 8º, do Código de Processo Civil - CPC). CIÊNCIA ao Ministério Público.

Após, não havendo recurso, CERTIFIQUE-SE o trânsito em julgado e ARQUIVEM-SE estes autos com a respectiva baixa do registro no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 6 7 9 6 1 4 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário em: 28/06/2019---AUTOR:MINISTERIO PUBLICO DO ESTADO DO PARA REU:CF INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS LTDA ME BATUC MADEIRAS REU:DAIANA MATOS DE SOUZA REU:RICARDO LUIZ FALEIRO DA SILVA VITIMA:A. C. O. E. . AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0006796-14.2017.8.14.0012 DESPACHO

01. Como REQUER o Ministério Público; 02. Após, VISTA ao parquet para se manifestar novamente; 03. Enfim, CONCLUSOS para apreciação do magistrado; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 28 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 6 9 5 6 0 5 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Execução da Pena em: 28/06/2019---APENADO:RENAN BARROS SOUSA. PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ COMARCA DE CAMETÁ JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA Processo n.: 0006956-05.2018.8.14.0012 APENADO: RENAN BARROS SOUSA DECISÃO/OFÍCIO O apenado RENAN BARROS SOUSA ajuizou pedido de Saída Temporária. Juntou certidão carcerária atestando bom comportamento. Instado, o Ministério Público se manifestou pelo deferimento do pedido, posto que o apenado atende aos requisitos objetivos e subjetivos para concessão do benefício pleiteado. É o breve relatório. A saída temporária para visita à família tem previsão no art. 123, da Lei 7.210/84 (Lei de Execuções Penais), necessitando do preenchimento de alguns requisitos legais para o deferimento, quais sejam: comportamento carcerário adequado, cumprimento mínimo de 1/6 da pena se for primário e 1/4 se for reincidente, compatibilidade do benefício com os objetivos da pena, além de estar cumprindo pena no regime semiaberto. No caso concreto, verifica-se que o apenado preenche os requisitos objetivos e subjetivos, aliado ao bom comportamento, atestado pela Direção da casa penal onde se encontra custodiado. Diante do exposto, nos termos do art. 122 e art. 123 ambos da Lei nº 7.210/84, preenchidos os requisitos legais, DEFIRO as saídas temporárias automáticas, AUTORIZANDO que o apenado deixe o estabelecimento penal nos seguintes períodos: 1- Pais, dia 10/08/2019, às 08h00min, devendo retornar impreterivelmente ao Centro de Recuperação Regional de Cametá até às 08h00min (turno da manhã) do dia 15/08/2019; 2- Círio de Nazaré, de 10/10/2019 às 08h00min, devendo retornar impreterivelmente ao Centro de Recuperação Regional de Cametá até as 08h00min (turno da manhã) do dia 15/10/2019 e 3- Festividade de fim de ano, dia 24.12.2019 às 08h00min, devendo retornar impreterivelmente ao Centro de Recuperação Regional de Cametá até as 08h00min (turno da manhã) do dia 31.12.2019, devendo, ainda, ser cientificado a não praticar delitos, sob pena de revogação imediata do benefício. Ressalte-se que o deferimento das saídas temporárias automatizadas estão condicionada ao bom comportamento carcerário do reeducando, devendo a Administração Penitenciária juntar a ficha de acompanhamento individual do interno e certidão carcerária para fins de controle. Deverá o apenado fornecer o endereço onde reside a família a ser visitada ou onde poderá ser encontrado durante o gozo do benefício; 2- recolhimento à residência visitada, no período noturno; 3- proibição de frequentar bares, casas noturnas e estabelecimentos congêneres.

Cientifique-se a Administração Penitenciária da presente Decisão, que deverá, formalmente e individualmente, alertar o apenado das consequências do não cumprimento do prazo da autorização que não se restringe à revogação da renovação, como também a impossibilidade de deferimento dos futuros pleitos até que recupere o direito com demonstração de merecimento. Sirva a presente Decisão como AUTORIZAÇÃO DE SAÍDA TEMPORÁRIA AUTOMÁTICA. ESTA DECISÃO SERVE COMO OFÍCIO. Encaminhe-se cópia do atestado de pena à Direção do CRRCAM. Comunique-se à Administração Penitenciária acerca desta decisão. Cientifique-se o Ministério Público.

Cumpra-se. Cametá/PA, 26 de junho de 2019. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito

PROCESSO: 00072846620178140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---ACUSADO:TAGNO RODRIGUES DOS SANTOS VITIMA:M. F. F. VITIMA:K. C. C. VITIMA:W. P. C. . P ODER JUDICIÁRIO COMARCA DE CAMETÁ FÓRUM DES. MANOEL CACELLA ALVES JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CUMULATIVA SALA DE AUDIÊNCIAS ¿ GABINETE DO MAGISTRADO TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 00072846620178140012 ¿ Roubo Majorado. Data: 27 de junho de 2019. Hora: 08h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Incidência Penal: Art. 157, § 2º-A, inciso I, do CPB. Partes: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Advogado: Drª. Nelma Maria dos Santos Veloso ¿ OAB/PA Nº 8062. Acusado: Tagno Rodrigues dos Santos. Vítima: Marcele Furtado Ferreira; Kenned Cambraia da Conceição; Waldinei Pastana da Costa. Testemunhas de Acusação: Alvaro Jorge dos Santos Correa; Francisco Licinio de Souza Ferreira Junior; Reinaldo Machado Ribeiro. A ADVOGADA do acusado requereu prazo para juntar procuração. ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a ausência da advogada Nelma Maria dos Santos Veloso ¿ OAB/PA 6082; COMO também não há, no momento, Representante da Defensoria Pública, foi nomeado para o ato a advogada, Drª. Laercio Patriarcha Pereira ¿ OAB/PA nº 12945. O Advogado requereu ao MM. Juiz que fossem fixados honorários advocatícios a serem pagos pelo Estado, conforme resolução nº 19/2015-OAB/PA. Considerando o presente pedido, arbitro como honorários advocatícios o valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), embora este Juízo tenha ciência de que este valor está aquém do valor estipulado na Tabela da Ordem dos Advogados do Brasil ¿ OAB/PA, trata-se de uma forma de evitar o enriquecimento sem causa, promovida pelo Estado do Pará que deixou de providenciar a presença da Defensoria Pública nesta Comarca. Ausentes as vitimas Marcele Furtado Ferreira e Waldinei Pastana da Costa, bem como a testemunha Francisco Licinio de Souza Ferreira Junior, cientes do ato conforme certidão do Oficial de Justiça. A AUDIÊNCIA estará disponível em mídia gravada, através do sistema KENTA, com a autorização das partes para a utilização de suas imagens. A AUDIÊNCIA está sendo realizada sem o uso de algemas. A DENÚNCIA foi lida para os presentes. A VÍTIMA e as TESTEMUNHAS solicitaram que fossem ouvidas sem a presença do acusado, sendo este retirado e colado em um local sem contato com a sala de audiências, a vítima e as testemunhas. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: Kenned Cambraia da Conceição ¿ RG e CPF NÃO APRESENTADOS, qualificado nos autos. A vítima não presta compromisso. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, pela Defesa e pelo MM. Juiz. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: REINALDO MACHADO RIBEIRO ¿ RG E CPF NÃO APRESENTADO, qualificado nos autos. Testemunha compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, pela Defesa e pelo MM. Juiz. Em seguida passou-se à oitiva da Testemunha de acusação PM ALVARO JORGE DOS SANTOS CORREA RG 21416 ¿PM/PA, qualificado nos autos. Testemunha compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, pela Defesa e pelo MM. Juiz EM SEGUIDA, procedeu-se a oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: FELIPE PEREIRA OSMAR ¿ RG Nº 42.606-PM/PA; CPF Nº 036.304.992-44, qualificado nos autos. Testemunha Compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, pela Defesa e pelo MM. Juiz. ENCERRADA a oitiva das testemunhas, procedeu-se a QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO DO ACUSADO. Qual o seu nome? R: TAGNO RODRIGUES DOS SANTOS, já qualificado nos autos. Depois de cientificado da acusação, foram-lhe formuladas as perguntas, de acordo com o art. 188 do mesmo Código e art. 5º LXIII da Constituição Federal, ciente do seu direito constitucional de permanecer em silêncio, sem que isso lhe cause prejuízo. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pelo MM. Juiz, pela Representante do Ministério Público e pela Defesa. A DEFESA não tinha nada a requerer. DELIBERAÇÃO: 1. REDESIGNO a audiência para as 08h30min do dia 05 de dezembro de 2019; 2. INTIMEM-SE as vitimas, bem como as testemunhas ausentes. 3. SAI O ACUSADO INTIMADO 4. CIENTES os presentes. NADA MAIS HAVENDO, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada, com exceção da vítima e das testemunhas, cujas presenças encontram-se registradas na mídia gravada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

PROCESSO: 00079798320188140012 PROCESSO ANTIGO: --- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:ERIVELTON FARIAS LEAO VITIMA:T. J. G. A. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0007979-83.2018.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância

com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 0 8 3 0 1 7 4 2 0 1 6 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---ACUSADO:LEO MORAIS DAMASCENO Representante(s): OAB 8062 - NELMA MARIA DOS SANTOS VELOSO (ADVOGADO) VITIMA:A. C. O. E. . ESTADO DO PARÁ PODER JUDICIÁRIO 1ª VARA DA COMARCA DE CAMETÁ Processo: 00083.0174.2016.8.14.0012 Autor: LEO MORAIS DAMASCENO SENTENÇA Do exame dos autos verifico que houve a prática de suposto fato delituoso, segundo narra a peça ministerial, característico à infração capitulada no art. 28, da Lei n. 11.343/06 e que tal crime prevê a aplicação de penas diversas da privação de liberdade. Conforme análise dos autos houve sentença condenatória desclassificando para uso o fato imputado ao autor. O artigo 30 do referido estatuto relata que prescrevem em 2 (dois) anos a imposição e a execução das penas, observado, no tocante à interrupção do prazo, o disposto nos arts. 107 e seguintes do Código Penal. Verifico que, até a presente data transcorreram mais de 02 (dois) anos desde que prolatada a sentença condenatória ao usuário de entorpecentes. Realizadas as considerações, importa mencionar que a Lei de Drogas, além de promover o combate à condutas de altíssimo grau de reprovabilidade, tal como a traficância, busca também a prevenção do porte para uso, atendo especial atenção à conduta de usuários e dependentes buscando sua recuperação e reinserção social, vez que o encarceramento é tido como medida ultima ratio do Direito Penal, e privar a liberdade daquele que, conforme o princípio da alteridade, não realizou conduta que transcendeu a sua própria pessoa, de tal modo que o comportamento maléfico do usuário de entorpecentes não prejudica ou lesa direito de outro, senão representando um atentado ao próprio interesse ou saúde do próprio denunciado, afastando a possibilidade de aplicação do jus puniendi pelo Estado. Observado o prazo prescricional previsto em lei, bem como, considerando princípios norteadores do Direito, tal qual o da alteridade, segundo o qual o direito não cuida-se de atos que não ultrapassem a esfera de interesse do acusado, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de LEO MORAIS DAMASCENO, nos termos do art. 30 da Lei n. 11.343/06 e art. 107, e ss do Código Penal. Cametá/PA, 27 de junho de 2019. JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 1 0 3 6 5 8 6 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---VITIMA:J. M. M. B. VITIMA:P. S. S. G. VITIMA:F. N. F. J. ACUSADO:FELIPE CARDOSO XAVIER ACUSADO:BRUNO SA DO CARMO ACUSADO:ELIANE SIQUEIRA DOS SANTOS ACUSADO:SAMUEL LEAO RODRIGUES. ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0010365-86.2018.8.14.0012 - Roubo Majorado. Data: 26 de junho de 2019. Hora: 09h45min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Referência Penal: Artigo 157, § 2º. Inciso II e § 2º-A, inciso I, do CPB. PARTES: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Acusados: Eliane Siqueira dos Santos; Samuel Leão Rodrigues; Bruno Sá do Carmo; Felipe Cardoso Xavier. Vítima: Paulo Sérgio dos Santos Garcia. ABERTA A AUDIÊNCIA, feito o pregão, verificou-se a ausência da vítima, regularmente

intimada. AUSENTES os acusados SAMUEL LEÃO RODRIGUES e BRUNO SÁ DO CARMO (cientes do ato). DECISÃO: 1. CONSIDERANDO a ausência dos acusados SAMUEL LEÃO RODRIGUES e BRUNO SÁ DO CARMO, cientes do ato, bem como de que deveriam ter procurado este juízo para fornecer seus endereços atualizados e/ou justificar sua ausência, estando cientes ainda dos atos do processo, com fulcro no art. 367 do CPP, aplico-lhes a revelia. 2. SEM PREJUÍZO, redesigno audiência de continuação para as 11h30min do dia 28 de agosto de 2019; 3. SAI intimada os acusados presentes; 4. REQUISITE-SE a apresentação do acusado FELIPE CARDOSO XAVIER preso junto à direção do CRRCAM/SUSIPE; 5. EXPEÇA-SE mandado de condução coercitiva da vítima; 6. CIENTES os presentes. Dê-se ciência à Defesa. Nada mais havendo, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 1 1 1 7 7 6 5 2 0 1 7 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---INDICIADO:LEO MORAES DAMASCENO VITIMA:K. D. C. . AÇÃO PENAL / REPRESENTAÇÃO / AÇÃO ORDINÁRIA PROCESSO Nº 0011177-65.2017.8.14.0012 DESPACHO 01. Como REQUER o Ministério Público; 02. Após, VISTA ao parquet para se manifestar novamente; 03. Enfim, CONCLUSOS para apreciação do magistrado; 04. SERVIRÁ o presente despacho como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se na forma e sob as penas da lei. Cametá (PA), 28 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 1 1 2 0 1 3 0 2 0 1 6 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JOSE MATIAS SANTANA DIAS Ação: Inquérito Policial em: 28/06/2019---INDICIADO:APURACAO VITIMA:F. P. C. . Nos termos dos artigos 1º e 3º da Resolução/TJEPA nº 010 de 20 de junho de 2018, redistribua-se os presentes autos a 1ª Vara Criminal de Cametá, competente para o prosseguimento do feito em razão da matéria. Cametá, 25 de junho de 2019. José Matias Santana Dias Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 1 1 2 2 1 5 0 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:ELAN CARDOSO DA CRUZ Representante(s): OAB 18931 - GLEICIANE SABA MELO DOS PRAZERES (ADVOGADO) . ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0011221-50.2018.8.14.0012 - Tráfico de Drogas/Corrupção de Menor. Data: 26 de junho de 2019. Hora:12h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá Incidência Penal: Art. 33 da Lei nº 11.343/2006, c/c art. 244-B do ECA. PARTES: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Advogada Dativa: Drª. Gleiciane Sabá Melo dos Prazeres ¿ OAB/PA Nº 18.931. Acusado: Elan Cardoso da Cruz. Vítima: A Coletividade ¿ O Estado; Jonilson da Costa Batista. Testemunhas de Acusação: Marcos Pitter de Souza dos Anjos; Klayton Carneiro Pantoja; Ronildo Luiz Almeida Tavares; André Damasceno Silva. ABERTA A AUDIÊNCIA, feito o pregão o MM Juiz verificou a ausência da vítima JONILSON DA COSTA BATISTA, o qual não foi localizado no endereço fornecido, conforme Certidão do Oficial de Justiça acostada nos autos. AUSENTE a testemunha MARCOS PITTER DE SOUZA DOS ANJOS sendo informado pelas demais testemunhas que o mesmo está participando do Curso de graduação a Sargento em Belém (conforme Boletim Geral Nº 086-2019 ¿ PM/PA). DA DEFESA PRÉVIA: A DEFESA DO ACUSADO não fez argumentações em sede preliminar, nem indicou a ocorrência de qualquer nulidade ou incidente processual que fizesse óbice ao prosseguimento da ação penal. Assim, considerando o teor da Defesa Prévia, não sendo o caso de absolvição sumária ou nulidade: RECEBO A DENÚNCIA, nos termos do art. 55, § 4º da Lei nº 11.343/2006. Mantenho a audiência de instrução e julgamento designada para esta data. A AUDIÊNCIA estará disponível em mídia gravada, através do sistema KENTA, com a autorização das partes para a utilização de suas imagens. A AUDIÊNCIA está sendo realizada sem o uso de algemas. A DENÚNCIA foi lida para os presentes. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: RONILDO LUIZ ALMEIDA TAVARES ¿ RG Nº 40.004-PM/PA; CPF Nº 001.585.582-19, qualificado nos autos. Testemunha compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, Defesa e pelo MM. Juiz. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da testemunha de Acusação ANDRÉ DAMASCENO SILVA ¿ RG Nº 40.570-PM/PA; CPF Nº 930.771.812-15, qualificado nos autos. Testemunha compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, Defesa e pelo MM. Juiz. EM SEGUIDA passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: KLAYTON CARNEIRO PANTOJA ¿ RG Nº 38.761-

PM/PA; CPF Nº 787.357.852-68, qualificado nos autos. Testemunha Compromissada. Inquirido, respondeu às perguntas formuladas pela Representante do Ministério Público, Defesa e pelo MM. Juiz. A REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO desistiu da oitiva da vítima e da testemunha, ausentes. A DEFESA não arrolou testemunhas. ENCERRADA a oitiva das testemunhas, procedeu-se a QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO DO ACUSADO. Qual o seu nome? R: ELAN CARDOSO DA CRUZ ¿ RG Nº 5171036-PC/PA e CPF NÃO APRESENTADO. De onde é natural? R: BELÉM/PA. Qual o seu estado Civil? R: SOLTEIR0. Qual a sua idade? R: 34 ANOS ¿ NASCIDO EM 26/07/1984. Qual a sua filiação? R: FRANCISCO RAMOS DA CRUZ e RAIMUNDA FERREIRA CARDOSO. Qual a sua residência? RUA GEOBALDO CALDAS, Nº 2607, PRÓXIMO DO CAMPO DO PALMEIRAS, BAIRRO PRIMAVERA, MUNICÍPIO DE CAMETÁ/PA. Quais os seus meios de vida? R: PADEIRO/MOTOTAXISTA. Qual o seu local de trabalho? R: TRABALHOS AUTÔNOMOS. Sabe Ler e Escrever? R: SIM (ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO ¿ 6ª SÉRIE). É eleitor? R: NÃO. Possui CPTS? R: SIM. Se já foi preso ou processado anteriormente? R: SIM (TRÁFICO DE DROGAS). Cor? R: PARDA. É Usuário de Drogas? R: SIM (MACONHA). Bebe e/ou Fuma? R: BEBE, MAS NÃO FUMA CIGARROS. Recebe Ajuda de Programas do Governo? R: NÃO. Possui Filhos? R: SIM, 05 (16, 13, 12, 05 e 03 anos). Depois de cientificado da acusação, foram-lhe formuladas as perguntas, de acordo com o art. 188 do mesmo Código e art. 5º LXIII da Constituição Federal, ciente do seu direito constitucional de permanecer em silêncio, sem que isso lhe cause prejuízo. Inquirido, respondeu às perguntas pelo MM. Juiz, pela Representante do Ministério Público e pela Defesa. A DEFESA requer: ¿MM Juiz, a Defesa entende pelo relaxamento da prisão do acusado, tendo em vista a flagrante ilegalidade do lapso temporal, vez que o acusado já se encontra preso há aproximadamente 07 (sete) meses, atendendo ao disposto à Resolução n° 01/2018, a qual prevê que a formação de culpa deve encontrar seu término no prazo máximo de 06 (seis) meses. Não obstante, não há nos autos o prova da materialidade. São os termos¿. Dada a palavra ao Ministério Público: ¿¿MM Juiz, o parquet entende pelo indeferimento, tendo em vista que o denunciado é conhecido por tráfico na cidade, conforme antecedentes criminais de fls. 43/44, bem como, finda a instrução, não há mais que se falar em constrangimento ilegal, bem como, por se tratar de crime de tráfico que atualmente é responsável pelo aumento da criminalidade, uma vez que é a causa de diversos outros delitos patrimoniais violentos ou com emprego de grave ameaça, não havendo que se considerar neste momento a revogação da prisão preventiva, uma vez que não se fazem presentes os requisitos necessários para tanto. São os termos¿. DECISÃO: 1. EM RELAÇÃO ao pedido de revogação de prisão preventiva, entendo pelo indeferimento pelos motivos que passo a expor. A um, porque finda a instrução não há que se falar em constrangimento ilegal, conforme Súmula 52, do STJ. A dois, entendo que os prazos processuais penais devem ser vistos com razoabilidade, conforme orienta o Manual de Varas Criminais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), sendo que não se pode interpretar o prazo de seis meses como um dogma, devendo ser levado em consideração eventuais tramitações processuais naturais do processo penal. A três, o acusado já responde a outros processos penais, inclusive, estando preso provisoriamente em outros autos, o que torna a análise dessa revogação de prisão preventiva sem efetividade para mudar a situação do acusado. Assim sendo, INDEFIRO o pedido de revogação de prisão preventiva, mantendo a prisão pelos fundamentos já expostos na decisão de fls. 26/28. 2. VISTAS ao Ministério Público e, imediatamente em seguida, à Defesa, para, no prazo sucessivo de 05 (cinco) dias corridos apresentarem suas alegações finais escritas; 3. Após, CONCLUSOS para sentença; 4. CIENTES os presentes. NADA MAIS HAVENDO, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada, com exceção das testemunhas, cujas presenças encontram-se registradas na mídia gravada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 1 1 4 6 6 6 1 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:CIDA CAMPOS DOS SANTOS VITIMA:A. C. O. E. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0011466-61.2018.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um

Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 1 1 5 4 3 7 0 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---VITIMA:I. A. S. M. ACUSADO:GERALDO FRANCISCO LIMA DE LEAO Representante(s): OAB 12945 - LAERCIO PATRIARCHA PEREIRA (ADVOGADO) . ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0011543-70.2018.8.14.0012 - Roubo. Data: 26 de junho de 2019. Hora:11h30min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá Incidência Penal: Art. 157, ¿caput¿, do CPB. PARTES: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Gruchenhka Oliveira Baptista Freire. Advogado Dativo: Dr. Laércio Patriarcha Pereira ¿ OAB/PA Nº 12.945. Acusado: Geraldo Francisco Lima de Leão. Vítima: Ítalo André da Silva Matos. Testemunhas de Acusação: Amarildo Pinheiro Rodrigues; Adriel Batista Tavares. ABERTA A AUDIÊNCIA, verificou-se a ausência da vítima, ciente do ato. AUSENTE o acusado, não apresentado e não justificado pela SUSIPE. AUSENTE a testemunha AMARILDO PINHEIRO RODRIGUES, o qual, segundo informações da testemunha presente, encontra-se na Capital do Estado participando do Curso de Adaptação à Graduação de Sargento ¿ CGS, conforme Boletim Geral Nº 086-2019 ¿ PM/PA. DELIBERAÇÃO: 1. REDESIGNO a audiência para as 12h30min do dia 28 de agosto de 2019; 2. EXPEÇA-SE Mandado de Condução Coercitiva para a vítima e seu Representante Legal; 3. INTIMEM-SE as testemunhas de acusação, requisitando a apresentação das mesmas junto ao Comando do 32º BPM; 4. INTIME-SE o acusado, requisitando sua apresentação junto ao CRPP III/SUSIPE; 5. COMUNIQUE-SE a Corregedoria das Comarcas do Interior a respeito do atraso na tramitação processual causada pela não apresentação de presos por problemas estruturais da SUSIPE e/ou sem nenhuma justificativa. SERVE A PRESENTE ATA COMO OFÍCIO; 6. CIENTES os presentes. Nada mais havendo, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi

P R O C E S S O : 0 0 1 1 9 4 2 0 2 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:JACSON MIRANDA DA COSTA VITIMA:A. C. O. E. . AÇÃO PENAL PROCESSO Nº 0011942-02.2018.8.14.0012 DECISÃO Analisando os autos do processo em epígrafe, DETERMINO: 01. De início, RECEBO a denúncia, por estar em consonância com o disposto do artigo 41, do Código de Processo Penal (CPP), bem como não se encontrarem presentes quaisquer das hipóteses previstas no artigo 395, do CPP; 02. Cite(m)-se o(a)(s) acusado(a)(s) para responder(em) por escrito a acusação, no prazo de 10 (dez) dias (artigo 396, do CPP). Quando do cumprimento do mandado de citação, o Sr. Oficial deverá perguntar ao(s) acusado(s) se possui(em) advogado(s) ou se deseja(m) que sua(s) defesa(s) seja(m) patrocinada(s) pela Defensoria Pública; 03. Caso o(s) acusado(a)(s) informe(m) que não tem advogado e que deseja(m) ser assistido(s) pela Defensoria Pública, ENCAMINHEM-SE os autos para esta instituição ou, se não houver Defensor Público atuando na Comarca, RETORNEM-ME os autos conclusos para nomeação de um Defensor Dativo; 04. No caso de não estar(em) o(s) acusado(a)(s), civilmente identificado, REQUISITE-SE à autoridade policial a identificação criminal do mesmo no prazo de 10 (dez) dias corridos; 05. JUNTEM-SE aos autos, caso ainda não tenha sido feito, Certidão de Antecedentes Criminais (CAC) do(a)(s) acusado(a)(s); 06. Oportunamente, CONCLUSOS novamente para análise de eventual absolvição sumária, nos termos do artigo 397, do CPP ou, se for o caso, para a designação de audiência admonitória processual, se for possível a concessão do benefício da suspensão condicional do processo, ou de instrução e julgamento; 07. ADVIRTO que nos termos do artigo 265, do CPP, que o

advogado constituído pelo(a)(s) acusado(a)(s) não poderá abandonar o processo senão por motivo imperioso, comunicando previamente este juízo, sob pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanções cabíveis; 08. SERVIRÁ a presente decisão como MANDADO/OFÍCIO, nos termos dos Provimentos nº 03/2009 da CJCI e da CJRMB, ambas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 1 2 4 8 2 5 0 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---VITIMA:A. C. O. E. ACUSADO:MARLIANE CRISTINA VIEIRA DE ASSUNCAO. ATA DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO Processo: 0012482-50.2018.8.14.0012 - Posse Ilegal de Arma de Uso Restrito. Data: 25 de junho de 2019. Hora: 13h00min. Local: Sala de Audiências da 1ª Vara da Comarca de Cametá. Cap. Penal: Art. 16 da Lei nº 10.826/2003. PARTES: Juiz de Direito: Jacob Arnaldo Campos Farache. Ministério Público: Jeanne Maria Farias de Oliveira. Advogado: Dr. Venino Tourão Pantoja Júnior. Acusada: Marliane Cristina Vieira de Assunção. Vítima: A Coletividade ¿ O Estado. Testemunhas de Acusação: Flávio Carlos de Meireles; Márcio José da Silva Brito; Elisângela Tenório de Assunção. Iniciada a audiência, feito o pregão das partes, verificou-se a ausência das testemunhas de acusação FLÁVIO CARLOS DE MEIRELES e MÁRCIO JOSÉ DA SILVA BRITO. A AUDIÊNCIA estará disponível em mídia gravada, através do sistema KENTA, com a autorização dos depoentes em relação à exibição de suas imagens. AUDIÊNCIA realizada sem a utilização de algemas. A DENÚNCIA foi lida aos presentes. Em seguida, passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: ELISÂNGELA TENÓRIO DE ASSUNÇÃO ¿ RG Nº 13312677-SSP/MG; CPF Nº 088.238.246-21. Qualificada nos autos. Testemunha não compromissada. É mãe da acusada. Inquirida, respondeu às perguntas da Representante do Ministério Público, da Defesa e do MM Juiz. CONSIDERANDO a confissão da acusada, a Representante do Ministério Público desistiu das demais testemunhas. Em seguida, passou-se à oitiva da TESTEMUNHA DE ACUSAÇÃO: RUDINELSON VIEIRA DE ASSUNÇÃO ¿ RG Nº 3581314-PC/PA; CPF Nº 744.393.242-15. brasileiro, casado, Funcionário Público Municipal (Professor), filho de Areosvaldo Geraldo de Assunção e Creuza Vieira Tenório, residente e domiciliado no mesmo endereço da testemunha acima. Testemunha não compromissada. É tio da acusada. Inquirido, respondeu às perguntas da Representante do Ministério Público, da Defesa e do MM Juiz. ENCERRADA a oitiva das testemunhas, procedeu-se a QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO DA ACUSADA. Qual o seu nome? R: MARLIANE CRISTINA VIEIRA DE ASSUNÇÃO ¿ RG Nº 8263272-PC/PA e CPF NÃO APRESENTADO. De onde é natural? R: CAMETÁ-PA. Qual o seu estado Civil? R: SOLTEIRA. Qual a sua idade? R: 24 ANOS ¿ NASCIDA EM 20/04/1995. Qual a sua filiação? R: PAI NÃO DECLARADO e ROSA ÂNGELA VIEIRA DE ASSUNÇÃO. Qual a sua residência? TRAVESSA SANTA MARIA, Nº 891, PRÓXIMO DA EMEF DALILA LEÃO, BAIRRO PRIMAVERA, NESTE MUNICÍPIO. Quais os seus meios de vida? R: CABELEIREIRA. Qual o seu local de trabalho? R: SALÃO DE BELEZA DE PROPRIEDADE DE SUA GENITORA. Sabe Ler e Escrever? R: ENSINO MÉDIO COMPLETO. É eleitora? R: SIM. Possui CPTS? R: NÃO. Se já foi presa ou processada anteriormente? R: NÃO. Cor? R: BRANCA. É Usuária de Drogas? R: NÃO; Bebe e/ou Fuma? R: NÃO; Recebe Ajuda de Programas do Governo? R: NÃO. Possui Filhos? R: NÃO. Depois de cientificada da acusação, foram-lhe formuladas as perguntas, de acordo com o art. 188 do mesmo Código e art. 5º LXIII da Constituição Federal, ciente do seu direito constitucional de permanecer em silêncio, sem que isso lhe cause prejuízo. Inquirida, respondeu às perguntas formuladas pela Defesa e pelo MM. Juiz, pela Representante do Ministério Público e pela Defesa. A DEFESA não tinha nada a requerer. AS ALEGAÇÕES FINAIS foram apresentadas na modalidade oral tanto pelo Ministério Público quanto pela Defesa, nos termos do artigo 405, §1°, do Código de Processo Penal (CPP). FINALMENTE O MM. JUIZ, PROFERIU A SEGUINTE DELIBERAÇÃO: 1. AUTOS CONCLUSOS para sentença; 2. CIENTES os presentes. Nada mais havendo, o MM. Juiz mandou encerrar a presente ata que, lida e achada conforme, vai devidamente assinada, com exceção da testemunha, cuja presença se encontra registrada na mídia gravada. Eu, _____, Valdemir Santana Martins Reis, Analista Judiciário, digitei e conferi.

P R O C E S S O : 0 0 1 2 5 6 2 1 4 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:TAGNO RODRIGUES DOS SANTOS VITIMA:A. C. O. E. . AUTOS N.: 00125621420188140012 DECISÃO Cuida-se de apuração do delito do art. 28 da lei 11.343/06. Instado a se manifestar, o Ministério Público requereu o arquivamento dos autos, com fundamento nos princípios da lesividade e alteridade para embasar o devido processo legal. Ante o exposto, acolho a manifestação da Representante do Ministério

Público, em todos os seus termos, relativamente a este Inquérito Policial e lhe determino o arquivamento, com fulcro no Artigo 28 do Código de Processo Penal. Determino a incineração da substância apreendida, caso ainda não o tenha sido feito, devendo ser oficiado à autoridade policial para que adote as providências necessárias, nos termos do art. 50 da Lei 11.343/2006. Dê-se ciência ao Ministério Público. Proceda-se a intimação do acusado apenas pelo Diário da Justiça Eletrônico (DJE).

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se com a devida baixa na distribuição. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 1 2 6 4 3 6 0 2 0 1 8 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019---AUTOR DO FATO:EDINALDO SOS SANTOS MAGALHAES AUTOR DO FATO:JOEL DAVI SOARES DA SILVA AUTOR DO FATO:MARCO ANTONIO FRAZAO DA LUZ VITIMA:A. C. O. E. . AUTOS N.: 0012643-60.2018.8.14.0012 DECISÃO Cuida-se de apuração do delito do art. 28 da lei 11.343/06. Instado a se manifestar, o Ministério Público requereu o arquivamento dos autos, com fundamento nos princípios da lesividade e alteridade para embasar o devido processo legal. Ante o exposto, acolho a manifestação da Representante do Ministério Público, em todos os seus termos, relativamente a este Inquérito Policial e lhe determino o arquivamento, com fulcro no Artigo 28 do Código de Processo Penal. Determino a incineração da substância apreendida, caso ainda não o tenha sido feito, devendo ser oficiado à autoridade policial para que adote as providências necessárias, nos termos do art. 50 da Lei 11.343/2006. Dê-se ciência ao Ministério Público. Proceda-se a intimação do acusado apenas pelo Diário da Justiça Eletrônico (DJE).

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Decorrido o prazo recursal, arquivem-se com a devida baixa na distribuição. Cametá (PA), 27 de junho de 2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

P R O C E S S O : 0 0 3 8 6 5 1 7 9 2 0 1 5 8 1 4 0 0 1 2 P R O C E S S O A N T I G O : - - - MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): JACOB ARNALDO CAMPOS FARACHE Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019---ACUSADO:MOISES DOS PRAZERES RODRIGUES VITIMA:B. I. R. P. VITIMA:E. J. M. V. VITIMA:L. M. M. . Processo: 0038651-79.2015.8.14.0012 Autor: MINISTÉRIO PÚBLICO Indiciado: MOISES DOS PRAZERES RODRIGUES SENTENÇA Versa a presente demanda de ação penal intentada pelo nobre órgão Ministério Público para apurar suposta conduta delituosa cometida pelo nacional MOISES DOS PRAZERES RODRIGUES, qualificado nos autos; por haver infringido, em tese, as normas do artigo 303 do CTB, cuja pena é detenção, de seis meses a dois anos. Conforme análise dos autos, verifica-se que os fatos ocorreram em 26/06/2015. Desde a data de ocorrência dos fatos até o presente momento transcorreram mais de 04 (quatro) anos. Em análise a conduta prescrita no art. 303 do CPB, ainda que houvesse sentença condenatória desfavorável aplicando o máximo de pena prevista para o tipo legal, qual seja, 02 (dois) anos, restaria prescrita a pretensão punitiva do Estado em face da conduta delitiva em apuração nos termos do art. 109, inc. V do CPB. Logo, passados mais de 04 (seis) anos da data dos fatos e não tendo sido prestada a devida contraprestação jurisdicional, não persiste viabilidade processual concreta para o prosseguimento do feito. Por todo exposto, por se tratar de matéria de interesse público, observada a manifestação do nobre órgão Ministério Público, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado MOISES DOS PRAZERES RODRIGUES, em face da prescrição da pretensão punitiva do Estado, nos termos do art. 107, IV, c/c art. 109 e ss, todos do Código Penal. CIÊNCIA ao parquet.

INTIME-SE o(a) (s) acusado (a) (s) apenas pelo Diário de Justiça Eletrônico (DJe). Após o trânsito em julgado, ARQUIVEM-SE os autos, dando baixa no Sistema Libra. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cametá/Pa, 27/06/2019. Jacob Arnaldo Campos Farache Juiz de Direito

COMARCA DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

SECRETARIA VARA ÚNICA DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA

Processo nº 0000031-32.2016.8.14.0054 - Ação de Indenização **Requerente:** MARIA RAIMUNDA SILVA DE OLIVEIRA **Advogado do Requerente:** JOSÉ ANTONIO LIMA FERREIRA, OAB/PA 9.756 **Requerido(a)**: MUNICÍPIO DE BREJO GRANDE DO **DESPACHO** Visto os autos 1. Fazenda Pública é revel, pois citada para apresentar contestação não o fez. Apesar da ré não ter contestado a inicial, os efeitos da revelia (artigo 344, do CPC) contra a mesma não se produz, em razão de se tratar de Pessoa Jurídica de Direito Público, cujos interesses são indisponíveis (art. 345, inciso II, do CPC). 2. Não há outras questões processuais pendentes. Dou o feito por saneado, tendo em vista tratar de matéria de direito já que os autos se encontram carreados com todos os documentos necessários para resolução da lide. 3. **Designo** a audiência de instrução e julgamento (V, art. 357, CPC) **para o dia 04 de setembro de 2019, às 11:00 horas**, intimem-se as partes, ciente que deverão comparecer acompanhados de seus patronos. 4. Proceda, a secretaria, as intimações necessárias. 5. Tendo em vista que as intimações da Fazenda Pública devem ser feitas pessoalmente, remeta-se os autos ao órgão da Advocacia Pública responsável por sua representação judicial. **São João do Araguaia/PA, 28 de março de 2019.** Luciano Mendes Scaliza, Juiz de Direito, titular da Vara Única da Comarca de São João do Araguaia.

Processo: 0003464-73.2018.8.14.0054. Requerente: FRANCISCO FERREIRA DE SOUSA. Advogado: LEONARDO BARROS POUBEL. OAB/PA 28177-A. Requerido: BANCO VOTORANTIM S/A. Vistos os autos. 1) Com esteio no § 2.º, art. 300, do CPC, reservo-me a apreciar o pedido liminar após justificação prévia. Notifique o requerido para que apresente justificativa previa em 15 (quinze) dias; 2) Considerando o disposto no artigo 334 do CPC, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320 do CPC, designo audiência de conciliação, para o dia, 23 / 07 / 2019, _09:00__, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. 3) Cite-se o réu, se necessário por Carta Precatória, e intime-o para comparecer em audiência, no mandado de citação/intimação, faça constar as advertências constantes do artigo 334, parágrafos 8º, 9º e 10º. Fica o autor intimado para a audiência na pessoa de seu advogado e por meio da publicação desta decisão na imprensa oficial (CPC, artigo 334, § 3º). 4) Tendo em vista a hipossuficiência da parte autora, e/ou pelo fato desta ter idade acima de 60 anos, ser analfabeto e ter alegado fato negativo, ou seja, que não realizou os empréstimos, e, por outro lado, que réu tem o ônus fazer a prova de que o defeito no serviço inexiste ou de alguma excludente do nexo causal, sendo de certa forma desdobramento lógico do próprio risco da atividade por ele desenvolvida no mercado de consumo, inverto o ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do CDC. 5) Na audiência de conciliação, se não houver composição, poderá o réu oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4.º, inciso I (se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual);. 6) Advirto, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. 7) As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, § 9º). A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, § 10º). 8) Expeça-se as diligências necessárias. Cumpra-se.

Processo: 0002704-27.2018.8.14.0054. Requerente: RAIMUNDA BRAZ DOS SANTOS. Advogado: LEONARDO BARROS POUBEL. OAB/PA 28177-A. Requerido: BANCO VOTORANTIM S/A. Vistos os autos. 1) Com esteio no § 2.º, art. 300, do CPC, reservo-me a apreciar o pedido liminar após justificação prévia. Notifique o requerido para que apresente justificativa previa em 15 (quinze) dias; 2) Considerando o disposto no artigo 334 do CPC, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320 do CPC, designo audiência de conciliação, para o dia, 24 / 07 / 2019, _09:00__, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. 3) Cite-se o réu, se necessário por Carta Precatória, e intime-o para comparecer em audiência, no mandado de citação/intimação, faça constar as advertências constantes do artigo 334, parágrafos 8º, 9º e 10º. Fica o autor intimado para a audiência na pessoa de seu advogado e por meio da publicação desta decisão na imprensa oficial (CPC, artigo 334, § 3º). 4) Tendo em vista a hipossuficiência da parte autora, e/ou pelo fato desta ter idade acima de 60 anos, ser analfabeto e ter alegado fato negativo, ou seja, que não realizou os empréstimos, e, por outro lado, que réu tem o ônus fazer a prova de que o defeito no serviço inexiste ou de alguma excludente do nexo causal, sendo de certa forma desdobramento lógico do próprio risco da atividade por ele desenvolvida no mercado de consumo, inverto o ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do CDC. 5) Na audiência de conciliação, se não houver composição, poderá o réu oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4.º, inciso I (se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual);. 6) Advirto, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. 7) As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, § 9º). A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, § 10º). 8) Expeça-se as diligências necessárias. Cumpra-se.

Processo: 0003463-88.2018.8.14.0054. Requerente: FRANCISCO FERREIRA DE SOUSA. Advogado: LEONARDO BARROS POUBEL. OAB/PA 28177-A. Requerido: BRADESCO VOTORANTIM S/A. Vistos os autos. 1) Com esteio no § 2.º, art. 300, do CPC, reservo-me a apreciar o pedido liminar após justificação prévia. Notifique o requerido para que apresente justificativa previa em 15 (quinze) dias; 2) Considerando o disposto no artigo 334 do CPC, uma vez que a petição inicial preenche os requisitos essenciais delineados nos artigos 319 e 320 do CPC, designo audiência de conciliação, para o dia, 22 / 07 / 2019, _09:00__, devendo o réu ser citado com pelo menos 20 (vinte) dias de antecedência. 3) Cite-se o réu, se necessário por Carta Precatória, e intime-o para comparecer em audiência, no mandado de citação/intimação, faça constar as advertências constantes do artigo 334, parágrafos 8º, 9º e 10º. Fica o autor intimado para a audiência na pessoa de seu advogado e por meio da publicação desta decisão na imprensa oficial (CPC, artigo 334, § 3º). 4) Tendo em vista a hipossuficiência da parte autora, e/ou pelo fato desta ter idade acima de 60 anos, ser analfabeto e ter alegado fato negativo, ou seja, que não realizou os empréstimos, e, por outro lado, que réu tem o ônus fazer a prova de que o defeito no serviço inexiste ou de alguma excludente do nexo causal, sendo de certa forma desdobramento lógico do próprio risco da atividade por ele desenvolvida no mercado de consumo, inverto o ônus da prova, nos termos do artigo 6º, VIII, do CDC. 5) Na audiência de conciliação, se não houver composição, poderá o réu oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4.º, inciso I (se ambas as partes manifestarem, expressamente, desinteresse na composição consensual);. 6) Advirto, com fulcro no artigo 334, § 8º, do Código de Processo Civil que o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor do Estado. 7) As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos (CPC, artigo 334, § 9º). A parte poderá constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (CPC, artigo 334, § 10º). 8) Expeça-se as

diligências necessárias. Cumpra-se.

Processo: 0000455-89.2007.8.14.0054. Autores: RAIMUNDO CARLOS GABY e ILVA GOMES GABY. Advogado: VILMA ROSA LEAL DE SOUZA. OAB/PA 13240. Requerido: ANTONIO DA SILVA HOLANDA. Advogados: KATIA SILENE BRITO DE SOUZA. OAB/PA 10204. e CARLOS FERNANDO GUIOTTI. OAB/PA 13240. Vistos, etc... Decido de forma concisa, na forma do permissivo contido no art. 459 do CPC. O autor, mediante requerimento retro, desistiu de prosseguir com a presente ação. Cumpriu-se a previsão do par. 4º do art. 267 do CPC, tendo o advogado do requerido assinado a petição conjuntamente. Com fulcro, pois, no art. 267, VIII do CPC, julgo extinto o processo sem resolução do mérito. Condeno as partes ao rateio das custas e despesas processuais. Condeno-os ainda ao pagamento rateado dos honorários advocatícios, os quais arbitro em R$ 788,00. PRIC. Após o trânsito, ao arquivo.

Processo nº 0003165-67.2016.8.14.0054 - Ação Declaratória, c/c Ressarcimento de Danos **Requerente:** VERIANO BERNARDO PEREIRA **- Advogado do Requerente:** ANTONIO QUIRINO NETO, OAB/PA 10.412 - **Requerido (a)**: TELEFONIA BRASIL SA - **Advogado da Requerida:** CÁSSIO HUMBERTO ALVES SANTOS, OAB/PA 3078; JACKELAYDY DE OLIVEIRA FREIRE, OAB/PA 18.508 ¿ **ATO ORDINATÓRIO** Com fulcro no art. 1º, § 3º do Provimento 006/2006-CJRMB, e no art. 1° do Provimento 006/2009-CJCI, **INTIME-SE** o Requerente, nos termos dos arts. 1.003, § 5º e 1010, § 1º do CPC, através de seu advogado constituído, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente Contrarrazões ao Recurso de Apelação interposto às fls. 87/91. Este Ato ao ser publicado no DJe/PA (Diário de Justiça Eletrônico) servirá de intimação para os advogados. São João do Araguaia, 26 de junho de 2019**.** Adriana Dantas Nóbrega, Diretora de Secretaria, Matrícula 157821/Portaria 2327/2017.

COMARCA DE MARACANÃ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE MARACANÃ

RESENHA: 28/06/2019 A 28/06/2019 - GABINETE DA VARA UNICA DE MARACANA - VARA: VARA UNICA DE MARACANA PROCESSO: 00004413920148140029 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO ROBERTO MACEDO DE SOUZA Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: 28/06/2019 DENUNCIADO:MICHAEL PINHEIRO RICHARD VITIMA:J. A. P. J. PROMOTOR:O REPRESENTANTE DO MINISTERIO PUBLICO. D E S P A C H O Ação Penal - Processo nº 0000441-39.2014.814.0029 Réu: MICHEL PINHEIRO RICHARD Considerando que este Processo está suspenso (fls.65): Diligencie-se realizando pesquisa junto ao INFOPEN, INFOSEG, SIEL e demais sistemas visando obter informações quanto ao endereço atualizado do acusado. Junte-se aos autos certidão de antecedentes criminais atualizada do réu. Após, dê-se vista dos autos ao Órgão Ministerial. Caso não haja requerimento do parquet, sem necessidade de nova conclusão, acautele-se os autos em Secretaria Judicial Cumpra-se. Maracanã, 27 de junho de 2019 FRANCISCO ROBERTO MACEDO DE SOUZA Juiz de Direito, titular da comarca de Maracanã PROCESSO: 00008411920158140029 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO ROBERTO MACEDO DE SOUZA Ação: Petição Criminal em: 28/06/2019 AUTORIDADE POLICIAL:DR ALEXANDRE WAGNER GOMES LOPES DEL DE POLICIA CIVIL INTERESSADO:TULIO GLEDISON PEREIRA DA CONCEICAO. D E S P A C H O - Processo nº 0000841-19.2015.814.0029 Autos de procedimento investigatório Manifeste-se o Órgão do Ministério Público quanto ao teor do Ofício nº 030/2019 da DEPOL/Maracanã, na cota de 18.01.2019 Após, conclusos. Maracanã, 27 de junho de 2019 FRANCISCO ROBERTO MACEDO DE SOUZA Juiz de Direito, titular da comarca de Maracanã PROCESSO: 00008836820158140029 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO ROBERTO MACEDO DE SOUZA Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019 AUTOR DO FATO:MIGUEL DA COSTA MODESTO JUNIOR VITIMA:N. S. B. . SENTENÇA - EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE - DECADÊNCIA Autos de TCO - Processo nº 0000883-68.2015.814.0029 Autor do Fato: MIGUEL DA COSTA MODESTO JÚNIOR Vítima: NAZARÉ DOS SANTOS BARROS Capitulação Penal: art. 163, caput, do Código Penal A autoridade de Polícia Civil deste Município lavrou Termo Circunstanciado de Ocorrência descrito à epígrafe, por fato ocorrido em 25.12.2014. À audiência preliminar, termo de fls. 16, somente compareceu a vítima. Instado a se manifestar, o parquet, às fls. 19, requereu o arquivamento dos autos, considerando a ausência de queixa-crime no prazo legal. É o relatório. Decido. Art. 167 do Código Penal - "os casos do art. 163, do inciso IV do seu parágrafo e do art. 164, somente se procede mediante queixa. " De acordo com o inciso V, do art. 107, do Código Penal, extingue-se a punibilidade do agente pela renúncia do direito de queixa. A renúncia ao direito de representar pode ser expressa ou tácita. No caso vertente, restou patente a renúncia tácita por parte da vítima, que deixou transcorrer in albis o prazo decadencial que dispunha para intentar a ação penal devida. Isto posto, considerando a fundamentação acima, declaro extinta a punibilidade de MIGUEL DA COSTA MODESTO JÚNIOR, determinando que após procedidas as formalidades devidas, seja o feito arquivado. Publique-se e registre-se. Maracanã, 27 de junho de 2019 FRANCISCO ROBERTO MACEDO DE SOUZA Juiz de Direito, titular da comarca de Maracanã PROCESSO: 00017300720148140029 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO ROBERTO MACEDO DE SOUZA Ação: Execução de Alimentos em: 28/06/2019 EXEQUENTE:SAMEA TAINA DO NASCIMENTO SOUSA EXEQUENTE:THAYLA VITORIA DO NASCIMENTO SOUSA REPRESENTANTE:ADRIANA COSTA DO NASCIMENTO Representante(s): LUCIANA TARCILA VIEIRA GUEDES (DEFENSOR) EXECUTADO:MAX ANTONIO DE NAZARE SOUSA. DESPACHO - Processo nº 0001730-07.2014.814.0029 Ação de execução de alimentos Considerando que os autos foram devolvidos pela Defensoria Pública sem manifestação, consoante Certidão da Secretaria Judicial de fls. 31; Considerando a ausência de Defensor Público lotado em Maracanã desde julho/2016: Retornem-se os autos, novamente, à Diretoria do Interior da Defensoria Pública do Estado para designação de Defensor Público para as suas providências. Adote a Secretaria Judicial as providências cabíveis e necessárias. Maracanã, 27 de junho de 2019 FRANCISCO ROBERTO MACEDO DE SOUZA Juiz de Direito, titular da Comarca de Maracanã . PROCESSO: 00025900820148140029 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO ROBERTO MACEDO DE SOUZA

Ação: Relaxamento de Prisão em: 28/06/2019 REQUERENTE:GENIEL SILVA DE SANTANA Representante(s): LUCIANA TARCILA VIEIRA GUEDES (DEFENSOR) . SENTENÇA - ARQUIVAMENTO - Processo 0002590-08.2014.814.0029 Pedido de revogação de prisão preventiva Réu: GENIEL SILVA DE SANTANA Considerando que a prestação jurisdicional foi efetivada com a concessão do pedido de revogação da prisão em Decisão interlocutória de fls. 11/12, determino o arquivamento destes autos, após procedidas as formalidades devidas Maracanã, 27 de junho de 2019 FRANCISCO ROBERTO MACEDO DE SOUZA Juiz de Direito, titular da comarca de Maracanã PROCESSO: 00035742620138140029 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): WAGNER CARDOSO Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária em: 28/06/2019 REQUERENTE:BANCCO ITAUCARD SA Representante(s): OAB 6686 - CARLA SIQUEIRA BARBOSA (ADVOGADO) REQUERIDO:CARLA GILZELI DE ALMEIDA SENA. PROC. 0003574-26.2013.814.0029 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA Requerente: BANCO ITAUCARD S/A (ADV: CARLA SIQUEIRA BARBOSA OAB/PA 6.686) Requerida: CARLA GILZELI DE ALMEIDA SENA ATO ORDINATÓRIO Nos termos do Provimento 006/2009, que delegou atribuições ao Diretor de Secretaria para praticar atos de administração e mero expediente, sem caráter decisório, ficam intimados os advogados da parte requerente para recolhimento das custas no prazo legal, conforme despacho de fls. 83. Maracanã, 28 de junho de 2019 WAGNER BURTON CARDOSO Diretor de Secretaria da Vara Única de Maracanã-PA PROCESSO: 00036435320168140029 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO ROBERTO MACEDO DE SOUZA Ação: Petição Criminal em: 28/06/2019 REQUERENTE:ALEX DA COSTA DOS SANTOS Representante(s): OAB 3985 - CARLOS ANTONIO DA SILVA FIGUEIREDO (ADVOGADO) . SENTENÇA - ARQUIVAMENTO - Processo nº 0003643-53.2016.814.0029 Pedido de progressão de regime Requerente: ALEX DA COSTA DOS SANTOS Extingo o pedido de progressão do regime fechado para o semiaberto por absoluta de incompetência do Juízo, bem como por perda de objeto, eis que o Juízo sentenciante só possui competência para acompanhamento e fiscalização das execuções penais em regime aberto. Por outro lado, a progressão requerida já foi realizada pelo Juízo executante, mormente pelo fato do requerente ter sido preso em flagrante cometendo delitos posteriores ao presente pedido. Determino que após procedidas as formalidades devidas, seja o processo arquivado. Dê-se ciência deste despacho ao Órgão do Ministério Público. Maracanã, 27 de junho de 2019 FRANCISCO ROBERTO MACEDO DE SOUZA Juiz de Direito, titular da comarca de Maracanã PROCESSO: 01942765520158140029 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): FRANCISCO ROBERTO MACEDO DE SOUZA Ação: Termo Circunstanciado em: 28/06/2019 AUTOR DO FATO:ANGELA MARIA SILVA DOS SANTOS VITIMA:E. R. . SENTENÇA - EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE - DECADÊNCIA Autos de TCO - Processo nº 0194276-55.2015.814.0029 Autora do Fato: ANGELA MARIA SILVA DOS SANTOS Vítima: ELIANA RIBEIRO Capitulação Penal: artigo 139, ambos do Código Penal A autoridade de Polícia Civil deste Município lavrou Termo Circunstanciado de Ocorrência descrito à epígrafe, por fato ocorrido em 05.11.2015. Analisando os autos, tenho este caso como de declaração da extinção da punibilidade da autora do fato, pela decadência, considerando que nada consta do caderno processual que a vítima tenha intentado queixa-crime em face da autora com relação ao crime de que trata o presente TCO. É o relatório. Decido. Consoante dispõe o parágrafo único do art. 145, do Código Penal, a ação penal para os crimes epigrafados somente se procedem mediante queixa. Prescreve o art. 38, do Código de Processo Penal que "Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá do direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de 6 (seis) meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia". De acordo com o inciso V, do art. 107, do Código Penal, extingue-se a punibilidade do agente pela renúncia do direito de queixa. A renúncia ao direito de representar pode ser expressa ou tácita. No caso vertente, restou patente a renúncia tácita por parte da vítima, que deixou transcorrer in albis o prazo decadencial que dispunha para intentar a queixa-crime contra a autora. Isto posto, considerando a fundamentação acima, declaro extinta a punibilidade de ANGELA MARIA SILVA DOS SANTOS, determinando que após procedidas as formalidades devidas, seja o processo arquivado. Publique-se, registre-se e intimem-se. Maracanã, 27 de junho de 2019 FRANCISCO ROBERTO MACEDO DE SOUZA Juiz de Direito, titular da comarca de Maracanã PROCESSO: 00018010420178140029 PROCESSO ANTIGO: ---- MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): ---- Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário em: DENUNCIADO: J. T. A. O. DENUNCIADO: A. S. P. C. VITIMA: A. C. R. C. VITIMA: E. S. B.

COMARCA DE IPIXUNA DO PARÁ

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE IPIXUNA DO PARÁ

CARTA DE INTIMAÇÃO

Ipixuna do Pará 28 de junho de 2019

Processo. n. 0001912-62.2019.8.14.0111 ¿ AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO

Ass.: Intimação

REQUERENTE: BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS SA

REQUERIDO: JOÃO ALVES DA SILVA

Advogados da requerente: ALAN RODRIGUES FERREIRA ¿ OAB/MA 7.248 e CARLOS GONDIM NEVES BRAGA ¿ OAB/PA 14.305

Através da presente, fica a requerente intimada da decisão interlocutória constante na fl. 42, conforme abaixo transcrita:

DECIS¿O INTERLOCUTÓRIA. Autos nº 0001912-62.2019.8.14.0111. Vistos, Tendo em vista que o requerido efetuou o depósito do valor das parcelas vencidas e vincendas, de acordo com o que preceitua o art. 3º, §2º do Decreto Lei nº 911/69, determino a intimação da parte autora para que proceda com a restituição do bem apreendido livre de ônus ao requerido ¿ que ficará como depositário do mesmo até o final do litígio ¿ e manifeste-se sobre o depósito realizado às fls. 37, tudo no prazo de 5 (cinco) dias. Intime-se e cumpra-se. Ipixuna do Pará, 25 de junho de 2019. Breno Melo da Costa Braga. Juiz de Direito Titular da comarca de Aurora do Pará- PA, respondendo pela comarca de Ipixuna do Pará -PA.

Atenciosamente,

OZIEL MIRANDA DA SILVA

Auxiliar Judiciário ¿ Mat. 145475

Em conformidade com o Provimento nº. 006/2009-CJCI e Provimento nº. 006/2006-CJRMB, de 20/10/2006.

CARTA DE INTIMAÇÃO

Em, 28 de junho de 2019.

Da Diretora de Secretaria CYNTHYA CHRISTHINA ARAÚJO DA SILVA SOUSA

CLASSE: PROCESSO CÍVEL E DO TRABALHO

PROCESSO Nº 0001287-28.2019.8.14.0111

REQUERENTE: FRANCISCO DAS CHAGAS FERREIRA

ADVOGADO DO REQUERENTE: Dr. OTÁVIO S. A. SANTA ROSA, inscrito na OAB/PA nº 26.338-A

REQUERIDO: BANCO BRADESCO S/A.

Através do presente fica Vossa Senhoria **INTIMADO do ATO ORDINATÓRIO: ¿**Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a contestação de folhas 48/56, acompanhada dos documentos de fls. 57/68, para, querendo, apresentar réplica, nos termos do Artigo 1º, §2º, inciso II, do Provimento nº 006/2009-CICI c/c Provimento nº 006/2006 ¿CJCRMB¿.

Ipixuna do Pará/PA, 28 de junho de 2019.

Cynthya Christhina Araújo da Silva Sousa
Diretora de Secretaria- Matrícula nº 172481
Comarca de Ipixuna do Pará/PA

CARTA DE INTIMAÇÃO

Em, 28 de junho de 2019.

Da Diretora de Secretaria CYNTHYA CHRISTHINA ARAÚJO DA SILVA SOUSA

CLASSE: AÇÃO PENAL

PROCESSO Nº 0004087-63.2018.8.14.0111

AUTOR: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ.

RÉU: DALVAN ALBUQUERQUE DOS SANTOS.

ADVOGADA DO RÉU: Dr. ADRIENNY VALVERDE BARROS ALENCAR, inscrito na OAB/PA nº 27.557

Através do presente fica Vossa Senhoria **INTIMADO da SENTENÇA, a seguir transcrita: S**ENTENÇA: Cuida-se de TCO instaurado para apurar a prática das infrações prevista no art. 147, caput, do Código Penal c/c Lei nº 11.340/2006, em decorrência de possível crime de ameaça no âmbito familiar praticado supostamente por DALVAN ALBUQUERQUE DOS SANTOS contra a vítima ANA CLAUDIA PIANE DE SOUSA. Intimada pessoalmente para comparecer em audiência, não se fez presente e nem justificou sua ausência. É o que cumpre relatar. DECIDO. O crime em apreciação é de iniciativa pública condicionada a representação. Nesse sentido, em havendo intimação para comparecer em audiência para que exerça seu direito de representação e a vítima quedando-se inerte, sem qualquer tipo de razão para sua ausência ou abandono do feito, tenho que caracterizada está a renúncia tácita ao direito de representar, tendo em vista a prática de ato incompatível com a vontade de exercer tal direito, qual seja, ausência injustificada, nos termos do art. 104, parágrafo único, do Código Penal. Ainda, conforme enunciado 117 do Fórum Nacional de Juizados Especiais Criminais, a ausência da vítima na audiência, quando intimada ou não localizada, importará em renúncia tácita à representação. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO COMARCA de Presidente Prudente Foro de Presidente Prudente Vara do Juizado Especial Criminal Avenida Coronel Jose Soares Marcondes, Nº 2201, Presidente Prudente - SP - cep 19013-050 Horário de

Atendimento ao Público: das 12h30min às18h00min 0023284-56.2017.8.26.0482 ¿ lauda SENTENÇA Processo Físico nº: 0023284-56.2017.8.26.0482 Ordem nº 2017/002123 Classe - Assunto Termo Circunstanciado - Crimes de Trânsito Autor: Justiça Pública Autor do Fato: BENVIDO MARQUES DE OLIVEIRA Juiz de Direito: José Wagner Parrão Molina Vistos. O enunciado 117 do FONAJE assinala que "a ausência da vítima na audiência, quando intimada ou não localizada, importará renúncia tácita à representação" (XXVIII Encontro ¿ Salvador/BA). É o caso dos autos (fls. 32/33). Desta forma, julgo EXTINTA A PUNIBILIDADE do(a) autor(a) do fato delituoso BENVIDO MARQUES DE OLIVEIRA, pela renúncia tácita da vítima, com base legal no artigo 107, inciso V, do Código Penal, c.c. a Lei 9.099/95, referente ao crime tratado neste procedimento. Após o trânsito em julgado, e feitas as necessárias anotações, registros e comunicações, arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. P.R.I.C. Presidente Prudente, 05 de março de 2018. DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA. Ante o exposto, JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do autor do fato DALVAN ALBUQUERQUE DOS SANTOS com fundamento nos arts. 107, V c/c 104, parágrafo único, ambos do Código Penal. Após o trânsito em julgado, procedam-se às anotações de praxe, dando-se baixa no LIBRA e ARQUIVEM-SE estes autos.

Publique-se. Registre e Intimem-se.

Ipixuna do Pará-PA, 30 de abril de 2019

Sávio José de Amorim Santos

Juiz de Direito

CARTA DE INTIMAÇÃO

Em, 28 de junho de 2019

Da Diretora de Secretaria CYNTHYA CRISTHINA ARAÚJO DA SILVA SOUSA

Ao Dr. Luiz CARLOS DOS ANJOS CEREJA ¿ OAB/PA DE Nº 6977

CLASSE: AÇÃO PENAL ¿ PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Proc. n. 0001647-94.2018.8.14.0111

DENUNCIADA: ROLILEIA NASCIMENTO FRANCO

VÍTIMA: O.E.

Através da presente publicação fica Vossa Senhoria **INTIMADO,** do TERMO DE AUDIÊNCIA fl. (49-50), nos autos supracitados, para que tome ciência da realização **da Audiência de Instrução e Julgamento que realizar-se-á, no dia 28/08/2019, às 12h30min** na sala de audiências do Fórum da Comarca de Ipixuna do Pará/PA.

Processo nº:	**:**	0001647-94.2018.8.14.0111	
Juiz Presidente	**:**	SÁVIO JOSÉ DE AMORIM SANTOS	

Demandante	**:**	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
Denunciado	**:**	ROSILEIA NASCIMENTO FRANCO
Advogado	:	LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA ¿ OAB/PA n. 6.977
Natureza da Aç¿o	**:**	Criminal

TERMO DE AUDIÊNCIA

- Criminal -

Aos 10 (dez) dias do mês de abril de 2019, às 12h00, na Sala de Audiências da Vara Única da Comarca de Ipixuna do Pará, onde estava **presente** o MM. Juiz de Direito titular desta Comarca, Dr. **SÁVIO JOSÉ DE AMORIM SANTOS**, comigo ¿ **MANOEL RODRIGUES BARBOSA**, Auxiliar Judiciário e Secretário das audiências, sendo ai, à hora designada nos autos do processo supra indicado, foi aberta a presente audiência e realizado o preg¿o, sendo verificadas as formalidades exigidas pela Lei, estando **presente** a digna representante do Órg¿o do Ministério Público, Dra. **MONIQUE NATHYANE COELHO QUEIROZ ¿ Promotora de Justiça. Ausente** a denunciada, **ROSILEIA NASCIMENTO FRANCO ¿** que n¿o foi intimada por conta das constantes chuvas na regi¿o, inclusive com quebra e interdiç¿o temporária da estrada que dar acesso à Vila Cana¿, conforme certid¿o do Sr. Oficial de Justiça (fl. 47). **Ausente** o seu advogado constituído, Dr. **LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA ¿ OAB/PA nº 6.977** ¿ embora tenha ficado devidamente intimado no termo da audiência anterior realizada em 13/12/2018 (fl. 37)**. Presentes** as testemunhas de acusaç¿o, **DEAN JORGE MAIA MENDES e JOSÉ ROSIVALDO DO CARMO CLEMENTE,** os quais foram dispensados de assinar o termo, considerando tratar-se de Policiais Militares e suas requisiç¿es faz-se através de Ofício ao Comando de suas respectivas lotaç¿es.

Pela ordem a testemunha **DEAN JORGE MAIA MENDES** - informa que atualmente está lotado no Comando da PM de **AURORA DO PARÁ-PA**, local onde será mais conveniente sua oitiva por conta do reduzido número de Policiais no referido destacamento e saída de qualquer Policial em serviço para outra cidade compromete o trabalho no Município de sua lotaç¿o.

DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: **1)** Considerando que a denunciada ROSILEIA NASCIMENTO FRANCO n¿o fora intimada para este ato e sendo um direito seu em presenciar o depoimento das testemunhas, bem como a ausência injustificada de seu advogado, **REMARCO** a presente audiência de instruç¿o e julgamento para o **dia 28 de agosto de 2019, às 12:30 horas**; **2)** Diante da informaç¿o da testemunha **DEAN JORGE MAIA MENDES**, atualmente lotado no Destacamento da PM de AURORA DO PARÁ-PA, **EXPEÇA-SE carta precatória** com o **prazo de 90 (noventa) dias,** para a oitiva da testemunha na Comarca de sua atual lotaç¿o, qual seja, Aurora do Pará-PA, encaminhando-se cópias das peças necessárias (DENÚNCIA, RESPOSTA À ACUSAÇ¿O, DESPACHO RECEBENDO A DENÚNCIA, DEPOIMENTO DA REFERIDA TESTEMUNHA NA FASE INQUISITORIAL) para o efetivo cumprimendo de sua oitiva; **3)** Decorridos 45 (quarenta e cinco) dias do envio da sobredita precatória contido no ¿item 2¿, **OFICIE-SE** ao Juízo Deprecado solicitando informaç¿es sobre seu andamento, acaso ainda n¿o esteja juntado nos autos a referida informaç¿o;; **3) INTIME-SE** por mandado a denunciada ROSILEIA NASCIMENTO FRANCO da nova data; **4)** dê-se os autos com **VISTA ao Ministério Público**, CIENTIFICANDO-O/INTIMANDO-O da data futura da audiência designada; **5)** Quanto à possível ausência injustificada do advogado constituído pela ré, embora devidamente intimado para o ato, estabelece o disposto no art. 265 do Código de Processo Penal, que o advogado poderá sofrer pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanç¿es cabíveis, acaso abandone a causa sem motivo justificado, inclusive este é o entendimento do STJ. Assim, a fim de garantir ao ilustre advogado Dr. **LUIZ CARLOS DOS ANJOS CEREJA ¿ OAB/PA nº 6.977**, a possibilidade de justificar sua ausência no presente ato, determino a sua INTIMAÇ¿O, dia DJE, para que assim se manifeste, sob pena de aplicaç¿o como dito da multa prevista no art. 265, do CPP e comunicaç¿o à OAB/PA para apuraç¿o de eventual falta disciplinar (art. 34, XI, da Lei 8.906/94). Sem prejuízo do prazo de sua justificaç¿o supra, **INTIME-O**, no mesmo ato da data da audiência ora remarcada, bem como, **CIENTIFIQUE-O** da expediç¿o de Carta Precatória para oitiva da testemunha **DEAN JORGE MAIA MENDES** a ser cumprida na Comarca

de Aurora do Pará-PA (art. 222 do CPP); **6) OFICIE-SE** ao Comando da PM local requisitando a presença do Policial Militar ¿ **JOSÉ ROSIVALDO DO CARMO CLEMENTE** ¿ Policial Militar arrolado como testemunha na denúncia para a audiência acima designada.

Nada mais havendo, mandou, o Juiz, que encerrasse o termo, o qual foi devidamente assinado pelos presentes, na forma a seguir. Eu, _____(Manoel R. Barbosa), Auxiliar Judiciário, conferi e digitei.

JUIZ DE DIREITO

PROMOTORA DE JUSTIÇA

Atenciosamente,

CYNTHYA CRISTHINA ARAÚJO DA SILVA SOUSA

Diretora de Secretaria Judicial

CARTA DE INTIMAÇÃO

Em, 28 de junho de 2019

Da Diretora de Secretaria CHYNTHYA CHYSTHYNA ARAÚJO DA SILVA SOUSA

Ao Dr. MARCOS GUILHERME MESSIAS FERREIRA - OAB DE Nº 20.899.

CLASSE: AÇÃO PENAL ¿ PROCEDIMENTO ORDINÁRIO

Proc. n. 0006282-55.2017.8.14.0111

DENUNCIADO: ANTÔNIO PAULO XAVIER DOS SANTOS

VÍTIMA: DIANE DA COSTA ANDRADE

Através da presente publicação fica Vossa Senhoria **INTIMADO,** do TERMO DE AUDIÊNCIA fl. (34), nos autos supracitados, a possibilidade de justiçar sua ausência na audiência do dia 22/05/2019, para que assim se manifeste e tome ciência da realização **da Audiência que realizar-se-á, no dia 29/08/2019, às 12:00h** na Sala de Audiências do Fórum da Comarca de Ipixuna do Pará.

Processo nº:	**:**	0006282-55.2017.8.14.0111	
Juiz Presidente	**:**	SAVIO JOSÉ DE AMORIM SANTOS	
Demandante	**:**	MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ	
Denunciado	**:**	ANTONIO PAULO XAVIER DO SANTOS	
Advogado	:	MARCOS GUILHERME MESSIAS FERREIRA ¿ OAB/PA n. 20899	

Natureza da Aç¿o	**:**	Criminal ¿ Les¿es Culposas (Crime de Trânsito)

TERMO DE AUDIÊNCIA

- Criminal ¿Instruç¿o e Julgamento

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de maio de 2019, às 09h00min, na Sala de Audiências da Vara Única da Comarca de Ipixuna do Pará, onde estava **presente** o MM. Juiz de Direito titular desta Comarca, Dr. **SÁVIO JOSÉ DE AMORIM SANTOS**, comigo ¿ **MANOEL RODRIGUES BARBOSA**, Auxiliar Judiciário e secretário das audiências, sendo ai, à hora designada nos autos do processo supra indicado, foi aberta a presente audiência e realizado o preg¿o, sendo verificadas as formalidades exigidas pela Lei, estando **presente** a representante do Órg¿o do Ministério Público, Dra. **MONIQUE NATHYANE COELHO QUEIROZ ¿** Promotora de Justiça**. Presente** o denunciado, **ANTONIO PAULO XAVIER DOS SANTOS,** desacompanhado de seu advogado constituído, Dr. **MARCOS GUILHERME MESSIAS FERREIRA ¿ OAB/PA N. 20899** ¿ embora devidamente intimada, via Diário da Justiça, ediç¿o n. 6643/2019, de 23/04/2019 (fl. 26). **Presente** a testemunha/VÍTIMA arrolada pela acusaç¿o, **DIANE DA COSTA ANDRADE**. **Presente** a testemunha de defesa **ARTUMIRA CARNEIRO DE SOUZA**.

DELIBERAÇ¿O EM AUDIÊNCIA: 1) considerando a ausência injustificada até o presente momento do advogado constituído pelo denunciado, o que restou prejudicado a realizaç¿o da audiência com a colheita da prova, REMARCO a presente audiência para o **dia 29 de agosto de 2.019, às 12:00 horas**, ficando todos os presentes já intimados (RÉU, VÍTIMA e TESTEMUNHA); **2)** Quanto à possível ausência injustificada do advogado constituído pelo réu, embora devidamente intimado para o ato, estabelece o disposto no art. 265 do Código de Processo Penal, que o advogado poderá sofrer pena de multa de 10 (dez) a 100 (cem) salários mínimos, sem prejuízo das demais sanç¿es cabíveis, acaso abandone a causa sem motivo justificado, inclusive este é o entendimento do STJ. Assim, a fim de garantir ao ilustre advogado Dr. **MARCOS GUILHERME MESSIAS FERREIRA ¿ OAB/PA N. 20899**, a possibilidade de justificar sua ausência no presente ato, determino a sua **INTIMAÇ¿O, via DJE**, para que assim se manifeste, sob pena de aplicaç¿o como dito da multa prevista no art. 265, do CPP e comunicaç¿o à OAB/PA para apuraç¿o de eventual falta disciplinar (art. 34, XI, da Lei 8.906/94). Sem prejuízo do prazo de sua justificaç¿o supra; **3) FICA** o denunciado **intimado** para no **prazo de 10 (dez) dias, INDICAR novo advogado,** se for o caso, em assim n¿o o fazendo será encaminhado os autos à Defensoria Pública ou nomeaç¿o de Advogado Dativo.

Nada mais havendo, mandou, o Juiz, que encerrasse o termo, o qual foi devidamente assinado pelos presentes, na forma a seguir. Eu, _____(Manoel Rodrigues Barbosa), Auxiliar Judiciário, conferi e digitei.

JUIZ DE DIREITO

PROMOTORA DE JUSTIÇA

ACUSADO

VÍTIMA

TESTEMUNHA

Atenciosamente,

CHYNTHYA CHYSTHYNA ARAÚJO DA SILVA SOUSA

Diretora de Secretaria

EDITAL DE INTIMAÇÃO ¿ PRAZO DE 0 DIAS

Ref. Processo n. 0000679-44.2011.8.14.0100

Capitulação: Art. 33, caput, da Lei nº 11.343/2006

Sentenciado:

O Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Comarca, na forma da lei etc

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que o nacional: **OZIEL ALMEIDA DE LIMA, brasileiro, portador do RG nº 2867330 SSP/PA, nascido aos 13/11/1976, filho de Manoel Freire de Lima e Maria Gomes de Almeida, atualmente em lugar incerto e não sabido**, conforme certidão emitida pelo Oficial de Justiça às fls. 146, foi sentenciado pelo Juízo da Comarca de Ipixuna do Pará, nos autos do processo nº 0000679-44.2011.8.14.0100 por esta razão, com base no art. 392, § 1º do Código de Processo Penal, expede-se o presente **EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS**, **PELO QUAL O NACIONAL FICA INTIMADO DA SENTENÇA proferida às fls. 121/133, do processo nº 0000679-44.2011.8.14.0100, abaixo transcrita:**

Processo nº 0000679-44.2011.814.0100

Denunciados: VANGELITA FRANCO DE QUEIROZ, JO¿O DA SILVA BARBOSA e OZIEL ALMEIDA DE LIMA

S E N T E N Ç A

VISTOS, ETC.

O representante do , nesta , nos inclusos autos de , ofereceu VANGELITA FRANCO DE QUEIROZ, JO¿O DA SILVA BARBOSA e OZIEL ALMEIDA DE LIMA por terem violado o art. 33 da Lei Federal nº 11.343/06.

Narra a denúncia, em síntese, que, no dia 16/07/2011, por volta das 15:00h, após uma denúncia anônima de que em uma residência determinada funcionava uma ¿boca de fumo¿, onde morava o denunciado Jo¿o. Policiais militares dirigiram-se ao local indicado onde encontraram os três denunciados embalando, em pedaços de plástico, trinta e seis petecas de pedra de oxi.

Defesas preliminares às fls. 83/84.

A denúncia foi recebida em 12 de abril de 2012 (fls. 83).

Laudo toxicológico definitivo às fls. 86.

Realizou-se audiência de instruç¿o, com oitiva das testemunhas arroladas (fls. 110/111), ocasi¿o em que se procedeu ao interrogatório dos denunciados Jo¿o da silva Barbosa e Oziel de Almeida Lima. N¿o foi realizado o interrogatório de Vangelita Franco de Queiroz porque, embora devidamente intimado, deixou de comparecer ao ato.

O Ministério Público, nas alegaç¿es finais, pugnou pela total procedência da aç¿o e condenaç¿o dos réus às sanç¿es do art. 33 da Lei de Drogas.

A defesa, em alegaç¿es finais, pugnou pela aplicaç¿o da pena base próximo ao patamar mínimo e pela aplicaç¿o da causa de diminuiç¿o de pena contida no art. 33, §4º, da Lei de Drogas.

Vieram-me os autos conclusos.

É o Relatório.

Decido.

Trata-se de aç¿o penal pública incondicionada proposta pelo Ministério Público Estadual em face de **VANGELITA FRANCO DE QUEIROZ, JO¿O DA SILVA BARBOSA e OZIEL ALMEIDA DE LIMA**, onde se imputa a estes a prática do delito de tráfico ilícito de entorpecentes (art. 33) da Lei n.º 11.343/2006.

N¿o foram arguidas quest¿es preliminares.

Passo a analisar o mérito.

Em relaç¿o ao mérito da demanda, compulsando os autos, verifica-se estar devidamente comprovada a materialidade do delito do artigo 33 da lei 11343/06 bem como sua autoria. Explique-se com maior vagar.

Em primeiro lugar, o laudo de constataç¿o definitiva da natureza e substância da droga apreendida confirmou que a substância apreendida em poder do acusado era **COCAÍNA na forma petrificada de cor amarela, em 36 petecas, totalizando a quantidade de 4,573g (quatro gramas e quinhentos e cinquenta e três miligramas)**, substância que está no rol da portaria 344/98 da ANVISA como enquadrada no conceito de droga.

A testemunhas ouvidas em juízo, sem contradiç¿es consideráveis, ratificaram os fatos narrados na denúncia. Destaque-se que o a testemunha Doriedson declarou que já havia prendido o denunciado Vangelita por tráfico de drogas, todavia, em consulta aos antecedentes criminais desse denunciado, observo apenas constar, por tráfico de drogas, a presente aç¿o penal contra ele.

O denunciado Jo¿o confessou a propriedade da droga, ter sido ele quem adquiriu a substância e chamou os demais denunciados Oziel e Vangelita, seus cunhados para embalá-la.

O réu Oziel também confessou que estava embalando a droga em troca de uma peteca para si, porque era usuário.

Diante do acervo probatório, esta magistrada está convencida da materialidade do delito e da autoria delituosa, tendo o acusado Jo¿o da Silva Lopes incidido nos verbos **adquirir e preparar** e os denunciado Oziel Almeida de Lima e Vangelita Franco de Queiroz **no verbo preparar (com destinaç¿o à venda)** droga sem autorizaç¿o legal.

Para se chegar a essa conclus¿o, é suficiente o laudo toxicológico definitivo e a prova testemunhal carreada aos autos, juntamente com a confiss¿o do acusados Jo¿o e Oziel, confirmando os fatos narrados na inicial.

Portanto, restando devidamente comprovada a prática do delito, em outro sentido n¿o se poderia concluir sen¿o naquele que converge para a **procedência total** da presente aç¿o penal.

Decido.

Diante do acima exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido formulado na denúncia e **CONDENO** os acusados **JO¿O DA SILVA BARBOSA, OZIEL ALMEIDA DE LIMA e VANGELITA FRANCO DE QUEIROZ** como incursos nas penas do **art. 33 da lei 11343/06**. Desse modo, passo a dosar as respectivas penas a serem aplicadas, em estrita observância ao disposto pelo art. 68, caput, do Código Penal c/c art. 5º, XLVI, da Constituiç¿o Federal.

RÉU JO¿O DA SILVA BARBOSA

FIXAÇ¿O DA PENA BASE:

Em análise das diretrizes traçadas pelo art. 59 do Código Penal[1], bem como as traçadas no art. 42 da Lei 11.343/2006[2], verifica-se:

a) Culpabilidade: apesar de haver entendimento doutrinário em sentido contrário, segundo o STJ no julgamento do HC 194326-RS, consiste na análise do maior ou menor grau de reprovabilidade da conduta do agente.

Nesse caso, trata-se de hipótese de circunstância judicial DESFAVORÁVEL, pois, retira-se da confiss¿o do réu Oziel que Jo¿o se valeu da condiç¿o deste de usuário para aliciá-lo para o tráfico de drogas. Ademais, este réu foi quem comprou a droga e decidiu fragmentá-la para venda, portanto, a reprovaç¿o sobre sua conduta ultrapassa aquela inerente ao tipo penal.

b) Antecedentes criminais: N¿o há nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notícia de já ter sido o acusado condenado, com sentença judicial transitada em julgado, pela prática de qualquer outro delito de natureza penal, raz¿o porque n¿o há que se falar na existência de maus antecedentes em seus registros**. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juízo, apoiado no entendimento majoritário do E. Superior Tribunal de Justiça, é o de que inquéritos policiais ou processos em andamento n¿o servem para caracterizaç¿o de maus antecedentes, forte no princípio da n¿o-culpabilidade, gravado no art. 5º, LVII, da Constituiç¿o Federal e Súmula 444 do STJ [5].**

c) Conduta social: entendida esta como ¿o papel do réu na comunidade, inserido no contexto da família, do trabalho, da escola, da vizinhança etc.¿ (NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. S¿o Paulo : RT, 2003, p. 264).

Nada há elementos a valorar nos autos.

d) Personalidade do agente: ¿na análise da personalidade deve-se verificar a sua boa ou má índole, sua maior ou menor sensibilidade ético-social, a presença ou n¿o de eventuais desvios de caráter de forma a identificar se o crime constitui um episódio acidental na vida do réu.¿ (BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal**. Parte Geral. S¿o Paulo : Saraiva, 7ª ed., 2002, p. 553).

A personalidade do criminoso n¿o pode ser valorada negativamente se n¿o existirem, nos autos, elementos suficientes para sua efetiva e segura aferiç¿o pelo julgador (STJ HC 176.004/MG).

Dessa forma, n¿o há elementos nos autos para valorar a personalidade do agente.

e) Motivos: s¿o as raz¿es que levaram o agente a cometer a infraç¿o penal. ¿Todo crime tem um motivo, que pode ser mais ou menos nobre, mais ou menos repugnante.¿ (NUCCI, Guilherme de Souza. ob. cit. p. 265).

Nada há a valorar nos autos, porquanto o motivo do crime ser o ganho fácil, tal motivo já foi valorado no próprio tipo penal pelo legislador.

f) Circunstâncias do crime, ¿s¿o elementos acidentais que n¿o participam da estrutura própria de cada tipo, mas que, embora estranhas à configuraç¿o típica, influem sobre a quantidade punitiva para efeito de agravá-la ou abrandá-la. [...] Entre tais circunstâncias, podem ser incluídos o lugar do crime, o tempo de sua duraç¿o, o relacionamento existente entre o autor e a vítima, a atitude assumida pelo delinquente no decorrer da realizaç¿o do fato criminoso etc.¿ (SILVA FRANCO, Alberto. **Código Penal e sua interpretaç¿o jurisprudencial ¿ Parte Geral**. v. I, t. I, S¿o Paulo : RT, 1997, p. 900).

O fato da droga apreendida encontrar-se acondicionada em 36 trouxinhas indica que o agente, por sua conduta, tinha potencial de atingir um elevado número de usuários, consequentemente, provocar, em grau mais intenso, os malefícios à saúde pública que o tipo penal visa evitar, merecendo, portanto, maior reprimenda.

e) Consequências do crime: ¿é o mal causado pelo crime, que transcende ao resultado típico. É lógico que num homicídio, por exemplo, a consequência natural é a morte de alguém e, em decorrência disso, uma pessoa pode ficar viúva ou órf¿. Diferentemente, um indivíduo que assassina a esposa na frente dos filhos menores, causando-lhes um trauma sem precedentes, precisa ser mais severamente apenado, pois trata-se de uma consequência n¿o natural do delito.¿ (NUCCI, Guilherme de Souza. ob. cit. p. 265-266).

Nada há a sopesar nos autos distintas daquelas já valoradas no próprio tipo penal pelo legislador.

f) Comportamento da vítima: ¿estudos de Vitimologia demonstram que as vítimas podem ser ¿colaboradoras¿ do ato criminoso, chegando-se a falar em ¿vítimas natas¿ (personalidades insuportáveis, criadoras de casos, extremamente antipáticas, pessoas sarcásticas, irritantes [....])¿ (MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal**. Parte Geral. 24ª ed. S¿o Paulo: Atlas, 2007, p. 301).

Compulsando os autos, verifica-se que a vítima (crime contra a saúde pública) em nada contribuiu para o sucesso da empreitada criminosa, logo, consoante entendimento do STJ, é circunstância judicial neutra e n¿o deve ensejar aumento da pena base.

g) **Natureza e quantidade da substância ou do produto**: Tratam-se de circunstâncias que, juntamente com a personalidade e conduta social do agente, preponderam sobre as demais, conforme disposto no art. 42 da Lei 11343/2006.

Ficou constatada nos autos a apreens¿o, com o réu, de **COCAÍNA na forma em 36 petecas, portanto, acondicionada para venda, totalizando a quantidade de 4,573g.**

Dessa forma, considerando a natureza, cocaína de maior poder viciante, bem como sua forma de acondicionamento, caracteriza-se circunstância judicial desfavorável ao acusado, dado o maior grau de censurabilidade da conduta[3].

Diante de tais circunstâncias, analisadas individualmente, é que fixo a **pena base** em **06 (seis) anos e 06 (seis) meses de reclus¿o**.

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 66 DO CÓDIGO PENAL)

No que tange à segunda fase da dosimetria legal, é possível verificar a existência de uma circunstância atenuante relativa à confiss¿o espontânea, conforme artigo 65, III, d do CP.

É possível aplicar ao acusado a atenuante da confiss¿o espontânea porque confessara a autoria delituosa perante este juízo e essa confiss¿o, juntamente com as demais provas carreadas aos autos, formaram o convencimento deste juízo para a prolaç¿o desta sentença condenatória.

Pesa contra o acusado, todavia, a agravante prevista no art. 62, I, do CPB, porque ele foi quem organizou

a cooperaç¿o entre os demais denunciados para a prática do crime de tráfico.

Havendo o concurso de circunstâncias atenuantes e agravantes, valendo-me do disposto no artigo 67 do CPB, **atenuo a pena base e fixo a pena intermediária para 06 (seis) anos de reclus¿o.**

DAS CAUSAS DE DIMINUIÇ¿O E AUMENTO DE PENA

Na última das fases da dosimetria da pena, verifico a aplicabilidade da causa de diminuiç¿o de pena previstas no artigo 33, §4º, da lei 11.343/06 (reduç¿o de um sexto a dois terços), uma vez que é a primeira vez que o réu foi processado criminalmente, n¿o havendo provas de que se dedique a atividades criminosas nem integre organizaç¿es criminosas.

Tendo em consideraç¿o a forma como a droga estava acondicionada, as circunstâncias da pris¿o e a gravidade da conduta de traficar drogas numa cidade pacata como Ipixuna do Pará e a natureza e a quantidade de substância entorpecente apreendida, reduzo a pena, **fixando a reprimenda definitiva em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclus¿o.**

O tipo penal também vê como sanç¿o a pena de multa que deve ser reflexa à pena privativa de liberdade, assim, em proporcionalidade à pena de reclus¿o aplicada, fixo o pagamento de **240 (duzentos e quarenta) dias-multa, cada um equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato,** conforme artigo 49, § 1º do CP e 43 da lei 11343/06, tendo em vista ausência de maiores informaç¿es sobre a condiç¿o econômica do réu.

RÉU OZIEL ALMEIDA DE LIMA

FIXAÇ¿O DA PENA BASE:

Em análise das diretrizes traçadas pelo art. 59 do Código Penal[4], bem como as traçadas no art. 42 da Lei 11.343/2006[5], verifica-se:

b) Culpabilidade: apesar de haver entendimento doutrinário em sentido contrário, segundo o STJ no julgamento do HC 194326-RS, consiste na análise do maior ou menor grau de reprovabilidade da conduta do agente.

Nesse caso, trata-se de circunstância NEUTRA porque a reprovaç¿o sobre sua conduta n¿o ultrapassa aquela inerente ao tipo penal.

b) Antecedentes criminais: N¿o há nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notícia de já ter sido o acusado condenado, com sentença judicial transitada em julgado, pela prática de qualquer outro delito de natureza penal, raz¿o porque n¿o há que se falar na existência de maus antecedentes em seus registros**. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juízo, apoiado no entendimento majoritário do E. Superior Tribunal de Justiça, é o de que inquéritos policiais ou processos em andamento n¿o servem para caracterizaç¿o de maus antecedentes, forte no princípio da n¿o-culpabilidade, gravado no art. 5º, LVII, da Constituiç¿o Federal e Súmula 444 do STJ [5].**

c) Conduta social: entendida esta como ¿o papel do réu na comunidade, inserido no contexto da família, do trabalho, da escola, da vizinhança etc.¿ (NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. S¿o Paulo : RT, 2003, p. 264).

Nada há elementos a valorar nos autos.

d) Personalidade do agente: ¿na análise da personalidade deve-se verificar a sua boa ou má índole, sua maior ou menor sensibilidade ético-social, a presença ou n¿o de eventuais desvios de caráter de forma a

identificar se o crime constitui um episódio acidental na vida do réu.¿ (BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal**. Parte Geral. S¿o Paulo : Saraiva, 7ª ed., 2002, p. 553).

A personalidade do criminoso n¿o pode ser valorada negativamente se n¿o existirem, nos autos, elementos suficientes para sua efetiva e segura aferiç¿o pelo julgador (STJ HC 176.004/MG).

Dessa forma, n¿o há elementos nos autos para valorar a personalidade do agente.

e) Motivos: s¿o as raz¿es que levaram o agente a cometer a infraç¿o penal. ¿Todo crime tem um motivo, que pode ser mais ou menos nobre, mais ou menos repugnante.¿ (NUCCI, Guilherme de Souza. ob. cit. p. 265).

O motivo alegado, manter o próprio vício, n¿o torna a conduta mais ou menos reprovável do que já o considerou o legislador.

f) Circunstâncias do crime, ¿s¿o elementos acidentais que n¿o participam da estrutura própria de cada tipo, mas que, embora estranhas à configuraç¿o típica, influem sobre a quantidade punitiva para efeito de agravá-la ou abrandá-la. [...] Entre tais circunstâncias, podem ser incluídos o lugar do crime, o tempo de sua duraç¿o, o relacionamento existente entre o autor e a vítima, a atitude assumida pelo delinquente no decorrer da realizaç¿o do fato criminoso etc.¿ (SILVA FRANCO, Alberto. **Código Penal e sua interpretaç¿o jurisprudencial ¿ Parte Geral**. v. I, t. I, S¿o Paulo : RT, 1997, p. 900).

O fato da droga apreendida encontrar-se acondicionada em 36 trouxinhas indica que a conduta do agente tinha potencial de atingir um elevado número de usuários, consequentemente, provocar, em grau mais intenso, os malefícios à saúde pública que o tipo penal visa evitar, merecendo, portanto, maior reprimenda.

e) Consequências do crime: ¿é o mal causado pelo crime, que transcende ao resultado típico. É lógico que num homicídio, por exemplo, a consequência natural é a morte de alguém e, em decorrência disso, uma pessoa pode ficar viúva ou órf¿. Diferentemente, um indivíduo que assassina a esposa na frente dos filhos menores, causando-lhes um trauma sem precedentes, precisa ser mais severamente apenado, pois trata-se de uma consequência n¿o natural do delito.¿ (NUCCI, Guilherme de Souza. ob. cit. p. 265-266).

Nada há a sopesar nos autos distintas daquelas já valoradas no próprio tipo penal pelo legislador.

f) Comportamento da vítima: ¿estudos de Vitimologia demonstram que as vítimas podem ser ¿colaboradoras¿ do ato criminoso, chegando-se a falar em ¿vítimas natas¿ (personalidades insuportáveis, criadoras de casos, extremamente antipáticas, pessoas sarcásticas, irritantes [....])¿ (MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal**. Parte Geral. 24ª ed. S¿o Paulo: Atlas, 2007, p. 301).

Compulsando os autos, verifica-se que a vítima (crime contra a saúde pública) em nada contribuiu para o sucesso da empreitada criminosa, logo, consoante entendimento do STJ, é circunstância judicial neutra e n¿o deve ensejar aumento da pena base.

g) **Natureza e quantidade da substância ou do produto**: Tratam-se de circunstâncias que, juntamente com a personalidade e conduta social do agente, preponderam sobre as demais, conforme disposto no art. 42 da Lei 11343/2006.

Ficou constatada nos autos a apreens¿o, com o réu, de **COCAÍNA na forma em 36 petecas, portanto, acondicionada para venda, totalizando a quantidade de 4,573g.**

Dessa forma, considerando a natureza, cocaína de maior poder viciante, bem como sua forma de acondicionamento, caracteriza-se circunstância judicial desfavorável ao acusado, dado o maior grau de

censurabilidade da conduta[6].

Diante de tais circunstâncias, analisadas individualmente, é que fixo a **pena base** em **06 (seis) anos de reclus¿o**.

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 66 DO CÓDIGO PENAL)

No que tange à segunda fase da dosimetria legal, é possível verificar a existência de uma circunstância atenuante relativa à confiss¿o espontânea, conforme artigo 65, III, d do CP.

É possível aplicar ao acusado a atenuante da confiss¿o espontânea porque confessara a autoria delituosa perante este juízo e essa confiss¿o, juntamente com as demais provas carreadas aos autos, formaram o convencimento deste juízo para a prolaç¿o desta sentença condenatória.

Deste modo, **atenuo a pena base e fixo a pena intermediária para 05 (cinco) anos de reclus¿o.**

DAS CAUSAS DE DIMINUIÇ¿O E AUMENTO DE PENA

Na última das fases da dosimetria da pena, verifico a aplicabilidade da causa de diminuiç¿o de pena previstas no artigo 33, §4º, da lei 11.343/06 (reduç¿o de um sexto a dois terços), uma vez que é a primeira vez que o réu foi processado criminalmente, n¿o havendo provas de que se dedique a atividades criminosas nem integre organizaç¿es criminosas.

Tendo em consideraç¿o a forma como a droga estava acondicionada, as circunstâncias da pris¿o e a gravidade da conduta de traficar drogas numa cidade pacata como Ipixuna do Pará e a natureza e a quantidade de substância entorpecente apreendida, reduzo a pena, **fixando a reprimenda definitiva em 02 (dois) anos de reclus¿o.**

O tipo penal também vê como sanç¿o a pena de multa que deve ser reflexa à pena privativa de liberdade, assim, em proporcionalidade à pena de reclus¿o aplicada, fixo o pagamento de **200 (duzentos) dias-multa, cada um equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato,** conforme artigo 49, § 1º do CP e 43 da lei 11343/06, tendo em vista ausência de maiores informaç¿es sobre a condiç¿o econômica do réu.

RÉU VANGELITA FRANCO QUEIROZ

FIXAÇ¿O DA PENA BASE:

Em análise das diretrizes traçadas pelo art. 59 do Código Penal[7], bem como as traçadas no art. 42 da Lei 11.343/2006[8], verifica-se:

c) Culpabilidade: apesar de haver entendimento doutrinário em sentido contrário, segundo o STJ no julgamento do HC 194326-RS, consiste na análise do maior ou menor grau de reprovabilidade da conduta do agente.

Nesse caso, trata-se de circunstância NEUTRA porque a reprovaç¿o sobre sua conduta n¿o ultrapassa aquela inerente ao tipo penal.

b) Antecedentes criminais: N¿o há nos autos, ou em quaisquer bancos de dados, a notícia de já ter sido o acusado condenado, com sentença judicial transitada em julgado, pela prática de qualquer outro delito de natureza penal, raz¿o porque n¿o há que se falar na existência de maus antecedentes em seus registros**. Importa frisar, neste ponto, que o posicionamento adotado por este juízo, apoiado no entendimento majoritário do E. Superior Tribunal de Justiça, é o de que inquéritos policiais ou processos em andamento n¿o servem para caracterizaç¿o de maus antecedentes, forte no**

princípio da n¿o-culpabilidade, gravado no art. 5º, LVII, da Constituiç¿o Federal e Súmula 444 do STJ [5].

c) Conduta social: entendida esta como ¿o papel do réu na comunidade, inserido no contexto da família, do trabalho, da escola, da vizinhança etc.¿ (NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. S¿o Paulo : RT, 2003, p. 264).

Nada há elementos a valorar nos autos.

d) Personalidade do agente: ¿na análise da personalidade deve-se verificar a sua boa ou má índole, sua maior ou menor sensibilidade ético-social, a presença ou n¿o de eventuais desvios de caráter de forma a identificar se o crime constitui um episódio acidental na vida do réu.¿ (BITENCOURT, Cezar Roberto. **Manual de Direito Penal**. Parte Geral. S¿o Paulo : Saraiva, 7ª ed., 2002, p. 553).

A personalidade do criminoso n¿o pode ser valorada negativamente se n¿o existirem, nos autos, elementos suficientes para sua efetiva e segura aferiç¿o pelo julgador (STJ HC 176.004/MG).

Dessa forma, n¿o há elementos nos autos para valorar a personalidade do agente.

e) Motivos: s¿o as raz¿es que levaram o agente a cometer a infraç¿o penal. ¿Todo crime tem um motivo, que pode ser mais ou menos nobre, mais ou menos repugnante.¿ (NUCCI, Guilherme de Souza. ob. cit. p. 265).

Nada há a valorar nos autos, porquanto o motivo do crime ser o ganho fácil, tal motivo já foi valorado no próprio tipo penal pelo legislador.

f) Circunstâncias do crime, ¿s¿o elementos acidentais que n¿o participam da estrutura própria de cada tipo, mas que, embora estranhas à configuraç¿o típica, influem sobre a quantidade punitiva para efeito de agravá-la ou abrandá-la. [...] Entre tais circunstâncias, podem ser incluídos o lugar do crime, o tempo de sua duraç¿o, o relacionamento existente entre o autor e a vítima, a atitude assumida pelo delinquente no decorrer da realizaç¿o do fato criminoso etc.¿ (SILVA FRANCO, Alberto. **Código Penal e sua interpretaç¿o jurisprudencial ¿ Parte Geral**. v. I, t. I, S¿o Paulo : RT, 1997, p. 900).

O fato da droga apreendida encontrar-se acondicionada em 36 trouxinhas indica que a conduta do agente tinha potencial de atingir um elevado número de usuários, consequentemente, provocar, em grau mais intenso, os malefícios à saúde pública que o tipo penal visa evitar, merecendo, portanto, maior reprimenda.

e) Consequências do crime: ¿é o mal causado pelo crime, que transcende ao resultado típico. É lógico que num homicídio, por exemplo, a consequência natural é a morte de alguém e, em decorrência disso, uma pessoa pode ficar viúva ou órf¿. Diferentemente, um indivíduo que assassina a esposa na frente dos filhos menores, causando-lhes um trauma sem precedentes, precisa ser mais severamente apenado, pois trata-se de uma consequência n¿o natural do delito.¿ (NUCCI, Guilherme de Souza. ob. cit. p. 265-266).

Nada há a sopesar nos autos distintas daquelas já valoradas no próprio tipo penal pelo legislador.

f) Comportamento da vítima: ¿estudos de Vitimologia demonstram que as vítimas podem ser ¿colaboradoras¿ do ato criminoso, chegando-se a falar em ¿vítimas natas¿ (personalidades insuportáveis, criadoras de casos, extremamente antipáticas, pessoas sarcásticas, irritantes [....])¿ (MIRABETE, Júlio Fabbrini; FABBRINI, Renato N. **Manual de direito penal**. Parte Geral. 24ª ed. S¿o Paulo: Atlas, 2007, p. 301).

Compulsando os autos, verifica-se que a vítima (crime contra a saúde pública) em nada contribuiu para o sucesso da empreitada criminosa, logo, consoante entendimento do STJ, é circunstância

judicial neutra e n¿o deve ensejar aumento da pena base.

g) **Natureza e quantidade da substância ou do produto**: Tratam-se de circunstâncias que, juntamente com a personalidade e conduta social do agente, preponderam sobre as demais, conforme disposto no art. 42 da Lei 11343/2006.

Ficou constatada nos autos a apreens¿o, com o réu, de **COCAÍNA na forma em 36 petecas, portanto, acondicionada para venda, totalizando a quantidade de 4,573g.**

Dessa forma, considerando a natureza, cocaína de maior poder viciante, bem como sua forma de acondicionamento, caracteriza-se circunstância judicial desfavorável ao acusado, dado o maior grau de censurabilidade da conduta[9].

Diante de tais circunstâncias, analisadas individualmente, é que fixo a **pena base** em **06 (seis) anos de reclus¿o**.

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES E AGRAVANTES (ARTIGOS 66 DO CÓDIGO PENAL)

N¿o vislumbro circunstâncias atenuantes ou agravantes a serem aplicadas. Assim, **mantenho a pena base e fixo a pena intermediária em 06 (seis) anos de reclus¿o.**

DAS CAUSAS DE DIMINUIÇ¿O E AUMENTO DE PENA

Na última das fases da dosimetria da pena, verifico a aplicabilidade da causa de diminuiç¿o de pena previstas no artigo 33, §4º, da lei 11.343/06 (reduç¿o de um sexto a dois terços), uma vez que é a primeira vez que o réu foi processado criminalmente, n¿o havendo provas de que se dedique a atividades criminosas nem integre organizaç¿es criminosas.

Tendo em consideraç¿o a forma como a droga estava acondicionada, as circunstâncias da pris¿o e a gravidade da conduta de traficar drogas numa cidade pacata como Ipixuna do Pará e a natureza e a quantidade de substância entorpecente apreendida, reduzo a pena, **fixando a reprimenda definitiva em 02 (dois) anos e 04 (quatro) meses de reclus¿o.**

O tipo penal também vê como sanç¿o a pena de multa que deve ser reflexa à pena privativa de liberdade, assim, em proporcionalidade à pena de reclus¿o aplicada, fixo o pagamento de **240 (duzentos e quarenta) dias-multa, cada um equivalente a 1/30 do salário mínimo vigente à época do fato,** conforme artigo 49, § 1º do CP e 43 da lei 11343/06, tendo em vista ausência de maiores informaç¿es sobre a condiç¿o econômica do réu.

DISPOSIÇ¿ES EM COMUM PARA TODOS OS RÉUS

REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

Considerando o quanto de pena aplicada, **os réus dever¿o iniciar o cumprimento de pena em regime ABERTO, conforme estipulado no art. 33, §§ 2º e 3ºdo CPB.**

DETRAÇ¿O

Nos termos do artigo 387, §2º, os réus n¿o cumpriram, em sede de custódia cautelar, tempo suficiente para ter direito à progress¿o de regime, mormente considerando-se que foi fixado o regime aberto como inicial.

DA CONVERS¿O DA PRIS¿O PREVENTIVA EM PENA RESTRITIVA DE DIREITO

Em sua redaç¿o original, o art. 33, § 4°, vedava a convers¿o da pena privativa de liberdade em restritiva de direitos, ainda que a pena definitiva aplicada ao agente ficasse em patamar n¿o superior a 4 (quatro) anos em virtude da incidência da referida minorante. Ocorre que, nos autos do HC 97.256, o Plenário do Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade dessa restriç¿o. N¿o por outro motivo, o Senado Federal acabou suspendendo a execuç¿o da express¿o "vedada a convers¿o em penas restritivas de direitos" por meio da Resoluç¿o nº 5 de 2012, valendo-se da competência prevista no art. 52, inciso X, da Constituiç¿o Federal.

Assim, cumpridos os requisitos dispostos no art. 44 do CP, **substituo a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direito: limitaç¿o de final de semana e prestaç¿o de serviço à comunidade, cujo modo de execuç¿o será fixado em audiência admonitória a ser designada.**

Desde já ficam cientes os réus de que o descumprimento injustificado das penas alternativas implicará na convers¿o das penas alternativas em pena privativa de liberdade.

Considerando o quantum da pena aplicada e sendo tal medida despenalizadora subsidiariária à convers¿o em pena restritiva de direitos, deixo de conceder ao acusado o benefício da suspens¿o condicional da pena (sursis), conforme artigo 77, ¿c¿, do Código Penal [10].

ANÁLISE QUANTO À NECESSIDADE DE DECRETAÇ¿O DA PRIS¿O PREVENTIVA:

Os réus vêm respondendo à aç¿o penal em liberdade.

N¿o havendo notícias a respeito de descumprimento das condiç¿es impostas quando da concess¿o de alvará de soltura, nem do cometimento de outros delitos, n¿o vislumbro mais a presença dos motivos que fundamentavam a pris¿o cautelar.

CUSTAS JUDICIAIS

Condeno os réus ao pagamento das custas processuais. Nos termos do art. 34 da Lei Estadual 8.328/2015, transitada em julgado a sentença condenatória, dever¿o os réus arcar com as custas processuais, estando advertidos que, na hipótese de n¿o pagamento no prazo legal, o crédito delas decorrente sofrerá atualizaç¿o e monetária e incidência dos demais encargos legais, e será encaminhado para a inscriç¿o em dívida ativa.

Contudo, tendo em vista as informaç¿es contidas nos autos sobre suas situaç¿es econômicas, concedo-lhes os benefícios da justiça gratuita e, na forma do art. 98, § 3º, do CPC/2015, suspendo seu pagamento.

INDENIZAÇ¿O À VÍTIMA

Considerando que a vítima do crime é a coletividade, deixo de fixar o valor mínimo para indenizaç¿o cível, previsto no art. 387, IV, do Código de Processo Penal[11].

DISPOSIÇ¿ES FINAIS:

Publique-se. Registre-se.

Intimem-se os acusados e a Defensoria Pública.

Intime-se o Ministério Público.

Oportunamente, após o trânsito em julgado da presente sentença, adotem-se as seguintes providências:

a) Proceda-se ao recolhimento do valor atribuído a título de multa, conforme art. 686, do Código de

Processo Penal[12];

b) Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral deste Estado, comunicando a condenaç¿o do réu, com suas devidas identificaç¿es, acompanhadas de fotocópia da presente decis¿o, para cumprimento do quanto disposto nos arts. 71, § 2º, do Código Eleitoral c/c 15, III, da Constituiç¿o Federal.

c) Comunique-se ao Instituto de Identificaç¿o do Estado do Pará, para as anotaç¿es de estilo;

d) Retornem os autos conclusos para designaç¿o de audiência admonitória.

Deixo de proceder ao disposto no artigo 201, § 2º, do Código de Processo Penal, tendo em vista se tratar de crime oco ou vago, ou seja, aquele cujo sujeito passivo é um ente despersonalizado (nesse caso é a coletividade).

Ipixuna do Pará, 22 de junho de 2016.

PAMELA CARNEIRO LAMEIRA

Juíza de Direito

E, para que não se aleguem ignorância, mandou afixar nos lugares de costumes, na forma da lei.

Dado e passado nesta Comarca de Ipixuna do Pará, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho de 2019.

Gustavo de Oliveira Santos

Analista Judiciário

Mat. 145505

EDITAL DE INTIMAÇÃO ¿ PRAZO DE 90 DIAS

Ref. Processo n. 0003732-28.2014.8.14.0100

Sentenciado:

O Dr. Sávio José de Amorim Santos, Juiz de Direito titular desta Comarca, na forma da lei etc

FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, que o nacional: **MATEUS MIRANDA PORFIRO, brasileiro, natural de Paragominas/PA, filho de Idelpino dos Santos e Cilda Miranda, portador do RG nº 5419088 PC/PA e CPF nº 874.552.342-87, atualmente em lugar incerto e não sabido**, conforme certidão emitida pelo Oficial de Justiça às fls. 195, foi sentenciado pelo Juízo da Comarca de Ipixuna do Pará, nos autos do processo nº 0003732-28.2014.8.14.0100, por esta razão, com base no art. 392, IV, § 2º do Código de Processo Penal, expede-se o presente **EDITAL DE INTIMAÇÃO COM PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS**, **PELO QUAL O NACIONAL FICA INTIMADO DA SENTENÇA proferida às fls. 185/190 do mencionado processo, abaixo transcrita:**

Processo n° 0003732-28.2014.8.14.0100

Denunciado: MATEUS MIRANDA PORFIRO

SENTENÇA

Vistos, etc.

O Ministério Público do Estado do Pará ofereceu denúncia contra o acusado MATEUS MIRANDA PORFIRO**,** imputando-lhe a conduta delituosa descrita no art. 157, §2º, I e II c/c art.14, II, do CPB c/c art.244-B do ECA.

Segundo a denúncia:

¿Extrai-se dos autos do Inquérito Policial, que na data do crime, a vítima Edna Maria Ribeiro do Nascimento, estava em sua residência, juntamente com sua filha, a também vítima Raiele Ribeiro do Nascimento, quando foi surpreendida pela entrada do denunciado, acompanhado do menor, que anunciaram o assalto.

Na ocasião, o denunciado que portava uma arma de fogo, de fabricação caseira, apontou a mesma para a cabeça da vítima Raiele Ribeiro, determinando que mãe e filha ficassem caladas. Que, num ato de desespero, a também vítima Edna Maria foi em direção ao denunciado, travando luta corporal com o mesmo.

Frise-se, que a vítima Edna Maria conseguiu segurar a referida arma de fogo, que se desmontou em sua mão.¿

A denúncia foi recebida em 24 de setembro de 2014 (fl. 72).

Citação do réu foi juntada às fls.143.

Resposta à acusação com pedido de revogação da prisão preventiva às fls. 78/85.

Decisão em audiência indeferindo o pedido de revogação da prisão preventiva (fls.118)

Foi realizada audiência de instrução e julgamento, procedendo-se a oitiva da vítima EDNA MARIA RIBEIRO, e das testemunhas de acusação Jorge Bruno Castro e Augusto Sérgio Monteiro, ambos policiais que procederam a prisão em flagrante, com consequente interrogatório do réu, conforme consta em termo às fls. 114/119.

Às fls. 146, em Reanálise Processual, o juízo revogou de ofício a prisão preventiva.

Certidão de antecedentes criminais do acusado (fl.143).

Em alegações finais, o Ministério Público requereu a condenação do réu nos termos da denúncia.

A defesa, por sua vez, pugnou pela fixação da pena base em patamar mínimo, afirmando serem todas as circunstâncias judiciais do art. 59 favoráveis ao réu; não aplicação da causa de aumento de pena por não ter sido periciada a arma utilizada, tornando-se impossível atestar a sua potencialidade lesiva; o não reconhecimento do concurso de agentes, por não ter sido possível a individualização da conduta de cada um; absolvição do crime de corrupção de menores, por insuficiência de provas quanto à comprovação da efetiva corrupção ou induzimento do menor à prática da infração penal.

É o relatório.

Decido.

Não foram arguidas questões preliminares.

1 - DO MERITO

Encerrada a instrução criminal, este Juízo examinando minuciosamente as provas colhidas se convenceu para reconhecer induvidosa a prática do crime de Roubo majorado tentado em concurso formal impróprio com corrupção de menores.

1.1 - DO CRIME DE ROUBO.

A materialidade do crime em tela está clara. Servem ,para firmá-la, o APF de fls. 08/21, o depoimento da vítima que, tanto em fase inquisitorial, como em Juízo, afirmou que foi surpreendida em sua própria residência por dois homens encapuzados, apontando-lhes uma arma de fogo, que anunciaram tratar-se de um assalto.

Neste momento travou luta corporal com um deles, conseguindo derrubar a arma. Ação esta que afugentou os agentes, vindo a serem presos momentos depois de acionada a Polícia Militar.

Assim, resta presente a materialidade.

A autoria do crime é certa, pois o denunciado e o menor foram pronta e indubitavelmente reconhecidos pela vítima, pois, apesar de estarem encapuzados, seus rostos estavam visíveis, permitindo, assim, associá-los como os dois sujeitos que estavam hospedados em uma casa vizinha da sua.

A vítima manteve coerência nas suas declarações, individualizando a conduta de cada autor do fato, principalmente a do ora acusado.

É relevante destacar a precisão e firmeza da palavra da vítima no reconhecimento do acusado, pois foi capaz de atribuir características peculiares, como a sua estatura e o uso de cabelo comprido, assim como o uso de piercing na sobrancelha pelo adolescente, vejamos na declaração em juízo às fls.116:

¿(...) QUE quando percebeu, já havia duas pessoas do sexo masculino adentrarem a sua residência; QUE quem apontou a arma para a depoente foi o acusado Mateus; QUE o adolescente ficou olhando toda a situação; QUE no ato de desespero, pegou no cano da arma caseira, ocasião em que ela desprendeu, ficando com o cano da arma na sua posse; QUE o adolescente e o acusado fugiram do local: QUE o adolescente e o acusado estavam de capuz, mas dava para ver seus rostos, uma vez que parte do rosto estava descoberto; QUE confirma que o adolescente usava piercing e o acusado aqui presente usava cabelo comprido(...)¿

Percebe-se que as condutas foram minuciosamente individualizadas pela vítima, descrevendo os atos que foram praticados por cada um, sendo o acusado quem travou a luta corporal com a vítima, permitindo um contato visual capaz de firmar maior precisão no seu reconhecimento, tanto ao associá-los com os dois sujeitos que estavam hospedados em uma casa vizinha, quanto no momento da prisão em flagrante em reconhecê-lo como autor do fato.

Neste tipo de crime a **palavra da vítima** tem especial relevância, ademais quando corroborada por outros elementos probatórios, inclusive, a inexistência de animosidade anterior com o réu. Trago, neste sentido, jurisprudência STJ:

Roubo com duas majorantes específicas ¿ emprego de arma sem que tenha havido sua apreensão ¿

palavra da vítima ¿ acréscimo afastado do mínimo pela presença de duas causas de aumento ¿ necessidade de cuidadosa individualização. Princípio da suficiência da pena e objetivo de reprovação e prevenção do delito. Ordem denegada.

- **A palavra da vítima assume importância em se tratando de crime cometido sem testemunhas presenciais.**

- **A consideração do emprego de arma como causa de aumento independe de apreensão da arma**, principalmente quando a vítima menciona até o calibre da arma empregada.

- **Não se pode dar o mesmo tratamento a quem incide numa única causa de aumento e a quem incide em duas, sob pena do princípio da individualização da pena não ser corretamente aplicado, além de desprezar-se o princípio da suficiência da punição e os objetivos de reprovação do delito e prevenção geral**. Ordem denegada. (HC 73.335/SP, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), QUINTA TURMA, julgado em 07/08/2007, DJ 03/09/2007, p. 200)

O denunciado em sede inquisitorial e em juízo, negou os fatos, confessando que estava hospedado em uma casa vizinha a da vítima, porém que só teria deixado seus pertences no local, por volta das 14h, e teria ido ¿beber¿ em um balneário da cidade na companhia do menor Romário Paulo dos Santos e sua namorada, somente retornando àquela residência, após os fatos acima alegados, trazendo argumentos meramente evasivos.

Por fim, o depoimento da vítima foi preciso e firme no sentido de atribuir a autoria dos fatos ao acusado, merecendo elevada relevância pelos detalhes e características trazidas no momento do reconhecimento.

a) Da Tentativa (Artigo 14, Inciso II, do Código Penal)

Diante das provas carreadas aos autos, tenho por não consumado o crime de roubo, pois o acusado não teve a posse do bem de propriedade da vítima, sequer o tomou por qualquer instante, uma vez que foi impedido pela própria ofendida no momento do anúncio do assalto, que travou luta corporal, conseguindo desarmá-lo e o afugentando logo depois, inviabilizando a concretização do delito por motivos alheios a sua vontade.

b) Das Majorantes.

Não há dúvida quanto à **majorante do concurso de pessoas do roubo** (art. 157, § 2º, II, do CP), pois certo que o roubo fora praticado pelo réu e outro menor de idade (identificado às fls. 49/50), conforme narrado pela vítima perante a Autoridade Policial e em Juízo, havendo reconhecido ambos como autores do fato, individualizando a conduta de cada um.

Quanto à **MAJORANTE DE TER SIDO O ROUBO PRATICADO COM A UTILIZAÇÃO DE ARMA** (art. 157, § 2º, I, do CP), assiste razão ao Ministério Público pelo seu reconhecimento.

O denunciado cometeu o delito de roubo valendo-se de arma de fogo caseira, sendo dispensada a apreensão ou qualquer exame comprobatório da potencialidade lesiva para sua incidência:

¿Irrelevância da falta de apreensão da arma ¿ STF: 1. O roubo qualificado dispensa a apreensão da arma de fogo no afã de justificar a causa de aumento de pena prevista no art. 157, §2º, I do CP, nas hipóteses em que sua efetiva utilização pode ser demonstrada por outros meios de provas (Precedente: HC 96099/RS, Rel. Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, PLENÁRIO, DJe 5.6.2009)

STJ ¿ É aplicável a majorante prevista no art157, §2º, I do CP, ainda que a arma de fogo não tenha sido apreendida e periciada, desde que existam outros elementos probatórios que confirmem a sua efetiva utilização no crime (precedentes). 4. Ordem denegada.¿ (HC 83.479-DF, j. em 6-9-2007, DJU de 1º-10-2007 ¿ RT 868/562).¿

Portanto, por tudo que foi exposto, acolho as razões do Ministério Público, para reconhecer a prática do crime de Roubo na modalidade tentada, majorado pelo concurso de agentes e emprego de arma, pelo acusado **MATEUS MIRANDA PORFIRIO**, **tudo mediante as provas dos autos.**

1.2 - DO CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES (art. 244-B do ECA)

A lei almeja que os maiores não pratiquem, em concurso com menores, infração penal e que, também, não os induzam a tanto.

Ora, simplesmente afastar a subsunção do fato à norma penal sob o argumento de que a menor já era corrompida significa ignorar por completo o arcabouço constitucional a respeito do tema, além de deixar de observar os princípios fundamentais do ECA.

Na lição de Wilson Donizeti Liberati, ¿a Lei n. 8.069/90 revolucionou o Direito Infanto-Juvenil, inovando e adotando a doutrina da proteção integral. Essa nova visão é baseada nos direitos próprios e especiais das crianças e adolescentes, que, na condição peculiar de pessoas em desenvolvimento, necessitam de proteção diferenciada, especializada e integral¿ (Comentários ao Estatuto da Criança e do Adolescente. 11ª edição. São Paulo: Malheiros, 2010, p. 15).

Portanto, a Súmula 500 do STJ tem o mérito de pacificar o correto entendimento que classifica o crime de corrupção de menores como delito formal, afastando a exigência de comprovação da efetiva corrupção da criança ou do adolescente, in verbis:

¿A configuração do crime do art. 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) independe da prova da efetiva corrupção do menor, por se tratar de delito formal¿.

Nesse viés, o depoimento da vítima e das demais testemunhas, indicam Romário Paulo dos Santos como o outro autor do fato, que acompanhava o acusado no ato, para o qual foi instaurado processo de apuração de ato infracional próprio, em decorrência da sua menoridade penal, conforme certidão de fls.50.

Ante o exposto, **reconheço** haver prova da existência do crime descrito no Artigo 244-B do Estatuto da Criança e do Adolescente.

2 ¿ DA DOSIMETRIA DA PENA

2.1 - Do crime de Roubo.

Passo a **dosimetria da pena**, na forma do Art. 59, do Código Penal quanto ao crime do Artigo 157, §2º, I e II c/c art.14, II do Código Penal.

Analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, observo que a **culpabilidade** é agravada pelo fato do acusado estar hospedado em casa vizinha a da vítima, o que pressupõe mínima premeditação. Não existem **antecedentes criminais**. Nada foi apurado que desabone a **conduta social** e **personalidade**. As **circunstâncias** se mostram desfavoráveis pelo fato do acusado, ter invadido a residência da vítima encapuzado para prática do roubo, o que perturba com mais efeito o sossego da comunidade local. As **consequências** do crime, não se mostram desfavoráveis, pois não houve sequer inversão da posse de qualquer objeto da vítima. Os **motivos para o crime** não foram outros do que obter para si vantagem fácil sem precisar trilhar o árduo caminho do labor honesto, também normal ao tipo. O **comportamento da vítima** não influiu para a prática do delito.

Pelos motivos acima, aplico a pena-base de **06 (seis) anos de reclusão** pelo delito praticado.

Não estão presentes atenuantes e nem agravantes, mantendo a pena intermediária no mesmo patamar acima.

Reconhecida a causa de diminuição de pena da tentativa (Artigo 14, Inciso **II**, do Código Penal), diminuo a pena-base na ordem de 1/2, considerando que, conquanto o réu e seu comparsa tenham adentrado na casa da vítima e anunciado o roubo, com arma em punho, graças à reação dela não houve inversão na posse de qualquer objeto nem sofreu qualquer lesão a sua integridade, ficando a **pena intermediária em 03 (três) anos de reclusão**.

Presentes as majorantes dos incisos I, II do § 2º, do art. 157, do CP (emprego de arma e concurso de pessoas). Segundo o art. 68 do CPB:

¿No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na parte especial, pode o juiz limitar-se a um só aumento ou a uma só diminuição, prevalecendo, todavia, a causa que mais aumente ou diminua¿.

Nota-se, portanto, que o magistrado pode desprezar uma ou mais causas de aumento de pena. A lei fala em ¿pode¿, mas não em ¿deve¿. Com efeito, mantenho o aumento no patamar de 1/3, pois, a arma utilizada no roubo era caseira e de extrema fragilidade, uma vez que facilmente desmontou-se quando a vítima interveio. Ainda, de acordo com o relato da vítima, o concurso de agente, não se mostrou relevante, tendo em vista que o menor só ficou acompanhando a ação do acusado.

Desse modo, majoro a pena intermediária em 1/3 (um terço), **indo a pena à 04 (quatro) anos de reclusão, que torno definitiva, ante a falta de outros elementos**.

2.1.1 - Pena de Multa

Verifico que o preceito secundário impõe a aplicação de pena de multa. A pena de multa deve ser aplicada em simetria a pena privativa de liberdade imposta. Assim, **condeno o réu ao pagamento de 10 (dez) dias-multa, cada dia-multa no valor de 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo vigente à época dos fatos, em observância ao art. 60 do CP**.

2.2 - Do crime de Corrupção de Menores.

Passo a **dosimetria da pena**, na forma do Art. 59, do Código Penal quanto ao crime do Artigo 244-B, do ECA.

Analisando as circunstâncias judiciais do art. 59 do CPB, observo que a **culpabilidade** é elevada pelo fato do crime praticado, em conjunto com o menor, envolver violência e grave ameaça, com uso de arma de fogo. Não existem **antecedentes criminais**. Nada foi apurado que desabone a **conduta social** e **personalidade**. As **circunstâncias** se mostram normais ao tipo. As **consequências** do crime, foram dentro dos parâmetros previstos pelo legislador. Os **motivos para o crime** não foram esclarecidos. O **comportamento da vítima** não influiu para a prática do delito.

Pelos motivos acima, aplico a pena-base de **01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão** pelo delito praticado.

Não estão presentes atenuantes e nem agravantes.

Ausentes causa de aumento e de diminuição, tornando definitiva a pena em **01 (um) ano e 06 (seis) meses de reclusão.**

3 - DA APLICAÇÃO DA REGRA DO ART.70 do CP.

Vislumbro presente o instituto do concurso formal impróprio, que ocorre quando o agente mediante uma só ação ou omissão dolosa, pratica dois crimes, concorrentes, com desígnios autônomos, como é o caso dos autos, aplica-se cumulativamente as penas.

Deste modo, SOMANDO AS PENAS ATRIBUÍDAS AO RÉU, tem-se **o total de 05 (cinco) anos e 06 (seis) meses de reclusão em pena restritiva de liberdade e 10 dias-multa.**

4 - DETERMINAÇÃO DO REGIME PRISIONAL INICIAL

Verifico que o condenado é primário.

Além disso, a pena aplicada é superior a quatro anos, portanto, em atenção ao art. 33, §2º, b, e §3º, do CP, estabeleço como inicial o **REGIME SEMI-ABERTO**.

5 - DETRAÇÃO

O §2º, do art. 387, do CPP, impõe que o juiz realize a detração quando da prolação da sentença. Compulsando os autos, verifico que diante período que o condenado ficou preso provisoriamente por este processo, de 23/08/2014 a 08/04/2015, portanto 07 (sete) meses e 15 (quinze) dias, depreende-se que não há o direito a progressão, neste momento, vez que o tempo que passou preso provisoriamente foi insuficiente para cumprir o 1/6 da pena exigidos.

Deste modo, deve o condenado começar a cumprir a pena em regime SEMI-ABERTO.

6 - ANÁLISE DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS E APLICAÇÃO DO SURSIS

Neste caso, o condenado não satisfez as condições previstas no art. 44 do CP. Verifico que o condenado não preenche os requisitos para concessão desta benesse, vez que foi condenado a pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos, trata-se de crime praticado com violência contra pessoa e algumas circunstâncias judiciais lhes são desfavoráveis.

Da mesma forma, entendo que o sursis não pode ser concedido, a teor do art. 77, caput, do CP, pois foi condenado a pena privativa de liberdade superior a 2 (dois) anos.

Art. 77 - A execução da pena privativa de liberdade, não superior a 2 (dois) anos, poderá ser suspensa, por 2 (dois) a 4 (quatro) anos, desde que:

7- DAS CUSTAS JUDICIAIS

Nos termos do art. 34 da Lei Estadual 8.328/2015, transitada em julgado a sentença condenatória, deverá o réu arcar com as custas processuais, estando advertido que, na hipótese de não pagamento no prazo legal, o crédito delas decorrente sofrerá atualização e monetária e incidência dos demais encargos legais, e será encaminhado para a inscrição em dívida ativa.

Contudo, tendo em vista a natureza do delito e as informações contidas nos autos sobre sua situação econômica, concedo-lhe os benefícios da justiça gratuita e, na forma do art. 98, § 3º, do CPC/2015, suspendo seu pagamento.

8 - DELIBERAÇÕES FINAIS

Para fins de recurso permanece a situação atual do réu.

Deixo de aplicar valor mínimo indenizatório por não haver pedido nesse sentido, nem mesmo instrução probatória em torno dos prejuízos sofridos pela vítima do crime de roubo.

Transitada em julgado, permanecendo inalterada esta decisão:

COMUNIQUE-SE à Justiça Eleitoral o desfecho dessa decisão, para os efeitos do art. 15, III, da CF;

EXPEÇA-SE guia de recolhimento, com as cautelas de estilo, ao Juízo das Execuções Penais;

COMUNIQUE-SE ao Instituto de Identificação do Estado do Pará, para as anotações de estilo;

PROCEDA-SE ao recolhimento do valor atribuído a título de pena de multa, observando-se o disposto no art. 686 do CPP.

Oportunamente, arquive-se com as cautelas de praxe.

Publique-se, Registre-se e Intimem-se.

Ipixuna do Pará, 25 de julho de 2016.

Pamela Carneiro Lameira

Juíza de Direito Substituta

E, para que não se aleguem ignorância, mandou afixar nos lugares de costumes, na forma da lei.

Dado e passado nesta Comarca de Ipixuna do Pará, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de junho de 2019.

Gustavo de Oliveira Snatos

Analista Judiciário

Mat. 145505

COMARCA DE ELDORADO DOS CARAJÁS

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE ELDORADO DOS CARAJÁS

Número do processo: 0800380-78.2018.8.14.0103 Participação: REQUERENTE Nome: M. A. A. Participação: ADVOGADO Nome: DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOSOAB: 25282-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: LAURA FERREIRA ABREU AMORIMOAB: 612 Participação: REQUERIDO Nome: W. D. S. L.TERMO DE AUDIÊNCIAProcesso n. 0800380-78.2018.8.14.0103Ação de alimentos Requerente:G.Y.A.L. representado(a) por MONALIZA ANDRADE AMORIM Requerido:WANDERSON DA SILVA LIMA Aos 18/06/2019, às 09:30 horas, nesta Cidade de Eldorado do Carajás, Estado do Pará, na sala de audiência, sob a presidência do Excelentíssimo Sr. Dr.THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDAS, Juiz de Direito,PRESENTES:O Representante do Ministério Público, Exmo. Dr. JOSIEL GOMES DA SILVA.Dr. DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOS (OAB/PA 25.282-B) representando a requerente, bem como o requerido. Aberta a audiência, as partes celebraram acordo nos seguintes termos:As partes entraram em consenso no sentido da pensão alimentícia, sendo regulada da seguinte forma: I ? O genitor pagará a título de alimentos em favor dos filhos o valor de R$200,00 (duzentos reais), mensal, hoje equivalente a 20,1% do salário mínimo, a serem pagos até o dia 10 de cada mês. II ? O requerido pagará o valor mediante recibo assinado pela representante legal. III ? A representante legal se compromete a informar ou criar conta bancária para posteriores pagamentos de pensão alimentícia. QUANTO A GUARDA: I - O requerido pegará a criança em fins de semana alternados, buscando a criança na sexta-feira e levando-a nos domingos à casa da genitora, sem prejuízo ao período escolar (quando a criança começar a estudar); II ? No período de férias a criança ficará 15 (quinze) dias com o genitor e 15 (quinze) dias com a genitora. O Representante do Ministério Público se manifestou favoravelmente nos termos do art. 178, II, do CPC. O MM. Juiz passou a proferir a seguinte SENTENÇA:Trata-se de ação de alimentos, no qual as partes chegaram a um consenso em forma de acordo. O RMP se manifestou favoravelmente à homologação do acordo. Ante o exposto, nos termos do art. 487, III, b, do NCPC,HOMOLOGO o acordo celebrado, extinguindo o processo com resolução de mérito. As partes não têm interesse recursal. Transitado em julgado nesta data. Publicada em audiência, arquive-se com baixa no sistema. MP ciente em audiência. Nada mais havendo, foi o presente termo encerrado e vai assinado por todos. Eu_____, Carla Miranda da Silva, secretária, o digitei e subscrevi. Juiz de Direito: _____(Thiago Vinicius de Melo Quedas) Ministério Público: _____ Representante Legal: _____ Advogado da requerente: _____ Requerido: _____

Número do processo: 0800282-93.2018.8.14.0103 Participação: REQUERENTE Nome: L. D. S. B. Participação: ADVOGADO Nome: DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOSOAB: 25282-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: LAURA FERREIRA ABREU AMORIMOAB: 612 Participação: REQUERIDO Nome: V. P.TERMO DE AUDIÊNCIAProcesso n. 0800282-93.2018.8.14.0103AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS REQUERENTE:J.C.D. S. B., representado (a) por LARISSA DA SILVA BARROSREQUERIDOS:VALDIVINO PEREIRA Aos dezoito (18) dias do mês de junho (06) de dois mil e dezenove (2019), às 11:00 horas, nesta Cidade de Eldorado do Carajás, Estado do Pará, na sala de audiência, sob a presidência do Excelentíssimo Sr. Dr.THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDAS, Juiz de Direito, presente, foi aberta a audiência do Processo acima especificado. Feito o pregão, constatou-se a presença do representante do Ministério Público, Exmo. Sr.Dr. JOSIEL GOMES DA SILVA, bem como da Requerente e do requerido. Presente as profissionais de saúde Daiane da Silva D?Paula, Biomédica, portadora da CI n. 4833786 SSP/PA, e Rosilene da Conceição Sousa, Técnica de Laboratório, portadora da CI n. 3577338/2ª via/PC/PA. Procedeu-se com a realização da coleta do material para o exame de DNA.DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:Encaminhe-se, COM URGÊNCIA, o material coletado ao Laboratório Citoclínico Alpha Dna LTDA., localizado na Av. Ismerino de Carvalho Neto, nº 816 - Setor Aeroporto, Goiânia-GO, CEP: 74.075.040. Cumpra-se.E não havendo nada mais a consignar, lavro o presente termo que, depois de lido, vai assinado por todos os presentes. Eu, _____ Carla

Miranda da Silva, digitei e subscrevi. THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDASJuiz de Direito Ministério Público: _____Representante Legal: _____Requerido Valdivino: _____Biomédica: _____Técnica de Laboratório:_____

Número do processo: 0800362-57.2018.8.14.0103 Participação: REQUERENTE Nome: NORTE FENIX IND. E COM. EIRELI - EPP Participação: ADVOGADO Nome: CRISTIANE SAMPAIO BARBOSA SILVAOAB: 499 Participação: PROCURADOR Nome: RAAB MORAES SILVAOAB: null Participação: ADVOGADO Nome: ROMULO OLIVEIRA DA SILVAOAB: 10801/PA Participação: ADVOGADO Nome: IRINEIA DUARTE LIMAOAB: 534MA Participação: ADVOGADO Nome: JOCILVANE BARBOSA DA SILVA BRITOOAB: 156PA Participação: ADVOGADO Nome: THAIS MEDEIROS BORGESOAB: 21566/PA Participação: REQUERIDO Nome: DEANN FRANCISCO VIEIRA COSTA Participação: ADVOGADO Nome: JACKSON VIEIRA DOS SANTOS SILVAOAB: 23763/PAProcesso nº0800362-57.2018.8.14.0103 DESPACHO Considerando a certidão de ID 10327487, bem como a ausência de Defensor Público do Estado nesta Comarca,NOMEIO, o nobre Advogado Dr. Jackson Vieira dos Santos Silva (OAB/PA 23.763) para apresentar embargos nos termos dos arts. 700, §7º; 701 e 702, bem como acompanhar a fase de instrução deste processo, sendo ao final da referida fase, arbitrados o valor dos seus honorários, compatíveis com os atos exercidos e conforme Tabela de Honorários da OAB/PA (resolução 19/2015). Abre-se vista ao Advogado para apresentar embargos. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se. Eldorado do Carajás, 24 de maio de 2019. _____EDINALDO ANTUNES VIEIRAJuiz de Direito

Número do processo: 0800247-02.2019.8.14.0103 Participação: DEPRECANTE Nome: 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GOIANÉSIA DE GOIÁS Participação: DEPRECADO Nome: Juízo de Direito da Comarca de Eldorado dos Carajás/PAPROCESSO Nº: 0000247-02.2019.8.14.0103. D E S P A C H O 1. CUMPRA-SEa presente carta precatória como requer o Juízo deprecante ID 10119749, dos autos.2. Após, devolva-se ao Juízo deprecante, com as nossas homenagens.3. Serve o presente instrumento comoMANDADO. Eldorado dos Carajás ? PA, 24 de maio de 2019. EDINALDO ANTUNES VIEIRAJuiz de Direito

Número do processo: 0800240-44.2018.8.14.0103 Participação: REQUERENTE Nome: DEUSENIR SANTOS DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: LAURA FERREIRA ABREU AMORIMOAB: 612TERMO DE AUDIÊNCIAProcesso n. 0800282-93.2018.8.14.0103AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE C/C ALIMENTOS REQUERENTE:J.C.D. S. B., representado (a) por LARISSA DA SILVA BARROSREQUERIDOS:VALDIVINO PEREIRA Aos dezoito (18) dias do mês de junho (06) de dois mil e dezenove (2019), às 11:00 horas, nesta Cidade de Eldorado do Carajás, Estado do Pará, na sala de audiência, sob a presidência do Excelentíssimo Sr. Dr.THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDAS, Juiz de Direito, presente, foi aberta a audiência do Processo acima especificado. Feito o pregão, constatou-se a presença do representante do Ministério Público, Exmo. Sr.Dr. JOSIEL GOMES DA SILVA, bem como da Requerente e do requerido. Presente as profissionais de saúde Daiane da Silva D?Paula, Biomédica, portadora da CI n. 4833786 SSP/PA, e Rosilene da Conceição Sousa, Técnica de Laboratório, portadora da CI n. 3577338/2ª via/PC/PA. Procedeu-se com a realização da coleta do material para o exame de DNA.DELIBERAÇÃO EM AUDIÊNCIA:Encaminhe-se, COM URGÊNCIA, o material coletado ao Laboratório Citoclínico Alpha Dna LTDA., localizado na Av. Ismerino de Carvalho Neto, nº 816 - Setor Aeroporto, Goiânia-GO, CEP: 74.075.040. Cumpra-se.E não havendo nada mais a consignar, lavro o presente termo que, depois de lido, vai assinado por todos os presentes. Eu, _____ Carla Miranda da Silva, digitei e subscrevi. THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDASJuiz de Direito Ministério Público: _____Representante Legal: _____Requerido Valdivino: _____Biomédica:

____ Técnica de Laboratório:___________________________________

Número do processo: 0800403-24.2018.8.14.0103 Participação: REQUERENTE Nome: GENILSON SENA DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOSOAB: 25282-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: LAURA FERREIRA ABREU AMORIMOAB: 612TERMO DE AUDIÊNCIAASSENTO DE ÒBITO EXTEMPORÂNEO Processo n. 0800403-24.2018.8.14.0103Requerente (s):GENILSON SENA DA SILVAEnvolvido (a):RONILSON AGUIAR DA SILVA Aos 18/06/2019, às 11:30 horas, nesta Cidade de Eldorado do Carajás, Estado do Pará, na sala de audiência, sob a presidência do Excelentíssimo Sr. Dr.THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDAS, Juiz de Direito,PRESENTES:O Representante do Ministério Público, Exmo. Dr. JOSIEL GOMES DA SILVA.Dr. DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOS (OAB/PA 25.282-B) representando o requerente,AUSENTE (S): o requerente.Aberta a audiência: Prejudicada em razão do ID 10771643.Em seguida o MM juiz passou a proferir a seguinte DELIBERAÇÃO/DESPACHO:Considerando que o pedido se trata apenas de matéria de direito, considerando ainda que o requerido não fora localizado para intimação, conforme certidão de oficial de justiça (ID 10771643).DETERMINO:1. Vistas ao MP, para no prazo de 10 (dez) dias apresentar manifestação;2. Após, voltem-me os autos conclusos. E como nada mais houve, mandou o M.M. Juiz encerrar este termo, que vai devidamente assinado pelos presentes. Eu, ________, secretária, Carla Miranda da Silva, secretária o digitei e subscrevo. Juiz de Direito: ___________________________________ Ministério Público: ___________________________________

Número do processo: 0800107-02.2018.8.14.0103 Participação: AUTOR Nome: MARIA DE LOURDES MELO DA SILVA Participação: ADVOGADO Nome: LAURA FERREIRA ABREU AMORIMOAB: 612 Participação: RÉU Nome: Cartorio em Vitorino Freire - Maranhão - 2º ofício de registro civil das pessoas naturais e anexosAÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE REGISTRO CIVILPROC nº0800107-02.2018.8.14.0103REQUERENTE:MARIA DE LOURDES MELO DA SILVA TERMO DE AUDIÊNCIA Hoje, dia 18/06/2018, às 13:27h na sala de audiência do fórum desta comarca, onde presente se achava o Exmo. Sr. Dr.THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDAS, Juiz de Direito. Feito o pregão, verificou-se presença do representante do Ministério Público, Exmo. Dr. Josiel Gomes da Silva, bem como da requerenteMARIA DE LOURDES MELO DA SILVA, acompanhado de seu advogadoDr. DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOS (OAB/PA 25.282-B. Aberta a audiência,constatou-se a presença do requerente e seu procurador. Em seguida o MM juiz passou a ouvir o requerente: QUE tem um registro civil que foi juntado nos autos; QUE o registro civil molhou e de tanto quebrar foi colocado fita e rasurou; QUE ficou em casa o registro, mas não sabe em qual local específico; QUE nunca casou; QUE tem filhos; QUE só vivia em união estável; QUE precisa da nova certidão de nascimento porque sempre pedem para trabalho ou outras coisas; QUE tem 53 anos; QUE é porque já está quase na idade de aposentar e necessita do seu documento; QUE mora na Rua Guajajara, km 100, neste município; QUE os dados da certidão em voga consta na sua Identidade; QUE foi solicitado ao Cartório de Registro da Comarca de Altamira do Maranhão/MA, mas que não há nenhum registro nos livros deste Cartório; QUE já andou em diversos lugares, mas nunca conseguiu resolver, então resolveu ir até um advogado para resolver seu caso. Dada a palavra ao Representante do Ministério Público não fez perguntas. Feito perguntas ao advogado, respondeu às perguntas: QUE mora há muito tempo em Eldorado. Pela ordem, o MM juiz passou a ouvir o genitor da requerida,Sr. FRANCISCO PEREIRA DA SILVA, brasileiro, casado, aposentado, lavrador, portador do RG 2127383 2VIA, residente e domiciliado na Rua Guajajara, km 100, Eldorado do Carajás/PA, na qualidade de informante, que às perguntas respondeu QUE: QUE é o pai da requerente; QUE sabe do problema do registro civil de sua filha; QUE ela lhe falou; QUE tem 9 filhos; QUE tem 8 filhas mulheres e 01 filho do sexo masculino; QUE não se lembra de muita coisa; QUE quando ela nasceu, Maria de Lourdes morava em Tenente Ananias-Rio Grande do Norte; QUE nesta cidade conheceu a genitora da requerente, a sra. Maria das Dores de Melo (mãe dos seus 9 filhos); QUE tem 81 anos de idade; QUE tem mais ou menos 50 anos de casado; QUE em 1970 saiu da cidade de Tenente Ananias e foi morar na cidade Lago da Pedra no Maranhão, mas nenhum filho; QUE de lá foi para Lagoa do Sidô; QUE quando saiu da cidade de Tenente Ananias já havia nascido Maria do Socorro, Maria de Lourdes, Maria Goreth e Maria Rosa; QUE nesta época já eram tudo grandinha; QUE Maria de Lourdes nasceu e fez os documentos na cidade de Alexandria no Rio Grande do Norte; QUE a distância entre as cidades

supra citadas é de 30 km; QUE na cidade de Alexandria tinha um Cartório e foi lá; QUE naquele tempo os dados eram tudo misturado e não havia divisão de fls. e nem por ordem alfabética; QUE nesta cidade é conhecido como Chico da Folha; QUE todos os filhos (9) residem próximo com exceção de uma que mora em São Paulo/SP. Sem mais. Dada a palavra ao Representante do Ministério Público não fez perguntas. Feito perguntas ao advogado não fez perguntas. Em seguida o MM juiz passou a proferir a seguinte DELIBERAÇAO: 1. Vistas ao Ministério Público, 2. Após, com manifestação, voltem-me os autos conclusos. E como nada mais houve, mandou o M.M. Juiz encerrar este termo, que vai devidamente assinado pelos presentes. Eu, _____, secretária, Carla Miranda da Silva, secretária o digitei e subscrevo. Juiz de Direito: _____ Ministério Público: _____ Requerente: _____ Advogado: _____ Informante/Genitor: _____

Número do processo: 0800142-25.2019.8.14.0103 Participação: REQUERENTE Nome: M. D. C. F. Participação: ADVOGADO Nome: LAURA FERREIRA ABREU AMORIMOAB: 612 Participação: REQUERIDO Nome: A. A. D. C.DESPACHO 1. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. 2. Considerando que o Novo Código de Processo Civil, em seu artigo 694, dispõe que nas ações de família todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, designo audiência de mediação e conciliação para o dia09/07/2019, às 12h00,no Fórum desta Comarca. 3. Cite-se a parte requerida,com as seguintes especificidades e advertências: 3.1. O mandado de citação deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo (NCPC art. 695, § 1º). 3.2. A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (NCPC art. 695, § 2º). 4. Na audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados, sendo que, caso não os possuam, ser-lhes-á nomeado defensor público (art. 695, §4º). 5. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (NCPC, art. 10, §8º) 6. Intime-se o autor, pessoalmente, por mandado ou na pessoa de seu advogado, via DJE, se tiver patrono constituído nos autos. 7. As partes poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (NCPC, artigo 334, § 10º). 8. Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública (se houver). SERVIRÁ COMO MANDADO CÓPIA DO PRESENTE DESPACHO Eldorado dos Carajás/PA, 03 de abril de 2019. Edinaldo Antunes VieiraJuiz de Direito

Número do processo: 0800120-64.2019.8.14.0103 Participação: REQUERENTE Nome: A. D. O. C. Participação: ADVOGADO Nome: LAURA FERREIRA ABREU AMORIMOAB: 612 Participação: REQUERIDO Nome: M. F. A.DESPACHO 1. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do art. 98 do NCPC. 2. Indefiro o pedido de alimentos provisórios em favor do(a)(s) Filho(a)(s) menores ou incapazes, pois não existe prova pré-constituída da filiação, inclusive, por se tratar de uma investigação de paternidade. 3. Considerando que o Novo Código de Processo Civil, em seu artigo 694, dispõe que nas ações de família todos os esforços serão empreendidos para a solução consensual da controvérsia, designo audiência de mediação e conciliação para o dia09/07/2019, às 11h30,no Fórum desta Comarca. 4. Cite-se a parte requerida,com as seguintes especificidades e advertências: 4.1. O mandado de citação deverá estar desacompanhado de cópia da petição inicial, assegurado ao réu o direito de examinar seu conteúdo a qualquer tempo (NCPC art. 695, § 1º). 4.2. A citação ocorrerá com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data designada para a audiência. (NCPC art. 695, § 2º). 5. Na audiência, as partes deverão estar acompanhadas de seus advogados, sendo que, caso não os possuam, ser-lhes-á nomeado defensor público (art. 695, §4º). 6. O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado (NCPC, art. 10, §8º) 7. Intime-se o autor, pessoalmente, por mandado ou na pessoa de seu advogado, via DJE, se tiver patrono constituído nos autos. 8. As partes poderão constituir representante, por meio de procuração específica, com poderes para negociar e transigir. (NCPC, artigo 334, § 10º). 9. Dê-se ciência ao Ministério Público e à Defensoria Pública (se houver). SERVIRÁ COMO MANDADO CÓPIA DO PRESENTE DESPACHO Eldorado dos Carajás/PA, 03 de abril de 2019. Edinaldo Antunes

VieiraJuiz de Direito

Número do processo: 0800247-02.2019.8.14.0103 Participação: DEPRECANTE Nome: 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE GOIANÉSIA DE GOIÁS Participação: DEPRECADO Nome: Juízo de Direito da Comarca de Eldorado dos Carajás/PAPROCESSO Nº: 0000247-02.2019.8.14.0103. DE S P A C H O 1. CUMPRA-SEa presente carta precatória como requer o Juízo deprecante ID 10119749, dos autos.2. Após, devolva-se ao Juízo deprecante, com as nossas homenagens.3. Serve o presente instrumento comoMANDADO. Eldorado dos Carajás ? PA, 24 de maio de 2019. EDINALDO ANTUNES VIEIRAJuiz de Direito

Número do processo: 0800248-84.2019.8.14.0103 Participação: DEPRECANTE Nome: JUÍZO FEDERAL DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALTAMIRA/PA Participação: DEPRECADO Nome: Juízo de Direito da Comarca de Eldorado dos Carajás/PAPROCESSO Nº: 0000248-84.2019.8.14.0103. DE S P A C H O 1. CUMPRA-SEa presente carta precatória como requer o Juízo deprecante ID 10119749, dos autos.2. Após, devolva-se ao Juízo deprecante, com as nossas homenagens.3. Serve o presente instrumento comoMANDADO. Eldorado dos Carajás ? PA, 24 de maio de 2019. EDINALDO ANTUNES VIEIRAJuiz de Direito

Número do processo: 0800449-13.2018.8.14.0103 Participação: REQUERENTE Nome: F. B. R. Participação: ADVOGADO Nome: DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOSOAB: 25282-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: LAURA FERREIRA ABREU AMORIMOAB: 612 Participação: REQUERIDO Nome: E. S. D. O. Participação: REQUERIDO Nome: A. S. D. O. Participação: REQUERIDO Nome: A. S. O.TERMO DE AUDIÊNCIAAÇÃO DE REGULAMENTAÇÃO DE GUARDA Processo n. 0800449-13.2018.8.14.0103Menor (es): A.F.R.O. eL.R.ORequerente (s):FRANCIVALDO BARRETO RAMOSRequerido (a):EDILSON SOARES DE OLIVEIRA, ANTONIA SOARES DE OLIVEIRA e ALICLESIA SOARES OLIVEIRA Aos 18/06/2019, às 10:30 horas, nesta Cidade de Eldorado do Carajás, Estado do Pará, na sala de audiência, sob a presidência do Excelentíssimo Sr. Dr.THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDAS, Juiz de Direito,PRESENTES:O Representante do Ministério Público, Exmo. Dr. JOSIEL GOMES DA SILVA.Dr. DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOS (OAB/PA 25.282-B) representando a requerente,AUSENTES: os requeridos.Aberta a audiência: Prejudicada em razão do ID 11095591.Dada a palavra ao requerente o mesmo atualizou o endereço dos requerentes, qual seja: Rua Raimundo Neves, casa 27, Nova Ipixuna/PA (depois de morada nova). Em seguida o MM juiz passou a proferir a seguinte DELIBERAÇÃO ? DESPACHO: 1. COBRE-SEo retorno das Carta Precatórias. 2. REDESIGNOaudiência para o dia 22/10/2019 às 09:30h. 3. CITE-SE, INTIME-SEos requeridos do item 2, nos termos da decisão de ID 8440424, expeça-se o necessário. 4. INTIME-SEo representante do Ministério Público do item 2. E como nada mais houve, mandou o M.M. Juiz encerrar este termo, que vai devidamente assinado pelos presentes. Eu, _____, secretária, Carla Miranda da Silva, secretária o digitei e subscrevo. Juiz de Direito: _____ Ministério Público: _____ Requerente: _____ Advogado(a): _____

Número do processo: 0800233-52.2018.8.14.0103 Participação: REQUERENTE Nome: L. B. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: LAURA FERREIRA ABREU AMORIMOAB: 612 Participação: REQUERIDO Nome: R. J. D. S.TERMO DE AUDIÊNCIAProcesso n. 0800233-52.2018.8.14.0103Ação de alimentos Requerente:R.S.S., representado(a) por LUCIELMA BELARMINORequerido:RAIMUNDO JACINTO DA SILVA Aos 23/05/2019, às 09:00 horas, nesta Cidade de Eldorado do Carajás, Estado do Pará, na sala de audiência, sob a presidência do Excelentíssimo Sr. Dr.THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDAS, Juiz de Direito,PRESENTES:O Representante do Ministério Público, Exmo. Dr. JOSE ALBERTO GRISI DANTAS.Dr. DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOS (OAB/PA 25.282-B) representando

a requerente, bem como o requerido. Aberta a audiência, as partes celebraram acordo nos seguintes termos:As partes entraram em consenso no sentido da pensão alimentícia, sendo regulada da seguinte forma: I ? O genitor pagará a título de alimentos em favor dos filhos o valor de R$200,00 (duzentos reais), mensal, hoje equivalente a 20,1% do salário mínimo, a serem pagos até o dia 25 de cada mês. II ? O requerido pagará o valor mediante depósito na Conta Poupança da Caixa Econômica Federal, Ag: 4400, OP: 013, C/P 0002086-6 ? titular: LUCIELMA BELARMINO DE SA. O Representante do Ministério Público se manifestou favoravelmente nos termos do art. 178, II, do CPC.O MM. Juiz passou a proferir a seguinte SENTENÇA:Trata-se de ação de alimentos, no qual as partes chegaram a um consenso em forma de acordo. O RMP se manifestou favoravelmente à homologação do acordo. Ante o exposto, nos termos do art. 487, III, b, do NCPC,HOMOLOGO o acordo celebrado, extinguindo o processo com resolução de mérito. As partes não têm interesse recursal. Publicada em audiência, arquive-se com baixa no sistema. MP ciente em audiência.Nada mais havendo, foi o presente termo encerrado e vai assinado por todos. Eu_____, Carla Miranda da Silva, secretária, o digitei e subscrevi. Juiz de Direito: _____(Thiago Vinicius de Melo Quedas) Ministério Público: _____ Representante Legal: _____ Advogado da requerente: _____ Requerido: _____

Número do processo: 0800243-96.2018.8.14.0103 Participação: REQUERENTE Nome: G. D. S. Participação: ADVOGADO Nome: LAURA FERREIRA ABREU AMORIMOAB: 612 Participação: REQUERIDO Nome: E. S. F.TERMO DE AUDIÊNCIAProcesso n. 0800243-96.2018.8.14.0103Ação de alimentos Requerente:J.D.S.F., A. D.S.F., G.D.S.F., N.D.S.F., representado(a) por GEANE NASCIMENTO DA SILVARequerido:EDEVALDO SILVA FRANÇA Aos 23/05/2019, às 10:30 horas, nesta Cidade de Eldorado do Carajás, Estado do Pará, na sala de audiência, sob a presidência do Excelentíssimo Sr. Dr.THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDAS, Juiz de Direito,PRESENTES:O Representante do Ministério Público, Exmo. Dr. JOSE ALBERTO GRISI DANTAS.Dr. DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOS (OAB/PA 25.282-B) representando a requerente, bem como o requerido. Aberta a audiência:Prejudicada em razão da certidão do oficial de Justiça ID 9808953. Pela ordem o advogado da parte autora pediu a palavra e assim manifestou: MM juiz, INFORMO endereço do requerido, qual seja, Fazenda Barra do Triunfo, próximo à Vila Taboca, zona rural do Município de São Felix do Xingu/PA. O RMP pugna pela nova tentativa de citação via Carta Precatória. Em seguida o MM juiz passou a proferir a seguinte DELIBERAÇÃO ? DESPACHO: 1. REDESIGNOaudiência para o dia 03/10/2019 às 11h00; 2. EXPEÇA-SECarta Precatória com finalidade de citação/intimação do requerido, no endereço: Fazenda Barra do Triunfo, próximo Vila Taboca, zona rural do Município de São Felix do Xingu/PA, informando audiência na data do item 1 deste termo, nos termos da decisão ID 6254223; 3. Presentes saem intimados; 4. Cumpra-seMP ciente em audiência.Nada mais havendo, foi o presente termo encerrado e vai assinado por todos. Eu_____, Carla Miranda da Silva, secretária, o digitei e subscrevi. Juiz de Direito: _____(Thiago Vinicius de Melo Quedas)Ministério Público: _____Representante Legal: _____Advogado da requerente: _____

Número do processo: 0800406-76.2018.8.14.0103 Participação: REQUERENTE Nome: ISRAEL COELHO DOS SANTOS Participação: ADVOGADO Nome: DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOSOAB: 25282-B/PA Participação: ADVOGADO Nome: LAURA FERREIRA ABREU AMORIMOAB: 612Ação de Retificação de Registro PúblicoProcesso nº0800406-76.2018.8.14.0103Requerente(s): ISRAEL COELHO DOS SANTOSEnvolvido (a): CREUSA FERNANDES DA SILVA TERMO DE AUDIÊNCIA Hoje, dia 18/06/2019, às 13:12h na sala de audiência do fórum desta comarca, onde presente se achava o Exmo. Sr. Dr.THIAGO VINICIUS DE MELO QUEDAS, Juiz de Direito. Feito o pregão, verificou-se presença doRepresentante do Ministério Público, Exmo. Dr. JOSIEL GOMES DA SILVA.Dr. DANIEL RIBEIRO DE VASCONCELOS (OAB/PA 25.282-B) representando o requerente. Aberta a audiência,constatou-se a presença do requerente com seu procurador. O M.M. juiz passou a ouvir o requerente ISRAEL COELHO DOS SANTOS, que às perguntas do juiz respondeu:QUE tem e apresentou a cópia original da certidão de

óbito e certidão de casamento onde consta os erros no nome dode cujo(sua ex-mulher); QUE registro o óbito, contudo, foi emitido com diversos erros, tanto no nome quanto na filiação da mesma;QUE erro iniciou da declaração de óbito apresentada em audiência, onde consta os mesmos dados da certidão de óbito emitida pelo cartório; QUE sua ex-mulher morreu de pressão alta e atacou 3 vezes derrame; QUE passou 05 dias no hospital com ela, mas não resistiu; QUE da união teve três filhos, todos já maior de idade; QUE faleceu no Hospital e Maternidade Menino Jesus, neste município em 04/03/2006, às 14:00hs; sem mais. Dada a palavra ao Ministério Público, nada perguntou. O advogado não fez perguntas. Em seguida o M.M. juiz passou a proferir a seguinteDELIBERAÇÃO: 1. Vistas ao Ministério Público, 2. Após, com manifestação, voltem-me os autos conclusos. E como nada mais houve, mandou o M.M. Juiz encerrar este termo, que vai devidamente assinado pelos presentes. Eu, _____, secretária, Carla Miranda da Silva, secretária o digitei e subscrevo. Juiz de Direito: _____ Ministério Público: _____ Requerente: _____ Advogado: _____

COMARCA DE ELDORADO DOS CARAJÁS

PROCESSO: 00001043020078140018 PROCESSO ANTIGO: 200710000883 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PRISCILA MAMEDE MOUSINHO Ação: PRESTACAO DE CONTAS em: 26/06/2019---REQUERENTE:MUNICIPIO DE ELDORADO DO CARAJAS REQUERIDO:DOMICIANO BEZERRA SOARES Representante(s): OAB 5670 - INOCENCIO MARTIRES COELHO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 11183 - JOAO EUDES DE CARVALHO NERI (ADVOGADO) OAB 14160 - AMANDA LOUREIRO XERFAN (ADVOGADO) OAB 14082 - JULIANA CASTRO BECHARA (ADVOGADO) OAB 13686 - GILBERTO SOUSA CORREA (ADVOGADO) OAB 11988 - HUMBERTO FARIAS DA SILVA JUNIOR (ADVOGADO) OAB 11751 - AMANDA LIMA FIGUEIREDO (ADVOGADO) . 1 Poder Judiciário do Estado do Pará Comarca de Eldorado do Carajás Processo n. 0000104-30.2007.814.0018 Requerente: Município de Eldorado do Carajás Requerido: Domiciano Bezerra Soares SENTENÇA Vistos os autos. Trata-se de ação de ressarcimento de danos ao erário ajuizada pelo Município de Eldorado do Carajás em desfavor de Domiciano Bezerra Soares, ex-prefeito do município no período de 01.01.2000 a 31.12.2004. Na condição de ex-gestor, o requerido recebeu recursos pelo FNDE (Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação), no ano de 2002, na quantia de R$ 274.440,00 (duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais). Ocorre que o requerido teria deixado de prestar contas do convênio citado, razão pela qual restou o débito no mesmo valor que, atualizado até 31.05.2004, já remontava a quantia de R$ 330.733,30 (trezentos e trinta e mil, setecentos e trinta e três reais e trinta centavos). Ocorre que além de não prestar contas, o requerido não deixou documentos nos arquivos do Município de Eldorado do Carajás aptos para a prestação de contas. No mais, houve auditoria especial no município, realizada pela Controladoria Geral da União, acerca de inspeção realizada no Município, no período de 16/06 a 04/07/2003, na qual constatou-se irregularidades na execução do PNAE. Assim, em virtude da irregularidade das contas, pugnou o Município pela condenação do requerido ao ressarcimento integral do erário municipal, no valor de R$ 330.733,30 (trezentos e trinta e mil, setecentos e trinta e três reais e trinta centavos). Juntou documentos às fls. 09/19. Despacho determinando vista dos autos ao MPF (fl. 21). Parecer do Ministério Público Federal requerendo a remessa dos autos para o 1º grau da Justiça Federal (fls. 24/25). Decisão interlocutória remetendo os autos para o 1º grau da Justiça Federal (fl. 27). Despacho do MM. Juiz Federal determinando a intimação do FNDE para manifestar interesse no feito (fl. 31). Petição da Procuradoria Federal declarando não ter interesse em compor a lide (fl. 36). Decisão interlocutória que declinou a competência em favor deste Juízo (fl. 51). Despacho determinando a citação do requerido (fl. 55). Citado (fl. 57 e fl. 73), o requerido contestou o feito, aduzindo preliminarmente a impossibilidade de aplicação da Lei n. 8.429/92 a agentes políticos, como era o caso do requerido. No mérito, arguiu que a omissão na prestação de contas das verbas destinadas ao FNDE foi involuntária, tendo em vista que no ano de 2003, a Controladoria Geral da União, em conjunto com o MPF, arrebatou todos os documentos de prestação de contas daquele exercício financeiro, o que descaracterizaria o ato ímprobo. Ao final, pugnou pela extinção do feito sem resolução do mérito e, alternativamente, a improcedência do pedido. Juntou documentos às fls. 89/120. Decretada a revelia do requerido à fl. 121 dos autos em razão da intempestividade da contestação. Após, foi determinada a vista dos autos ao Ministério Público. Em parecer (fl. 122), o Ministério Público pugnou pela intimação do município autor para dizer as provas que pretendia produzir, todavia quedou-se inerte (fl. 127). Despacho determinando a manifestação do Ministério Público em parecer final (fl. 130). Em parecer final, o Representante do Ministério Público opinou pelo julgamento antecipado da lide (fls. 143/144). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Verifico que é o caso de julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, II, do NCPC, em face da revelia e por não haver requerimento de outras provas. MÉRITO A ação de ressarcimento de danos ao Erário encontra respaldo constitucional, no art. 37, § 5º, in verbis: 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento. No presente caso, o município requerente busca o ressarcimento do valor de R$ 274.440,00 (duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais), eis que não teria ocorrido a prestação de contas regular do valor recebido, através do repasse do exercício de 2002 do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Quando da inicial, o município requerente junta documentação que comprova que o requerido, na condição de gestor do município, recebeu o valor de R$ 274.440,00 (duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais), durante o exercício de 2002, não tendo prestado as respectivas

contas, o que impossibilita a aferição da regularidade de sua aplicação. Em momento algum, até porque é revel, o requerido se desincumbe do seu ônus em demonstrar que aplicou regularmente os recursos do repasse federal, o que motivaria no perecimento do direito do município requerente.

Ocorre que, ao juntar os documentos com a inicial, o município requerente o faz com relação ao exercício de 2003, e não com relação ao exercício financeiro de 2002, conforme descrito na inicial.

No mais, o município autor, ao ser instado se queria ou não produzir outras provas, quedou-se inerte, demonstrando, assim, desinteresse em comprovar os fatos narrados na inicial. Todavia, o objeto da lide é a recomposição do patrimônio público, de interesse coletivo, o que autoriza a aplicação do art. 370 do CPC, pois por se tratar de direito indisponível, as partes não podem transigir sobre este, o que autoriza a produção da prova pelo Juízo. O artigo 370, caput do CPC estabelece que ¿caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito¿.

Deste modo, com fulcro no art. 370 do CPC, esta magistrada acessou o Sistema de Gestão de Prestação de Contas do FNDE e, em consulta à prestação de contas final do repasse do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) - Exercício 2002, constatou que a prestação de contas consta como ¿não aprovada¿, tendo por responsável o requerido, conforme link: https://www.fnde.gov.br/sigpcadm/sistema.pu?operation=localizar#consulta=tipoConsulta%3D2%26anoConcessao%3D2002%26ufId%3DPA%26municipioId%3D151000. Assim, não resta dúvida que o requerido tem obrigação legal de ressarcir o patrimônio público, no que diz respeito a esse valor, uma vez que, se tivesse observado a regularização das contas, aplicando corretamente os recursos, não teria a situação inadimplente junto ao Ministério da Educação Demonstrada a malversação de verba pública, consistente na impossibilidade de se verificar, pela ausência de regularização da prestação de contas, a aplicação regular dos repasses federais ao Município, com a consecução do objeto previsto, verifica-se o dano ao erário municipal, sendo mister a condenação do ex-prefeito, gestor das verbas recebidas, ao respectivo ressarcimento, mormente quando o ente federal instaura tomada de contas especial a fim de se ver ressarcido. No mesmo passo, segue jurisprudência de tribunal pátrio, que corrobora a responsabilidade do ex-gestor, in verbis: AÇÃO DE RESSARCIMENTO POR DANO AO ERÁRIO. CARÊNCIA DE AÇÃO, INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL E PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. NÃO COMPROVAÇÃO DE DESPESAS. PEDIDO PROCEDENTE. 1. O fato de o órgão repassador dos recursos ter instaurado tomada de contas especial em razão da não comprovação das despesas realizadas não torna o município carecedor da ação que busca o ressarcimento do erário. 2. Não há falar em inépcia da petição inicial quando da narração dos fatos é possível compreender o pedido formulado, máxime quando não impede o regular exercício do direito de defesa do réu. 3. A pretensão de ressarcimento ao erário por ato de improbidade é imprescritível. 4. Não comprovado o emprego de recursos públicos recebidos pelo ente municipal mediante convênio, é de ser julgado procedente o pedido para condenar o responsável a recompor o patrimônio público desfalcado. Apelo improvido. (TJMA, Apelação 0327912014, Processo 0000871-27.2010.8.10.0066, Rel. Des. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO, 4ª Câmara Cível, Julgado em 10.02.2015). Ante o exposto, julgo procedente o pedido, a fim de condenar Domiciano Bezerra Soares a restituir ao Erário municipal a quantia de R$ 274.440,00 (duzentos e setenta e quatro mil, quatrocentos e quarenta reais), atualizada monetariamente pelo INPC e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados do dia 31 de dezembro de 2002, restando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Dê-se ciência ao Ministério Público.

Publique-se, registre-se e intimem-se. De Parauapebas para Eldorado do Carajás, 26 de junho de 2019. Priscila Mamede Mousinho Juíza de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas, Grupo de Auxílio Remoto da Meta 04/CNJ Juíza de Direito Priscila Mamede Mousinho

PROCESSO: 00005641720078140018 PROCESSO ANTIGO: 200710004801 MAGISTRADO(A)/RELATOR(A)/SERVENTUÁRIO(A): PRISCILA MAMEDE MOUSINHO Ação: Procedimento Comum em: 27/06/2019---REQUERENTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE ELDORADO DO CARAJAS Representante(s): IRINEU DUTRA FERNANDES (ADVOGADO) REQUERIDO:DOMICIANO BEZERRA SOARES Representante(s): OAB 5670 - INOCENCIO MARTIRES COELHO JUNIOR (ADVOGADO) OAB 11183 - JOAO EUDES DE CARVALHO NERI (ADVOGADO) OAB 11751 - AMANDA LIMA FIGUEIREDO (ADVOGADO) . 1 Poder Judiciário do Estado do Pará Comarca de Eldorado do Carajás Processo n. 0000564-17.2007.814.0018 Requerente: Município de Eldorado do Carajás Requerido: Domiciano Bezerra Soares SENTENÇA Vistos os autos. Trata-se de ação de ressarcimento de danos ao erário ajuizada pelo Município de Eldorado do Carajás em desfavor de Domiciano Bezerra Soares, ex-prefeito do município no período de 01.01.2000 a 31.12.2004. Na condição

de ex-gestor, o requerido firmou convênio n. 1640/02, que teve como objeto a implantação do Sistema de Abastecimento de Água no município, quando recebeu do Ministério da Saúde (Fundação Nacional de Saúde), a quantia de R$ 210.713,00 (duzentos e dez mil, setecentos e treze reais). Ocorre que o requerido teria deixado de prestar contas final do convênio citado, razão pela qual restou o débito no mesmo valor que, atualizado até 28.03.2006, já remontava a quantia supracitada. Além de não prestar contas, o requerido não deixou documentos nos arquivos do Município de Eldorado do Carajás aptos para a prestação de contas. No mais, o Tribunal de Contas da União, após constatar a irregularidade, abriu um processo para prestação de contas, quando identificou as irregularidades praticadas pelo ex-prefeito. Assim, em virtude da irregularidade das contas, pugnou o Município pela condenação do requerido ao ressarcimento integral do erário municipal, no valor de R$ 210.713,00 (duzentos e dez mil, setecentos e treze reais). Juntou documentos às fls. 06/14. Despacho determinando manifestação da União e da FUNASA (fl. 15). Petição da FUNASA manifestando o não interesse em integrar a lide (fls. 19/20). Petição da União requerendo dilação do prazo (fl. 22), o que foi deferido pelo Juízo Federal (fl. 23). Petição da União à fl. 25 declarando não ter interesse na lide. Nova petição da Funasa apresentando documentação relativa ao objeto do feito e pugnando pela incompetência do Juízo Federal (fls. 27/286). Decisão interlocutória que declinou a competência em favor deste Juízo (fl. 287). Despacho determinando a citação do requerido (fl. 290). Citado (fl. 316), o requerido não contestou o feito, tendo sido decretada a revelia do requerido à fl. 319 dos autos. Após, foi determinada a vista dos autos ao Ministério Público. Em parecer final, o Representante do Ministério Público opinou pelo julgamento antecipado da lide (fls. 323/324). Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE Verifico que é o caso de julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, II, do NCPC, em face da revelia e por não haver requerimento de outras provas. MÉRITO A ação de ressarcimento de danos ao Erário encontra respaldo constitucional, no art. 37, § 5º, in verbis: 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento. No presente caso, o município requerente busca o ressarcimento do valor de R$ 210.713,00 (duzentos e dez mil, setecentos e treze reais), eis que não teria ocorrido a prestação de contas regular do valor recebido, através do convênio 1640/02 feito com a FUNASA, através do Ministério da Saúde. Quando da inicial, o município requerente junta documentação que comprova que o requerido, na condição de gestor do município, recebeu o valor relativo ao convênio e não prestou as contas finais do repasse, tanto que o Tribunal de Contas da União instaurou tomada de contas especial, autuada sob o n. 027.512/2015-0. Em momento algum, até porque é revel, o requerido se desincumbe do seu ônus em demonstrar que aplicou regularmente os recursos do repasse federal, o que motivaria no perecimento do direito do município requerente. O objeto da lide é a recomposição do patrimônio público, de interesse coletivo, o que autoriza a aplicação do art. 370 do CPC, pois por se tratar de direito indisponível, as partes não podem transigir sobre este, o que autoriza a produção da prova pelo Juízo. O artigo 370, caput do CPC estabelece que ¿caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias ao julgamento do mérito¿.

Deste modo, com fulcro no art. 370 do CPC, esta magistrada acessou o Portal da Transparência e, em consulta à prestação de contas final do convênio 1640/02 firmado pelo município, constatou que a situação do convênio é ¿inadimplência suspensa¿. Assim, não resta dúvida que o requerido tem obrigação legal de ressarcir o patrimônio público, no que diz respeito a esse valor, uma vez que, se tivesse observado a regularização das contas, aplicando corretamente os recursos, não teria a situação inadimplente junto ao Ministério da Saúde Demonstrada a malversação de verba pública, consistente na impossibilidade de se verificar, pela ausência de regularização da prestação de contas, a aplicação regular dos repasses federais ao Município, com a consecução do objeto previsto, verifica-se o dano ao erário municipal, sendo mister a condenação do ex-prefeito, gestor das verbas recebidas, ao respectivo ressarcimento, mormente quando o ente federal instaura tomada de contas especial a fim de se ver ressarcido. No mesmo passo, segue jurisprudência de tribunal pátrio, que corrobora a responsabilidade do ex-gestor, in verbis: AÇÃO DE RESSARCIMENTO POR DANO AO ERÁRIO. CARÊNCIA DE AÇÃO, INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL E PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. PRESTAÇÃO DE CONTAS. NÃO COMPROVAÇÃO DE DESPESAS. PEDIDO PROCEDENTE. 1. O fato de o órgão repassador dos recursos ter instaurado tomada de contas especial em razão da não comprovação das despesas realizadas não torna o município carecedor da ação que busca o ressarcimento do erário. 2. Não há falar em inépcia da petição inicial quando da narração dos fatos é possível compreender o pedido formulado, máxime quando não impede o regular exercício do direito de defesa do réu. 3. A pretensão de ressarcimento ao erário por ato de improbidade é imprescritível. 4. Não comprovado o emprego de recursos públicos recebidos pelo ente municipal mediante convênio, é de ser julgado procedente o pedido

para condenar o responsável a recompor o patrimônio público desfalcado. Apelo improvido. (TJMA, Apelação 0327912014, Processo 0000871-27.2010.8.10.0066, Rel. Des. JAMIL DE MIRANDA GEDEON NETO, 4ª Câmara Cível, Julgado em 10.02.2015). Ante o exposto, julgo procedente o pedido, a fim de condenar Domiciano Bezerra Soares a restituir ao Erário municipal a quantia de R$ 210.713,00 (duzentos e dez mil, setecentos e treze reais), atualizada monetariamente pelo INPC e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, contados do dia 28.03.2006, restando extinto o processo com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Condeno o requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Dê-se ciência ao Ministério Público. Publique-se, registre-se e intimem-se. De Parauapebas para Eldorado do Carajás, 27 de junho de 2019. Priscila Mamede Mousinho Juíza de Direito da 1ª Vara Cível e Empresarial da Comarca de Parauapebas, Grupo de Auxílio Remoto da Meta 04/CNJ Juíza de Direito Priscila Mamede Mousinho